Coleção Barão do Rio Branco



Introdução às Obras do Barão do Rio Branco

I Questões de Limites - República Argentina

II Questões de Limites - Guiana Inglesa

III Questões de Limites - Guiana Francesa - 1ª Memória

IV Questões de Limites - Guiana Francesa - 2ª Memória

V Questões de Limites - Exposições de Motivos

VI A e B - Efemérides Brasileiras

VII Biografias

VIII Estudos Históricos

IX Discursos

X Artigos de Imprensa



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

www.funag.gov.br

INTRODUÇÃO ÀS OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

INTRODUÇÃO ÀS OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

A. G. de Araujo Jorge

Introdução às Obras do Barão do Rio Branco

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ventura Ferreira
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

N.E. - O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.

Impresso no Brasil 2012

Jorge, A. G. de Araujo.
Introdução às obras do Barão do Rio Branco / A. G. de Araujo Jorge – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
182 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-362-5

1. Diplomacia. 2. Relações Internacionais. 3. Política Externa.

CDU 341.7

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Sumário

Introdução, 11

Relendo a *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*, de A. G. de Araujo Jorge, Rubens Ricupero

Introdução à edição de 1945, Embaixador Pedro Leão Velloso, 41

Capítulo I, 43

A diplomacia brasileira no Império. O Brasil na sociedade internacional. A República e as controvérsias de fronteiras. O território de Palmas e a contenda de limites com a República Argentina. Antecedentes históricos, políticos e diplomáticos. O Tratado de Montevidéu de 25 de janeiro de 1890. Arbitramento do presidente dos Estados Unidos da América. Rio Branco e a Missão Especial em Washington. Triunfo do direito do Brasil.

Capítulo II, 81

Limites do Brasil com a Guiana Francesa. As pretensões da França na bacia amazônica. O Tratado de Utrecht de 11 de abril de 1713. Antecedentes históricos, políticos e diplomáticos. As vicissitudes do contestado franco-brasileiro. A República e o arbitramento do Conselho Federal Suíço. Rio Branco e a Missão Especial em Berna. Triunfo do direito do Brasil.

Capítulo III, 107

Limites do Brasil com a Guiana Inglesa. As pretensões da Inglaterra na bacia amazônica. Antecedentes históricos, políticos e diplomáticos. Últimas negociações em Londres para um acordo direto. Cooperação de Rio Branco: memória justificativa do direito do Brasil. Tratado de Arbitramento de 6 de novembro de 1901.

Capítulo IV, 121

A presidência Rodrigues Alves (1902-1906). Rio Branco na direção do Ministério das Relações Exteriores. As relações entre o Brasil e a Bolívia. O Tratado de Amizade, Limites, Navegação e Comércio de 27 de março de 1867 e a questão do Acre. Antecedentes históricos, políticos e diplomáticos. O Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903. Rio Branco e Rui Barbosa.

Capítulo V, 143

Pretensões peruanas aos territórios entre os rios Javari e Madeira. Antecedentes históricos, políticos e diplomáticos. Expansão brasileira nas bacias dos rios Purus e Juruá. Relações entre o Brasil e o Peru. O Tratado de Limites de 8 de setembro de 1909, complementar da Convenção Especial de 23 de outubro de 1851.

Capítulo VI, 153

Questão de limites entre o Brasil e a Colômbia. Antecedentes históricos, políticos e diplomáticos. Malogro das missões dos conselheiros Miguel Maria Lisboa (1853) e J. M. Nascentes de Azambuja (1867-1870). Missão Especial do doutor Enéias Martins. O Tratado de Limites de 24 de abril de 1907 e as questões de comércio e de navegação fluvial.

Capítulo VII, 161

Fronteira brasileiro-uruguaia na lagoa Mirim e no rio Jaguarão. Política exterior do Império na República Oriental. Tratados de 1851, 1852 e 1853. Antecedentes históricos políticos e diplomáticos. O Tratado de 30 de outubro de 1909. Liberdade de navegação e comércio e modificação da linha e do regime de fronteira na Lagoa Mirim e no rio Jaguarão.

Capítulo VIII, 175

Retrospecto da política externa do Brasil. O governo provisório e as relações exteriores. Situação internacional do Brasil no primeiro decênio republicano. Rio Branco e a tradição pacifista da diplomacia brasileira. Solidariedade continental. O desenvolvimento do pan-americanismo e a contribuição dos Estados Unidos da América. A obra política e diplomática de Rio Branco.

Relendo a *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*, de A. G. de Araujo Jorge

Rubens Ricupero

Das 210 páginas da *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*[*], nada menos de 200 foram dedicadas, basicamente, às questões de limites. A exceção é o capítulo conclusivo, que fornece em apenas meia dúzia de páginas uma síntese apertada da diplomacia dos primeiros 10 anos da República (dominada igualmente por temas de fronteiras) e que esboça as linhas gerais da política de estreitamento das relações com os Estados Unidos, do desenvolvimento do pan-americanismo e da solidariedade continental.

A explicação de tamanha desproporção é óbvia: a parte mais considerável da obra deixada por Rio Branco consiste de documentos oficiais ou semioficiais redigidos em função de problemas diplomáticos concretos, em larga medida vinculados à definição das fronteiras. Quase todo o restante corresponde a trabalhos de circunstância, de colaboração a jornais ou de encomenda: as volumosas notas à *História da Guerra da Tríplice Aliança*, de L. Schneider; as *Efemérides brasileiras*, escritas para publicação diária em *O Jornal do Brasil* a partir de 9 de abril de 1891; e os artigos para *A Nação, Jornal do Commercio* e outras folhas partidárias ou políticas.

Pertencem à mesma categoria os textos elaborados por ocasião da Exposição Universal de Paris de 1889: boa parte do verbete sobre o Brasil da *Grande Encyclopédie*, de Levasseur; a *Esquisse de l'Histoire du*

[*] Edição de 1945. (N.E.)

Brésil, inserida no livro informativo *Le Brésil*; a biografia de dom Pedro II, assinada pelo rabino Benjamin Mossé, mas certamente de autoria de Rio Branco, da mesma forma que o posfácio, sob a firma de Levasseur, acrescentado ao verbete na 2ª edição de *Le Brésil*, após a proclamação da república em 15 de novembro.

Nunca passaram para o papel os grandiosos projetos de afrescos gerais sobre a história naval e militar do Brasil, sua história diplomática ou a das questões do Prata, sonhados pelo barão ou desejados por amigos como Eduardo Prado e Capistrano de Abreu. Tornar-se-ão notas constantes de sua correspondência as queixas nostálgicas, os anseios pelo tempo em que se podia dedicar a estudos históricos, os vagos desejos de deixar o cargo de ministro a fim de reatar com os escritos.

No fundo não eram mais do que veleidades. Ou, recorrendo livremente ao que Pierre Bourdieu dizia sobre as "estratégias biográficas", a do barão, consciente ou semiconsciente, reservava a prioridade ao pleno exercício da direção das relações exteriores. Os trabalhos de cunho puramente acadêmico e intelectual seriam, na melhor das hipóteses, ocupação para o ócio forçado da aposentadoria, se ela tivesse chegado antes da "indesejada das gentes".

Com alguma maldade e boa dose de malícia, os contemporâneos não se deixavam iludir pelos protestos de desprendimento do cargo, atribuindo-lhe lema zombeteiro que involuntariamente se revelou profético: "Do ministério para o cemitério!" Teve igualmente razão o amigo Nabuco, que não se impressionou pela vacilação aparente na aceitação do convite do presidente eleito Rodrigues Alves para o Itamaraty, vaticinando que lhe caberia fazer a história, e não a escrever.

Natureza da obra de Rio Branco

Encontra-se, possivelmente aí, a chave da explicação da vocação real de Rio Branco e, por consequência, da natureza da sua obra, feita muito mais da história concreta que ajudou a criar – ações, decisões, fatos, acordos – que de livros de evocação e interpretação do passado. A falta de tempo para os grandes livros não convence, pois tempo livre é o que não lhe faltou no seu período consular na Europa.

Afinal, nos 10 anos em que guardou o "luto da monarquia" no

autoexílio de Paquetá ou de Botafogo, Joaquim Nabuco iniciou e terminou o maior monumento histórico sobre o século XIX brasileiro, *Um estadista do Império*, sem esquecer outras obras-primas menores que escreveu nessa década. Poucos anos mais tarde, Manuel de Oliveira Lima iria construir outro marco definitivo da historiografia brasileira, *Dom João VI no Brasil*, publicado em 1908 durante o ministério de Rio Branco. Teria tido menos disponibilidade de tempo o jovem cônsul em seus longos anos em Liverpool ou nas frequentes e prolongadas escapadas a Paris, reclamando de vez em quando das "maçadas grandes" que o esperavam no consulado?

Apesar de não haver escrito nem então, nem depois, os grandes livros projetados, o futuro ministro ocupou o tempo em acumular a extraordinária erudição histórica e geográfica que espantava os contemporâneos, conforme comentou Eduardo Prado em estilo moderno e colorido:

> A erudição que conseguiu ter a respeito do Brasil é, por assim dizer, salomônica [...] O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa. É capaz de escrever, sem esquecer uma minúcia, como eram feitas as naus de Pedro Álvares Cabral, de que tecido vinham vestido os seus marinheiros e o nome das plantas mais vulgares na praia de Porto Seguro, onde ancoraram aquelas naus. Leu tudo o que há impresso, copiou, ou fez copiar, todos os manuscritos, fez deles extratos, distribuiu esses extratos, em forma de notas, pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil, retificou, esclareceu, corrigiu, explicou, emendou e ampliou todos esses livros, e com o mundo de suas notas, poderá ele um dia publicar uma história e uma descrição do Brasil, que será um monumento[1].

Eduardo Prado diletante está todo nessa citação. O entusiasmo generoso, a capacidade de admirar e louvar, mas também a dispersão de um espírito brilhante que Nabuco lastimava em melancólica nota do diário ao receber a notícia da prematura morte do amigo vitimado pela febre amarela aos 41 anos:

> Pobre Eduardo! Não se ter ele podido elevar acima de seus caprichos do momento, fechar os ouvidos às sereias que o atraiam, entregar-se todo às nobres paixões, aos grandes ideais que professava! Assim ele teria aproveitado

[1] PRADO, Eduardo. *Coletâneas*. São Paulo, 1904. pp. 340-341. vol. 1

> tantas faculdades que apenas despendeu, teria deixado uma obra, além de panfletos que ele mesmo praticamente repudiou[2] [...]

Antípoda, na concentração de propósitos, do opulento cafeicultor paulista que inspirou o volúvel Jacinto de Tormes de *A cidade e as serras*, Rio Branco possuía o menos dispersivo dos espíritos, conforme assinalou Oliveira Lima. Suas paixões intelectuais seriam apenas a história militar do Brasil e a geografia colonial da América, esta, acima de tudo, pelo que poderia garantir de positivo à pátria em matéria de direitos territoriais. Seriam estranhas, até avessas ao seu temperamento, as preocupações puramente literárias ou artísticas. Exagerando, talvez, o historiador pernambucano chega a afirmar que de Eça de Queirós o barão só tinha lido *A relíquia*, e apenas por insistência de Eduardo Prado.

Nesse mesmo ensaio de análise psicológica, no qual se alternam juízos penetrantes e percepções equivocadas, sustentava Oliveira Lima que:

> Tal exclusivismo nele deixava de ser uma inferioridade para ser muito pelo contrário uma força, tamanha era a importância dos negócios de interesse público em que se absorvia eventualmente sua atividade e tanta valia fornecia à sua argumentação o seu alheamento de outras preocupações espirituais[3].

É sugestivo que no momento em que Nabuco e Oliveira Lima escreviam história analítica e interpretativa da melhor qualidade, Eduardo Prado realçasse em Paranhos Júnior o domínio erudito dos pormenores e dos fatos singulares, um tipo de história que, mesmo na época, já começava a ceder espaço para esforços mais exigentes. Como se veria não muito depois até em manuais didáticos exemplares, como a *História do Brasil*, de João Ribeiro, significativamente dedicada a Oliveira Lima.

Em lugar de imitar os que se esforçavam em escrever a grande história imparcial, desinteressada, somente comprometida com a busca de conhecimento, o ministro preferiu colocar o que melhor sabia – a história e a geografia coloniais, a exegese de mapas e documentos de arquivo – a serviço de finalidade utilitária e prática: a consolidação do

---

[2] NABUCO, Joaquim. Nota de 1º de setembro de 1901. In: *Diários*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2005. pp. 233-234. vol. 2

[3] LIMA, Manuel de Oliveira. O barão do Rio Branco. In: *Obra Seleta*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1971. p. 299.

perfil territorial do Brasil.

Foi sua *fortuna* que, na hora de emergir da obscuridade na questão de Palmas e, posteriormente, ao tornar-se o responsável pelas relações externas, o problema da definição das fronteiras se houvesse convertido na questão central da diplomacia, como haviam sido sucessivamente, ao longo dos primeiros 70 anos da vida independente, o reconhecimento da Independência, os conflitos com a Grã-Bretanha sobre o fim do tráfico de escravos e as crises na região do Prata.

Erudição como forma de poder

Disso não se deve deduzir que, fossem outros os desafios, inferior teria sido seu desempenho. A circunstância de terem aflorado naquela ocasião questões de limites por muito tempo adormecidas certamente favoreceu Rio Branco, cuja maior superioridade em terra de instrução restrita, como se exprimia eufemisticamente Oliveira Lima, era "o seu fundo de conhecimentos especiais, a erudição"[4].

Esta lhe valeu vantagens inegáveis, mas convém não passar por alto que as duas maiores controvérsias limítrofes nas quais se exerceu sua erudição – a de Palmas, com a Argentina, e a dos limites do Amapá, com a França/Guiana Francesa – ocorreram antes que ele se tornasse ministro. Desse modo, o principal benefício que extraiu da erudição em matéria fronteiriça foi o de abrir-lhe o caminho do Itamaraty como candidato natural para o cargo, mais do que propriamente como ajutório no exercício das novas funções.

O maior conflito que teve de enfrentar logo depois de tomar posse – a crise do Acre – não se revestiu das marcas típicas dos problemas limítrofes, tendo sido resolvido por negociações, não pela discussão de títulos históricos e cartográficos. O barão demonstrou, cabalmente nesse episódio, a maestria com que utilizava o poder internacional, sabendo dosá-lo conforme a necessidade. Qualidade muito mais rara e difícil do que a erudição, a competência no uso do poder, isto é, aquilo que os americanos chamam de *political craftmanship* era sua verdadeira superioridade, que disfarçava sob a forma da erudição.

[4] Id., ibid. p. 301.

Por isso se equivocou a tendência tradicional consagrada nos manuais didáticos ao exaltar quase com exclusividade a dimensão da erudição fronteiriça em obra político-diplomática incomparavelmente mais importante. Reler à luz dos tempos atuais a *Introdução* de Araujo Jorge obriga, assim, a corrigir o erro de empobrecer e desfigurar a contribuição propriamente política do chanceler, relegando-a a uma espécie de apêndice secundário do relato dos temas fronteiriços.

A ênfase inicial e prolongada nessa perspectiva decorria quase de forma natural e espontânea da proximidade com os fatos e acontecimentos. Para os que viveram na época em que se iam resolvendo, um a um, os trechos ainda disputados da fronteira, a solução de tais problemas se impunha à evidência como o resultado mais concreto e palpável da ação diplomática. Somente o decorrer do tempo e o afastamento dos observadores iriam gerar a distância para apreciar aspectos mais abstratos ou intangíveis, como os da construção de um paradigma abrangente da totalidade das relações externas e da forma como o país se deveria inserir no mundo.

O autor da *Introdução*

Poucos poderiam pretender maior proximidade com o protagonista central da diplomacia brasileira desses anos do que Araujo Jorge, que, em companhia de Pecegueiro do Amaral, o mais idoso do grupo, e de Moniz de Aragão, constituiu a trindade dos auxiliares imediatos de Paranhos Júnior. Os três aparecem ladeando o barão, vestindo uma espécie de guarda-pó branco, um curioso traje de verão, em foto reproduzida na biografia fotográfica de Rio Branco editada em 1995 pela Fundação Alexandre de Gusmão[5].

Artur Guimarães de Araujo Jorge, alagoano de Paulo Afonso (1884), se bacharelou pela Faculdade de Direito de Recife (1904) e já no ano seguinte se transferiu para o Rio de Janeiro, destino dos jovens brilhantes das províncias. Nomeado secretário auxiliar (1905) do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano, criado pelo Tratado de Petrópolis (1903),

[5] ARAUJO, J. H. Pereira de (org.); Ricupero, R. *Barão do Rio Branco*: uma biografia fotográfica. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. p. 124.

ocupou as mesmas funções no Tribunal Arbitral Brasileiro-Peruano (1906), daí passando ao serviço do Ministério das Relações Exteriores como amanuense e secretário da delegação do Brasil à III Conferência Internacional Americana (1906).

Heitor Lyra, que seria seu colega de posto e amigo, narra:

> [Rio Branco] perspicaz como era, não tardou a descobrir aquele novato dotado de considerável inteligência que, apesar de seus tenros anos, mostrava-se senhor de uma cultura vasta e profunda. Decorrido pouco tempo, incluiu-o entre os membros de seu Gabinete. Privou, assim, Araujo Jorge de muito perto com o grande arquiteto de nossa diplomacia. Ele e José Joaquim Moniz de Aragão, admitido dois anos mais tarde no Ministério das Relações Exteriores, são os únicos aos quais se pode conferir o título de *Secretários do barão*[6].

Ao se tornar oficial de gabinete do ministro (1907), ajudou a organizar e a manter a *Revista Americana* (1909). Após a morte do chanceler, fez carreira na Secretaria de Estado, na qual exerceu a direção-geral da Seção dos Negócios Políticos e Diplomáticos da Europa, em seguida da América, da Seção de Negócios Econômicos e Comerciais, da Seção de Limites e Atos Internacionais. Com a unificação das carreiras, serviu em Assunção, Montevidéu, Berlim, Santiago do Chile, aposentando-se como embaixador em Lisboa (1943). Escreveu vários livros de história diplomática, entre eles, os *Ensaios de história e crítica,* um estudo sobre a diplomacia dos primórdios da era republicana (1889-1902) e até, no início de sua trajetória, duas obras de títulos típicos do espírito cientificista da época: *Problemas de filosofia biológica* (1905) e *Jesus Cristo e a psicologia mórbida* (1909).

Quando o Itamaraty decidiu comemorar o centenário do nascimento de Rio Branco com a publicação de suas obras completas, Araujo Jorge se impunha quase como escolha obrigatória. Um dos últimos sobreviventes da era dourada do início do século XX, Jorge, como o chamava Lyra, levava vida relativamente isolada. Embora tivesse confortável apartamento, do qual se descortinava belo panorama sobre

[6] LYRA, Heitor. *Minha vida diplomática*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1972. pp. 464-465. v. 2.

a Baía da Guanabara, o antigo secretário, com pouco mais de 60 anos, tinha-se metido, primeiro em um sítio em Campo Grande, onde teria produzido os primeiros *grape-fruits* brasileiros, em seguida, em uma outra propriedade, em Correias.

Fornece Lyra pormenores curiosos sobre a personalidade do amigo, hoje muito raramente lembrado. Conta que era andarilho, frugal, que devorava, assimilando tudo, um livro por noite, amante das plantas e das óperas de Wagner[7].

Características do estudo

Na *Introdução* que redigiu para a coleção, esclarecia Jorge não pretender escrever uma biografia ou um comentário crítico, o que, aliás, estava sendo feito naquele momento por Álvaro Lins, cujo livro seria editado no mesmo ano de 1945, dentro do contexto das comemorações oficiais.

No *Bibliographical Essay* em apêndice de seu *The Unwritten Alliance Rio Branco and Brazilian-American Relations*, E. Bradford Burns opina que a obra de Lins marcaria a primeira tentativa de um biógrafo de Rio Branco de estudar e usar fontes primárias, de interpretar os fatos, imprimir sentido e significado aos acontecimentos e temperar o louvor com a razão[8]. No mesmo ensaio, Burns anota que "muitos anos após a morte de seu mentor, A. G. de Araujo Jorge, seu protegido e jovem secretário, consignou por escrito muitas de suas recordações e impressões na *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*"[9]. Pouco adiante, na *Selected Bibliography,* observa que a *Introdução* "fornece uma riqueza de informações e alguma interpretação por um antigo secretário de Rio Branco"[10].

Outra descrição do mesmo gênero é a apreciação de José Honório Rodrigues, que considera o texto como uma das "boas introduções" ao estudo da história diplomática do Brasil e declara que "Araujo Jorge,

7 Id., ibid. pp. 465-466.

8 BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance Rio Branco and Brazilian-American Relations*. Nova York e Londres: Columbia University Press, 1966. p. 266.

9 Id., ibid. p. 268.

10 Id., Ibid. pp. 287-288.

com sua *Introdução às obras de Rio Branco*, esboçou todo o quadro dos nossos problemas de limites na Colônia, no Império e na República, tendo como centro a figura do barão"[11].

O próprio autor qualifica seu esforço como o de propor "em seus contornos essenciais, um quadro do conjunto da atividade intelectual de Rio Branco e uma exposição histórica, exata, clara e concisa das palpitantes questões a que seu nome ficou indelevelmente associado no desenvolvimento das relações internacionais do Brasil"[12].

Não seria exagero dizer que, embora protestando não querer escrever uma biografia, Araujo Jorge fez para o barão o que este fizera em relação à história brasileira ao produzir a *Esquisse de l'Histoire du Brésil,* uma espécie de esboço sintético do que era realmente fundamental no tema.

Ainda hoje, 66 anos depois da publicação, lê-se a *Introdução* com prazer graças ao estilo claro, articulado e de grande fluência. Os arroubos retóricos, preciosismos e exageros hagiográficos são pouco frequentes, em oposição à maioria dos escritos dedicados a Rio Branco até então e mesmo posteriormente. Aprende-se muita coisa nova sobre acontecimentos antigos. Se aqui ou ali se tem a impressão de já haver lido o mesmo episódio nas grandes biografias escritas por Álvaro Lins e Luiz Viana Filho, é preciso não esquecer que Araujo Jorge veio primeiro, sendo difícil saber até que ponto a repetição é fruto da influência de seu texto ou provém das fontes diretas de que ele e os demais se serviram independentemente.

Como era de se esperar, os valores, os juízos e as opiniões de Araujo Jorge não diferiam dos que caracterizavam os setores dirigentes brasileiros da época. Tampouco caberia imaginar que ele não demonstrasse pelo já considerado "grande homem" o mesmo culto respeitoso de todos os auxiliares e colaboradores, como confessava Euclides da Cunha a Domício da Gama[13]. Não lhe falta, contudo, a perspicácia de observação e o sentido do pormenor pitoresco e engraçado que dão leveza a longas descrições como a que dedica ao arbitramento sobre Palmas. Recorda então como, em meio às preocupações e trabalhos do pleito, o barão

---

[11] RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*: introdução metodológica. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 224. vol. 1.

[12] JORGE. A. G. de Araujo. *Introdução às obras do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945. p. IX.

[13] *Apud* VIANA FILHO, Luiz. *A vida do barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959. p. 377.

conseguia "discretear amenamente com a Secretaria de Estado sobre minúsculos pontos de rotina burocrática"[14].

O ponto a que se refere é um daqueles pruridos de sensibilidade reveladores de que a decantada (e verdadeira) índole calculista, cautelosa e pragmática de Paranhos Júnior não deixava às vezes de ter seus cochilos. É o que sucede quando, na atmosfera ainda carregada do jacobinismo republicano de Floriano, sai da prudência com que evitava demonstrações de monarquismo explícito para objetar à imposição do uso da fórmula positivista "Saúde e fraternidade", no fecho da correspondência oficial, em substituição à consagrada na monarquia "Deus guarde vossa excelência".

Pouco depois trava novo combate contra a censura que lhe dirigem por utilizar título nobiliárquico banido pela Constituição. Insiste em firmar José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco. Anos mais tarde, quando a Secretaria de Estado lhe suprime o "da Silva", suscita ante o diretor-geral, o visconde de Cabo Frio, sempre designado por nosso autor e seus contemporâneos de "venerando" (ocupava o cargo desde 1865!), protesto no qual desfia os nomes de todos os brasileiros eminentes que utilizavam cinco, sete e até 10 apelidos. Conclui ironicamente esperar que os senhores Oficiais da 4ª Seção, que antes qualificou de "distintos", julgassem atendível a retificação[15].

Deixando-se levar pelo *panache* dessas belicosas sortidas de seu herói, o antigo secretário se permite a um dos poucos momentos de gongorismo do texto, ao comentar no momento da vitória do arbitramento de Palmas que:

> [A] alma nacional, de há muito desafeita às sagradas emoções do verdadeiro patriotismo, desentranhou-se em vibrantes demonstrações, vitoriando e aplaudindo aquele modesto funcionário apenas conhecido na véspera pelo apelido que seu pai ilustrara na Monarquia e que o filho iria imortalizar no serviço da República[16].

Tranquilize-se o leitor porventura desanimado de ler a *Introdução* pelo temor que lhe inspire essa amostra: é recaída rara no vício declamatório do tempo, do qual constitui exemplo quase único.

---

[14] JORGE, A. G. de Araujo. Op. cit. pp. 54-55.
[15] Id., ibid. pp. 59-60.
[16] Id., ibid. p.60.

Estratégias biográficas

Atribui nosso introdutor essas investidas ao sentido de bom humor. Outros veriam talvez uma ponta de insolência e excessivo pundonor aristocrático na reivindicação de títulos a que alguns monarquistas como Nabuco se mostravam indiferentes. A desconfiança de que algo mais haveria na atitude do que a mera tentação de se divertir à custa dos que lhe mandavam instruções encontra certo amparo nas perto de cinco páginas que devota a *Introdução* a incidente do mesmo tipo, mas de teor mais sério.

Deu-se, com efeito, que, por ocasião da vitória no arbitramento de Palmas, o ministro das Relações Exteriores Carlos de Carvalho cumprimentou Rio Branco como "principal autor" da exposição dos direitos brasileiros, ecoando notícias jornalísticas que teriam sido inspiradas pelo objetivo de diminuir a glória do único responsável. Alega Araujo Jorge, e essa é uma das passagens em que se insinua um conhecimento nascido de confidências e do convívio no gabinete, que seu chefe conhecia a origem da "invencionice".

Ao ver oficializada a versão da "obra coletiva", reage indignado por ofício no qual pede vênia para observar ao ministro: "Vossa excelência está equivocado quando supõe que fui o seu (da memória justificativa ou exposição) *principal autor.*" E, depois de minuciosa e exaustiva enumeração de todas suas ações, sempre na primeira pessoa, conclui: "Desde que pus o meu nome por baixo da exposição é porque esse trabalho é todo meu[17]."

A troca de farpas terminou com carta particular do ministro e com despacho oficial no qual se esclarecia: "Na expressão *principal autor da memória justificativa* não quis dizer que nesta teve vossa excelência colaborador, quis simplesmente aludir ao concurso, por assim dizer, externo, dos seus auxiliares[18]."

A veemente reivindicação de autoria exclusiva soa perfeitamente plausível e não há razão para colocá-la em dúvida. Chama, no entanto, a atenção no incidente a presença, mais uma vez, de "estratégia biográfica" atenta e vigilante em edificar pacientemente os títulos justificadores

[17] Id., ibid. pp. 46-50.
[18] Id., ibid. p.49.

do reconhecimento. Este não tardaria em vir sob diversas formas, culminando com a escolha como ministro das Relações Exteriores.

Em nada desmerece o biografado a defesa quase beligerante dos próprios méritos, apesar do inegável constrangimento que causa a leitura da apologia *pro vita sua.* Talvez por isso os dois principais biógrafos tivessem preferido evitar o tratamento longo que ocupa o incidente na *Introdução*. De qualquer modo serve a história para mostrar que o barão não entregava ao acaso nem aos deuses a lembrança de seus préstimos, ao contrário do que tentam fazer crer as reiteradas expressões de renúncia e desinteresse de suas cartas.

Estratégias fronteiriças

Mais significativas, porém, do que as estratégias pessoais para conquistar e manter o poder, foram as destinadas a empregar esse poder da forma mais eficaz e certeira. Uma das melhores contribuições de Araujo Jorge é justamente a de realçar a atenção e o cuidado de Rio Branco em controlar as estratégias de preparação e o acompanhamento dos esforços de solução das controvérsias limítrofes, de maneira a se assegurar o êxito em cada uma das etapas preliminares e na orientação geral imprimida ao processo.

Dentro da história diplomática, o subgênero de fronteiras é dos mais áridos e insossos. Requer do leitor perseverança e boa vontade para conseguir reter nomes complicados de rios e serranias remotas e para acompanhar enfadonhas descrições de traçados quase sempre incompreensíveis, pois são raramente auxiliados por ilustração cartográfica de boa qualidade. A *Introdução,* se não evita inteiramente, ao menos atenua o defeito pelo hábito de descrever o contexto mais abrangente no qual se inseriram as controvérsias limítrofes.

Com razão salienta o autor esse aspecto fundamental: a inteligência estratégica de Rio Branco em planejar as melhores condições possíveis para extrair da erudição o máximo resultado. Sempre que lhe era facultada a possibilidade de influir desde o início no encaminhamento de uma questão de fronteiras, imprimia a marca pessoal em cada um dos passos. Preocupava-se com tudo o que pudesse influir no desfecho final: a escolha da via de solução – arbitragem ou negociação direta (que preferia em

muitas instâncias) –, a opção por árbitro individual – de preferência a tribunais ou comissões arbitrais –, o exame da personalidade do árbitro, das implicações de sua nacionalidade.

Acima de tudo, revelava extraordinário cuidado, palavra a palavra, na negociação do texto do acordo preliminar, definindo com precisão os poderes e limites do que se confiava à decisão arbitral, conforme se pode verificar, por exemplo, nas páginas 89 e 90 da *Introdução,* no trecho em que descreve a preocupação do advogado brasileiro com a precisa determinação do território contestado e a limitação dos poderes do árbitro no conflito sobre a Guiana Francesa.

Se já encontrava o quadro delineado como na questão de Palmas, onde chegou tardiamente após o falecimento do barão de Aguiar de Andrada, mas nem por isso aceitava passivamente o legado dos antecessores. No caso, rechaçou a ideia de confiar a um advogado americano a redação da peça de defesa, recuperou mapas e documentos de arquivo, desfez o trato. Feito isso, lutou três meses com a Secretaria de Estado, recorrendo diretamente a Floriano Peixoto, a fim de colocar de lado a exposição que lhe tinha sido enviada do Rio de Janeiro, substituindo-a inteiramente por memorando justificativo de sua redação.

Vocação política de Rio Branco

Esse comportamento de tenaz afirmação da vontade, pronto a correr riscos pessoais, revelador de capacidade decisória indiscutível, contradiz em tudo o equivocado juízo de Oliveira Lima, ao pretender que lhe sobrava comodismo e escasseava decisão para ser político completo[19]. Quem percebeu melhor o que realmente distinguia Rio Branco foi o jurista americano Basset Moore, consultor da missão brasileira na questão de Palmas, ao descrevê-lo como "a mais completa combinação de erudito (*scholar*) e Estadista" que havia conhecido[20].

Com efeito, é a capacidade de lidar com o poder o que caracteriza o político e o homem de Estado, distinguindo-o daquele que é meramente erudito, que tem conhecimento teórico, mas que nem sempre demonstra

[19] LIMA, Oliveira. Op. cit. p. 301.
[20] *Apud* VIANA FILHO, Luiz. Op. cit. p. 200.

competência na utilização de tal conhecimento na solução de problemas da vida concreta.

Em realidade, o barão justificou a herança e os ensinamentos familiares (a que se refere muitas vezes) recebidos do visconde do Rio Branco, político eficaz que presidiu o gabinete de mais longa duração do Segundo Reinado. Foi por isso que muitos que o conheceram de perto o compararam ao pai, às vezes até no recurso a métodos discutíveis para influenciar a imprensa. A genética era a mesma. O mais jovem se comprazia em autodescrever-se como inapto para as lides da política interna. Contudo, as extraordinárias popularidades interna e externa que acumulou diligentemente, o sucesso em angariar apoio do Congresso, da imprensa e dos políticos sugerem que a diferença não estava tanto na alegada inexistência de aptidão para a política interna, mas na escolha do melhor campo para exercê-la.

De sua astuta sensibilidade ao poder fornece a *Introdução* provas abundantes e expressivas. Uma das mais interessantes é sua intervenção junto à Secretaria de Estado, antes da assinatura do acordo de arbitragem com a França, no sentido de:

> Interessar os Estados Unidos na questão da Guiana Francesa e, se necessário, obter, como em 1838 e 1839, a mediação do governo britânico na sua qualidade de garante do Tratado de Utrecht de 1713, de signatário do Ato de Viena de 1815 e de potência mediadora nos termos da Convenção de Paris de 1817[21].

Vale a pena citar na íntegra o que se segue:

> Penso também que o que contém principalmente o governo francês é o receio de complicação com os Estados Unidos da América e com a Inglaterra e talvez mesmo a desconfiança de que já tenhamos alguma inteligência secreta com os governos dessas duas grandes potências para a interposição de seus bons ofícios no caso de ocupação militar[22] do território contestado. A doutrina de Monroe, desenvolvida pelo presidente Cleveland, e os constantes embaraços que a Inglaterra procura suscitar na África e na Ásia à política colonial seguida desde algum tempo pela França devem ter feito refletir este governo. Não escapa sem

[21] JORGE, A. G. de Araujo. Op. cit. pp. 93-94.

[22] Pela França, obviamente, como se temia após os incidentes sangrentos dos garimpos de Calçoene.

> dúvida ao senhor Hanotaux[23] que a Inglaterra prefere ter por limítrofe o Brasil e que fará tudo quanto puder para impedir que a França ameace, pelo Tacutu e pela serra de Acaraí, a Guiana Inglesa e fique senhora do curso superior de vários afluentes do Amazonas[24].

Está tudo aí: a política defensiva de país consciente de sua fraqueza militar, a busca de reforço mediante apelo à potência britânica, a exploração de rivalidades coloniais que os marxistas chamariam de "intraimperialistas", a futura transferência do eixo da diplomacia para Washington e o alinhamento em busca de proteção junto aos Estados Unidos da Doutrina Monroe. Nada disso é fruto de erudição, mas da mais pura expressão da arte de compreender e utilizar o poder, ainda que a partir de uma posição de fraqueza.

Araujo Jorge reflete bem essa feição do espírito do barão, pois das 36 páginas ocupadas pela questão da Guiana Francesa, 31 são dedicadas aos antecedentes históricos e à estratégia de preparação do terreno para o arbitramento e apenas pouco mais de quatro páginas a este último propriamente dito[25].

O Acre como caso exemplar

O momento em que mais se fez sentir a *political craftmanship* de Rio Branco foi, como ficou dito anteriormente, na questão do Acre, caso de estudo exemplar da aplicação do poder na dosagem certa em todas as etapas e sequências do processo, sem praticamente a interveniência de argumentos histórico-cartográficos, a não ser de modo periférico e suplementar.

O autor da *Introdução* observava no início do capítulo 4, dedicado ao tema, que se tratava de "disputa territorial revestida de aspectos inéditos no registro das controvérsias de fronteiras entre as nações americanas"[26]. Para começar, "do ponto de vista jurídico, todo o território do Acre era boliviano, consoante a invariável interpretação dada ao Tratado de limites

[23] Gabriel Hanotaux, ministro de Assuntos Estrangeiros da França.
[24] JORGE, A. G. de Araujo. Op. cit. pp. 93-94.
[25] Id., ibid. capítulo 2. pp. 65-101.
[26] Id., ibid. p. 132.

de 1867 pela nossa Repartição dos Negócios Estrangeiros no Império e na República"[27]. O que não impediu, diga-se de passagem, que o chanceler o tivesse declarado litigioso, como parte integral de sua estratégia.

Os "aspectos inéditos" e a maneira como o barão lidou com eles poderiam ter sido valorizados de forma mais explícita e incisiva se o capítulo 4 não tivesse sofrido de certo desequilíbrio. Com efeito, das menos de 25 páginas da análise da questão acreana em relação à Bolívia (o capítulo seguinte se volta aos desdobramentos do problema com o Peru), Araujo Jorge devotou 10 à transcrição das cartas entre Rio Branco e o demissionário Rui Barbosa[28].

O próprio autor deu-se conta de que, ao tomar tal decisão, corria o "risco de quebrar a linha essencial desses acontecimentos", mas julgou útil copiar as cartas "a fim de que possam servir de alta lição de patriotismo"[29]. É possível que sua verdadeira intenção tenha sido a de provar, uma vez por todas, como, apesar do inigualado prestígio de Rui, não se tinham "afortunadamente" verificado as pessimistas previsões "vislumbradas pelo patriotismo zeloso e vigilante" do "plenipotenciário vencido"[30].

A irredutível excepcionalidade do Acre decorria de sua natureza de problema eminentemente político, não jurídico ou cartográfico. As armas da erudição histórica e geográfica de pouco serviam em um conflito que requeria, de um lado, a abordagem política do uso adequado do poder e, do outro, os métodos diplomáticos da negociação, culminando em permuta de territórios e pagamento de compensações. Desse modo, o Brasil pagava a fim de assegurar direitos que não tinha ou que eram discutíveis.

Ao longo de todo o episódio sobreleva a dosagem com que o barão alterna o emprego do poder e a oferta de concessões tanto em relação aos investidores internacionais do *Bolivian Syndicate* quanto no trato com o governo de La Paz. A reafirmação do fechamento da navegação do Amazonas é o que obrigou os investidores a negociar, pois, sem acesso à área, perdia esta todo o valor. No entanto, sem a disposição de pagar indenização milionária pelo erro alheio, dificilmente os investidores e

[27] Id., ibid. p. 132.
[28] Id., ibid. pp. 144-154
[29] Id., ibid. p.144.
[30] Id., ibid. p.154.

seus governos teriam desistido do Acre.

Da mesma maneira, se o Brasil não tivesse ocupado militarmente o território a fim de desencorajar a expedição repressiva comandada pelo general Pando, presidente da Bolívia, o país vizinho continuaria a recusar a negociação direta, como o havia feito diversas vezes. Contudo, é inconcebível que a negociação tivesse tão rapidamente resultado no Tratado de Petrópolis se Rio Branco, superando resistências de todo tipo, até no seio de sua delegação, não tivesse aceito pagar quantia importante de compensação, além da permuta de áreas e da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré.

A alternância constante entre poder e transigência, o equilíbrio entre ação unilateral e disposição de negociar merecem ser destacados em narrativa na qual a interação desses elementos decisivos comparece, mas de forma geralmente implícita. Os capítulos seguintes completam o exame das negociações de limites com o Peru (5), a Colômbia (6) e sobre o tratado de retificação com o Uruguai (7).

Dualidade ou unidade?

Ao dar balanço na ação política e diplomática de Rio Branco, Araujo Jorge crê perceber nela dupla finalidade: a reivindicação do território nacional e a reconquista da antiga hegemonia política e militar. A essa dicotomia corresponderia igualmente a uma dualidade de qualidades: a primeira deve-se ao "atilado senso histórico e geográfico" do ministro; a segunda, "à natural clarividência de seu gênio político"[31].

Que não existia separação tão nítida de qualidades em uma atuação de notável unidade de propósitos e métodos já se viu de muitos modos na releitura que estamos fazendo do texto introdutório às *Obras Completas*. Exemplo adicional é dado na análise dos principais trabalhos pessoais redigidos pelo barão sobre as questões de limites que lhe foram confiadas para estudo e/ou defesa.

No seu constante intuito de classificar para tornar mais clara a narrativa, Jorge separa dos quatro atos diplomáticos culminantes da gestão ministerial de Paranhos (os tratados com a Bolívia, o Peru, a

[31] Id., ibid. p. 210.

Colômbia e o Uruguai), as três memórias ou exposições justificativas relativas às disputas com a Argentina, a França e a Inglaterra. Depois de qualificá-las como "modelos de erudição histórica, jurídica e geográfica", o autor reconhece que nelas o que impressiona "não são as inúmeras citações de vetustos papéis [...] nem os veneráveis textos diplomáticos [...] nem mesmo a monumental documentação cartográfica [...], mas [...] toda uma série de qualidades de clareza, harmonia, elegância e ordem [...]" E prossegue: "Tudo está agrupado e distribuído com arte tal que, desde as primeiras linhas, se destaca, em seus traços essenciais, a visão clara do ponto litigioso e quase se adivinham as conclusões[32] [...]"

Em abono de sua opinião, transcreve o juízo de Alcindo Guanabara: "Toda essa massa enorme de mapas, manuscritos, crônicas ou livros [...] seria todavia inútil sem as suas raras qualidades de expositor e de escritor [...] Quem ganhou as duas vitórias de Missões e da Guiana Francesa não foi o sábio, [...] o geógrafo, [...] o diplomata, foi o escritor[33]." Há aqui evidente exagero na importância decisiva atribuída às qualidades de exposição, compreensível em escritor profissional como o jornalista do qual se contava famigerada réplica ao lhe encomendar o diretor do jornal um editorial sobre Jesus Cristo para a edição de Sexta-Feira Santa: "A favor ou contra?"

Ao contrário do implícito na anedota, nem para tudo serve a boa escrita. Se assim fosse, como explicar que a primorosa exposição de Joaquim Nabuco na questão dos limites com a Guiana Inglesa não tivesse alcançado igual sucesso a do barão? Pesaram neste caso outros fatores, não só de diferencial de poder, mas, sobretudo, de natureza doutrinária jurídica distinta daquela preferida pelos diplomatas e publicistas brasileiros.

Segundo sustenta José Theodoro Mascarenhas Menck em *Brasil versus Inglaterra nos Trópicos Amazônicos:* a questão do Pirara (1829-1904), tese de 2001 do Departamento de História da Universidade de Brasília, o árbitro da controvérsia, o rei da Itália Vitor Emanuel III, optou pelos princípios do Congresso de Berlim (1885). Definidos em função da partilha colonialista da África, esses princípios convinham particularmente a países de imperialismo tardio, pois desconheciam a

[32] Id., ibid. p. 120.
[33] Id., ibid. p. 121.

força definitiva da primazia da descoberta ou de afirmações de soberania. O elemento decisivo, de acordo com a doutrina de Berlim, era a prova da posse atual mediante efetiva e ininterrupta ocupação da totalidade, e não só de parte do território, hipótese em que não se enquadrava nenhum dos litigantes.

A construção dos direitos fronteiriços

O que nos interessa não é discutir a questão em si (o que fiz em Joaquim Nabuco e as fronteiras do Brasil[34]), mas apenas acentuar que existiam possibilidades diferentes de abordar teoricamente a questão da definição da soberania de territórios contestados. Embora se alegasse que os princípios de Berlim jamais tivessem sido invocados nas Américas e não se aplicassem à situação por serem posteriores ao início da controvérsia, o fato é que o Brasil acatou a sentença arbitral, reconhecimento implícito da existência na matéria de divergências doutrinárias legítimas.

Admitir que o Direito Internacional positivo da época não era uniforme e invariável na solução dos conflitos de limites obriga, por sua vez, a matizar asseverações taxativas como a de que Rio Branco tinha promovido a restauração triunfante de fronteiras "prestigiadas por afirmações seculares do nosso direito"[35]. Conduz, ao mesmo tempo, a exercício de releitura contemporânea que relativize o que naquele tempo se tendia a absolutizar, como na expressão anteriormente citada, de autoria do próprio chanceler.

Ao efetuar essa revisão na maneira de apreciar as questões fronteiriças, não diminui em nada o mérito dos que garantiram ao Brasil seu atual território; antes, se acresce o valor da proeza, que requereu muito mais do que o mero exercício da erudição histórico-cartográfica. Convida-nos a dar um passo adiante e a indagar porque as pessoas imersas no universo mental e ideológico de cem ou mais anos atrás tendiam a valorizar tanto o conhecimento, passando em silêncio ou subestimando os instrumentos políticos. Não seria essa também

[34] RICUPERO, Rubens. Joaquim Nabuco e as fronteiras do Brasil. *Revista Brasileira*, fase VII, ano XVII, nº 66, pp. 123-140, jan.-fev. 2011.

[35] JORGE, A. G. de Araujo. Op. cit. p. 210.

uma estratégia útil, inspirada na presunção de ser mais aceitável a um país soberano abrir mão de território disputado por lhe faltar o apoio de mapas e documentos do que por ser obrigado a ceder a um poder mais forte?

Estratégia assim convinha particularmente a uma época que valorizou como nunca, antes ou depois, os métodos de solucionar conflitos como o arbitramento, teoricamente objetivos e imparciais. A recusa do arbitramento deixava as partes perigosamente perto do recurso à guerra como a *ultima ratio* para ajustar conflitos de interesses. Havia, por conseguinte, incentivo real em acreditar na possibilidade da existência de uma espécie de verdade objetiva em termos de limites disputados, sendo o conhecimento científico o caminho mais seguro (e pacífico) para chegar a tal verdade.

Araujo Jorge simplifica e idealiza a realidade histórica ao afirmar que o princípio do *uti possidetis* houvesse sido a "norma fundamental invocada e seguida invariavelmente pelos fundadores da política externa do Brasil no deslindamento de suas contestações territoriais com os países hispano-americanos"[36]. Mais correto é reconhecer que tanto a versão brasileira do princípio quanto a doutrina ou norma fundamental em matéria de limites sofreram no Brasil evolução gradual até se fixarem nas formulações mais aptas a servirem aos interesses e às características específicas da situação do país.

As doutrinas jurídicas sobre aquisição e manutenção de soberania não nascem do princípio socrático da busca desinteressada da verdade. Construções mentais e ideológicas refletem-se na vida concreta as particularidades históricas e geográficas, bem como os interesses dos que as desenvolvem.

Ocupação *versus* títulos

Um exemplo interessante é o da divergência entre juristas hispânicos e brasileiros na exegese do sentido do *uti possidetis*. Os primeiros, seguros dos títulos superiores que lhes decorriam de Tordesilhas e do Tratado de Santo Ildefonso (1777), pretendiam que a posse efetiva não fosse suficiente, dependendo para sua validade de título jurídico prévio.

[36] Id., ibid. p. 11.

Ante tal pretensão, é significativo que a interpretação adotada no Brasil resultasse, em parte, de consulta formulada por Miguel Maria Lisboa ao internacionalista venezuelano-chileno Andrés Bello, cuja resposta definia:

> O *uti possidetis* da época da emancipação das colônias espanholas era a posse natural da Espanha, o que a Espanha possuía, real e efetivamente, com qualquer título ou sem título algum, não o que a Espanha tinha o direito de possuir e não possuía.

Os pleitos do Brasil derivavam mais da ocupação que dos títulos jurídicos. Ao recrutar, para reforço da posição do país, o prestígio de um dos maiores intelectuais hispano-americanos do século XIX, o diplomata da monarquia ilustra bem como se edificaram as doutrinas e posições teóricas mais ajustadas aos interesses brasileiros. Durante o longo processo da definição territorial, é possível discernir como políticos e diplomatas progressivamente edificam um conjunto de doutrinas e argumentos adaptados às circunstâncias particulares, jurídicas e históricas, a partir, às vezes, de posições de fraqueza.

O Tratado de Santo Ildefonso

Um dos marcos principais dessa evolução é o valor a ser atribuído ao Tratado de Santo Ildefonso. Em olhar retrospectivo e saudosista ao passado, os brasileiros não escondiam a preferência pelo Tratado de Madri (1750), que consagrara a expansão territorial lusitana além da linha de Tordesilhas e que praticamente desenhara os contornos gerais do atual mapa nacional. Pelo Tratado de Madri, Portugal cedia a Colônia do Sacramento, abrindo mão da primazia do estabelecimento na margem oriental do rio da Prata (1680), mas recebia, em troca, os Sete Povos das Missões do Uruguai. Sobre o Tratado de Madri, Rio Branco escreveria:

> O estudo do Tratado de 1750 deixa a mais viva e grata impressão da boa-fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram esse ajuste amigável de antigas e mesquinhas querelas, consultando-se unicamente os princípios superiores da razão e da justiça e as conveniências da paz e da civilização da América[37].

[37] RIO BRANCO. *Exposição ao presidente dos Estados Unidos*. p. 24. vol. 2.

A opinião desabusada de Euclides da Cunha, segundo o qual Madri "sancionou o triunfo de uma raça sobre outra"[38] se afigura evidente exagero, uma vez que se apreciava então o valor econômico e estratégico da Colônia do Sacramento como muito superior ao do território dos guaranis. A resistência armada dos índios complicaria inesperadamente a execução da troca e poria em marcha processo para anular pelo Tratado de El Pardo (1761), o efêmero ajuste anterior.

Depois do apogeu das quatro décadas de prosperidade de dom João V, graças ao ouro e aos diamantes do Brasil, carinhosamente apelidado de a "minha vaca de leite" por seu afortunado avô, o poder e o prestígio de Portugal começam a sofrer irremediável declínio. A tendência ganhará força após a morte do rei dom José I, o afastamento do marquês de Pombal e a subida ao trono de dona Maria I, acarretando a reviravolta expressa no sonoro nome lusitano de "Viradeira".

Reiniciada a guerra, a Espanha despacha ao sul da América a mais poderosa expedição militar que até então montara na região, força de 116 navios e de 13 mil homens comandados por dom Pedro de Ceballos, primeiro vice-rei do rio da Prata. A ocupação por essa armada do Rio Grande e da ilha de Santa Catarina criaria as condições para a imposição do Tratado de Santo Ildefonso, que assegurava a Madri a posse tanto da Colônia do Sacramento quanto dos Sete Povos, desfazendo o relativo equilíbrio de Tratado de 1750.

O sentido que se extrai dos altos e baixos da fortuna das armas é de um padrão que se repete: a cada instante da correlação de forças corresponde uma expressão jurídica consubstanciada em um tratado. As mudanças na correlação de forças não demoram a encontrar tradução em nova construção jurídica que legitima a situação de fato alcançada no terreno. O Tratado de Santo Ildefonso foi assim o reflexo jurídico da mais nítida superioridade militar que os espanhóis jamais atingiram nas plagas meridionais da América do Sul.

É o que admitia o internacionalista argentino Carlos Calvo, citado por Hélio Vianna:

> Mais vantajoso à Espanha que o de 1750, deixou-a com o domínio absoluto e exclusivo do rio da Prata, arvorando sua bandeira na Colônia do

[38] CUNHA, Euclides da. *Peru versus Bolívia*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1939. p. 10.

> Sacramento e estendendo sua autoridade sobre os campos do Ibicuí [...] sem mais sacrifício que a devolução da ilha de Santa Catarina, de que se havia apoderado por conquista[39].

É compreensível, portanto, nota o historiador, que, na questão de Palmas, o advogado argentino pretendesse em 1894 que Santo Ildefonso fosse ajuste "definitivo". A mesma fonte assinala que ainda em 1946 o historiador uruguaio Júlio César Vignale continuava a sustentar que o velho tratado seria o único legítimo para regular os limites dos países sul-americanos com o Brasil[40].

Em contraste, Varnhagen afirmava que os dispositivos de Santo Ildefonso tinham sido "ditados pela Espanha quase com as armas na mão, e os pactos não poderiam deixar de parecer-se aos do leão com a ovelha timorata"[41]. Conforme insinua esse juízo, Santo Ildefonso não passou para portugueses e brasileiros de anomalia temporária, fruto de circunstâncias excepcionais a serem retificadas na primeira oportunidade, primeiro no terreno dos fatos, depois no do direito.

A correção da anomalia ocorreria primeiramente no terreno, mediante a ocupação dos Sete Povos das Missões durante a Guerra Peninsular (1801). A partir desses antecedentes, uma sucessão de políticos e diplomatas brasileiros, de Duarte da Ponte Ribeiro e Miguel Maria Lisboa aos Rio Branco, pai e filho, desenvolverão doutrina jurídico-histórica coerente com os interesses e pretensões territoriais brasileiras.

A definição da doutrina

Desdobrada em diversos corolários, a doutrina parte da afirmação geral de que os grandes tratados coloniais entre Portugal e Espanha, o de Madri e o de Santo Ildefonso, deveriam ser vistos como ajustes provisórios de limites e não como soluções definitivas. Não se havendo completado a demarcação no terreno ou tendo sido anulados por eventos

[39] *Apud* VIANA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora, 1958. p. 73.
[40] Id., ibid. p. 74.
[41] Id., ibid. p. 73.

posteriores, esses tratados poderiam no máximo servir de indicação ou orientação de onde não existisse ocupação efetiva contrária.

É o que já se asseverava na quarta reunião com o Paraguai para ajuste de limites (março de 1856):

> O governo imperial, tem-se dito e repetido muitas vezes, admite como base principal o *uti possidetis*. Onde este existe deve ser respeitado. Os antigos tratados, ele somente os invoca e apresenta como base auxiliar, para assinalar os limites dos dois países naqueles (lugares) em que não existe ocupação ou monumento preciso[42].

Em relação a Santo Ildefonso, o visconde do Rio Branco sustentava, como o faria seu filho, que "a guerra de 1801 o anulou para sempre, visto como o tratado de paz assinado em Badajoz a 6 de junho do mesmo ano não o restaurou, nem mandou que as coisas tornassem ao estado *ante-bellum*"[43].

Alegaria o barão na exposição submetida ao presidente dos Estados Unidos a propósito de Palmas que todos os tratados entre as coroas de Portugal e da Espanha após a Restauração portuguesa de 1640 costumavam revalidar expressamente os tratados anteriores. A omissão da cláusula no Tratado de Badajoz não poderia ser interpretada como mero esquecimento, posto que a Espanha tinha guardado a praça de Olivença, capturada na Península enquanto Portugal permaneceu na posse das Missões, não se registrando, portanto, retorno ao *status quo* territorial precedente ao conflito[44].

Política fronteiriça como *soft power*

Como se pode deduzir dessa reconstituição, a definição da doutrina brasileira em matéria de fronteiras, obra coletiva promovida por gerações sucessivas de servidores do Estado, se revestiu de natureza política. Ela

---

[42] Protocolo das conferências com o Paraguai. *Anexo ao relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros,* 1857.

[43] Id., ibid.

[44] RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos Jr., barão do. *Questões de limites. República Argentina.* Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945. pp. 7, 10 e 11.

consistiu, de fato, no uso do poder, neste caso o que hoje chamaríamos de *soft* ou *clever power*, a fim de atingir pacificamente o objetivo da consolidação do patrimônio territorial.

Aquilo que Araujo Jorge separava, o "senso histórico e geográfico", de um lado, o "gênio político", do outro, em verdade se amalgamaram na unidade do "poder inteligente" ou do "poder da inteligência", isto é, da erudição histórica, da invocação dos mapas, da construção de argumentação jurídica, a fim de servir a objetivos políticos.

Não se tratava de apanágio exclusivo dos brasileiros, antes característica amplamente disseminada entre os dirigentes latino-americanos. Se há uma ideologia partilhada pelas elites da América Latina da segunda metade do século XIX, ela é, sem dúvida, a do liberalismo jurídico e político adquirido nas academias de Direito do continente – em nosso caso, nas de São Paulo e Recife. Essa crença no Direito em geral e no Direito Internacional em particular fornecerá o universo de valores comuns dentro do qual podiam mover-se hispano-americanos e brasileiros, permitindo-lhes inclinar-se ante sentenças adversas baseadas em tais valores.

A *Introdução* relata que o próprio advogado argentino na questão de Palmas, Estanislau Zeballos, confessava que, à luz dos documentos apresentados pelo Brasil, o presidente Cleveland não teria podido, em consciência, dar ganho de causa a seu país. E, em exemplo adicional do respeito dos contemporâneos, mesmo adversários, ao conhecimento e à erudição, transcreve o elogio público de Paul Groussac, um dos maiores historiadores diplomáticos argentinos, à qualidade da exposição redigida por Rio Branco: "*La admirable Exposición brasileña, a producirse algunos años antes como simple alegato diplomático, hubiera sin duda convertido la opinión y evitado el recurso arbitral*[45]."

Dando prova da mesma adesão a valores comuns, o barão defendia a permuta do Tratado de Petrópolis, mediante cessão de terras habitadas por bolivianos, com argumentos similares: "Se o título em nome do qual lhe (à Bolívia) pedimos a cessão da bacia do Acre [...] era o de serem esses territórios habitados [...] por concidadãos nossos, como poderíamos honestamente negar à Bolívia extensão [...] habitada [...]

[45] JORGE, A. G. de Araujo. Op. cit. pp. 36 e 37.

por seus nacionais[46]?"

Em idêntico registro de afirmação do primado do Direito, diria, anos mais tarde, em discurso no Instituto Histórico e Geográfico, no qual explicava porque o tratado de retificação de 1909 havia concedido ao Uruguai o condomínio na lagoa Mirim e no rio Jaguarão, sem aceitar contrapartidas:

> Se desejamos remover a exceção que já não é para o nosso tempo, nem para o nosso Continente, não é com a ideia de [...] conquistar a gratidão [...] do Uruguai [...] Se queremos hoje corrigir parte da nossa fronteira meridional [...] é principalmente porque esse testemunho do nosso amor ao direito fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro[47].

Apesar de diferenças como as relativas a Santo Ildefonso ou à exegese do *uti possidetis,* a existência de universo cultural e jurídico comum foi a condição que possibilitou a solução pacífica das disputas de território entre o Brasil e seus vizinhos mediante a aplicação de doutrinas jurídicas basicamente partilhadas. Quando faltou o marco de referência comum, o recurso ao arbitramento deixou de ser alternativa confiável e teve de ser substituído por outro tipo de política.

A mudança iria ocorrer como decorrência do choque ocasionado pela sentença do rei Vitor Emanuel III na questão com a Guiana Inglesa, que nos opunha significativamente não a outro país latino-americano, mas à potência europeia preponderante. Dessa vez o laudo se baseou não na doutrina tradicional entre os latino-americanos, mas nos novos princípios desenvolvidos a partir do Congresso de Berlim na fase aguda do imperialismo europeu. Em maio de 1900, quatro anos do desfecho da pendência, Joaquim Nabuco antecipava a tendência desfavorável ao escrever:

> Nenhuma confiança mais me inspira em uma causa como esta nenhum juiz europeu; as ideias europeias são fundamentalmente diversas das americanas em questões dessa natureza. Os juízes com quem poderíamos contar seriam os homens da antiga escola, mas estes nenhuma influência exercem na transformação do direito, que se tem de adaptar aos fatos da formação dos impérios coloniais[48].

---

[46] RIO BRANCO. *Exposição de Motivos do Tratado de Petrópolis*. 27 dez. 1903.
[47] JORGE, A. G. de Araujo. Op. cit. p. 200.
[48] RICUPERO, R. Op. cit. pp. 129 e 130.

A consequência mais notável do choque da sentença do rei da Itália foi não tanto, como se diz, a perda de confiança na arbitragem. O que Rio Branco, Nabuco e seus contemporâneos perderam foi menos a fé no arbitramento que a crença na persistência do quadro comum de referências e valores que o tornava cabível. Não tardaram em tirar a lição do sucedido: a necessidade de buscar proteção contra os europeus no ascendente poderio dos Estados Unidos dentro do que Joaquim Nabuco chamaria de um novo sistema internacional americano. Em relação às divergências pendentes com latino-americanos, passou-se a recorrer à negociação direta.

Conclusão

De todos os que contribuíram para edificar a posição brasileira em problemas limítrofes, ninguém alcançou a importância do Barão do Rio Branco, tanto em relação ao número de questões em que atuou quanto no papel decisivo de resolver definitivamente litígios que se arrastavam há décadas ou séculos. A sistematicidade e a abrangência do esforço resultaram de desígnio consciente e deliberado, em parte decorrente da crise acreana, conforme lembra Araujo Jorge: "A dura lição do Acre não fora desaproveitada. Aos seus amargos ensinamentos devemos haver Rio Branco acelerado a discussão sobre as nossas restantes controvérsias de limites"[49] [...] O barão tinha perfeita consciência do que havia realizado, declarando certa vez ao diplomata argentino Ramón J. Cárcano: "Já construí o mapa do Brasil[50]."

Ao liquidar pacificamente o contencioso fronteiriço, o ministro criou as condições de possibilidade para uma diplomacia construtiva com os vizinhos, afastando o risco de imitação da agressiva política de poder em voga na Europa de então. Punha fim em definitivo ao longo período das intervenções armadas na região do Prata, que se exacerbara a partir de meados do século XIX, culminando na interminável e destrutiva Guerra da Tríplice Aliança.

Paranhos Júnior tinha apenas 20 anos quando se desencadeara o conflito.

[49] JORGE, A. G. de Araujo. Op. cit. p. 173.
[50] CÁRCANO, Ramón J. *Mis primeros ochenta años*. Buenos Aires, 1943. p. 282.

A lembrança traumática das dificuldades enfrentadas no Paraguai, as sequelas econômicas e políticas, entre as quais a questão militar, marcaram profundamente sua geração. Apesar do entusiasmo pelas façanhas guerreiras, típico do historiador militar, não se iludia sobre a trágica natureza dos choques armados. Acreditava no conselho que proporcionou aos chilenos em hora de grave crise com o Peru: "É mais prudente transigir do que ir à guerra. O recurso à guerra é sempre desgraçado[51]."

Fora ministro em Berlim no momento em que os triunfos bélicos do recém-criado Império alemão preparavam as catástrofes que ensanguentariam o século. Não lhe seria difícil assim compreender que os atos fundadores determinam de forma perdurável, para o bem e para o mal, o comportamento externo dos países.

Coube-lhe para fortuna nossa o papel de refundador da política externa brasileira, à qual imprimiu a feição que conserva até hoje na opção pelos valores da paz e do direito, pelos meios de negociação e persuasão, no equilíbrio e senso de medida, no apreço às organizações internacionais e à colaboração multilateral.

No fecho de sua *Introdução,* Araujo Jorge diz a mesma coisa com outras palavras: que as lições dessa diplomacia ficaram incorporadas ao patrimônio moral do país e identificadas com o seu destino histórico. E, pouco antes, em fórmula particularmente feliz, resume que "a obra política e diplomática de Rio Branco [...] representa a mais completa expressão do sentimento pacifista do nosso povo"[52].

O próprio Rio Branco se encarregou de definir a essência de seu pensamento na mais irretocável expressão do que em nossos dias se denominaria de diplomacia de *soft power,* do poder não de coagir, mas de persuadir:

> Quando pelo trabalho de anos, e muitos anos [...] tiverem conseguido igualar em poder e riqueza a nossa grande irmã do Norte e as mais adiantadas nações da Europa – se então pensarem alguns destes países latino-americanos em entregar-se à loucura das hegemonias ou ao delírio das grandezas pela prepotência –, estou persuadido de que o Brasil do futuro há de continuar invariavelmente a confiar, acima de tudo, na força

[51] *Apud* LINS, A. Op. cit. p. 683. v. 2.
[52] JORGE, A. G. de Araujo. Op. cit. pp. 210 e 211.

> do Direito e, como hoje pela sua cordura, desinteresse e amor da justiça, a conquistar a consideração e o afeto de todos os povos vizinhos em cuja vida interna se absterá de intervir[53].

O Barão do Rio Branco não poderia desejar homenagem maior, cem anos depois de sua morte, da que hoje lhe presta o Brasil ao se manter fiel à herança mais que centenária de paz com todos os vizinhos e ao ingressar, como previu, "na esfera das grandes amizades internacionais a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população"[54].

São Paulo, 27 de setembro de 2011.

[53] *Apud* LINS, A. Op. cit. pp. 685 e 686.
[54] RIO BRANCO, artigo no *Jornal do Commercio*.

Introdução à edição de 1945

O governo brasileiro resolveu, em hora de feliz inspiração, comemorar a 20 de abril de 1945 a passagem do primeiro centenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco. Entre as homenagens com que pretende celebrar a efeméride ilustre sobreleva a que, pelo seu alto significado espiritual, traduz o grau de cultura cívica atingido pelas gerações contemporâneas do Brasil: a edição nacional das obras de Rio Branco. Os volumes agora publicados representam o verdadeiro e único monumento à altura dos eminentes méritos do cidadão que consagrou a existência inteira ao serviço de sua terra, legando soberba e luminosa lição de patriotismo, não deslembrada pelos que, se não substituíram, o têm sucedido na direção da política exterior do Brasil.

Esta publicação oferece pela primeira vez uma visão panorâmica da atividade política e diplomática de Rio Branco. O biógrafo futuro terá à sua disposição os elementos para reconstituir-lhe a personalidade, desde as primeiras manifestações tateantes no magistério, na magistratura, no jornalismo e na política até ao período de transfiguração final em que o vulto de Rio Branco, aureolado pelo reconhecimento unânime dos contemporâneos, assume o caráter augusto de um símbolo vivo da própria pátria. Essas páginas revelam-nos o segredo das vitórias diplomáticas que lhe permitiram a feliz termo, sem guerras nem conquistas, a retificação dos contornos do território nacional e explicam a brilhante fortuna que invariavelmente lhe coroou a ação

no Ministério das Relações Exteriores valendo-lhe a veneração e estima de seus concidadãos em grau jamais ultrapassado por qualquer outro homem público, quer no Império, quer na República.

A produção de Rio Branco está naturalmente dividida em dois grupos, correspondentes a duas épocas distintas de sua vida: o primeiro abarca os trabalhos do historiador e do geógrafo, concebidos na calma e no recolhimento estudioso do gabinete, entre os quais se incluem as Memórias sobre os litígios territoriais com a República Argentina e com a França; a monografia sobre a controvérsia de fronteiras com a Inglaterra e outros de natureza vária, de menor vulto; o segundo abrange a obra do diplomata militante e do homem público, ou sejam, as exposições de motivos dos vários atos internacionais concluídos durante o decênio de sua gestão no Ministério das Relações Exteriores, os discursos proferidos no desempenho de funções oficiais e os artigos de jornais publicados sem sua assinatura, em mais de uma oportunidade, para esclarecimento e orientação da opinião em matéria controvertida de política externa.

Os trabalhos de Rio Branco eram praticamente inacessíveis ao grande público: as Memórias sobre os pleitos de Missões e do Amapá, acompanhadas da monumental documentação cartográfica, bem como a Guiana Inglesa, constituíam verdadeiras preciosidades bibliográficas, avaramente aferrolhadas em raros arquivos e bibliotecas; o restante – documentos diplomáticos, discursos, apontamentos biográficos, comentários, notas e fragmentos sobre a história militar do Brasil, – encontravam-se esparsos em livros e publicações periódicas da época, só passível de consulta ou manuseio por algum investigador paciente e perseverante.

Bem haja, pois, o governo brasileiro, por ter empreendido em boa hora a publicação dos trabalhos de Rio Branco, permitindo aos brasileiros, dora em diante, admirar e compreender pela razão a obra gloriosa que já sentiam e amavam pelo coração.

Escusado é declarar que as linhas seguintes não tem a pretensão de constituir uma biografia de Rio Branco. Tampouco encerram uma apreciação ou comentário crítico dos memoráveis atos diplomáticos em que foi parte nos derradeiros vinte anos de sua benemérita existência. Elas apresentam, simplesmente, em seus contornos essenciais, um quadro de conjunto da atividade intelectual de Rio Branco e uma exposição histórica, exata, clara e concisa, das palpitantes questões a que seu nome ficou indelevelmente associada no desenvolvimento das relações internacionais do Brasil.

Embaixador Pedro Leão Velloso
Secretário-Geral das Relações Exteriores

CAPÍTULO I

A DIPLOMACIA BRASILEIRA NO IMPÉRIO. O BRASIL NA SOCIEDADE INTERNACIONAL. A REPÚBLICA E AS CONTROVÉRSIAS DE FRONTEIRAS. O TERRITÓRIO DE PALMAS E A CONTENDA DE LIMITES COM A REPÚBLICA ARGENTINA. ANTECEDENTES HISTÓRICOS, POLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS. O TRATADO DE MONTEVIDÉU DE 25 DE JANEIRO DE 1890. ARBITRAMENTO DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. RIO BRANCO E A MISSÃO ESPECIAL EM WASHINGTON. TRIUNFO DO DIREITO DO BRASIL.

A República encontrou o Brasil na plenitude do seu prestígio internacional. Nossa política exterior merecera sempre de dom Pedro II minuciosa e vigilante atenção. O imperador não somente percorria meticulosamente correspondência das nossas missões diplomáticas que lhe era submetida ao exame e consideração pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, como, não raro, lhes traçava de próprio punho as normas de procedimento e acompanhava de perto as negociações entabuladas sobre todos os assuntos respeitantes à segurança e à integridade do Brasil. Além disso, punha o máximo escrúpulo na escolha de seus representantes no estrangeiro, dando invariável preferência aos homens versados no conhecimento da história e da geografia do Brasil e no estudo dos delicados e complexos problemas políticos e econômicos decorrentes da nossa contiguidade geográfica com quase todas as Repúblicas sul-americanas. Esta rigorosa seleção de valores, a que era alheia qualquer espécie de favoritismo político, acabou por formar um núcleo respeitável de técnicos e especialistas a quem o governo imperial podia descansadamente confiar a defesa de seus múltiplos interesses e que eram, ao mesmo tempo, no estrangeiro, plenipotenciários da cultura e civilização brasileiras. Ainda hoje, a diplomacia do Brasil desfruta a invejável reputação adquirida naquela época. Todos os que havemos servido no exterior, em especial nos países hispano-americanos, temos

ouvido, com justo e legítimo orgulho, referências as mais lisonjeiras à organização diplomática brasileira e à sua brilhante tradição na história das relações internacionais do Brasil. Não maravilha que durante o Segundo Reinado a autoridade moral do governo brasileiro e a capacidade dos seus homens de Estado tenham recebido mais de uma consagração pública e solene por parte de poderosas nações do mundo. No caso das "reclamações do Alabama", a Inglaterra e os Estados Unidos da América não hesitaram em confiar a defesa de seus interesses ao Tribunal Arbitral, com sede em Genebra, instituído pelo Tratado de Washington de 8 de maio de 1871, no qual teve assento o árbitro brasileiro Marcos Antônio de Araújo, visconde de Itajubá, então nosso ministro em Paris, juntamente com os juízes norte-americanos e ingleses e com os nomeados pelos governos da Itália e da Suíça. Depois da Guerra de Secessão, as reclamações dos súditos franceses, prejudicados por essa sangrenta luta civil, foram julgadas por um tribunal franco-americano, criado em Washington, pela Convenção de 15 de janeiro de 1880, cuja presidência coube ao diplomata brasileiro Tomás Fortunato de Brito, então barão de Arinos, por duas vezes consecutivas reconduzido àquelas funções a pedido do governo norte-americano. À oferta de bons ofícios, insinuada por algumas das grandes potências da Europa durante a Guerra de Secessão, o presidente Lincoln mandou responder que, em se tratando de uma questão puramente americana, o respeito à doutrina de Monroe não lhe permitia aceitar qualquer intervenção europeia, acrescentando que, se se tornasse necessária a mediação de um governo estrangeiro, o que não se lhe afigurava provável, o interventor ou árbitro naturalmente indicado aos dois partidos em luta seria o governo imperial do Brasil. No Chile, depois da Guerra do Pacífico entre este país, de um lado, e o Peru e a Bolívia, do outro, os tribunais arbitrais internacionais, constituídos em 1885 para apreciar e julgar as reclamações de súditos da Inglaterra, da Alemanha, da França, da Itália, da Áustria-Hungria, da Bélgica e da Suíça, foram presididos por árbitros brasileiros, nomeados pelo imperador dom Pedro II por solicitação expressa dos governos interessados, como nos casos anteriores: eram os conselheiros Filipe Lopes Neto, Lafayette Rodrigues Pereira e barão de Aguiar de Andrada.

Tudo isto constituía honra insigne para o Brasil e seu soberano e, sobretudo, homenagem à cultura e à idoneidade moral dos estadistas e homens públicos brasileiros daqueles tempos.

Não era menos invejável a nossa situação no continente americano e, em particular, nos países escalonados ao longo da nossa fronteira. Em meio a violentas convulsões internas que em todos eles precederam sua definitiva organização social e a consolidação das instituições republicanas, o governo brasileiro timbrou sempre em manter a mais escrita neutralidade e em seguir política de escrupuloso respeito às soberanias alheias, embora atento às tropelias guerreiras que se desencadeavam demasiado próximo de algumas de suas fronteiras. Embora frágeis os vínculos da solidariedade continental, o Império, quando solicitado, jamais regateou sua colaboração civilizadora e nunca usou de sua força senão para repelir provocações ameaçadoras da sua segurança ou integridade territorial. A verdade é que nos sentíamos distanciados dos nossos vizinhos pelos preconceitos peninsulares de Portugal e Espanha que haviam atravessado o Atlântico, pelas lembranças ainda vivas das lutas durante o período colonial e, em especial, pela diferença de forma do governo, perpétuo motivo de prevenção das Repúblicas americanas contra o Império brasileiro. Em vão, homens da mais alta estatura moral do continente esforçavam-se em dissipar essas suspeitas e em fazer justiça ao Brasil, apontando aos seus concidadãos os nobres exemplos de ordem, paz interna, liberdade e justiça dados por uma monarquia que, no dizer do grande Mitre, era "uma democracia coroada". Nem por isso deixava o Império de continuar a inspirar desconfianças às jovens democracias sul-americanas. Durante muitos anos, uma propaganda tenaz e insidiosa, em livros, jornais e até em documentos de origem oficial, apontava o Brasil à execração continental, atribuindo-lhe propósitos de conquistas territoriais à custa de vizinhos menos poderosos e intuitos de predomínio político e militar que estavam longe do espírito do imperador e dos seus conselheiros, como o futuro se encarregou de demonstrar.

Apesar de tantos tropeços e dificuldades, os estadistas da Monarquia, animados do desejo de eliminar ou de reduzir ao mínimo as causas de atrito ou de desinteligência com os países confinantes e de preparar assim o terreno para uma larga política de compreensão mútua e confraternização americana, nunca desfaleceram no empenho de entrar em entendimentos com cada um deles para o fim de regular as mais delicadas e complexas relações de comércio, navegação e vizinhança, nem de liquidar amigavelmente a pesada herança das controvérsias territoriais, definindo as linhas de fronteira, ainda indeterminadas, entre

os antigos domínios espanhóis e o território do vasto império de língua portuguesa na América.

Com esse objetivo, iniciou o governo brasileiro desde os primórdios da nossa vida política uma série de negociações de que resultaram os primeiros ajustes de limites, todos baseados no princípio do *uti possidetis* que, depois de haver sido estipulado e aplicado nos grandes atos diplomáticos celebrados por Portugal e Espanha em fins do século XVIII, se tornou a norma fundamental invocada e seguida invariavelmente pelos fundadores da política externa do Brasil no deslindamento de suas contestações territoriais com os países hispano-americanos.

Proclamada a República no Brasil a 15 de novembro de 1889, e, apesar das dificuldades decorrentes da queda do regime monárquico e da implantação das novas instituições, o governo provisório resolveu prosseguir na execução do programa de fixação definitivo para a determinação de uma curta seção da linha divisória comum entre os rios Uruguai e Iguaçu.

Em 14 de dezembro de 1857, havia sido concluído um tratado de limites, negociado pelo conselheiro Paranhos, depois visconde do Rio Branco, e assinado na cidade do Paraná (Entre Rios), capital provisória da Confederação Argentina. Nos termos deste ajuste, a fronteira entre os dois países começava ao norte, no rio Paraná, em frente à confluência do rio Iguaçu, acompanhava o curso deste rio desde sua foz até a do Santo Antônio, subia por este até a sua origem principal, daí passava da bacia do Iguaçu para a do Uruguai, seguindo pelo mais alto do terreno até a nascente principal do rio Pepiri-Guaçu, e continuava na direção sul pelo curso deste último rio até sua foz na margem direita do Uruguai, e, depois, por este, águas abaixo, até a embocadura do rio Quaraí. O artigo 2º desse tratado determinava, "para evitar qualquer dúvida", que os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio eram os rios reconhecidos em 1759 pelos comissários demarcadores do Tratado de Limites de 13 de janeiro de 1750.

O Tratado de 1857, aprovado pelo Senado argentino em sessão secreta de 28 de julho de 1858 e pela Câmara dos Deputados em outra sessão secreta de 24 de setembro do mesmo ano, ficou sem efeito por não haver formalidade complementar da ratificação, retardada indefinidamente, depois prejudicada pelos graves sucessos internos da

República Argentina e, mais tarde, pela superveniência da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Em 1876, terminada a campanha do Paraguai e liquidados os graves problemas políticos dela resultantes para ao Brasil e para a República Argentina, o governo imperial enviou a Buenos Aires, em Missão Especial, o barão de Aguiar de Andrada, com o fim de obter ou a ratificação do Tratado de 1857 ou a celebração de um novo ajuste de limites. Depois de uma série de propostas e contrapropostas, as negociações terminaram sem resultado em 1877, mas serviram para mostrar que o governo argentino, pela primeira vez, manifestava dúvidas sobre a localização dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, que completavam a linha divisória entre os rios Iguaçu e Uruguai. Mais tarde, em 1881, a propósito da criação, pelo Ministério da Guerra do Brasil, de duas colônias militares na então província do Paraná, junto aos rios Chapecó e Chopim, aquele governo revelou todo o seu pensamento: já não se limitava, como em 1876, a levantar dúvidas sobre a localização dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio; assinalava como limites com o Brasil dois rios mais orientais, o Chapecó e o Chopim, pelos quais, a seu parecer, deveria correr a fronteira entre os rios Iguaçu e Uruguai. Dessa maneira, a partir de 1881, passou a considerar litigioso todo o território situado a leste dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, fronteira secular do Brasil, e a oeste dos rios Chapecó e Chopim, fronteira reivindicada pela República Argentina. A publicação, pelo governo argentino, do decreto de 16 de março de 1882, criando o governo de Missões, limítrofe da zona litigiosa, e a possibilidade da intrusão de autoridades argentinas no território ocupado pelo Brasil a leste dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, levaram o governo imperial a ressalvar os seus direitos, propondo a abertura de novas negociações, das quais resultou o Tratado de 28 de setembro de 1885, em virtude do qual foi nomeada uma Comissão Mista brasileiro-argentina encarregada da exploração dos rios Pepiri-Guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim, e cujos trabalhos tiveram início em 1887.

Em fevereiro de 1889, antes de terminada a exploração dos rios litigiosos, o ministro argentino no Rio de Janeiro, Enrique B. Moreno, propôs confidencialmente ao conselheiro Rodrigo Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros, um projeto de acordo pelo qual seria dividido o território contestado e adotada como fronteira definitiva a média geométrica entre a linha reclamada pelo governo do Brasil e a

reivindicada pelo da República Argentina. Esta proposta, acariciada pelo doutor Quirno Costa, ministro argentino das Relações Exteriores, e cujas bases já haviam sido apresentadas em junho de 1885 pelo doutor Vicente G. Quesada, quando de sua missão no Rio de Janeiro, foi submetida, em fevereiro de 1889, ao Conselho de Estado, que se pronunciou pelo arbitramento, recusando unanimemente a transação nos termos oferecidos pelo governo argentino.

Rejeitada a ideia de cessão territorial, prosseguiram as negociações de que resultou o Tratado de 7 de setembro de 1889, ratificado a 4 de novembro seguinte, pelo qual o Brasil e a República Argentina concordaram em submeter sua contenda de limites à decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos da América, se, dentro do prazo de 90 dias, contados da conclusão do reconhecimento e da exploração dos rios litigiosos pela Comissão Mista brasileiro-argentina, os dois governos não tivessem chegado a um acordo amigável.

Onze dias depois, a 15 de novembro do mesmo ano de 1889, era proclamada a República no Brasil.

O governo provisório, ansioso por inaugurar sua política externa com um ato inspirado no mais amplo espírito de fraternidade americana, concordou na divisão do território contestado, indo assim de encontro aos desejos do governo argentino que, desde 1881, afagara essa solução. Pouco mais de dois meses decorridos da implantação do regime republicano, reunidos em Montevidéu os representantes do governo provisório e da República Argentina, "sob os auspícios da unidade institucional da América e em nome dos sentimentos de fraternidade que devem substituir entre todos os povos deste continente", consoante rezava o preâmbulo do tratado, assinaram, a 25 de janeiro de 1890, o acordo que dividia o território litigioso entre as duas partes contratantes. Este território, que formava a maior parte da comarca de Palmas, no Estado do Paraná, confinando a oeste com o território argentino de Misiones e ao sul com o estado do Rio Grande do Sul, media aproximadamente 30.621 quilômetros quadrados, com uma população, segundo o recenseamento de 30 de dezembro de 1890, de 5.793 habitantes, formada de 5.763 brasileiros e de 30 estrangeiros, entre os quais não se contava um só cidadão argentino.

No Brasil, a imprensa e a opinião entraram a inquietar-se com os primeiros rumores circulantes de cessão territorial. A discussão pública

dos pontos obscuros ou controvertidos da questão e a divulgação das principais peças e documentos utilizados pelos estadistas do Império nas diversas negociações anteriores começaram a esclarecer a opinião, habitando-a a ajuizar do direito do Brasil ao território em litígio.

A notícia da partilha, acolhida com júbilo no país vizinho, levantou entre nós um clamor imenso. As cláusulas do Tratado de Montevidéu foram discutidas, analisadas e atacadas com extrema paixão. Homens eminentes, conhecedores a fundo da questão, como o almirante barão de Ladário, o barão de Capanema, o conselheiro Nascentes de Azambuja, o doutor Serzedelo Correia e outros, Eduardo Prado, em Paris, salientavam a largueza e a liberalidade de que o Brasil dera provas nessas negociações, cedendo metade do território contestado. Não havia antecedentes na história das relações internacionais do Brasil de um debate diplomático mais solene: nele, tomaram parte toda imprensa brasileira, ministros e Estado, plenipotenciários, geógrafos, publicistas e demarcadores de limites, todos quantos nos últimos anos haviam intervindo na política exterior do Brasil.

Por 142 votos contra 5, o Congresso Nacional, em sessão secreta de 10 de agosto de 1891, aprovou o parecer da Comissão Especial, regido pelo general Dionísio Cerqueira, que propunha a rejeição do Tratado de Montevidéu e recomendava o recuso ao arbitramento.

Forçoso era regressar às estipulações do Tratado de 7 de setembro de 1889, que estabelecia o recurso ao juízo arbitral, antiga aspiração do governo brasileiro, já manifestada no parecer de 13 de junho de 1876 do Conselho de Estado, com as assinaturas do conselheiro Nabuco de Araújo e dos viscondes de Niterói e de Jaguari e confirmada pelas conhecidas palavras de dom Pedro II: "Sobre esta questão", disse uma vez o imperador ao doutor Salvador de Mendonça em presença do barão de Capanema, "não transijo: ou o território é nosso e não devemos alienar uma polegada dele, ou pertence aos nossos vizinhos, então é justo não querermos uma polegada do que nos não pertence. O arbitramento que decida".

Os dois governos concordaram lealmente em submeter o litígio ao arbitramento do presidente dos Estados Unidos da América.

A defesa dos direitos do Brasil foi confiada ao barão de Aguiar de Andrada, figura conspícua da diplomacia brasileira, a quem seu país já devia assinalados serviços. O digno diplomata, cuja vida e obras, como as

de tantos outros, ainda não tiveram o devido relevo na história de nossa política exterior, não pôde levar a termo a tarefa que lhe fora cometida, em vista do seu precário estado de saúde e de avançada idade, vindo a falecer em Washington a 25 de março de 1893.

Não era fácil ao marechal Floriano Peixoto, vice-presidente da República em exercício, encontrar, de momento, substituto capaz de arcar com a responsabilidade da relevante questão que tão profundamente apaixonara a opinião e exaltara o melindre nacional. Entretanto, não haviam decorrido 10 dias do falecimento do barão de Aguiar de Andrada, e, por decreto de 5 de abril seguinte, era nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial junto do governo dos Estados Unidos da América o doutor José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco, que, desde 1876, exercia as funções de cônsul-geral do Brasil em Liverpool.

Ainda não se apuraram devidamente as razões que pesaram no ânimo do marechal Floriano Peixoto para a nomeação do novo patrono dos direitos do Brasil no memorável pleito que ia ferir-se em Washington.

Serzedelo Correia, ministro das Relações Exteriores de fevereiro a junho de 1892, relata que o marechal, ao ser organizada a Missão Especial aos Estados Unidos, pensara em confiar-lhe a chefia ao barão de Ladário, mas acabou por nomear o barão de Aguiar de Andrada, ministro em Washington e antigo diplomata com longa prática dos negócios do Rio da Prata por indicação do visconde de Cabo Frio. Por morte de Aguiar de Andrada, voltou a falar no barão de Ladário a que Serzedelo Correia, já afastado do Ministério, teria oposto o nome, afinal vitorioso, de Rio Branco. O advogado rio-grandense Graciano Alves Azambuja, intimamente ligado a Rio Branco por antiga e inalterável amizade desde os tempos da faculdade de Direito de São Paulo, contou que, em conversa ocasional com o marechal Floriano Peixoto em fevereiro de 1893, sobre a questão de Missões e a recente nomeação do barão de Aguiar de Andrada, manifestou a sua surpresa por não ter sido aproveitado, para a defesa dos direitos do Brasil naquele pleito, o Barão do Rio Branco, "o homem mais competente", acrescentou, "para discutir e tratar o assunto em vista dos estudos especiais a que tem consagrado todo o seu tempo e atividade"; no entanto, admitiu que a indicação do seu nome fora feita por

Serzedelo Correia. Contudo, Oliveira Lima escreveu em suas *Memórias* que o nome de Rio Branco foi sugerido ao marechal Floriano Peixoto pelo conselheiro Sousa Dantas, então presidente do Banco do Brasil, a quem Joaquim Nabuco procurara para tal fim. José Avelino Gurgel do Amaral, amigo de mocidade de Rio Branco, com o qual se correspondia com assiduidade, escrevia-lhe em 12 de abril de 1893: "O Nabuco pensa ter contribuído indiretamente para a sua nomeação pela indicação que fez em conversa, do seu nome a Custódio Fontes, que é comensal do Floriano. Partisse dele ou não, o certo é que todos os seus amigos ficamos muito contentes". Segundo outra versão, talvez a menos aceitável, registrada pelo embaixador Raul do Rio Branco, a indicação do nome do seu pai partira do nosso ministro em Londres, conselheiro João Arthur de Souza Corrêa, ele próprio confidencialmente sondado para a Missão Especial em Washington. O conselheiro Souza Corrêa teria telegrafado ao marechal: "Temos homem e ele não é senão o Barão do Rio Branco." Também se tem dito e repetido que o marechal Floriano Peixoto guardara a lembrança de Rio Branco dos tempos em que ambos frequentaram a Escola Militar no Rio de Janeiro e cedera em espontâneo movimento de amizade ao confiar ao seu antigo discípulo a defesa da causa do Brasil junto do presidente dos Estados Unidos da América. Esta hipótese é insustentável, pois Rio Branco não cursou aquele estabelecimento militar, ao contrário do que corre em algumas de suas biografias; e, segundo o testemunho de seu próprio filho, eram superficiais as relações entre os dois homens: "Havia muito tempo", declara o embaixador Raul Rio Branco, "que o marechal não se avistara com o meu pai, que ele tinha conhecido ligeiramente que esse então jovem oficial estava a serviço no Paraguai".

É difícil conciliar todas essas diferentes versões, que a seguinte nota, do próprio punho de Rio Branco, consignada em seus papéis particulares, não contribui para esclarecer:

> Na manhã de 30 de março de 1893, o ministro do Brasil em Londres (João Artur de Souza Corrêa) telefonou-me dizendo que partiu para falar-me sobre negócio reservado relativo ao falecimento de barão de Aguiar de Andrada, chefe da Missão Especial brasileira em Washington. À tarde, ao jantar, comunicou-me o seguinte telegrama: 'Escreva barão Rio Branco. Diga telégrafo se aceita lugar barão de Aguiar de Andrada Washington. (*Assinado*) Paula Sousa.' No dia 31, o ministro do Brasil telegrafou: 'Rio Branco aceita. (*Assinado*) Correia.'

O certo é que, aprovada e aceita imediatamente a indicação do nome de Rio Branco, foi feita a consulta cinco dias depois do falecimento do barão de Aguiar de Andrada e lavrada a nomeação. Rio Branco deixou a Europa com destino aos Estados Unidos, onde chegou a 25 de maio de 1893, apresentando as suas credenciais ao presidente Grover Cleveland a 8 de junho seguinte.

O Barão do Rio Branco era, em verdade, o homem talhado àquela árdua tarefa. Desde cedo e ainda estudante, devotara-se amorosamente às pesquisas sobre a história e a geografia do Brasil. Conta Assis Brasil que, entre as relíquias de sua amizade com Rio Branco, guardava um exemplar da obra de Titara sobre os nossos conflitos no sul: "Quase cada página deste livro único está literalmente coberta de notas, comentários, chamadas, entrelinha, sublinhas, esboços de mapas, figurinos históricos de soldados, caricaturas, garatujas, tudo obra de sua mão enquanto estudante da Faculdade de Direito de São Paulo."

Aos 17 anos (1862), publicou no Rio de Janeiro seu primeiro trabalho histórico, consagrado à memória do capitão de fragata Luiz Barroso Pereira, comandante da *Imperatriz*, morto em 28 de abril 1826, em águas de Montevidéu, quando da abordagem do seu navio. Dois anos mais tarde (1864), vieram à luz em São Paulo os "Episódios da Guerra do Prata, 1825-1828". Estes ensaios, a que se seguiu, em 1868, o "Esboço biográfico do General José de Abreu, barão do Cerro Largo", tombado heroicamente na batalha do Passo do Rosário, revelavam no jovem Rio Branco um entranhado amor às coisas do passado e, em especial, o culto das tradições militares do Brasil que se afervoraria cada vez mais durante a sua longa vida pública.

Nestes escritos, primícias das vigílias de sua mocidade, Rio Branco aparece já armado de raras faculdades de investigador consciencioso e imparcial: neles, sobre tudo na biografia do barão do Cerro Largo, se contêm os germes que haviam de desabrochar mais tarde nos magistrais estudos sobre a Guerra do Paraguai e nas memórias escritas em defesa dos direitos do Brasil nas pendências de limites com a República Argentina, a França e a Inglaterra.

De regresso ao Rio de Janeiro de sua primeira viagem a Europa, regeu, interinamente, no colégio Pedro II, a cadeira de história e corografia do Brasil (de 28 de abril a 18 de julho de 1868); transitou rapidamente pela

magistratura, como promotor em Nova Friburgo, na província do Rio de Janeiro; acompanhou seu pai ao rio da Prata, em 1870, na qualidade de secretário da delicada missão diplomática, confiada pelo governo imperial ao conselheiro Paranhos, posteriormente visconde do Rio Branco; terçou armas no jornalismo político, fundando o vespertino, *A Nação*, de colaboração com o padre João Manuel e Gusmão Lobo; e teve assento na Câmara dos Deputados em duas legislaturas consecutivas (1869-1872 e 1872-1875), como representante do partido conservador da província de Mato Grosso. Depois destas fugitivas incursões na magistratura, no jornalismo e na política, deixou o Brasil pela segunda vez, nomeado em 1876 cônsul-geral em Liverpool.

Publicara então anotações e comentários aos dois primeiros volumes da *Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguai*, da autoria de L. Schneider. O trabalho do historiador militar alemão, aparecido na Alemanha em três alentados tomos, ilustrado com numerosos planos e mapas, era a primeira obra de conjunto sobre aquela campanha. Escrita longe do teatro das operações militares, com o desconhecimento dos países em luta e das línguas portuguesa e castelhana, sem as necessárias fontes de informação, nela se insinuaram, naturalmente, erros, lacunas e imperfeições. Escoimada desses defeitos pelos comentários e retificações de Rio Branco, que representam mais do dobro do texto original do historiador alemão, a obra de Schneider passou de consulta obrigatória a todos quanto se abalançaram depois a escrever a história da Guerra do Paraguai.

Os vagares da carreira consular permitiram a Rio Branco aprofundar os seus estudos prediletos, visitar livrarias, arquivos e bibliotecas, compulsar e fazer copiar mapas e manuscritos, seguir os catálogos periódicos dos livreiros americanistas e os leilões ocasionais de coleções particulares, acumulando assim um tão opulento cabedal de informações que se tornou lendária sua autoridade em toda a matéria respeitante à história dos homens e das coisas do Brasil.

> O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa [escrevia Eduardo Prado, a quem também seduzia o jornadear pelo nosso passado]. É capaz de escrever, sem querer uma minúcia, como eram feitas as naus de Pedro Álvares Cabral, de que tecido vinham vestidos os seus marinheiros e os nomes das plantas mais vulgares da praia de Porto Seguro, onde ancoraram aquelas naus. Leu tudo

> quanto há imprimido, e copiou ou fez copiar todos os manuscritos, fez deles extratos, distribuiu esses extratos em forma de notas pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil, retificou, esclareceu, corrigiu, explicou, emendou e ampliou todos esses livros; e, com o mundo das suas notas, poderá ele um dia publicar uma história e uma descrição geral do Brasil, que será um monumento.

Com a mesma admiração referia-se José Veríssimo, sempre tão parco em elogios, à variedade e multiplicidade dos conhecimentos históricos de Rio Branco:

> Ele é seguramente hoje um dos mais profundos sabedores da nossa história: a nossa história militar, porém, desde o período colonial, ninguém talvez a conhece como ele. Ele sabe, sem errar, os nomes dos navios ou dos regimentos e o número exato de soldados, marinheiros, comandantes, oficiais, peças – e a espécie de cada uma – e mil outras particularidades, do lado português ou brasileiro e inimigo, de qualquer das batalhas das guerras holandesas, e o mesmo dos combates terrestres, e o mesmo de todos os recontros, de todas as nossas guerras, desde a holandesa até a do Paraguai.

Todo esse opulento cabedal de fatos e informações destinava Rio Branco a uma vasta obra sobre a história diplomática e militar do Brasil, a cujo plano se encontram referências na correspondência mantida com Capistrano de Abreu e com barão Homem de Melo durante esse período de labor intensivo.

À tranquila cela beneditina de Rio Branco chegavam amortecidos os rumores da vida do mundo, a que era fundamentalmente avesso seu espírito propenso ao recolhimento e à meditação. Das honrarias que nunca solicitou, três foram-lhe, em particular, gratas ao coração: o título de Barão do Rio Branco e as nomeações de sócio correspondente da Sociedade Real de Geografia de Londres e de membro da Sociedade de Geografia de Paris, sendo seu ingresso nesta sábia corporação paraninfado por Emile Levasseur, o que constituía dupla consagração. O título de Barão do Rio Branco atribuíra-lhe o decreto de 16 de maio de 1888, firmado pela princesa Isabel, como regente do Império, dias depois da abolição. Sensibilizou-o fundamente a delicadeza da mercê imperial. Em carta de 20 de maio do mesmo ano ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, presidente do Conselho, com o pedido de manifestar à princesa Isabel a expressão do seu reconhecimento, Rio Branco dizia:

> Nunca esperei poder usar um dia o título que meu pai ilustrou, e essa honra avulta ainda com a ocasião escolhida por sua alteza imperial e por vossa excelência, sendo-me o título conferido em meio das alegrias e festas com que o Brasil inteiro estará saudando a esta hora o imperador, a regente do Império, vossa excelência, e seus dignos colegas pelo feliz e glorioso complemento da reforma iniciada em 1871. No ato que assim que vem distinguir e honrar terão todos os nossos concidadãos visto, não uma mercê pessoal, que por qualquer motivo eu houvesse merecido, mas uma tocante homenagem à memória do presidente do Conselho de 1871, e mais uma prova da afetuosa lembrança que vossa excelência guarda do seu antigo colega e morto amigo. Nada podia cativar mais o meu coração do que este testemunho da amizade de vossa excelência a meu pai, que soube estimar sempre a vossa excelência e prever os grandes destinos que lhe estavam reservados em nossa terra. Peço licença para repetir a expressão do meu mais profundo reconhecimento e meus parabéns pela grande reforma que vossa excelência acaba de realizar e que inscreverá o seu nome entre os dos primeiros beneméritos da Civilização e da Humanidade.

Dessa época de verdadeiro retiro espiritual, datam várias publicações, todas inspiradas no patriótico objetivo de divulgação e propaganda do Brasil e da sua história. Duas merecem especial menção: a *Esquisse de l'histoire du Brésil*, "no seu gênero uma obra-prima", no conceito de José Veríssimo, redigida, segundo a tradição, em 15 dias, destinada à obra *Le Brésil en 1889* de Santana Néri, e a notável contribuição ao artigo "Brésil", na *Grande Encylopédie*, de Emile Levasseur, texto que, à força de constantes ampliações e repetidos enxertos, acabou por tomar maior espaço naquela publicação que o capítulo sobre a Inglaterra; esse trabalho, resenha magistral dos principais fatos da geografia física, política e econômica do Brasil, foi distribuído a vários publicistas e escritores brasileiros e estrangeiros, cabendo a Rio Branco a parte relativa à história do Brasil, desde o descobrimento até 1889, às origens e ao desenvolvimento da imprensa brasileira, à evolução das belas-artes e às explorações científicas até então realizadas no Brasil. Esses artigos da *Grande Encyclopédie*, reunidos depois em edição avulsa, mereceram as mais elogiosas críticas e referências da imprensa do Rio de Janeiro e, em particular, de Rui Barbosa, no *Diário de Notícias*, de Capistrano de Abreu, na *Gazeta de Notícias*, de Carlos de Laet, na *Tribuna Liberal*, e de Charles Morel

em *L'Etoile du Sud*, os quais destacaram a participação preponderante de Rio Branco nessa alta obra de propaganda cultural do Brasil e sua colaboração discreta, mas visível, nos artigos da autoria do próprio Levasseur, de Eduardo Prado, do visconde de Ourém e dos diversos colaboradores estrangeiros daquela enciclopédia. Pertencem ao mesmo período de atividade a contribuição de Rio Branco ao livro sobre dom Pedro II, de Benjamin Mossé, e o precioso tesouro de informações miúdas das *Efemérides brasileiras*, publicadas inicialmente no Rio de Janeiro em 1892 e reeditadas pelo Instituto Histórico em 1918, de conformidade com o manuscrito original do autor e outros papéis pessoais do arquivo Rio Branco no Itamaraty. A esses trabalhos é mister acrescentar a *Biografia de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco*, preito de piedade filial, publicada integralmente em vários números da *Revista Americana* e editada mais tarde em volume, e os dois capítulos, que deveriam fazer parte de uma projetada história militar do Brasil, encontrados entre os seus papéis com a indicação de não estarem definitivamente redigidos, estampados, depois de sua morte, na mesma *Revista Americana* (outubro e novembro de 1916), sob os títulos originais "Principais lutas no Brasil" e "Guerras Cisplatinas: antecedentes da intervenção do Brasil na Banda Oriental em 1816".

Essas publicações, apesar de seu caráter fragmentário, punham de manifesto a segurança do gênio investigador de Rio Branco e deixavam entrever a sua capacidade evocadora dos vastos panoramas do nosso passado, revelando um espírito adestrado por hábitos severos e pacientes de estudo e alumiado por essa misteriosa intuição da verdade sem a qual a sua obra não passaria de um seco catálogo de erratas históricas e geográficas.

Todos esses títulos justificavam o acerto da nomeação do novo patrono dos nossos direitos em Washington. Um feliz acaso ia permitir a Rio Branco utilizar em benefício do Brasil o seu enorme cabedal de conhecimentos históricos e geográficos e, ao mesmo tempo, revelar aptidões que o colocariam, de golpe e definitivamente, na vanguarda dos homens representativos da nossa terra.

Nesse mesmo ano de 1893, antes de ser convidado para a missão nos Estados Unidos, cogitara de regressar ao Brasil "para tentar alguma vida nova", porquanto, sem fortuna própria, os vencimentos de seu cargo

em Liverpool, consideravelmente reduzidos em 1892, depois que os emolumentos consulares passaram a ser consideradas rendas do Estado, mal podiam cobrir as despesas com educação dos filhos e o sustento da família. Não lhe sorria a carreira diplomática, a seu parecer, incompatível com o procedimento dos estudos a que pretendia consagrar todo o seu tempo disponível. Por este motivo recusara, quando de sua estada no Rio de Janeiro em 1887, um posto de ministro na Europa que lhe fora oferecido pelo barão de Cotegipe e, depois, em 1888, pelo conselheiro João Alfredo, por intermédio do conde de Nioac.

A situação agora era diversa. Não vacilou em assumir a pesada responsabilidade da defesa dos direitos do Brasil. Ao agradecer sua nomeação, dizia à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em ofícios de 8 de abril de 1893: "Respondi, sem hesitar, aceitando, e com o mais vivo reconhecimento, a oferta do governo, que assim me permite cooperar oficialmente para o desenlace de uma questão interessante tratada por meu pai em 1857, questão que entra na ordem de estudos a que me tenho dedicado desde muitos anos."

E em carta da mesma data a Antônio Francisco de Paula e Sousa, então ministro das Relações Exteriores, abria-se mais confiadamente:

> Desde 1875 tenho levado uma vida de retraimento que é a que melhor quadra com as disposições de meu espírito e me permite consagrar boa parte do meu tempo aos estudos e trabalhos de minha predileção. Muito voluntariamente, quando ainda era moço e podia ter ambições, pois contava com amigos e protetores influentes, renunciei a tudo para levar a vida obscura que tenho vivido e a que desejo prontamente voltar. Agora, acudindo ao apelo do senhor marechal presidente e de vossa excelência, vou sair por alguns meses de meu retiro, voltar, por assim dizer, ao mundo, e vossa excelência viu que tomei essa resolução sem hesitar em só momento. Trata-se da defesa de um território brasileiro de que os nossos vizinhos nos querem esbulhar, de uma questão de história e geografia que suponho conhecer, e, portanto, de uma missão em que acredito poder ser de algum préstimo, concorrendo com o meu pequeno contingente para que não percamos o fruto dos esforços e trabalhos de tantos portugueses e brasileiros ilustres que conduziram esse pleito secular até o ponto em que ora se acha. Eu não tenho, portanto, o direito de escusar-me no caso presente, alegando motivos de comodidade pessoal ou de ordem privada quando o sacrifício que faço, ao romper com meus hábitos, é apenas temporário e levo a esperança de poder estar de volta dentro de poucos meses.

A seu amigo Viana de Lima, ministro do Brasil em Lisboa, que tão relevantes serviços lhe prestaria durante a Missão Especial nos Estados Unidos, escrevia em maio do mesmo ano de 1893, antes de embarcar para Nova York, insistindo no mesmo tema: "Terminada a missão, voltarei para o meu canto e para os meus livros e papéis velhos, porque não quero saber de eminências e grandezas, nem com os encargos que tenho e sem fortuna poderia servir-me a posição de ministro." E em carta, também de maio mesmo ano, a Salvador de Mendonça, ministro do Brasil em Washington, não esconde a constante preocupação de regressar aos seus e às suas ocupações favoritas:

> Você bem pode compreender os apuros em que me vejo com os preparativos desta viagem inesperada e para tão longe dos meus. Eu preferiria ficar sossegado no meu canto e realizar por aqui o projeto que tenho desde 1891 de escrever uma memória sobre a questão e de fazê-la traduzir para ser oferecida ao árbitro.

A Missão em Washington aparecera-lhe, assim, em um momento crucial da existência e estava predestinada a fornecer a prova inconcussa da competência e capacidade de Rio Branco. Esse pleito feria-se em torno de um complicado problema de história e de geografia e só poderia ser resolvido por quem tivesse conhecimento de longo curso dos seus múltiplos e variados antecedentes internacionais e de toda a complexa documentação cartográfica correspondente.

O litígio brasileiro-argentino originara-se, como ficou dito anteriormente, da transposição de nomes de dois cursos de água limítrofes. A fronteira entre o Brasil e a República Argentina é constituída por três seções perfeitamente distintas: a do rio Iguaçu, a do rio Uruguai e a que a liga essas duas, formando o limite do território intermédio. Os governos brasileiro e argentino sempre estiveram de acordo quanto às duas seções dos rios Iguaçu e Uruguai; mas discordavam no tocante à terceira, isto é, à determinação dos dois rios que, afluindo para aqueles em direções divergentes, deviam formar a fronteira internacional do território intermédio. O Brasil sustentava que a linha divisória deveria ser formada pelo rio Pepiri-Guaçu e pelo seu contravertente Santo Antônio, demarcados desde 1759; a República Argentina reclamava como limites, desde 1881, dois rios mais orientais: até 1888 eram o Chapecó (a que dera o nome de Pequirí-Guazú) e o Chopim (a que chamou de San Antonio-

Guazú), havendo transferido, depois, sua pretensão do Chopim para o rio Jangada.

Nos termos do Tratado de Arbitramento de 7 de setembro de 1889, pelo qual os dois governos haviam concordado em submeter o seu litígio à decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos da América, este era convidado, à vista das razões e dos documentos apresentados pelos litigantes, a pronunciar-se, em sentença inapelável, por uma destas duas linhas de limites: a dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, limite secular do Brasil, ou a dos rios Jangada (San Antonio-Guazú) e Chapecó (Pequiri-Guazú), fronteira reclamada pela República Argentina.

As memórias de Rio Branco e do doutor Estanislau Zeballos, advogado do governo argentino, nomeado em substituição ao senhor Nicolás Calvo, falecido em Paris, em maio de 1893, foram entregues ao árbitro no dia 10 de fevereiro de 1894. Decorrido um ano de consciencioso estudo do volumoso processo, o presidente Grover Cleveland pronunciou sua sentença, reconhecendo plenamente o direito do Brasil à fronteira reivindicada.

Os dois enviados especiais foram notificados para a receber na sede do Departamento de Estado a 5 de fevereiro de 1895. A cerimônia da entrega do texto do laudo realizou-se nesse dia às 15h, no salão de recepção diplomática, presentes os senhores Walter Q. Gresham, secretário de Estado; Edwin Uhl, primeiro subsecretário de Estado; Barão do Rio Branco e doutor Estanislau Zeballos, acompanhados de todo o pessoal das respectivas missões. O secretário de Estado anunciou que o presidente Cleveland havia proferido o seu laudo e, antes de fazer a entrega a cada um dos dois chefes de missão, perguntou se o senhor Uhl, como representante oficial do árbitro, poderia proceder à sua leitura. Rio Branco declarou dispensar esse incômodo, mas o doutor Zeballos foi de parecer que o secretário de Estado apenas declarasse em favor de quem se havia pronunciado o presidente Cleveland. A um aceno do secretário de Estado, disse o senhor Uhl: "O laudo do presidente é em favor do Brasil." O ministro argentino adiantou-se e estendeu a mão a Rio Branco, felicitando-o calorosamente.

Se examinarmos, em suas linhas gerais, a origem e o fundamento deste litígio e a natureza dos novos documentos apresentados ao árbitro

em 1893, se compreenderá que a sentença, reconhecendo, em toda a sua plenitude, os direitos do Brasil, não tenha constituído surpresa quer para Rio Branco quer para o doutor Estanislau Zeballos. Como é sabido de quantos tem estudado esta questão, os comissários portugueses e espanhóis, nomeados em virtude do Tratado de Limites de 1750 e em cumprimento das instruções recebidas de seus governos, reconheceram e demarcaram em 1759 e 1760 parte do rio Pepiri, e descobriram e exploraram sua contravertente, afluente do rio Iguaçu, a que deram o nome de Santo Antônio, o qual deveria completar a linha de desmarcação, necessariamente meridiana nessa paragem, para poder ligar os dois pontos essenciais, um ao sul, no rio Uruguai, outro ao norte, no Iguaçu. O Tratado de Limites de 1777 reproduzia, neste lanço da fronteira, a linha divisória de 1750, isto é, o Pepiri-Guaçu e o Santo Antônio, e as instruções dadas aos novos demarcadores determinavam igualmente que a fronteira correria por esses dois rios, cujos nomes já figuravam nos mapas utilizados pelos negociadores do Tratado de 1777, e haviam sido de comum acordo demarcados em 1759 e 1760. No entanto, em 1788, os comissários espanhóis descobriram na margem direita do Uruguai, acima da confluência do Pepiri-Guaçu e, portanto, mais a leste, dentro de território português, a foz de outro rio e, fundando-se em supostos erros atribuídos aos comissários de 1759 e 1960, pretenderam levar a fronteira não mais pelos rios já demarcados, mas pelo novo curso de água recém-descoberto, a que chamaram de Pequiri-Guazú, e pelo rio, seu contravertente, que aflui para o Iguaçu, a que deram o nome de San Antonio Guazú: esses dois rios figuravam nos mapas portugueses e brasileiros dos fins do século passado* e princípios do atual** com os nomes de Chapecó e Chopim. O governo argentino fez suas em 1881 as dúvidas dos comissários espanhóis de 1788 e passou a reclamar como fronteira os rios Chapecó e Chopim, repudiando assim a demarcação de 1759 e 1760, realizada de comum acordo e aprovada pelo governo espanhol, o qual nunca tomou em consideração a mudança proposta em 1788 pelos seus comissários. Só mais tarde, em 1888, depois dos trabalhos de reconhecimento e da exploração dos quatro rios litigiosos pela Comissão Mista brasileiro-argentina, a pretensão do governo argentino sobre o rio

* Século XIX. (N.E.)

** Século XX. (N.E.)

Chopim foi transferida para um curso de água ainda mais oriental, o rio Jangada, o que veio aumentar a superfície do território em litígio.

As linhas mestras da defesa do Brasil estavam naturalmente indicadas em seus contornos essenciais; ao seu patrono competia provar, à luz dos atos diplomáticos e dos documentos cartográficos, que os comissários portugueses e espanhóis, nomeados em virtude do Tratado de Limites de 1750 e cumprindo à risca as instruções de seus governos, demarcaram, em 1759 e 1760, o rio Pepiri-Guaçu, da pretensão brasileira, e exploraram o seu contravertente, afluente do Iguaçu, a que chamaram Santo Antônio.

Esta prova, peremptória e irrefutável, nunca pôde fazê-la o governo do Brasil por não se haver encontrado até então o original do mapa de 1749 e o texto integral das instruções complementares dadas em 1758 aos comissários demarcadores do Tratado de 1750. Esses dois documentos, utilizados na exposição brasileira, destruíram por completo a pretensão dos comissários espanhóis, perfilhada de boa-fé pelo governo argentino em 1881, de deslocar a fronteira para rios mais orientais, dentro do território português e, posteriormente, brasileiro. O primeiro desses documentos era a cópia autêntica de um dos dois originais do mapa manuscrito de 1749, vulgarmente conhecido pelo nome de "Mapa das Cortes", conservado desde 1824 no ministério dos Negócios Estrangeiros da França, de que se serviram os plenipotenciários portugueses e espanhóis na discussão final e redação definitiva do Tratado de 1750: nesse mapa, descoberto em 1892, em Paris, por um agente do governo argentino, o rio Pepiri estava representado como o primeiro acima do Salto Grande do Uruguai e, portanto, o rio que o Brasil reclamava como fronteira. O segundo documento era o texto integral em castelhano, encontrado no Arquivo Geral de Simancas, da chamada "Instrução Particular", de 22 de junho de 1758, dada aos comissários demarcadores 1759 e 1760. Este documento, cujo texto em português fora também descoberto na Biblioteca Nacional de Lisboa pelo ministro do Brasil, Viana de Lima, não só confirmava em tudo o procedimento daqueles comissários e as decisões por eles tomadas, como não consignava a pretendida descrição do falso Pepiri descoberto em 1788 pelos comissários espanhóis e adotado pelo governo argentino a partir de 1881, para reclamar uma fronteira mais oriental do que a estabelecida nos Tratados de Limites de 1750 e 1777. Desta maneira, com o aparecimento do verdadeiro "Mapa das Cortes", de 1749, e da Instrução Particular, de 1758, e com o estudo comparativo desse mapa e dos anteriores, o Brasil ficou

tendo em favor do seu direito todos os documentos sobre que a República Argentina procurava fundar sua pretensão. Rio Branco pôde basear a defesa brasileira não só no Tratado de 1777 e nas instruções espanholas que o acompanharam, mas também no de 1750 e em todos os documentos e atos da primeira demarcação. Tão irresistível era a evidência do direito do Brasil e de tão decisivo valor probante o arrazoado apresentado pelo seu patrono ao árbitro, que Paul Groussac, antigo diretor da Biblioteca Nacional de Buenos Aires e um dos mais conscienciosos e autorizados conhecedores da história diplomática da República Argentina, depois de estudar a defesa de Rio Branco, não hesitou em declarar publicamente que "a admirável exposição brasileira produzida alguns anos antes como alegações diplomáticas teria sem dúvida convertido a opinião e evitado o recurso ao arbitramento."

O próprio doutor Estanislau Zeballos confessou, depois de proferido o laudo arbitral, que esses documentos, também encontrados pelo governo argentino, eram decisivos para o triunfo do direito do Brasil, e que, em consciência, o presidente Cleveland não poderia haver-se pronunciado em favor da República Argentina. Assim devia ser, pois já em seu memorando de 1883, o ministro das Relações Exteriores da República Argentina, doutor Victorino de La Plaza, declarava ao referir-se ao mapa de 1749: "Se for possível determinar quais eran os limites traçados naquele mapa a questão ficará implícita e autorizadamente resolvida, caso os rios nele designados existam e concordem com as posições geográficas ali marcadas e com as descrições de sua referência." Entretanto, o doutor Zeballos, antes de proferida a sentença, afetava estar perfeitamente convencido da vitória do direito de seu país, não lhe ocorrendo talvez a hipótese de que o Brasil estive de posse dos novos documentos que tão irremediavelmente comprometeram a causa argentina. Tanto assim que, depois de entregues as memórias ao árbitro, e já não podendo ser alteradas, Rio Branco relembrou ao doutor Zeballos a proposta que este há tempos lhe fizera a respeito da troca dos documentos, para que cada um pudesse conhecer a argumentação contrária. O ministro argentino recusou, alegando "nada de novo ter que aprender no assunto".

Nos jornais do Rio de Janeiro, escreveu-se que Rio Branco, quando nomeado para os Estados Unidos da América, havia elaborado uma

memória sobre o litígio de Missões. Ele próprio explicou, em carta a amigos, que, de fato, desde o voto do Congresso brasileiro contra o Tratado de Montevidéu, de 25 de janeiro de 1890, projetara escrever e oferecer ao governo do Brasil, depois de nomeada a Missão Especial, um trabalho sobre essa questão. Não chegou a iniciá-lo em virtude de ocupações urgentes no Consulado-Geral em Liverpool e, em particular, na Superintendência do Serviço de Emigração, de que só foi dispensado em 16 de março de 1893, apesar de haver solicitado três vezes a sua exoneração. Nove dias depois, falecia em Washington o barão de Aguiar de Andrada, e era-lhe oferecida sua sucessão nos últimos meses de prazo, sem que para isso houvesse concorrido de modo algum, porquanto não tinha publicado até então uma única linha sobre a questão de limites com a República Argentina, nem mesmo em 1891 e 1892, quando pensou em defender o visconde do Rio Branco de injustas censuras feitas na imprensa do Rio de Janeiro por um dos impugnadores do Tratado de Montevidéu. Apenas pôde, antes de deixar a Europa com destino aos Estados Unidos, entrar em correspondência com as nossas legações em Lisboa, Madri e Paris e com bibliotecários e arquivistas nestas cidades, visitar, em abril de 1893, o Museu Britânico em Londres e, depois, a Seção de Cartas da Biblioteca Nacional de Paris, o Depósito de Cartas e Planos da Marinha e o Depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França, a fim de completar as informações que já tinha sobre as expedições dos paulistas e a história das Missões da antiga Província Jesuítica do Paraguai.

Rio Branco nunca duvidou, porém, do triunfo da causa que lhe fora confiada. Sua convicção da indisputabilidade do direito do Brasil era inabalável. Em carta da Europa, datada de 5 de maio de 1893, antes de embarcar para os Estados Unidos, escrevia a Antônio Francisco de Paula e Sousa, ministro das Relações Exteriores:

> Tenho a mais profunda convicção de que nenhum árbitro imparcial poderia resolver contra nós esse litígio, lendo a nossa exposição que deve ser escrita com a precisa clareza e acompanhada de mapas; por isso, nenhuma inquietação sinto quanto à sentença que há de proferir o presidente Cleveland, apesar de terem alguns brasileiros, por mal-informados, posto em dúvida o nosso bom direito, e outros complicado a questão discutindo-a pela imprensa na mais louvável das intenções, mas incorrendo em erros e fornecendo inconscientemente armas aos nossos adversários.

Dias depois, a 11 do mesmo mês, ainda na Europa, escrevendo ao general Dionísio Cerqueira, plenipotenciário da Missão Especial, manifestava-se mais explicitamente:

> Desde muitos anos, ao estudar esta questão, adquiri a certeza de que os argumentos dos nossos adversários podem ser distribuídos com a maior facilidade, até com documentos e testemunhos espanhóis. Nunca duvidei do nosso bom direito. Estou convencido de que nenhum árbitro poderia resolver contra o Brasil esta questão e se, aceitando o recurso ao juízo arbitral tivéssemos reclamado e obtido a condição de arriscar também a República Argentina alguma coisa, isto é, seu atual território de Misiones, ganho depois da Guerra do Paraguai, estou persuadido de que os argentinos perderiam todo esse território sobre que o Paraguai tinha direito incontestável e que, por muitas razões, devia ser paraguaio ou brasileiro.

Seu amigo Graciano de Azambuja manifestava a mesma profunda convicção:

> Para perdermos esta causa será necessário que não presida espírito de justiça ao julgamento. É tão claro o nosso direito sobre o território contestado que, estou convencido, o imperador consentiu no arbitramento por não ter dúvidas sobre a nossa vitória, querendo talvez assim que o mundo civilizado ficasse bem-persuadido dos bons fundamentos com que sempre consideramos brasileiro o território litigioso.

Ao contrário do que se murmurou, Rio Branco nunca pretendeu atribuir-se a glória exclusiva da vitória do Brasil no pleito de Missões. O que sempre reivindicou ciosamente e proclamou mais de uma vez foi a sua plena e integral responsabilidade pelo resultado da causa que o governo do Brasil lhe confiara. Da alta compreensão dos deveres que lhe incumbiam como chefe da Missão Especial di-lo expressivo incidente ocorrido depois de sua chegada aos Estados Unidos: o barão de Aguiar de Andrada, em obediência a instruções recebidas em 1892, deveria apresentar ao árbitro, em defesa dos direitos do Brasil, uma memória que fora redigida no Rio de Janeiro pelo visconde de Cabo Frio, diretor-geral da Secretaria das Relações Exteriores, e determinados mapas que a acompanhavam. Segundo o testemunho dos membros da Missão Especial, o barão de

Aguiar de Andrada estava resolvido a solicitar alteração das ordens contidas nas instruções nesse particular quando foi surpreendido pela morte. No entanto, chegou a contratar um advogado americano, William M. Ivins, incumbindo-o de preparar um novo memorando, o qual, depois de revisto e retocado, seria submetido à aprovação do governo brasileiro se houvesse tempo para consulta e resposta; em caso contrário, apresentá-lo-ia ao árbitro sob a sua responsabilidade. Rio Branco, ciente do acorrido, depois de assumir a chefia da Missão Especial, conseguiu com grande tato e habilidade dispensar os serviços do advogado americano e reaver toda a documentação em seu poder, declarando-lhe que a exposição dos direitos do Brasil deveria ser e seria preparada e redigida pelo chefe da Missão Especial. À Secretaria das Relações Exteriores logo oficiou pedido de aprovação do seu ato, instando pela alteração das instruções dadas a seu antecessor e por consequente autorização para redigir a memória justificativa, "modificando, desenvolvendo e reforçando a nossa antiga argumentação", além, de fazê-la acompanhar dos documentos que julgasse dever apresentar ao árbitro.

Entendia Rio Branco que um trabalho daquela natureza deveria ser elaborado pela Missão Especial e que, para a entrega pura e simples ao árbitro de um documento escrito no Rio de Janeiro, bastaria a legação do Brasil em Washington; para bem defendê-lo perante o juiz arbitral, o único competente seria seu autor, não podendo um terceiro sustentar opiniões que não fossem próprias ou com as quais não estivesse de acordo. "O plenipotenciário do Brasil que primeiro tratou desta questão", lembrou em ofício Rio Branco, aludindo a seu pai, sem lhe mencionar o nome, "negociando com o governo argentino o Tratado de Limites de 14 de dezembro de 1857, não foi um simples portador do memorando que então apresentou". O conselheiro Paranhos escreveu a memória, resumo da anterior, preparada em 1856, quando ministro dos Negócios Estrangeiros, e levou consigo apontamentos, notas de estudo, cálculos de redução de longitudes e outros elementos da mesma natureza que o habilitavam a rebater quaisquer argumentos contrários sobre pontos duvidosos que evitara tocar, mas que poderiam eventualmente ser trazidos à discussão durante a negociação. Recordou ainda Rio Branco que, nas conferências de Paris, em 1855 e 1856, em que se discutiu a questão de limites com a Guiana Francesa, o visconde de Uruguai teve, dento da órbita de suas instruções, inteira liberdade para empregar todos os

recursos da sua inteligência e do seu saber na defesa do direito brasileiro; e que, mais tarde, o barão de Cotegipe, ao negociar o Tratado de 1872 com o Paraguai, também não foi a Assunção apresentar trabalho que não tivesse feito. Era tradição nossa confiar a defesa dos direitos do Brasil a homens aptos e verdadeiros plenipotenciários.

> Se assim temos procedido [declarava Rio Branco, em ofício de 5 de agosto de 1893, ao ministro das Relações Exteriores] em negociações para acordos diretos, sempre sujeitos à aprovação do governo, que pode ratificar ou não os ajustes celebrados, parece-me incontestável que outra não pode ser a nossa linha de conduta em uma questão de arbitramento. Todos os governos que recorrem ao juízo arbitral confiam a sustentação de sua causa a homens de cuja competência estejam certos. Se o governo federal não tem inteira confiança na aptidão dos plenipotenciários que nomeou é indispensável e urgente que encarregue outros da defesa dos direitos de nossa pátria [...] Não posso conservar-me neste posto tendo semelhantes instruções [...] De modo indireto já o tenho dado a entender e agora me pareceu mais correto e conveniente dizê-lo franca e claramente, pedindo a vossa excelência que se digne a expor esta situação ao senhor marechal presidente, a fim de que, ouvidos os seus ministros e o venerando diretor-geral da nossa Secretaria de Estado, ele tome, no interesse da nossa pátria, as providencias que lhe parecem necessárias.

Para arcar com a imensa responsabilidade de um pleito em sua última instância, cuja sentença irrecorrível seria baseada unicamente no alegado e provado nas exposições apresentadas pelos litigantes, tornava-se indispensável ao seu advogado um supremo esforço com o fim de defender o território em litígio – quase mil léguas quadradas (cerca de 23.310km^2), em lugar onde o Brasil, por motivo de segurança nacional, não poderia perder um palmo de terreno –, e este esforço só poderia ser feito, em verdade, por quem tivesse conhecimento próprio da questão e correspondente liberdade de iniciativa e de ação.

Rio Branco não negava valor à exposição mandada do Rio de Janeiro, que, entretanto, considerava menos completa e vigorosa do que o contramemorando, redigido também pelo visconde de Cabo Frio e apresentado ao governo argentino em dezembro de 1884, a seu parecer, "a mais clara, bem-deduzida e trabalhada defesa do nosso direito, escrita até hoje". No entanto, as buscas realizadas em Portugal e na Espanha, de

que resultou o aparecimento de documentos novos, tornava imperativa a necessidade de modificar, desenvolver e reforçar a antiga argumentação brasileira.

> As pesquisas que os argentinos fizeram recentemente nos arquivos portugueses e espanhóis, esclarecia Rio Branco, e o descobrimento do verdadeiro mapa manuscrito de 1749, chamado "das Cortes"; a certeza, só agora adquirida, de que as cópias que tínhamos por verdadeiras não foram feitas à vista desse mapa, tudo isso exige modificações profundas em muitas das principais páginas do novo documento e em todo o nosso sistema de defesa e ataque.

Como tardasse a resposta da Secretaria de Estado e fosse imprescindível a autorização formal para redigir e apresentar nova memória, Rio Branco escreveu particularmente ao marechal Floriano Peixoto, narrando o ocorrido e encarecendo a necessidade de imediata alteração das instruções dadas ao seu antecessor:

> Se elas forem modificadas e vossa excelência continuar a dispensar-me a confiança que em mim depositava, asseguro-lhe que poderei honrar a sua escolha e respondo pela completa vitória da nossa causa. A nossa questão é tal que poderíamos colocar qualquer árbitro na impossibilidade de resolver contra nós o litígio. É preciso que queimemos, nesta última e decisiva batalha, até último cartucho. É isso que vossa excelência espera de nós, mas estamos de mãos atadas e sem dúvida vossa excelência não sabe disso.

Aludindo à memória enviada pela Secretaria das Relações Exteriores, acrescentava:

> Documentos recebidos de Lisboa, Madri e Paris destruíram grande parte desse trabalho que assim precisa de reforma radical. No entanto, há em nosso favor tantos argumentos novos e tantas provas decisivas e nunca invocadas, que seria verdadeiro crime de lesa-patriotismo deixar tudo isso em silêncio só porque no Rio de Janeiro foi escrito com antecedência um memorando [...] Peço a vossa excelência que considere como muito íntima e reservada esta carta. O pedido que fui obrigado a fazer vai talvez ofender a suscetibilidade de um compatriota que muito respeito e que muito tem trabalhado nesta questão. Mas vossa excelência arrancou-me do meu retiro, colocou-me neste posto de confiança e o meu dever

> é dizer lealmente o que penso, consultando apenas os interesses da nação [...] Nunca tivemos questão de limites mais importante do que esta, e o maior prazer da minha vida será o que terei no dia em puder anunciar a vossa excelência pelo telégrafo que o nosso Brasil saiu vencedor neste pleito secular. Depois recolher-me-ei à obscuridade da minha vida anterior, contente de ter podido fazer alguma coisa pela nossa terra *graças unicamente* a vossa excelência a quem serei sempre grato por ter querido que eu concluísse a obra começada em 1857 por meu pai.

Em 17 de novembro de 1893, isto é, três meses depois de consultada a Secretaria de Estado, recebeu Rio Branco autorização plena para escrever e entregar ao árbitro nova exposição em substituição à que fora enviada do Rio de Janeiro: "Apresente somente o seu trabalho. Sem efeito o que foi", assim rezava o telegrama oficial.

Terminado vitoriosamente o pleito, insinuou-se ainda em certos jornais nossos que a exposição brasileira era obra coletiva da Missão Especial, quando, segundo o testemunho unânime de quantos acompanharam o labor de Rio Branco nos Estados Unidos, fora trabalho seu, de sua exclusiva redação e única responsabilidade. Rio Branco silenciou ante a invencionice, cuja origem conhecia, mas se sentiu na obrigação de lavrar um protesto formal ao vê-la acolhida depois em documentos oficiais. Em despacho de 16 de fevereiro de 1895, a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ao louvar e agradecer, em nome do presidente da República, os serviços da Missão Especial em Washington, referiu-se a Rio Branco como *principal autor* da exposição justificativa dos direitos do Brasil. Essas palavras, emanadas evidentemente da mesma fonte, foram repetidas na exposição do relatório do Ministério das Relações Exteriores apresentado ao presidente da República em 1895. Escrevendo em 10 de março desse mesmo ano ao visconde de Cabo Frio, diretor-geral da Secretaria de Estado, a respeito dos trabalhos da Missão Especial, referiu-se Rio Branco à colaboração que oficialmente lhe fora emprestada na redação da memória, acrescentando: "Hei de explicar que aquele trabalho, descosido e incompleto como está, é todo meu e por isso só está assinado por mim." A 12 de abril de 1895, dirigiu ao ministro das Relações Exteriores, doutor Carlos de Carvalho, um ofício retificativo em que dizia:

Peço vênia para observar que, relativamente à memória justificativa ou exposição submetida ao árbitro, vossa excelência está equivocado quando supõe que fui o seu *principal autor*. Os membros desta Missão Especial viram quanto esforço me custou esse trabalho, incompleto e defeituoso como entendo que está, e sabem que sou seu único e exclusivo autor. Quando apenas faltavam alguns meses para a terminação do prazo, foi-me inesperadamente confiada esta missão e aqui cheguei trazendo alguns documentos de certo valor e muitas notas de trabalho que resultavam de longas, pacientes e dispendiosas investigações. Desde que fui nomeado, em abril de 1893, iniciei as buscas de documentos que não podia fazer pessoalmente na Europa e no Brasil e dirigi-as de Nova York com o maior interesse, mantendo ativa correspondência postal e telegráfica com os funcionários brasileiros ou amigos pessoais que, a pedido meu, procederam a essas diligências. Em ofícios dirigidos ao governo reconheci o zelo e os serviços de todos os funcionários que acharam e me remeteram documentos interessantes, e resumi e reuni todas as informações relativas ao assunto, dizendo como foi escrito o meu trabalho, apontando até os seus principais defeitos e lacunas. Recebidos os materiais novos (e dias antes da terminação do prazo ainda me chegaram muitos de Lisboa, remetidos pelo ministro Viana de Lima), recolhi os documentos que me pareceram mais importantes, e escrevi a exposição desde a primeira palavra até a última, assentando a nossa defesa como me pareceu melhor e empregando os argumentos que quis, não só porque estava para isso *pessoalmente* autorizado, como também porque não havia tempo para formalidades de consultas e conversas, e porque, cumpre notar, a responsabilidade era exclusivamente minha, como chefe da missão, e com certeza me não seria contestada no caso de insucesso. Não só redigi a memória justificativa nos dois últimos meses de prazo – porque antes me não foi possível –, como também nesse apertado período conferi traduções, corrigi provas de imprensa, dei instruções aos cartógrafos e gravadores, mantive com eles seguida correspondência, escrita ou verbal, e revi as provas de mais de 60 mapas e planos. Passei meses sem sair, noites sem dormir e asseguro a vossa excelência que consagrei a esta causa o meu tempo e todo o esforço de que era capaz, antes e depois da entrega dos documentos ao árbitro. Posso ler com indiferença que se diga, como foi dito em certos jornais, que nada apresentei de novo e apenas reproduzi os argumentos do trabalho impresso em 1882 por um ilustre estadista que sempre me mostrou o maior afeto e a cuja memória não tenho prestado por escrito, mesmo no estrangeiro, menor preito do que o autor do artigo a que me refiro. Posso também deixar que pela imprensa se fale da exposição submetida ao árbitro como de obra coletiva, mas, desde que tal pensamento aparece em documento oficial que me é dirigido e a que tenho

> de responder, o meu silêncio importaria confirmação, e, até aí, vossa excelência compreende que não devo levar o espírito de sacrifício. Desde que pus o meu nome por baixo da exposição é porque esse trabalho é todo meu. Se houvesse algum outro autor, por mais secundário que fosse, eu o teria convidado a assinar comigo. Tenho até hoje feito alguns trabalhos anônimos e outros que, com ligeiras modificações ou mesmo textualmente, têm sido publicados sob a assinatura de escritores europeus meus conhecidos. Mas nunca assinei eu, nem assinarei nunca, trabalhos alheios. As páginas manuscritas da exposição só foram lidas pelo tradutor Girardot quando as vertia para o inglês. Dos membros da missão apenas dois secretários ajudaram-me nos últimos dias do prazo a corrigir provas de imprensa, mas esses mesmos só leram e ficaram conhecendo toda a exposição depois de entregue ao árbitro.

Ante estas razões, o doutor Carlos de Carvalho não poderia deixar de dar a Rio Branco a explicação que lhe era devida: em carta particular de 29 de abril de 1895 e em despacho de 30 do mesmo mês e ano, declarava: "Na expressão 'principal autor da memória justificativa' não quis dizer que nesta teve vossa excelência colaborador, quis simplesmente aludir ao concurso, por assim dizer, externo, dos seus auxiliares."

Também se fez alarde na imprensa do Rio de Janeiro em torno de achados, por terceiras pessoas, de documentos decisivos, sem os quais a causa brasileira não teria logrado tão esplêndido triunfo em Washington. Da correspondência oficial de Rio Branco se verifica que as buscas de documentos eram dirigidas por ele, pelo correio e pelo telégrafo, com a indicação às vezes do arquivo e até do maço em que se achavam, segundo as indicações de catálogos e outras fontes de informações em seu poder.

> Mas [explicava Rio Branco] a ninguém disputo o mérito dos achados felizes, reclamo somente para mim o mérito, talvez inferior, de havê-los promovido, de ter escolhido e coordenado as provas que me pareceram aproveitáveis ou mais convincentes e de ter apreciado esses documentos a meu modo, tirando deles todo o partido possível no breve espaço de tempo de que dispunha e no atropelamento da última hora.

A verdade é que Rio Branco não cessou de proclamar, quer na sua correspondência oficial quer em cartas aos numerosos amigos que o felicitaram pelo seu esplêndido triunfo, que a nossa vitória representava o fruto "do esforço

continuado de portugueses e brasileiros", aludindo à habilidade e à energia do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, no século XVIII, e à dedicação dos comissários demarcadores Sebastião Xavier Francisco Róscio, cumprindo-lhe à risca as instruções, e à ação posterior do visconde do Rio Branco em 1857, do barão de Cotegipe em 1876, 1882 e 1885, de Teixeira de Melo e do visconde de Cabo Frio a partir de 1881. Às felicitações que lhe enviou Assis Brasil respondeu Rio Branco que o seu mérito havia sido inferior à sua felicidade, tanto que o presidente Cleveland lhe dissera depois ser o direito do Brasil tão inconcusso que dispensava o imenso esforço despendido para a sua defesa. O que não impediu que Rio Branco, em carta a José Carlos Rodrigues, em março de 1895, declarasse: "Não pude dizer nem a quarta parte do que poderia ter dito se com vagar pudesse preparar a nossa defesa"; e ao conselheiro Rui Barbosa, a 7 de julho do mesmo ano: "Senti somente não ter podido dizer tudo quanto desejava e podia ser dito na defesa do nosso direito."

Rio Branco lamentava que a angústia do tempo lhe não tivesse permitido tratar desenvolvidamente das primitivas Missões Jesuíticas, das suas mudanças de lugar e das expedições dos paulistas nem escrever um capítulo especial, com a história das Missões até os nossos dias, mostrando, com autoridades e documentos argentinos, que o território de Misiones, entre o Paraná e o Uruguai, só depois de 1876 começara a ser ocupado efetivamente pela República Argentina. Ele tencionava provar que toda a província de Misiones, criada pela Real Cédula de 17 de maio de 1803, estava incorporada ao Paraguai desde 1806, por decisão do rei de Espanha, e que, em 1810, segundo o *uti possidetis* de fato e o chamado *uti possidetis juris*, aceito pelo governo argentino no ajuste de seus limites com os países de origem espanhola, todo o território entre o Miriñaí, o Paraná e o Uruguai, isto é, o que confina com a comarca brasileira de Palmas e também com o das Missões Orientais, por nós conquistado em 1801, dependia do Paraguai; fora, portanto, esta República, e não a Argentina que herdara os direitos e as pretensões da Espanha e que podia ter títulos para discutir com o Brasil a questão das fronteiras Santo Antônio, Pepiri-Guaçu e Uruguai; desse modo, a República Argentina não tinha direito algum ao território de Misiones antes do Tratado de 5 de fevereiro de 1876.

Rio Branco consolava-se, porém, com o haver dito o bastante sobre o limite mais setentrional e oriental da ocupação jesuítica e espanhola no Paraná e no Uruguai e de ter assim prevenido qualquer confusão no

espírito do árbitro com o nome de Misiones, evitando que ele pudesse supor que os atos de jurisdição espanhola e argentina no território argentino de Misiones, ao acidente do Pepiri-Guaçu e do Santo Antônio, tivessem sido exercidos no território litigioso.

Era ainda propósito de Rio Branco considerar outros aspectos do assunto, aplicar aos fatos estabelecidos os princípios de direito internacional geralmente aceitos e citar precedentes de decisões arbitrais e sentenças da Corte Suprema dos Estados Unidos em questões de fronteiras. A preocupação de que o limite do tempo não deixaria lugar para dizer tudo quanto era preciso levou-o a acumular na primeira parte da exposição os argumentos fortes e decisivos e ir desde o princípio refutando e eliminando as alegações contrárias. Ao parecer o próprio Rio Branco, a exposição ressentia-se, por isto, de desequilíbrio na sua composição: bastante desenvolvida e carregada na primeira parte relativa ao Tratado de Madri de 1750 e à primeira demarcação; resumida demais na segunda sobre o Tratado Preliminar de Santo Ildefonso de 1777 e a segunda demarcação; incompleta e descosida na terceira, respeitante às Missões Jesuíticas do território de Misiones, sobre as quais tinha estudos próprios; e deficiente e frouxa na parte final concernente à descoberta pelos brasileiros do território contestado e sua ocupação administrativa e às negociações diplomáticas desde 1857 até 1890. Esta última parte, que nem pôde ser rematada, como era sua intenção, com as conclusões gerais, deveria ser, segundo as boas regras, a mais vigorosa.

A exposição, redigida dentro de dois curtos meses, de 6 de dezembro de 1893 a 8 de fevereiro de 1894, apesar das inevitáveis interrupções com o exame das provas dos mapas e dos volumes dos documentos, representa um esforço só realizável por quem tivesse saúde e opinião feita sobre essa questão de limites. Em carta ao visconde de Cabo Frio, depois do laudo arbitral, Rio Branco lamentava que a escassez do tempo lhe tivesse forçado a atropelar a redação do seu arrazoado:

> Trabalhei muito, meu caro senhor visconde, e tomei sobre os meus ombros bem pesadas responsabilidades. Não pude fazer tudo quanto esperava porque o tempo era pouco e não me foi possível trabalhar aqui nas condições em que tenho trabalhado na Europa. Entendo que em questões dessa natureza é preciso um ano para reunir materiais e estudar os documentos e outro para redigir a memória justificativa.

Segundo o testemunho de quantos acompanharam nesse período, em Nova York, a elaboração do memorável documento, e do próprio Rio Branco, ele só pôde dormir regularmente quatro noites, em que, por objeto de serviço, teve que viajar entre Nova York e Washington; nas outras não teve mais de quatro ou cinco horas de repouso, algumas vezes apenas duas ou três, e cinco noites foram passadas sem um minuto de descanso, façanha que repetiria anos depois no Itamaraty na defesa dos direitos do Brasil na questão do Acre, nas controvérsias de limites com o Peru e a Colômbia e nas negociações que precederam a retificação da fronteira com o Uruguai. Por fim, estava exausto e ameaçado por vezes de congestão cerebral.

Em 23 de janeiro de 1894, isto é, 17 dias antes de expirar o prazo para a apresentação da memória ao árbitro, foram entregues à *Knickerbocker Press*, de Nova York, os primeiros originais da nossa defesa em português e da versão inglesa, executada pelo professor Charles Girardot, e revista em provas pelo professor John Bassett Moore. Aquele estabelecimento gráfico, que funcionou, para esse efeito, dia e noite, nos primeiros oito dias de fevereiro, teve que interromper todos os seus outros trabalhos a fim de poder terminar a tempo a exposição brasileira.

No meio das graves preocupações que o assoberbavam a toda a hora no exercício das suas delicadas atribuições, Rio Branco ainda conservava suficiente dose de bom humor para discretear amenamente com a Secretaria de Estado sobre minúsculos pontos de rotina burocrática. Os ofícios da Missão Especial eram encerrados sem a fórmula oficial "Saúde e fraternidade" e, o que na época representava verdadeira heresia, assinados com o nome monárquico de Rio Branco. Não tardou a intimativa oficial ao transviado das boas normas republicanas.

Ao receber a circular de 7 de julho de 1893, em que se continha a recomendação sobre o uso de "Saúde e fraternidade", Rio Branco teve que interromper seus afazeres para explicar e justificar a omissão daquela saudação oficial:

> Entendendo que a circular se aplica aos serviços ordinários e não às Missões Especiais e temporárias, deixo por enquanto, até decisão de vossa excelência, de recomendar aos secretários que ajuntem essa fórmula final aos ofícios daqui expedidos. Se a ordem é igualmente aplicável às Missões Especiais, ouso pedir a vossa excelência que, não havendo inconveniente, se digne de dispensar-me

do emprego de uma fórmula de saudação que na República Francesa, onde teve nascimento, só é empregada hoje pelos discípulos da religião de Augusto Comte e que só poderei empregar com o protesto, que desde já faço, de que isso não importará, da minha parte, adesão de espécie alguma à doutrina política e religiosa desse filósofo. Se entre nós a antiga fórmula 'Deus guarde a vossa excelência ou a vossa senhoria' foi abolida em atenção às ideias filosóficas de alguns brasileiros, creio que as crenças religiosas de outros, sem dúvida muito mais numerosos, merecem também consideração. Isto justifica a adoção das fórmulas de cortesia e respeito usadas no estilo da República Francesa, da Confederação Suíça e dos Estados Unidos da América, fórmulas estas que satisfazem a todas as consciências. Peço vênia para observar que, mesmo no tempo em que a correspondência oficial de todas as outras repartições públicas do Brasil terminava com o 'Deus guarde a vossa excelência ou a vossa senhoria' que, entretanto, nunca foi obrigatório, o nosso antigo Ministério dos Negócios Estrangeiros, creio que desde pouco depois da Independência, usava como fórmula final ou de saudação, as que estavam e estão em uso no estilo de chancelaria ou diplomático de todos os países cultos. Com a adoção da antiga fórmula revolucionária, não admitida em nenhuma outra República, os despachos ou documentos do nosso Ministério das Relações Exteriores comunicados aos governos estrangeiros ficarão constituindo uma exceção estranhável e asseguro a vossa excelência que, mesmo nas três Repúblicas anteriormente citadas, a impressão daí resultante nos não seria favorável, porque isso induziria a crer que ainda estamos atravessando uma crise revolucionária. Estou convencido de que vossa excelência prefere ao silêncio das reservas mentais a linguagem da franqueza e lealdade e assim não levará a mal as respeitosas observações que faço neste ofício, usando do direito de representação e aguardando a decisão de vossa excelência que receberei com o maior acatamento.

Dias depois, a 13 do mesmo mês de julho, despacho assinado pelo doutor João Filipe Pereira, então ministro das Relações Exteriores, referia-se com estranheza à assinatura – Rio Branco – contra o preceituado no § 2º do artigo 72 da Constituição da República, que extinguira os títulos nobiliárquicos: "Fica vedado, mesmo entre parênteses, o seu uso na correspondência oficial como tem sido até agora tolerado", assim rezava o lembrete da Secretaria de Estado. Mais uma vez, Rio Branco foi obrigado a levantar a pena e suspender seu labor para justificar, em ofício, o seu procedimento:

> Peço licença para declarar a vossa excelência que não tenho consciência de haver infringido até hoje disposição alguma da nova lei constitucional do Brasil. Aquele parágrafo extinguiu as ordens honoríficas existentes e os títulos nobiliários, mas algum ou alguns dos legisladores constituintes assinaram a Constituição usando dos antigos títulos que tinham, outros ainda hoje usam das suas condecorações e ainda há dias li sentenças da Corte Suprema Federal assinadas pelo ministro barão do Sobral. Entendo, pois que, como na República Francesa, os condecorados com os graus das ordens extintas (na França, a ordem de São Luís) podem usar de suas insígnias e que os títulos nobiliários ficaram sendo simples nomes, perdendo os seus portadores os antigos privilégios que, entre nós, eram bem inocentes e insignificantes. De fato, não conheci outros, derivados de tais distinções ou recompensas, além de ter de pagar ao Tesouro Nacional pesadas contribuições. Estou convencido de que a inteligência que dou ao citado parágrafo é a que lhe dão também todos os ilustres predecessores de vossa excelência, membros do atual governo, pois nenhum deles quereria infringir a Constituição, e todos (Custódio de Melo, Fernando Lobo, Serzedelo Correia, Paula e Sousa e Felisbelo Freire) na correspondência oficial davam-me o nome que fiquei tendo desde alguns anos, de Barão do Rio Branco. Entretanto, para conciliar a minha opinião com a de alguns distintos compatriotas que pensam de modo diferente, empreguei desde 1890 na correspondência oficial como assinatura o simples nome de Rio Branco, embora persuadido de que, sem uma lei interpretativa, que foi iniciada na Câmara e não teve andamento, ou sem decisão da Corte Suprema Federal que, segundo creio, tem competência para interpretar as leis políticas, não haveria sobre o assunto regra segura e incontestável que permita conhecer todas as consequências das citadas disposições. É lícito a qualquer brasileiro modificar o seu nome por troca, acréscimo ou supressão, mediante simples anúncio ou mesmo sem anúncio. Eu poderia citar muitos brasileiros, desde Acaiaba de Montezuma até Quintino Bocaiúva, que, dos dias da Independência até hoje, têm usado dessa liberdade. Meu pai ficou mais conhecido no Brasil e no estrangeiro pelo nome de Rio Branco, que muitos dos nossos concidadãos, embora obscuros, adotaram depois de 1871. Hoje, no círculo das minhas relações na Europa e neste país, todos me conhecem por esse nome. Não posso renunciar a ele e, conservando-o, uso de um direito incontestável.

Terminava pedindo que nos ofícios que lhe fossem dirigidos se escrevesse José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, ficando, assim, acrescentado na correspondência oficial o seu antigo nome.

Todas estas explicações não impediram que, cinco anos mais tarde, no decreto que nomeava Rio Branco enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial em Berna e no texto da sua credencial, aparecesse o seu nome estropiado – José Maria Paranhos do Rio Branco, sem o sobrenome – da Silva. Rio Branco aproveitou a oportunidade para encaminhar à Secretaria de Estado, por intermédio do seu diretor-geral, o venerando visconde de Cabo Frio, um protesto amável contra essa supressão, recobrando que em 1893 resolvera assinar José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco:

> [...] Ao todo cinco nomes, sem falar nas duas preposições ou partículas usuais que a eufonia exige na nossa língua e que em Portugal e no Brasil nunca tiveram outra utilidade ou significação. E [acrescentava Rio Branco de bom humor], se esses cinco nomes parecem demasiados aos distintos oficiais da nossa 4ª Seção, eu peço a vossa excelência que se digne de informá-los mui amigavelmente da minha parte que outros nomes brasileiros, não menos extensos, foram sempre escritos fielmente, sem cortes, nas peças oficiais. Citarei os seguintes: José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho, o célebre economista, bispo de Pernambuco; José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, deputado à Constituinte de 1823; Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, o conhecido naturalista, senador por Minas Gerais no começo do Império; Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, encarregado de negócios de Portugal nos Estados Unidos, mais tarde redator do *Correio Braziliense*; João Carlos Augusto de Oeynhausen Grevenburg, presidente do governo provisório de São Paulo em 1821; Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara e João Lins de Vieira Cansansão de Sinimbu, ministro de Estado, cujos nomes espero que andem menos esquecidos do que o de um antigo ministro dos Negócios Estrangeiros que me legou o seu; Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, deputado, depois visconde de Camaragibe e senador; Luís Joaquim Duque Estrada Teixeira, Luís José de Carvalho e Melo Matos e José Maria Correia de Sá e Benevides. Também poderia citar outros que tiveram mais de cinco nomes. Exemplo: Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Coelho (sete nomes), senador por Minas Gerais depois da Independência, e João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira Silva Daun (10 nomes), presidente da Junta Governista do Estado do Rio Grande do Sul. Espero que com estes exemplos os senhores oficiais da 4ª Seção julguem atendível a retificação que sou obrigado a fazer de ofício. Na nossa terra, como vossa excelência sabe, qualquer pessoa, mediante

> um anúncio e independente de licença de autoridade alguma, adota o nome ou os nomes que quiser. O nome oficial que ficou adotado é o que recordei acima.

Com o nome de Rio Branco, malsinado pelos exegetas constitucionais, nosso patrono firmou o arrazoado que nos restituiu ileso o direito ao território de Palmas. Este esplêndido triunfo, se enaltecia nossa terra no conceito das nações cultas, reacendia no coração dos brasileiros de boa vontade a fé nos destinos das novas instituições, periclitantes com as mesquinhas dissensões domésticas e as miúdas preocupações da política interna. A alma nacional, de há muito desafeita às sagradas emoções do verdadeiro patriotismo, desentranhou-se em vibrantes demonstrações, vitoriando e aplaudindo aquele modesto funcionário apenas conhecido na véspera pelo apelido que seu pai ilustrara na Monarquia e que o filho iria imortalizar ao serviço da República. No entusiasmo da primeira hora, a imaginação popular emprestou a Rio Branco os atributos de um herói providencial; apontou-o para o exercício dos cargos mais díspares; seu nome foi lembrado para presidente da República, senador, deputado, ministro no Uruguai e até pacificador do estado do Rio Grande do Sul. Os amigos, que daqui lhe relatavam essas manifestações do patriotismo nacional, incitavam-no a vir colher no Brasil o futuro da sua magnífica vitória. "É tempo de você deixar de ser politicamente um indolente e um estranho", escrevia-lhe Joaquim Nabuco. Respondia Rio Branco filosoficamente que tudo estaria esquecido dentro de um mês com o agravante de haver adquirido alguns inimigos gratuitos a mais.

Decorridos 30 dias de pronunciada a sentença arbitral, Rio Branco, por decreto de 14 de março de 1895, foi dispensado do cargo de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial nos Estados Unidos da América, regressando logo depois à Europa para reocupar o posto de cônsul-geral em Liverpool.

CAPÍTULO II

LIMITES DO BRASIL COM A GUIANA FRANCESA. AS PRETENSÕES DA FRANÇA NA BACIA AMAZÔNICA. O TRATADO DE UTRECHT DE 11 DE ABRIL DE 1713. ANTECEDENTES HISTÓRICOS, POLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS. AS VICISSITUDES DO CONTESTADO FRANCO-BRASILEIRO. A REPÚBLICA E O ARBITRAMENTO DO CONSELHO FEDERAL SUÍÇO. RIO BRANCO E A MISSÃO ESPECIAL EM BERNA. TRIUNFO DO DIREITO DO BRASIL.

O feliz desfecho dessa pendência, que constituía permanente ameaça às tradicionais relações de boa vizinhança e amizade com a República Argentina, levou o governo brasileiro a considerar a possibilidade de resolver outra controvérsia territorial que, durante largos anos, desafiara a argúcia da diplomacia da França e de Portugal e do Brasil, anulando o esforço dos seus melhores negociadores: a fixação dos limites com a Guiana Francesa. Um choque pelas armas entre brasileiros e franceses na zona litigiosa, em 1895, tornara inadiável a discriminação dos domínios dos dois países naquelas longínquas paragens.

Pode dizer-se que este conflito de soberania teve sua remota origem em 1605, ao conceder Henrique IV, rei de França, cartas patentes, nomeando La Ravardière seu lugar-tenente "nas regiões da América, desde o rio das Amazonas até a ilha da Trindade". Contudo, em verdade, ele só surgiu perfeitamente caracterizado depois que os franceses começaram a ocupar, ao norte do continente americano, o território das Guianas. Graças à indomável resistência dos portugueses, haviam fracassado lamentavelmente, ao sul, as duas tentativas de colonização francesa em larga escala entre o Amazonas e o rio da Prata: a França Antártica, de Villegaignon, no começo do século XVI, e a França Equinocial, de La Ravardière, em princípios do século XVII. No território guianense foi-lhes a sorte menos adversa: a primeira colônia

francesa criada em 1626, à margem do rio Sinamari, e trasladada em 1634 para a ilha de Caiena, constituiu o núcleo original da futura Guiana Francesa. Seu primitivo período de gestão foi lento e laborioso: no novel estabelecimento, malograram-se sucessivamente todos os reiterados ensaios de colonização até 1656, quando a ilha de Caiena foi ocupada pelos holandeses, que a exploraram até 1664, data de sua retomada pelos franceses. Os ingleses expulsaram-nos em 1667, ocupando-a até que dela se reapoderaram os holandeses em 1674. Da reconquista pelo vice-almirante conde d'Estrèes, em 1676, data a sua ocupação definitiva pela França. O seu limite meridional, já mencionado em 1666 por Lefebvre de la Barre, que expulsara os holandeses em 1664, corria pelo rio Oiapoque, que se lança no mar a oeste do cabo de Orange. Só a partir de 1679, já livres das agressões de ingleses e flamengos, começaram os franceses a atravessar esse rio, em demanda do Amazonas, para traficar com índios, à semelhança do que faziam há muito tempo ingleses e holandeses naquelas regiões. Originam-se nessa época os primeiros conflitos de jurisdição e consequentes desentendimentos entre as duas soberanias limítrofes: as autoridades portuguesas, fortes de seu direito, por saberem que o rio Oiapoque ou Vicente Pinson constituía a fronteira setentrional da capitania do cabo do Norte, doada a Bento Maciel Parente em 1637 por Filipe IV da Espanha, esforçavam-se, por todos os meios, para obstar à intrusão dos franceses nos domínios da coroa de Portugal, como já o tinham feito em várias oportunidades com os súditos da Inglaterra e da Holanda; as autoridades de Caiena, por seu lado, empenhavam-se em justificar o procedimento de seus compatriotas, alegando os direitos da França à margem setentrional do Amazonas em virtude das cartas patentes concedidas a La Ravardière em 1605. Um governador de Caiena, marquês de Ferrolle, chegou mesmo a declarar em 1694 e repetiu em 1699 que as possessões francesas naquela região eram delimitadas por uma pretensa ilha Oiapoque, situada na confluência do rio Amazonas. Como as desinteligências entre as autoridades portuguesas e francesas se tornassem mais frequentes, havendo degenerado em conflitos de caráter militar, resolveram os governos de Portugal e da França entrar em entendimento com o objeto de definir as raias de suas longínquas colônias americanas.

As primeiras negociações entabuladas entre os dois governos para esse efeito tiveram início em Lisboa em 1698. Na impossibilidade de

chegarem a um acordo definitivo, pela deficiência da documentação existente, os plenipotenciários de Portugal e da França, depois de longas conferências, do exame de mapas e manuscritos e da troca de memórias explicativas, limitaram-se a concluir, a 4 de março de 1700, um Tratado Provisório que deixou em suspenso a atribuição do território compreendido entre a ponta de Macapá e o cabo do Norte e daí pelo litoral até o Oiapoque, permitindo aos nacionais dos dois países estabelecer-se livremente entre aquele rio e o Amazonas, sem que nenhuma das suas coroas pudesse, por esse fato, reivindicar um direito de soberania ou instalar postos militares ou comerciais que implicassem tomada de posse. Esse *modus vivendi,* baseado na neutralização provisória do território contestado, seria mantido até a conclusão de um ajuste definitivo. O Tratado Provisório de 1700, confirmado pelo de aliança entre Portugal e França, de 18 de junho de 1701, foi logo depois anulado pela participação de Portugal na Guerra da Sucessão da Espanha ao lado da Inglaterra, Holanda e Áustria contra Luís XIV, da França, e Filipe V, da Espanha.

No congresso reunido em Utrecht, em 1712, depois da guerra, um dos tratados firmados a 11 de abril de 1713 pelos governos de Portugal e da França continha várias cláusulas relativas aos limites da Guiana Francesa. A redação final desse memorável ato diplomático foi precedida de longos e acalorados debates, durante os quais os plenipotenciários portugueses, conde de Tarouca e dom Luís da Cunha, defenderam bravamente os direitos de Portugal e impediram que prevalecesse uma proposta de partilha do território guianense entre as coroas portuguesa e francesa. Por fim, a França, cedendo à intervenção amigável da rainha Ana, da Inglaterra, e em troca de outras compensações na Europa, renunciou em favor de Portugal à navegação do rio Amazonas e ao direito às terras compreendidas entre esse rio e o Oiapoque ou Vicente Pinson, ao norte, "entre la rivière des Amazones et celle de Japoc ou de Vicent Pinson, sans se reserver ou retenir aucune portion des dites terres". O artigo 8º do Tratado de Utrecht, em torno do qual as diplomacias da França e de Portugal e, posteriormente, do Brasil se empenhariam em um debate só terminado quase 200 anos depois, rezava textualmente:

> A fim de prevenir toda a ocasião de discórdia que poderia haver entre os vassalos da coroa da França e os da coroa de Portugal, sua majestade cristianíssima desistirá para sempre, como presentemente desiste por este tratado, pelos termos

> mais fortes e mais autênticos e com todas as cláusulas que se requerem, como se elas aqui fossem declaradas, assim em seu nome, como de seus descendentes, sucessores e herdeiros, de todo e qualquer direito e pretensão que pode ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do cabo do Norte e situadas entre o rio das Amazonas e o de Japoc ou de Vicente Pinsão, sem reservar ou reter porção alguma das ditas terras, para que elas sejam possuídas daqui em diante por sua majestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros, com todos os direitos de soberania, poder absoluto e inteiro domínio, como parte de seus Estados e lhe fiquem perpetuamente, sem que sua majestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros possam jamais ser perturbados na dita posse por sua majestade cristianíssima, seus descendentes, sucessores e herdeiros.

No Tratado de Utrecht, nada se estipulou no tocante ao limite do território interior, isto é, da extensa faixa de terra ao longo do rio Amazonas até a margem esquerda do rio Branco.

Afigurava-se aos governos interessados que o Tratado de Utrecht, ao estabelecer a fronteira do território contestado por um acidente geográfico conhecido, teria regulado em definitivo as dívidas dos dois domínios limítrofes na América, fazendo cessar os conflitos de jurisdição que, por vezes, haviam azedado as relações entre os funcionários da Guiana Francesa e do Pará. A partir de 1725, as autoridades coloniais de Caiena e os publicistas franceses, empenhados na extensão do domínio da França até o Amazonas, começaram a manifestar dúvidas acerca da identidade do rio indicado no artigo 8º do Tratado de Utrecht. Em 1729, M. de Charanville, governador da Guiana Francesa, tentou aplicar ao rio Maiacaré o duplo nome de Oiapoque ou Vicente Pinson; d'Audifredy, em 1731, afirmou pela primeira vez que existia longe do cabo de Orange outro Oiapoque, situado não na costa marítima da Guiana, mas dentro do próprio rio Amazonas, na ilha de Marajó; La Condamine, em 1745, afirmou que o Vicente Pinson e o Oiapoque eram dois rios diferentes; mais tarde, em 1778, Malouet, ordenador da Guiana Francesa, instalou um posto militar e uma missão de catequese na margem esquerda do rio Cunani, que passou a ser a "fronteira de direito"; em 1781, o governador barão de Bessner avançou a divisa ainda mais para o sul, "de conformidade com o Tratado de Utrecht", estabelecendo-a no rio Carapapóris e, depois, este mesmo governador recomendou a um engenheiro encarregado de estudar a delimitação da Guiana a conveniência de se adotar o rio Araguari

em vez do Oiapoque ou Vicente Pinson, mediante eventual compensação à coroa portuguesa; o limite pelo Araguari foi retomado em 1791 por M. Lescallier, outro ordenador da Guiana Francesa; o Tratado de 10 de agosto de 1797, entre Portugal e a Espanha, fixou a fronteira no Calçoene, que o governo francês considerava então ser o rio Vicente Pinson e, na discussão diplomática de 1855, em Paris, entre o visconde de Uruguai e o barão His de Butenval, o Carapapóris passou a ser considerado pelo governo francês como o verdadeiro Oiapoque ou Vicente Pinson do Tratado de Utrecht.

Assim, a linha divisória se deslocava lentamente para o sul, em demanda do rio Amazonas.

Enquanto isto, Portugal e, depois, o Brasil, sempre e invariavelmente, sustentavam que o rio "Japoc" ou "Vicente Pinsão" do Tratado de Utrecht era o mesmo e único Oiapoque ou Vicente Pinson, universalmente conhecido com este nome desde 1596, que se lança no oceano Atlântico ao cabo de Orange, limite recusado pela França no Tratado Provisório de 1700 e formalmente aceito pelo de Utrecht em 1713. Não havia até então outro rio conhecido com aquela designação, de sorte que a só indicação de seu nome no tratado, sem menção da latitude de sua foz, nem referência a qualquer mapa da época, foi considerada como suficiente para determinar a fronteira internacional. Era de notar ainda que no texto do Tratado de Utrecht se encontram os nomes de Oiapoque e Araguari aplicados a rios distintos, sendo estranho que neste mesmo tratado, querendo designar o rio Araguari, os negociadores portugueses e um embaixador da França se tenham servido dos nomes de "Japoc ou Vicente Pinsão", notoriamente conhecidos para designar o curso de água a oeste do cabo de Orange. Ainda mais estranho parecia que em Utrecht os plenipotenciários franceses tenham escrito Japoc querendo dizer que o limite seria o rio Araguari ou qualquer outro dos rios intermediários entre os rios Araguari e Oiapoque.

Dessa data em diante, todo o debate diplomático de que participam os mais ilustres negociadores dos dois países, até a solução final do litígio quase dois séculos depois, vai girar em torno da identificação do único verdadeiro Oiapoque reclamado pelo Brasil e dos múltiplos e sucessivos Oiapoques inventados pela França depois do Tratado de Utrecht na defesa de sua ingrata causa. A indeterminação da fronteira, gerada pela falsa inteligência do artigo 8º daquele tratado, adotada pelas autoridades de

Caiena e aceita pelo governo francês, dará origem, naquelas terras sem senhorio certo, a uma série ininterrupta de conflitos de jurisdição que, por vezes, ameaçaram comprometer a tradicional cordialidade das relações entre o Brasil e a França.

Em seguida às guerras da Revolução francesa, no período compreendido entre os anos de 1797 e 1802, os governos de Portugal e da França tentaram em vão entrar em acordo sobre essa irritante questão territorial. Um tratado concluído em Paris a 10 de agosto de 1797 estabeleceu o limite da Guiana pelo rio Calçoene, em detrimento dos direitos portugueses, deixando, por esta circunstância, de ser ratificado pelo governo de Portugal; depois, o Tratado de Badajoz, de 6 de junho de 1801, que adotou a fronteira do rio Araguari, foi substituído pelo de Madri, de 29 de setembro de 1801, que indicou como limite o curso do rio Carapanatuba, pequeno afluente no Amazonas perto de Macapá, dentro do estuário amazônico. Ambos esses atos foram anulados mais tarde pelo manifesto do príncipe regente de Portugal e do Brasil, datado do Rio de Janeiro do 1º de maio de 1808, e pelo artigo adicional nº 3 do Tratado de Paris, de 30 de maio de 1814; e, finalmente, o Tratado de Amiens, de 27 de março de 1802, concluído entre a França, a Espanha, a Inglaterra e a Holanda, restaurou a fronteira do rio Araguari; no entanto, este pacto não poderia ser obrigatório para Portugal, que não tomou parte nas negociações, nem aderiu posteriormente às cláusulas ajustadas.

Estes acordos ofereciam apenas um interesse histórico, estando todos eles caducos. O exame de suas estipulações mostrava que os seus negociadores não tiveram em mira interpretar o pensamento do Tratado de Utrecht, mas impor a Portugal, enfraquecido pela guerra, limites novos no território da Guiana.

A invasão do território de Portugal por tropas francesas, em 1807, obrigou o príncipe regente, depois dom João VI, a trasladar a corte portuguesa para o Rio de Janeiro. Seu primeiro ato de hostilidade contra a França visou à conquista da Guiana Francesa: uma expedição militar, rapidamente organizada no Pará, sob o comando do tenente-coronel de artilharia Manuel Marques d'Elvas, denominada Corpo de Vanguarda dos Voluntários Paraenses, auxiliada por uma pequena escolta naval, a que se juntou depois uma fragata inglesa, fundeou na boca do rio Oiapoque em 1º de dezembro de 1808. O governador da Guiana, Victor Hughes, não dispondo de elementos para oferecer resistência eficaz, capitulou

a 12 de janeiro de 1809 e seguiu para a Europa com toda a guarnição francesa. O governo da Colônia foi confiado ao desembargador João Severiano Maciel da Costa, depois marquês de Queluz e senador do Império, cuja administração de oito anos contribuiu poderosamente para o desenvolvimento do comércio naquela região e mereceu as mais lisonjeiras referências de historiadores franceses da Guiana.

Com a queda do império napoleônico, concluiu-se o Tratado de Paris, pelo qual Portugal se obrigou a restituir à França o território da Guiana Francesa, tal como se encontrava no 1º de janeiro de 1792, isto é, com a fronteira do rio Carapapóris, o que importava reviver todas as complicações e dificuldades anteriores. Negada a ratificação a este ato pelo príncipe regente de Portugal, abriram-se novas negociações de que participaram o príncipe de Talleyrand, pela França, e o conde de Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira, por Portugal. Delas resultou a inserção, na Ata Final do Congresso de Viena de 1815, de um artigo, segundo o qual a Guiana Francesa seria restituída "até o rio Oiapoque, cuja embocadura está situada entre o quarto e o quinto grau de latitude norte, limite que Portugal sempre considerou o fixado pelo Tratado de Utrecht". Em seguida, se declarava que a entrega se efetuaria quando as circunstâncias o permitissem, por uma convenção particular entre as duas cortes, procedendo-se amigavelmente à fixação definitiva dos limites "conforme o sentido o preciso das estipulações do artigo 8º do Tratado de Utrecht".

Pela Convenção celebrada em Paris a 28 de agosto de 1817, o governo português comprometeu-se a restituir dentro de três meses o território da Guiana Francesa até o rio Oiapoque; nele, também se determinou a nomeação de uma Comissão Mista para proceder à fixação definitiva dos seus limites "conforme o sentido do artigo 8º do Tratado de Utrecht e as estipulações da Ata do Congresso de Viena". Se esta operação não produzisse os resultados esperados, os governos de Portugal e da França estariam em um acordo amigável com a mediação da Inglaterra.

A restituição da Guiana Francesa efetuou-se em 1817, depois de oito anos de administração portuguesa. Foi nomeado um novo governador francês, mas os comissários incumbidos do reconhecimento e da demarcação da linha divisória deixaram de ser designados por ambos os governos, prosseguindo o mesmo regime de indeterminação das duas soberanias, que se prolongou durante os últimos anos da dominação portuguesa e depois da nossa emancipação política em 1822.

Com a independência do Brasil, recomeçaram os conflitos de jurisdição entre as autoridades dos dois países. Na França, os partidários exaltados da expansão colonial reclamavam, em livros e nos jornais, a ocupação do território contestado, chegando a ser aconselhada a fixação da fronteira pelos rios Amazonas, Tacutu e Branco. O território guianense e os seus rios mais importantes eram percorridos e explorados por comissões científicas francesas que, insufladas pelas autoridades de Caiena, faziam pressão junto à metrópole, incitando-a a proceder com energia.

Em 1836, o governo francês, aproveitando-se das dificuldades com que lutava o Brasil na repressão da guerra civil dos Cabanos, no Pará, e sob o pretexto de preservar os seus nacionais do contato com os insurretos brasileiros, ordenou o estabelecimento de um posto militar à margem do lago Amapá.

O governo imperial reclamou energicamente, mas sem resultado, contra essa insólita intrusão em seus domínios. A notícia da ocupação daquela parte do território nacional provocou excitação da opinião pública no Rio de Janeiro e apaixonados debates nas Câmaras. A indignação popular traduziu-se nos editoriais do jornal *Liga Americana*, dirigido por Aureliano Coutinho e Odorico Mendes, que concitavam a população a boicotar os produtos de origem francesa. Em reunião coletiva, os principais membros da colônia francesa no Rio de Janeiro pediram a intervenção do seu ministro a fim de fazer cessar semelhante estado de coisas prejudicial aos valiosos interesses da França no Brasil. O governo francês continuou surdo aos protestos e reclamações, e sua recalcitrância só cedeu ante a intervenção do governo britânico. Em 1838, Maciel Monteiro, nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, entendeu-se com o representante diplomático inglês no Rio de Janeiro, fazendo-lhe uma exposição minuciosa da questão de limites com a Guiana Francesa, com o intuito de interessar a Inglaterra na negociação em que o Brasil estava empenhado com a França para a retirada do posto militar francês no território contestado. O nosso encarregado de negócios em Londres, José Marques Lisboa, recebeu instruções para solicitar os bons ofícios do governo inglês, e desempenhou-se dessa incumbência na audiência que para esse fim obteve de lorde Palmerston no 1º de abril de 1839. Irritado com o governo do Brasil pela continuação do tráfico de escravos, lorde Palmerston, cedendo a um movimento de mau humor, declarou que o governo imperial nada deveria esperar da Inglaterra na questão dos limites

da Guiana Francesa. Entretanto, de posse das informações recebidas do seu agente diplomático no Rio de Janeiro e sabedor das exageradas pretensões da França na bacia amazônica, passou instruções à embaixada britânica em Paris para obter do governo francês a retirada do posto militar estabelecido em território pertencente ao Brasil em virtude do Tratado de Utrecht e da Ata de Viena de que o governo inglês fora respectivamente garante e signatário. A Inglaterra não se limitou a essa representação feita com firmeza e insistência. O Foreign Office encarregou o capitão Harris, comandante da corveta *Race Horse*, de ir descobrir esse posto e proceder a um inquérito. Do seu relatório, se verifica que logo na margem direita do rio Oiapoque, encontrando os franceses ocupados em construir uma fortificação, o capitão Harris indicou ao engenheiro que este estava do lado errado do rio. Esta pequena demonstração naval e as reclamações da embaixada inglesa em Paris produziram o desejo efeito. Desde 31 de março de 1838, tinha o governo francês suspendido a negociação com o nosso ministro em Paris, conselheiro Araújo Ribeiro, deixando sem resposta sua última nota e seus pedidos de audiência. Na tarde de 10 de fevereiro de 1840, lorde Palmerston comunicou a Marques Lisboa a notícia de haver a França resolvido evacuar o posto militar do Amapá, "aquiescendo às representações de sua majestade britânica". Em Paris, a mesma notícia foi dada no dia 11 daquele mês ao conselheiro José de Araújo Ribeiro pelo embaixador da Inglaterra, lorde Granville, quando ambos se achavam no Palácio do Quai d'Orsay, esperando a vez de falar ao marechal Soult, presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros. O silêncio que, relativamente à resolução tomada, guardou o marechal Soult na entrevista que teve nesse mesmo dia com o conselheiro Araújo Ribeiro, bem mostra quanto o despeitara a intervenção que o governo do Brasil havia provocado e a que fora obrigado a ceder. No Rio de Janeiro, também a primeira notícia da deliberação do governo francês foi recebida no Senado pelo nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, Caetano Maria Lopes Gama, depois visconde de Maranguape, em carta particular do encarregado de negócios da Inglaterra, mister W. G. Ouseley, no dia 23 de abril de 1840. Os bons ofícios prestados pela Inglaterra, que não via com bons olhos o eventual alargamento do domínio francês na região amazônica nas proximidades da fronteira da Guiana Inglesa, tornaram possível a retirada do posto militar e a consequente evacuação do território entre o Amapá e o Oiapoque pelas tropas francesas.

Em 1841, por troca de notas no Rio de Janeiro, o Brasil e a França concordaram na neutralização daquele território até a solução definitiva do litígio.

Havendo fracassado em Paris as conversações para um acordo direto entre os anos de 1842 e 1844, o governo francês, em julho de 1853, propôs reatar as negociações interrompidas. O governo imperial anuiu de bom grado a esses desejos, confiando uma Missão Especial ao visconde de Uruguai, que se apresentou em França em 1855. Iniciaram-se as negociações com o plenipotenciário francês especialmente nomeado para esse fim, barão His de Butenval. Em 15 conferências, que se prolongaram de 15 de agosto de 1855 a 1º de julho de 1856, foi amplamente debatida a questão de limites, à luz dos documentos históricos e cartográficos mais importantes naquela época. Apesar do espírito de conciliação que presidiu às discussões dos dois ilustres plenipotenciários e do vivo empenho de que estavam animados de acordarem um uma fórmula conciliatória dos direitos e interesses do Brasil e da França, não lhes foi possível chegar a um entendimento. O governo francês insistiu na linha do Araguari e, como concessão especial, ofereceu a do Carapapóris; o visconde de Uruguai propôs, a princípio, como fronteira, a linha de divisão das águas entre o Oiapoque e o Cassiporé e, sucessivamente, sem resultado, o próprio Cassiporé, depois o Cunani e, por fim, o rio Calçoene.

Terminadas as conferências de Paris sem a celebração do anelado ajuste, voltou o governo francês em 1857 a propor a nomeação de comissários para a exploração conjunta dos rios situados no território contestado. Apesar de convencido de que trabalhos dessa natureza não poderiam dar resultado completo e definitivo sem um entendimento prévio entre os dois governos sobre a delimitação da zona litigiosa e antes da interpretação do Tratado de Utrecht, o governo imperial concordou com a proposta francesa e designou o capitão-tenente José da Costa Azevedo, mais tarde barão de Ladário, que, de 1855 a 1861, explorou e levantou cuidadosamente o curso de todos os rios que deságuam na costa do território em litígio. O comissário brasileiro desempenhou só sua comissão, havendo esperado em vão a chegada do tenente Carpentier, nomeado pelo governo francês.

De todas essas repetidas tentativas de entendimento entre os dois governos resultou apenas a declaração de 28 de junho 1862, estabelecendo a competência dos tribunais brasileiros e dos de Caiena para julgar os criminosos e malfeitores do território do Oiapoque que fossem entregues às justiças do Brasil ou da França.

No ano de 1886, o território do contestado foi teatro de uma burleta cômica: um grupo de aventureiros internacionais, aproveitando-se da situação anômala daquelas longínquas terras de senhorio incerto, fantasiou uma República independente na região do Cunani, entre os rios Araguari e Oiapoque, elegeu para sua presidência Jules Gros, membro da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, oficial da Academia e autor da Academia e autor de dois romances, *Secrets de la Montagne* e *Aventures d'une noce parisienne*, que lhe valeram uma hora de celebridade entre os habitantes do seu bairro. O romântico geógrafo tomou a sério as suas funções oficiais e governou a República de Cunani do alto do seu quinto andar à rua do Louvre: instituiu um gabinete ministerial com sede em Paris e criou uma rendosa ordem de cavalaria – a Estrela de Cunani. Uma nota inserta no *Journal Officiel*, da França, em 2 de setembro de 1887, deu o golpe de morte na extravagante República, que não tardou a dissolver-se ao pretender o conselho de governo destituir o presidente eleito. Esta imaginária entidade internacional ressurgiu em 1901, para desaparecer mais tarde, com Adolphe Brezet, em parceria com outro grupo de exploradores que em Paris publicaram a Constituição, uma lista do corpo diplomático e consular e dois *Livres Rouges* do Estado Livre de Cunani, ilaqueando a boa-fé dos ingênuos com a venda em larga escala de títulos e condecorações e de fantásticas concessões de terras que não possuíam. Adolphe Brezet acabou em Londres, no ano de 1906, em extrema penúria, continuando, porém, a intitular-se duque de Brezet e de Beaufort, visconde de São João e chefe do Estado Livre de Cunani.

A proclamação da República no Brasil em 1889 veio interromper as negociações em que mais uma vez estavam empenhados os dois governos para o reconhecimento e exploração das terras do contestado.

Pelo ano de 1894, a situação naquelas paragens começou a preocupar seriamente os homens públicos no Brasil e na França: a descoberta de jazidas de ouro nas cabeceiras do rio Calçoene atraíra milhares de aventureiros, que ali se estabeleceram, vivendo em um regime de mais completa anarquia. Com o fim de salvaguardar a população brasileira, ameaçada de submersão pelas sucessivas ondas de adventícios procedentes das Guianas, das Antilhas e até dos Estados Unidos e da Inglaterra, constituiu-se um governo local brasileiro, incumbindo-se de zelar pelos interesses e de defender os direitos dos nossos compatriotas. Em dezembro de 1894, em reunião presidida

pelo engenheiro Antônio Gonçalves Tocantins, elegeu-se um triunvirato, formado por Francisco Xavier da Veiga Cabral, cônego Domingos Maltês e Desidério Antônio Coelho. As autoridades de Caiena, por seu lado, delegaram poderes na mesma região a um preto velho de nome Trajano, antigo escravo fugido, natural do Pará, que se refugiara no contestado havia muitos anos e que exercia certo ascendente sobre os seus companheiros. Não tardaram as rivalidades e desinteligências entre os membros dos governos locais brasileiro e Trajano, as autoridades caienenses investiram do pomposo título de capitão-governador do Amapá. A prisão deste último por Veiga Cabral exasperou o governador da Guiana Francesa que, sem instrução do seu governo, organizou uma expedição militar e a enviou ao Amapá a bordo de um pequeno navio de guerra, o *Bengali*. Um choque pelas armas entre os dois grupos, em 1895, terminou com a morte de vários soldados franceses e do capitão Lunier, seu comandante, e com violentas represálias exercidas pelos franceses sobre a população brasileira inerme. A notícia desses trágicos acontecimentos levantou um clamor imenso na imprensa dos dois países, e a opinião pública, e um e em outro, reclamou imperiosamente a cessão de semelhante estado de coisas indigno de duas nações civilizadas. Acalmados os ânimos e apurada a culpabilidade do governador da Guiana, logo depois afastado de seu cargo, os governos do Brasil e da França aproximaram-se mais uma vez, depois de quase 200 anos de entendimentos improficuos, com o propósito deliberado de liquidar definitivamente a questão de limites e pôr termo ao regime de ódios, de rivalidades e de conflitos no território litigioso.

Esgotados todos os meios conducentes a um acordo direto, só restava o recurso ao juízo arbitral.

A solução dessa controvérsia pelo arbitramento não fora lembrada durante as negociações no Império, quer em Paris quer no Rio de Janeiro. É certo que, após o encerramento das conferências de Paris em 1855-1856, o visconde de Uruguai, escrevendo particularmente ao Conselho Paranhos, mais tarde visconde do Rio Branco, então ministro dos Negócios Estrangeiros, aludiu à possibilidade do recurso arbitral. O visconde de Uruguai temia que o governo francês, estimulado pela imprensa e pelas reclamações das autoridades de Caiena e dos colonos da Guiana, pudesse cometer no território contestado um ato de violência ou

adotar qualquer medida de ocupação, além de acreditar que a interposição oportuna do recurso ao juízo arbitral poderia impedi-la ou embaraçá-la. Tratava-se, apenas, da manifestação de um ponto de vista pessoal que não chegou a ser submetido ao governo da França.

A ideia do arbitramento surgiu pela primeira vez em 1890 durante as negociações abertas em Paris pelo nosso ministro, barão de Itajubá, para o reconhecimento oficial do governo republicano do Brasil. Alexandre Ribot, então ministro dos Negócios Estrangeiros, no decurso das conversações, perguntou ao barão de Itajubá se o governo provisório, depois do reconhecimento oficial pela França, estaria disposto a reatar as negociações sobre a controvérsia de limites com a Guiana Francesa e a aceitar o recurso à decisão arbitral, se não fosse possível chegar a um acordo direto. O governo provisório declarou-se pronto a prosseguir com as conversações interrompidas em 1888. As graves comoções internas que precederam a consolidação do regime republicano entre nós retardaram o cumprimento dessa promessa. No entanto, os trágicos sucessos de 1895 no Amapá precipitaram os acontecimentos de tal sorte que o doutor Prudente de Morais, presidente da República, na mensagem dirigida ao Congresso Nacional em 1896, pôde anunciar que os governos do Brasil e da França haviam concordado em submeter o seu litígio de fronteira à decisão arbitral de um país amigo.

Nesta fase final da questão, em que os dois governos enveredaram definitivamente pelo caminho da arbitragem, Rio Branco desenvolveu uma profícua atividade, facilitando consideravelmente as negociações que deram origem ao Compromisso Arbitral de 10 de abril de 1897.

A 29 de maio de 1895, logo depois do seu regresso dos Estados Unidos, foi-lhe oferecida, em nome do doutor Prudente de Morais, presidente da República, pelo doutor Carlos de Carvalho, ministro das Relações Exteriores, a chefia de uma legação na Europa.

Rio Branco, alegando as mesmas razões apresentadas em 1887 e 1888 ao barão de Cotegipe e ao conselheiro João Alfredo, declinou dessa oferta, mas aceitou, em compensação, a 6 de julho do mesmo ano de 1895, o encargo oficial de ir preparando, com antecedência e com o possível vagar, uma memória justificativa dos direitos do Brasil na controvérsia de fronteiras com a Guiana Francesa, quer para o caso de discussão diplomática em vista de um acordo direto quer para a eventualidade do arbitramento.

Rio Branco estava, entretanto, convencido de que esse litígio já não poderia ser resolvido por acordo direto porquanto a França não se contentaria com fronteira menos vantajosa que a do rio Calçoene, oferecida pelo Brasil, como transação, nas conferências de Paris, e recusada por Napoleão III em 1856; estava ele convencido também de que só o arbitramento nos poderia dar a linha do Oiapoque, desde que o árbitro fosse convidado a interpretar o Tratado de Utrecht e a declarar qual o rio Oiapoque ou Vicente Pinson deste tratado. Por isso, todos os seus preparativos de defesa e ataque foram feitos em vista do recurso ao arbitramento. Rio Branco deu início ao trabalho com a energia e o entusiasmo habituais. Em julho de 1895, deixou o Consulado-Geral em Liverpool, do qual foi exonerado a pedido, em janeiro de 1896, e trasladou-se para Paris, onde organizou a Comissão preparatória de limites da Guiana Francesa, incumbida de coligir e coordenar os numerosos documentos necessários à defesa do Brasil e, sobretudo, de reunir, para ulterior reprodução, todos os mapas da região litigiosa anteriores ao Tratado de Utrecht.

Solicitado pela Secretaria das Relações Exteriores a dar parecer sobre as bases do eventual Tratado de Arbitramento, Rio Branco redigiu e enviou-lhe para exame e consideração dois projetos: um, submetendo apenas ao árbitro a determinação do rio designado no artigo 8º do Tratado de Utrecht e adotando como fronteira interior, entre as cabeceiras deste rio e as do Maroni, a linha que aí forma o limite setentrional da bacia amazônica; outro, submetendo também ao árbitro a questão relativa ao limite do território interior, caso o governo francês insistisse na sua antiga pretensão à margem esquerda do rio Branco. Nessa ocasião, Rio Branco pendia para a separação das duas questões – território marítimo e território interior – e reputava arriscado entregá-las simultaneamente ao julgamento do mesmo árbitro. Ele acreditava que, se o juiz arbitral fosse chamado a pronunciar-se somente sobre o território marítimo, seria possível a vitória do Brasil ou, mais provável, a fronteira seria traçada pelo rio Cunani ou pelo rio Calçoene, ficando o Brasil com o maior e melhor quinhão. Submetidos os dois territórios ao mesmo árbitro, correríamos o risco de perder todo o território marítimo, pois ele poderia entender que, atribuindo ao Brasil os 200 mil quilômetros quadrados do território interior e, à França os 60 mil quilômetros quadrados do litoral, as duas partes ficariam satisfeitas, alcançando os franceses tudo quanto

verdadeiramente desejavam, isto é, o território marítimo entre os rios Oiapoque e Araguari.

Esse território marítimo não tinha para nós a mesma importância que o reclamado pela República Argentina no litígio da província de Missões, a qual, situada na parte em que o Brasil mais se estreita em virtude da excrescência argentina de Misiones, nos era de todo o ponto indispensável: se o perdêssemos, o estado do Rio Grande do Sul ficaria quase inteiramente destacado do Brasil, ligado à União por uma língua de terra de 45 léguas até o mar, e a posição ocupada pelos argentinos nas nascentes do rio Chapecó e na margem esquerda do rio Jangada nos obrigaria, como disse Rio Branco, a estar "permanentemente preparados para a defesa, mantendo em torno daquela intrusão um círculo de fortalezas e de acampamentos". A região entre os rios Araguari e Oiapoque poderia ficar perdida para o Brasil sem que corrêssemos iguais perigos ou sem que víssemos cortadas as nossas linhas naturais de comunicação. Impunha-se, entretanto, um esforço supremo para que o árbitro no-lo atribuísse íntegra, uma vez que não seria mais possível obtê-la, por acordo direto, depois que oferecêramos em 1856 a fronteira transacional do rio Calçoene.

Na correspondência dirigida ao doutor Carlos de Carvalho, ministro das Relações Exteriores, Rio Branco expôs miudamente os seus pontos de vista não só quanto ao processo arbitral, mas também em relação à escolha do árbitro, à extensão dos seus poderes e à delimitação da matéria a ser julgada.

O governo brasileiro, a princípio, hesitava entre a escolha de um Tribunal ou Comissão Arbitral e a de um árbitro singular. Rio Branco optou logo pelo último:

> Não conheço questão alguma de limites que tenha sido submetida a Tribunais ou Comissões Arbitrais: o julgamento das controvérsias dessa natureza tem sido sempre confiado a um só árbitro, que escolhe auxiliares de sua imediata confiança e com eles estuda na calma do gabinete os documentos apresentados. O exame atento e meticuloso dessas provas, que sempre consistem em mapas e outros documentos antigos, exige comparações e cálculos mais ou menos complicados e, por vezes, trabalhos de investigação em bibliotecas e arquivos. Esses trabalhos de paciência são sempre feitos imperfeitamente nos tribunais internacionais. A responsabilidade divide-se e, de ordinário, alguns membros descansam nos

> colegas ou deixam-se influir pela superior competência ou habilidade de um deles. A discussão entre as partes, escrita a princípio e, depois, oral, é mais rápida e a última não dá lugar para grande reflexão nem para as indagações que podem ser necessárias.

Em apoio dessas considerações, referia-se à prática internacional, consagrada especialmente no Tratado de Washington de 8 de maio de 1871, o qual entregou ao tribunal reunido em Genebra o julgamento das reclamações relativas ao corsário *Alabama*, e a uma Comissão Mista, com sede em Halifax, o exame e a decisão de outros assuntos, embora tenha submetido a questão de limites entre os Estados Unidos e o Canadá ao julgamento de um único árbitro, o imperador da Alemanha, estabelecendo as regras desse processo em vários antigos tão notáveis que têm sido copiados em outros tratados, protocolos e convenções. Além disso, afigurava-se a Rio Branco que nem sempre se podia contar com a aplicação ou a competência especial dos comissários designados pelos chefes de Estado de nações diferentes para a constituição do Tribunal Arbitral:

> Todos entrariam no exame da questão com o desejo de merecer os aplausos da imprensa, dos escritores e da opinião pública na França. Certamente, haveria divergência de votos: em caso de empate, o presidente provavelmente cortaria a questão dividindo o território contestado, se não pendesse para a nação mais forte e prestigiosa.

Ao contrário, o árbitro singular, sobretudo se chefe de Estado, que é em geral inacessível, oferecia maiores garantias de exame consciencioso e imparcial: tendo empenhada a sua responsabilidade pessoal, examinaria por si mesmo a questão por meio de auxiliares competentes e de sua absoluta confiança.

Rio Branco solicitava especialmente a atenção do governo brasileiro para dois pontos que considerava fundamentais na redação do Tratado de Arbitramento: a determinação, com a maior clareza e precisão, dos limites do território contestado, pois a França pretendia levá-los até a margem esquerda do rio Branco, nunca tendo feito desistência formal dessa infundada pretensão, e a limitação dos poderes do árbitro. Este deveria ser convidado, no tocante ao território marítimo, a estabelecer a raia ou pelo rio Oiapoque, que o Brasil sustentava ser o "Japoc ou

Vicente Pinsão" do Tratado de Utrecht, ou pelo rio Araguari, que a França dizia então ser o rio deste tratado; com relação ao território interior, a escolher uma das linhas propostas pelas duas partes, ou uma terceira com a aplicação dos princípios vigentes de direito internacional no caso de fronteiras indeterminadas. Com essa limitação dos poderes do árbitro, o Brasil teria mais probabilidade de vencer completamente a questão, mas também poderia perder todo o território entre os rios Araguari e Oiapoque se o árbitro pendesse para a França. Para atenuar esse risco, Rio Branco aconselhou que se facultasse ao árbitro estabelecer a fronteira por qualquer dos rios intermédios que desembocam no mar entre o Oiapoque e o Araguari, "contando que, em sua opinião, o curso d'água escolhido fosse o Oiapoque ou Vicente Pinson do Tratado de Utrecht".

Rio Branco considerava a questão do Amapá muito mais difícil e complicada que a de Missões e, embora reputasse possível e provável a vitória da pretensão brasileira, não ousava considerá-la infalível e certa por várias razões:

> A primeira [escrevia ao doutor Carlos de Carvalho] é que, em uma questão com o Brasil, a França tem a vantagem que lhe dá seu maior poder e o prestígio que, pela sua língua e literatura, exerce em todo o mundo culto; a segunda, que o governo francês conhece nossa argumentação e os nossos documentos publicados em 1861 e nós nada sabemos do que ele tem preparado desde então para atacá-los; a terceira, que os agentes franceses terão examinado, e poderão ainda examinar nos arquivos portugueses, a correspondência reservada relativa às negociações de Utrecht que hoje só tem para Portugal interesse histórico, e nós não podemos ler no Ministério dos Negócios Estrangeiros da França e no das Colônias a correspondência reservada relativa ao assunto; a quarta, é que os plenipotenciários portugueses depois de 1815 complicaram a questão admitindo que os negociadores do Tratado de Utrecht erraram, transformando em um só dois rios distintos, circunstância que levou escritores e autoridades brasileiras, como Baena, Acioli, São Leopoldo, general Andréia e outros a caírem no mesmo engano, quando o nosso empenho deve consistir em provar, com Caetano da Silva, que o rio Vicente Pinson é o mesmo rio "Oiapoc" do Tratado Provisório de 1700 e o "Japoc" do Tratado de Utrecht de 1713.

Enquanto Rio Branco elaborava a memória que lhe fora encomendada desde 1895 e se correspondia assiduamente com a Secretaria das Relações

Exteriores, mantinha contato permanente com o doutor Gabriel de Toledo Piza e Almeida, nosso ministro em Paris, encarregado oficialmente de conduzir as negociações do Tratado de Arbitramento, havendo para esse fim recebido plenos poderes em março de 1896. O governo francês, de início, ofereceu à nossa legação um projeto de tratado, redigido pelo senhor Louis Renault, jurisconsulto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e professor de Direito Internacional na Escola Livre de Ciências Políticas. Esse projeto não fazia a menor referência à Convenção de Paris de 1817, ao Ato de Viena de 1815 ou ao Tratado de Utrecht de 1713, nem designava a linha de fronteira que a França reclamava do Brasil e pretendia defender perante o árbitro – preliminar indispensável a qualquer discussão sobre o arbitramento. Além disto, conferia ao árbitro a faculdade de impor uma transação, em vez de pronunciar uma sentença fundada na apreciação do direito.

Apesar das diligências do nosso representante diplomático em Paris junto a três ministros que, de março a setembro de 1896, se sucederam na pasta dos Negócios Estrangeiros – Berthelot, Leon Bourgeois e Gabriel Hanotaux –, não conseguiu a abertura de conferências ou a nomeação de um plenipotenciário especial para a discussão das matérias contidas naquele projeto de convenção. Hanotaux, sob o pretexto de ocupação urgente com outros assuntos de política interior e exterior que lhe não permitiam tomar parte pessoal na negociação, como era de seu desejo, propôs, por fim, que ela se efetuasse no Rio de Janeiro. No fundo, ao parecer de Rio Branco, ele julgava difícil chegar a um acordo que satisfizesse os colonos da Guiana Francesa e os interesses que a exploração do ouro no Calçoene criara em várias partes da França; achava talvez essas negociações perigosas à reputação de sua habilidade e desejava desembaraçar-se delas entregando-as ao ministro da França no Rio de Janeiro. Deste modo, escapava às censuras que lhe seriam feitas diretamente, se ele próprio fosse o negociador, satisfaria o presidente da República que estimava ver resolvidas amigavelmente as questões com o Brasil, atendia às instantes solicitações de comerciantes, banqueiros e industriais, que se agitavam com a perspectiva de lucrativos negócios no Brasil, e esperava que o acordo assinado no Rio de Janeiro pelo ex-deputado radical S. Pichon obtivesse no Parlamento votos de oposicionistas que compensassem a perda dos amigos do gabinete, alistados no grupo extremado da "expansão colonial". No entanto,

Hanotaux recebia as impressões de seus conselheiros no Ministério dos Negócios Estrangeiros, os quais, conhecendo superficialmente a questão, acreditavam que as pretensões francesas não poderiam ser defendidas com vantagem e que o resultado do arbitramento seria desastroso para a França. A imprensa francesa, açulada pelos partidários da expansão colonial, pelas autoridades da Guiana e pelos interessados na exploração do ouro do Calçoene, procurava com atividade influir na opinião, nas câmaras e no governo, aconselhando medidas enérgicas no território contestado; alguns jornais assumiam um tom agressivo e propalavam toda a sorte de notícias falsas com o fim de prevenir o sentimento nacional francês contra o Brasil. O comandante Peroz, que deixara o cargo de governador das Armas da Guiana Francesa depois do trágico fim da expedição do capitão Lunier, escreveu e publicou um extenso relatório em que se manifestara contrário ao recurso arbitral e concluía por aconselhar a ocupação militar do território litigioso e a apresentação ao governo brasileiro de um ultimato, apoiado no Rio de Janeiro por uma poderosa esquadra francesa.

Rio Branco acompanhava atentamente esses movimentos da opinião que se refletiam nos círculos oficiais, mas repugnava-lhe acreditar que o governo francês, tendo à sua testa um estadista da envergadura de Hanotaux, fosse capaz de comprometer ou sacrificar tantos e tão vultosos interesses da França no Brasil com um impensado ato de violência no território litigioso. Apesar disso, em ofício dirigido à Secretaria das Relações Exteriores, Rio Branco recomendava ao governo interessar os Estados Unidos na questão da Guiana Francesa e, se necessário, obter, como em 1838 e 1839, a mediação do governo britânico na sua qualidade de garante do Tratado de Utrecht de 1713, de signatário da Ata de Viena de 1815 e de potência mediadora nos termos da Convenção de Paris de 1817.

> Penso também que o que contém principalmente o governo francês é o receio de complicação com os Estados Unidos da América e com a Inglaterra e talvez mesmo a desconfiança de que já tenhamos alguma inteligência secreta com os governos dessas duas grandes potências para a interposição dos seus bons ofícios no caso de ocupação militar do território contestado. A doutrina de Monroe, desenvolvida pelo presidente Cleveland, e os constantes embaraços que a Inglaterra procura suscitar na África e na Ásia à política colonial seguida desde

> algum tempo pela França devem ter feito refletir este governo. Não escapa sem dúvida ao senhor Hanotaux que a Inglaterra prefere ter por limítrofe o Brasil e que fará tudo quanto puder para impedir que a França ameace, pelo Tacutu e pela serra de Acaraí, a Guiana Inglesa e fique senhora do curso superior de vários afluentes do Amazonas.

As notícias procedentes do território contestado não eram tranquilizadoras: os governos do Brasil e da França pareciam haver entrado no caminho das represálias. Do Havre embarcara em junho de 1896, com destino ao Calçoene, sob a direção do senhor Croisé, uma expedição composta de engenheiros, médicos, capelães, operários, mineiros e de todo o material necessário para o estabelecimento de uma colônia; e o senhor George Brousseau, geólogo do Ministério das Colônias, fora nomeado agente sanitário e aduaneiro na região do Calçoene com representação do governador da Guiana Francesa. O governo do Pará, pelo seu lado, celebrou em 1896 um contrato para o estabelecimento de burgos agrícolas no Cassiporé e promoveu a organização de dois conselhos municipais, um com sede em Cunani, outro no Amapá, providos de prefeitos de polícia, delegados de higiene e professores públicos. Estes atos de última hora, praticados de parte a parte com flagrante violação do Acordo de Neutralização contraído em 1841 entre o Brasil e a França, criavam um ambiente de indisfarçável gravidade.

Por todos esses motivos tornava-se urgente e inadiável o entendimento definitivo entre os dois governos antes que os acontecimentos pudessem gerar situações irreparáveis. Hanotaux, ou pelo temor de enfrentar a situação, ou por incompatibilidade com o nosso ministro em Paris, como se propalou então, estava decidido a não abrir negociações em Paris. O próprio doutor Gabriel de Piza, que durante quase um ano diligenciara em vão cumprir as instruções do governo brasileiro, acabou por lhe aconselhar a transferência da negociação para o Rio de Janeiro, ou a nomeação de um plenipotenciário especial para entrar em acordo com o governo francês. Rio Branco, convidado e instado para essa missão, declinou da incumbência por saber que Hanotaux estava irredutível no seu primeiro propósito. O barão de Itajubá, nosso ministro em Berlim, a quem foi endereçado o mesmo convite, escusou-se igualmente, por não lhe parecer conveniente, na sua qualidade de representante diplomático do Brasil na Alemanha, de exercer com probabilidade de êxito essa ou qualquer

outra missão na França em um momento delicado das relações franco-alemãs, e, em carta particular, explicava:

> O motivo invocado não é um simples pretexto: embora oficialmente corretas, as relações entre a Alemanha e a França estão em um pé de desconfiança tal que difícil se torna para um agente diplomático estrangeiro funcionar ao mesmo tempo nos dois países". O governo brasileiro apelou, por fim, para o conselheiro Rui Barbosa, que também não pôde encarregar-se da missão: "Aleguei, entre outras, a consideração de que, sendo manifesto, pela correspondência oficial, o empenho do governo francês e do seu representante entre nós em concluir aqui o acordo, não me parecia indispensável a missão a Paris.

Por fim, ficou assentado correr no Rio de Janeiro a negociação. O ministro da França, S. Pichon, recebeu instruções de seu governo em princípios de 1897 e, no dia 10 de abril do mesmo ano, assinou com o general Dionísio Cerqueira, então ministro das Relações Exteriores, o Compromisso Arbitral que não tardou em ser aprovado pelo Congresso dos dois países. O árbitro escolhido foi o governo da Confederação Helvética, isto é, o próprio Conselho Federal Suíço que, pela primeira vez, ia funcionar como Tribunal Arbitral.

A defesa dos direitos do Brasil foi confiada a Rio Branco, para esse fim nomeado por decreto de 22 de novembro de 1898 enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial junto ao governo suíço. A primeira memória justificativa dos nossos direitos foi entregue ao árbitro a 5 de abril de 1899 e a réplica, nos termos do compromisso, oito meses depois, a 6 de dezembro do mesmo ano de 1899.

O litígio do Amapá, como o de Missões, originou-se, como já se explicou, da troca, ou melhor, da transposição de nomes dos rios limítrofes: o Brasil sustentava que a sua fronteira histórica, geográfica, política e jurídica com a Guiana Francesa deveria correr pelo talvegue do rio Oiapoque ou Vicente Pinson, que deságua no oceano Atlântico, a oeste do cabo de Orange; a França reivindicava o mesmo limite, mas pretendia que o rio Oiapoque ou Vicente Pinson era outro curso de água muito mais ao sul, designado nos mapas com o nome de Araguari e que se lança no oceano Atlântico ao sul do cabo do Norte. A fronteira interior

que, partindo das cabeceiras do rio Oiapoque ou Vicente Pinson, deveria dirigir-se para oeste, a fim de completar a linha divisória, era também objeto de litígio, porquanto seu traçado definitivo ficava subordinado à prévia identificação do verdadeiro Oiapoque ou Vicente Pinson do Tratado de Utrecht.

A contestação franco-brasileira recaía assim sobre um território banhado pelo oceano Atlântico e compreendido entre os dois rios litigiosos, e sobre uma faixa de território interior que, partindo da nascente principal do rio Araguari, seguia para oeste, paralelamente ao rio Amazonas, até a margem esquerda do rio Branco e por esta até o paralelo que passa pelo ponto extremo da serra Acaraí. A superfície total do território em litígio foi calculada em 260 mil quilômetros quadrados.

Nos termos do Compromisso de 1897, o árbitro era convidado a declarar qual o rio "Japoc ou Vicente Pinsão", referido no artigo 8º do Tratado de Utrecht, se o Oiapoque, reclamado pelo Brasil, se o Araguari, reivindicado pela França.

O compromisso facultava-lhe também escolher entre os rios Oiapoque e Araguari um curso de água intermédio, contanto que o árbitro estivesse convencido de que esse terceiro rio era o verdadeiro Oiapoque ou Vicente Pinson do Tratado de Utrecht.

No curso do pleito, o governo francês levantou uma dúvida quanto à extensão dos poderes do juiz arbitral. Em sua primeira memória, o advogado da França fez um apelo ao árbitro para a eventual liquidação do litígio por uma transação, declarando que os poderes conferidos ao governo da Confederação Suíça não eram limitados à apreciação de fórmulas rígidas e irredutíveis e que este tinha a faculdade de afirmar o direito tal como dimanava dos documentos ou de proferir uma decisão *ex aequo et bono*, isto é, julgar no terreno do direito ou no da equidade. Rio Branco, na segunda memória, protestou contra esta interpretação, incompatível com a letra e o espírito do Compromisso de 1897 e com os documentos das negociações que precederam a assinatura desse instrumento. De fato, no curso dessas negociações, o governo francês manifestara esse desejo que o Brasil combateu por preferir a fixação da fronteira conforme o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht.

O próprio governo suíço reconheceu a improcedência da pretensão francesa ao declarar nos motivos da sentença que, nos termos do Compromisso de 1897, era obrigado a buscar o sentido preciso do

artigo 8º do Tratado de Utrecht e interpretá-lo à luz dos conhecimentos fornecidos pela história e pela geografia e que a própria natureza das coisas excluía toda e qualquer inteligência do Tratado de Utrecht apoiada em razões de equidade ou conveniência.

Somente quanto ao limite interior poderia o árbitro pronunciar-se por uma das linhas reivindicadas pelas duas partes ou escolher, como solução intermediária, a partir da nascente do rio adotado como sendo o Oiapoque ou Vicente Pinson, até a fronteira holandesa, a linha do divisor das águas da bacia amazônica que, nesta região, é formada na sua quase totalidade pelas magistrais dos montes Tumucumaque.

A sentença proferida no dia 1º de dezembro de 1900 reconheceu o direito do Brasil ao limite do território marítimo, declarando que o rio "Japoc ou Vicente Pinsão" do Tratado de Utrecht é o rio Oiapoque que se lança no oceano Atlântico a oeste do cabo de Orange e que o talvegue deste rio ficaria constituindo definitivamente a primeira parte da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. No tocante ao limite interior, as pretensões das duas partes foram desprezadas: a do Brasil, por se fundar na Convenção de Paris, de 28 de agosto de 1817, de caráter provisório; e a da França, por vaga, arbitrária e insuficientemente apoiada no artigo 10º do Tratado de Utrecht; o Conselho Federal Suíço, usando da faculdade conferida pelo compromisso, pronunciou-se pela solução intermédia, isto é, pela linha do divisor das águas dos montes Tumucumaque.

A sentença arbitral representava, assim, a consagração plena do direito do Brasil: não só nos restituíra, íntegro, o território contestado entre os rios Oiapoque e Araguari, mas também trancara à França o ambicionado acesso ao Amazonas, impedindo-a de estender-se por este rio adentro, paralelamente à sua margem esquerda, até o rio Branco.

O texto do laudo do Conselho Federal Suíço foi entregue aos representantes do Brasil e da França no dia 1º de dezembro de 1900. Rio Branco recebeu-o, em sua casa, das mãos do senhor Gustavo Grafina, chefe adjunto do Departamento Político, o qual, depois de proceder à sua leitura, o felicitou calorosamente pela bela vitória do seu labor, inteligência e patriotismo.

Entre as pessoas presentes nessa hora de emoção patriótica, figuravam o doutor Carlos de Carvalho, que em 1895, como ministro das Relações Exteriores, nomeara toda a Missão Especial, e um velho engenheiro paraense que, por essa época, fazia uma cura em Neuchâtel,

Antônio Gonçalves Tocantins, o mesmo que em dezembro de 1894, como anteriormente ficou dito, presidira à reunião para a constituição de um governo local brasileiro no Amapá e de cujos sucessos sangrentos fora testemunha presencial.

A sentença com a exposição de motivos, formando um volume de 838 páginas, escrita originalmente em alemão e depois traduzida para o francês, foi redigida pelo então conselheiro federal coronel Eduardo Müller que, no período anual de 1899, exercera a presidência do Conselho Federal. A esse laudo memorável assim se referiu o *Times*: "página luminosa de bom-senso, de retidão e de sabedoria jurídica", e nosso Rui Barbosa sagrou-o "monumento do profundo saber, do elevado espírito de justiça e da reconhecida independência do governo suíço".

Com essa solução honrosa para ambos os países, o princípio civilizador do arbitramento recebeu nova consagração pública e solene. O Brasil e a França, ao encerrarem por esse meio as suas antigas e mesquinhas querelas, deram ao mundo um exemplo incomparável de lealdade e boa-fé, inspirando-se unicamente nos princípios superiores da razão e da justiça.

CAPÍTULO III

LIMITES DO BRASIL COM A GUIANA INGLESA. AS PRETENSÕES DA INGLATERRA NA BACIA AMAZÔNICA. ANTECEDENTES HISTÓRICOS, POLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS. ÚLTIMAS NEGOCIAÇÕES EM LONDRES PARA UM ACORDO DIRETO. COOPERAÇÃO DE RIO BRANCO: MEMÓRIA JUSTIFICATIVA DO DIRETO DO BRASIL. TRATADO DE ARBITRAMENTO DE 6 DE NOVEMBRO DE 1901.

A terceira das memórias de Rio Branco, consagrada à questão de limites com a Guiana Inglesa, contém a exposição clara, metódica e copiosamente documentada dos nossos direitos, o histórico do descobrimento, da conquista e da ocupação efetiva pelo Brasil do território que tão tenazmente nos disputou a Inglaterra ao norte do Amazonas durante mais de meio século e uma desenvolvida notícia das negociações entre os dois governos desde 1843 até a solução final do litígio pelo arbitramento do rei da Itália em 1904.

Não nos alongaremos em descrever miudamente os vários episódios desse conflito entre as duas soberanias, que surgiu pela primeira vez em 1838, depois das viagens que, sob o patrocínio da Sociedade Real de Geografia de Londres, realizou, em diferentes épocas, no interior da Guiana Inglesa, o geógrafo e explorador de nacionalidade alemã, Robert Schomburgk, naturalizado inglês, e, mais tarde, *sir* Robert. Até aquela data, as fronteiras da Guiana Inglesa, isto é, daquela fração da Guiana Holandesa conquistada pela Inglaterra em 1803 e anexada definitivamente aos domínios britânicos em 1814, nunca haviam sido contestadas, quer pelo governo neerlandês, primitivo senhorio, quer, depois da conquista inglesa, pelo governo britânico: ambos sempre aceitaram tacitamente o divisor das águas das bacias dos rios Amazonas e Essequibo como a linha natural de separação entre sua possessão

nesta parte da América do Sul e os domínios de Portugal e, depois, do Brasil. Era essa nos consensos a tradição unânime consagrada pelos geógrafos e cartógrafos portugueses, ingleses, franceses, holandeses e alemães até 1839. O próprio Schomburgk, no relatório de sua primeira viagem em 1835 e 1836, reconheceu que a linha divisória entre o Brasil e a Guiana Inglesa fora, até então, formada pela serra Pacaraima até o arroio Anaí e pelo alto Rupununi; no mesmo sentido manifestou-se, em maio de 1836, o Comitê da Sociedade Real de Geografia de Londres no parecer lido em Assembleia-Geral, em que se resumia aquela viagem do explorador prussiano.

As primeiras dúvidas a esse respeito e a pretensão claramente formulada pela Inglaterra de fronteira mais ocidental sobre a bacia amazônica surgiram depois das últimas viagens de Schomburgk e da publicação na Inglaterra dos resultados de suas explorações naquelas longínquas paragens.

Em 1838, esse viajante chegou à aldeia de Pirara, onde já estivera em 1835 e recebera cordial acolhimento e agasalho das nossas autoridades. Encontrando-a desta vez abandonada, resolveu dela tomar posse em nome do governo de sua majestade britânica, havendo incitado o pastor anglicano Thomas Youd a fundar ali uma missão de catequese para os índios das redondezas.

O general Soares de Andréia, presidente do Pará, apenas teve conhecimento dessa intrusão em território brasileiro e ordenou ao comandante militar do Alto Amazonas que reocupasse a aldeia e que intimasse o missionário protestante a retirar-se para as terras da Guiana Inglesa. Cumprida a ordem com a reocupação de Pirara por um destacamento militar sob o comando do capitão Barros Leal, foi a proteção dos indígenas confiada ao padre católico do Brasil, frei José dos Santos Inocentes. Informado da chegada da força brasileira e da expulsão do missionário Youd, Schomburgk narrou o ocorrido ao governador da Guiana, a quem dirigiu um memorando, no qual, esquecido-se do que escrevera em 1835 e 1836, reivindicava para a Grã-Bretanha o domínio daquela região.

O governo inglês, na ignorância dos atos anteriores de jurisdição brasileira sobre o território de Pirara e na falsa crença de que a reocupação de 1840, por soldados brasileiros, constituía uma usurpação, expediu instruções ao governador da Guiana Inglesa para intimar o destacamento

brasileiro a retirar-se ou expulsá-lo pela força em caso de resistência. Ao mesmo tempo, autorizou Schomburgk a proceder em caráter oficial ao reconhecimento e à demarcação da linha divisória, conforme este havia arbitrariamente proposto e aconselhado em livros e mapas da sua autoria. Cedendo à ameaça do emprego da força, as nossas autoridades abandonaram Pirara, não sem haverem salvaguardado os direitos do Brasil, formulando um protesto escrito contra a violação do território nacional e contra a delimitação que se pretendia realizar sem a participação do governo brasileiro.

Enquanto esses acontecimentos se desenrolavam naqueles remotos sertões, a legação inglesa no Rio de Janeiro anunciava, em nota redigida em termos cominatórios, que o governador da Guiana Inglesa recebera instruções formais "para se opor a qualquer ato de usurpação sobre Pirara ou sobre as terras ocupadas por tribos independentes" e recorrer eventualmente à força em caso de resistência. No mesmo documento, declarava haver sido Schomburgk encarregado pelo governo britânico de explorar e demarcar a fronteira da Guiana Inglesa e de levantar um mapa da região, o qual em tempo oportuno seria submetido ao exame do governo brasileiro juntamente com uma memória justificativa dos direitos da Grã-Bretanha. O governo brasileiro, na iminência da invasão armada, recomendou ao presidente do Pará a maior prudência nessa delicada conjuntura e que procurasse evitar qualquer colisão entre os agentes do governo inglês e os nossos soldados, os quais, entretanto, só deveriam abandonar Pirara sob a ameaça do emprego da força. Logo depois, o Ministério dos Negócios Estrangeiros respondeu à legação inglesa em longa nota de 8 de janeiro de 1842, na qual, depois de fundamentar o direito secular do Brasil ao território contestado e protestar contra a invasão anunciada, propunha, com o fim de evitar um conflito armado, a sua neutralização provisória enquanto os dois governos não exibissem os seus títulos e chegassem amigavelmente a um acordo definitivo. O governo britânico anuiu prontamente a essa proposição e ordenou a retirada do seu destacamento, dando ao mesmo tempo instruções para mandar apagar as legendas e marcas que Schomburgk, ao iniciar o balizamento da fronteira, inscrevera em árvores na confluência de vários rios da região litigiosa em sinal de tomada de posse em nome do governo britânico.

A neutralização de 1842, em rigor, só deveria abarcar o distrito de Pirara, mas como Schomburgk havia assinalado como limites os rios Cotingo, Maú e Tacutu, tributários do alto rio Branco, a Inglaterra, sem outro fundamento além das declarações formuladas por esse explorador, julgou dever estendê-la não só ao distrito de Pirara, mas também a toda a vasta zona compreendida entre aqueles cursos de água. Ficava assim considerado litigioso um território com a superfície total de 54.687 quilômetros quadrados que o próprio Schomburgk, em 1835, a Sociedade Real de Geografia de Londres, em 1836, os cartógrafos ingleses antes de 1840 e todos os geógrafos europeus atribuíam ao Brasil.

No ano seguinte, o governo brasileiro, pressentindo o grave perigo da prolongação indefinida do regime de indeterminação das fronteiras em regiões tão afastadas e quase desertas, resolveu entrar em entendimento com a Inglaterra. Em outubro de 1843, o conselheiro José de Araújo Ribeiro, ministro do Brasil em Paris, foi enviado a Londres em Missão Especial. Em conferências realizadas nos dias 15, 17 e 22 de novembro, discutiu com lorde Aberdeen a questão de limites, tendo apresentado, inicialmente, um memorando acompanhado de um projeto de convenção, segundo o qual a fronteira acompanharia a linha do divisor de águas formada pela serra de Pacaraima até a sua extremidade sudeste no monte Anaí, remontaria ao rio Rupununi até o segundo grau de latitude norte e depois seguiria este paralelo até a fronteira holandesa. lorde Aberdeen, depois de ouvir a repartição das colônias, declarou estar o governo britânico disposto a aceitar a linha oferecida quanto à serra de Pacaraima como ponto inicial, mas, a partir dela, a fronteira deveria buscar as cabeceiras do Maú, seguir por este rio até a sua confluência com o Tacutu, pelo Tacutu até o segundo grau de latitude norte e, por este paralelo, alcançar a fronteira holandesa, de sorte que as terras situadas entre os rios Maú, Tacutu e Rupununi ficassem fazendo parte da Guiana Inglesa. Depois de porfiada discussão em que Araújo Ribeiro sustentou a legitimidade do direito brasileiro e demonstrou o infundado da pretensão britânica de ultrapassar a linha do divisor das águas das bacias do Amazonas e do Essequibo, lorde Aberdeen acabou por declarar que seu governo aceitaria a linha divisória proposta pelo Brasil, se este consentisse em abandonar-lhe Pirara com algumas milhas de território

circunjacente para o único efeito da proteção prometida pela Inglaterra às tribos de índios ali residentes. Não tendo instruções para aceitar semelhante condição, encerraram-se, sem resultado, as conferências, subsistindo o regime de neutralização do território litigioso.

Depois de uma tentativa de negociação pelo barão de Penedo em 1888, que não teve andamento, *sir* Thomas Sanderson, em nome de lorde Salisbury, comunicou em 12 de setembro de 1891 ao nosso ministro em Londres, conselheiro Souza Corrêa, que o governo inglês estava desejoso de entrar em entendimento com o do Brasil para um ajuste definitivo da sua questão territorial. Apresentou um projeto de convenção, baseado na linha Maú-Tacutu proposta em 1843 por lorde Aberdeen. As graves perturbações do Brasil nos anos de 1893 e 1894 interromperam a negociação, que foi retomada, sem resultado, em 1895, pelo doutor Carlos de Carvalho, então ministro das Relações Exteriores, e por *sir* Constantine Phipps, ministro da Inglaterra no Rio de Janeiro.

Em 1896, no curso das negociações do Tratado de Arbitramento com a França sobre a controvérsia de limites com a Guiana Francesa, o governo brasileiro julgou oportuno um novo entendimento com a Inglaterra. Dessa negociação participou Rio Branco, por ordem do nosso governo, no caráter de consultor técnico do ministro Souza Corrêa, e nela colaborou ativamente, mesmo depois de sua nomeação para a Missão Especial em Berna.

Desde 1895, enquanto preparava a memória justificativa dos direitos do Brasil no litígio da Guiana Francesa, Rio Branco, em sucessivos ofícios dirigidos ao Ministério das Relações Exteriores, recomendava a conveniência de se obter o concurso ou mesmo a intervenção dos governos direta ou indiretamente interessados nas questões de fronteiras na região guianense e aconselhava a celebração de acordos de limites com a Inglaterra e a Holanda, antes da conclusão do Tratado de Arbitramento com a França, como arma de combate para resistir às exageradas pretensões do governo francês de estender a fronteira de sua Guiana ao longo do Amazonas até a margem esquerda do rio Branco. "A conveniência do equilíbrio atual das possessões europeias na Guiana", escrevia Rio Branco, "identifica muito naturalmente nesta questão os interesses dos três países e aconselha os seus governos

a adotarem uma ação combinada que modere a política francesa de expansão colonial". A conclusão desses tratados, sobretudo com a Inglaterra, daria ao Brasil nas negociações com a França, pelo menos, o apoio moral daqueles países, já que não parecia provável obter-se que o governo britânico, no seu caráter de garante do Tratado de Utrecht de 1713, de signatário da Ata Final de Viena de 1815 e de potência mediadora em virtude da Convenção de Paris de 1817, procedesse, então, junto ao governo francês, como procedera em 1838 e 1839, interpondo seus bons ofícios e conseguindo a retirada do posto militar francês estabelecido intrusamente na região do Amapá.

O governo inglês tinha todo o interesse em chegar a um acordo amigável com o do Brasil. Inquietava-o a perspectiva da extensão do domínio francês, à nossa custa, pelas terras da bacia amazônica, cercando pelo sul e a oeste a Guiana Inglesa e isolando-a do Brasil. Também ao governo neerlandês não poderia convir a vizinhança turbulenta, ao sul, dos irrequietos crioulos de Caiena, que já lhe tinham criado embaraços ao norte, na fronteira do Maroni: não seria difícil ao Brasil um tratado com a Holanda, estabelecendo os limites comuns pela serra Tumucumaque, fronteira tacitamente aceita pelos dois governos e sobre a qual nunca houvera divergência, faltando apenas a consagração solene em diploma internacional.

Mais delicado era o problema com a Inglaterra, a qual, desde 1840, manifestara a pretensão sobre territórios da bacia amazônica banhados pelos afluentes superiores do rio Branco e parecia disposta a sustentar a linha divisória preconizada por Schomburgk.

Fazia-se mister tentar conciliar as nossas pretensões máximas contidas no projeto oferecido a lorde Aberdeen em 1843 com a última proposta inglesa apresentada em 1891. Em 1843, reclamávamos a fronteira pela serra Pacaraima até o monte Anaí, o rio Rupununi até o ponto em que é cortado pelo paralelo dois graus de latitude norte, e este paralelo até as nascentes do Corentine, onde começa a fronteira holandesa. Lorde Salisbury, em 1891, propusera a linha pelos rios Maú e Tacutu e serra Acaraí.

> Creio [explicava Rio Branco a Souza Corrêa] que o acordo é possível, desistindo o Brasil de ocupar território do Essequibo e do Corentine, isto é, renunciando à infundada pretensão do paralelo dois graus de latitude norte e da margem esquerda

> do Rupununi, e renunciando a Inglaterra à pretensão, também infundada, de penetrar na bacia amazônica, à margem direita do Tacutu e à margem esquerda do Maú. A transação consistiria em concordarem os dois países na linha do divisor de águas.

Esta solução, aconselhada em 1841 por Duarte da Ponte Ribeiro e recomendada em parecer do Conselho de Estado de 28 de setembro de 1854, teria a vantagem de cortar o litígio, deixando ao Brasil todas as terras da bacia do Amazonas e, portanto, as banhadas pelos afluentes superiores do rio Branco e, à Inglaterra todas as da bacia do rio Essequibo.

Em agosto de 1896, solucionada a questão da ilha da Trindade, que a Inglaterra ocupara abusivamente no ano anterior, o governo brasileiro comunicou à legação em Londres que estava disposto a entrar em entendimento com os governos britânico e neerlandês sobre os limites com a Guiana Inglesa e a Guiana Holandesa (colônia de Suriname) e que não tardariam as instruções para esse efeito.

Rio Branco rejubilou com a perspectiva da ultimação desses acordos destinados, a seu parecer, a desmoralizar a pretensão da França sobre o vasto território da bacia amazônica de que o Brasil estava de posse há mais de dois séculos e meio, território que ela não descobrira, não povoara e na qual nunca tivera estabelecimento algum, nem mesmo passageiro. Em carta a Souza Corrêa dizia Rio Branco: "É preciso levar esse negócio com a máxima rapidez antes que se reabram as negociações com o governo francês. Hanotaux parece já suspeitar alguma coisa e, indiretamente, procura ver se põe termo a suspensão atual das negociações. Não nos convém a reabertura antes de nos entendermos com a Inglaterra e a Holanda." Incitava Souza Corrêa a entrar em contato, sem perda de tempo, com o ministro da Holanda em Londres:

> É preciso também que, quanto antes, já e já, você peça ao barão Gotstein que escreva ao seu governo pedindo instruções para tratar em Londres da questão de limites com o Brasil e o informe reservadamente de que nos vamos entender com a Inglaterra para ajustar questão semelhante. É urgente que os três governos, do Brasil, da Holanda e da Inglaterra, cheguem a acordo para ajustar os seus limites

> e resistir às infundadas pretensões da França. Lorde Salisbury poderá encarregar a legação inglesa na Haia de aconselhar e pedir pressa ao governo holandês. Se julgar necessário que eu vá a Londres agora, avise-me por telegrama. É conveniente ver se tudo isto pode ficar ultimado dentro de alguns dias. Vou preparar uma pequena notícia do estado da nossa negociação com a França para você dar confidencialmente a lorde Salisbury.

Dias depois, em 23 de novembro do mesmo ano de 1896, enviava a Souza Corrêa dois projetos de tratados de limites com a Inglaterra e a Holanda para serem, em devido tempo, apresentados a esses governos, e cujos textos haviam sido previamente submetidos ao exame e consideração do governo brasileiro.

Urgia aproveitar a oportunidade de todo favorável. Rio Branco era de parecer que se devia interessar mesmo o governo norte-americano no nosso litígio com a França. Anunciava-se haverem os Estados Unidos e a Inglaterra entrado em acordo sobre a questão de limites anglo-venezuelana:

> A imprensa francesa [escrevia Rio Branco] compreendeu imediatamente, como terá compreendido também este governo, que o acordo anglo-venezuelano sobre limites entre a Grã-Bretanha e a Venezuela vem tornar mais delicada a posição da França no litígio que tem com o Brasil. A Inglaterra está desembaraçada da complicação venezuelana e de perfeita inteligência com os Estados Unidos. Já tinha interesse, como também a Holanda, em defender o equilíbrio atual das possessões europeias na Guiana, ajudando-nos a resistir às pretensões da França no que elas têm de exagerado e atentatório desse equilíbrio e da defesa e segurança das colônias vizinhas.

E logo depois:

> Estamos defendendo contra a França não só os nossos interesses e um território a que ela não tem direito algum, mas também os interesses da Inglaterra e da sua colônia que não podem desejar a vizinhança incômoda dos franceses.

Apesar da insistência de Souza Corrêa e dos repetidos ofícios de Rio Branco, as prometidas instruções do nosso governo só chegaram a Londres em março de 1897. Já então se haviam transferido de Paris

para o Rio de Janeiro as negociações do Tratado de Arbitramento com a França, o qual foi firmado no dia 10 do mês seguinte: nele, como tanto temia Rio Branco, admitira-se a pretensão da França às terras ao longo do Amazonas até a margem esquerda do rio Branco.

Sem embargo da premência do tempo, Souza Corrêa fez entrega a lorde Salisbury, a 15 de março, de um projeto de tratado de limites, acompanhado de uma memória impressa da autoria de Rio Branco e de um mapa explicativo. Nessa memória, rebatia-se principalmente os argumentos invocados por Schomburgk no memorando ao governador da Guiana Inglesa e repetidos depois em todos os documentos oficiais de origem britânica. O Brasil propunha a linha transacional do divisor de águas que forma o limite da bacia amazônica, isto é, a serra de Pacaraima, o divisor das águas entre os tributários do rio Branco, a oeste, e do Rupununi, a leste, a serra de Essari até as nascentes do Essequibo e, daí, pelas serras Acaraí e Tumucumaque, até o ponto de encontro com a fronteira holandesa perto das cabeceiras do Corentine. Esta proposta representava transação razoável destinada a resolver de modo justo e satisfatório o antigo desacordo entre os dois governos, fundamentando-se em desistirem ambos de suas pretensões extremas e reconhecerem que as duas expansões coloniais, holandesa-inglesa e portuguesa-brasileira, tendo subido gradualmente por cursos de água de direções divergentes, encontravam ambas um limite natural na linha do divisor de águas.

O governo britânico rejeitou a proposta brasileira declarando que a linha da partilha das águas, apesar de constituir a fronteira natural entre os dois domínios, não oferecia relevo suficiente sobre o terreno na região compreendida entre os rios Maú e Tacutu, a oeste, e o Rupununi, a leste, o que tornaria difícil e dispendiosa a sua demarcação e balizagem. A 22 de abril de 1897, depois de consultadas as autoridades da Guiana Inglesa, que optaram por uma fronteira constituída de cadeias de montanhas ou cursos de água conhecidos, voltou a propor, com ligeiras modificações, o projeto de 1891, isto é, a serra de Pacaraima, os rios Maú e Tacutu, e o divisor das águas das bacias do Amazonas, do Essequibo e do Corentine, ou seja, as serras do Essari, Acaraí e Tumucumaque. Nova proposta transacional encaminhada por Souza Corrêa, acompanhada de uma segunda memória de Rio Branco, não encontrou melhor acolhida no Foreign Office, em razão da intransigência de J. Chamberlain, secretário das Colônias, cujas crescentes pretensões eram insufladas pelos agentes da Guiana Inglesa

que faziam crer na existência de documentos decisivos em favor dos direitos da Inglaterra aos territórios da bacia do rio Branco. Por fim, não obstante a boa vontade de lorde Salisbury e as diligências de nosso ministro em Londres, suspendeu-se a discussão diplomática em 1898, concordando os dois governos no recurso ao juízo arbitral. Referindo-se às negociações conduzidas por Souza Corrêa, escrevia Rio Branco em ofício de janeiro de 1899 ao ministro das Relações Exteriores:

> Vossa excelência sabe que, apesar dos esforços deste zeloso diplomata e dos bons desejos que tinha lorde Salisbury de chegar a um acordo imediato para evitar as delongas, as despesas e o risco de um arbitramento, prevaleceu a intransigência do senhor Chamberlain, secretário das Colônias. Por muito felizes nos devemos dar com a solução honrosa e amigável do arbitramento e com a cordialidade que reinou durante toda a negociação, graças principalmente ao tato do senhor Corrêa e à estima e ao apreço pessoal em que o tem o governo britânico. Na verdade, essas atenções para com o Brasil e seu representante contrastam singularmente com a recusa do arbitramento à França na questão do alto Nilo e com a intimação para a retirada imediata da expedição que ocupara Fachoda, intimação a que, diante dos formidáveis armamentos da Grã-Bretanha, a poderosa França teve que ceder, porque, se o não fizesse, em dois ou três meses, teria perdido quase todo o seu império colonial.

Durante as negociações de que resultou o Tratado de Arbitramento de 6 de novembro de 1901, fizeram-se ainda, de uma parte e de outra, tentativas de acordo direto, a que não faltou a colaboração de Rio Branco, que mesmo de Berna continuou a corresponder-se sobre o assunto com Souza Corrêa e, depois, por morte deste, com Joaquim Nabuco, já então em Londres, incumbido da defesa dos direitos do Brasil.

No tocante à questão de limites com a Holanda, as negociações não deram o resultado desejado por terem sido iniciadas depois de assinado com a França o Compromisso Arbitral de 10 de abril de 1897, segundo o qual ficara contestado o território brasileiro que confina ao sul com a Guiana Holandesa. O governo neerlandês, como era natural, preferiu aguardar a sentença do árbitro e negociar com o país a quem fosse atribuído o território em litígio. Dez anos mais tarde, coube a Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores, firmar com o representante diplomático da Holanda no Rio de Janeiro, F. Palm,

o Tratado de 5 de maio de 1906, que traçou o limite com a Guiana Holandesa pela linha de partilha das águas da bacia do Amazonas ao sul e das bacias dos rios que correm em direção ao norte para o oceano Atlântico, isto é, a mesma fronteira que Rio Branco recomendara no seu projeto de Convenção de 1896.

As memórias de Rio Branco sobre as três controvérsias de limites com a República Argentina, a França e a Inglaterra constituem verdadeiros modelos de erudição histórica, jurídica e geográfica. O que nelas impressiona, à primeira leitura, não são as inúmeras citações de vetustos papéis desentranhados de bibliotecas e arquivos, nem as páginas crespas de erudição, nem os veneráveis textos diplomáticos trazidos à colação, nem mesmo a monumental documentação cartográfica que as acompanha, mas a escrupulosa interpretação dos documentos, o bom gosto da exposição, toda uma série de qualidades de clareza, harmonia, elegância e ordem que se acreditariam incompatíveis com a austeridade da redação de arrazoados concernentes a questões de fronteiras. Nem de leve a marcha da exposição é perturbada pelo vasto e necessário cortejo de argumentos políticos, históricos, jurídicos e geográficos: tudo está agrupado e distribuído com arte tal que, desde as primeiras linhas, se destaca, em seus traços essenciais, a visão clara do ponto litigioso e quase se adivinham as conclusões que se desatam irresistivelmente da formidável massa de provas exibidas. As qualidades mestras de Rio Branco põem-se de relevo nessas três obras: de um lado, o zelo intransigente da exatidão histórica, o escrúpulo fetichista na utilização dos textos, seriedade e boa-fé na esmiudada e rigorosa análise crítica dos documentos; do outro lado, a pureza e a correção da língua em que é vasado seu pensamento e a energia tranquila com que ataca impiedosamente os pontos fracos do adversário e bate as linhas de menor resistência do arrazoado da Parte adversa.

Ao espírito penetrante de Alcindo Guanabara não escaparam essas qualidades de elegância, precisão e clareza de linguagem que considera sobrelevantes na obra histórica de Rio Branco:

> Toda essa massa enorme de mapas, manuscritos, crônicas ou livros que teve ao seu dispor, graças a um grande e paciente trabalho anterior, seria, todavia, inútil sem as suas raras qualidades de expositor e de escritor. Efetivamente quem ganhou as duas vitórias de Missões e da Guiana Francesa não foi o sábio, não foi

> o geógrafo, não foi o diplomata, foi o escritor. Certamente a erudição forneceu-lhe o material, o diplomata aparou e neutralizou os golpes do adversário, mas eles seriam incapazes de arrebatar a vitória, se no momento preciso não interviesse o escritor primoroso, capaz de um grande espírito de síntese, de uma admirável precisão, de uma inexcedível clareza e de uma concisão invejável.

O exigente José Veríssimo, ao apreciar a memória justificativa dos direitos do Brasil na questão de Missões, não hesitou em escrever: "Esse arrazoado é um monumento de história geográfica e diplomática: assombroso é o que esse livro representa de saber, de inteligência, de trabalho e, diria, de tato. E, por menor que seja vossa capacidade indígena de leitura, o lereis não só sem enfado, mas com prazer." Ao serem divulgadas as duas memórias apresentadas ao Conselho Federal Suíço no pleito do Amapá, Rui Barbosa proclamou:

> A ciência, a tenacidade, a penetração, a dialética, a lucidez, tão maravilhosamente desenvolvidas nessas duas memórias, nesses nove tomos de trabalhos originais e documentos, nesses dois soberbos fólios de atlas, nesse álbum, em toda essa prodigiosa seleção de provas, em todo esse irresistível exército de investigações, análises e argumentos.

Não maravilha que a vitória coroasse essa obra incomparável de reivindicação do território nacional ao sul e ao norte do Brasil. Ela só bastaria para imortalizar o nome de Rio Branco se outros serviços igualmente valorosos não comprometessem ainda mais a gratidão de seus contemporâneos e lhe assegurassem o reconhecimento das gerações vindouras.

CAPÍTULO IV

A PRESIDÊNCIA RODRIGUES ALVES (1902-1906). RIO BRANCO NA DIREÇÃO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A BOLÍVIA. O TRATADO DE AMIZADE, LIMITES, NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO DE 27 DE MARÇO DE 1867 E A QUESTÃO DO ACRE. ANTECEDENTES HISTÓRICOS, POLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS. O TRATADO DE PETRÓPOLIS DE 17 DE NOVEMBRO DE 1903. RIO BRANCO E RUI BARBOSA.

Dois anos não eram decorridos da nomeação de Rio Branco para ministro na Alemanha em seguida à Missão Especial de Berna e já os interesses do Brasil reclamavam novamente a colaboração de seu alto espírito.

O doutor Rodrigues Alves, eleito presidente da República para o período constitucional de 1902 a 1906, ao organizar o seu Ministério, convidou-o para gerir a pasta das Relações Exteriores. Rio Branco relutou e hesitou. Seu sólido bom-senso advertiu-o das graves responsabilidades de um cargo para o qual não julgava reunir os requisitos necessários, depois de larga ausência do Brasil, sem contato com as novas gerações políticas, e de uma existência consumida no gabinete, entre livros, mapas e manuscritos, todo entregue aos estudos de sua predileção, a que desejava consagrar o resto dos seus dias. Ante o inesperado apelo, Rio Branco aconselhou-se com os seus íntimos, Hilário de Gouveia, Joaquim Nabuco, José Carlos Rodrigues, que, a uma, o incitaram a não recusar o alto posto de comando oferecido em circunstâncias que tanto o honravam. Nabuco animou-o a não fazer o "corpo pesado quando o país o quer empurrar para o alto [...] Você já escreveu, vá agora fazer História [...]" Ainda vacilante, abriu-se confiadamente, em longa carta de 7 de agosto de 1902, com o doutor Frederico Abranches, velho companheiro de campanhas eleitorais na mocidade e amigo comum de Rio Branco e do doutor Rodrigues Alves,

rogando-lhe que intercedesse junto ao presidente eleito para obter dele a dispensa do pesado encargo. Enumerava as razões que o levavam a considerar um verdadeiro sacrifício a aceitação, naquele momento, da pasta das Relações Exteriores: saúde combalida pelo excesso de trabalho nas Missões de Washington e Berna, precariedade de sua situação financeira com os enormes encargos de família na Europa e no Brasil e, sobretudo, temor de não ter na Secretaria das Relações Exteriores, se para lá fosse, a inteira liberdade de ação que entendia ser indispensável para o perfeito e pleno exercício das atribuições de ministro de Estado:

> Eu não poderia desempenhar as funções do cargo como entendo que devem ser desempenhadas e como o foram por Uruguai, meu pai, Maranguape, Sinimbu, Abrantes, Abaeté, Cotegipe e outros ministros. Com as economias que têm sido feitas, o pessoal da Secretaria é insuficiente para o serviço e, sobretudo, tendo desaparecido os velhos chefes de seção que ali havia e a Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado. Meu pai e os ministros citados trabalhavam no seu gabinete, em casa, e tinham sempre ao lado dois ou três auxiliares. Na Inglaterra, na França, na Alemanha e em outros países, o ministro trabalha assim e cerca-se de auxiliares de sua escolha, tirados da Secretaria ou do corpo diplomático e consular e até de outras repartições. Ainda em 1865 ou 1866 o velho Calógeras, da Secretaria do Império, era um dos oficiais de gabinete do marquês de Abrantes, ministro dos Negócios Estrangeiros. Desde o regulamento de 1868 (obra do atual diretor-geral) o ministro ficou obrigado a só ter oficiais de gabinete tirados do pessoal da Secretaria. Só há hoje um oficial de gabinete e este mesmo trabalha na Secretaria. Desde Pedro Luís, que não gostava de maçadas, desapareceu o gabinete do ministro. Antigamente – sou ainda desse tempo –, as minutas de todos os papéis importantes iam da casa dos ministros para a Secretaria, na qual eles só apareciam em certos dias de audiência ou de conferência. De Pedro Luís para cá, os ministros tornaram-se, quase todos, empregados temporários da Secretaria e ali iam diariamente para conversar e assinar papéis. Todo o serviço ficou concentrado nas mãos do visconde de Cabo Frio que, de fato, é, há muitos anos, o verdadeiro ministro. Eu sei que ele tem grandes e raríssimas qualidades para o posto em que ocupa e que nele tem prestado relevantíssimos serviços, sendo a muitos respeitos incomparável e insubstituível. Entendo que nesse lugar deve ser mantido enquanto viver. Seria injusto, inconveniente e até odioso privá-lo do cargo que exerce. Se eu fosse ministro desejaria tê-lo à frente da repartição e, se ele faltasse, ver-me-ia em situação muito embaraçosa, porque ele é ali o homem bem-preparado, a tradição

> viva e não tem criado a casa homens que o possam substituir. Está habituado desde muito a tratar com ministros, que, não querendo trabalhar ou não conhecendo bem os negócios da pasta, se limitam a assinar notas e despachos. Excetuo, entre os dos últimos anos, o doutor Carlos de Carvalho, cuja correspondência me fazia lembrar a dos tempos em que naquela repartição tivemos estadistas. Eu não sou o homem competente para nesse lugar fazer as reformas que devem ser feitas, com o fim de melhorar o serviço e pôr a repartição em estado de funcionar convenientemente, quando venha a faltar o velho visconde de Cabo Frio. Não sou porque não desejo ser desagradável a homem que eu muito respeito e que conheci, já de cabelos brancos, em 1859, quando eu era menino de colégio... Tenho, pelos meus antecedentes de família e pela minha natureza e educação, especiais atenções a guardar para com ele e motivos de delicadeza que me tolhem a liberdade de ação... Você compreende que a minha posição seria sumamente delicada junto dele, sobretudo se eu procurasse fazer, nas grandes questões, reformas de coisas estabelecidas por ele. E há muito a fazer ali. É preciso aumentar o pessoal, dar-lhe melhor remuneração, ter pelo menos um consultor jurídico e bons diretores de seção, como tínhamos antigamente (Carvalho de Morais, Lagos, Peçanha, Carneiro Leão e outros), organizar um gabinete do ministro, restabelecer a Seção do Arquivo, dando-lhe o desenvolvimento necessário, porque esse é o arsenal em que o ministro e os empregados inteligentes e habilitados encontrarão as armas de discussão e combate. É preciso criar uma Biblioteca e uma Seção Geográfica na Direção do Arquivo, como na França, na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Instava com seu velho amigo para informar de tudo isso o doutor Rodrigues Alves e persuadi-lo a render-se a essas razões:

> Espero que assim você lhe poderá mostrar quanto mereço ser desculpado e dispensado do sacrifício inútil que iria fazer nas circunstâncias atuais. As minhas hesitações, que duraram quase um mês, provam a minha boa vontade e ardente desejo de ser agradável ao presidente eleito... Se fosse indispensável esse sacrifício e eu me sentisse com forças para prestar serviços de valor, não hesitaria em fazê-lo pela nossa terra e para corresponder à confiança do doutor Rodrigues Alves a quem muito prezo... Já tenho feito outros sacrifícios, havendo chegado na minha missão em Berna até a ruína completa de todas as minhas economias. Então eu estava certo de que ia prestar um bom serviço e de que podia dar conta da mão. Agora tenho a certeza do contrário antes de certas reformas que reputo necessárias e que não sou eu o mais idôneo para empreender.

Por fim, cedeu ante a irredutibilidade do doutor Rodrigues Alves e, a 30 de agosto, anunciou-lhe, em telegrama, sua resolução definitiva: "Farei o sacrifício que vossa excelência julga necessário, contente de fazê-lo pelo muito que devo a nossa terra e a vossa excelência." No entanto, fê-lo com a consciência plena das dificuldades que iria enfrentar na direção da política internacional do Brasil, ainda convalescente da perigosa crise que o assaltara depois da instituição do regime republicano. É certo que, em seguida às tormentosas presidências militares, o país, ainda combalido com as feridas cruéis que a guerra civil lhe abrira em refregas sangrentas, parecia entrar em um período de franca organização. Prudente de Morais (1894-1898), com raro estoicismo, conseguira lançar os fundamentos da ordem sobre o terreno ainda vibrante das paixões políticas e, movido pelo sagrado entusiasmo do patriotismo, lograra restaurar a autoridade civil, nobilitar a lei e dignificar o governo. Esse benemérito labor em prol da pacificação nacional permitiu ao presidente Campos Sales (1898-1902) levar a cabo a ingrata tarefa do saneamento da vida financeira e econômica do Brasil, arcando, intrêmulo, com decisões que alienaram a popularidade e até comprometeram, por vezes, a segurança do seu governo. Ao inaugurar o seu período presidencial, o doutor Rodrigues Alves (1902-1906) pôde traçar um vasto programa de realizações em todos os departamentos da administração pública. Rodeara-se de um grupo de homens cujos nomes constituem hoje o mais eloquente ementário daquela época construtora de nossa vida nacional: Rio Branco, Osvaldo Cruz, Pereira Passos, Lauro Müller, Paulo de Frontin, para só citar os da primeira linha, ficaram imortalmente ligados à obra ingente então realizada de verdadeiro reaprumo dos nossos valores materiais e espirituais.

Ao assumir a pasta das Relações Exteriores, Rio Branco bem avaliou a vastidão da empresa que lhe cometera o novo governo e não se fez ilusões sobre a delicadeza do encargo de reabilitação do Brasil a que ia consagrar o último decênio de sua existência.

As desordens dos primeiros anos do regime republicano, o descalabro econômico e financeiro, as contínuas agitações, a revolta da Armada e a consequente anarquia que culminou na guerra civil haviam entalhado fundo o nosso prestígio e comprometido a invejável reputação que nos tinha conferido meio século de paz interna, de ordem, de liberdade e

de justiça. Em cinco anos, de 1889 a 1894, 11 ministros sucederam-se no Ministério das Relações Exteriores com grave dano da continuidade de nossa vida internacional. O descaso com que nos tratavam certas potências estrangeiras delata-o incidente expressivo: a injustificável ocupação da nossa ilha de Trindade pelo governo da Inglaterra. É certo que a habilidade consumada do doutor Carlos de Carvalho, então ministro das Relações Exteriores, aliada à ação do conselheiro Souza Corrêa, ministro brasileiro em Londres, e à amigável mediação do governo de Portugal, obteve a reconsideração do ato de violência. Nem por isso aquele gesto deixava de ter uma grave significação: denotava, pelo menos, já existir fora do país, graças a uma propaganda tenaz e insidiosa, a crença de que o Brasil enveredara irremediavelmente pelo caminho da irresponsabilidade caudilhesca e das tropelias impunes contra os sagrados direitos de nacionais e de estrangeiros.

Fazia-se mister meter ombros sem tardança a esse trabalho de reivindicação da dignidade nacional em que já se haviam empenhado, movidos de profundo senso patriótico, os últimos ministros das Relações Exteriores, doutor Carlos de Carvalho, general Dionísio Cerqueira e, sobretudo, o doutor Olinto de Magalhães, a cuja clara e serena visão dos problemas da política externa brasileira durante a presidência Campos Sales ainda não se fez a devida e merecida justiça.

Logo de início, defrontou Rio Branco com a temerosa contenda com a Bolívia sobre a fronteira comum na região amazônica. A questão do Acre apaixonara a opinião pública e há muito trazia o país em permanente estado de alarma. Os acontecimentos desenrolados naquelas remotas paragens nos dois anos que precederam a chegada de Rio Branco tornavam a situação cada vez mais grave e complicada.

Não é aqui o lugar para rememorar, em todas as suas minúcias, a longa e embaralhada história do conflito entre as duas soberanias limítrofes no Acre, nem nos alongaremos em descrever as dramáticas peripécias desta malsinada pendência que já estava em germe nos antigos Tratados de 1750 e 1777 entre Portugal e Espanha; nascera com o ajuste de limites brasileiro-boliviano de 1867 e se destinava a chegar aos nossos dias sob a forma de uma disputa territorial revestida de aspectos inéditos no registro das controvérsias de fronteiras entre as nações americanas. Para o nosso propósito, basta assinalar que, do ponto de vista jurídico, todo o território do Acre era boliviano, consoante a invariável

interpretação dada ao Tratado de Limites de 1867 pela nossa Repartição dos Negócios Estrangeiros no Império e na República, segundo a qual a linha oblíqua Javari-Beni constituía a divisória entre o Brasil e a Bolívia, embora, no mais agudo do conflito, numerosas corporações técnicas e associações científicas brasileiras, autorizados profissionais, eminentes homens públicos e membros do Congresso Nacional advogassem uma interpretação extraoficial daquele tratado que nos reconhecia como fronteira o paralelo 10º20' em vez da mencionada oblíqua.

Contudo se, de direito, o Acre pertencia à Bolívia, de fato, o seu território, dependência geográfica do Brasil e só facilmente acessível pelas vias fluviais do sistema amazônico, deveria ser brasileiro, pois por brasileiros fora, de longa data, descoberto, povoado, colonizado e valorizado, sem a intervenção de nacionais de qualquer país. Em 1899, quando o governo da Bolívia tentou, pela primeira vez, firmar a sua soberania no Acre, a população exclusivamente brasileira, orçando então por 60 mil almas, que ali se havia fixado pacificamente e de boa-fé, ocupada principalmente na indústria extrativa da goma elástica, levantou-se em armas contra a dominação boliviana, proclamou sua independência com o intuito de pedir depois a anexação ao Brasil. Na impossibilidade de administrar normalmente aquele território e de exercer sua autoridade soberana contra a vontade da população brasileira, o governo boliviano resolveu arrendá-lo a um sindicato de capitalistas ingleses e norte-americanos. O contrato, assinado em Londres em junho de 1901, recebeu aprovação do Congresso da Bolívia em dezembro do mesmo ano. As franquias outorgadas ao sindicato anglo-americano para a exploração e administração do território do Acre tinham tal latitude que quase importavam em uma abdicação da soberania boliviana. Isto significava a instalação no coração do continente americano de uma companhia colonizadora, armada de poderes majestáticos, do gênero das que exploravam terras da Ásia e da África, e cuja atividade, a coberto do apoio dos governos dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, havia de gerar fatalmente complicações perigosas e perturbações na América do Sul.

A população do Acre, ao ter notícia desse contrato que a entregava ao arbítrio de arrendatários estrangeiros, levantou-se novamente em armas em agosto de 1902, sob o comando de Plácido de Castro, e assenhoreou-se de todo o território acreano. Em vão se empenhara o governo do Brasil

junto ao da Bolívia para obter a rescisão do contrato de arrendamento ou, pelo menos, a modificação de certas cláusulas que se lhe afiguravam lesivas dos direitos patrimoniais dos milhares de brasileiros que, à custa de penosos trabalhos e de sacrifícios sem conta, haviam de longa data ocupado e colonizado o território em questão. A Bolívia, encastelada no seu direito, a nada quis atender e manifestou o firme propósito de fazer executar o contrato, declarando que a apreciação das suas vantagens e conveniências era função de ordem constitucional interna e escapava à competência de poderes estranhos. Para agravar ainda mais a situação, anunciou-se a partida de La Paz de uma expedição militar, tendo à sua frente o próprio presidente da República e seu ministro da Guerra, para submeter os acreanos sublevados, pacificar o território, implantar à força a autoridade boliviana e dar posse ao sindicato anglo-americano, cujos representantes, já em Manaus, aguardavam a passagem de vapor com destino a Porto Acre.

A opinião pública entre nós reclamava imperiosamente medidas imediatas de proteção e defesa da população acreana e exigia a reivindicação do território do Acre "pelos meios diplomáticos ou pelos mais enérgicos de que pudesse dispor o governo".

Na imprensa, no Congresso, nas associações científicas, nas reuniões populares, a primeira impressão de pasmo causada pela notícia do arrendamento do Acre transmudara-se em vibrante e malcontida indignação ao serem divulgadas as cláusulas da concessão boliviana. A legação americana no Rio de Janeiro, sondada sobre a eventual atitude de seu governo ante a oposição do Brasil ao sindicato anglo-americano, fez sentir que os Estados Unidos não poderiam ser indiferentes aos interesses dos seus nacionais.

O tom de órgãos autorizados da imprensa inglesa e norte-americana não era de molde a tranquilizar os ânimos: o *New York Tribune*, de 25 de junho de 1903, negava que os Estados Unidos tivessem em mira aquisição territorial na América do Sul ou que quaisquer concessões comerciais escondessem ulteriores objetivos políticos, e declarava que, se a oposição do Brasil ao sindicato se fundava em razões daquela ordem, não era digna de um Estado esclarecido. Por sua vez, o *Morning Post*, de Londres, afirmava sem rebuços que os grandes capitalistas e financeiros de países como a Inglaterra e os Estados Unidos não poderiam tolerar que os esforços legítimos dos seus compatriotas fossem prejudicados pelo

governo brasileiro: "A opinião pública norte-americana" acrescentava, "não permitiria que os concessionários fossem despojados de privilégios obtidos por meios legais." Em várias capitais americanas, os grandes órgãos da imprensa não disfarçavam sua hostilidade ao Brasil, reeditando a velha lenda do imperialismo brasileiro, levantando suspeitas sobre a lealdade e boa-fé do seu governo, ao qual se atribuíam intuitos expansionistas à custa da Bolívia.

Tudo concorria para tornar cada vez mais inquietadora a situação internacional com grave risco da ordem interna e da paz sul-americana.

Rio Branco assumiu a direção da sua pasta neste ambiente eletrizado pela paixão patriótica. Procedeu de imediato a um minucioso balanço das várias questões relacionadas com o problema do Acre. Verificou, ao primeiro exame, que só uma solução se impunha, urgente e inadiável: tornar brasileiro todo o território habitado pelos nossos nacionais, mediante a sua aquisição. Solução prática, eficaz, de benefícios imediatos para um e outro governo, eliminava radicalmente as causas de desinteligência entre as duas soberanias e removia, de uma vez por todas, as dificuldades com que ambas lutavam desde 1899.

Uma primeira tentativa de negociação direta para a incorporação do Acre ao território nacional, mediante indenização pecuniária, compensações territoriais e vantagens de ordem política e econômica, fora ensaiada, sem resultado, nos últimos meses da presidência Campos Sales, pelo doutor Olinto de Magalhães, seu ministro das Relações Exteriores. Em dezembro de 1902, logo depois de assumir a chefia do Ministério das Relações Exteriores, Rio Branco fez nova tentativa de negociação de um acordo direto propondo ao governo boliviano a compra do território do Acre. A proposta foi declarada inaceitável. Em seguida, tentou negociar sobre a base de uma permuta desigual de territórios, a que outras compensações serviriam de complemento. Interromperam estas primeiras conversações a notícia da marcha da expedição militar boliviana contra os nossos compatriotas no Acre e a declaração feita em La Paz ao representante diplomático brasileiro de que o governo da Bolívia não pretendia continuar as negociações antes de haver dominado a insurreição acreana e pacificado a região conflagrada. Ante esses preparativos bélicos, o governo do Brasil julgou do seu dever

ordenar a remessa de tropas para os estados de Mato Grosso e Amazonas e encarregou a legação brasileira em La Paz de informar o governo boliviano de que o Brasil resolvera ocupar militarmente o território do Acre, até a solução final do litígio.

Rio Branco, depois de tomar essa decisão, redobrou de atividade. Nos primeiros meses de 1903, ocupado militarmente o território acreano por forças regulares brasileiras, iniciou uma série de gestões destinadas a preparar o terreno para novos entendimentos. Começou por declarar litigioso o Acre setentrional, repudiando a inteligência oficial até então dada ao Tratado de 1867 e defendendo a fronteira do paralelo 10º20'; promoveu o restabelecimento do trânsito comercial entre a Bolívia e o estrangeiro pelas vias fluviais do Amazonas; obteve, depois de longos e laboriosos entendimentos, a aceitação, por parte da Bolívia, de um Acordo Provisório ou *modus vivendi*, firmado em La Paz, em março de 1903, que assegurou uma suspensão das hostilidades entre o governo da Bolívia e o dos revolucionários acreanos e permitiu ao Brasil a ocupação administrativa e militar do território ao norte do paralelo 10º20' e o policiamento do Acre meridional, em poder das forças de Plácido de Castro; e conseguiu, o que era fundamental para o êxito de qualquer acordo, a declaração legal de absoluta desistência do sindicato anglo-americano de todo e qualquer direito ou reclamação possível, mediante uma indenização de 110 mil libras esterlinas.

Removidos esses preliminares embaraçosos, reabriram-se em julho de 1903 as negociações para um acordo sobre a base de uma permuta equitativa de territórios; caso não se encontrasse uma fórmula que conciliasse os interesses em conflito as duas partes litigantes, recorreriam ao arbitramento para a interpretação do Tratado de 1867. O governo da Bolívia nomeou seu ministro em Washington, doutor Fernando Guachalla, na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial para agir de comum acordo com o ministro boliviano acreditado no Rio de Janeiro em caráter permanente, doutor Cláudio Pinilla. Por parte do Brasil, a negociação ficou a cargo de Rio Branco a quem, a seu pedido, o governo associou o senador Rui Barbosa, que se exonerou três meses depois, a 17 de outubro de 1903, e o doutor Assis Brasil, que acompanhou até a sua ultimação os trabalhos para a celebração do acordo.

Realizaram-se as primeiras conversações, que se prolongaram durante quatro longos meses e tiveram feliz remate, depois de uma série de propostas

e contrapropostas, com a assinatura do chamado Tratado de Petrópolis, a 17 de novembro de 1903. Nos termos desse diploma, o governo boliviano, mediante compensações territoriais em vários pontos de fronteira comum com o Brasil, a construção pelo governo brasileiro da estrada de ferro Madeira-Mamoré, a liberdade de trânsito por esse caminho de ferro e pelos rios até o oceano e, por não haver equivalência nas áreas dos territórios permutados, uma indenização pecuniária de dois milhões de libras esterlinas, pagas em duas prestações, cedeu ao Brasil a parte meridional do Acre, reconhecidamente boliviana, povoada exclusivamente por brasileiros, e desistiu de seu alegado direito à outra parte do território ao norte, também exclusivamente habitado por brasileiros. Em troca dessas vantagens concedidas à Bolívia, ficou reconhecida a nossa soberania sobre um território de 191 mil quilômetros quadrados, mais extenso que o de qualquer dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, território que produzia renda anual superior à de mais da metade dos 20 estados da nossa União.

Indicaram-se outros remédios para a solução do caso acreano. No país e no estrangeiro, ergueram-se vozes em favor do arbitramento. Era o expediente menos indicado e, ao parecer de Rio Branco, só aconselhável no "caso de inteira impossibilidade de um acordo direto satisfatório e fora do terreno do Tratado de 1867, com garantias muito especiais e de difícil aceitação pela outra parte". Em primeiro lugar, o arbitramento oferecia o grave inconveniente de retardar em quatro ou cinco anos o desenlace de uma situação aguda que não comportava delongas. Uma sentença arbitral, mesmo que nos fosse favorável, não traria solução radical e definitiva ao conflito nem resolveria as dificuldades com que os dois países lutavam desde 1899, porquanto não alcançaria todo o território habitado e ocupado militarmente pelos acreanos.

> Iríamos ao arbitramento [explicava Rio Branco], abandonando e sacrificando os milhares de brasileiros que de boa-fé se estabeleceram ao sul do paralelo 10º20'. O árbitro só nos podia atribuir o território que havíamos declarado em litígio ao norte desse paralelo e é ao sul que está a maior parte do Acre, sendo também aí muito mais numerosos os estabelecimentos de brasileiros.

No curso do processo arbitral, continuariam nossos compatriotas em conspirações e revoltas contra a autoridade boliviana e persistiria entre nós a agitação política em torno da questão do Acre, sendo impossível prever as decisões que o governo seria compelido a tomar ante o espetáculo da constante revolta de seus cidadãos ou da sua violenta submissão à autoridade estrangeira. Depois, a sentença arbitral poderia também ser-nos contrária: não era de esperar com confiança que o árbitro nos atribuísse um território que o governo brasileiro, desde 1867, durante o Império e na República, por atos e declarações oficiais, considerou boliviano e no qual chegou a praticar atos positivos de reconhecimento da soberania da Bolívia, concordando até na fundação de uma alfândega boliviana e no estabelecimento de um consulado brasileiro em Porto Acre. No entanto, devia pesar no ânimo do juiz arbitral a estranha circunstância de só em 1903 haver o governo do Brasil repudiado a interpretação oficial do Tratado de Limites de 1867 e adotado outra inteligência mais favorável às suas pretensões territoriais. Ora, um laudo que atribuísse à Bolívia o território do Acre com sua população brasileira deixaria a situação mais embaraçosa do que antes quer para o Brasil quer para a Bolívia e provocaria fatalmente a guerra a que seríamos arrastados pelo clamor irresistível da opinião pública.

Política externa menos escrupulosa teria adotado para o caso acreano um expediente de que não seria difícil rastrear precedentes em outros países: fomentar a revolta, reconhecer a independência dos acreanos e, de conformidade com os seus desejos, proceder à incorporação do Acre ao Brasil, deixando à Bolívia o recurso extremo de uma guerra desigual. O governo brasileiro, para sua honra, não se deteve no exame dessa solução que aberrava da norma tradicional de lealdade e honradez, sempre adotada no trato com as outras nações e visava, de fato, a uma conquista disfarçada, com flagrante violação do preceito constitucional republicano. Nem semelhante expediente era compatível com a austeridade retilínea do espírito de Rio Branco, que o verberou como "aventura perigosa sem precedentes na nossa história diplomática", suscetível de trazer complicações e surpresas desagradáveis. Era ainda de considerar que os acreanos poderiam não sair vitoriosos da luta e, neste caso, o seu heroico sacrifício havia de ferir e mover o sentimento nacional com o risco de arrastar o Brasil

a uma guerra inglória. "E esta infeliz contingência", acrescentava Rio Branco, "seria também possível no caso de serem os acreanos vitoriosos e de aceitarmos a sua proposta de anexação".

> O acordo direto [escreveu Rio Branco ao rematar a exposição que acompanha o Tratado de Petrópolis] era na verdade o expediente preferível, o mais rápido e o único eficaz, podendo assegurar vantagens imediatas, tanto para o Brasil como para a Bolívia. A ele recorremos e, depois de paciente labor, conseguimos realizá-lo de modo satisfatório e honroso para os dois países, não só resolvendo radicalmente todas as questões de atualidade, mas abrangendo numa concepção genérica o conjunto das nossas relações de caráter perpétuo com a Bolívia. Por felicidade, nem foi preciso inovar o direito existente entre os dois países para alcançar tal resultado. O presente acordo é, no que tem de essencial, simples desdobramento e aplicação das estipulações do de 1867. Não há propriamente cessão, mas permuta de territórios de ambos os países, respectivamente habitados por cidadãos do outro país, como estatui o artigo 5º do pacto de 1867. Mas, ainda quando se pudesse chamar "cessão de território" o fato de darmos cerca de 3.200 quilômetros quadrados para receber 191 mil, não se poderia dizer que semelhante ato fosse indecoroso em si e muito menos que não estivesse autorizado pela tradição dos povos livres mais pundonorosos do mundo, como os Estados Unidos da América e a Suíça, e pelos precedentes jurídicos e constitucionais da nossa pátria. A Constituição do Império admitia a cessão territorial, fazendo-a depender da sanção da Assembleia-Geral Legislativa. E o princípio foi não só admitido, mas praticado por vezes. No caso do presente tratado, entretanto, nós não perdemos, nós ganhamos território. Mais ainda: efetuamos a nossa primeira aquisição territorial desde que somos nação independente. As decisões dos dois pleitos, em que me coube a honra de defender os interesses do Brasil, não acrescentaram, apenas mantiveram o patrimônio nacional dentro de limites prestigiados por afirmações seculares do nosso direito. Verdadeira expansão territorial só há agora e com a feliz circunstância de que, para efetuá-la, não espoliamos uma nação vizinha e amiga, antes a libertamos de um ônus, oferecendo-lhe compensações materiais e políticas que desde já se revelam como verdadeira equivalência e que o futuro se encarregará de traduzir em outros tantos laços de solidariedade internacional.

O Tratado de Petrópolis foi entre nós combatido bravamente, e nem sempre de boa-fé, por adversários que tentaram esgrimi-lo como arma de

política interna: as suas estipulações provocaram apaixonadas discussões na imprensa e acalorados debates no Senado e na Câmara dos Deputados nos dias que precederam a sua aprovação. Além disto, um episódio na fase final das negociações, apesar de não ter tido divulgação imediata, contribuiu poderosamente para aumentar a confusão no espírito público, já trabalhado por dúvidas e desconfianças. Em 17 de outubro de 1903, isto é, um mês antes da assinatura do Tratado, o senador Rui Barbosa que, desde julho desse ano, vinha colaborando com o prestígio e a autoridade de seu nome nas negociações, como um dos plenipotenciários brasileiros, conjuntamente com Rio Branco e Assis Brasil, julgou dever solicitar dispensa dessa comissão. Repugnava-lhe compartir a responsabilidade da conclusão de um acordo em que as concessões do Brasil à Bolívia se lhe afiguravam extremamente onerosas e, ao mesmo tempo, não desejava, por escrúpulos não compartilhados pelos companheiros de missão, ser obstáculo à coroação pacífica de um litígio que ameaçava eternizar-se com perigo iminente da ordem interna e, quiçá, da paz americana. Honradamente, preferiu exonerar-se da alta função a que emprestara o brilho incomparável de seu talento.

Embora com o risco de quebrar a linha essencial desses acontecimentos, é oportuno e útil trasladar para aqui, a fim de que possam servir de alta lição de patriotismo, as duas cartas em que Rio Branco e Rui Barbosa, antes de se separarem, se comunicaram os seus pontos de vista divergentes sobre o ajuste em questão. Fizeram-no antepondo a considerações de ordem pessoal os interesses superiores do Brasil, que ambos, aliás, estavam afeitos a servir e defender com esplêndida bravura cívica no decurso de sua benemérita carreira pública. Esses documentos revelam o elevado plano político em que se processaram aquelas memoráveis negociações e dão a justa medida da estatura moral e da nobreza de sentimentos dos dois homens de Estado a quem o Brasil, em uma hora sombria, entregara confiadamente o exame e o estudo do mais grave e delicado problema de segurança e de integridade do território nacional. O primeiro dizia:

> Petrópolis, 20 de outubro de 1903. Excelentíssimo amigo e senhor senador Rui Barbosa. Pelo telégrafo já pedi desculpa a vossa excelência da demora em responder a sua carta de 17. Eu a recebi na Secretaria, às 11h desse dia, quando esperava a honra e o prazer de sua visita, não só para que juntos examinássemos na Carta Geral

da nossa fronteira com a Bolívia as pequenas retificações que o senhor Assis Brasil e eu estaríamos dispostos a conceder, mas também para me abrir inteiramente com vossa excelência, como o faria se estivesse tratando com o nosso saudoso amigo Rodolfo Dantas. Eu queria repetir nessa ocasião a vossa excelência o que já lhe havia dito rapidamente há dias na presença do senhor Assis Brasil, isto é, que se vossa excelência tivesse alguma hesitação, não se devia constranger por motivo de delicadeza pessoal e tomar perante o país a responsabilidade de uma solução que lhe não pareça a melhor ou que, segundo previsões próprias e de amigos seus, possa irritar uma parte de opinião. Vossa excelência sabe quanto o prezo e quanto o prezava mesmo antes de ter tido a honra de o conhecer pessoalmente. Deve também compreender quanto penhoraram a minha gratidão as provas de benevolência que me tem dado em escritos seus desde outubro de 1889 e particularmente nos seus belíssimos artigos de 2 e 4 de dezembro de 1900. O que valho hoje no conceito dos nossos concidadãos devo-o principalmente a vossa excelência que, com o grande prestígio do seu nome, tanto encareceu os meus serviços no estrangeiro. Não foi para diminuir as minhas responsabilidades que pedi a vossa excelência a sua valiosa colaboração no arranjo das dificuldades do Acre: foi com o único pensamento de lhe dar um pequeno testemunho da minha gratidão. Convencido, como estava, de que uma solução que pusesse termo às complicações exteriores em que andamos envolvidos desde 1899 e, ao mesmo tempo, dilatasse as fronteiras do Brasil não poderia deixar de merecer a aprovação do país inteiro, desejei que vossa excelência contribuísse para esses resultados e acreditei que lhe pudesse ser agradável concorrer para uma importante aquisição territorial, a primeira que fazemos depois da Independência. Vossa excelência não concorda em tudo conosco: considera muito pesados os sacrifícios que o acordo direto nos imporá e acredita que, no estado atual do espírito público, com as influências desorganizadoras que atuam sobre a opinião, haveria perigo na solução que nos parece de mais vantagem para o Brasil. Não seria, pois, razoável pedir-lhe eu que tomasse parte nas responsabilidades que o acordo direto acarreta. Vossa excelência é estadista acatado por toda a nação e eu teria grande sentimento se involuntariamente, querendo dar-lhe uma prova de apreço e de reconhecimento, abalasse de qualquer modo a sua situação política, que desejo ver cada vez mais firme e fortalecida. Inclino-me, portanto, diante da resolução que me anuncia em sua carta, lamentando ver-me privado da grande honra de tê-lo por companheiro nesta missão. Peço, entretanto, licença para submeter ao exame de vossa excelência a minuta do tratado logo que estiverem bem-assentadas as suas cláusulas. É possível que obtenhamos ainda algumas modificações que satisfaçam a vossa excelência. Sei bem que os sacrifícios pecuniários que a nação terá que fazer

se o tratado for aprovado pelo Congresso serão grandes, mas também são muito grandes as dificuldades que vamos remover e urge removê-las para que possamos quanto antes conter as invasões peruanas na zona em litígio. Se comprássemos dois grandes encouraçados, gastaríamos improdutivamente tanto quanto vamos gastar com esta aquisição de um vastíssimo e rico território, já povoado por milhares de brasileiros que assim libertaremos do domínio estrangeiro. Pelo arbitramento no terreno do Tratado de 1867, começaríamos abandonando e sacrificando os brasileiros que de boa-fé se estabeleceram ao sul do paralelo de 10º20', por onde corre a principal parte do rio Acre, e é minha convicção que mesmo os que vivem entre esse paralelo e a linha oblíqua Javari-Beni ficariam sacrificados. Não creio que um árbitro nos pudesse dar ganho de causa depois de 36 anos de inteligência contrária à que só começou a ser dada pelo governo do Brasil em princípios deste ano. O nosso amigo senador Azeredo lembrou há dias ao presidente da República que os Estados Unidos da América pagaram à Espanha quatro milhões de libras pelas Filipinas, cuja superfície e população são muito mais consideráveis que as do Acre. É certo, mas deve-se ter em conta que esse preço foi imposto ao vencido pelo vencedor, o qual, para poder ditar a sua vontade, despendeu antes, com a guerra, somas avultadíssimas. É porque entendo que o arbitramento seria a derrota que eu prefiro o acordo direto, embora oneroso. Este resolve as dificuldades presentes, o outro as deixa de pé e provavelmente daria lugar a que os territórios ocupados por brasileiros ao sul da linha oblíqua fossem repartidos entre a Bolívia e o Peru. Estou convencido de que os seus habitantes não poderiam lutar com vantagem contra a Bolívia e menos ainda contra esta e o Peru aliados. No entanto, estou muito certo de que os agitadores e adversários do governo também atacariam o recurso ao arbitramento. É este o expediente que desejavam e desejam ainda hoje os plenipotenciários bolivianos. Não posso prever o acolhimento que encontrará nos dois Congressos o tratado. Pelo esforço que aqui fazemos para defender pequenos trechos de território, alagadiços e inaproveitáveis, podemos conjeturar da oposição que na Bolívia vai encontrar a perda de 160 ou 170 mil quilômetros quadrados. Se o nosso Congresso rejeitar o acordo direto nas condições em que o tivermos podido realizar, a responsabilidade ficará sendo sua. Eu assumirei inteira a do acordo e penso que a posição do presidente não ficará comprometida por isso. Até aqui, como vossa excelência sabe, só temos tido com os plenipotenciários bolivianos conversações para achar o terreno em que nos poderíamos entender. Agora é que vamos ter conferências formais para precisar as cláusulas do tratado e dar-lhes forma. Era sobretudo nessas conferências que esperávamos o valioso concurso das luzes de vossa excelência se tivéssemos, eu e o senhor Assis Brasil,

a fortuna de estar de acordo com vossa excelência. Antes, era impossível pedir-lhe que se desse ao incômodo de vir a Petrópolis, deixando a sua cadeira de senador e a sua banca de advogado, para tomar parte nas numerosas palestras de exploração do terreno que tempos tido desde julho, mas informamos sempre vossa excelência do que se ia passando e seguimos sempre os seus conselhos. Agradeço muito a vossa excelência as expressões tão benévolas do final da sua carta e subscrevo-me, com a mais alta e afetuosa estima, de vossa excelência admirador e amigo muito e muito grato. – Rio Branco.

A resposta de Rui Barbosa rezava assim:

Rio, 22 de outubro de 1903. Excelentíssimo amigo e senhor Barão do Rio Branco. Releve-me vossa excelência se só hoje venho responder à sua carta de anteontem que me chegou às mãos ontem pelas 11h. Fez-me vossa excelência o favor, pelo qual lhe sou muito grato, de aceitar a minha exoneração, que na minha missiva anterior deixara ao seu arbítrio, para que vossa excelência dela dispusesse como mais conveniente fosse; o que não me inibe de continuar, de acordo com o desejo que vossa excelência exprime, às suas ordens, para o que for de seu agrado e serviço. Muito reconhecido fico, outrossim, a vossa excelência pelas expressões de sincera amizade, em que abunda para comigo. Eu retribuo, com a mesma lhaneza e a mesma fidelidade, esse sentimento, de que me honro. Pode vossa excelência estar certo que o deixo com íntimo pesar, e que, em qualquer parte, em qualquer tempo, em quaisquer circunstâncias, o nome do barão de Rio Branco não terá testemunha mais leal da sua nobreza, da sua capacidade e do seu patriotismo. De longe mesmo, antes de conhecê-lo em pessoa, tive para vossa excelência sempre a atração de uma simpatia, que só lamento não se me deparasse ocasião de estreitar com alguma coisa dessa intimidade, em que teve a fortuna de lograr as suas relações esse nosso comum amigo, tão delicadamente lembrado por vossa excelência nas primeiras linhas de sua carta. Entre as finezas de que a encheu, aprouve-lhe falar em serviços, que figura dever-me. Mas não há tal. Não constituem dívidas as homenagens impostas pela justiça. Rendendo-lhas, apenas me desempenhei das minhas obrigações de cidadão e jornalista. Deu-me Deus, talvez em grau não comum, a faculdade de admirar; e o prazer de exercê-la, celebrando o merecimento, é um dos mais gratos, que o meu coração conhece. Já vê que não podia deixar de calar-me nele como uma grande satisfação e uma grande honra o verme, por iniciativa de vossa excelência, a seu lado no empenho de resolver uma complicada questão internacional. Não me esquecia, pois, esse

aspecto da minha situação, quando, obrigado a responder aos que me encareciam a missão do Acre como um posto vantajoso, falei nos seus ônus e na sua responsabilidade. Esta, consideradas as minhas antecedências no assunto, devia ser especialmente sensível a mim, desde que me submetia a tratar no terreno de uma transação, um litígio, em que eu fora o advogado mais caloroso da indisputabilidade absoluta do nosso direito. Não hesitei, porém, ante as consequências dessa atitude, enquanto me parecesse defensável e vantajosa ao país. Foi neste que tive sempre os olhos, nos seus sentimentos e nos seus interesses, sem me importar jamais que, com os benefícios a ele granjeados, se "abalasse de qualquer modo a minha situação política". Esta nunca se achou *firme*, nem *forte*. Nenhum homem público, no Brasil, a tem mais precária, mais combatida, mais abalada. E isso justamente porque das suas conveniências nunca fiz caso, porque nunca alimentei pretensões políticas. Repugna-me ao meu temperamento cortejar a popularidade, e, na República, tenho vivido a contrariar-lhe as correntes dominantes. Graças a essa independência, cheguei a ser apontado como o maior inimigo do regime, e, ainda hoje, entre as forças que dispõem da sua sorte, não estou em cheiro de santidade. Ora, não haveria caso, em que eu mais devesse ter os olhos nas considerações superiores do *dever*, e fugir às de utilidade pessoal. Assim o compreendi, e assim o pratiquei. As questões de território, como as questões de honra, são as que mais exaltam o melindre nacional. É de acordo com o sentimento nacional, portanto, que os homens de Estado têm de resolvê-las, se as quiserem deixar com efeito resolvidas, e medirem o mal das agitações alimentadas por uma impressão popular de ofensa à integridade do país. Por isso me opus em absoluto à cessão da margem direita do Madeira, que felizmente não vingou. Por isso, ainda, entendia que, neste gênero de concessões, devíamos caminhar sempre como através de outros tantos perigos. Ao princípio alguma coisa, bem que mui parcamente, era razoável se fizesse nesse sentido; visto que a Bolívia parecia julgar-se ferida e intransigente ao contato do nosso dinheiro, alegando que o território, como a honra, não tem preço, e não era justo que com o milhão esterlino, insinuado entre as nossas ofertas, a houvéssemos por compensada inteiramente da extensão territorial que nos cedia. Mas, desde que os negociadores bolivianos puseram de parte esses escrúpulos, e entraram francamente no terreno dos ajustes pecuniários, pedindo se elevasse aquela quantia ao dobro, porque não ultimarmos nessa espécie de compensações o nosso ajuste de contas? Acrescentando a essa vantagem a construção da estrada, creio que lhe não teríamos medido escassamente o valor do Acre. Juntar-lhe ainda a cessão de um porto já seria, talvez, muito. Contudo,

até aí se poderia ir, suponho eu. Mas somar a todas essas verbas 5.973 quilômetros quadrados de território brasileiro, é o que me parece uma generosidade, cuja largueza excede, a meu ver, o limite dos nossos poderes. Não quero dizer que o Brasil perdesse na troca. Isso não. Mas dava mais do que aquilo que vale, *para a Bolívia*, o que ela nos cede. E essa consideração não se havia de perder jamais de vista numa operação desta natureza. Em nossas mãos o Acre pesa bastante. Nas da nossa vizinha, o Acre não era nada. O valor desse território era, portanto, uma quantidade relativa, que praticamente só adquiria realidade com a nossa aquisição dele, com a sua transferência ao nosso senhorio. A estimação desse valor relativo devia manter-se, pois, entre os dois extremos, num meio termo razoável. Ora, esse estava preenchido com a via férrea, antiga aspiração daquele país, e os dois milhões esterlinos, que para ele representam quase quatro anos de sua receita. Não estaria ele por isso? Então era aceitarmos-lhe a outra alternativa, por ele posta: o arbitramento. Entende vossa excelência que é o que os bolivianos queriam. Eu entendo o contrário. E peço licença a vossa excelência para lhe recordar que esta é também a opinião, insuspeita, do doutor Assis Brasil. Ainda na última conferência nossa, ele se manifestou assim, confirmando o asserto, que, neste sentido, eu acabava de fazer. Os bolivianos não querem o arbitramento, nunca o quiseram, a não ser que ele tivesse por objeto a troca de territórios, inovação combatida por mim na minha penúltima carta. Nem o podiam querer; visto que o juízo dos árbitros, já porque se teria de circunscrever ao Acre litigioso, já porque, em relação a esse mesmo, seria rejeitado pelos acreanos, se nos fosse contrário, não resolvia a pendência armada entre aquela população e o governo de La Paz. O receio da intervenção do Peru nessa pendência não passa de uma hipótese, cuja verificabilidade nada até agora autoriza. Ora, entregue a si a Bolívia naquelas paragens, não conta ela com o triunfo. Ainda financeiramente, grande vantagem lhe levaria a população acreana. Note vossa excelência que, no memorando recentemente endereçado aos plenipotenciários brasileiros pelos bolivianos, se eleva a 10.900 contos de réis o rendimento ânuo dos impostos de importação e exportação no Acre. Ora essa é, mais ou menos, anualmente, a receita total da Bolívia, orçada, como vossa excelência me informou, em seis milhões de bolivianos. E com isso tem ela de acudir a todas as necessidades nacionais, ao passo que o governo do Acre, reduzido exclusivamente às de sua defesa, com ela poderia gastar, sem desvio, todos esses recursos. Já experimentados nas dificuldades da luta, o interesse e o pensamento dos bolivianos era evitá-la. Ora, a ela teriam de voltar, se vencessem no arbitramento. Logo, não era possível que o desejassem. Como, porém, pressentissem que nós, contra o que era de

> cuidar, também o temíamos, manobraram habilmente, simulando ambicioná-lo para, à sombra dos nossos injustificados receios, exigirem o que exigem, quando é minha convicção que, se encarássemos desassombrados o espantalho, eles é que recuariam, submetendo-se às nossas condições. Este, ao menos, é o meu juízo. Pode ser, aliás, que esteja em erro. Onde, porém, tenho a certeza de que não estará, é na afirmativa de que a opinião pública receberá muito mal as cessões territoriais propostas, e de que, ousando-as, o governo cometerá uma temeridade. Não são essas somente as "previsões minhas e de amigos meus". Parece-me que esse é o sentimento geral, até onde o tenho podido sondar. Dado isso, bem compreende vossa excelência o grande perigo das "influências desorganizadoras": e que contra elas fiquem desarmadas as influências benfazejas e ordeiras. Mas Deus inspire a vossa excelência, aos seus colegas, e a mim, se vejo mal, me esclareça melhor, permitindo que, de outra vez, consiga servir mais acertadamente ao país e a vossa excelência O admirador e amigo obrigadíssimo – Rui Barbosa.

Afortunadamente, para o Brasil não se verificaram as previsões pessimistas vislumbradas pelo patriotismo zeloso e vigilante do "plenipotenciário vencido", como a si mesmo se intitulou Rui Barbosa. Os acontecimentos deram razão a Rio Branco. Apesar da agitação levantada na imprensa e em certos círculos políticos, o Tratado de Petrópolis foi aprovado por considerável maioria nas duas casas do Congresso. Hoje, a opinião pública no Brasil, sem discrepância, considera aquele diploma internacional como a mais luminosa expressão do gênio político de Rio Branco. É em verdade um monumento de sabedoria e de previsão que perpetuará a memória de seu benemérito negociador enquanto os princípios de justiça regerem as relações entre os homens.

Não lhe regatearam aplausos os estrangeiros que, serenamente e sem paixão patriótica, apreciaram os benefícios dele decorrentes, quer para o Brasil quer para a Bolívia. Em um artigo do *Geographical Journal*, editado sob os auspícios da Sociedade Real de Geografia de Londres, o coronel Georges Church, seu presidente e um dos mais profundos conhecedores dos problemas da região amazônica, rematava em 1904 um longo artigo sobre a questão do Acre com as seguintes palavras consoladoras para o nosso patriotismo:

> Com o Tratado de Petrópolis, a República Brasileira confirma a política do Império, e o Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, demonstra ser, a toda evidência, um estadista de primeira ordem. O tratado vê longe no futuro e começa a transformar o grande reservatório interior do Amazonas em um quase mar internacional destinado a ser utilizado por todas as repúblicas ribeirinhas. Efetivamente, nele se mostra a todas elas que, por meio de amigáveis convenções, podem ao lado das alfândegas brasileiras arrecadar os seus direitos de importação e realizar livremente o seu comércio exterior de trânsito. É um largo e adiantado passo para a frente, sobretudo se se comparar esta nova política com a seguida na época colonial. Abre uma era de confraternidade entre os descendentes de portugueses e espanhóis e promete acabar com todos os preconceitos que os seus antepassados levaram, infelizmente, para o Novo Mundo.

Os governos do Brasil e da Bolívia, ao concluírem esse ato internacional que representava um instrumento de paz, de conciliação e de entrelaçamento de interesses comuns, deram ao mundo um exemplo memorável de cultura política e revelaram uma rara grandeza de ânimo, sobrepondo a interesses transitórios e a falsos pontos de honra as superiores conveniências da paz e da civilização da América.

CAPÍTULO V

PRETENSÕES PERUANAS AOS TERRITÓRIOS ENTRE OS RIOS JAVARI E MADEIRA. ANTECEDENTES HISTÓRICOS, POLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS. EXPANSÃO BRASILEIRA NAS BACIAS DOS RIOS PURUS E JURUÁ. RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E O PERU. O TRATADO DE LIMITES DE 8 DE SETEMBRO DE 1909, COMPLEMENTAR DA CONVENÇÃO ESPECIAL DE 23 DE OUTUBRO DE 1851.

Se entre os problemas de política exterior no início da presidência Rodrigues Alves sobrelevava o do Acre pela sua complexidade e pelo estado de perigosa exaltação que gerara na opinião nacional, outro não menos grave reclamava urgentemente a atenção de Rio Branco: a pretensão do governo do Peru, sustentada tenazmente desde 1863 e inscrita até em documentos cartográficos de origem oficial, sobre uma considerável parte do Estado brasileiro do Amazonas, envolvendo uma superfície territorial de 442 mil quilômetros quadrados dentro da qual se incluíam os 191 mil quilômetros quadrados do território acreano, recém-incorporado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903.

Nos últimos anos, sobretudo a partir de 1897, lamentáveis ocorrências na fronteira brasileiro-peruana da região amazônica, em particular nos territórios do alto Juruá e do alto Purus, vinham-se sucedendo com gravidade crescente e inquietante, com sério risco das relações de amizade e de boa vizinhança sempre existentes entre o Brasil e a República do Pacífico. Naquelas longínquas paragens haviam-se registrado, de 1902 a 1904, recontros sangrentos entre caucheiros peruanos, acumpliciados com autoridades da mesma nacionalidade, e os brasileiros que, há muitos anos, se haviam instalado nas margens dos rios Juruá e Purus e seus afluentes, ocupados pacificamente na extração da goma elástica

(*Hevea Brasiliensis*). Essas repetidas incursões, de que, por vezes, participavam autoridades do país vizinho e destacamentos da sua tropa regular pareciam obedecer a um plano preconcebido de penetração, cuja execução não poderia deixar de provocar no correr do tempo incidentes de indisfarçável gravidade, que urgia prevenir antes de se produzirem situações irreparáveis. No entanto, era mister proteger os interesses dos nossos compatriotas que de longa data haviam ocupado e colonizado as duas margens dos rios Juruá e Purus. No Juruá, já em 1870, a onda colonizadora brasileira se estendia até as margens do Amônea e do Tejo e, em 1891, até um pouco a montante da boca do rio Breu superior. No Purus, os nossos compatriotas ocupavam desde 1893 a confluência do rio Araçá, depois chamado Chandless, e, de 1894 a 1899, fundavam sobre as duas margens do rio principal vários estabelecimentos, ficando como limite da ocupação brasileira no Purus o rio Santa Rosa, explorado em 1861 pelo nosso intrépido sertanejo Manuel Urbano da Encarnação e, depois, com auxílio do governo brasileiro, em 1867, por William Chandless, até as vizinhanças da cabeceira principal.

> Só em 1896 [explica Rio Branco na exposição de motivos do Tratado de 8 de setembro de 1909], vindos do Ucaiali, onde acabavam de destruir as florestas de caucho (*Castilloa elastica*), começaram a aparecer em alguns afluentes do Juruá negociantes e industriais peruanos acompanhados de trabalhadores índios, apresentando-se como amigos e obtendo dos proprietários brasileiros, por compra, arrendamento ou simples tolerância, alguns terrenos em que abundava a árvore do caucho. Em outubro de 1901, surgiu no alto Purus, muito acima dos estabelecimentos brasileiros, a primeira expedição de caucheiros peruanos, procedente do Juruá.

No entanto, já em 1897 se haviam dado conflitos no Juruá-Mirim entre brasileiros e os peruanos que ali tentaram estabelecer-se. Em outubro de 1902, registrou-se outro em frente à boca do rio Amônea: pela primeira vez, um comissário administrativo peruano, nomeado pelo prefeito do departamento de Loreto e acompanhado de soldados e caucheiros armados, pretendeu tomar posse desse território em nome do governo peruano, acabando por fundar à margem da boca daquele rio um posto militar e aduaneiro, a que deu o nome de Nuevo Iquitos. No Purus, a ocupação administrativa peruana em território ocupado

por brasileiros foi tentada pela primeira vez em 1903, apresentando-se a 22 de junho, na boca do rio Chandless, outro comissário peruano, também nomeado pelo prefeito do departamento de Loreto, à frente de um destacamento militar e de numerosos caucheiros armados. Os moradores brasileiros organizaram-se logo militarmente, e o comissário invasor, recusando atender a intimação de retirada que lhe mandara o general comandante das tropas brasileiras de ocupação do Acre, teve que ceder por fim, a 7 de setembro daquele ano, ao ver-se cercado por um troço de voluntários brasileiros. Parecia passado o perigo de nova invasão, quando, em março de 1904, desceu o rio Curanja, em canoas, uma numerosa expedição, composta de 200 caucheiros armados e de um destacamento militar peruano de 30 soldados. Por surpresa e sem resistência alguma, os atacantes tomaram e saquearam as propriedades brasileiras, mas, informados de que os nossos nacionais, em número de 160 homens, subiam o rio para repelir a invasão, puseram-se em retirada, não sem se haver ferido um combate entre a retaguarda dos invasores e os voluntários brasileiros.

Impunha-se aos dois governos a necessidade de pôr termo a tão deplorável estado de coisas. A 8 de maio de 1904, realizaram-se no Rio de Janeiro os primeiros entendimentos entre Rio Branco e o doutor Hernán Velarde, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Peru, havendo previamente o governo peruano, por solicitação do Brasil, ordenado a retirada dos destacamentos militares enviados para o alto Juruá e alto Purus. Dessas negociações, realizadas em um ambiente da maior cordialidade, resultaram dois acordos, assinados a 12 de julho daquele ano: o primeiro determinava a criação, no Rio de Janeiro, de um Tribunal Arbitral incumbido de julgar as reclamações dos cidadãos brasileiros e as dos peruanos por prejuízos ou violências que tivessem ou pretendessem ter sofrido naquelas regiões desde 1903, em consequência dos sucessos ali ocorridos; o outro, de caráter provisório, tinha por fim prevenir novos conflitos entre brasileiros e peruanos nos territórios do alto Juruá e do alto Purus, permitindo que os dois governos entrassem amigavelmente na negociação de um acordo direto sobre a sua questão de limites desde as nascentes do Javari até a linha de 11ºS, ou recorressem, em caso de desentendimento, aos bons ofícios, ou à mediação de algum

governo amigo, ou à decisão de um árbitro. Para esse efeito ficaram neutralizados durante a discussão diplomática os territórios considerados litigiosos nas bacias do alto Juruá e do alto Purus até as suas cabeceiras, os quais passaram a ser administrados por duas comissões mistas, brasileira e peruana, devendo também ser neles instalados dois postos fiscais mistos. O mesmo Acordo Provisório de 12 de julho de 1904 criou ainda duas comissões técnicas, uma de cada país, incumbidas de proceder, com a possível brevidade, ao reconhecimento do alto Juruá e do alto Purus até as suas cabeceiras e de reunir, a respeito dessa região, informações geográficas e estatísticas fidedignas que facilitassem aos dois governos interessados a conclusão de um ajuste igualmente satisfatório e honroso para ambos. As duas comissões técnicas brasileiras de exploração do alto Juruá e do alto Purus tiveram por chefes, respectivamente, o general Belarmino de Mendonça e o engenheiro Euclides da Cunha.

Fizeram-se logo sentir os efeitos dessas acertadas providências: com a instalação das comissões mistas de administração e a organização dos três departamentos brasileiros do território nacional do Acre, por decreto de 7 de abril de 1904, cessaram por completo as incursões peruanas nos territórios povoados por brasileiros e as lamentáveis pendências de que foram causa. Apenas nos dias 4 e 5 de novembro de 1904, registrou-se um conflito de armas, felizmente sem consequências, entre o destacamento militar brasileiro que fora ocupar a boca do rio Amônea e a guarnição peruana ali estacionada, a qual, pela dificuldade de comunicações entre Lima e Iquitos, não pôde ser informada em tempo pelo prefeito do departamento de Loreto dos termos do Acordo Provisório de 12 de julho de 1904. As explorações realizadas e o estudo dos documentos trazidos pelos comissários técnicos brasileiros e peruanos do alto Purus e do alto Juruá tornaram suficientemente conhecida aos dois governos a vasta região em litígio e permitiram-lhes a abertura de negociações para a celebração de um tratado de limites destinado a completar o que o Brasil e o Peru já haviam assinado em 23 de outubro de 1851.

O tratado de 1851, concluído em Lima pelo nosso enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, e pelo senhor Bartolomeu Herrera, ministro interino das Relações Exteriores do Peru, regulava os limites entre o Império

do Brasil e a República peruana de conformidade com o princípio do *uti possidetis*. Nos termos desse ajuste, a fronteira brasileiro-peruana, partindo da povoação limítrofe de Tabatinga para o norte, seguia em linha reta até a confluência do rio Apapóris, no Japurá; e da mesma povoação de Tabatinga, para o sul, acompanhava todo o curso do rio Javari desde a sua confluência com o Amazonas. Até a data desse tratado, o governo do Peru sempre considerou completa a sua linha divisória com o Brasil e, nas sete conferências que precederam à conclusão do ajuste de 1851, o negociador peruano nunca manifestou pretensões sobre quaisquer territórios situados ao sul ou a leste do rio Javari, nem se compreenderia que os dois governos, interessados em um ajuste definitivo dos seus limites, fixassem apenas uma parte das suas divisas, sem aludir ou fazer a menor referência ao trecho que, porventura, ficasse em aberto. Em 1863, o comissário peruano Inácio Mariátegui, encarregado de fazer com o do Brasil, capitão-tenente José da Costa Azevedo, mais tarde barão de Ladário, a demarcação convencionada em 1851, formulou, pela primeira vez, a pretensão de se completar e fechar a fronteira brasileiro-peruana por uma linha geodésica tirada na direção leste-oeste da margem esquerda do rio Madeira à direita do rio Javari. Semelhante pretensão, perfilhada e popularizada pelo publicista peruano Paz Soldán em sua *Geografia do Peru*, publicada em Paris no mesmo ano de 1863, foi considerada inadmissível pelo governo imperial por contrária às próprias estipulações do Tratado de Limites de 1851: apoiava-a unicamente o Tratado Preliminar de Santo Ildefonso de 1777, entre Portugal e a Espanha, tratado já reconhecido sem valor pelo próprio Peru ao negociar com o Brasil sobre a base do *uti possidetis* e cuja suposta validade o governo brasileiro sempre impugnou no ajuste de suas fronteiras com todos os países confinantes. Além disto, o negociador peruano em 1851 não propôs o estabelecimento dessa linha leste-oeste ou qualquer outra linha divisória entre os rios Madeira e Javari, reconhecendo, portanto, que o Peru nada possuía ao oriente do Javari e que era com a Bolívia que o Brasil se deveria entender no tocante às regiões do Juruá e do Purus atravessadas por aquela linha. O certo é que, apenas conhecido em Lima o Tratado de Limites concluído em 1867 pelo Brasil e pela Bolívia, o governo peruano julgou de seu dever protestar contra ele em nota de 20 de dezembro do mesmo ano, firmada pelo seu ministro das Relações Exteriores e dirigida à

chancelaria boliviana. Foi-lhe declarado, em resposta, que a Bolívia não poderia reconhecer ao Peru qualquer direito sobre os territórios situados ao sul ou a leste do rio Javari, objeto do tratado concluído em 1867 com o Império do Brasil.

Ao Brasil competia entrar em entendimento com o Peru a fim de examinar os fundamentos dessa tardia reivindicação. Ficara desta maneira aberto, desde 1863, um litígio que não foi consequência do Tratado de Petrópolis de 1903, como propalaram pela imprensa alguns de seus opositores, na ignorância dos antecedentes históricos desse complicado deslinde territorial.

Por três vezes, em 1868, 1870 e 1874, tentou o governo do Peru chamar o do Brasil a uma conferência de plenipotenciários em que estivessem também representados o Peru e a Bolívia, para que os três países procurassem resolver conjuntamente as suas questões de limites na região entre os rios Madeira e Javari. Em 1903, por ocasião da negociação do Tratado de Petrópolis, reiterou aquele convite que, no tempo do Império, o Brasil deixou sempre de atender por considerar que a negociação conjunta, por ser bastante complexa, mais difícil e extremamente delicada, em vista do antagonismo das bases das pretensões dos litigantes, não poderia dar resultado algum satisfatório e produziria inevitavelmente novas delongas e divergências.

O governo peruano pretendeu a princípio que um seu representante no Rio de Janeiro tomasse parte na nossa negociação com a Bolívia; pouco depois, propôs que as questões de limites entre os três países fossem submetidas a juízo arbitral. Rio Branco declinou ambas as propostas por se lhe afigurar mais simples e prático tratar com um dos litigantes para se entender depois com o outro, como o fizera invariavelmente o Brasil em mais de uma controvérsia de limites com os seus vizinhos. Assim, também procedera o próprio Peru ao tratar, em 1851, com o Brasil para, depois, entender-se com o Equador e a Colômbia; e, em 1887 e 1890, com o Equador, para negociar depois com a Colômbia, havendo fracassado em 1894 a tentativa feita pelo governo peruano de resolver simultaneamente essas três questões de fronteira em conferência com plenipotenciários e por meio de tríplice arbitramento.

Tudo quanto obteve o governo peruano foi a consignação no Tratado de Petrópolis de uma ressalva de seus possíveis direitos e a declaração de que o Brasil com ele ventilaria diretamente e em tempo oportuno a

questão de fronteira relativa ao território compreendido entre os rios Javari e Madeira.

Efetivamente, as negociações entre os dois governos tiveram início em 1904, mas o Tratado de Limites entre o Brasil e o Peru só foi assinado cinco anos depois, a 8 de setembro de 1909, no Rio de Janeiro. Nesse intervalo, os governos do Peru e da Bolívia submeteram sua questão de limites à decisão arbitral do governo argentino. Pareceu conveniente ao Brasil aguardar a sentença arbitral, que foi proferida em 9 de julho daquele ano e segundo a qual mais da metade dos territórios que o Peru reclamava do Brasil ficou desde logo fora de questão, isto é, incontestavelmente brasileira, sem mais poder ser reivindicada pelo governo peruano.

O Tratado Brasileiro-Peruano de 8 de setembro de 1909, como o de 23 de outubro de 1851, e o primitivo de 1841, que não obtivera aprovação do governo imperial, foi negociado sobre a base do *uti possidetis* da época, de acordo com as verificações feitas no terreno pelos comissários técnicos brasileiros e peruanos em 1905. Nos termos deste tratado, todos os territórios de que o Brasil estava efetivamente de posse, habitados quase que exclusivamente por brasileiros, foram reconhecidos pelo Peru como do nosso domínio: ao Peru ficaram pertencendo os territórios do alto Juruá e do alto Purus, neutralizados em 1904 e onde só havia habitantes e estabelecimentos peruanos.

Desta maneira, a fronteira do Brasil com o Peru que, pelo Tratado de 23 de outubro de 1851, começava no rio Japurá, em frente à confluência do Apapóris, e terminava na nascente do Javari, foi completada pelo Tratado de 8 de setembro de 1909, desde essa nascente até o rio Acre, em frente ao arroio Javerija: daí ao rio Madeira, o Brasil continuou a confinar com a Bolívia nos termos do Tratado de Petrópolis de 1903.

Releva repetir, para melhor compreensão do alcance do Tratado de 8 de setembro de 1909, que a pretensão peruana abrangia um imenso território com a superfície total de 442 mil quilômetros quadrados, na qual estava incluído todo o território do Acre com sua área de 191 mil quilômetros quadrados. O tratado brasileiro-peruano atribuiu ao Brasil 403 mil quilômetros quadrados e, ao Peru cerca de 39 mil quilômetros quadrados, o que reduzia a superfície do território do Acre a 152 mil quilômetros quadrados, extensão territorial ainda assim quase igual à

dos estados do Ceará e do Paraná, e muito superior à dos estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina. Apesar dessa redução, "os nossos territórios do médio Juruá, do médio Purus e do alto Acre", esclarecia Rio Branco, "terão extensão bastante para que introduzidos neles os necessários melhoramentos e suficientemente povoados possam em futuro próximo constituir mais dois ou três estados da União brasileira".

O confronto da enorme vastidão em litígio com a pequena superfície que o governo brasileiro passou a reconhecer como peruana deixava a impressão de que, por aquele tratado, o Brasil se reservou a parte do leão:

> Nada seria menos verdadeiro ou mais injusto [explicou Rio Branco na exposição que acompanhava o ajuste de 8 de setembro de 1909], ratificando a solução que este tratado encerra, o Brasil dará mais uma prova de seu espírito de conciliação, porquanto ele desiste de algumas terras que poderia defender com bons fundamentos em direito. A grande desigualdade, que se nota nas renúncias que cada uma das duas partes faz implicitamente pela demarcação em que acabam de concordar, é mais aparente do que real e devida tão somente ao excessivo exagero da pretensão levantada em 1863 e mantida com afinco pelo governo peruano até pouco tempo. De fato, a amigável composição a que chegaram os dois governos em 8 de setembro é igualmente vantajosa para ambos os países. O Brasil e o Peru encerram assim definitivamente, de modo pacífico e honroso, um litígio que já tinha a duração de quase meio século e por vezes fora causa de incidentes desagradáveis.

CAPÍTULO VI

QUESTÃO DE LIMITES ENTRE O BRASIL E A COLÔMBIA. ANTECEDENTES HISTÓRICOS, POLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS. MALOGRO DAS MISSÕES DOS CONSELHEIROS MIGUEL MARIA LISBOA (1853) E J. M. NASCENTES DE AZAMBUJA (1867-1870). MISSÃO ESPECIAL DO DOUTOR ENÉIAS MARTINS. O TRATADO DE LIMITES DE 24 DE ABRIL DE 1907 E AS QUESTÕES DE COMÉRCIO E DE NAVEGAÇÃO FLUVIAL.

A dura lição do Acre não foi desaproveitada. Aos seus amargos ensinamentos devemos haver Rio Branco acelerado a discussão sobre as nossas restantes controvérsias de limites e entrado em entendimento com a Colômbia, em cuja zona fronteiriça, indeterminada em grande parte, sobretudo na região compreendida entre os rios Japurá e Negro, se tinham registrado conflitos de jurisdição entre brasileiros e colombianos. Já o governo do Brasil, em agosto de 1901, se sentia na obrigação de passar nota ao da Colômbia, fazendo observações a propósito dos decretos legislativos do governo colombiano que criavam a Intendência Oriental e a Alfândega do Rio Negro.

Durante 80 anos os dois governos, em diferentes épocas, tentaram em vão discriminar os seus domínios na amplidão daquelas terras quase despovoadas. As negociações para esse deslinde malograram-se sempre ante a obstinação da República de Nova Granada (da qual se destacou depois a da Colômbia), em reivindicar as raias traçadas pelo insubsistente Tratado Preliminar de Santo Ildefonso de 1777, que, a prevalecer, lhe adjudicaria uma enorme área do nosso estado do Amazonas, estirada até quase as portas de Manaus, com uma superfície de 127.060 quilômetros quadrados.

Essas exageradas pretensões já vinham consignadas nas instruções trazidas em 1826 pelo coronel Leandro Palácio, primeiro enviado

extraordinário e ministro plenipotenciário da República de Nova Granada junto ao imperador dom Pedro I: nelas, se recomendava ao negociador, como condição preliminar de qualquer ajuste, cingir-se às cláusulas do Tratado de 1777 no tocante à fronteira comum e recusar o reconhecimento das posses brasileiras na região amazônica e, em particular, das situadas às margens do rio Negro, por constituírem "usurpação de território feita pelo Brasil". A intransigência do governo neogranadino tornou impossível qualquer acordo conciliatório. Nova missão confiada em 1828 ao coronel dom Juan M. Gomez, para a celebração de um tratado de amizade, comércio e limites, não produziu, como a anterior, os resultados esperados. Nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, depois marquês de Abrantes, manifestou-se favorável à pronta conclusão do ajuste de amizade e comércio, mas, em vista das inadmissíveis pretensões territoriais neogranadinas, não considerava viável um tratado de limites sem prévia exploração e reconhecimento da região fronteiriça por uma comissão técnica nomeada pelos dois governos interessados. Em nota de 3 de março de 1830, propôs que no tratado de amizade em via de negociação se inserisse um artigo declarando que "os limites entre os dois países continuariam a ser os mesmos até então reconhecidos como tais". A negociação interrompeu-se com a retirada do Rio de Janeiro do representante diplomático de Nova Granada em 1832.

De nada valeu o primeiro tratado de limites brilhantemente negociado sobre a base do *uti possidetis* pelo conselheiro Miguel Maria Lisboa, mais tarde barão de Japurá, e assinado em Bogotá a 25 de julho de 1853; a magistral defesa desse ajuste pelo negociador Lorenzo Lleras, ministro das Relações Exteriores, não impediu que o Senado neogranadino o rejeitasse por voto unânime em 1855, sob o fundamento principal de que o reconhecimento da fronteira nele estipulada importaria no enfraquecimento dos títulos territoriais de Nova Granada nas controvérsias de limites com as Repúblicas do Peru e do Equador. De nada valeu, mais tarde, a dialética vibrátil do conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, de 1867 a 1870, em um dos mais renhidos debates diplomáticos registrados na história das nossas relações internacionais: o excepcional descortino jurídico e o profundo conhecimento das questões territoriais do continente sul-americano revelados nessa ocasião pelo nosso negociador ficaram consignados nas memórias por ele redigidas e apresentadas ao governo colombiano na

defesa dos pontos de vista sustentados pelo Brasil em matéria de limites e navegação fluvial. Fracassou ainda a última negociação iniciada no Rio de Janeiro 10 anos depois, em 1880, pelo ministro colombiano Próspero Pereira Gamba: seu projeto de tratado, no qual, pela primeira vez, apareciam reduzidas as antigas reivindicações territoriais da Colômbia, não pôde ser tomado em consideração porque, ao apresentá-lo, já havia sido assinada a sua revocatória, devendo deixar o Rio de Janeiro para outro posto.

No ano seguinte, o governo colombiano, por intermédio da sua legação no Rio de Janeiro, propôs o recurso ao juízo arbitral, que o nosso governo julgou não dever aceitar enquanto a Colômbia não liquidasse a sua questão de fronteira com a Venezuela.

Esses antecedentes não eram animadores. Apesar disso, Rio Branco resolveu reencetar as negociações tão magistralmente conduzidas por Miguel Maria Lisboa e Nascentes de Azambuja. Para esse efeito, confiou uma Missão Especial ao doutor Enéias Martins, deputado federal pelo estado do Pará, que se tornaria, depois, um dos seus mais eficazes e devotados colaboradores. Sem embargo das dificuldades encontradas em Bogotá, onde os membros do governo colombiano preferiam, antes de qualquer entendimento com o Brasil, aguardar o resultado do processo arbitral nas questões de limites com o Peru e o Equador, o nosso negociador obteve com tato e habilidade a abertura da discussão diplomática de que resultou a celebração do Tratado de Limites e Navegação Fluvial, assinado em Bogotá, a 24 de abril de 1907, e de um acordo de *modus vivendi*, da mesma data, relativo à navegação e comércio pelo rio Içá ou Putumaio.

Com a celebração deste tratado, ficaram reguladas as três seções da fronteira brasileiro-colombiana: a) da ilha de São José de Cucuí até a nascente principal do rio Memáchi; b) desta nascente até a confluência do rio Apapóris, no Japurá; c) da foz do rio Apapóris até o Amazonas.

A primeira seção já havia sido objeto de estipulação entre o Brasil e a Venezuela em 1852 e 1859 e demarcada em 1880; vencedora a causa da Colômbia contra a Venezuela por decisão arbitral da rainha regente de Espanha, em 1891, o Brasil teve de entender-se com o novo soberano, a República da Colômbia, a qual aceitou a mesma fronteira

que nessa região fora demarcada pelos comissários do Brasil e da Venezuela em 1880.

Na segunda seção, entre os rios Memáchi e Japurá, os dois governos adotaram como critério para a fixação da linha fronteiriça a posse da época e os direitos dela decorrentes, permitindo e facilitando concessões amigáveis na extensão das antigas reivindicações de uma e de outra parte. As linhas estipuladas no Tratado de 24 de abril de 1907, neste lanço da fronteira, separavam e cobriam a ocupação administrativa brasileira e a colombiana no desenvolvimento que elas tinham com o caráter de exercício eficiente, continuado e completo de soberania.

Os negociadores de 1907 concordaram também no adiamento do ajuste da questão relativa à terceira seção da fronteira, isto é, da linha entre a confluência do rio Apapóris, no Japurá, e o rio Amazonas, por estar ela subordinada à solução da controvérsia de limites entre a Colômbia, de um lado, e o Peru e o Equador, do outro. A Colômbia pretendia também confinar com o Brasil nessa região, mas essa pretensão era combatida pelo Peru e pelo Equador que, ambos, se julgavam com direitos ao território por ela reclamado. Com o Peru, então de posse efetiva desse território, celebramos o tratado de limites de 1851, que reconheceu como fronteira nesta zona uma linha reta da povoação de Tabatinga, no Amazonas, à confluência do rio Apapóris, no Japurá; com o Equador, para o caso de vir a ser nosso confinante, "como esta República espera", assinou-se no Rio de Janeiro, a 6 de maio de 1904, um tratado condicional de limites, que reconhecia, desde então e sem ulterior negociação, a mesma linha aceita pelo Peru. Caso a Colômbia tivesse ganho de causa no seu litígio com aqueles dois países e viesse a confinar com o Brasil ao sul do Japurá, o governo colombiano ou aceitaria a linha divisória já fixada com o Peru e o Equador, como aceitou a que ao norte havia sido demarcada pelo Brasil e pela Venezuela, ou, nos termos do Tratado de 1907, promoveria nova negociação para fixação deste lanço da fronteira.

O Tratado de 24 de abril de 1907 regulou em definitivo a questão da liberdade de navegação fluvial dos dois países nos rios compreendidos na seção da fronteira estabelecida pelo mesmo tratado entre a Pedra de Cucuí e a confluência do rio Apapóris no Japurá. Essa liberdade de trânsito foi pertinazmente reclamada pela Colômbia durante anos como direito seu, independentemente de qualquer acordo ou concessão nossa, em sua qualidade de condômina do rio Amazonas e dos afluentes que nascem

ou correm em seu território. O Brasil, fiel aos princípios sustentados, invariavelmente, nesta matéria, com todos os países limítrofes em idênticas condições, resistiu a essa pretensão colombiana, pois subordinou sempre a concessão definitiva do trânsito pelos rios que o atravessam à prévia determinação da fronteira internacional. O acordo de *modus vivendi*, assinado em Bogotá na mesma data do tratado, representava o reconhecimento expresso, por parte do governo colombiano, da jurisdição do Brasil sobre o baixo Putumaio ou Içá, na região em que a fronteira não ficou determinada pelo Tratado de 1907, isto é, entre a confluência do Apapóris, no Japurá, e o rio Amazonas. Por esse *modus vivendi*, o governo do Brasil permitiu, como concessão especial feita no exercício legítimo e, por esse modo, reconhecido, de sua soberania, a livre-passagem aos navios colombianos e o comércio de importação e exportação pela seção brasileira do baixo Putumaio ou Içá.

Este ato internacional, sem a transcendência dos celebrados com a Bolívia e com o Peru, tem um significado especial na história dos deslindes territoriais na América do Sul: o de haver fixado uma linha de limites através de territórios disputados por quatro nações diferentes: Venezuela, Colômbia, Equador e Peru. Além disto:

> O Tratado de 24 de abril de 1907 [conforme declarava Rio Branco na exposição com que o enviou ao presidente da República] representa uma transação prudente porque veio dissipar para sempre antigas preocupações de conflitos, aliás já verificados na região de fronteira incerta e onde não fariam senão aumentar com o desenvolvimento que ali vão tendo a atividade e os interesses individuais, e, além de prudente, representa uma transação honrosa, com razoáveis concessões recíprocas, aconselhadas por sentimentos e conveniências de leal harmonia e concórdia.

CAPÍTULO VII

FRONTEIRA BRASILEIRO-URUGUAIA NA LAGOA MIRIM E NO RIO JAGUARÃO. POLÍTICA EXTERIOR DO IMPÉRIO NA REPÚBLICA ORIENTAL. TRATADOS DE 1851, 1852 E 1853. ANTECEDENTES HISTÓRICOS, POLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS. O TRATADO DE 30 DE OUTUBRO DE 1909. LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO E MODIFICAÇÃO DA LINHA E DO REGIME DE FRONTEIRA NA LAGOA MIRIM E NO RIO JAGUARÃO.

O Tratado de 30 de outubro de 1909, concluído entre o Brasil e a República do Uruguai, que modificava a linha e o regime de fronteira na lagoa Mirim e no rio Jaguarão estabelecendo princípios gerais para o comércio e a navegação naquelas águas, foi o último dos grandes atos internacionais de Rio Branco e constituiu o florão de remate de sua obra benemérita de retificação do perímetro do território nacional.

Desde 1801 era o Brasil, por direito de conquista, senhor exclusivo da navegação naquela lagoa e no rio Jaguarão e, durante a revolução da independência das colônias espanholas, manteve e defendeu vitoriosamente esse domínio nas campanhas de 1811 e 1812 e nas de 1816 a 1820. Essa situação de fato recebeu sua primeira consagração jurídica na Convenção de 30 de janeiro de 1819, celebrada entre o Cabildo de Montevidéu e o general Carlos Frederico Lecor, barão, depois visconde de Laguna, comandante em chefe das tropas portuguesas de ocupação. Nessa convenção, se determinava que a linha divisória entre a Banda Oriental, ou Província de Montevidéu, e a capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, neste lanço da fronteira, acompanhava a margem ocidental da lagoa Mirim. O auto de demarcação, assinado em Porto Alegre a 3 de novembro do mesmo ano, complementar daquela convenção, mais explicitamente determinava que a fronteira deveria correr pela margem ocidental da lagoa Mirim e abranger uma faixa de

terreno que compreendia a distância de dois tiros de canhão, ficando aquela lagoa e o rio Jaguarão inteiramente dentro do território português e no exclusivo domínio da coroa de Portugal.

Esta convenção e o auto de demarcação dela decorrente foram substituídos dois anos mais tarde pelo ato de incorporação da Banda Oriental ou Estado Cisplatino ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, datado de 31 de julho de 1821, o qual, ao fixar no artigo 2º os seus novos limites, estabeleceu que a divisa, nessa região, seria o rio Jaguarão e a lagoa Mirim, sem aludir quer à exclusividade do domínio português nas suas águas quer à faixa de terras na vertente ocidental da referida lagoa: "[...] Seguindo as pontas do Jaguarão, entra na lagoa Mirim e passa pelo pontal de São Miguel [...]" O ato de incorporação de 1821 não fazia mais do que consagrar a confrontação geralmente admitida naquela época, segundo a qual somente parte da lagoa Mirim ficava dentro do território da antiga capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. O desembargador Fernandes Pinheiro, mais tarde visconde de São Leopoldo, presidente da província do Rio Grande do Sul e senador do Império, dá-nos disso testemunho na primeira edição de 1819 de sua obra clássica *Anais da capitania de São Pedro*: nela, já se lê que a fronteira entre aquela capitania e o Uruguai não compreende toda a lagoa Mirim, mas somente uma parte dela, isto é, "[...] o rio Jaguarão que deságua na lagoa Mirim, com parte desta lagoa [...]" Na segunda edição da mesma obra, publicada 20 anos depois, em 1839, já no Império, sob o título *Anais da província de São Pedro*, seu autor reproduz sem alteração a divisa de 1819, nesta seção da fronteira, explicando: "[...] Por ser a mesma que tem subsistido há 36 anos desde a guerra e conquista de 1801."

Na Convenção Preliminar de Paz, de 27 de agosto de 1828, em virtude da qual o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, depois da guerra terminada com a batalha do passo do Rosário, renunciaram aos direitos que entendiam ter sobre a Cisplatina ou Província Oriental e concordaram com que ela passasse a formar um estado independente e soberano, nada se estipulou no tocante a limites. Nem se pode considerar ajuste de limites, como o têm feito, por equívoco, vários de nossos escritores, a chamada convenção ou acordo militar de Imbaá, de 25 de dezembro de 1828, concluído entre os generais Sebastião Barreto, brasileiro, e Frutuoso Rivera, uruguaio, com o único objetivo de estabelecer uma linha de separação provisória entre as suas respectivas forças, conforme

deixou exuberantemente demonstrado o general Sousa Docca, para quem não tem segredos a história da diplomacia do Brasil nas suas relações com o Uruguai.

Era de presumir que a Província Cisplatina, ao deixar a comunhão brasileira em 1828 como República Oriental do Uruguai, conservasse os limites com que nela ingressara em 1821, definidos pelo Tratado de Incorporação desse ano – assim sempre o entendeu o governo oriental. Contudo, as dificuldades de sua situação interna, agravadas dia a dia com a luta contra o ditador argentino Rosas, que ameaçava a independência uruguaia, e a necessidade de conseguir contra ele o auxílio e a aliança do Brasil levaram o governo de Montevidéu a abrir mão do seu direito ao condomínio das águas limítrofes. Nas primeiras propostas apresentadas ao governo do Brasil em 1844 e 1845, o do Uruguai, por intermédio de Francisco Magariños, seu ministro no Rio de Janeiro, apenas pedia a liberdade de navegação para a bandeira oriental nas águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, conformando-se com o limite pela margem ocidental da lagoa e pela margem direita daquele rio. Desse modo, o governo oriental, forçado pelas circunstâncias, renunciava expressamente ao condomínio daquelas águas, que lhe parecia estar assegurado pelo Tratado de Incorporação de 1821.

O governo imperial, entretanto, não se deu pressa em aceitar a proposta do governo oriental porque pretendia então, por motivos de segurança nacional, não só o domínio exclusivo sobre a lagoa Mirim e o rio Jaguarão, mas também certa extensão das vertentes ocidentais dessa lagoa, de modo a cobrir melhor a linha de fronteira e estabelecer, assim, uma espécie de cordão de isolamento naquelas paragens frequentemente batidas pelas vagas revolucionárias que ameaçavam submergir o Uruguai nos primeiros tempos de sua organização política e social. Ao parecer, estava no ânimo do governo imperial transformar aquele lençol d'água fronteiriço em lago interior brasileiro, ideia já contida no auto de demarcação de 1819, cuja validade, entretanto, ninguém de boa-fé ousaria sustentar depois da sua substituição pelo Tratado de Incorporação de 1821.

Apesar dessas tendências extremas em certas esferas oficiais, das quais se fez arauto o brigadeiro Machado de Oliveira, homens da

autoridade e da competência de Duarte da Ponte Ribeiro, em 1844, e do general Soares de Andréia, mais tarde barão de Caçapava, em 1847, recomendavam ao governo do Brasil a desistência do domínio exclusivo daquelas águas. O primeiro, em uma memória escrita em 20 de novembro de 1844, no caráter de alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, durante toda a vida, de consultor especial do governo em questões de limites, dizia, ao referir-se à linha fronteiriça naquela região:

> Ainda que deva pertencer ao Brasil toda a lagoa Mirim, contudo, à vista das possessões que hoje têm nas suas margens os orientais, será já impossível excluí-los da navegação daquela lagoa, da foz do Jaguarão para o sul. Parece, pois, que a divisória deverá continuar desde a foz do Jaguarão pelo meio da lagoa até defronte das nascentes do Chuí, seguindo as águas desde até o oceano.

O último, prefigurando o tratado que se celebraria depois de mais de meio século, aconselhava que, nesta parte da fronteira, a linha divisória deveria correr desde a foz do rio Jaguarão, pelo meio da lagoa, "a igual distância de uma e outra margem, até entrar na foz do arroio de São Miguel". Em favor dessa inteligência, já se havia manifestado igualmente o Conselho de Estado em 18 de março de 1837, aprovando, depois, em sessão plena, um parecer, segundo o qual as divisas entre o Império e a República Oriental "são as marcadas no Ato de Incorporação", o que equivalia dizer "dimidiação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão e condomínio das suas águas".

Em 1851, voltou-se a tratar da questão de limites, ainda por iniciativa do governo uruguaio, cuja situação interna, cada vez mais crítica, não comportava expedientes paliativos. O governo oriental constituído encontrava-se, desde 1842, praticamente assediado em Montevidéu pelo general Oribe, com o apoio ostensivo de Juan Manuel Rosas. Tudo fazia prever a próxima capitulação daquela cidade: cessara a intervenção militar anglo-francesa contra Rosas e Oribe; a Inglaterra e a França haviam levantado o bloqueio de Buenos Aires em 1847 e 1848; o governo francês suprimira, em 1850, o subsídio anual pago até então ao governo de Montevidéu para as necessidades de defesa e guarnição da praça; e o Brasil passou a fornecer, por empréstimo, em prestações mensais, a quantia que

o governo de Montevidéu julgou necessária para prolongar a resistência. Nessa conjuntura, o governo imperial, que havia rompido com Rosas desde 1850 e que era obrigado, por força da Convenção Preliminar de 27 de agosto de 1828, a defender e a manter a independência do Uruguai, anunciou a dom Andrés Lamas, ministro oriental no Rio de Janeiro, a resolução de auxiliar por todos os meios a defesa de Montevidéu e de opor-se à sua tomada pelas tropas do general Oribe. Para esse efeito, concertou-se no Rio de Janeiro, a 29 de maio seguinte, uma aliança ofensiva e defensiva entre o Brasil, o Uruguai e a província argentina de Entre Rios, à qual aderiu depois o de Corrientes, "para o fim de manterem a independência do Uruguai e pacificarem o seu território, fazendo sair dele o general Oribe e as forças argentinas que este comandava e cooperando para que, restituídas as coisas ao seu estado normal, se procedesse à eleição livre do presidente da República". Em agosto do mesmo ano de 1851, o governo do Uruguai, desejando dar ao do Brasil uma demonstração do seu reconhecimento, recomendou a dom Andrés Lamas que sem detença negociasse e concluísse com o governo imperial todos os ajustes necessários para estreitar e robustecer a aliança recém-celebrada, removendo do campo das relações entre os dois países quaisquer motivos de ulteriores divergências. Dessas negociações, que decorreram sem grandes delongas, participaram, do lado do Brasil, o marquês de Paraná e o visconde de Abaeté, os quais celebraram com o ministro uruguaio dom Andrés Lamas, em 12 de outubro de 1851, quatro tratados: de limites, de comércio, de aliança e de extradição, e uma convenção, que regulava a prestação, por empréstimo, de auxílios pecuniários à República Oriental e estabelecia as garantias que ela deveria dar ao Brasil.

No concernente às fronteiras, o tratado de 12 de outubro de 1851, com as modificações introduzidas pelo de 15 de maio de 1852 e pelo acordo de 22 de abril de 1853, estipulou o domínio exclusivo do Brasil às águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão; a linha divisória, nesta seção da fronteira, circularia a margem ocidental daquela lagoa à altura das maiores águas até a boca do rio Jaguarão, daí prosseguindo pela sua margem direita. Quanto à navegação, o Uruguai, nesse tratado, reconheceu expressamente que o Brasil estava na posse exclusiva da navegação nas águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão e que este país deveria permanecer nela "segundo a base do *uti possidetis*, admitida com o fim de chegar a um acordo final e amigável [...]"

Ao pedido, formulado então pelo governo uruguaio, de que, pelo menos, lhe fosse concedida pelo Brasil a navegação naquelas águas, a qual lhe seria compensada pela navegação nos afluentes orientais, respondeu o governo imperial, por nota de 31 de dezembro do mesmo ano de 1851, declarando que o reconhecimento do direito brasileiro à exclusiva navegação "não tolhe que o Brasil, por concessões especiais, admita, debaixo de certas condições e certos regulamentos policiais e fiscais, embarcações orientais a fazerem o comércio nos portos daquela lagoa".

Em várias oportunidades, o governo uruguaio tentou ventilar com o do Brasil o assunto dessa navegação. Em 1854 e 1856, o ministro oriental no Rio de Janeiro, dom Andrés Lamas, tentou embalde obter essa concessão: o governo imperial, ouvido o Conselho de Estado, mostrou-se-lhe infenso, atendendo à gravidade da situação interna e à anarquia então reinante na República Oriental. No decorrer do ano de 1857, novas negociações deram em resultado o Tratado de Comércio e Navegação, concluído a 4 de setembro de 1857, em substituição ao de 12 de outubro de 1851, consignando em princípio a concessão pleiteada pelo governo oriental, embora de fato a promessa ali feita de abrir a navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão à bandeira oriental ficasse subordinada a exames e estudos prévios aos quais o governo imperial se propunha mandar proceder em tempo oportuno. Além disso, os dois governos contratantes haviam estabelecido que as estipulações do tratado de 4 de setembro de 1857 só começariam a vigorar depois que o governo uruguaio concedesse sua aprovação a outro tratado, também com data de 4 de setembro de 1857, para a permuta de território entre o Brasil e o Uruguai, com o fim de dar logradouro à então vila de Santana do Livramento, cujas dependências eram cortadas pela linha divisória. Rejeitado pelo governo oriental o Tratado de Permuta de Território, o governo imperial, por decreto de 24 de setembro de 1860, mandou suspender a execução do Tratado de Comércio e Navegação de 1857 e declarar subsistente entre os dois países o anterior de 12 de outubro de 1851.

Em 1867, nova tentativa do governo uruguaio originou a Convenção de 18 de janeiro do mesmo ano, na qual se declarava aberta "por concessão do Brasil" a navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão ao comércio da bandeira oriental em troca de concessão idêntica à bandeira brasileira nos rios uruguaios Cebolati, Taquari, Olimar e outros que, direta ou indiretamente, deságuam na referida lagoa. O general Venâncio Flores,

presidente provisório da República Oriental, negou ratificação desse acordo, por entender que seu país tinha pleno direito à livre-navegação naquelas águas, independentemente de "concessão do Brasil", conforme nele se declarava expressamente.

Novas propostas uruguaias sucederam-se em 1868, 1879, 1891 e 1895. Todas elas, sempre acolhidas favoravelmente pelo governo brasileiro, foram, sem exceção, impugnadas pelo governo oriental que, desde 1857, se recusava, com obstinação, a admitir no seu texto a declaração de que a navegação nas águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão era aberta ao Uruguai "por concessão do Brasil", declaração que, por fim, veio a prevalecer na redação do Tratado de 30 de outubro de 1909.

O Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851 foi o primeiro e último ato internacional em que o governo do Brasil se reservou à exclusividade do domínio e da navegação das águas limítrofes da outra parte contratante. É certo que a renúncia por parte do governo uruguaio ao seu direito de condomínio, como nação ribeirinha da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, não foi imposta pelo governo imperial: ofereceu-lhe, desde 1844, o governo oriental na esperança de obter, como obteve depois em troca, o apoio militar do Brasil na luta pela manutenção e defesa da sua independência. Embora o caso do Brasil pudesse justificar-se com o ensinamento unânime dos mestres do direito internacional e com situações semelhantes em outras partes do mundo, na América era único. O tratado de limites com o Peru, assinado a 23 de outubro do mesmo ano de 1851, não consignou exceção alguma aos princípios gerais reguladores do domínio e da navegação de águas fronteiriças: em todos os outros ajustes de limites celebrados posteriormente pelo Brasil, em várias oportunidades, com os países vizinhos, ou nas divisas fixadas em virtude de sentenças arbitrais, estabeleceu-se invariavelmente o regime do condomínio das águas estremenhas. É curioso assinalar que, no próprio Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851, coexistiam dois regimes distintos de fronteira com o Uruguai: um na fronteira oeste e noroeste, de águas em comum e livre-navegação e comércio em todo o rio Uruguai e seus afluentes; outro, na fronteira oposta, norte e nordeste, de águas de propriedade exclusiva do Brasil e delas expressamente afastada a República do Uruguai.

O procedimento do governo imperial, de todo o ponto compreensível em 1851, por motivos de ordem política e de conveniência internacional, não se justificava perante o alto grau de cultura cívica atingido depois pela República do Uruguai no decurso de mais de 50 anos de constante aperfeiçoamento de suas instituições democráticas. Além disto, a situação jurídica consignada no tratado de 12 de outubro de 1851 constituía um verdadeiro anacronismo, incompatível com as normas jurídicas uniformemente seguidas pelo Brasil no trato com todos os seus vizinhos e com o próprio direito convencional em vigor em todo o continente americano em matéria de águas limítrofes.

"Menos admissível seria para espíritos medianamente liberais", anota um comentador do Tratado de 30 de outubro de 1909, "a continuação do regime que, em 1858, foi negociado, como concessão generosa, entre os dois países". Em virtude de reclamação do Uruguai, o governo brasileiro providenciou para que, durante as enchentes do Jaguarão, cujas águas transbordavam e invadiam a cidade oriental de Artigas, as lanchas fiscais do Império não penetrassem no território uruguaio, acompanhando com a inundação o espraiamento da soberania brasileira. Como concessão especial, na mesma ocasião, também em virtude de reclamação uruguaia, o governo imperial permitiu que os habitantes de Artigas pudessem utilizar suas canoas ou botes para atravessar o rio em busca de serviços médicos ou socorros espirituais na cidade brasileira de Jaguarão.

Desde 1902, estava no ânimo de Rio Branco promover essa concessão, que, no seu conceito, deveria abranger não só a liberdade de navegação, sempre solicitada pelo Uruguai, mas também o reconhecimento da sua soberania naquelas águas, modificando, por ato espontâneo e desinteressado do Brasil, a linha e o regime de fronteira na lagoa Mirim e no rio Jaguarão. Para a execução deste projeto, a que Rio Branco sempre desejou dar um realce excepcional pelo seu significado nas relações do Brasil com os povos desta parte do mundo, fazia-se mister criar preliminarmente um ambiente nacional propício e libertar de antigos e injustificados preconceitos a opinião pública brasileira que, ainda em 1895, se manifestara hostil pela imprensa à simples proposta de liberdade de navegação apresentada pelo doutor Carlos de Castro, ministro do Uruguai no Rio de Janeiro, ao doutor Carlos de Carvalho, então ministro das Relações Exteriores.

Esse paciente e delicado trabalho de sondagem e de persuasão junto aos homens de responsabilidade em todos os círculos políticos e intelectuais do Brasil, realizou-o Rio Branco desde 1903 com a sua habitual mestria e com um tato inexcedível.

Seis anos depois, vencida a resistência de uns, a incompreensão de outros e a desconfiança de muitos, o presidente da República, na mensagem dirigida ao Congresso em 3 de maio de 1909, pôde manifestar sem rebuços o pensamento do governo brasileiro:

> Desde 1801, como é sabido, ficamos senhores da navegação privativa da lagoa Mirim e do rio Jaguarão e mantivemos ininterruptamente essa posse. Tratados solenes, que celebramos com a República Oriental do Uruguai em 1851, e posteriormente, baseados no *uti possidetis*, estabeleceram como limites entre os dois países a margem direita do Jaguarão e a ocidental da lagoa Mirim, da confluência do Jaguarão para o sul. A continuada agitação e as guerras civis que ensanguentaram a República Oriental, desde a sua independência até 1851, explicavam a precaução, que pareceu conveniente tomarmos então, de evitar frequentes contatos entre as populações confinantes, naquela região em que um extenso lençol de água, em nosso poder, tornava fácil evitar isso. Mas o próprio ilustre estadista brasileiro que dirigiu as negociações de 1851 deu desde logo a compreender que, mais tarde, o Brasil poderia fazer concessões ao país vizinho e amigo. A situação atual não é idêntica à de mais de meio século atrás. A República Oriental do Uruguai é desde muito tempo um país próspero cujo povo se não mostra menos pacífico, ordeiro e progressista que o das mais adiantadas porções desta nossa América. As ideias de concórdia, em que nos inspiramos todos, e os sentimentos de justiça e equidade aconselham-nos a, espontaneamente – sem solicitação alguma que não houve –, fazer mais do que se esperava de nós, e isso desinteressadamente, sem buscar compensação que outros poderiam pretender, dada a perfeita situação jurídica em que nos achamos. Entendo que é chegada a ocasião de retificar a linha divisória naquelas partes, estabelecendo-a pelo talvegue do Jaguarão e por várias retas, mais ou menos medianas, que, da embocadura desse rio, sigam até o extremo sul da lagoa Mirim. Procedendo assim, trataremos aquela república vizinha como temos tratado todas as outras na determinação das nossas fronteiras fluviais e nos conformaremos com as regras de demarcação observadas por todos os demais países na América e na Europa, no tocante a rios e lagos fronteiriços. Autorizei, portanto, a abertura de negociações para um tratado em que tais regras sejam atendidas, convencido de que esse ato merecerá a vossa aprovação e o consenso e o geral aplauso de toda a nação brasileira.

O justo e generoso gesto do Brasil, sem similar na história diplomática do mundo, solenemente consagrado no Tratado firmado a 30 de outubro de 1909, traduzia, em verdade, uma aspiração da consciência nacional e o sentimento geral do povo brasileiro. Pode dizer-se que aquele tratado encontrou entusiástico acolhimento no Brasil inteiro: o estado do Rio Grande do Sul, pelo seu governo e pela Assembleia Legislativa, os agrupamentos partidários dos mais variados matizes com representação no Congresso Nacional e a imprensa, pelos seus órgãos de maior autoridade, não regatearam aplausos ao transcendente ato que significava uma afirmação pública da grandeza moral do Brasil e do seu profundo sentimento de justiça e que constituía, ao mesmo tempo, um índice do elevado nível da cultura jurídica e da civilização dos povos do continente americano. Em um vibrante artigo de aplauso a essa iniciativa do Brasil, Teixeira Mendes fez votos "para que o congresso republicano fosse tão pressuroso em aprová-lo quanto o foram as Câmaras do Império em decretar a lei de 13 de maio". Na Câmara dos Deputados, ergueram-se vozes discordantes, mas o Senado Federal aprovou o tratado por unanimidade de votos. Rio Branco, depois da vitória, pôde dizer sem faltar à verdade histórica:

> Apenas me coube nisso o mérito de haver promovido, obscura, mas persistentemente, desde a minha chegada da Europa em 1902, a realização de ideia que já tinham alguns homens no regime passado no Brasil e que encontrou na República o apoio de três presidentes sucessivos e, desde o primeiro momento, o de muitos outros homens políticos; o mérito principal e decisivo da obra realizada pertence ao Brasil inteiro e às duas Câmaras do seu Congresso Nacional sem cuja vontade nada se teria conseguido.

No primeiro projeto de tratado, figurava uma cláusula para a abertura da navegação à marinha mercante e de guerra brasileira nos rios uruguaios Tacuari e Cebolati, afluentes da lagoa Mirim. Essa concessão já fora oferecida ao Brasil pelo governo oriental em 1866 e ficara estipulada na Convenção de 18 de janeiro de 1867. Por um requinte de gentileza, aquela cláusula foi retirada do texto brasileiro para que não parecesse uma compensação dada ao Brasil em troca da cessão que desinteressadamente fazia de parte de seus direitos em favor do país vizinho. Aqueles dois rios, apenas navegáveis em pequena extensão de seu curso, abri-los-

ia a República Oriental do Uruguai quando entendesse dever fazê-lo. Da superfície total da lagoa Mirim, de 3.580 quilômetros quadrados, passaram a pertencer à República Oriental do Uruguai 720 quilômetros quadrados: a parte do Brasil ficou sendo de 2.860 quilômetros quadrados. Do grupo de ilhas chamadas do Taquari, a mais importante, a ilha Grande, e dois ilhotes, que continuaram a ser propriedade do Brasil, medem cerca de dois quilômetros quadrados; as ilhas desse grupo, que passaram ao domínio do Uruguai, têm a mesma superfície. No rio Jaguarão, oito ilhas continuaram brasileiras e três, que são dependência da margem direita, ficaram pertencentes à República Oriental do Uruguai.

Ao contrário do que se assoalhou em certos órgãos da imprensa sul-americana, não houve da parte de Rio Branco intenção de provocar a República Argentina, forçando-a indiretamente a pronunciar-se na controvérsia com a República Oriental do Uruguai sobre a jurisdição das águas do estuário do rio da Prata: em discurso proferido no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, na noite de 6 de maio de 1909, ele rebateu essa infundada afirmação:

> Não houve da nossa parte o mínimo pensamento de melindrar nenhum outro governo ou de influir na solução de alguma outra questão pendente. Quando o governo brasileiro deliberou há anos submeter em tempo esse projeto à decisão soberana do Congresso Nacional, nenhuma questão sobre jurisdição em águas fluviais tinha surgido em parte alguma do mundo: todos reconheciam nos ribeirinhos o condomínio nas águas dos rios e lagos lindeiros, salvo quando tratados solenes estabeleciam um regime de exceção como o que ainda temos na lagoa Mirim e no rio Jaguarão.

Tampouco moveu o governo brasileiro o desejo de ser agradável ao Uruguai:

> Se desejamos remover a exceção que já não é para o nosso tempo, nem para o nosso continente [dizia Rio Branco nessa mesma noite], não é com a ideia de merecer agradecimentos e conquistar a gratidão dos nossos amigos do Uruguai. O sentimento da gratidão raros homens o possuem e mais raro ainda ou menos duradouro é ele nas coletividades humanas que se chamam nações. Isso

> nos ensina eloquentemente a história da sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil, país que, na frase de um ilustre estadista argentino, já foi "libertador de povos oprimidos". Se queremos hoje corrigir parte da nossa fronteira meridional, em proveito de um povo vizinho e amigo, é principalmente porque esse testemunho do nosso amor ao direito fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro.

No Brasil, os poucos impugnadores do Tratado de 30 de outubro de 1909 manifestaram dúvidas sobre a excelência da doutrina constitucional e dos princípios de direito internacional que o estribavam. Nenhum, porém, deixou de render homenagem à nobreza dos sentimentos com que o governo brasileiro abriu mão de um perfeito direito seu, consagrado em tratados solenes, movido apenas pelo respeito aos altos ditames da justiça internacional.

CAPÍTULO VIII

RETROSPECTO DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL. O GOVERNO PROVISÓRIO E AS RELAÇÕES EXTERIORES. SITUAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL NO PRIMEIRO DECÊNIO REPUBLICANO. RIO BRANCO E A TRADIÇÃO PACIFISTA DA DIPLOMACIA BRASILEIRA. SOLIDARIEDADE CONTINENTAL. O DESENVOLVIMENTO DO PAN-AMERICANISMO E A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. A OBRA POLÍTICA E DIPLOMÁTICA DE RIO BRANCO.

Os quatro atos diplomáticos, anteriormente sumariados, representam os episódios culminantes que assinalaram a passagem de Rio Branco pelo Ministério das Relações Exteriores. Esses ajustes, de que tão legitimamente nos ufanamos pelo seu superior significado na vida internacional do Brasil e pela transcendência dos resultados obtidos, enquadram-se admiravelmente na tradição da política externa brasileira que os estadistas da República, com uma profunda intuição dos interesses permanentes da nacionalidade, nunca perderam de vista no meio das graves comoções internas oriundas da brusca transformação institucional de 15 de novembro de 1889. Certo, a diplomacia do governo provisório mal-estreara com o Tratado de Montevidéu de 1890. Concluído às primeiras horas do regime republicano com o louvável propósito de atrair para a democracia nascente as simpatias das nações americanas e de captar a confiança que nunca lograram inspirar-lhes os diplomatas do Segundo Reinado, teve efeito contraproducente. O juízo salomônico, recomendado naquele acordo, para a solução da antiga contenda de limites com a República Argentina, não encontrou no Brasil o favorável acolhimento com que pareciam contar os membros do governo provisório: a fraternal partilha da zona litigiosa provocou repulsa da opinião pública sempre infensa entre nós a toda e qualquer forma de cessão territorial. A rejeição do Tratado de Montevidéu por um congresso essencialmente republicano,

atônito ante a inesperada reação do sentimento nacional, teve o efeito de compelir os homens públicos do novo regime a abandonar o idealismo político de que estavam imbuídos em matéria de relações exteriores e volver à realidade da nossa tradição diplomática, baseada sobretudo na defesa e na salvaguarda da segurança e da integridade territorial do Brasil.

Não foi desaproveitada a experiência. Os memoráveis atos de caráter internacional que se sucedem, com breves intervalos, a esse passageiro eclipse da consciência do nosso direito em 1890 denotam descortino largo e seguro dos próceres republicanos e vigilante atividade de nossa repartição dos Negócios Estrangeiros. A sua só enumeração constitui um índice expressivo desse fecundo período da nossa vida internacional: a solução da questão de limites com a República Argentina em 1895 pelo laudo arbitral do presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, em favor do Brasil; o reconhecimento por parte da Inglaterra, em 1896, da soberania brasileira sobre a ilha da Trindade, abusivamente ocupada por ordem do governo britânico no ano anterior; o recurso ao arbitramento do Conselho Federal Suíço com a vitória completa do direito do Brasil em 1900 na controvérsia com a França sobre os limites da Guiana Francesa; a liquidação do litígio com o governo britânico sobre a fronteira da Guiana Inglesa por decisão arbitral do rei da Itália em 1904.

Nunca se conseguira tanto em prazo relativamente curto e com tão esplêndido êxito, apesar do ambiente malignado pelas atribulações nascidas da anormalidade da nossa situação política interna no primeiro decênio republicano. Fiel ao seu passado, o Brasil continuava a oferecer ao mundo testemunho inequívoco de amor à concórdia e de entranhado sentimento de justiça, prosseguindo com serena constância na liquidação pacífica da pesada herança de litígios territoriais, pondo termo, prudente e cautelosamente, a situações por vezes inquietantes, com a preocupação exclusiva de viver em paz com os seus vizinhos e em boa harmonia com todas as nações do mundo. A diplomacia republicana, sobranceira às dissensões civis e às paixões partidárias desse atormentado período da nossa história, executava, silenciosa e metodicamente, um ambicioso programa de realizações internacionais que por si só bastava a enaltecê-la e recomendar o regime recém-instituído à benemerência nacional.

Na direção da pasta das Relações Exteriores, Rio Branco insuflou alento novo e vigoroso a essa política cheia de sabedoria e moderação:

retomou-lhe a orientação pacifista que tão bem quadrava com o feitio de seu espírito e empenhou-se com fervor em terminar o trabalho restante de reajustamento territorial a fim de remover do plano internacional, de uma vez por todas, as derradeiras causas de possíveis desavenças entre o Brasil e os países vizinhos. Os resultados da sua ação não se fizeram esperar: reataram-se com redobrado vigor os tradicionais vínculos de amizade e de boa vizinhança com a Bolívia; repuseram-se no pé da antiga cordialidade as estremecidas relações com o Peru; eliminaram-se os irritantes conflitos de jurisdição com a Colômbia ao longo de extensa fronteira comum na região amazônica; fixaram-se definitivamente os limites com a Guiana Holandesa; reconhecera-se ao Equador, em tratado solene, seu eventual direito de confinar com o Brasil no Amazonas; e, por fim, concedera-se ao Uruguai, em um garboso gesto romântico, o condomínio das águas limítrofes da lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Corrigidas e retificadas as últimas raias duvidosas, resolvidos, ao mesmo tempo, os complexos problemas correlatos de comércio, navegação e trânsito fluvial, fonte perene no passado de apaixonadas discussões e de deploráveis desentendimentos, Rio Branco entregou-se à tarefa de aperfeiçoamento das relações políticas do Brasil, combalidas pelas agitações internas que precederam a consolidação do regime republicano. Devotou-se, com particular empenho, ao revigoramento da amizade com os países americanos a que nos prendiam identidade de aspirações comuns e indissolúvel solidariedade de interesses materiais e espirituais.

Essa delicada obra de concórdia e de congraçamento levou-o a feliz termo no meio de dificuldades de toda a sorte, em um continente trabalhado por perigosas rivalidades internacionais, agravadas pelos ressentimentos nascidos de candentes controvérsias territoriais, como as do Chaco e de Tacna e Arica, para citar as de maior vulto, que a cada momento ameaçavam deflagrar em conflitos armados. No entanto, a lisura, a honradez e a boa-fé do procedimento de Rio Branco conquistaram pouco a pouco a confiança dos mais céticos e realizaram o milagre de dissipar prevenções antibrasileiras mal dissimuladas pelas conveniências diplomáticas e de desvanecer suspeitas quanto aos verdadeiros intuitos da nossa política exterior. Pela sua intervenção prudente e conciliadora, inspirada invariavelmente no princípio da igualdade jurídica dos Estados soberanos, apregoado solenemente em hora memorável na II Conferência da Paz da Haia; pela assiduidade de

sua colaboração em todas as iniciativas em prol dos interesses gerais da América em reuniões, congressos e conferências internacionais; pela sua desinteressada preocupação de favorecer entendimentos entre vizinhos e amigos desavindos; e pelo ardente desejo de viver em paz com todos os povos, expresso no texto constitucional republicano, reforçado por uma trama de convenções de arbitragem que reduziam ao mínimo a possibilidade de soluções violentas, a diplomacia brasileira reconquistou com Rio Branco seu tradicional prestígio e concorreu decisivamente para a formação do espírito de solidariedade americana que então se afigurava ideal inexequível aos mais avançados homens públicos do continente e que o futuro se encarregaria de transmudar em radiosa realidade.

Para a vitória de tão nobilíssima causa de consequências incalculáveis nos destinos do Novo Mundo, Rio Branco considerava imprescindível a cooperação dos Estados Unidos da América. Com o fim de obtê-la, resolveu, desde os primeiros dias da sua administração, tomar a iniciativa de uma aproximação política mais estreita com a poderosa República do Norte, com a qual a nossa amizade datava da época em que o Brasil se constituíra em nacionalidade independente. Do governo americano, partira então o primeiro gesto amistoso para com o Brasil, reconhecendo oficialmente a emancipação política deste país, antes de qualquer outro país estrangeiro, mesmo de Portugal, recebendo o primeiro agente diplomático brasileiro, nomeado em 1824 pelo imperador dom Pedro I, e cultivando, depois, com os sucessivos governos da Monarquia e da República, relações que nunca deixaram de ser cordiais, mesmo quando postas à dura prova no decurso da Guerra de Secessão. O Brasil, pelo seu lado, aderira espontaneamente aos princípios enunciados na doutrina de Monroe, adotando-a a partir de 1824 como um dos pontos cardiais de sua política externa e procurando, já então, concluir sobre a base dessa doutrina uma aliança ofensiva e defensiva com a "Grande Nação do Norte", como a chamavam os próceres da independência brasileira. Os estadistas do Primeiro Reinado, com uma lúcida compreensão dos futuros destinos do Novo Mundo, pressentiram que a colaboração íntima das duas maiores potências americanas constituía seguro penhor da paz e da defesa do continente contra quaisquer possíveis veleidades de conquista ou expansão das nações europeias.

Evidentemente, a tradição desta amizade entre o Brasil e os Estados Unidos não se apagara ou interrompera com o tempo. No entanto, por

negligência ou indiferença de uma e de outra parte, perdera muito de seu impulso inicial e deixara de produzir os benéficos resultados que de sua continuidade seria lícito esperar. A opinião pública entre nós mostrara-se tão suspicaz ante a anunciada política de mais estreita cooperação com o governo americano que o seu ato preliminar – a elevação simultânea da categoria da representação diplomática dos dois países em 1905 e a consequente criação da nossa primeira embaixada em Washington – chegara a provocar críticas e censuras de certa parte da imprensa brasileira. O próprio Rio Branco julgou de seu dever rebatê-las e aproveitar a oportunidade para rememorar os vários e deslembrados episódios dessas relações seculares: em um artigo, sob o pseudônimo de J. Penn, estampado no *Jornal do Commercio*, sob o título "Uma velha política de amizade. O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo"* , passara em revista todos os atos e documentos justificativos da sábia política traçada e insistentemente recomendada pelos fundadores da nossa Independência e adotada por todos os governos brasileiros, além de ter exaltado a amizade tradicional que deveria continuar a ser cultivada "com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores".

A defesa dessa delicada obra de acercamento confiou-a Rio Branco, em uma hora de feliz inspiração, a Joaquim Nabuco, que lhe consagrou os derradeiros anos de sua já gloriosa existência, pondo-lhe ao serviço todo o brilho do seu formoso talento e o prestígio e a autoridade de um nome aureolado em beneméritas campanhas políticas e diplomáticas. Ao nosso primeiro embaixador em Washington, coube o privilégio de assentar em cimentos novos, estáveis e profundos a amizade entre o Brasil e os Estados Unidos e de facilitar a sua aproximação com as várias Repúblicas da América Latina, propiciando o advento da política pan-americana que, anos mais tarde, ao primeiro toque de sentido e de reunir, haveria de congregar, em uma irresistível união de forças materiais e espirituais, as nações deste continente na defesa dos seus direitos e liberdades.

A obra política e diplomática de Rio Branco, realizada antes e depois de haver assumido a direção das nossas relações exteriores, representa a mais completa expressão do sentimento pacifista do nosso povo. Toda

* Publicado no volume VIII - Estudos Históricos, desta coleção. (N.E.)

ela, inspirada em um pensamento central de engrandecimento do Brasil, obedeceu a uma dupla finalidade: a reivindicação do território nacional com a restauração triunfante de fronteiras "prestigiadas por afirmações seculares do nosso direito", e, dentro dessas fronteiras, fixadas sem guerras nem espoliações de vizinhos menos poderosos, a reconquista da antiga hegemonia política e militar que o Brasil manteve, em outros tempos, em benefício da cultura e da civilização da América e, por todos os títulos, que lhe competia nesta parte do Novo Mundo. A primeira realizou-a Rio Branco com o seu atilado senso histórico e geográfico, servido de copioso material diligentemente enceleirado durante os melhores anos de sua existência, apesar de as circunstâncias não terem permitido que fosse empregado, como era seu mais ardente desejo, no projetado monumento à história do nosso passado e das nossas glórias militares. A segunda, conquistou-a com a natural clarividência de seu gênio político: conciliando a tradição do passado com as novas aspirações e necessidades do presente, deixou traçadas, em linhas essenciais, as diretrizes do Brasil nas suas relações com os países de todo o mundo e fixou definitivamente as normas de seu procedimento na sociedade internacional americana.

Todos esses eminentes serviços em defesa dos interesses eternos do Brasil, superiores à transitoriedade dos regimes políticos, estão para sempre incorporados ao patrimônio moral da nação e identificados com o seu próprio destino histórico. Rio Branco, já consagrado pelo culto dos seus contemporâneos e pela veneração das gerações de hoje, sobreviverá na memória dos vindouros como um dos mais gloriosos obreiros da grandeza do Brasil, pela austera majestade do seu civismo, pela largueza imperial de suas concepções políticas, pela profunda visão dos destinos de sua terra, a qual ele sonhava forte, unida, prestigiada, exercendo no continente americano uma nobre magistratura civilizadora e impondo-se ao respeito do mundo pelo sentimento pacifista do seu povo, pelo liberalismo de suas instituições e pela sua invejável contribuição às vitórias incruentas do Direito e da Justiça Internacional.

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

I

QUESTÕES DE LIMITES

REPÚBLICA ARGENTINA

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
I

QUESTÕES DE LIMITES
REPÚBLICA ARGENTINA

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

I

Questões de Limites
República Argentina

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ventura Ferreira
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco I : questões de limites República Argentina. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
295 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-352-6

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da
Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Este volume reproduz a edição original do tomo que contém o texto em português, impresso em New York (The Knickerbocker Press), em 1894, da exposição submetida ao presidente Cleveland. Foram feitas, no texto, as emendas indicadas nas erratas existentes nas pp. XVII, XVIII, XIX e XXI da edição original e, bem assim, um acréscimo do próprio punho do Barão do Rio Branco à nota 2 da p. 206 da mesma edição original (p. 209 nota 180 da presente edição), posto ao exemplar de sua propriedade, hoje pertencente à Biblioteca do Itamaraty. Incluíram-se no fim do presente volume os três mapas a que se refere a nota 1 à p. 57 da presente edição, adicionando-se-lhes o da linha meridiana de demarcação apenso ao tomo que contém a versão em inglês da edição original desta exposição. Acrescentou-se, ainda, ao volume, um índice onomástico e toponímico. Os textos citados pelo Barão do Rio Branco foram reproduzidos fielmente. As citações correspondentes a textos incluídos no Tomo IV da edição original desta Exposição foram conferidas com a transcrição que têm nesse volume. O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.

A presente edição inclui apenas o Tomo II – o texto original da Memória, em português.

Dos demais Tomos encontram-se a Relação de Documentos listados no original português e espanhol, sempre traduzidos para o inglês e Lista de Mapas que acompanham a Memória.

Ao fim desta edição estão relacionados os mapas do Tomo II.

EXPOSIÇÃO QUE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL APRESENTAM AO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA COMO ÁRBITRO SEGUNDO AS ESTIPULAÇÕES DO TRATADO DE 7 DE SETEMBRO DE 1889, CONCLUÍDO ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA

QUESTÃO DE LIMITES ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA SUBMETIDA À DECISÃO ARBITRAL DO PRESIDENTE CLEVELAND, DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1894

Sumário

Prefácio
Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, 25

Nota Editorial, 29

Introdução - Rio Branco e a Questão de Palmas
Francisco Doratioto, 33

I

Assunto do litígio, 55
Linha divisória atual, 57
Desacordo entre o Brasil e a República Argentina quanto à fronteira entre o Iguaçu e o Uruguai, 58
Fronteira defendida pelo Brasil, 58
Limite reclamado pela República Argentina, 58
Limites do território contestado, 58
Área. População, 58
Tratado de Arbitramento, de 7 de setembro de 1889, 59
Como deve ser estabelecida a fronteira segundo o Tratado de Arbitramento, 59

II

Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750, 61
Primeira demarcação (1759-1760), 61
Tratado d'El Pardo, de 12 de fevereiro de 1761, 61
Tratado de Santo Ildefonso, de 1º de outubro de 1777, 62
Segunda demarcação (1788-1791), 62
Guerra de 1801. Paz de Badajoz, 63
O Tratado de 1777 anulado, 63
Regras adotadas pelo governo brasileiro: *uti possidetis* do tempo da independência e as estipulações do Tratado de 1777 que não contrariam esse *uti possidetis,* 63
Independência Argentina, 1810, 67
Independência do Brasil, 1822, 67
A questão da nulidade ou validade do Tratado de 1777 não tem interesse prático no atual debate, 67
O direito do Brasil baseia-se no *uti possidetis* colonial, 67
Mas o Brasil aceita todos os documentos históricos em que a República Argentina supõe poder fundar a sua reclamação, 68

III

Primeira linha de demarcação ajustada em Tordesilhas (1494) e sua situação, 69
Os espanhóis e os portugueses ultrapassaram a linha de Tordesilhas, 70
Injustas acusações, 71
Como se foi formando o Brasil atual, 72
Os portugueses ocupam a margem esquerda do rio da Prata (1680), 73
Disputas e hostilidades, 73
Tratado de Utrecht (1715), 73
Novas disputas e hostilidades. Armistício de 1737, 74

IV

Portugal e Espanha reconhecem a necessidade de um tratado de limites, 75
Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750, 75
Limites naturais e *uti possidetis*. Transações, 76

A linha divisória de 1750, 81
Entre o Uruguai e o Iguaçu, 81
Estudo do artigo 5º do Tratado, 82
O Pepiri já era o limite do Brasil desde o século XVII, 83
As Sete Missões Orientais, 85
O mapa manuscrito duplicado de 1749 feito em Lisboa, chamado "Mapa das Cortes", as três cópias feitas em Lisboa em 1751 e as três de Madri. Declarações escritas pelos plenipotenciários nos dois mapas primitivos e nas seis cópias, 86

V

Instruções gerais aos comissários demarcadores, assinadas em Madri a 17 de janeiro de 1751, 97
Os comissários principais, 100
Oposição ao tratado, 101
Revolta dos guaranis e guerra de Misiones, 101
Comissão Mista que fez a demarcação em 1759 e 1760, 102
Uma invenção de 1789. Transformações por que passou, 103
A invenção de 1789 destruída com a apresentação da instrução particular de 27 de julho de 1758, agora encontrada em Simancas, 105
Nunca existiu um dos dois documentos citados em apoio da pretensão argentina, 110
A demarcação de 1759. Subindo o Uruguai em busca do Pepiri, 111
Rio Mbororé, limite da ocupação espanhola, 111
Rio Itacaraí, ponto extremo das viagens fluviais dos guaranis de missões em 1759, 112
Antigo posto para observar os movimentos dos brasileiros de São Paulo, 112
O guia Arirapi. A viagem que antes fizera ao Pepiri, 112
Jaboti-Guaçu ou Pepirí-Miní, 113
Salto Grande do Uruguai, 113
Rio Pepiri ou Pequiri, 113
Dúvidas do comissário espanhol. Viagem Uruguai acima para verificar a posição do Apiterebi e do Uruguai-Pitã, 114
Rios Apiterebi e Uruguai-Pitã (segundo rio que teve este nome), 114
Mapa da Comissão Mista brasileiro-argentina. Dois erros históricos a

corrigir, 116
Sinais da antiga dominação brasileira, 117
Pequeno Salto da Fortaleza, 117
Conferência de 7 de março de 1759. Exposição feita pelo primeiro comissário espanhol. Todos concordam em que o rio indicado pelo guia é o Pepiri do Tratado. Voltam para a foz do Pepiri, 117
Termo de identificação do Pepiri (8 de março de 1759), 119
Inscrição: – "R. F. Ano de 1759", 121
Latitude da foz do Pepiri, 122
A longitude não pôde ser determinada em 1759. Determinação de 1788, de 1887 e de 1889, 122
Reconhecimento do curso do Pepiri em 1759 pelos geógrafos de Portugal e Espanha, 123
Afluente Pepirí-Miní, 123
Regressam os geógrafos não tendo podido chegar à cabeceira principal, 124
Seção do Pepiri que foi explorada, 124
Seção que não foi explorada, 125
Resolvem os comissários descer o Uruguai, de acordo com o artigo 6º da instrução particular, 125
Viagem para o Paraná, 126
Chegada ao Iguaçu, 127
Salto Grande do Iguaçu, 127
Descobrimento do rio Santo Antônio, 128
Resolve-se explorar o Santo Antônio, 128
Reconhecimento do Santo Antônio, 129
Afluente Santo Antônio Mirim, 129
Suposta nascente do Pepiri, 129
Nascente do Santo Antônio, 130
Declaração assinada pelos comissários (3 de janeiro de 1760), 130
Informação do comissário principal da Espanha, 131
Mapa de 1760, assinado no dia 8 de abril em São Nicolau de Missões, 132
O mapa de 1760 é documento da maior importância porque já apresenta o Pepiri com o nome de Pepiri-Guaçu, 132
Os adjetivos *guaçu* e *mirim* ou *miní,* 132
Mapas em que o Pepiri demarcado em 1759 figura com o nome de Pepiri-Guaçu, e mapas em que figura com o de Pequiri, 133

VI

Exame das alegações argentinas contra a demarcação de 1759 e 1760, 135
Um engano na demarcação, mas sem importância, 136
Extensão reconhecida em 1759, 136
O reconhecimento da nascente do Pepiri em 1759 não era indispensável. O essencial era reconhecer a boca do Pepiri e a do afluente do Iguaçu, 136
O afluente do Iguaçu devia estar proximamente ao meridiano do Pepiri. O Santo Antônio satisfaz a esta condição, 138
Outra alegação argentina: sinais característicos do Pepiri, 140
Rio Caudaloso, 140
Ilha defronte da boca, 141
A suposta ilha no mapa de 1749 é o Salto Grande do Uruguai, 142
Recife dentro ou fora da barra, 142
Únicas notícias verdadeiras que os comissários de 1759 tinham sobre o Pepiri: o recife e a proximidade do Salto Grande, 143
O Chapecó (Pequirí-Guazú dos Argentinos) está muito distante do Salto Grande, 143

VII

Exame dos mapas anteriores ao de 1749, 145
Uma declaração do governo argentino, 145
Primeiro mapa do Paraguai pelos jesuítas dessa província, delineado entre os anos de 1637 e 1641 e oferecido ao R. P. Vincenzo Caraffa, 7º prefeito geral da Companhia de Jesus (1645-1649), 146
Este mapa não pôde aproveitar nem a uma nem a outra causa, 147
Mapas do Paraguai por G. Sanson (1668) e por G. de l'Isle (1703) Não são mapas dos jesuítas como se afirmou. Em nada favorecem a causa argentina, 148
Mapa do Paraguai por Nicolas de Fer (1720), 151
Segundo mapa do Paraguai pelos jesuítas dessa província, delineado em 1722, oferecido ao R. P. Michelangelo Tamburini, 23º prefeito geral, e gravado em 1726 por J. Petroschi. É o primeiro mapa em que pode ser estudada a posição dos rios Pepiri e Uruguai-Pitã dos jesuítas, 151
Edição de Augsburgo (1730), gravada por Mateus Seutter, 152

Terceiro mapa do Paraguai pelos jesuítas dessa província, oferecido ao R. P. Francisco Retz, 15º prefeito geral. Gravado em 1732 por J. Petroschi, 152
Mapa do Paraguai por d'Anville (1773), apenso às *Lettres Édifiantes, 152*
Mapa da América Meridional por d'Anville (1748), 153
Estudo dos citados mapas de 1722, 1732, 1733 e 1748, e resposta a alegações argentinas. Todos esses mapas são de origem espanhola, 154
Em todos os mapas anteriores a 1749, de origem espanhola, o Pepiri e o Uruguai-Pitã estão abaixo do Salto Grande do Uruguai. O Pepiri dos jesuítas era um rio do atual território de Misiones a oeste do Pequiri ou Pepiri dos paulistas, 155
Descrição do Alto Uruguai pelo padre Lozano, escrita em 1745. Também dá o Pepiri e o Uruguai-Pitã abaixo do Salto Grande, 156
Exame dos mapas de 1733 e 1748 por d'Anville e refutação de alegações argentinas, 159
Conclusões, 160
O Periqui ou Pepiri brasileiro do mapa de 1749: primeiro rio acima do Salto Grande, 161
Estudo do mapa português de 1749, chamado "Mapa das Cortes", 161
Superposições feitas sob a direção de Emile Levasseur, 161
Como foi composto esse mapa português, 162
Elogiado por Walckenaer, 163
Latitude do curso superior do Uruguai, 163
Posição relativa do Pepiri e do Uruguai-Pitã nesse mapa. Explicação, 164
Nomes mudados. O primeiro Uruguai-Pitã, chamado Paricaí em 1759, depois Piraí ou Cebollatí, e ultimamente Turvo, 165
O Uruguai-Pitã do "Mapa das Cortes" é o primeiro rio que teve esse nome, isto é, o Uruguai-Pitã dos jesuítas, abaixo do Salto Grande e do ponto em que o Uruguai muda o seu primeiro rumo, voltando para o sul, 167
O Tratado de 1750 e as instruções de 1751 e 1758 não falam no Uruguai-Pitã, 167
O Uruguai-Pitã era um rio de curso desconhecido, 168
O que importa é verificar se o Pequiri ou Pepiri do "Mapa das Cortes" é o Pepiri demarcado em 1759 ou se é o Chapecó, limite da pretensão argentina, 168
Comparação de latitudes, 169

Comparação de longitudes, 169
Distância do Salto Grande, 170
Distância da costa do mar, 171
A questão está resolvida, como indicava o Memorandum argentino de 1883: o rio do limite no "Mapa das Cortes" é o Pepiri-Guaçu dos brasileiros, e não o Pequirí-Guazú dos argentinos, 171
Isto é tão evidente, que o próprio autor do folheto argentino *Misiones* o reconheceu indiretamente quando analisou o mapa do Paraguai por Bellin. Demonstração, 172

VIII

Tratado de 1761 anulando o de 1750. Motivo da anulação, 175
Guerra de 1762-1763 e Paz de Paris, 178
Violação do Tratado de Paz pelos espanhóis, 178
Novas hostilidades no Brasil, 178
Negociações para um tratado de limites, 179
Junta consultiva espanhola (1776) e mapa da América Meridional por Olmedilla dado a essa junta para o estudo da questão de limite, 179
Tratado de Santo Ildefonso, de 1º de outubro de 1777, 180
Exame do artigo 8º do Tratado de 1777, 181
Comparação dos Tratados de 1750 e 1777, 183
Diferenças, 184
Questão de nomes. Resposta à *Memória* de 1892 do Ministério das Relações Exteriores da República Argentina, 184
Mapas oficiais em que desde 1760 o Pepiri é designado pelos nomes do Pepiri-Guaçu e de Pequiri, 185
Exame dos mapas espanhóis de 1768 e 1770 construídos por Millau, cosmógrafo do rei da Espanha, 186
Mapa do Paraguai por Azara, de 1787, 187
O mais importante dos mapas espanhóis é o da América Meridional, de 1775, por Olmedilla, geógrafo do rei da Espanha e depois cosmógrafo-mor do reino, 187
Foi desse mapa que se serviu o plenipotenciário da Espanha na negociação do Tratado de 1777, 188
Defesa de Olmedilla e resposta ao folheto *Misiones,* 188
O mapa de Olmedilla e a causa do Brasil, 192

Olmedilla corrigiu o engano de Millau a respeito da cabeceira do Pepiri, 192
Os comissários demarcadores receberam poderes limitados, 193
Instruções espanholas de 1778 e 1779, 193
As instruções espanholas foram redigidas à vista do Mapa de Olmedilla e do *Diário* da demarcação de 1759, 197
Comparação das instruções espanholas de 1779 com o *Diário* dos demarcadores de 1759, 197
O Uruguai-Pitã das instruções espanholas, 203
Os comissários em 1788 tomaram o rio Trigoti ou da Picada (hoje da Várzea) pelo Uruguai-Pitã de 1759, 204
Esse engano produziu outro por ocasião da primeira viagem ao Uruguai em busca do Pepiri-Guaçu (maio, 1788), 205
O engano foi corrigido prontamente, 205
Segunda viagem ao Uruguai (julho, agosto, 1788). Demarcação da foz do verdadeiro Pepiri-Guaçu do tratado e descobrimento pelos espanhóis do rio Caudaloso, mais oriental (hoje Chapecó), 206
Inscrições que os portugueses e espanhóis puseram na foz do verdadeiro Pepiri-Guaçu, 206
O primeiro comissário espanhol começa a sustentar em 1789 que o rio Caudaloso (Chapecó) era o Pepiri ou Pequiri do Tratado de 1750 e que na demarcação de 1759 houve erro porque o Pepiri devia estar acima do Uruguai-Pitã, 206
Explorações feitas em comum e razão por que os portugueses admitiram a exploração do rio Caudaloso. Oyárvide descobre as nascentes de um rio a que dá o nome de Santo Antônio Guazú (1791), 207
As instruções espanholas violadas, 208
O governo espanhol nunca tomou em consideração a proposta dos seus comissários para a mudança da fronteira, 209

IX

O território em litígio nunca fez parte do de Misiones, 211
Missões dos jesuítas espanhóis no século XVII. Província de Guayrá, 211
Conquista de Guayrá pelos paulistas (1630-1633), 213
Missões dos jesuítas ao oriente do Uruguai, 214
Sua conquista pelos paulistas (1636-1638), 214

Os paulistas no território hoje contestado, 215
Os jesuítas estabelecem sete novas missões ao oriente do Uruguai (1687-1706), 218
Limites da ocupação espanhola no Uruguai e Paraná, 218
Os espanhóis e os seus missionários jesuítas nunca ocuparam o território hoje contestado, 221
Cabeza de Vaca não foi o descobridor do território hoje contestado e nunca o avistou, 222
O território hoje contestado foi descoberto por brasileiros, 223

X

Primeira negociação para um tratado de limites iniciada pelo governo brasileiro, 225
Tratado de 14 de dezembro de 1857, 225
Aprovado pelo Congresso argentino, 226
Por que não foram trocadas as ratificações, 227
Importância do Tratado de 1857, embora tenha ficado sem efeito, 230
Exame da Lei do Congresso argentino aprovando o Tratado, 230
Aliança entre o Brasil e a República Argentina contra o ditador do Paraguai. Guerra do Paraguai, terminada em 1870, 232
Os paraguaios evacuam o território de Misiones, 233
Tratado de limites entre a República Argentina e o Paraguai (1876). O território de Misiones entre o Uruguai e o Paraná fica definitivamente pertencendo à República Argentina, 233
O Brasil concorreu para isso, 234
Segunda negociação para um tratado de limites com a República Argentina, iniciada pelo Brasil em 1876, 234
Sem resultado, 237
Em 1881 aparece definida pela primeira vez a pretensão argentina ao território brasileiro de Palmas, 237
A ocupação do território de Palmas pelos brasileiros em 1836 e 1838. O governo argentino não a podia ignorar desde 1841, e durante 40 anos deixou de reclamar contra ela, 238
Setenta anos sem protesto contra os mapas brasileiros, 243
Os mapas oficiais argentinos reconheciam como limite do Brasil os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, 243
Criação da Governação Argentina de Misiones em 1882, 247

Terceira negociação iniciada pelo Brasil em 1882, 247
Tratado de 28 de setembro de 1885, determinando o reconhecimento dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, limite defendido pelo Brasil, e Chapecó (Pequirí-Guazú) e Chopim, limite da reclamação argentina desde 1881, 250
A Comissão Mista brasileiro-argentina verifica que o rio Jangada, e não o Chopim, é o Santo Antônio Guazú de Oyárvide, 251
Isso aumentou a extensão do território em litígio, 251
Proposta argentina para a divisão do território em litígio (1889). Recusada pelo Brasil, 252
Tratado de Arbitramento, de 7 de setembro de 1889, 253
Revolução brasileira, 253
O governo provisório do Brasil aceita a proposta argentina para a divisão do território de Palmas. Tratado de 25 de janeiro de 1890, 254
Rejeitado pelo Congresso brasileiro em 10 de agosto de 1891, 254
Recurso ao juízo arbitral nos termos do Tratado de 1889, 254

Apêndice

Relação dos mapas reproduzidos neste volume, 257
Relação dos documentos nos vols. III e IV, 257
Relação dos mapas nos vols. I, V e VI, 260

Índice onomástico e toponímico, 265

PRÉFACIO

Prefácio

Antonio de Aguiar Patriota

Ministro das Relações Exteriores

É particularmente feliz a iniciativa da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, de, por ocasião do primeiro centenário de morte de José Maria da Silva Paranhos Júnior, reeditar estas *Obras do Barão do Rio Branco*, originalmente publicadas em 1945, quando transcorriam cem anos de seu nascimento.

Bacharel em Direito, jornalista e deputado, estudioso da História e da Geografia do Brasil, diplomata e cônsul (num período em que as duas carreiras eram separadas), Rio Branco foi homem público de múltiplos valores.

À frente do Ministério das Relações Exteriores entre 1902 e 1912 – morreu Chanceler, em seu gabinete de trabalho no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro –, consolidou a imagem do profissional incansável a serviço dos direitos do Brasil.

Estadista pragmático, mais afeito ao argumento político do que às especulações abstratas, firmou-se, desde logo, como referência duradoura da História diplomática do País.

As razões dessa permanência – agora secular – merecem ser bem compreendidas.

Paranhos Júnior foi um homem de seu tempo. Educou-se entre as elites políticas do Segundo Reinado, sob a orientação constante do pai, o Visconde do Rio Branco, uma das figuras de maior projeção do século XIX brasileiro. Acompanhou os grandes debates da época. Em missões na Europa por quase

três décadas, testemunhou *in loco* o equilíbrio de poder que, engendrado no Congresso de Viena, se desfazia frente à ascensão alemã. Assimilou, assim, valores, modos de pensar e até preconceitos típicos de uma fase histórica que, em seus derradeiros anos de vida, se encontrava, ela própria, em vias de esgotar-se com a eclosão da Primeira Guerra Mundial.

E, no entanto, sua obra e seu exemplo persistem.

Rio Branco foi, acima de tudo, o diplomata que conduziu – com determinação, prudência e conhecimento de causa – processos de arbitragem e de negociação que concorreram decisivamente para o estabelecimento pacífico de nossas fronteiras.

A solução das questões de limites é uma herança tão plenamente incorporada a nossa identidade nacional que, de certa forma, se torna invisível. Mas é preciso ter presente que, não fosse a superação, em boa hora, dessas questões, nossa capacidade de atuar no plano internacional teria sofrido limitações reais. Sem o encaminhamento, ainda em fins do século XIX e princípios do XX, do tema essencial das fronteiras, teria sido consideravelmente prejudicada a capacidade do Brasil de avançar em sua agenda externa e de inserir-se, com confiança, na região e no mundo. Apenas após a superação das pendências de limites pôde o País, por exemplo, dedicar-se mais consistentemente a iniciativas de cooperação na América do Sul, algumas esboçadas pelo próprio Rio Branco, como o Pacto do ABC (Argentina-Brasil-Chile).

Rio Branco tratou dos problemas de limites com inteligência e habilidade. Avesso a dogmatismos, teve a lucidez de adotar instrumentos de ação adequados à especificidade de cada circunstância. Conjugou erudição e capacidade negociadora. Teve a sensibilidade e a coragem de propor e fazer concessões justas para alcançar entendimentos equilibrados.

Não por acaso, angariou amplo reconhecimento entre seus contemporâneos – brasileiros, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, para citar dois dos mais ilustres, e também estrangeiros.

É sabido que o Barão mantinha com Estanislao Zeballos, seu homólogo argentino, relação difícil, de rivalidade. Não obstante, e significativamente, foi Manuel Gorostiaga, Ministro Plenipotenciário da Argentina no Brasil entre 1899 e 1907, quem escreveu sobre o então Chanceler do Brasil:

> La índole de las funciones de su desempeño lo condujeran a gravitar fuera de las fronteras del Brasil, ligándolo estrechamente a las naciones sudamericanas, por

> una colaboración pacífica y amistosa en la delimitación jurisdiccional, que liquidó a perpetuidad divergencias seculares, perturbadoras de la armonía internacional [...], agregando a su memoria ese título imperecedero que lo agranda y recomienda a la posteridad, como obrero de la paz [...].[1]

Em outro plano, não faltou a Rio Branco, tampouco, o discernimento das tendências estruturais do sistema internacional, que, ao longo de sua gestão no Itamaraty, experimentava transformações profundas – notadamente o deslocamento do principal eixo de poder da Europa para os EUA. O Barão esteve atento para as mudanças em curso, e o fez não pautado por automatismos, mas pelo intuito de entender de que maneira poderia o Brasil, em posição de crescente autonomia, reagir, de modo construtivo, às novas configurações que se delineavam. Essa é lição especialmente cara aos que, neste início de século XXI, também lidamos com os desafios decorrentes de importantes redefinições na dinâmica econômica e no quadro geopolítico global.

Se a permanência da obra de Rio Branco se materializa, sobretudo, no desenho das fronteiras nacionais, a atualidade de seu exemplo está ligada à atitude geral que lhe inspirou a vida pública. Atitude de abertura ao mundo, de genuína disposição de apreender-lhe o sentido e de responder a seus estímulos. Atitude de um realismo que, ao apontar para as assimetrias de poder, não fazia esmorecer, antes alimentava, uma firmeza que se traduzia em políticas efetivas de ação externa – como demonstrou, por exemplo, na Segunda Conferência de Paz da Haia, em 1907, ao orientar Rui Barbosa a defender a igualdade soberana dos Estados perante as maiores potências daquele início de século XX.

Aspecto igualmente exemplar, em Rio Branco, é sua índole de estadista capaz de colocar-se além de interesses setoriais e localizados.

Monarquista, foi Chanceler da República. Na República, foi titular da Pasta do Exterior durante os mandatos de quatro Presidentes consecutivos.

Assim, é também o Rio Branco homem de Estado que celebramos neste centenário. O Rio Branco que, em discurso às vésperas de sua posse no Itamaraty, afirmou: "Não venho servir a um partido político; venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado."

---

[1] Gorostiaga, Manuel. "Río Branco" (1913). In *O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos.* Brasília: FUNAG, 2002.

Estas *Obras,* que têm o mérito de refletir diferentes facetas de Rio Branco, constituem material inestimável para ajudar a compreender a continuada relevância de seu legado. E a edição que o leitor tem em mãos – organizada pelo Embaixador Manoel Gomes Pereira, que com competência e dedicação coordena as iniciativas destinadas a marcar o centenário de morte do patrono de nossa diplomacia – busca aprimorar, como explicado em maior detalhe na "Nota editorial", a coleção precursora de 1945.

A versão original das *Obras do Barão do Rio Branco* contava com nove volumes, alguns em língua estrangeira. Estes últimos, na presente edição, foram todos traduzidos para o português, como o foram os pequenos trechos que, nos demais, se encontravam em francês, inglês ou espanhol. Esses esforços de tradução trazem, sem dúvida, significativos aportes para o objetivo de divulgação do trabalho de Rio Branco.

Mas a novidade desta edição vai além.

O Centro de História e Documentação Diplomática, da Fundação Alexandre de Gusmão, tem reproduzido, em seus *Cadernos*, como resultado de cuidadosa pesquisa, artigos de imprensa de autoria de Rio Branco, por vezes publicados sob pseudônimos, desde suas primeiras incursões na seara jornalística até os que escreveu como Ministro das Relações Exteriores. Beneficiando-se dessa pesquisa, esta edição das *Obras* incorpora, em complemento aos nove volumes da original, um décimo, intitulado "Artigos de Imprensa", em que aparecem textos selecionados dos *Cadernos*. Esse décimo volume inclui, do mesmo modo, artigos saídos no "A Nação", periódico com o qual Rio Branco colaborou entre 1872 e 1875, quando deputado pela então província de Mato Grosso.

Registre-se que outro volume adicional (este não numerado, por não contemplar produção *de*, mas *sobre*, Rio Branco) contém, ainda, ensaio introdutório que o Embaixador Arthur Guimarães de Araújo Jorge dedicou às obras do Barão, de quem foi assessor imediato no Itamaraty.

Estou seguro de que a reedição das *Obras do Barão do Rio Branco* – que revelam a inclinação do Chanceler pelos escritos não de viés precipuamente acadêmico, mas de utilidade direta na ação política – contribuirá para manter viva a memória do estadista brasileiro que foi José Maria da Silva Paranhos Júnior. É uma honra, no centenário de morte de Rio Branco, entregar a especialistas e ao público em geral esta bela publicação.

Brasília, fevereiro de 2012

Nota Editorial

Desde o momento - em outubro de 2010 - em que o Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, convocou-me para preparar a celebração do primeiro centenário da morte de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco e Patrono da diplomacia brasileira, propus a reedição das Obras do Barão do Rio Branco como um dos pontos altos da efeméride.

A razão dessa escolha foi de que a edição de 1945 era de acesso difícil aos estudiosos, em bibliotecas ou em livrarias antiquárias. Releva notar que as Obras não estão disponíveis na internet.

A ideia inicial, que se manteve até sua concretização, era a de que, em linha com nossos colegas de 1945, a reedição das Obras deveria manter vivo o espírito de Rio Branco, para passá-lo às gerações seguintes. O trabalho de há 67 anos foi perfeito, na seleção dos temas tratados pelo grande Chanceler.

Os acréscimos seriam poucos, mas a presente reedição poderia apresentar algo em termos de "atualização" das Obras.

A primeira providência, já mencionada pelo Senhor Ministro de Estado no Prefácio, foi fazer traduzir para o português todos os textos da coleção que estão em línguas estrangeiras. Três volumes - os das memórias das questões da Guiana Francesa e da Guiana Inglesa - tiveram que ser traduzidos integralmente. Outros, especificamente a memória da questão de Palmas e

as Efemérides Brasileiras, em especial, foram examinados, com vistas à tradução de pequenos trechos, em alemão, espanhol, inglês, francês, e latim. Feita pelo Embaixador Sérgio Bath, a tradução do Esboço da História do Brasil, incluído no volume Estudos Históricos, já teve seu mérito registrado no Prefácio. Com a tradução, os estudiosos e o público em geral terão acesso facilitado às Obras.

A edição de 1945 incluiu curta apresentação do então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Pedro Leão Velloso, e um volume de "Introdução às Obras do Barão do Rio Branco", de autoria do Embaixador A. G. de Araújo Jorge, que foi um dos secretários de Rio Branco. Ambos estão incluídos nesta reedição.

Além do Prefácio às Obras, todos os volumes contêm agora introduções específicas, para permitir que o leitor do século XXI aprecie o talento poligráfico do grande Chanceler e sua vasta cultura histórica e geográfica. A seleção dos autores combinou acadêmicos e diplomatas em atividade ou já aposentados, de forma a apresentar diversas visões sobre a obra de Rio Branco.

Criado para esta reedição, o décimo volume das Obras intitulado "Artigos de Imprensa", teve a tradução das citações em latim feita com recurso ao "Dicionário de Expressões e Frases Latinas", compilado por Henerik Korcher (http://www.hkocher.info/).

Não posso deixar de registrar a sensibilidade do Embaixador Alvaro da Costa Franco na seleção dos textos publicados nos Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) e o zelo dos seus pesquisadores, liderados pela senhora Maria do Carmo Strozzi Coutinho, em obter cópia fotográfica da coleção completa do jornal A Nação, na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. No entanto, a responsabilidade pela seleção final dos artigos é inteiramente minha, com base nas informações de Álvaro Lins, na biografia do Chanceler, reeditada pela FUNAG/Editora Alfa-Ômega, em 1996 e de Cláudio Ganns, em sua "Contribuição para o estudo de Rio Branco", publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume 187 (abril-junho de 1945), pp.186-246, que é a compilação da bibliografia sobre o Barão no centenário do seu nascimento.

Inclui, assim, artigos que tratam de temas nacionais e internacionais relevantes para o Gabinete Rio Branco (1871-1875). Juca Paranhos se ocupou do problema da eventual escassez de braços para a lavoura em decorrência da Lei do Ventre Livre, iniciativa do visconde, seu pai. Para remediar

esse possível problema, defendeu a imigração em artigos em que procura informar nossos cônsules, agentes de imigração, e os governos dos países dos quais tínhamos interesse em receber imigrantes, das condições oferecidas aos estrangeiros no Brasil. Tarefa difícil, já que concorríamos como receptores, com a Argentina, o Uruguai e os Estados Unidos, apesar de a escravidão ainda disputar espaço com o trabalho livre.

Outro tema é a Questão Religiosa, assunto delicado já que o visconde do Rio Branco, grão-mestre da maçonaria, condenada pelo Syllabus de Pio IX, era também o chefe do poder executivo. Selecionei artigos que tratam da missão do barão de Penedo para explicar à Santa Sé a condenação dos bispos de Olinda e Recife, e do Pará à prisão e impetrar o cancelamento dos interditos lançados a certas ordens religiosas que abrigavam maçons, origem da questão.

Ressalto, ainda, os artigos de 9, 10 e 13 de outubro de 1873, intitulados A República e as Notícias do Rio da Prata, o primeiro, e Paz ou Guerra os dois últimos, em que contesta artigos de Aristides Lobo no diário A República a respeito da situação no Prata em decorrência do fim da Guerra do Paraguai. Interessante lembrar que Lobo, político liberal até a década de 1860, foi signatário do Manifesto Republicano (1873) e ministro do Interior no início do governo Deodoro da Fonseca.

A seleção inclui o primeiro artigo da série com as notas que Juca Paranhos escreveu para a obra "A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai", do alemão Louis Schneider. Trata-se de trabalho de fôlego, publicado em 25 de novembro de 1874, o primeiro em que o jovem jornalista e deputado teve reconhecido publicamente seu trabalho como historiador. Ao ler as notas que o Paranhos Júnior preparava para aquele livro, o então ministro da Guerra solicitou-lhe revisasse toda a obra de Schneider, corrigindo-lhe com notas as imperfeições.

Certamente a pesquisa não terá esgotado toda a produção do futuro Chanceler em A Nação, mas dá segura medida de sua vocação real para o jornalismo.

O texto da presente reedição segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º janeiro de 2013.

Manoel Gomes Pereira

Rio Branco e a Questão de Palmas

Francisco Doratioto[1]

O nome do Barão do Rio Branco, título nobiliárquico de José Maria da Silva Paranhos Júnior, está entranhado na sociedade brasileira, quer no seu cotidiano, quer como componente de sua identidade. Habitantes das diferentes regiões do país caminham por ruas e avenidas, atravessam praças, frequentam clubes, parques e estádios e estudam em escolas que levam a designação "barão Rio Branco", a qual, sem o título honorífico, também é da capital do Acre. Essa rara condição de um diplomata integrar o panteão dos heróis no imaginário popular já na época em que viveu e até os nossos dias explica-se, principalmente, pelo fato de ele ter obtido o reconhecimento da soberania nacional sobre os territórios do Amapá e Palmas por arbitragem; ter incorporado o Acre ao Brasil por meio de negociações e ter promovido a demarcação de boa parte das fronteiras nacionais. Rio Branco consolidou o espaço nacional do Brasil, reforçando no brasileiro o sentimento de pertencer a um país gigante territorialmente, característica esta cantada no verso "Sobre a imensa Nação brasileira", do Hino à Bandeira, oficializado em 1906, no apogeu do barão. Este participou da construção deste gigantismo pela ação diplomática, sem o uso da força, o que contribuiu também

[1] Professor de Graduação e de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade de Brasília; professor de História das Relações Internacionais do Brasil no Instituto Rio Branco e pesquisador com bolsa de produtividade do CNPq.

para construir a imagem de povo pacífico que os brasileiros fazem de si próprios. Ser grande e pacífico faz parte da identidade nacional brasileira, assim como o se fazer respeitar internacionalmente, característica à qual Rio Branco também está associado. Sua política em relação às grandes potências foi altiva (caso Panther); seu projeto de conciliação regional não abriu mão de rearmar o país com fins defensivos e teve senso de oportunidade na defesa dos interesses nacionais, aproximando-se, com cautela e sem subordinação, dos Estados Unidos. Este praticamente salvara o governo de Floriano Peixoto na Revolta da Armada e servia de contraponto ao imperialismo europeu na região, além de ser o maior mercado consumidor de produtos brasileiros.

A essas características da identidade nacional acrescenta-se a de ser uma sociedade que privilegia a conciliação, política e social, em detrimento do confronto e da ruptura. O Barão do Rio Branco representou, em si mesmo, a síntese da conciliação ao se identificar, por formação e valores, com a deposta Monarquia brasileira mas, ao mesmo tempo, ter se tornado expoente entre os homens públicos da nova República brasileira, à qual serviu lealmente. Desde o início da República não a repudiou, apesar de outros monarquistas acusarem os governos de Deodoro e de Floriano de arbitrários e corruptos, mas também serviu a ela sem perder a compostura, ressalvando que servia à nação brasileira e não a governos.

Após as vitórias diplomáticas conseguidas nas arbitragens sobre litígios territoriais com a Argentina, sobre Palmas, e a França, quanto ao Amapá, não é exagero afirmar que o Barão do Rio Branco tornou-se herói nacional. Foi, na realidade, o primeiro personagem público da era republicana a conquistar a nação, enquanto o Estado, tomado pelo pensamento positivista, desconstruía os heróis da Monarquia. No entanto, até 1893, portanto a maior parte sua vida, ele viveu quase na obscuridade, aparentemente tendo ambições apenas intelectuais, e ofuscado pela figura do pai, José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco. O pai foi um dos expoentes do Partido Conservador e estadista do Império do Brasil, ocupando diferentes cargos inclusive o de presidente do Conselho de Ministros (1871-1875), no mais longo governo do Segundo Reinado. O visconde, contra a vontade do seu partido, o Conservador, assinou a Lei do Ventre Livre (1871) e desde os anos 1850 esteve à frente de importantes missões diplomáticas especiais no Rio da Prata.

A demora de Paranhos Júnior – chamado de Juca Paranhos pelos íntimos – em projetar-se na diplomacia foi antecedida por diferentes opções profissionais, em busca de posição financeira cômoda, pois não pertencia a uma família abastada. Ele estudou Direito em São Paulo e concluiu o curso em Recife, em 1866, para, em seguida, passar dois anos na Europa graças ao prêmio que ganhou em um bilhete de loteria e uma ajuda do pai. De volta ao Brasil, foi professor do Colégio Pedro II, de Corografia e História do Brasil e, interessado no estudo da História, publicou, em 1865, o *Esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Cerro Largo*, o que lhe valeu o ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde tomou posse três anos depois. Anteriormente, já demonstrara seu gosto pela História ao publicar, em 1862, a biografia de Barroso Pereira, comandante da fragata Imperatriz na Guerra da Cisplatina (1825-1828); em 1864 publicou *Episódios da Guerra no Prata*.

Em 1869, Paranhos Júnior foi nomeado promotor público em Nova Friburgo (RJ) e nesse mesmo ano acompanhou primeira missão do pai ao Rio da Prata, para tratar da situação do Paraguai quando terminasse a guerra entre o país e a Tríplice Aliança (1865-1870). Ainda em 1869, foi eleito deputado por Mato Grosso, sem nunca ter estado na província, pois não precisava ir atrás dos votos, que foram obtidos pelo pai e outras lideranças do Partido Conservador; em 1872 foi reeleito e, dessa vez, visitou a província que representava. Na condição oficial de secretário, acompanhou o retorno do pai ao Rio da Prata, na segunda missão, que se estendeu de outubro de 1870 a março do ano seguinte.

Por intermédio do pai, Paranhos Júnior acompanhou as ações da diplomacia imperial alcançarem seus objetivos no Paraguai, sendo um deles a definição da fronteira no rio Apa, nos termos reivindicados pelo Rio de Janeiro desde a década de 1840. Ao mesmo tempo, o Império atuou para impedir que a Argentina alcançasse seus objetivos territoriais, sendo um deles o de anexar todo o Chaco Boreal, como previa o Tratado da Tríplice Aliança, em prejuízo do Paraguai. Caso se efetivasse essa anexação, haveria um fortalecimento geopolítico da Argentina, cuja fronteira com o Brasil chegaria até a província de Mato Grosso, flanco vulnerável do Império.

O visconde do Rio Branco não concluiu essa tarefa, pois foi chamado de volta ao Rio de Janeiro para assumir o governo, mas foi substituído pelo barão de Cotegipe, que assinou o Tratado de Paz de

1872 com o Paraguai. Este seguia os eixos norteadores da política externa do Império para a região, estabelecida no final da década de 1840. Nestes anos, o Estado monárquico brasileiro, centralizado, consolidou-se graças à construção de um bloco de poder tendo como núcleo a oligarquia agrária da região do vale do rio Paraíba do Sul, aliada à burocracia governamental. Em contraste com o que ocorria no antigo Vice-Reino do Rio da Prata, onde Buenos Aires e as províncias do interior se enfrentavam, inclusive militarmente, na defesa de um Estado, respectivamente, centralizado e descentralizado, no Brasil as oligarquias regionais se deram conta de que o modelo monárquico centralizador lhes era benéfico, quer para manter a ordem social no campo e na cidade, quer para defender seus interesses externos, como resistir às pressões inglesas em favor da abertura comercial indiscriminada e pelo fim do tráfico negreiro, ou, ainda, na defesa dos estancieiros rio-grandenses no Uruguai. A estabilidade política resultante desse acordo intraelites e a melhora econômica do país, decorrente principalmente da atividade cafeeira, criaram condições para o Império do Brasil, sob governo do Partido Conservador, implementar, no final da década de 1840, uma política externa para o Rio da Prata cuja influência se estendeu até boa parte do século XX.

O Rio da Prata tinha caráter de espaço geopolítico vital para o Império do Brasil. A livre-navegação dos rios Paraná e Paraguai era fundamental para a manutenção da unidade brasileira, pois a província de Mato Grosso estava praticamente isolada do resto do país por terra – as comunicações terrestres eram lentas e feitas a cavalo – e mantinha contato regular, comercial e administrativo, com o Rio de Janeiro por meio de barcos que penetravam o estuário platino e navegavam os rios Paraná e Paraguai, até alcançarem Cuiabá. A política platina do Império, estabelecida no final da década de 1840, tinha como objetivos garantir essa livre-navegação e, em parte como consequência desta necessidade, conter a influência de Buenos Aires, governada por Juan Manuel de Rosas, que se impôs como líder da Confederação Argentina. Evitar que esta se tornasse o centro de uma república que abrangesse o território do Vice-Reino do Rio da Prata era objetivo da diplomacia imperial, que agia para garantir as independências do Paraguai e do Uruguai. A existência destes dois Estados soberanos era a garantia da internacionalização dos rios Uruguai, Paraguai e Paraná e, ainda, de que a fronteira brasileiro-

argentina não seria ampliada, pois o Rio de Janeiro trabalhava com a hipótese de guerra com Buenos Aires, por iniciativa desta. A eventual incorporação daqueles dois países à Argentina ampliaria os locais por onde o Império poderia ser invadido e o ponto mais vulnerável do Brasil seria o flanco de Mato Grosso, que não poderia ser socorrido por terra pelo Rio de Janeiro, como o comprovou a invasão paraguaia dessa província em 1864. Ademais, um Estado republicano grande e forte ao sul poderia, por seu exemplo e influência, fazer ressurgir o movimento republicano no Império do Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, que já tentara a secessão com a República da Farroupilha.

Mesmo após a derrubada de Rosas, em 1852, persistiu a preocupação em conter a influência de Buenos Aires na região platina cristalizou-se no pensamento de homens públicos brasileiros, particularmente do Partido Conservador e no meio intelectual do Rio. A aliança entre o Império e a Argentina durante a Guerra do Paraguai (1865-1870) não foi suficiente para superar as desconfianças mútuas, apesar dos esforços em sentido contrário do presidente Mitre e de algumas lideranças do Partido Liberal, do lado brasileiro, como Francisco Octaviano e do conselheiro Saraiva[2]. O Partido Conservador fez uma série de ressalvas ao Tratado da Tríplice Aliança, assinado em 1º de maio de 1865, por aceitar reivindicações territoriais argentinas em relação ao Paraguai, buscando nelas consequências ameaçadoras para o Brasil.

Paranhos Júnior cresceu e formou-se nessa escola de pensamento geopolítico e, na missão ao Prata, vivenciou essas preocupações. Do pai ele não herdou o interesse pela política e o fato de ter sido deputado explica-se mais pela busca de uma atividade profissional que permitisse atender suas necessidades materiais para viver no Rio de Janeiro do que por um projeto de vida em favor dela. Herdou, sim, o interesse pela diplomacia para a qual seus conhecimentos de História e de cartografia tinham utilidade, enquanto para a política de pouco valeriam.

Ao terminar o segundo mandato como deputado, Paranhos Júnior tinha 30 anos de idade e seu pai já deixara o governo, sendo substituído pelo gabinete, também conservador, do duque de Caxias.

[2] DORATIOTO, Francisco. De aliados a rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876). Múltipla, Brasília: Faculdades Integradas UPIS, ano 4, v. 4, n. 6, pp. 21-40, jul.1999.

O jovem Paranhos encontrava-se "sem emprego, nem fortuna, [e] decide de repente queimar todos os cartuchos para obter um posto [consular]" no exterior, em Liverpool, o maior porto do mundo à época, atraído pela segurança do emprego público e porque o cargo de cônsul nessa cidade era o melhor no serviço consular brasileiro, pois a receita do consulado revertia como salário para o cônsul, não sendo recolhida ao Tesouro Nacional. Ele necessitava de estabilidade, pois tornara-se pai, embora fosse solteiro e assim permanecesse até 1888, quando casou-se com a atriz belga Marie Philomène Stevens, mãe de seus cinco filhos. O fato de Paranhos Júnior não seguir as convenções sociais, bem como sua fama de boêmio, granjearam-lhe a antipatia de Pedro II, de modo que a nomeação para cônsul-geral em Liverpool, em 1876, somente ocorreu quando o imperador estava ausente do país, para visitar os Estados Unidos. Mesmo a regente princesa Isabel resistiu a nomeá-lo, mas o duque de Caxias e o barão de Cotegipe conseguiram convencê-la invocando para tanto, inclusive, os serviços ao país prestados pelo pai[3].

Nas mais de duas décadas em que permaneceu no exterior, Paranhos Júnior pesquisou e escreveu sobre a história brasileira. Redigiu uma memória sobre o Brasil para a Exposição de São Petersburgo, na Rússia, em 1884, tendo chefiada a missão brasileira nesse evento. Escreveu a *Esquisse de l'Histoire du Brésil* para o livro *Le Brésil en 1889*, coordenado pelo barão Frederico José de Sant'Anna Nery, idealizado para fazer publicidade do país na Exposição Universal de Paris, de 1889. Também escreveu o extenso verbete *Brésil* para a *Grande Encyclopédie* de Lavasseur; publicou as "Efemérides brasileiras", no *Jornal do Brasil*, e fez importantes anotações nos dois tomos de *A Guerra da Tríplice Aliança*, de autoria de Luis Schneider, conselheiro do rei da Prússia. As anotações são mais esclarecedoras sobre o conflito do que o próprio texto de Schneider, pois, enquanto este escreveu na Europa sobre uma realidade que não conhecia e utilizando fontes precárias, Paranhos Júnior, ao acompanhar as duas missões do pai ao Rio da Prata, conversou com personagens que combateram no conflito e, no Rio de Janeiro, tornou-se amigo e companheiro de boemia

[3] RICUPERO, Rubens. *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco*: uma biografia fotográfica, 1845-1995. Brasília: Funag, 1995, p. 36.

do general Bernardino Caballero, prisioneiro de guerra paraguaio que participara das principais batalhas da guerra, exceto a última, em que morreu Solano López[4].

Na segunda metade da década de 1870, esse conhecimento histórico e prático, acumulado sobre o Rio da Prata, não parecia que teria utilidade prática para Paranhos Júnior e nem para a diplomacia brasileira. Pragmático quanto a suas finanças, ele optou por ingressar na carreira consular, na qual seus conhecimentos históricos pouca utilidade teriam, pois o trabalho de cônsul-geral era o de legalizar documentos, cobrar taxas, atender brasileiros com problemas e outras tarefas características de cartórios, postos fiscais e delegacias de polícia. Mesmo para os diplomatas no Rio da Prata, encarregados da representação política e de tratar dos temas econômicos, políticos e culturais nas relações bilaterais, podia parecer que, para bem desempenhar suas funções, não era mais prioritário conhecer profundamente a história platina, pois o Estado monárquico tinha atingido praticamente todos seus objetivos principais na região. Não havia mais dúvidas quanto à continuidade das independências do Uruguai e do Paraguai; estava garantida a livre-navegação dos rios internacionais platinos e, portanto, o acesso a Mato Grosso, que permaneceu dependente da via fluvial até 1912, quando foi concluída a ligação ferroviária do estado com São Paulo e, daí, Rio de Janeiro; e, ainda, as fronteiras do Brasil com esses dois países estavam definidas por tratados, nos termos que o Império defendia desde a década de 1840. Ademais, desde 1876 e até o fim da Monarquia em 1889, a região platina deixou de ser área geopolítica vital para o Império, o mesmo ocorrendo para a Argentina. Aquele não tinha motivos e, em razão de crise interna que levaria a seu fim, e nem recursos para dar a mesma atenção que antes ao Rio da Prata, enquanto os governos argentinos, aproveitando a demanda internacional crescente por cereais e carnes, estavam interessados na expansão sobre as terras indígenas do interior, para aumentar a produção e oferta desses alimentos, e também não tinham mais razões para desconfiar que o Império tivesse desígnios expansionistas em relação a seus vizinhos do sul. Desse modo, foi reduzido o potencial de atritos entre o Império e a Argentina.

[4] Os oficiais paraguaios que se encontravam como prisioneiros de guerra no Brasil recebiam do Tesouro Imperial o mesmo soldo da sua hierarquia no exército brasileiro, no Rio de Janeiro, hospedavam-se em hotéis e pensões e tinham liberdade de circular na cidade.

Rivalidades e desconfianças mútuas perderam força, e Júlio A. Roca, que ascendeu em 1880 à presidência da Argentina, retomou a política de Bartolomeu Mitre (1862-1868) de manter relações cordiais com o Brasil. Nesse contexto, as diplomacias dos dois países buscaram uma solução para a indefinição de limites entre eles, uma herança deixada pelas antigas metrópoles. Em 1857, houve a primeira tentativa de resolver a questão, sendo assinado em Paraná, capital da Confederação Argentina, o Tratado de Limites desta com o Império pelo qual a linha divisória seguira o estabelecido no Tratado de Madri e o *uti possidetis*, fixando o limite entre os dois países nos rios Pepiri-Guaçú e Santo Antônio. O tratado foi negociado por José Maria da Silva Paranhos, que se encontrava em missão no Rio da Prata e seguia para o Paraguai, sendo ratificado pelo Brasil, aprovado pelo Congresso da Confederação, mas não foi ratificado pelo seu governo. Era uma represália deste ao fato de o governo imperial se recusar a apoiar a Confederação para submeter pelas armas a província de Buenos Aires, que se constituíra como Estado à parte. Em 14 de julho de 1859, o ministro das Relações Exteriores do governo de Paraná, Elías de Bedoya, enviou nota ao representante diplomático brasileiro em que afirmava que a assinatura, por seu país, do tratado de 1857 "leva em si implícita condição de que o Governo de sua majestade imperial prestaria ao da Confederação a sua cooperação moral e material para obter a volta de Buenos Aires ao seio da nação"[5].

Em 1876, quando ainda não estavam fechadas as cicatrizes do duro enfrentamento diplomático entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, decorrente da recusa brasileira em apoiar a Argentina na sua reivindicação sobre o Chaco Boreal[6], fracassou a tentativa de retomar as negociações sobre a definição de limites. Esse resultado decorreu da recusa do governo imperial em aceitar a proposta argentina, por não respeitar o *uti possidetis* e "tendia a levar a fronteira pelos rios Chapecó e Chopim"[7]. Na realidade, o governo argentino manifestava dúvidas sobre a localização dos rios Pepiriguaçu e Santo Antônio e, em

[5] SOARES, A. Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. p. 291.

[6] Nesse ano, foi assinado o Tratado de Paz – Machaín, pelo decidiu-se que o presidente dos Estados Unidos seria o árbitro que decidiria qual país tinha a soberania sobre o Chaco Boreal. O resultado da arbitragem, pelo presidente Hayes, em 1878, foi favorável ao Paraguai.

[7] *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, apresentado à Assembleia Geral do Império em 1885 pelo barão de Cotegipe. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 29.

1881, "colocou em questão a localização exata dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio , Chapecó ou Pepiri-Guaçu e Chopim ou Santo Antônio Guaçu, no território que o governo argentino considerava litigioso com o Brasil"[8]. Surgia, assim, a questão chamada de Palmas pelo brasileiro e de Missões pelo lado argentino, em que estava em jogo 30.621 quilômetros quadrados.

Em 1859, decreto do governo imperial havia criado duas colônias militares para promover ampliar a colonização da província do Paraná, mas elas não foram implementadas. Somente em outubro de 1880, foram nomeadas duas comissões para explorar os Campos de Palmas e propor locais para a instalação dessas colônias. Como resultado dos relatórios dessas comissões, o Ministério da Guerra resolveu instalar uma colônia nas proximidades do rio Chapecó e, outra, na margem direita do rio Chopim, perto de sua confluência com o rio Iguaçú[9]. Em 1882, foram fundadas as colônias militares de Chapecó (14 de março) e de Chopim (27 de dezembro) que tinham, em 1887, respectivamente, 424 e 367 habitantes[10].

A Argentina, por sua vez, também não permaneceu inerte em relação ao território litigioso. Em dezembro de 1881 ou março de 1882 – há divergências entre os estudiosos –, o governo argentino criou a *Gobernación de Misiones*, que incluía o Campo de Palmas. Repetia a lógica aplicada aos territórios do Chaco e da Patagônia, nos quais Buenos Aires queria impor sua autoridade, que se tornaram *gobernaciones* em 1872 e 1878, respectivamente[11].

A atenção dada pelo Império à região de Palmas se explica, de um lado, porque o espaço territorial é requisito para a existência do Estado e este, em condições normais, não abre mão sequer de uma porção dele. Por outro lado, a ideia da consolidar como espaço nacional brasileiro o território herdado da expansão colonial portuguesa era elemento de construção do entendimento intraelites. Por último, os Campos de Palmas de posse argentina criaria uma vulnerabilidade militar para o

[8] SOARES, p. 292.

[9] *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*, referente ao ano de 1881. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1882, p . 44.

[10] Idem, referente ao ano de 1887. Ibidem, 1888, pp. 33-34.

[11] CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (orgs.). *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: CARI/Nuevohacer, 1999. t. VII (La Argentina frente a la América del Sur, 1881-1930), p. 113.

Império do Brasil, pois representaria uma cunha, quase alcançando litoral atlântico, praticamente separando o sul do sudeste do Brasil. Os militares brasileiros e argentinos trabalhavam com a hipótese de guerra entre os dois países e, com a posse de Palmas, as tropas da Argentina poderiam cortar rapidamente a ligação terrestre entre essas duas regiões, ao ocupar o estreito corredor litorâneo que ficara de posse do Brasil, o que levaria à queda do Rio Grande do Sul na mão dos "invasores". Ademais, o eixo Rio de Janeiro – São Paulo, centro político e econômico do país, estaria ameaçado pelo "inimigo argentino", afetando a segurança do Império. Manter a soberania sobre o território de Palmas era, portanto, na perspectiva do Estado monárquico, vital para sua segurança.

Na realidade, as desconfianças mútuas constituíram, por muito tempo, uma "força profunda" nas relações entre Brasil e Argentina e se manifestaram no litígio territorial em torno de Palmas. Contudo, se durante mais de um século a rivalidade predominou nessas relações, também houve, durante esse tempo, com maior ou menor influência, o interesse nas relações amistosas e, mesmo, momentos de cooperação. No Brasil, a oposição republicana questionava a lógica geopolítica da elite imperial e o discurso desta de diferenciar o Brasil, monárquico, das repúblicas hispano-americanas. Em 1870, essa oposição bradou no Manifesto Republicano: "Somos da América e queremos ser americanos."

A eleição de Roca à presidência da Argentina, como visto, representou a distensão nas relações bilaterais e buscou-se solucionar o litígio fronteiriço. Em 28 de setembro de 1885, os representantes dos governos do Império e da Argentina, respectivamente Leonel M. de Alencar e Francisco J. Ortiz, assinaram, em Buenos Aires, um tratado para esclarecer a real localização de rios em Palmas e explorar o território litigioso, cujas ratificações foram trocadas no Rio de Janeiro, em 4 de março de 1886[12]. Cada parte nomearia três comissários e três ajudantes, acompanhados de escoltas com igual número de soldados, comandados por oficiais com patente idêntica ou equivalente. A tarefa dos comissários era fazer o "reconhecimento ou exploração dos dois rios

[12] "Tratado para o reconhecimento dos rios Pepiri-guassú e Santo Antônio, Chapecó ou Pequiri-guassú e Chopim ou Santo Antônio-guassú, e do território que os separa e está em litígio entre o Brasil e a República Argentina", Buenos Aires, 22/9/1885. In: R*elatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1885. Anexo 1, pp. 4-7.

brasileiros, dos dois argentinos e do território entre eles compreendido" e a isso "devem limitar-se, sem entrar em questões de direitos ou de preferência", o que caberia ser feito pelos dois governos, para evitar equívocos ou incompreensões. Os três membros da Comissão brasileira eram o barão de Capanema (1º comissário), o capitão-de-fragata José Cândido Gillobel (2º comissário) e o tenente-coronel do Corpo de Engenharia Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira (3º Comissário)[13]. Estes dois últimos comissários seriam, mais tarde, consultores técnicos do Barão do Rio Branco em Washington, nos trabalhos referentes à arbitragem sobre Palmas.

Não se chegou, porém, a uma concordância sobre o território litigioso. Repetindo proposta da Argentina feita em 1885, o representante desse país no Rio de Janeiro, Enrique B. Moreno, propôs confidencialmente, em fevereiro de 1889, que o território litigioso fosse dividido entre os dois países. O Conselho de Estado analisou e recusou com unanimidade a proposta, sugerindo que a questão fosse levada a arbitramento[14]. Como consequência, representantes do Império e da Argentina, respectivamente o barão de Alencar e Norberto Quirno Costa, assinaram em Buenos Aires o Tratado de Arbitramento, de 7 de setembro de 1889, submetendo a contenda de limites à decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos. O Tratado foi ratificado pelo governo imperial por decreto de 5 de novembro desse ano, mas não chegou a ser implementado devido a deposição da Monarquia poucos dias depois[15].

O marechal Deodoro da Fonseca, líder militar do golpe que pôs fim ao Estado monárquico, colocou-se à frente do governo provisório republicano. O primeiro país a reconhecer o novo governo foi a Argentina, em 19 de novembro, o que era simbólico para os republicanos brasileiros que, nos anos anteriores, julgavam contraditória a lógica da forma monárquica de governo em relação às repúblicas vizinhas, sendo isso a causa dos problemas entre estes e o Brasil. A rapidez do reconhecimento argentino, porém, tinha motivação mais pragmática, inspirada por seu

[13] Idem, p. 30; e *Relatório*..., 1886. pp. 5-6.

[14] ARAÚJO JORGE, A. G. de. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil (uma introdução às Obras do Barão do Rio Branco)*. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 20.

[15] Tratado de Arbitragem de 7/9/1889 e Decreto de 5/11/1889. In: *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por Justo Leite Chermont, ministro e secretário de Estado das Relações Exteriores, em junho de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. pp. 34-43.

novo chanceler, Estanislau S. Zeballos, que era contrário à arbitragem[16]. Este soube aproveitar a oportunidade criada para seu país, pelo idealismo ingênuo e voluntarismo que predominaram na condução da política externa, no início da República brasileira. Em 1914, quando era deputado nacional, Zeballos relatou na tribuna da Câmara que, ao comunicar o fim da Monarquia brasileira ao presidente Juárez Celman, disse-lhe que o litígio territorial entre os dois países estava resolvido. Afirmou que a Argentina seria o primeiro país a reconhecer o novo regime brasileiro e o faria em documento "grandiloquente e escrito em estilo exuberante", o que causaria satisfação no Rio de Janeiro. Desse modo, disse, o governo provisório brasileiro aceitaria dividir o território litigioso, em nome da irmandade entre os dois países.

Realmente foi o que ocorreu. No Rio de Janeiro, o ministro plenipotenciário argentino, Enrique Moreno, teve reuniões com Quintino Bocaiúva, ministro das Relações Exteriores do governo provisório, e ambos chegaram ao acordo de dividir o território litigioso entre seus países e, inclusive, definiram a linha fronteiriça[17]. Reunido, o Ministério brasileiro aceitou o acordo. O ministro das Relações Exteriores, Quintino de Bocaiúva, foi para Montevidéu, onde se encontrou com Zeballos, com quem assinou, em 25 de janeiro de 1890, tratado nesse sentido. As primeiras linhas do documento deixavam dúvidas, quanto à motivação do governo provisório ser ideológica e não estar em defesa dos direitos históricos do país. Nas linhas introdutórias do Tratado lia-se: "Sob os auspícios da unidade institucional da América e em nome dos sentimentos que devem subsistir entre todos os povos deste continente (....)[18]."

A decisão foi comemorada na Argentina, e Bocaiúva foi para Buenos Aires para receber as homenagens oficiais à instalação da República no Brasil, conforme estabeleceu o decreto do governo argentino de 3 de dezembro de 1889[19]. No Brasil, as críticas ao tratado foram imediatas e seus poucos defensores eram acusados

16 CISNEROS; ESCUDÉ, p. 114.

17 ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Zeballos y la política exterior argentina*. Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1982. pp. 92-93.

18 *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil por Justo Leite Chermont, ministro e secretário de Estado das Relações Exteriores, em junho de 1891.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 35.

19 ETCHEPAREBORDA, p. 93.

de entregar parte do território nacional à Argentina. O conteúdo do Tratado de Montevidéu foi amplamente debatido e rejeitado no Brasil; especialistas no assunto, quase todos homens públicos da época do Império, contestaram apaixonadamente a cessão de metade do território contestado. Segundo Araújo Jorge, esse debate foi inédito na história das relações internacionais do Brasil, pois "nele tomaram parte toda a imprensa brasileira, ministros de Estado, plenipotenciários, geógrafos, publicistas e demarcadores de limites, todos os que nos últimos anos haviam intervindo na política exterior do Brasil"[20].

Para que o Tratado entrasse em vigor, era necessária a ratificação pelos Congressos dos dois países. A Câmara de Deputados brasileira, em sessões secretas realizadas nos dias 6 e 7 de agosto de 1891, escutou as explicações de Bocaiúva e no dia 10 desse mês aprovou parecer redigido pelo general Dionísio Cerqueira, contrário ao Tratado de Montevidéu e favorável ao recurso do arbitramento.

Na Argentina, a rejeição foi recebida na sua justa dimensão, de litígio territorial e não como manifestação de hostilidade; a indignação no Rio de Janeiro era com o governo provisório e não com o país vizinho. Os governos argentino e brasileiro concordaram em implementar o Tratado de 1889, tendo como árbitro o presidente Cleveland, dos EUA. A missão enviada a Washington para defender a posição brasileira era composta por dois delegados, um consultor técnico e dois diplomatas de apoio. O delegado principal era o experiente diplomata barão Aguiar de Andrada; o segundo delegado era o general Dionísio Cerqueira, profundo conhecedor do território disputado; já o consultor técnico era o contra-almirante José Candido Guillobel; e os dois diplomatas eram os segundo-secretários Olyntho de Magalhães e Domingos Olimpio. Aguiar de Andrada faleceu em 25 de março de 1893 e, para substituí-lo, o marechal Floriano Peixoto; à frente da presidência da República, nomeou José Maria Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.

Escrevendo em 1945, Araújo afirmou que "ainda não se apuraram devidamente as razões que pesaram no ânimo do marechal Floriano Peixoto" para a nomeação de Rio Branco para defender a causa brasileira em Washington. Passadas seis décadas dessa afirmação, essas razões continuam a ser apresentadas em caráter especulativo, faltando uma

[20] JORGE, p. 21.

resposta assertiva, com base documental. Araújo Jorge apresenta duas versões explicativas, sendo a primeira a de que o barão foi indicado por Serzedelo Correia, ministro das Relações Exteriores de fevereiro a junho de 1892, a Floriano Peixoto o qual, por sua vez, também teria ouvido o nome de Graciano Alves de Azambuja, amigo de Rio Branco, assim como pelo conselheiro Sousa Dantas, presidente do Banco do Brasil, que acatou a indicação proposta anteriormente por Joaquim Nabuco. A segunda versão, "menos aceitável", é de que a indicação do nome de Rio Branco foi feita pelo representante brasileiro em Londres, conselheiro Sousa Correia, que declinara de convite para essa função[21].

A habilidade negociadora que o projetaria na História brasileira, Rio Branco demonstrou na defesa de si mesmo no início da República. Durante os governos de Deodoro e Floriano houve verdadeira caça a monarquistas que ocupavam cargos públicos, dos quais foram destituídos se não se mostrassem entusiastas adesistas da nova realidade política. O cargo de cônsul-geral em Liverpool era, como já se esclareceu, dos mais ambicionados do serviço público em razão de sua elevada remuneração. Seguramente, não faltaram candidatos a esse cargo, apadrinhados dos novos donos do poder. Ademais, Rio Branco era associado à Monarquia por suas convicções, por ter recebido o título de barão em maio de 1888 (outorgado pela princesa Isabel, mais uma vez), e por ser filho de um dos maiores estadistas do Império – e do Partido Conservador! – e, afinal, por estar a quase duas décadas à frente desse consulado, o que não seria possível se não pertencesse aos quadros do regime monárquico. No entanto, ele não só não perdeu o cargo com a chegada da República, como esta o designou, em 22 de junho de 1891, para, cumulativamente à função de cônsul, ocupar o cargo de superintendente-geral do Serviço de Emigração para o Brasil na Europa, com sede em Paris, e subordinado ao Ministério da Agricultura. Esta nomeação permitia-lhe permanecer boa parte do tempo na capital francesa, onde residia sua família, e viria a reforçar os vencimentos de cônsul, que seriam bastante reduzidos em 1892, quando os emolumentos consulares passaram a ser considerados renda de Estado. Ele permaneceu no cargo de superintendente de 1º de agosto de 1891 até 16 de março de 1893[22].

[21] Idem, pp. 22-24.

[22] CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Rio-Branco em Liverpool* (1876-1896). Rio de Janeiro: Divisão de Documentação do MRE, 1970. p. 104. JORGE, p. 29.

A chamada República das Espadas, mais do que poupar Rio Branco, premiou-o. Quando da derrubada da Monarquia, ele evitou solidarizar-se publicamente com o imperador deposto, como fizeram amigos seus, mas também não abjurou suas convicções monárquicas. Ele não era homem rico, não tinha posses como Joaquim Nabuco e Eduardo Prado, que podiam se declarar contra a nova ordem política sem colocar em risco suas subsistências. Rio Branco não tinha patrimônio pessoal, pois seu pai não enriquecera e nem ele. Isso apesar de o visconde ter ocupado altos cargos na Monarquia, com acesso a orçamentos que poderia ter manipulado se o desejasse, mas não o fez, tendo vivido em situação confortável, mas sem ser rico, e o mesmo ocorreria com seu filho. Ambos se viam como servidores do Estado ou, como afirmou o barão, da nação; serviam a ela e não se serviam dela.

Sem poder manifestar sua solidariedade a dom Pedro II; sem poder demitir-se e sem querer praticar o vergonhoso adesismo, mas disposto a salvar-se e à sua família, o Barão do Rio Branco adotou uma postura ambígua. Ele "iniciou um jogo dúplice, espécie de vingança da astúcia contra a força: embora fiel às suas ideias, acalmaria a República"[23].

Rio Branco não repudiou a Monarquia, nem aderiu formalmente à República e manteve-se fiel ao país que servia; esse fato, aliado às amizades que se sobrepunham às convicções políticas, parece ter sido o responsável por sua sobrevivência e ascensão na República. Refletindo o conflito interno que travava, ele escreveu ao imperador, assim que chegou a Lisboa no início do exílio:

> Estive em Paris com o conde de Nioac, a quem já havia escrito, e de viva voz repeti o pedido que em carta lhe fizera de beijar por mim a mão de vossa majestade e de assegurar-lhe que os meus sentimentos de dedicação e reconhecimento são e serão sempre os mesmos.
>
> Sinto que grandes encargos de família me não deixam a liberdade de ação que outros, mais felizes, ou menos infelizes, podem ter. Vossa majestade me perdoará não ter ido até Lisboa, e suplico-lhe que diretamente ou por intermédio do conde de Nioac me mande uma palavra de perdão que me dê algum conforto, pois nunca atravessei dias tão cruéis.

[23] VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco.* Brasília: Senado Federal/Funag, 1996. p. 150.

No mesmo dia em que enviou essa carta, Rio Branco recebeu telegrama de Lisboa com as palavras que Pedro II dissera ao barão de Nioac, quando este apresentara as desculpas de Rio Branco por não estar presente: "Frase textual: 'sei tudo quero-lhe muito, diga que fique, peço que fique: é seu dever, sirva seu país'[24]."

Exercitando o jogo dúplice, Rio Branco escreveu a Rui Barbosa, ministro da Fazenda do governo provisório, sob pretexto de agradecer elogios que este fizera a seu verbete na *Grande Encyclopédie*. Aproveitou a oportunidade para mostrar-se como alguém que aceitava a República como um fato consumado; "se não a ajudara a vencer, também nada faria para a perturbar (...) para sobreviver ele se mostrava um cordeiro"[25]. Ainda assim, continuava a assinar seu nome utilizando a palavra "barão", apesar da proibição do governo provisório do uso de todos os títulos nobiliárquicos, e os ofícios que enviava já de Washington terminavam sem a nova fórmula oficial: "Saúde e Fraternidade[26]."

As convicções de Rio Branco estavam presentes ao criticar, de forma elíptica, tanto posturas idealistas e voluntaristas em relação aos países vizinhos, quanto os atentados às liberdades individuais no início da República. Ele escreveu a Rui Barbosa[27]:

> A questão hoje, como V. Exa. disse em um telegrama, não é mais entre Monarquia e República, mas entre República e Anarquia. Que o novo regime consiga manter a ordem, assegurar, como o anterior, a integridade, a prosperidade e a glória do nosso grande e caro Brasil, e ao mesmo tempo consolidar as liberdades que nos legaram nossos pais – e que não se encontram em muitas das intituladas repúblicas hispano-americanas – é o que sinceramente desejo.

Sobre a ambiguidade de Rio Branco, o embaixador Rubens Ricupero observa que talvez possa surpreender a alguns que o barão, "de natureza altiva e sobranceira", exercitasse a duplicidade para sobreviver, Ricupero chama a atenção para o oposto, destacando que também deveria surpreender que "esse mesmo homem, em aparência calculista e dissimulado", revelasse afeição e respeito

[24] RICUPERO, pp. 50-51.
[25] VIANA FILHO, p. 151.
[26] JORGE, p. 47.
[27] In: VIANA FILHO, p. 151.

por Pedro II, que nunca o havia favorecido e do qual poderia ter guardado mágoa[28].

Após salvá-lo de ser vítima das lutas políticas no início da República, a habilidade e sagacidade de Rio Branco seriam aplicadas na defesa da posição brasileira sobre Palmas em Washington. O Decreto de 5 de abril de 1893 nomeou-o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial, e em 1º de maio ele entregou a direção do consulado-geral ao vice-cônsul Punshon. O barão ia "utilizar em benefício do Brasil o seu enorme cabedal de conhecimentos históricos e geográficos e, ao mesmo tempo, revelar aptidões que o colocariam (...) na vanguarda dos homens representativos da nossa terra"[29]. Essa afirmação não era, porém, uma certeza na época. Lembra o embaixador Gilberto Amado que a chefia da Missão Especial era "tão adequada à sua existência intelectual e moral, tão do estudioso da história do Brasil e de filho do visconde do Rio Branco". No entanto, acrescenta, embora fosse respeitado como erudito, sobre Paranhos Júnior "pairavam dúvidas em nosso meio, a esse tempo, sobre sua capacidade como diplomata e negociador"[30]. De fato, ele nunca exercera cargo diplomático e nem negociara nada.

Em Washington, Rio Branco teria como oponente Estanislau Zeballos, que substituíra Nicolás Calvo, grande constitucionalista argentino e negociador pelo seu país que falecera antes de chegar a esse destino. Zeballos resistira a aceitar essa função, pois tinha conhecimento do conteúdo dos relatórios dos integrantes da Comissão de Limites argentina dos quais se deduzia que a região litigiosa era brasileira. Contudo, acabou aceitando-a após insistentes pedidos do governo argentino[31].

Rio Branco assumiu a missão em Washington em junho de 1893 e estava bem-orientado, não só por seus conhecimentos históricos e cartográficos, mas também por já dispor de estudos anteriores, principalmente os *Apontamentos relativos à negociação do Tratado de Limites do Império do Brasil com a Confederação*

---

28 RICUPERO, p. 51.

29 JORGE, p. 29.

30 AMADO, Gilberto. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: Serviço de Publicações do MRE, 1947. pp. 16-18.

31 ETCHEPAREBORDA, pp. 94, 97.

Argentina, de Duarte da Ponte Ribeiro, de 1876, que contava com base documental[32]. Ao chegar, Rio Branco encontrou uma *Memória*, redigida pelo visconde do Cabo Frio com alguns mapas que, segundo instruções dadas ao barão Aguiar de Andrada, deveria ser apresentada ao árbitro. Aguiar de Andrada discordou desse texto e contratou um advogado norte-americano, William M. Ivins, para preparar uma nova *Memória* que, se houvesse tempo, seria encaminhada ao governo brasileiro para análise e, em caso negativo, seria apresentada diretamente ao árbitro. Rio Branco, ao assumir a chefia da missão, usando de tato e habilidade, recuperou a documentação em poder de Ivins e dispensou-o, sob o argumento de que a exposição dos direitos do Brasil deveria ser escrita pelo chefe da Missão Especial. A seus superiores no Rio de Janeiro, o barão solicitou alteração das instruções dadas a seu antecessor e autorização para escrever a *Memória*, no que foi autorizado em novembro de 1893[33]. Ele também reforçou a equipe da missão, incorporando o segundo-secretário Domício da Gama e o professor inglês Charles Girardot[34].

Rio Branco instalou-se em Nova Iorque, onde alugou casa "em recanto escondido, de onde quase não saía"[35], e nela recebia sua equipe. Contava com a assessoria jurídica de John Bassett Moore, que, entre 1885 e 1886, fora assistente jurídico do Departamento de Estado e, em seguida, foi nomeado secretário de Estado adjunto, até que em 1891 tornou-se o primeiro professor catedrático de Direito Internacional na Universidade de Colúmbia. Após a morte de Rio Branco, escreveu Moore ser um erro pensar que os homens públicos latino-americanos eram desonestos e citou como exemplo o barão que, destacou, viveu com recursos limitados[36].

---

[32] VASCONCELLOS, Mário de Barros e. *O Barão do Rio Branco*: biografia. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do Serviço de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1954. p. 64.

[33] JORGE, pp. 38-39.

[34] FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. *Self-made nation*: Domício da Gama e o pragmatismo do bom senso. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007. p. 67. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4895/3/Tereza%20Cristina%20N%20Franca%20-%20tese%20Domicio%20da%20Gama.pdf>. Acesso em: 2/5/2011.

[35] AMADO, p. 18.

[36] MOORE, J. B. *The principles of American diplomacy*. New Iork: Cosimo, Inc., 2006. pp. 413-414. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=BzQUIzzC7KAC&oi=fnd&pg=PR7&dq=MOORE,+JB+.The+Principles+of+American+Diplomacy.+New+York+Cosimo,+Inc.,+2

Rio Branco e sua equipe trabalharam duro. Os horários eram inconstantes, em uma corrida em busca de mapas, documentos e na redação da argumentação com base neles. A questão era basicamente cartográfica, de identificar os rios de cabeceiras opostas, denominados Peperi-Guaçu e Santo Antônio, que desaguavam no Iguaçu e no Uruguai. A controvérsia originava-se no equívoco de demarcadores espanhóis, da segunda missão demarcadora da década de 1750, que induzia a crer que os dois rios de cabeceiras opostas eram, na realidade, o Chapecó e o Chopim. A posição brasileira tornou-se confortável com a descoberta, por pesquisas orientadas por Rio Branco, do Mapa das Cortes original, de 1749, que orientou as negociações do Tratado de Madri, e da Instrução aos Demarcadores espanhóis, de 1758, em Simancas, na Espanha. Os originais demonstraram que não eram fiéis cópias desses documentos aquelas usadas pelo lado argentino para embasar sua reivindicação territorial. Elas traziam erros resultantes do trabalho de cópia realizado no passado e não resultavam de má-fé da Argentina[37].

Era 11 de fevereiro de 1894 o prazo de entrega das *Memórias* justificadoras das reivindicações das duas partes e, para cumpri-lo, Rio Branco travou uma luta contra o tempo: durante quatro meses dirigiu, por telégrafo e pelo correio, as buscas de documentos em arquivos e bibliotecas na Espanha, Portugal e Brasil; ocupou um mês conferindo e traduzindo a documentação e redigiu a *Memória* entre 6 de dezembro de 1893 e 8 de fevereiro de 1894. Esta foi entregue ao árbitro no dia 10 de fevereiro, às vésperas do prazo final[38] e, para conseguir fazê-lo, Rio Branco dividiu tarefas: Guillobel corrigiu o trabalho feito pela casa *Julius & Co.*, Dionísio Cerqueira ficou responsável pelos mapas gravados pela *American Bank Note Co.*, e John Bassett Moore reviu o texto escrito por Girardot. À medida que as folhas da *Memória* saíam da máquina de imprensa, os secretários dobravam-nas, enquanto o barão as perfurava e passava um barbante, amarrando-as em volumes[39].

006&ots=3Qv_Wgbsdw&sig=CcPqcAYOJVC2IuFcBRJLg_JoB10#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 7/9/2011.
<http://en.wikipedia.org/wiki/John_Bassett_Moore>. Acesso em 7/9/2011.

37 CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 195. Edição Fac-Similar, p. 195.

38 Carta de RIO BRANCO a Rui BARBOSA, Paris, 7/7/1895 apud. Idem, p . 195.

39 FRANÇA, p. 73.

Enquanto esperavam pelo resultado do laudo arbitral, que demorou um ano, Zeballos e Rio Branco tomaram atitudes diferentes. O delegado argentino procurou criar ambiente favorável à causa do seu país na imprensa, enquanto o barão, ao contrário, instruiu os membros da missão brasileira a serem discretos e se absterem de fazer qualquer tipo de publicidade. Nas vésperas da divulgação do laudo, Zeballos ofereceu um banquete a altos funcionários do Departamento de Estado e, conforme era hábito entre os ricos norte-americanos, colocou uma joia diante do prato de cada senhora. No centro da mesa havia um mapa, confeccionado com flores, do Brasil e da Argentina, em que o território litigioso aparecia como argentino[40].

O laudo arbitral foi lido pelo presidente Cleveland em 6 de fevereiro de 1895, na presença de Rio Branco e Zeballos, e deu vitória à posição brasileira. Na *Memória* brasileira, segundo Gilberto Amado, "exposição, ordem, distribuição da matéria, exame dos documentos, refutação das alegações contrárias, linguagem, tudo se coordena numa perfeição de obra clássica em que tudo é proporção e equilíbrio"[41]. O leitor poderá confirmar a justeza dessa afirmação ao ler o texto dessa defesa nas páginas seguintes, bem como constatar sua solidez analítica, a erudição e o recurso de usar as razões apresentadas por Zeballos para reforçar a posição brasileira. Com isso, Rio Branco deixava de ser o obscuro burocrata consular, condição pela qual optara, para tornar-se o diplomata erudito e grande negociador, trabalhador infatigável e sábio em cercar-se de auxiliares eficientes.

Após a leitura da sentença, Zeballos cumprimentou Rio Branco, afirmando: "queira aceitar, senhor ministro, minhas felicitações pelo brilhante êxito que acaba de obter". A resposta do barão foi: "A vitória não é minha, nem do Brasil: é dos mapas[42]." Zeballos escreveu posteriormente que "o culto à História exige afirmar que o Brasil tinha razão na questão", o que já tinha sido demonstrado ao governo argentino pelo general Garmendia e pelo engenheiro Virasoro, peritos da Comissão de Limites[43].

---

40 Idem, pp. 75, 77. Como fonte da informação sobre o mapa, a autora cita: MEDEIROS, José Albuquerque. *Quando eu era vivo*: memórias 1867-1934. Porto Alegre: Globo, 1942. p. 145.

41 AMADO, p. 19.

42 VASCONCELLOS, p. 72.

43 In: CISNEROS; ESCUDÉ, p. 115.

Convidado a ir ao Rio de Janeiro para ser homenageado, Rio Branco não aceitou e agradeceu a homenagem já feita na capital carioca. Afirmou estar convencido de que o presidente dos EUA exercera com consciência seu papel de árbitro e decidira, "animado de igual afeto por ambas as nações". Portanto, disse acreditar que a decisão arbitral também causara satisfação na Argentina. Teria sido nessa ocasião que Rio Branco observou que "há vitórias que não se devem comemorar", em referência a não se criar, com festejos, um clima negativo na Argentina. Em lugar de ir ao Rio de Janeiro, o barão preferiu retornar à Europa, o que leva Rubens Ricupero a afirmar que: "Há na sobriedade e autocontenção desse procedimento o cálculo do estadista, mais sensível às consequências políticas de um ato do que à satisfação de uma vaidade pessoal, por mais que justificada[44]."

O resultado da arbitragem sobre Palmas ocorreu no momento em que o país continuava polarizado politicamente, vivenciara a Revolta da Armada e assistia aos últimos meses da Revolução Federalista. Nesse contexto, Rio Branco possivelmente foi o único brasileiro vivo admirado por toda a sociedade, posto que não pertencia a partidos ou correntes políticas, e a vitória em Washington qualificou-o para se tornar figura patriótica paradigmática no imaginário brasileiro, papel que antes fora de Pedro II. Seu sucesso seguinte, na Questão do Amapá, e os dez anos à frente do Itamaraty, consolidaram essa imagem.

[44] RICUPERO, p. 61.

QUESTÃO DE LIMITES ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA

EXPOSIÇÃO DO DIREITO DO BRASIL

I

O litígio submetido pelos Estados Unidos do Brasil e pela República Argentina à decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos da América versa sobre o domínio de um território, de que o Brasil está de posse, entre os rios Iguaçu e Uruguai.[1]

Assunto do litígio.

A linha divisória atual entre os dois países começa, ao norte, no rio Paraná, em frente à confluência do Iguaçu; acompanha o curso deste rio desde a sua foz até a do Santo Antônio; volta então para o sul, subindo por este até a sua origem principal; daí passa da bacia do Iguaçu para a do Uruguai, seguindo pelo mais alto do terreno até a nascente principal do Peripi-Guaçu,

[1] Os limites atuais do Brasil e a situação do território reclamado pela República Argentina podem ser estudados em três mapas, organizados sob as vistas da Missão Especial do Brasil em Washington e apensos a esta Exposição.
O primeiro tem por título: "O Brasil, seo território constestado e os paizes limitrophes."
O segundo: "Mappa do Brasil meridional."
O terceiro: "Mappa da comarca de Palmas no estado brasileiro do Paraná; da Gobernación Argentina de Misiones; e de uma parte do estado brasileiro do Rio Grande do Sul." Este mapa é o nº 29 A, no tomo VI. Nele são dados os nomes atuais e os primitivos dos rios dessa região. Dois outros mapas, em escala maior, mostram somente o território em litígio. Um, com o nº 25 A, é fac-símile reduzido da carta construída pela Comissão Mista brasileiro-argentina, que, em virtude do Tratado de 28 de setembro de 1885, fez o reconhecimento desse território. Outro, com o nº 26 A, é fac-símile da cópia autêntica da mesma carta, desenhada pela Comissão argentina.

e continua, na direção sul, pelo curso deste último rio, até a sua foz na margem direita do Uruguai, e depois por este, águas abaixo, até a embocadura do Quaraí.

Essa linha de limites compõe-se, assim, de três seções perfeitamente distintas: a do Iguaçu, a do Uruguai, e a que liga essas duas, formando a fronteira do território intermédio.

O governo brasileiro e o argentino estão concordes quanto às duas fronteiras do Iguaçu e do Uruguai, mas discordam quanto à determinação dos dois rios que, afluindo para aqueles em direções divergentes, devem constituir definitivamente a fronteira internacional do território intermédio.

O Brasil sustenta que essa fronteira deve ser formada pelo Pepiri-Guaçu e pelo Santo Antônio.

A República Argentina reclama para limites, desde 1881, dois rios mais orientais. Até 1888 eram o Chapecó e o Chopim. Nessa data transferiu a sua pretensão do Chopim para o Jangada.

Limites do território contestado.

O território contestado ficou tendo assim os seguintes limites: ao norte, o Iguaçu; ao sul, o Uruguai; a oeste, o Santo Antônio e o Pepiri-Guaçu; e a leste, o Jangada e o Chapecó.

O governo argentino dá ao Chapecó o nome de Pequirí-Guazú e ao Jangada, o de San Antonio Guazú.[2]

Esse território forma a maior parte da comarca de Palmas, nos estados do Paraná e de Santa Catarina, nos Estados Unidos do Brasil, e confina a oeste com o território argentino de Misiones*, e ao sul com o estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

Área.

A área contestada é de mais de 30.621 quilômetros quadrados, ou 11.823 milhas, ou 1.313,6 léguas inglesas quadradas, o que

---

[2] Os nomes *Pepiri* e *Pequiri* escrevem-se indiferentemente, terminando por – *y* – ou por – i –. *Guaçu*, na língua dos índios chamados guaranis e tupis, significa – grande – e *mirim* ou *mirin*, – pequeno. Os portugueses escreviam – *guaçu* – ou – *guassu.* Os brasileiros adotaram a grafia – *guaçu*.

Os espanhóis, e seus descendentes argentinos, escrevem – *guazú*. O adjetivo – *mirim* – ou – *mirin*, – assim escrito pelos portugueses e espanhóis desde os primeiros tempos da conquista até o século passado, foi afinal transformado pelos espanhóis, argentinos e paraguaios em – *minín* – e – *miní*.

Santo Antonio, em português, e *San Antonio* em espanhol, são um e o mesmo nome.

* A partir de 1953, tornou-se a Província de Misiones. (N.E.)

equivale quase a 1.000 léguas geográficas quadradas, ou exatamente, 991,3.

Em 31 de dezembro de 1890, data do último recenseamento a que se procedeu no Brasil, a população da comarca de Palmas era de 9.601 habitantes, dos quais 9.470 brasileiros e 131 estrangeiros. **População.**

A parte contestada dessa comarca tinha então 5.793 habitantes, sendo brasileiros 5.763 e estrangeiros 30. Entre esses não havia um só cidadão argentino.

O número de prédios urbanos e rústicos era de 1.004. [3]

Foi pelo Tratado de 7 de setembro de 1889 que o Brasil e a República Argentina concordaram em submeter a sua controvérsia sobre fronteiras à decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos da América. **Tratado de Arbitramento.**

O artigo 5º do tratado diz o seguinte:

> A fronteira há de ser constituída pelos rios que o Brasil ou a República Argentina tem designado, e o arbitro será convidado a pronunciar-se por uma das partes, como julgar justo, à vista das razões e documentos que produzirem. **Nenhuma divisão do território contestado.**

Assim, de acordo com esta estipulação, o Brasil e a República Argentina convidaram o presidente dos Estados Unidos da América a pronunciar-se como árbitro por uma destas duas linhas de limites:

1º. A dos rios Peripi-Guaçu e Santo Antônio, limite atual do Brasil; ou
2º. A dos rios Jangada (Santo Antônio Guazú) e Chapecó (Pequirí-Guazú), limite reclamado pela República Argentina.

[3] Quadros estatísticos contendo outras informações são apresentados no fim dos dois volumes de documentos (tradução inglesa, vol. III; texto português, vol. IV).

II

O Pepiri-Guaçu era conhecido pelos nomes de Pepiri ou Pequiri quando Portugal e Espanha, pelo Tratado de Madri de 13 de janeiro de 1750, fixaram os limites das suas possessões na América Meridional.

Tratado de 1750.

O afluente do Iguaçu que devia completar a linha divisória nessa região estava ainda então inominado.

Pepiri ou Pequiri.

Os comissários portugueses e espanhóis encarregados da demarcação, cumprindo exatamente as instruções que tinham, reconheceram (1759) a maior parte do curso do Pepiri ou Pequiri, e descobriram e exploraram o afluente do Iguaçu que completava a linha de demarcação, necessariamente meridiana nessa paragem para poder ligar dois pontos iniciais, situados, um ao sul, no Uruguai, outro ao norte, no Iguaçu.

Primeira demarcação.

Ao rio que escolheram para completar a ligação da fronteira chamaram de Santo Antônio e declararam conservar ao Pepiri ou Pequiri o primeiro dos seus antigos nomes. Mas desde 1760 começou o Pepiri a aparecer nos mapas portugueses com o nome de Pepiri-Guaçu e nos mapas oficiais espanhóis ora com este nome ora com o antigo de Pequiri.

Santo Antônio.

Pelo Tratado d'El Pardo, de 12 de fevereiro de 1761, Portugal e Espanha anularam o de 1750, não porque

Pepiri-Guacu ou Pequiri.

houvesse desacordo quanto a esta parte da fronteira, mas por motivos que em seu lugar serão declarados.

Tratado de 1761.

Tratado de 1777.

Veio depois o Tratado Preliminar de Santo Ildefonso, do 1º de outubro de 1777, último ajuste celebrado entre as duas coroas de Portugal e Espanha sobre os limites das suas possessões na América Meridional.

Nesse tratado os dois afluentes do Uruguai e do Iguaçu foram designados, um com os nomes de Pepiri-Guaçu ou Pequiri, o outro com o de Santo Antônio, denominações que tinham nos mapas impressos ou manuscritos consultados para o traçado da linha divisória. As instruções dadas pelo governo espanhol aos seus comissários determinavam com a maior minuciosidade e clareza que a linha de limites era para ser traçada pelos mesmos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, demarcados de comum acordo em 1759 e 1760.

Segunda demarcação.

Mas, em 1788, onze anos depois do tratado, os comissários espanhóis descobriram na margem direita do Uruguai, acima da confluência do Pepiri-Guaçu, e, portanto, mais para leste, dentro do território português, a foz de outro rio que já figurava, embora sem nome, nos mapas do começo desse século. Então, fundando-se em supostos erros que atribuíram aos comissários da anterior demarcação, pretenderam levar a fronteira, não pelo Pepiri-Guaçu e Santo Antônio determinados no Tratado de 1777 e nas instruções dos dois governos, mas pelo rio descoberto em 1788 e pelo que, nascendo em vertente oposta na divisória das águas das bacias do Uruguai e do Iguaçu, afluísse para este último. As nascentes desse tributário do Iguaçu, proposto para limite em lugar do Santo Antônio, só foram achadas em 1791, quatorze anos depois do tratado.

Rio descoberto em 1788.

Pretenção dos comissários espanhóis

Rio descoberto em 1791

Os comissários espanhóis deram o nome de Pequirí-Guazú ao rio descoberto em 1788 e ao outro, cujas cabeceiras foram encontradas em 1791, apelidaram San Antonio Guazú. O primeiro figurava nos mapas portugueses e brasileiros de fins do século passado e princípios do atual com o nome de rio Caudaloso, mas prevaleceu o de Chapecó, que lhe davam os índios habitantes dessa região. O curso do segundo, que os espanhóis não tinham podido reconhecer foi por eles arbitrariamente representado, ora seguindo o rumo do norte, ora o de noroeste. Até 1888 o governo brasileiro e o argentino estavam persuadidos de que esse rio era o que tem a denominação local de

Pequirí-Guazú ou Chapecó, San Antonio Guazú.

Chopim e corre no rumo de noroeste, desaguando no Iguaçu águas acima da foz do Santo Antônio. O reconhecimento feito em 1888 demonstrou que as cabeceiras do San Antonio Guazú de 1791 formam o rio Jangada, que desemboca no Iguaçu muito mais para o oriente.

Chopim, suposto Santo Antônio Guazú.

A demarcação da extensa linha de fronteiras entre o Brasil e as possessões espanholas não estava ultimada, nem tinham sido solvidas pelos dois governos interessados as dúvidas levantadas pelos seus comissários demarcadores, quando, em 1801, o rei da Espanha, pelo manifesto datado de Aranjuez a 28 de fevereiro desse ano, declarou guerra à rainha de Portugal, seus reinos e domínios, e logo depois passou instruções aos vice-reis e governadores espanhóis na América do Sul para que rompessem em hostilidades contra o Brasil.

O Jangada é o San Antonio Guazú.

Ficou assim violado e roto o Tratado de Amizade e Garantia entre as duas coroas de Portugal e Espanha, assinado no Pardo em 11 de março de 1778, e ficou roto e nulo o Preliminar de Limites de 1777, porque houve conquista de territórios na América e o Tratado de Paz concluído em Badajoz a 6 de junho do mesmo ano de 1801 não estipulou o *status quo ante bellum*, nem revalidou o de Limites de 1777.

Guerra de 1801.

Ficou nulo o Tratado de 1777.

Portugal reteve os territórios que conquistara no Rio Grande do Sul, e assim ficaram eles definitivamente anexados ao Brasil.

A nulidade ou validade do Tratado de 1777 e a determinação da fronteira entre os rios Uruguai e Iguaçu são as duas principais questões em que o Brasil e a República Argentina estão em desacordo na discussão dos seus limites.

Outro ponto de desacordo.

O governo brasileiro sustentou sempre que o *uti possidetis* da época da independência e constituição das nacionalidades sul-americanas e as estipulações do Tratado de 1777 que não contrariam esse *uti possidetis* são as únicas bases sobre as quais devem assentar os ajustes de limites entre o Brasil e os Estados seus confinantes de origem espanhola.

Regras adotadas pelo governo brasileiro no ajuste dos seus limites.

Na conferência de 12 de março de 1856, o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil,[4] discutindo com o plenipotenciário do Paraguai, assim se exprimiu:

[4] Conselheiro Paranhos, depois visconde do Rio Branco.

Declarações de 1856

O governo imperial reconhece, como o da República (do Paraguai), que os tratados de limites concluídos entre as duas metrópoles, Portugal e Espanha, se devem considerar rotos e de nenhum valor, porque nunca foram levados a efeito, pelas dúvidas e embaraços que de uma e outra parte surgiram na sua execução, e por efeito das guerras que sobrevieram entre as mesmas metrópoles.

Assim que, o Tratado de 13 de janeiro de 1750 foi revogado pelo de 12 de fevereiro de 1761, e a estes atos sobreveio a guerra de 1762, que terminou pelo Tratado de Paris de 10 de fevereiro de 1763, ficando as coisas no estado em que antes se achavam. Seguiu-se o Tratado Preliminar de 1º de outubro de 1777, que teve a mesma sorte do de 1750, que ele ratificara em grande parte. As dúvidas suscitadas na demarcação impediram que este último reconhecimento das fronteiras dos dois países tivesse pleno efeito, e por fim a guerra de 1801 o anulou para sempre, visto como o Tratado de Paz assinado em Badajoz a 6 de junho do mesmo ano não o restaurou, nem mandou que as coisas tornassem ao estado *ante bellum*.

Se, porém, o governo imperial está de acordo neste ponto com o da República, entende também que é preciso recorrer às estipulações desses tratados, como base auxiliar, para verificar o que era território de Portugal e o que era território da Espanha, bem como as alterações que o domínio de uma ou outra nação sofreu com o correr dos anos e dos acontecimentos. Nos lugares em que um dos dois Estados contesta o domínio do outro, e este não está assinalado por ocupação efetiva ou monumentos materiais de posse, aquela base auxiliar esclarece a dúvida e pode resolvê-la peremptoriamente.

Ao Brasil pertence incontestavelmente o território que na América do Sul pertencia a Portugal, com as perdas e aquisições que ocorreram depois dos Tratados de 1750 e de 1777; e, reciprocamente, aos Estados confinantes que foram colônias da Espanha pertence o que era do domínio desta nação, salvas as alterações que assinala o seu *uti possidetis*.[5]

Declarações de 1857

A Memória que o plenipotenciário do Brasil apresentou em 26 de novembro de 1857 ao governo argentino começava afirmando estes mesmos princípios:

[5] *Protocolos das Conferências havidas na corte do Rio de Janeiro entre os plenipotenciários do Brasil e da República do Paraguay*, p. 22 (Anexo ao Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, 1857).

Os limites entre o Império do Brasil e as Repúblicas que com ele confinam, diz esse documento, não podem ser regulados pelos tratados celebrados entre Portugal e Espanha, suas antigas metrópoles, salvo se ambas as partes contratantes quiserem adotá-los como base para a demarcação de suas respectivas fronteiras.

As convenções com que as duas coroas de Portugal e Espanha procuraram dividir entre si as terras ainda não descobertas, ou conquistadas na América e extremar suas possessões já estabelecidas no mesmo continente, nunca surtiram o desejado efeito.

As dúvidas e incertezas de tais estipulações, os embaraços emergentes de uma e outra parte, e por fim a guerra, sucessivamente inutilizaram todos os ajustes, e consagraram o direito do *uti possidetis* como o único título e a única barreira contra as usurpações de uma e outra nação, e de suas colônias na América Meridional.

As últimas estipulações ajustadas e concluídas entre as duas coroas para a demarcação de seus domínios no Novo Mundo são as do Tratado Preliminar de 1º de outubro de 1777, disposições em grande parte copiadas no Tratado de 13 de janeiro de 1750, que aquele teve por fim modificar e esclarecer.

O Tratado de 1777 foi roto e anulado pela guerra superveniente em 1801 entre Portugal e Espanha, e assim ficou para sempre, não sendo restaurado pelo Tratado de Paz assinado em Badajoz aos 6 dias de junho do mesmo ano. A Espanha conservou a praça de Olivença, que tinha conquistado pelo direito da guerra, e Portugal todo o território pertencente à Espanha, que em virtude do mesmo direito ocupara na América.

É, pois, incontestável que nem mesmo a Espanha ou Portugal poderia hoje invocar o Tratado de 1777, porque contra semelhante pretensão protestaria a evidência do direito internacional.

O governo de sua majestade o imperador do Brasil, reconhecendo a falta de direito escrito para a demarcação de suas raias com os Estados vizinhos, tem adotado e proposto às únicas bases razoáveis e equitativas que podem ser invocadas: *uti possidetis* onde este existe, e as estipulações do Tratado de 1777, onde elas se conformam ou não vão de encontro às possessões atuais de uma e outra parte contratante.

O governo argentino considera o Tratado de 1777 em pleno vigor.

> Estes princípios têm por si o assenso da razão e da justiça, e estão consagrados no direito público universal. Rejeitados eles, o único princípio regulador seria a conveniência e a força de cada nação.

O governo argentino entende que o princípio do *uti possidetis* colonial só pode ser invocado nos ajustes de limites entre as Repúblicas hispano-americanas, e considera o Tratado de 1777 em pleno vigor, obrigatório para o Brasil e para a República Argentina.

Tratado de Paz entre Portugal e Espanha.

Esta questão de 1801 só pode ser resolvida de acordo com os princípios que dominavam naquela época e com a regra observada uniformemente nas negociações de paz entre Portugal e Espanha.

Examinando os tratados de paz entre essas duas coroas depois da restauração de Portugal, ver-se-á que a revalidação expressa de todas as convenções *ante bellum*, e muito especialmente das que versavam sobre limites, era condição indispensável para que elas readquirissem a anterior vigência. Assim é que o artigo 13 do Tratado de Utrecht, de 6 de fevereiro de 1715, revalidou os Tratados de 13 de fevereiro de 1668 e de 18 de junho de 1701; que pelo artigo 2º do Tratado de Paris, de 10 de fevereiro de 1763, foram revalidados os de 1668 e 1715 e o de 12 de fevereiro de 1761; e pelo artigo 1º do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, foram ratificados os de 13 de fevereiro de 1668, 6 de fevereiro de 1715 e 10 de fevereiro de 1763 em tudo aquilo que expressamente não fosse derrogado pelas disposições do novo tratado.

Paz de Badajoz, 1801.

Na paz de Badajoz omitiu-se essa cláusula habitual, porque ambos os governos esperavam grandes conquistas territoriais na América do Sul.[6]

Se a partir de 1801 o Tratado de Santo Ildefonso deixou de ser válido para Portugal e Espanha, não podia ficar válido para o Brasil e

---

[6] O seguinte trecho, traduzido para o português, de uma carta escrita de Buenos Aires no dia 1º de março de 1802 por dom Félix de Azara, comissário espanhol na demarcação de limites, mostra qual era então a opinião corrente na Espanha e suas possessões.
"Por outro lado, duvido que o tratado de limites deva ser a base de minhas reflexões, porque parece que o de 1777 que fui encarregado de demarcar deveu ficar anulado e rompido, com a declaração da última guerra e não sei se na paz atual se combinou de forma semelhante ou em outros termos, por que não vi o tratado dela (de paz)."
Este documento está no arquivo de Alcalá de Henares, Espanha.

para as colônias espanholas que se proclamaram independentes.

Independência da Argentina, 1810.

Em 1810 as províncias do vice-reinado do Rio da Prata se separaram da mãe-pátria e se desmembraram. O maior número dentre elas formou, desde 1816, a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, depois Confederação Argentina e ultimamente República Argentina.

Em 1821 o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves reconheceu a independência da nova República.

Independência do Brasil, 1822.

Em 1822 o Reino do Brasil proclamou a sua independência e ficou sendo, até 1889, o Império Constitucional do Brasil.

As duas novas nacionalidades herdaram seguramente, em matéria de limites territoriais, os direitos e obrigações de suas respectivas mães-pátrias, mas o único princípio que vigorava na época da Independência, não havendo então tratado algum de limites, era o do *uti possidetis*, já reconhecido por Portugal e Espanha desde 1750 como a única regra razoável e segura para a determinação das suas fronteiras na América do Sul.

Direito do Brasil.

Estando, porém, o governo brasileiro e o argentino de acordo, como já ficou dito, em que as principais fronteiras dos dois países continuem a ser formadas pelas duas linhas fluviais do Uruguai e do Iguaçu, a questão da nulidade ou validade do Tratado de 1777 não tem interesse prático no presente debate, pois a guerra de 1801 em nada modificou a extensão do domínio de Portugal ou da Espanha na zona compreendida entre esses dois rios.

O Brasil funda o seu direito no fato de que já no século XVII o território a leste do rio Pequiri ou Pepiri, depois Pepiri-Guaçu, – descoberto pelos brasileiros de São Paulo, chamados paulistas, e não por Cabeza de Vaca, como ultimamente se alegou, modificando o conhecido itinerário desse governador espanhol, – era dominado pelos mesmos paulistas e fazia parte integrante do Brasil. Funda o seu direito no *uti possidetis* da época da independência, que era o mesmo reconhecido pelos missionários espanhóis quando, desde o século XVII até meados do XVIII, mantinham a oeste do Pequiri brasileiro um posto de observação para dar notícia dos movimentos dos paulistas; posse igualmente reconhecida pela Espanha no Tratado de 1750 e admitida pelo próprio governo argentino, porquanto no

largo período de 70 anos, decorridos desde 1810 até 1881, não manifestou pretensão alguma a fronteira mais oriental do que essa, e no período de 40 anos, decorridos desde a ocupação efetiva e permanente desse território por cidadãos e autoridades do Brasil, em 1838 e 1840, até 1881, não reclamou ou protestou contra essa ocupação brasileira. Funda ainda o seu direito na posição especial desse território, que lhe é indispensável para a sua segurança e defesa e para a conservação das comunicações interiores entre o Rio Grande do Sul e os outros Estados da União Brasileira. Aceita, porém, todos os documentos históricos em que a República Argentina procura basear a sua reclamação. Esses documentos são os Tratados de 1750 e 1777, as instruções expedidas aos comissários demarcadores e um mapa oficial de 1749.

Os tratados, com os acontecimentos que os prepararam e as demarcações subsequentes, vão ser estudados e ao mesmo tempo serão refutadas as alegações dos comissários espanhóis de 1789 e os argumentos que delas tem procurado tirar o governo argentino.

III

O Brasil tem sido apresentado como herdeiro de usurpações portuguesas por alguns defensores da causa argentina, que, recorrendo a antigas e apaixonadas discussões da época colonial, ainda hoje falam na célebre linha meridiana de demarcação.

Primeira linha de demarcação ajustada em Tordesilhas, 1494.

É sabido que, no século XVI, quando Portugal e Espanha começaram a colonizar a América do Sul, o único limite que tinham ajustado para os seus domínios ultramarinos era essa célebre mas nunca respeitada linha de demarcação, concedida em 4 de maio de 1493 pelo papa Alexandre VI, e modificada pelo Tratado de Tordesilhas, de 7 de junho de 1494, entre dom João II de Portugal e Fernando e Isabel de Castela.

Alexandre VI dividira o mundo por um meridiano traçado 100 léguas a oeste das ilhas dos Açores e de Cabo Verde. As terras descobertas a leste desse meridiano pertenceriam a Portugal, e a oeste à Espanha. O Tratado de Tordesilhas, aprovado pelo papa Júlio II (Bula de 24 de janeiro de 1506), situou o meridiano de demarcação 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde.

A determinação dessa linha imaginária deu lugar até o século XVIII a muitas dúvidas e contestações, que seria ocioso referir aqui. Basta dizer que, segundo os conhecimentos que hoje temos, o ponto terminal das 370 léguas, contadas da extremidade mais ocidental da

ilha de Santo Antão de Cabo Verde, fica na longitude de 48º35'25"O, na hipótese pouco favorável ao Brasil, como diz Varnhagen,[7] de serem essas léguas de 16⅔ ao grau,[8] e não de 15, como as contavam Colombo, Américo Vespúcio e outros navegadores espanhóis, ou ao serviço da Espanha, na época do descobrimento do Novo Mundo.[9] No hemisfério oposto, essa linha de demarcação correspondia, portanto, a 131º24'35" E.

Situação dessa linha

Sendo essas léguas contadas à razão de 17½ ao grau, como queriam depois os espanhóis – o que é anacronismo, pois tal inovação não estava em prática quando se concluiu o Tratado de Tordesilhas[10] –, o ponto terminal estaria a 47º29'05"O.[11]

Não há dúvida que os portugueses no Brasil ocuparam uma grande extensão de terras a oeste dessa linha, mas essa ocupação se fez de boa fé durante o século XVII e princípios do XVIII, quando os cálculos de longitude não podiam ter a precisão de hoje e ainda não se tinha a medida exata de um grau equatorial. As antigas cartas da América do Sul colocavam esse continente muito mais a leste do que ele está. No último volume, da *Histoire de la G*éographie de Madagascar, M. Grandidier compara as posições indicadas em cartas dos séculos XVI e XVIII e encontra diferenças de mais de 32º de longitude.

Ambos os governos ultrapassaram a linha de Tordesilhas antes do século XVIII.

Também a Espanha ultrapassou o hemisfério que lhe coube em partilha.

A primeira contestação a que o Tratado de Tordesilhas deu lugar teve por objeto a propriedade das Molucas, sustentando a Espanha que essas ilhas, ocupadas pelos portugueses, estavam dentro do hemisfério

---

7 Visconde de Porto Seguro (Varnhagen), *Historia Geral do Brasil*, 2ª ed., p. 69.

8 Enciso, *Suma de Geographia que trata de todas las partidas y provincias del mundo,* 1519; e Francisco Falero (Falleiro), *Del Tratado de la esphera y del arte del marear, ...* 1535. De Enciso e sua obra diz Harrisse: "Um grande hidrógrafo e explorador. Seu trabalho é inestimável para a antiga história geográfica deste continente."

9 *De orbe novo Petri Martyris Ab Angleria*, Alcala, 1530, fol. LXXVIII, verso: "... Se contarmos as léguas como os marinheiros espanhóis, cada grau contém 15 léguas; mas eles, contra a opinião de todos, dizem que o grau contém 17 léguas e meia."

10 Varnhagen, *Examen de quelques points de l'Histoire géographique du Brésil*, Paris, 1858, p. 36.

11 Estes cálculos foram feitos tomando como ponto de partida a ponta ocidental da ilha de Santo Antão, em 17º05'30"N e 27º42'30" O de Paris (Greenwich oeste de Paris 2º20'14"). A légua de 16 2/3 em um grau equatorial = 6.678m,396. As 370 léguas na latitude de 17º05'30" dão 23º13'09". A légua de 17 ½ ao grau = 6.360m,377. Na mesma latitude dão 22º06'48".

espanhol. O acordo assinado em Saragoça a 22 de abril de 1529 resolveu a questão, pagando Portugal à Espanha o preço pedido pelas Molucas e pela transferência da linha de demarcação na Oceania para 17º a leste dessas ilhas. O novo limite no oriente ficou passando pelas ilhas de Velas, hoje Marianas ou Ladrones, na Polinésia.

Posteriormente, a Espanha violou o ajustado em Saragoça e Tordesilhas ocupando as ilhas Filipinas, que estavam, como as Molucas, dentro da demarcação portuguesa.

É, portanto, injusto estar a atribuir usurpações de uma parte, calando as do lado contrário, e acusar os portugueses de falsificar em suas cartas geográficas dos séculos XVI e XVII a posição do Brasil. Ninguém que tenha noções de história geográfica pode hoje tomar ao sério semelhante acusação. É mais leal, mais digno e verdadeiro admitir que naquele tempo portugueses e espanhóis estavam de boa fé, e esquecer erros e inconsequências que nenhuma relação tem com o presente debate. Os conhecimentos astronômicos e geográficos eram então muito incompletos, e deve-se ter presente que também a boa fé dos espanhóis foi suspeitada, como se vê no seguinte trecho de d'Anville:

Injustas acusações.

> Herrera tinha seus motivos para reduzir dessa maneira a largura do Mar do Sul (Oceano Pacífico). Era o de incluir as Filipinas e as Molucas nos limites da concessão feita ao rei de Castela pelo papa Alexandre VI, porque, tendo partilhado a circunferência da Terra em duas metades, de 180 graus cada uma, entre os reis de Castela e de Portugal, esse papa havia atribuído ao primeiro a parte ocidental e ao segundo, a parte oriental, a contar de uma certa distância dos Açores para o poente. Encolhendo o Mar do Sul, o escritor castelhano encontrou um meio de empurrar o meridiano ou a linha de *demarcação*, segundo o termo espanhol, até o estreito de Sunda, entre Java e Sumatra. De outra maneira, as ilhas de que se trata teriam parecido compreendidas na concessão feita a Portugal. Mas a geografia não poderia prestar-se, se podemos nos exprimir assim, a esta disposição política.[12]

Se a linha de demarcação passasse entre Java e Sumatra, como pretendiam os espanhóis no século XVI, quase toda a América do Sul estaria dentro dos 180 graus de longitude atribuídos a Portugal.

[12] D'Anville, *Mesure conjecturale de la terre sur l'équateur,* Paris, 1736, in-12.

Um dos mais célebres ministros de Estado que teve a Espanha, o conde de Floridablanca, reconheceu a sem-razão dos que pretendiam no século XVIII restabelecer a linha de Tordesilhas. Disse ele em 1781: "Estender nossas possessões no Brasil como algumas pessoas parecem desejar, em virtude da famosa divisão feita por Alexandre VI, é um projeto inexequível e, ainda mais, contrário aos compromissos anteriores. Ademais, admitindo esse princípio, teríamos que ceder aos portugueses as ilhas Filipinas, que lhes pertencem, segundo a demarcação feita por esse Pontífice."[13]

Como se foi formando o Brasil Atual.

De 1580 a 1640 estiveram reunidas as duas coroas de Portugal e Espanha e, portanto, debaixo do mesmo cetro tanto o Brasil como as possessões espanholas na América.

1580-1640.

Foi no tempo dessa união que começaram a alargar-se as fronteiras do Brasil, ainda então indefinidas, visto não se saber ao certo qual a verdadeira posição da linha de Tordesilhas.

Em 1637 (14 de junho), Filipe IV da Espanha, ao mesmo tempo rei de Portugal com o nome de Filipe III, criou a capitania do cabo do Norte e anexou-a ao Brasil, dando-lhe por limite setentrional o rio de Vicente Pinçon, nome que então tinha também o Oiapoque.

A 16 de agosto de 1639, Pedro Teixeira, cumprindo as instruções do mesmo rei, tomou posse da margem esquerda do Napo, estabelecendo ali o limite ocidental das terras da coroa portuguesa ao norte do Amazonas.

No mesmo período os brasileiros de São Paulo, chamados paulistas, prosseguindo em suas expedições pelo interior, expulsaram os espanhóis e seus missionários jesuítas das posições que ocupavam em territórios considerados dentro da demarcação portuguesa: no Alto Paraguai; ao oriente do Paraná, entre o Paranapanema e o Iguaçu; e, mais ao sul, ao oriente do Uruguai.

A revolução da independência de Portugal em 1640 encontrou o Brasil aumentado no extremo norte com os territórios que lhe foram anexados pelo rei da Espanha, a oeste e ao sul com os conquistados pelos paulistas, mas privado de toda a zona marítima desde o rio Real até o Maranhão, então ocupada pelos holandeses. Essa parte do Brasil só voltou ao domínio português em 1654.

1640-1668.

[13] *Memorial presentado al Rey Carlos III* (10 out. 1788) *por el conde de Floridablanca (Tomo 59 da Biblioteca de Autores Españoles*). Transcrito no vol. IV desta exposição, pp. 129-133, e traduzida no III, pp. 137 a 141.

A guerra com a Espanha terminou pelo reconhecimento da independência de Portugal. No Tratado de Paz assinado em Lisboa em 13 de fevereiro de 1668, nada se estipulou sobre limites na América. O artigo 2º determinava a mútua restituição de praças conquistadas "durando a guerra", devendo ficar os dois reinos com os "limites e confrontações que tinham antes da guerra."

Tratado de 1668.

Em 1680, o governador do Rio de Janeiro, dom Manuel Lobo, em cumprimento de instruções recebidas de Lisboa, ocupou a margem esquerda do rio da Prata, que os portugueses reputavam o limite meridional do Brasil, e ali fundou, quase em frente de Buenos Aires, a Colônia do Sacramento. No mesmo ano, e de ordem do governador de Buenos Aires, foi o novo estabelecimento investido e levado de assalto por um numeroso exército de espanhóis e índios guaranis.

Disputas e hostilidades.

Colônia do Sacramento.

Tomada pelo espanhóis, 1680.

Apenas informado do ocorrido, Carlos II de Espanha despachou para Lisboa, como seu embaixador extraordinário, o duque de Giovenazzo, encarregando-o de dar as mais plenas satisfações ao príncipe regente de Portugal, depois rei dom Pedro II. Assinou-se então nessa cidade o Tratado Provisional de 7 de maio de 1681, pelo qual voltou a Colônia ao domínio português, ficando ajustado que a questão de direito seria examinada por comissários nomeados pelos dois governos.

Restituída a Portugal, 1681

Renovou-se então o antigo debate sobre a verdadeira posição da linha meridiana de Tordesilhas e seus pontos de interseção no litoral da América do Sul, sem que se pudesse chegar a acordo algum.

Durante a Guerra da Sucessão, os espanhóis sitiaram e atacaram a Colônia (1704-1705), defendida pelo general Veiga Cabral. Por ordem do rei dom Pedro II, que a não podia socorrer, foi essa praça evacuada e ficou pela segunda vez em poder dos espanhóis.

Evacuada pelos portugueses, 1705.

O Tratado de 6 de fevereiro de 1715, assinado em Utrecht,[14] a restituiu, com o seu território, a Portugal, renunciando o rei da Espanha a todos os seus direitos e reclamações (artigos 5º e 6º), com a única condição de poder oferecer,

Volta ao domínio português pelo Tratado de Utrecht, 1715.

[14] Borges de Castro, *Collecção de Tratados;* C. Calvo, *Recueil de Traités.*

dentro do prazo de ano e meio, um equivalente, que o rei de Portugal aceitaria ou não, pelo dito "Território e Colônia" (artigo 7º).

Novas disputas.

O governador de Buenos Aires, entretanto, só restituiu a Colônia e o terreno a tiro de canhão da praça. Apesar dos protestos e reclamações do governo português, que sustentava ter-se entendido em Utrecht por "Território e Colônia" toda a margem esquerda do rio da Prata, não quis a corte de Madri admitir essa interpretação de um texto na verdade pouco claro.

Terceiro sítio da Colônia.

Ocupação do Rio Grande do Sul pelo portugueses.

De 1735 a 1737, a praça da Colônia, então comandada pelo general Vasconcelos, foi de novo atacada e assediada pelos espanhóis. Uma expedição dali saída, sob o comando do general Silva Pais, ocupou (19 de fevereiro de 1737) e fortificou a barra do Rio Grande do Sul, e estabeleceu os postos militares do Taim, Chuí e São Miguel.

Nesse território do Rio Grande do Sul já havia, ao norte do Jacuí, vários estabelecimentos portugueses, fundados por brasileiros de Laguna, de Curitiba e de São Paulo.

Pelo armistício assinado em Paris a 16 de março de 1737, convieram os governos português e espanhol em expedir ordens para que cessassem as hostilidades na América, ficando as coisas no mesmo estado em que se achassem no momento de chegarem essas ordens, até o ajuste definitivo das reclamações pendentes.

Armistício de 1737.

IV

Estas continuadas disputas e hostilidades acabaram por convencer os dois governos de que era conveniente determinar de modo claro e permanente os limites dos seus domínios na América e nas Índias Orientais, renunciando a pretensões que o progresso dos conhecimentos geográficos tinha tornado insustentáveis.

Portugal e Espanha reconhecem a necessidade de um tratado de limites.

Entabularam-se negociações que prosseguiram com mais atividade depois que pela paz de Aquisgrão (18 de outubro de 1748) a Espanha se desembaraçou de outros cuidados no exterior. Delas resultou o Tratado de Madri de 13 de janeiro de 1750,[15] primeiro acordo de limites entre as duas coroas em que figura o rio Pepiri ou Pequiri, motivo da controvérsia suscitada em 1789 pelos comissários espanhóis e ressuscitada nestes últimos anos pelo governo argentino.

Tratado de Madri, 13 de janeiro de 1750.

O negociador ostensivo do tratado por parte de Portugal foi o mestre de campo general Tomás da Silva Teles, visconde de Vila Nova de Cerveira, embaixador extraordinário em Madri, e por parte da Espanha o ministro de Estado dom Joseph de Carvajal y Lancaster; mas quem de fato defendeu a causa de Portugal e do Brasil e os interesses bem entendidos da América nesse debate foi o célebre estadista e diplomata brasileiro Alexandre de Gusmão.[16]

Alexandre de Gusmão.

[15] Texto português no tomo IV, tradução inglesa no tomo III, primeiro documento.

[16] Era então secretário particular do rei dom João V, ministro do Conselho Ultramarino e

Nas conferências que precederam à assinatura do tratado ficou resolvido que se renunciasse de todo ao estabelecimento de linhas imaginárias de demarcação, que os limites fossem determinados pelos rios e montes mais notáveis e conhecidos, *ficando cada uma das partes contratantes com o que possuía naquela data,* excetuadas as mútuas cessões que fossem feitas.

Limites naturais em vez de linhas imaginárias.

Uti possidetis.

Portugal concordou em ceder a Colônia do Sacramento, e a margem esquerda do Amazonas a oeste da boca mais ocidental do Japurá, em renunciar aos seus direitos sobre as Filipinas, e em desistir da restituição do preço pago indevidamente pelas Molucas em virtude do acordo de Saragoça. A Espanha concordou em reconhecer todas as posses portuguesas na América e em ceder o território da margem esquerda do Uruguai ao norte do Ibicuí em troca da Colônia do Sacramento e do território contestado na margem esquerda do rio da Prata.

Transações.

O estudo do Tratado de 1750 deixa a mais viva e grata impressão da boa fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram esse ajuste amigável de antigas e mesquinhas querelas, consultando-se unicamente os princípios superiores da razão e da justiça e as conveniências da paz e da civilização da América. Naquele momento, como disse o historiador inglês Robert Southey, os soberanos contratantes, dom João V de Portugal e Fernando VI da Espanha, souberam mostrar-se muito adiante do seu século.[17]

O preâmbulo do Tratado de 1750.

O preâmbulo do tratado resume as alegações apresentadas pelas duas partes, as conclusões a que chegaram e os princípios e regras que adotaram.

Diz esse preâmbulo, redigido, como quase todo o tratado, por Alexandre de Gusmão:

membro da Academia Real de História. Tinha sido secretário de embaixada de Portugal em Paris e enviado extraordinário em Roma. Nessa ocasião recusou o título de príncipe que lhe foi oferecido pelo papa. Nasceu em Santos em 1695 e faleceu em Lisboa em 1753.

17 "A linguagem e o tom geral deste memorável tratado dão testemunho da sinceridade e boas intenções das duas cortes; os dois soberanos contratantes parecem na verdade ter ido muito além do seu tempo. Procederam com uma retidão que quase pode ser considerada nova na diplomacia; e procurando estabelecer uma paz perpétua em suas colônias, quaisquer que fossem as disputas que ocorressem entre eles na Europa, deram um exemplo digno de ser tido em lembrança como um meio prático de diminuir as calamidades da guerra" (Robert Southey, *History of Brazil*, Londres, 1817-1819, III vol., p. 448).

Os sereníssimos reis de Portugal, e Espanha, desejando eficazmente consolidar e estreitar a sincera e cordial amizade, que entre si professam, considerarão que o meio mais conducente para conseguir tão saudável intento, é tirar todos os pretextos, e afastar os embaraços, que possam ao diante alterá-la, e particularmente os que se podem oferecer com o motivo dos *limites das duas coroas na América, cujas conquistas se têm adiantado com incerteza e dúvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a linha divisória, que havia de ser o principio inalterável da demarcação de cada coroa. E considerando as dificuldades invencíveis, que se ofereceriam se houvesse de assinalar-se esta linha com o conhecimento prático, que se requer;* resolveram examinar as razões e dúvidas, que se oferecessem por ambas as partes, e à vista delas concluir o ajuste com recíproca satisfação e conveniência.

Linha divisória imaginária.

Por parte da coroa de Portugal se alegava que, havendo de contar-se os 180 graus da sua demarcação desde a linha para o oriente, ficando para Espanha os outros 180 graus para o ocidente; e devendo cada uma das nações fazer os seus descobrimentos e colônias nos 180 graus da sua demarcação; contudo, se acha, conforme as observações mais exatas e modernas dos astrônomos, e geógrafos, que começando a contar os graus para o ocidente da dita linha, se estende o domínio espanhol na extremidade asiática do Mar do Sul, muitos mais graus, que os 180 graus da sua demarcação; e por conseguinte tem ocupado muito maior espaço, do que pode importar qualquer excesso, que se atribua aos portugueses, no que talvez terão ocupado na América Meridional ao ocidente da mesma linha, e princípio da demarcação espanhola.

Alegações portuguesas.

Também se alegava, que pela escritura de venda com pacto de *retrovendendo*, outorgada pelos procuradores das duas coroas em Saragoça a 22 de abril de 1529, vendeu a coroa da Espanha a Portugal tudo o que por qualquer via ou direito lhe pertencesse ao ocidente de outra linha meridiana, imaginada pelas ilhas das Velas,[18] situadas no Mar do Sul a 17 graus de distância de Maluco:[19] com declaração, que se a Espanha consentisse, e não impedisse aos seus vassalos a navegação da dita linha para o ocidente, ficaria logo extinto, e resoluto o pacto de *retrovendendo;* e que quando alguns vassalos da Espanha, por ignorância, ou por necessidade, entrassem dentro dela, e descobrissem algumas ilhas, ou terras,

[18] Depois chamadas Ilhas Marianas, ou dos Ladrões.
[19] Molucas.

pertenceria a Portugal o que nesta forma descobrissem. Que sem embargo desta convenção, foram depois os espanhóis a descobrir as Filipinas, e, com efeito, se estabeleceram nela pouco antes da união das duas coroas, que se fez no ano de 1580, por cuja causa cessaram as disputas, que esta infração suscitou entre as duas nações; porém tendo-se depois dividido, resultou das condições da escritura de Saragoça um novo título, para que Portugal pretendesse a restituição, ou o equivalente de tudo o que ocuparam os espanhóis ao ocidente da dita linha, contra o capitulado na referida escritura.

Quanto ao território da margem setentrional do rio da Prata, alegava, que com o motivo da fundação da Colônia do Sacramento se excitou uma disputa entre as duas coroas, sobre limites, a saber, se as terras, em que se fundou aquela praça, estavam ao oriente, ou ao ocidente da linha divisória, determinada em Tordesilhas; e enquanto se decidia esta questão, se concluiu provisionalmente um Tratado em Lisboa a 7 de maio de 1681, no qual se concordou que a referida praça ficasse em poder dos portugueses e que nas terras disputadas tivessem o uso e aproveitamento comum com os espanhóis. Que pelo artigo 6º da paz celebrada em Utrecht entre as duas coroas em 6 de fevereiro de 1715, cedeu sua majestade cristianíssima toda a ação e direito que podia ter ao território e colônia, dando por abolido em virtude desta cessão o dito tratado provisional. Que devendo em vigor da mesma cessão entregar-se à coroa de Portugal todo o território da disputa, pretendeu o governador de Buenos Aires satisfazer unicamente com a entrega da praça, dizendo, que pelo território só entendia o que alcançasse o tiro de canhão dela, reservando para a coroa de Espanha todas as demais terras da questão, nas quais se fundou depois a praça de Montevidéu, e outros estabelecimentos. Que esta inteligência do governador de Buenos Aires foi manifestamente oposta ao que se tinha ajustado; sendo evidente, que por meio de uma cessão não devia ficar a coroa da Espanha de melhor condição do que antes estava, no mesmo que cedia; e tendo ficado pelo tratado provisório ambas as nações com a posse, e assistência comum naquelas campanhas, não há interpretação mais violenta do que o supor, que por meio da cessão de sua majestade cristianíssima ficavam pertencendo privativamente a sua coroa.

Que tocando aquele território a Portugal por título diverso da linha divisória, determinada em Tordesilhas (isto é, pela transação feita no Tratado de Utrecht, em que sua majestade católica cedeu o direito, que lhe competia pela demarcação antiga), devia aquele território independentemente das questões daquela linha,

ceder-se inteiramente a Portugal com tudo o que nele se houvesse novamente fabricado, como feito em solo alheio. Finalmente, que suposto pelo artigo 7º do dito Tratado de Utrecht, se reservou sua majestade católica a liberdade de propor um equivalente à satisfação de sua majestade fidelíssima pelo dito território e colônia; contudo, como há muitos anos passou o prazo assinalado para oferecê-lo, tem cessado todo o pretexto, e motivo, ainda aparente, para dilatar a entrega do mesmo território.

Por parte da coroa de Espanha se alegava, que havendo de imaginar-se a linha de norte a sul a 370 léguas ao poente das ilhas de Cabo Verde, conforme o Tratado concluído em Tordesilhas a 7 de junho de 1494, todo o terreno, que houvesse nas 370 léguas desde as referidas ilhas até o lugar, aonde se havia de assinalar a linha, pertence a Portugal, e nada mais por esta parte; porque desde ela para o ocidente se hão de contar os 180 graus da demarcação de Espanha: e ainda que por não estar declarado de qual das ilhas de Cabo Verde, se hão de começar a contar as 370 léguas, se ofereça dúvida, e haja interesse notável, por estarem todas elas situadas leste-oeste com a diferença de 4,5 graus; também é certo, que ainda cedendo a Espanha, e consentindo que se comece a contar desde a mais ocidental, que chamam de Santo Antão, apenas poderão chegar as 370 léguas à cidade do Pará, e mais colônias, ou capitanias portuguesas, fundadas antigamente nas costas do Brasil; e como a coroa de Portugal tem ocupado as duas margens do rio Amazonas, ou Marañon, subindo até a boca do rio Javari, que entra nele pela margem austral, resulta claramente ter-se introduzido na demarcação da Espanha tudo quanto dista a referida cidade da boca daquele rio,[20] sucedendo o mesmo pelo interior do Brasil com a internação, que fez esta coroa até o Cuiabá, e Mato Grosso.

Alegações espanholas.

Pelo que toca à Colônia do Sacramento, alegava, que, conforme os mapas mais exatos, não chega com muita diferença à boca do rio da Prata a paragem onde se deveria imaginar a linha; e consequentemente a referida Colônia com todo o seu território cai ao poente dela, e na demarcação da Espanha; sem que obste o novo direito, com que a retém a coroa de Portugal em virtude do Tratado de Utrecht; por quanto nele se estipulou a restituição por um equivalente; e ainda que a corte da Espanha o ofereceu dentro do termo prescrito no artigo 7º, não o admitiu a de

[20] Já ficou dito que por decisão do rei da Espanha, ao mesmo tempo rei de Portugal, toda a margem direita do Amazonas até o Napo ficara anexada aos domínios da coroa portuguesa em 1639.

Portugal; por cujo fato ficou prorrogado o termo, sendo, como foi, proporcionado e equivalente; e o não tê-lo admitido foi mais por culpa de Portugal, que da Espanha.

Impossibilidade de manter a linha divisória de Tordesilhas.

Vistas, e examinadas estas razões pelos dois sereníssimos monarcas, com as réplicas, que se fizeram de uma e outra parte, procedendo com aquela boa fé e sinceridade, que é própria de príncipes tão justos, tão amigos, e parentes, desejando manter os seus vassalos em paz e sossego, e reconhecendo as dificuldades e dúvidas, que em todo o tempo fariam embaraçada esta contenda, se se houvesse de julgar pelo meio da demarcação, acordada em Tordesilhas, assim porque se não declarou de qual das ilhas de Cabo Verde se havia de começar a conta das 370 léguas, como pela dificuldade de assinalar nas costas da América Meridional os dois pontos ao sul, e ao norte, donde havia de principiar a linha; *como também pela impossibilidade moral de estabelecer com certeza pelo meio da mesma América uma linha meridiana; e finalmente por outros muitos embaraços, quase invencíveis, que se ofereceriam para conservar sem controvérsia, nem excesso, uma demarcação regulada por linhas meridianas:* e considerando ao mesmo tempo, que os referidos embaraços talvez foram pelo passado a ocasião principal dos excessos, que de uma e outra parte se alegam, e das muitas desordens, que perturbaram a quietação dos seus domínios; resolveram por termo às disputas passadas e futuras, e esquecer-se, e não usar de todas as ações e direitos, que possam pertencer-lhes em virtude dos referidos Tratados de Tordesilhas, Lisboa, Utrecht, e da Escritura de Saragoça, ou de outros quaisquer fundamentos, que possam influir na divisão dos seus domínios por linha meridiana; *e querem que ao diante não se trate mais dela, reduzindo os limites das duas monarquias aos que se assinalaram no presente tratado; sendo o seu ânimo, que nele se atenda com cuidado a dois fins: o primeiro, e mais principal é, que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem deem ocasião a disputas, como são a origem, e curso dos rios, e os montes mais notáveis: o segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum e para que os confins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias.*

Limites naturais e uti possidetis.

O artigo 21 mostra bem que o espírito de um homem superior e verdadeiro americano presidiu à feitura desse tratado. Basta reproduzir aqui o começo do artigo:

> Sendo a guerra ocasião principal dos abusos, e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, querem suas majestades fidelíssima e católica, que se (o que Deus não permita) se chegasse a romper entre as duas coroas, se mantenham em paz os vassalos de ambas, estabelecidos em toda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com os seus aliados. E os motores e cabos de qualquer invasão, por leve que seja, serão castigados com pena de morte irremissível; e qualquer preza que fizerem, será restituída de boa fé, e inteiramente...

Paz na América mesmo quando as duas coroas estivessem em guerra na Europa.

Nos artigos 4º a 9º estão determinados os limites do Brasil desde Castilhos Grandes, perto da entrada do rio da Prata, até o norte do Amazonas e da linha equinocial.

A linha divisória de 1750.

Da costa do mar, em Castilhos Grandes, a linha divisória seguia pelas lombadas que separam as águas que correm para a lagoa Mirim e rio Grande das que vão para o rio da Prata e rio Negro; alcançava assim a nascente principal do Ibicuí e descia então por este rio até a sua confluência na margem esquerda e oriental do Uruguai.

O artigo 5º descreve a fronteira desde a foz do Ibicuí até a do Igureí no Paraná. Nele estão compreendidos os limites ocidentais do território hoje contestado, isto é, os limites atuais do Brasil entre o Uruguai e o Iguaçu.

Entre o Uruguai e o Iguaçu.

Diz o artigo 5º:

> "Subirá" (a linha divisória) desde a boca do Ibicuí *pelo álveo do Uruguai, até encontrar o do rio Pepiri ou Pequiri, que deságua na margem ocidental do Uruguai; e continuará pelo álveo do Pepiri acima, até a sua origem principal; desde a qual prosseguirá pelo mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboque no rio Grande de Curituba, por outro nome chamado Iguaçu. Pelo álveo do dito rio mais vizinho da origem do Pepiri, e depois pelo do Iguaçu, ou rio Grande de Curituba,* continuará a raia até onde o mesmo Iguaçu desemboca na margem oriental do Paraná; e desde esta boca prosseguirá pelo álveo do Paraná acima, até onde se lhe ajunta o rio Igureí pela sua margem ocidental.

Artigo 5º do Tratado de 1750.

Pepiri ou Pequiri afluente do Uruguai.

Um afluente do Iguaçu.

A posição do Pepiri ou Pequiri não foi descrita no tratado, como também não foi a dos outros rios e a dos montes nele citados, porque o mapa de que se serviram os plenipotenciários, e de que iam ser dadas cópias aos comissários demarcadores, o indicava com a possível clareza e segundo as mais recentes e seguras informações.

Pelo artigo 5º apenas se vê que o Pepiri ou Pequiri é um afluente da margem direita do Uruguai, margem que o tratado chama ocidental, usando de uma expressão local e vulgar, originada da circunstância de correr esse rio no rumo geral de norte a sul desde o seu Salto Grande até que entra no estuário do rio da Prata. Como nessa parte inferior do curso do Uruguai estavam as únicas povoações então existentes, começou, desde o século XVII, o uso, que ainda hoje subsiste, de chamar o lado direito – banda ocidental, – e o esquerdo – banda oriental. – Se a expressão – margem ocidental – tivesse de ser tomada no seu sentido literal e rigoroso, o Pepiri ou Pequiri do tratado seria um rio mais para oeste, e abaixo do Salto Grande, porque o Alto Uruguai, desde as suas nascentes até esse salto segue a direção geral leste-oeste; e, assim, nessa seção, o seu lado direito é o setentrional e o esquerdo o meridional.

Exame do artigo 5º.

Fiéis ao pensamento de escolher balizas naturais bem visíveis e incontestáveis, os dois governos designaram o Pepiri ou Pequiri, entre outras razões, por ser o primeiro afluente notável da margem direita do Uruguai logo acima do seu Salto Grande.

Balizas naturais.

Preferiram o tributário do Iguaçu mais vizinho deste, porque, além de ser necessário naquela paragem buscar uma linha natural na direção do norte, esse afluente teria certamente a sua foz pouco acima do Salto Grande do Iguaçu. E, no Paraná, quando a raia tinha de inclinar-se para oeste em busca da bacia do Paraguai, elegeram o Igureí, primeiro afluente abaixo do Salto Grande do Paraná ou Salto das Sete Quedas.

Salto Grande.

Salto Grande do Iguaçu.

Destarte, os três Saltos Grandes, do Uruguai, do Iguaçu e do Paraná, ficavam sendo outros tantos marcos naturais e indestrutíveis, assinalando a proximidade dos confins dos dois domínios em três dos mais importantes nos da extensa e tortuosa linha divisória. Determinada a distância entre a boca de cada um desses afluentes e a catarata vizinha, a situação de três dos quatro pontos em que nessa região a linha de fronteiras variava de rumo não poderia

Salto Grande do Paraná.

deixar lugar a dúvidas e contestações. O quarto dos pontos de deflexão ficava do mesmo modo bem assinalado pela foz do Iguaçu.

Com o Pepiri dava-se mais a circunstância de desembocar esse rio não só mui perto do Salto Grande, mas também na paragem em que o Uruguai, vindo desde as suas nascentes com o rumo de oeste, volta rapidamente dirigindo-se para o sul. Desde que, subindo por esse rio, a linha divisória se dirigia para o norte em busca do curso do Paraná, a escolha de afluentes que tornassem mais rápida a ligação das duas grandes fronteiras fluviais estava naturalmente indicada. Seguir além do Salto Grande e do Pepiri, continuando a subir o curso do Uruguai seria mudar inteiramente de rumo na direção do leste, como querem hoje os argentinos, e desviar-se, portanto, cada vez mais do objetivo que era o norte e o Paraná.

Acresce que em despacho de 8 de fevereiro de 1749, dirigido ao embaixador em Madri, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Marco Antônio de Azeredo Coutinho, explicou com toda a clareza, e nos seguintes termos, a proposta do Pepiri ou Pequiri para limite:

> Se houver escrúpulo sobre o nome do rio Pequiri, por onde o plano (o projeto de Tratado) encaminha a fronteira para chegar ao Iguaçu, poderá dizer-se, *que fique pelo rio que desaguando no Uruguai formar com o curso do mesmo Uruguai a linha mais chegada ao rumo do norte,* e que desde as cabeceiras do tal rio se busquem as do mais próximo que desaguar para o Iguaçu, e que por ele se estabeleça o confim.[21]

No Tratado de 1750, o *Pepiri* ou *Pequiri*, – desde 1760 *Pepiri, Pequiri,* ou *Pepiri-Guaçu* – era assim designado: *Pepirí* ou *Pequirí* e depois, duas vezes, *Pepirí*, no artigo 5º; *rio Pepirí,* no 14; e *Pequirí* no 16.

No artigo 14 lê-se que o rei da Espanha

> também cede todas e quaisquer povoações e estabelecimentos, que se tenham feito por parte da Espanha no ângulo de terras, compreendido entre a margem setentrional do rio Ibicuí, e a oriental do Uruguai, *e os que possam ter-se fundado na margem oriental do rio Pepiri*....

O Pepiri já era o limite do Brasil desde o século XVIII.

[21] Documento na Secretaria dos Negócios Estrangeiros em Lisboa.

E no artigo 16:

> As (povoações) que se cedem por suas majestades fidelíssima e católica nas margens dos rios *Pequirí*, Guaporé, e Amazonas, se entregarão com as mesmas circunstâncias, que a Colônia do Sacramento, conforme se disse no artigo 14.

Estas cláusulas relativas às povoações que por parte da Espanha pudessem ter sido fundadas na margem oriental ou esquerda do Pepiri ou Pequiri foram escritas por simples prevenção, porque os jesuítas do Paraguai que governavam as missões[22] do Uruguai e Paraná com inteira independência da autoridade civil, formando nos domínios do rei da Espanha um verdadeiro *imperium in imperio*, podiam, sem ciência das duas cortes, ter recentemente adiantado as suas possessões naquela direção.

Mas essa imaginada ocupação do Pepiri não se tinha dado, como verificaram os comissários das duas coroas que foram fazer a demarcação em 1759 e 1760.

Quando adiante se tratar do território hoje contestado, da sua história particular, das expedições dos paulistas, ou naturais de São Paulo no Brasil, ficará demonstrado que nunca houve a leste do Pepiri estabelecimento algum, nem mesmo passageiro, dos espanhóis e seus missionários jesuítas, e que por eles foi esse rio considerado sempre, desde o século XVII, como fronteira do Brasil.

Entrar agora em tais demonstrações seria interromper o exame do Tratado de 1750 e da demarcação subsequente. Basta dizer neste lugar que já em 1636 era nos Campos de Ibituruna, ou Terra dos Biturunas, hoje Campos de Palmas, a leste do Pepiri, que os paulistas se concentravam quando iam ao ataque das missões do Uruguai; que ali, junto ao Pepiri, tiveram um forte ou acampamento entrincheirado; que ainda em meados do século XVIII os jesuítas das missões mantinham ao ocidente do mesmo Pepiri, no Jaboti ou Pepirí-Miní,[23] um posto de observação chamado Espia, para dar aviso dos movimentos dos paulistas; que de 1636 a 1638 estes brasileiros destruíram todos os estabelecimentos que os jesuítas do Paraguai acabavam de criar ao sul e ao oriente do Uruguai, e que só em 1687 aqueles missionários, que

[22] Em português – *missões* (singular: *missão*) em espanhol – *misiones* (singular: *misión*).
[23] F 10 no mapa nº 29 A.

haviam concentrado os seus índios guaranis na mesopotâmia formada pela aproximação do curso do Paraná e Uruguai, se animaram a voltar para a margem esquerda deste último rio, assentando os fundamentos de sete aldeias, todas muito distantes do Salto Grande do Uruguai e do Pepiri.

Em 1687, removeram eles para o lado oriental do Uruguai as missões de São Nicolau e São Miguel, colocando-as entre o Ijuí, ao norte, e o Piratini, ao sul, e estabeleceram, entre estas duas, a nova missão de São Luís Gonzaga. Depois fundaram, em 1690, São Borja, mais para o sul, perto da margem esquerda do Uruguai; no ano seguinte, São Lourenço, e em 1698 São João Bautista, ao sul do Ijuí; finalmente, em 1706, Santo Angelo, a mais avançada do lado setentrional do mesmo Ijuí.

Essas eram as chamadas Sete Missões Orientais ou "Siete Pueblos Orientales de Misiones" (Sete Povoações Orientais de Missões, ou, como diziam vulgarmente os portugueses – "Sete Povos de Missões"), entre o Ibicuí e o Uruguai, cedidas pela Espanha a Portugal em troca da cidade fortificada da Colônia do Sacramento e seu território. As Sete Missões Orientais tinham então 29.052 habitantes, e as outras, entre o Uruguai e o Paraná e na margem direita deste último rio, 66.833. A população total sujeita aos jesuítas, e composta somente de índios guaranis, era, portanto, de 95.885 habitantes. Em 1755 elevava-se a 106.392.

"Siete Pueblos Orientales de Misiones."

A princípio a Espanha mostrava-se disposta a ceder, em troca da Colônia do Sacramento, todo o território ao norte do rio Negro, afluente da margem esquerda do Uruguai. Depois, achou demasiada a concessão e ofereceu, em vez desta, a linha do Ibicuí, muito mais setentrional.

A contraproposta espanhola foi aceita por Portugal quando já estava terminado o mapa manuscrito que serviu para as discussões finais entre os plenipotenciários, e por isso aí se vê representada a linha divisória passando pelo rio Negro.

O mapa manuscrito de 1749.

Esse mapa manuscrito, vulgarmente, chamado "Mapa das Cortes",[24] tem a data de 1749, ano precedente ao da assinatura do tratado. Ele mostra não somente os limites entre os domínios das duas coroas, mas também os territórios efetivamente ocupados por cada nação e os que naquela data ainda estavam por ocupar.

[24] Assim começou a ser chamado desde a demarcação pelos comissários portugueses e espanhóis. Os primeiros escreviam "Mappa das Cortes"; os segundos, "Mapa de las Cortes."

O melhor mapa da América do Sul até então publicado era o de d'Anville (1748); mas nele faltava todo o curso do Guaporé por onde corria a fronteira; o Alto Uruguai era representado segundo informações dos jesuítas do Paraguai, que o não conheciam, anteriores a 1733; e as lagoas Mirim e dos Patos, com os territórios adjacentes, assim como o litoral sul, do cabo de Santa Maria até Santa Catarina, eram figurados segundo um esboço feito rapidamente em 1737 pelo general Silva Pais.

O mapa manuscrito de 1749 foi feito em Lisboa, sob as vistas do governo português, por engenheiro ou geógrafo português e não por engenheiros e geógrafos de ambas as nações, como se escreveu muitos anos depois.[25] Parece que nele teve parte principal, além de Alexandre de Gusmão, o general Silva Pais, que nessa ocasião chegava do Brasil, onde estivera quatorze anos no Rio de Janeiro, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em Colônia do Sacramento. Não será talvez possível averiguar este ponto, porque no grande terremoto

[25] Na *Memoria do Ministerio de Relaciones Exteriores* da República Argentina, apresentada ao Congresso em 1892 lê-se (p. 6) uma citação que começa assim: "Que, com efeito, se havia levantado dito mapa, por engenheiros, geógrafos, e pessoas peritas e bem informadas, de ambas nações...." O mesmo trecho está transcrito na nova edição dessa *Memoria* publicada por seu autor, o doutor Estanislau S. Zeballos, com o título *Cuestiones de Limites entre las Republicas Argentina, El Brasil y Chile*. Buenos Aires, 1893, *in*-12.

O doutor Zeballos estava mal-informado quando escreveu (pp. 6 da *Memoria* e 7 das *Cuestiones*) que os plenipotenciários lavraram esse "documento" sobre a carta geográfica ("... carta geográfica, sobre la cual labraron los plenipotenciarios la siguiente diligencia"), e quando dá ao trecho citado o nome de "Protocolo." "... no Protocolo transcrito no capítulo anterior" (pp. 12 da *Memoria* e 15 das *Cuestiones*).

O trecho que o doutor Zeballos cita não é, como ele supôs, um Protocolo assinado em 1751, mas sim uma tradução da nota que Borges de Castro lançou à p. 114 do vol. III da sua *Collecção de Tratados*. Essa nota é simples cópia de um trecho do *Memorandum Português de 2 de abril de 1776* remetido nesta data (muito distante de 1751) pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, marquês de Pombal, ao embaixador português em Londres. O título desse memorandum é *"Compendio Analytico e Demonstrativo dos notorios erros de facto com que os Governadores de Buenos Ayres têm pretendido escuzar na Côrte de Madrid as violencias, as hostilidades e ultimamente a guerra que o general dom João Joseph de Vertiz declarou contra os Governadores Portuguezes do Sul do Brasil pelo Manifesto por elle publicado em 5 de janeiro de 1774."*

O título está citado por Borges de Castro e a Missão Especial do Brasil possui cópia autêntica do documento, legalizada pelo senhor José de Horta Machado da Franca, subdiretor na Secretaria dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

O equívoco do memorandum em atribuir o mapa de 1749 a geógrafos portugueses e espanhóis, quando esse mapa foi feito em Lisboa por *um geógrafo português* à vista de documentos ali existentes e outros remetidos de Madri, não pode causar estranheza atendendo-se a que Pombal escrevia 27 anos depois desse fato e não estava em Lisboa em 1749 quando ocorreu.

de Lisboa perderam-se muitos documentos importantes e também porque naquele tempo nem sempre se entrava nestas particularidades na correspondência oficial.[26]

O importante é saber que o mapa manuscrito de 1749 é um mapa português, feito em duplicata, e, a 8 de fevereiro desse ano, remetido pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Azeredo Coutinho, para Madri, onde serviu aos plenipotenciários na discussão final e redação definitiva do tratado.[27]

A esses dois exemplares idênticos davam os plenipotenciários o nome de "mapas primitivos", porque posteriormente, em 1751, foram feitas três cópias em Lisboa e outras tantas em Madri para serem trocadas e entregues aos comissários das diferentes partidas encarregadas de demarcar a extensa linha de fronteiras.

O mapa nº 7 A (tomo VI) é reprodução fiel de um dos dois exemplares primitivos do mapa manuscrito de 1749, guardado no Depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. O fac-símile nº 7 A tem o mesmo tamanho e colorido do original.[28]

O geógrafo desse Ministério, E. Desbuissons, certifica que a cópia está conforme à "cópia original", e no verso lê-se a seguinte declaração, sob o nº 43, escrita quando o governo francês adquiriu esse mapa: ".. É cópia conforme ao original. Veio dos depósitos de Lisboa."

O documento que o Ministério dos Negócios Estrangeiros da França possui não é uma *cópia* autêntica, como indicam essas duas notas, mas sim *um dos dois originais* de 1749, como se vê da correspondência do embaixador português, visconde Tomás da Silva Teles.

---

[26] Em ofício de 24 de junho de 1751 o embaixador português em Madri deixa de declarar o nome do geógrafo que fez as três cópias espanholas do mapa primitivo. Referindo-se a esse geógrafo diz: "o homem que as fez." Entretanto, esse "homem" devia ter certa importância, pois adiante, no mesmo ofício, diz o embaixador que era um dos comissários espanhóis nomeados para fazer a demarcação no norte do Brasil.

[27] Despacho de 8 de fevereiro de 1749 do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Marco Antônio de Azeredo Coutinho.

[28] A cópia que a Missão Especial do Brasil apresenta é feita segundo o original que tem o nº 2.582 no Depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França e tem no verso a assinatura dos plenipotenciários de Portugal e Espanha (data, 12 de julho, 1751). A cópia está autenticada pelos senhores E. Desbuissons, geógrafo do mesmo Ministério; Girard de Rialle, ministro plenipotenciário, chefe da Divisão dos Arquivos (data, 11 de fevereiro, 1893); e Henry Vignaud, secretário da Legação dos Estados Unidos da América em Paris (data, 13 de fevereiro, 1893).

O seguinte ofício de 24 de junho de 1751, dirigido por esse embaixador ao novo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Carvalho e Melo, depois marquês de Pombal, trata das três cópias vindas de Lisboa nesse ano, das três feitas em Madri, e da divergência relativa à linha de fronteiras no sul, representada nas cópias de Lisboa pelo rio Negro, como nos dois mapas primitivos, e nas de Madri pelo Ibicuí, como fora ajustado:[29]

> Como se achavam em Madri as cartas geográficas que dom José de Carvajal tinha mandado copiar pelas primeiras que vieram desta corte antes de se fazer o Tratado de Limites e houve alguns dias de demora em vir com elas o homem que as fez, e depois se gastaram mais outros na conferência das ditas Cartas com as três que vossa excelência me remeteu ultimamente, não pode senão agora conhecer-se uma diferença que ainda que se pudesse emendar facilmente com uma declaração, eu não me atrevo a fazê-lo sem ordem, e sem participar a vossa excelência a dita declaração, para que no caso que El Rei nosso Senhor a aprove se possam assinar todas as cartas geográficas que se mandaram fazer de parte a parte e são necessárias para a execução do dito tratado.
>
> A diferença consiste em que nos dois primeiros mapas que vieram para o nosso governo, um que tinha dom José de Carvajal com a cópia do plano, e outro eu com outra cópia do mesmo plano, está lançada uma linha vermelha que principiando em Castilhos Grandes vai buscar as cabeceiras do rio Negro, e por ele a meter-se no Uruguai assinalando e tocando todos os pontos da demarcação. Porém pelo tratado não segue a demarcação o rio Negro, senão das suas cabeceiras vai buscar a origem do rio Ibicui, como se vê no artigo 4º do dito tratado.
>
> Nas três cópias que vossa excelência me manda se seguiu o original pondo a linha vermelha como estava nele sem atender a alteração que tinha havido no tratado.
>
> Nas três cópias que este ministério mandou fazer vai a mesma linha vermelha, mas lançada conforme a alteração que houve no tratado a respeito do primeiro mapa.
>
> Para demonstração do que digo remeto a vossa excelência uma das cartas

[29] Cumpre advertir que Alexandre de Gusmão só esteve em Madri como assessor da embaixada para discutir a questão de limites. Resolvida esta, voltou para Lisboa, onde em 1751 defendia o tratado contra os ataques do general Vasconcelos. Se em 1751 Gusmão estivesse em Madri, a forma deste e do seguinte documento seria muito diversa.

geográficas que vossa excelência me mandou por este mesmo correio, e outra que dom José de Carvajal me fiou para que eu a fosse mais devagar conferindo com as que tenho em meu poder...

As declarações que se hão de por, assim no primeiro mapa, como nas cópias que vossa excelência agora me mandou, verá vossa excelência no papel incluso, conferido já com dom José de Carvajal..."

Em ofício de 12 de julho do mesmo ano dizia o embaixador:

... A dúvida que se oferecia era não poder praticar-se na troca das ditas cartas o que se costuma praticar na troca dos exemplares de qualquer tratado. Bem sabe vossa excelência que sempre se fazem dois de cada parte, ou na língua própria, ou naquela em que é costume fazerem se semelhantes atos, mas ainda, que todos de parte a parte se assinam, só se troca um, para que na corte de cada um dos ministros respectivos se guardem, e se possam confrontar, e cotejar a todo tempo, e também para que neles se observe a igualdade na ordem da assinatura, ponto muito importante, e delicado.

Sendo os mapas *três de uma parte, e três de outra*, não pode observar-se esta regra; acrescia a esta dúvida outra de mais delicadeza, qual era a de levarem os comissários portugueses os mapas feitos em Madri, e os castelhanos os mapas feitos em Lisboa, e nisto considerava eu da nossa parte algumas circunstâncias, que para mim eram muito atendíveis porém como vossa excelência na sua carta que diz as palavras seguintes: 'Porém quanto ao outro ponto da assinatura das ditas cartas, o que antes se entendeu, e se entende ainda agora, é que todas as três cartas, que remeti a vossa excelência devem ser assinadas, e trocadas em forma autêntica ficando esta corte com as cartas, que vossa excelência receber de dom José de Carvajal, e dom José de Carvajal com as que receber de vossa excelência'. Não me fica lugar mais do que para obedecer, e executar as ordens que vossa excelência me participa.

Falei a dom José de Carvajal, e lhe participei o conteúdo da carta de vossa excelência e conveio em tudo cedendo da dúvida que se lhe oferecia.

Os dois mapas de 1749.

Nesta conformidade assinamos primeiro as duas cartas geográficas primitivas que nos serviram de governo para ajustar o tratado de demarcação de limites.[30]

Em ambas mandei por as declarações da minuta A na língua portuguesa e assinei eu em melhor lugar: destas entreguei uma a dom José de Carvajal para se depositar no arquivo da Espanha, e outra remeto a vossa excelência para a mandar guardar aonde for conveniente.

Assinamos imediatamente as três que vossa excelência me remeteu ultimamente,[31] *e as três que dom José de Carvajal tinha mandado fazer,*[32] e eu lhe entreguei as minhas, e ele me entregou as suas; *nas que lhe dei mandei por na língua portuguesa a declaração B,* e assinei eu em melhor lugar. *Nas que ele me deu mandou por a declaração C na língua castelhana*, e nestas assinou ele em melhor lugar.

As três cópias portuguesas e as três espanholas, de 1751.

Destas remeto a vossa excelência duas e fica na minha mão a terceira, enquanto se não concluem e ajustam as instruções, que hão de levar os comissários, que devem passar a norte da América Meridional, porém será melhor, que vossa excelência me mande uma cópia de que eu possa servir-me para mandar guardar esta juntamente com a carta primitiva, que remeto.

Esta foi a "declaração A" escrita nos dois mapas originais,[33] segundo o citado ofício de 12 de julho de 1751:

Esta carta geográfica, que há de ficar no real arquivo de Portugal, como outra semelhante que há de ficar no arquivo real de Espanha, é a de que se serviu o

[30] Isto é, o mapa de 1749, desenhado em duplicata, em Lisboa.

[31] As três cópias feitas em Lisboa em 1751 e com essa data.

[32] As três cópias modificadas feitas em Madri em 1751, e tendo a data de 1749.

[33] Título e legenda dos dois mapas originais feitos em Lisboa em 1749: "Mapa dos confins do Brasil com as ter-ras da coroa de Espª na America Meridal / O que está de Amarelo he o que se acha occupado pelos Portuguezes. / O que está de Cor de Roza he o que tem occupado os Espanhoes. / O que fica em branco não está até o prezente occupado. / Feito no anno de 1749."

ministro plenipotenciário de sua majestade fidelíssima para ajustar o tratado da divisão dos limites na América Meridional assinado em 13 de janeiro de 1750. E porque na dita carta se acha uma linha vermelha, que assinala, e passa pelos lugares por onde se há de fazer a demarcação, que por ser anterior ao tratado dos limites que se fez depois não vai conforme com ele em passar do pé do monte de Castilhos Grandes a buscar as cabeceiras do rio Negro, e seguir por ele até entrar no rio Uruguai, devendo buscar a origem principal do rio Ibicuí conforme o dito tratado, se declara que a dita linha só serve enquanto ela se conforma com o tratado referido; e para que a todo o tempo assim conste, nós abaixo assinados ministros plenipotenciários de suas majestades fidelíssima e católica lhe pusemos as nossas firmas, e selos de nossas armas. Madri, 12 de julho de 1751.

Declaração escrita nos dois originais de 1749.

Nas três cópias de Lisboa, feitas em 1751, foi escrita a seguinte "declaração B" apensa ao mesmo ofício do embaixador:

Esta carta geográfica é cópia fiel e exata da primeira sobre que se formou, e ajustou o tratado dos limites assinado em 13 de janeiro de 1750. E porque na dita carta se acha uma linha vermelha, que assinala e passa pelos lugares por onde se há de fazer a demarcação, que por ser anterior ao tratado dos limites que se fez depois não vai conforme com ele em passar do pé do monte de Castilhos Grandes a buscar as cabeceiras do rio Negro, e seguir por ele até entrar no rio Uruguai, devendo buscar a origem principal do rio Ibicuí conforme o dito tratado: se declara que a dita linha só serve enquanto ela se conforma com o tratado referido; e para que a todo o tempo assim conste, Nós abaixo assinados ministros plenipotenciários de suas majestades fidelíssima e católica lhe pusemos as nossas firmas, e selos de nossas armas. Madri, 12 de Julho de 1751.

Declaração nas três cópias portuguesas de 1751.

O mapa nº 9 A (vol. VI) é reprodução reduzida de uma dessas três cópias portuguesas de 1751, no arquivo do Ministério de Estado em Madri. Ela combina perfeitamente com o mapa nº 7 A:[34]

[34] A cópia que a Missão Especial do Brasil possui é uma fotografia legalizada pelo senhor Manuel del Palacio, chefe do arquivo e biblioteca no Ministério de Estado em Madri. Data: 2 de março de 1893.
O título e legenda dizem assim:
"Mapa dos confins do Brasil com as ter-ras da coroa de Espª na America Meridion.[l] / O que está de cor Amarela he o que se acha ocupado pelos Portug[ez] / O que está de cor de Roza he

Declaração nas três cópias espanholas de 1751.

Esta carta Geographica es copia fiel y exacta de la primera sobre que se formó y ajustó el Tratado de Limites señalado en 13 de Enero de 1750, y porque en la dicha carta se halla una linea encarnada, que señala, y pasa por los lugares por donde se hay de hacer la demarcación se declara que la dicha línea solo sirve enquanto ella se conforma con el Tratado referido, y para que en todo tiempo conste, Nos los ministros Plenipotenciarios de Sus Mag C. y F. lo firmamos y sellamos con el sello de nuestras Armas. En Madrid a 12 de Julio de 1751.

As cópias espanholas.

Não se pôde encontrar agora em Lisboa uma só das três cópias espanholas, que ali devem estar perdidas em algum arquivo, se é que se não extraviaram, como sucedeu a um dos dois mapas originais, felizmente conservado desde 1824 no Ministério dos Negócios Estrangeiros da França.

Pelos citados ofícios do embaixador português, vê-se que elas diferiam das de Lisboa e dos dois mapas originais em trazer, já retificada, a linha de limites pelo Ibicuí, como fora afinal estabelecido no tratado, e não pelo rio Negro, como no projeto primitivo. Na *Collecção de Tratados*, por Borges de Castro (tomo III, 1856) ocorre uma reprodução litografada que deve ter sido feita segundo um dos três exemplares espanhóis entregues em 1751 ao governo português, ou segundo alguma cópia de um dos triplicados. Pareceu desnecessário reproduzir agora integralmente essa cópia, porque o Departamento de Estado possui na sua biblioteca a compilação de Borges de Castro. Entretanto, no tomo V, apresenta-se, com o nº 11.ter, a seção do mapa que pode ser utilizada no estudo do litígio atual, e também, com o nº 11, no tamanho do original, parte de outro mapa espanhol contemporâneo, que se assemelha muito à cópia Borges de Castro, e foi desenhado por Palomares. Sob o nº 11.bis, este último, que pertence ao Ministério de Estado em Madri, é apresentado na escala uniforme dos primeiros mapas reunidos no tomo V.[35]

A honorabilidade do visconde Borges de Castro não pode ser

o que tem ocupado os Espanhoes. / O que fica em Branco está athé ao presente por ocupar. / Feita no anno de 1751."

[35] Deste mapa espanhol a Missão Especial do Brasil possui cópia trasfoleada da pequena seção entre o Uruguai, o Iguaçu e o Paraná. Está legalizada pelo senhor Manuel del Palacio, chefe do arquivo e biblioteca no Ministério de Estado, em Madri, a 2 de dezembro de 1893. Além dessa cópia tem a Missão Especial outra, legalizada a 12 de dezembro de 1842 pelo chefe do arquivo, Garaza, e pelo conde de Almodovar, ministro de Estado, mas o copista teve um

suspeitada. Nem ele, nem o governo português, que editava a *Collecção de Tratados*, tinha em 1856 interesse algum na velha questão de fronteiras só ressuscitada pela República Argentina em 1881: e, se o tivessem, não recorreriam nunca ao triste e ingênuo expediente de alterar um documento de que havia vários exemplares autênticos. Acresce que Borges de Castro foi simples compilador e colecionador de tratados, que publicava sem comentários ou explicações. Quando deu à imprensa esse tomo III, era secretário de legação em Madri e provavelmente nenhuma notícia tinha da controvérsia entre os comissários portugueses e espanhóis que fizeram a demarcação depois do Tratado de 1777, questão de que se não falava mais desde fins do século passado (século XVIII).

Em 1776 o marquês de Pombal examinou e descreveu, em seu memorandum de 2 de abril, tanto o original português de 1749, que estava em Lisboa e hoje está em Paris, como um dos três exemplares espanhóis

---

descuido que ficou corrigido com a cópia agora recebida.

O documento não tem as assinaturas dos plenipotenciários. Este é o título e legenda:

"*Mapa / de los Confines del Brasil con las / Tierras de la Corona de España / en la America Meridional. / Lo que está de color de Rosa es lo que tienen los Españoles. / Lo de Amarillo, es lo ocupado por los Portugueses. / Lo que está de color Leonado aún no está ocupado. / Palomares del.*t"

A cópia espanhola que Borges de Castro fez reproduzir e anda apensa ao III vol. da *Coll. de Tratados*, tem este título e legenda:

"*MAPPA* (sic) / *de los confines del Brasil con las tierras de la Corona de España en* / *la America Meridional: lo que está de amarillo se halla ocupado* / *por los Portuguezes; lo que está de color de rosa tienen ocupado los Es-* / *pañoles; lo que queda en blanco no está todavia al prezente (sic) ocupado*, 1749" (Litografado na Imprensa Nacional de Lisboa por J. M. C. Calheiros).

No alto lê-se o seguinte título posto por Borges de Castro: "*Carta geographica / de que se serviu o ministro plenipotenciario de S. Majestade Fidelíssima para ajustar o tratado de limites na América Meridional. Assignado em 13 de janeiro de 1750. / (Tirada de cópia authentica.)*"

No verso está transcrita a declaração C, em espanhol, assinada pelos plenipotenciários.

Borges de Castro, não tendo estudado as negociações dos tratados que publicou, enganou-se supondo que esse era o exemplar de que se servira o plenipotenciário português. O documento que ele fez reproduzir é uma das cópias espanholas posteriores ao tratado e não o mapa original de 1749.

O título e legenda das três cópias espanholas de 1751 estavam redigidos assim, como se vê no § 10 do Memorandum português de 2 de abril de 1776, escrito pelo marquês de Pombal que naquela ocasião as examinou:

"Mapa / *de los confines del Brasil con las tierras de la Corona de España en la America Meridional. / Lo que está de amarillo es lo que se halla ocupado por los Portugueses. / Lo que está de color de Rosa es lo que tienen ocupado los Españoles. / Lo que queda de blanco no está todavía ocupado. /En el año de 1749.*"

recebidos de Madri em 1751.[36] A descrição conforma-se perfeitamente com a cópia Borges de Castro. Basta transcrever este trecho:

> ... debaixo da cor amarela pertencente a Portugal se acha descrito, a saber: pela costa do mar, e terras a ela adjacentes, tudo o que jaz ao norte, e ao ocidente desde Castilhos Grandes até o Rio Grande de São Pedro, do qual em diante vai continuando a costa do Brasil. E pelo centro do país tudo o que jaz da primeira linha vermelha contra o norte até os rios Pequiry[37] e Uruguai-Pitã[38] (...)

Com efeito, na cópia Borges de Castro, e na de Palomares[39] a cor amarela chega até o Uruguai-Pitã, porque esse afluente da margem esquerda do Uruguai é representado acima do Salto Grande e do Pepiri, ao passo que no original e nas cópias portuguesas ele está, como nas anteriores cartas dos jesuítas, abaixo desse salto.

Parece, portanto, certo que as três cópias espanholas se afastaram do original português, dando, como em Borges de Castro e Palomares, os nomes dos rios Ñucorá, São João e Iriboba, que não estavam naquele original, e transferindo mais para leste o Uruguai-Pitã, que em todas as cartas anteriores aparecia a leste do primeiro Pepiri dos jesuítas. Não é possível afirmá-lo com inteira segurança, porque a única prova incontestável seria apresentação de uma das cópias espanholas com as assinaturas e selos dos plenipotenciários. Mas estas considerações servirão aqui como defesa do sempre honrado Borges de Castro, contra o qual foi lançada ultimamente a acusação de ter publicado "un documento *despreciable*". Se ele publicou aquela cópia é porque a tinha por autêntica. Demais, o mapa Palomares, que se guarda no Ministério de Estado em Madri, aí está para mostrar que não se dava naquele tempo importância alguma à posição dos afluentes da margem esquerda do Uruguai, rios de curso desconhecido, e não mencionados no tratado.

O Brasil, – é conveniente dizê-lo desde já, – não precisa do mapa

---

[36] *Compendio Analytico*, remetido em 2 de abril de 1776 ao embaixador português em Londres, Luís Pinto de Sousa. No § 9º lê-se: "Apareceram feliz e efetivamente os ditos dois exemplares originais com as assinaturas e selos também originais dos ditos dois plenipotenciários..." Transcreve em seguida o título e legenda e as declarações escritas no original português e no exemplar espanhol.

[37] Afluente do Paraná, que não deve ser confundido com o Pepiri ou Pequiri afluente do Uruguai.

[38] Afluente da margem esquerda do Uruguai.

[39] Mapa Palomares, nº 11 e nº 11bis no tomo V; cópia Borges de Castro, nº 11ter no mesmo tomo.

de Borges de Castro para provar o seu direito. Esse mapa é uma cópia espanhola, cujo autor, em pontos secundários, que não interessavam à demarcação, julgou dever afastar-se do original português que lhe foi dado para copiar.

O mapa que serviu para a discussão final do Tratado de 1750 é o mapa duplicado português feito em 1749. Um dos originais foi encontrado ultimamente, e é apresentado agora ao árbitro em fac-símile perfeitamente autêntico.

O estudo desse mapa, que será feito adiante, mostrará que o rio Pequiri ou Pepiri é nele representado como *o primeiro acima do Salto Grande do Uruguai*, e, portanto, é o mesmo rio que os brasileiros defendem como fronteira no território hoje contestado.

V

Instruções gerais aos comissários demarcadores, 17 de janeiro de 1751.

A 17 de janeiro de 1751 foram assinados em Madri pelo visconde Tomás da Silva Teles, embaixador português, e pelo ministro de Estado Carvajal y Lancaster, plenipotenciário espanhol, os seguintes acordos:

1º) Tratado de instruções para os comissários encarregados da demarcação de limites desde o extremo sul do Brasil até Mato Grosso;[40]

2º) Artigos separados desse tratado, relativos à possível resistência que os índios das missões dos jesuítas no Uruguai poderiam oferecer à execução do tratado de limites;[41]

3º) Um protocolo ou declaração, a que se deu o nome de tratado,

[40] "*Tratado pelo qual se regularam as instruções dos comissários que devem passar ao Sul da América, assinado em Madri a 17 de Janeiro deste presente ano de* 1751." O texto português está no tomo IV desta exposição, pp. 25 a 42, e a tradução inglesa no tomo III, pp. 27 a 47. A transcrição portuguesa é feita segundo a "*Chave da Demarcação*", coleção de cópias oficiais autenticadas no século passado, e agora sob a guarda da Missão Especial do Brasil em Washington. A mesma missão possui também cópia do exemplar espanhol, autenticada em 10 de outubro de 1893 pelo diretor do arquivo geral de Simancas, e em 12 do mesmo mês pelo secretário da Legação dos Estados Unidos da América em Madri.

[41] Texto português, tomo IV, pp. 47 a 49; tradução inglesa, tomo III, pp. 52 a 54.

prorrogando por um ano o prazo para a entrega dos territórios cedidos;[42]

4º) Outro protocolo, que também teve o nome de tratado, prevenindo os comissários demarcadores contra as possíveis inexatidões do mapa que serviu na discussão e ajustes da questão de limites.[43]

Meses depois, a 17 de abril, os mesmos plenipotenciários assinaram um "suplemento e declaração" do tratado de instruções para os demarcadores.[44] O novo acordo modificava e explicava alguns dos artigos das instruções.

Desses cinco documentos, apenas o primeiro e o protocolo relativo ao mapa de 1749 são aproveitáveis no exame do pleito atual. Entretanto, todos cinco acompanham esta Exposição, transcritos integralmente de cópias autênticas e vertidos para o inglês, com o único e importante objeto de mostrar que nessas instruções *não há referência alguma ao Pepiri, nem ao Uruguai-Pitã*, como inventaram depois os comissários espanhóis da demarcação feita em virtude do Tratado de 1777, e tem sido afirmado pelos defensores da pretensão argentina. As instruções apenas davam explicações sobre o Igureí,[45] afluente do Paraná, e Corrientes,[46] tributário do Paraguai, mostrando-se os dois governos pouco seguros quanto à verdadeira situação desses rios designados para servirem de limite.

Também na *Instrucción Secreta* dada ao principal comissário espanhol nada se encontra sobre o Pepiri e o Uruguai-Pitã.

Dois artigos das instruções gerais de 17 de janeiro de 1751 merecem especial atenção.

O primeiro estabelece a seguinte regra, que os principais comissários deviam recomendar aos seus subordinados:

> Artigo 31. Que os comissários evitem controvérsias sobre a demarcação, especialmente se for por objetos de pouca importância, antes decidam logo entre si as dúvidas que ocorrerem, porque não é a intenção de suas majestades

42 Texto português, IV, 50, tradução inglesa, III, 55.
43 Tradução inglesa, tomo III, 57; texto português, IV, 53.
44 Tradução inglesa, III, 48; texto português IV, 43.
45 Artigos 10º e 11 (texto português, tomo IV, 31; tradução inglesa, III, 34).
46 Artigo 12 (port., tomo IV, 32; trad., III, 34).

que se deixe imperfeita parte alguma da obra sem causa muito urgente, *nem deverão fazer caso de alguma pequena porção de terreno, contanto que a raia fique assentada pelos limites naturais mais visíveis e perduráveis.* Porém quando absolutamente não puderem concordar-se por ser muito importante a matéria da dúvida, se formarão mapas separados do sítio onde se disputar com papéis assinados pelos comissários, astrônomos e geógrafos de ambas as partes, em que expliquem as razões da sua dúvida, e se remeterão às duas cortes para decidirem amigavelmente a questão. E sem embargo dela prosseguirá a tropa, estabelecendo a fronteira no que restar. [47]

No artigo 37 há esta declaração final:

É declaração que se os referidos comissários acharem dificuldade em algum dos pontos desta instrução, ou discorrerem modo de executá-los com mais facilidade, ou se acharem inconveniente na pratica de algum ou de alguns deles. Em todos e em qualquer destes casos *resolverão o que lhes parecer melhor*, contanto que se consiga o principal fim que é executar o tratado com sinceridade e boa fé, sem interpretação, nem escusa como convém ao serviço de suas majestades. [48]

Amplos poderes aos comissários.

O protocolo, ou declaração, a que se deu o título de "*Tratado sobre a inteligência das cartas geográficas, que devem servir de governo aos comissários que hão de marcar os limites do Brasil*", é, como já se disse, documento de grande valor no estudo desta questão.

Declaração relativa ao mapa de 1749, dos plenipotenciários.

Diz ele:

Nós abaixo assinados ministros plenipotenciários de suas majestades fidelíssima e católica, em virtude dos plenos poderes, que nos havemos comunicado e reconhecido reciprocamente à nossa satisfação: *Declaramos que porquanto nos havemos governado por uma carta geográfica manuscrita, para formar este tratado e as instruções para a sua execução; por esta razão se há de entregar uma cópia dela a cada tropa de comissários de cada soberano, para seu governo, firmadas todas por nós, pois por ela, e conforme a ela vão explicadas todas as*

[47] Texto português no tomo IV, p. 39; tradução inglesa, III, 43.
[48] Tomo III, 46; IV, 42.

expressões. Declaramos assim mesmo, que ainda que pelas notícias de ambas as cortes, temos por mui prováveis todas as coisas, como se notam na dita carta, convindo também, em que alguns dos territórios demarcados não os têm andado pessoas que hoje vivam, e que outros foram tirados de cartas de pessoas fidedignas, e que os têm corrido, porém talvez com pouca perícia, para fazer a demonstração no desenho, pelo que podem haver algumas visíveis variações sobre o terreno, assim nas situações dos montes, como nas origens e correntes dos rios, e ainda nos nomes de alguns deles, porque lhos costumam dar diferentes cada nação da America, ou por outras casualidades: Querem e têm convindo os soberanos contratantes, que qualquer variação que haja não impeça o curso da execução, mas sim que prossiga conforme pelo Tratado se manifesta o ânimo e intenção de suas majestades *em todo ele, e mais particularmente nos artigos 7º, 9º, 11., e 12., segundo o qual se executará tudo pontualmente.* E nós os ditos ministros plenipotenciários o declaramos assim, em nome dos nossos soberanos, e em virtude das suas ordens e plenos poderes, e o firmamos. Esta declaração será ratificada no mesmo tempo, e prazo, que a de prorrogação de termo, e as instruções, e se dará copia dela aos comissários de ambos os soberanos. Feita em Madri, aos 17 de janeiro de 1751.

Nomeação dos comissários.

Em 1751 foram nomeados pelos dois governos os comissários encarregados da demarcação. A extensa linha de fronteiras foi dividida em duas partes: a meridional, de Castilhos Grandes ao Jauru, e a setentrional, deste rio ao norte da equinocial.

As duas comissões mistas subdividiam-se em tropas ou partidas, e a cada uma destas foi atribuída uma seção da fronteira. A comissão do sul formou assim três partidas, de acordo com o determinado no seguinte artigo das instruções gerais:

Artigo 9º. A *primeira tropa* reconhecerá desde Castilhos Grandes até a entrada do rio Ibicuí no Uruguai, como se prescreve no artigo 4º do tratado. À *Segunda* tocarão os confins que correm desde a boca do Ibicuí até á paragem que no lado oriental do Paraná fica defronte da boca do rio Igureí conforme ao artigo 5º. E à *terceira* os que restam desde a boca do Igureí até o rio Jauru na forma prevenida pelo artigo 6º.

Coube, portanto, à *segunda partida*, ou subdivisão, fazer o

reconhecimento e demarcação entre o Uruguai e o Iguaçu, e, assim, os seus trabalhos são os únicos que importa examinar.

O governo português nomeou seu comissário principal, ou primeiro comissário, na divisão sul, o general Gomes Freire de Andrada, depois conde de Bobadela, e o espanhol o marquês de Valdelírios.

Oposição ao tratado em Espanha e Portugal.

Já então era grande a oposição que encontrava o tratado de limites.

Os jesuítas do Paraguai dirigiam representações ao rei da Espanha e ao vice-rei do Peru, reclamando contra a cessão das Sete Missões ao Oriente do Uruguai, e pedindo ao rei que reconsiderasse o seu ato. Esses documentos, como hoje se sabe, foram redigidos pelo padre Pedro Lozano. Nos arquivos da Espanha encontram-se outras representações, dos padres Joseph Quiroga, Luís Altamirano e Carlos Gervasoni, do bispo de Tucumán e dos governadores desta província e da do Paraguai.

Os jesuítas.

Por outro lado, os jesuítas em Portugal, cumprindo as ordens recebidas do prefeito geral em Roma, empregavam toda a sua influência na corte de Lisboa para obter de dom José I, que sucedera em 31 de julho de 1750 a dom João V, a anulação do tratado de limites.

Também os negociantes portugueses e ingleses, interessados no comércio da Colônia do Sacramento, levantavam grandes clamores contra a ajustada entrega desse porto e cidade aos espanhóis, e o general Vasconcelos, que defendera vitoriosamente a mesma praça durante o assédio de 1735 a 1737, tentava demonstrar, em um parecer, que o tratado muito prejudicava os interesses de Portugal e punha em perigo a segurança dos seus domínios na América.

O Tratado de 1750 combatido em Portugal.

Foi sob esses maus auspícios, irritada nos dois países a opinião pública contra o tratado, que se procurou dar começo à sua execução, tornando efetiva a entrega dos territórios cedidos e o levantamento e demarcação das fronteiras.

Começa a demarcação de limites.

Os demarcadores prosseguiram lentamente em seus trabalhos desde Castilhos Grandes até Santa Tecla nas cabeceiras do rio Negro e do Ibicuí. Chegados a esse ponto, foram obrigados a retroceder porque lhes saiu ao encontro um troço de guaranis das missões (1754), intimando-lhes a retirada e declarando que "não havia direito para tirarem-lhes aquelas terras, que Deus e São Miguel lhes tinham dado". Pouco depois

Revolta dos Guaranis das Missões dos Jesuítas

atacavam outros guaranis o forte português do rio Pardo.

Desde o século XVII tinham os jesuítas armado e disciplinado militarmente os seus índios para resistir aos ataques dos paulistas. Naquele momento, e no auge do seu poder, julgaram poder opor-se com vantagem às decisões das duas coroas de Portugal e Espanha. Já em 1748 o superior das missões, em carta arrogante, dizia: "Não tememos exércitos estrangeiros. Nada de fora nos pode perturbar".

Guerra de Misiones.

Batalha de Caá-ibaté.

Esgotados todos os meios de persuasão, marchou contra as missões do Uruguai um pequeno exército composto de tropas do Brasil e de Buenos Aires sob o comando dos generais Gomes Freire de Andrada e Joseph Andonaegui. A 10 de fevereiro de 1756 os guaranis foram completamente vencidos na batalha de Caá-ibaté, perto das nascentes do Cacequi e as tropas aliadas puderam, quase sem mais resistência, ocupar as Sete Missões Orientais. Estes acontecimentos retardaram a demarcação e por isso só em 1759 pôde a segunda partida começar os seus trabalhos.

Compunha-se ela, por parte de Portugal, do coronel de engenheiros (depois general) José Fernandes Pinto Alpoim, primeiro comissário; capitão Antônio da Veiga d'Andrada, segundo comissário e astrônomo; alferes Manuel Pacheco de Cristo, geógrafo; e mais 109 homens. Por parte da Espanha, de dom Francisco de Arguedas, do conselho do rei;

Comissão Mista que fez a demarcação em 1759-1760.

primeiro tenente da armada real (depois chefe de esquadra) dom Francisco Millau y Maraval, segundo comissário e geógrafo; o primeiro tenente, também da armada, dom Juan Norberto Marrón, astrônomo; e mais 111 homens.

Diário

A Missão Especial do Brasil pode apresentar o *Diário* original escrito e assinado pelos três comissários portugueses e cópia autêntica do *Diário* espanhol.[49]

Os defensores da pretensão argentina têm dito constantemente que

[49] "Diario / da / Segunda Partida da / Deuizão da América / feita pelo coronel de artelharia / Jozè Fernandes Pinto / Alpuym." Este comissário assinava sempre – Joseph Fernandes Pinto Alpoym, e não *Alpuym*.

O manuscrito original pertence ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e nunca foi publicado. A publicação que ocorre no tomo VII da *Colecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas* (Lisboa, 1841), é uma tradução do *Diario* espanhol com inversões pouco felizes, porque o tradutor pretendeu reconstruir o texto português primitivo,

nas instruções dadas aos comissários o rio Pepiri era designado com estes sinais:

"Rio caudaloso, com uma ilha frondosa em frente da sua boca, um grande recife dentro da sua barra e estar esta águas acima do Uruguai-Pitã."

Uma invenção de 1789

No memorandum de 30 de janeiro de 1883, do ministro das Relações Exteriores da República Argentina, doutor Victorino de la Plaza, repetindo uma invenção de 13 de novembro de 1789, tinha dito:

> O mapa manuscrito e expressamente levantado por ordem das cortes para servir de base ao tratado, situava o rio Pepiri ou Pequiri mais acima do Uruguai-Pitã, ou seja na parte oriental de sua foz. *Sabe-se que o mencionado Pepiri ou Pequiri era um rio caudaloso, com uma ilha frondosa em frente de sua foz e um grande recife em frente de sua barra.*

Na *Memória* apresentada em 1892 ao Congresso argentino, o ministro doutor Zeballos, aceitando uma informação inexata, escreveu o seguinte:

> *As instruções dadas aos demarcadores, encarregados de traçar as linhas acordadas, descrevem o rio Pequiri nestes termos:* 'Rio caudaloso, com uma ilha frondosa em frente de sua foz, um grande recife em frente de sua barra, que se encontram águas acima do Uruguai-Pitã, afluente meridional do Uruguai'.[50]

Em 13 de novembro de 1789 (30 anos depois do primeiro reconhecimento do Pepiri), o comissário espanhol Alvear disse em ofício dirigido ao seu concorrente português Róscio, que o mapa de

---

o que era impossível, e teve descuidos ao querer aplicar a regra diplomática do alternado.
O outro documento citado tem este título:
Diário / *hecho* / *de* orden de Sus M. M. / C. y F. / *que comprehende la Demarcacion de* / *la Linea de divission* / *desde* / *la boca del rio Ibicuy siguiendo por* / los rios Uruguay, Pequiry, San Antonio, Iguazú / *y* Paraná *hasta el Salto grande de este.* / *Ejecutada / por* / *las segundas Partidas.* / año de 1759.
O original guarda-se no Ministério de Estado, em Madri, e a cópia em poder da Missão Especial do Brasil está autenticada pelo chefe do arquivo e biblioteca naquele Ministério (2 de junho de 1893), e pelo vice-cônsul dos Estados Unidos da América em Madri (3 de junho de 1893).

[50] *Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores presentada al Congreso Nacional por el* doutor Estanislau S. Zeballos, *Cuestiones de Limites,* Buenos Aires, 1893, p. 7.

Transformações por que passou a invenção de 1789.

1749 situava o Pepiri acima do Uruguai-Pitã e que em 1788 fora encontrado esse Pepiri "com os sinais que o caracterizassem como *caudaloso, com uma grande ilha frondosa em frente de sua foz, e um grande recife dentro de sua barra.*"[51]

Alvear não falava em instruções: limitava-se a aplicar ao antigo Pepiri do Tratado de 1750 os sinais característicos do rio descoberto em 1788, insinuando artificiosamente que em 1759 o Pepiri era conhecido por esses sinais.

Semelhante invenção bastou, entretanto, para que dois outros comissários espanhóis, Jurado e Requena, dissessem o seguinte, em 1800, na sua *Memoria Historica de las Demarcaciones de Limites:*

> Os caracteres com que dita instrução e o mapa relacionado com ela, elaborado com acordo igual, se assinalou o Pepiri-Guaçu, foram: rio caudaloso, com uma ilha frondosa em frente de sua foz; um grande recife em frente de sua barra e estar esta águas acima do Uruguai-Pitã.

Outra *Memória* espanhola, escrita em 1805, inspirando-se na invenção de 1789, e no acrescentamento de 1800 disse:

> Rio caudaloso, com uma ilha frondosa em frente de sua foz; um grande recife dentro de sua barra e achar-se esta águas acima do Uruguai-Pitã.

Posteriormente Oyárvide, em *Memória* escrita no começo deste século* e Cabrer em outra terminada em Buenos Aires no ano de 1835, reproduziram a invenção de Alvear, mas não se animaram a repetir o suposto trecho das instruções de 1751 e 1758, redigido em 1800 e 1805.

A *Memória* de 1892 do Ministério das Relações Exteriores da República Argentina, fundando-se sem dúvida em citação fantasiada por algum dos muitos escritores que na imprensa têm discutido esta questão, apresenta redação diferente das duas de 1800 e 1805; e é assim

Sua forma final.

que a invenção de 1789, passando por sucessivos acréscimos e transformações, chega à presença do árbitro na forma final em

[51] "Dentro de su barra", segundo a cópia autêntica que a Missão Especial do Brasil possui, do Ofício de 13 de novembro de 1789, de Diego de Alvear, e não "Frente de su barra", como escreveu Cabrer, copiando em seu *Diário* esse ofício.

* Século XIX. (N.E.)

que vai ser destruída.

Já se mostrou que nas instruções gerais (Tratado de 17 de janeiro de 1751) não se encontra referência alguma ao Pepiri e ao Uruguai-Pitã. Agora é preciso mostrar que na instrução particular de 27 de julho de 1758, dada a esta segunda partida, não há o trecho que tem sido citado.

A invenção de 1789 destruída com dois documentos autênticos.

O governo argentino estava de boa-fé repetindo o que dizem *Memórias* adrede escritas por funcionários espanhóis, em fins do século passado e princípios do atual, com o fim de confundir esta questão de limites, de si tão simples.

Destruída a invenção do trecho atribuído às instruções e provado – como há de ficar provado – que o Pepiri ou Pequiri do mapa de 1749 e do Tratado de 1750 é o mesmo rio demarcado em 1759, ficará destruída toda a argumentação dos comissários espanhóis que, depois de 1789, pretenderam corrigir supostos erros dos seus predecessores e modificar a linha divisória estabelecida pelo Tratado de 1777, que aceitou e confirmou a primeira demarcação.

A instrução particular de 27 de julho de 1758 só era conhecida por algumas citações que se encontram no *diário* da demarcação de 1759 e 1760. Agora, nesta última e suprema instância do pleito iniciado há mais de um século, e ultimamente ressuscitado, ela aparece pela primeira vez para fazer triunfar a causa da verdade e da justiça e vingar a memória dos demarcadores portugueses e espanhóis de 1759.

O texto espanhol da instrução particular foi ultimamente encontrado no arquivo geral de Simancas, anexo à carta autógrafa do marquês de Valdelírios escrita de São Nicolau de Missões em 20 de fevereiro de 1760 ao secretário de Estado dom Ricardo Wall, e está transcrito e traduzido entre os documentos que acompanham esta exposição.[52]

O texto português, segundo uma cópia conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa,[53] diz assim:

---

[52] Texto espanhol, tomo IV, pp. 61-66; tradução inglesa, III, pp. 67-75. O original está em Simancas (*Secretaria de Estado*, Leg.: 7.404).
A cópia que a Missão Especial do Brasil apresenta está autenticada pelo chefe do arquivo geral de Simancas (5 de outubro de 1893); pelo diretor geral da instrução Pública (Madri, 9 out.); pelo ministro do Fomento dom Sigismundo Moret y Prendergast (9 out.) e por mr. Stephen Bonsal, secretário da Legação dos Estados Unidos da América (Madri, 12 out.).

[53] Biblioteca Nacional de Lisboa, "Arquivo do Conselho Ultramarino, Brasil, avulsos, maço 233." A cópia que a Missão Especial do Brasil possui foi autenticada em 3 de janeiro de

A instrução Especial de 27 de julho de 1758.

Instrução, que nós os comissários principais de sua majestade fidelíssima, e de sua majestade católica, Gomes Freire de Andrada, e marquês de Valdelírios temos acordado, e firmado, para governo dos comissários da segunda partida da demarcação, José Fernandes Pinto e Alpoim, coronel do regimento de artilharia, e dom Francisco de Arguedas, do conselho de sua majestade católica na contadoria-mor de Fazenda, para que a executem como aqui se prescreve.

Delitos e penas.

Artigo 1º. Considerando que os naturais deste país não permitem, por seus costumes e gênios, o ser governados com as regras que conviria e desejam ambos os soberanos para ter bem assegurado o sossego das tropas: os comissários da segunda partida procurarão conformar-se, em quanto seja possível, aos artigos 21, 22, 23 e 24 das instruções[54] que tratam de delitos, e castigos, porém concedemos-lhes faculdade para que nos casos em que acharem alguns inconvenientes executem o que lhes parecer mais prudente com a melhor união, e conformidade, que é o que recomendam os dois soberanos contratantes.

Cosmógrafos.

Artigo 2º. Porão os comissários o maior cuidado em ajustar-se aos artigos 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31 da mesma instrução que tratam da obrigação que compete aos cosmógrafos, porque ambas as majestades recomendam, que o trabalho, que fizerem seja, não só exato senão também proveitoso ao adiantamento das ciências.

Artigo 3º. Em atenção, a que nos desertos e asperezas por donde deve ir esta partida não poderá achar socorros de cavalarias, que lhe permitam fazer a demarcação nos termos que prescrevem os soberanos, temos disposto que o comissário de sua majestade católica vá à povoação de São Nicolau e disponha que as canoas, práticos e remeiros estejam prontos, para que quando chegue o comissário de sua majestade fidelíssima passem logo juntos ao de São *Xavier donde se embarcarão nas balsas que ali formarem das canoas, e subirão pelo Uruguai até encontrar pela sua margem ocidental a boca do rio Pequiri, ou Pepiri, pelo qual entrarão e continuarão águas arriba dele até a sua origem principal, ou até onde possam*

1894 pelo diretor da mesma biblioteca, senhor Monte Pereira, e pelo subdiretor da Seção de Negócios Políticos na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal senhor Machado da Franca; e no dia 5 de janeiro, por mr. Caruth, ministro dos Estados Unidos da América em Lisboa.

54 A cópia portuguesa, só recebia de Lisboa nos últimos dias de dezembro, justifica a observação feita na 2ª nota à p. 83 do tomo III (62 do IV).

chegar as canoas. Desde aqui enviarão uma partida que vá a pé a reconhecer pelo terreno mais alto a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboque no Iguaçu, a qual, se se achasse, e reconhecessem que podem passar ao ombro as canoas, enviará o comissário de sua majestade católica uma canoa, que volte pelo mesmo rio com a notícia, e ordem para que os barcos, que estarão prontos no Paraná subam logo por ele a esperá-los na boca do Iguaçu, e entretanto passarão os víveres, e canoas por terra ao rio mais vizinho, que desemboque no Iguaçu.

A demarcação desde São Xavier, no Uruguai, até o Pepiri.

Artigo 4º. Para a averiguação das cabeceiras principais do Pepiri e do rio mais vizinho a ele, que desemboque no Iguaçu deverão os comissários solicitar as que tivessem mais águas; porém se a falta de cavalos, e bagagens (sendo preciso conduzam ao ombro de índios os víveres e canoas) não permitisse fazer aquela averiguação das águas, escolherão as que lhes parecerem melhor, e que se conformem com o artigo 31 das instruções,[55] e também poderão valer-se da epiquéia,[56] que oferece o artigo 12,[57] que neste caso pode ter lugar.

Rio Pepiri ou Pequiri.

Rio mais vizinho que desemboque no Iguaçu.

Cabeceiras do Pepiri e do afluente do Iguaçu.

Artigo 5º. Baixarão pelo rio mais vizinho ao Pepiri, até sua boca no Iguaçu, e continuarão águas abaixo deste até seu salto, no qual deixarão as canoas, se não as puderem passar com facilidade, e irão por terra até sua boca no Paraná, donde esperarão os barcos, e embarcados neles subirão águas arriba deste até donde os remoinhos que forma seu Salto Grande permitam chegar as embarcações, e passando a sua margem ocidental, enviarão uma partida, que vá o mais imediato que possa ser à margem do rio, e o reconheça igualmente que o terreno, por se acaso encontra o sinal que nele deixou a terceira partida, e quando a espessura

---

55 Artigo 31 das instruções gerais, no IV tomo, p. 39 (texto português), e p. 43 no III (tradução inglesa).

56 Em português – *epiqueia,* – do grego έκιεíκεια e έκιεíκεια, em inglês – "epiky (obs.) e também epicay, epicheia," *isto é razoabilidade, equidade, por oposição à lei rígida (*(Henry Bradley, *A new English Dictionary on Historical Principles founded mainly on the materials collected by the Philological Society*", Oxford, 1891).
"*Epiqueia,* no direito espanhol: A interpretação favorável e prudente da lei, de acordo com as circunstâncias de tempo, lugar e pessoa. Ver Murillo, nn. 67, 68 (John Bouvier, *A law Dictionary adapted to the Constitution and Laws of the United States of America and of the several States of the American Union, with references to the civil and other systems of Foreign Law*, Filadélfia, 1883).

57 No IV vol. p. 32 (texto em português), e III, p. 34 (tradução inglesa).

Do afluente do Iguaçu ao Paraná

do bosque, e aspereza do caminho não deem lugar a executá-lo a pé, farão naquela paragem as correspondentes observações para determinar o curso do rio naquela parte.

Artigo 6º. Se a cabeceira do rio que deságue no Iguaçu, e que se crê imediata à do Pepiri, não se achar, ou for a distância de entre ambas tão grande, ou o terreno tão áspero que julguem não poderem-se trasladar por terra as canoas, farão no lugar donde possam chegar, suas observações, e voltarão águas abaixo do Uruguai, até a povoação da Conceição, ou a de São Xavier, de onde passarão por terra à de Candelaria, e embarcando-se ali, subirão o Paraná águas acima até a boca do Iguaçu, pela qual entrarão até o seu salto, e passando por terra as canoas que levem, ou fazendo-as ali, se as não podem trasladar, subirão por ele até a boca de algum rio que esteja com curta diferença na mesma longitude, em que considerem as cabeceiras do Pepiri, e navegando por ele, o que puderem,[58] farão as correspondentes observações para tirarem no mapa, que formarem, linha que ate os dois pontos observados.

Se não puderem chegar às cabeceiras do Pepiri.

Regresso e subida pelo Paraná.

Boca do afluente desconhecido.

Se não puderem chegar às cabeceiras.

Artigo 7º. *Desde o lugar aonde chegarem*[59] baixarão por suas águas, e as do Iguaçu até a boca deste no Paraná, na qual tomarão seus barcos, como se prevê no artigo 4º.[60] E acabada esta diligência, se retirarão pelo mesmo rio Paraná à povoação da Candelaria, e daqui por terra à da Conceição. Daqui enviarão em umas canoas dois oficiais cosmógrafos, um de cada nação, que vão águas abaixo levantando o mapa do Uruguai, até onde desemboca neste pela sua margem oriental o Ibicuí, e daqui se retirarão para onde se lhes ordene.

Do afluente do Iguaçu ao Paraná.

Levantamento do Uruguai, de São Xavier à foz do Ibicuí.

Artigo 8º. O comissário de sua majestade católica proverá de canoas, e embarcações ao de sua majestade fidelíssima igualmente que de charque para toda a tropa de seu cargo, segundo temos acordado nós os comissários principais. E em tudo o mais, que houver mister um, ou outro, se assistirão mutuamente, como está prevenido nas instruções.

Embarcações e víveres.

---

58 A este rio descoberto e explorado no ano seguinte (1759), deram os comissários o nome de *Santo Antonio* (os portugueses) ou *San Antônio* (os espanhóis).

59 No rio que recebeu o nome de Santo Antonio.

60 Na cópia de Lisboa falta o número do artigo, que é suprido aqui à vista da cópia espanhola em Simancas.

Artigo 9º. A ordem que observarão na marcha as balsas, e embarcações das duas nações será a seguinte. O primeiro dia, tirarão sortes os dois comissários para saber a quem deve tocar aquele dia a vanguarda, e sabido isto prosseguirão depois alternando. Porém se isto se não pudesse observar pontualmente, ou já porque lhes pareça mais próprio, e necessário, que vão adiante os práticos dos rios, ou por outro algum inconveniente, não puseram reparo em sua execução, senão que farão, o que seja possível e se conforme mais com a conveniência comum, e comodidade da viagem.

Ordem de marcha.

Artigo 10º. O Petipé, ou Escala, de que se valerão para a formação do mapa será o mesmo, que serviu à terceira partida, que é de dez polegadas por grau, o que informaram os dois comissários aos cosmógrafos advertindo-lhes sobretudo que fique a maior claridade, que é o que se necessita, e conforma com a intenção dos dois soberanos.

Mapa.

Artigo 11. *Porque na execução dos artigos* 3º, 4º, 5º, 6º e 7º *desta instrução pode haver algumas dificuldades, que não permitam sua pontual observância, satisfeitos da prudência, zelo, e inteligência dos dois primeiros comissários lhes damos faculdade para que acomodando-se aos terrenos por donde forem, obrem como julgarem mais conveniente a concluir esta parte de demarcação, deixando-a clara, e bem distinta conforme a vontade de nossos soberanos*.

Poderes ilimitados

Em fé do que nós os sobreditos comissários principais o firmamos e selamos com o selo grande de nossas armas.

Passo do Jacuí, 27 de julho de 1758.

Esta instrução particular não diz, como supunha o governo argentino, que a foz do Pepiri no Uruguai fica águas acima da do Uruguai-Pitã, nem menciona a tão falada ilha e o recife perto da foz do mesmo Pequiri.

O que se lê no artigo 3º é simplesmente isto:

TEXTO EM PORTUGUÊS

"Em atenção a que nos desertos e asperezas por onde deve ir esta partida não poderá achar socorros de cavalarias, que lhe permitam fazer a demarcação, nos termos que prescrevem os soberanos, temos disposto, que o comissário de sua majestade católica vá à povoação de São Nicolau, e disponha, que as canoas, práticos, e remeiros estejam prontos, para que quando chegue o comissário de sua majestade fidelíssima passem logo juntos à de *São Xavier, donde se embarcarão nas balsas que ali formarem das canoas, e subirão pelo Uruguai até encontrar pela sua margem ocidental a boca do Rio Pequirí, ou Pepirí, pela qual entrarão,* e continuarão águas arriba dele até a sua origem principal, ou até donde possam chegar as canoas..."

TEXTO EM ESPANHOL

"En atención a que en los desiertos, y asperezas por donde debe ir esta partida no se podrá hallar socorros de caballerias, que le permitan hazer la demarcación en los términos que prescriben los soberanos, hemos dispuesto que el comisario de s. m. c. se vaya al pueblo de San Nicolas, y disponga que las canoas, practicos, y remeros estén prontos para que quando llegue el comisario de s. m. f. pasen luego juntos al de San Xavier, donde se embarcarán en las balsas, que formaren alli de las canoas, y subirán por el Uruguay hasta encontrar por su ribera occidental la boca de el rio Pequirí o Pepirí, por la que entrarán, y continuarán aguas arriba de el hasta su origen principal, ó hasta donde puedan llegar las canoas..."

Nada de Pepiri águas acima do Uruguai-Pitã; nada de ilha nemorosa; e nada de recife dentro ou fora da boca do Pepiri.

Nunca existiu um dos dois documentos citados em apoio da pretensão argentina.

Desaparece assim, porque nunca existiu, um dos dois documentos que o governo argentino alegava, dando crédito às invenções dos comissários espanhóis encarregados da segunda delimitação de fronteiras, depois do Tratado de 1777. O outro documento é o mapa de 1749, que será estudado depois.

O exame da demarcação de 1759 a 1760 mostrará que os comissários

das duas nações nomeados em virtude do Tratado de 1750 cumpriram exatamente as instruções que receberam.[61]

No dia 1º de fevereiro de 1759, partiram eles de São Xavier,[62] a mais setentrional das missões que os jesuítas espanhóis tinham sobre o Uruguai, e, portanto, a mais próxima da fronteira brasileira. Dessa povoação à foz do Pepiri, depois Pepiri-Guaçu, há em linha reta, uns 150 quilômetros ou 80 milhas inglesas.

Os comissários sobem o Uruguai, partindo de São Xavier.

A expedição seguiu embarcada em balsas e canoas, fazendo o levantamento do Uruguai rio acima.

No dia 5, passava pela foz do Mbororé afluente da margem direita, e limite da ocupação espanhola, nesse lado do Uruguai.

Rio Mbororé, limite da ocupação espanhola.

Diz o *Diário* dos comissários espanhóis falando do rio Mbororé: "... é também o máximo a que chegam por terra os índios de Misiones, que não se atrevem a ir adiante por temor dos Caraíbas".

No dia 10 a expedição reconhecia a foz do Acaraguá ou Acaraguay, antigo Acarana. Aí tinham tido os jesuítas, de 1630 a 1637, a missão de Asumpción, que nesta última data removeram para o Mbororé, e suprimiram em 1641, levando os índios que a compunham para Yapejú, em consequência de novas invasões dos brasileiros de São Paulo.[63]

Rio Acaraguá.

A 20 de fevereiro passavam os comissários pela foz do Guanumbaca,

---

[61] Os mapas em que este reconhecimento de 1759 pode ser estudado são os que têm os nºs 7 A (mapa de 1749, dos plenipotenciários), 12 A (mapa de 1760, apenso ao *Diário* português dessa demarcação), e 29 A (organizado pela Missão Especial do Brasil para o estudo desta questão).

Além desses, a Missão Especial do Brasil pode apresentar ao árbitro o mesmo mapa nº 12 A, porém em escala maior segundo uma cópia do próprio original construído pelos comissários portugueses e espanhóis em 1760. A cópia, na Biblioteca Nacional de Lisboa (Arquivo do Conselho Ultramarino, Brasil, maço 93), foi fotografada, e o exemplar que a Missão Especial do Brasil possui está legalizado pelo diretor da mesma biblioteca, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelo ministro dos Estados Unidos da América em Lisboa (5 de janeiro de 1894). O título é: "Plano da Raia Marca- / *da nos Estados do Brasil pellos Offici-* / *aes da Segunda Divizão pertencente ao* / *Partido do Rio Grande de São Pedro na* / *Expedição do anno de* 1750. *Copiado* / *do proprio original que se elevou na campanha*."

[62] No quadro H6 do mapa nº 29 A.

[63] O *Diário* dos demarcadores diz que Asumpción del Acaraguá foi fundada proximamente ao ano de 1623. A verdadeira data é 1630, como se vê em Techo, *História Proviniae Paraquariae Societatis Jesu,* Lille, 1673, Lib. IX, Cap. XXVI. Em 1657 esses índios separaram-se dos da missão de Yapejú

Rio Guanumbaca.

Rio Mandií-Guaçu.

Rio Paricaí.

que já figurava com esse nome nos antigos mapas dos jesuítas, e pela do Mandií-Guaçu, hoje Soberbio, ambos na margem direita; a 21, pela do Paricaí, hoje Turvo, na margem esquerda; no dia seguinte pela do Itacaraí,[64] na direita, último ponto a que em 1759 chegavam por água os guaranis de Misiones, como se vê no seguinte trecho do *Diário* espanhol:

Itacaraí, termo das viagens fluviais dos guaranis de Misiones.

O Itacaraí é o ponto mais distante alcançado pelos índios de alguns povoados do Uruguai quando vêm coletar a erva que usam para o mate, ainda que hoje seja muito raro que não a tenham cultivada em sua vizinhança.

No lugar conveniente, nesta exposição, se há de mostrar que já em 1788, segundo o espanhol Oyárvide, esses índios de Misiones não se aproximavam tanto do Pepiri em suas viagens fluviais:

Continua o *Diário* espanhol:

O guia Arirapi.

Antigo posto para observar os movimentos dos brasileiros de São Paulo.

Dia 23 (23 de fevereiro, 1759). Levou a vanguarda a partida espanhola. Até o Itacaraí tivemos vários índios práticos, mas para adiante era único Francisco Xavier Arirapí que havia subido, muitos anos antes na última viagem que os índios de São Xavier fizeram ao lugar que chamam a Espia, porque nele os dessa povoação se preparavam para não serem surpreendidos nas incursões dos paulistas, a quem primeiro estava mais exposta.

Adiante (dia 5 de março) diz o *Diário* espanhol que Arirapi esteve no Pepiri *alguns anos antes*, e não *muitos anos antes* : "...e que com esse nome o havia conhecido na viagem que, *alguns anos antes*, fez com os do seu povoado ao lugar que chamaram a Espía".

Essa viagem só podia ter sido feita depois de 1749, isto é, dentro dos dez anos que precederam a este reconhecimento e demarcação, porquanto, – como se há de demonstrar, – ainda em 1749 os jesuítas de Misiones, nada conhecendo do Alto Uruguai, davam o nome de Pepiri a um rio abaixo do Salto Grande, e não ao Pequiri ou Pepiri dos paulistas,

e foram formar a de La Cruz ao sul do Aguapeí (quadro L 2 no mapa nº 29 A).

[64] Quadro F 10 no mapa nº 29 A.

primeiro rio acima do mesmo Salto Grande do Uruguai.

A viagem de Arirapi ao Pepiri.

Arirapi, portanto, não fez a viagem quando menino ("cuando niño") como têm dito os defensores da pretensão argentina. Neste reconhecimento de 1759 houve ao menos um prático; nos reconhecimentos feitos depois do segundo tratado, os comissários espanhóis não encontraram um só. Não havia em 1788 e 1789 em Misiones um só índio que tivesse subido o Uruguai além da foz do Paricaí, então chamado Cebollatí, e hoje Turvo.[65]

No dia 23 de fevereiro de 1759 passaram os comissários diante da foz do Jabuti-Guaçu, rio que ainda hoje conserva o nome de Jabuti, sendo, porém, mais conhecido pelo de Pepirí-Miní, isto é, Pepiri pequeno.[66]

Jaboti-Guaçu ou Pepirí-Miní.

No seguinte dia, pouco adiantaram. Do lugar em que fizeram alto para descansar já ouviam o ruído do Salto Grande, também chamado hoje Salto de Moconã.

Salto Grande do Uruguai.

Os dias 25 a 27 foram empregados em reconhecimentos das margens do rio e da catarata; os seguintes até 4 de março, em vencer esse obstáculo, que de todo interrompia a navegação.

A queda do rio apresentava naquele momento cerca de 11 metros de altura no paredão ocidental (36 pés ingleses) e 6 metros no oriental (mais de 19 pés).

A 4 de março, partindo do Salto Grande, a expedição avançou apenas uma légua e acampou junto à foz do arroio Itaioá, pequeno afluente da margem direita.[67] No dia seguinte, navegando mais dois terços de légua, chegou à foz do Pepiri, que, portanto, foi encontrada cinco milhas acima do Salto Grande.

Arroio Itaioá.

Rio Pepiri ou Pequiri.

---

[65] Oyárvide, em Calvo, *Recueil de Traités*, Tomo IX, p. 188.

[66] Além dos mapas nº 29 A (organizado pela Missão Especial do Brasil) e nº 12 A (comissários de 1759), convêm ter presentes agora os dois construídos pela Comissão Mista brasileiro-argentina, que, em virtude do Tratado de 28 de setembro de 1885, fez o reconhecimento dos rios que limitam o território brasileiro reclamado pela República Argentina desde 1881. Os fac-símiles desses mapas têm os nºs 25 A (o desenhado pela Comissão brasileira) e 26 A (o desenhado pela Argentina). O levantamento do rio Uruguai começou em 1887 na foz do Pepirí-Miní ou Jaboti (quadro F. 2 no mapa nºs 25 A).
Diz o *Diário* redigido pela Comissão argentina:
"No dia 13 (julho, 1887) se começou o levantamento do Uruguai, estando a primeira estação situada na foz do rio *que é conhecido pelos moradores do lugar como Peperi-Mirim e ao qual outros dão o nome de Jabuti, que está na altura do povoado de São Pedro.*"

[67] No mapa da Comissão brasileira (nº 25 A) está com o nome de Itapua.

Diz o *Diário* dos demarcadores espanhóis:

Dia cinco (5 de março, 1759). Levou a vanguarda a partida espanhola, e seguimos a mesma costa ocidental[68] em que nos achávamos. E voltando a SSE, a que corre o rio, em cuja direção ficam dois pequenos recifes imediatos um ao outro, deixamos dois jorros de água que caiam precipitados por entre penhas, os quais julgamos serem da chuva forte, que havia caído a noite antecedente. Não deram curta fadiga as muitas pedras, e pouca água que tinha o rio que volta a ESE, *e nesta direção tem recife, que termina em uma pequena ilha de pedra, e sarandis,*[69] *encostada à margem setentrional, a qual se cobre com as crescentes, e detrás desta na distância de dois terços de légua do Itaioá, está a boca de um rio que só se pode ver depois de montada a ponta da da ilha, o qual disse o guia era o Pepiri que buscávamos.*[70] Os comissários o fizeram vir a sua presença e juntos os mais oficiais das duas nações se lhe perguntou que rio era aquele. Respondeu de novo que o Pepiri; e que com este nome o havia conhecido na viagem que alguns anos atrás fez com os do seu povo, ao lugar que chamavam a Espia.

Pequena ilha na foz do Pequiri.

Neste tempo trazia o dito rio tão pouca água que mostrava dar muito curta navegação; *e sabendo-se por outras notícias que o Pepiri tinha um recife perto de sua boca, foram os comissários, e o astrônomo de Portugal reconhecê-lo, e se achou a meia légua dela. Apesar disso, vendo que não se havia chegado à latitude em que o Mapa das Cortes situa o Pepiri, e que tão pouco se conformava a posição daquele em que nos achávamos, que estava antes do Uruguai-Pitã, que deságua pela banda oposta, quando naquele se figura depois. Para ratificar este mapa, e depois qualquer gênero de dúvida que, contra o testemunho do guia, podia suscitar, o qual era só (ainda que também era ele o único não só entre os presentes, mas também entre todos os povos de Missões, que o pudesse dar por não haver ficado outro índio que houvesse navegado acima do salto), e que podia não se lembrar corretamente por haver passado bastantes anos, depois que só o andou uma vez, resolveram os dois comissários ir no seguinte dia rio acima, e que se levantasse o mapa desta parte, para que a confrontação das notícias que dava de antemão dos rios Apiterebi e Uruguai-Pitã*

Recife perto da foz do Pepiri.

[68] Margem direita do Uruguai.

[69] *Sarandi*, arbusto cujo nome científico é *Phyllanthus Sellowianus*. A espécie foi descrita por M. Mueller (d'Argovie), autor da *Monographie des Euphorbiacées (Prodromus regni vegetabilis,* de Candolle, T. XV, 2ª parte, p. 397).

[70] Com o nº 27 A (vol. VI) está um fac-símile da *Planta da foz do Pepiry Guaçú* (em 1759, Pepiri ou Pequiri) levantada em 1887 pela Comissão Mista brasileiro-argentina.

até onde dizia haver chegado, com a verdadeira situação deles nos assegurasse do seu conhecimento e prática.

Concordam em subir o Uruguai para verificar a posição do Apiterebi e do Uruguai-Pitã.

No dia seguinte, os comissários, astrônomos e geógrafos subiram em canoas o Uruguai. A um quarto de légua (cerca de 1,65 km) do Pepiri viram na margem esquerda do Uruguai a boca de um arroio inominado, hoje arroio Pari. Continuando no rumo de NE, passaram pelos recifes que formam os rápidos agora chamados corredeira do Pari, e adiante, quando o rio apresenta uma volta que vem de leste e SE, transpuseram novos rápidos, conhecidos presentemente por corredeira dos Macacos Brancos. Aí, perto de uma ilha de pedras, viram na margem direita a foz do rio "a que o guia chamou de *Apiterebi*", distante uma légua e um quarto (cerca de 8,25 km) do Pepiri. Prosseguindo com o rumo de SSE e depois de E, chegaram a uma curva do rio que vinha de NE, e então encontraram outros rápidos, designados atualmente por Corredeira do Guarita.

Viagem pelo Uruguai acima da foz do Pepiri.

R. Apiterebi.

Diz em seguida o *Diário*:

Segue o rio sua volta a NE, e NE um quarto N, e no princípio desta direção à distância de perto de 2⅓ léguas e do Pepiri, entra pela banda oriental um rio tão grande que disse o guia era o Uruguai-Pitã, fim do seu conhecimento.

R. Uruguai–Pitã ou Uurguai-Puitã.

Esta distância de 2⅓ léguas (cerca de 15,4 km) entre a foz do Pepiri a oeste, e a do Uruguai-Pitã, a leste é tópico importante, pois vai aparecer nas instruções espanholas dadas posteriormente aos comissários incumbidos de fazer a demarcação dos limites de acordo com o Tratado de 1777.

Distância entre o Pepiri e o Uruguai-Pitã.

A expedição entrou no Uruguai-Pitã:

Entramos por ele um pedaço para ver se a cor de suas águas combinava com seu nome, que quer dizer *Uruguai vermelho*, e se achou que tiravam alguma coisa a essa cor.

A largura dele, que se mediu a muito pouca distância de sua boca é de 49 toesas e 4 pés (cerca de 90,4 m), e seu fundo de 6,11, 12, 14 e 16 pés de rei (entre 1,95 m e 5,2 m), e navegando perto de meia légua, conserva o fundo de 12 (3,9 m),

em que não têm parte as águas do grande Uruguai que, por estar tão baixo, não podiam conter as do Pitã, que é o maior rio que encontramos desde São Xavier.

Este rio *Uruguai-Pitã* ou *Uruguai-Puitã* dos demarcadores de 1759 é conhecido desde meados do século atual com o nome de rio da Guarita, que no mapa da Comissão Mista brasileiro-argentina aparece entre parênteses depois do nome – Mberuy.[71]

Dois erros históricos a corrigir.

O governo brasileiro e a Missão Especial do Brasil não aceitam esta errada aplicação do nome de Mberuí, inventado pelos comissários espanhóis depois de 1789; e não aceitam também o de Uruguai-Pitã erradamente aplicado no mesmo mapa ao antigo rio Trigoti, hoje rio da Várzea.[72] São denominações adotadas pelos espanhóis em fins do século passado, mas repudiadas então pelos portugueses e depois por todos os brasileiros que estudaram as duas demarcações. No número dos últimos podem ser citados o general Chagas Santos e o visconde de São Leopoldo, cujos mapas acompanham esta exposição.[73]

É preciso deixar bem estabelecido este ponto para evitar confusões. O nome – Mberuí –, aplicado ao Uruguai-Pitã dos demarcadores de 1759, e o de Uruguai-Pitã, transferido para um rio mais oriental, que tinha o nome de Trigoti e a que os portugueses chamavam – rio da Picada (hoje rio da Várzea) –, são criações dos comissários espanhóis muito posteriores ao segundo Tratado, de 1777.

O governo brasileiro e o argentino, nas instruções de 1885, encarregaram a Comissão Mista de levantar a planta do território em litígio, mas não lhe deram a incumbência de atribuir aos rios nomes antigos ou históricos.

Voltando ao Uruguai no mesmo dia 6 de março, os comissários continuaram em sua expedição águas acima na direção ENE, passando duas corredeiras, chamadas hoje da Pedra Branca e da Jacutinga. Pernoitaram acima desta.

Continuam os comissários a subir o Uruguai.

Diz então o *Diário* espanhol:

---

[71] No quadro F 2 do mapa nº 25 A (Comissão Mista); e quadro F 10 do nº 29 A (Missão Especial do Brasil).

[72] Quadro F 4 no mapa nº 25 A; quadro F 12 no nº 29 A.

[73] Mapa de Chagas Santos, do princípio deste século (século XIX), nº 21 A, e São Leopoldo, de 1839, nº 22 A. Em ambos se vê com o nome de *Uruguay-Pitã* o rio que os demarcadores portugueses e espanhóis reconheceram em 1759.

Não distante deste segundo recife, se achou encostado à ribanceira um pilão velho de madeira, que pelo seu feitio conheceram os paulistas ser de seus compatriotas, que o deixariam em algumas de suas viagens e incursões que faziam aos índios por esta parte, onde se viu também um pequeno roçado de muitos anos, que se atribuíam aos mesmos.

Sinais da antiga dominação brasileira.

As margens e o fundo do rio são de pedra na maior parte, com ribanceira alta, e colina de um a outro lado, menos elevada que as medições do salto, e sempre coberta de árvores.

No dia 7 de março os comissários continuaram a subir o Uruguai, passando por uma ilha de pedras (ilha da Fortaleza) e chegaram até o pequeno salto de 2 metros de altura (6 pés ingleses) conhecido por Salto da Fortaleza.[74] Daí regressaram para o Pepiri, como se vê no seguinte trecho do *Diário* espanhol:

Ilha de pedras e salto pequeno.

Dia sete (7 de março, 1759). Continuamos para diante, seguindo o rumo de ENE, em que a queda da lomba entra pela mesma banda setentrional um arroio, e voltando o rio a SE ¼ E, e nesta direção, a pouco mais de meia légua (cerca de 3,3 km) se encontra uma ilha pequena, e alta de pedra,[75] passada a qual se viu um grande salto, que fizemos juízo tivesse uma toesa (cerca de 1,82 m) de altura, formando degraus por onde se despenhava impetuosamente, a água embaraçava passar adiante.[76] Paramos defronte da ilha, e se enviou uma canoa pequena para de mais perto examinar o salto, com ordem de que se por algum lado o pudesse passar, continuasse navegando até dar volta a uma ponta que se divisava adiante, e se examinasse se pela margem ocidental entrava algum rio, que se conformasse melhor com o "Mapa das Cortes". Acompanharam-na até o pé do salto alguns oficiais que disseram ser preciso para poder seguir a navegação fazer uma manobra de arrastar canoas, semelhante à que se havia feito no Salto Grande, nem a gente da pequena canoa, que andou por terra um trecho, achou rio algum.

À vista deste estorvo, e não dando os vários arroios pequenos, que tão repetidos entravam por aquela banda, esperança de que

Agora chamado Saltinho da Fortaleza.

[74] Quadro F 3 no mapa nº 25 A (da Comissão Mista); quadro G 11 no mapa nº 29 A (da Missão Especial do Brasil).

[75] Ilha da Fortaleza.

[76] Salto da Fortaleza.

houvesse um rio tão grande, chamaram os comissários, astrônomos e geógrafos das duas nações, e juntos todos[77], propôs o de sua majestade católica os motivos que havia tido para não ser o Pepiri o que havia dito o guia; não só por não acomodar-se sua latitude e posição com a que lhe dá o citado mapa, como porque depois de tantos anos podia aquele estar esquecido do terreno e rios. Expostas assim as razões, que depois de feito o exame lhe fizeram avançar a dúvida, as quais estribavam na asseveração do dito guia, que no mês de novembro de 1757 lhe haviam dito, e assegurado no povoado de São Xavier, que não só havia estado no Pepiri (ao qual se chegaria no mesmo dia que se saísse do Salto Grande do Uruguai, o que também havia repetido várias vezes no curso da viagem), senão que havia passado mais adiante, e assegurando agora que só havia chegado ao Uruguai-Pitã, se convencia que ficava atrás o rio que ele havia conhecido com o nome de Pepiri, nem podia ser outro que o que havia sido designado, porque este era o único a que se podia chegar no mesmo dia que se saísse do salto; e como por outra parte as notícias que deu dos outros dois rios Apiterebi e Uruguai-Pitã, que conhecia se achavam conformes a sua verdadeira situação, se viu que lhe não haviam dormido as espécies; fora disto, a sua verdade se achava comprovada com os outros mapas impressos, e com alguns manuscritos feitos pelos índios, nos tempos que navegavam por esta parte[78] nos quais põem o Uruguai-Pitã depois do Pepiri, perto de cuja boca se havia achado o recife, que por notícia se sabia tinha este, e concluiu dizendo: que senão obstante estas razões ficava algum receio ou dúvida, ou ocorria a alguém outra diligência que pudesse dar, se era possível, mais segurança na determinação do rio, a propusesse, pois estávamos no tempo de poder executá-la.

Conferência de 7 de março de 1759.

Exposição feita pelo primeiro comissário espanhol Arguedas.

Dúvidas que teve.

As informações do guia confirmadas.

Pepiri perto do Salto Grande.

Outros mapas confirmam a informação do guia.

[77] Esta conferência de 7 de março de 1759 teve lugar junto ao Salto Pequeno ou Saltinho da Fortaleza.

[78] A *Memória* de 1892 do Ministério das Relações Exteriores da República Argentina parece atribuir ao conselheiro Paranhos (visconde do Rio Branco) a primeira citação desses mapas impressos e manuscritos que dão o Uruguai-Pitã acima do Pepiri. É verdade que isso se lê no Memorando de 1857 (texto português, IV vol.; tradução inglesa, III vol.), mas quem primeiro afirmou o fato foi o comissário espanhol Arguedas na conferência de 7 de março de 1759. E nesta exposição há de ficar provado que Arguedas disse a verdade, pois *todos os mapas impressos anteriores ao dos plenipotenciários de 1749 dão a foz do primeiro Pepiri, no Uruguai, abaixo da do primeiro Uruguai-Pitã*.

Convieram todos em que não havia dúvida de que era aquele o Pepiri, o qual sempre era rio considerável, ainda que neste tempo lhe víssemos poucas águas, as quais igualmente se viam no mesmo Uruguai, e com este acordo se resolveu voltar ao mesmo acampamento, onde chegamos às quatro horas e meia de navegação para baixo, havendo passado não sem risco, porém sem desgraça, os recifes, pelo meio de seus canais, nos quais com algum vento pela proa, se levantavam furiosas ondas, que metendo repetidos golpes de água nas canoas, nos molharam a todos; e acabado de chegar, caiu uma forte chuva, que durou até perto da noite.

Todos concordam em que rio indicado pelo guia é o Pepiri do Tratado.

Em seguida, e com a data de 8 de março de 1759, vem o termo do reconhecimento e identificação do rio Pepiri ou Pequiri.

O *Diário* espanhol, vertido para o português, começa assim no dia 8: "Certificados todos de que o rio em cuja boca estávamos era o Pepiri, se fez e se firmou o seguinte ato de reconhecimento".

Termo de identificação do Pepiri.

Eis esse documento reproduzido segundo os dois originais, português e espanhol:

TEXTO EM PORTUGUÊS

"Os comissários da segunda partida de demarcação José Fernandes Pinto Alpoim por sua majestade fidelíssima, e dom Francisco Arguedas por sua majestade católica, ouvido o parecer unânime dos astrônomos, geógrafos, e oficiais das duas nações, os quais em virtude das razões expostas na junta antecedente, e da afirmação do índio guia Francisco Xavier Arirapí, sargento da sua povoação de São Xavier, cujo conhecimento, e notícia destes rios se comprovou com a conformidade que se achou entre as que deles dava, e sua verdadeira situação, disseram lhes

TEXTO EM ESPANHOL

"Los comisarios de la segunda partida de demarcacion don Francisco Arguedas por s. m. c. y Joseph Fernandez Pinto Alpoym por s. m. f. oído el parecer unanime de los astronomos, geographos y oficiales de las dos naciones, quienes (en fuerza de las razones expuestas en la junta antecedente, y de la aserción del indio vaqueano Francisco Xavier Arirapí, sargento de su pueblo de San Xavier, cuyo conocimiento, y noticia de estos ríos se comprobó con la conformidad que se hallo entre las que de ellos daba, y su verdadera situacion) dijeron no les quedaba la menor duda

não ficava a menor dúvida, de que era o Pepirí o rio que o dito guia assinava e em cuja boca estavam acampadas as partidas; e assim declaramos que reconhecemos este pelo rio Pepiri determinado no artigo 5º do tratado de limites, por fronteira dos domínios de suas majestades fidelíssima e católica; em consequência do que a demarcação começada na povoação de São Xavier, e seguida águas acima do Uruguai até a boca deste, deve continuar por ele seguindo o seu curso até as suas cabeceiras, sem embargo de se não achar a sua efetiva posição conforme a que se dá no mapa de demarcação dado pelas duas cortes, não devendo, conforme a declaração assinada nas costas dele pelos excelentíssimos senhores plenipotenciários Thomás da Silva Teles, visconde de Ponte de Lima, dom Joseph de Carvajal e Lancastre, atender-se ao dito mapa senão enquanto este se acha conforme ao tratado; e para que em todo o tempo conste este ato de reconhecimento, e termo da divisão de limites fizemos a presente declaração, firmada por todos os abaixo-assinados.

Boca do rio Pepiri, 8 de março de 1759.

José Fernandes Pinto Alpoim
Antônio da Veiga d'Andrada
Manoel Pacheco de Christo"

de que era el Pepiri el rio, que dicho vaqueano designaba, y en cuya boca estaban acampadas las partidas, declaramos, que reconocemos este por el rio Pepirí determinado en el artículo 5º del tratado de limites por frontera de los dominios de sus majestadas catholica y fidelísima y en su consecuencia, que la demarcación empezada en el pueblo de San Xavier, y seguida aguas arriba del Uruguay hasta la boca de este debe continuar siguiendo su curso hazia sus cabezeras, sin embargo de no hallarse su efectiva posicion conforme á la que le dá el mapa de la demarcacion dada por las dos cortes, no debiendo, segun la declaracion signada en el reverso de el por los exmos. sres. plenipotenciarios don Joseph de Carvajal y Lancaster, y Vizconde don Thomas da Sylva Teles, attenderse á dicho mapa sino en cuanto este se halle conforme al tratado, y para que en todo tiempo conste este acto de reconocimiento, y lindero de la division de términos, hicimos la presente declaracion firmada por todos los infrascritos.

Boca del rio Pepiri, y Marzo 8 de 1759.

Francisco Arguedas.
Francisco Millau.
Juan Marrón."[79]

[79] Cada um dos dois documentos registrados no *Diário* português e no espanhol, tem essas seis assinaturas.
No tomo I dá-se apenas a tradução do texto português porque a do espanhol daria o mesmo resultado com as únicas diferenças resultantes da aplicação da regra diplomática do alternado.

Depois continua o *Diário* espanhol:

O rio *Pepiri*, ainda que mais comumente se devia chamar *Pequiri*, cujo nome significa rio de Piabas (peixes pequeninos), pelas que nele se acham, lhe conservaremos o primeiro nome de *Pepiri* por ter a pronunciação mais suave, e para o contradistinguir de outro *Pequiri*, que pela banda oriental deságua no Paraná, acima do seu Salto Grande;[80] sendo aquele o primeiro rio notável, ou que se possa chamar caudaloso, que igualmente entra no Uruguai pela margem setentrional, acima do Salto Grande deste, convindo a demarcação que por ela se faz, com a que fez o terceiro grupo pelo rio Gatimim, em que a ambas serviu de lindeiro o primeiro rio caudaloso, que acima dos seus saltos deságua no Paraná e Uruguai; *e ainda que este do qual o Pepiri só dista pouco mais de uma légua (cerca de 6,6 km), seja uma marca natural das mais visíveis e duradouras para reconhecer em todo o tempo este rio, como também o é, quando o Uruguai está baixo, a ilha imediata a sua boca,* contudo por ser um ponto dos mais principais da nossa divisão, se parou nela para fazer algumas observações de longitude e de latitude, com que poder com mais precisão e segurança determinar sua posição, *e numa ponta que a margem oriental do Pepiri forma com a setentrional do Uruguai, em que deságua, e pertence, segundo a demarcação, ao domínio de Portugal, se cortaram árvores, deixando no meio uma só, com 13 pés de altura (cerca de 3,96 m), em que se pôs uma Cruz, e em seus braços se gravou essa nota* R. F. (rei fidelíssimo, título do rei de Portugal), Ano de 1759.

Pepiri ou Pequiri. Os comissários preferem o primeiro nome.

Porque há outro Pequiri afluente do Paraná.

Pepiri, primeiro rio notável acima do Salto Grande.

Salto Grande, marco natural.

A ilha do Pepiri.

A inscrição "R.F. Ano de 1759".

No *Diário* português as últimas linhas do trecho acima dizem assim:

... e em uma ponta que a margem oriental do Pepirí forma com a setentrional, se fez um desmonte de árvores, deixando no meio, só uma de 13 pés de alto, na qual se pôs uma Cruz, e nos seus braços se gravarão estas letras – R. F. (rei fidelíssimo) Ano de 1759.

[80] A posição do outro Pequiri, afluente do Paraná, está indicada no *Mappa do Brasil Meridional*, e no do *Itinerario de Cabeza de Vaca* (nº 31 no pequeno atlas que forma o tomo V desta exposição).

Nas instruções dadas, depois do Tratado de 1777, aos comissários espanhóis incumbidos da segunda delimitação de fronteiras serão encontradas citações desta marca de 1759 e da latitude então observada, o que constitui duas outras provas irrecusáveis de que o rio Pequiri ou Pepiri-Guaçu do segundo e último tratado de limites concluído entre Portugal e Espanha era o mesmo Pepiri ou Pequiri demarcado em 1759, isto é, o mesmo rio que forma desde o século XVII o limite do Brasil no território que a República Argentina reclama desde 1881.

Latitude da foz do Pepiri.

A média de dezessete observações deu como latitude da foz do Pepiri 27º9'23"S. Em 1789, os novos demarcadores acharam 27º10'30"S e em 1887, depois de mais de cem observações, a Comissão Mista brasileiro-argentina adotou a média de 27º10'3"S.

A longitude não pôde ser determinada com precisão em 1759. Os astrônomos se detiveram cerca de dois meses nesse ponto, mas chuvas e névoas quase incessantes só permitiram que observassem a imersão de um satélite de Júpiter. A correspondência com os tempos de Paris e Greenwich não pôde ser estabelecida porque os cálculos feitos segundo as Tábuas de Cassini e Bradley davam resultados inaceitáveis, apresentando as primeiras para o fenômeno, no mais oriental desses observatórios, tempo menor ao que a outra dava para o observatório mais ocidental. Isto punha o Pepiri mais chegado ao meridiano de Paris do que ao de Greenwich, ou, melhor, colocava Greenwich ao oriente de Paris. Acresce que o pêndulo de que se serviam os observadores não podia inspirar confiança depois de tantos abalos na passagem de rápidos e cachoeiras e que a observação foi feita com tempo pouco favorável. "Pareceu se não devia fiar dela," diz o *Diário*, "enquanto se não tivessem correspondentes de lugares conhecidos com que os comparar".

Longitude.

Na segunda demarcação calculou-se que a foz do Pepiri (já então Pepiri-Guaçu) estivesse em 53º54'08" O. Em 1887, a Comissão Mista brasileiro-argentina começou determinando provisoriamente, pelo método cronométrico, a longitude de 53º46'06", 8 O (caderneta de campo e planta da foz do Pepiri-Guaçu). Mas a Comissão brasileira adotou posteriormente a de 53º48'19"O, que, concluída a triangulação, resultava da posição desse ponto referida ao meridiano de Palmas, o qual pôde ser estabelecido com toda a precisão por estar essa vila em comunicação telegráfica com o Observatório

do Rio de Janeiro. A Comissão argentina situou no seu mapa a foz do Pepiri-Guaçu em 53º50'11"O.

Cumprindo as instruções que tinham recebido, os primeiros comissários resolveram mandar proceder ao levantamento do curso do Pepiri até à cabeceira principal do Pepiri, *se fosse possível.*

Reconhecimento do Pepiri, 1759.

Diz o *Diário* espanhol (13 de março, 1759):

> Com estas notícias resolveram os comissários enviar por terra o grupo, que o artigo 3º das instruções particulares previu se despache desde o lugar de onde não se podia navegar o Pepiri para adiante, com ordem de que este reconhecesse o seu curso, *se pudesse*, até a sua cabeceira, que não parecia estar tão distante, e desta, pelo terreno mais alto, buscasse a nascente do rio mais próximo que corresse para o Iguaçu.

A 14 de março partiu essa expedição, dirigida pelo geógrafo português Pacheco de Cristo e pelo espanhol Francisco Millau, levando víveres para 20 dias.

No dia 28 passou pela foz de um afluente oriental que os geógrafos chamaram arroio das *Traíras* (em espanhol *Tarayras*, nome de um peixe), e logo depois por "uma penhascaria muito alta e cortada a prumo, com algumas escavações, que na sua parte inferior tinha feito o continuado impulso das águas". Deram a esta paragem o nome de *Covas*.

Arroio Traíras.

No dia 29 diz o *Diário* espanhol:

> Saímos às 6 da manhã; e depois de haver navegado a NO como 385 toesas (cerca de 700 m), encontramos uma bifurcação que dividia o rio em dois braços quase iguais. Examinaram-se ambos, para nos assegurarmos de qual era o maior, por onde devíamos continuar. O da direita, que vem do NE, trazia bastante água, com pouca corrente, e era mais estreito que o da esquerda, que, além de que suas águas excediam as do outro, trazia corrente. *Ao primeiro se deu o nome de Pepiri-Miní*, e se seguiu pelo segundo, que a curta distância para cima torna a se alargar.[81]

Rio Pepirí-Miní.

Este nome de *Pepirí-Miní*, que significa – Pepiri-pequeno –, foi, portanto, dado, no dia 29 de março de 1759, a um afluente oriental do

[81] Quadro E 3 no mapa nº 25 A e quadro E 11 no nº 29 A.

antigo Pepiri, e por comissários que tinham autoridade para isso em virtude do artigo 11 do Tratado de 1750.[82]

Daí para cima cresceram as dificuldades da navegação até que, dois dias depois, a expedição foi detida por um novo salto. À vista do obstáculo, e já sem víveres para levar o reconhecimento até as nascentes do Pepiri, resolveram os geógrafos retroceder, deixando nesse lugar um marco de madeira, como consta no seguinte trecho do *Diário* espanhol:

Salto.

Resolvem regressar.

> Dia 31 (31 de março, 1759). Saímos às 6 da manhã, e às 8, havendo deixado pela banda oriental um arroio, e andado mais de meia légua (cerca de 3,3 km) aos rumos de OSO, SO, SSE, SO ¼ O, e OSO, encontramos com um salto bastante grande, que atravessa o rio de uma banda à outra. Sua altura era de duas toesas (cerca de 3,65 m), e só ao lado oriental tinha um pequeno canal muito rápido, de dois palmos (cerca de 0,44 m) de largura, que corria entre dois elevados penhascos, em cujo pé havia tal profundidade, que impedia manter-se em pé pessoa alguma para poder empurrar. Vista a dificuldade de se poder vencer este salto, e risco de que se rompessem as canoas, se intentássemos superá-lo, determinamos voltar desta paragem, e nela por um marco, que fosse também sinal para conhecê-lo vindo de sua origem para baixo. Pela banda ocidental, donde sobe uma colina muito alta, fizemos cortar todas as árvores e ramos da ribanceira, deixando no meio só uma muito grossa, a que chamam Tapiá, a qual distava 15 toesas (cerca de 27 m) da água, e na altura de pouco mais de 8 palmos (cerca de 1,75 m), se dividia em três grandes ramos, inclinados e muito altos, e em um deles, que olhava para o rumo das cabeceiras se gravou uma Cruz com dois palmos (cerca de 0,44 m) de comprimento e um (cerca de 0,22 m) de braço. Do pé desta árvore para o norte se fez uma picada até o meio da serra, e os dois geógrafos levantaram o plano do terreno e o desenho da árvore. Ao meio dia começamos a navegar para baixo, e perto da noite chegamos ao lugar em que haviam ficado as canoas.

Marco.

Descendo então o rio, chegaram os dois geógrafos ao acampamento da foz no dia 4 de abril e entregaram aos primeiros comissários o jornal da expedição e as plantas levantadas.

Chegada à foz do Pepiri.

Segundo os seus cálculos, a distância percorrida desde

[82] Tradução inglesa, vol. III, p. 14; texto português, IV, p. 13

a foz do Pepiri até o salto onde ficou o marco foi de 24 ½ léguas (cerca de 161,7 km), devendo estar as nascentes afastadas desse ponto tão somente 12 ou 15 léguas (cerca de 79,2 a 99 km).

Seção do Pepiri que foi explorada.

De fato, pelas muitas sinuosidades do rio, o percurso foi de mais de 127 quilômetros, ou proximamente 69 milhas. Em linha reta, há no Salto da Marca à nascente principal do Pepiri 58 quilômetros ou 31 milhas, mas, contadas as voltas do rio, a extensão do curso superior que deixou de ser explorada é de 116 quilômetros ou 62 milhas.

Seção que não foi explorada.

Lê-se no *Diário* espanhol com a data de 5 de abril de 1759:

> Reconhecido pelos comissários o diário antecedente" (o dos geógrafos Pacheco de Cristo e F. Millau), "e confrontados os mapas que apresentaram os geógrafos com que ambos concordavam, trataram aqueles do modo de poder examinar o rio, mais adiante do que se havia executado; porém, pela mesma relação, e o informe dos geógrafos, consideraram que, para consegui-lo, era preciso uma demora mais longa, a qual sofria à falta de víveres que começavam a sentir os índios; os quais, pela natureza e estreiteza das balsas, não puderam trazer os bastantes, e além disto só se poderia lograr o reconhecimento da nascente em canoas muito pequenas e ligeiras, das quais só tínhamos duas, que levavam muito pouca gente, a qual não era suficiente para os trabalhos de arrastá-las nos saltos, e de picada, quando esta se fizesse indispensável, por já não ser navegável o rio; e muito menos se alguns infiéis os inquietassem na marcha.
>
> **Impossibilidade de prosseguir pelo Pepiri.**
>
> À vista destes embaraços e dificuldades, *resolveram, conforme o artigo 6º das instruções particulares*, baixar pelo Uruguai, e subindo pelo Iguaçu, buscar o rio que pudesse unir com o Pepiri, para inquirir por aquele a origem deste, que não se havia podido ver por esta parte; aprovando esta parte da demarcação feita pelos geógrafos das duas nações; e em virtude dela reconheceram como pertencente aos domínios de sua majestade fidelíssima, todo o território que cai ao oriente do rio Pepiri; e como pertencente a sua majestade católica, o que se estende ao ocidente do rio, segundo o artigo 5º do tratado.
>
> **Resolvem os Comissários descer o Uruguai.**
>
> **E subir pelo Iguaçu.**

Aprovam a demarcação pelo Pepiri.

O citado artigo 6º da instrução particular de 27 de julho de 1758 justifica plenamente o procedimento dos comissários, pois determina o seguinte:

O procedimento dos comissários justificado.

> Se não se achar a nascente do rio que deságue no Iguaçu e que se crê imediata à do Pepiri, ou se a distância entre ambas for muito grande ou o terreno muito íngreme que se julgue não se possam trasladar as canoas por terra, *farão suas observações no lugar onde puderem chegar, e voltarão rio Uruguai abaixo* até a povoação da Concepción ou a de São Xavier, donde passarão por terra à da Candelaria e, embarcando ali, *subirão o rio Paraná acima até a foz do Iguaçu, pela qual entrarão até ao seu salto* e, passando por terra as canoas que levarem, ou construindo-as ali, se não as puderem trasladar, *subirão por ele até a foz de algum rio que esteja, com pequena diferença, na mesma longitude em que considerem a nascente do Pepiri, e navegando por ele o que puderem farão as observações correspondentes para traçar no mapa que desenharem uma linha que ate os dois pontos observado.*

Os comissários não estavam, portanto, obrigados a reconhecer os dois rios até as suas nascentes, mas empregaram todos os possíveis esforços para chegar a esse resultado.

Viagem para o Paraná.

No dia 7 de abril, os comissários, com o grosso da segunda partida, começaram a descer o Uruguai, ficando os dois astrônomos, e uma pequena escolta, na foz do Pepiri. Estes últimos só se reuniram de novo à partida no dia 26 de maio.

A 15 de abril a comissão chegava a São Xavier; no dia 23, a Concepción e daí seguia por terra até Candelaria na margem esquerda do Paraná. Durante esse tempo os dois geógrafos levantavam a planta do Uruguai desde São Xavier até Concepción.

Corpus.

De Candelaria transferiu-se a comissão para Corpus, última e mais setentrional das missões dos jesuítas da Espanha sobre o Alto Paraná.

A distância desse ponto à foz do Pepiri, em linha reta, é proximamente de 169 quilômetros ou 91,2 milhas, mas o território intermédio nunca foi ocupado pelos jesuítas ou pelos espanhóis, nem nele se aventuravam a penetrar os guaranis de missões.

Partida de Corpus.

Feitos em Corpus os preparativos necessários, a expedição embarcou em balsas e canoas e começou a subir o Paraná.

Com 20 dias de viagem, chegou ao Iguaçu a 10 de julho de 1759 e entrou por esse rio. As observações feitas fixaram em 25º35'51"S a latitude da foz. **Chegada ao Iguaçu.**

No dia 12 resolveram os comissários acampar abaixo do Salto Grande, junto a uma enseada de que o *Diário* espanhol fala nos seguintes termos:

> No dia 12, à distância de 3 léguas e 1/5 (cerca de 21,12 km) da foz do Iguaçu e pouco mais de uma (cerca de 6,6 km) de seu salto encontramos uma enseadazinha ao pé de um arroio de salto elevadíssimo que deságua pela parte meridional, e sendo este o lugar menos incômodo para que se mantivessem os barcos que já navegavam com muito trabalho e perigo, se determinou fixar nela o acampamento, para dali se tomarem as medidas convenientes à continuação da viagem...

Reconhecido o Salto Grande e o alcantilado que eram as duas ribanceiras do Iguaçu tratou-se de vencer o obstáculo e ganhar o nível superior do rio. Com grande trabalho foram suspensas algumas canoas até a altura de mais de 60 metros, ou 203 pés ingleses (31 toesas e 2 pés), e arrastadas depois através do bosque pelo espaço de 6.596 metros ou 21.960 pés até a corrente regular do Iguaçu acima do seu Salto Grande, chamado Salto de Santa Maria pelos brasileiros e Salto de la Victoria pelos argentinos. **Salto Grande do Iguaçu**

Como todos estes pormenores hão de aparecer nas instruções espanholas de 1778, é conveniente os ir registrando aqui para a melhor inteligência do Tratado de 1777 e das ordens então expedidas pelo governo de Madri.

Diz o *Diário* espanhol:

> Além disso, era necessário para que se pudessem arrastar" (as canoas) "abrir por entre o bosque um caminho um pouco largo, cortando árvores e rebaixando em partes o terreno, especialmente em cinco arroios por onde haviam de atravessar. Tudo se executou felizmente, e levadas uma depois da outra *pela distância de 3.400 toesas* (cerca de 6,2 km), ficaram nas águas superiores do salto no dia 29. Concluída essa obra, se começaram a fazer as novas canoas...

Acima do Salto Grande estabeleceram os comissários um segundo acampamento e o depósito de víveres.

Descobrimento dos rios São Francisco e Santo Antônio.

No dia 28 de agosto saíram em duas canoas ligeiras o geógrafo português, Pacheco de Cristo, e o espanhol, Francisco Millau, para fazer uma primeira exploração do Iguaçu.

Voltaram treze dias depois, tendo descoberto dois afluentes a que deram os nomes de *S*ão *Francisco* e *Santo Antônio*, como se vê no seguinte trecho do *Diário* espanhol:

> No dia 10 de setembro, voltaram os oficiais que haviam subido pelo Iguaçu acima: navegaram por ele algo mais de 20 léguas (cerca de 132 km) até a boca de um rio, o maior dos que encontraram, que deságua pela margem meridional, *ao qual deram o nome de rio de Santo Antônio*. Pouco mais abaixo haviam deixado pela mesma margem outro rio menor, a que chamaram de *São Francisco*, e parecendo-lhes que o Santo Antônio, por ser maior, estenderia mais seu curso, e sua nascente se encontraria mais ao sul, entraram por ele e reconheceram alguma parte de dois braços que formam uma bifurcação a 2 léguas (cerca de 13,2 km) de sua foz. Pareceu-lhes que, segundo o rumo a que corria, que sua nascente não podia distanciar-se muito da do Pepiri...
>
> Com estas notícias se pensou em sair prontamente, e entrar pelo rio de Santo Antônio até onde permitissem suas águas navegá-lo, para dali enviar, conforme o artigo 3º das instruções particulares, uma partida com os geógrafos, que procurasse unir a demarcação, reconhecendo as nascentes deste e do Pepiri. Mas, vendo o geógrafo espanhol, que já conhecia as dificuldades do rio Iguaçu, que indo as canoas maiores" (como era preciso), "carregadas de víveres para muita gente ... não poderiam acelerar a viagem, propôs adiantar-se em canoas ligeiras que faziam maior diligência, para que quando chegassem os comissários com o resto das partidas, tivessem adiantado algum conhecimento do interior do país.

Resolve-se explorar o Santo Antônio.

> Pareceu conveniente esse meio, que podia avançar o descobrimento desejado, e em lugar de esperar a chegada àquele rio, para determinar o envio da partida, se resolveu saíssem dali os geógrafos das duas nações, e que, subindo pelo dito rio de Santo Antônio (cujo mapa, igual que ao do Iguaçu, haviam de levantar de acordo) tudo o que suas águas permitissem, deixassem as canoas no lugar de onde já não pudessem navegar e mandassem fazer a picada necessária, dando aos trabalhadores o rumo, que segundo seus mapas, encaminhasse mais diretamente

> ao Pepiri, do qual procurariam assegurar-se pelo reconhecimento da mesma marca que se deixou ali quando se entrou por sua foz, ou se pela dificuldade dos caminhos não se pudesse lograr vê-la, o fizessem por outros sinais, como a distância em que se achassem, rumo a que corresse, sua configuração, águas, disposições de suas margens e as mais que notaram no curso da sua foz até a marca, as quais sabiam distinguir muito bem os homens, que levavam práticos de matos e rios.

A 20 de setembro partiram em canoas para executar estas instruções os dois geógrafos de Portugal e Espanha, mas nove dias depois foi expedida ordem ao primeiro para que regressasse prontamente, porque os primeiros comissários tinham resolvido adiantar os trabalhos da demarcação, fazendo desde logo o levantamento do Alto Paraná até o Salto Grande ou das Sete Quedas. Era conveniente não demorar a operação porque em dezembro começava a cheia anual do rio.

Reconhecimento do Santo Antônio.

Deste modo, a exploração do rio de Santo Antônio, das suas cabeceiras e do curso superior do Pepiri foi confiada unicamente ao geógrafo espanhol Francisco Millau.

Este oficial, entrando pelo Santo Antônio, deu o nome de Santo Antônio Mirim ao afluente ocidental, que já havia visitado em parte, e navegou pelo rio principal até o salto chamado então de Santo Antônio, hoje Salto Patrício. Daí partiu a 15 de outubro caminhando, com o rumo de SE, através de florestas espessas, em busca das cabeceiras do Pepiri. Chegou à região montanhosa em que tem nascimento, mui próximos uns dos outros, numerosos ramos dos afluentes do Iguaçu, do Paraná e do Uruguai, e a 23 de novembro começou a descer por um que, pela direção do curso durante cerca de quatro léguas e por outros sinais, parecia ser o Pepiri. Com quase dois meses de trabalhos e privações, e ameaçado pelos índios selvagens, escreveu aos primeiros comissários pedindo socorros e um reforço de soldados para prosseguir na averiguação em que estava empenhado.

Santo Antônio Mirim.

Já então Alpoim e Arguedas, de volta do Paraná, estavam acampados perto do Salto de Santo Antônio.

Suposta nascente do Pepiri.

O *Diário* da demarcação dá miúda conta da conferência de 13 de dezembro de 1759 em que, ouvido o parecer unânime dos outros oficiais da partida, eles resolveram

suspender as diligências que Millau estava fazendo para chegar à marca deixada no Pepiri. Depois de referir as tristes circunstâncias em que se achavam, a necessidade de sair prontamente daqueles desertos e a impossibilidade de mandar socorros ao geógrafo espanhol, diz o *Diário*:

> À vista dessas forçosas razões foram de ditame que, em lugar dos doze homens que não se podiam enviar, se agregassem dois mais aos que tinha consigo o geógrafo, para que subisse a reconhecer a nascente principal daquele rio que unanimemente se cria ser o Pepiri, e dela se buscasse a mais imediata que se julgava bem perto, e que, segundo a disposição da serrania e vertentes que havia passado, devia ir precisamente ao rio que ainda se ignorava fosse o mesmo de Santo Antônio, ou diferente*, usando da disposição do artigo 6º das instruções particulares, pois se este ordena que se façam as observações correspondentes no lugar a que se possa chegar de um rio, cuja foz esteja com curta diferença na longitude em que se considere a nascente principal do Pepiri, para traçar no mapa uma linha que una os dois pontos observados, quando a distância seja tão grande, ou o terreno tão áspero, que não se possam trasladar canoas*, com muito maior razão deve ter lugar neste caso em que só se trata de 5 ou 6 léguas (de cerca de 33,6 a 40 km) que ficam por reconhecer, e em que há os inconvenientes expostos.[83]

Recebidas estas ordens, Millau começou a viagem de regresso subindo pelo rio em que se achava e que supunha ser o Pepiri. Da nascente principal desse rio passou para a do Santo Antônio que distava da outra "meio quarto de légua", ou 694 metros (quase um terço de milha); desceu pelo Santo Antônio e chegou ao acampamento dos comissários no dia 30 de dezembro.

Nascente do Santo Antônio.

O levantamento completo do curso do Santo Antônio foi feito, separadamente, em duas seções, pelo mesmo Millau e pelo geógrafo português, Pacheco de Cristo.

Convencidos de que o rio cuja nascente fica próxima da do Santo Antônio, e na vertente oposta da mesma serrania, era o Pepiri que haviam reconhecido desde o Uruguai até o Salto da Marca, os comissários escreveram o seguinte no seu *Diário*:

Declaração assinada pelos comissários.

[83] *Diario* espanhol, dia 13 de dezembro de 1759.

> Do modo referido se pôde executar esta parte da demarcação, com a diligência e trabalho que se deixa entender para superar a escabrosidade de uns montes cerrados, impenetráveis e de todo ignorados, sem mais vereda que a que abriam os braços dos soldados, nem mais guia que a bússola... O rio em que estávamos, em lugar de peixe, oferecia recifes, que, retardando as marchas e provisões, aumentavam a miséria, à qual, sem exceção, estávamos reduzidos no fim de seis meses e meio de viagem, sem mais alimento do que feijão e milho e sem poder contar mais auxílios do que os mui remotos e escassos que podia sufragar a povoação de Corpus. Com todos estes obstáculos se logrou, depois de achada a origem principal do Pepiri, reconhecer também a cabeceira principal e seguir todo o curso do mais imediato, que corre ao Iguaçu, ao qual, como se tem dito, se chamou rio de Santo Antônio (e com propriedade se pudera ter chamado rio Desejado), e feita por ele a demarcação se atou a linha divisória, reconhecendo, em virtude do artigo 5º do tratado, pertencente aos domínios de sua majestade fidelíssima todo o terreno que fica ao oriente e setentrião dos ditos rios Pepiri, Santo Antônio e Iguaçu; e pelo tocante aos de sua majestade católica o que estende ao ocidente, e meio dia dos ditos rios; e para que a todo o tempo constasse a sua firmeza, e valor, se assinou por todos neste acampamento do rio de Santo Antônio a 3 de janeiro de 1760.

No dia seguinte a expedição começou a viagem de regresso descendo o Santo Antônio, o Iguaçu e o Paraná até Candelaria, onde desembarcou. Daí seguiu por terra para Concepción e, transpondo o Uruguai, chegou a São Nicolau. Os dois geógrafos fizeram então o levantamento do Uruguai desde Concepción até a foz do Ibicuí.

Informação do principal comissário de Espanha.

O marquês de Valdelírios, comissário principal e plenipotenciário de Espanha, incumbido de dirigir as operações das três partidas espanholas que fizeram a demarcação desde Castilhos Grandes até Mato Grosso, disse o seguinte ao secretário de Estado, dom Ricardo Wall, em carta de 20 de fevereiro de 1760, escrita de São Nicolau:

> Ainda que esta demarcação tenha apresentado todas as dificuldades que oferece a navegação de rios tão consideráveis como o Uruguai, o Paraguai e o Iguaçu, que, com seus grandes recifes, saltos e correntezas tornam trabalhosa e arriscada sua navegação, se conseguiu, pelo zelo e atividade de dom Francisco de Arguedas, que fosse executada quase completamente, pois em toda ela só ficou por demarcar

o trecho de 5 léguas (cerca de 40 km) do rio Pepiri cujas cabeceiras ficaram ligadas às do rio a que deram o nome de Santo Antônio, cujo curso foi registrado como o Pepiri, com exceção daquele pequeno trecho.

Condescendência do comissário português.

Todo este trabalho não sofreu contestação alguma por parte do comissário de Portugal, que, sujeito às diretivas e disposições do comissário real, foi objeto dos exames mais pormenorizados, sem que buscasse desvalorizar o trabalho com base nos dispositivos que nossas instruções lhe ofereciam, e assim se concluiu felizmente esta obra e entraram de novo nessas povoações em 31 de janeiro.

Mapa de 1760.

Os trabalhos da segunda partida de demarcação completaram-se em São Nicolau com a assinatura, em 8 de abril, do Mapa construído pelos geógrafos Pacheco de Cristo e Millau.

O *Diário* termina assim:

Tampouco se graduaram os mapas com as longitudes, por se não terem as correspondentes observadas em paragens conhecidas, à imitação do que praticaram as outras partidas; e dispostos nesta conformidade os ditos mapas, se firmaram pelos comissários, astrônomos e geógrafos das duas nações as cópias que prescreve o artigo 11 do tratado, igualmente que este *Diário* na povoação de São Nicolau, 8 de abril de 1760.

O mapa nº 12 A é um fac-símile do que está apenso ao *Diário* português dessa demarcação. Tem a mesma data de São Nicolau, 8 de abril de 1760 e a assinatura de Manuel Pacheco de Cristo.

Rio Pepiri-Guaçu.

Esse documento mostra que já então os demarcadores designavam o antigo Pepiri pelo nome de *Pepiri-Guaçu*, isto é, *Pepiri Grande*, para distingui-lo do seu tributário *Pepirí-Miní* ou *Pepirí-Pequeno*.

Com efeito, sempre que um afluente tem o mesmo nome do rio principal acompanhado do adjetivo *miní* ou *mirim*, acrescenta-se ao nome do rio de que ele é tributário o adjetivo *guaçu* ou *guazú*.

Assim é que os comissários espanhóis da segunda demarcação não raro davam ao Uruguai o nome de Uruguay-Guazú. Naquele tempo o afluente hoje chamado rio do Passo Fundo era conhecido por Uruguai-Mirim.

O Ibicuí, embora geralmente designado por esse único nome, é também chamado Ibicuí-Guaçu por ter como tributários um Ibicuí-Mirim do norte e outro do sul.

Nas instruções espanholas de 1778 encontra-se outro exemplo no rio Ipané, designado ora por este nome, ora pelo de Ipané-Guazú, para distingui-lo do afluente Ipané-Miní.

O mapa oficial de 1760 é documento da maior importância neste debate, porque os defensores da causa argentina têm pretendido que, empregando o adjetivo *guaçu*, o Tratado de 1777 quis designar rio diferente do demarcado em 1759.

Como estas questões de nome têm dado lugar a muitas confusões, é preciso ficar desde já estabelecido que o antigo *Pepiri* ou *Pequiri*, desde 1760, passou a ser chamado *Pepiri-Guaçu*, mas conservou também o antigo nome de *Pequiri* em alguns mapas espanhóis.

Com o nome de *Pepiri-Guaçu* ele figura no mapa de 1760, dos comissários da primeira demarcação (nº 12 A); no de Silveira Peixoto, de 1768 (nº 15 A); no do engenheiro Montanha, de 1773 (nº 16 A); e no de Olmedilla, de 1775 (nº 17 A), mapa este de que se serviu o negociador espanhol do Tratado de 1777 na discussão com o plenipotenciário português.

Com o antigo nome de *Pequiri* figura em dois mapas construídos em 1768 e 1770 pelo mesmo Millau que o explorou em 1759 (nºs 13 A e 14 A).

VI

É ocasião agora de examinar esta primeira demarcação de 1759 e os erros que lhe têm sido atribuídos.

O primeiro vício, segundo o governo argentino, consiste em terem os comissários portugueses e espanhóis demarcado um falso Pepiri, com desprezo das instruções e do mapa dos plenipotenciários de 1749, que lhes fora dado para governo. O segundo, em terem os mesmos comissários deixado incompleta a sua obra, porquanto não subiram até as fontes do rio indicado pelo índio Arirapi. O terceiro, em terem-se enganado dando como cabeceiras do Pepiri as de um outro rio que corre para o Paraná.

Exame das alegações argentinas contra a primeira demarcação.

O primeiro suposto vício será examinado adiante, porque o estudo desse ponto exige desenvolvimento maior. As duas outras afirmativas do governo argentino são rigorosamente exatas quanto às questões de fato, mas as consequências que pretende tirar desses dois fatos não têm fundamento algum à vista das instruções dadas aos comissários demarcadores.

O governo argentino não conhecia as instruções de 1758, que só agora aparecem neste debate. Referia-se a elas dando crédito a citações feitas pelos comissários espanhóis que trabalharam na demarcação subsequente ao Tratado de 1777. Com o aparecimento das instruções de 1758, não poderá deixar de reconhecer que os comissários da segunda

demarcação foram injustos para com os seus predecessores, chegando até a inventar instruções e ordens que nunca existiram.

Os reconhecimentos feitos em 1887 pela Comissão Mista brasileiro-argentina, nomeada em virtude do Tratado de 28 de setembro de 1885, tornaram patente um engano que houve na demarcação de 1759, mas engano de que modo algum poderia invalidar essa operação ou prejudicar os interesses dos dois países.

Um engano na demarcação, mas sem importância.

Como se vê no mapa da Comissão Mista de 1887 (nº 25 A), a distância entre a cabeceira principal do Santo Antônio e do Pepiri ou Pepiri-Guaçu é de 17.400 metros (9,4 milhas) e não de 694 metros (quase ⅓ de milha). Portanto, é fora de dúvida que o geógrafo espanhol Millau não esteve em 1759 nas cabeceiras do Pepiri nem explorou, como supôs, 12 milhas do seu curso superior. O rio em que esteve, cujas nascentes ficam perto das do Santo Antônio, é um dos galhos do Uruguai, afluente do Paraná.[84]

Em consequência desse equívoco, os comissários de 1759 acreditaram ter reconhecido quase todo o curso do Pepiri, excetuada apenas uma seção de 18 milhas (5 a 6 léguas, diziam eles) entre o Salto da Marca[85] e o ponto a que Millau chegou, partindo da suposta cabeceira do rio. Na realidade só reconheceram, como hoje se sabe, o curso do Santo Antônio, isto é, 131,5 quilômetros ou 70,98 milhas, e o do Pepiri desde a sua foz no Uruguai até o Salto da Marca, em uma extensão de 127 quilômetros ou aproximadamente 69 milhas.

Extensão reconhecida em 1759.

A extensão total da fronteira reconhecida foi portanto de 258,5 quilômetros ou 140 milhas.

Todo o curso superior do Pepiri, desde o Salto da Marca até à cabeceira principal ficou inexplorado, e já se disse que essa seção, contadas as sinuosidades do rio, tem 116 quilômetros ou 62 milhas.

Mas as instruções não tornavam indispensável e obrigatório o reconhecimento completo dos dois rios e suas nascentes. Prevendo as grandes dificuldades que haveria nessa exploração os dois comissários principais e plenipotenciários de Portugal e Espanha, com prévia e inteira aprovação dos seus governos, tinham resolvido que *o essencial era reconhecer as*

O reconhecimento da nascente do Pepiri em 1759 não era indispensável.

[84] Mapa nº 29 A, quadro C 10.

[85] *Ibidem*, quadro E 10.

bocas dos dois rios e seguir por eles até onde fosse possível.

O essencial era reconhecer a boca do Pepiri e a do afluente do Iguaçu.

O comissário principal da Espanha marquês de Valdelírios, em carta de 20 de fevereiro de 1760 dirigida ao secretário de Estado dom Ricardo Wall, referia-se assim à proposta que fizera em 1757 e fora aprovada:

> Já disse a vossa excelência em carta de 12 de dezembro de 1757, que o principal comissário de Portugal, em consideração a essas dificuldades, me propôs *o alvitre pelo qual só se buscassem as bocas dos rios que deságuam no Uruguai e no Iguaçu ou rio Grande de Curitiba*, determinando sua situação, porque julgava impossível poder caminhar para a região interior por onde correm, e que se ligassem suas nascentes. Concordei com essa proposta porque me propiciava conseguir a conclusão desse negócio.

Foi sem dúvida muito prudente e acertada a decisão, a que chegaram os dois governos, de fazer determinar unicamente a foz e a parte principal de dois cursos fluviais que, em região deserta e de difícil acesso, formavam uma seção secundária, e relativamente pouco importante, da extensa linha divisória. Foi tão acertada que, sem ter conhecimento dela e escrevendo muitos anos depois, o comissário espanhol Oyárvide, ensinado pela experiência de rudes trabalhos e privações naquelas mesmas paragens, aconselhava muito menos do que se fez em 1759.

Na sua *Memória* sobre a segunda demarcação diz ele:[86]

> Por esses fortes motivos, e em atenção ao melhor serviço nessa matéria, podemos concluir dizendo que, *seja qual for a linha de fronteira que por essas partes divida o território da Espanha do de Portugal é muito bastante e suficiente determinar e marcar a confluência dos rios por onde há de passar e supor que seja efetiva e reconhecida nos espaços ou trechos em que haja montanhas e regiões de floresta e incultas, como sucede em toda a distância ou travessia que a fronteira deve fazer desde o Uruguai até o Iguaçu.* Se, com essa insinuação prévia se chegar a conseguir que semelhantes ações jamais se repitam, porque as afastam os tratados de limites que, no futuro, se possam negociar, nos felicitaríamos desde logo, não tanto pelo que devem abreviar as demarcações sem prejuízo da sua exatidão e firmeza, como por ser um manifesto benefício à humanidade.

[86] Oyárvide, *in* Calvo, *Recueil de Traités*, vol. IX, p. 172.

O afluente do Iguaçu devia estar proximamente ao meridiano do Pepiri. O Santo Antônio satisfaz a esta condição.

O que se tinha em vista em 1759 era que *a foz do afluente do Iguaçu estivesse com pequena diferença na mesma longitude do Pepiri*. Se os comissários encontrassem dificuldades em chegar às cabeceiras dos dois rios, deviam, segundo o artigo 6º das instruções de 27 de julho de 1758, traçar no mapa uma linha ideal, ligando os dois pontos observados.

Portanto, deixar inexplorado o curso superior de ambos os rios, e as suas cabeceiras, era caso previsto e autorizado nas instruções e não pode ser invocado como razão de nulidade. Se os comissários, evitando incômodos e trabalhos, se tivessem limitado a traçar no mapa que levantavam uma linha imaginária desde o Salto de Santo Antônio, hoje Salto Patrício, até o Salto da Marca, no Pepiri, isto é, se a extensão inexplorada fosse quase dupla da que foi, teriam cumprido o que determinava o artigo 6º, sem que se lhes pudesse lançar em rosto engano algum. A demarcação, que seria perfeitamente válida no caso de ter ficado inexplorada uma extensão de 241 quilômetros (131 milhas) de fronteira, não pode ser considerada nula pelo fato de ter sido essa distância reduzida à metade. Suprimindo as doze milhas do rio que foi tomado pelo Alto Pepiri, ficam como pontos extremos do reconhecimento de 1759 o Salto da Marca, no Pepiri, e a cabeceira principal do Santo Antônio na mesma região montanhosa em que o Pepiri tem nascimento.

A linha traçada entre esses dois pontos quase nada se afasta do curso do Pepiri ou Pepiri-Guaçu e até o corta em vários lugares.

A nascente principal do Pepiri-Guaçu está em 53º37'34"O e a foz do Santo Antônio em 53º57'50"O.

A diferença é de 20'16".

A foz do Pepiri-Guaçu foi determinada pela Comissão brasileira em 53º48'19"O. Comparada esta com a da confluência do Santo Antônio, a diferença é apenas de 9'31".

Estas confrontações e o exame do mapa do território hoje contestado[87] mostram claramente que os comissários da segunda partida de demarcação em 1759 cumpriram exatamente as ordens que tinham, pois o Santo Antônio é incontestavelmente o rio que forma com o Pepiri a linha mais natural e dirigida ao norte que os dois governos desejavam

[87] Mapas nºs 25 A e nº 29 A.

estabelecer entre o Uruguai e o Iguaçu.

E já ficou demonstrado, com um documento de 8 de fevereiro de 1749, que esse propósito, tão expressamente manifestado nas instruções de 1758, foi o que inspirou os dois governos na redação do artigo 5º do Tratado de 1750.

É verdade que o artigo 5º fala na ligação da cabeceira principal do Pepiri com a do rio mais vizinho que corra para o Iguaçu, mas essa estipulação deve ser entendida de acordo com o pensamento manifestado em 1749 e 1758, tendo-se também em vista o artigo 31 do Tratado de 17 de janeiro de 1751, onde se encontra esta declaração:

> Que os comissários evitem controvérsias sobre a demarcação, especialmente se forem por objetos de pouca importância, antes decidam logo entre si as dúvidas que ocorrerem, porque não é a intenção de suas majestades que se deixe imperfeita parte alguma da obra sem causa muito urgente, *nem deverão fazer caso de alguma pequena porção de terreno, contanto que a raia fique assentada pelos limites naturais mais visíveis e perduráveis.*

Os que argumentam com o sentido literal do artigo 5º do Tratado de 1750 devem atender a que esta estipulação do Tratado de 1751 e as instruções de 1758 reduziram a nada aquela indicação de proximidade de cabeceiras.

Pretendem alguns que, se os comissários de 1759 tivessem subido pelo Pepiri até as nascentes do seu braço principal, não teriam demarcado o Santo Antônio, mas sim o rio que em anteriores mapas levava o nome de rio da América e neste na Comissão brasileira de 1887 aparece com o nome de Capanema.[88]

Já ficou demonstrado que os dois pontos essenciais da demarcação nessa parte da fronteira eram as embocaduras dos dois afluentes e não as suas cabeceiras. Mas, admitindo que fossem estas, ninguém à vista do mapa da Comissão brasileiro-argentina pode com segurança afirmar que a cabeceira principal do América está mais vizinha da do Pepiri-Guaçu que a do Santo Antônio.

O curso do América através de bosques espessos nunca foi explorado regularmente e não figura no mapa da Comissão Mista. Se fosse

[88] Virasoro, *Misiones y Arbitraje* (Buenos Aires, 1892), p. 132 (§ VII).

conhecido apenas o curso inferior do Chopim e do Chapecó, ninguém poderia prever que as suas cabeceiras estivessem em meridiano tão afastado da foz para o oriente. É possível que o América corra no mesmo rumo que o Chopim, e nesse caso a nascente do seu braço principal ficaria muito distante da do Pepiri-Guaçu. Entretanto, aceitando como um dado positivo a suposição ou suspeita de estarem mui próximas uma da outra as cabeceiras principais do Pepiri-Guaçu e do América, a perda para a Espanha – resultante das ordens e instruções que deu aos comissários e não de erro por eles cometido – foi verdadeiramente insignificante, pois a área aproximada do triângulo que tem por vértices a cabeceira principal do Pepiri-Guaçu e as bocas do Santo Antônio e do América é apenas de 47 léguas quadradas, – bem mesquinha nesga de terra para soberanos que possuíam tão vastos domínios e podiam tranquilamente ditar aos comissários a ordem contida no citado artigo do Tratado de 1751.

Mas, como ficou dito, o erro capital dos comissários de 1759, segundo o governo argentino, esteve na demarcação de um falso Pepiri, que não apresentava os sinais característicos descritos nas instruções, nem correspondia à posição indicada no mapa dos plenipotenciários, chamado vulgarmente "Mapa das Cortes".

Outra alegação argentina; sinais característicos do Pepiri.

O verdadeiro *Pepiri ou Pequiri* do Tratado de 1750, pretende o governo argentino, que seja o rio mais oriental descoberto em 1788, isto é, o Chapecó ou Pequirí-Guazú.

Os sinais característicos do Pepiri ou Pequiri de 1750, segundo um trecho, já citado, atribuído às instruções dadas aos comissários de 1759, eram:

> Rio caudaloso, com uma ilha coberta de floresta em frente a sua foz: um recife dentro de sua barra, e achar-se estas águas acima do Uruguai-Pitã.

Este é o trecho, tal como foi citado em 1805 pelo ilustre dom Félix de Azara,[89] que teve a credulidade de aceitar como verdadeira a composição de 1789, cujo histórico já ficou referido.

Depois da redação de 1805, com que foi iludido Azara, há a última, de 1892, que diz assim:

[89] *Memoria sobre el Tratado de Limites de la America Meridional*, datada em Madri, 14 de maio de 1805, entre as *Memorias de...* dom Félix de Azara, Madri, 1847.

Rio caudaloso, com uma ilha coberta de floresta em frente a sua foz, um grande recife em frente a sua barra, que se encontra águas acima do Uruguai-Pitã, afluente do Uruguai.

Mesmo se semelhante trecho estivesse nas instruções de 1751 e 1758, ele nada provaria contra a demarcação de 1759 e o direito do Brasil.

Ser *caudaloso* não é sinal distintivo de um rio particular, como muito bem disse em 1785 o próprio Azara, exprimindo-se nestes termos:

"Não considero esta razão tão fundada como parece, porque o vocábulo *caudaloso* é muito geral, e em sentido rigoroso *nada expressa, porque todo rio é caudaloso.*"[90]

Rio caudaloso.

Ilha defronte da boca, o Pepiri ou Pepiri-Guaçu também tem.[91] É muito menor que a do Chapecó ou Pequirí-Guazú, mas é ilha, segundo a definição científica, apesar do empenho com que os comissários argentinos, em 1887, a quiseram reduzir a banco, preocupados com a ideia das instruções inventadas em 1789. A circunstância de ficar submersa nas cheias do Uruguai não basta para tirar-lhe a qualidade normal de ilha, pois os acidentes que apresentam o álveo de um rio e as suas margens são sempre referidos ao nível médio das águas e não às ocasiões em que, saindo do seu leito, elas cobrem as ilhas menos altas e invadem os terrenos adjacentes. Nenhum hidrógrafo representaria graficamente o curso de um rio segundo o aspecto que oferecesse em quadra de inundação.[92]

Ilha defronte da boca do Pepiri.

O sinal de ilha, atribuído às instruções de 1751 e

---

[90] Carta do comissário espanhol dom Félix de Azara, escrita em Assunção do Paraguai na data de 7 de fevereiro de 1785, e transcrita em Calvo, *Recueil de Traités*, vol. VI, p. 337. Azara falava dos rios Iguatemi e Igureí.

[91] Planta nº 27 A no vol. VI; e nº 28 no vol. V.

[92] No folheto *Misiones* pelo doutor Zeballos (Buenos Aires, 1893), lê-se à p. 51 o seguinte em uma carta do coronel Rhode:

"É verdade que, quando se desenhou o mapa da foz, a Comissão brasileira queria batizar o banco com o nome de *ilha*, mas também é um fato que a Comissão argentina protestou e que o mapa assinado por todos nós, brasileiros e argentinos, e arquivado em nossa chancelaria, chama *banco ao que é banco*."

A questão de *banco* ou *ilha* não tem importância alguma porque a apresentação das instruções de 1751 e 1758 ao árbitro mostrará que esses documentos não falam em *ilha* nem em *banco*, como acreditavam os comissários argentinos na discussão de 1887.

Entretanto, é preciso dizer que a Comissão brasileira chamou *ilha* ao que os comissários espanhóis de 1759 e as instruções espanholas de 1778 chamaram ilha, e que em *duas* plantas

Motivo da invenção da ilha em 1789.

A suposta ilha no mapa de 1749 é o Salto Grande do Uruguai.

1758, foi inventado em 1789, porque junto à foz do Chapecó há uma e no "Mapa das Cortes", de 1749, parece incontestável, a quem não tem estudos de história geográfica e cartográfica, que também há uma ilha perto da foz do Pepiri ou Pequiri, depois Pepiri-Guaçu. Mas a ilha do Chapecó, no Uruguai, está efetivamente águas acima da foz do Chapecó, ficando apenas uma pequena parte da ilha em frente da embocadura;[93] e a suposta ilha no mapa dos plenipotenciários está águas abaixo da foz do Pepiri ou Pequiri do Tratado de 1750, e na distância de 10 quilômetros ou 5½ milhas.[94] A comparação desse mapa de 1749 com os anteriores e o exame da estampa em que estão reproduzidos trechos de vários mapas do século XVIII representando os Saltos do Paraná, do Uruguai, do Ivaí e do Iguaçu,[95] mostram que a suposta ilha abaixo da foz do Pepiri é a indicação do Salto Grande do Uruguai. Os cartógrafos naquele tempo representavam as cataratas por um alargamento do rio tendo quase sempre no centro uma ilha.

Os outros sinais indicativos do Pepiri de 1750 no fantasiado trecho das instruções são referentes a um recife e à posição relativa do Pepiri e do Uruguai-Pitã. Este último ponto será examinado no mesmo tempo que o mapa de 1749. Quanto ao recife perto da boca do Pepiri, o que Alvear disse em 1789 foi que ficava "*dentro de sua barra*", e não "em frente de sua barra", como Cabrer escreveu por descuido, ao copiar o ofício de 13 de novembro de 1789 daquele comissário, e como se repetiu por inadvertência em 1892.[96]

Recife dentro ou fora da boca do Pepiri.

da foz do Pepiri-Guaçu, que estão sob a guarda da Missão Especial do Brasil, lê-se o seguinte: "*Ilha* de pedras e seixos rolados, coberta de sarandis, submersa nas cheias."

Umas das plantas, datada do Pepiri-Guaçu, 4 de julho de 1887, tem as assinaturas dos comissários e ajudantes brasileiros e dos seguintes argentinos: comissários, Seelstrang e Virasoro; ajudantes, Rhode e Picasso. Outra está assinada pelo primeiro comissário brasileiro e pelo primeiro argentino general Garmendia.

Mas isso não significa que os argentinos tivessem renunciado à opinião de que a ilha é banco, e simplesmente que autenticaram as plantas dos brasileiros como estes autenticaram as dos argentinos. As duas opiniões ficaram consignadas no *Diário*.

93 Planta da foz do Chapecó, nº 28 A no vol. VI.

94 Nº 7 A (vol. VI), fac-símile do tamanho do original. Nº 10 (vol. V), fac-símile aumentado pela fotogravura.

95 Estampa nº 27 no vol. V.

96 A Missão Especial do Brasil tem cópia do citado ofício de Alvear autenticada pelo comissário português Róscio, a quem foi dirigido.

A Alvear não convinha dizer que o Pepiri do Tratado de 1750 devia ter um recife em frente da foz, pois o rio demarcado em 1759 apresenta esse sinal, que não tem o Chapecó, como verificou a Comissão Mista brasileiro-argentina. O recife do Chapecó está dentro do rio e não corresponde à indicação de 1892.[97] O Pepiri, porém, demarcado em 1759, pode satisfazer as duas diferentes redações do trecho atribuído às instruções, porque tem recife *dentro e fora da barra*. O recife exterior está patente na planta levantada pela Comissão Mista brasileiro-argentina: o de dentro, a três quilômetros da foz segundo as cadernetas de campo dos comissários, está mencionado no *Diário* dos demarcadores espanhóis de 1759, onde se lê o seguinte na data de 5 de março: "... e sabendo-se por outras notícias que o Pepiri tinha um recife próximo a sua foz, os comissários e o astrônomo de Portugal foram reconhecê-lo *e se achou a meia légua* (cerca de 3,3 km) *dela*." E na de 14 de março, quando começou a subir o Pepiri a turma encarregada da sua exploração: "À uma da tarde o grupo saiu da foz do Pepiri, navegando em canoas até o ponto onde, por não poderem continuar as canoas, se havia de começar a picada por terra, e com ela foram, até o mesmo lugar, os comissários e astrônomos. Começou-se a navegar ao NNO, de onde o rio segue ao ONO, e voltando pelos rumos intermediários, até o ENE, se estreita um pouco, e se encontra *a meia légua de sua foz o primeiro recife*, que com algumas águas que havia tomado das repetidas chuvas dos dias anteriores, puderam, ainda que arrastadas, passar as canoas com menos trabalho."

Únicas notícias verdadeiras que os comissários de 1759 tinham sobre o Pepiri.

A notícia do recife e a de que no mesmo dia em que saíssem do Salto Grande do Uruguai deviam chegar à foz do Pepiri eram as únicas que os comissários de 1759 tinham sobre esse rio, como se vê no seu *Diário*.

Distância do Pepiri ao Salto Grande.

Ora, no mesmo dia em que se sai do Salto Grande, subindo o Uruguai, chega-se facilmente à foz do Pepiri ou Pepiri-Guaçu, que dele dista apenas 8.390 metros ou 4½ milhas, mas não há embarcação que possa em menos de uma semana vencer a corrente do Uruguai e os embaraços que se encontram nos 149,5 quilômetros, ou 80,7 milhas, que separam o Salto

[97] Tratando do Chapecó diz o *Diário* da Comissão Argentina (19 de agosto, 1887): "... não se notando recife algum entre a foz e a margem oposta do Uruguai e somente a oitocentos metros acima de sua foz".

Distância do Chapecó ao Salto.

Grande do Uruguai da foz do Chapecó, o Pequirí-Guazú da pretensão argentina.

VII

Ficou suficientemente provado que os sinais fantasiados em 1789 tanto podiam ser achados no Pepiri demarcado em 1759 como no Chapecó, excetuando-se a questão relativa ao Uruguai-Pitã, porque esta só pode ser discutida estudando-se o mapa de 1749.

Exame de mapas anteriores a 1749.

O governo argentino tirava os seus argumentos das instruções dadas aos comissários e do mapa de 1749.

As instruções não contêm o trecho que andou sendo citado, nem esse trecho provaria coisa alguma contra a demarcação de 1759.

Desaparece, portanto, um dos dois pontos de apoio da argumentação argentina.

O outro documento em que o governo argentino procura apoiar-se é o mapa oficial de 1749, de que se serviram os plenipotenciários no ajuste do primeiro tratado de limites.

Uma declaração do governo argentino.

O Memorando argentino de 1883 disse:

"Se for possível determinar quais eram os limites traçados naquele mapa, *a questão ficará implícita e autorizadamente resolvida."*

É possível e mesmo fácil demonstrar que os comissários de 1759 demarcaram o mesmo Pequiri por onde no mapa dos plenipotenciários corre a linha divisória, e que o rio da pretensão argentina fica muito ao oriente do Pequiri ou Pepiri do mesmo mapa.

Mas, para ter *o motivo da diferença entre a posição da foz do*

Uruguai-Pitã determinada em 1759 acima do Salto Grande do Uruguai e indicada abaixo do mesmo salto no mapa de 1749, é necessário verificar nos documentos cartográficos e nas crônicas do século XVI ao XVIII o conhecimento que então se tinha do Alto Uruguai e seus afluentes.

O Pepiri em 1612.

O primeiro documento em que é citado um tributário do Uruguai com o nome de Pepiri é a *Argentina*, crônica das Províncias do Rio da Prata, escrita pelo paraguaio Rui Díaz de Gusmán e terminada em Charcas no ano de 1612.

Acima da foz do rio Negro, Gusmán só menciona esse outro tributário, de sorte que é impossível saber em que seção do Uruguai ficava a confluência. Diz ele que corria então fama de haver ouro no Pepiri, notícia inexata, dada por algum índio, porque, como escreveu o padre Pedro Lozano em 1745, os *espanhóis nunca viram o Pepiri*.

Mapa Caraffa, primeiro em que aparece um Pepiri.

O primeiro mapa em que aparece com esse nome um afluente da margem direita do Uruguai é o que os jesuítas do Paraguai ofereceram ao padre Caraffa, prefeito geral da Sociedade de Jesus desde 1645 até 1649.[98] Foi gravado em Amsterdã por Gerard Coeck para o tomo XI do *Atlas Major* de Johan Blaeuw, publicado em Amsterdã no ano de 1662.

É muito valioso e o melhor dos mapas dos jesuítas para o estudo da história das missões no século XVII e para a compreensão dos textos de Durán, Montoya, Techo e outros jesuítas, e muito interessante pela abundância de informações geográficas que apresenta pela primeira vez, indicando todos os grandes traços de boa parte do interior da América do Sul. Humboldt disse muito bem, falando especialmente da América nos séculos XVII e XVIII: "... Os missionários eram então os únicos geógrafos da maioria das regiões interiores dos continentes."[99]

O mapa deve ter sido delineado entre os anos de 1637 e 1641, porque foi durante esse tempo que a missão de Asumpción, removida

---

[98] O trecho desse mapa em que se acha o território hoje contestado está reproduzido sob o nº 1 no vol. V e no VI, com o nº 1 A, está um fac-símile de todo o mapa cujo título é: "Paraquaria / *vulgo* / Paraguay / *Cum adjacentibus* / *Adm. R.do Nrõ.* / P. Vicentio Carrafa / *Præposito G.rall Soc.tis Jesu.* / *Gerard Coeck sculpsit. Joannes Blaeu Exc. Amsteladami.*"

[99] *Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of America during the Years 1799-1807...,* de Alexander von Humboldt, tradução de T. Ross, London, 1853, 2 vols. Vol. III, p. 430.

do Acaraguá (Acarana), esteve junto ao Mbororé.

No seu trabalho "Misiones' o doutor Zeballos[100] pareceu dar a entender que esse documento, merecidamente elogiado por d'Anville, é favorável à causa argentina. O documento, porém, revela com a maior evidência que os jesuítas do Paraguai só tinham até então notícias muito vagas do Alto Uruguai, pois não aparece ainda o Salto Grande, acidente que nenhum explorador omitiria e que necessariamente devia impressionar ao mais rude e ignorante índio das missões que por ali passasse.

O primeiro meridiano não está declarado no mapa, mas pela confrontação deste com o do Brasil no mesmo atlas vê-se que o cartógrafo holandês referiu as longitudes ao meridiano do Recife de Pernambuco, que ainda estava ocupado pelos holandeses entre os anos de 1645 a 1649, e onde havia, em Mauritzstadt, um observatório criado pelo príncipe Maurício de Nassau. A publicação do vol. XI em 1662 não prova que todas as cartas tivessem sido gravadas nesse ano.

Conhecido assim o primeiro meridiano, e referindo ao de Greenwich as longitudes marcadas no mapa, vê-se que o Pepiri está muito ao ocidente do Pepiri-Guaçu, limite do Brasil, e, portanto, no atual território argentino de Misiones.

Mas em discussão desta ordem – e em qualquer discussão – é preciso não fazer afirmativas que não tenham base segura, e, pois, por parte do Brasil só se dirá que o mapa de que se trata não pode aproveitar nem a uma nem a outra causa.

O curso do Alto Uruguai está representado muito ao norte, e não se encontram nele pontos conhecidos de referência para poder determinar aproximadamente a posição do Pepiri. O do Iguaçu e de todos os outros rios mostra também que nenhuma exploração digna desse nome tinha havido, e que todos os acidentes topográficos eram traçados quase idealmente segundo informações obtidas de índios que não podiam precisar distâncias e rumos. Quanto a longitudes, sendo no século XVII ainda incerta a própria posição do continente, é claro que nenhum argumento se pode tirar de meridianos traçados por simples estimativa.

Depois desse, o *segundo mapa dos jesuítas* é o de 1722.

---

[100] *Misiones, Exposición hecha por el ex-ministro de Relaciones Exteriores de la Republica Argentina*, doutor Estanislau S. Zeballos, *para refutar errores de origen brasilero é ilustrar la opinión pública en Sur y en Norte América,* Buenos Aires, 1893.

O de G. Sanson (1668), que foi citado,[101] só pode ser considerado mapa dos jesuítas, porque é reprodução do primeiro com omissões, nomes incorretamente escritos e algumas mudanças pouco felizes, como o alargamento exagerado do continente; mas se há motivo para atribuir àqueles religiosos o mapa de um geógrafo que se inspirou no deles, será então preciso citar muitos outros mapas que estão no mesmo caso, como, por exemplo, o de Coronelli, onde igualmente se vê o Pepiri dos jesuítas transformado em Papiri, como escreveu por equívoco Sanson.

G. Sanson, 1668.

Também – com o devido respeito à opinião contrária – deve ser dito que não é mapa dos jesuítas, mas de Guillaume de l'Isle, o que este geógrafo compôs em 1703,[102] e é considerado pelo doutor Zeballos "a primeira carta em importância e autoridade."[103]

De l'Isle, 1703.

De l'Isle declara que formou o seu trabalho segundo descrições dos padres Nicolás del Techo (Nicolas du Toict) e Alonso de Ovalle, mas daí não se pode inferir que estes dois jesuítas lhe hajam dado informações para desenhar o mapa[104] pois Ovalle morreu em 1651 e de l'Isle tinha cinco anos quando Techo faleceu em 1680. No mapa do primeiro desses jesuítas o geógrafo francês mui pouco podia encontrar, e somente sobre o Chile; na *Historia Provinciæ Paraquariæ,* do segundo, não há mapa algum. De l'Isle não leu com atenção a obra de Techo, pois representa como existentes

---

[101] "Le / Paraguay / *Tiré des Relations les plus Recentes* / *Par* G. Sanson, *Geographe ordinaire du Roy.* / Paris, 1668."

[102] "Carte / du Paraguay / du Chili / *du Detroit de Magellan &c* / *Dressée sur les Descriptions* / *de PP. Alphonse d'Ovalle et Nicolas Techo,* / *et sur les Relations et Memoires de Brower, Narbouroug, Mr. de Beauchesne &c* / par Guillaume de l'Isle *Geographe* / *de l'Academie Royale des Sciences* / A Paris... 1703."
Dom Andrés Lamas disse, na Introdução da *Hist. de la Conquista del Paraguay* por Lozano, que o exemplar da sua coleção tem entre as marcas d'água o escudo da Companhia de Jesus. Pode ter havido engano na interpretação, porque outros exemplares examinados, e um de que dispõe a Missão Especial do Brasil, têm também marcas d'água, mas não o sinal da Companhia de Jesus. Em todo o caso, a marca, se existe, só pode significar que foi feita para os jesuítas alguma tiragem especial, pois incontestavelmente o mapa é do geógrafo de l'Isle; resultou da leitura mal-digerida dos documentos que ele cita; não contém a declaração de ter sido construído por encargo dos jesuítas; e tornou-se artigo de comércio, pois era vendido em casa do autor, no Quai de l'Horloge, em Paris.

[103] "... a terceira carta dos jesuítas que se conhece..., mas é *a primeira* em importância e autoridade." (*Misiones*, § XXI, p. 66).

[104] "Deram os dados para desenhar este mapa duas das mais notáveis figuras da legião jesuítica na América do Sul: os padres dom Alonso de Ovalle, erudito e escritor... e dom Nicolás Techo..." (doutor Zeballos, *Misiones,* § XXI, p. 64).

missões cuja destruição ou abandono, entre os anos de 1630 e 1638, esse historiador descreve com suma clareza, e que no primeiro mapa dos jesuítas já aparecem com o sinal de estabelecimentos destruídos ou evacuados.[105] A missão de Asumpción removida em 1637 do Acaraguá ou Acarana para o Mbororé, foi reinstalada por de l'Isle no primeiro desses rios, com desprezo da *Historia* de Techo e do primeiro mapa dos jesuítas. Duas aldeias do itinerário de Cabeza de Vaca, colocadas com mais exatidão perto do Tibagi em cartas anteriores,[106] estão muito mais para o sul nesta carta.

O trecho citado no folheto *Misiones*,[107] com o fim de mostrar que d'Anville reconheceu o mérito do mapa de 1703, não tem referência alguma a esse mapa ou a de l'Isle.

D'Anville não elogiou o mapa de de l'Isle.

Eis o que d'Anville *escreveu:*[108]

> Servi-me, para preparar o mapa do Paraguai, de diversos mapas elaborados pelos reverendos padres jesuítas missionários naquele país. *Em 1727*, esses padres endereçaram um grande mapa do Paraguai ao R. P. Geral Miche-Ange Tambourini. Esse mesmo mapa, como me pareceu, renovado, não obstante, por mudanças em diversas partes, foi reapresentado ao R. P. Geral Francisco Retz *em 1732*. Já se tinha conhecimento de um antigo mapa do Paraguai, dedicado ao R. P. Geral Vincent Caraffa, que foi o sétimo geral da companhia, desde o ano de 1645 até o ano de 1649. Este primeiro mapa que deve ceder aos mais recentes em relação à localização dos lugares habitados, que são sujeitos a mudanças, pareceu, em compensação, conservar uma vantagem em relação a esses mapas, no que se refere à maior abundância e precisão nos detalhes, exceto somente com respeito ao entorno da cidade de Assunção.

---

[105] O nº 2, no vol. V, é fac-símile aumentado de uma seção do Paraguai de de l'Isle. Comparando-se com o nº 1, vê-se que as missões destruídas ou abandonadas, segundo Techo, e representadas naquele mapa por uma cruz, estão restabelecidas, como povoações existentes, por de l'Isle. No primeiro mapa dos jesuítas (nº 1 A, vol. VI), lê-se adiante desse sinal, na *Explicação das notas: "Reduct. indor. Christianorũ PP. S.tis Jesu destructæ"*.

[106] Por exemplo, na de G. Blaeuw, nº 32 no vol. V.

[107] No folheto *Misiones*, p. 71:
"D'Anville diz, no lugar citado, ao comentar o mapa de Retz e o seu, *referindo-se ao Mapa de 1703 e a suas fontes anteriores,* o que segue...". Vem em seguida o final do trecho acima transcrito, de d'Anville, desde as palavras: "*Este primeiro mapa...*".
Feita a transcrição, o doutor Zeballos diz: "*Reconhecido assim o mérito singular do mapa de 1703 e das que serviram de base sobre os posteriores,* de 1726 a 1732..." *(Misiones,* § XXI, p. 71).

[108] *Observations Géographiques sur la Carte du Paraguay par l'Auteur de cette Carte*, no tomo XXI, p. 429, das *Lettres Édifiantes et Curieuses écrites des Missions Etrangères, por quelques Missionnaires de la Compagnie de Jesus,* Paris, 1734.

As únicas cartas que d'Anville cita, como se vê, são as que os jesuítas ofereceram a Caraffa (1645-1649), Tamburini (1722) e Retz (1732), e, portanto, *as mais recentes* que a primeira, de que ele fala no final desse trecho, são as de 1722 e 1732, dos jesuítas, e não a de 1703, de de l'Isle.

Longe de elogiar esta, d'Anville a corrige, e em nota inscrita na *Carte du Paraguay*, de 1733, aponta um erro de de l'Isle, relativo à exagerada largura do continente embora não declare o nome deste geógrafo.

O doutor Zeballos diz, falando do mapa de 1703:

O mapa de de l'Isle em nada favorece a causa argentina.

O território em litígio está apenas esboçado neste mapa; mas *já desenha dois rios, os Pepiri ou Pepiri-Guaçu, o dos argentinos e o dos brasileiros...*

Esses rios foram indicados sem nomes.

A comparação do primeiro mapa dos jesuítas (nº 1, vol. V) com o de de l'Isle (nº 2) mostra que os dois rios sem nome, a leste do Acaraguá ou Acarana, são o Guanumbaca e o Pepiri do primeiro.

Ora, o Guanumbaca nunca foi o Pepiri dos brasileiros, pois é um rio do atual território argentino de Misiones[109], e o Pepiri dos mapas dos jesuítas nem era o Pequirí-Guazú dos argentinos (Chapecó), nem o Pepiri-Guaçu dos brasileiros, porque vai ficar demonstrado que era *um rio abaixo do Salto Grande do Uruguai*.

O mapa de de l'Isle foi remetido de Buenos Aires à Missão Especial argentina em Washington, segundo informação publicada.[110] Esse mapa, porém, não serve para provar coisa alguma, porque não é possível designar nele os rios do litígio, e porque a linha que indica o limite ocidental do Brasil naquela região está traçada arbitrariamente. Não é linha determinada por tratado algum, nem é a do *uti possidetis* daquele tempo. A Espanha não admitia semelhante linha, tampouco Portugal. E, por último, se se quer argumentar com o limite do Brasil improvisado por de l'Isle, é preciso aceitar igualmente o que ele traça do lado dos Andes e da Terra Magelânica, dando ao Chile a província argentina de Mendoza, a Governação de Nauquén e toda a Patagônia.

[109] Quadro F 9 do mapa nº 29 A.

[110] Doutor Zeballos, *Misiones*, p. 64.

Depois do mapa de de l'Isle, sem dúvida muito inferior ao primeiro dos jesuítas, o único que merece menção, pelo título oficial do autor, é o do *Chile e Paraguai* por Nicolas de Fer, "geógrafo de sua majestade católica." Este mapa, que apareceu em 1720,[111] revela bem a completa carência de informações que o geógrafo do rei da Espanha tinha sobre o curso e os afluentes do Alto Uruguai. O último afluente que apresenta é o Acaraguá.

N. de Fer, 1720.

O doutor Walckenaer menciona[112] uma carta do Paraguai por d'Anville feita em 1721 para as *Lettres Édifiantes*, mas provavelmente enganou-se, escrevendo essa data em vez da de 1733, pois não se encontra exemplar algum de 1721 nas edições conhecidas da citada coleção, tampouco no Ministério dos Negócios Estrangeiros da França e na Biblioteca Nacional de Paris, onde se acham todos os documentos impressos e manuscritos deixados pelo grande geógrafo.

Assim, pois, observando a ordem cronológica, o mapa a mencionar é *o segundo dos jesuítas*, de 1722, gravado em Roma por Petroschi no ano de 1726, e dedicado ao prefeito geral Tamburini.[113]

Segundo mapa dos jesuítas do Paraguai, 1722.

Nesse mapa aparecem pela primeira vez no Alto Uruguai o *Salto Grande* e os rios *Uruguai-Pitã* e *Uruguay-Miní*, afluentes da margem esquerda, além de outros tributários inominados.

É, portanto, a primeira carta em que pode ser estudada a posição do Pepiri e do Uruguai-Pitã, porque vê-se nela o Salto Grande, ponto de

---

[111] "*Partie* / *la Plus Méridionale de l'Amérique où se trouve* / *Le Chili* / *le Paraguay* / *... par* N. de Fer, *Geographe de as Majesté Catholique.*"

[112] *Notice sur don Felix de Azara* por Valckenaer, no tomo I, p. XXII de Azara, *Voyages dans l'Amérique Méridionale* (Paris, 1809).

[113] Um fac-símile reduzido de todo o mapa está no vol. VI com o nº 2 A. Outro da seção essencial do mapa, e na mesma escala do original, tem o nº 3 no vol. V.
A reprodução foi feita segundo o exemplar que pertenceu a d'Anville, guardado no Depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. A Missão Especial do Brasil pode também apresentar um exemplar que pertence à coleção cartográfica do Ministério de Relações Exteriores do Brasil.
Título e dedicatória: "Paraquariae provinciae soc. Jesu cum adjacentibus novissima descriptio /*Post iterata*ª peregrinationes, & plures observationes Patrum Missionariorum eiusdem Soc. tum huius Provinciæ cum & Peruanæ accuratissime delineata Anno 1722. / Admodum R. IN Chto. patri suo / P. Michaeli Angelo Tamburino / Soc. Jesu praep. generali XIV. / Hanc Terrarum Filiorum Suorum / sudore, et sanguine excultarum et rigatarum tabulam. / D. D. D. / Provincia Paraquariæ Soc. Jesu. / Anno 1722. Joannes Petroschi Sculp. Romæ Sup. perm. Ann. 1726."

referência seguro e incontestável. É fácil confundir rios, transferir de uns para outros o mesmo nome; mas *Salto Grande, só há um em todo o curso do Alto Uruguai.*

Nenhum dos mapas impressos depois deste e antes do Tratado de 1750 contém informação nova sobre o curso do Uruguai e os nomes ou a posição dos seus afluentes.

Em 1730 foi dada em Augsburgo por Mateus Seutter uma segunda edição do mapa de 1722.[114]

Seutter, 1730.

Em 1732, Petroschi gravou em Roma *o terceiro mapa remetido do Paraguai pelos jesuítas dessa província* e por eles oferecido ao padre Francisco Retz, prefeito geral da Companhia.[115] Embora se haja escrito em 1892 que este mapa foi feito em Roma pelo padre Retz, a dedicatória que se lê no próprio documento desfaz a confusão.

Terceiro Mapa dos Jesuítas do Paraguai.

Em 1733, d'Anville, à vista dos dois mapas gravados por J. Petroschi (1722 e 1732) e do anteriormente gravado por G. Coeck (século XVII), isto é, à vista dos três mapas remetidos e dedicados a três diferentes prefeitos gerais da Companhia de Jesus em Roma *pelos jesuítas da província do Paraguai,* compôs a sua *Carte du Paraguay* apensa ao tomo XXI das *Lettres Édifiantes et Curieuses écrites des Missions Etrangères par quelques Missionnaires de la Compagnie de Jesus.*[116] O padre Du Halde, editor dessa coleção, diz no prefácio: "Para vos satisfazer completamente no que concerne às missões, cri, meus RR. PP., dever dar-vos um mapa exato dessa vasta extensão de terras. Onde elas estão espalhadas: d'Anville, geógrafo ordinário do rei, o elaborou expressamente com todo o cuidado, em diversos mapas e, entre outros, sobre um muito recente, *dadas pelos próprios missionários do Paraguai.* Encontrareis, no final da *Memória*

---

[114] "Paraquariae provinciae / Soc. Jesu /cum adjacentibus novissima descriptio / ... *delin* / à / Matthœo, S. C. M. G. August."

[115] "Paraquariae Provinciae Soc. Jesu cum adjacentibus novissima descriptio / *Post iteratas peregrinationes*, & *plures observationes Patrum Missionariorum eiusdem Soc. tum huius Provinciæ, cum* & *Peruanæ accuratissime delineata* & *emendata. Ann. 1732*... Ioannes Petroschi Sculp. Romæ Sup. perm. Anno 1732."

[116] "Le Paraguay / *ou les RR. PP. de la Compagnie de Jesus* / *ont répandu leurs* Misiones / *par le* sr. d'Anville / *Géographe du Roi* / Octobre, 1733."
Há deste mapa uma edição espanhola, de Madri, 1757, na tradução das *Cartas Edificantes*, tomo XVI.

vinda da Espanha, um ensaio em que o autor deste mapa faz uma espécie de análise dele, para que possais julgar por vós mesmos com que exatidão foi elaborado." **D' Anville, 1733.**

Com efeito, no mesmo volume das *Lettres Édifiantes*, das pp. 429 a 465, encontram-se as "*Observations Géographiques sur la Carte du Paraguay par l'Auteur de cette Carte*."

Em 1748 apareceu o mapa da América Meridional por d'Anville.[117] **D' Anville, 1748.**

Estes são os únicos mapas publicados entre os anos de 1722 e 1750 em que se vê, no Uruguai, o *Salto Grande,* o *Pepiri,* o *Uruguai-Pitã* ou *Puitã*, e o *Uruguay-Miní*.

A esta exposição acompanham fac-símiles de todos os citados mapas.

No vol. VI, estão as seguintes reproduções integrais:

Nº 2 A: mapa de 1722 dos jesuítas do Paraguai, gravado em 1726 em Roma.

Nº 3 A: o mesmo mapa, gravado em 1730 em Augsburgo.

Nº 4 A: novo mapa dos jesuítas do Paraguai, gravado em Roma no ano de 1732.

Nº 5 A: mapa do Paraguai por d'Anville, de 1733, apenso ao tomo XXI das *Cartas Edificantes* dos jesuítas.

Nº 6 A: uma das folhas da América Meridional de d'Anville, de 1748.

No vol. V desta exposição encontram-se fac-símiles das seções desses mapas em que está representado o território do atual litígio. Além dos dois citados de d'Anville, é reproduzido outro do mesmo autor, manuscrito, que se guarda no Depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França.

É nas reproduções do vol. V que esta questão de limites pode ser estudada melhor, porque quase todos os mapas foram postos na mesma escala, pelo processo da fotogravura, a fim de facilitar as comparações.

---

[117] "Amérique / Méridionale / publiée sous les auspices / de Monseigneur le Duc d'Orléans / premier prince du sang / par le sr. d'Anville / MDCCXLVIII. / *Avec Privilè- ge.* / *A Paris* / *Chez l'Auteur, aux Galeries du Louvre.*"

Há desta Carta uma edição de Londres, 1775, e outra de Veneza, 1779.

A parte do Paraguai e territórios adjacentes foi reproduzida em 1768 com este título: "Le Paraguay / *tire de la Carte de l'Amérique Méridionale de M. d'Anville*."

Os que são agora citados estão todos na mesma escala.

No vol. V os mapas a estudar neste momento são os publicados desde 1722 até 1750, isto é, desde que o *Salto Grande do Uruguai* e os afluentes *Uruguai-Pitã* e *Uruguay-Miní* foram pela primeira vez representados no Alto Uruguai (onde antes só eram figurados o Pepiri e alguns afluentes sem nome) até à conclusão do Tratado de limites de 1750.

São estes os mapas:

Nº 3: segundo mapa dos jesuítas do Paraguai; composto em 1722, gravado em Roma no ano de 1726 e dedicado ao prefeito geral Tamburini.

Nº 4: edição de Augsburgo, do mapa precedente, dedicada ainda a Tamburini.

Nº 5: terceiro mapa dos jesuítas do Paraguai gravado em Roma em 1732 e dedicado ao prefeito geral Retz.

Nº 6: *Paraguai* de d'Anville, 1733.

Nº 7: o *Alto Uruguai*, segundo o desenho original de d'Anville, no Ministério dos Negócios Estrangeiros da França.

Nº 8: seção da *América Meridional* de d'Anville, ano de 1748.

No seu folheto *Misiones*, o doutor Zeballos reconhece que o *Pepiri* dos mapas dos jesuítas de 1722 e 1732 e o *Pepiri* ou *Pequiri* (os dois nomes no Tratado de 1750) do mapa de 1733 por d'Anville não são o rio da atual pretensão argentina. Procura por isso demonstrar que esses mapas foram construídos segundo informações de jesuítas portugueses e acusa o prefeito Retz e d'Anville de terem suprimido o rio que no mapa de 1703, de de l'Isle (nº 2), tem o nome de *Acaraguá*, dando aos dois rios que nessa carta não têm nome os de *Guarumbaca* e *Pepirí*.

Nenhum dos mapas citados favorece a causa argentina.

Nenhuma das duas alegações pode ser justificada.

A comparação dos mapas nºs 1 e 2 mostra que o *Acaraguá* também tinha o nome de *Acarana*. Nesse *Acaraguá* ou *Acarana* esteve até 1637 a missão de Asumpción, transferida então para o Mbororé, águas abaixo do Uruguai como se vê no mapa nº 1. De l'Isle, sem prestar atenção ao que refere Techo, colocou no *Acaraguá* ou *Acarana*, como já ficou dito, a missão que em mapa construído meio século antes já não estava ali. Nos increpados mapas de 1722, 1732 e 1733 (nºs 3, 4 e 6), o *Acaraguá*

não foi suprimido, pois em todos eles figura com o nome de *Acarana*.

Os dois rios águas acima da foz do *Acaraguá* ou *Acarana* já têm os nomes de *Guanumbaca* e *Pepiri* no primeiro mapa dos jesuítas (nº 1). Portanto, os jesuítas em 1722 e 1732 e d'Anville em 1733 (nºs 3, 4 e 6) não fizeram a inovação que lhes atribui o folheto *Misiones*.

Também não é possível responsabilizar os jesuítas portugueses pela posição, na verdade muito inconveniente para a causa argentina, em que nesses mapas se acham os rios *Pepiri* e *Uruguai-Pitã*. Quem conhece a disciplina que sempre reinou na Companhia de Jesus compreende que os jesuítas de Portugal e do Brasil nunca dariam informações contrárias às que prestavam os seus confrades da província do Paraguai.

Os jesuítas dessa província não eram portugueses, e nos mapas de 1722 e 1732 lê-se que a "*Província da Sociedade de Jesus no Paraguai*" oferece e dedica ao prefeito geral esses mapas "onde estão representadas terras que têm sido cultivadas e regadas com o suor e o sangue de seus filhos."

Diz a dedicatória no primeiro desses mapas:

> Admodum R. in Christo Patri suo P. Michaeli Angelo Tamburino, Soc. Jesu Præp. generali XIV. Hanc terrarum filiorum suorum sudore, et sanguine excultarum et rigatarum tabulam. *D.D.D. Provinciæ Paraquariæ Soc. Jes.*

No segundo mapa a dedicatória é identicamente feita pela província do Paraguai com a única diferença no nome do prefeito geral, que era então Retz.

No mapa de 1733, como ficou provado com uma transcrição de d'Anville, este geógrafo regulou-se pelos dois mapas mais recentes dos jesuítas, que eram os de 1722 e 1732.

Em todos os mapas anteriores a 1749, de origem espanhola, o Pepiri e o Uruguai-Pitã estão abaixo do Salto Grande.

Em todos os mapas que agora se examinam. – nºs 3, 4, 5, 6, 7 e 8 – vê-se o *Uruguai-Pitã abaixo do Salto Grande do Uruguai*, como afluente da margem esquerda, e *mais abaixo ainda*, na margem oposta, o *Pepiri* dos jesuítas.

O Pequiri ou Pepiri dos paulistas.

Portanto, o *Pepiri dos jesuítas é um rio situado no território argentino de Misiones:* não é o *Pepiri* ou *Pequiri* do mapa de 1749, pois esse é o primeiro rio acima do Salto Grande, e menos ainda pode ser o Chapecó (Pequirí-Guazú dos

argentinos) porque este fica muito mais distante do Salto Grande e do Pepiri dos mapas dos jesuítas e de d'Anville.

Descrição do Uruguai por Lozano, 1745.

O padre Pedro Lozano, "cronista da Companhia de Jesus na província do Paraguai", terminou em 1745 a sua *Historia de la Conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucuman*,[118] e por ela se pode ver o conhecimento que os jesuítas espanhóis naquela data tinham do curso superior do Uruguai.

Lozano não era português. Nasceu em Madri a 16 de setembro de 1697.

A sua descrição do Uruguai está de inteiro acordo com os mapas de 1722 e 1732 (nos 3 e 5) e com os de d'Anville, de 1733, o manuscrito sem data e o de 1748 (nos 6, 7 e 8).

A descrição de Lozano pode ser acompanhada em qualquer dos cinco citados mapas, e é suficiente tomá-la desde a foz do rio Iiuí (depois Ijuí), na margem esquerda do Uruguai. Lozano sobe o Uruguai citando os afluentes da margem esquerda, e depois desce o rio, mencionando os da direita.

Na subida do rio:

> Desde o Yyuy (Ijuí), rio Uruguai acima, seguem por esta margem[119] os rios *Yaguarapé, Ñucorá, São João, Yriboba e Uruguai-Pitã*, que são tributários do Uruguai: não muito longe do Uruguai-Pitã dá este grande rio um prodigioso *salto, precipitando-se todas suas águas de um paredão altíssimo, com um estrondo espantoso*.[120]

O Uruguai-Pitã, abaixo do Salto Grande.

Portanto, segundo Lozano, *o Uruguai-Pitã era um rio cuja foz ficava águas abaixo do Salto Grande*, como está representado nos mapas dos jesuítas e nos de d'Anville.

Continua Lozano:

> Pouco antes deste Uruguai-Pitã há um círculo impenetrável de pinheiros que fecha um largo espaço de terreno, com cerca de 90 léguas (cerca de 600 km) de largura, que existe desde as nascentes do Uruguai até esse lugar. Quando faltam pinheiros para fechar a área, essa enseada é protegida por uma serra muito alta

[118] Publicada pela primeira vez em Buenos Aires por dom Andrés Lamas, em 1874.
[119] Margem esquerda.
[120] Lozano, *Historia de la Conquista*, I, 34.

> que corre por trás da ilha de Santa Catarina, em frente à lagoa dos Patos, até encontrar os ditos pinheirais e é tão íngreme que os animais não podem subir por ela. Os homens só o fazem com muita dificuldade e destreza. Desde essa serra se descobre o mar e se registram algumas povoações de portugueses.
>
> *Desde pouco depois do salto mencionado, o rumo da corrente do Uruguai muda, porque, correndo até aqui de norte a sul, desde sua nascente até o salto corre de oriente a ocidente*.

Os dois rumos gerais do Uruguai.

Estão neste trecho bem assinaladas as duas direções gerais do curso do rio: o Uruguai superior, correndo de leste para oeste até o Salto Grande; e o inferior, no rumo geral do norte para o sul desde o salto até o rio da Prata.

A posição do Salto Grande, quase no ponto de deflexão do Uruguai, está igualmente bem determinada, como se pode verificar examinando o mapa nº 29 A. Os informantes dos jesuítas eram índios, mas os dois rumos gerais tão diferentes e a extensão e grandeza do salto eram circunstâncias que o mais ignorante índio necessariamente guardaria de memória e estaria habilitado para indicar com clareza.

Posição do Salto Grande.

O Salto Grande do Uruguai tem cerca de dois quilômetros ou uma milha de extensão. As águas precipitam-se de um paredão de diorito, cortado a prumo. A altura da queda é de 10 metros ou 32½ pés. Acima desse salto, e antes de chegar ao Chapecó, há outras cachoeiras, porém pequenas. A mais importante é o Saltinho da Fortaleza até onde chegaram os comissários demarcadores em 1759. Têm este cerca de dois metros de altura ou 6½ pés, mas é formado por três degraus.[121]

Saltinho da Fortaleza.

Acima do Salto Grande, Lozano só menciona um afluente, que é o *Uruguay-Miní*.

Diz ele, falando das nascentes do Uruguai (p. 35):

> Sua nascente, pois, está na serra há pouco mencionada, mas adiante da ilha de Santa Catarina, a 26º30' S, quase na mesma altura do rio de São Francisco: nasce com pouco caudal e se divide em dois braços, dos quais chamam Uruguai-Mirim

[121] O senhor Virasoro, ex-ministro das Relações Exteriores da República Argentina, mostrou no § VI da sua Memória – *Misiones y Arbitraje* – a nenhuma importância deste pequeno salto.

> ao meridional e Uruguai-Guaçu, ao setentrional, nos quais, até que se juntam, entram tantos arroios que já desde ali corre muito caudaloso. E supondo que desde aqui subimos pela margem esquerda ou oriental, iremos descendo pela oposta até voltar a parar onde perde seu nome e entrega suas águas ao rio da Prata.

Lozano, como se vê, vai começar a descer o Uruguai desde o ponto em que se reúne a este rio o Uruguay-Miní e irá indicando agora os afluentes da margem direita.

O primeiro que menciona é um Pepiri abaixo do Salto Grande, como nos mapas dos jesuítas.

Eis o que diz o cronista da Companhia de Jesus (p. 36):

> Desde essas nascentes do Uruguai, em direção ao norte e ao oeste, há como 50 léguas (cerca de 330 km) de *florestas muito fechadas, até chegar aos campos de Guayrá*, que pertencem à Governação do Paraguai e nelas andam vagando muitos infiéis *Guaianases, Ibiraiarás, Gualachos, gente ferocíssima*, e os *Iraitis*, assim chamados porque usam casquetes de cera na cabeça. Na direção do leste ou oriente distarão essas nascentes cerca de 90 léguas (cerca de 600 km) das fronteiras verdadeiras do Brasil[122] e, *correndo pela costa, passado o salto, entra primeiro no Uruguai o rio Pepiri, bem caudaloso, do qual só por relato dos índios, porque os espanhóis não o viram,* se divulgou a fama constante entre os primeiros conquistadores e seus descendentes que trazia muito ouro entre suas poucas areias.

O Pepiri dos jesuítas abaixo do Salto Grande.

Depois do Salto Grande e do Pepiri (o dos jesuítas), diz Lozano, continuando a descer o Uruguai e citando os tributários da margem direita:

"Seguem a esse rio*, em direção ao Sul*, os rios *Guanumbaca, Acaraguá e Mbororé...*"

Aqui está uma segunda prova de que o *Acaraguá* ou *Acaraguay* não foi suprimido nos mapas de 1722 e 1732 e nos de d'Anville, como supôs o doutor Zeballos no seu folheto *Misiones*, pois, com o nome de *Acarana*, que também tinha, ele figura nesses mapas entre o

[122] Nesta parte, como bom espanhol, Lozano contestava o direito de Portugal a terras de que estava de posse ao norte do Uruguai.
Já ficou dito que este padre Lozano foi o redator de representações que os jesuítas do Paraguai dirigiram à corte de Madri, pedindo a anulação do Tratado de 1750.

Guanumbaca e o *Mbororé*, isto é, na posição indicada por Lozano.

É desnecessário levar mais longe a transcrição do texto de Lozano, porquanto logo abaixo do Mbororé fica a Missão de São Xavier, ponto de partida dos comissários de 1759 quando subiram o Uruguai para reconhecer o Pepiri ou Pequiri do Tratado de 1750.

O Pepiri em d'Anville não é o rio da pretensão argentina.

No citado folheto, escrito "para refutar erros de origem brasileira e ilustrar a opinião pública na América do Sul e na do Norte" há duas proposições que exigem rápido exame.

O senhor ministro Zeballos pretende nesse folheto que os erros por ele atribuídos ao mapa do *Paraguai* (1733) de d'Anville foram corrigidos por este geógrafo no mapa da América Meridional (1748), e afirma que o rio Pepiri no segundo desses mapas é o mesmo da pretensão argentina.[123]

O simples confronto dos dois mapas (nos 6 e 8) mostra que em ambos o Pepiri tem a foz *ao ocidente e abaixo do Salto Grande*, e, portanto, é um rio que, traçado no mapa da Comissão Mista brasileiro-argentina (nº 25 A), ou no da Missão Especial do Brasil em Washington (nº 29 A), ficaria dentro do atual território argentino de Misiones. O Chapecó, ou Pequirí-Guazú da pretensão argentina, fica muito para o oriente do Salto Grande, e dentro do território brasileiro.

Prescindindo do Salto Grande, para considerar unicamente as coordenadas da foz do Pepiri em ambos os mapas e no da Comissão Mista, o resultado não é menos contrário à segunda afirmativa feita no folheto.

Não é possível tirar argumento algum das latitudes, porque em todos os mapas anteriores ao reconhecimento feito em 1759 pelos comissários portugueses e espanhóis o curso superior do Uruguai está traçado em paralelo muito setentrional. Só as longitudes podem ser comparadas.

---

[123] "D'Anville corrige no mapa americano o *dado português* de seu mapa do Paraguai de 1733... Posso, portanto, afirmar, que o rio *oriental* deste mapa (1748), chamado *Pepiri*, é o que corresponde à fronteira. D'Anville não retificou a situação do Uruguai-Pitã que *em todos os mapas dessa época está indicada vagamente*." (essa proposição é muito exata e importante). "A nova posição dos rios, dada por d'Anville, já não é a dos portugueses do mapa de 1733, nem a dos espanhóis. É a da natureza porque é a que argentinos e brasileiros traçam em seu mapa misto, com as diferenças naturais entre dados empíricos de viajantes, como eram os de 1745, e os obtidos em 1887 por procedimentos científicos aproximadamente exatos". (doutor Zeballos, *Misiones,* § XXI, p. 73).

Em ambos os mapas que estão sendo examinados, d'Anville tomou como primeiro meridiano o da ilha de Ferro, mas no do *Paraguai* (1733) situou esse primeiro meridiano a 19º51'33"O do Observatório de Paris[124] e no da América Meridional em 20º O.[125] De acordo com essas declarações do autor foram traçados nos mapas nºs 6 e 8 os graus de longitude referidos ao meridiano de Greenwich, que está a 2º20'14"O de Paris.

Em ambos os mapas o Pepiri fica, com insignificante diferença, no mesmo meridiano da foz do Pepiri-Guaçu, limite brasileiro, a qual está em 53º48'19" O, ao passo que a foz do Chapecó, limite reclamado pela República Argentina, demora na longitude de 52º59'55"O.

Conseguintemente por este processo, e pelo primeiro e mais exato, de referir os rios do litígio à posição do Salto Grande, o Pepiri do Mapa da América Meridional de d'Anville não é o rio da pretensão argentina, como foi afirmado. Pelo segundo processo, seria incontestavelmente o rio do limite brasileiro atual.

Quanto à linha de limites do Brasil Meridional traçada por d'Anville no seu mapa de 1748 e citada pelo doutor Zeballos, ela prova igualmente que aquele geógrafo se regulou por informações dos missionários espanhóis do Paraguai, porquanto essa linha não é a do *uti possidetis* de 1748, como se vê no "Mapa das Cortes", de 1749, nem foi estabelecida em tratado algum entre Portugal e Espanha. D'Anville no mesmo mapa da América Meridional dá ao Chile todo o território de Cuyo e quase toda a Patagônia. Se tinha autoridade para pesar na decisão do pleito atual, manda a coerência que a República Argentina, no ajuste da sua questão de limites com o Chile, se conforme com a opinião dessa mesma autoridade.[126]

Ficou demonstrado que nos mapas dos jesuítas do Paraguai, nos de d'Anville e na descrição do Uruguai por Lozano, o *Pepiri* e o *Uruguai-*

---

[124] A longitude desses lugares, comparada com a determinação da ilha do Ferro (Canárias), observada mais recentemente pelo padre Feuillée Mínimo, em 19º 51' 33" do meridiano de Paris serviu de fundamento à longitude estabelecida no mapa (d'Anville, nas suas *Observações sobre o mapa do Paraguai,* p. 431 do tomo XXI, 1ª ed., das *Lettres Edifiantes*).

[125] ... ficando acordado fixar a longitude de Paris a 20º redondos do mesmo meridiano... Não penso que 7' a 8' sejam um objeto sobre o qual se deve insistir bem afirmativamente" (Carta de d'Anville aos senhores *do Journal des Savants, sobre um mapa da América Meridional que acaba de publicar,* no *Journal des Savans,* março, 1750).

[126] O folheto *Misiones* cita um trecho em que d'Anville fala de informações portuguesas. Esse trecho refere-se unicamente aos arredores de São Paulo, e ninguém, olhando para um mapa, dirá que a cidade de São Paulo fica perto do Pepiri. O começo, já transcrito, das *Observações*

Pitã, – ou, mais exatamente, os dois rios a que os jesuítas davam esses nomes, – desembocavam no Uruguai águas abaixo e ao ocidente do Salto Grande. **Conclusões.**

Ficou também demonstrado que todos esses documentos são de origem espanhola:

1º Porque os mapas dos jesuítas foram delineados nas missões e oferecidos ao prefeito geral em nome de toda a "Província do Paraguai da Sociedade de Jesus";

2º Porque Lozano era um jesuíta espanhol defensor conhecido das antigas e mais exageradas pretensões do governo de sua pátria em matéria de limites, e um dos mais ardentes adversários do Tratado de 1750;

3º Porque d'Anville declarou que tinha construído o seu mapa do Paraguai utilizando as informações contidas nos mapas de 1722 e 1732 dos mesmos jesuítas.

A informação de origem portuguesa sobre a verdadeira posição do Pequiri dos brasileiros de São Paulo, ou paulistas, – *primeiro rio acima do Salto Grande*, – vai aparecer agora com toda a clareza no mapa manuscrito de 1749, sobre o qual foi traçada a linha divisória ajustada no Tratado de limites de 13 de janeiro de 1750. **O Pepiri brasileiro do mapa de 1749: primeiro rio acima do Salto Grande.**

Esse é, entretanto, o segundo documento em que a reclamação argentina pretende apoiar-se.

O mapa nº 7 A, apenso a esta exposição (vol. VI), é reprodução fiel do original de que se serviram os plenipotenciários de Portugal e Espanha na discussão do tratado de limites.

O nº 8 A é esse mesmo mapa, estudado por Emile Levasseur, do Instituto da França.

O nº 10, no vol. V, é reprodução do trecho desse mapa em que está situado o território hoje contestado. O trecho foi elevado à mesma escala dos mapas dos jesuítas e dos de d'Anville.

---

de d'Anville (1773), responde cabalmente à citação daquele trecho isolado.

Para o mapa *da América Meridional*, ele teve também muitas informações novas de origem espanhola, como se depreende do seguinte trecho de outro trabalho seu:

"O que deve representar uma das grandes vantagens que distinguem o mapa *da América Meridional*, é a de haver adquirido, nas regiões ocupadas pelos espanhóis, um grau de perfeição de que não ousaria se gabar" (d'Anville, *Considérations générales sur l'Étude et les Connoissances que demande la composition des ouvrages de Géographie,* Paris, 1777).

No nº 8 A foram feitos, sob a direção de Emile Levasseur, os seguintes acréscimos, depois de estudada por ele a projeção do mapa:

a) foram traçados os graus de longitude referidos aos meridianos do Rio de Janeiro, de Paris e de Greenwich;
b) estabelecidos, em vermelho, o litoral, desde o cabo de São Roque até o rio da Prata, e também o curso inferior do Uruguai, do Paraná e do Paraguai, de acordo com a projeção do mapa e segundo as *Cartas Marinhas Francesas* de Mouchez; e
c) estabelecidos, na mesma cor vermelha, os rios do território contestado, de acordo com o mapa da Comissão Mista brasileiro-argentina.

Como foi composto o mapa português de 1749.

Já se disse e provou, com os dois ofícios de 24 de junho e 12 de julho de 1751 do embaixador português em Madri, que o mapa de 1749 foi feito em Lisboa.

A prova mais concludente, porém, de que é um mapa português está no seguinte começo do despacho de 8 de fevereiro de 1749, dirigido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal ao embaixador em Madri:

> *Remeto a vossa excelência o mapa que lhe tinha prometido para a inteligência dos limites apontados no plano do tratado, os quais vão traçados com um risco vermelho. A parte deste Mapa que respeita às terras espanholas da parte do sul foi tirada do que se acha no tomo 21 das* Cartas Edificantes *produzido pelos missionários castelhanos. A que respeita às nossas terras da mesma parte austral foi extraída da* Carta Geográfica *do* padre Diogo Soares. *A parte que se segue desde o rio Paraná até o Cuiabá foi tirada do mapa que remeteu* Gomes Freire de Andrada, *e de outras memórias de viandantes*. O rio Guaporé e as missões dos Moxos são delineados conforme as relações e riscos de alguns mineiros do Mato Grosso, que foram a elas por duas vezes, e conforme algumas notícias que lá escolheram. A situação das nossas missões do rio Madeira, e do rio Tapajós, e suas adjacências, foi tirada de mapas, e relações vindas do Pará. O rio das Amazonas se copiou do mapa de Condamine, o Orenoco do livro do padre Gumilla, e o país que medeia entre um e outro destes rios foi delineado conforme algumas noções imperfeitas dadas por missionários carmelitas do rio Negro. O que medeia entre o rio Amazonas e a província de Charcas é ideal, e sem mais fundamento que saber se que os rios grandes que deságuam no Amazonas vêm daquela parte, e que há uma cadeia de montes que vai acompanhando o curso do rio Amazonas de leste a oeste ainda que afastada deste rio.

> Reportando agora o que se disse no plano ao que se mostra neste mapa, *não pode haver dúvida sobre toda a parte dos confins que corre desde o território disputado na margem do rio da Prata até o Salto Grande do Paraná* porque é país conhecido, em que os mapas espanhóis confrontam com os nossos no que toca à campanha adjacente à Colônia, rio Negro, Uruguai, Iguaçu e Paraná, e seus contornos. Pelo que respeita à lagoa Mirim e suas vizinhanças, de que os espanhóis não tinham notícia, podemos assegurar que são como se veem no mapa, porque concordam nisso diversas cartas geográficas de diferentes autores que nos tem vindo daquelas partes. *Se houver escrúpulo sobre o nome do rio Pequiri, por onde o plano encaminha a fronteira para chegar ao Iguaçu, poderá dizer-se, que fique pelo rio que desaguando no Uruguai formar com o curso do mesmo Uruguai a linha mais chegada ao rumo do norte, e que desde as cabeceiras de tal rio se busquem as do mais próximo*, que por eles se estabeleça o confim...[127]

Este último trecho já tinha sido citado, mas é conveniente apresentá-lo de novo aqui.

O "Mapa das Cortes", de 1749, é, portanto, incontestavelmente um mapa português e isto mesmo já tinha dito em 1776 o marquês de Grimaldi, secretário de Estado na Espanha.

Foi construído à vista dos melhores documentos geográficos então existentes, portugueses, espanhóis e franceses, e, como era natural, nele foram corrigidos muitos erros dos mapas anteriores, segundo informações de autoridades portuguesas no Brasil e, sobretudo, dos paulistas, que foram os exploradores de todo o seu interior. Walckenaer reconheceu indiretamente a superioridade deste mapa sobre o do Paraguai por d'Anville, porquanto o de Bellin, de 1756, a que ele se refere, é simples cópia deste.[128]

Examinando o nº 8 A, estudado por Emile Levasseur, o nº 29 A

---

[127] Despacho de 8 de fevereiro de 1749, de Marco Antônio de Azeredo Coutinho, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Portugal, dirigido ao visconde Tomás da Silva Teles, embaixador em Madri. A cópia que a Missão Especial do Brasil possui foi autenticada em 31 de outubro de 1893 pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, onde se guarda a minuta original.

[128] O mapa de Bellin acompanha esta Exposição com o nº 10 A (vol. VI) e dele se tratará brevemente.
Walckenaer diz falando da Carta do Paraguai de d'Anville:
"Ele aperfeiçoou este trabalho na sua América Meridional; mas, se bem que tenha corrigido esta parte de seu mapa em 1765 e em 1779, ela está menos exata no último retoque para o delineamento das costas que a publicada por Bellin, em 1756, na *Histoire du Paraguay,* pelo

e o *Mapa do Brasil Meridional*, vê-se logo que a divergência entre a latitude da foz do Pepiri no "Mapa das Cortes" e a que foi observada no terreno, não podia desaparecer ainda mesmo quando os comissários portugueses e espanhóis em 1759 continuassem a subir o rio até a confluência do Pelotas e do Canoas, onde começa o Uruguai. O curso deste rio está representado no "Mapa das Cortes", obra de 40 milhas ao norte do paralelo em que devia estar, e o mesmo erro se nota em todos os mapas anteriores.

A latitude do curso superior do Uruguai.

Esta diferença na latitude motivara a principal dúvida que teve o comissário espanhol Arguedas, dúvida logo dissipada, porque não era possível ir procurar mais longe um rio que o "Mapa das Cortes" colocava tão perto do Salto Grande.

Também a latitude desse salto estava errada no mapa e o Tratado de 17 de janeiro de 1751 "sobre a inteligência das cartas geográficas" tinha previsto as inevitáveis incorreções que seriam encontradas quando sobre o terreno os comissários demarcadores procedessem a reconhecimentos nunca empreendidos anteriormente.

Esta diferença na latitude não aproveita à causa argentina, porque também a da foz do Chapecó não está de acordo com a do Pequiri ou Pepiri do mapa.

Posição relativa do Pepiri e Uruguai-Pitã.

A outra dúvida do comissário Arguedas, como se viu pela sua exposição na conferência de 7 de março de 1759, teve por objeto a posição relativa que no mapa apresentavam o Pepiri ou Pequiri e o Uruguai-Pitã.

No mapa, a foz do Uruguai-Pitã está abaixo da do Pepiri. No terreno, e segundo as indicações do guia Arirapi, ela foi achada acima da foz deste último rio.

Pepiri acima do Salto Grande. Uruguai-Pitã abaixo.

A explicação é muito simples.

Nos mapas dos jesuítas, como ficou provado, tanto o Pepiri como o Uruguai-Pitã têm a foz *abaixo do Salto Grande*. O governo português no mapa de 1749 colocou o Pepiri ou Pequiri, segundo informações dos paulistas, *acima do Salto Grande*, e não fez modificação alguma na posição que os mapas dos jesuítas e os de d'Anville atribuíam ao Uruguai-Pitã.

Pequiri ou Pepiri dos paulistas.

padre Charlevoix" (*Informação sobre dom Felix de Azara*).

A linha divisória não passava por este rio e, assim, a sua posição no mapa não era ponto de importância ou interesse. E as instruções dadas aos comissários em 1758 não diziam, como se inventou em 1789, que o Pepiri devia ser procurado águas acima do Uruguai-Pitã.

Já se provou em outro lugar (pp.141 e 142), e citando a estampa nº 27 (vol. V desta exposição), que o Salto Grande está representado no "Mapa das Cortes" logo abaixo da foz do Pepiri. O cartógrafo português de 1749 deixou de escrever a palavra – Salto, – mas pôs o sinal distintivo das cataratas, segundo a convenção em uso naquele tempo.

Salto Grande.

Em 1759, – e parece que desde 1750, – já os jesuítas das missões davam também o nome de Pepiri ao primeiro rio acima do salto, sem dúvida porque preferiam para limite o Pequiri o Pepiri brasileiro, mais oriental, ao seu antigo Pepiri abaixo do salto. Até 1749, como se vê em um mapa dessa data, do padre Joseph Quiroga,[129] eles chamavam Apiterebi ao primeiro rio acima do salto, porque ainda então – como na descrição de Lozano (1745) – o rio a que aplicavam o nome de *Pepiri* era o que na demarcação de 1759 apareceu com o de *Mandií-Guaçu* e hoje tem o de *Soberbio*, no território argentino de Misiones.[130]

Transferências de nomes de rios.

Mapa de Quiroga, Apiterebi dos jesuítas.

O Mandií-guaçu era o Pepiri dos jesuítas.

Todos os antigos nomes de afluentes da margem esquerda do Uruguai que se encontram nos mapas dos jesuítas e na descrição de Lozano estavam mudados quando os comissários fizeram em 1759 a viagem de São Xavier em busca do Pepiri. Já não existiam abaixo do Salto Grande os nomes de *Yaguarape, Ñucorá, São João, Iriboba* e *Uruguai-Pitã* ("Uruguai-Vermelho").[131]

Nomes mudados.

---

[129] Nº 9 (vol. V):
"Mapa de las Misiones de la Compañia de Jesus en / *los ríos Paraná y Uruguay conforme à las mas modernas observaciones de Latitud y Longitud; hechas en los pueblos de dichas Misiones, y à las relaciones anti-* / *guas y modernas de los padres Misioneros de ambos ríos. Por el padre* Joseph Quiroga *de la misma Compañia de Jesus en la Provincia de el Paraguay* / Ano 1749. / Ferdinandus Franceschelli sculp. Romæ 1753."
Este mapa é muito inferior aos anteriores dos jesuítas. Só é interessante por mostrar que naquela data ainda os jesuítas conheciam por Apiterebi o Pepiri ou Pequiri dos paulistas. Tendo sido gravado em 1753, acrescentaram-lhe então a linha divisória, como no Tratado de 1750, passando pelo primeiro rio acima do Salto do Uruguai.

[130] Mapa nº 29 A, quadro F 9.

[131] As antigas denominações e as mudanças ocorridas depois constam do seguinte quadro:

O primeiro Uruguai-Pitã, Paricaí em 1759.

A este último coube na demarcação de 1759 o nome de Paricaí ou Piracaí. Em 1788, o geógrafo espanhol Oyárvide encontrava o mesmo rio com os nomes de *Piray* ou *Cebollatí*.[132] Hoje é conhecido por *Turvo.*[133]

Em um mapa espanhol manuscrito, que deve ter sido feito no rio da Prata antes de 1760 e foi retocado em parte nesse, ano vê-se o antigo *Uruguai-Pitã* dos jesuítas ainda com o seu nome primitivo e tendo a foz entre as dos rios Ipané e Guanumbaca na margem oposta.[134]

Dessas frequentes mudanças de nome fala o mesmo Oyárvide nos seguintes termos:

> ... A palavra Toropi, do idioma guarani, significa couro de touro, e assim se presume que, por alguma circunstância da espécie substituiriam ao nome de Ibicuí o de Toropi, segundo vemos o propenso que são a essas mutações, não só estes índios, mas ainda os espanhóis povoadores por onde viajamos, variando com facilidade os nomes dos lugares e rios, segundo os acontecimentos que lhes fazem maior impressão ou novidade. Por isso é que lugares bem conhecidos dos mesmos guias chegam a estranhá-los se não se os designam com os nomes com que eles os distinguem, apesar de que sempre foram designados como se lhes perguntava.[135]

Testemunhos espanhóis sobre mudanças de nomes de rios

1722	1759	1788	SÉCULO XIX
Yaguarape.	Itapuã.		Camanday ou Mbutuhy.
Ñucorá.	Imbutiay-Guaçu.		Santa Rosa.
S. João.	Pinday.	Pindayí.	Nhucorá.
Yriboba.	Cavacuá Guaçu.	Cavacuá Guaçu.	Herval Grande.
Uruguai-Pitã.	Paricay ou Piracay.	Piray ou Cebollaty.	Turvo.

[132] Oyárvide, *in* Calvo, X, 74. Foi em 1788 que ele passou diante da foz deste rio.

[133] Quadro F 10 no mapa 29 A.

[134] O fac-símile de uma seção desse mapa está com o nº 14 no Vol. V, onde sob o nº 21 é comparado com o de 1749. No vol. VI está o fac-símile de toda a parte oriental do mapa nº 11 A. O original pertence ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e está sob a guarda da Missão Especial do Brasil. Título: "Mapa / de los confines de las dos / Coronas de España y Portugal / en la / America Meridional / *que comprehende desde Castilhos Grandes* / *hasta la boca del rio Jauru con-* / *forme à la Linea Divisoria determinada en el Tratado concluido entre Sus Mag.*de *C.*ª *y F*ª *el año 1751. El color encarnado señala los dominios de España, y el Amarillo los de Portugal*." Em um padrão lê-se o nome de Fernando VI. Este rei morreu em 1760, e, portanto, o mapa não é posterior a essa data. O curso e o nome do Santo Antonio estão em tinta diferente, o que mostra ter sido retocado o mapa segundo as notícias dos comissários demarcadores.

[135] Oyárvide, *in* Calvo, VIII, 218.

Os comissários espanhóis de 1759 tiveram também ocasião de observar quanto variavam naquelas regiões os nomes de rios menos importantes, pois escreveram o seguinte em seu *Diário* (2 de julho, 1759):

> Essa novidade, ou variação de nomes, que é comum nos rios de menor importância, chamando-os de uma maneira os naturais de uma povoação, enquanto que os das demais os batizam diferentemente, e o que é mais particular, variando ainda os de uma mesma povoação segundo seu capricho produz uma confusão, que se reflete nos mapas, em que se vê semelhante diversidade.

A questão relativa ao Uruguai-Pitã, levantada pelos comissários espanhóis na segunda demarcação, não tem a importância que lhe dá o governo argentino.

Posição do primeiro e do segundo Uruguai-Pitã

Os demarcadores de 1759 não mudaram a posição do Pequiri ou Pepiri do "Mapa das Cortes": *o nome de* Uruguai-Pitã *foi que mudou de lugar*, pois tinha sido transferido de um rio cuja foz, segundo o mapa, está a 41 quilômetros, ou 22 milhas, águas abaixo do Salto Grande, para outro que desemboca a 22 quilômetros, ou 11,8 milhas, águas acima do mesmo salto e da foz do Pepiri. Para esse segundo Uruguai-Pitã, hoje Guarita, inventaram os comissários espanhóis depois de 1788 o nome de Mberuí, removendo então para outro rio mais oriental o nome de Uruguai-Pitã, e querendo, depois das duas sucessivas remoções, achar *acima da foz do terceiro rio desse nome* o Pequiri ou Pepiri cuja foz, segundo o "Mapa das Cortes", está acima de um Uruguai-Pitã, é certo, *mas do primeiro rio que teve esse nome, isto é, o Uruguai-Pitã dos mapas dos jesuítas e de d'Anville, abaixo do Salto Grande e do ponto em que o Uruguai muda o seu primeiro rumo, voltando para o sul*, como se vê nesses mapas e na citada obra de Lozano.

O segundo Uruguai-Pitã transformado em Mberuí, 1788

O Uruguai-Pitã do mapa oficial é o primeiro abaixo do Salto Grande

A posição do Pepiri ou Pequiri estava perfeitamente determinada no mapa de 1749 por aquela baliza inalterável e irremovível do Salto Grande seu vizinho.

A baliza irremovível

O nome *Uruguai-Pitã* não se encontra nem no Tratado de Limites de 1750, nem nas instruções gerais de 1751, nem nas especiais de 1758 dadas à segunda partida incumbida de fazer o reconhecimento do Pepiri ou Pequiri. Se os comissários de 1759 tivessem sido encarregados de

demarcar o Uruguai-Pitã, o seu dever teria sido procurá-lo onde o situava o "Mapa das Cortes", – abaixo do Salto Grande, – porque a questão de nome, sobretudo sendo eles, como ficou provado, tão caprichosamente variáveis naquela região, não podia ser preferida à da posição determinada no mapa oficial. O nome podia mudar e mudou de lugar, mas o lugar ficou onde estava. Para que o Pepiri demarcado em 1759 ficasse tendo um Uruguai-Pitã águas abaixo da sua foz, como tinha quando foi desenhado o mapa, bastava repor o nome do seu antigo lugar, suprimindo a nova denominação de Paricaí que também não durou muito tempo, porque todos esses nomes de afluentes do Alto Uruguai eram dados pelos viajantes índios das missões espanholas, que subiam em canoas até o Itacaraí para colher erva-mate, e não pelos bárbaros habitantes dos bosques atravessados por esses rios.

O tratado e as instruções não falam no Uruguai-Pitã.

Questão de nome e questão de posição.

Demais, um rio de curso desconhecido, *cuja posição naquele tempo era indicada de modo vago*, como disse muito bem o senhor ministro Zeballos,[136] não podia determinar a posição de nenhum outro afluente do Uruguai, e menos ainda deslocar o Pepiri, perfeitamente assinalado pela sua proximidade do Salto Grande.

Rio de curso desconhecido.

O que importa verdadeiramente no exame da demarcação de 1759 é verificar se o Pequiri ou Pepiri do mapa de 1749 é o Pepiri, logo depois (1760) Pepiri-Guaçu, indicado pelo índio Arirapé e demarcado pelos Comissários Alpoim e Arguedas, ou se é o Chapecó, a que os comissários espanhóis deram depois de 1789 o nome de Pequirí-Guazú.

A posição do Pepiri no mapa oficial.

Vejamos, pois, a qual das duas causas, se à do Brasil ou se à da República Argentina, o célebre "Mapa das Cortes" favorece.

Uma rápida vista de olhos ao mapa nº 8 A, em que estão as superposições feitas sob a direção de Emile Levasseur, mostra imediatamente que o Pepiri-Guaçu, e não o Chapecó, é o rio por onde nesse mapa corre a linha divisória.[137]

---

[136] D'Anville *não retificou a situação do Uruguai-Pitã que em todos os mapas dessa época está indicada vagamente"* (*Misiones,* p. 73). A data do mapa de d'Anville analisado pelo autor é 1748.

[137] Outra comparação gráfica do mapa de 1749 com o da Comissão Mista brasileiro-argentina é apresentada, com o nº 22 no tomo V. Nesta superposição supôs-se o curso do Uruguai na mesma latitude em ambos os mapas.

O estudo das latitudes dá estes resultados:

Comparação de latitudes.

1. *Latitude da foz do Pepiri ou Pequiri, depois Pepiri-Guaçu, limite brasileiro:*

Lat. S.

a) No mapa dos plenipotenciários de 1749 ..... 26º27’48”
b) No mapa da Comissão Mista ..... 27º10’03”

2. *Latitude da foz do Chapecó* (*Pequirí-Guazú dos argentinos*), *limite reclamado pela República Argentina:*

Lat. S.

a) No mapa da Comissão Mista ..... 27º05’41”
b) No ponto do curso do Uruguai que ocuparia no mapa dos plenipotenciários, se nele estivesse representado conforme a longitude hoje conhecida ..... 26º25’06”
Diferença entre a latitude da foz do Pepiri no mapa dos plenipotenciários e no da Comissão Mista ..... 0º42’15”
Diferença entre a latitude da foz do Chapecó e a do Pepiri do mapa dos plenipotenciários ..... 0º37’53”
Diferença entre a latitude da foz do Chapecó no mapa da comissão mista e a do ponto do curso do Uruguai correspondente no mapa dos plenipotenciários à longitude da foz do mesmo rio..... 0º40’35”

No mapa de 1749 o curso do Alto Uruguai não está na latitude em que devera estar, mas o erro, como é evidente, não aproveita à República Argentina, porquanto o seu Pepirí-Guazú (Chapecó) também não tem a foz na latitude da do rio do limite no mapa.

A questão de latitude neste caso nenhuma importância tem. Descrevendo o tratado uma fronteira na direção do sul para o norte, só a diferença nos graus de longitude podia modificá-la, dando mais ou menos terras a Portugal ou a Espanha. É evidente que quem caminha por fronteira assim traçada vai sempre variando de latitude à medida que dá um passo avançado para o norte ou para o sul.

O importante, pois, é verificar a longitude da foz do rio do limite no mapa e a distância em que está do Salto Grande, e comparar ao mesmo tempo esses resultados com os que apresenta igual verificação feita no mapa da

Comissão Mista brasileiro-argentina quanto à foz do Pepiri-Guaçu, limite brasileiro, e à do Chapecó ou Pequirí-Guazú, limite da pretensão argentina.

1. *Longitude da foz do Pepiri ou Pepiri, depois Pepiri-Guaçu, limite brasileiro*:

O. de Greenwich

a) No mapa da Comissão Mista brasileiro-argentina (no 25 A) ..... 53º48'19"

b) No de 1749 dos plenipotenciários, segundo Emile Levasseur (no 8 A) ..... 53º46'22"

Comparação de longitudes.

Diferença entre essas duas longitudes ..... 0º01'57"

2. *Longitude da foz do Chapecó (Pequirí-Guazú, segundo os argentinos), limite reclamado pela República Argentina* (mapa da Comissão Mista Brasileiro-Argentina) ..... 52º59'55"

Diferença entre essa longitude e a da foz do Pequiri ou Pepiri no mapa de 1749, anteriormente indicada, segundo..... 0º46'27"

Portanto, o rio que o mapa de 1749 designou para limite não é o Chapecó ou Pequirí-Guazú, como pretende a República Argentina; é o Pepiri-Guaçu, antigo Pequiri dos brasileiros de São Paulo, limite do Brasil desde o século XVII.

Resultados mais seguros e não menos decisivos dá a comparação das distâncias entre as embocaduras dos dois rios da controvérsia e o Salto Grande do Uruguai:

1. *Distância* (*pelas voltas do rio*) *do Salto Grande do Uruguai à foz do Pequiri ou Pepiri, depois Pepiri-Guaçu, limite brasileiro:*	Léguas	Milhas	Quilômetros
a) No mapa de 1749, dos plenipotenciários	1,8	5,5	10,2
b) Segundo o *Diário* dos demarcadores de 1759 (1 légua e ⅔)	1,6	5,0	9,2
c) No mapa da Comissão Mista brasileiro-argentina	1,5	4,5	8,3
2. *Distância* (*pelas voltas do rio*), *segundo o mapa da Comissão Mista, do Salto Grande do Uruguai à foz do Chapecó (o Pequirí-Guazú dos argentinos, limite reclamado pela República Argentina*	26,9	80,7	149,5

Logo, o rio por onde no mapa de 1749 passa a linha vermelha que assinala o limite determinado no Tratado de 1750 é o Pepiri-Guaçu que o Brasil defende e não o Pequirí-Guazú da pretensão argentina.

A simples inspeção ocular do mapa nº 8 A mostra ainda que a distância entre a foz do rio do limite traçado e o ponto correspondente na costa marítima é aproximadamente a mesma distância que separa a foz do Pepiri-Guaçu do litoral de Santa Catarina, ao passo que a distância entre a foz do rio da pretensão argentina e a costa do mar é muito menor e reduz, portanto, a extensão de terras que segundo o mapa pertencia a Portugal.

Distância da costa do mar.

O memorando de 1883, do ministro das Relações Exteriores da República Argentina, doutor Victorino de la Plaza, disse:

A questão está resolvida.

> Se for possível determinar quais eram os limites traçados naquele mapa, a questão ficará implícita e autorizadamente resolvida, dado o caso em que os rios designados nele existam e estejam de acordo com as posições geográficas nele marcadas e com as descrições de sua referência.

A demonstração está feita, e, portanto, a controvérsia "resolvida implícita e autorizadamente". O rio do limite no "Mapa das Cortes" é incontestavelmente o Pepiri-Guaçu e não o Chapecó. Este último – o Pequirí-Guazú dos argentinos – está ali representado sem nome, aproximadamente no seu lugar, a leste do rio do limite e a oeste da foz do Uruguai-Mirim.

Isso é tão evidente que o próprio senhor ministro Estanislau S. Zeballos o reconheceu indiretamente no seu folheto *Misiones*, quando analisou o mapa do Paraguai por Bellin datado de 1756.

Esse mapa, elogiado por Walckenaer, é, como já ficou dito, cópia fiel e exata de uma parte do mapa de 1749, chamado "Mapa das Cortes". Não há diferença alguma no desenho do litoral e no curso dos rios, como se verifica sobrepondo o fac-símile nº 10 A (mapa Bellin, no vol. VI desta exposição) ao nº 7 A ("Mapa das Cortes", no mesmo volume).

O mapa de Bellin é cópia do mapa de 1749

O fac-símile nº 10 A representa o original aumentado, até a escala do "Mapa das Cortes" pelo processo da fotogravura, cuja rigorosa exatidão não pode ser contestada.

Os únicos acréscimos e alterações que Bellin fez ao copiar o "Mapa das Cortes", consistiram em: 1º, adotar uma projeção errada para desenho já feito, que não estudou suficientemente; 2º, modificar ligeiramente as latitudes e declarar que graduava as longitudes pelo meridiano de Paris, mas cometendo um erro de aproximadamente dois graus, de sorte que as longitudes correspondem quase às de Greenwich; 3º, pôr o nome de lago Xareyes (Xarayes é o nome) e desenhar as ilhas Orejones que os mapas anteriores situavam nesses alagados periódicos produzidos pelas grandes cheias do Alto Paraguai.

Os rios *Pequiri* e *Uruguaypita do* "Mapa das Cortes" aparecem no de Bellin com os nomes de *Pequin* e *Uruguay-fosta*, enganos só imputáveis ao gravador, pois é fácil ler *Pequin* em vez de *Pequiri* e *Uruguayfosta* em vez de *Uruguay puita*, como estaria no manuscrito. O vocábulo *pitã* (vermelho) também se escreve – *puitã*.

Uma reprodução da parte desse mapa que corresponde ao território em litígio é apresentada sob o nº 12 no vol. V, e aí estão marcados com as letras A, B e C os três afluentes a que se refere o senhor ministro Zeballos no seguinte trecho do

O doutor Zeballos e o mapa de Bellin

seu folheto *Misiones*:[138]

> A obra de Charlevoix tem por título: *Histoire du Paraguay, par le p.* Pierre François Xavier de Charlevoix *de la Compagnie de Jésus. A Paris, 1757.* O volume III traz na página de rosto o *mapa do Paraguai e das regiões vizinhas sobre as* Memórias *dos espanhóis e dos portugueses e em particular dos R. R. P. P. da Companhia de Jesus por* Bellin, Engenheiro da Marinha, 1756.
>
> Neste mapa desaparecem os nome dos rios *Guarumbaca* e *Pepiri* dos mapas de 1703 e geral de d'Anville *e, se bem que desenha três rios*[139] *um deles aproximadamente onde está nosso Pepiri-Guaçu, omite seu nome*[140] *e dá o de rio Pequin ao Guarumbaca ou ao mais* ocidental[141] *das primeiras cartas. Não se diria que o Pequin seja o Pepiri-*Mirim[142] *ou o pretendido pelo Brasil, se* Bellin não tivesse traçado, seguindo suas margens com linha pontilhada, o limite entre a Espanha e Portugal... **Importante declaração.**

Do trecho citado há a reter esta importante declaração:

O Pepirí-Guazú, rio da pretensão argentina, é o afluente sem nome que no mapa de Bellin está ao oriente do Pequiri (Pequin).

Sobrepondo o mapa de Bellin (nº 10A) ao "das Cortes" (nº 7 A) e fazendo coincidir o litoral, o curso do Uruguai, do Paraná e do Iguaçu, *vê-se que o rio Pequin de* Bellin *ajusta-se exatamente com o Pequiri por onde corre a linha de limites no "Mapa das Cortes"*, e que o afluente oriental, *que é, como muito bem disse o autor do folheto, o Pequirí-Guazú (Chapecó) da pretensão argentina, fica muito ao oriente do limite indicado pelo "Mapa das Cortes", e dentro do território brasileiro.*

---

[138] *Misiones. – Exposicion hecha por el ex-ministro de Relaciones Exteriores de la Republica Argentina doutor* Estanislau S. Zeballos – *"Para refutar errores de origen brasilero e ilustrar la opinion publica em Sur y em Norte América."* Buenos Aires, 1892.
O trecho citado está no § XXII, p. 75.

[139] A, B e C na pequena reprodução nº 12.

[140] *O rio sem nome* (C) *ao oriente do Pequin (Pequiri) é o Pequirí-Guazú dos argentinos.*

[141] O rio Pequin (Pequiri) no mapa de Bellin (B) é mais ocidental que o Pequirí-Guazú da pretensão argentina (C), diz o doutor Zeballos.

[142] O autor dá grande importância à questão dos adjetivos *miní* (pequeno) e *guaçu* (grande). Em 1789 o comissário Alvear propôs para o *Pepiri-Guaçu* o nome de *Pepirí-Miní*, mas este nome *continuou a ser o de um afluente do Pepiri-Guaçu.* Além desse *Pepirí-Miní* há outro, que é tributário do Uruguai, *no território argentino, a oeste do Pepiri-Guaçu, como se vê nos mapas nº 25 A e nº 29 A e no trecho já citado do Diário da Comissão argentina de 1887* (nota à p. 113 neste volume).

A República Argentina apoiava a sua reclamação em dois documentos: as instruções dadas aos comissários demarcadores de 1759 e o mapa de 1749, autenticado pelos plenipotenciários.

As instruções especiais dadas a esses comissários apareceram agora, e verificou-se que elas não contêm o trecho inventado em 1789 e que serviu, assim como o mapa, de pretexto à questão levantada na segunda demarcação pelos comissários espanhóis. As instruções justificam em tudo o procedimento dos comissários de 1759 e as decisões por eles tomadas.

O estudo do mapa de 1749 acaba de demonstrar que esse documento é favorável à causa do Brasil e contrário à reclamação argentina.

Não resta, portanto, agora um só documento em que a República Argentina se possa apoiar para condenar a demarcação de 1759.

O rio indicado pelo guia Arirapi e demarcado em 1759 pelo general Alpoim e pelo conselheiro Arguedas, comissários de Portugal e Espanha, é o mesmo Pepiri ou Pequiri do tratado e do "Mapa das Cortes". O Chapecó, que a República Argentina reclama é o rio figurado sem nome, nesse mapa, a leste do Pequiri ou Pepiri por onde corre a linha divisória.

O exame do Tratado de 1777 mostrará que o governo espanhol aprovou e ratificou a demarcação de 1759.

VIII

Só na divisão do sul, desde Castilhos Grandes até o Jauru, e com as dificuldades já referidas, pôde ser levada a efeito a demarcação das fronteiras determinadas no Tratado de 1750. Os trabalhos da divisão do norte não chegaram a ser começados em consequência dos embaraços que os missionários espanhóis e portugueses do Orenoco e do Pará criaram à marcha dos demarcadores. Em 1760 o principal comissário da Espanha ainda estava em Cabruta, por falta de canoas e remadores índios, sem poder encontrar-se com os comissários de Portugal no rio Negro.[143]

Tratado de 1750 anulado.

No sul, apenas houve contestações sérias entre os comissários sobre qual dos braços superiores do Ibicuí era o rio do tratado, se o meridional, depois rio de Santa Maria, ou se o Ibicuí-Mirim do Norte, que desce da serra então chamada do Monte Grande.

Os trabalhos da segunda partida e os da terceira terminaram sem divergências. Nos da segunda reinou tal harmonia e confiança recíproca, que o principal comissário e plenipotenciário da Espanha, marquês de Valdelírios, julgou-se habilitado para dizer ao seu governo que o primeiro comissário português mostrara a maior condescendência, sujeitando-se à direção do da Espanha e estando por todas as investigações e diligências

[143] Visconde de Porto Seguro (Varnhagen), *Historia Geral do Brasil*, 926.

que este propôs. E o primeiro comissário português na segunda partida de demarcação não era, como se poderia supor, um homem nulo: era o general Alpoim, distinto como soldado nos campos de batalha, e como mestre da mocidade militar no Rio de Janeiro, – o ilustre Alpoim, – como lhe chama no seu *Uraguay* o primeiro épico brasileiro.

Todas as decisões foram tomadas por voto unânime dos comissários e de pleno acordo com as instruções que tinham, de sorte que é impossível sustentar hoje que a questão da demarcação do Pepiri e do Santo Antônio tivesse concorrido para a anulação do Tratado de 1750.

Uma autoridade insuspeita, o conde de Floridablanca, primeiro secretário de Estado da Espanha, explicou assim esse ato:

> Por esses motivos, no reinado precedente (no de Fernando VI, a quem Carlos III sucedeu em 1760) se dava tal importância à Colônia do Sacramento, que para adquiri-la se cedeu, pelo Tratado de 1750, com Portugal, todo o território do Ibicuí, compreendendo mais de 500 léguas (cerca de 3.300 km) no Paraguai. *A oposição e as intrigas dos jesuítas, assim como a repugnância dos portugueses em entregar a Colônia obrigaram vossa majestade a anular este tratado.*[144]

Dom José I de Portugal e Carlos III de Espanha não tinham as mesmas ideias que dom João V e Fernando VI sobre as vantagens recíprocas da troca da Colônia do Sacramento, e margem esquerda do rio da Prata, pelo território das Sete Missões Orientais do Uruguai, e, pois, resolveram anular o Tratado de 1750, unicamente para desfazer a divisão, nele estipulada, do território contestado.

Cada um dos dois soberanos preferiu assim conservar íntegros os seus direitos ou pretensões sobre todo esse território chamado da Colônia do Sacramento. Para Portugal ele era limitado pela margem setentrional do rio da Prata, onde a Espanha já possuía Montevidéu, e pela oriental do Uruguai, onde estavam as Sete Missões.

O tratado anulatório, assinado no Pardo a 12 de fevereiro de 1761, dispôs o seguinte no seu artigo 1º:

---

[144] *Memorial apresentado ao rei Carlos III e repetido a Carlos IV pelo* conde de Floridablanca, *renunciando ao Ministério.* O memorial apresentado a Carlos III tem a data de São Lourenço, 10 de outubro de 1788. Está publicado no tomo 59 da *Biblioteca de Autores Españoles*, onde se acham as *Obras Originales del conde de Floridablanca* (Madri, 1867).
O trecho citado está também em Calvo, *Recueil de Traités,* VII, pp. xvii a xxii.

> O sobredito Tratado de Limites da Ásia e da América celebrado em Madri a 13 de janeiro de 1750, com todos os outros tratados ou convenções, que em consequência dele se foram celebrando depois para regular as instruções dos respectivos comissários, que até agora se empregaram nas demarcações dos referidos limites, e tudo o que em virtude delas foi autuado, se estipula agora que ficam e se dão, em virtude do presente tratado, por cancelados, cassados e anulados, como se nunca houvessem existido, nem houvessem sido executados; de sorte que todas as coisas pertencentes aos limites da América e Ásia se restituem aos termos dos tratados, pactos e convenções que haviam sido celebrados entre as duas coroas contratantes, antes do referido ano de 1750; em forma que só estes tratados, pactos e convenções celebrados antes do ano de 1750 ficam daqui em diante em sua força e vigor.

O artigo 2º diz:

> Logo que este tratado for ratificado, farão os sobreditos sereníssimos reis expedir cópias dele autênticas aos seus respectivos comissários e governadores nos limites da América; declarando-lhes por cancelado, cassado e anulado o referido Tratado de Limites, assinado em 13 de janeiro de 1750, com todas as convenções que dele e a ele se seguiram; e ordenando-lhes, que, dando por nulas, e fazendo cessar todas as operações e atos respectivos a sua execução, derribem os monumentos ou padrões que foram erigidos em consequência dela, e evacuem imediatamente os terrenos que foram ocupados a título da mesma execução, ou com o motivo do referido tratado, demolindo as habitações, casas ou fortalezas, que em consideração do sobredito tratado abolido se houverem feito ou levantado por uma e outra parte: e declarando-lhes que desde o mesmo dia da ratificação do presente tratado em diante só lhes ficarão servindo de regras para se dirigirem os outros tratados, pactos e convenções que haviam sido estipulados entre as duas coroas antes do referido ano de 1750; porque todos, e todas se acham instaurados e restituídos a sua primitiva e devida força, como se o referido Tratado de 13 de janeiro de 1750 com os mais que dele se seguiram nunca houvessem existido: e estas ordens se entregarão por duplicados de uma a outra corte, para a sua direção e para o mais pronto cumprimento delas.

O preâmbulo apresentava como motivos da anulação as grandes dificuldades que a execução do Tratado encontrara em países tão distantes e pouco conhecidos, as informações contraditórias que sobre eles havia, e o fato de que, estipulado para estabelecer uma perfeita

harmonia entre as duas coroas e uma inalterável união entre os seus súditos, tinha, pelo contrário, dado lugar desde 1752, e daria no futuro, a muitas controvérsias e contestações opostas a esses fins.

Logo no ano seguinte rompeu a guerra entre Espanha e Portugal, por ter esta potência preferido a aliança inglesa à dos soberanos da casa de Bourbon, que haviam concluído o Pacto de Família. O general dom Pedro de Cevallos, governador das Províncias do Rio da Prata, apoderou-se da Colônia do Sacramento (1762), invadiu o território do Rio Grande do Sul e ocupou as duas margens do canal deste nome, entre a Lagoa dos Patos e o mar (1763).

Guerra de 1762-1763.

Pelo Tratado de Paz assinado em Paris a 10 de fevereiro de 1763, estipulou-se o seguinte (artigo 21):

Paz de Paris, 1763.

> As tropas espanholas e francesas evacuarão todos os territórios, campos, cidades, praças e castelos de sua majestade fidelíssima sitos na Europa, que houverem sido conquistados pelos exércitos da França e Espanha, sem reserva alguma; e os restituirão no mesmo estado em que estavam quando a conquista foi feita, e com a mesma artilharia e munições de guerra que neles se achavam; e a respeito das *Colônias Portuguesas na América*, África, ou nas Índias Orientais, se houvesse acontecido qualquer mudança, todas as coisas se tornarão a por no mesmo pé em que estavam, e na conformidade dos tratados precedentes que subsistiam entre as cortes da Espanha, da França e de Portugal antes da presente guerra.

O general espanhol não cumpriu essa estipulação do tratado, pois só restituiu a Colônia do Sacramento, retendo as ilhas de Martín García e Dos Hermanos e o Rio Grande do Sul.

Ao protesto e às reclamações de Portugal, o marquês de Grimaldi, primeiro secretário de Estado de Carlos III, respondeu, em 6 de fevereiro de 1765, que todos os territórios conquistados naquela guerra pertenciam de direito à Espanha e não podiam ser devolvidos.

Violação do Tratado de Paz.

Dessa data até 1777 sucedeu o contrário do que imaginara Alexandre de Gusmão no artigo 21 do Tratado de 1750, porquanto, conservando-se em paz na Europa, os dois soberanos de Portugal e Espanha guerrearam-se quase incessantemente nas fronteiras do Brasil.

Novas hostilidades no Brasil.

Em 1767 as tropas portuguesas retomaram a margem esquerda do

Rio Grande do Sul e em 1776, a direita, assim como todos os fortes e territórios que os espanhóis retinham com violação do Tratado de Paris.

Ofendido com os revezes sofridos pelas suas armas, Carlos III enviou contra o Brasil uma grande expedição sob o comando de Cevallos que facilmente conquistou a ilha de Santa Catarina e obrigou a praça da Colônia a render-se em 1777.

Nesse mesmo ano ocorreram grandes mudanças no governo dos dois reinos da península. Com a morte de dom José I (24 de fevereiro), subiu ao trono de Portugal dona Maria I, sucedendo Martinho de Melo e Castro ao marquês de Pombal como principal secretário de Estado. Em Espanha foi nomeado primeiro ministro o conde de Floridablanca (19 de fevereiro) em lugar de Grimaldi.

A retirada deste estadista genovês, mais que as outras mudanças, facilitou a suspensão de hostilidades na América do Sul e a negociação de um novo tratado de limites.

Negociações para um tratado de limites.

Essa negociação começara ainda no tempo da administração de Grimaldi, sendo embaixador de Portugal em Madri dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho.

Em 1776, por ordem do rei da Espanha, fora constituída uma junta para estudar a questão de limites entre as possessões espanholas e o Brasil, como se vê dos seguintes trechos do ofício datado de Aranjuez a 3 de junho desse ano e dirigido por Grimaldi ao secretário de Estado das Índias, dom José de Gálvez:[145]

Junta consultiva espanhola.

> Consta a (vossa senhoria ilustríssima) a probabilidade que temos de que se verifique o projetado Congresso de Paris o qual, assistindo o senhor conde de Aranda por parte do rei Nosso Senhor e pela do rei de Portugal seus plenipotenciários juntamente com os ministros que suas majestades cristianíssima (o rei da França) e britânica comissionarem como príncipes mediadores, se examinem e tratem os pontos controversos há muito tempo entre a Espanha e Portugal em razão dos limites dos domínios de ambas as coroas na América Meridional e se procure ajustar um acordo competente que evite novas dissensões no futuro.
>
> Para estender a instrução que haverá de ser dada ao senhor conde de Aranda,

[145] No arquivo geral de Simancas, "Secr. de Estado, Maço nº 7.412, fl. 33".
A cópia que a Missão Especial do Brasil possui foi legalizada pelo diretor do Arquivo de Simancas a 2 de dezembro de 1893.

propus, em nossa conferência ministerial do dia 30 passado não só o plano da negociação, considerada em todos seus aspectos, mas também várias dúvidas e dificuldades que requeriam decisão prévia. Havendo parecido tudo a vossa senhoria ilustríssima, e aos demais senhores secretários de Estado, digno da maior atenção e da informação ao rei, informei pontualmente a sua majestade pela leitura, em meu despacho anterior, do mesmo papel em que expus minhas ideias a vossa senhoria ilustríssima e aos senhores conde de Ricla, dom Miguel de Muzquiz e marquês Gonzales Castejón.

... sua majestade entendeu não menos fundamentada e oportuna aquela informação, e por força dela, crê indispensável, como nós, se forme uma Junta de pessoas determinadas, que ao talento, instrução e zelo agreguem *o conhecimento local e notícias exatas das mesmas regiões sobre as quais se disputa*, aprovando e mandando se componha do tenente-general dom Pedro de Ceballos, do marquês de Valdelírios, do fiscal do conselho das Índias dom Antonio Porlier, do brigadeiro dom Vicente Doz, e de dom Francisco de Arguedas.

Quer, pois, o rei que eu o participe assim a vossa senhoria ilustríssima para que passe a ordem conveniente aos mencionados senhores, a fim de que passem a tratar do assunto com a correspondente atenção...

O ofício termina assim:

Persuadido de que poderá servir de algum auxílio aos membros da junta ter presente *o Mapa da América Meridional composto e gravado por ordem de sua majestade,* e também a dissertação sobre o meridiano de demarcação, escrita por dom Jorge Juan e dom Antonio de Ulloa e publicada no ano de 1749 terei à ordem de vossa senhoria ilustríssima cinco exemplares de cada um para que vossa senhoria ilustríssima possa dispor sua entrega àqueles membros.

Esse documento prova que nas negociações que precederam ao Tratado de 1777 foi ouvido pelo gabinete de Madri o mesmo Arguedas, que, como primeiro comissário, fez em 1759 o reconhecimento do Pepiri e do Santo Antônio. Prova ainda que o mapa preferido para o estudo da questão de limites era o da *América Meridional*, composto e gravado de ordem do rei da Espanha por Olmedilla.

Estes dois fatos têm a máxima importância, particularmente o

segundo, porque o mapa de Olmedilla, de que adiante se tratará, é um dos documentos mais decisivos em favor da causa do Brasil.

Tratado de Santo Ildefonso, 1o outubro, 1777.

Das negociações entre o embaixador de Portugal, Sousa Coutinho, e o conde de Floridablanca resultou o tratado preliminar de limites assinado em Santo Ildefonso no dia 1º de outubro de 1777.

Esse tratado restabeleceu, desde a foz do Pepiri-Guaçu até a parte setentrional da bacia do Amazonas, a linha de limites descrita no de 1750, mas modificou inteiramente o anterior traçado da fronteira meridional desde a costa do mar até a foz daquele afluente do Uruguai. Portugal perdeu territórios no Rio Grande do Sul e a Colônia do Sacramento. A Espanha restituiu-lhe a ilha de Santa Catarina.

A nova linha divisória meridional, depois de alcançar, partindo do mar, as cabeceiras dos rios que correm para o rio Grande e Jacuí, seguia por elas, passava por cima das do rio Araricá, afluente do Jacuí, e das do Piratini e Ibiminí (Iiuiminí ou Ijuiminí), afluentes do Uruguai, e seguia até a margem esquerda deste rio em frente à foz do Pepiri-Guaçu.

Dessa primeira seção da linha divisória trata o artigo 4º do tratado. A segunda seção, em que se acha a fronteira do atual território contestado, é descrita no 8º.

Este último é, portanto, o artigo que deve ser estudado.

Exame do artigo 8º.

Os dois textos, português e espanhol, dizem assim:

"Artigo 8º. Ficando já assinalados os domínios de ambas as coroas até *a entrada do rio Pequiri* ou *Pepiri-Guaçu no Uruguai*, convieram os dois altos contratantes em que *a linha divisória seguirá águas acima do dito Pepiri-Guaçú até a sua origem principal; e desde esta pelo mais alto do terreno, debaixo*

Articulo 8º. Quedando ya señaladas las pertenencias de ambas Coronas hasta la entrada del rio Pequirí ó Pepirí-Guazú en el Uruguái, se han convenido los dos altos contrayentes en que la línea divisoria seguirá aguas arriba de dicho Pepirî hasta su origen principal; y desde este por lo mas alto del terreno, bajo las reglas

das regras dadas no artigo 6º, continuará a encontrar as correntes do rio Santo Antônio, que desemboca no Grande de Curituba, por outro nome chamado Iguaçu, seguindo este águas abaixo até a sua entrada no Paraná pela sua margem oriental, e continuando então águas acima do mesmo Paraná até onde se lhe ajunta o rio Igureí pela sua margem ocidental."

dadas en el articulo 6º, continuará á encontrar las corrientes del rio Santo Antônio, que desemboca en el Grande de Curituba, que por otro nombre llaman Iguazú, siguiendo este aguas abajo hasta su entrada en el Paraná por su ribera oriental, y continuando entonces aguas arriba del mismo Paraná hasta donde se le junta el rio Iguréi por sua ribera occidental."

Como se vê, o ponto de partida da linha divisória entre o Uruguai e o Iguaçu é, segundo o artigo 8º do Tratado de 1777, a foz do rio *Pepiri-Guaçu ou Pequiri*, afluente da margem direita do Uruguai. Daí segue a linha pelo álveo do mesmo Pepiri-Guaçu até a sua nascente principal, e desta, pelo mais alto do terreno, "debaixo das regras dadas no artigo 6º", vai encontrar a nascente do rio Santo Antônio, e desce pelo álveo deste até a sua confluência no Iguaçu.

O artigo 6º, a que se refere o 8º, dispõe o seguinte:

> À semelhança do estabelecido no artigo antecedente, ficará também reservado no restante da linha divisória, tanto até a entrada no Uruguai do *rio Pepiri-Guaçu*, quanto no progresso que se especificará nos seguintes artigos, um espaço suficiente entre os limites de ambas as nações, ainda que não seja de igual largura à das referidas lagoas, no qual não possam edificar-se povoações por nenhuma das duas partes nem construírem-se fortalezas, guardas ou postos de tropas, de modo que os tais espaços sejam neutros, pondo-se marcos e sinais seguros, que façam constar aos vassalos de cada nação o sítio de que não deverão passar a cujo fim se buscarão os lagos e rios, que possam servir de limite fixo e inalterável, e em sua falta os cumes dos montes mais assinalados, ficando estes e as suas faldas por termo neutral e divisório, em que se não possa entrar, povoar, edificar nem fortificar por alguma das duas nações.

Este artigo, como se vê, trata da zona neutral que, segundo o tratado, devia ser estabelecida ao longo da fronteira.

O governo argentino tem estranhado que o do Brasil aceite o artigo

8º no mesmo tempo que declara nulo o tratado.

Já se explicou que o Brasil aceita este artigo somente porque a linha de fronteiras nele descrita é a mesma determinada pelo *uti possidetis* da época da Independência.

O governo argentino também não considera válido todo o tratado, pois nunca deu importância à cláusula relativa à zona neutral.

O artigo 6º, portanto, repelido pelo Brasil e pela República Argentina, nenhum interesse tem para a solução do atual litígio.

Comparação dos tratados de 1750 e 1777.

Convém comparar o 8º, que as duas partes litigantes aceitam, com o artigo correspondente no tratado anterior:

TRATADO DE 1750	TRATADO DE 1777
Artigo 5º. Subirá desde a boca do Ibicuí pelo álveo do Uruguai, até encontrar o do rio *Pepiri ou Pequiri, que deságua na margem ocidental do Uruguai; e continuará pelo álveo do Pepiri acima, até a sua origem principal; desde a qual prosseguirá pelo mais alto do terreno até a cabeceira principal do rio mais vizinho, que desemboque no rio Grande de Curituba, por outro nome chamado Iguaçu.* Pelo álveo do dito rio mais vizinho da origem do Pepiri, e depois pelo do Iguaçu, ou rio Grande de Curituba, continuará a raia até onde o mesmo Iguaçu desemboca na margem oriental do Paraná; e desde esta boca prosseguirá pelo álveo do Paraná acima, até onde se lhe junta o rio Igureí pela sua margem ocidental.	Artigo 8º. Ficando já assinalados os domínios de ambas as coroas até a entrada do *rio Pequiri ou Pepiri-Guaçu no Uruguai*, convieram os dois altos contratantes em que *a linha divisória seguirá* águas acima do dito Pepiri-Guaçu *até a sua origem principal; e desde esta pelo mais alto do terreno, debaixo das regras dadas no artigo 6º, continuará a encontrar as correntes do rio Santo Antônio, que desemboca no Grande de Curituba, por outro nome chamado Iguaçu, seguindo este águas abaixo* até a sua entrada no Paraná pela sua margem oriental, e continuando então àguas acima do mesmo Paraná até onde se lhe ajunta o rio Igureí pela sua margem ocidental.

Ao determinar a fronteira entre o Uruguai e o Iguaçu, o Tratado de 1750 designou um rio conhecido, o Pepiri ou Pequiri, e um afluente inominado do Iguaçu. Da cabeceira principal do Pepiri, a linha divisória devia passar à nascente principal do mais vizinho afluente do Iguaçu. Essa condição de vizinhança foi explicada nas instruções de 1758, segundo as quais o essencial era que a boca do afluente do Iguaçu ficasse aproximadamente na mesma longitude do ponto em que se supusesse estar a cabeceira principal do Pepiri. O afluente que se buscava foi, como vimos, descoberto e explorado em 1759, recebendo então o nome de *Santo Antônio*.

Diferenças. O artigo 8º do Tratado de 1777 difere do artigo 5º do Tratado de 1750:

1º) *Em não apresentar condição alguma de vizinhança ou proximidade entre os dois rios ou entre as suas cabeceiras;*

2º) *Em determinar pelo seu nome, não um só, mas ambos os rios, indicando-os claramente pelas novas denominações recebidas em 1759 e 1760.*

Questão de nomes. O afluente do Iguaçu é designado no artigo 8º pelo único nome que tinha desde 1759 e com que figurava em todos os mapas posteriores a essa data; e o afluente do Uruguai assim nomeado em diferentes artigos do mesmo Tratado, de 1777:

Artigo 3º: Rio Pequiri ou Pepiri-Guaçu (Pequiri ó Pepirí-Guazú). Pepiri-Guaçú (Pepirí-Guazú).

Artigo 4º: Pepiri-Guaçu (Pepirí-Guazú). Pepiri-Guaçú (Pepirí-Guazú).

Artigo 6º: Pepiri-Guaçu (Pepirí-Guazú).

Artigo 8º: Pequiri ou Pepiri-Guaçu (Pequiri ó Pepirí-Guazú). Pepiri-Guaçu (Pepiri).

No exemplar português: *Pepiri-Guaçu*, sete vezes; *Pequiri*, duas vezes.

No espanhol: *Pequirí-Guazú*, seis vezes; *Pequiri*, duas vezes; e *Pepiri*, uma vez.

Conseguintemente, os dois governos reconheciam então para o mesmo rio estes três nomes: *Pequiri, Pepiri-Guaçu* e *Pepiri*.

A *Memória* de 1892 do Ministério das Relações Exteriores da República Argentina pretende que o Tratado, empregando o adjetivo *guaçu* (grande), quis designar rio diferente de Pepiri ou Pequiri de 1750.

Diz a *Memória*:

Resposta à Memória argentina de 1892 sobre a questão de nomes

> Compare-se o texto do Tratado de 1750 com o de 1777 e se notará, desde logo, que o primeiro dá como limite, ao leste, em Misiones, o rio Pequiri ou Pepiri; e como essa vaga denominação produzira as confusões dos comissários de 1759, o segundo pacto determinou o rio, qualificando-o por seu acidente primordial, de ser um *grande rio* e não uma pequena corrente ou arroio.
>
> Desta forma, o Tratado de 1777 resolve definitivamente o assunto, mudando o limite ao sistema dos *rios grandes* ou do leste, acima do Uruguai-Pitã.

O sistema de rios orientais. Anacronismo em 1777.

Esse *sistema de rios orientais* ainda não estava inventado quando foi redigido o Tratado de 1777. Não existia também então o *terceiro Uruguai-Pitã* a que a *Memória* se refere. O Tratado de 1777 não fala em rio desse nome.

Em outro lugar (p. 132) já se explicou esta questão dos adjetivos *guaçu* (grande) e *miní* (pequeno), mostrando que pelo fato de ter sido dado em 1759 a um afluente do antigo Pepiri o nome de *Pepirí-Miní*, o rio principal ficou habilitado para ter no seu nome o acrescentamento de *guaçu*.

Mapas de 1760.

Ficou também demonstrado com o mapa anexo ao *Diário* dos primeiros demarcadores, que desde 1760 o antigo Pepiri ou Pequiri ficou sendo chamado *Pepiri-Guaçu* (p.132).

Com este nome ele já figura nos mapas assinados em São Nicolau de Missões, no dia 8 de abril de 1760, pelos comissários da primeira demarcação. A prova de que o nome *Pepiri-Guaçu* pertence desde 1760 ao rio demarcado em 1759 está no citado mapa, que, com o *Diário* original, é submetido ao exame do árbitro.[146]

Com o mesmo nome de *Pepiri-Guaçu*, o antigo Pepiri ou Pequiri

[146] Fac-símile colorido e na escala do original, nº 12 A, no vol. VI. Fac-símile reduzido, nº 13, vol. V.

demarcado em 1759 figura nos seguintes mapas (além de outros manuscritos) anteriores ao Tratado de 1777:

1) *América Meridional*, de Silveira Peixoto, 1768, manuscrito;[147]

2) *Parte da América Meridional*, por Alexandre J. Montanha, 1773, manuscrito;[148]

3) *América Meridional*, de Olmedilla, 1775, gravado em Madri.

Com o nome de *Pequiri*, nos dois seguintes mapas espanhóis:

4) *Capitania Geral do Rio da Prata*, por Francisco Millau, 1768, manuscrito;[149]

Pequiri nos mapas de Milau, 1768, 1770.

5) *Território de Montevidéu e do Rio Grande*, pelo mesmo F. Millau, 1770, manuscrito.[150]

O autor destes dois últimos mapas é o mesmo geógrafo espanhol que teve parte no reconhecimento de 1759. Ambos os mapas devem ser considerados oficiais, e o de 1770 traz até a declaração de que foi feito por ordem de Bucareli, capitão general das Províncias do Rio da Prata. A linha de limites nele proposta passa pelo *Pequiri* e pelo *Santo Antônio* demarcados em 1759.

O mapa de 1768, de Millau (nº 15, vol. V), é também muito interessante porque mostra os limites da ocupação espanhola e portuguesa naquele tempo e os territórios habitados por índios selvagens.

Em ambos os mapas, o *Pequiri* (Pepiri-Guaçu) e o *Santo Antônio* são os rios demarcados em 1759. O *Uruguai-Pitã* é o *segundo rio*

---

147 Reprodução parcial com o nº 15 A, vol. VI. Título: "Carta geographica / da / America Meridional / *... Por /Antonio Martins da Sylveira Peixoto...*". Datada em Vila Rica (hoje Ouro Preto), 1768.

148 Reprodução de uma parte deste mapa, nº 16 A, no vol. VI. Título: "Mappa geographico / *de hũa parte da America Meridional desde o Tropico de Capricornio té a barra do Rio da Prata* / ...". Por Alexandre José Montanha, capitão Engenheiro. Ano de 1773.

149 O original guarda-se no Ministério de Estado em Madri. A Missão Especial do Brasil apresenta uma cópia autenticada; um fac-símile reduzido de todo o mapa, com o nº 13 A (vol. VI); e um fac-símile da parte em que está compreendido o território hoje contestado. Esta reprodução parcial tem o nº 15 no vol. V, e é representada com o colorido do original. Título: "Plano / de la capitania general / *de las tres Provincias del* / *Rio de la Plata, Paraguay, Tucuman* / *del mando del Ex.mo Señor d.*n Fran.CO Bucareli y Vrsva / ... año 1768. / *... Echo por el Teniente de Navio de la Real Armada d.n Francisco Millau y Maraval.*".

150 Cópia autenticada do original no Depósito Hidrográfico de Madri. Título: "MAPA / *que comprehende el* / *Pays que se extiende por la Cos* / *ta de el Mar, entre la Ciudad de Montevideo y el Riogrande... Hecho de orden de el Ex.mo Señor d.n Francisco Bucareli y Ursua, siendo Capitan general de las Provincias de el Rio de la Plata, por el Teniente de Navio de la Real Armada, d.n Francisco Millau Cosmographo de S. M. en el Año de 1770*".

desse nome, isto é, o atual Guarita, que foi visitado naquele ano pelos primeiros demarcadores.

Estes mapas de Millau, mantendo o nome *Pequiri* e o de Olmedilla, dando ao antigo Pepiri ou Pequiri o nome de *Pepiri-Guaçu* adotado nos mapas oficiais de 1760, explicam a dupla denominação que se lê no Tratado de 1777.

As duas autoridades, Olmedilla e Millau, são espanholas, e não podem ser recusadas pela República Argentina. O rio Pepiri-Guaçu ou Pequiri e o Santo Antônio nos mapas desses geógrafos oficiais são os de 1759, e, portanto, os rios de que cogitava o conde de Floridablanca ao redigir o artigo 8º do Tratado de 1777 eram esses mesmos de 1759, isto é, os dois que formam a fronteira atual do Brasil com a República Argentina.

Olmedilla e Milau.

É anacronismo atribuir aos negociadores do Tratado de 1777 esse "sistema de rios orientais" só criado em 1789 pelos comissários espanhóis. A questão de nomes e adjetivos está explicada com os mapas oficiais espanhóis e com os exemplos já citados, e que poderiam ser multiplicados, de rios (e até arroios) que são qualificados *guaçus* porque têm por afluente um *mirim* ou *miní*.

Outra prova gráfica, e espanhola, de que quando foi assinado o tratado se entendia por Pepiri-Guaçu e Santo Antônio os dois rios demarcados em 1759, está no *mapa do Paraguai*, de 1787, por dom Félix de Azara[151]. Neste o Pepiri-Guaçu brasileiro tem os seguintes nomes:

Mapa de Azara, 1787.

O rio principal, "*R. Pepiry*" e "*R. Pepiry-Guazú*"; o maior afluente oriental, "*R. Pequirí ó Pepiry-Mini*."

Azara emprega, portanto os três nomes: *Pepiri, Pequiri* e *Pepiri-Guaçu*.

Desses documentos cartográficos, todos sumamente importantes para o exame do litígio atual, o mais precioso é o mapa da *América Meridional* de dom Juan de la Cruz Cano y Olmedilla,[152] construído

[151] Fac-símile parcial nº 17 no vol. V: fac-símile de todo o mapa, nº 18 A, vol. VI. O documento pertence ao Ministério de Estado em Madri. Título: "Carta *Espherica, o reducida de las Provincias del Paraguay y* / *Misiones Guaranis, con el distrito de Corrientes*". Tem a data – "*Asumpcion del Paraguay, 30 de Agosto de 1787*". É oferecido por dom Félix de Azara a dom Joseph Nicolas de Azara.

[152] "Mapa Geográfico / de / America / Meridional / Dispuesto y Gravado / por don Juan de la Cruz Caño y Olmedilla, Geogr.to Pens.do de S. M. /*individuo de la R. Academia de S.ª Fernando,*

O mapa mais importante é o de Olmedilla, 1775.

e gravado por ordem do rei da Espanha, e entregue à junta consultiva nomeada no ano seguinte para estudar a questão de limites entre o Brasil e as possessões espanholas, como já ficou demonstrado.[153]

O mapa de Olmedilla na negociação do Tratado de 1777.

Foi também desse mapa que se serviu o conde de Floridablanca, principal secretário de Estado e plenipotenciário do rei da Espanha nas negociações de que resultou o Tratado de 1º de outubro de 1777.

Quem afirma é o doutor Luís Domínguez no seguinte trecho da sua *Historia Argentina:*

> O traçado desta imensa linha de fronteiras havia sido feita sobre o mapa publicado em 1775 por dom Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, formado pelos trabalhos geodésicos dos demarcadores do Tratado de 1750.[154]

A parte deste mapa em que está compreendido o território contestado é reproduzida sob o nº 16 no vol. V. No mesmo vol. está feita graficamente, sob o nº 24, a comparação desse trecho com o mapa da Comissão Mista brasileiro-argentina.

Essa comparação dispensa qualquer comentário.

O mapa da América Meridional e seu autor foram ultimamente muito atacados na imprensa de Buenos Aires por um ilustre homem político,[155] que sem dúvida escreveu essa parte do seu trabalho à vista de notas que lhe foram comunicadas, sem ter tido tempo para verificar pessoalmente a exatidão dos textos que citava.

Resposta a recentes alegações argentinas.

É certo que um filólogo espanhol, falando de Olmedilla só o cita como gravador.[156] Mas isso apenas prova que o filólogo não estudou

---

y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais; / teniendo presentes varios mapas y noticias originales / con arreglo á Observaciones astronómicas, Año de 1775."

153 Ofício de 3 de junho de 1776, do primeiro secretário de Estado da Espanha, marquês de Grimaldi (documento já transcrito).

154 P. 306 da 1ª edição. O doutor Domínguez foi ministro argentino no Brasil encarregado de discutir esta questão de limites, e é hoje ministro argentino em Londres.

155 Doutor Zeballos, *Misiones*, §§ IX, X e XI.

156 Roque Barcía, autor do *Primer Dictionario general Etymologico de la Lengua Española*, Madri, 1881. É nesse dicionário que se encontram as notas biográficas citadas ultimamente

seriamente a história de sua pátria. O próprio mapa da América Meridional aí está para mostrar que já em 1775 Olmedilla tinha oficialmente o título de geógrafo. Anos depois foi nomeado cosmógrafo-mor do reino da Espanha, como se vê no seguinte trecho de um ofício de 6 de outubro de 1790 do comissário espanhol Alvear:

Olmedilla teve o título de cosmógrafo-mor de Espanha.

> ...acusa vossa senhoria o mapa desta América Meridional por d'Anville, conforme as observações de La Condamine, Bourguer, *e o impresso em Madri pelo cosmógrafo-mor do reino* dom N. Juan de la Cruz...[157]

Os comissários espanhóis levaram exemplares do mapa de Omedilla.

Os comissários espanhóis encarregados da demarcação levaram exemplares desse mapa, composto e gravado por ordem de sua majestade", como disse em 3 de junho de 1776 o ministro marquês de Grimaldi.

Na correspondência oficial desses comissários, ou em trabalhos que escreveram a respeito da segunda demarcação de limites, encontram-se referências ao mapa de Olmedilla, ou de Juan de la Cruz, como era mais vulgarmente chamado este geógrafo.

Em Cabrer lê-se: "circunstâncias que o caracterizam e distinguem dos mapas impressos, *especialmente o grande mapa desta América pelo geógrafo do reino* dom Juan de la Cruz".[158]

Em Oyárvide: "... e por tudo isso com bastante persuasão de que seja este rio o denominado Uruguai-Mirim, que coloca *nosso geógrafo* dom Juan de la Cruz, em seu mapa impresso em Madri em 1775".[159]

Em um ofício de 10 de fevereiro de 1789 do principal comissário espanhol Varela, lê-se: "dom Juan de la Cruz, *geógrafo* de sua majestade...".

Afirmou-se que na controvérsia relativa ao rio Igureí o mapa de Olmedilla nunca fora citado; entretanto na *Memoria de la linea divisoria* por Lastarría encontra-se o seguinte trecho quando o autor fala da questão

---

para provar que Olmedilla não foi geógrafo, mas sim gravador.

[157] Este documento foi publicado por Militón González, um dos defensores da causa argentina, na sua edição do *Diário* de Cabrer (vol. III, p. 39).

[158] Cabrer, *Diario de la Segunda Subdivision*. Manuscrito, p. 112 do vol. II, e p. 349 do vol. II na edição de Militón González.

[159] Oyárvide, *Memoria,* em Calvo, *Recueil de Traités*, IX, 283.

Igureí: "... *como o da América Meridional publicado por* dom Juan de la Cruz, *dois anos antes do tratado preliminar* de 1777, e conforme aos mapas que levantaram os comissários espanhóis e portugueses para o Tratado de 1750...".[160] E adiante: "... *o citado grande Mapa da América Meridional* de nosso cosmógrafo dom Juan de la Cruz".[161]

Outro comissário espanhol, dom Félix de Azara, escreveu o seguinte:

Opinião de Azara sobre o mapa de Olmedilla.

Copiei todos esses rios e suas respectivas margens do mapa de dom Juan de la Cruz, gravada em 1775. Este mapa é reputado, com bastante fundamento, o melhor da América Meridional".[162]

Opiniões de americanistas europeus poderiam ser citadas muitas. D'Avezac disse: "... os mapas mais estimados, como os de d'Anville e de Jean de la Cruz...".[163] E o grande Humboldt: "... Quase todos os mapas da América do Sul que apareceram desde o ano de 1775, são, no que se refere ao interior do continente compreendido entre as savanas da Venezuela e o rio Amazonas, entre a vertente oriental dos Andes e a costa de Caiena, *uma simples cópia do grande mapa espanhol de* La Cruz Olmedilla".[164]

Outras citações. D'Avezac. Humboldt.

O exemplar do mapa de Olmedilla que Humboldt tinha durante as duas viagens na América está exposto no salão de honra da *American Geographical Society*, em New York. Na parte inferior da moldura lê-se: "O mapa utilizado por Humboldt na exploração da América do Sul, com seu autógrafo".

O exemplar de Olmedilla que pertenceu a Humboldt.

Em 9 de fevereiro de 1802, disse o seguinte dom Francisco Requena, que também foi comissário espanhol na demarcação de limites: "Esta obra que foi impressa em 1775 honra a nação, ao sábio ministro que a promoveu e ao próprio autor pelo detalhe miúdo e pormenor com que trabalhou o mapa... Na época em que o mapa foi impresso, não se pôde fazer outro mais exato".[165]

---

[160] Lastarría, *in* Calvo, IV, 531.
[161] *Ibidem*, 372.
[162] Félix Azara, *Voyages*, vol. I, p. 12.
[163] D'Avezac, *Observations Géographiques*, Paris, 1857, p. 129.
[164] Humboldt, *Personal Narrative of Travels to the Equinoctial Regions of America*, London, 1853, vol. III, p. 28.
[165] Parecer dado por dom Francisco Requena, em cumprimento de uma ordem real (Arquivo de Alcalá de Henares).

Olmedilla trabalhou nesse mapa muitos anos e consultou todos os documentos de que dispunha o governo espanhol. Em 8 de dezembro de 1767 dizia ele em uma representação dirigida ao marquês de Grimaldi:

Documentos consultados por Olmedilla.

> Senhor - dom Juan de la Cruz y Olmedilla, pensionista de sua majestade e de sua Real Academia de São Fernando, posto aos pés de vossa excelência, diz: que encontrando-se sua honra empenhada com a confiança que obteve de vossa excelência quando se dignou mandá-lo executar o mapa da América Meridional, não pode menos representar segunda vez o que pensa sobre o assunto, para ter êxito servindo ao rei e a vossa excelência no desempenho de sua obrigação. Levado, pois, pelo estímulo que deve influir em um filho da Pátria, *não querendo limitar-se somente a corrigir o mapa de* dom Francisco Millau y Maraval, *se viu obrigado a elaborar outro novo de diferente projeção* (se bem que do mesmo tamanho, por causa da medida das lâminas de cobre) *com todos os preciosos mapas que, para esse fim, se retiraram da Secretaria das Índias, que ainda que sejam 62, não sendo suficientes,* seria conveniente que vossa excelência mande passar instruções a dom Manuel Joseph Ayala, oficial arquivista da dita Secretaria, para que libere os que tenha...

Terminado o trabalho, foi este geógrafo e gravador recompensado pelo rei, como consta do seguinte documento:

Gratificação paga a Olmedilla por ordem régia, 1776

> Palácio, em 7 de abril de 1776. – A dom Francisco Manuel de Mena. – O rei resolveu que, do produto da Gazeta e do Mercurio[*], se gratifique dom Juan de la Cruz com seis mil reais de bilhão[**] *em atenção à diligência e acerto com que elaborou e gravou o mapa da América Meridional....*[166]

Outra autoridade insuspeita para os argentinos é dom Pedro de Ángelis. Na sua introdução à *Descripción de Patagonia* por Falkner, Ángelis dá como prova da importância desse trabalho o ter ele sido utilizado por Olmedilla no mapa da América Meridional, e declara, em 1835, que até essa data nada vira que pudesse pôr em dúvida o mérito do mesmo mapa (Ángelis, *Colleccion de Documentos*, &c, tomo I, p. VI da introdução citada, Buenos Aires, 1835).

[*] Gazeta e Mercurio, jornais oficiais da Espanha. A Gazeta (Gazeta de Madri), sobrevive, como o "Boletín Oficial del Estado" (B.O.E.), equivalente ao Diário Oficial da União. O Mercurio (Mercurio Histórico y Político) foi publicado até 1784. (N.E.)

[**] O bilhão é uma liga metálica de prata e cobre, contendo cerca de 50% de cobre, usada na cunhagem de moedas. (N.E.)

166 Este documento e o anterior estão no Arquivo de Alcalá de Henares. A Missão Especial do Brasil tem cópias desses e de muitos outros relativos ao Mapa da América Meridional,

Olmedilla foi ao mesmo tempo geógrafo e gravador, mas Mercator, Hondius, e muitos outros, também foram geógrafos e gravadores.

No seu mapa de 1775 há certamente muitos erros, mas o mesmo se pode dizer de todos os mapas da América do Sul posteriores ao seu, ainda os mais recentes. Enquanto não forem feitos levantamentos regulares de todo o interior, empresa que é para muitas gerações, será impossível construir cartas rigorosamente exatas. Quanto à de que se trata, o Brasil só tem a considerar estes pontos:

O mapa de Olmedilla e a causa do Brasil.

1º Que é um mapa oficial espanhol;

2º Que foi o mapa de que se serviu o plenipotenciário da Espanha na negociação do Tratado de 1777, e o que foi dado pelo governo espanhol aos seus comissários demarcadores;

3º Que nele o Pepiri-Guaçu e o Santo Antônio são os rios que formam o atual limite entre o Brasil e a República Argentina;[167]

4º Que os rios da pretensão argentina estão muito ao oriente do Pepiri-Guaçu e Santo Antônio do mapa oficial espanhol.

O estudo do mapa de Olmedilla mostra que este geógrafo corrigiu o engano de Millau, relativo à proximidade das nascentes do Pepiri-Guaçu e do Santo Antônio. Como ficou dito, Millau, em 1759, tomou como nascente do Pepiri a de um dos braços do Uruguai, e por isso só achou entre as duas, 694 metros ou ⅓ de milha. No mapa de Olmedilla a distância que separa as nascentes do Pepiri-Guaçu das do Santo Antônio é de 17.500 metros proximamente, ou 9 ½ milhas. Fosse isto obra do acaso, ou resultado de alguma informação segura obtida depois da primeira demarcação, o certo é que quando se celebrou o Tratado de 1777, o Governo espanhol já sabia por este mapa que as cabeceiras dos rios ficavam separadas uma da outra por essa distância.

Olmedilla corrigiu o engano de Millau a respeito da cabeceira do Pepiri.

Distância entre as nascentes do Periri e Santo Antônio segundo Olmedilla.

O fato só é digno de menção aqui porque os defensores da causa argentina dão grande importância

construído e gravado por Olmedilla.

[167] No folheto *Misiones*, o doutor Zeballos censura Olmedilla, dizendo que ele ignorava em 1775 o Tratado de 1761, pois traçou o limite pelo Pepiri-Guaçu e Santo Antônio. Essa censura é mais uma prova de que o distinto diplomata argentino escreveu essa parte do seu folheto guiando-se por notas que lhe foram dadas, e sem ver alguns dos documentos que citava. Olmedilla limitou-se a colocar o Pepiri-Guaçu e o Santo Antônio em seu lugar, sem traçar por eles limite algum. O geógrafo acusado conhecia o Tratado de 1761, e, como bom espanhol, traçou no seu mapa a linha de Tordesilhas, que Grimaldi queria tornar efetiva.

a esta questão de proximidade de cabeceiras. A questão, porém, não tem valor algum. O primeiro tratado não fixou um padrão para a distância entre as cabeceiras dos rios lindeiros que corressem em direções divergentes, e o Tratado de 1777 designa pelos seus nomes o Pepiri-Guaçu e o Santo Antônio, sem estabelecer condição alguma de proximidade de cabeceiras. As instruções expedidas aos comissários também não falam nas nascentes dos dois rios: só dão indicações sobre a posição das suas embocaduras.

O Tratado de 1777 e as instruções não falam nas cabeceiras dos dois rios.

Entretanto, é bom repetir neste lugar que a Comissão Mista brasileiro-argentina verificou em 1887 que, em linha reta, há 17.400 metros, ou quase 9½ milhas, entre as cabeceiras do Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, isto é, a mesma distância que pode ser medida no mapa de Olmedilla.

Distância segundo a Comissão Mista brasileiro-argentina

Os comissários nomeados pelos dois governos para esta demarcação tinham, segundo o tratado, de estabelecer o limite pelos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, e não por outros rios. O artigo 10º do tratado permitia que, na fronteira que corre entre o Jauru e o Guaporé, em Mato Grosso, os comissários escolhessem no terreno a linha divisória que lhes parecesse mais conveniente;[168] mas a autorização estava limitada a essa parte da fronteira.

Os comissários demarcadores receberam poderes limitados.

As instruções expedidas pelo governo espanhol para esta demarcação determinam com maior clareza a posição dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio.

Instruções espanholas, 1778, 1779.

A primeira é a *Real Instrucción* datada de Aranjuez a 6 de junho de 1778, e assinada pelo secretário de Estado das Índias, dom Josef de Gálvez.[169]

Este documento reproduziu quase textualmente o memorandum de 25 de maio de 1778, entregue pelo conde de Floridablanca ao embaixador de Portugal em Madri.

A segunda instrução, e muito mais minuciosa, é a que foi redigida pelo general Vertiz, vice-rei das Províncias do Rio da Prata, e aprovada por Carlos III aos 12 de janeiro de 1779. Intitula-se: *Plano para executar*

[168] Texto português deste artigo 10º, Vol. IV, p. 84; tradução inglesa, vol. III, p. 90.
[169] Transcrita no tomo IV, pp. 101 a 107; vertida para o inglês no tomo III, pp. 107 a 114.

la demarcación de esta America.[170]

A primeira divisão de comissários foi incumbida da demarcação da fronteira meridional desde a costa do mar até o Salto Grande do Paraná. Repartia-se em duas subdivisões ou partidas.

A primeira partida devia começar os seus trabalhos no arroio Chuí, junto ao mar, e terminá-los na margem esquerda do Uruguai em frente à foz do Pepiri-Guaçu. À segunda partida coube a demarcação da fronteira desde a foz do Pepiri-Guaçu até o Salto Grande do Paraná.

Trecho da instrução régia espanhola de 1778.

A *Real Instrucción* de 6 de junho de 1778, tratando da primeira divisão, determinava o seguinte:

> Mas considerando-se que o trabalho desta divisão até o pé do Salto Grande do rio Paraná pode ser impraticável nos termos em que a corte de Lisboa propôs, devido às florestas fechadas e sem caminho algum, e a rios de navegação curta, como são *o Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, distantes de toda povoação que lhes possa prestar algum socorro:* sua majestade decidiu que esta divisão, depois de haver feito, unida, parte do caminho, se subdivida formando dois grupos, compostos de um comissário, um prático e metade de seus dependentes, tanto espanhóis como portugueses; e que o primeiro continue pela crista que divide as águas em direção ao rio Uruguai, no leste e o Jacuí, no oeste, *até chegar à foz do Pepiri-Guaçu*. O outro grupo se separará desde o rio Ibicuí, que tem sua nascente e passa pelo Monte Grande, e atravessando pelos povoados missões, até o de Candelaria ou do Corpus, último pela margem oriental dos do Paraná, subam por ele em barcos *até o* pé do Salto do rio Iguaçu ou Curitiba*, que dista 3 léguas (cerca de 19,8 km) de sua foz no Paraná. Arrastando, pela margem setentrional, as canoas médias que levar, ou construindo-as acima do salto, o grupo navegará nelas até o rio Santo Antônio, que é o segundo que entra nele pela margem meridional e, subindo por ele até onde o permitirem suas águas, procure reconhecer sua nascente e uni-la com o Pepiri-Guaçu, cuja foz já terá sido reconhecida pela primeira divisão.* No retorno, deverá fazer as demarcações desde a foz do Iguaçu até o pé do Salto Grande do rio Paraná, conforme o artigo 8º do tratado, se não considerarem mais oportuno fazê-las antes de entrar no Iguaçu.

Santo Antônio, segundo afluente meridional do Iguaçu acima do Salto.

O rio Santo Antônio, segundo esta instrução, é *o segundo acima do Salto Grande do Iguaçu*.

[170] Transcrito integralmente no tomo IV, pp. 108 a 126; e traduzido para o inglês no III, pp. 115 a 134.

Portanto, é o rio Santo Antônio, atual limite do Brasil, e não o Jangada (San Antonio Guazú) pretendido pela República Argentina, pois entre o Salto e o Jangada há mais de 20 rios.

O *plano* Vertiz, aprovado pelo rei da Espanha em 1779, determinava a posição da foz do Santo Antônio e também a do Pepiri-Guaçu.

Dizia esse documento, indicando o ponto terminal dos trabalhos da primeira partida:

Trechos de instrução especial espanhola de 1779.

> Para que os demarcadores desta partida busquem a fronteira, que está assinalada na foz do rio Pepiri-Guaçu, se devem guiar pelo curso do rio Uruguai-Pitã, até a sua confluência com o rio Uruguai, porque à distância de 2⅓ léguas e (cerca de 15,4 km) e seguindo a margem oriental do rio Uruguai, se encontrará o lado oposto à foz do rio Pepiri. O rio Uruguai-Pitã é bem conhecido pelos índios de missões, principalmente pelos do povoado de Santo Ângelo, que são os mais próximos, e se passam suas vertentes pelo caminho que vai à Vacaria.[171]

Posição do Pepiri-Guaçu.

> A foz do rio Pepiri-Guaçu se encontra na latitude de 27º9'23"S. Quando o Uruguai está baixo, se descobre em sua foz uma pequena ilha e, na ponta da mesma foz, na parte oriental se achará uma área de donde as árvores foram cortadas. No meio dessa área, se encontrará uma árvore com 13 pés (cerca de 4 m) de altura, em que se pôs uma Cruz e se gravaram os caracteres – R. F. Ano 1759."[172]

Sinal da demarcação de 1759;

O Pepiri-Guaçu era, portanto, o rio demarcado em 1759, o mesmo que o Brasil defende hoje.

A posição da foz do Santo Antônio não era determinada com menos clareza no plano. Diz esse documento, falando da segunda subdivisão ou partida:

Posição do rio Santo Antônio;

> Sua majestade ordena que esta segunda partida se separe da primeira desde o rio Ibicuí, que tem sua nascente e passa pelo Monte Grande, e que, atravessando pelos povoados das missões, até o da Candelaria ou ao de Corpus, último pela margem oriental do Paraná, suba por ele em barcos até o pé do Salto Grande

[171] Campos da Vacaria, na parte NE do Rio Grande do Sul.

[172] O vice-rei espanhol traduziu a inscrição portuguesa. Ela dizia: – R. F. Anno de 1759. As duas iniciais R. F. significam: *Rei Fidelíssimo* – isto é – rei de Portugal.

do rio Iguaçu ou Curituba, que dista 3 léguas (cerca de 19,8 km) de sua foz no Paraná. Arrastando, por sua margem setentrional, as canoas médias que levar, ou construindo-as acima do salto, o grupo navegará nelas até o rio Santo Antônio, que é o segundo que entra nele pela margem meridional e, subindo por ele até onde o permitirem suas águas, procure reconhecer sua nascente e uni-lo com o Pepiri-Guaçu, cuja foz já terá sido reconhecida pela primeira divisão. No retorno, deverá fazer as demarcações desde a foz do Iguaçu até o pé do Salto Grande do rio Paraná, conforme o artigo 8º do tratado, se não considerarem mais oportuno fazê-las antes de entrar no Iguaçu.

(...)

Embarcando esta partida no porto da dita povoação de Corpus, navegará até a foz do rio Iguaçu, em que gastará pouco mais de 20 dias, e entrando por ela seguirá 4 léguas (cerca de 26,4 km) pelo rio até o seu Salto Grande. A 3 1/5 léguas (cerca de 21 km) se encontrará uma enseadazinha de areia junto a um arroio com um salto elevado, que deságua na margem meridional, onde podem parar os barcos e formar acampamento, enquanto não se suba a formar outro, que também é necessário, sobre o salto.

(...)

Deste Salto do Iguaçu se navegará pelo rio na distância de 20 léguas (cerca de 132 km) até a barra do rio Santo Antônio, à qual se chegará em oito dias de viagem, e que está na latitude de 25º35'4"S. Entrando nesse rio, se verá que, a pouco mais de 1 légua e 3/4 (cerca de 8,25 km) se divide em dois braços, dando-se ao menor o nome de Santo Antônio-Mirim, e se deve seguir o braço oriental, que é o maior.

Este rio Santo Antônio não é navegável, e seu exame só poderá ser feito por suas margens, seguindo-as até sua nascente, o que, contudo, tem muitas dificuldades a vencer. Os que participarem desse exame devem ter cautela, por causa dos índios bárbaros que habitam esse território, levando suas armas prontas, pois não se pode entrar muita gente pelo incômodo de carregar os víveres.

Da foz do rio Santo Antônio se voltará demarcando o rio Iguaçu até a sua foz, que se acha na latitude de 25º35'51"S, o qual deságua no rio Paraná, e se continuará a demarcação por ele acima, até o seu Grande Salto, que está na latitude de 24º4'27"S.

Essas instruções espanholas foram redigidas à vista do mapa da América Meridional por Olmedilla e à vista do *Diário* dos comissários demarcadores de 1759, o que é nova e irrecusável demonstração de que na mente do governo espanhol o Pepiri-Guaçu e o Santo Antônio do Tratado de 1777 eram os mesmos rios demarcados naquela data, e os mesmos que formam o atual limite do Brasil.

Comparação das instruções espanholas com o Diário da demarcação de 1759.

A confrontação dos dois textos tornará isso evidente:

I) *Indicações sobre o Pepiri-Guaçu*:

1)

a) *instrução espanhola de 1779* (plano do vice-rei Vertiz, aprovado pelo rei Carlos III a 12 de janeiro de 1779):

> Para que os demarcadores desta partida busquem a fronteira, que está assinalada na foz do rio Pepiri-Guaçu, se devem guiar *pelo curso do rio Uruguai-Pitã, até a sua confluência com o rio Uruguai, porque à distância de 2 ⅓ léguas e (cerca de 15,4 km), seguindo a margem oriental do rio Uruguai, se encontrará o lado oposto à barra do rio Pepiri* (no original, fol. 29 v.).

b) *Diário dos comissários espanhóis de 1759*:
Subindo o Uruguai, em 6 de março de 1759:

> Segue o rio (Uruguai) sua volta ao NE e NE ¼ N e, no princípio dessa direção à distância de cerca de 2½ léguas (cerca de 16,5 km) do Pepiri, entra pela margem oriental um rio grande que o guia disse que era o *Uruguai-Pitã*, fim do seu conhecimento" (na cópia autêntica, fol. 30 v.).

2)

a) instrução espanhola de 1779:
"A barra do rio Pepiri-Guaçu está na latitude de 27º9'23"S..." (fol. 30).

b) Diário espanhol de 1759:
Depois de 6 de abril:
"Média entre as 17 observações: 27º9'23" S" (fol. 41).

3)

a) instrução espanhola de 1779:

"Quando o Uruguai está baixo, se descobre uma pequena ilha em sua foz..." (fol. 30).

b) Diário espanhol de 1759:

5 de março de 1759: ... e nessa direção existe um recife que termina em uma pequena ilha de pedra e sarandis, encostada na margem setentrional, que se cobre nas cheias, e por trás dessa, à distância de 2/3 de légua (cerca de 4,4 km) do Itajoá, está a foz de um rio, que só se pode ver depois de passada a ponta da ilha. O guia disse que era o Pepiri, que buscávamos (fol. 29).

4)

a) instrução espanhola de 1779:

... e, na ponta da mesma barra, na parte oriental se achará uma área de donde foram cortadas as árvores. No meio dela, há uma árvore com 13 pés (cerca de 4 m) de altura, em que se gravaram uma Cruz e os caracteres – R. F. Ano 1759 (Fol. 30).

b) Diário espanhol de 1759:

8 de março: ...e ainda que este (o Salto do Uruguai), do qual o Pepiri dista somente pouco mais de uma légua (cerca de 6,6 km), seja uma marca natural das mais visíveis e duradouras, para reconhecer este rio em todo o tempo, *como também o é, quando o Uruguai está baixo, a ilha imediata a sua foz, c*ontudo, por ser um ponto dos mais principais de nossa divisão, se parou nela para fazer algumas observações de longitude e de latitude, para poder, com maior exatidão e segurança, determinar sua posição, *e, em uma ponta que a margem oriental do Pepiri forma com a setentrional do Uruguai em que deságua, e que pertence, segundo a demarcação, ao domínio de Portugal, se cortaram árvores, deixando no meio apenas uma com altura de 13 pés (cerca de 4 m), em que se pôs uma Cruz e, em seus braços, se gravou essa Nota R. F. Ano 1759...* (fl. 33).

II) *Indicações sobre o rio de Santo Antônio*:

1)
a) instrução espanhola de 1779:

... suba por ele em barcos até o pé do salto do rio Iguaçu ou Curituba, *que dista 3 léguas (cerca de 19,8 km) de sua foz no Paraná. Arrastando, por sua margem setentrional, as canoas médias que levar*, ou construindo-as acima do salto, navegue nelas *até o rio Santo Antônio*, que é o segundo que entra nele pela margem meridional..." (fol. 31).

b) Diário espanhol de 1759:

... até o Salto Grande... e transportadas aqui por terra, pelo espaço de uma légua (6,6 km) as canoas, fica livre a passagem, ainda que para barcos grandes, seguindo o Iguaçu, *que a 3 léguas (cerca de 19,8 km) dali deságua no Paraná, na latitude de 25º31'51"S...* (*Idea general de los ríos,* no fim do *Diário*, fol. 105 v.).

6 de janeiro de 1760:

ainda que fora da longitude e da latitude que chegam ao conhecimento de poucos, o sinal mais visível e duradouro para reconhecer em todo tempo este rio de Santo Antônio, é o de ser o segundo de consideração, que deságua na margem meridional do Iguaçu, acima de seu Salto Grande, sendo o de São Francisco, que dista 1 légua e ¾ (cerca de 11,5 km) o primeiro, se bem que muito menor, como o são os arroios que entram nele mais abaixo... (fol. 95 v.).

2)
a) instrução espanhola de 1779:

Embarcando essa partida no porto da dita povoação de Corpus navegará até a barra do rio Iguaçu, em que gastará pouco mais de 20 dias, e entrando nela, seguirá *4 léguas (cerca de 26,4 km) por ele até o seu Salto Grande* (fol. 32 v.).

b) Diário Espanhol de 1759:
(A 20 de junho de 1759 partem de Corpus e chegam à foz do Iguaçu a 10 de julho do mesmo ano.)

Dia 10 de julho, 1759:

"... Mas interrompendo-se imediatamente seu curso pela interposição do *grande salto, a 4 léguas (cerca de 26,4 km) de sua foz...*" (fol. 55).

3)

a) instrução espanhola de 1779:

... e a 3 1/5 léguas e (cerca de 21 km) *se encontrará uma enseadazinha de areia junto a um arroio com um salto elevado*, que deságua na margem meridional, onde podem parar os barcos e formar acampamento, enquanto não se suba a formar outro, que também é necessário, sobre o salto (fol. 33).

b) Diário espanhol de 1759:

No dia 12, à distânci*a de 3,2 léguas (cerca de 21 km) da foz do Iguaçu*, e pouco mais de uma de seu salto, *encontramos uma enseadazinha de areia ao pé de um arroio de salto elevadíssimo, que deságua pela margem meridional,* e sendo esse ponto menos incômodo para que se mantivessem os barcos... (fol. 55 v.).

4)

a) instrução espanhola de 1779:

Antes desta enseada a pouca distância se achará um ponto por onde levar para acima do salto todas as canoas que não forem muito grandes, e apesar do grande trabalho não deixa de ser vencível, arrastando ditas canoas por tão mau lugar à distância de 3.400 toesas (cerca de 6,2 km) até chegar às águas superiores do mesmo Salto. Nessa situação se acharão árvores de que se poderão fazer canoas, se necessário..." (fol. 33).

b) Diário espanhol de 1759:

Além disso, era necessário, para que se pudessem arrastar, abrir por entre a floresta um caminho pouco espaçoso, cortando árvores e rebaixando em parte o terreno, especialmente em cinco arroios por donde haviam de atravessar. Tudo se executou felizmente, e levadas uma depois da outra na distância de 3.400 toesas (cerca de 6,2 km) ficaram todas nas águas superiores do salto no dia 29. Concluída esta obra, se começaram a fazer as novas canoas... (fol. 57).

5)
a) instrução espanhola de 1779:

"No mesmo lugar, em terreno alto e livre de inundações, se devem formar armazéns em que se deposite parte das provisões..." (fol. 33).

b) Diário espanhol de 1759:

> Enquanto voltavam os que haviam ido a reconhecer a margem setentrional, se fizeram, em terreno alto e não exposto a inundações, armazéns em que depositar os víveres para poder inspecioná-los melhor, preservar e distribuir, segundo o pedisse a necessidade... (fol. 57 v.).

6)
a) instrução espanhola de 1779:

> Deste Salto do Iguaçu se navegará pelo rio a distância de *20 léguas* (cerca de 132 km) até a foz do rio Santo Antônio, à qual se chegará em *oito dias de viagem e que se acha na latitude de 25º35'4"* (fol. 33 v.).

b) Diário espanhol de 1759:
Os comissários empregaram na navegação desde o salto até a barra do Santo Antônio oito dias (16 a 24 de novembro de 1759) e *contaram umas 19 léguas (cerca de 125,4 km)*.

Depois de 13 de dezembro de 1759:
"Média entre todas as observações: 25º35'04" S" (fol. 90).

7)
a) instrução espanhola de 1779:

> Entrando nesse rio se verá que *a pouco mais de 1 ¾ légua (cerca de 8,25 km)* se divide em dois braços, dando-se ao menor o nome de *Santo Antônio-Mirim*. Deve-se seguir o braço oriental, que é o maior. (Fol. 33 v.)

b) Diário espanhol de 1759:
Dia 24 de novembro de 1759:

... e finalmente, fazendo outra nova volta em direção ao leste se vê outro recife, e nele entra pelo lado sul *a pouco mais de uma légua e ¾ (cerca de 8,25 km) de sua foz um arroio*, ao qual chamaram *Santo Antônio-Mirim*, com o qual forma uma bifurcação, onde havia dois ranchos, feitos por nossa gente antes de passar ao acampamento que ocupa mais acima... (fol. 85).

Dia 25 do mesmo mês:

"Saiu à frente o Grupo espanhol, e tomando o braço oriental, que era o mais largo, e por onde foram os outros, continuamos navegando..." (fol. 85 v.).

8)

a) instrução espanhola de 1779:

Este rio Santo Antônio não é navegável, e seu exame só poderá ser feito por suas margens, seguindo-as até sua nascente, o que, contudo, tem muitas dificuldades a vencer. Os que participarem desse exame devem ter cautela, por causa dos índios bárbaros que habitam esse território... (fol. 33 v.).

b) Diário espanhol de 1759:
26 do mesmo mês:

... com muitos recifes entre os quais existem dois remansos um pouco longos, especialmente o segundo, que tem cerca de ¾ de légua (cerca de 5 km), e termina em um salto elevado, *que havia impedido ao geógrafo espanhol continuar a navegação*... (fol. 86).

9 de dezembro, 1759:

... e estando na noite de 9 à distância de 5 léguas (cerca de 33 km) do acampamento, em um armazém, um dos muitos que foram sendo feitos para resguardar os víveres das chuvas, índios infiéis os atacaram aproveitando-se do sono profundo a que, descuidadamente, se haviam entregado... (foram feridos dois paraguaios e um deles morreu) (fol. 87).

No dia 13 (de dezembro) os comissários receberam cartas do geógrafo espanhol, datadas do dia 10, em que avisava que, descendo a canoa pelo rio, o achou tão

> falto de água por causa da forte seca que, com grande trabalho pôde navegar, em um dia e meio, pouco mais de ¾ de légua (aproximadamente 4,95 km) e vendo que adiante encontraria outros recifes maiores, determinou deixar a navegação e continuar seu caminho por terra... (fol. 88).

> No dia 16 (de dezembro) voltou a turma que tinha ido construir as canoas com a notícia de que o rio, que havia sido designado pelo geógrafo espanhol, estava muito baixo, cheio de recifes e absolutamente incapaz de ser navegado... que em suas margens haviam achado pegadas muito recentes de mulheres e de crianças, o que provava estarem muito perto as ocas dos índios infiéis, que os inquietaram na marcha, seguindo-os com gritarias e algazarra... (fol. 91).

> Desde aqui se começou a ver, por espaços de ½ légua (aproximadamente 3,3 km) rastros recentes de infiéis, caminhos largos trilhados, e pegadas de mulheres e crianças que cruzaram o rio. Viam-se as camas que haviam utilizado, compostas de uma porção de folhas grandes da planta a que chamam Achirá... (fol. 93).

É preciso advertir desde já que o governo português, de inteiro acordo com o espanhol sobre o número das partidas demarcadoras e a tarefa incumbida a cada uma delas, nunca deu a sua aprovação ao conjunto das instruções espanholas de 1778 e 1779. Por elas se regiam os comissários espanhóis, mas não os portugueses.

A demarcação da fronteira compreendida entre a costa do mar e o Igureí no Paraná era da competência da primeira divisão portuguesa-espanhola.

Essa divisão, como ficou dito, repartia-se em duas subdivisões ou partidas. Os trabalhos da primeira, começando no litoral, iam terminar ao norte na foz do Pepiri-Guaçu; os da segunda, começando no Paraná, deviam compreender a demarcação das fronteiras do Iguaçu e Santo Antônio.

O general Veiga Cabral era o primeiro comissário português, e o capitão de mar-e-guerra Varela y Ulloa, o espanhol.

As instruções espanholas de 1779 recomendavam que a primeira partida seguisse o curso do Uruguai-Pitã para chegar à foz do Pepiri-Guaçu.

Diziam elas:

> Para que os demarcadores desta partida busquem a fronteira, que está assinalada na foz do rio Pepiri-Guaçu, se devem guiar *pelo curso do rio Uruguai-Pitã*

> *até a sua confluência com o rio Uruguai, porque à distância de 2⅓ léguas (aproximadamente 15,4 km), seguindo a margem oriental do rio Uruguai, se encontrará o lado oposto à foz do rio Pepiri.* O rio Uruguai-Pitã é bem conhecido pelos índios de missões, principalmente pelos do povoado de Santo Ângelo, que são os mais próximos, e se passam suas vertentes pelo caminho que vai à Vacaria."

Foz do Pepiri-Guaçu.

O rio Uruguai-Pitã, ou Uruguai-Puitã, não é citado em nenhum dos artigos do Tratado de 1777. As instruções espanholas aconselharam aos demarcadores que seguissem o seu curso unicamente porque, à vista do mapa de Olmedilla, e de todos os mapas anteriores, parecia que isso facilitaria a sua chegada às proximidades da foz do Pepiri-Guaçu.

O segundo Uruguai-Pitã, 1759.

A distância indicada de *2 ⅓ léguas* entre a foz do Uruguai-Pitã e a do Pepiri-Guaçu mostra bem que as instruções se referiam ao Uruguai-Pitã cuja embocadura foi reconhecida em 1759 pelos primeiros demarcadores, isto é, ao segundo rio a cuja foz foi dado esse nome de Uruguai-Pitã.[173]

A descrição do Uruguai por Lozano já mostrou que pela margem esquerda desse rio estendiam-se grandes florestas (p. 156 neste vol.). Os guaranis de missões ignoravam completamente o curso dos afluentes da margem meridional do Uruguai porque essas florestas eram habitadas então, e ainda no começo deste século*, por índios selvagens e ferozes.

Miguel Lastarría, que foi secretário do vice-rei Vertiz, escrevia em 1804:

> Os bárbaros tupis vagam pelos grandes e espessos bosques do Uruguai e demais rios que entram nele pela margem oriental, estendendo-se cerca de 80 léguas (cerca de 530 km) de frente para o norte e muito no interior dos domínios portugueses, desde as cabeceiras do Piratini para o rio Curitiba ou Iguaçu e as primeiras vertentes do Jacuí ou Igaí...[174]

Não tendo a menor notícia sobre o curso desses rios, os jesuítas ligavam arbitrariamente em seus mapas as cabeceiras de alguns com as

---

[173] No vol. V, planta nº 29.

* Século XIX. (N.E.)

[174] Lastarría, carta datada de Madri em 1º de dezembro de 1804, no vol. I da *Memória sobre la línea divisória*, Manuscrito na Biblioteca Nacional de Paris.

embocaduras de outros conhecidos sobre o Uruguai. Olmedilla, guiando-se por esses mapas, traçou do mesmo modo o curso desconhecido do Uruguai-Pitã, ligando as cabeceiras do antigo Trigoti, que os guaranis de missões supunham ser as do Uruguai-Pitã, à foz do rio que sobre o Uruguai tinha esse nome.[175]

O Trigoti, terceiro Uruguai-Pitã dos espanhóis, 1783.

Deste modo, supondo chegar à embocadura do Uruguai-Pitã, reconhecida em 1759, o astrônomo português José de Saldanha e o geógrafo espanhol Gundin, comissionados por Veiga Cabral e Varela, foram ter, em 1788, à foz do Trigoti, hoje rio da Várzea.

Primeira viagem ao Uruguai. Maio, 1788.

Daí desceram o Uruguai em busca da foz do Pepiri-Guaçu, que devia estar, segundo as instruções, 2⅓ léguas (cerca de 15,4 km) águas abaixo, mas, como era natural, sendo diferente o ponto de partida, não puderam chegar ao verdadeiro Pepiri-Guaçu. Desceram até o Apiterebi, e, voltando águas acima, acreditaram que o rio hoje chamado das Antas era o Pepiri-Guaçu. Deixaram em uma árvore a seguinte inscrição:

"(Inscrição) feita depois da redescoberta do Pepiri-Guaçu. *Maio* 9, *1788*", e as letras *R. F.* (rei fidelíssimo), do lado oriental, e *R. C.* (rei católico) do lado ocidental.

Voltando ao acampamento dos primeiros comissários, encontraram um *Diário* da demarcação de 1759 e verificaram, então, que *nem era o Uruguai-Pitã* o rio em que se achavam, nem era o Pepiri-Guaçu o rio em que haviam deixado a inscrição.

Diz o *Diário* de Saldanha:

> Quinta-feira, 10 de Julho (1788). Passado todo o mês de junho em justas e reflexionáveis averiguações entre os principais comissários, se seria, ou não o Pepiri-Guaçu dos demarcadores passados aquele mesmo que nós agora tínhamos encontrado, *apareceu enfim no poder do comissário espanhol um especificado e bem feito* Diário *da demarcação em 1759, e sobre a mesma diligência do*

[175] O espanhol Oyárvide em sua *Memória* dá testemunho (em Calvo, X, 92) de que muitos rios que reconheceu tinham um nome nas nascentes e outro na foz. Diz ele:
"Como entre os índios que levamos não há nenhum guia determinado, sucede que muito poucos dos arroios que encontramos na marcha *assinalam com o mesmo nome que têm pela parte inferior ou em direção a suas extremidades*, mas, apesar desta falta de exatidão na notícia, se enquadraram em nosso mapa com os reconhecidos pelo caminho, segundo pareceu prudencialmente pelo relevo dos terrenos e pelas profundidades das florestas que continuam por ambas margens do Uruguai."

Pepiri-Guaçu, com a leitura do qual ficamos todos desenganados. Nem era o Uruguay-Pitã ou rio da Picada, posto que assim nomeassem às suas cabeceiras os antigos mapas, nem era o Pepiri-Guaçu o que nós tínhamos ultimamente abalisado, posto que tivesse alguns indícios.

Descoberto o erro quanto ao Uruguai-Pitã.

Um semelhante engano em coisa tão importante necessitava pronto remédio; ele não havia outro mais do que o voltar segunda vez ao Uruguai, aproveitar o tempo que ainda se conservava bom e acudir com brevidade às canoas que se tinham deixado no rio da Picada...

Segunda viagem ao Uruguai. Julho, agosto, 1783.

Veiga Cabral e Varela expediram novamente os mesmos Saldanha e Gundin em busca do verdadeiro Pepiri-Guaçu, dando-lhes para esse fim, como guia, um extrato do *Diário* dos primeiros demarcadores.

Descobrimento do rio da pretensão argentina, 1788.

Saldanha, descendo pelo rio da Picada (o antigo Trigoti e falso Uruguai-Pitã) entrou no Uruguai e seguiu águas abaixo. Gundin, antes de descer o Uruguai, fez um reconhecimento águas acima, e descobriu a foz de um rio onde deixou a seguinte inscrição:

"*Louvamos-te, ó Deus. 4 de Agosto de 1788*."

Saldanha em 26 de julho descobria a foz do verdadeiro Uruguai-Pitã e no dia 28, a do Pepiri-Guaçu. Dias depois (13 de agosto, 1788), ali chegava o geógrafo espanhol Gundin e também reconhecia o rio como o verdadeiro Pepiri-Guaçu do tratado, pregando em uma árvore a chapa de cobre que para esse efeito lhe dera Varela, e na qual estavam gravadas as seguintes palavras:

O Pepiri-Guaçu encontrado.

"*Até aqui Deus nos ajudou. Pepirí-Guazú*. 1778."

A inscrição posta por Saldanha no dia 28 de julho foi esta:

"*Sem teu auxílio, nada somos, ó Deus. Pepiri-Guasú.* 1788."

Ficou assim reconhecida, de comum acordo, a foz do Pepiri-Guaçu do tratado.

Mas no ano seguinte, o primeiro comissário espanhol Varela levantou a questão que agora vai ser resolvida, pretendendo que na demarcação de 1759 tinha havido erro, e que o Pepiri ou Pequiri do Tratado de 1750 era o rio descoberto por Gundin no dia 4 de agosto de 1788, por isso que esse rio estava águas acima do Uruguai-Pitã.

Origem da atual controvérsia, 1789.

Deste modo ficou havendo um terceiro Uruguai-Pitã, mais oriental que o segundo (de 1759), e pretendeu-se que o Pepiri-Guaçu fosse sendo deslocado para o oriente à medida que o nome – Uruguai-Pitã – era assim transferido de um para outro rio.

Essa pretensão deu lugar a uma discussão por vezes muito apaixonada entre os segundos comissários Róscio (português) e Diego de Alvear (espanhol).

Este último, segundo as instruções do seu chefe Varela, exigiu o reconhecimento em comum do rio descoberto por Gundin, o rio que os portugueses chamavam Caudaloso, e a que os espanhóis quiseram aplicar o nome de Pepiri-Guaçu.

Exploração do rio Caudaloso, Piquirí-Guazú dos comissários espanhóis.

O principal comissário português admitiu a exploração desse rio, com o único fim de obter que os espanhóis se prestassem também a reconhecer até a sua nascente principal o verdadeiro Pepiri-Guaçu.

A exploração do rio de Gundin foi feita por Chagas Santos (português) e Oyárvide (espanhol). Este deu ao rio o nome, nunca reconhecido pelos portugueses, de Pequirí-Guazú.

As instruções de Alvear a Oyárvide, em 17 de novembro de 1789, contém estes trechos dignos de nota:[176]

> Sendo importante ao serviço de sua majestade reconhecer e levantar o mapa do rio que entendemos ser o verdadeiro Pepiri-Guaçu, descoberto por nosso geógrafo da Primeira Divisão, dom Joaquim Gundin, e que entra no Uruguai como que a 6 léguas (cerca de 40 km) a leste do Uruguai-Pitã pela margem setentrional, determinei pôr a cargo de vossa mercê a execução dessa obra, fiando-me de seu zelo e atividade seu mais cabal desempenho...
>
> Para fazer aqui um serviço de ainda maior importância se o rio, correndo muitas léguas, saísse em campo aberto, com se pode esperar do grande caudal e largura de sua boca, vossa mercê procurará averiguar, com toda diligência, ou informado e auxiliado pelos habitantes do campo, que os poderá ver, ou guiado pelas conjecturas físicas a que o induza naturalmente a vista ou configuração do terreno, se há naquelas imediações outro rio cujas vertentes confrontem e possam ligar-se com as de nosso Piquiri que, fluindo ao norte, desemboque no Iguaçu.

[176] Em Calvo, IX, 200.

A existência de tal rio, que é muito provável, poderá inclinar as cortes a escolhê-lo como lindeiro em lugar do Santo Antônio, que foi unicamente assinalado pelo tratado como fronteiriço ao qual equivocadamente os antigos demarcadores chamaram Pepiri, tomando-o como tal, e ao qual podemos chamar Pepiri-Mirim, para evitar novo erro ou equívoco...

Santo Antônio Guazú de Oyárvide, 1791.

Chagas Santos só acompanhou Oyárvide até a nascente do rio Caudaloso, ou Pequirí-Guazú. Oyárvide, prosseguindo, descobriu em 17 de junho de 1791 as nascentes de um rio a que deu o nome de San Antonio Guazú.

O reconhecimento do Santo Antônio do tratado tinha sido feito, em 1788, desde a sua foz até a cabeceira principal pelos mesmos subcomissários Chagas Santos e Oyárvide, e o do Pepiri-Guaçu por Joaquim Félix da Fonseca (português) e Cabrer (espanhol) em 1789 e 1790, desde a foz até a cabeceira de um braço oriental.

Rio Santo Antônio.

Rio Pepiri-Guaçu.

No *Diário* de Cabrer lê-se que, não tendo podido encontrar a marca na nascente principal do Santo Antônio, ele e Fonseca concluíram que o Pepiri-Guaçu recebera indevidamente esse nome e inscreveram na chapa de cobre que o geógrafo espanhol Gundin ali colocara as seguintes palavras: "*Pepiri prædato nomine vocor*, 1790."

Cabrer poderia ter feito isso, mas sem ciência de Fonseca, pois este tinha ordem expressa de não tocar nas inscrições ali colocadas em 1788.[177] O ofício de 28 de julho de 1790 de Veiga Cabral ao vice-rei do Brasil dá miúda conta do reconhecimento feito por Fonseca e não menciona esse "*Pepiri prædato nomine vocor*", que não aparece no relatório de Cabrer transcrito por Oyárvide,[178] e nunca foi citado por Alvear na sua discussão com Róscio. Cabrer escreveu o seu *Diário* muitos anos depois de terminada a demarcação.

As instruções espanholas violadas.

Todos os argumentos dos comissários espanhóis da segunda demarcação ficaram refutados na primeira parte desta exposição, porque se baseavam sobre os erros que atribuíram aos seus predecessores de 1759.

O governo espanhol não os encarregou de corrigir erros da

[177] Ordem de 8 de fevereiro de 1789, do primeiro comissário português Veiga Cabral.
[178] Em Calvo, IX, 289.

demarcação anterior, mas sim de reconhecer e demarcar os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, designados no tratado, rios que eram incontestavelmente os demarcados em 1759, como ficou provado com o exame dos mapas oficiais anteriores a 1777 e com o exame das instruções espanholas de 1778 e 1779.

O rio Uruguai-Pitã de que falam as instruções de 1779 (plano do vice-rei Vertiz) era o rio conhecido naquela data com esse nome, e cuja foz, segundo o *Diário* dos demarcadores de 1789, ficava 2⅓ léguas (cerca de 15,4 km) a leste da foz do Pepiri-Guaçu.

Os comissários deviam, *partindo da foz desse Uruguai-Pitã, descer o Uruguai*, para achar, naquela distância, a foz do Pepiri-Guaçu. Começaram transferindo para o Trigoti, cuja embocadura fica muito mais para o oriente, o nome do Uruguai-Pitã de 1759, rio a que se referiam as instruções de 1779, e foram procurar o Pepiri-Guaçu águas acima da foz desse falso Uruguai-Pitã de 1788.

O governo espanhol nunca tomou em consideração a mudança, que os seus comissários propuseram, da linha de fronteiras estabelecida no Tratado de 1777.

Na *Memória* de Oyárvide lê-se o seguinte:

"Chegado o ano de 179 sem haver ainda respostas das cortes sobre a anterior competência em dirigir a linha divisória desde o Uruguai ao Iguaçu..."[179]

E no *Diário* de Cabrer:

> Jamais a corte de Madri contestou. Ignoramos o porquê disso, mas é bem fácil de inferir. Tampouco jamais acusaram recebimento dos planos e cartas geográficas que foram remetidos até por triplicata para instrução sobre a demarcação.[180]

[179] Oyárvide, em Calvo, X, 67.

[180] Cabrer, *Diario*, Mans. I, 617; edição Militón González, II, 267. Cabrer, *Diario*, Mans. II, 132, of. de Alvear a Róscio: Santo Ângelo, 14 set., 1790. Nota: "Jamais responderam as cortes, e a quanto se consultou até agora, não responderam nenhuma palavra".

IX

O território em litígio nunca fez parte do de Misiones.

No rio da Prata o litígio atual entre o Brasil e a República Argentina é sempre denominado – questão de Misiones, – designação que alguns escritores brasileiros têm adotado nestes últimos tempos.

Do ponto de vista argentino, ela é bem aplicada porque o litígio versa sobre qual deva ser o limite oriental do território argentino chamado de Misiones; mas do ponto de vista brasileiro, e considerando-se a história geográfica da América do Sul, essa designação é imprópria e inexata, porque o território brasileiro que a República Argentina deseja adquirir com a substituição do Pepiri-Guaçu e Santo Antônio do Tratado de 1777 pelos dois rios mais orientais, inventados em 1788 e 1791, nunca fez parte da antiga província das Missões da Companhia de Jesus no Paraguai, depois chamada pelos espanhóis – província de Misiones.

No século XVI os espanhóis do Paraguai fundaram a leste do Paraná e ao norte do Iguaçu, na região que chamaram província de Guayrá, duas pequenas cidades: Guayrá, ou Ciudad Real, sobre o Pequiri, perto da confluência deste rio com o Paraná, e Vila Rica, à margem esquerda e junto à foz do Quiribataí ou Curumbataí, afluente do Guibaí, hoje Ivaí. Em princípios do século XVII, os jesuítas do Paraguai começaram a converter os índios guaranis dessa região e a

reuni-los em torno das toscas igrejas que iam levantando. As primeiras missões por eles fundadas foram as de Loreto e Santo Ignacio Miní (1610) à margem esquerda do Paranapané ou Paranapanema, afluente do Paraná; depois, estabeleceram sucessivamente as de São Xavier (1623) e São José (1624), sobre dois afluentes da margem esquerda do Tibagiba, hoje Tibagi; Ángeles (1624), na margem esquerda do Curumbataí; Encarnación (1625), São Miguel (1628) e Jesús María (1630), sobre a margem esquerda do Tibagi, e São Pedro (1627), algumas léguas a leste; São Paulo (1627) e Santo Antônio (1628) na margem direita do Guibaí ou Ivaí; Santo Tomé (1628) a leste do Curumbataí; e Concepción de los Gualachos (1628) perto das nascentes deste último rio. Na margem direita do Iguaçu, junto ao Salto Grande deste rio, fundaram a Missão de Santa María Mayor (1626).[181]

Missões dos Jesuítas no século XVII.

O já citado mapa *Paraquaria vulgo Paraguay cum adjacentibus*, oferecido ao padre Vicente Caraffa,[182] mostra os lugares que então ocupavam as missões dos jesuítas e o assento das que foram tomadas e destruídas, de 1630 a 1638, pelos paulistas.

As missões e cidades do Guayrá ficavam compreendidas entre o Iguaçu ao sul, o Paranapanema ao norte, o Paraná a oeste e a Serra dos Agudos a leste. Demoravam, portanto, ao norte do território hoje contestado.

Além das missões do Guayrá, tinham os jesuítas as seguintes em 1630, ano da primeira invasão dos brasileiros de São Paulo:

Ao ocidente do Paraná: Natividad del Acaraig (1619), Encarnación

---

[181] Nesta exposição, as datas e as posições das missões estão indicadas segundo a *Carta Ânua*, assinada em Córdoba de Tucumán a 12 de novembro de 1628 e dirigida pelo R. P. Nicolás Durán, provincial da província do Paraguai, ao R. P. Mutio Vitelesci, geral da Companhia de Jesus; e também segundo a *Historia Provintiæ Paraquariæ Societatis Jesu* pelo p. Nicolás del Techo (Nicolas Du Toict), impresso em Lille em 1673.
A *Ânua* de Nicolás Durán, dando a primeira notícia destas fundações, foi impressa em latim e em francês. Edição latina: *Litteræ annuæ provinciæ Paraquariæ Soc.*[la] *Jesu ad admodum R. P. Mutium Vittelesium ejusdem Soc.*[la] *Præpositum generalem, missæ a R. P. Nicolas Duran... Antuerpiæ... 1636.* Edição francesa: *Relation des insignes progrez de la Religion Chrestienne faits au Paraguai Province de l'Amerique Meridionale, & dans les vastes Regions de Guair & d'Vruaig nouvellement découvertes par les Peres de la Compagnie de Jesus, ès années* 1626 & 1627. *Enuoyée au R. P. Mutio Vitelesci, general de la mesme Compagnie, par le R. P. Nicolas Duran, Provincial en la Province de Paraguai... Paris, 1638*

[182] Mapa nº 1 A no Tomo VI desta Exposição.

de Itapúa (1615) e San Ignacio Guazú (1610).

Entre o Paraná e o Uruguai: à margem esquerda do primeiro desses rios, Corpus (1622), e à margem direita do segundo, começando pela mais meridional, Reyes del Yapejú (1626), Concepción (1620), São Xavier (1629) e Asumpción del Acaraguay ou Acarana (1630). Esta última foi a missão mais próxima que os jesuítas tiveram do rio Pepiri. Dela se tratará adiante.

Ao oriente do Uruguai: São Nicolau (1626) sobre o Piratini; Candelaria de Caazapamini (1627), entre o Ijuí e o Piratini; e Mártires de Caaró (1628), no Ijuí-Mirim.

Conquista da Guayrá e do Rio Grande do Sul pelos paulistas.

Em 1630 e 1631, os paulistas, dirigidos por Antonio Raposo Tavares, e pelos subchefes Frederico de Melo, Antonio Bicudo, Simão Álvares e Manuel Morato, atacaram e destruíram, na província de Guayrá, as missões de São Miguel, Santo Antônio, Jesús María, São Paulo, São Xavier, São Pedro e Concepción de los Gualachos. "Vimos", diziam eles, "expulsar-vos de toda esta região, porque estas terras são nossas, e não do rei da Espanha."[183]

Reunindo então em Loreto e Santo Ignacio Miní os índios fugitivos das outras missões, resolveram os jesuítas abandonar a província do Guayrá, e estabelecer esses índios no território compreendido entre o Paraná e o Uruguai. A transmigração de 12.000 catecúmenos que restavam efetuou-se em 1631 sob a direção do padre Montoya, e como os índios caingangs ou coroados, senhores das margens do Iguaçu e do Uruguai acima dos Saltos Grandes desses rios, tornavam impossível a viagem por terra, foi ela empreendida por água, descendo o Paranapanema e o Paraná em setecentas balsas. Com esses emigrantes foram fundadas então as missões de Loreto e Santo Ignacio Miní, perto da margem esquerda do Paraná, ao sul de Corpus.

No ano de 1632 os paulistas tomaram Vila Rica e Ciudad Real, e no ano seguinte, dirigindo-se eles para a foz do Iguaçu, foram precipitadamente evacuadas as missões de Santa María Mayor, junto ao Salto Grande desse rio, e a de Natividad do Acaraig.

Desde então (1633), ficaram os paulistas senhores de todo o território a leste do Paraná e ao norte do Iguaçu. No ano anterior já os

[183] Venimos a echarlos de toda esta región porque esta tierra es nuestra, y no del Rey de España." (Montoya, *Conquista Espiritual,* Madri, 1639, § 35).

paulistas tinham transposto o Alto Paraná, desalojado os jesuítas das posições que ocupavam a oeste do rio Pardo, em Mato Grosso (missões de Itatines), e destruído a cidade espanhola de Santiago de Jerez, situada sobre uma chapada da serra de Amambaí.[184]

Em 1631, começaram os jesuítas do Paraguai a estender os seus estabelecimentos ao oriente do Uruguai, onde possuíam, como ficou dito, três missões. Em 1636 elas já eram quinze, compreendidas entre o Uruguai a oeste; o Ijuí (então Iiuií) e a Serra Geral ao norte; o Ibicuí (então Ibiqüiti) e o Jacuí (Igaí) ao sul; e o Taquari (nesse tempo Tebiquari) a leste. À parte oriental desse território, davam os jesuítas o nome de província do Tape.

Estas eram as missões, começando pelas mais orientais: à margem direita do rio Pardo (nesse tempo Iequi ou rio Verde), São Cristóval (1634) e Jesús María (1633); à margem esquerda e perto das cabeceiras do mesmo rio, São Joaquim (1633). No Passo do Jacuí, margem esquerda do rio desse nome, Santana (1633). Natividad (1632), à direita do Araricá. Santa Teresa (1633), perto das nascentes do Jacuí, não longe do lugar em que está hoje a cidade brasileira de Cruz Alta. São Carlos de Caapí (1631), nas cabeceiras do Ijuí-Guaçu; Apóstoles de Caazapaguaçu (1631), na margem direita o Ijuí-Mirim. Mártires de Caaró (1628) e Candelaria de Caazapamini (1627) entre o Ijuí e o Piratini. São Nicolau (1626) à margem esquerda perto da foz do Piratini no Uruguai. Santo Tomé (1633) à margem direita do Itu (então Tibiquaci), afluente do Ibicuí. E São José de Itacuatiá (1633), São Miguel (1632) e São Cosme e Damião (1634), ao norte do Ibicuí.

Todos esses estabelecimentos foram tomados pelos paulistas, sob o comando de Raposo Tavares, ou abandonados pelos jesuítas e seus índios, depois de renhidos combates feridos em Jesús María e São Cristóval, em 1636, e em Caaró, Caazapaguaçu, Caazapaminí e São Nicolau, em 1638. Os jesuítas conduziram para o lado ocidental do Uruguai os índios que puderam escapar à catástrofe, incorporando-os aos das antigas missões que ali mantinham ou formando outras que tomaram os nomes das que acabavam de ser destruídas. Foi então que se estabeleceram entre o Uruguai e o Paraná, as de Santo Tomé, Apóstoles,

[184] O mapa nº 1 A dá as ruínas da primeira cidade de Jerez, fundada em 1579 à margem direita do Mboteteí e evacuada pouco depois. A segunda Jerez foi fundada em 1593 à margem direita do Mondego e mudada em 1625 para uma chapada da serra de Amambaí, chamada então Llanos de Yaguarí. Esta foi a Jerez atacada pelos paulistas em 1632.

São Carlos, São José, Candelaria, Mártires, São Cosme, Santana, São Nicolau e São Miguel.

A de Asumpción, fundada em 1630 na margem direita do Uruguai e do Acaraguay ou Acarana,[185] foi transferida em 1637 para a foz do Mbororé,[186] porque aquela posição pareceu aos jesuítas muito exposta aos ataques dos paulistas, que transitavam livremente pelo território hoje contestado, conhecido então por Ibituruna, segundo antigo roteiro dos mesmos paulistas.

Os índios caingangs ou coroados, que habitavam esse território e os extensos bosques ao sul do Uruguai, ao oriente do Salto Grande, eram inimigos irreconciliáveis dos guaranis, e não permitiam que estes e os jesuítas espanhóis se aproximassem, ao passo que deixavam franco o caminho para os paulistas e até os auxiliavam em seus ataques contra as missões.

Os guaranis do Paraguai e tupis do Brasil falavam e falam todos a língua *abañeenga* ("língua dos homens"), denominada pelos portugueses – língua geral dos Brasis – porém mais conhecida hoje pelo nome de *guarani*, que lhe deram os jesuítas do Paraguai. Os caingangs ou coroados, impropriamente denominados Tupis pelos jesuítas do Paraguai e pelos espanhóis, falam língua muito diferente do abañeenga, e estão compreendidos no grupo dos crens ou guerengs, segundo a classificação de Martius, aceita por todos os antropologistas.[187] Isso explica os nomes geográficos da região a leste do Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, desde o Campo Erê até o lado oriental do Chopim e Chapecó.

Desse território hoje contestado, partiu, em março de 1641, descendo o Uruguai em 300 canoas, a expedição que, segundo os cronistas da Companhia de Jesus, se compunha de 400 paulistas e 2.700 índios aliados, e foi destroçada no ataque de Mbororé, onde os jesuítas a esperaram com um exército de 4.000 guaranis.[188] Apesar, porém, da vitória, verdadeira ou suposta, os índios da missão de Asumpción de Mbororé abandonaram imediatamente esse lugar, como já haviam

[185] G7 no mapa nº 29 A (tomo VI).

[186] H7 no mesmo mapa.

[187] Martius, *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas, zumal Brasiliens,* Leipzig, 1867, 2 vol. *in* 8º e Rio Branco e Zaborowski, *L'Anthropologic,* no *Le Brésil par* E. Levasseur, *Membre de l'Institut... Extrait de la Grande Encyclopédie,* Paris, 1889, 1 vol. *in fol.*

[188] Schirmbeck, *Messis Paraquariensis*, Munich, 1649, p. 4; Techo, *Hist. Prov. Paraquariæ*, Liv. XIII, § 7º.

Os paulistas no território hoje contestado.

abandonado o Acaraguay, e foram incorporar-se aos da missão de Yapejú, a mais meridional das do Uruguai. Em 1657 deixaram Yapejú para ir fundar um pouco ao sul da foz do Aguapeí a povoação de La Cruz.

Entrincheiramento dos paulistas no Apiterebi.

No mesmo ano do combate de Mbororé, os jesuítas das missões entre o Uruguai e Paraná foram com os seus índios atacar dois fortes que os paulistas ocupavam, um no Tabati, outro no Apiterebi.

O Tabati, onde antes estivera a missão de São Xavier, é o afluente da margem esquerda do Uruguai a que os jesuítas davam o nome de Yaguarape nos seus mapas de 1722 e 1732, e que em 1759, segundo os demarcadores portugueses e espanhóis, era conhecido por Itapuã. Hoje tem o nome de Camandaí.[189]

O rio que os jesuítas chamavam então Apiterebi era, como ficou provado, o primeiro acima do Salto Grande, isto é, o que os paulistas conheciam por Pequiri ou Pepiri. Os jesuítas aplicavam este último nome ao Mandií-Guaçu de 1759, hoje Soberbio,[190] abaixo do mesmo Salto Grande.

Estivesse, porém, o entrincheiramento de que se trata no artigo e suposto Apiterebi dos jesuítas, ou no pequeno rio a leste que ainda hoje conserva esse nome,[191] o importante é que no território hoje em litígio já esses brasileiros ocupavam em 1641 uma posição fortificada, segundo o padre Lozano, cronista da Companhia de Jesus na província do Paraguai. Diz ele que os guaranis das missões, depois de tomarem o forte do Tabati, foram atacar o do Apiterebi. "Passaram rapidamente a outro forte chamado Apiterebi e, atacando-o, obrigaram os mamelucos[192] a porem-se em fuga, deixando nele o que tinham de provisões, munições, e cativos e fugiram tão cheios de medo, que jamais para o futuro, até o dia de hoje*, se atreveram a infestar a província do Uruguai…"[193]

Nesta última informação enganou-se o padre Lozano, pois ele

---

189 H7 mapa nº 29 A, no vol. VI.

190 F 9 no mesmo mapa.

191 F 10, no mapa nº 29 A.

192 No Brasil são chamados *mamelucos* os mestiços resultantes do cruzamento das raças caucásica e americana. O nome é corrução de *membyruca*, que significa filho de mãe indígena. Esses mamelucos eram sempre muito numerosos nas expedições de São Paulo.
As expedições tinham o nome de *bandeiras* e o seu pessoal o de *bandeirantes*.

* Isto é, 1745. (N.E.)

193 *Historia de la Conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucumán, escrita por el P. Pedro*

próprio refere, em outro lugar da sua obra, que no dia 9 de março de 1652 os paulistas, repartidos em quatro corpos, atacaram novamente as missões entre o Uruguai e o Paraná, o que é confirmado por diversos cronistas e alguns documentos ainda inéditos.[194]

As crônicas e relações, impressas ou manuscritas, dos jesuítas do Paraguai e as de São Paulo, no Brasil, dão testemunho de que pouco depois de expulsos os espanhóis e seus missionários da província do Guayrá (1630-1632), ou, – para precisar mais, – desde 1636 e 1638, todo o território limitado a leste pelo Paraná e ao sul pelo Uruguai era dominado pelos paulistas. Depois de 1638 eles percorriam livremente todas as terras que se estendem ao sul e a leste do Uruguai, onde apenas duas vezes foram atacados: a primeira em 1639, em Caazapaminí, entre o Ijuí e o Piratini,[195] e a segunda em 1641, no forte do Tabati, como já se disse. Do segundo desses combates não dão notícias as crônicas de São Paulo. No primeiro (19 de janeiro de 1639), sabe-se que ambos os lados se declararam vencedores. Os paulistas eram comandados por Antonio Bicudo, e os espanhóis e guaranis pelo governador do Paraguai, dom Pedro Lugo, e pelo padre Alfaro, que foi morto nessa jornada.

Um antigo roteiro paulista, conservado até hoje e citado por Varnhagen, visconde de Porto Seguro,[196] fala no morro ou serra de Bituruna, "que vai afocinhar no Uruguai", e no campo que ali se estende. Varnhagen diz que esse roteiro é prova evidente de que os antigos paulistas conheceram a região modernamente chamada Campo de Palmas, mas essa prova, como acaba de ser demonstrado, não é a única. Ibituruna era, com efeito, o nome dado no século XVII à região entre o Uruguai e o Iguaçu,[197] e os montes Bituruna do roteiro paulista não podiam ser senão os da divisória das águas que correm para aqueles dois rios. Essas elevações do terreno ligam-se, a oeste das nascentes do

Lozano, de la Compañía de Jesús. Terminada em 1745, só foi impressa em Buenos Aires em 1874 por dom Andrés Lamas, formando três vols. *in* 8º gr. O trecho citado é do Cap. XVI, Liv. III, no vol. III, p. 430.

194 Lozano, Cap. XIII, Liv. III, no III vol., p. 324; *Lettres Édifiantes*, tomo XXI, de 1734, p. 368; Charlevoix, *Histoire du Paraguay*, Paris, 1756, 3 vol. *in* 4º, vol. II, p. 127. É desnecessário fazer outras citações.

195 "... in Caasapaminiensem agrum", diz Techo (Liv. XII, § 31). Charlevoix enganou-se escrevendo Caarupáguazú.

196 Visconde de Porto Seguro (Varnhagen), *Historia Geral do Brasil*, 2ª ed., p. 852.

197 Mapa nº 1, Tomo V e nº 1 A, Tomo VI.

Pepiri-Guaçu, com outras que, começando no Salto Grande do Iguaçu, vão terminar no do Uruguai.

Tendo reconquistado os territórios que entendiam pertencer-lhes, passaram os paulistas a empregar-se principalmente no descobrimento e exploração das minas de ouro no interior do Brasil (Minas Gerais e Goiás), e no extremo oeste (Mato Grosso). Puderam assim os jesuítas voltar ao lado oriental do Uruguai, transferindo para aí em 1687 as missões de San Nicolás e São Miguel e criando cinco outras: São Luís Gonzaga (1687), São Borja (1690), São Lourenço (1691), São João Bautista (1698), e Santo Angelo (1706).

Esta última, ao norte do Ijuí[198] era a mais próxima do atual território contestado, mas ficavam de permeio os extensos bosques da margem esquerda do Uruguai habitados por selvagens.

Desde 1706 nunca mais variaram os limites orientais e setentrionais da ocupação espanhola no território chamado de Misiones. Ao sul do Uruguai os bosques ocupados pelos selvagens fechavam qualquer comunicação com o território hoje reclamado. Ao ocidente e ao norte desse rio, São Xavier, sobre a sua margem direta,[199] e Corpus, sobre a esquerda do Paraná,[200] continuaram a ser, como eram desde 1641, as posições espanholas mais avançadas e próximas da fronteira do Brasil no Pequiri ou Pepiri, depois Pepiri-Guaçu.

Limites das missões espanholas, 1706.

O afluente Mbororé[201] ficou sendo o limite das possessões espanholas no Alto Uruguai. Daí para cima não se aventuravam por terra os índios de Misiones. Em 1759 ainda subiam em canoas até o Itacaraí,[202] mas em 1788 já não se aproximavam tanto da fronteira do Brasil no território agora reclamado.

Tudo isto é afirmado pelos comissários espanhóis que fizeram as duas demarcações em virtude dos Tratados de 1750 e 1777.

Dois trechos do *Diário* espanhol da primeira demarcação relativos ao Mbororé e ao Itacaraí já foram transcritos (p. 111).

Na *Memória* de Oyárvide lê-se o seguinte em nota extraída do

198 I 9 no mapa nº 29 A.
199 H 6, no mapa nº 29 A.
200 F 5, no mesmo mapa.
201 H 7, *ibidem*.
202 F 10, *ibidem*.

Diário espanhol de 1788:

> Até o arroio Itacaraí, dizem os demarcadores passados, chegam os índios das povoações à coleta da erva, que embalam e conduzem rio baixo em balsas... *No presente, já não se estendem tanto,* pois, mais próximos ao povoado de São Xavier fazem sua coleta da dita erva mate.[203]

E no *Diário* de 1789:

> Por fim, chegamos a um rio de bastante caudal de água que *os guias chamam Cebollatí, e desde aqui para o norte já não têm conhecimento dos terrenos,* pois desde este rio para o sul é que só chegam os ervais a que costumam vir a fazer suas coletas...[204]

Este rio Cebollatí,[205] afluente da margem esquerda do Uruguai, é o que no tempo da anterior demarcação, em 1759, era conhecido por Paricaí e nos mapas de 1722 e 1732 dos jesuítas, assim como nos de d'Anville e no "das Cortes", figura com o nome de Uruguai-Pitã, abaixo do Salto Grande, como ficou demonstrado.

Até meados do século XVIII os jesuítas de Misiones mantiveram no Uruguai junto ao Iaboti ou Pepirí-Miní,[206] – acima do Itacaraí, porém a oeste do Salto Grande do Uruguai, e, portanto, do Pepiri ou Pequiri, – um posto de observação para dar aviso dos movimentos dos brasileiros de São Paulo, ou paulistas.

O fato é confirmado em um trecho já citado do *Diário* dos comissários espanhóis na demarcação de 1759 (p. 112 neste volume).

Quando os espanhóis da segunda demarcação não podiam encontrar um só prático que conhecesse o Uruguai da foz do Cebollatí, hoje rio Turvo, para cima, e menos ainda o território hoje contestado entre o Uruguai e o Iguaçu, o marquês de Loreto, vice-rei do Rio da Prata, escrevia na data de 13 de novembro de 1788:

---

[203] *Memória de* Oyárvide, em Calvo, *Recueil Complet de Traités*, t. X, 74.
[204] Mesma *Memória*, em Calvo, t. IX, 188.
[205] F 10, no mapa nº 29 A.
[206] *Ibidem*.

> ... ordenam as reais instruções que as partidas levem práticos, nesta atenção, se o comissário português não os tiver, devemos presumir que de propósito e por algum fim particular não os buscou, pois deste terreno poderia obter práticos mais hábeis que os nossos, porque os paulistas navegaram no Iguaçu até sua entrada no Paraná, e ainda parte deste, águas abaixo, até Misiones; e por terra fizeram várias entradas por todos esses distritos, o qual também confirma o caminho que vossa mercê refere haver sido encontrado para subir até o Salto Grande do Paraná, aberto na floresta, há poucos anos, por ditos paulistas que baixaram a examinar essas regiões.[207]

Os comissários portugueses e espanhóis, no século passado[*], e os brasileiros da Comissão Mista nomeada em virtude do Tratado de 1885 encontraram em vários pontos do território em litígio sinais evidentes da dominação brasileira no século XVII.

No *Diário* da primeira demarcação lê-se com a data de 6 de março de 1759:

> Não distante deste segundo recife se achou na margem um morteiro, isto é, pilão velho, que pelo seu feitio conheceram os paulistas ser dos seus compatriotas, que o deixaram em alguma das suas antigas malocas, isto é, das incursões que faziam contra os índios destes povoados e também se viu um pequeno roçado de muitos anos, que se atribuiu aos mesmos.

No *Diário* espanhol da segunda demarcação, encontra-se este trecho com referência ao acampamento de 11 de dezembro de 1789 entre o arroio da corredeira comprida, a oeste, e a foz do Chapecó (Pequirí-Guazú dos argentinos), a leste:[208]

> ... e aqui dormimos, em 11 de dezembro, e encontramos vários cacos de panelas de barro bem cozido e com ornamentos que sem dúvida devem ser de paulistas quando frequentavam este rio, para fazer suas correrias aos povos das missões...[209]

---

[207] Ofício do marquês de Loreto ao comissário espanhol Diego de Alvear, em Cabrer, *Diario de la Segunda Subdivicion de Limites Española*, Manuscrito, vol. I, p. 611, e em Militón González, *El Limite Oriental del Territorio de Misiones*, vol. II, p. 262.
O manuscrito de Cabrer, assinado pelo autor, pertence ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e está sob a guarda da Missão Especial brasileira em Washington.

[*] Século XVIII. (N.E.)

[208] F 4 no mapa nº 25 A, e F 12 no nº 29 A.

[209] Oyárvide, *Memoria*, em Calvo, IX, 213.

Perto das cabeceiras do rio Saudade, afluente ocidental do Chapecó, e na longitude da foz deste rio, encontram-se ainda hoje, no Campo Erê, os chamados muros, que evidentemente são restos de fortificação antiga. No alto de uma colina vê-se aí um cone truncado, cuja parte superior é formada por uma plataforma de 36 metros de diâmetro, e cujo talude apresenta hoje três metros de altura. O primeiro comissário brasileiro explorou pessoalmente o lugar em 1887 e mandou fazer escavações nas vizinhanças, verificando que em torno dessa posição tinha havido um entrincheiramento formado por uma dupla estacada circular revestida de terra.

Assim, pois, além do forte do Pepiri, a que os jesuítas chamavam a princípio Apiteribi, tiveram os paulistas nesse território outro acampamento entrincheirado.

Os índios do Brasil, do Paraguai e do rio da Prata não faziam construções de terra ou de pedra. Suas aldeias eram protegidas apenas por uma estacada circular. Só na foz do Amazonas, e na ilha de Marajó, que em tempos pré-colombianos foi habitada por povo de civilização mais adiantada, se encontram algumas colinas artificiais que serviram de estações funerárias.

Não podem ser atribuídas aos espanhóis ou aos jesuítas da província do Paraguai as antigas fortificações de que se trata. Os últimos nunca tiveram missões ou estabelecimentos nesse território, e sempre se conservaram muito apartados dele, mantendo apenas em suas proximidades o destacamento de que se fez menção, para espreitar os paulistas. O caminho seguido na transmigração de 1631 mostra o cuidado com que os missionários evitavam a passagem por esse território. Só dez anos depois, quando foram atacar o forte dos paulistas no Pepiri, estiveram acidentalmente os guaranis de missões nessa fronteira do Brasil. Os espanhóis, porém, nunca pisaram o território hoje contestado e suas vizinhanças senão nas duas ocasiões em que foram com os portugueses fazer a demarcação determinada pelos tratados de 1750 e 1777.

Os espanhóis nunca pisaram o território hoje contestado.

Não há documento algum com que se possa demonstrar a presença de outros espanhóis nesse território durante os três séculos que formam o período colonial.

Em alguns mapas modernos espanhóis e argentinos, está traçado erradamente ao longo do rio Iguaçu o percurso da célebre expedição

espanhola dirigida por Álvar Nuñez Cabeza de Vaca, adelantado e governador do Rio da Prata, a qual, partindo em fins de 1541 do litoral de Santa Catarina, seguiu por terra até a cidade de Assunção do Paraguai, e chegou ao seu destino no ano seguinte.

O mapa VI do *Atlas de la Confédération Argentine* por Martin de Moussy figura esse caminho pela margem setentrional do Iguaçu; a *Carta Geographica de la Provincia de Corrientes*, datada de 1865,[210] e a *Carta* construída em 1802 por Cabrer[211] representam-no pela margem meridional, passando, portanto, através do território em litígio. Mas no próprio mapa de Cabrer há uma nota do autor descrevendo com exatidão o itinerário.

Ultimamente querendo corrigir o engano de um escritor brasileiro, o qual supôs que Cabeza de Vaca tivesse passado pelo antigo Pequiri ou Pepiri, afluente do Uruguai, pretendeu o doutor Zeballos demonstrar que, segundo a direção da marcha, a expedição espanhola só podia ter atravessado o Chapecó ou Pequirí-Guazú para chegar ao rio Iguaçu.

Disse o distinto escritor argentino:

> Se traçarmos no mapa oficial das missões em litígio este caminho, que tinha a direção ONO tão sinuosa quanto se queira, cortando o Pequiri-Guaçu (que os argentinos sustentam), nos levará ao Iguaçu. Se, no entanto, o desenharmos desde o Pequiri que os brasileiros pretendem, o caminho conduzirá forçosamente ao rio Paraná, abaixo do Uruguai-Pitã, sem alcançar o Iguaçu, se não se modifica para o norte o rumo da expedição. Logo, o rio Pequiri que Alvar Nuñez cruzou foi o do leste, isto é, o dos argentinos, e fica demonstrado com a citação mesma daquele célebre adelantado, trazida pelo barão de Capanema que, em 1541, conheciam os espanhóis e os portugueses por rio Pequiri o que deságua no Uruguai acima do Uruguai-Pitã...[212]

Os contendores nessa discussão, tanto o brasileiro como o argentino, enganaram-se confundindo dois rios homônimos: um, o Pequiri, afluente da margem esquerda do Paraná, que foi o rio atravessado por Cabeza de

[210] Reproduzida com o nº 24 A, tomo VI.

[211] O original manuscrito, pertencente ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, está sob a guarda da Missão Especial do Brasil em Washington.

[212] *Misiones*, § VI, artigos escritos e assinados pelo doutor Estanislau S. Zeballos, publicados na *Prensa* de Buenos Aires (abril de 1892) e depois em um folheto editado por Peuser.

Vaca, e, outro, o afluente da direita do Uruguai, que teve aquele nome, mas de que não havia notícia alguma no tempo da expedição de que se trata.

É fácil mostrar que esses espanhóis não pisaram ponto algum o território hoje contestado, e, portanto, não podiam ter visto nem o Chapecó, como afirma o doutor Zeballos, nem o Pepiri-Guaçu, antigo Pepiri ou Pequiri, como supôs o seu contendor brasileiro. Basta percorrer os capítulos VI a XI dos *Comentarios* escritos por Pero Hernández, secretário do governador Cabeza de Vaca.[213] Neles se vê que a expedição partiu do rio Itabucu, hoje Itapucu, no litoral de Santa Catarina, subiu a cadeia marítima chamada Serra do Mar, entrou pelos campos do planalto de Curitiba, passou da margem esquerda para a direita do Iguaçu, atravessou o Tibagi (Tibagí, cap. VII), e continuou pela margem esquerda deste afluente do Paranapanema no rumo de NNO. Depois, atravessou outros rios, entre os quais o Pequiri, *afluente do Paraná*, e seguindo no rumo do sul, paralelamente ao curso deste último rio, alcançou a margem direita do Iguaçu logo acima do seu Salto Grande. Desceu então o Iguaçu até a sua confluência no Paraná, transpôs este rio e prosseguiu através do Paraguai.

Todos os historiadores espanhóis que trataram desta expedição traduziram perfeitamente os *Comentarios* de Pero Hernández. O mais antigo cronista do Paraguai e Rio da Prata, Ruí Diáz de Guzmán, também a descreve exatamente, pelo Atibajiva (os *Comentarios* dizem – Tibagí), Ubaí (Ivaí), Pequiri, e depois ao longo do Paraná, na direção sul.[214] Os cartógrafos holandeses e franceses dos séculos XVI e XVII inscreveram logo nos seus mapas do Paraguai os rios e aldeias de índios e os principais nomes geográficos e etnográficos citados por Pero Hernández.[215]

Outro tanto se pode dizer de todos os historiadores modernos

---

[213] *Comentarios de Alvar Núñez Cabeza de Vaca, adelantado y gobernador de la provincia del Rio de la Plata. Scriptos por Pero Hernández escribano y secretario de la provincia...* Valladolid, 1555, *in*-4º.
A Biblioteca do Congresso em Washington possui esta e outra edição. Há uma tradução francesa, publicada em 1837 por Ternaux Compans.

[214] *Historia Argentina del descubrimiento, población y conquista de las Provincias del Rio de la Plata*, de Rui Díaz de Guzmán (Lib. II, Cap. I), escrita e terminada em Charcas em 1612, e impressa por Ángelis na sua *Colección de Obras y Documentos relativos á la Historia antigua y moderna de las Provincias del Rio de la Plata* (tomo I, Buenos Aires, 1836).

[215] Entre outros, os mapas do Paraguai por Jodocus Hondius, J. Janssonius e G. Blaeu, nos quais se encontram estes nomes citados pela primeira vez nos *Comentarios:* Ytabuca (Ytabucû nos *Comentarios*), Anniriri (Añirirí), Cipopay (Cipoyay), Tocanguazu, (Tocanguaçú), Tibagí, Taquari, Abangobí, Tocanguzir (Tocangucir), aos 24º30' de latitude segundo os *Comentarios*,

que escreveram sobre esta expedição depois de ler os *Comentarios*, redigidos sob as vistas de Cabeza de Vaca, que são a primeira e única fonte incontestável de informação. Nesse número está o doutor Luís Domínguez, que foi enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República Argentina em Londres.[216]

O ilustre autor do folheto *Misiones* equivocou-se supondo encontrar para o território hoje contestado um descobridor espanhol e afirmando que em 1541 portugueses e espanhóis conheciam com o nome de rio "Pequiri o que deságua acima do Uruguai-Pitã".

A expedição espanhola de 1541 não avistou sequer esse território, e nos próprios *Comentarios* encontra-se menção dos portugueses que dez anos antes por ali passaram, descendo o Iguaçu, quando, a mandado de Martim Afonso de Souza, capitão-mor da esquadra portuguesa no Brasil, iam ao descobrimento do interior.

Lozano afirmou em 1745 que espanhóis nunca viram o Pepiri[217] e o Pepiri de Lozano e dos jesuítas era um rio do atual território argentino de Misiones.

O território contestado foi certamente descoberto por brasileiros e fez sempre parte integrante do Brasil. Da sua ocupação administrativa se dará informação adiante.

Piquerí, afluente do Paraná, e o rio Yguaçú (Iguaçû) com o seu salto.

[216] *História Argentina por* Luís L. Domínguez, 4ª ed., Buenos Aires, 1870, p. 58.

[217] *Historia de la Conquista del Paraguay*, lib. 1, cap. 2º.

X

A reclamação argentina sobre o território brasileiro a leste do Pepiri-Guaçu e do Santo Antônio é de data muito recente.

Primeira negociação para um Tratado de Limites.

Em 1857, por iniciativa do governo brasileiro, abriu-se na cidade do Paraná (Entre Rios), que era a capital provisória da Confederação Argentina, a primeira negociação para um tratado de limites entre os dois países.

Começaram as conferências em fins de outubro desse ano, sendo plenipotenciário do Brasil o conselheiro Paranhos, depois visconde do Rio Branco, e plenipotenciários da Confederação Argentina o ministro do Interior, doutor Santiago Derqui, e o das Relações Exteriores, doutor Bernabé López.

A 26 de novembro o plenipotenciário brasileiro apresentou uma *Memória* em que expôs resumidamente os princípios defendidos pelo seu governo no ajuste das questões de limites com os Estados de origem espanhola, a divergência ocorrida entre os comissários de Portugal e Espanha na demarcação feita em virtude do Tratado de 1777, e o direito do Brasil à linha do Pepiri-Guaçu e Santo Antônio demarcada em 1759 e 1760.

Tratado de 1857.

A 14 de dezembro desse mesmo ano de 1857 assinaram os plenipotenciários um tratado cujos primeiros artigos descreviam a fronteira do seguinte modo:

Artigo 1º. As duas altas partes contratantes, estando de acordo em fixar os seus respectivos limites, convêm em declarar e reconhecer como fronteira do Brasil e da Confederação Argentina, entre os rios Uruguai e Paraná, a que abaixo se designa:

O território do Império do Brasil divide-se do da Confederação Argentina pelo rio Uruguai, pertencendo toda a margem direita ou ocidental à Confederação, e a esquerda ou oriental ao Brasil, desde a foz do afluente Quaraí até a do Pepiri-Guaçu, aonde as possessões brasileiras ocupam as duas margens do Uruguai.

Segue a linha divisória pelas águas do Pepirí-Guaçu até a sua origem principal; desde esta continua, pelo mais alto do terreno, a encontrar a cabeceira principal do Santo Antônio até a sua entrada no Iguaçu, ou rio Grande de Curitiba, e por este até a sua confluência com o Paraná.

O terreno que os rios Pepiri-Guaçu, Santo Antônio e Iguaçu separam para o lado do oriente pertence ao Brasil, e para o lado do ocidente à Confederação Argentina, sendo do domínio comum das duas nações as águas dos ditos dois primeiros rios em todo o seu curso, e as do Iguaçu somente desde a confluência do Santo Antônio até o Paraná.

Artigo 2º. As duas altas partes contratantes declaram, para evitar qualquer dúvida, posto que as designações do artigo 1º sejam hoje bem conhecidas, que os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, de que fala o dito artigo, são os que foram reconhecidos em 1759 pelos demarcadores do Tratado de 13 de janeiro de 1750, celebrado entre Portugal e Espanha.

O Tratado de 1857 aprovado pelo Congresso argentino.

Este tratado foi discutido e aprovado pelo Senado argentino em sessão secreta de 28 de julho de 1858 e pela Câmara dos Deputados em outra sessão secreta, a 24 de setembro do mesmo ano. Dois dias depois era a Lei aprobativa promulgada nos seguintes termos:

O Senado e a Câmara dos Deputados da Confederação Argentina, reunidos em Congresso, sancionam com força de Lei:

Artigo 1º. Aprovam-se as estipulações contidas nos cinco artigos do tratado de

limites, entre o Poder Executivo Nacional e sua majestade o imperador do Brasil, por meio de seus respectivos plenipotenciários, nesta capital em 14 de dezembro de 1857.

Artigo 2º. Fica entendido que os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, que são designados como limites no artigo 1º do tratado, são os que se encontram mais ao oriente com esses nomes, segundo consta da operação a que se refere o artigo 2º do mesmo.

Artigo 3º. Comunique-se ao Poder Executivo.

Sala de Sessões do Congresso no Paraná, capital provisória da Nação Argentina, em 24 de setembro de 1858.

Pascual Echague – Carlos M. Saravia, secretário – Mateo Luque – Benjamín de Igarzábal, secretário.

Ministério das Relações Exteriores – Paraná, 26 de setembro de 1858.
Considere-se lei e se publique.

Urquiza.
Bernabé López."[218]

Discussão relativa à troca das ratificações.

O governo argentino deixou vencer-se o segundo prazo que pedira em nota de 10 de setembro de 1858 para a troca das ratificações do tratado. Em 14 de junho do ano seguinte, o ministro das Relações Exteriores, Bedoya, anunciava à Legação brasileira no Paraná que o governo argentino resolvera adiar essa formalidade para depois da conclusão da pendência com a província de Buenos Aires:

... sua excelência o senhor vice-presidente[219]... ordenou-me escrever-lhe que, no interesse de que a ratificação dos tratados pendentes sobre extradição e limites tenha o êxito que o governo da Confederação deseja vivamente, crê conveniente escusar por agora abrir uma nova negociação para a prorrogação indispensável

[218] Transcrito da *Memória do Ministério das Relações Exteriores,* Buenos Aires, 1892, p. 27.
[219] Salvador María del Carril, no impedimento do presidente, general Urquiza.

do tempo em que deve verificar-se aquele ato, diferindo-o até a conclusão da questão com Buenos Aires.

Outro trecho da mesma nota explica o motivo desse adiamento *sine die:*

Esse resultado desfavorável que o governo deseja evitar, dizia o ministro das Relações Exteriores, "se apresentará a vossa excelência com maior grau de probabilidade, se recordar a séria oposição que o governo encontrou nas Câmaras, apesar de que a discussão se fazia sob a impressão de que a sanção daqueles tratados levava implícita a condição de que o governo de sua majestade imperial prestaria ao da Confederação sua cooperação moral e material para obter a reincorporação de Buenos Aires ao seio da nação.

Porque não foi ratificado o Tratado de 1857.

Com esse adiamento esperava-se arrastar o Brasil a intervir nos negócios internos da Confederação auxiliando o general Urquiza a submeter pelas armas a província de Buenos Aires. O governo brasileiro, porém, preferiu manter-se inteiramente estranho à guerra civil.

O conselheiro J. M. do Amaral, então ministro do Brasil no Paraná, respondeu no dia 1º de agosto à nota argentina de 14 de junho de 1859.

"O tratado de limites", disse ele, reconhece a fronteira que é assinalada, assim pelo *uti possidetis* dos dois países, como pelas antigas estipulações entre Portugal e Espanha.

É a mesma linha divisória que se vê traçada na *Carta Corographica* da Confederação, há pouco publicada por ordem do governo argentino.

(...)

O governo imperial, assim como o abaixo assinado, sente profundamente que ajustes de uma tal natureza, há tanto tempo iniciados e celebrados quando ainda subsistia a paz no seio da Confederação Argentina, parecessem ao Congresso argentino preliminares de estipulações que lhe eram inteiramente estranhos. Esta presunção, porém, se por acaso influiu em alguns ânimos, não podia influir mais do que a justiça dos próprios atos que se tratava de aprovar, os interesses permanentes que eles garantem, e a importância das boas relações entre o Brasil e a Confederação Argentina.

O governo de sua majestade se compraz, pois, em crer que o voto do Congresso foi ditado pelo exato apreço daqueles ajustes, e que, se alguma influência externa atuou em seu ânimo, foi o juízo do governo supremo da Confederação, tão amigavelmente expresso nas seguintes palavras da mensagem do 1º de maio do ano passado:

O governo de sua majestade o imperador do Brasil nos deu um testemunho inequívoco do desejo de estreitar cada vez mais os laços que unem o Império à Confederação Argentina. Ambos governos, de acordo com tão ilustradas e patrióticas intenções, ajustaram algumas convenções reclamadas pelas relações de fronteira, o comércio recíproco e a navegação fluvial, no interesse comum e no das demais nações.

Uma missão especial, com essa finalidade, foi enviada a esta capital, e graças às boas disposições de ambos os governos e ao mérito de seus dignos plenipotenciários, concordou-se na necessidade que ambos os países sentiam de tratados que fixassem definitivamente sua fronteira respectiva, assegurassem a extradição de criminosos e aplicassem aos grandes afluentes do Prata os princípios que, na Europa, regem a navegação fluvial.

Aprovados como se acham esses ajustes pelo governo e pelo Congresso da Confederação, o que falta para que eles tenham pleno efeito? Unicamente a troca das respectivas ratificações.

O prazo marcado para esta formalidade expirou, e é este o obstáculo que vê o governo argentino para a conclusão de tão necessários e solenes acordos.

O abaixo assinado roga, em nome do seu governo, que o da Confederação se digne reconsiderar aquela sua deliberação.

O prazo para a troca das ratificações de um tratado é uma disposição transitória e eventual. A sua observância rigorosa, como a sua alteração, é ato de mera execução, e que, portanto, não depende do Poder Legislativo.

Desde que os dois governos contratantes estão de acordo a esse respeito, nada mais é preciso, e nenhum deles poderá com justiça recusar-se ao cumprimento do que negociou e se acha aprovado pelos poderes competentes, unicamente porque venceu-se o prazo previsto para a troca dos instrumentos dessa aprovação.

> Em regra os atos internacionais não começam a ter efeito antes da troca das ratificações, mas o prazo marcado para esta formalidade não é matéria legislativa, é ato que compete por sua natureza e pelo uso universal ao Poder Executivo...

Não obstante ter o Tratado de 1857 ficado sem efeito por falta da formalidade complementar da troca das ratificações, todavia é documento histórico da maior importância no estudo deste pleito, porquanto prova que o governo argentino, concluindo esse ajuste, e o Congresso argentino, aprovando-o, reconheceram expressamente naquela data o direito do Brasil à fronteira do Santo Antônio, Pepiri-Guaçu e Uruguai, direito já reconhecido tacitamente, pois desde 1810 até 1858, – durante 48 anos, – o governo argentino nunca formulou reclamação ou protesto de espécie alguma que manifestasse pretender fronteiras mais orientais do que essas.

Importância do Tratado de 1857, embora tenha ficado sem efeito.

A discussão nas duas Câmaras do Congresso argentino não pode ser conhecida porque teve lugar em sessões secretas e sem a presença de estenógrafos. *El Nacional Argentino*, diário do Paraná, publicou uma resumida e incorreta notícia da discussão na Câmara dos Deputados.

Sua discussão no Congresso argentino.

O que se sabe por esse resumo é que houve na Câmara um parecer da Comissão de Negócios Estrangeiros opinando pela rejeição do tratado; e que a Câmara, depois de ouvir o ministro das Relações Exteriores, rejeitou o parecer e aprovou a proposta do Senado sancionando o mesmo tratado. Sabe-se mais, pela correspondência relativa ao prazo para a troca das ratificações, que tanto o governo brasileiro como o argentino consideraram aquele acordo perfeitamente aprovado, por mais que agora se queira demonstrar que a cláusula do artigo 2º da lei aprobativa modificou a fronteira convencionada, substituindo aos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio dois outros mais orientais. Se tal substituição de rios pudesse resultar do voto das duas Câmaras, o tratado não teria sido aprovado. O governo argentino não teria podido dizer, nesse caso, como disse em nota de 10 de setembro de 1858, que o Tratado de Limites passara do Senado para a Câmara de Representantes, nem teria em outra nota de 14 de junho de 1859, aludido à sanção desse e do tratado de extradição pelas duas casas do Congresso, tornando a troca das ratificações dependente apenas

Exame da lei do Congresso aprovando o Tratado de 1857.

de melhor oportunidade depois da conclusão da campanha contra a província de Buenos Aires.

A *Memória* apresentada em 1892 ao Congresso argentino pelo ministro das Relações Exteriores liga grande importância à cláusula contida no artigo 2º da Lei de 26 de setembro de 1858. O deputado Gutiérrez, que combateu o Tratado, tinha dito, entretanto, e com muita justeza, na sessão de 24 de setembro, que esse artigo estava redigido "em termos que não expressavam nada".

Resposta a uma explicação de 1892.

Diz o artigo 2º da lei aprobativa:

> Fica entendido que os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, que são designados como limites no artigo 1º do Tratado, *são os que se encontram mais ao oriente com esses nomes, segundo consta da operação a que se refere o artigo 2º do mesmo.*

A operação a que se refere o artigo 2º do Tratado de 1857 é a demarcação de 1759 e os dois rios então reconhecidos e demarcados são incontestavelmente o Pepiri-Guaçu e o Santo Antônio defendidos como limite pelo Brasil. Isso é admitido pelo governo argentino e foi confessado em seus diários pelos comissários espanhóis da segunda demarcação. No mapa de Cabrer, e em outros mapas espanhóis do princípio deste século*, o Pepiri-Guaçu é designado por "*Pepiri-guaçu dos antigos demarcadores*".

Ao oriente do Pepiri-Guaçu e do Santo Antônio não há rios que tenham esses nomes. Há os dois descobertos em 1788 e 1791. A este último nunca deram os comissários espanhóis outro nome que não fosse – San Antonio Guazú, – distinguindo-o, assim, do San Antonio de 1759. Ao rio de 1788 quiseram chamar Pepirí-Guazú ou Pepiry-Guazú, dizendo que o que recebera esse nome desde 1759 e 1760 não era o verdadeiro rio designado no Tratado de 1750; mas afinal assentaram em adotar a denominação de Pequirí-Guazú, como se vê na *Memória* de Oyárvide, e nas três inscrições que esse comissário espanhol deixou em diferentes lugares quando fez o levantamento do seu curso.[220] O governo argentino conhece perfeitamente e não contesta essa distinção

* Século XIX. (N.E.)

220 "*Encontrei o que busca o Pepirí-Guaçu, 12 Diciembre 1789.*" (*Memoria* de Oyárvide, em C. Calvo, *Recueil Historique complet des Traités... de tous les États compris entre le golfe du*

de nomes, como se verá examinando os Tratados de 1885 e 1889.

Os comissários portugueses e espanhóis que fizeram a demarcação, em 1759 e 1760, segundo o Tratado de 1750, não chegaram até os rios da atual pretensão argentina.

O exame dos documentos cartográficos anteriores ao Tratado de 1750 já mostrou que todos eles, com a única exceção do mapa manuscrito de 1749 de que se serviram então os plenipotenciários para o traçado e descrição da linha divisória, apresentavam o Pepiri águas abaixo e ao ocidente do Salto Grande do Uruguai. No mapa de 1749, vulgarmente chamado "Mapa das Cortes", o Pepiri ou Pequiri ocupa posição mais oriental, desembocando na margem direita do Uruguai logo acima do Salto Grande.

Se o artigo 2º da Lei argentina de 26 de setembro de 1858 exprime alguma coisa, só pode ter a explicação que acaba de ser dada, única satisfatória e perfeitamente conciliável com o reconhecimento de 1759 em que foi demarcado, não o antigo Pepiri dos jesuítas, o ocidental, a jusante do salto, porém sim o mais oriental, a montante do mesmo salto, e mui perto dele.

Não é, portanto, para admirar que o governo brasileiro tivesse insistido em 1859 pela troca das ratificações, pois entendia, como também o governo argentino, que o Tratado de 1857 estava perfeitamente aprovado pelos representantes da nação argentina reunidos em Congresso.

De 1859 a 1876. De 1859 a 1876 não foram renovadas negociações sobre o assunto.

Os primeiros três anos desse período foram de grandes comoções políticas no rio da Prata. Por duas vezes acendeu-se a guerra entre a Confederação e a província de Buenos Aires; reformou-se a Constituição da República; ficaram vencidos os federalistas; desapareceu o governo

---

Mexique et le cap de Horn, tomo IX, 215).

"*Encontrei-o: não o deixarei Pepiri-Guaçu*, 10 de Enero 1790 (IX, 272)."

"*Suas nascentes estão nos montes santos, Pepiri-Guaçu,* 14 *Junii 1791*" (X, 11).

Na foz do Pepiri-Guaçu (não Pequirí-Guazú), – limite do Brasil, tinha o geógrafo espanhol Gundin deixado em 13 de agosto de 1788 a seguinte inscrição em uma lâmina de cobre mandada preparar pelo primeiro comissário espanhol Varela y Ulloa: ...

Até aqui Deus nos ajudou. Pepirí-Guaçú, 1788 (Ofícios do primeiro comissário português Veiga Cabral, de 22 de janeiro de 1789, ao primeiro comissário espanhol, e de 20 de julho de 1790 ao vice-rei de Buenos Aires).

do Paraná, e a nação argentina pôde enfim unificar-se, sob a hábil direção do presidente Mitre.

A antiga Confederação passou a chamar-se República Argentina e a cidade de Buenos Aires voltou a ser a capital da República, depois da sua reorganização política.

Logo em seguida surgiram graves perturbações no Uruguai e um deplorável conflito entre o Brasil e o governo de Montevidéu, conflito que serviu de pretexto para a intervenção do ditador do Paraguai, marechal Solano López. Os exércitos paraguaios invadiram a província brasileira de Mato Grosso em fins de 1864 e no ano seguinte, a província argentina de Corrientes.

Guerra do Paraguai.

Em consequência dessa agressão o Brasil, a República Argentina e a do Uruguai assinaram o Tratado de Aliança de 1º de maio de 1865.

A guerra contra o ditador do Paraguai só terminou em 1870.

Durante a guerra, os paraguaios evacuaram as posições que ocupavam ao sul do Paraná no território contestado de Misiones, e desde 1865 até 1869 esteve esse território coberto e protegido unicamente por uma divisão da guarda nacional brasileira.

Foi também à sombra da ocupação militar brasileira que começou a formar-se, depois de 1866, a cidade que tem o nome de Posadas e o predicamento de capital do território de Misiones.

Destruída a ditadura de Solano López, o governo brasileiro resolveu facilmente com a República do Paraguai, pelo Tratado de 9 de janeiro de 1872, a questão de limites entre os dois países, observando, como sempre, a regra do *uti possidetis* do tempo colonial, que era muito mais vantajosa ao Paraguai do que ao Brasil.

A República Argentina, porém, encontrou grandes dificuldades para chegar a acordo com o novo governo paraguaio sobre a questão de fronteiras, porque reclamava não só o território de Misiones, mas também a ilha do Atajo, na confluência dos rios Paraná e Paraguai, e toda a vasta região chamada Chaco, que se estende ao ocidente do rio Paraguai. Só depois de tenaz resistência, e longas e complicadas negociações, concordou o governo paraguaio, pelo Tratado de 3 de fevereiro de 1876, em renunciar a todos esses territórios com o único fim de obter que ao menos o seu direito à parte setentrional do Chaco fosse submetido, como foi, ao exame e decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos da América.

Misiones e o Tratado de 1876 entre a R. Argentina e o Paraguai.

O Brasil pode dizer que concorreu poderosamente para que o território de Misiones, entre o Paraná e o Uruguai, ficasse definitivamente pertencendo à República Argentina. Concorreu para isso ocupando e protegendo esse território durante a guerra, tomando sobre si a maior parte dos sacrifícios de sangue e dinheiro que a Tríplice Aliança teve de fazer, e prestando ao seu aliado, depois da paz, todos os bons ofícios que pôde para que essa questão de limites tivesse solução amigável e satisfatória.

Não é ocioso dizer neste debate que, se o Paraguai reconheceu como limite a linha do Paraná, desistindo de Misiones, cuja fronteira oriental é objeto do arbitramento atual, fê-lo em grande parte cedendo aos conselhos do Brasil.

Logo que ficaram ajustadas as questões de limites entre a República Argentina e o Paraguai, o barão de Aguiar de Andrada, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil em missão especial, procurou reatar a negociação interrompida desde 1859, e, cumprindo as instruções que recebera do barão de Cotegipe, presidente do conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros, manifestou ao governo argentino quanto seria conveniente que o Brasil e a República Argentina definissem também em um tratado os seus limites. Como projeto do novo tratado, ofereceu o de 1857.

Negociação entre o Brasil e a R. Argentina em 1876.

Em 28 de março de 1876, o senhor Irigoyen, ministro das Relações Exteriores da República Argentina, fez a seguinte proposição:

O artigo 1º do Tratado de 1857 penso que se pode aceitar no novo.

O artigo 2º faz referência ao reconhecimento de 1759 e, se não estou equivocado, esse reconhecimento não teve resultado definitivo, pelo que foi necessário nomear novas comissões ou partidas demarcadoras.

Para evitar toda dificuldade antecipada sobre este ponto, creio que se deve omitir a referência ao reconhecimento de 1759, e estabelecer que os rios mencionados no artigo 1º serão determinados em presença dos trabalhos, explorações e reconhecimentos praticados no século passado por ordem dos governos da Espanha e de Portugal.

Creio também que, no interesse de que as discussões sobre limites terminem

definitivamente, devemos estipular que, caso haja desacordo entre os comissários, seus governos serão informados e, se estes não chegarem amistosamente a uma transação sobre os pontos controvertidos, as divergências serão submetidas ao laudo arbitral de um governo amigo.

Estas são as indicações que posso apresentar a vossa excelência, correspondendo a sua estimável proposta. Não alterando elas, em nenhum ponto essencial, o Tratado de 1857, cri que seriam suficientes as instruções de vossa excelência.

Não tendo sido aceita esta proposição, o senhor Irigoyen propôs uma das três formas seguintes para o artigo 2º do novo tratado:

1ª Forma. Ambos os governos nomearão comissários que procederão à demarcação da linha de limites estabelecida, para cuja operação deverão ter presentes todos os trabalhos, explorações e reconhecimentos praticados antes por ordem dos governos da Espanha e de Portugal.

2ª Forma. Os comissários terão presentes as instruções expedidas pelos governos da Espanha e de Portugal para as demarcações praticadas no século passado.

3ª Forma. Os comissários procederão à demarcação de limites estabelecidos no prazo de ..... e tendo em vista os antecedentes históricos dessa negociação.

O ministro brasileiro combateu essas proposições, que nada resolviam, e insistiu em que a linha de limites fosse estabelecida com clareza, ou fazendo-se referência à demarcação de 1759, ou determinando a posição dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio.

O senhor Irigoyen respondeu-me, informou o mesmo ministro,[221] que não era sua mente opor-se a que a linha divisória fosse a do Pepiri-Guaçu e Santo Antônio reconhecida no ano de 1759... Indicou-me... um aditamento a qualquer das redações anteriormente mencionadas; por exemplo: que os comissários tivessem em vista para a nova demarcação especialmente os trabalhos feitos de *comum acordo* entre os antigos demarcadores portugueses e espanhóis, aludindo na frase de – comum acordo – ao reconhecimento de 1759.

[221] Exposição de 16 de novembro de 1877, feita pelo plenipotenciário brasileiro barão de Aguiar de Andrada, e remetida de Montevidéu nessa data ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil.

O governo brasileiro determinou que o seu representante fizesse a seguinte proposta:

> Eliminar o artigo 2º do Tratado de 14 de dezembro de 1857 e redigir o artigo 3º, que passará a ser 2º, nos termos seguintes:
>
> Depois de ratificado o presente tratado as duas altas partes contratantes nomearão cada uma um comissário para, de comum acordo, procederem no termo mais breve à demarcação dos mencionados rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio de conformidade com a estipulação do artigo 1º, a qual assenta no princípio do *uti possidetis*.

Em carta de 21 de agosto, o senhor Irigoyen recusou nos seguintes termos a proposta:

> Aceito a eliminação do artigo 2º do Tratado de 1857. Não teria inconveniente em agregar ao artigo 3º, que passará a ser o 2º, a frase 'a qual se funda no princípio do *uti possidetis*' se lhe encontrasse fácil colocação, tratando-se de duas nações cujos títulos derivam de outras que fixaram anteriormente seus limites por tratados internacionais claros e precisos.
>
> Considero que o *uti possidetis* é perfeitamente invocado entre os Estados americanos que dependeram de uma só soberania e que têm fronteiras indeterminadas ou confusas. Nesse caso, as circunscrições territoriais foram dependentes de uma jurisdição comum e se fixaram por atos administrativos que, não tendo caráter permanente, se alteravam por vontade do soberano.
>
> Mas, tratando-se de Estados cujos títulos derivam de pactos internacionais, em que se designaram os rios e pontos que servem de divisão, não me parece possível uma estipulação fundada no *uti possidetis,* que só é aceitável quando, na falta de limites estabelecidos, se sanciona provisória ou definitivamente a posse.

Esta doutrina do ministro das Relações Exteriores da República Argentina em 1876 não se coaduna com a do doutor Elías Bedoya, seu predecessor, quando, defendendo na Câmara dos Deputados, em sessão de 24 de setembro de 1858, o Tratado de 14 de dezembro de 1857, disse "que no Brasil não podia deixar de sustentar o que havia sustentado e

possuído desde 1801".

O doutor Irigoyen acrescentava na carta de 21 de agosto, de 1876:

> Longe de pretender renovar as antigas questões que dividiram os governos da Espanha e de Portugal, poderíamos conciliar os interesses e princípios comuns, aceitando o espírito dos artigos 16 e 19 do Tratado de 1777, e redigi-los dessa forma:
>
> Os comissários nomeados terão presente que a demarcação da linha divisória deve atender, como estipularam os governos da Espanha e de Portugal em 1º de outubro de 1777, à manutenção do que cada um possuía em virtude do citado Tratado.
>
> Caso ocorram algumas divergências entre os comissários sobre a execução do presente tratado, procurarão acertá-las provisoriamente, sem proceder, diretamente, a qualquer alteração e darão conta a seus respectivos governos, para que resolvam definitivamente os pontos que originaram a dissidência.

As propostas argentinas traduziam um sistema de dilação perigoso, porque tendiam todas a entregar a comissários a localização dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, assunto que convinha fosse tratado e resolvido diretamente pelos dois governos. Era provável que o arbítrio deixado à Comissão Mista produzisse dissentimentos e talvez a revivescência da questão levantada em 1789 pelos comissários espanhóis com flagrante violação das suas instruções; mas o governo argentino não contestava que o Pepiri-Guaçu e o Santo Antônio devessem formar a fronteira, nem afirmava ainda a sua posterior pretensão à margem direita do Chapecó, ou Pequirí-Guazú, e à esquerda do rio Chopim, que então se supunha ser o San Antonio Guazú de Oyárvide.

Sem resultado a negociação de 1876.

O governo brasileiro não pôde aceitar as contrapropostas de 1877 e assim pôs termo à missão confiada ao barão de Aguiar de Andrada.

A pretensão argentina manifestada em 1881.

Em 1881 apareceu claramente definida, e pela primeira vez, a pretensão do governo argentino.

Um Decreto do governo imperial nº 2502, de 16 de novembro de 1859, mandara criar duas colônias militares na província do Paraná junto aos rios Chapecó e Chopim. Em 1881 o Ministério da Guerra tratou de tornar efetiva a criação. Informado disso pelos jornais, e acreditando que as duas colônias iam ser estabelecidas a oeste daqueles

rios, o ministro argentino no Rio de Janeiro, doutor Luís Domínguez, em março daquele ano, fez verbalmente algumas observações ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, conselheiro Pereira de Sousa.

Não foi difícil tranquilizar o ministro argentino, nem necessário dar ordem para que o local das colônias fosse mudado, porquanto já estava assentado que elas seriam estabelecidas ao oriente do Chapecó e Chopim.

Este incidente de 1881 não motivou na ocasião protocolo algum ou troca de notas. Teve, porém, o efeito de revelar que a República Argentina já não se limitava, como em 1876, a manifestar dúvidas sobre a exata posição dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio. Pela primeira vez um seu representante oficial, dirigindo-se ao governo brasileiro, considerava litigioso o território a leste desses dois rios e assinalava como limite oriental da pretensão argentina os rios Chapecó e Chopim. A República Argentina renovava assim a questão suscitada em 1789 pelos comissários espanhóis da segunda demarcação.

O governo brasileiro ficou desde então inteirado da pretensão, mas não teve procedimento nem fez declarações que pudessem invalidar os direitos da nação brasileira.

As colônias militares foram estabelecidas em 1882 ao oriente do Chapecó e Chopim, porque ao Ministério da Guerra tinha parecido mais conveniente essa posição oriental. Elas serviriam assim para proteger a principal via de comunicação entre o Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, aberta desde 1845.

Se o governo brasileiro tivesse achado preferível estabelecê-las em 1881, ou depois, ao ocidente dos dois rios, tê-lo-ia feito, no uso de um direito incontestável. A República Argentina já mostrou que é permitido ocupar militarmente territórios em litígio, pois durante alguns anos conservou um corpo de tropas na Vila Ocidental, conhecida por Vila Hayes, depois que foi restituída, com o Chaco Setentrional, ao domínio da República do Paraguai, por decisão arbitral do presidente Hayes, dos Estados Unidos da América.

O Brasil não precisava de fundar colônias militares ao ocidente de Chapecó e Chopim para atestar que mantinha então, como mantém agora, sob a sua jurisdição todo o território a leste do Pepiri-Guaçu e Santo Antônio. Estavam ali a vila e paróquia de Palmas, a povoação e paróquia de Boa Vista, e outros núcleos de população menos importantes,

além de numerosas fazendas. Os habitantes eram, e são, em sua quase totalidade, brasileiros. Desde 1836 e 1838 ocupavam permanentemente o Campo de Palmas.

A ocupação administrativa do território de Palmas.

O governo argentino não podia ignorar o estabelecimento dos brasileiros nessas paragens, porque tinha no Rio de Janeiro uma legação, e documentos oficiais tornaram público o fato desde 1841. Se julgava ter direito ao território a leste do Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, devia ter protestado contra a sua ocupação administrativa, como protestou contra a das ilhas Malvinas ou Falkland pelos ingleses.

Em 1841 o presidente da província de São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar, anunciava em seu *Relatório* à Assembleia Legislativa Provincial a ocupação do Campo de Palmas por duas expedições saídas de Curitiba, então cabeça de uma comarca que fazia parte daquela província brasileira. As expedições de que tratava então o presidente de São Paulo, dirigidas pelo major da Guarda Nacional Joaquim José Pinto Bandeira e por Manuel de Almeida Leiria em 1838, já tinham sido precedidas por três outras, a saber: uma que partiu de Palmeiras em 1836 sob a direção do padre Ponciano José de Araújo, vigário dessa freguesia, e de José Joaquim de Almeida, depois coronel da guarda nacional; e duas que saíram de Guarapuava, tendo por chefes José Ferreira dos Santos e Pedro de Siqueira Côrtes.

Em 1840 foi destacada para o Campo de Palmas uma companhia de municipais permanentes sob o comando do capitão Hermógenes Carneiro Lobo, companhia essa criada pela Lei de 16 de março de 1837 da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo para o fim especial da ocupação do Campo de Palmas;[222] e, estando o pessoal das diferentes expedições em azeda disputa sobre a partilha das terras, foram eleitos árbitros para resolver a dificuldade o advogado João da

[222] Na *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brasil*, Tomo XIV de 1851, p. 425 a 438, está publicada a *Notícia da descoberta do Campo de Palmas na comarca de Coritiba, Província de São Paulo, de sua povoação, e de alguns successos que alli tem tido logar até o presente mez de Dezembro de 1850, escripta e offerecida ao Instituto Historico pelo sr. Joaquim José Pinto Bandeira.*

Na p. 430 lê-se o seguinte: – "... como, porém, a Assembléia Provincial, pela Lei de 16 de Março de 1837, tinha criado uma companhia de Municipais Permanentes para com ela fazer-se por parte do governo a descoberta destes campos, mandou o governo que fosse ali destacada para proteger os fazendeiros."

Silva Carrão, depois ministro de Estado e senador do Império, e o major Pinto Bandeira. No dia 4 de abril partiram eles de Curitiba e chegaram ao Campo de Palmas a 28 de maio, demorando-se ali até agosto. No mesmo ano de 1840 o comandante Carneiro Lobo fundava à margem do regato Cachoeira a povoação que ficou sendo chamada Capela de Palmas.

A ocupação do Campo Erê em 1840, enquanto os árbitros Carrão e Pinto Bandeira faziam a partilha das terras, consta do seguinte trecho da *Notícia* que este último escreveu em 1850 e foi impressa no ano seguinte na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil:*

> Durante o espaço de dois meses e meio, que tanto foi preciso para a divisão do campo, várias explorações tiveram lugar nas imediações, e por informações dos índios por ali se descobriram mais outros campos e faxinais, a que eles davam o nome de Campo Erê...[223]

Essa posição, já perto das cabeceiras do Pepiri-Guaçu e Santo Antônio é a mais avançada que os brasileiros ocupam no território hoje contestado.

Em 1840 estabeleceram-se no Campo de Palmas 37 fazendas, que em 1850 já tinham proximamente 36.000 cabeças de gado.[224] Nesse ano de 1850 o Campo Erê contava 5 fazendas.[225] As terras possuídas pelos fazendeiros desse lugar foram registradas na Coletoria de Palmas em 1855 e 1856.[226]

Em 25 de junho de 1841, 8 de janeiro e 27 de agosto de 1844, o general Antero de Brito, presidente de Santa Catarina, – outra província

---

[223] Pinto Bandeira, citada *Memória*, p. 439.

[224] *Ibidem*, p. 420: "Como o número de sócios se tornava excessivo para a capacidade do campo, chegando a 60, venderam alguns a sua parte, e se estabeleceram somente 37 fazendas, que contêm hoje proximamente 36 mil animais de ventre."

[225] *Ibidem*, p. 431: "... Entre outros citaremos o Campo Erê, que já contem cinco fazendas...".

[226] Informação de 3 de agosto de 1891 do adjunto do juiz de direito de Palmas em telegrama ao ministro das Relações Exteriores.
Na *Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Argentina*, apresentada em 1892 ao Congresso, lê-se à p. 45 que o governo brasileiro em 1881 "voltou com suas tropas à fronteira, depois de estimular as colônias Chopim, Chapecó e Palmas, que avançavam sobre a região litigiosa, penetrou resolutamente no coração do território, sobre os terrenos altos que separam a bacia do Paraná da do Iguaçu, fundando suas guardas avançadas em Santana e em Campo Erê. *Tal audácia* comporta um erro da diplomacia fluminense...". E à p. 43: "No entanto,

brasileira, – reclamava e protestava contra a jurisdição das autoridades de São Paulo no Campo de Palmas, sustentando que todo o território a leste do Pepiri-Guaçu e do Santo Antônio pertencia à província de Santa Catarina.

A reclamação de Santa Catarina tornou-se pública e deu lugar a discussões. Também o relatório de 1841, do presidente de São Paulo, foi documento público, impresso e distribuído como são todos os documentos dessa natureza.

Em 1842 o capitão Pedro de Siqueira Côrtes, novo comandante do destacamento de municipais permanentes, começou a abrir uma estrada para os campos de Curitiba, e os fazendeiros uma outra para Palmeiras, e em 1846 um terceiro caminho, mais curto, passando pelo Porto da União, no Iguaçu. A Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo votara por vezes fundos para a abertura desta última estrada.[227]

Em 1845, por ordem do presidente de São Paulo, general Manuel da Fonseca Lima, depois barão de Suruí, se deu começo à abertura da comunicação com o Rio Grande do Sul, pelo Passo de Goio En e por Nonoai. O general Caxias, então presidente do Rio Grande do Sul (outra província brasileira) animou e auxiliou esses trabalhos.

A Lei nº 14, de 21 de março de 1849 da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo, elevando a vila a antiga freguesia de

---

essas usurpações recentes não beneficiariam de maneira alguma a pretensão do Brasil...".

Há vários equívocos nos dois citados trechos:

1º O governo brasileiro não mandou tropas para o território que a República Argentina reclama desde 1881 e não mandou porque não tinha necessidade disso para provar que está e sempre esteve na posse desse território.

2º A colônia do Chapecó foi estabelecida em Xanxerê, lugar que está fora da região reclamada pela República Argentina.

3º A colônia do Chopim foi fundada em território que só ficou em litígio depois que se verificou, em 1888, ser o rio Jangada o Santo Antonio-Guaçu de Oyárvide, merecendo a decisão tomada pelo governo brasileiro louvores do então ministro das Relações Exteriores da República Argentina, senhor Valentín Virasoro, em uma interessante monografia, publicada em 1892.

4º A povoação, depois vila de Palmas foi instalada em 1840 e figura com o seu nome dentro dos limites do Brasil no mapa VI, gravado em 1865, do *Atlas* de Moussy, publicado por decisão do governo argentino.

5º Campo Erê, que é posição mais avançada que Santana, foi ocupado em 1840 e, como ficou dito, já em 1850 havia ali cinco fazendas de brasileiros. As terras por eles possuídas foram registradas na coletoria de Palmas em 1855 e 1856. Em 1879 e 1880, o juiz de órfãos e ausentes do termo de Palmas procedeu ao inventário dos bens deixados por Vicente Antonio de Lara, fazendeiro em Campo Erê, lugar que o dr. Zeballos supõe só ter sido ocupado em 1881.

227 *Revista do Instituto Historico do Brasil,* tomo XIV (1851), pp. 433 e 434.

Guarapuava, determinou que Palmas fizesse parte do novo município.[228]

A Lei de 29 de agosto de 1853, da Assembleia Geral Legislativa do Império destacou da província de São Paulo a comarca de Curitiba, erigindo-a em província com o nome de Paraná. Desde então Palmas e seu território ficaram sob a dependência do governo provincial do Paraná e a província de Santa Catarina passou a reclamar do Paraná o território ao sul do Iguaçu e a leste do Santo Antônio e Pepiri-Guaçu, que antes reclamava de São Paulo.

Essa questão de limites foi objeto de discussões na imprensa, na Câmara dos Deputados e no Senado do Brasil desde 1846. Nesse ano uma comissão da Câmara dos Deputados deu parecer sobre a reclamação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina contra a ocupação do território em questão por autoridades e expedições de São Paulo. Em 1854, tratou-se novamente do assunto na Câmara dos Deputados e dois anos depois no Senado.

Por uma Lei de 28 de fevereiro de 1855, nº 22, da Assembleia Legislativa do Paraná, o distrito da povoação de Palmas ficou formando uma paróquia. Desde então os habitantes desse território, que, nas eleições do primeiro grau para Senadores e Deputados ao Parlamento brasileiro, para membros da Assembleia Legislativa Provincial e nas eleições municipais e de juízes de paz, tinham o incômodo de ir votar em Guarapuava, ficaram tendo como ponto de reunião para esses atos a igreja paroquial do Senhor Bom Jesus de Palmas.

Outra Lei da Assembleia Legislativa Provincial do Paraná, em data de 9 de outubro de 1878, elevou Palmas à categoria de vila, formando desse território um município e um termo cujos limites a oeste continuaram a ser os da freguesia, isto é, os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio. Posteriormente, por outras leis da Assembleia Legislativa do Paraná, o termo de Palmas foi elevado à comarca e criada nesse território uma segunda paróquia tendo por sede a povoação de Boa Vista.

Todos esses atos públicos, praticados durante 40 anos, contados desde a data do relatório do presidente de São Paulo (1841) até o primeiro aviso da pretensão argentina (1881), passaram sem o mínimo protesto ou reclamação do governo dessa República ou da sua legação no Brasil.

---

[228] "Artigo 1º. Fica elevada à categoria de vila a freguesia de Belém, sita na comarca de Curitiba, com o título de Guarapuava.
Artigo 2º. Ficam subsistindo as antigas divisas, compreendida a capela de Palmas."

Desde 1810, data da independência das Províncias do Rio da Prata, até 1881 decorreu o largo período de 70 anos, a que, em rigor, devem ser adicionados os 19 decorridos de 1791 a 1810 em que a Espanha não tomou em consideração a proposta dos seus comissários para a alteração da linha divisória marcada no Tratado de 1777.

Setenta anos sem reclamação.

Durante esses 70 anos, ou 89 no segundo caso, os mapas portugueses a princípio, depois os mapas estrangeiros, publicados nos Estados Unidos da América,[229] e na Europa,[230] davam como limite entre o Brasil e as Províncias do Rio da Prata, depois Confederação e República Argentina, o Pepiri-Guaçu e o Santo Antônio, isto é, o rio que desemboca na margem direita do Uruguai pouco acima do Salto Grande e o tributário do Iguaçu que corre em direção oposta quase no mesmo meridiano que o Pepiri-Guaçu.

O governo argentino não só guardou silêncio durante 70 anos, sem nunca reclamar contra os mapas oficiais brasileiros, mas até autorizou, ou auxiliou a publicação de outros que representavam a linha divisória por esses dois rios.

Mapas argentinos.

O Memorando brasileiro de 26 de novembro de 1857 e a Nota de 1º de agosto de 1859 da Legação do Brasil na cidade do Paraná citaram o *Mapa de la Republica Argentina* pelos engenheiros Allan e Campbell, datado de 1855, "e mandado imprimir pelo governo argentino". Muitos outros podem ser citados, e entre eles o da *Confederación Argentina*, de 1863;[231] o da *Província de Corrientes*, de 1865, construído segundo

---

[229] Por exemplo, o que tem este título: "*Map of the Basin, of La Plata, based upon the results of the expedition under the command of* Tho.s J. Page, *U. S. Navy, in the years 1853, 54, 55, & 56, and of the adjacent countries, compiled from the best authorities*." Ocorre este mapa na obra seguinte: "*La Plata, the Argentine Confederation and Paraguay, being a narrative of the exploration of the tributaries of the River La Plata and adjacent countries during the years 1853, 54, 55, and 56, under the orders of the United States Government,* by Thomas J. Page, U. S. N., Commander of the Expedition." New York, 1859.

[230] Os mapas publicados sob a direção ou segundo informações de s*ir* Woodbine Parish, por muitos anos encarregado de Negócios e cônsul-geral da Grã-Bretanha em Buenos Aires, e autor de uma obra histórica e geográfica sobre as Províncias do Rio da Prata, obra que foi traduzida para o espanhol em Buenos Aires e publicada (1853) alguns anos depois da edição inglesa.

[231] "*Nuevo Mapa de las Provincias que forman la Confederación Argentina y de las Repúblicas Oriental del Uruguay, Paraguay y Chile levantado y corregido según los documentos más auténticos y modernas exploraciones hechas en estos últimos años.* 1863" (nº 23 A, no vol. VI).

documentos do Departamento Topográfico de Buenos Aires;[232] os do conhecido *Atlas de la Conféderation Argentine*, por V. Martin de Moussy, publicação incontestavelmente oficial; e o mapa de 1875, pelos engenheiros A. de Seelstrang e A. Tourmente, construído especialmente em Buenos Aires por ordem da Comissão Central Argentina para a Exposição de Filadélfia em 1876,[233] e apenso a um livro que foi profusamente distribuído então, nos Estados Unidos e na Europa, pelos agentes do governo argentino. Essa obra, escrita por dom Ricardo Napp, empregado federal,[234] e por outros argentinos no serviço civil ou militar da República, foi traduzida em várias línguas e tem o seguinte título na edição em inglês: "*The Argentine Republic, written in German by Richard Napp etc. for the Central Argentine Commission on the Centenary Exhibition at Philadelphia. Buenos Aires*, 1876."

Na Nota de 20 de novembro de 1889, dirigida pelo ministro das Relações Exteriores da República Argentina ao seu colega ministro da Instrução Pública, lê-se o seguinte:

> A reconhecida falta de mapas oficialmente autorizados impõe aos diversos departamentos da administração o dever patriótico de escolher, com maiores precauções, os mapas que servem para formar, no ânimo da juventude argentina, a convicção dos direitos territoriais da República.
>
> A crítica encontra muito que dizer sobre os atlas e mapas que servem de texto nos estabelecimentos que mencionei e, com o objetivo de prevenir os inconvenientes que vossa excelência conhece e de evitar que a repetição de fatos dessa natureza estimule pretensões estranhas, me dirijo a vossa excelência *rogando queira ordenar uma severa revisão dos textos de geografia nacional*, a que me referi, a fim de que as novas edições consultem os direitos e conveniências que tive a honra de representar....

---

232 "*Carta Geográfica de la Provincia de Corrientes y parte de la República del Uruguay construida con los datos que existen en los archivos del Departamento Topográfico de Buenos-Ayres, y teniendo presentes todas las cartas publicadas hasta la fecha. Dedicada por sus autores al Excmo. Señor Presidente de la República Argentina Brigadier general d.n. Bartolomé Mitre, 1865*" (nº 24 A, no nol. VI).

233 "*Mapa de la República Argentina construido por A. de Seelstrang y A. Tourmente, Ing.*ros*, por orden del Comité Central Argentino para la Exposicón de Filadélfia.* Buenos Aires, 1875."

234 "Un empleado nacional, don Ricardo Napp...", diz a *Memoria* de 1892 do Ministério das Relações Exteriores da República Argentina, p. 59.

> A República Argentina não tem mapas oficiais, e se alguns invocam esse caráter, este Ministério não os reconhece em matérias internacionais, pois jamais os autorizou. Por outro lado, o fato de que as edições sejam feitas por funcionários públicos, subvencionados pelo Estado ou compradas pelas direções de educação oficial, não torna o governo argentino responsável por seu conteúdo...[235]

Esta representação do Ministério das Relações Exteriores da República Argentina foi feita por ter o governo brasileiro, no Memorando de 1884, citado vários mapas como prova de que o governo argentino, em publicações oficiais, reconhecida até 1881 como fronteira internacional a ocupada e defendida pelo Brasil.

Em consequência da representação de 20 de novembro de 1889, o governo argentino promulgou um decreto desautorizando em matéria de limites todos os mapas que não fossem aprovados pelo seu Ministério das Relações Exteriores.

Mas a representação e o decreto não podem ter efeito retroativo, e, em vez de apagar, confirmam o fato de que desde 1810 até 1881 os mapas publicados por ordem do governo argentino, espalhados com os seus livros de propaganda na Europa e na América, e até mesmo os livros e mapas escolares, como confessa a citada Nota de 20 de novembro de 1889, apresentavam como limites da República Argentina os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio e não o Chapecó (Pequirí-Guazú) e o Jangada (San Antonio Guazú).

A *Memória* de 1892 do Ministério das Relações Exteriores da República Argentina, compreendendo a força deste argumento, procura destruí-la, mas sem alcançar esse resultado.

Quanto ao mapa distribuído por ocasião da Exposição do Centenário em Filadélfia, apenso à obra de Napp, diz a *Memória* que, no texto, o limite é designado pelo Pepirí-Guazú e San Antonio Guazú e dá a entender que os argentinos só aplicam o adjetivo guarani *guazú* aos rios que a República reclama como limite.[236]

Esta explicação não tem fundamento algum visto como o Pepirí-Guazú do citado mapa é o rio cuja foz fica logo acima do Salto Grande

---

[235] Transcrito da *Memoria del Ministério de Relaciones Exteriores de la República Argentina,* apresentada ao Congresso em 1892, pelo ministro doutor Zeballos, § viii, p. 60.

[236] "Não é necessário insistir sobre o que os escritores argentinos entendem por rios grandes (*guazú*) neste secular debate."

do Uruguai, e não o Pequirí-Guazú (Chapecó dos Brasileiros) que desemboca muito longe para o oriente, mais de 149,5 quilômetros (quase 81 milhas) distante do Salto Grande, contadas as voltas do Uruguai. A questão dos adjetivos guaranis *guaçu* (*guazú*) e *mirim* (*miní*) já foi explicada nesta exposição (p. 132).

As observações da *Memória* sobre o *Atlas* de Martin de Moussy não são mais procedentes do que a que acaba de ser examinada.

Pretende a *Memória* que o mapa V dessa coleção dê o limite segundo a atual pretensão argentina porque o Pepirí-Guazú e o San Antonio Guazú estão ao oriente de dois rios ali designados por Pepiry-Miní e San Antonio Mirim, mas não adverte que, segundo o *Diário* da Comissão Mista brasileiro-argentina, há com efeito ao ocidente do Pepiri-Guaçu verdadeiro um rio, em território argentino, conhecido pelo nome de Pepirí-Miní;[237] não atende também a que muito para o oriente dos dois rios Pepirí-Guazú e San Antonio Guazú por onde passa a linha divisória nesse mapa, está o rio Magi; e que no mapa VII do *Atlas* se vê que esse mesmo rio, muito fora dos limites argentinos, tem os nomes de "rio Magi ou Chopi" e passa ao norte da vila brasileira de Palmas, sendo, portanto, o Chopim, limite reclamado pela República Argentina de 1881 até 1888.

Alega ainda a *Memória* de 1892 que o mapa VII foi desenhado depois da morte do autor do *Atlas*, quando esse mapa tem a data de 1865, e em 1867 Martin de Moussy era comissário da República Argentina e membro do júri na Exposição Universal de Paris. Pretende ainda que no mapa VI o limite está traçado pelos rios que a República Argentina agora reclama, e, entretanto, o que se vê nesse mapa é que a foz do "Pepiry-Guazú", está 9 quilômetros (5 milhas) acima do Salto Grande do Uruguai, quando o rio que a República Argentina deseja para limite (o Pequirí-Guazú, ou Chapecó) tem a sua foz, como já ficou dito, 149,5 quilômetros (80,7 milhas) acima do Salto Grande. Nesse mesmo mapa VI vê-se muito para o oriente da linha divisória o rio Magi, nome que Moussy dava ao Chopim.

---

[237] *Diário* da Comissão argentina nomeada em virtude do Tratado de 28 de setembro de 1885, que determinou a exploração por uma Comissão Mista brasileiro-argentina: "No dia 13" (julho, 1887) "se começou o levantamento do Uruguai, sendo a primeira estação situada na margem direita em relação à foz *do rio que é conhecido pelos moradores do lugar por Pepiri-Mirim e ao qual outros dão o nome de Jabuti, que há na altura da povoação de São Pedro*".

Ainda em outros mapas desse *Atlas* oficial (XVIII e XXVIII) vê-se o limite passando pelo Pepiri-Guaçu, primeiro rio acima do Salto Grande do Uruguai, como querem os brasileiros, e não pelo rio proposto para limite em 1789 pelos comissários espanhóis.

O Brasil pode, portanto, afirmar que o seu direito à fronteira do Pepiri-Guaçu e Santo Antônio foi reconhecido durante mais de 70 anos pela República Argentina.

Em 1881, a Lei de 22 de dezembro, votada pelo Congresso argentino, criou a Governação de Misiones, formando-a do território compreendido entre os rios Uruguai e Paraná.

Por Decreto de 16 de março de 1882, o governo argentino dividiu o então território em cinco departamentos, designando-lhes limites. Os departamentos receberam os nomes de São Martin (Corpus), Piray, São Xavier, Monteagudo e Iguaçú. Depois foi criado um sexto, o de Posadas.

Criação do governo de Misiones, 1882.

Só quatro desses departamentos confinam com o Brasil: o de São Xavier, que fica à margem direita do Uruguai; o de Piray, à margem do Iguaçu, entre o Salto Grande deste rio e a sua foz no Paraná; e os de Monteagudo e Iguazú, que são os mais orientais.

Os limites dos dois últimos foram assim descritos no Decreto:

> Departamento de Monteagudo (antes denominado Paggi) – limitado ao norte pelas serras; ao sul, pelo rio Uruguai; a oeste, pelo rio Acaraguay em seu prolongamento em direção as serras da Vitória; e a leste, pelo rio *Pepiri-Guaçu.*
>
> Departamento do Iguaçu. – limitado ao norte pelo rio Iguaçu; a oeste, pelas serras da Vitória; a leste, pelo rio *Santo Antônio-Guaçu*; e ao sul, pelas serras.

A sede do governo de Misiones, estabelecida a princípio em Corpus (São Martin), foi posteriormente para Posadas.

Já se disse que os mapas argentinos até 1881 davam sempre ao Pepiri-Guaçu dos brasileiros o nome de Pepirí-Guazú, e ao Santo Antônio ou San Antonio, umas vezes este nome, outras o de San Antonio Guazú.

Como, porém, este último nome pode ser aplicado mais particularmente ao rio cujas nascentes foram descobertas pelo comissário espanhol Oyárvide em 1791, e, por outro lado, como os comissários espanhóis da segunda demarcação pretenderam que o rio por eles chamado Pequirí-

Guazú (Chapecó dos brasileiros) era o verdadeiro Pepiri do Tratado de 1750, entendeu o governo brasileiro, à vista da pretensão argentina manifestada em 1881, que os limites orientais marcados no decreto aos departamentos de Iguazú e Monteagudo podiam dar lugar à intrusão de autoridades estrangeiras no território que o Brasil ocupava e ocupa a leste do Pepiri-Guaçu e do Santo Antônio. Consequentemente, resolveu ressalvar os seus direitos e propor a abertura de nova negociação, passando nesse sentido instruções ao barão de Araújo Gondim, ministro do Brasil em Buenos Aires, que as cumpriu em Nota de 2 de junho de 1882.

O governo argentino declarou-se disposto a discutir a questão pendente, e a 29 de julho o barão de Araújo Gondim propôs que o artigo 2º do Tratado de 1857 fosse substituído por este:

> Os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio, de que trata o artigo antecedente, são: o primeiro, o afluente que deságua na margem direita ou setentrional do Uruguai, pouco mais de uma légua acima do seu Salto Grande e na latitude de 27º9'23"S, e o segundo o contravertente daquele e primeiro afluente importante que entra pela margem austral ou esquerda do Grande de Curitiba ou Iguaçu, a partir da confluência deste com o Paraná e sob a latitude 25º35'S. Ambos eles nascem de um mesmo plano no cume da serrania que divide as águas dos rios Uruguai e Iguaçu, e os seus mananciais distam apenas cerca de quinhentos passos um do outro, entre 26º10' e 26º12' de latitude; correndo o Pepiri-Guaçu com o rumo direito de 15º SO e o Santo Antônio com o de 26º NO.

Essa proposta foi acompanhada de um memorando.

O ministro das Relações Exteriores da República Argentina, doutor V. de la Plaza, respondeu em Nota de 30 de janeiro de 1883 e Memorando da mesma data, recusando a proposta e apresentando a do seu governo para que o limite fosse traçado pelo Pequirí-Guazú (Chapecó) e pelo rio contravertente deste, explorado somente em suas nascentes por Oyárvide no ano de 1791.

Em 30 de dezembro de 1884, o novo ministro do Brasil em Buenos Aires, conselheiro Alencar, entregou ao ministro das Relações Exteriores da República Argentina o contra-memorando do governo brasileiro, escrito pelo visconde de Cabo Frio, e, em nota dessa data, mostrou que o governo argentino tinha atribuído às declarações feitas em 1881 pelo conselheiro Pereira de Sousa um alcance que não podiam ter.

As colônias militares do Chapecó e do Chopim," diz a Nota, "existem, e é certo que se lhes tem dado o desenvolvimento possível, mas não são as únicas. Há outras, e todas entram em um sistema formado ha muito tempo sem atenção a países estrangeiros, nem a questões que com eles estejam pendentes. E cumpre observar que as duas mencionadas não são propriamente fronteiras: para o Brasil são interiores, porque ele tem direito incontestável a todo o território situado a leste dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio.

Na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros não existe documento oficial, confidencial ou particular donde conste circunstanciadamente o que se passou entre o falecido conselheiro Pereira de Souza e o senhor doutor Dominguez. Há apenas uma Nota desse ministro, datada de 5 de abril de 1881, que se refere às 'importantes declarações' que aquele lhe fizera por ocasião 'do estabelecimento de duas colônias militares que sua excelência o senhor ministro da Guerra propunha-se fundar sobre a fronteira que divide o Império da Republica Argentina entre os rios Iguaçu e Uruguai'. Este documento não entra em particularidades, e a resposta do senhor Pereira de Souza, dada no dia 12 do referido mês, não contém uma palavra sobre as colônias, e só se refere à projetada negociação.

Nestas circunstâncias, sem por em dúvida a veracidade da exposição feita pelo senhor Dominguez ao seu governo, pensa o governo imperial que as declarações pelo mesmo senhor comunicadas devem ser entendidas segundo as ocorrências do momento e a natureza das coisas. Corria então aqui a notícia de que o governo imperial mandara fundar duas colônias militares no território litigioso, e como o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil se dispunha na mesma ocasião a promover novo ajuste, para que esta sua amigável tentativa não fosse mal-sucedida, declarou que se tinha ordenado a retirada dos oficiais incumbidos da fundação das colônias. Isto era evidentemente uma providência de ocasião, destinada a um fim especial, que se não conseguiu, não tinha caráter permanente e não privava o governo imperial do direito de por o seu plano em prática quando cessasse a razão do adiamento; e em prática o pos sem que o governo argentino fizesse a menor objeção...

Depois de demonstrar que o Tratado de 1857 fora aprovado pelo Congresso argentino, termina assim a Nota de 30 de dezembro de 1884:

Como consta deste extrato, disse o senhor doutor Plaza que a aceitação da proposta feita pelo meu antecessor equivaleria a renunciar o governo argentino

sem motivo o direito que a República julga ter ao território em questão, e por sua vez propôs que dando-se por feita a demarcação pelo Chapecó, isto é, pelo Pequiri-Guaçu dos espanhóis, seja esta continuada pelo contravertente mais imediato, isto é, pelo Chopim, que é o Santo Antônio dos mesmos espanhóis.

Se o governo imperial aceitasse pela sua parte esta proposta, renunciaria igualmente o seu direito à fronteira constituída pelo verdadeiro Pepiri-Guaçu e pelo verdadeiro Santo Antônio. Isto não pode ele fazer.

Entretanto, convencido o governo imperial do direito que tem o Brasil à fronteira que defende, cônscio da boa fé com que o governo argentino, de seu lado, o combate, e certo também de que ambas as potências nutrem o mais sincero e cordial desejo de resolver a questão, de acordo com os princípios de justiça, salvando os seus respectivos direitos, e:

Considerando que nem os rios da questão, nem tão pouco a zona litigiosa por eles compreendida, foram em tempo algum explorados por brasileiros e argentinos, com o fim de praticarem por si as explorações realizadas pelos portugueses e espanhóis no século passado*;

Considerando que deste exame feito de comum acordo e conjuntamente deverá resultar ainda mais luz para a questão, e desejando de sua parte dar mais uma prova da sinceridade de seus sentimentos e certeza do seu direito, resolveu propor ao governo argentino, como agora propõe, que seja nomeada por ambos os governos uma Comissão Mista de pessoas competentes, em igual número, para explorar os quatro rios Pepiri-Guaçu, Santo Antônio, Chapecó e Chopim, que o governo argentino denomina Pequiri-Guaçu, e Santo Antônio Guaçu, e a zona por eles compreendida, levantando uma planta exata dos rios da zona litigiosa, ideia aliás em sua substância lembrada ao governo imperial pelo senhor Irigoyen em 1876.

Dessa negociação resultou o Tratado de 28 de setembro de 1885 para a exploração dos rios Pepiri-Guaçu, Santo Antônio, Chapecó (Pequirí-Guazú) e Chopim, que se supunha ser o Santo Antônio Guazú de Oyárvide.

A Comissão Mista brasileiro-argentina começou os seus trabalhos em 1887 e terminou-os em 1890.

* Século XVIII. (N.E.)

Verificou-se então que o Santo Antônio Guazú de Oyárvide é o rio Jangada.

Reconhecimento por uma Comissão Mista brasileiro-argentina.

A Comissão argentina propôs o reconhecimento deste rio e a brasileira recusou-se a isso, porque o tratado e as instruções de 1885 designavam o rio Chopim.

O governo brasileiro resolveu a divergência, aceitando a interpretação que a República Argentina e a sua comissão davam ao tratado.

O relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros apresentado em 1888 ao Parlamento brasileiro refere assim este incidente:

> As duas comissões, depois de fazerem em perfeita harmonia grande parte da exploração, separaram-se gradualmente em fevereiro e março do corrente ano, regressando em consequência das chuvas a esta corte e a Buenos Aires, onde se ocuparam de trabalhos de gabinete.
>
> Manifestou-se entre elas divergência importante, que consta de uma ata anexa ao presente relatório e que foi submetida à decisão dos dois governos. Versa sobre a exploração do rio Santo Antônio Guaçu, conhecido pelo nome de Jangada no seu curso inferior até o Iguaçu, no qual deságua.
>
> Entendia a Comissão argentina que o dito rio devia ser reconhecido por ambas, e a brasileira recusou-se a fazê-lo oficialmente sem ordem do governo imperial, por entender, entre outras razões, que o Jangada não era mencionado no artigo 2º do Tratado, como um dos rios que deviam ser explorados.
>
> O governo imperial apreciou devidamente o escrúpulo, dos seus comissários, mas não teve a satisfação de concordar com eles, e assim o declarou ao governo argentino.
>
> O tratado determinou que fossem explorados, além do Pepiry-Guaçu e Santo Antônio, os rios Chapecó e Chopim, denominados pelos argentinos Pequiry-Guaçu e Santo Antônio Guaçu, porque quanto ao Chopim, segundo a notícia que então havia, os dois nomes designavam um só e mesmo rio. Mas da exploração que agora se fez resultou o contrário. O Santo Antônio Guaçu é distinto do Chopim e despeja suas águas no Iguaçu cerca de 200 quilômetros a leste da foz do mesmo Chopim.

> A circunstância de designarem os nomes de Chopim e Santo Antônio Guaçu dois rios distintos não altera o que se ajustou. O fato principal é a existência de um rio que os espanhóis começaram a explorar e que denominaram Santo Antônio Guaçu. Este e o Pequiri-Guaçu são os que, segundo pensa o governo argentino, formam a fronteira.
>
> (...)
>
> É, portanto, obrigatório para o Brasil o reconhecimento do Santo Antônio Guaçu não só até o ponto a que chegou a exploração de Oyárvide, mas em toda a sua extensão, até a foz, não obstante ser esse rio conhecido em parte pelo nome de Jangada.
>
> Isto não altera a questão de direito. Seja o Santo Antônio Guaçu contravertente do Chapecó ou Pequiri-Guaçu, desague embora no Iguaçu muito acima da foz do Chopim, é sempre certo que aqueles dois rios não são os mencionados no Tratado de 1777. Mas, ainda quando assim não fosse, tem de ser explorado em comum o Santo Antonio Guaçu, porque o tratado o determina e o governo imperial deve cumprir lealmente o que ajustou.
>
> Além do reconhecimento desse rio, que há de ser feito em comum, se os dois governos não aceitarem o praticado separadamente, resta a exploração de uma parte do território intermédio. As comissões têm, portanto, de voltar ao território litigioso.

O reconhecimento do Jangada, ou San Antonio Guazú, foi feito em consequência desta decisão, por uma partida mista dirigida pelo engenheiro Odebrecht (Brasil) e pelo tenente Montes (República Argentina).

O senhor Valentín Virasoro, em uma *Memória* publicada em 1892,[238] reconheceu a lealdade do procedimento do Brasil.

"O rio Chopim", disse ele, "desapareceu como limite do litígio, desde que se evidenciou que não é o Santo Antônio Guaçu, e que o governo brasileiro, procedendo com espontâneo espírito de lealdade e justiça, consentiu na exploração até o verdadeiro Santo Antônio Guaçu ou Jangada.

Em princípios de 1889, muito antes de terminar a Comissão Mista os

[238] *Misiones y Arbitraje por* Valentín Virasoro, no folheto *La Cuestion de Misiones, Trabajos publicados en el Boletin del Instituto Geográfico Argentino*, Buenos Aires, 1892, p. 110.

Proposta argentina para a divisão do território contestado.

seus trabalhos, o ministro argentino no Rio de Janeiro propôs confidencialmente ao conselheiro Rodrigo Silva, então ministro dos Negócios Estrangeiros, o seguinte projeto de acordo:

> O Império do Brasil e a República Argentina etc.
> Acordaram:
> 1º Em adotar como linha definitiva de limites a mediana geométrica entre a linha reclamada pelo Império do Brasil e definida pelos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio-Guaçu e a reclamada pela República Argentina, que marcam os rios Santo Antônio-Guaçu de Oyárvide e Chapecó.
>
> 2º Fica entendido que a mediana geométrica a que se refere o artigo precedente será constituída por uma série de pontos ocupando cada um o centro das paralelas ao Equador que cortarão as linhas limítrofes reclamadas pelas duas partes contratantes.
>
> 3º Os gastos incorridos pelo cumprimento deste tratado serão feitos em partes iguais.

O ministro Rodrigo Silva rejeitou esse projeto e sugeriu o recurso ao arbitramento, no caso de se não poder chegar a acordo direto.

Tratado de Arbitramento, 7 de setembro de 1889.

As negociações foram continuadas depois de junho pelo conselheiro Diana, sucessor daquele ministro, e delas resultou o Tratado de Arbitramento assinado em Buenos Aires em 7 de setembro de 1889.

A divisão do território contestado era ideia antiga do governo argentino.

Alguns dias depois da sua ratificação (4 de novembro) foi proclamada no Brasil a República, e, a instâncias do ministro argentino no Rio de Janeiro, o governo provisório concordou na divisão do território contestado, ideia que o governo de Buenos Aires afagava desde 1881. [239]

Afirmou-se em documentos argentinos que foi do governo brasileiro a iniciativa da projetada divisão em 1889.

---

[239] "O senhor Dominguez aconselhou sem perda de tempo a seu governo que entrasse por esses novos caminhos, crendo que podia dividir-se o território disputado entre os dois Pepiri nos terrenos altos que separam as vertentes de ambos os rios e os dois Santo Antonio" (*Memoria del Ministério de Relaciones Exteriores de la República Argentina,* apresentada ao Congresso em 1892, p. 47).

O primeiro projeto de 1889 remove qualquer dúvida, porque está redigido em espanhol, e o segundo, atribuído ao ministro Diana, foi obra de um engenheiro, que não fazia parte do governo. O ministro Diana declarou posteriormente que nunca cogitara de semelhante transação e que até estava persuadido, pelo que ouvira ao ministro argentino no Rio de Janeiro, de que a divergência ia desaparecer, aceitando afinal a República Argentina a linha do Pepiri-Guaçu e do Santo Antônio.

Tratado de Montevidéu, 1890.

A 25 de janeiro de 1890 foi assinado em Montevidéu, entre os representantes do governo provisório do Brasil e os da República Argentina um Tratado que dividia entre as duas partes contratantes o território de Palmas.

Na República Argentina esta solução foi festejada com grande entusiasmo. No Brasil, porém, ela produziu o mais profundo sentimento de dor e levantou unânimes e veementes protestos.

Rejeitado pelo Congresso brasileiro.

A questão do território de Palmas, na frase de um ilustre escritor, passou assim pela grande prova do juízo de Salomão.

A Comissão Especial eleita pelo Congresso brasileiro para examinar o Tratado de Montevidéu opinou pela sua rejeição e pelo recurso ao arbitramento.[240] Esse parecer foi aprovado em sessão de 10 de agosto de 1891, por 142 votos contra 5.[241]

Cumprindo, portanto, as estipulações do Tratado de 7 de setembro de 1889, o Brasil e a República Argentina recorrem agora ao presidente dos Estados Unidos da América para que, como árbitro, resolva o desacordo existente.

Washington, *8 de fevereiro de 1894.*



[240] Tradução inglesa, vol. III, p. 204; texto original IV, 192.
[241] Vol. III, 211; IV, 199.

APÊNDICE

Relação dos mapas apresentados neste volume

1 - Linha meridiana de demarcação ajustada em Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, a 7 de junho de 1494.
2 - O Brasil, seu território contestado, e os países limítrofes.
3 - Mapa do Brasil meridional, mostrando a parte do seu território reclamada pela República Argentina.
4 - Mapa da Comarca de Palmas, no estado brasileiro do Paraná, da Governação Argentina de Misiones, e de uma parte do Rio Grande do Sul, mostrando o território reclamado pela República Argentina. Organizado sob as vistas da Missão Especial do Brasil em Washington pelo contra-almirante Guillobel.

Relação dos documentos nos vol. III e IV

Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750:
Texto português, vol. IV, pp. 3-21.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 3-23.

Instruções gerais aos comissários demarcadores (Tratados e

Convenções nºs 1, 2, 3, 4 e 5, assinados em Madri a 17 de janeiro e 17 de abril de 1751):
Texto português, vol. IV, pp. 25-53.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 25-58.

O mapa de 1749 de que se serviram os plenipotenciários, vulgarmente chamado "Mapa das Cortes", e as seis cópias autênticas, de 1751:
Texto português, vol. IV, pp. 54-58.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 59-63.

Istrução Especial dada em 27 de julho de 1758 aos comissários da segunda partida da demarcação:
Texto espanhol, vol. IV, pp. 61-67.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 67-74.
Texto português, vol. II, pp. 64-69.
Tradução inglesa, vol. I, pp. 67-73.

Tratado d'El Pardo, de 12 de fevereiro de 1761:
Texto português, vol. IV, pp. 71-74.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 77-80.

Tratado de Santo Ildefonso, de 1º de outubro de 1777:
Texto português, vol. IV, pp. 77-97.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 83-104.

Instrução régia dada aos comissários espanhóis para a demarcação dos limites na América do Sul, em virtude do Tratado de 1777. Assinada em Aranjuez, 6 de junho de 1778:
Texto espanhol, vol. IV, pp. 101-107.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 107-114.

Instruções especiais para a demarcação de limites na América do Sul, propostas pelo general Vertiz, vice-rei das Províncias do Rio da Prata, e aprovadas por dom Carlos III, rei da Espanha, aos 12

de janeiro de 1779:
Texto espanhol, vol. IV, pp. 108-126.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 115-134.

Trecho de um memorial apresentado a Carlos III de Espanha pelo conde de Floridablanca:
Texto espanhol, vol. IV, pp. 129-133.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 137-141.

Alguns parágrafos das instruções reservadas que Carlos III da Espanha deu, em 8 de julho de 1787, à Junta de Estado:
Texto espanhol, vol. IV, pp. 134-137.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 142-145.

Memorando brasileiro de 26 de novembro de 1857:
Texto português, vol. IV, pp. 141-151.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 149-160.

Tratado de Paraná, de 14 de dezembro de 1857 (sem efeito por não terem sido trocadas as ratificações):
Texto português, vol. IV, pp. 152-156.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 161-165.

Aprovação do Tratado de 1857 pelo Congresso argentino e correspondência relativa à troca de ratificações:
Texto original, vol. IV, pp. 157-168.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 166-178.

Tratado de Buenos Aires, de 28 de setembro de 1885, para o reconhecimento do território contestado de Palmas:
Texto português, vol. IV, pp. 171-179.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 181-189.

Tratado de Arbitramento, de 7 de setembro de 1889:
Texto português, vol. IV, pp. 183-186.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 193-197.

Tratado de Montevidéu, de 25 de janeiro de 1890 (rejeitado pelo Congresso brasileiro), dividindo entre o Brasil e a República Argentina o território de Palmas:
Texto português, vol. IV, pp. 189-191.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 201-203.

Parecer da Comissão Especial da Câmara dos Deputados do Brasil opinando pela rejeição do Tratado de 1890:
Texto português, vol. IV, pp. 192-198.
Tradução inglesa, vol. III, pp. 204-210.

Rejeição do Tratado de 1890 pela Câmara dos Deputados do Brasil: vol. IV, pp. 199-200; vol. III, pp. 211-212.

Resumo do resenseamento da população na comarca de Palmas, no dia 31 de dezembro de 1890: vol. IV, pp. 203-208; vol. III, pp. 215-220.

Lista dos Mapas nos Vols. I, V e VI
(O sinal * indica que o mapa é colorido)

Linha meridiana de demarcação ajustada em Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, a 7 de junho de 1494: vol. I, p. 16.

O Brasil, seu território contestado, e os países limítrofes (*): vol. I, p. 277.

Mapa do Brasil meridional, mostrando a parte do seu território reclamada pela República Argentina (*): vol. I, p. 278.

Primeiro mapa do Paraguai pelos jesuítas, século XVII: vol. V, nº 1; vol. VI, nº 1 A.

Paraguai por de l'Isle, 1703: vol. V, nº 2.

Segundo mapa do Paraguai pelos jesuítas, 1722. Gravado em 1726

em Roma: vol. V, nº 3; vol. VI, nº 2 A.

Edição de Augsburgo: vol. V, nº 4; vol. VI, nº 3 A.

Terceiro mapa do Paraguai pelos jesuítas, 1732: vol. V, nº 5; vol. VI, nº 4 A.

Paraguai, por d'Anville, 1733: vol. V, nº 6; vol. VI, nº 5 A.

Alto Uruguai, por d'Anville, 1733: vol. V, nº 7.

América do Sul, por d'Anville, 1748: vol. V, nº 8; vol. VI, nº 6 A.

Missões nos rios Paraná e Uruguai, por Quiroga, 1749. Gravado em 1753: vol. V, nº 9.

Mapa de que se serviram os plenipotenciários de Portugal e Espanha na negociação do Tratado de 1750, feito em Lisboa e datado de 1749. É o vulgarmente chamado "Mapa das Cortes": vol. VI, nº 7 A*.

O mesmo mapa com superposições feitas sob a direção de Emile Levasseur, do Instituto de França: vol. V, nº 10; vol. VI, nº 8 A*.

Uma das cópias do mesmo mapa de 1749 feitas em 1751 em Lisboa: vol. VI, nº 9 A.

Mapa espanhol desenhado por Palomares (1750 ?): vol. V, nº 11*.

O mesmo em escala maior: vol. V, nº 11bis.

Mapa espanhol de 1749, publicado por Borges de Castro: vol. V, nº 11ter.

Paraguai por Bellin, 1756: vol. V, nº 12; vol. VI, nº 10 A.

Mapa espanhol. Data provável 1760: vol. V, nº 14; vol VI, nº 11 A.
Mapa da fronteira demarcada em 1759 e 1760, datado em São Nicolau, 8 de abril de 1760: vol. V, nº 13; vol. VI, nº 12 A*.

Mapa espanhol, por Millau, 1768: vol. V, nº 15*; vol. VI, nº 13 A.

Outro, pelo mesmo Millau, 1770: vol. VI, nº 14 A.

América Meridional, por Silveira Peixoto, 1768: vol. VI, nº 15 A.

América Meridional, pelo capitão Montanha, 1773: vol. VI, nº 16 A.

América Meridional, por Olmedilla, 1775, mapa de que se serviu o plenipotenciário espanhol na negociação do Tratado de 1777: vol. V, nº 16; vol. VI, nº 17 A.

Paraguai, por Félix de Azara, 1787: vol. V, nº 17*; vol. VI, nº 18 A.

Capitania de São Paulo, por Montesinho, 1791-1792: vol. VI, nº 19 A.

Território contestado pelos comissários espanhóis na segunda demarcação. Desenhado por Cabrer: vol. V, nº 18; vol. VI, nº 20 A.

Território contestado, por Miguel Lastarría (espanhol), 1804: vol. V, nº 19.

Rio Grande do Sul e Montevidéu, por Chagas Santos: vol. VI, nº 21 A.

Província de São Pedro, pelo visconde de São Leopoldo, 1839: vol. VI, nº 22 A.

Mapa argentino, 1863: vol. VI, nº 23 A.

Mapa argentino, 1865: vol. VI, nº 24 A.

Mapa do território contestado, levantado pela Comissão Mista brasileiro-argentina. Desenhado pela Comissão brasileira: vol. V, nº 20; vol. VI, nº 25A.

O mesmo mapa, desenhado pela Comissão argentina: vol. VI, nº 26 A.

O mapa de 1749 (nº 10) comparado com o espanhol de 1760 (nº 14): vol. V, nº 21*.

O mapa de 1749 (nº 10) comparado com o da Comissão Mista brasileiro-argentina (nº 20): vol. V, nº 22*.

O mapa dos demarcadores de 1759 e 1760 (nº 13) comparado com o da Comissão Mista (nº 20): vol. V, nº 23*.

O mapa de Olmedilla (nº 16) comparado com o da Comissão Mista (nº 20): vol. V, nº 24*.

O mapa de 1749 (nº 10) comparado com o dos comissários espanhóis da segunda demarcação (nº 18): vol. V, nº 25*.

O mapa dos comissários espanhóis da segunda demarcação (nº 18) e o da Comissão Mista (nº 20): vol. V, nº 26*.

Fac-símile de alguns saltos de rios em mapas do século XVIII: vol. V, nº 27.

Foz do Pepiri-Guaçu: vol. V, nº 28; vol. VI, nº 27 A.

Foz do Chapecó, chamado Pequirí-Guazú pelos espanhóis depois de 1789: vol. VI, nº 28 A.

Seção do Uruguai entre o Guarita (segundo Uruguai-Pitã) e o

Pepiri-Guaçu: vol. V, nº 29.

Seção do Iguaçu entre a foz do Santo Antônio e o Salto Grande: vol. V, nº 30.

Itinerário de Cabeza de Vaca: vol. V, nº 31*.

Paraguai, por W. J. Blaeuw (itinerário de Cabeza de Vaca): vol. V, nº 32.

Mapa da comarca de Palmas, no estado brasileiro do Paraná, da Governação Argentina de Misiones, e de uma parte do Rio Grande do Sul, mostrando o território reclamado pela República Argentina. Organizado sob as vistas da Missão Especial do Brasil em Washington pelo contra-almirante Guillobel: vol. VI, nº 29A*.

Índice onomástico e toponímico

A

ABANGOBÍ 223 (nota 215)
ACARAGUÁ ou ACARAGUAY (rio) 111 e nota 63, 147, 149, 150, 151, 154, 155, 158, 215, 216, 247
ACARANA (rio) 111, 147,149,150 154, 155, 158, 213, 215
ACHIRÁ 203
AÇORES (ilhas) 69, 71
ACRE 33
ÁFRICA
AGUAPEÍ (rio) 112 (nota 63)
AGUDOS (serra) 212
AGUIAR DE ANDRADA (barão de) 45, 50, 234, 235 (nota 221), 237
AGUIAR, Rafael Tobias de, 239
ALCALÁ DE HENARES 66 (nota 6), 190 (nota 165), 191 (nota 166)
ALENCAR (conselheiro) 42, 43, 248
ALEXANDRE VI (papa) 69, 71, 72
ALFARO (padre) 217
ALLAN 243
ALMEIDA, José Joaquim de, 239

ALMODOVAR (conde de) 92 (nota 35)
ALPOIM, José Fernandes Pinto, 102, 106, 119, 120, 129, 168, 174, 176
ALTAMIRANO, Luís (padre) 101
ALTO PARAGUAI 72, 172
ALTO PARANÁ 126, 129, 214
ALTO PEPIRI 138
ALTO URUGUAI 82, 86, 112, 146, 147, 151, 152, 154, 168, 169, 218
ÁLVARES, Simão, 213
ALVEAR, Diego de, 103, 104 e nota 51, 142 e nota 96, 143, 173 (nota 142), 189, 207, 208, 209 (nota 180), 220 (nota 207)
AMADO, Gilberto, 49 e nota 30, 50 (nota 35), 52 e nota 41
AMAMBAÍ (serra) 214 e nota 184
AMAPÁ 33, 34, 53
AMARAL, J. M. do, 228
AMAZONAS (rio) 72, 76, 79 e nota 20, 81, 84, 162, 181, 190, 221
AMÉRICA 42, 44, 63, 65, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 97 (nota 40), 100, 101, 102 (nota 49), 146 (nota 99), 177, 178, 190, 194, 245
– (rio) 139, 140
AMÉRICA DO NORTE 147 (nota 100), 159
AMÉRICA DO SUL 26, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 146, 148 (nota 104), 159, 179, 190, 211, 258
– (mapa da) 86, 190, 192
AMÉRICA MERIDIONAL 61, 62, 65, 77, 80, 81, 90, 91, 93 (nota 35), 140 (nota 89), 151 (nota 111), 153 e nota 117, 154, 163 (nota 128), 166 (nota 134), 179, 190, 212 (nota 181)
AMÉRICA MERIDIONAL (mapa da) 153, 159, 160 e nota 125, 161 (nota 126), 180, 186 e notas 147 e 148, 187 (nota 152), 188, 189, 190, 191 e notas 165 e 166, 197
AMSTERDÃ 146
ANDES 150, 190
ANDONAEGUI, Joseph (general) 102
ANDRADA, Antonio da Veiga d', 102, 120
ÁNGELES 212
ÁNGELIS, Pedro de (dom) 191 (nota 165), 223 (nota 214)
AÑIRIRÍ ou ANNIRIRI 223 (nota 215)
ANTAS (rio) 205

ANTUÉRPIA, em latim Antuerpiae, 212 (nota 181)
APITEREBI (rio) 114, 115, 118, 165 e nota 129, 205, 216
APÓSTOLES 214
ARANDA (conde de) 179
ARANJUEZ 63, 179, 193
ARARICÁ (rio) 181, 214
ARAÚJO GONDIM (barão de) 248
ARAÚJO, Ponciano José de (padre) 239
ARGENTINA 26, 31, 34, 35, 36, 37 e nota 2, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 50, 52, 53, 57 e nota 1, 58, 59, 63, 66, 67, 68, 93, 103, 104, 113 (nota 66), 118 (nota 78), 122, 146, 157 (nota 121), 160, 168, 169, 170, 171, 174, 185, 187, 192, 195, 211, 224, 233, 234, 236, 238, 241 (nota 226), 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 254
ARGUEDAS, Francisco (dom) 102, 106, 118 e nota 78, 119, 120, 129, 131, 164, 168, 174, 180
ARIRAPI, Francisco Xavier, 112, 113, 119, 135, 164, 174
ÁSIA 177
ASSUNÇÃO do Paraguai, 141, 222, 187 (nota 151)
ASUMPCIÓN (missão) 111, 146, 149, 154, 215
ASUMPCÍON DEL ACARAGUÁ ou ACARAGUAY (missão) 111 (nota 63), 213
ASUMPCIÓN DE MBORORÉ 215
ATAJO (ilha) 233
ATIBAJIVA 223
AUGSBURGO 152, 153, 154
AYALA, Manuel Joseph (dom) 191
AZAMBUJA, Graciano Alves de, 146
AZARA, Félix de (dom) 66 (nota 6), 140 e nota 89, 141 e nota 90, 151 (nota 112), 164 (nota 128), 187 e nota 151, 190 e nota 162
AZARA, Joseph Nicolas de (dom) 187 (nota 151)
AZEREDO COUTINHO, Marco Antônio de, 83, 87 e nota 27, 163 (nota 127)

B

BARBOSA, Rui, 27, 48, 51 (nota 38)
BARCÍA, Roque, 188 (nota 156)
BATH, Sérgio, 28, 30
BEAUCHESNE (mr.) 148 (nota 102)
BEDOYA, Elías (doutor) 40, 227, 236
BELÉM 242 (nota 228)
BELLIN 163 e nota 128, 172, 173 e nota 141
BICUDO, Antonio, 213, 217
BITURUNA (serra) 212
BLAEUW, G., 149 (nota 106)
BLAEUW, Johan W., 146
BOA VISTA 238, 242
BOCAIÚVA, Quintino, 44, 45
BOUVIER, John, 107 (nota 56)
BONSAL, Stephen (mr.) 105 (nota 52)
BORGES DE CASTRO 73 (nota 14), 86 (nota 25), 92, 93 (nota 35), 94 (nota 39), 95
BOURBON 178
BOURGUER 189
BRADLEY, Henry, 107 (nota 56), 122
BRASIL 25, 26, 27 28, 30, 31, 33 e nota 1, 34, 35, 36, 37 e nota 2, 38, 39 e nota 4, 40 e nota 5, 41, 42 e nota 12, 43 e nota 14, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51 e nota 37, 52, 57 e nota 1, 58, 59, 63, 64 e nota 5, 65, 66, 67, 68, 69, 70 e nota 7, 71, 72, 73, 75, 79, 81, 83, 84, 86 e nota 25, 87 (notas 26 e 28), 90 (nota 33), 91 (nota 34), 92 (nota 35), 93 (nota 35), 94, 97 e nota 40, 99, 102 e nota 49, 103 (nota 49), 104 (nota 51), 105 (notas 52 e 53), 111 (nota 61), 113 (nota 66), 116 e nota 71, 117 (nota 74), 121 (nota 80), 122, 141, 142 (nota s 92 e 96), 147, 148 (nota 102), 150, 151 (nota 113), 155, 158, 159, 160, 163 (nota 127), 164, 166 (nota 134), 168, 170, 171, 173, 174, 175 (nota 143), 178, 179 e nota 145, 181, 182, 183, 186 (nota 149), 187, 188 e nota 154, 191 (nota 166), 192, 195, 197, 208, 211, 215, 216 (nota 192), 217 e nota 196, 218, 220 (nota 207), 221, 222 (nota 211), 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

(nota 220), 233, 234, 235 (nota 221), 236, 238, 239 (nota 222), 240, 241 (notas 226 e 227), 242, 243, 245, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254
BRASIL MERIDIONAL (mapa do) 57 (nota 1), 121 (nota 80), 164
BRASILEIROS DE SÃO PAULO 67, 72, 111, 112, 161, 170, 212, 219
BRITO, Antero de (general) 240
BROWER 148 (nota 102)
BUCARELLI 186
BUENOS AIRES 36, 37, 40, 41 e nota 11, 42 e nota 12, 43, 44 e nota 17, 66 (nota 6), 73, 74, 78, 86 (nota 25), 102, 103 (nota 50), 104, 139 (nota 88), 141 (nota 92), 147 (nota 100), 150, 156 (nota 118), 173 (nota 138), 188, 191 (nota 165), 217 (nota193), 222 (nota 212), 223 (nota 214), 224 (nota 216), 227 e nota 218, 228, 231, 232 e nota 220, 233, 243 (nota 230), 244 e nota 233, 248, 251, 252 (nota 238), 253

C

CAÁ-IBATÉ 102
CAARÓ214
CAARUPÁGUAZÚ 217 (nota 195)
CAAZAPAGUAÇU 214
CAAZAPAMINÍ 214, 217
CABALLERO, Bernardino, 39
CABEZA DE VACA, Álvar Núñez, 67, 121 (nota 80), 149, 222, 223, 224
CABO FRIO (visconde de) 50, 248
CABO VERDE (ilhas) 69, 79, 80
CABRER 104 e nota 51, 142, 189 e notas 157 e 158, 208, 209 e nota 180, 220 (nota 207), 222, 231
CABRUTA 175
CACEQUI (rio) 102
CACHOEIRA (regato) 240
CAIENA (em francês no texto) 190
CAINGANGS (índios) 213, 215

CALHEIROS, J. M. C., 93 (nota 35)
CALVO, C., 73 (nota 14), 113 (nota 65), 137 (nota 86), 141 (nota 90), 166 (notas 132 e 135), 176 (nota 144), 189 (nota 159), 190 (nota 160), 205 (nota 175), 207 (nota 176), 208 (nota 178), 209 (nota 179), 219 (notas 203 e 204), 220 (nota 209), 231 (nota 220)
CAMANDAÍ ou CAMANDAY 166, 215
CAMPBELL 243
CAMPO ou CAMPOS DE PALMAS 41, 84, 217, 239 e nota 222, 240, 241
CAMPO ERÊ 215, 221, 240 e notas 225 e 226, 241 (nota 226)
CANDELARIA (povo) 108, 126, 131, 194, 195, 215
CANDELARIA DE CAAZAPAMINÍ 213, 214
CANDOLLE 114 (nota 69)
CANOAS 164
CAPANEMA (barão de) 43, 222
– (rio) 139
CAPELA DE PALMAS 240
CAPITANIA DO CABO DO NORTE 72
CAPRICORNIO 186 (nota 148)
CARAFFA, Vincent (padre) 146, 149, 150, 212
CARAÍBAS (índios) 111
CARLOS II (de Espanha) 73
CARLOS III (de Espanha) 72 (nota 13), 176 e nota 144, 178, 179, 193, 197
CARLOS IV, (de Espanha) 176 (nota 144)
CARNEIRO LÔBO, Hermógenes (capitão) 239, 240
CARRÃO, João da Silva, 240
CARRIL, Salvador María del, 227 (nota 219)
CARVAJAL y LANCASTER, Joseph de, Joséph de, ou CARVAJAL, José de (dom) 75, 88, 89, 90, 97, 120
CARVALHO E MELO (marquês de Pombal) 88
CASSINI 122
CASTELA 69, 71
CASTILHOS GRANDES 81, 88, 91, 94, 100, 101, 131, 166 (nota 134, 175
CAUDALOSO (rio) 62, 207, 208

CAVACUÁ-GUAÇU 166
CAXIAS (general) 37, 38, 241
CEBOLLATÍ ou CEBOLLATY (rio) 113, 166, 219
CELMAN, Juaréz, 44
CERQUEIRA, Dionísio Evangelista de Castro, 43, 45, 51
CEVALLOS ou CEBALLOS, Pedro de (general) 178, 179, 180
CHACO 41, 233
CHACO BOREAL 35, 40 e nota 6
CHAGAS SANTOS (general) 116 e nota 73, 207, 208
CHAPECÓ (rio) 40, 41, 42 (nota 12), 51, 58, 59, 62, 140, 141, 142 e nota 93, 143 e nota 97, 144, 145, 150, 155, 157, 159, 160, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 215, 220, 221, 222, 223, 237, 238, 240 (nota 226), 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 263
CHARCAS (Província dos) 146, 162, 223 (nota 214)
CHARLEVOIX, Pierre François Xavier, 164 (nota 128), 173, 217 (notas 194 e 195)
CHILE 86 (nota 25), 148, 150, 151, 160, 243 (nota 231)
CHOPI (rio) 246
CHOPIM (rio) 40, 41, 42 (nota 12), 51, 58, 63, 140, 215, 237, 238, 246, 250, 251, 252
CHUÍ (arroio) 194
CIPOPAY ou CIPOYAY 223 (nota 215)
CIUDAD REAL 211, 213
CLEVELAND 45, 52
COECK, Gerard, 146 e nota 98, 152
COLOMBO 70
COLÔNIA DO SACRAMENTO 73, 76, 78, 79, 84, 85, 86, 101, 176, 178, 181
COMISSÃO ARGENTINA 49, 57 (nota 1), 113 (nota 66), 123, 141 (nota 92), 143 (nota 97), 173 (nota 142), 244, 246(nota 237), 251
COMISSÃO BRASILEIRA 113 (notas 66 e 67), 122, 138, 139, 141 (nota 92)
COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-ARGENTINA 57 (nota 1), 113 (nota 1), 114 (nota 70), 116 e nota 71, 117 (nota 74), 122, 136, 139, 143, 159, 162, 168 (nota 137), 169, 170, 171, 188, 193, 220, 237, 246 e nota 237, 250, 252

COMISSÁRIOS ARGENTINOS 141 e nota 92
COMISSÁRIOS ESPANHÓIS 61, 62, 68, 85 (nota 24), 87 (nota 26), 105, 110, 111 e nota 61, 113, 116, 122, 135, 141 (nota 92), 159, 164, 167, 168, 174, 187, 203, 206, 208, 220, 225, 231, 232, 247
COMISSÁRIOS PORTUGUESES 61, 85 (nota 24), 111 (nota 61), 132, 135, 159, 164, 203, 220, 225, 232
COMPANHIA DE JESUS 148 (nota 102), 152, 155, 156, 158, 173, 211, 212 (nota 181), 215, 216
COMPANS, Ternaux, 223 (nota 218)
CONCEIÇÃO (Povo) ou Concepción 108, 126, 131, 213
CONCEPCIÓN DE LOS GUALACHOS 212, 213
CONGRESSO ARGENTINO 103, 226, 228, 230, 231, 247, 249
CONGRESSO BRASILEIRO (1892) 254
CONGRESSO DE VIENA 25
CÓRDOBA DE TUCUMÁN 212 (nota 181)
COROADOS (Índios) 213, 215
CORONELLI 148
CORPUS (missão) 126, 131, 194, 195, 196, 199, 213, 218, 247
CORREDEIRA COMPRIDA (arroio) 220
CORREIA, Serzedelo 46
CORRIENTES 98, 182, 187 (nota 151), 222, 233, 243, 244 (nota 232)
CÔRTES, Pedro de Siqueira, 239, 241
COSTA, Quirno, 43
COTEGIPE (barão de) 35, 38, 40 (nota 7), 234
COVAS 123
CRENS (índios) 215
CRUZ ALTA 214
CUIABÁ 36, 79, 162
CURITIBA 74, 223, 239, 240, 241, 242 e nota 228
– (rio) 194, 204
CURITUBA (rio) 81, 182, 183, 196, 199
CURUMBATAÍ (rio) 211, 212
CUYO 160

D

D'ANVILLE 71 e nota 12, 86, 147, 149 e nota 107, 150, 151 e nota 113, 152 e nota 116, 153 e nota 117, 154, 155, 156, 158, 159 e nota 123, 160 e notas 124, 125 e 126, 161, 163 e nota 128, 164, 167, 168 e nota 136, 173, 189, 190, 219
D'AVEZAC 190 e nota 163
DANTAS, Sousa, 46
DE L'ISLE, Guillaume, 148 e nota 102, 149 e nota 105, 150, 151, 154
DERQUI, Santiago (doutor) 225
DESBUISSONS, E., 87 e nota 28
DESEJADO (rio) 131
DIANA (conselheiro) 253, 254
DOMÍNGUEZ, Luís (doutor) 188 e nota 154, 224 e nota 216, 238, 249, 253 (nota 239)
DOS HERMANOS (ilha) 178
DOZ, Vicente (dom) 180
DU HALDE (padre) 152
DURÁN, Nicolás, 146, 212 (nota 181)

E

ECHAGUE, Pascual, 227
ENCARNACIÓN (missão) 212
ENCARNACIÓN DE ITAPÚA 212
ENCISO 70 (nota 8)
ENTRE RIOS 225
EQUADOR 253
ESCALA 109
ESPANHA 51, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e nota 6, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79 e nota 20, 80, 83, 84, 85, 87 (nota 28), 90, 101, 102, 122, 126, 129, 131, 136, 137, 140, 150, 151, 153, 160, 161, 163, 169, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 188 e nota 153, 189, 192, 195, 213, 225, 226, 228, 234, 235, 237, 243
ESPIA 84, 112, 114

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA 27, 31, 34, 57, 59, 87 (nota 28), 97 (nota 40), 103 (nota 49), 105 (nota 52), 106 (nota 53), 111 (nota 61), 233, 238, 243, 254
ESTREITO DE MAGALHÃES (em francês no texto) 148 (nota 102)
EUROPA 25, 27, 35, 38, 46, 53, 76 (nota 17), 81, 178, 229, 243, 244, 245
EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS (1889) 28, 38, 246

F

FALERO, Francisco, 70 (nota 8)
FALKLAND (ilhas) 239
FALKNER 191 (nota 165)
FEUILLÉE, P., 160 (nota 124)
FERNANDO (de Castela) 69
FERNANDO VI (de Espanha) 76, 166 (nota 134), 176
FER, Nicolas de, 151
FERRO (ilha) 160 e nota 124
FILADELFIA 107 (nota 56), 244 e nota 233, 245
FILIPE III (de Portugal) 72
FILIPE IV (de Espanha) 72
FILIPINAS (ilhas) 71, 72, 76, 78
FLORIDABLANCA (conde de) 72 e nota 13, 176 e nota 144, 179, 181, 187, 188, 193
FONSECA, Deodoro (marechal) 31, 43
FONSECA, Joaquim Félix, 208
FONSECA LIMA, Manuel da, (depois barão de Suruí) 241
FORTALEZA (ilha) 117 e nota 75
FRANÇA 34, 87 e nota 28, 92, 151 e nota 113, 153, 154, 161, 178, 179
FRANCESCHELLI, Ferdinandus, 165 (nota 129)

G

GAMA, Domício da, 50 e nota 32
GÁLVEZ, Josef ou José (dom) 179, 193
GARAZA 92 (nota 35)
GARMENDIA (general) 52, 142 (nota 92)
GATIMIM (rio) 121
GERAL (serra) 214
GERVASONI, Carlos (padre) 101
GILLOBEL, José Cândido, 43
GIOVENAZZO (duque de) 73
GIRARDOT, Charles, 50, 51
GOIÁS 218
GOMES FREIRE DE ANDRADA (conde de Bobadela) 101, 102, 106, 162
GONZALES CASTEJÓN (marquês) 180
GONZÁLEZ, Militón, 189 (notas 157 e 158), 209 (nota 180), 220 (nota 207)
GOVERNO ARGENTINO 40, 41, 44, 49, 52, 58, 64, 66, 67, 68, 75, 105, 109, 110, 135, 140, 145, 167, 182, 183, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 237, 239, 241 (nota 226), 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253
GOVERNO BRASILEIRO 50, 58, 62, 63, 67, 116, 225, 228, 230, 232, 233, 236, 237, 238, 240 (nota 226), 241 (nota 226), 245, 248, 251, 252, 253
GOVERNO ESPANHOL 62, 74, 174, 191, 192, 193, 197, 203, 208, 209, 235, 237
GOVERNO IMPERIAL (do Brasil) 40, 41, 43, 64, 228, 249, 250, 251, 252
GOVERNO DE MADRI 127
GOVERNO FRANCÊS 87
GOVERNO PARAGUAIO 233
GOVERNO PORTUGUÊS 74, 86, 92, 93, 101, 164, 203, 235, 237
GOVERNO PROVISÓRIO DO BRASIL 254
GOIO EN (Passo) 241
GRÃ-BRETANHA 243 (nota 230)

GRANDE (rio) 81, 181, 186
GRANDE DE CURITIBA ou CURITUBA (rio) 81, 137, 183, 226
GRANDIDIER (M.) 70
GREENWICH (meridiano) 70 (nota 11), 122, 147, 160, 162, 170, 172
GRIMALDI (marquês de) 163, 178, 179, 188 (nota 153), 189, 191, 192 (nota 167)
GUAÇU 58 (nota 2)
GUAIANASES 158
GUAYRÁ 158, 211, 212, 213, 217
GUALACHOS, (índios) 158
GUANUMBACA (rio) 111, 112, 150, 155, 158, 159, 166
GUAPORÉ (rio) 84, 86, 162, 193
GUARUMBACA (rio) 154, 173
GUARANIS (índios) 58 (nota 2), 73, 85, 101, 102, 112, 126, 187, 204, 205, 211, 215, 216, 217, 221, 246
GUARAPUAVA 239, 242 e nota 228
GUARITA (rio) 115, 116, 167, 187
GUERENGS (índios) 215
GUIBAÍ (rio) 211, 212
GUMILLA (padre) 162
GUNDIN, Joaquim (dom) 205, 206, 207, 208, 232 (nota 220)
GUSMÃO, Alexandre de, 25, 28, 75, 76, 86, 88 (nota 29), 178
GUTIÉRREZ 231
GUZMÁN, Rui Díaz de, 223 e nota 214

H

HARRISSE 70 (nota 8)
HAYES 40 (nota 6), 238
HERNÁNDEZ, Pero, 223 e nota 213
HERRERA 71
HERVAL GRANDE 166
HONDIUS, Jodocus, 192, 223 (nota 215)
HUMBOLDT, Alexander von, 146 e nota 99, 190 e nota 164

I

IABOTI (rio) 219
IBICUÍ ou YBICUI (rio) 76, 81, 83, 85, 88, 91, 92, 100, 101, 108, 131, 133, 166, 175, 176, 183, 194, 195, 214
IBICUÍ-GUAÇU (rio) 133
IBICUÍ-MIRIM (rio) 133, 175
IBIMINÍ (rio) 181
IBIRAIARÁS 158
IBITURUNA (Campos de) 84, 215, 217
IEQUI (rio) 214
IGAÍ ou IGUAY (rio) 204, 214
IGUAÇU, IGUAZÚ ou YGUAZÚ (bacia) 57, 58, 62
– (rio) 41, 51, 57, 58, 61, 62, 63, 67, 72, 81, 82, 83, 92 (nota 35), 101, 107, 108, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 137, 138, 139, 142, 147, 163, 173, 182, 183, 184, 194, 196, 199, 200, 201, 203, 204, 207, 209, 211, 212, 213, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224 e nota 215, 226, 240 e nota 226, 241, 242, 243, 247, 248, 249, 251, 252
IGUATEMI (rio) 141 (nota 90)
IGARZÁBAL, Benjamín de, 227
IGUREÍ, IGUREY ou YGUREY (rio) 81, 82, 98, 100, 141 (nota 90), 182, 183, 189, 190, 203
IIUÍ ou YYUY 156, 214
IIUIMINÍ 181
IJUÍ (rio) 85, 156, 213, 214, 217, 218
IJUÍ-GUAÇU (rio) 214
IJUIMINÍ (rio) 181
IJUÍ-MIRIM 213, 214
IMBUTIAY-GUAÇÚ 166
ÍNDIAS 179, 180, 191, 193
ÍNDIAS ORIENTAIS 75, 178
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO 30, 35, 239 (nota 222), 240
IPANÉ (rio) 133, 166
IPANÉ-GUAZÚ (rio) 133
IPANÉ-MINÍ (rio) 133

IRAITIS 158
IRIBOBA ou YRIBOBA (rio) 94, 156, 165, 166 (nota 131)
IRIGOYEN 234, 236, 237, 250
ISABEL (de Castela) 69
ITACARAÍ ou ITACARAY 112, 168, 219, 219
ITAIOÁ (arroio) 113, 114
ITAJOÁ 198
ITAPUÃ 166 (nota 131), 216
ITAPUA (arroio) 113 (nota 67)
ITABUCU, YTABUCÛ, ITABUCA ou ITAPUCU (rio) 223 e nota 215
ITATINES (missão) 214
ITU (rio) 214
IVINS, William M., 50
IVAÍ (rio) 142, 211, 212, 223

J

JABOTI (rio) 84, 113 (nota 66), 246 (nota 237)
JABUTI-GUAÇU (rio) 113
JACUÍ ou YACUI (rio) 74, 181, 194, 204, 214
JACUTINGA (corredeira) 116
JANGADA (rio) 58, 59, 63, 195, 241 (nota 226), 245, 251, 252
JANSSONIUS, J., 223 (nota 215)
JAPURÁ 76
JAURU (rio) 100, 166 (nota 134), 175, 193
JAVA (ilha) 71
JAVARI (rio) 79
JEREZ 214 (nota 184)
JESÚS MARÍA (missão) 212, 213, 214
JOÃO II (de Portugal) 69
JOÃO V (de Portugal) 75 (nota 16), 76, 101, 176
JORGE, A. G. de Araújo, 28, 30, 43 (nota 14), 45 e nota 20, 46 e nota 22, 48 (nota 26), 49 (nota 29), 50 (nota 33)
JOSÉ I (de Portugal) 101, 176, 179
JUAN, Jorge (dom) 180

JÚLIO II (Papa) 69
JURADO 104

L

LA CONDAMINE 162, 189
LA CRUZ (missão) 112 (nota 63), 216
LADRONES (ilhas) 71, 77 (nota 18)
LAGUNA 74
LAMAS, André (dom) 148 (nota 102), 156 (nota 118), 217 (nota 193)
LARA, Vicente Antonio de, 241 (nota 226)
LASTARRÍA, Miguel, 189, 190 (nota 160), 204 e nota 174
LLANOS DE YAGUARÍ 214 (nota 184)
LEIRIA, Manuel de Almeida, 239
LEVASSEUR, Emile, 161, 162, 163, 168, 170, 215 (nota 187)
LILLE 111 (nota 63), 212 (nota 181)
LISBOA 47, 48, 73, 76 (nota 16), 78, 80, 83 (nota 21), 86 e nota 25, 87, 88 e nota 29, 89, 90 (notas 30, 31 e 33), 91, 92, 93 e nota 35, 101, 102 (nota 49), 105 e nota 53, 106 (notas 53 e 54), 108 (nota 60), 111 (nota 61), 162, 194
LIVERPOOL 38
LOBO, Manuel (dom) 73
LONDRES 46, 76 (nota 17), 86 (nota 25), 94 (nota 36), 153 (nota 117), 188 (nota 154), 224
LÓPEZ, Bernabé (doutor) 225, 227
LÓPEZ, Solano, 39, 233
LOZANO, Pedro (padre) 101, 146, 148 (nota 102), 156 e nota 120, 157, 158 e nota 122, 159, 160, 161, 165, 167, 204, 216, 217 (notas 193 e 194), 224
LORETO (marquês) 219, 220 (nota 207)
– (missão) 212, 213,
LUGO, Pedro (dom) 217
LUQUE, Mateo, 227

M

MACACOS BRANCOS (corredeira) 115
MACHADO DA FRANCA, José de Horta, 86 (nota 25), 106 (nota 53)
MADEIRA (rio) 162
MADRI 40, 51, 61, 74, 75, 83, 86 (nota 25), 87 e nota 26, 88 e nota 29, 89, 90 (nota 32), 91 e nota 34, 92 e nota 35, 93, 94, 97 e nota 40, 100, 103 (nota 49), 105 (nota 52), 127, 140 (nota 89), 152 (nota 116), 156, 158 (nota 122), 162, 163 (nota 127), 176 (nota 144), 177, 179, 180, 186 e notas 149 e 150, 187 (nota 151), 188 (nota 156), 189, 191 (nota 165), 193, 204 (nota 174), 209, 213 (nota 183)
MAGALHÃES, Olyntho de, 45
MAGI (rio) 246
MALVINAS (ilhas) 239
MANDIÍ-GUAÇU 112, 165, 216
MAPA DAS CORTES (1749) 51, 68, 85 e nota 24, 86 e nota 25, 87, 90 (notas 30 e 33), 93 (nota 35), 98, 99, 105, 110, 111 (nota 61), 114, 117, 140, 142, 145, 146, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168 e nota 137, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 232
MARAJÓ (ilha) 221
MARANHÃO (Estado do) 72
MARANHÃO ou MARAÑON (rio) 79
MARIA I (de Portugal) 179
MARIANAS (ilhas) 71, 77 (nota 18)
MARRON, Juan Norberto (dom) 102, 120
MARTÍN GARCÍA (ilhas) 178
MÁRTIRES DE CAARÓ 213, 214
MARTIUS 215 e nota 187
MATO GROSSO 28, 35, 36, 37, 39, 79, 97, 131, 162, 193, 214, 218, 233
MAURITZSTADT 147
MBERUÍ (rio) 116, 167
MBOTETEÍ (rio) 214 (nota 184)
MBUTUHY 166 (nota 131)
MBORORÉ (rio) 111, 147, 149, 154, 158, 159, 215, 216, 218

MELO, Frederico de, 213
MELO E CASTRO, Martinho de, 179
MENA, Francisco Manuel de (dom) 191
MENDOZA 150
MERCATOR 192
MÉXICO – (em francês no texto) 232 (nota 220)
MILLAU y MARAVAL, Francisco (dom) 102, 120, 123, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 136, 186 e notas 149 e 150, 187, 191, 192
MINAS GERAIS 218
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL 25, 102 (nota 49), 166 (nota 134), 220 (nota 207), 222 (nota 211)
MIRIM (lagoa) 81, 86, 163
MISSÃO ARGENTINA (em Washington) 150
MISSÃO ESPECIAL DO BRASIL (em Washington) 57 (nota 1), 92 (nota 35), 97 (nota 40), 102, 103 (nota 49), 104 (nota 51), 105 (notas 52), 111 (nota 61), 113 (nota 66), 116 e nota 71, 117 (nota 74), 142 (nota 92 e 96), 148 (nota 102), 151 (nota 113), 159, 163 (nota 127), 166 (nota 134), 179 (nota 145), 186 (nota 149), 191 (nota 166), 220 (nota 207), 222 (nota 211)
MISSIONÁRIOS ESPANHÓIS 67, 160, 175
MISSÕES ESPANHOLAS 168
MITRE, Bartolomeu (dom) 40, 244 (nota 232)
MOCONÃ (Salto de) 113
MOLUCAS (ilhas) 70, 71, 76, 77 (nota 19),
MONDEGO (rio) 214 (nota 184)
MONTANHA, Alexandre José, 133, 186 e nota 148
MONTE GRANDE 175, 194, 195
MONTEAGUDO 247, 248
MONTES (tenente) 252
MONTE PEREIRA 106 (nota 53)
MONTEVIDÉU 44, 45, 78, 176, 186 e nota 150, 233, 235 (nota 221), 254
MONTOYA (padre) 146, 213 e nota 183
MOORE, John Bassett, 50 e nota 36, 51 e nota 36
MORATO, Manuel, 213
MORENO, Enrique B, 43, 44

MORET y PRENDERGAST, Sigismundo (dom) 105 (nota 52)
MOUCHEZ 162
MOUSSY, Martin V., 222, 241 (nota 226), 244, 246
MOXOS (missão) 162
MUELLER 114 (nota 69)
MUNICH 215 (nota 188)
MURILLO 107 (nota 56)
MUZQUIZ, Miguel de (dom) 180

N

NABUCO, Joaquim, 46, 47
NAPO (rio) 72, 79 (nota 20)
NAPP, Richard (dom) 244 e nota 234, 245
NARBOUROUG 148 (nota 102)
NASSAU, Maurício de (Príncipe) 147
NATIVIDAD 214
NATIVIDAD DEL ACARAIG 212, 213
NAUQUÉN 150
NEGRO (rio) 81, 85, 88, 91, 92, 101, 146, 162, 163, 175
NERI, Frederico José de Sant'Anna, 38
NEW YORK 190, 243 (nota 229)
NIOAC (barão) 48
NONOHAYou NONOAI 241
NOVA FRIBURGO 35

Ñ

ÑUCORÁ ou NHUCORÁ (rio) 94, 156, 165, 166 (nota 131)

O

OCEANIA 71
OCTAVIANO, Francisco, 37
ODEBRECHT 252
OLIMPIO, Domingos, 45
OLIVENÇA 65
OLMEDILLA, Juan de la Cruz Cano y, 133, 180, 181, 186, 187 e nota 152, 188, 189 e nota 156, 190, 191 e nota 165, 192 e notas 166 e 167, 193, 197, 204, 205
ORENOCO (rio) 162, 175
OREJONES (ilhas) 172
ORLÉANS (duque de) 153 (nota 117)
ORTIZ, Francisco J., 42
OURO PRETO 186 (nota 147)
OVALLE, Alonso de, 148 e notas 102 e 104
OXFORD 107 (nota 56)
OIAPOQUE (rio) 72
OYÁRVIDE 104, 112, 113 (nota 65), 137 e nota 86, 166 e notas 132 e 135, 189 e nota 159, 205 (nota 175), 207, 208, 209 e nota 179, 218, 219 (nota 203), 220 (nota 209), 231 e nota 220, 237, 241 (nota 226), 247, 248, 250, 251, 252, 253

P

PACHECO DE CRISTO, Manuel (Alferes) 102, 120, 123, 125, 128, 130, 132
PALACIO, Manuel del, 91 (nota 34), 92 (nota 35)
PALMAS 29, 33, 34, 41, 42, 43, 49, 53, 57 (nota 1), 58, 59, 84, 122, 217, 238, 239 e nota 222, 240 e nota 226, 241 e nota 226, 242 e nota 228, 246, 254
PALMEIRAS 239, 241
PALOMARES 92, 93 (nota 35), 94 e nota 39
PAGE, Thomas J., 243 (nota 229)
PAGGI 247

PAPIRI (rio) 148
PARÁ 79, 162, 175
PARAGUAI ou PARAGUAY 31, 35, 36, 37, 64 (nota 5), 151 (nota 111), 152 (nota 116), 153 (nota 117), 154, 155, 156, 158, 161, 165 (nota 129), 186 (nota 149), 212 (nota 181), 215, 216, 217, 221, 223, 233, 234, 238, 243 (notas 229 e 231)
– (mapa) 148 (nota 102), 149 e nota 108, 152, 153, 159 e nota 123, 160, 161, 163 e nota 128, 172, 173, 212, 223 (nota 215)
– (rio) 36, 82, 98, 131, 146 (nota 98), 148 (nota 101), 149 (nota 105), 162, 176, 223, 233
PARAÍBA DO SUL (rio) 36
PARANÁ 40, 41, 57 (nota 1), 58, 72, 81, 100, 194, 196, 203, 225, 227, 228, 230, 233, 234, 238, 242, 243, 247
– (missões) 84, 85, 92 (nota 35)
– (rio) 36, 57, 81, 82, 83, 85, 92 (nota 35), 94 (nota 37), 98, 100, 103 (nota 49), 107, 108, 121 e nota 80, 126, 129, 131, 135, 136, 162, 163, 165 (nota 129), 173, 182, 183, 196, 199, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 220, 222, 223, 224 (nota 215), 226, 233, 240 (nota 226), 247, 248
PARANAPANÉ (rio) 212
PARANAPANEMA (rio) 72, 212, 213, 223
PARANHOS, José Maria da Silva (conselheiro, depois visconde) 25, 31, 34, 35, 49, 63 (nota 4), 118 (nota 78), 225
PARANHOS, José Maria da Silva (Barão do Rio Branco) 25, 26 e nota 1, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38 (nota 3), 43 e nota 14, 45, 46 e nota 22, 47 e nota 23, 48, 49, 38 e nota 3, 39, 40, 45, 49 e nota 30, 50 e nota 32, 51 e nota 38, 52, 53, 215 (nota 187)
PARDO (rio) 102, 214
PARICAÍ (rio) 112, 113, 166, 168, 219
PARI (arroio) 115
PARIS 28, 38, 46, 47, 51 (nota 38), 64, 66, 70 (notas 10 e 11), 71 (nota 12), 74, 76 (nota 16), 87 (nota 28), 93, 122, 148 (notas 101 e 102), 149 (nota 108), 151 e nota 112, 153 (nota 117), 160 e notas 124 e 125, 161 (nota 126), 162, 172, 173, 178, 179, 190 (nota 163), 204 (nota 174), 212 (nota 181), 215 (nota 187), 217 (nota 194), 246,
PARISH, Woodbine, 243 (nota 230)

PASSO DO JACUÍ 109, 214
PASSO FUNDO (rio) 132
PARDO 63, 176
PATAGÔNIA 41, 150, 160, 191 (nota 165)
PATOS (lagoa) 86, 157, 178
PAULISTAS 67, 72, 84, 102, 112, 117, 161, 163, 164, 165 (nota 129), 212, 213, 214 e nota 184, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221
PEDRA BRANCA (corredeira) 116
PEDRO II (colégio) 35
– (de Portugal) 38, 47, 48, 49, 53, 73
PEIXOTO, Floriano, 34, 45, 46
PELOTAS (rio) 164
PEPIRI, PEPIRY, PEQUIRI ou PEQUIRY (rio) 40, 58 (nota 2), 61, 67, 75, 81, 82, 83, 84, 85, 94 e nota 37, 95, 98, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114 e nota 70, 115, 117, 118 e nota 78, 119, 120, 121 e nota 80, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159 e nota 123, 160 e nota 126, 161, 163, 164, 165 e nota 129, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 192, 195, 197, 198, 204, 206, 208, 211, 213, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 232, 248, 253 (nota 239)
PEPIRI-GUAÇU, PEPIRÍ-GUAZÚ, PEPIRY-GUAZÚ ou PIPIRY GUAZÚ, PEQUIRI-GUAÇU ou PEQUIRÍ-GUAZÚ (rio) 40, 41, 58 e nota 2, 59, 61, 62, 67, 83, 104, 111, 122,
123, 132, 133, 136, 138, 139, 140, 141, 142 e nota 92, 143, 144, 147, 150, 155, 159, 160, 168, 169, 170, 171, 172, 173 e notas 140, 141e 142, 174, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 192 e nota 167, 193, 194, 195, 196, 197, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 215, 218, 222, 223, 225, 226, 227, 230, 231 e nota 220, 232 (nota 220), 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254
PEPIRÍ-MINÍ ou PEPIRY-MINÍ (rio) 84, 113 e nota 66, 123, 132, 173 (nota 142), 185, 187, 219, 246
PEQUIN (rio) 172, 173 e notas 140 e 141
PEREIRA, Barroso, 35

PEREIRA DE SOUSA (conselheiro) 238, 248, 249
PERU 101
PERNAMBUCO 147
PETIPÉ 109
PETROSCHI, Joannes, 151 e nota 113, 152 e nota 115
PEUSER 222 (nota 212)
PIABAS (rio) 121
PICADA (rio) 116, 206
PICASSO 142 (nota 92)
PINDAY 166 (nota 131)
PINÇON, Vicente (rio) 72
PINTO BANDEIRA, Joaquim José, 239 e nota 222, 240 e nota 223
PINTO DE SOUSA, Luís, 94 (nota 36)
PIQUIRI 207
PIRAY 166 e nota 131, 247
PIRACAÍ 166
PIRATINI (rio) 85, 181, 204, 213, 214, 217
PLAZA, Victorino de la (doutor) 103, 171, 248, 249
POLINÉSIA 71
PORLIER, Antonio (dom) 180
PORTUGAL 51, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76 e nota 16, 77, 78, 79 e nota 20, 80, 83, 85, 86 (nota 25), 87 (nota 28), 90, 94, 101, 102, 106 (nota 53), 111 (nota 61), 114, 121, 122, 129, 132, 136, 137, 143, 150, 155, 158 (nota 122), 160, 161, 162, 163 (nota 127), 166 (nota 134), 169, 171, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 181, 193, 195 (nota 172), 198, 225, 226, 228, 234, 235, 237
POSADAS 233, 247
PRADO, Eduardo, 47
PRATA (rio da) 73, 74, 76, 78, 79, 81, 82, 157, 158, 162, 163, 176, 186 e nota 148, 211, 229, 243 (nota 229)
PUNSHON 49

Q

QUARAÍ (rio) 58, 226
QUAI DE L'HORLOGE 148 (nota 102)
QUIRIBATAÍ (rio) 211
QUIROGA, Joseph (padre) 101, 165 e nota 129

R

RAPOSO TAVARES, Antonio, 213, 214
REAL (rio) 72
RECIFE 31, 35, 147
REQUENA, Francisco (dom) 104, 190 e nota 165
RETZ, Francisco, 149 e nota 107, 150, 152, 154, 155
REYES DEL YAPEJÚ 213
RHODE (coronel) 141 (nota 92), 142 (nota 92)
RIALLE, Girard de, 87 (nota 28)
RIBEIRO, Duarte da Ponte, 50
RICLA (conde de) 180
RICUPERO, Rubens, 38 (nota 3), 48 e nota 24, 49 (nota 28), 53 e nota 44
RIO DA PRATA (Capitania Geral do) 186
RIO DA PRATA (Províncias do Vice-Reinado do) 31, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 67, 81, 166, 178, 186, 193, 219, 221, 222, 223, 232, 243 e nota 230
RIO DE JANEIRO 30, 35, 36, 37, 38, 39 e nota 4, 40 e notas 5 e 7, 41 (nota 9), 42, 43 e nota 15, 44 e nota 18, 45, 46 (nota 22), 49 (nota 30), 50 e nota 32, 53, 64 (nota 5), 73, 86, 123, 162, 176, 238, 239, 253, 254
RIOGRANDE 186 (nota 150)
RIO GRANDE DE SÃO PEDRO 94, 111 (nota 61)
RIO GRANDE DO SUL 37, 42, 57 (nota 1), 58, 63, 68, 74, 86, 178, 179, 181, 195 (nota 171), 213, 238, 241
RIO PARDO (forte) 102
ROCA, Júlio A., 40, 42

RODRIGO SILVA (conselheiro) 253
ROMA 76 (nota 16), 101, 151 e nota 113, 152 e nota 115, 153, 154, 165 (nota 129)
ROSAS, Juan Manuel de, 36, 37
RÓSCIO 103, 142 (nota 96), 207, 208, 209 (nota 180)
ROSS, T., 146 (nota 99)

S

SACRAMENTO (colônia do) 73, 76, 78, 79, 84, 85, 86, 101, 176, 178, 181
SALDANHA, José de, 205, 206
SALTO OU SALTINHO DA FORTALEZA 117 e nota 76, 118 (nota 77), 157
SALTO DA MARCA 125, 130, 136, 138
SALTO DE LA VICTORIA 127
SALTO DE MOCONÃ 113
SALTO DE SANTA MARIA 127
SALTO DE SANTO ANTÔNIO 129, 138
SALTO DO IVAÍ 142
SALTO GRANDE DO IGUAÇU 82, 127, 142, 194, 196, 199, 201, 212, 213, 218, 223
SALTO GRANDE DO PARANÁ 82, 83, 103 (nota 49), 107, 121 e nota 80, 129, 142, 163, 194, 196, 220
SALTO GRANDE DO URUGUAI 82, 85, 95, 113, 118, 121, 142, 143, 144, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 164, 165 e nota 129, 167, 170, 171, 198, 213, 215, 219, 232, 243, 246, 248
SALTO PATRÍCIO 129, 138
SALTO PEQUENO 118 (nota 77)
SANTO ÂNGELO ou SAN ANGELO 85, 195, 204, 209 (nota 180), 218
SANSON, G. 148 e nota 101
SANTANA 214, 215, 240 (nota 226), 241 (nota 226)
SANTA CATALINA ou SANTA CATARINA 58, 86, 157, 171, 179, 181, 222, 223, 240, 241, 242

SANTA MARIA (cabo de) 86
– (rio) 175
SANTA MARÍA MAYOR (missão) 212, 213
SANTA ROSA 166 (nota 131)
SANTA TECLA 101
SANTA TERESA 214
SANTIAGO DE JEREZ 214
SANTO ANTÃO DE CABO VERDE (ilha) 70 e nota 11, 79
SANTO IGNACIO GUAZÚ 213
SANTO IGNACIO MINÍ (missão) 212, 213
SANTO ANTÔNIO ou SAN ANTONIO (missão) 197, 213
SANTO ANTÔNIO (rio) 40, 41, 42 (nota 12), 51, 57, 58 e nota 2, 59, 61, 62, 63, 103 (nota 49), 108 (notas 58 e 59), 128, 129, 130, 131, 132, 136, 138, 139, 140, 166 (nota 134), 176, 180, 182, 183, 184, 186, 187, 192 e nota 167, 193, 194, 195, 196, 199, 201, 202, 203, 208, 209, 211, 212, 215, 225, 226, 227, 230, 231, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241 e nota 226, 242, 243, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 253 (nota 239), 254
SANTO ANTÔNIO GUAÇU, SANTO ANTÔNIO GUAZÚ ou SAN ANTONIO GUAZÚ (rio) 41, 58, 59, 62, 63, 195, 208, 231, 237, 241 (nota 226), 246, 247, 250, 251, 252, 253
SANTO ANTÔNIO MIRIM ou SAN ANTONIO MIRIM (rio) 129, 196, 201, 202, 246
SANTOS 76 (nota 16)
SANTOS, José Ferreira dos, 239
SANTO TOMÉ 212, 214
SÃO BORJA (missão) 85, 218
SÃO CARLOS 215
SÃO CARLOS DE CAAPÍ 214
SÃO COSME 215
SÃO COSME e DAMIÃO (missão) 214
SÃO CRISTÓVAL 214
SÃO FRANCISCO (rio) 128, 157, 199
SÃO JOÃO 94, 156, 165, 166
SÃO JOÃO BAUTISTA 85, 218
SÃO JOAQUIM 214

SÃO JOSÉ (missão) 212, 215
SÃO JOSÉ DE ITACUATIÁ 214
SÃO LEOPOLDO (visconde de) 116 e nota 73
SÃO LOURENÇO 85, 176 (nota 144), 218
SÃO LUÍS GONZAGA (missão) 85, 218
SÃO MARTIN 247
SÃO MIGUEL (missão) 74, 85, 212, 213, 214, 215, 218
SÃO NICOLAU ou SAN NICOLÁS (missão) 85, 105, 106, 110, 131, 132, 185, 213, 214, 215
SÃO PAULO ou SAN PABLO 35, 39, 42, 67, 72, 74, 84, 111, 160 (nota 126), 161, 170, 212, 213, 216 (nota 192), 217, 219, 238, 239 e nota 222, 241, 242
SÃO PEDRO (missão) 113 (nota 66), 212, 213, 246 (nota 237)
SÃO ROQUE (cabo) 162
SÃO XAVIER (missão) 106, 108, 110, 111, 112, 116, 118, 119, 126, 159, 165, 212, 213, 216, 218, 219, 247
SARAGOÇA 71, 76, 77, 78, 80
SARAVIA, Carlos M., 227
SARANDI 114 e nota 69, 142 (nota 92), 198
SAUDADE (rio) 221,
SCHIRMBECK 215 (nota 188)
SCHNEIDER, Luis 31, 38
SEELSTRANG, A. de, 142 (nota 92), 244 e nota 233
SERRA DO MAR 223,
SETE MISSÕES ORIENTAIS ou SIETE PUEBLOS ORIENTALES DE MISIONES 85, 102, 176
SEUTTER, Mateus, 152
SILVA PAIS (general) 74, 86
SILVA TELES, Tomás da (visconde de Vila Nova de Cerveira) 75, 87, 97, 120 163 (nota 127)
SILVEIRA PEIXOTO, Antonio Martins da, 133, 186 e nota 147
SIMANCAS 51, 97 (nota 40), 105 e nota 52, 108 (nota 60), 179 (nota 145)
SOARES, Diogo, 162
SOBERBIO (rio) 112, 165, 216
SOUSA COUTINHO, Francisco Inocêncio de, 179, 181

SOUSA, Martim Afonso de, 224
SOUTHEY, Robert, 76 e nota 17
STEVENS, Marie Philoméne, 38
SUMATRA (ilha) 71
SUNDA 71

T

TABATI 216, 217
TAIM 74
TAMBURINI ou TAMBURINO Michaeli Angelo, 150, 151 e nota 113, 154, 155
TAPAJÓS 162
TAPE 214
TAPIÁ 124
TAQUARI (rio) 214, 223 (nota 215)
TEBIQUARI (rio) 214
TEIXEIRA, Pedro, 72
TERRA MAGELÂNICA 150
TERRITÓRIO ARGENTINO DE MISIONES 58, 147, 150, 155, 159, 165, 224, 233
TIBAGI (rio) 149, 212, 223 e nota 215
TIBAGIBA (rio) 212
TIBIQUACI (rio) 214
TOCANGUAÇÚ ou TOCANGUAZU 223 (nota 215)
TOCANGUCIR ou TOCANGUZIR 223 (nota 215)
TOICT, Nicolas du, ou TECHO, Nicolás del, 111 (nota 63), 146, 148 e notas 102 e 104, 149 e nota 105, 154, 212 (nota 181), 215 (nota 188), 217 (nota 195)
TORDESILHAS 69, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 80, 192 (nota 167)
TOROPI 166
TOURMENTE, A., 244 e nota 233
TRAÍRAS ou TARAYRAS (arroio) 123
TRATADO DA TRÍPLICE ALIANÇA 35, 37
TRATADO DE ALIANÇA (1865) 233

TRATADO DE AMIZADE E GARANTIA (1778) 63
TRATADO DE ARBITRAMENTO (1889) 43, 59, 253, 254
TRATADO DE BADAJOZ (1801) 63, 64, 65, 66
TRATADO DE BUENOS AIRES (1885) 42 e nota 12, 57 (nota 1), 113 (nota 66), 136, 220, 232, 246 (nota 237), 250, 251
TRATADO DE EXTRADIÇÃO 230
TRATADO DE LIMITES DA AMÉRICA MERIDIONAL (1805) 140 (nota 89)
TRATADO DE MADRI (1750) 40, 51, 61, 62, 64, 67, 68, 75, 76, 81, 84, 88, 91, 93 (nota 35), 95, 101, 104, 105, 111, 139, 140, 143, 152, 154, 158 (nota 122), 159, 161, 165 (nota 129), 167, 171, 175, 176, 177, 178, 183, 184, 185, 188, 190, 206, 218, 221, 226, 231, 232, 248
TRATADO DE MONTEVIDÉU (1890) 45, 254
TRATADO D'EL PARDO (1761) 61, 64, 66, 176, 192 (nota 167)
TRATADO DE PARIS (1763) 64, 66, 178, 179
TRATADO DE PAZ (Lisboa, 1668) 66, 73
TRATADO DE SANTO ILDEFONSO (1777) 62, 63, 64, 65, 66 e nota 6, 67, 68, 93, 98, 105, 110, 115, 116, 122, 127, 133, 135, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 192, 193, 197, 204, 209, 211, 218, 221, 225, 237, 243, 252
TRATADO DE TORDESILHAS (1494) 69, 70, 79, 80
TRATADO DE UTRECHT (1715) 66, 73, 78, 79, 80
TRATADO DE 1681 73, 78, 80
TRATADO DE 1701 66
TRATADO DE 1751 105, 139, 140, 164
TRATADO DE 1761 66
TRATADO DE 1763 66
TRATADO DE 1857 225, 227, 228, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 248, 249
TRATADO DE 1872 233
TRATADO DE 1876 233
TRATADO DE 1889 59, 232
TRIGOTI (rio) 116, 205, 206, 209
TUCUMÁN (bispo de) 101
– (província) 186 (nota 149)

TUPIS (índios) 58 (nota 2), 204, 215
TURVO (rio) 112, 113, 166 e nota 131, 219

U

UBAÍ 223
ULLOA, Antonio (dom) 180
UNIÃO (porto) 241
UNIVERSIDADE DE COLÚMBIA 50
URQUIZA (general) 227 e nota 219, 228
URSUA, Francisco Bucareli y (doutor) 186 (nota 150)
URUGUAI ou URUGUAY 31, 36, 39, 97, 100, 101, 108, 111, 112, 118 (nota 78), 153, 158 (nota 122), 206, 214, 216, 219, 233, 234, 243 (nota 231), 244 (nota 232)
– (bacia) 57, 62
– (missão) 84, 102, 217
– (rio) 36, 51, 57, 58, 61, 62, 63, 67, 72, 76, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 91, 92 (nota35), 94 e notas 37 e 38, 95, 101, 103 e nota 49, 106, 108, 109, 110, 111, 113 e nota 66, 114 (nota 68), 115, 116, 117, 119, 120, 121, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 136, 137, 139, 141, 142, 143 e nota 97, 144, 146, 147, 150, 151, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165 e nota 129, 167, 168 e nota 137, 169, 173 e nota 142, 176, 181, 182, 183, 184, 192, 194, 195, 197, 198, 204, 205 e nota 175, 206, 207, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 226, 230, 232, 243, 246 e nota 237, 247, 248, 249
URUGUAY-FOSTA ou URUGUAYFOSTA (rio) 172
URUGUAY-GUAZÚ ou URUGUAI-GUAÇÚ (rio) 132, 158
URUGUAI-MIRIM ou URUGUAY-MINÍ (rio) 132, 151, 153, 154, 157, 158, 172, 189,
URUGUAI-PITÃ, ou URUGUAY-PITÃ (rio) 94, 98, 103, 104, 105, 109, 110, 114, 115, 116 e nota 73, 118 e nota 78, 140, 141, 142, 145, 146, 151, 153, 154, 155, 156, 159 (nota 123), 160, 164, 165, 166 e nota 131, 167, 168 e nota 136, 185, 186, 195, 197, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 219, 222, 224
UTRECHT 73, 74, 78

V

VACARIA 195 e nota 171, 204
VALDELIRIOS (marquês de) 101, 105, 106, 131, 137, 175, 180
VALLADOLID 223 (nota 213)
VARELA y ULLOA 189, 203, 205, 206, 207, 232 (nota 220)
VARNHAGEN (visconde de Porto Seguro) 70 e notas 7 e 10, 175 (nota 143), 217 e nota 196
VÁRZEA (rio) 116, 205
VASCONCELOS (general) 74, 88 (nota 29), 101
VEIGA CABRAL (general) 73, 203, 205, 206, 208 e nota 177, 232 (nota 220)
VELAS (ilhas) 71, 77
VENEZA 153 (nota 117)
VENEZUELA 190
VERDE (rio) 214
VERTIZ, João Joseph de, 86 (nota 25), 193, 195, 197, 204, 209
VESPÚCIO, Américo, 70,
VITÓRIA (serra) 247
VIGNAUD, Henry, 87 (nota 28)
VILA HAYES 238
VILA OCIDENTAL 238
VILA RICA 186 (nota 147), 211, 213
VIRASORO, Valentín, 52, 139 (nota 88), 142 (nota 92), 157 (nota 121), 241 (nota 226), 252 e nota 238
VITELESCI, Mutio, 212 (nota 181)

W

WALCKENAER (doutor) 151, 163 e nota 128, 172
WALL, Ricardo (dom) 105, 131, 137
WASHINGTON 43, 45, 48, 49, 53, 57 (nota 1), 97 (nota 40), 150, 159, 220 (nota 207), 222 (nota 211), 223 (nota 213), 254

X

XANXERÊ 241 (nota 226)
XARAYES, XAREYS ou XAREYES (lago) 172

Y

YAGUARAPE (rio) 157, 165, 166 (nota 131), 216
YAPEJÚ (missão) 111 (nota 63), 216
– (rio) 111

Z

ZABOROWSKI 215 (nota 187)
ZEBALLOS, Estanislau S. (doutor) 26, 44 e nota 17, 49, 52, 86 (nota 25), 103 e nota 50, 141 (nota 92), 147 e nota 100, 148 e nota 104, 149 (nota 107), 150 e nota 110, 154, 158, 159 e nota 123, 160, 168, 172, 173 (notas 138 e 141), 188 (nota 155), 192 (nota 167), 222 e nota 212, 223, 241 (nota 226), 245 (nota 235)

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)

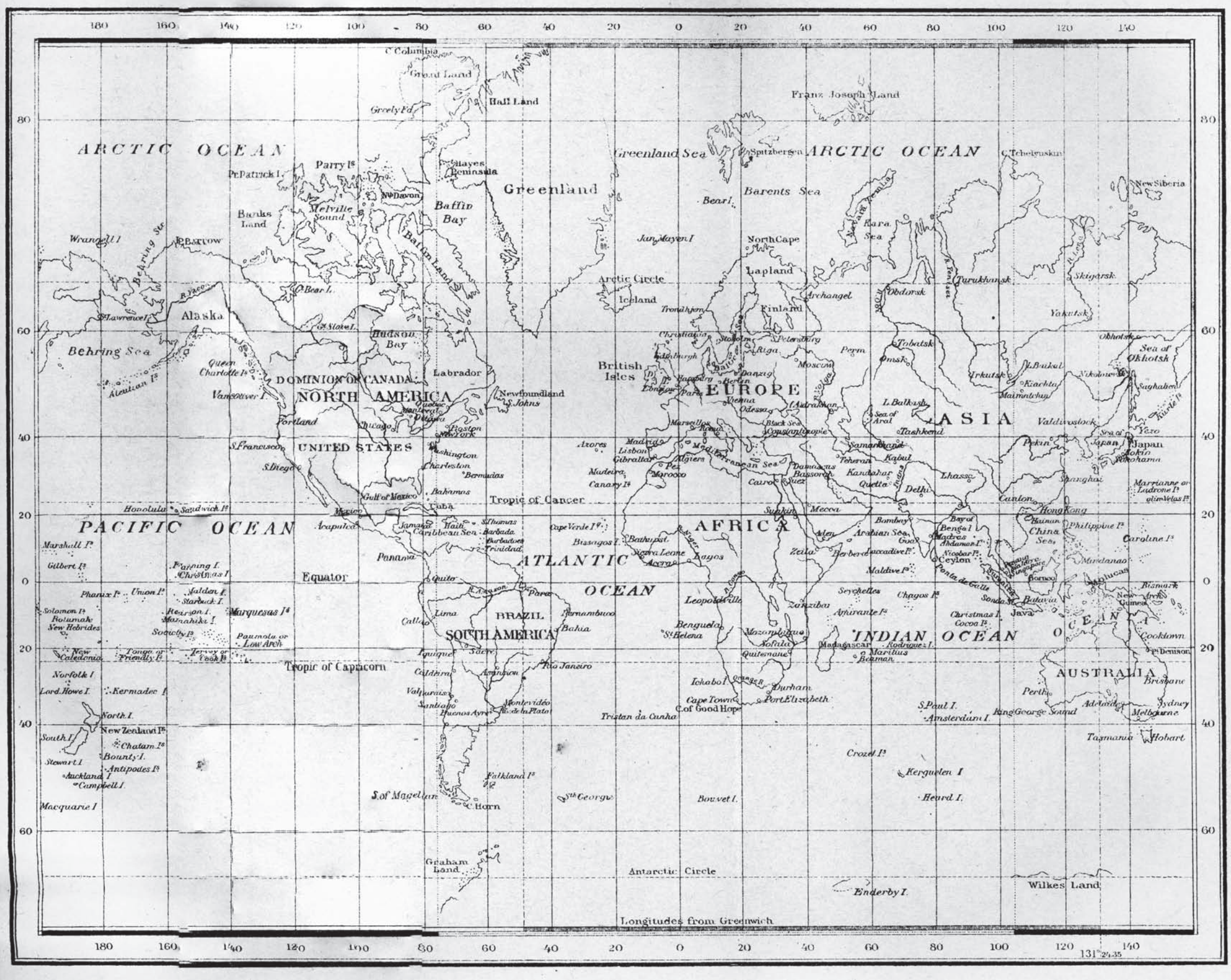
REPÚBLICA ARGENTINA - mapa 1

Nº 01

Linha Meridiana de Demarcação ajustada em Tordesillas, ENTRE PORTUGAL E HESPANHA, a 7 de Junho de 1494.

Hemispherio portuguez / Hemispherio hespanhol — Segundo a Linha de demarcação ajustada em Tordesillas

Hemispherio portuguez / Hemispherio hespanhol — Se a linha de demarcação passasse a Oéste das Molucas, entre Java e Sumatra, segundo Herrera e a pretenção hespanhola no XVI Seculo



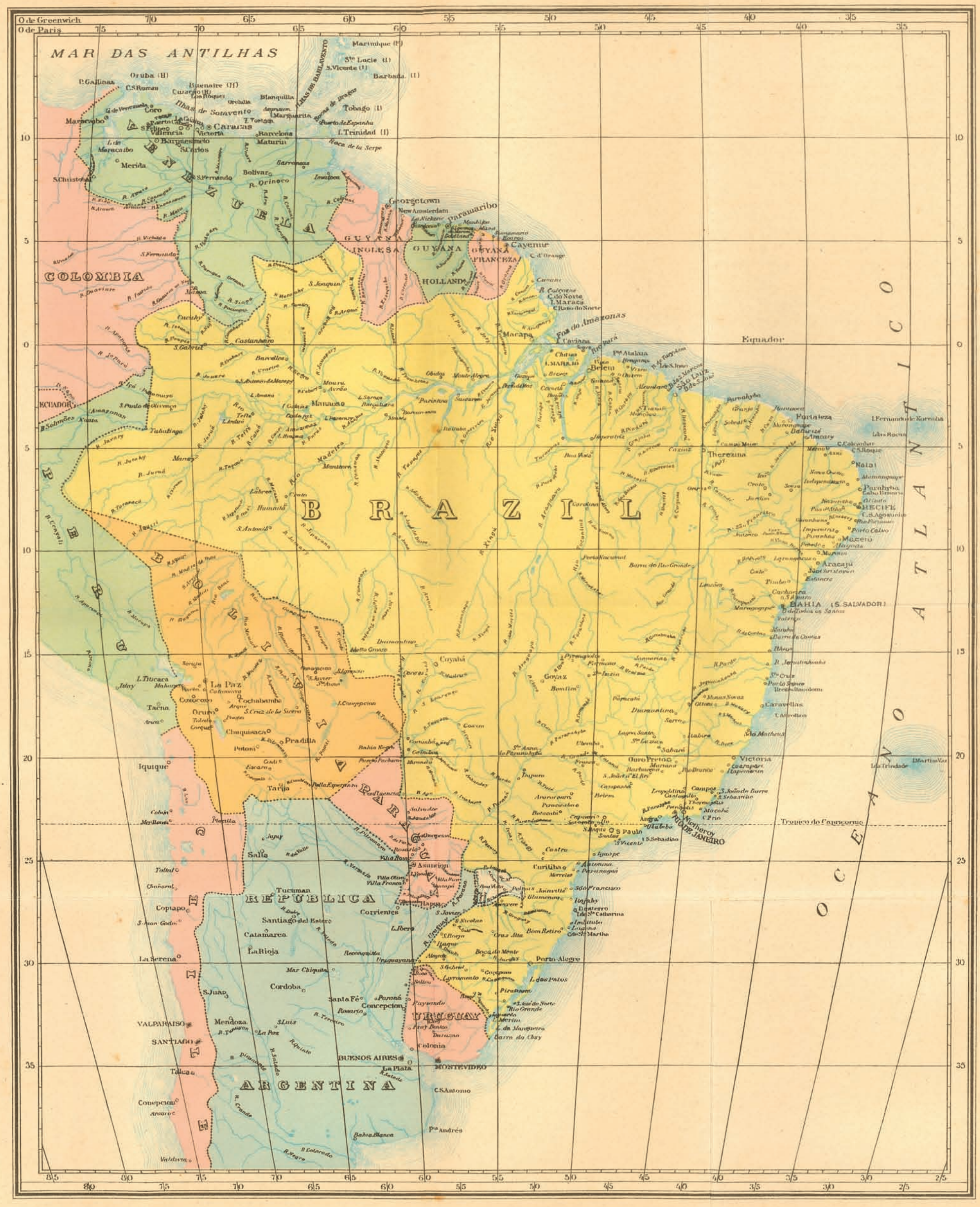
131 2435

REPÚBLICA ARGENTINA - mapa 2

O BRAZIL,

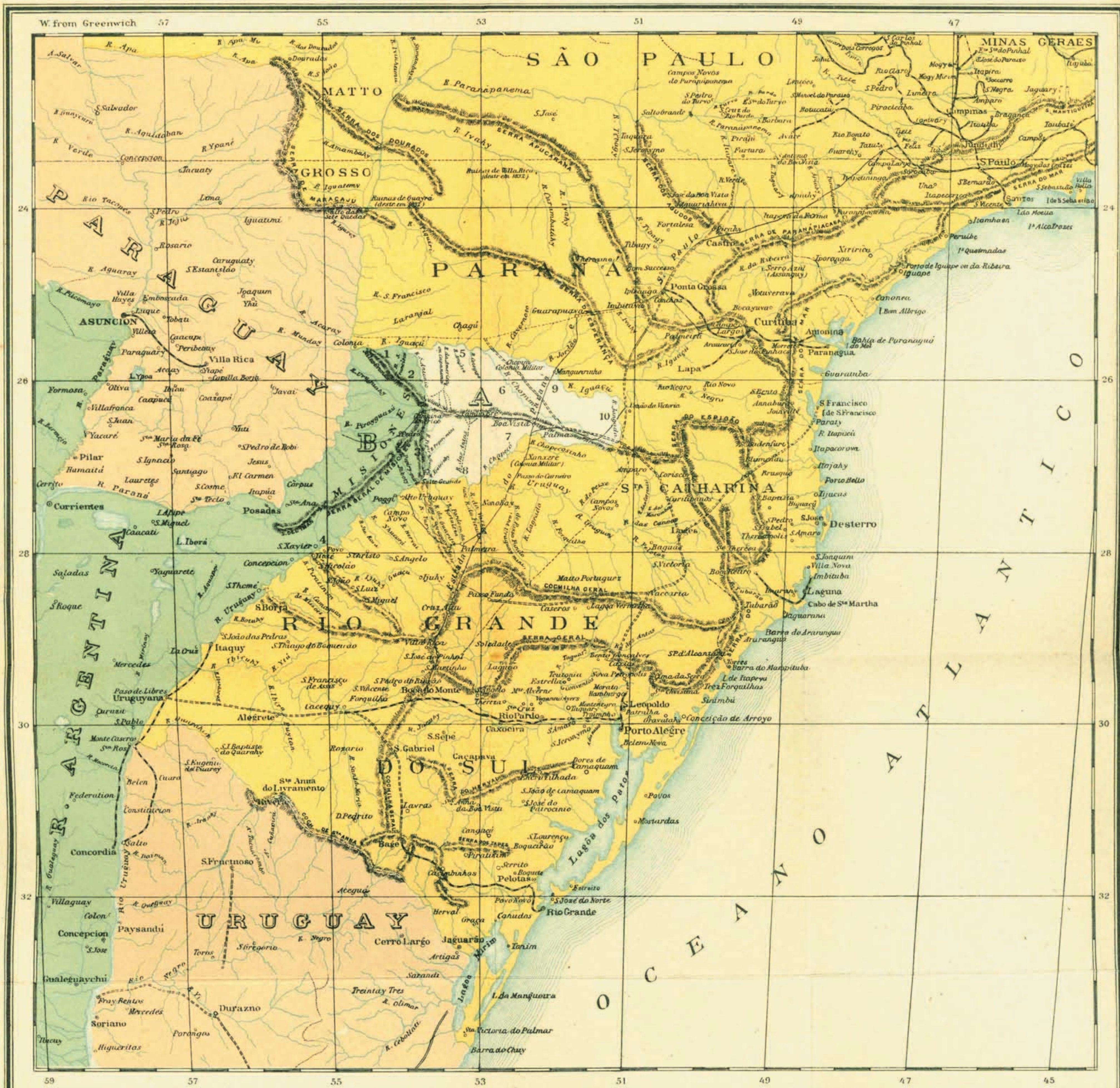
seo territorio contestado, e os paizes limitrophes.

Nº 02



MAPPA DO BRAZIL MERIDIONAL,

mostrando a parte do seo territorio reclamada pela Republica Argentina.



IMPRENSA NACIONAL

JULIUS BIEN & CO. NY

EXPLICAÇÕES.

1, 2, 3 & 4. LIMITE ENTRE O BRAZIL E A REPUBLICA ARGENTINA.

6 & 7. LIMITE ORIENTAL DA PRETENÇÃO ARGENTINA ANTES DE 1888.

7 & 10. LIMITE ORIENTAL DA PRETENÇÃO ARGENTINA DESDE 1888.

PELO TRATADO DE 7 DE SET. DE 1889, O ARBITRO É CONVIDADO A PRONUNCIAR-SE POR UMA DAS DUAS LINHAS: (*a*) 2 & 3, O S. ANTONIO E O PEPIRY-GUAÇÚ, LIMITE ACTUAL DO BRAZIL; OU (*b*) 7 & 10, O CHAPECÓ (OU PEQUIRY-GUAÇÚ) E JANGADA (OU S. ANTONIO GUAÇÚ), COMO PRETENDE A REPUBLICA ARGENTINA.

A. TERRITORIO RECLAMADO PELA REPUBLICA ARGENTINA, FORMANDO A MAIOR PARTE DA COMARCA DE PALMAS, ESTADO DO PARANÁ, E. U. DO BRAZIL. AREA, 991 LEGUAS Q. OU 11,827 MILHAS INGL. Q. POPULAÇÃO (1890), 5793, DOS QUAES 5763 BRAZILEIROS E 30 ESTRANGEIROS, MAS NENHUM CIDADÃO ARGENTINO.

B. TERRITORIO DE MISIONES OCCUPADO PELOS ARGENTINOS DEPOIS DA GUERRA DO PARAGUAY.

REPÚBLICA ARGENTINA - mapa 4

MAPPA
DA
COMARCA DE PALMAS,
NO ESTADO BRAZILEIRO DO PARANÁ;
DA
GOBERNACION ARGENTINA DE MISIONES;
E DE UMA PARTE DO
ESTADO BRAZILEIRO DO RIO GRANDE DO SUL,

organisado sob as vistas da

MISSÃO ESPECIAL DO BRAZIL EM WASHINGTON

SEGUNDO OS RECONHECIMENTOS DA

COMMISSÃO MIXTA BRAZILEIRA ARGENTINA

E OS MELHORES DOCUMENTOS GEOGRAPHICOS DESDE O XVII SECULO ATÉ AOS NOSSOS DIAS

Construido e desenhado pelo CONTRA-ALMIRANTE JOSÉ CANDIDO GUILLOBEL,
Consultor Technico da Missão Especial.

1894.

Escala. 1:1.000.000.

Longitudes W. from Greenwich.

IMPRENSA NACIONAL — BRASIL

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

II

QUESTÕES DE LIMITES

GUIANA INGLESA

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
II

QUESTÕES DE LIMITES
GUIANA INGLESA

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

II

Questões de Limites
Guiana Inglesa

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ventura Ferreira
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco II : questões de limites Guiana Inglesa. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
214 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-353-3

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da
Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

No presente volume se reproduz a edição original da memória impressa em Bruxelas em 1897 (*Imprimerie des Travaux Publics*), traduzida para o português.

Foram feitas, no texto, as emendas constantes da Corrigenda existente à p. VII da edição original, tendo sido ainda, atualizadas as remissões, em consequência da nova paginação. O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.

Sumário

Notas introdutórias à leitura da *Mémoire sur la question des limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique, 21*
José Theodoro Mascarenhas Menck

PRIMEIRA PARTE
Notas introdutórias

I
Fronteira meridional das antigas colônias holandesas de Essequibo, Demerara e Berbice, 65
Mapas geográficos do século XVIII, 66
Mapa de d'Anville (1748) aprovado pelo governador Storm van's Gravezande e pelos Estados-Gerais da Holanda, 66
Mapas de Van Bercheyck (1759) e de Isaac Tirion (1767 e 1770), 68
Mapas de Hartsinck (1770) e de von Bouchenroeden (1798), 68
Portugal adota em 1783 as linhas fronteiriças que a Holanda se atribuía, 68
Um documento holandês de 1759. Resposta, 69

II

As colônias holandesas ocupadas pela Inglaterra de 1781 a 1782, 71
Mapa de Edward Thompson (1783), 71
Nova ocupação inglesa 1796-1802, 71
Tratado de Amiens (1802), 71
Fronteira meridional da colônia de Essequibo depois do Tratado de Amiens ─ França e Holanda, 72
Mapas franceses de 1814 e 1816 (P. Lapie e H. Brué), 73
Mapa inglês de W. Faden (1807), 73
Conquista definitiva das colônias de Essequibo, Demerara e Berbice pela Grã-Bretanha (1803), 74
Convenção de Londres (1814), 74

III

Extensão das ocupações conquistadas em 1803, 74
As possessões portuguesas do distrito de São Joaquim, 75
Destacamentos portugueses do istmo do Tacutu e do Rupununi, 75

IV

Primeira visita dos ingleses ao alto Essequibo e ao Rupununi (1810-1811), 76
Os ingleses encontram a passagem do Pirara e a margem esquerda do Rupununi ocupadas pelos soldados portugueses, 76

V

As fronteiras da Guiana Inglesa segundo os mapas publicados de 1811 a 1839, 78
Mapas de A. Arrowsmith (1811-1829), 78
Mapa (1825) e memória (1837) de Humboldt, 79
Mapas de Weiland (1829) e J. Arrowsmith (1839), 79

Mapa do reverendo H. Laurie (1837), 79
Mapas de P. Lapie (1814 e 1838); A. H. Brué (1816, 1826,1830,1834); L. Berthe (1826); Ternaux-Compans (1843), 79
Mapas especiais da Guiana Inglesa:
De James Wyld (1828), W. Hilhouse (1836), e J. Hadfield (1838), 80
De J. E. Alexander (1836), 81
Posição da ponta Bartica, 81

VI

Pretensão de *sir* B. d'Urban, governador da Guiana Inglesa (1827), 82
Sistema orográfico de Parima conforme Humboldt, 82
Linha divisora de águas, 83
Lorde Palmerston e essa linha, 83

VII

Viagens de Schomburgk em 1835 e 1836, 84
Objetivo de suas viagens, 84
O Anaí formava a extremidade sudoeste da Guiana Inglesa de acordo com a *Royal Geographical Society,* 84
Schomburgk reconhece em 1836 que, pelo *consensus omnium* o Brasil tinha a possessão da margem direita do Anaí e da margem esquerda do Rupununi, 85
A aldeia do Pirara estava ocupada em 1836 por um destacamento de soldados do forte de São Joaquim, 86
Os índios macuxis, 86

VIII

Terceira viagem de Schomburgk (1837-1838), 87
Guerra civil na Amazônia brasileira. O destacamento brasileiro do Pirara é retirado provisoriamente, 87
Chegada do missionário Youd a Pirara. (1838), 87

Pirara é reocupada por um destacamento brasileiro (1839). Expulsão de Youd, 88
Um engano de Hamilton, 89
Youd é obrigado a deixar Curuá, no Rupununi. (1840), 89
Ele vai se estabelecer em Waraputa Rapids, 90

IX

Memorando de Schomburgk (1839), 90
Linhas fronteiriças que ele indica arbitrariamente em seu mapa de 1840, 91
Primeiras reclamações do governo britânico (1841), 91
Nota e memorando de Ouseley, encarregado de negócios no Rio de Janeiro (20 de fevereiro de 1841), 91
Resposta de Aureliano Coutinho, Ministro das Relações Exteriores do Brasil (24 de março de 1841), 92

X

Instruções às autoridades brasileiras do Pirara (1841), 93
Ofício do governador da Guiana Inglesa enviado às autoridades brasileiras do Pirara por um agente inglês (1841), 93
Resposta das autoridades brasileiras, 94
Notificação de 15 de março de 1841, 94
Nota de 10 de dezembro de 1841 de Hamilton, ministro britânico no Rio de Janeiro, 94
Algumas retificações necessárias, 95
Resposta de Aureliano Coutinho (8 de janeiro de 1842), 96
É proposta a neutralização provisória do Pirara, 97

XI

Schomburgk encarregado da delimitação das fronteiras pelo governo britânico (1841-1842), 98

Ocupação do Pirara por um destacamento inglês (fevereiro de 1842), 98
Protestos do Brasil, 99
Lorde Aberdeen ordena a retirada do destacamento inglês (1842), 99
Acordo provisório de 29 de agosto — 3 setembro 1842, estabelecendo a neutralidade do Pirara, 100
Lorde Aberdeen ordena a destruição dos marcos estabelecidos por Schomburgk, 100

XII

Em que consistia a aldeia do Pirara. Ela não existe mais desde 1839, mesmo que ainda figure nos mapas ingleses, 100
O forte New Guinea, 100
O missionário Youd. Sua obra e sua morte, 102
Missionários portugueses, 102
Schomburgk e os índios. Resposta às acusações feitas contra o Brasil, 102

XIII

Negociações em Londres em 1843 entre Araújo Ribeiro e lorde Aberdeen sobre a questão das fronteiras, 103
Projeto apresentado por Araújo Ribeiro, 104
Primeira proposta de lorde Aberdeen, 104
Os índios do Pirara, 105
O governo britânico se declara pronto a aceitar as linhas de fronteira propostas pelo Brasil, 105
Nota verbal de lorde Aberdeen (23 de novembro de 1843), 105
Causas da interrupção das negociações em 1843, 106

SEGUNDA PARTE

Exame dos argumentos apresentados em nome do governo britânico

I

Observações a propósito dos documentos diplomáticos trocados entre 1841 a 1843, 107

II

Argumento inglês: — tratados e antigas pretensões holandesas, 110
Resposta, 110
Tratados, 110
Máxima pretensão da Holanda, 112

III

Argumento de Schomburgk, 113
Retificações. Explorações portuguesas de 1781, 1786 e 1787, 114
Linha de demarcação adotada em 1783 por Portugal, 114
Pretensa necessidade de consentimento de outros governos. Espanha e França. Resposta, 114

IV

Suposto marco fincado no Pirara em 1811, 115
Resposta, 114

V

Pretenso tratado estabelecendo um limite meridional, 117
Resposta, 117

VI

Argumento inglês: — tomada de posse das nascentes do Essequibo por Schomburgk em 1837, 117
Esse foi um ato nulo em Direito, 117

VII

Argumentação na nota inglesa de 22 de abril de 1897, 118
Resposta, 118
Explorações holandesas na bacia do Essequibo no século XVIII, 119
Viagem de Hortsman em 1740. Ele penetra na bacia do rio Branco, 121
Viagem anterior de Silva Rosa. Ele penetra na bacia do Essequibo, 121
O posto Arinda transferido para os arredores do Rupununi, 122
Primeiro reconhecimento holandês levado até o Maú (1769), 123
Comércio com os índios do istmo do Tacutu e do Rupununi, 124
Explorações e expedições portuguesas iniciadas em 1656, 124
Os espanhóis expulsos do alto rio Branco e do istmo do Rupununi pelos portugueses (1775), 125
Reclamações espanholas, 125
Conclusões, 127

VIII

Argumentação de Schomburgk baseada na existência do posto Arinda no Essequibo no século XVIII, 128
Resposta, 128
A autoridade de Humboldt descartada, 128
Diferentes localizações do posto Arinda, 130
Não era um posto fortificado, mas um entreposto, 132
O posto Arinda não foi destinado a impedir o comércio de escravos índios, mas a fomentá-lo, 133
Ele também não foi destinado a reprimir as incursões dos caraíbas, 134
Exame da questão de direito no que se refere ao estabelecimento de Arinda, 135

Arinda e São Joaquim. Raios de influência, 136
Resumo, 137

IX

Argumento de Schomburgk retirado de um excerto de Humboldt,137
Resposta, 137
Desde 1775 os portugueses utilizavam as savanas a leste do rio Branco, 138
Introdução do gado nas savanas do rio Branco pelos portugueses em 1793, 140
Os colonos ingleses da Guiana só começaram a pensar nestas savanas em 1840, 140
Excertos de Schomburgk mostrando que o gado destas savanas havia sido introduzido pelos portugueses, 140

X

Argumento de Ouseley, baseado na necessidade da posse real pelo Brasil, e na situação de independência dos índios da bacia do rio
Branco, 141
Resposta, 142
Posse real e posse fictícia, 142
Extensão dos territórios efetivamente ocupados pelos holandeses no século XVIII, e pelos ingleses, hoje e antes de 1842, 142
São Joaquim e ponta Bartica — raios de influência, 143
Contratos celebrados com os índios selvagens, 144
Situação dos índios selvagens na América, 145

XI

Pretenso direito da colônia britânica sobre as savanas do Pirara, e suposta necessidade destas savanas, 146
Resposta, 146

As savanas do Pirara sempre foram reconhecidas pelos holandeses como pertencentes ao Brasil, 146
Os ingleses antes de 1840 as reconheciam como sendo brasileiras, 146
O argumento inferido da dita necessidade, 147
A Guiana Inglesa possui savanas que jamais utilizou bem superiores às do Pirara, 147

XII

Conclusões gerais, 149

TERCEIRA PARTE

O território contestado e as diferentes linhas de delimitação

I

Linhas extremas das duas pretensões que formam o limite do território contestado, 153
Superfície do território contestado, 154
Observação a propósito da linha do Cotingo, 154
Reserva de direitos, 155

II

Projetos de delimitação trocados entre o Brasil e a Grã-Bretanha de 1843 a 1897, 155
Superfície das diferentes seções do território contestado, 157
Quadro comparativo das propostas trocadas, 158

III

Exame da proposta feita em 15 de março de 1897 por M. A. de Souza Corrêa, 159

Divisão do território contestado, 159
Memorando brasileiro de 1º de março de 1897,159
Linha científica. Opinião dos juristas ingleses *sir* Travers Twiss, *sir* R. Phillimore e W.-E. Hall, 160
Limite mais natural. Opinião de Schomburgk em 1838, 162

IV

Resposta a uma objeção do governador da Guiana Inglesa, 163
Proposições finais, 165

Apêndice, 167

Documentos – Propostas trocadas entre os governos brasileiro e inglês sobre a delimitação das fronteiras na Guiana (1843-1897):

Nº 1 — Carta do ministro Araújo Ribeiro endereçada ao conde de Aberdeen em 16 de outubro de 1843, 169
Nº 2 — Nota de Araújo Ribeiro endereçada ao conde de Aberdeen em 3 de novembro de 1843, 172
Nº 3 — Projeto de tratado de limites anexado à nota de 3 de novembro de 1843, 172
Nº 4 — Primeira proposta feita por conde Aberdeen em 15 de novembro de 1843, 174
Nº 5 — Artigo proposto por Araújo Ribeiro em 17 de novembro de 1843, 174
Nº 6 — Nota verbal do conde de Aberdeen datada de 23 de novembro de 1843, 175
Nº 7 — Memorando do Barão de Penedo, de 25 de outubro de 1888, 175
Nº 8 — Projeto de protocolo anexado ao memorando de 23 de outubro de 1888, 177
Nº 9 — Carta de *sir* T. Sanderson, de 4 de setembro de 1891, a respeito do protocolo proposto em 1888, 179
Nº 10 — Carta de *sir* T. Sanderson, datada de 12 de setembro de 1891, propondo uma nova linha de fronteira, 179

Nº 11 — Projeto debatido nas entrevistas que se realizaram em dezembro de 1895 entre os senhores Carlos de Carvalho e Constantine Phipps, 180
Nº 12 — Nota endereçada ao marquês de Salisbury por M. A. de Souza Corrêa, ministro do Brasil em Londres em 15 de março de 1897, 181
Nº 13 — Projeto de tratado de limites anexado à nota de 15 de março de 1897 de M. A. de Souza Corrêa, 182
Nº 14 — Memorando de 1º de março anexado à nota de 15 de março de 1987, de M. A. de Souza Corrêa, 183

Mapas

1. Mapa da Guiana (Carte de la Guyane), por Laurens Lodewyck von Bercheyk , 1759
2. Mapa da Guiana (Carte de la Guyane), por Isaac Tirion, 1767 e 1770
3. As Guianas, no mapa — *América do Sul* — (Les Guyanes, no mapa: South-America), de 1839, por John Arrowsmith
4. Mapa das fronteiras entre os Estados Unidos do Brasil e a Guiana Britânica (Carte des frontières entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique), 1897

Índice onomástico e toponímico, 193

Notas introdutórias à leitura da *Mémoire sur la question des limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique*

José Theodoro Mascarenhas Menck[1]

> "Tenho estado a ler as suas memórias e documentos. *Mais vous êtes un savant, monsieur*! É incrível a *chance* que eu tive de ter a minha questão precedida pelos seus estudos e pelos trabalhos anglo-venezuelanos! Que minas já funcionando! Com a diferença que você faz sozinho, e melhor, o que fazem, com imensos vencimentos, dezenas de especialistas, geógrafos, advogados, franceses e ingleses, todos reunidos."
>
> Joaquim Nabuco ao Barão do Rio Branco[2]

O segundo volume das *Obras do Barão do Rio Branco*, que ora são reeditadas pelo Ministério das Relações Exteriores, é dedicado à

[1] Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB); mestre em História Social pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduado em Direito Romano pela Primeira Universidade de Roma — La Sapienza; bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Consultor legislativo da Câmara dos Deputados. Autor do livro *A Questão do Rio Pirara (1829 — 1904)*, Brasília: Funag, 2009.

[2] Missiva de Joaquim Nabuco ao Barão do Rio Branco, datada de 1900, Arquivo Histórico do Itamaraty, *apud* LINS, Álvaro de Barros. *Rio Branco*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega/Funag, 1995. p. 217.
Álvaro Lins ainda acrescenta que o exemplar que pertenceu a Joaquim Nabuco foi depositado na Biblioteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, e tem quase todas as suas páginas anotadas. Nele consta a seguinte dedicatória: "Ao meu bom amigo Joaquim Nabuco", bem como a seguinte nota: "Reservado até o fim de 1900."

memória que Rio Branco escreveu acerca do conflito territorial que o Brasil sustentou com a Inglaterra, mais especificamente, na delimitação de seus confins com a Guiana Inglesa. Essa questão adentrou na historiografia brasileira sob o nome: "Questão do rio Pirara."

O assunto desta memória — tida por abalizados estudiosos como a melhor entre as que foram produzidas pelo barão[3] — já foi magistralmente apresentado pelo embaixador Arthur Guimarães de Araújo Jorge, em seu livro *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*[4], escrito em 1945 justamente para, como diz seu próprio título, introduzir as obras do patrono da diplomacia brasileira na ocasião do centenário de seu nascimento. Esse texto também foi reeditado para esta segunda reestampa das obras de Rio Branco. Assim sendo, cremos não ser necessário entrarmos nas façanhas dos irmãos Schomburgk, ou mesmo do reverendo Thomás Youd, nos sertões do rio Pirara no final da década de 1820 e início da década de 1830. Elas já foram suficientemente apresentadas[5].

No entanto, se, conforme declarou Araújo Jorge, das memórias fronteiriças escritas por Rio Branco, em geral, podemos afirmar que:

> o que nelas impressiona, à primeira leitura, não são as inúmeras citações de vetustos papéis desentranhados de bibliotecas e arquivos, nem as páginas crespadas de erudição, nem mesmo a monumental documentação cartográfica que as acompanha, mas a escrupulosa interpretação dos documentos, o bom gosto da exposição, toda uma série de qualidades de clareza, harmonia, e elegância e ordem que se acreditariam incompatíveis com a austeridade da redação de arrazoados concernentes à questão de fronteiras[6]

---

[3] Álvaro de Barros Lins, por exemplo, em sua excelente biografia do Barão do Rio Branco, capítulo 8, traz a seguinte observação: "Na opinião do professor [Fernando Antônio] Raja Gabaglia, de todos os trabalhos de Rio Branco sobre questões de limites este é o mais benfeito e o mais bem-construído" (op. cit., p. 217, nota 367, *fine)*.

[4] JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. pp. 103 e segs.

[5] Roberto Schomburgk — naturalista e explorador, descobridor da Vitória Régia —, seu irmão, Ricardo, e o reverendo Thomás Youd, visitaram em expedição o interior da Guiana Inglesa nos anos 1830 e são usualmente apontados tanto pela historiografia brasileira como pela venezuelana como pessoalmente responsáveis pelas demandas fronteiriças que a Inglaterra criou e manteve tanto com o Brasil como com a Venezuela, ao longo do século XIX.

[6] Op. cit., p. 120.

Da *Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique,* especificamente, podemos afirmar que o mais impressionante, o que mais causa espécie e admiração, é sabermos que seu autor a escreveu quando se encontrava enfronhado em outro trabalho, igualmente estafante e absorvente, uma vez que foi escrita sem pesquisa prévia de maior envergadura!

A memória sobre o litígio na fronteira anglo-brasileira foi escrito em 1897, quando o barão estava enfronhado no estudo e na preparação da defesa brasileira no conflito fronteiriço do Brasil com a França, na região da Guiana Francesa. Por isso, o barão não poderia, pelas peculiares circunstâncias em que se encontrava, se desviar muito de seu objeto de pesquisa principal — o litígio fronteiriço franco-brasileiro. O texto da memória dedicada à Guiana Inglesa é fruto, basicamente, de sua erudição: de seu conhecimento previamente acumulado, de seus estudos anteriores acerca da história brasileira e de seus conflitos territoriais, de seu amor ao país e à sua causa. E esse fato é impressionante!

Justamente para que possamos apreciar, em certa medida, esta memória de Rio Branco sob esse aspecto que, sob nosso ponto de vista, não tem sido devidamente lembrado ou valorizado pela historiografia nacional, cremos não ser despiciendo relembrarmos as circunstâncias de sua redação. Assim sendo, o item seguinte, será dedicado à narração de sua concepção e redação.

Também acreditamos que seria útil ao leitor moderno, já passados tantos decênios da conclusão do litígio, recordarmos as alegações brasileiras sobre a região. Em outras palavras, como foram apresentados ao árbitro italiano os argumentos brasileiros. Esse ponto será objeto do item II desta introdução.

Terminaremos passando uma rápida vista de olhos na estrutura que o barão deu à sua memória.

Antes, porém, uma palavra sobre o desfecho da contenda. É sabido que, de todas as questões fronteiriças enfrentadas pelo Brasil, a que tivemos com a Inglaterra foi a de solução menos agradável ao país. Optou-se por uma arbitragem que acabou por dividir o território contestado em dois quinhões desiguais. O maior foi entregue à Inglaterra e o menor, ao Brasil. Não obstante, no período de tratativas diretas, a própria Inglaterra havia oferecido ao Brasil uma partilha do território bem mais equitativa, proposta rechaçada pelo Brasil, que confiava

plenamente em seus direitos à integralidade da região.

Na época, a publicação do laudo arbitral gerou uma generalizada onda de indignação nacional. A consciência coletiva foi a de que o Brasil havia sido lesado em seus mais lídimos direitos. Os jornais foram unânimes ao descreverem o laudo arbitral como, no mínimo, injusto. Já o advogado brasileiro — Joaquim Nabuco — não apenas se sentiu traído como chegou a declarar que o laudo "Será a causa de minha morte".[7] No entanto, o laudo foi aceito, acatado e cumprido, ainda que, repita-se, sob a indignação generalizada.

Para que possamos compreender a atitude brasileira deve-se ter em mente que o Brasil havia firmado um tratado de compromisso arbitral no qual se comprometia a aceitar a solução proposta pelo árbitro, qualquer que fosse. Ademais, naqueles anos, o Brasil já havia recorrido duas vezes à arbitragem para solucionar litígios fronteiriços, com evidente ganho de causa. A primeira vez com a Argentina, na questão da região de Palmas, e a segunda com a França, na questão do Amapá. Contestar o laudo que lhe fora desfavorável seria abrir o flanco para que outros também contestassem as vitórias brasileiras. Não teria sido uma política inteligente.

I. Circunstâncias que envolveram a redação da memória de Rio Branco referente à questão do rio Pirara

Podemos retornar às circunstâncias que envolveram a redação da memória sobre o rio Pirara ao ano de 1895. Aquele ano foi marcante

[7] Pode-se ler o estado de espírito que o laudo causou ao advogado brasileiro lendo-se o seguinte trecho de missiva que mandou à sua esposa naquele mesmo dia (NABUCO, Carolina. *A vida de Joaquim Nabuco.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929. p. 418):
"14 de junho, de 1904.
Hoje todo o dia não te escrevi, mas não quero deitar-me sem o fazer; tenho pensado muito em ti e nos filhos, na decepção que lhes causou o meu insucesso desse dia. Foi um quarto de hora terrível o da leitura que o rei nos fez, ao embaixador inglês e a mim, da sentença que concluía pela vitória da Inglaterra. Nunca esperei que o rei desse aos ingleses o Tacutu como fronteira."
No mesmo sentido Carolina Nabuco, logo a seguir, narra a seguinte cena que lhe fora contada pela protagonista (NABUCO, op. cit., p. 418, nota 1):
"A sra. Barros Moreira, ansiosa por saber o resultado da sentença, correu ela mesma a abrir a porta à chegada de Joaquim Nabuco. No seu semblante leu a resposta à pergunta que não chegou a verbalizar. Entrou Nabuco em silêncio na sala, e então disse lentamente: 'Será a causa de minha morte'."

na vida de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, pois significou o fim definitivo de seu longo anonimato e o início de sua trajetória como herói nacional.

Em fevereiro daquele ano de 1895, mais precisamente no dia 5, na cidade de Washington, o Rio Branco, na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial junto ao presidente dos Estados Unidos da América, recebeu, das mãos do secretário de Estado daquele país — Walter Quintin Gresham — o laudo arbitral que punha fim ao litígio fronteiriço do Brasil com a República Argentina — a questão de Palmas. Litígio rumoroso, que punha em perigo a integralidade da Região Sul do Brasil. O laudo foi um retumbante sucesso para o Brasil. A vitória foi imensamente festejada. Podemos dizer que começava ali a construção do mito, ainda que a despeito do próprio Rio Branco, cuja natureza cética fazia com que julgasse efêmeros todos os cumprimentos que lhe eram dirigidos.

O barão residia na Europa desde 1876, quando fora nomeado cônsul do Brasil em Liverpool. Em todos esses anos, nunca mudara de posto. Em maio de 1895, quando os festejos do feliz desenlace do conflito fronteiriço com a Argentina fizeram com que seu nome estivesse "em todas as bocas"[8], o governo perguntou-lhe se aceitaria uma missão diplomática permanente. À época, a carreira consular era distinta da diplomática. Não era a primeira vez que o convidavam a ingressar na carreira diplomática. Em 1887, o barão de Cotegipe oferecera-lhe um posto diplomático na Europa, porém ele lhe declarara preferir "continuar na posição mais modesta que ocupava".[9] O consulado bastava-lhe. Ganhava bem e tinha tempo para suas pesquisas. João Alfredo, da mesma maneira, pensara em inseri-lo na diplomacia, e fora igualmente dissuadido. Em 1895, porém, em razão de reformas introduzidas pela República, os ganhos do consulado foram reduzidos. A situação mudara.

Além disso, naqueles idos, sua mulher, a baronesa Marie Philomène, já apresentava os graves sintomas da doença que em pouco tempo a levaria à morte. Sem poder se ausentar de Paris, onde sua família

[8] Carta de Gusmão Lobo ao Barão do Rio Branco, datada de 12 de fevereiro de 1895, apud VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. 8. ed. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2008. p. 259.

[9] RIO BRANCO. Correspondência do Barão do Rio Branco ao barão de Cotegipe (1887). In: VIANA FILHO, Luís Viana. *A vida do Barão do Rio Branco*. 8ª ed. São Paulo/Salvador: UNESP/EDUFBA, 2008. p. 267.

residia, Rio Branco agradeceu mais uma vez a oferta. Contudo, para não perder a oportunidade, declarou que "Se possível, estimaria comissão temporária aqui".[10]

Logo em seguida, através de missiva endereçada ao Ministro de Estado das Relações Exteriores — dr. Carlos Augusto de Carvalho —, explicita de maneira mais clara seus intentos:

> Há talvez um meio de conciliar o desejo que vossa excelência teve a bondade de manifestar-me e o interesse público com o meu interesse particular nestes dois anos próximos. Temos pendente com a França uma velha questão de limites, muito mais complicada do que a que acaba de ser resolvida... Não tenho o pensamento de oferecer-me para tratar dessa questão, que deve ser tratada por pessoa da inteira confiança do governo. Mas, penso que eu poderia talvez ser encarregado de ir preparando uma memória justificativa, que é necessário escrever com antecedência e com possível vagar, quer para o caso de discussão diplomática de que resulte uma transação, quer para o caso de um arbitramento... Esse trabalho ofereço-me para fazer como auxiliar do representante do governo nesse país, a fim de que estejamos prontos quando chegue o momento da negociação direta por transação ou do debate perante o Árbitro escolhido. Estou convencido de que poderei ser mais útil ao governo e ao país empregado em comissão dessa ordem do que dirigindo uma legação que me obrigaria a perder tempo com outros assuntos.[11]

O governo logo transigiu e Rio Branco, a princípio sem caráter oficial, foi encarregado de estudar os limites com a França na região da Guiana.

Logo no início de seus estudos, o barão se convenceu de que seria sumamente conveniente para a causa que, como medida preliminar, o Brasil acertasse sua fronteira com a Inglaterra e com a Holanda naqueles rincões.

Desde aquele momento, ele, em sucessivos ofícios dirigidos ao Ministério das Relações Exteriores, passou a recomendar a conveniência de se obter o concurso ou mesmo a intervenção dos governos direta ou indiretamente daqueles países. Assim sendo, passou a propugnar

---

[10] Telegrama de 1º de junho de 1895, apud VIANA FILHO, op. cit., p. 267.

[11] Carta do Barão do Rio Branco ao dr. Carlos Augusto de Carvalho, ministro de Estado das Relações Exteriores, datada de Paris, França, em 8 de junho de 1895. Arquivo Histórico do Itamaraty, cód. 345/1/1, apud VIANA FILHO, op. cit., pp. 267 e segs.

pela celebração de acordos que estabelecessem os limites do Brasil com as Guianas Inglesa e Holandesa, antes da conclusão do tratado de arbitramento com a França, que, por sua própria natureza, fixaria os limites do litígio.

Em outras palavras, nas tratativas diplomáticas anteriores, a França deixara antever que reivindicaria, como parte da Guiana Francesa, praticamente toda a região situada ao sul das Guianas Holandesa e Inglesa, seguindo um paralelo com relação ao rio Amazonas até encontrar a margem esquerda do rio Branco. Essa não poderia ser uma perspectiva confortável para aqueles dois países, pois veriam suas colônias cercadas pela França.

Rio Branco acreditava que poderia aumentar as chances brasileiras de uma vitória na questão se conseguisse o apoio, ainda que tácito, daqueles dois países. Tal apoio materializar-se-ia, segundo concebeu o barão, com a assinatura de tratados que fixassem as fronteiras do Brasil tanto com a Inglaterra como com a Holanda. De acordo com esse raciocínio, ambos estes países, ao assinarem tratados fronteiriços com o Brasil, estariam *ipso facto* reconhecendo como brasileiras aquelas terras. No entanto, essa estratégia somente daria resultados se fosse concluída antes da assinatura de qualquer tratado de arbitragem com a França.

Antes do estabelecimento de qualquer tratado que tornasse internacionalmente reconhecida a pendência do domínio sobre a área, seria possível obter um sinal diplomático de reconhecimento da soberania brasileira na região. Após a assinatura de um tratado, com o território submetido a uma arbitragem internacional, seria sumamente difícil conseguir uma declaração favorável ao Brasil por parte de qualquer país, pois isso poderia ser interpretado como uma ingerência em assuntos externos. De acordo com Rio Branco:

> A conveniência do equilíbrio atual das possessões europeias na Guiana identifica muito naturalmente nessa questão os interesses dos três países e aconselha os seus governos a adotarem uma ação combinada que modere a política francesa de expansão colonial[12].

Ademais, a conclusão desses tratados, sobretudo com a Inglaterra,

[12] Rio Branco apud JORGE, op. cit., p. 112.

daria ao Brasil a oportunidade de invocar os bons ofícios do governo britânico a seu favor, dado seu caráter de fiador do Tratado de Utrecht de 1713, de signatário do Ato Final de Viena de 1815 e de potência mediadora em virtude da Convenção de Paris de 1817, tal como havia anteriormente feito em 1838 e 1839, quando conseguira a retirada do posto militar francês estabelecido na região do Amapá.

De acordo com o Barão do Rio Branco, ao governo holandês não poderia convir a vizinhança, ao sul, "dos crioulos de Caiena",[13] que já lhe tinham criado problemas ao norte, na fronteira do rio Maroni. Não seria, portanto, difícil ao Brasil um tratado com a Holanda, estabelecendo como limite a serra Tumucumaque, fronteira já tacitamente aceita pelos dois governos e sobre a qual nunca houvera divergência, faltando apenas a consagração solene em diploma internacional[14].

Com esse pensamento concordava, em princípio, a diplomacia inglesa, tanto que em 1895, Austen Lee, da embaixada inglesa em Paris, procurou Gabriel de Piza, o representante brasileiro na França, para se informar sobre a questão de limites franco-brasílico, acrescentando que, por causa das pretensões francesas, seria de mútua vantagem um entendimento direto entre Brasil e Inglaterra, o que lhe parecia de fácil solução. Rio Branco pôde verificar que esse pedido de informações viera diretamente do *Foreign Office*; e em uma seguinte entrevista, declarou que, do lado do governo brasileiro, não haveria dificuldade desde que a Inglaterra admitisse como linha divisória a que nos desse todos os afluentes do rio Branco, ficando para a Guiana Inglesa todos os do Essequibo. Contemporaneamente, em Londres, lorde Salisbury sugeria diretamente a Souza Corrêa que abrisse negociações lá ou no

[13] RIO BRANCO apud JORGE, Arthur Guimarães de Araújo. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. p. 113.

[14] As negociações sobre os limites com a Holanda não deram o resultado desejado por terem sido iniciadas depois da assinatura com a França do compromisso arbitral de 10 de abril de 1897, segundo o qual ficara contestado o território brasileiro que confina com a Guiana Holandesa. O governo neerlandês, como era natural, preferiu aguardar a sentença do árbitro — o presidente da Confederação Helvética — e negociar com o país a quem fosse atribuído o território em litígio. Dez anos depois, coube ao próprio Barão do Rio Branco, já na qualidade de ministro das Relações Exteriores, firmar com o representante diplomático da Holanda no Rio de Janeiro, F. Palm, o Tratado de 5 de maio de 1906, que traçou a fronteira brasileira com a Guiana Holandesa pela linha da partilha das águas da bacia do Amazonas ao sul e das bacias dos rios que correm em direção ao norte para o oceano Atlântico, isto é, a mesma fronteira que Rio Branco recomendara no seu projeto de Convenção de 1896.

Rio de Janeiro para tratar dos limites[15].

A questão com a Inglaterra, entretanto, apresentou-se mais delicada do que parecia inicialmente. Desde 1840, o país manifestara pretensões sobre territórios banhados pelos afluentes superiores do rio Branco, por conseguinte territórios situados dentro da bacia amazônica. Não obstante a boa vontade do primeiro-ministro, um amigo do Brasil, nas palavras tanto de João Arthur de Souza Corrêa, o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil junto ao governo britânico, quanto de Rio Branco, a Inglaterra, graças à inflexibilidade do ministro das colônias — Joseph Chamberlain —, bem como do aparelho burocrático governamental inglês, mostrou-se disposta a sustentar a linha divisória preconizada por *sir* Roberto Hermann Schomburgk[16].

Fazia-se mister tentar conciliar as pretensões máximas do Brasil, contidas no projeto oferecido ao lorde Aberdeen em 1843, com a última proposta inglesa, apresentada em 1891. Em 1843, o Brasil reclamou a fronteira pela serra Pacaraima até o monte Anaí, o rio Rupununi até o ponto em que é cortado pelo paralelo dois graus de latitude norte, e esse paralelo até as nascentes do Corentine, onde começa a fronteira holandesa[17]. Lorde Salisbury, em 1891, propusera a linha pelos rios Maú

---

[15] Correspondência diplomática de Souza Corrêa — Arquivo Histórico do Itamaraty apud LINS, op. cit., p. 212.

[16] Os irmãos Schomburgk foram tradicionalmente denominados, tanto nos documentos brasileiros quanto nos estudos históricos e jurídicos aqui produzidos, até meados do século XX, por Roberto e Ricardo, e não por Robert e Richard, que seriam as versões de seus nomes em inglês. Por serem tradicionais essas denominações na historiografia e no direito, e por seus nomes de batismo serem em alemão, e não inglês, foi mantida a versão portuguesa.

[17] Em verdade, a pretensão máxima brasileira era aquela que Laurens Storm van's Gravezande, na época governador das colônias holandesas de Essequibo e de Demerara, apresentou, em 1758, aos diretores da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais como sendo os confins meridionais das possessões neerlandesas no continente sul-americano. De acordo com os documentos brasileiros, a fronteira foi declarada pela Holanda e aceita, tacitamente, por Portugal. Quando da transferência das colônias para os ingleses, em 1803, estes teriam recebido as colônias no estado em que estavam, ou seja, com as delimitações tacitamente acordadas entre a Holanda e Portugal. Segundo essa tese, a fronteira entre os países seguiria a serra de Pacaraima até o monte Anaí, dele tirar-se-ia uma reta em direção sudeste até as nascentes do rio Corentine, no sopé norte da serra de Tumucumaque.

A diplomacia brasileira nunca insistiu nessa fronteira, até mesmo porque a considerava exagerada, pois o Brasil nunca havia explorado a vasta região que estava a leste do rio Rupununi. No entanto, sempre a invocou como uma área da qual o Brasil abria mão como prova de boa vontade.

e Tacutu, seguindo pela serra Acaraí. Diante desse quadro, escreveu Rio Branco a Souza Corrêa.

> Creio que o acordo é possível, desistindo o Brasil de ocupar o território do Essequibo e do Corentine, isto é, renunciando à infundada pretensão do paralelo dois graus de latitude norte e da margem esquerda do Rupununi, e renunciando a Inglaterra à pretensão, também infundada, de penetrar na bacia amazônica, à margem direita do Tacutu e à margem esquerda do Maú. A transação consistiria em concordarem os dois países na linha do *divortium aquarum*[18].

Essa solução, aconselhada em 1842 pelo barão da Ponte Ribeiro[19], e recomendada em Parecer do Conselho de Estado, de 28 de setembro de 1854[20], teria a vantagem de pôr fim ao litígio, deixando ao Brasil todas as terras da bacia do Amazonas e, portanto, as banhadas pelos afluentes superiores do rio Branco, e à Inglaterra todas as da bacia do rio Essequibo[21].

Em agosto de 1896, solucionada a questão da devolução da ilha da Trindade, que havia sido ocupada pela Inglaterra no ano anterior, o governo brasileiro comunicou, à legação em Londres, que estava disposto a entrar em entendimentos com os governos inglês e holandês sobre os limites com as Guianas, e que não tardariam as instruções.

O Barão do Rio Branco rejubilou-se com a perspectiva da ultimação desses acordos, que certamente estavam destinados, a seu ver, a desmoralizar as exageradas pretensões da França sobre o vasto território da bacia amazônica de que o Brasil estava de posse há mais de dois séculos e meio, território que ela não descobrira, não povoara, e no qual nunca tivera estabelecimento algum, nem mesmo passageiro. Em carta a João Arthur de Souza Corrêa, declarou:

---

[18] Rio Branco apud JORGE, op. cit., p. 113. Esta é exatamente a fronteira que Rio Branco defenderá em sua *Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brèsil et la Guyane Britannique*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [1897] 1945. pp. 126 e segs.

[19] RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Memória sobre os limites do Império do Brazil com a Guiana Inglesa*. Biblioteca Nacional, seção de manuscritos, 8, I, 10.

[20] "Rapport de la Section des Affaires Étrangères du Conseil d'État Brésilien sur les négociations d'un traité de limites avec la Grande-Bretagne, 28 de setembro de 1845". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo II, parte I, documento nº III, pp. 14 e segs.

[21] JORGE, op. cit., p. 114.

> É preciso levar esse negócio com a máxima rapidez antes que se reabram as negociações com o governo francês. Hanotaux parece já suspeitar alguma coisa e, indiretamente, procura ver se põe termo à suspensão atual das negociações. Não nos convém a reabertura antes de nos entendermos com a Inglaterra e a Holanda[22].

E incitava Souza Corrêa a entrar em contacto, sem perda de tempo, com o ministro da Holanda em Londres:

> É preciso também que, quanto antes, já e já, você peça ao barão Gotstein que escreva ao seu governo pedindo instruções para tratar em Londres da questão de limites com o Brasil e o informe reservadamente de que nos vamos entender com a Inglaterra para ajustar questão semelhante. É urgente que os três governos, do Brasil, Holanda e Inglaterra, cheguem a acordo para ajustar os seus limites e resistir às infundadas pretensões da França. Lorde Salisbury poderá encarregar a legação inglesa em Haia de aconselhar e pedir pressa ao governo holandês. Se julgar necessário que eu vá a Londres agora, avise-me por telegrama. É conveniente ver se tudo isto pode ficar ultimado dentro de alguns dias. Vou preparar uma pequena notícia do estado da nossa negociação com a França para Você dar confidencialmente ao lorde Salisbury[23].

Dias depois, em 23 de novembro de 1896, enviava a Souza Corrêa dois projetos de tratados de limites para serem apresentados à Inglaterra e à Holanda, cujos textos haviam sido previamente submetidos ao exame e consideração do governo brasileiro[24].

Urgia aproveitar a oportunidade de todo favorável. Rio Branco era de parecer que se deveria invocar a doutrina Monroe de forma a interessar mesmo o governo dos Estados Unidos no nosso litígio com a França. Anunciava-se haverem os Estados Unidos, instados pela Venezuela, conseguido entrar em acordo com a Inglaterra sobre a questão de limites anglo-venezuelanos, depois de a Venezuela, sozinha, haver fracassado nessa empreitada. Para Rio Branco:

> A imprensa francesa compreendeu imediatamente, como terá compreendido

[22] Ibid., p. 114.
[23] Ibid., p. 115.
[24] Ibid., p. 115.

> também esse governo, que o acordo anglo-venezuelano sobre limites entre a Grã-Bretanha e a Venezuela vem tornar mais delicada a posição da França no litígio que tem com o Brasil. A Inglaterra está desembaraçada da complicação venezuelana e de perfeita inteligência com os Estados Unidos. Já tinha interesse, como também a Holanda, em defender o equilíbrio atual das possessões europeias na Guiana, ajudando-nos a resistir às pretensões da França no que elas têm de exagerado e atentatório desse equilíbrio e da defesa e segurança das colônias vizinhas. [...] Estamos defendendo contra a França não só os nossos interesses e um território a que ela não tem direito algum, mas também os interesses da Inglaterra e da sua colônia que não podem desejar a vizinhança incômoda dos franceses[25].

Apesar da insistência de Souza Corrêa e dos repetidos ofícios de Rio Branco, as prometidas instruções brasileiras só chegaram a Londres em março de 1897[26].

Sem embargo da premência do tempo, Souza Corrêa fez entrega ao lorde Salisbury, em 15 de março de 1897, de um projeto de tratado de limites. Mais tarde, em 18 de dezembro, para corroborar sua proposta de transação, Souza Corrêa faria a entrega de uma memória impressa, de autoria do Barão do Rio Branco, que vinha acompanhada de um mapa explicativo[27]. Tratava-se da primeira versão da *Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique.*

Em sua memória, o barão preocupou-se em rebater principalmente os argumentos invocados por *sir* Roberto Hermann Schomburgk no *memorandum* que enviara ao então governador da Guiana Inglesa, *sir* Henry Light, e repetidos depois pelos documentos oficiais de origem inglesa[28]. O documento justificava a proposta, apresentada por Souza Corrêa, de que, entre a nascente do rio Corentine e a fronteira com a

---

[25] Ibid., p. 116.

[26] Já então se haviam transferido de Paris para o Rio de Janeiro as negociações do tratado de arbitramento com a França, que foi firmado em 10 de abril de 1897. Nele, como tanto temia o Barão do Rio Branco, admitia-se a pretensão máxima da França, ou seja, considerava-se em litígio uma longa faixa de terras ao longo do rio Amazonas que ia do oceano Atlântico até alcançar a margem esquerda do rio Branco.

[27] "Monsieur Corrêa au Marquis de Salisbury, 18 de dezembro de 1897". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo II, série II, parte IV (Correspondência diplomática para o regulamento da questão de limites de 1888 a 1901), documento nº 7, p. 188.

[28] "R. H. Schomburgk au Gouverneur Light, 1º de julho de 1839". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo I, série I, parte I (Documentos diversos), documento nº 24, pp. 56 e segs.

Venezuela, fossem os limites do Brasil com a Guiana Inglesa traçados pelos divisores das águas, afastando-se, assim, da bacia amazônica, a Inglaterra.

Mais especificamente, a proposta de transação brasileira apresentada era a seguinte: a cadeia de Pacaraima até paralelo 4º de latitude norte, perto do cotovelo do Rupununi; depois, na direção do sul a linha divisória das águas entre os tributários do rio Branco a oeste, e o Rupununi a leste; em seguida, a serra do Essari até as nascentes do Essequibo; e, enfim, a partir destas nascentes e na direção nordeste, as serras de Acari e de Tumucumaque até o ponto de encontro com a Guiana Holandesa perto das nascentes do Corentine[29]. O governo brasileiro, com essa proposta, que consagrava o divisor de águas como a fronteira natural, punha em prática a sugestão apresentada em 1841 pelo barão da Ponte Ribeiro, endossada em 1854 pelo Conselho de Estado, e como insistia então o Barão do Rio Branco.

De acordo com essa proposta de 15 de março de 1897:

> *L'Angleterre renoncerait seulement aux territoires qu'elle réclamait dans le bassin de l'Amazone, entre le Maú et le Tacutu, à Ouest, les sources des tributaires de ces deux rivières, à l'Est, et la chaîne de Pacaraima au Nord. C'est une étroite bande de terre peu importante, qui géographiquement appartient au Brésil, et qui n'est nullement nécessaire à la securité de la colonie anglaise*[30].

No *memorandum* do Barão do Rio Branco, que corroborou a proposta de Souza Corrêa, salientava-se a boa vontade do Brasil ao transigir e aceitar a linha natural do *divortium aquarum*, renunciando

---

[29] "Monsieur Corrêa au Marquis de Salisbury, 15 de março de 1897"; "Projet de Traité de limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane anglaise, annexé à la Note du 15 mars 1897"; e "Mémorandum annexé a la Note du 15 mars 1897". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo II, série II, parte V (Correspondência diplomática para o regulamento da questão de limites de 1888 a 1901), documentos nºs 5, 5-A e 5-B, pp. 178 e segs.

[30] "A Inglaterra renunciaria somente aos territórios que reclamava na bacia do Amazonas, entre o Maú e o Tacutu, a oeste, e as cabeceiras dos tributários desses dois rios, a leste, e a serra de Pacaraima no norte. É uma estreita faixa de terra pouco importante, que geograficamente pertence ao Brasil, e que de nenhum modo se torna necessária à segurança da colônia inglesa." ("Memorandum annexé à la Note du Monsieur Corrêa au Marquis de Salisbury, du 15 mars 1897". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo II, série II, parte V (Correspondência diplomática para o regulamento da questão de limites de 1888 a 1901), documento nº 5-B, p. 183.)

às suas reivindicações sobre os territórios situados ao sul do paralelo de 2º de latitude norte, assim como sobre a zona, ao norte desse paralelo, compreendida entre a margem esquerda do Rupununi e a linha divisória das águas que vão a esse rio e ao Tacutu, abrindo mão, em suma, a tudo quanto poderia pretender nas bacias dos rios Essequibo e Corentine.

> *La ligne de partage dês eaux attribuerait à la Guyane Britannique, dans l'isthme formé par le Tacutu, le Maú, l'Anaí et le Rupununi, une bande de territoire que Schomburgk lui même, en 1835 et 1836, la Royal Geographical Society en 1836, les cartographes anglais avant 1840, Humboldt et tous les géographes européens attribuaient au Brésil*[31].

Em nota de 22 de abril de 1897, estando ausente lorde Salisbury, em seu nome, o subsecretário das Relações Exteriores inglês, *sir* Francis Bertie,[32] depois de consultadas as autoridades da Guiana Inglesa — que optaram por uma fronteira formada por cadeias de montanhas ou cursos d'água conhecidos — declarou que a proposta brasileira do *divortium aquarum*, apesar de constituir a fronteira mais natural entre os dois domínios, não oferecia relevo suficiente na região compreendida entre os rios Maú e Tacutu, a oeste, e o Rupununi, a leste, o que tornaria difícil e dispendiosa sua demarcação. O subsecretário renovou, com poucas modificações, a proposta feita em 1891, isto é, que a fronteira seria demarcada pela serra de Pacaraima, os rios Maú e Tacutu e o divisor das águas das bacias do Amazonas, do Essequibo e o Corentine, ou seja, as

---

[31] "A linha da divisão das águas atribuirá à Guiana Britânica, no istmo formado pelo Tacutu, Maú, Anaí e Rupununi, uma faixa territorial que o próprio Schomburgk, em 1835 e 1836, a Real Sociedade Geográfica em 1836, os cartógrafos ingleses antes de 1840, Humboldt e todos os geógrafos europeus atribuíam ao Brasil." *Mémoire sur la Question des Limites entre Les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique, troisième partie — Le territoire contesté et les différentes lignes de délimitation.* Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/ Imprensa Nacional, 1945 [1897]. p. 131.

[32] Coincidentemente, s*ir* Francis Bertie viria a ser, em 1904, o chefe da representação diplomática da Inglaterra junto ao rei da Itália quando da arbitragem final desse litígio por esse monarca. Esse fato, porém, não fazia com que ele tivesse maior familiaridade com o tema, o que foi constatado por Joaquim Nabuco: "No Ministério [das Relações Exteriores da Itália] ninguém sabia da questão. Estavam a respeito dela na mesma ignorância que o embaixador inglês. Este não tinha a mais leve reminiscência dos papéis que assinou no *Foreign Office*, não lembrava que a linha traçada pelo rei era a própria que ele, Bertie, nos havia proposto por lorde Salisbury" ("Joaquim Nabuco ao Barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, Aulus (Ariège), 19 de julho de 1904". In: *Cartas a Amigos*, vol. 2, p. 171).

serras de Essari, Acaraí e Tumucumaque[33].

Em 20 de dezembro de 1897, Souza Corrêa rejeitou a proposta apresentada por Francis Bertie, fazendo acompanhar sua rejeição de nova proposta transacional que consistia em substituir a linha divisória das águas pelo curso do rio que dela mais se aproximasse, isto é, uma linha que seguiria o Maú e o Rupununi[34]. Acompanhava, também, essa proposta uma nova versão da memória de Rio Branco.

A segunda versão da *Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique* — Bruxelas: Imprimerie des Travaux Publics, 1897[35] — foi a publicada pelo Ministério das Relações Exteriores por ocasião dos festejos do centenário de nascimento do Barão do Rio Branco, em 1945, cujo texto ora se reedita. Ela se tornaria célebre na nossa historiografia, pois em seu conteúdo se louvaram todos os trabalhos subsequentes que abordaram o tema.

No entanto, essa proposta não encontrou melhor acolhida no *Foreign Office*. Acompanhava a nota de rejeição da proposta brasileira Maú — Rupununi um *memorandum*, pelo qual o governo inglês procurava "*démontrer que les arguments qui servent de base à son auteur* [o Barão do Rio Branco] *pour fortifier les réclamations du Brésil peuvent être réfutés d'une manière concluante*"[36].

A muito amigável nota de lorde Salisbury, de 24 de maio de 1898, além de refutar a última proposta brasileira, propõe ou um arbitramento ou um acordo direto mediante a adoção de fronteira toda fluvial: o rio Cotingo de sua nascente à foz do Uaicue (Waicueh), depois o Uaicuê até

---

[33] "Sir Francis Bertie, pour le marquis de Salisbury, à Monsieur Corrêa, 22 de abril de 1897". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo 2, série II, parte V (Correspondência diplomática para o regulamento da questão de limites de 1888 a 1901), documento nº 6, pp. 186-188. Essa linha foi a que mais tarde o árbitro italiano escolheria por ser a mais adequada para a fronteira dos dois países.

[34] "Monsieur Corrêa au Marquis de Salisbury, 20 de dezembro de 1897". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo 2, série II, parte V (Correspondência diplomática para o regulamento da questão de limites de 1888 a 1901), documento nº 8, pp. 189-193.

[35] Neste trabalho utilizou-se a versão publicada nas *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, 1945 [1897].

[36] "Demonstrar que os argumentos que servem de base a seu autor [o Barão do Rio Branco] para reforçar as reclamações do Brasil podem ser refutadas de uma maneira concludente". "Le Marquis de Salisbury à Monsieur Corrêa, e Mémorandum annexé à la Note du 24 mai 1898, 24 de maio de 1898". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo II, série II, parte V (Correspondência diplomática para o regulamento da questão de limites de 1888 a 1901), documentos nºs 9 e 9-A, pp. 193- 200.

a sua nascente; o Viruá, da sua nascente ao Tacutu; a seção do Tacutu, compreendida entre o Viruá e o Maú; este último rio, desde a sua foz até ao Pirara; depois, o Pirara até ao varadouro; esse varadouro até ao Cuatatá; este último curso d'água até o Rupununi; o Rupununi até à sua nascente; e daí, finalmente, à nascente do Essequibo[37].

Por fim, não obstante a boa vontade de lorde Salisbury e as diligências de João Arthur de Souza Corrêa, suspendeu-se a discussão diplomática em 1898. Com a Inglaterra opondo-se à última proposta brasileira, aceitou o Brasil, em 17 de janeiro de 1899[38], o recurso do arbitramento por ela lembrado em 24 de maio de 1898[39].

Em ofício de janeiro de 1899, dirigido ao ministro das Relações Exteriores e referindo-se às negociações conduzidas por Souza Corrêa, Rio Branco escreveu:

> Vossa excelência sabe que apesar dos esforços desse zeloso diplomata e dos bons desejos que tinha lorde Salisbury de chegar a um acordo imediato para evitar as delongas, as despesas e o risco de um arbitramento, prevaleceu a intransigência do sr. Chamberlain, secretário das colônias. Por muito felizes nos devemos dar com a solução honrosa e amigável do arbitramento e com a cordialidade que reinou durante toda a negociação, graças principalmente ao tato do senhor Corrêa e à estima e apreço pessoal em que o tem o governo britânico.[40] Na verdade, essas

[37] "Le Marquis de Salisbury à Monsieur Corrêa, 24 de maio de 1898". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo II, série II, parte V (Correspondência diplomática para o regulamento da questão de limites de 1888 a 1901), documento nº 9, pp. 193 -195.

[38] "Monsieur Corrêa au Marquis de Salisbury, 17 de janeiro de 1899". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo II, série II, parte V (Correspondência diplomática para o regulamento da questão de limites de 1888 a 1901), documento nº 13, p. 203.

[39] "Le Marquis de Salisbury à Monsieur Corrêa, 24 de maio de 1898". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo II, série II, parte V (Correspondência diplomática para o regulamento da questão de limites de 1888 a 1901), documento nº 9, p. 195.

[40] Rio Branco faz referência à especial e privilegiada relação pessoal que João Arthur de Souza Corrêa soube construir e manter em Londres. Quando secretário da legação brasileira em Londres, então presidida com fausto pelo barão de Penedo, Souza Corrêa pudera aproximar-se do então príncipe de Gales, o futuro Eduardo VII, que conhecera na residência do barão Fernando de Rothschild. Desde então, se criara entre os dois uma simpatia que o futuro só faria ampliar e solidificar. Souza Corrêa, solteirão e de feitio boêmio, como o príncipe, fazia parte do pequeno círculo dos seus amigos íntimos, do qual pertenciam apenas dois outros diplomatas estrangeiros, o marquês de Soveral, ministro de Portugal, também ele solteirão, e Mensdorff-Pouillt, conselheiro da embaixada austríaca e aparentado, pela mãe, com a família real. Eram os três *habitués* dos fins de semana no castelo real de Sandringham e à noite eram

> atenções para com o Brasil e seu representante contrastam singularmente com a recusa do arbitramento à França na questão do Alto Nilo e com a intimação para a retirada imediata da expedição que ocupara Fachoda, intimação a que, diante dos formidáveis armamentos da Grã-Bretanha, a poderosa França teve que ceder, porque se o não fizesse, em dois ou três meses, teria perdido quase todo o seu império colonial[41].

Em suma, esses foram os eventos históricos que cercaram a elaboração das memórias do Barão do Rio Branco acerca da questão do rio Pirara.

---

vistos no camarote chamado vulgarmente *the bus*, do Convent Garden, na companhia do príncipe e de uma meia dúzia de seus amigos ingleses.

Heitor Lyra lembra que Souza Corrêa, após ter sido inicialmente criticado, tinha revertido a situação, chegando a ser elogiado por sua atuação na questão da ilha de Trindade, quando de sua repentina morte em 1900, e que, dado seus privilegiados contactos na corte inglesa, pode ter sido uma grande perda para o Brasil (LYRA, Heitor. *Minha vida diplomática*. Brasília: Universidade de Brasília, 1972. t. I, pp. 146 e 147).

Já Clodoaldo Bueno nos lembra de que a diplomacia brasileira, nos lustros imediatamente posteriores ao movimento militar de 15 de novembro de 1889, estava profundamente dividida entre os diplomatas adventícios da República — e por conseguinte de comprovada fidelidade ao novo regime — e os oriundos do Império, cuja fidelidade era discutível. Sendo Sousa Corrêa diplomata remanescente do regime anterior e ocupando o posto exterior de maior prestígio e importância para a diplomacia brasileira, é óbvio que estava sob constante ataque dos republicanos jacobinos, típicos dos tempos de Floriano Peixoto, com sua atuação questionada no Congresso por parlamentares tais como Alcindo Guanabara e Francisco Glicério (BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo/Brasília: Universidade Estadual Paulista/Fundação Alexandre de Gusmão, 1995. pp. 55-84.

[41] Rio Branco apud JORGE, op. cit., pp. 118 e 119. As observações de Rio Branco devem ser relativizadas, pois a Inglaterra teve, mesmo a contragosto, na mesma época, de conceder que o litígio fronteiriço da Guiana Inglesa com a Venezuela também fosse levado a um arbitramento internacional. Ademais, cabe realçar que, dentro do panorama traçado por Clodoaldo Bueno no quadro de diplomatas brasileiros, a que se refere a nota anterior, Sousa Corrêa e o Barão do Rio Branco faziam parte do mesmo grupo, o dos diplomatas oriundos do Império e, por consequência, adversários do então ministro de Estado, Olinto Máximo de Magalhães, expoente dos novos diplomatas republicanos. Denota a divisão e rivalidade então existente entre os diplomatas brasileiros o fato de Gabriel de Toledo Piza e Almeida, ministro extraordinário e plenipotenciário do Brasil em Paris, local em que por diversas vezes se reuniram Rio Branco, Nabuco e Sousa Corrêa para tratar da questão do Pirara, nunca ter sido convidado a participar dos debates. Gabriel de Piza era da "facção republicana", e, posteriormente, manterá acérrima discussão com o Barão do Rio Branco (PIZA, Gabriel de. *Incidente Piza-Rio Branco*. Paris, 1912). Assim sendo, as palavras de Rio Branco em relação a Sousa Corrêa podem ter conotação outra. Rio Branco gozava de maior liberdade junto ao ministro de Estado por ter sido seu chefe, quando Olinto Magalhães serviu na missão especial, dirigida pelo barão, junto ao governo dos Estados Unidos, na solução da questão de Palmas.

II — A tese defendida pelo Brasil: A ocupação territorial do vale do rio Branco

Conforme já foi anteriormente dito, acreditamos não ser desprovida de interesse, como introdução à leitura do texto do Barão do Rio Branco, uma breve apresentação das teses defendidas pelo Brasil em seu litígio territorial com a Inglaterra. Foram os argumentos aproveitados e desenvolvidos por Rio Branco em sua memória.

Um dado, que reputamos relevante, de que um leitor crítico da memória redigida por Rio Branco deve ter consciência é que na confecção da sua memória o barão não buscava, de forma alguma, ser original. Nem se poderia esperar isso em uma demanda diplomática que já se arrastava por décadas. Rio Branco não se preocupou em apresentar documentos novos, até então desconhecidos, que viessem a mudar o curso dos fatos. A narrativa é própria do barão, mas os argumentos foram colhidos em documentos brasileiros anteriores.

Toda a linha argumentativa que seria adotada pelo Brasil foi desbravada, ainda em 1842, por meio de estudo feito pelo barão da Ponte Ribeiro. Naquele ano, Duarte da Ponte Ribeiro escreveu, sob encomenda do governo brasileiro, uma *Memória sobre os limites do Império do Brasil com a Guiana Inglesa*[42], que serviria de linha argumentativa e de conduta ao Brasil, fosse ele o governo central no Rio de Janeiro, fosse o presidente da Província do Grão-Pará, que tinha a incumbência de dirigir os prepostos brasileiros situados no terreno litigioso, ou fosse em Londres[43]. Em sua memória, o barão da Ponte Ribeiro alinhavou os principais argumentos com os quais o Brasil viria a rechaçar as pretensões inglesas durante todo o litígio.

As memórias do barão da Ponte Ribeiro foram resgatadas pelo conselheiro Joaquim Maria Nascentes d'Azambuja em obra que foi publicada no Rio de Janeiro em 1891, sob o título *Questão territorial:*

---

[42] RIBEIRO, Duarte da Ponte. *Memória sobre os limites do Império do Brasil com a Guiana Inglesa*. Biblioteca Nacional, Secção de manuscritos: 8, I, 10.

[43] "Lettre du Conseiller José de Araújo Ribeiro, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire du Brésil en Missíon Spéciale à Londres, adressée, le 16 octobre 1843, au Comte d'Aberdeen, Principal Secrétaire d'État de S. M. B. pour les Affaires Etrangères, in Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique". *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, [1897] 1945. vol, 2, anexo nº 1, pp. 139-142.

limites entre o Brazil e as Guyanas Franceza e Ingleza, e ampliada e reeditada em 1894, em dois volumes, sob o título *Limites do Brazil com a República Argentina e as Guyanas Franceza e Ingleza.*

O mesmo fio argumentativo foi encampado pelo Barão do Rio Branco, em sua memória sobre a questão do Rio Pirara. O texto de Rio Branco, até mesmo pelo prestígio e autoridade de seu autor, terminou se tornando a principal obra brasileira existente sobre o tema, na qual todos os outros estudos posteriores terminaram se inspirando ao relatarem a matéria. No entanto, quem mais esmiuçou a questão, apresentando-a de maneira exaustiva, o mais possível, foi Joaquim Nabuco.

Contratado pelo governo brasileiro para ser seu advogado junto ao árbitro da questão, Joaquim Nabuco escreveu três memórias sobre o tema que se espraiaram por 18 volumes. Nelas, a argumentação brasileira alcançou as minúcias; ali foram analisados e reunidos todos os documentos vinculados ao tema. Entretanto, podemos afirmar que Joaquim Nabuco não fugiu à linha geral da argumentação traçada anteriormente. Nabuco seguiu uma via que, repita-se, também já havia sido anterior e brilhantemente seguida por Rio Branco.

Nesta exposição, seguiremos a versão desenvolvida por Joaquim Nabuco.

A colonização portuguesa da região do rio Negro teve início em 1639, ainda quando da União Ibérica, quando Pedro Teixeira, depois de tê-los explorado, tomou posse dos rios Amazonas e Negro em nome da Coroa de Portugal. Ao mesmo tempo, descobriu o rio Branco. Pouco depois, missionários portugueses, na maioria da Ordem dos Jesuítas, teriam subido o rio Negro, superando a desembocadura do rio Branco, "erguendo cruzes por toda parte em que penetravam".

Não tardaram a vir juntar-se às missões religiosas as chamadas "expedições de resgate", verdadeiras companhias militares compostas por tropas e auxiliares indígenas sob as ordens de capitães, acompanhados por comissários e religiosos, cujo fim era tirar dos índios, mediante compra ou troca, os vencidos que eles haviam capturado. Essas expedições levariam os cativos, como escravos, para os vilarejos portugueses situados nas margens do Amazonas.

Em 1695, vilarejos eram criados no próprio rio Negro. Estabelecimentos de índios catequizados ali existiam em caráter permanente e um forte português fora construído na desembocadura

desse rio. Provavelmente, religiosos, bem como tropas de resgate, deveriam, já naquela época, ter explorado o rio Branco. Entretanto, só existem provas documentais da ocupação do rio Branco por Portugal referentes aos primeiros anos do século XVIII. A partir de então, as "justificações" são abundantes[44].

Em seguida, em 1700, e durante os anos seguintes, o capitão Francisco Ferreira, residente em Caburiz, logo na foz do rio Branco, ocupa-se em fazer numerosas viagens por esse curso d'água. Percorre-o por inteiro, explorando também dois de seus afluentes, os rios Uraricoera e Tacutu. Alcança as nascentes do rio Tacutu, e passa pelo lago Amucu (também conhecido por lago Pirara, ou Pirarara, onde nasce o rio Pirara). Por volta de 1720, o frade carmelita, Jeronymo Coelho, mantém, através do rio Tacutu, um comércio assíduo com os holandeses. Enfim, entre 1718 e 1721, ocorre uma expedição de caráter oficial: o capitão do forte do rio Negro, Diego Rodrigues Pereira, recebe do governador do Maranhão, Bernardo Pereira de Berredo, a missão de ir ao interior, para recrutar nativos para formar a guarnição do forte. Cobre as entradas e saídas do rio Branco, de onde traz duzentos e doze índios[45].

É assim então que, no início do século XVIII, não somente o rio Branco, em sua foz e no seu curso, era visitado pelos portugueses, o que, segundo o Direito Internacional Público, à época mais conhecido como Direito das Gentes, então vigente, proporcionava a posse de seus afluentes, que banham o território contestado, como também parte desse mesmo território era explorado por eles[46].

---

[44] SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. "Relação Geographico-Historica do Rio Branco da America Portuguesa". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. 1777. Anexo II (Documentos de origem portuguesa), série II, pp. 5 e segs, e 125 e segs.
Trata-se da primeira memória escrita por Joaquim Nabuco, cuja denominação completa e oficial é: *Primeira Memória Fronteiras do Brazil e da Guyana Ingleza* — O Direito do Brazil (primeira memória apresentada em Roma, a 27 de fevereiro de 1903, por Joaquim Nabuco, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brazil em missão especial junto a sua majestade o rei da Itália). Paris: Lahure, 1903. 8 vols.

[45] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 128, nota 80 e 129; e "Officio do Governador do Maranhão Bernardo Pereira de Berredo ao Governo de Lisboa propondo a mudança da Casa Forte do Rio Negro para o furo do Javaperi, com o fim de impedir o commercio dos Holandezes com os Índios. Parecer favorável do Conselho Ultramarino. Resolução Régia, 8 de julho de 1719". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, anexo I, série I (Documentos de origem portuguesa), documento nº 25, p. 30.

[46] TWISS, sir Travers. *The Law of Nations*. 1861, § 117; 1883, § 125; e PHILIIMORE, Sir Robert. *Commentaries upon International Law.* 1879, § 238. Apud RIO BRANCO. "Mémorandum

Os portugueses fizeram ainda mais: eles procuraram consolidar a influência que tinham adquirido. As autoridades portuguesas ficam sabendo que, nos arredores do rio Branco, holandeses procuram negociar com os indígenas, e logo se põem a refletir sobre os meios de impedir semelhante comércio. Em 8 de julho de 1719, uma ordem real, acatando proposta do governador Bernardo Pereira Berredo, decide fortificar "o furo do Javapery [bifurcação do rio] a vinte dias de viagem do rio dos holandeses"[47] — que as memórias brasileiras identificam com o rio Essequibo; e, em 10 de outubro de 1720, outra resolução ordena preparar um mapa de todos os rios da região com "a localização de cada um deles e uma nota sobre todos os produtos que deles se podem extrair".[48]

Há, também, a preocupação em aumentar as tropas necessárias para a guarda das fortificações do cabo Norte, do rio Branco e do rio Napos (Napo), que deveriam ser construídas para fazer guerra contra os índios. Esse é o assunto de uma consulta e de uma ordem real datadas de 2 de dezembro de 1722 e de 17 de fevereiro de 1724, respectivamente[49].

---

annexé à la Note du 15 Mars 1897 du Ministre du Brésil à Londres, M. Arthur de Souza Corrêa, adressée au Marquis de Salisbury, in Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique". *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, [1897] 1945. vol. 2, anexo nº 14, pp. 166-169.

47 "Officio do Governador do Maranhão Bernardo Pereira de Berredo, de 8 de julho de 1719, ao Governo de Lisboa, propondo a mudança da Casa Forte do Rio Negro para o furo do Javapery, com o fim de impedir o commercio dos Hollandezes com os Indios. Com parecer favorável do Conselho Ultramarino e resolução régia". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* – 1903 [1719]. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I. p. 30.

48 "Ordem Régia de 10 de outubro de 1720 confirmando a autorização para a mudança do Forte do Rio Negro e determinando ao governador do Maranhão, Bernardo Pereira de Berredo, que faça averiguações seguras sobre o commercio dos Hollandezes com os Indios e ordene ao Capitão da Fortaleza do Rio Negro que impeça taes relações, devendo ser levantado por pessoas competentes um mappa da região, com todos os rios, sua situação e condições". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* – 1903 [1720]. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I. p. 31.

49 "Consulta sobre a carta de João da Maya da Gama pedindo 200 soldados por não poder sem elles assistir às fortificações do cabo do Norte, do rio Branco e do Napós que deviam mandar fazer pelas razões que expoz, 2 de dezembro de 1722; e Ordem Régia determinando ao governador do Maranhão, João da Maya da Gama, que mande ao rio Negro tropas para combater os Índios inimigos, evitando assim que os demais se animem e attráiam os Hollandezes para dentro dos dominios portuguezes, 17 de fevereiro de 1724" (NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I, série I (Documentos de origem portuguesa), documentos nºs 28 e 29. pp. 33 e 34, respectivamente.

Durante esse tempo, as expedições de resgate se sucediam, subindo cada vez mais o rio Branco. Podem ser lembradas as expedições de Cristóvão Ayres Botelho, de 1736[50], a de Lourenço Belforte e de Francisco Xavier de Andrade, de 1738 e 1739[51], e a de José Miguel Ayres, em 1748[52]. Foi esta a última das tropas de resgate. Pouco depois e, em 1755, foi promulgada uma lei proclamando a liberdade dos índios e, consequentemente, abolindo definitivamente as tropas de resgate.[53]

A via dos principais afluentes do rio Branco estava, pois, desde então, aberta. Logo vários outros luso-brasileiros apressaram-se em trilhá-la.

> Continuando depois disso [da expedição de José Miguel Ayres], outras entradas não só pelo Uraricoéra, mas também pelo Tacutu e outros rios que nesse dezaguão de sorte que o mesmo Tacutu foi também igualmente sempre senhoreado pela Coroa de Portugal sem contradição alguma assim como todo o rio Branco com contínuos Autos possessórios desde tempo immemorial como elle [capitão Francisco Xavier de Andrade] testemunha sempre observou, e ouviu dizer aos antigos habitadores desse rio[54].

Não era, pois, somente para arregimentar escravos que os portugueses haviam explorado o rio Branco e seus afluentes; havia também interesse na comercialização das drogas do sertão, que abundavam por aquelas regiões. Consequentemente, o desaparecimento das tropas de resgate não pôs fim às explorações lusitanas do vale do rio Branco. Em 1766,

---

50 NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 129; e SAMPAIO, op. cit.

51 NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 129; SAMPAIO, op. cit., p. 10; e "Depoimento de Francisco Xavier Mendes de Moraes, na assentada de 19 de abril de 1775"; "Constantino Dutra Rutter, na assentada de 20 de abril de 1775, nos Autos de Justificação da posse e domínio do rio Branco pelos Portugueses, procedida perante a Ouvidoria Geral do Rio Negro, por ordem do Governador da Capitania, Joaquim Tinoco Valente, abril e maio de 1775". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I, série I (Documentos de origem portuguesa), documento nº 53-D, pp. 104 e 109.

52 MORAES, Padre José de. "História da Companhia de Jesus"; FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "Participação geral do rio Negro". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, pag. 129; e SAMPAIO, op. cit., p. 11.

53 NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 130; e SAMPAIO, op. cit., p. 11.

54 "Testemunho do Capitão Francisco Xavier de Andrade na assentada de 20 de abril de 1775 nos Autos de Justificação da posse e domínio do rio Branco pelos Portugueses, procedida perante a Ouvidoria Geral do Rio Negro, por ordem do Governador da Capitania, Joaquim Tinoco Valente, abril e maio de 1775". NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documento nº 53-D, p. 109.

por ordem do governador Joaquim Tinoco Valente, foi realizada, sob o comando do alferes José Agostinho Diniz, importante expedição militar que subiu o rio Branco e o Uraricoera e levou suas embarcações até o Maú e o Uorora[55]. O resultado dessa expedição foi claramente indicado em um despacho do diretor holandês do Essequibo, datado de 19 de novembro de 1766, que mostra ainda o controle exercido pelos portugueses na região[56].

Desde 1719, o governador Bernardo Pereira Berredo havia manifestado a ideia de fortificar a desembocadura do rio Branco. Essa intenção, porém, não foi posta em prática. As expedições de resgate pareceram suficientes para afastar da região alguns comerciantes holandeses que por lá se aventuravam. Quando, após a extinção dessas expedições, os holandeses pareciam retomar a exploração da área, voltou-se ao alvitre de se levantar um forte na fronteira do rio Branco.

Aos 14 de novembro de 1752, o rei, dom José, por meio de Carta Régia ao governador e capitão general do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, declarou que:

> Sendo-me presente que, pelo Essequebe tem passado alguns holandezes das terras de Surinam ao rio Branco que pertence aos meus Domínios, e cometido naquelas partes alguns distúrbios. Fui servido ordenar por resolução de 23 de outubro desse ano, tomada em Consulta do meu Conselho Ultramarino que sem dilação alguma se edifique huma Fortaleza nas margens do rio Branco[57].

---

55 NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 130 e segs.; e SAMPAIO, op. cit., p. 11.

56 "O *Posthouder* de Arinda informa que acima do posto, no riacho Maú, foram achados um frade e outra pessoa, um português, que estão ali para formar um estabelecimento Magnouws e Supenays (dos quais algumas vezes se diz que têm o rosto no peito e são antropófagos); que, na verdade, há nisso não posso saber." Logo além acrescenta: "O *Posthouder* diz, contudo, que segundo a informação de um caraíba, as plantações de farinha feitas por eles devem ter pelo menos um ano; que na saída do Parima há seis grandes embarcações dos portugueses compridas como barcas e que a gente ali fora com pequenas embarcações até a ponta do riacho Aurora e Maho e já tinham expelido dali os caraíbas e outras nações" ("Appendix to the Case of the Gouvernment of Her Britannic Majesty", vol. III, p. 137, apud NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, pp. 130 e 131).

57 NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 138; e "Ordem Régia Expedida ao Governador do Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para edificar sem dilação alguma uma fortaleza nas margens do rio Branco, 14 de fevereiro de 1752". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documento nº 42, p. 59.

Ao mesmo tempo, o Conselho de Ultramar, em requerimento endereçado à autoridade real, sugeria que, além da construção do forte, cuja localização deveria ficar a critério do governador, "tão bem poderá não ser inútil a diligencia que V. Mag^{de}. mandar fazer com o ministro da Olanda para que cessem as entradas dos Vassalos daquela Republica nos reais domínios de V. Mag^{de}"[58]. Desse modo, logo que negociantes holandeses penetravam na bacia do rio Branco, os portugueses reagiram diplomática e juridicamente.

Isso, aliás, foi suficiente para pôr fim às incursões holandesas. Encontra-se em uma ordenação real ao governador do Maranhão, datada de 27 de junho de 1765, a seguinte informação:

> Quanto aos outros rios, que dezaguam pela parte esquerda [do rio Branco], ou da parte de Leste, não podem dar cuidado algum, porque os Holandezes que algumas vezes desceram por eles, se tem abstido ha muitos anos daquela navegação[59].

Era, então, dos espanhóis que os portugueses precisavam se defender, não dos holandeses. Consequentemente, são os afluentes do rio Branco, do lado ocidental, que a ordenação de 1765 determinava que fossem vigiados "trazendo sempre neles duas ou três canoas bem-guarnecidas".[60]

Em 1775, dez anos após a ordenação lembrada, a pretexto de procurar o El Dorado, "uma região pavimentada de ouro no interior da

---

[58] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 139; e "Parecer do Conselho Ultramarino sobre entradas de Hollandezes no sertão do Rio Negro com o fim de escravizar Indios, 16 de abril de 1753". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documento nº 42, p. 5.

[59] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, pp. 150 e 151; e "Ordem Régia a Fernando da Costa de Attaide Teive, approvando a resposta dada por Manoel Bernardo de Mello e Castro a dom Joseph de Yturriaga. Manda que seja vigiado com grande cuidado o rio Branco, trazendo sempre n'elle duas ou três canoas bem-guarnecidas, e apreendidas as canoas que se acharem explorando os reais domínios e as pessoas nelas encontradas, 27 de junho de 1765". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa) série I, documento nº 52, p. 93.

[60] "Ordem Régia a Fernando da Costa de Attaide Teive, de 27 de junho de 1765, approvando a resposta dada por Manoel Bernardo de Mello e Castro a dom Joseph de Yturriaga. Manda que seja vigiado com grande cuidado o rio Branco, trazendo sempre nelle duas ou três canôas bem guarnecidas, e apprehendidas as canôas que se acharem explorando os Reaes Dominios e as pessôas nelas encontradas". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* – 1903 [1765]. Anexo I (Documentos de origem oortuguesa), série I. p. 93.

Guiana",[61] os espanhóis do Orenoco se puseram a descer o Uraricoera em direção ao rio Branco, e logo um de seus destacamentos, comandado pelo cadete dom Antonio López, penetrou no rio Tacutu, subiu o rio Maú e alcançou o lago Pirara, explorando todos os seus arredores. Com a noticia dessa expedição, prevenido que fora pelo guarda do forte holandês de Arinda, que desertara de seu posto, Gervásio Leclerc, o governador Joaquim Tinoco Valente fez partir imediatamente tropas contra ela, sob as ordens do capitão Phillip Sturm[62].

Pouco mais tarde, respondendo às Notas de Protesto pela captura das tropas espanholas, que lhe enviara o governador da Guiana Espanhola, dom Manuel Centurion, bem como a nota de seu enviado ao rio Negro, capitão Antonio Barreto[63], o governador do Rio Negro declarou ao governador espanhol que:

> Sendo certo obtê-la [a posse da região visitada pelas tropas espanholas, o Mau, Tacutu e Pirara] El Rey, meu Senhor ha mais de cinquenta e dois anos; o que bem mostrarei por documentos judiciais, e certificarei não só com as pessoas fidedignas, que passaram aqueles rios debaixo das Bandeiras Reais de Portugal

---

61 "Informações dadas pelos Hespanhões sobre os motivos da sua presença no rio Branco – 1º anexo ao Officio de João Pereira Caldas a Martinho de Mello e Castro informando sobre a chegada de seis Hespanhões desertores remettidos pelo Governador do Rio Negro. Envia um mappa do rio Branco e dos limites do domínio de Castella, feito segundo as noticias dadas por aquelles desertores – 28 de Fevereiro de 1776". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* – 1903 [1776]. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documento "S", p. 135.

62 NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, pp. 151 e segs.; e 27 documentos referentes à "Expulsão dos espanhóis do rio Branco". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documentos nº 53-A a 53-Z, pp. 95 a 150; dos quais o principal é o "Do ouvidor Ribeiro de Sampaio a João Pereira Caldas dando conta da chegada à Villa de Barcellos do desertor Gervásio Leclerc e relatando as informações que ele deu sobre os espanhóis no rio Branco, 27 de março de 1775". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documento nº 53-A, p. 95; e SAMPAIO, op. cit., p. 14 e segs.

63 "Carta de dom Manuel Centurion ao governador do Rio Negro protestando contra o aprisionamento da tropa espanhola e pedindo a restituição do território, de 27 de julho de 1776"; e "Carta do capitão Antonio Barreto ao governador do Rio Negro, alegando ser espanhol o território onde se achava a tropa aprisionada e pedindo a entrega do mesmo, 8 de outubro de 1776". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documentos nºs 53-U e 53-V, pp. 139 e 141.

nos anos de 1725, 1736, 1740 e 1744; como foram [...][64].

E ao capitão Antonio Barreto, enviado de don Manuel Centurion, Joaquim Tinoco Valente havia acrescentado:

> Quanto ao segundo, digo que o pretexto alegado sobre se não terem feito povoações naqueles distritos, e de nenhum vigor, sendo certo, que o argumentar cada um a sua fazenda fica ao seu arbítrio; por que como sua pode deliberar, como e quando lhe parecer ou lhe fizer conta, sem que de nenhuma forma seja obrigado a satisfazer aos vezinhos[65].

Em 1º de outubro de 1777, foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso entre Espanha e Portugal, cujo artigo 12[66] restabeleceu, nesse ponto, o Tratado de Madri de 13 de janeiro de 1750[67], que havia sido anulado

---

[64] Nesse ponto, Joaquim Tinoco Valente cita, nessa ordem, os nomes de: capitão Francisco Xavier Mendes de Moraes; capitão Belchior Mendes; Christovão Álvares Botelho; capitão Francisco Xavier de Andrade; Lourenço Belforte; José Miguel Ayres; Sebastião Valente; frei carmelita Jeronymo Coelho; índio Paulo; principal Teodósio José; capitão Francisco Ferreira; Domingos Lopes; Francisco Rodrigues; Manoel Pires; principal Ajurabana; sargento-mor Miguel Índio; abalizado Arubaiana; principal Faustino Cabral; principal Camandri e principal Assenço. "Resposta do governador do Rio Negro a don Manuel Centurion, 13 de outubro de 1776". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documento nº 53-Y, p. 146.

[65] "Resposta do governador do Rio Negro ao capitão Antonio Barreto, 12 de outubro de 1776". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo 1 (Documentos de origem portuguesa), série I, documento nº 53-X, p. 144.

[66] "Quando apartando-se dos rios haja de continuar a fronteira pelos montes que medeiam entre o Orenoco e Maranhão ou Amazonas, endireitando também a linha da raia, quando poder ser, para a parte do norte, sem reparar no pouco mais ou menos de terreno que fique a uma ou à outra coroa, contanto que se logrem os fins já explicados, até concluir a dita linha onde findam os domínios das duas Monarchias." Artigo 12, *fine* do "Tratado Preliminar de Limites da América Meridional entre sua majestade fidelíssima a senhora dona Maria I, Rainha de Portugal, e sua majestade católica o senhor dom Carlos III, Rei de Hespanha, assinado em San Ildefonso, no 1º de outubro de 1777, e ratificado, por sua majestade fidelíssima, em Lisboa, no dia 10, e por sua majestade católica em San Lorenzo El Real, no dia 11 do mesmo mês e ano". In: SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 178.

[67] "Até encontrar o alto da cordilheira de Montes, que medião entre o Orenoco e o Amazonas ou Marañon; e prosseguirá pelo cume destes montes para o ocidente, até onde se estender o domínio de uma e outra monarquia." Artigo 9 do "Tratado de limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores dom João V, rey de Portugal, e dom Fernando VI, rei de Hespanha, assinado em 13 de Janeiro de 1750, em Madri, e ratificado em Lisboa a 26 do

desde 12 de fevereiro de 1761 pelo Tratado de EI Pardo[68]. O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, fixava a fronteira entre as duas nações, do lado da Guiana, pelo divisor de águas existente entre os rios Amazonas e Orenoco, ou seja, aos olhos da Espanha, toda a bacia do Amazonas e, por consequência, o território contestado — que por ela é banhado —, pertencia à Coroa portuguesa.

O conflito entre Espanha e Portugal, cujo término pode ser posto em 1777, foi invocado pelo Brasil como mais uma prova de que a Holanda não tinha título algum, mas também intenção alguma, sobre o território contestado.

De acordo com a lógica brasileira, se os holandeses tivessem aspirado à região dos rios Tacutu e Pirara, teriam ficado inativos e indiferentes aos movimentos dos espanhóis assim como à celebração dos tratados de 1750 e de 1777? Ao contrário, foi uma atitude de absoluta inação que os holandeses mantiveram.

Consequência direta da excursão espanhola na área foi a construção de um forte no alto do rio Branco, na junção dos rios Uraricoera e Tacutu. Era o antigo projeto, frequentemente analisado, que dessa vez era executado. Em 17 de maio de 1775, a ordem para construir o forte fora dada por João Pereira Caldas, governador e capitão-geral do Pará, ao governador do Rio Negro[69]; e, alguns meses mais tarde, parte dos paredões da fortaleza já havia sido erguida[70].

---

dito mês, e em Madri a 8 de fevereiro do mesmo ano". In: SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. p. 149.

[68] No tratado de El Pardo, assinado entre dom José I, de Portugal e dom Carlos III, de Espanha, aos 12 de fevereiro de 1761, lê-se: "O sobredito Tratado de Limites da Ásia e da América, celebrado em Madri a 13 de janeiro de 1750, com todos os outros tratados e convenções que em consequência dele se foram celebrando depois para regular as instruções dos respectivos comissários, que até agora se empregaram nas demarcações dos referidos limites, e tudo o que em virtude delas foi autuado, se estipula agora que fiquem e se dão, em virtude do presente tratado por cancelados, cassados e anulados, como se nunca houvessem existido, nem houvessem sido executados; de sorte que todas as coisas pertencentes aos limites da América e da Ásia se restituam aos termos dos tratados, pactos e convenções que haviam sido celebrados entre as duas coroas contratantes, antes do referido ano de 1750: de forma que só esses tratados, pactos e convenções, celebrados antes de 1750, ficam em diante em sua força e vigor." In: LACERDA, M. Linhares de. *Tratado das terras do Brasil.* Rio de Janeiro: Alba, 1960. p. 110.

[69] A capitania de São José do Rio Negro era subordinada à do Grão-Pará.

[70] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 180; "De João Caldas ao governador do Rio Negro approvando a resolução deste de expulsar os hespanhoes,

O forte, que recebeu o nome de São Joaquim, foi construído no ponto em que o rio Tacutu deságua no rio Branco. Assim, os portugueses tinham, a partir de então, sob sua soberania efetiva e permanente, a desembocadura desse rio que, por si mesmo e por seus dois afluentes, o Cotingo e o Maú, dominava todo o território contestado. Deveriam, assim, ser considerados donos desse território.

Os portugueses fundaram, em volta do forte, vários centros habitacionais[71] e, para povoá-los, foram buscar indígenas até mesmo além da linha oriental do território contestado, estendendo àquelas paragens sua autoridade[72]. Com a fuga dos indígenas, ocorrida em 1780, foram então, durante anos, frequentemente realizadas, por destacamentos do forte, batidas nos campos e nas montanhas do território contestado à procura dos fugitivos. O soldado Duarte José Miguel adentrou o rio Maú até o rio Siparuni e foi ter com os atorais do Guidaru. Em 1783, o monarca lusitano concedeu perdão aos indígenas revoltados e fugidos. Para informá-los dessa clemência que lhes fora concedida, enviam-se

determinando várias providências para esse fim, e ordenando a construção de uma fortaleza provisória para a defeza do rio Branco, 17 de maio de 1775"; e "Officio do Governador do Maranhão, João Pereira Caldas, a Martinho de Mello e Castro, comunicando que a fortaleza no rio Branco vae bastante adiantada, tendo descido para as vizinhanças sete aldeiamentos de Indios de forma a construir uma barreira aos intentos dos Hespanhoes e Hollandezes, 12 de junho de 1777". In: NABUCO, Joaquim. NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documentos nº 53-E e 54, pp. 113 e 151, respectivamente.

[71] O ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio se refere apenas a cinco aldeamentos indígenas: Nossa Senhora do Carmo, Santa Izabel, Santa Bárbara, no rio Branco, São Filipe no rio Tacutu, e Nossa Senhora da Conceição no rio Uraricoera. SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. "Relação Geographico-Historica do Rio Branco da America Portuguesa". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903 [1777]. Anexo II (Documentos de origem portuguesa), série II, cap. VIII, p. 43. Existem, outrossim, referências (in: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário do Rio Branco*. São Paulo: USP-NHII — Núcleo de História Indígena e do Indigenismo/FAESP — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1994 [1786]. p.88) a um sexto aldeamento, que se localizaria no rio Uraricoera: Santo Antonio das Almas, cuja notícia o advogado brasileiro, erroneamente, atribui ao citado ouvidor. In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 185, nota 100. Note-se que o texto de Joaquim Nabuco, nesse trecho, abunda em referências tanto a Alexandre Ferreira quanto a Ribeiro de Sampaio.

[72] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 187 e segs.; SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. "Relação Geographico-Historica do Rio Branco da America Portuguesa". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903 [1777]. Anexo II (Documentos de origem portuguesa), série II, cap. IX, p. 44.

por toda parte emissários, que também foram além do contestado[73].

Outro título invocado para provar a posse portuguesa do território em litígio foi a introdução de gado nas planícies do rio Branco e seus afluentes[74]. A primeira ideia de fazer essa introdução data de 1775 e veio do ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, mas só se tornou fato em 1786, pela ação do coronel Manoel da Gama Lobo de Almada, sob instruções do governador e capitão-general João Pereira Caldas[75].

Começou-se por distribuir as cabeças de gado nas aldeias de determinados índios, que, todavia, não os mantinham nas circunvizinhanças, deixando-os pastar em campos distantes, até mesmo em terras do território contestado, sem, entretanto, deixar de vigiá-los. Escreveu o comandante do forte São Joaquim ao governador Manoel da Gama: "Todos os dias são explorados os lugares até onde costuma chegar o gado"[76].

Em seguida, foram criadas, em tomo do forte de São Joaquim, e sob a direção do comandante desse forte, verdadeiras fazendas, cujo gado se espalhava também por toda parte na região das savanas; assim, em 1836, Schomburgk pôde dizer, falando dos grandes rebanhos de gado e de cavalos encontrados nas planícies do Tacutu e do Maú, que eram, indubitavelmente, de origem portuguesa[77].

Não foi apenas por meio de seus destacamentos e de suas fazendas de criação de gado que o Brasil procurou provar que os portugueses

---

[73] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 190; FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "Journal du Rio Branco". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903 [1786]. Anexo III (Documentos de origem portuguesa), documento nº 16, pp. 16 e segs. Em português, o "Diário do Rio Branco" somente foi publicado por AMOROSO, Marta Rosa; FARAGE, Nádia. *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII*. São Paulo: USP-NHII — Núcleo Indígena e do Indigenismo/FAESP — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1994.

[74] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, pp. 254 e segs..

[75] "De Manoel da Gama Lobo de Almada, nomeado Governador da Capitania de São José do Rio Negro, communicando a João Pereira Caldas que vai estabelecer a criação de gado no Rio Branco, 18 de maio de 1787". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documento nº 78, p. 234.

[76] "Ofício de 17 de fevereiro de 1790". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 257. Note-se que, naquele ano, os macuxis tinham se sublevado novamente, e o governador Manoel da Gama estava preocupado com a sorte do rebanho que penosamente introduzira na região pouco antes. Ao que parece, em suas revoltas, os índios costumavam "varar de balas" o gado e os cavalos dos portugueses.

[77] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 260; SCHOMBURGK, Roberto H. *A Description of British Guiana.* Londres: Simpkin, Marshall and Co., 1840. p. 114.

mantiveram, nos fins do século XVIII, o domínio do território situado entre os rios Tacutu e Rupununi. Eles realizaram, também, com explorações científicas e administrativas, o estudo de todo o sistema fluvial do rio Branco e de seus afluentes, observando a etnografia, a flora a fauna e as possibilidades econômicas de exploração da área.

Cada viagem produzia relatórios, o mais das vezes bastante minuciosos, e numerosos mapas. Era uma nova afirmação da autoridade portuguesa[78].

A primeira dessas expedições foi aquela empreendida em 1781 pelo capitão engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra e pelo geômetra Antonio Pires da Silva Pontes. A ordem para sua realização fora dada em 26 de dezembro de 1780 pelo governador João Pereira Caldas. Eles deviam:

> Passando V. Mcês. Sem perda de tempo ao sobredito rio Branco, e subindo-o até onde for possível, nele muito eficaz e individualmente averiguem [...] que rios e lagos pela outra margem oriental do mesmo rio Branco, nele deságuam; aonde são os seus nascimentos, e até onde se navegam, principalmente o Tacutu, o Maú e o Pirara, que são os que facilitam a referida comunicação com os holandeses pelos rios Rupununi e Essequibo, que para aquela colônia descem; que serranias também ha por aquela parte, e quais delas ou que outros alguns sinais poderão servir de divisão de domínios, com os da dita colônia[79].

Em 19 de julho de 1781, tendo feito o mapa das terras visitadas durante sua viagem, eles prestaram contas de sua missão ao governador João Pereira Caldas: chegaram à conclusão de que os limites do Brasil são as vertentes, ideia já anteriormente defendida pelo ouvidor Ribeiro de Sampaio, "as cabeceiras dos rios Rupununi e Anaoau, que se diz formão as vertentes, entre os sobreditos portugueses e holandeses domínios" sempre frisando: "havendo de atender-se às vertentes, e não à margem ocidental no rio Rupununi para os limites"; e ainda propunham

[78] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, pp. 210 e segs.

[79] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* —1903, p. 214; "Officio de João Pereira Caldas ao capitão engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra e ao dr. mathematico Antonio Pires da Silva Pontes, transmitindo a ordem da rainha para se averiguar se para o rio Branco ou qualquer outro rio existe alguma communicação dos hollandezes, 26 de dezembro de 1780". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documento nº 55-A. p. 152.

instalar um posto de observação perto das nascentes do rio Pirara, ou ao menos enviar patrulhas, saindo do forte São Joaquim, às planícies do Rupununi, com o objetivo de vigiar nas fronteiras "as inovações ou pretensões que houverem da parte dos colonos de Suriname[80]".

Novas expedições logo seguiram a de Ricardo Franco e Silva Pontes. Em 1786, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, que acompanhou o comandante do forte São Joaquim em uma parte de sua viagem, explorou os rios Branco, Uararicoera, Tacutu, Surumu, Cotingo, Maú, Pirara e a serra dos Cristais, "situados nos domínios de nossa Augusta Majestade Soberana[81]".

No ano seguinte, foi a vez do coronel Manoel da Gama Lobo de Almada, segundo o juízo de Joaquim Nabuco, "o mais competente chefe de que dispunha a Metrópole no Pará"[82], explorar o território contestado. O governador João Pereira Caldas, segundo ordens de Lisboa, o fez subir o rio Tacutu até o rio Sarauru e, tendo ele percorrido esse rio, atingiu, "através de territórios totalmente inundados e pantanosos", a via ocidental do "rio de possessão holandesa", o rio Rupununi; em seguida, depois de ter analisado as comunicações do Tacutu e do Caruaru até o Rupununi, explorou o Surumu (Cotingo) e a serra dos Cristais. Com seus auxiliares, dentre os quais se destacaram o capitão engenheiro e doutor em matemática, José Simões de Carvalho, e o sargento-mor engenheiro Eusébio Antonio de Ribeiros, Manoel da Gama visitou e teria consolidado o domínio português de toda a região que seria, no

---

80 NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 215 e segs.; e "Carta do capitão engenheiro Almeida Serra e do dr. mathematico Antonio Pires da Silva Pontes a João Pereira Caldas, dando conta do cumprimento das ordens deste último relativas a explorações a fazer nas cabeceiras dos rios Mahú, Tacutu e Pirara, 19 de julho de 1781". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documento nº 55-C. p. 154.

81 FERREIRA, Alexandre Rodrigues. "Journal du Rio Branco"; "Traité Historique du Rio Branco". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903 [1786 e 1787]. Anexo III (Documentos de origem portuguesa), documentos nºs 16 e 17, pp. 16 e segs. e 59 e segs., respectivamente. Ver, também "Diário" de Agostinho José do Cabo que foi ajudante de Alexandre Rodrigues Ferreira, "Diário da viagem do Pará ao rio Negro por Agostinho José do Cabo, 19 de setembro de 1786; Informações de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre o cumprimento que deu à ordem recebida de João Pereira Caldas para fazer reconhecimento nas povoações da parte inferior do rio Negro e nas de novo estabelecidas no rio Branco, 10 de agosto de 1786"; e "De Martinho de Mello e Castro a João Pereira Caldas, dando-lhe instruções sobre a exploração do rio Branco, 27 de junho de 1786". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documentos nºs 76, 75 e 74, pp. 218, 215 e 213, respectivamente.

82 NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira*, p. 237.

futuro, objeto de litígio entre o Brasil e a Inglaterra[83].

Foi ainda uma viagem semelhante que fizeram, em 1798, o porta-bandeira da Sétima Companhia do Regimento da Cidade do Pará, Francisco José Rodrigues Barata, e o soldado Duarte José Miguel quando foram de Belém do Pará ao Suriname por terra. Tendo deixado, em 4 de agosto, o forte de São Joaquim, subiram o rio Tacutu até o igarapé Sarauru "em nosso território", visitaram os macuxis do Pirara, navegaram pelo Sarauru, ganharam por via terrestre o Rupununi e depois o Essequibo, descendo esse rio. Só depois de terem passado pelas cachoeiras desse rio é que encontraram, em sua barra, a primeira plantação e o primeiro estabelecimento holandês, então em poder dos ingleses: o posto de Arinda havia, então, naquela época, desaparecido completamente[84]. Na volta, para chegar ao forte São Joaquim, Francisco José Rodrigues Barata e Duarte José Miguel seguiram o curso do Maú, "nosso rio Maú", como o chamaram[85].

Ao longo da disputa, o Brasil frisou que, em todas estas viagens exploratórias dos portugueses, assim como em suas expedições militares e na instalação de suas cabeças de gado nas fazendas que foram abrindo, os holandeses não apresentaram a menor oposição. Em

---

[83] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 237 e segs.; e "30 documentos referentes às explorações de Manoel da Gama Lobo d'Almada". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documentos nºs 78-A a 78-DD, pp. 224 a 277; dos quais destaca-se a "Descrição relativa ao rio Branco e seu Território, por Manoel da Gama Lobo de Almada, ex governador do Rio Negro, 1787". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa) série I, documento nº 78-W, p. 253.

[84] Em sua exposição para o árbitro italiano que julgou a questão, o advogado brasileiro — Joaquim Nabuco — lembrou a nota de Manoel da Gama Lobo d'Almada, de 3 de setembro de 1798, segundo a qual, vários meses antes, um chefe índio, Leonardo José, desceu os rios Tacutu, Pirara, Rupununi e Essequibo, sem encontrar estrangeiros, a não ser um rancho de cafuzos ("mulatos", na linguagem de Nabuco) descendentes de negros e índios, situado na parte inferior desse último rio. "Declaração das notícias da colônia hollandeza de Demerara referidas em 3 de Septembro de 1798 pelo índio Leonardo José principal da nação oaycás que foi ao rio Essequibo das possessões hollandezas, 3 de setembro de 1798". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documento nº 94. p. 292.

[85] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, pp. 262 e segs.; e "Parte do sargento Ignacio Rodrigues sobre a viagem do porta-bandeira Barata à colônia holandesa, 3 de setembro de 1798". In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos de origem portuguesa), série I, documento nº 95, p. 293; e Journal du Voyage fait dans la Colonie Hollandaise de Surinam par Francisco José Rodrigues Barata. In: NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903 [1799]. Anexo IV (Documentos de origem portuguesa), série II.

1786, enquanto patrulhas portuguesas avançavam até o rio Rupununi e além, a Holanda suprimia o posto de Arinda! Não será a melhor prova, indagou o Brasil, de que, para a Holanda, só os portugueses tinham direito ao istmo situado entre os rios Cotingo, Tacutu e Rupununi? Essa seria, aliás, sempre de acordo com a argumentação brasileira, na época, a opinião geral, proclamou o Brasil, invocando o testemunho do assentimento espanhol[86], holandês[87], e, por fim, do próprio assentimento inglês anterior a 1840[88].

O próprio Roberto Schomburgk, referindo-se ao rio Rupununi, chegou a declarar que era normalmente considerado a linha fronteiriça entre as possessões inglesas e as portuguesas[89]. E, de fato, alega o Brasil, a primeira ideia de Schomburgk não o enganara, ao contrário de suas alegações posteriores, pois os geógrafos, quer pertençam ao século XVIII ou ao XIX, quer sejam holandeses, ingleses, franceses, espanhóis ou portugueses, eram unânimes em não incluir o território contestado nos limites das possessões da Holanda ou da Inglaterra. Ora, nas questões que tocam à determinação das fronteiras de um país, alegou o Brasil, os mapas são, certamente, a melhor expressão da opinião de uma época[90].

São de um francês, d'Anville, reputado a seu tempo "o primeiro geógrafo europeu",[91] e um espanhol, Juan de la Cruz, o único que "competiu" com o primeiro em todo o século XVIII, de 1748 e 1775, respectivamente, os primeiros mapas da Guiana mais detalhados. Ora, tanto um quanto outro deixavam de fora do domínio da Holanda um território bem maior do que aquele que foi objeto de litígio:

> A linha d' Anville, na parte que nos interessa, tal como aparece na carta de 1748,

---

86 NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, capítulo VII.

87 Ibid., capítulos VIII, IX e X.

88 Ibid., capítulos XI, XII e XIII.

89 NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903, pp. 1 e segs.

90 "Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique". *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, [1897] 1945. pp. 1-13; e "Prova cartográfica". NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. pp. 371 e segs.

91 NABUCO, Joaquim. "O Direito do Brasil – Primeira memória brasileira apresentada em Roma, a 27 de fevereiro de 1903, por Joaquim Nabuco, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brazil em missão especial junto a sua majestade o rei da Itália, Paris". A. Lahure editor, 1903. p. 374.

> segue a linha do *divortium aquarum* entre o Orenoco por um lado e o Rio Negro por outro, e a partir do ponto mais setentrional daquela linha de separação das águas dirige-se para sudeste até ao cotovelo do Rupununi e daí na mesma direção até a fronteira da Guiana Francesa.
>
> Duas linhas políticas figuram nas cartas europeias dessa região, a linha de Anville e a linha Juan de la Cruz, sendo que esta estreita muito mais a Guiana Holandesa, limitando-a pelo Rio Essequibo. [...] Ambas as linhas figuram nas cartas inglesas mais notáveis até ao meiado do século XIX, e pode-se dizer que estas não contem outra[92].

Foi baseada nesses dois trabalhos que se inspirou a unanimidade dos geógrafos da época. O mapa de Juan de la Cruz originou, notadamente, os do espanhol Surville (1778), dos ingleses Faden (1788) e Arrowsmith (1811-1839), e também os de Bonne (1780-1781), Bachienne (1785), Dezauche (1790-1808), Mentelle e Chanlaire (1805), de Lapie (1814-1820-1829), de Brion de la Tour (1816), de Gardner (1820) e de Codazzi (1840).

O mapa de d' Anville fez um sucesso ainda maior. Seu traçado, que assegurava à Guiana Holandesa toda a cobiçada região do Essequibo, sobre a qual a Espanha nunca abandonara suas pretensões, foi, quando ficou conhecido, aceito com entusiasmo pelos holandeses. Conforme já lembramos anteriormente, em 9 de setembro de 1758, o governador holandês do Essequibo e de Demerara, Storm van's Gravesande, o recomendava aos diretores da Companhia das Índias[93], e todos os cartógrafos dos Países Baixos o consagraram em seguida: Van Becheyck (1759), Isaac Tirion (1767), Bouchenroeder (1798). Ele foi

---

[92] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 374. Nesse ponto, Joaquim Nabuco está seguindo, quase que literalmente, a linha argumentativa desenvolvida por Rio Branco na primeira parte de sua memória. Vide nota anterior.

[93] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 375; "Que Vos Seigneuries veuillent bien examiner la carte de cette contrée, dressée par M. D'Anville avec le plus grand soin, et elles verront clairement que c'est un fait. Nos frontières, elles aussi, sont accusées d'une façon qui prouve que le compilateur était fort bien renseigné"; "Le Directeur général, Essequibo, à la Compagnie des Indes Occidentales, 9 de setembro de 1758". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo III (Documentos de origem holandesa), documento nº 27, p. 126. Rio Branco transcreve o mesmo documento, com pequenas variantes, na p. 3 de sua memória. RIO BRANCO. "Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique". *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, [1897] 1945. p. 3

também aceito, de certo modo, não somente pelos mapas franceses e alemães de Bonne (1771-1785), de Janvier (1784), de Lapie (1812) e de Humboldt (1826), mais ainda por aqueles publicados na Inglaterra por Bolton (1755), Rocque (1762), Sayer (1775), De la Rochette (1776), Kitchin (1778-1794), Dilly e Robinson (1785), Stackhouse (1785) e Harrison (1791).

Quando os cartógrafos se afastavam dos modelos de d'Anville ou de Juan de la Cruz, era para seguir a linha do *divortium aquarum,* ou então, o curso do Rupununi com as bacias do Tacutu e do Maú, como fronteira entre as Guianas Holandesa e Portuguesa.

De 1749 até 1840, só existe um único mapa reivindicando para os holandeses a região em litígio, o de Heneman[94], um alemão a serviço da Holanda. Algumas dúvidas, porém, existem em relação a esse mapa. Inicialmente, nada é menos certo que sua data. A Inglaterra ora o apresentou como sendo de 1770, no seu litígio com a Venezuela, ora de 1801, no seu litígio com o Brasil[95]. Além disso, e o que era mais importante para o Brasil, esse mapa jamais foi publicado; e Heneman é autor de outro mapa, no qual adota como demarcação a linha d'Anville.[96]

Destarte, concluiu o advogado brasileiro, seguindo muito de perto a memória de Rio Branco, pode-se dizer que cartografia se pronuncia, unanimemente, em favor do Brasil[97].

---

[94] NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903, p. 376.

[95] *Memória inglesa*, pp. 167 e 168.

[96] "É inútil investigar a data exacta d'esse manuscripto. Outro do mesmo engenheiro ["Esboço do mappa das colonias do Rio Demerara e do Rio Essequibo, como também da chamada colônia do Rio Pomeroon, junto com uma parte da colônia do Rio Berbice"] dá a linha d'Anville, em parte somente, porém na mesma direção, o que, se ela fosse prolongada, daria o mesmo traçado, e é portanto o reconhecimento d'elle. Basta-nos dizer que não é uma carta de limites com Portugal, porém sómente com a Hespanha. O titulo diz: 'Esboço de mappa dos Limites entre a Real Guyana Hespanhola e a Guyana Hollandeza no continente da America do Sul'[...]. O mapa perde assim toda a importância pelo excesso da pretensão no interior da Guyana Hespanhola. A linha que atravessa o território brasileiro é apenas uma saída. A base é a linha que corta a Guyana Hespanhola da costa até às cabeceiras do chamado Palma. Trace-se a mesma linha, que corre para sudoeste, sobre a carta de d'Anville de 1760, isto é, até as cabeceiras n'esta carta do rio Pararuma, e ter-se-há a explicação do mapa: o traçado teve por fim abranger, se acaso existisse, o Lago Parima, da edição de d'Anville de 1760, quando as explorações hespanhollas, como vimos, davam novo e dobrado prestigio àquella lenda" (NABUCO, Joaquim. *Primeira memória brasileira* — 1903. pp. 376 e 377).

[97] Repita-se, nesse ponto, assim como em vários outros, o advogado brasileiro de 1903 seguiu, ainda que tenha desenvolvido mais o argumento, as marcas traçadas pelo Barão do Rio Branco em sua memória.

III. A estrutura da memória de Rio Branco sobre a questão de limites com a Guiana Inglesa

Como já foi anteriormente lembrado, em 1897, o Barão do Rio Branco, então encarregado pelo governo brasileiro para estudar o conflito territorial existente entre o Brasil e a França, na região da Guiana Francesa, remeteu a João Arthur Souza Corrêa, o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos do Brasil junto ao governo de sua majestade britânica, um acurado e erudito estudo sobre a questão de limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa.

O trabalho, denominado pelo seu autor de *Mémoire sur la Question des Limites entre Les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique,* graças a seus óbvios méritos, teve uma sorte singular na historiografia brasileira. Ganhou ares de estudo definitivo, além do qual nada de novo seria possível ser apurado. Por conseguinte, tornou-se a fonte primária por excelência de todos os que viriam, no futuro, a escrever sobre o litígio territorial entre o Brasil e a Guiana Inglesa. A profundidade do estudo de Rio Branco, a fluidez de sua argumentação, bem como a quantidade e variedade dos documentos citados, pode levar qualquer leitor à certeza de que nada, nenhum ângulo, nem nenhum fato escapou.

No entanto, existem algumas premissas que hoje, nos primeiros anos do século XXI, precisamos levar em consideração ao lê-lo. Afinal, trata-se de um texto redigido nos últimos anos do século XIX.

Primeira premissa: as citadas memórias foram redigidas originalmente em 1897, alguns anos antes, portanto, do fim da questão territorial entre o Brasil e a Inglaterra, cujo desfecho somente se daria em 1904. Por conseguinte, nela não há qualquer referência à opção pela arbitragem; à movimentada e controversa escolha do árbitro, cheia de idas e vindas; à porfia política que foi a escolha do advogado brasileiro, Joaquim Nabuco; nem à arbitragem em si. Nas memórias de Rio Branco, nada encontramos sobre o tom "burocrático" dado pela administração inglesa à contenda. Nelas também nada existe sobre a confecção e entrega ao árbitro das três memórias de Joaquim Nabuco, muito menos sobre o melancólico final da questão, com uma sentença arbitral tida pela imprensa brasileira como pífia, e que levantou a sua indignação.

Assim, a mera leitura da memória que Rio Branco escreveu sobre

a questão fronteiriça com a Guiana Inglesa não permite apreender, integralmente, a questão, pois lhe falta referência a toda uma enorme gama de importantes acontecimentos que lhe são posteriores.

A segunda premissa a ter em mente é que a memória foi escrita em um momento no qual litígio estava no seu auge, ainda longe de ser resolvido. Assim sendo, há vários documentos cujo acesso era vetado ao Barão do Rio Branco.

Devemos lembrar que as mais remotas origens do litígio estão em 1829 — quando, pela primeira vez, a Sociedade da Igreja Missionária (*Church Missionary Society*) aventou a possibilidade de abrir uma missão religiosa protestante junto aos índios macuxis — portanto bem antes das viagens de Schomburgk pela região. Todos os documentos referentes a essa missão, alguns com viés pró-Brasil, eram, como seria natural, de acesso restrito. Em 1897, Rio Branco não os conhecia, nem os poderia consultar.

O mesmo deve ser dito quanto à ocupação militar inglesa da região do Pirara, em 1842, que precedeu imediatamente a neutralização da área. A diplomacia brasileira sempre considerou a retirada das tropas inglesas da região uma vitória diplomática do então ministro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, o futuro visconde de Sepetiba, e, por conseguinte, do Brasil. No entanto, o que os arquivos ingleses nos revelam é que a manutenção das tropas de ocupação estava muito difícil. Corriam muitos boatos entre os ingleses de que os brasileiros logo chegariam em grande número e esmagariam, militarmente, as tropas de sua majestade britânica. Esse estado de espírito explica a rapidez com que os ingleses aceitaram a oferta da neutralização da área.

Esses são exemplos de importantes dados aos quais Rio Branco não teve acesso quando da redação de sua memória.

A terceira premissa que os leitores têm de ter em mente já foi anteriormente lembrada. Trata-se do fato de que o texto da memória foi escrito quando o barão estava empenhado na solução da nossa contenda fronteiriça com a França, também na região das Guianas.

Em outros termos, Rio Branco, envolvido no estudo do nosso litígio com a França, vislumbrou a possibilidade de ter a Inglaterra e a Holanda — ambas possuidoras de colônias na região da Guiana —, como nossas aliadas, pois certamente não aceitariam ver a França crescer sobremaneira suas possessões na região, principalmente porque

a pretensão máxima francesa significaria vê-la abraçar, pela parte sul, as colônias holandesa e inglesa. Para conseguir seu objetivo, Rio Branco concebeu uma solução rápida do litígio existente com a Guiana Inglesa, o que significaria a adoção de uma transação. As partes conviriam em abrir mão de parte de suas reivindicações em prol de um equilíbrio. Foi justamente para apoiar essa possível transação que Rio Branco escreveu sua memória.

Ou seja, a memória nada mais era do que a justificativa de determinada proposta de partilha da região contestada. Ela era, simultaneamente, a apresentação e a defesa de uma tese de entendimento direto entre as partes. Sob esse ponto de vista, era, como não poderia deixar de ser, parcial, pró-Brasil. Ela apresentava o problema sob o ângulo de vista brasileiro e procurava demonstrar, de maneira convincente e definitiva, que o país estava fazendo um esforço em abrir mão de parte de suas reivindicações territoriais legítimas em prol de um entendimento satisfatório.

A quarta premissa, também já recordada, é a de que o leitor crítico deve ter consciência de que na confecção da memória o barão não buscava, de forma alguma, a originalidade. O barão aproveitou a linha de raciocínio anteriormente desbravada pela diplomacia brasileira durante o Império.

Por fim, um quinto aspecto merece ainda ser mencionado. A natureza da questão do rio Pirara é distinta das duas outras questões territoriais que Rio Branco patrocinou naqueles idos. Tanto a questão de Palmas, com a Argentina, quanto a questão do Amapá, com a França, eram, em última análise, questões histórico-geográficas. Nestas duas últimas contendas, o Brasil divergia, com relação aos seus adversários, sobre a identificação histórica de determinados cursos d'água que haviam sido, no período colonial, escolhidos para serem a fronteira natural do Brasil com seus vizinhos. O problema estava na identificação dos rios citados nos documentos de época.

Já na questão do rio Pirara, a contenda era eminentemente jurídica. Tratava-se de saber quem poderia, legitimamente, se declarar proprietário do território disputado. Os portugueses, ao longo dos séculos XVII e XVIII subiram os rios Amazonas, Negro e Branco, alcançando as cabeceiras dos afluentes deste último, dentre os quais constava o rio Pirara. Mais ou menos na mesma época, os holandeses

— então únicos donos das atuais Guianas, predecessores imediatos dos franceses e ingleses na região — subindo pelos rios Essequibo e Rupununi também chegaram à região. Nenhum dos dois povos chegou a se instalar no local, mas deixaram marcas de suas passagens. A controvérsia era: qual das duas nações, dentro da ótica do Direito Internacional Público vigente nos séculos XVI, XVII ou XVIII, havia preenchido os requisitos jurídicos necessários para poder se declarar dona da região pelo instituto da *occupatio*, o único meio de aquisição da propriedade da *res nullius* — a coisa de ninguém.

A discussão de ambas as partes foi no sentido de que chegaram antes e ocuparam efetivamente — em termos jurídicos — a região. A própria sentença arbitral, que dividiu o território entre os litigantes, declarou em seu exórdio que nenhuma das partes havia logrado provar a efetiva ocupação de toda a área disputada, por isso a dividia. O problema é que a sentença arbitral recorreu a conceitos jurídicos firmados no século XIX para a partição da África e não aos do Direito Internacional Público do período colonial.

A natureza eminentemente jurídica da disputa, em que as partes procuravam provar a ocupação prévia do território, em contraste com as outras questões territoriais mantidas pelo Brasil, deve ser sempre levada em consideração quando da leitura de documentos referentes à questão do rio Pirara.

Quanto à estrutura da *Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique* propriamente dita, Rio Branco a concebeu dividindo-a em três partes:

I — *Exposé préliminaire*, que se subdivide em 13 itens;

II — *Examen dês arguments présentés au nom du gouvernement britannique,* que possui 12 itens; e

III — *Le territoire contesté et les différentes lignes de délimitation*, cujo conteúdo foi partido em 4 itens.

Na exposição preliminar, Rio Branco, partindo da análise de mapas do século XVII e XVIII das colônias holandesas do Essequibo, Demerara e Berbice, descreve a construção de suas fronteiras ocidentais e meridionais; como os governadores neerlandeses exultaram com a cartografia da época, pois davam à possessão holandesa na América do Sul, nos seus confins oeste e sul, o contorno que almejavam; como os ingleses, senhores da região após 1803, em um primeiro momento

respeitavam os limites tacitamente acordados entre a Holanda e Portugal. Rio Branco também lembra que, pelo menos até 1840, a cartografia inglesa da região, ainda que alargando as fronteiras da colônia, colocava todo o território que mais tarde seria objeto de litígio dentro do Brasil.

Em seguida, Rio Branco aborda as viagens de Schomburgk pela região do rio e do lago Pirara. Descreve também como ele muda de ideia acerca dos limites da colônia, já que durante suas duas primeiras viagens, em seus relatórios enviados à Londres, reconhecia estar o lago Pirara em território brasileiro, mudando de aviso apenas na sua terceira passagem pela região. Segundo a descrição dos eventos apresentada na exposição preliminar, para consolidar a posse inglesa do lago Pirara, Schomburgk teria convencido os indígenas da região a convidarem o reverendo Thomás Youd, "que então dirigia a missão religiosa de ponta Bartica" para vir habitar e fundar nova missão religiosa às margens do lago Pirara, o que efetivamente aconteceria em 1838. Naqueles anos, a insurreição da Cabanagem grassava por toda a Amazônia, o que havia levado à interrupção "temporária" das regulares visitas ao lago Pirara por parte das tropas de fronteira brasileiras.

A partir daquele ponto, a narrativa segue as diversas idas e vindas que permearam o surgimento e desenvolvimento da questão. Passa pela neutralização da área, pelas tratativas diplomáticas, desenvolvidas no Brasil e na Inglaterra, e termina com a interrupção das negociações em 1843.

A segunda parte da memória é dedicada ao estudo e à refutação das alegações e razões inglesas para o domínio da região contestada.

Rio Branco inicia esta parte de sua exposição lembrando que "os agentes do governo britânico puderam constatar várias vezes, entre os anos de 1811 e 1842, que o Brasil estava na posse do lago Pirara e do istmo formado pelos rios Tacutu, Maú e Rupununi. A situação do Brasil era, pois, aquela do possuidor *bona fide*; e a da Inglaterra a de demandante".

Em seguida, o barão, após invocar a Jurisprudência internacional da época, segundo a qual "Cabe ao demandante provar seu direito"[98],

[98] VATTEL, Emer de. *"C'est au demandeur de prouver son droit"* apud RIO BRANCO. "Mémoire sur la Question des Limites entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique". *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Imprensa Nacional, [1897] 1945. pp. 42 e 57.

declara que os únicos documentos existentes que expõem as razões da Inglaterra são praticamente "uma cópia quase que textual de várias passagens do *memorandum* endereçado por Schomburgk ao governador [da Guiana Inglesa] Light, em 1º de julho de 1839"[99], salvo alguns outros poucos pontos. Dito isso, passa a dissecar os argumentos levantados por Schomburgk no citado *memorandum*, refutando-os um por um[100].

Os poucos argumentos que não seriam da lavra original de Schomburgk também foram citados, e igualmente submetidos à análise e refutação (itens VII, X e XI).

Por fim, na terceira e derradeira parte de sua memória, Rio Branco relembra as diversas tentativas feitas de acordo direto entre as partes, com as diferentes ofertas de partilha da região ao longo do tempo. Rio Branco vai desde a sugestão de partilha apresentada por lorde Aberdeen, em 15 de novembro de 1843, até a que foi oferta por Francis Bertie, em nome do lorde Salisbury, em 22 de abril de 1897 (ano em que o barão redigiu sua memória).

A lembrança dessas diversas tentativas de conciliação é encaminhada no sentido de deixar claro no espírito do leitor que a proposta brasileira de partir a região pelo *divortium aquarum,* apresentada ao governo inglês em 15 de março de 1897, representa não apenas uma grande concessão por parte do Brasil, mas seria, no caso da partição da área, a mais justa das propostas e a mais condizente com o Direito Internacional Público.

[99] "Tout ce que contient ce documenta au sujet de la question des limites est une copie presque textuelle de plusieurs passages du Mémorandum, dont il a été parlé plus haut, adressé par Schomburgk au Gouverneur Light le 1er juillet 1839."

[100] Joaquim Nabuco publicou o documento de Roberto Schomburgk em sua versão em francês: "Memorandum de Roberto Hermann Schomburgk ao Governador Light, 1º de julho de 1839". In: NABUCO, Joaquim. *Segunda memória brasileira* — 1903. Anexo I (Documentos diversos), série I, documento nº 24, pp. 60 e 61.

MEMÓRIA SOBRE A QUESTÃO DOS LIMITES ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A GUIANA INGLESA*

*TRADUÇÃO DO ORIGINAL FRANCÊS
MARLENE S. F. MENDONÇA

Primeira parte
Introdução

I

Antes de 1802, o limite meridional das colônias holandesas de Essequibo, Demerara e Berbice era determinado pelas serras de Pacaraima e por uma linha traçada do noroeste ao sudeste a partir do monte e do rio Anaí. Essa delimitação holandesa deixava ao Brasil, além dos territórios da bacia do rio Branco, as duas margens do Rupunauini ou Rupununi, desde sua nascente até a confluência com o Anaí, a leste do lugar onde o Rupununi, formando um cotovelo, muda de direção. O Tacutu, com o Cotingo, e o Maú e seus afluentes, bem como o Pirara, tributário deste último, e o lago Amacu ou Pirara, se encontravam assim, no território do Brasil, fora da fronteira holandesa. É isto que se vê em vários mapas do século XVIII, entre os quais o *Amérique Méridionale*, de d'Anville, publicado em Paris, em 1748[1] e reimpresso em Londres, por Bolton, R. Sayer, e também nos de outros geógrafos ingleses, em 1755, 1775, 1787 e 1794.

Fronteira meridional das colônias holandesas de Essequibo, Demerara e Berbice.

Nem as serras de Pacaraima nem o córrego Anaí estão representados no mapa de d'Anville, mas a fronteira entre a nascente do Mazaruni e o

[1] *Amérique Méridionale, publieé sous les auspices de mgr. Le duc d'Orleans, Premier Prince du Sang, par le sr.* d'Anville, *MDCCXLVIII*.

cotovelo do Rupununi acompanha nitidamente a linha divisora de águas situada nestas serras, pois as nascentes do Mazaruni e do Siparuni (Sibaroma) se encontram imediatamente ao norte da fronteira, e os afluentes do rio Branco, ao sul.

Mapas geográficos do século XVIII.

Uma carta de Laurens Storm van's Gravezande anunciando, em 1749, a descoberta do famoso lago de Parima no território da colônia de Essequibo[2], poderia talvez levar a crer que a Holanda pretendia nessa época ter limites mais meridionais que os que acabam de ser indicados; mas todos os que conhecem os trabalhos de Humboldt sobre a história geográfica da Guiana sabem que, do século XVI ao XVII, o mito do Eldorado teve diferentes localizações e, por outro lado, um esboço ilustrativo anexado à carta de van's Gravezande[3] torna impossível qualquer confusão. O Parima de que se falava não era o Amacu ou Pirara, mas sim um lago imaginário, que dava origem ao "Cajouiny" (Cuiuni) e ao "Masserony" (Mazaruni), afluentes do Essequibo, e que ficava situado ao norte das serras de Pacaraima.

D'Anville traçou as fronteiras da Guiana Holandesa segundo as indicações oficiais localizadas na Holanda. Um fac-símile da parte guianense de seu mapa acaba de ser apresentado pelo governo de sua majestade britânica como documento favorável às suas reclamações contra a Venezuela [4]. Com efeito, mesmo tendo sido o mapa obra de um francês, ele foi plenamente aprovado pelas autoridades coloniais e pelos Estados-Gerais da Holanda.

Storm van's Gravezande, que já era governador-geral do Essequibo e Demerara, escrevia dessa última colônia, em 9 de setembro de 1758, aos diretores da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais:

---

2 " [...] Agora, enfim, este famoso mar de Parima, sobre o qual se escreveu tanto, contra e a favor, que alguns diziam existir e que outros consideravam uma fábula, acaba de ser buscado e descoberto e se encontra mesmo, *segundo o mapa*, dentro das nossas fronteiras [...] " (Carta de 20 de novembro de 1749*,* documento nº 89, p. 92*,* do *Livro Azul*, Venezuela nº 3, C.-8106, Documentos adicionais relativos à questão de limites entre a Guiana Inglesa e a Venezuela, julho de 1896).

3 Mapa 5: "Mapa desenhado pelo governador Storm van´s Gravezande, 1749". "Rios Essequebe e Demerary", no *Livro Azul*, Venezuela nº 1, C.-7972-1, apêndice III, março de 1896

4 Mapa 4: "Extraído de um mapa intitulado 'América Meridional', pelo senhor d'Anville, 1748 [...]", no *Livro Azul* citado, C. -7972-1, 1896, apêndice nº III.
Na "Declaração preliminar"*,* no início desse *Livro Azul,* lê-se a seguinte passagem (p. 41): "O mapa de d'Anville foi adotado não só por Sobreviela, mas também por outros geógrafos da Espanha, da Grã-Bretanha e de outros países."

O mapa de d'Anville (1748) aprovado pelas autoridades holandesas.

> [...] Se vossas senhorias se dignarem lançar um olhar *ao mapa desse país, desenhado com o maior cuidado por* d'Anville, verão claramente que isto é verdadeiro. *O traçado dos nossos limites também mostra que o compilador estava muito bem-informado*[5].

Em outra carta, datada do rio Essequibo em 2 de maio de 1760, ele dizia:

> Mesmo que vossas senhorias já tenham certamente recebido *o mapa elaborado por* d'Anville, *eu copiei*, para tornar as coisas mais claras, *a parte desse mapa que representa nossas possessões* e nele representei, com a precisão possível, os postos estabelecidos na plantação de Duynenburg que pertence a vossas senhorias, situada em parte no Masseroeny e em parte no Cajoeny. Em Cajoeny, marquei as plantações de café e de índigo de vossas senhorias, a residência dos crioulos meio libertos [...] Blauwenberg, o posto que foi saqueado, e os três outros postos de vossas senhorias, no Maroco, em Maykouny e em Arinda, no alto Essequibo. *Tenho a honra de lhes enviar esta cópia nesta mesma mensagem*[6].

Na *Remonstrance* dos representantes do príncipe de Orange e dos diretores da Companhia, lida em 2 de agosto de 1769 nos Estados-Gerais das Províncias Unidas da Holanda e aprovada nessa sessão para ser apresentada ao governo espanhol pelo ministro holandês em Madri, há esta passagem: "[...] como se poderia ver pelos mapas geográficos destas regiões e particularmente pelo de d'Anville, que era um dos mais considerados por sua exatidão"[7].

Esse mapa foi, portanto, apresentado oficialmente duas vezes como peça que estabelecia os limites exatos das possessões holandesas na Guiana no século XVIII: em 1769, pelo governo holandês, contra as pretensões espanholas; e em 1896, pelo governo de sua majestade britânica contra as reinvidicações da Venezuela.

Encontram-se as mesmas linhas fronteiriças nos seguintes mapas:

---

5 Carta escrita do "Rio Demerara", documento nº 132, pp. 109-110, do *LivroAzul*, Venezuela nº 3, C.-5196, julho de 1896.

6 Documento nº 140 no *Livro Azul* citado, C.-8106, p. 114.

7 *Livro Azul*, Venezuela nº 1, C.-7972, (1896): "Documentos e Correspondência relativos à questão de limites entre a Guiana Inglesa e a Venezuela", p. 110, *in fine.*

Mapas de van Bercheyck e de Isaac Tirion (1759, 1767, 1770).

a) Caerte van de rivier Demerary van ouds Immenary gelegen op Suyd Americaes Noordkust (1759). (*Mapa do rio Demerara, antigo Imenara, situado na costa setentrional da América do Sul*. — Ver fac-símile nº 1), por Laurens Lodewijck van Bercheyck. O autor, que era empregado da Companhia em Demerara e cunhado de L. Storm van's Gravezande, ocupou em seguida (1761-1764) o posto de governador da colônia.

Mapas de Hartsinck e von Bouchenroeder (1770 e 1798).

b) Kaart van geheel Guajana of de Wilden-Kust... te Amsterdam bij Is. Tirion. (*Mapa de toda Guiana ou Costa Selvagem... a Amsterdam*, por Isaac Tirion. — Ver o fac-símile nº 2), publicado em 1767 e 1770[8].

Nem o mapa de Hartsinck, lançado em 1770, nem o texto de seu livro, indicam qualquer traçado de fronteira na região objeto do atual litígio; mas as linhas desenhadas por d'Anville, aprovadas pelas autoridades coloniais holandesas, pelos diretores da Companhia das Índias Ocidentais e pelos Estados-Gerais das Províncias Unidas, representavam nitidamente a pretensão máxima da Holanda, pois os outros mapas holandeses do século XVIII não descrevem tão longe quanto o de d'Anville, Bercheyck e Tirion, na direção sul, o território das colônias de Essequibo e Demerara. É suficiente citar o mapa de 1798 do major F. von Bouchenroeder, que para na confluência do Rupununi e do Essequibo[9].

Portugal, que havia tomado posse da bacia do rio Branco desde o século XVII, enviou em 1781[10], o capitão de fragata Antonio Pires da Silva Pontes e o capitão engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, membros da Comissão de Limites, para explorar a região vizinha à colônia de Essequibo e estudar as linhas fronteiriças que poderiam ser propostas ou aceitas. Estes exploradores consideraram o

---

8 No tomo II de *Hedendaagsche Historie, of tegenwoordige staat van Amerika*, Amsterdam, 1767; e no Atlas de Isaac Tirion, Amsterdam, 1770.

9 "Carte Générale et Particulière de la colonie d'Essequebe et Demerarie située dans la Guyane en Amérique, redigée et dediée au Comite des colonies et possessions de la République Batave en Amérique et à la côte de Guinée", pelo major F. von Bouchenroeder, 1798. Fac-símile (Map 7) no *Livro Azul*, Venezuela nº 1, C. -7972-1 (1896), apêndice nº III.

10 Instruções de 26 de dezembro de 1780 do general João Pereira Caldas, chefe da comissão portuguesa de delimitação.

Portugal adota em 1783 as fronteiras que a Holanda se atribuíra.

Rupununi como o braço principal do Essequibo e como seu afluente o braço oriental, conhecido sob o nome indígena de Sipó pelos portugueses de São Joaquim, que já o haviam inspecionado[11]. Eles aconselharam a adoção da linha do divisor de águas como fronteira das possessões da Espanha e da Holanda. Mas dois anos depois, em 1783, Silva Pontes, mais bem-informado, mudou de opinião e se pronunciou pelas fronteiras da pretensão holandesa, ou seja, *as serras de Pacaraima e uma linha traçada do monte Anaí em direção ao sudeste*, linha que, começando na margem direita do Rupununi, atravessava o Sipó ou alto Essequibo, e ia terminar na serra de Tumucumaque perto da nascente do Courantine[12].

O governo de sua majestade britânica conhece essa linha NO-SE pretendida por Portugal desde 1783, pois ela está indicada em um mapa brasileiro que lhe foi transmitido e que o *Foreign Office* fez reproduzir em Londres[13].

Nunca houve tratado de limites entre Portugal e Holanda, mas suas possessões na América se encontravam de fato delimitadas desde o século XVIII nessa região, pois Portugal adotava as linhas fronteiriças que a Holanda se atribuíra.

Um documento holandês de 1759 – Resposta.

A Guiana Inglesa só poderia opor à delimitação indicada um trecho da Representação (*Remonstrance*) de 1759, dos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, contra a invasão do alto Cuiuni pelos espanhóis. Era o único documento que poderia indicar as pretensões por parte da Holanda à bacia do Essequibo por inteiro, mas deve-se observar que

---

[11] "[...] *Rio Rupununi*, que deságua para o oceano sobre a costa do Suriname, e, depois que recebe em si o rio *Cypó* ou *Cybhú*, toma o nome de *Excequebe*" (relatório de Almeida Serra e Silva em 19 de julho de 1781).
Schomburgk encontrou em dezembro de 1837 esse nome indígena de "Sipú" quando, sem autorização do governo britânico, apossou-se das cabeceiras do Essequibo."Os tarumas", disse, "chamam o alto Essequibo de 'Coatang Kityou', os macuxis e os caraíbas, de 'Sipu'" (SCHOMBURGK. *A description of British Guiana*. Londres, 1840. p. 11). Coudreau mais recentemente, em 1884, ainda encontrou este nome "Sipó-uá" (rio Sipó) — que escreve Tchipe-ouá (COUDREAU. *Voyage à travers les Guyanes et l'Amazonie*. Paris, 1887. p.347-348).

[12] Ver esta linha em *Carte des frontières entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britanique*, anexada à presente memória.

[13] Título da reprodução inglesa: *Geographical map of the contested territory between the Empire of Brazil and British Guiana* [...]. A linha em questão traz esta legenda: "Boundary of Portuguese Guiana in 1783 according to dr. Pontes plant".

ele visava principalmente ao Cuiuni e aos rios do noroeste, vizinhos dos estabelecimentos espanhóis; e, mesmo que interpretado em um sentido mais amplo, não contraria de maneira alguma a proposta brasileira de 15 de março de 1897[14]. A declaração vagamente feita pelos diretores da Companhia a respeito da bacia do Essequibo não tem, no entanto, nenhum valor no que se refere aos territórios do sul e do sudoeste, primeiro porque os holandeses nunca estiveram no curso superior do Sipó ou alto Essequibo e jamais ocuparam as margens do Rupununi e, depois, porque documentos já citados, posteriores àquele, — mapa de van Bercheyck (1759); relatório de van's Gravezande (2 de maio de 1760); mapas de Tirion (1767 e 1770) e as representações do príncipe de Orange e da Companhia, aprovadas em 2 de agosto de 1769 pelos Estados-Gerais — mantêm, todos eles, as linhas fronteiriças traçadas por d'Anville em seu mapa de 1748.

[14] Estas são as passagens essenciais da *Remonstrance* em questão, segundo um resumo que se encontra em um relatório da sessão de terça-feira, 31 de julho de 1759, dos Estados-Gerais das Províncias Unidas dos Países-Baixos:
Feita a leitura, na sessão da queixa dos diretores da Câmara de Zelândia da Companhia das Índias Ocidentais, em nome da companhia em geral e em particular em nome dessa câmara, à qual pertencem a direção e o cuidado da colônia do rio Essequibo e dos rios que dele dependem, estabelecendo: Que os queixosos estavam desde tempos imemoriais na posse tranquila não somente do rio Essequibo, mas de todas as suas ramificações e de todos os seus tributários, principalmente da ramificação mais setentrional denominada Cajoeni; que em virtude dessa posse os queixosos sempre consideraram o supracitado rio Cajoeni como domínio dessa república e, em consequência, construíram em uma de suas margens o que se chama um posto, isto é, uma cabana em madeira, que faziam guardar como várias outras da companhia, por um guarda, um ajudante de guarda e alguns escravos; que, consequentemente, foi com grande surpresa que os queixosos souberam pelo diretor-geral da supracitada colônia, Laurens Storm van's Gravezande, que uma tropa espanhola de aproximadamente cem homens, vinda do Orenoco perto do fim de agosto de 1758, havia atacado, retirado e queimado este posto [...] (Traduzido da tradução inglesa, documento nº 136, p. 14, do *Livro Azul*, Venezuela nº 3, 1896).

II

As colônias de Essequibo, Demerara e Berbice, tomadas em 1781 pela Inglaterra, e em 1782 pela França, foram restituídas à Holanda no ano seguinte.

Mapa de Ed. Thompson (1783)

Um mapa especial das Guianas, elaborado pelo capitão Edward Thompson, governador inglês destas três colônias em 1781, desenhado por De la Rochette em 1783, e publicado em Londres por William Faden, geógrafo do rei, mostra claramente que, durante a ocupação da Guiana Holandesa, os ingleses puderam verificar que as pretensões da Holanda sobre o Essequibo não ultrapassavam, na direção sul, a linha do 4ºN. O mapa atribui à Espanha tudo o que se encontra ao sul de aproximadamente 4°30'N, porque nessa latitude aí se via a seguinte inscrição:

> Nova Andaluzia ou Província da Guiana, de acordo com a moderna divisão dos espanhóis, que se estende desde o rio Orenoco até a baía de Vicente Pinzón, ao longo dos estabelecimentos franceses e holandeses do interior.

Um fac-símile desse mapa (Mapa nº 6) encontra-se no *Livro Azul*, Venezuela nº 3 (1896), apêndice III[15].

Tratado de Amiens 1802).

Em 1796, os estabelecimentos de Essequibo, Demerara e Berbice caíram novamente nas mãos dos ingleses, que os conservaram até a paz de Amiens, assinada em 25 e 27 de março de 1802, pelos plenipotenciários da Grã-Bretanha de um lado, e pela França, Holanda (República Batava) e Espanha do outro.

A restituição das colônias holandesas foi estipulada nos seguintes termos:

---

[15] "A costa da Guiana desde o Orenoco até o rio Amazonas e as regiões do interior até onde foram exploradas pelos engenheiros franceses e holandeses, com as ilhas de Tobago, Barbados, etc. A partir das observações do comandante Edward Thompson, feitas a bordo do navio Hienano ano de 1781, quando comandou nos rios Berbice, Essequibo e Demerara e governou essas colônias depois de sua conquista aos holandeses." Por I. S. De la Rochette, Londres, 1783. Gravada e publicada por William Faden, geógrafo do rei, Charing Cross, 16 de outubro de 1783.

A *declaração preliminar* sobre a "Questão de limites entre a Guiana Inglesa e a Venezuela", assim se exprime a respeito desse mapa: "Em 1781, os britânicos capturaram as colônias holandesas na Guiana [...]"(*Livro Azul*, Venezuela nº 1, C.-7972, p. 17). *Um mapa da colônia recém-adquirida foi rascunhado localmente*, e publicado em Londres em 1783.

> Artigo 3º — Sua majestade britânica restitui à República Francesa e a seus aliados, isto é: a sua majestade católica e à República Batava, todas as possessões e colônias que lhes pertenciam respectivamente, e que foram ocupadas ou conquistadas pelas forças inglesas durante a guerra, com exceção da ilha da Trindade e das possessões holandesas na ilha de Ceilão.

Fronteira meridional do Essequibo depois de 1802.

Entretanto, ao mesmo tempo, pelo artigo 7º, a Grã-Bretanha — negociando em nome de Portugal, seu aliado, que não estava representado no Congresso — consentia que a fronteira entre a Guiana Francesa e o Brasil fosse formada pelo Araguari e por uma linha reta partindo da nascente desse rio em direção ao oeste até o rio Branco. Era uma confirmação do Tratado de Badajoz (6 de junho de 1801) imposto a Portugal pela França. Como a nascente do Araguari encontrava-se a aproximadamente 2°30'N[16], a Holanda e a Inglaterra davam assim como *limite meridional* à Guiana Francesa, até o rio Branco, esse paralelo a 2°30' que passa ao norte da serra do Acaraí. O *limite setentrional* da Guiana Francesa não estava declarado no Tratado de Amiens, mas essa determinação da fronteira meridional francesa é suficiente para mostrar que a República Batava, representada em Amiens por um homem tão considerado como Roger Schimmelpenninck e signatário desse tratado, assim como a Espanha, representada por dom José Nicolas de Azara, atribuíam à França, sua aliada, não somente os territórios portugueses, mas toda a zona sul da Guiana Holandesa e o pretendido prolongamento da província espanhola de Nova Andaluzia na direção leste. Com efeito, os mapas franceses do começo deste século (XIX) empurravam a fronteira norte da Guiana Francesa para a bacia do Essequibo a cerca de 4°30' de latitude, ao norte da confluência do Rupununi e

[16] O Araguari foi explorado até sua nascente em 1798 pelo tenente-coronel Pedro Alexandrino de Souza, do exército português. Humboldt menciona essa exploração em sua *Voyage aux régions equinoxiales du Nouveau Continent*.:
"Eles [os portugueses] fizeram examinar cuidadosamente, pelo coronel de Souza, a latitude das cabeceiras desse último rio [o Araguari]; e o encontraram mais setentrional que sua embocadura, o que teria feito colocar a fronteira no paralelo do Calçoene [...]" (t. IX, p. 237).
"As nascentes do Araguari [Araouari], do Oiapoque, do Camopi e do Tamouri [afluentes do Oiapoque] são muito próximas, a 2°30 e 55°10' de longitude [...]" (t. X, p. 157).
A embocadura do Calçoene encontra-se a 2°37'41''N.
A latitude da nascente do Araguari era portanto aproximadamente conhecida, na data da assinatura dos tratados de Badajoz (1801) e de Amiens (1802).

do Essequibo[17]. Um mapa inglês muito respeitado, *Colombia Prima*, publicado em 1807 pelo geógrafo William Faden[18], também reduzia em muito, beneficiando a França, as possessões holandesas. No vale do Essequibo, estas possessões se interrompiam, de acordo com William Faden, nas montanhas Nauw Arucu, ao norte do afluente Amu, isto é, nas montanhas Akaivanna e no rio Akaivanna, quase a 5°N. Além disso, Faden faz esta declaração: — "A Guiana Holandesa foi corrigida a partir de um mapa da colônia do Suriname, levantada topograficamente por ordem do governador von Bottenberg, MS". (manuscrito) "e a partir do mapa editado de Berbice, de Demerara e Essequibo, levantado por Bouchenroeder"[19].

Mapa de W. Faden (1807).

O artigo 7º do Tratado de Amiens bem prova que o governo holandês, em 1802, não colocava mais as fronteiras de suas colônias na Guiana tão longe, em direção ao sul, quanto supunha o governo de sua majestade britânica. Houve, nesse tratado, uma cessão de direitos ou de pretensões implicitamente feitas pela Holanda e Espanha em benefício da França, sua aliada, cessão que a terceira República Francesa parece não considerar invalidada pelos acontecimentos e tratados posteriores, visto que ela agora também reclama dos Estados Unidos do Brasil, como *limite meridional* da Guiana Francesa, uma linha partindo da nascente principal do Araguari e continuando na direção oeste paralelamente ao Amazonas, até seu encontro com a margem esquerda do rio Branco. Esta pretendida linha de fronteira com o Brasil naturalmente supõe outra, mais ou menos paralela, e *setentrional*, devendo separar da Guiana Inglesa o território reclamado pela França.

---

[17] Entre estes mapas, pode-se citar: "A map of South America". Mapa da América Meridional traçado por P. Lapie, engenheiro-geógrafo, diretor do Gabinete Topográfico de sua majestade. Paris, 1814; e "Mapa gravado em cobre da América Meridional", dedicado e apresentado a monsieur (irmão gêmeo do rei da França) por H. Brúe, engenheiro-geógrafo de sua alteza real [...]. Paris, 1816.

[18] "Colombia Prima da América do Sul" [...] condensado e desenhado pelo falecido eminente e erudito geógrafo Louis-Stanislas d'Arcy De la Rochette, Londres, publicado por Willian Faden, geógrafo de sua alteza real o príncipe de Gales, 4 de junho de 1807. Existe sobre esse mapa uma redução "publicada por James Wild (sucessor de W. Faden), geógrafo de sua majestade [...]", Londres, 1824.

[19] "Abraham Jacob van Imbijze van Batenburg (e não Bottenberg) foi governador de Berbice por três vezes: a primeira vez de 1789 a 1794; a segunda e a terceira vez de 1796 a 1802 e de 1803 a 1806, durante as duas ocupações inglesas que precederam a aquisição definitiva da colônia pela Grã-Bretanha" (NETSCHER. *Geschiedenis van de Koloniën Essequebe, Demerary en Berbice*. Haia, 1888. p. 331).

Conquista da Guiana Holandesa pela Grã-Bretanha (1803)

Quando a guerra eclodiu novamente em 1803, a Inglaterra se apoderou da Guiana Holandesa e, a partir dessa data, reteve definitivamente, por direito de conquista as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice.

Convenção de Londres (1814).

Após a paz geral, uma convenção foi assinada em Londres em 13 de agosto de 1814 pela Grã-Bretanha e a Holanda. Ela contém esta estipulação:

> Artigo 1º — Sua majestade britânica compromete-se a restituir ao príncipe soberano das Províncias Unidas dos Países Baixos, em um prazo que será fixado posteriormente, as colônias, postos de trocas e estabelecimentos que estavam na posse da Holanda no começo da última guerra, ou seja, em 1º de janeiro de 1803, nos mares e continentes da América, da África e da Ásia, com exceção do cabo da Boa Esperança e dos *estabelecimentos de Demerara, Essequibo e Berbi*ce, cuja posse as Altas Partes Contratantes se reservam o direito de dispor por uma convenção suplementar, que será negociada posteriormente de acordo com os interesses das duas partes, e em particular pelo relatório das estipulações contidas nos artigos 6º e 9º do Tratado de Paz concluído entre sua majestade britânica e sua majestade cristianíssima em 30 de maio de 1814.

Os artigos adicionais que compõem a convenção suplementar assinada no mesmo dia em Londres não determinam os limites das colônias cedidas pela Holanda à Grã-Bretanha.

III

No momento da conquista dessas colônias pela Inglaterra, em 1803, os estabelecimentos holandeses só ocupavam uma faixa estreita do litoral, que compreendia apenas o curso inferior dos rios que se lançam sobre essa parte da costa. A montante do rio Bonasika, perto da foz do Essequibo, não havia nem habitações holandesas, nem tipo algum de cultura ou de exploração.

Extensão dos estabelecimentos conquistados em 1803.

Em 1798, um oficial do exército português, Rodrigues Barata, desceu o Essequibo, chegando a Demerara, e não encontrou nenhum estabelecimento antes de chegar

às ilhas que formam a foz do Essequibo, a menos de um dia de navegação do forte ocupado pelos ingleses. Até aquele momento, ele só havia visto florestas e índios selvagens[20].

As possessões portuguesas do distrito de São Joaquim.

Do lado do Brasil, os portugueses possuíam, além de vários povoados na bacia do rio Branco, o forte de São Joaquim, na confluência e sobre a margem esquerda do Tacutu, e algumas fazendas de gado. Em 1798, durante a viagem de Rodrigues Barata, a guarnição desse forte, reconstruído de 1775 a 1777, era composta por uma trintena de soldados regulares e vários milicianos indígenas vindos dos povoados do rio Negro e substituídos todo mês[21]. Os portugueses empregavam, além disso, destacamentos de soldados para vigiar o istmo do Tacutu e do Rupununi, medida aconselhada por Silva Pontes e Almeida Serra no seguinte trecho de um relatório datado de 19 de julho de 1781, e endereçado ao general Pereira Caldas:

Destacamentos portugueses no istmo do Tacutu e do Rupununi.

> [...] e pela parte do nascente ficam também as ditas campinas (as do Pirara) valadas pelas águas do Rupununi; o que oferece um sítio que achamos muito notável para nele, segundo nos adverte o mesmo plano e ordens de vossa excelência, se dever estabelecer uma atalaia, que naquela fronteira vigie sobre as inovações ou pretensões que houverem de parte dos colonos do Suriname, a qual, com não menor comodidade se poderá situar sobre a margem do Rupununi, na vizinhança do Igarapé ou pequeno rio Tauaricuru.

Este último riacho é o "Awaricurú", do mapa de Schomburgk.

---

[20] "Diário da viagem que fez à colônia holandesa do Suriname o porta-bandeira da sétima companhia do regimento da cidade do Pará, pelos sertões e rios desse estado em diligência do real serviço" (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. VIII, pp.1-52 e 157-203).

[21] "Esta fortaleza, situada no rio Taquetú, que se lança nesse local no rio Branco, é pequena, mas regular [...] Ela possui uma guarnição militar suficiente, composta por um comandante, o subtenente Nicolas de Sá Sarmento, do regimento da cidade de Belém, um sargento, um cabo e mais de vinte soldados dos regimentos de Macapá e de Belém; ela também possui um destacamento de índios que são trocados a cada mês e pertencem às aldeias do rio Negro [...]" (*Diário*, ou registro, citado de Rodrigues Barata.)

IV

Primeira visita dos ingleses ao alto Essequibo e ao Rupununi.

Em 1810, os ingleses subiram pela primeira vez o Essequibo. O capitão D. P. Simon, chefe dessa expedição, foi encarregado de reconciliar duas tribos indígenas que guerreavam entre si. Um naturalista inglês, doutor John Hancock, e o tenente-coronel D. van Sirtema, acompanhavam o chefe da expedição. Desejosos de visitar São Joaquim, eles subiram o Rupununi e, em 22 de janeiro de 1811, o capitão Simon endereçou ao comandante do forte uma carta na qual pedia permissão para dirigir-se a essa localidade. A carta só foi remetida a São Joaquim no dia 28, mas já no dia 22, um índio uapixana lá chegou para anunciar que "quatro grandes barcos, com vários negros e três brancos, de nacionalidade holandesa" subiam o Rupununi e que "os brancos pensavam descer o Tacutu até o forte para comerciar"[22].

Os ingleses encontram a trilha do Pirara e a margem esquerda do Rupununi ocupadas por soldados portugueses.

Em 25 de janeiro, uma canoa de guerra com oito soldados portugueses, vindos do alto Tacutu depois de um cruzeiro de vários dias, não relatava novidade alguma a respeito da expedição[23]. No entanto, alguns dias depois, estes estrangeiros foram encontrados em uma aldeia dos índios caripunas, perto da margem esquerda do Rupununi, por um suboficial, Salvador Sarmento, e dois soldados. O suboficial lhes informou que se encontravam em território português, e imediatamente eles se puseram a caminho do Rupununi para lá esperarem a resposta do comandante do distrito de São Joaquim, o capitão Thomaz da Costa Teixeira[24], que nada podia resolver antes da chegada das ordens do governador da capitania de

---

[22] Relatório de 22 de janeiro de 1811, do capitão Thomaz da Costa Teixeira, comandante do forte de São Joaquim, endereçado ao governador da Capitania do Rio Negro, Victorio da Costa.

[23] Relatório de 6 de fevereiro de 1811, do capitão Costa Teixeira.

[24] "[...] Salvador [Sarmento] e os outros homens chegaram em 4 de fevereiro. Salvador me anunciou que ele os havia encontrado na aldeia dos caripunas, entre o Tacutu e o Rupununi, e que logo lhe perguntaram se por acaso já se encontravam sob os domínios de Portugal; tendo sido sua resposta afirmativa, eles se puseram imediatamente a caminho em direção à margem do Rupununi, onde haviam estabelecido seu pequeno acampamento [...]" (Relatório de 6 de fevereiro de 1811).

Texto português: "No dia 4 de fevereiro, Salvador e os mais se recolheram. Salvador me disse que os havia encontrado na maloca dos Caripunas, que é entre o rio Tacutu e o Rupununi, e que logo lhe perguntaram se eles já teriam entrado nos domínios portugueses. Respondendo-

São José do Rio Negro. Contrariado com esse atraso, van Sirtema lhe demonstra seu descontentamento em carta datada do Rupununi, em 22 de fevereiro[25]. Finalmente, tendo sido recebida em São Joaquim a esperada permissão, os dois oficiais e o médico foram acompanhados ao forte pelos soldados portugueses. Doze dias depois, em 25 de março, o comandante Simon despediu-se do capitão Costa Teixeira e, acompanhado de um destacamento português, foi até onde estavam seus barcos no Rupununi e retornou a Demerara. Van Sirtema e Hancock só deixaram São Joaquim em 20 de maio. Eles foram escoltados do mesmo modo até a margem esquerda do Rupununi, não somente por seis homens vindos de São Joaquim, mas também pelo destacamento do Pirara, sob o comando de Pedro Ferreira de Mariz Sarmento. Assim que chegaram ao Rupununi, todos, soldados e índios portugueses, dedicaram-se, conforme as ordens recebidas, à construção de uma grande canoa, pois a que esperava os dois viajantes não era, de acordo

lhes Salvador que sim, logo se puseram em caminho para a margem do Rupununi onde têm seu pequeno arraial [...]".

[25] A Legação do Brasil em Londres não possui cópia da carta de 22 de janeiro, do capitão Simon. Eis aqui, no entanto, fielmente reproduzida, a carta do tenente-coronel van Sirtema:

Rio Rupununi, 22 de fevereiro de 1811
Senhor,

É uma circunstância surpreendente para nós ver recusado, a súditos britânicos, o privilégio de apresentar seus respeitos ao oficial comandante do forte de São Joaquim do Rio Branco e, se nosso tempo permitir, mais provavelmente, e com sua permissão, viajar dali para também prestar respeitos a sua excelência o governador do Pará no Rio Negro.
Não posso de maneira alguma, sinto dizê-lo, concordar com esse procedimento, porque estou bem ciente de que as nações portuguesa e britânica são aliadas e talvez nesse exato momento lorde Wellington, um general inglês, está ainda à frente de 30 mil soldados britânicos para expulsar os franceses de Portugal.
Peço vênia adicional para observar que portamos passaportes expedidos por sua excelência H. W. Bentink, governador-geral e vice-almirante nas colônias de Demerara e Essequibo, representante de nosso soberano muito gracioso George III, rei da Grã-Bretanha.
Devo, pois, exigir, como direito que nos cabe o de sermos admitidos sem controle, de acordo com o teor da carta enviado pelo capitão D. P. Simon no último dia 22 de janeiro. Todos os portugueses gozarão do mesmo direito nas ilhas britânicas enquanto seu país estiver em paz com a Grã-Bretanha.

Tenho a honra de ser, Senhor,
seu mais obediente e humilde servidor
(assinado) D. van Sirtema, por si mesmo e por seus companheiros ausentes D. P. Simon e John Hancock.

com sua opinião, suficientemente confortável[26].

Estes detalhes não são inúteis, pois mostram que, por ocasião da primeira visita dos ingleses ao Rupununi e à trilha do Pirara, em 1811, eles encontraram estas duas posições efetivamente ocupadas por soldados portugueses sob as ordens do comando militar do rio Branco. Eles mostram também, que o serviço de vigilância, confiado tanto a soldados como a índios submetidos à autoridade portuguesa, se fazia de modo bastante satisfatório, pois, logo que uma expedição entrava na parte brasileira do curso do Rupununi, um mensageiro indígena ia levar a novidade ao forte de São Joaquim. Por isso, assim que desembarcavam, os ingleses eram abordados pelos soldados portugueses, que lhes informavam que se encontravam em território do Brasil. Além disso, o longo tempo de espera destes oficiais no Rupununi implicava o reconhecimento da soberania de Portugal sobre o istmo formado por esse rio e pelo Tacutu.

V

As fronteiras da Guiana Inglesa conforme os mapas publicados de 1811 a 1839.

Foi dito anteriormente (nº II) que, em 1807, um mapa publicado em Londres por William Faden, estabelecia a quase 5° N sobre o Essequibo o limite meridional da nova colônia inglesa.

Alguns anos mais tarde, em 1811, Aaron Arrowsmith, em seu mapa da América do Sul[27] prolongava a Guiana Holandesa até a margem direita do Rupununi. A partir dessa data até o ano de 1840, quase todos os geógrafos europeus, entre os quais esse mesmo Aaron Arrowsmith[28],

[26] Transcrito dos *Relatórios* do comandante Costa Teixeira, datados de 14 de março, 17 de abril e 15 de junho de 1811.

[27] "Esboço das divisões físicas e políticas da América do Sul", desenhadas por Aaron Arrowsmith, parcialmente sobre os documentos raros e originais publicados antes do ano de 1806, mas principalmente sobre mapas e levantamentos manuscritos feitos entre os anos de 1771 e 1806 [...]. Publicado em 4 de janeiro de 1811, [....] seis folhas.

[28] Edição de 1829 do mapa de 1811, com algumas modificações.

Humboldt[29], Weiland[30] e John Arrowsmith[31], sancionavam esse aumento projetado da Guiana Inglesa, visto que em suas obras, eles a separavam do Brasil pelas *serras de Pacaraima, desde a nascente do Cotingo até a longitude do Anaí, depois pelo Rupununi até a nascente e pela serra de Acaraí*. Somente Richard H. Laurie, ao que parece, em seu mapa da América do Sul[32], moveu para mais longe que os outros cartógrafos dessa época as fronteiras meridionais da Guiana Inglesa, atribuindo a essa colônia a parte ocidental da bacia do Rupununi e uma pequena seção do curso superior do Maú. No entanto, excetuada a seção indicada, ele deixava ao Brasil tudo o que fazia parte da bacia do rio Branco. Via-se então que mesmo depois desse mapa — o mais favorável à Inglaterra — o Cotingo, o Maú na quase totalidade de seu curso, o Pirara, o Tacutu e todos os seus afluentes, bem como o lago Amacu, encontravam-se em território brasileiro. Quanto aos geógrafos franceses, estes colocavam toda a fronteira meridional da Guiana Inglesa a 4° e mesmo a 4°30'N. Alguns deles, como Pierre Lapie em 1814, e A.-H. Brué em 1816[33] atribuíam à França o território ao sul daqueles paralelos, prolongando na direção oeste a Guiana Francesa até o Rupununi e o alto rio Branco; outros, como o primeiro desses geógrafos em 1828 e 1839, e o segundo, em 1826, 1830 e 1834, atribuíam ao Brasil a bacia do alto Essequibo e a do Rupununi[34]. L. Berthe, em 1826, traçava os mesmos limites com

---

[29] "[...] O Rupunuri e a aldeia de Anaí são reconhecidos por formar nessas regiões desertas o limite político entre os territórios ingleses e portugueses" (HUMBOLDT. *Sur quelques points importants de la géographie de la Guyane, in Nouvelles Annales de Voyages*. Paris, 1837. t. II, p. 173).
Esses limites já se encontravam indicados na *Carte Générale de Colombia* elaborada por A. H. Brué, "segundo o conjunto das observações astronômicas e indicações topográficas de Alexandre de Humboldt, janeiro de 1825" (no *Atlas géographique et physique des régions equinoxiales du Nouveau Monde* [...], por Alex. de Humboldt. Paris, 1814-1834).
Humbold diz na citada memória: "A *Carte de la Colombia* que publiquei em 1825 e que foi redigida por mr. Brué [...]" (*Nouvelles Annales de Voyages*, t. II, p. 148).

[30] Süd-America, von C.-F. Weiland, Weimar im Verlage des Geographical Instituts, 1829.

[31] "América do Sul". A partir de documentos originais, inclusive o levantamento feito pelos oficiais dos navios *Adventure* e *Beagle*, da Marinha Real [...]. Publicado em 18 de maio de 1839, por John Arrowsmith (mapa nº 46 do atlas das *Voyages of the Adventure and the Beagle*), fac-simile nº 3 anexo à presente memória.

[32] "The continent and Islands of South America. London, published by Richard H. Laurie, 1822". Improved from the various documents of the Royal Geographical Society, 1837.

[33] Ver nota 17, p.73.

[34] "Carte du Brésil et d'une partie des pays adjacent", por A. Brué, geógrafo do rei. Paris, 1826; "Carte générale de la Colombie, de la Guyane Française, Hollandaise et Anglaise et Amérique

a única diferença que deixava à Guiana Inglesa uma pequena parte do curso inferior do Rupununi e o do alto Essequibo[35]. Ele mostrava com mais exatidão que os outros a fronteira tacitamente aceita por holandeses e portugueses antes da conquista inglesa.

Os mapas especiais da Guiana Inglesa, surgidos antes de 1840, também merecem ser citados.

Mapas especiais da Guiana Inglesa.

Uma edição corrigida do mapa de Bouchenroeder, publicada em 1828 por James Wyld, geógrafo real, não inclui na colônia inglesa o alto Essequibo e o Rupununi[36]. O mapa de William Hilhouse, desenhado em Demerara, em 1827, e publicado em 1836, para a 5°N, a jusante da confluência do Rupununi[37]. Outro mapa, não menos interessante, de J. Hadfield, litografado em 1838 em Georgetown[38], não mostra o traçado das fronteiras, mas mostra que no Essequibo os ingleses só possuíam habitações e culturas na entrada do rio, nas ilhas da embocadura, e nas duas margens, ao norte do riacho Purika e do rio Supenaan. No interior, somente se via nesse mapa a igreja de ponta Bartica, missão religiosa indígena, fundada em 1829 pelo reverendo Armstrong, na confluência do Mazaruni e do

---

Méridionale", 1826. Estes três mapas encontram-se no *Atlas universel* de Brué, edição de 1830.
— "Nouvelle carte de l'Amérique méridionale et des îles qui en dépendent", por A. Brué, geógrafo do rei. Paris, 1834. Obra póstuma.
— "Carte de Colombie et des Guyanes", elaborado por P. Lapie, primeiro geógrafo do rei, e P. Lapie, tenente, engenheiro-geógrafo. Paris, 1828; e "Carte générale de l'Amérique méridionale", desenhada por P. Lapie, coronel do estado maior, e A. Lapie, filho, capitão na mesma corporação. Paris, 1838.
Em carta anexada à *Notice statistique sur la Guyane Française,* publicada em 1843*,* por Ternaux-Compans, o limite setentrional da pretensão francesa era formado por uma linha reta traçada da nascente do Maroni ao confluente do Maú e do Tacutu (*Carte de la Guyane d'après les termes du Traité d'Utrecht)*. Ele era então um pouco menos desfavorável à Inglaterra nas bacias do alto Essequibo e do Rupununi que os mapas franceses anteriores.

35 "Nouvelle Carte des Amériques Septentrionale et Méridionale avec les plans des possessions françaises en ces pays", redigida e apresentada à Académie des Sciences por L. Berthe, 1826.

36 "Mapa da Guiana Inglesa, contendo as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice", no qual estão descritas todas as terras concedidas pelo Governo batavo. Levantado em 1798 e em 1802, pelo major von Bouchenroeder, com acréscimos. Publicado por James Wyld, geógrafo de sua majestade [...] 2 de junho de 1828.

37 "Mapa da Guiana Inglesa", por William Hilhouse, agrimensor juramentado, Demerara. Londres, 1827 [...], publicado por James Wyld, geógrafo do rei, [...] 21 de agosto de 1836.

38 "Mapa da Guiana Inglesa", a partir dos levantamentos mais recentes [...] mostrando a divisão em paróquias [a menor unidade de governo local, na Inglaterra], bem como a extensão atual dos cultivos [...] por J. Hadfield, agrimensor da coroa, Georgetown, Demerara, 1º de agosto de 1838.

Essequibo[39] a 6°24' N.

Posição de ponta Bartica.

Era à época, o posto inglês mais avançado no Essequibo[40]; e ainda hoje (1897), é nessa confluência que se pode encontrar o estabelecimento mais meridional da colônia, o "Penal Settlement".

Outro mapa especial, o do capitão J. E. Alexander[41], que visitou o baixo Essequibo e uma parte do Mazaruni, não mostra o limite sudoeste da colônia, mas traz esta nota: — "Forte Joaquim pode ser considerado a fronteira entre os britânicos e os portugueses".

A *Royal Geographical Society*, que publicou em 1832 esse documento, não tinha a mesma opinião do autor, visto que seu comitê declarava com razão, em 1836, como logo se verá, que o Anaí era "usualmente considerado o extremo sudoeste da colônia britânica".

Com uma simples canetada e sem dar a menor explicação, via-se que o capitão Alexander não concedia ao velho forte português de São Joaquim, que se tornara brasileiro, nenhuma esfera de influência, nem mesmo em direção ao leste, em um raio de 110 quilômetros (69 milhas) até a aldeia do Pirara, ou de 121 quilômetros (75 milhas) até a margem esquerda do Rupununi, apesar do controle exercido há longo tempo sobre estas paragens por um destacamento de soldados desse mesmo forte. Ainda assim, concedia liberalmente ao posto avançado dos ingleses no Essequibo — a missão de ponta Bartica, recentemente fundada — um raio de influência de 446 e mesmo até 536 quilômetros, isto é, entre 277 e 333 milhas[42].

---

[39] DALTON. *History of British Guiana.* t. II, p. 149; BRETT, rev. W. H. *The indian tribes of British Guiana.* Londres, 1868. p. 56.

[40] " [...] Em 18 de fevereiro de 1835 cheguei ao primeiro posto inglês da colônia de Demerary, situado na embocadura do rio Masserony" (BAUVEDO, E. Adam de. *Bulletin de la Societé de Géographie*. Paris 2ª ser., 1836. t. V, p. 294). Esse viajante, após ter visitado a bacia do rio Branco, desceu o Essequibo.

[41] "Mapa da Guiana Inglesa", desenhado pelo capitão J. E. Alexander, H. P., Late 16th. Lancers, no *Journal of the Royal Geographical Society*, t. II, 1832.

[42] Ver o quadro de distâncias no nº X da Segunda parte.

VI

Após esse rápido exame dos mapas ingleses anteriores a 1840, convém registrar aqui a opinião do governo da colônia a respeito da linha de fronteira à qual ela poderia pretender pelo lado do Brasil.

Pretensão de sir B. d'Urban, governador da Guiana Inglesa (1827).

Encontramos esta opinião consignada na seguinte passagem do memorando endereçado em 1827 a lorde Goderich pelo governador *sir* Benjamin d'Urban:

> No sul, nesse trecho da fronteira portuguesa que é chamado de governo do rio Negro, *e que pode ser geralmente definido por uma linha leste-oeste ao longo da cadeia que* Humboldt *chama de cordilheira Parima, que separa os dois sistemas fluviais correndo respectivamente na direção norte, para os vales do Orenoco e do Essequibo, e na direção sul, para o do Amazonas*[43] .

Sistema orográfico de Parima segundo Humboldt.

O sistema orográfico de Parima compreende, conforme a classificação de Humboldt, as montanhas e ondulações de terreno que se estendem do rio Negro e do alto Orenoco até as cabeceiras do Oiapoque, formando o limite setentrional da bacia do Amazonas. Humboldt faz a descrição desse sistema em sua *Voyage aux Régions Equinoxiales du Nouveau Continent*, tomo X; pp. 131-164[44]. Ele diz:

> [...] não chega a ser uma cordilheira ou serra contínua no sentido que se dá a estas denominações aplicando-as aos Andes e ao Cáucaso, mas sim um agrupamento irregular de montanhas separadas umas das outras por planícies e savanas (p. 134).

> [...] Sua extensão ultrapassa dezenove vezes a da Suíça inteira; e mesmo considerando o grupo montanhoso formado pelas nascentes dos rios Negro e Xié como independente ou isolado no meio das planícies, encontra-se ainda a extensão de Serra da Parima [entre Maypures e as cabeceiras do Oiapoque] com 340 léguas... (p.162).

---

[43] Memorando assinado por *sir* B. d'Urban e anexado à sua carta datada de "King's House Demerara, 18 de outubro de 1827", do *Livro Azul*, Venezuela nº 1, C.-7972, 1896. p. 167.

[44] Todas as referências às páginas dessa obra referem-se à edição in-8º, de 1816-1831.

Todas as serras e os principais contrafortes do Parima situados nos confins do Brasil e da Guiana Inglesa são citados por Humboldt nessa parte de sua obra: "a serra de Pacaraina [Pacaraima], que separa as águas do Caroni e do rio Branco" (p. 146); a *ramificação oriental da serra de Pacaraina*, com os montes "Cumucumu" (*Cuanocuan*o, que os mapas ingleses chamam de *Cunuku*); Xiriri (Siriry); *Uassary* ou *Essary*, próximo dos quais o "Rupunuri" (Rupununi) tem sua nascente (p. 151); e finalmente as montanhas de *Acaray* e *Tumucumaque* (p. 158), que dão origem ao "Essequibo, ao Maroni e ao Oiapoque", na vertente setentrional, e ao "Trombetas", ao "Paru" e a outros tributários do Amazonas, na vertente meridional" (p. 160).

Linha do "divisor de águas"

O governador s*ir* B. d'Urban quis, portanto, em 1827, atribuir à Guiana Inglesa os mesmos limites que o Brasil acabava de propor como transação em 15 de março de 1897, isto é, a linha do divisor de águas entre as bacias do Essequibo e do Amazonas. E é preciso acrescentar que em 1837, lorde Palmerston parecia concordar com a opinião de s*ir* B. d'Urban, conforme algumas passagens da seguinte nota, endereçada ao ministro do Brasil em Londres:

> *Foreign Office*, 28 de junho de 1837
>
> Lorde Palmerston apresenta seus cumprimentos ao senhor Galvão e tem a honra de declarar-lhe que o senhor Schomburgk, que está agora viajando na Guiana Inglesa, a serviço da *Royal Geographical Society*, está a ponto de proceder ao *exame das cadeias de montanhas que formam a serra divisora entre as bacias do Amazonas e do Essequibo*. Para conseguir tal objetivo ser-lhe-á provavelmente necessário *cruzar ocasionalmente a fronteira brasileira.*
>
> Lorde Palmerston solicita ao senhor Galvão a expedição de um passaporte para o senhor Schomburgk e pede, ao mesmo tempo, que o senhor Galvão tenha a bondade de solicitar que uma ordem seja enviada do Pará para o comandante da fortaleza de São Joaquim, próxima às cabeceiras do rio Branco, autorizando aquele oficial a permitir que o senhor Schomburgk continue suas explorações naquela região.
>
> Como *o objetivo* do senhor Schomburgk *é a simples descoberta geográfica*, em uma parte da região até agora inexplorada, formando a fronteira entre os domínios brasileiros e britânicos na América do Sul, lorde Palmerston confia em que o senhor Galvão não terá objeção em atender a esse pedido .

VII

Viagens de Robert Schomburgk em 1835 e 1836.

Robert Schomburgk (mais tarde s*ir* Robert) já havia realizado, na data desse documento, várias viagens de exploração ao interior da Guiana comissionado pela *Royal Geographical Society*.

As instruções que lhe haviam sido dadas, em 19 de novembro de 1834, declaravam que o objetivo dessa missão era puramente científico:

Instruções dadas a Schomburgk.

> A expedição terá dois objetivos distintos, a saber, o primeiro, o de investigar minuciosamente a geografia física e astronômica da Guiana Inglesa, e segundo, conectar as posições assim verificadas com as de Humboldt no alto Orenoco. A segunda tarefa não deverá ser iniciada antes de terminada a primeira. Ambas deverão ocupar um período de três anos desde o momento de sua partida de Georgetown no prosseguimento de sua viagem[45].

Em sua primeira expedição (1835-1836), Schomburgk havia explorado o Essequibo até a foz do Rupununi, e a seguir uma parte do curso desse rio.

Resumo do primeiro relatório de Schomburgk.

A seguinte passagem, no relatório do conselho da *Royal Geographical Society*, lida na assembléia geral de 16 de maio de 1836, faz um resumo da viagem em questão[46]:

O Anaí formava a extremidade sudoeste da Guiana Inglesa segundo a Royal Geographical Society.

> Cumprindo essas instruções, Schomburgk deixou, então, Georgetown, Demerara, em 21 de setembro passado [1835] e ficou alguns dias no posto na confluência do Cuiuni com o Essequibo, contratando remadores indígenas e outros criados para acompanhá-lo. Valeu-se desse período para subir um pouco o Cuiuni e ganhar um conhecimento rápido da navegação no seu curso superior [...]. Deixando o Cuiuni, Schomburgk subiu, a seguir, o Essequibo e, em seus relatórios, dá um quadro vivo da riqueza e da exuberância da vegetação nas suas margens. Ele e seu grupo sofreram muito cansaço e algumas doenças nessa ocasião, mas superando todas as dificuldades, *entraram no Rupununi* em 23 de

[45] "Relatório do Conselho da Royal Geographical Society, lido na assembleia geral, em 16 de maio de 1836". In: *Journal of the Royal Geographical Society*, t. VI.

[46] Ibid.

> outubro. *Subindo esse rio, entraram no riacho Anaí*, que *desemboca nele pela sua margem direita* [é um erro do relatório, já que o Anaí desemboca na margem esquerda do Rupununi],*cerca de vinte milhas* [*em torno de 32,2 km*] *acima da sua confluência com o Essequibo; e aqui, no ponto que é geralmente considerado a extremidade sudoeste da colônia britânica,*estabeleceram um posto ou centro temporário, de onde propuseram separar-se em todas direções, quando as circunstâncias o permitissem, na consecução de seus objetivos, para verificar cuidadosamente o caráter vegetal e mineral da região. Desse ponto, portanto, o primeiro relatório de Schomburgk foi datado de 29 de outubro. O segundo contém a descrição de suas atividades até 15 de janeiro de 1836. O período entre os relatórios havia sido utilizado para subir o Rupununi até onde seria possível empurrar a canoa mais leve, que foi na latitude de 2º36'N, de onde se infere que as cabeceiras do rio estavam mais ao sul do que se havia imaginado. Schomburgk pensava que estivessem ao menos em 1º ou 1º30'N, mas nunca as alcançou [...]. Ele se desviou, de tempos em tempos, do curso do rio e, dessa maneira, visitou o lago Amucu, esteve no cume mais alto da serra Parima, examinou sua estrutura e vegetação [...] .

Schomburgk reconhece em 1836 que, pelo "consensus omnium" o Brasil tinha o domínio da margem direita do Anaí e da margem esquerda do Rupununi.

O próprio Schomburgk escrevia em seu primeiro relatório datado de 29 de outubro de 1836:

> Algumas milhas mais adiante, *alcançamos o riacho Anaí,* que corre desde as montanhas do norte e desemboca no Rupununi, onde faz um ângulo e se vira para o sul. *Esse riacho, é usualmente considerado, não sei com base em que autoridade, a fronteira entre as possessões brasileiras e inglesas no Rupununi.* Latitude 3º52'30" N. Longitude 58º32' W de Greenwich[47] .

O viajante prussiano já sabia, conforme informações recolhidas em Londres e em Georgetown, que os colonos ingleses ainda respeitavam nessa época a linha formada pela serra de Pacaraima até o Anaí, isto é, uma das seções da fronteira tacitamente aceita por Portugal e Holanda desde o século XVIII. Ele também não ignorava que, além da antiga fronteira holandesa, os cartógrafos ingleses, com uma só exceção, só atribuíam à Guiana Inglesa o triângulo formado pela linha noroeste-

[47] "Relatório de uma expedição para o interior da Guiana Inglesa em 1835-1836". In: *Journal of the Royal Geographical Society*. t. VI, de 1836, p.238.

sudeste sobre o qual ele havia falado anteriormente, a margem direita do alto Rupununi e a serra do Acaraí.

Lê-se, com efeito, em seu relatório datado de Carassawaak em 15 de janeiro de 1836:

> *O rio Rupununi, tendo sido geralmente marcado, de sua nascente ao seu ângulo norte como a linha de fronteira entre a Guiana Inglesa e o território brasileiro*, e considerando impossível conseguir uma tripulação que pudesse acompanhar-me na subida pelo Essequibo, uma *terra incognita* para todos os índios desse lado, decidi subir o Rupununi tanto quanto as circunstâncias o permitissem [...][48] .

A aldeia do Pirara estava ocupada em 1836 por um destacamento de soldados do forte de São Joaquim.

Ele havia escrito ao comandante do forte de São Joaquim, *e foi no Pirara ou Pirarara que este oficial, o capitão Cordeiro, recebeu sua carta*:

> A nossa chegada à enseada de Wy-y-poocari [Yupukari], *fomos informados de que o comandante do forte português de São Joaquim*, a quem eu havia escrito anteriormente, *estava na vila do Pirarara. Tendo sido enviado um mensageiro para lá, o capitão Cordeiro veio pessoalmente no dia seguinte com cavalos extras. Cavalgamos com ele até Pirarara*, uma bela aldeia com quatorze casas e entre oitenta e cem habitantes, notável por estar situada na margem do antigamente famoso lago Amucu[49] .

Foi a primeira visita de Schomburgk à aldeia do Pirara, e ele a encontrou ocupada pelo comandante do forte brasileiro de São Joaquim.

Essa aldeia dos índios macuxis estava situada na bacia do Amazonas, em um território que, exceto o capitão Alexander, ninguém contestava ao Brasil, nem mesmo o governador d'Urban, no traçado de fronteiras que ele propunha em 1827.

Os índios macuxis.

Quanto aos índios macuxis ou macoussis, que habitavam não somente o sul da serra de Pacaraima, mas também a margem direita do Essequibo, não mantinham relações com os ingleses. O capitão Alexander escrevia em 1832: "Os macuxis — esses índios são tão pouco conhecidos que tivemos poucas oportunidades de traçar sua afinidade com os outros[50]."

[48] Ibid., p. 240.
[49] Ibid., p. 242
[50] Ibid., p. 240.

VIII

Terceira viagem de Schomburgk (1837-1838).

No relatório de sua terceira viagem, realizada de 1837 a 1838[51], Schomburgk esquece o que havia escrito em 1835 e 1836 a respeito das linhas do Anaí e do Rupununi e afirma que o forte de São Joaquim havia "sempre sido considerado como o limite oriental da Guiana Brasileira"[52]. Ele já havia começado a incitar os índios macuxis do Pirara, súditos brasileiros, a se aproximarem do reverendo Thomas Youd, que então dirigia a missão de ponta Bartica. Desde 1835, a guerra civil assolava toda a Amazônia brasileira. O destacamento do Pirara havia sido retirado provisoriamente, e a guarnição do forte de São Joaquim fora reduzida a alguns homens. Em 21 de março de 1838, Schomburgk, vindo das cabeceiras do Essequibo, instalava-se no Pirara. Em 15 de maio Youd lá chegava:

Guerra civil na Amazônia brasileira. O destacamento brasileiro do Pirara é provisoriamente retirado.

Chegada do missionário Youd ao Pirara (1838).

"No dia 15", disse o explorador, "celebramos a chegada do reverendo Youd para fundar uma missão entre os índios no interior. Foi recebido de braços abertos no assentamento e todos se esforçaram para mostrar-lhe muito respeito[53]."

Alguns dias depois, em 4 de junho de 1838, Schomburgk endereçava uma carta ao comandante do forte de São Joaquim. Assim ele se expressa em seu terceiro relatório, e é no trecho a seguir que entra em contradição com o que havia escrito a respeito das fronteiras entre a Guiana Inglesa e o Brasil:

> Não perdi tempo em despachar um mensageiro ao forte São Joaquim, avisando o comandante de que estávamos prontos para nos mudarmos do Pirara para a fortaleza, onde tencionávamos passar o resto da estação chuvosa. Meu objetivo era ter, pelo menos durante aquele período, uma oportunidade para determinar astronomicamente a situação daquele lugar, *até agora sempre considerado como o limite oriental da Guiana Brasileira*. O nosso mensageiro encontrou o

[51] "Relatório da terceira expedição para o interior da Guiana, abrangendo as nascentes do Essequibo, para a serra Carumá e o forte de São Joaquim no rio Branco, em 1837-1838", por R. H. Schomburgk. *Journal of the Royal Geographical Society*. t. X (1841), pp.153-190.

[52] Ibid., p. 179.

[53] Ibid., p. 175

> comandante que vinha para o Pirara, sendo portador de cartas do chefe civil e militar do alto Amazonas, capitão Ambrosio P. Ayres, em que transmitia nos termos mais lisonjeiros a sua permissão para residirmos durante a estação das chuvas no forte São Joaquim; que havia ordenado ao comandante do forte que nos prestasse todo o auxílio, e que mandara seu irmão, o senhor Pedro Ayres, representá-lo e receber a nossa expedição na fronteira do Brasil[54].

Em 27 de junho de 1838, Schomburgk e Youd partiam do Pirara para São Joaquim em companhia do comandante desse forte, o capitão Gato. O explorador alemão assim descreve a acolhida que recebe em São Joaquim:

> Essa recepção por parte de um governo que sabíamos estava naquele momento inteiramente voltado para suprimir uma rebelião que durava há mais de cinco anos (a chamada Revolta dos Cabanos) e tinha por isso pouco tempo disponível para dar atenção a objetivos científicos, foi mais do que poderia prever em minhas esperanças mais otimistas, e fiquei verdadeiramente agradecido pela bondade e gentileza que experimentei[55].

Medidas tomadas pelas autoridades brasileiras (1838). Reocupação do Pirara.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o comandante do forte, de acordo com as instruções recebidas, acolhia a expedição científica que lhe havia sido anunciada, tomava também a precaução de informar ao capitão Ambrósio P. Ayres, comandante militar do distrito do alto Amazonas, que um missionário estrangeiro acabava de se instalar no Pirara e que, aconselhados por ele, os índios macuxis se recusavam a enviar como antes, equipes de trabalhadores a São Joaquim.

Em 1º de agosto, o comandante Ambrósio Ayres levava estes fatos ao conhecimento do general Andréa, presidente da província do Pará, mas cinco dias depois ele foi morto em um combate e o ofício se extraviou. Seu sucessor, Rodrigues do Carmo, expediu uma cópia desse documento ao coronel Souza, comandante das tropas brasileiras em Santarém, solicitando-lhe fazê-lo chegar ao presidente.

Youd expulso do Pirara (1839).

Assim que foi informado, o general Andréa escreveu ao coronel Souza, em 22 de novembro de 1838, enviando-

[54] Ibid., p. 179.
[55] Ibid.

lhe a ordem de fazer partir imediatamente para Pirara "um oficial de confiança, acompanhado de uma escolta suficiente, e encarregado de ordenar aos missionários que se retirassem para os limites das possessões inglesas".

Ele vai se estabelecer em Curuá (1839).

Essa ordem foi executada. O reverendo Youd foi estabelecer sua missão na margem direita do Rupununi, perto das corredeiras do Curuá, atraindo para esse lugar os índios macuxis; e, quando Schomburgk, de retorno de sua expedição ao Orenoco, entrou novamente no Pirara, em 1º de maio de 1839, encontrou o povoado ocupado por um destacamento brasileiro.

"Encontramos", disse, "um destacamento brasileiro lá, que finalmente expulsou o zeloso missionário, o reverendo Youd, e dispersou o seu rebanho[56]."

Um engano de H.C.J. Hamilton

A proximidade das duas datas que Schomburgk escreve em seu diário para a chegada de Youd ao Pirara (15 de maio de 1838) e para sua expulsão (começo de 1839) mostra que o ministro de sua majestade britânica, H. C. J. Hamilton estava mal-informado, quando dizia em uma nota, datada de 16 de fevereiro de 1842:

> O senhor Aureliano [o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Aureliano Coutinho], observa a seguir uma série de fatos e argumentos incontestáveis que provam a longa posse de boa-fé do Pirara pelo Brasil. E, no entanto, pareceria que *Pirara não fora ocupado pelo Brasil até fevereiro de 1840***,** quando Youd foi expulso por uma força brasileira, *depois de ter lá residido durante dois anos*[57] .

Youd é obrigado a deixar Curuá (1840).

No mês de fevereiro de 1840, Youd se apresentou novamente no Pirara convidado pelo capitão Leal, comandante do forte de São Joaquim e pelo frei José dos Santos

---

[56] "Viagem de Esmeralda, no Orenoco a São Carlos e Moura, no Rio Negro, e dali, pelo forte São Joaquim a Demerara, na primavera de 1839". In: *Journal of the Royal Geographical Society.* t. X (1841), p. 265.

[57] O seguinte trecho da *Description of British Guiana*, de Schomburgk (p.56) mostra ainda o erro de Hamilton: "*A missão não havia sido estabelecida há muitos meses*, quando o governo brasileiro do alto e do baixo Amazonas despachou um destacamento da milícia, que tomou posse da missão sob alegação de que a vila pertencia ao território brasileiro. O missionário da Igreja da Inglaterra foi acusado de ter separado os índios do governo brasileiro... e recebeu uma intimação para sair da vila [...] ."

Inocentes. O comandante e o missionário brasileiro o exortaram a abandonar a nova posição que ocupava em Curuá, porque a margem direita do Rupununi, nesse local, também pertencia ao Brasil. Pouco depois, o comitê da *Church Missionary Society of England* ordenou a Youd que transferisse sua missão para outra localidade, longe dos territórios em litígio. Deixando Curuá, ele foi estabelecer-se na cachoeira de Waraputa, no Essequibo a 5°16'N[58].

Ele transfere sua missão para a cachoeira de Waraputa.

IX

Memorando de Schomburgk (1839).

Entretanto, Schomburgk perseguia o plano que havia imaginado desde dezembro de 1837, quando, como simples explorador encarregado de uma missão científica, apossou-se em nome da Inglaterra, das cabeceiras do Essequibo, o rio Sipó dos portugueses. Seu objetivo era tornar-se útil aos colonos de Demerara, bem como ao governo britânico, fazendo crer que havia encontrado argumentos e provas para avançar em direção ao sul e oeste as fronteiras da colônia, à custa do Brasil. Em um memorando datado de 1º de julho de 1839, endereçado ao governador Light[59], ele dizia — o que é perfeitamente admitido pelo Brasil — que o império britânico havia adquirido as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice com os mesmos limites que os holandeses defendiam antes da cessão estipulada em um artigo adicional à Convenção de Londres de 13 de agosto de 1814. Ele acrescentava que os holandeses haviam possuído

[58] "No entanto, o comitê da *Church Missionary Society*, inteirada dos fatos do caso, ordenou que Youd se retirasse completamente do território em disputa e, consequentemente, ele desceu o rio Essequibo até as corredeiras de Waraputa, onde esperava estabelecer uma missão, mas lhe estava reservado novo desapontamento [...]" (DALTON. *The History of British Guiana*. Londres, 1855. t. II, p. 153).

"A conduta do [governo] brasileiro foi considerada injustificada […]. No entanto, o missionário, seguindo as instruções de sua sociedade, para evitar complicações políticas, retirou-se a meia distância abaixo no Essequibo e fundou uma terceira missão em Waraputa" (BRETT. *The Indian tribes of British Guiana*. p. 64).

"Chegamos a 6 de janeiro a Waraputa, a nova missão que Youd tinha fundado depois que foi expulso pelos brasileiros *do Pirara e de Curuá*" (*"*Relatório de Schomburgk ao governador Light*"*, datado do Pirara, em 24 de fevereiro de 1842. In: *Livro Azul,* C.-8195, p.28).

[59] No *Livro Azul*, Venezuela nº 1, C.-7972 (1896), pp. 183-184.

um posto no Essequibo, a 3°50'N, o que era mais ou menos exato (esse posto nunca foi levado ao sul do 4° grau), e não constituía de maneira nenhuma um título sobre os territórios fora da bacia do Essequibo. Pretendia ainda *ter sido informado* de que o chefe da expedição enviada ao interior em 1810 havia fincado um marco de fronteira no Pirara, o que é inexato, porque o oficial em questão, D. P. Simon, assim como seus companheiros van Sirtema e Hancock, haviam encontrado um destacamento português na posse do Pirara e da margem esquerda do Rupununi.

Linhas fronteiriças indicadas arbitrariamente por Schomburgk em seu mapa de 1840.

Com fundamentos tão frágeis como os que acabam se ser enunciados, ele traçou as novas fronteiras que declarou terem sido reclamadas primeiro pela Inglaterra, fazendo-as seguir a serra de Acaraí e os rios Tacutu e Cotingo, em seu *Sketch Map of British Guiana*, anexado ao livro que então publicou — *A Description of British Guiana* (Londres, 1840).

Primeiras reclamações do Governo Britânico (1841).

O governo britânico e a imprensa inglesa, mal-informados pelo jovem viajante — cujas indicações, de acordo com seu irmão Richard, eram às vezes intencionalmente inexatas[60] — acreditaram de boa-fé que o Brasil não havia manifestado pretensão alguma sobre o Pirara antes da chegada do missionário Youd em 1838. Desde então, a reocupação da aldeia pelos soldados brasileiros parecia à Inglaterra um ato de usurpação. A verdade, no entanto, que resulta dos fatos estabelecidos na presente memória, é que a tentativa de instalação no Pirara, aconselhada a Youd por Schomburgk, sem nenhum mandato do governo britânico, foi um atentado aos direitos do Brasil, fundamentados em uma ocupação anterior, e que o presidente da província do Pará não fazia nada além de seu dever, opondo-se imediatamente à invasão e defendendo um território que o próprio Schomburgk reconhecia, em 1835 e 1836, pertencer ao Brasil.

Nota e Memorando de Ouseley (20 de fevereiro de 1841).

Em 20 de fevereiro de 1841, o encarregado de negócios de sua majestade britânica no Rio de Janeiro, Ouseley, após alguns encontros com o ministro das Relações Exteriores, Aureliano Coutinho (mais tarde visconde de Sepetiba), lhe endereçou uma

[60] "[...] Não sei como ele [o coronel Mattos] utilizou nossas indicações, mas *as verdadeiras*, nós não lhe demos; e, se ele baseou seu trabalho em nossa *traição diplomática*, certamente fez um traçado de fronteiras bem curioso [...]" Richard Schomburgk. *Reisen in British Guiana*. Leipzig, 1846. t. II, pp. 394-395).

nota, na qual anunciava que o governo da rainha acabava de encarregar Schomburgk de explorar e delimitar as fronteiras entre a Guiana Inglesa e o Brasil, e que, além disso, ele acabava de enviar instruções ao governador da colônia "para opor-se a qualquer usurpação no Pirara ou no território ocupado até então por tribos independentes".

Esta nota estava acompanhada de um memorando, cujo parágrafo final é o seguinte:

> Em consequência da declaração mencionada, o governo de sua majestade ordenou seja feito um mapa da Guiana Inglesa, de acordo com as fronteiras descritas por Schomburgk, acompanhado por uma memória explicativa, e que cópias deles sejam entregues aos governos do Brasil, da Venezuela e dos Países Baixos, com declaração da reivindicação britânica e, nesse ínterim, comissários britânicos devem ser enviados para erigir marcos sobre a linha de fronteira tal como reivindicada pela Grã-Bretanha.

Resposta do ministro das Relações Exteriores do Brasil (24 de março de 1841).

Em 24 de março de 1841, Aureliano Coutinho, após algumas considerações a respeito dos acontecimentos do Pirara e da questão de fronteiras levantada por Schomburgk, dizia ao encarregado de negócios britânico:

> Tendo Ouseley anunciado que o governo de sua majestade britânica tinha a intenção de comunicar aos Estados interessados na demarcação da Guiana Inglesa, o mapa e a memória explicativa, em vias de preparação, o abaixo-assinado se absterá de fazer observações a propósito da missão confiada a Schomburgk, não somente porque o abaixo-assinado vê nesse fato o desejo de facilitar um acerto amigável entre as nações vizinhas, mas também porque, pela opinião manifestada no memorando anexado à nota de 20 de fevereiro, deduz com razão, em conclusão, que os trabalhos que vão ser executados serão considerados pelo governo de sua majestade britânica como simples estudos feitos *ex parte* em um território que ele considera em litígio.
>
> O abaixo-assinado está perfeitamente convencido de que é suficiente que as negociações que devem acompanhar estes trabalhos sejam dirigidas por disposições tão amigáveis quanto aquelas em que o governo Imperial sempre se pautou nas relações com a Grã-Bretanha, para que essa questão, que deve ser resolvida de comum acordo entre as partes interessadas, encontre uma solução satisfatória para uns e outros [...].

X

Instruções às autoridades brasileiras de São Joaquim e Pirara (1841).

Dando prosseguimento às negociações que haviam precedido essa troca de notas, o governo brasileiro havia anunciado ao presidente do Pará, em 7 de março, a próxima chegada de Schomburgk às fronteiras e declarado que as autoridades brasileiras em São Joaquim e no Pirara deveriam evitar qualquer enfrentamento com os agentes britânicos, e que só deveriam se retirar do Pirara diante da ameaça de uso de força e salvaguardando os direitos do Brasil.

Ofício do governador da Guiana Inglesa entregue às autoridades brasileiras do Pirara por um agente inglês (1841).

Estas ordens, levadas por um veleiro, só puderam chegar a Belém do Pará em 5 de maio, mas já dois meses antes, em 5 de março, um comissário especial do governo britânico, o inspetor de polícia William Crichton, acompanhado por um oficial do exército, se apresentara no Pirara e entregara ao missionário brasileiro o seguinte ofício:

> Guiana Inglesa, Public Buildings, Demerara, 1º de fevereiro de 1841.
>
> Senhor: *Sem dar minha opinião sobre as correspondentes reivindicações do governo britânico ou brasileiro sobre o Pirara, ou sobre os territórios que fazem fronteira com a Guiana Inglesa,* até agora ocupados por tribos indígenas independentes, devo informá-lo, por instrução do meu governo, que o Pirara, que foi anteriormente ocupado por um missionário inglês e de onde foi compelido a se retirar pelo comandante do forte de São Joaquim, seja abandonada imediatamente, para cujo fim, instrui o portador, William Crichton, inspetor geral de Polícia da Guiana Inglesa, a viajar ao Pirara e comunicar-lhe as instruções que recebeu por minha comissão.
>
> Devo informá-lo de que o portador conhece intimamente o interior desta colônia e a condição *das tribos indígenas independentes, que reivindicam a proteção da Grã-Bretanha.* Espero sinceramente que, como o governo do Brasil foi informado de que foi enviado um comissário com o fim de fixar os limites da Guiana Inglesa, o senhor terá recebido instruções conformes ao teor desta carta e que não demorará em atender a meu pedido de que o Pirara seja abandonado por todos os súditos brasileiros e que *não haja invasão alguma nas até agora*

fronteiras indefinidas desta Província.

Tenho a honra etc. [assinado] Henry Light, governador da Guiana Inglesa.

Resposta das autoridades brasileiras.

O missionário Inocentes, bem como o capitão Leal, que chegou alguns dias depois, declararam ao comissário Crichton que a aldeia do Pirara e o Rupununi encontravam-se em território incontestavelmente brasileiro, território que não podiam abandonar sem ordem do governo imperial, mas que fariam chegar ao presidente do Pará a carta do governador Light, assim como toda comunicação escrita que o comissário quisesse lhe endereçar sobre o objeto de sua missão.

Notificação de 15 de março de 1841.

Em consequência, o comissário lhes remeteu em 15 de março, antes de partir, uma notificação em regra, da qual é suficiente reproduzir o seguinte trecho:

> [...] A ocupação do Pirara pelas forças do Brasil foi calculada para interromper a harmonia e o bom entendimento que existiram até agora entre a Grã-Bretanha e o Brasil. Para evitar a possibilidade de tal contingência infeliz, fui instruído, ademais, a declarar que o posto avançado brasileiro, atualmente colocado na vila macuxi do Pirara deve ser removido; que sua excelência o governador e comandante em chefe da Guiana recebeu instruções de seu governo para resistir a qualquer ocupação adicional e a de qualquer *dos territórios contíguos em litígio, exceto pelas tribos indígenas independentes, até que seja determinado, por levantamento e pelas negociações mencionadas sobre esse assunto, a qual dos respectivos governos deverá pertencer daqui em diante* [...].

Em uma nota datada de 10 de dezembro de 1841, ministro de sua majestade britânica no Rio de Janeiro, H. C. J. Hamilton, ocupou-se da viagem do inspetor Crichton e assim resumiu a resposta verbal dada a suas representações pelo capitão Leal:

> Em resposta a essas observações, o funcionário brasileiro avançou uma reivindicação sobre o rio Rupununi como a fronteira do Brasil, entrando em certos detalhes geográficos explicativos dela.
>
> Essa pretensão foi recebida por Crichton com a observação de que as fronteiras

> de certos países eram estabelecidas *por uma longa ocupação prévia, por parte de um povo, ou do outro, ou por tratado*, mas nenhuma dessas possibilidades poderia ser admitida, com alguma ponta de razão ou de verdade, em favor do Brasil, com referência ao Pirara, já que o Brasil *tinha ocupado aquele território somente desde o mês de fevereiro de 1840,* quando expulsou dali, com força, o missionário Youd [...].
>
> O distrito em questão tinha sido anteriormente ocupado por um posto holandês, e a Grã-Bretanha, tendo sucedido em todos os domínios da Holanda na Guiana, por direito de conquista, tem todo o direito a cada metro quadrado de terra possuído por aquela potência ou reivindicado legalmente por ela nesse lugar, anteriormente àquela cessão, sendo a única exceção a porção conhecida como a colônia do Suriname [...].

Nestes trechos pode-se constatar várias incorreções.

O capitão Leal não poderia ter declarado que o Rupununi formava o limite do Brasil com a Guiana Inglesa porque, já em fevereiro de 1840, como foi dito anteriormente, esse oficial havia ordenado ao reverendo Youd que se retirasse de Curuá, pois o território a leste do Rupununi pertencia ao Brasil. O fato foi reconhecido no seguinte trecho do memorando anexado à nota de Ouseley, de 20 de fevereiro de 1841:

> [...] Ademais, durante essa visita, Youd foi comunicado das ordens do presidente do Pará para deixar a posição ocupada por sua missão [as corredeiras de Urwa] *na margem leste do Rupununi,* na latitude de 3º28'N. Ao que respondeu que achava que a Grã-Bretanha nunca permitiria tal invasão da parte do Brasil[61] .

É ainda um erro datar de fevereiro de 1840 a ocupação brasileira do Pirara. Schomburgk aí havia encontrado em 1º de maio de 1839, um destacamento de soldados brasileiros[62]. Em janeiro de 1836, por ocasião de sua primeira visita ao Pirara, essa aldeia estava ocupada pelo capitão Cordeiro, comandante de São Joaquim[63]. Em 1811, o capitão

---

[61] Ver um trecho do relatório de Schomburgk de 24 de fevereiro de 1842, na parte final da nota 58, p. 90.

[62] Trecho já transcrito (p. 89), citação do *Journal of the Royal Geographical Society*, t. X (1841), p. 265.

[63] Trecho já transcrito de Schomburgk (nota 49, p. 242).

Simon, chefe da primeira expedição inglesa enviada ao interior, havia encontrado um destacamento português em possessão do Pirara e da margem esquerda do Rupununi. O Brasil podia, portanto, apresentar um título de muito valor, o da longa e precedente ocupação sobre a qual falava o inspetor Crichton, ocupação constatada pelos ingleses em 1811 e 1836. A chegada do missionário Youd no momento da desocupação temporária do Pirara, como consequência de uma guerra civil, só ocorreu em 1838; e assim que teve conhecimento disso, no Pará, o presidente Andréa apressou-se a tomar as medidas necessárias para defender os direitos do Brasil e restabelecer sua autoridade sobre o território invadido.

Hamilton enganava-se ainda quando afirmou que a Holanda havia tido um posto no distrito do Pirara. O posto holandês de que se trata encontrava-se no Essequibo, como será mostrado mais adiante, e o Pirara não faz parte da bacia desse rio.

Nota de 8 de janeiro de 1842, do ministro das Relações Exteriores do Brasil.

O ministro das Relações Exteriores Aureliano Coutinho, respondeu à legação britânica em 8 de janeiro de 1842, por uma longa nota que é ao mesmo tempo uma afirmação dos direitos do Brasil e um protesto contra a invasão anunciada.

Após ter resumido as declarações feitas pelo governador Light, pelo comissário Crichton — que considerava neutros os territórios ocupados pelos "índios independentes" —, pelo cônsul britânico no Pará e pela legação britânica no Rio de Janeiro em 1841[64], ele dizia:

[64] As declarações do governador Light e do Inspetor Cricthon foram reproduzidas anteriormente (pp. 93 e 95).

Aqui está uma passagem da carta oficial endereçada em 17 de agosto 1840 pelo cônsul inglês H. Augustus Cowper, ao presidente da província do Pará:

[...] Segundo, vossa excelência alude ao missionário Youd, acrescentando que foi encorajado por uma sociedade missionária em Demerara. Tenho somente de assegurar a vossa excelência que fiz tudo ao meu alcance para fazê-lo removido [...]. Posso declarar com confiança que não foi apoiado ou auxiliado, da forma mais indireta, pelo governo de sua majestade que, estou convencido, quando o informar das agressões continuadas cometidas por Youd, as lamentará tão sinceramente quanto eu.

Os seguintes trechos do memorando de 20 de fevereiro de 1841, apresentado pelo encarregado de negócios W. G. Ouseley mostram claramente a incerteza do governo britânico a respeito das fronteiras que devia reclamar:

"*As fronteiras mais prováveis* da província da Guiana Inglesa *parecem ser*, para o oeste, os rios Anauá e Tacutu, e para o sul, as cabeceiras do *Essequibo*."

> De um lado, portanto, pode-se dizer que, a começar por Schomburgk, cujas publicações vêm suscitar essa questão, até estas mesmas autoridades britânicas, não se observam senão incertezas no que se refere ao direito da Grã-Bretanha.
>
> Por outro lado, uma série de fatos e de argumentos irrefutáveis [...] provam que o Brasil tem a vantagem de uma longa posse de boa-fé; e essa posse seria suficiente para que não se possa ser despojado violentamente, como se parece querer fazer, *antes que seja decidido a quem deve pertencer a coisa possuída*, pois, segundo os princípios do Direito Público, e em conformidade com as regras do Direito Civil, o possuidor é favorecido *beatitudine possessionis*, ou seja, que ele goza da vantagem de não ser importunado em sua posse antes que uma sentença o condene a ser desapossado de seu direito, e que não lhe é mesmo exigido exibir ou justificar seus títulos. Vattel, falando do direito do possuidor em matéria duvidosa, diz (Liv. 1º, cap. 18 § 337): "*Cabe ao requerente provar seu direito; pois ele deve mostrar em que se baseia ao pedir uma coisa que não possui*." Ele precisa de um título; e não se é obrigado a levar em consideração seu título enquanto não for mostrada sua validade. O possuidor pode, portanto, permanecer com a posse até que se lhe faça ver que sua posse é injusta. Enquanto isso não for feito, ele tem o direito de mantê-la e mesmo de recuperá-la pela força, se dela foi desapossado. Em consequência, não é permitido pegar em armas para se apossar de uma coisa à qual somente se tem direito incerto ou duvidoso.

Proposta a neutralização provisória do Pirara.

No entanto, diante da ameaça de uma invasão armada, o ministro das Relações Exteriores declarava que o Brasil aceitaria a neutralização provisória do Pirara sem admitir, todavia, a suposta validade de contratos celebrados com as tribos selvagens que habitavam seu território. Segundo ele:

> Reservando todos os seus títulos para apresentá-los no momento oportuno, ele [o governo Imperial] concorda em fazer retirar do Pirara seus delegados ou todo destacamento militar e em reconhecer provisoriamente a neutralização dessa localidade, sob a condição, enunciada pela Grã-Bretanha, de que as tribos indígenas permanecerão independentes e na posse exclusiva do território até a decisão definitiva dos limites contestados; e que, consequentemente, nenhuma força inglesa poderá ser mantida nestas paragens, que poderão somente ser

"[...] a missão [Pirara] é inegavelmente britânica, estendendo-se para o oeste até aos rios Tacutu e Maú [...]."

frequentadas pelos eclesiásticos das duas religiões, católica e protestante, dedicados à civilização dos aborígenes, e pelos súditos [sem caráter militar] das duas coroas que sejam necessários empregar para guardar as propriedades privadas, os atos de jurisdição, ou a vigilância das relações que se buscam estabelecer, os dois governos podendo entender-se através de seus plenipotenciários, em todos estes pontos.

O abaixo-assinado não acredita ser necessário protestar contra qualquer consequência ou indução que se possa talvez tirar do favor assim acordado aos aborígenes, sejam eles independentes, sejam já inteiramente submetidos à dominação brasileira. O Direito Internacional, as máximas de todas as potências que possuem colônias e a unanimidade da sociedade cristã garantem suficientemente os direitos pertencentes às nações civilizadas no que se refere às tribos selvagens estabelecidas em regiões descobertas por europeus e conquistadas para a civilização. A própria Inglaterra tem o maior interesse em frustrar os exageros de uma filantropia cega e se pronunciou bem explicitamente contra os títulos de propriedade que a cobiça ou a ambição quis instaurar nos contratos de permuta concluídos com tribos selvagens, para que seja necessário que o Brasil tome precauções, *vis-à-vis* o governo esclarecido e previdente de sua majestade britânica, contra um precedente que minaria as bases de toda ordem social instituída fora da Europa [...].

XI

Schomburgk encarregado da delimitação das fronteiras.

Ocupação do Pirara por um destacamento inglês (fevereiro de 1842).

Durante essa discussão diplomática no Rio de Janeiro, o governador da Guiana Inglesa havia posto em execução as ordens que havia recebido anteriormente. Em 23 de dezembro de 1841, Schomburgk, encarregado da delimitação das fronteiras, partia de Georgetown e subia o Essequibo com seus auxiliares e um destacamento do 1º Regimento das Índias sob o comando do tenente Bingham. Em 13 e 14 de fevereiro de 1842, eles ocuparam Pirara, então quase completamente deserto. Somente duas casas estavam habitadas pelos índios[65] e quatro soldados brasileiros se

[65] "A maioria das casas estava caída e aquelas que encontrei estavam no estado mais degradado e, com a exceção de duas, as outras eram inabitáveis"(relatório de Schomburgk, Pirara, de

encontravam nos arredores[66].

Protestos do Brasil.

O missionário José dos Santos Inocentes lá chegou no dia 25 e o capitão Leal, no dia 27. Eles protestaram contra a invasão do território brasileiro e só deixaram Pirara forçados, seguindo as instruções que lhes prescreveram de evitar qualquer choque com os agentes de sua majestade britânica, salvaguardando, no entanto, os direitos do Brasil[67].

Em 1º de maio, eles protestaram em São Joaquim contra a demarcação iniciada por Schomburgk, acrescentando que não a reconheciam como válida, mas como uma simples exploração científica sobre a qual não se manifestavam[68].

Em 2 de maio, o presidente da província do Pará, Rodrigo Pontes, enviava da cidade de Belém ao governador da Guiana Inglesa, um protesto contra a entrada das tropas inglesas em território brasileiro e contra a ocupação do Pirara. Em 1º de agosto, esse mesmo funcionário endereçava ao governador britânico uma carta acompanhada de um protesto contra o assentamento de marcos fronteiriços e "contra qualquer demarcação que tenha sido feita em nome da Inglaterra sem o consentimento do governo do Brasil, a fim de que em nenhum momento se pudesse estabelecer qualquer pretensão que fosse sobre fatos desprovidos de toda aparência de direito".

Lorde Aberdeen ordena a retirada do destacamento inglês (1842).

Vê-se, então, que os direitos do Brasil foram devidamente salvaguardados pelos protestos do governo brasileiro e de seus representantes no Pará, em São Joaquim, no Pirara e em Londres. Aliás, o governo britânico, mais bem esclarecido sobre estes acontecimentos, apressou-se a enviar ordens para a retirada imediata do destacamento que havia

24 de fevereiro de 1842, no *Livro Azul*, C.-8195, 1896. p. 25)

66 "A sua chegada à vila, Fryer encontrou-a quase deserta. Foi informado, no entanto, que três brasileiros e Avaristo [Evaristo José Teixeira] [...] ainda ocupavam a vila por ordem do comandante de São Joaquim. Esses homens estavam ausentes, em alguma festividade na vizinhança. Quando retornaram [...]" (ibid.).

67 "[...] Bingham comunicou ao capitão Leal e a Frei José que, sendo suas ordens decisivas, deveria insistir sobre sua retirada ou teria necessidade de usar a força; e, como a sua evacuação foi, em consequência, involuntária, submeteram-se a ela, mas não sem protestar contra a medida violenta e a consideraram um insulto contra a nação que representavam" (carta de Schomburgk ao governador Light, Pirara, 28 de fevereiro de 1842, no *Livro Azul*, C.-8195, de 1896. p. 31).

68 Documento inserido no *Livro Azul* citado, p. 37.

invadido o território do Pirara. Essa decisão foi anunciada por lorde Aberdeen ao ministro do Brasil em Londres, J. Marques Lisboa e em seguida, quase ao mesmo tempo, por Schomburgk ao coronel Mattos, que chegara a São Joaquim, e por Hamilton, ao ministro das Relações Exteriores do Brasil, Aureliano Coutinho.

A carta de Schomburgk foi datada do Pirara, em 24 de agosto de 1842[69]; a nota de H. C. J. Hamilton, do Rio de Janeiro, de 29 de agosto. Este último documento e a resposta, em 3 de setembro, de Aureliano Coutinho, estabeleceram o que se chamou de acordo provisório para a neutralização do Pirara.

Acordo provisório de 29 de agosto — 3 de setembro de 1842.

Logo depois, o governo da rainha, em consideração às reclamações do Brasil, ordenava ao governador da Guiana que mandasse destruir os marcos colocados por Schomburgk, ou, mais exatamente, apagar as marcas e as legendas escritas por ele nas árvores como sinal de uma tomada de posse que o Brasil não podia reconhecer[70]. A ordem foi executada nos primeiros dias de abril de 1843[71].

Lorde Aberdeen ordena a destruição dos marcos colocados por Schomburgk.

XII

A aldeia do Pirara já não existe desde 1839.

A aldeia do Pirara, ou Pirarara, não existia mais. Em 1836, sob a dominação brasileira, ela contava, segundo

[69] "[...] O despacho de sua excelência o governador da Guiana Inglesa, confiado aos cuidados do tenente Wieberg o notificará de que o Pirara deve ser provisoriamente considerado terreno neutro e de que o destacamento de tropas de sua majestade britânica tem ordens de retornar a Demerara [...]" (carta de 24 de agosto de 1842 de Schomburgk ao coronel João Henrique de Mattos, no *Livro Azul*, C.-8195, p. 39).

[70] Despacho de 24 de novembro de 1842 do ministro do Brasil em Londres ao ministro das Relações Exteriores no Rio e trecho a seguir da carta de 28 de março de 1843, endereçada do Pirara por Schomburgk ao governador Light (*Livro Azul* citado, p. 42): "Fryer viaja amanhã do Pirara para São Joaquim, como portador de duas cartas endereçadas ao presidente do Pirara [Pará] e ao comandante das forças em rio Branco [major Hygino J. Coelho] que me foram entregues por Young e, de acordo com as instruções de sua excelência, para apagar as marcas que gravei em algumas árvores junto à confluência do Maú com o Tacutu, e do Surumu ou Cotingo com o mesmo rio [...]."

[71] "[...] Apaguei as marcas de fronteira mencionadas em minhas instruções, a saber, um perto da confluência o Surumu com o Tacutu, duas outras na margem direita do Tacutu, próximo à foz do Maú, outra na confluência do Maú com o Tacutu e outra perto da foz do rio Pirara" (carta de 10 de abril de 1943, de W. J. Fryer a Shomburgk, no *Livro Azul* citado, p. 43)

Schomburgk, com "quatorze casas" e uma centena de habitantes[72]. Estas casas não eram mais que grosseiras cabanas circulares cobertas com um teto cônico de folhas de palmeira. Com a chegada de Youd, em 1838, o número de índios aumentou. Uma capela e uma casa destinada ao missionário foram construídas. No ano seguinte, quando os soldados brasileiros ocuparam a localidade, quase todos os macuxis do Pirara e dos arredores seguiram Youd a Curuá (margem direita do Rupununi) e, em seguida, em 1840, a Waraputa, no baixo Essequibo[73]. Em 1842, Schomburgk encontrava o Rupununi e em julho de 1843, segundo o tenente-coronel engenheiro F. Carneiro de Campos, chefe da comissão brasileira encarregada de traçar um novo mapa destas paragens, via-se no Pirara somente "uma capela em ruínas e quatorze ocas de índios, de construção fusiforme, no mesmo estado de deterioração que a capela"[74]. Schomburgk informava a lorde Stanley em 1844, que Pirara estava abandonado e em ruínas[75]. A mesma informação encontra-se em um relatório de 1869 do geólogo Charles B. Brown[76]. Ainda assim, apesar de todos estes testemunhos, Pirara e muitas outras antigas aldeias indígenas mais ou menos nômades continuam a figurar até hoje nos mapas ingleses, bem como o forte "New Guinea", fortificação circular da qual só se via em 1869 alguns vestígios, construída em 1842 a leste do Pirara e ocupada naquela época durante seis meses pelo tenente Bingham e seus homens[77].

---

72 *Journal of the Royal Geographical Society*, t. VI, p. 242.

73 Ver as últimas linhas do nº VIII nesta primeira parte e a nota 58 da p. 90.

74 Ver notas 68, p. 98 e 66, p. 99.

75 "[...] A vila do Pirara, situada na fronteira contestada, anteriormente uma missão florescente da igreja protestante, *está agora abandonada e é um monte de ruínas.* (carta de Schomburgk a lorde Stanley). Londres, 1º de novembro de 1834, p. 47 do *Livro Azul*, C.-8195)

76 *"*[...] Fiquei aquela noite em Quatatá e bem cedo na manhã seguinte visitei *o local do Pirara, do qual dificilmente resta agora um vestígio, exceto os pilares em ruínas da velha igreja* e as trincheiras dos brasileiros, construídas em 1839, quando tomaram o lugar e expulsaram o missionário. Meia milha [cerca de 805 m] para leste da vila, e separada dela por um pântano estreito e profundo, existe um pequeno aterro circular, com cerca de 30 jardas de diâmetro [cerca de 27,5 m], com paredes de três pés [cerca de 91,5 cm] de altura levantadas rapidamente pelas tropas inglesas que foram enviadas para expulsar os brasileiros" (*Reports on the Physical, Descriptive, and Economic Geology of British Guiana*. Londres, 1875. p. 64).

77 Pirara e "New Guinea" figuram ainda no *Map of British Guiana*, por Cathcart Calmes, James Gay Sawkins e Ch. B. Brown, publicado em Londres em 1875 (quatro folhas). Ver a nota precedente a respeito desse mesmo forte que, aliás, não saberia existir, em virtude do acordo de 29 de agosto — 3 de setembro de 1842.

O missionário Youd, sua obra e sua morte.

Já o reverendo Thomas Youd teve a oportunidade de conhecer a inconstância e a infidelidade dos índios selvagens ou meio civilizados, vendo-se abandonado por aqueles mesmos que haviam pedido a proteção inglesa e que ele havia reunido na cachoeira de Waraputa. Ele morreu perto do fim de 1842, envenenado, diz-se, por um de seus protegidos. A morte de sua mulher em Curuá também foi atribuída a um envenenamento[78].

Missionários portugueses.

Seus trabalhos de propaganda religiosa no Pirara durante alguns meses (1838-39) não produziram fruto algum nem criaram qualquer título em favor da Guiana Inglesa. O território onde ele havia tentado se estabelecer não podia ser considerado como *res nullius*, pois havia sido ocupado militarmente pelos portugueses e em seguida pelos brasileiros, até que a guerra civil, que foi chamada "dos cabanos", desorganizou estas fronteiras. Youd havia declarado às autoridades brasileiras que não tinha mandato algum do governo da metrópole nem do da colônia, e que agia somente por conta da *Church Missionary Society*. Ele foi o único religioso estrangeiro que penetrou nos limites da bacia do Amazonas pelo Essequibo, onde, desde os primeiros anos do século XVII, centenas de missionários já haviam trabalhado para atrair os índios para a civilização. Vinte e quatro destes missionários, entre os quais dezesseis jesuítas e oito pertencentes a outras comunidades religiosas, aí haviam encontrado o martírio e a morte nas mãos dos selvagens, somente no período que vai de 1642 a 1757.

Schomburgk e os índios. Resposta às acusações feitas contra o Brasil.

Para chamar atenção sobre essa questão de

[78] "[...] Mal se tinha instalado [em Waraputa, a 5º 16'N no Essequibo] juntado a sua volta cerca de cem colonos quando uma expedição militar, viajando de Georgetown para o Pirara [1842], solicitou que acompanhasse as tropas como intérprete e guia. Atendendo à solicitação, sabendo que tinha a concordância do governo e acreditando que fosse do interesse dos nativos, viajou com o pequeno destacamento de soldados e muitos dos seus colonos o seguiram [...]. Contudo, os hábitos imorais dos soldados arruinaram a causa da religião [...]. Os índios se dispersaram e, tendo retornado a Waraputa, o missionário encontrou tudo abandonado e deserto. Sua saúde, com a qual não se preocupava havia muito tempo, então cedeu completamente [...]. Esse missionário desafortunado sobreviveu por algum tempo e finalmente morreu […]" (DALTON. *History of British Guiana*. t. II, pp.153-154).

"Youd morreu logo após sua viagem de volta para casa. Estava com a saúde e o espírito abatidos por suas muitas privações e provações, e sofrendo muito pelos efeitos do veneno, que por três vezes lhe foi administrado, diz-se por um velho pagão da tribo dos Acawoios. A morte de sua mulher, anteriormente, na região da cachoeira de Urwa, foi também atribuída à mesma causa" (BRETT. *The Indian Tribes of British Guiana*. p. 65).

limites, Schomburgk havia explorado os sentimentos filantrópicos do povo inglês, dizendo que os brasileiros, ainda em 1839, queimavam as aldeias e caçavam os índios para escravizá-los.

As expedições de que fala tinham como objetivo recrutar homens para o exército ou prender criminosos. É muito provável que atos de violência fossem seguidamente praticados pelos agentes recrutadores ou pela polícia, mas Schomburgk certamente os exagerou além das medidas. De resto, estas mesmas expedições provam que o Brasil exercia atos de soberania no istmo formado pelos rios Tacutu e Rupununi.

A execução enérgica das leis de 6 de junho de 1755 e de 8 de maio de 1758 redigidas pelo marquês de Pombal havia suprimido a escravidão dos índios no Brasil, enquanto na colônia de Essequibo, até a conquista inglesa, os holandeses continuavam a comprar dos caraíbas os prisioneiros que faziam de outras tribos indígenas. Os documentos holandeses que o governo britânico fez traduzir e publicar recentemente*, falam a cada instante dos "red slaves" empregados nas plantações de Essequibo e Demerara.

A obra humanitária dos religiosos portugueses e das autoridades locais é visível ainda hoje nas bacias do Amazonas e principalmente na região do rio Negro e do rio Branco, onde mais de 70% da população civilizada é composta de índios. Por outro lado, em várias colônias europeias, como observou um escritor inglês[79], as raças indígenas foram aniquiladas ou estão desaparecendo pouco a pouco.

Estes contrastes permitem estimar em seu justo valor as imputações do viajante alemão.

XIII

Negociações em Londres em 1845, entre Araujo Ribeiro e lorde Aberdeen.

As negociações visando a uma convenção de limites iniciaram-se em 16 de outubro de 1843 por Araújo Ribeiro (mais tarde visconde do Rio Grande), ministro do Brasil em Paris, encarregado de uma missão especial em Londres.

O enviado brasileiro apresentou em 3 de novembro a lorde Aberdeen

* Fim do século XIX. (N.E.)

[79] DILKE, sir Charles. *Greater Britain: A Record of Travel* [...]. Londres, 1890. pp 85 e 349.

Projeto apresentado por Araújo Ribeiro.

um projeto de convenção com três artigos, segundo os quais a fronteira seguiria a linha do divisor de águas da serra de Pacaraima até sua extremidade sudeste no monte Anaí, depois subiria o Rupununi até 2°N e, a partir desse ponto, seria formada, em direção ao leste, pelo paralelo de 2°N até a fronteira holandesa.

Já era um projeto de transação, pois implicava a cessão à Inglaterra de um vasto território triangular situado entre a margem direita do Rupununi, a oeste, a linha noroeste-sudeste traçada do Anaí em direção às cabeceiras do Corentine, a leste, e ao sul, o paralelo de 2°N.

Primeira proposta de lorde Aberdeen.

A questão foi debatida em três sessões realizadas no *Foreign Office* em 15, 16 e 22 de novembro de 1843.

Na primeira, lorde Aberdeen começou propondo, de acordo com lorde Stanley, ministro das colônias, as seguintes linhas:

Serra de Pacaraima até a nascente do Maú, depois, desse rio até sua confluência com o Tacutu; em seguida do Tacutu até 2°N, e na direção leste até a fronteira holandesa, o mesmo paralelo 2°N proposto por Araújo Ribeiro[80].

A proposta inicial de lorde Aberdeen e de lorde Stanley era então menos desfavorável ao Brasil que aquela feita em 12 de setembro de 1891 por s*ir* Thomas Sanderson e renovada na nota do último dia 22 de abril. Além disso, é preciso acrescentar que, nessa mesma sessão de 15 de novembro de 1843, lorde Aberdeen havia acabado por anunciar que aceitaria todas as linhas propostas pelo Brasil com uma única alteração: que a aldeia do Pirara e um círculo de algumas milhas no entorno dessa aldeia pertenceriam à Guiana Inglesa. Lorde Aberdeen declarava não dar nenhuma importância a esse pequeno território, mas desejava incluí-lo nos limites da colônia porque a Inglaterra, dizia ele, havia se comprometido, até certo ponto, em proteger os índios do Pirara[81].

Entretanto, Araújo Ribeiro fez notar que "a aldeia muito provavelmente não existia mais" (acaba de provar que o ministro do Brasil não se enganava); que a proteção que se queria exercer visava às pessoas e não ao território, e que um artigo poderia ser incluído no projeto de convenção, declarando que o governo brasileiro se comprometia a

[80] Despacho de 15 de novembro de 1843, de Araújo Ribeiro ao ministro das Relações Exteriores, Paulino de Souza (mais tarde visconde do Uruguai).

[81] Despacho citado.

facilitar a passagem destes índios para o território inglês.

Sobre isto, lorde Aberdeen respondeu que se entenderia com seu colega das colônias[82].

Na segunda sessão, em 17 de novembro, Araújo Ribeiro apresentou o artigo que havia sugerido e que se tornaria o quarto a entrar no tratado. Estava assim redigido:

> Sua majestade o imperador, querendo dar provas de sua consideração pela solicitude manifestada por sua majestade britânica no que se refere à situação dos índios macuxis ou macussis que formavam a aldeia do Pirara, se compromete a dar a ajuda e a proteção que estiverem ao seu alcance para facilitar a passagem destes índios para o território da Guiana Inglesa caso prefiram tornar-se súditos da Coroa britânica[83].

Após ter examinado essa proposta, lorde Aberdeen limitou-se a dizer "que ele acreditava que os índios ainda estavam reunidos no Pirara, e que outro missionário havia sucedido a Youd".

Sem poder responder positivamente a estes dois pontos, Araújo Ribeiro propôs esta modificação ao artigo 4º:

O governo britânico se declara pronto a aceitar as linhas fronteiriças propostas pelo Brasil.

Em vez de dizer: "macussis que formavam a aldeia do Pirara", dizer "macussis que formavam a aldeia do Pirara, ou que ainda possam se encontrar nessa localidade"[84].

Nada foi decidido nesse encontro. No terceiro, em 22 de novembro, lorde Aberdeen prometeu novamente falar com seu colega das colônias a respeito do artigo 4º. O governo da rainha estava disposto a aceitar as linhas de fronteira propostas pelo Brasil, mas faltava examinar a questão da proteção aos macuxis do Pirara[85]. Lorde Aberdeen começou a responder por escrito, e no dia seguinte transmitia esta nota verbal ao plenipotenciário brasileiro:

Nota verbal de lorde Aberdeen (23 de novembro de 1843).

---

82 Mesmo despacho.

83 Traduzido do texto português anexado ao despacho de Araújo Ribeiro ao ministro das Relações Exteriores do Brasil em 18 de novembro de 1843

84 Despacho citado, de 18 de novembro de 1843.

85 Despacho de 24 de novembro de 1843, de Araújo Ribeiro, ao ministro das Relações Exteriores do Brasil.

O conde de Aberdeen apresenta seus cumprimentos ao cavaleiro Ribeiro e tem a honra de informá-lo de que encaminhou para lorde Stanley, secretário de Estado Principal de sua majestade para o Departamento das Colônias, *o artigo relativo aos índios macuxis*, que o senhor Ribeiro ofereceu para ser juntado ao rascunho que propôs, da convenção destinada a resolver a questão da fronteira entre a Guiana Inglesa e o Brasil.

Lorde Aberdeen *pede para declarar* ao senhor Ribeiro, que, *embora o governo de sua majestade estivesse preparado para adotar imediatamente a modificação da linha de fronteira proposta pelo* senhor Ribeiro*, substituindo os rios Maú e Tacutu"* [propostos por lorde Aberdeen] *"pelo Rupununi"* [proposto por Araújo Ribeiro], *"tem de necessariamente consultar o vice-governador da Guiana Inglesa*, com respeito às circunstâncias dos índios na vizinhança imediata do Pirara, e o presente estado dessa colônia, *antes que possa emitir qualquer opinião com respeito ao artigo agora sugerido pelo senhor Ribeiro.*

Foreign Office, 23 de novembro de 1843 .

Causas da interrupção das negociações em Londres, em 1843.

As negociações foram então suspensas porque, não tendo conseguido chegar a um acordo com lorde Aberdeen e Gladstone a respeito de um tratado de comércio, objeto principal de sua missão, Araújo Ribeiro, que deveria retornar a seu posto em Paris para se ocupar de outros negócios urgentes, não podia esperar o resultado da pesquisa que seria feita na colônia.

A resposta do governador da Guiana Inglesa não foi publicada, mas esse funcionário não poderia deixar de confirmar, como Schomburgk e Carneiro de Campos, que a aldeia do Pirara não existia mais desde 1839. Youd havia feito aí uma aparição muito rápida em 1842, seguindo um destacamento das tropas coloniais inglesas; no entanto, reprovando a conduta dos soldados[86] e sentindo-se doente, retornou à cachoeira de Waraputa. Ele teve, com efeito, um sucessor, como supôs lorde Aberdeen, mas na cachoeira de Waraputa, no Essequibo, e não no Pirara[87].

[86] Ver na nota 78, p.102, uma passagem de Dalton.

[87] "[...] Outro missionário, o reverendo Pollitt foi instruído a preencher a vaga aberta pela morte de Youd; *viajou para Waraputa* e diligentemente dedicou-se a seu objetivo, mas o infortúnio esperava igualmente por ele. Com a saúde foi seriamente afetada, foi obrigado a voltar para a Inglaterra [...]" (DALTON, t. II, p. 154).

Segunda parte
Exame dos argumentos apresentados em nome do governo britânico

I

Observações sobre os documentos diplomáticos trocados de 1841 a 1843.

A discussão diplomática sobre o âmago da questão dos limites foi interrompida de fato desde 1843, não obstante algumas negociações que não tiveram continuidade, iniciadas em Londres em 1888 e 1891 pela legação do Brasil.

O acordo de 1842 para a neutralização provisória do Pirara, até a regulamentação definitiva do litígio, está ainda em vigor, mas a questão deve ser retomada do ponto em que estavam as coisas no momento da adoção do *modus vivendi* provisório. Agentes do governo britânico puderam constatar várias vezes, de 1811 a 1842, que o Brasil tinha a posse do Pirara e do istmo formado pelos rios Tacutu, Maú e Rupununi. A situação do Brasil era, portanto, dotada de boa-fé; a Inglaterra tinha o papel de requerente.

"Cabe ao requerente provar seu direito", disse Vattel em trecho citado anteriormente.

A memória justificativa anunciada na parte final do memorando anexado à nota de Ouseley de 20 de fevereiro de 1841 nunca foi entregue ao governo brasileiro. Da mesma forma, nenhum documento desse gênero foi publicado.

É, então, permitido acreditar que o governo da Guiana Inglesa e o Departamento das Colônias não puderam fornecer ao *Foreign Office* outras alegações ou outras provas além das que se encontram no memorando de 20 de fevereiro de 1841 e nas notas de 10 de dezembro de 1841 e de 22 de abril de 1897.

No que se refere aos incidentes fronteiriços que aconteceram de 1838 a 1841, há nas duas primeiras peças alguns fatos sobre os quais a legação britânica no Rio não se mostrou bem-informada. Seria inútil insistir aqui sobre estes detalhes, visto que os fatos em questão encontram-se retificados na presente memória e estabelecidos com precisão com a ajuda de documentos ingleses escritos no lugar e no momento mesmo em que esses acontecimentos se produziam.

O memorando datado de 20 de fevereiro de 1841, apresentado por Ouseley, encarregado de negócios no Rio de Janeiro, nada mais é, em sua parte essencial, que a obra de Schomburgk. Exceto a exposição dos incidentes fronteiriços e uma refutação endereçada ao comandante do forte de São Joaquim, que acreditara encontrar no Siparuni o rio Sipó dos portugueses; exceto uma rápida resposta ao presidente da província do Pará e o anúncio da próxima apresentação de uma memória explicativa dos direitos da Grã-Bretanha, tudo que esse documento contém a respeito da questão dos limites é uma cópia quase textual de várias passagens do memorando que foi mencionado, endereçado por Schomburgk ao governador Light em 1º de julho de 1839[88].

O capitão Leal, comandante do forte de São Joaquim, era, como Ouseley muito bem o disse, totalmente incompetente para discutir essa questão de direito histórico e não estava qualificado para se envolver em semelhante debate, mas é justo admitir, ao mesmo tempo, que Schomburgk, em seus escritos, não se mostrou mais bem preparado que esse oficial do corpo de polícia do Pará. Se Leal não pôde produzir nenhum documento e só se baseava em "relatórios verbais", Schomburgk, por seu lado, baseava-se principalmente em informações históricas que dizia ter obtido dos índios, e que não eram mais que "relatórios verbais" fornecidos pelos selvagens sobre fatos acontecidos há mais de meio século.

O rio Sipó dos comissários portugueses encarregados da demarcação

[88] Publicado no *Livro Azul*, Venezuela nº 1, C.-7972, pp. 183-184.

em 1781 não era o Siparuni, como havia pensado Leal, mas o alto Essequibo, desde sua nascente até a confluência do Rupununi. Schomburgk, em 1837, sem ter nenhum conhecimento dos relatórios escritos por Silva Pontes e Almeida Serra, havia encontrado no curso superior do Essequibo o nome de Sipu, assim como Coudreau em 1884[89].

É evidente que o presidente da Província do Pará, Souza Franco, por sua vez, em seu discurso de 15 de agosto de 1839, lido na Assembléia Legislativa Provincial, corroborando seu predecessor Andréa — para quem a aldeia do Pirara encontrava-se sobre território incontestavelmente brasileiro —, cometeu um grande equívoco ao acrescentar que o rio Pirara se lança no Rupununi; ainda assim, no mesmo trecho em que Ouseley constata essa falta, ele enuncia uma proposição não menos surpreendente, pois faz do Maú um tributário do Orenoco.

O próprio Souza Franco foi o primeiro a se surpreender com seu erro acidental ao escrever, se desculpando e, antes de conhecer a observação feita por Ouseley, já havia endereçado ao Ministério das Relações Exteriores, sobre essa questão de limites, uma memória muito erudita e muito bem documentada.

Assim como não se pode concluir do erro de seu encarregado de negócios que o governo britânico não conhecia o curso inferior do Maú, principalmente após a publicação do mapa de Schomburgk, do mesmo modo seria injusto pretender que o governo brasileiro ignorasse, em 1839, que o rio Pirara é um afluente do Maú, uma vez que esses cursos d'água eram conhecidos dos portugueses desde o século XVII e figuram em todos os mapas impressos a partir de 1745. Ainda há mais: os arquivos do Pará e do Rio de Janeiro possuíam os originais e as cópias de dois grandes mapas da bacia do rio Branco, bem como as plantas especiais do rio Pirara e da trilha do Rupununi, levantados em 1781, por Silva Pontes e Almeida Serra, e em 1787, por Gama Lobo e Simões de Carvalho.

Humboldt, falando destes trabalhos, escrevia por volta de 1810:

> Estes mapas manuscritos, abrangendo todos os detalhes do levantamento trigonométrico das sinuosidades dos rios, nos foram gentilmente comunicados, a P. Lapie e a mim, pelo conde de Linhares. Pode-se afirmar que poucos rios

[89] Ver na primeira parte, pp. 68-69, especialmente a parte final da nota 11, p. 69.

da Europa tiveram seus cursos submetidos a operações mais minuciosas que os cursos do rio Branco, Uraricuera, Tacutu e Maú[90].

Convém, no entanto, comparar as alegações que se encontram no memorando de 1º de julho de 1839 endereçado por Schomburgk ao governador da Guiana Inglesa, com o de 21 de fevereiro de 1841, e dirigido ao governo brasileiro por Ouseley, encarregado de negócios de sua majestade britânica, e as da nota de 22 de abril de 1897, do *Foreign Office*.

A nota de 10 de dezembro de 1841, de Hamilton, ministro de sua majestade britânica no Rio de Janeiro, já foi examinada na primeira parte da presente memória (pp. 89 e 94).

II

Argumento inglês — tratados e antigas pretensões holandesas.

— *Quando a guerra irrompeu em 1803, depois da devolução da Guiana Holandesa aos holandeses pelo Tratado de Amiens, ela foi novamente conquistada pela Inglaterra e, por um artigo adicional a uma Convenção assinada em Londres em 13 de agosto de 1814, Demerara, Essequibo e Berbice foram finalmente cedidas à Grã-Bretanha. Portanto, o império britânico adquiriu a Guiana, com as mesmas reivindicações referentes aos limites de suas fronteiras que tinham os holandeses antes de ser cedida por tratado à Grã-Bretanha* (memorando de Schomburgk, de 1839, e memorando da legação inglesa, de 20 de fevereiro de 1841).

Resposta.

Tratados.

Tudo isto é perfeitamente admitido pelo Brasil. Mostrou-se anteriormente (primeira parte, p. 74) que as Convenções de Londres de 13 de agosto de 1814 não declararam quais eram os limites das colônias cedidas pela Holanda. Fez-se notar, ao mesmo tempo, que, pelo Tratado de Amiens (1802), a Inglaterra, a Holanda e a Espanha haviam consentido em um prolongamento da Guiana Francesa até a margem esquerda do rio Branco, à custa da Guiana Holandesa, do Brasil e das antigas reinvidicações espanholas. O *limite meridional* da colônia francesa assim estendida — limite com

[90] HUMBOLDT. *Voyage aux régions equinoxiales*. Edição in-8o, t. X, p.148.

o Brasil — foi estabelecido pelo paralelo da nascente do Araguari, quer dizer, em torno de 2°30'N[91]. A linha estipulada passava então ao norte da serra de Tumucumaque, denominada Acaraí em sua parte ocidental. Admitindo-se que a faixa do território francês que se prolongava para o oeste até o rio Branco tinha apenas dois graus de largura norte-sul, — questão que faltava regulamentar entre a França e a Holanda — *o limite setentrional* da Guiana Francesa se encontraria a 4°30'N e passaria assim meio grau ao norte da confluência do Rupununi. Todavia, a admissão de dois graus de largura não deve ser considerada excessiva, pois a fronteira meridional da Guiana Holandesa no Essequibo, traçada por William Faden em 1807, *de acordo com documentos holandeses*, foi deslocada até cerca de 5°N[92].

Isto era tudo o que a Holanda pretendia no momento e o que ela pôde ceder em 1814, pois pelo Tratado de Amiens o país já havia implicitamente cedido grande parte da bacia do Essequibo à República Francesa, que de 1802 a 1810 era aliada da Holanda e que até o mês de novembro de 1813 dominou a região.

As estipulações dos tratados de Badajoz (1801) e Amiens (1802) relativas à ampliação da Guiana Francesa jamais foram, por parte de Portugal, minimamente executadas. O governo francês estava, então, ocupado demais na Europa para pensar em tomar posse dos territórios a que se atribuía na América. A guerra havia eclodido novamente em 1803 entre a Grã-Bretanha, de um lado, e a França e a Holanda, de outro. A Grã-Bretanha se apoderou, portanto, das colônias holandesas de Essequibo, Demerara e Berbice, ou mais exatamente, da zona marítima dessas colônias, onde se encontravam os estabelecimentos holandeses. Foi somente em 1811 que os ingleses iniciaram um reconhecimento ou exploração em direção ao alto Essequibo e ao Rupununi, na zona abandonada à França pela Holanda. Eles lá encontraram os portugueses, como se viu anteriormente (pp. 76-78), que por patrulhas e destacamentos militares, mantinham zelosamente seu antigo domínio. Portugal, aliado da Inglaterra, lutava contra a França desde 1808. Em 1809, as tropas brasileiras, sob o comando do coronel Manoel Marques d'Elvas, secundadas por uma divisão naval portuguesa e por uma corveta de sua majestade britânica, haviam conquistado a Guiana

[91] Ver pp. 71-74.

[92] Ver o que foi dito nas pp. 72 e 73 a respeito do mapa de W. Faden.

Francesa. Esse estado de guerra tinha naturalmente anulado todos os compromissos feitos em Amiens entre a França, de um lado, e a Grã-Bretanha, de outro, agindo em seu próprio nome e no de Portugal. Este conservou, por conseguinte, tudo o que os tratados rompidos haviam atribuído à França, a oeste da antiga fronteira entre o Brasil e as colônias holandesas de Essequibo, Demerara e Berbice.

Tudo o que a Inglaterra possui hoje* ao sul do paralelo de 5° ou de 4°30'N deve ser considerado como conquistado da França durante a guerra; mas o governo de sua majestade britânica não pôde, no entanto, conquistar os territórios interiores que originalmente pertenciam a Portugal, aliado da Inglaterra, que ocupava militarmente as regiões até o Rupununi.

Qual foi a linha extrema das pretensões holandesas do lado do Brasil?

Pretensão máxima da Holanda.

Viu-se, na primeira parte da presente memória[93], que, segundo o governador-geral Storm van's Gravezande e os mapas holandeses do século XVIII, a fronteira meridional das colônias de Essequibo, Demerara e Berbice era formada pela *serra de Pacaraima e por uma linha traçada partindo da confluência do Anaí em direção ao sudeste*. Toda a bacia do rio Branco, com o Pirara e o lago Amacu, bem como uma grande parte da bacia do Rupununi, pertenciam ao Brasil, de acordo com a delimitação feita pela Holanda antes de 1748 e aceita por Portugal em 1783.

O memorando de Schomburgk e o da legação britânica do Rio de Janeiro, em 1841, alegam que jamais houve tratado de limites entre Portugal e Holanda. No entanto, a negociação de um tratado desse gênero não é obrigatória quando não há desacordo entre as partes interessadas a respeito de suas fronteiras. Ainda hoje há Estados que jamais assinaram com alguns de seus vizinhos convenções especiais desse gênero, sem que suas fronteiras possam, por isso, ser consideradas como indeterminadas ou indecisas. A longa posse e o consentimento mútuo, manifestado pela ausência de contestação, são suficientes e têm a mesma força que as convenções escritas. Assim, não existe tratado entre o Brasil e a Holanda no que se refere às suas fronteiras na Guiana, mas os dois países estão perfeitamente de acordo em relação ao fato de que,

* Século XIX. (N.E.)

93 Ver pp.65-70.

da nascente do Maroni à do Corentine, suas possessões se interrompem na linha do divisor de águas da serra de Tumucumaque. Jamais houve divergência de opinião a esse respeito entre os dois governos, como lembrou uma nota holandesa recente*.

O governo da Guiana Inglesa não poderá apresentar ao *Foreign Office* documento algum estabelecendo que a Holanda tenha pretendido quaisquer territórios na bacia do rio Branco. Também não poderá rejeitar as declarações do governador Storm van's Gravezande no que se refere à exatidão do traçado de fronteiras feito por d'Anville em 1748[94], nem colocar em dúvida a autoridade dos mapas holandeses de van Bercheyck (1759), I. Tirion (1767 e 1770) e von Bouchenroeder (1798)[95].

III

Argumento de Schomburgk.

— *Embora a Comissão de Fronteira, chefiada por* Pontes Leme *e* Almeida Serra*, possa ter visitado o lago Amucu e declarado que a cadeia de montanhas que é conhecida pelos geógrafos com o nome de serra de Pacaraima era a sua fronteira, não tiveram consentimento nem do gabinete inglês nem do francês* (memorando de Schomburgk, de 1839, endereçado ao governador Light).

Retificações.

Os comissários Antonio Pires da Silva Pontes e Ricardo Franco de Almeida Serra indubitavelmente exploraram o lago Amacu. Eles fizeram em fevereiro de 1781 um exame minucioso da trilha do Pirara e do riacho Tauaricuru (Awaricuru), afluente do Rupununi[96]. Este último curso d'água, bem como o alto Essequibo

* Século XIX. (N.E.)

94 Ver estas declarações nas pp. 66-67.

95 P. 68.

96 Trecho do relatório desses dois exploradores assinado em Barcelos, em 19 de julho de 1781: [...] Este intervalo do Pirara ao Rupununi é de campinas alagadas que em tempo das cheias formam um lago contínuo que, por meio de três pequenos varadouros, faz a comunicação por águas entre o rio Branco e o dito Essequibo ou Rupununi. Quase no meio das ditas campinas está o ponto mais elevado delas, junto do lago Amacu, que vai notado com asterisco carmim na mesma carta que ofereceremos, e do qual principiam os pequenos declives para a parte do nascente a cair sobre o Rupununi, e para poente formam a fonte do rio Pirara, que deságua, como temos dito, para o Maú e por ele para o rio Branco. Estão estas campinas fechadas pela parte do sul com uma alta cordilheira, que se estende de leste para oeste coisa de 10 léguas

Explorações portuguesas de 1781, 1786 e 1787.

ou Sipó, já havia sido percorrido pelos portugueses. Os resultados das explorações que compreendiam o rio Branco, seus afluentes e o Rupununi, e em uma planta especial, a trilha do Pirara, feitos por Silva Pontes e Almeida Serra, foram consignados em um mapa, finalizados em Barcelos e anexados ao relatório que eles encaminharam ao general Pereira Caldas em 19 de julho de 1781.

Após essa exploração, outras — não menos importantes — foram feitas em 1785 e 1786 pelo doutor Alexandre Rodrigues Ferreira e em 1787 pelo coronel Gama Lobo e pelo capitão Simões de Carvalho, todos os três membros da comissão portuguesa de delimitação de fronteiras.

Linha de demarcação adotada em 1783 por Portugal.

Silva Pontes e Almeida Serra propuseram em 1781 o estabelecimento de um posto militar na margem esquerda do Rupununi, perto do Tauaricuru[97], mas não declararam que o Rupununi deveria ser adotado como fronteira. A opinião deles era adotar a linha do divisor de águas[98]. Em 1783, Silva Pontes, após ter estudado os documentos portugueses e os mapas holandeses, propôs como fronteira a serra de Pacaraima até o monte Anaí, o riacho Anaí, e uma linha ideal traçada da confluência desse riacho na direção sudeste até a serra de Tumucumaque[99]. Estas linhas, como foi lembrado anteriormente, encontram-se traçadas em um mapa transmitido ao governo de sua majestade britânica pela legação do Brasil em Londres e que o *Foreign Office* fez litografar (ver a nota 13, p. 69). Elas foram adotadas pelo governo português para que correspondessem às linhas máximas da pretensão holandesa representadas em todos os mapas, especialmente os de Van Bercheyck e Tirion.

Pretensa necessidade de consentimento de outros governos. Resposta.

O consentimento do governo de sua majestade britânica não era necessário, pois, no período de 1783 a 1796, os ingleses não ocupavam as colônias holandesas. As duas partes diretamente interessadas eram Portugal e Holanda, que estavam de acordo e só temiam oposição por parte da

---

[cerca de 66 km] [serra de Cuanocuano] e vai terminar pela ponta do poente sobre o rio Tacutu, e pela região do norte se veem cinco cadeias de montes elevados, que vão correndo em grandíssima extensão [serra de Pacaraima].

Vem em seguida a passagem já reproduzida nas pp. 74 e 75.

97 Ver p. 75.

98 Ver pp. 68-69.

99 Ver p. 69.

Espanha e da França. Nessa época, a primeira destas potências acreditava ter o direito de prolongar a província da Nova Andaluzia até o rio de Vicente Pinzón, ou Oiapoque, deixando à Holanda e à França uma estreita faixa de terra no litoral. A França, do mesmo modo, pretendia só deixar para a Holanda o litoral e prolongar a Guiana Francesa sobre toda a zona sul das colônias de Suriname, Berbice, Demerara e Essequibo, assim como sobre o território português até a margem esquerda do rio Branco.

A aprovação da Espanha e da França à delimitação feita pela Holanda e Portugal teria sido necessária, pois estes territórios eram reclamados pelas duas primeiras potências. No entanto, desde os tratados de Badajoz (6 de junho de 1801), de Madri (29 de setembro de 1801) e de Amiens (25-27 de março de 1802), tendo a Espanha consentido na ampliação da Guiana Francesa em detrimento da Holanda e de Portugal, renunciou *ipso facto* às suas antigas reinvidicações; e a França, assinando com Portugal a Convenção de Paris de 28 de agosto de 1817, que completou as estipulações do artigo 107 da Ata do Congresso de Viena, aceitou como limite das pretensões francesas na direção oeste o meridiano de 322° a leste da ilha do Ferro (55°39'45''W de Greenwich, ou seja, a 58° oeste de Paris), linha proposta por lorde Wellington com o objetivo de deixar fora de questão as possessões inglesas e portuguesas a oeste desse meridiano.

É lamentável que Schomburgk, em seu memorando de 1839, tenha canhestramente pretendido que a França tivesse motivos para intervir na regulamentação das fronteiras entre o Brasil e as antigas colônias de Berbice, Demerara e Essequibo. Schomburgk não conhecia o meridiano Wellington aceito pela França em 28 de agosto de 1817.

IV

Suposto marco fincado no Pirara em 1811.

— O comandante da expedição enviada pelo governador colonial da Guiana Inglesa em 1810 para investigar as disputas entre as tribos nativas do interior, ordenou que um posto de fronteira fosse estabelecido no Pirara — território, deve-se acrescentar, que era parte da Guiana Inglesa desde que os primeiros estabelecimentos foram fundados na colônia (memorando de 20 de fevereiro de 1814).

Resposta. A primeira destas duas alegações é uma cópia, ligeiramente modificada, da seguinte passagem de Schomburgk:

> Fui informado, ademais, que o comandante da expedição, que, por ordem do governo colonial da Guiana Inglesa, viajou em 1810 ao interior, para investigar as disputas entre as tribos nativas, ordenou que um marco de fronteira fosse erigido no Pirara[100].

Nenhum documento jamais foi produzido por Schomburgk em apoio à informação que lhe foi dada.

Viu-se anteriormente (pp. 76-78) que o capitão D. P. Simon, chefe da expedição de que se trata, e seus dois amigos e companheiros de viagem, o tenente-coronel D. van Sirtema e o doutor John Hangcock, aguardaram no Rupununi desde 22 de janeiro até 9 ou 10 de março de 1811, a chegada da permissão do governador português do Rio Negro, Victorio da Costa, para a visita que se propunham fazer ao comandante do forte de São Joaquim. Essa longa espera certamente pressupunha, da parte deles, o reconhecimento da soberania de Portugal até a margem esquerda do Rupununi. Viu-se ainda que a trilha do Pirara encontrava-se ocupada por soldados portugueses e que os três visitantes foram escoltados e vigiados durante sua viagem de ida e volta entre o Rupununi e São Joaquim.

De acordo com as declarações feitas pelo capitão Simon e seus dois amigos ao comandante Thomaz da Costa Teixeira, a expedição não tinha outro objetivo senão o restabelecimento da paz entre duas tribos indígenas que guerreavam nas fronteiras do Rupununi e que haviam solicitado os bons ofícios do governo de Demerara[101]. Não se pode admitir que esses dois oficiais tenham feito falsas declarações ao comandante português. Também não se pode admitir que o governador da Guiana Inglesa tenha encarregado o capitão Simon de assentar secretamente marcos fronteiriços em um território sobre o qual Portugal, amigo e aliado da Grã-Bretanha, tinha o domínio. O fato teria sido, aliás, impossível nesse momento na trilha do Pirara e jamais teria

[100] Memorando de 1º de julho de 1839 endereçado por Schomburgk ao governador Light, no *Livro Azul*, Venezuela nº 1, 1896, p. 184).

[101] Despacho de 11 de abril de 1811 do comandante Costa Teixeira ao governador Victorio da Costa.

gerado nenhum título aceitável.

Nas últimas linhas do parágrafo em exame, foi dito que o território do Pirara sempre fez parte da colônia do Essequibo desde a data de fundação de seus primeiros estabelecimentos.

Todas as histórias da colônia de Essequibo escritas pelos holandeses e ingleses, bem como os documentos oficiais publicados recentemente pelo governo britânico, mostram que essa alegação é absolutamente insustentável.

V

Pretenso tratado que estabelecia um limite meridional.

— *Pirara — uma vila muito grande habitada por índios macuxis... está situada a 3º 38 ½ N de latitude, paralelo que se pode provar estar claramente dentro dos verdadeiros limites dos domínios britânicos, por Tratado* (memorando de 20 de fevereiro de 1841).

Seria impossível encontrar algum tratado firmado pela Holanda ou pela Inglaterra fixando, por um paralelo qualquer, ou de algum outro modo, a fronteira meridional das antigas colônias de Essequibo, Demerara e Berbice. O Pirara também não era um centro populacional importante, como supôs o autor do memorando. Era uma aldeia pobre, formada por quatorze ocas e povoada por uma centena de habitantes (ver o nº XII da primeira parte, pp. 100-102).

VI

Tomada de posse das cabeceiras do Essequibo por Schomburgk.

— *Em 1836,* Schomburgk *plantou a bandeira britânica nas cabeceiras do Essequibo, a 0º41'N e tomou posse dessas regiões em nome da rainha* (memorando de 20 de fevereiro de 1841).

Resposta. Foi um ato jurídico nulo.

Foi em 27 de dezembro de 1837 que Schomburgk fincou a bandeira inglesa perto da nascente principal do

rio Sipó dos portugueses, no alto Essequibo[102].

Na ocasião, ele viajava comissionado pela *Royal Geographical Society*, e ainda não havia sido nomeado comissário de limites pelo governo de sua majestade britânica. Essa tomada de posse foi, portanto, um ato sem valor, executado por um simples particular, que não era nem mesmo súdito britânico e que não estava qualificado para falar em nome do governo da rainha.

Além disso, a nascente do Essequibo ou Sipó não se encontrava em território sem dono. Os portugueses o atribuíam a si desde 1783; e a Inglaterra, a Holanda, a Espanha e a França haviam deixado a Portugal, pelo Tratado de Amiens (1802), os territórios ao sul do paralelo da nascente do Araguari (em torno de 2°30'N) e desde essa nascente até o rio Branco (ver pp. 71-74, 100 e 101).

Esse tratado tornou-se nulo depois da guerra que aconteceu entre a Inglaterra e Portugal de um lado e a França e a Holanda de outro; mas a Inglaterra não rompeu os compromissos assumidos com Portugal, seu aliado. Tendo reconhecido em 1802 que, na bacia do Essequibo, Portugal estava na posse dos territórios situados ao sul do paralelo a 2°30' N e estipulado a continuação dessa posse, não poderia ter autorizado Schomburgk, em 1837, a fincar a bandeira inglesa na nascente do Essequibo a 0°44'50'', ou segundo esse viajante, a 0°41'N.

VII

Argumentação na nota inglesa de 22 de abril de 1897.

— *O governo de sua majestade confia* [...] *que poderia provar que toda a região ao sul do rio Rupununi foi originalmente explorada pelos holandeses e isto desde ao menos 1725. Desde então, até que a colônia foi ocupada pela Grã-Bretanha, eles controlavam o comércio e as tribos nativas por todo aquele distrito* [...] (nota do honorável Francis Bertie, datada de 22 de abril de 1897).

Resposta.

O *Preliminary Statement* publicado em julho de 1896 (*Livro Azul*, Venezuela nº 3) fala na realidade (p. 11) de duas explorações feitas em 1714 e 1725 pelos holandeses na direção das

[102] SCHOMBURGK. Report of the third expedition into the interior of Guayana, comprising the sources of the Essequibo. *Journal of the Royal Geographical Society*. t. X (1841), p. 171.

cabeceiras do Essequibo. No entanto, os documentos que ele cita na margem mostram que em 1714 a Companhia das Índias Ocidentais expedira instruções ao comandante da colônia de Essequibo para o envio de uma expedição à procura do "lago de Parima ou Roponowini", indicado nos mapas desde 1598[103], e que estas instruções só puderam ser parcialmente executadas somente em 1725. Nesse ano, o governador Laurens de Heere, acompanhado de um oficial van der Kaey, subiu o Essequibo e examinou uma pequena seção do curso desse rio a montante das primeiras quedas d'água. "A expedição, que consistia em dois oficiais competentes, vinte soldados, oito ou dez escravos e alguns índios", disse um historiador da colônia, "fez uma viagem perigosa ao interior, *mas sem quaisquer resultados satisfatórios*" [104].

Explorações holandesas do Alto Essequibo.

Laurens de Heere assim falava dessa expedição, em carta datada de 26 de setembro de 1727, endereçada à Companhia das Índias Ocidentais[105]:

> Para voltar agora, meus senhores, ao assunto do rio Essequibo: há dois anos eu

[103] Decreto de 1º de maio de 1714 da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (documento nº 43 no *Livro Azul*, Venezuela nº 3, pp. 74-75): "(Secreto) *Considerando que vimos e notamos nos mapas* que no rio Essequibo está situado um rio ou uma corrente que tem curso para o interior e se estende sem interrupção até o *lago de Parima, ou Rupowimi*, como é chamado, que é muito famoso por suas riquezas em ouro e perto do qual e também não muito longe está situado o lugar chamado Manoa El Dorado [...]. *Resolvemos, portanto, fazer imediatamente uma experiência e verificar, subindo o mencionado rio* [...] e então descobrir se poderíamos obter o domínio dos mencionados lugares ou pelo estabelecimento de comércio ou de negócios com os proprietários ou nativos desses lugares ou por meio de produtos e mercadorias [...]." O "Lac de Parime" ou "Roponowini" foi representado pela primeira vez por Jodocus Hondius, em 1598 [Amsterdam] na "*Nieuwe Caerte van het wonderbaer ende goudrijcke landt Guiana* [...]" ("Novo Mapa da maravilhosa e aurífera Terra da Guiana [...]"). Théodore de Bry em *Américaæ Pars XII*, 1599, apresentou uma reprodução ligeiramente modificada desse mapa, sob o título de "*Tabula Geographica nova omnium oculis exibens et proponens verissimam descriptionem potentissimi et auriferi Regni Guiana sub linea æquinoctiali inter Brasiliam et Peru siti per nautam aliquem qui Gualthero Ralegh nauigatione semper adfuit delineata".* J Hondius havia representado o lago de acordo com este trecho de Keymis "[...] Um lago, que os *iaos* chamam de *Roponowini*, os *caraíbas, Parima: que é de tal extensão que não conhecem diferença entre ele e o grande mar. Há um número infinito de canoas nesse lago e (como suponho) não existe nenhum outro além desse no qual Manoa se localiza* [...]" (KEYMES, Lawrence. *A relation of the second voyage to Guiana* ─ Performed and written in the year 1596. Gent, Londres, 1596).

[104] RODWAY. *History of British Guiana*. t. I, p. 67.

[105] Documento nº 58, p. 80 do *Livro Azul*, Venezuela nº 3 (1896).

> mesmo e o senhor van der Kaey o subimos, com o objetivo de ver se era possível empreender alguma coisa a montante das cachoeiras, mas nós o achamos muito perigoso, e em alguns lugares foi preciso sermos rebocados por uma curiara[106] através das cachoeiras, com grande perigo de vida para nós. É completamente impossível navegar nesse rio, seja em grandes embarcações, seja em canoas ou pequenos barcos, pois a montante da plantação de Nieuw Cortrijk as quedas d'água seguem-se umas às outras. No que se refere às terras, devo dizer que me pareceram muito boas, mas tendo pedido informações sobre as cheias do rio, me mostraram diversos lugares onde, durante a estação das chuvas, ele sobe entre 25 a 30 pés, de forma que quase toda a região fica alagada, e lá se veem também muitas montanhas altas, quase todas rochosas e muito escarpadas do lado do rio.
>
> Informei-me também cuidadosamente, meus senhores, sobre qual tipo de comércio lá se poderia fazer com os índios e até o momento não pude encontrar outro artigo para comprar que o *maraen*[107], trazido de lá em pequena quantidade, e às vezes alguns escravos indígenas. Com esse objetivo, dois crioulos subiram o rio há um ano, e após uma ausência de sete ou oito meses, voltaram trazendo muito pouca coisa. O único proveito que essa colônia tira do rio Essequibo vem do fato de que, sendo muito piscoso, ele é percorrido todos os anos pela Companhia e pelos colonos que lá vão fazer salgamento, e com essa finalidade foram construídos dois novos barcos, custeados por vossas senhorias, e que estarão prontos a partir de outubro. Não vejo vantagem alguma para vossas senhorias no envio de outros homens ao alto Essequibo, pois não sei de nada que se possa obter dos selvagens.

O governo de sua majestade britânica, diante desse documento, não deixará de reconhecer que os holandeses não haviam explorado em 1725 o Rupununi e que não haviam sequer iniciado relações com os índios que habitavam as terras banhadas por esse rio e pelo alto Essequibo.

Em 1732 e 1733, um Jacobus van der Burg, acompanhado de dois negros, subiu as primeiras quedas d'água por ordem do governador Hermanus Gelskerke, sem poder levar muito longe sua exploração[108].

Um alemão, o cirurgião Nicolas Hortsman, foi o primeiro europeu a subir o Essequibo até a confluência do Rupununi e, em seguida, esse rio até a altura da trilha do Pirara. Ele visitou o lago Amacu, desceu

---

[106] *Curiara* ou *Curial*: nome dado na Guiana às canoas feitas de um tronco de árvore.
[107] Provavelmente o *Marywayana* ou Copaíba (purple-heart).
[108] Documentos nos 68 e 69, p. 84 do *Livro Azul*, Venezuela nº 3 (1896).

Viagem de Hortsman em 1740. Ele penetrou na bacia do rio Branco.

o Pirara, explorou uma parte do Maú à procura do país do Eldorado, e, pelo rio Branco, chegou em 1740 ao Pará, onde se fixou, após ter vendido por conta própria aos portugueses as mercadorias que o governador lhe havia confiado e mesmo os crioulos livres que o haviam acompanhado durante essa viagem. Entretanto, se essa fuga de Hortsman para o Brasil podia ser apresentada como uma viagem de exploração e de descoberta em benefício da Holanda, o Brasil poderia lhe opor uma viagem anterior do mesmo gênero. Com efeito, Hortsman nada mais fez que seguir em sentido contrário o caminho já percorrido pelo português Manoel da Silva Rosa, o qual, tendo matado em duelo um adversário, foi refugiar-se na colônia de Essequibo, subindo com seus escravos os rios Branco, Tacutu, Maú e Pirara, e descendo o Rupununi e o Essequibo. Foi utilizando as indicações fornecidas pelo português que Hortsman empreendeu sua viagem.

Eis o que Hartsinck escrevia em 1770 a esse respeito:

Viagem anterior de Silva Rosa. Ele penetrou na bacia do Essequibo.

> Ao sul desse lago [Amacu] encontra-se a nascente do riacho Pirara, afluente do rio Maú, que os índios chamam Mauw e que desemboca no Tacutu, e este no Parima, chamado "*rio Blanco"* ou rio Branco pelos portugueses, e este último no *"rio Negro"* ou rio Negro [sic]. Partindo de nossa colônia e dirigindo-se para o interior, pode-se então, por estes rios e lagos, chegar ao rio Amazonas. *Isto foi provado por um Manoel da Silva Rosa, falecido há alguns anos em Essequibo.* Ele era secretário particular do vice-rei do Brasil e, tendo a infelicidade de matar alguém em um duelo, teve que fugir. Depois de ter perambulado por terra com seus escravos durante uma boa metade do dia, vindo do Amazonas, chegou a um rio onde fez abater uma grande árvore e construir uma canoa e, sem colocar novamente os pés em terra, continuou sua viagem até nossas possessões, tendo navegado o Maú, o Rupununi e o Essequibo. Isso ainda foi demonstrado pelo cirurgião Nicolas Hortsman, natural de Hildesheim, encarregado em 1740 pelo comandante Storm van's Gravezande de fazer, com quatro crioulos livres, uma exploração do interior do país. Ele chegou até as possessões portuguesas do Pará, onde se estabeleceu após ter vendido aos portugueses as pessoas e as mercadorias que lhe haviam sido confiadas. No entanto, os quatro crioulos mais tarde conseguiram escapar do cativeiro e voltar a Essequibo. Eles relataram que Hortsman, fazendo o relato de sua viagem a Charles de la Condamine, havia mentido muito a esse cientista,

> pois na realidade *ele havia se limitado a seguir em sentido inverso o caminho percorrido anteriormente por* Manoel da Silva Rosa, *e que as outras coisas que contava provavelmente só as sabia baseado nas informações que havia obtido dos portugueses*[109] .

Em 1746, alguns mineiros vindos da Holanda percorreram sem nenhum resultado os contrafortes da serra de Pacaraima entre o Siparuni e o Rupununi. Enquanto o Pirara, o Maú e o Tacutu figuravam em todos os mapas publicados a partir de 1745, foi somente em 1764 que estes rios foram mencionados pela primeira vez em um documento holandês — a memória anexada a uma carta de Storm van's Gravezande —, na qual há esta passagem:

> Esta semana dei ordens para que o posto Arinda seja transferido para uma distância de quatro dias, na confluência do rio Ripenuwini (Ripununi), de modo que esse posto se encontrará daqui em diante a cerca de 100 horas de viagem do forte Zelândia. Também ordenei que se subisse o Essequibo, o que nunca tinha sido feito até hoje, com a intenção de conhecer a numerosa e poderosa nação dos tarumas, e descobrir, se possível, as cabeceiras do Essequibo[110].

O posto Arinda transferido para os arredores do Rupununi.

O posto Arinda encontrava-se nessa época a jusante do Siparuni[111], e as instruções de 1764 para sua transferência para as cercanias do Rupununi ainda continuaram sem execução até 3 de dezembro de 1766[112]. Parece que somente nos primeiros dias de 1767 o posto foi estabelecido mais ao sul, no Essequibo, entre a confluência do Rupununi e Rock Toumune.

Entretanto, vários anos antes, aproximadamente em 1754, três

---

[109] HARSTINCK. *Beschrijving van Guiana*. pp. 266-267. Em uma memória, escrita no mês de agosto de 1746 pelo governador Storm van's Gravezande, lê-se esta passagem: "A viagem sem sucesso de Nicolas Hortsman, enviado ao curso superior desse rio em 1740, teria sido de grande valia se esse homem tivesse seguido suas instruções em vez de se conduzir como um infame, bandeando-se para o lado dos portugueses, com as mercadorias que tinha, pela via do Ripenuwini. Charles de la Condamine fala dele no relato de sua viagem através da Amazônia" (*Livro Azul*, Venezuela nº 3, p. 130).

[110] Documento nº 171, datado do mês de agosto de 1764, p. 128 do *Livro Azul*, Venezuela nº 3 (1896).

[111] *Livro Azul* citado, p. 129.

[112] Documentos nºs 175 e 186, pp. 135 e 141 do *Livro Azul* citado. Ver também mais adiante, pp. 130 e 131.

colonos que viajavam por conta própria, entre os quais um Louis Marcan, haviam chegado até o Maú, onde foram assassinados pelos índios uapixanas, há longo tempo em relações com os portugueses. Em 1764, os holandeses já haviam visitado as savanas situadas entre o Rupununi e o alto Essequibo, e percebido, na direção sul, a "Pirâmide natural", isto é, o rochedo Ataraipu, perto da margem esquerda do Cuidaru[113]. Nesse mesmo ano, um batedor holandês, Jan Stock, subindo o Essequibo e provavelmente o Rupununi[114], pôde ver o que chamou de "as missões dos portugueses", que não seriam outra coisa senão uma dessas "Troupes de Rachat" [Tropas de Resgate], das quais fala La Condamine, expedições formadas por um ou vários missionários e alguns negociantes, escoltados por oficiais e soldados, que subiam periodicamente os rios para fazer trocas com os indígenas e recomprar os cativos, conduzido-os em seguida para as missões e aldeias do rio Negro.

Primeiro reconhecimento holandês levado até o Maú (1769).

Gerrit Jansse, guarda do posto Arinda, já estabelecido perto do Rupununi, em Essequibo, foi o primeiro funcionário da Companhia que estendeu o reconhecimento até o Maú, em 1769, para iniciar relações diretas de comércio com certas tribos de índios uapixanas, macuxis, paravianas e manaus, e descobrir a "Crystal Myn" (Mina de Cristal) sobre a qual muito se falava na colônia[115]. Os uapixanas do Maú impediram-no de atravessar esse curso d'água e lhe informaram que os portugueses negociavam nestas paragens[116].

---

[113] *Livro Azul* citado, p. 122: "[...] Em uma grande planície, perto do rio, encontra-se a Pirâmide, célebre mas pouco conhecida" ("A brief Treatise concerning the Hon. Company's Trading-places", agosto de 1764).
"A maior maravilha geológica da Guiana é, sem dúvida, o Ataraipu, que pode, como todo direito, ser considerado como uma pirâmide natural [...]" (SCHOMBURGK. A Description of British Guyana. p. 3).

[114] Trecho do documento holandês traduzido em inglês: "Our runner, Jan Stock, has been so far up the river that He has seen the missions of the Portuguese, but did not dare to approach them out of a children fear of the Indian traders" (*Livro Azul* citado, p. 130). Tradução para o português: "Nosso batedor, Jan Stock, subiu o rio até que viu as missões dos portugueses, mas não ousou aproximar-se delas em razão de um medo infantil dos negociantes índios" (*Livro Azul* citado, p. 130).

[115] Despachos de 12 de maio e 2 de junho de 1769 do governador Storm van's Gravezande (documentos nºs 220 e 221, do *Livro Azul*, Venezuela nº 3, C.-8106, pp. 165 e 167).

[116] Disseram a Jansse: "Os senhores estão buscando algo mais do que cristais, mas não encontrarão nada aqui, mas com nossos vizinhos além do Maú, que vendem essas pedras aos portugueses" (*Livro Azul* citado, p. 167).

Comércio com os índios do istmo do Tacutu e do Rupununi.

É incontestável que algumas trocas se faziam entre os holandeses do Essequibo e os índios do Rupununi e, mesmo indiretamente, entre os holandeses, de um lado, e os índios e os portugueses do rio Branco e do rio Negro, de outro, bem antes do estabelecimento do posto móvel de Arinda. Já em 1690 um missionário jesuíta havia visto na aldeia dos tarumas, situada perto de onde hoje se eleva a cidade brasileira de Manaus, um fuzil de fabricação holandesa. Por volta de 1720, um religioso carmelita, frei Jerônimo Coelho, missionário nessa mesma aldeia, pôde fazer trocas com os holandeses pelo rio Branco e o Essequibo[117]. Contudo, estas poucas relações comerciais, supondo que tenham mesmo sido importantes e seguidas, o que não é o caso, não criaram para a Holanda, mas sim para Portugal, direitos sobre as terras percorridas pelos índios, que ocasionalmente serviam de intermediários entre as duas partes e frequentemente permaneciam escondidos dos holandeses. Do mesmo modo, um posto no alto Essequibo, destinado principalmente, como se verá mais adiante, à compra de escravos índios, e duas ou três viagens de exploração não autorizam o governo da Guiana Inglesa a pretender que os holandeses tivessem o controle do comércio no território compreendido entre o Rupununi, o Tacutu e o Maú.

Explorações e expedições portuguesas iniciadas em 1656.

À exploração holandesa de 1769, levada até o Maú por Gerrit Jansse, o Brasil pode opor expedições portuguesas bem anteriores e mais importantes, sem falar das viagens dos missionários jesuítas, iniciadas em 1656, e as dos carmelitas, seus sucessores, no rio Negro e em seus afluentes em 1695, depois que uma ordem real de 24 de novembro de 1694 fez uma nova partilha das missões entre as diferentes comunidades religiosas estabelecidas no Pará[118].

Durante os primeiros anos do século XVIII, o capitão Francisco Ferreira, da missão de Aracari[119], comandou várias expedições comerciais no rio Branco, onde os habitantes do rio Negro já

[117] SAMPAIO, memória citada, cap. II.

[118] Eis aqui as ordens religiosas empregadas pelo governo português nas missões do Amazonas e de seus afluentes, com a data de sua chegada ao Pará: franciscanos (capuchinhos) de Santo Antônio, 1617; carmelitas, 1627; Companhia de Jesus, 1636; mercedários, 1639; franciscanos da Piedade, 1693 e franciscanos da Conceição de Beira e Minho, 1695 (?).

[119] Aracari, fundada em 1693 no rio Negro, quase em frente à confluência do rio Branco, é conhecida desde 1758 sob o nome de Carvoeiro.

haviam estabelecido suas feitorias[120]. Em seguida, expedições mais consideráveis, organizadas pelo governo do Pará, subiram o rio Branco, particularmente as dos capitães Belchior Mendes de Moraes em 1725, João Paes do Amaral em 1727, Christóvão Ayres Botelho em 1736, Francisco Xavier de Andrade e Lourenço Belforte em 1740, José Miguel Ayres em 1744, e a do subtenente José Agostinho Diniz em 1766. Alguns destes oficiais, principalmente os da expedição de 1740, exploraram os afluentes superiores do rio Branco e as terras que eles banham.

Os espanhóis expulsos do alto rio Branco e do istmo do Rupununi, em 1775, pelos portugueses. — Reclamações espanholas.

Apoiando-se nestes fatos, estabelecidos por um inquérito judicial e documentado, feito no Pará em 1763[121], o governador do rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, pôde afirmar em 13 de outubro de 1776, em resposta às reclamações do capitão Antonio Barreto, enviado de dom Manoel Centurion, governador da Guiana Espanhola, que o rei de Portugal se encontrava "há longos anos, na posse do rio Branco, do Tacutu, do Uraricuera e de seus distritos, descobertos e explorados pelos portugueses sob o pavilhão do rei"[122].

A reclamação de Centurion em 1776 visava ao território ao sul da serra de Pacaraima, banhada pelo alto rio Branco, ou Uraricuera, — o Parima dos espanhóis, — pelo Tacutu e seus tributários, entre os quais o Cotingo e o Maú, e pelo rio "Apanoni" (Rupununi), território que compreende as planícies do Pirara, a "laguna Parime" (lago Amacu) e o "Cerro Dorado" ou "Acuquamo" (maciço de Cuanocuano, "Cunucu

[120] SAMPAIO. *Relação Geographico-Historica do rio Branco da America Portuguesa* 1777, cap. II.

[121] "Justificação [inquérito judicial] feita no Pará, em execução de uma ordem, na data de 9 de setembro de 1763, de Manoel Bernardo de Mello e Castro, capitão general do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro."

[122] "[...] Principiando pelo primeiro, respondo que estando sua majestade fidelíssima, meu senhor, há muitos anos na posse do rio Branco, Tacutu, Uraricuera e seus distritos, sem que jamais fossem navegados e estabelecidos ou ainda descobertos pelos senhores espanhóis, e sim pelos portugueses, em cujos [rios] sempre navegaram, tendo-os descoberto debaixo das bandeiras do rei, meu Senhor, e estabeleceram feitorias de salgas de peixe, manteigas de ovos de tartaruga e todos os demais gêneros que aqueles países costumam produzir; foi menos fundamental o atentado rompimento com que os ditos pretenderam invadir os seus reais domínios, sendo certo não lhe pertencerem por direito algum, e muito própria a minha repelição, porque de direito natural me pertencia a defesa e como governador dessa capitania os devo conservar tão ilesos, como me foram e são encarregados" (carta de Tinoco Valente, de 13 de outubro de 1776, no *Rel. Geog. Hist. do Rio Branco*, de Ribeiro Sampaio, cap. V).

Mountains" nos mapas ingleses), isto é, a zona que constitui o objeto principal do debate iniciado em 1841 entre a Grã-Bretanha e o Brasil[123]. Oficiais e soldados espanhóis já haviam percorrido essas paragens até o Rupununi de 1773 a 1775 e estabelecido no alto rio Branco os três postos fortificados de San Juan Batista de Cadacada, Santa Bárbara de Curaricara e Santa Rosa de Curariscaspra. Os holandeses do posto Arinda, e em seguida o governador Georges Hendrick Trotz, foram informados pelos caraíbas da aparição dos espanhóis, mas o governador holandês respondeu que não tinha de intervir, pois as terras não faziam parte da colônia de Essequibo e Demerara[124]. Se essa resposta, conforme os mapas holandeses, pode ser contestada somente porque não foi dada por escrito, é no entanto certo que o guarda do posto Arinda foi ao encontro dos espanhóis e que, dizendo-se desertor, ficou com eles em 13 de dezembro de 1774, escapando em seguida[125]; que Trotz, informado da presença de espanhóis no alto rio Branco e no istmo do Tacutu e do Rupununi, não dirigiu reclamação alguma ao governador da Guiana Espanhola, como seus predecessores e ele mesmo não havia deixado de fazê-lo quando esses vizinhos ultrapassavam as fronteiras ocidentais reclamadas pela Holanda; e que nenhuma reclamação foi feita a Madri pelo ministro holandês em nome dos Estados-Gerais, como no caso da invasão espanhola de 1758 no Alto Cuiuni.

Foi o governador português do rio Negro, Tinoco Valente, quem se encarregou, como de direito, de retomar aos espanhóis o alto rio Branco e o istmo formado pelo Tacutu e o Rupununi. Com esse objetivo, preparou rapidamente uma expedição em Barcelos e no forte de São José do Rio

---

123 "[...] Há efetivamente perto da *lagoa Parima,* uma serra muito vigiada pelos *índios macuxis, aricunas*, e outros que habitam em suas encostas, e o chamam os *Caraíbas, Acuquámo,* e os espanhóis e portugueses, *El Dorado* [...]" (nota do comentarista de Caulin, *Historia corographica* [...] *de la Nueva Andalucia*, terminada em 1759 e publicada em 1779, p. 176).

124 Carta do capitão Antonio Barreto ao governador português Tinoco Valente, datada de Barcelos em 8 de outubro de 1776. Barreto afirma que o governador de Essequibo respondeu que não poderia opor-se à entrada dos espanhóis porque estas terras pertenciam ao rei da Espanha ("[...] Que respondeu que não podia se opor por serem terras de sua magestade católica"). No entanto, viu-se mais acima que em todos os mapas holandeses o território ao sul da serra de Pacaraima ─ compreendendo a bacia do rio Branco com o Pirara e o lago Amacu e a parte superior da bacia do Rupununi ─ era invariavelmente atribuída a Portugal. O governador Trotz limitou-se a dizer que estas terras não pertenciam à Holanda e desinteressou-se da questão de soberania a regulamentar entre espanhóis e portugueses.

125 Carta citada de A. Barreto.

Negro, cujo comando confiou ao capitão engenheiro Philipp Sturm. Em 14 de novembro de 1775, esse oficial apoderou-se de Cadacada. Logo após, com a notícia da aproximação de Sturm, os outros postos espanhóis foram evacuados. Um destacamento espanhol que voltava de um reconhecimento aos montes de Cuanocuano e ao lago de Amacu foi feito prisioneiro pelos portugueses no Maú, em janeiro de 1776[126].

O capitão Sturm ocupou-se então da construção do forte de São Joaquim na confluência do Tacutu, no mesmo local onde os portugueses já haviam tido durante algum tempo um posto fortificado construído em 1754, obedecendo a uma ordem real de 14 de novembro de 1752.

A partir de 1775, as tribos indígenas que habitavam a oeste do Rupununi entraram em relações mais diretas com os portugueses e permaneceram submissas ao comandante do forte de São Joaquim. Patrulhas portuguesas visitavam periodicamente as aldeias indígenas, a fronteira do Anaí, as trilhas do Pirara e do Sarauru, bem como a do Rupununi. O posto holandês de Arinda no alto Essequibo foi completamente suprimido em torno de 1790, e os holandeses, reduzidos aos seus estabelecimentos do litoral e do baixo Essequibo, cessaram de subir esse rio. A expedição inglesa de 1811 e as de Schomburgk a partir de 1835 foram as únicas que chegaram ao Rupununi, vindas de Demerara.

Conclusões.

Pode-se, assim, afirmar que o governo de sua majestade britânica foi mal-informado pelos que o fizeram crer que os holandeses haviam sido os primeiros a explorar o território ao sul da serra de Pacaraima, entre o Rupununi, o Maú e o Tacutu, e que estava mal-fundamentado ao acreditar que, de 1725 até a conquista inglesa, os holandeses tinham o controle do comércio e das tribos indígenas nessa região. Esse território sempre foi reconhecido pela Holanda como pertencente a Portugal, que o havia descoberto, explorado, ocupado e defendido contra as invasões da Espanha.

[126] "[...] Que a exploração que o cadete Antonio López empreendeu, por ordem do próprio comandante, por outubro de 1775, e acabou de fazer no presente levou a mesma exploração até reconhecer a lagoa Parima e a serra El Dorado, sem que na ida tivesse a expedição encontrado qualquer estorvo ou embaraço, até que *na volta foi surpreendida e aprisionada por um destacamento português, muito maior que o nosso, na foz do Maú* [...]" (reclamação do capitão Barreto, datada de Barcelos, em 8 de outubro de 1776, endereçada ao governador português).

VIII

Argumentação de Schomburgk baseada na existência do posto Arinda em Essequibo no século XVIII.

— *Por volta de meados do século XVIII os holandeses tinham levado seus postos avançados ao sul da junção do Rupununi, a 3°50'N. O local desse posto me foi mostrado quando viajava com os caraíbas em 1836* [Journal of the Royal Geographical Society, vol. 6, p. 263]. *Era fortificado contra as incursões dos caraíbas em 1775, como foi mencionado por dom Antonio Santos que passou por lá naquela época, com seu amigo* Nicolás Rodriguez *na sua viagem de Augostura para o Grão-Pará* [*ver* A. von Humboldt, "Sur quelques points importants de la géographie de la Guyane", pp. 23 e 28]. *Em um período posterior, existiu, a algumas milhas ao sul da confluência do Siparuni com o Essequibo, um posto semelhante chamado Arinda* (memorando de Schomburgk e memorando de 20 de fevereiro de 1841).

Em primeiro lugar é preciso explicar a citação de Humboldt.

Schomburgk havia escrito no relato de sua viagem, quando subia o alto Essequibo após ter ultrapassado a confluência do Rupununi[127]:

Resposta. A autoridade de Humboldt descartada.

O rio [Essequibo], traçando-o para montante, tem quase um curso na direção leste, por oito milhas [cerca de 14,8 km]; não longe de seu afluente [o Rupununi], havia [*de acordo com testemunho indígena*] um posto na margem esquerda do Essequibo, *para impedir que os caraíbas descessem o rio com o propósito de capturar ou negociar escravos*[128]: embora isso tivesse interrompido sua conduta por pouco tempo, logo descobriram uma maneira de evitar o posto e, para isso, selecionaram a trilha no riacho Primross; o chefe do posto foi então exonerado, e os prédios ficaram em ruínas [129].

Ele acrescentava a esta passagem a seguinte nota:

Não é geralmente sabido que os holandeses tenham estendido seus postos tão ao

[127] SCHOMBURGK, Robert. Reports on an Expedition into the Interior of British Guayana, in 1835-1836, 3rd Report, dated Georgetown, April 1836. *Journal of the Royal Geographical Society*, t. VI (1836), pp. 257 e segs.

[128] Omitimos a menção da viagem de dois ingleses, Smith e Gullifer, os quais em 1828 subiram o Essequibo e o Rupununi e desceram em seguida o rio Branco e o rio Negro. Smith faleceu na Barra do rio Negro, hoje Manaus.

[129] *Journal* citado, t. VI, p. 263

> sul, mas *vários índios me asseguraram de que se lembravam de que seus pais lhes haviam dito que isso ocorrera,* e aduziram, como prova adicional que o irmão de Mahanava havia retirado os *canhões* e os levara mais para seu posto, mais ao sul. Passamos pelo local desse posto na manhã seguinte; seu antigo possuidor parecia, da mesma maneira, ter sido mais avançado em civilização que a generalidade de sua tribo. Passou parte de sua vida na colônia, e lá se tornou fluente nas línguas inglesa e crioula. Como seu irmão Jacobus, ou Thryce, nos assegurou *um dos canhões ainda podia ser visto; os outros haviam afundado* [130].

Humboldt disse, fazendo o resumo e o comentário dessas duas passagens:

> Schomburgk ficou surpreso ao encontrar os vestígios de um estabelecimento holandês nas margens do Essequibo, muito mais abaixo de sua confluência com o Rupununi, a 3°50'N, perto do *inlet Primrose* [passagem Primrose]. Esse posto havia sido fortificado outrora contra as incursões dos caraíbas. Não deixa de ser interessante saber que dom Antonio Santos fala dessa mesma instalação holandesa no alto Essequibo em seu itinerário redigido em 1775[131].

Existem duas partes nesta passagem: a primeira é um trecho do texto e a nota de Schomburgk; e a segunda, uma informação de Humbold adquirida, de acordo com suas lembranças, do itinerário de Santos. Tendo Schomburgk afirmado que o posto holandês do alto Essequibo era destinado a barrar a passagem dos caraíbas e falado de vários canhões, Humboldt disse, *repetindo* Schomburgk: "Esse posto foi outrora fortificado contra as incursões dos caraíbas".

A responsabilidade dessa afirmação não pode ser atribuída nem a Humboldt nem a Santos, mas somente ao próprio Schomburgk, que, no entanto, em 1839, pretendeu apoiar-se nestas duas autoridades.

Não tendo sob os olhos os manuscritos de Antonio Santos e Nicolás Rodriguez, que ele havia citado com frequência em sua *Voyages aux régions équinoxiales du Nouveau Monde*[132], Humboldt acrescentou ao

---

[130] Ibid.

[131] HUMBOLDT. Sur quelques points importants de la géographie de la Guyane. *Nouvelles Annales des Voyages*, 3ª série, t. II (1837), p. 174.

[132] Tomo VIII da edição in-8º, pp. 36, 207, 214, 220, 437, 448, 449, 450,451 e 499; t. X, pp. 147, 148, 151 e 155.

resumo de Schomburgk: "Não deixa de ser interessante saber que dom Antonio Santos fala dessa mesma instalação holandesa no alto Essequibo".

Contudo, Humboldt confiou demais em sua memória. Santos jamais subiu ou desceu o Essequibo. Partindo de Barceloneta, na confluência do Paragua e do Caroni, ele subiu o primeiro desses rios, atravessou a serra de Pacaraima, desceu em seguida o Uraricuera ou alto rio Branco e subiu o Tacutu, o Maú e o Pirara até o lago Amacu, que não ultrapassou[133]. Ele teria mencionado um posto holandês no alto Essequibo, mas sem poder precisar sua posição, e de acordo com as informações colhidas no forte português de São Joaquim, ou segundo a reclamação (*Remonstrance*) feita em 1769 pelo ministro holandês em Madri. Esse documento foi levado ao conhecimento do governador espanhol da Guiana, que em um comunicado datado de 5 de abril de 1770, publicado recentemente, respondeu: — "O assassinato do guarda do posto Arinda e dos caraíbas, seus amigos dos arredores, é uma falsidade e não tem nenhum fundamento, pois esse posto não se encontra ao nosso alcance e nos é mesmo desconhecido, como o provam o documento nº 1 e o mapa anexado"[134].

Quanto ao mesmo Humboldt, eis o que havia dito anteriormente: " [...] Esta [a serra de Rinocote] atravessa o Mazaruni e forma no Essequibo as trinta e nove cataratas que se contam *a partir do posto militar de Arinda* (*5°30'N*) até a embocadura do Rupununi" [135].

Essa passagem, transcrita do memorando de Schomburgk (1839) e reproduzida em 1841 no memorando da legação inglesa, poderia levar a crer que os holandeses haviam possuído ao mesmo tempo dois postos diferentes no alto Essequibo, mas, na realidade, eles jamais tiveram, a montante do alto da ponta Bartica, mais que um único posto, que sempre teve o nome de Arinda e que mudava frequentemente de lugar.

Diferentes posições do posto Arinda.

[133] "Nicolas Rodriguez e Antonio Santos (1775-1780) foram contratados pelo governador espanhol. O último chegou, seguindo *o Caroni, o Paragua, o Paraguamusi, o Anocapra e as montanhas de Pacaraima e Quimirocapa até o Uraricuera e ao rio Branco*" (HUMBOLDT. *Voyages aux Régions Equinoxiales*. t. X, p. 499.)

No que se refere às viagens de Santos e Rodriguez, Humboldt cita: "*Notas escritas* [1778] *sob ditado de Santos, quando passou das missões de Caroni às planícies do rio Branco, atravessando a serra de Pacaraima, que ele chama Pacaraymo*" e "*Diário de viagem de Don Nicolas Rodriguez, o amigo de Santos, de Barceloneta até a confluência do Maú e do rio Branco*" (HUMBOLDT, op. cit., t. X, p.147).

[134] *Livro Azul*, C.-7972, p. 115.

[135] HUMBOLDT, op. cit., edição in-8º, t. X, p. 156.

Os postos, disse-o muito bem Rodway, falando especialmente do de Arinda, "não eram de nenhuma maneira fixados por qualquer período definido de tempo. Frequentemente eram abandonados ou transferidos para localidades mais apropriadas de acordo com as exigências do comércio com os indígenas"[136].

Provavelmente o posto Arinda foi primeiramente estabelecido, aproximadamente em 1743, na margem direita do Essequibo, a montante da foz do Siparuni e transferido, em 1749, em direção ao sul, em frente à confluência do Rupununi[137], mas retirado logo após e restabelecido na localidade anterior ou em outra na vizinhança. Em 1751, foi novamente colocado perto do Rupununi[138] e talvez suprimido inteiramente, como supôs Rodway, durante os anos de 1756 e 1757[139]. Em 1758, ele se encontrava mais uma vez no Essequibo, nos arredores do Siparuni. Um documento holandês de 1764 coloca-o nessa época a 70 horas do forte Zelândia, aproximadamente a 4° e alguns minutos, mas há certamente um erro na latitude, pois esse mesmo documento acrescenta que o posto encontrava-se a jusante do Siparuni[140]. Em 1767, foi transferido para mais ao sul, entre a confluência do Rupununi e Rock Toumune, no Essequibo[141]. É a posição indicada por Schomburgk em seu terceiro relatório, de 1836. Depois de 1769, ele teria sido levado para o norte e colocado em uma ilha entre a foz do Mazaruni e a do Assarie ou Potaro, segundo esta passagem de Hartsink:

> No alto, nesse rio [Essequibo], nós temos nosso posto mais avançado, chamado Arinda, em uma ilha perto das cachoeiras, muito numerosas nesse curso d'água. Nesse lugar o rio é largo e salpicado por incontáveis ilhas. Após passar por vinte e quatro ou vinte e cinco, encontra-se pelo lado ocidental o rio Arrassarou e as montanhas do mesmo nome. Esse pequeno rio avizinha-se do Mazaruni até cerca de

[136] RODWAY. *History of British Guyana*. t. I ,p. 145

[137] Ver o mapa nº 5, de 1749, no *Livro Azul*, C.-7972-1.

[138] Carta de 10 de junho de 1751, no *Livro Azul*, C.-8106, p. 35.

[139] "Depois de considerado, foi decidido [...] que o comércio no alto Essequibo, por pessoas privadas, deveria ser interrompido. Consequentemente, um anúncio público foi expedido em 3 de outubro de 1757, que ordenava aos habitantes não comerciarem ali no futuro. Não parece que haveria alguns postos comerciais da Companhia naquela direção, mas, como não há menção de qualquer deles, pode-se presumir que Arinda fora abandonada" (RODWAY, t. I , p. 145).

[140] *Livro Azul*, C.-8106, p. 129.

[141] Ver p. 122.

> uma légua e meia... A aproximadamente doze léguas [cerca de 78,2 km] a montante do posto Arinda, desemboca o rio Sibarouna*, indo do sudeste para o leste[142].

Em 1775, Arinda encontrava-se novamente no alto Essequibo nos arredores do Rupununi.

Seria impossível indicar com precisão todos os deslocamentos que esse posto experimentou sem estudar atentamente toda a série de cartas endereçadas à Companhia das Índias Ocidentais pelos governadores de Essequibo. Até que em 1790 ele foi definitivamente suprimido. Ele não existia mais em 1798, por ocasião da viagem de Rodrigues Barata[143], mesmo que ainda figure sobre uma ilha não distante de ponta Bartica no mapa de von Bouchenroeder, publicado nesse mesmo ano.

Arinda não era um posto fortificado, mas um entreposto.

Quanto aos canhões de que fala Schomburgk e que, segundo as informações dos índios, teriam sido abandonados pelos holandeses quando deixaram a vizinhança do Rupununi, jamais foram vistos por nenhum viajante, nem mesmo por Schomburgk. Arinda era somente uma "feitoria", como o diz muito bem Rodway[144]. Se tivesse sido guarnecida com artilharia, assim como o Zelândia e o antigo Kykoveral, os documentos holandeses a teriam chamado "forte" e não "*Post*" ou "*Compagnie Handel plaats Arinda*".

Como os outros entrepostos da Companhia, Arinda devia ser simplesmente uma cabana de madeira coberta de folhas de palmeira e ocupada por um guarda e quatro ou cinco holandeses, índios ou negros, e cujo armamento se compunha de alguns fuzis, pistolas e sabres. Cada posto tinha um pequeno depósito de mercadorias para trocas com os indígenas[145]. Em 1764, o governador Storm van's Gravezande deu as

---

* Siparuni. (N.E.)

142 HARTSINK. *Bescherijving van Guiana*. Amsterdam, 1770. p. 265.

143 Ver p. 75 e nota 20 na mesma página.

144 Passagem de um relatório do governador van's Gravezande, em 27 de setembro de 1763 (*Livro Azul*, C.- 8106, p. 126):
"[...] Mencionarei em primeiro lugar os postos, *ou assim chamados postos de comércio,* quatro no total, da Ilustre Companhia. O primeiro é Maroco, situado entre este rio e o Orenoco. O segundo, a saber, Maycouni, entre Demerara e Berbice, [...]. O terceiro, o posto Arinda, acima do Essequibo [...]. O quarto, e último, é o ainda abandonado posto no Cuiuni [...]."

145 Em 1758, o posto Cuiba, no Cuiuni (Cajoeny) foi tomado pelos espanhóis. Um relatório traduzido em inglês assim o designa: " a cabana coberta com folhas de palmeira, onde os holandeses viviam [...]" (*Livro Azul*, C. -8106, p. 243). "Dois holandeses [o guarda Stephen

seguintes informações à Companhia:

> No posto de Maykouny há um guarda e seu ajudante, o que é suficiente nesse lugar; *em Arinda há um guarda e dois homens*. No posto do Maroco, bem mais importante, atentos aos fugitivos e aos estrangeiros que utilizam essa via e que começam a querer dominá-la, há um guarda e três homens, aos quais acrescentarei mais outro. Esforçar-me-ei junto aos caraíbas para conseguir fazer estacionar ali um suboficial e oito homens [...] [146].

O posto Arinda não foi destinado a impedir o comércio de escravos, mas a fomentá-lo.

Arinda não foi destinado, como o disse Schomburgk, a impedir o comércio de escravos indígenas, mas bem ao contrário, a fomentar esse comércio, como mostra a seguinte passagem de um relatório do governador-geral, L. Storm van's Gravezande, assinado em 27 de setembro de 1763 e recentemente traduzido para o inglês[147]:

> [...] O terceiro é o posto Arinda, no alto Essequibo, *efetivamente destinado ao tráfico de escravos indígenas* [*really intended for the trade in red slaves*] e madeiras de onde se extraem tinturas, e também destinado a favorecer a exploração das terras, bem como o reconhecimento das nações do interior, e *a impedir que os escravos fujam nessa direção* [*as well as to prevent the slaves making off in that direction*] .

Iskes e J. B. Brunn], um negro, sua mulher e seus filhos foram presos. Eis aqui a relação das armas e outros artigos encontrados: cinco fuzis, três pistolas, três sabres, sete machados, 144 facas, um caldeirão e algumas peças de lona" (*Livro Azul* citado, pp.242, 243).
O guarda Iskes, em um interrogatório, deu as seguintes informações: "Respondeu que a guarda era composta de um chefe e quatro homens, dois holandeses brancos e dois índios [...]; que as armas que tinha eram cinco espingardas, três sabres, três pistolas, um frasco de pólvora e um pedaço de chumbo para a munição; que somente possuía duas das espingardas e as outras armas eram propriedade da Companhia [....]. Respondeu que tomaram quatorze dúzias de facas, dezoito ferramentas, consistindo em machadinhas e facões, duas peças de pano grosseiramente listrado; nove fardos de contas; uma dúzia de telescópios de tamanho médio; 24 jardas [cerca de 22 m] de tecido para camisas e vinte jardas [cerca de 18,3 m] de tecido de algodão [nanquim] azul, tudo destinado para a compra de provisões e artigos necessários à vida" (*Livro Azul* citado, p. 246).

146 *Livro Azul* citado, documento nº 170, p. 128.

147 Documento nº 164, "Director-General Essequibo, to West India Company", no *Livro Azul*, C.-8106, p. 126. Ver também no mesmo *Livro Azul* a parte final do documento nº 271, p. 191 (carta do diretor-geral G. H. Trotz, de 23 de janeiro de 1776.

Em uma memória do mesmo governador-geral, datada do mês de agosto de 1764[148], encontram-se as seguintes passagens: "O comércio feito ali [em Arinda] consistiu até o momento em *escravos índios* [red slaves] e tinturas dos acuway e ataray... Embora o comércio de escravos índios possa tornar-se muito lucrativo [...]" .

Ele também não foi destinado a reprimir as incursões dos caraíbas.

Esse posto também não foi destinado, como pretendeu Schomburgk, a reprimir as incursões dos caraíbas, pois esses selvagens eram aliados dos holandeses contra os negros fugidos, contra as outras tribos indígenas e contra os espanhóis, como constatam um grande número de documentos holandeses[149], dos quais aqui estão alguns trechos:

> Durante sua viagem de volta, eles encontraram *os caraíbas do Essequibo*, que estavam em marcha contra os rebeldes [...] [150].

> Mas o guarda do posto [Arinda] tendo tido algum, contratempo com os acuways, que tratara com muita injustiça, abandonou o posto por medo dessa nação, e *foi refugiar-se entre os caraíbas* [...] [151].

> O ajudante de guarda Schreuder chegou do posto Arinda no alto Essequibo, trazendo com ele o principal chefe, ou Grand Owl, dos caraíbas do Essequibo[152]. Minha viagem foi empreendida [diz em um depoimento Araytana, *chefe caraíba*] porque fui convocado *por meu aliado*, o governador; que, à minha chegada, declarou que quis me ver para me dizer que eu devia estar pronto a vir ajudá-lo a resistir aos espanhóis [...] [153].

> Os *caraíbas* mencionados anteriormente voltaram trazendo grande quantidade de mãos direitas dos rebeldes que eles haviam matado e eu os paguei esta manhã

[148] Documento nº 171, "A brief Treatise concerning the Hon. Company's Trading places", no mesmo *Livro Azul*, p. 129.

[149] Publicados no *Livro Azul*, -C.8106, especialmente nos documentos nºs 120, 124, 132, 145, 154, 156, 158, 161, 164, 165, 167, 169, 174, 193, 195, 197, 201, 202, 206, 212, 213, 216, 220 e 249, datados de 1755 a 1772.

[150] *Livro Azul*, -C.8106, p. 126 (despacho de 5 de outubro de 1763, do governador L. L. van Bercheyck, autor do mapa citado na primeira parte da presente memória, p. 78.

[151] *Livro Azul* citado, p. 149 (despacho do governador-geral van's Gravezande, em 9 de dezembro de 1767).

[152] *Livro Azul* citado, p. 161 (despacho do governador-geral, em 15 de março de 1769).

[153] *Livro Azul* citado, p. 106 (depoimento feito em 17 de dezembro de 1755).

> mesmo, pois é o costume, nas colônias, dar pela cabeça ou mão de um negro fugido, o mesmo preço que se paga por um escravo [...] [154].

> E imediatamente, [dizia, em 1772 Storm van's Gravezande] enviei em todas as direções mensageiros encarregados de pedir aos *meus bons amigos caraíbas* para virem em nossa ajuda [...] [155].

Exame da questão de direito.

Estes resumos mostram claramente que as informações dadas pelos índios a Schomburgk, em 1836, não tinham grande valor.

O posto Arinda certamente existiu durante um período de aproximadamente 47 anos (1743-1790), às vezes suprimido, às vezes restabelecido e ocasionalmente mudando de lugar. No entanto, esse estabelecimento só daria à Inglaterra um título válido até a nascente do Essequibo e de seus afluentes meridionais nas três condições seguintes: 1º — Que quando a Inglaterra levantou, em 1841, essa questão de limites, ela realmente ocupasse uma das posições que o antigo posto holandês havia tido no alto Essequibo; 2º — Que não tenha havido um acordo tácito entre Portugal e a Holanda estabelecendo a fronteira através da bacia do Essequibo; e 3º — Que não tenha havido ocupação das terras na bacia secundária do Rupununi pelos portugueses.

Entretanto, em 1841, fazia mais de 50 anos que o posto Arinda havia sido abandonado e definitivamente extinto pelos holandeses. Por outro lado, é certo que desde 1802 (Tratado de Amiens) a Holanda considerava francês o território compreendido entre os paralelos em torno de 4°30'N e 2°30'N na bacia do Essequibo[156]. Em consequência, houve para a Holanda perda do *corpus* e do *animus domini*.

Por um acordo tácito entre Portugal e Holanda, acordo esse que já foi objeto de debate[157], a fronteira tinha sido estabelecida como a haviam traçado os próprios holandeses antes de 1748, pela serra de Pacaraima e uma linha NO-SE, que, partindo da foz do Anaí, deixava a Portugal a maior parte do curso do Rupununi e uma parte considerável do alto Essequibo ou Sipó.

---

[154] *Livro Azul* citado, p. 127 (despacho do governador-geral, em 28 de fevereiro de 1764).
[155] *Livro Azul* citado, p. 181 (despacho do governador-geral, em 29 de agosto de 1772).
[156] Ver pp. 71-74 e pp.110-113.
[157] Ver pp. 65-70 e pp. 112-113.

Há mais ainda: o governo português e em seguida o governo brasileiro ocuparam efetivamente as planícies do Pirara e a margem esquerda do Rupununi, desde sua nascente até a foz do Anaí, vigiando toda essa zona por meio de um destacamento de soldados, como puderam constatar, em 1811, os primeiros ingleses que haviam subido o Rupununi.[158] Vinte e cinco anos mais tarde, em janeiro de 1836, durante a primeira visita de Schomburgk a Pirara, essa aldeia estava ocupada pelo comandante do forte de São Joaquim[159]. A ocupação brasileira, interrompida por causa das desordens de uma guerra civil, foi restabelecida a partir de 1839[160] até 1842, data em que cessou por causa da invasão inglesa, invasão contra a qual o Brasil protestou[161] em razão do acordo de 29 de agosto a 3 de setembro de 1842, que neutralizou provisoriamente o território do Pirara. A ocupação brasileira durou, portanto, cerca de 60 anos.

Arinda e São Joaquim. — Raios de influência.

Deixando de lado o acordo tácito entre Portugal e Holanda e a ocupação luso-brasileira do Pirara e da margem esquerda do Rupununi, resta agora considerar, nestas regiões, a importância dos dois centros de influência, português e holandês, no século XVIII.

São Joaquim, na confluência do Tacutu com o rio Branco, era desde 1775 uma fortificação permanente, construída de acordo com as normas e a solidez necessárias e armada com oito peças de canhão, além de três bombardas, tomadas dos espanhóis, cuja expulsão do Uraricuera, do Tacutu e do Maú pelos portugueses não havia certamente sido feita em benefício dos holandeses. A guarnição do forte e de suas dependências era composta, em 1798, de cerca de 40 homens e de tropas tanto regulares quanto auxiliares, e elevava-se às vezes a mais de 100 homens (1775, 1841 e 1842). Esse forte estava cercado por várias aldeias e fazendas de gado em um perímetro bastante considerável.

Nieuw Arinda, no Essequibo, entre a confluência do Rupununi e Rock Toumune (posição mais meridional ocupada pelo posto, no entanto, somente por alguns anos), era uma barraca isolada, simples entreposto para o comércio de escravos, guardado por três ou seis homens. Os holandeses não possuíam plantação ou estabelecimento

[158] Ver pp. 76-78.
[159] Ver p. 86.
[160] Ver pp. 87-89.
[161] Ver pp. 98-99.

algum nas redondezas. Para se manterem, estando tão longe do forte Zelândia, eles só contavam com a proteção dos caraíbas e dos acuways, que lhes vendiam os prisioneiros feitos às outras tribos indígenas.

De São Joaquim ao ponto do curso do Rupununi mais próximo do forte, conta-se, em linha reta, 91 quilômetros (57 milhas). De Arinda ao Rupununi, pela latitude do Pirara, contava-se a mesma distância de 91 quilômetros. De São Joaquim até a antiga aldeia do Pirara há 110 quilômetros (71 milhas) e de Arinda ao Pirara aproximadamente 104 quilômetros (65 milhas). A embocadura do Maú encontra-se a 141 quilômetros (88 milhas) da posição que Arinda ocupava e a somente 77 quilômetros (48 milhas) de São Joaquim. A distância da nascente do Tacutu até Arinda é de 244 quilômetros (152 milhas) e de 77 quilômetros (48 milhas) até São Joaquim.

Resumo.

Portanto, mesmo descartando a questão do abandono provada no que concerne a Arinda, mesmo deixando de lado os documentos holandeses que interrompiam a fronteira no Anaí e a leste do alto Rupununi, e desconsiderando ainda a ocupação luso-brasileira da margem esquerda do alto Rupununi, é evidente que o raio de influência do antigo posto holandês não podia ser mais considerável que o do forte São Joaquim e que esse posto abandonado não justifica de maneira nenhuma as pretensões da Guiana Inglesa às planícies do Pirara e a nenhum território situado fora da bacia do Essequibo. É impossível admitir que a razão de vizinhança ou o direito de contiguidade pudesse fazer de uma parte da bacia do Amazonas uma extensão ou um complemento do Essequibo.

IX

Argumento de Schomburgk retirado de um excerto de Humboldt.

— *Mesmo desde o início do século XIX, o governo brasileiro pareceu ter sido influenciado por motivos políticos para tomar um vivo interesse pelas savanas a leste do rio Branco* (memorando de Schomburgk de 1839 e memorando de 20 de fevereiro de 1841).

Resposta.

Humboldt, citado nessa passagem, efetivamente disse: "Os brasileiros, por motivos políticos demonstraram desde o começo

do século XIX um vivo interesse pelas planícies que se estendem a leste do rio Branco"[162].

Os portugueses do Brasil ocupavam-se destas planícies *bem antes do início do século XIX*.

Os portugueses ocupavam-se desde 1775 da utilização das planícies a leste do rio Branco.

O juiz Ribeiro de Sampaio, em 1775 e 1777, o general Pereira Caldas, em 1777, o capitão de fragata Silva Pontes, astrônomo da Comissão de Limites, e o capitão Almeida Serra, membro dessa comissão, em 1781; o doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1786 e 1787 e o coronel M. da Gama Lobo, membro da mesma comissão, em 1787, esforçaram-se em mostrar o quanto era importante para a Capitania do Rio Negro tirar proveito destas savanas.

Ribeiro de Sampaio em 1775 e 1777.

Ribeiro de Sampaio dizia, em março de 1775, em seu *Journal du voyage fait pour inspecter les bourgs et les villages de la Capitainerie de Sam José do Rio Negro*[163]:

> § 327. [...] O maior de seus afluentes [do rio branco] é o Tacutu, que vem do leste. O Maú desemboca no Tacutu, e o Pirara no Maú, por onde passado meio dia de viagem por terra se entra no Rupununi. Paralelo ao mesmo Tacutu corre o rio Rupununi, que desaguando no Essequibo, dá comunicação às colônias da Guiana Holandesa. Com somente meio dia de viagem pode-se também passar do Tacutu ao Rupununi [...][164]
>
> § 329. Em todos esses rios habitam muitas nações de Índios, sendo as principais os Paravianas, vulgarmente chamados paravilhanas, os macuxis, os uapixanas, os saparás, os paxianas, os uaryurús, os tapicaris, os xaperás, os caripunas [...]
>
> § 330. *Os portugueses têm navegado o rio Branco e todos os seus colaterais*, descobrindo e ocupando as terras por eles banhadas, *extensíssimos campos com pastos* tão próprios para criação do gado vacum que podem contribuir para os mais bem fundados estabelecimentos e avultados interesses, como ainda se

[162] HUMBOLDT. Sur quelques points importants de la géographie de la Guyane. *Nouvelles Annales des voyages*, 1837, t. II, p. 159.

[163] SAMPAIO, F. X. Ribeiro de. *Diário da viagem que em visita e correição da Capitania de S. José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma (1774 e 1775)*. Academia Real de Ciências de Lisboa, 1825.

[164] Nesse trecho encontram-se indicadas as duas trilhas frequentadas pelos portugueses: a trilha do *Pirara* e a do Sarauru.

espera da merecida atenção que esse objeto alcançará dos nossos superiores. O § 331 também é relativo às savanas .

Pereira Caldas em 1777.

Em 1777, ele abordou esse assunto no capítulo XI de sua *Relation Géographique et Historique du Rio Branco*[165].

O general Pereira Caldas, em um relatório datado do Pará em 12 de junho de 1777 e endereçado ao ministro Martinho de Mello, chamava a atenção do governo português para as savanas do rio Branco e de seus afluentes, dizendo que, uma vez povoadas de gado, poderiam ser suficientes para atender às necessidades dos habitantes da Capitania do Rio Negro e principalmente dos de Barcelos, sua capital[166].

Silva Pontes e Almeida Serra em 1781.

Silva Pontes e Almeida Serra, em 1871, após haver proposto o estabelecimento de um posto de observação *no Rupununi, próximo ao Pirara e ao Tauaricuru ou Auaricuru (Awaricuru),* diziam:

> [...] e no caso de se ali não fazer estabelecimento da mesma fortaleza de São Joaquim se poderão lançar patrulhas sobre as mencionadas campinas, de inverno por águas, e de verão por terra, as quais com grande utilidade do real serviço e segurança perpétua daquele posto, se farão, introduzindo-se cavalgaduras para uso da tropa, vistas as férteis pastagens que oferecem todos os adjacentes do rio Branco para a criação e sustento desses animais, e de todas as espécies de gado que em poucos anos servirão de grandes recursos para a capital do Pará.

Em um relatório de 1787, endereçado ao general Pereira Caldas, o cientista doutor Alexandre Rodrigues Ferreira assim fazia alusão a outras informações anteriores:

Rodrigues Ferreira em 1786 e 1787.

> [...] Pelo exame pessoal que fez da matéria quando esteve no local, o astrônomo Antonio Pires da Silva Pontes também reconheceu *o quanto estas pradarias eram propícias à introdução do gado*, e comunicou suas observações e suas ideias em um relatório, datado de 15 de julho de 1781, em resposta às instruções que vossa excelência lhe havia dado sobre a

[165] SAMPAIO, Ribeiro de. *Relação geographica historica do rio Branco da America Portuguesa (1777)*. Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1850.

[166] "As terras têm toda a propriedade para estabelecimento e criação de gados que hajam de segurar a subsistência dos moradores daquela capitania e principalmente dos da sua capital [...]."

matéria em 2 de dezembro de 1780. *Eu também, que vi e percorri estas mesmas pradarias*, não tenho deixado de insistir sobre esse assunto, por minha própria iniciativa, como se pode ver pela cópia de um dos parágrafos do relatório que encaminhei destas paragens a vossa excelência, em 27 de junho de 1786:

§ No que se refere *ao gado*, *que sem dúvida nenhuma deveríamos introduzir nestas savanas*, só acrescentaria esse desejo: que vossa excelência não deixe a capitania sem lhe fazer esse bem [...]

Gama Lobo em 1787.

Em 1787, o coronel Gama Lobo tratava ainda desse mesmo assunto em uma memória intitulada *Description du rio Branco et de son territoire*[167]. Já possuindo o grau hierárquico de general de brigada e ocupando o cargo de governador da capitania de São José do Rio Negro, em 1793 ele pôde começar a introdução de gado nos arredores do forte de São Joaquim. As três primeiras fazendas — d'El Rey, São José e São Marcos, — foram criadas durante sua administração, e após alguns anos os cavalos e bois se contavam aos milhares, podendo espalhar-se pelas planícies vizinhas, a leste do Tacutu e do Maú.

Introdução de gado nas savanas do rio Branco, em 1793 pelos portugueses.

Contudo, o comentário de Humboldt, citado em 1839 e 1841 com o objetivo de mostrar que só tardiamente os brasileiros haviam demonstrado interesse pelas savanas a leste do rio Branco, nada provaria contra o Brasil, mesmo sem a correção que acaba de ser feita, pois os holandeses jamais haviam ocupado ou utilizado estas savanas, e os ingleses, seus sucessores, só começaram a pensar nelas depois de lerem os seguintes trechos do relato de viagem de Schomburgk, publicado em 1836:

Os colonos ingleses da Guiana só começaram a pensar nestas campinas em 1840.

Excertos de Schomburgk mostrando que o gado das planícies havia sido introduzido pelos portugueses.

Entramos agora nas savanas secas. No caminho, *vimos muito gado*: negro e vermelho eram as cores mais prevalentes. Esses rebanhos de gado selvagem pareciam frequentar somente as savanas ao sul da serra de Parima, nas proximidades dos rios Maú, Tacutu e, em especial do Branco, *e são indubitavelmente de origem portuguesa* [168].

[167] *Descrição do Rio Branco e seu território*, 1787.

[168] SCHOMBURGK. Terceiro relato de viagem, de 1º de abril de 1836. *Journal of The Royal Geographical Society*, t. VI (1836), p. 255.

> [...] As savanas podem revelar-se lucrativas para o colono empreendedor. *Os rebanhos de gado e de cavalos selvagens que pastam nas savanas do rio Branco e de seus afluentes, o Tacutu e o Maú podem ser transportados para a colônia da Guiana Inglesa*, onde se encontrarão compradores à mão. *O cavalo brasileiro,* ainda que pequeno, é rápido e, desde a juventude, acostumado com os trópicos e com as privações, recomendações importantes para o comprador [169].

Em 1840 ele acrescentava:

> *Esse gado provém de algumas fazendas do governo brasileiro, estabelecidas pelo fim do século passado* [*século XVIII*] pelo brigadeiro Manoel da Gama: três dessas fazendas estão na vizinhança do forte de São Joaquim, na confluência do Tacutu com o rio Branco, e duas outras mais para leste [...]. Quando cruzei *as savanas do rio Maú,* encontrei-me frequentemente com rebanhos de trinta a cinquenta reses. O capitão Cordeiro, então comandante do forte de São Joaquim, assegurou-me que muitos milhares pastavam *nas margens do Tacutu* e do rio Branco [...] [170].

Schomburgk, em 1839 e 1840, levou Georgetown e Londres a crer que a colônia inglesa tinha direito de reclamar ao Brasil as mesmas planícies do Tacutu, do Maú e do Pirara, descobertas pelos portugueses, defendidas por suas tropas contra a invasão espanhola em 1775, ocupadas militarmente nessa época, estudadas por duas comissões científicas em 1781, 1786 e 1787 e repletas de cavalos e bois introduzidos pela administração portuguesa.

X

Argumento de W. G. Ouseley baseado na necessidade, para os brasileiros, da posse real e a situação de independência dos índios da bacia do rio Branco.

— O governo português nunca estendeu seus domínios a leste do forte de São Joaquim, em oposição às reivindicações dos holandeses a leste e dos espanhóis ao sul. Aqueles possuíam o território banhando pelos afluentes do Essequibo. Os territórios intermediários até o rio Branco eram então habitados, como agora, pelos macuxis, atroaris,

[169] Ibid., p. 282.
[170] SCHOMBURGK. *A description of British Guiana*, p. 114.

Resposta. Posse real e posse fictícia.

wapixanas, iaonneas [*tarumas?*] *e woyawais, sempre consideradas tribos independentes; e essas tribos reivindicam a proteção britânica* (memorando de 20 de fevereiro de 1841).

Na primeira parte da passagem mencionada, pretende-se só deixar ao Brasil a posse real ou efetiva, enquanto se concede aos colonos da Guiana Inglesa o benefício de uma posse fictícia mais extensa.

Extensão dos territórios efetivamente ocupados pelos holandeses no século XVIII e pelos ingleses antes de 1848 e ainda hoje.

Os estabelecimentos holandeses encontravam-se no litoral e na parte inferior do curso do Essequibo, desde sua foz até a confluência do Mazaruni e do Cuiuni. Mais ao sul, no Essequibo, a Holanda só possuiu um posto isolado, que terminou por suprimir e que o governo da Guiana Inglesa jamais restabeleceu. Se a doutrina da posse efetiva devesse ser aplicada à colônia inglesa com o mesmo rigor que o memorando o faz para o Brasil, os direitos da Grã-Bretanha se interromperiam lá onde se encontra sua última instalação, o Penal Settlement, na confluência do Mazaruni, próximo à ponta Bartica, sede da missão fundada em 1829. Escrevia ainda, em 1877, o geólogo C. Barrington Brown:

> *A parcela civilizada e cultivada da colônia existe somente em uma estreita faixa costeira.* Além dela, há pântanos, depois um terreno arborizado que se eleva e finalmente montanhas e savanas estendendo-se para o sul, tudo inexplorado, covis de animais selvagens e várias tribos de índios. Essa faixa, entre a retaguarda das propriedades produtoras de açúcar e os confins da colônia *é conhecida como o* "*Interior*" *e, com exceção de poucos estabelecimentos nas margens do curso inferior dos rios Berbice, Demerara e Essequibo, mantêm-se hoje no mesmo estado que na época* de Raleigh [171].

Encontram-se informações do mesmo tipo nos trabalhos de outros funcionários da colônia.

O senhor William Walker, comissário da Guiana Inglesa na Exposição Universal de Paris em 1878, dizia à época:

> O traço característico e distintivo da costa é uma franja ou cinturão de manguesais

[171] BROWN, C. Barrington. *Canoe and camp life in British Guiana.* Londres: Assoc. R. S. M., late government surveyor in British Guiana,1877. pp.1-2.

> e de arbustos de mangue-preto (*Avicennia nitida*), após a qual começa imediatamente *a faixa de terra cultivada, que em comparação com a extensão total de solo disponível, representa uma área pequena.* No interior, savanas extensas e bem irrigadas e densas florestas cobrem o espaço intermediário até o pé das serras [...][172]. Com exceção das duas propriedades açucareiras no rio Berbice, *não há, no momento, propriedades cultivadas que fiquem a mais de nove milhas* [*cerca de 16,67 km*] *para o interior* [173].

E o senhor Everard F. Im Thurm, diretor do museu de Georgetown, escrevia em 1880:

> Pode-se dizer que o território consiste em quatro regiões, uma depois da outra, paralelas à linha da costa. Delas, *apenas a mais externa, a região do açúcar, que se localiza junto à faixa costeira é, no momento, cultivada e habitada em larga medida.*
>
> A seguir a ela se situa o que pode ser chamada de região madereira, da qual somente a madeira tem sido trazida lucrativamente ao mercado. Essa região se estende para o interior até as cachoeiras inferiores dos vários rios.
>
> Uma linha imaginária grosseiramente paralela à faixa costeira e cortando cada um dos grandes rios na altura de suas cataratas inferiores marca o limite mais distante desde a costa até essa região.
>
> *Essa parte do território* [...] *é habitada apenas por poucos negros e índios* [...].
>
> *As duas regiões remanescentes são inteiramente desabitadas, exceto por poucos índios, pertencentes a quatro ou cinco diferentes tribos, espalhados extensamente.* A região da floresta se situa imediatamente após a região da madeira. Por último, mais distante da costa, se encontra a região da savana [174].

São Joaquim e ponta Bartica. — Raios de influência.

Já foi estabelecido que os governos de Portugal e

[172] WALKER, William. *British Guiana at the Paris Exhibition*. Londres: F. R. G.S., F. R. C. I., commissioner for British Guiana, 1878. Prefácio, p. XXVI.

[173] Ibid., p. XX.

[174] THURM, Everard F. Im. A journey in the interior of British Guiana. *Proceedings of the Royal Geographical Society*, ago 1880, vol. II, nº 8, pp. 465-466.

do Brasil haviam ocupado por longos anos o istmo entre o Tacutu e o Rupununi, a leste de São Joaquim[175] e que essa posse efetiva só foi interrompida em virtude dos acontecimentos de 1842[176]. No entanto, mesmo sem levar isto em consideração e tomando como ponto de partida a posição brasileira de São Joaquim e a posição inglesa de ponta Bartica, pode-se ver no quadro a seguir a grande diferença que existe entre a extensão dos raios de influência que pretendem, ou pretendiam, o Brasil e a Guiana Inglesa:

Distâncias em linha reta:	*De São Joaquim*		*De Ponta Bartica*	
	KM.	MILHAS	KM.	MILHAS
Nas ruínas da aldeia do Pirara.....	110	69	268	167
Na trilha do Pirara.....	114	71	266	165
Na margem esquerda do Rupununi:				
Perto da trilha do Pirara.....	121	75	263	163
Catarata Parazaui.....	91	57	331	205
Nascente do Rupununi.....	121	75	422	262
No ponto central do Maciço de Cuanocuano (Cunuku Mts).....	95	59	306	190
No monte Anaí.....	147	91	233	145
Na foz do Anaí.....	148	92	238	148
Na confluência do Cotingo e Tacutu....	35	22	319	198
Na confluência do Maú e do Tacutu.....	77	48	283	176
Na nascente do Tacutu.....	134	83	446	277
No monte Roraima.....	205	128	242	150
Na nascente do Essequibo (Sipó).....	339	210	536	333
Na nascente do Corentine.....	389	242	470	292
Distâncias por via fluvial:				
No Pirara (subindo o Tacutu, o Maú, o Pirara e o lago).....	149	93		
No Pirara (subindo o Essequibo, o Rupununi até o Wai-Ipukari, a seguir trajeto por terra até o Pirara.....			461	286

Contratos feitos com os índios selvagens.

Um simples lançar de olhos no quadro e na *Carte des frontières entre le Brésil et la Guyane Britanique*,

[175] Ver pp. 74-78, 86-89 e 124-127.

[176] Ver pp. 93-100.

mapa anexado à presente memória, é suficiente para mostrar que o *direito de contiguidade* favorece a causa do Brasil.

Já as tribos dos índios macuxis, uapixanas, caripunas e atuarahys de que fala o memorando inglês de 1841 encontravam-se submetidas às autoridades brasileiras tanto quanto o podem ser as tribos selvagens.

Elas habitavam um território que os governadores holandeses de Essequibo e Demerara, no século XVIII, o governo da Guiana Inglesa, e todos os cartógrafos ingleses, antes de 1840, reconheciam como fazendo parte do Brasil. Estas tribos não poderiam transmitir um direito de soberania que não possuíam, nem transformar territórios submetidos à jurisdição de uma nação soberana em país de protetorado estrangeiro.

Situação dos índios selvagens na América.

A situação dos índios selvagens no Brasil é a mesma que nos outros Estados da América. Eles vivem sob a tutela do Estado e são não mais que "*domestic dependent nations*[*]", não tendo nenhum direito de alienar a estrangeiros as terras que ocupam ou percorrem.[177]

É certo que os contratos feitos entre uma potência civilizada e os selvagens da África e da Oceania podem justificar uma tomada de posse, mas somente nos casos em que os selvagens não habitem territórios já ocupados por outra potência civilizada. Na América, não há nem territórios *nullius* nem tribos indígenas constituídas em corpo político. Há ainda entre vários estados desse continente, e entre alguns destes estados e as colônias europeias, questões de fronteira a regularizar, mas elas só podem ser resolvidas de acordo com os princípios do Direito Internacional e os interesses recíprocos das nações civilizadas que se encontram em causa, sem que os selvagens possam ser convidados a se pronunciar. Aliás, das algumas centenas de índios que, aconselhados

---

[*] Nações domésticas dependentes. (N.E.)

[177] "As tribos indígenas nos Estados Unidos não constituem nações estrangeiras. São consideradas em estado de tutela e podem ser mais corretamente denominadas nações domésticas dependentes" (WHARTON. *A digest of International Law of the United States*. Washington, 1888. t. II, p. 531). "Os habitantes aborígenes em um estado selvagem não têm direito à terra em que habitam ou que cruzam para autorizá-los a concedê-lo a pessoas de um outro país", escrevia o secretário de Estado Fish em 18 de junho de 1873" (Ibid., p. 534). "O princípio é o de que os índios devem ser considerados meros ocupantes a ser protegidos enquanto na posse pacífica de suas terras, mas incapazes de transferir o direito absoluto para qualquer outro que não o soberano do país, que tem o direito exclusivo de extinguir o direito indígena de ocupação, por compra ou por conquista" (KENT. *Commentaries on American Law* apud TWISS, sir Travers. *The Law of Nations*. 1887, § 135).

por Schomburgk, se insurgiram contra a autoridade brasileira, pedindo em 1838, a proteção inglesa por intermédio do missionário Youd, quase todos os que emigraram para a Guiana Inglesa[178] se dispersaram em 1842, em Waraputa Rapids, após envenenarem o missionário e sua mulher, como foi mostrado anteriormente[179].

XI

Pretenso direito da colônia britânica sobre as planícies do Pirara e suposta necessidade de ter estas savanas.

— As autoridades na colônia representaram, ademais, que considerando as antigas reivindicações da Holanda sobre as savanas que se estendem na direção sul para o Pirara, e a convicção geral dos súditos de sua majestade na Guiana Inglesa de que seus direitos nessa área serão sempre respeitados, não estão preparados para concordar com a alienação da totalidade daquelas savanas, que são necessárias para as operações dos criadores de gado e para o benefício eventual dos colonos em geral.

Resposta. As savanas do Pirara sempre foram reconhecidas pelos holandeses como pertencentes ao Brasil.

A Holanda nunca reclamou as savanas do Pirara, ocupadas desde o século XVIII[180]. Mesmo na época de suas maiores pretensões, ela deixava a Portugal não somente estas savanas, mas também as duas margens do Rupununi desde a nascente desse rio até a confluência do Anaí[181]. Isso é visto nos mapas citados[182], de d'Anville, (1748), aprovado pelo governador Storm van's Gravezande, de van Bercheyck (1759), de Isaac Tirion (1767 e 1770) e de von Bouchenroeder (1798). Os ingleses, após 1811, reconheciam também que estas savanas pertenciam ao Brasil, pois colocavam a fronteira inglesa no riacho Anaí e no rio Rupununi. É o que se pode ver nos mapas citados[183] de Aaron Arrowsmith (1811 e 1829) e John Arrowsmith (1839), no relatório do comitê da *Royal Geographical Society* lido em 16 de maio de 1836[184]

[178] Ver pp. 88-89 e 100-102.
[179] Ver pp. 101-102.
[180] Ver pp. 68-69 e 124-127.
[181] Ver pp.65-70.
[182] Ver pp. 65-70.
[183] Ver pp. 78-79.
[184] Ver p. 85 e nota 45 da p. 84.

O argumento inferido da suposta necessidade.

e em dois trechos do relato de viagem de Schomburgk, em 1835 e 1836[185]. Mostrou-se ainda que outros mapas ingleses, publicados por William Faden (1807)[186], James Wild (1828), William Hilhouse (1836) e J. Hadfield (1838)[187] não incluíam na Guiana Inglesa nem o alto Essequibo ou Sipó, nem o Rupununi.

A suposta necessidade que os colonos e os criadores ingleses poderiam ter dessas savanas longínquas é um argumento que deve ser descartado. A necessidade e o desejo de adquirir uma coisa que nos convém não são suficientes para criar em nosso benefício um direito sobre ela. Aliás, é evidente que os criadores brasileiros do rio Branco devem sentir uma necessidade ainda maior de utilizar essas pastagens, que se encontram bem próximas de seus estabelecimentos.

Schomburgk, em 1836, se limitava a dizer que *o gado brasileiro* nas planícies a leste do Tacutu e do Maú, vulgarmente chamadas savanas do *Pirara*, *podia ser transportado para a Guiana Inglesa, onde facilmente encontraria compradores*[188]. Em 1839, ele não se contentava mais com esse transporte de gado: ele atribuía as planícies à Guiana Inglesa, baseando-se em informação anônima, segundo a qual teria havido em 1811 uma tomada de posse pelo capitão Simon.

A Guiana Inglesa possui planícies que nunca utilizou, bem superiores às do Pirara.

É inútil retornar a essa invenção de Schomburgk. Ela já foi examinada e reduzida a nada[189]. É importante ressaltar, no entanto, em resposta às representações do governo da colônia, que a Guiana Inglesa não tem nenhuma necessidade das planícies brasileiras, pois possui outras, superiores àquelas, e que até o momento não foram aproveitadas, embora situadas a pouca distância da zona marítima, a única efetivamente ocupada pelos ingleses. De acordo com Schomburgk:

> Uma característica própria da Guiana Inglesa são as *savanas, que se estendem entre os rios Demarara e Corentine.* Elas não estão diretamente ligadas às grandes savanas do Rupununi, porque há interposição de uma segunda linha de serras. Essas grandes savanas são cercadas pela serra de Pacaraima, ao norte, pelas serras

[185] Ver p. 85, nota 47, p. 86, nota 48.
[186] Ver p. 72, e nota 18, p. 73.
[187] Ver p. 80 e notas 36, 37 e 38
[188] Ver p. 140 e nota 168.
[189] Ver 1ª parte, N° IV, pp. 76-78 e 2ª parte, N° IV, pp. 115-117.

> Cannucu [Cuanocuano ou serra dos Bosques], Taripona e Carawaimi [Carauama ou Carauamys], pelo sul, pelas densas florestas do Essequibo e montanhas isoladas, pelo leste, e pelas serra do Mucajaí e as ramificações da serra Parima, a oeste [190].

Nessa delimitação das savanas do Rupununi, Schomburgk inclui também aquelas que, a leste e a oeste do rio Branco, do Tacutu e do Maú pertencem à bacia do Amazonas. Ele faz dessa parte da bacia do grande rio um complemento do Rupununi.

São as savanas vizinhas ao litoral cultivado que convém examinar.

Eis o que diz Schomburgk sob o título de "Savanas adaptadas para áreas de pastagem":

> As colinas arenosas são seguidas por *savanas*, que se estendem geralmente até a primeira faixa rochosa e são às vezes intercaladas por matas e rios. *São mais extensas entre os rios Demerara e Berbice; são também frequentes entre este e o Corentine;* mas não devem ser confundidas com as do Rupununi, que são estéreis. *Aquelas são cobertas por relva nutritiva e saudável e, em consequência do número de riachos e fontes e das moitas de mato com as quais estão intercaladas, parece que a natureza mesmo apontou-as como áreas de pastagem para milhares de reses e de cavalos. Aquelas entre os rios Demerara e Berbice ocupam área superior a 3.000 milhas quadradas* [*mais de 7.760 km*] *e a circunstância favorável de que são abundantemente banhadas pelos afluentes do Demerara e do Berbice e cortadas por matas que proporcionam sombra durante o período mais quente do dia aumenta o seu valor como áreas de pastagem* [191].

Mais adiante, o mesmo viajante fala novamente da "Aptidão das savanas entre os rios Berbice e Demerara como áreas de pastagem":

> Referi-me, em observações anteriores à aptidão das *extensas savanas entre os rios Berbice e Demerara como áreas de pastagem, e que são muito superiores às do Rupununi para esse fim*. O clima nessas regiões é excepcionalmente sadio, e a região tão bem-irrigada por nascentes e regatos, que a grande escassez de água que existe nas savanas do Rupununi e que é um obstáculo tão grande — temo que jamais serão habitadas por europeus ou por seus descendentes — aqui é posta de lado. Se, em consequência, colonos empreendedores devessem cultivar as áreas

[190] SCHOMBURGK, *A description of British Guiana*, pp. 5,6.
[191] Ibid., pp. 89-90.

de pastagem, *e provê-las com rebanho bovino das savanas no rio Branco,* a carne fresca poderia ser tão barata como nos Estados Unidos. Os camponeses da Guiana Inglesa terão, então, condições de se autoabastecer de carne fresca a um preço compatível com seus salários.

As dificuldades que poderiam estar ligadas à condução do gado no rio Branco para essas savanas entre os rios Demerara e Berbice são comparativamente poucas. As reses podem ser conduzidas através das savanas para o sopé do monte Makarapan, onde poderiam ser embarcadas em barcos leves ou em grandes canoas, que teriam sido construídas para esse fim nas vizinhanças de Makarapan. As florestas dessa região são abundantes em andiroba (*Carapa guianensis*). Se o período escolhido para o transporte do gado coincidir com a cheia do rio, as cachoeiras têm pouca importância. Nesse período, as grandes cataratas do Orenoco são ultrapassadas por barcos de quarenta toneladas. O administrador das fazendas de criação de gado no rio Branco informou-me, quando estava no forte de São Joaquim, que o número de reses alcançava cerca de cinco mil e que seu preço era de seis dólares por cabeça. *Como a pastagem das savanas do rio Berbice é semelhante e a localização e o abastecimento de água são superiores ao das savanas do rio Branco*, o sucesso das fazendas que tiverem estoques daquele gado estaria assegurado [192].

As savanas situadas entre o Demerara, o Corentine e os paralelos de 5° e 6°10'N, têm uma extensão de aproximadamente 3.200 milhas quadradas (cerca de 8.290 km^2). O governo colonial poderia facilmente aproveitá-las, pois elas são incontestavelmente inglesas e encontram-se próximas dos habitantes de Georgetown e New Amsterdam. Além dessas, existem ainda, seguindo para o interior, as savanas situadas a leste do Rupununi. Elas pertenceriam ao Brasil, segundo a delimitação feita pelos holandeses no século XVIII e adotada por Portugal, mas as propostas brasileiras de 1843 e 1897 as cederam à Guiana Inglesa.

XII

Conclusões gerais.

O exame das alegações enunciadas em apoio às pretensões da Guiana Inglesa, assim como os fatos, documentos e

[192] Ibid., pp. 115-116.

testemunhos citados nas páginas precedentes em apoio aos direitos do Brasil, estabeleceram:

1º — que as possessões holandesas de Essequibo, Demerara e Berbice, conquistadas pela Grã-Bretanha em 1803 encontravam-se no litoral e na parte inferior destes três rios;

2º — que o posto ou entreposto chamado Arinda, e a seguir Nieuw-Arinda, criado pelos holandeses em torno de 1743 no alto Essequibo, jamais ultrapassou, na direção sul, a 4°N e foi definitivamente extinto e abandonado aproximadamente em 1790;

3º — que após 1791 a Holanda não possuía nenhum estabelecimento na bacia do Essequibo ao sul do paralelo de ponta Bartica, a 6°24'N;

4º — que a serra de Pacaraima, o rio Anaí e em seguida uma linha traçada da confluência desse rio em direção ao sudeste, até o encontro com os montes de Tumucumaque, perto das cabeceiras do Corentine, representavam desde 1748 a pretensão *máxima* da Holanda no que se refere às fronteiras sudoeste e sudeste das colônias de Essequibo, Demerara e Berbice, mesmo na época em que o posto de Nieuw-Arinda encontrava-se a 4°N, próximo da confluência do Rupununi;

5º — que a Holanda reconhecia como pertencente a Portugal tudo o que se encontrava ao sul e a oeste destas linhas, ou seja, não somente as terras da bacia do rio Branco — com os rios Tacutu, Cotingo, Maú, Pirara e todos os seus afluentes, assim como o lago Amacu — mas também uma parte considerável das bacias do Rupununi e do Sipó ou alto Essequibo;

6º — que Portugal, tendo tomado posse da bacia do rio Branco, para lá enviou missionários desde o século XVII e várias expedições militares e comerciais de 1725 a 1775;

7º — que a expedição militar portuguesa de 1740 explorou os afluentes superiores do rio Branco, e que a de 1778 se apoderou dos postos fortificados que a Espanha acabara de estabelecer no alto rio Branco e impediu a projetada ocupação das margens do Pirara e dos montes de Cuanocuano pelos espanhóis;

8º — que logo que a invasão espanhola foi repelida, os portugueses reconstruíram de 1775 a 1777, o forte de São Joaquim na confluência do Tacutu, em sua margem esquerda, e começaram a subjugar as tribos indígenas que habitavam o istmo formado pelo Tacutu, o Maú, o Anaí e o alto Rupununi;

9º — que a seguir, em 1783, Portugal adotou como linhas de separação entre o Brasil e as colônias holandesas de Essequibo, Demerara e Berbice as mesmas fronteiras que a Holanda se atribuía desde 1748; isto é, que sempre mantendo como fronteira norte a linha do divisor de águas da serra de Pacaraima, Portugal acreditou ter o direito de avançar seus limites na bacia do Essequibo até a linha de fronteira holandesa, traçada a partir da confluência do Anaí indo até as cercanias da nascente do Corentine;

10º— que durante um período de cerca de sessenta anos, até o acordo provisório de 1842, soldados destacados do forte de São Joaquim faziam o patrulhamento do istmo formado pelo Tacutu, o Maú, o Anaí, e o alto Rupununi, e que essa efetiva ocupação pôde ser constatada em 1811 pelos primeiros ingleses que subiram o Essequibo e o Rupununi, e foi reconhecida, em 1885 e 1836 por Schomburgk e pela *Royal Geographical Society*, bem como pelos geógrafos ingleses que publicaram trabalhos de 1811 a 1839;

11º— que se o território descrito a seguir, compreendido entre a margem direita do Rupununi, a linha NO-SE e os montes de Acaraí nunca foi efetivamente ocupado pelos portugueses ou pelos brasileiros, também jamais o foi nem pelos holandeses nem pelos ingleses e que esse território encontrava-se fora dos limites dos domínios da Holanda, como foi reconhecido pelas autoridades holandesas citadas na primeira parte da presente memória;

12º— que a Grã-Bretanha, tendo sido substituída pela Holanda em 1803 nas colônias de Essequibo, Demerara e Berbice, não tem justificativa para reclamar nenhum território ao sul e a oeste das linhas descritas, linhas às quais a Holanda havia, mesmo que implicitamente, renunciado, recuando até as cercanias de 5°N, o limite meridional de suas possessões no Essequibo, quando assinou, em 1802, com a França, a Espanha e a Grã-Bretanha, o Tratado de Amiens; e

13º— que o Brasil tem direito não somente a todos os territórios da bacia do rio Branco, mas também a todos os da bacia do Rupununi e do Sipó ou alto Essequibo que se encontram a ocidente da linha NO-SE representando a pretensão *máxima* da Holanda antes de 1802.

Terceira parte

O território contestado e os diversos projetos de delimitação

I

Linhas extremas das duas pretensões que formam os limites do território contestado.

Levando-se em conta as pretensões máximas das duas partes em causa, o território contestado entre o Brasil e a Grã-Bretanha estaria situado entre os seguintes limites:

a) ao norte e ao nordeste, a linha do divisor de águas da serra de Pacaraima desde o ponto de encontro com a fronteira da Venezuela (monte Roraima?) até a nascente do riacho Anaí, afluente da margem esquerda do Rupununi;

b) a leste, o curso do Anaí e a seguir uma linha reta traçada a partir de sua confluência, indo na direção sudeste, até as cercanias da nascente do Aramatau, afluente do Corentine;

c) a oeste, o Cotingo, a partir da nascente até sua confluência com o Tacutu; depois, a partir dessa confluência, o Tacutu, até a nascente, e em seguida a linha do divisor de águas formada pela serra de Uassari ou Essari até a extremidade meridional dessa linha, no lugar onde o Essequibo nasce com o nome de Sipó;

d) ao sul, a linha do divisor de águas entre a bacia do Amazonas, de um lado, e as bacias do Essequibo e do Corentine do outro,

desde a nascente do Essequibo até a do Cutari, linha formada pela série de montes e platôs cuja parte ocidental é conhecida sob o nome de serra de Acaraí e a parte oriental sob o de serra de Tumucumaque.

As duas primeiras linhas indicadas são os limites a que o Brasil tem direito, visto que eram as linhas fronteiriças adotadas por Portugal e Holanda no século XVIII.

Superfície do território contestado.

As duas últimas linhas são as que foram propostas em 1840 por Schomburgk e posteriormente adotadas pelo governo britânico.

A superfície total do território contestado é de aproximadamente 54.687 km^2, ou seja, 21.122 milhas inglesas quadradas.

Observação a respeito da linha do Cotingo.

Convém aqui destacar que, durante a discussão diplomática de 1841 a 1843, o governo de sua majestade britânica nunca deixou claro que pensava levar sua reivindicação até a linha do Cotingo. O memorando de W. G. Ouseley, de 20 de fevereiro de 1841, só falava vagamente, e de maneira pouco clara, dos "limites mais prováveis da Guiana Inglesa" ("[...] as fronteiras mais prováveis da Guiana Inglesa [...]"). Ele mencionava o Tacutu e o Maú, e essa última indicação excluía naturalmente o Cotingo. As propostas de lorde Aberdeen em 1843, e de Thomas Sanderson, em 1891, também não incluíam a linha do Cotingo, mas sim a do Maú.

— Antes da nota do Foreign Office de 24 de abril passado*, o governo brasileiro tinha, portanto, razões para acreditar que o território compreendido entre o Cotingo e o Maú não era contestado, apesar da delimitação proposta arbitrariamente por Schomburgk em 1840. Foi por isso que, no mapa a que faz alusão a nota de 22 de abril, considerou-se não estar em causa esse território, cuja superfície tem em torno de 8.800 km^2; mas é preciso também observar que, para simplificar a questão, nesse mesmo mapa e no memorando brasileiro de 1º de março passado**, também não se levou em conta o litígio relativo ao território triangular situado entre a margem direita do Rupununi, a linha NO-SE da antiga fronteira luso-holandesa e a seção do paralelo de 2°N, situado entre as extremidades meridionais dessas duas linhas, território

* De 1897. (N.E.)
** De 1897. (N.E.)

ao qual o Brasil se propunha renunciar pelo projeto de transação que Araújo Ribeiro remeteu a lorde Aberdeen em 3 de novembro de 1843. A superfície desse território tem cerca de 20.700 km^2.

Reserva de direitos.

Uma vez que o governo de sua majestade britânica, apesar dessas propostas de 1843 e 1891, adota e mantém, presentemente, a indicação de Schomburgk relativa à linha do Cotingo, não é fora de propósito declarar que o Brasil, mesmo tendo formulado um primeiro projeto de transação em 1843, e um segundo, mais vantajoso ainda para a Inglaterra, em 1897, não renunciou de modo algum a seus direitos sobre a antiga linha de fronteira luso-holandesa.

II

Projetos de delimitação trocados de 1843 a 1897.

É importante, para bem compará-las, confrontar as diferentes propostas trocadas desde 1843 entre os dois governos, com o intuito de um acordo amigável da situação.

1. Primeira proposição de lorde Aberdeen, *formulada verbalmente em 15 de novembro de* 1843:

Serra de Pacaraima desde a fronteira da Venezuela até a nascente do Maú, em seguida, do Maú até sua confluência com o Tacutu; depois, do Tacutu até o 2ºN e em direção ao leste até a fronteira holandesa, o paralelo de 2°N.

2. Projeto de transação formulado pelo ministro brasileiro Araújo Lima *em 3 de novembro de* 1843 *e que o governo de sua majestade britânica se declarou pronto a aceitar pela nota* de lorde Aberdeen *de 23 de novembro de* 1843.

Serra de Pacaraima desde a fronteira da Venezuela até o monte Anaí, perto do cotovelo do Rupununi, a aproximadamente 3°57'30''N; depois, do Rupununi até encontrar o paralelo de 2ºN; e na direção leste até a fronteira holandesa, o paralelo de 2°N.

3. Proposta feita a M. A. de Souza Corrêa, *ministro do Brasil em Londres, em 12 de setembro de* 1891 *por* Thomas Sanderson.

Serra de Pacaraima, desde a fronteira da Venezuela até a nascente do Maú, depois, desse rio até sua confluência com o Tacutu; em seguida, do Tacutu até sua nascente; e, finalmente, a linha que separa as águas que vão para o Amazonas das que vão para o Essequibo e o Corentine, isto é, na direção sul, da serra de Essari até a nascente do Essequibo e, na direção nordeste, as serras de Acaraí e de Tumucumaque.

4. Proposta feita a lorde Salisbury *pelo Ministro do Brasil,* A. de Souza Corrêa, *em* 15 *de março de* 1897:

A linha do divisor de águas que forma o limite da bacia do Amazonas, ou seja: a serra de Pacaraima desde a fronteira da Venezuela até o paralelo de 4°N, perto do cotovelo do Rupununi; depois, na direção sul, a linha do divisor de águas entre os tributários do rio Branco, a oeste, e o Rupununi a leste; em seguida a serra de Essari até a nascente do Essequibo; e finalmente, a partir dessa nascente, e na direção nordeste, as serras de Acaraí e de Tumucumaque até o ponto de encontro da Guiana Holandesa, próximo da nascente do Corentine.

É, no fundo, o mesmo projeto de transação que haviam considerado possível e estudado, em dezembro de 1895, Carlos de Carvalho, na época ministro das Relações Exteriores do Brasil, e Constantine Phipps, ministro de sua majestade britânica no Rio de Janeiro.

5. Contra proposta dirigida ao Ministro do Brasil em Londres por Francis Bertie, *em nome de* lorde Salisbury *em* 22 *de abril de* 1897:

Ela renova a proposta feita por Thomas Sanderson, em 12 de setembro de 1891.

Todas as linhas de fronteira que resultam destas diferentes proposições encontram-se traçadas na *Carte des frontières entre les États-Unis du Brésil et la Guiane Britannique*, anexada à presente memória.

Elas dividem o território contestado em cinco seções, cuja descrição e superfície aproximadas são as seguintes:

Superfície das diferentes seções do território contestado.

A leste do Rupununi e da serra de Essari:	Quilômetros quadrados	Milhas inglesas quadradas
1. Seção compreendida entre a margem direita do Rupununi, a linha reta estendida da confluência do Anaí às cercanias da nascente do Aramatau, na serra de Tumucumaque e o paralelo de 2°N.....	20.700	7.995
2. Seção entre o paralelo de 2°N e as serras de Essari, Acarai, e Tumucumaque.....	12.850	4.963
A oeste do Rupununi e a serra do Pacaraima:		
3. Seção compreendida entre a margem esquerda do Rupununi, a leste, e, a oeste, a linha do divisor de águas, indo na direção desse rio e dos que correm em direção ao Tacutu e ao Maú.....	2.237	864
4. Seção entre essa mesma linha do divisor de águas, seguindo pela da Serra de Pacaraima, a leste e ao norte, e a margem direita do Tacutu assim como a margem esquerda do Maú, a oeste.....	10.100	3.901
5. Seção entre a serra de Pacaraima, ao norte, a margem direita do Maú, a leste, a margem esquerda do Cotingo, a oeste, e, ao sul, a parte da margem direita do Tacutu compreendida entre as confluências do Cotingo e do Maú.....	8.800	3.399
Total.....	54.687	21.122

Essas medidas parciais permitem apreciar com mais exatidão a importância relativa das sucessivas concessões oferecidas pelas duas partes desde 1843.

Comparadas entre elas e tomando como base as pretensões máximas das duas partes, (antiga fronteira luso-holandesa e linhas Schomburgk), as propostas inglesas e brasileiras que acabam de ser resumidas apresentam os seguintes resultados:

Quadro comparativo das proposições trocadas.

Superfície aproximada das seções do território contestado atribuídas a cada uma das duas partes:

	Ao Brasil		**À Grã-Bretanha**	
	Km quad.	Milhas inglesas	Km quad.	Milhas inglesas
Primeira proposta brasileira (ARAÚJO RIBEIRO, 3 de novembro de 1843).....	33.987	13,127	20.700	7,995
Primeira proposta inglesa (LORDE ABERDEEN, 15 de novembro de 1843):.....	21.650	8,362	33.037	12,760
Declaração inglesa (LORDE ABERDEEN, 23 de novembro de 1843).....	33.987	13,127	20.700	7,995
Segunda proposta inglesa (T. SANDERSON, 12 de setembro de 1891).....	8.800	3,399	45.887	17,723
Segunda proposta brasileira (SOUZA CORRÊA, 15 de março de 1897).....	18.200	7,300	35.787	13,822
Contraproposta inglesa (nota de 22 de abril de 1897)	8.800	3,399	45.887	17,723

Vê-se, portanto, que, enquanto o Brasil aumenta consideravelmente suas concessões, a última contraproposta inglesa lhe oferece somente condições bem mais desfavoráveis que as da proposta inicial de lorde Aberdeen em 1843. Se levar-se em conta que todo o território contestado encontra-se fora das fronteiras que a Holanda reivindicava e que a Grã-Bretanha só baseia suas pretensões em cima dos antigos direitos da Holanda, reconhecer-se-á sem dificuldade que somente uma das duas partes faz concessões nesse caso, renunciando verdadeiramente a territórios: o Brasil.

III

Exame da proposta brasileira de 15 de março de 1897.

Quando as negociações, interrompidas desde 1843, foram retomadas em Londres em 15 de março passado*, estava-se diante de duas propostas: a de 1843, do ministro brasileiro J. de Araújo Ribeiro, e a de 1891, de Thomas Sanderson.

O desacordo que se buscava resolver tinha, portanto, como objeto, a parte do território contestado situado entre as linhas destas duas propostas, ou seja, entre as linhas do Maú, do Tacutu e das serras de Essari, Acaraí e Tumucumaque, propostas pela Inglaterra, e as linhas da serra de Pacaraima, de Anaí, do Rupununi e do paralelo de 2°N, proposto pelo Brasil.

A superfície dessa parte do território contestado é de aproximadamente 25.187 km², ou seja, 9,728 milhas quadradas.

Partilha do território.

O governo do Brasil poderia ter persistido nas linhas da proposta de Araújo Ribeiro de 1843, proposta que lorde Aberdeen e lorde Stanley haviam acabado considerando aceitável; mas, dando uma nova prova de suas disposições conciliatórias, ele propôs a partilha desse território — uma partilha que, além da concessão anteriormente feita, daria à Inglaterra aproximadamente 15.087 km² (5,827 milhas quadradas), e só deixaria ao Brasil 10.100 km² (3,901 milhas quadradas).

Memorando brasileiro de 1º de março de 1897.

O memorando brasileiro, datado de 1º de março de 1897, assim resumiu a questão:

> [...] Os estabelecimentos holandeses, adquiridos pela Inglaterra, começaram ao norte, perto da costa marítima, em torno do final do século XVI, e lentamente foram subindo em direção ao sul, ao longo do Essequibo, durante o século XVIII. Os estabelecimentos portugueses começaram no Amazonas e avançaram do sul para o norte. Do rio Negro, onde se estabeleceram no século XVII, os portugueses alcançaram sucessivamente o rio Branco e, durante o século XVIII, todos os seus afluentes, entre os quais o Tacutu e o Maú.
>
> Estas duas expansões coloniais moveram-se assim, gradualmente, uma em direção à outra, subindo os rios cujas nascentes se encontram próximas e em

* De 1897. (N.E.)

vertentes opostas da mesma linha de crista. Parece, portanto, justo renunciar de parte a parte, no interesse de uma boa delimitação, a pretensões ou a direitos puramente históricos e admitir que os dois raios de influência encontram seu limite natural na linha do divisor de águas.

A renúncia por parte da Inglaterra às pretensões que Schomburgk foi o primeiro a formular, em 1839, sobre os territórios situados na planície do Amazonas, — territórios que a Holanda e a própria Inglaterra admitiam como pertencentes a Portugal, — não seria mais que o reconhecimento de uma nova consagração dos princípios do Direito Internacional, aplicáveis, no desértico interior do país, às esferas de influência que resultam da ocupação de uma costa marítima e dos cursos inferiores dos rios que deságuam nessa costa [...].

Linha científica. Opinião dos juristas ingleses.

Esse documento citava os seguintes trechos de Hall[193], autoridade que o *Foreign Office* invocava em recente debate:

[...] Os estabelecimentos são normalmente criados em primeiro lugar na costa e atrás deles se estendem longos espaços de região inexplorada [...]. *Deve-se considerar como uso estabelecido que o limite interior não deve estender-se além da crista do divisor de águas* [...].Tem sido geralmente admitido que a ocupação da costa supõe o direito a todo o território drenado pelos rios que esgotam suas águas dentro dessa linha; *mas a aceitação desse direito é talvez acompanhada pela reserva tácita segundo a qual a extensão da costa deve guardar alguma proporção razoável com o território reivindicado em virtude de sua posse* .

Foi lembrando essas regras, que haviam sido colocadas anteriormente por James Monroe e Charles Pinckney e adotadas por Travers Twiss e Robert Phillimore[194], que o governo brasileiro formulou seu projeto de transação, apresentado a lorde Salisbury por A. de Souza Corrêa. No entanto, convém dizer que a restrição final feita por Hall não é a única que deve ser feita, pois a ocupação do litoral e do curso inferior dos rios

[193] W. E. HALL. *Treatise on International Law*. 3. ed. Oxford, 1890. pp. 108-109.

[194] MONROE; PINCKNEY. Nota de 20 de abril de 1805. *British and Foreign State Papers*. 1817. vol. V, p. 327); TWISS. *The Law of Nations*. 1883. §§ 125 e 127; PHILLIMORE. *Commentaries upon International Law*. 1879. §238. As passagens citadas foram transcritas na memória brasileira anexada à nota de 15 de março de 1897 do ministro do Brasil em Londres A. de Souza Corrêa. Ver as duas peças entre os documentos que acompanham a presente memória. (documentos nos 13 e 14).

que se lançam nesse litoral não dá ao Estado ocupante um título sobre todas as terras das bacias costeiras mesmo que não encontre outro Estado que possa lhe opor um titulo igualmente válido, baseado na descoberta e ocupação das cabeceiras e cursos superiores desses rios. É por estarem esses dois títulos em perfeita oposição um ao outro que o Brasil possui direitos sobre uma parte das bacias do alto Rupununi e do alto Essequibo; e que os portugueses e espanhóis, no século XVIII, tiveram de repartir as bacias do Amazonas, do Paraná, do Uruguai e do Paraguai.

Quanto à restrição feita por Hall, convém ter presente o que segue:

1º Que a costa da Guiana Inglesa tem uma extensão de 400 quilômetros (249 milhas inglesas), contados do Corentine a Parima, limite reclamado do lado da Venezuela; e que, o *interior*, que a Inglaterra reclama, tem uma extensão de 591 quilômetros (367 milhas), desde a foz do Essequibo até sua nascente, enquanto a ocupação efetiva do Essequibo tem apenas 60 quilômetros (37 milhas) até a ponta Bartica.

2º Que, se for considerada somente a ocupação brasileira no rio Negro e no rio Branco a partir da margem esquerda do Amazonas até a embocadura do Cotingo, encontrar-nos-emos diante de uma base de ocupação efetiva compreendendo, na direção norte-sul mais ou menos 733 quilômetros (455 milhas); e que a linha traçada de São Joaquim na direção leste, reencontraria a da linha do divisor de águas entre o Rupununi e o Sarauru (Suwara-awu), a aproximadamente 85 quilômetros (53 milhas).

Por conseguinte, se a linha de penetração reclamada pela Inglaterra respeitar uma "proporção razoável" com a base de ocupação no litoral desejada por Hall, não se poderá deixar de reconhecer que a extensão do território interior que o Brasil entende lhe pertencer não pode ser mais modesta.

As fronteiras da Guiana Inglesa, conforme os juristas ingleses que acabam de ser citados, não devem ultrapassar a linha do divisor de águas — *o limite interior não deve estender-se além do cume do divisor de águas*.

Eis o que é preciso registrar, e que justifica plenamente as seguintes conclusões do memorando brasileiro do último dia 1º de março*:

> Assim, portanto, de acordo com estes princípios, a posse efetiva da costa marítima e de uma parte da bacia do Essequibo não dá à Inglaterra título algum por ter ultrapassado os limites dessa bacia; e a ocupação efetiva desde o século XVIII da margem esquerda do Amazonas — o Mediterrâneo da América do Sul — em uma extensão leste-oeste de mais de 3.300 quilômetros, bem como os estabelecimentos brasileiros situados em grande parte dos afluentes e subafluentes dessa margem

* De 1897. (N.E.)

setentrional, dão incontestavelmente ao Brasil, em todos os lugares onde a fronteira norte não foi determinada por tratados, um título que se estende até as cabeceiras de todos esses rios, ou seja, até a linha do divisor de águas, formando o limite setentrional da planície do Amazonas.

As opiniões de Monroe, Twiss, Phillimore e Hall, autoridades tão merecidamente respeitadas nessa matéria, são suficientes para mostrar que, disposto a abandonar grande parte de suas antigas reinvidicações, o Brasil propõe à Inglaterra uma linha transacional que, dado o histórico da colonização na bacia do Essequibo, representa, diante do Direito Internacional, o máximo das pretensões que a Guiana Inglesa poderia ser capaz de defender razoavelmente.

A fronteira internacional, desde a nascente do Corentine até o ponto de encontro do território venezuelano, encontrava-se estabelecida pelas cadeias e serras de Tumucumaque, Acaraí, Essari, Cuanocuano e Pacaraima, todas ligadas por Humboldt ao sistema orográfico que ele designa sob o nome de Parime.

É a mesma linha que o governador Benjamin d'Urban propunha em 1827; a mesma que lorde Palmerston parecia desejar em 1836; e bem mais do que aceitavam, em 1843, lorde Aberdeen e lorde Stanley.

A linha do divisor de águas atribuiria à Guiana Inglesa, no istmo formado pelo Tacutu, o Maú, o Anaí e o Rupununi, uma faixa de território que o próprio Schomburgk, em 1835 e 1836, a *Royal Geographical Society* em 1836, os cartógrafos ingleses antes de 1840, Humboldt e todos os geógrafos europeus atribuíam ao Brasil. Por isso, é preciso lembrar aqui: para Schomburgk, em 1835 e 1836, e para os colonos ingleses de Demerara, antes de 1839, a fronteira do Brasil encontrava-se na serra de Pacaraima, em Anaí, e no Rupununi; para o comitê da *Royal Geographical Society* em 1836, o Anaí era *usualmente considerado o limite sudoeste da colônia britânica.*

Há mais ainda.

Limite mais natural. Opinião de Schomburgk em 1838.

A linha divisora de águas é a que Schomburgk, no seguinte trecho de uma carta endereçada em 1838 ao ilustre abolicionista Buxton, declarava ser o limite mais natural entre a Guiana Inglesa e o Brasil[195]:

[195] Carta datada do forte brasileiro de São Joaquim em 25 de agosto de 1838 e impresso no *Livro Azul* seguinte: *Return to an Address of the Honourable the House of Commons, dated 6 march*

> [...] *Em todos os casos, o divisor de águas entre esses dois rios, que são tributários do Essequibo, de um lado, e o Amazonas, do outro, formaria a fronteira mais natural.* Essa divisão separaria a savana em duas partes, e asseguraria, à colônia da Guiana, uma posição firme nessas vastas planícies, e proteção a esses índios estabelecidos no seu território. *Se essa linha de fronteira puder ser prolongada, ela poderá encontrar o Rupununi no paralelo de 3ºN e subir pelo rio até a sua nascente.* A divisão mais natural seria dali, ao longo da Serra Acarai, até a nascente do Essequibo, que descobri em 28 de dezembro de 1837, a 0º41'N. O território a leste do Corentine é reivindicado pelos holandeses e, como a nascente desse rio está situada na mesma cadeia de montanhas que a do Essequibo, a natureza indica a fronteira sul da Guiana Inglesa. Esses são os principais pontos para os quais peço vênia para chamar atenção [...] .

Schomburgk propunha, portanto, em 1838, a linha do divisor de águas, exceto na parte compreendida entre os paralelos a 2° e 3°N. Nessa parte, ele preferia como limite o curso do Rupununi.

Assim, é permitido afirmar que a linha proposta pelo Brasil — a do divisor de águas entre as bacias do Essequibo e do Amazonas — é ao mesmo tempo uma linha natural e uma linha científica; além disso, ela é extremamente vantajosa para a Guiana Inglesa, visto que essa colônia ganharia um território que se encontrava incontestavelmente fora das fronteiras que a Holanda reivindicava, território cuja superfície é de aproximadamente 35.787 km² (13,822 milhas inglesas quadradas).

IV

Resposta a uma objeção do governo da Guiana Inglesa.

Algumas das objeções que as autoridades coloniais formularam contra a proposta brasileira já foram examinadas na segunda parte desta memória (pp. 118-127 e 146-149).

Falta somente considerar a objeção relativa ao pequeno relevo que a linha do divisor de águas oferece na zona compreendida entre o Maú e o Tacutu, a oeste e o Rupununi a leste.

1840: for Copy of, or Extracts from the Memorial of mr. Schomburgk [...] *–Colonial-Office, Downing Street*, 11 *May* 1840 [...]. Ordered, by the House of Commons to be printed, 11 May 1840.

No maciço de Pacaraima, desde a nascente do Maú até o monte Anaí, perto do Rupununi, a linha proposta é excelente. As montanhas são bem altas nessa região. Esse maciço apresenta mesmo várias cadeias mais ou menos paralelas.

> A serra Pacaraima, diz Schomburgk[196], aproxima-se do Essequibo a 4ºN, e é uma ramificação da serra Parima; sua direção geral é leste-oeste e, tanto quanto pude apurar, é de formação unicamente primitiva.
>
> O ponto culminante dessa cadeia é uma série de serras de arenito, das quais a mais elevada é chamada de Roraima, pelos índios, e está a 5º9'30''N e a 60º47'W.
>
> Esse notável grupo de montanhas se estende por 25 milhas [cerca de 40,23 km] na direção NO-SE e se eleva a 5.000 pés [cerca de 1,52 km] acima do nível do planalto, ou 7.500 pés [cerca de 2,285 km] acima do nível do mar. Os 1.500 pés [cerca de 457 m] mais altos apresentam um precipício escarpado, o mais surpreendente do que já vi em qualquer outro lugar. Numerosas cascatas correm abaixo pelas montanhas, que acabam por formar os afluentes dos três grandes rios da metade norte da América do Sul, a saber, o Amazonas, o Orenoco e o Essequibo. *Essa cadeia forma o divisor de águas entre as bacias do Orenoco e do Essequibo, ao norte, e do Amazonas, ao sul. Em consequência, é da maior importância na decisão das fronteiras da Guiana Inglesa* .

É certo que entre os paralelos de 2° e 4°N a linha do divisor de águas atravessa savanas que apresentam em geral, somente ondulações pouco elevadas, mesmo que às vezes se encontrem colinas e maciços bem altos, como a serra de Cuanocuano (Cunuku mountains).

Não se pode dizer que essa parte da linha proposta seja a melhor, mas sempre se encontrará no terreno relevos bastante acentuados para que se possa traçar a fronteira de forma a evitar qualquer contestação. Na realidade, nessa região será preciso multiplicar os marcos e os postes de fronteira. Aliás, o projeto de tratado contém um artigo autorizando os comissários encarregados da demarcação a proporem as mudanças de território que julgarem necessárias.

O governador da Guiana Inglesa acha preferível nessa parte uma

[196] SCHOMBURGK. *A description of British Guiana*. pp. 4-5.

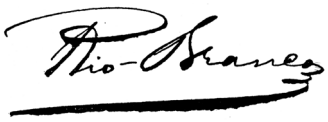
linha fluvial. Ela certamente formaria entre os paralelos de 2° e 4°N uma linha de fronteira mais claramente estabelecida e dividindo melhor que a do divisor de águas. No entanto, para adotar um curso d'água não é indispensável que o Brasil renuncie a uma maior extensão de território e que consinta em recuar suas fronteiras até o Maú e o Tacutu. É suficiente que ele proponha a retirada de uma parte pouco importante das concessões que ofereceu e que os dois governos adotem como fronteira o Rupununi desde sua nascente até a confluência do Anaí. Mediante essa ligeira modificação inserida no projeto de 15 de março passado, a divisão do território contestado daria à Grã-Bretanha 33.550 km^2 (12,958 milhas quadradas) e ao Brasil somente 21.137 km^2 (8,164 milhas quadradas).

Proposições finais.

Uma divisão feita nestas condições seria mais vantajosa para a Grã-Bretanha que a da proposta brasileira de 1843, que foi aceita por dois homens públicos da qualidade do 4° conde de Aberdeen e do 14° conde de Derby. Na realidade, ela daria à Guiana Inglesa uma extensão de território mais considerável que a da primeira proposta feita por lorde Aberdeen, em 15 de novembro de 1843 (ver o quadro comparativo, p. 158).

No entanto, considerações políticas importantes parecem aconselhar aos dois governos a adoção da linha do divisor de águas como fronteira.

Londres, 1º de novembro de 1897.



APÊNDICE

Documentos

Propostas trocadas entre os governos brasileiro e inglês sobre a delimitação das fronteiras na Guiana (1843 - 1897)

Nº 1

Carta do ministro José de Araújo Ribeiro, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil em missão especial em Londres, endereçada em 16 de outubro de 1843, ao conde de Aberdeen, secretário de Estado principal de sua majestade britânica para os Negócios Estrangeiros:

Londres, 16 de outubro de 1843.

As contestações que ocorreram nestes últimos anos, nas fronteiras da província do Pará e dos domínios ingleses da Guiana, trouxeram inquietude ao imperador do Brasil, e sua majestade imperial não deseja nada mais que se entender com sua majestade britânica para prevenir a repetição desses desagradáveis enfrentamentos e definir tão logo seja possível os limites das terras da Guiana que pertencem a cada uma das coroas. O momento atual, em que se busca estreitar por um tratado comercial os laços de amizade que unem as duas nações, é visto pelo governo brasileiro como uma ocasião favorável para ao mesmo tempo chegar a um acordo sobre essa delimitação. O abaixo-assinado

recebeu plenos poderes que o autorizam a ocupar-se desse assunto, concomitantemente com a convenção comercial, e tem a honra de submeter ao senhor conde de Aberdeen as bases de uma conciliação sobre essa importante matéria, caso o governo de sua excelência esteja disposto a concordar com os princípios que propõe.

As informações topográficas que se possui sobre a região que se busca demarcar são, é verdade, muito limitadas, para que se possa esperar desde já um entendimento sobre todos os detalhes de uma delimitação perfeita; mas como há o inconveniente de se deixar subsistir o estado de coisas atual, o abaixo-assinado está convencido de que, se o governo de sua majestade britânica não encontrar dificuldade em reconhecer os direitos que resultam dos antigos tratados concluídos entre a Espanha e Portugal, e em adotar os mesmos princípios estabelecidos nestes tratados, poder-se-á facilmente concordar sobre certas regras de demarcação que, evitando novos embates no presente, possam servir de base, no futuro, para uma convenção de limites mais completa.

A Espanha, que descobriu a América, foi também a primeira nação que adentrou e fundou estabelecimentos nessa porção do novo continente que atualmente conhecemos sob o nome geral de Guiana; ela se conduziu durante longo tempo como tendo direitos à parte mais considerável dessa região e suas pretensões só lhe foram contestadas em relação a alguns pontos da costa marítima que foram ocupadas por outras potências europeias. No que se refere ao interior do país, parece que as potências concordaram em atribuir à Espanha um reconhecimento tácito da prioridade de seus direitos; ao menos Portugal não conhece nenhuma outra nação que tenha títulos mais bem fundamentados e, consequentemente, foi com o governo espanhol que nesse caso ele acreditou poder fazer convenções de limites. Aliás, foi também com os súditos espanhóis que os primeiros habitantes do alto Amazonas e do rio Branco se encontraram e se bateram, nos mesmos lugares que se tornaram a causa das contestações recentemente acontecidas entre os brasileiros e os ingleses; e o forte de São Joaquim, situado a pouca distância do palco destas contestações, foi fundado exatamente no lugar de onde os colonos acabavam de expulsar uma tropa de espanhóis que aí se havia fixado anteriormente. A necessidade de prevenir esses choques e disputas, que não cessavam de renascer em vários pontos da fronteira, levou os dois governos, de Portugal e da Espanha, a concluir,

por várias vezes, convenções de limites, das quais o abaixo-assinado só mencionará as de 13 de janeiro de 1750 e de 1º de outubro de 1777 por serem os tratados que fixaram as fronteiras do Brasil do lado dos domínios atualmente pertencentes à Inglaterra. O artigo 9º do primeiro e o artigo 12 do segundo desses tratados exprimem, é verdade que em termos muito genéricos para que se possa precisar por seu único teor, até que ponto se estendia a demarcação acordada; mas não é menos verdadeiro que se aceitou com o tempo que as terras agora reclamadas pela Inglaterra entravam também no objeto dessas duas convenções, visto que os comissários que chegaram posteriormente aos locais para medir as terras e desenhar os mapas acreditaram ter o dever de estender seus trabalhos além do Rupununi, e nós constatamos recentemente que eles fincaram marcos de fronteira na beira desse rio.

Diante destes fatos e supondo que a Inglaterra substitua a Espanha no que se refere ao território em litígio, o abaixo-assinado recebeu ordem de convidar o governo de sua majestade britânica a reconhecer o mesmo princípio de delimitação adotado nas convenções feitas entre a Espanha e Portugal e que consistiria em tomar, como base geral de um traçado de limites, os pontos culminantes das montanhas que atravessam o território pertencente às duas coroas e que formam o prolongamento da cordilheira que percorre de oeste a leste o interior de toda a Guiana.

Esse princípio ou base geral é recomendado em vários relatórios de utilidade recíproca que o abaixo-assinado não deixará de acrescentar aos dos títulos adquiridos por seu país pelos tratados que acaba de mencionar.

O abaixo-assinado roga a sua excelência informar se seu governo concorda com essa base, e ao mesmo tempo aproveita a oportunidade para ter a honra de lhe reiterar os protestos de sua mais alta consideração.

[assinado] José de Araújo Ribeiro

A sua excelência o senhor conde de Aberdeen, secretário de Estado principal para Negócios Estrangeiros.

Nº 2

Nota de 3 de novembro de 1843, do conselheiro José de Araújo Ribeiro, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil em missão especial a Londres, endereçada ao conde de Aberdeen, secretário de Estado principal de sua majestade britânica para Negócios Estrangeiros:

Missão especial do Brasil.
Londres, 3 de novembro de 1843

Junto a esta, o abaixo-assinado tem a honra de transmitir ao senhor conde de Aberdeen os dois projetos de tratado de comércio e de limites, que se apressa a submeter ao exame de sua excelência, conforme desejo que sua excelência manifestou em sua conversa de ontem.

Tem, além disso, o dever de repetir ao senhor ministro dos Negócios Estrangeiros o que teve a honra de lhe dizer de viva voz: que a conclusão de um desses tratados depende essencialmente da conclusão do outro, e que o abaixo-assinado não se crê autorizado a assinar o tratado de comércio sem que a convenção de limites seja aceita ao mesmo tempo pelo governo da rainha.

O abaixo-assinado roga a sua excelência que faça o que estiver ao seu alcance para que a decisão de seu governo lhe seja comunicada sem demora, e aproveita a oportunidade para lhe renovar os protestos de sua mais alta consideração.

[assinado] José de Araújo Ribeiro

A sua excelência o senhor conde de Aberdeen, secretário de Estado principal para Negócios Estrangeiros

Nº 3

Projeto de tratado de limites anexado à nota de 3 de novembro de 1843:
(Documento nº 2)

Projeto de tratado de limites

Sua majestade o imperador do Brasil e sua majestade a rainha da Grã-Bretanha e da Irlanda, mutuamente animados pelo desejo de pôr termo às desinteligências que têm ocorrido acerca dos verdadeiros limites que separam as terras pertencentes às suas respectivas coroas naquela parte da América que se denomina Guiana, julgaram conveniente fixar as bases desses mesmos limites para facilitar para o futuro uma convenção mais completa e definitiva a esse respeito;

E para esse fim nomearam seus plenipotenciários [...] que concordaram nos artigos seguintes:

Artigo 1º — As terras pertencentes às coroas das duas altas partes contratantes naquela parte da América que se denomina Guiana se limitarão e dividirão por uma linha divisória que começará, da parte do oeste na serra Pacaraima, onde começa o território pertencente a sua majestade britânica, e seguirá para leste pelo prolongamento daquela mesma serra até encontrar a fonte ou cabeceira mais setentrional do rio Maú, que recebe o rio Pirara e despeja suas águas no rio Tacutu; e dessa fonte ou cabeceira prosseguirá para o rio Rupununi até encontrar-se com a margem esquerda desse rio, no lugar mais próximo ao monte Anaí que fica a 4ºN, pouco mais ou menos.

Artigo 2º — É da intenção das duas altas partes contratantes que a linha divisória descrita no artigo antecedente deixe como pertencentes ao território brasileiro todas aquelas terras que forem regadas por fontes, regatos ou rios que despejam suas águas para o lado do sul e para os rios Branco e Negro; e que bem assim deixe como pertencentes ao território inglês da Guiana todas aquelas outras terras que forem regadas por fontes, regatos ou rios que correm para o lado oposto e se vão incorporar aos rios que deságuam para o norte. Para isso se conseguir deverá a linha divisória fazer todas aquelas sinuosidades que a situação e direção das vertentes das águas o exigirem.

Artigo 3º — Do ponto em que a linha divisória se encontrar com a margem esquerda do rio Rupununi, seguirá para o sul, ao longo dessa margem, e depois na sua direção, até 2ºN, e daí prosseguirá para leste, por outra linha paralela ao Equador, nessa mesma latitude de 2ºN, e irá até onde se estenderem para a parte do oriente os domínios da Coroa de sua majestade britânica.

(*Ver mais adiante, sob o nº 5, um outro artigo, proposto em 17 de novembro de 1843.)*

N° 4

Primeira proposição feita pelo conde de Aberdeen, em 15 de novembro de 1843 (*extrato de um despacho dessa mesma data, endereçado de Londres ao ministro das Relações Exteriores do Brasil por Araújo Ribeiro*):

Hoje tive uma entrevista com lorde Aberdeen, que me convidou a conferenciar com ele a respeito do meu projeto de tratado de limites. Começou dizendo que não via dificuldade alguma em que entrássemos em acordo sobre essa questão; que meu projeto havia sido submetido ao ministro das colônias e que se pedia que fosse modificado em um único ponto [...]. E pegando da mesa um mapa de Schomburgk, me mostrou, traçadas nesse mapa, de um lado, a linha de fronteira de meu projeto, e ao lado desta, outra linha coincidindo com aquela, na serra de Pacaraima até a nascente do Maú, separando-se dela nesse ponto para seguir o curso do Maú até a confluência do Tacutu, e subindo este último curso d'água até próximo de suas cabeceiras para juntar-se novamente ao traçado de meu projeto a 2°N [...].

Nº 5

Artigo proposto a lorde *Aberdeen por Araújo Ribeiro, em 17 de novembro de 1843, para ser acrescentado ao projeto de tratado* (*Doc. nº 3*)*

Artigo 4º — Sua majestade o imperador, querendo dar provas de sua consideração pela solicitude manifestada por sua majestade britânica a respeito da situação dos índios macuxis ou macussis, que formavam a aldeia do Pirara, compromete-se a dar a assistência e a proteção que estiverem ao seu alcance para facilitar a passagem destes índios para o território da Guiana Inglesa caso eles prefiram tornar-se súditos da Coroa britânica.

---

* Nº do texto original em francês.

Nº 6

Nota verbal do conde de Aberdeen na data de 23 de novembro de 1843, endereçada ao conselheiro de Araújo Ribeiro, ministro em missão especial do Brasil:

O conde de Aberdeen apresenta seus cumprimentos ao cavaleiro Ribeiro e tem a honra de informá-lo de que encaminhou para lorde Stanley, secretário de Estado principal de sua majestade para o Departamento das Colônias, *o artigo relativo aos índios macuxis*, que o senhor de Ribeiro ofereceu para ser juntado ao rascunho que propôs, da convenção destinada a resolver a questão da fronteira entre a Guiana Inglesa e o Brasil.

Lorde Aberdeen *pede licença para declarar ao* senhor de Ribeiro que, *embora o governo de sua majestade estivesse preparado para adotar imediatamente a modificação da linha de fronteira proposta pelo* senhor de Ribeiro*, substituindo "os rios Maú e Tacutu"* [propostos por lorde Aberdeen] *"pelo Rupununi"* [proposto por Araújo Ribeiro], *"tem de necessariamente consultar o vice-governador da Guiana Inglesa*, com respeito às circunstâncias dos índios na vizinhança imediata do Pirara, e o presente estado dessa colônia, *antes que possa emitir qualquer opinião com respeito ao artigo agora sugerido pelo senhor de Ribeiro.*

Foreign Office, 23 de novembro de 1843

Nº 7

Memorando enviado ao marquês de Salisbury em 23 de outubro de 1888 pelo barão de Penedo, ministro do Brasil em Londres.

Memorando

Legação Imperial do Brasil.
Londres, 23 de outubro de 1888

Há mais de quarenta e cinco anos o governo imperial do Brasil e o governo de sua majestade britânica concluíram um acordo no qual foi estabelecida a neutralidade do território situado entre os limites contestados das fronteiras do Brasil e da Guiana Inglesa.

Esse acordo foi motivado por ocorrências locais que deram lugar a uma discussão diplomática, cujos detalhes devem encontrar-se nos arquivos dos respectivos governos.

Com efeito, pelas notas trocadas entre 8 de janeiro e 29 de agosto de 1842, um acordo teria sido proposto e aceito pelos dois governos com a finalidade de estabelecer a neutralização provisória do território em litígio, sempre reservando aos índios independentes do Pirara a posse exclusiva desse território até o estabelecimento definitivo dos limites contestados.

Com essa intenção, os dois governos extinguiriam imediatamente toda aparência de força, todo indício de jurisdição, ordenando a seus destacamentos que se retirassem; além disso, o governo da Grã-Bretanha fez com que fossem demolidos os marcos de fronteira que haviam sido colocados por Schomburgk na embocadura dos rios Maú e Tacutu e em outros lugares.

Desde então e até hoje, só existe entre os dois governos, como regime de fronteiras, esse acordo de neutralidade, que está sujeito aos inconvenientes e perigos que poderiam ocasionar seu caráter provisório em paragens tão vastas e tão desertas, onde é difícil reconhecer a jurisdição, e onde o abuso é quase sempre inevitável.

Um incidente recente, verificado na província do Amazonas, apesar de não ter de forma alguma ameaçado a neutralidade do território em questão, provocou, no entanto, explicações entre os dois governos e veio acentuar as vantagens que resultariam de um entendimento no sentido que vai ser demonstrado.

Estes incidentes poderão se reproduzir e, mesmo que não venham a afetar as boas relações internacionais, não deixam de ser acidentes desagradáveis, que sempre é melhor evitar.

O governo imperial espera que o governo de sua majestade britânica reconheça igualmente a necessidade de colocar fim a essa situação provisória.

Além disso, as condições desse acordo de 1842, como o próprio texto prova, não teriam sido suficientemente explícitas quanto às medidas e

às relações que não poderiam deixar de acompanhar o caráter provisório da neutralidade que se queria estabelecer; e, como desde esse acordo, os dois governos jamais procuraram se entender sobre as medidas e relações em questão, se prevalecendo a esse respeito da faculdade que lhes era reservada pela última parte da nota do governo imperial, datada de 8 de janeiro de 1842, as coisas ficaram no estado indefinido em que se encontram atualmente, motivo pelo qual tudo aconselha uma solução definitiva.

O governo imperial, por seu lado, está convencido de que, para concluir um tratado definitivo de limites, a primeira exigência seria fazer reconhecer o território em litígio por uma comissão mista, que levantaria as plantas necessárias sem entrar em detalhes inúteis, nem se ocupar da discussão de questões de direito.

Com esse objetivo, o governo imperial propõe ao governo de sua majestade britânica a nomeação dessa comissão mista e oferece um projeto de protocolo destinado a traçar um plano para esse reconhecimento e para estabelecer a maneira como a comissão deverá funcionar.

A fim de mais bem compreender a posição das localidades indicadas no artigo 3º do projeto de protocolo e de como devem ser exploradas pela comissão no território em litígio; e, para mais bem justificar a necessidade de reconhecer estas localidades, uma troca de apreciação verbal seria talvez mais favorável que uma discussão por escrito para o estudo destas indicações.

Se o governo de sua majestade britânica compartilhar dessa opinião, o ministro do Brasil se apressará a entrar em contato, com essa finalidade, com a pessoa que poderia lhe ser designada.

Nº 8

Projeto de protocolo anexado ao memorando de 23 de outubro de 1888.

Projeto de protocolo

O governo do Brasil e o governo da Grã-Bretanha, desejando

estabelecer as bases de uma convenção sobre os limites comuns da província brasileira do Amazonas e da Guiana Inglesa, concordam, portanto, no que segue:

1º — Cada um dos dois governos nomeará uma comissão composta de um comissário e dois assistentes (primeiro e segundo). Cada uma dessas comissões poderá ser acompanhada, se seu governo assim o entender, pelo pessoal necessário ao seu serviço particular; e se os dois comissários reconhecerem a necessidade, uma escolta suficiente. As duas escoltas serão compostas por um número igual de homens e serão comandadas por oficiais com os mesmos graus hierárquicos ou correspondentes. As escoltas entrarão por terreno neutro; a escolta do Brasil, pela província do Amazonas; e a escolta inglesa, pela Guiana Inglesa.

2º — O pessoal de cada uma das comissões e os de seus serviços, bem como o das escoltas, estará submetido em toda a extensão do terreno neutro à jurisdição do respectivo Estado.

3º — A comissão mista, constituída pelas duas comissões mencionadas, percorrerá o Rupununi desde o ponto onde ele mais se aproxima do monte Anaí, o Tacutu a partir da foz do Maú, e este, a partir deste último ponto; e levará sua exploração até as nascentes desses cursos d'água, ou o mais longe possível.

A mesma comissão percorrerá tanto quanto possível o território situado, ao norte, entre a nascente do Maú e o Rupununi e, ao sul, entre as nascentes do Tacutu e o Rupununi.

O território delimitado por estes rios também deverá ser explorado, mas somente o necessário para conhecer o aspecto geral, a direção dos principais cursos d'água e os montes e cadeias de montanhas que o atravessam.

4º — Além dos mapas parciais que serão necessários, a comissão mista traçará dois mapas gerais, que serão entregues com relatórios idênticos.

5º — As duas comissões deverão estar prontas em um prazo de oito meses, a contar do presente protocolo e se reunirão para os trabalhos preparatórios na capital da província do Pará.

6º — O governo imperial declara que, ao fazer essa convenção, não tem intenção alguma de agir em prejuízo dos direitos que poderiam alegar os Estados Unidos da Venezuela em relação ao território compreendido entre o Rupununi e o Essequibo.

Nº 9

Carta de Thomas Sanderson em 4 de setembro de 1891 endereçada a A. de Souza Corrêa, ministro do Brasil em Londres.

Confidencial.

Foreign Office.
4 de setembro de 1891

Prezado Corrêa,

Em resposta a sua indagação, lorde Salisbury determinou-me que diga que consultou lorde Knutsford sobre a proposta de seu governo para a determinação da fronteira entre o Brasil e a Guiana Inglesa. São de opinião que o melhor plano seria o de que, em primeiro lugar, os dois governos devem empenhar-se em chegar a um entendimento sobre a linha geral da fronteira; e, depois, se poderia nomear uma comissão mista para determinar a linha.

Atenciosamente,

[assinado] T. H. Sanderson

N° 10

Proposta feita por Thomas Henry Sanderson a A. de Souza Corrêa, ministro do Brasil em Londres, em 12 de setembro de 1891.

Confidencial.

Foreign Office
12 de setembro de 1891

Prezado Corrêa,

Agradeço sua nota e a cópia do mapa.

Acho que o projeto de Convenção de 1843 teve uma forte oposição na colônia, e lorde Knutsford não crê que seja desejável negociar tanto em razão do exposto, quanto porque os paralelos de latitude são fronteiras inconvenientes. Ele considera que não há dúvida sobre o direito do governo de sua majestade sobre toda a bacia do Essequibo, inclusive a do Rupununi, e realmente que há prova da ocupação pelos holandeses e pelos primeiros colonos ingleses, o que apoiaria a reivindicação de uma linha mais adiante.

Contudo, estaria pronto, a fim de atender ao desejo de seu governo, a aceitar uma linha que corresponde em muitos respeitos, penso, com a proposta pelo senhor Ribeiro de 1843.

A linha em questão seguiria a serra Pacaraima até à nascente do Maú, seguiria então a margem direita do Maú até a sua confluência com o Tacutu, seguindo o curso desse rio até a sua nascente. Dali, seguiria o divisor de águas entre os rios Uanavua [Anava ou Wanawau] e Casikityu [ou Yuawari] e ao longo da linha do divisor de águas até a nascente do Essequibo, e dali ao longo da linha da serra Acari até à nascente do rio Corentine.

Anexo um mapa no qual a linha proposta está indicada aproximadamente.

Atenciosamente
[assinado] T. H. Sanderson

Ao senhor de Souza Corrêa

N° 11

Projeto que foi discutido nas conversas que tiveram sobre a questão de limites Carlos de Carvalho, à época ministro das Relações Exteriores do Brasil, e Constantine Phipps, ministro de sua majestade britânica no Rio de Janeiro (dezembro, 1895).

A linha em questão seguiria a serra Pacaraima, desde o monte Roraima até a nascente do Maú; dessa nascente, continuaria na direção sudeste até atingir o ponto chamado Anaí; seguiria então na direção sudoeste o "caminho para o Pirara", como marcado no mapa de Hebert[197], e, então, o divisor de águas entre os rios Rupununi e Maú-Tacutu, deixando no território brasileiro os afluentes do Maú-Tacutu e, no britânico, os afluentes do Rupununi. No ponto "monte Ursato", marcado no mapa de Hebert, a linha seguiria o restante das serras até que alcançasse o Tacutu no ponto "base proposta para a expedição de fronteira". Dali seguiria o divisor de águas entre os rios Vanaona [Anava ou Wanawaw] e Casikityu ou Yuawari, continuando pelo divisor de águas até a nascente do Corentine.

Nº 12

Nota de 15 de março de 1897, endereçada ao marquês de Salisbury por A. de Souza Corrêa, ministro dos Estados Unidos do Brasil.

Legação dos Estados Unidos do Brasil.
Londres, 15 de março de 1897.

Senhor marquês,

No dia 25 de novembro passado, tive a honra de comunicar a vossa senhoria o desejo que tinha o governo brasileiro de concluir com o de sua majestade britânica um tratado estabelecendo, por meio de uma transação justa, os limites entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a Guiana Inglesa.

Devidamente autorizado pelo governo federal, venho no presente momento submeter a vossa senhoria o projeto em anexo.

Estando plenamente convencido dos direitos do Brasil aos limites reclamados em 1843, o governo federal estaria pronto a aceitar como

[197] O mapa de Schomburgk, revisto por Cathcart Chalmers, James Gay Sawkins e Charles B. Brown, e publicado em 1875 (escala 1:600,000) é bem superior ao de Hebert, desenhado em 1842 (escala 1:900,000).

transação a fronteira proposta nesse novo projeto, isto é, a linha natural do divisor de águas que forma nessa região o limite da bacia do Amazonas.

Ficaria feliz se essa proposição, acompanhada do memorando e do mapa incluso, pudesse ser bem-acolhida pelo governo de sua majestade britânica.

Tenho a honra de renovar a vossa senhoria os protestos da mais alta consideração com que sou

Seu muito humilde e muito obediente servidor,
(assinado) A. DE SOUZA CORRÊA.

Ao ilustre marquês de Salisbury, K.G.

Nº 13

Projeto de tratado de limites entre os Estados Unidos do Brasil e a Guiana Inglesa, anexada à nota de 15 de março de 1897, do ministro do Brasil em Londres, A. de Souza Corrêa, endereçada ao marquês de Salisbury.

Projeto de tratado de limites

Artigo 1º — A partir da nascente do Corentine, a leste, onde termina a Guiana Holandesa, até o ponto de encontro com os Estados Unidos da Venezuela, a fronteira entre os Estados Unidos do Brasil e a Guiana Inglesa será constituída pela linha do divisor de águas.

Consequentemente, a partir da nascente do Corentine, a fronteira seguirá a linha de crista da serra de Tumucumaque, também chamada em sua parte ocidental de serra de Acaraí, até o ponto onde, na vertente norte, se encontra a nascente do Essequibo; em seguida ela continuará pela serra de Essari ou Ussari; e, de lá, na direção geral norte, ela prosseguirá no sentido da serra de Pacaraima, sempre pela linha do divisor de águas, deixando a oeste o rio Tacutu e todos os seus afluentes da margem direita, aí incluídos o Maú ou Ireng, que pertencem ao Brasil, e a leste o Rupununi,

que com todos os seus afluentes pertence a sua majestade britânica; e, na serra de Pacaraima, a fronteira continuará até o ponto onde começa o território da Venezuela, seguindo a linha que separa as águas que vão para o rio Branco, daquelas que se dirigem para o Essequibo.

Artigo 2º — No prazo de um ano, a contar da data em que forem trocadas as ratificações do presente tratado, as duas altas partes contratantes nomearão comissários e lhes darão instruções para que levantem, de comum acordo, a planta dos limites dos dois territórios, traçando a fronteira descrita no artigo precedente e estabelecendo no terreno os marcos de fronteira julgados necessários.

Artigo 3º — As dúvidas e divergências que possam surgir durante a demarcação serão imediatamente submetidas pelos comissários aos seus respectivos governos, que as resolverão de maneira amigável, e o acordo que terá resolvido a dificuldade deverá ser considerado uma interpretação ou um aditivo ao presente tratado. Fica entendido que as dúvidas ou divergências que possam se produzir em uma ou várias seções da linha de fronteira descrita no artigo primeiro, não impedirão que os trabalhos de demarcação prossigam nas outras seções dessa linha.

Artigo 4º — Se, com o objetivo de adotar linhas mais naturais ou mais claramente evidentes no terreno, os dois governos acharem vantajoso trocar territórios em qualquer parte da fronteira, essa troca poderá realizar-se após novas negociações, abertas com essa finalidade, a demarcação prosseguindo, no entanto, como se a troca não fosse se efetuar.

Nº 14

Memorando do ministro do Brasil em Londres, A. de Souza Corrêa, anexado à nota de 15 de março de 1897 (Doc. nº 12) e endereçado ao marquês de Salisbury.

Memorando

Em 16 de outubro[198]de 1843, o sr. J. de Araújo Ribeiro, ministro do

[198] 3 de novembro de 1843.

Brasil em missão especial em Londres, apresentou a lorde Aberdeen um projeto de tratado estabelecendo os limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa, como segue:

A serra de Pacaraima até o monte Anaí, próximo à margem esquerda do Rupununi; em seguida, da margem esquerda do Rupununi até o ponto onde esse rio atravessa o paralelo de 2°N e, depois, de 2°N até a margem esquerda do Corentine.

Em uma carta particular de 12 de setembro de 1891, Thomas Sanderson propunha ao ministro do Brasil, Souza Corrêa, as seguintes linhas:

Serra de Pacaraima, do monte Roraima à nascente do Maú; depois, do Maú até sua embocadura no Tacutu; a partir desse ponto, o Tacutu até sua nascente; e em seguida a linha que separa as águas que se dirigem ao Amazonas das que vão em direção ao Essequibo e ao Corentine.

O direito do Brasil à bacia do rio Branco e a todos os territórios banhados pelos afluentes da margem esquerda do Maú e da margem esquerda do Tacutu é incontestável. Já no século XVII, em 1657, os portugueses tinham estabelecimentos no rio Negro e enviavam missionários ao rio Branco, seu afluente. Em 1693, os carmelitas portugueses fundavam um estabelecimento, a Missão de Uaranacuá, perto da foz do rio Branco. A partir de 1700, várias expedições portuguesas subiram o rio Branco. Basta citar a de 1727, dirigida pelo capitão João Paes do Amaral, que conseguiu vencer a flotilha dos Manaus e aprisionar o índio rebelde Ajuricaba; e a grande expedição de 1740, comandada pelo capitão Francisco Xavier de Andrade, que explorou o Uraricuera, ou alto rio Branco, bem como seus afluentes, o Tacutu e o Maú. Uma ordem real de 14 de novembro de 1752 dava instruções ao comandante geral do Pará para erguer um forte no rio Branco. As obras para construção desse forte, chamado São Joaquim, começaram em 1754. Executando uma ordem real de 27 de junho de 1765, as canoas de guerra, a partir de 1766, percorriam e policiavam regularmente o rio Branco e o Tacutu. Tendo os espanhóis estabelecido clandestinamente no alto rio Branco os postos militares de Santa Rosa de Curaricara, S. Juan Bautista de Cadacada e Santa Bárbara[199], uma expedição portuguesa sob o comando do capitão Philipp Sturm foi enviada contra eles. Ela se apoderou de suas posições e reconstruiu com

[199] Santa Rosa de Curariscapra, S. Juan Bautista de Cadacada e Santa Bárbara de Curaricara.

base em uma nova planta o forte de São Joaquim. Em 1781, o capitão engenheiro Almeida Serra e o astrônomo Silva Pontes levantaram o mapa do rio Branco e de seus afluentes da margem esquerda. Em 1787, uma nova exploração desses rios foi feita pelo coronel Gama Lobo e pelo capitão engenheiro Simões de Carvalho.

O Brasil tem, portanto, na bacia do rio Branco, títulos de grande importância, fundamentados na descoberta, na exploração do curso principal e de seus afluentes, na exploração dos produtos do território que eles banham, na possessão que data de mais de dois séculos e no fato de essa bacia ser um complemento natural do Amazonas, que os portugueses, devidamente autorizados pelo rei da Espanha e de Portugal, na época da união dessas duas coroas, tomaram posse, primeiramente da foz desse grande rio (1615); em seguida, da margem esquerda ou guianense após várias vitórias, desde o estreito de Pauxis, hoje Óbidos, até o Cabo Norte (1616-1632); logo após, até o rio de Vincente Pinzón ou Oiapoque, quer dizer, até o cabo Orange, por cartas patentes do rei da Espanha e de Portugal (1637); finalmente, em direção ao interior, até o Napo, na época da célebre expedição de Pedro Teixeira (1639).

A Holanda, que havia fundado e possuído primeiro as colônias de Demerara, Essequibo e Berbice e cujos direitos foram transferidos à Inglaterra no começo do nosso século*, jamais manifestou pretensões à bacia do rio Branco. Suas colônias, estabelecidas nos três rios citados, encontravam-se bem próximas da costa marítima. O posto holandês mais avançado no interior era o de Nieuw-Arinda, criado em torno de 1749, na margem direita do Essequibo, perto da confluência com o Rupununi ou Rupunuwini.

No que concerne ao território do Pirara, neutralizado provisoriamente em 1842, convém expor um engano no memorando apresentado em 20 de fevereiro de 1841 a Aureliano Coutinho, ministro das Relações Exteriores do Brasil por W. G. Ouseley, encarregado de negócios de sua majestade britânica no Rio de Janeiro.

Pretende-se, nesse documento, que o Brasil só teria afirmado seus direitos ao Pirara em 1838, e que já em 1811, por ordem do governador da Guiana Inglesa, um marco de fronteira havia sido colocado nesse local pelo comandante de uma expedição enviada àquelas paragens, com o objetivo de fazer uma investigação a respeito de algumas disputas

* Século XIX. (N.E.).

sobrevindas entre as tribos indígenas.

O governo brasileiro poderia demonstrar, com Cristoval d'Acuña e Ribeiro de Sampaio, que já em 1639 — um século antes da viagem do médico alemão Nicolas Hortsman — os portugueses conheciam a comunicação fácil que existe entre a bacia do rio Branco e a do Essequibo, comunicação que é feita principalmente pela trilha do Pirara. Ele poderia estabelecer com documentos autênticos, registrados desde 1811 em um livro que pertencia aos arquivos do forte de São Joaquim, que desde essa época Portugal mantinha um destacamento de soldados no Pirara, encarregado de vigiar a trilha entre esse rio e o Rupununi e de enviar de tempos em tempos homens para vistoriar a confluência do Maú e do Tacutu, a trilha do Sarauru (descoberto, assim como o outro, pelos portugueses) e as margens do Rupununi.

É certo que o tenente-coronel van Sirtema, o capitão D. P. Simon e o médico John Hancock, que faziam parte da expedição de que fala o memorando citado, endereçaram do Rupununi, em 22 de fevereiro de 1811, uma carta ao comandante de São Joaquim, pedindo-lhe permissão para ir até esse forte. Tendo o pedido sido aceito, eles visitaram São Joaquim e em seu retorno passaram pelo Pirara, onde encontraram o destacamento português, comandado então por Mariz Sarmento. Esse oficial e seus homens lhes forneceram todo o auxílio que precisavam para atravessar a trilha com suas bagagens e os acompanharam até o Rupununi. Tendo descido esse rio nos barcos que foram colocados a sua disposição, eles chegaram ao Essequibo, e doutor John Hancock endereçou em 12 de julho de 1812 uma carta de agradecimento ao governador português de rio Negro.

Todos esses fatos são confirmados por documentos originais em poder do governo brasileiro.

Distante dessa visita amigável, durante a qual a soberania de Portugal sobre o Pirara e a margem esquerda do Rupununi foram implicitamente reconhecidas, foi enviada uma expedição para fincar um marco de fronteira no Pirara, onde os visitantes, apesar de tratados com a maior consideração, foram perfeitamente vigiados.

Certamente é a essa visita que Humboldt faz alusão na seguinte passagem:

> Ainda mais recentemente, no mês de fevereiro de 1811, colonos ingleses e holandeses se apresentaram na trilha do Rupununi para solicitar ao comandante

> do rio Negro permissão para passar ao rio Branco: tendo o comandante aceitado seu pedido, estes colonos chegaram em seus barcos ao forte São Joaquim do rio Branco (HUMBOLDT. *Voyage aux Régions Equinoxiales du Nouveau Continent*: 1799-1804. Paris, 1822. t. VIII, p. 117).

Em outro trabalho, escrito posteriormente, Humboldt dizia: "O Rupununi e a aldeia de Anaí são reconhecidos hoje em dia por formar nessas regiões desertas o limite político entre os territórios inglês e português" (HUMBOLDT. "Sur quelques points importants de la géographie de la Guyane". In: *Nouvelles, annales des voyages*. 1887. t. II, p. 173).

O Brasil poderia defender com argumentos e provas irrefutáveis as linhas fronteiriças reclamadas em 1843. Poderia mostrar, principalmente com os documentos holandeses de 1759 e 1767, que a Holanda reconhecia como sendo de Portugal o território banhado pelo Rupununi, visto que fazia passar a leste desse rio a linha de fronteira entre as possessões portuguesas e holandesas.

No entanto, à longa duração de uma discussão diplomática ou de um processo arbitral que poderia ser proposto, o governo federal prefere uma transação razoável que, ao mesmo tempo em que testemunha seu espírito de conciliação e seu desejo de ser agradável ao governo britânico, permite dar desde logo uma solução satisfatória a um desacordo que já durou tempo demais.

A proposição brasileira de 1843 daria ao Brasil um vasto território nas bacias do Essequibo e do Corentine. A proposta inglesa de 1891 daria à Inglaterra territórios na bacia do rio Branco.

O projeto de tratado agora apresentado pelo Brasil propõe que a fronteira internacional seja estabelecida seguindo a linha que forma nessa região o limite setentrional da bacia do Amazonas.

O Brasil aceitaria, desde a nascente do Corentine até a do Tacutu, a fronteira proposta em 1891 por Thomas Sanderson, ou seja, as serras de Tumucumaque e Acaraí e os montes de Essari. Ele renunciaria às suas reinvidicações sobre os territórios situados ao sul do paralelo de 2°N, bem como sobre a zona ao norte desse paralelo, situada entre a margem esquerda do Rupununi e a linha do divisor das águas que vão a esse rio, das que vão ao Tacutu. Renunciaria, portanto, a tudo o que pretendia nas bacias do Essequibo e do Corentine.

A Inglaterra renunciaria somente aos territórios que reclamava na bacia do Amazonas, entre o Maú e o Tacutu, a oeste, às nascentes dos tributários desses dois rios a leste e à serra de Pacaraima ao norte. É uma estreita faixa de terra pouco importante, que geograficamente pertence ao Brasil e que não é de maneira alguma necessária à segurança da colônia inglesa.

Os estabelecimentos holandeses, adquiridos pela Inglaterra, começaram ao norte, perto da costa marítima, por volta do final do século XVI, e lentamente foram subindo, em direção ao sul, ao longo do Essequibo, no transcorrer do século XVIII.

Os estabelecimentos portugueses, que tiveram início no Amazonas, avançaram do sul para o norte. Do rio Negro, onde os portugueses se estabeleceram no século XVII, eles alcançaram sucessivamente o rio Branco e, durante o século XVIII, todos os seus afluentes, entre os quais o Tacutu e o Maú.

Essas duas expansões coloniais marcharam assim gradualmente, uma em direção à outra, subindo rios cujas fontes se encontram próximas, e vertentes opostas de uma mesma linha de crista. Parece, portanto, justo, renunciar, de parte a parte, no interesse de uma boa delimitação, a direitos ou pretensões puramente históricos e admitir que os dois círculos de influência encontram seu limite natural na linha do divisor de águas.

A renúncia pela Inglaterra às pretensões que Schomburgk formulou primeiramente em 1839, nos territórios situados na planície do Amazonas — territórios que a Holanda e a própria Inglaterra reconheciam como pertencentes a Portugal —, não seria mais que o reconhecimento e uma nova consagração dos princípios do Direito Internacional aplicáveis, em um interior deserto, às esferas de influência que resultam da ocupação de uma costa marítima e do curso inferior dos rios que deságuam nessa costa.

Travers Twiss (TWISS, Travers. *The Law of Nations*. 1861, § 117; 1883 § 125) e Robert Phillimore (PHILLIMORE, Robert. *Commentaries upon International Law*. 1879 § 238) adotaram os seguintes princípios, estabelecidos em nota datada de Madri, em 20 de abril de 1805, por James Monroe e Charles Pinckney, comissários dos Estados Unidos da América.

Os princípios aplicáveis ao caso são tais que foram ditados pela razão e adotados na prática pelas potências europeias nas descobertas e aquisições que fizeram respectivamente no Novo Mundo. São poucos, simples, inteligíveis e, ao mesmo tempo, baseados estritamente na justiça. O primeiro deles é *que, quando qualquer nação europeia toma posse de qualquer extensão da costa marítima, essa posse é entendida como estendendo-se pela região interior, até as nascentes dos rios que desembocam naquele trecho de costa, até os afluentes e a região que cobrem*, e dá-lhe o direito, excluindo todas as outras nações. É evidente que algum princípio ou regra deve governar os direitos das potências europeias, com respeito uma à outra, em todos esses casos: e é certo que nenhum mais razoável ou justo pode ser adotado, naqueles aos quais se aplica, que esse [...] (*British and Foreign State Papers*, vol. V, 187-1818, p. 327) .

Travers Twiss assim se expressa após a transcrição desta passagem:

Os comissários dos Estados Unidos nessa ocasião, ao aplicar o princípio citado à reivindicação de sua nação, tomaram cuidado em não insistir na doutrina da posse virtual além dos limites nos quais as nações europeias poderiam estar de acordo com eles. Com base na autoridade do princípio antes declarado, disseram: "é evidente que, pelo descobrimento e posse do rio Mississipi em toda sua extensão e a *costa adjacente a ele*, os Estados Unidos têm direito a toda a região dependente desse rio, às águas que desembocam nele e a seus vários braços, dentro dos limites dessa costa." *Em outras palavras sustentam que a ocupação da costa marítima dá a uma nação o direito à posse do território interior e dos rios navegáveis dentro dele, posição de Direito com a qual todas as nações europeias concordam* (§ 125) .

E acrescenta mais adiante:

[...] uma das posições do Direito sobre o qual os Estados Unidos mesmos basearam suas reivindicações contra a Espanha a respeito da fronteira da Louisiana em 1805, a saber, que *se entende que a descoberta e a ocupação de uma extensão da costa marítima por uma nação transmite a essa nação o direito de posse sobre a região interior até à linha do divisor de águas*, posição legal que Monroe e Pinckney, os comissários dos Estados Unidos, então alegaram ter sido completamente estabelecida pela controvérsia entre a França e a Espanha, de um lado, e a Grã-Bretanha, do outro, o que causou a guerra de 1755 entre aquelas nações.

> [...] uma reivindicação sobre todo o território interior, *até a linha do divisor de águas*, baseada na descoberta e ocupação de uma extensão da costa marítima, *posição legal mais recente sobre a qual não há disputa entre as nações* .

Robert Phillimore (§ 238) faz preceder dessas linhas a passagem citada na nota de 20 de abril de 1805:

> Nas negociações entre a Espanha e os Estados Unidos da América sobre a fronteira ocidental da Louisiana, esse país formulou, com precisão e clareza, certas declarações que reforçam o parecer avançado nos parágrafos precedentes [...].

No entanto, foi especialmente William Edward Hall que apresentou com mais clareza e precisão as regras que podem ser aplicadas à antiga ocupação holandesa, avançando do litoral em direção ao sul pelo Essequibo e à ocupação portuguesa, avançando do Amazonas para o norte pelo rio Branco e seus afluentes.

> Uma colônia tem direito não só às terras realmente desabitadas ou colocadas sob seu controle imediato, mas a todas aquelas necessárias a sua segurança e ao território que possa ser razoavelmente considerado como parte delas [...]. *As colônias são geralmente estabelecidas primeiramente na costa* e atrás delas se estendem longos espaços de terra não ocupada [...] *Deve-se considerar como um uso estabelecido que o limite não deve-se estender além da linha do divisor de águas*; mas as fronteiras laterais são menos certas. *Tem-se geralmente admitido que essa ocupação da costa supõe o direito à totalidade do território drenado pelos rios que desembocam dentro das fronteiras*; mas a aceitação desse direito é talvez acompanhado pela reserva tácita de que a extensão da costa deve guardar uma proporção razoável com o território reivindicado em virtude de sua posse [...] (W. E. Hall, International Law, ed. de 1890, pp.108-109) .

Assim, portanto, de acordo com esses princípios, a posse efetiva da costa marítima e de uma parte da bacia do Essequibo não dá à Inglaterra título algum para ultrapassar os limites dessa bacia; e a ocupação efetiva, desde o século XVII, da margem esquerda do Amazonas — o Mediterrâneo da América do Sul — em uma extensão leste-oeste de mais de 3.300 quilômetros, bem como os estabelecimentos brasileiros

situados em grande parte dos afluentes e subafluentes dessa margem setentrional, dão incontestavelmente ao Brasil, em todos os lugares onde a fronteira norte não tenha sido determinada por tratados, um título que se estende até as nascentes de todos estes rios, isto é, até a linha do divisor de águas, formando o limite setentrional da planície do Amazonas.

As opiniões de Monroe, Twiss, Phillimore e Hall, autoridades tão justamente respeitadas nessa matéria, são suficientes para mostrar que, disposto a abandonar uma grande parte de suas antigas reinvidicações, o Brasil propõe à Inglaterra uma linha transacional que, dado o histórico da colonização, primeiramente holandesa, em seguida inglesa, na bacia do Essequibo, representa, perante o Direito Internacional, o máximo das pretensões que a Guiana Inglesa poderia defender razoavelmente.

A fronteira internacional, desde a nascente do Corentine até o ponto de encontro com o território venezuelano, estaria estabelecida pelas cordilheiras e cadeias de Tumucumaque, Acaraí, Essari, Cuanocuano e Pacaraima, todas ligadas por Humboldt ao sistema orográfico que ele designa sob o nome de Parima.

1º de março de 1897

Índice onomástico e toponímico

A

ABERDEEN (lorde) 29, 38 (nota 43), 61, 99,100, 103, 104, 105, 106, 154, 155, 158, 159, 162, 165, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 184
ACADEMIA REAL DE CIÊNCIAS DE LISBOA 138 (nota 163)
ACARAÍ (serra) 30, 35, 72, 79, 86, 91, 111, 151, 154, 156, 157, 159, 162, 163, 182, 187, 191
ACAWOIO 102
ACUÑA, Cristoval d' 186
ACUQUAMO (maciço) 125, 126(nota 123)
ACUWAY (índios) 134, 137
ÁFRICA 59, 74, 145
AJURICABA (índio) 184
AKAIVANNA (montanha) 73
- (rio) 73
ALEXANDER, J. E, (capitão) 81 e nota 41, 86
ALTO AMAZONAS 88, 170
ALTO CUIUNI 69, 126
ALTO E BAIXO AMAZONAS 88, 89 (nota 57), 170
ALTO ESSEQUIBO 67, 69 e nota 11, 70, 76, 79, 80 e nota 34, 109, 111, 113, 118, 119, 120, 123, 124, 127, 128, 129, 130, 131 (nota 139), 132, 133, 134, 135, 147, 150, 151, 161

ALTO ORENOCO 82, 84
ALTO RIO BRANCO 47, 79, 125, 126, 130, 150, 184
ALTO RUPUNUNI 76, 86, 137, 150, 151, 161
ALTO TACUTU 76
AMACU (lago) lago 65, 66, 79, 112, 113 e nota 96, 120, 121, 125, 126 (nota 124), 127, 130, 150
AMARAL, João Paes do, (capitão) 125, 184
AMAZONAS (bacia) 28 (nota 14), 30, 33 (nota 30), 34, 47, 82, 83, 86, 102, 103, 137, 148, 153, 156, 161, 163, 164, 182, 187, 188
- (missão) 124 (nota 118)
- (província) 176, 178
- (rio) 27, 32 (nota 26), 39, 46 (nota 66 e 67), 47, 58, 71 (nota 15), 73, 83, 121, 156, 159, 161, 163, 164, 184, 185, 188, 190
AMAZÔNIA 60, 87, 122 (nota 109)
AMÉRICA 40 (nota 44), 46 (nota 66), 47 (nota 68), 48 (notas 71 e 72), 69, 74, 111, 125 (nota 120), 139(nota 165), 145, 170, 173
AMÉRICA DO SUL 59, 68, 83, 161, 164, 190
- (mapa) 55 (nota 96), 66 (nota 4), 73 (notas 17 e 18), 78 e nota 27, 79 e nota 31
-South America (em inglês no texto) 73 (nota 17), 79 (nota 32)
AMÉRIQUE MÉRIDIONALE (mapa) 65 e nota 1, 80 (nota 34)
AMÉRIQUE SEPTENTRIONALE (mapa) 80 (nota 35)
AMIENS 71, 72, 112
AMSTERDÃ ou AMSTERDAM 68 e nota 8, 119 (nota 103), 132 (nota 142)
AMU (rio) 73
ANAÍ (monte) 29 e nota 17, 69, 104, 114, 144, 155, 159, 162, 164, 173, 178, 184
- (rio) 65, 85, 112, 135, 136, 144, 146, 150, 151, 153, 157, 165
- (riacho) 65, 85, 114, 146, 153.
- (aldeia) 69 (nota 29), 127, 187
ANAUA (rio) 96 (nota 64)
ANAVA (rio) 180, 181
ANDES (cordilheira) 82
ANDRADE, Francisco Xavier de, (capitão) 42 e nota 54, 46 (nota 64), 125, 184
ANDRÉA (general) 88, 96, 109
ANOCAPRA (rio) 130 (nota 133)

APANONI (rio) 125
ARACARI (missão) 124 e nota 119
ARAGUARI (rio) 72 e nota 16, 73, 111, 118
ARAMATAU (rio) 153, 157
ARAOUARI (rio) 72 (nota 16)
ARAYTANA (chefe caraíba) 134
ARICUNAS (índios) 126 (nota 123)
ARINDA (posto) 43 (nota 56), 45, 52, 53, 67, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 130, 131 e nota 139, 132 e nota 144, 133, 134, 135, 136, 137, 150, 185
ARMSTRONG (reverendo) 80
ARRASSAROU (montanha) 131
- (rio) 131
ARROWSMITH, Aaron 78 e nota 27, 146
ARROWSMITH, John 54, 79 e nota 31, 146
ÁSIA 47 (nota 68), 74
ASSARIE (rio) 131
ATARAIPU (rochedo) 123 e nota 113
ATARAY (índios) 134
ATORAIS (índios) 48
AUARICURU (rio) 139
AUGOSTURA 128
AVARISTO 99 (nota 66)
AWARICURÚ (rio) 75, 113, 139
AYRES, Ambrósio (capitão) 88
AYRES, José Miguel (capitão) 42
AYRES, Pedro 88
AZARA, José Nicolas 72

B

BARATA, Rodrigues 52 e nota 85, 74, 75 e nota 21, 132
BARBADOS (ilha) 71 (nota 15)
BARCELOS 113 (nota 96), 114, 126 e nota 124, 127 (nota 126), 139
BARCELONETA 130 e nota 133
BARRETO, Antonio (capitão) 45 e nota 63, 46 e nota 65, 125, 126 (notas 124 e 125), 127(nota 126)

BAIXO ESSEQUIBO 81, 101, 127
BAUVEDO, E. Adam de, 81 (nota 40)
BELÉM 52, 75 (nota 21), 93, 99
BELFORTE, Lourenço (capitão) 42, 46 (nota 64), 125
BENTINK, H. W. 77 (nota 25)
BERBICE 132 (nota 144)
- (mapa) 55 (nota 96), 59, 71 (nota 15), 73 e nota 19, 80 (nota 36)
- (colônia) 59, 65, 71 e nota 15, 73 (nota 19), 74, 80 (nota 36), 90, 110, 111, 112, 115, 117, 150, 151, 185
-(rio) 55 (nota 96), 71 (nota 15), 142, 143, 148, 149
BERTHE, L. 79, 80 (nota 35)
BERTIE, Francis 34 e nota 32, 35 e nota 33, 61, 118, 156
BINGHAM (tenente) 98, 99(nota 67), 101
BLAUWENBERG (posto) 67
BOA ESPERANÇA (cabo da) 74
BOLTON, R. Sayer 55, 65
BONASIKA (rio) 74
BOTELHO, Christovão Ayres 42
BRASIL 22 e nota 5, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e nota 17, 30, 31, 32, 33 e nota 30, 34 (nota 31), 35 (nota 36), 36, 37 e notas 40 e 41, 38 e nota 42, 46 e nota 66, 47 e notas 67 e 68, 49, 51, 52, 53 e nota 91, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 72, 73, 75, 77 (nota 25), 78, 79, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100 e nota 70, 102, 103, 104, 105 e notas 83 e 85, 106, 107, 110, 111, 112, 115, 121, 124, 126, 136, 139 (nota 165), 140, 141, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160 (nota 194), 161, 162, 163, 165, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 191
- (Brazil) (em inglês no texto) 69(nota 13)
- (mapa) 50, 53, 55, 60, 65, 79, 112, 114
BRETT, W. H. 81 (nota 39), 90 (nota 58), 102 (nota 78)
BROWN, Charles Barrington 101 e nota 77, 142 e nota 171, 181 (nota 197)
BRUÉ, H. 73 (nota 17), 79 e notas 29 e 34, 80 (nota 34)
BRUNN, J. B. 133 (nota 145)
BRY, Théodore de 119 (nota 103)
BUXTON 162

C

CADACADA (posto fortificado) 126, 127, 184 e nota 199
CAJOENI ou CAJOUENY (rio) 70 (nota 14)
CAJOUINY (rio) 66
CALÇOENE (embocadura) 72 (nota 16)
CAMOPI (rio) 72 (nota 16)
CAMPOS, F. Carneiro de, 101, 106
CANNUCU (monte) 148
CARAÍBAS (índios) 43 (nota 56), 69 (nota 11), 103, 119 (nota 103), 126 e nota 123, 128, 129, 130, 133, 134, 135, 137
CARASSAWAAK 86
CARAUAMA ou CARAUAMYS, CARAWAIMI (montanha) 148
CARIPUNAS (índios) 76 e nota 24, 138, 145
CARMELITAS 124, e nota 118, 184
CARMELITAS PORTUGUESES 184
CARMO, Rodrigues do, 88
CARONI ou CARONY (rio) 83, 130 e nota 133
CARUMÁ (montanha) 87 (nota 51)
CARVALHO, Carlos de, 26 e nota 11, 156, 180
CARVALHO, Simões de, 51, 109, 114, 185
CARVOEIRO (rio) 124 (nota 119)
CASIKITYU (rio) 180, 181
CASTRO, Manoel Bernardo Mello 44 (notas 59 e 60), 125 (nota 121)
CÁUCASO (cordilheira) 82
CAULIN 126 (nota 123)
CENTURION, Manoel, (dom) 45 e nota 63, 46 e nota 64, 125
CERRO DORADO 125
CEILÃO (ilha) 72
CHALMERS, Cathcart 181 (nota 197)
COATANG KITYOU (rio) 69 (nota 11)
COELHO, Higyno J. 100
COELHO, Jerônimo (irmão) 40, 46 (nota 64), 124
COLOMBIA PRIMA (mapa) 73 e nota 18
COMPANHIA DE JESUS 42 (nota 52), 124 (nota 118)
COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS 68, 69, 70 (nota 14), 119, 132 - (West India Company) (em inglês no texto) 133 (nota 147)

CONGRESSO DE VIENA 115
CONVENÇÃO DE LONDRES 74, 90
CONVENÇÃO DE PARIS 28, 115
COPAÍBA 120 (nota 107)
CORDEIRO (capitão) 86, 95, 141
COURANTINE (rio) 69
COSTA TEIXEIRA, Thomaz da, (capitão) 76 e notas 22 e 23, 77, 78 (nota 26), 116 e nota 101
COSTA, Victorio da, (governador) 76 (nota 22), 116 e nota 101
COTINGO (rio) 35, 48, 51, 53, 65, 79, 91, 100 (nota 70), 125, 144, 150, 153, 154, 155, 157, 161
COUDREAU 69 (nota 11), 109
COUTINHO, Aureliano (visconde de Sepetiba) 57, 89, 91, 92, 96, 100, 185
COWPER, Augustus H. 96 (nota 64)
CRICHTON, William (inspetor) 93, 94, 96
CUANOCUANO (monte) 83, 114 (nota 96), 125, 127, 144, 148, 150, 162, 164, 191
CUATATÁ 36
CUIBA (posto) 132 (nota 145)
CUIDARU (rio) 123
CUIUNI (rio) 66, 70, 84, 132 (notas 144 e 145), 142
CUMUCUMU (monte) 83
"CUNUKU MOUNTAINS" 164
CURIAL 120 (nota 106)
CURIARA 120 e nota 106
CURUÁ 89, 90 e nota 58, 95, 101, 102
CUTARI (rio) 154
CYBHÚ (rio) 69 (nota 11)
CYPÓ (rio) 69 (nota 11)

D

DALTON 81 (nota 39), 90 (nota 58), 102 (nota 78), 106 (notas 86 e 87)
D'ANVILLE 53, 54 (nota 93), 55 e nota 96, 65 e nota 1, 66 e nota 4, 67, 68, 70, 113, 146
DE LA ROCHETTE, Louis-Stanislas d'Arcy 55, 71 e nota 15, 73(nota 18)

DEMERARA (colônia) 29 (nota 17), 52 (nota 84), 54, 59, 65, 66, 68, 71, 73, 74, 77 e nota 25, 80 e notas 36, 37 e 38, 82 (nota 43), 84, 89 (nota 56), 90, 93, 96 (nota 64), 100 (nota 69), 103, 110, 111, 112, 115, 116, 117, 126, 127, 145, 150, 151, 162, 185
- (rio) 55 (nota 96), 67 (nota 5), 68, 71 (nota 15), 132 (nota 144), 142, 148, 149
DEMERARY (mapa) 66 (nota 3), 68, 73 (nota 19)
- (colônia) 73 (nota 19) , 81 (nota 40)
- (rio) 66 (nota 3), 68
DERBY (conde) 165
DILKE, Charles, 103 (nota 79)
DINIZ, José Agostinho (subtenente) 43, 125
D'URBAN, Benjamin, 82 e nota 43, 83, 86, 162

E

ELDORADO 66, 121
EL DORADO 44, 126 (nota 123), 127 (nota 126)
EL REY (fazenda) 140
ELVAS, Manoel Marques d', (coronel) 111
ESMERALDA 89 (nota 56)
EQUADOR 173
ESPANHA 46, 47 e nota 68, 54, 66(nota 4), 69, 71, 72, 73, 110, 115, 118, 126(nota 124), 127, 150, 151, 170, 171, 185, 189, 190
ESSARI (serra) 33, 35, 83, 153, 156, 157, 159, 162, 182, 187, 191
ESSEQUIBO (bacia) 30, 34, 69, 70, 72, 80 (nota 34), 83, 91, 96, 111, 118, 121, 135, 137, 150, 151, 153, 161, 162, 163, 164, 180, 186, 187, 190, 191
- (mapa) 54, 55 (nota 96), 68, 71, 72, 73, 78, 80 e nota 36, 81
- (colônia) 29 (nota 17), 30, 54 e nota 93, 55 (nota 96), 59, 65, 66, 68 (nota 9), 70 (nota 14), 71, 72, 73, 74, 77 (nota 25), 80 (nota 36), 81, 90 e nota 58, 91, 103, 110, 111, 112, 115, 117, 118 (nota 102), 119, 121, 123, 126 e nota 124, 128, 132, 133 (nota 147), 136, 145, 150, 151, 185
- (rio) 28, 30, 33, 34, 36, 41, 43, 50, 52 e nota 84, 54, 55 (nota 96), 59, 66, 67, 68, 69 e nota 11, 70 (nota 14), 71 (nota 15), 73, 74, 75, 76,

80, 81 e nota 40, 83, 84, 85, 86, 87 e nota 51, 90 e nota 58, 96 e nota 64, 98, 102 e nota 78, 106, 109, 113(nota 96), 117, 118, 119 e nota 103, 120, 121, 122, 123, 124, 128 e nota 128, 129, 130, 131, 132 (nota 144), 134, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 144, 148, 151, 153, 154, 156, 159, 161, 163, 164, 178, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 190
ESTADOS-GERAIS DAS PROVÍNCIAS UNIDAS DA HOLANDA 67
ESTADOS-GERAIS DAS PROVÍNCIAS UNIDAS DOS PAÍSES BAIXOS 70 (nota 14)
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA 25, 188, 190
- (United States of America) (em inglês no texto) 145 (nota 177)
EUROPA 25, 98, 110, 111

F

FADEN, William 54, 71 e nota 15, 73 e nota 18, 78, 111 e nota 92, 147
FERREIRA, Alexandre Rodrigues, 42 (nota 52), 48 (nota 71), 49 (nota 73), 51 e nota 81, 114, 138, 139
FERREIRA, Francisco (capitão) 40, 46 (nota 64), 124
FERRO (ilha) do 115
FISH 145 (nota 177)
FORTALEZA 41 (nota 48), 43 e nota 57, 47, 48 (nota 70), 75 (nota 21), 83, 87, 139
FRANÇA 23, 24, 26 e nota 11, 27, 28 e nota 14, 30, 31, 32 e nota 26, 37, 56, 57, 58, 71, 72, 73 e nota 17, 79, 111, 112, 115, 118, 151, 189
FRANCISCANOS DA CONCEIÇÃO DE BEIRA E MINHO 124 (nota 118)
FRANCISCANOS DA PIEDADE 124 (nota 118)
FRANCISCANOS DE SANTO ANTÔNIO 124 (nota 118)
FRYER W. J. 99 (nota 66), 100 (notas 70 e 71)

G

GAMA LOBO DE ALMADA, Manoel da, 49 e nota 75, 51, 52 (notas 83 e 84), 109, 114, 138, 140, 185
GALES (Príncipe de), 36 (nota 40), 73 (nota 18)
GALVÃO 83
GATO (capitão) 88
GELSKERKE, Hermanus 120
GEORGE III 77 (nota 25)
GEORGETOWN 80 e nota 38, 84, 85, 98, 102 (nota 78), 128 (nota 127), 141, 143, 149
GLADSTONE 106
GODERICH (lorde) 82
GOVERNO BRASILEIRO 28, 30, 31, 33, 38, 39, 56, 89 (nota 57), 90 (nota 58), 93, 99, 104, 107, 109, 110, 136, 137, 141, 154, 160, 169, 181, 186
GOVERNO DE DEMERARA 116
GOVERNO DE SUA MAJESTADE BRITÂNICA 56, 66, 67, 69, 73, 92, 112, 114, 118, 120, 127, 154, 155, 170, 171, 176, 177, 182
GOVERNO DA GRÃ-BRETANHA 176, 177
GOVERNO DA GUIANA INGLESA 108, 113, 124, 142, 145, 163
GOVERNO DO PARÁ 125
GOVERNO ESPANHOL 67, 170
GOVERNO FEDERAL DO BRASIL 181, 187
GOVERNO FRANCÊS 31, 111
GOVERNO HOLANDÊS 28, 31, 67, 73
GOVERNO IMPERIAL DO BRASIL 176
GOVERNO NEERLANDÊS 28 (nota 14)
GOVERNO PORTUGUÊS 114, 124 (nota 118), 136, 139, 141
GRÃO-PARÁ 38, 47 (nota 69), 125 (nota 121), 128
GRÃ-BRETANHA 32, 37, 66 (nota 4), 71, 72, 73 (nota 19), 74, 77 (nota 25), 92, 93, 94, 95, 97, 108, 110, 111, 112, 116, 118, 126, 142, 150, 151, 153, 158, 165, 176, 177, 189
- (Greater Britain) (em inglês no texto) 103(nota 79)
GREENWICH 85, 115
GULLIFER 128 (nota 128)
GUIANA BRASILEIRA 87

GUIANA ESPANHOLA 45, 125, 126
GUIANA FRANCESA 23, 27, 56, 72, 73, 79, 110, 111, 115
- (mapa) 54
GUIANA HOLANDESA 28 (nota 14), 33, 72, 73, 74, 110, 111, 138, 156, 182
- (mapa) 54, 66, 71, 78
GUIANA INGLESA 22 e nota 5, 23, 28, 30 (nota 19), 32, 33, 34, 37 (nota 41), 38 e nota 42, 56, 57, 58, 61, 63, 66 (nota 2), 69, 73, 82, 83, 84, 85 e nota 47, 86, 87, 92, 93, 94, 95, 96 (nota 64), 98, 99, 100 (nota 69), 102, 104, 105, 106, 108, 110, 113, 115, 116, 124, 137, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 149, 154, 161, 162, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 178, 179, 181, 182, 184, 185, 191
- (mapa) 67 (nota 7), 71 (nota 15), 78, 79, 80 e notas 36, 37 e 38, 81 (nota 41), 92, 147
GUIANA PORTUGUESA
- (Portuguese Guyana) (em inglês no texto) 69 (nota 13)

H

HADFIELD, J. 80 e nota 38, 147
HAIA 31, 73 e nota 19
HALL, William Edward 160 e nota 193, 161, 162, 190, 191
HAMILTON, 89 e nota 57, 94, 96, 100, 110
HANCOCK, John76, 77 e nota 25, 91, 186
HARTSINCK 68, 121
HEBERT, (mapa) 181 e nota 197
HEERE, Laurens de 119
HILDESHEIM 121
HILHOUSE, William 80 e nota 37, 147
HOLANDA 26, 27, 28 e nota 14, 29 (nota 17), 31, 32, 47, 53, 55, 57, 60, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 85, 95, 96, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122, 124, 126 e nota 124, 127, 135, 136, 142, 146, 150, 151, 154, 158, 160, 163, 185, 187, 188.
HONDIUS, Jodocus 119 (nota 103)
HORTSMAN, Nicolas 120, 121, 122 (nota 109), 186
HUMBOLDT, A. de 34 e nota 31, 55, 66, 72 (nota 16), 79 e nota 29, 82,

83, 84, 109, 110 (nota 90), 128, 129 e nota 131, 130 e notas 133 e 135, 137, 138 (nota 162), 140, 162, 186, 187, 191

I

IAONNEAS (índios) 142
IAOS (índios) 119 (nota 103)
IMMENARY (rio) 68
IMPÉRIO BRITÂNICO 90, 110
- (British Empire) (em inglês no texto) 69 (nota 13)
INGLATERRA 22 e nota 5, 23, 24 (nota 7), 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33 e nota 30, 34 (nota 32), 36, 37 (nota 41), 38, 52, 53, 55, 56, 57, 60, 61, 71, 72, 74, 79, 80 (notas 34 e 38), 89 (nota 57), 90, 91, 98, 99, 104, 106 (nota 87), 107, 110, 111, 112, 117, 118, 135, 155, 159, 160, 161, 162, 171, 185, 187, 188, 190, 191
- (England) (em inglês no texto) 90
INLET PRIMROSE 129
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL 139 (nota 165)
IRENG (rio) 182
IRLANDA 173
ISKES, Stephen 133 (nota 145)

J

JANSSE, Gerrit 123 e nota 116, 124

K

KEYMES, Lawrence 119 (nota 103)
KENT 145 (nota 177)
KNUTSFORD (lorde) 179, 180
KYKOVERAL 132

L

LA CONDAMINE, Charles de 121, 122(nota 109), 123
LAPIE, Pierre 54, 55, 73(nota 17), 79, 80(nota 34), 109
LAURIE, Richard H. 79 e nota 32
LEAL, capitão 89, 94, 95, 99 e nota 67, 108, 109
LEGAÇÃO BRITÂNICA NO RIO 96, 108
LEGAÇÃO DO BRASIL EM LONDRES 30, 36(nota 40), 77(nota 25), 114
LEIPZIG 91(nota 60)
LIGHT, Henry 32 e nota 28, 61 e notas 99 e 100, 90 e nota 58, 94, 96 e nota 64, 99 e nota 67, 100 e nota 70, 108, 113, 116(nota 100)
LINHARES, conde de 47(nota 68), 109
LONDRES 28, 31, 32, 38 e nota 43, 41(nota 46), 49(nota 77), 60, 65, 69 e nota 11, 71 e nota 15, 73(nota 18), 74, 78, 80(nota 37), 81(nota 39), 83, 85, 90(nota 58), 91, 99, 100 e nota 70, 101(notas 75, 76 e 77), 103 e nota 79, 106, 107, 110, 119(nota 103), 141, 142(nota 171), 143(nota 172), 155, 156, 159, 160(nota 194), 165, 169, 172, 174, 175, 179, 181, 182, 183, 184
- (London) (em inglês no texto) 79(nota 32)
LÓPEZ, Antonio, dom 45, 127(nota 126)
LOUISIANA 189, 190

M

MACAPÁ 75(nota 21)
MACOUSSIS (índios) 86
MACUSSIS (índios) 105, 174
MACUXIS (índios) 49 (nota 76), 52, 57, 69 (nota 11), 86, 87, 88, 89, 101, 105, 106, 117, 123, 126 (nota 123), 138, 141, 145, 174, 175
MADRI 46 e nota 67, 47 (notas 67 e 68), 67, 126, 130, 188
MAHANAVA 129
MAHÚ (rio) 51(nota 80)
MAKARAPAN (monte) 149
MANOA EL DORADO 119 (nota 103)
MARANHÃO 40 e nota 45, 41 (notas 47, 48 e 49), 43 (nota 57), 44, 46

(nota 66), 48 (nota 70), 125 (nota 121)
MARCAN, Louis 123
MARIZ SARMENTO, Pedro Ferreira 77, 186
MAROCO (rio) 67, 132 (nota 144), 13
MARONI (rio) 28, 80 (nota 34), 83, 11
MARQUES LISBOA, J. 100
MARYWAYANA 120(nota 107)
MASSEROENY ou MASSERONY (rio) 66, 67, 81 (nota 40)
MATTOS, João Henrique de, (coronel) 91(nota 60), 100 e nota 69
MAÚ, rio 29, 30, 33 e nota 30, 34 e nota 31, 35, 36, 43 e nota 56, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 60, 65, 79, 80 (nota 34), 97 (nota 64), 100 (notas 70 e 71), 104, 106, 107, 109, 110, 113 (nota 96), 121, 122, 123 e nota 116, 124, 125, 127 e nota 126, 130 e nota 133, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 147, 148, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 159, 162, 163, 164, 165, 173, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 184, 186, 188.
MAYCOUNI ou MAYKOUNI (rio) 132
MAYPURES 82
MAZARUNI (rio) 65, 66, 80, 81, 130, 131, 142
MELLO, Martinho de, 45 (nota 61), 48 (nota 70), 51 (nota 81), 139
MISSISSIPI (rio) 189
MONROE, James 31, 160 e nota 194, 162, 188, 189, 191
MORAES, Belchior Mendes de 46 (nota 64), 125
MUCAJAÍ (serra) 148

N

NAPO (rio) 41 e nota 49, 185
NAUW ARUCU (montanha) 73
NETSCHER 73(nota 19)
NIEUW CORTRIJK 120
NORTE (cabo) 41 (nota 49)
NOVA AMSTERDAM
- (New Amsterdam) (em inglês no texto) 149
NOVA ANDALUZIA 71, 72, 115
- (Nueva Andalucia) (em espanhol no texto) 123(nota 126)

NOVA GUINÉ
- (New Guinea) (em inglês no texto) 101 e nota 77

O

ÓBIDOS, estreito 185
OCEANIA 145
OIAPOQUE (rio) 72 (nota 16), 82, 83, 115, 185
ORANGE (cabo) 185
ORANGE, d', (Príncipe) 67, 70
ORENOCO (rio) 45, 46 (nota 66), 47, 54, 70 (nota 14), 71 e nota 15, 89 e nota 56, 109, 132 (nota 144), 149, 164
- (bacia) 164
ORLEÁNS (duque) de 65 (nota 1)
OUSELEY 91, 92, 95, 96 (nota 64), 107, 108, 109, 110, 141, 154, 185
OXFORD 160 (nota 193)

P

PACARAIMA (serra) 29 e nota 17, 33 e nota 30, 34, 65, 66, 69, 79, 83, 85, 86, 104, 112, 113, 114 e nota 96, 122, 125, 126(nota 124), 127, 130 e nota 133, 135, 147, 150, 151, 153, 155, 156, 157, 159, 162, 164, 173, 174, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 191.
PALMERSTON (lorde) 83, 162
PARÁ 38, 43, 47 e nota 69, 51 e nota 81, 52, 75 (nota 20), 77 (nota 25), 83, 88, 91, 93, 94, 95, 96 e nota 64, 99, 100 (nota 70), 108, 109, 121, 124 e nota 118, 125 e nota 121, 128, 139, 169, 178, 184
PARAGUA (rio) 130 e nota 133
PARAGUAMUSI (rio) 130 (nota 133)
PARAGUAI (bacia) 161
PARANÁ (bacia) 161
PARAVIANAS (índios) 123, 138
PARAVILHANAS (índios) 138
PARIMA ou PARIMÉ (serra) 82, 85, 140, 148, 164
- (lago) 55, 66 e nota 2, 119 e nota 103, 125, 126 (nota 123), 127 (nota 126)
- (rio) 43, 83, 121, 125, 161
- (sistema orográfico) 82, 162, 191

PARIS 25, 26 (nota 11), 28, 32 (nota 26), 37 (nota 41), 40 (nota 44), 53 (nota 91), 65, 69 (nota 11), 73 (nota 17), 79 (notas 29 e 34), 80 (nota 34), 81 (nota 40), 103, 106, 115, 142, 143 (nota 172), 187
PARU (rio) 83
PAUXIS (estreito) 185
PAXIANAS (índios) 138
"PENAL SETTLEMENT" (colônia) 81, 142
PENEDO, (barão de) 36(nota 40), 175
PEREIRA CALDAS, João 45 (notas 61 e 62), 47, 48 (nota 70), 49 e nota 75, 50 e nota 79, 51 e notas 80 e 81, 68 (nota 10), 75, 114, 138, 139
PHILLIMORE, Robert 160 e nota 194, 162, 188, 190, 191
PHIPPS, Constantine 156, 180
PINCKNEY, Charles 160 e nota 194, 188, 189
PIRARA (lago) 40, 45, 60, 65, 66, 144
- (rio) 21 (nota 1), 22, 24, 36, 37 e nota 41, 39, 40, 45, 47, 50, 51 e nota 80, 52 e nota 84, 57, 58, 59, 60, 65, 76, 77, 78, 79, 87, 88, 89, 90 (nota 58), 91, 92, 93, 96, 100(nota 71), 106, 109, 112, 113 e nota 96, 114, 116, 120, 125, 121, 122, 126 (nota 124), 127, 130, 136, 137, 138 e nota 164, 139, 141, 144, 146, 147, 150, 173, 186
-(aldeia) 75, 81, 86, 87, 89, 90 (nota 58), 93, 94, 95, 96, 97, 98 e nota 65, 99 e nota 67, 100 e notas 69 e 70, 101 e notas 75, 76 e 77, 102 e nota 78, 104, 105, 106, 107, 109, 115, 116, 117, 136, 137, 144, 146, 174, 175, 176, 181, 185
- (missão) 97 (nota 64)
PIRARARA (aldeia) 86, 100
- (lago) 40
POLLITT (reverendo) 106 (nota 87)
POMBAL, (marquês de) 103
PONTES LEME 113
PONTES, Rodrigo 99
PONTA BARTICA 60, 80, 81, 87, 130, 132, 142, 143, 144, 150, 161
PORTUGAL 29 (nota 17), 36 (nota 40), 39, 40, 42, 45, 46 e notas 66 e 67, 47 e nota 68, 55 (nota 96), 60, 68, 69, 72, 76 (nota 24), 77 (nota 25), 78, 85, 111, 112, 114, 115, 116, 118, 124, 125, 126 (nota 124), 127, 135, 136, 143, 146, 149, 150, 151, 154, 160, 170, 171, 185, 186, 187, 188

POTARO (rio) 131
PROVÍNCIAS UNIDAS DOS PAÍSES BAIXOS 74
PURIKA (rio) 80

Q

QUATATÁ 101(nota 76).
QUIMIROCAPA (montanha) 130 (nota 133)

R

RALEIGH 142
RALEGH, Gualthero 119 (nota 103)
REPÚBLICA BATAVA 71, 72
REPÚBLICA FRANCESA 72, 73, 111
RIBEIRO, J. Araújo (visconde do Rio Grande) 38 (nota 43), 103, 104 e nota 80, 105 e notas 83 e 85, 106, 155, 158, 159, 169, 171, 172, 174, 175, 180, 183
RINOCOTE (serra) 130
RIO BRANCO (mapa) 45 (nota 61), 185
- (bacia) 44, 65, 68, 75, 79, 81 (nota 40), 109, 112, 113, 121, 126 (nota 124), 141, 150, 151, 184, 185, 186
- (rio) 27, 28, 29, 30, 32 (nota 26), 33, 38, 39, 40 e nota 44, 41, 42 (notas 51 e 54), 43 e nota 57, 44 e notas 59 e 60, 45 e notas 61 e 62, 48 e notas 70, 71 e 72, 49, 50 e nota 79, 51 (nota 81), 52 (nota 83), 66, 72, 73, 75 (nota 21), 83, 87 (nota 51), 103, 110, 111, 113 (nota 96), 114, 115, 118, 121, 124 e nota 119, 125 e nota 122, 128 (nota 128), 130 (nota 133), 136, 137, 138, 139, 140, 141, 147, 148, 149, 150, 156, 159, 161, 170, 183, 184, 187, 188, 190
RIO DE JANEIRO 21 (nota 2), 22 (nota 4), 28 (notas 13 e 14), 29, 30 (nota 18), 32 (nota 26), 34 (nota 31), 35 (nota 35), 38 e nota 43, 41 e nota 46, 46 e nota 66, 47 e notas 67 e 68, 53 (nota 90), 54 (nota 93), 60 (nota 98), 91, 94, 96, 98, 100, 108, 109, 110, 112, 156, 180, 185
RIO NEGRO (capitania) 39, 40, 45, 116, 138, 139

- (rio) 39, 41 (nota 49), 42 (nota 52), 44 (nota 58, 45, 51 (nota 81), 75 e nota 21, 82, 103, 121, 123, 124 e nota 119, 128(nota 128), 159, 161, 184, 187, 188
RIPUNUNI ou RIPENUWINI (rio) 122 e nota 109
ROCK TOUMUNE 122, 131, 136
RODRIGUEZ, Nicolás 128, 129, 130 (nota 133)
RODWAY 119 (nota 104), 131 e notas 136 e 139, 132
ROPONOWINI (lago) 119 e nota 103
RORAIMA (monte) 144, 153, 164, 181, 184
ROSA, Manoel 121, 122
ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY 34, 79 (nota 32), 81 e nota 41, 83, 84 e nota 45, 85 (nota 47), 87 (nota 51), 89 (nota 56), 95 (nota 62), 101 (nota 72), 118 e nota 102, 128 e nota 127, 140 (nota 168), 143 (nota 174), 146, 151, 162
RUPUNUNI (rio) 29 e nota 17, 30, 33, 34 e nota 31, 35, 36, 50, 51, 52 e nota 84, 53, 54, 55, 59, 60, 65, 66, 68, 69 e nota 11, 70, 72, 75, 76 e nota 24, 77 e notas 24 e 25, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 101, 103, 104, 106, 107, 109, 111, 112, 113 e nota 96, 114, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128 e nota 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 171, 173, 175, 178, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187
- (bacia) 79, 80 e nota 34, 112, 126(nota 124), 135, 150, 151, 161

S

SÃO JOAQUIM DO RIO BRANCO, forte 77 (nota 25), 187
SALISBURY (lorde) 28, 29, 31, 32 e nota 27, 33 (notas 29 e 30), 34 e nota 32, 35 e notas 33, 34 e 36, 36 e notas 37, 38 e 39, 41 (nota 46), 61, 156, 160, 179
SUA MAJESTADE BRITÂNICA 57, 72, 74, 89, 91, 94, 98, 99, 100, 105, 110, 111, 156, 169, 172, 173, 174, 180, 181, 183, 185
SUA MAJESTADE A RAINHA DA GRÃ-BRETANHA E DA IRLANDA 173
SUA MAJESTADE O IMPERADOR DO BRASIL 173

SÃO JOAQUIM (forte) 48, 49, 51, 52, 75, 76 (nota 22), 78, 81, 83, 86, 87 e nota 51, 88 89 e nota 56
SÃO JOSÉ (fazenda) 140
SÃO JOSÉ DO RIO NEGRO (capitania) 47 (nota 69), 49 (nota 75), 77, 140
SÃO MARCOS (fazenda) 140
SAMPAIO, F. X. Ribeiro de 40 (nota 44), 45 (nota 62), 48 (nota 71), 49, 50, 125, 138, 186
SANDERSON, Thomas Henry, 104, 154, 155, 156, 158, 159, 179, 180, 184, 187
SAN JUAN BATISTA DE CADACADA, posto 126
SANTA BARBARA DE CURARICARA, posto 126, 184(nota 199)
SANTA ROSA DE CURARICARA (posto) 184
SANTA ROSA DE CURARISCAPRA (posto) 184 (nota 199)
SANTOS, Antonio (dom) 128, 129, 130 e nota 133
SANTOS INOCENTES, José dos (frei) 89, 99
SAPARÁS, índios 138
SARMENTO, Nicolas de Sá 75(nota 21)
SARMENTO, Salvador 76 e nota 24
SARUARU (rio) 51, 52, 127, 138 (nota 164), 161, 186
SAWKINS, James Gay 101 (nota 77), 181 (nota 197)
SAYER, R. 55, 65
SCHIMMELPENNINCK, Roger 72
SCHOMBURGK, Richard 22, 29 (nota 16)
SCHOMBURGK, Roberto H. 22 e nota 5, 29 e nota 16, 32 e nota 28, 49 (nota 77), 53, 57, 60, 61 e notas 99 e 100, 69 (nota 11), 75, 83, 84, 85, 86, 87 e nota 51, 88, 89 e nota 57, 90 e nota 58, 91 e nota 60, 92, 93, 95 e notas 61 e 63, 97, 98 e nota 65, 99 e nota 67, 100 e notas 69 e 70, 101 e nota 75, 102, 103, 106, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116 e nota 100, 117, 118 e nota 102, 123 (nota 113), 127, 128 e nota 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141 e nota 170, 146, 147, 148 e nota 190, 151, 154, 155, 157, 160, 162, 163 e nota 195, 164 e nota 196, 174, 176, 181 e nota 197, 188
SCHREUDER 134
SERRA, Ricardo Franco de Almeida (capitão) 50 e nota 79, 51 (nota 80), 68, 69 (nota 11), 75, 109, 113, 114, 138, 139, 185

SIBAROMA (rio) 66
SIBAROUNA (rio) 132
SILVA PONTES, Antonio Pires da (capitão) 50 e nota 79, 51 e nota 80, 68, 69, 75, 109, 113, 114, 138, 139, 185
SIMON, D. P. (capitão) 76, 77 e nota 25, 91, 96, 116, 147, 186
SIPARUNI 9 (rio) 48, 66, 108, 109, 122, 128, 131, 132(nota 141)
SIPÓ (rio) 69 e nota 11, 70, 90, 108, 114, 118, 135, 144, 147, 150, 151, 153
SIPÓ-UÁ (rio) 69 (nota 11)
SIPÚ (rio) 69 (nota 11), 109
SIRIRY (serra) 83
SMITH 128 (nota 128)
SOBREVIELA 66 (nota 4)
SOUZA (coronel) 88
SOUZA CORRÊA A. de 28, 29 e nota 15, 30, 31, 32, 33, 35, 36 e nota 40, 37 (nota 40), 41 (nota 46), 56, 155, 156, 158, 160 e nota 194, 179, 180, 181, 182, 183, 184
SOUZA FRANCO 109
SOUZA, Paulino de, (visconde de Uruguai) 104 (nota 80)
SOUZA, Pedro Alexandrino de 72 (nota 16)
STANLEY (lorde) 101 e nota 75, 104, 106, 159, 162, 175
STOCK, Jan 123 e nota 114
STURM, Phillip 45, 127, 184
SUÍÇA 82
SURINAME, (colônia) 51, 52, 69 (nota 11), 73, 75 e nota 20, 95, 115
SURUMU (rio) 51, 100(notas 70 e 71)
SUWARA-AWU (rio) 161

T

TACUTU (rio) 24 (nota 7), 30, 33 e nota 30, 34 e nota 31, 36, 40, 42, 45, 47, 48 e nota 71, 49, 50, 51 e nota 80, 52 e nota 84, 53, 55, 60, 65, 75, 76 e nota 24, 78, 79, 80(nota 34), 91, 96 (nota 64), 97 (nota 64), 100 (notas 70 e 71), 103, 104, 106, 107, 110, 114(nota 96), 121, 122, 124, 125 e nota 122, 126, 127, 130, 136, 137, 138,

140, 141, 144, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 162, 163, 165, 173, 174, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 184, 186, 187, 188
TAMOURI (rio) 72 (nota 16)
TAQUETÚ (rio) 75 (nota 21)
TARIPONA (montanha) 148
TARUMAS (índios) 69 (nota 11), 122, 124, 142
TAUARICURU (riacho) 75, 113, 114, 139
TEIXEIRA, Evaristo, José 99 (nota 66)
TEIXEIRA, Pedro 39, 185
TERNAUX-COMPANS 80 (nota 34)
THOMPSON, Edward 71 e nota 15
THRYCE, Jacobus 129
THURM, Everard F. 143 e nota 174
TINOCO VALENTE, Joaquim 42 (notas 51 e 54), 43, 45, 46 e nota 64, 125 e nota 122, 126 e nota 124
TIRION, Isaac 54, 68 e nota 8, 70, 113, 114, 146
TOBAGO (ilha) 71 (nota 15)
TRATADO DE AMIENS, 1802 71, 72 e nota 16, 73, 110, 111, 115, 118, 135, 151
TRATADO DE BADAJOZ, 1801 72
TRATADO DE MADRI, 1801 115
TRATADO DE UTRECHT 28
TRINDADE (ilha) 30, 37 (nota 40), 72
TROMBETAS (rio) 83
TROTZ, Georges Hendrick 126 e nota 124, 133 (nota 147).
TUMUCUMAQUE, serra 28, 29 (nota 17), 33, 35, 69, 83, 111, 113, 114, 150, 154, 156, 157, 159, 162, 182, 187, 191
TWISS, Travers 40 (nota 46), 145 (nota 177), 160 e nota 194, 162, 188, 189, 191

U

UANAVUA (rio) 180
UAPIXANAS (índios) 123, 138, 145

UARANACUÁ missão 184
UARYURÚS (índios) 138
UASSARY ou UASSARI (monte) 83, 153
URARICUERA (rio) 110, 125 e nota 122, 130 e nota 133, 136, 184
URSATO (monte) 181
URUGUAI (bacia) 161
URWA RAPIDS (corredeiras) 95

V

VANAONA (rio) 181
VAN BATENBURG, Abraham Jacob van Imbijze 73 (nota 19)
VAN BERCHEYCK, Laurens Lodewijck 68, 70, 113, 114, 134 (nota 150), 146
VAN DER BURG, Jacobus 120
VAN DER KAEY (oficial) 119, 120
VAN'S GRAVEZANDE, Laurens Storm, (governador) 29 (nota 17), 66, 68, 70 e nota 14, 112, 113, 121, 122 e nota 109, 123 e nota 115, 132 e nota 144, 133, 134 (nota 151), 135, 146
VAN SIRTEMA, D., (tenente-coronel) 76, 77 e nota 25, 91, 116, 186
VATTEL 60 (nota 98), 97, 107
VENEZUELA 22 (nota 5), 31, 32, 33, 37 (nota 41), 55, 66 e notas 2 e 3, 67 e notas 5 e 7, 68 (nota 9), 70 (nota 14), 71 e nota 15, 82 (nota 43), 90 (nota 59), 92, 108 (nota 88), 116 (nota 100), 118, 119 (notas 103 e 105), 120 (nota 108), 122 (notas 109 e 110), 123 (nota 115), 153, 155, 156, 161, 178, 182, 183
VICENTE PINZÓN (rio) 11
VON BOTTENBERG 73
VON BOUCHENROEDER, F. 68 e nota 9, 80 (nota 36), 113, 132, 146

W

WAI-IPUKARI (enseada) 144
WALKER, William, 142, 143 (nota 172)

WANAWAU (rio) 180
WANAWAW (rio) 181
WAPISHANAS (índios) 142
WARAPUTA RAPIDS (corredeiras) 146
WASHINGTON 25, 145 (nota 177)
WEILAND, C. F. Weimar 79 e nota 30
WELLINGTON (lorde) 77 (nota 25), 115
WHARTON 145 (nota 177)
WIEBERG (tenente) 100 (nota 69)
WILDEN-KUST 68
WOYAWAIS (índios) 142
WYLD, James 80 e notas 36 e 37
WY-Y-POOCARI 86

X

XAPERÁS (índios) 138
XIÉ (rio) 82
XIRIRI (monte) 83

Y

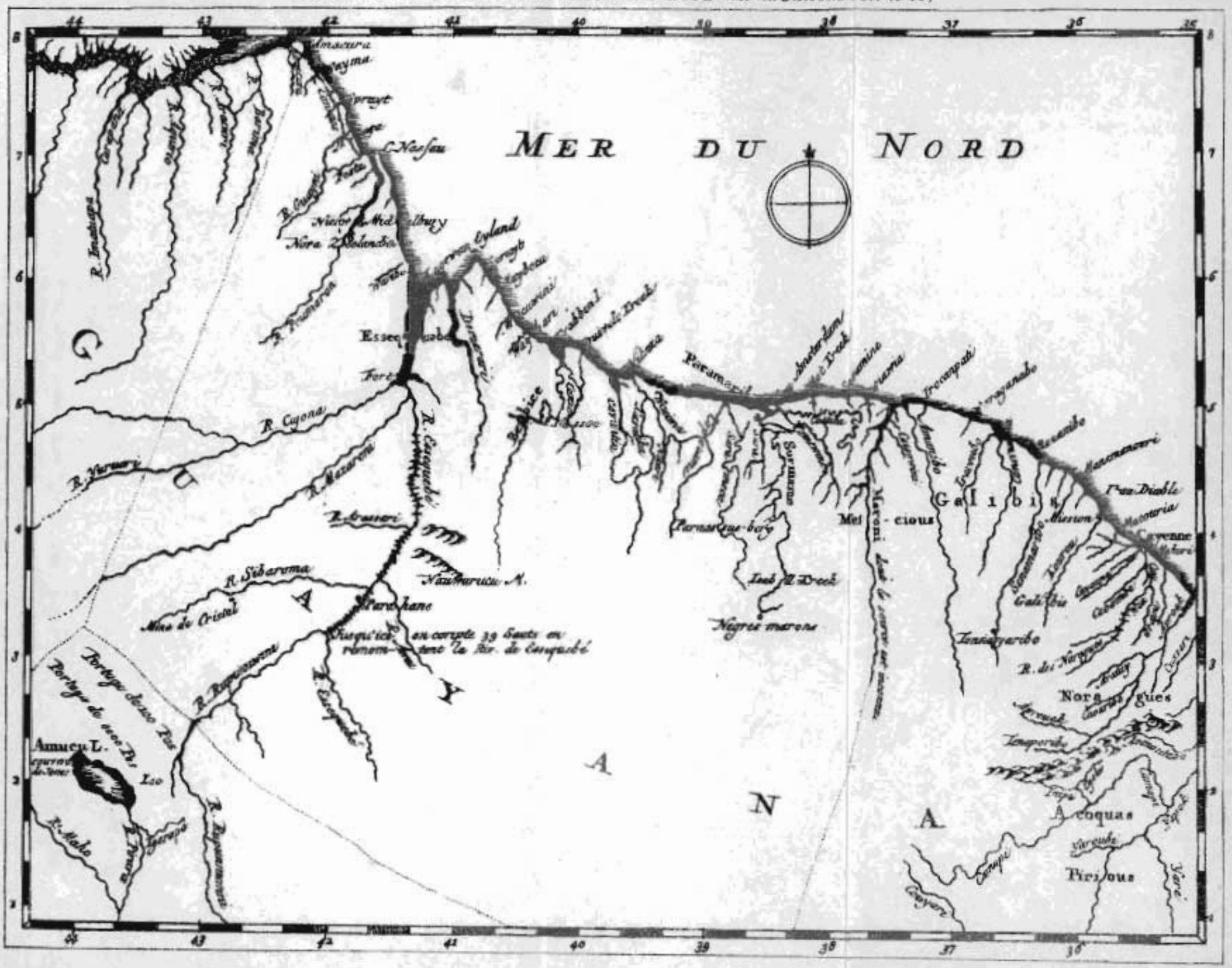
YOUD, Thomas (reverendo) 22 e nota 5, 60, 87, 88, 89, 90 e nota 58, 91, 95, 96 e nota 64, 101, 102 e nota 78, 105, 106 e nota 87, 146
YOUNG 100 (nota 70)
YUAWARI (rio) 180, 181

Z

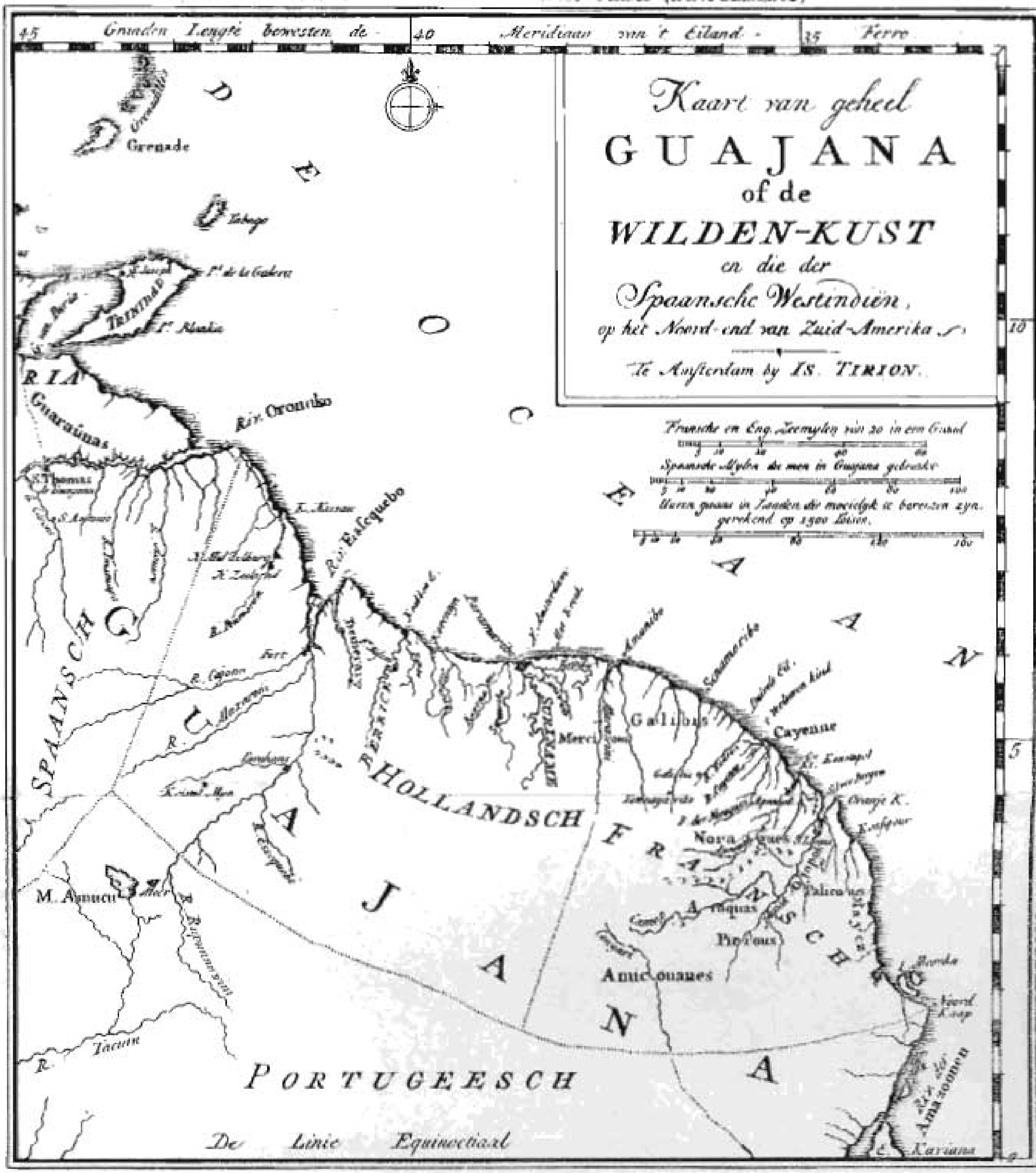
ZELÂNDIA (forte) 122, 131, 132, 137

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)

Fac-simile Nº 1 Carte de LAURENS LODEWYK van BERCHEYCK (1759)

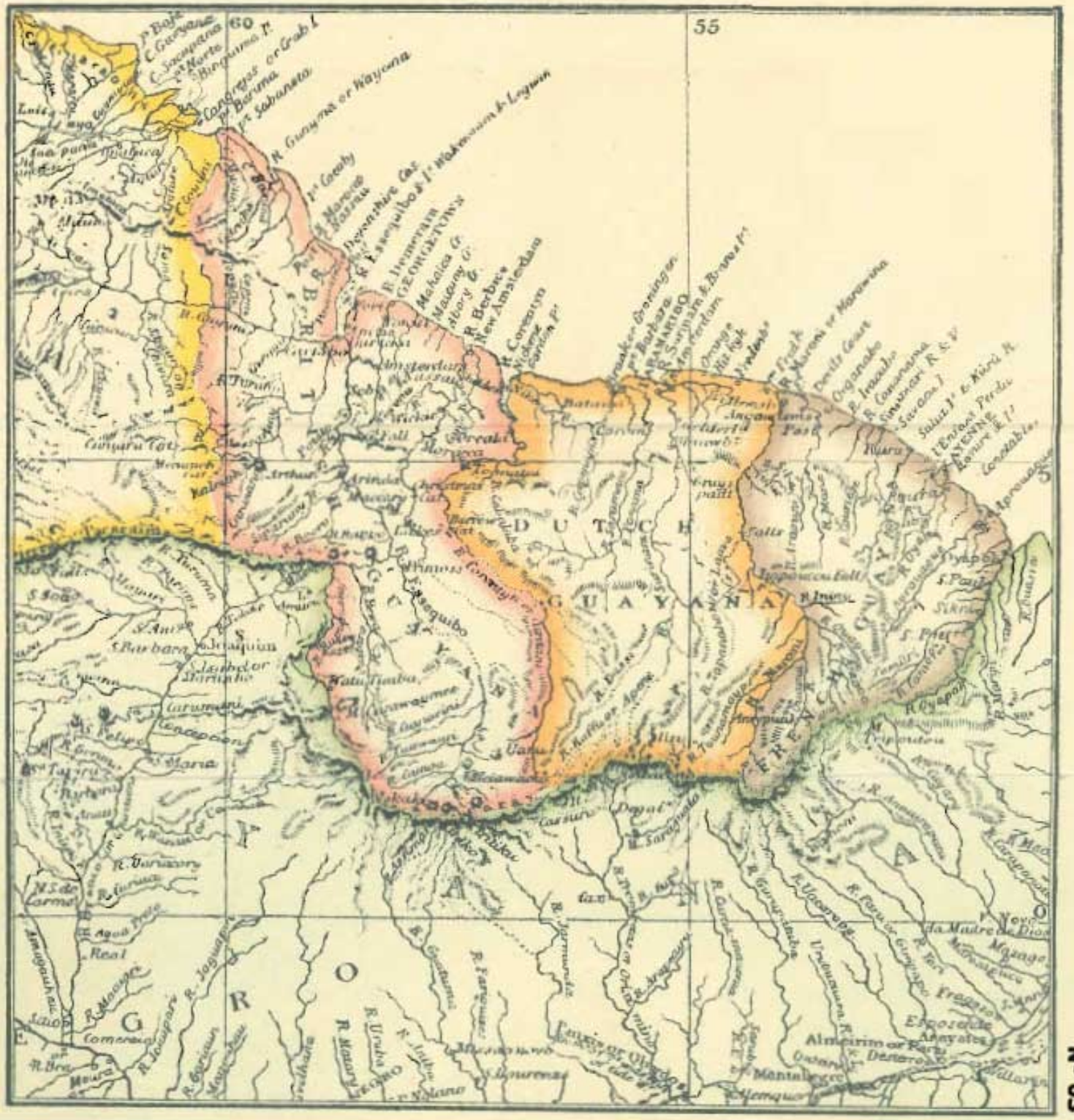


Fac-simile N° 2 Carte de ISAAC TIRION (1767, 2e Edition 1770)



N° 02

Fac-similé nº 3. — Extrait de la carte de l'Amérique du Sud publiée en 1839 par J. Arrowsmith, nº 46 de l'Atlas des *Voyages of the "Adventure" and "Beagle"* Titre : — *South America. From original documents, including the survey by the officers of H. M. Ships Adventure and Beagle. Dedicated to Captain R. Fitz-Roy, R. N., by John Arrowsmith.*



No 03

CARTE DES FRONTIÈRES ENTRE LES ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL ET LA GUYANE BRITANNIQUE

Échelle de 1:2.000.000

Légende

Frontière entre le Brésil et la Guyane hollandaise tracée par les Hollandais depuis 1748 et adoptée par les Portugais en 1783.

Ligne de la prétention anglaise selon la carte de Schomburgk de 1840.

Ligne proposée par le Brésil de 3 mai 1893, et que Lord Aberdeen déclarait (le 23 mai) que le Gouvernement britannique aurait pu accepter.

Ligne de la première proposition de Lord Aberdeen, le 13 mai 1844.

Ligne de la proposition anglaise du 21 septembre 1897.

Ligne de la proposition brésilienne du 6 mars 1897.

SERRA DE PACARAIMA

SAVANNES

INDES MACUXIS

Mt Roraima

New Amsterdam

Georgetown

S. Joaquim

Rio Branco

Tumucumaque

Serra de Acarai

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
III
QUESTÕES DE LIMITES
GUIANA FRANCESA
1ª MEMÓRIA

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
III

QUESTÕES DE LIMITES
GUIANA FRANCESA

1ª MEMÓRIA

Ministério das Relações Exteriores



Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão



Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

III

Questões de Limites
Guiana Francesa

1ª Memória

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ventura Ferreira
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão de:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco III : questões de limites Guiana francesa primeira memória. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
284 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-354-0

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da
Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Este volume reproduz, traduzido para o português, o texto em francês da *Primeira Memória do Brasil*, submetida ao governo da Confederação Suíça, impressa em Paris (Imprimerie Lahure) e datada de Berna, 4 de abril de 1899. O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.

MEMÓRIA APRESENTADA PELOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL AO GOVERNO DA CONFEDERAÇÃO SUÍÇA

ÁRBITRO

SEGUNDO ESTIPULADO PELO TRATADO DO RIO DE JANEIRO, CONCLUÍDO EM 10 DE ABRIL DE 1897 ENTRE

O BRASIL E A FRANÇA

A Memória e os Documentos submetidos pelos Estados Unidos do Brasil ao Árbitro compreendem sete volumes, sendo dois Atlas.

A presente edição inclui apenas o Tomo I - Memória apresentada pelos Estados Unidos do Brasil ao Governo da Confederação Suíça, Árbitro escolhido segundo o estipulado no Tratado firmado no Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1897, entre o Brasil e a França, com doze mapas.

Dos demais Tomos (II a V) e os Atlas são incluídos apenas os sumários.

Ao final desta edição estão relacionados os mapas do Tomo I.

Sumário

A vertiginosa espiral da racionalidade
Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, 29

Situação geográfica de alguns pontos do território contestado entre o Brasil e a França e de determinados pontos da costa vizinha, 51

QUESTÃO DE FRONTEIRAS ENTRE O BRASIL E A GUIANA FRANCESA

Memória ou exposição dos direitos do Brasil

I

Questões a solucionar e poderes do árbitro, 61

Limite marítimo, 61

Limite interior, 61

O compromisso de 1897, 61

Convenção de Viena, de 12 de maio de 1815, entre Portugal e França e Ata Final do Congresso de Viena de 9 de junho de 1815; – o príncipe regente de Portugal e do Brasil compromete-se a restituir a sua majestade

cristianíssima a Guiana Francesa "até o rio Oiapoque, cuja foz está situada entre o 4º e o 5º graus de latitude setentrional, limite que Portugal sempre considerou como aquele fixado pelo Tratado de Utrecht"; e as duas partes comprometem-se a proceder "à fixação definitiva dos limites das Guianas portuguesa e francesa, conforme entendimento do artigo 8º do Tratado de Utrecht.", 63

Convenção de Paris, de 28 de agosto de 1817, entre Portugal e França: – os reis de Portugal e do Brasil "comprometem-se a entregar a sua majestade cristianíssima a Guiana Francesa até o rio Oiapoque, cuja embocadura está situada entre o 4º e o 5º graus de latitude setentrional e até 322º E da ilha de Ferro, ao longo do paralelo de 2º 24' de latitude setentrional" (artigo 1º); as duas partes comprometem-se a fixar definitivamente os limites das Guianas francesa e portuguesa de acordo com o sentido exato do artigo 8º do Tratado de Utrecht e ao estipulado na Ata de Viena (artigo 2º), 63

O artigo 8º do Tratado de Utrecht foi a única das determinações anteriores revalidada em 1815 e 1817, 64

Poderes do árbitro no que se refere ao limite marítimo, 64

Poderes do árbitro no que se refere ao limite interior, 66

II

Determinação das linhas de fronteira reivindicadas pelas duas partes, 69

Foz do Oiapoque ou Vicente Pinzón. Assinalada por montanhas a oeste, 69

Nascente do Oiapoque ou Vicente Pinzón, 70

O Araguari ao sul do cabo do Norte, 70

Cabo do Norte: o antigo e o moderno, 70

O cabo do Norte forma o limite ocidental da foz do Amazonas. Segundo La Condamine. Segundo as Instruções Náuticas Francesas. Instrução Náutica Inglesa. Émile Levasseur, 71

O Araguari é um afluente do Amazonas, 73

Confluência do Araguari no Amazonas, 74

Alto Araguari. Expedições de 1798, 1891 e 1896. Nascente do Araguari, 75

Principais afluentes do alto Araguari. O Mapari, 75

A nascente principal do braço principal do Araguari é o ponto de partida da linha interior reivindicada pela França, 77

Essa linha não pode, portanto, atingir o rio Branco. É interrompida pela fronteira holandesa a 58º de longitude oeste de Paris ou pelo território da nascente do rio Essequibo, que a França não disputa com a Inglaterra, 78

Nascente do Essequibo de acordo com os ingleses, 78

As duas linhas de fronteira terrestres reivindicadas pela França no vale do rio Branco, de acordo com mapas ingleses e Coudreau, 78

III

Territórios contestados, 81

Território marítimo. Superfície, 81

Territórios interiores. Superfície, 81

Superfície total dos territórios contestados, 82

Rios entre o Oiapoque e o Araguari, 85

Quase todas as denominações geográficas atuais dessa região são conhecidas desde o final do século XVI, 83

Mapa da Guiana por Gabriel Tatton, 1608, 84

Suposto braço setentrional do Araguari, 84

Afluentes do baixo Araguari. Seu antigo afluente Amanaí, Maiacaré ou Batabuto, 84

Região dos Lagos. Antiga comunicação por canais interiores e lagos entre o Oiapoque e o Araguari, 86

O Carapapóris, o Amapá e o Maiacaré, 86

O Calçoene, o Cunani e o Cassiporé. O cabo Orange e o Oiapoque, 87

Antigos nomes do cabo Orange. O cabo é assinalado por morros a oeste, 87

População dos territórios contestados,88

Ocupação militar do território entre o Oiapoque e o Amapá Pequeno pela França em 1836, apesar da Ata final de Viena e da Convenção de 1817. Evacuação desse território pelos franceses em 1840, 89

Acordo de 1841 para a neutralização do território entre o Oiapoque e o Amapá Pequeno. Parte meridional do "Contestado" marítimo, não neutralizada, 90

Parte setentrional do "Contestado" marítimo, 90

IV

Descoberta em 1500 do litoral norte do Brasil e da Guiana por Vicente Pinzón, 93

Pinzón não deu seu nome a nenhum rio, 94

O mar Doce de Pinzón era o Amazonas. O território da margem esquerda do mar Doce era denominado Paricura, 94

O mar Doce também denominado Paricura e Marañón. A baía do Maranhão, 94

Desacordo sobre a latitude do mar Doce ou Marañón, 95

O Marañón dos mapas do século XVI, 96

Falsas latitudes e falsas longitudes, 98

Linha de demarcação entre as possessões portuguesas e espanholas estipulada pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, 98

Direitos de Portugal, em seguida do Brasil, ao limite do Oiapoque ou Vicente Pinzón e aos territórios da bacia do Amazonas. Resumo dos argumentos de Portugal e do Brasil, 99

V

Explorações no século XVI do litoral norte do Brasil e da Guiana, 101

Primeiro estabelecimento português no Maranhão (1536-1538), 101

Orellana e os navegadores portugueses, 102

Expedições portuguesas ao Amazonas, 103

Os franceses começam a visitar o litoral norte do Brasil por volta de 1583. Expedições inglesas e holandesas à Guiana começadas em 1594, 104

Nomes indígenas dos rios da Guiana vulgarizados a partir de 1596. Pines Bay, nome inglês, 105

Viagem de La Ravardière à Guiana em 1604. Jean Mocquet, 106

Ocupação da margem esquerda do Oiapoque pelos ingleses em 1604, 106

Primeiros estabelecimentos holandeses e ingleses no Amazonas, 106

Primeira concessão francesa dos territórios situados entre o Amazonas e o Orenoco, 107

Ocupação da ilha do Maranhão pelos franceses em 1612, 108

Expedição portuguesa organizada em Pernambuco e comandada por Jerônimo de Albuquerque para retornar à *ilha do Maranhão*, 109

Combate de Guaxenduba, 1614. A *ilha do Maranhão* retomada pelos portugueses (1615), 109

VI

Ocupação do Pará pelos portugueses, 1616, 111

Concessões feitas pelos reis de Espanha, de 1501 a 1604, relativas à Amazônia e à Guiana, 112

Disposições do rei da Espanha e de Portugal em incorporar ao Brasil uma parte da Guiana (1621), 112

Governo-geral do Maranhão, 113

Os ingleses e os holandeses no Amazonas e na Guiana. Concessões inglesas, 113

Portugueses do Pará encarregados pelo rei da Espanha e de Portugal de expulsar os holandeses e os ingleses que ocupavam a margem guianense do Amazonas, 113 e 114

Primeiras operações dos portugueses do Pará contra os holandeses e os ingleses (1623-1625). Tomada de vários fortes pelos portugueses, 114

Tomada do forte inglês de Taurege, na margem esquerda do Amazonas (1629), 114

Tomada dos fortes ingleses de Filipe e de Cumaú (Macapá) na margem esquerda do Amazonas (1631 e 1632). O forte do Cumaú ou Macapá havia sido construído e ocupado pelos ingleses e não pelos franceses como acreditava, em 1698, o embaixador da França em Lisboa, 115

Expedição de Pedro Teixeira (1637-1639), 116

Criação da capitania do cabo do Norte e sua anexação definitiva ao Brasil (1637). Rio Vicente Pinzón, limite setentrional da capitania do cabo do Norte, 117

Em 1639, os portugueses ocupavam efetivamente a margem esquerda do Amazonas, testemunho do padre Christoval de Acuña.
Forte do Desterro, 117

Portugal proclama sua independência e separa-se da Espanha (1640), 118

Tratado de paz de 1668 entre Portugal e Espanha, 118

Testemunhos dos portugueses, ingleses e holandeses no século XVII mostram que não havia franceses estabelecidos entre o Oiapoque e o Amazonas, 119

Expedições dos portugueses do Pará contra os holandeses que tinham ocupado a ilha do Maranhão (1642-1644). Os holandeses expulsos do litoral entre o Maiacaré e o Cassiporé pelos portugueses do Pará (1646), 120

Missionários portugueses, 123

Estabelecimentos portugueses na margem esquerda do Amazonas após 1626, 123

Ocupação do Jari pelos portugueses em 1654. Importância dessa ocupação, 124

Primeiro forte português nas margens do Araguari, 125

VII

Concessões francesas na Guiana. Primeiras tentativas de colonização francesa iniciadas em 1626. Sempre a oeste do Oiapoque, 127

Primeiras colônias francesas: em Sinamari (1626) e em Conanama (1628), *127*

Companhia francesa do cabo do Norte ou da Guiana (1633). Não realiza qualquer empreendimento, 129

Fracasso das novas tentativas francesas de colonização em 1643 e 1652, 129

Caiena, colônia holandesa de 1656 a 1664, 130

Caiena tomada pelos franceses em 1664, 131

Limites da Guiana Francesa segundo seu governo Lefebvre de la Barre (1666): o Yapoco (Oiapoque), a leste, e o Maroni, a oeste, 131

Caiena tomada e incendiada pelos ingleses (1667), 132

Reocupada pelos franceses após a paz de Breda (1667), 132

Caiena, tomada pelos holandeses em 1674, torna-se uma colônia holandesa até o ano de 1676, 133

Forte holandês no Oiapoque, 133

Retomada de Caiena pelos franceses em 1676. Ocupação definitiva do litoral entre o Oiapoque e o Maroni pelos franceses (1677), 134

VIII

A Guiana Indíjena segundo Lefebvre de la Barre, 135

Região entre o Amazonas e o Oiapoque quase desconhecida dos franceses (1666), 135

Os franceses começam a cruzar o Oiapoque em 1679 para negociar com os índios do Brasil e comprar-lhes escravos, 136

Detenção de vários franceses pelos portugueses. Medidas tomadas por Portugal para impedir o comércio dos franceses nas terras do cabo do Norte, 136

Ordem do rei de Portugal para a construção de vários fortes na Guiana Portuguesa, 138

Expedição portuguesa ao norte do Araguari comandada por Antonio de Albuquerque (1687), 139

Missionários portugueses no norte do Araguari, 140

Novo forte português na margem setentrional do Araguari (1687), 141

Reconhecimento pelos franceses, sob o comando de de Ferrolle, do forte de Araguari (1688). Localização exata do forte de Araguari de acordo com de Ferrolle. O comandante do forte português, em resposta à intimação feita por de Ferrolle, declara que, "em virtude da doação feita a Bento Maciel Parente, os limites das possessões portuguesas eram o rio do cabo Orange, chamado pelos portugueses de Vicente Pinzón, e pelos franceses, Oyapoc.", 141

Mapa da Guiana Francesa por de Ferrolle e Froger (1696), 143

Texto de Froger, 143

Retificações, 144

Expedição do marquês de Ferrolle ao Amazonas. Ele toma os fortes portugueses do Paru e de Cumaú, ou Macapá (31 de maio de 1697), arrasa o primeiro e instala no último uma tropa francesa, 146

O forte de Cumaú é retomado pelas tropas portuguesas do Pará sob o comando do capitão F. de Sousa Fundão (28 de junho de 1697), 146

Correspondência entre Antonio de Albuquerque, governador do Maranhão e do Pará, e o marquês de Ferrolle, governador da Guiana Francesa, 146

Memória assinada por de Ferrolle em 20 de junho de 1698 mostra que sabia, por uma carta de Albuquerque, que o Vicente Pinzón dos portugueses era o Oiapoque, próximo a Caiena, e que havia na Guiana um único rio chamado Oiapoque, 147

Instrução francesa de 2 de setembro de 1699, 149

O nome Oyapoc dado por de Ferrolle a uma ilha do Amazonas, 149

Nas negociações de 1700 e 1713 tratava-se de um rio e não de uma ilha, 150

IX

Negociações em Lisboa de 1698 a 1700 para a conclusão de um tratado de limites, 153

Embaixada do presidente Rouillé em Lisboa, 153

Memórias e cartas oficiais, 154

Primeira Memória do embaixador Rouillé, 159

A Memória francesa pretende que a metade norte da bacia do Amazonas pertença à ilha de Caiena, 159

O que valiam as concessões feitas pelos reis da França, 162

Título português, 162

Primeira Memória do governo de Portugal em resposta ao do embaixador da França, 162

Nos documentos trocados, o limite reclamado por Portugal e recusado pela França é o rio Vicente Pinzón, ou Oyapoc, Oiapoque ou Yapoco, Duas passagens da primeira Memória portuguesa a explicar: – latitude do Oiapoque e distância do Oiapoque a Caiena, 165

Tratava-se do único Oiapoque existente, o do cabo Orange, 167

Falsa latitude dada ao Oiapoque. Explicações. Mapas dos séculos XVI e XVII, 169

Mapa da França elaborado por N. Sanson, em 1658. Falsas latitudes, 169

Mapas do Amazonas de 1691 e 1707 do padre Samuel Fritz. Opinião de La Condamine a respeito desses dois mapas. O Vicente Pinzón dos dois mapas a 2º50' N é incontestavelmente o Oiapoque, 170

Falsa latitude do cabo Orange e da embocadura do Oiapoque de acordo com vários geógrafos e cartógrafos do século XVII, 171

O governo da Guiana Francesa, em 1696, localizava o cabo Orange a 2º N, 173

Distância entre o cabo Orange e Caiena. Exagerada nos mapas franceses da época, 173

O rio do cabo Orange foi claramente designado nas Memórias trocadas, 175

Trecho importante da réplica do embaixador Rouillé. Esse trecho mostra que se tratava do único Oiapoque conhecido, o do cabo Orange, 175

O Tratado Provisório de Lisboa, de 4 de março de 1700, 177

Tratado de 1700, 177

Limites do território neutralizado. Litígio circunscrito entre esses limites. Luís XIV não reivindicava o rio Branco, 180

O Oiapoque do qual este tratado fala só podia ser o rio do cabo Orange, 181

Comentários de Joaquim Caetano da Silva, 181

X

Questão da sucessão de Espanha. Portugal inicialmente aliado da França, 187

Tratado de Aliança assinado em Lisboa, em 18 de junho de 1701, 187

Portugal se separa da França para se aliar à Áustria, Inglaterra e Holanda. Tratado de Lisboa de 16 de maio de 1703, 188

Negociações que precederam à reunião do Congresso de Utrecht, 188

Memórias portuguesas de 14 de dezembro de 1711 e de janeiro de 1712. Congresso de Utrecht. 189

"Exposição especificada das ofertas da França" (11 de fevereiro de 1712), 190

"Pedidos específicos de sua majestade o rei de Portugal" (5 de março de 1712), 191

Conferência de 9 de fevereiro de 1713. Discussão entre os plenipotenciários franceses (marechal d'Huxelles e abade de Polignac) e os portugueses (conde de Tarouca e dom Luís da Cunha), 191

Os plenipotenciários franceses propõem a partilha das terras em litígio, 192

Os plenipotenciários portugueses respondem que poderiam concordar com uma partilha ao longo do paralelo de 3º45' N, 192

O paralelo de 3º45’ N tendo sido proposto como linha transacional, é evidente que o limite reclamado por Portugal encontrava-se ao norte dessa linha, 193

Mapa francês localizando a embocadura do Oiapoque ao norte do 4º grau. O que os plenipotenciários franceses pediam,194

Mapa português localizando a embocadura do Oiapoque ou Vicente Pinzón a 3º45’ N, 194

O Oiapoque ou Vicente Pinzón a 4º6’ N segundo o cosmógrafo português Manuel Pimentel (1712), 196

Intervenção da rainha da Inglaterra; transação arranjada – Luís XIV decide renunciar a todas as suas pretensões sobre o território em litígio em troca da desistência que Portugal faria do que os aliados lhe haviam garantido na Espanha, 196

Tratado de Utrecht entre Portugal e França, assinado em 11 de abril de 1713, 197

Limite aceito pela França em 1713 era o mesmo recusado por ela em 1700, isto é, o Oiapoque, Japoc ou Vicente Pinzón, que deságua no mar próximo ao cabo Orange, 199

O Vicente Pinzón dos antigos mapas, 201

A palavra – Montanhas – a oeste do Vicente Pinzón basta para identificar esse rio como o Oiapoque, 202

A questão do Vicente Pinzón primitivo não tem importância neste debate. Em 1700 e 1713 esse nome foi identificado com os de Oiapoque, Japoc ou Yapoc, 202

XI

Conforme o Tratado de Utrecht, o divisor de águas formava o limite interior a partir da nascente do Oiapoque até a do Maroni, 205

Após 1725, inicia-se em Caiena o deslocamento para o sul do Japoc ou Vicente Pinzón do Tratado de Utrecht, 205

De Charanville inventa um Japoc perto do cabo do Norte, 206

La Condamine transforma o Vicente Pinzón-Oiapoque em dois rios distintos com base nos mapas de Dudley (1745). Dudley havia duplicado o Vicente Pinzón-Oiapoque, enganado por um mapa, sem nenhum valor, do primeiro João Teixeira, 206

Alguns portugueses, depois de 1745, aceitam a distinção feita por La Condamine, mas sempre sustentando que o limite de Utrecht era o rio do cabo Orange, 207

Mapa português de 1749, copiando para esta parte o mapa de La Condamine, 207

Limites estabelecidos pelo Tratado de Utrecht, de acordo com o governo francês, em 1776 e 1777: o Maiacaré é uma linha reta traçada para oeste, 208

Dois postos franceses estabelecidos em 1777 e 1782 no território contestado, 208

O Carapapóris era então para a França o limite de Utrecht, 208

A França começa em 1783 a cobiçar o Araguari e mostra-se disposta a oferecer uma compensação para Portugal, 208

Opinião de A. de Saint-Quantin sobre a pretensão francesa ao baixo Araguari, 209

Os portugueses ocupam o Araguari e o Sucuruju (1791).

Recuo dos dois postos franceses, 210

Guerras entre Portugal e a França na Europa, 210

Tratados de paz de 1797, 1801 e 1802, que impõem a um Portugal vencido novos limites na Guiana. Não se tratava então de interpretar o Tratado de Utrecht, 210

Todos esses tratados foram declarados nulos e sem efeito, 211

Documentos posteriores a esses tratados apresentados no tomo II, 213

Cláusulas essenciais da Convenção de Viena, de 12 de maio de 1815; da Ata final do Congresso de Viena, de 9 de junho de 1815; e da Convenção de Paris de 28 de agosto de 1817, já reproduzidas, 214

Acordo de 1841 para a neutralização de uma parte do território contestado, 214

Discussão de 1855 e 1856, 214

XII

Limite marítimo, **215**

Limite interior, 215

Apêndice, 217

Mapas, 219

Relação dos documentos apresentados nos tomos II, III, IV e V e nos dois atlas, 220

Índice onomástico e toponímico, 241

A vertiginosa espiral da racionalidade

Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

Uma introdução as duas "Memórias ou Exposição dos Direitos do Brasil na questão de fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa" apresentadas pelo Barão do Rio Branco em 1899 ao árbitro suíço em defesa daqueles direitos brasileiros.

O Centenário do falecimento de José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, como ele quis ser chamado, é ocasião para o Brasil, mais uma vez, prestar a justa homenagem que sempre deve a sua memória e a sua obra.

Para as homenagens desse Centenário juntam-se ao Itamaraty - guardião cioso daquela memória - diversos outros órgãos públicos e instituições culturais de alcance nacional, sob a égide de uma Comissão oportunamente criada pela presidenta da República. Preside essa Comissão o digníssimo sucessor do Barão do Rio Branco que é o ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Antonio de Aguiar Patriota.

Uma das decisões louváveis da referida Comissão é, sem dúvida, a reedição, em português, das obras de Rio Branco, dentre as quais esta oportuna tradução das duas **Memórias**, apresentadas originalmente em francês ao árbitro suíço, em defesa das posições brasileiras no diferendo fronteiriço com a França, para a determinação dos limites entre a Guiana Francesa e o Brasil.

O texto original, em francês, das Memórias apresentadas pelo Barão do Rio Branco ao árbitro suíço em defesa das posições brasileiras

tinha sido reproduzido nos volumes III e IV de suas Obras, publicadas em 1945 pelo Ministério das Relações Exteriores, como parte das homenagens que lhe foram prestadas por ocasião do centenário de seu nascimento. Posteriormente, no âmbito das comemorações do centenário do laudo suíço, no ano 2000, a *Comissão Organizadora das Comemorações* daquele centenário determinou que as duas Memórias fossem pela primeira vez, traduzidas para o português e publicadas. Como disse o embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, ao apresentar a reedição das Efemérides brasileiras, de Rio Branco, também dessa primeira edição em português das Memórias podemos dizer : *"certamente ignorada do grande público leitor de História do Brasil, esta reedição (...) vem sanar uma lacuna"*. Agora, com esta nova edição em português das Memórias, melhor se divulga um texto da mais alta importância historiográfica de nossa diplomacia e cuja perenidade se deve, sobretudo, a seu extraordinário valor literário.

De fato, as duas Memórias apresentadas ao árbitro suíço e sobretudo a segunda, de réplica à Memória apresentada pela França, ademais de se constituírem em verdadeiras aulas de história e de diplomacia, são duas peças literárias da mais alta qualidade, onde os artifícios da retórica aliados à fineza de espírito e à concisão objetiva da linguagem e da argumentação produzem um texto de sabor inigualável. As duas Memórias de 1899 pareceriam ser quase que uma justificativa, *a posteriori*, para a eleição de Rio Branco, um ano antes, para a Academia Brasileira de Letras.

Fui chamado a apresentar brevemente aquelas duas Memórias e espero estar à altura, nas páginas que se seguem, do que imagino deva ser a finalidade principal desta apresentação, que é provocar o desejo de ler aqueles dois volumes do barão, agora novamente acessíveis ao público em geral, em toda sua tão variada riqueza.

Quando recebeu, em julho de 1895, e aceitou, o encargo que lhe ofereceu o presidente Prudente de Moraes de ir para Paris preparar uma Memória justificativa dos direitos do Brasil na região fronteiriça com a Guiana Francesa, José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, tinha acabado de se tornar, aos cinquenta anos, um dos homens mais festejados de sua época. Praticamente desconhecido até poucos meses

antes, a vitória diplomática que obtivera com a divulgação do laudo arbitral do presidente dos Estados Unidos na questão da fronteira com a Argentina em Missões, que deu ganho de causa total às pretensões brasileiras conforme sustentadas por ele, guindou Rio Branco, da noite para o dia, à condição de herói nacional.

A imensa erudição e habilidade reveladas na apresentação e defesa dos direitos brasileiros naquela questão tornariam natural a escolha feita por Prudente de Morais e a ninguém causou surpresa o novo encargo dado a Rio Branco. Ele mesmo, que apenas dois meses antes recusara a oferta, que lhe fizera o presidente, da chefia de uma Legação na Europa, abraçou com entusiasmo a nova missão pois se sentia, dentro daquela profunda honestidade consigo mesmo que caracterizaria todas as etapas de sua vida, plenamente capaz e habilitado a levar adiante aquela que considerou como uma convocação a um ato de sagrado patriotismo.

A. G. de Araujo Jorge, em sua tão concisa quanto precisa introdução àquelas Obras do Barão do Rio Branco publicadas em 1945, conta como o barão lamentou não ter podido dispor, na preparação de sua defesa dos direitos do Brasil na questão das Missões, do tempo necessário para produzir, como ele disse, *"nem a quarta parte do que poderia ter dito se com vagar pudesse preparar a nossa defesa"*. De fato, em pouco mais de dois meses teve que escrever, organizar a documentação e providenciar a publicação de sua Memória em Washington. Tendo provado, porém, o sabor do prazer de triunfar com tão pouco do que sabia, a perspectiva de dispor de muito mais tempo para se ocupar do problema da Guiana não pode ter senão provocado em Rio Branco a antevisão de uma satisfação plena, sobretudo porque estaria, mais uma vez, lidando com o que mais gostava e a que dedicara boa parte daqueles primeiros cinquenta anos de sua vida: a pesquisa histórico-diplomática e a reivindicação dos direitos brasileiros.

É ainda Araujo Jorge quem mostra como Rio Branco considerava o litígio com a França mais complicado e difícil que o litígio anterior, com a Argentina. A consciência daquela dificuldade faria com que Rio Branco se esmerasse mais ainda na elaboração de sua Memória, e significou, ademais, sua participação intensa também no encaminhamento e formulação do próprio Tratado de Arbitramento a ser negociado com a França e que fixaria os termos exatos da questão dos limites a ser decidida pelo árbitro escolhido. Toda a história está

muito bem contada por Araujo Jorge naquela Introdução mas creio que cabe aqui ressaltar duas grandes preocupações do barão durante aquele processo preparatório, pois demonstram sua refinada sensibilidade diplomática e se refletiriam no texto de suas duas Memórias.

A primeira delas foi com relação à própria formulação, no Tratado, do objeto do litígio, ou seja, quais as exatas reivindicações a serem convalidadas pelo árbitro, quais as opções estritas que lhe seriam oferecidas e apenas sobre as quais ele se deveria pronunciar. A segunda preocupação dizia respeito ao temor de que o poderio francês sucumbisse à tentação de se manifestar politicamente ou de outra maneira, extrapolando os limites estritos do direito internacional.

No que tange à primeira preocupação, Rio Branco foi claríssimo ao responder as consultas que lhe fizera a respeito à Secretaria de Estado e estabeleceu, sem titubear, a linha mestra do que entendia que deveria ser acordado com a França, de modo a permitir o melhor encaminhamento da causa brasileira que ele tão bem conhecia: dever-se-ia tratar, exclusivamente, no que dizia respeito ao limite a partir do litoral, de definir qual era o rio Oiapoque, ou rio de Vicente Pinçon, por cujo talvegue a cláusula oitava do Tratado de Utrecht, que ainda estava em vigor, determinava que deveria ser traçada a linha da fronteira; no que respeita aos limites no interior, deveria ser definido como linha de fronteira um dos paralelos expressamente reivindicados pelo Brasil ou pela França, ou a linha do divisor de águas da bacia do Amazonas.

O ministro das Relações Exteriores da época, Dionísio de Castro Cerqueira, terá entendido perfeitamente o alcance do alvitre de Rio Branco pois o Tratado de Arbitramento que finalmente assinou em 1897 com o ministro residente da França no Rio de Janeiro consagrou inteiramente aquela linha de ação proposta : *"conforme o sentido preciso do artigo oitavo do Tratado de Utrecht"*, solicitava-se ao árbitro escolhido - que foi o Governo da Federação Suíça - *"decidir qual é o rio Japoc ou Vicente Pinsão e fixar o limite interior do território"*, adotando, no primeiro caso, *"um dos dois rios pretendidos"* pelas Partes *"ou, se assim entender, algum dos rios compreendidos entre eles"*, e, no segundo caso, *"adotando uma das linhas pretendidas pelas duas Partes ou escolhendo como solução intermédia (...) a divisão de águas da bacia do Amazonas"*. Rio Branco terá respirado aliviado ao tomar conhecimento daquelas cláusulas, pois, como veremos, toda sua

cerrada e implacável argumentação se origina naquelas definições e a elas finalmente se dirige.

A segunda preocupação de Rio Branco, a de que a França resolvesse lançar mão de recursos outros que o direito internacional para a solução rápida do caso, é uma amostra da amplitude de visão que o barão tinha com relação ao problema. Não se tratava, única e exclusivamente, de um processo casuístico de direito internacional, mas de um assunto eminentemente diplomático: como tal deveria ser tratado e como tal o barão o entendeu e tratou, para sua honra e glória. Assim, é ainda Araujo Jorge quem conta como Rio Branco, por ofício à Secretaria de Estado, aproveitando as recentes aplicações da Doutrina de Monroe por parte do presidente Cleveland e os entraves que à época a Inglaterra provocava à política colonial da França na África e na Ásia, aconselhou que se envolvesse o Reino Unido e os Estados Unidos na questão, para inibir, com a interposição dos bons ofícios daquelas potências, qualquer veleidade de ocupação militar do território contestado por parte da França. E era a própria imprensa francesa da época quem dava provas de que tal risco existia, através de artigos por vezes inflamados, de que exemplo mais conspícuo seria um relatório do ex-governador de armas da Guiana, opondo-se ao recurso arbitral e preconizando a ocupação militar do território contestado, concomitante com o envio de um ultimato e de uma esquadra francesa ao Rio de Janeiro. Seria interessante - mas escapa às finalidades deste trabalho - uma pesquisa nos arquivos do Itamaraty para verificar se as sugestões do barão se traduziram em gestões efetivas em Washington e em Londres.

O barão dispôs, como se viu, do tempo necessário para a preparação de uma peça exemplar e foi o que fez. As duas Memórias constituem, cada uma dentro de seu espírito, textos primorosos de exposição, argumentação e estilo que as situam entre as peças magistrais de nossa diplomacia e talvez sejam, como obra literária em seu gênero, as obras primas de Rio Branco.

As duas Memórias se apresentavam com perfis bem diferentes, como disse, pautados pelos motivos que as provocaram e pelas finalidades imediatas a que se destinavam. Assim, a primeira é eminentemente expositiva, serena na argumentação, didática na exposição paulatina e

abrangente do tema, exaustiva na adução de documentos e testemunhos que corroborassem as posições do Brasil, fertilíssima em notas elucidativas, vinha enriquecida de dois atlas com 94 mapas e trazia como apêndices um volume com 27 documentos diplomáticos, outro com a documentação relativa às frustradas negociações de Paris conduzidas pelo visconde do Uruguai em 1855 e 1856 e ainda dois outros contendo a íntegra da documentadíssima obra de Joaquim Caetano da Silva, *"O Oiapoque e o Amazonas"*, que foi talvez a principal fonte de que se valeu o barão para a redação desta sua primeira Memória, e da qual, inclusive, transcreve por vezes largos trechos expositivos e argumentativos.

A segunda Memória, apresentada ao árbitro suíço oito meses depois da primeira, é antes de mais nada uma *"resposta às alegações da França"*, é uma Réplica e, como tal, vazada em estilo bem diverso daquele moderado que o barão usou em sua primeira Memória. Nesta segunda, Rio Branco lança mão de uma retórica mais agressiva, porém agressiva estilisticamente. Assim, brande uma ironia contida que seguramente terá arrancado, aqui e ali, alguns sorrisos cúmplices dos árbitros suíços; utiliza argumentos e documentos apresentados pelos franceses para, com eles próprios, mostrar o direito inequívoco do Brasil; desqualifica testemunhos, testemunhas e autoridades apresentadas pela França amparando-se para tanto em juízos de valores expressos pela própria Memória francesa ou por autoridades francesas conspícuas conhecedoras do assunto; refuta vários aspectos da exposição francesa, mesmo admitindo que não estão diretamente vinculados à disputa, apenas para mais enfraquecer a aparência de rigor do arrazoado francês. O barão nesta segunda Memória é como um marceneiro seguro e implacável que crava o prego com sucessivas e certeiras marteladas: não há escapar a sua perícia.

A segurança no encaminhamento racional, abrangente e inexorável de sua exposição na primeira Memória é complementada, na segunda, pela vertigem de um virtuosismo de argumentações que se desenvolvem em uma espiral inevitável, constantemente em direção à inquestionabilidade da posição que pretendia provar.

A primeira Memória, portanto, é eminentemente didática: trata-se de expor ao árbitro suíço a natureza do problema do ponto de vista do

Brasil e argumentar a favor do que julgávamos ser o nosso direito, de modo a levar a que a decisão final corroborasse nossas postulações.

O que de início faz Rio Branco é enquadrar, por assim dizer, delimitar o problema. Em seu primeiro capítulo, então, de maneira clara e sucinta, situa, geograficamente, o território contestado e, juridicamente, os atos internacionais em vigor entre os dois países pelos quais se deve orientar o árbitro. Tudo devidamente apresentado à luz das precisas atribuições arbitrais fixadas pelo Tratado de Arbitramento de 1897. Essa insistência em recordar, *ab ovo*, aquelas cláusulas precisas demonstra a brilhante intuição de Rio Branco sobre a importância dos termos em que vinham vazadas, que já o preocupavam, como vimos, à época da negociação daquele Tratado. Pois, de fato, o primeiro assunto objeto de sua réplica na segunda Memória será, como veremos adiante, a tentativa francesa de autorizar o árbitro a extrapolar das atribuições que lhe fixaram aquelas cláusulas para optar por uma solução de compromisso que Rio Branco repudiaria *in limine*.

Em seguida, nos capítulos II e III, desenvolve o aspecto puramente geográfico do litígio, mas já aqui, como que exercitando os músculos para todos os outros golpes que daria certeiro nas argumentações francesas, produz uma primeira e levemente irônica pirueta. A França, no Tratado de Arbitramento, pretendia que a linha da fronteira fosse a determinada pelo talvegue do rio que entendia ser o Oiapoque ou Vicente Pinçon do tratado de Utrecht e que, dizia ali, era *"o rio Araguari, que deságua no Oceano ao sul do Cabo do Norte"*. Pois o barão mostra, citando exclusivamente autores franceses e amparando-se nas mais recentes instruções náuticas oficiais do governo francês, e a partir do reconhecimento universal, por parte daquelas autoridades, de que a foz do Amazonas, a oeste, se iniciava naquele cabo do Norte, ao sul do qual a própria França situava o Araguari, o barão mostra incontestavelmente - dizia - que o Araguari não desemboca no Oceano Atlântico, como queriam os franceses, mas que ele é ... o último afluente da margem esquerda do Amazonas!

Já de início, assim, Rio Branco começa a minar a autoridade do arrazoado francês, deixando pairar grande suspeita sobre a acuidade dos conhecimentos geográficos ali utilizados. Mas não para aí. Em seguida a uma documentadíssima demonstração pela qual estabelece que a nascente do Araguari - o rio pelo qual a França fazia passar a fronteira

- se situaria em algum lugar próximo a uma determinada latitude mais ao norte do equador, dá-se ao trabalho ele mesmo de traçar a linha de fronteira pretendida pela França que, a partir daquela nascente, correria para oeste sempre paralela ao curso do Amazonas até se encontrar com o Rio Branco no coração do Continente. E mostra como aquela pretendida linha, que ele lembra aos árbitros *"não ter sido estabelecida por nenhum tratado, só ter sido formulada em 1856 e não ter sido jamais objeto de uma discussão entre os dois Governos"*, esbarraria na fronteira com a Guiana Holandesa e, mais adiante, também na fronteira com a Guiana Inglesa, criando três fatias de terra intermitentes, de uma geografia absurda e insustentável.

Assim, já ao término do segundo dos doze capítulos em que ordenou sua Memória, o barão deixava fertilmente plantado no espírito dos árbitros não apenas a clara postulação brasileira, mas também uma forte suspeita de incerteza sobre as duas linhas pretendidas pela França e sobre a acuidade da argumentação e do conhecimento geográfico franceses: o rio que, para a França, assinalaria a chamada fronteira marítima não era um rio, por assim dizer, oceânico, mas um afluente do Amazonas e parte integrante de sua bacia setentrional; e a linha pretendida para a chamada fronteira interior apresentava novos e grandes problemas nas fronteiras com os demais vizinhos na região, além de ser "complicada" e "incerta", quando não, por vezes, francamente impossível.

Lançadas aquelas suspeitas, o barão retoma, no capítulo III, a sua cerrada e segura exposição geográfica, como para mostrar ao árbitro a qualidade do conhecimento sobre o qual se baseava o direito brasileiro. E então, como se estivesse elaborando um detalhado ensaio de geografia, trata, minuciosamente, da superfície em quilômetros quadrados do território contestado, da enumeração sequencial dos rios que o banham e sua variada nomenclatura, dos rios inexistentes ou que o tempo apagou, e do número e origem de seus atuais habitantes, brasileiros em sua esmagadora maioria.

Confortado, daquela maneira, no que respeita à geografia pura e simples, passa o barão ao que poderíamos chamar de apresentação da evolução histórica do problema, *lato sensu*, com a reafirmação, *pari passu*, dos direitos brasileiros.

Assim, do capítulo IV até o VIII Rio Branco faz um relato abrangente da história daquela região, desde a chegada ali do primeiro navegador,

que foi Vicente Yañez Pinzon, até os pródromos das negociações do Tratado de Lisboa de 1700 que foi o primeiro, entre Portugal e a França, pelo qual se tentou buscar uma solução para o problema da fronteira.

Rio Branco relata como os portugueses foram os primeiros a se fixar naquela região, tanto no litoral quanto no interior, nas terras do lado da margem esquerda do Amazonas; mostra como a chegada dos franceses e suas tentativas infrutíferas de se estabelecer ao sul do rio Oiapoque foram tardias - só em 1676 conseguiram se estabelecer definitivamente em Caiena, antes controlada ora pelos ingleses ora pelos holandeses -; e demonstra como a luta pelo controle daquelas terras se deu entre os portugueses, de um lado, e os ingleses ou holandeses, do outro, até a expulsão definitiva desses dois últimos da bacia amazônica e seu confinamento na região ao norte do divisor de águas daquela bacia. O barão explica como Felipe IV, à época da união ibérica rei da Espanha e de Portugal, criou a Capitania do cabo do Norte e a incorporou definitivamente ao Brasil em 1637, fixando-lhe como limites setentrionais o divisor de águas da bacia amazônica e o rio de Vicente Pinçon ou Oiapoque. Pouco mais tarde, com a restauração em Portugal, o Tratado de paz pelo qual a Espanha reconheceu aquela independência, assinado em 1668, asseguraria à coroa portuguesa as fronteiras de antes da guerra e consagraria, portanto, nas colônias americanas, a possessão portuguesa das terras até o rio Oiapoque. Ao mesmo tempo em que aquela posse jurídica era confirmada na península, na América os portugueses habitantes da região asseguravam a posse efetiva, expulsando ingleses e holandeses e impedindo algumas tentativas de incursão dos franceses. Esses últimos, de qualquer modo, como segue demonstrando Rio Branco, apenas em 1677 conseguiriam, a custo, ocupar definitivamente o litoral entre o Oiapoque e o Maroni, a oeste, sem jamais terem se estabelecido a leste do Oiapoque e muito menos ao sul do divisor de águas da bacia amazônica. Esses dois limites, portanto - insiste e novamente conclui Rio Branco -, sempre foram e seriam os limites pretendidos pela coroa portuguesa e são os limites indiscutíveis do Brasil na região.

A essa altura, o barão chega a um ponto delicado de sua apresentação. Era-lhe fácil conduzir a argumentação que provava qual deveria ser o rio Oiapoque do Tratado de Utrecht que assinalava a chamada fronteira marítima - o que desembocava a oeste do cabo de Orange - e isso ele

fazia pelos meios mais variados, amparando-se em tratados, mapas e relatos de viagens e correspondências diversas ; mas a defesa da linha interior da fronteira, pela própria natureza da pretensão francesa, cujo traçado ele já antes qualificara de *"complicado"* e *"incerto"*, ele apenas a podia firmar sobre um único ato internacional - a Convenção de 1817, que regulamentara a devolução à França da Guiana ocupada por dom João em 1808. Como reforça, então, Rio Branco, sua posição quanto àquela fronteira interior ? Lançando mão, sutilmente, daquela internacionalização do litígio que o levara a sugerir ao ministro das Relações Exteriores, anos antes, implicar os Estados Unidos e a Inglaterra na questão. E não hesita, então, para tanto, em proclamar, solene, uma piedosa meia-verdade: *"que a Inglaterra e a Holanda, que tiveram posições fortificadas e feitorias na Amazônia* (ao contrário da França que, como ele vinha de provar, nunca ali se estabelecera duravelmente) *e que possuem colônias importantes a oeste da Guiana francesa, não disputam ao Brasil nenhum território ao sul da linha do divisor de águas formada pelas montanhas do Tumucumaque e do Acaraí"*. De fato, não disputavam ; mas em termos, pois o barão - que desde 1896 já colaborava na preparação da estratégia e da própria Memória que defenderiam as pretensões brasileiras no litígio com a Inglaterra - sabia muito bem que os ingleses pretendiam sim, na Guiana, o acesso à bacia amazônica, só que o pretendiam na região dos rios Maú e Tacutú, na bacia do alto Rio Branco, e não ao sul de Tumucumaque e Acaraí (...).

Tendo estabelecido que entre portugueses, ingleses e holandeses se deu a disputa pela posse da margem esquerda do Amazonas, e que esses dois últimos havia muito desistiram de suas pretensões territoriais ali, o barão se alonga, nos capítulos V e VI, em relatar miudamente aqueles embates no decorrer do século XVI e princípios do XVII, como para deixar bem viva no espírito do árbitro a percepção inconteste da ausência da França daquele cenário. E quando, nos dois capítulos seguintes, passa a tratar da tardia presença da França na região, é para expor minuciosamente toda uma série de indiscutíveis insucessos franceses em diversas tentativas de se estabelecer ali, desde a primeira colônia, em 1626, passando pelas várias perdas e retomadas de Caiena, até junho de 1697, quando os portugueses os rechaçam definitivamente para a linha a oeste do Oiapoque retomando o forte de Cumaú ou Macapá, que, junto com o forte de Paru, tinha sido assaltado pelos franceses um mês antes.

Chega, assim, o barão ao momento da negociação do Tratado de Lisboa de 1700, que, através da neutralização do território em litígio, tentaria por um fim, embora provisório, àquela situação de beligerância na região. Foi esse, como disse antes, o primeiro tratado entre os dois países a buscar uma solução para o problema. Para Rio Branco é a oportunidade para enveredar, novamente, pelo problema da identificação do rio Oiapoque ou de Vicente Pinçon, ponto capital do litígio. E o faz, desta vez, esgotadas todas as demonstrações geográficas e históricas, baseando-se nas posições oficialmente adotadas em 1700 pelos governos de Portugal e da França. Pode mostrar, então, como o texto pertinente daquele tratado corrobora o traçado da região em litígio a partir do rio que desemboca a oeste do cabo Orange, e que é o Oiapoque, como quer o governo brasileiro; e mostra, a seguir, como aquele entendimento seria retomado por ambas as partes, a curto prazo, para fundamentar as estipulações do famoso artigo VIII do Tratado de Utrecht, em 1715, cuja validade ainda perdurava naquele ano de 1899, por força do Ato Final do Congresso de Viena de 1815 e das disposições da Convenção de 1817 para a devolução da Guiana, e sobre o qual estava fundamentada a solicitação de arbitragem do Tratado de Arbitramento de 1897.

Este capítulo IX é o mais longo desta primeira Memória e nele Rio Branco constrói cuidadosamente o trampolim de onde saltará triunfante para mostrar, no capítulo seguinte, como a França, em Utrecht, 15 anos depois, renunciaria definitivamente a todo o território ao norte do Amazonas até a foz do Oiapoque, que era exatamente o território que naquele momento colocava novamente em litígio.

Assim, lançando mão de toda a documentação que lhe fora possível acumular, desde novos mapas até as instruções de uma e outra corte, passando por anotações e correspondência particular dos plenipotenciários envolvidos nas negociações em Lisboa, por intervenções do governo inglês e por escritos do governador francês da Guiana, Rio Branco deixa estabelecido, claramente, que os limites do território em litígio que aquele Tratado neutralizava, de comum acordo, estavam indiscutivelmente fixados, ao norte, pelo rio Oiapoque que desemboca no mar entre o cabo de Orange e as Montanhas de Prata e, ao sul, pela foz do Amazonas. Embora o limite interior não tivesse sido objeto de disposições expressas do Tratado de Utrecht, Rio Branco

nem por isto deixa brevemente de expor seu entendimento lógico de que a França, em 1700, em nenhum momento manifestara a absurda pretensão de levar aquele limite até o Rio Branco, na fronteira com a então América espanhola; mas, cautelosíssimo, não insiste muito aqui nesse aspecto do problema, pois sabe que a simples lógica que a ele aplica para defender as posições do Brasil, embora rigorosa, não corresponde à implacável argumentação que pôde apresentar com relação à identificação do Oiapoque.

Mostrando como ficou assim, de comum acordo entre os dois governos, já por aquele primeiro Tratado sobre a fronteira, em 1700, delimitado o território contestado como indo do cabo de Orange à foz do Amazonas, o barão poderá relatar brevemente as peripécias da negociação do Tratado de Utrecht. E poderá concluir, triunfantemente, que, por aquela cláusula oitava do Tratado de 1715, que perdurou expressamente válida e sobre a qual se deveria pautar agora a decisão do árbitro suíço, o rei da França, ao *"desistir para sempre (...) em seu nome e de seus sucessores (...) de todo e qualquer direito (...) que pode ou poderá ter sobre a propriedade das Terras chamadas do Cabo do Norte, e situadas entre o rio das Amazonas e o de Japoc ou de Vicente Pinsão, para que elas sejam possuídas (...) por Sua Majestade Portuguesa e sucessores"*, estava de fato desistindo "para sempre" do território ora novamente pretendido pela França, ou seja, aquele mesmo território que ela em vão e absurdamente pretendera ao obter sua neutralização pelo Tratado de 1700.

Depois de passear rapidamente pelas poucas tentativas primárias e flagrantes da França de buscar, mais ao sul, um hipotético rio Oiapoque que pudesse ser identificado com aquele consagrado pelo Tratado de Utrecht de modo a abocanhar, assim, parte do território contestado, nada mais resta ao barão que lembrar as demais tentativas ignóbeis perpetradas através dos tratados nulos impostos *manu militari* a Portugal em 1797, 1801 e 1802 pela França revolucionária e consular. Encerra as argumentações de sua Memória deixando clara, mais uma vez, a plena validade do artigo oitavo do Tratado de Utrecht, conforme corroborado pelo Ato final do Congresso de Viena e pela Convenção de Paris de 1817. E na única página de seu último capítulo retoma a formulação clara e serena dos direitos do Brasil, nos termos da postulação expressa no Tratado de Arbitramento.

Ao entregar sua Memória ao árbitro suíço, o barão terá recebido, nos poucos dias que se seguiram, e de acordo com o estipulado pelo artigo terceiro do Tratado de Arbitramento, uma cópia da Memória apresentada pela França. Terá começado, imediatamente, a preparar sua réplica, que submeteria ao árbitro como uma segunda Memória em 5 de dezembro de 1899, passados os exatos oito meses previstos para aquela apresentação pelo artigo quarto daquele Tratado.

Essa segunda Memória do barão é uma peça duplamente memorável, não apenas pelo documento diplomático que é, mas sobretudo pela excelência literária em que excede. Se a primeira Memória apresentava um desenvolvimento expositivo coerente do começo ao fim, esta segunda consiste antes, como não poderia deixar de ser, em uma série de argumentações voltadas diretamente para a destruição de precisas alegações francesas. Para fazê-lo, lançou mão Rio Branco não somente de todo o arcabouço documental de que dispunha e que sabia, como ninguém, desdobrar, mas - como dizia - sobretudo de um estilo leve e por vezes gracioso, que tanto visava cativar a simpatia do árbitro, quanto desmoralizar o arrazoado francês. A virtual aridez do assunto foi magistralmente irrigada pelo barão com uma leveza de estilo que é o que faz desta segunda Memória a rara peça literária que é, em seu gênero.

De fato, substancialmente, a defesa dos argumentos é feita mais ou menos dentro da mesma linha utilizada na primeira Memória, ou seja, a exegese e a acareação de documentos os mais variados, das mais diversas origens e amparados por uma incontestável autoridade que os convalide conduzem sempre à confirmação das posições brasileiras e ao aniquilamento das pretensões francesas. Entretanto, nesta réplica, Rio Branco lança mão, ademais, daquele virtuosismo mirabolante que, desdobrando uma lógica implacável, constrói aquela espiral de racionalidade vertiginosa através de cada conclusão a que chega.

Já de início, o barão lança uma forte invectiva contra o *"apelo ardente"* da Memória francesa para que o árbitro contemplasse também a adoção de uma solução transacional, de compromisso. Insiste em que o Brasil está plenamente convencido de seu direito, que não aceita, por isto, transações, e lembra que o Brasil não pretende, neste litígio, ampliar de um palmo sequer seu território, mas apenas

assegurar a posse do que sempre fora seu. E como para desfazer qualquer impressão que porventura possa surgir no ânimo do árbitro, de que a imensidão de nosso território poderia prescindir de alguns dos metros quadrados em disputa, sobretudo levando em conta que se trata de árbitro de um país de pequenas dimensões geográficas - a Suíça é menor que o Amapá -, o barão argumenta sagazmente que se o Brasil tem 8 milhões de quilômetros quadrados, a França, com seu império colonial, teria cerca de 11 milhões. E, já lançando mão de um dos artifícios mais eficazes que utilizará nesta segunda Memória, contrapõe às posições da França a citação de uma ilustre autoridade francesa, neste caso um jurista de renome que lembrava, em uma de suas obras mais recentes, que *"a parte que propuser a cláusula de compromisso amigável e que o desejar será geralmente aquela que dentre as duas terá menos certeza de seu direito"*.

É essa, para Rio Branco, uma "*entrée en matière*" confortável pois, conforme vimos, tinha sido ele mesmo a insistir junto ao governo brasileiro para que o fraseado do Tratado de Arbitramento fosse claro no sentido de determinar as opções precisas à disposição do árbitro. E a solução de compromisso não era uma delas.

Trazendo, assim, o árbitro de volta ao âmago da questão, o barão mergulha também nela, passando imediatamente - implacável, contundente e direto - a destruir as duas iniciais e principais argumentações francesas: a primeira, que pretendia desvincular os rios Oiapoque e Vicente Pinçon, transformando-os em dois rios diferentes, de modo a poder fixar, em seguida, a fronteira naquele último, que seria o principal ; e a segunda, que, de acordo com os franceses, convalidaria o entendimento da primeira, de que jamais antes de 1713 Portugal se teria referido a outro rio que não aquele Vicente Pinçon, e não o Oiapoque, para delimitar a fronteira.

A exposição de Rio Branco será não apenas precisa e enxuta mas mesmo graciosa e divertida, como, por exemplo, quando sugere a fraqueza de alguns dos argumentos franceses lembrando que não seriam válidos em nenhum outro lugar e que, com eles, seria mesmo possível que alguém confundisse o Sena com o Gironda.

Em sete páginas cerradas o barão reduz aquelas alegações a nada. Para se ter uma ideia da contundência da réplica de Rio Branco, basta dizer que para refutar aquela segunda argumentação francesa ele alinha

treze ocorrências do nome Oiapoque em documentos portugueses que eram do conhecimento do governo francês entre 1698 e 1713, ou seja, das vésperas da negociação do Tratado de 1700 às vésperas da negociação do Tratado de Utrecht.

Aquele acúmulo de provas, por outro lado, demonstra também a erudição, aplicação e capacidade que tinha Rio Branco para manejar toda a massa de documentos que tinha a sua disposição e que soube, com perspicácia, coligir.

Mas o barão nesta segunda Memória é sobretudo um *"virtuose"*, que parece divertir-se com suas próprias acrobacias, ao embalo do trapézio que a Memória francesa pusera generosamente em movimento. Assim, depois de aniquilar as argumentações francesas que pretendiam transformar o Oiapoque ou Vicente Pinçon em dois rios, para fixar a fronteira naquele último hipotético, Rio Branco dá meia volta, serena e graciosamente, para dizer que a segurança que tem o Brasil de estar em seu direito é tamanha, que poderia até mesmo aceitar a absurda hipótese francesa de que a fronteira devesse ser demarcada pelo rio de Vicente Pinçon. Mesmo porque, como passará a demonstrar, aquele hipotético rio de Vicente Pinçon, encontrado pelos franceses na cartografia pertinente, não é outro senão o rio que deságua no cabo de Orange, o próprio Oiapoque. E para aquela demonstração, de onde parte Rio Branco ? Ele mesmo o diz, com espantosa tranquilidade e sutil ironia: *"para chegar a esse resultado, basta examinarmos rapidamente a "Alegação Geográfica" francesa"*!

E é o que faz nas 15 páginas seguintes, onde, utilizando aquelas próprias fontes francesas, demonstra mais uma vez, e quase que exclusivamente com argumentos puramente geográficos - numa magistral desconstrução geográfica das argumentações geográficas francesas - a inquestionável identidade dos dois rios em um só.

A versatilidade do barão é por vezes deliciosa, como, por exemplo, quando demonstra indiscutivelmente, baseando-se na obra de Caetano da Silva, que um determinado cabo de São Vicente tinha por força que estar mais a oeste que um cabo de Santo Ambrósio: foram ambos descobertos pelo mesmo navegador em uma mesma viagem, na qual percorrera aquele litoral no sentido leste – oeste e, como o costume ibérico era o de ir batizando os acidentes geográficos com o nome dos santos do dia, e como no Santoral a festa de São Vicente era posterior

à de Santo Ambrósio, não havia lugar a dúvidas : indo de leste a oeste, o cabo de Santo Ambrósio era o primeiro, o de São Vicente o segundo.

Rio Branco vai detectando o infundado da posição francesa a cada nova argumentação adversária. Assim, entrega-se com paciência, nas 50 páginas de seus capítulos III, IV e V, a desfazer toda a alegação que os franceses baseavam na autoridade dos mapas oficiais ou semi-oficiais espanhóis dos séculos XVI e XVII.

Para provar a existência, ao sul do cabo de Orange, do rio que queria fosse o Vicente Pinçon, a França invocava a autoridade suprema dos mapas ibéricos oriundos da chamada "Escola Sevilhana" ou sabidamente inspirados por ela. Rio Branco, então, mapa por mapa, demonstra a efetiva correspondência dos dois rios, culminando sua demonstração com o mais importante dos mapas daquela "Escola" brandido pelos franceses em seu próprio favor, o chamado "Padrão Real de Carlos V", de 1536: o barão deixa patente como aquele mapa situa a foz do rio de Vicente Pinçon imediatamente a leste de "Montanhas" e, como as únicas montanhas naquela região plana são as que se encontram ao lado da foz do Oiapoque, segue-se lógica a conclusão de que outro não poderia ser aquele Vicente Pinçon, que o próprio Oiapoque.

Mas toda a demonstração erudita do barão não consiste apenas nessa meticulosa sequência de racionalidade;ela está também recheada de saborosas passagens de ironia e mesmo de jocosidade, que são o que dá a seu estilo aquela permanência literária que torna seu texto clássico e gostoso de ser lido.

Por exemplo, um dos argumentos importantes da França em torno dos mapas "sevilhanos" era o que se fundamentava nos constantes registros equivocados da latitude da foz do Amazonas - colocada mais ao sul do equador naqueles mapas quinhentistas - para a partir daí empurrar também mais para o sul a localização da foz do virtual rio Vicente Pinçon, e com ela a linha de fronteira.

Com simplicidade e graciosidade e com uma cruel agudeza que talvez tenham arrancado algum sorriso dos árbitros suíços, Rio Branco mostra como a *"Carte Générale du Royaume de France"* de Nicolas Sanson, *"geógrafo do rei"*, impressa por M. Tavernier, gravador e impressor do rei para cartas geográficas, e publicada em 1658, coloca o litoral mediterrâneo da própria França quase dois graus mais ao sul do que realmente se encontra, entrando as terras pelo Mediterrâneo a

dentro ; e sentencia jocoso o barão: *"o fac-símile desse mapa (...) e o estudo comparativo, em anexo, da costa francesa do Mediterrâneo segundo Nicolas Sanson e segundo os mapas marítimos modernos, provam que não se deve exigir dos cosmógrafos de Sevilha do século XVI um conhecimento maior da América que o que não tinham os mais célebres cartógrafos franceses do século XVII com relação a seu próprio país"*.

Do mesmo modo, é também fulminante a maneira como desqualifica dois outros mapas quinhentistas inspirados pela Escola de Sevilha a que os franceses dão grande importância, elaborados por Sebastião Caboto e por Diego Gutierrez. Reproduz, simplesmente, o juízo contundente que faz sobre eles Henry Harrisse, grande autoridade internacional e insuspeita: sobre o mapa de Caboto, diz que é *"the most imperfect of all the Spanish maps of the XVIth century which have reached us"* (o mais imperfeito de todos os mapas espanhóis do século XVI que tenham chegado até nós) e, sobre Gutierrez, diz que é *"an incompetent cosmographer"* (um cosmógrafo incompetente).

Ao tratar de alguns cartógrafos portugueses vinculados à Escola Sevilhana, também brandidos pela Memória francesa, Rio Branco tem oportunidade para mais um brilhante malabarismo. Os franceses publicavam um mapa de que muito se falara antes mas que Rio Branco nunca vira, de André Homem, e que mostrava um rio de Vicente Pinçon próximo à foz do Amazonas, ou seja, eventualmente mais ao sul, como queriam os franceses que estivesse a fronteira. André Homem, como assinala o barão citando Souza Viterbo, foi *"cosmógrafo do rei de França"*. À vista do mapa até então inédito, e aproveitando o dado biográfico do cartógrafo famoso, Rio Branco produz a extraordinária e ferina pirueta: *"agora que o documento ...* o mapa) *foi exumado, graças ao fac-símile anexo à Memória da França, nós nos permitimos reproduzi-lo (mapa número 2) no Atlas que acompanha esta Réplica, para com ele registrar uma nova peça de apoio à tese brasileira, e uma peça bastante importante pois emana de um cosmógrafo de Francisco I"*; e o apoio que o mapa fornece à tese brasileira é mostrar, como já o fizera o "Padrão de Carlos V" de 1536, logo a oeste da foz do rio de Vicente Pinçon, as famosas montanhas que identificam inequivocamente aquele rio com o Oiapoque.

Quanto a outro daqueles cartógrafos portugueses, Diogo Homem, que registra, em dois de seus mapas de 1558, dois rios de Vicente, um ao

lado das montanhas e outro mais a oeste, o barão se dá ao trabalho apenas de notar, secamente, como que demonstrando a incúria dos autores da Memória francesa, que aquele mesmo cartógrafo, em mapa posterior, de 1568, corrigira seu erro e suprimira aquele último rio mais a ocidente, mantendo apenas e exatamente o que correspondia ao Oiapoque.

Mas aqueles dois primeiros mapas de Diogo Homem dão ainda ocasião a Rio Branco para que realize outra e muito maior pirueta, de implacável rigor lógico e inquestionável sentido de humor. Os franceses queriam que a fronteira fosse estabelecida naquele que chamavam de *"Vicente Pinçon primitivo"*, e alegavam que os portugueses inventaram um outro rio de Vicente Pinçon que passaram a identificar com o Oiapoque, quando o verdadeiro Vicente Pinçon era o consagrado pela cartografia espanhola, encontrava-se mais a oriente e próximo do Amazonas e era o atual Araguari. Pois o barão reconhece, candidamente, a existência frequente das duas denominações em diversos mapas; entretanto, considerando, a partir daí, que já provara quase que *ad nauseam* que o Vicente Pinçon dos mapas espanhóis não era outro que o atual Oiapoque, situado constantemente junto às famosas montanhas que só existiam ao lado da foz daquele rio, ainda que em latitudes por vezes irreais - pois provara também que as latitudes naqueles mapas variavam tanto a ponto de colocarem a foz do Amazonas a mais de dois graus ao sul - chega, então, à extraordinária conclusão que o Vicente Pinçon primitivo, da cartografia espanhola, e que os franceses queriam por fronteira, não era outro que (...) o Maroni, que fazia a fronteira das guianas francesa e holandesa! Ou seja, como conclui ferino, implacável e deliciado: *"se é no Vicente Pinçon primitivo que ela se deve estabelecer, nossa fronteira avançaria neste caso até o Maroni e não seria mais uma faixa de território francês mas a Guiana francesa inteira que deveria ser incorporada ao Brasil"*. Mais um sorriso deve ter arrancado aqui dos árbitros suíços.

A essa altura, Rio Branco parece ter entrado no que poderíamos chamar de um embalo entusiástico pois não detém seu virtuosismo argumentativo, pelo contrário, dobra sua aposta e continua, aguçando, com certeza, a curiosidade do árbitro suíço: *"vamos agora fazer a contraprova de nossa demonstração"*, proclama. E, amparando sua contraprova na própria afirmação do arrazoado francês de que os mapas da Casa de Contratação de Sevilha eram o *nec plus ultra* para a exatidão oficial das designações geográficas espanholas, sobre as

quais se deveria buscar a identificação do Oiapoque, submete, então, à consideração do árbitro, a parte relativa às Guianas do grande mapa marítimo construído em 1655 por Sebastian de la Ruesta, publicado por aquela Casa de Contratação por determinação expressa do próprio Conselho de Índias. Naquele mapa, diz o barão, *"a oeste e ao lado do cabo de Orange, com todas as letras, vemos a Baía de Vicente Pinçon, segundo a Casa de Contratação de Sevilha, cujos mapas, como declara a Memória da França"* - e completa sagaz - *"são os únicos que podem fazer fé no que respeita a nomenclatura espanhola aplicada ao litoral da Guiana"*. Pode, então, concluir lapidar, juntando a prova anterior a esta contraprova da tese brasileira: *"O Vicente Pinçon definitivo, o da Escola de Sevilha, fica assim perfeitamente identificado como o Oiapoque, tendo a oeste de sua foz, no Padrão Real de Carlos V, construído em 1536 por Alonzo de Chaves, a marca das Montanhas e a leste, no mapa marítimo de Sebastian de la Ruesta, aprovado em 1655 por Felipe IV, a indicação do cabo de Orange"*. Finalmente, como para cravar seu prego com uma martelada final, o barão argumenta ainda uma vez que os documentos trazidos à discussão pela Memória francesa corroboram, antes, as teses brasileiras, e mostra, então, como os dois únicos mapas anteriores ao Tratado de Utrecht de que se podem valer os franceses para tentar provar sua identificação equivocada do Vicente Pinçon são, eles próprios, provas em contrário da pretensão final francesa de fixar a fronteira pelo atual Araguari, uma vez que ambos mapas situam seu Vicente Pinçon ao norte do cabo do Norte, enquanto a fronteira do Araguari então pretendida pela França se situaria ao sul daquele cabo.

Cabe notar aqui como a apresentação daquele importante mapa de Sebastian de la Ruesta é um testemunho de que Rio Branco continuou a trabalhar intensamente na busca e no estudo de novos documentos e autoridades que pudesse aduzir em defesa das posições brasileiras, ainda após a entrega de sua primeira Memória.

A argumentação francesa, sempre voltada a valorizar o hipotético Vicente Pinçon que queria por fronteira, pretende provar, a certo ponto, que o nome Oiapoque seria uma denominação genérica atribuída a diversos rios da região, e utiliza, para tanto, dois documentos de inícios do século XVII. Quanto a um deles, um mapa não impresso, o barão o desqualifica contestando enfaticamente que se possa ler nele a palavra Oiapoque onde os franceses a leem. Mas quanto ao

segundo, uma relação publicada em 1616 sobre a primeira viagem de La Ravardière, em 1604, Rio Branco mais uma vez lança mão de uma fina ironia cuja contundência se ampara exclusivamente na precisão inquestionável da argumentação. Antes mesmo de contestar o arrazoado francês, desmontando ponto por ponto as referências geográficas e de nomenclatura de que se valia, Rio Branco começa a abordagem do assunto lembrando sutilmente que aquela Relação fora escrita 12 anos após a viagem e, naturalmente, estava não apenas eivada *de "detalhes os mais absurdos e os mais falsos"*, mas que nem mesmo suas datas mereciam qualquer confiança. E registra, assim, breve e contundente, dando mostras daquela sua ferina e delicada precisão, que, ao contrário do afirmado naquela publicação, *"o dia 8 de abril, em 1604, não foi um domingo de Ramos, nem o dia 15 de abril o dia de Páscoa, nem no calendário Gregoriano, já então adotado pela França, nem no Juliano"*. Aqui também o sorriso deve ter aflorado os lábios dos árbitros suíços, pois sobre as combinações de algumas datas daquela Relação, baseavam os franceses boa parte de sua argumentação.

Mais adiante, é consigo mesmo que se permite sorrir o barão, quando, ironizando sobre uma matéria *"longamente e por diversas vezes criticada e torturada na Memória francesa"*, sentencia que para abordá-la *"os redatores da Memória francesa julgaram por bem adotar dois sistemas diferentes e inconciliáveis"*: a referência a *"os redatores"* seguramente foi feita por Rio Branco com uma ponta de justa vaidade e orgulho, tendo sido ele sozinho o redator das duas consistentes Memórias brasileiras.

A partir daí o barão parece querer então se deliciar consigo mesmo e, apesar de considerar que já havia provado *"de maneira irrefutável"* a identificação dos rios Vicente Pinçon e Oiapoque com aquele único que desemboca no mar entre o cabo de Orange e as Montanhas de Prata, passa, *"por considerar que pareceria útil"*, a *"aflorar algumas questões geográficas de que trata a engenhosa Memória da França"*. E põe-se, mais uma vez, a suscitar autoridades e documentos franceses que contradizem, pelas maneiras mais variadas e mirabolantes, algumas das afirmações sobre aquelas *"questões geográficas"* feitas pela *"engenhosa"* Memória da França. Envereda, por exemplo, pelo Direito Internacional e, ao discutir a inexistência de um pretendido braço norte do rio Araguari, contrapõe à argumentação francesa disposições do próprio Código Civil francês - e cita o artigo pertinente. Ou então, quando ao refutar pretensas

doações feitas pelos reis da França na região sentencia conciso: não é necessário se demorar em examinar aquelas doações pois *"se pudessem provar alguma coisa contra os direitos de Portugal, provariam ao mesmo tempo que a França tem direitos sobre o Rio da Prata, a ilha da Trindade, São domingos, o Peru, o México e a Flórida"*! Essa implacável redução ao absurdo fragiliza ao máximo, com a ameaça do ridículo, as argumentações francesas em torno do assunto e demonstra, mais uma vez, a variedade e eficácia do arsenal argumentativo do barão.

Próximo do fim desta sua segunda Memória, no antepenúltimo capítulo, Rio Branco como que se lembra de um pequeno detalhe do litígio e volta a refutar as pretensões francesas de fixar uma inaudita fronteira interior ao longo de toda a bacia esquerda do Amazonas até o Rio Branco, criando aquela larga e absurda faixa de terra do Atlântico até a Venezuela pelo sul das guianas holandesa e inglesa. Para melhor mostrar a segurança de sua posição a respeito, o que faz é transcrever pura e simplesmente seu próprio arrazoado sobre o assunto, conforme o expusera em sua primeira Memória, como dizendo que o caso ali já estava mais que encerrado e não convinha cansar os árbitros com um excesso desnecessário de argumentações. Ainda assim, se permite concluir esse capítulo mais uma vez incisivo e lançando mão, ironicamente, das mais formais fontes francesas: mostra, então, como a pretensão àquela inaudita fronteira tinha sido não apenas esquecida pelos próprios franceses depois de sua *"invenção à época do Segundo Império"*, mas efetivamente *"abandonada em 1896, como o demonstra um mapa oficial, emanado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Francesa"* elaborado pelo próprio geógrafo daquele ministério, e de que anexa cópia (...)

Finalmente, para caracterizar melhor ainda sua segurança no tratamento dos aspectos relevantes da disputa, Rio Branco, nas últimas cinco páginas de sua Memória passa sucintamente pelos *"acontecimentos posteriores ao Tratado de Utrecht"*, assinalando, não sem uma ponta de ironia - para não dizer desprezo pela irrelevância da matéria - que sobre eles *"a Memória da França se ocupa longamente"*. E antes de registrar, mais uma vez, com a clareza de sua concisão as postulações do Brasil, seu último parágrafo argumentativo é ainda uma citação oficial francesa, de um dos plenipotenciários nas infrutíferas conversações de 1856, corroborando as teses brasileiras e contradizendo a Memória da França.

As razões do barão convenceram plenamente o árbitro suíço que, há um século, pelo laudo de primeiro de dezembro de 1900, deu ganho de causa ao Brasil, fixando a fronteira marítima pelo talvegue do rio Oiapoque e a fronteira interior pelo divisor de águas da bacia amazônica, que era, finalmente, a essência da postulação brasileira.

Se uma das razões do triunfo do barão foi o acúmulo erudito de provas avassaladoras, razão menor não foi também o estilo da linguagem em que organizou sua apresentação, leve e objetivo, racional e contundente, airoso e implacável.

Seu triunfo ficou perenizado, geograficamente, com a integração definitiva do Amapá ao território nacional e, historicamente, poucos anos mais tarde, com sua designação para a chefia do Ministério das Relações Exteriores, chefia afinal vitalícia. Mas seu triunfo ficou também perenizado literariamente, pelo texto destas duas Memórias.

É esse um dos significados da publicação desta tradução integral, brilhantemente realizada por Jeanne Sawaya e Catarina Eleonora F. da Silva.

Ao apresentar ao Brasil este monumento diplomático e literário, que sob este último aspecto será talvez a obra mestra do barão do Rio Branco, a Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco planta, definitivamente, na memória nacional um símbolo de amor à Pátria que se nutre, sobretudo, de suas próprias excelências. E transmite às gerações de diplomatas aquela lição de José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, de que o espectro de sua atuação é tão variado e amplo quanto o que vai do conhecimento do Santoral e das festas de Santo Ambrósio e São Vicente até a intimidade com os mais recentes textos de exegese do direito internacional, passando pela intrincada política das grandes potências da época e pelos ínfimos acontecimentos regionais. E tudo isso, aliado àquela necessidade de uma pureza de linguagem tal, que torne inequívoca, rigorosa e agradável à expressão do pensamento.

Copenhague, 12 de outubro de 2011

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DE
ALGUNS PONTOS DO TERRITÓRIO
CONTESTADO ENTRE O BRASIL E
A FRANÇA E DE DETERMINADOS
PONTOS DA COSTA VIZINHA

Posições Geográficas

1º) LATITUDES

NOMES	COSTA AZEVEDO	TARDY DE MONTRAVEL	CARPENTIER	MOUCHEZ
Caiena (*)	–	–	–	4º 56'10" N.
Morro de Prata	4º20'42" N.	4º22'12" N.	–	–
Monte Lucas	4º12'30" N.	4º11'20" N.	–	–
Delta do Oiapoque	4º13'16",$_{7}$ N.	4º12'21",$_{7}$ N.	4º3'49",$_{1}$ N.	–
Delta do Uaçá	4º15'2",$_{4}$ N.	–	4º3'49",$_{1}$ N.	–
Cabo Orange	4º21'1",$_{9}$ N.	4º22'40" N.	–	4º20'45" N.
Delta do Cassiporé	3º52'15" N.	3º49'5" N.	3º50'10",$_{9}$ N.	–
Ponta Cassiporé	3º49'5" N.	–	–	3º48'30" N.
Delta do Cunani	2º49'7",$_{7}$ N.	2º55'5" N.	2º48'32",$_{8}$ N.	–
Delta do Calçoene	2º32'42" N.	2º32'25" N.	2º32'43",$_{6}$ N.	2º32'42" N.
Delta do Maiacaré	2º23'17" N.	2º25'40" N.	2º25'3" N.	2º23'20" N.
Delta do Amapá	2º9'58",$_{4}$ N.	2º10'20" N.	2º10'54",$_{5}$ N.	2º10' N.
Ilha de Maracá (ponta Norte-Oeste) Cabo do Norte (ponta Norte-Leste)	2º12'13",$_{5}$ N. 2º15'30" N.	– –	– –	2º12'13" N. 2º14'15" N.
Delta do Carapapóris	1º51'50" N.	1º50'38" N.	1º51'47",$_{2}$ N.	1º52'30" N.
Cabo Raso do Norte	1º40'10" N.	–	–	1º40'17" N.

Confluente do Piratuba	1º31'30" N.	–	–	–
Confluente do Araquiçauá	1º25'30" N.	–	1º21' N.	–
Confluente do Araguari	1º14'34" N.	4º14'10"?$_{,1}$ N.	1º14'10"$_{,9}$ N.	–
Ponta Grossa	–	–	–	1º12' N.
Ilha Bailique (ponta Norte)	–	–	–	0º59'30" N.
Furo Grande do Araguari, canal amazônico já obstruído em 1834. Ponto de partida (margem esquerda do Amazonas) Ponto final (margem direita do Araguari)	– 1º11'4" N.	– –	– –	0º 55' N. –
Macapá (Cidade de) (**)	0º21'5" N.	0º0'50" N.	–	0º0'50" N.
Cabo Maguari	–	0º13'30" S.	–	0º17' S.
Ponta Tijioca	–	0º34' S.	–	0º34'30" S.
Pará (Cidade do)	1º27'6" S.	1º26'54" S.	–	1º26'54" S.
Confluência da angra Maiacaré (Batabuto), com a margem esquerda do Araguari (angra obstruída)	1º20'19"$_{,6}$ N.	–	1º20'43"$_{,7}$ N.	–
Confluência da angra Urucu	1º18'54" N.	–	–	–
Confluência do Aporema	1º5'8"$_{,5}$ N.	–	–	–
Colônia Pedro II	0º57'50" N.	–	–	–
Confluência do Tracajatuba	0º56'45" N.	–	–	–
Amapá (vilarejo do)	2º3'32"$_{,6}$ N.	–	–	–
Confluência do Igarapé da Serra	1º58'41"?$_{,9}$ N.	–	–	–
Confluência do rio Frechal	1º47'2"$_{,4}$ N.	–	–	–
Entrada do rio Tartarugal ou Amanaí, no lago de Duas Bocas	1º31'17"$_{,9}$ N.	–	–	–
	BRAGA CAVALCANTE			
Nascente do Araguari (***)	–	–	–	–
Ponta da última observação próximo à nascente	2º30' N.	–	–	–
Confluência do Moruré	1º24'52" N.	–	–	–
Confluência do Falcino	0º57'50"	–	–	–
Porto Grande (Araguari)	0º43'1" N.	–	–	–

(*) Latitude de Caiena de acordo com ROUSSIN é 4º56'28" N.
(**) Latitude de Macapá de acordo com LA CONDAMINE é 0º3'N.
(***) Talvez 2º35'.

2º) LONGITUDES

NOMES	MERIDIANO DO RIO DE JANEIRO			
	COSTA AZEVEDO	TARDY DE MONTRAVEL	CARPENTIER	MOUCHEZ
Caiena (**)	9º6'1",2	9º3'26",7	–	–
Morro de Prata	8º29'49"	8º26'55"	–	–
Monte Lucas	8º23'34",65	8º24'9",6	–	–
Delta do Oiapoque	8º22'09",6	–	8º18'24",75	–
Delta do Uaçá	8º19'39",9	–	8º13'24",15	–
Cabo Orange	8º20'46"	8º15'15"	–	8º17'25"
Delta do Cassiporé	7º53'54",6	7º57'40"	7º49'39"	–
Ponta Cassiporé	–	–	–	7º51'25"
Delta do Cunani	7º40'55"	7º41'9"	7º40'24"	–
Delta do Calçoene	7º32'48"	7º32'40"	7º34'57"	7º34'40"
Delta do Maiacaré	7º32'24"	7º29'24",6	7º31'7",5	7º31'55"
Delta do Amapá	7º25'34",5	7º20'19",5	7º24'30"	7º27'55"
Ilha de Maracá (ponta Norte-Oeste) Cabo do Norte (ponta Norte-Leste)	7º24'34" 7º10'17",7	– –	– –	7º23'23" 7º7'50"
Delta do Carapapóris	7º19'21",5	7º11'9"	7º15'9"	7º21'25"
Cabo Raso do Norte	6º48'02",9	–	–	6º47'
Confluente do Piratuba	6º43'45"	–	–	–
Confluente do Araquiçauá	6º41'15"	–	6º53'30"	–
Confluente do Araguari	6º47'19",6	6º45'40",6	6º57'18"	–
Ponta Grossa	6º44'04",5	–	–	6º46'25"
Ilha Bailique (ponta Norte)	–	–	–	6º46'25"
Furo Grande do Araguari, canal amazônico já obstruído em 1834. Ponto de partida (margem esquerda do Amazonas) Ponto final (margem direita do Araguari)	6º52'41" 6º51'14"	– –	– –	6º57'55" 6º5'14"
Macapá (Cidade de)	7º53'18",9	7º51'45"	–	–
Cabo Maguari	–	–	–	5º12'55"
Ponta Tijioca	–	4º42'5"	–	–

Pará (Cidade do)	5º20’15’’	5º17’31’’	–	5º19’5’’
Confluência da angra Maiacaré (Batabuto), com a margem esquerda do Araguari (angra obstruída)	7º4’6’’,4	–	7º14’40’’,5	–
Confluência da angra Urucu	6º57’1’’,6	–	–	–
Confluência do Aporema	7º25’52’’,5	–	–	–
Colônia Pedro II	7º48’22’’	–	–	–
Confluência do Tracajatuba	7º48’50’’	–	–	–
Amapá (vilarejo do)	7º36’31’’,8	–	–	–
Confluência do Igarapé da Serra	7º32’59’’,85	–	–	–
Confluência do rio Frechal	7º32’58’’,35	–	–	–
Entrada do rio Tartarugal ou Amanaí, no lago de Duas Bocas	7º36’51’’,3	–	–	–
	BRAGA CAVALCANTE			
Nascente do Araguari (***)	–	–	–	–
Ponta da última observação próximo à nascente	9º	–	–	–
Confluência do Moruré	8º57’	–	–	–
Confluência do Falcino	8º28’45’’	–	–	–
Porto Grande (Araguari)	8º18’	–	–	–

(*) Latitude de Caiena de acordo com ROUSSIN é 4º56’28’’ N.
(**) Latitude de Macapá de acordo com LA CONDAMINE é 0º3’ N.
(***) Talvez 2º35’.

LONGITUDES

MERIDIANO DE PARIS				*MERIDIANO DE GREENWICH*			
COSTA AZEVEDO	**TARDY DE MONTRAVEL**	**CARPENTIER**	**MOUCHEZ**	**COSTA AZEVEDO**	**TARDY DE MONTRAVEL**	**CARPENTIER**	**MOUCHEZ**
54º36'36"	54º34'1"$_{,7}$	–	–	52º16'22"$_{,2}$	52º13'46"$_{,7}$	–	–
54º24'	53º57'30"	–	–	51º40'10"	51º37'16"	–	–
53º54'9"$_{,65}$	53º54'44"$_{,6}$	–	–	51º33'53"$_{,65}$	51º34'30"$_{,6}$	–	–
53º52'44"$_{,6}$	–	53º48'59"$_{,775}$	–	51º32'30"$_{,6}$	–	51º28'45"$_{,775}$	–
53º50'14"$_{,9}$	–	53º43'59"$_{,15}$	–	51º30'$_{,9}$	–	51º23'45"$_{,15}$	–
53º51'21"	53º45'50"	–	53º48'	51º31'7"	51º25'36"	51º27'46"	–
53º24'29"$_{,6}$	53º28'15"	53º20'14"	–	51º4'15"$_{,6}$	51º8'1"	–	–
–	–	–	53º21'50"	–	–	–	51º1'46"
53º11'30"	53º11'44"	53º10'59"	–	50º51'16"	50º51'30"	50º50'45"	–
53º3'24"	53º3'15"$_{,5}$	53º3'32"	53º5'15"	50º43'9"	50º43'1"$_{,5}$	50º45'18"	50º45'1"
53º2'59"	52º59'59"$_{,6}$	53º1'42"$_{,5}$	53º2'30"	50º42'45"	50º39'45"$_{,5}$	50º41'28"$_{,5}$	50º42'16"
52º56'9"$_{,5}$	52º50'54"$_{,5}$	53º55'5"	52º58'30"	50º35'55"$_{,5}$	50º30'40"$_{,5}$	50º34'51"	50º38'16"
52º55'9"$_{,1}$	–	–	52º54'	50º34'55"$_{,1}$	–	–	50º33'44"
52º40'52"$_{,7}$	–	–	52º38'25"	50º20'38"$_{,7}$	–	–	50º18'11"
52º49'56"$_{,5}$	52º41'44"	52º45'44"	52º52'	50º29'42"$_{,5}$	50º21'30"	50º25'30"	50º31'46"
52º18'37"$_{,9}$	–	–	52º17'35"	49º54'6"	–	–	49º57'21"
52º14'20"	–	–	–	49º54'6"	–	–	–
52º11'50"	–	52º24'5"	–	49º51'36"	–	50º3'51"	–
52º17'54"$_{,6}$	52º16'15"$_{,5}$	52º27'53"	–	49º57'40"$_{,6}$	49º56'1"$_{,5}$	50º7'39"	–
52º14'39"$_{,5}$	–	–	52º17'	49º54'25"$_{,5}$	–	–	49º56'46"
–	–	–	52º17'	–	–	–	49º56'46"
52º23'15"	–	–	52º28'30"	50º3'1"	–	–	50º8'16"
51º35'49"	–	–	51º35'49"	49º15'35"	–	–	49º15'35"
53º23'52"$_{,9}$	53º22'20"	–	–	51º3'39"$_{,9}$	51º2'6"	–	–
–	–	–	50º43'30"	–	–	–	48º23'16"
–	50º12'40"	–	–	–	47º52'26"	–	–
50º50'50"	50º48'6"$_{,6}$	–	50º49'40"	48º30'36"	48º27'52"$_{,8}$	–	48º29'26"
52º34'41"$_{,4}$	–	52º45'15"$_{,5}$	–	50º14'27"$_{,4}$	–	50º25'1"$_{,5}$	–
52º27'36"$_{,6}$	–	–	–	50º7'22"$_{,6}$	–	–	–
52º56'27"$_{,5}$	–	–	–	50º36'13"$_{,5}$	–	–	–
53º18'57"	–	–	–	50º58'43"	–	–	–
53º19'25"	–	–	–	50º59'11"	–	–	–
53º7'6"$_{,5}$	–	–	–	50º46'52"$_{,8}$	–	–	–
53º3'34"$_{,85}$	–	–	–	50º43'20"$_{,85}$	–	–	–
53º3'33"$_{,35}$	–	–	–	50º43'19"$_{,35}$	–	–	–
53º7'26"$_{,8}$	–	–	–	50º47'12"$_{,5}$	–	–	–
BRAGA CAVALCANTE				**BRAGA CAVALCANTE**			
–	–	–	–	–	–	–	–
54º30'35"	–	–	–	52º10'21"	–	–	–
54º27'35"	–	–	–	52º7'21"	–	–	–
53º59'20"	–	–	–	51º39'6"	–	–	–
53º48'35"	–	–	–	51º28'21"	–	–	–

QUESTÕES DE FRONTEIRAS ENTRE O BRASIL E A GUIANA FRANCESA*

MEMÓRIA OU EXPOSIÇÃO DOS DIREITOS DO BRASIL

* TRADUÇÃO DE JEANNE SAWAYA E CATARINA ELEONORA F. DA SILVA

I

Questões a solucionar e poderes do árbitro.

O litígio que a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Francesa decidiram submeter à arbitragem do governo da Confederação Suíça, por intermédio do compromisso firmado no Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1897, diz respeito a duas linhas de fronteira a serem estabelecidas entre o Brasil e a Guiana Francesa:

Limite marítimo.

1º A linha geralmente denominada *limite marítimo*, porque deve formar a fronteira da parte marítima do território contestado, ou seja, a linha que, partindo do litoral, segue o curso do *rio Japoc* ou *Vicente Pinzón*, conforme estipulado no artigo 8º do Tratado firmado em Utrecht em 11 de abril de 1713, entre Portugal e França.

Limite interior.

2º O *limite interior* que, partindo do Japoc ou Vicente Pinzón, toma o rumo oeste para completar a fronteira entre o Brasil e a Colônia Francesa.

O compromisso de 1897.

O "árbitro", declara o compromisso, será convidado a decidir *qual é o rio Japoc ou Vicente Pinzón e a fixar o limite interior do território*.

Os dois primeiros artigos desse instrumento enunciam as pretensões

respectivas do Brasil e da França e a missão do árbitro no que toca a cada uma das duas linhas de fronteira:

> Artigo 1º. A República dos Estados Unidos do Brasil pretende que, *de acordo com o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinzón é o Oiapoque* que deságua no oceano a oeste do cabo Orange e que a linha de fronteira deve ser traçada pelo seu talvegue.
>
> A República Francesa pretende que, *de acordo com o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinzón é o rio Araguari (Araouary)*, que deságua no oceano ao sul do *cabo do Norte* e que a linha de fronteira deve ser traçada pelo seu talvegue.
>
> A decisão do árbitro sobre as pretensões das duas partes terá caráter conclusivo e adotará em sua sentença, que será obrigatória e sem apelação, um dos rios pretendidos, ou, se assim entender, algum outro rio compreendido entre os dois.
>
> Artigo 2º. A República dos Estados Unidos do Brasil pretende que o limite interior, parte do qual foi provisoriamente reconhecido pela convenção de Paris de 28 de agosto de 1817, situa-se ao longo do paralelo de 2º24' N, que, partindo do *Oiapoque*, termina na fronteira da Guiana Holandesa.
>
> A França pretende que o limite interior é a linha que, partindo da cabeceira principal do *Araguari*, segue para oeste paralelamente ao *rio Amazonas* até a confluência com a margem esquerda do *rio Branco* e segue por essa margem até encontrar o paralelo que passa pelo ponto extremo da serra *Acaraí*.
>
> O árbitro decidirá em caráter conclusivo o limite interior e adotará em sua sentença, que será obrigatória e sem apelação, uma das linhas reivindicadas pelas duas partes, ou escolherá como solução intermediária, a partir da cabeceira principal do rio adotado como sendo o *Japoc* ou *Vicente Pinzón* até a fronteira da Guiana Holandesa, o divisor de águas da bacia do Amazonas, que nesta região é constituído, em sua quase totalidade, pela linha de cumeada da serra *Tumucumaque*.

Convém comparar essas cláusulas com os compromissos assumidos pela França e por Portugal no que diz respeito à Guiana, ao término

das guerras da Revolução e do Primeiro Império Francês, quando se encontravam rompidos ou anulados todos os tratados entre as duas potências.

São as seguintes:

1) *Convenção de Viena de 12 de maio de 1815:* **Convenção de 1815.**

Artigo 2º. Sua alteza real (o príncipe regente do Reino de Portugal e do Brasil) 'querendo testemunhar de forma incontestável sua consideração a sua majestade Luís XVIII, compromete-se a restituir e declara que restitui a sua majestade a Guiana Francesa *até o rio Oiapoque, cuja foz está situada entre o quarto e o quinto graus de latitude norte, limite que Portugal sempre considerou como aquele fixado pelo Tratado de Utrecht'*.

A época de entrega dessa colônia a sua majestade cristianíssima será determinada, assim que as circunstâncias o permitirem, por uma convenção particular entre as duas cortes. *Proceder-se-á de forma amigável, logo que possível, à fixação definitiva dos limites das Guianas Portuguesa e Francesa, conforme o sentido preciso das cláusulas do artigo 8º do Tratado de Utrecht.*[1]

2) *Artigo 107 da Ata final do Congresso de Viena, 9 de junho de 1815:*[2]

Tratado de Viena de 1815.

Sua alteza real o príncipe regente do Reino de Portugal e do Brasil, para manifestar de forma incontestável especial consideração por sua majestade cristianíssima, compromete-se a restituir a sua majestade a Guiana Francesa *até o rio Oiapoque, cuja foz está situada entre o quarto e o quinto graus de latitude setentrional, limite que Portugal sempre considerou como o limite fixado pelo Tratado de Utrecht.*

3) *Convenção de Paris, de 28 de agosto de 1817, entre Portugal e França:*[3]

---

1 De Clercq, *Recueil des Traités de la France*, tomo II, p. 515. – Borges de Castro, *Coleção de Tratados de Portugal*, tomo V, p. 52.

2 Borges de Castro, V. 182 e seguintes; De Clercq, II, 567 e seguintes.

3 Borges de Castro, V. 371; De Clercq, III, 102.

Convenção de 1817.

Artigo 1º. Sua majestade fidelíssima, estimulada pelo desejo de cumprir o artigo 107 da Ata final do Congresso de Viena, compromete-se a entregar a sua majestade cristianíssima, no prazo de três meses, ou antes, se possível, a Guiana Francesa até o *rio Oiapoque, cuja foz está localizada entre o 4º e o 5º graus de latitude setentrional e até 322 graus de longitude a leste da ilha de Ferro, ao longo do paralelo de 2 graus e 24 minutos de latitude setentrional.*[4]

Artigo 2º. As duas partes procederão imediatamente à nomeação e ao envio de comissários *para fixar definitivamente os limites das Guianas Francesa e Portuguesa, conforme o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht e as cláusulas da Ata final do Congresso de Viena;* os referidos comissários concluirão seus trabalhos no prazo máximo de um ano, a contar da data de sua reunião na Guiana. Se, ao final de um ano, os respectivos comissários não chegarem a um acordo, *ambas as altas partes contratantes procederão amigavelmente a outro acordo, com a mediação da Grã-Bretanha e sempre conforme o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht, firmado sob a garantia dessa Potência.*

Dessa forma, o artigo 8º do Tratado de Utrecht foi a única das cláusulas anteriores revalidada pela França, por um lado, e pelos Reinos de Portugal e do Brasil, por outro, em Viena, em 1815, como em Paris, em 1817. As duas partes comprometeram-se então, por três vezes, a fixar definitivamente os limites das Guianas "amigavelmente... *e sempre de acordo com o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht*".

Em despacho datado de 5 de julho de 1841, dirigido à Legação da França no Rio de Janeiro e comunicado ao governo brasileiro, o ministro dos Negócios Estrangeiros, senhor Guizot, dizia:

> ... Antes que a questão seja reduzida a termos tão simples, é necessário primeiro chegar a um acordo sobre a interpretação do artigo 8º do *Tratado de Utrecht*...

No que se refere ao *limite marítimo*, trata-se simplesmente, por conseguinte, de interpretar o artigo 8º do *Tratado de Utrecht*. É o que o Brasil e a França pedem ao árbitro, convidando-o a declarar "qual é o

[4] Ver *Mapa do Território a leste do rio Branco,* no qual as duas linhas, a do paralelo de 2º24' N e a de 322 graus de longitude leste da ilha de Ferro (58 graus oeste de Paris) encontram-se traçadas.

Poderes do árbitro no que se refere ao limite marítimo.

rio Japoc ou *Vicente Pinzón*". O árbitro pode, dessa forma, pronunciar-se, não apenas pelo rio Oiapoque ou pelo Araguari, reivindicados respectivamente pelo Brasil e pela França, mas ainda por um daqueles que correm no território contestado entre os dois rios reivindicados, desde que o curso d'água escolhido seja, segundo ele, *o Japoc ou Vicente Pinzón do artigo 8º do Tratado de Utrecht*.

Eis o texto português desse artigo:[5]

> VIII – *A fim de prevenir toda a ocasião de discórdia, que poderia haver entre os vassalos da coroa de França e os da coroa de Portugal, sua majestade cristianíssima desistirá para sempre, como presentemente desiste por este Tratado pelos termos mais fortes e mais autênticos, e com todas as cláusulas que se requerem, como se elas aqui fossem declaradas, assim em seu nome, como de seus descendentes, sucessores e herdeiros, de todo, e qualquer direito, e pretensão que pode, ou poderá ter sobre a propriedade das terras chamadas do cabo do Norte, e situadas entre o rio das Amazonas, e o do Japoc ou de Vicente Pinzón, sem reservar, ou reter porção alguma das ditas Terras, para que elas sejam possuídas daqui em diante por sua majestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros, com todos os direitos de Soberania, Poder absoluto, e inteiro Domínio, como parte de seus Estados, e lhe fiquem perpetuamente, sem que sua majestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros possam jamais ser perturbados na dita posse por sua majestade cristianíssima, seus descendentes, sucessores,* e *herdeiros.*
>
> ... Não é apenas o sentido do artigo 8º, como é repetido habitualmente, mas

[5] Texto em francês:
"VIII. – Afin de prévenir toute occasion de discorde qui pourroit naître entre les Sujets de la Couronne de France & ceux de la Couronne de Portugal, Sa Majesté Très-Chrétienne se desistera pour toujours, comme Elle se desiste dès à présent par ce Traité, dans les termes les plus forts & les plus autentiques, & avec toutes les clauses requises, comme si elles étoient inserées icy, tant en son nom, qu'en celuy de ses hoirs, successeurs & heritiers, de tous droits & prétentions qu'Elle peut ou pourra prétendre sur la propriété des *terres, appellées du Cap du Nord,* & *situées entre la rivière des Amazones,* & *celle de Japoc ou de Vicent Pinçon,* sans se réserver ou retenir aucune portion desdites terres, afin qu'elles soient desormais possedées par Sa Majesté Portugaise, ses hoirs, successeurs & héritiers avec tous les droits de Souveraineté, d'absolue puissance, & d'entier Domaine, comme faisant partie de ses Etats, & qu'elles lui demeurent à perpetuité, sans que sa Majesté Portugaise, ses hoirs, successeurs & héritiers, puissent jamais être troublez dans ladite possession, par Sa Majesté Très-Chrétienne, n'y par ses hoirs, successeurs & héritiers."

> de preferência o sentido e o espírito do Tratado de Utrecht na íntegra que os plenipotenciários devem interpretar, disse em 20 de setembro de 1855 o barão His de Butenval, plenipotenciário francês.[6]

O artigo 8º, revalidado em 1815, é o único que permanece em vigor*, mas o Brasil reconhece que para interpretá-lo, já que a partir do século XVIII houve contestações sobre a situação do Japoc ou Vicente Pinzón, todos os demais artigos do tratado devem ser estudados, assim como o Tratado Provisório de 4 de março de 1700, que havia neutralizado a parte das terras do cabo do Norte, ou seja, da Guiana, situada entre a margem esquerda do Amazonas, a jusante do forte de Cumaú ou Macapá, a orla marítima e o *rio Japoc* ou *Vicente Pinzón*, tratado expressamente anulado pelo seguinte artigo da Paz de Utrecht:

> Artigo 9º. Em decorrência do artigo anterior, sua majestade portuguesa poderá determinar a reconstrução dos fortes de Araguari e de Cumaú ou Macapá, bem como de todos aqueles que foram demolidos, em cumprimento do Tratado Provisório firmado em Lisboa em 4 de março de 1700, entre sua majestade portuguesa Pedro II, de gloriosa memória, tornando nulo e sem valor o referido Tratado Provisório em virtude do presente...

O artigo 8º do Tratado de Utrecht não designa nenhum *limite interior* completando a oeste o limite do Japoc ou Vicente Pinzón e foi para suprir essa omissão que, na Convenção de Paris de 28 de agosto de 1817, foi adotado o paralelo de 2º24' N do Oiapoque até 322 graus de longitude leste da ilha de Ferro, ou seja, 58 graus de longitude oeste de Paris. Essa fronteira interrompe-se hoje na margem direita do Awa ou alto Maroni, por decisão arbitral do imperador da Rússia, em 25 de maio de 1891, que atribuiu à Holanda o território compreendido entre esse rio e seu afluente, o Tapanahoni.

Poderes do árbitro no que se refere ao limite interior.

Para a fixação do *limite interior*, o árbitro encontra-se investido dos poderes declarados no artigo 2º do Compromisso. Cabe a ele solucionar a controvérsia escolhendo, seja a

[6] Atas da Conferência sobre a demarcação das Guianas Brasileira e Francesa, firmadas em Paris, 1855-1856. Ata da 2ª sessão (ver Tomo III da Primeira Memória apresentada ao governo da Confederação Suíça).

fronteira proposta pelo Brasil, seja aquela proposta pela França, seja, como solução intermediária, o divisor de águas que, no maciço da serra Tumucumaque, constitui o limite setentrional da bacia amazônica, desde a *nascente principal do Japoc ou Vicente Pinzón de Utrecht* até a fronteira holandesa.

II

O rio Oiapoque ou Vicente Pinzón, a partir de sua foz até o paralelo de 2º24' norte, depois, em direção oeste, esse mesmo paralelo até o Awa ou alto Maroni, formam as duas linhas de fronteira reivindicadas pelo Brasil. Seu traçado em um mapa moderno da Guiana não pode suscitar qualquer desacordo sério, uma vez que os cursos do rio Oiapoque e de grande parte do Awa foram explorados. No máximo será necessário, mais tarde, proceder *in loco* a algumas correções de longitude para diferentes pontos do curso superior dos dois rios. Parece que o Camopi é apenas um afluente e não o braço principal do rio, como se pensava anteriormente.

Determinação das linhas de fronteira reivindicadas pelas duas partes.

A foz do Oiapoque encontra-se a 4º13'16'' N e 8º22'09'' de longitude oeste do Rio de Janeiro, ou seja, 53º52'44'' de Paris.[7] Está perfeitamente assinalada a leste pelo cabo Orange, a oeste por várias *montanhas* "ainda mais notáveis por serem as primeiras terras altas que se descobrem vindo do cabo do Norte",[8] montanhas que já

Foz do Oiapoque.

Assinalada por montanhas.

[7] Segundo o capitão-de-corveta J. da Costa Azevedo, da Marinha Brasileira, em 1857 (mais tarde almirante e barão de Ladário).

[8] *Decription géographique de la Guyane,* por "S. Bellin, *Ingénieur de la Marine et du Depost des Plans*", Paris, 1763, p. 273.

haviam sido indicadas junto à margem ocidental do Vicente Pinzón por cartógrafos do século XVI. Essa posição geográfica, assim como as dos principais pontos da costa entre o cabo Orange e o cabo Raso do Norte, apenas recentemente foi localizada com precisão, pois, antes do Tratado de Utrecht e mesmo depois dele, os mapas e os autores davam, às vezes, latitudes mais meridionais ao cabo Orange, o que não é surpreendente quando se sabe que nos mapas franceses do século XVII, até mesmo a respeito da França, encontram-se erros semelhantes.

Nascente do Oiapoque.

O rio Oiapoque ou Vicente Pinzón nasce na vertente setentrional da serra Tumucumaque, próximo à latitude do cabo Raso do Norte, e corre em direção geral sul-norte. Na vertente oposta a esse maciço encontra-se a nascente do Jari, afluente do Amazonas,[9] e do Mapari, afluente do Araguari.

O Araguari ao sul do cabo do Norte.

A linha pretendida pela França inicia-se na foz do rio Araguari (Arauari), "que deságua no oceano ao sul do cabo do Norte", como consta no artigo 1º do Compromisso.

Cabo do Norte: o antigo e o moderno.

Há nessa região dois cabos do norte: o antigo *cabo do Norte* dos portugueses, ou ponta nordeste da ilha de Maracá, a 2º15'30''N,[10] e, um pouco mais ao sul, a 1º40'10''N, o cabo Raso do Norte,[11] em geral denominado hoje cabo do Norte. Ambos são designados por esse mesmo nome no último mapa da costa da Guiana a partir de Caiena até a embocadura do Amazonas (*Carte des Côtes de la Guyane depuis Cayenne jusqu'à l'embouchure de l'Amazone)*, publicado pelo Ministério da Marinha da França).[12] O da ilha de Maracá traz a seguinte legenda: "cabo Norte dos antigos geógrafos". Froger, em 1696; Pierre Barrère, em 1743; Bellin, em 1762 e 1763; A.-H. Brué, em 1826; e vários outros

[9] § 41.–... Rio Iary... A nascente desse rio encontra-se nas proximidades da nascente do Yapoco, mencionado no § 36". – "§ 36... O rio Yapoco desemboca em 4º15' N, próximo ao cabo Orange. Esse rio é aquele que, no Tratado de Paz de Utrecht, foi declarado limite das possessões portuguesas. *Roteiro*, escrito em Barcelos (rio Negro), em 1768, pelo abade José Monteiro de Noronha, publicado pela Academia Real de Ciências de Lisboa, em 1856, nº 1, tomo VI das *Notícias para a História das Nações Ultramarinas*.

[10] Costa Azevedo.

[11] Segundo Costa Azevedo e segundo Mouchez, 1º40'17''N.

[12] Nº 2729-105, *Dressée d'après les documents les plus récents et les observations faites*... por E. Mouchez, capitão-de-fragata. – *Dépôt des Cartes et Plans de la Marine*, 1868. *Dernières corrections essentielles, décembre 1885, secondaires, décembre 1893*...

O cabo do Norte forma o limite ocidental da foz do Amazonas.

geógrafos de nosso século aí situavam o cabo do Norte[13]. Simon Mentelle, em seu mapa da Guiana, publicado no *Atlas* do padre Raynal, Daniel Lescallier, em 1791, e o barão Walckenaer, em 1837, para citar apenas os franceses, davam à ilha de Maracá o nome português de "ilha do cabo do Norte".[14]

Segundo La Condamine.

Essa ilha ou, se preferirmos, cabo Raso do Norte, de acordo com opinião geralmente aceita hoje, marca o limite ocidental da foz do Amazonas, que anteriormente se encontrava na direção do Oiapoque e do cabo Orange, segundo Saint-Elme Reynaud[15] e Joaquim Caetano da Silva.[16]

"Desse ponto", escreveu em 1751, La Condamine, referindo-se à ilha Bailique, que ele denominava Penitência, de onde prosseguia sua viagem do Pará a Caiena, "desse ponto atingimos em dois dias, assim como eu havia previsto, *o cabo do Norte que termina, de forma inequívoca, no lado oeste, embocadura do Amazonas.* Se se tomar a ponta do Maguari, na direção leste, como outro extremo, o delta do rio terá, seguindo minha rota, pouco menos de 50 léguas marítimas e cerca de 60 léguas comuns; e se se quiser absolutamente incluir a do rio Pará, a foz total terá mais de 70 léguas comuns"[17].

---

[13] Os mapas de Froger e de G. de l'Isle trazem os nºs 85 e 89 no *Atlas Brasileiro.* O mapa de Barrère está publicado na *Nouvelle Relation de la France Equinoxiale*, Paris, 1743; os de Bellin, mapas nº 29 e nº 46, no *Atlas Maritime* e na *Description géographique de la Guyane.* Há várias edições, de 1826 a 1834, da *Carte de l'Amérique Du Sud*, de Brué, *Geógrafo do rei*.

[14] Mapa de Simon Mentelle, reduzida por Bonne, engenheiro hidrógrafo da Marinha, nº 32 no *Atlas* de Raynal. Designa-se "*Maracá ou Isle Du Cap Nort*".
- Lescallier: "O *rio Arauari* tem sua foz próxima à foz do *rio das Amazonas*, em aproximadamente um grau de latitude norte. A doze léguas a noroeste localiza-se o *cabo do Norte*, em seguida a ilha do cabo Norte, e nela o *rio Carapapuri.*" (*Exposição sobre os meios para valorizar e administrar a Guiana...* de Daniel Lescallier, antigo administrador dessa colônia, 1ª edição, Paris, 1791.)
- Walckenaer: "*Ilha de Maracá* ou *cabo Norte* está separada da embocadura do *Mapa* apenas por um canal de duas léguas..." (*Mémoire*, datada de 10 de março de 1837, p. 14 do volume 75 *in Nouvelles Annales des Voyages*, 15ª da 3ª série, Paris, 1837).

[15] Memória sobre a parte de Guiana que se estende entre o Oiapoque e o Amazonas e sobre a comunicação do Amazonas com o lago Mapá pelo rio Saint-Hilaire, *in Bulletin de la Société de Géographie de Paris*, janeiro 1839.

[16] *L'Oyapoc et l'Amazone*, 1ª edição, Paris, 1861: 2ª, Rio de Janeiro, 1893; 3ª Paris, 1899, §§ 9 a 13.

[17] De La Condamine, *Journal du Voyage fait par ordre du Roi, à l'Equateur; servant d'introduction historique à la mesure des trois premiers degrés du méridien.* Por de La

Já em 1745, perante a Academia de Ciências, ele dissera, lendo a *Relação* de sua viagem:[18]

> Não poderia concluí-lo (seu mapa) sem ver a verdadeira embocadura do Amazonas *e sem acompanhar sua margem setentrional até o cabo do Norte, onde termina seu curso* (p. 182). ... Algumas léguas abaixo do Pará, atravessava o delta oriental do Amazonas ou o braço do Pará, separado da verdadeira foz ou do delta ocidental pela grande ilha conhecida pelo nome de Joanes, e no Pará mais conhecida pelo nome de Marajó (p. 188). ... *Entre Macapá e o cabo do Norte*, onde o grande canal do rio é mais estreitado pelas ilhas, e sobretudo diante do *grande delta do Arawary, que penetra no Amazonas do lado norte*...(p. 193).

Segundo as Instruções Náuticas Francesas.

As Instruções Náuticas Francesas não são menos concludentes nesse ponto. Lê-se nas Instruções de 1847 redigidas por Tardy de Montravel:[19]

> ... O delta do Amazonas está compreendido entre o *cabo Maguari* e o *cabo do Norte*; são os limites que a geografia moderna lhe fixou, ainda que me pareça mais racional considerar sua embocadura completa entre a ponta Tijoca (Tijioca) e o cabo do Norte... (p. 46). ... Vimos, no final do capítulo anterior, que havia sido estabelecido tomar como limites da foz do Amazonas o cabo do Norte, por um lado, e a ponta Maguari, por outro (p. 48). ... Entre vários rios *que deságuam na foz do rio entre a ponta Pedrera* (Pedreira) *e o cabo do Norte, o principal é o Arauary...* Esse rio desemboca um pouco ao norte da ilha Bailique, a mais setentrional do grupo oeste.

E nas últimas Instruções publicadas em Paris pelo Ministério da Marinha:[20]

Condamine, Paris, Imprimerie Royale, 1751, p. 201.

[18] *Relation abrégée d'un voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Méridionale, depuis la côte de la Mer du Sud, jusqu'aux côtes du Brésil & de la Guyane, en descendant la rivière des Amazones*, lido na Assembleia Pública da Academia de Ciências, em 28 de abril de 1745, por de La Condamine, membro da Academia. Paris, 1745.

[19] *Instructions pour naviguer sur la côte septentrionale du Brésil et dans le fleuve des Amazones*, de L. Tardy de Montravel, capitão-de-corveta, comandante do brigue *La Boulonnaise*, encarregado em 1842 e 1843 do reconhecimento hidrográfico dessas paragens. Paris. Imprimerie Royale, 1847.

[20] Nº 574. *Guyane Française et fleuve des Amazones*, publicado pelo Serviço de Instruções, durante a gestão do vice-almirante Gicquel des Touches, ministro da Marinha e das Colônias, Paris, Imprimerie Nationale, 1877.

> O delta do Amazonas, a partir da ponta Tijoca (Tijioca) *até o cabo do Norte*, estende-se por 180 milhas (p. 43). ... Entre vários rios *que deságuam na foz do rio entre a ponta Pedrera* (Pedreira) *e o cabo do Norte, o principal é o Araguari*, que se acredita comunicar-se por canais interiores com o Oiapoque e com o lago Mapa, ao sul da Guiana. Esse rio desemboca um pouco ao norte da Ilha Bailique, a mais setentrional do grupo oeste; a '*pororoca*' – nome indígena para macaréu – é extremamente violenta na embocadura. A partir desse rio até 33 milhas (cerca de 53, 1 km) mais ao norte, a costa do continente segue em direção NNE, fletindo cerca de dois quartos para norte, para em seguida dirigir-se bruscamente para oeste para formar *o cabo do Norte, limite da foz do Amazonas*. Toma em seguida o rumo NNO, que é a direção da costa da Guiana. (pp. 58-59). *O cabo do Norte, que forma o limite NO da foz do Amazonas*, é baixo e arborizado, mas sensivelmente mais elevado do que as terras vizinhas, que são frequentemente inundadas... (p. 73).

Instrução Náutica Inglesa.

A Instrução Náutica Inglesa dá o mesmo limite à foz do Amazonas do lado norte[21].

Émile Levasseur.

> Do *cabo Raso do Norte* ao cabo Maguari, diz Émile Levasseur, a embocadura setentrional (do Amazonas) tem 300 quilômetros de largura; do cabo Maguari à ponta Tijioca, a embocadura meridional tem 61 quilômetros... A força da correnteza amazônica é sentida a 300 quilômetros de distância (50 léguas marítimas), além da foz em direção do NNE e permite, em pleno mar, tirar água quase doce...[22]

O Araguari é um afluente do Amazonas.

Depois de todas essas autoridades, pode-se afirmar, apesar da declaração feita no Compromisso, que o Araguari não deságua no oceano, já que a margem esquerda do Amazonas só termina no cabo Raso do Norte ou mesmo no antigo cabo do Norte, na ilha de Maracá, de modo que o rio que a França reivindica agora em nome de um tratado pelo qual renunciou a

---

[21] "*... A costa a partir da foz do Aragauri corre na direção N por E pela distância de 25 milhas (cerca de 40,22 km) em direção ao cabo do Norte, que é o limite mais ocidental da foz do Amazonas...*" *(The South America Pilot, Part. I... Compiled by Staff Commander* James Penn, R. N., *Third edition. Published by order of the Lords Commissioners of the Admiralty*. Londres, 1885, p. 438).

[22] *Le Brésil*, de E. Levasseur, membro do Instituto, professor no *Collège de France* e *no Conservatoire des Arts et Métiers*, 2ª edição, Paris, 1889, p. 4.

qualquer pretensão sobre o Amazonas vem a ser, incontestavelmente, um afluente desse rio.

A confluência do Araguari, ao norte da ponta Grossa, situa-se a 1º14'34'' N e 6º47'19'' de longitude oeste do Rio de Janeiro. É, com certeza, o ponto de partida da primeira linha reivindicada pela França, pois esse rio não tem outras saídas –, seja mais ao sul, no Amazonas, seja ao norte, para o mar, – como se pretendeu. Antigamente, e ainda no início deste século, o Amazonas destacava um braço que levava ao Araguari, próximo da confluência desse rio. Era o Furo Grande (grande canal) do Araguari,[23] cujo ponto de partida, na margem esquerda do Amazonas, encontrava-se a cerca de vinte milhas marítimas da ponta Grossa. Outro braço menos importante, o Furo Pequeno, penetrava três milhas no interior a montante do Furo Grande, para logo encontrar-se com este e formar uma ilha. Os dois pontos de partida, na margem esquerda do Amazonas, não eram, portanto, a embocadura do Araguari, pois esse canal, consideradas sua direção e a força da correnteza amazônica, era normalmente percorrido pelas águas do grande rio que, dessa forma, engrossavam as águas de seu afluente. O Furo Grande, que aparece ainda hoje nos mapas marítimos franceses e ingleses, estava totalmente obstruído em 1857, por ocasião da exploração feita por Costa Azevedo, e já em 1834 havia deixado de ser canal de comunicação[24]. No que diz respeito ao suposto braço setentrional do Araguari, desembocando no canal de Maracá, sob a "denominação moderna" de Carapapóris (Carapapouri) e que, nas discussões diplomáticas de 1855 e 1856, era ainda, para o governo francês, o verdadeiro Vicente Pinzón do Tratado de Utrecht, veremos no próximo capítulo, nunca existiu.

---

[23] Furo, canal que une dois rios. Paranamirim, canal que começa e acaba no mesmo rio. Devido a seus numerosos braços, o Amazonas torna-se, por vezes, tributário de seus afluentes.

[24] *Journal d'un Voyage sur la côte méridionale de la Guyane*, de Ch. Penaud, tenente da Marinha, comandante da goleta *La Béarnaise.*

- Fevereiro, março, abril, 1836, nos *Annales Maritimes et Coloniales*, 1836, 2ª parte, tomo II, pp. 421 e seguintes, p. 447: - "Voltei ao Furo para desenhar seu curso e avançar o máximo possível. Penetrei uma milha a mais antes do ponto onde havíamos parado no dia 21" (em 21 de março o tenente Penaud havia penetrado no Furo até quatro milhas e três quartos pelo rio Araguari), "mas árvores derrubadas e galhos que se cruzavam impediram-me de prosseguir. Para desobstruir essa angra, seriam necessários três ou quatro dias de trabalho muito penoso devido à grande quantidade de maruins encontrados nas moitas. O índio José contou-me que há dois anos, navegando pelo Arauari, a maré estando alta, quis alcançar as ilhas da entrada do Amazonas pelo Furo e que foi impedido pelas mesmas dificuldades que encontrei."

Alto Araguari.

Nascente do Araguari.

A primeira linha de fronteira pretendida pela França segue o talvegue do Araguari (artigo 1º do Compromisso) até a "cabeceira principal do braço principal" desse rio (artigo 2º), cabeceira que é o ponto de partida da segunda linha, paralela ao Amazonas.

Exploração de 1798.

O alto Araguari foi explorado em 1798 até o paralelo de 2º10' N pelo tenente-coronel Pedro Alexandrino de Sousa, do exército português, e, segundo essa missão, acreditava-se que a principal nascente desse rio encontrava-se mais ao norte, a cerca de 2º30' N.

Humboldt, no início do século, menciona essa expedição em seu livro *Voyage aux Régions Equinoxiales du Nouveau Continent*:

> Eles (os portugueses) determinaram ao coronel de Sousa o exame cuidadoso da latitude da nascente do rio Araguari; encontraram-na mais setentrional que sua foz, o que teria conduzido a localizar a fronteira na *latitude do Calçoene* (tomo IX, p. 237). Em outro lugar (tomo X, p. 158), ele situa essa nascente a 2º30' N e 55º10' de longitude oeste de Paris. A embocadura do Calçoene encontra-se a 2º32'42'' N.

Expedições de 1891 e 1896.

As expedições realizadas em 1891 e 1896 por Filinto Alcino Braga Cavalcanti, capitão de Estado-Maior do Exército brasileiro, confirmaram os dados que a fantasia de alguns cartógrafos modernos havia feito esquecer. O capitão Braga Cavalcanti, subindo o braço principal do Araguari, alcançou a latitude de 2º30' N por nove graus de longitude oeste do rio, ou seja, 54º30'35'' oeste de Paris, sem conseguir atingir suas nascentes. Os obstáculos que encontrou e a falta de víveres obrigaram-no a desistir de prosseguir com a expedição. As nascentes devem situar-se não muito longe desse local, a cerca de 2º35' N, na vertente meridional de um contraforte da serra Tumucumaque, entre o Yauê e o Motura, afluentes do Oiapoque.

Principais afluentes do alto Araguari.

O Mapari.

O Araguari corre em direção ao sul até o primeiro grau de latitude norte, em seguida acompanha esse paralelo em direção leste até a confluência do Falcino, onde toma novamente rumo do sul para se dirigir para leste depois de receber o Mapari. Os principais afluentes de sua margem esquerda são o Tapiri, o Trajauí, o Cacuí e o Falcino; os da margem direita, o Mururé

e o Mapari ou Amapari. A nascente do Trajauí não dista muito da do Canabuli, tributário do Calçoene.

Todos esses afluentes foram explorados, total ou parcialmente, pelo capitão Braga Cavalcanti e pelos membros da Comissão brasileira chefiada por ele, em 1896. A nascente do Mapari está situada acima do paralelo de dois graus norte entre o Moturá e o Jingarari, afluentes do Oiapoque. O Mapari recebe as águas do Anicoí, do Itaí, do Tacanapi e do Cupichi, todos afluentes da margem direita. O Agamiuare e o Uruaitu (Ourouïtou), explorados por Coudreau, foram ligados ao Itaí por suposição. O capitão Braga Cavalcanti constatou, da mesma forma que o coronel de Sousa, em 1798, que o braço principal do Araguari é o que vem do norte.[25] Ainda sobre esse ponto a última expedição veio confirmar e completar uma informação antiga, pois em um roteiro português da primeira metade do século XVIII, lê-se a seguinte passagem:

> Segue-se o rio Araguari... Tem alguns rios colaterais ou braços. Um se chama Mapari, onde há cacau e algum cravo e, por este braço, vêm os franceses a furto fazer cacau. Tem boas madeiras.[26]

Em um mapa da Guiana elaborado em Paris, em 1766, por Philippe Buache, a nascente do Mapari fica próxima à do Oiapoque e deságua no Auari ou Araguari.[27] Apesar da confusão ocasionada por um mapa da Guiana publicado em 1886, no qual a nascente do Cassiporé está localizada ao lado da nascente do Oiapoque,[28] o explorador Henri Coudreau, em 1893, e Henri Froidevaux, em 1895, haviam suspeitado que o Mapari era afluente do Araguari. "Seria então o Mapari que desaguaria no Auari ou Araguari?", perguntava-se Froidevaux em uma nota de *Mémoires des*

[25] O coronel Sousa não atribuiu importância alguma ao Mapari, tendo-se limitado a indicar a confluência, sem mesmo denominá-lo.

[26] Manuscrito CXV, 2-15 a nº 15. Copiado pelo padre Bento da Fonseca, jesuíta, missionário no Maranhão e no Pará. Biblioteca Pública de Évora.

[27] *Esquisse inédite de la Guyane*, por Ph. Buache, segundo diversos documentos, 1766. Prancha VI na *Memória* de M. Henri Froidevaux, *Explorations françaises à l'intérieur de la Guyane pendant le second quart du XVIII siècle* (1720-1742), Paris, 1895. O original do esboço encontra-se na Biblioteca Nacional de Paris, Mapas, K^1 653.

[28] O traçado do curso do Cassiporé nesse mapa de 1886 foi realizado segundo um capitão Blanc que teria explorado esse rio em 1882 dando-lhe por afluentes o rio Juísa, o rio Branco e o rio Içajul; entretanto, não há referência alguma sobre essa expedição nos Boletins ou nas Resenhas da Sociedade Geográfica de Paris.

irruptions des Portugais du Pará sur les terres de la Guyane dépendantes de la France.[29] E Coudreau:

> Mas os quatro rios, Agamiuare, Uruaitu, *Mapari*, Caroni, são realmente os formadores do Cachipur, não seriam eles de preferência os formadores do Araguari? O Araguari é um rio mais importante do que o Cachipur e pareceria, examinando o mapa, que os quatro rios deveriam logicamente pertencer ao primeiro. Esse é um ponto que apenas novas expedições poderão esclarecer.[30]

A Comissão Mista franco-brasileira, que se encontra agora no território contestado, poderá com facilidade completar as explorações feitas, constatar que o braço principal do Araguari é o que vem do norte e definir a posição da nascente desse rio. A distância exata entre esse ponto e o ponto da margem esquerda do Amazonas, no mesmo meridiano, é um elemento indispensável para o estabelecimento até o rio Branco da linha paralela reivindicada pela França, que deve, naturalmente, acompanhar todas as sinuosidades da margem esquerda.

Nos mapas nºs 1 e 3 anexados à presente *Memória*, traçou-se a linha de fronteira interior reivindicada pela França, tomando como ponto de partida a posição do alto Araguari, onde a última expedição brasileira parou a 2º30' N. O ponto da margem esquerda do Amazonas que corresponde à longitude de nove graus oeste do Rio, 54º30'35'' de Paris, encontra-se no Furo de Arraiolos, entre as confluências do Toeré e do Jari, a 1º25'50'' S. A distância entre os dois paralelos é de 434,6 quilômetros. Traçada nessa distância, a linha paralela à margem esquerda do Amazonas corta o Oiapoque, depois a serra Tumucumaque e vários afluentes do alto Jari, mas, logo em seguida, nas proximidades do Jari e do Paru, é interrompida pelo território

[29] Manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris (Ms. Fr., nº 6235, pp. 13-18), publicado por Froidevaux, como documento justificativo, em seu trabalho já citado (*Explorations françaises...* 1720-1742). Esse manuscrito mostra ainda que expedições portuguesas subiram o Araguari e que um monge do Pará havia informado que o *Moturá* situava-se próximo ao *Araguari:* - "Um padre de Santo Antonio do Pará disse ao senhor de Chassy que participara do destacamento militar que havia ido à tribo dos Curuanes (1744), "e que em outro havia visto os lugares onde os franceses tinham estado, e o de La Jeunesse, que, pelo *Monturá*, estaria bem próximo do Auari."

[30] H. Coudreau, *Aperçu general des Tumuc-Humac (Bulletin de la Société de Géographie*, Paris, tomo XIV, p. 42). Coudreau já havia relatado que um índio do Cassiporé, encontrando-se na nascente do Oiapoque, havia descido um dos supostos formadores do Cassiporé, que o havia conduzido ao Araguari (*Voyage à travers les Guyanes et l'Amazonie*, Paris, 1887, p. XXVI).

holandês, precisamente a 58 graus oeste de Paris ou 322 graus leste da ilha de Ferro, isto é, no meridiano que lorde Wellington, com a finalidade de proteger a Guiana Britânica, havia proposto como limite extremo da pretensão francesa a oeste, meridiano adotado pela Convenção de Paris de 28 de agosto de 1817, na qual parece que o governo francês se apoiou quando da arbitragem de seu litígio com a Holanda na questão da fronteira ocidental da Guiana Francesa.[31] Essa linha interior não pode, portanto, atingir o rio Branco, se os dados disponíveis sobre a latitude da serra Tumucumaque nesse local forem exatos. Caso a fronteira holandesa na serra Tumucumaque, entre o Itani e o Cutari, encontre-se mais ao norte, a linha da pretensão francesa continuaria para oeste e atravessaria o Capu e o Apiniau, formadores do Trombetas, para ser novamente interrompida, dessa vez pelo território das nascentes do Essequibo, que a França não disputa com a Inglaterra.

Ponto de partida da linha interior francesa.

A principal nascente do Essequibo ou Sipó está situada, segundo Schomburgk, a 0º41' N ou, segundo correção feita por C. Chalmers, Gay Sawkins e Charles Brown, 0º44'50''N e 59º15' de longitude oeste de Greenwich, 61º35'14'' a oeste de Paris. O cotovelo formado vários minutos ao sul dessa nascente pelos planaltos e serra Acaraí corta, a cerca de 0º42' N, a passagem da linha interior francesa. Se, apesar desse obstáculo, admitir-se que a linha deva ser interrompida apenas para ser retomada a oeste da serra Essari, essa linha interior apresentar-se-ia na bacia do rio Branco ao norte da linha reta que deve ser marcada do ponto extremo da serra Acaraí até o ponto da margem esquerda desse rio situado na mesma latitude e cortaria, em seguida, essa linha reta para então atingir o rio Branco. Na bacia desse rio, o território em litígio encontrar-se-ia, dessa forma, dividido em duas seções unidas pelo ponto de interseção das duas linhas. A linha paralela à margem esquerda do Amazonas, que deveria formar por toda parte o limite meridional dos territórios reclamados pela França, tornar-se-ia, na bacia do rio Branco, o limite setentrional a leste para voltar a ser o limite sul a oeste; e, reciprocamente, a linha reta que deveria sempre ser o limite norte, formaria a leste o limite sul e a oeste o limite norte.

É necessário acrescentar que, segundo Coudreau, a nascente mais

[31] As *Memórias* das duas partes não foram jamais publicadas, mas, na decisão arbitral do imperador da Rússia, entregue em 25 de maio de 1891, lê-se a seguinte passagem: "... Considerando que a Convenção de 28 de agosto de 1817, que fixou as condições para Portugal restituir a Guiana Francesa à França nunca foi reconhecida pelos Países-Baixos...".

meridional do Essequibo encontrar-se-ia a 1º7' N e 61º2'40'' de longitude oeste de Paris. Ainda que pareça estranho que Schomburgk e outros exploradores ingleses se tenham enganado de quase meio grau de latitude, essa informação deve ser levada em conta. Caso seja confirmada e a linha da pretensão francesa não seja interrompida a leste pelo território holandês, a linha passaria, então, indiscutivelmente, segundo Coudreau, ao sul da serra e do planalto de Acaraí e chegaria sem obstáculos à margem esquerda do rio Branco, como mostra o mapa nº 2 em anexo.

A posição demasiado setentrional da nascente do braço principal do Araguari acarreta todas essas complicações e incertezas sobre a linha interior francesa. Entretanto, quando da negociação dos Tratados de 1801 e 1802, a posição setentrional da nascente não era fato ignorado. Nessa época, como será mostrado adiante, o limite interior que a França vitoriosa impunha a Portugal era uma linha reta leste-oeste, passando ao norte da serra Tumucumaque, porque à França se atribuía então a parte meridional das possessões holandesas na Guiana, isto é, territórios que ainda hoje formam a Guiana Holandesa e aqueles a oeste que a Inglaterra conquistou em 1803. A pretensão a uma linha paralela ao Amazonas, linha que não foi estabelecida em nenhum tratado, foi formulada oficialmente apenas em 1856 e nunca foi objeto de discussão entre os dois governos. Ignora-se até o momento os títulos com que a França fundamenta essa pretensão.

III

Territórios contestados.

O litígio entre o Brasil e a França tem por objeto, como vimos, um território marítimo e uma faixa de terras no interior que ladearia as Guianas Holandesa e Inglesa e que atingiria, talvez, o rio Branco.

Território marítimo.

Superfície.

O território marítimo, perfeitamente delimitado, está compreendido entre a foz do Oiapoque, próximo ao cabo Orange, o mar até o cabo do Norte, a margem esquerda do estuário do Amazonas até a confluência do Araguari, o talvegue desse curso d'água, a linha que, a partir de sua nascente, se dirige para oeste e corta o Oiapoque, e o talvegue desse rio a partir do ponto de encontro da linha interior até o mar. A superfície desse território é de aproximadamente 61.200 quilômetros quadrados.

Territórios interiores.

Superfície dos territórios interiores.

Já foi observado que a zona interior contestada termina, muito provavelmente, na fronteira holandesa a 58 graus oeste de Paris; mas, admitindo que possa ultrapassar essa longitude para interromper-se ao sul da serra Acaraí, próximo à nascente do Essequibo, a superfície aproximada de cada trecho seria:

	Km²
a) Território compreendido entre o Itani, o alto Oiapoque, o paralelo de 2º24' norte e, ao sul, a linha de divisão das águas na serra e no planalto Tumucumaque	8.100
b) Território das bacias do Jari e do Paru, compreendido entre a serra Tumucumaque, ao norte, e a linha paralela ao Amazonas, ao sul	6.700
	14.800
c) Além dos 58 graus oeste de Paris, entre as serras Tumucumaque e Acaraí e a linha paralela ao Amazonas	11.900
	26.700
Caso se admita que, apesar do obstáculo da serra Acaraí, a linha paralela ao Amazonas estende-se a oeste da serra Essari na bacia do rio Branco:	
d) Trecho leste formado, ao sul, por uma linha reta partindo da ponta do Acaraí e, ao norte, pela linha paralela à margem esquerda do Amazonas	1.150
e) Trecho oeste formado, ao norte, por uma linha reta e, ao sul, por uma linha paralela ao Amazonas	3.800
	31.650

A superfície do território contestado na bacia do rio Branco seria de 14.360 km² em vez de 4.950 km², caso Coudreau esteja correto, situando mais ao norte do que os exploradores ingleses a nascente do Essequibo e o divisor de águas. Nesse caso, a superfície dos diferentes trechos do território interior contestado elevar-se-ia a cerca de 41.060 km².

Superfície total dos territórios contestados.

O primeiro número, 31.650 km², somado à superfície do território marítimo, totaliza 92.850 km²; o segundo, de 41.060 km², totaliza 102.260 km².

Rios entre o Oiapoque e o Araguari.

No território contestado compreendido entre o Araguari e o Oiapoque, os rios que deságuam no mar e que têm alguma importância, seja real seja apenas histórica, iniciando pelo sul, são os seguintes:

Carapapóris (Carapapouri);
Amapá (Mapá);
Maiacaré;

Calçoene (Carsewene);
Cunani (Counani);
Cassiporé (Cachipur);
Uaçá (Ouassa).

O *Carapapóris* e o *Maiacaré*, propriamente ditos, não são mais rios, mas simples canais pelos quais correm as águas que transbordam de alguns lagos da região. O *Uaçá* tem por afluentes o *Curipi* e o *Arucauá*, cujo nome (Arcooa, Arracow), segundo Lawrence Keymis, Gabriel Tatton e Robert Harcourt era utilizado pelos indígenas há dois séculos para o braço principal do rio.[32] Quase todos os nomes geográficos atuais são encontrados nas relações inglesas e holandesas dos últimos anos do século XVI e do início do século XVII. Keymis, em 1596, menciona os seguintes rios: o Arrowari (Araguari); o Iwaripoco, que diz ser o maior de todos, mas que não era nada mais do que o canal de Carapapóris, apenas avistado por ele em sua viagem da confluência do Araguari à foz do Oiapoque, como Joaquim Caetano da Silva (§§ 1.171 a 1.189) o comprovou; o *Maipari*, o que parece ser erro tipográfico, por *Maicari*; o *Coanaini* (Cunani); o *Caipourogh* (Cassiporé); e, adiante do *cap Cecyll* (cabo Orange), o *Arcooa* (Arucauá) e o *Wiapoco*, nome indígena que, tendo sido escrito por um inglês, deve ser pronunciado e ortografado à francesa, *Ouayapoco*, da mesma forma que *Iwaripoco* deve ser considerado como *Aiouaripoco*. Gabriel Tatton, em seu mapa de 1608, registra: *rio Arowary; Point Perilous* (cabo Raso do Norte); *Carrapaporough isles* (*ilha de Carapapóris*, que se tornou ilha de Maracá ou cabo do Norte); *lago Maccary* e *rio Mayacary*; rios *Coshebery* (Calçoene); *Comawing* (Cunani); *Cassapourough* (Cassiporé); *cap Sicell* (Cecyll ou Orange); e rios *Arracow* e *Wiapoco*. Harcourt, em 1613, registra: *rio Arrawary, Point Perilous, Carripapoory Islands*, rios *Maicary, Connawini* e *Cassipurogh,*

[32] Lawrence Keymis, *A Relation of the second Voyage to Guyana. Performed and written in the year 1596*. Londres, 1596, petit in-4º.
- Gabriel Tatton, *Carte de la Guyane*, desenhada em Londres, em 1608, sobre pergaminho (Museu Britânico, Mapas Manuscritos, nº 34, 240 N; Fac-símile nº 54 *in Atlas Brésilien*). Nesse mapa as letras C. M. H., C. E. H., C. T. H., e C. E. F. indicam os nomes dos capitães Michael Harcourt, Edward Harvey, Thomas Harcourt e Edward Fischer e o ponto terminal das respectivas expedições.
- Robert Harcourt, *A Relation of the second Voyage to Guyana*, Londres, 1613, pequeno in-4º.

Quase todas as denominações geográficas atuais dessa região são conhecidas desde o final do século XVI.

cap Cecyll, rios *Arracow* e *Wiapoco*. Joannes de Laet:[33] rios *Arewari; Makary* ou *Arikary* (Maiacaré); *Carsewinnen*, que se transforma em *Corrosuine* no seu mapa; *Clapepouri*, denominado *Quanaoueny* no mesmo mapa; *Cassepouri; Arrocawo* e *Wiapoco*.

O exame do belo mapa de Tatton, até agora inédito, desenhado em 1608 com base nos documentos que Robert Harcourt e seus companheiros acabavam de entregar-lhe, mostra que o litoral e as embocaduras dos rios entre o cabo Orange e o canal de Carapaporis não sofreram mudanças tão consideráveis como sugeriram as numerosas incorreções dos mapas impressos após 1598, estabelecidos com base na leitura equivocada dos textos ingleses ou de acordo com informações imprecisas de alguns viajantes. Dessa forma, um suposto braço setentrional do Araguari, que seria o rio Carapapóris, desaguando no canal de mesmo nome, a oeste do cabo Raso do Norte, e que na discussão diplomática de 1855 e 1856 era para a França o verdadeiro Vicente Pinzón do Tratado de Utrecht, a fronteira que ela reivindicava, não se encontrava no mapa de Tatton (ver no *Atlas* o nº 54). Esse canal e o *rio Araguari* haviam sido, entretanto, explorados em 1608 pelos capitães Michael Harcourt e Edward Harvey. É a interpretação equivocada do texto de Keymis por Jodocus Hondius, em 1598, como o mostrou Joaquim Caetano da Silva (§§ 398 a 418 e 1.171 a 1.298), que se deve atribuir a invenção do braço setentrional do Araguari. Em relatório datado de 1º de abril de 1857, o capitão Peyron, comandante do aviso francês *Le Rapide*, encarregado de explorar o suposto Vicente Pinzón-Carapapóris, declarou: "Atualmente não há mais comunicação possível com o braço sul e se existiu anteriormente só pode ter sido em tempos remotos".

Mapa de Tatton de 1608.

Suposto braço setentrional do Araguari.

No capítulo anterior tratou-se da confluência com o Araguari no Amazonas, de sua nascente, de seu curso superior, de seus primeiros afluentes, dos quais o principal é o Mapari. O *Tracajatuba* e o *Aporema*, antigo Maporema são, no território contestado, os únicos afluentes importantes do baixo Araguari. O Aporema tem por tributários os igarapés da Prata, do Cobre (margem direita) e Eusébio (margem

[33] J. de Laet, *Beschrijvinghe Van West Indien*, Leyde, 1625 e 1630; *Novus Orbis*, Leyde, 1630; *L'Histoire Du Nouveau Monde*, Leyde, 1640.

esquerda), nome modificado para Zeiba nos mapas franceses recentes. No século XVII e no início do XVIII, o *Amanaí* (o *Manaye*, segundo os franceses), rio bastante importante, hoje *Tartarugal*, desaguava no Araguari com o nome de *Maiacari* ou *Maiacaré* depois de atravessar vários lagos. Mapas franceses do século XVII o designavam sob o nome de *Batabuto*. A confluência do Maiacaré, que se pode chamar Maiacaré do Sul, na margem esquerda do Araguari, encontrava-se a 1º20'19'' N e 7º4'6'' de longitude oeste do Rio (52º34'42'' oeste de Paris), segundo Costa Azevedo. É na ponta ocidental dessa confluência que se localizava o forte português de Araguari, mencionado nos Tratados de 1700 e de 1713.[34] Mas, em 1728, segundo um roteiro português de propriedade do padre Bento da Fonseca,[35] constatou-se que o Amanaí havia tomado uma direção diferente e que se lançava diretamente no mar depois de atravessar o *lago Camaçari* ou *Macari*, hoje lago da *Jaca*.[36] Já em 1723, o roteiro do capitão Pais do Amaral assinalava o *Igarapepucu* no canal de Carapapóris, nome dado ao rio Carapapóris ou à baía de Macari, um pouco mais ao norte. Em 1857, e bem antes, o Amanaí não se comunicava mais com o Carapapóris e já se dirigia para o norte através dos lagos Duas Bocas, Cajubim, Comprido, Pracuba, Curuxá e Amapá. Tornou-se dessa maneira um afluente do Amapá. Esse último, que formava o curso superior do Maiacaré do Norte, abriu uma passagem para o mar, mais ao sul, e tornou-se um rio independente. Quanto ao Maiacaré do Sul, ele era ainda, em 1791, um desaguadouro do grande lago Onçapoiene, lago d'El-Rei ou lago Real, indevidamente chamado hoje de lago Novo[37]; mas esse canal já estava totalmente obstruído por

Afluentes do baixo Araguari.

Seu antigo afluente Amanaí, Maiacari ou Batabuto.

[34] Joaquim Caetano da Silva, §§ 1.954 a 1.959, 2.222 a 2.224.

[35] Biblioteca de Évora, Ms. CXV, 2-15 a, nº 15.

[36] Tentou-se ultimamente provar que esse nome era uma reminiscência de *Japoc, Jaca,* em francês *Jac,* simplesmente o nome português do fruto da jaqueira; sabe-se que esta árvore ainda não havia sido introduzida na América na época do Tratado de Utrecht.

[37] Lê-se na *Voyage à travers les Guyanes*, de Coudreau (Paris, 1887, p. 36): – "O nome de lago do rei, conta a lenda, decorre do fato de um rei da França outrora haver enviado homens a pescar nesse local. O nome – lago d'El-Rei – é português; está mencionado no *Diário* da expedição do capitão Manuel Joaquim d'Abreu, realizada em 1791 (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo XI de 1848, 2ª parte). É encontrado também nos mapas portugueses do século XVIII com o nome de – *lago Real*. O primeiro mapa francês que mostra esse lago é o de Leblond, de 1814 (*Carte spéciale de l'Araguary*), mas é apenas cópia de um mapa português, pois vários nomes, entre os quais o de lago Real está escrito

ocasião da expedição brasileira de 1857. Uma angra unia antigamente o lago Onçapoiene ao Maiacaré do Norte.

Toda a região a leste do Aporema e a norte do Araguari até o Amapá está coberta de lagos.

Região dos Lagos

Antiga comunicação por canais interiores e lagos entre o Oiapoque e o Araguari.

> A região que melhor conservou seus lençóis lacustres", [diz Elisée Reclus], é a do território contestado franco-brasileiro, entre os rios Mapa Grande (Amapá) e Araguari: as pontas baixas que formam a península chamada cabo do Norte e a ilha igualmente baixa de Maracá mascaram a Região dos Lagos. *Numa época relativamente recente, essa zona de água doce se prolongava bem mais ao norte até o Oiapoque*, e batelões podiam viajar frequentemente mais de trezentos quilômetros pelos lagos, rios e igarapés entre a Amazônia e a Guiana Francesa. Segundo os oficiais do forte francês de Mapá, que existiu entre 1836 e 1841 (1840), embarcações de 40 toneladas teriam ainda tomado esse caminho em meados do século. (*Nouvelle Géographie Universelle*, tomo XIX, 1894, p. 26-27).

Já se mencionou o *Carapapóris*, suposto Vicente Pinzón dos franceses, na discussão de 1855 e 1856. A embocadura desse rio, que nada mais é do que o desaguadouro do lago Jaca ou lago Macari, encontra-se a 1º51'50'' N. Indo em direção ao cabo Orange, atinge-se primeiro a foz do rio *Amapá*, a 2º9'58'' N. Esse rio, como foi dito anteriormente, ia desembocar mais ao norte, com o nome de *Maiacaré*, a 2º23'17'' N, mas terminou por tomar totalmente a direção de um braço que se formou mais abaixo e que já era conhecido dos portugueses em 1796. Apenas no início de nosso século é que começou a ser designado pelo nome de *Amapá*.

O Carapapóris, o Amapá e o Maiacari.

O barão Walckenaer, conservador da mapoteca da Biblioteca Real, atualmente Biblioteca Nacional de Paris, refere-se da seguinte forma à

em português. Vê-se também, indicada em português, a localização de três destacamentos portugueses fundados em 1791, na entrada do Furo Grande (*Arrayal*), na ponta sul do *Araguari (Destacamento)*, e na ponta setentrional do *Sucurujú*, ao norte de *Araguari (Vigia)*. A baía de Maiacaré, ligando o *lago Onçapoiene* ou d'El-Rei ao Araguari existia ainda e o *Carapaporis*, sem comunicação com o *Araguari*, corria de oeste para leste, porque o *Amanaí (Tartarugal)* seguia ainda essa direção."

descoberta desse rio pelos franceses, em 1835:[38]

> Sendo toda a costa, até o rio Vicente Pinzón, inundada periodicamente da mesma forma, era impossível aí fundar um estabelecimento sem grandes entraves e sem incorrer em despesas vultosas. O governador teria desejado então fixar-se na foz do *Carapapori* ou *Vicente Pinzón*; mas o rio nada mais é do que um curso d'água interior, sem saída para o mar; a foz foi obstruída pela areia que se eleva acima das grandes marés, não permitindo mais sua penetração. É o que acontece frequentemente nessa região, onde as águas estão constantemente em movimento e as correntes são assustadoramente rápidas...
>
> Em frente à ponta setentrional da *ilha de Maracá* ou *ilha do cabo Norte*, os exploradores *encontraram um rio grande e profundo, até então desconhecido*. Há alguns anos, era um riacho, que, mesmo na maré alta, só podia ser navegado por pirogas. Hoje, é um rio de vinte a vinte e cinco pés de profundidade na maré baixa. Após tê-lo percorrido por quatro léguas, atinge-se o esplêndido *lago de Mapa*, que mede pelo menos 50 milhas de circunferência e no qual se encontram várias ilhas elevadas que nunca são inundadas como as terras circundantes...

O Calçoene, o Cunani e o Cassiporé.

O cabo Orange e o Oiapoque.

Após o Amapá e o antigo Maiacari, seguem-se nessa mesma costa os rios *Calçoene (Carsewene)*, cuja embocadura localiza-se a 2º32'42'' N e o *Cunani*, a 2º49'07'' N, o igarapé *Tralhote*, o rio *Cassiporé* (Cachipur) a 3º49'05'' e, enfim, o cabo Orange, limite oriental da baía onde deságuam o *Oiapoque*, assim como o Uaçá e o Uanari, tributários de seu estuário.

O nome holandês desse cabo foi dado em 1625 por J. de Laet. Em 1596, Keymis havia-lhe dado o nome de *cap Cecyll*. "Quando chegamos", disse, "no cabo norte dessa baía (que havíamos batizado de *cap Cecyll*), vimos duas altas montanhas, tendo a aparência de duas ilhas, mas fazendo parte da terra firme...".[39] Mas, no mapa da

---

[38] *Mémoire sur les nouvelles découvertes géographiques faites dans la Guyane Française et sur le nouvel établissement formé à l'ile de Mapa. Accompagné d'une carte.* Em *les Nouvelles Annales des Voyages et des Sciences Géographiques*, vol. 75 da coleção e 15 da 3ª série, Paris, 1837. pp. 9 e 10. Esta *Memória* refere-se à ocupação militar de uma parte do território contestado ordenada pelo governo de Luís Filipe, em violação da Ata final de Viena e da Convenção de 1817.

[39] *Relação* citada, p. 3: – "Quando viemos para a ponta norte desta baía, (que chamamos cabo

Antigos nomes do cabo Orange.

Assinalado pelas montanhas a oeste.

Guiana publicado, em 1598, por Jodocus Hondius, esse cabo é chamado, segundo Raleigh, o nome de cabo de la Conde, modificado no ano seguinte em cabo da Corde e da Corda por Levinus Hulsius. Segundo Jan de Laet, o cabo havia sido algumas vezes chamado de *cabo do Norte*. Nos mapas do século XVII é encontrado com os nomes *Conde, Corde* e *Orange*, antes de o nome holandês prevalecer.

Faltam informações sobre o número de habitantes dos territórios contestados.

> A oeste, [diz Elisée Reclus], todo o vale do rio Branco tornou-se incontestavelmente brasileiro pela língua, costumes, relações políticas e comerciais. Quanto às regiões intermediárias, que Crevaux, Coudreau e Barbosa Rodrigues percorreram, elas são habitadas por populações indígenas completamente independentes, avaliadas por Coudreau em 12.700 indivíduos. O território realmente contestado entre a França e o Brasil compreende uma superfície estimada em aproximadamente quinze departamentos franceses, não possuindo mais do que 3.000 habitantes civilizados, um por 30 km^2.[40]

População dos territórios contestados.

Hoje a população do território entre o Oiapoque e o Araguari ultrapassa em muito esse número. Em um relatório oficial, o chefe de batalhão E. Peroz, comandante das tropas da Guiana Francesa, calculava, em 1895, que havia 8 a 10 mil brasileiros estabelecidos nesse território.[41] No Calçoene e, sobretudo, no interior, na região aurífera onde o Canabuli, um de seus afluentes, e outros cursos d'água têm sua nascente, há, desde a descoberta dos *placers*[*], em 1894, uma população flutuante bem numerosa, composta

---

Cecil), vimos duas colinas altas, como se fossem duas ilhas, mas que estão unidas à terra firme...

[40] *Nouvelle Géographie Un.*, tomo XIX, 1894, p. 85. E. Reclus dá, antes dessa passagem, a superfície do território em litígio, do Atlântico ao rio Branco, e acrescenta:
– "Entretanto, o debate só tem importância real na área da contestada costa, entre o Oiapoque e o Araguari."

[41] "Os 8 ou 10 mil habitantes fixados atualmente no território contestado são brasileiros de coração e patriotas na alma." Relatório datado de 27 de maio de 1895, em Caiena, dirigido ao governador da Colônia; publicado *in Moniteur Officiel de la Guyane Française, Supplément*, 22 de junho de 1895.

[*] Jazidas de ouro. (N.E.)

de aventureiros de diversas nacionalidades. É a única parte do território contestado onde se encontram franceses. No restante, a população é composta quase que exclusivamente de brasileiros de nascimento ou de origem e os poucos residentes estrangeiros encontrados são portugueses. No Calçoene existem brasileiros, sobretudo no curso inferior do rio onde os estrangeiros, cuja maioria se ocupa do comércio dos transportes, estão estabelecidos desde 1894. Vê-se grande quantidade de negros da Guiana Holandesa, franceses, ingleses e alguns norte-americanos.

Na margem esquerda do Araguari, no Aporema e no lago Amapá, vários brasileiros já estavam estabelecidos por ocasião das expedições francesas de 1836.[42] Do Amapá ao Oiapoque viam-se nessa ocasião apenas algumas aldeias indígenas. Em 1836, o governo de Luís Filipe, apesar da Ata de Viena e da Convenção de 1817, estabeleceu no Amapá um posto militar que foi evacuado em 10 de julho de 1840, após as representações do Brasil e a intervenção amigável do governo inglês. Uma colônia militar brasileira, que ainda subsiste, havia sido implantada na margem esquerda do Araguari. Inaugurada em 29 de abril de 1840 com o nome de Colônia dom Pedro II, pelo capitão-engenheiro José Freire de Andrade Parreiras, uma légua (cerca de 6,6 km) a jusante da fazenda do brasileiro João Manuel Ferreira, que se tinha estabelecido no Araguari, em 1821.[43]

Ocupação militar do território entre o Oiapoque e o Amapá Pequeno pela França em 1836. Evacuação desse território em 1840.

A evacuação do posto francês do Amapá havia sido alcançada sem imposição de condições, mas, em 1841, por troca de notas, no Rio de Janeiro, ficou acordada a manutenção do "*statu quo* atual no que se refere à desocupação do posto de Mapá"[44]. Esse acordo de 1841 levou *à neutralização da parte do território contestado situada entre o Oiapoque e o Amapá Pequeno*, onde se encontrava o posto evacuado.[45] O governo

[42] *Journal d'un voyage sur la côte de la Guyane*, por Ch. Penaud, *lieutenat de vaisseau, commandant de la goélette "La Béarnaise", in Annales Maritimes et Coloniales,* 2ª parte, tomo II, 1836, pp. 424, 425, 426, 427 e 458.

[43] Relatório do capitão J. F. de Andrade Parreiras, datado de 5 de maio de 1840, dirigido ao presidente da Província do Pará.

[44] Em despacho de 5 de julho de 1841, de Guizot, encaminhado ao ministro da França no Rio de Janeiro e comunicado ao governo brasileiro. Resposta do ministro dos Assuntos Estrangeiros do Brasil, datada de 18 de dezembro de 1841.

[45] O acordo de 5 de julho de 1841, sobre o *statu quo*, declarou neutro o território entre o Amapá (ou Mapá) e o Oiapoque à espera de uma solução definitiva (Émile Levasseur, do Institut de

do Pará pôde, então, continuar a executar regularmente atos de jurisdição ao sul da região neutralizada já que, em 1815 e 1817, Portugal mantinha a posse do território contestado. Coudreau, em 1883, menciona várias autoridades brasileiras encarregadas da segurança e dos impostos no lago Duas Bocas, isto é, no distrito de Tartarugal, bem como nos distritos de Aporema e de Araguari.[46] Essa parte do "Contestado" sempre dependeu das autoridades administrativas e judiciárias de Macapá e é ainda nessa cidade que os eleitores da margem esquerda do Araguari e dos distritos de Aporema e do Tartarugal votavam nas eleições brasileiras, mesmo na época do Império.

Acordo de 1841 para a neutralização do território entre o Oiapoque e o Amapá Pequeno.

Parte meridional do "Contestado" marítimo.

Nos lagos que se seguem entre o Amapá Pequeno e o Tartarugal e, sobretudo, nos ricos prados inundados pelo Aporema e seus afluentes, existe grande número de estabelecimentos brasileiros: fazendas de gado, sítios, casas comerciais. A população dedica-se principalmente à criação de gado, à exploração da borracha e outras gomas florestais, a pequenas plantações, à pesca e à preparação de diversos salgamentos. Significativo comércio é realizado entre essa região e o Pará. Em 1883, Coudreau contou trinta e cinco pequenas fazendas na região dos lagos entre o Amapá Pequeno e o Tartarugal. Mais ao sul, no distrito de Aporema, encontravam-se e encontram-se ainda as grandes fazendas. O gado foi introduzido antes de 1847 por Procópio Rola e Lira Lobato, de Macapá.[47] Entre as fazendas de gado, algumas constituindo verdadeiros pequenos vilarejos, pode-se citar: na região do Aporema, Nazaré, São José, Livramento, Todos-os-Santos, Santa Cruz, Deus-te-Guarde, Santa Maria, Espírito Santo, Bonito e Conceição; no igarapé Eusébio, São Bento e Carmo; e no igarapé do Cobre, São Pedro. Na margem esquerda do Araguari, Santa Margarida parece ser a fazenda mais importante. Existem ainda outros estabelecimentos, entre os quais, Assunção, São Joaquim, Santa América, Aru, Paratu, Boavista, Livramento e São Sebastião.

Parte setentrional do "Contestado" marítimo.

Ao norte, no *território neutralizado* em 1841, encontram-se os vilarejos de Amapá, Calçoene, Cunani,

France, *La France et ses colonies*, Paris, 1893, tomo III, p. 332).

[46] Coudreau, *Voyage à travers les Guyanes et l'Amazonie*, Paris, 1887, tomo II, pp. 32, 33, 75, 79 e 81.

[47] Segundo contrato assinado no cartório de Macapá, em 1847, já eram proprietários da fazenda de gado denominada Nazaré, no Aporema.

Cassiporé, Uaçá, Arucauá e Curipi, que, poucos anos atrás, formavam idêntico número de capitanias independentes, cujos chefes eram escolhidos pela população. Recentemente criaram até uma organização municipal.

Foi dito anteriormente que, em fevereiro de 1836, já havia alguns brasileiros estabelecidos no lago Amapá. Logo após a evacuação do posto francês, imigrantes e desertores brasileiros estabeleceram-se na margem esquerda do Amapá Pequeno. Em 1849, o vilarejo fundado por eles contava apenas 23 habitantes; em 1857, já eram 158, incluindo os da redondeza. Já nessa época, o Amapá mantinha relações comerciais mais significativas com o Pará que com Caiena.[48] Hoje, a população da cidade e das redondezas seria de mais de 600 habitantes, quase todos nascidos no Brasil em território neutro, mas de pais brasileiros ou de origem brasileira. A vila de Cunani, em 1857, tinha 40 habitantes, e Cassiporé, 80. Eram todos brasileiros, exceto um francês de passagem por Cunani e alguns crioulos de Caiena em Cassiporé. Em 1895, havia no vilarejo de Cunani 284 habitantes brasileiros ou descendentes de brasileiros, um nativo de Caiena e um português; em Caciporé, 120 habitantes, todos de origem brasileira; 80, em Uaçá, e 70, em Curipi. Arucauá tinha 60 habitantes, todos índios.

[48] Relatório datado de 29 de julho de 1849, do comandante Costa Azevedo, chefe da comissão brasileira que explorou o território contestado. Valor da exportação no Amapá, em 1857 (peixe salgado e cola de peixe): no Pará: 6.969 mil-réis; em Caiena: 3.588 mil-réis.

IV

Sabe-se que toda a costa setentrional do Brasil, incluindo a do território contestado, foi descoberta em 1500 pelo navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón, Vincentianes ou Vincentiañs, como, frequentemente, seu nome era abreviado nos documentos da época. Após ter descoberto, vindo de leste, um grande rio (rio Grande), que denominou *Santa María de la Mar Dulce*, e que tinha na sua foz as ilhas *Marinatãbalo,*[49] prosseguiu viagem em direção noroeste até o golfo de Paria, acompanhando a costa. Nesse trajeto, avistou *um cabo* que denominou *San Vicente*.[50] Na volta de outra viagem realizada, em 1509, com Juan Diaz de Solis, percorreu novamente o litoral, mas em direção oposta, de Paria ao cabo de São Roque, encontrando algumas partes da costa inundadas, provavelmente o delta do Orenoco e as "terras inundadas" do cabo Orange ao Amazonas.[51]

Descoberta em 1500 do litoral norte do Brasil e da Guiana por Vicente Pinzón.

[49] *Marinatãbalo*, Cartas patentes assinadas em Granada em 5 de setembro de 1501; – *Marina tambal*, carta de Angelo Trivigiano, dezembro de 1501; – *Marinatabal*, manuscrito na Biblioteca de Ferrara; – *Marinamtabal, Recueil* de Fracanzio de Montalbbodo, 1507; – *Mariamtambal*, Anghiera; *Mariataubal*, Oviedo.

[50] Pode-se ver no tomo II, *Documentos*, no nº 1, a tradução das passagens essenciais da "*Capitulación*", assinada em Granada, no dia 5 de setembro de 1501, cujo texto em espanhol completo encontra-se no § 2.629 de C. da Silva, *l'Oyapoc*.

[51] Anghiera, *Decádas do Novo Mundo*, 2ª Década, Livro VII: – "Após ter-se entendido com os *Chiaconus* (chefes indígenas), Vincent Yáñez continuou viagem. Encontrou a leste terras

Não batizou com seu nome nenhum rio, nenhuma região, o que, aliás, não era hábito entre os navegadores da época.

O grande rio que Pinzón havia denominado *Santa María de la Mar Dulce* era, sem dúvida, o Amazonas atual e, segundo informações anteriores a 1510 fornecidas pelo próprio a Pedro Mártir de Anghiera, a região que se estendia pela margem direita era chamada pelos índios *camamoros*, e a da margem esquerda, ou guianense, *Paricora*, ou melhor, *Paricura*: "Os indígenas chamam Mariatambal àquela região. Mas a região a oriente desse rio é chamada de Camamoro; a ocidente, Paricóra".[52]

O Mar Doce de Pinzón era o Amazonas.

O território da margem esquerda era denominado Paricura.

Em seu depoimento em Sevilha, em 21 de março de 1513, durante o processo intentado por Diogo Colón contra a coroa, Pinzón declarou que, durante sua viagem de 1500, havia descoberto o *mar Dulce*, "e que essa água doce avança quarenta léguas (cerca de 265 km) mar adentro": que havia descoberto também "a província chamada *Paricura*" e que, em seguida, havia "acompanhado a costa até o delta do Dragão". Seu companheiro Manoel de Valdovinos, cujo testemunho foi apresentado no dia 19 de setembro de 1515, até dava a esse mar de água doce o nome de *rio de Paricura*.[53] Mas outra testemunha, Juan Rodríguez, no dia 6 de abril de 1513, já havia pronunciado o nome *Marañón*,[54] mencionado logo em seguida por Anghiera em carta datada de 18 de dezembro daquele mesmo ano. Esse nome, repetido por outras testemunhas do processo em 1513, e que

O Mar Doce denominado também Paricura e Marañón.

abandonadas devido às frequentes inundações e vastas áreas pantanosas; mas não renunciou a seu empreendimento antes de ter alcançado a extrema ponta do continente... Essa ponta parece querer ir além do Atlas. Está voltada para essa parte da África que os portugueses chamaram de cabo da Boa Esperança..."

52 Texto da 1ª década, impresso em Sevilha em 1511, folha IV (P. Martyris... *Ópera*, nº 66 da *Biblioteca Americana vetustíssima* de H. Harisse) – "*Os indígenas chamam Mariatambal àquela província; mas a região a oriente desse rio é chamada de Camamoro; a ocidente, Paricura.*" – Texto da edição de 1516, de *Alcala* (*nº 88 da Biblioteca Am. Vet.*): - *Os indígenas chamam Mariatambal àquela região. Mas a região a oriente desse rio é chamada de Camamoro; a ocidente, Paricóra*. (*De orbe nouo Decades*, 1ª dec., liv. IX, p. CV); "O livro X foi escrito em 1510, por conseguinte, o livro IX foi escrito antes" (Nota de Henri Herrisse).

53 "... e deram com um grande rio a perder de vista, ao qual deram o nome de Paricura, onde encontraram o mar do qual saia água doce por mais de trinta léguas, e saíram dali e foram seguindo a costa até Paria...." *In* Navarrete, edição de 1880, vol. III, p. 557; e *Pleitos de Colón*, tomo I, p. 146.

54 *Pleitos*, tomo I, p. 277.

Anghiera, Enciso e Oviedo divulgaram em seus livros, logo suplantou completamente o nome *mar Dulce*.

Na edição de 1516, após a passagem já citada (1ª década), intercalava uma outra na qual mencionava, o Marañón, que parecia um mediterrâneo e, adiante, dizia: "*Os indígenas chamam àquele rio de Marañón; mas às regiões próximas, Mariatambal, Camamoro e Paricura".* (2ª década, livro IX).

Oviedo, em 1526, falava do Marañón, que Pinzón, várias vezes, lhe havia contado ter descoberto em 1500, com uma foz de quarenta léguas (cerca de 265 km) de largura e águas que avançavam quarenta léguas mar adentro.[55] Quando, mais tarde, completou seu trabalho, acrescentou que o Marañón tinha sido chamado durante algum tempo de *mar Doce*. "O primeiro a descobrir o *Marañón* foi o navegador Vicente Yáñez Pinzón... Eu o conheci e estivemos muitas vezes juntos e ele contou-me que, com quatro pequenas caravelas, havia subido esse rio quinze ou vinte léguas (cerca de 99 a 132 km) no ano de 1500..."[56]

Já na carta citada, de 1513, Anghiera assinava o desacordo dos marinheiros sobre a latitude do mar Doce de Pinzón.

Desacordo sobre a latitude do Mar Doce ou Marañón.

O nome indígena do rio é Maragnon. Vários marinheiros situam sua embocadura na linha equinocial, *outros a situam bem além*. Todos concordam que, quando atingem essas paragens, perdem de vista o polo ártico".[57]

---

55 "... Mas nem este outro dos que vi, ouvi nem li até agora não se iguala ao rio Marañon, que está pelo lado do ocidente , na mesma costa, cuja boca, quando entra no mar, tem 40 léguas e mais, e outras tantas dentro dele em que se obtém água doce do mesmo rio. Isto ouvi dizer muitas vezes o piloto Vicente Yañez Pinzón, que foi o primeiro dos Cristãos que viu este rio Marañone entrou por ele com uma caravela mais de vinte léguas…" Oviedo, *De la natural historia de las Indias*, Toledo, 1526, p. 10.

56 O primeiro a descobrir o rio Marañón foi o piloto Vicente Yánez Pinzón. ...Eu o conheci e estive muitas vezes com ele... e me disse que com quatro caravelas pequenas havia entrado rio adentro 15 ou 20 léguas (cerca de 99 ou 132 km) no ano de 1500."

57 *Flumini est nomen patrium Maragnonus. Sub aequinoctiali locant línea plaerique nautae fluminis ejus fauces: trans lineam alli restituunt. Se ibi polum Arcticum amittere patentur omines. (Opus epistolarum* Petri Martyris, Alcalá de Henares, 1530, Epist. DXXXII, datada em Valladolid, em 18 de dezembro de 1513).
Maranhão é o nome pátrio (que foi dado) ao rio. Muitos navegantes localizam a foz do rio sob a linha equinocial; outros a colocam (muito) além (dessa linha). Todos (porém) concordam (em que), ao atingirem aí (=esses lugares/paragens), perdem a vista do pólo ártico. (tradução do Professor Vicente de Paulo Saraiva).

O *Santa María de la Mar Dulce*, que no mapa de Juan de la Cosa de 1500 é o golfo de Santa Maria, sob o Equador,[58] começou a ser situado mais ao sul, inicialmente com o nome de *mar Doce* ou de *Paricura*, em seguida com o nome de *Marañón*. Este último tinha sido posteriormente aplicado a uma baía a leste, o Maranhão atual, que era provavelmente a Boca de los Leones,[59] também descoberta por Pinzón, em 1500. Em um mapa feito por Maiollo, em 1519, vê-se o *mar Dulce* ao sul do Equador, tendo a oeste a costa de Paricuria, e, mais distante, em direção leste, o Maragnon (*Atlas*, Mapa nº 1A). Em outro mapa do mesmo cartógrafo, datado de 1527, o grande rio, ao sul do Equador, tem o nome de Paricura La Dulce, tendo a oeste a costa Paricura. O atual Maranhão é representado a leste, com o nome de Marañón, entre o Paricura e o cabo de São Roque (nº 4 do *Atlas*). A latitude errada dada ao primeiro Marañón fez crer que a baía e o mar Doce eram um único rio. Em geral, foi suprimido dos mapas o nome do Maranhão oriental e foi representado com o nome de Marañón apenas o *mar Doce*, perfeitamente caracterizado, apesar de seu deslocamento em direção sul, pela costa de *Paricura*, como no mapa de Turim, de 1523, e no de Diogo Ribeiro, de 1529 (nºs 2 e 4 no *Atlas*). Nesse último mapa, além do nome Paricura, há esta legenda: "O rio Marañón é muito grande; os navios entram nele por água doce e *a encontram vinte léguas (cerca de 132 km) mar adentro*" ("... El río de Marañón es muy grande entran en el navios por agua dulce 20 leguas en la mar tomã agua dulce").

O Marañón dos mapas do século XVI.

> O fenômeno do *mar doce*, [disse Humboldt], "ocorre, nessas paragens equatoriais, apenas na embocadura do Amazonas" (*Examen critique de l'histoire de la Géographie du Nouveau Continent*, edição de 1839, tomo V, pp. 62-63). E Tardy de Montravel dizia: – No trecho de mar compreendido entre o cabo Maguari e o cabo do Norte, encontra-se água do rio projetada mar adentro sem mistura significativa com água do mar, enquanto não percebi, na foz de nenhum outro rio além do Amazonas, água doce a seis milhas ao largo da costa (*Revue Coloniale*, agosto 1847, pp. 409-410).

[58] Atlas em anexo, mapa nº 1: G. de Sta. Mª (golfo de Santa Maria), e na sua extremidade ocidental – *El macareo* – isto é, o macaréu ou pororoca, que havia colocado em perigo as caravelas de Pinzón.

[59] Depoimento de Garcia Ferrando, cirurgião, um dos companheiros de Pinzón na expedição de 1499-1500. Esse depoimento, que é um dos mais importantes, foi feito em 1º de outubro de 1515 (*Pleitos de Colón*, I, pp. 188 - 190).

Em 1531, o capitão Diogo Leite, enviado em expedição ao litoral norte, tomou a baía do Maranhão pelo rio Marañón e, desde então, nos mapas portugueses, esse nome aparece aplicado à baía. Cartógrafos estrangeiros copiaram esses documentos.

Com a viagem de Orellana, que, descendo o Marañón, a partir da confluência do Napo, chegou ao mar no dia 26 de agosto de 1542,[60] começa-se, a partir de 1544, ou talvez de 1543, a localizar a embocadura do Mar Doce de Pinzón sob a linha do Equador, mantendo-se o nome de Marañon ou dando-lhe o nome de rio de Orellana e rio das Amazonas: mapas de Caboto (1544); Diogo Homem (1558 e 1568); Bartolomeu Velho (1561); Lázaro Luís (1563), Vaz Dourado (1568, 1571, 1580) e vários outros. Mas alguns cartógrafos, como Desliens (1544?), Caboto, Desceliers (1550), André Homem (1559), para restabelecer o Marañon-Amazonas sob o Equador, dão-lhe lugar suprimindo, em vez de afastá-los para ocidente e para o norte, os rios e os cabos indicados anteriormente e cuja latitude e longitude deveriam ter sofrido as mesmas correções. Outros, como Vaudeclaye, de Dieppe (1579), mantêm o Amazonas ao sul do Equador e fazem desse rio quase um tributário da baía do Maranhão, tendo como afluentes o Pinaré (Pindaré) e o Tapicoru (Itapicuru), que, entretanto, deságuam nessa baía. Em 1569, Gerard Mercator, em seu grande mapa-múndi gravado,[61] recolocava a embocadura do Marañon-Amazonas em 2º½ e 3º S, no que foi seguido por vários cartógrafos de seu século e mesmo por alguns do século XVII. Foi assim que, durante muito tempo e ainda no início do século XVIII, reinou grande incerteza sobre as verdadeiras posições geográficas dos diferentes pontos da costa entre o Amazonas e o golfo de Paria.

Como nos mapas anteriores à viagem de Orellana, o Marañon de Mercator e de seus discípulos é de fato o Amazonas. Os nomes – Amazonas e Orellana – constam dele, e no mapa-múndi do mestre lê-se:

---

[60] A carta de 20 de janeiro de 1543 de Oviedo, escrita em Santo Domingo e dirigida ao cardeal Bembo, contém as primeiras notícias dessa viagem, segundo depoimento oral do próprio Orellana (publicada em 1556 na Coletânea de Ramusio, tomo III, com o seguinte título: *La navigation de grandíssimo Fiume Maragnon posto sopra la terra ferma delle Indie Occidentali, scritta per el Magnífico Signor Consalvo Fernando d'Oviedo, Historico della Maesta Cesarea nelle dette Indie).* O *Diário* de padre Carvajal, que Oviedo posteriormente reproduziu quase que textualmente, foi publicado na íntegra apenas em 1894 por Toribio Medina. Em abril de 1543, após ter estado em Cubagua e em Santo Domingo, Orellana chegava a Lisboa.

[61] Nº 19 no *Atlas*.

> O *rio Marañón* foi descoberto por Vicente Yáñez Pinzón no ano de 1499 e foi percorrido em 1542 por Francisco Orellana em um período de oito meses, por 1.660 léguas (cerca de 10.950 km) , desde quase sua nascente até sua embocadura; conserva sua água doce até 40 léguas mar adentro. (*Marañon* fluuius inuentus fuit à Vincentio Yañez Pinçon, an : 1499, & an: 1542, totus a fontibus fere ad ostia vsq~ nauigatus a Francisco Oregliana leucis 1660, mensibus 8, dulces in mari seruat aquas vsq~ ad 40 leucas).

Se as latitudes dadas nos documentos dos séculos XVI e XVII para os pontos de todo esse litoral eram frequentemente equivocadas, claro está que os erros deviam ser bem maiores ainda no que se refere às longitudes.

Falsas latitudes e falsas longitudes.

Esse não era um fato restrito a essa região e à América do Sul, como o sabem todos aqueles que leram trabalhos de história geográfica. Alfred Grandidier, ao estudar os mapas dos séculos XVI ao XVIII, constatou para a ilha de Madagascar diferenças ainda mais consideráveis, de 18 graus para latitudes e de 32 graus para longitudes. Um mapa do século XVI situava essa ilha entre os paralelos de 7 a 20 graus sul; um outro, entre 25 e 38 graus, enquanto as verdadeiras latitudes das pontas norte e sul da ilha são: 11º59'52'' S e 25º38'55'' S.[62]

Hoje, e há muito tempo, sabe-se que a famosa linha de demarcação, estipulada entre Portugal e Espanha no Tratado de Tordesilhas (1494), não deixava para a primeira dessas potências extensão de terra na América tão grande quanto pensavam os portugueses; mas, no Oriente, os

Linha de demarcação estipulada pelo Tratado de Tordesilhas (1494).

espanhóis também se enganaram, pois reclamaram de Portugal e obtiveram pela convenção de Saragoça (1529) indenização em dinheiro como pagamento pelas ilhas Molucas, que os portugueses detinham, e, em seguida, ocuparam as Filipinas, que se encontravam também no hemisfério de Portugal.

> As coisas, [como muito bem disse Joaquim Caetano da Silva,[63]] não se acertavam no século XVI pelas condições atuais da ciência [...] Desde a descoberta do Amazonas, então chamado *Maragnon*, Portugal sustentava que o Tratado de Tordesilhas lhe adjudicava antecipadamente as duas margens da embocadura do grande rio.

---

62 Alfred Grandidier, do Institut de France, *Histoire de la géographie de Madagascar*, Paris, 1892, p. 52.

63 Joaquim Caetano da Silva, *l'Oyapoc et l'Amazone*, §§ 1.615 e seguintes.

Quando, em 1524, no congresso de Badajoz e Elvas, reunido para interpretar o Tratado de Tordesilhas, os representantes de Portugal colocavam em seus mapas a linha de divisão a oeste do Marañón, os espanhóis compreendiam perfeitamente que se tratava do Amazonas com sua margem guianense.[64]

Mas não é apenas no Tratado de Tordesilhas, citado com frequência e inapropriadamente no século XVII e até mesmo no século XVIII, que Portugal, na discussão diplomática de 1699, fundamentava seu direito: fundamentava-o principalmente na conquista do território compreendido entre a margem esquerda do Amazonas e o rio Vicente Pinzón, conquistado pelos portugueses do Pará, os quais, autorizados por seu soberano, que era ao mesmo tempo rei de Portugal e da Espanha, expulsaram dessa região os holandeses e os ingleses, os únicos estrangeiros que nela se haviam estabelecido; e também nas cartas patentes de 14 de junho de 1637, pelas quais Filipe IV de Espanha, III de Portugal, havia dado por limite setentrional do Brasil o rio Vicente Pinzón, que era, desde tempos imemoriais, a fronteira pretendida pelos portugueses. Após os Tratados de 1700 e 1713, Portugal baseava ainda seu direito neste fato: que, tendo o governo francês assinado esses dois tratados, não poderia ignorar que o rio Vicente Pinzón ou Oyapoc, Ojapoc, Japoc era o Oiapoque, o rio do cabo Orange, o único rio Oiapoque que existiu antes de 1713 e mesmo após essa data. No que se refere aos territórios interiores que a França reclamava no século XVII, Portugal respondeu então que ocupava a margem esquerda do Amazonas, após a expulsão dos ingleses e dos holandeses; que a França jamais havia tentado qualquer estabelecimento nessas paragens; que o fato da entrada clandestina de alguns franceses no Amazonas para negociar com os índios, como outros estrangeiros o faziam, não lhe conferia qualquer título a seu favor. O Brasil acrescenta agora: que a ocupação pela França da costa marítima entre o Oiapoque e o Maroni, no século XVII, não lhe dava e não lhe dá, segundo todos os mestres do Direito Internacional, qualquer título para pretender ultrapassar a linha do divisor de águas onde nascem os rios que deságuam nessa costa; que as concessões feitas pelos reis de França, no século XVII, de territórios pertencentes às coroas de Espanha e de Portugal, não passaram, no que se refere à bacia amazônica e aos territórios entre

[64] *L'Oyapoc et l'Amazone*, §§ 1.623 e seguintes.

Direitos de Portugal, em seguida do Brasil, ao limite do Oiapoque ou Vicente Pinzón e aos territórios da bacia amazônica.

Resumo dos argumentos de Portugal e do Brasil.

o Oiapoque e o cabo do Norte, antes do Tratado de Utrecht, de concessões no papel, jamais seguidas de tomada de posse; que os territórios descobertos pela Espanha haviam sido objeto de uma série de concessões feitas pelos reis de Espanha e de Portugal e também de várias concessões feitas pelos reis da Inglaterra e pelos Estados-Gerais da Holanda; que a Inglaterra e a Holanda, que tiveram postos fortificados e feitorias no Amazonas e que possuem colônias importantes a oeste da Guiana Francesa, não disputam com o Brasil nenhum território ao sul do divisor de águas constituído pelas serras Tumucumaque e Acaraí; que, quando a França ocupou Caiena e a costa entre o Oiapoque e o Maroni, os portugueses já eram donos da margem esquerda do Amazonas, de sua embocadura até depois da confluência com o rio Negro; que ocupavam o curso inferior dos principais afluentes da margem esquerda do Amazonas, o que lhes dava um título que ia até a linha do divisor de águas na serra Tumucumaque, já que a França não lhe podia contrapor em 1699 e em 1713, como não pode contrapor hoje ao Brasil, nem a ocupação efetiva do curso superior desses rios, nem qualquer texto de tratado em vigor, que atribua à Guiana Francesa o que quer que seja na bacia amazônica.

V

Como foi lembrado, a descoberta do litoral norte do Brasil, do rio Amazonas e da costa da Guiana é devida aos espanhóis.[65] De 1502 a 1513, vários portugueses percorreram trechos dessa sua costa, alguns oficialmente encarregados de explorá-los, outros com

[65] Sobre a suposta descoberta do Amazonas por Jean Cousin em 1488 – antes da descoberta da América por Colombo –, ver Joaquim Caetano da Silva, §§ 1.531 a 1.536, que conclui da seguinte forma sua análise sobre essa lenda: – "... Mas, nos mesmos livros em que Des Marquetz" (1785) "atribui ao diepês a descoberta da América, atribui-lhe, igualmente, a descoberta da Índia e das Molucas... E para tirar de Colombo, de Gama e de Magalhães sua laboriosa glória, se fundamenta em documentos particulares que o próprio Estancelin confessa que não conseguiu encontrar... Será isso história?"
"Des Marquetz, *a única autoridade no assunto*", diz Edouard Le Corbeiller *(Rev. de La Société Géographique*, Paris, 1898, p. 376). "Quanto às viagens do diepês Jean Cousin, em 1488, de João Ramalho, em 1490, e de João Vaz Corte Real, em 1464 ou 1474, o leitor nos desculpará deixá-las em silêncio." (H. Harrisse, *Christophe Colomb*, Paris, 1884, tomo I, p. 307). Fiske, mencionando Cousin: "… a prova produzida em apoio ao relato dificilmente resistirá a um exame crítico" *(The Discovery of America*, Londres, 1892, tomo I, 150).
Sobre a suposta expedição ao Amazonas antes de Orellana feita por Jehan Allefonsce (Jean Fonteneau), ver §§ 1.540 a 1.548 de Joaquim Caetano da Silva, nos quais se mostra que a passagem citada da *Cosmografia* desse navegador é apenas uma tradução modificada do texto de Enciso. J. Allefonsce atribui a si próprio, em 1542, as explorações espanholas mencionadas por Enciso e acrescenta uma passagem de sua composição em que diz que, *em seu tempo*, dois navios que subiam o Amazonas e o Prata encontraram-se em um "grande lago que se encontra dentro da terra do Brasil".

objetivos comerciais. Faltam detalhes sobre essas viagens e pode-se apenas citar nomes de alguns exploradores: João Coelho, em 1502 ou 1503;[66] João de Lisboa; Diogo Ribeiro, morto pelos indígenas; Fernam Fróis, acompanhado dos navegadores Francisco Corso e Pero Corso. Esses três últimos foram interceptados pelos espanhóis em Santo Domingo, após terem percorrido a costa setentrional do Brasil ao sul do Equador e, provavelmente, o delta do Amazonas, já que alguns cartógrafos, entre os quais Gutierrez, deram à extremidade ocidental desse rio o nome de cabo Corso, que posteriormente se tornou cabo Raso. Em 1513 e 1514, navios portugueses chegaram a ultrapassar a costa da Guiana, como o demonstram as representações feitas em Lisboa pelo embaixador da Espanha, citadas por Santarém e em duas passagens de Herrera.[67]

Explorações, no século XVI, do litoral norte do Brasil e da Guiana.

Primeiro estabelecimento português no Maranhão (1536-38) .

Em 1536, foi fundada a colônia portuguesa de Nazaré, na ilha do Maranhão. Dez navios haviam deixado Lisboa, conduzidos pelo capitão Aires da Cunha, com colonos e novecentos militares entre os quais mais de cem cavaleiros. Todos chegaram ao destino, exceto o navio no qual se encontrava o chefe da expedição, que, separando-se dos demais, pereceu de corpo e bens nessa costa. Os colonos expostos às hostilidades dos indígenas sustentaram cerco prolongado. Reduzidos em número devido às doenças e aos combates e sem recursos, abandonaram a ilha em 1538.

Em duas cartas datadas de 9 e de 30 de maio de 1544, de Sevilha, às voltas com preparativos da expedição para retornar ao Amazonas, Orellana pedia ao imperador Carlos V permissão para contratar navegadores portugueses, por serem os únicos a conhecer "a costa do rio" para onde se dirigia, devido às suas contínuas viagens nessa região.[68] E, de fato, levou o navegador

---

[66] Citado, da mesma forma que o terceiro e os dois últimos, em uma carta de Fernam Fróis, datada em Santo Domingo, nas Antilhas, em 30 de julho de 1514, dirigida ao rei de Portugal (publicada por Capistrano de Abreu, *Descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, 1883, pp. 67 a 70).

[67] Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal,* II, pp. 20-1; Herrera, *Historia General de los hechos de los Castellanos en las islas y Tierra Firme del Mar Océano* (Dec. I, liv. X, capítulo XVI e dec. II, liv. I, capítulo XII).

[68] Arquivo das Índias em Sevilha, 143-3-12. Carta de 9 de maio de 1544: – "*...Também informo a*

português, Gil Gomes.[69]

Orellana e os navegadores portugueses.

Ignora-se se a expedição portuguesa que estava sendo preparada em 1544 e 1545, em Lisboa, para ocupar o Amazonas, cujo comando havia sido confiado ao capitão João de Sande, foi cancelada ou se, tendo partido, terminou de maneira ainda mais desastrosa do que a missão de Orellana.

Expedições portuguesas ao Amazonas (1546-1554).

Por volta de 1546, Luís de Melo da Silva, capitão de uma caravela portuguesa, explorou o curso inferior do Amazonas e, provavelmente, a costa da Guiana, pois ancorou na ilha Margarita. Aí encontrou alguns companheiros de Orellana,[70] que haviam conseguido escapar depois da morte de seu chefe. Por volta de 1553, obteve de dom João III a capitania ou o governo do Pará, e, ainda que o documento original dessa concessão não tenha sido encontrado até o momento, é certo que foi mencionada em 1608 em relatório do procurador da coroa de Portugal ou advogado-geral do Reino.[71] Melo da Silva deixou Lisboa no comando de grande expedição, que naufragou na entrada do Pará, em 11 de novembro de 1554.[72]

---

vossa majestade que não existe marinheiro castelhano que conheça a margem do rio para onde viajo, exceto os portugueses que têm grande conhecimento dela por navegarem continuamente para lá e, assim por isso, como porque navegam em peças ligeiras e bem equipadas, convém levá-los nessa jornada..." – Carta de 30 de maio: *"...e como vossa majestade manda que nenhum português seja incluído nesta jornada, ao menos se sirva dar licença a qualquer piloto português que queira ir, a quem se porá todo o limite que vossa majestade quiser, para que não dê desserviço a vossa majestade. Nisso se terá toda vigilância e cuidado que convierem. Esteja certo, majestade, de que se não forem os pilotos portugueses, não há nenhum outro que conheça tanto aquela região pela frequência com que ali vão; e como nos importa tanto levar pessoa que a conheça, vossa majestade se sirva no-la dar..."* – Essas duas cartas foram publicadas integralmente por Toribio Medina, *Descubrimiento del río de las Amazonas según la relación hasta ahora inédita de Fr. Gaspar de Carvajal*, Sevilha, 1894, pp. 207 e 209.

69 Toribio Medina, obra citada, p. CCVII da *Introdução histórica.*

70 Gabriel Soares de Sousa, *Notícia do Brasil*, concluído em 1587, Liv. I, capítulo 4; e padre Vicente do Salvador, *História do Brasil*, concluído em 1627, Livro II, capítulo 14.

71 Visconde de Porto Seguro (Varnhagen), *História Geral do Brasil*, 261.

72 Uma única caravela com sua tripulação, seus passageiros e uma chalupa com 18 homens, entre os quais o chefe da expedição e o pai do cronista Vicente do Salvador, conseguiram escapar do desastre e chegar à ilha de Santo Domingo. Um despacho ao embaixador da Espanha em Portugal atribuía a essa expedição, antes da partida, 8 ou 9 caravelas e várias embarcações de menor calado; Gabriel Soares e Vicente do Salvador, 3 navios, 2 caravelas e 350 homens, entre os quais 50 cavaleiros; Lopez Vaz (1587), na coletânea de textos de Hakluyt, reimpressa em 1811, tomo IV, pp. 294-295, 10 velas, 800 homens; o mapa espanhol contemporâneo (nº 13 no *Atlas Brasileiro*), 6 velas, 600 homens.

Outras expedições portuguesas ao Amazonas e à Guiana devem ter ocorrido, embora tenham permanecido desconhecidas até agora. Sabe-se que os documentos dos arquivos da Torre do Tombo, em Portugal não foram catalogados, nem mesmo classificados metodicamente, de modo que não se dispõe das mesmas facilidades para pesquisas encontradas no Record Office de Londres ou nos Arquivos de diversos ministérios na França. Acontece ainda que muitos documentos foram destruídos por ocasião do terremoto e dos incêndios ocorridos em Lisboa em 1755; que outros documentos, mesmo oficiais e originais, encontram-se escondidos em coleções particulares e, de vez em quando, são leiloados e partem, em geral, para o estrangeiro. Mas há um fato indicativo de pelo menos uma expedição portuguesa à costa da Guiana, por volta de 1580: os primeiros mapas holandeses que apresentam o cabo do Norte, nessa região grafam esse nome em português – cabo do Norte –, como o mapa de Jan van Doet, de 1585 (*Atlas brasileiro* nº 30). Van Langeren, que também registra esse nome em português no mapa que, embora impresso para obra editada em 1596, deve ter sido desenhado bem antes (*Atlas brasileiro* nº 41), declara que o corrigiu a partir de mapas portugueses ("... ex optimis Lusitanicis cartis hydrographicis delineata atq. emendata").

Antes de 1580, os navios franceses frequentavam no Brasil apenas o litoral compreendido entre o cabo de São Roque e o rio que chamavam das Vasas – o Ariró –, em Angra dos Reis, não longe do Rio de Janeiro. O mapa de Jacques de Vaudeclaye, feito em Dieppe, em 1579 (nº 25 do *Atlas brasileiro*), mostra que, ainda nessa data, os diepeses aos quais se quis atribuir a descoberta da América, da Índia e das Molucas, nada conheciam do Amazonas. É apenas em 1583 que os navios franceses começam a ir nessa direção para negociar com os selvagens. Essa informação é dada por *sir* Walter Raleigh,[73] mas é provável que tenha tomado pelo "Marañón-Amazonas", o "Maranhão" mencionado por dois capitães franceses que encontrara. Os holandeses aparecem no Amazonas antes de 1598.[74] Em 1594, navios franceses comandados por Jacques Riffault visitam a *ilha do Maranhão* e um nobre da Touraine, Charles des Vaux, aí permanece entre os selvagens. No mesmo ano começam as

[73] *The discovery of the large, rich, and beautiful Empire of Guyana*, Londres, 1596, p. 21.

[74] J. de Laet, edição francesa de 1640. Livro XVII, capítulo V: – "Eis por que no ano de 1598, e mesmo antes, os comerciantes de Amsterdã e outros, equiparam seus navios para ir em direção a essa costa, a fim de estabelecer comércio com os selvagens que aí viviam..."

Os franceses começam a visitar o litoral norte do Brasil por volta de 1583.

Expedições inglesas e holandesas à Guiana começadas em 1594.

expedições inglesas para a Guiana. As primeiras são as de *sir* Robert Dudley (1594-1595) e de *sir* Walter Raleigh (1595), cujas operações se limitam à ilha da Trindade e ao Orenoco. Não visitam nenhum ponto do território em litígio entre o Brasil e a França.[75] Em 1596, Lawrence Keymis,[76] enviado da Europa por Walter Raleigh, explora o estuário do Amazonas, desde a confluência do Araguari até o do cabo do Norte e, em seguida, a costa da Guiana até o Orenoco. Já se mencionaram os nomes indígenas dos rios, desde o Araguari até o Oiapoque, que foi o primeiro a ser conhecido na Europa.

O nome do rio do cabo Orange foi escrito por ele à inglesa – *Wiapoco* – que deve ser lido *Ouayapoco*. Em 1597, Leonard Berrie empreende nova exploração do cabo do Norte até o Orenoco, às expensas de Raleigh.[77] Subiu em uma pinaça – "uma pinaça chamada de Watte" –, que estava em perigo em *uma baía*, nas proximidades de um cabo;[78] Joaquim Caetano da Silva nota (§§ 2.550 a 2.552) que essa baía "deve ser a abertura do canal de Carapapóris, entre o cabo do Norte e a ilha de Maracá". Keymis teve também uma *pinaça*, a "*Discoverer*" ("uma pequena pinaça", na edição original; "*a small pinesse*", na edição Hakluyt; *parva Pynass*, na tradução de de Bry). Certamente é a um desses navios e, mais provavelmente, àquele que se encontrou em perigo na "baía" ou no canal de Carapapóris (Joaquim Caetano da

Nomes indígenas dos rios da Guiana vulgarizados a partir de 1596.

Pines Bay, nome inglês.

---

[75] *The voyage of Sir Robert Duddeley to the yle Trinidad and the coast of Paria: with his returne homeward by the yles of Granata, Santa Cruz, Sant Iuan de Puerto Rico, Mona, Zacheo, the sholders called the Abreojos and the yle of Bermuda, in* Hakluyt reimpresso em 1811, tomo IV, pp. 56 a 61: – Ralegh, citado, 1596, reproduzido na coletânea de Hakluyt, tomo IV.

[76] *The relation of the second Voyage to Guyana,* por Lawrence Keymis, Londres, 1596, reproduzido por Hakluyt, tomo IV, ed. 1811.

[77] *The third voyage set forth by* Sir Walter Raleigh *to Guyana with a pinesse called The Watte, in the yeere 1596. Written by* M. Thomas Masham *a gentleman of the company.* Coletânea de Hakluyt, tomo IV (reimpressão), pp. 189 e seguintes.

[78] "*... Dirigimo-nos para a costa, que pareceu baixa, e navegamos o mais próximo possível até que alcançamos, sul e por leste, norte e por oeste, a cerca de 2 1/2 graus N. Diretamente a nossa frente havia um cabo ou promontório, de maneira que, quando entramos um pouco mais dentro da baía, e o vento estando mais ao norte, dificilmente teríamos podido contorná-lo. Porque, com muito trabalho para bordejar e parando a cada maré, era terça-feira saímos da baía e chegamos ao Cabo...*" (Masham, citado, p. 190).

Silva, § 2.552) que se deve atribuir o aparecimento, a partir de 1598, de uma "baía da Pinaça" nos mapas *Pinis Baye* (Jodocus Hondius, 1598), *Pines Bayo* (Levinus Hulsius, 1599), *Pynis Baya* (de Bry, 1599), *Pynes bay* (P. Koerius, 1614).[79]

Viagem de La Ravardière à Guiana em 1604.

Em 1604, teve lugar a primeira viagem dos franceses à Guiana, viagem descrita de forma bastante confusa por Jean Mocquet.[80] Um navio que deixou Cancale, sob o comando do Cavaleiro Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, lança âncora próximo ao cabo Caypour, "um dos cabos próximos ao rio das Amazonas", segundo Mocquet, mas que parece ser o cabo Cassiporé, próximo ao rio Caipurogh (Cassiporé) de Keymis. Desse ponto, La Ravardière dirige-se à "terra de Yapoco" ou "Yapoco",[81] habitada por índios inimigos dos índios de Caiena e governada pelo "rei Anacajuri" (p. 85, de Mocquet, edição de 1665) ou "Anacaiuri" (p. 107). Os franceses chegaram na noite de 9 de abril e foram muito bem recebidos pelo chefe indígena e só deixam a "terra de Yapoco" no dia 15. Dirigiram-se, em seguida, à ilha de Caiena, onde permaneceram até o dia 18 de maio, fazendo trocas com os nativos. Partindo então da Guiana, içaram as velas em direção a Cumaná, antes de empreender viagem de volta para Cancale.

Ocupação da margem esquerda do Oiapoque pelos ingleses em 1604.

La Ravardière acabara de partir, quando Charles Leigh desembarcou na margem esquerda do Oiapoque ou Yapoco (22 de maio de 1604), tomava posse do país em nome do rei da Inglaterra e fundava, na vertente ocidental do morro Caribote, hoje Lucas, entre o Wanary (antigo rio Canoas) e o Oiapoque, uma colônia inglesa, à qual deu o nome de Principium[82] e que

---

[79] Todos os mapas encontram-se no *Atlas Brasileiro* (nº 45, 46, 47 e 56), da mesma forma que os mapas de Harmen e Marten Janss, 1610 (nº 55, *B. de Pinas*). C. de Jonghe, 1640 (*Pynes Bayo*, nº 65). Pode-se citar ainda: Matheu Neroni, 1604 (Ms. Biblioteca Nacional de Paris, *B. de Pinses*); G. Janssonius, 1606 (*Pinis Bay*); J. Hauer, globo de Gustavo Adolfo, Biblioteca National de Estocolmo (*Pynes Bay*); Van Langeren, Globe, 1630 (*Atlas, br* nº 61, *B. de Pinas*); N. J. Vischer, 1652 (*Pynes B.*).

[80] *Voyages en Afrique, Asie, Indes Orientales & Occidentales faits par Jean Mocquet*; Editions: Paris, 1616 e 1617, Rouen, 1645 e 1665; Paris, 1830.

[81] Em todo o texto de Mocquet – Yapoco –; no índice há também – Iapoco e nas notas ver *Yapoco*.

[82] *Coletânea* de Purchas, 1625, vol. IV, pp. 1252-1255, *Carta* de Charles Leigh, de 2 de julho de 1604 dirigida a seu irmão; e *Calendar of State Papers Colonial Series*, vol. I, 1574-1660, p. 5, carta do mesmo ao *Conselho Privado.*

subsistiu até a morte de seu chefe em 1606. Robert Harcourt, chefiando nova expedição, estabeleceu no mesmo lugar, em 1608, uma segunda colônia inglesa, retirada três anos depois e restabelecida em 1617 pelo capitão Edward Harvey. Dois desses oficiais, os capitães Michael Harcourt e o mesmo Harvey, realizaram em 1608 expedição ao baixo Araguari, tendo sido os primeiros a subi-lo, assunto já abordado. De 1608 a 1609 houve outra expedição de exploração da costa da Guiana pelo capitão Robert Thornton.

Nessa época, as viagens dos holandeses e dos ingleses à Guiana e ao Amazonas tornavam-se mais frequentes. Os holandeses já possuíam na margem esquerda de um afluente meridional do Amazonas – o Xingu – plantações e dois fortes, o Orange e o Nassau. Em carta dirigida a Robert Cecil, conde de Salisbury, datada de "Port of Spain, Trinidad", *sir* Thomas Roe declarava conhecer melhor do que qualquer outro inglês vivo a costa situada entre o Amazonas e o Orenoco.[83] Os capitães William Clovel e Thomas Tyndall exploraram a margem guianense do Amazonas na região ocupada pelos índios tapujucus (Tapoywasooze, escreviam os ingleses) e rapidamente estabeleceram aí uma base. Por volta de 1610, os holandeses possuíam feitorias e postos fortificados na região dos Tucujus, entre o Jari e o Macapá, na margem setentrional do Amazonas. Ingleses e irlandeses começaram também a fixar-se na região.

Primeiros estabelecimentos holandeses e ingleses no Amazonas.

É aqui que se situa a primeira concessão feita pelos reis de França das terras da Guiana, que pertenciam aos reis de Espanha e Portugal. Em 1605, Henrique IV nomeou La Ravardière "tenente-general do rei para as terras da América, desde o rio das Amazonas até a ilha de Trinidad", região descoberta pelos espanhóis, na qual haviam tentado algumas vezes se estabelecer, especialmente em Caiena, onde se situavam as terras compreendidas entre o Vicente Pinzón e o Amazonas, reivindicadas pelos portugueses e ocupadas, nessa data, em vários pontos, por ingleses e holandeses. Mas foi encarregado, logo em seguida, de verificar no Maranhão dos portugueses o que havia de verdadeiro nos relatos de Charles des Vaux a propósito das riquezas do país e das excelentes

[83] Passagem de um trecho desse documento in *Calendar of State Papers, Colonial Series,* 1574-1660, p. 11: – "Sir Thomas Roe to Salisbury. '*Viu mais dessa costa, do Amazonas ao Orenoco, que qualquer outro inglês vivo...*'"

Primeira concessão francesa dos territórios situados entre o Amazonas e o Orenoco.

intenções dos índios, que, dizia des Vaux, queriam "receber o cristianismo" e pediam ao rei da França que lhes "enviasse alguma pessoa de qualidade para defendê-los de todos os inimigos".[84]

Ao voltar, La Ravardière desistiu de sua concessão na Guiana e "solicitava outras cartas patentes para fundar uma colônia *ao sul da linha equinocial*." As cartas lhe foram concedidas em 1º de outubro de 1610,[85]

Ocupação da ilha do Maranhão pelos franceses (1612).

com a condição expressa de ocupar apenas cinquenta léguas de cada lado do primeiro forte que construísse. Foi então que, extrapolando seus poderes, empreendeu a "grande tentativa frustrada de uma França equinocial" (Joaquim Caetano da Silva, § 34).

A companhia que devia arcar com as despesas da expedição só pôde ser organizada em 1612, com o apoio da família Razilli. Numerosos cavaleiros alistaram-se. La Ravardière, François de Razilli e Nicolas de Harlay de Sancy foram nomeados "tenentes-generais do rei nas Índias Ocidentais e nas terras do Brasil" pela regente Maria de Médicis, que lhes concedeu ao mesmo tempo estandartes e divisa. Algumas centenas de voluntários partiram de Cancale em três navios e atingiram a *ilha do Maranhão* em 6 de agosto de 1612 e aí fundaram a cidade de São Luís. No ano seguinte, La Ravardière empreendeu expedição ao Pará, que foi estendida até o rio Pacajás. Iniciou, em seguida, a subida do Parijó (Tocantins), quando foi obrigado a retroceder com a notícia do reconhecimento da *ilha do Maranhão* feita pelo capitão português Martim Soares Moreno, governador do forte do Ceará.

Os portugueses-brasileiros tinham começado (1613) por estabelecer em Jericoacoara, ou Buraco das Tartarugas, um forte que era um posto de observação e que seu comandante, Manuel de Sousa d'Eça, conseguiu defender, no dia 12 de junho de 1614, contra o ataque dirigido pelo capitão Du Prat, um dos oficiais de La Ravardière.

Um brasileiro, Jerônimo de Albuquerque, que havia construído esse forte, foi investido no comando da expedição organizada em Pernambuco para retomar o Maranhão. Em 26 de outubro de 1614, desembarcou no

---

[84] Claude d'Abbeville, *Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Maragnan*, Paris, 1614, p. 13.

[85] 10 de outubro de 1610, segundo correção feita por Santarém (*Notícia dos manuscritos...* Biblioteca Real de Paris, p. 27).

continente, na baía de São José, em um local denominado Guaxenduba, onde logo em seguida foi instalado um acampamento entrincheirado. Alguns dias depois os franceses começaram as hostilidades e, em 19 de novembro, sob o comando de de Pezieux, sofreram grandes perdas durante ataque contra Guaxenduba, devido à maré baixa, que não permitiu a La Ravardière desembarcar com outra coluna, que deveria participar do combate. Um cessar-fogo foi assinado (27 de novembro) após troca de correspondência cavalheiresca entre La Ravardière e Albuquerque.[86] Dois enviados, um francês e outro português, partiram para a Europa, mas no ano seguinte (julho) chegaram reforços da Bahia e Pernambuco para Albuquerque, que anunciou a La Ravardière que acabava de receber, ao mesmo tempo, ordem para romper a trégua. Alguns meses depois chegava uma terceira expedição que saíra de Pernambuco sob o comando de Alexandre de Moura, composta de tropas de desembarque e de uma flotilha de nove velas. Não podendo enfrentar seus adversários, bem superiores em número, La Ravardière capitulou em 4 de novembro de 1615.[87]

Combate de Guaxenduba (1614).

A ilha do Maranhão retomada pelos portugueses (1615).

[86] Uma carta de La Ravardière de 23 de novembro começava dessa forma: – "A clemência do grande capitão Albuquerque, que foi vice-rei de sua majestade dom Emmanuel nas Índias Orientais, se mostra em vós pela cortesia que testemunhais aos meus soldados franceses e pelo cuidado que teve em dar sepultura aos mortos, entre os quais havia um que eu amava como a um irmão, pois era valente e de boa família. Louvo a Deus e se nos encontrarmos novamente com armas na mão, espero que Ele tome sob sua proteção minha justa causa...". De Lastre, que era um jovem cirurgião parisiense, enviado ao acampamento brasileiro para tratar dos feridos de ambos os lados: – "Jamais", dizia ele, "encontrei pessoas tão honestas e tão íntegras como essas, mas precisavam muito de mim. De La Ravardière instou-os a preferir os feridos deles aos seus, mas a França não deixou de exigi-lo com cortesia".

[87] Nos despachos trocados em Lisboa, em 1699, entre o embaixador Rouillé e o governo português tratou-se também do Maranhão, por isso pareceu útil apresentar aqui um resumo desses acontecimentos, sobre os quais se podem consultar Claude d'Abbeville, obra citada; Yves D'Evreux, *Suite de l'histoire des choses plus mémorables advenues en Maragnon és années 1613* e *1614*, Paris, 1615; de Lastre, *Histoire véritable de ce qui s'est passé de nouveau entre les François et les Portugois en l'isle de Maragnon*, Paris, 1615 (publicado sem o nome do autor, reimpresso em 1876); Diogo de Campos Moreno, *Jornada do Maranhão* (1ª edição da Academia Real de Ciências de Lisboa; 2ª de C. Mendes de Almeida, acompanhada de notas, Rio, 1874); Robert Southey, *History of Brazil;* Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, 2ª edição.

VI

Logo em seguida, Alexandre de Moura, cumprindo ordens do rei Filipe III de Portugal, IV de Espanha (a união das duas coroas durou de 1580 a 1640), enviou do Maranhão (25 de dezembro de 1615) o capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco para ocupar o Amazonas e verificar o que estava ocorrendo nas terras do cabo do Norte, onde, segundo vários avisos recebidos, os ingleses e os holandeses começavam a estabelecer-se. A cidade de Belém do Pará foi então fundada, em 1616, junto ao forte construído por esse oficial na margem direita do braço oriental do Amazonas, que os portugueses já designavam, em 1561, pelo nome de rio Pará (mapa de Bartolomeu Velho, nº 14 do *Atlas*, – *R. paraa*). Por volta de 1616, os holandeses construíram mais longe um terceiro forte na Amazônia, na margem direita, em local na época denominado Mariocai e, em seguida, Gurupá.

Ocupação do Pará pelos portugueses, 1616.

As hostilidades começaram pouco depois, nesse mesmo ano, com a tomada de um navio holandês por Pedro Teixeira. Os índios tendo colocado em perigo o estabelecimento do Pará, era preciso primeiro vencê-los ou transformá-los em aliados. Os missionários portugueses, ao assumir essa tarefa, prestaram à civilização na bacia do Amazonas serviços tão importantes quanto em outras regiões do Brasil.

Até o ano de 1604, os reis de Espanha haviam feito numerosas

concessões em relação à Guiana e mesmo algumas, de 1501 a 1544, relativas à margem meridional do Marañón ou Amazonas (Ver trechos, *Documentos*, tomo II, nº 1). A impotência mostrada pelos governadores espanhóis da ilha de Trinidad e da Guyana, ou Guiana, na defesa da costa compreendida entre o Orenoco e o Amazonas, contra os ingleses e os holandeses, fez os conselheiros da coroa espanhola entenderem que era preferível confiar aos portugueses do Pará o cuidado de deter, na margem guianense do Amazonas e em parte das terras do cabo do Norte, ou província de Aruacas, os ataques e as tentativas de colonização dos ingleses e dos "rebeldes" da Holanda, dedicados, sobretudo, nessas paragens, à descoberta do fabuloso El Dorado.

Concessões espanholas relativas à Amazônia e à Guiana (1501-1604).

Em despacho datado de 4 de novembro de 1621, o Conselho de regência do Reino de Portugal foi instruído "das medidas que seriam tomadas com a finalidade de povoar e fortificar a costa que se estende do Brasil a São Tomé de Guiana e Bocas do Dragão e os rios dessa costa".[88]

Disposição do rei da Espanha e de Portugal em incorporar ao Brasil uma parte da Guiana (1621).

A compilação da legislação que fornece o trecho desse despacho não indica o nome da autoridade espanhola que o assinou, mas esse trecho é confirmado por um documento espanhol da mesma época, que fala da necessidade de "colonizar a costa que vai do Brasil a Santo Tomé de Guiana e Bocas do Dragão e fortificar as margens dos rios cuja largura não permita à artilharia localizada em uma margem alcançar o outro lado". E o documento espanhol acrescenta:

> – *Ainda que esses territórios pertençam à coroa de Castela, poder-se-ia transferi-los à coroa de Portugal, porque seria mais vantajoso*; e, já que há novos estabelecimentos fundados pelos *ingleses* e pelos *holandeses* na outra margem, poder-se-ia enviar para reconhecimento e, conforme o resultado, tomar uma decisão e fazer o necessário para expulsá-los.[89]

---

[88] "*Por aviso de 4 de novembro de 1621, foram comunicadas as providências que se intentavam dar, a fim de povoar e fortificar a costa que corre do Brasil até S. Tomé de Guiana e Bocas do Dragão e as mais daqueles rios*" *(Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa*, por J.J. Justino de Andrade e Silva, Lisboa, 1855, vol. III, p. 57).

[89] Texto espanhol desse documento (Museu Britânico, Egertonian Collection, Ms. 1131, p. 36): - "*... que se poblase la costa que corre del Brasil hasta Santo Tomé de Guayana y Bocas del Drago y de los demás ríos y los que fueren tan anchos que no alcance la artillería de una parte á otra se fortifiquen* y aunque esta conquista es de la Corona de Castilla se podría

Filipe IV, por ordem real de 13 de junho de 1621, separou do governo-geral do Brasil as capitanias do Maranhão e do Pará, inclusive o território do Ceará, para formar outra capitania. As possessões da coroa de Portugal na América do Sul foram dessa forma divididas em dois Estados: o do Maranhão, tendo por capital a cidade de São Luís do Maranhão, e o do Brasil, cuja capital continuou a ser a cidade da Bahia.

Governo-geral do Maranhão.

O número de ingleses e holandeses no Amazonas aumentava desde 1616 e suas viagens à Guiana tornavam-se mais frequentes. O burgomestre de Flessinga, Jan de Moor, encabeçava uma companhia para explorar os estabelecimentos fundados nessa parte do Brasil. Por cartas patentes de 28 de agosto de 1613, o rei da Inglaterra, Jaime I, concedeu a Robert Harcourt, *sir* Thomas Challoner e John Rovenson o território compreendido entre o Amazonas e o Essequibo. Por outras cartas, em 1º de setembro de 1619, o rei renovou essa concessão em favor de Harcourt;[90] em 3 de abril de 1626, fez concessão especial a Harcourt, associado em um empreendimento de colonização do Amazonas com o capitão Roger North, irmão de lorde North;[91] em 19 de maio de 1627, transferia essa concessão ao duque de Buckingham, ao conde de Penbroke e a seus associados, em número de 52, a maioria pertencente à nobreza.[92] A companhia, segundo prospecto impresso, propunha-se a colonizar a Guiana, inclusive o rio Amazonas, "the royal river of Amazon". Roger North, representante do duque de Buckingham, presidente da companhia, devia ser o governador dos estabelecimentos ingleses no Amazonas.[93]

Os ingleses e os holandeses no Amazonas e na Guiana. Concessões inglesas.

Segundo North, os portugueses do Pará, por volta de 1622, foram derrotados em ataque aos ingleses e holandeses na margem esquerda do Amazonas.

Portugueses do Pará encarregados pelo rei da Espanha e de Portugal de expulsar os holandeses e os ingleses.

---

encomendar a la de Portugal por venirles mas a quenta, *y que por la noticia que ay de que en la otra costa ay poblaciones de Ingleses y Olandeses se podría embiar a reconocer y conforme lo que hubiese podrá tomar resolución y prevenir lo necesario para echarlos.*"

90 *Calendar of State Papers, Colonial Series*, 1570-1660, pp. 15 e 36, 37, Harcourt, em sua *Relação* (dedicatória), diz que as cartas patentes de 1613 eram "*para plantar e povoar todo o trecho de terra e parte da Guiana, entre o rio Amazonas e o Essequibo, situada na América, sob o Equador*".

91 *Calendar*, p. 79.

92 *Calendar*, p. 84.

93 *Calendar,* p. 85.

Em 1623, os portugueses, sob o comando dos capitães Bento Maciel Parente e Luís Aranha de Vasconcelos, operando às vezes separadamente, tendo recebido reforços e contando entre os índios com grande número de aliados, apoderaram-se dos fortes holandeses de Muturu e Mariocai (Gurupá), na margem direita do Amazonas, e sustentaram vários combates no rio. Um dos confrontos ocorreu na confluência do Cajari, onde, após prolongada resistência, o capitão Pieter Ariansson, de Flessinga, encalhou e explodiu seu navio. Um posto fortificado que Maciel Parente acabara de construir nessa margem foi tomado e queimado em outubro por Pieter Ariansson.[94]

Primeiras operações ofensivas dos portugueses (1623-1625).

Tomada de vários fortes holandeses e ingleses.

Maciel Parente ergueu em Mariocai (1623) o forte de Santo Antônio de Gurupá, que permaneceu definitivamente ocupado e tornou-se, mais tarde, o centro das operações contra os estrangeiros.

Em 1625, Pedro Teixeira apoderou-se dos fortes holandeses do Xingu, em seguida do de Mandiutuba (23 de maio), recém-construído na margem direita do Amazonas por Nikolaas Oudaen, que havia chegado no início do ano com reforços, sob a escolta do almirante Lucifer. Os holandeses que conseguiram fugir com Oudaen refugiaram-se com os ingleses, na "Província dos Índios Tucujus", isto é, *na margem guianense do Amazonas*, cujo canal ocidental era então denominado de "rio de Filipe" pelos portugueses. Nesse local, segundo um manuscrito do Museu Britânico, os ingleses já possuíam, em 1623, dois estabelecimentos no Cajari: Tilletille, seis léguas (cerca de 39,6 km) a montante da confluência desse rio, e Uarimiuaca, cinco léguas (cerca de 33 km) mais distante.[95]

---

[94] Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 1627, Liv. V, capítulo IX; Berredo. *Anais históricos do Estado do Maranhão*, Lisboa, 1749, §§ 499 a 513; *Brief notes of the business of the Amazon for the Duke of Buckingham*, 16 de março de 1626, atribuídas a R. North (Record Office, Londres); *Journal du Voyage faict par les peres de familles enuoyes par Mrs. Les Directeurs de la Compagnie des Indes Occidentales pour visiter la coste de Guyane*, por Gesse Des Forest, British Museum, Sloane Ms. 179 B).

[95] "Terça-feira, 1º de novembro (1623), chegamos cerca de Pieter Janss, ancorado no rio *Taurege,* onde viviam os holandeses. Na quinta-feira entramos no rio Okiarj " (Okaiari, mapas holandeses; Cayary ou Cajary) "40 minutos ao sul da linha entre aquela e uma ilha que está em frente. No mesmo dia nos levaram para ver *Tilletille*, residências dos ingleses, seis léguas (cerca de 198 km) rio acima e uma légua (cerca de 6,6 km) terra adentro. Achamo-as muito agradáveis por ser no campo, salpicado de arvoredos e de pequenas lagoas, mas o local é quase todo árido. No sábado 4, chegamos ao navio. No domingo 5, levaram-nos a *Ouarmeouaka* (Uarimiuaca), outra residência dos ingleses cinco léguas (cerca de 132 km) mais acima que a outra e sobre o mesmo rio. Era

Provavelmente é na confluência do Cajari que se encontravam, em 1625, os dois primeiros postos fortificados demolidos por Teixeira na margem esquerda do Amazonas após um combate no qual o irlandês James Purcell, comandante dos ingleses, e Oudaen foram capturados. Um terceiro posto inglês a quinze léguas (cerca de 99 km) desse lugar e menos importante do que os demais se rendeu e também foi arrasado.[96]

Tomada do forte inglês de Taurege, na margem esquerda do Amazonas (1629).

Quarenta e seis holandeses, sob o comando do tenente Pieter de Bruyne, conseguiram descer o Amazonas e fixaram-se na margem esquerda do Oiapoque, onde o almirante Lucifer, enviado pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais para aí estabelecer um forte, os encontrou em 1627 e tomou conhecimento do desastre pelos sobreviventes.[97] Em 28 de setembro de 1629, o mesmo Teixeira cercava o forte de Taurege, *na margem esquerda ou guianense do Amazonas*, na confluência do Maracapucu, que os holandeses e os ingleses denominavam de rio Taurege. Os combates em torno do forte duraram até o dia 24 de outubro, data de sua rendição. O comandante de Taurege era o mesmo James Purcell que Maciel Parente, em 1627, havia conduzido à Espanha, onde havia sido posto em liberdade, e os homens sob suas ordens eram todos irlandeses ou ingleses, entre os quais havia certamente alguns holandeses. Após demolir Taurege, Teixeira voltou para Gurupá, onde logo em seguida teve de repelir um ataque do capitão Roger North, que acabava de chegar com dois navios e reforço de ingleses.[98]

North foi estabelecê-los entre Matapi e Anauirapucu, na *margem guianense do Amazonas*, onde foi construído um forte mais sólido do que os precedentes.

Tomada dos fortes ingleses de Filipe e de Cumaú, na margem esquerda do Amazonas (1631 e 1632).

O forte inglês, que os portugueses denominavam Filipe, caiu nas mãos de Jácome Raimundo de Noronha, governador (capitão-mor) do Pará, em 1º

---

também uma residência muito agradável nos dois lugares os ingleses tinham muito espaço para plantar tabaco.*(Diário cit., Sloane, Ms. 179 B)*

96 Berredo, obra citada, §§ 535 a 542.

97 Johan de Laet, *Historie ofte iaerlijck verhael van de verrichtinghen der geoctroyeerde West-Indische Compagnie (Annales de la Comp. des Indes Occidentales)*, Leyde, Elsevier, 1644, livro IV, p. 112; Netscher, *Les Hollandais au Brésil*, La Haye, 1853, pp. 30, 31, 177.

98 "Relaçam de varios successos acontecidos no Maranham e Gram Para", placa impressa em Lisboa em 1631 e atribuída ao padre Luís Figueira; Berredo §§ 581 a 593; Sir Clements R. Markham, *Expeditions into the valley of the Amazons*, Londres, 1859, p. 54.

de março de 1631, e foi imediatamente destruído.[99]

Mas outros ingleses enviados pela mesma companhia presidida pelo duque de Buckingham haviam construído o forte de Cumaú, *na margem guianense do Amazonas*, duas léguas (cerca de 13,2 km) ao sul do atual forte de Macapá.

Durante a noite de 9 de julho de 1632, Feliciano Coelho de Carvalho, no comando das tropas do Pará, tomou de assalto essa última posição dos ingleses. O comandante do forte, Roger Frey, estava ausente e o navio que o trazia do cabo do Norte foi abordado no dia 14 de julho pelo capitão Aires de Sousa Chichorro, enviado ao seu encontro.[100]

Com base em informação que dizia ter tido dos índios e do comandante português de Cumaú ou Macapá, o marquês de Ferrolle deu a entender, em 1698, que os franceses haviam tido um forte nesse local e, no ano seguinte, em Lisboa, o embaixador Rouillé repetiu o engano do governador de Caiena.[101]

A companhia inglesa renunciou a suas expedições no Amazonas. A Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, por sua vez, enviou em reconhecimento um navio armado de vinte canhões, que também foi abordado próximo de Gurupá pelo capitão João Pereira de Cáceres,

---

[99] Berredo, §§ 609 a 619.

[100] Berredo, §§ 610 a 619; Southey, *History of Brazil*, capítulo XVIII; Markham, *Expeditions into the valley of the Amazons*, Londres, 1859, p. 127, escrito Roger Frère.

[101] Falando sobre a companhia francesa criada em 1633, – sobre a qual trataremos a seguir, – o marquês de Ferrolle dizia (*Memória* de 20 de junho de 1698, ver tomo II, Documento nº 4): – "... Essa companhia foi denominada Companhia do cabo do Norte e, aparentemente, foi ela que se estabeleceu em Macapá, onde os portugueses encontraram 4 peças de canhões e várias balas de canhão e de mosquete, circunstância que me foi confirmada não apenas pelos indígenas do Amazonas, mas também pelo comandante do Macapá quando fui tomá-lo" (em 1697). Vê-se que os índios e o comandante de Cumaú ou Macapá se limitaram a dizer que, quando os portugueses, em 1632, tomaram essa posição, que era um forte inglês, aí encontraram naturalmente canhões; não disseram que o antigo forte havia sido primitivamente um estabelecimento francês. Foi o marquês de Ferrolle que o supôs, sem qualquer razão séria, pois diversos documentos franceses do século XVII, manuscritos ou impressos, mostram claramente que todas tentativas de colonização feitas pelos franceses na Guiana no século XVII se dirigiram apenas ao litoral compreendido entre o Oiapoque e o Maroni. O embaixador Rouillé, induzido ao erro, afirmou em 1699 que o Macapá havia sido primitivamente um forte francês, e Bellin, em 1763 (*Description de la Guyane*, p. 21) diz: – "No mesmo ano, 1688, eles (os portugueses) vieram se estabelecer-se no Macapá, sobre as ruínas de um forte que os franceses haviam abandonado, e onde deixaram 4 peças de canhões e várias balas de canhão e de mosquete. Os franceses se queixaram disso como de uma usurpação...".

Expedição de Pedro Teixeira (1637-1639).

em 1639,[102] ano no qual chegava ao Pará a grande expedição portuguesa que, sob o comando de Pedro Teixeira, havia subido o Amazonas, em 1637, e atingido Quito.[103]

Filipe IV, para quem o antigo desacordo entre portugueses e espanhóis sobre suas fronteiras na América não tinha mais interesse, já que ele era o soberano dos dois reinos, havia tomado a decisão de anexar definitivamente ao Brasil, por carta patente de 14 de junho de 1637, a porção das terras do cabo do Norte (nome pelo qual frequentemente a Guiana era designada) situada entre o rio Vicente Pinzón e a margem esquerda do Amazonas e criar a capitania do cabo do Norte. Doou-a, como domínio hereditário, a Bento Maciel Parente, declarando várias vezes no documento que a área tinha de 30 a 40, ou 35 a 40 léguas (cerca de 198 ou 231 a 264 km) *de costa marítima*, entre o rio Vicente Pinzón e o cabo do Norte (tomo II, *Documentos*, nº 3). Foi também em cumprimento das ordens reiteradas do mesmo rei que se realizou a exploração do Amazonas até o Peru e que Pedro Teixeira, segundo instruções recebidas, tomou posse, em 16 de agosto de 1639, da margem esquerda do Napo, estabelecendo a fronteira ocidental dos territórios da coroa de Portugal ao norte do Amazonas.

Criação da capitania do cabo do Norte e sua anexação definitiva ao Brasil (1637).

Rio Vicente Pinzón limite setentrional da capitania do cabo do Norte.

O padre Christoval de Acuña, que acompanhava Pedro Teixeira na descida do rio Amazonas, pôde ver portugueses ocupando efetivamente a margem guianense do Amazonas, pois, já em 1639, fala da missão portuguesa de Curupatuba, hoje cidade de Monte Alegre, e do forte do Desterro, construído por Bento Maciel Parente, nessa margem do rio, seis léguas a jusante da confluência do Jenipapo ou Paru.[104]

Em 1639 os portugueses ocupavam efetivamente a margem esquerda do Amazonas.

---

[102] *Relación del descubrimiento del río de las Amazonas, hoy S. Francisco del Quito*, 1639, Ms. Biblioteca Nacional de Paris, § 13, publicado por Jimenez de la Espada; Berredo, § 746.

[103] "... Deixou o Pará em 28 de outubro de 1637, com quarenta e sete canoas de tamanho razoável, e haviam sido embarcados, além das munições e provisões de guerra, 70 soldados portugueses, 1.200 índios amigos para remar e combater, que com as mulheres e empregados somavam 2 mil pessoas" (De Gomberville, *Relation de la rivière des Amazones*, tradução, às vezes modificada, do texto de C. de Acuña, Paris, 1682, vol. III, p. 80). Era uma expedição bastante importante, sobretudo para a época.

[104] Padre Christoval de Acuña, *Nuevo descubrimiento del gran río de las Amazonas*, Madri,

Forte do Desterro.

A aclamação do duque de Bragança como rei de Portugal com o nome de dom João IV (1º de dezembro de 1640) encontrou o estado do Maranhão aumentado ao norte pelos territórios que o rei da Espanha lhe havia anexado durante a união das duas coroas, dos quais uma parte, como se acaba de ver, havia sido retomada aos ingleses e aos holandeses, graças unicamente aos esforços dos habitantes do Pará; e o estado do Brasil aumentado ao sul e a oeste pelos territórios que os paulistas haviam conquistado em suas numerosas expedições, mas privado de todo o litoral compreendido entre o Ceará e o rio Real, ocupado pelos holandeses, sob o governo do príncipe Maurício de Nassau. Em pouco tempo, em 1641, estes últimos apoderaram-se da cidade de São Luís do Maranhão. As vastas capitanias brasileiras que a Holanda então detinha só puderam ser inteiramente reconquistadas em 1654.

Portugal proclama sua independência da Espanha (1640).

Tratado de paz de 1668 entre Portugal e Espanha.

A guerra entre Portugal e Espanha, iniciada em 1640, encerrou-se com o tratado de paz assinado em Lisboa, em 13 de fevereiro de 1668, no qual ficava estabelecido que as fortalezas tomadas de ambos os lados seriam reciprocamente restituídas e que os dois reinos conservariam as mesmas fronteiras que tinham "antes da guerra" (artigo 2º).

Em suas possessões da América, Portugal manteve, então, como

1641:

"Nº 76. ... *Curupatuba.* – Um pouco mais de 40 léguas (cerca de 264 km) da confluência do rio Tapajosos, encontra-se o de Curupatuba, que deságua no Amazonas do lado norte e que dá seu nome à primeira aldeia ou povoado indígena que vive em paz com os portugueses e submissos à sua Coroa."

"Nº 77. Rio Jenipapo. - ... o rio Jenipapo corre também do lado norte e deságua no Amazonas, sessenta léguas (cerca de 396 km) a jusante do lugarejo Curupatuba... As terras irrigadas por esse rio fazem parte da capitania de Bento Maciel Parente, governador do Maranhão... Nessa capitania, no Amazonas, seis léguas (cerca de 39,6 km) a jusante da confluência do Ginipape, encontra-se um forte dos portugueses, denominado Desterro, com uma guarnição de 30 soldados e alguns canhões."

Texto em espanhol: – "Nº LXXVI. – *Curupatuba. – Apocas mas de 40 leguas de la boca del río de los Tapajosos, esta el de Curupatuba, que desaguando en el principal de las Amazonas, a la vanda del norte, da nombre a la primera población, o Aldea, que de paz tienen los Portugueses a devoción de su Corona... – Nº LXXVII. – Rio Jenipapo. - ... el río de Ginipape... corriendo por la misma vanda del norte desemboca en el río de las Amazonas, a las sesenta leguas mas abajo de la Aldea de Curupatuba... Las tierras que este río riega, son de la Capitanía de Benito Maziel Pariente, Gobernador del Marañón... En esta Capitanía, seis leguas de donde desagua Ginipape, el río arriba de las Amazonas, está un fuerte de Portugueses, que llaman del Destierro, con treinta soldados, y algunas piezas de artillería...*"

limite norte, no litoral, o rio Vicente Pinzón, cuja foz, segundo a carta patente de 14 de junho de 1637, distava de 30 a 40 léguas portuguesas de *costa marítima* do cabo do Norte.

Os portugueses do Pará ficaram dessa forma donos das duas margens do Amazonas e de seus afluentes, tendo combatido, além de algumas tribos indígenas, apenas holandeses e ingleses nas campanhas de 1616 e 1632. No Record Office, em Londres, encontra-se grande quantidade de documentos, resumidos em parte no *Calendar of State Papers, Colonial Series*, relativos aos empreendimentos ingleses na margem esquerda do Amazonas, de 1610 a 1632. Falam de ingleses, irlandeses e portugueses do Pará, que, às vezes, são denominados espanhóis: não consta qualquer menção a franceses. Os documentos dos Arquivos da Companhia das Índias Ocidentais e os livros publicados na Holanda, no século XVII, mencionam holandeses ou belgas, ingleses e irlandeses, bem como seus adversários no Amazonas, os portugueses do Pará; não fazem menção a; franceses, pois esses não existiam, nem na bacia do Amazonas, nem no litoral compreendido entre o Oiapoque e o cabo do Norte. Os documentos portugueses, neste ponto, conformes com os de seus adversários, referem-se somente a ingleses, holandeses e irlandeses: fazem menção a um único francês entre os índios do Pará que, em 1613, havia-se separado de seus compatriotas durante a curta expedição de La Ravardière ao sul e não ao norte do Amazonas.

Testemunhos dos portugueses, ingleses e holandeses mostram que não havia franceses estabelecidos entre o Oiapoque e o Amazonas.

Johan de Laet, após ter dito que os holandeses haviam começado a frequentar esse rio antes de 1598, se expressa da seguinte forma:

> Houve outros que, passados alguns anos, empreenderam visita ao grande rio das Amazonas, no que transparece sobretudo o labor e a engenhosidade dos zelandeses, que não temeram criar colônias nas margens desse rio e nelas construir dois fortes, um chamado Nassau no Coiminne, que é como uma ilha[105] separada do resto do continente por um estreito braço do rio das Amazonas de

[105] Trata-se da margem esquerda do Xingu. Como, sobretudo a jusante do Xingu, há grande número de ilhas e como o Amazonas divide-se em vários braços e canais, nessa época tomava-se frequentemente por ilhas, espaços compreendidos entre dois afluentes não explorados do grande rio.

aproximadamente 80 léguas;[106] o outro, denominado Orange, a cerca de sete léguas abaixo do primeiro. Enfim, entre os dois fortes, empregaram todos os seus esforços no cultivo dos campos e no comércio com os selvagens.

Após isso, como os ilustríssimos e poderosos senhores, os Estados-Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos haviam dado concessão para navegar entre uma e outra América a uma determinada companhia, houve outras que, sob os auspícios e permissão daquela, para lá enviaram colônias e construíram fortalezas em diversos lugares. *Os ingleses e os irlandeses* fizeram o mesmo quase simultaneamente. Mas tanto eles quanto nossa gente, tendo sido inesperadamente atacados e expulsos pelos portugueses vindos do Pará, sofreram grandes perdas; para compensá-las e vingar-se das injúrias recebidas, prepararam-se com mais afinco para alcançar o que haviam começado.[107]

Expedições dos portugueses do Pará contra os holandeses que tinham ocupado a ilha do Maranhão (1642-1644).

Os portugueses-brasileiros do Pará não se limitaram a impedir, de 1616 a 1632, a ocupação da margem guianense do Amazonas pela Inglaterra e pela Holanda. Fizeram mais. Em 1642, mais de oitocentos homens, sob o comando dos capitães Pedro da Costa Favela, Bento Rodrigues de Oliveira e Aires de Sousa Chichorro, os quais já haviam se destacado em combates no Amazonas,[108] uniram-se aos brasileiros do Maranhão (1642) que defendiam a pátria contra a invasão holandesa, contribuindo, dessa forma, para liberar do domínio estrangeiro (1644) essa parte do Brasil, que, além do Amazonas,

[106] O mais setentrional desses dois fortes, o de Nassau, encontrava-se próximo de Veiros, na margem oposta, em frente à confluência do *Marioã*. Avistavam-se suas ruínas ainda em 1762 (*Revista do Instituto de História do Brasil*, tomo IX, p. 369).

[107] J. de Laet, *Histoire du Nouveau Monde, ou Indies Occidentales*, Leyde, Elsevier, 1640. Livro XVII. capítulo V; *Brief discours des choses que les Belges ont faites en ces quartiers*, p. 174. O capítulo III tem esta inscrição: *Description de la grande rivière des Amazones selon les observations des Anglois et des Belges*.

[108] Essa expedição era composta de 113 portugueses nascidos na Europa ou no Brasil e de 700 índios do Pará. Foi mencionada não apenas nas crônicas brasileiras e portuguesas da época, mas também nos documentos holandeses. Costa Favela era nativo de Pernambuco (Brasil) e Rodrigues de Oliveira, do Rio de Janeiro.
Os holandeses eram então donos de todo o litoral do Brasil, desde o rio Real, próximo à Bahia, até o Maranhão. Os brasileiros do Maranhão, ajudados apenas pela expedição do Pará, foram os primeiros a expulsar, em 1644, os holandeses. Em outras partes do norte do Brasil a guerra iniciada em 1624 terminou apenas em 1654.

Os holandeses expulsos do litoral entre o Maiacaré e o Caciporé pelos portugueses do Pará (1646).

Luís XIV, meio século mais tarde, se achava no direito de reclamar ao rei de Portugal. Em 1646, partiram novamente de Belém do Pará em expedição, sob o comando do governador Sebastião de Lucena de Azevedo, dessa vez para o norte, para desalojar os holandeses de um posto fortificado que ocupavam entre o Maiacaré e o Cassiporé, ou Cachipur, no litoral que a França agora reivindica ao Brasil.

Um documento francês contemporâneo atesta a presença dos holandeses, nessa época, no Maiacaré e no Cassiporé.[109] Um documento português posterior mostra que o posto holandês atacado e destruído por Lucena de Azevedo encontrava-se, de fato, nessa região. Os soldados do Pará teriam subido o Araguari e seu antigo afluente, o Maiacari ou Batabuto; teriam atravessado o grande lago d'El-Rei, hoje lago Novo, descido então a angra que, através de vários lagos, levava ao Maiacaré e ao mar, entre o cabo do Norte e o Oiapoque. É o itinerário que, quarenta anos depois, guiado talvez por um dos soldados de seu predecessor, Antonio de Albuquerque seguiu para atingir as ruínas do antigo posto holandês, como indicam as seguintes passagens de sua carta datada de 19 de julho de 1687, dirigida a dom Pedro II:[110]

> ... *Em cujo cumprimento, sendo-me dada pelo governador Gomes Freire de Andrada uma ordem pela qual me encarregava* que passasse à outra parte do rio das Amazonas, *levando em minha companhia o engenheiro deste estado, soldados, e mais pessoas práticas, que para esta função havia nomeado*, penetrasse os sertões do cabo do Norte, *contratando pazes com algumas nações do gentio, daquelas que se acham separadas da nossa comunicação, chegasse a ver, e* examinar os

[109] Bibliothèque Nationale de Paris, *Collection Clairambault, Manuscrit nº 1.016 (Suite des Voyages de la Compagnie du Cap du Nord en une terre ferme des Indes Occidentales)* p. 676 – "Nesse mesmo tempo os holandeses conquistaram o Berbice, o Essequibo e outros pequenos rios que conservam ainda. Yansuandriz ocupa agora também o *Maiacari* e o *Cacipuri*. Em 33 (1633) capitão Gregoire trouxe-lhes seis homens."
A primeira Memória portuguesa de 1699 menciona o "General Baldegrues" que ocupava um forte no "lago Maiacari". Domingos Teixeira *(Vida de Gomes Freire de Andrada*, Lisboa, 1727, vol. II, p. 423) fala do forte de Maiacari ou do General "Balde Gruu". Berredo (§ 938) o designa Bandergús e, interpretando mal documentos examinados de forma apressada, crê tratar-se de uma expedição nas proximidades de Gurupá. Varnhagen, talvez com base nessa última transformação, supõe tratar-se de van der Goes.

[110] Documento dos Arquivos do Conselho Ultramarino. Março nº 1031. Biblioteca Nacional de Lisboa – Texto original em português.

sítios em que estiveram as fortalezas do Torrego, a de Cumaú, e a de Maiacari, todas ganhadas pelas armas portuguesas; *... tanto que do preciso fui aprestado, dei princípio à viagem com toda a prontidão, e brevidade possível, para que vossa majestade, nesta mesma ocasião fosse informado do efeito dela, e continuando-a por partes que bem pudessem examinar e registrar as entradas mais patentes do dito rio das Amazonas*, entrei pelo rio de Araguari, contíguo à ponta do dito cabo do Norte, a qual não pude passar por ser muito arriscada a navegação por aquela costa, *o que só se faz em certas monções.*[111] *Das cabeceiras deste rio, com notícia da minha chegada, desceram a ver-me quantidade de índios, parte da multidão, que naquele sertão habita, aos quais mandei logo fazer as práticas convenientes ao serviço de Deus, e de vossa majestade...* Continuando neste meio tempo a penetrar o rio e lagos de Maiacari, *aonde vivem muitas nações de gentio, cujos principais fiz convocar à aldeia sita no meio de um grande lago chamado Camonixari...* E vendo que a falta das águas me dificultava a passagem das minhas canoas, e impedia o continuar a dita viagem, penetrando aquele sertão até a costa e paragem aonde houve a dita fortaleza de Maiacari *me resolvi a voltar, deixando na dita aldeia de Camonixari o missionário que levava em minha companhia, por ser ali mais preciso, e o dito gentio mo pedir... É certo, senhor, que se esta ordem de vossa majestade chegara mais cedo, se findara esta diligencia, por que só é franca esta passagem desde o mês de janeiro até o de maio... Feitas estas diligencias e* vistas estas paragens do rio de Araguari e lagos de Maiacari, *e praticado todo aquele gentio, despendendo com ele largos mimos...* E voltando pelo rio das Amazonas acima *pela parte do cabo do Norte...*[112]

O posto fortificado tomado aos holandeses por Lucena de Azevedo situava-se, portanto, na costa marítima, na embocadura do Maiacaré ou nos arredores dessa posição.

Após 1647, os holandeses deixaram de negociar, como o faziam anteriormente, com os indígenas que povoavam as ilhas do delta do Amazonas, mas continuaram a enviar anualmente ao Maiacaré navios para a pesca do peixe-boi.[113]

---

[111] É uma prova a mais de que o cabo do Norte era para os portugueses como para todo o mundo, mesmo no século XVII, uma ponta *ao norte do Araguari* e não ao sul, como d'Avezac e outros franceses o pretenderam em seu tempo.

[112] *Ele subia o Amazonas do lado do cabo do Norte, ou seja, pela margem esquerda, ou terras do cabo do Norte.*

[113] Carta de 28 de novembro de 1659 do padre Antonio Vieira ao rei de Portugal.

Religiosos portugueses trabalhavam desde os primeiros tempos da ocupação do Pará na atração de índios para a civilização. As missões expandiram-se inicialmente pelos primeiros afluentes da margem direita do Amazonas, em seguida às ilhas e à margem esquerda ou margem guianense. Os franciscanos (capuchinhos) de Santo Antônio foram os primeiros a se estabelecerem em Belém do Pará, em 1617. Em seguida, chegaram os do Carmo, em 1627; os jesuítas, em 1636; os religiosos das Mercês, em 1639; os franciscanos da Piedade, em 1693; e os franciscanos da Conceição da Beira e Minho, nesse mesmo ano.

Missionários portugueses.

O padre Christoval de Acuña fala de Curupatuba (Monte Alegre), como sendo, em 1634, na margem norte do Amazonas, a mais ocidental das aldeias indígenas sob o domínio de Portugal; mas mencionou apenas o que pôde ver durante sua viagem nesse rio. Mais a ocidente, na margem esquerda do Tapujuçus ou Surubiú, em 1626,[114] já havia uma aldeia indígena submissa aos portugueses, que se tornou a missão de Santo Antônio de Surubiú e, mais tarde, cidade de Alenquer.

Estabelecimentos portugueses na margem esquerda do Amazonas após 1626.

Havia assim, em 1639, na capitania do cabo do Norte, pertencente a Bento Maciel Parente, então governador-geral do Estado do Maranhão, pelo menos três aldeias indígenas submissas aos portugueses e frequentadas por seus missionários: as aldeias dos Tapujuçus, de Curupatuba e de Iauacuara, essa última perto de Uacarapi e do forte do Desterro.

Bento Maciel Parente, preso em 1641 pelo almirante Lichthardt, em São Luís do Maranhão, morreu nesse mesmo ano no Rio Grande do Norte, quando era conduzido a Mauritsztadt (Pernambuco), capital do Brasil holandês. Seu primogênito e homônimo sucedeu-lhe. Por carta patente de 9 de julho de 1645, dom João IV confirmou a doação de 1637.[115] Quando o padre Aluísio Conrado Pfeil, da Companhia de Jesus, visitou, em 1680, a aldeia de Iauacuara, Domingos Barbosa Silva, agente de Vital Maciel Parente, terceiro senhor da capitania do cabo do Norte, aí residia. Após a morte desse último, que não deixou sucessor, a capitania retornou à coroa.

---

[114] Berredo, § 568; Joaquim Caetano da Silva, § 1.886, onde se encontra uma tradução da passagem por esse autor.

[115] Arquivos da Torre do Tombo, Lisboa, Livro I da chancelaria de dom João IV, fl. 280. Essas cartas de confirmação reproduzem integralmente as de Filipe III, de 1637.

Antes de 1639, os portugueses do Pará haviam visitado o rio Negro e, em 1645, o navegaram regularmente.[116] Em 1657, os missionários da Companhia de Jesus começaram a acompanhar as expedições portuguesas que subiam todos os anos esse rio e visitavam as tribos indígenas ribeirinhas. Em 1660, o padre Manuel de Sousa fundou a primeira igreja.[117] Um posto fortificado foi estabelecido imediatamente e um forte construído por volta do final do século.[118]

Ocupação do Jari pelos portugueses em 1654. Importância dessa ocupação.

Em 1654, uma expedição composta por 70 soldados e 400 indígenas, sob o comando do major João de Bitancor Muniz, subia o rio Jari, fazia amizade com os Aruaquis e ajudava-os a vencer seus inimigos, os Anibas.[119] Os jesuítas fundaram algum tempo depois a missão do Jari, que, mais tarde, passou para as mãos dos franciscanos.[120] Tornou-se, em seguida, o vilarejo Fragoso,[121] com uma igreja paroquial, e começou a ser abandonado por seus habitantes por volta de 1833.[122]

A ocupação do Jari pelos portugueses em 1654 é um fato importante, pois esse rio e os afluentes de seu curso superior nascem na vertente meridional da serra Tumucumaque, a partir do meridiano da nascente do Oiapoque ou Vicente Pinzón, até a fronteira holandesa. E deve-se fazer notar que a ocupação do curso inferior do Jari pelos portugueses em 1654, ainda que bem posterior à ocupação da margem esquerda do Amazonas e do curso inferior de outros afluentes desse rio, é mesmo assim bem

---

116 "... *O Rio Negro*", escrevia em 1745 La Condamine (*Relation de son voyage*, p. 117) "*é frequentado pelos portugueses desde há mais de um século.*"

117 Padre Antonio Vieira, *Resposta aos capítulos de acusação, que deu contra os Religiosos da Companhia de Jesus* (1662) *o Procurador do Maranhão*, Jorge de S. Paio, Biblioteca de Évora, Ms. CXV-2-11, fls. 152 e seguintes.

118 Lourenço Amazonas, *Dicionário topográfico, histórico, descritivo da comarca do alto Amazonas*, Rio, 1852, p. 211 – "Em 1670, Francisco da Mota Falcão fundou a fortaleza de S. José da Barra do Rio Negro, três léguas acima de sua confluência."
Esse primeiro posto fortificado não durou muito tempo. Foi restabelecido por volta de 1691 e, em 1697, construído um forte regular por ocasião da visita do governador Antonio de Albuquerque a esse rio.

119 Berredo, § 991.

120 Padre José de Morais, *História da Companhia de Jesus da extinta Província do Maranhão e Pará.* 1759, Livro VI, capítulo VII.

121 P. J. Monteiro de Noronha, *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias dos domínios portugueses* (1768), § 41 (Publicado no tomo VI das *Notícias Ultramarinas*, da Academia Real de Ciências de Lisboa).

122 Acióli, *Corografia Paraense*, Bahia, 1833, p. 257.

anterior à ocupação definitiva da ilha de Caiena pelos franceses, em 1676.

Por volta de 1660, o forte do Desterro foi abandonado e outro foi construído pelo capitão Favela às margens do Araguari, com o objetivo de proteger os missionários franciscanos que visitavam anualmente essa região.[123]

Primeiro forte português nas margens do Araguari (1660).

Esse primeiro posto fortificado nas margens do Araguari deve ter sido uma construção bem frágil, já que não resistiu muito tempo às inundações e à ação da pororoca.

[123] Domingos Teixeira, *Vida de Gomes Freire de Andrade*, Lisboa, 1727, tomo II, p. 468; Joaquim Caetano da Silva, § 84.

VII

Viu-se que em 1605 um rei da França, Henrique IV, havia concedido a La Ravardière carta patente nomeando-o tenente-general "das terras da América, desde o rio das Amazonas até a ilha de Trinidad", sem outro motivo que a simples e rápida viagem feita por esse cavalheiro, no ano anterior, à costa da Guiana, guiado por um navegador inglês.[124] No momento em que Henrique IV assinava essa carta patente, dispondo de territórios que não haviam sido descobertos ou explorados por seus súditos e que pertenciam ao rei da Espanha e de Portugal, uma colônia inglesa havia-se estabelecido há um ano na margem esquerda do Oiapoque e os ingleses e holandeses começavam a tomar pé no Amazonas.

Concessões francesas na Guiana.

Primeiras tentativas de colonização francesa iniciadas em 1626.

Sempre a oeste do Oiapoque.

Viu-se também que La Ravardière havia desistido dessa concessão em troca de outra, que lhe foi outorgada em 1610 e que não tinha mais nenhuma relação com a Guiana ou com o Amazonas.

Por cartas patentes de 27 de novembro de 1624, Luís XIII nomeou o mesmo La Ravardière e Lourdières, "tenentes-generais do rei nas terras da América, desde o rio das Amazonas até a ilha de Trinidad",

[124] Mocquet, obra citada, p. 148.

renovando, dessa forma, a concessão de 1605, num momento em que ingleses e holandeses tentavam se estabelecer na costa da Guiana e já estavam efetivamente estabelecidos na margem guianense do Amazonas, tendo por adversários os portugueses do Pará.

As primeiras tentativas francesas de colonização na Guiana foram feitas após essa concessão.

Um documento oficial escrito, em 1688, por de Ferrolle, então governador de Caiena, conta desta maneira essas primeiras tentativas:[125]

Primeiras colônias francesas em Sinamari (1626) e em Conamama (1628).

Em 1626, alguns comerciantes de Rouen enviaram (à Guiana) uma colônia de 26 homens comandada pelo Senhor de Chantail e pelo senhor Chambaut, tenente de seu regimento, *que se estabeleceram nas margens do rio Sinamari*, que deságua no mar a cinco graus e meio de latitude.

Em 1628, o capitão Hautepine conduziu nova colônia de 14 homens ao *rio Conanama, próximo ao Sinamari*, lá os deixando sob comando de Lafleur, com uma embarcação e armamento.

Em 1630, o capitão Legrand levou para lá 50 homens.

Em 1633, o capitão Gregoire levou 66 homens.[126]

Dessa forma, a primeira colônia francesa na Guiana foi estabelecida em 1626, *às margens do Sinamari*, bem distante do Amazonas, 50 léguas a oeste do Oiapoque, em cuja margem esquerda já se encontravam os holandeses, fugidos do combate com Pedro Teixeira, e onde, em 1627, o Almirante Lucifer, agindo em nome da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, construiu um forte. A oeste das duas pequenas colônias

[125] *Mémoire contenant les droits de la France sur les pays situés entre la rivière des Amazones et celle d'Orénoc*, publicado *in Collection de Mémoires et correspondances officielles sur l'administration des Colonies*, por V. P. Malouet, antigo administrador das Colônias e da Marinha, Paris. Ano X (1801 - 1802) tomo I, p. 111.
Esse documento de 1688 serviu de base à *Primeira Memória* apresentada em 1688 ao governo português por de Rouillé, embaixador da França em Lisboa.

[126] Segundo manuscrito francês contemporâneo (*Collection Clairambault*, Ms. 1016, p. 676, Bibliothèque Nationale de Paris), o capitão Gregoire levou apenas 6 homens. Quase todos os 50 homens do capitão Legrand abandonaram a colônia.

francesas, os ingleses e os holandeses se estabeleceram no Suriname, no Berbice e no Essequibo.

> No mesmo ano de 1633, [continua a *Memória* de de Ferrolle], vários comerciantes da Normandia formaram uma companhia e obtiveram do rei Luís XIII e do cardeal de Richelieu, chefe e superintendente da navegação da França, carta patente para controlarem sozinhos o comércio e a navegação dessas regiões, que não estavam ocupadas por nenhum outro príncipe cristão e cujas fronteiras foram delimitadas nas cartas pelo rio das Amazonas e pelo Orenoco, essa companhia foi mesmo denominada *Compagnie du Cap Nord*, que é aquele que limita a foz do rio das Amazonas do lado esquerdo ou norte...

Companhia Francesa do cabo do Norte ou da Guiana (1633). Não realiza qualquer empreendimento.

O padre Georges Fournier, em seu livro *Hydrographie* (Paris, 1643), comenta, como segue, a nova concessão francesa:

> Em 27 de junho de 1633, o reverendíssimo cardeal permitiu aos senhores Rosee e Robin e seus sócios comerciantes em Rouen e Dieppe enviar ao *cabo do Norte*, costa da América, *a partir de três graus e três quartos norte até quatro graus e três quartos incluídos*, na direção do rio de antes do vento e do rio Morani" (Maroni), "tantos navios quanto lhes aprouvessem, proibindo por dez anos qualquer outro francês de aí negociar sem sua prévia autorização.

Os limites da concessão eram, portanto, a oeste, o Maroni; e, a leste, o Oiapoque, cuja embocadura la Barre situava, ainda em 1666, a 3º40' N. O nome – *cabo do Norte* – é utilizado como sinônimo de Guiana.[127]

Essa primeira Companhia francesa do cabo do Norte não realizou qualquer empreendimento. Entretanto, alguns colonos de Sinamari estabeleceram-se em Caiena em 1634.

Fracasso das novas tentativas francesas de colonização em 1643 e 1652.

Em 26 de maio de 1640, outra Companhia do cabo do Norte, sob a direção de Jacob Bontemps, foi autorizada a criar novos estabelecimentos em todas as terras "situadas nas Índias Ocidentais, entre os rios Amazonas e Orenoco, inclusive os referidos rios".

---

[127] Na obra de Joaquim Caetano da Silva encontram-se vários textos franceses dessa época em que o nome – *cabo do Norte* – é dado a toda a Guiana, desde o Amazonas até o Orenoco. Ver esse autor; §§ 58 a 63; 1.906 a 1.911; 1.914 a 1.921; 1.926 e 1.927; 1.933 a 1.935.

Poncet de Bretigny, nomeado governador da Colônia, desembarcou em Caiena em 1643, no comando de 300 homens. Encontrou na região apenas alguns franceses, últimos sobreviventes dos primeiros colonos.[128] Os estabelecimentos de Sinamari e de Conamana não existiam mais.

Essa primeira colônia francesa em Caiena durou apenas um ano. "A má conduta de de Bretigny", conta Ternaux-Compans,[129] "e a revolta dos selvagens que se seguiu foram as causas da destruição da colônia".

Outra companhia organizada em 1651 não teve mais êxito do que as precedentes. Por Cartas patentes do mesmo ano, Luís XIV concedeu a Isle de Marivault, a de Royville e a seus associados o privilégio de ocupar "*a terra firme do cabo do Norte na América, a partir do rio das Amazonas, este inclusive, até o rio Orenoco, este igualmente inclusive...*".[130]

De 400 a 500 homens[131] chegaram a Caiena no dia 29 de setembro de 1652. Em menos de um ano estavam quase todos exterminados.

> Mais de 400 pessoas haviam perecido e os demais estavam reduzidos a total penúria, quando, em 11 de dezembro de 1653, duas embarcações, uma holandesa e outra inglesa, apareceram em Caiena. O comandante do navio inglês propôs ao reduzido número de franceses que se encontrava no forte de Ceperu conduzi-los ao Suriname, o que foi aceito com grande reconhecimento.[132]

Em 1659, Caiena, abandonada, tornou-se colônia holandesa.

Caiena, colônia holandesa de 1656 a 1664.

"Nem um único francês era visto na Guiana", diz Joaquim Caetano da Silva[133] e, ainda, no mês de julho de 1655, Luís XIV outorgava ao duque d'Ampville o cargo de vice-rei da América, com a totalidade da Guiana, do Amazonas até o Orenoco. Isso não impediu que os holandeses conservassem ainda por nove anos a Guiana Francesa.

Caiena tomada pelos franceses em 1664.

[128] Na sua chegada, de Bretigny "encontrou seis franceses em Caiena, quatro em Maraonni (Maroni) e sete no Suriname, sem qualquer provisão nem comodidades da França, todos reduzidos a viver de modo primitivo entre os selvagens, comparativamente mais caridosos do que a companhia" (*Ms.* citado, Bibliothèque de Paris, Collection Clairambault, nº 1016, p. 676).

[129] H. Ternaux-Compans, *Notice Historique de la Guyane Française*, Paris, 1843, p. 47.

[130] Joaquim Caetano da Silva, § 1.914, trechos dessa concessão.

[131] Biet, *Voyage de la France Equinoxiale em l'isle de Cayenne, entrepris par les Français en l'année 1652*. Paris, 1664, p. 8.

[132] Ternaux-Compans, obra citada, pp. 58-59, resumindo Biet (obra citada) e Daigremont (1654).

[133] §§ 90 a 107.

Os holandeses só foram desalojados no dia 15 de maio de 1664 pelo capitão de Marinha Lefebvre de la Barre.

La Barre acabava de chegar a Caiena como tenente-general do rei, no comando de uma segunda companhia da França Equinocial criada no mês de outubro de 1663 – que tinha ainda por limites o Amazonas e o Orenoco.

Entretanto, sem esperar notícias dessa expedição, Luís XIV, imitando o que havia sido feito para os Países-Baixos e para a Suécia, achou por bem suprimir as companhias americanas destacadas e fundi-las em uma única; criou, por édito de 28 de maio de 1664, a *Companhia das Índias Ocidentais* – sem deixar de atribuir-lhe toda a Guiana desde o rio das Amazonas até o Orenoco.

A Companhia Geral conservou os poderes do mesmo governador sobre a Guiana. La Barre permaneceu em Caiena durante treze meses, estudando cuidadosamente a região. De volta à França, em licença, apressou-se em publicar obra na qual dava conta do estado da Guiana Francesa, em agosto de 1665.

Escutemos este severo personagem, que, quando escrevia, estava ainda investido do cargo de tenente-general do rei na França Equinocial – isto é, a França limitada pelo Equador, pelo Amazonas.

Limites da Guiana Francesa segundo la Barre (1666).

A despeito de tantas cartas de seus reis, a despeito do pomposo título que ele próprio possuía, não hesita em reconhecer que os verdadeiros limites da Guiana Francesa eram aqueles determinados pelo cardeal de Richelieu, os limites naturais do Maroni ao Oiapoque.

Transcrevo as palavras de la Barre:

A Guiana Francesa, propriamente a França Equinocial, que possui cerca de oitenta léguas francesas de costa, começa no cabo Orange, que é uma ponta de terra baixa que avança sobre o mar, que se reconhece por três pequenos morros vistos por cima, e que estão além do rio Lapoco, que deságua no mar abaixo desse cabo.[134]

[134] Página 16 da *Description de la France Equinoctiale, cy-devant appellée Guyanne, et par les Espagnols, El Dorado, nouvellement remise sous l'obéissance du Roy, par le Sieur Lefebvre*

Mais adiante:[135]

Pode-se colocar o limite da Guiana Francesa no rio Maroni.

No que se refere aos portugueses, os quais, diz, "moram no forte de Stierro" (Desterro), "situado no lado norte do rio das Amazonas", La Barre afirma que seu domínio termina na ponta de Macapá; e denomina Guiana Indígena, Guiana Independente, as terras compreendidas entre a ponta de Macapá e o cabo Orange.

De acordo com a convicção que tinha sobre a extensão de seu governo, o tenente-general do rei na Guiana Francesa determinou a ocupação do morro de Prata, a ponta ocidental da baía do Oiapoque; mas se absteve de transpor o rio.

Caiena tomada e incendiada pelos ingleses (1667)

Caiena e sua circunscrição por fim prosperavam, mas a calma durou pouco. Durante a ausência de la Barre os ingleses apoderaram-se da Guiana Francesa, em setembro de 1667.

Reconquistada no mês de dezembro do mesmo ano,[136] forneceu em 1674 novo exemplo do respeito professado pela delimitação do grande Richelieu. Dois missionários de Caiena, os padres Grillet e Bechamel, da Companhia de Jesus, viajam pelo continente com a finalidade de 'descobrir as nações distantes do mar'. Penetram no sul, *mas param em Camopi, afluente da margem esquerda do Oiapoque*.

Reocupada pelos franceses após a paz de Breda (1667).

Alguns dias mais tarde teria sido impossível realizar a viagem, mesmo no espaço em que estavam circunscritos, já que no fim de 1674 a Guiana Francesa tinha voltado a ser Guiana Holandesa.[137]

Caiena tomada pelos holandeses (1674).

---

de la Barre, son lieutenant général dans ce Païs, avec Carte d'iceluy, faite et présentée à Sa Majesté par ledit Sieur La Barre, Paris, 1666.
Fac-símile dessa carta encontra-se no *Atlas Brasileiro*.

135 P. 23 da obra citada.

136 O almirante inglês sir John Harman, "prevendo que essa colônia seria devolvida após a paz geral... queimou e devastou tudo que foi impossível levar e destruiu as fortalezas". (Ternaux-Compans, obra citada, p. 72). Caiena foi reocupada em dezembro de 1667 pelo Cavaleiro de Lezy de la Barre, liberado pelos ingleses em seguida à paz de Breda.

137 Tomada de Caiena pelo almirante holandês Jacob Binkes, 1674, retomada pelos franceses, 18 de dezembro de 1676.

Senhores de Caiena, uma vez mais, os holandeses pensaram no rio onde há meio século havia tido um forte. Em 20 de julho de 1675, os Estados-Gerais decidem enviar ao Oiapoque nova colônia. Trezentos e cinquenta holandeses aí chegaram no dia 4 de março de 1677, sob o comando de Johannes Apricius, e começaram logo a construir, na margem esquerda, no mesmo local anteriormente escolhido por Lucifer, uma cidade fortificada, à qual deram o nome de *Stadt Orange*, cidade de Orange.

Forte holandês no Oiapoque.

Definitivamente:

'Os brasileiros', a partir do momento em que tomaram posse da parte amazônica da Guiana, mantiveram-se na região de forma constante e cada vez mais consolidada. Haviam mostrado supremacia na margem esquerda do Napo; frequentavam o rio Negro há mais de trinta e dois anos; possuíam o forte do Paru há trinta e nove anos,[138] o forte de Araguari há dezessete anos e alegavam direitos sobre a margem oriental do Oiapoque.[139]

Os franceses, por seu lado, haviam frequentemente estendido suas pretensões até a margem esquerda do Amazonas, e mesmo até a margem direita – *mas apenas no papel*. Na realidade, jamais haviam colocado os pés a leste do Oiapoque; sequer o haviam imaginado. Pelo contrário, um governador da colônia, homem importante – tenente-general do rei – havia desmentido pela imprensa os exageros da metrópole.

Os franceses haviam-se estabelecido somente a oeste do Oiapoque; e mesmo aí, cederam repetidamente o lugar aos invasores. Durante dez anos, de 1654 a 1664, nada possuíram na Guiana; uma segunda vez, por dois meses durante o ano de 1667, nada; ainda uma terceira vez por mais de dois anos, de 1674 a 1675, nada...

[138] O forte do Desterro, que já existia em 1639, localizava-se seis léguas a oeste do Paru ou Jenipapo, mais próximo ao Uacarapi do que do Paru. Foi abandonado, como foi dito anteriormente, por volta de 1660, quando o primeiro posto fortificado dos portugueses foi construído nas margens do Araguari. O forte do Paru foi construído pelos portugueses apenas em 1687.

[139] Haviam expulsado os holandeses e os ingleses que ocupavam a margem guianense do Amazonas a partir do Tapujuçus ou Surubiú até o Macapá; haviam expulsado os holandeses do litoral compreendido entre o Maiacaré e o Cassiporé; ocupavam efetivamente a margem guianense do Amazonas a partir do rio Negro até o Araguari, que haviam atravessado armas em punho e que seus missionários já visitavam; haviam subido desde 1654 o Jari, onde haviam fundado uma missão.

Retomada de Caiena pelos franceses (1676).

Em 18 de dezembro de 1676, o almirante d'Estrées retoma Caiena dos holandeses e deixa como governador o cavaleiro de Lezy de la Barre, tendo como ajudante-mor o jovem oficial Pierre-Eléonor de la Ville de Ferrolle, que, em 1690, recebeu o título de marquês de Ferrolle e foi nomeado governador da Colônia. Em 1677, de Lezy apoderou-se dos dois postos holandeses da margem esquerda do Oiapoque e do Apruague.

A ocupação definitiva da Guiana Francesa a partir do Oiapoque até o Maroni começa nessa data.

VIII

A Guiana indígena segundo de la Barre.

Viu-se, pela citação de uma passagem de Lefebvre de la Barre, que o "tenente-general do rei na França Equinocial" dava em 1666 como limites da Guiana Francesa, a leste, o rio do cabo Orange – o Yapoco ou Oiapoque – e, a oeste, o Maroni.

Outro trecho de seu livro mostra que os franceses não conheciam quase nada do que denominavam "Guiana Indígena" ou "Guiana Independente", isto é, da região compreendida entre o Amazonas e o Oiapoque, onde se encontra o território atualmente em litígio.

> A Guiana Indígena, [dizia], que possui cerca de oitenta léguas francesas (cerca de 336 km),* é uma região muito baixa e inundada próxima à costa marítima e, *desde a embocadura do Amazonas até o cabo do Norte, é quase desconhecida dos franceses; dali até o cabo Orange, apesar de a região ter a mesma natureza e de que de suas margens não se aviste qualquer terra elevada, nem montanha*, apenas árvores como se estivessem plantadas no mar, e diversos riachos e rios, que lhe conferem aspecto de região inundada; tem-se algum conhecimento sobre essas terras, *porque embarcações francesas, inglesas e holandesas a percorrem frequentemente para buscar peixe-boi*, que os aracarés e palicours (índios denominados Paricuras pelos

* A légua francesa mede 4.200 metros, cf. Assis, José Luis, *A Expedição de Loison ao Alentejo, Análise dos Relatos do tenente-general Thiébault*, in Revista Militar, 17 Abr 2009 (N.E.)

A região entre o Amazonas e o Oiapoque é quase desconhecida dos franceses (1666).

portugueses) que habitam a costa lhes vendem após tê-los capturado com arpão nos igarapés e brejos que constituem a melhor parte da terra onde vivem.

Conhecemos na região os rios Aricari, Unimamari, Cacipuro...[140]

Os franceses começam a cruzar o Oiapoque em 1679.

É somente a partir de 1679 que alguns franceses de Caiena começaram a cruzar o Oiapoque, seja para negociar com os índios e comprar prisioneiros, seja para pescar peixe-boi na região dos lagos do cabo do Norte, o que os holandeses e os ingleses das Antilhas e da Guiana faziam há muito tempo.[141]

Logo passaram a empreender viagens comerciais no Amazonas, que estenderam até as proximidades da confluência do Jari,[142] entrando dessa forma em contato com índios já submissos a Portugal, que viviam nas ilhas da embocadura do rio e em sua margem esquerda.

As viagens eram realizadas a partir do Oiapoque ou Vicente Pinzón até o Amazonas em pirogas através de terras inundadas ou seguindo angras, canais e lagos que ligam os rios da região, do cabo Orange ao Araguari.[143] Os oficiais e os missionários portugueses limitaram-se

[140] "Pp. 16 e 17 da *Description* citada. Ver o mapa de Lefebvre de la Barre, nº 75 no *Atlas Brasileiro*."

[141] Além da passagem acima transcrita de de la Barre, em 1666, sobre os barcos "franceses, ingleses e holandeses" que iam "frequentemente" ao Maiacaré e aos lagos do cabo do Norte, é suficiente citar as duas passagens seguintes: uma do padre Antonio Vieira, de 1659, e um relatório do Conselho Português de Ultramar, de 1695; – *Carta* do Padre Antonio Vieira, dirigida ao rei de Portugal, dom João IV, datada de São Luís do Maranhão, em 28 de novembro de 1659: – "*... Chegou finalmente, no ano de 1658, o governador d. Pedro de Melo, com as novas da guerra apregoada com os holandeses, com os quais, algumas das nações dos Nheengahibas*" *(ilha de Marajó)* "*há muito tempo tinham comércio pela vizinhança dos seus portos com os do cabo do Norte, em que todos os anos carregam de peixe-boi mais de vinte navios de Holanda...*"
– Relatório datado de 20 de dezembro de 1695, do Conselho Ultramarino ou das Colônias, dirigido ao rei dom Pedro II: – "*... Que as diligencias dos franceses, e não só deles mais dos ingleses e holandeses eram as mesmas de que repetidas vezes se tinham dado conta...*"

[142] "... Comandei essa colônia a partir de 1679 até 1684 e sempre dei aos franceses passaportes para que fossem negociar na nossa margem do rio Amazonas. Sempre comercializaram pacificamente até o rio Yari" (Jari) "30 léguas próximo ao Macapá...". *Mémoire*, feito em Caiena, em 20 de junho de 1698, assinado – Ferrolles.

[143] A propósito da facilidade das viagens de barco, entre o Oiapoque e o Amazonas, através da região, ver testemunhos citados por Joaquim Caetano da Silva, §§ 2.404 a 2.421, de Keymis (1596), de d'Avity (1637), de G. de l'Isle (1700), de Milhau (1730), do padre Bento da Fonseca

Detenção de vários franceses pelos portugueses.

Medidas tomadas por Portugal para impedir o comércio dos franceses nas terras do cabo do Norte.

inicialmente a advertir os viajantes franceses de não mais se aventurar nas possessões do rei de Portugal e de respeitar o limite das terras portuguesas no cabo do Norte, estabelecidas há muito tempo no rio Vicente Pinzón. Os franceses continuaram a mostrar-se com passaportes do comandante de Caiena e, então, os soldados portugueses que, em pequenas embarcações, policiavam o rio e visitavam a região do cabo do Norte passaram a detê-los. Francisco de Sá e Meneses, então governador-geral do estado do Maranhão, levou esses fatos ao conhecimento da corte de Lisboa, e dom Pedro II ordenou, em 24 de fevereiro de 1686, ao novo governador Gomes Freire de Andrada,

> construir uma fortaleza em terra firme, na localidade denominada Torrego, onde os ingleses tiveram uma, que foi subtraída deles por nossas armas, e, ao mesmo tempo, procurar estabelecer amizade com os índios tucujus, que aí vivem, recorrendo para isso aos padres de Santo Antônio, que adquiriram prestígio e influência junto a esses indígenas.[144]

Por meio de outra ordem real, datada de 21 de dezembro do mesmo ano, dom Pedro II aprovou as medidas propostas por Freire de Andrada para impedir o tráfico dos franceses nas terras do cabo do Norte.

(por volta de 1758), de Jean Baptiste Leblond (1802 a 1814), dos comandantes Ch. Penaud (1836), Reynaud (1839), Tardy de Montravel (1845 e 1847) e Alfred de Saint-Quantin (1850 e 1858).

Leblond, em 1814, dizia: "A partir da margem direita da baía do Oiapoque até o Araguari, pode-se ir em canoa ou mesmo em piroga de um rio a outro através dos grandes lagos existentes nesta vasta região, sem nenhum contato com o mar, cujas margens estão cobertas de mangues, por toda parte onde alcançam as marés, que são bem fortes nessa costa." Reynaud, em 1839, dizia: "A partir do rio Rucauá (Arucauá, afluente do Uaçá, mas o nome Rucauá é usado por esse oficial francês para o rio Uaçá) a partir do rio Rucauá, toda a região é tão pouco elevada, que nos tempos de chuvas se transforma em imenso lago no qual as canoas indígenas circulam sem dificuldade em todas as direções."

144 Rivara, *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense,* p. 66: – "*... Carta Régia ao dito governador mandando fazer uma fortaleza na terra firme onde chamam o Torrego, no qual sitio tiveram uma os Ingleses, e foram lançados dela pelas nossas armas. Que procure ao mesmo tempo a amizade dos índios tucupás que assistem para essa parte, e seja pelos padres de Santo Antônio, que com eles têm adquirido opinião e respeito.*"

Viu-se, [diz esse documento[145]]... vossa carta de 23 de agosto deste ano, em que me dais conta do procedimento, que tivestes com o governador de Caiena, e do que ele vos respondeu sobre a entrada e comércio que os vassalos de El Rei cristianíssimo procuram ter nas terras desse estado, que ficam para a parte do norte, e mandando considerar este negócio com a atenção que pede a qualidade dele, me pareceu dizer-vos que o expediente que tomastes em mandar os franceses prisioneiros ao seu governador foi muito acertado, como tem sido todos os do vosso governo, e porque o meio mais eficaz de se atalhar o intento dos franceses são os que contém a vossa carta, procurareis de os deixar dispostos de maneira que Artur de Sá de Meneses, que vos vai a suceder, os possa conseguir, e executar tão prontamente como lhe mando encarregar por outra carta. Para as fortalezas, que é um dos meios que apontais, vos tenho já mandado passar as ordens necessárias com o primeiro aviso que desta matéria me fizestes, dizendo-vos os efeitos de que vos haveis de valer; e porque tinha só aprovado uma das ditas fortalezas (a do Torrego, Carta Real de 24 de fevereiro de 1686), e no meio tempo destes avisos podeis ter mudado de parecer sobre o sítio em que se deve fabricar, podereis escolher de novo o que a experiência vos tiver mostrado ser mais conveniente, sem embargo do que dispõem as ditas ordens; como também podereis fazer, não só uma, mas todas as que julgardes necessárias, tanto para dominar o gentio da parte do norte, o qual procurareis persuadir com as dádivas que os costumam obrigar, como para impedir quaisquer nações que entrem nas terras desta coroa sem as condições necessárias com que o devem fazer.

Ordem para a construção de vários fortes portugueses.

E entendendo eu, que neste princípio de se fabricarem as fortalezas pode ser necessária no sertão a assistência de alguma pessoa que tenha autoridade para tudo o que importar à obra delas, e me tendes informado do zelo e cuidado com que me serve Antonio de Albuquerque Coelho, capitão-mor do Pará: – Hei por bem vá com o engenheiro desse estado, e alguns práticos daquele sertão, assinalar e dispor as ditas fortalezas, e vos valereis ao mesmo tempo dos missionários capuchos de Santo Antonio, que têm as missões do cabo do Norte, e dos padres da Companhia de Jesus, que foram mais a propósito a este fim, avisando-os da minha parte do que devem fazer, para conservar sem desconfiança a sujeição dos índios das aldeias, e se tratar e ajustar com segurança a paz e amizade do gentio que não estiver domesticado... E aos padres da Companhia de Jesus tenho ordenado que façam uma nova missão para o cabo do Norte, e os achareis com

[145] Texto original português. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ms. DCCCLXXVIII, fls. 56-57. Transcrito por Berredo, § 1.356.

> a disposição que costuma sempre adiantar o seu zelo nas matérias do serviço de Deus Nosso Senhor, e meu. E para que uns e outros a façam sem competências de jurisdições, procurareis dividir as suas residências e missões com a distinção que seja útil, para não terem dúvida no que pertence a uns e outros para a conservação do gentio, e bem do estado...

Expedição portuguesa no norte do Araguari.

Foi em cumprimento dessas ordens que o capitão-mor ou governador do Pará, Antonio de Albuquerque, mais tarde (1690) governador-geral do estado do Maranhão, empreendeu, no mês de maio de 1687, a já mencionada viagem ao Araguari e aos lagos do cabo do Norte, e implantou novo posto fortificado na margem esquerda do Araguari e iniciou a construção dos fortes de Cumaú (Macapá) e do Pará.

Em carta de 19 de julho de 1687, feita em Belém do Pará, dirigida ao rei, Antonio de Albuquerque dá as seguintes informações:[146]

> ... Em todas estas paragens (norte do Araguari) não achei nenhuma capaz, nem sítio algum para fortalezas, e somente na boca do rio Maiacaré, que sai ao de Araguari (por onde desembocam todos os franceses que vêm de Caiena pelos ditos lagos), mandei ao capitão engenheiro[147] desenhasse nele uma casa forte,[148] e por hora se principiou uma, em forma de vigia, para que, sendo conveniente, se faça com a força necessária, para impedir a entrada aos ditos franceses, que poderá ser com muita facilidade; e suposta que é terra alagadiça, tem a conveniência da vizinhança do gentio Maruanús para o sustento de quem assistir nela; e esta não poderá ser expugnada pelos ditos franceses, por navegarem por aquelas partes dos lagos em canoas limitadas, e facilmente poderão ser rechaçados. Feitas estas diligências e vistas estas paragens do rio de Araguari e lagos de Maiacaré...

Durante essa expedição, Albuquerque relata que encontrou viajantes franceses:[149]

---

146 Texto original em português. Arquivo do Conselho Ultramarino, Lisboa, Março nº 1.031.

147 Pedro de Azevedo Carneiro.

148 Trata-se do antigo afluente da margem esquerda do Araguari sobre o qual já se falou: – o antigo Maiacari ou Maiacaré denominado também Batabuto, procedente do grande lago Onçapoiene ou lago d'El-Rei, conhecido hoje pelo nome de lago Novo. O Maiacari do século XVII era considerado como continuação do Amanaí (Mannaye), hoje Tartarugal. No século XVIII, esse afluente do Araguari tornou-se uma simples angra, rapidamente obstruída.

149 Texto original em português. Arquivo do Conselho Ultramarino, Lisboa, Março nº 1.031.

> ... Neste dito rio (o Araguari) tive notícias de oito franceses que, divididos, andavam comerciando escravos pelo rio das Amazonas, nas ilhas dos Haroans, nas quais têm os religiosos Capuchos sua missão; e mandando-os logo buscar, se acharam só três com alguns escravos já comprados, e noticia de que os mais eram passados para o sertão dos Tacujus, pouco distante da fortaleza do Gurupá, ao mesmo comércio. E vindos que foram, dei parte ao governador do estado, da forma em que os achei, continuando neste meio tempo a penetrar o rio e lagos de Maiacaré, aonde vivem outras muitas nações de gentio cujos principais fiz convocar à aldeia sita no meio de um grande lago, chamado Camonixari, praticando-os na forma referida, o que abraçaram com muito alvoroço, e mostras do próprio desejo de serem admitidos à conversão da fé e nossa amizade, dando a entender quão violenta lhes era a dos franceses de Caiena, que repetidamente continuavam aqueles sertões, por ser aquela aldeia a sua principal estrada, por onde passam ao dito rio das Amazonas.
>
> Nos mesmos lagos encontrei com outros franceses em uma canoa vindos de Caiena, apercebidos de muitas ferramentas, e outros resgates para o comércio de escravos, a que se dirige a sua entrada, com permissão por escrito do seu governador Pedro Ferrolle, os quais, fazendo alguma repugnância, que se lhes rebateu, se renderam a boa paz; depois do que, tratando-os modestamente, e fazendo-lhes severas práticas sobre o arrojo que cometiam em entrarem nas terras de vossa majestade, advertindo-lhes não quisessem ser achados naquelas ou em outras paragens que nos tocassem, outra vez, com cominação de serem por diferente estilo tratados, os fiz logo voltar com uma carta ao seu governador, cuja copia será com esta presente a vossa majestade...

Missionários portugueses no norte do Araguari.

Na região do Araguari, em um local denominado Tabanipixi, o padre Aluísio Conrado Pfeil, da Companhia de Jesus, havia fundado uma missão. Outra missão, confiada ao padre Antonio Pereira, da mesma companhia, foi estabelecida por Antonio de Albuquerque em 3 de junho de 1687, em uma ilha do lago então denominado Caminixari ou Camaçari,[150] mais tarde Macari e Carapapóris, hoje lago Jaca. A aldeia onde se encontrava essa segunda missão foi tomada e queimada pelos índios maracúrios no decorrer do mês de setembro do mesmo ano e os padres Antonio Pereira e Bernardo Gomes, assassinados pelos selvagens. Uma expedição composta de

[150] Padre Bento da Fonseca, *Maranhão conquistado a Jesus Christo e à Coroa de Portugal pelos Religiosos da Companhia de Jesus,* Ms., Biblioteca de Évora, Livro I, capítulo VI.

soldados e indígenas, enviada imediatamente à região por Albuquerque, conseguiu alcançar os maracúrios e abatê-los, fazendo numerosos prisioneiros.[151]

Novo forte português ao norte de Araguari.

A construção da casa-forte portuguesa do Araguari foi concluída em fins de dezembro de 1687.[152]

Logo informado, o governador de Caiena, François Lefebvre de la Barre, irmão do antigo tenente-general, encarregou de Ferrolle de fazer o reconhecimento dessa posição e do forte de Cumaú.

Reconhecimento desse forte pelos franceses (1688).

O visconde de Santarém, quando, em 1840, pesquisava para seu "Quadro das relações políticas e diplomáticas de Portugal", encontrou nos Arquivos do Ministério da Marinha e das Colônias, em Paris, relatório oficial de de Ferrolle sobre sua expedição de 1688, "autografado por esse personagem" e, sem copiá-lo integralmente, fez o seguinte resumo, comunicado posteriormente a Joaquim Caetano da Silva:[153]

> No mês de junho de 1688, o cavaleiro de Ferrolle, por ordem de de la Barre, governador de Caiena, dirigiu-se ao Amazonas para intimar os portugueses a abandonar os fortes que acabavam de construir na margem esquerda desse rio[154], por entender que toda a margem setentrional do Amazonas pertencia a sua majestade cristianíssima.
>
> De Ferrolle partiu de Ouya, em um brigue e duas pirogas; explorou o Aproague, o Oiapoque e o Cassipur (Cassiporé); deixou o brigue na foz do Cassipur e continuou a percorrer a costa nas duas pirogas.

---

151 Carta de 9 de fevereiro de 1688 do governador-geral do Maranhão ao rei (Arquivo do Conselho Ultramarino, Ms. 274); *Catálogo* Rivara, p. 69 (Carta do rei a Albuquerque e ao governador do Maranhão).

152 "*... Tratara o capitão-mor de mandar trabalhar na Casa-Forte em Araguari, a qual ficava completa nos últimos de dezembro.*" Relatório (Consulta) do Conselho Ultramarino, datado de 17 de maio de 1688.

153 Joaquim Caetano da Silva, §§ 1.954 a 1.959.

154 Os portugueses acabavam de reconstruir um forte no Araguari, já tendo tido nesse rio outro forte, construído em 1660. Acabavam de reconstruir na margem esquerda do Amazonas o forte de Cumaú (Macapá), que haviam tomado dos ingleses em 1632, e de erguer o forte do Paru, seis léguas a jusante do forte do Desterro, que Christoval de Acuña já havia visto em 1639, e que o conde de Pagan, em 1655, e Lefebvre de la Barre, em 1666, haviam mencionado em obras publicadas em Paris.Os portugueses haviam tomado alguns fortes e construído outros na margem esquerda do Amazonas, bem antes da conquista definitiva da ilha de Caiena pelos franceses em 1676.

Situação exata do forte do Araguari, segundo de Ferrolle.

Tendo chegado ao Maiacaré, penetrou por esse rio no lago Macari; atravessou savanas inundadas e, sempre de barco, alcançou, no final do mês, a fortaleza portuguesa de Araguari, *localizada na ponta ocidental da embocadura do rio Batabuto, afluente da margem esquerda do Araguari,* guarnecida de vinte e cinco soldados e de três pequenos canhões de ferro fundido.

Apresentou a intimação ao comandante português.

Resposta do comandante português à intimação feita por de Ferrolle.

E o comandante português respondeu que: *'Em virtude da dotação feita a Bento Maciel Parente, os limites das possessões portuguesas estavam no rio do cabo Orange, chamado pelos portugueses de rio Vicente Pinzón, e pelos franceses, Oyapoc'* de Ferrolle ameaçou vir desalojá-lo à força, caso não se retirasse voluntariamente; entregou-lhe a carta de de la Barre dirigida ao capitão-mor do Pará.

Uma indisposição impediu-o de ir até o Macapá e, em 1º de julho, voltou para Caiena pelo Araguari, pelo Amazonas e pelo mar, passando entre o continente e a ilha de Maracá, à qual dava o nome de Carapapuri.[155]

Dessa forma, o documento francês datado de 1688, assinado por de Ferrolle e enviado a Paris, mostra que Luís XIV e seus ministros, doze anos antes do Tratado de 1700 e vinte e cinco antes do Tratado de Utrecht, sabiam que o *rio Vicente Pinzón*, reivindicado como limite pelos portugueses, era aquele que os franceses denominavam *Oiapoque, o rio do cabo Orange*.

[155] Arthur, em sua *Histoire des Colonies Françaises de la Guyane* (Bibliotèque Nationale de Paris, Manuscrits), concluída em meados do século XVIII – bem após o Tratado de Utrecht –, consta de forma muito inexata essa viagem de Ferrolle e pretende que ele não foi pessoalmente fazer o reconhecimento do forte de Araguari. O resumo do relatório de de Ferrolle feito por Santarém, estudioso português cuja probidade está acima de qualquer suspeita, restabelece os fatos. O trecho abaixo de informação de 1695, do capitão Pedro de Azevedo Carneiro, mostra que, de fato, Ferrolles apresentou-se pessoalmente no forte de Araguari:
"*No cabo do Norte em um rio chamado Araguari, fiz um forte quadrado na forma de uma estrela, em um sítio que fechava o caminho por onde os franceses costumam entrar para as negociações que fazem no rio das Amazonas de escravos com índios nossos compadres... Vindo aí em uma ocasião o governador de Caiena, o senhor de Ferrolle acompanhado de um capitão com sua companhia de mais de 30 soldados, e mais oficiais, e índios seus compadres, se não atreveu a assaltá-la, disfarçando o intento por não experimentar o perigo...*"

Mostra ainda que o forte português de Araguari, mencionado nos Tratados de Lisboa (1700) e de Utrecht (1713), – forte que o Tratado de Utrecht permitia ao rei de Portugal restabelecer, – encontrava-se na *margem esquerda ou setentrional do Araguari*.

De Ferrolle, nomeado governador da Guiana Francesa em 1690 e agraciado com o título de marquês, continuou a trabalhar para que Luís XIV garantisse para a colônia de Caiena o limite meridional do Amazonas. Em 1696, quando da visita do engenheiro Froger[156] a Caiena, de Ferrolle preparava-se para, descendo o Paru, surpreender os fortes portugueses da margem esquerda do Amazonas. Froger elaborou então, com dados fornecidos por de Ferrolle, a *Carte du gouvernement de Cayenne ou France Equinoctiale* (mapa do governo de Caiena ou França Equinocial) "para enviar à corte[157]". Esse mapa, no qual o rio do cabo Orange é denominado "Oyapoc", teve quatro edições em 1698 e 1699 e, com certeza, foi consultado durante as discussões diplomáticas de 1698 a 1700, em Lisboa. O rio Negro e o rio Branco, seu afluente, não figuram nesse documento. O tributário mais ocidental do Amazonas pretendido por de Ferrolle era o "Orobouy", isto é, o Urubu; e Froger, no prefácio de seu livro, faz a seguinte declaração:

Mapa da Guiana Francesa por de Ferrolle e Froger (1696).

> Dediquei-me, sobretudo, a elaborar mapas específicos da entrada dos portos e dos rios, seja por conta própria, quando o tempo permitiu, como no caso dos portos de Gâmbia, do Rio de Janeiro e da baía de Todos os Santos, seja utilizando mapas ou memórias que adaptei, como o do estreito de Magalhães, das ilhas Antilhas e do *governo de Caiena, que até então não havia sido publicado* com o nome de França Equinocial *com a extensão e os limites que lhe atribuo*.

Em seu relatório diz (p. 172):

> O governo de Caiena tem mais de 100 léguas de costas sobre o oceano, que constituem seu limite oriental e setentrional; tem a ocidente o rio Maroni, que o separa das terras do Suriname, ocupadas pelos holandeses; e ao sul a margem

[156] *Relation d'un Voyage fait en 1695, 1696 e 1697 aux côtes d'Afrique, détroit de Magellan, Brésil, Cayenne et Isles Antilles, par une escadre de vaisseaux du Roi, commandée par M. De Gennes, faite par le Sieur Froger...* Paris, 1698 e 1699.

[157] *Fac-símile nº 85* no *Atlas Brasileiro*.

setentrional do Amazonas, *onde os portugueses já têm três fortes nos rios Paru e Macaba. No mapa desse governo (que reformei com base nos relatórios de de Ferrolle para a corte) veremos o caminho feito para expulsá-los*. O caminho começa no rio Oüia e deve levar ao Paru, que desceremos em seguida de canoa...

Lê-se em outra passagem do seu livro (p. 166):

Faziam grande comércio de escravos, peixe seco e redes com os índios do rio das Amazonas; esse comércio enriquecia bastante a Colônia; mas os *portugueses, que há alguns anos querem aí se estabelecer*, massacraram cruelmente aqueles que anteriormente para aí se dirigiam de maneira segura. De Ferrolle iniciou um caminho para alcançar por terra esse rio e pretende expulsá-los; *esse rio nos pertence* e temos interesse em conservá-lo, não apenas devido ao comércio, mas também porque possui minas de prata...

Retificações. As informações enviadas da colônia para o governo francês, nessa época, e que eram divulgadas em livros publicados na França ou no *Mercure Galant*, eram quase sempre tão inexatas quanto as que se acabou de ler.

"Os portugueses há alguns anos querem aí se estabelecer." Em 1698, havia 82 anos que os portugueses estavam muito legitimamente estabelecidos no Amazonas; 66 anos findos desde a conquista sobre os holandeses e ingleses da margem esquerda desse rio; 52 anos da expulsão dos holandeses do litoral entre o Maiacaré e o Cassiporé. Já em 1639, o padre Christoval de Acuña havia visto, na margem guianense do Amazonas, um forte português e uma missão portuguesa. Nessa data, se podia ver em toda a Guiana, do Orenoco ao Amazonas, não mais do que vinte franceses, abandonados, sem recursos, vivendo com os selvagens, entre Caiena e o Suriname.

"O rio das Amazonas nos pertence", dizia Froger após a leitura das *Memórias* do marquês de Ferrolle.

As pretensões do governador de Caiena, adotadas por Luís XIV, não tinham outro fundamento além das cartas outorgadas pelos reis da França e algumas viagens de comerciantes franceses de Caiena, realizadas após 1679, à região dos lagos do cabo do Norte e à margem esquerda do Amazonas até o Jari. Os reis de Espanha, de Portugal e da Inglaterra e os Estados-Gerais da Holanda tinham também outorgado cartas e

feito concessões de que eram objeto o Amazonas e a Guiana. Ingleses e holandeses, bem como os súditos do rei da França, negociavam com os índios do Maiacaré e do Amazonas. A Inglaterra e a Holanda haviam possuído fortes e plantações na margem esquerda, ou guianense, do Amazonas bem antes do aparecimento de franceses em Sinamari e em Caiena. E, no entanto, nem a Inglaterra nem a Holanda reivindicavam a Portugal a margem esquerda do Amazonas ou as nascentes dos tributários desse rio.

No que se refere à acusação feita aos portugueses de massacrar os franceses, basta dizer que de Ferrolle nunca formulou tal acusação e que até mesmo quatro franceses que haviam cometido os maiores excessos em duas missões portuguesas foram devolvidos a Caiena pelo governador Albuquerque, sem terem sofrido maus tratos.[158]

Autorizado por Luís XIV, *em plena paz*, a expulsar da margem esquerda do Amazonas os soldados do rei de Portugal[159], o marquês de

[158] Passagem de uma carta de 13 de outubro de 1691, de Antonio de Albuquerque, em resposta ao marquês de Ferrolle (publicada por Baena, pp. 23-25, em sua obra – *Discurso ou Memória sobre a intrusão dos Francezes de Cayena nas terras do cabo do Norte em 1836,* Maranhão, 1846): – "... No que se refere à detenção de quatro franceses pertencentes ao seu governo, os quais foram imediatamente postos em liberdade sem sofrer maus-tratos ou violência, os motivos pelos quais foram detidos não chegaram ao conhecimento de sua dita majestade (o rei de Portugal), porque os navios que deixaram este estado rumo a Portugal, levando essas notícias, perderam-se. Eis os motivos: os quatro franceses que se introduziram na missão dos padres Capuchinhos na aldeia dos Aruãs cometeram vários atos de violência contra os índios dessa aldeia, que se queixaram; tomaram alguns pela força, para submetê-los à escravidão; incitaram outros a guerras injustas para conseguir alguns prisioneiros... cometeram excessos intoleráveis, comportando-se com tal falta de espírito cristão que, verdadeiramente, eram indignos de portar o título de súditos do rei cristianíssimo; apesar das advertências recebidas, foram em seguida os promotores do assassinato de dois missionários da Companhia de Jesus por uma tribo de índios que estes padres catequizavam; esses mesmos franceses tendo anteriormente maltratado e insultado grosseiramente esses dois missionários, incitaram os índios a cometer esse crime. Todos esses fatores estranhos nos justificariam, mesmo se tivéssemos tratado esses franceses com menos urbanidade do que o fizemos. No que se refere aos sete escravos que lhes tomamos foram colocados em liberdade, porque os padres da Companhia verificaram que eles haviam sido injustamente escravizados..."

[159] "... De Ferrolle executou com muita coragem e pouca tropa *as ordens recebidas da corte* de expulsar os portugueses dos três fortes que tinham vindo construir na margem setentrional do rio das Amazonas, próximo a sua foz." (*Mercure Galant,* abril de 1706.) – "... No final do século XVII, a usurpação dos portugueses nessa margem e além dela foi reprimida pela força por ordem de Luís XIV..." (*Exposé des motifs,* datado de 1º de fevereiro de 1898, redigido pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados da República Francesa, encarregada de examinar o Tratado de 10 de abril de 1897, entre o Brasil e a França).

Expedição francesa em 1697 contra os portugueses. Tomada de Macapá pelos franceses.

Ferrolle apoderou-se facilmente dos fortes de Cumaú (Macapá) e do Paru, arrasou este último, instalou no outro uma tropa com 43 oficiais e soldados, além de um destacamento de índios, e voltou para Caiena, sem nada empreender contra o forte do rio Negro e contra os demais estabelecimentos portugueses situados na margem esquerda do Amazonas ou nos seus afluentes.

Retomada de Macapá pelos portugueses.

A retomada de Cumaú por de Ferrolle teve lugar em 31 de maio de 1697. Um mês depois, em 28 de junho, esse forte era retomado pelo capitão Francisco de Sousa Fundão, enviado de Gurupá, no comando de 160 soldados e 150 índios, por Antonio de Albuquerque, que acabava de chegar de uma visita ao forte do rio Negro.[160]

Correspondência entre o governador da Guiana Francesa e o do Pará sobre a questão dos limites.

Todos esses acontecimentos haviam dado lugar, há alguns anos, a uma troca de cartas entre de Ferrolle e Albuquerque. Essa correspondência, cujo estudo seria de grande interesse, até hoje não foi encontrada nos arquivos de Portugal, entre inúmeros outros documentos ainda não classificados e catalogados; mas, nos arquivos franceses, por se encontrarem em perfeita ordem, seria muito fácil de encontrar, pois de Ferrolle "enviou à corte" todos esses documentos.

---

[160] Relatório de 17 de setembro de 1699 do Conselho Ultramarino; Berredo §§ 1.377 a 1.387; Joaquim Caetano da Silva, §§ 138 a 147. – "Dois oficiais e um sargento, que lá havia deixado com 40 soldados, viram-se logo em seguida bloqueados por 500 ou 600 portugueses ou índios, que primeiro capturaram o padre la Mousse, que havia ido visitar os índios... Foi preciso capitular diante dos portugueses; foi o que fez" (o comandante francês). "Voltou para Caiena no dia 16 de agosto com o restante de sua pequena tropa. Nossa gente pretende ter matado 50 ou 60 homens dos portugueses. Do lado deles, houve baixa de alguns soldados. Os portugueses também devolveram o padre la Mousse" (Arthur, *Histoire des colonies françaises de la Guyane,* Manuscrito, Bibliothèque Nationale de Paris, p. 239).

"... Esse ato de força ocorreu em maio de 1697: mas o destacamento que se pôde deixar na praça era muito fraco e não conseguiu se manter por mais de um mês. Contudo, fez os portugueses pagarem caro a evacuação, e devolveram-na somente depois de ter perdido 11 homens durante o ataque. O isolamento desse posto, as dificuldades que os navios a vela enfrentam para subir a costa contracorrentes e os ventos dominantes explicam o sucesso das represálias dos portugueses..." (A. de Saint-Quantin, chefe do batalhão de engenharia, *Guyane Française ses limites vers l'Amazone,* Paris, 1858, p. 21).

O forte de Cumaú – é bom lembrar – havia sido construído em 1687, por Antonio de Albuquerque, sobre as ruínas do forte do mesmo nome, tomado dos ingleses no dia 9 de julho de 1632, por seu rio, Feliciano Coelho de Carvalho.

O governador da Guiana Francesa sabia que o Vicente Pinzón dos portugueses era o Oiapoque.

Em um de seus relatos, feito em Caiena, em 20 de junho de 1698, para ser comunicado ao embaixador da França em Lisboa, e que este utilizou em parte, lê-se a passagem seguinte:[161]

> ... Enviei à corte as cartas originais que o senhor Albuquerque, capitão-geral do Maranhão, dirigiu-me sobre essa questão e minhas respostas, nas quais *lhe fiz saber que se enganava sobre os limites que indicava entre a França e Portugal, tomando um Oiapoque pelo outro, pois existem dois. Um localiza-se na Guiana, acima do cabo do Norte, a quinze léguas de nossos estabelecimentos em Caiena. O outro é uma ilha bastante grande no centro do rio das Amazonas*, que sempre foi tomada como marco.[162]

Na Guiana havia apenas um rio conhecido com o nome de Oiapoque.

> Os rios da Guiana que dão seus nomes aos locais que banham são *Oyapoc*[163], *La Raouary*[164], *Merioubo*[165], *Macapa*[166], *Yarj*[167], *Parou*[168], *Oroboüy*[169], *Couroupatcoua*[170] e outros menores, entre os quais *nem um só se chama Vicente*

---

161 *Mémoire concernant la possession de la Guyane par les Français*, assinado – de Ferrolle, feito em Caiena e datado de 20 de junho de 1698, Bibliothèque Nationale de Paris, Collection Clairambault, Manuscrits, nº 1.016, p. 512 e 513.
Essa *Memória* encontra-se integralmente reproduzida no tomo II, Documento nº 4.

162 Mais adiante falar-se-á da suposta ilha do Oiapoque no Amazonas.

163 *Oyapoc, Oiapoque*, próximo a Caiena, ao qual Albuquerque atribuía o nome Vicente Pinzón.

164 O *Araguari*, às margens do qual os portugueses haviam construído um forte, em 1660, antes da conquista de Caiena pelos franceses.

165 *Meriubo*, o *Carapanatuba*, próximo ao forte português de Macapá.

166 O *Matapi*, próximo do qual se encontravam: – a leste, o forte de Cumaú ou Macapá, tomado dos ingleses pelos portugueses do Pará em 1632, reconstruído por Albuquerque em 1687, tomado pelos franceses em 31 de maio de 1697 e retomado pelos portugueses no dia 28 de junho de 1697; a oeste, as ruínas do forte Filipe, tomado aos ingleses pelos portugueses do Pará, em 1631.

167 Explorado e ocupado pelos portugueses em 1654 e onde havia uma missão dos jesuítas portugueses.

168 *Paru* ou *Genipapo*, nas margens do qual foi construído, em 1687, o forte de Paru e perto do qual (seis léguas – cerca de 39,6 km - a oeste) se encontrava o forte português do Desterro, visitado pelo padre Christoval de Acuña em 1639 (§ 77), e a Aldeia de Iauacuara, antiga residência dos representantes dos senhores da capitania do cabo do Norte.

169 *Urubucuara*, onde se encontrava uma missão portuguesa (mais tarde Outeiro) mencionada na Carta de 1691 do padre Samuel Fritz.

170 *Curupatuba*, onde já em 1639 havia uma missão portuguesa mencionada pelo padre Christoval de Acuña (§ 76), missão que se tornou a cidade de Monte Alegre. De Ferrolle não menciona os afluentes da margem esquerda do Amazonas a oeste do Curupatuba, mas se podem

> *Pinzón*, que o senhor Albuquerque *estabelece, contudo, como limite cerca do nosso Oyapoc*. É um rio e um nome que ninguém, além do próprio, nos deu a conhecer. Nem os mapas geográficos, nem os índios daqui o conhecem...

Constata-se, então, que o barão His de Butenval, plenipotenciário francês em 1855 e 1856, enganava-se ao acreditar que em Lisboa, em 1699 e 1700, e em Utrecht, em 1713, os representantes da França não compreendiam que, para os portugueses, o Vicente Pinzón ou Oiapoque, ou Japoc, era o rio do cabo Orange.

O comandante do forte português de Araguari havia respondido em 1688 a de Ferrolle que, "em virtude da doação feita a Bento Maciel Parente, os limites das possessões portuguesas eram o *rio do cabo Orange, chamado pelos portugueses de rio Vicente Pinzón e pelos franceses Oyapoc*". A declaração do comandante português encontra-se, como já explicado, no relatório de de Ferrolle sobre sua expedição de 1688, documento perfeitamente autêntico, conservado nos arquivos do antigo ministério da Marinha e das Colônias, em Paris.

Albuquerque, em carta oficial dirigida a de Ferrolle, expressou-se com a mesma clareza, pois entendeu muito bem que se tratava do Oiapoque, próximo a Caiena, tanto que – como a *Memória* de 1698 o constata – não havia outro rio com esse nome: havia *um único rio Oiapoque* e uma suposta *Ilha Oiapoque* no Amazonas, mas era de um rio que se tratava nas cartas trocadas entre Albuquerque e de Ferrolle e na discussão diplomática entre as duas cortes.

Outro documento francês da época mostra ainda que os ministros de Luís XIV sabiam muito bem que o Vicente Pinzón, de que tratavam as negociações em curso em Lisboa, era com certeza o Oiapoque. O visconde de Santarém, que encontrou nos arquivos do Ministério da Marinha, em Paris (*Documents historiques, Guyane, 1644 à 1716*), as instruções de 2 de setembro de 1699, enviadas ao marquês de Ferrolle por Luís Phelypeaux, conde de Pontchartrain, então ministro da Marinha

---

acrescentar aqui outros estabelecimentos portugueses até o rio Negro: – no *rio Surubiú* ou *Curuá* (antigamente Tapuiuçus), a missão de Tapuiuçus, aldeia de índios que já em 1626 estava sob o domínio dos portugueses e que se tornou a cidade de Alenquer; - no *rio Jamundá* ou Nhamundá, a missão dos nhamundás, que já existia em 1660 e que se tornou a cidade de Faro; – na região do *Urubu*, as missões de Saracá (Silves) e Matari; – no *rio Negro*, que os portugueses navegavam desde o século XVII, o forte do rio Negro.

e das Colônias, dele apresentou o seguinte resumo em sua obra sobre as relações políticas e diplomáticas de Portugal.

Instrução francesa de 1699.

> Ano 1699, 2 de Setembro. – Nas instruções passadas pelo governo francês ao governador de Caiena, ordena-se-lhe que se informasse circunstanciadamente quais fossem os títulos em favor dos franceses para poderem navegar no Amazonas, a fim de os poderem opor aos portugueses, que disputavam à França o direito de navegarem no mesmo rio, *pretendendo reduzir os limites ao Oyapoc* (arquivos do Ministério da Marinha da França. *Documentos Históricos da Guiana, 1644 a 1716*).[171]

O nome Oyapoc aplicado por De Ferrolle a uma ilha do Amazonas.

No que se refere à suposta ilha Oyapoc no Amazonas, ela foi inventada em 1694 por algum caienense que, tendo navegado de piroga costeando a margem esquerda do Amazonas para negociar com os índios, foi incapaz de dar informações exatas sobre esse rio e sobre as ilhas de sua foz, que representou como *ilhotas*. A carta de 1694, do marquês de Ferrolle, sobre a ilha Oyapoc, foi reproduzida em parte na passagem seguinte em uma *Memória* de Buache:[172]

> ... Eis inicialmente *o que se encontra em uma carta* do senhor de Ferrolle, que era governador de Caiena em 1694, e que mandou destruir, alguns anos depois, por ordem do rei, os fortes portugueses constituídos no norte do rio das Amazonas:[173]

---

[171] *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, pelo visconde de Santarém, membro correspondente do *Institut de France*, tomo IV, parte II, Paris, 1844, p. 753 e 754.
Joaquim Caetano da Silva, acrescenta, reproduzindo esta passagem (§§ 1.968 e 1.969): "Em 2 de setembro de 1699 o governador de Caiena era ainda o marquês de Ferrolle, verdadeiro autor da *Carte de France Equinoctiale*, desenhada por Froger como se acabou de ver no título 22 (§§ 1.960 a 1.966) ... o ministro da Marinha e das Colônias na França, que deve ter escrito ao marquês de Ferrolle, era Louis Phelypeaux, conde de Pontchartrain. Foi substituído quatro dias depois, por seu filho, Jerôme Phelypeaux, também conde de Pontchartrain. Esse se manteve na pasta até 31 de agosto de 1715, mais de dois anos após o Tratado de Utrecht..."

[172] *Considerações geográficas sobre a Guiana Francesa referentes a seus limites meridionais*, pelo cidadão Buache, lida em 27 de Frimário Ano VI(1797 - 1798), tomo III, pp. 15 e seguintes, *in Mémoires de l'Institut National des Sciences et des Arts*, Paris, 1797. A passagem citada encontra-se nas pp. 32-33.

[173] Viu-se que ele havia atacado de surpresa, em plena paz, dois desses fortes, arrasando um deles e ocupando o outro, mas este foi retomado no mês seguinte pelos portugueses.

> O rio das Amazonas, diz o senhor de Ferrolle, encontra-se a setenta léguas (cerca de 462 km) de distância da ilha de Caiena. Sua foz *está repleta de ilhotas*, com as quais os índios estão familiarizados. *A maior chama-se Oyapoc* e está localizada 'a meio caminho do cabo do Norte ao Pará: *ela deve separar as dependências da França e de Portugal. A entrada para as embarcações é conhecida apenas ao lado do Brasil: do nosso parece que são apenas bancos de areia*, que formam uma barra nas grandes marés, que é tão perigosa que os barcos ou pirogas esperam a maré baixa para nela entrar...'."

Em 1699, de Ferrolle obteve uma declaração "dos principais e mais antigos moradores de Caiena que haviam comerciado no rio das Amazonas", datada de 14 de maio, na qual afirmavam:[174]

> que por tempos imemoriais e por tradição contínua sabem por eles e seus autores que há no meio da foz do rio das Amazonas *uma ilha muito maior que a de Caiena*, que os portugueses, os índios aruãs – moradores dessa ilha –, os franceses, outros vizinhos e também os galibis submissos ao rei, sempre chamaram de *Hyapoc*, onde todos os índios de Caiena ao longo do tempo trataram e negociaram com os naturais da referida Hyapoc;... e os nativos da referida terra de Hyapoc do rio das Amazonas sempre comerciavam sem dificuldades com os moradores de Caiena e com os índios que dependem dela.

Sem falar da inexatidão da declaração no que se refere à antiguidade do comércio dos caienenses com os índios do Amazonas, basta assinalar que se trata, nesse documento, da grande ilha de Joannes ou Marajó, que nunca teve o nome de Hyapoc e, na qual, após o *Tratado de Utrecht*, um rio Oiapoque foi inventado;[175] mas – convém insistir neste ponto –, antes

[174] Documento citado por d'Avezac, pp. 130 e 131 de suas *Considerations géographiques sur l'Histoire Du Brésil*, Paris, 1857.

[175] Joaquim Caetano da Silva, §§ 173 a 176: – Como o nome indígena do rio do cabo Orange era dito indiferentemente *Oiapoque* ou *Yapoc*, de Ferrolle, que em 1694 havia ousado aplicar à ilha de Marajó a primeira dessas duas formas, teve também a coragem de usar a segunda forma em 1699, esperando, dessa maneira, eludir completamente a pretensão de Portugal; tanto que esse era um ponto que só podia ser esclarecido *in loco*. Mas esse mesmo documento pecava por vícios que não se poderia correr o risco de expor perante o governo de dom Pedro II. Afirmava-se que os colonos de Caiena comerciavam na ilha de Marajó desde *tempos imemoriais*, o que parecia querer deixar subentendido que era bem anterior ao estabelecimento dos portugueses no Amazonas. Mas os portugueses estavam fixados nesse rio a apenas oito léguas da ilha de Marajó, desde o mês de janeiro de 1616; e, sem considerar

dos Tratados de Lisboa (1700) e de Utrecht (1713), os defensores da causa caienense na França não haviam ainda inventado nenhum rio Oiapoque e a "multiplicidade de Oiapoques" à qual o barão His de Butenval se referia, em 1856, ainda não existia. Em 1699, 1700 e 1713, conhecia-se sob o nome Oiapoque apenas o *rio do cabo Orange* do mapa de Froger. Os caienenses e de Ferrolle haviam pretendido usar esse nome apenas para *uma ilha do Amazonas*, o que não tem importância alguma no debate, já que durante as negociações de Lisboa e de Utrecht *tratava-se de um rio* e um rio *fora do Amazonas, deixando para Portugal as terras do cabo do Norte situadas na Guiana*.

Em sua carta de 1694, dirigida ao ministro da Marinha, o marquês de Ferrolle dizia que a suposta *ilha Oyapoc*, no Amazonas, *devia* separar as dependências da França de Portugal.

Em sua *Memória* de 1698, declarava que essa ilha *havia sempre sido considerada como marco*.

as interrupções que se sabe, a *Memória* preliminar do embaixador da França lembrava que os franceses haviam começado a morar na Guiana apenas em 1626, e a mais de 150 léguas da ilha de Marajó. Havia outra coisa nesse novo documento. É que de Ferrolle se deixava ainda flagrar em delito de ignorância acerca da própria foz do rio Amazonas, ainda que menos materialmente do que na primeira vez. Em sua carta de 1694, a imensa ilha de Marajó, três vezes maior do que a Córsega, havia sido qualificada de *ilhota*. De Ferrolle não repetiu mais essa barbaridade, mas caracterizava ainda Marajó como uma *ilha bem maior do que a de Caiena* – ao passo que, se tivesse conhecido Marajó de outra forma do que pelos relatos sempre vagos dos indígenas, ele se teria poupado de cometer a injúria de tal comparação; teria sabido que, para ultrapassar em muito a ilha de Caiena, não era necessária sequer a ilha Caviana, e bastava amplamente a ilha Mexiana, cinco vezes maior do que Caiena...

IX

Negociações em Lisboa de 1698 a 1700 para a conclusão de um tratado de limites.

As primeiras negociações entre Portugal e a França sobre suas fronteiras na América começaram em 1698, em Lisboa, e resultaram apenas em um tratado provisório, assinado em 4 de março de 1700. Esse compromisso provisório, de curta duração, é, contudo, de importância capital para a compreensão do Tratado de 1713, estabelecido em Utrecht e, sobretudo, para a interpretação de seu artigo 8º.

O presidente Pierre Rouillé, que acabava de suceder ao abade d'Estrées na embaixada da França em Lisboa, foi incumbido por Luís XIV de reclamar a Portugal as duas margens do Amazonas e também o Maranhão.[176]

> O embaixador da França, [relata o visconde de Santarém,[177]] tendo chegado a Lisboa em 2 de setembro de 1697, foi recebido em audiência no dia 30 de

[176] "Nessa época de 1699, em que o rei Luís XIV se acreditava em condições de falar com alguma arrogância, ele encarregou seu embaixador de reclamar a posse, não do Vicente Pinzón, nem do próprio Amazonas, mas de uma parte do Pará. O rei Luís XIV, para assegurar a posse do Amazonas, pretendia o Maranhão!" São as próprias palavras do barão His de Butenval, plenipotenciário francês, pronunciadas em 18 de outubro de 1855 (ver tomo III, p. 98).

[177] *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, parte II do tomo IV, *Paris, 1844, p. CCCLX, da introdução.*

outubro.[178] O rei, que havia feito representações a Luís XIV sobre a expedição chefiada por de Ferrolle ao rio das Amazonas, acolheu no entanto com benevolência o embaixador. Seguiu-se prolongada negociação entre as duas cortes, que se encerrou com o Tratado Provisório de 4 de março de 1700, que será mencionado adiante... Nessa época (1698), o embaixador iniciou negociação referente ao forte de Macapá e outros territórios ao norte do rio das Amazonas. Elas prosseguiram no ano seguinte, 1699, até que, tendo os dois governos chegado a um acordo, Luís XIV deu plenos poderes, em 25 de outubro, a Rouillé para concluir e assinar o Tratado Provisório de Limites, e o rei dom Pedro conferiu os seus ao duque de Cadaval e aos demais comissários, no dia 21 de novembro...[179]

Memórias e cartas oficiais.

A negociação deste tratado, [acrescenta Santarém], *compõe-se de um grande número de Memórias e ofícios* dos quais daremos notícia na seção XXVII relativa à América.[180]

Com a permissão do governo de Luís Filipe, o estudioso português havia examinado, em Paris, não apenas nos arquivos da Marinha e das Colônias, mas também nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, todos os documentos referentes à missão do presidente Rouillé e havia podido fazer resumos. Infelizmente, Santarém morreu sem ter redigido e publicado a seção XXVII de sua obra e, até o momento, não se sabe onde se encontram, em Portugal, os resumos feitos por ele e suas notas de trabalho referentes a esse assunto. Mas, em Paris, no Quai d'Orsay, estão reunidos todos os documentos da missão do presidente

[178] Apresentou-se publicamente em Lisboa apenas em 3 de fevereiro de 1698 e só foi recebido em audiência solene no dia 6 (mesmo volume de Santarém, p. 739).

[179] Constata-se que a questão da *data* de outorga de plenos poderes a Roque Monteiro Paim e aos outros comissários *para a negociação e a assinatura do tratado*, não tem a importância que o barão His de Butenval lhe atribuiu (5ª sessão, 28 de outubro de 1855, tomo III, *Documentos*, p. 96). Antes da negociação do tratado, houve debates sobre a questão dos limites e troca de Memórias. Se os plenos poderes de Paim eram datados de 21 de novembro de 1699, os do embaixador Rouillé, de 25 de outubro. As Memórias e todos os documentos portugueses entregues ao embaixador da França sobre o litígio na América foram redigidos por Paim, segundo testemunho de Brochado, e para redigir Memórias ele não necessitava de plenos poderes.

[180] Texto em português (Nota de Santarém, p. CCCLXII do mesmo volume). Em outra nota (p. CCCLX) – "Além dos documentos dos quais apresentamos aqui trechos nas páginas indicadas publicaremos, na seção referente à América, vários outros referentes a essa importante negociação."

Rouillé a Lisboa. Constituem, segundo Santarém, seis volumes da "Correspondência de Portugal", numerados de XXXII a XXXVII.[181]

O barão His de Butenval, nomeado, em 1855, para discutir com o visconde de Uruguai a questão dos limites entre o Brasil e a Guiana Francesa, não teve inicialmente tempo para examinar todos os documentos franceses e portugueses conservados nos Arquivos, pois na 5ª sessão, dia 18 de outubro de 1855 (Ver tomo III, *Documentos*, p. 98), falando sobre uma réplica portuguesa redigida em 1699 pelo conselheiro Roque Monteiro Paim, disse ao plenipotenciário brasileiro: "*... Todas essas suposições de Memórias trocadas e debates abertos,* a respeito da identidade do Vicente Pinzón ou Oiapoque, *não têm na história da negociação lugar algum – eu não digo provável, mas possível*". Entretanto, o preâmbulo do Tratado de 1700 mostra que houve troca de Memórias:

> Tendo havido, há alguns anos, no estado do Maranhão algumas contestações e desacordos entre súditos do rei cristianíssimo e do rei de Portugal sobre o uso e a posse das terras do cabo do Norte situadas entre Caiena e o rio das Amazonas, que provocaram várias queixas apresentadas pelos ministros de suas majestades e ordens dadas de ambos os lados, não tendo sido suficientes para obrigar os súditos de uma e de outra coroa a viverem juntos na paz e na amizade que sempre existiram entre as coroas da França e de Portugal, e tendo havido novos motivos de discórdia no tocante aos fortes de Araguari e de Cumaú ou Macapá, edificados e refeitos pelos portugueses nas referidas terras; suas majestades desejando evitar desacordos, *propuseram, por intermédio de seus*

[181] Santarém cita o primeiro volume, XXXII, referindo-se à chegada do embaixador Rouillé (p. CCCLX da introdução à parte II do tomo IV do *Quadro Elementar*), e menciona mais adiante (p. CCCLXXIX): "A correspondência desse embaixador, durante os seis anos de residência em Lisboa, compõe-se de 1.080 documentos, compreendendo não apenas sua correspondência com Luís XIV, com o de Torcy e com diversos comandantes franceses, mas principalmente com de Pontchartrain, ministro da Marinha (e das Colônias). Entretanto, entre esses documentos há alguns repetidos, notas de despesas etc. *O vol. XXXVII, suplementar contém* não apenas *os despachos originais do ministro da Marinha*, mas também as cartas do secretário de Estado da Espanha, dom José Perez de Puente, referente à negociação do tratado de 18 de junho de 1701, e relatórios sobre o tratado da Aliança; enfim, no volume com numeração acima declarada, encontram-se as minutas dos despachos de Luís XIV e todos os originais dos documentos dirigidos ao embaixador, o que parece indicar que entregou ao Ministério todos os papéis diplomáticos que tinha em suas mãos, quando voltou para a França. Os originais das notas e das cartas do duque de Cadaval e do secretário de Estado, Mendo de Foyos Pereira, da mesma forma que os originais do marquês de Cascais e de Cunha Brochado, encontram-se nos mesmos volumes da correspondência desse embaixador."

ministros, dar a conhecer, por Memórias contendo fatos e direitos, os motivos pelos quais pretendem o usufruto e a propriedade de tais terras e, continuando na intenção de afastar tudo o que poderia alterar o bom entendimento e bom relacionamento que sempre existiu entre os súditos das duas Coroas, o senhor Rouillé, presidente do Grande conselho de sua majestade cristianíssima e seu embaixador nesta corte, *tendo solicitado audiências que lhes foram concedidas, discutiram-se e examinaram-se os argumentos jurídicos de um e do outro lado, em que se viram os autores e as cartas referentes à aquisição e à divisão das referidas terras;* constatou-se que, para encerrar tão importante negócio, era preciso poderes especiais; o rei cristianíssimo concedeu esses poderes a seu embaixador, o senhor Rouillé, e sua majestade portuguesa a dom Nuno Álvares Pereira, seu prezado e estimado sobrinho, conselheiro nos Conselhos de Estado e de Guerra, mestre-de-campo na província de Estremadura, junto à pessoa de sua majestade, general de Cavalaria da corte, presidente do Tribunal de Desembargo do Paço e; Roque Monteiro Paim, conselheiro e secretário de sua majestade; Gomes Freire de Andrada, também conselheiro de sua majestade e general de Artilharia do Reino de Algarve e; e Mendo de Foyos Pereira também conselheiro de sua majestade e seu secretário de Estado. Tendo sido apresentados de um e de outro lado seus respectivos poderes, reconhecidos como suficientes e válidos para conferir e convir um tratado sobre a posse de ditas terras do cabo do Norte situadas entre Caiena e o rio das Amazonas, as conferências prosseguiram sem chegar a uma decisão final; os referidos comissários não querendo de forma alguma, de um e de outro lado, abandonar o direito que sustentavam, e, como parecia necessário buscar ainda novos títulos e informações além daqueles que já haviam sido produzidos e examinados, foi proposto um projeto de tratado provisório e a suspensão até decisão das duas coroas, e impedir até então todas as oportunidades que poderiam perturbar e criar discórdia entre os súditos de uma e de outra coroa; o referido tratado foi acertado após amadurecida deliberação em comum acordo e com boa vontade recíproca que, nos termos necessários para a segurança e duração desse, e como foi reconhecido que, tanto por parte de sua majestade cristianíssima como de sua majestade portuguesa, se tinha agido de boa fé e se havia igualmente desejado a paz, amizade e aliança que sempre existiu entre os senhores reis de uma e de outra coroa, estabeleceram e convieram os artigos seguintes...

Esse preâmbulo mostra que houve, de fato, longo debate, discussão escrita e oral, com troca de Memória e análise de mapas e de documentos.

O barão His de Butenval, ainda que o tenha negado, declarou em outro momento que *duas Memórias do Gabinete Português* encontravam-se nos arquivos do ministério dos Negócios Estrangeiros, mas que o *terceiro Memória*, citado pelo visconde de Uruguai, não fazia parte do "volume" de arquivos, que se acreditava completo.[182] Sabe-se, pelo visconde de Santarém, que os documentos da missão Rouillé formam *seis volumes*, o que, naquele momento, o barão His de Butenval desconhecia.

Não há dúvida de que o embaixador da França apresentou uma primeira Memória; que houve uma resposta do governo português a esse documento; e, em seguida, réplica do embaixador da França e uma longa resposta do governo português a essa réplica. É a esse último documento, redigido por Paim, a que o visconde de Uruguai se referia. Os originais das duas Memórias do embaixador Rouillé e as minutas das duas respostas portuguesas não se encontram no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. Na Biblioteca Nacional dessa cidade há uma cópia da primeira resposta portuguesa, mas não é inteiramente fiel ao original entregue ao embaixador, a julgar pelas duas passagens desse documento lidas pelo barão His de Butenval (sessão de 17 de novembro de 1855, tomo III, *Documentos*, pp. 137 a 139), e de acordo com a tradução francesa contemporânea, conservada no arquivo dos Mapas e Planos da Marinha, em Paris.[183] No fundo, e quase sempre, a tradução francesa fornece de maneira satisfatória o sentido da cópia que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa, mas, às vezes, diante de dificuldades, – pois, de fato, é um documento muito difícil de ser bem traduzido para o francês –, o tradutor afastou-se do sentido do texto e interpretou mal alguns trechos.

---

[182] Ata da 5ª sessão, de 18 de outubro de 1855 tomo III (*Documentos*, p. 96): "O plenipotenciário francês nada pôde reconhecer e aceitar como certo no que se refere ao Projeto de Memória de Paim e quanto a seus efeitos, já que essa Memória, no presente, não existe para ele. Já teve a honra de dizer a seu ilustre colega que *todos os documentos trocados entre os plenipotenciários de Portugal e o presidente de Rouillé, em 1699 e em 1700, estão reunidos e numerados nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros; que duas Memórias do gabinete português aí estão conservadas com sua tradução, mas que a Terceira Memória*, cuja minuta permaneceu em Lisboa, não faz parte desse volume dos arquivos, que se imagina completo."
A Memória mencionada pelo visconde de Uruguai *era a resposta do governo português à réplica do embaixador Rouillé:* ele não havia se referido a um terceiro Memória.

[183] Pasta 141. 2. Documento 4. Publicado por Charles Meyniard, em *Marine Française*, nº 45, de 10 de setembro de 1896.

Por outro lado, alguns nomes indicados na tradução, que não se encontram na cópia de Lisboa, mostram que o copista português tomou a liberdade de abreviar a minuta original e modificar algumas partes da redação primitiva.[184] No que se refere à resposta do governo português à réplica do embaixador da França, há na Biblioteca Nacional de Lisboa e na de Évora duas cópias que se completam, porque as passagens que faltam em uma encontram-se na outra, e os nomes mal ortografados, por falta de cuidado dos copistas, podem ser interpretados cotejando os dois exemplares. A segunda Memória resume a réplica do embaixador.

É devido apenas a incorreções constatadas nas cópias de Lisboa que as duas Memórias de Portugal não são apresentados na íntegra entre os documentos submetidos ao árbitro, e não por conterem o que quer que seja contrário aos interesses do Brasil. Pareceu preferível esperar que as quatro Memórias em questão sejam apresentadas pelo governo francês, que possui as minutas de seu embaixador e os originais portugueses. Aliás, em 1855, o plenipotenciário francês havia oferecido a seu homólogo brasileiro dar-lhe cópia desses documentos.[185] Todos aqueles

---

[184] Exemplos:
Lê-se em um trecho da tradução francesa contemporânea: – "Ils" (les Pères) Pedro Luís Gonzalvi e Aloisio Conrado Pfeil, en 1682) "ils rencontrèrent cinq Français, nommés Pierre Dugot, Jean René Rhoillon, Louis Mit, Pierre Roy, François Clarie". O copista de Lisboa abreviou esta passagem dizendo: – "et ayant rencontré cinq Français, Pierre Dugot et *d'autres...*".
Tradução: "*Eles (os padres Pedro Luís Conzalvi e Aloisio Conrado Pfeil, em 1682) encontraram cinco franceses chamados Pedro Dugot, Jean René Rhoillon, Louis Mit, Pierre Roy, François Claire. O copista de Lisboa abreviou esta passagem dizendo:*
"*e tendo encontrado cinco franceses, Pierre Dugot e outros...*".
O barão His de Butenval leu dois trechos dessa Memória (sessão de 17 de novembro de 1855, p. 138 e 139 do tomo III, *Documentos*). O primeiro começa: – "*E ainda mais claramente se mostra a pouca força que têm estas oatentes para estabelecer o direito da França a esta tam longe de si incluírem...*". As palavras em itálico não se encontram na cópia de Lisboa, onde esta passagem começa assim: – *Está tão longe de se incluírem...* "Outra passagem citada pelo barão de Butenval começa: – *E quando a Nação Franceza queira fazer missões e buscar descobrimentos para adquirir novos vassallos e novas Províncias para a Coroa de França...*". Na cópia de Lisboa a redação é muito diferente: – "*Se os Francezes querem fazer missões, se buscam descubrimentos, se intentam adquirir vassallos a El-Rey-Cristianíssimo...".*

[185] *Ata* da 4ª sessão, 11 de outubro de 1855 (vol. III, *Documentos*, p. 83):
"... Como esses argumentos foram nessa época peremptoriamente refutados nas *notas verbais ou nas Memórias entregues pelo embaixador da França* (Memórias que foram conservadas nos Arquivos portugueses como foram nos nossos, e que o plenipotenciário francês se apressaria, aliás, a colocar a comunicação à disposição de seu colega), o plenipotenciário francês poderia contentar-se de apenas referir-se aos documentos acima mencionados..."

que o governo brasileiro possui, e que poderão facilitar a interpretação do artigo 8º do Tratado de Utrecht, estão à disposição do árbitro e do representante da França. É, talvez, oportuno acrescentar que, não tendo Portugal qualquer interesse nesse debate, todos os documentos relativos às negociações de Lisboa e de Utrecht encontram-se, há muito tempo, nas bibliotecas públicas, acessíveis a todos.

Primeira Memória do embaixador da França (1698).

Conforme a primeira resposta portuguesa e determinadas informações publicadas ultimamente na imprensa francesa, a primeira Memória do embaixador Rouillé foi apenas uma cópia modificada de um outro, redigido em 1688 por de Ferrolle e inserido em uma coletânea de documentos sobre a Guiana.[186]

Começava assim:

> Há mais de cem anos que os franceses começaram a negociar com os índios da Guiana ou da região situada entre o rio das Amazonas e o Orenoco. Lawrence Keymis, inglês, em seu relatório divulgado por Laet, conta que, estando nessa região no ano de 1596, soube pelos selvagens que os franceses tinham o costume de carregar os navios com determinada espécie de madeira do Brasil.[187] Jean Mocquet, em seu relatório, conta a viagem que aí fez, em 1604, com o capitão Ravardière, e como negociaram com os índios do *rio Yapoco, situado entre a ilha de Caiena e o rio das Amazonas...*

Na Memória de 1688 havia "*... o rio Yapoco, situado a quatro graus e meio da Linha*". O embaixador da França modificou essa passagem, provavelmente por não estar seguro da latitude da foz. O marquês de Ferrolle não devia estar mais seguro a esse respeito, pois, no mapa elaborado por Froger com base em suas indicações, o cabo Orange e o rio Oiapoque encontravam-se, segundo a escala, a 40 léguas (cerca de

---

[186] *Collection de Mémoires et correspondances officielles sur l'administration des Colonies et notamment sur la Guiane Française...* por V. P. Malouet, antigo administrador das Colônias e da Marinha, Paris, ano X (1801-1802). tomo I, pp. 111 a 118.
As modificações feitas pelo embaixador Rouillé nessa Memória foram indicadas por Charles Meyniard no nº 45 (3ª série) da *La Marine Française* (10 de setembro de 1896).

[187] Keymis (p. B 3) e Laet (edição francesa, de 1640, p. 579) contam isso se referindo a um rio a *oeste do Oiapoque*, o rio Cawo, Kawo ou Kaw, nome primitivo modificado pelos franceses para – Caux – ainda que um caienense tenha dito ultimamente a um dos mais renomados geógrafos que a forma francesa era a primitiva.

168 km) ao norte do Equador, portanto, a 2 graus de latitude norte (mapa nº 11 anexo).

A Memória falava, em seguida, da população francesa em Caiena antes de 1626, dado inexato, pois foi somente em 1634 ou 1635 que alguns franceses que conseguiram escapar da malograda tentativa colonial em Sinamari e se refugiaram na ilha de Caiena.

Já se mencionou que a primeira tentativa francesa de estabelecimento na Guiana havia sido feita, em 1626, em Sinamari.

Após ter tratado das expedições coloniais de 1626 a 1651 – todas dirigidas ao litoral a oeste do Oiapoque – e da tomada de Caiena aos holandeses, em 1664, por la Barre, a Memória prossegue:

> Desde então, os franceses mantiveram a posse, sem qualquer problema, não fosse a pilhagem da ilha de Caiena pelos ingleses, em 1677, e sua tomada pelos holandeses durante a última guerra; mas foi recuperada no ano seguinte pelo marechal d'Estrées e a convivência pacífica foi garantida à França pelo Tratado de Nimegue.
>
> Durante muitos anos os franceses exerceram todos os atos de verdadeiros e legítimos senhores;[188] negociaram com todos os povos indígenas das redondezas, caçaram em suas terras, pescaram em toda a costa até mesmo na foz do rio das Amazonas;[189] fizeram várias guerras e declararam paz aos mesmos índios[190] com os quais vivem em harmonia há mais de 25 anos; defenderam a colônia contra os ingleses e holandeses[191] os únicos que os perturbaram; reconquistaram Caiena desses últimos; viajaram livremente para toda parte e, entre outros, os padres Grillet e Béchamel, jesuítas franceses, penetraram em 1664 mais de cem léguas (cerca de 420 km) na região ao sul de Caiena,[192] na aldeia dos Nouragues

[188] Em Caiena e seus arredores.

[189] Alguns franceses estiveram no rio das Amazonas depois de 1682 para negociar com os indígenas. *Holandeses e ingleses* fizeram o mesmo. *Franceses, ingleses* e *holandeses* estiveram também nos lagos do cabo do Norte para pescar peixe-boi ou comprar dos índios peixe salgado e escravos.

[190] Os índios que habitavam o território entre o Oiapoque e o Maroni.

[191] Na ilha de Caiena, no Aproague, na margem direita do Maroni e *a margem esquerda do Oiapoque*.

[192] *O Diário da viagem feita pelos padres Jean Gruillet e François Béchamel, da Companhia de Jesus, na Guiana no ano de 1674* foi impresso após o *relato do rio das Amazonas, traduzido pelo falecido De Gomberville, da Academia Francesa, do original espanhol do padre Christoval d'Acuña, jesuíta*, Paris, 1682, e reimpresso em 1857 (*Mission de Cayenne et de*

e Mercioux até a aldeia dos Acoquas que vivem a oeste do cabo do Norte,[193] e onde jamais nenhum português havia colocado os pés;[194] enfim, os franceses elaboraram mapas bastante precisos dessa região e da costa, desde o rio das Amazonas até o rio Maroni.[195]

Após tão prolongada posse de mais de cem anos,[196] confirmada pela ocupação atual e contínua de cerca de setenta anos, fundada sobre várias concessões de nossos reis[197] sem que os portugueses jamais tenham feito qualquer queixa e sem mesmo aparecer nessa costa,[198] não se conhece o fundamento sobre o qual empreenderam a instalação na costa ocidental do rio das Amazonas,[199] que sempre esteve compreendido nos marcos dessa colônia francesa.

De resto, quando a França quiser defender todos os seus direitos, não se contentará apenas em pedir a restituição dessa região, estenderá suas pretensões até o Maranhão. Os franceses foram os primeiros a ocupá-lo[200] e ali construíram

---

la Guyane Française, do padre M. F. de Montezon). O *Diário* mostra que os dois padres não ultrapassaram o Oiapoque. Foram até o Inipi, tributário do Camopi, que é um afluente da margem esquerda do Oiapoque ou, talvez, o principal braço do Oiapoque.

193 E a oeste do Oiapoque.

194 Os portugueses nunca tiveram pretensões a oeste do Oiapoque.

195 Os mapas de de la Barre (1666) e os de Froger e de Ferrolle (1698) são, de certo modo, bem inferiores ao mapa inglês de Tatton (1608). Os mapas franceses da Guiana, no século XVII, eram mais ou menos cópias dos mapas holandeses. Aliás, la Barre disse, em 1666, que o cabo do Norte era *quase desconhecido dos franceses*. Poder-se-ia responder que os mapas portugueses do século XVII eram também muito ruins no que se refere à embocadura do Amazonas e à costa da Guiana. Isso é verdade. Os mapas portugueses dessa época representavam essas regiões segundo informações dadas por pessoas incompetentes. Jamais se diria, vendo o mapa da foz do Amazonas de João Teixeira, desenhado em 1640, que os portugueses eram senhores das duas margens do rio das Amazonas e percorriam livremente esse rio e seus afluentes.

196 A posse da ilha de Caiena e da costa entre o Oiapoque e o Maroni. O único estabelecimento francês era Caiena. Se tomarmos o ano de 1626 como ponto de partida, data da chegada dos primeiros colonos franceses a Sinamari, contam-se apenas 72 anos, em 1698. Mas Caiena e a costa entre o Oiapoque e o Maroni foram ocupadas alternadamente por franceses, holandeses, franceses (1664), ingleses (1667), franceses novamente, holandeses (1674) e por fim franceses (1676). De 1676 a 1698, contam-se apenas 22 anos.

197 Já foi mostrado que os reis da Inglaterra e os Estados-Gerais da Holanda fizeram também, na mesma época, concessões do território compreendido entre o Amazonas e o Orenoco.

198 Já se viu que os portugueses tinham ido do Pará, em 1646, para expulsar os holandeses estabelecidos entre o Maiacaré e o Cassiporé.

199 Eles haviam expulsado os holandeses e os ingleses da margem guianense do Amazonas bem antes da ocupação de Caiena pelos franceses.

200 Os portugueses o haviam ocupado primeiro. Era território incontestavelmente português e

> o principal forte que os portugueses ocupam. A denominação forte de São Luís é uma prova segura disso, e está registrado nas histórias escritas pelos próprios portugueses que o Maranhão foi tomado dos franceses sem que as nações estivessem em guerra.[201]

O que vale a argumentação francesa de 1698.

O sistema de argumentação adotado faz da metade norte da imensa bacia do Amazonas, além de várias bacias costeiras, simples posse ou dependências da ilha de Caiena, onde a França possuía, há alguns anos, uma pequena colônia, cuja população civilizada não atingia mil almas.

Caiena era o único estabelecimento francês nessas paragens.

As concessões feitas pelos reis da França do vasto território compreendido entre o Amazonas e o Orenoco ocorreram bem depois dos numerosos atos de soberania exercidos pelos reis de Espanha, os quais, além disso, detinham a descoberta e a posse. A partir do século XVI haviam outorgado a vários de seus súditos concessões na Guiana e nomeado governadores, estabelecendo como limites a esse governo o Amazonas e o Orenoco (Ver tomo II, *Documentos*, nº 1, algumas das cartas patentes espanholas). O rei da Espanha, Filipe IV, havia posto fim, em 1637, à controvérsia entre portugueses e espanhóis a respeito de seus limites na Guiana, anexando ao Brasil as terras do cabo do Norte, entre o rio Vicente Pinzón e o Amazonas, e indicando a distância aproximada entre esse rio e o cabo do Norte. As concessões feitas pelos reis da França tinham tanto valor como as de Jaime I, da Inglaterra, e as dos Estados-Gerais da Holanda. Não podiam invalidar o antigo título espanhol, que por derivação tornou-se título português e título brasileiro.

Título português.

Primeira Memória do governo português em resposta ao da França.

Apresentar-se-ão aqui apenas alguns trechos essenciais da resposta do governo português, com todas as reservas quanto à forma, porque, como foi declarado, o governo brasileiro não teve acesso à minuta oficial desse documento.

A Memória portuguesa começava pela questão do Maranhão e fazia, em seguida, o histórico da ocupação portuguesa da parte oriental da bacia do Amazonas e o território compreendido entre o cabo do Norte e o rio

---

ao qual os reis de Portugal não haviam renunciado.

[201] A França também não estava em guerra contra Portugal e Espanha quando seu governo autorizou a conquista desse território português.

Oiapoque ou Vicente Pinzón:[202]

... No ano de 1615 mandou Alexandre de Moura ao capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco para as partes do Pará com instrução que fizesse aquela conquista até o rio de Vicente Pinzón, ou Ojapoc como lhe chamam os naturais, achando-se também no mesmo tempo ocupadas aquelas terras dos holandeses e ingleses com muitas fortificações e feitorias; o que assim obrou este capitão, discorrendo pelos anos de 1615 até 1617, estabelecendo a habitação da cidade de Belém do Pará, e ganhando aos holandeses os fortes que tinham sobre a entrada daquela barra, como consta do Livro 1º do Registro Real, que está no Arquivo da dita cidade.

Sucedeu a este capitão Bento Maciel Parente com provimento de capitão-mor no ano de 1618, que tomou aos holandeses as ilhas de Joanes, Aruãs e de Jenacu, situadas na boca do rio das Amazonas, junto da terra firme do cabo do Norte. Tomou-lhes também o Gurupá que habitavam havia mais de doze anos; e tornando a invadir os mesmos holandeses, os desalojou no ano de 1624[203], e fundou ali povoação, como tudo consta do Livro 1º acima citado. E sucessivamente por estes anos passou o dito capitão-mor ao cabo do Norte, sujeitando o gentio à obediência desta coroa, umas nações pelo contrato da paz, e outras com o poder das armas, tomando aos ingleses e holandeses as fortificações e habitações que tinham para aquele rio e costa.

No ano de 1629 mandou este capitão-mor[204] interprezar o forte do rio do Torrego, a que depois chamaram os Portugueses do Desterro[205], encarregando esta facção ao capitão Pedro Teixeira, que no ano de 1629 (como está dito) não só a conseguiu, mas também no ano de 1630 obrou a ação de surpresar a fortaleza do rio de Felipe[206] e a do porto de Camaú[207], que tomou aos Ingleses, e a do lago de Maiacari que ocupava o general Baldegrues, da mesma nação[208]. E ultimamente, pelos anos que se seguiram, limpou este sertão e cabo do Norte, ou cabo de

[202] Texto original em português (de acordo com cópia, não oficial, de Lisboa).
[203] Ano de 1625.
[204] O governador do estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho.
[205] É um engano. O forte de Taurege tomado por Teixeira encontra-se na confluência do Maracapucu.
[206] Em 1631, esse forte foi tomado dos ingleses por Jácome Raimundo Noronha.
[207] Em 1632, tomado aos ingleses por Feliciano Coelho de Carvalho.
[208] Esse estabelecimento holandês, tomado em 1646 por Sebastião de Lucena de Azevedo, localizava-se no litoral, região norte do cabo do Norte, como foi mostrado.

Humos, como lhe chamam alguns autores, lançando deles todos os holandeses e ingleses até o rio de Vicente Pinzón, ou de Ojapoc,[209] que foram as duas únicas nações que furtiva e violentamente ocuparam estas terras como tudo se vê e consta claramente dos Livros 1º e 2º dos Registros Reais acima citados.

As mais destas fortificações guarneceram os portugueses por largos tempos, até que tendo limpado a costa dos inimigos que a infestavam e posto à devoção de Portugal os índios daqueles sertões, demoliram algumas, como estão testemunhando as suas ruínas nos sítios referidos.

A causa porque os portugueses deixaram de passar da outra parte do rio de Ojapoc, ou Vicente Pinzón, como querem os castelhanos, ou rio Fresco, como mostram muitos roteiros e cartas, foi porque el rei Filipe IV assentou por resolução de 13 de abril de 1633 que o estado do Maranhão se partisse em capitanias, ficando na coroa de Portugal reservadas para cabeças a do Maranhão e a do Pará, e as outras se dessem, como deram, a donatários, sendo uma delas, chamada a do cabo do Norte, que no ano de 1637 doou a Bento Maciel Parente, fazendo-lhe mercê dela de juro e herdade para ele e todos seus descendentes com as jurisdições que se costumam conceder em semelhantes mercês; e na mesma carta lhe demarcou as terras que havia de possuir, expressando que lhe dava as 30 ou 40 léguas de distrito e costa que se contam do cabo do Norte até o rio de Vicente Pinzón, aonde entrava a repartição das Índias do reino de Castela, e pela parte do sertão lhe assinala um grande numero de léguas, nomeando nelas o rio de Tocujus, e dali por diante tudo quanto pudesse entrar naquela conquista a seu favor. Acha-se esta doação registrada no Livro 2º dos Registros Reais da dita cidade de Belém a fl. 131 até 136, como também o ato da posse que desta capitania tomou o donatário Bento Maciel Parente aos 30 dias do mês de maio de 1639, que se registrou no mesmo livro a folhas 164.

Esta capitania se demarcou e dividiu com marcos de pedra, que há poucos anos existiam no rio de Ojapoc, ou Vicente Pinzón, tendo na face que olhava para as Índias as armas de Castela, e na que olhava para o Brasil, as de Portugal, e é certo que daquele sitio as tiraram os índios, ou alguma nação da Europa, das que ocuparam Caiena, e enquanto viveu Bento Maciel Parente as defendeu dos inimigos da costa, reduzindo os índios a sua obediência, tanto pelo voluntário das missões, como pelo violento das armas. Fez cabeça dela o sítio de Curupatuba,

[209] É provavelmente à expedição de 1646 que esta passagem faz alusão.

> onde fundou habitação em que estão residindo os missionários da Companhia de Jesus; exercitou todos os atos de posse e senhorio até que por sua morte entrou na sucessão seu filho Vital Maciel, que por falecer sem deixar geração, tornou esta capitania para a coroa em que se conserva.
>
> O padre Manoel Rodriguez, autor castelhano, que segue o padre Acuña, também castelhano, traz na sua historia do Maranhão e Amazonas, liv. II, capítulo 22, que o rio Genipapo, que corre pela banda do norte, rega as terras que são da capitania de Bento Maciel Parente, fora de ser seu distrito maior que toda Espanha junta; e acrescenta mais que por aquela parte têm os portugueses muitas aldeias de índios a sua devoção...

Ainda que nesta exposição histórica tenham-se introduzido alguns erros de fatos e datas de importância secundária, em grandes linhas ela está conforme à verdade e deixa estabelecido que os portugueses, muito legitimamente, ocuparam os territórios do norte do Amazonas, territórios que tomaram e retomaram aos ingleses e aos holandeses bem antes da ocupação francesa de Caiena. Esse documento, além disso, lembrou ao embaixador da França que a doação feita, em 1637, a Bento Maciel Parente declarava expressamente *que o rio Vicente Pinzón está separado do cabo do Norte por uma extensão de costa de 30 a 40 léguas;* e vincula quase sempre o nome *Vicente Pinzón* a *Oiapoque.* Chama de *Ojapoc* o *Yapoco* da Memória francesa. É, portanto, incontestável que se tratava, para todos, do *Oyapoc* do mapa de Froger e de de Ferrolle, do *Yapoco* do mapa e do texto de Lefebvre de la Barre, do *Oyapoc* da *Memória* de 1698 de de Ferrolle, isto é, *do rio do cabo Orange chamado pelos portugueses de Vicente Pinzón e pelos franceses de Oyapoc*, de acordo com a resposta do comandante do forte de Araguari, em 1688.

Nos documentos trocados, o limite reclamado por Portugal é o rio Vicente Pinzón ou Ojapoc, Oyapoc ou Yapoco.

A Memória cita o padre Christoval de Acuña para mostrar que os portugueses estavam estabelecidos na margem guianense do Amazonas antes de 1639; sublinha que as expedições coloniais francesas, citadas na *Memória* do embaixador Rouillé, dirigiram-se para Caiena e para o litoral a oeste do Oiapoque ou Vicente Pinzón, e que foi nessa parte da Guiana e não no território em litígio que os franceses tiveram de se haver com os holandeses e os ingleses.

Diz esse documento:

... Não têm os portugueses dúvida a que os franceses comerciem no rio de Ojapoc, ou de Vicente Pinzón, ou rio Fresco, por onde se dividem as terras de índios com as do Brasil, como fica mostrado; e menos podem controverter que a vila de Caiena, ou seja, pela antiguidade de cem anos, ou qualquer outro princípio mais moderno, pertença aos Franceses, porque só do rio de Ojapoc até o rio das Amazonas inclusive é o que conquistaram e defenderam, e de que estão de posse...

... Esta nova companhia de 300 homens restabelecida com mais 500 é sem dúvida que não povoou nas terras de que se trata, e que nem o intentou pelo ocupação que nelas tinham os Portugueses...

Na resposta dos outros pontos[210] se diz quanto basta para satisfação deste; porque sendo as concessões desta ultima companhia para tudo o que estivesse habitado pelos franceses, nem a companhia chegou ao cabo do Norte, nem o senhor la Barre tomou posse dele, principalmente das terras de que falamos...

A respeito de todos os atos de posse que se diz que os franceses fizeram em seguida a esse artigo, deve-se entendê-los apenas em relação a Caiena. A guerra que foi feita pelos franceses contra os ingleses e holandeses não está relacionada com a questão que vai do rio Oiapoque até o rio das Amazonas...

Duas passagens da primeira Memória portuguesa a explicar: – latitude do Oiapoque; distância do Oiapoque a Caiena.

Há, entretanto, na Memória em português duas passagens que foram citadas, em 1855, pelo plenipotenciário francês, barão His de Butenval, como prova de que não se tratava do Oiapoque do cabo Orange.

São as seguintes:

E ainda mais claramente se mostra a pouca força que têm estas patentes (cartas patentes de Luís XIII) para estabelecer o direito da França e está tão longe de se incluírem nelas as terras do cabo do Norte até o rio de Vicente Pinzón, que antes pela mesma concessão ficarão excluídas e excetuadas, reconhecendo tacitamente

[210] Texto original em português.

> el rei cristianíssimo e o cardeal que estas terras pertenciam a Portugal porque declara expressamente que poderiam comerciar com os índios da terra desde três graus e três quartos de altura até quatro graus e três quartos inclusive, e como o cabo do Norte fica em dois graus escassos e o rio de Vicente Pinzón ou de Oyapoc em três escassos, segue-se evidentemente que excetuou estas terras do cabo do Norte até o dito rio de Vincente Pinzón ou de Oyapoc.
>
> E quando a nação francesa queira fazer missões e buscar descobrimentos para adquirir novos vassalos e novas províncias para a coroa de França, o rio de Oyapoc ou de Vicente Pinzón se acha situado em dois graus e cinquenta minutos da parte do norte e dali a Caiena serão sessenta léguas de costa com alguns portos e para o interior do sertão lhe fica bem em que empregar a sua indústria e o seu trabalho por muitos anos."

O barão His de Butenval deu grande importância a essas duas passagens porque declaram que o rio Vicente Pinzón ou Oiapoque encontra-se a 2º50' N. Concluiu que a indicação dessa latitude mostrava que não se tratava do Oiapoque do cabo Orange, mas de outro rio que, para ele e para o governo francês daquela época, era o Carapapóris. Ele pretendeu que a posição astronômica do cabo Orange e do seu rio, no paralelo de *quatro graus e meio*, nunca havia sido, nos séculos XVI e XVII, objeto de equívoco.[211]

Tratava-se do único Oiapoque existente, o do cabo Orange.

O embaixador Rouillé, em 1699, não destacou a questão da latitude do Oiapoque ou Vicente Pinzón e continuou a considerar, como o governo de Luís XIV, que se tratava do único Oiapoque existente: o rio do cabo Orange. O próprio embaixador não quis precisar a latitude desse Yapoco ou Oyapoc, pois suprimiu o trecho da Memória de 1688 em que a latitude de quatro graus havia sido indicada.

---

[211] *4ª sessão, de 11 de outubro de 1855* (tomo III, *Documentos*, pp. 80-81): – *"... as posições astronômicas do Oiapoque e do cabo Orange, do Vicente Pinzón e do cabo do Norte nunca foram, nos séculos XVI e XVII, objeto de equívoco..."*
11ª sessão, 4 de janeiro de 1855 (mesmo volume, pp. 201-202): – "... O plenipotenciário francês não insistiria demais sobre tais equívocos e hesitações a respeito do *Oiapoque* de Vicente Pinzón" (Vicente Pinzón jamais pronunciou ou escreveu o nome Oiapoque) "porque tomam valor incontestável para a questão de fundo do debate, quando são comparados com as mesmas certezas, a notoriedade adquirida na mesma época quanto à posição astronômica de nosso Oiapoque, ao longo do paralelo de quatro graus e meio."

Se fosse tomada como rigorosamente exata a latitude de 2º50' mencionada na Memória portuguesa de 1699, seria necessário concluir que o Cunani, cuja embocadura se encontra a 2º49'07" de latitude norte segundo Costa Azevedo, a 2º55'05" de acordo com Tardy de Montravel, ou a 2º48'32" segundo Carpentier, era o Oiapoque ou Vicente Pinzón do qual se tratava. Mas de Ferrolle, em sua *Memória* de 20 de junho de 1698, feita em Caiena, com a finalidade de esclarecer os ministros de Luís XIV e o embaixador Rouillé, mostrara que na Guiana havia um só rio chamado Oiapoque; havia acrescentado que esse rio estava localizado próximo a Caiena e lembrado que, de acordo com as cartas recebidas do governador Antonio de Albuquerque, e que havia enviado "à corte", era a esse rio Oiapoque, próximo de Caiena, que os portugueses aplicavam o nome de Vicente Pinzón. Já, anteriormente, seu relatório de 1688, examinado pelo visconde de Santarém nos Arquivos da Marinha e das Colônias, havia levado ao conhecimento do governo de Luís XIV que se tratava do rio do cabo Orange.

"A Memória de 1699" – diz Joaquim Caetano da Silva (§ 2.303), que conhecia apenas as duas passagens desse documento citadas pelo barão His de Butenval

> a Memória de 1699 acrescenta duas vezes ao nome do rio Vicente Pinzón, *como sinônimo, o de Oiapoque*,[212] dizendo *rio de Vicente Pinzón ou Oiapoque, rio Oiapoque ou de Vicente Pinzón.*
>
> Ainda que o nome de *rio de Vicente Pinzón* fosse ambíguo, o de *Oiapoque* não o era de modo algum;

[212] Resulta da análise das duas passagens do original, citadas pelo barão His de Butenval, da cópia portuguesa da Biblioteca Nacional de Lisboa e da tradução contemporânea conservada no arquivo de Mapas e Planos da Marinha, que a primeira Memória portuguesa de 1699 menciona vinte vezes o rio Oiapoque ou Vicente Pinzón designando-o como:
6 vezes: Vicente Pinzón ou Oiapoque;
4 vezes: Oiapoque ou Vicente Pinzón;
5 vezes: Vicente Pinzón;
5 vezes: Oiapoque.
Na cópia de Lisboa, lê-se *Ojapoc;* no original, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e na tradução do *Depôt, Oyapoc*. Nessa tradução por descuido escreve-se uma vez "cabo Vicente Pinzón" em vez de "rio Vicente Pinzón".

> Pois, antes do caienense d'Audiffrédy e anteriormente ao ano de 1731, ninguém jamais havia aplicado o nome Oiapoque a qualquer outro rio que não o do cabo Orange.
>
> E (§ 1.986) quando o caienense d'Audiffrédy adiantou pela primeira vez, em 1731, que existia distante do cabo Orange um outro rio com o nome Oiapoque, não o situou na costa marítima da Guiana, mas no interior do Amazonas (ver § 662, de Joaquim Caetano da Silva).
>
> A introdução de um rio Oiapoque no extremo nordeste do cabo do Norte, no lugar do Carapapóris, data apenas de Bellin, *sessenta e três anos após o Tratado de 1700.*" (Ver Joaquim Caetano da Silva, §§ 431 a 448).

Falsa latitude dada ao Oiapoque. Explicações. Mapas dos séculos XVI e XVII.

Já se observou que é impossível discutir com exatidão com base em indicações de latitude e de longitude apresentadas em livros e mapas dos séculos XVI e XVII. A distância entre a falsa latitude fornecida pela Memória portuguesa ao Oiapoque (2º50' N) e a verdadeira latitude conhecida hoje (4º12' N)[213] é de cerca de 1º22'. Já foi lembrado que Grandidier, estudando mapas dos séculos XVI e XVII, encontrou entre eles diferenças de até 18º para as latitudes de Madagascar, sem que por isso se possa contestar a identidade dessa ilha.

Mapa da França elaborado por N. Sanson.

No mapa da França editado em 1658; obra de Nicolas Sanson, "geógrafo oficial do rei"[214], Toulon localiza-se a 41º50 N', Marselha a 42º09'N. A latitude verdadeira da primeira dessas posições é 43º07'17"N; a da segunda é 43º18'22"N. Portanto, nesse mapa, Toulon encontra-se a 1º17'17" e Marselha 1º09'22" mais ao sul do que sua verdadeira posição. Poder-se-ia concluir que não se trata das cidades de Marselha e Toulon, e que, no século XVII, essa parte da França avançava cerca de vinte e seis léguas mar adentro?

Um dos mais belos documentos da seção de Geografia da Biblioteca

---

[213] Costa Azevedo 4º13'6"
Tardy de Montravel 4º12'21"
Carpentier 4º03'49"

[214] Carte Générale du Royaume de France auecq tous les Pays circomvoisins, por Sanson, *Géog. Ordinaire du Roy*. Paris, Tavernier, gravador e impressor de mapas geográficos... 1658.

Nacional de Paris é o mapa manuscrito do curso do Amazonas, concluído em 1691, pelo padre Samuel Fritz, missionário jesuíta, nascido na Boêmia, e a serviço da Espanha: – *Mapa Geographica del río Marañón ó Amazonas. Hecha por el padre Samuel Fritz de la Compañía de Jesús Misionero en este mismo río de Amazonas el Año de 1691* (fac-símile integral no *Atlas Brasileiro*, compondo as folhas nos 86A e 86B, fac-símile parcial nº 10 do presente volume)[215].

Mapas de 1691 e 1707 do padre Fritz.

La Condamine refere-se nos seguintes termos ao mapa do padre Fritz:

> O grande mapa espanhol do curso desse rio, feito quando do seu retorno do Pará, foi gravado em formato pequeno em Quito, em 1707, e depois copiado, em 1717, no *Recueil de Lettres édifiantes et curieuses.* Esse mapa é precioso e único: prova a habilidade de seu autor, considerando a precariedade de instrumentos de que dispunha, sua enfermidade e as circunstâncias incômodas da navegação. O original do padre Fritz, em que os graus do grande círculo têm cerca de uma polegada, felizmente caiu-me nas mãos, às vésperas de ser totalmente consumido pelo tempo, a umidade e os insetos, que destroem tudo nos países quentes; sou agradecido ao reverendíssimo padre Nicolas Sindhler, jesuíta bávaro, superior das Missões de Mainas, cujo zelo e dedicação amenizaram meus dias; meu objetivo é depositá-lo na biblioteca do rei, após a publicação de meu grande mapa.[216]

O *rio de Vicente Pinzón*, nesse mapa, localiza-se a 2º50' N e, apesar disso, não se pode deixar de reconhecer, mesmo de relance, que é incontestavelmente o Oiapoque do 4º, o *rio do cabo Orange*, pois se encontra próximo de Caiena, bem perto e a leste do *Aperuaque (Aproague)* e porque entre este rio de Vicente Pinzón e o cabo do Norte existe considerável extensão de costa – 46 léguas espanholas – onde deságuam o *Maripanari* e o *Corassini (Corrosuine* do mapa de *Laet*, isto é, o *Calçoene* ou *Carsewene*). O *Arouari (Araguari)* figura nesse mapa,

---

[215] No rodapé do mapa lê-se esta nota, escrita e assinada por La Condamine: "*Carte de la rivière des Amazones original de la main du Père Samuel Fritz, Jésuite alemand, levée par lui em 1689 et 1691. Deposée le 27 Décembre 1762 à la Bibliothèque du Roi pendant mon Voyage d'Italie.*"
Gabriel Marcel, da Biblioteca Nacional de Paris, deu um informe sobre esse mapa no volume *Reproductions de Cartes & Globes relatifs à la découverte de l'Amérique du XVI au XVIII siècle*. Paris, 1894.

[216] La Condamine, *Journal du Voyage fait par ordre du Roi à l'Equateur, servant d'Introducttion historique à la mesure des trois premiers degrés du Méridien*. Paris, 1751, pp. 191-192.

onde se veem também os lagos do cabo do Norte.

É impossível tomar o Vicente Pinzón do padre Samuel Fritz pelo Araguari ou mesmo por qualquer outro rio que não o Oiapoque.

Pode-se dizer o mesmo de um segundo mapa do mesmo missionário, gravado em Quito, em 1707, pelo padre Juan de Narvaez, cujo fac-símile parcial se encontra anexo ao presente volume sob o nº 12 (no *Atlas*, fac-símile completo nº 91): *El gran río Marañón ó Amazonas con la Misión de la Compañía de Jesús, geographicamente delineado. Por el Pe Samuel Fritz Missionero continuo en este río P. I. de N. Societatis Jesu quondam in hoc Marañone Missionarius sculpebat Quiti Anno 1707.*[217]

Falsa latitude do cabo Orange em vários mapas do século XVII.

Quanto aos documentos geográficos em que o cabo Orange tem esse nome e o Vicente Pinzón, os de Wiapoco, Yapoco, Oyapoc e outras variantes, o barão His de Butenval estava fundamentado erroneamente para crer que nos séculos XVI e XVII os mapas e livros publicados apresentavam sempre o cabo "*no paralelo de quatro graus e meio*".

Inicialmente, o nome indígena do rio do cabo Orange, grafado à inglesa – *Wiapoco*, – ficou conhecido apenas em 1596, por intermédio

---

[217] Ver, a respeito desse mapa, §§ 2.005 a 2.015 de Joaquim Caetano da Silva, do qual se seguem alguns trechos:

"Pode-se, portanto, ainda afirmar com d'Avezac que Fritz introduziu em seu mapa o rio Vicente Pinzón, segundo informações dos portugueses do Pará. Deve-se mesmo acreditar que essas informações lhe foram especialmente fornecidas por Albuquerque, pessoalmente comprometido com a questão amazônica desde 1688. Mas é preciso ver nesses fatos outras coisas além do que foi visto pelo digno d'Avezac. É preciso ver em primeiro lugar que, já em 1690, dez anos antes do Tratado de Lisboa, os portugueses do Pará, os portugueses melhor posicionados para saber ao certo qual era o rio Vicente Pinzón, usavam esse nome para o rio do cabo Orange. É preciso observar, em segundo lugar, que o autor do mapa de 1707 não tinha motivos para se tornar cúmplice dos portugueses do Pará. O próprio d'Avezac lembra que, recém-chegado ao Pará, Fritz foi preso e detido durante quase dois anos.

. . . . . .

E, ainda que elaborado desde 1690, o mapa de Fritz foi continuamente retocado por seu autor até sua publicação; pois La Condamine relata que a parte superior do curso do Marañón foi aperfeiçoada em 1693 e o conteúdo das notas que acompanham a gravura de 1707 prova que foram escritas durante esse último ano. E em 1707, havia quatro anos que a Espanha, unida à França, estava em guerra contra Portugal."

"Portanto, se o padre Fritz manteve em seu mapa, em 1707, o Vicente Pinzón que os portugueses do Pará lhe haviam inculcado dezessete anos antes, é que se certificou ulteriormente, por suas próprias pesquisas, que o Vicente Pinzón dos portugueses do Pará era de fato o mesmo dos espanhóis. Deu o nome de Vicente Pinzón ao Oiapoque, não *porque era, mas ainda que fosse* do interesse dos portugueses do Pará."

de Keymis, e o nome do cabo Orange foi introduzido apenas em 1625. De 1596 a 1625 esse cabo chamava-se Cecil, Conde, e, enfim, Orange.

Vários mapas e autores que puderam ser consultados pelos redatores da Memória portuguesa de 1699 situavam esse cabo e, consequentemente, o rio vizinho, a menos de quatro graus de latitude. Numerosas provas que apoiam essa afirmação encontram-se reunidas no *l'Oyapoc et l'Amazone* de Joaquim Caetano da Silva, §§ 2.311 e seguintes, e nas notas que acompanham a terceira edição de sua obra. É suficiente, por conseguinte, indicar aqui rapidamente alguns mapas anteriores aos Tratados de 1700 e 1713, que mostram o cabo Orange e o Oiapoque situados a menos de três graus e meio de latitude norte.

Em 1614: – *Americae Nova descriptio.* Petrus Koerius *excudit Amsterodami* 1614 (nº 56 no *Atlas Brasileiro*, nº 4 no presente volume), cabo de La Conde, 3 graus.

Cerca de 1640: – *Mapa da América*, de Clémendt de Jonghe (*Atlas Brasileiro, nº 65;* no presente volume, nº 5). Cabo de la Conde, 3 graus.

Em 1655 e 1656: – Conde de Pagan, em sua *Relation historique et géographique de la grande rivière des Amazones.* Mapa: *Magni Amazonij Fluvij in America Meridionale nova delineatio* (em anexo com o nº 6). Viapogo Fl. e C. Orange, 3º15'.

Em 1655, 1664 e 1685: - *L'Amérique autrement le Nouveau Monde et Indes Occidentales*, por P. du Val d'Abbeville, *Géographe ordinaire du Roy* (fac-símile parcial nº 7 neste volume; fac-símile integral, no *Atlas Brasileiro*, nº 77) cabo Orange, 3º29'.

Em 1679: – *La Mer de Nort où sont la Nouvelle France, la Floride, la Nouvelle Espagne, les isles et la terre ferme d'Amérique*, por P. du Val, *Géographe ordinaire du Roy* (fac-símile parcial, nº 8 em anexo; mapa completo, nº 79 no *Atlas Brasileiro*). – Foz do Wiapoco R. (a leste do Aperwaque R.), 2º50', como na Memória Portuguesa de 1699.

Em 1683: – Em *Description de l'Univers*, por Allain Menesson Mallet, Maistre de Mathématiques des Pages de la petite Escurie de Sa Majesté, cy-devant Ingénieur et Sergeant Major d'Artillerie en Portugal, Paris, 1683, tomo V, p. 351 – Figura CLI. *Pays des Caribes et Guyane* (fac-símile nº 9, em anexo). R. Wiapoco, 2º50', como na Memória portuguesa de 1699.

Em 1698 e 1699: – *Carte du Gouvernement de Cayenne ou France Equinoctiale*, pelo engenheiro Froger, *in Relation d'un Voyage fait en 1695, 1696, 1697 ... par une escadre de vaisseaux du Roy, commandée*

par M. de Gennes (fac-símile nº 11). "Cabo Orange'' e foz do Oiapoque R. a 2º (dois graus) de latitude norte. Os trechos em que o autor declara ter feito esse mapa em Caiena com base nas *Memórias* do marquês de Ferrolle, "para ser enviado à corte" já foram reproduzidos. Foi provavelmente por ter visto o cabo Orange a quarenta léguas marítimas do Equador nesse mapa – feito por Froger em colaboração com o governador da Guiana Francesa – que o embaixador Rouillé suprimiu na *Memória* francesa a indicação da latitude do Yapoco ou Oyapoc. Teria ficado embaraçado em escolher entre as duas latitudes dadas por de Ferrolle à foz do Oyapoc: – *quatro graus e meio*, em sua *Memória* de 1688, e *dois graus* no mapa enviado à corte, em 1696[218].

O governo da Guiana Francesa situava em 1696 o cabo Orange a 2° N.

A Memória portuguesa de 1699, na última passagem citada em 1855 pelo barão His de Butenval, diz que "o rio Oiapoque ou de Vicente Pinzón" em Caiena "tem cerca de 60 léguas de costa".

Falsa latitude do cabo Orange em vários mapas. Distância entre o cabo Orange e Caiena. Exagerada nos mapas franceses da época.

[218] Joaquim Caetano da Silva cita dois franceses que, mesmo no século XVIII, situavam o cabo Orange a dois graus de latitude norte.
De Milhau, *Histoire de l'isle de Cayenne et Province de Guyane*, 1732, Manuscrito, 3 volumes (Bibliothèque du Muséum d'Histoire Naturelle, Paris, 476); e
Pierre Barrère, "Correspondant de l'Académie Royale des Sciences de Paris ...ci-devant médecin botaniste du Roi dans l'Isle de Cayenne", *Nouvelle relation de la France Equinoxiale*, Paris, 1743, petit in-12.
Milhau, tomo I, p. 70.
"Eles (os portugueses) sempre ganharam terreno e nos empurraram até o cabo Orange, que está a dois graus de latitude setentrional."
"O texto seguinte, p. 40 do mesmo tomo I", Joaquim Caetano da Silva acrescenta, mostra de modo mais convincente que o cabo Orange, situado por Milhau a dois graus, era mesmo o cabo Orange de hoje, a quatro graus e alguns minutos: "No dia doze (agosto 1724) reconhecemos o *cabo Orange*, onde começamos a ver ao fundo *o morro de Prata*."
Barrère, pp. 10 e 12:
"Toda a Guiana é banhada por grande número de rios, a maioria navegável apenas em pequenas embarcações. O rio mais importante encontrado após dobrar o *cabo do Norte* é o *Cachipur*. Esse rio nasce nas montanhas que se encontram bem no interior das terras, & deságua no oceano a dois graus de latitude setentrional. Próximo à sua nascente vivem os índios Palicus, & os Noragues. Esses últimos são, entre todos os selvagens, os mais antropófagos. Além do *Cachipur*, não se vê na costa nada além de algumas angras. Mas, em seguida, costeando um pouco adiante, reconhece-se o cabo Orange, que é uma terra bem elevada, & que avança bem pouco no mar. Bem perto desse cabo, encontra-se um pequeno rio que não merece muita atenção, & que os índios chamam de *Coupiribo*. Beirando, em seguida, a costa de leste para oeste, entra-se na embocadura do *Ouyapok*. O *Ouyapok* é o maior rio dessa costa, *deságua no mar a três graus e meio de latitude norte*."

Essa indicação é simplesmente um dado inexato, extraído de alguns mapas franceses da época. Os cartógrafos franceses Sanson e du Val foram citados nas discussões de 1699, assim como Moreri, como pode ser constatado na réplica portuguesa. Guillaume Sanson, em seu mapa de 1680 (*Atlas Brasileiro*, nº 80), avalia cerca de 40 léguas marítimas, em linha reta, entre o cabo Orange e Caiena, mas Pierre du Val, "geógrafo oficial do rei", estima 62, em seu mapa *L'Amerique*, publicado em 1655, 1664 e 1685 (nº 7 no presente volume, nº 77 no *Atlas*), e cerca de 49 léguas, entre a embocadura do Wiapoco e Caiena, no seu mapa *La Mer de Nort*, lançado em 1679 (nº 8 neste volume, nº 79 no *Atlas*). No pequeno mapa de Manesson Mallet (nº 9 neste volume), a distância entre o *Wiapoco* e *Caiena* é de cerca de 100 léguas. Moreri (*Le grand Dictionnaire Historique, Lyon, 1681*), no verbete *Cayenne* diz: "A ilha que esse rio (Cayenne) circunda tem dezesseis ou dezoito léguas de comprimento, é amena e fértil, fica a *aproximadamente cem léguas do rio das Amazonas que se encontra ao sul...*". Abatendo-se das *100 léguas aproximadamente* dadas por Moreri as 40 léguas portuguesas, que de acordo com as Cartas patentes de 14 de junho de 1637 separavam o cabo do Norte do Vicente Pinzón, encontra-se como distância entre o Vicente Pinzón ou Oiapoque e Caiena cerca de 60 léguas.[219]

[219] "... A Memória de 1699 contém ainda outra indicação direta, à qual não sei por que nem de Butenval nem d'Avezac se ativeram. É o final da passagem alegada por de Butenval:
'O rio Oiapoque ou Vicente Pinzón encontra-se situado a dois graus e cinquenta minutos do lado norte e daí *a Caiena são cerca de sessenta léguas de costa*'.
A distância do rio do cabo Orange à ilha de Caiena sendo, de acordo com o mapa de de Saint-Quantin, de apenas 28 léguas francesas, dir-se-ia, na verdade, que isso decide a questão em favor da França. Entretanto, seria ainda uma conclusão ilegítima."
"Três motivos o demostram:
Primeiro motivo. – Os portugueses não frequentavam a costa francesa da Guiana; a distância entre o Oiapoque e a ilha de Caiena não lhes podia ser tão conhecida quanto a do Amazonas ao Oiapoque.
Segundo motivo. – No século XVII, não havia mais unanimidade sobre a distância entre o cabo Orange e Caiena do que sobre a latitude do cabo Orange. Pois, em 1683, no mapa citado ainda há pouco, o engenheiro Manesson-Mallet colocava entre o rio do cabo Orange e a ilha de Caiena a distância de mais de *oitenta e sete* léguas portuguesas.
Terceiro motivo. – No século XVII e mesmo no século XVIII estimava-se, em geral, a distância do Amazonas a Caiena em cerca de cem léguas", como provam os seguintes textos:
Biet, em 1664 ... descrevendo a ilha de Caiena: "Ela... dista cerca de cem léguas do grande e famoso rio das Amazonas";
Labat, em 1730 ... "A ilha (de Caiena) dista da embocadura do rio das Amazonas cerca de cem léguas a norte";

O rio reivindicado como limite por Portugal foi citado *quinze vezes* e muito claramente nomeado na Memória pelo nome de *Ojapoc*, associado *dez vezes* ao de *Vicente Pinzón*. Sabia-se muito bem que não havia outro Ojapoc ou Oiapoque senão o rio do cabo Orange: de Ferrolle o havia dito em uma *Memória* que acabava de chegar de Caiena. O embaixador Rouillé designava muito claramente, ele também, o rio do cabo Orange em uma passagem de sua réplica que Roque Monteiro Paim resumiu desta maneira em sua segunda *Memória*, ou resposta do governo português:[220]

> Sexto e último ponto da réplica do embaixador de França. – Neste ponto se diz ser de notar que se não respondeu coisa alguma às razões que foram alegadas de se dividirem as terras, de que se trata, de outra maneira que pelo rio Amazonas, sendo a divisão que se propõe pelo rio Oyapoc inútil e insuficiente, por vir este rio do meio-dia, e ter a sua origem da altura ou latitude do cabo do Norte; e quando chegasse ao lugar onde tem seu nascimento, haveria mister convir de outros limites, o que seria impossível, e exporia a ambas as nações a contínuas guerras...

O rio do cabo Orange foi claramente designado nas Memórias trocadas.

Réplica do embaixador Rouillé. Uma passagem importante. Mostra que se trata do Oiapoque ou do rio do cabo Orange.

O árbitro já está informado de que o governo brasileiro não conseguiu encontrar, em Lisboa, o original da réplica do embaixador Rouillé, nem a minuta oficial da réplica portuguesa, escrita por Monteiro Paim.

Nas duas cópias da segunda *Memória* portuguesa, conservadas na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca de Évora, os copistas leram – *viagem* – onde, em uma dessas duas cópias, ou em uma terceira da qual não indica ou do depositário, Joaquim Caetano da Silva leu – *origem (origem, fonte)*.

Milhau (1732) ... "Há cerca de cem léguas desta ilha ao rio das Amazonas".
"Nas cartas patentes de 1637 e de 1645, o governo português havia fixado ao máximo em quarenta o número de léguas que se precisava contar do Amazonas ao rio do cabo Orange. Abatendo esse número de 100 léguas aproximadamente, obtém-se para a distância do rio do cabo Orange a Caiena cerca de sessenta léguas (Joaquim Caetano da Silva, §§ 2.337 a 2.342)."

220 Texto original em português. A palavra sublinhada – *origem* – é apresentada de acordo com a leitura feita por Joaquim Caetano da Silva na cópia de Lisboa, ou em uma outra. Na cópia de Évora, segundo a reprodução feita na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, tomo VIII, de 1848, p. 191, está escrito, em vez de *origem – viagem* – palavra que não poderia encontrar-se no original.

Nada mais fácil do que confundir em uma cópia manuscrita as palavras – *origem* – e – *viagem*. Mas essa leitura errada – *viagem* – da cópia portuguesa induziu ultimamente um jornalista francês de grande mérito,[221] a traduzir dessa forma o trecho em questão:

"... A partilha que se propõe pelo rio Oiapoque é inútil e insuficiente, porque esse rio vem do sul e tem seu curso (viagem) na altura ou latitude do cabo do Norte..."

Se o embaixador Rouillé tivesse escrito – *parcours* – Monteiro Paim teria traduzido – *percurso*. A palavra – *viagem* – é inadmissível nessa passagem: falando do curso ou da direção de um rio, nem em português nem em francês se diz que um *rio tem sua viagem* em uma determinada direção. A interpretação dada ao texto é também inadmissível porque, se este rio *tivesse seu curso na latitude do cabo do Norte*, seguiria a direção do paralelo que passa por esse cabo; correria de oeste para leste e não poderia vir do sul.

Pode-se, portanto, dar como estabelecido que o embaixador Rouillé, em sua réplica, disse que o Oiapoque ou Vicente Pinzón tem sua nascente na latitude do cabo do Norte, a cerca de 2 graus, e que "vem do sul", isto é, corre em direção norte. Nos mapas franceses do século XVII, essas indicações convêm apenas ao *Oiapoque* dos seguintes mapas:

NICOLAS SANSON, 1650 (Wiapoco)	Atlas nº 72
GUILLAUME SANSON, 1679 (Wiapoco)	nº 78
PIERRE DU VAL, 1679 (Wiapoco)	nº 79
GUILLAUME SANSON, 1680 (Yapoc ou Wiapoco)	nº 80
CONDE DE PAGAN, 1655 (Wiapoco)	nº 84
FROGER (e DE FERROLLE), 1696 (Oyapoc)	nº 85

E ao *Oiapoque, Arracowo* (Arucauá, isto é, Uaçá) ou ao *Cassiporé*, nos seguintes mapas:

NICOLAS SANSON, 1656 (Wiapoco, Arracowo e Cassipouri)	nº 73
LA BARRE, 1666 (Yapoco e Cassipouri)	nº 76
PIERRE DU VAL, 1664, 1667 e 1677 (Wiapoco e Cassipouri)	nº 77

[221] Charles Meyniard, diretor da revista *La Marine Française*.

Foi durante essa discussão, em Lisboa, que o ministro da Marinha e das colônias da França, Louis Phelypeaux, conde de Pontchartrain, dirigiu-se, em 2 de setembro de 1699, ao governador da Guiana Francesa, para lhe solicitar, como foi dito, títulos para contrapor aos dos portugueses que disputavam com a França o direito de navegar no Amazonas "*pretendendo reduzir seus limites ao Oiapoque*".[222]

O Tratado de 1700.

Em 4 de março de 1700 foi assinado, em Lisboa, pelos plenipotenciários de Portugal e da França, o Tratado Provisório, cujo preâmbulo já foi transcrito e cujas cláusulas se apresentam a seguir:

> Artigo 1º.[223] Que se mandarão desamparar e demolir pelo rei de Portugal *os fortes de Araguari e de Cumaú ou Macapá* e retirar a gente e tudo o mais que neles houver e as aldeias de índios que os acompanham e formaram para o serviço e uso dos ditos fortes, no termo de seis meses depois de se permutarem as ratificações deste tratado; e achando-se *mais alguns fortes pela margem do rio das Amazonas para o cabo do Norte e costa do mar até a foz do rio Ojapoc ou de Vicente Pinzón,* se demolirão igualmente com *os de Araguari e de Cumaú ou Macapá* que por seus nomes próprios se mandarão demolir.
>
> Artigo 2º. Os franceses e portugueses não poderão mais tarde ocupar esses fortes nem erguer novos nos mesmos locais ou em qualquer outro que seja, na extensão das terras delineadas no artigo precedente, cuja posse permanece indefinida entre as duas coroas; ambos tampouco poderão construir qualquer habitação nem estabelecer comércio de qualquer tipo, até que seja decidido entre os dois reis a quem pertencerá por justiça e direito a posse das referidas terras.
>
> Artigo 3º. Todas as aldeias indígenas que se encontram na extensão das referidas terras permanecerão durante o tempo estabelecido para a suspensão no mesmo estado em que se encontram atualmente sem poder ser reivindicadas ou submetidas a uma ou a outra parte e sem que se possa tampouco, de ambos os lados, negociar

---

[222] Santarém, obra citada, tomo IV, 2ª parte, p. 753, citando carta de instrução desse ministro nos Arquivos das Colônias.

[223] Texto original em português que se encontra no tomo II, *Documentos*. No artigo 1º do texto em português, o nome *Oiapoque* está escrito *Ojapoc*.
Nota do Tradutor: Os artigos 1º e 4º se encontram em português em nota de rodapé, os demais foram traduzidos a partir do francês.

escravos, mas serão socorridas pelos missionários que as assistem atualmente e na falta de algum deles, os que saírem serão substituídos por outros da mesma nação, e caso algum missionário francês aí estabelecido para deles cuidar tenha sido expulso será substituído por outro.

Artigo 4º.[224] *Que os franceses poderão entrar pelas ditas terras que nos Artigos 1º e 2º deste tratado ficam em suspensão da posse de ambas as Coroas, até à margem do* rio das Amazonas *que corre do sítio dos ditos* fortes de Araguari de Cumaú ou Macapá *para o* cabo do Norte *e* costa do mar; *e os portugueses poderão entrar nas mesmas terras até à margem do* rio Ojapoc *ou* Vicente Pinzón, *que corre para a foz do mesmo rio e costa do mar, sendo a entrada dos franceses pelas ditas terras que ficam para a parte de* Caiena *e não por outra; e a dos portugueses pela parte que fica para as terras do* rio das Amazonas *e não por outra. E tanto uns como outros, assim franceses como portugueses, não poderão passar respectivamente das margens dos ditos rios acima limitadas e declaradas, que fazem o termo, raia e limite das terras que ficam na dita suspensão da posse de ambas as coroas.*

Artigo 5º. Todos os franceses que se encontrarem detidos pelos portugueses serão enviados para Caiena com seus índios, mercadorias e bens; o mesmo será feito em relação aos portugueses que porventura se encontrarem detidos pelos franceses, que serão enviados a Belém do Pará e, caso algum português ou índio tenha sido preso por haver tomado o partido dos franceses, ou algum francês ou indígena por haver tomado o partido dos portugueses, serão libertados onde estiverem detidos, sem que se lhes possa infringir qualquer punição.

Artigo 6º. Os súditos de uma e de outra coroa não poderão inovar contra o disposto no presente tratado provisório, mas, ao contrário, contribuirão por meio deste para manter a paz, o entendimento e a amizade que sempre existiu entre as duas Coroas.

Artigo 7º. Não será praticado qualquer ato de hostilidade, sequer por ordem dos governadores, sem antes dar conhecimento aos reis, seus senhores, que resolverão amigavelmente toda dificuldade que porventura venha a ocorrer mais tarde no entendimento dos artigos do presente tratado, ou que poderão vir a surgir.

[224] Texto original em português.

Artigo 8º. Em caso de contestação entre os súditos de uma ou de outra coroa, quer por seus próprios atos quer pelos de seus governadores, o que lhes é terminantemente proibido, o presente tratado não será por isso rompido ou violado, tendo sido estabelecido para assegurar a paz e a amizade entre as duas coroas, e se isso ocorrer, ambos os reis, cada um por seu lado, assim que tomarem conhecimento do fato, darão ordem para punir os culpados e reparar de modo justo e conveniente os danos que porventura tenham sido causados.

Artigo 9º. De parte de uma e de outra coroa se buscará e se fará vir, até o final do ano de 1701, todos os títulos e instruções alegados nas conferências para servir ao total esclarecimento da posse que pelo presente tratado permanece indefinida entre as duas coroas; e os poderes concedidos pelos dois reis conservam sua força para que, no tempo previsto e até o final do ano de 1701, o litígio em questão esteja definitivamente encerrado.

Artigo 10º. E como este tratado é apenas provisional e suspensivo, nem ele nem qualquer das cláusulas, condições e expressões nele contidas darão qualquer direito a uma ou outra das partes para usufruto e propriedade das ditas terras, que pelo referido tratado permanecem em suspenso, e em tempo algum qualquer dos lados poderá se prevalecer de seu conteúdo para decidir a contenda.

Artigo 11. Os referidos comissários comprometem-se e obrigam-se, sob a fé e palavra real de seus respectivos senhores reis de França e de Portugal, a que suas majestades nada farão contra e em prejuízo deste tratado provisório e não consentirão direta ou indiretamente que nada seja feito e, ocorrendo algo em contrário, o remediarão imediatamente, e para a execução e segurança de tudo que está dito e declarado acima, obrigam-se em boa e devida forma, renunciando a toda lei, estilo, costume e a todos os direitos em seu favor que poderiam ser contrários a ele.

Artigo 12. Os ditos comissários comprometem-se, além disso, respectivamente, a que os mencionados senhores reis seus soberanos ratificarão este tratado bem e legitimamente, que a troca das ratificações se dará em dois meses, a contar da data da assinatura, e que nos dois meses seguintes as cópias das ordens necessárias para a execução dos artigos acima serão entregues por ambas as partes.

O contido nos referidos artigos do presente tratado provisório foi acordado e concluído por nós comissários de suas majestades cristianíssima e portuguesa

abaixo assinados, em virtude dos poderes a nós delegados, cujas cópias estão anexas, em fé e segurança, e para testemunhar a verdade assinamos o presente ato e colocamos o selo de nossas armas.

Feito em Lisboa no 4º dia do mês de março do ano de mil e setecentos.

Os dois exemplares do Tratado de 1700 assinados pelos plenipotenciários foram escritos em português. O texto francês é tradução oficial, autenticada, que provavelmente foi feita na embaixada da França em Lisboa.[225]

Esse tratado, como vimos, neutralizava provisoriamente uma parte das *terras do cabo do Norte*, isto é, da *Guiana*, – assim delimitadas (artigo 1º): – a margem esquerda do Amazonas, a partir do forte português de Cumaú, ou Macapá, até o cabo do Norte; e em seguida, "a costa marítima", desde o cabo do Norte até o *rio Ojapoc* (texto português) ou *Oyapoc* (tradução oficial francesa) "*dito Vicente Pinson*" (ver o mapa nº 3, do presente volume). O limite interior não estava declarado, mas devia estender-se por uma linha traçada do forte de Macapá até a nascente do Oiapoque e pela cadeia que dividia as águas desde essa nascente até a do Maroni, que já formava a fronteira entre as possessões da França e as da Holanda. A neutralização não se estendia aos territórios da margem setentrional do Amazonas a montante de Macapá, nos quais Portugal possuía determinado número de estabelecimentos. O litígio encontrava-se, portanto, circunscrito entre os limites que acabam de ser declarados (ver artigos 1º, 4º, 9º e 10º). O preâmbulo do tratado mostra, de resto, que Luís XIV não estendia suas pretensões até o rio Branco, cuja bacia não se encontra "entre Caiena e o rio das Amazonas".

Exame do Tratado de 1700.

Limites do território neutralizado.

Litígio circunscrito entre esses limites.

Luís XIV não reivindicava o rio Branco.

No artigo 1º lê-se: "*... A partir dos ditos Fortes*" (Cumaú, ou Macapá e Araguari) "*até o rio das Amazonas próximo ao cabo do Norte, e ao longo da costa do mar até o rio Oyapoc dito Vicente Pinson*".

[225] § 2.632 de Joaquim Caetano da Silva: – "Como está declarado no § 1.978, este documento foi fornecido segundo uma cópia da época, conservada no Ministério da Marinha e das Colônias da França. A referida cópia foi autenticada com essas duas palavras: – Collationné – Phelypeaux. – Jérome Phelipeaux, Conde de Pontchartrain, foi ministro da Marinha e das Colônias de 6 de setembro de 1699 a 31 de agosto de 1715 (§ 1.969)."

O Oiapoque, Ojapoc ou Vicente Pinzón do Tratado de 1700 localizava-se, portanto, ao *norte do cabo do Norte*, e separado desse cabo por uma determinada "*extensão de costa marítima*", bem como o Vicente Pinzón das Cartas patentes de 14 de junho de 1637 (Documento nº 3 do tomo II, *Documentos*), que dele estava separado por cerca de 40 léguas portuguesas, a 17½ graus, ou 45,7 léguas marítimas. O embaixador Rouillé certamente tomou conhecimento desse documento, citado na primeira *Memória* portuguesa, e no qual, várias vezes, se fala de *orla marítima* e de 40 léguas entre o Vicente Pinzón e o cabo do Norte.

O Oiapoque do qual este tratado fala só podia ser o rio do cabo Orange.

O Oiapoque, Ojapoc ou Vicente Pinzón do Tratado de 1700 não era, portanto, o Araguari, que se encontra ao sul do *cabo do Norte*, como declara o compromisso, e que, sendo afluente do Amazonas, não está separado desse cabo por nenhuma extensão de "costa marítima". Convém ainda notar que nesse tratado o nome *Araguari* se encontra escrito *quatro vezes* a propósito do forte português construído em 1687 *na margem esquerda ou setentrional* desse rio[226] e que, se o *Vicente Pinzón* fosse o Araguari ou qualquer outro rio ao sul do cabo Orange, não teria sido chamado *Oiapoque* ou *Ojapoc*, denominação que, de acordo com o próprio marquês de Ferrolle, aplicava-se apenas ao rio vizinho a Caiena.

Comentários de Joaquim Caetano da Silva.

Os comentários de Joaquim Caetano da Silva sobre esse tratado (§§ 1.979 a 1.986) completarão as observações que acabam de ser feitas:

> O Tratado de 1700 encerra quatro elementos determinantes:
> *Terras do cabo do Norte;*
> *Costa marítima;*
> *Oiapoque;*
> *Rio Vicente Pinzón.*
>
> Estudemo-los na mesma ordem em que nos são apresentados.

[226] No preâmbulo: "... quando os fortes de *Araguari* e de *Cumaú* ou de *Macapá* foram tomados e restabelecidos pelos portugueses nas referidas terras...". No Artigo 1º: "O rei de Portugal fará evacuar e demolir os fortes de *Araguari* e de *Cumaú*, ou melhor, *Macapá*...". "Eles serão igualmente demolidos como os fortes de *Araguari* e de *Cumaú* ou de *Macapá*...". No artigo 4º: "... a partir da situação dos referidos fortes de *Araguari*...".

– Terras do cabo do Norte.

O preâmbulo declara duas vezes que as *terras do cabo do Norte,* objeto do tratado, estavam situadas entre *Caiena e o rio das Amazonas.*

Não se tratava, portanto, das terras imediatamente adjacentes ao cabo do Norte propriamente dito.

É evidente que o Tratado de 1700 usa o nome *cabo do Norte* em sua acepção ampla, como sinônimo de *Guiana*.

Faz como o governo francês e os autores franceses haviam feito em 1633, 1640, 1651, 1653, 1654, 1664, 1674...[227]

Faz como o governo português e um governador português haviam feito em 1637, 1645, 1682, 1686, 1688, 1691, 1693...[228]

– Costa marítima.

O artigo 1º declara que as terras provisoriamente neutras estavam situadas na margem guianense do Amazonas, de Macapá ao cabo do Norte, e *ao longo da costa marítima*, do cabo do Norte até o rio reivindicado por Portugal como limite. Esse rio não era, portanto, o *Carapapóris*...[229].

– Oiapoque.
O Tratado de 1700 usa duas vezes para o rio reivindicado por Portugal como limite o nome de Oyapoc *'escrito corretamente e com todas as letras'*, para servir-me dos mesmos termos que o barão de Butenval...

[227] Georges Fournier, em 1643 (§ 1.906); Luís XIV em 1651 (§ 1.914); *Lettres de Cayenne*, 1653 (§ 1.916); Daigremont, 1654 (§ 1.918); Paul Boyer, 1654 (§ 1.920); Antoine Biet, 1664 (§ 1.926); *Relation de la Guyane* et de ce qu'on y peut faire, escrita em 1663 "para informar o senhor maréchal d'Estrade desta parte da América" (§ 1.933).

[228] Carta patente de 14 de junho de 1637, de Filipe III de Portugal, IV de Espanha (§ 1.874 e seguintes, de Joaquim Caetano da Silva); Cartas Reais de 9 de julho de 1645, de João IV de Portugal (§ 1.912); general Gomes Freire de Andrada, em 1699, segundo Domingos Teixeira, em 1727 (§ 1.743): Ordem de 21 de dezembro de 1686, do rei dom Pedro II (§ 1.956).

[229] Joaquim Caetano da Silva falava do *Carapapóris*, ao norte do cabo do Norte, porque nas conferências de 1855 e 1856, em Paris, esse rio era para o governo francês o Vicente Pinzón ou Japoc do Tratado de Utrecht. A reclamação francesa tendo avançado agora em direção ao sul, até a confluência do Araguari, não procede transcrever aqui a passagem referente ao *Carapapóris*.

Mas o preâmbulo do próprio tratado declara que, nas conferências que precederam a redação desse instrumento, *'viram-se os autores e os mapas relativos à aquisição e à divisão das terras do cabo do Norte'*.

Essas conferências haviam tido lugar entre os próprios signatários do tratado: de um lado o presidente Rouillé, embaixador da França; do outro, o duque de Cadaval, Roque Monteiro Paim, Gomes Freire de Andrada e Mendo de Foyos Pereira.

Os cinco signatários do Tratado de 1700 conheciam, portanto, o livro de Froger... onde se encontrava inserido um mapa da Guiana elaborado em Caiena sob a direção de de Ferrolle e que, publicado pela primeira vez às vésperas das conferências, teve mais duas edições durante as próprias conferências.

Esse mapa devia ser para os signatários do tratado um documento de valor incomparável, já que o marquês de Ferrolle, elevado ao governo de Caiena, em 1691, e falecido nesse posto em 1705... era governador da colônia francesa por ocasião da elaboração desse mapa e do Tratado.

Entretanto, entre todos os mapas gravados, esse era *o único* que usava o nome *Oyapoc*, tal como escrito no Tratado de 1700, tal como se escreve hoje; e este nome era usado exclusivamente para o rio do cabo Orange.

Portanto, o *Oiapoque* do Tratado de 1700 é o *rio do cabo Orange.*

– Rio Vicente Pinzón.

A redação do Tratado de 1700 foi obra exclusiva do Gabinete português, o texto francês foi apenas uma 'tradução'.

São palavras do barão de Butenval...[230]

E essa grande revelação está confirmada, nestes termos, por Brochado, enviado de Portugal à França na época do Tratado de 1700, em carta de 27 de agosto do mesmo ano:[231] '... Já mandaram reformar *os erros da tradução* do tratado provisional, sobre as terras do cabo do Norte e se vossa majestade quer uma cópia eu a mandarei com aviso seu'.

[230] 8ª sessão, 17 de novembro de 1855, vol. III, *Documentos*, p. 130.
[231] Texto original em português.

Mas, já que o Tratado de 1700 foi redigido pelo *gabinete português,* é evidente que o nome *rio de Vicente Pinson* utilizado duas vezes nesse tratado como sinônimo de *Oiapoque*, no limite pretendido por Portugal, tem nesse tratado o mesmo sentido que Portugal tinha o hábito de dar a esse nome.

Entretanto, nas cartas patentes de 1637 e nas de 1645, que constituem o 1º e o 5º títulos do Brasil, o Gabinete português havia caracterizado o rio de *Vicente Pinzón* com uma marca que convinha apenas ao rio do *cabo Orange*; e, em sua notificação de 1688, que constitui o 21º título brasileiro, o comandante português do Araguari se tinha expressado da forma mais explícita, dizendo a de Ferrolle que, em virtude da carta patente de 1637, *o limite das possessões portuguesas era o rio do cabo Orange, chamado pelos portugueses de rio de Vicente Pinzón e pelos franceses de Oiapoque*.

Os signatários do Tratado de 1700 haviam visto os autores e os mapas referentes à aquisição e à divisão das terras da Guiana (§ 1.892).

Conheciam portanto o livro de la Barre, o 12º título do Brasil.

A relação desse livro com o Tratado de 1700 não pode ser mais estreita.

As negociações de Lisboa quiseram deixar provisoriamente indefinido o direito de posse sobre a porção da Guiana que o predecessor de de Ferrolle, mal informado, havia garantido ser *indígena*, não pertencendo a nenhuma nação da Europa, nem à França, nem a Portugal.

Mas por que os redatores do Tratado de Lisboa não nomearam o cabo Orange como fez o governador francês em 1666? Por que não associaram, como o comandante português em 1688, ao cabo Orange os nomes Oiapoque e Vicente Pinzón?

É que sentiram que por si só os nomes *Oiapoque* e *Vicente Pinzón* determinavam o limite português tão matematicamente quanto dois pontos determinam uma linha reta.

Pois, para o governo português, nunca houvera outro rio *Vicente Pinzón* senão o do cabo Orange e para todos o mesmo rio do cabo Orange era o único que sempre tivera o nome *Oiapoque*.

Até 4 de março de 1700 e ainda por *trinta e um anos* o nome Oiapoque não foi aplicado a nenhum outro rio senão ao do cabo Orange...

Quando o caienense d'Audiffrédy afirmou pela primeira vez, em 1731, que existia longe do cabo Orange um outro rio de nome Oiapoque, não o situou na costa marítima da Guiana, mas no interior da Amazônia (§§ 662, 1.393).

A introdução de um rio Oiapoque na extremidade noroeste do cabo do Norte, no lugar do Carapapóris, data de Bellin, *sessenta e três anos* após o Tratado de 1700 (§§ 431-448). [232]

[232] Consultar também, sobre o Tratado de 1700, os §§ 139 a 201 de Joaquim Caetano da Silva.

X

Questão de sucessão da Espanha. Portugal inicialmente aliado da França.

Após o Tratado Provisório de 1700 segue-se o da Aliança entre Luís XIV e dom Pedro II, assinado em Lisboa, em 18 de junho de 1701.[233]

Tratado de 1701 entre Portugal e França.

Um dos artigos desse tratado declarava definitivo o do ano precedente:

> Artigo 15. Para fazer cessar qualquer motivo de desacordo entre súditos da coroa de França e da coroa de Portugal, entre os quais suas majestades aspiram ao mesmo bom entendimento e à mesma amizade existente entre as duas coroas, que não admitem qualquer motivo de controvérsia e de desentendimento que possa inspirar a seus inimigos qualquer esperança mal-fundada: suas majestades querem que o Tratado Provisório assinado em 4 de março do ano precedente 1700, sobre a posse das terras do cabo do Norte, confinando com o rio das Amazonas, seja e permaneça doravante como tratado definitivo e perpétuo para sempre. [234]

---

[233] Ver Joaquim Caetano da Silva, §§ 202 a 212 e §§ 1.989 a 1.997.

[234] O texto francês desse tratado nunca foi publicado. A tradução francesa do artigo 15 foi feita em conformidade com o texto português de 20 artigos, publicado por Borges de Castro (*Coleção de Tratados de Portugal*, tomo II, pp. 128 a 137). Em coletânea manuscrita da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, faltam os artigos 6º a 14 de Borges de Castro e seu artigo 15 virou o 6º. É também sob o número 6º que foi citado, em 1856, pelo plenipotenciário francês, De Butenval.

Quádrupla Aliança da qual participa Portugal contra Luís XIV. Tratado de 1703.

Mas, logo em seguida, dom Pedro II rompeu esse tratado, tomando o partido do arquiduque Carlos na questão da sucessão da Espanha, aliando-se à Áustria, à Inglaterra e à Holanda contra Luís XIV e Filipe V.[235]

Os novos tratados, assinados em Lisboa, em 16 de maio de 1703, continham esta cláusula:

> Artigo 22. Não se poderá tampouco fazer a paz com o rei cristianíssimo caso este não ceda todos os direitos que pretende ter sobre *as terras denominadas frequentemente cabo do Norte, pertencentes ao estado do Maranhão e situadas entre os rios das Amazonas e Vicente Pinzón*, não obstante qualquer tratado provisório" (o de 4 de março de 1700) "ou decisivo" (o tratado de 18 de junho de 1701) "firmado entre sua majestade portuguesa e o dito rei cristianíssimo sobre a posse e o direito às ditas terras.

A Inglaterra, a Áustria e a Holanda comprometiam-se, desse modo, a assegurar a Portugal, seu aliado, a propriedade de parte das terras denominadas cabo do Norte, neutralizadas provisoriamente em 1700 e perpetuamente em 1701, isto é, as terras localizadas entre a embocadura do Oiapoque ou Vicente Pinzón e a ponta de Macapá, na margem esquerda do Amazonas. Duas outras cláusulas da Aliança garantiam a Portugal, na América, toda a margem setentrional do rio da Prata e, na Europa, as praças de Badajoz, Albuquerque, Valença e Alcântara, a leste; as de Tui, Guardia, Bayona e Vigo, no Norte (artigos 1º e 2º, secretos).

Em 1709, quando Luís XIV apresentou aos aliados proposta de paz enviando à Haia primeiro o presidente Rouillé e, em seguida, o marquês de Torcy, seu ministro dos Negócios Estrangeiros, o grande pensionário da Holanda, Antoine Heinsius, entregou-lhes, assinado por ele próprio, pelo (duque de) Marlborough, pela Inglaterra, e pelo príncipe Eugênio (de Sabóia), pela Áustria, os artigos preliminares para a paz geral. O artigo 20 estava assim redigido:

Negociações que precederam a reunião do congresso de Utrecht.

> A respeito do rei de Portugal, sua majestade cristianíssima consentirá que desfrute de todas as vantagens firmadas a seu favor pelos tratados estabelecidos entre ele e seus aliados.

[235] Ver Joaquim Caetano da Silva, §§ 214 a 294 e 1.998 a 2.002.

E os enviados de Luís XIV, ao apresentar observações por escrito sobre várias condições oferecidas pelos aliados nesses artigos, não fizeram qualquer objeção ao artigo 20.

Os tratados feitos entre o rei de Portugal e seus aliados" diz Joaquim Caetano da Silva (§§ 229 e seguintes) "nada mais eram do que o triplo tratado de 16 de maio de 1703, o qual, como sabemos, concedia perpétua e exclusivamente a Portugal as terras cuja posse tinha permanecido provisoriamente indefinida pelo tratado de 1700 e perpetuamente indefinida pelo de 1701. Ora, tanto o Tratado Provisório de 1700 como o tratado definitivo de 1701 tinham sido assinados por um dos negociadores franceses de Haia, o presidente Rouillé; e, em uma e outra dessas duas épocas, o outro negociador francês da Haia, o marquês de Torcy, já era ministro dos Negócios Estrangeiros. Ambos sabiam perfeitamente, portanto, que as preliminares de 1709 reclamavam para Portugal, entre outras coisas, a propriedade perpétua e exclusiva das terras da Guiana situadas entre a ponta de Macapá e o cabo Orange. Sabiam-no perfeitamente e concordavam sem a menor dificuldade.

Rompida a negociação, Luís XIV fez ainda, no ano seguinte, diligências junto à Holanda. Enviou a Gertruydenberg o marechal d'Huxelles e o abade de Polignac, com instruções para negociar. Entretanto, nessas instruções Luís XIV concordava antecipadamente com todos os artigos das preliminares de 1709, exceto os Artigos 4º e 37.

O rei da França oferecia ele próprio, portanto, em 1710, o que lhe havia sido exigido no ano anterior, – a renúncia perpétua, em favor de Portugal, da pretensão que tinha tido sobre as terras da Guiana situadas entre o cabo Orange e a ponta de Macapá...

Durante as negociações preliminares, o Tratado de 1700 foi lembrado nos dois documentos seguintes comunicados pela Inglaterra à França:

Memória *apresentada à rainha da Inglaterra, em 14 de dezembro de 1711, por dom Luís da Cunha, ministro de Portugal, em Londres*

Tenho ordens do rei, meu senhor, para pedir a vossa majestade que recomende especialmente, nas instruções que dará a seus plenipotenciários no Congresso de Utrecht, os pontos seguintes:

> Artigo 5º. No que diz respeito ao rei da França, esse príncipe deverá ceder também ao rei de Portugal, por intermédio dos eficazes ofícios de vossa majestade, o direito que pretende ter *sobre as terras do cabo do Norte situadas entre o rio das Amazonas e o Vicente Pinzón*, a fim de que o rei de Portugal e seus sucessores desfrutem delas para sempre, *não obstante qualquer tratado provisório feito entre as duas coroas*.

Memória entregue em Londres, em janeiro de 1712, ao arcebispo de Bristol, que se dirigia ao congresso de Utrecht, por dom Luís da Cunha:

> Solicita-se, quanto à França, a *cessão das terras denominadas cabo do Norte, situadas entre os rios das Amazonas e Vicente Pinzón*, pertencentes ao estado do Maranhão, cuja posse sempre coube a Portugal, e *sobre as quais foi feito no ano de 1700 um tratado provisório*, por ocasião de algumas contestações que haviam surgido; em seguida ao tratado, os portugueses demoliram os fortes que ali haviam construído. Pede-se também *que a França ceda todos os direitos que pretenda ter sobre as ditas terras do cabo do Norte, assim como sobre qualquer outra terra dos domínios de Portugal*.[236]

Congresso de Utrecht

As sessões do congresso de Utrecht foram abertas em 29 de janeiro de 1712.

O conde de Tarouca, primeiro plenipotenciário de Portugal, começou a participar dos trabalhos do Congresso somente em 12 de fevereiro; dom Luís da Cunha, segundo plenipotenciário, em 5 de abril.

A França estava nele representada pelo marechal d'Huxelles e pelo abade de Polignac.

Na reunião geral de 11 de fevereiro, o primeiro plenipotenciário francês apresentou a *Exposição detalhada das ofertas da França para a Paz Geral*, contendo o seguinte artigo:

> Os assuntos relativos a Portugal serão restabelecidos e permanecerão nas mesmas bases na Europa que estavam antes da presente guerra, tanto em relação à França como à Espanha; e quanto aos domínios na América, caso haja qualquer controvérsia a ser acertada, tentar-se-á resolvê-la amigavelmente.

[236] Os demais parágrafos tratam de questões entre Portugal e Espanha.

Na sessão de 5 de março, os representantes dos aliados opuseram a Luís XIV seus *Pedidos específicos*. Aqueles apresentados pelo conde de Tarouca diziam:

> Sua majestade portuguesa pede:
> ...
> 11 – Que a França lhe ceda e a todos os reis de Portugal que o sucederem e para sempre todos os direitos que pretenda ter sobre *as terras denominadas comumente cabo do Norte, pertencentes ao estado do Maranhão e situadas entre os rios das Amazonas e Vicente Pinzón, não obstante qualquer tratado provisório ou decisório, que possa ter sido feito sobre a posse e sobre o direito de ditas terras;* bem como qualquer outro direito que a França poderia ter sobre outros domínios da monarquia de Portugal. Dado em Utrecht no Reno em 5 de março de 1712 - J. Conde de Tarouca.

Os plenipotenciários franceses – como havia feito em 1698, em Lisboa, o embaixador Rouillé –, começaram por pedir a margem esquerda do Amazonas; em seguida, propuseram que o Tratado Provisório de 1700 se tornasse definitivo. O acordo sendo impossível com os representantes de Portugal, novas instruções foram enviadas de Paris, em 11 de janeiro de 1713, aos plenipotenciários franceses. [237]

Conferência de 9 de fevereiro de 1713.

Em 9 de fevereiro houve, entre os plenipotenciários de Portugal, da França e da Inglaterra, uma conferência particular sobre as terras do cabo do Norte neutralizadas pelo Tratado de 1700.

As passagens seguintes de um despacho datado de 14 de fevereiro, dirigido pelo conde de Tarouca e dom Luís da Cunha ao secretário de Estado, ou ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, prestam conta dessa conferência:[238]

> Nela (conferência) tivemos grande disputa sobre as terras do cabo do Norte confinantes com o Maranhão, e o abade de Polignac procurou sustentar o seu partido alegando fatos notoriamente falsos, e servindo-se de muitos argumentos sofísticos, até que os ingleses, tendo feito até então mais ofício de mediadores, que de bons aliados, sem embargo de lhes lembrarmos que deviam empenhar-se

[237] Santarém, obra citada, tomo V, p. 29, onde, em nota, há esta indicação: *Archives du Ministère de la Marine de France, Regist. des Puissances Etrangères, nº 40, p. 9, nº 93.*

[238] Texto original em português.

Os plenipotenciários propõem a partilha das terras em litígio.

neste negócio por nos haverem prometido a restituição das ditas terras, perguntaram ao marechal *d'Huxelles* se poderia achar-se algum meio de composição: ele respondeu que o expediente seria dividir-se aquele sítio entre as duas coroas contanto que ficasse livre aos franceses a entrada e navegação do rio das Amazonas, e mostrou as instruções, em que se lhe ordenava que insistisse sobre a referida negociação, deixando-nos admirados a miudeza delas, e os documentos e mapas que os acompanhavam.

Agradou muito aos ingleses o arbítrio da divisão das terras, porém conhecendo que a liberdade da navegação do rio, que pretendiam os franceses, seria mui prejudicial ao comércio de Inglaterra, disseram que primeiro cuidássemos em regrar a dita divisão, e ao depois trataríamos da outra dependência.

Mas antes de referir a vossa mercê o mais que se passou na conferência, devemos lembrar-lhe que na resposta que em Lisboa se deu ao presidente Rouillé, quando alegada com a patente que o cardeal de *Richelieu* acordou à Companhia chamada do cabo do Norte, se disse que ela era contraproducente, pois lhe não dava permissão de negociar mais que de três graus e três quartos até quatro graus e três quartos, e que o rio de Vicente Pinzón ficava em três graus escassos: e se disse também que nesta forma, assim como lhe não disputávamos a posse daquela demarcação, assim pretendíamos que dito rio fosse o limite dos dois domínios... As cartas gerais por que então aí se governavam convém neste ponto, *porém em uma que os franceses mostram presentemente, os referidos três graus e três quartos partem quase pelo meio as terras da contenda*, de maneira que aquela antiga resposta dessa corte lhes deu um novo argumento para pretender a posse de parte daquelas terras que segundo a demarcação da sua carta correm desde três graus e três quartos até o rio de Vicente Pinzón.

Nestes termos, por nos conformarmos com o parecer dos ingleses, lhes dissemos que no caso de consentirmos nessa divisão, era necessário ajustar primeiro o modo de fazê-la, e não aprovando o expediente que ofereciam os franceses, de que fosse por meio de comissários, a fim de evitar maiores embaraços e dilações, propusemos que as ditas divisão e demarcação se regulassem pelos graus mencionados na patente da mesma Companhia do cabo do Norte, *a saber, que as terras que vão de três graus e três quartos para a parte de Caiena ficassem aos franceses, e as que correm desde os ditos graus para a parte do rio das*

Os plenipotenciários portugueses respondem que somente poderiam concordar com uma partilha ao longo do paralelo de 3º45' norte.

Amazonas e cabo do Norte fossem do domínio de Portugal.

O paralelo de 3º45' tendo sido proposto como linha transacional, é evidente que o limite reclamado por Portugal encontrava-se ao norte dessa linha.

Não quiseram os ministros da França convir nesta forma de partilha sem embargo do muito que se disputou de uma e outra parte, até que o marechal d'Huxelles disse que era escusado altercar mais na matéria, pois o ponto principal consistia em saber se os franceses deviam ter livre a entrada e navegação do rio das Amazonas, ao que nós respondemos que de nenhuma maneira podíamos consentir naquela pretendida liberdade...

Joaquim Caetano da Silva, que traduziu em sua obra grande parte desse despacho, o acompanhou das seguintes linhas (§§ 2.047 e 2.048):

Este documento é de importância incomparável.

Em dezembro de 1711 e janeiro de 1712,... dom Luís da Cunha havia pedido para Portugal as terras guianenses situadas entre o rio das Amazonas e o *Vicente Pinzón*.

Em 5 de março de 1712,... o conde de Tarouca havia igualmente pedido para Portugal as terras guianenses situadas entre o rio das Amazonas e o *Vicente Pinzón*.

Depois de terem assim proclamado um e outro a totalidade da pretensão portuguesa, o mesmo dom Luís da Cunha e o mesmo conde de Tarouca, abandonados pelos ingleses, faziam, em 9 de fevereiro de 1713, uma concessão que, felizmente para o Brasil, não foi aceita.

Os dois negociadores portugueses resignavam-se a que a França, já senhora de grande parte da Guiana, possuísse ainda uma porção de terras guianenses situadas entre o rio Vicente Pinzón e o Amazonas.

Mas consentiram com esse sacrifício com a condição de que a partilha fosse feita *pela latitude de três graus e três quartos*.

Portanto, para os dois signatários portugueses do Tratado de Utrecht, o rio Vicente Pinzón, o termo setentrional das terras guianenses pretendidas por Portugal e definitivamente adjudicadas a essa coroa em 13 de abril, *estava ao norte da*

latitude de três graus e três quartos.

Não era portanto o *Araguari*, cuja verdadeira embocadura está a 1º10'; e a suposta embocadura norte (o Carapapóris) a 1º45';

Nem o *Mapa*, a 2º9';

Nem o *Maiacaré*, a 2º25';

Nem o *Carsevene*, a 2º30';

Nem o *Cunani*, a 2º50';

Nem mesmo o *Cassiporé*, pois o *Cassiporé* encontra-se justamente na latitude de três graus e três quartos, proposto como ponto de partilha.

Era evidentemente um rio ao norte do *Cassiporé*.

Ora, o primeiro rio existente ao norte do *Cassiporé* é o *Oiapoque*, é o *rio do cabo Orange entre o quarto e o quinto grau de latitude setentrional*.

O despacho de 14 de fevereiro de 1713 prova, de fato, que os plenipotenciários franceses tinham um mapa no qual a embocadura do Oiapoque ou Vicente Pinzón encontrava-se localizada em uma latitude bem alta, talvez de 4º30', pois, de acordo com o despacho, o paralelo de 3º45' *cortava quase ao meio as terras em litígio*. O abade de Polignac queria considerar como adquirida para a França a área que se encontrava entre a embocadura do Oiapoque e o paralelo de 3º45' e queria, além disso, que o território ao sul fosse dividido de modo que uma parte da margem esquerda do Amazonas coubesse à França, o que, naturalmente, só poderia ser obtido por uma linha meridiana. Os plenipotenciários portugueses declararam, então, que não poderiam concordar com outra divisão senão aquela do paralelo de 3º45'. A proposta foi rejeitada porque nada atribuía à França no Amazonas. Ao ouvir essa proposta, conta Joaquim Caetano da Silva,[239]

[239] § 254.

Mapa francês localizando a embocadura do Oiapoque ao norte do 4º grau.

O que os plenipotenciários franceses solicitavam.

> o marechal d'Huxelles, que era um típico militar, exclamou com a franqueza que o caracterizava, que era inútil tanta discussão sobre essas terras; que o ponto essencial para a França era obter a livre entrada e a livre navegação do rio das Amazonas; que era isso o que lhe havia sido especialmente recomendado nas instruções. E as mostrou.

A passagem seguinte das *Memórias* de dom Luís da Cunha[240] fornece informações complementares sobre a conferência de 9 de fevereiro de 1713[241]:

Mapa português localizando a embocadura do Oiapoque ou Vicente Pinzón a 3º45' norte.

> *§ 166. Nestes termos falou o* abade de Polignac *de se dividirem as terras da contenda; e como os ingleses nos abandonaram, aprovando logo este princípio, foi necessário entrar na sua discussão, e no modo de se repartirem. D'Huxelles pretendeu que se fizesse por Commissários, em que tambem não quisemos consentir, por não cairmos no próprio inconveniente de se concluir primeiro a paz; pelo que Polignac se serviu de que na resposta que em Lisboa se dera a* de Rouillé *quando se ventilou a mesma matéria, e sobre ela se ajustou o tratado provisório, confessaram os seus conferentes, que era livre à Companhia francesa negociar* desde três graus e três quartos, *a que a ajustava uma carta geográfiica daquele país, a qual por esta demarcação partia as ditas terras;* mas como a nossa, que entendemos ser a mais exata, põe em três graus e três quartos o rio de Vicente Pinzón, que designa os nossos limites, *convínhamos em que nesta forma se regrasse a partilha...*

Verifica-se por essa passagem que os plenipotenciários portugueses possuíam um mapa, que supunham correto, que situava a embocadura do Oiapoque ou Vicente Pinzón a 3º45' e que é justo por esse motivo que propuseram a partilha por esse paralelo, tendo visto no mapa dos plenipotenciários franceses a embocadura localizada bem mais ao norte.

Os diplomatas, diante de documentos cartográficos tão contraditórios quanto aqueles já citados, tinham ainda, nesse momento, muitas dúvidas

---

[240] *Memórias* de dom Luís da Cunha, 3ª parte, com uma dedicatória datada de Utrecht em 1º de abril de 1715. Biblioteca do Palácio Real da Ajuda, Lisboa.

[241] Texto original em português.

O Oiapoque ou Vicente Pinzón a 4º6' de acordo com Pimentel (1712).

sobre a latitude correta dessa embocadura, embora sabendo perfeitamente que se tratava do rio do cabo Orange. Entretanto, o primeiro cosmógrafo do reino de Portugal, Manuel Pimentel, em sua *Arte de Navegar*,[242] lançada em 1712, havia dado para alguns pontos dessa costa as coordenadas geográficas seguintes, que são quase exatas para as latitudes (pp. 164-165 do citado livro):

	Latitude	Longitude
Cabo do Norte da Guiana	1º54' N.	328º10'
Maicari	2º5' N.	327º30'
Aricari	2º22' N.	327º22'
Cassiporé	3º44' N.	327º0'
Cabo Orange	4º4' N.	326º51'
Rio Oiapoque ou *Vicente Pinzón*	4º6' N.	326º47'
Aperwaque, também chamado de Proaque ou rio de Lagartos	4º28' N.	326º15'
Caiena, colônia dos franceses	4º56' N.	325º45'

Em 11 de março, os plenipotenciários da Inglaterra anunciaram aos de Portugal que acabavam de receber despachos de Londres e de Paris, pelos quais Luís XIV, cedendo à intervenção da rainha da Inglaterra, decidia renunciar a todas as suas pretensões sobre o território em litígio e à navegação no Amazonas, em troca da desistência que Portugal faria das praças que os Aliados lhe haviam garantido na Espanha pelos artigos secretos de 16 de maio de 1703.

Intervenção da rainha da Inglaterra. Transação arranjada.

Em 15 de março, ao receber as instruções, os plenipotenciários franceses – marechal d'Huxelles e Nicolas Mesnager –, comunicaram ao conde de Tarouca e a dom Luís da Cunha que podiam redigir projeto de tratado neste sentido.

[242] *Arte de navegar, em que se ensinam as regras práticas, e o modo de cartear pela Carta Plana, reduzida, o modo de graduar a Balestilha por via de numeros, & muitos problemas uteis à Navegação; Roteiro das Viagens* e *costas Marítimas de Guiné, Angola, Brasil, Indias, Ilhas Occidentaes e Orientaes. Agora novamente emendadas accrescentadas muitas derrotas novas por Manoel Pimentel, Fidalgo da Casa de S. Magestade, Cosmographo Mór do Reyno, Senhorios de Portugal*. Lisboa, na Officina Real Deslandesiana. M. DCCXII. Com todas as licenças necessárias. – In-folio. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, de Paris e de Lisboa.

Os plenipotenciários portugueses imediatamente redigiram o projeto nas duas línguas – portuguesa e francesa – e o entregaram a lorde Strafford para ser transmitido aos representantes da França.

Tratado de Utrecht entre Portugal e França.

Os dois textos, em português e francês, do tratado particular assinado em Utrecht em 11 de abril de 1713 entre a França e Portugal encontram-se integralmente transcritos entre os documentos do tomo II.[243] É suficiente, portanto, reproduzir aqui as cláusulas que se referem às questões em litígio em 1713, isto é, os Artigos 8º a 13. Na primeira parte da presente *Memória* já foi mostrado que somente o Artigo 8º se encontra hoje* em vigor, tendo sido revalidado em 1815, pela Ata final do Congresso de Viena.

> Artigo 8º. A fim de prevenir qualquer motivo de discórdia que poderia nascer entre os súditos da coroa de França e os da coroa de Portugal, sua majestade cristianíssima renunciará para sempre, como renuncia desde agora por intermédio deste tratado, nos termos mais fortes e mais autênticos, e com todas as cláusulas exigidas, como se aqui inseridas, tanto em seu nome como no de seus descendentes, sucessores e herdeiros, a todos os direitos e pretensões que pode ou poderá pretender sobre a propriedade das *terras chamadas do cabo do Norte* e *situadas entre o rio das Amazonas,* e *o Japoc ou Vicente Pinzón*, sem se reservar ou reter qualquer porção das ditas terras, a fim de que sejam doravante de posse de sua majestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros com todos os direitos de soberania, com absoluto poder e inteiro domínio, como parte de seus estados, e que permaneçam perpetuamente, sem que sua majestade portuguesa, seus descendentes, sucessores e herdeiros possam jamais ser perturbados em tais possessões por sua majestade cristianíssima, nem por seus descendentes, sucessores e herdeiros.
>
> Artigo 9º. Em consequência do artigo precedente, sua majestade portuguesa poderá reconstruir os *fortes de Araguari e de Cumaú ou Macapá*, bem como qualquer outro que tenha sido demolido, em cumprimento do Tratado Provisional firmado em Lisboa, em 4 de março de 1700, entre sua majestade cristianíssima e sua majestade portuguesa Pedro II, de gloriosa memória, ficando anulado

[243] Sobre o Tratado de Utrecht, pode-se consultar com proveito na obra de Joaquim Caetano da Silva todos os parágrafos indicados no Índice Alfabético sob o título: – Tratado de 11 de abril de 1713 (tomo II, 3ª edição, p. 503).

* No fim do século XIX. (N.E.)

e de vigência nula, em virtude deste tratado, o referido tratado provisório; como também sua majestade portuguesa estará livre para construir, nas terras mencionadas no artigo precedente, tantos novos fortes quanto lhe aprouver e guarnecê-los do necessário para a defesa de ditas terras.

Artigo 10º. Sua majestade cristianíssima reconhece pelo presente tratado que as duas margens do *rio das Amazonas*, tanto a meridional como a setentrional, pertencem em toda propriedade, domínio e soberania a sua majestade portuguesa, e promete, tanto por sua pessoa como por seus descendentes, sucessores e herdeiros, não formular qualquer pretensão sobre a navegação e o uso de referido rio sob qualquer pretexto.

Artigo 11. Do mesmo modo que sua majestade cristianíssima abandona em seu nome e no de seus descendentes, sucessores e herdeiros, qualquer pretensão sobre a navegação e o uso do *rio das Amazonas*, desiste de qualquer direito que poderia ter sobre qualquer outro domínio de sua majestade portuguesa, tanto na América, como em qualquer outra parte do mundo.

Artigo 12. E como se pode recear que ocorram novas desavenças entre súditos da coroa de França e súditos da coroa de Portugal, por ocasião de comércio que os habitantes de *Caiena* poderiam tentar fazer no *Maranhão (Amazonas)*, e na embocadura do *rio das Amazonas*, sua majestade cristianíssima promete, tanto por si, como por seus descendentes, sucessores e herdeiros, não consentir que os referidos habitantes de *Caiena*, nem quaisquer outros súditos de sua majestade, venham negociar nos locais acima mencionados, e que lhes será absolutamente proibido ultrapassar o *rio Vicente Pinzón*, para negociar e comprar escravos nas *terras do cabo do Norte*; como também sua majestade portuguesa promete, tanto por si, como por seus descendentes, sucessores e herdeiros, que nenhum de seus súditos irá negociar em *Caiena*.

Artigo 13. Sua majestade cristianíssima promete também em seu nome e de seus descendentes, sucessores e herdeiros impedir a presença de missionários franceses ou outros sob sua proteção em toda a referida terra, considerada como pertencente incontestavelmente por este tratado à coroa de Portugal; a direção espiritual desses povos ficando inteiramente nas mãos dos missionários portugueses, ou daqueles que serão enviados de Portugal.[244]

[244] Artigo 16 deste tratado: "E porque a altíssima, excelentíssima, & poderosíssima princesa a rainha da Grã-Bretanha se oferece como garante da total execução deste tratado, de sua

Limite aceito pela França em 1713 era o mesmo recusado por ela em 1700 .

Nas conferências de Paris, em 1855, o plenipotenciário francês, barão His de Butenval declarou (Ata da 4ª sessão, 11 de outubro, p. 84 do tomo III, *Documentos*):

O plenipotenciário francês jamais pretendeu negar que:

O Tratado de Utrecht tenha sido um retorno ao Tratado Provisório de 1700, retorno em proveito de Portugal,

O território contestado em 1700 tenha sido, em 1713, abandonado pela França, *O limite recusado por ela, em 1700, do Vicente Pinzón, tenha sido em 1713 aceito formalmente.*

O que o plenipotenciário francês nega hoje, assim como todos os representantes da França o fizeram anteriormente e todas as vezes que tal asserção se produziu, é que *o rio designado hoje como Vicente Pinzón pelo plenipotenciário brasileiro tenha sido, seja em 1700 seja em 1713, conhecido e aceito como tal*.

O que nega é que jamais, antes de 1815, qualquer documento oficial tenha apresentado a latitude exata do rio limite, tal como na Ata *final de Viena o representante de Portugal o precisou pela primeira vez*, isto é, entre o quarto e o quinto graus de latitude setentrional.

É essa denegação mesma que seu digno colega deveria destruir com alguma prova peremptória, para afastar a maior objeção de fato ao tema que lhe cabe defender.

---

validade & de sua duração, sua majestade cristianíssima & sua majestade portuguesa aceitam a sobredita garantia em toda a sua força & vigor para todos & e para cada um dos presentes artigos."

O artigo 24 do tratado de paz acordado em Utrecht no mesmo dia 11 de abril de 1713, entre a Inglaterra e a França contêm a seguinte cláusula:

"O tratado de paz assinado hoje entre sua majestade cristianíssima e sua majestade portuguesa fará parte do presente tratado, como se estivesse aqui inserido palavra por palavra, sua majestade a rainha da Grã-Bretanha declarando que ela ofereceu sua garantia, que dá na forma mais solene para a mais exata observância e execução de tudo quanto está contido no dito tratado."

O *Japoc* ou *Vicente Pinzón* do Tratado de Utrecht, como o reconheceu o plenipotenciário francês de 1855, é incontestavelmente o *Oiapoque, Ojapoc* ou *Vicente Pinzón* do Tratado de 1700. E já foi suficientemente provado na presente *Memória* que o Oiapoque de 1700 é o rio que deságua a oeste do cabo Orange, o do mapa de Froger e do marquês de Ferolle. Esse rio é, portanto, "o limite recusado" pela França em 1700 e "formalmente aceito por ela em 1713".

O Japoc ou Oiapoque, isto é, o rio do cabo Orange.

Não havia então outro rio conhecido pelo nome de *Oiapoque, Ojapoc* ou *Japoc* e a indicação do nome geográfico era suficiente. A regra geral, mesmo nas convenções internacionais de nosso tempo*, é não indicar as latitudes e as longitudes. Isso é feito apenas excepcionalmente para evitar alguma confusão possível. Em 1815, a indicação da latitude era necessária porque, desde 1731, caienenses, como d'Audiffrédy, ou defensores da causa caienense, como Bellin, usavam o nome Oiapoque para outros rios.

Em 1700 e 1713, não se podia arriscar a indicar, em um tratado, latitudes que documentos cartográficos da época apresentavam de modo incerto e contraditório. Em 1815, era possível indicar, com certa precisão, a latitude do cabo Orange e, entretanto, na Ata final de Viena, limitou-se a mencionar que a embocadura do Oiapoque se localizava entre o 4º e o 5º graus Norte.

No Tratado de Utrecht encontram-se os nomes *Japoc* e *Araguari* aplicados a diferentes rios, pois, no artigo 8º, o *Japoc* ou *Vicente Pinzón* é o limite que "a França recusava em 1700 e aceitava em 1713", e no artigo 9º, o *forte de Araguari* está indicado com esse nome porque se encontrava às margens do *rio Araguari*. No Tratado de 1700, no qual a fronteira reivindicada por Portugal estava designada por *Ojapoc* ou *Vicente Pinzón* (texto em português) e *Oyapoc* ou *Vicent Pinçon* (tradução oficial francesa) vê-se o nome "*Araguari*" escrito *quatro vezes* a propósito do forte português do *rio Araguari*. Seria estranho que nesse mesmo tratado, querendo designar esse rio, os negociadores portugueses e um embaixador da França tivessem usado o nome *Oyapoc* ou *Ojapoc*, notoriamente conhecido para designar o rio do cabo Orange. Não menos estranho seria que, em Utrecht, os plenipotenciários franceses tivessem escrito "*Japoc*" querendo dizer que o limite era o Araguari ou qualquer

* Século XIX. (N.E.)

outro rio da região compreendida entre o Araguari e o Oiapoque, pois todos os rios tinham nomes perfeitamente estabelecidos há um século.

Há ainda um motivo pelo qual o *Japoc* ou *Vincent Pinzón* do artigo 8º do Tratado de Utrecht não pode ser o Araguari. O motivo encontra-se na seguinte cláusula do mesmo tratado, ratificado pelo rei da França:

> Artigo 9º. *Em consequência do artigo precedente, sua majestade portuguesa poderá reconstruir os fortes de Araguari* e *de Camaú ou Macapá*, bem como todos os outros que foram demolidos, em cumprimento do Tratado Provisório firmado em Lisboa, em 4 de março de 1700, entre sua majestade cristianíssima e sua majestade portuguesa Pedro II, de gloriosa memória, ficando anulado e de vigência nula, em virtude deste tratado, o referido tratado provisório; como também sua majestade portuguesa estará livre para construir nas terras mencionadas no precedente artigo, tantos novos fortes quanto lhe aprouver, e guarnecê-los do que for necessário para a defesa das ditas terras.

O rei de Portugal tinha novamente o poder de mandar *reconstruir o forte de Araguari* quando lhe aprouvesse. E um documento assinado – de Ferrolle – datado de 1688 e conservado nos arquivos da Marinha e das Colônias, em Paris, mostra que o forte em questão havia sido construído *na margem setentrional do Araguari*.

O Vicente Pinzón nos antigos mapas.

No que se refere ao nome *Vicente Pinzón*, é certo que, antes de 1637, foi utilizado para mais de um rio.

O *Vicente Pinzón* primitivo parece ter sido o Oiapoque.

O primeiro documento conhecido que apresenta o nome do célebre navegador na costa setentrional da América do Sul é o mapa anônimo de Turim, de 1523 (nº 2 no *Atlas Brasileiro*).[245] Vê-se na costa da Guiana um rio *Vicentianes*, a oeste e bem distante de um grande rio não nomeado, mas que é incontestavelmente o *Santa María de la Mar Dulce*, em seguida *Marañón* e *Amazonas*. O fato de ser o maior rio de todo o litoral e o nome característico de *costa de Paricura* dado à sua margem esquerda bastam para identificá-lo. A falsa latitude dada à embocadura do rio nada significa em um mapa daquela época, como já foi demonstrado.

A palavra "montanhas" a oeste do Vicente Pinzón basta para identificar esse rio com o Oiapoque.

[245] *Atlas* contendo uma coletânea de mapas anteriores ao Tratado assinado em Utrecht em 11 de abril de 1713 entre Portugal e França. Esse *Atlas* acompanha a presente *Memória*.

A oeste do rio *Vicentianes*, vê-se um nome pouco legível que pareceria ser – *mõtes*. – Cabe supor que primitivamente se poderia ler – *motes*, - isto é – *montanhas*. – E as primeiras que se encontram indo do Amazonas para *Caiena* são aquelas que se erguem a oeste do *Oiapoque* nas proximidades da embocadura desse rio.[246]

A palavra "montanhas" a oeste de um rio dessa costa basta, portanto, para caracterizar o Oiapoque, mesmo se esse rio, em um mapa antigo, está localizado bem próximo ao Amazonas, o que é o caso para o mapa-múndi de Caboto, de 1544 (nº 6 no *Atlas*).

Diogo Ribeiro, em 1527 e 1529 (nº 4), foi o único cartógrafo que usou o nome "Vincente Pinson" para um rio a leste do Maranhão ou Amazonas. Todos os outros, e todos os geógrafos anteriores ao Tratado de Utrecht, situaram o rio Vicente Pinzón na costa da Guiana.

No mapa de 1523, esse rio é certamente o Oiapoque; no mapa de 1527, de Vesconte de Maiollo (nº 3), o "rio de Visente Janes" encontra-se até mais próximo do Orenoco do que do Amazonas.

No mapa oficial espanhol do cosmógrafo do rei, Alonso de Chaves, de 1536, mapa desaparecido, mas do qual Oviedo deixou minuciosa descrição,[247] o rio de Vicente Pinzón, bastante afastado da ponta ocidental da embocadura do Maranhão (Amazonas), era incontestavelmente o Oiapoque. A oeste desse Vicente Pinzón, dizia Oviedo, encontram-se as – montanhas – : "*y mas acá están las montañas*".

Diogo Homem, em dois mapas de 1558 (nºs 11 e 12), chegou mesmo a apresentar nessa costa dois rios Vicente: um, o Vicente Pinto, junto às montanhas, é certamente o Vicente Pinzón-Oiapoque; o outro, mais ocidental, R. de Vicente (R. de V^te^), não poderia ser identificado com precisão. Mas, em seu belo mapa de 1568 (nº 17^A^), suprimiu o "Vicente" ocidental, para conservar somente seu Vicente Pinto-Oiapoque.

No *Atlas Brasileiro*, buscou-se reunir, sobretudo, os mapas anteriores ao Tratado de Utrecht que apresentam um rio *Vicente Pinzón* na Guiana.

Essa coleção permite afirmar de modo geral que, em quase todos os mapas anteriores a 1713, o Vicente Pinzón é um rio suficientemente distante do Amazonas para que não seja possível confundi-lo com o

[246] Ver Joaquim Caetano da Silva, § 2.513, vários textos citados.

[247] *La Historia General de las Indias,* edição de 1851, livro XXI, capítulos 4 e 6. Pode-se ver na obra de Joaquim da Silva (§§ 2.507 a 2.527) os comentários desse erudito brasileiro sobre as passagens essenciais de Oviedo e a tradução francesa dessas passagens.

Araguari, que é um afluente desse rio. Às vezes está tão distante dele que poderia até mesmo ser identificado como o Maroni ou o Essequibo. Na maioria dos casos é o Oiapoque e, às vezes, de modo incontestável, quando seu nome aparece ao lado de "Montanhas", e frequentemente mesmo sem essa indicação, como se vê claramente nos dois mapas do padre Samuel Fritz (nºs 86 e 91).

Aliás, a questão do Vicente Pinzón primitivo não tem importância neste debate. Os tratados de 1700 e de 1713 não declaram que a fronteira deva ser estabelecida no Vicente Pinzón primitivo. Tratava-se em 1700 e em 1713 do Vicente Pinzón-Oiapoque, Ojapoc ou Japoc, separado do cabo do Norte por uma extensão de *costa marítima* de 30, 35 ou 40 léguas portuguesas, de 17½ por grau, como declarado nas cartas patentes de 1637.

XI

A questão de fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa parecia definitivamente acertada pelo Tratado de Utrecht. O Japoc ou Oiapoque havia sido aceito por Luís XIV. O tratado nada mencionava sobre o limite interior, mas se devia compreender que seria formado pelo divisor de águas entre as bacias costeiras e a do Amazonas, desde a nascente do Oiapoque até o ponto de encontro da fronteira holandesa. O que era plausível, uma vez que Luís XIV renunciara às suas pretensões não apenas sobre as terras do cabo do Norte, as duas margens e a navegação no Amazonas, mas ainda a todos os direitos que "poderia ter sobre qualquer domínio de sua majestade portuguesa, tanto na América quanto em qualquer outra parte do mundo". Os portugueses ocupavam efetivamente a margem setentrional do Amazonas e o curso inferior dos principais afluentes. As bacias secundárias do Jari, do Paru, do Trombetas e do rio Negro faziam parte, portanto, dos domínios do rei de Portugal. A França nunca possuíra nada na bacia do Amazonas. Como os estabelecimentos franceses na Guiana se encontravam todos no litoral compreendido entre o Oiapoque e o Maroni, o título francês resultante da ocupação desse litoral não poderia ultrapassar a linha do divisor das águas da serra Tumucumaque.

O divisor de águas formava o limite interior a partir da nascente do Oiapoque até a do Maroni.

Mas, em Caiena, em 1725, começou-se a levantar dúvidas sobre

Após 1725, inicia-se em Caiena o deslocamento para o sul do Japoc ou Vicente Pinzón do Tratado de Utrecht.

De Charanville inventa um Japoc perto do cabo do Norte.

La Condamine transforma o Vicente Pinzón-Oiapoque em dois rios distintos (1745).

Mapas de Dudley e de Teixeira.

o rio indicado no artigo 8º do Tratado de Utrecht. O cavaleiro de Milhau declarou que esse rio devia localizar-se no cabo do Norte. Em 1729, o governador da Guiana Francesa, de Charanville, tentou utilizar para o Maiacaré o duplo nome do Japoc e Vicente Pinzón. Em 1745, La Condamine, com base em três mapas de *Arcano del Mare* de Dudley (*Atlas Brasileiro*, nºs 69 a 71), afirmou que Vicente Pinzón e Oiapoque eram dois rios diferentes. "O artigo do Tratado de Utrecht", disse, "que parece fazer do Oiapoque e do rio Pinzón um só e único rio, não impede que estejam, de fato, a mais de 50 léguas um do outro. Este fato não será contestado por nenhum daqueles que tenham consultado os antigos mapas e lido os originais de autores que escreveram a respeito da América antes do estabelecimento dos portugueses no Brasil." Guillaume de l'Isle, em um mapa de 1703 (*Atlas*, nº 89), havia criado uma baía de Vicente Pinzón ao norte do cabo do Norte. La Condamine aí estabeleceu o rio Vicente Pinzón de Dudley (1646), o qual, verdadeiramente, era apenas um empréstimo do Vicente Pinzón de João Teixeira no seu sofrível mapa manuscrito de 1640, do qual restam ainda várias cópias.

Um fac-símile desse mapa encontra-se sob o nº 68, no Atlas anexo[248].

[248] No primeiro mapa do *Atlas* de Teixeira (nº 66 do *Atlas Brasileiro*) o Vicente Pinzón encontra-se a 35 léguas marítimas do cabo do Norte. Se levarmos a sério os trabalhos cartográficos desse "cosmógrafo", seu Vicente Pinzón seria o Cunani. No outro mapa (nº 68), esse rio encontra-se a 13½ léguas do cabo do Norte. Mas um rápido exame mostra que a posição do Vicente Pinzón é tão falsa quanto a do cabo do Norte. De fato, nesse cabo o cartógrafo escreveu: "*cabo do Norte em altura de 2 grais do norte*". Na escala das léguas portuguesas, de 17½ por grau, traçada no mapa, verifica-se que esse cabo, que deveria encontrar-se a 2º norte, de acordo com o autor, foi desenhado a 12 léguas ao norte de sua "linha equinocial". Encontra-se, portanto, a 0º41'08", isto é, 1º18'52" mais ao sul do que deveria estar. Não é surpreendente que o autor, com a única finalidade de enquadrar o rio em seu mapa, tenha feito um deslocamento do mesmo tipo ao limite do Vicente Pinzón, estabelecido pelo seu soberano, que confirma totalmente o julgamento feito, por volta do final do século XVII, pelo cosmógrafo Manuel Pimentel sobre o trabalho desse desenhista. Lê-se, de fato, em um relatório de Pimentel no *Atlas* de 1642 no palácio da Ajuda, Lisboa: "*... E conferindo-o com as cartas e com os roteiros modernos acho não estar conforme com a maior parte das distâncias e rumos, posto que esteja conforme em algumas coisas...*". Depois de ter mostrado os erros cometidos por J. Teixeira no primeiro mapa do *Atlas* de 1642, Manuel Pimentel acrescenta: "Vi um grande número de outros mapas do mesmo João Teixeira e nenhum entre eles apresenta

A autoridade de La Condamine e a influência das leituras francesas tanto em Portugal quanto no Brasil fizeram com que alguns portugueses e brasileiros adotassem a distinção criada por Dudley e propagada pelo estudioso francês. Todos, entretanto, continuaram a sustentar que o limite de Utrecht era o rio do cabo Orange. O estudioso naturalista português Alexandre Rodrigues Ferreira, que admitia ser correto um Vicente Pinzón ao sul do Oiapoque, escreveu, em 1792, uma *Memória* para provar que o limite de Utrecht era no Oiapoque.[249]

Alguns portugueses aceitam a distinção feita por La Condamine.

Mesmo em um mapa oficial português feito em Lisboa em 1749, usado pelos negociadores do Tratado de Madri de 1750, que fixava os limites entre as possessões de Portugal e da Espanha na América, vê-se na costa da Guiana, próximo ao cabo do Norte, uma baía de Vicente Pinzón. O original faz parte da coleção geográfica do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. O desenhista português copiou o mapa de La Condamine para toda a parte do Amazonas e da Guiana,[250] mas não fez qualquer indicação de fronteira partindo da suposta baía de Vicente Pinzón, e a cor amarela indicativa dos territórios ocupados pelos portugueses, hoje empalidecida e apagada pelo tempo, deve ter-se estendido primitivamente até o Yapoco ou Oiapoque.[251]

Mapa português de 1749

---

a precisão e a exatidão dos mapas que fazem agora João Teixeira Albernás, cosmógrafo de sua majestade, ... e dois outros que estudaram por ordem de sua majestade e que já elaboram mapas com perfeição." Esse João Teixeira Albernás, que é neto do outro João Teixeira, viu também esse livro, e reconheceu todos os erros que contém, embora seja obra de seu avô.
O relatório termina assim:
"*Em suma, direi que esse livro contém apenas boas pinturas e iluminuras.*"

[249] Esse assunto – "Distinção do Vicente Pinzón com o Oiapoque admitido depois do Tratado de Utrecht pelos portugueses e pelos brasileiros" – foi tratado por Joaquim Caetano da Silva nos §§ 2.274 a 2.301 de sua obra.

[250] Despacho de 8 de fevereiro de 1749, do ministro dos Negócios Estrangeiros, Azevedo Coutinho, ao embaixador português em Madri.

[251] O visconde do Uruguai exprimiu-se assim falando desse mapa (Conferência de Paris, 9ª sessão, 1º de dezembro de 1855):
"O digno plenipotenciário francês cita o mapa manuscrito que serviu ao Tratado de Limites das possessões espanholas e portuguesas na América, assinado em Madri em 12 de julho de 1751.
O Tratado de Limites das possessões espanholas e portuguesas é de 13 de janeiro de 1750. Não tem nenhum traço, e não podia ter, no território da Guiana. Estabelece os limites dos dois países até encontrar o alto da cadeia de montanhas que medeia entre o rio Orenoco e o Amazonas ou Marañón e seguirá pelos cumes dessas montanhas a oriente até onde se estender o domínio de uma ou outra monarquia (artigo 9º).

Em 1776 e 1777, o governo francês (ministro da Marinha, de Sartine) decidiu que seria estabelecido um posto na margem esquerda do "Vicente Pinzón", rio que se devia encontrar "além do 2º grau norte e a 15 léguas portuguesas do rio das Amazonas".[252] Era o Maiacaré. A partir desse posto, dizia Malouet, "Sua majestade propõe traçar *uma linha reta de leste a oeste* para fixar os limites. É certo então que vários postos e missões portuguesas se encontrarão em nossas terras...".[253]

Limites estabelecidos pelo Tratado de Utrecht de acordo com o governo francês em 1776 e 1777.

Malouet, nomeado administrador da Guiana Francesa, estabeleceu (em junho de 1777), na margem esquerda do Maiacaré, um posto e uma missão logo transferidos (fevereiro de 1778) para a margem esquerda do Cunani, que se torna para ele a fronteira *de direito*.[254]

Dois postos franceses estabelecidos em 1777 e 1782 no território constestado.

O barão de Bessner, nomeado governador da Guiana Francesa em 1781, empurra para o sul a fronteira "de acordo com o Tratado de Utrecht". Para ele, a embocadura do rio Vicente Pinzón era a entrada meridional do canal de Maracá ou de Carapapóris (deixando para a França a ilha de Maracá ou ilha do cabo Norte); a fronteira devia seguir o curso do Carapapóris ou Macari, que ele supunha ser um braço do Araguari. Na margem esquerda do Macari começou, em 1782, a construção de um posto que chamou "forte de Vicente Pinzón", e que transferiu, em 1783, para a margem setentrional do lago Macari, onde estabeleceu ao mesmo tempo uma missão.[255]

O Carapapóris era então para a França o limite de Utrecht.

O governador Bessner encarrega então o engenheiro Simon Mentelle de

> identificar uma linha sensível de demarcação que possa ser estabelecida entre a Guiana Francesa e as possessões portuguesas, partindo do ponto onde o rio Vicente Pinzón, adotado por marco, deixa de separar as duas colônias. *Ele se*

Essa delimitação era interrompida, portanto, no ponto onde começava o limite com a Guiana. A autoridade do mapa, feito de acordo com esse tratado, não pode ir mais longe. Figurou-se a Guiana para completar e arredondar o mapa, copiando de outro qualquer, sem avaliar as consequências. Esse tratado foi anulado por outro de 12 de fevereiro de 1761..."

252 Baron de Butenval (*Atas das Conferências de Paris*, 8ª sessão, de 17 de novembro de 1855). Ver Joaquim Caetano da Silva, §§ 496 e 2.163 a 2.167.

253 Malouet, *Collection de Mémoires*, citada, I, 107. Passagem transcrita por C. da Silva, § 485.

254 Joaquim Caetano da Silva, §§ 536 e 537.

255 Joaquim Caetano da Silva, §§ 538 a 577.

> *dedicará*, acrescentava-se, a *examinar, sobretudo, se nossos limites poderiam ser simplificados, adotando por marcos o Arawari em vez do Vicente Pinzón*, e que ressarcimento poderia ser oferecido aos portugueses. [256]

Opinião de A. de Saint-Quantin sobre a pretensão francesa ao Araguari.

O comandante Alfred de Saint-Quantin, ao reproduzir essa passagem acrescenta:

> Resulta dessas instruções que o *objetivo de Bessner era incluir o cabo do Norte em nossas possessões, o que teria sido uma derrogação do texto do Tratado de Utrecht*, que só poderia ocorrer de comum acordo.[257]

O Araguari, reclamado agora pela França, deságua no Amazonas "ao sul do cabo do Norte", como o lembrou no compromisso o negociador francês no Rio de Janeiro.

> A guerra da Espanha contra Portugal, [diz Joaquim Caetano da Silva], acabava de ser substituída por outra grande preocupação: um tratado dos limites americanos havia sido concluído entre as duas coroas; os comissários portugueses para a execução desse tratado na bacia do Amazonas tinham desembarcado no Pará no mês de março de 1780 e, desde então até o ano de 1791, a província do Pará teve olhos apenas para suas fronteiras castelhanas.
>
> A colônia francesa não causava qualquer preocupação para Portugal: os governadores de Caiena tinham-se calado havia muito tempo; o governo francês nunca sustentara suas pretensões, nunca reclamara contra a fronteira do Oiapoque. Confiava-se nessa garantia e na do Tratado de Utrecht...

Com a morte de de Bessner (1785), os dois povoados de Cunani e de Macari ficaram sem padres e sem soldados.

Um novo governador do Pará, dom Francisco de Sousa Coutinho, ordenou um reconhecimento até o Oiapoque (1791), e só então descobriu as duas aldeias indígenas: Cunani e Macari, fundadas em 1778 e em 1783. Imediatamente, três postos portugueses foram estabelecidos (1791): o primeiro na margem esquerda do furo grande do Araguari; os dois

---

[256] Passagem da *Mémoire* de Simon Mentelle, citada pelo comandante Alfred de Saint-Quantin, *Guyane Française, ses limites vers l'Amazone*, Paris, 1858, pp. 32-33.

[257] Obra citada, p. 32. – Ver Joaquim Caetano da Silva, §§ 578 a 585.

Os portugueses ocupam o Araguari e o Sucuruju (1791) / Recuo dos dois postos franceses.

outros na margem norte da confluência desse rio e na margem norte do Sucuruju. As duas aldeias protegidas pelos caienenses foram evacuadas e várias expedições portuguesas chegaram à margem direita do Oiapoque e às vezes a ocuparam.[258]

A Revolução Francesa havia provocado a ruptura das relações entre França e Portugal e, em seguida, a guerra. Durante o período agitado que se seguiu, Portugal experimentou a sorte de quase toda a Europa. Foi invadido duas vezes, em 1801 e em 1807. A corte de Lisboa viu-se obrigada a estabelecer-se no Rio de Janeiro. Os portugueses não tiveram nem mesmo a opção de evitar a guerra e foram obrigados a continuá-la de comum acordo com seus aliados até a queda de Napoleão. Foi durante essa guerra que uma expedição que partiu do Pará tomou Caiena (1809), e ocupou toda a Guiana Francesa.

Guerras entre Portugal e a França na Europa.

Tratados de paz de 1797, 1801 e 1802, impondo a um Portugal vencido novos limites na Guiana.

Quatro tratados de paz haviam sido estabelecidos de 1797 a 1802, com cláusulas relativas à delimitação das Guianas Portuguesa e Francesa.

São os tratados de Paris, de 10 de agosto de 1797 (23 termidor ano V); de Badajoz, de 6 de junho de 1801; de Madri, de 29 de setembro de 1801; e de Amiens, de 27 de março de 1802.

Hoje, esses tratados têm apenas interesse histórico, pois todos foram declarados nulos e sem efeito.

Todos esses tratados foram declarados nulos e sem efeito.

Não se tratava então de forma alguma de interpretar o Tratado de Utrecht, mas de impor a um Portugal vencido novos limites na Guiana. Cláusulas relativas à Guiana:

1) *Tratado de Paris, de 10 de agosto de 1797* (23 termidor ano V) :[259]

Artigo 6º. Sua majestade fidelíssima reconhece pelo presente tratado que todas as terras situadas ao norte dos limites a seguir designados entre as possessões

[258] Joaquim Caetano da Silva, §§ 586 a 602.

[259] Esse tratado foi confirmado pelo Diretório em 11 de agosto de 1797; aprovado pelo Conselho dos Quinhentos, em 15 de agosto; pelo Conselho dos Anciãos, em 12 de setembro; publicado no *Moniteur*, com a ratificação do Diretório em 14 de setembro (28 frutidor ano V). Não foi ratificado por Portugal e foi declarado sem validade pela Portaria do Diretório na data de 5 Brumário Ano VI (26 de outubro de 1797). Sobre esse tratado, ver Joaquim Caetano da Silva (§§ 630 a 655 e §§ 2.181 a 2.194).

das duas potências contratantes pertencem com toda propriedade e soberania à República Francesa, renunciando se for o caso, tanto por si quanto por seus sucessores e a quem interessar, a todos os direitos que poderia pretender sobre ditas terras a qualquer título, especialmente em virtude do artigo 8º do Tratado firmado em Utrecht em 11 de abril de 1713: reciprocamente a República Francesa reconhece que todas as terras situadas ao sul da referida linha pertencem a sua majestade fidelíssima, em conformidade com o mesmo Tratado de Utrecht.

Artigo 7º. Os limites entre as duas Guianas francesa e portuguesa serão determinados pelo *rio chamado pelos portugueses de Calçoene*[260] *e pelos franceses de Vicente Pinzón*, que deságua no oceano acima do cabo do Norte, cerca de dois graus e meio de latitude setentrional. Seguirão o referido rio até a sua nascente, em seguida, uma linha reta traçada a partir de referida nascente em direção oeste até o rio Branco.

Artigo 8º. As embocaduras assim como o curso inteiro do rio Calçoene ou Vicente Pinzón pertencerão com toda propriedade e soberania à República Francesa, sem que, entretanto, os súditos de sua majestade fidelíssima estabelecidos nos arredores ao sul desse rio possam ser impedidos de usar livremente sua embocadura, seu curso e suas águas, e sem se sujeitar a quaisquer obrigações.

Artigo 9º. Os súditos de sua majestade fidelíssima que se encontrarem estabelecidos ao norte da linha de fronteira acima designada serão livres de aí permanecerem submetendo-se às leis da República ou de se retirarem transportando seus bens móveis e alienando as terras que justificarem lhes pertencer. A faculdade de se retirar dispondo de seus bens móveis e imóveis é reciprocamente reservada aos franceses, que porventura se encontrarem estabelecidos ao sul da referida linha de fronteira. O exercício de tal faculdade é dado para uns e outros durante dois anos, a contar da data de troca das ratificações do presente tratado.

2) *Tratado de Badajoz, de 6 de junho de 1801*:[261]

[260] "... Rio chamado pelos portugueses *Calcuene* (Calçuenne, Calçoenne)" "e pelos franceses de Vicente Pinzón." Para o governo francês o rio Vicente Pinzón era então o Calçoene.

[261] Expressamente anulado pelo manifesto do príncipe regente de Portugal e do Brasil, datado do Rio de Janeiro em 1º de maio de 1808, e pelo artigo aditivo nº 3 do Tratado de Paris, de 30 de maio de 1814.
Ver sobre este tratado Joaquim Caetano da Silva, §§ 705 a 759.

Artigo 4º. Os limites entre as duas Guianas serão determinados no futuro pelo rio Arawari, que deságua no oceano abaixo do cabo do Norte, próximo à ilha Nova e à ilha da Penitência, a cerca de um grau e um terço de latitude setentrional. Esses limites seguirão o rio Arawari desde sua embocadura mais distante do cabo do Norte, até a sua nascente e, em seguida, em linha reta traçada da nascente até o rio Branco em direção oeste.

Artigo 5º. Em consequência, a margem setentrional do rio Arawari a partir de sua última embocadura até sua nascente e as terras que se encontram ao norte da linha dos limites fixados acima pertencerão com toda soberania ao povo francês. A margem meridional do referido rio, a partir da mesma embocadura, e todas as terras ao sul da referida linha dos limites pertencerão a sua alteza real. A navegação do rio, em todo seu curso, será comum às duas nações.

3) *Tratado de Madri, de 29 de setembro de 1801*:[262]

Artigo 4º. Os limites entre as duas Guianas Portuguesa e Francesa serão determinados doravante pelo rio Carapanatuba, que deságua no Amazonas a cerca de um terço de grau do Equador, latitude setentrional, acima do forte Macapá. Esses limites seguirão o curso do rio até sua nascente, de onde se dirigirão para a grande cadeia de montanhas que é o divisor das águas; seguirão suas inflexões até o ponto onde mais se aproxima do rio Branco, próximo ao segundo grau e um terço norte do Equador.

Os índios das duas Guianas, que durante a guerra tenham sido capturados, serão respectivamente devolvidos.

Os cidadãos ou súditos das duas Potências que estiverem compreendidos na nova determinação de limites poderão reciprocamente se retirar para as possessões

[262] As ratificações desse tratado foram trocadas em Madri em 19 de outubro de 1801, mas simultaneamente – e em cumprimento do artigo secreto aditivo ao Tratado preliminar de paz assinado em Londres em 1º de outubro entre a França e a Inglaterra – por troca de notas, os plenipotenciários franceses e portugueses em Madri declararam que "apesar da troca de ratificações do Tratado de Madri, o artigo 4º desse tratado encontrava-se substituído pelos artigos 4º e 5º do Tratado de Badajoz".
O tratado de Madri, como o precedente, foi expressamente anulado pelo manifesto do príncipe regente de Portugal e do Brasil, datado do Rio de Janeiro em 1º de maio de 1808 e pelo artigo aditivo nº 3 do Tratado de Paris, de 30 de maio de 1814.

de seus Estados respectivos; terão também a faculdade de dispor de seus bens móveis e imóveis e isso durante o período de dois anos a contar da troca de ratificações do presente tratado.

4) *Tratado de Amiens, de 27 de março de 1802*:

Artigo 7º. Os territórios e as possessões de sua majestade fidelíssima são mantidos em sua integridade tal como estavam antes da guerra: entretanto os limites das Guianas Francesa e Portuguesa são fixados no rio Arawari, que deságua no oceano acima do cabo do Norte, próximo da ilha Nova e da ilha da Penitência, cerca de um grau e um terço de latitude setentrional. Esses limites seguirão o rio Arawari, desde sua embocadura mais afastada do cabo do Norte até sua nascente e, em seguida, uma linha reta traçada dessa nascente até o rio Branco, em direção oeste.

Em consequência, a margem setentrional do rio Arawari, desde sua última embocadura até sua nascente, e as terras que se encontram ao norte da linha dos limites fixados acima, pertencerão com toda soberania à República Francesa.

A margem meridional do referido rio, a partir da mesma embocadura, e todas as terras ao sul da referida linha de limites pertencerão a sua majestade fidelíssima.

A navegação do rio Arawari, em todo seu curso, será comum às duas nações.

Os acordos que foram estabelecidos entre as cortes de Madri e de Lisboa, para a retificação de suas fronteiras na Europa, serão, entretanto, cumpridos seguindo o estipulado no Tratado de Badajoz.

Portugal não estava representado no Congresso de Amiens e jamais fez ato de acessão a esse tratado.[263]

No volume II encontram-se reproduzidos, sob os números 18 a 25, os seguintes documentos:

- manifesto do príncipe regente de Portugal e do Brasil de 1º de maio de 1808 (nº 18);

[263] "... Convém notar que o Tratado de Amiens não podia, fora acessão formal, ser obrigatório para Portugal, que não figurava entre as partes contraentes e que, em seguida, se absteve de aderir" (E. Rouard de Card, professor da Universidade de Toulouse, na *Revue Gén. de Droit International Public*, 1897, p. 287).

Documentos posteriores a esses tratados apresentados no tomo II.

- artigo 2º secreto do Tratado firmado no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1810, entre Portugal e Inglaterra (nº 19);

- diferentes artigos dos Tratados de Paris, de 30 de maio de 1814, e de Viena, de 22 de janeiro de 1815 (nºs 20 e 21);

- convenção de 12 de maio de 1815, entre Portugal e França, concluída em Viena (nº 22);

artigos 106 e 107 da Ata final do Congresso de Viena, em 1815 (nº 23);

- convenção assinada em Paris, em 28 de agosto de 1817, entre a França e Portugal (nº 24);

- alguns documentos sobre a ocupação militar do território compreendido entre o Oiapoque e o Amapá Pequeno (1836-1840) e sobre a neutralização, em 1841, dessa parte do território contestado (nº 25); e

- declaração feita em Paris, em 28 de junho de 1862 (nº 26).

Cláusulas essenciais dos tratados de 1815 e 1817.

Acordo de 1841.

No capítulo I da presente *Memória* (pp. 61 a 67), as cláusulas essenciais dos tratados e convenções de 1815 e 1817 já foram reproduzidas; e no capítulo III (pp. 89 e 90) falou-se, ainda que muito resumidamente, do acordo de 1841.

Discussão de 1855 e 1856.

No volume III da *Memória original* encontram-se as atas das sessões nas quais esta questão de fronteiras foi discutida em Paris, em 1855 e 1856, entre o visconde do Uruguai e o barão His de Butenval, plenipotenciários do Brasil e da França. A relação das atas encontra-se na página 224 deste volume.

XII

Os direitos do Brasil à fronteira do Oiapoque parecem suficientemente estabelecidos pelo artigo 8º do Tratado de Utrecht, confrontado aos diferentes artigos do Tratado Provisório de 1700, e pelos documentos apresentados agora. **Limite marítimo.**

No que diz respeito ao limite interior, o Brasil pediu o da Convenção de 1817, porque é o único com base em uma estipulação ainda em vigor. **Limite interior.**

A linha paralela ao Amazonas reclamada pela França não foi estabelecida por nenhum tratado. Os que foram impostos a Portugal na época do Diretório e do Consulado tiveram existência efêmera. O primeiro não foi nem mesmo ratificado por Portugal; o último, assinado em um congresso em que Portugal não estava nem mesmo representado, não podia ser obrigatório para essa potência. Todos esses tratados, aliás, foram declarados sem validade.

No mapa nº 3 anexo encontram-se traçadas as linhas dos diferentes tratados.

O limite interior, de acordo com o Tratado de 1797, devia ser formado por uma linha reta traçada da nascente do Calçoene em direção oeste até o rio Branco. Essa linha, traçada hoje, seria interrompida na fronteira holandesa.

A linha interior, de acordo com os Tratados de Badajoz (1801) e de Amiens (1802), partia da nascente do Araguari, mas era uma linha reta,

que passaria ainda mais ao norte do que a da Convenção de 1817. A linha do Tratado de Madri, anulada no momento da ratificação, não era tampouco paralela ao Amazonas.

Se o Tratado de Utrecht em sua totalidade e não apenas o Artigo 8º estava em vigor, a linha interior deveria ser a do divisor de águas na serra Tumucumaque, da nascente do Oiapoque ou Vicente Pinzón até o ponto de encontro com a fronteira holandesa.

O Brasil avalia que a longa posse da margem esquerda do Amazonas e do curso inferior dos afluentes dessa margem tornam indiscutíveis seus direitos a todos os territórios ao sul das serras Tumucumaque e Acaraí.

Berna, 4 de abril de 1899.



APÊNDICE

Tomo I

MAPAS

Nº 1 – *Mapa do território a leste do rio Branco,* 1898, Escala 1: 4.000.000. Esse mapa mostra as linhas de fronteira reclamadas respectivamente pelo Brasil e pela França.

Nº 2 – *Nascente do Essequibo e parte da bacia inferior do rio Branco de acordo com os mapas V, VI e VII do Atlas de H. Coudreau*. Escala 1: 4.000.000.
Esse mapa contém o traçado das duas linhas interiores da pretensão francesa na bacia do rio Branco.

Nº 3 – *Mapa da região guianense*. Escala 1: 4.000.000. Esse mapa, além do traçado das linhas de fronteira reclamadas pelo Brasil e pela França, contém o traçado das fronteiras de acordo com o Tratado de Utrecht (1713), de Paris (1797), de Badajoz (6 de junho de 1801), de Madri (29 de setembro de 1801) e de Amiens (27 de março de 1802), bem como os limites declarados no artigo 107 da Ata de Viena (9 de junho de 1815) e na Convenção de Paris de 28 de agosto de 1817.

Nº 4 – Parte da América de P. Keer, 1614.

Nº 5 – Parte da América de Cl. De Jonghe, em torno de 1640.

Nº 6 – Mapa da bacia do Amazonas, do Conde de Pagan, 1655.

Nº 7 – Parte da América de Pierre Du Val, 1664.

Nº 8 – Parte do – "Mar do Norte" de P. Du Val, 1679.

Nº 9 – Região do Caribe da Guiana, de Manesson Mallet, 1683.

Nº 10 – Parte do mapa manuscrito do Amazonas, de 1691, do Padre Samuel Fritz.

Nº 11 – Mapa do governo de Caiena, por Froger e de Ferrolle, 1698 e 1699.

Nº 12 – Parte do mapa do Amazonas, pelo Padre S. Fritz, gravado em Quito em 1707.

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS NOS TOMOS II, III, IV E V E NOS DOIS ATLAS

Tomo II

CARTAS REAIS, MEMÓRIAS, TRATADOS E OUTROS DOCUMENTOS DIPLOMÁTICOS:

Nº 1 Trechos de algumas concessões feitas pelos Reis de Espanha referentes ao Marañón (após 1542, Amazonas) e ao território compreendido entre esse rio e o Orenoco, denominado mais tarde Guayana (Guiana)

Nº 2 Memória apresentada ao rei da Espanha por Bento Maciel Parente, em 1627 ou entre os anos de 1627 e de 1632:
A) – Tradução do texto espanhol

B) – Texto espanhol

Nº 3 Cartas Reais de Filipe IV de Espanha, III de Portugal, datada de 14 de junho de 1637, reconhecendo a doação que havia feito anteriormente da capitania do cabo do Norte a Bento Maciel Parente:
A) – Tradução das passagens essenciais
B) – Texto em português

Nº 4 Memória escrita e assinada em Caiena, em 20 de junho de 1698, pelo Marquês de Ferrolle, governador da Guiana Francesa

Nº 5 Tratado Provisório firmado em Lisboa, em 4 de março de 1700, entre Portugal e França

Nº 6 Tratado de Lisboa de 18 de junho de 1701

Nº 7 Tratado de Lisboa de 16 de maio de 1703

Nº 8 Memória apresentada à rainha da Inglaterra, em 14 de dezembro de 1711, pelo Ministro de Portugal Dom Luís da Cunha

Nº 9 Memória entregue em Londres, em janeiro de 1712, pelo ministro de Portugal em Londres, Dom Luís da Cunha: ao Arcebispo de Bristol, de partida para participar do Congresso de Utrecht

Nº 10 Demandas específicas do rei de Portugal em Utrecht, em 5 de março de 1712

Nº 11 Tratado de Utrecht de 11 de abril de 1713, entre Portugal e França

Nº 12 Tratado definitivo de Paz entre a França, a Espanha e a Inglaterra, assinado em Paris em 10 de fevereiro de 1763

Nº 13 Tratado de Paz entre Portugal e França, assinado em Paris em 10 de agosto de 1797 (23 Termidor Ano V)

Nº 14 Tratado de Paz entre Portugal e França, assinado em Badajoz em 6 de junho de 1801

Nº 15 Tratado de Paz entre Portugal e França, assinado em Madri em 29 de setembro de 1801

Nº 16 Tratado preliminar de Paz entre a França e Grã-Bretanha, assinado em Londres em 1º de outubro de 1801

Nº 17 Tratado definitivo de Paz firmado em Amiens, em 27 de março de 1802, entre a França, a Espanha e a República Batava, por um lado, e a Grã-Bretanha, por outro

Nº 18 Manifesto do Príncipe Regente de Portugal e do Brasil, de 1º de maio de 1808

Nº 19 Tratado do Rio de Janeiro, de 19 de fevereiro de 1810, entre Portugal e Grã-Bretanha

Nº 20 Tratado de Paz de Paris, de 30 de maio de 1814, entre o Príncipe Regente de Portugal e do Brasil e seus aliados, por um lado, e o rei da França, por outro:
A) – Texto original
B) – Tradução em português

Nº 21 Tratado firmado em Viena, em 22 de janeiro de 1815, entre Portugal e Grã-Bretanha

Nº 22 Convenção de 11-12 de maio de 1815, firmada em Viena, entre os plenipotenciários de Portugal e da França, sobre a ratificação do Tratado de Paris de 30 de maio de 1814 e a restituição da Guiana Francesa:
I – Nota portuguesa de 11 de maio de 1815
II – Nota francesa de 12 de maio de 1815

Nº 23 Ata Final do Congresso de Viena, de 9 de junho de 181

Nº 24 Convenção assinada em Paris, em 28 de agosto de 1817, entre Portugal e França para a restituição da Guiana Francesa e para a fixação definitiva dos limites entre as Guianas Portuguesa e Francesa

Nº 25 Ocupação militar do território compreendido entre o Oiapoque e o Amapá Pequeno (pequeno mapa) pela França (1836) – Reclamações do Brasil. – Evacuação do posto francês (1840) – Neutralização dessa parte do território contestado (1841)
A) – Trecho de uma carta datada de 29 de agosto de 1836, do governador da Guiana Francesa, endereçada ao Presidente da Província do Pará
B) – Resposta do Presidente da Província do Pará, datada de 18 de outubro de 1836
C) – Trechos da Nota de 24 de abril de 1840, endereçada ao ministro dos Assuntos Estrangeiros do Brasil pelo ministro da França no Rio de Janeiro
D) – Trechos da resposta do ministro dos Assuntos Estrangeiros do Brasil, de 5 de junho de 1840
E) – Despacho de 5 de julho de 1840, do ministro dos Assuntos Estrangeiros da França, endereçado à Legação Francesa no Rio de Janeiro

Nº 26 Declaração feita em Paris, em 28 de junho de 1862, estabelecendo a competência dos tribunais brasileiros e dos tribunais de Caiena, para julgar criminosos e malfeitores do território do Oiapoque a serem entregues à Justiça Brasileira ou à Justiça Francesa

Nº 27 Tratado de Arbitragem firmado no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1897 entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Francesa

Tomo III

MEMÓRIAS E PROTOCOLOS DA CONFERÊNCIA DE PARIS EM 1855 E 1856, ACOMPANHADOS DE ALGUMAS NOTAS EXPLICATIVAS E RETIFICATIVAS:

PRIMEIRA PARTE. Negociação preliminar. Memórias:

I – Carta do Visconde do Uruguai, datada de 15 de junho de 1855, dirigida ao Conde Walewski
II – Memória anexada à Carta de 15 de junho de 1855

III – Carta de Conde Walewski, datada de 5 de julho de 1855, dirigida ao Visconde do Uruguai
IV – Resposta preliminar, anexada à Carta de 5 de julho de 1855
V – Carta do Conde Walewski, datada de 5 de agosto de 1855, dirigida ao Visconde do Uruguai

SEGUNDA PARTE. Atas da Conferência

Ata da 1ª sessão (30 de agosto de 1855)
Ata da 2ª sessão (20 de setembro de 1855)
Ata da 3ª sessão (4 de outubro de 1855)
Ata da 4ª sessão (11 de outubro de 1855)
Ata da 5ª sessão (18 de outubro de 1855)
Ata da 6ª sessão (27 de outubro de 1855)
Ata da 7ª sessão (10 de novembro de 1855)
Ata da 8ª sessão (17 de novembro de 1855)
Ata da 9ª sessão (1º de dezembro de 1855)
Ata da 10ª sessão (11 de dezembro de 1855)
Ata da 11ª sessão (4 de janeiro de 1856)
Ata da 12ª sessão (22 de janeiro de 1856)
Ata da 13ª sessão (19 de fevereiro de 1856)
Ata da 14ª sessão (17 de maio de 1856)
Ata da 15ª sessão (1º de julho de 1856)

Tomos IV e V

L'OYAPOC ET L'AMAZONE, DE JOAQUIM CAETANO DA SILVA, TERCEIRA EDIÇÃO, COM SUMÁRIO E VÁRIAS NOTAS (PARIS, 1899. A.. LAHURE, IMPRESSOR-EDITOR):

Prefácio da terceira edição	V a VII
Sumário	IX a XXIX
Dedicatória do autor	XXXIII
Prefácio do autor	XXXV
– Introdução	§§ 1º a 8º
– O que é o Oiapoque?	§§ 9º a 13
– História da questão do Oiapoque:	

De 1604 a 1676	§§ 14 a 108
De 1676 a 1700	§§ 109 a 201
De 1700 a 1713	§§ 202 a 264
Tratado de Utrecht	§§ 265 a 322
De 1713 a 1794	§§ 323 a 606
De 1795 a 1798	§§ 607 a 704
De 1799 a 1815	§§ 705 a 859
De 1815 a 1817	§§ 860 a 936
De 1818 a 1830	§§ 936 a 953
De 1830 a 1836	§§ 954 a 977
De 1837 a 1840	§§ 978 a 1.047
De 1840 a 1848	§§ 1.048 a 1.101
De 1849 a 1852	§§ 1.102 a 1.221
De 1853 a 1856	§§ 1.222 a 1.239
De 1856 a 1860	§§ 1.240 a 1.759
Primeiras conclusões	§§ 1.760 a 1.790
Variações do governo francês em relação ao limite estabelecido pelo Tratado de Utrecht	§§ 1.769 a 1.775
Portugal e Brasil sempre defenderam que o limite estipulado em Utrecht é o Oiapoque, o rio do cabo Orange	§ 1.776
Os defensores da causa caienense antes de 1861	§§ 1.777 a 1.790
Argumentos da França resumidos pelo autor	§§ 1.862 a 2.230
Exame das objeções apresentadas pela França e resposta a elas	§§ 2.231 a 2.583
Conclusão geral:	
Resumo das alegações da França e das respostas do Brasil	§§ 2.583 a 2.627
Nota complementar	§ 2.628
Documentos justificativos	§§ 2.629 a 2.634
Índice alfabético	In fine.

Tomo VI

ATLAS CONTENDO SELEÇÃO DE MAPAS ANTERIORES AO TRATADO FIRMADO EM UTRECHT EM 11 DE ABRIL DE 1713 ENTRE PORTUGAL E FRANÇA

LISTA DOS MAPAS DESTE ATLAS

Um asterisco depois do número indica que o mapa é colorido;*
*Dois asteriscos** indicam que é ilustrado com iluminuras.*

Nº 1 **
Juan de la Cosa, 1500
Fac-símile de uma parte do mapa-múndi manuscrito, em pergaminho, elaborado por esse navegador em Puerto de Santa María, próximo a Cádiz, nos últimos meses de 1500.
Museu Naval de Madri.

Nº 1A
Visconde de Maiollo, 1519
Parte de seu mapa da América elaborado em Gênova em 1519. Manuscrito em pergaminho.
Biblioteca Real de Munique.

Nº 2 **
Mapa de Turim, por volta de 1523
As duas Américas em um planisfério anônimo na Biblioteca Real de Turim. Manuscrito em pergaminho. Nº 406 de *Elenco* d'Uzielli e Amat di S. Filippo; *nº 148* (*The Turin Map*) *na Cartographia Americana Vetustissima* de H. Harrisse (The Discovery of North America, 1892, p. 528 e seguintes).

Nº 3
Visconde de Maiollo, 1527
Parte da América em um mapa manuscrito, em pergaminho, concluído em Gênova, em 20 de dezembro de 1527. Nº 153 de *Elenco* d'Uzielli e Amat di S. Filippo, e nº 173 de H. Harrisse, Cartographia Amer. Vet. (Discovery, pp. 553-555).

Nº 4
Diogo Ribeiro, 1529
A América do Sul no grande planisfério desse navegador. Manuscrito em pergaminho. Biblioteca Grão-Ducal de Weimar.
Descrito por M. C. Sprengel em 1784. Um belo fac-símile colorido da parte americana desse mapa foi publicado por Kohl, ilustrado com iluminuras e com um esmerado prefácio: *Die Beiden ältesten General-Karten von Amerika*, Weimar, 1860. Nº 184 de H. Harrisse, Discovery, p. 569.

Nº 5
Nicolas Desliens, 1543 ou 1544
A América do mapa-múndi de Desliens, datado de Dieppe em 1541, mas concluído em 1543 ou 1544, porque mostra o Amazonas segundo Orellana. Mapa manuscrito na Biblioteca Real de Dresden. *Prefácio* pelo Dr. Sophus Ruge, *Die Entwickelung der Kartographie von Amerika bis 1570*, Gotha, Justus Perthes, 1892, pp. 61-62.

Nº 6
Sébastien Cabot, 1544 (gravado em 1553)
(Sebastiano Caboto)
A América do Sul do mapa-múndi de Sébastien Cabot, elaborado em 1544: – *"Sebastian Caboto, capitan, y piloto mayor de la S.C.C.M. de l'Imperador Carlos quinto deste nombre, y Rey nuestro sennor hizo esta figura extensa en plano, anno del nascimº de nro saluador Iesu Christo de MDXLIII annos."*
Gravado e publicado em Londres, em novembro de 1553.
O único exemplar conhecido encontra-se na Biblioteca Nacional de Paris.

Nº 7
Diego Gutierrez, 1550
Parte da América do Sul em planisfério feito em Sevilha, em 1550. Manuscrito em pergaminho. No *Dépôt des Cartes et Plans de la Marine,* Paris. Um fac-símile completo desse documento foi publicado por Gabriel Marcel, *Reproduction des cartes et des globes relatifs à la decouverte de l'Amérique*, Paris, 1896.

Nº 8
Diego Gutierrez, 1550 (?), gravado em 1562.
Mapa da América: – *Americae sive quartae orbis partis nova et exactissima descriptio. Auctore Diego Gutierrez (sic) Philippi Regis Hisp.* || *etc. Cosmographo. Hiero Cock (sic) excude, 1562.* || Em baixo: *Hieronymus Cock excude* || *cum gratia et privilegio*.
Museu Britânico, Mapas impressos, nº 69.810 (18). No Catálogo dos Mapas impressos, sob o nome Guiterez.

Nº 9
Pierre Desceliers, 1550
A América do Sul no mapa-múndi feito em Arques, em 1550, por P. Desceliers. Mapa manuscrito em pergaminho.
Museu Britânico, *Additional Manuscripts nº 24.065*.

Nº 10
Jacopo Gastaldi, 1554
Parte de um mapa-múndi gravado em Veneza em 1554 e editado por Michael Tramezini. Atribuído a J. Gastaldi por Nordenskiöld (*Atlas*, p. 94, 1ª coluna).
Biblioteca Municipal de Turim.
Nº 11**
Diogo Homem, 1558
América do Sul. Folha de Atlas manuscrito em pergaminho. Museu Britânico, *Additional Manuscripts nº 5415A*.

Nº 12**
Diogo Homem, 1558 (?)
A América do Sul. Mapa manuscrito em pergaminho. Biblioteca Nacional de Paris, Mapas. Inv. 1021.

Nº 13*
Mapa espanhol. Em torno de 1560
"Mapa de los ríos Amazonas, Esequivo ó Dulce y Orenoco y de las Comarcas Adyacentes". Mapa manuscrito, sem autor e data. Segundo facsímile nas Cartas de Índias, publicação oficial espanhola (Madri, 1877).

Nº 14
Bartolomeu Velho, 1561
Parte da América do Sul no mapa-múndi desse cartógrafo português: *"Bartholomevs Velivs Regivs || Hidrographus, Mathematum || Amator, faciebat Vlisipone || Año ab India Lusitanis ob || sequente, LXIII"*.
Planisfério manuscrito em pergaminho. Biblioteca do Instituto Real de Belas-Artes de Florença.

Nº 15**
Bartholomeo Olives, de Maiorca, 1562
Mapa da Terra Firme, do Amazonas e do Maranhão. – Manuscrito em pergaminho.
Biblioteca do Vaticano. *Codex Urbinas*, nº 283.

Nº 16A** e Nº 16B**
Lázaro Luís, 1563
América do Sul. Fac-símile reduzido de duas folhas de seu Atlas, manuscrito em pergaminho.
Academia Real de Ciências de Lisboa.

Nº 17A** e Nº 17**
Diogo Homem, 1568
América do Sul. Duas folhas do Atlas de Diogo Homem. Manuscrito em pergaminho. – Biblioteca Real de Dresden.

Nº 18A** e Nº 18B
Fernão Vaz Dourado, 1568
Parte das duas Américas. Duas folhas de um Atlas manuscrito em pergaminho. – Biblioteca de S. M. o rei de Portugal, Dom Carlos, no Palácio da Ajuda, Lisboa.

Nº 19
Gerardus Mercador, 1569
(Gérard Cremer)
Parte das duas Américas no mapa-múndi deste mestre, gravado em Duysburg em 1569.

Três exemplares conhecidos: Biblioteca Nacional de Paris; Biblioteca Municipal de Breslau e Biblioteca da Universidade de Basileia (encontrado em dezembro de 1898 por Gabriel Marcel).

Nº 20
Abrahamus Ortelius
(Abraham Ortelz)
1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1579, 1581, 1584 e 1585
Typus Orbis Terrarum. Mapa-múndi gravado.
No *Theatrum Orbis Terrarum* de A. Ortelius, Antuérpia, do qual houve pelo menos 13 edições de 1570 a 1584 (6 edições em latim, 2 em francês, 2 alemãs e 1 holandesa).
Mapa modificado em 1587.

Nº 21
Abr. Ortelius
1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1579, 1581, 1584 e 1585
Americae sive || Novi Orbis, no- || va descriptio. ||
Mapa gravado, em *Theatrum Orbis Terrarum*. Teve, como o mapa precedente, pelo menos, 13 edições. Modificado em 1587.

Nº 22^{A}** e Nº 22^{B}**
Fernão Vaz Dourado, 1571
Parte das duas Américas. Fac-símile reduzido de duas folhas do Atlas de Vaz Dourado, concluído em Goa, em 1571. Manuscrito em pergaminho. Arquivos da Torre do Tombo, Lisboa.

Nº 23
André Thevet, 1575
Le Novveav Monde descovvert et illustre de nostre temps.
Mapa das duas Américas gravado. *In Cosmographie universelle*, de André Thevet, cosmógrafo do rei, Paris, 1575.
Nº 24
François de Belleforest, 1575
Typus Orbis Terrarum – Description universelle de tout le Monde.
Mapa-múndi gravado. *In Cosmographie de Munster*, Paris, 1575.

Nº 25
Jacques de Vaudeclaye, 1579
Parte da Guiana e do litoral do Brasil, desde a Guiana até o rio Real. Mapa manuscrito, em pergaminho, feito em Dieppe.
Biblioteca Nacional de Paris. Mapas C. 15.931.

Nº 26^{A}** e Nº 26^{B}**
Fernão Vaz Dourado, 1580
Parte das duas Américas. Duas folhas do Atlas de 1580 de Vaz Dourado, Manuscrito em pergaminho.
Biblioteca Real de Munique.

Nº 27**
Joan Martines, 1582
Mapa-múndi. Folha de seu Atlas manuscrito em pergaminho. "*Joan Martines. En Messina Año 1582.*"
Biblioteca do Arsenal, Paris.

Nº 28**
Joan Martines, 1582
Parte da América do Sul. Folha do Atlas datado de Messina, 1582, Biblioteca do Arsenal, Paris. Manuscrito em pergaminho.

Nº 29
Giovanni Battista Mazza, 1584
Americae, || et proximar. || Regionum orae || descriptio. || Gio. Bat. Mazza fece. Venetiis || Donati Rascicotti formis.
Biblioteca Real de Haia; Biblioteca da Universidade de *Leiden*; Coleção R. B.

Nº 30
Joannes a Doetechum
(Jan van Doet)
1585
Parte da América do Sul: "*Meridionalis Americae pars... || Joannes à Doetechum fecit.*"
Mapa gravado. Museu Britânico, S. 10. (i).

Nº 31
Abr. Ortelius
1587, 1588, 1589, 1592, 1593, 1595, 1596,
1598, 1601, 1602, 1603, 1606, 1609, 1612 e 1624
Typus Orbis Terrarum. || *Ab. Ortelius describ. cum* || *privilegio decennali,* || 1587. || Esse mapa encontra-se nas seguintes edições do *Theatrum Orbis Terrarum* de ORTELIUS, Antuérpia: edições latinas, 1592, 1595, 1596, 1601, 1603, 1609, 1612, 1624; edições francesas, 1587, 1588, 1598; edições espanholas, 1588, 1602, 1612; edições holandesas, 1593 e 1598; edições italianas, 1589 e 1608; edição inglesa, 1606. Figura, além disso, no Hakluyt de 1589 e na edição inglesa de 1598 do Linschoten.

Nº 32
Abr. Ortelius
1587, 1588, 1589, 1592, 1593, 1595, 1596,
1598, 1601, 1602, 1603, 1606, 1608, 1609, 1612 e 1624
Americae sive || *novi Orbis, no-* || *va descriptio.* || *Cum Privilegio decennali* || *Ab. Ortelius delineab.* || *et excudeb. 1587.*
Esse mapa encontra-se em todas as edições do *Theatrum Orbis Terrarum* lançadas depois de 1587 e mencionadas no número precedente.

Nº 33
Rumoldus Mercator
1587, 1595, 1602, 1606, 1607
Orbis Terrae Compendiosa Descriptio || *Quam ex magna universali Gerardi Mercatoris Domino Richardo Gartho, Geographicae ac caeterarum artium amatori ac fautori summo, in veteris amitiae ac familiaritatis memória Rumoldus Mercator fieri curabat A. M. D. LXXXVII.*
Mapa-múndi no Atlas de Ger. Mercator, 1595. Várias edições no século XVIII.

Nº 34
Théodore de Bry
1592, 1593, 1605, 1630
Mapa: – *Chorographia nobilis & opu* || *lentae Peruanae Provinciae,* || *atque Brasiliae, quas à decimo* || *ad quintum & quinquagesi* || *mum*

ferè gradum ultra AE || quatorem in longitudinem || patere diligenti observatione || deprehensum est: ex Aucto || rum, qui eas Provincias per || lustrarunt, scriptis recens à || Theodoro de Bry concinata. || Caesarae Matis privilegio || ad quadriennium || MDXCII.
In Americae Pars III, de De Bry, Frankfurt, 1592 e nas outras edições, cujas datas se encontram indicadas anteriormente.

Nº 35
Cornelius de Judaeis
(Cornelis de Jode)
1593
Hemispheriv ab Aequinoctiali Linea, ad Circulu Poli || Arctici, Hemispheriv ab Aequinoctiali, Linea, ad Circulu Poli || tarctici.
No Atlas de C. de Judaeis intitulado *Speculum Orbis Terrae,* Antuérpia, 1593.

Nº 36
Cornelius de Judaeis, 1593
Brasilia et Pervvia || Ad Strenuu et Magnificu Dñm. D. Theodoricu Echter a Mespelbru, Sac. Caes. || Maiesti & Reuerediss, Principi Episc. Herbipolesi, primu a consilijs &c.
Mapa da América do Sul, dedicado a Théodoric Echter Von Mespel-Brunn, Primeiro Conselheiro do Imperador e do Príncipe Arcebispo de Wurtzburg. No *Atlas* citado, *Speculum Orbis Terrae;* Antuérpia, 1593.

Nº 37
Petrus Plancius
1592, 1594, 1596, 1599, 1605, 1610, 1614, 1623, 1638 e 1645
Orbis Terrarum Typus de integro multis in locis emendatus auctore Petro Plantio, 1594. Joannes à Duetecum Junior fecit.
A primeira tiragem desse mapa-múndi, lançado em Amsterdam, é de 1592; a segunda, de 1594. De 1596 a 1645, esse mapa encontra-se em diferentes edições das *Voyages* de Jan Huyghen Van Linschoten (6 edições holandesas, 5 francesas), exceto na edição inglesa de 1598. Encontra-se também na edição latina (1599), mas sem nome do autor e com enquadramento diferente.

Nº 38
Théodore De Bry
1594, 1613 e 1644
Occidentalis Americae partis, || vel earum Regionum quas Chri || stophorus Columbus primu detexit || Tabula chorographica è multorum || Auctorum scriptis, proesertim vero ex || Hieronymi Benzoni (qui totis XIII || annis eas Provintias diligenter perlustravit) || Historia, conflata et in aes incisa à || Teodoro De Bry Leod, || Anno MDXCIII. ||
Mapa *in Americae Pars IV,* de Théodore De Bry, Franc-fort-sur-le-Mein, quatro edições de 1594; duas de 1613 e uma de 1644.

Nº 39
Michael Mercator
1595 e várias edições e reproduções no século XVII.
Mapa no *Atlas de Mercator*:
America || sive || India Nova, || ad magnae Gerardi Merca || toris aui Universalis imitationem in compendi || um redacta. || Per Michaelem Mercatorem || Duysburgensem. ||
Nº 40
Théodore de Bry
1596, 1597, 1617, 1619, 1623 e 1624
Mapa da América *in Americae Pars* VI, de De Bry, Frankfurt, 1596, in *Americae Pars* XII, de Mérian, Frankfurt, 1623, e em outras edições das duas partes do *Grands Voyages*:
America sive Novvs Orbis respectu Europaeorum inferior Globi terrestri pars, 1596.

Nº 41
Arnoldus Florentius a Langren
(Arnold Florentin van Langeren)
1596, 1598, 1599, 1605, 1610, 1614, 1619, 1623, 1638 e 1645
Delineatio omnium orarum totius || Australis partis Americae, dictae Peruvianae, à R. de La Plata, Brasiliam, Pariam & Cas- || tellam auream, unà cúm omnibus Insulis Antillas || dictis, Hispaniolam, item & Cubam comprehendentis, || usq. ad promont. Floridae, vulgo cabo de La Florida: Item || Isthmi inter Panamam & Nombre de dios, Terrae Perú || auriferae, cum ejus metropoli Cusco, & comodissimo || portu Limae: Orarum etiam

Chilae, streti inter terram Pa- || *tagonum & terram del fuego, vulgo Estrecho de Fernan-* || *do Magallanes. Et omnium portuum, Insularum scopu-* || *lorum: pulvinorum, & vadorum, tractusq. vento-* || *rum, ex optimis Lusitanicis cartis hydro-* || *graphicis delineata atq. emendata.* || *Hrnoldus Florentius à Langren,* || *Author & Scalptor*.
Na obra de Jan Huyghen Van Lischoten, Amsterdam. Seis edições holandesas, 1526 (duas), 1605, 1614, 1623 e 1643; três edições francesas, 1610, 1619 e 1638; edição latina, 1522; inglesa, 1598.

Nº 42
Cornelis Wytfliet
1597, 1598, 1603, 1607 e 1611
Residuum || *Continen-* || *tis cum* || *adiacentibus* || *insulis.* ||.
Mapa na obra de Wytfliet, *Descriptionis Ptolemaicae Augmentum*, Louvain, 1597 (2 edições nessa data), 1598 e 1603; e *in Histoire Universelle des Indes Occidentales et Orientales*, Douay, 1607 e 1611.

Nº 43
Jodocus Hondius (Josse Hond) 1597
Mapa-múndi: – *Typus Totius Orbis Terrarum, in quo* || *& Christiani militis certamen super terram in pietatis gratiam studiosi graphice designatur, à Iud. Hondio caelatore.*
Museu Britânico, mapas impressos, S. 64 (28).

Nº 43A
Mathias Quad, 1598, 1600 e 1608
Mapa da América do Sul: – *Pervia* || *id est,* || *Novi Orbis pars* || *Méridionale à proe* || *stantissima cius in Occidis* || *tem rigione sic appellata.* || *1598.*
Mapa *in Geographisch Handsbuch,* de Matthias Quad, Colônia, 1600, e em seu Fasciculus Geographicus, Colônia, 1608.
Nº 43B
B. Langenes
A América do Sul, mapa de 1598, de B. Langenes, reproduzido in *Caert Thresoor*, de Cornelis Claeszon, Amsterdam, 1599 e 1602 (edição francesa, Thresor de Cartes); *in Tabularum geographicarum libri quatuor,* de P. Bertius, 1600; *Tabularum geographicarum libri quinque,* 1606, do mesmo autor; e *Tabulae geographicae,* de N. I. Visscher.

Nº 44
Mapa inglês, por volta de 1598
Manuscrito, em pergaminho. Litoral Norte da América do Sul a Oeste do Maranhão, Antilhas, golfo do México e costa oriental da América do Norte.
Museu Britânico Ms. nº 17 948B.

Nº 45
Jodocus Hondius, 1598
Mapa da Guiana: – *Nieuwe Caerte || van het wonderbaer ende goudrijcke landt Guiana, gele || gen onder de Linie Aequinoctiael, tuschen Brasilien ende || Peru: nieuwelick besocht door Sir Water Ralegh Ridder || van Engelandt, in het jaer 1594-95 ende 1596. || De Custen van dese caerte, sijn seer vlietich geteckent op haere, hooghten ende waere streckingen, door een seker stierman die || dit selve beseilt ende besocht heest, inde jaren voormont*. ||
Ou seja: – "Novo mapa do maravilhoso e aurífero país da Guiana, situado na linha equinocial entre o Brasil e o Peru; recentemente explorado por Sir Walter Ralegh, cavaleiro inglês, nos anos de 1594, 1595 e 1596. – A costa deste mapa foi cuidadosamente desenhada, de acordo com sua latitude e verdadeira situação, por um navegador que as visitou e explorou nos anos indicados."
Exemplar na Biblioteca Nacional de Paris, Mapas.

Nº 46
Levinus Hulsius
1599, 1601, 1603, 1612, 1663
Mapa da parte setentrional da América do Sul: *Nova et exacta deliniatio Americae Partis Australis, que est: Brasilia, Caribana, Guiana regnum Novum. Castilla || del Oro, Nicaragua, Insulae Antillas et Perú. Et sub Tropico Capricorni Chile, río de la Plata, Patagonu, & Fretu Magellanicum. || Noribergae per Levinum Hulsium, Anno 1599.*
In Brevis et admiranda descriptio Regni Guianae, Nuremberg, 1599.
Edições alemãs, de Nuremberg, 1603 e 1612; de Frankfurt, 1663.

Nº 47
Théodore de Bry
1599 e 1624

Mapa da Guiana: – *Tabula Geographica nova omnium ocu || lis exibens et proponems verissimam || descriptionem potentissimi et auriferi || Regni Guiana sub linea oequinoctiali inter || Brasilian et Peru siti per nautam aliquem || qui Gualthero Ralegh navigatione || sempre adfuit delineata. In Les Grands Voyages* de De Bry, *Americae Pars VIII,* Frankfurt, 1599, 1ª edição latina; 1599, 1ª edição alemã; 1624, 2ª edição alemã.

Nº 48
J.-B. Vrient, segundo P. Plancius, 1599
Mapa-múndi: *Orbis Terrae compendiosa descriptio Ex-peritissimorum totius orbis Geographorum operibus desumta. Antuerpiae, apud Joañem Baptistam Vrient. Arnoldus,* & *Henricus Florency à Langren fratres sculpserunt.*
Na edição latina de *Voyages*, de Linschoten, Amsterdam, 1599.

Nº 49
Richard Hakluyt, 1599
Planisfério atribuído a Edward Wright, publicado por Hakluyt. Primeira prova do mapa. Um fac-símile da segunda prova encontra-se no *Atlas*, de Nordenskiöld.
Museu Britânico e Biblioteca Nacional de Paris, Mapas.

Nº 49A
Richard Hakluyt
Seção aumentada do mapa precedente, compreendendo o litoral da Guiana e a costa setentrional do Brasil.

Nº 50
Gabriel Tatton, 1602
Guiana. Mapa manuscrito em pergaminho, na Biblioteca Nacional de Florença, Sez. Palatina, nº 21. – Nº 453 de *Elenco degli Atlanti,* de Uzielli e Amat Di S. Filippo.

Nº 51
Jodocus Hondius segundo G. Mercator, 1602
Mapa-múndi. – *Orbis Terrae Novíssima Descriptio.* || *Authore Gerardo Mercatore nuperrimé vero iuxta recentiones cosmographos aucta et*

recognita. || *I. Hondius sculp. I. Le Clerc excu. 1602.*
Nas edições do *Atlas de Mercator,* publicadas por Jodocus Hondius de 1606 a 1612 e, após sua morte, por Henri Hondius.
Em quase todas as edições do *Atlas de Mercator* da família HOND encontra-se, junto com esse mapa, os de Rumold Mercator e Michael Mercator, nºs 33 e 39.

Nº 52
Jodocus Hondius, 1602
1589 || *Americae* || *Novíssima* || *Descriptio* || *I. Hondius inuen.* || *I. Le Clerc excu. 1602.* ||
Biblioteca Nacional de Paris, Mapas Kl. 574.

Nº 53
Jodocus Hondius, 1606
America || *Meridio* || *nalis.* ||
Mapa nas edições do *Atlas de Mercator* publicados por Jod Hondius e por H. Hondius no século XVII. Em quase todas as edições do *Atlas* Mercator-Hondius encontra-se, junto com este mapa, os de nºs 33 e 39 no Atlas Brasileiro.

Nº 54**
Gabriel Tatton, 1608
Guiana, et Guiana: pars. – Gabriel Tatton made this Platt || *Annº Dom. London* || *1608.*
Mapa manuscrito, em pergaminho, desenhado segundo documentos fornecidos por Robert Harcourt e seus capitães, que acabavam de explorar a costa da Guiana e de vários rios entre os quais o Araguari. As letras C. M. H., C. E. H., C. T. H. e C. E. F. indicam os nomes dos Capitães Michael Harcourt, Edouard Harvey, Thomas Harcourt e Edward Fischer, bem como o ponto final de suas explorações.
O fac-símile no Atlas é do tamanho do original, que está no Museu Britânico, Departamento dos Mapas Manuscritos, nº 34.240 N.

Nº 55
Harmen Janss e Marten Janss, 1610

A América do Sul do mapa tendo os seguintes títulos e indicações: *Nova orbis terrarum geographica ac hydrogr. tabula ex optimis in hoc opere auctoribus descripta., Bij Harmen lans ende Marten lans caert schryvers in den Pastcaerte. Tot Edam nº 1610.*
Mapa manuscrito, em pergaminho, ilustrado com iluminuras.
Biblioteca Nacional de Paris, Mapas, B. 884 (nº 144 do Catálogo da Exposição de 1892, organizado por M. Gabriel Marcel).

Nº 56
Petrus Koerius (P. Keer), 1614
Americae || *nova* || *descriptio* || *Petrus Koerius excudit Amstelodami 1614* || *Abraham Goos seulpsit.*

Nº 57
Cornelis Claeszon, 1605 e 1617
Mapa na descrição da Guiana, publicado em holandês, em Amsterdam.

Nº 58
P. Bertius, 1616
America. Pequeno mapa das duas Américas.

Nº 59
P. Bertius, 1616
Ame || *rica* || *Meridio* || *nalis.*

Nº 60
Joannes de Laet
1625, 1630, 1633 e 1640
Mapa da Guiana: – *Guyana* || *sive* || *Provinciae intra* || *río de las Amazonas* || "ataque" || *río de Yviapari* || *sive* || *Orinoque.* ||
Nas diferentes edições da descrição da América por J. de Laet (Leiden, Elzevier): *Beschrijvinghe van West Indien, 1625 e 1630; Novus Orbis, 1633; Histoire Du Nouveau Monde, 1640.*

Nº 61
Arnold Florentin van Langeren, 1630

América do Sul (nº 61) e Guiana (nº 61) no globo gravado em 1630, de Van Langeren, na Biblioteca de Grenoble: *Autore || Arnoldo Florentio à Langre || Reg: Cat: Matis cosmographo || et Pensionario, 1630.*
Em outro exemplar desse mesmo globo, na Biblioteca Nacional de Paris, a data encontra-se apagada (Mapas, Inv. 5; nº 281 do Catálogo da Exposição de 1892, organizado por M. G. Marcel).

Nº 62
G. Blaeuw
(Willem Janson Blaeuw)
1631
Mapa da Guiana: *Guiana || sive || Amazonum || Regio || Amstelodami || Guiljelmus Blaeuw || excudit.*
No *Atlas* de Blaeuw.
Houve várias tiragens deste mapa durante o século XVII.

Nº 63
Jodocus Hondius, 1633
Mapa-múndi: *Orbis terrae novíssima descriptio. || Authore Gerardo Mercatore, nupperrimè vero iuxta || recentiores Cosmographos aucta et recognita. || I. Hondius, sculp. I. Le Clerc excu. 1633.*

Nº 64
Mathieu Merian, 1628 e 1634
Mapa da Guiana: *– Die Landschafft || Guyana || Inhaltende Alle die Pro || uincien zwischen dem fluss Amazonum || und dem wasser || Yviapari, oder || Orinoque.*
Na sequência da coletânea de De Bry *(Grands Voyages)*, por Merian: *- Sammlung Von Reisen nach den Occidentalischen Indien, tomo XIII, Frankfurt an Mein, 1628; et Americae Pars XIII, Frankfurt, 1634.*
Nº 65
Clemendt de Jonghe
A América, em duas folhas. Sem local (Amsterdam?) nem data (1640?). Fac-símile reduzido.
Biblioteca Nacional de Paris, Mapas, Klaproth, 648. – Nºs 216 e 217 do Catálogo de Exposição de 1892, por Gabriel Marcel.

Nº 66
João Teixeira, 1640
Mapa do Brasil, manuscrito: – *Terra de Santa Cruz aque chamão Brasil.* Primeiro mapa no *Atlas* de 1640 (cópia francesa) na Biblioteca Nacional de Paris (Mapas, Inv. 956).
Ver nota 1 da p. 201 do presente volume.

Nº 67*
João Teixeira, 1642
Mapa manuscrito do Brasil: – *Provinsia de Santa Cuuz aque Vulgarmente chamão Brazil.* – Primeiro mapa de um Atlas de 1642, na Biblioteca do Palácio Real da Ajuda, Lisboa.
Ver acima, nota da p. 201.

Nº 68
João Teixeira, 1640
Mapa manuscrito do litoral do Pará, delta do Amazonas e costa da Guiana Portuguesa, no Atlas de 1640, na Biblioteca Nacional de Paris.
Ver nota 1 da p. 230.

Nºs 69, 70 e 71
Robert Dudley, 1646 e 1661
Mapas em *Arcano del Mare,* Florença, 1ª edição, 1646; 2ª edição, 1661:
69) *Carta Prima Generale || d'Affrica è parº d'America || Lº 2º || A. F. Lucini fece.*
70) *Imperio di Guiana, o Walliana || Alla Serma Sigra Principsa d'Vrbino || Grandvchessa di Toscana Sua Siqra || D. Roberto Dudleo Duca di Northumbria || Xiiil || d'America. Lº 6º.||*
71) *Carta particolare dell'Riº || d'Amazone con la costa || sin al fiume Maranhan. || La longitune, cominca da l'Isola di Pico d'Asores. || D'America Carta XVI. || Questa Carta per il rio Amazones ó migliore della precedente.*
Esses três mapas do *Arcano del Mare* são os únicos, antes do Tratado de Utrecht, apresentando um rio de Vicente Pinzón próximo do cabo do Norte e ao mesmo tempo o Oiapoque, no cabo Orange. O autor fez questão de ornamentar seus mapas com rica nomenclatura e certamente tomou o falso Vicente Pinzón no mapa de 1640 (nº 68) de J. Teixeira.

Nº 72*
Nicolas Sanson, 1650
América || Meridional || por N. Sanson d'Abbeville, geógrafo do Rei || Em Paris edição do Autor. || e edição de Pierre Mariette, rua S. Iacques à Esperance. || Com privilégio do Rei por 20 anos || América || Meridional || por N. Sanson d'Abbeville, geógrafo, 1650 || A. Peyrounin, sculp.

Nº 73*
Nicolas Sanson, 1656
Mapa da Guiana. – *Parte de Terra Firme || onde estão || Guiana e Caribe || Aumentada e Corrigida de acordo com as últimas Relações. || Por N. Sanson d'Abbeville, geógrafo oficial do Rei || Em Paris || Edição P. Mariette, rua S. Iacques à l'Esperance. || Com privilégio do Rei por 20 anos.* || 1656. ||

Nº 74
Dancker Danckerts, 1660
Mapa-múndi: – *Nova totius terrarum orbis tabula auctore D. D.*

Nº 75*
Pierre Du Val.
Mapas das duas Américas: – A América || De outra forma || O Novo Mundo || e as Índias Ocidentais || por P. Du Val d'Abbeville || geógrafo do Rei || em Paris || Edição do Autor, na Ilha e junto || ao palácio. || *Com privilégios do Rei || por vinte anos || 1664 || P. Lhuillier sculp.*
Edições de 1655, 1664 e 1665. Na margem: Lista || *das regiões, fortalezas, & outros lugares que são || dos europeus, nas Índias || Ocidentais. || Por P. Du Val, geógrafo do Rei.*

Nº 76
Lefebvre de la Barre, 1666
Mapa novo || da || França Equinocial || Feito e apresentado a Sua Majestade || Pelo Senhor Lefebvre de la Barre seu tenente-general nesse país || no mês de setembro de 1655. || Elaborado de acordo com as *Memórias* do Senhor La Barre || Pelo senhor mel geógrafo.
In Description de la France Equinoctiale, cy devant appellée Guyane, par les Espagnols, El Dorado, por Lefebvre de La Barre, Paris, 1666.

Nº 77*
Pierre Du Val, 1664, 1667, 1677
Costa || *da Guiana* || *também dita França Equinocial* || *na* || *Terra Firme* || *da América.* || *Segundo os últimos relatos.* || *Por P. Du Val, Geógrafo do Rei* || *Paris* || *Edição do autor, na Ilha do Palácio,* || *no Quay de l'Horloge* || Com privilégio do Rei || 1677.
Edições anteriores do mesmo mapa: 1664 e 1667, e provavelmente outras mais.

Nº 78*
Guillaume Sanson, 1679
América || Meridional || Por Sanson, Geógrafo Oficial do Rei || Revisto e modificado em vários lugares || de acordo com as *Memórias* mais recentes. || Por G. Sanson geógrafo do Rei. || Paris || Edição do Autor || nas *Galleries do Louvre.* || Com privilégio de Sua Majestade por 20 anos || 1679.||

Nº 79*
Pierre Du Val, 1679
O mar do Norte onde se encontram || *a Nova França, a Florida, a Nova Espanha* || *as Ilhas e a Terra Firme da América,* || Por P. Du Val, geógrafo oficial do Rei || 1679. || Paris, || Edição do Autor, na Ilha do Palácio, || *no Quay de l'Horloge, próximo* || *esquina da Rua de Haurlay* || *Com privilégio do Rei* || *por vinte anos.* | *Liebaux sculp.*

Nº 80
Guillaume Sanson, 1680
O Curso || *do rio* || *das Amazonas* || *Elaborado de acordo com a* Relação || *do R. P. Christoph^le D'Acugna* || *Pelo Senhor Sanson d'Abbeville* || *Geógrafo oficial do Rei* || *Com privilégio 1680.* || *Gravado por Liebaux.*
Na *Relation de la rivière des Amazones* traduzido pelo falecido Senhor de Gomberville da Academia Francesa, de acordo com o original espanhol do P. Christophle d'Acuña... Paris, 1682.

Nº 81^A* e Nº 81^B*
Claes J. Vooght
Dois mapas do Atlas Marítimo de J. Van Keulen, de Amsterdam:

81[A]) *Pas-Kaart || van de Zee-Kusten, van, Brazilia, || Tusschen, || Cabo Noord, en cabo de Cuma, || Door C. J. Vooght, Geometra, T. Amsterdam, By || Iohamus van Keulen, || Boek; en Zee-Kaart. Verkooper, aande Niewe- || brugk Inde Gekroonde, Loots-man, || Met Privilegie, voor 15 Iaaren.*
81[B]) *Pas-kaart, || Van de Zee-Kusten van || Guiana || Tusschen || Cabo Noord en rio Amano || Door C. J. VOOGHT, geometra, || T. Amsterdam By || Johannes van Keulen, || Boek; en Zee-Kaart, verkoper aande Niewe-brugh || inde Grekroonde Loots-man. || Met Privilegie voor 15 Iaaren.*
Edições do Atlas: 1680, 1687, 1699, 1715, 1730.

Nº 82
Padre M. Coronelli, 1688
America || Meridionale || Auttore || II P. M. Coronelli M. C. Cosmografo || della Serenissima Repub. Di Venetia || Dedicate || All'III. Et Ecc. Sig.: Sign. Pietro Foscarini.

Nº 83
Conde de Pagan, 1655
Magni || Amazoni || Flvvii || in || America || Meridionali || nova delineatio || 1655. || N. Bes. delin. Cum privil. Regis – Matheus, sc.
Mapa in *Relation historique et géographique de la grande rivière des Amazones*, pelo Conde de Pagan, coletânea de diversos autores, Paris, 1655.

Nº 84
Manesson Mallet, 1683.
Pays de Caribes || de || Guyane.
Mapa in *Description de l'Univers*, por Allain Manesson Mallet, *"Maistre de Mathématiques des Pages de la petite Escurie de Sa Majesté, cy-devant Ingénieur et Sargeant Major d'Artillerie en Portugal"*. Paris, 1683, tomo V, p. 351.

Nº 85
Froger e De Ferrolle, 1698 e 1699
Mapa do Governo de || Caiena || ou França Equinocial ||.
No livro de Froger: *Relations d'un Voyage fait en 1695, 1696 e 1697... par une escadre de vaisseaux du Roy, commandée par M. de Gennes...*

Paris, 1698 e 1699 ; Londres (tradução inglesa), 1698 ; Amsterdam (texto francês), 1699.
Ver acima, p. 187.

Nº 86A* e Nº 86B*
Padre Samuel Fritz, S. J., 1691
Grande mapa manuscrito, original feito do próprio punho pelo Padre Fritz:
Mapa Geographica || del río Marañón || Amazonas, || hecha por el || P. Samuel Fritz || de la Compañía de Jesús || Missionero en este mismo || río de || las Amazonas || El año de || 1691.
Biblioteca Nacional de Paris, Mapas, Inv. Gé., 1063.
Ver acima, p. 190.

Nº 87
Guillaume de l'Isle, 1700
Globo terrestre em fusos:
Globo terrestre || Construído segundo as observações da Academia || Real de Ciências e outras memórias || A sua Alteza Real || Monsenhor Duque de Chartres || Por seu mui humilde e obediente || Servidor G. de l'Isle, Geógrafo.
Paris || Edição do autor no || Quay de l'Horloge || Com privilégio do Rei || por vinte anos. || 1700.

Nº 88*
Guillaume de l'Isle, 1700
América || Meridional || Elaborado de acordo com as observações dos senhores da Academia Real de Ciências e alguns || outros e sobre memórias recentes || Por G. de l'Isle, Geógrafo. || Paris, || Edição do Autor – rue des Canettes || próximo de Saint-Sulpice, || Com privilégio do Rei || por 20 anos. || 1700.

Nº 89
Guillaume de l'Isle, 1703
Mapa || da Terra Firme || do Peru, do Brasil || Guillaume de l'Isle, 1703 || e do País das Amazonas || Realizado segundo as descrições de Herrera || de Laet, e dos PP. d'Acuña, e M. Rodriguez || e de vários

relatos e || observações posteriores || Por Guillaume de l'Isle, geógrafo || da Academia Real de Ciências || Em Paris || Edição do Autor, rue des Canettes perto || de Saint-Sulpice com privilégio do Rei || por 20 anos. || 1703.

Nº 90

Nicolas de Fer, 1705

A Terra Firme e o Peru || com o País das Amazonas || e o Brasil. || Na América Meridional || Por N. de Fer || geógrafo de monsenhor o delfim || com privilégio do Rei 1705. || Gravado por Charles Inselin.

Nº 91

Padre Samuel Fritz, S. J., 1707

Gravado em Quito pelo Padre Juan de Narvaez (P. J. de N):

El gran río || Marañón, o Amazonas || con la Misión de la Compañía de Jesús || geográficamente delineado || Por el P^e^ Samuel Fritz Misionero conti- || nuo en este río. || P. J. de N. Societatis Jesu quondam in hoc Marañone || Missionarius scul pebat Quiti Anno 1707.

A la Católica Majestad || del Rey N^o^ S^r^ D^n^ Felipe V || La Provincia de Quito de la Comp^a^ de Jesús || Ofrece, y Dedica || en eterno reconocimiento || este mapa del gran río Marañón || con su Misión Apostólica || como a su Soberano Patrono, y Mantenedor || Por mano || de su Real Audiencia || de Quito.

Ver sobre este mapa, acima, p. ……

Exemplares na Biblioteca Nacional de Paris, Mapas e no Depósito Hidrográfico de Madri.

Reduções desse mapa, mais ou menos modificadas, foram publicadas na França (*Lettres Edifiantes*, tomo XII, 1714), na Espanha (Cartas Edificantes), na Alemanha e na Inglaterra.

Tomo VII

ATLAS CONTENDO OS TRÊS MAPAS SEGUINTES LEVANTADOS PELA COMISSÃO BRASILEIRA DE EXPLORAÇÃO DO ALTO ARAGUARI SOB A DIREÇÃO DO CAPITÃO FILINTO ALCINO BRAGA CAVALCANTI

(Escala 1:200 000).

1) Rio Matapi e seção do Araguari.
2) Alto Araguari e seus afluentes.
3) Rio Aporema e lagos entre o Aporema e o Amapá.

Índice onomástico e toponímico

A

ABREOJOS 105 (nota 75)
ABREU, Manuel Joaquim d' (capitão) 85 (nota 37)
ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE PARIS 72 e nota 18
ACADEMIA REAL DE CIÊNCIAS DE LISBOA 70 (nota 9), 109 (nota 87), 124 (nota 121)
ACADEMIA REAL DE CIÊNCIAS DE PARIS 160 (nota 192)
ACARAÍ (serra) 38, 62, 78, 79, 81, 82, 100, 216
– (ponta) 82
ACIÓLI 124 (nota 122)
ACOQUAS (índios) 161
ACUÑA, Christoval de (padre), 117(nota 103 e 104), 123, 141 (nota 154), 144, 147 (notas 168 e 170), 160 (nota 192), 165
ÁFRICA 33, 94 (nota 51)
AGAMIUARE (rio) 76, 77
AIOUARIPOCO (rio) 83
AIRES DA CUNHA (capitão) 102
ALBUQUERQUE, Jerônimo de, 108
ALBUQUERQUE (praça) 188

ALBUQUERQUE COELHO, Antonio de, 109 (nota 86), 121, 124 (nota 118), 138, 139, 140, 141 (nota 151), 145 (nota 158), 146 (nota 160), 147 (notas 163 e 166), 148, 168, 171 (nota 217)
ALCALÁ DE HENARES 95 (nota 57)
ALCÂNTARA (praça) 188
ALENQUER (cidade) 123, 148 (nota 170)
ALLEFONSCE, Jehan, 101 (nota 65)
ALTO AMAZONAS 124, (nota 118)
ALTO ARAGUARI 75, 77
ALTO JARI 77
ALTO MARONI 66, 69
ALTO OIAPOQUE 82
ÁLVARES PEREIRA, Nuno (d.), 156
AMANAÍ (rio) 85, 86 (nota 37), 139 (nota 148)
AMAPÁ (cidade) 42, 50, 89 (nota 45), 91 (nota 48)
– (lago) 85,89, 90, 91
– (posto militar) 89
– (rio) 82, 85, 86, 87
AMAPÁ PEQUENO (rio) 89, 90, 91, 214
AMAPARI (rio) 76
AMAZONAS, Lourenço, 124 (nota 118)
AMAZONAS 100, 101 (nota 65), 103, 104, 107, 111, 113, 116 e nota 101, 117, 119, 120, 141, 144, 145, 150 (nota 175), 151, 165, 169, 194, 202
– (bacia) 32, 49, 62, 100, 111, 119 , 205, 209
– (rio) 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 62, 65, 66, 70, 71 e notas 14 e 15, 72, 73 e nota 21, 74 e notas 23 e 24, 75, 77, 78, 79, 81, 82, 84, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101 e nota 65, 102, 103 e nota 68, 104, 105, 106, 107 e nota 83, 111, 112, 113 e nota 90, 114, 115, 116, 117 e notas 102 e 104, 118 (nota 104), 119 e nota 105, 120, 121, 122 e nota 112, 123, 124 e nota 118, 127, 128, 129 e nota 127, 130, 131, 132, 133 e nota 139, 135, 136 e notas 142 e 143, 140, 141 e nota 154, 142 e nota 155, 143, 144, 145 e nota 159, 146, 147 e notas 162 e 170, 148, 149, 150, 151 (nota 175), 153 e nota 176, 154, 155, 156, 159, 160 e notas 189 e 192, 161 e notas 195, 197 e 199, 162, 163, 165, 166, 170, 171, 174 e nota 219, 175

e nota 219, 177, 178, 180, 181, 182, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 205, 207 e nota 251, 208, 209, 212, 215, 216
– (em inglês no texto) 116 (nota 100)
– (em espanhol no texto) 103 (nota 68), 117 (notas 102 e 104), 118 (nota 104)
– (em latim no texto) 171
AMAZÔNIA 38, 86, 111, 185
AMÉRICA 37, 45, 85 (nota 36), 98, 101 (nota 65), 104, 107, 113 (nota 90), 117, 127, 130, 153, 154 e notas 179 e 180, 182 (nota 227), 188, 190, 198, 205, 206, 207 e nota 251
– (em inglês no texto) 101 (nota 65)
– (em latim no texto) 172
AMÉRICA DO SUL 98, 113, 201
– (em inglês no texto) 73 (nota 21)
– (mapa) 172
AMÉRICA MERIDIONAL 242
– (em francês no texto) 72 (nota 18)
AMIENS 222
AMSTERDÃ 104 (nota 74)
ANACAJURI ou ANACAIURI (rei), 106
ANAUIRAPUCU 115
ANDRADA, Gomes Freire de, 121 e nota 109, 137, 156, 182 (nota 228), 183
ANDRADE E SILVA, J. J. Justino de, 112 (nota 88)
ANDRADE PARREIRAS, José Freire de, 89 e nota 43
ANGHIERA, Pedro Mártir de, 93 (notas 49 e 51) 94, 95
ANGOLA 196 (nota 242)
ANGRA DOS REIS 104
ANIBAS (índios) 124
ANICOÍ (rio) 76
ANTILHAS 102 (nota 66), 136, 143
APERUAQUE ou APERWAQUE (rio) 170, 172, 196
APINIAU (rio) 78
APOREMA (rio) 84, 86, 89, 90 e nota 47
APROAGUE (rio) 160 (nota 191), 170

APRICIUS, Johannes, 133
ARACARÉS (índios) 135
ARAGUARI (forte) 66, 85, 133, 141 e notas 152 e 154, 142 e nota 155, 143, 147 (nota 164), 148, 155, 165, 177, 178, 180, 181 (nota 226), 184, 197, 200, 201
– (rio) 35, 46, 47, 48, 62, 65, 70, 73,74 e nota 24, 75, 76, 77 e notas 29 e 30, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86 e nota 37, 88 e nota 40, 89, 90, 105, 107, 121, 122 e nota 111, 125, 133 (notas 138 e 139), 136, 137 (nota 143), 139 e nota 148, 140, 142 e nota 155, 143, 147 (nota 164),170, 171, 181, 182 (nota 229), 194, 200, 201, 203, 208, 209, 215
ARAUARI (rio) 70, 71 (nota 14), 74, (nota 24)
ARAWARI ou ARAWARY (rio), 209, 212, 213
ARCOOA (rio) 83
AREWARI (rio) 84
ARGENTINA 31
ARIANSSON, Pieter (capitão) 114
ARICARI ou ARIKARY (rio) 84, 136, 196
ARIRÓ (rio) 104
AROUARI (rio) 170
AROWARY (rio) 83
ARRACOW ou ARRACOWO (rio) 83, 84, 176
ARRAWARY (rio) 83
ARROWARI (rio) 83
ARTHUR 142 (nota 155), 146 (nota 160)
ARU (fazenda) 90
ARUACAS 112,
ARUAQUIS (índios) 124
ARUÃS (índios) 145 (nota 158), 150
ARUCAUÁ (rio) 83, 137 (nota 143), 176
– (vilarejo) 91
ÁSIA 33
ASSUNÇÃO (fazenda) 90
AUARI (rio) 76, 77 (nota 29)
AUDIFFRÉDY 169, 185, 200
ÁUSTRIA 188

AWA (rio) 66, 69
AZEVEDO CARNEIRO Pedro de (capitão), 139 (nota 147), 142 (nota 155)
AZEVEDO COUTINHO 207 (nota 250)

B

BAENA 145 (nota 158)
BAHIA 109, 113, 120 (nota 108), 124 (nota 122)
BAÍA DE TODOS OS SANTOS 143
BAILIQUE (ilha) 71, 72, 73
BAIXO ARAGUARI 84, 107
BALDEGRUES ou BANDERGÚS (general) 121 (nota 109), 163
BARBOSA RODRIGUES 88
BARBOSA SILVA, Domingos, 123
BARCELOS 70 (nota 9)
BARRÈRE, Pierre, 70, 71 (nota 13), 173 (nota 218)
BARTHOLOMEU VELHO 97
BATABUTO (rio) 85, 121, 139 (nota 148), 142
BAYONA (praça) 188
BECHAMEL, François (padre) 132, 160 e nota 192
BELÉM DO PARÁ (cidade), 111, 121, 123, 139, 163, 178
BELLIN, S., 69 (nota 8), 70,71 (nota 13), 116 (nota 101), 169, 185, 200
BEMBO (Cardeal) 97 (nota 60)
BERBICE (rio) 121 (nota 109), 129
BERMUDA (ilha) 105 (nota 75)
BERREDO 114 (nota 94), 115 (notas 96 e 98), 116 (notas 99 e 100), 117 (nota 102), 121 (nota 109), 123 (nota 114), 124 (nota 119), 138 (nota 145), 146 (nota 160)
BERRIE, Leonard, 105
BESSNER (barão) 208, 209
BIET, Antoine, 130 (notas 131 e 132), 174 (nota 219), 182 (nota 227)
BINKES, Jacob, 132 (nota 137)
BITANCOR MUNIZ, João de (major) 124
BLANC (capitão) 76 (nota 28)

BOAVISTA(fazenda) 90
BOCA DE LOS LEONES 96
BOCAS DO DRAGÃO 112 e nota 88
– (em espanhol no texto) 112 (nota 89)
BOÊMIA 170
BONITO (fazenda) 90
BONNE 71 (nota 14)
BOA ESPERANÇA (cabo) 94 (nota 51)
BONTEMPS, Jacob, 129
BORGES DE CASTRO 63 (notas 1, 2 e 3), 187 (nota 234)
BOYER, Paul, 182 (nota 227)
BRAGA CAVALCANTI, Filinto Alcino, 75, 76
BRAGANÇA (duque) 118
BRASIL 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 46, 49, 50, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 81, 85 (nota 37), 88, 89, 91, 93, 99, 100, 101 e nota 65, 102, 104, 105, 108, 111, 112 e notas 88 e 89, 113, 117, 118, 120 e nota 108, 121, 145 (nota 159), 150, 155, 158,162, 164, 166, 184, 193, 196 (nota 242), 205, 206, 207, 211 (nota 261), 212 (nota 262), 213, 214, 215, 216
BRETIGNY, Poncet de, 130 e nota 128
BRISTOL 190
BROWN, Charles, 78
BRUÉ, A. H., 70, 71 (nota 13)
BRUYNE, Pieter de, 115
BUACHE, Philippe, 76 e nota 27, 149 e nota 172
BUCKINGHAM (duque) 113, 114 (nota 94), 116
BURACO DAS TARTARUGAS (forte) 108
BUTENVAL, His de (barão) 66, 148, 151, 153 (nota 176), 154 (nota 179), 155, 157, 158 (nota 184), 166, 167, 168 e nota 212, 171, 173, 174 (nota 219), 182, 183, 187 (nota 234), 199, 208 (nota 252), 214

C

CABOTO, Sebastião 45, 97, 202
CACUÍ 75
CADAVAL (duque) 154, 155 (nota 181), 183
CAIENA, 37, 38, 70, 71, 88 (nota 41), 91 e nota 48, 100, 106, 107, 116, 125, 128, 129, 130 e nota 128, 131, 132 e notas 136 e 137, 133, 134, 136 e nota 142, 137, 138, 139, 140, 141 e nota 154, 142 e nota 155, 143, 144, 145, 146 e nota 160, 147 e notas 161, 163 e 164, 148, 149 e nota 171, 150 e nota 175, 151 (continuação da nota 175), 155, 156, 159, 160 e notas 188 e 191, 161 (notas 196 e 199), 162, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 173, 174 e nota 219, 175, 178, 180, 181, 182, 183, 192, 196, 198, 202, 205, 209, 210
CAIPUROGH (rio) 106
CAJARY (rio)114 e nota 95, 115
CAJUBIM (lago), 85
CALÇOENE (rio), CALCUENE, CARSEVENE, CARSEWENE, CARSENNEN 75, 76, 83, 84, 87, 88, 89, 170, 194, 211 e nota 260, 215
– (vilarejo), 90
CAMAÇARI (lago), 85, 140
CAMAMOROS ou CAMOMORUS 94 e nota 52, 95
CAMAÚ (forte) 163, 201
CAMONIXARI (lago) 122, 140
– (aldeia) 122
CAMOPI (rio) 69, 132, 161 (nota 192)
CAMPOS MORENO, Diogo de, 109 (nota 87)
CANABULI (rio) 76, 88
CANCALE 106, 108
CANOAS (rio) 106
CAPISTRANO DE ABREU J., 102 (nota 66)
CAPU (rio) 78
CARAPANATUBA (rio) 147 (nota 165), 212
CARAPAPÓRIS, CARAPAPOURI ou Carapapuri, 74, 82, 83, 84, 85, 86 e nota 37, 105, 167, 208
CARD, E. Rouard de, 213 (nota 263)
CARIBOTE (serra)106

CARLOS (Arquiduque) 188
CARLOS V, 44, 45, 47, 102,
CARMO 123
CARMO (fazenda) 90
CARONI (rio) 77
CARPENTIER 168, 169 (nota 213)
CARVAJAL, Gaspar de (Fr.) 103 (nota 68)
CASCAIS (Marquês de) 155 (nota 181)
CASSIPORÉ ou CASSAPOUROUGH, CASSEPOURI, CACHIPUR (cabo) 106
– (rio) 76 e nota 28, 77, 83, 84, 87, 121, 133 (nota 139), 144, 161 (nota 198), 173 (nota 218), 194, 196, 176
– (vilarejo) 77 (nota 30), 91
CASTILHA (em espanhol no texto) 112 (nota 89)
CASTELO BRANCO, Francisco Caldeira de, 111, 163
CAVIANA (ilha) 151 (nota 175)
CAWO, KAWO ou KAW (rio) 159 (nota 187)
CAYARY ou CAJARY (rio) 114 (nota 95)
CAYPOUR (cabo) 106
CEARÁ 113, 118
– (forte) 108
CECIL ou CECYLL (cabo), 83, 88 (nota 39), 172,
CECIL, Robert, 107
CEPERU (forte) 130
CERQUEIRA, Dionísio de Castro, 32
CHALLONER, Thomas, 113
CHALMERS, C., 78
CHAMBAUT (senhor) 128
CHANTAIL (senhor) 128
CHARANVILLE 206
CHAVES, Alonso de, 202
CHIACONUS (índios) 93 (nota 51)
CLAIRAMBAULT 121 (nota 109), 128 (nota 126), 130 (nota 128), 147 (nota 161)
CLAPEPOURI (rio) 84
CLARIE, François, 158 (nota 184)

CLEVELAND (presidente) 33,
CLOVEL, William (capitão) 107
COANAINI (rio) 83
COBRE (igarapé) 84, 90
COELHO, João, 102
COELHO DE CARVALHO, Feliciano, 116, 146 (nota 160), 163 (nota 207)
COIMINNE 119
COLOMBO, Cristóvão, 101 (nota 65)
COLÓN, Diogo, 94
COMAWING (rio) 83
COMPANHIA DE JESUS 123, 124 e notas 117 e 120, 132, 138, 140 e nota 150, 145, 160 (nota 192), 165
– (em espanhol no texto) 170, 171
COMPANHIA HOLANDESA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS 115, 116, 128 COMPRIDO (lago) 85
CONANAMA (rio) 128
CONANI (rio) 194
CONCEIÇÃO (fazenda) 90
CONDE (cabo) 88, 172
CONFERÊNCIA DE PARIS (1855) 66 (nota 6), 182 (nota 229), 199, 207 (nota 251)
CONGRESSO DE AMIENS 213
CONGRESSO DE BADAJOZ 99
CONGRESSO DE ELVAS 99
CONGRESSO DE VIENA (1815) 39, 40, 63, 197, 214
CONNAWINI (rio) 83
CONVENÇÃO DE PARIS (1817) 40, 62, 63, 66, 78
CONVENÇÃO DE SARAGOÇA (1529) 98
CORASSINI (rio) 170
CORDA ou CORDE (cabo) 88
CORROSUINE (rio) 84, 170
CÓRSEGA (ilha) 151 (nota 175)
CORSO (cabo) 102
CORSO, Francisco,102
CORSO, Pero, 102
CORTE REAL, João Vaz, 101 (nota 65)

CORUPATUBA 164
COSHEBERY (rio) 83
COSTA AZEVEDO, J. da, 69 (nota 7), 70 (notas 10 e 11), 74, 85, 91 (nota 48), 168, 169 (nota 213)
COSTA FAVELA, Pedro da (capitão) 120 e nota 108
COUDREAU, Henri, 76, 77 e nota 30, 78, 79, 82, 85 (nota 37), 88, 90 e nota 46
COUPIRIBO (rio) 173 (nota 218)
COUROUPATCOUA (rio) 147
COUSIN, Jean, 101 (nota 65)
CREVAUX 88
CUBAGUA, 97 (nota 60)
CUMANÁ, 106
CUMAÚ (forte) 38, 66, 116 e nota 101, 122, 139, 141 e nota 154, 146 e nota 160, 147 (nota 166), 155, 177, 178, 180, 181 (nota 226), 197
CUNANI ou COUNANI (povoado) 209
– (rio) 83, 87, 168, 206 (nota 248), 208
– (vilarejo) 90, 91
CUNHA, Luís da (dom) 189, 190, 191, 193, 195 e nota 240, 196
CUNHA BROCHADO 155 (nota 181)
CUPICHI (rio) 76
CURIPI (rio) 83
– (vilarejo) 91
CURUÁ (rio) 148 (nota 170)
CURUPATUBA (missão) 117
– (rio) 118 (nota 104), 147 (nota 170)
– (aldeia) 118 (nota 104), 123
CURUXÁ (lago) 85
CUTARI (rio) 78

D

D'ABBEVILLE, Claude d', 108 (nota 84), 109 (nota 87)
D'ABBEVILLE, du Val (padre) 172
DAIGREMONT 130 (nota 132), 182 (nota 227)
D'AMPVILLE (duque) 130
D'AVEZAC 122 (nota 111), 150 (nota 174), 171 (nota 217), 174 (nota 219)
D'AVITY 136 (nota 143)
DE BRY 105, 106
DE CHASSY 77 (nota 29)
DE CLERCQ 63 (notas 1, 2 e 3)
DE GENNES (M.) 143 (nota 156), 173
DE GOMBERVILLE 117 (nota 103), 160 (nota 192)
DE LASTRE 109 (nota 86 e 87)
DE L'ISLE, G. 71 (nota 13), 136 (nota 143), 206
DE PEZIEUX 109
DESCELIERS 97
DESLIENS 97
DES MARQUETZ 101 (nota 65)
DESTERRO (forte) 117, 118 (nota 104), 123, 125, 132, 133 (nota 138), 141 (nota 154), 147 (nota 168), 163
– (em espanhol no texto) 118 (nota 104 da página 117)
D'ESTRADE (marechal) 182 (nota 227)
D'ESTRÉES (abade) 153
D'ESTRÉES (almirante) 134
D'ESTRÉES (marechal) 160
DE TORCY (senhor) 155 (nota 181)
DES TOUCHES, Gicquel (vice-almirante) 72 (nota 20)
DEUS-TE-GUARDE, (fazenda) 90
D'EVREUX, Yves, 109 (nota 87)
DIAZ DE SOLIS, Juan, 93
DIEPPE 97, 104, 129
DUAS BOCAS (lago) 85, 90
DUDDELEY ou DUDLEY, Robert, 105 e nota 75, 206, 207
DUGOT, Pierre, 158 (nota 184)

DU PRAT (capitão) 108
DU VAL, Pierre, 172, 174, 176

E

EÇA, Manuel de Sousa d', 108
EL DORADO 112
ELSEVIER 115 (nota 97)
EMMANUEL (dom) 109 (nota 86)
ENCISO 95, 101 (nota 65)
EQUADOR 36, 44, 96, 97, 102, 113 (nota 90),131, 160, 173, 212
ESPANHA 37, 98, 99, 100, 102, 115, 118, 162 (nota 201), 165, 170, 171 (nota 217), 188, 190 e nota 236, 196, 207, 209,
ESPÍRITO SANTO (fazenda) 90
ESSARI (serra) 78, 82
ESSEQUIBO (rio) 78, 79, 81, 82, 113 e nota 90, 121 (nota 109), 129, 203
ESTADOS GERAIS DAS PROVÍNCIAS UNIDAS DOS PAÍSES-BAIXOS 120
ESTADOS GERAIS DA HOLANDA 100, 144, 161 (nota 197), 162
ESTADOS UNIDOS 31, 33, 38
ESTANCELIN (senhor) 101 (nota 65)
ESTOCOLMO 106 (nota 79)
ESTREMADURA (província) 156
EUGÊNIO (Príncipe) 188
EUROPA 31, 105, 109, 120 (nota 108), 164, 184, 188, 190, 210, 213
EUSÉBIO (igarapé) 84, 90
ÉVORA 76 (nota 26), 85 (nota 35), 124 (nota 117), 140 (nota 150), 158, 175 e nota 220

F

FALCINO (rio) 75
FARO (cidade) 148 (nota 170)
FILIPE V 188
FELIPE (rio) 114, 163
FERRARA 93 (nota 49)
FERREIRA, João Manoel, 89
FERRO (ilha) 64 e nota 4, 66, 78
FERROLLE, Pierre (marquês de) 116 e nota 101, 128, 129, 134, 136 (nota 142),141, 142 e nota 155,143, 144, 145 e notas 158 e 159, 146, 147 (notas 161 e 170), 148, 149 e nota 171, 150 e nota 175, 151 e nota 175, 154, 159, 161 (nota 195), 165, 168, 173, 175, 176, 181, 183, 184, 201
FERROLLE, Pedro, 140
FIGUEIRA, Luis (padre) 115 (nota 98)
FILIPE III 111, 123 (nota 115), 182 (nota 228)
FILIPE IV 99, 113, 117, 162, 164
FILIPE (forte) 115, 147 (nota 166)
FILIPINAS 98
FISCHER, Edward, 83 (nota 32)
FISKE 101 (nota 65)
FONSECA, Bento da (padre) 76 (nota 26), 85, 136 (nota 143), 140 (nota 150)
FLESSINGA 113, 114
FLÓRIDA 49
FOIOS PEREIRA, Mendo de, 155 (nota 181), 156, 183
FONTENEAU, Jean, 101 (nota 65)
FOREST, Gesse des, 114 (nota 94)
FOURNIER, Georges (padre) 129, 182 (nota 227)
FRAGOSO (vilarejo) 124
FRANÇA 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 73, 74, 75, 76 (nota 27), 77 e nota 29, 78 e nota 31, 79, 81, 84, 85 (nota 37), 88, 89 (nota 44), 99, 100, 104, 105, 107, 108, 109 (nota 86), 121, 122, 127, 128 (nota 125), 129, 130 (nota 128), 131, 142 (nota 155), 144, 145 e

nota 159, 146 (nota 160), 147, 148, 149 e nota 171, 150, 151 e nota 175 da página 150, 153, 154 (nota 179), 155 e nota 181, 157, 158 e notas 184 e 185, 159, 160, 161, 162 e nota 201, 165, 166, 167, 169, 171 (nota 217), 174 (nota 219), 175, 177, 179, 180 e nota 225, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 197, 198, 199 e nota 244, 200, 201 e nota 245, 205, 207, 208, 209, 210, 212 (nota 262), 214, 215
FRANÇA EQUINOCIAL 108, 131, 135, 143
FRANCISCANOS DA CONCEIÇÃO DA BEIRA E MINHO 123
FRANCISCANOS DA PIEDADE 123,
FRANCISCANOS DE SANTO ANTONIO 123,
FREY, Roger, 116
FRITZ, Samuel (padre) 147 (nota 169), 170 e nota 215, 171 e nota 217, 203
FROGER 70, 71 (nota 13), 143 e nota 156, 144, 149 (nota 171), 151, 159, 161 (nota 195), 165, 172, 173, 176, 183, 200
FROIDEVAUX, Henri, 76 e nota 27, 77 (nota 29)
FRÓIS, Fernam, 102 e nota 66
FURO (canal) 74 e notas 23 e 24,
FURO DE ARRAIOLOS 77
FURO GRANDE DO ARAGUARI 74, 209
FURO PEQUENO (canal) 74

G

GALIBIS (índios) 150
GAMA 101 (nota 65)
GÂMBIA 143
GARCIA FERRANDO 96 (nota 59)
GENIPAPO (rio) 117, 118 (nota 104), 133 (nota 138), 147 (nota 168), 165
GERTRUYDENBERG 189
GIRONDA 42
GOMES, Bernardo (padre) 140
GOMES, Gil, 103
GONZALVI, Pedro Luís (padre) 158 (nota 184)
GURUPÁ (forte) 111, 114, 115, 116, 121 (nota 109), 140, 146, 163

GOVERNO INGLÊS 39, 89
GOVERNO BRASILEIRO 39, 42, 64, 89 (nota 44), 159, 162, 175
GOVERNO DA CONFEDERAÇÃO SUÍÇA 61, 66 (nota 6)
GOVERNO FRANCÊS 35, 43, 74, 78, 99, 144, 149, 158, 167, 182 e nota 229, 208, 209, 211 (nota 260)
GOVERNO PORTUGUÊS 109 (nota 87), 128 (nota 125), 157 e nota 182, 158, 162, 175 e nota 219, 182, 184
GRAM PARA 115 (nota 98)
GRÃ-BRETANHA 64, 198 (nota 244), 199 (nota 244)
GRANADA (ilha) 93 (notas 49 e 50)
GRANDIDIER, Alfred (senhor) 98 e nota 62, 169
GREENWICH 78,
GREGOIRE (capitão) 121 (nota 109), 128 e nota 126
GRILLET, Jean (Padre) 132, 160
GUARDIA (praça) 188
GUAXENDUBA 109
GUIANA 31, 33, 38, 39, 47, 62, 64, 66, 69, 70, 71 e notas 14 e 15, 73, 76, 79, 88, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 113 e nota 90, 116 e nota 101, 117, 127, 128, 129 e nota 127, 130, 131, 133, 136, 144, 145, 147, 149, 151 e nota 175, 159, 160 e nota 192, 162, 165, 168, 169, 173 (nota 218), 174 (nota 219), 180, 182, 183, 184, 185, 189, 193, 201, 202, 207 e nota 251
GUIANA INGLESA 36 , 49, 81
GUIANA BRASILEIRA 66 (nota 6)
GUIANA BRITÂNICA 78
GUIANA FRANCESA 29, 30, 38, 46, 61, 63, 64, 66 (nota 6), 72 (nota 20), 78 e nota 31, 86, 87 (nota 38), 88 e nota 41, 100, 130 e nota 129, 131, 132, 134, 135, 143, 146 (nota 160), 149 (nota 172), 155, 161 (nota 192 e 195), 173, 177, 205, 206, 208, 209 (nota 256), 210, 211, 212, 213
GUIANA HOLANDESA 36, 46, 49, 62, 79, 81, 89, 132
GUIANA INDEPENDENTE 132, 135
GUIANA INDÍGENA 132, 135
GUIANA PORTUGUESA 63, 64, 210, 211, 212, 213
GUINÉ 196 (nota 242)
GUIZOT (senhor) 64, 89 (nota 44)

GUSTAVO ADOLFO 106 (nota 79)
GUTIERREZ, Diego, 45, 102

H

HAKLUYT 105 e notas 75, 76 e 77
HARCOURT, Michael (capitão) 83 (nota 32), 84, 107,
HARCOURT, Robert, 83 e nota 32, 84, 107, 113 e nota 90
HARCOURT, Thomas, 83 (nota 32)
HARMAN, John, 132 (nota 136)
HAROANS (ilhas) 140
HARRISSE, H. 45, 101 (nota 65)
HARVEY, Edward (capitão) 83 (nota 32), 84, 107
HAUER, J. 106 (nota 79)
HAUTEPINE (capitão) 128
HAYE 115 (nota 97)
HEINSIUS, Antoine, 188
HENRIQUE IV, da França, 107, 127
HERRERA 102 e nota 67
HOLANDA 38, 66, 78, 100, 112, 118, 119, 120, 136 (nota 141), 145, 180, 188, 189
HOMEM, André, 45, 97
HOMEM, Diogo, 45, 46, 97, 202
HONDIUS, Jodocus, 84, 88, 106
HULSIUS, Levinus, 88, 106
HUMBOLDT 75, 96
HUMOS (cabo) 164
HUXELLES (marechal) 189, 190, 192, 193, 195, 196
HYAPOC (ilha) 150

I

IARY (rio) 70 (nota 9)
IAUACUARA (aldeia) 123, 147 (nota 168)

IGARAPEPUCU (rio) 85
IMPERADOR DA RÚSSIA 66, 78 (nota 31)
ÍNDIA 101 (nota 65), 104
– (em espanhol no texto) 196 (nota 242)
ÍNDIAS OCIDENTAIS 108, 115, 116, 129,
– (em italiano no texto) 196 (nota 242)
ÍNDIAS ORIENTAIS 109 (nota 86)
INGLATERRA 33, 38, 78, 79, 100, 106, 113, 120, 144, 145, 161 (nota 197), 162, 188, 189, 191, 192, 196, 199 (nota 244), 212 (nota 262), 214
INIPI (rio) 161 (nota 192)
IÇAJUL (rio) 76 (nota 28)
ITAÍ (rio) 76
ITÁLIA 170 (nota 215)
ITANI (rio) 78, 82
ITAPICURU (rio) 97

J

JACA (lago) 85 e nota 36, 86, 140
JAIME I, da Inglaterra, 113, 162
JAMUNDÁ (rio) 148 (nota 170)
JANSS, Harmen e Marten, 106 (nota 79)
JANSS, Pieter, 114 (nota 95)
JANSSONIUS, G., 106 (nota 79)
JAPOC (rio) 32, 40, 61, 62, 65 e nota 5, 66, 67, 85 (nota36), 99, 148, 182 (nota 229), 197, 200, 201, 203, 205, 206
JARI (bacia) 82, 205
– (missão) 124
– (rio) 70, 77, 107, 124, 133 (nota 139), 136 e nota 142, 144
JENACU (ilha) 163
JERICOACOARA (forte) 108
JESUÍTAS FRANCESES 160
JESUÍTAS PORTUGUESES 147 (nota 167)
JIMENEZ DE LA ESPADA, 117 (nota 102)

JINGARARI 76
JOANES ou JOANNES (ilha) 72, 150, 163
JOÃO III, de Portugal , 103
JOÃO IV, de Portugal, 118, 123 e nota 115, 136 (nota 141), 182 (nota 228)
JONGHE, Clémedt de, 106 (nota 79), 172
JOSÉ (índio) 74 (nota 24)
JORGE, A. G. de Araújo, 31, 32, 33
JUÍSA, 76 (nota 28)

K

KAW (rio) 159 (nota 187)
KEYMIS, Laurent, 83 e nota 32, 84, 87, 105 e nota 76, 106, 136 (nota 143), 159 e nota 187, 172
KOERIUS, Petrus, 106, 172

L

LA BARRE 129
LA BARRE, François Lefebvre de, 131, 132 e nota 134, 135, 136 (notas 140 e 141), 141 e nota 154, 142, 160, 161 (nota 195), 165, 166, 176, 184
LA BARRE, Lezy de, 132 (nota 136)
LABAT 174 (nota 219)
LA BÉARNAISE (goleta) 74 (nota 24), 89 (nota 42)
LA BOULONNAISE (brigue) 72 (nota 19)
LA CONDAMINE 71 e nota 17, 72 (nota 18), 124 (nota 116), 170 e notas 215 e 216, 171 (nota 217), 206, 207
LAET, J. de, 84 e nota 33, 87, 88, 104 (nota 74), 115 (nota 97), 119, 120 (nota 107), 159 e nota 187, 170
LAFLEUR 128,
LAGARTOS (rio) 196
LAGO NOVO (lago) 85, 121, 139 (nota 148)

LA MOUSSE (padre) 146 (nota 160)
LA RAVARDIÈRE 48, 106, 107, 108, 109 e nota 86, 119, 127
LÁZARO LUIS 97
LEBLOND, Jean Baptiste, 85 (nota 37), 137 (nota 143)
LE CORBEILLER, Edouard, 101 (nota 65)
LEGRAND (capitão) 128 e nota 126
LEIGH, Charles, 106 e nota 82
LEITE, Diogo, 97
LESCALLIER, Daniel, 71 e nota 14
LEYDE 84 (nota 33), 115 (nota 97), 120 (nota 107)
LICHTHARDT (almirante) 123
LIRA LOBATO 90
LISBOA 39, 66, 97 (nota 60), 102, 103, 104, 109 (nota 87), 112 (nota 88), 114 (nota 94), 115 (nota 98), 116, 118, 121 (nota 109), 121 (nota 110), 123 (nota 115), 125 (nota 123), 128 (nota 125), 137, 139 (notas 146 e 149), 143, 147, 148, 151, 153, 154 (nota 178), 155 e nota 181, 157 e nota 182, 158 e nota 184, 159, 163 (nota 202), 168 (nota 212), 175 e nota 220, 177, 180, 184, 187, 188, 191, 192, 195 e nota 240, 196 (nota 242), 197, 201, 206 (nota 248), 207, 210, 213
LIVRAMENTO (fazenda) 90
LONDRES 33, 73 (nota 21), 83 (nota 32), 101 (nota 65), 104 e nota 73, 105 (nota 76), 114 (nota 94), 115 (nota 98), 116 (nota 100), 119, 189, 190, 196, 212 (nota 262)
LOPEZ VAZ 103 (nota 72)
LUÍS XIII, da França, 127, 129, 166
LUÍS XIV, da França, 121, 130, 131, 142, 143, 144, 145 e nota 159, 148, 153 e nota 176, 154, 155 (nota 181), 167, 168, 180, 182 (nota 227), 187, 188, 189, 191, 196, 205
LUÍS XVIII, da França, 63
LUÍS FILIPE 87 (nota 38), 89, 154
LOURDIÈRES (senhor) 127
LUCAS (monte) 106
LUCENA DE AZEVEDO, Sebastião (governador), 121, 122, 163 (nota 208)
LUCIFER (almirante) 114, 115, 128, 133

M

MACABA (rio) 144
MACAPÁ 90 e nota 47, 116 e nota 101, 136, 142, 182, 189
– (forte) 38, 66, 116, 139, 141 (nota 154), 146, 147 (notas 165 e 166), 154, 155, 177, 178, 180, 181 (nota 226), 197, 201, 212
– (rio) 72, 107, 132, 133 (nota 139), 147, 188
MACARI (baía) 85,
– (lago) 85, 86, 140, 142, 208
– (rio) 208
– (aldeia) 209
MACIEL PARENTE, Bento, 114, 115, 117, 118 (nota 104), 123, 142, 148, 163, 164, 165
– (em espanhol no texto) 118 (nota 104)
MACIEL PARENTE, Vital, 123
MADAGASCAR (ilha) 98 e nota 62, 169
MADRI 117 (notas104), 207 (notas 250 e 251), 210, 212 (nota 262), 213
MAGALHÃES 101 (nota 65)
– (estreito) 143
MAGUARI (cabo) 71, 72, 73, 96
MAIACARÉ (rio) 82, 83, 84, 85, 86, 121, 122, 133 (nota 139), 139 e nota 148, 140, 142, 194, 208
– (baía) 86 (nota 37)
– (posto) 208
MAIACARÉ DO NORTE (lago) 86, 139, 140
– (rio) 85
MAIACARI 87
– (rio) 85, 121 e nota 109, 122, 139 (nota 148)
MAIACARI (forte) 121 (nota 109), 122
MAIACARI (lago) 121 (nota 109), 122, 163
MAICARI ou MAICARY (rio) 83, 196
MAINAS (missão) 170
MAIOLLO 96, 202
MAIPARI (rio) 83
MAKARY (rio) 84

MALLET, Allain Manesson, 172, 174 e nota 219
MALOUET, V. P., 128 (nota 125), 159 (nota 186)
MALOUET, 208 e nota 253
MANAYE ou MANNAYE (rio) 85, 139 (nota 148)
MANDIUTUBA (forte) 114
MAPA (rio) 71 (nota 14), 194
– (lago) 71 (nota 15), 73, 87
MAPÁ (posto) 89,
– (rio) 82, 89 (nota 45)
MAPA GRANDE (rio) 86
MAPARI (rio) 70, 75, 76 e nota 25, 77, 84
MAPOREMA (rio) 84
MARACÁ (canal) 74, 208
– (ilha) 70, 71 e nota 14, 73, 83, 86, 87, 105, 142, 208
MARACAPUCU (rio) 115, 163 (nota 205)
MARACÚRIOS (índios) 140, 141
MARANON 95, 96, 97 e nota 60, 98, 109 (nota 87)
MARAJÓ (ilha) 72, 136 (nota 141), 150 e nota 175, 151 (nota 175 da página 150)
MARANHÃO 76, 102, 104, 107, 108, 109 (nota 87), 111, 113, 114 (nota 94), 118, 120 e nota 108, 123, 124 (notas 117 e 120), 137, 139, 141 (nota 151), 145 (nota 158), 147, 155, 161, 162, 163 (nota 204), 188, 190, 191, 198, 202
– (baía) 97
– (capitania) 113, 164
– (rio) 95 (nota 57), 96, 153 e nota 176, 165, 202
MARCEL, Gabriel, 170 (nota 215)
MARGARITA (ilha) 103
MARIATAMBAL ou MARIAMTAMBAL (ilha) 93 (nota 49)
MARIATAMBAL (rio) 94 e nota 52, 95
MARIOÃ (rio) 120 (nota 106)
MARIOCA 114
– (forte) 111, 114
MARKHAM, Clements R., 115 (nota 98), 116 (nota 100)
MARIPANARI (rio) 170
MARIVAULT (ilha) 130

MARLBOROUGH 188
MARONI (rio) 37, 46, 99, 100, 116 (nota 101), 129, 130 (nota 128), 131, 132, 134, 135, 143, 160 (notas 190 e 191), 161 e nota 196, 180, 203, 205
MARSELHA 169
MARUANÚS (índios) 139
MASHAM, Thomas, 105 (nota 77 e 78)
MATAPI 115
– (rio) 147 (nota 166)
MAURITSZTADT 123
MÉDICIS, Maria de, 108
MELO, Pedro de (D.) 136 (nota 141)
MELO DA SILVA, Luís de (capitão) 103
MENDES D'ALMEIDA, C., 109 (nota 87)
MENTELLE, Simon, 71 e nota 14, 208, 209 (nota 256)
MERCATOR, Gérard, 97
MERCIOUX (índios) 161
MER DU SUD 72 (nota 18)
MESNAGER, Nicolas, 196
MEXIANA (ilha) 109 (nota 1)
MEYNIARD, Charles, 157 (nota 183), 159 (nota 186), 176 (nota 221)
MILHAU (senhor) 136 (nota 143), 173 (nota 218), 175 (nota 219), 206
MISSIONÁRIOS CAPUCHOS DE SANTO ANTONIO (em português no texto) 138
MISSÕES 31
MIT, Louis, 158 (nota 184)
MOCQUET, Jean, 106 e notas 80 e 81, 127 (nota 124), 159
MOLUCAS (ilhas) 98, 101 (nota 65), 104
MONA (ilha) 105 (nota 75)
MONTALBBODO, Francazio de, 93 (nota 49)
MONTANHAS, 44, 45, 46, 47, 69,173 (nota 218), 202, 203
MONTE ALEGRE (cidade) 117, 123, 147 (nota 170)
MONTEIRO DE NORONHA J. (Padre) 70 (nota 9), 124 (nota 121)
MONTEIRO PAIM, Roque, 154 (nota 179), 155, 156, 175, 176, 183
MONTEZON, M. F. de (Padre) 161 (nota 192)
MONTRAVEL, Tardy de, 72 e nota 19, 96, 137 (nota 143), 168, 169

(nota 213)
MONTURÁ (rio) 77 (nota 29)
MOOR, Jan de, 113
MORAIS, José de (Padre) 124 (nota 120)
MORANI (rio) 120
MORERI 174
MOTA, FALCÃO, Francisco da, 124 (nota118)
MOTURA 75, 76, 77 (nota 29)
MOUCHEZ, M. E., 70 (notas 11 e 12)
MOURA, Alexandre de, 109, 111, 163
MURURÉ (rio) 75
MUTURU (forte) 114

N

NAPO (rio) 97, 117, 133
NAPOLEÃO 210
NARVAEZ, Juan de (Padre) 171
NASSAU (forte) 107, 119, 120 (nota 106)
NASSAU, Maurício de (Príncipe) 118
NAVARRETTE 94 (notas 53)
NAZARÉ (colônia) 102
– (fazenda) 90 e nota 47
NERONI, Matheu, 106 (nota 79)
NETSCHER 115 (nota 97)
NHAMUNDÁ (missão) 148 (nota 170)
– (rio) 148 (nota 170)
NHEENGAHIBAS (índios) 136 (nota 141)
NORAGUES (índios) 173 (nota 218)
NORTE (Cabo) 35, 47, 62, 69, 70, 71 e nota 14, 72, 73 e nota 21, 81, 83, 88, 96, 100, 104, 105, 116, 117, 119, 121, 122 e notas 111 e 112, 129 e nota 127, 130, 135, 137, 142 (nota 155), 147, 150, 161 e nota 195, 163 e nota 208, 164, 165, 166, 167 e nota 211, 169, 170, 173 (nota 218), 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182 e nota 229, 185, 193, 203, 206 e nota 248, 207, 209, 211, 212, 213

– (capitania) 37, 123, 147 (nota 168)
– (terras) 40, 65, 66, 111, 112, 117, 122 (nota 112), 137, 145 (nota 158), 151, 155, 156, 162, 166, 167, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 190, 191, 197, 198, 205
– (península) 86
– (companhia) 116 (nota 101), 129, 192
– (lagos) 136 e nota 141, 144, 160 (nota 189), 171
– (missões) 138
NORTE DA GUIANA (cabo) 196
NORMANDIA 129
NORONHA, Jácome Raymundo de, (Governador do Pará) 115, 163 (nota 206)
NORONHA, José Monteiro de (abade) 70 (nota 9), 124 (nota 121)
NORTH (lorde) 113
NORTH, Roger (capitão) 113, 114 (nota 94), 115
NOVA (ilha) 212, 213

O

OIAPOQUE, OJAPOC, IWARIPOCO, ou OUAYAPOCO, OUYAPOK, WIAPOCO, IAPOC 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70 e nota 9, 71 e nota 15, 73, 75, 76, 77 e nota 30, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88 e nota 40, 89 e nota 45, 99, 100, 105, 106 e nota 81, 115, 116 (nota 101), 119, 121, 124, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136 e nota 143, 137 (nota 143), 141, 142, 147 e notas 162 e 163, 148, 150 e nota 175, 151, 155, 159 e nota 187, 160 e nota 190 e 191, 161 (notas 192, 193, 194 e 196), 163, 164, 165, 166, 167 e nota 211, 168 e nota 212, 169, 170, 171 e nota 217, 172, 173 (nota 218), 174 e nota 219, 175, 176, 177 e nota 223, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 194, 195, 196, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207 e nota 249, 209, 210, 214, 215, 216
OKAIARI ou OKAIARJ (rio) 114 (nota 95)
ONÇAPOIENE (lago) 85, 86 (nota 37)
ORANGE (cabo) 37, 39, 40, 43, 44, 47, 48, 62, 69, 70 e nota 9, 71, 81,

83, 84, 86, 87, 88, 93, 99,105, 131, 132, 135, 136, 142, 143, 148, 150 (nota 175), 151, 159, 165, 166, 167 e nota 211, 168, 169, 170, 171 e nota 217, 172, 173 e nota 218, 174 e nota 219, 175 e nota 219, 181, 183, 184, 185, 189, 194, 196, 200, 207
- (forte) 107, 120,
- (cidade) 133
ORELLANA (rio de) 97
ORELLANA, Francisco, 97 e nota 60, 98, 101 (nota 65), 102, 103
OROBOUY (rio) 143, 147
OUARMEOUAKA 114 (nota 95)
OUASSA (rio) 83
OUDAEN, Nikolaas, 114, 115
OUROUÏTOU (rio) 76
OUTEIRO (missão) 147 (nota 169)
OUYA (rio) 141
OVIEDO, Consalvo Fernando d', 93 (nota 49), 95 e nota 55, 97 (nota 60), 202 e nota 247

P

PACAJÁS (rio) 108
PADRES DE SANTO ANTONIO 137
– (em português no texto) 137 (nota 144)
PAGAN (conde de) 141 (nota 154), 172, 176
PAIO, Jorge de S., 124 (nota 117)
PAIS DO AMARAL (capitão) 85
PAÍSES-BAIXOS 78 (nota 31), 120, 131
PALICOURS (índios) 135
PARÁ 71, 76 (nota 26), 77 (nota 29), 89 (nota 43), 90, 91 e nota 48, 99, 103, 108, 111, 112, 113, 115, 116, 117 e nota 103, 118, 119, 120 e nota 108, 121, 123, 124 e notas 120 e 121, 128, 138, 139, 142, 147 (nota 166), 150, 153 (nota 176), 161 (nota 198), 163, 164, 170, 171 (nota 217), 178, 209, 210
PARANAMIRIM (canal) 74 (nota 23)
PARATU (fazenda) 90

PARIA (golfo) 93, 94 (nota 53), 97, 105 (nota 75)
PARICORA ou PARICURA (rio) 94 e nota 53, 95
- (costa de) 96, 201
- (província) 94 e nota 52
PARICURA LA DULCE (rio) 96
PARICURAS (índios) 135
PARICURIA (rio) 96
PARIJÓ (rio) 108
PARIS 30, 34, 40, 62, 63, 64 e nota 4, 66 e nota 6, 69 e nota 8, 71 (notas 13, 14, 15 e 16), 72 (notas 17, 18 , 19 e 20), 73(nota 22), 75, 76 e notas 27 e 28, 77 e notas 29 e 30, 78, 79, 81, 82, 85 e nota 37, 86, 87 (nota 38), 90 (notas 45 e 46), 98 (nota 62), 101 (nota 65), 106 (notas 79 e 80), 108 (notas 84 e 85), 109 (nota 87), 117 (notas 102 e 103), 121 (nota 109), 128(notas 125 e 126), 129, 130 (notas 128, 129 e 131), 132 (nota 134), 141 e nota 154, 142 e nota 155, 143 (nota 156), 146 (nota 160), 147 (nota 161), 148, 149 (notas 171 e 172), 150 (nota 174), 153 (nota 177), 154, 157, 159 (nota 186), 160 (nota 192), 169 (nota 214), 170 e notas 215 e 216, 172, 173 (nota 218), 182 (nota 229), 191, 196 e nota 242, 199, 201, 207 (nota 251), 208 (nota 252), 209 (nota 256), 210, 211(nota 261), 212 (nota 262), 214
PAROU ou PARU (rio) 77, 117, 133 (nota 138), 143, 144, 147 e nota 168
PAZ DE BREDA 132 (nota 136)
PEDREIRA ou PEDRERA (ponta) 72, 73
PEDRO II (colônia) 89
PEDRO II (Rei) 66, 121, 136 (nota 141), 137, 150 (nota 175), 182 (nota 228), 187, 188, 197, 201
PEDRO LUÍS (Padre) 158 (nota 184)
PENAUD, Ch., 74 (nota 24), 89 (nota 42), 137 (nota 143)
PENBROKE (Conde de) 113
PENITÊNCIA (ilha) 71, 212, 213
PENN, James, 73 (nota 21)
PEREIRA, Antonio (Padre) 140
PEREIRA DE CÁCERES, João (capitão) 116
PEREZ DE PUENTE, José (Dom) 155 (nota 181)
PERILOUS, (cabo) 83

PERNAMBUCO 108, 109, 120 (nota 108), 123
PERU 49, 117
PEROZ, E., 88
PEYRON (capitão) 84
PFEIL, Aluísio Conrado (Padre) 123, 140, 158 (nota 184)
PHELYPEAUX, Jerôme, 149 (nota 171), 180 (nota 225)
PHELYPEAUX, Luis ou Louis, 148, 149 (nota 171), 177
PIERRE-ELÉONOR 134
PIMENTEL, Manuel, 196 e nota 242, 206 (nota 248)
PINAÇA (baía) 106
PINARÉ (rio) 97
PINAS (baía) 106 (nota 79)
PINSES (baía) 106 (nota 79)
PINZÓN ou PINÇON, Vicente Yanez (navegador) 37, 93, 94, 95 e notas 55 e 56, 96 e notas 58 e 59, 98
PINDARÉ (rio) 97
POLIGNAC (abade) 189, 190, 191, 194, 195
PONTA GROSSA 74
PONTCHARTRAIN (Conde de), 149 (nota 171), 177, 180 (nota 225)
PORT OF SPAIN 107
PORTUGAL 37, 39, 40, 42, 49, 61, 62, 63 e nota 1, 64, 65 e nota 5, 78 (nota 31), 79, 90, 98, 99, 100, 102 (notas 66 e 67), 103 e nota 72, 104, 107, 111, 112, 113 e nota 89, 117, 118, 121, 122 (nota 113), 123, 127, 136 e nota 141, 137, 140 (nota 150), 141, 143, 144, 145 e nota 158, 146, 147, 149 e nota 171, 150 e nota 175, 151, 153 e nota 177, 154, 155, 157 (nota 182), 158, 159, 162 (notas 200 e 201), 164, 167, 171 (nota 217), 172, 175, 177, 179, 180, 181 (nota 226), 182 e nota 228, 183, 184, 187 e nota 234, 188, 189, 190 e nota 236, 191, 193, 196 e nota 242, 197, 198, 199, 200, 201 e nota 245, 205, 207, 209, 210 e nota 259, 211 (nota 261), 212 (nota 262), 213 e nota 263, 214, 215
PRACUBA (lago) 85
PRATA (igarapé) 84
– (montanha) 39, 48, 132, 173 (nota 218)
– (rio) 49, 101 (nota 65), 188
PRINCIPIUM (colônia) 106

PROAQUE (rio) 196
PRUDENTE DE MORAIS 31
PURCELL, James 115
PURCHAS 106 (nota 82)
PYNES BAY ou BAYE 106 e nota 79

Q

QUANAOUENY (rio) 84
QUITO 117 e nota 102, 170, 171
– (em latim no texto) 117 (nota 102)

R

RAINHA DA INGLATERRA 189, 196
RALEIGH, Walter, 88, 104, 105 e nota 77
RAMALHO, João, 101 (nota 65)
RAMUSIO 97 (nota 60)
RAOUARY (rio) 62, 147
RASO (cabo) 102
RASO DO NORTE (cabo) 70, 71, 73, 83, 84
RAYNAL (padre) 71 e nota 14
RAZILLI, François de, 108
REAL (rio) 118, 120 (nota 108)
RECLUS, Elisée, 86, 88 e nota 40
REINO UNIDO 33
RELIGIOSOS DAS MERCÊS 123
REPÚBLICA FRANCESA 49, 61, 62, 145 (nota 159), 211, 213
REYNAUD, Saint-Elme, 71, 137 (nota 143)
RHOILLON, Jean René, 158 (nota 184)
RIBEIRO, Diogo, 96, 102, 202
RICHELIEU (Cardeal) 129, 131, 132, 192
RIFFAULT, Jacques, 104
RIO BRANCO (bacia) 38, 78, 82

– (rio) 49, 62, 76 (nota 28), 77, 78, 79, 143, 180, 211, 212, 213, 215
RIO DE JANEIRO 32, 33, 61, 64, 69, 71 (nota 16), 74, 89 e nota 44, 102 (nota 66), 104, 120 (nota 108), 138 (nota 145), 143, 187 (nota 234), 196 (nota 242), 209, 210, 211 (nota 261), 212 (nota 262), 214
RIO FRESCO (rio) 164, 166
RIO GRANDE (rio) 87, 93
RIO GRANDE DO NORTE 123
RIO NEGRO (bacia) 205
– (forte) 146, 148 (nota 170)
– (rio) 100, 124 e nota 116, 133 e nota 139, 143, 148 (nota 170)
RIVARA 137 (nota 144), 141 (nota 151)
ROBIN 129
RODRIGUES DE OLIVEIRA, Bento (capitão)120 e nota 108
RODRIGUES FERREIRA, Alexandre, 207
RODRÍGUEZ, Juan, 94
RODRIGUEZ, Manoel (Padre) 165
ROE, Thomas, 107 e nota 83
ROGER FRÈRE 116 (nota 100)
REI (lago do) 85 (nota 37)
– (em espanhol no texto) 85 e nota 37, 86 (nota 37), 121, 139 (nota 148)
REIS DA ESPANHA 37, 99, 100, 107, 111, 118, 127, 144, 162
REIS DA FRANÇA 40, 49, 85 (nota 37), 99, 107, 108, 127, 131, 144, 145, 162, 179, 189, 190, 201
REIS DA INGLATERRA 100, 161 (nota 197)
REIS DE PORTUGAL 37, 99, 100, 102 (nota 66), 107, 111, 118, 121, 122 (nota 113), 127, 136 (nota 141), 137, 143, 144, 145 e nota 158, 155, 162 (nota 200), 177, 179, 181 (nota 226), 188, 189, 190, 191, 201, 205
ROLA, Procópio, 90
ROSEE 129
ROUEN 106 (nota 80), 128, 129
ROUILLÉ (embaixador)109 (nota 87), 116 e nota 101, 128 (nota 125), 154 e nota 179, 155 e nota 181, 156, 157 e nota 182, 159 e nota 186, 165, 167, 168, 173, 175, 176, 181, 191, 195
ROVENSON, John, 113
ROY, Pierre, 158 (nota 184)

ROYVILLE 130
RUCAUÁ (rio) 137 (nota 143)
RUESTA, Sebastian de la, 47

S

SALISBURY (Conde de) 107 e nota 83
SUA MAJESTADE PORTUGUESA 40, 65, 66, 156, 188, 191, 197, 198, 199 (nota 244), 201, 205
SÁ E MENESES, Francisco de, 137
SAINT-HILAIRE (rio) 71 (nota 15)
SAINT-QUANTIN, Alfred de, 137 (nota 143), 146 (nota 160), 174 (nota 219), 209 e nota 256
SALVADOR, Vicente do (Padre) 103 (notas 70 e 72), 114 (nota 94)
SÁ DE MENESES, Artur de, 138
SANCY, Nicolas de Harlay de, 108
SANDE, João de (capitão) 103
SANSON 174
SANSON, Guillaume, 174, 176
SANSON, Nicolas, 44, 45, 169 e nota 214, 176
SANTA AMÉRICA (fazenda) 90
SANTA CRUZ (fazenda) 90
– (ilha) 105 (nota 75)
SANTA MARGARIDA (fazenda) 90
SANTA MARIA (fazenda) 90
– (golfo) 96 e nota 58
SANTA MARÍA DE LA MAR DULCE (rio) 93, 94, 96, 201
SANTARÉM (Visconde de) 102 e nota 67, 108 (nota 85), 141, 142 (nota 155), 148, 149 (nota 171), 153, 154 e notas 178 e 180, 155 e nota 181, 157, 168, 177 (nota 222), 191 (nota 237)
SANT IUAN DE PUERTO RICO 105 (nota 75)
SANTO AMBRÓSIO (cabo) 43, 44, 50
SANTO TOMÉ DE GUIANA 112
SANTO ANTONIO DE GURUPÁ (forte) 114
SANTO ANTONIO DE SURUBIÚ (missão) 123

SANTO ANTONIO DO PARÁ 77 (nota 29)
SANTO DOMINGO 97 (nota 60), 102 e nota 66, 103 (nota 72)
SANTORAL 43, 50
SÃO BENTO (fazenda) 90
SÃO JOAQUIM (fazenda) 90
SÃO JOSÉ (baía) 109
SÃO JOSÉ (fazenda) 90
SÃO LUÍS (forte) 162
– (cidade) 108
SÃO LUIS DO MARANHÃO (cidade) 113, 118, 123, 136 (nota 141)
SÃO PEDRO (fazenda) 90
SÃO ROQUE (cabo) 93, 96, 104
SÃO SEBASTIÃO (fazenda) 90
SÃO VICENTE (cabo) 43, 44, 50
SARACÁ (missão) 148 (nota 170)
SARTINE (M. de) 208
SAWKINS, Gay, 78
SCHOMBURGK 78, 79
SENA 42
SEVILHA 45, 46, 47, 94 e nota 52, 102 e nota 68, 103 (nota 68)
S. FRANCISCO DEL QUITO (rio) 117 (nota 102)
SICELL (cabo) 83
SILVA, Joaquim Caetano da, 34, 43, 71, 83, 84, 85 (nota 34), 93 (nota 50), 98 e nota 63, 101 (nota 65), 105, 108, 123 (nota 114), 125 (nota 123), 129 (nota 127), 130 e nota 130, 136 (nota 143), 141 e nota 153, 146 (nota 160), 149 (nota 171), 150 (nota 175), 168, 169, 171 (nota 217), 172, 173 (nota 218), 175 e notas 219 e 220, 180 (nota 225), 181, 182 (notas 228 e 229), 185 (nota 232), 187 (nota 233), 188 (nota 235), 189, 193, 194, 197 (nota 243), 202 (nota 246), 207 (nota 249), 208 (notas 252, 253, 254 e 255), 209 e nota 257, 210 (notas 258 e 259), 211 (nota 261)
SILVES (missão) 148 (nota 170)
SINAMARI (rio) 128, 129, 130, 145, 160, 161 (nota 196)
SINDHLER, Nicolas (padre) 170
SIPÓ (rio) 78
S. JOSÉ DA BARRA DO RIO NEGRO (forte) 124 (nota 118)

SLOANE 114 (nota 94)
SOARES DE SOUSA, Gabriel, 103 (nota 70)
SOARES MORENO, Martim, 108
SOCIEDADE GEOGRÁFICA DE PARIS 76 (nota 28)
SOLIS, Juan Diaz de, 93
SOUSA, Manuel de (padre) 124
SOUSA, Pedro Alexandrino de (coronel) 75, 76 e nota 25
SOUSA CHICHORRO, Aires de (capitão) 116, 120
SOUSA COUTINHO, Francisco de (dom) 209
SOUSA FUNDÃO, Francisco de (capitão) 146
SOUTHEY, Robert, 109 (nota 87), 116 (nota 100)
STIERRO (forte) 132
STRAFFORD (Lorde) 197
SUA ALTEZA REAL O PRÍNCIPE REGENTE DO REINO DO BRASIL 63
SUA ALTEZA REAL O PRÍNCIPE REGENTE DO REINO DE PORTUGAL 63
SUCURUJU (rio) 86 (nota 37), 210
SUÉCIA 131
SUÍÇA 32, 42, 61, 66 (nota 6)
SURINAME 129, 130 e nota 128, 143, 144
SURUBIÚ (rio) 123, 133 (nota 139), 148 (nota 170)

T

TABANIPIXI 140
TACANAPI (rio) 76
TACUJUS 140
TAPAJOSOS (rio) 118 (nota104)
TAPANAHONI (rio) 66
TAPICORU (rio) 97
TAPIRI 75
TAPOYWASOOZE (índios) 107
TAPUJUCUS (índios)107
TAPUJUÇUS (rio) 123, 133 (nota 139)
TAPUIUÇUS (missão) 148 (nota 170)

TAROUCA (Conde de) 190, 191, 193, 196
TARTARUGAL (rio) 85, 86 (nota 37), 90, 139 (nota 148)
TATTON, Gabriel, 83 e nota 32, 84, 161 (nota 195)
TAUREGE (forte) 115, 163 (nota 205)
– (rio) 114 (nota 95), 115
TAVERNIER (senhor) 44, 169 (nota 214)
TEIXEIRA, Domingos, 121 (nota 109), 125 (nota 123), 182 (nota 228)
TEIXEIRA, João, 161 (nota 195), 206 e nota 248, 207 (nota 248)
TEIXEIRA ALBERNÁS, João, 207 (nota 248)
TEIXEIRA, Pedro, 111, 114, 115, 117, 128, 163 e nota 205
TERNAUX-COMPANS 130 e notas 129 e 132, 132 (nota 136)
TERRA DE YAPOCO ou YAPOCO 106 e nota 81
THORNTON, Robert (capitão) 107
TIJIOCA ou TIJOCA (ponta) 72, 73
TILLETILLE 114 e nota 95
TOCANTINS (rio) 108
TOCUJÚS (rio) 164
TODOS-OS-SANTOS (fazenda) 90
TOERÉ (rio) 77
TORCY (marquês de) 188, 189
TORIBIO MEDINA 97 (nota 60), 103 (notas 68 e 69)
TORREGO (forte) 122, 137 e nota 144, 138, 163
TOULON 169
TOULOUSE 213 (nota 263)
TOURAINE 104
TRACAJATUBA (rio) 84
TRAJAUÍ 75, 76
TRALHOTE (igarapé) 87
TRATADO DE AMIENS (1802) 210, 213 e nota 263, 215
TRATADO DE ARBITRAMENTO de 1897, 31, 32, 35, 39, 40, 41, 42
TRATADO DE BADAJOZ (1801) 210, 211, 212 (nota 262), 213, 215
TRATADO DE LISBOA (1700) 37, 39, 143, 151, 171 (nota 217), 184, 221
– (1703) 188, 221
TRATADO DE MADRI (1750) 207
– (1801) 210, 212 e nota 262, 216
TRATADO DE NIMEGA (1677) 160

TRATADO DE PAZ ASSINADO EM LISBOA (1668) 118
TRATADO PRELIMINAR DE PAZ ASSINADO EM LONDRES (1801) 212 (nota 262)
TRATADO DE PARIS (1797) 210
– (1814) 211 (nota 261), 212 (nota 262), 214
TRATADO DE TORDESILHAS (1494) 98, 99
TRATADO DE UTRECHT (1713) 32, 35, 37, 39, 40, 43, 47, 49, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 74, 84, 85 (nota 36), 100, 142 e nota 155, 143, 149 (nota 171), 150, 151, 153, 159, 182 (nota 229), 193, 197 e nota 243, 199, 200, 201 e nota 245, 202, 205, 206, 207 (nota 249), 208, 209, 210, 211, 215, 216
TRATADO PROVISIONAL DE LISBOA (1700) 66, 85, 99, 142, 143, 151, 153, 154, 155, 169, 172, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185 e nota 232, 187, 188, 189, 190, 191, 197, 199, 200, 201, 203, 215
TRINIDAD (ilha) 107, 112, 127
– (em inglês no texto) 105 (nota 75)
– (em espanhol no texto) 107
TRIVIGIANO, Angelo, 93 (nota 49)
TROMBETAS (bacia) 205
– (rio) 78
TUCUJUS (índios) 107, 114, 137
TUCUPÁS (índios) 137 (nota 144)
TUMUCUMAQUE ou TUMUC-HUMAC (serras) 38, 62, 67, 70, 75, 77 e nota 30, 78, 79, 82, 100, 124, 205, 216
TURIM 96, 201
TUI (praça) 188
TYNDALL, Thomas (capitão) 107

U

UAÇÁ (rio) 83, 87, 137 (nota 143), 176
– (Vilarejo) 91
UACARAPI (rio) 123, 133 (nota138)
UANARI (rio) 87
UARIMIUACA 114 e nota 95

UNIMAMARI, (rio) 136
URUAITU (rio) 76, 77
URUBU (rio) 143, 148 (nota 170),
URUBUCUARA (rio) 147 (nota 169)
URUGUAI (Visconde) 34, 155, 157 e nota 182, 207 (nota 251), 214
UTRECHT 39, 61, 67, 148, 151, 153, 159, 191, 195 (nota 240), 200, 207

V

VALDOVINOS, Manoel de, 94
VALENÇA (praça) 188
VALLADOLID 95 (nota 57)
VAN DER GOES 121 (nota 109)
VAN DOET, Jan, 104
VAN LANGEREN 104, 106 (nota 79)
VARNHAGEN (Visconde de Porto Seguro) 103 (nota 71), 121 (nota 109)
VASAS (rio) 104
VASCONCELOS, Luís Aranha de, 114
VAUDECLAYE, Jacques de, 97, 104
VAUX, Charles des, 104, 107, 108
VAZ DOURADO 97
VEIROS (forte) 120 (nota 106)
VICENTE ou VINCENT (rio) 45, 202
VICENTE PINTO (rio) 202
VICENTE PINZÓN (baía) 47, 206, 207
– (cabo) 168 (nota 212)
– (forte) 208
VICENTIANES (rio) 201, 202
VIENA 64, 214
VIEIRA, Antonio (Padre), 122 (nota 113), 124 (nota 117), 136 (nota 141)
VIGO (praça) 188
VICENTE PINÇON ou PINSON (rio) 32, 35, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 61, 62, 65, 66, 67, 69, 70, 74, 84, 86, 87, 99, 107, 117, 119, 124, 136, 137, 142, 147 e nota 163, 148, 153 (nota 176), 155, 162, 163, 164, 165, 166, 167 e nota 211, 168 e nota 212, 170, 171 e nota 217, 173, 174 e nota 219, 175, 176, 177, 178, 180, 181,

182 (nota 229), 183, 184, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 206 e nota 248, 207 e nota 249, 208, 209, 211 e nota 260, 216
– (em latim no texto) 32, 35, 37, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 180, 184,
VITERBO, Souza, 45
VISCHER, N. J., 106 (nota 79)
VISENTE JANES (rio) 202

W

WALCKENAER (Barão) 71 e nota 14, 86
WANARY (rio) 106
WASHINGTON 31, 33
WELLINGTON (Lorde) 78
WEST-INDISCHE COMPAGNIE 115 (nota 97)

X

XINGU (rio) 107

Y

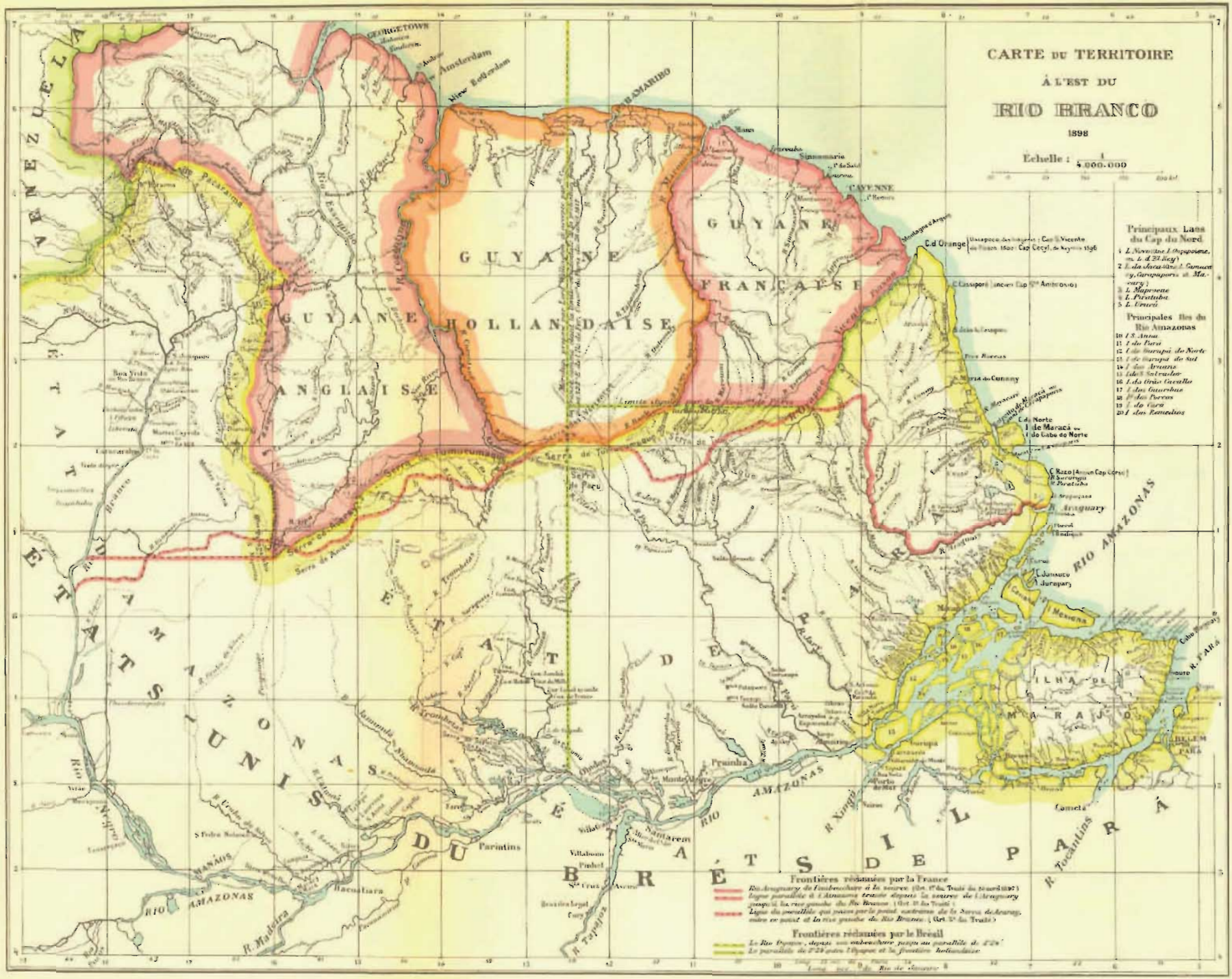
YANSUANDRIZ 121 (nota 109)

YARI (rio) 136 (nota 142)
YARJ (rio) 147
YAUÊ 75

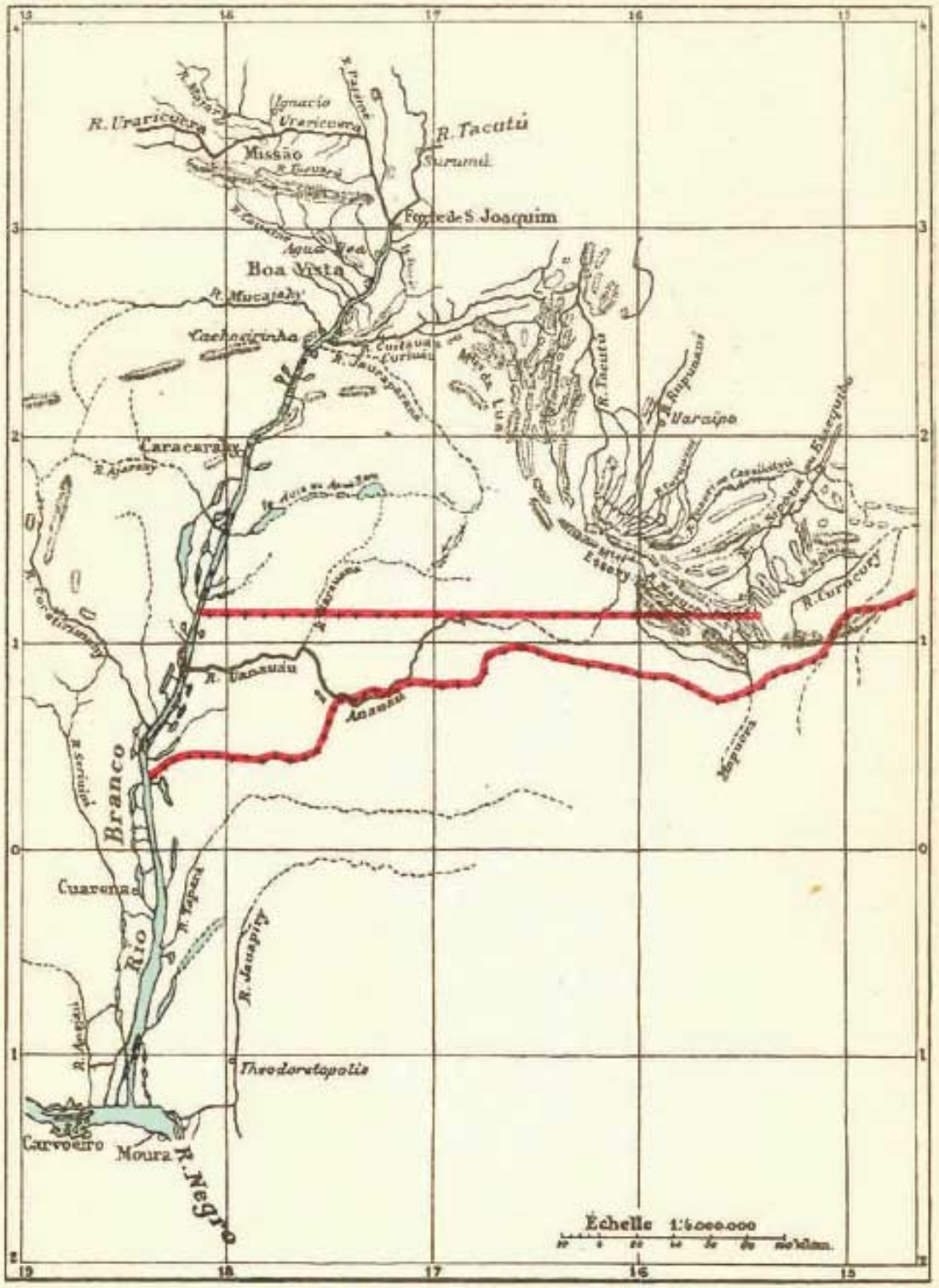
Z

ZACHEO (ilha) 105 (nota 75)
ZEIBA (igarapé) 85

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)


CARTE DU TERRITOIRE
À L'EST DU
RIO BRANCO
1898
Echelle : 1/4.000.000
GUYANE FRANÇAISE
GUYANE HOLLANDAISE
GUYANE ANGLAISE
ETAT LIBRE DU AMAZONAS
ETAT DE PARÁ
ETATS UNIS DU BRÉSIL
RIO AMAZONAS
ILHA DE MARAJÓ
Principaux Lacs du Cap du Nord
Principales Iles du Rio Amazonas
Frontières réclamées par la France
Frontières réclamées par le Brésil

Nº 02



SOURCES DE L'ESSEQUIBO

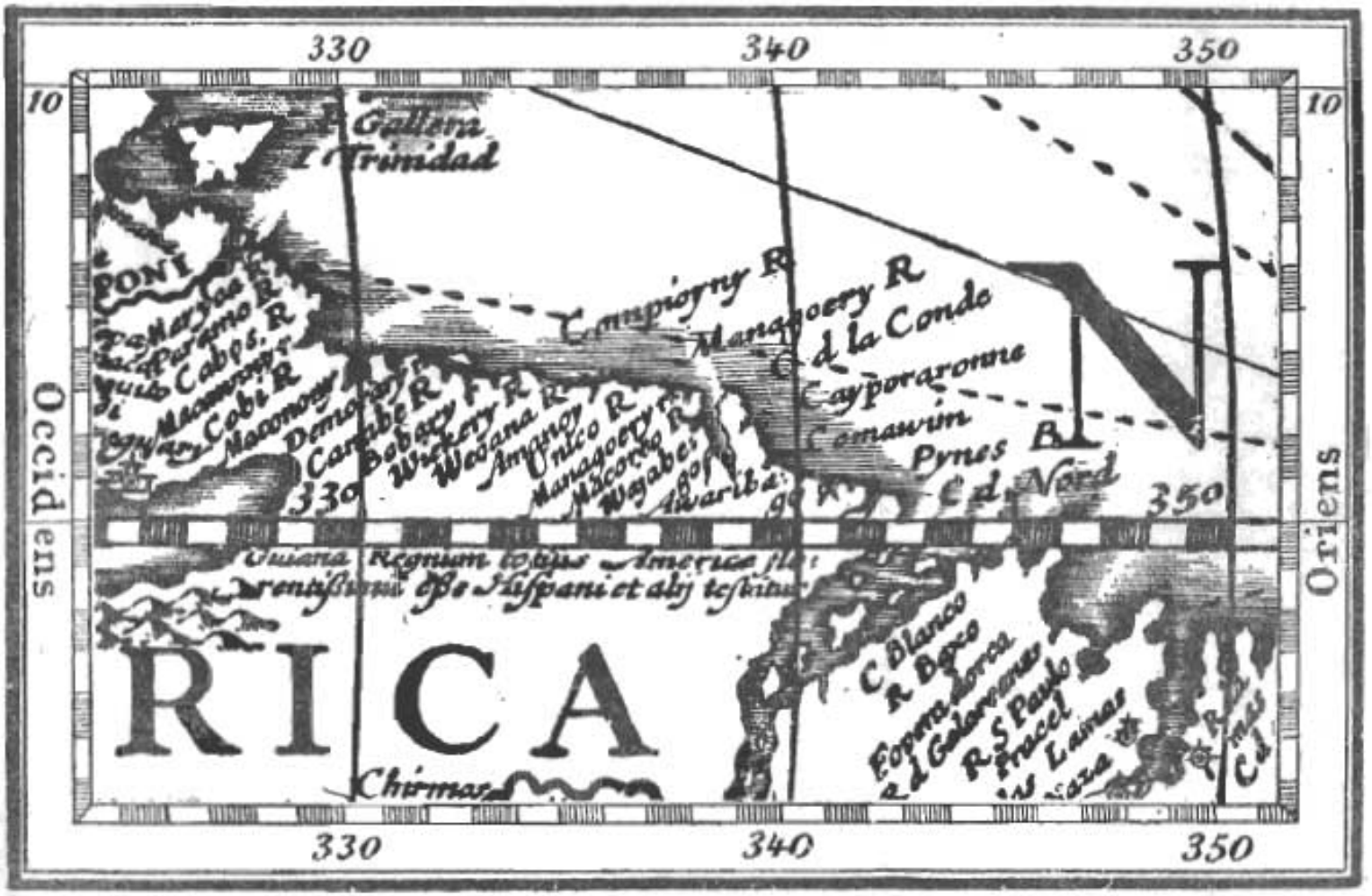
ET PARTIE DU BASSIN INFÉRIEUR DU RIO BRANCO

d'après les Cartes V, VI et VII de l'Atlas de H. COUDREAU.

Tracé des deux lignes intérieures de la prétention française sur cette carte (Article 8 du Traité de 1897.)

Source de l'Essequibo { d'après COUDREAU, 1°8' de latitude Nord ____ d'après SCHOMBURGK 0°41' de latit. N. ____ d'après la correction faite par CATHCART CHALMERS, J. GAY SAWKINS et CHARLES B. BROWN 0°46'50" de latit. Nord.


CARTE DE LA
RÉGION GUYANAISE
OCÉAN ATLANTIQUE
GUYANE FRANÇAISE
GUYANE HOLLANDAISE
GUYANE ANGLAISE
VENEZUELA
ETATS-UNIS DU BRESIL
ETAT DE PARA
RIO AMAZONAS
AMAZONAS
Frontières reconnues par la France
Frontières réclamées par le Brésil

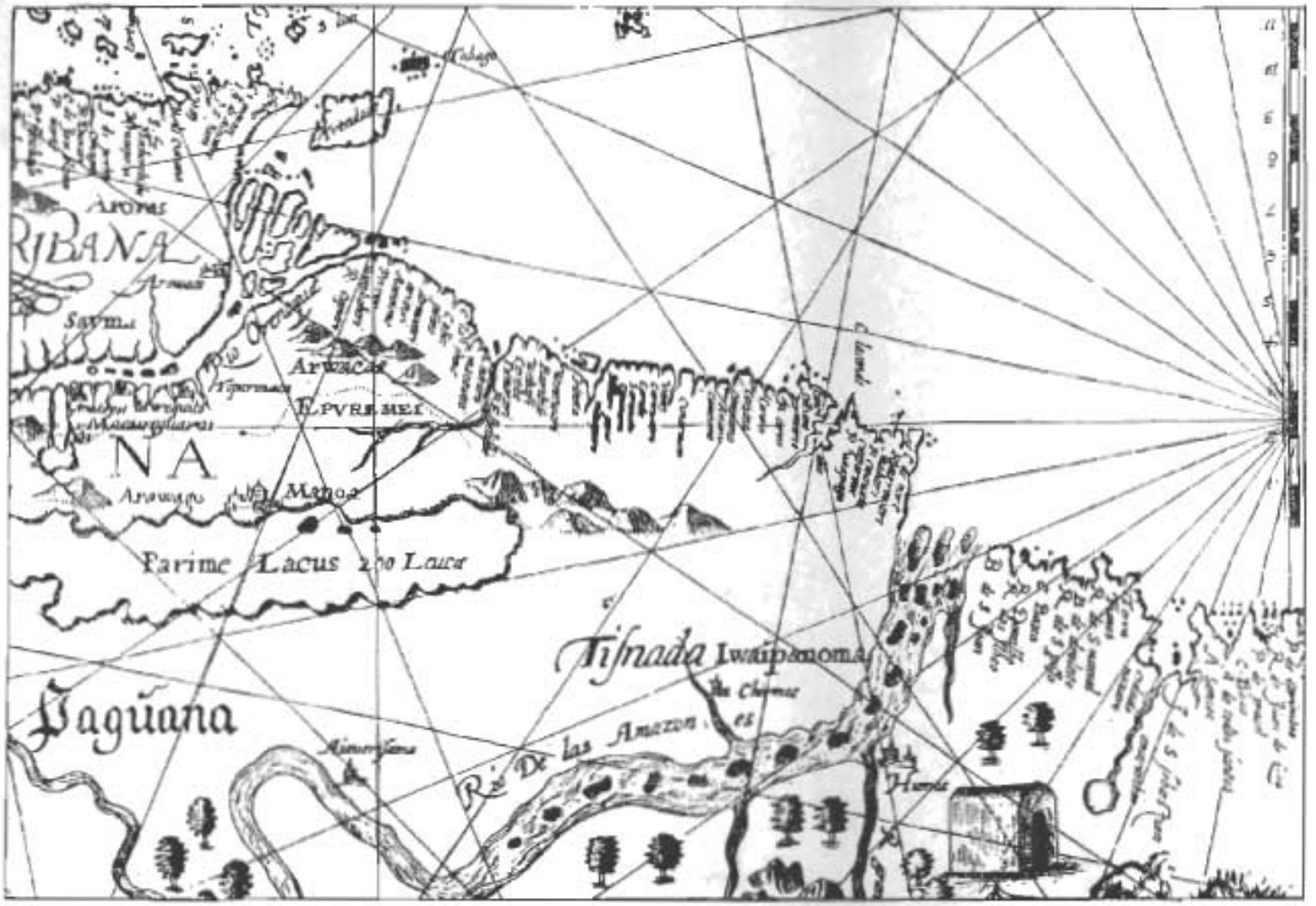


P. KEER (PETRUS KŒRIUS)

1614

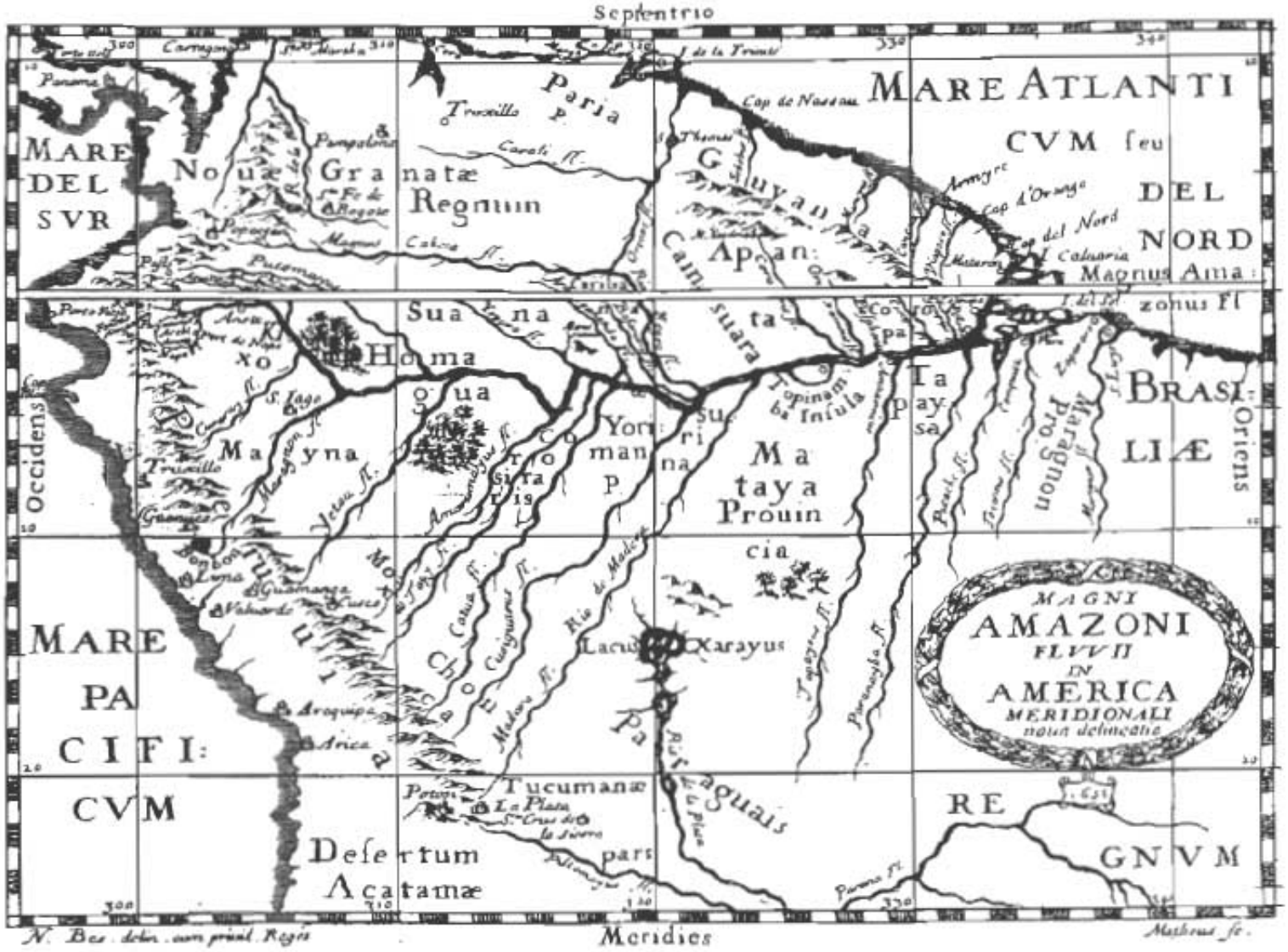
(Amérique, N° 56 de l'Atlas)

Nº 04



CLEMENDT DE JONGHE
Vers 1640
(L'Amérique, N° 65 de l'Atlas)

N° 05



COMTE DE PAGAN
1655

Nº 06

Nº 07

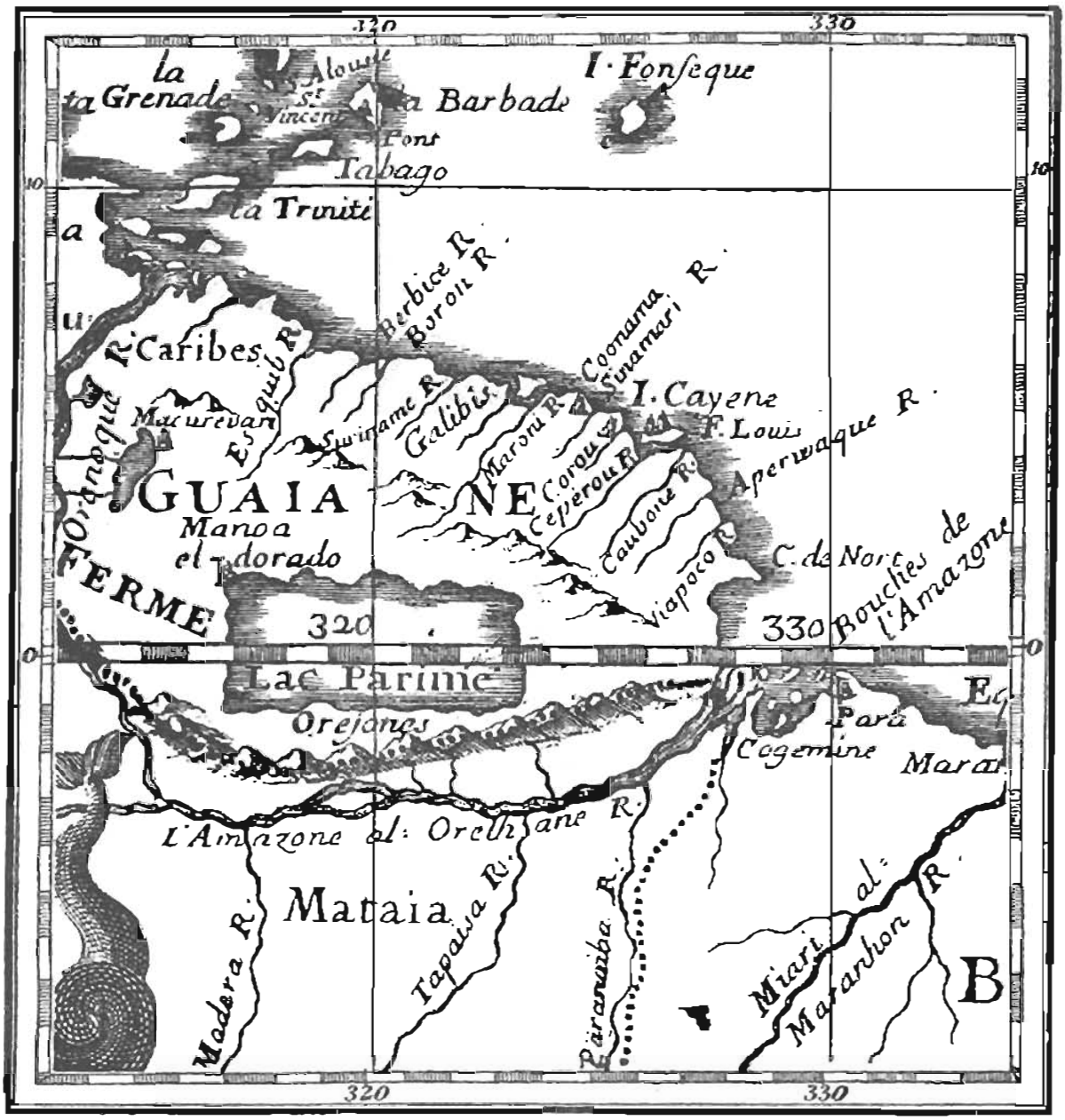


PIERRE DU-VAL

1664

(L'Amérique, Nº 77 de l'Atlas)

Nº 08

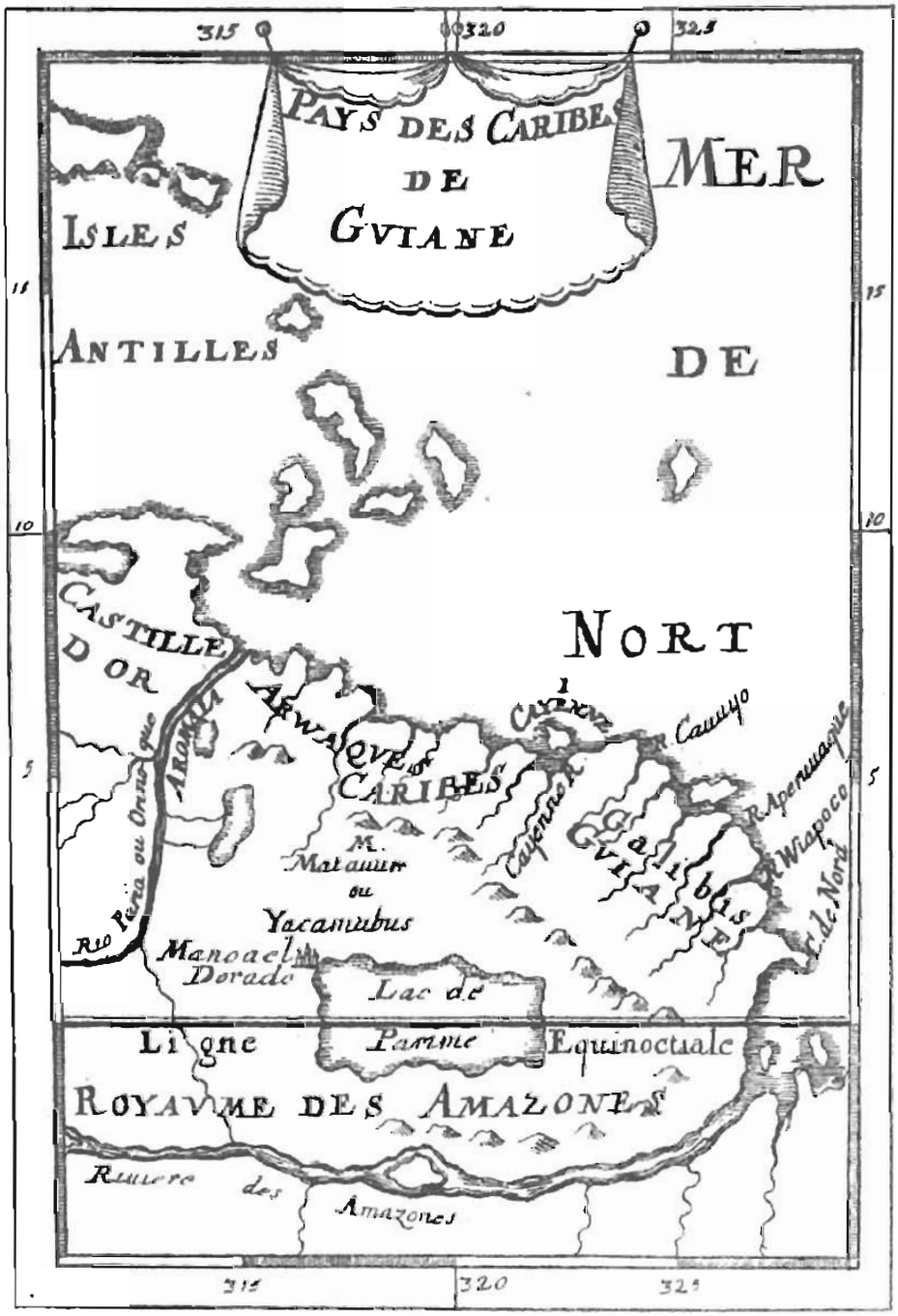


PIERRE DU-VAL

1679

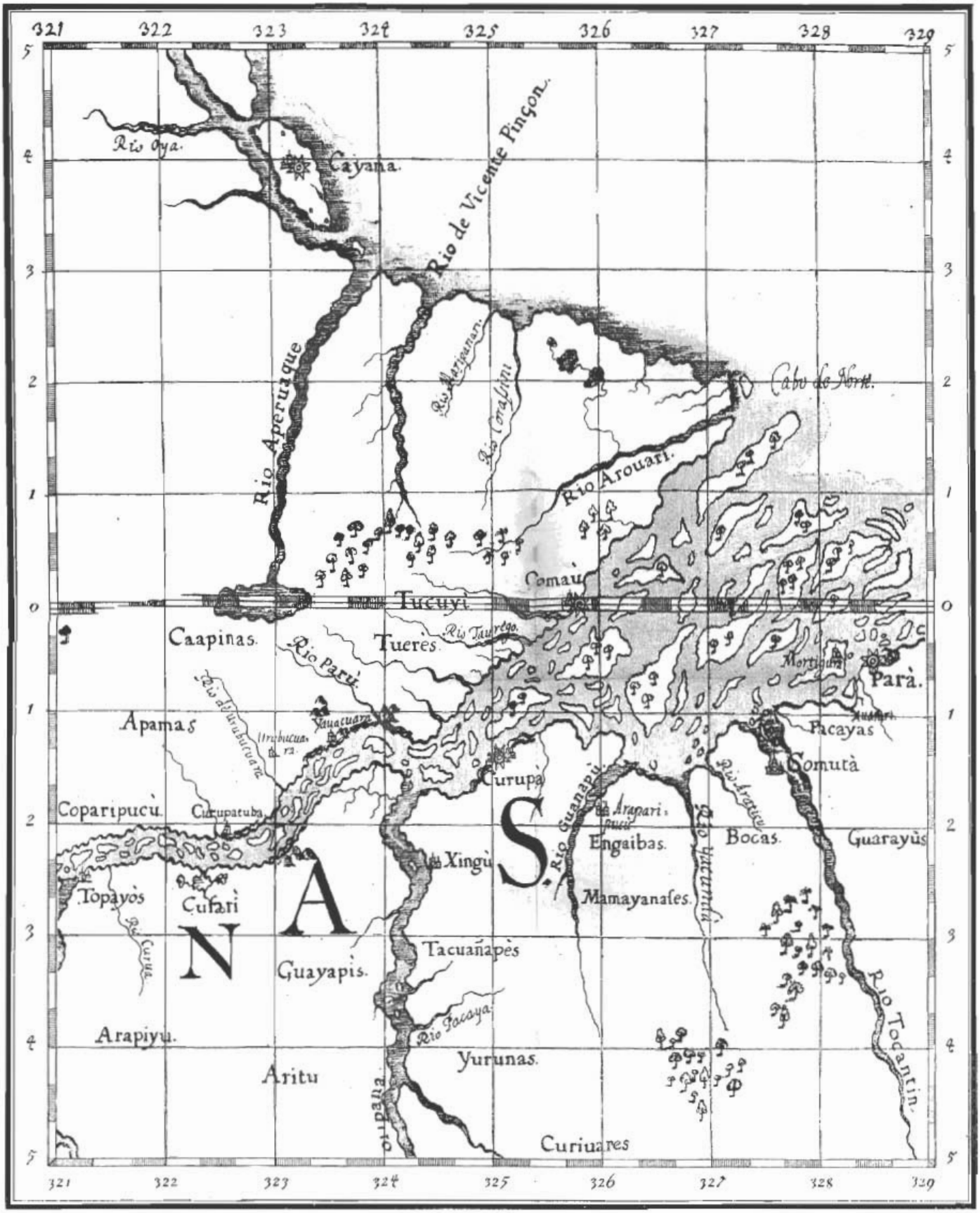
(La Mer de Nort, Nº 79 dans l'Atlas)

Nº 09

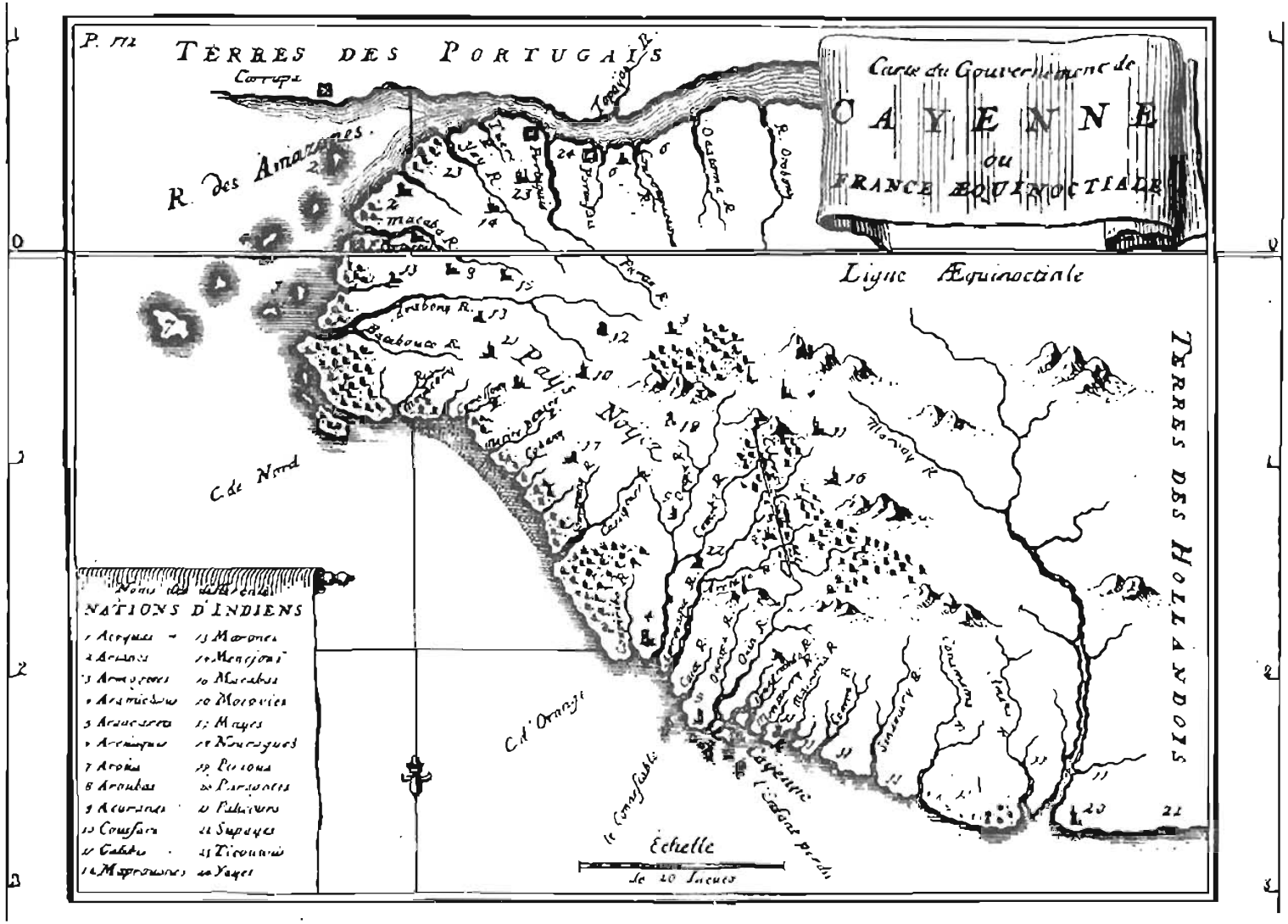


MANESSON MALLET

1683



LE PÈRE SAMUEL FRITZ
1695



FROGER
1698 et 1699

No 11

Nº 12



FRITZ
1707

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

IV

QUESTÕES DE LIMITES

GUIANA FRANCESA

2A MEMÓRIA

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
IV

QUESTÕES DE LIMITES
GUIANA FRANCESA

2ª MEMÓRIA

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

IV

Questões de Limites
Guiana Francesa

2ª Memória

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ferreira Ventura
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco IV : questões de limites Guiana francesa segunda memória. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
233 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-355-7

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Este volume reproduz, traduzido para o português, o texto em francês da *Segunda Memória do Brasil* apresentada ao governo da Confederação Suíça (Tomo I, Berna, Imprimerie Staemfli, 1899).

O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.

SEGUNDA MEMÓRIA APRESENTADA PELOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL AO GOVERNO DA CONFEDERAÇÃO SUÍÇA

ÁRBITRO

ESCOLHIDO SEGUNDO ESTIPULADO PELO TRATADO DO RIO DE JANEIRO, CONCLUÍDO EM 10 DE ABRIL DE 1897 ENTRE

O BRASIL E A FRANÇA

A presente edição inclui apenas o Tomo I – Memória em resposta às alegações da França, acompanhada de alguns mapas e quadros.

Dos demais Tomos (II a V) e o Atlas (VI) são incluídos apenas os sumários.

Ao final desta edição estão relacionados os mapas do Tomo I.

Sumário

A missão do árbitro. Segundo o compromisso, ele é um juiz, não um mediador, 21

I
O Oiapoque ou Vicente Pinzón, 31

Oiapoque era o nome principal, Vicente Pinzón, o nome acessório, durante as negociações de 1697 a 1713, 31

Documentos dessas negociações nos quais são citados os nomes "Oyapoc" ou "Yapoco", assim como o nome Araguari, aplicado a outro rio, 33

A questão do Vicente Pinzón primitivo, 33

II
A viagem de Vicente Pinzón, 39

O cabo de São Vicente, 42

Os "topázios" encontrados por Pinzón, 44

A “costa alagada”, 44

Os “morros” do Oiapoque, 46

III
A Casa de Contratação de Sevilha, 51

O Maranhão, 55

Mapas de Turim (1523), de Weimar (1527) e de Ribeiro (1529), 57
Ainda os “morros”, segundo Kohl, 58

O Padrão Real de 1536 (mapa de Alonzo de Chaves), 59

O Vicente Pinzón do Padrão Real de 1536, ou Padrão de Carlos V, ao lado dos “morros”, é o Oiapoque, 62

A questão das latitudes nos séculos XVI e XVII, 62

IV
Cartógrafos da Escola de Sevilha (após 1536) ou inspirados nela, como Sebastião Caboto (1544), Diego Gutierrez (1550), Gerard Mercator (1569), Abraham Ortelius (1570 e 1587), André Thevet (1575), Philippe Apian (1576) e vários outros. Em seus mapas, o Vicente Pinzón é o Oiapoque, 65

Os cartógrafos portugueses, André Homem, Diogo Homem e Vaz Dourado, 68

O Vicente Pinzón guianense anterior ao do Padrão de 1536, 70

Mapas do tipo sevilhano, mostrando o rio Vicente Pinzón e o rio Fresco primitivos, e mapas portugueses mostrando o Vicente Pinzón do Padrão Real de 1536 (quadro nº I: Maiollo, 1519; Ottomano Freducci, 1514-1515; Maiollo, 1527; Riccardiana, após 1532; Diogo Homem, 1558;

André Homem, 1559; Diogo Homem, 1568), 72

Mapas de Ottomano Freducci (1514-1515) e de Maiollo (1527), que trazem o Vicente Pinzón primitivo, 74

O rio Fresco guianense era o Aprouague, 77

Classificação dos cartógrafos portugueses segundo a figuração que fazem do Vicente Pinzón primitivo e do segundo e definitivo Vicente Pinzón da Casa de Contratação de Sevilha (Anônimos de La Riccardiana e da Biblioteca Nacional de Paris; André Homem 1559; Bartolomeu Velho, 1561; Lázaro Luís, 1561; Diogo Homem, 1558 e 1568; Vaz Dourado 1564 a 1580; Domingos Sanches, 1618; Antônio Sanches, 1623), 78

Mapas de van Langren (1596) e de Wytfliet (1597), 80

O Vicente Pinzón primitivo era o Maroni,80

Conclusões, 81

V

Mapa de Sebastián de Ruesta, de 1655, cosmógrafo da Casa de Contratação. Aprovado por esse estabelecimento, pelo Conselho das Índias e por Filipe IV. O Vicente Pinzón do Padrão de 1536 é representado nesse mapa a oeste e ao lado do cabo Orange, 83

Estudo comparativo da nomenclatura geográfica na Guiana em vários mapas da Escola de Sevilha ou inspirados nela (quadro nº II: Mapa de Turim, 1523; Diogo Ribeiro, 1529; Alonzo de Chaves, 1536; Sebastião Caboto, 1544; Diego Gutierrez, 1550; Gerard Mercator, 1569; Vaz Dourado, 1571; e Sebastián de Ruesta, 1655, 89

Os Mapas do p. Samuel Fritz (1691 e 1707), 89

Pretensas autoridades que se opõem ao Brasil, 90

VI
Os portugueses e o Vicente Pinzón no século XVII, 95

Os manuscritos do p. Pfeil, missionário no Araguari. Documento que mostra que o Vicente Pinzón dos portugueses era o Oiapoque, tendo sua embocadura entre a montanha de Prata e o cabo Orange, 98

VII
O Oiapoque "nome genérico". Os documentos apresentados para prová-lo: Jean Mocquet e Jean Guerard. Resposta, 103

VIII
Mapas franceses anteriores a 1713, 111

IX
A capitania portuguesa do cabo do Norte e a expedição de Paes do Amaral, 115

A medida das distâncias nos mapas do século XVI, 117

X
O nome cabo do Norte aplicado a uma região e a um cabo, 121

Latitude atribuída ao cabo do Norte pelos portugueses do século XVII, 124

"Pynes Bay", 125

O pretenso braço setentrional do Araguari, 128

A pretensão ao Araguari. Os deslocamentos de rios e o leito abandonado dos rios. Grotius e Vattel, 129

O texto de Berredo, 130

XI
Um pretenso estabelecimento francês no Xingu no século XVII, 133

A expedição de Ferrolle em 1688 e a resposta do comandante português do Araguari, 134

A invasão francesa de 1697, 134

XII
O Tratado de 1700, 137

Limites do território neutralizado em 1700, 137

As negociações de Utrecht. Uma passagem atribuída a Brochado, 139

O despacho de 17 de fevereiro de 1713 de lorde Bolingbroke, 140

A bacia do Amazonas e a "linha terrestre". A ocupação de um litoral e "the right of contiguity", 143

XIII
Acontecimentos posteriores ao Tratado de Utrecht, 147

Inexatidões e traduções incorretas de certos documentos enviados de Caiena, 147

A opinião de um ministro francês em 1772, 147

A opinião dos espanhóis e dos ingleses citada contra o Brasil, 148

O mapa português de 1749, 148

Portugueses, *bem depois do Tratado de Utrecht*, admitem a distinção entre o Oiapoque e o Vicente Pinzón, embora continuem a sustentar que o Oiapoque é o limite estipulado em Utrecht, 149

Os tratados impostos a um Portugal derrotado durante o Diretório e o Consulado. Tratados nulos, 150

XIV
As pretensões do Brasil, 153

Apêndice, 155

Relação dos mapas reunidos neste volume, 157

Relação dos documentos apresentados nos tomos II a VI, 159

Índice onomástico e toponímico, 207

QUESTÃO DE FRONTEIRAS ENTRE O BRASIL E A GUIANA FRANCESA*
SEGUNDA MEMÓRIA DO BRASIL

* TRADUÇÃO DE JEANNE SAWAYA E CATARINA ELEONORA F. DA SILVA

Os documentos, em parte inéditos, que o Brasil submete agora ao exame do árbitro, lançam uma nova luz sobre a causa a julgar e tornam muito fácil a tarefa que nos incumbe.

Quase todos esses documentos são acompanhados por comentários ou notas explicativas. Os que a França apresentou se encontram transcritos nos volumes que seguem, completados por outros documentos franceses, ingleses, portugueses e espanhóis, e estudados cuidadosamente de maneira a facilitar, na medida do possível, seu exame pelo árbitro. As notas explicativas ou retificativas que os acompanham são uma resposta suficiente para grande número de alegações de nossos contraditores. Entre as peças que o Brasil verte agora no processo, há algumas que destroem completamente toda a hábil e complexa argumentação da primeira *Memória* francesa.

Não é, portanto, necessário darmos grandes proporções a essa segunda Memória do Brasil. O interesse de nossa causa não é dar início a uma dialética sutil, mas, ao contrário, simplificar o debate, e dizer o essencial com vista a contribuir para o entendimento do árbitro.

É, sobretudo, a última parte da *Memória* da França, sua "Exposição Geográfica", na qual se tentou provar que o Oyapoc ou Japoc dos Tratados de 1700 e de 1713 não era o Oiapoque, mas o Araguari, que exige um exame mais atento. Para refutar a "Exposição Jurídica e Diplomática", assim como

a "Exposição Histórica", a evidência dos documentos que precederam e acompanharam a assinatura desses dois tratados basta amplamente.

Há, entretanto, um ponto na *Memória* da França que é preciso destacar desde já: é o ardoroso apelo dirigido ao árbitro por uma solução transacional. Desejar-se-ia persuadi-lo de que o compromisso de 10 de abril de 1897 lhe conferiu "poderes ilimitados", "poderes soberanos".

Segundo esse tratado, diz-se,

> o governo da Confederação Suíça é solicitado a conhecer todos os elementos do litígio. Seus poderes não estão limitados à apreciação de fórmulas irredutíveis e invariáveis. Ele pode seja dizer o direito tal como ele lhe parece emanar dos textos, seja arbitrar com ânimo equitativo e benévolo a tal *decisão transacional* que lhe pareça justificada. Se achamos por bem dever investir o governo da Confederação Suíça desses poderes ilimitados, não é por desconfiança de nossa causa, mas para dar ao árbitro um testemunho inconteste de nossa confiança em sua justiça, em sua imparcialidade e na elevação de seus propósitos. No desejo de ter uma solução completa, não quisemos entravar seu julgamento encerrando-o em limites demasiado estreitos; empenhamo-nos em fornecer-lhe todos os meios para exercer livremente sua missão e decidir, sem apelo e sem restrição, seja no terreno do direito, seja *no da conveniência e da equidade*. Se o fizemos, é por estarmos convencidos de que, dada uma jurisdição tão elevada, podíamos sem receio confiar-lhe poderes soberanos...

Devemos protestar contra essa interpretação, que não autoriza nem a letra, nem o espírito do tratado, nem os documentos das negociações que precederam esse instrumento.[1]

Certamente, a confiança da nação brasileira e de seu governo no árbitro escolhido é absoluta; entretanto, segundo as cláusulas do compromisso, as duas partes interessadas não se encontram em presença de um mediador, mas em presença de um verdadeiro árbitro, convocado a dizer apenas o direito.

Não se lê, no Tratado de 10 de abril de 1897, a cláusula de mediação amigável, tão desejada pelos negociadores franceses, da qual um jurisconsulto conhecido falava nos seguintes termos, não muito tempo atrás:[2]

---

1 Documentos sobre as negociações que precederam o Tratado de Arbitragem, no tomo III, pp. 325 a 383.

2 G. Rolin-Jaequemyns. Rev. de Droit International et de Legislation comparée, tomo XXIII, 1891, pp. 88 e 185.

> Que dois Estados, como dois particulares, possam, ao escolher um árbitro, estender os poderes deste de modo a constituir o que em direito privado se chama um árbitro conciliador, não resta dúvida. É certo, com efeito, que, mesmo sem se considerar obrigado em direito a abandonar, no todo ou em parte, esta ou aquela pretensão, um Estado pode fazer esse sacrifício por amor à paz, ou no desejo de pôr fim a uma situação equívoca. Se um Estado pode fazer sacrifício *direta* e *imediatamente*, não há razão para que não possa fazê-lo *indireta* e *condicionalmente*, por exemplo, autorizando um árbitro, *no caso em que o direito lhe pareça duvidoso* de uma parte e de outra, a substituir o julgamento *dizendo o direito* por uma *solução transacional.*
>
> Mas a introdução de semelhante cláusula, num compromisso internacional, constitui um precedente útil e recomendável? Não pensamos assim...

E acrescenta:

> Há um direito internacional. Esse direito resulta seja de convenções, seja de princípios gerais aceitos pelas nações civilizadas. O objeto essencial do recurso à arbitragem entre Estados não é criar esse direito, mas fazer um juiz temporário, voluntariamente escolhido – na falta de uma jurisdição permanente e obrigatória –, pesquisar e decidir de que maneira o direito internacional se aplica a um determinado caso, que se constitui em objeto de desacordo entre as partes. Os Estados que aceitam a arbitragem reconhecem, pois, por isso mesmo (e é o que dá a esse procedimento tão alto valor), que sua diferença é suscetível de ser dirimida pelas regras do direito internacional, geral ou convencional. É falsear essa noção e comprometer-lhe a aplicação admitir de antemão, no próprio compromisso, a eventualidade de uma solução ditada, não pelo direito, mas por uma apreciação arbitrária das conveniências de cada parte...
>
> ... A parte que propuser a cláusula de composição amigável e que a desejar será geralmente aquela das duas que estiver menos segura de seu direito. Não se percebe a existência de um perigo real no caso de uma grande potência desejar mover uma má disputa contra um Estado fraco, mantendo ao mesmo tempo a aparência da imparcialidade?

Pode-se compreender a cláusula de conciliação, quando se trata de desacordos que não podem ser dirimidos segundo o direito convencional. No caso presente, havia textos precisos, convenções preexistentes e

em vigor que não podiam ser anuladas a não ser por uma declaração expressa no Compromisso.

No Congresso de Viena, diante de toda a Europa, a França, aceitando a restituição da Guiana Francesa "até o rio Oiapoque, cuja foz está situada entre o 4º e o 5º N", se comprometeu a resolver amigavelmente com Portugal a questão de fronteiras na Guiana, "*em conformidade com o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht*".

Na Convenção de Paris, de 28 de agosto de 1817, esse compromisso foi lembrado duas vezes:

> Artigo 2º. Proceder-se-á imediatamente em ambas as partes à nomeação e ao envio dos comissários para fixar definitivamente os limites das Guianas Francesa e Portuguesa, *em conformidade com o sentido exato do artigo 8º do Tratado de Utrecht, e com as estipulações da ata final do Congresso de Viena;* os comissários deverão terminar seu trabalho no prazo de um ano no mais tardar, a partir do dia de sua reunião na Guiana. Se, ao término desse prazo de um ano, os ditos comissários respectivos não conseguirem chegar a um acordo, as duas altas partes contratantes procederiam amigavelmente a um outro acordo, sob a mediação da Grã-Bretanha, e *sempre em conformidade com o sentido exato do artigo 8º do Tratado de Utrecht,* concluído sob a garantia dessa potência.

O primeiro projeto de Tratado de Arbitragem proposto pelo governo francês, em janeiro de 1896,[3] continha uma cláusula assim redigida:

> Artigo 2º. O árbitro resolverá definitivamente a questão, seja adotando inteiramente em sua sentença o traçado da fronteira que lhe será proposto por uma ou outra das duas Potências, seja escolhendo *outra solução intermediária que lhe parecer mais de acordo com o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht*.

Alguns meses depois, a 20 de março de 1896, o governo francês submetia ao ministro do Brasil em Paris outro projeto, cujo artigo 2º dizia:

> O árbitro decidirá definitivamente a delimitação de que se trata, seja adotando em sua sentença a linha de fronteira que lhe for proposta por uma ou outra das duas

[3] Ver, a respeito dos dois projetos franceses, tomo III, nos 145 e 146, pp. 345 a 352.

> Partes, seja adotando uma solução intermediária totalmente diferente, estando *as partes de acordo em dar ao árbitro os poderes mais amplos, a fim de alcançar uma solução equitativa* da dificuldade.

Ao acusar o recebimento desse documento, o ministro do Brasil em Paris não se esqueceu de esclarecer que, convencido de seu direito, o Brasil não podia aceitar a arbitragem sobre a base proposta de uma solução transacional.

> Desde agora, [dizia] (25 de março de 1896), e no que concerne ao artigo 2º do novo projeto, tomo a liberdade de lembrar a vossa excelência que o acordo amigável a ser alcançado, isto é, o arranjo definitivo dos limites por um árbitro, só poderia ser feito '*em conformidade com o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht e com as estipulações da ata final do Congresso de Viena*', assim como foi convencionado em Paris a 28 de agosto de 1817. Na entrevista a que vossa excelência faz alusão, tive a honra de solicitar-lhe que se dignasse a especificar por escrito os limites reclamados pela França. É importante que o tratado estabeleça claramente as linhas pretendidas pelas duas partes; e essa delimitação prévia do território contestado, assim como os poderes a conferir ao árbitro, constituem certamente as duas questões delicadas a discutir e resolver na negociação do tratado.[4]

Em outra carta, datada de 4 de setembro de 1896, dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa,[5] o ministro do Brasil dizia, ainda, a respeito da proposta de 20 de março de 1896:

> O projeto de Tratado de Arbitragem não especificava o objeto do litígio, pois não explicitava as pretensões das duas partes. Segundo o primeiro projeto francês, o árbitro devia resolver a questão seja adotando o traçado de fronteiras proposto por uma ou outra das duas partes, seja escolhendo 'uma solução intermediária totalmente diferente, que lhe parecesse mais de acordo com o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht'. Essa relação dava aos poderes do árbitro toda a extensão compatível com os compromissos assumidos pela França e por Portugal em 1815 no Congresso de Viena (artigo 107 da ata final) e em Paris, em 28 de agosto de 1817. Mas, no segundo projeto, as convenções em vigor desapareciam e, em lugar

[4] Tomo III, nº 146, pp. 349 e 350.

[5] Tomo III, nº 150, p. 374.

> de um árbitro encarregado de interpretar o artigo 8º do Tratado de Utrecht, era-nos proposto um mediador de uma natureza especial, dotado dos mais amplos poderes...

As negociações, interrompidas em Paris, prosseguiram pouco depois no Rio de Janeiro e resultaram no Tratado de 10 de abril de 1897.

A *Memória* da França fala desse compromisso como se a proposta de 20 de março de 1896 ali estivesse consignada. A menção ao artigo 8º do Tratado de Utrecht não foi descartada, como teriam desejado os negociadores franceses; o que se descartou, como inadmissível para o Brasil, foi a passagem seguinte do projeto francês: "... estando as Partes de acordo em dar ao árbitro os mais amplos poderes, a fim de chegar a uma solução equitativa da dificuldade."

No preâmbulo do tratado, lê-se:

"O árbitro será convidado a decidir *qual é o rio Oiapoque ou Vicente Pinzón*, e a fixar a fronteira interior."

No artigo 1º, relativo à fronteira chamada marítima, as duas altas partes contratantes formularam suas pretensões, baseando-as no artigo 8º do Tratado de Utrecht:

> A República dos Estados Unidos do Brasil pretende que, *em conformidade com o sentido exato do artigo 8º do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinçon* é o Oiapoque que se lança no oceano a oeste do cabo Orange e que, por seu talvegue, deve formar a linha fronteiriça.
>
> A República Francesa pretende que, *em conformidade com o sentido exato do artigo 8º do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinçon* é o rio Araguari (Araouary), que se lança no oceano[6] ao sul do cabo do Norte e que, por seu talvegue, deve formar a linha fronteiriça.

No artigo 2º, quando se trata de uma solução intermediária acerca da linha chamada "interior", o compromisso declara que ela deverá ser traçada "a partir da nascente principal do *rio adotado como sendo o Japoc ou Vicente Pinçon*".

---

[6] A primeira Memória do Brasil (tomo I, pp. 106 a 109) já demonstrou, segundo autoridades francesas, que esse rio deságua no Amazonas.

O artigo 1º não fala de solução intermediária ou transacional.

Vê-se, pois, com muita clareza que, no caso particular da fronteira fluvial, é uma *decisão de direito* que o compromisso reclama do artigo. A primeira *Memória* do Brasil já o dissera:

> No que concerne ao *limite marítimo*, trata-se, portanto, simplesmente de interpretar o artigo 8º do Tratado de Utrecht. É o que o Brasil e a França pedem ao árbitro, convidando-o a declarar *qual é o rio Japoc ou Vicente Pinçon*. O árbitro pode assim se pronunciar, não apenas a favor do rio Oiapoque ou do Araguari, reclamados respectivamente pelo Brasil e pela França, mas ainda a favor de um daqueles que correm no território contestado compreendido entre os dois rios reclamados, contanto que o curso d'água escolhido seja, segundo ele, *o Japoc ou Vicente Pinçon do artigo 8º do Tratado de Utrecht*.

Quanto à fronteira chamada "interior", o árbitro é solicitado a se pronunciar seja a favor da linha reclamada pelo Brasil, que é aquela que a França aceitou em 28 de agosto de 1817, ao norte da cadeia de divisão das águas, seja a favor da linha que a França reclama agora, ao sul dessa cadeia, na bacia do Amazonas, em nome do Tratado de Utrecht, que ela assinou comprometendo-se a renunciar perpetuamente a qualquer pretensão sobre o Amazonas e a não ter nenhuma "avenida" na região que ele banha,[7] seja escolhendo "como solução intermediária a partir da nascente principal do rio adotado como sendo o Oiapoque ou Vicente Pinzón, até a fronteira holandesa, a linha de divisão das águas da bacia do Amazonas, que, nessa região, é constituída em sua quase totalidade pela cumeada dos montes Tumucumaque".

É apenas nesse artigo, e *a respeito da fronteira interior*, que as palavras "solução intermediária" são empregadas, mas, mesmo nesse caso, trata-se de examinar e de *dizer o direito*, pois a demanda do Brasil se apoia no texto de uma convenção em vigor, enquanto que a demanda da França não se apoia em texto algum, e a linha intermediária indicada pelas duas partes é a do limite interior adotado implicitamente em 1713, e o mesmo que indicariam as regras do direito internacional, se ficasse

[7] "... e nem os franceses, nem os ingleses, nem nenhuma outra nação deve ter uma avenida aberta nesse país" (instruções de 17 de fevereiro de 1713, do secretário de Estado lorde Bolingbroke ao embaixador da Inglaterra na França, contendo as últimas propostas da rainha Ana, aceitas por Luís XIV a 7 de março. Ver no tomo II, Documento nº 62, pp. 461 e 462).

provado que o direito convencional é omisso.

Não é, portanto, uma acomodação, mas uma decisão *de direito* que o Brasil espera, embora, no caso, a *equidade* favoreça igualmente nossa causa. A missão do árbitro, claramente definida no compromisso, é dirimir a questão litigiosa, segundo o direito que decorre dos textos. Ele é um juiz, não um mediador.

Em 1856, em Paris, o Brasil tentou chegar a um acordo direto com sacrifício de seus direitos,[8] mas, felizmente para ele, o segundo Império francês não o quis. Quase meio século se passou, e a região entre o Carapapóris e o Oiapoque, que era então quase desabitada, se povoou cada vez mais com nossos nacionais, e isso sem nenhuma intervenção do Brasil, que sempre respeitou escrupulosamente seus compromissos. A situação atual não era mais a mesma de 1855 e 1856, e o Brasil se apressou, em 1895, a aceitar a proposta de uma regulamentação da questão de limites por meio da arbitragem, modo de solução que já fora sugerido, em 1856, pelo visconde do Uruguai, nosso plenipotenciário em Paris, e em 1888, pelo conselheiro Rodrigo Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil.

A situação do território contestado, habitado por brasileiros profundamente devotados a sua pátria, e as graves responsabilidades do Governo Federal, nesse caso, para com o povo brasileiro e para com os outros Estados de nosso continente – sem falar de nossos vizinhos do norte, os ingleses e os holandeses, aos quais a questão não pode deixar de interessar –, o impediam de admitir a cláusula de composição amigável, que teria talvez tornado possível a expansão colonial projetada pela França. Ele aceitou a arbitragem, até para a questão do território interno – pretensão revelada há apenas alguns anos e que jamais foi levada a sério na França –, e a aceitou porque, fortalecido por seu direito inegável, sabia que a causa do Brasil não podia correr perigo algum, uma vez submetida a verdadeiros juízes. Pode-se dizer com razão que, para a França, que não corre risco algum nessa arbitragem, pois nada tem a perder, a decisão do

[8] "O espírito de conciliação, o desejo de terminar a questão por parte do governo de sua majestade o imperador do Brasil está provado com clareza pelas diferentes e importantes concessões que ele se mostrou disposto a fazer para chegar a uma transação, com sacrifício de seus direitos." Declaração do plenipotenciário do Brasil na Conferência de Paris, sessão de 1º de julho de 1856 (primeira Memória do Brasil, tomo III, p. 261).

árbitro, seja ela qual for, não acarretará nenhuma medida penosa.[9] O Brasil não poderia usar a mesma linguagem. Seu dever é defender seus direitos em toda sua integridade, não para obter aumentos de território, mas para conservar o que lhe pertence há três séculos. A França não tem a seu favor, nessa questão, nem o direito histórico, nem o direito convencional. Ela já possui um vasto Império Colonial, mais que suficiente para ali poder desenvolver todos os recursos de seu gênio e de sua atividade durante os séculos vindouros.[10] O Brasil lhe deseja todos os aumentos possíveis nos continentes ainda a serem colonizados, mas não podia lhe fazer nenhum sacrifício na América, e, apoiado em seu direito, veio a Berna não para pedir soluções transacionais, mas para defender seu domínio em nome dos tratados e segundo as cláusulas do compromisso.

[9] A decisão do árbitro, seja ela qual for, não acarretará, aliás, em nenhuma medida demasiado penosa para as duas partes em causa." Extraído do "relatório feito em nome da comissão encarregada de examinar o projeto de lei, adotado pela Câmara dos Deputados, que traz a aprovação da convenção concluída, a 10 de abril de 1897, entre o governo da República Francesa e o governo da República dos Estados Unidos do Brasil, com vistas a fixar definitivamente, por meio da arbitragem, as fronteiras da Guiana Francesa e do Brasil, pelo senhor de Marcère, senador" (anexo à ata da sessão de 25 de março de 1898, do Senado Francês). Os outros membros dessa Comissão eram: senhores Silhol, Ernest Monis (atualmente, ministro da Justiça e dos Cultos), Berthelot (que acabava de ser ministro dos Negócios Estrangeiros), Jules Godin, de Casabianca, Guyot-Lavaline, Gilbert Gaillard e Ducoudray.

[10] Superfície do Brasil, inclusive o território contestado: 8.361.350 quilômetros quadrados. Superfície aproximada das possessões francesas (1899): 11.000.000 de quilômetros quadrados (ver no tomo III o nº 137 bis).

I

É em sua terceira parte, em sua "Exposição Geográfica", que a *Memória* da França começa a "pesquisar qual é o rio que os signatários do Tratado de Utrecht pretenderam designar sob o nome de *rio de Japoc* ou de *Vicente Pinzón*".

E a "Exposição Geográfica" começa com estas duas importantes declarações, de que convém tomar nota:

1º Que um rio da Guiana era geralmente conhecido em 1713, como o é atualmente, pelo nome de Oiapoque.[1]

2º Que, se o duplo nome de *Japoc* ou *Vicente Pinzón* podia aplicar-se ao Oiapoque, "o limite dos territórios a cuja soberania a França renunciava então se encontraria a 4º20'40"N".

Mas, já em sua primeira parte, a *Memória* da França tinha reconhecido que o *Japoc ou Vicente Pinzón* de Utrecht é idêntico ao "*rio de Oiapoque dito de Vicente Pinzón*" mencionado no Tratado Provisório de 1700; já nas conferências de Paris, em 1855 e 1856, o plenipotenciário da França declarara que o limite recusado por Luís XIV em 1700 foi formalmente aceito por esse rei em 1713.[2]

---

[1] "Se eles se aplicam" (os nomes *Japoc* e *Vicente Pinzón*), "como pretende o Brasil, ao rio geralmente conhecido, hoje como em 1713, pelo nome de Oiapoque, o limite dos territórios sob a soberania..." etc. (p. 233, tomo I da *Memória* francesa).

[2] Quarta sessão, 11 de outubro de 1855, p. 84 do tomo III da primeira Memória do Brasil.

Se, portanto – como é incontestável –, o *Japoc* ou *Vicente Pinzón* de Utrecht é o *Oiapoque* do Tratado de 1700, parece-nos impossível que um espírito imparcial possa admitir que o governo e os diplomatas franceses, querendo designar o *Araguari*, já conhecido sob esse nome – ou qualquer outro rio entre o cabo do Norte e o Orange – tenham empregado o nome *Oiapoque*, pelo qual um rio dessa região "era geralmente conhecido" em 1700 e em 1713, como o é ainda hoje.

O Brasil mantém nesse debate – como Portugal sempre manteve – que o Oiapoque dos Tratados de 1700 e 1713 é o rio universalmente conhecido por esse nome desde 1596, rio que se lança na antiga baía de Vicente Pinzón ou de Oiapoque, entre o morro de Prata e o cabo Orange.

A França, depois de haver pretendido alternadamente que o Oiapoque ou Vicente Pinzón de Utrecht fosse o *Cassiporé*, o *Calçoene*, o *Maiacaré*, o *Carapapóris* – ao norte do cabo do Norte –, afirma agora que o rio aceito em Utrecht era o *Araguari*, ao sul desse mesmo cabo.

Querer provar que as designações *Oyapoc*, *Japoc*, *Yapoco*, e outras variantes, que se leem nas peças diplomáticas de 1697 a 1713, não se aplicavam ao *Oiapoque*, mas ao *Araguari*, é certamente uma tarefa extremamente difícil, que se pode executar com um grande talento e dando prova de erudição, como se fez, mas sem nenhuma possibilidade de chegar a convencer seus leitores. É como se, a propósito de um ato que faça menção ao rio *Sena*, se resolvesse estabelecer que os signatários desse documento não tinham pretendido designar aquele rio e que era incontestavelmente do rio *Gironda*, e não do rio *Sena*, que se tratava.

A "Exposição Geográfica", desde a segunda página, esforça-se por afastar o nome Oiapoque ou, pelo menos, por diminuir a importância do emprego desse nome nos tratados. Ela pretende que jamais, nos documentos das negociações que precederam o de Utrecht, o rio reivindicado por Portugal como limite "tivesse sido designado de outro modo senão pelo nome Vicente Pinzón". No uso geral, diz ela, o nome de Vicente Pinzón "figura com exclusão de qualquer outro".

> Aqueles de Oyapoc (Tratado Provisório de 1700), de Japoc (Tratado de Utrecht) e o de rio Fresco, antiga denominação portuguesa lembrada como sinônimo dos

> nomes de Vicente Pinzón e de Oiapoque na memória que os plenipotenciários portugueses redigiram em 1698 em resposta à do embaixador da França em Lisboa, não parecem ser empregados senão para precisar mais completamente diante dos franceses a determinação exata do rio escolhido como limite. O nome de Vicente Pinzón é, portanto, o principal, aquele que apresentava por si só um sentido bastante claro para prescindir de sinônimo...[3]

Não podemos subscrever essas afirmações.

O nome principal é certamente o que os dois tratados enunciaram *em primeiro lugar, Oyapoc, Japoc*, e que era *o nome indígena, o nome atual* em 1700 e 1713, como é ainda hoje o nome atual. O outro – *Vicente Pinzón* – é apenas, nos dois textos, o *nome secundário e acessório*, explicativo da antiguidade dos direitos e reivindicações de Portugal. Era, já naquela época, um nome puramente histórico, ao qual os portugueses tinham muito apego, que eles empregavam frequentemente como nome principal, mas que os índios, habitantes dessas paragens, nunca haviam conhecido. Desde o começo do século XVII, era o nome indígena que os geógrafos e os cartógrafos empregavam de preferência, mas são os nomes antigos e fora de moda de Vicente Pinzón e de rio Fresco que a *Memória* da França prefere para descartar o nome "geralmente conhecido" e dar início a uma pesquisa acerca do Vicente Pinzón primitivo.

Os documentos anexados à primeira *Memória* do Brasil e, sobretudo, os que acompanham esta segunda *Memória* nos permitem dizer que os redatores da *Memória* da França se enganaram ao afirmar que jamais, nos documentos oficiais anteriores ao Tratado de 1713, o rio reclamado como limite por Portugal fora designado de outro modo senão pelo nome de Vicente Pinzón.

E fora designado sob o duplo nome de *Vicente Pinzón* ou *Oiapoque* numa carta do governador do Pará, Antonio de Albuquerque, dirigida ao marquês de Ferrolle, governador de Caiena, que a enviou à Corte de Versalhes, como o declara em sua memória de 20 de junho de 1698.[4]

Ele fora designado *15 vezes* sob o nome de *Oiapoque* na resposta

---

[3] Memória da França, tomo I, pp. 234 e 235.

[4] Ver no tomo II desta réplica o Documento nº 28, pp. 195 a 198.

do governo português à primeira *Memória* da França em 1698;[5] e, nesse mesmo documento, o *Araguari* se encontra mencionado como sendo um rio diferente do Oiapoque.[6]

Ele é mencionado *quatro vezes* pelo nome de *Yapoco* na réplica da França, documento redigido em Versalhes, sob os olhos de Luís XIV e de seus ministros, e entregue em 1699 pelo embaixador Rouillé ao governo português.[7] A réplica faz menção ao *Araguari*,[8] o que exclui, mais uma vez, qualquer possibilidade de confusão entre esse rio, cujo nome era perfeitamente conhecido, e o Yapoco ou Oyapoc. Esse documento decisivo, além do nome Yapoco, que nunca foi aplicado, do mesmo modo que o de Oiapoque, senão ao rio do cabo Orange e do morro de Prata, expõe que a nascente do Yapoco, reivindicada como fronteira por Portugal, se encontra *na latitude do cabo do Norte*, e que esse rio corre *do sul para o norte*,[9] duas indicações que não podem se aplicar ao Araguari, que figura em todos os mapas da época como um rio que corre do oeste para o leste, e que, na verdade, corre primeiramente do norte para o sul para, em seguida, tomar a direção do leste.

Os nomes *Oyapoc*, *Wiapoc* ou *Yapoc* são ainda mencionados *11 vezes* na resposta portuguesa de 1699,[10] e o *Araguari* é ali citado *duas vezes*[11] como rio diferente do *Oiapoque* ou *Vicente Pinzón*.

Nas instruções de 2 de setembro de 1699, do ministro da Marinha ao governador de Caiena, lê-se que Portugal pretendia o limite do *Oiapoque*.[12]

No Tratado Provisório de 4 de março de 1700, lê-se (tradução oficial francesa de 1700): "*rio de Oyapoc dito de Vicente Pinzón*",[13] e o nome *Araguari* é ali escrito quatro vezes. Esses dois nomes são

---

5 *Ibidem*, Documento nº 30, pp. 219, 223 (duas vezes), 224, 226 (duas vezes), 227, 228, 229 (duas vezes), 231, 232, 234, 236 e 241.

6 *Ibidem*, p. 235.

7 *Ibidem*, nº 32, pp. 255, 260, 265 e 272. Nessa réplica, lê-se, ora "*rio de Vicente Pinzón chamado Yapoco*", ora "*rio de Yapoco*".

8 *Ibidem*, p. 268; Arouary.

9 Tomo II citado, p. 272.

10 *Ibidem*, Documento nº 33: *Ojapoc*, pp. 302, 304, 311, 329 e 331 (duas vezes); *Wiapoc* ou *Yapoc*, p. 321; *Yapoc*, pp. 323 (duas vezes) e 329; *Oyapoc* ou *Ouiapoc*, p. 318.

11 *Ibidem*, pp. 305 e 308.

12 *Ibidem*, Documento nº 34.

13 *Ibidem*, Documento nº 37.

impossíveis confundir um com o outro, pois nunca foram postos lado a lado, se encontram nas instruções portuguesas de 1700 ao governador do Maranhão, comunicadas então à Corte de Versalhes.[14]

Lê-se também o nome indígena do rio do cabo Orange, empregado isoladamente ou sempre ocupando o primeiro lugar, em vários documentos das negociações de Utrecht:

Ojapoc, no projeto português de tratado, datado de 6 de dezembro de 1712, em que o Araguari é novamente mencionado;[15]

Rio de Oyapoc, na carta de 26 de dezembro, de Luís XIV, aos plenipotenciários franceses em Utrecht;[16]

River Yapoco, numa peça anexada ao despacho de 19 de janeiro de 1713, de lorde Bolingbroke, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, dirigida ao embaixador da Inglaterra na França, o duque de Shrewsbury;[17]

Rio Yapoco, no *memorando* que o ministro de Portugal, Brochado, enviou a lorde Bolingbroke, a 23 de janeiro, e do qual este enviou uma cópia aos plenipotenciários reunidos em Utrecht;[18]

Yapoco, carta de Brochado, datada de 24 de janeiro, dirigida a Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros em Portugal;[19]

Oyapoco, no despacho, de 10 de fevereiro de 1713, dos plenipotenciários franceses em Utrecht, dirigido a Luís XIV;[20]

Rio de Oyapoco, nas instruções de 13 de fevereiro, de Luís XIV a seus plenipotenciários.[21]

---

[14] *Ibidem*, Documento nº 38.

[15] Tomo II citado, nº 49, pp. 399 e 400: "... terras situadas desde os chamados fortes pelas margens do rio das Amazonas em direção ao cabo do Norte e *as costas do mar até a embocadura do rio de Oiapoque ou de Vicente Pinzón*."

[16] *Ibidem*, nº 50, p. 403: "... a região contestada *entre o rio das Amazonas e o de Oyapoco...*"

[17] *Ibidem*, nº 55, p. 420: "... esse distrito da região, *na costa do Brasil*, situado entre o *rio Yapoco e o cabo do Norte do rio Amazonas*, inclusive."

[18] *Ibidem*, nº 56, p. 424: "... terras... situadas desde *o rio chamado Yapoco até o cabo do Norte do rio das Amazonas...*"

[19] Tomo II citado, nº 57, p. 429: "... terras situadas entre o *ryo Yapouco* e o cabo do Norte do ryo das Almazonas (*sic*) incluzivamente."

[20] *Ibidem*, Documento nº 58, D., p. 444: "... Quanto à região contestada entre esse rio (o Amazonas) e o de Oyapoco..."

[21] *Ibidem*, Documento nº 59, p. 448: "... para convir sobre a divisão da região situada entre o rio das Amazonas e o de *Oyapoco...*"

As duas primeiras afirmações da "Exposição Histórica" nos parecem suficientemente refutadas. O nome indígena do rio-limite, escrito de diferentes maneiras, – Oyapoc, Oyapoco, Yapoco, Ojapoc, Japoc, Wiapoco (ortografia inglesa de Ouayapoco) –, era o nome principal, e foi empregado frequentemente na correspondência diplomática de 1697 a 1713.

É, portanto, nos mapas e nas obras anteriores aos Tratados de 1700 e 1713, e mais imediatamente contemporâneos, sobretudo nos mapas e nos livros franceses daquela época, que se pode verificar qual era a fronteira do Oiapoque recusada pela França em 1700 e aceita por ela em 1713, e não nos mapas do século XVI, nos quais é impossível encontrar, antes de 1598, os nomes indígenas vulgarizados pelos ingleses Keymis e Harcourt, e que acabaram por suplantar completamente a velha nomenclatura espanhola e portuguesa. Esses mapas do século XVI não foram consultados nem pelos negociadores de Lisboa nem pelos de Utrecht. Os dois tratados não dizem tampouco que o limite seria estabelecido no rio Vicente Pinzón dos mapas primitivos. Mesmo que se conseguisse provar que o Vicente Pinzón primitivo era um rio ao sul do Oiapoque e que esse nome fora mal aplicado ao rio do cabo de Orange, a fronteira de que falam os Tratados de Lisboa e de Utrecht continuaria a ser o Oiapoque ou Yapoco, como o reconhecia La Condamine, que aceitara, sem verificação, em 1745, a distinção de um Oiapoque e de um Vicente Pinzón separados um do outro pela distância de 50 léguas.[22] Do mesmo modo, se uma convenção qualquer do século XVII ou do XVIII tivesse designado como limite o Blackwater, na Inglaterra, dizendo: "O Blackwater, antigamente chamado Eidumannia"; e se se acabasse por provar que o Eidumannia dos antigos geógrafos era, não o Blackwater, mas o Stour, o que teria sido possível em vista da obscuridade dos antigos textos conhecidos e da descoberta de um outro mais claro, ter-se-ia podido admitir que o limite convencionado devia passar do Blackwater ao Stour? Não, evidentemente. A denominação conhecida e geralmente adotada na época da convenção continuaria a prevalecer e a designar o limite escolhido, e tudo o que se poderia dizer seria que o rio adotado não levara antigamente o nome que lhe fora atribuído.

[22] Ver no tomo III, nº 118, um extrato do artigo *Guyane*, de La Condamine, na *Encyclopédie*, em 1757.

Mas o Brasil nada tem a recear do plano de ataque revelado pela *Memória* da França, da transformação do nome antigo e acessório em nome principal, e de sua investigação geográfica por meio dos mapas do século XVI. Vamos aceitar as bases da *Memória* da França, e provar com os documentos citados por ela que o Vicente Pinzón definitivo da "Escola Sevilhana" era incontestavelmente o rio do cabo Orange.

Para chegar a esse resultado, basta examinar rapidamente a "Exposição Geográfica" francesa.

II

Temos pouca coisa a redizer a propósito da viagem de Vicente Pinzón.[23] Esse assunto foi tratado com bastante amplitude e muita competência por Joaquim Caetano da Silva (§§ 2.530 a 2.583) e sucintamente apresentado na primeira *Memória do Brasil* (tomo I, pp. 93 a 96).

Acreditamos que o ponto de aterragem de Vicente Pinzón na costa do Brasil foi a ponta do Calcanhar, a 5º9'10"S e 37º48'35" de longitude oeste de Paris, e não o cabo denominado Santo Agostinho, como Pinzón disse alguns anos depois, sem estar bem informado sobre a posição do cabo ao qual os portugueses tinham dado esse nome, a 28 de agosto de 1501, festa de Santo Agostinho. Acreditamos que seu cabo de Santa María de la Consolación era a ponta do Calcanhar, porque ela forma, a noroeste do cabo de São Roque, a extremidade oriental do litoral norte do Brasil, que esse mesmo Pinzón, numa outra viagem, em 1509, acompanhado de Juan Diaz de Solis, percorreu de novo, dirigindo-se do golfo de Paria à Espanha.[24] E era essa ponta que Anghiera julgava ser o

[23] Memória da França, Exposição Geográfica, capítulo I, pp. 240-244.

[24] "Após ter-se entendido com os chiaconos" (chefes indígenas), conta Anghiera (*De Rebus Oceanicis* e *Novo Orbe*, segunda década, livro VIII), Vicente Yáñez continuou sua viagem. Ele encontrou a leste regiões abandonadas por causa das frequentes inundações, e por grandes

cabo de Santo Agostinho dos portugueses.[25] Compreende-se que, nessa rápida viagem de volta, ele não se afastaria de sua rota para ir até o 8º S.

Nossa divergência a respeito do ponto de aterragem de Pinzón em 1500 não tem, aliás, importância alguma no presente debate, e se se admitisse que foi o cabo de Santo Agostinho, isso teria como resultado único alongar o périplo de Pinzón em 1500, e tornar mais provável ainda a suposição de Henry Harrisse, segundo a qual foi, no dia 25 de março de 1500, festa da Anunciação, que Pinzón deu ao Amazonas atual o nome de Santa María de la Mar Dulce.[26]

Tudo o que se sabe sobre a viagem de Pinzón em 1500 é o que resulta da "Capitulación" assinada em Granada a 5 de setembro de 1501, do relato, muito resumido, de Anghiera e de certas declarações do próprio Pinzón e de seus companheiros durante o processo intentado em Sevilha contra a coroa, por Diego Colombo.

Já apresentamos um extrato desses documentos,[27] pelos quais se vê que Pinzón, indo, em 1500, do leste para o oeste, descobriu o grande rio que ele chamou *Santa María de la Mar Dulce*, e que a região que se estende na margem esquerda daquele rio se chamava *Paricura*.

Em seguida, ele continuou sua viagem em direção ao golfo de Paria, margeando a costa.

A *Memória* da França pretende que, após sua saída do Amazonas, não mais foi possível a Pinzón "manter-se na proximidade das terras", e que "a existência de baixios e a natureza *alagada* da costa o forçaram a fazer-se ao largo novamente até Paria ou a Boca do Dragão". A memória cita, em apoio a sua tese, apenas o depoimento de García Hernández, transcrito por fragmentos na *Collección de viajes* de Navarrete.[28] A decifração do manuscrito original, feita posteriormente pela Academia de História de Madri, dá a esse testemunho o nome de García Ferrando[29], e a leitura integral de seu depoimento, datado de 1º

espaços, terras pantanosas; *mas ele não renunciou a sua empresa antes de ter atingido a ponta extrema do continente*.

25 Cf. Livro VII, parte final, e VIII, começo da segunda década.

26 Harrisse, Henry. *The Diplomatic History of America*, Londres, 1897, p. 113.

27 Primeira *Memória* do Brasil, tomo I, pp. 93 a 95; e tomo II, nº 1 (tradução das passagens essenciais da Capitulação de 1501).

28 Tomo III dessa *Colección*, p. 549 da primeira edição, pp. 553 e 554 da edição de 1880.

29 *Colección de documentos inéditos de Ultramar*, 2ª série, tomo VIII, 2ª *De los Pleitos de Colón*, Madri 1894, pp. 186 a 195.

de outubro de 1515, mostra que ele é dos mais obscuros. Na passagem a que se refere a *Memória* da França, García Ferrando fala de um grande rio, e diz que os espanhóis quiseram reconhecê-lo, mas que, "tendo chegado *a cerca de oito léguas de terra*, o fundo não passava de três braças e *a terra estava encharcada*, motivo pelo qual *eles não ousaram se aproximar mais* e prosseguiram em sua rota para Paria".[30]

A se tomar esse rio pelo Amazonas, seria preciso concluir que Pinzón não tinha entrado nele, que não tinha ancorado ali nem desembarcado, o que não conviria de forma alguma à causa francesa e transtornaria toda a erudita argumentação da "Exposição Geográfica".

Temos, felizmente, testemunhos bastante claros e conclusivos para estabelecer que Pinzón, ao sair do Amazonas, *percorreu a costa* até o golfo de Paria. O primeiro é do próprio Vicente Pinzón em Sevilha, a 21 de março de 1513. Ele declarou, então, que, em sua viagem de 1500, havia descoberto o *mar Dulce*, "e que", diz o depoimento, "*essa água doce* avança em direção ao mar *40 léguas*"; que tinha descoberto do mesmo modo "a província que se chama *Paricura*" e que, em seguida, "*percorrera a costa até a boca do* Dragão,"[31] isto é, até a entrada meridional do golfo de Paria, entre a ilha de Trinidad e as terras alagadas do delta do Orenoco.[32]

Além desse testemunho decisivo, citemos os de dois companheiros de Pinzón:

Manoel de Valdovinos, a 19 de setembro de 1515, no mesmo processo em Sevilha: "Saindo de lá" (do grande rio que ele chama, em seu depoimento, *Paricura* e *mar Doce*) "eles foram embora *costeando* até Paria".[33]

E Anton Fernández Colmenero, a 25 de setembro de 1515: "Saindo daquele grande rio, eles foram embora *descobrindo toda a extensão da costa do continente* até que se entra em Paria".[34]

Pode-se citar ainda o relato de Anghiera, no qual ele diz que os

---

30 "... concordaram em voltar atrás para reconhecer esse rio, e, que chegaram à vista da terra, à distância de cerca de oito léguas. No lugar a que chegaram a profundidade não era maior que três braças e a terra estava alagada. Dali não ousaram chegar mais a terra e voltaram seguindo sua viagem para Paria..." (p. 189 do segundo volume *De los Pleitos*; p. 549 da primeira edição de Navarrete).

31 Navarrete, tomo III, edição de 1880, p. 551; tomo I, *De los Pleitos de Colón*, p. 269.

32 Ver mapa da região guianense, nº 2, no tomo I da primeira *Memória* do Brasil.

33 Tomo II, *De los Pleitos*, p. 146; Navarrete, edição de 1880, p. 557.

34 *Pleitos*, tomo II, p. 165; Navarrete, edição citada, tomo III, p. 552.

espanhóis, saindo daquele rio, continuaram sua viagem na direção norte, *acompanhando, todavia, as sinuosidades do litoral*, e reencontraram a estrela polar: – "prosseguindo ao norte desse rio, acompanhando, todavia, as sinuosidades do litoral, e reencontraram a estrela polar" (*Primeira D*écada, livro IX).

Vicente Pinzón dobrou, portanto, o cabo Uayapoco ou Oiapoque, e, nesse trajeto do mar Doce a Paria, segundo o documento citado, de 5 de setembro de 1501, ele descobriu o *cabo de São Vicente*.

A "Exposição Geográfica" nos diz (p. 241) que não se sabe qual é esse cabo, mas o mapa de 1500, de Juan de la Cosa (número 1 no primeiro *Atlas do Brasil),* parece dar a esse respeito indicações seguras. Ali se vê, com o nome do golfo de Santa Maria (*G. de St. Mj*ª), a vasta enseada das embocaduras do Amazonas, ou Santa María de la Mar Dulce, e, em sua extremidade ocidental, a legenda *El Macareo*, isto é, o macaréu ou a *pororoca* amazonense, que, segundo Colmenero, pusera em perigo as caravelas de Pinzón. Mais acima, na costa da Guiana, o mapa menciona a *terra de Santo Ambrósio*, e é nesse local que é preciso situar, segundo d'Avezac, o cabo Orange.[35]

Joaquim Caetano da Silva observa que no dia 4 de abril é a festa de *Santo Ambrósio*; 5 de abril, a de *São Vicente*. E acrescenta (§§ 2.581-2.583):

> A aproximação dessas duas datas mostra que o nome de *Terra de Santo Ambrósio* e o de *cabo de São Vicente* pertencem ambos a Vicente Pinzón.
>
> Vicente Pinzón ia do sul ao norte. Ele se encontrava, em 4 de abril de 1500, algumas léguas ao sul da baía de Oiapoque, provavelmente no cabo Cachipur; e, conforme costume de então, tão habilmente aproveitado por Varnhagen numa ota ao *Diário de Pero Lopes*,[36] ele deu a essa parte do continente o nome do

[35] E quanto à outra designação (C. de S. D.), como ela se encontra inscrita a meio caminho entre a embocadura do Amazonas e o Equador e o golfo de Paria, ela nos parece dificilmente aplicável ao *cabo Orange*, que se deixa adivinhar melhor, ao que nos parece, na ponta da Terra de Santo Ambrósio (D'Avezac. *Les Voyages de Améric Vespuce au compte de l'Espagne*, Paris, 1858, pp. 128 e 129).

[36] Pero Lopes de Sousa. *Diário da Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530*. Editado e anotado por Varnhagen, Lisboa, 1839; edição mais completa, tomo XXIV, 1861, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*.

> santo do dia, *Santo Ambrósio*.[37] No dia seguinte, 5 de abril, ele alcançou o cabo Oiapoque. Era dia de *São Vicente Ferrer*, homenageado então na Espanha sob o nome apenas de *São Vicente*, como mostra o calendário de Enciso. Que nome devia ser dado a esse cabo? Não é o de *cabo de São Vicente*, consignado no ato real de 5 de setembro de 1501?
>
> Vicente Pinzón deve ter empregado essa designação com mais boa vontade ainda na medida em que gravava, assim, modestamente, seu nome de batismo num dos pontos mais notáveis de toda a Guiana... E quando, se houvesse descoberto o *rio de Oiapoque*, que nome mais conveniente se podia lhe dar senão o do célebre descobridor do *cabo Oiapoque*?

Em todo o litoral da Guiana, não há outro cabo que possa atrair tanto a atenção dos marinheiros quanto o Uayapoco dos índios. É, com efeito, nesse lugar que a costa muda quase bruscamente de direção e que se avistam *os primeiros morros* que se podem ver, indo do Amazonas ao Orenoco. A importância dessa posição geográfica, reconhecida e assinalada por todos os navegadores, não pode haver escapado a Vicente Pinzón, e não somente essa circunstância, mas ainda a presença, no calendário, do nome de São Vicente, logo após o de Santo Ambrósio, torna mais probatória a argumentação de Joaquim Caetano da Silva. O cabo São Vicente de Pinzón só poderia ser o cabo Orange.

Não podemos deixar de destacar o incidente das pedras preciosas encontradas pelos companheiros de Pinzón, incidente ao qual a "Exposição Geográfica" parece atribuir uma certa importância, pois, depois de tê-lo mencionado (p. 242), com base em uma interpretação errônea do texto de Pedro Mártir de Anghiera, contemporâneo de Pinzón, a ele retorna duas vezes (pp. 286 e 291), a propósito de uma passagem do relato de Keymis, escrito em 1596.

Convém, portanto, assegurar, desde já, ao árbitro que não foi no Amazonas nem na região de sua margem setentrional, denominada Paricura, como acredita a "Exposição Geográfica", ou no canal de

---

[37] O padre Gaspar da Madre de Deus foi o primeiro a observar, em suas *Memórias da Capitania de S. Vicente* (Lisboa 1797, p. 15), o costume em questão, mostrando que, do Rio de Janeiro a S. Vicente, os nomes dados a diferentes pontos da costa seguiam a ordem daqueles do calendário. Sobre esse costume, pode-se ver Sophus Ruge, *Die Entwickelung der Kartographie Von Amerika bis 1570*, Gotha, 1892, p. 9.

Carapapóris, como supôs Keymis, que Pinzón encontrou as pedras que foram consideradas como *topázios* "por alguns conhecedores da Espanha" e transformadas em *esmeraldas* pelo explorador inglês,[38] pois Anghiera declara expressamente que os índios daquela região não tinham "nenhuma das produções que procuram os espanhóis, nem de ouro, nem de *pedras preciosas*".[39] Foi bem mais longe, como dá a entender Anghiera – e certamente depois de ter ultrapassado as costas mais ou menos *inundadas*, que se estendem do cabo Orange – "que eles desembarcaram por várias vezes"[40] e que devem ter encontrado as pedras que "Bautista Elísio, filósofo notável e médico eminente", disse ao cardeal dom Luís de Aragón, em presença de Anghiera, que ele julgava serem topázios. Além dessas pedras, Pinzón levou à Espanha "um animal extraordinário", do qual Anghiera[41] dá uma minuciosa descrição e que não era outro senão o *chironectes variegatus*, uma espécie de *opossum* (gambá d'água), conhecido ainda hoje sob o nome de *Yapock*.[42]

Descartado esse incidente das pedras preciosas, resta apenas, a respeito do capítulo I, considerar a questão da costa *inundada* e das *terras altas*.

> Onde começa na realidade essa *costa* alagada? indaga a *Memória* da França (p. 244). E ela responde: Pode-se afirmar em todo caso que *as terras do cabo do Norte*

---

38 *Memória* da França, p. 242; Keymis, no quadro reproduzido no tomo II da presente réplica, sob o nº 4.

39 "Dizem que os índios dessa região são pacíficos e sociáveis; mas pouco úteis para os nossos, porque não conseguiram nenhuma vantagem apetecível, como ouro e pedras preciosas." (*Primeira Década*, livro IX).

40 " Desembarcaram em muitos lugares e encontraram restos de povoações destruídas (Idem).

41 " Entre essas árvores se achou um animal monstruoso, com cara de raposa, cauda de macaco, orelhas de morcego, mãos de homem, pés de macaco… Aquele animal, ainda que morto, tu o viste comigo…" (Ibidem).

42 *Dictionnaire universel d'histoire naturelle* dirigido por Charles d'Orbigny, Paris, 1843, tomo III; "*Chironectes*. Gênero da família dos Sariguês, estabelecido por Illiger para a única espécie bem conhecida desse grupo que seja aquática. Chama-se *Yapock* ou *Yapoch* porque ela é conhecida no Yapock, grande rio da Guiana." Não queremos extrair um argumento desse pequeno fato, mas constatar apenas que o *opossum*, que Vicente Pinzón mostrou ao cardeal de Aragón e ao protonotário Anghiera é conhecido na região de Caiena e do cabo Orange sob o nome de Yapock, que outro não é senão o do rio onde abundam esses animais. Na Guiana brasileira, entre o Oiapoque e o Amazonas, o nome popular do animal em questão é muito diferente.

não fazem parte dela. Segundo as instruções náuticas do comandante Tardy de Montravel, elas *são sensivelmente mais elevadas que as costas vizinhas*.

De nossa parte, respondemos à pergunta reproduzindo a seguinte passagem das instruções de Tardy de Montravel:[43]

> A costa... *desde o cabo do Norte até o cabo Orange, é baixa, algumas vezes inundada*, e por toda parte só oferece ao olhar uma cortina de manguezais de altura mediana que se enraizaram nas vasas projetadas ao largo pelas correntes.[44]
>
> Do cabo Orange ao rio Iracubo, o aspecto geral muda. Alguns *morros e mamelões* isolados aparecem por trás das terras baixas que margeiam a costa, e, do largo, têm a aparência de ilhas isoladas.

E três páginas adiante:

> A NNO do rio Carsewène (Calçoene), percebe-se, acima dos manguezais da costa e à pouca distância no interior, um *pequeno platô* coberto de árvores mais altas do que as que se lhe avizinham, e que, dominando *essas terras alagadas*, apresenta, visto do largo, a *aparência de um morro*. Chama-se *monte Maié* e é, desde o cabo do Norte até o cabo Orange, o ponto mais reconhecível da costa.[45]
>
> ... A margem ocidental do Oiapoque apresenta, por trás das terras baixas e em parte alagadas que limitam a costa, *vários morros*, que são vistos do largo bem antes que se tenha conhecimento delas. Eles oferecem, então, a aparência de ilhas isoladas e são os primeiros anéis da *cadeia de montanhas* que ocupa o interior da Guiana, desde o Oiapoque até o rio de Caiena.[46]

Vejamos, agora, a última edição das instruções náuticas francesas, nº 574: "*Guiana Francesa e rio das Amazonas, pelo serviço das instruções, sob o Ministério do vice-almirante Gicquel des Touches*,

---

[43] *Instructions nautiques pour naviguer sur les côtes de la Guyane*, nos *Annales Hydrographiques*, segundo semestre de 1851, p. 82.

[44] A altura de 15 a 20 metros, que a carta náutica francesa dá à costa desde o canal de Carapapóris até o Calçoene, deve ser atribuída a um equívoco.

[45] P. 85.

[46] P. 86.

ministro da Marinha e das Colônias (Paris, 1877):

> A partir do cabo do Norte, a direção geral da costa é o NO durante 190 milhas até o cabo Orange; *ela continua a ser baixa, algumas vezes alagada*, e oferece ao olhar apenas uma cortina de manguezais de altura média, que não se percebe a mais de 10 a 12 milhas, e, como está exposta à ação violenta e variada das águas que saem do Amazonas e dos outros rios que estão ao norte, ela sofre inúmeras mudanças em seus contornos. Bancos de vasa mole, formados pelos dejetos que saem dos rios, se estendem em alguns lugares a uma distância considerável; manguezais se avolumam neles rapidamente na estação seca e são, em seguida, arrancados pela corrente violenta e as marés produzidas pelas cheias na estação das chuvas (p. 73)...

> A cerca de 17 milhas a NNO da entrada do rio Calçoene ou no paralelo de 2º46' N, percebe-se, acima dos manguezais da costa e à pouca distância no interior, *um pequeno platô* coberto de árvores mais elevadas que as vizinhas, que, *dominando essas terras inundadas*, apresenta, visto do largo, a *aparência de um morro*. Chama-se *monte Maié*, e é, do cabo do Norte até o Orange, o ponto mais reconhecível da costa. Ele pode ser avistado à distância de 16 milhas (p. 76).

Falando da embocadura do Oiapoque (pp. 77 e 78), a instrução náutica francesa de 1877 reproduz a passagem de Tardy de Montravel acerca dos *morros* a oeste desse rio e faz menção aos de Prata e de Carimanaré, ao falso morro de Prata, aos Três Eremitas e ao monte Lucas.

Quanto às estações, ela oferece esta informação (p. 46):

> Assim como em todas as regiões equinociais, o ano se divide, aqui, em duas estações, a das chuvas, ou invernada, e a da seca, ou verão. A primeira começa, geralmente, em janeiro e termina em junho; a segunda começa em julho e acaba em dezembro. Na invernada, a chuva cai algumas vezes sem interrupção e com uma violência extraordinária durante uma semana interna; raramente, então, o sol se mostra a descoberto.

Se se examinam os relatos dos antigos viajantes, encontram-se indicações semelhantes a respeito da *costa inundada* e das primeiras *terras altas* e *morros* desse litoral.

Keymis, em seu relato de 1596, escreve, a propósito da baía de Wiapoco (Oiapoque):

> Quando chegamos ao cabo Norte dessa baía (ao qual demos o nome de cabo Cecyll), vimos *dois morros altos*, com a aparência de duas ilhas, mas que faziam parte da Terra Firme...[47]

Robert Harcourt, em 1618, o *Jornal* holandês de 1625 (nº 7, no tomo II dessa réplica) e J. de Laet, nas diferentes edições de seu *América* (*ibidem*, nº 11), fazem menção aos *morros* na margem esquerda do Oiapoque e na costa que se estende desse rio à ilha de Caiena. Na *Descrição da Guiana*, por Lefebvre de la Barre (1666),[48] lê-se:

> A Guiana Indígena, que contém cerca de 80 léguas francesas, é uma região muito baixa e inundada perto das *costas marítimas*, e desde a foz do Amazonas até o cabo do Norte, que é quase desconhecido dos franceses; e desde este até o cabo Orange, *embora a região seja da mesma natureza*, e não *se veja em suas margens nenhuma terra alteada, nem montanha*, mas apenas árvores plantadas no mar, e diversos cortes de riachos e rios, *que não produzem outro aspecto senão o de uma região inundada*; não se deixa de ter um maior conhecimento dessas terras...

E, falando da embocadura do *Yapoco* ou *Oiapoque*:

> As terras que estão na outra margem" (margem direita ou oriental) "são baixas e, em sua *maioria, inundadas*; mas, naquelas que estão do lado do canal, há *vários morros* belos e habitáveis... A uma légua e ao longo da costa está a *montanha de Comaribo*... A costa até o cabo Aproague é terra baixa à beira do mar; mas que se *destaca como montanha* a quatro ou cinco léguas na região...

Froger, em 1696, viu apenas, entre o cabo do Norte e o cabo Orange, "uma costa chata, uniforme e arborizada".[49] "Nos dias 28 e 29 (agosto)", diz ele, "acompanhamos a costa a três e quatro léguas da terra, sem jamais encontrar mais de cinco a seis braças de água. No dia 30, às sete horas da manhã, reconhecemos o cabo Orange, *onde começamos a ver ao fundo terras dos morros*".

---

47 *Relação* citada, p. 3.

48 Extratos no tomo II dessa réplica, nº 16, pp. 95 a 101.

49 Extrato de sua Relação no tomo II dessa réplica, nº 27 bis.

Apresentemos, agora, duas passagens de Bellin, em 1763:[50]

> As costas da Terra Firme, desde as ilhas do cabo do Norte até o cabo Cassipur, ficam norte quarto de noroeste e sul quarto de sudeste, segundo alguns navegadores, e segundo outros sudeste e noroeste... *Essas terras são baixas*, todas cobertas de árvores, sem nenhum sinal particular que sirva para seu reconhecimento, a não ser o pequeno monte Maié, que está situado aos 3º15'N. Essa morro é uma espécie de plataforma, isolada e coberta por árvores; ... só se pode vê-lo à distância de cinco a seis léguas no máximo, ainda assim com bom tempo...
>
> Ao se aproximar do cabo Orange, descobrem-se, acima da ponta que adentra o rio de Oyapoko, vários morros. O cabo se conhece ainda melhor por uma ponta cortada do lado do mar, que é mais elevada do que a terra do sudeste do tal cabo; e *por várias pontas de morros bastante altos*, que parecem separados umas das outras, *tanto mais notáveis porque são as primeiras terras altas que se descobrem vindo do cabo do Norte*.

Enfim, reproduzimos a seguinte passagem de outra instrução náutica francesa, redigida pelo capitão-tenente Lartigue e publicada em 1827:[51]

> As costas da Guiana são, em geral, muito baixas. O fundo aumenta tão pouco à medida que se afasta delas, que os navios que se distanciam de seis, sete e oito braças de água, podem algumas vezes não ver a terra. *Apenas na costa compreendida entre os rios de Oyapok e de Sinamari é que se percebem morros* que, embora no interior das terras, podem ser vistos a uma distância muito grande, quando o tempo está claro. *Em parte alguma, desde o cabo do Norte até o Orenoco*, veem-se terras tão elevadas como aquelas que estão compreendidas entre o cabo de Orange e o rio de Sinamari...

As numerosas passagens citadas mostram que toda a costa entre o cabo do Norte continental, ou Raso, e o cabo Orange é formada por

---

[50] *Description géographique de la Guyane, par le* S. Bellin, *Ingénieur de la Marine et du Depost des Plans*, Paris, 1763, pp. 268 e 273.

[51] *Instruction nautique sur les côtes de la Guyane Française, rédigée, d'après les ordres du Ministre de la Marine et des Colonies, par* M. Lartigue, *Lieutenant de Vaisseau*. Paris, Imprimerie Royale, 1827, p. 45.

terras baixas, e que, na estação da invernada, ela pode ser compreendida na antiga designação de *costa inundada*. Elas mostram, ainda, que não se podem ver montanhas, indo do Amazonas para Caiena, a não ser das proximidades do cabo Orange, *pois essas montanhas se encontram na margem esquerda ou ocidental do Oiapoque e na costa a oeste desse rio*. O monte Maié, junto à embocadura do Cunani, está situado em sua margem direita e setentrional e não passa de um pequeno *morro*, que os marinheiros nunca puderam chamar de *montanha* e ao qual o plural *montanhas* não poderia ser aplicado.

Portanto, como a primeira *Memória* do Brasil já observou, a palavra *montanhas*, dos antigos mapas, escrita na *margem esquerda e ocidental da embocadura de um rio, na parte oriental da costa da Guiana, basta para designar o Oiapoque*. A legenda *montanhas* não poderia se aplicar a nenhum ponto do litoral compreendido entre os cabos Orange e do Norte, nem da margem esquerda do Amazonas desde o cabo do Norte até Macapá; menos ainda poderia indicar um ponto qualquer das terras lacustres que se estendem entre o confluente do Araguari e a embocadura do Amapá.

Pode-se ainda tirar das passagens acima citadas esta conclusão: que, percorrendo a margem esquerda do Amazonas até o cabo do Norte e, em seguida, a costa até o cabo Uayapoco, ou Oiapoque, hoje cabo Orange, Vicente Pinzón não pôde ver, na estação das chuvas, senão terras mais ou menos alagadas, e que foi apenas a partir da baía do Oiapoque que ele teve de ancorar de novo e fazer as descidas de que fala Anghiera.

A "Exposição Geográfica" não faz menção a essa marca inapagável das *montanhas*, que é uma sinalização segura do Oiapoque, e é apenas bem mais adiante (p. 350), e sem insistir, que ela tenta ligar a uma pretensa montanha e a certas colinas ao norte do Araguari a "*palavra montañas encontrada várias vezes perto do rio de Vicente Pinzón nos mapas do século XVI*".

Mas os mapas dessa época colocavam as *montanhas* à *beira do mar*, e as pretensas montanhas a que fazem menção se encontram no *interior das terras*, muito longe da confluência do Araguari e da embocadura dos outros rios daquela região. A "grande montanha", citada segundo o mapa de Simon Mentelle (nº 34 do *Atlas* francês), e situada na margem esquerda do Manaie ou Amanaí – hoje Tartarugal –, se encontra, segundo a escala, a 33 milhas marítimas do canal de Carapapóris e a 54

do antigo cabo do Norte ou ponta nordeste da ilha de Maracá. Jamais teria sido vista do mar a uma tal distância. Mas Simon Mentelle obteve sobre esse assunto informações inexatas. Não há "grande montanha" nessas paragens: o que ali se vê são *as colinas de Muramara*, como mostra a carta náutica francesa de 1896 (nº 86, no atlas que acompanha esta réplica). As "*collinas*" que a "Exposição Geográfica" conseguiu descobrir na folha do Amapá de um atlas de Costa Azevedo (nº 35 do *Atlas* francês) são apenas *colinas*, entre o Aporema e o Tracajatuba, afluentes da margem esquerda do Araguari, 55 milhas a oeste da confluência desse rio, 35 ou 40 a sudoeste do canal de Carapapóris, e a mais de 60 milhas do cabo do Norte, na ilha de Maracá, como se pode verificar na carta náutica francesa. Essa mesma carta indica outros montes mais ao norte e mais vizinhos à costa: a cadeia ou serra de Amapá (Mapa) e o monte Pelado (Pelode), de 250 metros de altitude, na margem esquerda do Calçoene; e, entretanto, nós o sabemos, por todas as instruções náuticas publicadas, que apenas o monte Maié, perto da costa, pode ser percebido do mar, e isso a partir de 16 milhas da costa, num dia claro. Como, então, os marinheiros espanhóis do século XVI teriam podido avistar simples colinas como aquelas, afastadas 33 a 60 milhas da beira do mar?

III

Os quatro capítulos seguintes da "Exposição Geográfica[52]" são dedicados à fundação do serviço cartográfico de Sevilha e ao exame dos primeiros mapas da "Escola Sevilhana", para chegar à determinação do Vicente Pinzón primitivo.

> Jamais, [diz muito bem a *Memória* da França,] jamais as viagens e os reconhecimentos geográficos se sucederam tão depressa como naqueles primeiros anos do século XVI. Entre as informações que afluíam de todos os lados, uma confusão inextricável ameaçava se introduzir. Essa preocupação ditou ao governo castelhano uma série de medidas. Ele fundou, por um decreto datado de 1503, a *Casa de Contratação das Índias*, estabelecimento com sede em Sevilha e destinado a conhecer todos os empreendimentos referentes ao Novo Mundo. Foi expressamente ordenado concentrar ali todos os instrumentos (*todos los aparejos*) relativos a esses empreendimentos. O mesmo governo foi além, alguns anos depois: *um decreto de 6 de agosto de 1508 criou, junto à Casa de Contratação, um verdadeiro serviço cartográfico, cuja principal função devia ser traçar e manter atualizado um mapa-modelo com caráter oficial*, destinado a ser comunicado aos navegadores devidamente autorizados. *Esse mapa recebeu o nome de Padrão Real* (Mapa Real). Não faltavam os elementos para compô-lo: os esboços entregues

[52] Capítulos II a V, pp. 245 a 270.

pelos navegadores e depositados nos *Arquivos da Casa de Contrata*ção; fundo que aumentava todos os dias, pois cada piloto devia fornecer, na volta, o mapa de sua viagem. Nas instruções fornecidas aos navegadores, chama-se sua atenção particularmente para a nomenclatura: 'Dai', diz o rescrito real, 'às localidades que descobrirdes, nomes apropriados com toda a exatidão e cuidado possíveis'. Ali, sobretudo, a anarquia se fazia sentir.

A direção desse serviço foi confiada a Américo Vespúcio, com o título de *piloto-mor*. Ele foi assistido por uma comissão de pilotos reais, da qual fizeram parte Juan Diaz de Solís e Vicente Yáñez Pinzón, sem dúvida, em 1509, na expedição que eles realizaram juntos ao mar das Antilhas e ao sul do Brasil...

(...)

Se o Padrão Real permanecia nos Arquivos da *Casa de Contrata*ção, cópias dele circulavam, não mais às ocultas, mas vendidas pelo serviço cartográfico, a preços determinados.[53] De tal modo que um nome que figurava no exemplar oficial e seus derivados devia, assim, pouco a pouco, propagar-se, pelo menos nas obras cartográficas, que, por sua proveniência, se ligavam mais ou menos diretamente aos originais na *Escola Oficial de Sevilha.*

Essas considerações nos permitem estabelecer uma regra crítica. Sem dúvida, elas não excluem absolutamente certas possibilidades de variações e de erros. Os remanejamentos frequentes do Padrão Real, as dificuldades de adaptação e o acaso das cópias mais ou menos cuidadas que corriam mundo abriam a porta a oportunidades de infidelidades na reprodução do texto oficial. Mas, embora levando em conta essas causas de confusão, é legítimo admitir que a origem oficial dos documentos onde figura pela primeira vez um *rio de Vicente Yáñez ou Vicente Pinzón* confere à lição que eles adotam uma garantia séria de autenticidade e de fixidez. Não se está em presença de uma atribuição vaga, na qual se podia exercer livremente a fantasia dos cartógrafos. Esses mapas oficiais de Sevilha, que emanavam das principais autoridades geográficas, repousavam num fundo de arquivos. *Enquanto, pelo menos, a instituição conservou seu vigor, eles foram remanejados segundo materiais que permaneciam à disposição dos autores e que sempre podiam ser consultados*. Se, nas dificuldades sem cessar renascentes

[53] Harrisse, Henry. *The Discovery of North America*, Londres, 1892, p. 263.

> das adaptações novas, um nome viesse a ser alterado de sua posição verdadeira, havia sempre meios de remediar mais tarde, por um recurso direto às fontes, um erro temporário.

Estamos felizes por poder subscrever tudo o que está contido nas duas páginas que acabam de ser reproduzidas, da *Memória* da França – salvo o pequeno detalhe de uma viagem de Pinzón e Solís, em 1509, para o sul do Brasil –, e para dar ainda mais força à exposição que acaba de ser lida, relativa aos mapas oficiais da *Casa da Contratação*, chamaremos a atenção do árbitro para as passagens seguintes do decreto de 6 de agosto de 1508:[54]

> ... é de nossa vontade e ordenamos que seja feito um Mapa Geral (*Padrón General*), "e, a fim de que seja mais exato, ordenamos a nossos oficiais da *Casa de Contratação de Sevilha* que mandem reunir todos os nossos pilotos, os mais hábeis que ora se encontrem no país, e que, na presença de vós, o dito Américo Vespúcio, nosso piloto-mor" (*Piloto-mayor*), "se ordene e faça um mapa" (*Padrão*) "de todas as terras e ilhas das Índias que foram descobertas até hoje e que pertençam a nossos reinos e senhorias, e que, em vista de suas opiniões, e de acordo convosco, nosso *piloto-mor*, se faça um *Padrón General* (Mapa Geral) que se chamará o Padrão Real, pelo qual todos os pilotos se guiarão e se governarão e que será conservado por nossos ditos oficiais e por vós, nosso *piloto-mor*, e que nenhum piloto se sirva de nenhum outro mapa que não daquele que tiver sido copiado segundo esse documento, sob pena de uma multa de 50 doblas para os trabalhos da *Casa da Contratação das Índias* da cidade de Sevilha. Da mesma forma, ordenamos a todos os pilotos de nossos reinos e senhorias que doravante irão a nossas ditas terras das Índias já descobertas ou que o serão no futuro que, quando encontrarem novas terras, ou novas ilhas ou baías, novos portos ou qualquer outra coisa que seja digna de ser anotada no dito Padrão Real, voltando a Castela, eles façam seu relatório a vós, nosso dito *piloto-mor*, e aos oficiais da *Casa da Contratação de Sevilha*, para que tudo seja inscrito em seu lugar no dito Padrão Real...

Falando do mapa de 1536, de Alonzo de Chaves, a *Memória* da França se exprime assim (p. 256):

---

[54] Traduzida do texto espanhol em Navarrete, *op. cit.*, edição de 1880, tomo III, p. 303.

Houve em 1536, por ordem de Carlos V, uma edição refeita e corrigida do Padrão Real.[55] É a partir dessa data que se encontra o *rio Vicente Pinzón ocupando, invariavelmente, o mesmo lugar nos mapas emanados ou inspirados nas oficinas de Sevilha.* Quem tinha então na Espanha (desde 1518) o título de *piloto-mor* era Sebastião Caboto, mas, embora ele estivesse de volta, desde 1530, de sua expedição às margens do Prata, parece que não foi ele quem fez esse mapa novo. É bem provável que ele não tenha sido feito sem sua participação; mas, conforme testemunho de Oviedo, seu autor foi Alonzo de Chaves.[56] Desde que Diego Ribero morrera (1533), Alonzo de Chaves era o mais ativo dos cosmógrafos oficiais do Escritório de Sevilha.

Não possuímos esse mapa, que exprimia o estado do Padrão Real em 1536; mas Oviedo, que recebera, segundo diz, um exemplar de Alonzo de Chaves,[57] fez dele, no 21º livro de sua história, uma análise suficientemente circunstanciada para que se possa reconstituir, em parte, o documento. É o que tentamos fazer, na parte que nos ocupa, no quadro III.

Tentamos, por nosso lado, fazer uma reconstituição do mapa de Alonzo de Chaves, segundo o texto de Oviedo. Essa reconstituição compreende as costas situadas entre o cabo de Santo Agostinho e o Huyapary ou Orenoco. Ela tem o número 1 no atlas anexado à presente *Memória*.[58]

Os documentos examinados ou citados nos capítulos II a V da "Exposição Geográfica" são:

1º O mapa de Turim (primeiro *Atlas* do Brasil, nº 2);

2º Um mapa espanhol anônimo de 1527, na Biblioteca Grã-Ducal de Weimar;

3º Dois mapas de 1529, de Diogo Ribeiro, ou Diego Ribero, como escrevia seu nome, depois de entrar no serviço da Espanha, um na Biblioteca de Weimar (nº 4 do primeiro *Atlas* do Brasil), o outro, em escala ampliada, no Museu da Propaganda, em Roma;

---

55 Oviedo. *Historia General etc*. Livro XXI, capítulo II, p. 116: "*O mapa moderno* recentemente corrigido por ordem de Carlos V. Em outra parte (*ibidem*, capítulo X, p. 149), ele dá a data: 1536." (Nota na *Memória* francesa).

56 *Idem, ibidem*, livro XXI, feita pelo cosmógrafo Alonzo de Chaves, capítulo XI, p. 151. (Nota na *Memória* francesa.)

57 "Oviedo. *Historia General etc*. Livro XXI, capítulo II, p. 116." (Nota na *Memória* francesa)

58 O texto original de Oviedo encontra-se em nosso tomo IV, nº 1; a tradução, no tomo II, nº 1.

4º O mapa de Alonzo de Chaves, de 1536, de que se tratou acima, "*the Model Map*", como o denomina Henry Harrisse;

5º O mapa-múndi gravado, de Sebastião Caboto, 1544 (nº 6 do primeiro *Atlas* do Brasil);

6º O mapa de Diego Gutierrez, de 1550 (*ibidem* nº 7).

Todos esses documentos saem da "Escola de Sevilha". Vêm, em seguida, os outros que a "Exposição Geográfica" liga, com razão, a essa escola:

7º Mapa-múndi de Gerard Mercator, 1569 (nº 19 do primeiro *Atlas* do Brasil);

8º Mapas de Abraham Ortelius, 1570 e anos seguintes (*ibidem*, nºs 20, 21, 31 e 32);

9º Globo de Philippe Apian, de 1576, na Biblioteca Real de Munique (nº 5 do atlas anexado a esta réplica);

10º Globo anônimo, no Schweizerisches Landesmuseum, de Zurique (*ibidem*, nº 8);

11º O mapa-múndi inglês de 1599, atribuído a Edward Wright, e publicado por Richard Hakluyt (nº 49 no primeiro *Atlas* do Brasil).

Mas, antes de passar ao rápido exame que vamos fazer desta parte da "Exposição Geográfica", convém lembrar que, na primeira *Memória* do Brasil, foi estabelecido que o grande rio descoberto por Pinzón começou a ser mais conhecido sob o nome de *Marañón* após a intercalação, por Anghiera, da seguinte passagem na edição de 1516 de suas *Décadas*:[59]

> Os indígenas chamam áquele rio de Marãnón; mas às regiões próximas, Mariatambal, Camamoro e Paricura. (*Primeira Década*, livro IX).

Essa passagem é precedida de outra, que já tinha aparecido no texto latino da *Primeira Década*, impressa em Sevilha em 1511:

> Os indígenas chamam à região Mariatambal; mas a região a oriente do rio se diz Camamoro; a ocidente, Paricura.

Esse nome de *Paricura*, como diz com propriedade a "Exposição Geográfica" (p. 250), "*equivale a uma sinalização*". "É aquele", pelo

[59] Edição de Alcalá, 1516 (nº 88 da *Biblioteca Americana vetustíssima* de Harrisse). A data 1551 numa nota no tomo I da primeira *Memória* do Brasil, p. 48, é um erro de impressão.

qual, em seu depoimento pessoal diante do fiscal, Vicente Pinzón designa a província imediatamente contígua ao *mar de água doce*.

O outro sinal do Amazonas nos mapas do século XVI é a indicação de que a água doce do Marañón avança várias léguas mar adentro, como haviam dito Pinzón e seus companheiros de viagem diante do fiscal, em Sevilha, e como o vulgarizara Anghiera.

O fenômeno do *mar Doce*, [disse Humboldt,] pertence, nessas paragens equatoriais, somente à embocadura do Amazonas" (*Examen critique de l'Histoire de la G*éographie d*u Nouveau Continent*, edição de 1839, tomo V, pp. 62-63).

> Nesse espaço de mar compreendido entre o cabo Maguari e o cabo do Norte, [diz ainda Tardy de Montravel,] encontra-se a água do mar, enquanto não observei, na embocadura de nenhum rio senão no das Amazonas, as águas serem doces a seis milhas ao largo da costa. (*Revue coloniale*, agosto de 1847, pp. 409-410).

Estudando o mapa de Turim, a "Exposição Geográfica" reconhece que o rio cuja ampla embocadura é ali indicado na costa setentrional do Brasil é o Amazonas, apesar de sua latitude errada de 3º30' S, e isso porque ele traz em sua margem ocidental o nome de *costa de Paricura*, que "equivale a uma sinalização" (p. 250); mas, quando examina o mapa anônimo de Weimar, de 1527, e os dois outros de Diogo Ribeiro, de 1529, que apresentam todos os três a mesma embocadura sob o nome de *rio de Marañón*, trazendo em sua margem ocidental o nome característico de *costa de Paricura* (Palicura) e numa latitude que se aproxima mais da verdadeira, a "Exposição Geográfica" pretende que esse Marañón só poderia ser identificado como o rio Pará, "embora se encontre a cerca de 85 léguas de distância dele". Quanto ao braço setentrional do Amazonas, a "Exposição Geográfica" o coloca a noroeste, numa depressão da costa, que se encontra sob o Equador, onde nenhuma embocadura de rio está representada e onde se vê o nome de *Furna Grande*. Esse nome designa, contudo, apenas um ponto da ampla angra na qual se lê até a palavra *aldea*, isto é, *aldeia*, indicação inadmissível nas águas de uma embocadura.

Entretanto, esse Marañón dos dois mapas de Ribeiro, de 1529, que é o mesmo Marañón do mapa anônimo de 1527, compreende, além do nome muito particular de *costa de Paricura*, esta legenda que só se pode aplicar ao *mar Dulce*, ao Amazonas atual:

> O rio de Marañón é muito grande; os navios entram nele pela água doce e *encontram água doce 20 léguas no mar*.[60]

O mapa de Turim não é, como havíamos dito[61] e como crê a *Memória* da França,[62] o primeiro documento conhecido que menciona o nome de Vicente Pinzón na costa setentrional da América do Sul: o primeiro é o portulano de Ottomano Freducci, de que falaremos mais adiante. O mapa de Turim parece ser, entretanto, o primeiro no qual se encontra o nome do célebre navegador espanhol aplicado a um rio com montanhas a oeste. "Vê-se ali", diz a primeira *Memória* do Brasil, "na costa da Guiana, um *rio de Vicentianes*, a oeste e bastante longe de um grande rio que não é nomeado, mas que é incontestavelmente o Santa María de la Mar Dulce, em seguida Marañón e Amazonas. O fato de ser ele o maior rio de todo esse litoral e o nome característico de *costa de Paricura* dado à sua margem esquerda bastam para identificá-lo. A falsa latitude dada à embocadura do rio não significa nada num mapa daquela época, como já se demonstrou. A oeste do rio de Vicentianes, vê-se um nome pouco legível que parece ser *mõtes*. Cabe acreditar que, primitivamente, ter-se-ia podido ler *mõtes*, isto é, *montanhas*. E as primeiras que se encontram indo do Amazonas em direção a Caiena são as que se elevam a oeste do Oiapoque e bem próximo da embocadura desse rio."

A "Exposição Geográfica" observa (p. 251) que o *rio de Vicentianes* é o primeiro nome de rio que, nesse mapa, vem depois do nome de *costa de Paricura*, para oeste. Mas isso não prova que esse Vicentianes tenha sido o *primeiro rio* a oeste do Amazonas. Sabe-se que, num mapa em

---

60 Henry Harrisse, falando dos mapas de Ribeiro e de alguns outros:
"Uma peculiaridade notável dessa classe de mapas é a posição fixada para as bocas e toda a bacia do rio chamado nesse lugar Marañón. Ele corresponde à localização do golfo do Maranhão nos mapas modernos. Embora Marañón e Maranhão (ou Maranham) sejam nomes que se parecem um com o outro, pertencem de fato a regiões completamente diferentes e distantes entre si. Contudo, é incontestável que os autores desses mapas – que têm todos origem sevilhana – tinham em vista, exclusivamente, não o golfo do Maranhão, mas o mar Dulce de Pinzón, ou o real Amazona" (The Diplomatic History of America, p. 125).

61 Primeira *Memória* do Brasil, tomo I, p. 201.

62 "É, como era de se esperar, numa obra emanada talvez indiretamente, mas seguramente, da cartografia oficial de Sevilha, que encontramos pela primeira vez um rio com o nome de *Vicentianes*. Esse mapa, conservado na Biblioteca Real de Turim, não traz nome de autor, nem data. Mas, segundo as indicações intrínsecas, ele deve ter sido feito desde 1523; é uma obra muito cuidada, cuja nomenclatura é espanhola ou latina com bem poucos elementos portugueses" (*Memória* da França, tomo I, p. 250).

pequena escala, é impossível assinalar todos os acidentes geográficos e escrever todos os nomes. O cartógrafo indica o que pode, ou o que ele acha ser o mais importante.

No mapa anônimo de 1527 (Weimar), que deve ser atribuído a Diogo Ribeiro, e nos dois mapas de 1529 (Weimar e Propaganda), assinados por ele, o nome de Vicente Pinzón é dado a um rio a leste do Marañón ou Amazonas (R. de *Vicenteanes*, mapa de 1527; R. de *Vicente Pinson*, mapas de 1529). Não precisamos, portanto, nos preocupar com esse rio fora da Guiana. Quanto a nosso Oiapoque, J. G. Kohl, que publicou belos fac-símiles dos dois mapas de Weimar, acompanhados de um estudo minucioso desses documentos,[63] identifica-o com o rio Baxo, na seguinte passagem:

> No *rio Baxo* a costa faz uma saliência, deixa a direção do sudeste, que tinha seguido até ali, e toma a direção sul, formando, sobretudo no mapa de 1527, um ângulo agudo. É o que faz a costa da Guiana na vizinhança do *cabo Orange* atual; é, portanto, possível que nos encontremos ali em presença daquele cabo. O nome *Montañas* que aparece ao lado do *rio Baxo* torna isso ainda mais verossímil, pois é na vizinhança do cabo Orange atual que estão as elevações chamadas *montanhas de Prata. São as primeiras atitudes que se descobrem vindo das terras baixas do delta do Marañón*. E precisamente, vindo do oeste, ao longo das costas baixas de Caiena e de Suriname, essas montanhas de Prata são as terras mais elevadas tanto em altura como em profundidade. Elas formam vários picos isolados, que seguem de perto a costa e que servem como pontos de referência aos navegadores, não só para o cabo de *Orange*, mas também para a grande baía do rio *Oiapoque*. *São as únicas montanhas que se podem avistar do mar ao longo da costa da Guiana entre o Marañón e o Orenoco*. E a palavra *montañas* é, segundo isso, tanto mais decisiva por aparecer justamente uma só vez em nosso mapa em toda essa região. Do mesmo modo, nos mapas posteriores (por exemplo, o de Vaz Dourado) se encontra nessa posição *montañas*...

A "Exposição Geográfica" examina, em seu capítulo IV (pp. 256 a 263), a questão do lugar ocupado pelo rio de Vicente Pinzón no Padrão Real de 1536 e nos mapas de Sebastião Caboto (1544) e de Diego Gutierrez (1550).

---

63 *Die beiden ältesten General-Karten Von America*, Weimar, Instituto geogr., 1860.

O *Padrão Real* de 1536 é, como se sabe, o mapa oficial que, por ordem de Carlos V, foi traçado pelo cosmógrafo Alonzo de Chaves, em presença dos novos documentos e informações reunidos no depósito da *Casa de Contratação* de Sevilha. A reconstituição de uma parte desse documento desaparecido, inserida no atlas anexado (mapa nº 1), e a reprodução das passagens de Oviedo, onde se encontra a descrição minuciosa das costas da América do Sul, feita segundo o original de Chaves, permitirão ao árbitro dar-se conta perfeitamente de que o *Marañón* do Padrão Real de 1536 era, incontestavelmente, o Amazonas atual, embora sua embocadura esteja colocada muito ao sul, a 2º30' de latitude austral.

Esse Marañón não pode ser a *baía do Maranhão*, embora ela se encontre, na realidade, nessa latitude:

1º porque o mapa indicava, não *uma baía*, mas a embocadura de *um grande rio*;

2º porque os espanhóis nunca traçaram, a leste da baía do Maranhão, a Linha Meridiana de Demarcação entre as possessões da Espanha e de Portugal e porque, no mapa de Chaves, essa linha se encontrava a leste do rio Marañón, como demonstra o texto de Oviedo, escrito em 1548.

Se, [diz Henry Harrisse,[64] comentando essa passagem do *primeiro cronista do Novo Mundo*] se contamos nessa direção as 275 léguas que separam, segundo ele (Oviedo), o cabo Santo Agostinho da linha de demarcação, essa linha, segundo a interpretação que dá Oviedo, em 1548, ao Padrão Geral de Chaves, corta a costa setentrional do continente da América do Sul 85 léguas a leste da foz ocidental do Amazonas. A foz ocidental do Amazonas (entre a ilha de Caviana e o continente) se encontra a 50º15' de longitude oeste de Greenwich. 85 léguas de 17½ ao grau equatorial, contadas a leste desse meridiano, conduzem a 45º17' *em nossa esfera*. Isso faz a linha de demarcação passar por Boa Vista, na baía de Turiaçu.[65]

---

[64] *The Diplomatic History of America, Londres, 1797, p. 151.*

[65] Parece útil reproduzir aqui a seguinte nota, que acompanha nossa reconstituição do mapa de Alonzo de Chaves:

"Representamos nesse mapa a Linha de Demarcação segundo o senhor Henry Harrisse e tal como ela resulta das distâncias declaradas por Oviedo e nós indicamos a posição aproximada da baía do Maranhão *em relação a essa linha*. Devemos, entretanto, observar que a *Casa de Contratação* de Sevilha não possuía, naquela época, informações de fonte espanhola senão no que se refere a costas compreendidas *entre o Amazonas e Paria*. Por seu lado, os portugueses não tinham, antes de 1532, desenvolvido explorações regulares senão até

O texto de Oviedo contém passagens que identificam perfeitamente esse Marañón como o *mar Dulce* ou o *Marañón* de Vicente Pinzón, que se tornou o *Marañón* ou *Amazonas* após a viagem de Orellana. "E esse *cabo dos Escravos*", diz Oviedo, "é a ponta da embocadura do *rio Marañón*, a 2º30'S da Equinocial. Mas sua entrada no mar não é por um só braço, como se dirá mais adiante, quando se falar da viagem que por ali fez Francisco de Orellana...[66] As águas desse rio entram no mar com muita impetuosidade, e deste se retira, a 10 ou 12 léguas se retira água doce desse rio; e essa embocadura forma, ali dentro, dois braços principais, dos quais o mais oriental se chama *rio de Navidad*[67]*;* e o mais ocidental conserva seu próprio nome de *Marañón*... Essa embocadura, uma das coisas mais notáveis que Deus criou no mundo, foi outrora denominada *mar Dulce*, porque, na maré vazante ou baixa, retira-se água doce no mar à distância de terra que indiquei, e bem mais longe, a crermos em Vicente Yáñez Pinzón, que descobriu esse rio... e foi o primeiro espanhol que deu notícias desse grande rio e que o viu, e de quem ouvi dizer que o havia descoberto no ano de 1500 e que ele tinha tirado água doce no mar, a 30 léguas da embocadura desse rio".

---

os arredores da embocadura do Pará (expedição de Diogo Leite, em 1531). As costas do cabo Santo Agostinho no Amazonas foram, portanto, desenhadas por Alonzo de Chaves e descritas por Oviedo, segundo informações de fonte portuguesa; mas, crendo que a baía do Maranhão, dos portugueses, era o Marañón – mar Dulce, que se tornou o Amazonas, a *Casa de Contratação* e Alonzo de Chaves, como tinham feito anteriormente Diogo Ribeiro e outros cosmógrafos de Sevilha, suprimiram a baía do Maranhão e *todos os nomes portugueses da costa compreendida entre essa baía e o Amazonas*, entre os quais se podem citar os seguintes, indo do leste para o oeste: terra dos Fumos; costa Aparcelada; rio de S. Miguel ou rio Fresco; baía de Diogo Leite; rio de S. Paulo; rio dos Baixos; costa Suja; baía do Ilhéu; costa Baixa; e baía de S. João."

"Portanto, para corrigir esse mapa na parte que nos interessa, é preciso destacar o *Marañón rio* (Amazonas) do *Maranhão baía*; colocar as bocas do Marañón ou Amazonas sob o Equador, o que representa 2º30' de diferença na latitude; intercalar a costa e a nomenclatura portuguesa suprimidas entre o rio e a baía; corrigir a latitude das *montanhas* na costa da Guiana, cujas posições geográficas são perfeitamente conhecidas atualmente, e que, com essa correção de 2º20' em direção ao norte, permanecerão a mais de 4º de latitude setentrional; e manter na Guiana os nomes espanhóis indicados no Padrão Real de 1536, diminuindo ao mesmo tempo a distância exagerada que o Padrão apresenta entre o Amazonas e as primeiras montanhas que se veem ao percorrer a costa até o Oiapoque."

66 Foi o próprio Oviedo que deu à Europa as primeiras notícias da viagem de Orellana descendo o *Marañón*, viagem na qual acreditou ter visto as *Amazonas* (carta de Oviedo ao cardeal Bembo, escrita de São Domingos, a 20 de janeiro de 1543). Ver no tomo I da primeira *Memória* do Brasil a nota 60 p.97.

67 "Rio de Navidad-Pará river" (H. Harrisse, *op. cit.*, p. 214).

Como deixar de admitir que é do Amazonas que se trata?

A oeste desse rio, o texto de Oviedo indica: os rios de *los Esclavos* e de *las Arboledas;* a costa de *Laxas;* o cabo *Blanco;* a ponta de *la Furna;* os rios de *l'Aldea,* de *las Planosas* e de *la Vuelta;* a ponta *del Placel;* enfim, o rio de *Vicente Pinzón* e as *montanhas*, no plural, *montañas*.

As embocaduras do Amazonas se encontram sob o Equador: o Padrão Real as colocava a 2º30'S. Se se corrige essa falsa indicação, transportando ao Equador as embocaduras do Marañón de Chaves, é preciso deslocar, ao mesmo tempo, a costa que se estende a oeste e corrigir não só as latitudes, mas também as longitudes e as direções das diferentes partes dessa costa. Mas a "Exposição Geográfica" crê poder adotar um procedimento mais simples (pp. 259 e 260): ela transporta ao Equador as embocaduras do Marañón de Chaves; faz da *Punta de la Furna*, de Oviedo, uma *Furna;* coloca ali as embocaduras do Amazonas e aceita como verdadeiras as posições geográficas, não menos errôneas, da costa que se estende a noroeste do Amazonas; depois, começa a contar os rios, não a partir do Amazonas, como faz Oviedo, mas a partir da ponta *del Placel*. "Procuremos", diz a "Exposição Geográfica", "procuremos, *a partir da ponta del Placel, o primeiro rio* que se apresenta na direção oeste-noroeste: encontramos a uma distância de 20 léguas, entre 1º30' e 2ºN, o *rio de Vicente Pinzón*".

O ponto de partida foi mal escolhido, pois, segundo o texto de Oviedo, essa ponta *del Placel* se encontra fora e bastante longe do Amazonas. O rio de Vicente Pinzón não era, aliás, no mapa de Chaves, o *primeiro* que se encontrava vindo do Amazonas. Antes de chegar a ele, viam-se, ali indicados, *cinco rios:* rio de los Esclavos, rio de las Arboledas, rio de l'Aldea, rio de las Planosas e rio de la Vuelta.

Já observamos que esse procedimento de contagem de rios só pode ser aplicado em mapas em escala muito ampla, nos quais todos os rios de uma região se encontrem representados. No pequeno mapa da América do Sul de E. Desbuissons, anexado ao *Anuário diplomático e consular francês* e reproduzido no presente volume, o limite entre a Guiana Francesa e as possessões da Holanda se encontra no Maroni; mas, como não há, nesse mapa, outros rios entre Caiena e a fronteira holandesa, aplicando o método de contagem, seríamos levados a concluir que o limite se encontra no primeiro rio a oeste de Caiena, isto é, no Kourou, e não no Maroni.

No Padrão Real, como em todos os mapas daquela época, os pontos matemáticos eram, em geral, falsos. Não se pode basear argumentos nem nas latitudes e nas longitudes, nem nas distâncias, nem nos contornos e nas direções que esses mapas apresentam. É preciso estudar o documento todo para compreendê-lo e interpretá-lo bem. A primeira *Memória* do Brasil já observava que, estudando os mapas dos séculos XVI a XVIII, A. Grandidier verificou, no caso da ilha de Madagascar, diferenças de 18º para as latitudes e de 32º para as longitudes,[68] e que até num mapa da França, feito por Nicolas Sanson, "geógrafo do rei", publicado em 1658, encontram-se, no caso das posições geográficas, erros consideráveis, de cerca de 2º,19[69] sem falar do contorno das costas, que é extremamente defeituoso. O fac-símile desse mapa contido em nosso atlas (nº 13) e o estudo comparativo anexo da costa francesa do Mediterrâneo, segundo Nicolas Sanson e os mapas marítimos modernos, provam que não se deve exigir dos cosmógrafos de Sevilha no século XVI mais conhecimento sobre a América do que o que demonstravam os mais célebres cartógrafos franceses do século XVII relativamente a seu próprio país.[70] Uma carta náutica de 1715 atribuía ainda ao Mediterrâneo uma extensão de 56º.[71]

---

[68] Alfred Grandidier, do Institut de France. *Histoire de la géographie de Madagascar*. Paris, 1892, p. 52.

[69] Primeira *Memória* do Brasil, tomo I, p. 182.

[70] Alguns extratos da *Géographie du Moyen Âge*, de J. Lelewel (Bruxelas, 1852, 4 vols. e um atlas), tomo II,
pp. 196 e 197: "Vi um mapa de Duval, geógrafo do rei, publicado em Paris cerca de 1661, no qual se observa apenas o aparelho dos mapas náuticos: tudo ali está desfigurado. Pela mesma época, publicou-se em Paris, por Antoine de Fer, um atlas náutico da França, composto por 33 mapas. Todos os rios estão ali torturados e assimilados à cartografia continental... As publicações conscienciosas dos mapas da Marinha apareceram na Holanda..."
P. 203: "Nicolas Sanson, na esteira de Mercator, parece ter receio de aceitar os 53º da extensão do Mediterrâneo, ele lhe assinala 56º, examinando as formas e as proporções que dá à Síria, à Ásia, aos arredores de Rodes, ao litoral africano e a Túnis, à própria França, pode-se dizer que ele se assemelhava a Ptolomeu... Claude de l'Isle (nascido em 1644, morto em 1720) e seu filho Guillaume (nascido em 1675, morto em 1726) encontraram, ao lado de alguns outros sistemas da reforma geográfica, as proporções da escola sansoniana, gozando de todo o crédito da autoridade adquirida: eles a aceitaram a 55º30' da extensão do Mediterrâneo. O mar Negro apenas e a Síria receberam neles contornos inteiramente diferentes. Os de l'Isle pensavam já há muito tempo em reabilitar o crédito de Ptolomeu..."

[71] Se fosse possível basear argumentos nos pontos matemáticos que apresentam os mapas dos séculos XVI e XVII, seria permitido tirar conclusões bastante estranhas estudando esse mapa da França, feito pelo primeiro geógrafo francês da época. As cidades de Marselha, Toulon, Nice e Gênova que ali se veem não seriam as mesmas que conhecemos hoje sob essas denominações; elas teriam sido engolidas pelo Mediterrâneo. Uma grande ilha se teria

Parece-nos inútil insistir mais nessa questão, que não é ignorada nem por aqueles que têm apenas simples noções de história cartográfica.

O árbitro não poderá de modo algum deixar de reconhecer que, no *Padrão Real* de 1536, o *rio de Vicente Pinzón* era o *Oiapoque*, pois a oeste de sua foz se encontravam *montanhas,* e que *as primeiras montanhas* que se podem ver do mar, indo do Amazonas a Caiena, são as montanhas de Prata e o monte Lucas a oeste do rio e da *baía do Oiapoque*. O rio e a *baía do Oiapoque* eram portanto, indubitavelmente, o *rio e a baía de Vicente Pinzón da Casa de Contratação* de Sevilha. A questão das falsas coordenadas geográficas, bem como as do traçado errôneo das costas e da distância exagerada relativamente à foz do Amazonas, não tem nenhuma importância, a partir do momento em que se está diante de um documento cartográfico do século XVI. A posição da foz do rio de *Vicente Pinzón* do Padrão Real de 1536 pode ser determinada atualmente com a maior precisão, porque essa foz traz, a oeste, aquela marca indelével das *montanhas*, que é ao mesmo tempo um sinal único nas costas de que se trata. A "Exposição Geográfica" observa que o Vicente Pinzón de Chaves se encontra entre 1º30' e 2ºN. Tomemos apenas 8 minutos dos 30 que a "Exposição" concede, e digamos que a foz do *Vicente Pinzón* se encontra a 1º38' no Padrão Real. "Não creio", escrevia d'Anville, "que 7 ou 8 minutos sejam um objeto sobre o qual se deva insistir de forma muito afirmativa".[72] Corrigindo a falsa latitude de 2º30'S que o Padrão Real atribui às embocaduras do Amazonas e colocando-as sob o Equador, é preciso que façamos a mesma correção na latitude das *montanhas* e da foz do *Vicente Pinzón*, adicionando 2º30' a 1º38'N. Teremos assim 4º8'N real para a foz do *Vicente Pinzón*. A tabela de posições geográficas que precede a primeira *Memória* do Brasil mostra que a foz do Oiapoque se encontra, segundo Tardy de Montravel, a 4º12'N, o monte Lucas a 4º11' e a montanha de Prata a 4º22' (4º20', segundo Costa Azevedo).

formado naquelas paragens, à qual se teria dado o nome de Córsega que pertencera à antiga ilha desaparecida.

[72] *Carta de d'Anville ao* Journal des Savans, *sobre um mapa da América Meridional que ele acabara de publicar no Journal des Savans* de março de 1750.

IV

Feita essa demonstração, passemos aos dois outros mapas citados na "Exposição Geográfica": os de Sebastião Caboto (1544) e de Diego Gutierrez (1550).[73] Eles já indicam a foz do Amazonas sob o Equador, mas, ao fazer essa correção, Caboto se esqueceu de fazer o mesmo deslocamento nos promontórios e rios que, segundo os mapas de Diogo Ribeiro, de 1527 e 1529 e o Padrão Real de 1536, se encontravam *a oeste* do Marañón, que se tornou Amazonas após a viagem de Orellana. Certamente, era preciso não apenas corrigir a latitude do Amazonas, mas ainda diminuir a distância exagerada que o Padrão Real interpunha entre as *montanhas* e o grande rio, e intercalar entre o Amazonas e a baía do Maranhão a seção da costa e a nomenclatura portuguesa suprimidas no Padrão Real. Mas é indesculpável o erro que cometeu Sebastião Caboto, de passar *a leste* do Amazonas o que deveria ter permanecido *a oeste*. Entretanto, essa transposição é apenas uma das menores liberdades que foram tomadas na construção de seu mapa-múndi. Já em 1860, Joaquim Caetano da Silva escrevera (§ 2.506):

> 1º O mapa-múndi de Caboto tem abundantes erros graves. Sem falar da baía de Hudson, cuja descoberta os senhores Biddle e Tytler atribuem a Sebastião Caboto,

[73] Caboto, nº 6, e Gutierrez, nº 8, no grande atlas que acompanha a primeira *Memória* do Brasil.

> que a desfigura mostruosamente, ao passo que Gerard Mercator a representa com exatidão maravilhosa, provavelmente segundo o traçado de seus verdadeiros descobridores, os portugueses Corte Real, e sem falar do golfo de São Lourenço, descoberto por João Caboto, acompanhado por seu filho Sebastião, muito jovem na época, e que desenhou incorretamente a bacia do Prata, que o próprio Sebastião havia explorado, investido, havia muito tempo, no cargo de piloto-mor da Espanha, e representada por ele de maneira incrível. Sua configuração do Paraná e do Paraguai necessita um comentário. A posição em que coloca o rio de San Salvador e o rio Negro revela uma negligência escandalosa, para não dizer uma imperícia vergonhosa. Caboto faz do San Salvador e do Negro *afluentes diretos do estuário do Prata*, enquanto são, segundo a evidência mais material, afluentes do Uruguai. E todavia Caboto estivera nas margens do Uruguai, na foz do San Salvador.

Por último, Henry Harrisse, que é uma autoridade em questões de história geográfica do Novo Mundo durante o século XVI, exprimiu-se assim, numa de suas obras mais notáveis, a respeito desse mapa de Sebastião Caboto:

> Considerado como exposição gráfica de formas e posições geográficas, este planisfério *deve ser classificado como o mais imperfeito de todos os mapas espanhóis do século XVI que chegaram até nós.*[74]

Diego Gutierrez incorreu no mesmo erro que Caboto. Com a mesma

[74] *John Cabot the discoverer of North America and Sebastian his son...* Henry Harrisse, Londres, 1896, p. 285. Quatro páginas do livro são dedicadas ao exame desse mapa-múndi.
Reproduzimos ainda esta passagem, na qual o autor cita uma apreciação de Kohl: "Para começar, Kohl notou, bem antes de nós, que o Velho Mundo no planisfério de Caboto é muito inferior aos dos mapas franceses e italianos daquela época. Esse especialista faz ainda a seguinte declaração: "mesmo as costas do mar melhor e há mais tempo conhecido, o Mediterrâneo, estão muito deformadas e mal colocadas. Mesmo a Espanha e também a Grã-Bretanha, os países em que Sebastião Caboto passou a maior parte de sua vida, são representados muito descuidadamente; como por exemplo, a Irlanda é apresentada com o tamanho da Inglaterra e da Escócia juntas. A Islândia está na latitude das ilhas Shetland e é colocada diretamente ao norte e não a noroeste da Escócia."
"Com relação ao Novo Mundo, ficamos surpresos de achar quão inferiores são suas posições e contornos, quando comparados com os dos mapas de Weimar, por exemplo, embora esses tenham sido construídos 15 anos antes. Labrador e o norte do Canadá...
Se examinamos agora as regiões que alega haver descoberto (Terra Nova) e aquelas que certamente visitou (rio da Prata) notamos com surpresa que os contornos e posições são apresentados imprecisa e incompletamente..."

despreocupação de seu modelo, ele colocou *a leste* do Amazonas os seguintes nomes, que se encontram *a oeste* da *costa de Paricura* (margem ocidental do Amazonas) ou do *Marañón*, seja no mapa de Turim (1523), seja nos de Diego Ribeiro (1527 e 1529) ou no Padrão Real de 1536: rio de los Esclavos, Visto de lexos, Novisto mas que el fondo, rio de Pascua; costa de Arboledas, costa de Laxas e cabo Blanco. A "Exposição Geográfica" tece elogios à rica nomenclatura e ao traçado detalhado do mapa em questão e diz que "esse Gutierrez é provavelmente aquele mesmo que foi designado, em 1549, para preencher, como interino, as funções de piloto-mor, quando Sebastião Caboto retirou-se para a Inglaterra".

Permitimo-nos, portanto, reproduzir aqui as seguintes passagens de Henry Harrisse, concernentes a esse cosmógrafo e a seu mapa de 1550:

> ... ele (o mapa) não revela a mão de um cosmógrafo a par das descobertas realizadas nos 15 anos que precederam sua construção" (*Jean et Sébastien Cabot*, Paris, 1882, p. 233).
>
> ... Diego Gutierrez, senior, um cosmógrafo incompetente" (*John Cabot the discoverer of North America and his son Sebastian Cabot*, Londres, 1896, p. 321). Em 5 de novembro de 1544, ele foi proibido de construir mapas e instrumentos naúticos, proibição renovada em 28 de novembro de 1545 (*The discovery of North America*, Londres, 1892, p. 720).

Não acumulamos essas citações porque os dois documentos podem parecer contrários a nossa tese, mas apenas porque eles nos parecem, como Joaquim Caetano da Silva, Kohl e Harrisse, bem inferiores às obras dos principais cartógrafos dessa época.

O *R. de Vinceñanes (Vicente Yáñez Pinzón)* do mapa de Sebastião Caboto, como é dito na primeira *Memória do Brasil* (tomo I, p. 214), é incontestavelmente o Oiapoque, pois, imediatamente após o nome desse rio, e a oeste, lê-se: *montagnas*.

No mapa de Gutierrez, esse sinal decisivo falta, mas se se considera que esse cosmógrafo pertencia à "Escola de Sevilha" e que, desde seu rio de *Vny. Ann. Pinzón* até a Ponta Anegada diante da ilha de Trinidad, ele respeita e reproduz quase inteiramente a nomenclatura do Padrão Real de 1536, não se pode deixar de reconhecer que seu Vicente Pinzón

era o mesmo que o do Padrão Real, isto é, nosso Oiapoque, o rio do cabo Orange e das montanhas de Prata e monte Lucas. O mesmo raciocínio se aplica ao mapa de Nicolas Desliens, começado em 1541 e terminado vários anos depois.[75] Seu rio de Pinzón é aquele de Gutierrez e da *Casa de Contratação.*

Quanto às costas setentrionais da América, deve-se também ligar à Escola de Sevilha, como o faz apropriadamente a *Memória* da França (pp. 264 a 270), Gerard Mercator – 1569 –,[76]Abraham Ortelius – 1570 e 1587 –[77] e todos os seus numerosos alunos e imitadores, na Alemanha, nos Países Baixos, na França, na Itália, em Portugal e em toda a Europa. Entre seus alunos, imitadores ou simples copistas, é preciso contar:

Os geógrafos franceses André Thevet – 1575 –[78] François de Belleforest – 1575 –[79] Guillaume Postel – 1581 –[80] e Guillaume Levasseur – 1601 –;[81] Giovanni Battista Mazza –;[82] Philippe Apian – 1576 –[83] Christianus Sgrothenus – 1588 –,[84] do mesmo modo que o autor anônimo do Globo de Zurique,[85] e Giuseppe Rosaccio – 1657

---

75 Mapa nº 5 no primeiro *Atlas* do Brasil.

76 Primeiro *Atlas* do Brasil, mapa nº 19.

77 *Ibidem*, nºs 20, 21, 31 e 32. Além desses quatro mapas de Ortelius, de 1570 e 1587, pode-se citar outro, do mesmo geógrafo, e datado de 1564, no qual, sendo a nomenclatura sevilhana, o rio que leva o duplo nome de *rio de Vicente* e de *rio de Pinzón* deve ser o mesmo que o das *montanhas* do Padrão Real de 1536, isto é, o Oiapoque. Esse mapa, conservado na Biblioteca da Universidade de Basileia, traz o título e as indicações seguintes: *Nova tolius terrarum orbis iuxta neotericorum traditiones descriptio* Abrah. Ortelio *Antuerpiano auct. Anno Domini MDCCCLXIII.* Um outro mapa a citar, inspirado como o anterior na Escola Sevilhana, é o *Americoe Peruviaque ita postremum detecta traditur recens delineatio*, de Jan van Doet e Lucas van Doet, sem data. Exemplar na Biblioteca da Universidade de Basileia.

78 Ver *Atlas* do Brasil, mapa nº 23.

79 *Ibidem*, nº 24.

80 *Polo aptato nova charta universi, auth* Guil. Postello. Muito raro, 1ª ed., Paris, 1581 (ed. Jean de Gourmont); 2ª ed., Paris, 1586 (Denis de Mathonière); 3ª ed., Paris, 1621 (Nicolas de Mathonière); 4ª ed., Lyon, 1644 (Glaude Savary).

81 "Planisfério dando as costas ocidentais da Europa e da África, assim como uma grande parte da América, assinado: 1601, *em Dieppe*, de Guillaume Levasseur, *12 de julho*. Montado em pergaminho." No depósito dos mapas e planos da Marinha, em Paris. Esse mapa figurou, em 1892, na bela Exposição de Mapas referentes à América, organizada pelo senhor Gabriel Marcel, chefe da seção geográfica na Biblioteca Nacional de Paris.

82 Primeiro *Atlas* do Brasil, nº 29.

83 Segundo *Atlas* do Brasil, nº 5.

84 *Ibidem*, nº 7.

85 *Ibidem*, nº 8.

–;[86] Rumoldus Mercator – 1587 –;[87] Michael Mercator – 1595 –,[88] Théodore de Bry – 1592, 1594 e 1596 –,[89] Cornelis de Jode – 1593 –,[90] Petrus Plancius – 1592, 1599 –,[91] Jodocus Hondius – 1597, 1602 e 1633 –,[92] Mathias Quad – 1598 –,[93] B. Langenes – 1598 –;[94] o autor anônimo do mapa inglês manuscrito de 1598;[95] assim como Edward Wright, suposto autor do mapa-múndi publicado em 1599 por Richard Hakluyt,[96] e Dancker Danckerts – 1660 –.[97] Nos mapas de Jacopo Gastaldi – 1554 –[98] e Bartholomeo Olives – 1562 –,[99] os quais não podem ser incluídos entre os alunos de Gerard Mercator, o Pinzón é o Oiapoque, pois a nomenclatura que eles empregaram é a da Escola de Sevilha após o Padrão Real de 1536.

Convém ainda apoiar-se no fato de que as obras da maioria dos cartógrafos citados foram gravadas e que as dos Mercator, de Ortelius, de De Bry e de Hondius tiveram um grande número de edições.[100] Os mapas impressos eram naturalmente os que mais se consultavam, e desse modo difundiram, durante os últimos 30 anos do século XVI e durante o século XVII, a verdadeira noção de um rio de Vicente Pinzón bastante distante do Amazonas para não poder ser confundido com os rios vizinhos do cabo do Norte, como o Cunani, o Calçoene, e o Carapapóris, e menos ainda com o Araguari, que é um afluente do

---

86 *Ibidem*, nº 9.
87 Primeiro *Atlas* do Brasil, nº 33.
88 *Ibidem*, nº 34.
89 *Ibidem*, nºs 34, 38 e 40.
90 *Ibidem*, nºs 35 e 36.
91 *Ibidem*, nºs 37 e 38.
92 *Ibidem*, nºs 43, 52 e 63.
93 *Ibidem*, nº 43.
94 *Ibidem*, nº 44.
95 *Ibidem*, nº 44.
96 *Ibidem*, nº 49.
97 *Ibidem*, nº 74.
98 *Ibidem*, nº 10.
99 Nº 15 no primeiro Atlas e nº 6 no segundo. O último, embora atribuído a outro cartógrafo, que o desenhou em Nápoles, em 1580, é apenas uma cópia do primeiro, mas tem a particularidade de que faz parte da biblioteca dos reis da Espanha.
100 "Para quem conhece a autoridade de que gozaram durante muito tempo as obras saídas da oficina de Mercator, o número das reproduções do tipo adotado por ele nada tem de surpreendente. Seria fastidioso enumerar os mapas ou globos que representam da mesma maneira o Marañón, o cabo Blanco e o rio de Vicente Pinzón" (*Memória* da França, tomo I, p. 267).

Amazonas, noção que era corrente quando das negociações de Lisboa e de Utrecht, de 1697 a 1713.

Fizemos menção apenas a cartógrafos não portugueses que seguiram a nomenclatura do Padrão Real de 1536 e para os quais o Vicente Pinzón, mais ou menos distante do Amazonas, é certamente, embora sem as *montanhas*, o Oiapoque, que, repetimos, era o Vicente Pinzón da *Casa de Contratação* de Sevilha. Mas é preciso também incluir entre os cartógrafos estrangeiros que, no que concerne à Guiana, se inspiraram nos trabalhos da Escola de Sevilha, os portugueses André Homem, Diogo Homem e Fernão Vaz Dourado.

Deste último, que em seus numerosos mapas[101] corrige a posição errônea das embocaduras do Amazonas e coloca o *Vicente Pinzón* não só a leste das *montanhas*, mas ainda a 4ºN, a *Memória* da França quase não fala: ela se limita a citá-lo de passagem, para dizer que os mapas inspirados nele são mais inexatos que os de Mercator,[102] que, no entanto, em 1569 – um quarto de século após a viagem de Orellana –, persistia em colocar, como o Padrão Real de 1536, as embocaduras do Amazonas a 2º30'S do Equador; e ele retorna ao excelente cosmógrafo português numa pequena nota da tabela analítica do atlas (nº 6), para acusá-lo, muito injustamente ainda, de ter "relacionado ao norte do Amazonas uma parte da nomenclatura que devia figurar ao sul".

Não foi esse cartógrafo português, "tão hábil em manejar armas como perito no conhecimento da geografia", como diz Kunstmann,[103] que fez saltar rios e promontórios de um lado para o outro do Amazonas; foram os Sebastião Caboto, os Diegos Gutierrez, e também os Nicolas Desliens e os Pierre Desceliers,[104] esses dois últimos hábeis aquarelistas

---

[101] Nºs 18, 22 e 26 no primeiro *Atlas* do Brasil; nºs 3 e 4 no segundo atlas, formando o tomo VI, da réplica do Brasil.

[102] *Memória* da França, tomo I, p. 286.

[103] *Die Entdeckung Amerikas. Nach den ältesten Quellen geschichtlich dargestellt von Friedrich Kunstmann. Mit einem Atlas*. Munique 1859. p. 147.

[104] Mapas nº 5 (Desliens, 1543 ou 1544) e nº 9 (Desceliers, 155) no Atlas que acompanha a primeira *Memória* do Brasil. Desceliers não só colocou a leste do Amazonas nomes que deviam encontrar-se a noroeste da foz desse rio, mas esqueceu de apagar certos nomes, de modo que se vê um cabo e dois rios nas águas daquela foz. Desliens, tendo terminado seu mapa após a viagem de Orellana, deixou ali a data de 1541, anterior a essa viagem, da qual as primeiras notícias só chegaram à Europa (a Lisboa) em 1543. Demos no mesmo atlas outro mapa da escola de Dieppe, a de Jacques de Vaudeclaye, de 1578 (nº 25), mapa que revela a maior ignorância das costas do Maranhão e da Guiana, pois o Amazonas é ali representado ao lado

e iluminadores, mas às vezes maus copistas dos mais atrasados e dos piores mapas portugueses.[105]

Quanto a André Homem, eis o que se lê na *Memória* da França (p. 278):

> Outros portugueses estabelecidos no estrangeiro aderiram francamente à nomenclatura e à interpretação sevilhanas, sem mais se preocupar com o *rio Vicente dos mapas lusitanos*. Assim agiu Andreas Homo no belíssimo mapa-múndi que compôs em 1559, em Antuérpia.[106] Quanto ao restante do mapa, ele segue a nomenclatura portuguesa; mas, na parte que nos interessa, ele se atém a Gutierrez ou Sebastião Caboto. Vizinho, a oeste, da foz do Amazonas, o rio de *Vicente Pinzón* ocupa ali, entre 1º e 2ºN "(sempre as latitudes)!", a posição que se pode considerar como consagrada na segunda metade do século XVI.

André Homem, nascido em Portugal, pertencia a uma família que deu vários cartógrafos. Ignora-se por que ele se refugiou no estrangeiro. Depois de ter residido em Antuérpia, ele se fixou em Paris e visitou Londres em 1567. Em 1565, era *cosmógrafo do rei da França*.[107] Seu mapa-múndi, conservado no Ministério dos Negócios Estrangeiros

---

da baía do Maranhão e como tendo por *afluentes* o Tapicoru (Itapicuru) e Pinaré (Pindaré) que se lançam, no entanto, naquela baía.

[105] "Todos os nossos mapas franceses dessa época são, aliás, evidentemente inspirados em documentos portugueses, quando seus autores não se contentam simplesmente em copiá-los" (Gabriel Marcel, *Reproductions de Cartes et de Globes relatives à la découverte de l'Amérique*, Paris, 1894, p. 98, nota).

[106] Nota na *Memória* da França:
"Esse mapa, datado e assinado, é um magnífico documento, que se encontra, fracionado em 10 folhas, no departamento dos mapas do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Paris, e que não foi ainda publicado. Fizemos questão de reproduzir-lhe a parte que interessa ao debate. Infelizmente, ela corresponde a uma das seções do mapa, e a uma parte levemente alterada, cuja leitura é pouco clara na prova fotográfica. Pudemos, contudo, decifrar diretamente no original a maior parte dos nomes.
Encontrar-se-á no esboço anexo o resultado dessa decifração."

[107] Sousa Viterbo. *Trabalhos náuticos dos Portuguezes nos séculos XVI e XVII.* Parte I, Marinharia, Lisboa 1898. Publicado pela Academia Real das Ciências. Pp. 159 e 162. Passagem de uma carta de André Homem, datada de Paris, em 28 de fevereiro de 1565, e dirigida ao embaixador de Portugal (texto original em português): "Ao presente pesço a V. S. me fasça a M... escrever a El Rei noso senhor, dando lhe cõta de como escrevendome V. S. me omilhei, mostrando a vontade que sempre tive e tenho de servir a S. A., querendo emgeitar ho bem que nestas partes paresce que me quer fazer nosso señor, *estando recebido por cosmographo del Rei como se eu polla Portaria de Monsieur le almiral...*"

em Paris, foi frequentemente citado contra o Brasil. Dizia-se que ele apresentava um rio de Vicente Pinzón bem próximo ao Amazonas. Agora que o documento foi exumado, graças ao fac-símile anexado à *Memória* da França, permitimo-nos reproduzi-lo (mapa nº 2) no atlas que acompanha esta réplica, para ali registrar uma nova peça em apoio à tese brasileira, e uma peça bem importante, pois emana de um cosmógrafo de Francisco I.

A foz do *R. de Vicentepinzon* do mapa de André Homem encontra-se a 60 léguas marítimas (52 ½ portuguesas) da ponta ocidental do rio das Amazonas, e imediatamente após, a oeste, lê-se: *montanhas*. É, portanto, o Oiapoque. Pode-se acrescentar que a nomenclatura desde o Amazonas até o Orenoco (*Huyapari*, escrito à portuguesa *Japari*) é da pura Escola Sevilhana; entre o Amazonas e o Maranhão, ela é portuguesa.[108]

O *rio Vicente*, ao qual se fez menção na passagem transcrita acima, seria, segundo a *Memória* da França, uma invenção portuguesa que começou a circular por volta de 1540.[109] Esse rio, que a "Exposição Geográfica" parece identificar com o Oiapoque, não seria o Vicente

[108] De acordo com o que havíamos lido e ouvido dizer sobre esse mapa, André Homem fora classificado, na primeira *Memória* do Brasil (tomo I, p. 80), com Desliens, Caboto e Desceliers, os quais, para colocar o Amazonas sob o Equador, suprimiram ou registraram na costa oriental, entre o Pará e a baía do Maranhão, nomes que deviam permanecer na costa da Guiana. Numa nota ao § 2.498 de Joaquim Caetano da Silva, admitimos – como o próprio autor, que não pudera examinar esse mapa – que André Homem colocava o Vicente Pinzón bem perto do Amazonas. Hoje que o documento pôde ser estudado, houve oportunidade de corrigir as passagens citadas, da primeira *Memória* do Brasil, e da nota ao § 2.498 de Joaquim Caetano da Silva.

[109] *Memória* da França, tomo I, p. 276:
"Vê-se, no quadro que precede, *aparecer, por volta de 1540*, um nome que se aproxima suficientemente daquele que nos ocupa, para que se julgasse possível identificá-lo com ele: sucedendo a 16 ou 17 nomes escalonados a oeste-noroeste do Equador, um rio de *Vecete* (mapa português), *Vicente* (mapas franceses), se mostra a cerca de 4º norte, obstinadamente colocado entre um rio do *Cacique* a leste e um rio de *Aves* a oeste.
Esse recém-chegado é o rio Vicente Pinzón? Incontestavelmente não, e é extremamente importante não deixar subsistir nada da confusão que se esforçou por criar a esse respeito. Encontramos os nomes de Vicente Yáñez Pinzón, Vincentianães, Vincenañes, Vicente Pinzón, Pinzón; mas jamais, por uma só vez, nem nos mapas, nem em outros textos, o nome de Vicente empregado isoladamente, para designar o navegador. Essa denominação é contrária ao hábito constante dos documentos espanhóis, os únicos qualificados aqui para dar fé. Aliás, esse nome, emprestado como tantos outros ao calendário, não tem de forma alguma o aspecto de uma interpolação na nomenclatura portuguesa; ele faz invariavelmente parte de um grupo de vocábulos particulares a essa família de mapas, *e inexistentes nos mapas sevilhanos*."

Pinzón dos espanhóis.[110] Os dois mapas de 1558 de Diogo Homem,[111] cosmógrafo português que vivia em Veneza, apresentam ao mesmo tempo o *rio de Vicente* e o de *Vicente Pinzón* como rios distintos.[112] O Vicente Pinzón dos espanhóis se encontraria perto do Amazonas, entre 1º30' e 2ºN, segundo o Padrão Real e segundo Caboto e Gutierrez, seria o *rio Fresco* dos portugueses.[113] Certos mapas do tipo lusitano teriam cometido "o erro indesculpável de substituir, sem mudar a posição, a antiga e inofensiva denominação" (R. de Vicente), por "esse nome de Vicente Pinzón".[114] E, mais adiante,[115] a "Exposição Geográfica" parece atribuir a Vaz Dourado o erro de ter aplicado ao *rio de Vicente*, mais ocidental, o nome de *Vicente Pinzón*, e de ter tido como imitador Arnold Florentius van Langren.[116]

Acabamos de resumir em algumas linhas várias páginas da "Exposição Geográfica".

É certo que nos dois mapas de Diogo Homem, de 1558, se encontram representados, a oeste, um rio de *Vicente (R. de V^{te})* e a leste o rio de *Vicente Pinzón (R. de Vicente Pinto)*. A primeira *Memória* do Brasil o dissera:[117]

> Diogo Homem, em dois mapas, de 1558 (nºs 11 e 12 do atlas), chegou a apresentar nessa costa dois rios de Vicente: um (o Vicente Pinto), ao lado das montanhas, é certamente o Vicente Pinzón-Oiapoque; o outro, mais ocidental, R. de Vicente (R. de V^{te}), não poderia ser identificado com precisão. Mas, em seu belo mapa de 1568 (nº 17^{A}), ele suprimiu o Vicente Ocidental, para conservar apenas seu Vicente Pinto-Oiapoque.

Hoje, após um estudo muito cuidadoso dos documentos cartográficos da época, podemos identificar o *rio de Vicente* do portulano, conservado na Biblioteca Riccardiana de Florença,[118] assim como de vários outros

---

110 *Memória* da França, tomo I, pp. 273, 274, 281 e 282.
111 Nºs 11 e 12 no primeiro *Atlas* do Brasil.
112 *Memória* da França, tomo I, p. 277.
113 *Idem*, pp. 277 e 282.
114 *Idem*, p. 279.
115 *Idem*, p. 279.
116 Pp. 280 e 286, nota 2.
117 Primeira *Memória* do Brasil, tomo I, p. 190
118 Cod. nº 1.813. Fac-símile no *Atlas* de Konrad Kretschmer, Berlim, 1892, fls. 37 e 38.

mapas portugueses do século XVI e do começo do século XVII, como os de Bartolomeu Velho – 1561 –,[119] Domingos Sanches – 1618 –[120] e Antônio Sanches – 1623 –.[121]

O *rio de Vicente*, que se declarou ser uma invenção portuguesa de 1540, não é outro senão o *Vicente Pinzón Primitivo*, para cuja pesquisa a *Memória* da França fez seu levantamento cartográfico.

O portulano da Biblioteca Riccardiana é um documento posterior à exploração feita por Diogo Leite em 1531, pois já se vê ali uma baía de Diogo Leite a oeste do Maranhão. Esse oficial, que partiu de Pernambuco, só levou sua exploração até as cercanias da foz do Pará. Antes de 1513, portugueses tinham empreendido viagens de comércio não só em direção às costas setentrionais do Brasil, mas ainda em direção à Guiana e ao litoral a oeste do golfo de Paria.[122] O nome de *Corso*, dado a um cabo que se tornou o Raso do Norte, na entrada do Amazonas, data talvez da viagem efetuada antes de 1513 por Fernam Fróis, que se fez acompanhar pelos pilotos Francisco Corso e Pero Corso,[123] todos os três presos pelos espanhóis em São Domingos. Mas as informações, sem dúvida bastante vagas, que os portugueses terão trazido dessas expedições já deviam estar perdidas por volta de 1531, pois Diogo Leite, enganando-se na interpretação do mais recente mapa sevilhano, o de Diogo Ribeiro, tomou então a baía do Maranhão pelo rio Marañón ou mar Doce. Eis porque, no portulano da Riccardiana, que provavelmente foi feito entre 1532 e 1535, não se encontra ainda nenhum vestígio do Marañón-mar Dulce, que, entretanto, figurava, no mesmo tempo que a baía do Maranhão, nos mapas anteriores de origem espanhola (ver o quadro nº 1, anexo). Em 1542, os portugueses já tinham chegado às embocaduras do Amazonas, segundo duas cartas de Orellana citadas na primeira *Memória* do Brasil, tomo I, pp. 102 e 103. Essa confusão produziu os resultados seguintes, após a expedição de Diogo Leite:

Nos mapas portugueses, o Maranhão era a baía desse nome, e a nomenclatura em direção a oeste, até as cercanias do Pará apenas, era de nascente portuguesa.

---

[119] Nº 14 no primeiro *Atlas* do Brasil.

[120] Biblioteca Nacional de Paris (Mapas, C. 19, 251) nº 8 no *Atlas* francês. A mesma biblioteca possui um planisfério português do século XVI dando o rio de V^te^ (mapas, reserva. inv. 217).

[121] British Museum, Ms. 22, 874.

[122] Primeira *Memória* do Brasil, tomo I, p.136.

[123] *Ibidem*, p. 136.

No Padrão Real de 1536, e nos mapas do mesmo tipo, o Marañón era o mar Dulce de Pinzón, ou Amazonas, com supressão de toda a extensão do litoral compreendido entre esse rio e a baía do Maranhão, assim como da nomenclatura portuguesa de diferentes pontos desse litoral. Quanto aos nomes geográficos nas costas da Guiana, eles continuaram a ser, depois da reforma do Padrão Real em 1536, os que os espanhóis já haviam introduzido, salvo algumas correções feitas naquela data.

A principal correção foi aplicar definitivamente ao rio que desemboca a leste das *montanhas* o nome de *Vicente Pinzón*, que fora atribuído primitivamente a *um rio mais ocidental*, o rio Salado, e que o mapa de Turim colocava já mais a leste, ao lado das *montanhas*.

Encontra-se esse *Vicente Pinzón Primitivo*:

1º num portulano construído em Ancona antes de 1520, provavelmente entre 1514 e 1515,[124] pelo conde di Ottomano Freducci, como supõe Eugênio Casanova;[125]

2º no mapa de 1527, de Vesconte de Maiollo.[126]

Eis como se sucedem os nomes nesses dois mapas, desde a baía do Maranhão até o rio Dulce, conhecido, a partir de 1596, pelo nome de Essequibo:

[124] *La Carta Nautica di Conte di Ottomano Freducci, d'Ancona... illustrata da Eugenio Casanova*, Florença 1894, estudo erudito publicado pelo R. Istituto di Studi Superiori. p. 14: "Por isso não nos afastaremos muito longe da verdade, considerando que o mapa de Freducci é posterior a setembro de 1513, mas talvez não seja tão longe que possa ser datada até além de 1516, porque a notícia sensacional da descoberta do mar do Sul, que deveria ter tanta influência sobre a cartografia, não levou muito tempo para atravessar o oceano e chegar a Ancona. De fato, querendo ser ainda mais precisos, podemos concluir dizendo que, talvez seja lícito supor que o nosso mapa foi construído entre 1514 e 1515."

[125] Fac-símile de uma parte desse mapa anexado ao presente volume. Ele é conservado no *Archivio di Stato*, em Florença.

[126] Mapa nº 3 no primeiro *Atlas* do Brasil. Original na Biblioteca Ambrosiana de Milão.

Mapa de Freducci:	*Mapa de Maiollo*:	*Nomes modernos*:
Maranon	*Maranon*	Baía do Maranhão
Rio Fresco	*Rio Fresco*	
C. Blanco	C. Blancho	
	C. Bianco	
Paricura La Mar Dulce	*Paricura La Dulse*	O Amazonas
Costa de Paricura	*Costa de Paricuria*	Margem esquerda do Amazonas
Visto de lexos	Visto de lesso	
No visto mal del fondo	Mas de fondo	
Rio de Navidat	Rio de Nauida	
Arcipelago	Alcipelagos	
Las Planoxas	Las Planas	
Barangas verneias	Bareras vermeias	
Arenal		
Poblaston		
Esteros		
Ponta blancha	P. Blancho	
Rio Salado		
Rio de Vicetiãns	*Rio de Visente Janes*	O Vicente Pinzón primitivo
Esteros		
Plaia Bancha		
Rio Salado		
Rio de La Buelta		
Rio Fuerte		
Las bareras		
Las plaias		
Rio Poblado		
Chabo Rosso		
Las aldeas	Población	
Rio salado	Rio Salado	
Ponta Liana		
Angia		
Terra Liana		
Aldea		
Rio Dulçe	*Rio Dulce*	O Essequibo

Apesar de esses dois mapas terem sido feitos na Itália, a nomenclatura que apresentam em toda a extensão do litoral a oeste da foz do mar Doce é de origem sevilhana.

Encontram-se nesses dois documentos não apenas o *Vicente Pinzón primitivo*, mas também o *rio Fresco*.

Este último era um rio situado entre a baía do Maranhão e o rio Pará, totalmente fora da Guiana.[127] O autor do mapa português da Riccardiana, suprimindo o Amazonas, cometeu o erro de avançar até o oeste das *montanhas*, na costa da Guiana, esse rio Fresco, e, imediatamente depois, o autor anônimo de um mapa-múndi de Dieppe[128] e Pierre Desceliers o copiaram, colocando o primeiro um *rio Fresco*, e o segundo um *rio Fresche* a oeste dessas mesmas *montanhas*.[129]

Portanto, o primitivo e verdadeiro *rio Fresco* não se encontrava na Guiana, e o rio dessa região ao qual foi indevidamente aplicado esse nome, logo adotado pelos cartógrafos de Dieppe, não era o Oiapoque, *a leste das montanhas*, como acreditava o padre Sousa Ferreira,[130] no qual se inspirou o redator das duas respostas portuguesas de 1698 e 1699; menos ainda podia ser um rio mais próximo do Amazonas, como acredita a *Memória* da França.[131] A denominação de rio Fresco colocada *a oeste e perto das montanhas* só podia aplicar-se ao Aproague. Fica, assim, perfeitamente provado que nem o primeiro rio Fresco, nem o segundo era o Vicente Pinzón do Padrão Real de 1536, porque este era um rio cuja foz se encontrava *a leste e vizinho das montanhas*; consequentemente, se o rio Fresco guianense, ou segundo rio Fresco, era o limite estipulado em Utrecht, como pretende a *Memória* da

---

[127] Outros mapas ainda o representam entre o Amazonas e a baía do Maranhão. Exemplo: um mapa do *Atlas* de Angelus Eufredutius, de Ancona, 1556 (Biblioteca Municipal de Mântua), fac-símile no *Atlas* de Kretschmer.

[128] *The Harleian Mappemonde*, c. 1543, British Museum, Add. Mss. 5413.

[129] Ver na *Memória* da França, tomo I, p. 275, a tabela V. Nos mapas da Riccardiana (1532), o *Harleian* (1543?) e o de Pierre Desceliers (1546), do mesmo modo que no *Atlas* de Guillaume Le Testu, de 1556, o Amazonas não figura. No mapa de Desceliers, datado de 1550 (nº 9 no primeiro *Atlas* do Brasil), já se vê o Amazonas, mas tendo *a leste* várias indicações que pertenciam à costa da Guiana, dentre as quais as *montanhas* e o rio Fresche ou segundo rio Fresco.

[130] Documentos nº 20 (*Noticiário Maranhense*, de 1685) e nº 24 (*América Abreviada*, de 1695), no tomo II desta réplica.

[131] *Memória* da França, tomo I, p. 273. "Ora, em 1698, na *Memória* do governo português redigida com vistas a negociações com a França, encontra-se esta notável assertiva: Que o Vicente Pinzón é o mesmo que os portugueses denominavam por vezes *rio Fresco*..."

França, é no Aproague e não no Oiapoque que seria preciso estabelecer a fronteira.

Quanto ao nome de *Vicente Pinzón*, acabamos de ver que, antes do ano de 1536, ele foi efetivamente atribuído pelos espanhóis a dois rios da Guiana: primeiro, a um rio a oeste e muito afastado das *montanhas*; em seguida, a outro mais oriental, *a leste e bem perto dessas mesmas montanhas*, isto é, ao Oiapoque. Eis o que explica o duplo *Vicente Pinzón* do mapa de Diogo Homem, de 1558: seu *rio de Vicente* e seu *rio de Vicente Pinto*.

O rio de Vicente que se vê no mapa da Riccardiana e em vários outros mapas portugueses é, portanto, o *Vicentianes* de Freducci, o *Vicente Yanes* de Maiollo, ou seja, o *Vicente Pinzón primitivo*. O autor do mapa da Riccardiana decompôs mesmo em duas essa antiga denominação espanhola, apresentando nessas paragens, quase acostados um no outro, um *rio de Vicente* e um *rio de Aves*. A palavra *Aves* foi escrita em lugar de *Anes*, e, como acontece com frequência em cartografia, os dois erros cometidos foram reproduzidos e repetidos durante uma longa série de anos. Desceliers aceitou o desdobramento do rio de Vicenteanes, no mesmo tempo que a transposição do rio Fresco, e, com seu sistema de pôr em francês os nomes espanhóis e portugueses que ele podia traduzir, representou naquela costa um *rio de Vicente*, tendo como vizinho o *rio das Aves*.

Em relação ao Vicente Pinzón primitivo e ao segundo, definitivamente adotado no Padrão Real de 1536, os mapas portugueses do século XVI e do começo do XVII, citados seja pela França, seja pelo Brasil, devem ser assim classificados:

1º *Vicente Pinzón primitivo*: mapa anônimo da Riccardiana; mapa anônimo na Bibl. Nac. de Paris (reserva, inv. 217); Bartolomeu Velho, 1561; Lázaro Luís, 1563; Domingos Sanches, 1618, e Antônio Sanches, 1623;

2º *Vicente Pinzón primitivo* e *segundo Vicente Pinzón* (o Oiapoque): Diogo Homem, 1558;

3º *Segundo e definitivo Vicente Pinzón*, a leste e perto das *montanhas* (o Oiapoque): André Homem, 1559; Diogo Homem, 1568; Vaz Dourado, 1564, 1568, 1570 (?), 1571 e 1580.

Van Langren (1596) e Wytfliet – 1597 –,[132] que a "Exposição

[132] Mapas nº 41 e 42 no primeiro *Atlas* do Brasil.

Geográfica" cita como tendo-se inspirado em Vaz Dourado,[133] não dão como ele o Vicente Pinzón definitivo, o do Padrão Real de Carlos V, mas o primeiro Vicente Pinzón guianense, muito distante do Amazonas. É certo que van Langren declara ter consultado "os melhores mapas hidrográficos portugueses", mas ele não cita Vaz Dourado, e se guiou certamente por outros documentos que não chegaram até nós, nos quais o nome *cabo do Norte*, em português, já figurava, e que mantinham a tradição do Vicente Pinzón primitivo. Antes desses dois cartógrafos, Jan van Doet, baseando-se em mapas do mesmo gênero e muito diferentes do tipo Vaz Dourado, já havia escrito *cabo do Norte* e reproduzido o Vicente Pinzón primitivo, que, como dissemos, não era o Oiapoque.

Agora, qual era esse *Vicente Pinzón primitivo*, longe do Amazonas – aquele dos primeiros mapas de Sevilha, reproduzidos por Freducci e Maiollo com o nome de *rio de Vicente Yanes*, e por vários cartógrafos portugueses com o de *rio de Vicente*? Era o mesmo Vicente Pinzón dos mapas de J. van Doet, de Arnouldus Florentius van Langren e de Cornelis Wytfliet, um Vicente Pinzón que não trazia o sinal das *primeiras montanhas* e que se achava muito longe da entrada do Amazonas para poder ser identificado com o Oiapoque. Este último, no mapa de van Langren, é o rio de Montanhas; no de Wytfliet, é impossível adivinhá-

[133] A *Memória* da França diz muito bem (tomo I, pp. 280, 281) que o Vicente Pinzón do mapa de Wytfliet é o mesmo que o do mapa de van Langren (*ibidem*, pp. 280, 286 e 289), acerca do qual se lê esta nota (p. 286): "*Atlas* português de Vaz Dourado (mapas da América), por volta de 1580. Eles foram publicados no *Atlas* de Kunstmann, pr. 9. O mapa de Langren que reproduzimos (nº 6), segundo o exemplar conservado nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pode dar uma ideia desse traçado, *no qual ele se inspira visivelmente...*" E, p. 280: "... vê-se ali" (no mapa de van Langren) "um rio de Vicente Pinzón serpentear na *mesma latitude* que o *cabo do Norte*, mas a 140 léguas da Espanha em direção ao oeste."
Pelo exame dos dois mapas de 1580 de Vaz Dourado (nos 26a e 26b no primeiro *Atlas* do Brasil) e de van Langren (*ibidem*, nº 41, e primeiro *Atlas* francês, nº 6), o árbitro poderá ver que, se o traçado é aproximadamente o mesmo, a nomenclatura é bem diferente, e o Vicente Pinzón de Vaz Dourado (o Oiapoque) não é o de van Langren. Eis a nomenclatura nos dois mapas de Vaz Dourado; Las Planosas, rio Comprido, cabo Baxo, *rio de Vicente Pinçon, montanhas*, rio de la plaia, Arboledas, rio dela Barqua, Montanhas, rio Salado, rio Verde, pumta, rio Dellaresife, punta Delgada, Praia, Tera Baxa, *rio Dulce* (o Esequibo).
Eis agora a série dos nomes no mapa de van Langren: cabo do Norte, rio do Pracel, rio dos Fumos, Atalaia, baía de Canoas, Apracelado, rio Apracelado, *rio de Monthana* (correspondente ao Vicente Pinzón de Vaz Dourado), rio de Arboledas, rio de Canoas, rio de Caribes, costa de Corientes, costa Brava (costa do Diabo, segundo d'Avezac), rio de Cacique, *rio de Vicente Pinçon*, rio de Lagartos, rio de Ancones, cabo de Los Farillones, Aldea e rio Dulce (o Esequibo).

lo. No mapa de J. van Doet, ele foi omitido, mas ali se vê o segundo rio Fresco, ou Aproague, e muito longe, em direção ao oeste, o rio de Vicente Pinzón depois do Cacique.

Para identificar exatamente o Vicente Pinzón de van Langren e de Wytfliet, que é o mesmo que o de J. van Doet, podemos recorrer a d'Avezac, que foi um dos mais ardentes adversários do Brasil nessa questão de limites, e que se esforçou mesmo para provar que o Vicente Pinzón de Utrecht era o canal setentrional do Amazonas.

E qual era, para d'Avezac, o Vicente Pinzón dos mapas de van Langren e de Wytfliet, isto é, o do primeiro Padrão Sevilhano pelo qual se guiaram Freducci e Maiollo?

Era o *Maroni*.[134]

Eis enfim o *Vicente Pinzón primitivo* reencontrado: ele forma há muito tempo a fronteira entre as Guianas Francesa e Holandesa.

Assim, no terreno escolhido nesse caso por nossos contraditores, que querem identificar com o rio Fresco e com o Vicente Pinzón primitivo a fronteira estipulada em Utrecht, e pretendem que os nomes antigos e históricos devem prevalecer sobre o nome moderno de Oiapoque, geralmente conhecido no momento das negociações de Lisboa e de Utrecht, chega-se forçosamente às conclusões seguintes:

Se é no antigo *rio Fresco* guianense que o limite de Utrecht devia

---

[134] D'Avezac, *Les voyages de Améric Vespuce au compte de l'Espagne*, Paris, 1858 (Extraído do *Bulletin de la Soc. de Géog. de Paris*, set. e out. 1858). P. 125 da tiragem em separado:

"Já *havíamos assinalado esses mapas como tendo adotado o nome* Vicente Pinzón *sobre o rio Marauni*, designando mais especialmente o de Arnaud Florent van Langren, bem como o de Corneille Wytfliet, como os mais completos, e mais adequados por conseguinte a uma verificação desse tipo. Varnhagen teve a intenção também de reproduzir em algum lugar a nomenclatura de Langren, mas ali se infiltrou uma confusão tipográfica que a torna irreconhecível. O quadro comparativo ao lado, onde figuram, em colunas paralelas, todos os nomes escalonados do noroeste ao sudeste no mapa de Mercator de 1569, no mesmo tempo que no de Wytfliet de 1598 ou 1603, e enfim no de Langren de 1619" (é a mesma prancha de 1596), "com a indicação das principais sinonímias modernas, permite julgar com um piscar de olhos toda a questão."

No quadro, na página seguinte, d'Avezac faz a correspondência entre o Maroni e Vicente Pinzón de van Langren e de Wytfliet. Ele ali apresenta, entretanto, algumas outras correspondências inaceitáveis, e chega a confundir dois tipos muito diferentes de mapas: Mercator (Vicente Pinzón do Padrão de 1536) e van Langren (primeiro Vicente Pinzón de Sevilha); mas, quanto ao Vicente Pinzón de van Langren e de Wytfliet, sua identificação com o Maroni é perfeita e é o resultado ao qual não se pode deixar de chegar após o estudo comparativo dos numerosos documentos cartográficos reunidos pela primeira vez no processo atual.

ser colocado, seria preciso estabelecê-lo no Apruague, e o território francês compreendido entre esse rio e a margem esquerda do Oiapoque pertenceria ao Brasil.

Se é no *Vicente Pinzón primitivo* que é preciso estabelecê-lo, nossa fronteira avançaria nesse caso até o Maroni, e não seria mais um trecho de território francês, mas a Guiana Francesa inteira que deveria ser incorporada ao Brasil.

V

Foi claramente estabelecido nas páginas precedentes que o segundo Vicente Pinzón guianense, o do Padrão Real de Carlos V em 1536, era o rio cuja foz se encontra a leste das *montanhas* mais orientais do litoral da Guiana; portanto, o Vicente Pinzón é o Oiapoque, situado entre as montanhas de Prata e o cabo Orange.

Vamos agora fazer a contraprova de nossa demonstração.

Lembremos primeiramente ao árbitro tudo o que a *Memória* da França diz acerca da autoridade que se atribui aos mapas saídos da *Casa de Contratação de Sevilha*,[135] e sobretudo à seguinte passagem:

> Esses mapas oficiais de Sevilha, que emanavam das principais autoridades geográficas, repousavam sobre um fundo de arquivos. Enquanto, pelo menos, a instituição conservou seu vigor, eles foram remanejados de acordo com materiais que ficavam à disposição dos autores e que se podiam consultar sempre. Se, nas dificuldades que renasciam incessantemente das adaptações novas, um nome vinha a ser movido de sua posição verdadeira, havia sempre meio de remediar mais tarde, por um recurso direto às fontes, um erro temporário.

Pois bem, apresentamos, no atlas anexado a esta réplica (mapa nº

[135] *Memória* da França, tomo I, pp. 245 a 249.

14), um documento decisivo, emanado da *Casa de Contratação* de Sevilha. É a folha da Guiana, que faz parte da grande carta náutica das Índias Ocidentais, traçada em 1655 por Sebastián de Ruesta, antigo piloto de Terra Firme,[136] cosmógrafo daquele estabelecimento, irmão do piloto-mor Francisco de Ruesta.

A carta leva o título e as declarações seguintes, cuja importância será integralmente apreciada pelo árbitro e pelo governo francês:

> Carta náutica, do mar, das costas e das ilhas das Índias Ocidentais, corrigida por Sebastián de Ruesta, natural da cidade de Saragoça, cosmógrafo, fabricante de instrumentos matemáticos, nomeado por sua majestade, para a *Casa de Contratação* da cidade de Sevilha, traçada segundo vários documentos e informações de pilotos experimentados e que frequentaram essas costas. Examinada, corrigida e consultada pelos senhores presidente e juízes da acima mencionada *Casa de Contrata*ção, sob a presidência do senhor dom Pedro Nuñez de Gusmán, conde de Villa Umbrosa y Castro Nuevo, marquês de Quintana, membro do Conselho de Castela, corregedor[137] e oficial-general da dita cidade de Sevilha.

No atlas anexado, a data de 1660 foi atribuída a essa carta, mas documentos recebidos recentemente de Sevilha nos permitem restabelecer a data exata. A carta náutica de Sebastián de Ruesta foi traçada em 1654, submetida a um minucioso exame, corrigida em certas partes, e aprovada pela *Casa de Contratação* assim como pelo Conselho das Índias em nome do rei em 1655.[138]

O relatório dos oito pilotos designados para examiná-la, datado de

---

[136] Tierra Firme, antiga denominação espanhola que se aplicava não só à Venezuela atual, mas ainda à Guiana, que fazia parte do governo espanhol da Nova Andaluzia.

[137] O corregedor da cidade de Sevilha tinha o título de "Assistente de Sevilha".

[138] Documentos sobre Sebastián de Ruesta e sua carta:
Decreto Real (Real Cédula), datado de 30 de junho de 1652, que o nomeia cosmógrafo e fabricante de instrumentos matemáticos para a *Casa de Contratação* de Sevilha, para suceder a J. de Herrera y Aguilar, falecido (*Archivo de Índia*s, Sevilla, 46. 4. 2/31).
Ata da tomada de posse do emprego, após o juramento de costume, a 4 de setembro de 1652 (*Ibidem*, 16. 6. 144/8, no 8).
Documentos relativos ao exame de sua carta (*ibidem*, 16. 6. 144/8, no 8).
Decreto Real, de 3 de julho de 1657, concedendo a doña Isabel Correia, mulher de Sebastián de Ruesta, uma pensão, no caso de ela se tornar viúva (*ibidem*, 46. 4. 2/31).
Sebastián de Ruesta morreu em 1674.

Sevilha, em 29 de julho de 1655, e dirigido ao presidente da *Casa de Contratação*, terminava assim:

> Esta é, senhor, a pura verdade, pois em matéria tão grave nós devíamos agir segundo sua importância, e devemos declarar à autoridade de vossa senhoria que entendemos que convém permitir a impressão dessa carta e que isso será um serviço prestado a sua majestade e um bem para esses reinos, porque ela tem toda a exatidão requerida para a segurança da navegação; é por isso que não se pode nem impedir nem diferir um bem público tão grande e tão geralmente desejado, e que vossa senhoria, o comércio desta cidade e a Universidade Marítima devem muitos agradecimentos ao cosmógrafo que fez essa carta; declaramos portanto a vossa senhoria, com pleno conhecimento de causa, que todos os pilotos experimentados que a virem dirão a mesma coisa, e damos testemunho dos vários que a viram (e que não se encontram nesta cidade neste momento) que nos disseram o mesmo que referimos a vossa senhoria. Eis nossa opinião. Vossa senhoria resolverá com seu costumeiro zelo o que for melhor.

Na data de 9 de agosto de 1655, a Universidade Marítima de Sevilha (Universidad de Mareantes) dirigiu, a respeito dessa carta, a seguinte demanda à *Casa de Contratação:*

> O capitão Juan Bautista de Escobedo, piloto da carreira das Índias e deputado da Universidade Marítima desta cidade, em nome da mesma: digo que chegou ao conhecimento da dita universidade que Sebastián de Ruesta, cosmógrafo desta Casa, traçou uma carta náutica, que a gravou para ser impressa e que apresentou sua ilustração a vossa senhoria para que autorizasse sua impressão; e pelo fato de a dita universidade ter sido informada pelos capitães Gabriel de Barrios, Domingo Rodríguez, Ventura Venero, e por vários outros pilotos dos mais experimentados e versados na dita navegação, que a dita carta é muito bem feita e exata; e que será um benefício para o serviço de Deus e de sua majestade e um benefício reconhecido e de grande utilidade para esta universidade e para o reino que a dita carta seja impressa, a fim de que se tenha dela, assim, uma grande quantidade, para que todos os pilotos possam servir-se dessa carta como a mais completa e exata, com vistas a evitar os graves inconvenientes resultantes do uso das cartas estrangeiras de que são obrigados a se servir até o presente, embora elas contenham erros, não tendo essa casa cosmógrafo que tenha feito uma carta exata de que se possa fornecer um número suficiente, como se poderá agora mandando imprimir esta de Sebastián

> de Ruesta: Peço encarecidamente a vossa senhoria, portanto, em nome da dita universidade, que ordene que a dita carta seja imediatamente impressa, para pôr fim aos inconvenientes mencionados, de maneira que as navegações sejam feitas com a segurança que convém, no que a universidade receberá de vossa senhoria a graça que ela espera justamente etc. Juan Bautista de Escobedo.

O procurador do rei (fiscal de sua majestade) junto ao Tribunal Real de Sevilha (Real Audiencia) deu uma opinião favorável à impressão da carta, como o demonstram as passagens seguintes de seu relatório:

> O procurador (*fiscal*) de sua majestade nesta audiência real, na causa relativa à aprovação concedida à carta náutica que o cosmógrafo Sebastián de Ruesta deseja publicar, diz que vossa senhoria deve dignar-se a declarar que essa carta é exata e está conforme as regras e as condições às quais ela deve satisfazer para que tenha curso nestes reinos e para que possa ser comunicada a todos os que se servem dela... Ele pede encarecidamente a vossa senhoria que declare que a dita carta é boa e que se encontra de acordo com o Padrão desse departamento (casa) e com as observações feitas pelos pilotos que a viram e aprovaram, a fim de que Sebastián de Ruesta obtenha sem mais delonga as licenças necessárias para que possa imprimi-la.

Enfim, o Conselho das Índias, após o exame de todas as peças, ratificou a aprovação dada pela *Casa de Contratação*, e autorizou a impressão imediata do mapa. A carta de comunicação dessa resolução do Conselho, dirigida ao presidente e aos juízes da *Casa de Contratação* (presidente y jueces oficiales), é datada de Madri, 14 de setembro de 1655, e assinada pelo secretário do conselho, Juan-Bautista Sáenz Navarrete. Destacamos a passagem seguinte:

> ... E tendo sido visto (o processo) por esse conselho, foi resolvido que eu diga a vossa senhoria e a esses senhores, como o faço, que se conceda a Sebastián de Ruesta a permissão para imprimir a carta marítima que ele fez da maneira proposta, e que vossa senhoria e o senhor presidente lhe agradeçam por seus trabalhos, assegurando-lhe a estima do conselho pelos cuidados e pela aplicação que ele empregou para conseguir fazê-la, serviço de que se conservará memória para lhe dar promoção quando a ocasião se apresentar.

Acrescentemos que um decreto (Cédula Real), datado de Madri, em 10 de outubro de 1655, assinado por Filipe IV e contra-assinado por Sáenz Navarrete, destinou certas receitas da *Casa de Contratação*, tomadas dos dinheiros da "Contaduría de Averías", ao pagamento da indenização devida a Sebastián de Ruesta, assim como aos gastos da gravura e da tiragem do mapa, porque convinha que uma "obra tão importante" fosse publicada.[139]

O original dessa carta marítima de Sebastián de Ruesta parece estar perdido; pelo menos as buscas mais minuciosas feitas na Espanha para encontrá-lo foram infrutíferas. Dois exemplares tirados em pergaminho foram, entretanto, enquadrados, um deles tendo sido colocado na sala das sessões da *Casa de Contratação*, o outro confiado à guarda do piloto-mor. Mas, nos arquivos das Índias, em Sevilha, onde se encontram reunidos os documentos da antiga *Casa de Contratação* que puderam ser salvos, não existe mais atualmente um só mapa. Um exemplar que fazia parte da biblioteca do conde de Villa Umbrosa não pôde ser encontrado, tendo essa coleção sido dispersa há muito tempo em venda pública.[140] Só nos foi possível ver uma cópia holandesa contemporânea, conservada no Museu Britânico.[141] A leitura dos relatórios do piloto-mor e dos pilotos nomeados para examinar o mapa em questão permite afirmar que a cópia holandesa respeita escrupulosamente o original, pois mesmo os nomes escritos em dobro por Sebastián de Ruesta se encontram ali como no mapa primitivo.[142] Uma única mudança foi ordenada, em 1655, na folha que nos interessa: em vez de *Tierra Abajo*, na Guiana, foi preciso colocar *Tierra baja*. Todos os outros nomes

---

[139] "... e considerando quão justo é dar-lhe satisfação, e *que se publicque coisa tão importante* para informação dos pilotos e marinheiros…".

[140] O conde de Villa Umbrosa foi presidente da Casa de Contratação desde 15 de novembro de 1654 até 19 de dezembro de 1662. O exemplar de sua coleção tinha, segundo o catálogo impresso, o seguinte título:
"Carta Náutica del Mar, costas y islas de las Indias Occidentales, compuesta y enmendada" (composta e corrigida) "por Sebastián de Ruesta, examinada y corregida" (examinada e corrigida) "por el Excelentísimo Señor don Pedro Núñez de Guzmán, conde de Villa Umbrosa, marqués de Monte Alegre; siendo Asistente de Sevilla, y Presidente de *La Casa de Contratación*, y con licencia del Excelentísimo Señor conde de Peñaranda, siendo Presidente de Indias."

[141] Add. Ms. 5027 A., 22-25. *Catalogue of the Manuscripts in the Spanish language in the British Museum by* don Pascual de Gayangos, London; Printed by order of the Trustees, 1877, tomo II, pp. 468-469.

[142] C. de S. Roque, C. Aplacelado, I. Ottoman, C. Nassau.

foram mantidos em seu lugar e nenhum foi acrescentado.

Estudando esse documento, constata-se que o traçado das costas da Guiana é quase o mesmo que o do mapa holandês de J. de Laet (nº 60 no primeiro *Atlas* do Brasil) e que a *Casa de Contratação*, mantendo ao mesmo tempo alguns nomes ratificados ou estabelecidos pelo Padrão Real de 1536, já havia adotado vários outros introduzidos e vulgarizados pelos ingleses e holandeses desde 1596.

Na costa, da ilha de Trinidad até o Amazonas, as legendas seguem-se assim: rio de Orenoco, o antigo Huyapary do Padrão de 1536; Aratori (Arature) e Amacora, afluentes do delta do Orenoco; Barima, a ponta oriental das embocaduras desse rio; Véni, o Waini ou Guaima; o Moruga; ponta Auroma e cabo Nassau; rio Demerara e Ilha Ottoman;[143] Marateka e Copanama;[144] cabo de Ancon; terra Abajo; rio de Montañas; rio de Arboledas; rio Verde; ilha de Los Diablos;[145] rio de Canoas; *baía de Vicente Pinzon; cabo de Orange*; costa de Medanos; rio de Mucaracos; *cabo do Norte*; e *rio de Las Amazonas*.

O mapa não dá os nomes de um grande número de rios cujas embocaduras se encontram recortadas na costa. O nome do Maroni e o do *rio de Vicente Pinzón* não figuram ali, mas *a oeste e ao lado do cabo Orange*; com todas as letras, vê-se a *baía de Vicente Pinzón*, segundo a *Casa de Contratação* de Sevilha, cujos mapas, como declara a *Memória* da França, são os únicos que podem merecer crédito a respeito da nomenclatura espanhola aplicada às costas da Guiana.

O Vicente Pinzón definitivo, o da Escola de Sevilha, fica doravante perfeitamente identificado com o Oiapoque, tendo a oeste de sua foz, no Padrão Real de Carlos V, traçado em 1539 por Alonzo de Chaves, a *Marca das Montanhas*, e a leste, na carta marítima de Sebastián de Ruesta, aprovada em 1655 por Filipe IV, o sinal do *cabo Orange*, que não pode tampouco dar margem a nenhum equívoco. Façamos observar, de passagem, que Filipe IV da Espanha é o mesmo soberano que criou, por cartas patentes de 14 de junho de 1637, a *capitania do cabo do Norte* e que a anexou ao Brasil, significando claramente, nessa peça, que o *rio de Vicente Pinzón*, ao norte do cabo do Norte, formaria o limite setentrional da nova capitania,

---

[143] *I. Ottoman* do mapa de Laet: península entre o Essequibo e o Demerara.

[144] Mapa de Laet.

[145] Tradução de *Duyvels Eylanden*, mapa de Laet.

e que *uma extensão de costa marítima de cerca de 40 léguas*, de Portugal e da Espanha – ou seja, 45,7 léguas marítimas –, *separava do cabo do Norte* o rio designado. A mesma delimitação foi reproduzida por esse rei da Espanha e de Portugal em outras cartas patentes datadas de 26 de outubro de 1637 e de 15 de março de 1639 (ver no tomo II o nº 8).

O mapa de Sebastián de Ruesta é, portanto, um documento duplamente precioso em nossa causa, pois, comparado com o *Padrão Real* de 1536, esse documento serve não só para identificar com o *Oiapoque*, de uma maneira irrefutável, o *Vicente Pinzón* de Carlos V e de Filipe IV, mas ainda para mostrar que o *cabo do Norte* da concessão de 1637 não era a ponta de Macapá, como pretende a *Memória* da França.

Podemos agora com toda segurança submeter ao exame do árbitro o quadro anexo, nº 2, no qual se vê a correspondência exata dos nomes geográficos nos principais mapas dos séculos XVI e XVII, apresentando *o segundo e definitivo Vicente Pinzón*, ou *Oiapoque*, da *Casa de Contratação* de Sevilha, pois o *primeiro Vicente Pinzón, guianense*, o da Escola sevilhana primitiva, pelo qual a *Memória* da França queria estabelecer a fronteira, era o *Maroni*, como o provamos, e como disse antes de nós d'Avezac.

Os mapas comparados no Quadro anexo são os de Turim (1523), Diogo Ribeiro (1529), Alonzo de Chaves (1536), Sebastião Caboto (1544), Diego Gutierrez (1550), Gerard Mercator (1569), Vaz Dourado (1571) e Sebastián de Ruesta (1655). Esse quadro completa o precedente, no qual se encontra a nomenclatura dos mapas portugueses de Diogo Homem (1558 e 1568) e de André Homem (1559), apresentando o *Vicente Pinzón definitivo*, segundo a *Casa de Contratação*, a leste e bem próximo das *montanhas*.

O padre Samuel Fritz, em seus mapas de 1691 e 1707,[146] não se deixou, portanto, enganar pelos portugueses do Pará, como se deu a entender. Devotado, como sempre foi, aos interesses da Espanha, ele designou o Oiapoque pelo nome de Vicente Pinzón porque ele o encontrou assim designado nos mapas oficiais de Sevilha.

Aos numerosos documentos cartográficos anteriores ao Tratado de Utrecht que colocam todos o nome de Vicente Pinzón seja no Maroni, seja no Oiapoque – centenas de mapas, na maioria impressos e tendo

[146] Nº 86 no primeiro *Atlas* do Brasil.

tido várias edições –, a França não pode nos opor senão os mapas do *Arcano del Mare* de Dudley, surgido em 1648,[147] e o de Guillaume de l'Isle, publicado em 1703.[148]

Os três mapas do *Arcano del Mare* são, na realidade, os únicos, antes do Tratado de Utrecht, que apresentam o Oiapoque (Wiapoc) no cabo de Orange (cabo Cecil), ao mesmo tempo que um rio e uma baía de Vicente Pinzón situados entre esse cabo e aquele ao qual a maioria dos geógrafos modernos atribuíram o antigo nome de cabo do Norte. Guillaume de l'Isle, inspirando-se em Dudley, limitou-se a colocar no mesmo lugar uma baía de Vicente Pinzón.

À citação dessas duas pretensas autoridades,[149] responderemos que Dudley e Guillaume de l'Isle são apenas dois, contra centenas de geógrafos e de cartógrafos, desde Chaves e Oviedo, em 1536 e 1548, até Samuel Fritz, em 1691 e 1707, que dão o nome de Vicente Pinzón ao Oiapoque; que Dudley e Guillaume de l'Isle não tinham, para fazer semelhantes inovações, a autoridade que apenas, segundo a *Memória* da França, possuía a *Casa de Contratação* de Sevilha, e que, ainda em 1655, sete anos após a publicação do *Atlas* de Dudley, esse estabelecimento confirmou, pelo mapa de Ruesta, a identificação dos nomes Oiapoque e Vicente Pinzón, aplicados ambos ao rio e à baía situados entre o cabo Orange e as montanhas de Prata. Acrescentaremos que Dudley e Guillaume de l'Isle se enganaram, na opinião do próprio governo francês, pois ao reclamar do árbitro o limite do Araguari, *ao sul do cabo do Norte*, como sendo o verdadeiro Vicente Pinzón, ele reconhece implicitamente que esses dois cartógrafos figuraram *ao norte do cabo do Norte* uma falsa baía e um falso rio de Vicente Pinzón.[150]

Também se opõem a nós os portugueses que, antes do Tratado de

---

147 *Ibidem*, nºs 69, 70 e 71.

148 *Ibidem*, nº 89.

149 *Memória* da França, tomo I, pp. 292 a 294, e 317 a 319.

150 Dudley jamais visitou o Amazonas, nem as costas da Guiana a leste do Orenoco. Ver *The Voyage* of sir Robert Duddeley *to the yle of Trinidad and the coast of Paria: with his retourne homeward... Ano 1594 and 1595*, in Hakluyt's *Collection of the early voyages, travels, and discoveries of the English Nation. A new edition, with additions*. Londres, 1811. Tomo IV, pp. 56 a 61. O capitão Abraham Kendal, que Dudley cita como tendo sido o autor de um dos portulanos do atlas, acompanhou-o nessa expedição e em seguida fez parte da de Drake. Ele morreu na viagem, entre a Ilha Escudo e Puerto Belo, no mesmo dia em que este último (28 de janeiro de 1596). A expedição de Drake tampouco tocou em ponto algum do estuário do Amazonas ou das costas da Guiana. Ver na *Collection* de Hakluyt, mesmo tomo, pp. 66 a 75,

Utrecht, em seus escritos ou em seus mapas, teriam colocado o Vicente Pinzón seja imediatamente ao norte do cabo do Norte, seja na latitude do Araguari e até na de Macapá.

São:

O célebre matemático e astrônomo Pedro Nunes, morto em 1577, e o cronista brasileiro Vicente do Salvador (1627), que dão como limite setentrional ao Brasil o "porto de Vicente Pinzón", a 2ºN;[151]

Gabriel Soares de Sousa, em 1587, o qual colocava o Vicente Pinzón a 15 léguas do cabo Corso, ou do Norte, e esse cabo sob a linha equinocial;[152]

Simão Estácio da Silveira, que, em 1624, atribuía à foz daquele mesmo rio a latitude de 2ºN;[153]

João Teixeira, o mais antigo dos cosmógrafos com esse nome, que, em seu mapa de 1627, declara que o Brasil começa no rio Pará[154,] e num outro de 1640 dá o Vicente Pinzón perto do cabo do Norte.[155]

Francisco Teixeira de Morais, que, numa indigesta dissertação a respeito dos motins de que a cidade de São Luís do Maranhão foi palco (1684 e 1685), manuscrito que ele terminou em 1692,[156] escreveu que o rio de Vicente Pinzón se encontrava ao lado do cabo do Norte, a 1º30' de latitude austral.[157]

A essa lista pode-se acrescentar o padre Simão de Vasconcelos,

---

The voyage truely discursed, made by sir Francis Drake, and sir John Hawkins... (morte de Kendall, p. 73).

[151] *Memória* da França, tomo I, pp. 279, 291, 299, 300, 305 e 338. Vicente do Salvador, *História do Brasil*, Ms. de 1627, publicado no Rio de Janeiro em 1888, p. 9. *O Roteiro do Brasil* de Pedro Nunes, onde se encontraria a passagem citada, é uma obra de que não se conhece há muito tempo nenhum exemplar.

[152] Citado na *Memória* da França, pp. 279, 299, 300 e 305. *Roteiro do Brasil*, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XIV, pp. 18 e 19. Passagem citada: "D'este rio de Vicente Pinson à ponta do rio das Amazonas a que chamam o cabo Corso, são 15 léguas, a qual ponta está debaixo da linha equinocial."

[153] É na *Relação Sumária das Cousas* do *Maranhão*, impressa em Lisboa em 1624, que se encontra a passagem citada pela *Memória* da França, tomo I, pp. 319 e 338.

[154] *Memória* da França, pp. 298 a 301.

[155] *Ibidem*, pp. 301 a 304.

[156] Varnhagen qualifica-o com razão de "insigne pedante".

[157] Título do manuscrito citado: "*Relação histórica e política dos tumultos na cidade de São Luís do Maranhão*". Publicado no tomo 40, primeira parte (1877) da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Citado na *Memória da* França, pp. 319 e 338.

esquecido na *Memória* da França, e que tinha escrito, em 1663, que a fronteira norte do Brasil era num "riacho" chamado Vicente Pinzón, sob a linha equinocial.[158]

A respeito dos *Atlas* de 1640 e 1642 de Teixeira, referimo-nos ao que foi dito na primeira *Memória* do Brasil.[159] Se se levasse a sério os trabalhos desse cosmógrafo, o rio de Vicente Pinzón, que se vê no mapa do Brasil nos dois atlas, seria o Cunani, e não o Araguari, que a França reclama. Foi provavelmente o ridículo mapa do litoral do Pará, embocaduras do Amazonas e costas da Guiana Portuguesa, por Teixeira,[160] que, mal estudado por Dudley, o induziu em erro em seu *Arcano del Mare*. É inútil nos determos no exame das considerações que a "Exposição Geográfica" faz a propósito das províncias mencionadas naquele documento.[161] Isso nos afastaria de nosso assunto. Digamos, de passagem, que a palavra província é ali empregada como sinônimo de região; que essa simples indicação das paragens habitadas pelos índios tucujus, maranguis e outros nada tem a ver com a geografia política. Acrescentemos que o rio Yari ou Jari nunca foi chamado Jenipapo; que a linha citada a propósito de Teixeira, quase paralela ao Amazonas, no mapa de Sanson de 1656,[162] é a da divisão das águas e não uma fronteira política; que o outro mapa citado de G. Blaeuw[163] dá apenas os limites geográficos do que ele considerava a Guiana propriamente dita e a região de Parime.[164]

O *Atlas* de 1627, de Teixeira, cujo mapa geral do Brasil se encontra reproduzido no *Atlas* da França (nos 10 e 10bis), não é um documento oficial português, do mesmo modo que os mapas dos geógrafos dos reis

---

158 *Notícias antecedentes... das cousas do Brasil*, livro I, § 21.

159 Tomo I, pp. 193 e 194 e, sobretudo, a nota pp. 201 e 202, assim como as que acompanham no primeiro Atlas o fac-símile dos três mapas nos 66, 67 e 68.

160 Primeiro *Atlas* do Brasil, nº 68.

161 *Memória* da França, pp. 302 e 303.

162 Atlas francês, nº 14; primeiro *Atlas* do Brasil, nº 73.

163 Nº 27 no atlas da Comissão dos Estados Unidos sobre a questão entre a Venezuela e a Inglaterra; nº 62 no primeiro *Atlas* do Brasil.

164 Numa nota, a "Exposição Geográfica" cita o conde de Pagan a propósito do limite do Jenipapo ou Paru. Esse autor apenas indicou, segundo ele, os limites naturais do que ele entendia por Guiana (ver tomo II desta réplica, pp. 91 e 92). Aliás, ele não podia dar nenhum testemunho, pois escreveu seu livro tranquilamente em Paris, segundo o relatório espanhol de Christoval de Acuña, adicionando algumas outras informações tomadas na obra de Laet.

de França, e hidrógrafos do Ministério da Marinha, que, como Bonne, escreviam *"R. d'Oyapoc ou Vincent Pinzon"*, não comprometiam em nada o governo francês. O mapa de 1627 de Teixeira não prova a ignorância dos portugueses a respeito da região a oeste do Pará, onde estavam estabelecidos, e onde lutavam então contra os ingleses e os holandeses: ele prova apenas a ignorância desse cartógrafo, que, entretanto, não era maior que a dos franceses naquela época e até mais tarde, a respeito do Amazonas e da Guiana[165]. Teixeira declara em seu mapa que o Brasil começa no rio Pará. Ele não podia se pronunciar de outra maneira em 1627. Apesar de português, ele era então súdito do rei da Espanha, e foi apenas por decisão de 14 de junho de 1637 que Filipe IV anexou ao Brasil o território compreendido entre o Vicente Pinzón e a margem setentrional do Amazonas.

Vicente do Salvador e Estácio da Silveira simplesmente repetiram o que tinham lido no texto perdido de Pedro Nunes, e, quanto ao grande matemático português, sabe-se que ele nunca visitou a América para ter feito pessoalmente observações nas costas da Guiana. Baseou-se nos mapas e nas informações que lhe forneceram pilotos da época e pôde ainda assim corrigir em meio grau a latitude que o Padrão Real de 1536 e Mercator, Ortelius e seus alunos, durante tão longos anos, atribuíram às "montanhas" e à foz do Vicente Pinzón. Não podemos deixar de dizer uma vez mais que é absolutamente impossível identificar uma posição qualquer se não se tiver outros elementos fora a indicação das falsas coordenadas geográficas tomadas sobre documentos dos séculos XVI e XVII. Viu-se que, em 1536, o serviço hidrográfico de Sevilha colocava a foz do Vicente Pinzón e as montanhas dessa foz a pouco mais de 1º30' N; antes de 1574, o cosmógrafo espanhol López de Velasco as colocava já a 2º45';[166] em 1655, segundo Ruesta, a mais de 4º. Se Pedro Nunes por volta de 1550 ou 1560 atribuía ao "porto de Vicente Pinzón" a latitude de 2º N, os mapas de Vaz Dourado, de 1564 a 1580, já mostram "as montanhas" e o Vicente Pinzón a 4º, noção exata que os numerosos

---

165 Ver os §§ 1.736 a 1.743 de Joaquim Caetano da Silva.

166 *Geografía y descripción universal de las Indias recopilada por el Cosmografo-Chronista* Juan López de Velasco, desde el año de 1571 al de 1574. Ms. publicado por Justo Zaragoza, primeiro no *Boletim da Sociedade de Geografia de Madri*, e em seguida num vol. In: 8º de XIII, 808 pp. Madri 1894. Passagem reproduzida no tomo IV, nº 2, e traduzida no tomo II, pp. 15 e 16.

mapas gravados do tipo Mercator e Ortelius logo fizeram perder.[167]

As indicações fornecidas por Gabriel Soares e pelo padre Simão de Vasconcelos são menos vagas. Este faz do Vicente Pinzón um simples riacho sob o Equador e no Amazonas, como se naquela região se tivesse podido escolher um pequeno rio para estabelecer a fronteira. Esse jesuíta, cuja competência é reconhecida quando fala das coisas do Brasil, onde viveu no Rio de Janeiro e na Bahia, não tinha nenhuma para falar das do estado ou província do Maranhão, que jamais visitara nem estudara. Parece até que seu "riacho" nada mais era que a foz do verdadeiro Vicente Pinzón de Sevilha, indicada no mapa da América de Ortelius, que ele cita a propósito da linha de demarcação.[168]

Estamos perfeitamente de acordo em que o ponto inicial que Gabriel Soares indica para sua contagem das 15 léguas, o cabo Corso, é exatamente o cabo Raso ou Norte dos geógrafos modernos.[169] Entretanto, esse cabo não se encontra sob o Equador como ele acreditava, seu Vicente Pinzón não é o que a França reclama, ao sul do cabo do Norte, e, quanto à distância entre esse cabo e o verdadeiro Vicente Pinzón, temos documentos posteriores, que emanam de Filipe IV e da *Casa de Contratação* de Sevilha, mais aptos a conhecê-la bem e mais autorizados a determiná-la que aquele plantador da Bahia, homem inteligente e de boa vontade, mas simples amador em geografia, que se guiava por algum mapa primitivo, do tipo Guttierrez. Não se pode censurá-lo por indicar as falsas latitudes e falsas distâncias que encontrou nos documentos cartográficos de sua época.

---

[167] Ver as falsas latitudes dadas por franceses ao cabo Orange durante os séculos XVII e XVIII, primeira *Memória* do Brasil, tomo I, pp. 183-185.

[168] Vasconcelos, *Notícias antecedentes*, livro I, p. 14, já citado por d'Avezac, *Considérations géographiques sur l'Histoire du Brésil*, 1857, p. 119 da tiragem em separado, p. 207 do *Bulletin de la Société de Géographie de Paris*. Ver o mapa de Ortelius, primeiro *Atlas* do Brasil, nº 32. Falta o traçado do curso do Vicente Pinzón nesse mapa; ali se vê apenas a foz e o nome, mas bem longe do Amazonas.

[169] "O cabo Corso é simplesmente o cabo do Norte" (*Memória* da França, p. 262).

VI

Vimos que mesmo os portugueses citados contra nós – sempre a propósito de indicações de latitudes nos séculos XVI e XVII – dão como limite setentrional do Brasil, na costa, o rio de Vicente Pinzón. Essa antiga pretensão portuguesa, como o árbitro já sabe, foi admitida e sancionada a 14 de junho de 1637 por Filipe IV da Espanha. Vimos também que, no século XVI e também no início do XVII, os cartógrafos portugueses estavam divididos a respeito do Vicente Pinzón. Para Lázaro Luís, Bartolomeu Velho, Domingos Sanches, Antônio Sanches e muitos outros, o Vicente Pinzón era o dos mapas primitivos de Sevilha em que se inspiram Freducci e Maiollo, isto é, o Maroni; para Diogo Homem, André Homem e Vaz Dourado, era o rio das "montanhas", do Padrão de Carlos V, estabelecido em 1536, isto é, o Oiapoque. Deve-se provavelmente atribuir a essa denominação de "Padrão de Carlos V", dada por vezes ao mapa modelo de Alonzo de Chaves, a confusão de Simão Estácio da Silveira, português[170], e de Marcos de Guadalajara, espanhol,[171] que atribuíram a esse imperador um limite-fronteira – em português *marco* ou *padrão* – colocado no "rio de Vicente Yanes Pinçon".[172] Na época de Carlos V, isso não era possível,

---

[170] *Relação Sumária*, precitada (Lisboa 1624).

[171] Quinta parte de *La Historia Pontifical*, Barcelona, 1630.

[172] Silveira, § 1: "... onde dizem estar um padrão de mármore com as armas de Portugal desta parte, e as de Castela da outra mandado ali fixar pela Cesarea Majestade do imperador Carlos V..."

pois, para ele mesmo e para seus sucessores até Filipe IV, as duas margens do Amazonas pertenciam à coroa espanhola; mas a tradição de um Vicente Pinzón do Padrão existia no Pará e no Maranhão, e até no século XVIII se continuou a citar ali o Padrão de Carlos V,[173] transformado em marco-fronteira de mármore (Padrão de Mármore). Foi apenas em 1639 que Bento Maciel Parente, donatário da capitania do cabo do Norte, mandou fazer certas marcas esculpidas numa pedra, no alto do morro Comaribo ou morro da Prata, para assinalar o rio de Vicente Pinzón.[174]

A partir de 1637, data da concessão feita a Parente, até o Tratado de Utrecht, e vários anos depois, não se encontrará um só português, salvo o padre Simão de Vasconcelos (1663), que tenha dado menos de 40 léguas portuguesas à extensão de costa marítima entre o cabo do Norte e o rio. Teixeira de Morais, em 1692, segundo o manuscrito publicado, colocava o Vicente Pinzón a 1º30'N, mas não sabemos se houve erro do copista de seu original, ou se, com efeito, o autor era bastante ignorante para cair em contradição com todos os documentos da época que colocavam o cabo do Norte a 2ºN latitude e até mais. Assim, ele teria sido o primeiro a colocar, sem percebê-lo, ao sul do cabo do Norte um rio notoriamente situado ao norte desse cabo.

Mas podemos citar outros portugueses e missionários de sua época que não se ocupavam, como ele, em escrever discursos cheios de citações da Bíblia e de Camões a propósito dos miseráveis motins da cidade do Maranhão, e que estavam mais a par da posição do Vicente Pinzón.

O padre Sousa Ferreira, que trabalhou durante longos anos no Pará e no Maranhão, escrevia em 1685:[175]

> De lá (da entrada do rio Pará), ao *cabo do Norte* (assim chamado porque é a ponta da terra que o rio das Amazonas avança do outro lado sobre o mar, a 2º40'N), há 70 léguas, largura da foz do rio, e para o lado do poente, dobrando esse cabo,

---

[173] *Memória* da França, pp. 303 e 339.

[174] Esse marco-fronteira, encontrado em 1723 pelo capitão Paes do Amaral por meio de indicações de um francês, foi rolado para o mar em 1726 por ordem do governador de Caiena, Claude d'Orvilliers, segundo os testemunhos de vários franceses. Documentos no tomo III, nºs 85, 86, 89 e 99.

[175] *Noticiário Maranhense*, por João de Sousa Ferreira, *Provedor da Fazenda dos Ausentes do Grão-Pará.* Manuscrito citado na segunda resposta de Portugal em 1699. Nº 20 no tomo II, pp. 123 a 126.

> também chamado de Los Humos, a 40 léguas atrás dele, se encontra o *ryo de Vincent Pinçon*, também chamado *ryo Fresco*, e que os indígenas em sua língua chamam de *Quachipuru*...

Mais adiante, ele fala do marco colocado no Vicente Pinzón por Maciel Parente.

Esse autor não era muito bom em geografia histórica, pois não tinha à sua disposição todos os elementos de que hoje dispomos. O antigo cabo de Humos não se encontrava na Guiana. O Quaxipuru de que falava era o Cassiporé ou Cachipur, o primeiro rio a leste do Vicente Pinzón ou Oiapoque; o rio Fresco do mapa da Riccardiana, de um mapa de Dieppe conhecido pelo nome de "the Harleian Map",[176] e do de 1546, é o Apruague. Assim, Sousa Ferreira, com suas identificações históricas, fazia de três rios diferentes – o Aproague, o Oiapoque e o Cassiporé – um único rio; mas, em todo caso, o Vicente Pinzón, para ele, se encontrava nessas paragens e a 40 léguas portuguesas do *cabo do Norte*, que ele situava a 2º 40' N.

Para Sousa Ferreira, portanto, o cabo do Norte era a ponta nordeste da ilha de Carapapóris, ou ilha do cabo Norte, que se tornou a ilha de Maracá, onde, no último mapa marítimo francês dessas costas, publicado pelo Serviço Hidrográfico Francês em 1894, lê-se: "cabo Norte (dos antigos geógrafos)".[177]

Em outro manuscrito desse mesmo autor, terminado em 1693, essa passagem é reproduzida com algumas leves modificações.[178]

Em 1698, o padre Jean-Philippe Bettendorff, antigo superior dos jesuítas do Maranhão, escrevia:[179]

> ... Do Maranhão até a foz do Grampará há 100 léguas na direção norte; dali ao

---

[176] De 1543, segundo H. Harrisse (*Göttingische gelehrte Anzeigen, 1899, nº 6; e The Dieppe World Maps, Goettingen, 1899*). British Museum, Add. Mss. 5413. Fac-símile desse mapa, do de 1546 (Desceliers), e de outro de 1550 (Desceliers) publicados por lorde Crawford (*The Dieppe World Maps. Bibliotheca Lindesiana*), com uma introdução de Charles H. Coote, do Museu Britânico, Londres, 1899.

[177] Fac-símile nº 86 no tomo VI desta segunda Memória.

[178] América Abreviada. Ver no tomo II, nº 24, pp. 157 a 161.

[179] *Crônica da Missão da Companhia de Jesus* em o *Estado do Maranhão*, manuscrito. Ver no tomo II, no 27, pp. 189 e 190, a tradução e as notas sobre essa passagem, assim como uma notícia sobre o autor.

> cabo do Norte, que é a ponta de terra do outro lado do rio das Amazonas, há 2º50', 60 léguas, que são a largura do rio em sua foz, e do cabo do Norte até o rio de Vicente Pinzón umas 40 léguas, 1º40', ponto onde se encontra seu último marco...

Mas nós temos, para identificar o Vicente Pinzón dos portugueses com o Oiapoque, um documento tão decisivo como o foi o mapa de Ruesta para identificar com esse rio o segundo Vicente Pinzón guianense dos espanhóis da *Casa de Contratação* de Sevilha: são as notas de trabalho, ou antes, é o verdadeiro rascunho de uma memória escrita pelo padre Aloisio Conrado Pfeil, da Companhia de Jesus, natural de Constança, durante vários anos missionário em nome do rei de Portugal, na capitania do cabo do Norte e no território que reclama a França, situado entre o Araguari e o Oiapoque.[180] O padre Pfeil dirigiu, de fato, a missão de Tabanipixi na margem setentrional do Araguari, provavelmente nas cercanias do lugar onde se encontra, desde 1840, a colônia militar dom Pedro II.[181]

Apresentamos em outra parte: uma notícia sobre os manuscritos do padre Pfeil e sobre esse religioso;[182] o fac-símile das páginas da *Anotaçam* que conviria estudar;[183] o deciframento dessas páginas[184] e a tradução francesa,[185] bem como o fac-símile de um manuscrito posterior, datado do Pará, em 1º de abril de 1700,[186] que leva a assinatura do padre Pfeil, seguida de algumas linhas escritas de seu próprio punho.[187] A autenticidade da *Anotaçam* poderá assim ser verificada e seu

---

[180] *Anotaçam... sobre os Limites do Brasil*, manuscrito, Biblioteca do Rei de Portugal, no Palácio da Ajuda, Lisboa.
Ver no tomo II, nº 19, pp. 107 a 119.

[181] Nota no § 1.103 de Joaquim Caetano da Silva.

[182] Tomo II, pp. 107 a 109.

[183] Tomo V, Documento no 3.

[184] Tomo IV, no 4, pp. 21 a 29.

[185] Tomo II, pp. 109 a 119.

[186] Documento nº 41 no tomo II, pp. 371 a 375, tradução francesa: notícia, ibidem, pp. 371 a 372. Tradução do título: *Resumo das razões e dos argumentos mais importantes que provam evidentemente que a capitania chamada do Norte, situada na entrada da foz do rio das Amazonas, pertence legitimamente à coroa de Portugal, e que o rei da França não tem e nunca teve nenhum direito sobre ela, nem sobre o Pará, nem sobre o Maranhão tampouco.* Texto português, no tomo IV, no 15.

[187] Tomo V, Documento no 4.

deciframento controlado pelo governo francês e sua Escola dos Mapas.

Um dos capítulos da *Anotaçam*, segundo o sumário, leva este título:

> O último ponto da demarcação da coroa de Portugal a ocidente nas costas do Mar do Norte é o rio de Vicente Pinzón. Sua situação, sua descrição, e a utilidade, a natureza, a fertilidade e as riquezas da capitania do Norte, que certamente pertence a Portugal.

No fólio 106, frente, do manuscrito, vê-se que o padre Pfeil colocava o cabo do Norte a 2º52' N e 334º36'E de Tenerife.

Fólio 108 verso:

> Os geógrafos, querendo se pôr de acordo com os costumes dos índios que o habitam, dão ainda diferentes nomes ao *rio Pinçon*, mas se trata sempre do mesmo:
>
> **Nome indígena do Vicente Pinzón.**
>
> Harcourt, inglês, o chama *Wiapoc*.
>
> **Wiapoc.**
>
> Moquet, 1.2, *Yapoc*.
>
> **Yapoc.**
>
> Os mapas franceses, escreve d'Avity, p. 111, o denominam *Váiabógo*.
>
> **Váiábogo.**
>
> Comumente, e melhor, diz-se *Oyapóc*, que quer dizer a mesma coisa que *Oyapucu* ou *grand Oya*, para distingui-lo de *Oya mirim*, ou pequeno, o rio da Terra Firme mais próximo da *ilha de Caiena*, e que (eu creio) Ricciolio toma pelo próprio rio *chamado Caiena*.
>
> **Oyapóc.**
>
> Entretanto, todos os cosmógrafos dão a esse rio de *Vicente Pinçon* a latitude norte de pelo menos 2º. Encontrei apenas o padre Simão Vasconcellos, que, tendo-se enganado, em sua *Cronologia*, p. 18, o situa sob a Linha Equinocial, como também o cabo do Norte: o que é um erro muito grave e intolerável.[188]
>
> **Latitude segundo vários autores/Erro do padre Vasconcelos.**
>
> O padre Jo. Bapt. Riccioli atribui ao Pinzón 2º40' de latitude boreal, embora o impressor da tabela do padre Aigenler o chame por engano *Pincon*, e o transforme

[188] O padre Simão de Vasconcelos, de quem já falamos.

numa ilha, Pincon insula.

Barnicio, em seu globo, 3º40'.

Arnold Flor, Langren, 3º30'.

Johan de Laet, 4 º30'.

Pierre d'Avity, 4 º.

Adam Aigenler, 3 º40'.[189]

Todos esses autores podem estar de acordo e dizer a verdade, porque Riccioli e alguns falam da nascente do *Pinçon* e os outros de sua foz, do lugar onde ele se lança ao mar."

Latitude do Vicente Pinzón segundo o autor.

Com Aigenler, que é um autor recente e mais seguro, e que comparou tanto quanto era possível, como eu mesmo o fiz, os melhores mapas, eu o coloco aos mesmos 3º40' N, e a 325º13'E de Tenerife. Em Rossio, 326ºE, exatamente.

Distâncias.

Em direção ao Equador, ele tem seu meridiano distanciado do meridiano do cabo do Norte de 2º50'. Segundo Aigenler, 2º56'... Segundo a tabela de Ricciolio, 2º50'.

O Vicente Pinzón ou Oiapoque a 48 léguas espanholas do cabo do Norte.

Itinerando ao longo da costa 48 léguas espanholas,[190] 70 francesas, segundo o que me garantiram os caienenses, Laet não dá a distância do Pinzón: o cabo do Norte, ele o coloca a apenas 1º50', o que é mais favorável a Portugal.

Distante de Caiena 1º11' em linha reta. Navegando, 22 léguas espanholas, 30 francesas.

---

[189] Podemos acrescentar ao que é dito sobre o padre Aigenler na nota 10, p. 115 do tomo II, que o padre Sommervogel, em sua Biblioteca de la Compañía de Jesús, faz menção a dois manuscritos desse religioso, um dos quais é assinado e datado de Coimbra, 1673. Esse manuscrito foi vendido em 1863 e, desde então, não se sabe o que aconteceu com ele.

[190] Aproximadamente 55 léguas geográficas.

Distante da Cidade do Pará 5º10'.

Distante da ilha de S. Antão de Cabo Verde, 24º (segundo, Rossio 29º a 30º) ou mais. Em extensão, após o rio *Aper Wacque*" (o Aproague, a oeste do Oiapoque) "ele é certamente o mais importante e o mais renomado de todos os rios da província Guaiana ou Guiana, segundo o que diz Laet...

O curso do Vicente Pinzón.

A extensão total de seu curso é de 60 léguas, segundo *a História* de Laet, p. 578, de onde extraí principalmente a descrição do *rio Pinzón*.

Fólio 109, frente:

Laet, Langren e Aigenler o prolongam até além da linha equinocial como uma serpente deitada e... que quase saiu das próprias montanhas do *rio de Trombetas*, uma vez que ele tem sua nascente a apenas nove léguas de distância dessas montanhas. *Há até mapas que colocam sua nascente não longe dos rios Arawary'* (o Araguari), 'Macapa, Mahi e Anaguaripucu' (Anauveirapucu, afluente do Amazonas)... Mas o *Pinzón* é excluído da comunicação com o rio das Amazonas e outros (Laet, 1. 17 etc.) e, ao contrário, foge dele."

Nascente de Vicente Pinzón vizinha da do 'Araguari'..

Nem bem nascido, esse rio (o Pinzón) ultrapassa logo o Equador e, após 28 léguas de curso, recebe em sua margem meridional o *rio Arwy*' (afluente da margem direita do Oiapoque, mapa de Laet, nº 60, primeiro *Atlas* do Brasil) 'e rolando águas rápidas, *antes de desembocar no Mar do Norte*' (e não no estuário do Amazonas, como pretendem nossos contraditores) 'se precipita num salto entre duas muralhas de rochedos, entre as quais um bote dificilmente pode abrir passagem remontando a corrente'.

Mas sua embocadura mede cerca de uma légua de largura, com duas braças de profundidade. Laet lhe dá 14 ou 15 palmos e apenas 7 ou 8 mais adiante, e mais acima menos ainda (Laet, p. 578), e o rio se estreita até não ter mais que 100 passos de largura. A foz é obstruída por vários rochedos, que a maré baixa deixa inteiramente a descoberto, e é inavegável para as maiores embarcações.

Embocadura do Vicente Pinzón ou Oiapoque.

Mas se lança no mar formando uma bela baía de quatro léguas de largura e sua

O 'Vicente Pinzón' desemboca entre a 'montanha da Prata' e o 'cabo de Orange'.

água calma se perde entre os dois célebres promontórios do morro de Prata e do cabo Orange, os quais se encontram a cerca de oito ou nove léguas um do outro em alto-mar. Para evitar essa travessia, os botes navegam costeando a baía...

Não precisamos insistir aqui na importância desse documento verdadeiramente decisivo: reportamo-nos aos comentários e às notas explicativas que acompanham sua tradução (tomo II, nº 19).

Assim, houve empenho em provar, em nome da França, que, antes do Tratado de Utrecht, o Vicente Pinzón, para os próprios portugueses, era um rio perto do cabo do Norte; que jamais tinham dado esse nome ao rio do cabo Orange, e que o comandante do forte português de Santo Antônio do Araguari não tinha pronunciado o do *cabo Orange*, quando respondeu em 1688 à advertência do subgovernador de Caiena; e eis que o Brasil pode submeter ao exame do árbitro, e do governo francês, um documento de 1682 no qual o Vicente Pinzón dos portugueses é perfeitamente identificado com o segundo Vicente Pinzón do Serviço hidrográfico de Sevilha e onde se encontram mencionados não só o *cabo Orange*, mas também o *morro de Prata*, os dois sinais costeiros que os marinheiros procuram para entrar na baía e no rio Oiapoque.

Nesse mesmo documento, como em vários outros das negociações de Lisboa e de Utrecht e nos dois Tratados de 1700 e 1713, o *Araguari* é mencionado como um rio perfeitamente distinto do rio Oiapoque ou Vicente Pinzón. A nascente do Vicente Pinzón, segundo vários mapas, diz o padre Pfeil, se encontra não longe da do Araguari. O Vicente Pinzón é chamado também de *Wiapoc*, *Yapoc*, *Vaiabogo*, mas "comumente, e melhor, diz-se *Oyapoc*". Ele se lança numa larga baía entre o *cabo de Orange* de um lado – como no mapa espanhol de 1655, saído da *Casa de Contratação* de Sevilha e aprovado por Filipe IV –, e o *morro de Prata*, ou as *montanhas*, do outro lado – como no Padrão Real estabelecido em 1536 na mesma *Casa* e aprovado por Carlos V.

VII

Tentando provar que o nome Japoc ou Oyapoc, empregado nos tratados, é um nome genérico, e que havia vários Oyapocs – como se num tratado, e para designar um rio, se pudesse empregar um nome genérico –, a *Memória* da França[191] não conseguiu produzir senão dois documentos: a *Relação da primeira viagem de La Ravardière*, em 1604, escrita e publicada por Jean Mocquet em 1616, e um mapa manuscrito de Jean Guerard, datado de Dieppe, 1634.

A *Relação* de Mocquet, de que falamos anteriormente, qualificando-a de muito confusa,[192] foi objeto de longa análise na *Memória* da França, que a estuda sobretudo pela relação das datas do itinerário indicado, para concluir que a *região de Yapoco*, de que ela fala, era a região vizinha do cabo do Norte e não a do cabo Orange.

Mocquet chegou à foz do Amazonas "no domingo de Ramos",[193] 8 de abril.[194] No dia seguinte, segunda-feira, os franceses encontraram índios que "vinham da guerra do *cabo Caypour*, um dos cabos perto do

[191] Tomo I, pp. 325 a 335.

[192] Primeira Memória do Brasil, tomo I, p. 90 e 91. Esse viajante era "farmacêutico da corte", e se tornou em 1613 "guarda do gabinete das curiosidades do rei, nas Tulherias".

[193] Mocquet, edição de 1645, p. 77.

[194] Memória da França, p. 328.

rio das Amazonas".[195] O capitão desses índios "falava com tal graça, que se o teria tomado por homem de conselho". "Depois que ele nos discorreu sobre a região", continua Mocquet, "e onde tínhamos de ancorar, ele nos deixou dois índios, que nos conduziram à *terra de Yapoco* na foz do rio ou bem perto, e nos mandaram colocar nosso navio num canto ao abrigo das correntes... Depois, na terça-feira de manhã, 10 de abril, querendo saber o que poderíamos aproveitar naquela terra, descemos para trocar foices, machados, facas, bijuterias de vidro de diversas cores, e outras coisas semelhantes..."[196] "O rei dessa região de Yapoco, chamado Anacaiuri, mandava então aprestar canoas para ir contra os caraíbas...[197] Mas, para voltar a nosso tráfico naquela região de Yapoco, depois de termos feito todas as trocas de mercadorias que se puderam ali encontrar, resolvemos ir ao *rio de Caiena*, onde estão os caraíbas: mas antes de partir, o *rei de Yapoco* veio a bordo de nosso navio com sua mulher, sua irmã e sua mãe, e o índio Yapoco que nós levamos conosco, que era seu sobrinho, filho de sua irmã; no lugar de quem o rei Anacaiuri comandava, esperando sua maioridade que devia se dar em pouco tempo...[198] Mas para voltar a nossa partida da região de Yapoco para ir em direção aos caraíbas antropófagos, *saímos no dia de Páscoa 15 de abril do ano 1604, navegando ao longo da costa*, e nosso navio se encontrando a seco quando as marés se retiravam, era *preciso conduzir pela orla e lançar as âncoras* até que o mar nos viesse retirar do lugar onde estávamos...[199] *Quando nos aproximávamos do rio de Caiena*, avistamos uma canoa que abordou nosso navio... Entretanto ela não deixou por isso de nos levar nesse rio de Caiena que, é um belo e bom lugar para os navios...[200] Entretanto, nós equipamos nosso barco a 18 de abril para ir reconhecer o fundo do rio de Caiena, e saber de onde ele vinha e buscar sua nascente..."[201]

A "Exposição Geográfica" considera essa última parte do diário de Mocquet como a contraprova das passagens anteriores.[202]

---

[195] *Mocquet*, p. 97; *Memória da França, p. 329.*
[196] *Ibidem*, pp. 79 e 80.
[197] *Ibidem*, p. 81.
[198] *Ibidem*, p. 99.
[199] *Mocquet*, p. 105.
[200] *Ibidem*, p. 106.
[201] *Ibidem*, p. 109.
[202] *Memória* da França, pp. 331 e 332.

> Eles tinham levado algumas horas para ir da foz do Amazonas à região de Yapoco: levaram dois dias e talvez três para chegar do Yapoco a Caiena. Ora, do cabo Orange ou do Oiapoque a Caiena, a travessia, favorecida pelas correntes, exige algumas horas. Duas conclusões decorrem, pois, desse relato: uma negativa, sobre a identidade entre o Oiapoque do cabo Orange e a região descrita por Jean Mocquet; a outra, que demonstra a existência de uma região de Yapoco na vizinhança da foz do Carapapóris.

Cabe notar, primeiramente, que Jean Mocquet, cuja *Relação* está cheia dos mais absurdos e falsos detalhes, e amiúde de um naturalismo dos mais crus, escreveu seu livro 12 anos após sua viagem e que suas datas não merecem confiança alguma. O dia 8 de abril, em 1604, não era o domingo de Ramos, nem o dia 15 de abril o dia de Páscoa, seja no calendário gregoriano, já adotado na França, seja no calendário juliano.[203]

Em sua *Relação*, ele dá a data da partida da região de Yapoco (15 de abril), mas não dá a da chegada ao rio de Caiena. No dia 18 de abril, diz ele, os franceses foram reconhecer o fundo e a nascente do rio de Caiena. Isso não quer dizer que tenham chegado ali no dia 18 de abril. Aliás, percorrendo a costa, e parando, pois ele diz que jogaram a âncora várias vezes naquele trajeto, teriam podido perfeitamente empregar dois ou três dias, e até mais, da baía do Oiapoque, ou Yapoco, ao rio de Caiena. Um documento inserido na *Memória* da França (tomo II, p. 155) relata uma viagem de dois dias (23 a 25 de maio) entre o rio de Oyack e o Oiapoque. Quanto à viagem de um dia desde a foz do Amazonas até a região de Yapoco, seria preciso saber o que Mocquet entendia por foz do Amazonas. Keymis (1596) acreditava que o Cassiporé (Caypurogh) era um braço do Amazonas. Mocquet fala de um *cabo Caypour*, que a "Exposição Geográfica" procura identificar com o rio *Caipurogh* do mapa de Vooght de 1680,[204] rio que d'Anville figurou também em seus mapas de 1729 e 1745, dando-lhe o nome de *Caypura*;[205] mas esse rio foi criado e colocado no canal de Carapapóris, e isso em consequência de uma confusão, em 1680, bem

---

[203] Páscoas-floridas (ou domingo de Ramos), 1604; 11 de abril; Páscoa, 18 de abril; Cal. Greg., cal. juliano, 1º e 8 de abril, respectivamente (*Manual de Diplomática*, por A. Giry, professor na Escola dos Mapas, diretor-adjunto na Escola dos Estudos, Paris, 1894, Tabela Cron. p. 204).

[204] Nº 81b no primeiro *Atlas* do Brasil.

[205] Nºs 19 e 27 no segundo *Atlas* do Brasil.

depois da viagem de Mocquet. Não se vê nenhum cabo indicado nesse lugar, nos mapas de Vooght e de d'Anville, nem se encontra o rio ou cabo Caypura ou Caipurogh no mapa de Simon Mentelle, que explorou posteriormente essas paragens.[206]Em compensação, encontra-se, perto do cabo de Orange, o *Cassiporé*, ou *Cachipour*, designado pelo nome de *Caipurogh* por Keymis em 1596 (texto e quadro reproduzidos no tomo II, nº 4), *Cayporoune, Caciporough, Cassipouri*, e outras variantes, nos mapas do fim do século XVI e nos do XVII.

Quanto ao "cacique" Anacaiuri, que, segundo Robert Harcourt, citado numa nota,[207] comandava "a região situada entre o Arrawary e o Cassiporough", o que se lê no relato desse viajante inglês (p. 14) é que a região entre o *Arrawary* e o *Cooshebery* – que era o Calçoene e não o Cassiporé (Cassipurough)[208]– se encontrava sob o domínio de Anacaiuri, mas na p. 15 o autor mostra, na passagem abaixo, que essa dominação era bem mais ampla e compreendia também o Oiapoque:[209]

> Além da região de *Morrownia*, em direção ao sul, ao longo do rio de *Arwy*,[210] encontra-se a província de *Norrak*; seus habitantes são caraíbas, e inimigos tanto dos *morrowinnes*, os habitantes de *Morrownia*, como dos *wiapocoories*;[211] os quais estão também sob a sujeição de Anaky-V-Ry, o principal e o maior senhor, ou *Cacique* de todos os Yaos dessas províncias, as quais margeiam o mar entre as *Amazonas*, a sudeste, e o *Dessequebe* a noroeste.

Assim, segundo Harcourt, os *Wiapocoories*, isto é, os índios de *Wiapoco*, ou *Oyapoc* ou *Yapoco* – rio do cabo Orange –, se encontravam também "sob a sujeição" de Anacaiuri, "cacique" de todos os Yaos, desde o Amazonas até o Essequibo. No mapa de Tatton, de 1608, traçado segundo indicações de Harcourt e de seus oficiais,[212] o nome Anacory

---

206 Nº 34 no *Atlas* da França.

207 *Memória* da França, p. 231.

208 Harcourt escrevia *Cassipurogh* para indicar o Cassiporé ou Cachipour; Keymis escrevia *Caypurogh*.

209 O texto inglês se encontra na p. 17 da *Relação* de Harcourt, Londres, 1613.

210 *Arwy*, afluente da margem direita do *Wiapoco* ou *Oiapoque*.

211 Habitantes do *Wiapoco*.

212 Primeiro *Atlas* do Brasil, nº 54.

está escrito sobre o *Cassiporough* ou Cassiporé, e essa legenda se estende pelas terras das duas margens do rio e está colocada entre a costa e o *Watz*, ou Uaçá, que se lança na baía do Wiapoco ou Oiapoque.

Lefebvre de la Barre, em 1666, fala de um neto desse Anacaiuri que vivia no Yapoco ou Oiapoque:

> ... o *cabo Orange*, que é uma ponta de terra baixa que se lança ao mar do qual se toma conhecimento por três pequenos *morros* que se veem acima, que estão além do *rio de Yapoco*, que se lança ao mar sob esse cabo... *O rio de Yapoco que está sob esse cabo* é largo... Os Yaos índios têm aí uma habitação mais bela e mais bem cultivada, que não seria de se esperar do cuidado bárbaro daquelas gentes, que ali são em número de cerca de 35 ou 40. Eles são tão antigos habitantes dessas costas, *que eu conheço* e *falei várias vezes a um* Anacaiuri, neto de um Anacaiuri, que Jean Mocquet *diz ter visto em 1604, rei dessa região*. No que ele erra" (como em muitas outras coisas), "esses povos não tendo de modo algum reis, mas chefes em cada família, como esse Anacaiuri o era então daquela com a qual Mocquet negociou. Esse *rio de Yapoco* é abundante em bom peixe... A uma légua, e ao longo da Costa, está o *morro de Comaribo*" (o *morro de Prata*) "que tem uma boa nascente...[213]

Um outro francês, d'Avity, interpretou muito bem, na passagem seguinte, o texto bastante confuso de Mocquet:

> *Região dos caripous*, ou de *Yapoco*. Essa região tem o nome de seus habitantes chamados Caripous, e *o de Yapoco, por causa do rio que o banha*... É esse que Harcourt (*Voy. to Guiana*) chama de *Wiapoco*... Nossos mapas o chamam *Vajabogo*, cuja foz fica cerca dos 4º do lado do norte. Essa região está (Mocquet, 1. 2) ao norte do Brasil e do rio das Amazonas, que se deixa do lado esquerdo entrando pela foz do *rio de Yapoco*... Eles têm um rei, e o do ano 1604 se chamava Anacaiuri...[214]

Sob o nº 9 do atlas francês, pode-se ver o mapa de Jean Guerard, que é o segundo e o último dos documentos citados com o objetivo de mostrar um Oiapoque ao norte e perto do cabo do Norte – rio que, em

---

213 *Description de la France Equinoxiale*, por Lefebvre de la Barre, Paris, 1666. As passagens que podem interessar nesse livro se encontram reproduzidas no tomo II, nº 16, pp. 95 a 101.

214 D'Avity. *Description Générale de l'Amérique*, Paris, 1637, e 1643, pp. 111 e 112 (transcrição e notas no tomo II, nº 9, pp. 43 e 44).

todos os casos, não seria o Araguari, ao sul daquele cabo. Podemos ler nesse documento os nomes: *cabo d... Nord e cabo de la Conde;*[215] mas é-nos inteiramente impossível ver no local indicado, entre esses dois cabos, a palavra *Vapogue* ou *Yapogue:* é com dificuldade que se pode descobrir a terminação *que* ou *gue*. Quanto às primeiras letras da palavra, elas estão ilegíveis, e várias outras, que formariam uma ou duas sílabas intermediárias, estão cobertas pelo traçado do Equador; de resto, todos os nomes na costa da Guiana, a oeste do cabo do conde, estão tão apagados e ilegíveis quanto aquele que nos é assinalado. Provavelmente, esse nome era *Awaribago ou Awaribogue*, tomado nos mapas holandeses. Trata-se, portanto, de um documento que não prova nada, tanto mais que não há um só mapa traçado, francês ou estrangeiro, nem antes nem depois do Tratado de Utrecht, que apresente, entre os cabos do Norte e de Orange, um nome de rio com uma semelhança qualquer, ainda que vaga, com o nome Oiapoque. E mais: em 1698, o marquês de Ferrolle, numa memória enviada à corte de Versalhes, declarou que só havia um rio *Ouyapoc* na Guiana, que se encontra *perto de Caiena,*[216] e, em 1701, um oficial da Marinha Francesa, Mocquet de Créanton, enviado ao Pará, traçou um mapa da costa, desde Caiena até o Amazonas, no qual não se lê nenhuma das variantes do nome Oiapoque aplicado a um rio entre o cabo de Orange e a confluência do Araguari. Esse mapa pôde ser visto porque figurou na Exposição de 1892, na biblioteca nacional de Paris.[217] De acordo com uma informação que consideramos exata, a *Relação* da viagem de Godais, escrita em 1701, não contém tampouco o nome Oiapoque nessas paragens.[218] Foi apenas vários anos após o Tratado de Utrecht que os governadores de Caiena pretenderam identificar o nome *Iwaripoco*,[219] no canal de Carapapóris, com *Japoc* ou *Oyapoc*.

Antes do Tratado de Utrecht, como disse com muita propriedade

---

[215] *Cabo do Conde* não era "o nome francês do cabo de Orange" (*Memória* da França, p. 334). Nicolas Sanson foi o primeiro, em 1656, a atribuí-lo aos franceses, mas sem nenhum fundamento. Era um nome espanhol, *cabo de la Corda*, transformado pelos exploradores ingleses ou pelos impressores em *cabo de la Corde* e de *cabo de la Conde.*

[216] Ver no tomo II o nº 28.

[217] Esse mapa de Créanton, apresentado ao ministro da Marinha, conde de Pontchartrain, é conservado na diblioteca do depósito de mapas e planos da Marinha, B. 4.049 (97).

[218] *Relation du sieur Godais, envoyé par la Cour vers et le long de la rivière des Amazones pour l'exécution du traité provisionnel fait entre la France et le Portugal. Signé:* Gaudais, *Archives Nationales*, Paris, 920 (K 1.232, nº 8).

[219] Ortografia inglesa de Keymis. Esse nome deve ser lido e escrito à francesa: *Aïgouaripoucou.*

a *Memória* da França – e mesmo depois, acrescentaremos –, o nome *Oyapoc era geralmente conhecido*, e ele designava apenas o rio do cabo de Orange e dos morros de Prata.

VIII

Alguns outros mapas franceses anteriores ao Tratado de Utrecht são citados na "Exposição Geográfica" (pp. 310 a 316). São os de Pierre du Val, Nicolas Sanson e Lefebvre de la Barre, aos quais podemos acrescentar os do conde de Pagan, de Guillaume Sanson, de Manesson-Mallet, de Froger e do marquês de Ferrolle, e de Nicolas de Fer.[220] A "Exposição Geográfica" quis descobrir as fronteiras da Guiana Francesa, ou da pretensa França Equinocial, representadas nos mapas que cita (pp. 314 a 316). O árbitro poderá verificar facilmente que esses mapas não dão os limites políticos das possessões europeias na Guiana.[221]

O mapa de du Val, de 1665,[222] não apresenta apenas os limites geográficos da região denominada Guiana. O texto que acompanha esse mapa diz que os ingleses possuíam então "uma colônia no Suriname, com alguns fortes nas costas da Guiana". E quanto às possessões francesas, lê-se ali: "Na Terra Firme da América Meridional na costa

---

[220] Fac-símile de todos esses mapas no primeiro atlas.

[221] Escrevendo um século depois, em 1777, d'Anville dizia, ainda, falando da América Meridional: "... não se pode deixar de traçar vagamente linhas de separação, entre diferentes potências da Europa, tendo estabelecimentos sem limites bem decididos" (*Considérations générales sur l'étude et les connaissances que demande la composition des ouvrages de Géographie. Par* M. d'Anville, Paris 1777, pp. 60 e 61)

[222] *Atlas* do Brasil, nº 75.

da Guiana, *a ilha de Caiena*, onde estão o forte de São Miguel de Ceperoux, chamado hoje de forte Luís, e a colônia de Mauri." Os franceses acabavam, com efeito, de se apoderar de Caiena, mas não era ainda uma ocupação definitiva da ilha, pois em 1667 ela foi tomada pelos ingleses e, em 1674, pelos holandeses. Nenhum dos mapas de du Val, ou de qualquer outro geógrafo francês dá à colônia de Caiena os limites que Luís XIV reclamou de 1697 a 1700, em Lisboa, e, em 1712 e 1713, em Utrecht.

No mapa citado de Nicolas Sanson – 1656 –,[223] a linha que passa ao norte das províncias de Apanta e de Corupa não é outra senão a do divisor de águas, de que falara em 1655 o conde de Pagan, segundo a *Relação* do padre Christoval de Acuña.[224] "Mas no sul", dizia Pagan, "ela (a região da Guiana) é sustentada por montanhas paralelas à costa do mar, que a separam das províncias de Camsuare, de *Apanta*, e de *Coropa* já mencionadas."[225] E Pagan declara em seu livro que *Corupa* era "um dos governos dos portugueses"; que estes se encontravam estabelecidos na margem setentrional do Amazonas; que o governador do forte português de Desterro comandava e dirigia "todas as regiões circunvizinhas sem limite em suas extensões"; e que não havia franceses na Guiana.[226] Outro mapa do mesmo geógrafo, publicado em 1679 por seu filho, Guillaume Sanson,[227] mostra que os portugueses ocupavam efetivamente a margem norte do Amazonas, e que os Sanson não acreditavam que o Brasil terminasse no rio Pará. Nesse mesmo documento, a colônia francesa da Guiana é formada apenas pela ilha de Caiena e por uma estreita zona marítima entre o Aproague, o antigo rio Fresco, e o Maroni, o Vicente Pinzón primitivo.

No mapa de 1700, de Guillaume de l'Isle,[228] a América do Sul é dividida em regiões, dentre as quais a região das Amazonas, que compreende a bacia do rio desse nome. A linha quase paralela à margem setentrional do Amazonas não é a fronteira atribuída por Guillaume

---

[223] *Ibidem*, nº 73. Citado pp. 302 a 315 da *Memória* francesa.

[224] Extratos do livro de Pagan no tomo II, nº 15, pp. 85 a 94.

[225] *Ibidem*, p. 92.

[226] *Ibidem*, pp. 88, 90, 91 e 93.

[227] *Ibidem*, nº 78.

[228] *Ibidem*, nº 88.

de l'Isle às possessões francesas, como dá a entender a "Exposição Geográfica". Ela representa, em parte, a linha de divisão das águas e, em toda parte, o limite entre a região de Terra Firme e o que ele chamava a região das Amazonas. O nome da Nova Andaluzia, que era o de uma província espanhola, escrito ao sul do estabelecimento francês de Caiena, prova que, para o autor, essa colônia compreendia apenas a zona marítima vizinha da ilha. Em seu mapa de 1703, tampouco se veem fronteiras políticas atribuídas às possessões europeias na Guiana.

Salvo o mapa de 1703 de Guillaume de l'Isle, que apresenta uma falsa baía de Vicente Pinzón ao norte do cabo do Norte, não se encontra essa denominação em nenhum outro mapa francês. Todos dão ao rio do cabo Orange o nome de Oiapoque, Yapioco, Wiapoc.

IX

A concessão da capitania do cabo do Norte feita a Bento Maciel Parente em 1637, pelo rei da Espanha e de Portugal, é longamente, e por várias vezes, criticada e torturada na *Memória* francesa.[229]

Todo mundo sabe que, na época da descoberta e das primeiras explorações da América pelos espanhóis, as guerras da Itália eram a principal preocupação dos reis da França. A primeira *Memória* do Brasil já mostrou que a luta pelo Amazonas se iniciou em 1616, entre os portugueses do Pará, de um lado, agindo em nome do rei da Espanha e de Portugal, e os holandeses e os ingleses, do outro; que, desde 1625, os portugueses tinham tomado pé na margem guianense do Amazonas e que, após vários combates, tinham conseguido conservar, a partir de 1632, a posse pacífica das duas margens desse rio. A mesma *Memória* provou ademais, não só por documentos portugueses, mas ainda por testemunhas holandesas e inglesas, que não se viam então franceses nem no Amazonas, nem nas costas da Guiana, a leste da ilha de Caiena. Um documento inédito, que submetemos agora ao árbitro,[230] confirma essas afirmações no que concerne ao Amazonas e mostra que os franceses não

[229] Tomo I, pp. 9, 25 a 27, 155 a 161, 303 a 309, e 342.

[230] Informação de La Ravardière, datada de São Luís de Maranhão, 8 de dezembro de 1615, Documento nº 6, no tomo II, nº 25 a 27.

tinham ali estabelecimentos, como o marquês de Ferrolle, de espírito inventivo, pretendeu muito mais tarde. O direito dos reis da Espanha de fazer concessões de território naquelas paragens, e de enviar para ali governadores, direito que usaram desde 1501,[231] era incontestável, pois tinham a seu favor os dois títulos da descoberta e da ocupação. Não é, pois, sem surpresa que se terá lido na exposição que nos ocupa as passagens seguintes a respeito do ato de doação de 1637:

> Mas com que direito o rei da Espanha agia assim em relação a territórios *manifestamente ocupados* pelos franceses? Com que direito tentava ele deixá-los retirar pela força a seus *legítimos possuidores*?...[232]

> Se o doador se tinha limitado a dispor de 35 ou 40 léguas de terras desocupadas além do cabo do Norte, não haveria motivo para se ocupar de outro modo de *liberalidades* de que ele podia se mostrar impunemente pródigo...[233]

Já se lia, a esse propósito, na ata da conferência de 27 de outubro de 1855 em Paris, a seguinte passagem:[234]

> Quando o ilustre plenipotenciário do Brasil insiste no argumento extraído das cartas patentes do rei da Espanha e de Portugal, Filipe IV, com data de 14 de junho de 1636, que leva o Vicente Pinzón a 40 léguas de seu verdadeiro lugar, parece ao plenipotenciário francês que o ilustre plenipotenciário do Brasil consegue provar apenas, ou que Filipe IV, não contente com as coroas de Portugal e da Espanha, procurava ainda *usurpar* a da França; ou (o que é mais verossímil) que os empregados de sua chancelaria não tinham noções geográficas muito exatas.

Para atacar a concessão de Filipe IV – esse *usurpador* da América, que, sem o assentimento dos reis da França, se permitia dispor das terras da Guiana –, os redatores da *Memória* francesa julgaram conveniente adotar dois sistemas diferentes e inconciliáveis. Na "Exposição

---

231 Primeira *Memória* do Brasil, tomo II, nº 1.

232 *Memória* da França, p. 158.

233 *Ibidem*, p. 305.

234 Tomo III da primeira *Memória* do Brasil, p. 104.

Histórica",[235] afirmam, e declaram ter provado, que o ato de 1637 na realidade era apenas uma "comissão de descoberta", autorizando Maciel Parente "a se apoderar, por sua conta e risco, de territórios que o rei da Espanha considerava erroneamente como não pertencentes a ninguém";[236] "Exposição Geográfica",[237] sem levar em conta o que havia sido. Na anteriormente, reconhecem esse mesmo ato de 1637 como sendo uma verdadeira concessão de território, e se empenham em explicá-lo segundo o melhor dos interesses da política colonial francesa. O cabo do Norte de que fala o ato de doação, dizem, não é o cabo do Norte conhecido, mas a ponta de Macapá; é dessa ponta que é preciso contar as 35 ou 40 léguas até o Vicente Pinzón. "Obtém-se assim a distância desejada entre esse ponto" e o Araguari (p. 307). "O que confirma absolutamente nossa explicação", acrescentam eles (p. 308), "é que o pilar procurado por Paes do Amaral foi precisamente encontrado por ele *na margem do Araguari*. É, portanto, ali que terminava o território concedido a Bento Maciel; é, portanto, ali que acabavam as 35 ou 40 léguas fixadas no ato de doação de Filipe IV."

Uma discussão não menos complicada a respeito da expedição Paes do Amaral, em 1723, completa a difícil demonstração empreendida para estabelecer que o Vicente Pinzón de Filipe IV era o Araguari.

O texto do ato de 1637 é de tal forma claro, que poderia dispensar qualquer comentário de nossa parte. Declara, com efeito, e em várias ocasiões, que há de 30 a 40 ou de 35 a 40 léguas de *costa marítima*, entre o cabo do Norte e o rio de Vicente Pinzón,[238] e ele especifica, além disso, a extensão da capitania em direção ao interior, ao longo da margem esquerda do Amazonas, desde o cabo do Norte até o confluente do Tapujusus, hoje Curuá. Essas indicações tornam totalmente inaceitável a engenhosa explicação da *Memória* da França: entre a ponta de Macapá

---

[235] Tomo I, pp. 155 a 161.

[236] *Memória* da França, p. 159.

[237] *Ibidem*, pp. 303 a 309 e 342.

[238] Primeira *Memória* do Brasil, tomo II, Documento nº 3, e tomo II dessa segunda *Memória*, nº 8, pp. 39 a 42, onde são citadas duas outras cartas patentes de Filipe IV, de 26 de outubro de 1637 e de 15 de março de 1639, nas quais ele faz menção a 35 a 40 léguas de margem marítima entre o cabo do Norte e o rio de Vicente Pinzón.
Retifiquemos aqui um erro que se introduziu na nota 2 ao Documento nº 3, tomo II da primeira *Memória* do Brasil. Em lugar de "Sucuriú, hoje Curuá", deve-se ler "Surubiú, hoje Curuá".

e o confluente do Araguari, há uma *margem fluvial* e não uma *margem marítima*. A margem do mar começa no cabo do Norte e prossegue na direção do cabo Orange e do Oiapoque. Quanto à indicação do Cunani, que a *Memória* da França insinua, em desespero de causa, como devendo ser o Vicente Pinzón de Filipe IV, se a distância de 35 a 40 léguas era exata,[239] basta dizer que, nessa época, antes dos planos levantados, de 1858 a 1859, pelos oficiais da Marinha brasileira sob a direção de Costa Azevedo,[240] não se podia conhecer com inteira exatidão a distância entre o cabo do Norte e a foz do Oiapoque ou Vicente Pinzón. E isso não deve surpreender no caso do ano de 1637, pois se se comparam distâncias medidas em nossos mapas modernos com as que apresentam os mapas *da França* da segunda metade do século XVII e até do século XVIII, verifica-se entre eles diferenças bastante consideráveis.[241] Toda a erudita argumentação da "Exposição Geográfica" parte deste princípio radicalmente falso: que os mapas da América nos séculos XVI ao XVII eram mais exatos que os da França e da Europa, e que se pode basear nas coordenadas geográficas e, consequentemente, nas distâncias que fornecem.

Para concluir esse ponto, repetiremos que o cabo do Norte e o Vicente Pinzón mencionados nas cartas patentes de Filipe IV, de 14 de junho de 1637, de 26 de outubro do mesmo ano e de 15 de março de

---

239 *Memória* da França, tomo I, p. 304: "Esses últimos números suscitaram uma discussão. Com efeito, se a distância que indicam entre o cabo do Norte e o rio Vicente Pinzón era exata, ela recuaria esse rio bem além do ponto onde convém colocá-lo segundo todos os documentos anteriores. Essas 35 ou 40 léguas, contadas a partir do cabo do Norte, nos remeteriam *não seguramente até o Oiapoque, mas aproximadamente em direção ao Cunani e às cercanias do 3º grau de latitude.*"

240 Mapas nºs 84 e 85, no tomo VI (atlas). A carta náutica francesa de Mouchez, de 1868, cuja última edição leva a data de julho de 1896 (*ibidem* nº 86), presta homenagem àqueles trabalhos na *advertência*: "2º Os trabalhos recentes e ainda inéditos dos oficiais brasileiros para a Guiana Brasileira".

241 Lelewel, *op. cit.*, tomo II, p. 197:
"Tomemos Brest como o ápice do triângulo e como base a distância entre Baiona e Calais representadas pelo número de 200: encontramos os dois outros lados na proporção seguinte:

	De Brest	
	a Calais	a Baiona
Nossos mapas modernos	125	135 + 10
Nic. Sanson	142	114 – 28
Carta Náutica, em A. de Fer	149	112 – 37

1639, se encontram indicados no mapa de 1655, traçado por Sebastián de Ruesta na *Casa de Contratação* de Sevilha e aprovado por esse mesmo soberano. O árbitro ali verá, em seus verdadeiros lugares, o cabo do Norte, que se quis transportar para a ponta de Macapá, e o Vicente Pinzón, que se quis confundir com o Araguari. O cabo Orange, cujo nome, apesar do que se diz, foi pronunciado em 1688 pelo comandante do forte português do Araguari,[242] está escrito no mapa ao lado e a leste da baía e do rio de Vicente Pinzón de Carlos V, de Filipe IV e da *Casa de Contratação*.

Quanto à ponta de Macapá, que, segundo documento português de 1723, seria para "alguns ignorantes" do Pará o cabo do Norte, referimo-nos ao que diz em outra parte.[243] E quanto à expedição de Paes do Amaral, cujo exame ocupou tantas páginas da *Memória* da França,[244] nós nos referimos às peças anexadas: o Roteiro do Araguari ao rio de Vicente Pinzón, escrito pelo piloto da expedição,[245] e a transcrição do interrogatório que sofreram Paes do Amaral e vários suboficiais, soldados e índios de sua expedição.[246] Como a *Memória* da França disse[247] que o Roteiro "leva o sinal de um documento arranjado", apresentamos no tomo V o fac-símile de uma cópia evidentemente contemporânea do original. Essas peças estabelecerão:

1º que o Vicente Pinzón não era, para Paes do Amaral, como acreditaram nossos contraditores, o Araguari, *ponto de partida da expedição*, mas o Guayapoco, ou Oiapoque, entre a ponta Camarupi, ou cabo Orange, e o morro Camaripu, ou Comaribo, nome indígena do morro de Prata;[248]

2º que o rio de Vicente Pinzón era o que os mapas franceses denominavam Yapoco e os indígenas, Uayapoco (Ouayapoco) ou Guayapoco;[249]

---

[242] Documentos e comentários sob o nº 23, no tomo II, pp. 143 a 151.

[243] Tomo III dessa segunda *Memória* do Brasil, notas 1 e 2, pp. 51 e 52.

[244] Primeira *Memória* da França, pp. 306, 308, 339 a 344; tomo II, pp. 158 a 165.

[245] Tomo III, nº 85, pp. 41 a 47.

[246] Tomo III, nº 86, pp. 49 a 61.

[247] *Memória* Francesa, tomo III, p. 164.

[248] Tomo III, pp. 46 e 47.

[249] Tomo III, pp. 51, 52, 53, 57, 58 e 60.

3º que os franceses encontrados nesse rio reconheceram que ele formava a linha de separação entre as possessões da França e as de Portugal, segundo o Tratado de Utrecht.[250]

[250] Tomo III, p. 47.

X

Embora já esteja estabelecido, de maneira irrefutável, sobretudo com o auxílio dos documentos da *Casa de Contratação* de Sevilha e da *Anotaçam* do padre Pfeil, que os nomes *Vicente Pinzón*, *Oiapoque* e *Yapoco*, empregados a todo instante no decorrer das negociações de 1697 a 1713, designavam apenas o rio do cabo Orange e das montanhas de Prata, parece, contudo, útil aflorar aqui certas questões geográficas de que trata a engenhosa *Memória* da França.

A "Exposição Diplomática" contesta a sinonímia dos nomes geográficos: *terras do cabo do Norte* e *Guiana*. Joaquim Caetano da Silva, entretanto, já o tinha provado. A expressão cabo do Norte designava não apenas *um cabo*, mas também *toda a Guiana*. Aliás, outros casos semelhantes podem ser citados. É assim que o nome de cabo da Boa Esperança, aplicado primeiramente a um acidente da costa sul-africana, estendeu-se à região onde se encontra esse cabo. Diz-se há muito tempo o *Cabo (the Cape)* para designar o conjunto dos estabelecimentos europeus da África do Sul. Sua sede administrativa é a Cidade do Cabo (Capetown), e toda essa vasta região, de uma superfície comparável àquela da Guiana, é, prática e oficialmente,

denominada *o Cabo* (Cape Colony)[251].

Exemplos franceses do nome cabo do Norte empregado como sinônimo de Guiana:

Georges Fournier, em 1643 (ver Joaquim Caetano da Silva, § 1.906); Luís XIV, em 1651 (*ibidem*, 1914 e em seguida, tomo II, nº 14); Carta de Caiena 1653 (Joaquim Caetano da Silva, § 1.916); Daigremont, 1654 (*ibidem* 1918); Paul Boyer, 1654 (§ 1.920); Antoine Biet, 1664 (§ 1.926); *Relation de la Guyane*, 1663 (§ 1.933); cerca de 1687, *Mémoire sur les pays situez entre l'isle de Cayenne et la rivière des Amazones:* "... e até se chamava a colônia, a colônia do cabo do Norte..."[252]

Exemplos portugueses e espanhóis do mesmo nome, como sinônimo de Guiana: cartas patentes de 14 de junho de 1637, de Filipe IV, da Espanha (§ 1.874 e seguintes, de Joaquim Caetano da Silva; primeira *Memória* do Brasil, tomo II, Documento nº 3); duas outras cartas patentes do mesmo rei (segunda *Memória* do Brasil, tomo II, nº 8); cartas patentes de 9 de julho de 1645, de dom João IV, de Portugal (Joaquim Caetano da Silva, § 1.912; primeira *Memória* do Brasil, tomo I, p. 75); carta de 15 de outubro de 1685, Gomes Freire de Andrada: "O cabo do Norte é um marco que se encontra ao lado do rio de Vicente Pinzón, *perto de Caiena*, por onde se faz a demarcação do que pertencia aos portugueses e aos espanhóis, e tudo o que se encontra entre a dita marca e o Pará é chamado cabo do Norte" (Documento nº 21, em seguida, no tomo II); *Relatório*, datado de 12 de fevereiro de 1686, Conselho Ultramarino (Portugal) de Ultramar e Ordenação de 21 de dezembro de 1686, de dom Pedro II, nos quais a passagem acima é reproduzida; carta de 12 de fevereiro de 1700, de Antônio de Albuquerque, e *Relatório* de 12 de novembro do mesmo ano, do Conselho Ultramarino, nos quais se trata de quatro holandeses "vindos da cidade de Surinam, situada na costa do cabo do Norte além de Caiena" (Documento nº 40, e em seguida, tomo II, pp. 365 a 369).

---

[251] Joaquim Caetano da Silva, § 59:
"Do mesmo modo como se havia dado algumas vezes o nome de *Cabo Verde* ao grupo de ilhas situadas diante desse cabo, do mesmo modo como o nome de *cabo Santo Agostinho* tinha algumas vezes indicado o Brasil inteiro, estendeu-se por muito tempo o nome de *cabo do Norte* ao todo do qual ele é apenas a parte avançada – à totalidade da Guiana." E acrescentemos que o nome *cabo do Norte* foi aplicado ao *cabo Orange*.

[252] Bibl. Nac. de Paris, Coleção Clairambault, Ms. 1016, p. 677.

Os documentos que acabam de ser citados tornam ineficaz qualquer argumentação da "Exposição Diplomática", tendente a provar que a expressão "terras do cabo do Norte" não se aplicava à região denominada Guiana, desde o Amazonas até o Orenoco,[253] mas apenas ao território compreendido entre o cabo do Norte e o Amazonas, o que, todavia, não impediu o governo francês de estabelecer a primeira linha de sua pretensão ao sul do cabo do Norte, querendo até se apropriar das terras inundadas que se dignavam nos deixar quando das negociações de 1855 e 1856.

> Aonde levaria, aliás, essa teoria?, pergunta a "Exposição Diplomática".[254] E ela responde: A pretender que as terras do cabo do Norte abarcavam todas as praias que se estendem do Amazonas até o Orenoco, o que não poderia se defender e não provaria absolutamente nada na circunstância, pois ninguém sustentará que são esses espaços imensos que foram cedidos a Portugal, e que disso não decorreria princípio algum para delimitar as terras do cabo do Norte.

A teoria atacada não tem necessidade de defesa, uma vez que os documentos franceses, portugueses e espanhóis citados o estabelecem de maneira irrefutável. As peças das negociações de 1697 a 1713 falam de terras do cabo do Norte, mas explicando que se trata daquelas que estão situadas entre o Amazonas e o rio Oiapoque, Yapoco, Japoc ou Vicente Pinzón. Compreende-se portanto sem grande esforço que o Orenoco estava então fora de questão e que a França, em Utrecht, renunciou não a toda a Guiana, mas apenas a suas pretensões sobre *as terras do cabo do Norte situadas entre o Oiapoque e o Amazonas*, isto é, à parte da Guiana situada entre esses dois rios. Dizemos que a França renunciou então a suas pretensões, porque, no Tratado de Utrecht, não se lê a palavra *cessão*, e a França não podia, com efeito, ceder o que ela não possuía e jamais tinha possuído.

Passemos agora ao nome *cabo do Norte* aplicado a *um cabo* na Guiana.

A *Memória* da França pretende que esse nome, para os portugueses, designava a ponta de Macapá, e que, para todos os geógrafos e cartógrafos

---

[253] *Memória* da França, tomo I, pp. 28 a 31.

[254] *Ibidem*, p. 30.

estrangeiros, o cabo do Norte se encontrava a 1º50', e mesmo a 1º e menos ainda nos mapas antigos. O de Hartsinck, em 1770, teria sido o primeiro a colocar o cabo do Norte na extremidade setentrional da ilha de Maracá. "É *a primeira vez* que se encontra esse erro, reproduzido em alguns mapas."[255]

Pensamos que o serviço hidrográfico francês não se enganou ao colocar ao norte da ilha de Maracá o cabo do Norte "dos antigos geógrafos" (mapa nº 86 em nosso atlas). A primeira *Memória* do Brasil (tomo I, p. 70) já havia indicado mapas franceses, anteriores a 1770, que colocam o cabo do Norte na ilha de Maracá. Podemos agora citar um outro francês, o marquês de Ferrolle, em 1688.[256] No mapa de Sebastián de Ruesta, de 1655, o cabo do Norte deve ser aquele da ilha de Carapapóris, hoje Maracá, pois de outro modo ali se veria aquela ilha destacada da costa pelo canal de Carapapóris.

O nome *cabo do Norte* se aplicava ainda, antigamente, ao *cabo Orange*, como dizia Laet:

> O cabo que barra em direção ao Oriente à baía, na qual o rio de Wiapoco e outros pequenos deságuam, é distante da linha de 4º30'* em direção ao norte; ele é chamado agora pelos ingleses *cabo de Conde*, outrora *cabo Cecil*; mas para aqueles de nossa nação *cabo Orange* e *frequentemente cabo de Noord*.[257]

Apresentamos um exemplo do nome *cabo do Norte aplicado ao cabo Orange* no mapa inédito de s*ir* Walter Raleigh.[258] É uma cópia do original de que ele se servia em sua expedição de 1617 e que passou a um capitão francês de sua arma. Esse mapa de Raleigh é uma cópia ligeiramente modificada do de Tatton, de 1608 (nº 54 no primeiro *Atlas* do Brasil). O ponto de ligação dos navios era o cabo de Oiapoque (Wiapoco), ao qual Keymis tinha dado em 1596 o nome de cabo Cecil. Raleigh escreveu sobre esse nome: *cape of North*; e o capitão francês

---

[255] *Memória* da França, tomo I, p. 356.

[256] Ver no tomo II, pp. 150 e 151.

***** No texto francês: *IV degrés et trente scrupules*. **Scrupule** é antiga medida astronômica, resultado da divisão do grau por 60, de valor, portanto, igual ao do minuto.(N.E.)

[257] Ver no tomo II, pp. 39 e 40.

[258] Nº 9 no tomo VI (atlas). A corrigir-se no mapa, e na lista dos mapas do atlas, a data. Original nos Arquivos de Simancas.

acrescentou esta anotação: "lugar primitivo". No alto do mapa, pode-se ver esta outra anotação do mesmo capitão: "Nós não tocamos de modo algum em outra costa fora a ilha de Fuerteventura até que viemos ao *cape de North*." No Diário de Ralegh,[259] lê-se: "The 11 of November (1617) we made the *North cape of Wiapoco*...".

Eis agora a latitude que atribuíam ao cabo do Norte um religioso português e dois missionários jesuítas estrangeiros que pertenciam à província do Maranhão e Pará:

O padre Pfeil, escrevendo em 1682[260]	2º52'
O padre Sousa Ferreira, em 1685 e 1693[261]	2º40'
O padre Bettendorff, em 1698[262]	2º30'
O padre Pfeil, em 1700[263]	2º00'

Sousa Ferreira e Bettendorff colocavam o rio de Vicente Pinzón a 40 léguas portuguesas do cabo do Norte, segundo o ato de doação de 1637. O padre Pfeil, como vimos, indicava até as duas extremidades da baía onde se lança o Oiapoque: a ponta Comaribo, ou do morro de Prata, e o cabo Orange.

Já foi provado[264] que os nomes *Pinis Baye*, *Pines Bayo*, *Pynes bay*, e outras variantes, que se veem a partir de 1598 em certos mapas, perto do cabo do Norte, não designam uma baía ou um rio de Pinzón.[265] Era um nome inglês: *Pinesse bay*, ou *Pinace bay*. Na "Nomenclatura Alfabética" do *Atlas* de Stieler, encontrar-se-ão cerca de 70 nomes semelhantes, de origem inglesa ou espanhola, dentre os quais "Pine River" e "Pinas (baía)". E quanto ao nome espanhol de *río de Canoas*, que se quis aplicar ao Oiapoque,[266] referimo-nos a Joaquim Caetano da

---

[259] *Sir Walter Ralegh's Journal of his second voyage to Guyana* (Ms., Museu Britânico). Inserido por Schomburgk no volume *The discovery of the Empire of Guyana*, publicado pela Hakluyt Society, Londres, 1848.

[260] Tomo II, p. 103.

[261] *Ibidem*, pp. 124 e 158.

[262] *Ibidem*, p. 120 (cálculo).

[263] No compêndio, nº 41.

[264] Primeira *Memória* do Brasil, tomo I, pp. 138 e 139; Joaquim Caetano da Silva, §§ 2.550 a 2.552.

[265] *Memória* da França, p. 290.

[266] *Ibidem*, pp. 288, 291 e 292.

Silva, §§ 1.836, e 2.428 a 2.437, assim como ao mapa de Sebastián de Ruesta,[267] que mostra que os espanhóis e os portugueses chamavam o cabo Orange de Vicente Pinzón.

A "Exposição Geográfica" procura, com a ajuda de um mapa de d'Anville e de uma passagem de La Condamine,[268] estabelecer que havia antigamente, e na época do Tratado de Utrecht, um braço setentrional do Araguari, que desembocava no mar ao norte do cabo do Norte. "Sem dúvida", diz ela,[269] "pode-se lamentar que o artigo 8º do Tratado de Utrecht tenha adotado como delimitação um rio que existia certamente naquela data como braço do Araguari, mas que já estava ameaçado pelo trabalho de aterro muito ativo naquela costa. Esse inconveniente impressionou, desde os primeiros anos que se seguiram ao tratado, o geógrafo clarividente que era d'Anville; e vimos de que maneira ele tentou prover a isso. Todavia, o aspecto dos lugares retraçava ainda muito claramente para La Condamine a antiga e tradicional disposição do curso fluvial."

A primeira *Memória* do Brasil já tocou nessa questão (p. 119) tratada anteriormente com muita amplitude por Joaquim Caetano da Silva, que tinha provado de maneira irrefutável que o pretenso braço setentrional do Araguari, representado num grande número de mapas do século XVII, foi apenas uma criação de Jodocus Hondius, em 1598, devido a sua interpretação errônea de uma passagem de Keymis.[270] D'Anville e La Condamine, portanto, se enganaram, e sabemos que este último tirava com frequência conclusões demasiado levianas, pois, à simples visão do *Arcano del Mare* de Dudley, ele afirmou peremptoriamente, em 1745, que todos os mapas antigos colocavam o rio de Vicente Pinzón 50 léguas ao sul do Oiapoque, inexatidão que o árbitro pode julgar diante da quantidade de documentos que a contradizem, documentos reunidos nos dois atlas do Brasil. Encarregado de explorar o pretenso braço setentrional do Araguari, que seria o Carapapóris, segundo o plenipotenciário da França nas conferências de 1855 e 1856, e segundo os defensores da causa caienense naquela época, o capitão Peyron, da

[267] Tomo VI, nº 14.

[268] *Memória* da França, pp. 346 e 347.

[269] *Ibidem*, pp. 362 e 363.

[270] Ver Joaquim Caetano da Silva, §§ 398 a 418 e 1.171 a 1.208.

Marinha francesa, declarou lealmente em seu *Relatório* datado de 1º de abril de 1857: "Não há atualmente comunicação possível com o ramo sul *e se ela existiu outrora não pode ter sido senão num tempo muito longínquo.*" Esse comandante francês, portanto, não se enganava como La Condamine. Os capitães ingleses Michael Harcourt e Edward Harvey, que fizeram, em 1608, a exploração do canal de Carapapóris, do cabo do Norte continental, nomeado por eles point Perilous, e a do Araguari, não encontraram naquele rio nenhum braço setentrional, como se pode verificar examinando os mapas de Tatton, de 1608, e de Raleigh, de 1617.[271]

Podemos fornecer agora uma nova prova da inexistência desse braço setentrional do Araguari antes do Tratado de Utrecht: ela se encontra na carta do subgovernador de Caiena, de Ferrolle, datada de 22 de setembro de 1688.[272] Ele ia de Caiena ao Araguari, para intimar o comandante do forte português de Santo Antônio a evacuar essa posição. Se o pretenso *braço setentrional* do Araguari, *o pretenso Vicente Pinzón*, existisse naquela época, desembocando no canal de Carapapóris, é evidente que de Ferrolle não teria deixado de seguir esse caminho fácil; mas como o Araguari, então do mesmo modo que hoje, era apenas um tributário do Amazonas, tendo sua confluência ao sul do cabo do Norte, de Ferrolle remontou o Maiacaré,[273] atravessou o lago de Macari e as savanas alagadas, alcançou o Batabuto, afluente da margem esquerda do Araguari, e chegou assim a esse rio. Essa viagem através das savanas inundadas foi bastante penosa, diz ele:[274]

> Após ter atravessado com muita dificuldade essas savanas, cheguei no dia 27 ao rio de Batabuto. Ele vai se lançar a cinco léguas do Maronne no Barahouari,[275] e tem sua descarga do lado do oeste. Ali está situado o forte Santo Antônio, construído

---

[271] Primeiro *Atlas* do Brasil, nº 54; segundo atlas, nº 9.

[272] *Memória* da França, tomo II, nº LIII, pp. 155 a 158. Carta ao marquês e à marquesa de Seignelay, nos *Arquivos Nacionais* em Paris.

[273] *Ibidem*, p. 157. *Nagarary* é uma leitura equivocada de *Maiacaré*. No *Relatório* oficial de de Ferrolle, nos *Arquivos do Ministério das Colônias*, o visconde de Santarém pôde ler distintamente: Maiacaré.

[274] *Ibidem*, p. 157.

[275] No original deve-se ler *La Rahouary*, como mais adiante, nesse mesmo texto, de Ferrolle escrevia *La Rahouary* por *Araouary* ou Araguari (ver sua *Memória* de 20 de junho de 1698).

pelos portugueses há um ano... a guarnição é de cerca de 25 portugueses e de 60 índios arianos.

Para voltar a Caiena, de Ferrolle desceu o Araguari e o Amazonas até a ilha de Carapapóris (Maracá), onde ele situava o cabo do Norte;[276] e percorreu em seguida a orla do mar.

Diante dessa prova decisiva, extraída de um documento francês, é impossível que se possa continuar a pretender que o Araguari tivesse, antes do Tratado de Utrecht, um braço setentrional, e que o limite então convencionado fosse aquele.

O governo do segundo Império sustentara essa tese em 1855 e 1856,[277] e mantivera que ele se conformava com os termos do Tratado de Utrecht, deixando para o Brasil o cabo do Norte e suas terras.[278] A "Exposição Jurídica" procura explicar[279] a recente reivindicação francesa apresentada, hoje, do pretenso braço norte, ou Carapapóris, até a confluência do verdadeiro Araguari, no Amazonas, ao sul do cabo do Norte. Ela dá primeiramente como possível a existência do braço imaginário,[280] mas, em seguida, se pronuncia a favor do "braço sul".

---

[276] *Ibidem*, p. 158; e o tomo II da presente *Memória*, pp. 147 a 151.

[277] Declaração do plenipotenciário francês, no dia 19 de fevereiro de 1856 (primeira *Memória* do Brasil, tomo III, p. 235): "A França não poderia, tanto em razão dos direitos que lhe dá o Tratado de Utrecht, como em vista do estabelecimento de uma boa e verdadeira fronteira entre sua colônia da Guiana e o Império do Brasil, aceitar nem reconhecer outro limite, do lado do mar, senão o *rio de Vicente Pinzón*, isto é, o curso d'água que se lança na baía do mesmo nome, a menos de dois graus do norte do Equador, e que é hoje conhecido pelo nome de *Carapapóris ou braço norte do Araguari*..."
Já se devia saber na França, naquela época, que o Carapapóris não era um braço do Araguari, pois, no mapa de Simon Mentelle, terminado em 1788 (nº 34 do atlas francês), lê-se: "O rio de Carapapuri se origina em pântanos."

[278] Passagem da resposta do plenipotenciário francês, no dia 22 de janeiro de 1856 (primeira *Memória* do Brasil, tomo III, p. 226):
"Talvez fosse preciso também lembrar ao honorável plenipotenciário do Brasil que o *braço Norte do Araguari* (o *Carapapuri*), que o plenipotenciário francês reclama, em nome do Tratado de Utrecht, como o limite da Guiana Francesa –, *não está ao sul das terras imediatamente adjacentes ao cabo do Norte, mas ao norte daquelas terras; e que sua adoção como limite deixa hoje ao Brasil tudo o que o Tratado de Utrecht outorgou a Portugal*."

[279] *Memória* da França, pp. 132 a 134.

[280] *Ibidem*, p. 132, *in fine*. "... o braço norte parece estar obstruído..."

> Fomos levados, [diz ela],[281] a reclamar o braço sul como o limite. Já explicamos que um desvio de alguns minutos é uma quantidade desprezível, e isso é particularmente verdadeiro numa região tão móvel, tão pronta a se transformar e sobretudo a propósito de um rio sujeito a tão profundas mudanças e a tais deslocamentos. Mas *nosso motivo capital* é que o braço sul está obstruído e separado do tronco, e o braço sul representa sozinho hoje o rio que vinha desembocar na baía de Vicente Pinzón... Tomando como linha de partilha em Utrecht um curso d'água que era ainda um grande rio, mas que já estava ameaçado, e que, em consequência da mobilidade desses terrenos inundados, cuja fisionomia é tão facilmente modificada sob a dupla influência das águas do interior e das marés, os negociadores do ato de 1713 implicitamente aceitaram as consequências *dos deslocamentos* que esse rio podia sofrer.

Assim, segundo essa teoria, o leito de um rio que forma a fronteira entre Estados não pertenceria aos dois confinantes e não constituiria a parte essencial do limite: seria apenas a água do rio que formaria a fronteira estipulada. Um dos dois Estados poderia ganhar ou perder territórios segundo os deslocamentos do rio; e se se admitisse a doutrina de nossos contraditores, segundo a qual, quando se estipula uma fronteira fluvial, as duas partes aceitam implicitamente as consequências dos deslocamentos que esse rio poderia sofrer, seria preciso admitir a possibilidade de verdadeiras revoluções na geografia política que os acidentes desse tipo poderiam produzir, na Guiana ou em outros lugares, pois temos, em Hoang-Ho, o exemplo de um deslocamento de 900 quilômetros.

Achamos muito engenhosa a opinião consignada na "Exposição Jurídica", mas estamos ao mesmo tempo bem convencidos de que não só o direito internacional, mas ainda o artigo 563 do Código Civil francês protestam contra ela. E para justificar a nossa, bastará fazer duas citações:

> ... Um rio que separa duas jurisdições, [diz Grotius,] não é considerado simplesmente como acúmulo de água, mas como água corrente num determinado leito, e encerrado em tais margens... Se, abandonando seu antigo leito, um rio vier a se lançar em outra parte, não será mais aquele que existia anteriormente,

[281] *Ibidem*, p. 134.

> mas um rio novo, tendo-se exaurido o antigo. E como, se o rio tivesse secado, o meio do leito que ele teria ocupado antes permaneceria o limite da jurisdição, porque é preciso supor que a intenção dos povos tenha sido tomá-lo como marca natural, de tal modo que se ele viesse a cessar de existir cada um conservaria suas possessões, o mesmo se daria no caso de mudança de leito (*tomo III,* § *2, Dig., de aq. Quotid. et oestiva).*[282]

> Mas, [diz por sua vez Vattel,][283] se o rio muda completamente de leito, o limite dos dois Estados não muda: ele permanece no lugar onde estava anteriormente. Os direitos sobre o rio que pertenciam àquele cujo território ele limitasse passam para aquele no território do qual ele cavou um novo leito. Quando, portanto, ao deixar seu leito normal, um rio cria uma nova saída, fazendo irrupção através do território de um dos ribeirinhos, como o Estado invadido não pode ser obrigado a renunciar por esse fato a uma parte do domínio sobre o qual se estende incontestavelmente sua soberania, admite-se nesse caso que o antigo leito continue a servir, como no passado, de limite comum.[284]

A *Memória* da França insistiu muito num erro de impressão que se infiltrou na publicação póstuma da obra de Berredo, lançada em 1749.[285] Esse antigo governador do Maranhão não teria podido escrever que o rio de Vicente Pinzón se encontrava a 1º30' N, pois, na mesma obra, ele coloca o cabo do Norte a 2º40', e diz não apenas que o rio de Vicente Pinzón desemboca 40 léguas *além* daquele cabo, mas que os franceses o chamam de Wiapoco. Não precisamos voltar a essa questão, para a qual bastará nos remetermos aos §§ 2.343 a 2.383 de Joaquim Caetano da Silva. O árbitro terá visto numa nota ao § 2.379, que d'Avezac corrigiu um erro do mesmo tipo na obra de Enciso, e que erros semelhantes se introduziram na última edição das Instruções da Marinha francesa nº

---

[282] Grotius, *Le droit de la guerre et de la paix*, livro II, capítulo III, § XVII, tradução francesa de Pradier-Fodéré.

[283] O *Direito das gentes*, livro I, capítulo XXII, § 270: "Do que acontece quando o rio muda seu curso."

[284] Acrescentemos apenas a opinião de um contemporâneo francês:
"No caso em que um rio crie para si uma nova saída através do território de um dos Estados ribeirinhos, o antigo leito serve, como no passado, de linha de demarcação" (Ed. Engelhardt, *Du régime conventionnel des fleuves internationaux*, Paris, 1879, p. 75).

[285] *Memória* da França, pp. 39, 172 a 174, 336 a 339.

574, na qual, na tabela das posições geográficas (p. 119), o cabo de Orange e a cidade do Pará estão inscritas como situadas a 2º20’45”N e 0º26’54”S, segundo Mouchez, enquanto sua latitude verdadeira, segundo essa autoridade, é de 4º20’45”N para o cabo de Orange, e 1º26’54”S, para a cidade do Pará.

XI

Quanto à "Exposição Histórica", não é necessário deter-nos no exame das concessões francesas de 1602, 1609 e 1610, que ela cita sem apresentar-lhes as peças justificativas; primeiramente porque, se as concessões de que se trata pudessem provar alguma coisa contra os direitos de Portugal, elas provariam ao mesmo tempo em que a França tem direitos sobre o rio da Prata, a ilha de Trinidad, São Domingos, Peru, México e Flórida;[286] e, em seguida, pelo princípio bem verdadeiro, que a *Memória* da França lembra em outro ponto, de que *só se pode dar o que se possui*,[287] e os franceses não possuíam absolutamente nada, nem na Amazônia, nem na Guiana. Digamos apenas que é inexato que Bento Maciel Parente tenha encontrado "franceses estabelecidos ao sul do Amazonas no Campa (Xingu atual)".[288] O Xingu jamais foi designado sob o nome de Campa. Essa denominação nova é apenas o resultado de uma leitura deficiente e de anotações feitas às pressas com base na seguinte passagem de Beauchamp:[289] "Um outro destacamento,

---

[286] *Memória* da França, tomo I, pp. 157 e 158.

[287] *Ibidem*, p. 157.

[288] *Ibidem*, p. 154.

[289] Alphonse de Beauchamp, *Histoire du Brésil*, tomo II, p. 145. "Dos trabalhos de Southey, resultado de longos estudos e meditações assíduas, Alphonse de Beauchamp fez um resumo,

que devia seguir Maciel, chegou de Belém. Retornou-se então à vela, e encontraram-se *nas margens da Curupá aventureiros franceses, ingleses e holandeses* entrincheirados militarmente, tendo como auxiliares um grande número de índios."

A "Exposição Histórica" fez de *Curupá* a palavra *Campa*, enquanto que, segundo os textos de Berredo e de Southey[290] – o último plagiado por Beauchamp –, tratava-se de Mariocai ou Curupá, hoje Gurupá, na margem direita do Amazonas. Nem os dois textos originais, nem o de Beauchamp, dizem que os franceses estavam estabelecidos em Gurupá, como afirma a "Exposição Histórica". Berredo e Southey dizem que Maciel Parente ali encontrou "aventureiros holandeses, ingleses e franceses"; e Beauchamp, apropriando-se do texto do historiador e "poeta laureado" inglês,[291] nada mais fez senão inverter a ordem das nacionalidades, escrevendo: "aventureiros franceses, ingleses e holandeses".

Mariocai, tomado por Bento Maciel Parente em 1623, e denominado em seguida Curupá ou Gurupá, era um forte holandês, do mesmo modo que os dois fortes de Nassau e de Orange, no Xingu.[292] É bem possível que houvesse alguns franceses entre os holandeses que ocupavam essas posições, porque as tropas da Companhia das Índias Ocidentais se compunham de aventureiros de quase todos os países da Europa,[293] mas esses homens combatiam sob as bandeiras da Holanda, e sua presença no território português invadido pela República das Províncias Unidas não é uma prova de ocupação francesa.

As duas passagens extraídas de um documento relativo à expedição

---

ou antes um plágio, que ousou publicar sob seu nome, pagando seu benfeitor com ingratidão e dirigindo-lhe injúrias, que hoje recaem sobre ele mesmo" (visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, p. 1.177).

290 Berredo, *Anais Históricos do Maranhão*, Lisboa, 1749, §§ 503 a 505; Robert Southey, *History of Brazil*, Londres, 1810, capítulo XIII.

291 Lê-se na mesma página de Beauchamp: "... como a guerra era então impiedosa!" Até essa exclamação é tomada pelo plagiário no texto de Southey.

292 Ver as autoridades citadas, pp. 143 e 144 da primeira *Memória* do Brasil. Tomo I.

293 Mesmo os oficiais superiores eram algumas vezes estrangeiros. O coronel Arcizewski, que conquistou em 1636 a vitória de Mata Redonda, perto de Porto Calvo (Alagoas, Brasil), e que se tornou o rival do príncipe Maurício de Nassau, governador do Brasil holandês, era um polonês. O general von Schkoppe, comandante-chefe do exército holandês, do Brasil, derrotado em Guararapes (1648) e forçado a capitular em Recife de Pernambuco (1654), era um alemão.

de de Ferrolle ao Araguari em 1688, transcritas na "Exposição Histórica",[294] combinam perfeitamente com duas outras do *Relatório* oficial desse oficial, examinado pelo visconde de Santarém. Quanto à passagem que foi preferida à do documento conservado nos Arquivos das Colônias, ela está em contradição manifesta com a carta de de Ferrolle ao marquês e à marquesa de Seignelay. Estudamos em outro lugar esses documentos,[295] assim como a parte da "Exposição Histórica" que trata dos fatos que precederam e seguiram a invasão de 1697.[296]

[294] *Memória* da França, tomo I, pp. 163 e 164.

[295] Tomo II, nº 23, pp. 143 a 151.

[296] *Ibidem*, nº 26bis, pp. 175 a 183.

XII

Os numerosos documentos das negociações de Lisboa e de Utrecht (1697-1713) reunidos no tomo II (pp. 175 a 527) nos dispensam de acompanhar minuciosamente a "Exposição Jurídica e Diplomática". Todas essas peças são aí estudadas com cuidado. O árbitro nelas encontrará a refutação das memórias da Corte de Versalhes entregues naquela época ao governo português.

O Tratado Provisório de 4 de março de 1700 foi assinado por Portugal sob a pressão das ameaças de Luís XIV, como reconhece e proclama a *Memória* francesa.[297]

A "Exposição Diplomática" pretende que esse tratado neutralizou apenas uma faixa de terreno compreendida entre os fortes de Araguari e de Macapá: "Torna-se, portanto, de uma evidência flagrante que, para as duas partes, as terras cuja posse permanecia em suspenso eram limitadas ao sul pelo forte de Macapá e pelo grande rio no qual ele estava construído, ao norte pela posição de Araguari e pelo rio no qual ele estava colocado".[298]

E tudo isso para afirmar que a França em Utrecht só renunciou àquela pequena faixa de território e à margem setentrional do Amazonas. Nos dois mapas anexos estão traçados:

---

[297] Tomo I, pp. 17, 18 e 24.

[298] *Memória* da França, tomo I, p. 35.

1º os limites do território neutralizado em 1700, segundo o sentido que a *Memória* francesa dá ao Tratado de 1700;

2º os limites do território neutralizado, segundo a interpretação que o Brasil dá às cláusulas desse mesmo tratado.

O árbitro julgará.

Eis a passagem da primeira *Memória* do Brasil[299] relativa a essa questão:

> Esse tratado, como se acaba de ver, neutralizava provisoriamente uma parte das *terras do cabo do Norte* – isto é, *da Guiana* –, assim delimitada (artigo 1º): a margem esquerda do Amazonas, desde o forte português de Cumaú, ou Macapá, até o cabo do Norte; e, em seguida, '*a costa do Mar*', desde o cabo do Norte até o rio '*d'Ojapoc*' (texto português) *ou* '*d'Oyapoc*' (tradução oficial francesa) '*dito de Vincent Pinson*' (ver o mapa nº 3, no presente volume). O limite interior não era declarado, mas ele devia entender-se como uma linha traçada do forte de Macapá à nascente do Oiapoque e pela cadeia de divisão das águas desde essa nascente até a do Maroni, que formava já a fronteira entre as possessões da França e as da Holanda. A neutralização não se estendia aos territórios da margem setentrional do Amazonas a montante de Macapá, nos quais Portugal possuía um certo número de estabelecimentos. O litígio se encontrava, portanto, circunscrito entre os limites que acabam de ser declarados (ver artigos 1º, 4º, 9º e 10º). O preâmbulo do tratado mostra, aliás, que Luís XIV não levava suas pretensões até o rio Branco, cuja bacia não se encontra 'entre Caiena e o rio das Amazonas'.
>
> Lê-se no artigo 1º: '... Desde os ditos fortes' (de Cumaú, ou Macapá, e do Araguari) 'até o rio das Amazonas em direção ao cabo do Norte, e ao longo da costa do mar até o rio de Oiapoque chamado de Vicente Pinzón'.
>
> O Oiapoque, Ojapoc ou Vicente Pinzón do Tratado de 1700 se encontrava pois *ao norte do cabo do Norte*, e separado desse cabo por uma certa '*extensão de costa marítima*', exatamente como o Vicente Pinzón das cartas patentes de 14 de junho de 1637 (Documento nº 3 no tomo II, *Documentos*), que estava separado dele cerca de 40 léguas portuguesas, 17º30', ou 45,7 léguas marinhas. O embaixador Rouillé certamente tomou conhecimento desse documento, citado na primeira *Memória* portuguesa, e no qual se fala várias vezes de *praia do mar*, e 40 léguas, entre o Vicente Pinzón e o cabo do Norte.

[299] Tomo I, pp. 191 e 192.

> O Oiapoque, Ojapoc ou Vicente Pinzón do Tratado de 1700 não era portanto o Araguari, que se encontra ao *sul do cabo do Norte*, como declara o compromisso, e que, sendo um afluente do Amazonas, não é separado desse cabo por nenhuma extensão de 'orla do mar'. Convém ainda observar que nesse tratado o nome *Araguari* se encontra escrito *quatro vezes* a propósito do forte português construído em 1687 *na margem esquerda ou setentrional* daquele rio e que, se o Vicente Pinzón fosse o Araguari ou outro rio qualquer ao sul do cabo de Orange, não o teriam chamado de Oiapoque ou Ojapoc, denominação que, segundo o próprio marquês de Ferrolle, só se aplicava ao rio vizinho de Caiena.[300]

Estudando as *Memórias* apresentadas pelas duas partes, o árbitro verá que os nomes Oiapoque ou Yapoco figuram a todo momento nessas peças, bem como no próprio tratado, e que o Araguari ali é citado algumas vezes, mas sempre como sendo um rio diferente do único Oiapoque ou Yapoco conhecido.

Durante as negociações de Utrecht, os próprios nomes de Oiapoque e Yapoco ressurgem várias vezes como sinônimos de Vicente Pinzón. O próprio Luís XIV escreveu: Oyapoc.

A "Exposição Diplomática" baseia-se num despacho de Brochado, ministro de Portugal em Londres, para pretender que o território contestado, deixado a Portugal pelo Tratado de Utrecht, estendia-se apenas do cabo do Norte. Brochado teria escrito: "terras situadas entre o rio Japozo e o cabo do Norte, até o rio das Amazonas, inclusive."[301]

No tomo II (nº 57, pp. 425 a 430), mostrou-se que toda a argumentação baseada nesse documento desaparece, pois na cópia entregue ao governo francês o copista se enganou e modificou essa passagem. Eis o que Brochado escrevia nessa carta, do mesmo modo que nas *Memórias* entregues em 19 e 23 de janeiro de 1713 a lorde Dartmouth e ao secretário de Estado lorde Bolingbroke, *Memórias* comunicadas a Luís XIV e aos plenipotenciários ingleses em Utrecht:

> ... terras situadas entre o rio Yapoco e o cabo do Norte do rio das Amazonas, inclusive.[302]

---

[300] *Memória* da França, tomo I, pp. 62 e segs.

[301] *Memória* da França, tomo II, p. 63, documento XIII.

[302] Tomo II, nº 57, pp. 427 e 429

Eis o que ele escreveu na *Memória* entregue a lorde Dartmouth, e enviada no dia 19 de janeiro, pelo secretário de Estado, ao duque de Shrewsbury, embaixador da Inglaterra na França, para ser comunicada a Luís XIV:

> ... essa parte da região, nas costas do Brasil, situada entre o rio Yapoco e o cabo do Norte do rio das Amazonas, inclusive.[303]

E eis enfim o que ele escrevia a 23 de janeiro, na Memória entregue ao secretário de Estado e enviado por este aos plenipotenciários ingleses em Utrecht:

> ... o gozo das terras que ele (o rei de Portugal) possuía, situadas desde o rio chamado Yapoco até o cabo do Norte do rio das Amazonas inclusive.[304]

Vê-se, portanto, por esses três documentos, que o que Portugal, apoiado pela Inglaterra, pedia era que Luís XIV renunciasse a suas pretensões às terras situadas entre o rio Oiapoque e o cabo do Norte. O ponto de partida era o Oiapoque, o ponto terminal, o cabo do Norte; portanto, o Yapoco ou Oiapoque era separado do cabo do Norte por toda a extensão das terras em litígio.

Citando uma simples passagem de um despacho do duque de Aumont, embaixador da França em Londres – despacho cujo texto integral não se encontra entre as peças justificativas –, a "Exposição Diplomática" se regozija por ver que a Inglaterra respeitava a integridade territorial da colônia francesa. "Não se tira nada da França", dizia o duque de Aumont, "quer-se somente uma maior precaução para a segurança do Brasil."[305]

Isso é verdade. O governo inglês não queria tirar nada da França, porque sabia que ela não possuía nada do que Portugal reclamava, e que a colônia de Caiena não compreendia senão a ilha com esse nome e o litoral entre o Maroni e o Oiapoque.

A prova se encontrará na passagem seguinte do despacho de 17 de fevereiro de 1713, de lorde Bolingbroke ao embaixador da Inglaterra na França:[306]

---

[303] *Ibidem*, nº 55, pp. 417 a 421

[304] *Ibidem*, nº 56, pp. 423 e 424.

[305] *Memória* da França, tomo I, p. 78.

[306] Tomo II, nº 62, pp. 457 e seg.

Tenho razão para crer, segundo os relatos que chegaram a mim sobre o que se passou em Utrecht, que o pedido feito em favor de Portugal será muito pouco apreciado na corte da França, e, entretanto, não há nada mais razoável para a França do que consentir no que a rainha propõe.

Portugal tinha o direito de pedir uma barreira considerável, e, seja qual for o desdém com que aprouve aos ministros franceses tratar os portugueses, eles devem entretanto respeitar essa pretensão, pois ela se tornou a pretensão da rainha pelos compromissos que sua majestade assumiu, quando concluiu o Tratado de 1703. Portugal renuncia imediatamente a essa barreira, e não se pede em troca à França e à Espanha senão uma segurança por promessa. Ora, já que, de fato, os portugueses consentem em aceitar essa segurança, em vez do que eles tinham estipulado, e já que a palavra da rainha está empenhada em não obrigá-los a renunciar a uma sem que a outra se torne efetiva, deve-se considerar que na Europa nenhum ataque pode ser feito contra essa nação, sem que a coroa da Grã-Bretanha esteja quase tão pronta a se opor a isso como a França e a Espanha o estariam para executá-lo; *mas no Brasil o caso não é o mesmo. Os franceses aí se infiltraram na vizinhança dos portugueses, eles apresentam todos os dias novas pretensões e ali fazem novos avanços*; a rainha está longe, e essas colônias, fracas e mal governadas, podem ser invadidas antes que a notícia chegue a Londres. Nada pode, portanto, parecer mais justo à rainha do que, tendo em conta o que ela cede (expressão que é aqui bem empregada) na Europa, a França ceder alguma coisa na América. Além disso, a navegação do rio das Amazonas não poderia mesmo deixar de preocupar até aos espanhóis. Quem quer que esteja informado das últimas notícias recebidas dessas regiões e das mais recentes descobertas que ali foram feitas compreenderá facilmente as razões nas quais os espanhóis devem fundar suas apreensões. Enfim, meu Senhor, é preciso que a nascente do rio pertença aos espanhóis e sua foz aos portugueses; e nem os franceses, nem os ingleses, nem nenhuma outra nação devem ter uma avenida aberta nessa região.

Estou quase envergonhado de ter insistido tão longamente nesse assunto, quando considero que discuto uma vantagem puramente imaginária, quando não tenho que provar que os franceses devem renunciar a uma coisa da qual tenham tido a posse efetiva, mas simplesmente àquilo de que nunca tiveram gozo a não ser em pensamento.

O árbitro verá nessa última passagem o alcance e o verdadeiro

significado das palavras do duque de Aumont. Os franceses nunca tiveram a posse efetiva dos territórios que pretendiam obter na Guiana portuguesa, cujo gozo jamais tiveram a não ser em sua imaginação: "Não estou provando que os franceses devem renunciar ao que detêm a posse real, mas estou simplesmente desejando que renunciem ao que nunca possuíram, a não ser em ideia."

As expressões *foz* e *nascente* são empregadas por lorde Bolingbroke para designar o *curso inferior* do rio Amazonas, que devia permanecer sendo dos portugueses, e o *curso superior*, que devia permanecer dos espanhóis, como demonstra com bastante clareza a seguinte passagem: "E nem os franceses, nem os ingleses, nem nenhuma outra nação, *devem ter uma avenida aberta nessa região*."

Aceitando, em 7 de março de 1713, todas as demandas da rainha da Inglaterra em favor de Portugal, Luís XIV, e portanto a França, se comprometeu, a 11 de abril, em Utrecht, não só a renunciar a suas pretensões sobre as terras do cabo do Norte situadas entre o rio Oiapoque, dito de Vicente Pinzón, a costa marítima e a margem esquerda do Amazonas, desde o cabo do Norte até o forte de Macapá, mas também sobre a parte setentrional da bacia do Amazonas. A França não devia ter "nenhuma avenida" em direção ao Amazonas. Ela não podia, portanto, obter, pelo Tratado de Utrecht, nenhum território banhado por rios que conduziam ao Amazonas. A linha de divisão das águas e o Oiapoque ou Japoc, denominado também Vicente Pinzón, tornavam-se doravante as fronteiras entre o Brasil e a Guiana Francesa. A linha do divisor de águas, formando o limite setentrional da bacia do Amazonas, entre a nascente do Oiapoque e a fronteira holandesa, foi consagrada implicitamente no Tratado; a linha do Oiapoque o foi expressamente.

O Tratado de Utrecht, como o reconheceu o plenipotenciário francês em 1855, foi "uma volta ao Tratado Provisório de 1700, volta totalmente em proveito de Portugal"; o território contestado em 1700 foi "abandonado pela França"; e a fronteira do Oiapoque "recusada por ela, em 1700", foi "por ela, em 1713, formalmente aceita".

A "Exposição Jurídica e Diplomática" prende-se aos termos do artigo 10º para tentar provar que somente as duas margens do Amazonas foram "dadas" aos portugueses.[307] O árbitro apreciará se essa expressão é bem aplicada, ao

[307] *Memória* da França, I, p. 87.

falar de um povo que há quase um século era senhor das duas margens desse rio e que ocupava efetivamente o curso inferior de seus afluentes.

O artigo 10º trata apenas da navegação do Amazonas, da qual Luís XIV, sem ter nenhum direito a isso, queria desfrutar em comum com Portugal. A "Exposição Diplomática" parte destas falsas premissas, que a França, antes do Tratado de Utrecht, estava de posse da parte setentrional da bacia do Amazonas, e que essa bacia era uma simples dependência da ilha de Caiena.[308] E conclui que a França *cedeu* a Portugal apenas a margem setentrional do Amazonas: *a margem* propriamente dita, "uma faixa estreita de território" ao longo do rio.[309] Mas o árbitro, pela simples leitura do tratado, e pelo exame das primeiras *Memórias*, assim como das peças anexadas, já terá visto que a França não pôde *conservar* na parte norte da bacia do Amazonas o que não lhe pertencia, o que não possuía ali no momento da assinatura do tratado, e nunca tinha possuído anteriormente. Ela renunciou em 1713 a todas as suas pretensões sobre os domínios do rei de Portugal, e o compromisso assumido de não pretender nenhuma "avenida" sobre o Amazonas torna inadmissível a doutrina da "faixa estreita", como torna inaceitáveis suas pretensões ao limite do Araguari e ao curso superior dos outros afluentes do Amazonas, que nem a Holanda, nem a Inglaterra, possuindo no litoral norte colônias mais importantes do que a Guiana Francesa, jamais sonharam em disputar com o Brasil. Essas duas potências tinham contudo ocupado efetivamente as margens do Amazonas no começo do século XVI, o que não é o caso da França, e também tinham outorgado cartas a companhias ou a particulares, estabelecendo como limites dessas concessões o Amazonas e o Orenoco.

É entretanto em nome de concessões no papel apenas, feitas há dois séculos pelos reis da França, e pelos assim chamados atos de ocupação naquela época, que nossos contraditores pretendem estabelecer seus antigos direitos sobre o território ao sul das serras de Tumucumaque e de Acaraí.

Os estabelecimentos franceses no litoral da Guiana, *sempre a oeste do Oiapoque*, nunca se estenderam para o sul, além de uma estreita zona ao longo da orla do mar. Há vários juristas para os quais a ocupação de

---

[308] *Memória* da França, pp. 140 a 146.

[309] *Memória* da França, p. 87.

um litoral e do curso inferior dos rios que ele compreende dá ao Estado ocupante um título sobre todas as terras das bacias costeiras; não há um só deles que admita que a ocupação de um litoral possa dar um título que ultrapasse a linha de divisão das águas onde esses rios têm suas nascentes. Nunca se levou tão longe o "direito de contiguidade", "the right of contiguity" dos juristas ingleses.

Os documentos cartográficos franceses que o Brasil submete agora ao árbitro (tomo VI), assim como várias outras peças justificativas (tomo III), estabelecerão que jamais, antes de 1797, o governo francês declarou a Portugal, nem expressou de forma alguma, o intento de avançar as fronteiras da colônia de Caiena até a margem esquerda do rio Branco. Eles provam ainda que, mesmo após os Tratados de Badajoz (1801) e de Amiens (1802) – tratados expressamente anulados em 1814 e 1815, e pelos quais se havia rasgado o de Utrecht, impondo a um Portugal vencido a fronteira do Araguari –, a França não havia pensado em circunstância alguma em estender suas possessões para o oeste, a não ser em detrimento das colônias holandesas e inglesas, *e sempre ao norte das serras de Tumucumaque e de Acaraí*, que formam o limite setentrional da bacia do Amazonas. Toda a região que se encontra ao sul dessa linha do divisor de águas foi, desde o Tratado de 1713, constantemente reconhecida pela França como fazendo incontestavelmente parte do Brasil. Foi apenas em 1855 e 1856, por ocasião das conferências de Paris, que se levantou a pretensão de penetrar na bacia do Amazonas, embora essa pretensão parecesse abandonada, pois os próprios mapas oficiais franceses não assinalavam como estando em litígio senão o território compreendido entre o Oiapoque, ou Vicente Pinzón, e o Araguari. Entre esses mapas oficiais, pode-se citar o que está anexado ao presente volume, e que tem como autor o geógrafo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Francesa. Ele está anexado, aliás, ao "Anuário Diplomático e Consular" francês, publicado no decorrer de 1896, no exato momento em que se iniciavam as negociações para o Tratado de Arbitragem.

Salvo alguns dos mais ardentes partidários da política de expansão colonial a qualquer preço, ninguém, na França, já o dissemos, considera como tendo algum fundamento a linha interior pela qual os colonos de Caiena pretendem adquirir as terras brasileiras da bacia do Amazonas e ao mesmo tempo rodear pelo sul as possessões da Holanda e da Inglaterra.

A primeira *Memória* do Brasil[310] citou Elisée Reclus, que reconhece que a região que se queria atingir pela linha interior proposta é "incontestavelmente brasileira pela língua, pelos costumes, pelas relações políticas e comerciais". "O debate", diz ele, "só tem importância real para o contestado da costa, entre o Oiapoque e o Araguari."

Numa obra de Émile Levasseur,[311] lê-se a passagem seguinte, na qual o autor explicita claramente sua opinião pessoal:

> *Publicistas pensam* que a França está autorizada a reivindicar não apenas o território compreendido entre o Araguari e o Oiapoque, mas também em profundidade todo aquele que se estende do Araguari ao rio Branco paralelamente ao Amazonas e a 200 quilômetros ao norte do rio; eles avaliam a superfície desse território, *contestável segundo eles*, em 200.000 km², 60 mil dos quais *na parte realmente contestada* entre o Araguari e o Oiapoque.

Segundo o espírito, se não segundo o texto, do Tratado de Utrecht, a linha interior das fronteiras era a da serra de Tumucumaque, desde a nascente do Oiapoque ou Japoc até o ponto de encontro da fronteira holandesa. Mas a Ata final de Viena só recolocou em vigor o artigo 8º do Tratado de Utrecht, e esse artigo só faz menção ao rio de Japoc ou Vicente Pinzón. Não se encontra, portanto, nesse texto nenhuma base para a determinação do limite interior e, segundo a Ata de Viena e a Convenção de 28 de agosto de 1817, a delimitação entre as duas Guianas francesa e portuguesa, hoje brasileira, deve ser feita "conforme o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht". A linha interior que fora estabelecida pelos Tratados de Badajoz (1801) e de Amiens (1802) era menos favorável à França do que a do paralelo de 2º24' estipulada na Convenção de 1817 (ver o *mapa da região guianense*, no tomo I da primeira *Memória* do Brasil). Ademais, os tratados impostos a Portugal de 1801 a 1802 estão, há muito tempo, anulados. A única convenção em vigor onde se encontra uma base para a determinação da linha interna é a de 1817. O Brasil acreditou, portanto, dever propor ao árbitro essa linha do paralelo de 2º24' N; ela resulta de um texto obrigatório para as

---

310 Tomo I, pp. 128 e 129

311 *La France et sus colonies*, de Émile Levasseur, membro do Instituto, *professor no Collège de France e no Conservatoire des Arts et Métiers*, Paris, 1893, tomo III, p. 333.

partes e que, por si só, condena a pretensão francesa, inventada na época do segundo Império, caída no esquecimento, abandonada em 1896, como o mostra um mapa oficial, oriundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Francesa, mas retomada em 1897.

XIII

A *Memória* da França trata extensamente dos acontecimentos posteriores ao Tratado de Utrecht. Acreditamos que o estudo dos fatos e dos documentos anteriores a 1713 basta para nos fazer conhecer a intenção dos negociadores desse instrumento e dos três governos interessados: os de Portugal, da França e da Inglaterra. No tomo III, contudo, apresentamos uma série de documentos, acompanhados de notas. Várias dessas peças corrigem as inexatidões e as traduções errôneas de certos documentos enviados de Caiena. Elas servem também para refutar várias apreciações da *Memória* francesa e para restabelecer a verdade sobre informações que não foram hauridas nas melhores nascentes.

Nesse volume, o árbitro poderá acompanhar os esforços dos governadores de Caiena, a partir de 1723, para deslocar em direção ao cabo do Norte a fronteira do Oiapoque ou Vicente Pinzón, estabelecida pelo Tratado de Utrecht, e para convencer o governo francês a sustentar suas pretensões, o que não impediu um dos ministros dos Negócios Estrangeiros da França de escrever, a 7 de novembro de 1772, o que se segue:

> Parece-me que não temos nenhum fundamento para propor a Portugal dar aos limites de suas possessões uma restrição que não se encontra absolutamente nos termos do tratado.

No mesmo volume, pode-se ver qual era, nessa questão de limites, a opinião dos espanhóis e dos ingleses, que a *Memória* francesa representou como nos sendo contrária: a opinião do governo inglês, em 1838 e 1839, e a do embaixador da Espanha em Paris, em 1777, ao qual o geógrafo Nicolas Buache respondeu que, para fazer um mapa da Guiana Francesa com os limites desejados, "era preciso que ele se agarrasse à menor coisa".

Assinalaremos, entre esses documentos, o nº 117, que dá a tradução exata de dois artigos dos Tratados de 1750 e 1778, mal-interpretados na *Memória* da França,[312] assim como uma explicação do texto, explicação que um mapa anexado ao presente volume tornará mais compreensível; e o nº 126, relativo ao mapa "Borrador topográfico" (nº 28 no atlas francês), de que a *Memória* tirou partido.[313]

O mapa português de 1749, depositado nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros em Paris (nº 26 do atlas francês), é certamente um mapa oficial. É mesmo um dos dois originais que serviram aos plenipotenciários de Portugal e da Espanha, em Madri, durante as negociações do Tratado de Limites de 1750. O outro mapa (nº 27, do atlas citado) é o fac-símile de uma das seis cópias executadas em 1751 e legalizadas pelos plenipotenciários, para serem entregues aos comissários encarregados da demarcação. Sobre o fac-símile do segundo desses mapas, anexado à *Memória* do Brasil na Arbitragem de sua questão de limites com a República Argentina, um erro escapou ao gravador.[314] Lê-se, um pouco ao norte da ilha de Maracá: *R. de Vic^te Pincon*. A atenção dos membros da Missão Especial do Brasil em Washington estava concentrada na fronteira sudoeste, que se tratava então de defender, e o engano do gravador pôde passar despercebido. No original dessa cópia, conservada em Madri, como no exemplar do mapa de 1749, lê-se *B^a* (baía) e não *R*. Um fac-símile mais fiel da cópia legalizada de 1751 faz parte do atlas anexado à presente *Memória*.

O desenhista do mapa de 1749 copiou, para a região do Amazonas e da Guiana, o mapa de La Condamine, como disse o ministro dos Negócios

---

312 Tomo I, pp. 93 e 96; tomo II, pp. 89 a 90.

313 Tomo I, pp. 353 e 354.

314 *Statement submitted by the United States of Brazil to the President of the United States of America as Arbitrator...* 1894.

Estrangeiros de Portugal, num despacho de 8 de fevereiro de 1749, ao negociador português em Madri.[315] Não é, portanto, de surpreender que a falsa baía de Vicente Pinzón, vulgarizada por La Condamine, se encontrasse nesse documento. Era um mapa traçado com vistas a uma negociação com a Espanha, e não se atribuiu nenhuma importância a esse deslocamento de nome, tanto mais que a cor amarela, indicativa das possessões de Portugal, ia até o Oiapoque, o limite de Utrecht.

A primeira *Memória* do Brasil (tomo I, pp. 194 a 195) já tratara desse mapa.

Um governador do Pará, em 1733, foi, pelo que sabemos, o primeiro português que admitiu ao norte do cabo do Norte a falsa baía de Vicente Pinzón de Dudley e Guillaume de l'Isle, continuando porém a manter que o limite de Utrecht era no rio Oiapoque. Todas as peças que nos foi possível encontrar da correspondência trocada pelos governadores do Pará e de Caiena figuram nos tomos II e III.

A primeira *Memória* do Brasil disse:

> A autoridade de La Condamine e a influência das leituras francesas em Portugal como no Brasil fizeram adotar por alguns portugueses e brasileiros a distinção criada por Dudley e divulgada pelo cientista francês. Todos eles continuaram, entretanto, a sustentar que o limite de Utrecht era o rio do cabo Orange. O estudioso naturalista português Alexandre Rodrigues Ferreira, que admitia um Vicente Pinzón ao sul do Oiapoque, escreveu, em 1792, uma memória para provar que o limite de Utrecht era no Oiapoque.

Há mapas manuscritos portugueses, do fim do século passado e do começo do nosso, que dão ao Calçoene o nome de Vicente Pinzón como no Tratado de 1797. Um mapa português dessa época induziu Humboldt ao erro, fazendo-o acreditar que os portugueses sempre tinham aplicado esse nome ao Calçoene. Os plenipotenciários de Portugal no Congresso de Viena chegaram a entregar ao príncipe de Talleyrand duas memórias nas quais admitiam que o Vicente Pinzón era um rio diferente do Oiapoque, e atribuíam ao padre Fritz a confusão dos dois nomes, continuando contudo a reclamar a fronteira do Oiapoque

[315] *Statement precitado*, tomo I, p. 180. Exemplares dessa *Memória* se encontram no departamento Político em Berna e na biblioteca do Quai d'Orsay.

como sendo a do Tratado de Utrecht. O que isso prova? Simplesmente que esses diplomatas, mal-informados sobre os antecedentes da questão de que tinham sido chamados a tratar, não conheciam, nem em geral, os mapas dos séculos XVI e XVII, nem, em particular, o do padre Fritz, um dos melhores documentos nos quais Portugal podia apoiar-se. Eles acreditavam que o Vicente Pinzón conhecido na época do Tratado de Utrecht era o falso Vicente Pinzón-Calçoene criado em 1797, enquanto que o nome Oiapoque prevalecera há muito tempo. O erro dos dois documentos diplomáticos citados não comprometia Portugal nem o Brasil. A memória submetida pela França ao árbitro está, num grande número de pontos, em contradição com opiniões manifestadas e declarações feitas, em 1855 e 1856, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, num memorando, e pelo plenipotenciário francês durante a discussão. Do mesmo modo que o governo francês podia dizer em 1797 que, para ele, o Vicente Pinzón de Utrecht era o Calçoene, em 1855 e 1856, que o Vicente Pinzón era incontestavelmente o Carapapóris, e do mesmo modo que ele pode dizer hoje que o Oiapoque ou Vicente Pinzón de Utrecht é incontestavelmente o Araguari, Portugal teria podido, em 1815, admitir a distinção entre os nomes Oiapoque e Vicente Pinzón, e, mais bem informado, voltar à identificação dos dois nomes.

O nome Oiapoque ou Japoc, conhecido geralmente desde o começo do século XVII, é aquele que ocupa o primeiro lugar nos dois Tratados de 1700 e 1713; o nome Vicente Pinzón é, nesses dois instrumentos, o nome histórico e acessório. Os portugueses podiam, portanto, admitindo ao mesmo tempo a distinção entre os dois nomes, continuar a sustentar que o limite de Utrecht era o Oiapoque. O próprio La Condamine pensava assim.[316]

Não acreditamos que seja necessário acompanhar a *Memória* da França na discussão dos Tratados de 1801 e 1802. São tratados nulos. Entretanto, como a *Memória* francesa baseou também nesses documentos a pretensão à linha do Araguari, e dá a entender que Portugal e França entraram então em acordo sobre a interpretação do Tratado de Utrecht,[317] assinalaremos especialmente os artigos secretos

[316] Tomo II, nº 118, p. 229. Ver também Joaquim Caetano da Silva, §§ 2.274 a 2.301.

[317] *Memória* da França, tomo I, 136... "convencionou-se de mútuo acordo interpretar as estipulações de Utrecht."

desses tratados,[318] para que se possa ver se é possível dizer do vencido, ao qual se arrancam territórios e contribuições de guerra, que ele se pôs livremente de acordo sobre tudo isso com o vencedor.

No que se refere à interpretação do Tratado de Utrecht nessa época, nos limitaremos a transcrever a passagem seguinte da ata da Conferência de 22 de janeiro de 1856, em Paris:[319]

> O plenipotenciário francês não hesita em repetir: em 1797, em Paris, em 1801, em Badajoz ou em Madri, e enfim, em Amiens, em 1802, a França não pensava no legado do *Antigo Regime*, e não celebrava acordo com Portugal em virtude de Utrecht.

[318] Primeira *Memória* do Brasil, tomo II, nºs 13, 14 e 15.

[319] Primeira *Memória* do Brasil, tomo III, p. 225.

XIV

Terminamos aqui nosso rápido exame da Memória Francesa, exame que é ao mesmo tempo uma introdução aos importantes documentos que o Brasil submete ao árbitro.

Esses documentos, assim como os que acompanham nossa primeira Memória, falam por si mesmos e justificam plenamente as demandas do Brasil:

1º como "fronteira marítima", o rio Japoc ou Vicente Pinzón, designado no artigo 8º do Tratado de Utrecht, o qual é incontestavelmente o Oiapoque, o único rio que foi conhecido até aqui pelo nome de Oiapoque;

2º como "fronteira interior", a linha do paralelo de 2º24', desde o Oiapoque até a fronteira holandesa, limite aceito pelo governo francês em 1817 e que deve ser mantido.

Berna, 5 de dezembro de 1899.



APÊNDICE

Tomo I
RELAÇÃO DOS MAPAS REUNIDOS NESTE VOLUME

1. Fac-simile de uma parte do "Mapa Geral do Reino da França", por Nicolas Sanson, e superposição, em vermelho, do traçado das costas, de acordo com as cartas marítimas de fins do século XIX.
2. 2º Parte do mapa-mundi de Gerard Mercator (1569).
3. Parte do mapa "O Novo Mundo", de André Thevet (1575).
4. Parte do Globo de Zurich.
5. Parte do mapa "Corographia Nobilis e Opulenta Peruanae Provinciae atque Brasiliae", de Théodore De Bry (1592).
6. Parte do mapa da América do Sul, de Diogo Homem (1568).
7. Parte de uma folha do atlas de Vaz Dourado (1571) .
8. Quadro nº 1 – Mapas do tipo sevilhano, mostrando o Vicente Pinzón primitivo, ou Maroni, a oeste das montanhas de Prata, e o rio Fresco, primitivo, entre o Amazonas e a baía do Maranhão; e Mapas portugueses, mostrando o Vicente Pinzón do Padrão Real

de 1536, a leste e junto às montanhas de Prata.

9. Mapa de Ottomano Freducci, de 1514 ou 1515, segundo E. Casanova, com o Vicente Pinzón primitivo, ou Maroni.
10. Quadro nº 2 – Estudo comparativo da nomenclatura geográfica na Guiana sobre diversos mapas da Escola de Sevilha, ou inspirados por ela, entre os quais o "Padrão Real" de Carlos Quinto (1536), e o mapa marítimo de 1655, corrigida e aprovada pelo Presidente e pelos Juízes da "Casa de Contratação" de Sevilha, bem como pelo Conselho das Índias, em nome de Felipe IV.
11. Fac-simile de parte das notas do p. Pfeil, na qual diz, em 1682, que o rio de Vicente Pinzón desemboca numa baía com largura de quatro léguas (cerca de 26,4 km), entre os promontórios da Montanha de Prata e do cabo Orange.
12. Território contestado e neutralizado em 1700, segundo a 1ª Memória da França.
13. Território contestado e neutralizado, segundo o texto do Tratado de 1700, de acordo com plenipotenciários franceses em Utrecht e a 1ª Memória do Brasil.
14. Extrato do Anuário Diplomático e Consular para 1896 - Mapa da América do Sul, por E. Desbuissons, 1º Geógrafo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França e conservador do Depósito geográfico que faz parte da Direção dos Arquivos.
15. Mapa explicativo da garantia recíproca estipulada nos Tratados de 13 de janeiro de 750 (art. 25) e de 11 de março de 1778 (art. 3º) entre Portugal e a Espanha.
16. Mapa geral da Guiana representando as pretensões das duas partes e desenhado principalmente segundo os mapas anexos aos documentos franceses e brasileiros.

Tomo II

DOCUMENTOS ACOMPANHADOS DE NOTAS EXPLICATIVAS OU RETIFICATIVAS, DE 1536 A 1713, ATÉ A CONCLUSÃO DO TRATADO DE UTRECHT

1. Descrição das costas da América do Sul desde o cabo de Santo Agostinho (Brasil) até o Orenoco, por Fernández de Oviedo, segundo o mapa de Alonzo de Chaves, traçado em 1536 por ordem do imperador Carlos V .
2. Costa dos aruaques, ou da Guiana, 1571 a 1574, segundo J. López de Velasco.
3. Extrato da *Cosmografia* de André Thevet, 1575.
4. Os rios da Guiana Oriental segundo Laurence Keymis, 1596 .
5. Os rios da Guiana segundo Robert Harcourt, 1613.
6. Informação de Daniel de la Touche, senhor La Ravardière, declarando que não havia estabelecimento francês no Amazonas,

8 de dezembro de 1615.

7. Descrição da margem setentrional do Amazonas até o Cajari (Okiari), costas da Guiana e do Oiapoque pelo holandês Jesse des Forest, 1625.
8. Criação da capitania do cabo do Norte e sua anexação ao Brasil, 14 de junho de 1637.
9. O rio Yapoco ou Wiapoco, segundo Pierre d'Avity, 1637 e 1643.
10. As costas da Guiana segundo Linschotten, 1638.
11. Afluentes da margem esquerda ou guianense do Amazonas, desde o cabo do Norte até o Cajari, e rios que desembocam na costa da Guiana, desde o cabo do Norte até o Apruague. Extratos de J. de Laet, 1633 e 1640.
12. Testemunho do padre Christoval de Acuña sobre a ocupação da margem guianense do Amazonas pelos portugueses, bem antes do primeiro estabelecimento dos franceses em Caiena, 1639.
13. Cartas do comandante do Pará, Sebastião de Lucena de Azevedo, ao rei de Portugal, sobre a tomada e a destruição de um estabelecimento holandês perto do Cassiporé, ou no Cassiporé, em 1646, 1º de janeiro e 20 de agosto de 1647.

    A. Carta de 1º de janeiro de 1647.

    B. Carta de 20 de agosto de 1647.

14. Cartas patentes de Luís XIV, setembro de 1651.
15. O conde de Pagan e o rio das Amazonas, 1655 e 1656.
16. Extratos da *Descrição da Guiana* por Lefebvre de la Barre, 1666.
17. Viagem dos padres Grillet e Bechamel ao oeste do Oiapoque, 1674.
18. Senhor de Gomberville e o rio das Amazonas, 1682.
19. O rio de Vicente Pinzón ou Oiapoque, segundo a "Annotaçam", manuscrito do padre Pfeil, da Companhia de Jesus, missionário no Araguari, por volta de 1682. Embocadura do Vicente Pinzón, ou Oiapoque, ou Yapoco, entre o morro de Prata e o cabo de Orange.

19bis. Trecho do "Marañón" do padre Manoel Rodríguez, 1684.

20. Trecho de um manuscrito do padre J. de Sousa Ferreira, 1685.

21. Carta do governador-geral do Maranhão, Gomes Freire de Andrada, ao rei de Portugal, 15 de outubro de 1685 .

22. Ordenações do rei de Portugal. Construção de vários fortes, entre os quais o de Santo Antônio, na margem setentrional do Araguari. Ordem para a construção de outros fortes entre o Araguari e o Oiapoque, 1686 a 1688 .

    A. Ordenação de 24 de fevereiro de 1686.

    B. Ordenação de 21 de dezembro de 1686.

    C. Construção do forte de Santo Antônio, na margem esquerda do Araguari.

    D. Ordem do rei de Portugal para a construção de postos fortificados entre o Araguari e o Oiapoque ou Vicente Pinzón.

23. Resposta do comandante do forte português do Araguari, em 1688. O *Relatório oficial* de de Ferrolle (*Arquivos do Ministério das Colônias*) e sua carta particular de 22 de setembro de 1688 ao marquês e à marquesa de Seignelay (*Arquivos Nacionais*). Exame desses dois documentos, 1688.

23bis. Primeiras representações da França em Lisboa, 1688.

24. A costa setentrional do Brasil, conforme um segundo manuscrito do padre João de Sousa Ferreira, 1693.

25. Rios entre o Aproague e o Pará, segundo um manuscrito português, antes de 1695.

26. Assassinato pelos índios do rio Cajari de quatro franceses traficantes de escravos (1695). Inquéritos feitos por ordem do governador-geral do Estado do Maranhão e do Pará, 1696 e 1697.

    A. Inquérito feito na aldeia de Jari.

    B. Depoimento dado pelo comandante do forte de Gurupá.

26bis. Documentos e notas sobre a invasão francesa de 1697. Tomada

dos fortes de Cumaú (Macapá) e de Paru pelos franceses. Retoma-da pelos portugueses .

26ter. Instruções de Luís XIV ao presidente Rouillé, embaixador da França em Lisboa, 11 de dezembro de 1697.

27. A costa setentrional do Brasil, segundo o padre Bettendorff, da Companhia de Jesus, 1698.

27bis. Extratos da viagem de Froger, 1698.

28. Memória na qual o marquês de Ferrolle reconhece que há apenas um rio na Guiana designado pelo nome de Oiapoque, e que era a esse que os portugueses aplicavam o nome de Vicente Pinzón, 20 de junho de 1698 .

29. Primeira Memória entregue ao governo português pelo presidente Rouillé, embaixador da França em Lisboa, janeiro de 1698. Refutação desse documento.

30. Resposta do governo português à primeira *Memória* do presidente Rouillé, embaixador da França em Lisboa, maio de 1698. Tradução exata desse documento e comentários.

31. Passagem de uma carta do embaixador Rouillé, com data de 2 de setembro de 1698, dirigida ao senhor de la Combe.

32. Réplica do governo francês à resposta do governo português, fevereiro de 1699. Refutação desse documento.

33. Resposta do governo português à réplica do embaixador da França, 1699

34. Instruções do governo francês ao governo de Caiena, 2 de setembro de 1699.

35. Extrato de uma memória do conde de Ericeira, 28 de setembro de 1699.

36. O conde de Pontchartrain, ministro da Marinha da França, ao embaixador Rouillé, em Lisboa, 6 e 20 de janeiro de 1700.

37. Tratado Provisório concluído em Lisboa a 4 de março de 1700, entre dom Pedro II, rei de Portugal e dos Algarves, e Luís XIV, rei da França e de Navarra. Tradução exata e comentários.

38. Instruções enviadas pelo governo português ao governador-geral do Estado do Maranhão após a conclusão do Tratado Provisório de 4 de março de 1700.

39. O conde de Pontchartrain ao embaixador da França em Lisboa, a 1º de abril de 1700.

40. Carta de Antônio de Albuquerque datada de 12 de fevereiro de 1700; informação e parecer do conselheiro de Ultramar, com data de 8 de outubro e 12 de novembro de 1700.

    A. Carta de Antônio de Albuquerque, governador-geral do Maranhão, 12 de fevereiro de 1700 .

    B. Extrato do relatório do general Gomes Freire de Andrada, 8 de outubro de 1700 .

    C. Parecer do Conselho de Ultramar, 12 de novembro de 1700.

41. Segundo manuscrito do padre Pfeil, da Companhia de Jesus.

42. A rainha da Grã-Bretanha ao rei de Portugal, 20 de novembro de 1711.

43. Carta-Memória do ministro de Portugal em Londres, dom Luís da Cunha, dirigida à rainha Ana, em 14 de dezembro de 1711.

44. O rei de Portugal à rainha da Grã-Bretanha, 4 de janeiro de 1712.

45. Memória portuguesa, janeiro de 1712.

46. Demandas específicas do rei de Portugal em Utrecht, a 5 de março de 1712.

47. Demandas formuladas pelos plenipotenciários portugueses em Utrecht e enviadas ao Gabinete de Londres, 22 de julho de 1712.

48. O rei de Portugal à rainha da Grã-Bretanha, 6 de dezembro de 1712.

49. Projeto de tratado para a solução das contendas entre Portugal a França na América, 6 de dezembro de 1712 .

50. Luís XIV aos plenipotenciários franceses em Utrecht, a 26 de dezembro de 1712.

51. Posições geográficas da costa da Guiana, por Manuel Pimentel, 1712.

52. Os plenipotenciários ingleses o lorde Bolingbroke, secretário de Estado, 3 de janeiro de 1713.

53. O conde de Pontchartrain, ministro da Marinha na França, aos plenipotenciários franceses, a 11 de janeiro de 1713.

54. Lorde Bolingbroke ao sr. Prior, em Paris.

55. Despacho de lorde Bolingbroke ao duque de Shrewsbury, embaixador da Inglaterra na França, e envio das demandas de Portugal, 19 de janeiro de 1713. (Passagem citada e mal-interpretada no tomo I da *Memória* da França, pp. 58 e 59). Peça anexada: Memória portuguesa.

56. Memória entregue por J. da Cunha Brochado, ministro de Portugal, a lorde Bolingbroke, secretário de Estado, 23 de janeiro de 1713.

57. Carta de J. da Cunha Brochado, ministro de Portugal em Londres, dirigida a Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de Estado (ministro dos Negócios Estrangeiros) em Lisboa, 24 de janeiro de 1713. Correção de um texto modificado pelo copista a serviço do governo francês. (*Memória* da França, tomo II, p. 63, e tomo I, pp. 62, 63 e 79).

58. Documentos relativos à conferência de 9 de fevereiro de 1713, em Utrecht, entre os plenipotenciários portugueses, franceses e ingleses.

    A. Os plenipotenciários portugueses, conde de Tarouca e dom Luís da Cunha, ao secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, 14 de fevereiro de 1713.

    B. Passagens das memórias de dom Luís da Cunha concernentes à Conferência de 9 de fevereiro de 1713.

    C. Os plenipotenciários ingleses em Utrecht ao secretário de Estado lorde Bolingbroke.

    D. Os plenipotenciários franceses no Congresso de Utrecht ao rei Luís XIV, 10 de fevereiro de 1713.

59. Instruções de Luís XIV aos plenipotenciários franceses em Utrecht, 13 de fevereiro de 1713.

60. Carta de J. da Cunha Brochado, ministro de Portugal em Londres, dirigida ao secretário de Estado (ministro dos Negócios Estrangeiros) em Lisboa, 14 de fevereiro de 1713.

61. Extratos de uma carta do ministro de Portugal em Londres, J. da Cunha Brochado, datada de 14 de fevereiro de 1713, dirigida ao conde de Tarouca, um dos plenipotenciários portugueses em Utrecht, 14 de fevereiro de 1713.

62. Lorde Bolingbroke, secretário de Estado, ao duque de Shrewsbury, embaixador da Inglaterra na França, 17 de fevereiro de 1713. Documento muito importante e que dá o verdadeiro sentido de uma passagem isolada, transcrita no tomo I, p. 78, da Memória da França.

63. Memórias nos 1 e 2 anexadas ao despacho precedente de lorde Bolingbroke, dirigido ao embaixador da Inglaterra na França, 17 de fevereiro de 1713.

Comentário.

64. Lorde Bolingbroke aos plenipotenciários ingleses em Utrecht, 17 de fevereiro de 1713.

65. Lorde Bolingbroke aos plenipotenciários ingleses em Utrecht, 20 de fevereiro de 1713.

66. Os plenipotenciários ingleses ao secretário de Estado lorde Bolingbroke, 28 de fevereiro de 1713.

67. Últimas propostas da rainha Ana da Inglaterra, aceitas por Luís XIV a 7 de março de 1713.

68. O embaixador da Inglaterra na França aos plenipotenciários ingleses em Utrecht, 7 de março de 1713.

69. Luís XIV aos plenipotenciários franceses em Utrecht, 7 de março de 1713.

70. O conde de Tarouca e dom Luís da Cunha, plenipotenciários portugueses, a Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de

Estado, de 12 de março de 1713.

71. Comunicações dos plenipotenciários a respeito da entrega, pelos portugueses, do projeto particular de Tratado de Paz entre Portugal e França, março de 1713.

    A. Os plenipotenciários franceses a Luís XIV, 14 de março de 1713.

    B. O bispo de Bristol a lorde Bolingbroke, 17 de março de 1713.

    C. Os plenipotenciários ingleses a lorde Bolingbroke, 21 e 25 de março de 1713.

    D. Os plenipotenciários portugueses ao secretário de Estado em Lisboa, 24 de março de 1713.

72. Extrato do projeto de tratado redigido pelos plenipotenciários portugueses, 20 de março de 1713.

73. Tratado de Utrecht e declaração dos plenipotenciários franceses, 11 de abril de 1713.

74. Despacho dos plenipotenciários portugueses anunciando a assinatura do Tratado de Paz com a França, 15 de abril de 1713.

75. Notas de dom Luís Caetano de Lima, Secretário dos plenipotenciários portugueses em Utrecht, sobre o que aconteceu na discussão final do tratado, a 9 de abril de 1713.

76. Duas cartas de Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros em Portugal, dirigidas aos plenipotenciários portugueses em Utrecht, 25 de abril e 10 de maio de 1713.

    A. O secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real ao conde de Tarouca e a dom Luís da Cunha, plenipotenciários portugueses em Utrecht, 25 de abril de 1713.

    B. O secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real ao conde de Tarouca e a dom Luís da Cunha, plenipotenciários portugueses em Utrecht, 10 de abril de 1713.

Tomo III

CONTINUAÇÃO DOS DOCUMENTOS ACOMPANHADOS DE NOTAS EXPLICATIVAS OU RETIFICATIVAS.
DESDE A CONCLUSÃO DO TRATADO DE UTRECHT ATÉ O ANO DE 1896

77. Chegada da notícia da Paz de Utrecht a Caiena e ordem ao governador do Pará (1713). Missão portuguesa enviada do Pará a Caiena (1715).

78. Extrato das instruções de Luís XIV ao primeiro embaixador da França enviado a Lisboa depois da Paz de Utrecht, 22 de março de 1714.

79. Pretensa carta do conde de Pontchartrain, ministro da Marinha, ao administrador da Guiana, Lefebvre d'Albon, datada de 19 de dezembro de 1714. Pontchartrain não pôde escrever essa carta. Observação sobre os documentos vindos de Caiena. Memória dos caienenses destinada ao árbitro .

80. O governador de Caiena, Claude d'Orvilliers, propõe, em nome

do rei da França, ao governador-geral do Maranhão, Bernardo Pereira de Berredo, a abertura de relações de comércio entre Caiena e Pará, 1720.

81. Documento francês de 1721.

82. O Maroni e o Oiapoque verdadeiros limites da Guiana Francesa. Proposta do governo de Caiena para que dois fortes fossem estabelecidos nesses rios. Resposta do governo francês, 1723.

83. O governador da Guiana Francesa, Claude d'Orvilliers, ao governador-geral do Maranhão, J. da Maia da Gama, 30 de janeiro de 1723.

84. O governador-geral do Estado do Maranhão, João da Maia da Gama, ao governador da Guiana Francesa, 12 de abril de 1723.

85. Roteiro do Araguari ao rio de Vicente Pinzón ou Guayapoco (o Oiapoque) e à ponta diante da montanha Cumaripu (Comaribo, ou montanha da Prata), escrito pelo piloto da expedição comandada pelo capitão Paes do Amaral, 12 de maio de 1723.

86. Expedição do capitão João Paes do Amaral ao rio de Vicente Pinzón ou Oiapoque, e à montanha da Prata, a oeste desse rio, em 1723, inquérito de 1723.

87. O governador da Guiana Francesa, Claude d'Orvilliers, ao governador-geral do Maranhão, J. da Maia da Gama, 30 de maio de 1723. O limite de Utrecht seria o Cassiporé (Cachipour).

88. O governador-geral do Estado do Maranhão, J. da Maia da Gama, ao governador da Guiana Francesa, d'Orvilliers, 4 de agosto de 1723.

89. Supressão da marca portuguesa-espanhola encontrada em 1723 na montanha da Prata, 1726.

    A. Extrato da *História das Colônias Francesas da Guiana*, do doutor Artur.

    B. Extrato da *História da Ilha de Caiena e Província da Guiana*. Enriquecido por vários mapas e ilustrações. Pelo senhor de Milhau, cavaleiro da Ordem de São Miguel e conselheiro do rei do senescal e presidial (tribunal) de Monpellier, 1723.

C. Extrato da *Nova Relação da França Equinocial*... de Pierre Barrère, correspondente da Academia Real das Ciências de Paris... anteriormente médico-botânico do rei na ilha de Caiena.

90. Construção do forte francês de São Luís na margem esquerda, ou francesa, do Oiapoque, 1726.

91. Carta do padre Lombard, superior-geral das missões dos jesuítas na Guiana Francesa, 13 de agosto de 1726.

92. O governador da Guiana Francesa, d'Orvilliers, ao governador-geral do Estado do Maranhão, J. da Maia da Gama, 20 de agosto de 1726.

93. Roteiro português do Araguari ao Apruague. Cerca de 1727.

94. O governador-geral do Maranhão, J. da Maia da Gama, ao governador da Guiana Francesa, Claude d'Orvilliers, 20 de fevereiro de 1727.

95. Instruções do governador-geral do Maranhão ao comandante da expedição enviada ao Oiapoque, 20 de fevereiro de 1727.

96. O governador da Guiana Francesa, Claude d'Orvilliers, ao governador-geral do Maranhão, J. da Maia da Gama, 4 de maio de 1727.

97. Processo verbal do exame feito nas pedras do cimo da montanha da Prata pelo major F. de Melo Palheta e sua comitiva, 13 de maio de 1727.

98. Carta de Lefebvre d'Albon ao conde de Maurepas, 15 de junho de 1727.

99. Extratos de um relatório dirigido ao rei de Portugal pelo capitão-geral do Estado do Maranhão, J. da Maia da Gama, 25 de setembro de 1727.

100. Primeira carta do governador-geral do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, segundo a tradução na *Memória* Francesa, 1728. Observações sobre o Documento nº 44 no tomo II da *Memória* da França.

101. O administrador da Guiana Francesa, Paul Lefebvre d'Albon, ao governador-geral do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, 10 de agosto de 1729. A cópia modificada enviada de Caiena,

comparada com a cópia do original recebida no Pará.

102. O governador interino da Guiana Francesa, De Charanville, ao governador-geral do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, 10 de agosto de 1729. Peça nº 46 no tomo II da *Memória* da França.

103. O governador-geral do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, ao governador interino da Guiana Francesa, de Charanville, 1º ou 17 de novembro de 1729.

104. Extrato de uma nota escrita ao conde de Maurepas pelo administrador da Guiana Francesa, Lefebvre d'Albon, novembro de 1729.

105. O rei de Portugal, por seu Conselho de Ultramar, ao governador-geral do Maranhão, 10 de janeiro de 1730.

106. O governador interino da Guiana Francesa, De Charanville, ao governador-geral do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, 16 de fevereiro de 1730. Cópia mais completa e mais exata que aquela publicada no tomo II da *Memória* da França sob o nº 47.

107. O governador interino da Guiana Francesa, De Charanville, ao governador-geral do Maranhão, Alexandre de Sousa Freire, 27 de março de 1730.

108. O governador interino da Guiana Francesa, De Charanville, ao ministro da Marinha, conde de Maurepas, 2 de abril de 1730.

109. Fronteiras da Guiana Francesa segundo o padre Labat, 1730.

110. O cavalheiro de Milhau e a questão das fronteiras, 1732.

111. O Oiapoque e a fronteira francesa segundo La Martinière, 1732.

112. O governador-geral do Maranhão, José da Serra, ao governador da Guiana Francesa, 2 de novembro de 1733.

113. Notas para um roteiro do rio Japoco (Oiapoque) à ilha de Joannes ou Marajó, cerca de 1740.

114. Extrato da *Relação* de Pierre Barrère, 1743.

115. Extrato de um manuscrito do padre Bento da Fonseca, 1750.

116. As terras do cabo do Norte, no Brasil, e sua fronteira com a Guiana Francesa. Extrato de um manuscrito do padre Bento da

Fonseca, cerca de 1757.

117. A garantia estipulada nos dois Tratados de 1750 e 1778 entre Portugal e a Espanha, 13 de janeiro de 1750 e 11 de março de 1778.

A. Artigo 25 do Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750 entre Portugal e Espanha (Tratado de Limites).

B. Artigo 3º do Tratado de El Pardo, de 11 de março de 1778 (Tratado de Amizade e de Garantia).

118. Extrato da *Enciclopédia* de Diderot e d'Alembert. Artigo de La Con-damine, 1757.

118bis. Extrato da *História Geral das Viagens*, do abade Prevost, 1757.

119. Extrato da *História da Companhia de Jesus no Maranhão e Pará*, pelo padre José de Morais, 1759.

120. Extrato de uma memória manuscrita de Francisco de Seixas sobre os limites do Brasil, 1767.

121. Extrato do roteiro do padre Monteiro de Noronha, 1770.

122. Extrato do *Dicionário* de Trévoux, 1771.

123. Carta do duque d'Aiguillon, ministro dos Negócios Estrangeiros da França, a respeito do artigo 8º do Tratado de Utrecht. Ele declara que as pretensões dos caienenses não têm nenhum fundamento, 7 de novembro de 1772.

124. Relatório de V.-P. Malouet ao ministro da Marinha da França sobre os limites da Guiana Francesa, 1776.

125. Dois despachos do conde de Aranda, embaixador da Espanha junto à corte de Versalhes, a respeito da fronteira do Oiapoque e do Tratado de Utrecht, 22 de junho e 20 de julho de 1777.

A. Extrato do despacho do conde de Aranda, embaixador da Espanha na França, ao conde de Floridablanca, ministro dos Negócios Estrangeiros de Madri, datado de Paris, 22 de junho de 1777.

B. Despacho de 20 de julho de 1777, do conde de Aranda ao conde de Floridablanca.

126. Despacho do embaixador de Portugal em Madri, Sousa Coutinho, a respeito do "Borrador Topográfico" reproduzido sob o nº 28 no atlas francês, 14 de dezembro de 1799.

A. Tradução.

B. Texto português.

127. Documentos franceses de 1780 .

128. Artigo de Robert, geógrafo oficial do rei da França, na *Enciclopédia Metódica*, 1782.

129. Extratos de uma memória do barão de Bessner, governador da Guiana Francesa, maio de 1783.

130. Edme Mentelle, em 1783.

131. Memória escrita em Caiena por Fitz Maurice e Daniel Lescallier, 1º de janeiro de 1786.

132. Tratado de Paris de 10 de agosto de 1797.

133. Memória de Nicolas Buache, 17 de dezembro de 1797.

134. Extrato do *Dicionário da Geografia Comercial*, de Jacques Peuchet, 1799.

135. Uma nota do barão C. W. Walckenaer, 1804.

136. Extrato da *Corografia* do padre Aires de Casal, 1817.

137. Providências tomadas pelo governo britânico para obter a evacuação pelos franceses do território compreendido entre o Oiapoque e o Amapá, que Luís Filipe mandara ocupar, violando a Ata de Viena e a Convenção de 1817. Instruções de lorde Palmerston e Memória de lorde Granville, 1838-1840.

I. Instruções de lorde Palmerston à Embaixada da Inglaterra em Paris (1838):

A. Manual de instruções e comunicações à Embaixada da Inglaterra em Paris relativamente à ocupação alegada do território brasileiro por tropas francesas .

B. Précis of Instructions and communications to the British Embassy in Paris to the alleged occupation of Brazilian Territory by a French Force .

II. Memória apresentada, em 1839, por lorde Granville, embaixador da Inglaterra em Paris, ao marechal Soult, presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros:

A. Limites entre as Guianas francesa e brasileira.

B. Texto original da Memória de lorde Granville, entregue em 1830 ao governo francês: Fronteira entre a Guiana francesa e a brasileira.

137bis. Superfície em quilômetros quadrados da França e do Império Colonial Francês (1899). Superfície do Brasil.

138. Nota do encarregado de negócios da França no Brasil, de 7 de agosto de 1895.

139. Nota do ministro dos Negócios Estrangeiros da França à legação do Brasil.

140. Nota do ministro das Relações Exteriores do Brasil à legação da França.

141. Dois telegramas de 23 e 25 de agosto de 1895:

A. Telegrama cifrado do ministro das Relações Exteriores à legação do Brasil em Paris.

B. Telegrama da legação em Paris ao ministro das Relações Exteriores do Brasil .

142. Nota da legação da França ao ministro das Relações Exteriores, 12 de novembro de 1895.

143. Nota do ministro das Relações Exteriores do Brasil à legação da França, 23 de dezembro de 1895.

144. Nota da legação da França ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil.

145. Os dois projetos de tratado de arbitragem propostos pelo governo francês.

146. Resposta do ministro do Brasil na França à carta de 20 de

março de 1896, do ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa.

147. Carta do ministro do Brasil em Paris enviando ao ministro dos Negócios Estrangeiros da França um projeto de Tratado de Arbitragem e um outro para a constituição da Comissão Mista proposta pelo governo francês, 18 de junho de 1896.

148. Projeto de um tratado de limites e de arbitragem, anexado à carta de 18 de junho de 1896 do ministro do Brasil na França .

149. Carta do ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa, senhor Gabriel Hanotaux, dirigida ao ministro do Brasil na França, senhor Gabriel de Piza.

150. Resposta do ministro do Brasil na França, senhor Gabriel de Piza, à carta de 19 de agosto de 1896, do ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Gabriel Hanotaux.

151. Notas retificativas e explicativas que acompanham a tradução portuguesa da última parte do capítulo "Guiana" na *Nova Geografia Universal* de Elisée Reclus, 1899.

Tomo IV

TEXTOS EM PORTUGUÊS OU ESPANHOL DOS DOCUMENTOS CUJA TRADUÇÃO SE ENCONTRA NOS DOIS TOMOS PRECEDENTES

1. Descrição das costas da América do Sul desde o cabo de Santo Agostinho (Brasil) até o Orenoco, por Fernández de Oviedo, segundo o mapa de Alonzo de Chaves, traçado em 1536 por ordem do imperador Carlos V .
2. Costa dos Aruaques, ou da Guiana, 1571 a 1574.
3. Cartas do comandante do Pará, Sebastian de Lucena de Azevedo, ao rei de Portugal, sobre a tomada e a destruição de um estabelecimento holandês perto do Cassiporé, ou no Cassiporé, em 1646, 1º de janeiro e 20 de agosto de 1647.
    A. Carta de 1º de janeiro de 1647.
    B. Carta de 20 de agosto de 1647 .
4. O rio de Vicente Pinzón ou Oiapoque, segundo um manuscrito do padre Pfeil, da Sociedade de Jesus, missionário no Araguari, cerca de 1682.

5. Extrato de um manuscrito do padre J. de Sousa Ferreira, 1685.

6. Carta ao governador-geral do Maranhão, Gomes Freire de Andrada, ao rei de Portugal, 15 de outubro de 1685 .

7. A costa setentrional do Brasil de acordo com um segundo manuscrito do p. João de Sousa Ferreira, 1693.

7bis. O governador do Pará, Antônio de Albuquerque, ao rei dom Pedro II, 19 de julho de 1687.

8. Rios entre o Aprouague e o Pará segundo um manuscrito português, antes de 1695.

9. Assassinato pelos índios do rio Cajari de quatro franceses traficantes de escravos (1695). Inquéritos feitos por ordem do governador-geral do Estado do Maranhão e Pará, 1696 e 1697.

   A. Inquérito feito na aldeia de Jari.

   B. Depoimento do comandante do forte de Gurupá .

10. A costa setentrional do Brasil, segundo o padre Bettendorff, da Companhia de Jesus, 1698 .

11. Resposta do governo português à primeira Memória do embaixador da França, maio de 1698 .

12. Resposta do governo português à réplica do embaixador da França, 1699 .

13. Carta de Antônio de Albuquerque de 12 de fevereiro de 1700. Informação e parecer do Conselho de Ultramar, datados de 8 de outubro e 12 de novembro de 1700.

A. Carta de Antônio de Albuquerque, governador-geral do Estado do Maranhão, dirigida ao rei (São Luís do Maranhão, 12 de fevereiro de 1700).

B. Extrato da informação do general Gomes Freire de Andrada, datada de Lisboa, 8 de outubro de 1700.

C. Parecer do Conselho de Ultramar e decisão do rei dom Pedro II (12 de novembro de 1700; 8 de janeiro de 1701) .

14. Tratado Provisório concluído em Lisboa a 4 de março de 1700

entre dom Pedro II, rei de Portugal e dos Algarves, e Luís XIV, rei da França e de Navarra.

15. Extratos do segundo manuscrito do padre Pfeil, 1700.
16. Os plenipotenciários portugueses, conde de Tarouca e dom Luís da Cunha, ao secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, 14 de fevereiro de 1713.
17. Passagens das memórias de dom Luís da Cunha referentes à Conferência de 9 de fevereiro de 1713.
18. O conde de Tarouca e dom Luís da Cunha, plenipotenciários portugueses, a Diogo de Mendonça Corte Real, secretário de Estado, a 12 de março de 1713.
19. Os plenipotenciários portugueses ao secretário de Estado, em Lisboa, 24 de março de 1713.
20. Extratos do projeto de tratado redigido pelos plenipotenciários portugueses, 20 de março de 1713.
21. Extratos do despacho dos plenipotenciários portugueses anunciando a assinatura do Tratado de Paz com a França, 15 de abril de 1713.
22. Notas de dom Luís Caetano de Lima, secretário dos plenipotenciários portugueses em Utrecht, sobre o que aconteceu na discussão final do tratado, a 9 de abril de 1713 .
23. O governador de Caiena, Claude d'Orvilliers, propõe, em nome do rei da França, ao governador-geral do Maranhão, Bernardo Pereira de Berredo, a abertura de relações de comércio entre Caiena e Pará, 1720.
24. O governador da Guiana Francesa, Claude d'Orvilliers, ao governador-geral do Maranhão, J. da Maia da Gama.
25. O governador-geral do Estado do Maranhão, J. da Maia da Gama, ao governador da Guiana Francesa, 12 de abril de 1723.
26. Roteiro do Araguari ao rio de Vicente Pinzón ou Guayapoco (o Oiapoque) e à ponta diante do morro Cumaripu (Comaribo, ou montanha da Prata) escrito pelo piloto da expedição comandada

pelo capitão Paes do Amaral, 12 de maio de 1723.

27. Expedição do capitão João Paes do Amaral ao rio de Vicente Pinzón ou Oiapoque, e à montanha da Prata, a oeste desse rio, em 1723. Inquérito de 1723.

28. O governador da Guiana Francesa, Claude d'Orvilliers, ao governador-geral do Maranhão, J. da Maia da Gama, 30 de maio de 1723.

29. O governador-geral do Maranhão, J. da Maia da Gama, ao governador da Guiana Francesa, Claude d'Orvilliers, 4 de agosto de 1723.

30. O governador da Guiana Francesa, Claude d'Orvilliers, ao govenador-geral do Maranhão, J. da Maia da Gama, a 20 de agosto de 1726.

31. Roteiro do Araguari ao Apruague, cerca de 1727.

32. O governador-geral do Maranhão, J. da Maia da Gama, ao governador da Guiana Francesa, Claude d'Orvilliers, 20 de fevereiro de 1727.

33. Instruções do governador-geral do Maranhão ao comandante da expedição enviada ao Oiapoque, 20 de fevereiro de 1727.

34. O governador da Guiana Francesa, d'Orvilliers, ao governador-geral do Estado do Maranhão, J. da Maia da Gama, 4 de maio de 1727 .

35. Processo verbal do exame feito nas pedras do cume do morro de Prata pelo major F. de Melo Palheta e sua comitiva.

36. Extrato de um relatório dirigido ao rei de Portugal pelo capitão-geral do Estado do Maranhão, J. da Maia da Gama, a 25 de setembro de 1727.

37. O rei de Portugal, por seu Conselho de Ultramar, ao governador-geral do Maranhão, 10 de janeiro de 1730.

38. O governador-geral do Maranhão, José da Serra, ao governador da Guiana Francesa, 2 de novembro de 1733.

39. Notas para um roteiro do rio Japoco (Oiapoque) à ilha de Joannes ou Marajó, cerca de 1740.

40. Extrato de um manuscrito do padre Bento da Fonseca, 1750.

41. As terras do cabo do Norte, no Brasil, e sua fronteira com a Guiana Francesa. Extrato de um manuscrito do padre Bento da Fonseca, cerca de 1757.

42. Extrato da História da Companhia de Jesus no Maranhão e no Pará, pelo padre José de Morais, 1759.

43. Extrato de uma memória manuscrita de Francisco de Seixas sobre os limites do Brasil, 1767.

44. Dois despachos do conde de Aranda, embaixador da Espanha junto à corte de Versalhes, a respeito da fronteira do Oiapoque e do Tratado de Utrecht, 22 de junho e 20 de julho de 1777:

    A. Extrato do despacho datado de Paris, 22 de junho de 1777, dirigido ao conde de Floridablanca, ministro dos Negócios Estrangeiros.

    B. Despacho de 20 de julho de 1777, do conde de Aranda ao conde de Floridablanca.

45. Extrato da Corografia do padre Aires de Casal, 1817.

Tomo V

FAC-SÍMILE DE ALGUNS DOCUMENTOS REPRODUZIDOS NOS TOMOS II, III E IV

		Fac-Símile
Documento Nº 1	Duas páginas da carta de Sebastião de Lucena de Azevedo, datada do Pará, 1º de janeiro de 1647, dirigida ao rei de Portugal (posto holandês no Cassiporé)	I-II
Documento Nº 2	Duas páginas da carta do mesmo comandante, de 20 de agosto de 1647 (ainda o posto holandês do Cassiporé)	III-IV

Documento Nº 3	Sete páginas das notas manuscritas do p.. Pfeil, de 1682, para sua "Annotaçam":	
	Folha 13, frente	V
	"106"	VI
	106, verso	VII
	107, frente	VIII
	108,	IX
	108, verso	X
	109, frente	XI
Documento Nº 4	Última página do prefácio do *Compêndio* do p. Pfeil, 1º de abril de 1700	XII
Documento Nº 5	Memória entregue por J. da Cunha Brochado, ministro de Portugal, a lorde Bolingbroke, Secretário de Estado, a 23 de janeiro de 1713	XIII
Documento Nº 6	Passagem da cópia de uma carta de Brochado, de 24 de janeiro de 1713 (Acad. Rte das Ciências de Lisboa), transcrita incorretamente no Tomo II, p. 63, da primeira *Memória* Francesa, e na qual se baseou a "exposição diplomática e jurídica" (ver tomo II da segunda *Memória* do Brasil, nº 57)	XIV
Documento Nº 7	Passagem da cópia da mesma carta de Brochado conservada no Palácio da Ajuda, Lisboa	XV

Documento Nº 8 — Roteiro do Araguari ao Vicente Pinzón ou Guayapoco (Oiapoque) e ao monte Camaripu (Comaribo, ou Montanha da Prata), escrito em 1723 pelo piloto da expedição dirigida pelo capitão Paes do Amaral (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)

1ª página e título	XVI
2ª	XVII
3ª	XVIII
4ª	XIX
5ª	XX
6ª	XXI

Tomo VI

ATLAS
MAPAS REUNIDOS NESTE ATLAS

Prefácio do atlas e lista dos mapas

Primeia parte – mapas anteriores ao Tratado de Utrecht.

Nº 1
Alonzo de Chaves, 1536
Reconstrução esquemática desde o cabo de Santo Agostinho até o Huyapari (Orenoco), segundo o texto de Oviedo. Mapa denominado Padrão Real de 1536, ou Padrão de Carlos V.

Nº 2
André Homem, 1559
Parte de seu mapa-múndi manuscrito, no Departamento Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Paris.

Nº 3
Fernão Vaz Dourado, 1564
Folha de um atlas manuscrito na Biblioteca do duque de Alba, Palácio de Liria, em Madri.

Nº 4
Fernão Vaz Dourado, cerca de 1570
Folha de um atlas no Museu Britânico.

Nº 5
Philippe Apian (Ph. Benewitz), 1576
Parte de seu globo na Biblioteca Real de Munique.

Nº 6
Bartolomeo Olives, 1580
Mapa manuscrito na Biblioteca do Palácio Real de Madri.

Nºs 7 e 7bis
Christianus Sgrothenus, 1588
Duas folhas do mapa-múndi manuscrito desse cosmógrafo do rei da Espanha. Biblioteca do Palácio Real de Madri.

Nº 8
Globo de Zurique, antes de 1595
Parte desse globo anônimo conservado no "Schweizerisches Landes-Museum", Zurique.

Nº 9
Sir Walter Raleigh, 1617
Mapa manuscrito da Guiana, conservado nos Arquivos de Simancas (duas folhas). No atlas, a data 1618 deve ser substituída por 1617.

Nº 10
Lucas de Quirós, 1618
Parte de seu mapa manuscrito da América do Sul. Biblioteca do Palácio de Madri.

Nº 11
Mapa holandês, 1625
Anexado ao Diário da Viagem feito e terminado em 1625 por Gesse des Forest e outros holandeses e flamengos.
Museu Britânico, Sloane Ms., nº 179B.

Nº 12
Gioseffo Rosaccio, 1657
Mapa-múndi traçado em Bassano por volta de 1590 e reimpresso em 1657: "Universale descritione di tutto il mondo."
Museu Marítimo de Roterdã.

Nº 13
Nicolas Sanson, 1658
Fac-símile reduzido do "Mapa || Geral || do || reino || da || França. || Com todos os Países circunvizinhos. || De N. Sanson Geogr. Ordem do rei. || Em Paris por Tauernier Gravador e impressor do rei para os mapas geográficos; e um || presente ed. P. Mariette, r. S. Jacques em l'Esperãce. || Com priu. do rei renovado por || 20 anos || 1658." – Mapa citado na primeia Memória do Brasil, tomo I, p. 134, e nesta segunda Memória, tomo I, pp. 57 e 124 (nota 3). Uma parte desse mapa é reproduzida acima, entre as pp. 33 e 34, com superposição de um traçado de nossos mapas modernos para mostrar que as posições geográficas, mesmo no melhor mapa da França naquela época, eram geralmente errôneas, e que a Memória da França está mal fundamentada ao querer tirar partido das falsas latitudes atribuídas, nos séculos XVI e XVII, à embocadura do Vicente Pinzón ou Oiapoque.

Nº 14
Sebastián de Ruesta, 1655
Folha, compreendendo as costas setentrionais do Brasil, da Guiana e de Paria, da carta náutica preparada na Casa de Contratação de Sevilha e que trazia este título (tradução, p. 93):
"Carta Náutica del Mar, || costas, y islas de las Yndias Occidentales, Emendada || por Sebastian de Ruesta, natural de la Ciudad de || Çaragoça, Cosmographo, Fabricador de instrumentos || Matematicos por Su Md en la Casa de Contratação || de la Ciudad de Sevilla, Adjustada de diferentes papeles y || Noticias de Pilotos practicos y versados en aquellas Costas. ||

Examinada, Corregida, y Consultada por los Señores || Presidente y Jueces de la dicha Casa de Contratación, siendo || su Presidente e Señor Don Pedro Niño de Gusman, || conde De Villa Umbrosa, Y Castro Nuevo, Marqués de Quintana, || del Consejo de Castilla, Assistente y Mo de Campo || Geñal de la dicha Ciudad de Sevilla."

Segunda parte – mapas posteriores ao Tratado de Utrecht

Nº 15
C. Price, 1714
"A New and Correct || Map of the World || Projected upon the Plane of the Horizon laid down from || the Newest Discoveries and most Exact Observations || By C. Price || ... 1714."

Nº 16
O P. Samuel Fritz, 1717
"Curso || do rio || Maragnon || também chamado das Amazonas || pelo p. Samuel Fritz || Missionário da Companhia de Jesus."
Redução pouco fiel de seu mapa de 1707 traçado em Quito (nº 91 no primeiro Atlas do Brasil).

Nº 17
Mapa francês, cerca de 1719
"Rio Maragnon ou rio das Amazonas."

Nº 18
N. de Fer, 1719
"A parte meridional da América || chamada Terra Firme onde se encontram || as províncias ou grandes governos da || Guiana e da Nova Granada, || esta última província subdividida em || Popaya, Cartagena, Santa Marta, rio de La Hacha, Venezuela || e Nova Andaluzia. || A região e o curso do rio das Amazonas || ao sul deste mapa || como o istmo do Panamá a noroeste, se encontram || muito bem detalhados. || Traçado || sobre as diversas relações dos flibusteiros e famosos viajantes. || Por N. de Fer, geógrafo de Sua Majestade Católica, 1719. || Em Paris, ed. J. F. Benard, genro do autor na Ilha do Palácio no cais do || Relógio na Esfera Real, 1719."

Nº 19
D'Anville, 1729
"Mapa || da Guiana Francesa || ou do || governo || de Caiena desde o cabo do Norte || até o rio Maroni || inclusive. || Por d'Anville, || geógrafo do rei. || Setembro de 1729."

Nº 20
Mapa francês, por S*, 1739
"O horizonte de Paris." "Dedicado a Sua Alteza || monsenhor arcebispo de Cambray || Par de França, príncipe do S. Império, conde do Cambresis & || Por seu mui humilde e mui obediente servidor S*." "Com privilégio do rei 1739."

Nº 21
Mapa dos Jesuítas, 1741
"Cópia || de um mapa manuscrito || da Guiana || traçado pelos Jesuítas em 1741, || comunicado pelo senhor Buache em 1787."

Nº 22
Mapa francês do Depósito da Marinha, 1742
"Mapa reduzido || do || Oceano Ocidental || compreendendo || as costas da Europa e da África, || desde o 52º de latitude setentrional até o Equador || e as costas da América opostas. || Traçado no Depósito dos Mapas, Planos e Diários || da Marinha || por ordem do || senhor conde de Maurepas || 1742."

Nº 23
Pierre Barrère, 1743
"Mapa || desde o Amazonas até || o rio de Maroni || aos || holandeses."

Nº 24
La Condamine, 1745
"Mapa do curso do Maragnon ou do grande rio das Amazonas. || Em sua parte navegável, desde Jean de Bracamoros até sua embocadura e que compreende a província de Quito e a costa da Guiana desde o cabo do Norte até Essequibo. || Levantado em 1743 e 1744 e submetido às observações astronômicas pelo senhor La Condamine da Ac. Real das

Ciências. || Ampliado com o curso do rio Negro e outros detalhes extraídos de diversas memórias e roteiros manuscritos de viajantes modernos."

Nº 24bis
O mapa de La Condamine
Comparado a nossos mapas modernos.

Nº 25
Le Rouge, 1746
"A América, || segundo o R. P. Charlevoix Jesuíta, La Condamine || e várias outras || novas observações. || Em Paris, || por Le Rouge, eng. || geógrafo do rei, Rue des Grands Augustins, 1746."

Nº 26
João de Abreu Gorjão, 1747
O Brasil da carta náutica manuscrita desse geógrafo. Biblioteca Nacional de Lisboa.

Nº 27
D'Anville, 1748
Parte de seu mapa:
"América || Meridional. || Publicado sob os auspícios || de monsenhor duque de Orleans. || Primeiro príncipe do sangue. || Por d'Anville. || MDCCXLVIII. || Com privilégio."

Nº 28
Robert de Vaugondy, 1750
"América || Meridional, || traçado sobre as memórias mais recentes || e submetido às observações astronômicas || por Robert de Vaugondy, filho de Robert, geógrafo do rei. || Com privilégio. || 1750."

Nº 29
Mapa português de 1751
"Mapa dos confins do Brazil com as ter || ras da Corva de Espa na América Meridional. || O que está de cor amarela he o que se acha ocupado pelos Portuguezes. || O que está de cor de roza he o que tem

ocupado os Espanhoes. || O que fica em Branco está athé ao prezente por ocupar. || Feito no ano de 1751."
Mapa manuscrito, depositado no Ministério dos Negócios Estrangeiros (Ministério de Estado), Madri, autenticado em Madri a 12 de julho de 1751 pelos plenipotenciários de Portugal e da Espanha. Cópia certificada conforme, a 5 de agosto de 1899, pelo conde de Argentales. Chefe de Seção no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Madri.

Nº 30
O mapa precedente
Comparado com nossas cartas náuticas modernas.

Nº 31
L.-C Desnos e J.-B. Nolin, 1754
"Globo Terrestre || Traçado || sobre os relatórios mais || novos membros. da Academia || Real das Ciências. Por L. C. Desnos || e || J. B. Nolin, geógrafo || ... || em Paris 1754 || com privilégio || do rei."

Nº 32
Jacques-Nicolas Bellin, 1760
"Mapa reduzido das || costas da Guiana || desde o rio Orenoco até o cabo do Norte || na entrada do rio das Amazonas. || Traçado no Depósito dos Mapas e Planos da Marinha || para o Serviço dos Navios do rei || por ordem de Berryer, ministro e secretário de Estado à frente do Departamento da Marinha || por S. Bellin, engenheiro da Marinha, censor real, da || Academia da Marinha, e da Sociedade Real de Londres, M. DCCLX."

Nº 33
L. C. Buache e de Prefontaine, 1762
Parte do mapa seguinte:
"Mapa geográfico || da ilha de Caiena e de seus arredores. || Traçado sobre as observações estimadas e as observações de Prefontaine || capitão de Infantaria por Louis Charles Buache, sob os olhos de Phil. B. Primeiro geógrafo de Sua Majestade... 1762."
Mans., Depósito de Mapas e Planos da Marinha, em Paris.

Nº 34
Janvier, 1762
"A América Meridional || dividida || em seus principais || Estados || pelo senhor Janvier, geógrafo. || Em Paris. || Ed. Littré, gravador, rua Saint-Jacques || na cidade de Bordeaux. || Com priv. do rei || 1762."

Nº 35
Jacques-Nicolas Bellin, 1762
"Mapa das costas da || Guiana Francesa || por S. Bellin, eng. da Marinha || 1762."

Nº 36
J.-N. Bellin, 1763

"Mapa da Guiana Francesa || e a ilha de Caiena || traçado no Depósito dos Mapas e Planos da Marinha || por ordem do duque de Choiseul, ministro da Guerra || e da Marinha, || por Bellin, engenheiro da Marinha 1763."

Nº 37
J.-N. Bellin, 1764
"Mapa reduzido || para a navegação de Caiena || na Martinica || traçado no Depósito dos Mapas, Planos e Diários da Marinha. || Para o Serviço dos Navios do rei || por ordem do duque de Choiseul, coronel-general dos || suíços e grisões, ministro da Guerra e da Marinha. || Por Bellin, engenheiro da Marinha e do Depósito de Planos Censor Real || da Academia da Marinha, e da || Sociedade Rte de Londres."

Nº 38
Philippe Buache, 1766
Esboço de um mapa da Guiana: "o todo reunido e conciliado por Ph. Buache. Terminado neste 29 de março de 1766."

Nº 39
Rigobert Bonne, 1771
"Mapa || da Terra Firme || da Guiana e do país das Amazonas || Projetado e sujeito às observações || por Bonne, mestre de Matemática || em

Paris. || ... 1771."

Nº 40

Bourgoin, 1774
"Mapa || da || América || Meridional || em Paris."

Nº 41
Olmedilla, 1775
Parte de seu grande mapa da América do Sul:
"Mapa geográfico || de América Meridional, || Dispuesto y Gravado || por D. Juan de la Cruz Cano Y Olmedilla, Geógrafo de S.M. || indivíduo de la Real Academia de San Fernando, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais; || teniendo presentes varios Mapas y noticias originales || con arreglo a Observaciones astronómicas, || año de 1775."

Nº 42
José Monteiro Salazar
Parte de uma carta náutica manuscrita, em pergaminho. Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa. Título e data ilegíveis.

Nº 43
José Monteiro Salazar, 1777
Parte de uma carta náutica manuscrita, em pergaminho:
"Planta da Amé || rica Austral do Mar do Sul e || parte da América do Mar do Norte athe ilha de || Bacalhao com todas as suas ilhas e baixos per || tencentes as ditas Costas. E parte de terras do Mar do Sul. 23 de outubro de 1777."
Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Nº 44
Rigobert Bonne, 1780
"Mapa do Novo Rno de Granada e da Nova Andaluzia, || e da Guiana, || com os países limítrofes que estão ao sul. || Por Bonne, engenheiro-hidrógrafo da Marinha."

Nº 44bis
R. Bonne, 1780
"A Guiana Francesa, || com parte || da Guiana Holandesa; || segundo as operações e os mapas recentes || dos engenheiros-geógrafos franceses, || por Bonne, engenheiro-hidrógrafo da Marinha."

Nº 45
R. Bonne, 1780
"Mapa da parte setentrional || do Brasil, || por Bonne, engenheiro-hidrógrafo da Marinha."

Nº 47
Bonne, 1781
"Mapa Geral || da América || Meridional, || por Bonne, emgenheiro-hidrógrafo || da Marinha. || Fevereiro de 1781."

Nº 48
Biteow, 1763
"Mapa || da Guiana Francesa || ou || França Equinocial. || Grande, belo e mui fértil país da América || Meridional, situado entre o rio de Marauni e o cabo do Norte. || É a esse lugar que se deve dirigir a nova colônia || Francesa, para ali ocupar principalmente as belas planícies situadas entre os rios de Marauni, de Amaribo e de || Sinamari. Traçado pelas memórias mais recentes e || diferentes anotações || por Biteow || Engenheiro."

Nº 49
Janvier, 1782
"A América || Meridional || dividida em seus principais Estados por Janvier, geógrafo || em Paris || ... 1782."

Nº 50
Janvier, 1784
"A América || dividida || em seus principais Estados, || submetida às observações astronômicas || por Janvier, geógrafo. || Em Paris || ... com Privilégio do rei || 1784. || Acrescido da viagem de Cook em 1782."

Nº 51
R. Bonne, 1785
"Mapa || da Terra Firme, || da Guiana, e do país das Amazonas || projetado e submetido às observações || por Bonne, mestre de Matem. || Em Paris || ... com priv. do rei || 1787."

Nº 52
W. A. Bachiene, 1785
"Kaart || van het Nordlyk gedeelte || van || Bresil."
Folha de um atlas publicado em Amsterdã.

Nº 52bis
W. A. Bachiene, 1785
"Kaart van het || Nieuw Konigrijk Grenada. || Niuw Andalusie || en || Guyane, || Met de aangrenzende landen tem Zuiden."
Folha do mesmo atlas, publicado em Amsterdã.

Nº 53
Dezauche, 1790
"Mapa || da América || traçado para instrução || por Guil. Delisle e Phil. Buache, primeiros geógrafos da Academia || das Ciências || recentemente revisto, ampliado e submetido às novas observações || astronômicas dos senhores da Academia das Ciências. || Por Dezauche, geógrafo, || sucessor de Del'Isle e Phil. Buache. || Em Paris. || Ed. do autor, Rue des Noyers. || Com privilégio de autor. || 1790."

Nº 54
Nolin, 1791
"Mapa || da América || dividida || em seus principais Estados, || com as novas descobertas || feitas no norte || e no mar do sul, || pelos mais célebres navegadores || submetidos às últimas observações || astronômicas || por J.-B. Nolin, || geógrafo. || Em Paris, Ed. Mondhore e Jean, || Rue Saint-Jean-de-Beauvais, || 1791."

Nº 55
Daniel Lescallin, 1798
"Mapa || da || Guiana Francesa || traçado sobre as observações || mais

recentes. || Ano VI da República. || D'Houdan sculpsit."

Nº 56
V. P. Malouet, 1802
"Mapa || das partes conhecidas || da Guiana || Francesa e Batava || para as memórias publicadas || pelo cidadão Malouet || no ano X."

Nº 57
Edme Mentelle e P.-G. Chanlaire, 1805
"Mapa das colônias || francesas e holandesa || da Guiana. || Traçado segundo os mapas de N. Buache e de S. Mentelle, capitão de Infantaria, Guarda do Depósito dos Mapas e || Planos da Colônia de Caiena, antigo engheiro-geógrafo || publicado || por E. Mentelle, membro do Instituto Nacional, || e P.-G. Chanlaire, um dos autores do *Atlas Nacional* || em Paris, ed. dos autores || G. Chanlaire, Rue Geofroy-Langevin, nº 328 e E. Menrelle, Galeria do Museu, nº 19."

Nº 58
Dezauche, 1808
"Mapa || da América. || Traçado para a instrução, por Guil. Delisle e Phil. Buache, primeiros geógrafos da Academia || das Ciências. || Recentemente revisto, aumentado e submetido às últimas observações || astronômicas dos senhores da Academia das Ciências. || Por Dezauche, geógrafo sucessor de de l'Isle e Buache. || Em Paris || ed. do autor, Rue des Noyers, || Garantia Nacional, ano 9."

Nº 59
Poirson, segundo Leblond, 1814
"Mapa || geógrafo-geológico || da Guiana Francesa. || Traçado sobre os quadros || de Leblond, || médico-naturalista, pensionista de S. M. Luís XVI, || correspondente da Academia || e do Instituto &a || por Poirson, engenheiro-geógrafo (1814)."

Nº 60
Pierre-I. Lapie, 1814
Parte do mapa seguinte:
"A Map || of || South America. || Mapa || da América Meridional || traçado

por I. Lapie, engenheiro-geógrafo || diretor do Gabinete Topográfico de S. M. || Gravado por P. A. Tardieu, gravador dos Correios || editor proprietário. || Paris 1814."

Nº 61
Adolphe de Beauchamp, 1815
Parte do mapa do Brasil, anexada à Hist. do Brasil que A. de Beauchamp publicou sob seu nome.

Nº 62
Lesage, 1815
Folha da América do Atlas Histórico e Geográfico de Lesage.

Nº 63
H. Brué, 1816
"Parte do mapa enciprotipo || da || América || Meridional. || Dedicado e apresentado a Monsieur, || por H. Brué, engenheiro-geógrafo de S. A. Real. || Em Paris, || Ed. Desray, Libraire-Editeur, Rue Haute-feuille, no 4, perto da de St.-André des Arcs e || Goujon, comerciante de mapas geográficos, Rue Du Bac, nº 6 || (1816)."

Nº 64
Brion de la Tour e Poirson, 1806
Parte do mapa seguinte:
"América || Meridional || por Brion de la Tour || engenheiro-geógrafo || Revisto e corrigido por Poirson, || ano 1816."

Nº 65
Pierre-I. Lapie, 1820
A América do Sul do mapa seguinte:
"América || Setentrional e Meridional || Dedicado e apresentado || ao rei, || por seu mui humilde e mui obediente || mui devotado e fiel súdito || Lapie."

Nº 66
A.-H. Brué, 1821-1825
Parte do "Mapa || físico e político || da || América || Meridional || por || A.-

H. Brué, || geógrafo de S. A. R. Monsieur || em Paris || Ed. Goujon, editor-proprietário, Rue Du Bac, nº 6, perto do Pont Royal, 1821. || Revisto, corrigido e aumentado segundo o novo Atlas Americano em 1825."

Nº 67
L. Vivien, 1825
"Mapa || da || América || Meridional || por L. Vivien, geógrafo || Gravado por Giraldon-Bovinet || 1825 || Paris."

Nº 68
Buchon, 1825
"Mapa geográfico, estatístico e histórico do Brasil."

Nº 69
Darmet, 1825
"Mapa geográfico, histórico e político da América Meridional."

Nº 70
A América do Sul do – "Mapa Geral da América || dividido || em seus principais Estados || por FX Delamarche || sucessor de Robert de Vaugondy || em Paris, || Ed. do autor, engenheiro-mecânico || para os globos e esferas. || Rue Du Jardinet nº 13 || 1825."

Nº 71
Buchon, 1825
"Mapa geográfico, estatístico e histórico da Guiana."

Nº 72
A.-M. Perrot, 1826
"Mapa || da || Guiana Francesa || por A.-M. Perrot || Editor L. Duprat Duverger || 1826."

Nº 73
A. Brué, 1826
Parte norte do
"Mapa Geral || da || América || Meridional || e das ilhas que dela dependem || traçado || por A. Brué, geógrafo do rei. || Paris 1826. || Ed.

do autor, Rue des Maçons-Sorbonne nº 9...”

Nº 74
A. Brué, 1826
Parte norte do
“Mapa || do Brasil || e || de uma parte dos países adjacentes || redigido || por A. Brué, geógrafo do rei, || segundo as observações astronômicas dos portugueses, dos espanhóis, || dos franceses, dos ingleses e de um grande número de mapas publicados ou inéditos. || Paris 1826. || Ed. do autor, Rue des Maçons-Sorbonne nº 9...”

Nº 75
L. Vivien, 1826
“Mapa Geral || do || Império do Brasil; || por L. Vivien, geógrafo, || gravado por Giraldon Bovinet || 1826 || Paris, || Ed. Ménard e Desenne, Rue Git-le-Coeur – no 8.”

Nº 76
Pierre Lapie, 1828
“Mapa || da Colômbia || e das Guianas || traçado por Lapie, primeiro geógrafo do rei || e Lapie, tenente-engenheiro-geógrafo, || Paris, 1828. || Ed. Eymery Fruger e Cie, Rue Mazarine, nº 30.”

Nº 77
Pierre Lapie, 1829
“Parte norte do mapa || do Brasil, || traçado por Lapie, primeiro geógrafo do rei || e Lapie Filho, geógrafo de sua alteza real o senhor Delfim, Paris, 1829 || Ed. Eymery Fruger e Cia. || Rua Mazarine, nº 30.”

Nº 78
A.-H. Brué, 1834
Parte do novo mapa || da || América Meridional || e das || ilhas que dela dependem, || dedicado à Academia Real das Ciências do Instituto da França, || por || A.-H. Brué, geógrafo do rei || da Comissão Central da Sociedade de Geografia de Paris, || membro honorário daquela de Londres etc. || Paris, 1834, || Ed. viúva Brué, Rue des Maçons-Sorbonne, nº 11 e nos principais comerciantes de mapas geográficos. Obra póstuma.”

Nº 79
Pierre Lapie, 1838
Parte norte do:
"Mapa || do Brasil || traçado por Lapie Coronel de Estado Major || e Lapie Filho, capitão do mesmo corpo || Paris 1838 || Ed. P. C. Lehuby Libraire || Rue de Seine nº 48."

Nº 80
A.-H. Brué e Ch. Piquet, 1839
Parte do – "Novo Mapa" || da || América || Meridional || e das || ilhas que dela dependem. || Dedicado à Academia Real das Ciências do Instituto da França: || por || A.-H. Brué, geógrafo do rei. || Revisto, corrigido e aumentado por Ch. Picquet, geógr. do rei e do duque de Orleans. || Paris, 1839. || Ed. Ch. Picquet, proprietário dos mapas e atlas de Brué, || Quai Conti nº 17, perto do Pont des Arts."

Nº 81
V. Levasseur, 1849
"Colônias francesas" (na América). "Geografia e estatística, de V. Levasseur engenheiro-geógrafo. Rue de Malte 23."

Nº 83
Mapa Anônimo Brasileiro, 1853
"Mapa topográfico || da província de || Oyapockia || 1853. || Lit. impr. de Heaton & Rensburg, Rue d'Ajuda, 68."

Nº 84
J. da Costa Azevedo, 1860
(mais tarde almirante e barão de Ladário).
"No 1. || Mapa || hidrográfico e descritivo || da parte compreendida entre o rio Conani || e o rio Oiapoque. || Anexo à segunda parte dos trabalhos apresentados ao governo imperial no ano de 1860 pelo || Capão Tte José da Costa Azevedo."

Nº 85
J. da Costa Azevedo, 1860
"No 2. || Mapa || hidrográfico e descritivo || da parte compreendida entre

o rio Araguari || e o rio Calçoene || Anexo à segunda parte dos trabalhos apresentados ao governo imperial no ano de 1860 pelo || Capão Tte José da Costa Azevedo."

Nº 86

F. Mouchez, 1868

Redução da parte principal do – "Mapa || das || costas da Guiana || desde Caiena até a embocadura do Amazonas || traçado segundo os mais recentes documentos || e as observações feitas a bordo || do Entrecasteaux e do Lamotte Piquet || por F. Mouchez, capt. de fragata. || Depósito dos Mapas e Planos da Marinha || 1868. || Edição de julho de 1896."

Lista, por ordem de data, de todos os mapas anteriores ao Tratado de Utrecht submetidos ao exame do árbitro pelo Brasil com a indicação do Atlas ou do Tomo das duas memórias do Brasil onde eles se encontram

1º 1500 – Juan de la Cosa, manuscrito	1º Atlas, nº 1.
2º 1519 – Visconde de Maiollo, manuscrito	1º Atlas, nº 1A.
3º 1514-1515 ou antes de 1520 – conde Di Ottomano Freducci, manuscrito	Tratado 1º da 2ª Memória.
4º 1523 – Mapa de Turim, manuscrito	1º Atlas, nº 2.
5º 1527 – Visconde de Maiollo, manuscrito	1º Atlas, nº 3.
6º 1529 – Diogo Ribeiro, manuscrito	1º Atlas, nº 4.
7º 1536 – Alonzo de Chaves (reconstituição)	2º Atlas, nº 1.
8º 1543 – Nicolas Desliens (1543 ou mais tarde), manuscrito	1º Atlas, nº 5.
9º 1544 – Sebastien Cabot (Sebastiano Caboto), gravado	1º Atlas, nº 6.
10º 1550 – Diego Guiterrez, manuscrito	1º Atlas, nº 7.
11º 1550 (?) – Diego Guiterrez, gravado, 1562	1º Atlas, nº 8.
12º 1550 – Pierre Desceliers, manuscrito	1º Atlas, nº 9.
13º 1554 – Jacopo Gastaldi, gravado	1º Atlas, nº 10.

14º 1558 – Diogo Homem, manuscrito	1º Atlas, nº 11.
15º 1558 (?) – Diogo Homem, manuscrito	1º Atlas, nº 12.
16º 1559 – André Homem, manuscrito	2º Atlas, nº 2.
17º 1560 – Mapa espanhol, manuscrito	1º Atlas, nº 13.
18º 1561 – Bartolomeo Velho, manuscrito	1º Atlas, nº 14.
19º 1562 – Bartolomeo Olives, manuscrito	1º Atlas, nº 15.
20º e 21º 1563 – Lázaro Luís, manuscrito	1º Atlas, nºs 16A e 16B.
22º 1564 – Fernão Vaz Dourado, manuscrito	2º Atlas, nº 3.
23º e 24º 1568 – Diogo Homem, manuscrito	1º Atlas, nº 17A e 17B.
	Tratado 1º da 2ª Memória.
25º e 26º 1568 – Fernão Vaz Dourado, manuscrito	1º Atlas, nºs 18A e 18B.
27º 1569 – Gerardus Mercator (Gerard Cremer), gravado	1º Atlas, nº 19.
	Tratado 1º da 2ª Memória.
28º 1570 (?) – Fernão Vaz Dourado, manuscrito	2º Atlas, nº 4.
29º 1570 – Abraham Ortelius (Ab. Ortelz), gravado	1º Atlas, nº 20.
30º 1570 – Abraham Ortelius (Ab. Ortelz), gravado	1º Atlas, nº 21.
31º e 32º 1571 – Fernão Vaz Dourado, manuscrito	1º Atlas, nºs 22A e 22B.
	Tratado 1º da 2ª Memória.
33º 1575 – André Thevet, gravado	1º Atlas, nº 23.
	Tratado 1º da 2ª Memória.
34º 1575 – François de Belleforest, gravado	1º Atlas, nº 24.
35º 1576 – Philippe Apian (Ph. Benewitz), parte de seu globo	2º Atlas, nº 5
	Tratado 1º da 2ª Memória.
36º 1579 – Jacques De Vaudeclaye, manuscrito	1º Atlas, nº 25.
37º e 38º 1580 – Fernão Vaz Dourado, manuscrito	1º Atlas, nº 26A e 26B.
39º 1580 – Bartolomeo Olives, manuscrito	2º Atlas, nº 6.
40º 1582 – João Martines, manuscrito	1º Atlas, nº 27.
41º 1582 – Joan Martines, manuscrito	1º Atlas, nº 28.
42º 1584 – Giovanni Battista Mazza, gravado	1º Atlas, nº 29.
43º 1585 – Joannes A. Doetechum (Jan van Doet), gravado	1º Atlas, nº 30.
44º 1587 – Abraham Ortelius, gravado	1º Atlas, nº 31.
45º 1587 – Abraham Ortelius, gravado	1º Atlas, nº 32.

46º 1587 – Rumoldus Mercator, gravado	1º Atlas, nº 33.
47º e 48º 1588 – Christianus Sgrothenius, manuscrito	2º Atlas, nºs 7 e 7bis.
	1º Atlas, nº 34.
49º 1592 – Théodore de Bry, gravado	Tratado 1º da 2ª Memória.
50º 1593 – Cornelius de Judaeis (Cornelis de Jode), gravado	1º Atlas, nº 35.
51º 1593. – Cornelius de Judaeis (Cornelis de Jode), gravado	1º Atlas, nº 36.
52º 1594. – Petrus Plancius, gravado	1º Atlas, nº 37.
53º 1594 – Théodore de Bry, gravado	1º Atlas, nº 38.
54º 1595 (antes) – Globo de Zurique	2º Atlas, nº 8.
55º 1595 – Michael Mercator, gravado	1º Atlas, nº 39.
56º 1596 – Théodore de Bry, gravado	1º Atlas, nº 40.
57º 1596 – Arnoldus Florentius a Langren (A.-F. van Langeren), gravado	1º Atlas, nº 41.
58º 1597 – Cornelius Wytfliet, gravado	1º Atlas, nº 42.
59º 1597 – Jodocus Hondius (Josse Hond), gravado	1º Atlas, nº 43.
60º 1598 – Mathias Quad, gravado	1º Atlas, nº 43A.
61º 1598 – B. Langenes, gravado	1º Atlas, nº 43B.
62º 1598 (?) – Mapa inglês, manuscrito	1º Atlas, nº 44.
63º 1598 – Jodocus Hondius, gravado	1º Atlas, nº 45.
64º 1599 – Levinus Hulsius, gravado	1º Atlas, nº 46.
65º 1599 – Théodore de Bry, gravado	1º Atlas, nº 47.
66º 1599 – Petrus Plancius, gravado	1º Atlas, nº 48.
67º 1599 – Edward Wright e Richard Hakluyt, gravado	1º Atlas, nº 49.
68º 1602 – Gabriel Tatton, manuscrito	1º Atlas, nº 50.
69º 1602 – Jodocus Hondius, gravado	1º Atlas, nº 51.
70º 1602 – Jodocus Hondius, gravado	1º Atlas, nº 52.
71º 1605 – Cornelius Claeszon, gravado	1º Atlas, nº 57.
72º 1606 – Jodocus Hondius, gravado	1º Atlas, nº 53.
73º 1608 – Gabriel Tatton, manuscrito	1º Atlas, nº 54.
74º 1610 – Harmen Janss e Marten Janss, manuscrito	1º Atlas, nº 55.
	1º Atlas, nº 56.
75º 1614 – Petrus Koerius, gravado	Tratado 1º da 1ª Memória.
76º 1616 – Petrus Bertius, gravado	1º Atlas, nº 58.

77º 1616 – Petrus Bertius, gravado	1º Atlas, nº 59.
78º 1617 – Sir Walter Ralegh, manuscrito	2º Atlas, nº 9.
79º 1618 – Lucas de Quirós, manuscrito	2º Atlas, nº 10.
80º 1625 – Mapa holandês, manuscrito	2º Atlas, nº 11.
81º 1625 – Johannes de Laet, gravado	1º Atlas, nº 60.
82º 1628 – Mathieu Merian, gravado	1º Atlas, nº 64.
83º 1630 – Arnoldus Florentius A. Langren, gravado	1º Atlas, nº 61.
84º 1631 – G. Blaeuw, gravado	1º Atlas, nº 62.
85º 1633 – Jodocus Hondius, gravado	1º Atlas, nº 63.
86º 1640 – Clemendt de Jonghe (duas folhas), gravado	1º Atlas, nº 65. Tratado 1º da 1ª Memória.
87º 1640 – João Teixeira, manuscrito	1º Atlas, nº 66.
88º 1640 – João Teixeira, manuscrito	1º Atlas, nº 68.
89º 1642 – João Teixeira, manuscrito	1º Atlas, nº 67.
90º 1646 – Robert Dudley, gravado	1º Atlas, nº 69.
91º 1646 – Robert Dudley, gravado	1º Atlas, nº 70.
92º 1646 – Robert Dudley, gravado	1º Atlas, nº 71.
93º 1650 – Nicolas Sanson, gravado	1º Atlas, nº 72. 1º Atlas, nº 83.
94º 1655 – conde de Pagan, gravado	Tratado 1º da 1ª Memória.
95º 1655 – Sebastián de Ruesta, manuscrito	2º Atlas, nº 14.
96º 1656 – Nicolas Sanson, gravado	1º Atlas, nº 73.
97º 1657 – Gioseffo Rosaccio, gravado	2º Atlas, nº 12.
98º 1658 – Nicolas Sanson, gravado	2º Atlas, nº 13.
99º 1660 – Dancker Danckerts, gravado	1º Atlas, nº 74. 1º Atlas, nº 75.
100º 1664 – Pierre du Val, gravado	Tratado 1º da 1ª Memória.
101º 1666 – Lefebvre de la Barre, gravado	1º Atlas, nº 76.
102º 1666 – Pierre du Val, gravado	1º Atlas, nº 77.
103º 1679 – Guillaume Sanson, gravado	1º Atlas, nº 78. 1º Atlas, nº 79.
104º 1679 – Pierre du Val, gravado	Tratado 1º da 1ª Memória.
105º 1680 – Guillaume Sanson, gravado	1º Atlas, nº 80.

106º e 107º 1680 – Claes J. Vooght (Atlas Van Keulen), gravado	1º Atlas, nº 81A e 81B.
108º 1683 – Manesson Mallet, gravado	1º Atlas, nº 84.
	1º Atlas, nº 82.
109º 1688 – M. Coronelli, gravado	Tratado 1º da 1ª Memória.
	1º Atlas, nº 86A e 86B.
110º 1691.– Samuel Fritz (duas folhas), gravado	Tratado 1º da 1ª Memória.
	1º Atlas, nº 85.
111º 1698 – Froger e o marquês de Ferrolle, gravado	Tratado 1º da 1ª Memória.
112º 1700 – Guillaume de l'Isle, gravado	1º Atlas, nº 87.
113º 1700 – Guillaume de l'Isle, gravado	1º Atlas, nº 88.
114º 1703 – Guillaume de l'Isle, gravado	1º Atlas, nº 89.
115º 1705 – Nicolas de Fer, gravado.	1º Atlas, nº 90.
	1º Atlas, nº 91.
116º 1707 – Samuel Fritz, gravado.	Tratado 1º da 1ª Memória.

Índice onomástico e toponímico

A

ACARAÍ 143, 144
ACUÑA, Christoval de (padre) 92 (nota 164), 112
ÁFRICA 68 (nota 81)
ÁFRICA DO SUL 121
AGUILAR, J. de Herrera y, 84 (nota 138)
AIGENLER, Adam (padre) 99, 100 e nota 189, 101
AÏGOUARIPOUCOU 108 (nota 219)
ALAGOAS 134 (nota 293)
ALBUQUERQUE, Antonio de, 33, 122
ALCALÁ 55 (nota 59)
ALEMANHA 68
AMACORA (rio) 88
AMANAÍ (rio) 49
AMAPÁ (rio) 49, 50
AMAZONAS (bacia) 27, 142, 143, 144
– (rio) 26 (nota 6), 27, 35 (notas 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21), 40, 41, 42 e nota 35, 43, 44 (nota 42), 45, 46, 47, 49, 56, 57, 58, 59 e nota 65, 60 e nota 66, 61, 63, 65, 67, 69, 70 e nota 104, 71, 72 e nota 108,

73, 74, 75, 76, 77 e notas 127 e 129, 79, 80, 88, 90 (nota 150), 91 (nota 152), 92, 93, 94 e nota 168, 96, 98 e nota 186, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 115, 117, 123, 127, 128, 133, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 148
AMAZÔNIA 133
AMÉRICA 29, 40 (nota 26), 47, 57 e nota 60, 62, 68 e nota 81, 77 (nota 130), 93, 97 (nota 178), 115, 116, 141
– (mapa) 79 (nota 133), 94, 118
AMÉRICA MERIDIONAL 111 e nota 221
– (mapa) 63 (nota 72)
AMÉRICA DO NORTE (em inglês no texto) 52 (nota 53), 66 (nota 74), 67
AMÉRICA DO SUL 57, 59, 60, 61, 112
ANA (Rainha) 27 (nota 7)
ANACAIURI (cacique) 104, 106, 107
ANACORY 106
ANAGUARIPUCU (rio) 101
ANAKY-V-RY (cacique) 106
ANAUVEIRAPUCU (rio) 101
ANCON (cabo) 88
ANCONA 75, 77 (nota 127)
– em italiano no texto 75 (nota 124)
ANDRADA, Gomes Freire de, 122
ANEGADA (ponta) 67
ANGHIERA, Pedro Mártir de, 39 e nota 24, 40, 41, 43, 44 e nota 42, 49, 55, 56
ANGIA 76
ANTILHAS (mar) 52
ANTUÉRPIA 71
APANTA (província) 112
APER WACQUE (rio) 101
APIAN, Philippe, 55, 68
APLACELADO (cabo) 87 (nota 142)
APOREMA 50
APROAGUE (rio) 77, 78, 80, 81, 97, 101, 112
- (cabo) 47
ARAGÓN, dom Luís de (cardeal) 44 e nota 42

ARAGUARI ou ARAOUARY (rio) 21, 26, 27, 32, 34, 35, 49, 50, 69, 90, 91, 92, 98, 101, 102, 108, 117, 118, 119, 126, 127 e nota 275, 128 e notas 277 e 278, 135, 137, 139, 143, 144, 145, 150
ARATORI ou ARATURE (rio) 88
ARAWARY ou ARRAWARY (rio) 101, 106
ARCIZEWSKI 134 (nota 293)
ARENAL 76
ARGENTINA 148
ARIANOS (índios) 128
AROUARY (rio) 34 (nota 8)
ARWY (rio) 101, 106 e notas 210
ÁSIA 62 (nota 70)
ATALAIA 79 (nota133)
AUMONT (duque de) 140, 142
AUROMA (ponta) 88
AVES (rio) 72 (nota 109), 78
AWARIBAGO ou AWARIBOGUE 108

B

BAHIA 94
BAÍA DE SÃO JOÃO 59 (nota 64)
BAIONA 118 (nota 241)
BARANGAS VERNEIAS ou BARERAS VERMEIAS 76
BARAHOUARI (rio) 127
BARCELONA 95 (nota 171)
BARIMA 88
BARNICIO 100
BARRIOS, Gabriel de (capitão) 85
BARTOLOMEU VELHO 74, 78, 95
BASILEIA 68 (nota 77)
BATABUTO (rio) 127
BEAUCHAMP, Alphonse de, 133 e nota 289, 134 e nota 291
BELÉM 134
BELLEFOREST, François, 68

BELLIN, S., 48 e nota 50
BEMBO 60 (nota 65)
BERLIM 73 (nota 118)
BERNA 29, 149 (nota 315), 153
BERREDO 130, 134 e nota 290
BERTHELOT (senhor) 29 (nota 9)
BETTENDORFF, Jean-Philippe (padre) 97, 125
BIDDLE (senhor) 65
BIET, Antoine, 122
BLACKWATER 36
BLAEUW, G., 92
BLANCHO ou BLANCO (cabo) 61, 67, 69 (nota 100), 76
BOA ESPERANÇA (cabo) 121
BOA VISTA 59
BOCA DO DRAGÃO 40, 41
BOLINGBROKE (lorde) 27 (nota 7), 35, 139, 140, 142
BONNE 93
BOYER, Paul, 122
BRASIL 21, 24, 25, 26 e nota 6, 27, 28 e nota 8, 29 e notas 9 e 10, 31 (notas 1 e 2), 32, 33, 35 (nota 17), 37, 39, 40 (nota 27), 41 (nota 32), 42 e nota 36, 49, 52, 53, 54, 55 e nota 59, 56, 57 e nota 61, 60 (nota 65), 62 e nota 69, 63, 65 (nota 73), 67, 68 (notas 75, 76, 78, 82 e 83), 69 (nota 87), 70 (notas 101 e 104), 72 e nota 108, 73 e notas 111 e 117, 74 e notas 119 e 122, 75 (nota 126), 77 (nota 129), 78 e nota 132, 79 (nota 133), 80, 81, 88, 89 (nota 146), 91 e notas 151, 152 e 157, 92 e notas 158, 160, 162 e 163, 93, 94 e notas 167 e 168, 95, 98 (nota 180), 101, 102, 103 (nota 192), 105 (notas 204 e 205), 106 (nota 212), 107, 111 (nota 222), 112, 115, 116 e notas 231 e 234, 117 (nota 238), 119 (nota 243), 122 e nota 251, 124, 125 (nota 264), 126, 127 (nota 271), 128 e notas 277 e 278, 134 (notas 289, 292 e 293), 138, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151 (notas 318 e 319), 153
– (em inglês no texto) 134 (nota 290)
BREST 118 (nota 241)
BROCHADO 35, 139
BRUXELAS 62 (nota 70)

BRY, Théodore de, 69
BUACHE, Nicolas, 148

C

CABO (cidade) 121
CABO BAXO 79 (nota 133)
CABOTO, Sebastião, 54, 55, 58, 65 e nota 73, 66 e nota 74, 67, 70, 71, 72 (nota 108), 73, 89
CABOTO, Jean, 67
CACIQUE (rio) 72 (nota 109), 79 (nota 133), 80
CAIENA 33, 34, 44 (nota 42), 49, 57, 58, 61, 63, 96 (nota 174), 100, 102, 105, 108, 112, 113, 122, 127, 128, 138, 139, 140, 144, 147, 149
– (ilha) 47, 99, 112, 115, 143
– (rio) 45, 99, 104, 105
CAIPUROGH ou CAYPUROGH (rio) 105, 106 e nota 208
CALAIS 118 (nota 241)
CALCANHAR (ponta) 39
CALÇOENE ou CARSEWÈNE (rio) 32, 45 e nota 44, 46, 50, 69, 106, 149, 150
CAMAMORO 55
CAMARIPU (monte) 119
CAMARUPI (ponta) 119
CAMÕES 96
CAMPA (rio) 133, 134
CAMSUARE (província) 112
CANADÁ 66 (nota 74)
CAPE COLONY 122
CAPETOWN 121
CAPITANIA DO NORTE 98 (nota 186), 99
CARAPAPÓRIS (rio) 28, 32, 44, 45 (nota 44), 49, 50, 69, 105, 108, 126, 127
- (ilha) 97, 124, 128 e nota 277
CARAÍBAS ou CHARIBES (índios) 104, 106
CARIMANARÉ 46

CARIPOUS 107
CARLOS V 54 e nota 55, 59, 79, 83, 88, 89, 95 e nota 172, 96, 102, 119
CASABLANCA (senhor) 29 (nota 9)
CASANOVA, Eugênio, 75 e nota 124
CASSIPORÉ, CASSIPOROUGH, CASSIPOURI, CASSIPUROUGH, CACHIPOUR, CACHIPUR, CASSIPUR (rio) 32, 97, 105, 106 e nota 208, 107
- (cabo), 42, 48
CASTELA 53, 84, 95 (nota 172)
CASTRO NUEVO (marquês de Quintana) 84
CAVIANA (ilha) 59
CAYPOROUNE 106
CAYPOUR (cabo) 103, 105
CAYPURA (rio) 105, 106
CECIL (cabo) 90, 124
CHABO ROSSO 76
CHAVES Alonzo de, 53, 54 e nota 56, 55, 59 e nota 64, 60, 61, 63, 88, 89, 90, 95
CHIACONOS (índios) 39 (nota 24)
CLAIRAMBAULT 122 (nota 252)
COIMBRA 100 (nota 189)
COLMENERO, Anton Fernández, 41, 42
COLOMBO, Diego, 40 e nota 29, 41 (nota 31)
COMARIBO (ponta) 125
– (monte) 47, 96, 107, 119
COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS 134
CONGRESSO DE VIENA 24, 25, 149
CONSTANÇA 98
CONVENÇÃO DE PARIS (1817) 24
COOSHEBERY 106
COOTE, Charles H., 97 (nota 176)
COPANAMA 88
CORIENTES 79 (nota 133)
CORUPA (província) 112
CORREIA, Isabel, 84 (nota 138)
CÓRSEGA (ilha) 63 (nota 71)

CORSO (cabo) 74, 91 e nota 152, 94 e nota 169
CORSO, Francisco, 74
CORSO, Pero, 74
CORTE REAL, Diogo de Mendonça, 35, 66
COSA, Juan de la, 42
COSTA AZEVEDO 50, 63, 118
COSTA BAIXA 59 (nota 64)
COSTA BRAVA 79 (nota 133)
COSTA DE MEDANOS 88
COSTA DE PARICURA, PALICURA ou PARICURIA 56, 57, 67, 76
COSTA SUJA 59 (nota 64)
CRAWFORD (lorde) 97 (nota 176)
CRÉANTON, Mocquet de, 108 e nota 217
CUMAÚ (forte) 138
CUNANI (rio) 49, 69, 92, 118 e nota 239
CURUPÁ 134

D

DAIGREMONT 122
DANCKERTS, Dancker, 69
D'ANVILLE 63 e nota 72, 105, 106, 111 (nota 221), 126
DARTMOUTH (lorde) 139, 140
D'AVEZAC 42 e nota 35, 79 (nota 133), 80 e nota 134, 89, 94 (nota 168), 130
D'AVITY, Pierre, 99, 100, 107 e nota 214
DE L'ISLE 90, 112, 113, 149
DEL PLACEL (ponta) 61
DEMERARA (rio) 88 e nota 143
DESBUISSONS (senhor) 61
DESCELIERS, Pierre, 70 e nota 104, 72 (nota 108), 77 e nota 129, 78, 97 (nota 176)
DESLIENS, Nicolas, 68, 70 e nota 104, 72 (nota 108)
DESSEQUEBE 106
DESTERRO (forte) 112

DIABO (costa do) 79 (nota 133)
DIEPPE 68 (nota 81), 70 (nota 104), 77, 97 e nota 176, 103
DIOGO LEITE (baía) 59 (nota 64), 74
D'ORVILLIERS, Claude, 96 (nota 174)
DO PRATA 66
– (bacia) 66
– (rio) 54, 66 nota 74, 133
DOS ESCRAVOS (cabo) 60
DRAKE, Francis, 90 (nota 150)
DUCOUDRAY (senhor) 29 (nota 9)
DUDLEY 90 e nota 150, 92, 126, 149
DU VAL, Pierre, 111, 112

E

EIDUMANNIA 36
ELISÍO, Bautista, 44
ENCISO 43, 130
ENGELHARDT, Ed., 130 (nota 284)
EQUADOR 42 (nota 35), 56, 59 (nota 64), 61, 63, 65, 70, 72 (notas 108 e 109), 94, 100, 101, 108, 128 (nota 277)
ESCOBEDO, Juan Bautista de, 85, 86
ESCÓCIA 66 (nota 74)
ESCUDO (ilha) 90 (nota 150)
ESPANHA 39, 43, 44, 54, 59, 66 e nota 74, 69 (nota 99), 79 (nota 133), 87, 88, 89, 93, 95, 115, 116, 117, 122, 141, 148, 149
ESSEQUIBO (rio) 75, 76, 88 (nota 143), 106
EUROPA 24, 60 (nota 65), 68 e nota 81, 70 (nota 104), 111 (nota 221), 118, 134, 141

F

FALSA MONTANHA DE PRATA 46
FER, Antoine de, 62 (nota 70), 118 (nota 241)

FER, Nicolas de, 111
FERROLLE (marquês de) 33, 108, 111, 116, 124, 127e notas 273 e 275, 128, 135, 139
FILIPE IV (da Espanha) 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 102, 116, 117 e nota 238, 118, 119, 122
FLOR, Arnold, 100
FLORENÇA 73, 75 (notas 124 e 125)
FLÓRIDA 133
FOURNIER, Georges, 122
FRANÇA 21, 22, 24, 25, 26, 27 e nota 7, 28, 29, 31, 32, 33 e nota 3, 34, 35, 36, 37, 39 (nota 23), 40, 41, 44 e nota 38, 51, 53, 57 e nota 62, 62 (nota 70), 68, 69 (nota 100), 70 e nota 102, 71 e nota 106, 72 e nota 109, 73 (nota s110 e 112), 74, 77 e notas 129 e 131, 78, 79 (nota 133), 83 e nota 135, 88, 89, 90 e nota 149, 91 (notas 151, 152, 153, 154 e 157), 92 e nota 161, 93, 94 e nota 169, 96 (nota 173), 98 e nota 186, 102, 103 e nota 194, 104 (notas 195 e 202), 105, 106 (notas 206 e 207), 108 (nota 215), 109, 111, 115, 116 e nota 232, 117 e nota 236, 118 e nota 239, 119 e nota 244, 120, 121, 123 e nota 253, 124 (nota 255), 125 (nota 265), 126 e nota 268, 127 (nota 272), 128 (notas 277 e 279), 130 e nota 285, 133 e nota 286, 135 (nota 294), 137 e nota 298, 138, 139 (notas 300 e 301), 140 e nota 305, 141, 142 e nota 307, 143 e notas 308 e 309, 144, 145, 147, 148, 150 e nota 317, 151
- em inglês no texto 48 (nota 51)
- (mapa) 62 e nota 71
FRANÇA EQUINOCIAL 111
FRANCISCO I 72
FREDUCCI, Ottomano (conde) 57, 75 e nota 124, 76, 78, 79, 80, 95
FRITZ, Samuel (padre) 89, 90, 149, 150
FRÓIS, Fernam, 74
FROGER 47, 111
FURNA GRANDE 56

G

GAILLARD, Gilbert (senhor) 29 (nota 9)
GARCÍA FERRANDO 40, 41
GARCÍA HERNÁNDEZ 40,
GASTALDI, Jacopo, 69
GAUDAIS ou GODAIS 108 e nota 218
GAYANGOS, Pascual (dom) 87 (nota 141)
GÊNOVA 62 (nota 71)
GIRONDA (rio) 32
GIRY, A., 105 (nota 203)
GOETTINGEN 97 (nota 176)
GOURMONT, Jean de, 68 (nota 80)
GOVERNO INGLÊS 140, 148
GOVERNO DO BRASIL 22, 28 e nota 8, 29 (nota 9)
GOVERNADOR DO MARANHÃO 35, 130
GOVERNADOR DO PARÁ 33, 149
GOVERNO ESPANHOL 84 (nota 136)
GOVERNO FRANCÊS 24, 29 (nota 9), 32, 84, 90, 93, 99, 102, 123, 139, 144, 147, 150, 153
GOVERNO PORTUGUÊS 34, 73 (nota 131), 112, 137, 147
GRAMPARÁ 97
GRÃ-BRETANHA 24, 141
GRANADA 40
GRANDE MONTANHA 49, 50
GRANDIDIER, Alfred, 62 e nota 68
GREENWICH 59
GROTIUS 129, 130 (nota 282)
GUADALAJARA, Marcos, 95
GUAIANA ou GUIANA (província) 101
GUAIMA 88
GUARARAPES 134 (nota 293)
GUAYAPOCO (rio) 119
GUERARD, Jean, 103, 107
GUIANA BRASILEIRA 44 (nota 42), 118 (nota 240)
GUIANA FRANCESA 24, 29 (nota 9), 45, 61, 81, 111, 128 (nota 278),

142, 143, 148
GUIANA HOLANDESA 80
GUIANA INDÍGENA 47
GUIANA PORTUGUESA 24, 92, 142, 145
GUILLAUME (Le Testu) 77 (notas 129)
GURUPÁ (rio) 134
GUSMÁN, dom Pedro Nuñez de (conde de Villa Umbrosa) 84
GUTIERREZ, Diego, 55, 58, 65 e nota 73, 66, 67, 68, 70, 71, 73, 89
GUYOT-LAVALINE (senhor) 29 (nota 9)

H

HAKLUYT, Richard, 55, 69, 90 (nota 150), 125 (nota 259)
HARCOURT, Robert, 36, 47, 99, 106 e notas 208 e 209, 107
HARRISSE, Henry, 40 e nota 26, 52 (nota 53), 55 e nota 59, 57 (nota 60), 59 e nota 64, 60 (nota 66), 66 e nota 74, 67, 97 (nota 176)
HARTSINCK 124
HARVEY, Edward, 127
HAWKINS, John, 91 (nota 150)
HOANG-HO 129
HOLANDA 61, 62 (nota 70), 134, 138, 143, 144
HOMEM, André, 70, 71 e nota 107, 72 e nota 108, 78, 89, 95
HOMEM, Diogo, 70, 73, 78, 89, 95
HONDIUS, Jodocus, 69, 126
HUDSON (baía) 65
HUMBOLDT 56, 149
HUYAPARY 54, 88

I

ILHAS SHETLAND 66 (nota 74)
ILHÉU (baía) 59 (nota 64)
ILLIGER 44 (nota 42)
ÍNDIAS OCIDENTAIS 84, 86, 87 e nota 140

INGLATERRA 36, 66 (nota 74), 67, 92 (nota 163), 140, 142, 143, 144, 147
– (embaixador da) 27 (nota 7), 35, 140
IRACUBO (rio) 45
IRLANDA 66 (nota 74)
ITÁLIA 68, 77, 115
ITAPICURU ou TAPICORU (rio) 71 (nota 104)
IWARIPOCO 108

J

JAPARI 72
JAPOC ou JAPOCO (rio) 21, 26, 27, 31 e nota 1, 32, 33, 36, 103, 108, 123, 142, 145, 150, 153
JARI ou YARI (rio) 92
JENIPAPO (rio) 92 e nota 164
JOÃO IV, dom (de Portugal) 122
JODE, Cornelis de, 69
JULES GODIN (senhor) 29 (nota 9)

K

KENDAL, Abraham, 90 (nota 150)
KEYMIS 36, 43, 44 e nota 38, 46, 105, 106 e nota 208, 108 (nota 219), 124, 126
KOHL, J.G., 58, 66 (nota 74), 67
KOUROU (rio) 61
KRETSCHMER, Konrad, 73 (nota 118), 77 (nota 127)
KUNSTMANN, Friedrich, 70 e nota 103, 79 (nota 133)

L

LA BARRE, Lefebvre de, 47, 107 e nota 213, 111
LABRADOR 66 (nota 74)

LA CONDAMINE 36 e nota 22, 126, 127, 148, 149, 150
LA CONDE (cabo) 108 e nota 215
LA CORDA (cabo) 108 (nota 215)
LAET, Johannes de, 47, 88 e notas 143, 144 e 145, 92 (nota 164), 100, 101, 124
LA FURNA (ponta) 61
L'ALDEA (rio) 61
LANGENES, B., 69
LA RAVARDIÈRE 103, 115 (nota 230)
LARTIGUE 48 e nota 51
LAS ARBOLEDAS (rio) 61
LAS BARERAS 76
LAS PLANAS 76
LAS PLANOSAS (rio) 61, 79 (nota 133)
LAS PLANOXAS 76
LA VUELTA (rio) 61
LAXAS 61, 67
LÁZARO LUÍS 78, 95
LEITE, Diogo, 59 (nota 64), 74
LELEWEL, J., 62 (nota 70), 118 (nota 241)
LEVASSEUR, Émile (senhor) 145 e nota 311
LEVASSEUR, Guillaume, 68 e nota 81
LISBOA 33, 36, 42 (nota 36), 43 (nota 37), 70 e nota 104, 71 (nota 107), 80, 91 (nota 153), 95 (nota 170), 98 (nota 180), 102, 112, 134 (nota 290), 137
LONDRES 40 (nota 26), 52 (nota 53), 66 (nota 74), 67, 71, 90 (nota 150), 97 (nota 176), 106 (nota 209), 125 (nota 259), 134 (nota 290), 139, 140, 141
– em inglês no texto 87 (nota 141)
LOS DIABLOS (ilha) 88
LOS ESCLAVOS (rio) 61, 67
LOS FARILLONES (cabo) 79 (nota 133)
LOS HUMOS (cabo) 97
LUÍS (forte) 112
LUÍS XIV 27 (nota 7), 31, 34, 35, 112, 122, 137, 138, 139, 140, 142, 143
LYON 68 (nota 80)

M

MACAPÁ (forte) 137, 138, 142
– (ponta) 89, 117, 119, 123
– (rio) 49, 91, 101, 138
MACARI (lago) 127
MACIEL PARENTE, Bento, 96, 97, 115, 117, 133, 134
MADAGASCAR (ilha) 62 e nota 68
MADRE DE DEUS, Gaspar da, 43 (nota 37)
MADRI 40 e nota 29, 86, 87, 93 (nota 166), 148, 149, 151
MAGUARI (cabo) 56
MAHI (rio) 101
MAIACARÉ (rio) 32, 127 e nota 273
MAIOLLO 75, 76, 78, 79, 80, 95
MANAIE (rio) 49
MANESSON-MALLET 111
MÂNTUA 77 (nota 127)
MARACÁ (ilha) 50, 97, 124, 128, 148
MARANGUIS (índios) 92
MARANHÃO 35, 57 (nota 60), 70 (nota 104), 72, 91 e notas 153 e 157, 94, 96, 97 e nota 179, 98 (nota 186), 115 (nota 230), 125, 130, 134 (nota 290)
– (baía) 59 e nota 64, 65, 71 (nota 104), 72 (nota 108), 74, 75, 76, 77 e nota 127
MARAÑÓN (rio) 55, 56, 57 e nota 60, 58, 59 e nota 64, 60 e nota 65, 61, 65, 67, 69 (nota 100), 74, 75, 76
MARATEKA 88
MARCEL, Gabriel, 68 (nota 81), 71 (nota 105)
MARCÈRE (senhor) 29 (nota 9)
MAR DOCE 41, 42, 56, 74, 77
– em espanhol no texto, 41, 56, 57 (nota 60), 59 (nota 64), 60, 74, 75
MAR DO NORTE 99, 101
MARIATAMBAL 55
MARIOCAI 134
MAR NEGRO 62 (nota 70)
MARONNE ou MARONI (rio) 61, 80 e nota 134, 81, 88, 89, 95, 112, 138, 140
MARSELHA 62 (nota 71)

MATA REDONDA 134 (nota 293)
MATHONIÈRE, Denis de, 68 (nota 80)
MATHONIÈRE, Nicolas de, 68 (nota 80)
MAURI (colônia) 112
MAZZA, Giovanni Battista, 68
MEDITERRÂNEO 62 e notas 70 e 71, 66 (nota 74)
MENTELLE, Simon, 49, 50, 106, 128 (nota 277)
MERCATOR, Gerard, 55, 62 (nota 70), 66, 68, 69 e nota 100, 70, 80 (nota 134), 89, 93, 94
MERCATOR, Michael, 69
MERCATOR, Rumoldus, 69
MÉXICO 133
MILÃO 75 (nota 126)
MOCQUET, Jean, 103 e nota 193, 104 e notas 195 e 199, 105, 106, 107
MONIS, Ernest (senhor) 29 (nota 9)
MONTANHA DE PRATA 32, 34, 46, 58, 63, 68, 83, 90, 102, 107, 109, 119, 121, 125
MONTE ALEGRE (marquês) 87 (nota 140)
MONTE LUCAS 46, 63, 68
MONTE MAIÉ 45, 46, 48, 49, 50
MONTE PELADO 50
MONTRAVEL, Tardy de, 45, 46, 56, 63
MORAIS, Francisco Teixeira de, 91, 96
MORROWNIA 106
MORROWINNES 106
MORUGA 88
MOUCHEZ 118 (nota 240), 131
MUNIQUE 55, 70 (nota 103)
MURAMARA 50

N

NAGARARY 127 (nota 273)
NÁPOLES 69 (nota 99)
NASSAU (cabo) 87 (nota 142), 88

– (forte) 134
NASSAU, Maurício de (príncipe) 134 (nota 293)
NAVARRETE, Juan-Bautista Sáenz, 40, 41 (notas 30, 31, 33 e 34), 53 (nota 54), 86, 87
NICE 62 (nota 71)
NORTE (cabo) 26, 32, 34, 35 (notas 15, 17, 18 e 19), 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 56, 69, 79 e nota 133, 88, 89, 90, 91, 94 e nota 169, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 107, 108, 113, 115, 116, 117 e nota 238, 118 e nota 239, 119, 121, 122 e nota 251, 123, 124, 125, 126, 127, 128 e nota 278, 130, 138, 139, 140, 142, 147, 149
NORRAK 106
NOVA ANDALUZIA 84 (nota 136), 113
NUNES, Pedro, 91 e nota 151, 93

O

OIAPOQUE, OYAPOC, OYAPOCO, OYAPOK, OYAPOKO ou OYAPUCU (baía) 32, 42, 46, 49, 58, 63, 105, 107
– (cabo) 42, 43, 44 (nota 42), 49, 118, 124
– (rio) 21, 32, 33, 34 e nota 10, 35 e notas 16, 20 e 21, 36, 48, 93, 99, 102, 103, 106, 108, 109, 138, 139
OLIVES, Bartolomeo, 69
ORANGE (cabo) 26, 32, 34, 35, 36, 37, 42 e nota 35, 43, 44 e nota 42, 45, 46, 47, 48, 49, 58, 68, 83, 88, 90, 94 (nota 167), 102, 103, 105, 106, 107, 108 e nota 215, 109, 113, 118, 119, 121, 122 (nota 251), 124, 125, 126, 131, 139, 149
ORBIGNY, Charles d', 44 (nota 42)
ORELLANA, Francisco de, 60 e nota 65, 65, 70 e nota 104, 74
ORENOCO (rio) 41, 43, 48, 54, 58, 72, 88, 90 (nota 150), 123, 143
ORTELIUS, Abraham, 55, 68 e nota 77, 69, 93, 94 e nota 168
OTTOMAN, I. 87 (nota 142), 88 e nota 143
OUYAPOC ou OUAYAPOCO (rio) 36, 108, 119
OVIEDO 54 e notas 55, 57 e 58, 59 e nota 665 60 e nota 66, 61, 90
OYA MIRIM 99
OYACK (rio) 105

P

PAES DO AMARAL 96 (nota 174), 117, 119
PAGAN (conde) 92 (nota 164), 111, 112 e nota 224
PAÍSES BAIXOS 68
PARÁ 33, 89, 92, 93, 96, 98, 101, 108, 115, 119, 125, 131, 149
– (rio) 56, 59 (nota 64), 72 (nota 108), 74, 77, 91, 93, 96, 98 (nota 186), 112, 122
PARAGUAI 66
PARANÁ 66
PARIA (golfo) 39, 40, 41 e nota 30, 42 e notas 35, 59 (nota 64), 74, 90 (nota 150)
PARICURA (província) 40, 41, 43, 55
PARICURA LA DULSE 76
PARICURA LA MAR DULCE 76
PARIME 92
PARIS 24, 25, 26, 28 e nota 8, 31, 39, 42 (nota 35), 44 (nota 42), 46, 48 (notas 50 e 51), 62 (notas 68 e 70), 67, 68 (notas 80 e 81), 71 e notas 105, 106 e 107, 72, 74 (nota 120), 78, 80 (nota 134), 92 (nota 164), 94 (nota 168), 105 (nota 203), 107 (notas 213 e 214), 108 e nota 218, 111 (nota 221), 116, 122 (nota 252), 127 (nota 272), 130 (nota 284), 144, 145 (nota 311), 148, 151
PARU (rio) 92 (nota 164)
PASCUA 67
PEDRO II (dom) 122
PELODE 50
PEÑARANDA (conde) 87 (nota 140)
PERNAMBUCO 74, 134 (nota 293)
PERU 133
PEYRON 126
PFEIL, Aloisio Conrado (padre) 98, 99, 102, 121, 125
PINACE BAY, PINES BAYO, PINESSE BAY, PINIS BAYE ou PYNES BAY 125
PINARÉ 71 (nota 104)
PINAS (baía) 125
PINCON (ilha) 100

PINÇON ou PINZÓN, Vincent Yanes, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 44 e nota 42, 49, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 60, 67, 72 (nota 109), 78
PINDARÉ 71 (nota 104)
PINE RIVER 125
PLAIA BANCHA 76
PLANCIUS, Petrus, 69
POBLASTON 76
POINT PERILOUS 127
PONTA BLANCHA ou BLANCHO 76
PONTA LIANA 76
PONTCHARTRAIN (conde) 108 (nota 217)
PORTO CALVO 134 (nota 293)
PORTUGAL 24, 25, 32, 33, 34, 35, 59, 68, 71 e nota 107, 89, 95 (nota 172), 96 (nota 175), 98 e notas 180 e 186, 99, 100, 108 (nota 218), 115, 116, 120, 122, 123, 128 (nota 278), 133, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151
POSTEL ou POSTELLO, Guillaume, 68 e nota 80
PRADIER-Fodéré 130 (nota 282)
PTOLOMEU 62 (nota 70)
PUERTO BELO 90 (nota 150)
PUNTA DELGADA 79 (nota 133)

Q

QUACHIPURU ou QUAXIPURU 97
QUAD, Mathias, 69
QUAI D'ORSAY 149 (nota 315)

R

RAINHA DA INGLATERRA 142
RALEGH, Walter, 125 e nota 259
RASO (cabo) 48, 74
RASO DO NORTE (cabo) 94

RAHOUARY (rio) 127 (nota 275)
RECIFE 134 (nota 293)
RECLUS, Elisée, 145
REI DE PORTUGAL 98 e nota 180, 140, 143
REIS DA FRANÇA 71, 98 (nota 186), 115, 116, 143
REIS DA ESPANHA 69, 89, 93, 115, 116, 117
RIBEIRO, Diego ou Diogo, 54, 56, 57 (nota 60), 58, 59 (nota 64), 65, 67, 74, 89
RICCIOLIO, J. Bapt., 99, 100
RIO APRACELADO 79 (nota 133)
RIO BAXO 58
RIO BRANCO 138, 144, 145
RIO COMPRIDO 79 (nota 133)
RIO DE ANCONES 79 (nota 133)
RIO DE CANOAS 79 (nota 133), 88, 125
RIO DE CARIBES 79 (nota 133)
RIO DE JANEIRO 26, 43 (nota 37), 91 (nota 151), 94
RIO DELA BARQUA 79 (nota 133)
RIO DE LA BUELTA 76
RIO DE LAGARTOS 79 (nota 133)
RIO DE LA PLATA 66 (nota 74), 133
RIO DELLARESIFE 79 (nota 133)
RIO DE MONTAÑAS ou RIO DE MONTANHAS 79, 88
RIO DE NAUIDA ou RIO DE NAVIDAT 76
RIO DE S. MIGUEL 59 (nota 64)
RIO DE S. PAULO 59 (nota 64)
RIO DO PRACEL 79 (nota 133)
RIO DOS FUMOS 79 (nota 133)
RIO DULCE ou RIO DULÇE 75, 76, 79 (nota 133)
RIO FRESCO 32, 33, 59 (nota 64), 73, 76, 77 e notas 129 e 131, 78, 80, 97, 112
RIO FUERTE 76
RIO JAPOZO 139
RIO NEGRO 66
RIO POBLADO 76
RIO SALADO 75, 76, 79 (nota 133)
RIO VERDE 79 (nota 133), 88

RODES 62 (nota 70)
RODRIGO SILVA (conselheiro) 28
RODRIGUES FERREIRA, Alexandre, 149
RODRÍGUEZ, Domingo (capitão) 85
ROLIN-JAEQUEMYNS, G., 22 (nota 2)
ROMA 54
ROSACCIO, Giuseppe, 68
ROSSIO 100, 101
ROUILLÉ 34, 138
RUESTA, Francisco de, 84
RUESTA, Sebastián de, 84 e nota 138, 85, 86, 87 e nota 140, 88, 89, 90, 93, 98, 119, 124, 126
RUGE, Sophus, 43 (nota 37)

S

SANTO AGOSTINHO (cabo) 39, 40, 54, 59, 60 (nota 65), 122 (nota 251)
SANTO AMBRÓSIO (terra de) 42 e nota 35
– (cabo) 43
SANTO ANTÔNIO (forte) 102, 127
SÃO LOURENÇO (golfo) 66
SÃO ROQUE (cabo) 39
SÃO VICENTE 42, 43
– (cabo) 42, 43
SALVADOR, Vicente do, 91 e nota 151, 93
SANCHES, Antônio, 74, 78, 95
SANCHES, Domingos, 74, 78, 95
SAN SALVADOR (rio) 66
SANSON, Guillaume, 111, 112
SANSON, Nicolas, 62 e nota 70, 92, 108 (nota 215), 111, 112, 118 (nota 241)
SANTA MARIA (golfo) 42
SANTA MARIA DE LA CONSOLACIÓN (cabo) 39
SANTA MARÍA DE LA MAR DULCE 40, 42, 57

S. ANTÃO DE CABO VERDE (ilha) 101
SANTARÉM (visconde) 127 (nota 273), 135
SANTO ANTÔNIO DO ARAGUARI (forte) 102
SARAGOÇA 84
SAVARY, Claude, 68 (nota 80)
SCHOMBURGK 125 (nota 259)
SEIGNELAY (marquês ou marquesa) 127 (nota 272), 135
SENA (rio) 32
SEVILHA 37, 40, 41, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57 (notas 60 e 62), 59 e nota 64, 62, 63, 67, 68 e nota 77, 69, 70, 71, 72 e nota 109, 74, 77, 79, 80 e nota 134, 83, 84 e notas 137 e 138, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 98, 102, 119, 121
SGROTHENUS, Christianus, 68
SHREWSBURY (duque) 35, 140
SILHOL (senhor) 29 (nota 9)
SILVA, J. Caetano da, 39, 42, 43, 65, 67, 72 (nota 108), 93 (nota 165), 98 (nota 181), 121, 122 e nota 251, 125 (nota 264), 126 e nota 270, 130, 150 (nota 316)
SILVEIRA, Simão Estácio da, 91, 93, 95 e nota 172
SIMANCAS 124 (nota 258)
SINAMARI (rio) 48
SÍRIA 62 (nota 70)
SANTO AGOSTINHO (cabo) 39, 40, 54, 59 (nota 64), 60, 122 (nota 251)
SÃO DOMINGOS 60 (nota 65), 74, 133
SÃO LUÍS 91 e nota 157, 115 (nota 230)
SÃO MIGUEL DE CEPEROUX (forte) 112
SOLIS, Juan Diaz de, 39, 52, 53
SOMMERVOGEL (padre) 100 (nota 189)
SOUSA FERREIRA, João de (padre) 77, 96 e nota 175, 97, 125
SOUSA, Gabriel Soares de, 91
SOUSA, Pero Lopes de, 42 (nota 36)
SOUSA VITERBO 71 (nota 107)
SOUTHEY 133 (nota 289), 134 e notas 290 e 291
STIELER 125
STOUR 36

SUCURIÚ 117 (nota 238)
SUIÇA 22
SURINAM OU SURINAME (colônia) 58, 111, 122
SURUBIÚ 117 (nota 238)

T

TABANIPIXI (missão) 98
TALLEYRAND (príncipe) 149
TAPUJUSUS (rio) 117
TARTARUGAL 49
TATTON 106, 124, 127
TEIXEIRA, João, 91, 92, 93
TENERIFE 99, 100
TERRA BAIXA (ponta) 47, 107,
TERRA DOS FUMOS 59 (nota 64)
TERRA FIRME 47, 48, 84, 99, 111, 113
TERRA NOVA 66 (nota 74)
THEVET, André, 68
TIERRA ABAJO ou TIERRA BAJA 87
TOUCHES, Gicquel des (vice-almirante) 45
TOULON 62 (nota 71)
TRACAJATUBA 50
TRATADO DE ARBITRAGEM 22(nota 1), 24, 25, 144
TRATADO DE AMIENS (1892) 144, 145, 151
TRATADO DE BADAJOZ (1801) 144, 145, 151
TRATADO DE LISBOA (1697) 36, 70, 112, 137
TRATADO DE MADRI 148, 149
TRATADO DE UTRECHT 24, 25, 26, 27, 31, 32, 36, 70, 89, 90, 91, 96, 102, 108, 111, 120, 123, 126, 127, 128 e notas 277 e 278, 139, 142, 143, 145, 147, 150, 151, 153
TRATADO PROVISÓRIO (1700) 31, 32, 34, 137, 142
TRATADO DE 1703 141
TRATADO DE 1712 35, 112
TRATADO DE 1778 148

TRATADO DE 1797 149
TRATADO DE 1802 144, 145, 150, 151
TRATADO DE 1897 22, 26, 29 (nota 9), 146
TRÊS EREMITAS 46
TRINIDAD (ilha) 41, 67, 88, 90 (nota 150), 133
TROMBETAS (rio) 101
TUCUJUS (índios) 92
TUMUCUMAQUE (serra) 27, 143, 144, 145
TÚNIS 62 (nota 70)
TURIAÇU (baía) 59
TURIM 54, 56, 57 e nota 62, 67, 75, 89
TYTLER (senhor) 65

U

UAÇÁ 107
UAYAPOCO (cabo) 42, 43, 49, 119
URUGUAI (visconde) 28

V

VAIABOGO ou VAJABOGO 99, 102, 107
VALDOVINOS, Manoel de, 41
VAN DOET Jan, 68 (nota 77), 79, 80
VAN DOET Lucas, 68 (nota 77)
VAN LANGEREN, Arnaud Florent ou VAN LANGREN, Arnold Florentius, 73, 78, 79 e nota 133, 80 e nota 134
VAPOGUE 108
VARNHAGEN (visconde de Porto Seguro) 42 e nota 36, 80 (nota 134), 91 (nota 156)
VASCONCELLOS, Simão de (padre) 91, 94 e nota 168, 96, 99 e nota 188
VATTEL 130
VAUDECLAYE, Jacques de, 70 (nota 104)

VAZ DOURADO, Fernão, 58, 70, 73, 78, 79 e nota 133, 89, 93, 95
VECETE (rio) 72 (nota 109)
VELASCO, Juan López de, 93 e nota 166
VENERO, Ventura (capitão) 85
VENEZA 73
VENEZUELA 84 (nota 136), 92 (nota 163)
VÉNI 88
VERDE (cabo) 122 (nota 251)
VERSALHES 33, 34, 35, 108, 137
VESPÚCIO, Américo, 42 (nota 35), 52, 53, 80 (nota 134)
VICENTE ou VINCENT (rio) 71, 72, 73
VICENTE PINÇON, *vide* VICENTE PINZÓN
VICENTE PINTO (rio) 73, 78
VICENTE PINZÓN (rio) 26, 27, 31 nota 1, 32, 33, 34 e nota 7, 35 (nota 15), 36, 37, 49, 52, 54, 58, 60, 61, 63, 67, 69 e nota 100, 70, 71, 72 e notas 108 e 109), 73, 74, 75, 76, 77 e nota 131, 78, 79 e nota 133, 80 e nota 134, 81, 83, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94 e nota 168, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 112, 116, 117 e nota 238, 118 e nota 239, 119, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128 (nota 277), 130, 138, 139, 142, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 153
VICENTE YANES ou VISENTE JANES (rio) 76, 78, 79, 95
VINCENAÑES 72 (nota 109)
– (rio) 67
VINCENT PINZÓN (porto) 91, 93
(baía) 32, 63, 88, 90, 113, 129, 149
VINCENT PINZÓN, PINSON ou PINÇON (rio) ver VICENTE PINZÓN
VICENTIANES ou VINCENTIAÑES (rio) 57 e nota 62, 72 (nota 109), 78
VICETIÃNS (rio) 76
VON SCHKOPPE 134 (nota 293)
VOOGHT 105, 106

W

WAINI 88
WASHINGTON 148

WATZ 107
WEIMAR 54, 56, 58 e nota 63, 66 (nota 74), 66 (nota 74)
WIAPOC ou WIAPOCO (rio) 34 e nota 10, 36, 46, 90, 99, 102, 106 e notas 210 e 211, 107, 113, 124, 125, 130
WIAPOCOORIES 106
WRIGHT, Edward, 55, 69
WYTFLIET, Cornelis, 78, 79 e nota 133, 80 e nota 134

X

XINGU (rio) 133, 134

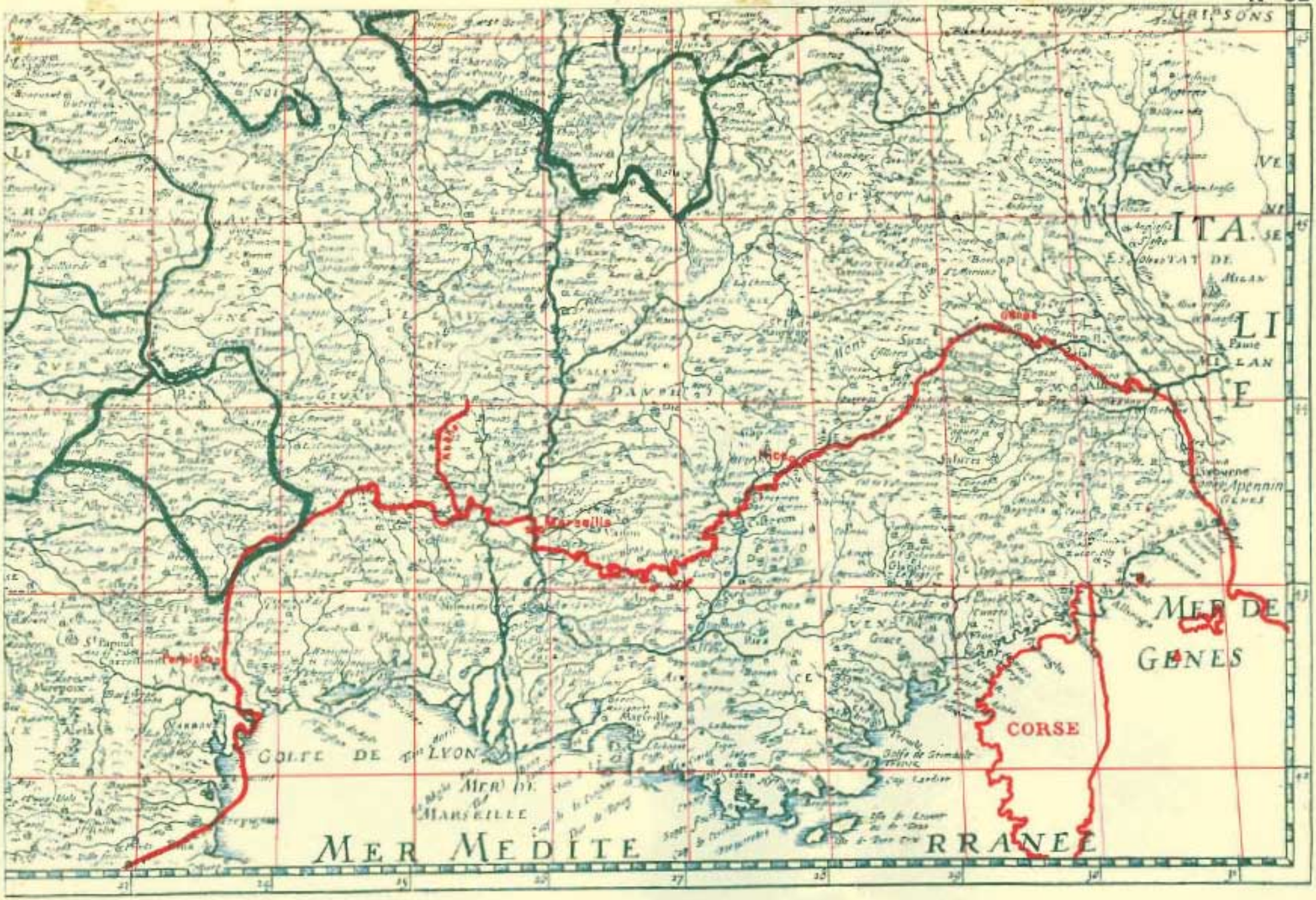
Y

YAPOC, YAPOCO, YAPOCK ou YAPOUCO (rio) 32, 34 e notas 7 e 10, 35 e notas 17, 18 e 19, 36, 44 e nota 42, 47, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 119, 121, 123, 139, 140
YAPOCH ou YAPOCK (animal) 44 e nota 42
YAPOCO (índio) 104, 106
YAPOGUE 108
YAOS (índios) 106, 107

Z

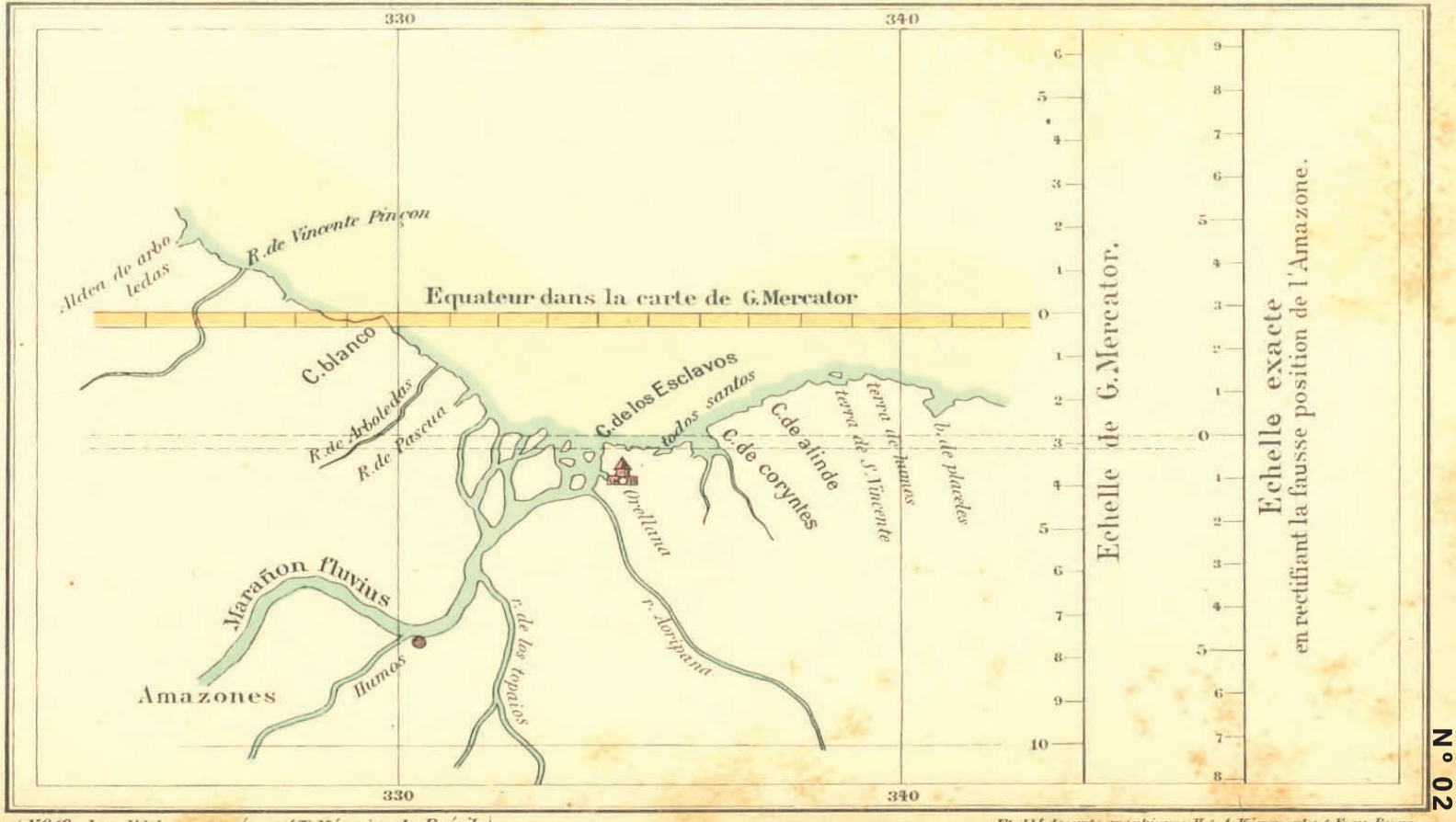
ZARAGOZA, Justo (senhor) 93 (nota 166)
ZURIQUE 55, 68

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)



Facsimile d'une partie de la *„Carte Generale du Royaume de France Avecq tous les Pays circonvoisins. Par N. SANSON Geog. ordre du Roy. A Paris Chez M. TAUBNNIER Graveur et Imprimeur du Roy pour les Cartes Geographiques .... 1658."* Et superposition, en rouge, du tracé des côtes et îles de cette partie de la Méditerranée d'après les cartes marines de notre temps.

PARTIE DE LA MAPPEMONDE DE 1569
DE GÉRARD MERCATOR.



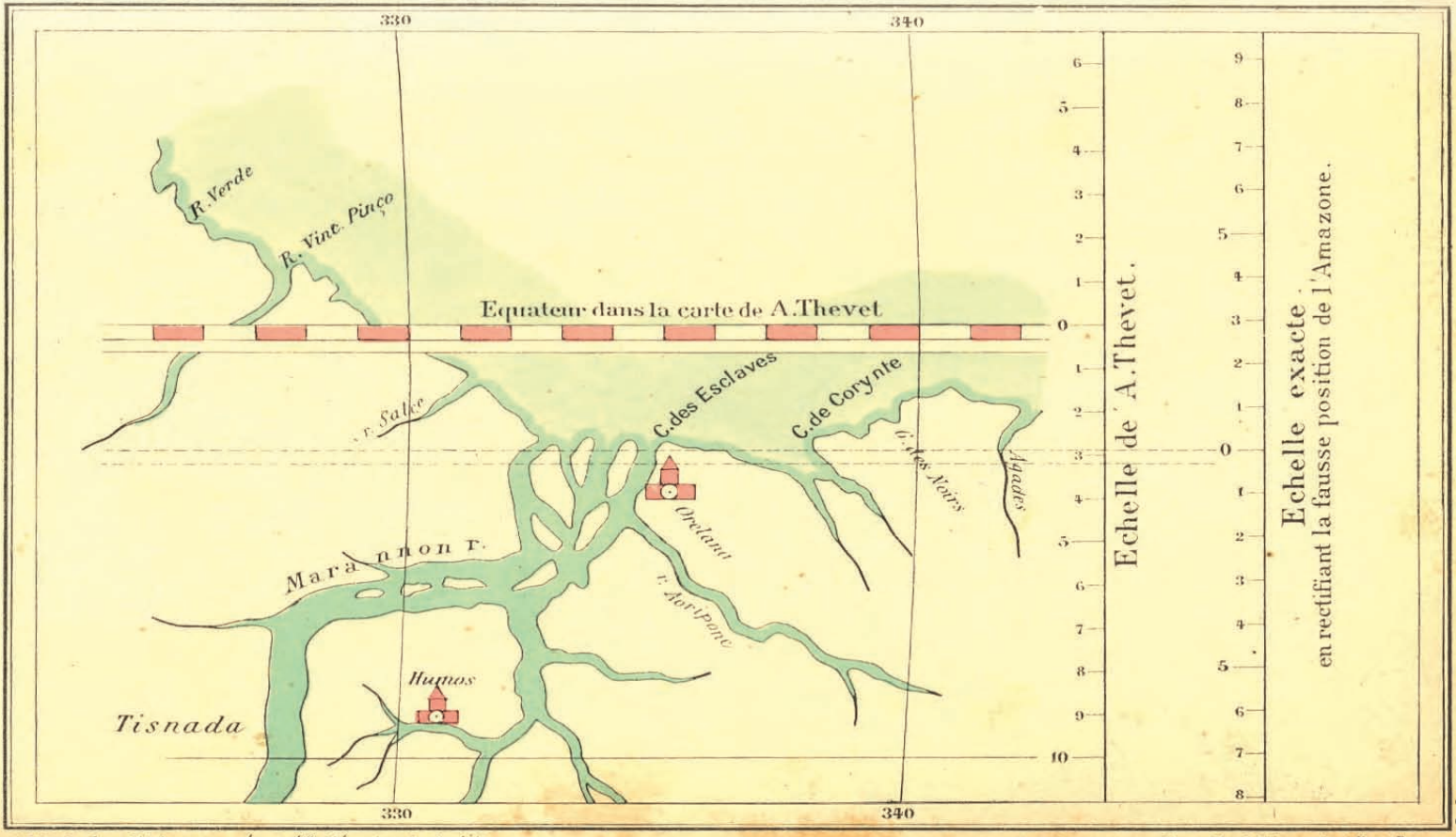
(Nº 19 dans l'Atlas annexé au 1er Mémoire du Brésil)

Etabl.t des arts graphiques H.s A. Kümmerly & Frey. Berne.

Nº 02

PARTIE DE LA CARTE

LE NOUVEAU MONDE, D'ANDRÉ THEVET, 1575.

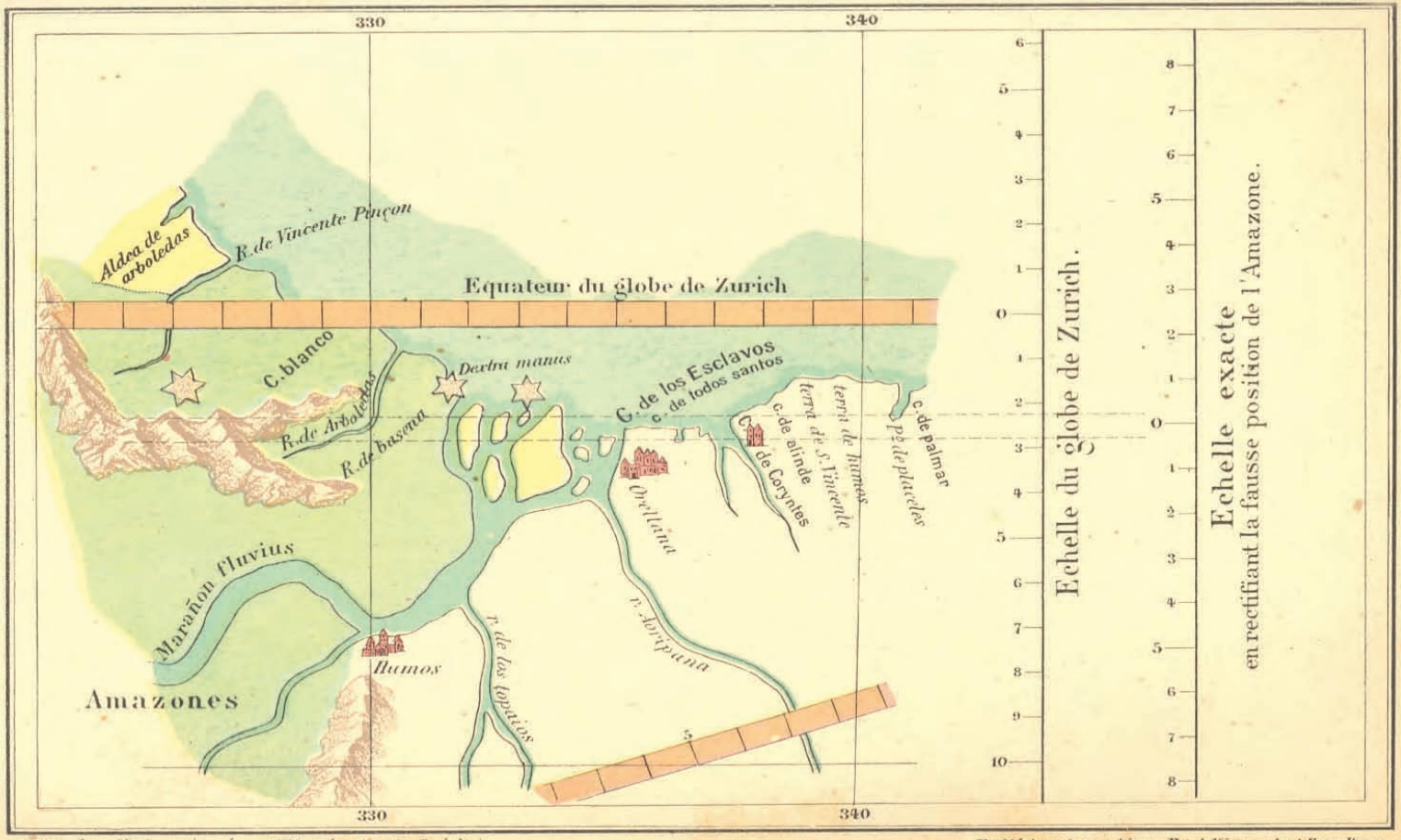


(Nº 23 dans l'Atlas annexé au 1er Mémoire du Brésil).

Etabt des arts graphiques H.s A. Kümmerly & Frey, Berne.

Nº 03

PARTIE DU GLOBE DE ZURICH.



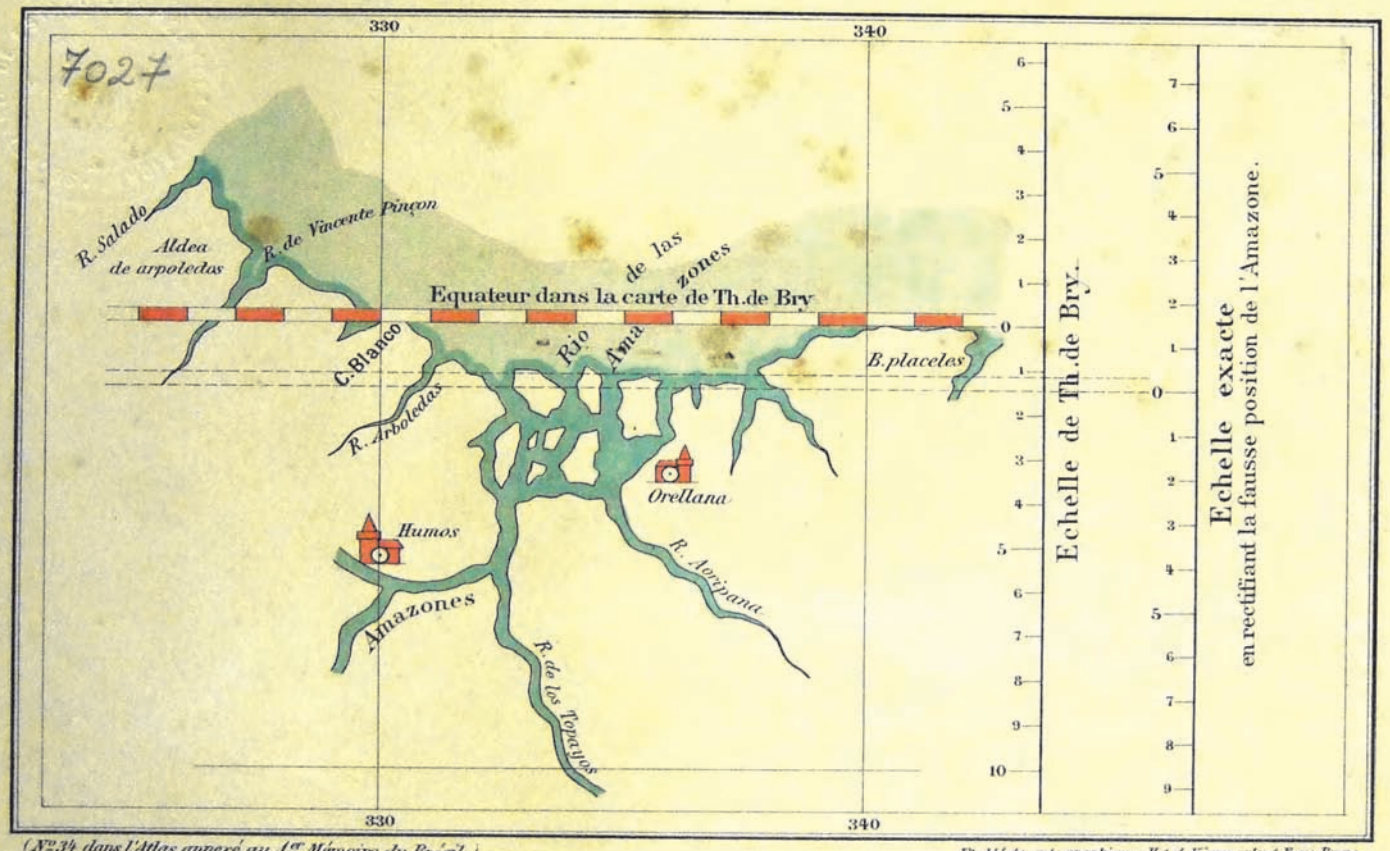
(Nº8 dans l'Atlas annexé au 2me Mémoire du Brésil)

Etabt.s des arts graphiques H.& A. Kümmerly & Frey, Berne.

Nº 04

PARTIE DE LA CARTE

CHOROGRAPHIA NOBILIS & OPULENTÆ PERUANÆ PROVINCIÆ, ATQUE BRASILIÆ DE THÉODORE DE BRY, 1592.



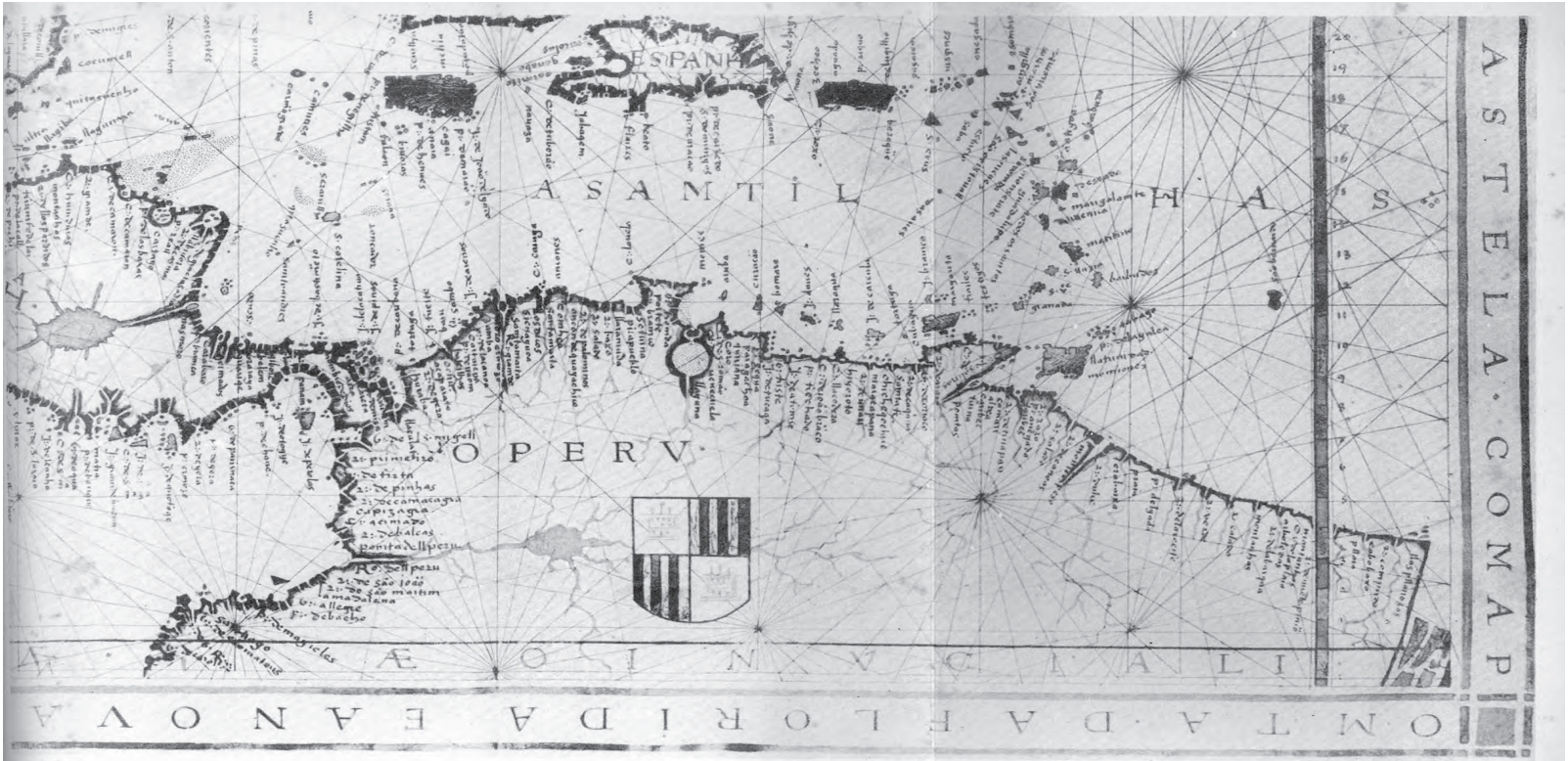
(Nº 34 dans l'Atlas annexé au 1er Mémoire du Brésil).

Etabl.t des arts graphiques H.s A. Kümmerly & Frey, Berne.

N.º 05



CARTE DE DIOGO HOMEM, 1568.



Está conforme o original. Feito por Fernando Vaz Dourado.
Arquivo da Torre do Tombo em 24 de dezembro de 1937.
Pelo Diretor, o Conservador
Raphael Eduardo de Azevedo Basto

CARTE DE VAZ DOURADO, 1571.

REAL ARQUIVO DA TORRE DO TOMBO

N.º 07

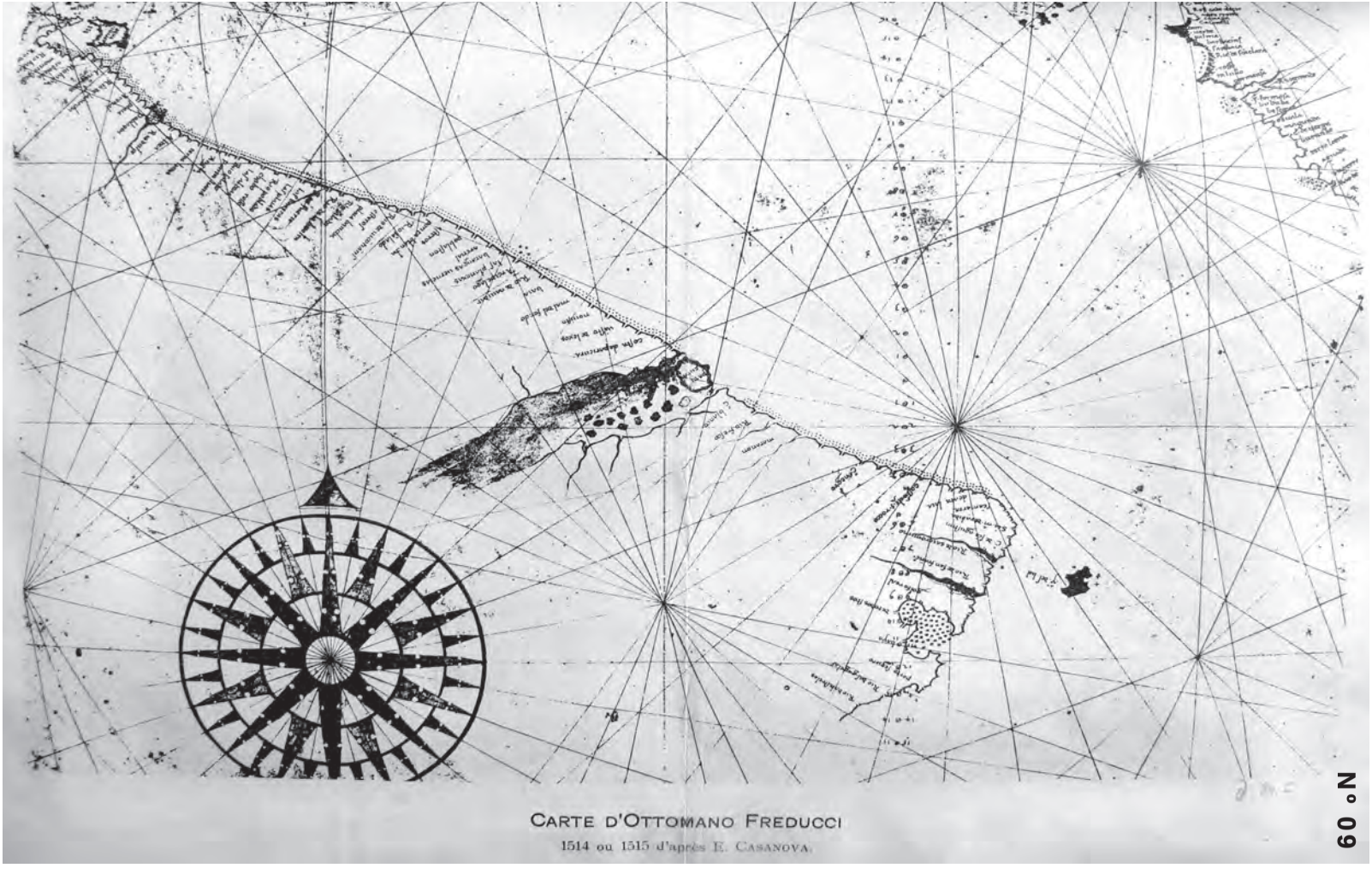
MAPAS DO TIPO SEVILHANO, **Nº 08**

mostrando o Vicente Pinzón primitivo, ou Maroni, a oeste das montanhas de Prata, e o Rio Fresco, primitivo, entre o Amazonas e a Baía do Maranhão, e

MAPAS PORTUGUESES,

situando o Vicente Pinzón do "Padrão Real" de 1536 a leste e junto das montanhas de Prata

VESCONTE DE MAIOLLO *Biblioteca Real de Munique* *1519*	OTTOMANO FREDUCCI *Arquivo Real do Estado, Florença* Antes de 1520	VESCONTE DE MAIOLLO Biblioteca Ambrosiana, Milão 1527	MAPA ANÔNIMO *Biblioteca Riccardiana, Florença,* Depois de 1532	DIOGO HOMEM *Museu Britânico* 1558	ANDRÉ HOMEM *Arquivo dos Negócios Estrangeiros, Paris* 1559	DIOGO HOMEM *Biblioteca Real de Dresden* 1568
(Nomes ilegíveis)	*Rio de Cariago* *Monte spesso*}	(Nomes ilegíveis)	R. de Camari	. . . . .	Camari	*R. de Uiapari*
	Arboleda }*La*		} (ilha da	*R. de Aviapari*	*R. Japari*	
	Rio basos }*Trinita-*	} (ilha da	} Trindade-	}	}(ilha da	R. Mapari }
Anegados } *Trinjta*	Añegados. . . }*de*	}Trindade-	} sem	P. Aneguada}*La*	R. anegado }Trindade	Pa Anegada }*La*
tera rasa }	R. de la Barcha	Anegados } sem	Aneguado } nome)	C. Raso }*Trinidad*	C. Raso }(sem	C. Raso }*Trinidad*
tera sola	Arenal	tera sau nome)	Palmar }		nome	
	plaia	tera sola	Costa baxa			
	Toblaoda		R. Salado	R. Salado	Salado	Rio Salado
			R. de Canoas	R. de Canoas		de Canoas
			Monte espeço	*M. especo*		. . . . .
Rio Dulçe	*R. Dulçe*	*R. Dulce*	*R. Dulce*	*R. Dulce*	*R. Dulce*	*R. Dulçe*
M. alto	aldea					
	terra liana	. . . . .	t~rra baixa	tera baixa	terra llana	*tera lhana*
					baixa	p[a] de langra.
Rio Basso	Rio Salado	. . . . .	*R. do p~cel*	*R. del pracel*		p[a] baxa
aldea	las aldeas	populacion			*R. del placel*	*R. del praçel*
	chabo rosso		Arecifes.			
	Rio poblado			R. de palos		
tera plana	las plaias		Furna	. . . . .	C. del rio	C. del rio
	las bareras					
	R. fuerte					
R. de la barca	R. de la buelta					
p. piano						
Rio Verde	R. Salado	. . . . .	*Rio Verde*	. . . . .	C. Verde	*R. Verde*
	plaia bancha		palmar	palmar	R. de gro	C. Muerto
	esteros		R. Bueno	. . . . .	R. linpio	. . . . .
				R. Bueno	la furna	Furna
			R. de Anes			C. falsa
R. Salado	*Rio de Vicetians*	*Rio de Visente Janes*	*R. de Vecẽte*	*R. de V[c]*	. . . . .	*R. Salado*
		populacion				
	Rio Salado	. . . . .	R. dal Caciq~	R. del Caquique		. . . . .
C. rosso	Ponta blancha	P. blancho	C. baixo	. . . . .		. . . . .
	esteros		. . . . .	R. de muchas by		. . . . .
	poblaston		R. de Nunho	R. de Nuno		. . . . .
Acanar	Arenal	. . . . .	. . . . .	plaia		. . . . .
			R. de baixas	. . . . .		. . . . .
				C. de Sfr[o]		C. do Sã frãcisco
			Malabrigo	B. de muchas islas		B. de muchas islãs
				. . . . .		. . . . .
			R. do p~cel	C. do pracel		C. do pracel
			. . . . .			
			R. de fumos	R. da furna	. . . . .	R. da furna
			C. de buelta	. . . . .	. . . . .	. . . . .
			El Hacon	. . . . .	. . . . .	Montanhas (no interior)
			. . . . .	. . . . .	a buena	G. buena
	Barangas verneias	Barreras vermeias	. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .
			R. de mal	. . . . .	R. Salado	R. Salso
					C. de las islas	
				Arboledas	Arboledas	Arboledas
			Atalaia	. . . . .	R. baxo	R. Baxo
			R. Fresco			
C. branco	. . . . .	. . . . .	C. de baxas	. . . . .	islas	Aldeas
			Anegado			
			Mõtanhas	*Montanhas*	*Montanhas*	*Montanhas*
				R. de Vicẽte Pinto	*R. de Vicente pĩzon*	*R. de Vicente Pinto*
				. . . . .	P[ta] pracel	P. del Plaçel
				terra . . . canea		
				R. de la Buelta		
	Las planoxas	las planas		terra lhana		
	Arcipelago	Alcipelagos				
Rio de Navida	Rio de Navidat	R. de Navida	. . . . .	R. do estremo		
	baia					
	No visto mal del fondo	Mas del fondo				
	Visto de lexos	visto de lesso	Costa descoberta	Costa descoberta		
Costa de paricuria	*Costa de paricura*	*Costa de paricuria*				
{C. Bianco	{PARICURA	{PARICURIA LA DULSE		{MARE AQUE DULCIS	{R. GRANDE DE S.	{MARE AQUE DULCIS
{LA MARE DOLCE	{LA MAR DUCE	{		{R. DE S. JOÃO LAS	{JO. DE LAS AMA-	{R. DE S. JOAM DE
			{(Sem indicação da	{AMAZONAS	{ZONAS	{LAS AMAZONAS
			{foz do *Mar Doce*)			
lest	C[o] Blanco	C. bianco	B. de S. Joã	B. de Joã	R. do estremo	
tera de fumos			Costa vista	Costa baxa	Costa baixa	Costa descuberta
a baia de palses			B. do ilheo	B. do ilheo	B. do Ilheo	B. do ilheo
c. de palme			Costa çuja	Costa apracelada	Costa do pracel	Costa apracellada
tera de pescaria		C. blancho	C. das baixas	R. das baixas	. . . . .	R. das baxas
c. de placere			R. de Sã Paulo	R. de S. Palos	B. de S. palos	R. de S. palos
			B. de d[o] leite	B. de Diogo Leite	B. de diogo leite	B. de Diogo leite
	Rio Fresco	*Rio Fresco*	R. de Sã Marcel	R. de S. Miguell	R. de São migel	R. de Sam migel
			Costa ap~celada	. . . . .	Costa d. pracel	Costa apracelada
			P[ta] do p~cel			
	. . . . .	. . . . .				
R. de pr[s]						
			Trra. dos fumos	Terra dos fumos		Tera dos fum[s]
				paia		b. grosa
G. de Nigri			Pinare (afluente)			
R. de elli MARALION	MARANON	MARANON	HO MARANHA	O MARANHAM	O MARANHÃO	O MARANHAM



CARTE D'OTTOMANO FREDUCCI

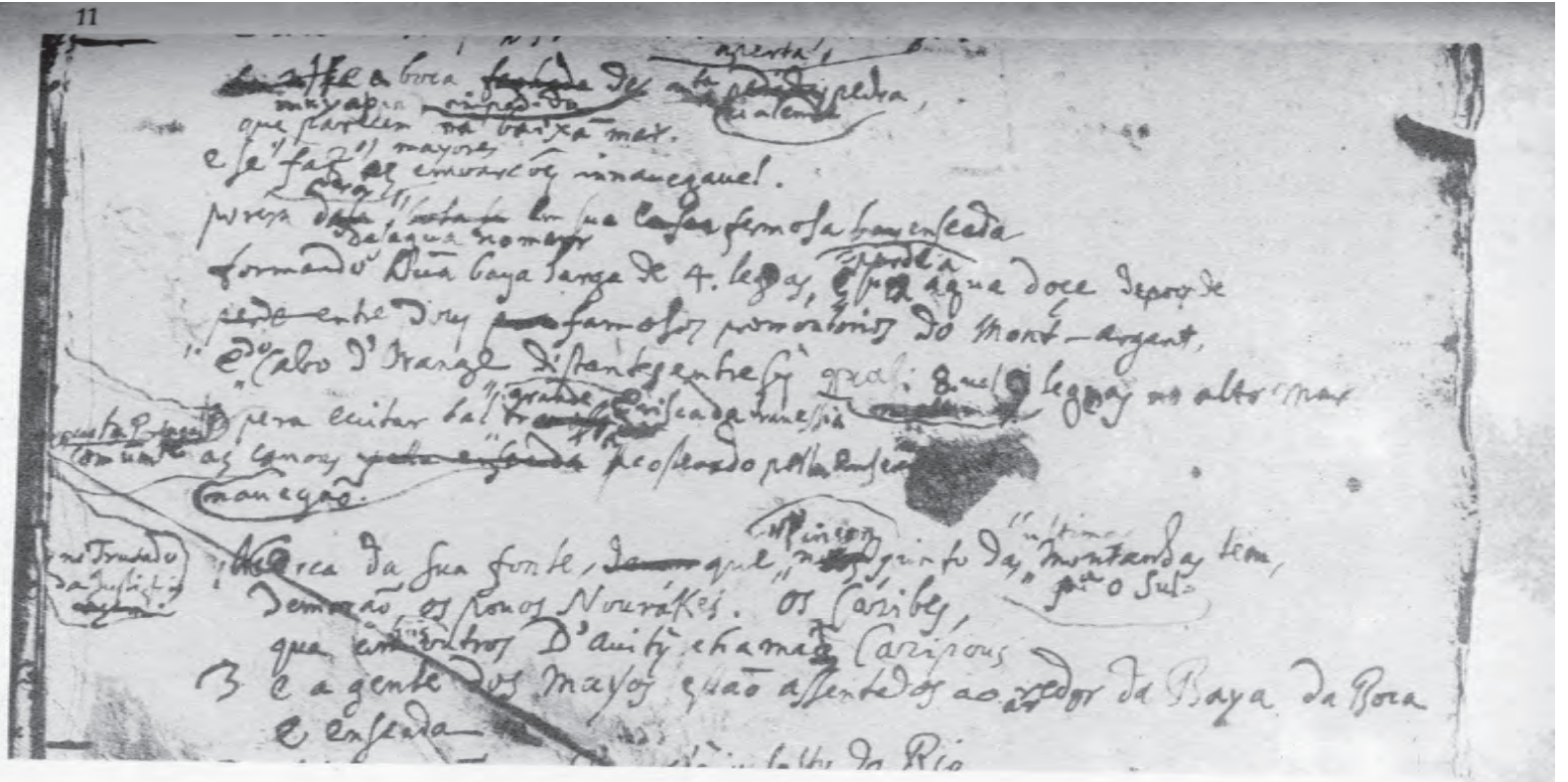
1514 ou 1515 d'après E. CASANOVA.

N° 60

ESTUDO COMPARADO DA NOMENCLATURA GEOGRÁFICA NA GUIANA EM VÁRIOS MAPAS DA ESCOLA DE SEVILHA,

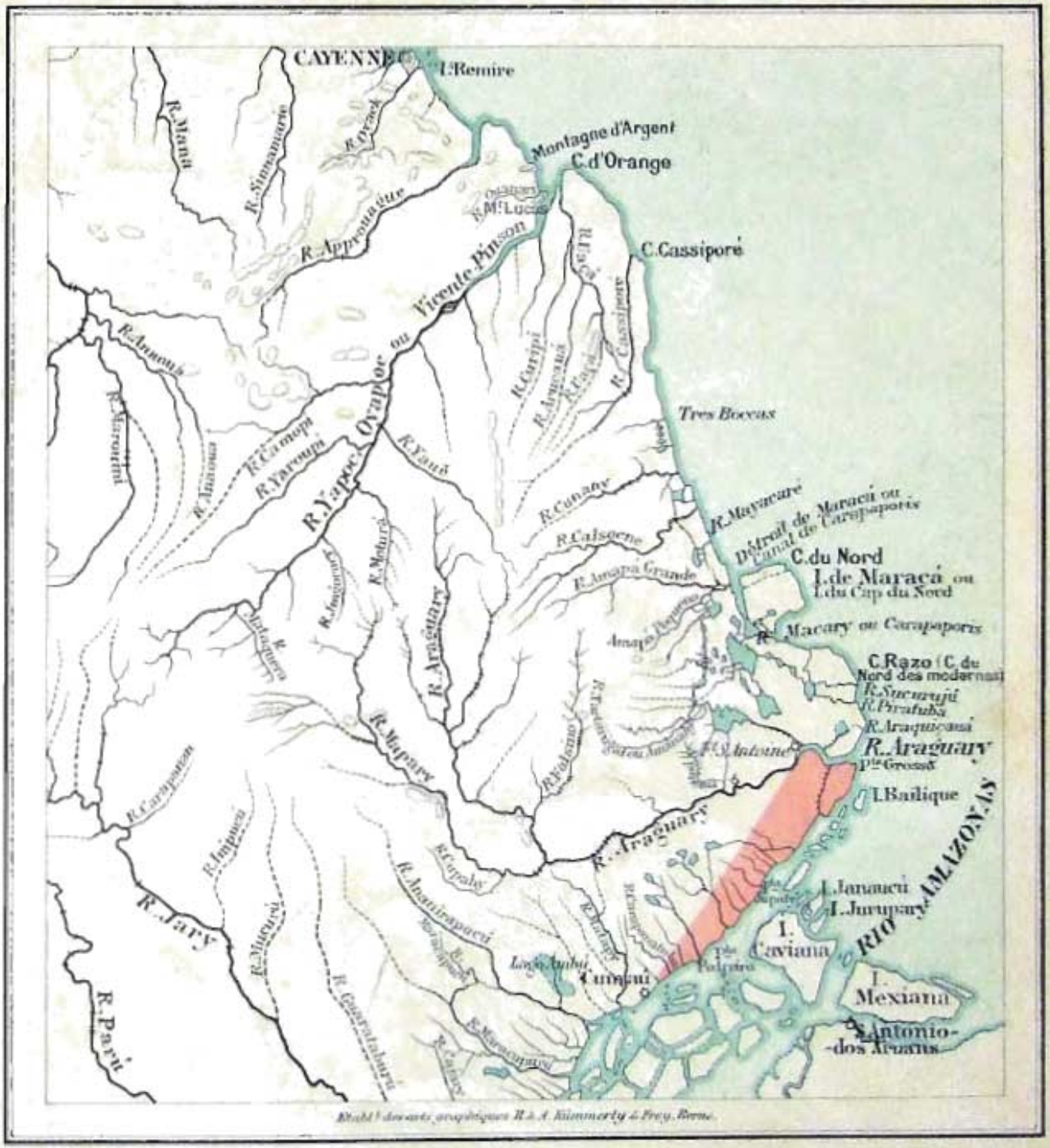
ou inspirados nela, entre os quais o "Padrão Real" de CARLOS V (1536) e o mapa náutico de 1665, corrigida e aprovada pelo Presidente e pelos Juízes da "Casa de Contratação" de Sevilha, bem como pelo Conselho das Índias, em nome de Felipe IV.

TURIM *Biblioteca Real de Turim* 1523	DIEGO RIBEIRO *Biblioteca Grã-Ducal de Weimar* 1529	ALONZO DE CHAVES (*segundo o texto de* Oviedo) 1536	SEBASTIÃO CABOTO *Biblioteca Nacional de Paris* 1544	DIEGO GUTIERREZ *Depósito da Marinha, Paris* 1550	GERARD MERCATOR *Bibliotecas de Paris, Breslau (Wroclaw) e Basileia* 1569	VAZ DOURADO *Arquivo Real da Torre do Tombo, Lisboa* 1571	SEBASTIÁN DE RUESTA *Museu Britânico,* 1655
R. Baxo Monte espeço Mar duce *I. de la Trinidad.* Almadrona aldea Rio Seco furna montes costa fragoza C. de prazel *Rio Duce* arboleda la praya Arenas *R. da Volta* baya cerada palmas seccas ponta de gahas arboredo las necas Arenas	Camari Anegados Palmar La Trenidad R. Salado R. de Canoas Môte espesso *R. Dulçe* Tierra llana P. baxa R. de la barca Arecifes	*R. Huyapari* Cap Anegado *I. de La Trinidad* R. Salado R. de Canoas Monte especo *R. Dulce* Tierra llana Playa ..... R. del Placel Arrecifs	*R. de Huyapari.* C. Raso *La Trenida* R. de Sala .... *R. Duce* terra llana ..... R. della barca playa R. de Placel	..... P^{ta} Anegoda *La Trinidad* C. Raso R. Salado R. de Canoas Montespeço *R. Duce* trra. llana p^{ta} boxa R. de la Barca los farallones	*R. Auiapari* (ilha da Trindade, mas inominada) Monte espeço *R. Dulce* terra llana Punta Baxa R. de la Barca Ancon	*R. de Tinapari* Caribes P^{ta} Anegada *Ila Tri-* C. Razo *nidade* R. Salado R. de Canoas Monte espeso *R. Dulce* terra baixa praia .... P^{ta} delgada R. del arecife	*R. de Orinoco* *I. de la Trinidad* Aratori R. Amacora Barima Véni. C. Nassau R. Demerara I. Ottoman Marateka Copanama (R.) Cabo de Ancon Tierra Abajo
R. de las Palmas Playa palmas P^{ta} llana furna R. da tanca palmas põta llana furna R. de Canoas *Motas* *Rio de Vicetianes* Costa de Palma Playa de baxos Las planosas Visto do mas de fondo Visto de lexo *Costa de Paricura* (*Grande rio* inominado: incontestavelmente o PARICURA ou o MARAÑON. "Este nome – *Costa de Paricura* – equivale a uma sinalização", disse muito bem a 1ª Memória francesa, T. I, p. 250.	R. Verde playa R. Salado Arbuledas R. Baxo Aldea C. Blanco furna *Montañas* R. Baxo R. de la Buelta ..... Aldea Furna grande C. Blanco Costa de laxas Arboledo R. de Pascua Visto de lexos *Costa de Paricura* MARAÑON "*O rio Marañon é muito grande: os navios* entram nele pela água doce, e *encontram água doce a vinte léguas (cerca de 132 km) dentro do mar.*" (legenda no mapa nº 4 no 1º Atlas do Brasil).	R. Verde Furna R. Salado Playa R. Baxo Aldea Furna *Montañas* *Rio de Vicente Pinçon* P^{ta} del Placel R. de la Vuelta R. de las Planosas R. de Aldea R. de la Furna C. Blanco Costa de laxas R. de las Arboledas ..... Rio de los Esclavos MARAÑON "*Foz que se chamava outrora o Mar Doce*... escutei (Vicente Yáñez Pinzón) dizer que a havia descoberto no ano de 1500, e que *havia tirado água doce do mar a 30 léguas (cerca de 198 km) da foz deste rio.*" OVIEDO, LIV. XXI – cap. III; Ver T. II desta 2ª Memória, nº I, p. 5.	R. Verde Playa R. Baxo Acaraqueini (?) Furna *Montagnas* *Rio de Vincenanes* .... RIO DAS AMAZONAS, descobriu FRANCISCO DE ORELLANA	R. (Verde?) R. Salado R. de l'Aldea ..... *R. de Vny. ann. pînçon* .... C. Corso .... RIO GRANDE DAS AMAZONAS	R. Verde R. Salado R. de la Barca Aldea de Arboledas ..... *R. de Vicente Pinçon* .... C. Blanco R. de Arboledas R. de Pascua MARAÑON FLUVIUS AMAZONES. "O rio Marañon foi descoberto por VICENTE YÁÑEZ PINZÓN no ano de 1499 e foi percorrido no ano de 1542 por FRANCISCO ORELLANA durante 8 meses por 1.660 léguas (cerca de 10.950 km), quase desde sua nascente até sua foz; *conserva suas águas doces até 40 léguas (cerca de 264 km) dentro do mar (legenda no mapa).*	R. Verde R. Salado Montañas R. de la Barqua Arboledas C. de la plaia *Montanhas* *R. de Vicête Pinçõ* C. Baxo R. Comprido Ilas Planosas ..... RIO DAS AMAZONAS	..... R. de Montañas R. de Arboledas R. Verde Isla de los Diablos R. de Canoas *B^{a} de Biçente Pinçon* *C. de Orange* Costa de Medanos R. de Mucaracos *C. de Norte* R. de Conitaluna RIO DE LAS AMAZOMAS

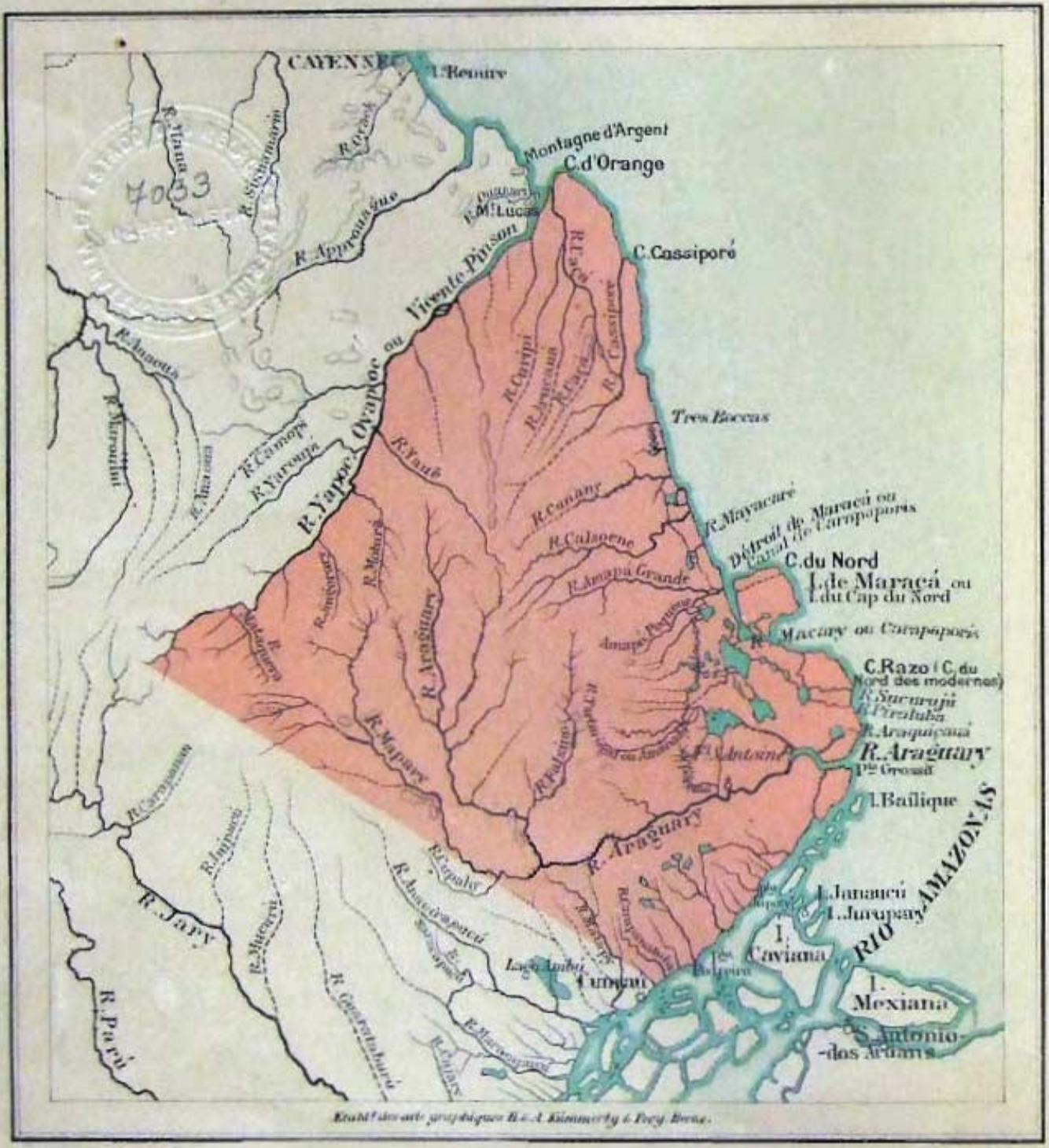


Fac-símile da parte das notas do P. Pfeil, nas quais ele afirma, em 1682, que o rio de Vicente Pinçon se lança numa baía de quatro léguas, entre os promontórios do Monte de Prata e o Cabo Orange.

Nº 11



Territoire contesté et neutralisé d'après le texte du traité de 1700, d'après les plénipotentiaires français à Utrecht et d'après le 1er Mémoire du Brésil



Territoire contesté et neutralisé en 1700, d'après le 1er Mémoire français.

EXTRAIT

DE L'ANNUAIRE DIPLOMATIQUE ET CONSULAIRE POUR 1896.

Paris, BERGER LEVRAULT & CIE, Editeurs. 31 Août 1896.

Atlas de l'Annuaire diplomatique et consulaire (1896) — Planche XI.



E. Desbuissons, del.

Cette carte ne signale aucun litige entre la France et le Brésil en ce qui concerne les territoires au Sud de la chaîne de partage des eaux et, vers l'Ouest, dans le bassin du Rio Branco. Le territoire contesté forme „un triangle maritime", pour nous servir d'une expression employée dans les pourparlers de 1896, à Paris. Il est limité par l'Araguary, l'Oyapoc et la mer. L'auteur de la carte, M. E. DESBUISSONS, est le 1er Géographe du Ministère des Affaires Etrangères de France, et le conservateur du Dépôt géographique qui fait partie de la Direction des Archives du même Ministère.



Etabl.t des arts graphiques H. & A. Kümmerly & Frey, Berne.

Nº 15

Linhas marítimas de garantia recíproca estipuladas no Tratado de Madri, de 13 de janeiro de 1750 (artigo 25) e no de El Pardo, de 11 de março de 1778, entre Portugal e a Espanha.

Artigo 25 do Tratado de Madri de 13 de janeiro de 1750 e artigo 8° do Tratado de El Pardo, de 11 de março de 1778, entre Portugal e a Espanha.

AB e CD: Trechos das costas das possessões espanholas que Portugal se comprometia a defender em caso de agressão.

O ponto de partida da Linha AB não foi designado nos dois tratados. Ali se declarava somente que essa linha iria até ambas as margens do Orenoco (margem ocidental B). A linha CD ia de Castillos até o estreito de Magalhães.

EF e GH: Trechos das costas das possessões portuguesas do Brasil que a Espanha se comprometia a defender. O ponto de partida da linha EF não foi designado nos dois tratados. Ali se declarava somente que essa linha terminava em ambas as margens do Amazonas (F, margem oriental na entrada do Pará). A linha GH ia de Castillos a Santos.

O trecho das costas do Brasil compreendido entre os pontos H e F estava, portanto, excluído da garantia da Espanha. Da mesma forma, as costas espanholas do Pacífico e do mar do Caribe, a oeste do Orenoco, não estavam compreendidas na garantia portuguesa.

CARTE GÉNÉRALE de la GUYANE

représentant les prétentions des deux parties et dressée principalement d'après les cartes annexées aux documents français et brésiliens

VENEZUELA
GUYANE ANGLAISE
GUYANE HOLLANDAISE
GUYANE FRANÇAISE
BRÉSIL
ÉTATS UNIS DU BRÉSIL
ÉTAT DE PARA
ÉTAT D'AMAZONAS
Georgetown
New Amsterdam
Nieuw Rotterdam
Paramaribo
Cayenne
Oyapoc
C. d'Orange
C. Cachipour
Cachipour
Cologne (Colonia)
Counani
Mt Mayé
I. Maraca
Canal Tourtour
Cap du Nord
Baie Santa-Rosa
Canal du Sud
I. Caviana
I. Mexiana
I. Marajo
Para
Macapa
Mazagão
Chaves
Soure
Villa Nova
Breves
Almeirim
Prainha
Obidos
Villafranca
Santarem
Manaos
Itacoatiara
Faro
Curua
Monts Tumuc Humac
Monts Acaray
Mt Maraca
Mt Alegre
Mt Roraima
Fleuve des Amazones
R. Branco
R. Araguary
R. Oyapoc
R. Maroni
R. Mazaruni
R. Essequibo
R. Corentyne
R. Rupununi
R. Trombetas
R. Jary
R. Paru
R. Xingú
R. Tapajoz
R. Tocantins
R. Negro
R. Jauaperi ou Uatumã
R. Urubu de Silves
R. Purus
R. Javary
R. Içá
R. Japurá
R. Solimões
R. Yapurá
R. Caquetá
R. Putumayo
R. Cuyuni
R. Cuyuni
R. Wenamu
R. Yuruan
R. Mahu ou Ireng
R. Tahutu
R. Uraricuera
R. Cotingo
R. Maú
R. Surinama
R. Saramacca
R. Coppename
R. Gottobo
R. Berbice
R. Demerara
R. Abary
R. Albouroni
R. Inini
R. Approuague
R. Camopi
R. Yary
R. Yaroa
R. Mapuera
R. Cuminá
R. Curuá
R. Jamundá ou Nhamundá
R. Tapanahoni
R. Lawa
R. Marowijne
R. Itani
R. Tamouri
R. Oyack
R. Ouanari
R. Ouassa
R. Cassiporé
R. Couripi
R. Counani
R. Carsevenne
R. Mayacaré
R. Piratuba
R. Araguary
R. Matapy
R. Macacaquara
R. Cajary
R. Acarary
R. Pacajá
R. Tocantins
Mt Argent
St Georges
Caux
Roura
Ouanary
Oyack
Ouassa
Rourouma
Carapaporis
Col. Pedro II
Col. Pancada
Caracaraí
Boa Vista do Rio Branco
Tumatumari
Timotalem
Mt Alegre
Mt Roraima
Ilha Grande de Gurupa
Ilha Gurupa do Sul
Ilha Gurupa do Norte
Ilha Caviana
Ilha Mexiana
Ilha Marajo
Ilha Tocantins
Ilha Grande de Gurupa
Ilha Gurupa do Sul
Ilha Gurupa do Norte
Ilha Caviana
Ilha Mexiana
Ilha Marajo
Ilha Tocantins

Légende

L'arbitre ne peut assumer aucune responsabilité pour le tracé de la ligne de partage des eaux dans les régions des Monts Acaray et des Monts Tumuc-Humac.

Afin de pouvoir indiquer les prétentions françaises on a dessiné le système hydrographique de l'Araguary d'après la carte rectificative de la France, remise à l'arbitre le 27 juillet 1900.

Limite réclamée par la France
Limite réclamée par le Brésil
Ligne de partage des eaux

Echelle 1:4000000

100 50 0 50 100 150 200 250 300 km

64° 63° 62° 61° 60° 59° 58° Ouest de Paris 57° 56° 55° 54° 53° 52° 51°

7° 6° 5° 4° 3° 2° 1° 0° 1° 2° 3°

Imprensa Nacional

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

V

QUESTÕES DE LIMITES

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
V

QUESTÕES DE LIMITES
EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

V

Questões de Limites
Exposições de Motivos

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61)2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ventura Ferreira
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco V : questões de limites exposições de motivos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
275 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-356-4

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da
Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Este volume contém, na ordem cronológica, seis *Exposições de Motivos* apresentadas ao presidente da República pelo Barão do Rio Branco, quando ministro das Relações Exteriores, sobre tratados e convenções de limites assinados pelo Brasil com a Bolívia, Equador, Colômbia, Peru, Uruguai e Argentina. Vão acompanhados dos respectivos anexos, inclusive mapas. Foram aproveitadas das diversas publicações oficiais feitas na época pela Imprensa Nacional as notas que não existiam nas *Exposições de Motivos*. Os textos, inclusive os da documentação complementar, foram conferidos com os respectivos originais, conservados no Arquivo Histórico do Itamaraty. O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.

Sumário

Introdução às exposições de motivos de Rio Branco, 11
Embaixador Synesio Sampaio Goes Filho

I

Brasil-Bolívia:
Exposição de motivos, 41
Texto do Tratado, 65

II

Brasil-Equador:
Exposição de motivos, 77
Texto do Tratado, 83

III

Brasil-Colômbia:
Exposição de motivos, 87
Texto do Tratado, 94
Texto do Acordo, 101
Texto do Protocolo Complementar, 104

IV

Brasil-Peru:
Exposição de motivos, 105
Texto do Tratado, 135
Documentos, 144

V

Brasil-Uruguai:
Exposição de motivos, 157
Texto do Tratado, 188
Documentos, 197

VI

Brasil-Argentina:
Exposição de Motivos, 231
Texto da Convenção, 235
Documentos, 238

Apêndice, 243

Índice onomástico e toponímico, 247

INTRODUÇÃO

Introdução às exposições de motivos de Rio Branco

Embaixador Synesio Sampaio Goes Filho

Este volume V das *Obras do Barão do Rio Branco* trata das seis "exposições de motivos" que Rio Branco redigiu sobre questões de limites. Durante sua longa gestão no Itamaraty – quase dez anos –, foram quatro os presidentes intervenientes: Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca. Como fazia com praticamente todos os papéis do seu período, era ele quem escrevia pessoalmente tudo, e nada era mudado na presidência. Nestas exposições, o barão fornece explicações históricas dos tratados de limites acordados e transcreve o texto destes, além de apresentar outros documentos e mapas. As questões com a Bolívia, o Peru e o Uruguai são as mais importantes e sobre elas se concentrarão nossos comentários. As sobre o Equador e a Colômbia serão consideradas em conjunto, por envolverem a mesma região. A que concerne à Argentina é um pequeno ajuste de um acordo anterior: simplesmente identifica melhor alguns marcos, nas proximidades da ilha Brasileira, junto à barra do rio Quaraí. Não há neste volume texto sobre o Suriname, mas o barão também negociou um tratado de limites com essa então colônia holandesa, em 1906.

O Brasil tem hoje dez países lindeiros, mas tem acordos de fronteira com onze, pois a fronteira que o Equador pretendia, no passado, acabou não sendo estabelecida com a vitória peruana em

disputa resolvida pelo Tratado do Rio de Janeiro, de 1942, e em posteriores ajustes. Recordemos o quadro geral: com o Paraguai e a Venezuela, os limites estabelecidos vêm do Império: o Tratado de 1859, com este; e o de 1872, depois da Guerra do Paraguai, com aquele. As fronteiras com a Argentina (1895), a Guiana Francesa (1900) e a Guiana (então Guiana Inglesa, 1904) foram fixadas por arbitramentos. Os dois primeiros, vitórias integrais conseguidas por Rio Branco, como nosso negociador; com a Guiana, vitória parcial ("derrota parcial" talvez fosse mais apropriado, pois a maior parte do território contestado não foi atribuída ao Brasil), sendo nossa posição defendida por Joaquim Nabuco – e muito bem –, a partir de um estudo básico feito pelo barão.

Como se vê, não é exagero dizer-se que Rio Branco traçou o desenho definitivo de boa parte da linha de limites do Brasil, com sua atuação decisiva nos três arbitramentos, antes de ser ministro, e, depois, nos cinco acordos de fronteiras (excluímos o pequeno ajuste com a Argentina e o acordo com Equador e incluímos o acordo com o Suriname). É claro que ele não inventou tudo: havia estudos, propostas e tratados anteriores. Foi ele, entretanto, quem resolveu as últimas questões; e todas de forma pacífica, através de acordos bilaterais bem-negociados e perfeitamente ratificados. O barão, aliás, é o primeiro a reconhecer a habilidosa política de fronteiras dos portugueses na Colônia e, sobretudo, a benéfica ação dos diplomatas do Segundo Reinado (talvez o maior deles tenha sido seu pai, o visconde do Rio Branco, pelo qual nutria mais do que um natural amor filial, uma imensa admiração pela obra política). No entanto, os arbitramentos e os tratados de limites, que envolvem oito de nossos dez vizinhos, são sem dúvida o fecho de ouro de uma política de sucesso. Não há precedente de um chanceler que tenha feito tanto para a formação das fronteiras de seu país, o que justifica o prestígio único que o barão tem em nossa história.

Tratemos, agora, das cinco exposições de motivos mencionadas (deixando de lado, por irrelevante, a da Argentina). Como os argumentos de Rio Branco são aceitos sem críticas pelos historiadores brasileiros, vamos, para ter uma visão mais completa do tema e conhecer melhor o que pensam nossos vizinhos, apresentar também a opinião de autores dos países envolvidos, bem diferente das nossas...

O Tratado de 1903 com a Bolívia

Sabemos que o Barão do Rio Branco não veio para o Ministério – contra sua vontade inicial, aliás – como um ministro qualquer. Era já considerado uma espécie de herói nacional pelas suas duas vitórias arbitrais. Além disso, foi convidado pelo presidente eleito, Rodrigues Alves, por ter "autoridade [...] para propor [aos problemas externos] as melhores soluções"[1]. Especificamente – pensava o presidente – para resolver a grande questão do momento, o Acre. Faltava, entretanto, a Rio Branco o teste da atuação política. Nesse sentido, acertou em cheio Rodrigues Alves, fazendo justiça à fama que tinha de escolher bem seus colaboradores: o historiador e o advogado do Brasil transformou-se em um estadista já neste seu primeiro desafio, por sinal a mais grave questão de fronteira que o Brasil teve em sua história.

Ao assumir a pasta das Relações Exteriores, em dezembro de 1902, a situação estava em seu ponto crítico. No atual estado do Acre, viviam milhares de brasileiros, em sua maioria nordestinos, que, pela segunda vez em um lustro, haviam-se levantado em armas contra a Bolívia, a quem pertencia toda a área. Não se tratava de velhos e imprecisos tratados coloniais, mas, sim, de um acordo bilateral de limites, relativamente recente, de 1867. A opinião pública brasileira era bastante favorável aos revoltosos, agora chefiados por um ex-militar gaúcho, Plácido de Castro, e muitos não compreendiam por que o governo brasileiro não estava ao lado de seus nacionais. A razão era simples: o governo achava – e nisso estava correto – que o Acre era boliviano. Porto Acre (Puerto Alonzo), onde a Bolívia pretendia estabelecer o centro administrativo da região, tinha até um consulado brasileiro, prova contundente de que não tínhamos dúvidas sobre a soberania boliviana. Mas os dois países sabiam que o Brasil poderia ser levado à guerra se houvesse enfrentamentos graves entre os revoltosos brasileiros e as tropas de La Paz. Ideias múltiplas e contraditórias proliferavam, principalmente no Rio de Janeiro e em Manaus, passagem necessária de tudo que ia para o Acre e do que de lá vinha.

Vamos recordar a formação das nossas fronteiras bolivianas nessa região. Os tratados de Madri e de Santo Ildefonso não divergiam aí.

[1] VIANA FILHO, Luís. *Três Estadistas:* Rui, Nabuco, Rio Branco. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981, p. 1042.

A divisa era uma reta do médio Madeira (isto é, a metade da distância entre a nascente e a foz do rio, situada aproximadamente a 8º4'de latitude sul) à origem do rio Javari, então desconhecida. Em 1867, em plena Guerra do Paraguai, assinamos um acordo de limites que Rio Branco considerava muito favorável à Bolívia (opinião exatamente oposta à dos historiadores bolivianos). Pelo chamado Tratado de Ayacucho, o ponto inicial da reta no rio Madeira é deslocado em relação ao que previam os tratados coloniais, um pouco mais de dois graus para o sul: "Deste rio para oeste seguirá a fronteira por uma paralela tirada de sua margem esquerda da latitude 10°20' até encontrar o rio Javari". Pensava-se, pois que a nascente do Javari estivesse mais ou menos nesta latitude e, por isso, fala-se em paralela. Admitia-se, entretanto, que estivesse mais próxima do equador, já que este artigo tinha um parágrafo único que rezava: "Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do Javari."

Só depois da assinatura do Tratado de 1867 é que os seringueiros brasileiros, sobretudo cearenses que fugiam das secas do Nordeste, foram pacificamente entrando nessas regiões dos afluentes da margem sul do Amazonas, o Madeira, o Purus e o Juruá, onde se encontravam as maiores concentrações da *Hevea brasiliensis*. Calcula-se que, no final do século, havia uma população de cerca de 60 mil brasileiros trabalhando nos vários seringais que tinham sido pouco a pouco criados nas margem dos rios, então as únicas vias de comunicação. Eles não tinham como saber onde passava a divisa Madeira – nascente do Javari, uma vez que sua localização exata só foi estabelecida, em definitivo, décadas depois, em 1898, pela missão demarcatória Cunha Gomes – o rio se originava no paralelo de 7°1'. Praticamente não existiam bolivianos na região, o que se explica não somente por aquele país ter uma população relativamente pequena e concentrada no altiplano, mas também pela enorme dificuldade de acesso dos altos andinos, onde estão La Paz, Sucre e Potosi, à floresta amazônica.

Imediatamente após a posse, o barão tentou comprar o território. Já tinha, então, descartado a tese, defendida por muitos, do arbitramento, que – pensava ele com razão – nunca poderia nos dar uma solução satisfatória: a maior parte dos brasileiros estava em uma região que teríamos dificuldade em considerar "contestada" (ao sul da divisa).

Havia, ademais, uma grave complicação internacional: vendo as dificuldades que tinha de administrar um território longínquo e habitado por outros nacionais, a Bolívia havia assumido, em 1901, um grande risco. Assinara um acordo com investidores ingleses e norte-americanos que dava à empresa criada por estes, o *Bolivian Syndicate of New York City*, a completa administração do Acre, inclusive com poderes de polícia. Era uma espécie de *chartered company*, um tipo daquelas sociedades privadas cujas atuações precederam à colonização direta de várias regiões africanas e algumas asiáticas pelas potências europeias. O perigo de um neocolonialismo nas Américas era evidente, e esse fato foi bem usado por Rio Branco para fortalecer a posição brasileira junto aos governos e à opinião pública dos demais países do continente.

Durante quase um ano, houve iniciativas, negociações, discordâncias. Vamos dar apenas um breve resumo factual e cronológico do que ocorreu entre janeiro e novembro de 1903. Com a recusa da Bolívia de vender o Acre, Rio Branco avança a ideia de uma permuta desigual de territórios, com compensações. As tropas de Plácido de Castro tomam Porto Acre. O governo de La Paz prepara uma expedição militar chefiada pelo próprio presidente, o general Pando. Antecipando-se a este ato, o governo brasileiro ocupa militarmente a região conflagrada. Rio Branco dá uma nova interpretação do acordo de 1867, pela qual abandona a hipótese da oblíqua e aceita a que julga que a linha de limites deve correr pelo paralelo dos 10º20'; declara, então, litigioso todo o território ao norte desse paralelo (o Acre setentrional). Consegue, o chanceler, em negociações em Londres e Washington, que o *Syndicate* renuncie a seus direitos no Acre, mediante uma indenização de 100 mil libras esterlinas. Em março, firma-se em La Paz um *modus vivendi*, isto é, um acordo provisório que reconhecia a situação de fato no terreno e interrompia as escaramuças: as tropas brasileiras ocupavam o norte do território e policiavam o sul, isto é, o Acre meridional, em poder dos voluntários de Plácido de Castro.

Afastados estes vários obstáculos e sem a pressão dos embates no terreno, foi possível a retomada das negociações sobre os fundamentos da questão. Rio Branco solicita, em julho, que o senador Rui Barbosa e o embaixador Assis Brasil juntem-se a ele na condução das tratativas. Embora as conferências tenham sido intensas e difíceis, após quatro meses chegou-se a um acordo. O Brasil ficaria com todo o território

do Acre (cerca de 191 mil km^2). A Bolívia, por sua parte, incorporaria uma pequena área habitada por bolivianos (de 2.300 km^2), receberia 2 milhões de libras esterlinas e se beneficiaria de três pequenos ajustes de fronteiras, na região do rio Paraguai. Além disso, comprometia-se o Brasil a construir a ferrovia Madeira – Mamoré, que criava uma saída boliviana para o Atlântico. O Tratado de Petrópolis foi assinado em 17 de novembro de 1903.

A várias personalidades brasileiras, parecia que o país cedera demais: entre outras, Rui Barbosa, o grande nome da política e da cultura de então, que se retirara das negociações por não concordar com as concessões feitas. A uns poucos, como a Teixeira Mendes, influente líder dos positivistas – grupo que era ainda poderoso – parecia, ao contrário, que o Brasil havia espoliado um vizinho mais fraco. O fato a ser retido é que a unanimidade que existia em torno de Rio Branco se desfez. Entretanto, esse tumulto de opiniões díspares durou poucos meses, apenas até acalmarem-se as paixões que o assunto provocara. Muito contribuiu para isso a notável exposição de motivos que arrola os antecedentes históricos e geográficos da questão e justifica, plenamente, para os deputados que votaram o assunto e para a posteridade, a assinatura do acordo.

Nas negociações com a Bolívia há uma curiosidade que foi muito discutida no passado. É o célebre caso do Mapa da Linha Verde, que teria sido propositalmente ignorado por Rio Branco durante as negociações, por ser favorável à Bolívia, já que admitia, desde o Tratado de 1867, a possibilidade da linha Madeira-Javari ser uma oblíqua. Era um mapa que previa quatro hipóteses de fronteira: a paralela, desenhada em linha verde, e mais três linhas oblíquas, conforme a nascente ignorada do Javari fosse colocada cada vez mais ao norte. Sua existência inviabilizaria a nova interpretação que o barão deu, de fazer a divisa correr pelo paralelo de 20°10’ até encontrar o meridiano da nascente do Javari (seguiria pelos dois lados de um triangulo retângulo, em vez de pela hipotenusa). E se disse mais ainda. O mapa apareceu só quando a exposição de motivos sobre o Tratado de Petrópolis estava sendo discutida no Congresso, quando as vozes oposicionistas predominantes eram as que achavam que se havia dado demais; ora, nesse momento, o mapa tornaria ainda mais meritórias as tratativas brasileiras que desaguaram no acordo, favorecendo sua aprovação.

A dúvida é, pois, se o barão conhecia o mapa, colocou-o de lado quando era inconveniente e só o mostrou quando útil. Alguns estudiosos da obra de Rio Branco dizem que sim. Nas suas memórias, Oliveira Lima afirma estar certo disso. Leandro Tocantins, autor da mais completa história do Acre, também pensa dessa forma: o barão, tão erudito nesses assuntos, que descobrira velhas cartas até em obscuras bibliotecas europeias, não ignoraria um mapa que estava ali em frente, na Mapoteca do Itamaraty. Castilhos Goicochéia, que escreveu sobre o Mapa da Linha Verde, é peremptório: "Rio Branco não o encontrou porque não quis encontrá-lo[2]." Seus dois principais biógrafos não são muito claros neste ponto: Álvaro Lins parece negar que o barão conhecesse o mapa (curiosamente acha que o Visconde de Cabo Frio não quis mostrar), e Luis Viana Filho deixa dúvidas sobre o aparecimento providencial: "Mera coincidência? Sonegação? Jamais se saberá[3]."

O barão, por sua vez, afirma com todas as letras: não conhecia o famoso mapa, mencionado por vários autores e pelos seus dois antecessores na pasta. Só depois de encaminhar a exposição ao Congresso – na qual fala que o mais antigo mapa que inclui a oblíqua é de 1870, em uma interpretação "equivocada" do espírito do Tratado de 1867 –, um funcionário da Mapoteca mostrou-o a ele. Certificou-se, então, de que realmente existia o mapa com a oblíqua, feito sob a orientação de Duarte da Ponte Ribeiro e usado durante as negociações de 1867. O barão de imediato escreveu uma carta ao deputado Gastão da Cunha, relator do tratado no Congresso, ratificando declarações da exposição de motivos e pormenoriza as circunstâncias da redescoberta do mapa.

Comentemos. Já antes de assumir seu posto de chanceler, Rio Branco havia escrito pelo menos uma carta pessoal (a Hilário de Gouvea) em que acha que se poderia perfeitamente desprezar a hipótese da oblíqua e dar outra interpretação ao Tratado de 1867 (a que realmente deu); não diria isso se soubesse da existência da carta geográfica. Na correspondência oficial ao Congresso, além da sua palavra, nomeia o funcionário da Mapoteca que lhe mostrou o mapa. Pelo que se conhece da personalidade do barão, seria muito difícil admitir que mentisse; ainda mais por escrito e com testemunhas...

---

[2] GOICOCHÉIA, Castilhos. *Fronteiras e Fronteiros*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 116.

[3] VIANA FILHO, Luís. op. cit. p. 1.084.

Na verdade, essa discussão – se ele sabia ou não do mapa – não foi fundamental nas negociações de Petrópolis, pois este não tinha "nenhum valor probante... só encerrava hipóteses nas suas linhas imprecisas"[4]. Se soubesse, não recorreria à interpretação de que a fronteira segue pelos dois lados do triângulo retângulo, em vez de pela hipotenusa; mas a estrutura do tratado teria de ser a mesma: o necessário era resolver o problema de toda a área ocupada pelos brasileiros. Há ainda outro ponto: se Rio Branco conhecesse o mapa e omitisse o fato (nós não acreditamos nisso), quem poderia acusá-lo de qualquer coisa? Que negociador seria atacado por não apresentar um documento desfavorável à tese defendida?

Para mostrarmos como é bem diversa a visão boliviana dos dois tratados de limites, vamos nos limitar a três citações. As duas primeiras foram extraídas da importante obra *Historia diplomatica de Bolívia*, de Jorge Escobari Cusicanqui, e a terceira, de um estudioso de assuntos de fronteira, Augusto Céspedes. O acordo de 1867 – "generoso", segundo Rio Branco, que achava que por controlarmos a foz podíamos ir até as nascentes, então não ocupadas por nenhuma nação ("*watershed doctrine*", diziam os livros da época) – é visto como um desmembramento territorial "*pelo qual Bolívia entrego al Brasil 150.000 kilómetros quadrados... y 60 léguas del Rio Madera*"[5]. Sobre o Tratado de Petrópolis, as opiniões não são mais edificantes:

> *La pacificación no fué del agrado del Gobierno brasileño, el que alentó uma segunda rebelión encabezada, esta vez, por Plácido de Castro, en agosto de 1902. Entonces el Brasil actuó desembozadamente enviando 8.000 soldados al Acre, rompió relaciones diplomáticas com Bolívia, clausuró el tránsito del rio Amazonas y exigió la rescisión del contrato com 'The Bolivian Syndicate'... Inútiles resultaron las propuesta del Gobierno boliviano – el Ejército brasileño se apoderó de las localidades bolivianas y de Puerto Alonso el 2 de abril de 1903. A fin de evitar la agravación del conflicto armado, Bolívia se vió obligada a suscribir primero um 'Modus Vivendi' y luego el Tratado de Petrópolis, de 17 de noviembre de 1903, por el qual resultó cediendo al Brasil todo aquel extenso y rico território,*

[4] GOICOCHÉIA, Castilhos. op. cit. p. 121.

[5] CUSICANQUI, Jorge Escobari. *Historia diplomatica de Bolivia*. La Paz: Universidad Boliviana, 1978, vol. II, p.306.

a cambio de dos milliones esterlinas y de la construción del ferrocaril desde el puerto de San Antonio sobre el Madera, hasta Guyaramerín em el Mamoré [...][6].

O especialista conclui suas observações sobre este tratado com uma frase dura: "*es la mas grande extorción cometida en América*[7]." Na Bolívia, os autores citados não são considerados radicais, e suas opiniões não são tão diferentes de outras que por lá circulam...

Os Tratados de 1904 com o Equador e de 1907 com a Colômbia

Os tratados de limites com o Equador e a Colômbia não apresentaram as dificuldades dos outros, objetos deste volume: o da Bolívia, já visto, e os do Peru e do Uruguai, que ainda veremos. As exposições de motivos sobre eles têm cada uma 5 páginas, o que contrasta com as outras três, mais densas, com 28 (Bolívia), 37 (Peru) e 36 páginas (Uruguai), para não falar do da Argentina, com apenas 2 páginas. Como se referem à mesma área geográfica, vamos tratar de ambas conjuntamente.

A fronteira noroeste do Brasil, do rio Solimões ao rio Negro (Cucuí), por razões práticas pode ser dividida em três trechos: 1º) do Solimões (Tabatinga) ao Japurá (foz do Apapóris); 2º) deste à nascente do rio Meniachi; 3º) desta ao Negro (ilha de São José do Cucuí). Essa linha de limites, muito irregular no segundo e terceiro trechos (conhecidos em conjunto como "cabeça do cachorro"), era disputada ao sul (1º trecho), com o Peru, o Equador e a Colômbia; ao centro (2º trecho), apenas com a Colômbia; e, ao norte (3º trecho), com esse último país e a Venezuela. Com o Peru, o Brasil definira a geodésica Tabatinga – foz do Apapóris, em 1851 (1º trecho). Tentara, em seguida, com a Colômbia (2º trecho) e a Venezuela (3º trecho) igualmente assinar tratados de limite. Com ambos os países foram negociados acordos, em 1853, os quais, por razões políticas internas de cada um deles, não entraram, entretanto, em vigor. Mais tarde, ainda durante o Império, houve novas tentativas de acordo com a Colômbia, ainda sem resultado. Com a Venezuela, sim, o Brasil assinou o Tratado de Limites de 1859, definindo a fronteira no trecho norte (o 3º).

---

[6] Id. ib., p.310.

[7] In *História da Formação da Fronteira do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973, p.220.

Em 7 de maio de 1904, o barão Rio Branco negocia com o plenipotenciário equatoriano no Rio de Janeiro um acordo que reconhecia como limite de ambos os países a mesma linha do Tratado de 1851, com o Peru (Tabatinga – Apapóris), no caso de se concluir favoravelmente ao Equador o conflito fronteiriço que o país mantinha com o Peru. O conflito foi resolvido pelo Protocolo do Rio de Janeiro, de 1942, teve solução considerada inexequível pelo Equador em 1951; e, finalmente, com participação decisiva da diplomacia brasileira, assinou-se um acordo em Brasília, em 1998. O que importa aqui é que o Equador não ficou lindeiro do Brasil, como desejava.

Em 1907, chegando as negociações com a Colômbia a bom termo, Rio Branco dá instruções a Eneas Martins, chefe da Missão Especial em Bogotá, para concluir o tratado de limites. Era com o último país amazônico a aceitar um acordo baseado no *uti possidetis*, dado seu tradicional apego ao Tratado de 1777. O representante brasileiro passa nota informando o Ministério das Relações Exteriores da Colômbia de que estava habilitado a:

> *Cerrar imediatamente la parte comprendida entre la Piedra del Cocuhí y la confluencia del Apaporis y el Yapurá, dejando para ser discutidas y resueltas en tiempo oportuno la parte comprendida entre el Apaporis y Tabatinga, en caso de ser reconocida Colombia como proprietaria de estos terreno, una vez resueltos sus pleitos con el Perú y el Ecuador*[8].

O acordo foi assinado em 24 de abril, limitando, pois, a 2ª e a 3ª das três seções da fronteira. Os limites da 1ª seção (a linha Tabatinga – Apapóris) não puderam ser estabelecidos pelo tratado, porque a Colômbia preferia que fosse solucionada antes sua pendência com o Peru. A linha de limites então acordada reproduzia, com as precisões trazidas pelo melhor conhecimento da região e algumas concessões mútuas aconselhadas pelo *uti possidetis*, a mesma que havíamos negociado em 1853. A 3ª seção já havia sido limitada pelo Tratado de 1859, com a Venezuela. Com a decisão arbitral de 1891, a região passou à soberania da Colômbia, que, pelo presente acordo, aceitava os limites de 1859.

[8] S., Francisco de Andrade. *Demarcación de las fronteras de Colombia. Bogotá*: Ediciones Lerner, 1965, p. 228.

O embaixador Araújo Jorge, colaborador de Rio Branco e autor do excelente volume introdutório das *Obras* dele, assim concluiu suas observações sobre o Tratado de 1907, com a Colômbia:

> Este ato internacional, sem a transcendência dos celebrados com a Bolívia e com o Peru, tem um significado especial na história das lindes territoriais na América do Sul: o de haver fixado uma linha de limites através de territórios disputados por quatro nações diferentes: Venezuela, Colômbia, Equador e Peru[9].

Na exposição de motivos sobre o tratado, Rio Branco manifestava a esperança de que, caso a Colômbia viesse a ter a soberania sobre as terras contíguas à linha Tabatinga-Apapóris (1º trecho), esse limite fosse adotado. Ambas as situações ocorreram. Em 1922, o Peru assinou um tratado em que cedia à Colômbia as terras contíguas linha de limites com o Brasil – o chamado "trapézio de Letícia". Por esse acordo, hoje geralmente considerado no Peru como lesivo aos seus interesses, a Colômbia passou, portanto, a ser ribeirinha do Amazonas; e, em 1928, esse país aceitou como fronteira, como esperava Rio Branco, a geodésica Tabatinga-Apapóris, isto é, o limite brasileiro-peruano de 1851.

Embora extravase o período de Rio Branco, é interessante dar a opinião de Francisco Andrade S., autor de conhecida obra sobre as fronteiras da Colômbia, acerca do acordo de 1928, com o Brasil:

> *Las anteriores afirmaciones [de que a linha Tabatinga-Apapóris dava ao Brasil territórios por direito colombiano] son inacatables, pero con elIas no se quiso significar que el tratado de 1928 haya sido un fracaso para Colombia. No lo fué, naturalmente, teniendo en cuenta las condiciones desfavorables en que nos hallabamos. A estas circunstancias llegamos por errores y descuidos de muy vieja data, como se ha podido ver a lo largo del desarrollo de este estudio. España arrancó de la bula inter caetera de Alejandro VI; retrocedió 270 leguas hacia el poniente en Tordesillas, línea que sostuvo hasta la terminación de los Autrias. Durante la unión de las dos monarquías, imprudentemte, se adjudicó a Bento Maciel Parente la capitanía de Cabo Norte, entre el Oyapoc y el Amazonas... terminada la guerra de sucesión, Francia devuelve a Portugal la capitanía de Cabo Norte por el tratado de Utrecht y, por el mismo tratado, España devuelve a*

[9] JORGE, A. G. de Araújo. Introdução às Obras do Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, pp. 179-80.

Portugal en 1713 la colonia de Sacramento, fijando Portugal con esta maniobra, puntos de posesión al occidente de Tordesillas, anulando completamente este meridiano, labor completada por sus constantes avances en el río Negro y en el Blanco, aconpañados por el desalojamiento de los misioneros jesuítas del Amazonas, todo como ya lo vimos atrás. Estas maniobras, muy apoyadas por la labor diplomática portuguesa, llevaron al segundo Borbón de España a trazar su lindero por la boca del Yavarí [Tratado de Madri, 1750]. El último paso ya nos tocó a nosostros; los dimos de la línea Yavarí-Amazonas... a la geodésica Tabatinga-Apaporis. Ellos heredaron de Portugal la habilidad, nosostros de España la despreocupación[10].

A tese da habilidade portuguesa *versus* a despreocupação espanhola é comum entre historiadores latino-americanos, como também o é (veremos depois) a da divisão interna dos países hispânicos, frente à firmeza e à continuidade das posições do Império e da República. Ambas têm alguma parcela de verdade, mas a primeira não leva em consideração que, nos tempos coloniais, os acertos entre Portugal e Espanha eram mundiais e que, às vezes, se cedia em um continente em troca de vantagens em outro (a "permuta" do oeste além-Tordesilhas do Brasil pelas Filipinas, em 1750, por exemplo). O que cabe registrar é o sentimento – também comum – de frustração pela perda de territórios, aos portugueses na Colônia, aos brasileiros depois da independência.

O Tratado de 1909 com o Peru

Na República, nosso maior problema de limites na Amazônia, pela extensão do território envolvido, foi com o Peru e não com a Bolívia, como se poderia pensar pela gravidade que chegou a assumir a questão acreana. O Peru reivindicava no começo do século XX um território imenso de 442.000 km^2, que incluía não apenas o Acre, com seus 191.000 km^2, mas também uma grande área contígua, todo o sul do estado do Amazonas.

Conheçamos a origem do conflito. Pelo Tratado de Santo Ildefonso, a divisa na região focalizada era a já referida linha que une o ponto médio do Madeira à nascente do Javari; em seguida, o rio Javari até foz no Solimões;

[10] S., Francisco de Andrade. op. cit. p. 234.

depois, este rio até a boca do Japurá; e, finalmente, o rio Japurá. O Tratado de Limites de 1851 confirmava a divisa do rio Javari, mas introduzia a geodésica Tabatinga-foz do Apapóris, transferindo, portanto, à soberania brasileira o ângulo de terras limitado pelos rios Solimões e Japurá. Para dar uma ideia da dimensão dessa área, digamos que equivale a 2/3 do atual estado do Acre. Por que o Peru assinou um acordo aparentemente desfavorável? Alguns autores lembram que interessava mais a este país na época, não terras desconhecidas na Amazônia, e sim acesso pelos rios brasileiros, o que foi conseguido. Euclides da Cunha dá outro argumento: com o acordo, o Peru dava maior legitimidade a seus títulos, em uma área disputada pela Colômbia e pelo Equador.

Continuando em nosso propósito de dar sempre uma opinião da outra parte, vejamos o que diz sobre o acordo Victor Andrés Belaúnde, conhecido historiador e diplomata peruano:

> Claro está que de acuerdo con los limites teóricos de San Ildefonso... la convención suscrita por Herrera em 51 fué um desastre diplomático; pero hay que tener em cuenta que lo único que le interesaba al Peru en esa fecha no era la mayor o menor extensión territorial en el Amazonas, sino la libre navegación que el Tratado de San Ildefonso concedia exclusivamente al Brasil. De modo que para conseguir el objeto y lhenar la necessidade essencial del Perú, en este tiempo, era necesario dejar el tratado... y atender al *uti possidetis de facto*. A eso debió el reconocimiento de las posesiones brasileñas em el ángulo Yapurá-Apaporis[11].

Nada provia, o Tratado de 1851, sobre a região – até então inexplorada – do Acre, situada ao sul da linha Madeira-Javari; nem cabia fazê-lo, pois o Brasil não disputava a soberania sobre essa área, reivindicada pelo Peru à Bolívia. Em 1867, acordamos com a Bolívia a geodésica que ia da foz do Beni à nascente do Javari. O Peru protestou contra a assinatura desse acordo. Em 1903, resolvendo de vez nossos problemas fronteiriços com a Bolívia, assinamos o Tratado de Petrópolis, pelo qual o Acre, região ao sul dessa linha, passou a ser território brasileiro. De novo protestou o Peru.

O que reivindicava essa república, com mais precisão a partir da obra *Geografía del Perú*, de Paz Soldán, publicada em 1863, era toda

[11] Belaúnde apud BARRENECHEA, Raúl Porras; REINA, Alberto Wagner. *Historia de los límites del Perú*. Lima: Editorial Universitária, 1981, p. 118.

a região situada ao sul da reta nascente do Javari – média distância do Madeira, do Tratado de 1777. Como a reivindicação incluía o Acre, também por esse motivo foi o Tratado de Petrópolis atacado no Brasil: incorporando-o, teríamos implicitamente comprado parte do conflito de limites entre o Peru e a Bolívia.

Em 1904, agravaram-se as escaramuças entre *caucheros* peruanos e seringueiros brasileiros nas regiões do Alto Juruá e do Alto Purus, incluídas no recém-adquirido território. Não era a primeira vez que ocorriam conflitos entre os entalhadores de seringueiras brasileiros, que subiam pelos rios formadores do Purus e do Juruá, e os derrubadores de caucho (para se extrair o látex dessa espécie, a *Castilloa elastica*, é necessário derrubar a árvore), que passavam do vale do Ucayali aos tributários do Purus e do Juruá. No auge da crise, o Barão do Rio Branco negocia a neutralização de ambas as áreas, os territórios do Breu e do Cataio (respectivamente no Alto Juruá e no Alto Purus), e concorda, conforme à doutrina tradicional brasileira, que duas comissões mistas fossem a essas remotíssimas regiões para verificar quem delas tinha posse.

O chefe de uma das comissões que no ano seguinte visitaram as áreas conflitadas bem merece breve comentário. Era Euclides da Cunha, já então famoso pela publicação, em 1902, de *Os sertões*. O escritor procurou essa árdua missão impelido por sua sede de mato, como explicou em carta a um amigo: "Não desejo a Europa, o 'boulevard', os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada e a vida afanosa e triste de pioneiro[12]." A Amazônia seria seu assunto predileto até a morte, que não estava distante: do sertão árido do Nordeste passava ao sertão úmido do Norte. Já havia lido boa parte da bibliografia sobre a região e queria fertilizar seu conhecimento teórico com a vivência local para escrever um livro que, pretendia, fosse o "pendant" de seu livro sobre Canudos. Não queria morrer como o autor de uma só grande obra; mas não conseguiu realizar seu intento, embora tivesse escrito talvez as mais antológicas páginas sobre a Amazônia, primeiro publicadas em artigos de jornais e, depois, reunidas em *Contrastes e confrontos* e no seu livro póstumo *À margem da história***.**

Relacionando se com sua missão, publicou, em 1905, um erudito estudo sobre o conflito de fronteiras aí existente, *Peru versus Bolívia***,** no qual toma partido, como era seu costume, adotando a posição boliviana. O conflito foi

[12] Cunha apud RABELO, Sílvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983, p. 245.

arbitrado pelo presidente da Argentina, em 1909, de maneira diversa, aliás, da propugnada por Euclides: o árbitro preferiu dividir a região, o que provocou grande descontentamento na Bolívia. Meses mais tarde, entretanto, o Peru e a Bolívia chegaram a um acordo que mantinha em grande parte a decisão do árbitro, apenas retificando a linha divisória, de modo um pouco mais favorável a La Paz, no trecho da fronteira que tocava o Acre.

Só após arbitrado esse conflito, procurou Rio Branco resolver as dúvidas entre o Brasil e o Peru. Nesse mesmo ano, com o chanceler peruano Hernán Velarde, assina no Rio de Janeiro o tratado que completava afinal a linha de nossos limites amazônicos. Ambas as zonas neutralizadas (39.000 km^2) passavam à soberania peruana, já que se verificou serem os nacionais desse país que ocupavam as nascentes do Juruá e do Purus. Dessa forma, o Acre diminuía seu território de 191.000 km^2 para 152.000 km^2, mas, em compensação, o Peru desistia de sua persistente e sempre incômoda reivindicação, baseada no Tratado de 1777, sobre os restantes 403.000 km^2 da área contestada. Parecia que o Brasil ganhava muito, mas na verdade era o Peru que reivindicara excessivamente, como bem explica Rio Branco:

> O confronto da enorme vastidão em litígio com pequena superfície dos únicos trechos que passarão a ficar por nós reconhecidos como peruano... pode deixar a impressão de que, pelo presente tratado, o governo brasileiro se reservou a parte do leão. Nada seria menos verdadeiro ou mais injusto. Ratificando a solução que este tratado encerra, o Brasil dará mais uma prova do seu espírito de conciliação, porquanto ele desiste de algumas terras que poderia defender com bons fundamentos em direito[13].

Como exemplo da argumentação imbatível de Rio Branco, transcrevamos um parágrafo da posição brasileira nas negociações (retomado na posterior exposição de motivos), o qual põe a nu um erro geográfico do Peru, que contribuiu para o excesso de sua reivindicação:

> A linha do Tratado de 1777, nos mapas oficiais peruanos, segue erradamente o paralelo 6º52'15". A verdadeira é a do paralelo de 7°38'45", como indica o mapa de Euclides da Cunha, porque esse limite provisório devia partir, na direção do oeste, de um ponto no Madeira situado a igual distância do rio Amazonas e

[13] RIO BRANCO, *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. vol.V, p. 109.

> da boca do Mamoré (artigo 21). E o mesmo Tratado explica (artigos 20 e 21), que o rio Madeira é formado pela junção do Mamoré e do Guaporé: ('Baixará a linha pelas águas d'esses rios Guaporé e Mamoré, já unidos com o nome de Madeira...'); de sorte que naquele tempo o nome de Mamoré não era ainda dada à seção compreendida entre a boca do Guaporé e do Beni[14].

Todas as exposições de motivos de Rio Branco são documentos valiosos, tanto pelas razões e provas apresentadas, quanto pelo estilo descomplicado em que são vazadas. A relativa ao Peru é a mais trabalhada e a mais longa: sua obra-prima, diz Álvaro Lins. É também a última (lembrando que o ajuste posterior com o Uruguai, sobre a lagoa Mirim, é uma pequena retificação de acordo anterior). Dir-se-ia que, por referir-se ao tratado que fechou a linha de limites do Brasil, quis também amarrar o pacote dos argumentos com que negociou, com tanto sucesso, todas as questões de fronteira.

Finalmente se enterrava definitivamente o Tratado de Santo Ildefonso, e o Brasil se tornava o primeiro país sul-americano a ter seus limites reconhecidos por solenes e incontroversos tratados bilaterais. Podia liberar suas energias para outras tarefas. A obra de Rio Branco é o remate feliz de um notável empreendimento, a formação das fronteiras do Brasil: feito maior da Colônia, como ensina Capistrano, prioridade máxima da diplomacia brasileira durante todo o Império e as duas primeiras décadas da República.

O Tratado de 1909 com o Uruguai

Este tratado tem uma dimensão física limitada. Ainda assim, como é o ultimo da fronteira sul – a que concentrou sempre a maior parte das preocupações e ações de nossos diplomatas –, mereceu de Rio Branco um notável estudo de sua formação histórica, que retomaremos aqui, procurando ser um pouco (é impossível ser muito) diferente. Comecemos na Europa...

A paz entre Portugal e a Espanha, vigente desde 1777, foi reafirmada pelo matrimônio do príncipe herdeiro dom João com dona Carlota Joaquina, filha mais velha de Carlos IV. A Revolução Francesa e a posterior

[14] Id. ib., p. 111

adesão da Espanha à França modificou essa situação e deixou Portugal em uma posição constrangedora: não podia nem enfrentar o vizinho, muito mais poderoso, nem romper seus históricos laços com a Inglaterra, a grande potência marítima da época e a garantia da sobrevivência de seu império colonial. Por exigência de Napoleão Bonaparte, então primeiro cônsul (seu irmão Luciano era embaixador em Madrid), a Espanha invade Portugal com vistas a romper a aliança anglo-portuguesa. A guerra foi rápida (maio e junho de 1801), mas não deixou de ter consequências na América, ao contrário do que previam as cláusulas pacifistas dos tratados de 1750 e 1777. Os luso-brasileiros – menos tropas regulares, mais voluntários gaúchos – invadiram os Sete Povos das Missões, aproveitando-se da situação precária em que se encontravam.

Recapitulemos os fatos, agora aqui nestes campos do Sul. Com isso, faremos uma breve incursão pela história do Uruguai, por sua vez muito vinculada à da Argentina e do Brasil (particularmente do Rio Grande do Sul). Conhecida a notícia da guerra na Europa, começaram a haver movimentos de tropas nas nossas fronteiras sulinas, ainda não completamente demarcadas. Na área a oeste de Rio Pardo (última povoação portuguesa, no centro do Rio Grande do Sul), as ações tiveram consequências duradouras. José Borges do Canto, ex-soldado do Regimento de Dragões, com apenas "pólvora e balas para 40 homens" e um grupo de índios amigos, partiu para a conquista das Missões, concluída em agosto, quando a notícia da Paz de Badajoz ainda não tinha chegado ao sul do Brasil. Bem diferente do que aconteceu durante a Guerra Guaranítica, em 1751, agora a ocupação foi fácil: "Os espanhóis não conseguiram defender o território... faltavam os jesuítas para organizar os índios e comandá-los com eficácia na guerra....[15]" Era praticamente o limite sul, estabelecido em 1750, que voltava a viger (descia do rio Ibicuí ao Quaraí, no oeste, mas, em compensação, subia de Castillos Grandes ao Chuí na costa leste).

O Tratado de Paz assinado com a França em Badajoz trouxe a fronteira norte do Brasil para o Araguari (pelo Tratado de Utrech, de 1713, deveria ser pelo rio Oiapoque, mais ao norte); já o firmado com a Espanha nada dispôs sobre as fronteiras coloniais, ao contrário do que era habitual nos tratados entre os dois países. As cidades portuguesas

[15] MAGALHÃES, J. Romero de. "As novas fronteiras do Brasil". In: E., Betancourt. *História da Expansão Portuguesa*. Navarra: Circulo de Leitores de Lisboa, 1998, vol. III, p. 35.

do invadido Além-Tejo foram restituídas, à exceção de Olivença e áreas contíguas (400 km^2), conservada pelos espanhóis.

Soube-se da Paz de Badajoz no fim do ano de 1801, quando os Sete Povos já estavam completamente ocupados. E não se pensou em restituí-los. Havia, ademais, o caso de Olivença, que fornecia um bom argumento para conservar a grande área invadida, de cerca de 90.000 km^2, quase metade do atual Estado. Esta situação não foi obviamente bem-aceita pelas autoridades de Buenos Aires e, durante décadas – até a fixação definitiva da fronteira entre o Brasil e o Uruguai em 1851 –, não faltaram investidas diplomáticas e incursões no terreno visando à reincorporação das Missões, conforme — alegavam os hispânicos — previa o Tratado de Santo Ildefonso.

O príncipe regente (dom João VI, em 1816), no Brasil depois de 1808, gostaria que seu império americano tivesse a fronteira sul ainda mais dilatada, isto é, no rio da Prata – Oliveira Lima não deixa dúvida disso. No período em que a Espanha estava dominada por Napoleão e era a inimiga próxima de Portugal, suas razões tinham mais peso. A seu lado estava, ademais, dona Carlota Joaquina, filha mais velha de Carlos IV, mantendo intensas negociações com líderes platinos. Não era totalmente desprovida de base a reivindicação da princesa: já no século XVIII diferentes ministros espanhóis tiveram a ideia de dividir as colônias americanas entre os infantes. Reassumindo o trono os Bourbons da Espanha, depois da derrocada napoleônica, e recomeçando na América as guerras de independência, a situação tornou-se menos clara. Por um lado, a motivação de atacar um inimigo diluiu-se; por outro, na agitação das águas turvas do rio da Prata, o arrasto da Banda Oriental ficava mais viável.

Com a Revolução de Maio de 1810, Buenos Aires se declara independente da Espanha. Adota o nome de Províncias Unidas do Rio da Prata, mas não consegue unir o antigo "Virreinato". No Paraguai, a independência fez-se rapidamente: em 12 de outubro de 1813, a república – a primeira do continente – já era proclamada, mas não reconhecida por Buenos Aires. No Uruguai, os espanhóis ainda eram fortes. Em Montevidéu estava sua base naval e o vice-rei Xavier Elio fazia da cidade a sede de seu poder desvanecente. No campo, entretanto, com auxílio de Buenos Aires, a resistência aos espanhóis nunca se extinguiu, com José de Artigas no centro do movimento insurgente.

O Brasil via com preocupação a guerra civil no Uruguai, inclusive porque "a reconquista das Missões era uma ideia fixa de Artigas"[16], como lembra o historiador J. A. Soares de Souza. Foi a convite do vice-rei espanhol que ocorreu a primeira invasão portuguesa em 1811; mas as tropas não chegaram até Montevidéu, seu objetivo, por ter havido um armistício entre a Junta de Buenos Aires e o vice-rei. Este não durou muito, pois poucos meses depois já estavam "peleando" espanhóis de um lado e artiguistas, apoiados por Buenos Aires, de outro. Enquanto houvesse o inimigo comum espanhol, essa aliança vigeria, mas já se sentia a tensão entre uruguaios, que pensavam na independência, e argentinos, que queriam incorporar a Banda Oriental às Províncias Unidas.

Artigas era um líder perigoso tanto para as classes dirigentes conservadoras de Buenos Aires, quanto para a elite centralizadora e escravocrata do Rio de Janeiro. Moniz Bandeira é um dos autores que vê o caudilho uruguaio quase como um revolucionário social:

> A luta de Artigas apresentava, na verdade, um caráter mais popular e colimava um projeto de transformação ainda mais radical que o da Revolução de Maio. Era uma insurreição rural, conduzida pelos próprios homens do campo, com um programa político que aspirava à constituição de uma república federal, respeitando-se a autonomia e a igualdade de todas as Províncias do Rio da Prata. A certa altura, ele incitou os gaúchos do Rio Grande de São Pedro, inclusive os escravos negros, à revolta contra Portugal, numa tentativa de atraí-los para o seu lado, como já o fizera anteriormente com os indígenas, particularmente os guaranis das Missões, que formavam uma força especial do seu exército[17].

O agravamento da situação – já sem os espanhóis no Uruguai – foi o pretexto para que, em novembro de 1816, o general português Carlos Frederico Lecor (futuro visconde de Laguna), com um forte exército de 6.000 homens, invadisse o Uruguai, tomando Montevidéu, em 20 de janeiro de 1817. Todavia, no campo, as escaramuças entre as tropas luso-brasileiras e os seguidores de Artigas ainda duraram três

---

[16] SOUZA, José Soares. "O Brasil e o Prata até 1828". In: HOLANDA, S. B. de. *História da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1976, t. II, vol. I, p. 311.

[17] BANDEIRA, L.A. Moniz. *O expansionismo brasileiro e o governo dos estados na bacia do Prata*. Brasília, UnB, 1995, p. 61.

anos, tendo ocorrido apenas em 1820 a derrota definitiva desse líder, na batalha de Taquarembó.

A região foi sendo pouco a pouco incorporada ao Império, conservando a língua, os costumes, as leis e até as fronteiras tradicionais. Estas, por acordo de 1821, eram os rios Quaraí e Jaguarão, ligados pelo divisor de águas que une suas nascentes; e a lagoa Mirim (que se comunica com o oceano pelo arroio Chuí), na qual deságua o Jaguarão. Com estes limites, preservava-se a ocupação brasileira dos Sete Povos: no rio Uruguai, entretanto, o território brasileiro não descia até o rio Arapeí, ao sul do Quaraí, como fixava uma ata assinada por autoridades do município de Montevidéu e pelo general Lecor em 1819. Um Congresso uruguaio reunido em Montevidéu – de representatividade suspeita na visão dos historiadores uruguaios e também de vários brasileiros – em 18 de julho de 1821 adota a resolução de incorporar a Banda Oriental do Uruguai, a partir de então chamada Província Cisplatina, à monarquia portuguesa. Chegou-se, enfim, à desejada fronteira natural do Prata; mas não por muito tempo... Como as demais províncias do Império, a Cisplatina também enviou representantes à Assembleia Geral de 1822.

Em julho de 1825, provindos da Argentina, desembarcam em uma praia do rio Uruguai, La Agraciada, perto de Colónia, os famosos "*treinta y três orientales*", patriotas da expedição de Juan Antonio Lavaleja, antigo colaborador de Artigas. Reforçados localmente e sempre contando com a ajuda de Buenos Aires, vão pouco a pouco ocupando porções do território uruguaio. Em agosto, houve o Congresso de Florida – este influenciado pelos argentinos –, que votou pela incorporação de Montevidéu às Províncias Unidas, e o subsequente ato de aceitação de Buenos Aires. Pressionado pelos fatos, dom Pedro I assina em 1º de dezembro a declaração de guerra.

"Esta [...] não foi favorável ao Brasil. Foi uma guerra impopular que se arrastou até 1827"[18], diz claramente o historiador brasileiro contemporâneo Boris Fausto. A esquadra imperial não perdeu o controle do Prata, é verdade, mas as operações de terra em geral tiveram maus resultados. A resistência crescia na zona rural uruguaia e, em Passo do Rosário (Ituzaingó), no Rio Grande do Sul, em fevereiro de 1827, um

[18] FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994, p. 151.

exército invasor argentino-uruguaio comandado por Alvear e Lavaleja derrota as tropas brasileiras comandadas pelo marquês de Barbacena. Houve outras batalhas bem menos expressivas, algumas derrotas, algumas vitórias.

Menos pelas batalhas – nenhuma foi decisiva para o resultado final da guerra – e mais porque ambos os países estavam com dificuldades políticas internas e economicamente exauridos, começaram as negociações para uma trégua. Com a intervenção britânica, em 27 de agosto de 1828, por uma Convenção Preliminar de Paz, Brasil e Argentina dão por terminado o conflito e reconhecem a independência do Uruguai. Pelo artigo 1º, declarava o imperador do Brasil considerar a Cisplatina separada do Império, para que ela pudesse "constituir-se em Estado livre e independente de toda e qualquer nação". O governo da República das Províncias Unidas concordava, por sua vez, pelo artigo 2º, em reconhecer "a independência da Província de Montevidéu, chamada hoje Cisplatina". O historiador argentino Ricardo Levene vê de maneira equânime o surgimento do novo Estado: "*La emancipación uruguaya fué el desenlace del pleito secular entre las coronas de España y Portugal y contempló en aquel momento históricos los anhelos de los hijos del territorio y los interesses internacionales*[19]."

A Província Cisplatina conquistou a independência, mas não a paz. O que se seguiu no novo país, denominado República Oriental do Uruguai, foram décadas de grande instabilidade política. Dois partidos dividiam a opinião pública: os "blancos", agrupação que se formou originalmente em torno de Lavaleja, em geral simpáticos à Argentina, e os "colorados", mais propensos ao Brasil, cujo chefe inicial foi o primeiro presidente do Uruguai, Fructuoso Rivera (que havia anteriormente aderido ao Império, após ter sido um dos principais líderes do exército de Artigas).

No Rio de Janeiro, a opinião dominante, depois de 1828, favorecia a política de se conservar neutro nas disputas platinas. Mas isso era difícil, pelas vinculações existentes entre facções do Uruguai e do Rio Grande do Sul. Lembre-se, ademais, de que entre 1835 e 1844 esta província passou pela mais prolongada guerra civil da nossa história, a chamada Revolução Farroupilha. Liderada pelo estancieiro Bento Gonçalves, os

[19] LEVENE, Ricardo. *Historia de America*. Buenos Aires, Jackson Inc. Editores, 1951, t. VI, p. 170.

revoltosos chegaram a proclamar, em 1838, uma independente República do Piratini. Embora não fosse certo que os revolucionários gaúchos quisessem em definitivo a república e a independência, havia entre os líderes mais responsáveis da Regência (1831-1840), um grande temor de que o Brasil se desagregasse, tal como ocorrera com as antigas colônias espanholas. A integração do Rio de Grande do Sul em uma possível unidade política platense não era, também, uma ideia descabida. Boris Fausto assim vê o alcance internacional da revolução gaúcha:

> Há controvérsia entre os historiadores se os farrapos desejavam ou não separar-se do Brasil, formando um novo país com o Uruguai e as províncias do Prata. Seja como for, um ponto comum entre os rebeldes era o de fazer do Rio Grande do Sul pelo menos uma província autônoma, com rendas próprias, livre da centralização do poder imposta pelo Rio de Janeiro[20].

Outro fator da instabilidade uruguaia foi a ascensão de Juan Manuel de Rosas do outro lado do Prata. Oriundo de família de ricos proprietários de "saladeros" (charqueadas) de Buenos Aires, como governador de sua província natal, ou mais tarde dirigente máximo da Confederação, dominou com mão de ferro a política argentina, de 1828 até 1852. Durante seu longo período de poder, Montevidéu cresceu por causa do grande número de argentinos que fugiam da pressão do partido de Rosas, o federalista, cujo lema bem demonstra a violência com que impunha sua lei aos adversários: "*Muerte a los salvajes unitários.*"

As relações entre os vários grupos políticos da Argentina, do Uruguai e da província do Rio Grande do Sul eram mais oportunistas do que – como poderíamos dizer hoje – ideológicas, isto é, dirigidas por um conjunto de ideias e valores relativos à ordem pública. Com esforço de abstração, pode- se, entretanto, considerar os unitários argentinos geralmente ligados aos "blancos" uruguaios, e ambos os partidos afinados com as ideias da burguesia comercial dos portos; e os federalistas de Rosas próximos aos colorados de Rivera, as duas facções vinculadas aos proprietários rurais. Na prática, a situação era personalizada, complexa e, sobretudo, cambiante.

Rosas e o gabinete do Rio de Janeiro mantinham, por vezes, relações

[20] FAUSTO, Boris. op. cit. p. 170.

calmas, mas de um modo geral eram tensas. O ditador argentino, afinal, queria incorporar à Confederação as partes dispersas do antigo Vice-Reinado, e isso contrariava a linha básica da política brasileira, favorável à independência do Uruguai e do Paraguai (e também da Bolívia). Em 1843, chegou-se a firmar um acordo entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro contra Rivera, agora apoiando os gaúchos revoltados. Como não foi ratificado por Rosas, o governo brasileiro passa a não mais reconhecer o bloqueio argentino de Montevidéu. Esse ato, mais o reconhecimento da independência do Paraguai, em 1844, elevavam o nível de participação brasileira no Prata e foram interpretados por Rosas, corretamente, como inamistosos.

Ao aproximar-se o meio do século, os laços entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro vão se esgarçando cada vez mais. Em 1849, o primeiro López toma Corrientes, ação que os argentinos julgaram contar com a concordância tácita brasileira; pouco depois, em 1851, firma-se um tratado de aliança defensiva paraguaio-brasileiro. Como se acreditava que Rosas pretendia invadir Montevidéu, e, depois, quem sabe, atacar o Rio Grande do Sul, o Brasil intensificou seu apoio ao governo uruguaio, já empalmado por Rivera, contra as incursões de Oribe, agora um general de Rosas.

No interior da Confederação crescia, por sua vez, a resistência ao ditador, até que o levantamento de Justo José Urquiza, chefe inconteste da província de Entre-Rios e que contava igualmente com o apoio de Corrientes, dispara a guerra civil. Não só rompe com Rosas, como também firma um tratado com representantes brasileiros e uruguaios, com a finalidade de derrubá-lo. A guerra foi rápida e, em 3 de fevereiro de 1852, na Batalha de Monte Caseros, não longe de Buenos Aires, o ditador argentino é completamente derrotado. Importantes contingentes de tropas brasileiras participaram dessa batalha, que levou Urquiza à presidência da Confederação. Alguns autores veem esse momento como o da máxima influência do Brasil na região (o da máxima expansão havia ocorrido no período da Província Cisplatina, 1821-1828).

Já antes de Caseros, em dezembro de 1851, no Rio de Janeiro se assinara um tratado com o Uruguai, que conservava basicamente entre os dois países os limites da Província Cisplatina. Precisava-se no seu texto que a lagoa Mirim seria de uso exclusivo dos brasileiros, isto é, não compartilhada pelos dois estados ribeirinhos. Este tratado, se

bem que retomando termos da convenção de 1821, norteou-se pelo *uti possidetis*, princípio que já havia sido utilizado em tempos coloniais, e que continuaria a ser, até o Barão do Rio Branco, o vetor principal da política de fronteiras do Brasil. Como de costume, depois de cada acordo de fronteira, aparecem os críticos... O de 1851 não fugiu à regra, como se exemplifica com um importante diplomata uruguaio, Virgílio Sampognaro: "*El Tratado de Límites firmado en Río de Janeiro el 12 de octubre de 1851 es un instrumento injusto y defectuoso, que el Plenipotenciario uruguayo tuvo que aceptar, en un momento sombrío para la estabilidad nacional, por imposición de las circunstancias*[21]." Pensava certamente nos Sete Povos e talvez na lagoa Mirim...

Afinal, chegamos em 1909, o ano do tratado sobre a lagoa Mirim, visto no Brasil como um ato de generosidade de Rio Branco. Vejamos. Os tempos eram outros: o Uruguai tinha evoluído de forma notável, era agora considerado a Suíça da América Latina. Acabaram-se os tempos de violentas disputas entre os dois tradicionais partidos; tratamvam-se, às vezes, de verdadeiras guerras civis. Como eram fortes as conexões com os países vizinhos, não era raro que estas se transformassem em questões internacionais. Lembre-se de que a Guerra do Paraguai começou em 1864, quando Francisco Solano López atacou o Brasil, alegando que havíamos invadido o Uruguai para derrubar o governo "blanco" de seu aliado Atanásio Aguirre. Agora, nessa nova conjuntura uruguaia, Rio Branco percebeu claramente que estava na hora de equilibrar o Tratado de 1851, oferecendo espontaneamente ao nosso vizinho o condomínio sobre a lagoa Mirim e o rio Jaguarão.

Os autores uruguaios reconhecem o valor da iniciativa, mas mencionam também uma circunstância regional que favoreceria o ato, circunstância ignorada nos livros brasileiros. Citemos um deles:

> La accion de noble justicia que tuvo el valor de realizar Rio Branco... en 1909, en momentos en que el Canciller argentino Zeballos proclama su tesis de "la costa seca", o en otras palabras, que la Argentina poseía soberanía sobre la totalidad del Río de la Plata... Por iniciativa del Barón de Río Branco, el gobierno brasileño cedió al Uruguay no sólo los derechos a navegar esas águas [da lagoa Mirim e do rio Jaguarão], sino la plena soberanía de una porción equitativa de las mismas,

[21] Sampognaro apud LAPEYRE, Edson Gonzales. *Los límites de la Republica Oriental del Uruguay*. Montevidéu: Editorial Amalis M. Fernandez, 1986, p. 341

que fueron divididas a través del criterio de la línea media, o el del *thalweg* o por una línea quebrada convencional, según los casos[22].

Afinal, foi um gesto generoso de Rio Branco? Sem dúvida: quem propôs a modificação foi o Brasil, não o Uruguai, e um chanceler que não tivesse seu prestígio e sua influência não executaria um ato que, bem ou mal, representava uma perda territorial. Haveria também o interesse brasileiro em não continuar com o regime de exceção vigente na lagoa Mirim? É bem possível que sim; o regime da costa seca era anacrônico e poderia dar ideias à Argentina...

Observações finais

As exposições de motivos de Rio Branco são elaboradas em uma linguagem simples e clara: não há palavras inabituais nem jargão técnico. Historiam a questão, esgotam o argumento. São documentos que surpreendem pela qualidade da redação. O mesmo se dá com as defesas brasileiras nos arbitramentos (apesar de que aqui não são páginas, são volumes). Os livros brasileiros que tratam de questões de fronteira reptem, resumem ou glosam o que o barão escreveu. Ele é o homem que faz a história e que apresenta a versão básica dela. Como o fizeram – sem querer comparar personagens e circunstâncias políticas – Júlio César, Napoleão e Churchill. Não há, no Brasil, outra versão dos fatos relatados por Rio Branco. Para encontrá-la, é necessário ir aos livros de países vizinhos. Foi o que fizemos. Os fatos indicados são quase sempre os mesmos, mas as interpretações são diferentes; em vários casos, opostas.

Alguns diplomatas brasileiros evitam tratar publicamente dos problemas de fronteira: poderiam abrir antigas feridas... Não parece que seja bem assim. Em primeiro lugar, as feridas estão até exageradamente expostas nos livros de história dos países sul-americanos; depois, nossa omissão poderia ser considerada tentativa de esconder algo errado, o que não é o caso. Coloquemos as coisas em seu devido lugar. Na verdade, o Brasil sempre se beneficiou de algumas circunstâncias favoráveis. Era, em geral, o país

[22] Id., ib. p. 342.

relativamente mais forte e de governo mais estável. No Império, os objetivos da política de limites foram estabelecidos no começo do Segundo Reinado e mantidos por todos os governos sucessores; negociávamos com cada vizinho individualmente; havia uma doutrina perfeitamente defensável, a da prioridade do *uti possidetis* e da aceitação apenas supletiva do acordo de 1777; e, finalmente, nossos negociadores eram escolhidos entre os melhores estadistas. E na República? Quando todos os títulos nobiliárquicos já estavam abolidos... eis que surge um barão para continuar isso tudo e inovar quando necessário.

As coisas não se passaram assim em nossos vizinhos. Todos acham que perderam territórios em disputas de fronteira. Há no continente o que já se chamou "síndrome de território minguante". Vamos exemplificar com a Bolívia, o caso mais patente de desmembramento territorial na América do Sul: perdeu seu litoral para o Chile, na Guerra do Pacífico (1870-1876); o Acre para o Brasil, pelo Tratado de 1903; e parte do Chaco, em guerra do mesmo nome, para o Paraguai (1936-1939). Existe, pois, uma justificada frustração nacional, que se reflete nos livros que abordam o tema dos limites. No entanto, a verdade é que, com maior ou menor razão, todos os países sul-americanos (para ficar por aqui) ressentem-se de perdas de território. Até o Chile, aparentemente um país que aumentou o seu, fala de prejuízos na Patagônia.

Há um aspecto adicional que merece ser considerado. Os países que tiveram problemas de fronteira com o Brasil tiveram outros contratempos, mais importantes, com outros vizinhos. No caso da Bolívia – o mais dramático para nós –, não há dúvida de que a amputação do litoral no Pacífico em razão de uma guerra é muito mais grave do que a cessão, em negociações compensatórias, de uma área amazônica não ocupada por seus nacionais.

Os livros de nossos vizinhos — sobretudo os mais objetivos — não deixam de reconhecer a qualidade de nossa política externa, no que concerne à fixação de limites. A seguir, temos três exemplos, para variar, de autores argentinos. Um mais antigo, de Vicente G. Quesada, importante diplomata e historiador do final do século XIX:

> *El Brasil sostiene su abrogatión [do Tratado de 1777] y funda su derecho territorial em el* uti possidetis *actual... Los estados hispano-americanos, tratando aislados*

los unos respecto de los otros, se han encontrado em presencia de una unidad de plan, de miras, y de tendências, que oponia el Imperio del Brasil, que habilmente há discutido com ellos sucessiva y separadamente estas questiones, pero com una pertinácia verdaderamente notable[23].

Agora, a opinião de um historiador de nossos dias: "*En Brasil los gabinetes se sucedian, alternando liberales y conservadores, pero manteniendo siempre la línea política externa... En Argentina cada gobierno que llegaba al poder se esmeraba en desautorar y desvirtuar al antecesor*[24]." E um terceiro exemplo, este especificamente sobre nosso grande chanceler, que curiosamente é da lavra de quem é considerado seu maior rival no continente, Estanislao Zeballos: "*Si el Brasil consolida la obra territorial de Rio Branco, le deverá el título de su primer servidor y del mas grande de los benefactores de su amor propio nacional y de su mapa*[25]."

Um último ponto: agora não sobre a eficiência, por todos reconhecida, mas sobre a correção da nossa política de limites. Aqui, não temos nada a aprender com os países de procedimento mais reto. O Brasil emergiu da Colônia como um Império basicamente satisfeito com seu território. As reivindicações brasileiras, também por isso, não eram excessivas ou descabidas. O dito atribuído a dom Pedro II "ou o território é nosso e não devemos alienar uma polegada dele, ou pertence a nossos vizinhos e, então, é justo não querermos uma polegada do que não nos pertence"[26] não é uma dessas frases patrioteiras e vazias. Corresponde ao pensamento e à ação central das nossas elites políticas no período.

Nos primeiros 20 anos da República, a época em que liquidamos todas as questões remanescentes, não se pode ignorar a personalidade do Barão do Rio Branco, o agente fundamental dessa política. Não que ele fosse um "idealista" em política externa – sabia bem que os países põem os interesses nacionais acima de tudo –, mas seus parâmetros éticos eram bem delineados. Nós versamos o caso do "Mapa da Linha

[23] QUESADA, Vicente G. *Historia diplomatica latinoamericana*. Buenos Aires: Talleres Gráficos, 1920, t. III, p. 274

[24] Miguel Angel Scenna, *Argentina-Brasil*: Quatro siglos de rivalidad. Buenos Aires: Ediciones la Batilla, 1975, p. 225.

[25] ZEBALLOS, Estanislao. Revista de Derecho Internacional, tomo XLII. Buenos Aires.

[26] É o barão de Capanema quem reporta esta frase, dita a ele por dom Pedro II.

Verde" exatamente porque toca no único ponto que poderia inspirar alguma dúvida sobre a maneira de proceder do barão. Verificamos que sua reputação sai ilibada das controvérsias ocorridas. Sobre o Acre, como um todo, nunca aceitou a ideia, presente na cabeça de muitos, de que o mais prático seria apoiar discretamente a revolta dos brasileiros, esperar a vitória e, depois, aceitar a incorporação do território na federação. Exemplos continentais não faltavam...

Digamos mais. Não era Rio Branco um historiador puro, pois nunca descurava dos interesses permanentes de seu país. Sempre foi, ademais, um hábil advogado na defesa destes. Tudo isso é verdade. No entanto, o que queremos destacar aqui é que ele considerava as boas relações continentais uma prioridade de nossa política internacional, desejava sinceramente o progresso das nações da América do Sul e jamais admitiria que o Brasil esbulhasse um país limítrofe. Usava frases como "fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro"[27]. Elas, na sua boca, faziam sentido.

[27] RIO BRANCO. *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. Vol. IX, pp.195-198 (Discurso pronunciado em 6 de maio de 1909 no IHGB).

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SOBRE O TRATADO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1903 ENTRE O BRASIL E A BOLÍVIA

Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 27 de dezembro de 1903.

Senhor presidente da República,

Tenho a honra de pôr nas mãos de vossa excelência uma cópia autêntica do Tratado de Permuta de Territórios e outras compensações, firmado em Petrópolis aos 17 de novembro último pelos plenipotenciários do Brasil e da Bolívia.

As primeiras tentativas de negociação para um acordo direto foram feitas por mim, pouco depois de assumir a direção do Ministério das Relações Exteriores, no dia 3 de dezembro do ano passado. Autorizado por vossa excelência, propus então a compra do território do Acre. Essa proposta foi logo rejeitada. Depois, procurei negociar sobre a base de uma permuta desigual de territórios a que outras compensações serviriam de complemento. A marcha das expedições militares da Bolívia contra os nossos compatriotas do Acre interrompeu a negociação.

Decidida a ocupação militar, pelo Brasil, do território que só então foi oficialmente declarado em litígio, ao norte do paralelo de 10º20'S, teve começo a negociação do acordo preliminar relativo ao *modus vivendi* no Acre. Essa negociação terminou em 21 de março. Em virtude

do acordo então assinado em La Paz – que negociei, pelo telégrafo, secundado pelo senhor Eduardo Lisboa, nosso digno representante na Bolívia –, as tropas brasileiras ficaram ocupando o território em litígio e foi autorizado o governador militar brasileiro a mandar destacamentos ao sul do citado paralelo, em território reconhecidamente boliviano, dentro de limites convencionados, para o fim especial de evitar conflitos entre os acreanos armados e as tropas bolivianas durante o prazo da suspensão de hostilidades implicitamente ajustada, devendo continuar a exercer a sua autoridade ao sul do dito paralelo o governador aclamado pelos acreanos. A nossa intervenção não visava reprimir a insurreição, mas sim proteger os nossos compatriotas e manter o *status quo* enquanto se tratava da discussão do assunto principal, que era um acordo capaz de remover para sempre as dificuldades com que os dois países lutavam desde 1899.

No dia 1º de julho, o senhor doutor dom Fernando Guachalla, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Bolívia em missão especial, fez entrega da sua credencial a vossa excelência. Como consta dos seus plenos poderes e dos do senhor dom Claudio Pinilla, então enviado extraordinário e ministro plenipotenciário aqui acreditado em missão permanente, foram encarregados esses dois ilustres diplomatas de negociar conosco sobre a base de uma permuta equitativa de territórios ou, não sendo isso possível, sobre a do arbitramento para a interpretação do artigo 2º do Tratado de 1867. A ideia de uma compensação em dinheiro, sobre a qual continuei a insistir, foi novamente rejeitada, em março, pelo governo boliviano. Só em agosto, segundo parece, foram alargadas as instruções dos plenipotenciários bolivianos deste país.

Desejando eu o valioso auxílio das luzes, competência e patriotismo dos senhores senador Rui Barbosa e Assis Brasil, vossa excelência, por decretos de 17 de julho, os associou a mim, como plenipotenciários, para que, conjuntamente, tratássemos com os representantes da Bolívia.

Em 22 de julho, combinamos, os três, na proposta a apresentar aos nossos concorrentes bolivianos, e no dia seguinte lhes foi ela entregue por mim, em Petrópolis. Pedíamos à Bolívia os territórios que, pelo presente tratado, ficam por ela reconhecidos como brasileiros, e lhe oferecíamos em troca:

1º. O pequeno território triangular entre o Madeira e o Abunã, cuja área, calculada apressadamente então, supúnhamos ser de 3.500 km^2.

2º. Um encravamento de dois hectares, à margem direita do Madeira, junto a Santo Antônio, para que aí se estabelecesse um posto aduaneiro.
3º. Uma indenização de um milhão de libras esterlinas.
4º. A construção, em território brasileiro, desde a primeira cachoeira do rio Mamoré, que é a de Guajará-Mirim, até a de Santo Antônio no rio Madeira, de uma ferrovia, concedendo nós à Bolívia as facilidades declaradas no tratado que se concluiu no Rio de Janeiro em 15 de maio de 1882 e não entrou em vigor.

A oferta dos dois hectares em Santo Antônio tinha por fim facilitar a nossa resistência à cessão das duas margens do Madeira acima de Santo Antônio. Em outubro, conseguimos retirar, embora com dificuldade, essa oferta, fazendo valer as outras compensações posteriormente oferecidas ou concedidas e demonstrando que uma alfândega assim destacada e isolada nenhuma utilidade prática teria para a Bolívia.

Antes de 22 de julho, manifestei aos meus colegas plenipotenciários do Brasil a opinião de que, para poder-se chegar a um acordo direto, seria necessário fazer à Bolívia alguma ou algumas concessões no Baixo Paraguai brasileiro, de modo a realizar o pensamento do governo imperial em 1867, que foi o de lhe dar por esse lado portos que servissem ao seu comércio com o exterior. Informei-os da matéria de um protocolo firmado em 1896 com esse mesmo pensamento. Convinha, entretanto, não ir desde a proposta inicial ao extremo das concessões que poderíamos razoavelmente fazer, e por isso reservamos para mais tarde a oferta ou a aceitação do pedido que nesse sentido nos fosse feito.

A proposta, anteriormente resumida, foi logo no dia seguinte, 24 de julho, declarada inaceitável pelos plenipotenciários bolivianos. Em 13 de agosto, recebi a contraproposta por eles formulada. Nela indicavam uma modificação de fronteiras, de que resultaria o seguinte:

1º. Ao sul da linha oblíqua Javari-Beni, ficaria pertencendo ao Brasil apenas uma terça parte do território que pedíamos, isto é, o que se estende a oeste do rio Iquiri, tendo por limites, ao sul, o paralelo que passa pela boca do Xapuri, afluente da margem

esquerda do Acre, depois o curso do mesmo Xapuri, e, a oeste, a linha de 70ºW.

2º. Passariam a pertencer à Bolívia:

No norte (Amazonas e Mato Grosso):

a) as duas margens do Madeira acima, ou ao sul, da boca do Jamari, compreendendo duas zonas limitadas, a oeste, por uma linha reta traçada desde o paralelo da boca desse afluente até a confluência do Rapirrã e do Iquiri, e, a leste, por outra reta tirada da boca do mesmo Jamari, à confluência do Mamoré;

No sul (Mato Grosso), os territórios situados:

b) a oeste de uma linha traçada desde o chamado "marco do fundo da Baía Negra" até o desaguadouro da lagoa de Cáceres;

c) a oeste do rio Paraguai, o qual ficaria servindo de limite, desde esse desaguadouro até a confluência do Jauru;

d) a oeste do Jauru e ao sul do seu afluente Bagres; ao sul e a oeste do Alto Guaporé até o lugar em que recebe, pela margem esquerda, o rio Verde, passando assim para a Bolívia todos os terrenos banhados pelo Aguapeí, afluente do Jauru, e pelo Alegre e Verde, tributários do Guaporé.

Pediam mais os ministros bolivianos que, reconhecida a utilidade recíproca da ferrovia Madeira-Mamoré, e sendo os territórios que o seu país se dispunha a transferir incontestavelmente mais ricos e rendosos do que os que pediam ao Brasil, nos obrigássemos a construir – em território que passaria a ser boliviano –, desde Santo Antônio, no Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré, aquele caminho de ferro, e o entregássemos em plena propriedade à Bolívia.

Essa contraproposta não podia deixar de ser, como foi, declinada por mim, sem hesitação alguma e antes de qualquer consulta aos meus colegas.

Começamos, entretanto, o senhor Assis Brasil e eu, a trocar ideias com os plenipotenciários bolivianos, em repetidas conversações particulares, que se passavam em Petrópolis, e a estudar o meio de encontrar terreno sobre o qual nós pudéssemos aproximar e entender, antes de abrir conferências formais em que tomaria parte o senhor Rui

Barbosa, a quem não podíamos razoavelmente pedir que se distraísse dos seus trabalhos no Senado para participar de tão largas e enfadonhas tentativas. Tinha eu, porém, o cuidado de informá-lo de tudo quanto de substancial se ia passando e de lhe pedir sempre o seu parecer.

Havendo os plenipotenciários bolivianos insistido, primeiro, para que cedêssemos uma faixa de cinco léguas (cerca de 33 km) ao longo da margem direita do Madeira, desde o Mamoré até Santo Antônio, depois, uma faixa da mesma largura, sobre a margem esquerda, pedi, nas duas circunstâncias, reunião do ministério em conselho, para saber se tais proposições, a primeira das quais dispensaria qualquer indenização pecuniária, deviam ou não ser aceitas em caso extremo, isto é, se da sua rejeição resultasse o rompimento das negociações para um acordo direto. Quando se tratou do exame do segundo pedido – tendo sido já então elevada por mim a dois milhões de libras a indenização oferecida, e estando também em questão uma proposta de modificação na fronteira de Mato Grosso, desde a Baía Negra até a nascente do arroio Conceição, modificação de que resultaria a transferência à Bolívia de 2.300 km^2, pela maior parte de alagadiços –, o senhor senador Rui Barbosa solicitou, em carta de 17 de outubro, a sua exoneração e insistiu por ela, acreditando, sem dúvida porque me expliquei mal, que os plenipotenciários bolivianos estavam irredutíveis, caso em que ele preferia o arbitramento. Desde aquela data separou-se de nós o eminente brasileiro, com grande sentimento de vossa excelência, meu e do senhor Assis Brasil, que assim nos vimos privados do precioso concurso e dos leais conselhos que até então nos havia dado.

Prosseguimos negociando, o senhor Assis Brasil e eu, e a nós dois, tão somente, cabe a responsabilidade do acordo a que se chegou com os representantes da Bolívia.

Parece-me conveniente dar desde já uma explicação.

No tratado, não foram expressamente declarados quais os territórios permutados, mas simplesmente descritos com a possível minuciosidade e clareza as novas linhas de fronteira. Procedendo assim, conformamo-nos com a prática geralmente seguida na redação de acordos desta natureza. As mútuas cessões, explicadas adiante nesta exposição, só podem ser bem verificadas pela atenta leitura do artigo 1º, no que diz respeito às pequenas modificações na nossa fronteira de Mato Grosso (§§ 1º a 4º), em presença de uma cópia do mapa organizado pela Comissão Mista brasileiro-boliviana de 1875, e, no tocante à região amazônica

(§§ 5º a 7º), à vista de outro representando a parte compreendida entre 6º30' e 12ºS e 62º e 74ºW. Do primeiro desses mapas foi feita uma redução, e o segundo foi organizado após exame cuidadoso dos melhores documentos, pelo senhor contra-almirante Guillobel.

No § 7º do mesmo artigo 1º estão figuradas várias hipóteses quanto ao curso principal do Alto Acre. Nisso concordamos com o único fim de satisfazer os plenipotenciários bolivianos. Tínhamos nós, os do Brasil, pedido para fronteira, desde a confluência do igarapé Baía para oeste, o álveo do rio Acre até a sua origem principal, e, em seguida, o paralelo dessa nascente até o ponto de encontro com o território peruano. Recearam os plenipotenciários da Bolívia que, na demarcação, a Comissão Mista pudesse verificar ser o verdadeiro Acre Superior algum dos rios tidos agora por afluentes meridionais (o igarapé Verde ou o rio Pragas), o que levaria muito para o sul a nova linha divisória que desejávamos situar nas vizinhanças do paralelo 11ºS. Condescendendo com o desejo dos plenipotenciários bolivianos, figuremos essas hipóteses, mas estamos convencidos, nós os do Brasil, de que o limite há de ser o curso superior do Aquiri ou Acre, que segue ora ao sul ora ao norte do paralelo 11ºS, como se vê do levantamento feito por W. Chandless em 1865, publicado, com as suas "notas" explicativas, no *Journal of the Royal Geographical Society*, de Londres, tomo XXXVI, de 1867.

O chamado território do Acre, ou mais propriamente, Aquiri, principal causa e objeto do presente acordo, é, como toda a imensa região regada pelos afluentes meridionais do Amazonas a leste do Javari, uma dependência geográfica do Brasil. Só pelas vias fluviais do sistema amazônico se pode ter fácil acesso a esses territórios, e, assim foram eles, de longa data, descobertos e exclusivamente povoados e valorizados por compatriotas nossos. Ao sul da linha geodésica traçada da confluência do Beni com o Mamoré à nascente do Javari, contam-se hoje por mais de 60 mil os brasileiros que trabalham nas margens e nas florestas vizinhas do Alto Purus e seus tributários, entre os quais o Acre, o Iaco, o Chandless e o Manuel Urbano e nas do Alto Juruá, inclusive os seus afluentes mais meridionais, Moa, Juruá-Mirim, Amônea, Tejo e Breu.

No território do Alto Acre, ao sul de Caquetá, há cerca de 20 mil habitantes de nacionalidade brasileira, ocupados principalmente na

indústria extrativa da goma elástica. Tal é o cômputo, conforme com o de outros conhecedores daquelas paragens, que encontro em relatório oficial recente de um funcionário boliviano, que ali residiu em comissão do seu governo.

Quando, em 1867, negociamos com a Bolívia o primeiro Tratado de Limites, não estavam ainda povoadas as bacias do Alto Purus e do Alto Juruá, mas tínhamos incontestável direito a elas em toda a sua extensão. O Tratado Preliminar de 1777 entre as coroas de Portugal e Espanha ficara roto desde a guerra de 1801, pois não fora restabelecido por ocasião da paz de Badajoz. Não havia, portanto, direito convencional e, ocupando nós efetivamente, como ocupávamos desde princípios do século XVIII, a margem direita do Solimões, de mais a mais, dominando nas do curso inferior desses seus afluentes, tínhamos um título que abrangia as origens de todos eles, uma vez que nenhum outro vizinho nos podia opor o da ocupação efetiva do curso superior. É o mesmo título que deriva da ocupação de uma costa marítima e que se aplica às bacias dos rios que nela deságuam, como sustentaram Monroe e Pinckney em 1805 e como foi depois ensinado por Twiss, Phillimore e quase todos os modernos mestres do direito internacional.

No Madeira não se dava o mesmo. Possuíamos todo o seu curso inferior, a margem oriental de uma pequena seção do Mamoré e a oriental do Guaporé até o seu confluente Paragaú, e policiávamos à direita deste; mas os bolivianos ocupavam efetivamente o rio de La Paz, afluente do Beni, que é o Alto Madeira.

Para a determinação dos limites, no Tratado de 1867, adotou-se a base do *uti possidetis*, a mesma sobre a qual foram assentados todos os nossos ajustes similares com as repúblicas vizinhas, e, em vez de procurar fronteiras naturais ou arcifínias seguindo a linha do *divortium aquarum* que nos deixaria íntegros todos os afluentes do Solimões, entendeu-se, com vantagem para a Bolívia, que o direito resultante da posse ou das zonas de influência dos dois povos podia razoavelmente ficar demarcado pelo paralelo da confluência do Beni e Mamoré, isto é, pelo de 10º20'S desde esse ponto, a leste, até o Javari, a oeste, cuja nascente se supunha estar em latitude mais meridional. Por isso, o artigo 2º, no seu penúltimo parágrafo, estabeleceu a fronteira por essa linha paralela ao Equador, e no seguinte empregou a expressão "linha leste-oeste".

Como, porém, o último parágrafo, figurando a hipótese de se achar a nascente do Javari "ao norte daquela linha leste-oeste", diz que, nesse caso, "seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do dito Javari". Sem, entretanto, precisar o ponto inicial da segunda linha na referida latitude de 10º20'S, adotou-se oficialmente desde dezembro de 1867 a opinião de que a fronteira devia ir por uma oblíqua ao Equador desde a confluência do Beni até a nascente do Javari, de sorte que a linha do *uti possidetis*, que, pelo tratado era leste-oeste, passou a ser deslocada, com prejuízo nosso, dependendo a sua exata determinação do descobrimento de um ponto incógnito, como era então a nascente do Javari. Tenho lido que durante as negociações em La Paz, nos primeiros meses de 1867, o nosso plenipotenciário, Lopes Neto, apresentara mapas desenhados sob a direção de Duarte da Ponte Ribeiro, nos quais já figurava a linha oblíqua, mas disso não achei vestígio algum na correspondência oficial. Desses mapas, o mais antigo, que me foi mostrado e em que encontrei a linha oblíqua, tem a data de 1873.[1]

[1] O mapa de 1873, ao contrário do que supunha Rio Branco, não era o mais antigo em que o limite entre o Brasil e a Bolívia se representava por uma linha oblíqua, ao Equador, desde a confluência do Beni até a cabeceira do Javari.
Já estava o Tratado de Petrópolis em estudos na Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados quando foi encontrado no arquivo do Ministério das Relações Exteriores um mapa, datado de 1860 e assinado pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e pelo major Isaltino José de Mendonça de Carvalho, no qual figurava, em tinta verde, a referida oblíqua. Rio Branco deu conhecimento deste fato ao doutor Gastão da Cunha, relator da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados, na seguinte carta: "Excelentíssimo senhor doutor Gastão da Cunha, deputado federal. Ao ler, publicada anteontem, a exposição que submeti ao presidente da República sobre o Tratado de Petrópolis, o senhor José Antônio de Espinheiro, diretor de seção e antigo funcionário nesta secretaria, veio dizer-me que o mapa de 1873, a que me referi nessa exposição, não era, como eu supunha, o mais antigo apresentando como limite entre o Brasil e a Bolívia uma linha oblíqua ao Equador, desde a confluência do Beni até o Javari. O senhor Espinheiro entregou-me o mapa manuscrito de 1860, citado pelos meus dois imediatos predecessores, que, ao chegar, eu pedira ao venerando diretor-geral desta secretaria. Efetivamente, o mapa que, dias depois, me fora, por engano, mandado a Petrópolis, era de 1873, aparecendo nela o principal autor com o nome de barão da Ponte Ribeiro, título este que só nesse ano de 1873 recebera. O documento original que recebi das mãos do senhor Espinheiro, que estava sob a sua guarda, tem o seguinte título e indicação: *Mapa de uma parte da fronteira do Brasil com a República da Bolívia organizado pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e Isaltino José Mendonça de Carvalho, Janeiro de 1860*. Traz, logo depois, duas assinaturas autógrafas: 'Duarte da Ponte Ribeiro' e 'Isaltino José Mendonça de Carvalho, major graduado do Estado Maior de 1a classe'. Há no mapa uma linha vermelha, correndo pela latitude de 10º10' desde a confluência do Beni até encontrar o suposto Javari, e três outras linhas, essas oblíquas, desde a mesma confluência, em busca da então desconhecida

No *Atlas do Império do Brasil*, de Cândido Mendes de Almeida,

nascente do Javari. Duas das linhas oblíquas, ambas paralelas, supõem a nascente do Javari, uma na latitude austral de 8º45', e outra na de 7º9' sul. A terceira linha oblíqua é verde, e supõe a nascente a 5º36'N. O exame deste mapa convence-me inteiramente de que, na mente do governo do Brasil, desde 1860, a fronteira deveria ser formada *por uma linha oblíqua*, se a nascente do Javari fosse achada ao norte do *paralelo* de 10º20'S. Isso, porém, em nada altera o que se estipulou no tratado que pende do exame e de aprovação do Congresso, porquanto os plenipotenciários dos dois países, durante a negociação, não se ocuparam de interpretar a parte final do artigo 2º do Tratado de 1867, mas sim de estabelecer novas fronteiras mediante compensações à Bolívia. Negociamos o tratado, dando como admitido que a fronteira fosse a linha oblíqua do Beni à nascente do Javari. Peço a vossa excelência que comunique aos seus colegas da Comissão de Diplomacia esta emenda à exposição que acompanha o tratado. O mapa está aqui no Itamaraty à sua disposição. Com a mais alta estima, tenho a honra de ser de vossa excelência amigo atento, muito obrigado. Rio Branco."Sobre esse assunto foi depois trocada a seguinte correspondência entre Rio Branco e o doutor Olinto de Magalhães, ministro das Relações Exteriores na presidência Campos Sales: "Rio de Janeiro, 17 de junho de 1911. Ilustríssimo e excelentíssimo senhor Barão do Rio Branco, ministro de Estado das Relações Exteriores. Na visita que hoje tive a honra de fazer a vossa excelência, foi assunto principal da nossa conversação o erro verificado em documentos oficiais sobre a existência do mapa de 1860 de Duarte da Ponte Ribeiro. Disse-me então vossa excelência que, na verdade, se acha nessa secretaria de Estado, competentemente arquivado, tão importante documento, do qual teve a bondade de me fornecer três cópias autênticas. Informou-me ainda vossa excelência que o mencionado mapa só lhe foi apresentado pelo senhor José Antônio de Espinheiro, diretor de seção nessa secretaria de Estado, depois de haver vossa excelência endereçado ao Congresso Nacional a *Exposição de motivos do Tratado de Petrópolis de 1903*; mas que, em tempo, dirigira à comissão parlamentar encarregada de dar parecer sobre aquele tratado uma carta, em que restabelecia a verdade histórica. Vossa excelência bem pode compreender o vivo interesse do país em que se divulgue essa retificação, que parece ignorada até de membros do Congresso Nacional. Assim que, no v.2, à p.102, de sua obra *O Direito do Amazonas ao Acre Septentrional*, que só agora me chegou ao conhecimento, declara o senhor Rui Barbosa o seguinte: 'Para colorir com a expressão de autenticidade oficial a inteligência, que substituiu a linha quebrada, manifesta no artigo 2º do Tratado de 1867, tal qual se acha redigido, pela oblíqua do Madeira à nascença do Javari, o trabalho de ajeitação, pertinazmente urdido no decurso de 30 anos por sustentar o erro primitivo da nossa chancelaria, explorou com singular confiança a história de linha verde, cuja derradeira edição lhe deu seu maior realce, ainda em 1900, no relatório do ministro das Relações Exteriores. Alega-se que, nas instruções do ministro de Estrangeiros Cansanção de Sinimbu, em 1860, ao nosso ministro residente em La Paz, João da Costa Rego Monteiro, acompanhavam o projeto de tratado cartas explicativas, na terceira das quais se tirara do Madeira ao Javari uma linha verde, a qual, dizia Ponte Ribeiro 'é a que regulará por último se as nascentes do Javari não alcançarem até a linha encarnada ou algumas das intermediárias'.

Diz ainda o senador Rui Barbosa: 'Mas onde se acha esse mapa? Que sinais de autenticidade nos certifica a existência desse documento? Na secretaria das Relações Exteriores, nas suas repartições, no seu arquivo, entre os seus papéis não se encontra semelhante mapa. Ela mesma é quem o no atesta, por órgão do seu chefe atual: 'Tenho lido' – diz o Barão do Rio Branco – 'que durante as negociações em La Paz, nos primeiros meses de 1867, o nosso plenipotenciário Lopes Neto apresentava mapas desenhados sob a direção de Duarte Ribeiro,

publicado em 1868, tendo o autor pleno conhecimento do Tratado de

nos quais já figurava a linha oblíqua; mas disso não achei vestígio algum na correspondência oficial.' Foi, como se vê o trecho anteriormente transcrito da *Exposição de motivos do Tratado de Petrópolis*, por vossa excelência redigido, que levou o senador Rui Barbosa a proclamar: 'Anos, lustros, décadas por aí vogou impune, ilesa, incontroversa, com fumos de certeza histórica, de inexpugnabilidade oficial a lenda que acabamos de ver expirar. Não foi um raio: foi uma ponta de alfinete, o bico da pena do primeiro ministro das Relações Exteriores que se deliberou a catar a verdade e confessá-la. O Barão do Rio Branco pôs-se em busca do mapa e o não encontrou; esgotou os meios disponíveis no encalço da linha verde e não a viu. Aqui está, a secretaria das Relações Exteriores anuncia que não sabe da linha verde. Três anos antes, não mais, no relatório anual da mesma secretaria de Estado, a linha verde aparecia ainda, como o golpe mágico na questão do Acre, para empalmar ao texto do Tratado de 1867 o paralelo de 10º20'S e o substituir pela oblíqua do Madeira ao Javari. Nesta grande controvérsia todos aludiam à famigerada linha verde, sem que ninguém lhe houvesse posto os olhos, falavam todos no mapa, onde ela imaginava-se estar, sem que alguém a exibisse. Não se comenta a gravidade destas conclusões. Se esta fosse a verdade incontrastável, com ela não perigava somente a lisura do ministro que se referiu tão desabusadamente, em documento público, a esse mapa nunca visto. O ministro que assim procedesse merecia a mais severa reprovação, porque com tal fraude comprometia a honra do país e se revelava sem consciência de sua dignidade, nem sentimento das suas responsabilidades. Depois que deixei em 1903 a direção do Ministério das Relações Exteriores, me tenho propositadamente abstido de debates públicos, mantendo o maior silêncio em face de quantas discussões se têm levantado em torno da política exterior do Brasil, pela convicção em que estou de que ao homem público cumpre aceitar o seu quinhão de impopularidade com ânimo sereno, desde que se trata de altos interesses nacionais. Foi por essa razão que, durante as negociações do Tratado de Petrópolis, ao ser conhecida a *Exposição de motivos* de vossa excelência, deixei de contestar a declaração de ser o mapa de 1873 o mais antigo em que se encontra a linha oblíqua, em vez do que acompanhou, em 1860, as instruções e o projeto para o Tratado de Limites. Agora, porém, que está encerrado o debate diplomático e que a história tem o dever de reivindicar a verdade, apelo para vossa excelência, certo de que não se negará a dizer publicamente que a asseveração contida no relatório do ministro do Exterior de 1900 era fundada, que o mencionado mapa existe e está ainda sob a guarda dessa Secretaria de Estado. Ninguém poderá então assoalhar que, 'a discussão acerca da soberania de um território maior que o de algumas potências do mundo, se agitou dezenas de anos em torno de um documento supositício e um supositício demarcativo, nem que era numa *fantasia* que baseavam os estadistas do Império a interpretação do Tratado de 1867'. Foi, ao contrário, com razão que o 'mapa, onde se assegurava estar a decifração do tratado, o seu comento autêntico, a expressão cromográfica do pensamento dos seus celebradores, pairou 36 anos sobre o debate como argumento irresistível'. Peço a vossa excelência que me releve a extensão destes comentários, a que me levou involuntariamente a importância do assunto. Permita, porém, que conclua com a afirmação de que o relatório de 1900, por mim subscrito, nas declarações que fez 'ao país, à legislatura e ao estrangeiro' não 'mentiu ao passado e ao presente', não 'mentiu aos fatos e ao Direito'. Aproveito com prazer este ensejo para reiterar a vossa excelência os protestos de minha mui distinta estima e elevada consideração. Olinto de Magalhães."

"Gabinete do ministro das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1911. Excelentíssimo senhor doutor Olinto de Magalhães. Verbalmente já apresentei desculpas a vossa excelência pela minha demora em responder à sua carta de 17 de junho. Sabe que

1867, de que se ocupa na introdução, a fronteira vem traçada pela linha leste-oeste do paralelo de 10º20'S. Em suma, e é o que importa saber, o governo brasileiro desde fins de 1867 adotou a opinião que mais favorecia à Bolívia.

Por esse tempo, não tendo sido completada a demarcação de limites, começaram os brasileiros a ir penetrando pelo Alto Purus, Alto Juruá e seus afluentes. Em 1899, quando pela primeira vez o governo boliviano quis firmar a sua soberania no Acre, a população brasileira, que de boa fé ali se fixara, era tão numerosa quanto hoje. Começaram então as revoltas desses brasileiros contra a dominação boliviana, e, aqui no interior, agitações periódicas, motivadas pelos acontecimentos do Acre.

Ao inaugurar o seu governo, em 15 de novembro do ano passado vossa excelência encontrou bastante estremecidas as nossas relações de amizade com a Bolívia e em situação sumamente grave e complicada as questões relativas ao território do Acre.

Toda a vasta região anteriormente mencionada, ao sul de uma linha geodésica traçada da nascente principal do Javari à confluência do Beni com o Mamoré, estava reconhecida como boliviana por numerosos atos e declarações dos governos que entre nós se sucederam desde 1867, isto

---

andei adoentado e com a atenção muito presa por assuntos urgentes, como lhe disse há dias. Confirmo o que sobre o mapa manuscrito de 1860 vossa excelência diz na sua carta. Esse mapa, com as assinaturas autografadas do conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro e do major Isaltino de Carvalho, existe neste Ministério. Pude verificar isso em janeiro de 1904, depois de publicada a *Exposição de motivos* que acompanhou o Tratado de Petrópolis. A inclusa cópia da carta que em 11 de janeiro de 1904 dirigi ao relator da Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados, senhor doutor Gastão da Cunha, mostrará a vossa excelência que retifiquei imediatamente o que sobre o assunto eu dissera na *Exposição de motivos* de 27 de dezembro de 1903. Não me pareceu conveniente, durante a agitação daqueles dias, tornar imediatamente pública e de modo solene a minha retificação ou retratação, a qual em nada invalidava o ajuste internacional pendente de decisão do Congresso; mas tratei logo de informar à comissão competente, pelo intermédio do seu digno relator, e disse-me este que em um dos seus discursos dera à Câmara notícia do exposto na minha carta. Nunca ocultei esse incidente às pessoas que sobre ele me falaram. Nas discussões pela imprensa relativas ao pleito entre a União e o Estado do Amazonas tem havido, e desde alguns anos, referências à retificação que fiz em janeiro de 1904. Mandei logo reproduzir, em fac-símile, o mapa na Imprensa Nacional. Só pela carta de vossa excelência fiquei conhecendo os trechos nela transcritos da obra do senhor senador Rui Barbosa. Não a tinha lido. Não tenho acompanhado o pleito em andamento e não me julguei na obrigação de intervir nele, salvo se me fossem requeridos documentos ou informações.

Com a mais perfeita estima e distinta consideração, tenho a honra de ser de vossa excelência muito atento amigo e criado. Rio Branco."

é, durante o regime imperial e após a proclamação da República. Um *Sindicato anglo-americano*, com a denominação de *Bolivian Syndicate*, armado de direitos quase soberanos, que lhe haviam sido conferidos pelo governo da Bolívia para administração, defesa e utilização do Acre, trabalhava – felizmente sem sucesso – por interessar algumas potências comerciais da Europa e os Estados Unidos da América nessa empresa, primeira tentativa de introdução no nosso continente do sistema africano e asiático das *Chartered Companies*. O ilustre predecessor de vossa excelência, baldados todos os esforços para obter a rescisão desse contrato ou, pelo menos a modificação, com que afinal se contentava, de certas cláusulas em que via inconvenientes e perigos para o Brasil e para a própria Bolívia, havia entrado no caminho das represálias, obtendo do Congresso, a cujo exame estava submetido, a retirada do Tratado de Comércio e Navegação entre os dois países e suspendendo, nos nossos rios, a liberdade de trânsito para a exportação e importação da Bolívia. No Acre, a população, exclusivamente brasileira, se tinha de novo levantado, desde agosto, proclamando a sua independência da Bolívia, com o intuito de pedir depois a anexação ao Brasil do território ao norte do rio Orton. Com exceção de Porto Acre, onde as forças bolivianas puderam resistir até fins de janeiro deste ano, todos os outros pontos estavam dominados pelos insurgentes brasileiros. No Amazonas, os representantes do *Bolivian Syndicate* se dispunham para subir o Purus e efetivamente empreendiam pouco depois essa viagem, na esperança de poder chegar a Porto Acre. Na Bolívia, preparavam-se expedições militares para levantar o assédio dessa praça, submeter os acreanos e dar posse ao Sindicato. Entre nós, homens eminentes, no Congresso, na imprensa e em sociedades científicas, combatia-se, desde 1900, a inteligência oficialmente dada ao Tratado de 1867, e sustentava-se que a fronteira estipulada não era a linha oblíqua ao Equador, mas sim a do paralelo de 10º20'S. A opinião, fortemente abalada, pedia que o território compreendido entre as duas linhas e a fronteira com o Peru fosse reivindicado pelos meios diplomáticos ou pelos mais enérgicos de que pudesse dispor o governo.

Vários e difíceis foram os problemas com que deparei ao tomar a direção deste ministério, originados da situação que acabo de

expor sucintamente.

O primeiro desses problemas provinha da supressão do livre-trânsito comercial entre a Bolívia e o estrangeiro pelas nossas vias fluviais. Contra isso reclamaram a França, a Alemanha, a Inglaterra, os Estados Unidos da América e a Suíça.

Outra dificuldade podia resultar do fato de haver o Brasil efetivamente impedido o desempenho das obrigações do Sindicato anglo-americano, que eventualmente nos poderia responsabilizar por perdas e danos.

O sentimento público entre nós era outro elemento que não podia deixar de ser tomado em consideração. Desde a minha chegada da Europa, observei que se manifestava unânime a simpatia nacional pelos nossos compatriotas que se batiam no Acre. A previsão se impunha de que aquele sentimento havia de avolumar-se tanto e tomar tal forma que seria impossível a um governo de opinião como o nosso assistir indiferente ao sacrifício que faziam esses brasileiros para conseguir um dia viver à sombra da nossa bandeira. Como combinar o desempenho do nosso dever para com esses compatriotas na aflição com o firme desejo de não praticar atos de hostilidade contra o governo amigo que os combatia?

Finalmente, a necessidade se acentuava clara e imperiosa de uma solução radical que evitasse definitivamente, no interesse do Brasil e da própria Bolívia, situações dessa natureza. Tal fim só poderia ser alcançado ficando brasileiro não só o pequeno trecho do Acre compreendido entre a linha oblíqua e o paralelo de 10º20'S, mas também o Acre meridional, com o Xapuri, e toda a vasta região do Oeste, igualmente povoada por brasileiros.

Esses quatro pontos – o da suspensão do comércio fluvial com a Bolívia, o do Sindicato internacional, o dos brasileiros do Acre e o da soberania no território por eles ocupado – acham-se resolvidos. As comunicações puramente comerciais foram logo restabelecidas. Do Sindicato estrangeiro obtivemos declaração legal de absoluta desistência de todo e qualquer direito ou possível reclamação contra quem quer que seja, mediante indenização pecuniária incomparavelmente menor que a mínima despesa a que nos obrigaria, e à Bolívia, uma séria complicação internacional.

Declaramos litigiosa parte do território do Acre, do Alto Purus e do Alto Juruá, adotando a inteligência mais conforme com a letra e o espírito do Tratado de 1867 e com o critério mais seguido entre nós, embora não tivesse sido até então o deste ministério. Obtivemos amigavelmente da Bolívia a aceitação de um *modus vivendi* que nos permitiu ocupar militar e administrativamente o território em litígio e intervir como mediadores no que lhe fica ao sul, para aí evitar encontros de armas durante as negociações. Por último, eliminados todos os preliminares embaraçosos, procedemos a tratar amigável e lealmente com a Bolívia, tendo, depois de maduro exame das circunstâncias, chegado a este pacto que assegura grandes vantagens imediatas e futuras para ambos os países.

Pelo presente tratado, o Brasil incorpora ao seu patrimônio um território mais extenso que o de qualquer dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, território que produz renda anual superior a de mais da metade dos 20 estados da nossa União. Não foram, porém, vantagens materiais de qualquer ordem o móvel que nos inspirou. Desde muito se conheciam as riquezas do Acre, que eram os nossos compatriotas os únicos a explorar; entretanto, o governo persistiu sempre em considerar boliviano aquele território e dar à Bolívia as possíveis facilidades para utilizá-lo. Foi preciso que a própria segurança deste continente fosse ameaçada pela tentativa de introdução do sistema perturbador das *Chartered Companies* e que nos convencêssemos da impossibilidade de conservar as boas relações, que tanto prezamos, com a nação boliviana enquanto existisse sob a sua soberania um território exclusivamente habitado por brasileiros que lhe eram hostis, para que se produzisse a nossa ação em busca dos resultados agora obtidos.

De fato, as maiores vantagens da aquisição territorial que resultam deste tratado não são as materiais. As de ordem moral e política são infinitamente superiores. Entre estas basta apontar a que se traduz na melhora substancial que experimentam as condições do nosso Império sobre o sistema fluvial amazônico exatamente no ponto em que o direito dos ribeirinhos podia tornar-se-nos molesto. Não podendo administrar normalmente a região agora cedida, a

que já tinha dado oficialmente o nome significativo de *Territorio de Colonias*, a Bolívia tinha fatalmente de recorrer a expedientes incômodos para nós, com o fim de suprir as condições essenciais de domínio que lhe faltavam. São exemplos recentes o decreto que abriu o rio Acre à navegação do mundo e os contratos de arrendamento criando entidades semissoberanas. Suprimida a causa, não há mais que temer o efeito.

Do território adquirido, uma parte, a que jaz ao sul da latitude austral de 10º20' – e que, se bem apresente menor superfície que a outra, é a que contém o maior curso e as mais ricas florestas do Acre superior – nunca foi nem podia ser por nós contestada à Bolívia. A sua área, calculada pelo senhor contra-almirante Guillobel diante dos melhores elementos cartográficos à nossa disposição, não deve ser inferior a 48.108 km^2.

A parte do território que demora ao norte de 10º20'S, cuja área pelos mesmos dados se avalia em cerca de 142.900 km^2, foi, como ficou dito, por nós recentemente declarada litigiosa e reclamada como nossa. Desapareceu por isso o seu valor para a Bolívia? Não, certamente. Assim também, por mais que o Brasil estivesse convencido do seu bom direito, não podia desconhecer a possibilidade de ser a pendência resolvida em favor do outro litigante. Conseguir que este desistisse do litígio e nos cedesse os seus títulos era uma vantagem de grande consideração que não podia ser pretendida a título gratuito. Desaparece assim a contradição aparente de proclamarmos o nosso direito a uma parte do território e de adquiri-lo em seguida, mediante retribuição. Havia mais no caso presente: a declaração do litígio pela nossa parte – correspondendo, aliás, à estrita verdade, porque de fato a opinião nacional estava persuadida do nosso direito ao território – a declaração do litígio, digo, respondia ao intuito diplomático de regularizar a nossa ocupação, condição indispensável para a manutenção da paz e para o estabelecimento das negociações em vista de um acordo direto, a que afinal chegamos, com proveito para as duas nações.

O que, pelas estipulações deste tratado, o Brasil dá para obter da Bolívia a cessão de uma parte do seu território e a desistência do seu alegado direito sobre a outra parte pode sem dúvida ser considerado como uma compensação sumamente vantajosa, e de fato o é; mas isso não obsta que as nossas vantagens sejam igualmente grandes. As combinações em que nenhuma das partes interessadas perde, e, mais

ainda, aquelas em que todas ganham serão sempre as melhores.

Em troca de 142.900 km² de terra que lhe disputávamos e de 48.100 km² de terra que era reconhecidamente sua – isto é, em troca de 191 mil km² –, damos à Bolívia entre os rios Madeira e Abunã (ainda segundo os cálculos referidos) uma área de 2.296 km², que não é habitada por brasileiros e que o é por bolivianos. Se o título em nome do qual lhe pedíamos a cessão das bacias do Acre e dos rios que ficam a oeste deste era o de serem esses territórios habitados e cultivados por concidadãos nossos, como poderíamos honestamente negar à Bolívia extensão muito menor, habitada e utilizada por seus nacionais? Ademais, era necessário salvar o princípio: não se tratava precisamente de cessão, mas de permuta de territórios. Cumpre observar que este tratado não veio inovar coisa alguma: a permuta de territórios já estava prevista e autorizada no artigo 5º do Tratado de 27 de março de 1867.

A permuta, entretanto, seria injustamente desigual e não poderia ser aceita pela Bolívia, se consistisse em ficar reconhecida a nossa soberania sobre 191 mil km² de terras em plena e valiosa produção e darmos apenas 2.296 km² de terreno, por enquanto, quase improdutivo. Foram, por isso, naturalmente, pedidas pelos nossos concorrentes bolivianos outras compensações territoriais bastante consideráveis, que conseguimos reduzir elevando a indenização pecuniária primitiva oferecida, a qual não teria sido necessária, como ficou dito, se houvéssemos anuído à cessão da margem direita do Madeira desde a confluência do Mamoré até a do Jamari.

Do tratado resultam as seguintes concessões à Bolívia, além da que anteriormente ficou indicada:

1º. 723 km² sobre a margem direita do rio Paraguai, dentro dos terrenos alagados conhecidos por Baía Negra.
2º. 116 km² sobre a lagoa de Cáceres, compreendendo uma nesga de terra firme (49,6 km²) que permite o estabelecimento de um ancoradouro mais favorável ao comércio que o que fora cedido à Bolívia em 1867.
3º. 20,3 km², nas mesmas condições, sobre a lagoa Mandioré.
4º. 8,2 km² sobre a margem meridional da lagoa Gaíba.
5º. A construção de uma estrada de ferro, em território brasileiro,

ligando Santo Antônio, no Madeira, à Vila Bela, na confluência do Beni e do Mamoré.

6º. Liberdade de trânsito por essa estrada e pelos rios até o oceano, com as correspondentes facilidades aduaneiras, o que já lhe era facultado por tratados anteriores.

7º. O pagamento de dois milhões de libras esterlinas em duas prestações.

As concessões destinadas a facilitar o acesso da Bolívia ao rio Paraguai são apenas um pequeno desenvolvimento do Tratado de 1867. Por esse pacto, foi recuada para leste a fronteira que mantínhamos na chamada "serra dos Limites", e isso se fez para dar à Bolívia a propriedade de metade da Baía Negra e das lagoas de Cáceres, Mandioré, Gaíba e Uberaba, a fim de que se tornasse ribeirinha do Paraguai, como aconselhavam Tavares Bastos, Pimenta Bueno (marquês de São Vicente), A. Pereira Pinto e outros ilustres brasileiros. A intenção do governo imperial foi dar assim à Bolívia cinco portos nessas lagoas em comunicação com o rio Paraguai. A sua parte na Baía Negra os bolivianos a perderam de fato em 1888, por ter sido então ocupada pelos paraguaios. Na lagoa de Cáceres, a Bolívia não achou ponto algum em que pudesse estabelecer um porto. O mesmo lhe aconteceu nas lagoas Mandioré e Uberaba. Somente na Gaíba ficou reconhecido, em exploração recente do capitão Bolland, ali mandado pelo general Pando, que há água suficiente, facilidade de entrada e saída para pequenas embarcações e possibilidade de construir na margem ocidental um porto já projetado.

Informado de que o pensamento de 1867, do governo imperial, não se pudera realizar, o governo da República procurou em 1896 remediar a isso, compreendendo também a vantagem de atrair para Mato Grosso o trânsito comercial da região sudeste da Bolívia. Assim é que, a 13 de março desse ano, lavrou-se nesta cidade do Rio de Janeiro um protocolo firmado pelos senhores Carlos de Carvalho, ministro das Relações Exteriores, e Frederico Díez de Medina, ministro da Bolívia, concedendo a essa República, em servidão e a título gratuito, para que pudesse estabelecer uma alfândega, o lugar de Tamarindeiro e uma faixa de terra sobre a margem meridional da lagoa de Cáceres, entre Puerto Suárez e Corumbá. O mesmo Tamarindeiro e a faixa de terra que aí transferimos agora à Bolívia constituem a mais substancial

compensação que o presente tratado lhe dá pelo lado do Paraguai.

A construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré é outra grande vantagem que oferecemos à nação vizinha, com a feliz circunstância de ser ainda de maior proveito para nós. É execução de promessa feita à Bolívia no artigo 9º do Tratado de 1867 e renovada solenemente no de 15 de março de 1882, cujo único objeto foi esse, sem que pedíssemos por isso qualquer compensação territorial. Aconselharam a sua construção e instaram por ela, no tempo do Império, muitos dos nossos mais abalizados e previdentes estadistas, como foram Tavares Bastos e o marquês de São Vicente, já citados, o barão de Cotegipe, o visconde do Rio Branco e outros. As condições em que nos obrigamos agora a construí-la não são apertadas.

O prazo para a conclusão das obras foi virtualmente deixado à boa-fé do Brasil, que, estou certo, se empenhará, por isso mesmo, em cumprir o prometido, mas que não assume responsabilidade material alguma para o caso de força maior.

A República Argentina e a do Chile, inspiradas em sábias preocupações econômicas, estão construindo e vão construir em território boliviano caminhos de ferro destinados a canalizar para o seu litoral o comércio dessa nação vizinha. Entretanto, nem o Chile, nem a Argentina têm contato com a Bolívia por terras tão ricas como as do Beni e Madre de Dios, cuja comunicação com a Europa e a América do Norte só se pode realizar facilmente pelo Madeira e pelo Amazonas. Ficaríamos privados dos grandes lucros que nos proporciona nossa maior proximidade dos portos europeus e americanos se não entrássemos em nobre competência, procurando beneficiar também do comércio de trânsito boliviano.

A estrada Madeira-Mamoré vai trazer incontestável proveito aos estados de Mato Grosso, Amazonas e Pará. Em troca de alguma água, de alagadiços e de duas e meia léguas de terra firme, que lhe são inteiramente inúteis e de que se priva em bem de altos interesses de toda a nação brasileira, vai Mato Grosso ter uma importante via férrea construída pela União e entrar em relação de comércio com o Amazonas e os países do norte.

Por último, e por não haver equivalência nas áreas dos territórios permutados, o Brasil dá à Bolívia uma compensação pecuniária de dois milhões esterlinos, destinados à construção de estradas e outros

melhoramentos que, indiretamente, nos serão vantajosos, pois virão aumentar o tráfego do nosso caminho de ferro do Madeira. Além de ser o emprego dessa quantia remunerador em si próprio, há ainda a observar que, segundo os dados conhecidos relativamente à renda do território anexado, ela garante de sobra o sacrifício do nosso Tesouro e promete, mesmo em breve tempo, amortizar totalmente o desembolso.

O território que pelo presente tratado é atribuído ao Brasil e o que passa à Bolívia, entre o Abunã e o Madeira, é também reclamado pelo Peru. Sabedor desse fato, o governo brasileiro mais de uma vez manifestou ao do Peru que os seus possíveis direitos seriam ressalvados fosse qual fosse o resultado das negociações com a Bolívia. É isso o que está confirmado no artigo 8º do tratado. As pretensões do Peru vão, entretanto, muito além do que geralmente se pensa; vão até o ponto de considerar peruana uma parte do estado do Amazonas muito mais vasta que o território que foi causa principal do presente tratado. Para o Peru, tanto quanto o sabemos por documentos cartográficos recentes, de origem oficial, a sua divisa com o Brasil, desde pouco abaixo da cabeceira principal do Javari, deve ser o paralelo desse ponto até encontrar a margem esquerda do Madeira. A área compreendida entre a mesma linha, o Madeira e a oblíqua Javari-Beni, forma um triângulo muito maior que o chamado triângulo litigioso do Acre, pois abrange nada menos de 251.330 km^2 de território que entre nós sempre foi julgado fora da questão. Assim é que o litígio de fronteiras que temos com o Peru não nasce do tratado que acabamos de concluir com a Bolívia.

Não é aqui ocasião de dizer circunstancialmente porque, com o devido respeito pela opinião contrária, a confiança no nosso direito é tal que nenhum receio devemos ter por esse lado.

Tal é, senhor presidente, o meu modo de pensar relativamente ao tratado, cuja cópia venho submeter a vossa excelência para os devidos efeitos. Ele representa para mim, além das vantagens já apontadas, a solução que me pareceu melhor para as dificuldades que vim encontrar ao tomar posse do cargo que vossa excelência me confiou.

Duas são as outras soluções que têm sido mais ou menos propostas em público:

1º. Servirmo-nos dos brasileiros do Acre, esperando que eles conquistassem definitivamente a sua independência para depois pedirem a anexação ao Brasil do Estado que assim fundassem e que receberíamos na nossa União sem dar compensação alguma à Bolívia.
2º. Recorrer desde logo ao arbitramento para a interpretação da parte final do artigo 2º do Tratado de 1867, defendendo nós perante o árbitro a linha do paralelo de 10º20'S.

A primeira indicação, visando de fato a uma conquista disfarçada, nos levaria a ter procedimento em contraste com a lealdade que o governo brasileiro nunca deixou de guardar no seu trato com os das outras nações. Entraríamos em aventura perigosa, sem precedentes na nossa história diplomática e que, por ser de mui demorado desdobramento, nos traria sem dúvida complicações e surpresas desagradáveis, sendo por isso mesmo de desenlace incerto. A conquista disfarçada que, violando a Constituição da República, iríamos assim tentar se estenderia não só sobre o território a que nos julgávamos com direito, mas também sobre o que lhe fica ao sul, incontestavelmente boliviano em virtude do Tratado de 1867, onde já dominavam os acreanos em armas. Porque – é preciso não esquecer – o problema do Acre só se podia ou se pode resolver ficando brasileiros todos os territórios ocupados pelos nossos nacionais. Acrescentarei que nada nos permite afirmar que os acreanos seriam forçosamente vencedores. No caso possível de não levarem a melhor, o seu heroico sacrifício havia de ferir e mover o sentimento nacional, com risco de nos arrastar a uma guerra inglória. Esta infeliz contingência seria também possível no caso de serem os acreanos vitoriosos e de aceitarmos a sua proposta de anexação.

O recurso ao arbitramento teria o inconveniente de retardar de quatro ou cinco anos, senão mais, a desejada solução e de, mesmo no caso de nos ser favorável o laudo do juiz, não trazer decisão alguma radical e definitiva, porquanto ele não suprimiria ou resolveria as dificuldades com que os dois países lutavam desde 1899. Iríamos ao arbitramento, abandonando e sacrificando os milhares de brasileiros que de boa-fé se estabeleceram ao sul do

paralelo de 10º20'S. O árbitro só nos poderia atribuir o território que havíamos declarado em litígio ao norte desse paralelo e é ao sul que está a maior parte do Acre, sendo também aí muito mais numerosos os estabelecimentos de brasileiros. Durante o processo arbitral, continuariam esses nossos compatriotas em conspirações e revoltas contra a autoridade boliviana. Persistiria, portanto, entre nós a agitação política em torno da questão do Acre, e na Bolívia, talvez, a tentação de algum novo arrendamento para, com recursos do estrangeiro, subjugar uma população que lhe era decididamente infensa. Dadas a volubilidade da opinião em alguns dos nossos meios políticos e a influência que ocasionalmente poderiam ter na da maioria real ou aparente da nação, era impossível prever a que decisões nos poderia levar, em momentos de exaltação patriótica, o espetáculo da constante revolta desses brasileiros ou o da sua final submissão pelo quase extermínio.

No entanto, era muito provável que, mais do que as boas razões que pudéssemos alegar, pesasse no ânimo do árbitro a tradição constante de 35 anos, durante os quais o governo brasileiro não só considerou ser incontestavelmente da Bolívia o território entre a linha oblíqua Javari-Beni e o citado paralelo, mas também chegou até a praticar atos positivos de reconhecimento da soberania boliviana, antes de ultimada a demarcação, concordando na fundação de uma alfândega em Porto Alonso, depois Porto Acre, e estabelecendo ali um consulado brasileiro. De mim digo que, tratando-se de tão altos interesses do presente e do futuro desta nação, não ousaria aconselhar o arbitramento senão no caso de inteira impossibilidade de um acordo direto satisfatório e fora do terreno do Tratado de 1867, com garantias muito especiais e de difícil aceitação pela outra parte.

O acordo direto era na verdade o expediente preferível, o mais rápido e o único eficaz, podendo assegurar vantagens imediatas, tanto para o Brasil quanto para a Bolívia. A ele recorremos e, depois de paciente labor, conseguimos realizá-lo de modo satisfatório e honroso para os dois países, não só resolvendo radicalmente todas as questões de atualidade, mas também abrangendo numa concepção genérica o conjunto das nossas relações de caráter perpétuo com a Bolívia.

Por felicidade, nem foi preciso inovar o direito existente entre os dois países para alcançar tal resultado. O presente acordo é, no que tem

de essencial, simples desdobramento e aplicação das estipulações do de 1867, como anteriormente indiquei. Não há propriamente cessão, mas permuta de territórios de ambos os países reciprocamente habitados por cidadãos do outro país, precisamente como estatui o pacto de 1867, no seu artigo 5º, já citado. Mas, ainda quando se pudesse chamar "cessão de território" o fato de darmos cerca de 3.200 km^2 para receber 191 mil km^2, não se poderia dizer que semelhante ato fosse indecoroso em si e muito menos que não estivesse autorizado pela tradição dos povos livres mais pundonorosos do mundo, como os Estados Unidos da América e a Suíça, e pelos precedentes jurídicos e costumeiros da nossa pátria. A Constituição do Império admitia, no artigo 102, § 8º, a cessão territorial, fazendo-a depender da sanção da Assembleia Geral Legislativa. E o princípio foi, não só admitido, mas praticado por vezes.

No caso do presente tratado, entretanto, nós não perdemos, nós ganhamos território. Mais ainda: efetuamos a nossa primeira aquisição territorial desde que somos nação independente.

As decisões dos dois pleitos em que me coube a honra de defender os interesses do Brasil não acrescentaram, apenas mantiveram o patrimônio nacional dentro de limites prestigiados por afirmações seculares do nosso direito. Verdadeira expansão territorial só há agora e com a feliz circunstância de que, para efetuá-la, não espoliamos uma nação vizinha e amiga, antes a libertamos de um ônus, oferecendo-lhe compensações materiais e políticas, que desde já se revelam como verdadeira equivalência e que o futuro se encarregará de traduzir em outros tantos laços de solidariedade internacional.

Com sinceridade, afianço a vossa excelência que para mim vale mais esta obra em que tive a fortuna de colaborar sob o governo de vossa excelência, e graças ao apoio decidido com que me honrou, do que as duas outras, julgadas com tanta bondade pelos nossos cidadãos e que pude levar a termo em condições sem dúvida muito mais favoráveis.

Entretanto, o tratado não está feito e acabado antes da sanção do Congresso Nacional. Aqui para o trabalho dos plenipotenciários de vossa excelência e começa a responsabilidade dos representantes da nação.

Tenho a honra de reiterar a vossa excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Rio Branco

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Bolívia, animadas do desejo de consolidar para sempre a sua antiga amizade, removendo motivos de ulterior desavença e querendo ao mesmo tempo facilitar o desenvolvimento das suas relações de comércio e boa vizinhança convieram em celebrar um tratado de permuta de territórios e outras compensações, de conformidade com a estipulação contida no artigo 5º do Tratado de Amizade, Limites, Navegação e Comércio de 27 de março de 1867.

Para esse fim, nomearam plenipotenciários, a saber:

o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, os senhores José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, ministro de Estado das Relações Exteriores, e Joaquim Francisco de Assis Brasil, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário nos Estados Unidos da América; e

o presidente da República da Bolívia os senhores Fernando E. Guachalla, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial no Brasil e senador da República, e Claudio Pinilla, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário no

La República de Bolivia y la República de los Estados Unidos del Brasil, animadas del deseo de consolidar para siempre su antigua amistad, removiendo motivos de ulteriores desavenencias, y queriendo al mismo tiempo facilitar el desenvolvimiento de sus relaciones de comercio y buena vecindad, convinieron en celebrar un tratado de permuta de territorios y otras compensaciones, de conformidad con la estipulación contenida en el Artículo 5º del Tratado de Amistad, Limites, Navegación y Comercio de 27 de marzo de 1867.

Y con ese fin, han nombrado Plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil a los señores José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, Ministro de Estado de Relaciones Exteriores, y Joaquim Francisco de Assis Brasil, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en los Estados Unidos de América; y

El Presidente de la República de Bolivia, a los señores Fernando E. Guachalla, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en Misión Especial en el Brasil y Senador de la República, y Claudio Pinilla, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en

Brasil, nomeado ministro das Relações Exteriores da Bolívia.

Os quais, depois de haverem trocado os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, concordaram nos artigos seguintes:

Artigo 1º

A fronteira entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a da Bolívia ficará assim estabelecida:

§ 1º Partindo da latitude austral de 20º08'35", em frente ao desaguadouro da Baía Negra, no rio Paraguai, subirá por este rio até um ponto da margem direita distante nove quilômetros, em linha reta, do forte de Coimbra, isto é, aproximadamente em 19º58'05"S e 14º39'14" de longitude oeste do Observatório do Rio de Janeiro (57º47'40"W de Greenwich), segundo o Mapa da Fronteira levantado pela Comissão Mista de Limites, de 1875; e continuará desse ponto, na margem direita do Paraguai, por uma linha geodésica que irá encontrar outro ponto a quatro quilômetros, no rumo verdadeiro de 27º01'22" nordeste, do chamado "Marco do fundo da Baía Negra", sendo a distância de quatro quilômetros medida rigorosamente sobre a fronteira

el Brasil, nombrado Ministro de Relaciones Exteriores de Bolivia;

Los cuales, después de haber canjeado sus plenos poderes, que los hallaran en buena y debida forma, acordaron los artículos siguientes:

Artículo 1º

La frontera entre la República de Bolivia y la de los Estados Unidos del Brasil quedará así establecida:

§ 1º Partiendo de la latitud de 20º 08' 35"S, frente al desaguadero de la Bahía Negra, en el río Paraguay, subirá por este río hasta un punto en la margen derecha distante nueve kilómetros en línea recta del fuerte de Coimbra, esto es, aproximadamente en 19º 58' 05"S y 14º 39' 14" de longitud oeste del Observatorio de Rio de Janeiro (57º 47' 40" W de Greenwich), según el Mapa de la frontera levantado por la Comisión Mixta de Limites, de 1875; y continuará desde ese punto, en la margen derecha del Paraguay, por una línea geodésica que irá encontrar otro punto a cuatro kilómetros en el rumbo verdadero de 27º 01' 22" Nordeste del llamado "Marco del fondo de Bahía Negra", siendo la distancia de cuatro kilómetros medida rigurosamente sobre la frontera actual, de manera

atual, de sorte que esse ponto deverá estar mais ou menos em19º 45' 36", 6S, e -14º 55' 46", 7W, do Rio de Janeiro (58º 04' 12",7ºW de Greenwich,). Daí seguirá no mesmo rumo determinado pela Comissão Mista de 1875 até 19º 02' S e, depois, para leste, por este paralelo até o arroio Conceição, que descerá até a sua boca na margem meridional do desaguadouro da lagoa de Cáceres, também chamado rio Tamengos. Subirá pelo desaguadouro até o meridiano que corta a ponta do Tamarindeiro e depois para o norte, pelo meridiano de Tamarindeiro, até 18º54'S, continuando por este paralelo para oeste até encontrar a fronteira atual.

§ 2º Do ponto de intersecção do paralelo de 18º54'S com a linha reta que forma a fronteira atual seguirá, no mesmo rumo que hoje, até 18º14' S e por este paralelo irá encontrar a leste o desaguadouro da lagoa Mandioré, pelo qual subirá, atravessando a lagoa em linha reta até o ponto, na linha antiga de fronteira, equidistante dos dois marcos atuais, e depois, por essa linha antiga, até o marco da margem setentrional.

§ 3º Do marco setentrional na lagoa Mandioré continuará em linha reta, no mesmo rumo

que ese punto deberá estar, mas ó menos, en 19º 45'36"S y 14º 55'46", 7 de longitud oeste de Rio de Janeiro (58º 04' 12", 7 W de Greenwich). De allí seguirá en el mismo rumbo determinado por la Comisión Mixta de 1875 hasta 19º 2'S y, después para el este, por ese paralelo hasta el arroyo Concepción, que bajará hasta su desembocadura en la margen meridional del desaguadero de la laguna de Cáceres, también llamado río Tamengos. Subirá por el desaguadero hasta el meridiano que corta la punta del Tamarindeiro, y después para el norte, por el citado meridiano del Tamarinero, hasta 18º 54' S continuando por ese paralelo para el oeste hasta encontrar la frontera actual.

§ 2º Del punto de intersección del paralelo 18º 54'S con la línea recta que forma la frontera actual seguirá, por el mismo rumbo que al presente, hasta 18º 14'S y por ese paralelo irá a encontrar al este el desaguadero de la laguna Mandioré, por el cual subirá atravesando la laguna en línea recta, hasta el punto de la línea de la antigua frontera, equidistante de los dos marcos actuales, y después por esa línea antigua, hasta el marco de la margen septentrional.

§ 3º Del marco septentrional de la laguna Mandioré continuará en línea recta, en el mismo rumbo

que hoje, até a latitude austral de 17º49' e por este paralelo até o meridiano do extremo sudeste da lagoa Gaíba. Seguirá esse meridiano até a lagoa e atravessará esta em linha reta até o ponto equidistante dos dois marcos atuais, na linha antiga de fronteira, e depois por esta linha antiga ou atual até a entrada do canal Pedro Segundo, também chamado recentemente rio Pando.

§ 4º Da entrada sul do canal Pedro Segundo ou rio Pando até a confluência do Beni e Mamoré os limites serão os mesmos determinados no artigo 2º do Tratado de 27 de março de 1867.

§ 5º Da confluência do Beni e do Mamoré descerá a fronteira pelo rio Madeira até a boca do Abunã, seu afluente da margem esquerda, e subirá pelo Abunã até a latitude austral de 10º20'. Daí irá pelo paralelo de 10º20'S, para oeste até o rio Rapirrã e subirá por ele até a sua nascente principal.

§ 6º Da nascente principal do Rapirrã irá, pelo paralelo da nascente, encontrar a oeste o rio Iquiri e subirá por este até a sua origem, de onde seguirá até o igarapé Bahia pelos mais pronunciados acidentes do terreno ou por uma linha reta, como

que al presente, hasta la latitud de 17º 49'S, y por este paralelo hasta el meridiano del extremo sureste de laguna Gahiba. Seguirá ese meridiano hasta la laguna y atravesará esta en línea recta hasta el punto equidistante de los dos marcos actuales, en la línea de la antigua frontera, y después, por esta línea antigua ó actual, hasta la entrada del canal Pedro Segundo, llamado recientemente río Pando.

§ 4º De la entrada sur del canal Pedro Segundo ó río Pando hasta la confluencia del Beni y del Mamoré, los límites serán los mismos determinados en el Artículo 2º del Tratado de 27 de Marzo de 1867.

§ 5º Desde la confluencia del Beni y del Mamoré bajará la frontera por el río Madera hasta la boca del Abuná, su afluente de la margen izquierda, y subirá por el Abuná hasta la latitud de 10º 20'S. De allí irá por el paralelo 10º 20'S, para el oeste, hasta el río Rapirran y subirá por este hasta su naciente principal.

§ 6º De la naciente principal del Rapirran, irá, por el paralelo de la naciente a encontrar al oeste el río Iquiry y subirá por este hasta su origen, desde donde seguirá hasta el arroyo de Bahía por los más pronunciados accidentes del terreno ó por una

aos comissários demarcadores dos dois países parecer mais conveniente.

§ 7º Da nascente do igarapé Bahia seguirá, descendo por este, até a sua confluência na margem direita do rio Acre ou Aquiri e subirá por este até a nascente, se não estiver esta em longitude mais ocidental do que a de 69ºW de Greenwich.

a) No caso figurado, isto é, se a nascente do Acre estiver em longitude menos ocidental do que a indicada, seguirá a fronteira pelo meridiano da nascente até o paralelo de 11º S e depois, para oeste, por esse paralelo até a fronteira com o Peru;

b) Se o rio Acre, como parece certo, atravessar a longitude de 69º W de Greenwich e correr ora ao norte, ora ao sul do citado paralelo de 11ºS, acompanhando mais ou menos este, o álveo do rio formará a linha divisória até a sua nascente, por cujo meridiano continuará até o paralelo de 11ºS e daí, na direção de oeste, pelo mesmo paralelo, até a fronteira com o Peru; mas, se a oeste da citada longitude 69º o Acre correr sempre ao sul do paralelo de 11ºS seguirá a fronteira, desde esse rio, pela longitude de 69º até o ponto de intersecção com esse paralelo de 11ºS e depois por ele até a

línea recta, como pareciere más conveniente a los Comisarios demarcadores de ambos países.

§ 7º De la naciente del arroyo de Bahía seguirá, bajando por este, hasta su desembocadura en la margen derecha del río Acre ó Aquiry y subirá por este hasta la naciente, si no estuviere esta en longitud mas occidental que la de 69º W de Greenwich.

a) En el caso figurado, esto es, si la naciente del Acre estuviere en longitud menos occidental que la indicada, seguirá la frontera por el meridiano de la naciente hasta el paralelo 11ºS y después, para el oeste, por ese paralelo hasta la frontera con el Perú;

b) Si el río Acre, como parece evidente, atravezase la longitud de 69º, W de Greenwich y corriese ya al norte, ya al sur del citado paralelo 11ºS, acompañando más ó menos este, el álveo del río formará la línea divisoria hasta su naciente, por cuyo meridiano continuará hasta el paralelo 11ºS y de allí, en dirección al oeste, por el mismo paralelo, hasta la frontera con el Perú; más, si al oeste de la citada longitud 69º el Acre corriese siempre al sur del paralelo 11ºS, seguirá la frontera, desde ese río, por la longitud 69º hasta el punto de intersección con ese paralelo 11ºS y después por

fronteira com o Peru.

Artigo 2º

A transferência de territórios resultante da delimitação descrita no artigo precedente compreende todos os direitos que lhes são inerentes e a responsabilidade derivada da obrigação de manter e respeitar os direitos reais adquiridos por nacionais e estrangeiros segundo os princípios do direito civil.

As reclamações provenientes de atos administrativos e de fatos ocorridos nos territórios permutados serão examinadas e julgadas por um Tribunal Arbitral composto de um representante do Brasil, outro da Bolívia e de um ministro estrangeiro acreditado junto ao governo brasileiro. Esse terceiro árbitro, presidente do tribunal, será escolhido pelas duas altas partes contratantes logo depois da troca das ratificações do presente tratado. O tribunal funcionará durante um ano no Rio de Janeiro e começará os seus trabalhos dentro do prazo de seis meses contados do dia da troca das ratificações. Terá por missão: 1º) aceitar ou rejeitar as reclamações; 2º) fixar a importância da indenização; 3º) designar qual dos dois governos a

el, hasta la frontera con el Perú.

Artículo 2º

La transferencia de territorios resultante de la limitación descrita en el artículo anterior, comprende todos los derechos que les son inherentes y la responsabilidad derivada de la obligación de mantener y respetar los derechos reales adquiridos por nacionales y extranjeros según los principios del derecho civil.

Lasreclamacionesprovenientes de actos administrativos y de hechos ocurridos en los territorios permutados, serán examinadas y juzgadas por un Tribunal Arbitral compuesto de un representante de Bolivia, otro del Brasil y de un Ministro extranjero acreditado ante el gobierno brasileño. Este tercer árbitro, presidente del Tribunal, será escogido por las dos Altas Partes Contratantes después del canje de las ratificaciones del presente tratado. El Tribunal funcionará durante un año en Rio de Janeiro y dará principio a sus trabajos en el plazo de seis meses contados desde el día del canje de las ratificaciones. Tendrá por misión: 1º aceptar o rechazar las reclamaciones; 2º fijar el monto de la indemnización; 3º designar cual de los dos Gobiernos la debe

deve satisfazer.

O pagamento poderá ser feito em apólices especiais, ao par, que vençam o juro de 3% e tenham a amortização de 3% ao ano.

Artigo 3º

Por não haver equivalência nas áreas dos territórios permutados entre as duas Nações, os Estados Unidos do Brasil pagarão uma indenização de £ 2.000.000 (dois milhões de libras esterlinas), que a República da Bolívia aceita com o propósito de aplicá-la principalmente na construção de caminhos de ferro ou em outras obras tendentes a melhorar as comunicações e desenvolver o comércio entre os dois países.

O pagamento será feito em duas prestações de um milhão de libras cada uma: a primeira dentro do prazo de três meses, contado da troca das ratificações do presente tratado, e a segunda em 31 de março de 1905.

Artigo 4º

Uma Comissão Mista, nomeada pelos dois governos, dentro do prazo de um ano, contado da troca das ratificações, procederá à demarcação da fronteira descrita

satisfacer.

El pago podrá ser hecho en bonos especiales a la par, que ganen el interés del tres por ciento y tengan la amortización del tres por ciento anual.

Artículo 3º

Por no haber equivalencia en las áreas de los territorios permutados entre las dos Naciones, los Estados Unidos del Brasil pagarán una indemnización de £ 2.000.00 (dos millones de libras esterlinas), que la República de Bolivia acepta con el propósito de aplicarla principalmente a la construcción de caminos de hierro u otras obras tendentes a mejorar las comunicaciones y desenvolver el comercio entre los dos países.

El pago será hecho en dos partidas de un millón de libras cada una: la primera dentro del plazo de tres meses, contado desde el canje de las ratificaciones del presente tratado, y la segunda el 31 de Marzo de 1905.

Artículo 4º

Una Comisión Mixta, nombrada por los dos Gobiernos dentro del plazo de un año, contado desde el canje de las ratificaciones, procederá a la demarcación de la

no artigo 1º, começando os seus trabalhos dentro dos seis meses seguintes à nomeação.

Qualquer desacordo entre a Comissão brasileira e a boliviana, que não puder ser resolvido pelos dois governos, será submetido à decisão arbitral de um membro da *Royal Geographical Society*, de Londres, escolhido pelo presidente e pelos membros do conselho da mesma.

Se os comissários demarcadores nomeados por uma das altas partes contratantes deixarem de concorrer ao lugar e na data da reunião que forem convencionados para o começo dos trabalhos, os comissários da outra procederão por si sós à demarcação, e o resultado das suas operações será obrigatório para ambas.

Artigo 5º

As duas altas partes contratantes concluirão dentro do prazo de oito meses um tratado de comércio e navegação baseado no princípio da mais ampla liberdade de trânsito terrestre e navegação fluvial para ambas as nações, direito que elas se reconhecem perpetuamente, respeitados os regulamentos fiscais e de polícia estabelecidos ou que se estabelecerem no território de cada uma. Esses regulamentos deverão

frontera descrita, en el Artículo I, principiando sus trabajos a los seis meses siguientes a su nombramiento.

Cualquier desacuerdo entre la Comisión Brasileña y la Boliviana que no pudiere ser resuelto por los dos Gobiernos, será sometido a la decisión arbitral de un miembro de la Royal Geographical Society, de Londres, escogido por el presidente y miembros del Consejo de la misma.

Si los Comisarios demarcadores nombrados por una de las Altas Partes Contratantes dejasen de concurrir al lugar y fecha que fueren convenidos para dar principio a los trabajos, los Comisarios de la otra procederán por sisolos a la demarcación, y el resultado de sus operaciones será obligatorio para ambas.

Artículo 5º

Las dos Altas Partes Contratantes concluirán dentro del plazo de ocho meses un tratado de comercio y navegación, basado en el principio de la mas amplia libertad de tránsito terrestre y navegación fluvial para ambas Naciones, derecho que ellas se reconocen a perpetuidad, respetando los reglamentos fiscales y de policía establecidos o que se establecieren en el territorio de cada una. Esos reglamentos deberán ser

ser tão favoráveis quanto seja possível à navegação e ao comércio e guardar nos dois países a possível uniformidade. Fica, porém, entendido e declarado que se não compreende nessa navegação a de porto a porto do mesmo país, ou de cabotagem fluvial, que continuará sujeita em cada um dos dois Estados às respectivas leis.

tan favorables cuanto sea posible a la navegación y al comercio y guardar en los dos países la posible uniformidad. Queda, sin embargo, entendido y declarado que no se comprende en esa navegación la de puerto a puerto del mismo país, o de cabotaje fluvial, que continuará sujeta en cada uno de los dos Estados a sus respectivas leyes.

Artigo 6º

De conformidade com a estipulação do artigo precedente, e para o despacho em trânsito de artigos de importação e exportação, a Bolívia poderá manter agentes aduaneiros junto às alfândegas brasileiras de Belém do Pará, Manaus e Corumbá e nos demais postos aduaneiros que o Brasil estabeleça sobre o Madeira e o Mamoré ou em outras localidades da fronteira comum. Reciprocamente, o Brasil poderá manter agentes aduaneiros na alfândega boliviana de Villa Bella ou em qualquer outro posto aduaneiro que a Bolívia estabeleça na fronteira comum.

Artículo 6º

En conformidad a la estipulación del artículo precedente, y para el despacho en tránsito de artículos de importación, y exportación, Bolivia podrá mantener agentes aduaneros junto a las aduanas brasileñas de Belem del Pará, Manaos, Corumbá y demás puestos aduaneros que el Brasil establezca sobre el Madera, Mamoré u otras localidades de la frontera común. Recíprocamente, el Brasil podrá mantener agentes aduaneros en la aduana boliviana de Villa Bella ó en cualquier otro puesto aduanero que Bolivia establezca en la frontera común.

Artigo 7º

Os Estados Unidos do Brasil obrigam-se a construir em território brasileiro, por si

Artículo 7º

Los Estados Unidos del Brasil se obligan a construir en territorio brasileño, por si

ou por empresa particular, uma ferrovia desde o porto de Santo Antônio, no rio Madeira, até Guajará-Mirim no Mamoré, com um ramal que, passando por Vila Murtinho ou outro ponto próximo (estado de Mato Grosso), chegue a Villa Bella (Bolívia), na confluência do Beni e do Mamoré. Dessa ferrovia, que o Brasil se esforçará por concluir no prazo de quatro anos, usarão ambos os países com direito às mesmas franquezas e tarifas.

Artigo 8º

A República dos Estados Unidos do Brasil declara que ventilará diretamente com a do Peru a questão de fronteiras relativa ao território compreendido entre a nascente do Javari e o paralelo de 11º S, procurando chegar a uma solução amigável do litígio sem responsabilidade para a Bolívia em caso algum.

Artigo 9º

Os desacordos que possam sobrevir entre os dois governos quanto à interpretação e execução do presente tratado serão submetidos a arbitramento.

ó por empresa particular, un ferrocarril desde el puerto de San Antonio, en el río Madera, hasta Guayaramerín, en el Mamoré, con un ramal que, pasando por Vila Murtinho ú otro punto próximo (estado de Mato Grosso), llegue a Villa Bella (Bolivia), en la confluencia del Beni con el Mamoré. De ese ferrocarril, que el Brasil se esforzará en concluir en el plazo de cuatro años, usaran ambos países con derecho a las mismas franquicias y tarifas.

Artículo 8º

La República de los Estados Unidos del Brasil declara que ventilará directamente con la del Perú la cuestión de fronteras relativa al territorio comprendido entre la naciente del Javary y el paralelo 11º S, procurando llegar a una solución amigable del litigio sin responsabilidad para Bolivia en ninguno caso.

Artículo 9º

Los desacuerdos que puedan sobrevenir entre los dos Gobiernos en cuanto a la interpretación y ejecución del presente tratado, serán sometidos a Arbitraje.

Artigo 10º

Este tratado, depois de aprovado pelo Poder Legislativo de cada uma das duas Repúblicas, será ratificado pelos respectivos governos, e as ratificações serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.

Em fé do que nós, os plenipotenciários anteriormente nomeados, assinamos o presente tratado, em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesa e castelhana, apondo neles os nossos selos.

Feito na cidade de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903.

(L. S.) Rio Branco
(L. S.) J. F. de Assis Brasil
(L. S.) Fernando E. Guachalla
(L. S.) Claudio Pinilla

Artículo 10º

Este tratado, después de aprobado por el Poder Legislativo de cada una de las dos Repúblicas, será ratificado por los respectivos Gobiernos y las ratificaciones serán canjeadas en la ciudad de Rio de Janeiro, en el más breve plazo posible.

En fe de lo cual nosotros, plenipotenciarios arriba nombrados, firmamos el presente tratado, en dos ejemplares, cada uno de ellos en las lenguas castellana y portuguesa y les ponemos nuestros respectivos sellos.

Hecho en la ciudad de Petrópolis, a los 17 de Noviembre de 1903.

(L. S.) Fernando E. Guachalla
(L. S.) Claudio Pinilla
(L. S.) Rio Branco
(L. S.) J. F. de Assis Brasil

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SOBRE O TRATADO DE 7 DE MAIO DE 1904 ENTRE O BRASIL E O EQUADOR

Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 25 de agosto de 1904.

Senhor presidente,

No artigo 7º da Convenção entre o Brasil e o Peru, negociada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, depois barão da Ponte Ribeiro, e concluída em Lima em 23 de outubro de 1851, ficou estabelecido o seguinte:

> Para prevenir dúvidas a respeito da fronteira aludida nas estipulações da presente Convenção, concordam as duas altas partes contratantes em que os limites do Império do Brasil com a República do Peru sejam regulados em conformidade do princípio *uti possidetis;* por conseguinte, reconhecem, respectivamente, como fronteira, a povoação de Tabatinga, e daí para o norte em linha reta a encontrar o rio Iaporá defronte da foz do Apapóris; e, de Tabatinga para o sul, o rio Javari, desde a sua confluência com o Amazonas.
>
> Uma Comissão Mista nomeada por ambos os governos reconhecerá, conforme ao princípio do *uti possidetis*, a fronteira, e proporá a troca de territórios que julgar a propósito para fixar os limites que sejam mais naturais e convenientes a uma e outra nação.

Nessa negociação regulou-se Ponte Ribeiro pelas instruções que lhe havia dado em 1º de março de 1851 o conselheiro Paulino de Sousa, visconde do Uruguai. Não ignorava então o governo brasileiro que os territórios atravessados pela linha estipulada, ao norte do Amazonas, eram reclamados pelo Equador e pela Nova Granada, posteriormente Colômbia, e que parte do que se estende a oeste do Baixo Javari também o era pelo Equador. Tratando, porém, com o Peru, que estava de posse das duas margens do Amazonas a oeste de Tabatinga e da confluência do Javari, não teve a intenção de prejudicar o Equador e a Nova Granada, nem lhe cabia competência para resolver o litígio entre as três Repúblicas vizinhas. Tratou então com um dos litigantes e quase ao mesmo tempo procurou chegar a acordo com os dois outros.

Desta tarefa foi incumbido, na qualidade de ministro residente em missão especial, o conselheiro Miguel Maria Lisboa, depois barão de Japurá, ao qual o visconde do Uruguai deu instruções em 20 de março de 1852. Correspondendo à confiança nele depositada, e fazendo as importantes concessões para que estava autorizado, aquele distinto diplomata concluiu tratados de limites, extradição e navegação fluvial com a Venezuela, em 25 de novembro de 1852 e em 25 de janeiro de 1853, com a Nova Granada em 14 e em 25 de junho, e dirigiu-se sem perda de tempo para o Equador, a cujo governo ofereceu, em 18 de outubro do mesmo ano, projetos de dois tratados, um de limites e navegação, outro de extradição.

O artigo 3º, sobre limites, no primeiro desses projetos, estava assim redigido:

> Desejando ao mesmo tempo as altas partes contratantes remover todos os motivos de desavença que possam para o futuro dificultar a marcha do estipulado na presente Convenção, e firmar sobre bases sólidas e duradouras a paz e cordial inteligência que entre elas deve reinar; e tendo a República do Equador questões pendentes relativamente ao território de Mainas, contíguo à província brasileira do Amazonas, do qual atualmente está de posse a República Peruana; sua excelência o presidente da República do Equador, em nome da mesma República, declara que, no caso de que, decididas essas questões, lhe venha a pertencer o dito território ou qualquer parte dele, reconhecerá como limites com o Brasil, em virtude do *uti possidetis*, os estipulados no artigo 7º

da Convenção entre o Brasil e o Peru, de 23 de outubro de 1851, e no artigo 7º do Tratado entre o Brasil e a Nova Granada de 25 de junho de 1853, a saber: uma linha reta tirada do forte de Tabatinga para o lado do norte, em direção à confluência do Apapóris com o Japurá.

No projeto de tratado de extradição, dizia o artigo 9º:

Sendo necessário para a boa execução deste tratado fixar de uma maneira explícita qual o território brasileiro e qual o equatoriano, as altas partes contratantes reconhecem como princípio para a solução de quaisquer dúvidas, que para o futuro se possam suscitar a este respeito, o *uti possidetis*, princípio geralmente adotado pelos Estados da América do Sul, como base do respectivo domínio territorial.

Da correspondência do plenipotenciário brasileiro e do protocolo da Conferência de 3 de novembro de 1853, em Quito, consta que o governo do Equador, reconhecendo o princípio do *uti possidetis*, nenhuma dúvida tinha em adotar então as mesmas linhas de fronteira que o Brasil havia estipulado com o Peru na Convenção de 23 de outubro de 1851, e com a Nova Granada na de 25 de junho de 1853. Pareceu, entretanto, preferível deixar para tratados especiais, que seriam negociados no Rio de Janeiro, a questão de limites, sobre a qual não havia desacordo, e as de comércio e navegação, que no Equador ofereciam algumas dificuldades de ordem política naquele momento, pelo receio de intervenção de uma grande potência marítima em favor do general Flores, como foi explicado confidencialmente ao plenipotenciário do Brasil.

O governo do Equador não pôde realizar o pensamento que teve de mandar uma missão especial ao Rio de Janeiro, e dos trabalhos do nosso plenipotenciário em Quito apenas resultou o Tratado de Extradição de 3 de novembro de 1853, que esteve em vigor até 1891, ano em que foi denunciado.

Em nota de 15 de janeiro de 1870, dirigida ao governo brasileiro, o senhor Salazar, ministro das Relações Exteriores do Equador, reclamou em nome do seu governo contra quaisquer atos da demarcação a que procedia a Comissão Mista brasileiro-peruana naquilo em que entendessem com os territórios orientais do Equador.

Respondeu-lhe em 24 de setembro do mesmo ano o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, conselheiro Paranhos, depois visconde do Rio Branco, referindo-se à Convenção de 1851 entre o Brasil e o Peru:

> (...) O governo do Brasil tratou com quem estava de posse daqueles territórios, e o fato de os reclamarem simultaneamente as Repúblicas do Equador e da Colômbia e de serem controvertidos os títulos de ambas pela do Peru justifica as cláusulas dos protocolos assinados por parte do Império com o Equador em 3 de novembro e com os Estados Unidos de Colômbia em 12 de julho de 1853, nos quais se ressalvou o resultado que possam ter as negociações entre as três Repúblicas sobre o ajuste final de suas respectivas fronteiras.

Nas citadas instruções de 20 de março de 1852, dizia o visconde do Uruguai: "Cumpre apressar essas negociações porque o tempo as vai cada vez mais dificultando."

Compreendendo esse eminente estadista a inconveniência e os perigos de continuarmos sem fronteiras demarcadas com alguns dos países vizinhos, autorizou-me vossa excelência para prosseguir nas negociações há tanto tempo interrompidas sobre esse importante assunto, e conto que brevemente possam todas elas entrar em andamento regular.

O Tratado de Limites que em 6 de maio último concluímos com o Equador é a realização dos projetos de 1851 e 1853. Espero que possa merecer a aprovação dos Congressos Legislativos dos dois países.

Juntando a esta breve exposição cópia autêntica desse tratado, peço licença para reiterar a vossa excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Rio Branco

Tratado de Limites entre o Brasil e o Equador

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Equador, desejando evitar possíveis dificuldades no futuro e cimentar sólida e duradouramente a cordial inteligência que entre as duas nações deve sempre subsistir, resolveram reatar e concluir a negociação iniciada em Quito no ano de 1853, na qual o plenipotenciário do Brasil e o do Equador estavam de acordo sobre a necessidade e o modo de definir a fronteira dos dois países, e para esse fim nomearam plenipotenciários, a saber:

o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil nomeou o senhor José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, ministro de Estado das Relações Exteriores; e

o presidente da República do Equador nomeou o senhor doutor dom Carlos R. Tobar, seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário no Brasil.

Os quais, depois de mostrarem os seus respectivos plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

Tratado de Limites entre el Ecuador y el Brasil

La Republica del Ecuador y la Republica de los Estados Unidos del Brasil, deseando evitar dificultades posibles en lo futuro, y cimentar sólida y duraderamente la cordial inteligencia que entre las dos naciones debe siempre subsistir, resolvieron reanudar y concluir la negociación iniciada en Quito el año 1853, en la cual el Plenipotenciario del Ecuador y el del Brasil estaban de acuerdo acerca de la necesidad y el modo de definir la frontera de los dos países; y con tal fin nombraron Plenipotenciarios, a saber:

El presidente de la República del Ecuador al señor doutor don Carlos R. Tobar, su Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en el Brasil; y

El presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil al señor José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, Ministro de Estado de las Relaciones Exteriores.

Quienes, después de mostrarse los respectivos Plenos Poderes y de hallarlos en buena y debida forma, convinieron en los artículos siguientes:

Artigo 1º

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Equador concordam em que, terminando favoravelmente para o Equador, como esta República espera, o litígio que sobre limites existe entre o Equador e o Peru, a fronteira entre o Brasil e o Equador seja, nas partes em que confinem, a mesma estipulada no artigo 7º da Convenção celebrada em Lima pelo Brasil e pelo Peru aos 23 de outubro de 1851, com a modificação constante do acordo, também assinado em Lima, em 11 de fevereiro de 1874, para a permutação de territórios na linha do Içá ou Putumayo, isto é, que a fronteira seja – no todo ou em parte, conforme o resultado do sobredito litígio – a linha geodésica que parte da boca do igarapé Santo Antônio, na margem esquerda do Amazonas, entre Tabatinga e Letícia, e termina na confluência do Apapóris com o Japurá ou Caquetá, menos na seção do rio Içá ou Putumayo cortada pela mesma linha, onde o álveo do rio, entre os pontos de intersecção, formará a divisa.

Artículo 1º

La República del Ecuador y la República de los Estados Unidos del Brasil acuerdan que, terminando favorablemente para el Ecuador, como esta Republica espera, el litigio que sobre limites existe entre el Ecuador y el Perú, la frontera entre el Ecuador y el Brasil, en las partes en que confinen, sea la misma señalada por el Artículo VII de la Convención que se celebró, entre el Brasil y el Perú, en Lima el 23 de octubre de 1851, con la modificación constante en el acuerdo, asimismo firmado en Lima el 11 de febrero de 1874, para la permuta de territorios en la línea del Iza o Putumayo, esto es, que la frontera sea – en todo o en parte, según el resultado del antedicho litigio – la línea geodésica que va de la boca del riachuelo San Antonio, en la margen izquierda del Amazonas, entre Tabatinga y Leticia, y termina en la confluencia del Apapóris con el Yapurá o Caquetá, menos en la sección del río Iza o Putumayo, cortada por la misma línea, donde el álveo del río, entre los puntos de intersección, formará la división.

Artigo 2º

As duas altas partes contratantes declaram que,

Artículo 2º

Las dos Altas Partes Contratantes declaran que,

celebrando o presente tratado, não têm a intenção de prejudicar qualquer direito que possam provar em tempo as outras nações vizinhas, isto é, que não têm a intenção de modificar as questões de limites pendentes entre o Brasil e a Colômbia, e entre o Equador, a Colômbia e o Peru, propósito que o Brasil também não teve quando negociou com o Peru a Convenção de 23 de outubro de 1851.

celebrando el presente tratado, no tienen la intención de perjudicar ningún derecho que puedan comprobar ulteriormente las otras naciones vecinas, esto es, que no tienen la intención de modificar las cuestiones de límites pendientes entre el Brasil y Colombia y entre el Ecuador, Colombia y el Perú, propósito que el Brasil tampoco tuvo cuando negoció con el Perú la Convención de 23 de octubre de 1851.

Artigo 3º

Este tratado, depois de aprovado pelo Poder Legislativo de cada uma das duas Repúblicas, será ratificado pelos respectivos governos, e as ratificações serão trocadas no Rio de Janeiro, em Quito ou em Santiago do Chile.

Em fé do que, nós, os plenipotenciários anteriormente nomeados, assinamos o presente tratado, em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesa e castelhana, apondo neles os nossos selos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, em 6 de maio de 1904.

(L. S.) Rio Branco
(L. S.) C. R. Tobar

Artículo 3º

Este tratado, después de aprobado por el Poder Legislativo de cada una de las dos Repúblicas, será ratificado por los respectivos Gobiernos, y las ratificaciones serán canjeadas en Rio de Janeiro, en Quito o en Santiago de Chile.

En fe de lo cual, nosotros, los plenipotenciarios arriba nombrados, firmamos este tratado, en dos ejemplares, cada uno en las lenguas castellana y portuguesa, poniendo en ellos nuestros sellos.

Hecho en la ciudad de Rio de Janeiro, a los 6 de Mayo de 1904.

(L. S.) C. R. Tobar
(L. S.) Rio Branco

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SOBRE OS ACORDOS DE 24 DE ABRIL DE 1907 ENTRE O BRASIL E A COLÔMBIA

Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 30 de setembro de 1907.

A sua excelência o senhor doutor Afonso Augusto Moreira Pena, presidente da República.

Senhor presidente,

Tenho a honra de apresentar a vossa excelência, em cópias autênticas, para que possam ser submetidos à deliberação do Congresso Nacional, os seguintes atos, firmados em Bogotá a 24 de abril deste ano, pelos senhores doutor Enéas Martins, ministro do Brasil em Missão Especial, e general Alfredo Vásquez Cobo, ministro das Relações Exteriores da Colômbia:

1º. Tratado de Limites e navegação entre o Brasil e a Colômbia.
2º. Acordo de *modus vivendi*, relativo à navegação e comércio pelo Içá ou Putumayo.
3º. Protocolo Complementar do acordo de *modus vivendi*.

A fronteira que o tratado estabelece começa em frente à Pedra de Cucuí, na ilha de São José, do rio Negro, onde termina, vindo de leste,

a nossa demarcação com a República da Venezuela, e segue, primeiro para oeste, depois para o sul, até a confluência do Apapóris na margem esquerda do Japurá ou Caquetá, ponto em que finda a linha divisória que, na direção do norte, parte do igarapé Santo Antônio, no Amazonas, não longe de Tabatinga.

Somente o Brasil e a Colômbia disputavam o domínio de territórios ao norte do Japurá, de sorte que a delimitação descrita no recente tratado não implica direitos ou pretensões de outras Repúblicas nossas convizinhas.

Entre a ilha de São José de Cucuí e a nascente do Memáchi, o Brasil e a Venezuela haviam estipulado, nos Tratados de 25 de novembro de 1852 e 5 de maio de 1859, e demarcado, em 1880, uma linha de fronteiras, mas ressalvando expressamente (artigo 6º do Pacto de 1859) os direitos da Colômbia, então República de Nova Granada.

Em processo arbitral, pleiteado perante a rainha regente da Espanha, a causa da Colômbia contra a Venezuela ficou vencedora por sentença de 16 de março de 1891. Devíamos, portanto, depois do laudo de Madri tratar com o governo de Bogotá. Foi o que fizemos agora, ficando aceita pela Colômbia a mesma fronteira que nessa região tinha sido demarcada pelos comissários do Brasil e da Venezuela.

Ao sul da confluência do Apapóris e do Japurá pretende a Colômbia confinar com o Brasil. Essa pretensão é, porém, contrariada pelo Peru e pelo Equador, que ambos se julgam com direito aos territórios por ela reclamados, ao ocidente da nossa fronteira do Amazonas ao Japurá.

A linha do Santo Antônio ao Apapóris já está reconhecida como limite do Brasil pelo Peru, na Convenção de 23 de outubro de 1851, concluída em Lima, e pelo Equador, no Tratado de 6 de maio de 1904, assinado no Rio de Janeiro.

Nesse Tratado de 1904, declaramos que nem nessa ocasião, nem em 1851 fora intenção nossa modificar as pendências territoriais do Equador, do Peru e da Colômbia entre si, nem as do Brasil com a Colômbia.

Conhecido que seja o laudo de sua majestade o rei da Espanha no pleito, que está correndo os seus termos regulares em Madri, entre o Peru e o Equador, o governo colombiano, em Berlim, perante sua majestade o imperador alemão e rei da Prússia, disputará ao vencedor o território que a este for atribuído. Para isso firmou, com o governo do

Equador a 5 de novembro de 1904 e com o do Peru a 12 de setembro de 1905, tratados de arbitramento especial.

No Tratado de 25 de julho de 1853, de que foram negociadores o ministro do Brasil em Bogotá, conselheiro Miguel Maria Lisboa, depois barão de Japurá, e o ministro das Relações Exteriores, Lourenço Maria Lleras, a descrição da fronteira comum começava na confluência do Apapóris e seguia na direção do norte e do oeste (artigo 1º).

O artigo 7º dispunha o seguinte:

> Tendo a República de Nova Granada questões pendentes relativamente ao território banhado pelas águas do Tomo e do Aquio, assim como relativamente ao situado entre o rio Japurá e o Amazonas, o cidadão presidente da mesma República, em nome dela, declara que, no caso de que lhe venham a pertencer definitivamente os ditos territórios, reconhecerá como limites com o Brasil, em virtude do princípio do *uti possidetis*, os estipulados no Tratado entre o Império e a Venezuela, de 25 de novembro de 1852, e na Convenção entre o mesmo Império e o Peru, de 23 de outubro de 1851, a saber: pelo que toca ao primeiro, uma linha que, passando pelas vertentes que separam as águas do Tomo e do Aquio das do Iquiare e Issana, siga para o lado do oriente a tocar o rio Negro defronte da ilha de São José, perto da Pedra de Cucuí, situada pouco mais ou menos no paralelo de 1º38' de latitude boreal; e pelo que toca ao segundo, uma linha reta tirada do forte de Tabatinga para o lado do norte em direção à confluência do Apapóris com o Japurá.

O governo de Bogotá reconhecia, portanto, como fronteira do Brasil, do Amazonas ao Apapóris, a mesma que em 1851 havíamos negociado com o Peru. O Senado Neo-granadino, porém, rejeitou o Tratado de 1853 e um dos motivos dados para isso foi precisamente que antecipar aquele reconhecimento seria enfraquecer os direitos resultantes de todos os títulos da Nova Granada contra o Peru e o Equador a respeito desses mesmos territórios.

Idêntica foi a razão apresentada contra a aceitação, que o mesmo Tratado de 1853 antecipava, da linha que Venezuela nos reconhecia, de Cucuí ao Memáchi. Tendo visto vitoriosos os direitos que defendia contra a Venezuela nessa região, o governo colombiano acredita que assim também sucederá com os que alegam contra os seus contendores do sul.

Conseguimos, entretanto, como ficou dito, manter agora como linha de fronteira entre o Brasil e a Colômbia a mesma que, para não

enfraquecer os direitos neogranadinos contra a Venezuela, o Senado da Nova Granada teve por perigoso aceitar em 1855.

Concordamos, portanto, em adiar o ajuste da questão relativa à linha do Apapóris ao Amazonas. E quando se dê o caso, que é possível não chegue a apresentar-se, de ficar Colômbia confinando com o Brasil ao sul do Japurá, então se tratará de resolver definitivamente a questão agora posta de lado, sendo de esperar que o governo de Bogotá, de acordo com a parte final do citado artigo 7º do Tratado de 1853, aceite a linha determinada nos nossos ajustes com o Peru e o Equador, como aceitou agora a que em outra região havia sido demarcada pelo Brasil e pela Venezuela.

No Tratado de 24 de abril último, ao contrário de antigas pretensões baseadas pelos nossos vizinhos no insubsistente Tratado Preliminar, ou preparatório, de 1777, o Brasil e a Colômbia adotaram como critério para a fixação dos seus limites a posse atual e os direitos dela decorrentes.

Esse critério permitiu e facilitou por fim concessões amigáveis na extensão das antigas reivindicações de uma e de outra parte. As linhas estipuladas separam e cobrem a ocupação administrativa brasileira e a colombiana no desenvolvimento real que elas têm, com o caráter de exercício eficiente, continuado e completo de soberania.

Representa assim o novo tratado uma transação prudente, porque vem dissipar para sempre antigas preocupações de conflitos, aliás, já verificados na região da fronteira incerta e onde não fariam senão aumentar com o desenvolvimento que ali vão tendo a atividade e os interesses individuais; e, além de prudente, representa uma transação honrosa, com razoáveis concessões recíprocas, aconselhadas por sentimentos e conveniências de leal harmonia e concórdia.

Nessa região, que compreende a fronteira noroeste do Brasil, ficou estabelecida pelo tratado a liberdade de navegação fluvial, reclamada desde muito pela Colômbia como direito seu, independentemente de qualquer acordo, tendo o Brasil subordinado sempre a concessão definitiva do trânsito pelos rios que o atravessam à prévia determinação da fronteira internacional.

Ao mesmo tempo, quanto ao rio Içá ou Putumayo, que, sendo a saída natural dos distritos do sudeste colombiano, percorre os territórios adjacentes à nossa fronteira do Amazonas ao Apapóris – concordamos num *modus vivendi* pelo qual o Brasil permite, como concessão feita

no exercício legítimo e, por esse modo, reconhecido da sua soberania, a passagem aos navios colombianos e ao comércio de exportação e importação da Colômbia pela seção brasileira do Baixo Içá.

Penso que os acordos assinados em Bogotá, a 24 de abril último, merecem a aprovação do nosso Congresso Nacional, como já receberam a do Poder Legislativo da Colômbia.

O Tratado de Limites põe termo feliz a negociações mandadas iniciar há 54 anos pelo visconde de Uruguai e nas quais tanto se ilustraram, por nossa parte, os conselheiros Miguel Maria Lisboa, em 1853, e Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, de 1868 a 1870.

Seria injusto deixar eu nesta ocasião de recomendar ao alto apreço de vossa excelência o plenipotenciário brasileiro, doutor Enéas Martins, pelo zelo, tato e competência com que se houve na negociação dos acordos que agora vão ser submetidos às duas Câmaras do Congresso Nacional.

Peço licença para reiterar a vossa excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Rio Branco

Tratado entre o Brasil e a Colômbia

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Colômbia, desejosas de consolidar em bases firmes e duradouras suas antigas relações de paz e amizade, de suprimir quaisquer motivos de desavença e de facilitar o desenvolvimento de seus interesses de boa vizinhança e de comércio, resolveram celebrar o seguinte tratado, tendo em consideração, para um acordo amistoso o estado das suas posses e direitos respectivos, e para esse fim nomearam seus plenipotenciários, a saber:

sua excelência o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o senhor doutor Enéas Martins, ministro residente em Missão Especial junto ao governo da Colômbia; e

sua excelência o presidente da República da Colômbia, o senhor general Alfredo Vásquez Cobo, ministro das Relações Exteriores.

Os quais, depois de haverem exibido seus plenos poderes, que foram encontrados em devida forma, estipularam o seguinte:

Artigo 1º

A fronteira do Brasil e da Colômbia, entre a Pedra de Cucuí,

Tratado entre Colombia y el Brasil

La República de Colombia y la de los Estados Unidos del Brasil, deseosas de consolidar, sobre bases firmes y duraderas, sus antiguas relaciones de paz y amistad, de suprimir cualesquiera motivos de desavenencias y de facilitar el desarrollo de sus intereses de buena vecindad y comerciales, han resuelto celebrar el siguiente tratado, teniendo en cuenta, para un arreglo amistoso, el estado de sus posesiones y derechos respectivos, y al efecto nombraron sus Plenipotenciarios, a saber:

Su Excelencia el presidente de la República de Colombia al señor general Don Alfredo Vásquez Cobo, Ministro de Relaciones Exteriores, y Su Excelencia el presidente de la República del Brasil al señor doctor Enéas Martins, Ministro Residente en Misión Especial cerca del Gobierno de Colombia.

Quienes, después de haberse comunicado sus Plenos Poderes, los que hallaron en debida forma, han estipulado lo siguiente:

Artículo 1º

La frontera de Colombia y el Brasil entre la Piedra del Cocuy,

no rio Negro, e a desembocadura do rio Apapóris, na margem esquerda do rio Japurá ou Caquetá, será a seguinte:

§ 1º Da ilha de São José, em frente à Pedra de Cucuí, com rumo oeste, demandará a margem direita do rio Negro, que cortará aos 1º13'51", 76 N e 23º39'11", 51 de longitude ocidental do Rio de Janeiro ou 7º16'25", 9 de longitude oriental de Bogotá, seguindo desse ponto em linha reta até encontrar a cabeceira do pequeno rio Macacuny (ou Macapury), afluente da margem direita do rio Negro ou Guainía, afluente que fica todo em território colombiano.

§ 2º Da cabeceira do Macacuny (ou Macapury) continuará a fronteira pelo *divortium aquarum* até passar entre a cabeceira do Igarapé Japeri, afluente do rio Xié, e a cabeceira do rio Tomo, afluente do rio Guainía, no ponto assinalado pelas coordenadas 2º1'26", 65 N e 24º26'38", 58 de longitude ocidental do Rio de Janeiro ou 6º28'59", 8 de longitude oriental do meridiano de Bogotá.

§ 3º Continuará a fronteira, na direção do ocidente, pela parte mais alta do terreno sinuoso que separa as águas que seguem para o norte das águas que seguem

en el río Negro, y la confluencia del río Apaporis, sobre la orilla izquierda del río Japurá o Caquetá, será la siguiente:

§ 1º De la isla de San José en frente á la Piedra del Cocuy, con rumbo oeste, buscando la orilla derecha del río Negro que cortará a los 1º 13' 51", 76N y 7º 16' 25", 9 de longitud al este del meridiano de Bogotá, ó sea a 23º 39' 11", 51 al oeste del Rio de Janeiro, siguiendo desde ese punto en línea recta á buscar la cabecera del pequeño río Macacuny (o Macapury), afluente de la orilla derecha del río Negro ó Guainía, el cual afluente queda íntegramente en territorio colombiano.

§ 2º De la cabecera del Macacuny (o Macapury) continuará la frontera por el divortium aquarum hasta pasar entre la cabecera del Ygarape Japery, afluente del río Xié, y la del río Tomo, afluente del Guainía, en el sitio señalado por las coordenadas 2º 1' 26", 65 al oeste del Rio de Janeiro, y 6º 28' 59", 8 de longitud al este del meridiano de Bogotá, ó sea á 24º 26' 38", 58 al oeste del Rio de Janeiro.

§ 3º Continuará la frontera hacia el oeste por lo más alto del terreno sinuoso que separa las aguas que siguen para el norte, de las que van para el Sur, hasta

para o sul, até encontrar o Cerro Caparro, a partir do qual continuará, sempre pelo mais alto do terreno e separando as águas que vão para o rio Guainía das águas que correm para o rio Cuiary (ou Iquiari), até a nascente principal do rio Memachi, afluente do rio Naquieni, que por sua vez é afluente do Guainía.

§ 4º A partir da nascente principal do Memachi, aos 2º1'27", 3N e 25º4'22", 65 de longitude ocidental do meridiano do Rio de Janeiro, ou 5º51'15", 8 de longitude oriental de Bogotá, seguirá a linha de fronteira, pela parte mais elevada do terreno, em busca da cabeceira principal do afluente do Cuiary (ou Iquiari) que fique mais próxima da cabeceira do Memachi, continuando pelo curso do dito afluente até a confluência dele e do citado Cuiary (ou Iquiari).

§ 5º Dessa confluência baixará a linha de fronteira pelo *talvegue* do dito Cuiary até o ponto em que nele desemboca o rio Pegua, seu afluente da margem esquerda, e da confluência de Pegua e do Cuiary seguirá a linha de fronteira para o ocidente, e pelo paralelo dessa confluência, até encontrar o meridiano que passa pela confluência do Kerary e do Uaupés.

encontrar el Cerro Caparro, a partir del cual continuará, siempre por lo alto del terreno y dividiendo las aguas que van al río Guainía, de las que corren para el río Cuiary (o Iquiare) hasta el nacimiento principal del río Memachi, afluente del río Naquieni, el que á su vez es afluente del Guainía.

§ 4º Al partir del nacimiento principal del Memachi, á los 2º 1' 27" 3N y 5º 51' 15", 8 de longitud al este del meridiano de Bogotá, ó sea 25º 4' 22", 65 al oeste del Rio de Janeiro, seguirá la línea de frontera, buscando por lo alto del terreno la cabecera principal del afluente del Cuiary (o Iquiare) que queda más próximo de la cabecera del Memachi, continuando el curso de dicho afluente hasta su confluencia en el precitado Cuiary (o Iquiare).

§ 5º De esa confluencia bajará la línea de frontera por el talvegue del dicho Cuiary hasta el lugar donde le entra el río Pegua, su afluente de la margen izquierda, y de la confluencia del Pegua en el Cuairy seguirá la línea de frontera para Occidente y por el paralelo de dicha confluencia hasta encontrar el meridiano que pasa por la confluencia del Kerary en el Uaupés.

§ 6º Ao encontrar o meridiano que passa pela confluência do rio Kerary (ou Cairary) e do rio Uaupés, a linha de fronteira baixará por esse meridiano até a dita confluência, donde continuará pelo *talvegue* do rio Uaupés até a desembocadura do rio Capuri, afluente da margem direita do referido Uaupés, perto da cachoeira Jauarité.

§ 7º Da desembocadura do referido rio Capuri seguirá a fronteira para ocidente pelo *talvegue* do mesmo Capuri até sua nascente, mais ou menos aos 69º30'W de Greenwich, baixando pelo meridiano dessa nascente, em demanda do Taraira, seguindo logo pelo t*alvegue* do dito Taraira, até a sua foz no Apapóris, e pelo *talvegue* do Apapóris à sua desembocadura no rio Japurá ou Caquetá, onde termina a parte de fronteira estabelecida pelo presente tratado, ficando assim definida a linha de fronteira Pedra de Cucuí-Foz do Apapóris, e o resto da fronteira, entre os dois países disputada, sujeito a posteriores negociações, no caso de vir a ter ganho de causa Colômbia em seus outros litígios com o Peru e o Equador.

Artigo 2º

Uma Comissão Mista nomeada pelos dois governos,

§ 6º Al encontrar el meridiano que pasa por la confluencia del río Kerary (ó Cairary) en el río Uaupés, bajará la línea de frontera por ese meridiano hasta dicha confluencia, desde donde se seguirá por el talvegue del río Uaupés hasta la desembocadura del río Capury, afluente de la orilla derecha del referido río Uaupés cerca de la cascata Jauarité.

§ 7º Desde la desembocadura del dicho río Capury seguirá la frontera para el oeste por el talvegue del mismo Capury, y hasta su nacimiento, cerca de los 69º 30' W de Greenwich, bajando por el meridiano de ese nacimiento a buscar el Taraira, siguiendo después por el talvegue de dicho Taraira hasta su confluencia con el Apaporis, y por el talvegue del Apaporis hasta su desembocadura en el río Japurá o Caquetá, donde termina la parte de frontera establecida por el presente tratado, quedando así definida la línea Piedra del Cocuy-Boca del Apaporis, y el resto de la frontera entre los dos países disputada, sujeta a posterior arreglo en el caso de que Colombia resulte favorecida en sus otros litigios con el Perú y el Ecuador.

Artículo 2º

Una comisión mixta nombrada por los dos Gobiernos

dentro do prazo de um ano a contar da troca das ratificações, procederá à demarcação da fronteira estabelecida por este tratado.

§ 1º Por protocolos especiais serão combinadas a constituição e as instruções para os trabalhos dessa Comissão Mista, a qual deve começar seus trabalhos dentro de oito meses a contar da data de sua nomeação.

§ 2º Fica desde logo estabelecido que para fechar e completar a linha de fronteira, onde seja necessário fazê-lo, por falta de acidentes no terreno, serão adotados os círculos paralelos ao Equador e as linhas meridianas, de preferência a quaisquer linhas oblíquas.

dentro de un año después del canje de ratificaciones, procederá a la demarcación de la frontera en este tratado establecida.

§ 1º Por protocolos especiales se acordarán la constitución y las instrucciones para los trabajos de esa comisión mixta, la cual debe empezar sus tareas dentro de ocho meses después de nombrada.

§ 2º Queda desde ahora establecido que para cerrar y completar la línea de frontera en donde sea necesario hacerlo por ausencia de accidentes del terreno, se seguirán los círculos paralelos al Ecuador y las Líneas meridianas, de preferencia a cualesquiera líneas oblicuas.

Artigo 3º

Todas as dúvidas que se apresentarem durante a demarcação, serão amigavelmente resolvidas pelas altas partes contratantes às quais serão submetidas pelos respectivos comissários, continuando, entretanto, a demarcação.

Se os dois governos não puderem chegar a um acordo direto, declaram desde já o seu propósito de recorrer à decisão de um árbitro.

Artículo 3º

Todas las dudas que se presentaren durante la demarcación serán amigablemente resueltas por las Altas Partes Contratantes, a quienes las someterán los respectivos Comisarios sin perjuicio de proseguir la demarcación.

Si los dos Gobiernos no pueden llegar á un acuerdo directo, declaran desde ahora su propósito de recurrir a la decisión de un árbitro.

Artigo 4º

As duas altas partes contratantes concluirão no prazo de 12 meses um tratado de comércio e navegação, baseado no princípio da mais ampla liberdade de trânsito terrestre e navegação fluvial para ambas as nações, direito que elas se reconhecem perpetuamente a partir da aprovação deste tratado, em todo o curso dos rios que nascem ou correm dentro ou nas extremidades da região determinada pela linha de fronteira que ele estabelece, devendo observar-se os regulamentos fiscais e de polícia estabelecidos ou que se estabelecerem no território de cada uma, regulamentos que em nenhum caso estabelecerão maiores ônus ou formalidades para as embarcações, efeitos e pessoas dos brasileiros na Colômbia que os que se tenham estabelecidos ou se estabeleçam na Colômbia para os nacionais colombianos, ou no Brasil para os nacionais brasileiros.

Os navios colombianos, destinados à navegação desses rios, comunicarão livremente com o oceano pelo Amazonas. Os regulamentos fiscais e de polícia deverão ser tão favoráveis quanto

Artículo 4º

Las dos Altas Partes Contratantes concluirán dentro del plazo de doce meses un tratado de comercio y de navegación, basado en el principio de la más amplia libertad de tránsito terrestre y navegación fluvial para ambas naciones, derecho que ellas se reconocen a perpetuidad desde el momento de la aprobación de este tratado, en todo el curso de los ríos que nacen o corren dentro de y en las extremidades de la región determinada por la línea de frontera que él establece, debiendo observarse los reglamentos fiscales y de policía establecidos o que se establecieren en el territorio de cada una, reglamentos que en ningún caso establecerán mayores gravámenes ni más formalidades para los barcos, efectos y personas de los colombianos en el Brasil que los que se hayan establecido ó se establezcan en el Brasil para los nacionales brasileños o en Colombia para los nacionales colombianos.

Los buques colombianos destinados a la navegación de esos ríos comunicarán libremente con el océano por el Amazonas. Esos reglamentos deberán ser tan favorables cuanto sea posible

seja possível à navegação e ao comércio, e guardarão nos dois países a possível uniformidade. Fica entendido e declarado que não se compreende nessa navegação a de porto a porto no mesmo país, ou de cabotagem fluvial, que continuará sujeita em cada um dos dois Estados às suas respectivas leis.

Artigo 5º

O presente tratado, depois de devida e regularmente aprovado na República dos Estados Unidos do Brasil e na República da Colômbia, será ratificado pelos dois governos, e as ratificações serão trocadas na cidade de Bogotá ou na do Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.

Em fé do que nós, os plenipotenciários de uma e de outra República, o assinamos e selamos com os nossos selos particulares, em Bogotá, aos 24 de abril de 1907.

(L. S.) Enéas Martins
(L. S.) Alfredo Vásquez Cobo

a la navegación y al comercio, y guardarán en los dos países la posible uniformidad. Queda sin embargo entendido y declarado que no se comprende en esa navegación la de puerto a puerto del mismo país o de cabotaje fluvial, que continuará sujeta en cada uno de los dos Estados a sus respectivas leyes.

Artículo 5º

Este tratado, después de debida y regularmente aprobado en la República de Colombia y en la República de los Estados Unidos del Brasil, será ratificado por los dos Gobiernos, y las ratificaciones serán canjeadas en la ciudad de Bogotá o en la de Rio de Janeiro en el más breve plazo posible.

En fe de lo cual, nosotros los Plenipotenciarios de la una y de la otra República, lo hemos firmado y sellado con nuestros sellos particulares en Bogotá, a 24 de abril de 1907.

(L. S.) Alfredo Vásquez Cobo
(L. S.) Enéas Martins

Acordo de modus vivendi *sobre o Putumayo, entre o Brasil e a Colômbia*

Os governos do Brasil e da Colômbia, com o propósito de desenvolver a navegação e as relações de comércio entre os seus respectivos países pelo rio Içá ou Putumayo concordaram na celebração de um *modus vivendi* com tal fim, e para esse efeito, reunidos no Ministério das Relações Exteriores da Colômbia o ministro residente do Brasil em Missão Especial senhor doutor Enéas Martins, e o ministro das Relações Exteriores da Colômbia, senhor general Alfredo Vásquez Cobo, discutiram e acordaram em nome dos seus respectivos governos e por eles devidamente autorizados, segundo os plenos poderes que exibem, no seguinte:

Artigo 1º

Os navios mercantes brasileiros e colombianos poderão comunicar livremente nos portos que o Brasil e a Colômbia têm habilitados ou venham a habilitar no rio Içá ou Putumayo, isentos de quaisquer impostos que não sejam os de faróis ou semelhantes, destinados a auxílios que se prestem à navegação e

Convenio de modus vivendi en el Putumayo entre Colombia y el Brasil

Los Gobiernos de Colombia y del Brasil, con el propósito de desarrollar la navegación y las relaciones de comercio entre sus respectivos países, por el río Iça o Putumayo, han acordado la celebración de un modus vivendi con tal objeto, y al efecto, reunidos en el Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia el respectivo Ministro, señor general Alfredo Vásquez Cobo, y el señor doctor Enéas Martins, Ministro Residente del Brasil en Misión Especial, han discutido y acordado, en nombre de sus respectivos Gobiernos y autorizados debidamente por ellos según los Plenos Poderes que se exhiben, lo siguiente:

Artículo 1º

Los buques mercantes colombianos y brasileños podrán comunicar libremente con los puertos que Colombia y el Brasil tienen habilitados o habilitaren en el río Iça, o Putumayo, exentos de cualesquiera impuestos que no sean de faros o semejantes, destinados a auxilios que se presten a la navegación, y

sujeitando-se aos regulamentos fiscais e de polícia estabelecidos pelas autoridades competentes de cada um dos dois países para seu respectivo território.

Os navios colombianos destinados à navegação do Putumayo poderão comunicar livremente com o oceano pelo Amazonas.

Artigo 2º

No regime do presente acordo, o despacho das mercadorias de procedência estrangeira que para a Colômbia se dirijam pelo Amazonas e pelo Içá ou Putumayo poderá ser feito nas alfândegas de Manaus ou Belém como entrepostos, segundo a legislação brasileira.

A exportação de gêneros colombianos poderá também ser feita pelas ditas alfândegas, sempre que a elas cheguem tais gêneros devidamente acompanhados por guias de exportação expedidas no lugar de origem por autoridades colombianas e autenticadas pelas autoridades do posto fiscal brasileiro do Içá.

Artigo 3º

O Brasil permitirá – notificando previamente o seu

sujetándose a los reglamentos fiscales y de policía establecidos por las autoridades competentes de cada uno de los dos países para su respectivo territorio.

Los buques colombianos destinados a la navegación del Putumayo podrán comunicar libremente con el océano por el Amazonas.

Artículo 2º

Mientras dure el presente acuerdo el despacho de las mercancías de procedencia extranjera que para Colombia se dirijan por el Amazonas y por el Iça o Putumayo, podrá ser hecho en las Aduanas de Manaos o Belén, como puertos de depósito, según la legislación brasileña.

La exportación de géneros colombianos podrá también ser hecha por dichas Aduanas, siempre que lleguen tales géneros debidamente acompañados por guías de exportación expedidas en el lugar de origen por autoridades colombianas y autenticadas por las autoridades del puesto fiscal brasileño del Iça.

Artículo 3º

El Brasil permitirá, notificando previamente su

número – a passagem pelo Amazonas e pelo Içá aos navios de guerra colombianos que se dirijam a águas de jurisdição colombiana no Putumayo. Reciprocamente, a Colômbia permitirá a navegação aos navios de guerra brasileiros nas águas de sua jurisdição no Putumayo.

Esses navios ficarão submetidos aos regulamentos fiscais e de polícia, no caso de receberem mercadorias nos respectivos portos.

número, el pasaje por el Amazonas y el Iça de los buques de guerra colombianos que se dirijan a aguas de jurisdicción colombiana en el Putumayo. Recíprocamente, Colombia permitirá la navegación a los buques de guerra brasileños en las aguas de su jurisdicción en el Putumayo.

Dichos buques quedarán sometidos a los reglamentos fiscales y de policía, en el caso de recibir mercancías en los respectivos puertos.

Artigo 4º

O presente *modus vivendi* entrará em vigor imediatamente e durará até ser denunciado ou modificado por mútuo acordo entre os dois governos.

Artículo 4º

El presente modus vivendi empezará a regir mediatamente, y durará hasta que sea denunciado o modificado de mutuo acuerdo por los dos Gobiernos.

Para constar, assinam e selam com seus selos particulares o presente acordo, em Bogotá, em 24 de abril de 1907.

En fe de lo cual firman, y sellan con sus sellos particulares el presente Convenio en Bogotá, el día 24 de abril de 1907.

(L. S.) Enéas Martins
(L. S.) Alfredo Vásquez Cobo

(L. S.) Alfredo Vásquez Cobo
(L. S.) Enéas Martins

Protocolo Complementar do modus vivendi *assinado entre o Brasil e a Colômbia em 24 de abril de 1907*

Reunidos no Ministério das Relações Exteriores da Colômbia, o ministro residente do Brasil em Missão Especial, senhor doutor Enéas Martins, plenipotenciário brasileiro, e o ministro das Relações Exteriores da Colômbia, senhor general Alfredo Vásquez Cobo, plenipotenciário colombiano, signatários do acordo de *modus vivendi* sobre o Içá ou Putumayo de 24 de abril de 1907, concordaram, em nome dos seus respectivos governos e como parte integrante desse *modus vivendi*, em que o referido acordo de *modus vivendi* sobre o Içá ou Putumayo ficará nulo e de nenhum efeito no caso de não ser aprovado ou ratificado oportunamente o Tratado de Fronteira, também assinado em data de hoje, entre a Pedra de Cucuí e a desembocadura do Apapóris no Japurá ou Caquetá.

Para constar, assinam o presente em duplicata e o selam com seus selos particulares, em Bogotá, em 24 de abril de 1907.

(L. S.) Enéas Martins
(L. S.) Alfredo Vásquez Cobo

Protocolo Complementar del modus vivendi *firmado entre Colombia y el Brasil en 24 de abril de 1907*

Reunidos en el Ministerio de Relaciones Exteriores de Colombia el respectivo Ministro, señor general Alfredo Vásquez Cobo, Plenipotenciario colombiano, y el Ministro Residente del Brasil en Misión Especial, señor doutor Enéas Martins, Plenipotenciario brasileño, – signatarios del acuerdo de modus vivendi sobre el Iça o Putumayo del veinticuatro de abril de mil novecientos siete, acordaran en nombre de sus respectivos Gobiernos y como parte integrante de ese modus vivendi que dicho acuerdo de modus vivendi sobre el Iça o Putumayo debe quedar nulo y de ningún efecto en el caso en que no sea aprobado o ratificado oportunamente el Tratado de Frontera, también firmado fecha de hoy, entre la Piedra del Cocuy y la desembocadura del Apaporis en el Japurá o Caquetá.

Para constancia forman el presente por duplicado y lo sellan con sus sellos particulares en Bogotá a los 24 de abril de 1907.

(L. S.) Alfredo Vásquez Cobo
(L. S.) Enéas Martins

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SOBRE O TRATADO DE 8 DE SETEMBRO DE 1909 ENTRE O BRASIL E O PERU

Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 28 de dezembro de 1909.

A sua excelência o senhor doutor Nilo Peçanha, presidente da República.

Senhor presidente,

Tenho a honra de pôr nas mãos de vossa excelência a inclusa cópia autêntica do tratado que a 8 de setembro último, devidamente autorizado por vossa excelência, assinei com o plenipotenciário da República do Peru, para completar as nossas fronteiras com esse país desde a nascente do Javari até o rio Acre.

I

O artigo 14 do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação que o Brasil assinou com o Peru, em Lima, a 8 de julho de 1841 dizia:

> Conhecendo as altas partes contratantes o muito que lhes interessa proceder quanto antes à demarcação dos limites fixos e precisos que hão de dividir o território do

> Império do Brasil do da República Peruana, comprometem-se ambos a levá-la a efeito o mais pronto que for possível pelos meios mais conciliatórios, pacíficos, amigáveis, e conforme ao *uti possidetis* de 1821 em que começou a existir a República Peruana, procedendo de comum acordo, em caso de convir-lhes, à troca de alguns terrenos, ou outras indenizações, para fixar a linha divisória da maneira mais exata, mais natural, e mais conforme aos interesses de ambos os povos.

Este tratado, de que foram negociadores o Encarregado de Negócios do Brasil, Duarte da Ponte Ribeiro, e o ministro das Relações Exteriores, Manuel Ferreyros, não obteve a aprovação do governo imperial.

O mesmo diplomata brasileiro, já então enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, assinou em Lima, a 23 de outubro de 1851, com o ministro interino das Relações Exteriores, Bartolomeu Herrera, uma Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites, que, foi ratificada pelos dois governos, trocando-se as ratificações na cidade do Rio de Janeiro a 18 de outubro do ano seguinte.

O artigo 7º, fixando os limites entre os dois países, ficou assim redigido:

> Para prevenir dúvidas a respeito da fronteira aludida nas estipulações da presente convenção, concordam as altas partes contratantes em que os limites do Império do Brasil com a República do Peru sejam regulados em conformidade do princípio *uti possidetis;* por conseguinte, *reconhecem, respectivamente, como fronteira a povoação de Tabatinga; e daí para o norte em linha reta a encontrar o rio Iaporá* [Japurá], *defronte da foz do Apapóris, e, de Tabatinga para o sul, o rio Javari, desde a sua confluência com o Amazonas*.
>
> Uma Comissão Mista nomeada por ambos os governos reconhecerá, conforme o princípio *uti possidetis*, a fronteira, e proporá a troca dos territórios que julgar a propósito para fixar os limites que sejam mais naturais e convenientes a uma e outra nação.

As cláusulas dessa convenção foram discutidas em sete conferências. Durante as quatro primeiras (8, 11 e 17 de agosto e 2 de setembro), ficou a negociação quase de todo ultimada, representando o Peru o seu ministro das Relações Exteriores, Joaquim de Osma. A necessidade de atender de perto aos trabalhos parlamentares levou-o a passar interinamente essa pasta e a negociação ao citado Bartolomeu Herrera, que, assim, tratou com o nosso

plenipotenciário nas três conferências seguintes (18, 19 e 21 de outubro).

Ambos esses ministros peruanos, na discussão, serviram-se do conhecido mapa organizado pelo comissário demarcador Francisco Requena. Ainda que nesse documento espanhol estivesse traçada, como fronteira, uma linha paralela ao Equador, desde a margem esquerda do Madeira até a direita do Javari – segundo a errada interpretação que os demarcadores espanhóis haviam dado ao artigo 10º e ao artigo 11 do Tratado Preliminar de Santo Ildefonso, de 1º de outubro de 1777, –, os ministros peruanos não propuseram que se conviesse em estabelecer essa ou qualquer outra linha divisória entre os dois citados rios Madeira e Javari, reconhecendo, portanto, que o Peru nada possuía ao oriente do Javari, e que era com a Bolívia que o Brasil se devia entender no tocante às regiões do Juruá e do Purus que a citada linha atravessava. Apenas pediram: o ministro Osma (Conferência, 2 de setembro) que o território da margem setentrional do Amazonas, desde Tabatinga, que ocupávamos, até o canal Avati-Paraná passasse ao domínio do Peru, por ser esse canal o limite indicado no artigo 11 do Tratado de 1777; e o ministro Herrera (Conferência, 18 de outubro) que a linha reta de Tabatinga para o norte, até o Apapóris, fosse prolongada de Tabatinga para o sul, a fim de ficar pertencendo ao Peru todo o rio Javari, com algum território da sua margem direita.

O plenipotenciário brasileiro recusou ambas as propostas, dizendo que não podia convir em outras fronteiras que não fossem as determinadas pelo *uti possidetis* efetivo ou real; e declarou que, sobre a base do Tratado Preliminar de 1777, sem vigor desde a guerra de 1801, e do Tratado de Paz de Badajos, que o não restabelecera, era impossível para o Brasil aceitar negociação alguma.

O princípio da posse real que tivessem as duas partes foi o que prevaleceu e ficou estipulado, reconhecendo, portanto, o governo peruano, em 1851, a invalidade do Tratado de 1777.

O chamado *uti possidetis juris*, do momento da independência das nações sul-americanas, foi uma invenção mal-achada dos publicistas e diplomatas de origem espanhola que, nas discussões sobre fronteiras com o Brasil, quiseram tomar por fundamento dos limites o inválido Tratado Preliminar de 1777. "O *uti possidetis juris* na época da emancipação das colônias espanholas" – escreveu de Lima, em 11 de setembro de 1857, o notável jurisconsulto dom Andrés Bello, "era a

posse natural da Espanha, o que a Espanha possuía real e efetivamente com qualquer título ou sem título algum, não o que a Espanha tinha direito de possuir e não possuía."

II

Só em 1863, depois da publicação da *Geografía del Perú* por Paz Soldán, começou essa República a considerar incompleta a sua fronteira com o Brasil e a reclamar a linha Javari-Madeira, do Tratado de 1777.

Foi o primeiro a formular semelhante pretensão o comissário peruano Mariátegui, incumbido de fazer, com o do Brasil, a demarcação convencionada em 1851.

No relatório do nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1864 lê-se o seguinte (p.23):

> Por esta ocasião apareceu a pretensão, exibida por aquele comissário, de se fechar a divisa entre os dois países por uma linha tirada na direção leste-oeste, a partir da margem esquerda do rio Madeira, à direita do Javari.
> Esta pretensão não podia deixar de surpreender o governo imperial, como inadmissível e contraria às próprias estipulações da convenção.

O nosso litígio sobre fronteiras com o Peru surgiu, assim, em 1863. Não foi, portanto, uma consequência do tratado que se chamou de Petrópolis, concluído entre o Brasil e a Bolívia a 17 de novembro de 1903.

III

A base única da pretensão peruana era o Tratado Preliminar de 1777, entre Portugal e Espanha, já reconhecido sem valor pelo próprio Peru em 1851 e cuja pretendida validade o Brasil sempre impugnou no ajuste dos seus limites com as demais Repúblicas confinantes: Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Era-nos impossível consentir em transformar num tratado definitivo e vigente um tratado simplesmente preliminar ou preparatório, nunca integral e completamente executado, roto pela guerra de 1801, violado

em seu proveito por Espanha e Portugal em várias seções da extensa fronteira que se estendia da Guiana às proximidades do rio da Prata. Não foi com o Vice-Reinado do Peru e para regular as suas fronteiras com o Brasil que Portugal tratou em Santo Ildefonso, nem estava nas possibilidades do Brasil e do Peru restaurar em toda a sua integridade esse antigo ajuste.

O que se deve entender por "tratado preliminar" e por "tratado definitivo" ensina-o Pradier-Fodéré, que não pode ser autoridade suspeita em Lima, onde durante tantos anos foi chamado a lecionar:

> Os tratados *definitivos* são os que resolvem uma questão; os tratados *preliminares* não contêm senão um começo de arranjo; são também chamados tratados provisórios, formados *ad interim*, convenções preparatórias, *pacta de contrahendo;* não estabelecem senão um estado provisório (...) (Pradier-Fodéré, *Droit International*, § 917).

É bem certo que a guerra não invalida todos os tratados, e há até alguns que só podem ser executados com o rompimento das hostilidades. Os direitos adquiridos em virtude de um tratado *definitivo* de limites que tenha tido *execução integral* (Henry Bonfils, *Manuel de Droit International Public*, 4ª ed., 1905, § 860) subsistem apesar da guerra, se no tratado de paz não são modificados. Mas o Tratado de 1777 nem era definitivo nem teve execução integral.

No próprio tratado, além do seu título de "preliminar", lê-se, logo no preâmbulo: "(...) O presente tratado preliminar, que servirá de base e fundamento ao *definitivo de limites*, que se há de estender a seu tempo com a individuação, exação e notícias necessárias (...)"

E no artigo 16:

> (...) Sendo a intenção dos dois augustos soberanos que, ao fim de conseguir a verdadeira paz e amizade a cuja perpetuidade e estreiteza aspiram para o sossego recíproco e bem dos seus vassalos, somente se atenda, naquelas vastíssimas regiões por onde há de estabelecer-se a linha divisória, à conservação do que cada um fica possuindo, em virtude deste tratado e do definitivo de limites, e a segurar estes de modo que em nenhum tempo se possam oferecer dúvidas, nem discórdias (...)

Em 1905, alegou o Peru que, para o conselheiro Lafaiete Pereira, a

guerra não anula os tratados de limites. Na verdade, ele escreveu isso discordando de Phillimore e de outros autores, mas, quando manifestou essa opinião, referia-se unicamente aos tratados definitivos, aos que Vattel chamou, e, em geral, se chamam impropriamente de *transitórios*.

O pensamento do eminente jurisconsulto está bem claro nas seguintes linhas:

> Em Direito Internacional denominam-se *tratados transitórios* os que se completam e se consumam em um só momento, de um só golpe, por um só ato e que não inserem cláusulas de execução posterior e sucessiva, como são os de compra e venda, de cessão e permuta de território e os de fixação de limites. Os direitos que resultam de tais tratados ficam desde logo absolutamente adquiridos, e os tratados em que se fundam subsistem, não como tratados vivos, instrumentos de obrigação, mas simplesmente como títulos, como provas de aquisição.
>
> À luz da doutrina exposta, é fora de dúvida que o *Tratado Preliminar de Limites* celebrado entre Portugal e Espanha em Santo Ildefonso no dia 1º de outubro de 1777 não é um tratado *transitório*. Basta que ele seja um tratado *preliminar* para que não seja *transitório*. Tratados preliminares, aos quais os publicistas dão a denominação de *provisórios, ad interim*, de *convenções preparatórias*, não regulam o assunto de uma maneira definitiva e permanente, mas apenas consagram ajustes provisórios que dependem de ulteriores estipulações. Ora, desde que o tratado é preliminar, é simplesmente preparatório de tratado definitivo posterior, e, portanto, envolve a necessidade de atos e ajustes para mais tarde, é evidente que a guerra o anula e o rompe, porque tais atos e ajustes não são possíveis entre beligerantes. É esta a razão por que a guerra rompe os tratados que não são transitórios.

Ao proclamar-se a Independência do Brasil e a do Peru não havia, pois, tratado de limites em vigor, e, na falta de direito convencional, prevaleciam as regras de Direito Internacional aplicáveis ao caso de fronteiras indeterminadas.

A nossa ocupação efetiva, desde princípios do século XVIII, da margem direita ou meridional do Amazonas, do Javari para leste, e a do curso inferior dos seus afluentes meridionais, Juruá e Purus, davam-nos incontestavelmente um título que ia até as nascentes desses rios e as dos seus tributários, porque nem a Espanha, anteriormente, nem o Peru, nem a Bolívia podiam opor a esse título eficaz o da ocupação efetiva,

ou mesmo passageira, de qualquer ponto na bacia dos citados rios ou no curso superior deles. É, como ficou dito na exposição que em 27 de dezembro de 1903 submeti ao presidente Rodrigues Alves, o mesmo título que deriva da ocupação de uma costa marítima e se aplica às bacias dos rios que nela desaguam, como sustentaram Monroe e Pinckney, em 1805, e foi depois ensinado por Travers-Twiss, Phillimore e quase todos os modernos mestres do Direito Internacional.

Pelo Tratado de 27 de março de 1867, com a Bolívia, estabelecendo a linha Javari-Beni – muito diferente da de 1777 –, o Brasil cedeu a essa República os territórios do Juruá e do Purus, com os seus afluentes, entre os quais o Gregório, o Tarauacá, o Acre ou Aquiri, e o Iaco, ao sul da dita linha Javari-Beni. Pelo Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, *recuperou-os*, resgatando ao mesmo tempo, mediante uma indenização e outras compensações, o seu título anterior, português-brasileiro; por isso que, enquanto esses territórios foram bolivianos, o governo da Bolívia não havia cedido ao Peru parte alguma deles, não tendo nunca admitido a linha provisória Javari-Inambari, nem a do projetado Acordo Polar-Gómez (o meridiano de 69º W de Greenwich) ou qualquer outra das que, por parte do Peru, andaram sendo citadas. Contra o antigo título português-brasileiro, baseado no Direito Internacional, nada podiam valer os decretos dos reis da Espanha fixando os limites administrativos das suas possessões no Vice-Reinado do Peru e na Audiência de Charcas, nem o caduco Tratado de 1777, sobretudo, depois da Convenção de 1851 entre o Brasil e o Peru.

IV

Não é exato, como em documentos oficiais do governo peruano foi dito, que o Brasil, pelo Tratado de 1903, tivesse comprado os direitos da Bolívia ou os títulos de origem espanhola que ela podia alegar contra o Peru no tocante às bacias do Juruá e do Purus.

O Brasil, por esse tratado, não ficou sendo cessionário da Bolívia em relação ao território chamado do Acre, ao sul da linha oblíqua Javari-Beni:

> Cessionário [escreve o muito competente consultor jurídico do nosso Ministério das Relações Exteriores, doutor Clóvis Beliváqua] é aquele que adquire de outrem

um direito e a ação respectiva. Em relação a toda a bacia superior do Purus e a toda a bacia superior do Juruá, o Brasil tinha direitos que foram cedidos à Bolívia pelo Tratado de 1867. E a Bolívia, restituindo-nos, pelo de 1903, esses territórios, não só determinou a restauração íntegra dos direitos que lhe havíamos cedido, mas também tornou possível, de um modo mais claro, mais certo e mais positivo a afirmação da nossa soberania nesses mesmos territórios.

E a 9 de dezembro de 1908 escreveu o mesmo douto jurisconsulto, tratando da sentença arbitral do governo argentino, que se anunciava próxima, no pleito sobre limites entre o Peru e a Bolívia e em virtude da qual um jornal receou que pudéssemos perder o território do Acre:

O Brasil, depois de ter fixado os seus limites com o Peru, ao ocidente, pelo Javari (1851), tratou de fixá-los também ao sul. O soberano que aí encontrou exercendo de fato a jurisdição, até onde esta se fazia sentir em contato com a sua, foi a Bolívia. Com ela pactuou. Na ausência de direito convencional – pois o Tratado de 1777 era meramente preliminar e feito para servir de base e preparo de um tratado definitivo que se não celebrou –, deviam as partes contratantes recorrer ao princípio geralmente aceito para a solução das questões de limites entre o Brasil e as nações vizinhas: o *uti possidetis*. Este nos autorizava a reclamar muito mais do que a Bolívia queria reconhecer como nosso. Por considerações diversas, entre as quais merecem menção o apreço em que tínhamos a amizade da Bolívia e a necessidade de fechar a porta a questões internacionais em um momento em que a nossa contenda com o Paraguai tivera a infelicidade de provocar a animadversão de outros povos sul-americanos, não nos quisemos mostrar intransigentes e concordamos em que os nossos limites com a Bolívia fossem traçados pelo modo estabelecido no Tratado de 1867.

Sob este ponto de vista, o Tratado de Petrópolis, celebrado 36 anos depois, é, em grande parte, a restauração dos nossos verdadeiros limites no sul, a dos limites a que tínhamos direito pela projeção da nossa jurisdição ao longo dos rios e segundo a orientação da marcha do povo brasileiro na conquista das matas desertas. Não se pode, consequentemente, dizer, como os que defendem a tese peruana, que *compramos* o Acre à Bolívia, que adquirimos o *título espanhol* que a Bolívia tinha sobre essa região. O que fizemos foi resgatar, mediante indenização, o *título português*, ou *brasileiro*, que cedêramos à mesma Bolívia pelo Tratado de 1867.

A conclusão forçada que desta consideração se tira é que nós não apresentamos como *cessionários* ou sucessores da Bolívia. Temos direito nosso de que havíamos aberto mão, porém, que depois reouvemos pelo Tratado de Petrópolis. Este direito voltou a nós com todo rigor e extensão que tinha anteriormente.

O Tratado de Petrópolis tem o efeito de uma sentença anulatória de qualquer ato jurídico, e assim repôs as coisas no estado primitivo ou anterior.

Não sendo cessionários nem sucessores da Bolívia, a decisão arbitral que for proferida na pendência entre ela e o Peru não pode nos prejudicar. É *res inter alios* (questão entre terceiros).

Se a sentença for contrária à Bolívia, que terá ela decidido? Terá decidido que os limites entre a Bolívia e o Peru não são os que geralmente se supõe, e sim outros diferentes. É uma questão que não atinge ao nosso direito. A sentença mostrará apenas que ao sul do Acre nós nos limitamos com o Peru e não com a Bolívia, mas nos limitamos por onde o *uti possidetis* traçava antes do Tratado de 1867, e traça ainda hoje, os nossos limites, *uti possidetis* que o Peru expressamente aceitou, no Tratado de 1851, como princípio de solução das dúvidas sobre os limites entre ele e o Brasil.

Se o Peru não reconhecer esse nosso direito, bem se compreende que isso não depende exclusivamente do seu arbítrio, e sim do valor dos títulos de cada um dos dois países confinantes.

A questão de limites entre o Peru e a Bolívia, por títulos administrativos do governo espanhol, é, para o caso, de valor secundário, por ser questão que se reveste de um caráter interno, como se tratava entre duas possessões do mesmo soberano. O Brasil tem os seus títulos assim como os que lhe provêm de Portugal, e deslindará as suas fronteiras com o soberano vizinho. Pouco importa que esse vizinho seja a Bolívia ou o Peru.

V

Apenas conhecido em Lima o Tratado de 1867 entre o Brasil e a Bolívia, o Peru protestou contra ele, em nota de 20 de dezembro daquele ano, firmada pelo seu ministro das Relações Exteriores, J. A.

Barrenechea, dirigida ao governo boliviano.

Destaco desse protesto os seguintes trechos:

> Os limites entre o Peru e o Brasil ainda não estão definidos... Nenhuma urgência teve o governo do Peru em levar por diante esse deslinde, porém, o da Bolívia, desde que julgou conveniente fazer o seu com o do Brasil, a respeito de territórios que, pelo menos, devia considerar limítrofes do Peru, parece que devia ajustar com este a devida negociação. Esse olvido causou a cessão que o governo da Bolívia fez ao Brasil de territórios que podem ser da propriedade do Peru. Salvá-los é o objeto que se propõe o abaixo assinado na presente nota.
>
> Verdade é que o governo do Peru aceitou também o princípio do *uti possidetis* e substituiu aos tratados celebrados pela metrópole a *posse atual* e, conforme a ela, o Tratado de 23 de outubro de 1851, que a República se acha no dever de respeitar; porém, o governo peruano teria desejado que o da Bolívia aproveitasse da experiência que o do Peru adquiriu à custa de alguns sacrifícios. Já que isso se não deu, pelo menos o Peru teria desejado que o Tratado de 1851 fosse respeitado com todas as suas consequências.
>
> Segundo esse pacto, ratificado pela Convenção de 1858, *todo o curso do Javari* é limite comum para os Estados contratantes; e, ainda que os tratados não o digam, os comissários de limites, senhores Carrasco e Azevedo, pactuaram que se chegasse até a latitude de 9º30'S ou até a nascente do dito rio, no caso de se encontrar ela em uma latitude inferior. A linha paralela ao Equador, traçada em uma das referidas situações, assinala a divisão territorial entre o Peru e o Brasil por esse lado, ficando pertencente ao Peru todo o terreno compreendido entre o sul e a indicada paralela, que deve terminar no rio Madeira (...)

Esse acordo entre os comissários demarcadores José da Costa Azevedo (depois barão de Ladário) e Francisco Carrasco – deve ser dito – foi desaprovado pelo governo imperial. O comissário brasileiro só tinha poderes para a demarcação da fronteira estipulada em 1851, a qual não estabelecera linha alguma divisória do Javari para leste.

Ao protesto peruano respondeu o ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Mariano Donato Muñoz, em nota de 6 de fevereiro de 1868:

Passando ao fundo da questão, bastar-me-ia declarar a vossa excelência que, sem considerar fundado o protesto, o governo da Bolívia, que sabe respeitar os direitos alheios, não intentou menoscabar os do Peru no Tratado de 27 de março, o qual não compromete nem em um palmo os interesses peruanos, por mais que vossa excelência se esforce em atribuir ao Brasil a absorção de cerca de 10 mil léguas quadradas [308.766 km^2], que se permite supor cedidas pela Bolívia em prejuízo do Peru (...)

Devo também assegurar a vossa excelência que na negociação do Tratado de 27 de março, o Gabinete de Sucre não olvidou que estava ainda pendente a definição dos limites entre a Bolívia e o Peru; achava-se, entretanto, persuadido, como se acha ainda hoje, que esta questão em nada colide com os ajustes contidos naquele tratado.

Teve, além disso, em conta as estipulações de 1750 e 1777, ajustadas entre as coroas da Espanha e de Portugal e, substituindo-as pelo artigo 2º do tratado em questão, não perdeu de vista que aquelas ficaram sem execução e nunca estabeleceram uma verdadeira posse para o governo espanhol.

Não restava, pois, outra base para fundar solidamente os direitos territoriais da Bolívia e do Brasil senão o princípio do *uti possidetis*, isto é, a posse real e efetiva de Espanha e Portugal, ainda quando fosse retenção ilegítima, não podendo tomar-se por posse verdadeira a que qualquer das duas coroas pretendesse ter sem uma ocupação positiva e atual.

Porém, o Peru e o Brasil concluíram o Tratado de 23 de outubro de 1851. O seu artigo 7º diz terminantemente:

(...) Concordam as altas partes contratantes em que os limites da República do Peru com o Império do Brasil sejam regulados em conformidade do princípio, *uti possidetis* (...)

Uma Comissão Mista nomeada por ambos os governos reconhecerá, conforme o princípio do *uti possidetis*, a fronteira e proporá a troca dos territórios que julgar a propósito para fixar os limites que sejam mais naturais e convenientes a uma e outra nação.

Eis aí como o princípio do *uti possidetis* foi a base primordial e única que regulou o tratado entre o Peru e o Brasil em 1851. Além do que, essa mesma fronteira não se achava ainda claramente definida, como não está hoje mesmo; por isso, se conveio conferir a uma Comissão Mista a faculdade de reconhecê-la e propor a troca de territórios.

Por que, pois, pretende o Gabinete de Lima que o de Sucre houvesse recusado adotar o mesmo princípio que a ele, de Lima, serviu para o ajuste de limites com o Brasil? ... Deixando ao Gabinete do Rio de Janeiro a tarefa de responder, em seu caso, no tocante ao Império, limitar-me-ei somente a chamar a atenção de vossa excelência para o próprio teor literal do artigo 7º (do Tratado de 1857), segundo o qual os limites entre o Peru e o Brasil, ao sul de Tabatinga, estão definidos pelo rio Javari, de maneira que os territórios adjacentes à sua margem esquerda são os únicos que por essa parte possui o Peru, pertencendo ao Brasil os que se acham situados à margem direita.[2]

E como por esse lado cabe também à Bolívia um direito inquestionável que nasce dos mesmos princípios do *uti possidetis* que ao Peru serviu de ponto de partida para os seus acordos territoriais com o Império, nada parece mais natural do que o estipulado entre a Bolívia e o Brasil, que dispunham de coisa própria, isto é, de território que possuíam e até onde a soberania e a jurisdição do Peru não podiam chegar porque o impedia o rio Javari, seu limite reconhecido no Tratado de 23 de outubro de 1851...

VI

Em várias ocasiões – formalmente em 1868, 1870 e 1874 – tentou o governo peruano chamar o Brasil a uma conferência de plenipotenciários, em que estivessem representados também o Peru e a Bolívia, para que juntos procurassem resolver as suas questões de limites na região entre o Javari e o Madeira.

Por último, em 1903, no decurso das nossas negociações com a Bolívia, de que resultou o Tratado de Petrópolis, ainda reiterou aquele convite a que, no tempo do Império, o Brasil deixara sempre de aceder. As razões

[2] Nos mapas de que se serviram os negociadores, o Javari tinha a sua nascente muito mais ao sul que o Juruá e o Purus.

por que, no regime passado como no atual, não nos foi possível aceder ao expediente proposto constam das duas notas anexas (nºs 1 e 2), que em 18 de julho de 1903 e 11 de abril de 1904 dirigi à Legação Peruana.

Na primeira dessas notas, confirmei o que havia declarado no meu telegrama de 20 de janeiro de 1903 à legação do Brasil em Lima:

> Queira informar reservadamente a esse governo que qualquer que seja a resolução que sejamos obrigados a tomar, quando esgotados todos os meios suasórios, na questão dos estrangeiros do Sindicato que o governo boliviano quer estabelecer no território em litígio, o governo brasileiro terá na maior atenção as reclamações do Peru, sobretudo, na parte que vai do Purus para oeste, e, animado do espírito mais conciliador e amigável, estará pronto para se entender em tempo com esse governo sobre o território em litígio, como deseja entender-se com o da Bolívia.

Da nota de 11 de abril de 1904 transcreverei aqui o seguinte trecho:

> Se houvéssemos admitido a negociação conjunta proposta em 3 de julho do ano passado, começaríamos por não nos entender sobre as bases das nossas pretensões. O Brasil e a Bolívia queriam discutir colocando-se no terreno das suas mútuas conveniências, dos seus recíprocos interesses no presente e no futuro, ou sobre o Tratado de 1867 que o Peru desconhecia; o Peru e a Bolívia, sobre títulos da época colonial, emanados da sua antiga metrópole. Na discussão com o Brasil, quereria o Peru assentar a sua pretensão sobre o Tratado de 1777, cuja validade o Brasil não pode admitir, ou procuraria persuadir-nos, com a sua interpretação de certos atos dos reis da Espanha, de que é com o Peru e não com a Bolívia que o Brasil deve confinar no vale do Amazonas a leste do meridiano da nascente do Javari. Quando mesmo nos pudéssemos entender e regular convenientemente a discussão, seria esta muito demorada e dar-se-ia necessariamente um destes três casos:
>
> 1º o Peru ligava-se ao Brasil contra a Bolívia, o que só se poderia verificar sacrificando o Brasil ao Peru pelo menos a região do Alto Juruá, ocupada, e desde muitíssimos anos, por brasileiros.
>
> 2º o Peru ligava-se à Bolívia contra o Brasil.
>
> 3º a Bolívia ligava-se ao Brasil contra o Peru.

No primeiro caso, ganhava o Peru e perdiam o Brasil e a Bolívia; no segundo, perdia o Brasil e ganhava o Peru; e no terceiro, nada perdia o Peru.

As conferências acabariam pelo rompimento da negociação, ou, como as de 1894 em Lima, por um tratado de tríplice arbitramento que teria a mesma sorte do que foi assinado naquela ocasião.

Essas considerações, e o ensinamento que resulta da própria experiência do Peru desde a sua malograda tentativa de 1894, bastam para demonstrar o acerto e a prudência com que procedeu o governo do Brasil, deixando de aceitar as duas proposições que lhe foram feitas.

Simplificada agora a questão depois do Tratado de 17 de novembro último entre o Brasil e a Bolívia, ou melhor, destacadas as duas questões peru-bolivianas e peruano-brasileiras, poderá o governo de Lima negociar e resolver ambas menos dificilmente.

(...) A disposição constitucional a que o senhor ministro alude não nos obriga a aceitar o arbitramento somente porque um governo estrangeiro diz que pertence ao seu país um território que entendemos ser nosso. Durante a presidência do doutor Prudente de Morais, e no caso da ocupação da ilha da Trindade, o Brasil recusou, em 6 de janeiro de 1896, o arbitramento proposto pelo governo britânico. Três vezes tem o Brasil recorrido ao juízo arbitral para resolver antigos desacordos sobre limites: o que tínhamos com a República Argentina, relativo ao território de Palmas, impropriamente chamado de Missões; com a França, sobre o do Oiapoque ao Araguari e ao rio Branco; e com a Inglaterra, nas bacias do mesmo rio Branco e do Essequibo. Em nenhum desses casos foi o Brasil a arbitramento sem discussão prévia e troca de memórias justificativas, sem que as duas partes ficassem conhecendo os fundamentos da opinião contrária e tentassem transigir ou conciliar-se.

Agora está ele pronto para proceder do mesmo modo com o Peru e só depende do governo de vossa excelência resolver se deve ou não seguir o exemplo dado, em questões semelhantes com o Brasil, pela República Argentina, pela França e pela Inglaterra.

O presidente Rodrigues Alves, na mensagem de 3 de maio de 1904, por ocasião da abertura do Congresso Nacional, disse:

(...) Por esse tratado [o de Petrópolis, de 17 de novembro do ano anterior] não só recuperamos quase todos os territórios do Alto Purus e do Alto Juruá, que pelo o de 1867 havíamos implicitamente cedido à mesma República [Bolívia], e contem uma numerosa população brasileira, mas ficamos também com direito aos que a Bolívia reivindicava na bacia do Ucayali, ao norte de 11º S.

O governo do Peru pretendeu que o seu representante aqui acreditado tomasse parte na negociação e propôs pouco depois que as questões de limites entre os três países fossem submetidas à decisão de um árbitro. Não pude anuir a tais propostas, parecendo-me mais simples e prático tratar primeiro com um dos litigantes para depois nos entendermos com o outro. Assim tem o Brasil procedido sempre nas suas negociações sobre limites; assim procedeu também o Peru, tratando em 1851 com o Brasil, para depois se entender com o Equador e a Colômbia, e em 1887 e 1890 com o Equador para depois tratar com a Colômbia. A tentativa que fez em 1894 para resolver simultaneamente essas três questões de limites em conferência de plenipotenciários e por meio de um tríplice arbitramento não deu, como era de prever, o resultado que então esperava o governo peruano. Até hoje continuam pendentes esses três litígios.

Depois do tratado de 17 de novembro último, pôde o Peru negociar separadamente e resolver com menos dificuldade as suas questões de limites com o Brasil e com a Bolívia. Os direitos que ele pretende ter ficaram ressalvados, e não nos recusamos de modo algum a tomar conhecimento das suas alegações. Não entraremos, porém, nessa negociação antes de retirados os destacamentos militares que o governo do Peru mandou para o Alto Juruá e para o Alto Purus.

Não podemos tolerar que, durante o litígio levantado, e cujos fundamentos nos são desconhecidos, venham autoridades peruanas governar populações brasileiras que viviam tranquilamente nessas paragens.

VII

O presidente Rodrigues Alves, na parte final do trecho que acaba de ser transcrito, referia-se às invasões que, por ordem de um prefeito do departamento de Loreto, haviam efetuado comissários administrativos peruanos e aos destacamentos de tropa regular,

no Juruá (1902) e no Purus (1903 e 1904). Nas margens desses dois rios e seus afluentes achavam-se estabelecidos, desde muitos anos, numerosos brasileiros que se empregavam pacificamente na extração da goma da seringueira (*Hevea brasiliensis*). Mesmo os que se fixaram ao sul da fronteira Javari-Beni, do Tratado de 1867, continuavam submetidos às leis brasileiras porque as operações da demarcação não estavam de todo ultimadas e o governo boliviano não havia enviado agentes seus àquelas paragens para a necessária tomada de posse. No Juruá estendiam-se os nossos nacionais, já em 1870, até as margens do Amônea e do Tejo, e em 1891 até um pouco a montante da boca do Breu Superior ou Breu Terceiro. No Purus, ocupavam desde 1883 a confluência do Araçá, depois chamado Chandless, e fundavam no mesmo ano, mais acima, sobre as duas margens do rio principal, os estabelecimentos de Porto Mamoriá e Triunfo Novo; em 1884, os de Refúgio, Fronteira do Cassianã e Novo Lugar; em 1898, Cruzeiro, Hosana, ou Furo do Juruá, e Sobral; e, em 1899, Funil.

O rio Béu, pouco acima do Breu, marcava em 1891 o limite meridional da ocupação efetiva brasileira no Juruá, que nesse mesmo ano alguns compatriotas nossos, dirigidos por João Dourado e Balduíno de Oliveira, exploraram até a boca do rio que chamaram de Dourado, que é o mesmo a que os peruanos, posteriormente, deram o nome de Huacapistea ou Vacapista, mudando o primitivo para outro afluente próximo. O Santa Rosa, ou Curinaá, ficara sendo, desde 1898, o limite da ocupação brasileira no Purus, já em 1861 explorado pelo nosso intrépido sertanejo Manuel Urbano da Encarnação até perto do Curanja, e em 1867, com auxílio do governo brasileiro, por William Chandless, em companhia do mesmo Manuel Urbano, até pouco além da confluência do Cavaljani, isto é, até as vizinhanças da sua nascente principal.

Só em 1896, vindo do Ucayali, onde acabavam de destruir as florestas de caucho (*Castilloa elastica*), começaram a aparecer negociantes e industriais peruanos, acompanhados de trabalhadores índios, em alguns dos afluentes do Juruá, apresentando-se como amigos e obtendo dos proprietários brasileiros por compra, arrendamento ou simples tolerância, alguns terrenos em que abundava a árvore do caucho. Em outubro de 1901, surgiu, no Alto Purus, muito acima ou ao sul dos estabelecimentos brasileiros, a primeira expedição de caucheiros

peruanos, procedentes do Juruá.

Em 1897 já se tinham dado conflitos no Juruá-Mirim entre nacionais nossos e peruanos que ali tentaram estabelecer-se. Em 1902, deu-se outro, a 21 de outubro, em frente à boca do Amônea, quando, pela primeira vez, um comissário peruano,[3] acompanhado de alguns soldados e caucheiros armados, pretendeu tomar posse desse território em nome do governo do Peru. Os peruanos retiraram-se para o varadouro entre o Amônea e o Cayania, acampando em Saboeiro, e depois em San Lorenzo, à espera de reforços. Por intervenção de um proprietário e comerciante brasileiro, que gozava de bastante influência naquelas paragens e que aconselhou os habitantes a desistirem da resistência – por ser mais conveniente, segundo lhes disse, deixar aos dois governos a resolução do caso – voltou o comissário peruano com a sua tropa, e, a 15 de novembro do mesmo ano, instalou um posto militar e aduaneiro junto ao barracão denominado Minas Gerais, à margem esquerda da boca do Amônea, lugar a que deu o nome de Nuevo-Iquitos, transferido de um grupo de barracas que certo industrial peruano ocupara na foz do Breu, e que ali tiveram mui curta duração.

No Purus, a ocupação administrativa peruana em território ocupado por brasileiros foi tentada pela primeira vez em 1903, apresentando-se na confluência do Chandless, à frente de um destacamento militar e de muitos caucheiros em armas, no dia 22 de junho, outro comissário, também nomeado pelo prefeito do departamento de Loreto. Os moradores brasileiros organizaram-se logo militarmente, sob a direção do tenente-coronel José Ferreira de Araújo, da Guarda Nacional, proprietário do seringal Liberdade; e o comissário invasor,[4] não tendo querido atender à intimação de retirada que lhe mandara o general comandante das nossas tropas de ocupação no Acre, teve, enfim, que ceder, no dia 6 de setembro, ao ver-se cercado por um grande troço de voluntários brasileiros.

Foi então que os nossos compatriotas estabeleceram, um

[3] Chamava-se Carlos F. Vásquez Cuadra o comissário peruano. Chegou a San Lorenzo, vindo de Iquitos, a 16 de outubro de 1902. Desceu parte do Amônea e, no dia 18, passou-se para a margem direita do Juruá. O brasileiro Carlos Eugênio Chauvin, primeiro suplente da prefeitura, organizou a resistência na boca do Amônea, margem esquerda do Juruá.

[4] Jorge M. Barreto era o comissário peruano.

pouco abaixo da boca do Santa Rosa, em Fortaleza, um posto de observação que retiraram no fim do ano, quando parecia de todo passado o perigo de alguma nova invasão. Mas ela veio, em março de 1904, descendo do Curanja, em canoas, uma numerosa expedição composta de caucheiros e do destacamento militar que ali se achava.[5] Por surpresa e sem resistência alguma, que não era possível, apoderaram-se de Sobral, Funil e Cruzeiro e aí se detiveram, arrecadando todas as provisões que encontraram nessas propriedades brasileiras. Informados, porém, de que os nossos compatriotas subiam o rio para repelir a invasão, puseram-se em retirada para Cataí e Curanja. Houve, entretanto, a 30 de março um combate entre a retaguarda dos invasores e os voluntários brasileiros nas duas margens do Purus, na confluência do Santa Rosa e em frente à boca desse rio.[6]

Os caucheiros peruanos pretenderam que, depois do combate, cinco dos seus compatriotas, não combatentes, tinham sido fuzilados em Funil pelos brasileiros. Do nosso lado, o que se sabe com inteira certeza, é que de 13 brasileiros inermes, então levados presos para o Curanja, três conseguiram evadir-se e os outros 10 foram todos ali fuzilados por ordem de um chefe de caucheiros nômades, promotor principal de quase todas aquelas desordens, e que há poucos meses acabou a vida às mãos dos seus próprios subordinados já longe do Purus, em um afluente do Madre de Dios.[7]

VIII

O governo peruano compreendeu, como o do Brasil, a urgente necessidade de se pôr termo a semelhante estado de coisas.

Assim, a 8 de maio de 1904, ambos abriram negociações de que

[5] Expedição preparada pelo comissário peruano no Alto Purus, Pedro López Saavedra, e pelo caucheiro Carlos Scharff. Compunha-se de 200 caucheiros armados, de que era chefe Francisco Vargas Fernández, e de 30 soldados sob o comando do tenente Luís Ghiorzo.

[6] A expedição de voluntários brasileiros (160 homens) subia de Liberdade até o Santa Rosa, embarcada, sob o comando do tenente-coronel José Ferreira de Araújo. O citado Ghiorzo dirigia a força que combateu no Santa Rosa.

[7] Carlos Scharff, morto no rio de las Piedras ou Tacuatimanu pelos seus trabalhadores índios, em 1902.

resultou a assinatura de dois ajustes, nesta cidade do Rio de Janeiro, a 12 de julho do mesmo ano. O primeiro, provisório, tinha por fim prevenir novos conflitos entre brasileiros e peruanos nas regiões do Alto Juruá e do Alto Purus, permitindo que os dois governos entrassem amigavelmente na negociação de um acordo definitivo sobre a sua questão de limites (anexo nº 3); e o segundo criava no Rio de Janeiro um tribunal arbitral incumbido de julgar as reclamações dos cidadãos brasileiros e as dos peruanos por prejuízos ou violências que tivessem ou pretendessem ter sofrido naquelas regiões, desde 1902.

Nos dois primeiros artigos do acordo provisório estipulou-se o seguinte:

> 1º A discussão diplomática para um acordo direto sobre a fixação dos *limites entre o Brasil e o Peru desde a nascente do Javari até a linha de 11º S* começará no dia 1º de agosto e deverá ficar encerrada no dia 31 de dezembro deste ano de 1904.
>
> 2º Os dois governos, desejosos de manter e estreitar cada vez mais as suas relações de boa vizinhança, declaram desde já o seu sincero propósito de recorrer a algum dos outros meios de resolver amigavelmente litígios internacionais, isto é, *aos bons ofícios ou à mediação de algum governo amigo, ou à decisão de um arbítrio,* se dentro do indicado prazo, ou no das prorrogações em que possam convir, não conseguirem um acordo direto satisfatório.

No artigo 8º do nosso Tratado de 17 de novembro de 1903 com a Bolívia fora feita pelo Brasil esta declaração:

> *A República dos Estados Unidos do Brasil declara que ventilará diretamente com a do Peru a questão de fronteiras relativa ao território compreendido entre a nascente do Javari e o paralelo de 11º sul,* procurando chegar a uma solução amigável do litígio sem responsabilidade para a Bolívia em caso algum.

Confrontando-se esse texto com o do artigo 1º do Acordo de 12 de julho de 1904, vê-se que o Peru aceitou o artigo 8º do nosso Tratado de 1903 com a Bolívia e reconheceu que era com o Brasil que devia tratar de estabelecer limites desde a nascente do Javari até o paralelo de 11º S. O próprio governo peruano, no ato de aprovação do citado acordo, disse: "(...) Sendo necessária a dita redação *para que*" – o artigo 1º do Acordo brasileiro-peruano de 12 de julho de 1904 – "*ficasse conforme*

com o artigo 8º do Tratado de Petrópolis, entre o Brasil e a Bolívia, de 17 de novembro de 1903" (Resolução do governo do Peru, assinada em Lima a 1º de setembro de 1904, aprovando o Acordo Provisório de 12 de julho de 1904).

No artigo 2º, manifestaram as duas partes contratantes o propósito em que estavam de recorrer "aos bons ofícios ou à mediação de algum governo amigo, *ou à decisão de um árbitro*", se não conseguissem chegar a acordo algum conciliatório. No caso de recurso ao juízo arbitral, o árbitro havia de ser, necessariamente, escolhido pelo Brasil e pelo Peru.

A questão peruana de fronteiras, no tocante aos territórios que o Brasil recuperara da Bolívia, ficava, portanto, pelo próprio governo de Lima, retirada do processo arbitral peru-boliviano que se ia abrir em Buenos Aires em virtude do "Tratado de Arbitramento Juris" de 30 de dezembro de 1902, cujas ratificações haviam sido trocadas em La Paz a 6 de março de 1904, quando já existia o Tratado de Petrópolis. Cumpre ainda notar que o tratado peru-boliviano de 1902 submeteu à decisão arbitral do governo argentino a questão de limites entre os dois países sem que fossem declaradas quais as linhas da pretensão máxima de cada um, isto é, sem precisar completamente o objeto do litígio.[8]

[8] O senhor Eliodoro Villazón, atual presidente da Bolívia, quando ministro da mesma República em Buenos Aires, em 1906, disse o seguinte, nas "Advertências preliminares" da sua *Alegação do governo da Bolívia no juízo arbitral de fronteiras com a República do Peru* (p.XVII):"Entretanto, como depois do Tratado de Arbitragem" – o de 1902 – "sobrevieram questões entre a Bolívia e o Brasil e, consequentemente, a Bolívia assinou o Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903, cedendo àquela nação parte de seus territórios ao noroeste e estipulando como novo limite o paralelo 11ºS, a zona cedida *ficou, de fato, excluída da presente controvérsia, com tanta mais razão quanto o Brasil se reservou a faculdade de se entender diretamente com o Peru para o acordo da fronteira compreendida entre a nascente do Javari e o paralelo 11ºS*, sem responsabilidade para a Bolívia em caso algum. O Brasil, com base no artigo 8º do dito tratado, entrou em negociação com o Peru e, celebrado o acordo provisório (*de modus vivendi*), segundo o qual esta última nação abandonou grande parte de seus pretendidos direitos e, no território que ainda fica em questão, aceitou uma administração mista, à espera de um acordo definitivo.

Dados esses antecedentes, não sendo o Brasil parte nesse litígio e tendo outros acordos vigentes com o Peru, logicamente o laudo arbitral tem de concretizar-se no espaço que medeia entre o rio Suches e o paralelo 11ºS.

Isso não se opõe a que as questões e raciocínios abarquem toda a questão, tal como proposta no Tratado de Arbitragem. O procedimento tem que revestir forçosamente esta forma, porque os títulos abarcam toda a região e porque o *uti possidetis juris* tem que ser definido com as leis e títulos vigentes do ano de 1810 (...)"

Pelo Acordo brasileiro-peruano de 12 de julho de 1904, no artigo 3º, foram neutralizados durante a discussão diplomática os seguintes territórios em litígio:

a). o da bacia do Alto Juruá desde as cabeceiras desse rio e dos seus afluentes superiores até a boca e a margem esquerda do rio Breu e, daí para oeste, pelo paralelo da confluência do mesmo Breu, até o limite ocidental da bacia do Juruá;

b). o da bacia do Alto Purus até o lugar denominado Cataí, inclusive.

Assim, ficavam sob a jurisdição do governo brasileiro:

1º. Todo o território da bacia do Juruá ao norte do rio Breu, seu afluente da margem direita, e ao norte do paralelo da boca do Breu, para oeste, até a linha do *divisor de águas* entre o Juruá e o Ucayali, devendo, conseguintemente, ser retirado pelo Peru o posto militar e aduaneiro que estabelecera na boca do Amônea, em novembro de 1902, e a agência fiscal que pouco depois colocara em Saboeiro, no varadouro do Amônea para o Tamaya, tributário do Ucayali.

2º. Todo o território da bacia do Purus ao norte do paralelo de Cataí.

A população desses territórios era em sua quase totalidade brasileira.

Ao sul dos referidos limites, estendiam-se os territórios neutralizados que, nos termos do artigo 4º do acordo, passavam a serem administrados por duas Comissões Mistas, brasileiras e peruanas, devendo ser neles instalados – artigo 5º – dois Postos Fiscais Mistos, um na boca do Breu, outro em Cataí.

O mesmo acordo criou, em seu artigo 9º, comissões técnicas, duas de cada país, incumbidas de fazer o reconhecimento do Alto Juruá e do Alto Purus, até as suas cabeceiras, e de reunir, a respeito de toda essa região, informações geográficas e estatísticas que facilitassem aos dois governos interessados a tarefa de dar ao seu antigo litígio alguma solução transacional igualmente satisfatória e honrosa para ambos.

As instruções para os Postos Fiscais Mistos foram assinadas em 21 de janeiro de 1905, e as destinadas, separadamente, às comissões administrativas e às comissões técnicas, em 4 de fevereiro.

As ordens expedidas de Lima, em 1º de setembro de 1904, ao prefeito do departamento de Loreto para a execução do Acordo de 12 de julho chegaram a Iquitos com grande demora, por não haver ainda então comunicação telegráfica entre essas duas cidades. Daí resultou, infelizmente, nos dias 4 e 5 de novembro daquele ano, um conflito de armas entre o destacamento militar brasileiro que fora ocupar a boca ao Amônea e a guarnição peruana, a qual, ali entrincheirada, acabou por capitular depois de honrosa resistência.[9]

IX

Com a organização dos três departamentos brasileiros do território nacional do Acre, determinada pelo decreto de 7 de abril de 1904, e com a instalação das Comissões Mistas de Administração em frente à confluência do Breu e em Cataí, cessaram de todo as incursões de caucheiros peruanos em terras povoadas por brasileiros, e as lamentáveis pendências de que foram causa.

As duas comissões técnicas de exploração do Alto Purus tiveram por chefes: a brasileira, o engenheiro Euclides da Cunha; a peruana, o capitão-de-corveta Pedro Buenaño. As do Alto Juruá: a nossa, o general Belarmino Mendonça; a peruana, o capitão-de-mar-e-guerra Filipe Espinar, a quem pouco depois sucedeu o primeiro-tenente Numa León.

Partiram elas de Manaus para o Purus e Juruá, respectivamente, a 4 e 11 de abril de 1905, e conseguiram vencer todas as dificuldades da viagem, chegando aos varadouros que comunicam as cabeceiras desses rios com as de vários afluentes do Madre de Dios e do Ucayali. Os trabalhos executados em comum pelas do Purus foram assinados naquela mesma cidade a 11 de dezembro de 1905; pelas do Juruá, a 22 de maio de 1906.

O relatório especial do doutor Euclides da Cunha foi apresentado ao Ministério das Relações Exteriores em 1906, e o do general Belarmino Mendonça em 1907.

Os comissários dos dois países puderam verificar que, no Juruá,

[9] O capitão Francisco d'Avila e Silva comandava o destacamento brasileiro, composto de 50 homens do 15º batalhão de infantaria, reforçado por 58 voluntários do lugar; o major Manuel M. Ramírez Hurtado era o comandante da guarnição peruana da boca do Amônea.

ao norte do rio Breu, e no Purus, ao norte de Santa Rosa, quase todos os estabelecimentos pertencem aos nossos nacionais e quase toda a população é brasileira. Ao sul dos indicados limites é que só se encontram peruanos, em agrupamentos de palhoças a que chamam *caseríos*. Todos eles, com trabalhadores índios, ocupam-se na extração do caucho.

No Alto Juruá, os estabelecimentos peruanos são: Puerto Pardo, na margem esquerda, defronte da boca do Breu; Puerto Portillo, na confluência do Huacapistea ou Vacapista; e Resvaladero, na do Piqueyaco.

> Nas duas margens do Breu [escreveram os comissários Belarmino Mendonça e Numa León] procede-se à extração de goma elástica [*Hevea brasiliensis*]. Do Breu para cima é a *hevea* muito escassa e chega a desaparecer. Há, porém, um resto de caucho, que é objeto da exclusiva exploração dos peruanos (...)
>
> Os caucheiros peruanos que exploram a região neutralizada no Alto Juruá habitam em três *caseríos* situados nas bocas do Breu, do Huacapistea e Piqueyaco a que dão recentemente as denominações de Puerto Pardo, Puerto Portillo e Resvaladero, respectivamente.

No Alto Purus, a montante de Santa Rosa – e sem falar em Cataí, que tinha sido abandonada pelo seu ocupante – a Comissão Mista de exploração encontrou os seguintes *caseríos* peruanos:

Santa Rosa (margem direita da sua embocadura), San Juan, Curanja, Santa Cruz, Cocama, Independência, Maniche, Shambuyaco, Tingoleales e Alerta.

Lê-se no relatório de Euclides da Cunha:

> Sobral, erguido em 1898, a 9º 15' 07"S demarca hoje a mais avançada atalaia dessa enorme campanha com o deserto. Quem o alcança, partindo da foz do Purus e percorrendo uma distância itinerária de 1.417 milhas ou 400 léguas, tem a prova tangível de que quatro quintos do majestoso rio estão completamente povoados de brasileiros, sem um hiato, sem a menor falha de uma área em abandono, ligadas às extremas de todos os seringais, estirando-se unida por toda aquela lonjura, que lhe define geometricamente a grandeza, uma sociedade rude porventura ainda, mas vigorosa e triunfante.

(...)

Resumindo: a marcha ascensional do povoamento está hoje em Sobral.
Entretanto, a carta anexa indica, a montante daquele sítio, outros: Santa Rosa, Cataí, São João, Curanja e Santa Cruz.
São *puestos* (pequenas lojas comerciais) ou c*aseríos* (agrupamentos de palhoças) peruanos".

X

As explorações realizadas e o estudo dos documentos trazidos pelos comissários brasileiros tornaram desde 1907 suficientemente conhecida para os dois governos a vasta região em litígio. Ao do Brasil, porém, pareceu conveniente aguardar que o árbitro eleito pelo Peru e pela Bolívia pronunciasse o seu laudo sobre a questão de fronteiras que lhe fora submetida.

Era essa, sem dúvida, em qualquer circunstância – mas principalmente depois do Acordo de 1904 – uma questão entre terceiros, como já ficou dito. Mesmo quando fosse inteiramente favorável ao Peru, em nada nos poderia prejudicar a sentença arbitral, tanto porque não éramos parte no processo quanto porque o juiz devia baseá-la sobre decretos e decisões dos reis da Espanha, determinando limites de suas antigas possessões. Tais atos, perfeitamente válidos dentro dos domínios espanhóis, não tinham valor algum internacional.

Com efeito, nos termos do compromisso peru-boliviano de 1902, o árbitro devia procurar atribuir à Bolívia "todo o território que em 1810 pertencia à Audiência de Charcas, dentro dos limites do Vice-Reinado de Buenos Aires, *por atos do antigo soberano espanhol*", e ao Peru "todo o território que nessa mesma data, e *por atos de igual procedência*, pertencia ao Vice-Reinado do Peru".

Segundo a sentença arbitral de 9 de julho último, baseada em tais atos, o Vice-Reinado do Peru nada possuía a leste de 69º W de Greenwich, do rio Tahuamano para o norte e, portanto, naquela direção nada podia pretender.

A sentença não atingiu nem podia invalidar o direito do Brasil, mas era obrigatória para o Peru e restringia naquela parte as suas

pretensões contra a Bolívia e contra o Brasil; mesmo porque – não é inútil dizê-lo – o advogado do Peru perante o árbitro havia sustentado, apesar do precitado Acordo de 12 de julho de 1904 com o Brasil, que os territórios por nós recuperados da Bolívia em 1903 entravam também no arbitramento de Buenos Aires.

Desse modo, mais da metade dos territórios que o Peru nos reclamava ficou fora de questão, isto é, ficou incontestavelmente brasileira, sem mais poder ser reclamada pelo Peru, toda a extensão compreendida: ao norte, pela linha Javari-Madeira do Tratado Preliminar de 1777; a oeste pelo meridiano de 69 graus; a leste pelo Madeira; e ao sul pelas fronteiras que o Tratado de 1903 estabelecera entre o Brasil e a Bolívia.

XI

Na negociação do Tratado de 8 de setembro último, os dois governos, como em 1851, tomaram por base o *uti possidetis* atual, de acordo com as verificações feitas no terreno pelos seus comissários técnicos de 1905.

Todos os territórios de que o Brasil está efetivamente de posse, povoados quase que exclusivamente por brasileiros, ficam definitivamente reconhecidos pelo Peru como do nosso domínio; e ao Peru ficam pertencendo, com um pequeno acréscimo, entre o paralelo de Cataí e o rio de Santa Rosa, os territórios do Alto Purus e do Alto Juruá que haviam sido neutralizados em 1904, e onde sabemos que só há estabelecimentos e habitantes peruanos.

A renda que tem produzido o território brasileiro do Acre não sofrerá, com o presente tratado, diminuição alguma, por isso que toda procede das regiões que continuarão dentro das fronteiras do Brasil. A renda que, por metade, retirávamos dos territórios neutralizados tem sido insignificante.

Antes do nosso Tratado de 1903 com a Bolívia, o Peru reclamava do Brasil, ao norte da linha oblíqua Javari-Beni, um território cuja superfície, como ficou dito, é de 251 mil km^2 (8.132 léguas geográficas quadradas). A superfície que recuperamos da Bolívia em 1903, com as fronteiras que lhe deu o Tratado de Petrópolis, era de 191 mil km^2 (6.188 léguas geográficas quadradas).

Passou assim o nosso antigo litígio com o Peru a estender-se de novo sobre uma área de 442 mil km² (14.320 léguas geográficas quadradas) com uma população calculada em mais de 120 mil habitantes, dos quais 60 mil ao sul da linha oblíqua Javari-Beni e outros tantos ao norte.

O tratado atual o resolve ficando ao Brasil 403 mil km² (13.057 léguas quadradas), e ao Peru cerca de 39 mil km² (1.263 léguas geográficas quadradas).

Tomando-se em consideração somente os três departamentos que formam o território nacional do Acre (191 mil km² ou 6.188 léguas geográficas quadradas) os resultados serão estes: o departamento do Alto Acre não sofre diminuição alguma, os do Alto Purus e Alto Juruá perdem as zonas meridionais em que nunca se fez sentir a nossa autoridade ou influência e onde só há peruanos.

Com a superfície de 152 mil km² (4.925 léguas geográficas quadradas), que passará a ter o Acre, mesmo assim, ficará com uma extensão territorial quase igual à dos estados do Ceará e Paraná, e muito superior à dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Os nossos territórios do Médio Juruá, do Médio Purus e do Alto Acre terão, portanto, extensão bastante para que, introduzidos neles os necessários melhoramentos e suficientemente povoados, possam, em futuro próximo, constituir mais dois ou três estados da União brasileira.

O confronto da enorme vastidão em litígio com a pequena superfície dos únicos trechos que passarão a ficar por nós reconhecidos como peruanos – sem levar em conta a parte que poderíamos pretender na bacia do Ucayali – pode deixar a impressão de que, pelo presente tratado, o governo brasileiro se reservou a parte do leão.

Nada seria menos verdadeiro ou mais injusto.

Ratificando a solução que este tratado encerra, o Brasil dará mais uma prova do seu espírito de conciliação, porquanto ele desiste de algumas terras que poderia defender com bons fundamentos em direito. A grande desigualdade que se nota nas renúncias que cada uma das duas partes faz implicitamente, pela demarcação em que acabam de concordar, é mais aparente do que real, e devida tão somente ao excessivo exagero da pretensão levantada em 1863, e mantida com afinco pelo governo peruano até pouco tempo.

De fato, a amigável composição a que chegaram os dois governos

em 8 de setembro é igualmente vantajosa para ambos os países. O Brasil e o Peru encerrarão assim definitivamente, de modo pacífico e honroso, um litígio que já tinha a duração de quase meio século e por vezes fora causa de incidentes desagradáveis.

Em virtude dos protocolos de 15 e 17 de setembro, assinados em La Paz, o ponto terminal da fronteira peru-boliviana no norte é a confluência do Yaverija, na margem direita do Alto Acre.

A fronteira do Brasil com o Peru, que, pela Convenção de 23 de outubro de 1851, começava no rio Japurá ou Caquetá em frente à confluência do Apapóris e terminava na nascente do Javari, é completada, agora, pelo Tratado de 8 de setembro, desde essa nascente até o rio Acre, em frente ao Yaverija. Daí ao Madeira, continuaremos a confinar com a Bolívia, de acordo com o estipulado no Tratado de Petrópolis, de 1903.

Os artigos 5º e 6º, sobre navegação fluvial, liberdade de trânsito e fiscalização aduaneira são idênticos aos que têm esses mesmos números no Tratado de Petrópolis. As estipulações do artigo 5º encontram-se também no artigo 4º do Tratado de Limites e navegação entre o Brasil e a Colômbia, de 24 de abril de 1907.

Além da cópia do tratado, acompanham a presente exposição os seguintes documentos:

Nºs 1 e 2 – Cópia das notas de 18 de julho de 1903 e de 11 de abril de 1904 à legação do Peru.
Nº 3 – Cópia do Acordo de 12 de julho de 1904, aprovado nesse mesmo ano pelo Congresso Nacional.
Nº 4 – "Esboço da região em litígio." Mapa, por Euclides da Cunha (julho de 1909).
Nº 5 – Carta Geográfica do território do Acre, por Plácido de Castro.

O mapa de Euclides da Cunha mostra os territórios que, fundando-se no Tratado Preliminar de 1º de outubro de 1777, o Peru reclamava do Brasil, antes e depois do Tratado de Petrópolis, isto é, ao norte e ao sul da linha oblíqua Javari-Beni. Mostra também os que, ao sul dos limites que ajustamos com a Bolívia, ele reclamava dessa República, baseando-se em cédulas reais e outros atos do antigo soberano espanhol.

A linha do Tratado de 1777, nos mapas oficiais peruanos, segue

erradamente o paralelo de 7º52’15”S. A verdadeira é a do paralelo de 7º38’45”S, como indica o mapa de Euclides da Cunha, porque esse limite provisório devia partir, na direção do oeste, de um ponto no Madeira situado a igual distância do rio Amazonas e da boca do Mamoré (artigo 21). E o mesmo tratado explica (artigos 20 e 21) que o rio Madeira é formado pela junção do Mamoré e do Guaporé; (“Baixará a linha pelas águas desses rios Guaporé e Mamoré, já unidos com o nome de Madeira...”); de sorte que naquele tempo o nome de Mamoré não era ainda dado à seção compreendida entre a boca do Guaporé e a do Beni.

Sobre esse mapa, fiz traçar as linhas do laudo argentino de 9 de julho e as do Acordo peru-boliviano de 17 de setembro último, assim como os limites dos territórios neutralizados pelo nosso Acordo de 12 de julho de 1904 com o Peru e os determinados pelo último tratado com a mesma República, este último pendente da decisão do Poder Legislativo nos dois países.

No mapa de Plácido de Castro – em escala maior, compreendendo apenas o território do Acre, e contendo pormenores que ao outro faltam – fiz indicar também os limites provisórios de 1904 e os que pelo presente tratado ficarão definitivos se puderem ser ratificados pelos dois governos e desde que se efetue a troca dessas ratificações.

A discussão do Tratado de 8 de setembro começou ontem, 27 de dezembro, em sessões secretas das Câmaras peruanas, reunidas em Congresso, e, segundo as notícias que tenho recebido, espera-se que seja aprovado até o dia 30.

Tenho a honra de reiterar a vossa excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Rio Branco

Tratado entre o Brasil e o Peru, completando a determinação das fronteiras entre os dois países e estabelecendo princípios gerais sobre o seu comércio e navegação na bacia do Amazonas.

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Peru, com o propósito de consolidar para sempre a sua antiga amizade, suprimindo causas de desavença, resolveram celebrar um tratado que complete a determinação das suas fronteiras e ao mesmo tempo estabeleça princípios gerais que facilitem o desenvolvimento das relações de comércio e boa vizinhança entre os dois países.

E para esse fim nomearam plenipotenciários, a saber:

o excelentíssimo senhor doutor Nilo Peçanha, presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o senhor doutor José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, seu ministro de Estado das Relações Exteriores; e

o excelentíssimo senhor Augusto B. Leguia, presidente da República do Peru, o senhor doutor Hernán Velarde, seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário no Brasil;

Os quais, devidamente autorizados, convieram nas

Tratado entre el Perú y el Brasil para completar la determinación de las fronteras entre los dos países y establecer principios generales sobre su comercio y navegación en la cuenca del Amazonas.

La República del Perú y la República de los Estados Unidos del Brasil, con el propósito de consolidar para siempre su antigua amistad, suprimiendo causas de desavenencia, han resuelto celebrar un tratado que complete la determinación de sus fronteras, y que, al mismo tiempo, establezca principios generales, que faciliten el desarrollo de las relaciones de comercio y buena vecindad entre los dos países.

Y para ese fin han nombrado Plenipotenciarios a saber:

El Excelentísimo señor Don Augusto B. Leguia, presidente de la República del Perú, al señor doctor Don Hernán Velarde, su Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en el Brasil; y

El Excelentísimo señor doctor Don Nilo Peçanha, presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, al señor doctor Don José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, su Ministro de Estado en el Despacho de Relaciones Exteriores;

Quienes, debidamente autorizados, han convenido en

estipulações constantes dos seguintes artigos:

Artigo 1º

Estando já demarcadas, em execução do artigo 7º do Tratado de 23 de outubro de 1851, as fronteiras do Brasil e do Peru, na direção do norte, desde a nascente do Javari até o rio Japurá ou Caquetá, as duas altas partes contratantes concordaram em que da referida nascente do Javari para o sul e para leste os confins dos dois países fiquem assim estabelecidos:

§ 1º Da nascente do Javari seguirá a fronteira, na direção do sul, pela linha divisória das águas que vão para o Ucayali das que correm para o Juruá até encontrar o paralelo de 9º24'36"S, que é o da boca do Breu, afluente da margem direita do Juruá.

§ 2º Continuará pelo indicado paralelo na direção de leste até a confluência do Breu e subirá pelo álveo deste rio até a sua cabeceira principal.

§ 3º Da cabeceira principal do Breu, prosseguirá, no rumo do sul, pela linha que divida as águas que vão para o Alto Juruá, a oeste, das que vão para o mesmo rio ao norte, e, passando entre as cabeceiras do Tarauacá e do

las estipulaciones constantes de los siguientes artículos:

Artículo 1º

Estando ya demarcadas, en ejecución del artículo séptimo del Tratado de 23 de octubre de 1851, las fronteras del Perú y del Brasil, en la dirección del norte, desde la naciente del Yavary hasta el río Caquetá o Yapurá, las dos Altas Partes Contratantes han acordado que, de la referida naciente del Yavary hacia el sur y hacia el éste, los confines de los dos países quedan así establecidos:

1º De la naciente del Yavary seguirá la frontera, en la dirección del sur, por la línea divisoria de las aguas que van para el Ucayale de las que corren para el Yuruá hasta encontrar el paralelo de 9º 24' 36" S que es él de la boca del Breu, afluente de la orilla derecha del Yuruá.

2º Continuará, en la dirección del éste, por el indicado paralelo, hasta la confluencia del Breu y subirá por el álveo de este río hasta su cabecera principal.

3º De la cabecera principal del Breu proseguirá, rumbo del sur, por la línea que divida las aguas que van para el Alto Yuruá, al oeste, de las que van para el mismo río al norte, y, pasando entre las cabeceras del Tarauacá

Embira, do lado do Brasil, e as do Piqueyaco e Torolhuc, do lado do Peru, irá, pelo *divortium aquarum* entre o Embira e o afluente da margem esquerda do Purus chamado Curanja, ou Curumahá, cuja bacia pertencerá ao Peru, encontrar a nascente do rio de Santa Rosa, ou Curinaá, também afluente da margem esquerda do Purus.

Se as cabeceiras do Tarauacá e do Embira estiverem ao sul do paralelo de 10ºS, a linha cortará esses rios acompanhando o citado paralelo de 10ºS, e continuará pelo *divortium aquarum* entre o Embira e o Curanja, ou Curumahá, até encontrar a nascente do rio de Santa Rosa.

§ 4º Da nascente do rio de Santa Rosa descerá pelo álveo desse rio até a sua confluência na margem esquerda do Purus.

§ 5º Em frente à boca do rio de Santa Rosa, a fronteira cortará o rio Purus até o meio do canal mais fundo, e daí continuará, na direção do sul, subindo pelo talvegue do Purus até chegar à confluência do Chambuiaco, seu afluente da margem direita, entre Cataí e o Santa Rosa.

§ 6º Da boca do Chambuiaco, subirá pelo álveo desse curso d'água até a sua nascente.

y del Envira, del lado del Brasil, y las del Piqueyaco y Torolluc, del lado del Perú, irá, por el divortium aquarum entre el Envira y el afluente de la margen izquierda del Purús llamado Curanjá, o Curumahá, cuya cuenca pertenecerá al Perú, a encontrar la naciente del río de Santa Rosa, o Curinahá, afluente también de la orilla izquierda del Purús.

Si las cabeceras del Tarahuacá y del Envira estuviesen al sur del paralelo de 10° sur, la línea cortará estos ríos siguiendo el expresado paralelo de 10° S, y continuará por el divortium aquarum entre el Envira y el Curanja, o Curumahá hasta encontrar la naciente del río Santa Rosa.

4º De la naciente del río Santa Rosa bajará por el álveo de ese río hasta su confluencia en la orilla izquierda del Purús.

5º Frente a la boca del río Santa Rosa, la frontera cortará el río Purús hasta el medio del canal más hondo, y de ahí continuará, en la dirección del sur, subiendo por el talvegue del Purús hasta llegar a la confluencia del Shambuyaco, su afluente de la margen derecha entre Catay y el Santa Rosa.

6º De la boca del Shambuyaco subirá por el álveo de esa corriente de aguas hasta su naciente.

§ 7º Da nascente do Chambuiaco, continuará, para o sul, ajustada ao meridiano dessa nascente até encontrar a margem esquerda do rio Acre ou Aquiri, ou, se a nascente deste rio estiver mais ao oriente, até encontrar o paralelo de 11ºS.

§ 8º Se o citado meridiano da nascente do Chambuiaco atravessar o rio Acre, continuará a fronteira, desde o ponto de encontro, pelo álveo do mesmo rio Acre, descendo-o até o ponto em que comece a fronteira peru-boliviana na margem direita do Alto Acre.

§ 9º Se o meridiano da nascente do Chambuiaco não atravessar o rio Acre, isto é, se a nascente do Acre estiver ao oriente desse meridiano, a fronteira, desde o ponto de intersecção daquele meridiano com o paralelo de 11ºS, prosseguirá pelos mais pronunciados acidentes do terreno, ou por uma linha reta, como aos comissários demarcadores dos dois países parecer mais conveniente, até encontrar a nascente do rio Acre, e, depois, descendo pelo álveo do mesmo rio Acre, até o ponto em que comece a fronteira peru-boliviana, na margem direita do Alto Acre.

7º De la naciente del Shambuyaco, continuará, hacia el sur, ceñida al meridiano de esa naciente hasta encontrar la margen izquierda del río Acre o Aquiry, o, si la naciente de este río estuviera más al oriente, hasta encontrar el paralelo de 11° sur.

8º Si el citado meridiano de la naciente del Shambuyaco atravesara el río Acre, continuará la frontera, desde el punto de encuentro, por el álveo del mismo río Acre, bajando por él hasta el punto en que empiece la frontera perú-boliviana en la orilla derecha del Alto Acre.

9º Si el meridiano de la naciente del Shambuyaco no atravesara el río Acre, es decir, si la naciente del Acre estuviese al oriente de ese meridiano, la frontera, desde el punto de intersección de aquel meridiano con el paralelo de 11° sur, proseguirá por los más pronunciados accidentes del terreno o por una línea recta, como pareciese más conveniente á los Comisarios demarcadores de los dos países, hasta encontrar la naciente del río Acre, y, después, bajando por el álveo del mismo río Acre, hasta el punto en que empiece al frontera perú-boliviana, en la orilla derecha del Alto Acre.

Artigo 2º

Uma Comissão Mista, nomeada pelos dois governos no prazo de um ano contado do dia da troca das ratificações do presente tratado procederá à demarcação das linhas de fronteira descritas no artigo precedente, dando começo aos seus trabalhos dentro dos seis meses seguintes à nomeação.

Em protocolo especial se estabelecerão o modo por que essa Comissão Mista será constituída e as instruções a que fique sujeita para a execução dos seus trabalhos.

Artículo 2º

Una Comisión Mixta, nombrada por los dos Gobiernos en el plazo de un año, contado a partir del día del canje de las ratificaciones del presente tratado, procederá a la demarcación de las líneas de frontera descritas en el artículo precedente, dando principio a sus trabajos dentro de los seis meses siguientes al nombramiento.

En protocolo especial se establecerán el modo como esa Comisión Mixta será constituida y las instrucciones a que quede sujeta para la ejecución de sus trabajos.

Artigo 3º

Os desacordos entre a Comissão brasileira e a peruana que não fiquem resolvidos amigavelmente pelos dois governos serão por eles submetidos à decisão arbitral de três membros da Academia de Ciências do Instituto da França ou da *Royal Geographical Society* de Londres, escolhidos pelo presidente de uma ou outra dessas corporações.

Artículo 3º

Los desacuerdos entre la Comisión peruana y la brasilera, que no queden resueltos amigablemente por los dos Gobiernos, serán sometidos a la decisión arbitral de tres miembros de la Academia de Ciencias del Instituto de Francia ó de la Royal Geographical Society de Londres, escogidos por el presidente de una u otra de esas corporaciones.

Artigo 4º

Se os comissários demarcadores nomeados por

Artículo 4º

Si los Comisarios demarcadores nombrados por una

uma das altas partes contratantes deixarem de concorrer, salvo caso de força maior, na data indicada no protocolo a que se refere o artigo segundo, ao lugar também designado nesse protocolo para o começo dos trabalhos, os comissários da outra parte procederão por si sós à demarcação, e o resultado das suas operações será obrigatório para ambos os países.

Artigo 5º

As duas altas partes contratantes concluirão no prazo de 12 meses um tratado de comércio e navegação, baseado no princípio da mais ampla liberdade de trânsito terrestre e navegação fluvial para ambas as nações, direito que elas se reconhecem perpetuamente, a partir do dia da troca das ratificações do presente tratado, em todo o curso dos rios que nascem ou correm dentro ou nas extremidades da região atravessada pelas linhas de fronteira que ele descreve no seu artigo 1º, devendo ser observados os regulamentos fiscais e de polícia estabelecidos ou que se estabeleçam no território de cada uma das duas Repúblicas. Os navios peruanos destinados à navegação desses

de las Altas Partes Contratantes dejasen de concurrir, salvo caso de fuerza mayor, en la fecha señalada en el protocolo a que se refiere el artículo segundo, al logar también designado en ese protocolo para el principio de los trabajos, los Comisarios de la otra Parte procederán por si solos a la demarcación y el resultado de sus operaciones será obligatorio para ambos países.

Artículo 5º

Las dos Altas Partes Contratantes concluirán en el plazo de doce meses un Tratado de Comercio y Navegación, basado en el principio de la más amplia libertad de transito terrestre y navegación fluvial para ambas naciones, derecho que ellas se reconocen a perpetuidad, desde el día del canje de las ratificaciones del presente tratado, en todo el curso de los ríos que nacen o corren dentro o en las extremidades de la región atravesada por las líneas de frontera que el describe en su artículo primero, debiendo ser observados los reglamentos fiscales y de policía establecidos o que se establecieren en el territorio de cada una de las dos Republicas.

Los buques peruanos destinados a la navegación de

rios comunicarão livremente com o oceano pelo Amazonas.

Os regulamentos fiscais e de polícia a que anteriormente se alude deverão ser tão favoráveis quanto seja possível à navegação e ao comércio e guardarão nos dois países a possível uniformidade.

Fica entendido e declarado que se não compreende nessa navegação a de porto a porto do mesmo país, ou de cabotagem, que continuará sujeita, em cada um dos dois Estados, às suas respectivas leis.

Artigo 6º

De conformidade com as estipulações precedentes, e para o despacho em trânsito dos artigos de importação e exportação, o Peru poderá manter agentes aduaneiros nas alfândegas brasileiras de Belém do Pará e de Manaus, assim como nos demais postos aduaneiros que o Brasil estabeleça no rio Purus, no rio Juruá, no Madeira e na margem direita do Javari, ou em outras localidades da fronteira comum.

Reciprocamente, o Brasil poderá manter agentes aduaneiros na alfândega peruana de Iquitos e em qualquer outra alfândega ou posto aduaneiro que o Peru estabeleça sobre o

esos ríos comunicarán libremente con el océano por el Amazonas.

Los reglamentos fiscales y de policía, a que se hace mensión deberán ser tan favorables cuanto sea posible a la navegación y al comercio, y guardarán en los dos países la posible uniformidad.

Queda entendido y declarado que no se comprende en esa navegación la de puerto a puerto del mismo país, o de cabotaje, que continuará sujeta, en cada uno de los dos Estados, á sus respectivas leyes.

Artículo 6º

De conformidad con las estipulaciones precedentes, y para el despacho en tránsito de los artículos de importación y exportación, el Perú podrá mantener agentes aduaneros en las aduanas brasileras de Belem do Pará y de Manáos, así como en los demás puestos aduaneros que el Brasil establezca en el río Purús, en el río Yuruá, en el Madera y en la margen derecha del Yavary, o en otros lugares de la frontera común.

Reciprocamente, el Brasil podrá mantener agentes aduaneros en la aduana peruana de Iquitos y en cualquier otra aduana o puesto aduanero que el Perú establezca sobre

rio Manañon ou Amazonas, e seus afluentes, sobre a margem meridional ou direita do Alto Acre, sobre o Alto Purus, o Alto Juruá, ou em outras localidades da fronteira comum.

Artigo 7º

As altas partes contratantes obrigam-se a manter e a respeitar, segundo os princípios do Direito Civil, os direitos reais adquiridos por nacionais e estrangeiros sobre as terras que, por efeito da determinação de fronteiras constante do artigo 1º do presente tratado, fiquem reconhecidas como pertencentes ao Brasil ou ao Peru.

Artigo 8º

Os desacordos que possam sobrevir entre os dois governos, quanto à interpretação e execução do presente tratado, serão submetidos a arbitramento.

Artigo 9º

Depois de aprovado pelo Poder Legislativo de cada uma das duas Repúblicas, será este tratado ratificado pelos dois governos, e as ratificações serão trocadas na cidade do Rio de Janeiro ou

el río Marañon o Amazonas y sus afluentes, sobre la margen meridional o derecha del Alto Acre, sobre el Alto Purús, el Alto Yuruá, o en otros lugares de la frontera común.

Artículo 7º

Las Altas Partes Contratantes se obligan a mantener y respetar, según los principios del Derecho Civil, los derechos reales adquiridos por nacionales y extranjeros sobre las tierras que, por efecto de la determinación de fronteras constante del artículo primero del presente tratado, quedan reconocidas como pertenecientes al Perú o al Brasil.

Artículo 8º

Los desacuerdos que puedan surgir entre los dos Gobiernos, con motivo de la interpretación y ejecución del presente tratado, serán sometidos a arbitraje.

Artículo 9º

Este tratado, después de su aprobación por el Poder Legislativo de cada una de las dos Republicas, será ratificado por los dos Gobiernos y las ratificaciones serán canjeadas en la ciudad de

na de Lima no mais breve prazo possível.

Em fé do que nós, os plenipotenciários anteriormente nomeados, assinamos o presente tratado, em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesa e castelhana, apondo neles os nossos selos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1909.

(L. S.) Rio Branco
(L. S.) Hernán Velarde

Lima o en la de Rio de Janeiro en el más breve plazo posible.

En fe de lo cual, nosotros, los plenipotenciarios arriba nombrados, firmamos el presente tratado, en dos ejemplares, cada uno de ellos en los idiomas castellano y portugués, poniendo en ellos nuestros sellos.

Hecho en la ciudad de Rio de Janeiro, a los 8 de Setiembre de 1909.

(L. S.) Hernán Velarde
(L. S.) Rio Branco

Nº 1

Nota do governo brasileiro à legação peruana em 18 de julho de 1903[10]

Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 18 de julho de 1903 – 2ª Seção.

Tenho presentes as duas notas nºs 4 e 5, de 3 e 14 do corrente, com que me honrou o senhor Hernán Velarde, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Peru, a primeira das quais me chegou às mãos na noite de 4, e a segunda na de 15.

Também recebi e muito agradeço a cópia da que, com a data de 3, o senhor ministro dirigiu à Missão Especial da Bolívia neste país e veio apensa à primeira das comunicações anteriormente citadas.

Outros deveres urgentes não me permitiram dar antes conhecimento ao senhor Velarde da resolução definitiva deste governo no tocante à proposta que me foi agora transmitida formalmente em nome do governo do Peru; mas, já em 2 de fevereiro último, quando, pela primeira vez, o senhor Amador del Solar, referindo-se a um telegrama que recebera do seu governo, me falou na constituição de um tribunal misto composto de representantes do Brasil, do Peru e da Bolívia para resolver as suas questões de limites, eu lhe declarei sem hesitar que semelhante expediente a nenhum dos três países convinha e não podia ser aceito pelo Brasil.

Confirmo o que então disse o senhor Solar e o que repeti nas conversações que me coube a honra de ter com o senhor ministro desde a sua chegada, sendo a última, ainda que muito rápida, em encontro acidental na mesma noite de 4 do corrente.

O governo federal entende que o exame simultâneo das reclamações territoriais dos três países em conferência ou em tribunal de representantes das três partes interessadas abriria uma discussão sumamente difícil e complicada (embora o senhor ministro considere indiscutíveis os direitos do Peru), de grande duração e de nenhum resultado prático. Acresce que são diferentes as bases sobre as quais o Brasil e o Peru querem assentar as negociações ou o ponto de vista em que se colocam. É em virtude do que supõe ser seu direito

[10] Publicado, com outros documentos, no *Diário Oficial* de terça-feira 7 de junho de 1904.

próprio que o Peru reclama da Bolívia todo o território entre a nascente do Javari e a confluência do Beni, como consta do Tratado de Arbitramento de 30 de dezembro último, cuja negociação correu em segredo para nós, ao passo que o Brasil procura chegar a um acordo amigável com a Bolívia para haver, mediante compensações razoáveis, parte desse vasto território.

Somente a Bolívia e o Brasil têm feito e continuam a fazer sacrifícios em consequência das desordens que desde 1899 se produzem no Acre, onde a população é exclusivamente brasileira. Só o Brasil e a Bolívia, portanto, tem imediato e verdadeiro interesse em resolver prontamente as dificuldades existentes e em pôr termo, sem mais demora, à crise atual. Se, como deseja, e sem de modo algum prejudicar a Bolívia, puder o Brasil obter desse seu vizinho e amigo uma retificação de fronteiras, estará pronto para desde logo entrar com o Peru no estudo de um tratado de limites complementar do de 1851. Entretanto, ratifico com prazer, em nome do governo federal, a ressalva que fiz no telegrama de 3 de fevereiro à legação brasileira em La Paz, repetida na nota que com a data de 9 do mesmo mês dirigi ao então ministro do Peru neste país – documentos esses citados na comunicação de 3 de julho a que agora respondo – e confirmo também tudo quanto está declarado no seguinte telegrama que, em 20 de janeiro, dirigi ao encarregado de negócios do Brasil em Lima:

> Queira informar reservadamente a esse governo que qualquer que seja a resolução que sejamos obrigados a tomar, quando esgotados todos os meios suasórios, na questão dos estrangeiros do sindicato que o governo boliviano quer estabelecer no território em litígio, o governo brasileiro terá na maior atenção as reclamações do Peru, sobretudo, na parte que vai do Purus para oeste, e, animado do espírito mais conciliador e amigável, estará pronto para se entender em tempo com esse governo sobre o território em litígio, como deseja entender-se com o da Bolívia.

Espero que estas declarações possam satisfazer plenamente o governo peruano e prevaleço-me da ocasião para reiterar ao senhor ministro os protestos da minha alta consideração.

(Assinado) Rio Branco

Ao senhor Hernán Velarde, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República do Peru.

Nº 2.

Nota do governo brasileiro à legação peruana em 11 de abril de 1904[11]

Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 11 de abril de 1904 – 2ª Seção – nº 1.

Senhor ministro,

No devido tempo tive a honra de receber a nota que vossa excelência me dirigiu em 11 de agosto do ano passado, respondendo à minha de 18 do mês precedente e propondo que as questões de fronteira entre o Brasil, o Peru e a Bolívia fossem submetidas a um árbitro.

Em conferência que tivemos, pouco depois do recebimento dessa nota, declarei que o governo federal não podia concordar no proposto tríplice arbitramento, ou, como outros dizem, no arbitramento tripartido, e dei logo verbalmente a vossa excelência as razões em que fundávamos esta segunda recusa. Agora venho confirmar por escrito as razões de que vossa excelência em tempo útil já teve pleno conhecimento.

Antes de fazê-lo, porém, devo contestar a nota a que me refiro na parte em que o senhor ministro procura mostrar que é de origem brasileira a ideia de uma comissão ou de um tribunal misto para dirimir os desacordos sobre fronteiras entre os três citados países.

Com esse fim alega que a proposta foi feita em janeiro de 1903 pelo senhor Assis Brasil, nosso ministro nos Estados Unidos da América, ao senhor Alvarez Calderón, ministro do Peru na mesma República, e que a essa proposta aludia o telegrama do governo de Lima recebido em 2 de fevereiro do mesmo ano pelo senhor Amador del Solar, então ministro do Peru no Brasil.

Efetivamente, no telegrama que me foi comunicado naquela data pelo senhor Solar, dizia assim o ministro das Relações Exteriores, senhor Larraburre: "Por intermédio de nossa legação em Washington recebi proposta do Brasil de submeter a questão Acre à Comissão Mista composta de Peru, Bolívia, Brasil. Aceitei encantado essa forma conciliadora."

---

[11] Publicada, com outros documentos, no *Diário Oficial* de terça-feira 7 de junho de 1904.

Esse telegrama resultava de equívoco a que deu lugar a transmissão de uma conversa particular havida em 28 de janeiro entre os ministros do Brasil e do Peru em Washington, durante a qual o primeiro redigiu apressadamente e entregou ao segundo um apontamento em que consignou ideias que então lhe ocorreram. É a esse apontamento – escrito a lápis, se a lembrança do senhor Assis Brasil lhe não é infiel – que vossa excelência dá o nome de *Memorando*.

No mesmo dia 2 de fevereiro de 1903, declarei ao senhor Solar que se tivéssemos alguma proposta a fazer ao governo peruano seria necessariamente feita pelo intermédio da legação do Peru no Rio de Janeiro ou pela do Brasil em Lima e que jamais acreditamos que comissões ou tribunais mistos pudessem resolver questões de limites, menos ainda litígios dessa natureza entre mais de duas nações.

Não houve, portanto, nesse sentido, proposta alguma oficial de origem brasileira feita ao Peru em janeiro ou fevereiro de 1903, nem em data anterior ou posterior.

Houve, porém, nesse sentido, e anteriormente, mais de uma sugestão ou proposta de origem peruana.

Em 28 de dezembro de 1868, a folha oficial em Lima publicou um despacho de 25 de novembro do senhor Barrenechea, ministro das Relações Exteriores, ao senhor La Torre Bueno, encarregado de negócios do Peru em La Paz, instruindo-o para manifestar que, no entender do governo peruano, o meio de se chegar a um resultado satisfatório seria a nomeação de comissários por parte do Peru, da Bolívia e do Brasil, a fim de verificarem a demarcação definitiva dos respectivos territórios.

Na mesma ocasião, o senhor Barrenechea indicou esse expediente ao cônsul-geral do Brasil, Souza Ferreira, e ao secretário de legação Ponte Ribeiro, que se achava então em Lima sem caráter oficial (estavam interrompidas as nossas relações diplomáticas) e pediu a ambos que comunicassem ao governo imperial a ideia da reunião "de uma Comissão Mista de representantes dos três Estados".

Em nota de 22 de julho de 1870, dirigida à legação do Brasil em Lima, o ministro das Relações Exteriores, senhor Loayza, disse que o seu antecessor havia proposto aos governos do Equador e da Colômbia a reunião de uma Comissão Mista composta de representantes do Peru e de todos os Estados limítrofes, e que o senhor Mezones, ministro do Peru no Brasil, havia sido incumbido de fazer igual proposta ao

governo imperial, o que se não havia realizado por estar esse diplomata ausente do Rio de Janeiro. Julgava, pois, chegada a oportunidade de pedir oficialmente ao ministro do Brasil, conselheiro Pereira Leal, que o informasse do pensamento que sobre o assunto abrigava então o governo brasileiro.

Outro documento oficial, este publicado na Coleção de Tratados de Peru, pelo senhor Ricardo Aranda, tomo II, p.583, mostra a persistente confiança do governo do Peru na eficácia de uma ação comum entre os países interessados para o deslindamento simultâneo de questões dessa natureza. É a nota que, em 9 de julho de 1874, o ministro das Relações Exteriores, senhor J. de la Riva Agüero, endereçou ao representante do Brasil em Lima e na qual se lê o seguinte:

> Ao responder à nota de vossa excelência creio, pois, conveniente e oportuno convidá-lo para que, tomando as ordens do governo imperial, provoquemos um acordo com a Bolívia, a fim de que, autorizando este a seu representante nesta capital, possamos iniciar conferência até chegar a um compromisso mediante o qual fiquem determinados definitivamente os limites dos países na linha oeste-leste que, partindo do Javari, deve terminar no Madeira [linha essa – acrescentarei eu – de que não fez menção alguma o governo do Peru quando negociou com o do Brasil o Tratado de 1851, por entender nesse tempo, com sobrada razão, que ao sul e a leste do Javari, na direção do Madeira, o Peru não confinava com o Brasil e só por este e pela Bolívia podiam ser disputados tais territórios].

Como vê o senhor ministro, a ideia de uma comissão ou de um tribunal misto, composto de representantes do Brasil, do Peru, e da Bolívia é incontestavelmente de origem peruana e todas as propostas nesse sentido partiram do governo do Peru, em 1868, 1870, 1874 e 1903.

O governo brasileiro, porém, foi sempre e invariavelmente oposto a semelhante expediente.

Em despacho de 25 de janeiro de 1869, o ministro dos Negócios Estrangeiros, conselheiro Paranhos, depois visconde do Rio Branco, incumbiu o secretário Ponte Ribeiro de responder ao senhor Barrenechea que o governo imperial só se podia prestar a fácil execução do que fora estipulado na convenção assinada em Lima aos 23 de outubro de 1851, tendo sido sempre contrário, em questões de soberania e segurança

territorial, a reunião de Congressos e Comissões Mistas.

Em 8 de março do mesmo ano, o barão de Cotegipe, que substituía aquele ministro, enviou à legação imperial em La Paz cópia do citado despacho de 25 de janeiro, encarregando-a de comunicar ao governo boliviano que o do Brasil não aceitava a proposta do Peru porque a julgava desnecessária e inconveniente.

Em nota de 25 de julho de 1870, o ministro do Brasil em Lima repetiu ao governo peruano o que já lhe havia dito o secretário Ponte Ribeiro em nome do governo imperial, isto é, que este não podia concordar na proposta Comissão Mista de representantes dos três governos e só estava disposto e pronto para a fiel execução do estipulado em 1851 com o Peru.

Em 1874 o visconde de Caravelas, ministro dos Negócios Estrangeiros, consultou os conselheiros de Estado marquês de São Vicente, visconde de Jaguari, Nabuco de Araújo e visconde de Niterói sobre a seguinte questão: "Deve o governo imperial aceitar o convite para a negociação em comum com o Peru e a Bolívia?"

Sem discrepância alguma, os conselheiros consultados opinaram pela não aceitação do convite, e assim resolveu o gabinete imperial, embora não houvesse respondido ou mandado responder por escrito à precitada nota peruana de 9 de julho de 1874. Demorada então a resposta, entendeu-se mais tarde ser ocioso dá-la fora de tempo, tanto mais quanto o governo peruano parecia haver desistido da sua ideia e já era oficialmente sabida em Lima desde 1869 a opinião do governo brasileiro.

Afigurou-se ao senhor ministro que não tinham base segura as observações que fiz para motivar a inconveniência e ineficácia da negociação simultânea de questões territoriais entre três Estados litigantes. Na sua resposta, porém, não encontrei razões ou precedentes que pudessem abalar a nossa convicção ou induzir-nos a modificar o procedimento que sobre o assunto tem tido o governo do Brasil desde que surgiu em 1868 a ideia apresentada iterativamente pelo do Peru durante o regime imperial neste país, e renovada agora depois de 30 anos de completo abandono.

Não há negar que mui diversas eram as questões de limites entre o Brasil e a Bolívia e entre esta e o Peru, assim também que era muito outro, como afirmei, o terreno em que os governos do Rio de Janeiro e de Lima queriam colocar as suas negociações com o de La Paz.

O Peru e a Bolívia, procurando resolver o seu desacordo, baseavam-se em decisões da corte de Madri, sobre limites internos da América espanhola, decisões que em nada obrigavam o Brasil, sucessor de Portugal nesta parte do continente. Da margem direita do Ucayali e da nascente do Javari para leste, o Peru pretendia ter direito a regiões imensas. O Brasil, porém, no propósito de proteger milhares de nacionais seus, procurava haver, mediante compensações razoáveis, apenas uma parte do que nesses vastíssimos sertões tinha cedido à Bolívia pelo Tratado de 1867, isto é, empenhava-se em recuperar o seu direito primitivo sobre as bacias do Alto Purus e do Alto Juruá, direito oriundo dos acontecimentos de 1801, os quais romperam para sempre e tornaram insubsistente o Tratado Preliminar de 1777, como reconheceu o governo peruano em 1841 nas negociações com o Brasil e também nas de que resultou a Convenção de 23 de outubro de 1851.

É também inegável que só o Brasil e a Bolívia, havendo feito até 1903 grandes sacrifícios e achando-se em situação incômoda pela prolongação das desordens no Acre, tinham verdadeiro interesse em resolver sem mais delongas a crise, o Brasil sobretudo, porque dessa solução dependiam os destinos de uma numerosa população brasileira.

É ainda, para o governo do Brasil, fora de dúvida que a negociação conjunta, sobre ser bastante complexa, mais difícil e extremamente complicada – como já tive a honra de dizer – não poderia dar resultado algum satisfatório e produziria inevitavelmente novas delongas e dissensões. O senhor ministro achou que isso não passava de uma afirmativa minha, insinuando assim que ela era insustentável, ou que não tinham fundamento sério as previsões deste governo; mas não aduziu um só exemplo de negociação de tal natureza levada a bom termo, e preferiu dizer por alto que julgava desnecessário estender-se sobre o caso porque as declarações contidas na minha nota – e que também lhe pareceu inútil indicar – elucidavam bastante o ponto e davam assento mais sólido à atitude do seu governo.

Não é necessário alegar aqui a experiência que ao governo do Brasil deixou uma trabalhosa negociação desta natureza, nem multiplicar exemplos ou ir buscá-los longe para que encontremos prova evidente de ser uma ilusão o esperar que três potências litigantes possam, tratando em comum, resolver de modo profícuo e definitivo questões de território. A própria história diplomática do Peru no-la ministra.

Em Lima, congregaram-se plenipotenciários de Peru, Equador e Colômbia para o exame e o ajuste das respectivas questões de limites, produzindo essa conferência, depois de muitas sessões e larga discussão, um tratado de arbitramento em virtude do qual os três pleitos deviam de ser submetidos à decisão de sua majestade o rei da Espanha.

São passados 10 anos e o que se supunha então resolvido está na mesma situação anterior ao tratado. O processo arbitral não teve andamento algum e nestes momentos mesmo trabalha em Lima e em Quito a diplomacia peruana para que se torne efetiva a Convenção de Arbitramento que o Peru celebrou em 1887 com o Equador, deixando de lado a Colômbia, como já o fizera naquele ano e em 1890, quando tratou somente com o Equador, e procedendo como em 1851, quando negociou unicamente com o Brasil, não obstante saber os territórios por onde foi traçada a fronteira eram também, como são ainda hoje, reclamados pelo Equador e pela Colômbia.

O desengano que assim teve o Peru, perdendo 10 anos, sem progredir um passo, na porfia de que fossem resolvidas conjuntamente três questões diferentes versando sobre linhas de fronteira enredadas umas com as outras, parecia dever levá-lo, no seu próprio interesse, a não mais pensar em combinações dessa natureza.

Se houvéssemos admitido a negociação conjunta proposta em 3 de julho do ano passado, começaríamos por não nos entender sobre as bases das nossas pretensões. O Brasil e a Bolívia queriam discutir colocando-se no terreno das suas mútuas conveniências dos seus recíprocos interesses no presente e no futuro, ou sobre o do Tratado de 1867, que o Peru desconhecia; o Peru e a Bolívia, sobre títulos da época colonial, emanados da sua antiga metrópole. Na discussão com o Brasil, queria o Peru assentar a sua pretensão sobre o Tratado de 1777, cuja validade o Brasil não pode admitir, ou procuraria persuadir-nos, com a sua interpretação de certos atos dos reis da Espanha, de que é com o Peru e não com a Bolívia que o Brasil deve confinar no vale do Amazonas a leste do meridiano da nascente do Javari. Quando mesmo pudéssemos entender e regular convenientemente a discussão, seria esta muito demorada, e dar-se-ia necessariamente um destes três casos:

1º. o Peru ligava-se ao Brasil contra a Bolívia, o que só se poderia verificar sacrificando o Brasil ao Peru pelo menos a região do

Alto Juruá, ocupada, e desde muitíssimos anos, por brasileiros.

2º. o Peru ligava-se à Bolívia contra o Brasil.

3º. a Bolívia ligava-se ao Brasil contra o Peru.

No primeiro caso, ganhava o Peru e perdiam o Brasil e a Bolívia; no segundo, perdia o Brasil e ganhava o Peru; e, no terceiro, nada perdia o Peru.

As conferências acabariam pelo rompimento da negociação ou, como as de 1894 em Lima, por um tratado de tríplice arbitramento, que teria a mesma sorte do que foi assinado naquela ocasião.

Estas considerações, e o ensinamento que resulta da própria experiência do Peru desde a sua malograda tentativa de 1894, bastam para demonstrar o acerto e a prudência com que procedeu o governo do Brasil, deixando de aceitar as duas proposições que lhe foram feitas.

Simplificada agora a questão depois do Tratado de 17 de novembro último entre o Brasil e a Bolívia, ou, melhor, destacadas as duas questões peru-boliviana e peruano-brasileira, poderá o governo de Lima negociar e resolver ambas menos dificilmente.

A promessa de arbitramento a que vossa excelência se refere, contida na Convenção de 21 de março de 1903, concluída em La Paz, era para ter cumprimento se fosse possível um acordo transacional entre o Brasil e a Bolívia, mas em caso algum para dar participação ao Peru no processo arbitral.

Julgou o senhor ministro conveniente dizer de passagem que o Peru nunca nos reconheceu direitos no tocante aos territórios sobre que o seu governo abriu litígio em 1863. É ponto para ser ventilado depois, porque não vem a propósito, sendo suficiente fazer sentir agora que as ressalvas formuladas pelo Brasil quando tratava com a Bolívia importavam apenas o reconhecimento de que o Peru era também um pretendente e de nenhum modo importava a admissão de que tivessem fundamento em direito as suas pretensões.

Não pudemos aceitar o tríplice arbitramento proposto, mas, certos da indisputabilidade do nosso direito, não duvidaremos submeter em tempo a um arbítrio o nosso litígio. Só concordaremos nisso, porém, depois que o Peru evacuar as posições que ocupou militarmente desde fins de 1902, e depois de sabermos quais os títulos que possui para pretender disputar-nos os territórios que recuperamos e os que nos cedeu a Bolívia pelo Tratado de Petrópolis.

A disposição constitucional a que o senhor ministro alude não nos obriga a aceitar o arbitramento somente porque um governo estrangeiro diz que pertence ao seu país um território que entendemos ser nosso. Durante a presidência do doutor Prudente de Morais, e no caso da ocupação da ilha da Trindade, o Brasil recusou, em 6 de janeiro de 1896, o arbitramento proposto pelo governo britânico.

Três vezes tem o Brasil recorrido ao juízo arbitral para resolver antigos desacordos sobre limites: o que tínhamos com a República Argentina, relativo ao território de Palmas, impropriamente chamado de Missões; com a França, sobre o do Oiapoque ao Araguari e ao rio Branco; e com a Inglaterra, nas bacias do mesmo rio Branco e do Essequibo. Em nenhum desses casos foi o Brasil a arbitramento sem discussão prévia e troca de memórias justificativas, sem que as duas partes ficassem conhecendo os fundamentos da opinião contrária, e tentassem transigir ou conciliar-se.

Agora, está ele pronto para proceder do mesmo modo com o Peru e só depende do governo de vossa excelência resolver se deve ou não seguir o exemplo dado, em questões semelhantes com o Brasil, pela República Argentina, pela França e pela Inglaterra.

Tenho a honra de reiterar a vossa excelência os protestos da minha alta consideração.

Rio Branco

A sua excelência o senhor doutor dom Hernán Velarde, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República do Peru.

Nº 3

Protocolo de um Acordo Provisório (modus vivendi) entre o governo dos Estados Unidos do Brasil e o governo do Peru, concluído no Rio de Janeiro a 12 de julho de 1904.

Reunidos em conferência no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1904, o ministro de Estado das Relações Exteriores, senhor José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, e o enviado

extraordinário e ministro plenipotenciário da República do Peru, senhor doutor dom Hernán Velarde, devidamente autorizados para concluir um acordo provisório que previna possíveis conflitos entre brasileiros e peruanos nas regiões do Alto Juruá e do Alto Purus, e que permita aos dois governos, do Brasil e do Peru, entrar amigavelmente na negociação de um acordo definitivo e honroso sobre a questão de limites entre os dois países, convieram nos artigos seguintes:

1º. A discussão diplomática para um acordo direto sobre a fixação dos limites entre o Brasil e o Peru desde a nascente do Javari até a linha de 11º S começará no primeiro dia de agosto e deverá ficar encerrada no dia 31 de dezembro deste ano de 1904.

2º. Os dois governos, desejosos de manter e estreitar cada vez mais as duas relações de boa vizinhança, declaram desde já o seu sincero propósito de recorrer a algum dos outros meios de resolver amigavelmente litígios internacionais, isto é, aos bons ofícios ou à mediação de algum governo amigo, ou à decisão de um árbitro, se dentro do indicado prazo, ou no das prorrogações em que possam convir, não conseguirem um acordo direto e satisfatório.

3º. Durante a discussão ficarão neutralizados os seguintes territórios em litígio:

a). o da bacia do Alto Juruá desde as cabeceiras desse rio e dos seus afluentes superiores até a boca e a margem esquerda do rio Breu e daí para oeste pelo paralelo da confluência do mesmo Breu até o limite ocidental da bacia do Juruá;

b). o da bacia do Alto Purus desde o paralelo de 11º S até o lugar denominado Catay inclusive.

4º. A polícia de cada um dos dois territórios neutralizados será feita por uma Comissão Mista, formada de uma comissão brasileira e outra peruana. Cada comissão se comporá de um comissário, do posto de major ou capitão, de um comissário substituto, do posto de capitão ou tenente, e de uma escolta de cinquenta homens e as embarcações miúdas que forem necessárias.

5º. À margem esquerda da confluência do Breu ou em algum outro ponto águas acima, sobre o Juruá, assim como em Catay, ou em algum outro ponto próximo sobre o Purus, se estabelecerão postos

fiscais mistos, que darão guias para que os direitos de exportação dos produtos das duas regiões provisoriamente neutralizadas sejam cobrados na alfândega brasileira de Manaus ou na de Belém do Pará, e receberão os certificados de pagamento de direitos de importação que em alguma das duas citadas alfândegas brasileiras de Manaus e Pará, ou na peruana de Iquitos, tenham sido efetuados para o despacho de mercadorias com destino aos ditos territórios provisoriamente neutralizados. Esses direitos de importação serão os mesmos que o governo federal brasileiro presentemente faz cobrar nas suas estações fiscais, e deles caberá a metade a cada um dos dois países.

6º. Os crimes cometidos por brasileiros nos dois territórios neutralizados serão julgados pelas Justiças do Brasil, e os cometidos por peruanos pelas Justiças do Peru. Os indivíduos de outras nacionalidades, que cometerem crimes contra brasileiros, serão julgados pelas Justiças do Brasil, e contra peruanos, pelas do Peru. Quanto aos acusados que pertençam a outras nacionalidades por crimes contra indivíduos que não sejam brasileiros nem peruanos, a jurisdição competente para julgá-los será a brasileira ou a peruana, segundo determinação que tomem de comum acordo os comissários das duas Repúblicas depois de exame das circunstâncias do caso.

7º. As dúvidas ou divergências que se suscitarem entre os comissários serão levadas ao conhecimento dos dois governos para as resolverem.

8º. Ficarão a cargo de cada um dos dois governos as despesas com o respectivo pessoal e material, inclusive a referente à escolta.

9º. Além das duas Comissões Mistas de administração, cada governo nomeará um comissário especial para o Alto Purus e outro para o Alto Juruá, com os auxiliares e escolta que sejam necessários, formando assim duas outras Comissões Mistas que serão incumbidas de fazer um reconhecimento rápido desses dois rios nos territórios neutralizados.

10º. O pessoal das comissões de que tratam os artigos anteriores será designado no prazo de 30 dias a partir da data do presente acordo, devendo chegar às regiões indicadas com a maior brevidade possível.

11º. Formularão ambos os governos de comum acordo as instruções pelas quais se deverão guiar as Comissões Mistas.

12º. 12 Os dois governos, do Brasil e do Peru, declaram que as cláusulas deste acordo provisório não afetam de modo algum os direitos territoriais que cada um deles defende.

Em fé do que, foi lavrado este acordo em dois exemplares, cada um deles escrito na língua portuguesa e na castelhana, no lugar e data anteriormente declarados.

(L. S.) Rio Branco
(L. S.) Hernán Velarde

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SOBRE O TRATADO DE 30 DE OUTUBRO DE 1909 ENTRE O BRASIL E O URUGUAI

Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 19 de dezembro de 1909.

A sua excelência o senhor doutor Nilo Peçanha, presidente da República.

Senhor presidente,

Para o fim de ser submetido, na forma da lei, ao Congresso Nacional, tenho agora a honra de apresentar a vossa excelência, em cópia autêntica e acompanhado de alguns documentos, o tratado que, após exame e aprovação de vossa excelência, assinei com o plenipotenciário da República Oriental do Uruguai a 30 de outubro último, e cujo objeto está indicado no respectivo título que é este: "Tratado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai, modificando as suas fronteiras na lagoa Mirim e no rio Jaguarão e estabelecendo princípios gerais para o comércio e navegação nessas paragens."

Esse tratado já foi aprovado pelo Poder Legislativo da República Oriental do Uruguai e ratificado pelo seu presidente.

I

A situação que procuramos modificar, com o necessário consentimento do Congresso Nacional, nasceu da guerra de 1801, pela qual ficou para sempre írrito e nulo o Tratado Preliminar de Limites de 1777, assinado em Santo Ildefonso, e que não tinha tido até então inteira execução, achando-se desde muito interrompidos os trabalhos da demarcação e pendentes de decisão das cortes de Madri e Lisboa as muitas divergências suscitadas entre os comissários demarcadores. Era esse um tratado *preliminar*, como no seu próprio texto está declarado: " (...) O presente tratado *preliminar*, que servirá de base e fundamento ao *definitivo* de limites, que se há de estender a seu tempo com a individuação, exação e notícias necessárias (...)" Era, portanto, um tratado *preparatório* ou pacto *de contrahendo*, e o Tratado de Paz de Badajoz deixará de restabelecê-lo, cumprindo notar que Portugal e Espanha sempre consideraram rotos pela guerra superveniente os próprios tratados definitivos, porquanto sempre haviam as duas coroas estipulado expressamente a sua restauração em seus tratados de paz. No de Badajoz, em 1801, não só foi omitida essa cláusula usual, mas também a da reposição das coisas no *statu quo ante bellum*.

Como é sabido, em consequência de tais fatos, o Brasil, por direito de conquista, estabeleceu desde então as suas fronteiras nos rios Uruguai e Quaraí, avançou também até a linha do Jaguarão e voltou a dominar na lagoa Mirim, ficando de novo senhor exclusivo da navegação nessa lagoa e no Jaguarão anos antes da revolução da independência das colônias espanholas. Começada esta, defendeu vitoriosamente aquelas conquistas nas campanhas de 1811 e 1812 e nas de 1816 e 1820.

Na convenção de 30 de janeiro de 1819, entre o cabildo de Montevidéu e o general barão de Laguna (Carlos Frederico Lecor, posteriormente visconde de Laguna), comandante em chefe das tropas portuguesas de ocupação, os limites entre a Banda Oriental, ou Província de Montevidéu, com a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul foram descritos do seguinte modo:

> A linha divisória pela parte do sul entre as duas capitanias de Montevidéu e Rio Grande de São Pedro do Sul começará no mar uma légua (cerca de 6,6 km) sudoeste noroeste do forte de Santa Teresa; seguirá ao noroeste do forte de São

> Miguel; continuará até a confluência do arroio São Luiz, incluindo-se os serros de São Miguel. Dali *acompanhará a margem ocidental da lagoa Mirim segundo a antiga demarcação; continuará como antes pelo rio Jaguarão até as nascentes do Jaguarão Chico;* e, seguindo o rumo de noroeste, caminhará em linha reta para o passo de Lezcano no rio Negro, além da confluência do Piraí; depois continuará pela antiga divisória até Itaquatiá; e daí costeará para oeste noroeste na direção das nascentes do Arapeí, cuja margem esquerda seguirá até a confluência no Uruguai, dividindo os limites das duas capitanias, como se indica com mais exatidão no plano topográfico que apresentamos a vossa excelência.

Esses são os termos da proposta feita em 15 de janeiro de 1819 pelo cabildo e aceita no dia 30 pelo barão de Laguna, como consta da respectiva ata.

O Auto da Demarcação, assinado em Porto Alegre a 3 de novembro do mesmo ano, ratificado a 26 desse mês pelo conde da Figueira, capitão-general da capitania do Rio Grande do Sul, e a 17 de outubro de 1820 pelo cabildo de Montevidéu, descreve assim a parte da fronteira que nos interessa no presente caso:

> (...) *Pela margem ocidental da dita lagoa Mini ou Mirim até a confluência do Jaguarão Grande, inclusa a distância de dois tiros de canhão por toda a margem da dita lagoa Mini; pela margem direita do Jaguarão Chico, desde a sua confluência no Jaguarão Grande até a margem do galho principal que fica ao sul* (...)

Pelo Tratado de 31 de julho de 1821, concluído em Montevidéu entre o Congresso de Representantes do povo oriental e o barão de Laguna, representante do rei dom João VI, a Banda Oriental incorporou-se, com a denominação de Estado Cisplatino, ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. O artigo 3º desse tratado estabeleceu nos seguintes termos a fronteira entre o Estado Cisplatino e o Reino do Brasil:

> Os limites dele [do Estado Cisplatino] serão os mesmos que tinha e lhe eram reconhecidos no princípio da revolução, e são: a leste, o oceano; ao sul, o rio da Prata; a oeste, o Uruguai; ao norte, o rio Quaraí até a coxilha de Santana, que divide o rio de Santa Maria, e por essa parte o arroio Taquarembó Grande; *seguindo às pontas do Jaguarão, entra na lagoa Mirim e passa pelo pontal de São Miguel* a tomar o Chuí, que entra no oceano; sem prejuízo da declaração que o soberano

> Congresso dos nossos deputados dê sobre o direito que possa competir a este Estado aos campos compreendidos na última demarcação praticada no tempo do governo espanhol.

Proclamada a Independência do Brasil no ano seguinte, a Banda Oriental incorporou-se ao novo Império com o nome de Província Cisplatina.

Vieram pouco depois, em 1825, a revolução oriental e a intervenção argentina em seu favor, sendo esse território, em 25 de outubro do mesmo ano, declarado, pelo Congresso Constituinte de Buenos Aires, parte integrante da República das Províncias Unidas do Rio da Prata com o nome de Província Oriental.

A guerra que, pela posse desse território, se travou, então, entre o Império do Brasil e a mencionada República, terminou, em virtude da mediação da Grã-Bretanha, com a assinatura da Convenção Preliminar de Paz de 27 de agosto de 1828. Os dois contendores renunciaram aos direitos que entendiam ter sobre a Cisplatina ou Província Oriental e concordaram em que nesse território se formasse um Estado independente e soberano, que ficou sendo a República do Uruguai.

Na Convenção de 1828 nada se estipulou sobre os limites do novo Estado.

Pela de 25 de dezembro de 1828, entre os generais Sebastião Barreto, brasileiro, e Fructuoso Rivera, uruguaio, assinada em Irebeasubá, ficou assentado que o rio Quaraí seria uma "linha divisória provisória até a resolução dos governos interessados sobre as questões pendentes".

II

No Rio Grande do Sul entendia-se geralmente que a nossa fronteira devia ficar no Arapeí, segundo a Convenção de 30 de janeiro e o Auto de Demarcação de 3 de novembro de 1819. No Estado Oriental pretendiam alguns que a fronteira devia ser estabelecida no Ibicuí, embora policiássemos desde 1801, guardando com destacamentos volantes, o território entre o Ibicuí e o Quaraí, e nele tivéssemos fundado estabelecimentos permanentes desde 1806, como a povoação de Inhanduí, que, destruída em 1816, foi logo reinstalada em outro sítio próximo com o nome de Alegrete.

Pode-se, porém, afirmar que o governo Oriental, nas propostas que em diferentes ocasiões fez para a regulação dos limites entre os dois países, ateve-se sempre aos do Tratado de Incorporação de 1821.

Em um memorando, de 13 de março de 1844, escrevia o seu ministro no Brasil, Francisco Magariños:

> O único título de Portugal, e depois do Brasil, à Província Oriental foi, portanto, a Convenção de 1821, que o governo imperial ratificou e reconheceu, e, com esses limites se incorporou (ao Império) e com os mesmos (limites) se separou para formar um Estado independente.

Em outro memorando do mesmo ministro Magariños, sem data, mas apresentado em 1845, lê-se:

> O governo da República Oriental do Uruguai não quer mais, nem pode deixar de manter sua independência, que lhe deu a convenção [de 1828], a que se obrigou sua majestade imperial. Por donde deva correr a linha divisória que separa a província das demais do Brasil, por ali se conforma em que se proceda à demarcação material e se estabeleçam os limites que lhe estão reservados, começando no Chuí, na costa do mar, *costeando a margem ocidental da lagoa Mirim e à direita do Jaguarão*, até terminar na foz do Quaraí, sobre o Uruguai, porque tampouco o governo da República tem faculdade para traspassar essa extensão que foi assinada como princípio fundamental da existência da República.

Esse documento fora redigido de acordo com as instruções que Magariños recebera, assinadas em Montevidéu a 25 de fevereiro de 1845 pelo presidente Joaquin Suarez e pelos seus ministros Santiago Vásquez, Rufino Bauzá e Santiago Sayago. Depois de sustentar desenvolvidamente, nessas instruções, a invalidade da Convenção de 1819 e a vigência do Tratado de 1821, concluía o governo Oriental nos seguintes termos:

> Houve, pois, pacto expresso sobre os limites com que a Província Oriental passava a ser Província Cisplatina, pertencente ao Brasil; com esses limites a conservou este em sua associação e com eles a deixou erigir-se em Estado independente.
>
> A guerra entre as províncias argentinas e o Império sobre a posse do território oriental terminou pela Convenção Preliminar de 27 de agosto de 1828, cujos

> dois primeiros artigos declaram a independência da *Província de Montevidéu, hoje chamada Cisplatina;* e como essa Província Cisplatina estava encerrada nos limites demarcados no pacto que lhe deu aquele nome, é claro que todo o território assim chamado ficou independente e compreendido nesses limites. Nenhum ato, documento algum existe que induza à mínima dúvida a esse respeito; e é, por conseguinte, de evidência completa que os atuais limites da República são de fato os designados no artigo 2º do Ato de Incorporação, que já existiam à época da independência, com reserva do direito que lhe compita pela última demarcação de 1777.
>
> Provar essa última proposição foi o objeto dessas *notas:* fica completamente provada. À habilidade e ao zelo do plenipotenciário toca agora fazer reconhecer a verdade para conseguir que se sancione o *fato* existente e que se dê uma justa compensação pecuniária pelo *direito* que o do Estado às antigas demarcações e que cederá, mediante a compensação, em favor do Império.

Não é, portanto, exato, como se tem escrito e repetido no rio da Prata e mesmo no nosso país, que o governo imperial tivesse tido necessidade de fazer pressão alguma sobre o de Montevidéu para obter as fronteiras atuais, porquanto elas são, com ligeiras diferenças, as mesmas da Ata ou do Tratado de 31 de julho de 1821, que por vezes nos tinham sido propostas. Elas foram recusadas em 1844 e 1845 porque o governo imperial, além de achar que ao de Montevidéu não assistia o direito de, baseando-se no inválido Tratado Preliminar de 1777, pretender uma indenização pecuniária pela posse em que estávamos de territórios conquistados à Espanha na guerra de 1801, era aconselhado pelo general Machado de Oliveira e outros a pedir que as fronteiras entre os dois países fossem assim determinadas: do lado do mar, a leste, por Castilhos Grandes; na lagoa Mirim – que ficaria sendo para o Brasil um lago interior – por uma faixa de terreno compreendendo a distância de dois tiros de canhão, como no citado Auto de Demarcação de 1819; e, do lado do rio Uruguai, pelo seu afluente Arapeí, como na Convenção de 1819, ou, se não fosse possível obter tanto, pelas elevações de terreno entre o Arapeí e o Quaraí, chamadas pelos orientais de coxilha de Santa Rosa ou de los Tres Cerros, e pelos rio-grandenses – em grande número estabelecidos desde 1812 ao norte do Arapeí – de coxilha de Tacumbu. Quanto à lagoa Mirim e ao rio Jaguarão, o governo de Montevidéu, vendo a independência da República Oriental

ameaçada pelo ditador de Buenos Aires, general Rosas, e trabalhando por conseguir contra ele a aliança do Brasil, apenas nos pedia a liberdade de navegação nessas águas para a bandeira mercante oriental e oferecia-nos como fronteira o limite das águas na margem ocidental da lagoa e na margem direita do mencionado rio. A posse exclusiva em que estávamos dessa navegação era mantida desde 1801, e manteve-se sempre, com a exceção de duas únicas interrupções: a primeira ocasionada pela rápida aparição de uma lancha corsária, na lagoa, em 1827; a segunda, de três meses e 20 dias, no ano de 1828, em que ali andou fazendo presas, tendo como lugar de refúgio e base de operações o rio Cebollatí, uma flotilha inimiga, composta de pequenas embarcações, as quais, afinal, foram todas tomadas ou destruídas por canhoneiras nossas no combate de 23 de abril daquele ano, perto da barra do São Luís.[12]

Se, porém, alguns compatriotas nossos, mais exigentes, pretendiam naquele tempo não só que continuássemos senhores de toda a lagoa Mirim, mas também que procurássemos conseguir certa extensão das suas vertentes ocidentais, baseando-se na nossa ocupação bélica de 1737,[13] reconhecida e sancionada pelo Tratado de 13 de janeiro de 1750, outros, mais razoáveis, compreendiam que, anulado, como fora, aquele pacto pelo de fevereiro de 1761, e depois do Tratado Preliminar de 1777, que privara o Brasil dessa lagoa, incluindo-a na zona neutra destinada a ficar inocupada pelos súditos das duas coroas, só podíamos regularmente pretender ao que havíamos adquirido por direito de conquista em 1801, ou ao *uti possidetis* de 1810, reconhecido no Tratado de Incorporação da Cisplatina, de 1821.

E não faltaram também homens competentes e de incontestável dedicação aos interesses do Brasil, que aconselhassem naquele tempo a desistência do nosso domínio sobre parte da lagoa Mirim e do rio Jaguarão.

O conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, alto funcionário no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e, durante toda a sua vida, consultor especial do governo nas questões de limites, disse em uma memória de 20 de novembro de 1844:

---

[12] A flotilha brasileira era comandada pelo então segundo-tenente Manuel Joaquim de Sousa Junqueira; a das Províncias Unidas, pelo major (capitão de corveta) Calixto Silva.

[13] Referência à ocupação do Rio Grande de São Pedro, em 19 de fevereiro de 1737, e à dos serros de São Miguel e arroio Chuí, em 17 de outubro do mesmo ano, pelo general José da Silva Pais.

23º – Principiando do Uruguai, deverá a fronteira do Rio Grande com a República Oriental ser pela coxilha ou altura que divide as vertentes que vão para o norte ao Quaraí das que correm em sentido oposto para o Arapeí. Desta forma ficarão da parte de Montevidéu a vila de Belém e outros estabelecimentos, que são as razões ostensivas que alega o governo Oriental para que os nossos limites não sigam pelo rio Arapeí.

Por essa elevação poderia continuar a fronteira a buscar a coxilha de Santana até as nascentes do arroio de São Luiz, e, depois, por este, até a sua confluência com o Piraí, continuando dali por uma reta aos cerros de Aceguá a buscar a coxilha Grande, e desta a encontrar as nascentes do Jaguarão Chico, e, em seguida, pelo *Jaguarão até a lagoa Mirim*.

Ainda que deva pertencer ao Brasil toda a lagoa Mirim, contudo, à vista das possessões que hoje têm nas suas margens os Orientais, será já impossível excluí-los da navegação daquela lagoa, da foz do Jaguarão para o sul. Parece, pois, que a divisória deverá continuar desde a foz do Jaguarão pelo meio da lagoa até defronte das nascentes do Chuí, seguindo as águas deste até o oceano.

Se o Brasil pudesse ir buscar todas as vertentes que correm para a lagoa Mirim a fim de que só nós tivéssemos a sua navegação, conviria insistir em que a raia começasse na Angustura de Castilhos Grandes; mas, estando o governo de Montevidéu em possessão dos rios Cebollatí, Parado, Taquari e outros, que têm origem na coxilha Grande, e com povoações como São Servando, Cerro Largo e outras, não é de esperar que renuncie (e já declarou que não) a essa navegação, que tanto valeria reconhecer a Convenção de 1819.

Se fosse possível concordar com os nossos vizinhos, quando se fizesse o tratado definitivo, ficarem à Província do Rio Grande todas aquelas vertentes, seguindo a raia desde Castilhos Grandes pela coxilha Grande até Santa Tecla, ainda que à custa de recuarmos para Bagé e o Quaraí, talvez conviesse fazê-lo. Só assim poderiam remover-se os inconvenientes da *pretensão dos montevideanos a navegar não só a lagoa Mirim, mas também a sair por suas águas, e pela lagoa dos Patos e Rio Grande, até o oceano, pretensão que substituirá e que eles apoiam nas mesmas razões que nós alegamos para os nossos barcos baixarem de Mato Grosso e de São Borja ao Atlântico pelos rios Paraguai e Uruguai*.

O general Soares de Andréa, posteriormente barão de Caçapava, escreveu, em parecer de 13 de março de 1847:

> Tomada uma qualquer vertente do Jaguarão mais a propósito da direção geral da fronteira, deve esta seguir a margem esquerda dessa vertente e a do rio Jaguarão *até entrar na lagoa Mirim, e pelo meio dela a igual distância de uma e outra margem, até entrar na foz do arroio de São Miguel*. Deste ponto até o mar há uma nova fronteira a determinar (...)

III

Três seções do Conselho de Estado, as dos Negócios da Guerra, Estrangeiros e Império, consultadas pelo governo, responderam em 18 de março de 1847:

(...)

Considerando as seções as seguintes razões:

1ª Como o Tratado de 1º de outubro de 1777, que estabeleceu os ditos limites, nunca teve plena execução.

2ª Como durante a guerra que se seguiu, em 1801, entre as coroas de Portugal e Espanha, foi pelos portugueses conquistado o território entre a coxilha Geral e o Uruguai, e desde o Quaraí até a entrada no Uruguai do rio Pepiri-Guaçu.

3ª Como pelo Tratado de Badajoz, de 6 de junho de 1801, não foi renovado o de 1777, nem se estipulou a restituição do mencionado território conquistado.

4ª Como a Convenção de 1819, que dilatou as fronteiras do Império desde Castilhos Grandes até o Arapeí bem que tivesse plena execução, foi alterada ou renovada pela segunda condição do Ato de Incorporação que fica transcrito.

5ª Como esse Ato de Incorporação foi aceito pelo governo imperial, e pelo mesmo citado como um título do Império à Província Cisplatina, tanto na correspondência entre o comissário argentino Valentin Gomez e o ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil,

na nota de 6 de fevereiro de 1824, quanto no Manifesto de Declaração de Guerra do governo imperial às Províncias Unidas do Rio da Prata, de 10 de dezembro de 1825.

6ª Como o Brasil erigiu em República do Uruguai a Província Cisplatina; e esta tinha os limites que lhe foram assinados no referido Ato de Incorporação.

7ª E, finalmente, como esse Ato de Incorporação é produzido pelo governo oriental para mostrar que as divisas do Império não principiam em Castilhos Grandes e vão ter ao Arapeí, mas sim em Chuí, continuando pelo Jaguarão, coxilha de Santana e Quaraí, embora o governador de Buenos Aires taxe a incorporação de nula, atribuindo-a à violência e à coação das baionetas do visconde de Laguna.

Parece às seções que o Tratado de 1777 deixou de ter vigor desde 1801 e que as divisas entre o Império e a República Oriental são as marcadas no Ato de Incorporação. E se em algum tempo o governo de Montevidéu se retratar destas divisas, que tem autenticamente reconhecido, aproveitará o Império no *uti possidetis* de 1810 que não oferece a questão dos campos medidos, ou melhor ainda, a Convenção de 1819.

Essa consulta é assinada pelos conselheiros de Estado José Joaquim de Lima e Silva, visconde de Olinda (depois marquês), Bernardo Pereira de Vasconcelos, visconde de Monte Alegre (depois marquês), Honório Hermeto Carneiro Leão (depois visconde e marquês de Paraná), Francisco Cordeiro de Silva Torres e Caetano Maria Lopes Gama (depois visconde de Maranguape).

Ouvido o Conselho de Estado em reunião plena, pela resolução imperial de 12 de maio de 1847, foi do mesmo voto.

IV

Só quatro anos depois, em 1851, por iniciativa do governo oriental, voltou-se a tratar da questão de limites.

Desde 1842, resistia ele, dentro das trincheiras de Montevidéu, ao assédio que os seus adversários políticos, com o apoio de tropas de Buenos Aires, haviam posto a essa capital. O general Oribe que as comandava, considerava-se também presidente da República Oriental. Tinha cessado a intervenção militar anglo-francesa contra os generais Rosas e Oribe. A Inglaterra, em

1847, e a França, no ano seguinte, haviam levantado o bloqueio de Buenos Aires. A França, em 1850, reduzira, suprimindo totalmente pouco depois, o subsídio mensal que pagava para as necessidades da guarnição e defesa da praça de Montevidéu. O Brasil, solicitado pela legação oriental, começou então a fornecer, por empréstimo pago em prestações mensais, a quantia que o governo de Montevidéu julgou necessária para poder continuar a resistência.

As nossas relações diplomáticas com o ditador de Buenos Aires estavam rotas desde 1850.

Em nota de 16 de março de 1851, o conselheiro Paulino de Sousa, ministro dos Negócios Estrangeiros (pouco depois visconde de Uruguai), anunciava ao ministro da República Oriental, Andrés Lamas, que, tendo a obrigação de manter a independência dessa República, e vendo-a ameaçada, o governo imperial estava resolvido a coadjuvar a defesa da praça de Montevidéu e a embaraçar a sua tomada pelos sitiantes.

A 29 de maio seguinte, o Brasil, a República Oriental do Uruguai e o estado argentino de Entre Rios assinaram em Montevidéu um Convênio de Aliança Ofensiva e Defensiva, a que aderiu a província argentina de Corrientes, para o fim de manterem a independência e de pacificarem o território do Uruguai, fazendo sair dele o general Oribe e as forças argentinas que este comandava e cooperando para que, restituídas as coisas ao seu estado normal, se procedesse à eleição livre do presidente da República.[14]

Foi nessas condições que o ministro Andrés Lamas, em nota de 18 de agosto do mesmo ano de 1851, declarou ao nosso ministro dos Negócios Estrangeiros que o governo de Montevidéu lhe ordenara

---

[14] Lê-se no *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros* de 1852, p.XXI:
"Segundo a organização da Confederação Argentina, era cada uma das províncias soberana e independente; e suposto tivessem feito entre si diversos tratados, não se tinha fixado neles de um modo uniforme a autoridade que devia ser encarregada das relações exteriores, único laço de união que entre elas existia. Esta autoridade tinha sido delegada na pessoa do general dom João Manoel de Rosas.
Em virtude das faculdades ordinárias e extraordinárias de que tinha sido investido pela Honrada Sala de Representantes da Província, o governador e capitão-general da província de Entre Rios declarou no dia 1o de maio de 1851: 'Que era a vontade do povo entrerriano reassumir o exercício das faculdades inerentes à sua soberania delegadas na pessoa do excelentíssimo governador e capitão-general da província de Buenos Aires, para cultivar as relações exteriores e para a direção dos negócios da paz e guerra da Confederação Argentina, em virtude do Tratado Quadrilateral das Províncias Litorais de 4 de janeiro de 1831; que manifestada assim a vontade livre de Entre Rios, ficava esta apta para entender-se diretamente com os demais governos do mundo, até que, congregada a assembleia nacional das mais províncias irmãs, fosse definitivamente constituída a República.'
A província de Corrientes aderiu depois a essa declaração.
Tendo essas províncias reassumido assim o exercício completo da sua soberania, e admitido a renúncia que todos os anos fazia e acabava de fazer o general Rosas do seu poder, celebrou com elas o governo imperial o Convênio de 29 de maio de 1851 (...)"

manifestar ao do imperador que, consumados pelo Convênio de 29 de maio todos os compromissos que podia contrair o Brasil para salvar a independência e a liberdade da República Oriental e concorrer para o estabelecimento e a conservação da paz e de um governo regular, e, mudada como estava a situação da República, "o primeiro pensamento, o primeiro desejo" do seu governo era "estreitar e fortificar quanto fosse possível a sua aliança com o Brasil"; e como para chegar a esse fim convinha remover qualquer motivo de ulterior desinteligência, renovara as ordens que a ele ministro havia dado para negociar e concluir com o governo imperial todos os ajustes que para isso fossem necessários, e já estavam previstos pelo artigo 21 do Convênio de 29 de maio.

Foram plenipotenciários do Brasil nessa negociação os conselheiros Carneiro Leão (marquês do Paraná) e Limpo de Abreu (visconde de Abaeté). Em cinco conferências, de 2 a 10 de outubro, discutiram eles e assinaram no dia 12, com o ministro Andrés Lamas, no Rio de Janeiro, quatro tratados: de Limites, de Comércio e Navegação, de Aliança, e de Extradição. Na mesma data, o ministro dos Negócios Estrangeiros assinou com o plenipotenciário Lamas uma convenção regulando a prestação, por empréstimo, de auxílios pecuniários à República Oriental e estabelecendo as garantias que ela devia dar ao Brasil.[15]

A questão de limites foi tratada e resolvida nas três primeiras conferências de 2 a 4 de outubro.

Desde a primeira, o plenipotenciário oriental, recusando aceitar

[15] No mesmo dia 12 de outubro de 1851, o general Oribe capitulava em Pantanoso, perto de Montevidéu, subscrevendo as honrosas e liberais condições que lhe concedera o general Urquiza, governador e capitão-general de Entre Rios. Ficou assim pacificada a República Oriental do Uruguai.

Ao citado Convênio de Aliança, de 29 de maio de 1851, seguiu-se o de 21 de novembro do mesmo ano, concluído em Montevidéu, entre o Império do Brasil, a República Oriental, e as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes. O artigo 1o ficou assim redigido:

"Os Estados aliados declaram solenemente que não pretendem fazer a guerra à Confederação Argentina, nem coarctar de qualquer modo que seja a plena liberdade de seus povos no exercício dos direitos soberanos que derivem de suas leis e pactos, ou da independência perfeita da sua nação. Pelo contrário, o objeto único a que os Estados aliados se propõem é libertar o povo argentino da opressão que suporta sob a dominação tirânica do governador dom João Manoel de Rosas, e auxiliá-lo para que, organizado na forma regular que mais julgue convir aos seus interesses, à sua paz e amizade com os Estados vizinhos, possa constituir-se solidamente estabelecendo com eles as relações políticas e de boa vizinhança de que tanto necessitam para seu progresso e engrandecimento recíproco."

A batalha de Monte Caseros, ou de Morón (3 de fevereiro de 1852), vencida pelos Aliados sob o comando do general Urquiza, pôs termo à longa ditadura de Rosas.

por base da discussão a Ata de 30 de janeiro de 1819, declarou que "para regular a questão de limites, admitiria como base a posse atual do Império, e, outrossim, reconheceria o exclusivo que ele tem na navegação da lagoa Mirim, renunciando para isso aos direitos que o Estado Oriental se havia reservado pelo Tratado de Incorporação", de 1821 (ofício de 2 de outubro de 1851, dos plenipotenciários brasileiros ao ministro dos Negócios Estrangeiros).

Os nossos plenipotenciários responderam que, se viessem a admitir o *uti possidetis* como base para a negociação, não poderiam deixar de propor alterações, e que estas, como ele reconheceria, não eram inspiradas pelo desejo de aumentar território, mas pela necessidade de cobrir melhor a linha de fronteira, e, sobretudo, pelo interesse comum de evitar a repetição de conflitos que pudessem perturbar as relações de amizade e boa inteligência entre os dois países. Aproveitavam a ocasião para indicar, desde logo, algumas modificações que lhes pareciam indispensáveis na linha do Jaguarão à coxilha Grande, e para declarar que "no intuito de se manter e proteger o exclusivo da navegação da lagoa Mirim", teriam de "sugerir a ideia de se nos conceder o estabelecimento de dois portos, com meia légua de terreno, um na embocadura do Cebollatí e outro na do Taquari".

Nas duas conferências havidas no dia 4, pela manhã e à noite, foram debatidos o projeto brasileiro e o contraprojeto oriental (anexos nºs 1 e 2), sendo este, por fim, quase textualmente adotado, como se poderá ver confrontando-o com o Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851 (anexo nº 3).

As linhas descritas nesse tratado sofreram as modificações constantes do Tratado de 15 de maio de 1852 (nºs 6 e 7) e do Acordo de 22 de abril de 1853 (nº 8), ambos assinados em Montevidéu: o primeiro, pelo conselheiro Carneiro Leão, enviado extraordinário do Brasil em Missão Especial, e pelo ministro das Relações Exteriores da República Oriental, Florentino Castellanos; o segundo, pelo mesmo ministro das Relações Exteriores e pelo então ministro residente do Brasil, Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco.[16]

[16] O Tratado de Limites e os outros tratados de 12 de outubro de 1851 foram ratificados pelo presidente provisório da República Oriental Joaquín Suarez, e as ratificações trocadas em Montevidéu a 11 de novembro de 1851; mas depois da eleição da Assembleia-Geral Legislativa do Uruguai, em que venceu o partido contrário, sendo eleito presidente da República Juan

Com essas mudanças, e segundo as atas da demarcação a que se procedeu, ficou sendo esta a linha divisória desde o mar até o Jaguarão:

Da embocadura do arroio Chuí, no oceano, sobe pelo dito arroio até o seu Passo Geral; deste corre a rumo direito para o Passo Geral do arroio de São Miguel, e desce por sua margem direita até encontrar o pontal de São Miguel, na costa meridional da lagoa Mirim (Acordo de 22 de abril de 1853).

Da boca do arroio de São Miguel, continua circulando a margem ocidental da lagoa até a foz do Jaguarão, conforme o uti possidetis (Tratado de 15 de maio de 1852, artigos 1º e 2º, e Acordo de 22 de abril de 1853).

Da boca do Jaguarão segue pela margem direita do dito rio acompanhando o galho mais ao sul que tem a sua origem no vale de Aceguá e serros do mesmo nome (Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851); ou, mais especificadamente: *pela margem direita do Jaguarão, segue pelas águas do arroio conhecido por Jaguarão-Chico, ou Guabiju, afluente da margem direita do Jaguarão; e por ele vai até a confluência do arroio da Mina, na margem direita do dito Jaguarão-Chico* (Ata assinada a 6 de abril de 1856, em Santana do Livramento, pelos comissários do Brasil e da República Oriental, general barão de Caçapava e coronel José María Reyes).

Isso quanto às fronteiras que ficaram estabelecidas em virtude dos ajustes de 1851, 1852 e 1853.

Quanto à navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, a República Oriental do Uruguai reconheceu, expressamente, pelo artigo 4º do Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851, que o Brasil estava na posse exclusiva da navegação naquelas águas, e devia permanecer nela, segundo a base do *uti possidetis* admitida com o fim de chegar a um acordo final e amigável. ("Reconhecendo que o Brasil tem a posse exclusiva da navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, e que deve permanecer com ela segundo o fundamento adotado do *uti possidetis*, admitido com a finalidade de se chegar a um acordo final e amigável...")

As declarações feitas nas notas de 3 e 31 de dezembro de 1851, trocadas entre a legação oriental no Rio de Janeiro e o governo

Francisco Giró, o novo governo oriental levantou dúvidas sobre a validade dos mesmos tratados. Com o de 15 de maio de 1852, modificando o de limites de 1851, ficou reconhecida a validade de todos esses pactos.

imperial, ficaram tidas como interpretação autêntica do Tratado de Limites, nos pontos por elas compreendidos, dando as duas partes a essas declarações a mesma força e vigor que teriam se nele estivessem inseridas.

Na de 3 de dezembro, do ministro Andrés Lamas, lê-se (anexo nº 4):

> 3º O mesmo artigo 4º do tratado reconhece o fato da posse exclusiva da lagoa Mirim em que se acha o Brasil; e, em virtude da base do *uti possidetis*, que foi admitida para poder chegar-se a um acordo, deixa-o nessa posse.
>
> Em *princípio*, a República Oriental do Uruguai reconhece que já não tem direito à navegação das águas da lagoa Mirim. Porém, esse reconhecimento não exclui que a possa obter *por concessão do Brasil*.
>
> Estabelecida assim a inteligência do artigo, nesse ponto, o abaixo assinado declara haver entendido que o Brasil não teria dificuldade em fazer *essa concessão*, que lhe seria compensada pela navegação dos confluentes orientais (...)

Na nota de 31 de dezembro, do ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino de Sousa (anexo nº 5):

> Pelo que toca ao direito exclusivo de navegar as águas da lagoa Mirim, de que o Brasil estava de posse, e que o tratado reconheceu, o abaixo assinado limitar-se-á a declarar que ele não tolhe que o Brasil, por concessões especiais, admita, debaixo de certas condições e certos regulamentos policiais e fiscais, embarcações orientais a fazerem o comércio nos portos daquela lagoa.

Encontra-se idêntica declaração, feita pelo plenipotenciário brasileiro Carneiro Leão, no protocolo das conferências que precederam a assinatura do Tratado de 15 de maio de 1852 (Anexo nº 6).

V

Do assunto da navegação na lagoa Mirim e no rio Jaguarão trataram posteriormente os dois governos em várias ocasiões.

No Tratado de Comércio e Navegação de 4 de setembro de 1857, assinado no Rio de Janeiro pelo visconde de Uruguai e pelo ministro oriental, Andrés Lamas, foram incluídos os dois artigos seguintes:

> Artigo 13 - Fica reconhecida em princípio a mútua conveniência para o comércio, a indústria e benévolas relações dos dois países, de abrir, por concessão do Brasil, a navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão à bandeira da República Oriental do Uruguai. Porém, dependendo a aplicação desse princípio de exames e estudos aos quais mandará o governo imperial proceder desde logo, será essa concessão matéria de negociação ulterior quando se tratar de tratado definitivo.
>
> Artigo 14 - Entretanto, o governo de sua majestade o imperador do Brasil se oferece espontaneamente a dar todas as facilidades possíveis ao comércio que se faz pela lagoa Mirim e pelo Jaguarão, permitindo que os produtos que fazem objeto do mesmo comércio possam ser embarcados diretamente em embarcações que os devem conduzir por aquelas águas, sem estarem sujeitos por medidas fiscais a baldeações forçadas, navegando as ditas embarcações diretamente para seus destinos.

A troca das ratificações efetuou-se no Rio de Janeiro, a 23 de setembro de 1858, declarando então o governo brasileiro (nota do ministro dos Negócios Estrangeiros, visconde de Maranguape) que deixaria de se considerar ligado às novas estipulações se as Câmaras do Uruguai, na seguinte sessão legislativa, não aprovassem o tratado, também de 4 de setembro de 1857, para a permuta de território que tinha por fim dar logradouro à vila de Santana do Livramento, cujas dependências eram cortadas pela linha divisória. O Tratado de Permuta de Territórios foi, pouco depois, virtualmente rejeitado pelo governo oriental, porquanto, com o fim de modificá-lo, retirou-o do Senado e até criou, subsequentemente, uma vila, com o nome de Ceballos, mudado, cinco anos mais tarde, para o de Rivera, no território que ficaria pertencendo ao Brasil, se o tratado fosse aprovado. Era, portanto, chegado o caso de se tornar efetiva a condição com que o Brasil concorrera à troca das ratificações do Tratado de Comércio e Navegação, e para isso o

governo imperial expediu o Decreto nº 2.653, de 29 de setembro de 1860, suspendendo a execução desse tratado a partir do dia 1º de janeiro seguinte e declarando subsistente o de Comércio e Navegação de 12 de outubro de 1851. A legação do Brasil em Montevidéu comunicou isso, por nota de 13 de outubro de 1860, ao governo oriental, e este respondeu, por nota de 26, que estava "conforme com a anulação do Tratado de 4 de setembro de 1857, devendo ser considerado desde o dia 1º de janeiro de 1861 como se nunca tivesse existido".

Uma Convenção posterior, a 18 de janeiro de 1867, negociada pelo conselheiro Sá e Albuquerque, então ministro dos Negócios Estrangeiros, e pelo já citado ministro oriental, não chegou a ter execução.

O seu artigo 1º estava assim redigido:

> Fica aberta, por concessão do Brasil, a navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão ao comércio da bandeira oriental; e por concessão da República Oriental do Uruguai, fica aberta ao comércio da bandeira brasileira a navegação dos rios Cebollatí, Taquari, Olimar e outros, que diretamente ou indiretamente deságuam na referida lagoa.

O general Venâncio Flores, governador provisório da República Oriental, desaprovou esse acordo, desejando modificações que não pôde conseguir.

O governo oriental passou a oferecer-nos sucessivamente outros projetos que, todos, apenas visavam ao assunto da navegação e comércio na lagoa Mirim e rio Jaguarão: os de 13 de novembro de 1867 e 8 de janeiro de 1878, entregues ao nosso representante diplomático em Montevidéu pelos senhores Alberto Flangini e Gualberto Méndez, que naquelas datas ocupavam o cargo de ministro das Relações Exteriores; e os de 1º de setembro de 1879, 17 de janeiro de 1891 e 2 de dezembro de 1895, apresentados, respectivamente, pelos seus ministros acreditados no Brasil, senhores Vásquez Sagastume, Francisco Bauzá e Carlos de Castro.

Nenhuma dessas propostas teve andamento e solução, o que se deve atribuir principalmente ao curto período administrativo dos ministros que as receberam e dos seus sucessores, assim como à resistência que a todas elas constantemente opôs, apesar do progresso dos tempos, o espírito pouco inovador de um antigo e venerando funcionário, cujas opiniões eram sempre atentamente ouvidas pelos homens políticos de

passagem nesta repartição.

Entretanto, o doutor Carlos de Carvalho, no seu relatório de 1896, escrito pouco antes de deixar o ministério, revelou nas seguintes linhas – que encontraram imediata impugnação na nossa imprensa – as ideias adiantadas que já então tinha sobre a matéria (p.5):

> Por outro lado, a livre-navegação da lagoa Mirim e rio Jaguarão e a sua possível ligação com o Atlântico, desvanecendo preconceitos políticos, habilitaria a República Oriental do Uruguai a desempenhar a sua função internacional na América do Sul, adquirindo, por ato da sua plena soberania, absoluta tranquilidade externa para desenvolver seus elementos de prosperidade, estando como está, admiravelmente colocada no estuário do Prata para servir de traço de união e amizade entre o Brasil e a República Argentina.

E, referindo-se à proposta apresentada pelo ministro Carlos de Castro (Ibidem, p.25): "O governo brasileiro pouco poderá adiantar, por motivos que foram expostos com franqueza. *Mais à opinião nacional do que ao governo, que deverá ser-lhe reflexo, cabe indicar a diretriz*."

Posso acrescentar que em maio de 1905, quando ao doutor Carlos de Carvalho, então consultor jurídico do Ministério a meu cargo, manifestei a opinião de que devíamos não só conceder a liberdade de navegação, sempre solicitada pela República Oriental, mas também, por ato nosso, espontâneo e desinteressado, devíamos modificar a linha de fronteiras na lagoa Mirim e rio Jaguarão, achei-o de pleno acordo com essas ideias, que também encontraram, em dezembro do mesmo ano, o mais favorável acolhimento da parte do presidente Rodrigues Alves.

VI

Ainda que sejam geralmente conhecidas as regras de direito observadas na determinação de fronteiras em rios e lagos internacionais, peço vênia para transcrever aqui os seguintes parágrafos em que as expôs com a maior concisão e clareza o conselheiro Lafaiete Pereira, nos seus *Princípios de Direito Internacional*:

> § 81 *Rios nas extremas; ilhas, aluviões.*

Acerca dos rios que servem de extrema dos Estados (rios contíguos) e das ilhas e aluviões que neles se formam, vigoram os princípios seguintes:

a) se o rio não é navegável, o território de cada Estado confinante estende-se até a linha longitudinal que se supõe tirada pelo centro a igual distância de uma e outra margem. Se for navegável, toma-se como limite o perfil longitudinal em que a corrente é mais profunda (*talvegue, filum aquæ*).

Pode acontecer que o leito do rio encerre diversos canais mais ou menos profundos. Em tal caso serve de linha divisória o canal mais apropriado à navegação, não só no percurso do leito, como ainda através da baía ou estuário por onde as águas se encaminham para o mar, suposto dessa linha resultem para uma e outra parte porções desiguais.

Enquanto o rio conserva o mesmo leito, a linha divisória acompanha as mudanças do *talvegue* ou canal navegável. Se o rio, porém, muda de leito, subsiste a divisa pelo leito abandonado. O novo leito imprime ao rio, na parte que lhe corresponde, a sua condição jurídica, isto é, a do território por onde é aberto;

b) a parte que a corrente do rio deixa descoberta em uma das margens, bem como o aumento por aluvião, pertencem ao território do lado em que se consumam tais fenômenos.

As ilhas que nascem no leito do rio, se ocupam o centro, dividem-se entre os Estados confinantes pela linha que serve de limite; se se formam fora dessa linha, acrescem ao território do Estado em cujas águas surgem;

c) o direito de navegar pelas águas dos rios que servem de extrema pertence exclusivamente às nações confinantes, salvo concessão por estipulações a terceiros Estados;

d) o rio que serve de extrema, todavia, pode pertencer em toda a sua largura a um só dos Estados confinantes por virtude ou de tratado, ou de ocupação prévia, ou de qualquer título legítimo.

§ 82 *Lagos e mares interiores contíguos.*

Os lagos cercados de todos os lados por territórios de diversos Estados pertencem a esses Estados, desde a margem até a linha ou ponto central, na extensão da testada de cada um.

Nem sempre é fácil estabelecer praticamente a linha divisória. Nesse caso a navegação compete em comum a todos os Estados ribeirinhos.

Igualmente pertencem aos Estados cujos territórios os cingem os mares interiores contíguos, na proporção das respectivas fronteiras.

A soberania territorial de cada um dos Estados ribeirinhos estende-se até a linha de respeito (três milhas). Dessa linha para diante a navegação é comum entre eles.

Quando os lagos e mares interiores contíguos comunicam com o mar por desaguadeiros, canais ou estreitos, são aplicáveis os mesmos princípios de direito que regulam hipóteses idênticas com relação a lagos e mares simplesmente interiores apenas com a seguinte advertência que é determinada pela circunstância de pertencer o mar interior contíguo a mais de um Estado.

Dada a hipótese de comunicar o mar contíguo com o alto por estreito subordinado em toda a sua largura à jurisdição territorial, o Estado circunvizinho que é senhor da embocadura do estreito e o Estado ou Estados que ocupam o território ou territórios que o mesmo estreito atravessa no seu seguimento não podem recusar o direito de livre trânsito aos Estados a quem pertence o contíguo. No caso figurado o estreito constitui uma como servidão comum.

VII

A nossa situação na lagoa Mirim e no rio Jaguarão ficou perfeitamente regularizada com o Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851. Por ele, a República Oriental renunciou ao direito de condomínio que, como ribeirinha, lhe cabia nessas águas antes daquela data.

Não foi, como injustamente se tem escrito, uma renúncia imposta pelo governo brasileiro: foi uma renúncia que desde 1844 o governo de Montevidéu nos oferecia na esperança de obter, em troco, o nosso apoio para salvar a independência política da sua pátria.

O caso do Brasil, se era único na América – e o é –, podia, então

– e pode ainda hoje –, justificar-se plenamente com outras situações semelhantes.

Todos os mestres do Direito Internacional, como o eminente jurisconsulto que acabo de citar, ensinam que, em virtude de tratado ou de outro título legítimo, um rio ou um lago de extrema pode pertencer em toda a sua largura a um só dos Estados confinantes.

Sem falar em exemplos do passado, de que fazem menção algumas obras de Direito Internacional,[17] vários outros, atuais, podem ser citados.

a). Na Europa

Fronteira entre a Prússia e a Saxônia. Uma seção do *Lebauer Wasser* ficou pertencendo em toda a sua largura à Saxônia (Tratado de 18 de maio de 1815, assinado em Viena por esses dois reinos, artigo 2º).

Fronteiras entre a Suíça e a França. O rio *Foron*, na extensão de oito quilômetros, pertence todo à França (Tratado de Turim, de 16 de março de 1816, entre a Suíça e a Sardenha, artigo 1º; e Ata Geral da Comissão Territorial reunida em Frankfurt, assinada a 20 de julho de 1819, artigo 41. A demarcação de 1816 foi completada em 1899).

Os pequenos rios *Morges, Eau Noire* e um trecho do *Doubs*, cujas águas pertencem exclusivamente à França; *Barberine e Ranconnière*¸ que pertencem à Suíça (Convenção entre a França e a Suíça, assinada em Paris, a 10 de junho de 1891; e Ata de 9 de janeiro de 1897).

No *Danúbio*, desde a antiga fronteira oriental da Sérvia até um ponto a leste de Silístria, a margem direita, ou búlgara, serve de limite entre a Bulgária e a Romênia, pertencendo, portanto, o rio, em toda a sua largura, nesse extenso trecho, à Romênia (Tratado de Berlim, de 13 de julho de 1878, entre a França, Alemanha, Áustria-Hungria, Grã-Bretanha, Itália, Rússia e Turquia, artigo 2º, em que foram estabelecidos os limites do novo principado da Bulgária, hoje reino).

b). Na África

Lago *Zipe* ou *Jipe*, entre as possessões da Grã-Bretanha e Alemanha

[17] Entre elas, as de Ernest Nys, *Le Droit International*, Bruxelas, 1904, tomo I, p.425 a 430; W. E. Hall, *A Treatise on International Law*, 5ª ed., Oxford, 1904, p.122 e seguintes: Pinto da Rocha, *O Tratado do Condomínio*, Porto Alegre, 1910, p.99-102.

na África Oriental. A linha divisória acompanha a margem setentrional, britânica, pertencendo todas as águas à Alemanha (artigo 1º, nº 1, do Tratado de Berlim, de 1º de julho de 1890).[18]

Lago *Niassa*. São ribeirinhos à Grã-Bretanha, à Alemanha e a Portugal, mas todas as águas pertencem à primeira dessas potências, passando a fronteira britânica ao longo das margens desses seus vizinhos (Tratado de Berlim, de 1º de julho de 1890, Grã-Bretanha e Alemanha; Tratado de Lisboa, de 11 de junho de 1891, Grã-Bretanha e Portugal).

Lago *Chiuta* e lago *Shirwa*, também chamado Chirua e Chilua. Pertencem ambos inteiramente à Grã-Bretanha, porque a fronteira britânica acompanha as margens portuguesas (Tratado de 11 de junho de 1891).

Rio *Dehawa* ou *Schaove* ou *Dschawoe*, no oeste africano, entre o protetorado alemão de Togo e a ex-colônia britânica da Costa do Ouro, então hoje, Gana. A fronteira passa pela margem inglesa, pertencendo toda a largura do rio à Alemanha (Tratado de 1º de julho de 1890, artigo 1º).

Rio *Volta*, que em um trecho separa essas mesmas possessões. A fronteira segue a margem alemã e, portanto, nessa parte, toda a água pertence à Grã-Bretanha (mesmo tratado e artigo).

Rio *Orange*, entre a ex-colônia britânica do Cabo, hoje parte da República da África do Sul e a da África Sudoeste Alemã (*Deutsch Sudwest Africa*), hoje Namíbia. A fronteira acompanha a margem setentrional, isto é, a margem alemã, desde 20º W de Greenwich até o mar. O domínio britânico estende-se, assim, sobre toda a largura do rio (Tratado de 1º de julho de 1890, artigo 3º, nº 1).

Essas e a nossa da lagoa Mirim e rio Jaguarão são presentemente, que eu saiba, as únicas exceções.

Em todos os demais lagos e rios de extrema – tanto no nosso quanto nos outros continentes –, as fronteiras são determinadas de acordo com as regras gerais de direito anteriormente apontadas e que agora procuramos aplicar à lagoa Mirim e ao rio Jaguarão.

[18] Estão agora em andamento negociações para a modificação da fronteira e estabelecimento do condomínio neste lago.

1º Lagos internacionais

Na América: as lagoas de *Cáceres, Mandioré, Gaíba* e *Uberaba*, entre o Brasil e a Bolívia, cumprindo notar que eram lagos interiores, estando o Brasil de posse de todo o território circunvizinho, e pelo Tratado de La Paz, de 27 de março de 1867, recuou a sua fronteira de fato, cedendo à Bolívia parte dessas lagoas, e, pelo Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, modificou ainda a linha divisória, melhorando a situação da Bolívia nessas águas; o lago *Titicaca*, entre o Peru e a Bolívia; e os lagos de *Chiputnaticook (First Lake* e *Second Lake*), *Chibnitcook* (ou *Grand Lake*), *Petteiquaggamas, Petteiquaggamak* (ou *Bean Lake*), *Leach Pond, Memphremagog, Champlain, Ontario, Erie, St. Clair, Huron, Superior, Rainy,* e *of the Woods,* entre o domínio britânico do Canadá e os Estados Unidos da América.

Na Europa: o lago de *Genebra*, entre a Suíça e a França; de *Constança* (*Boden See*), que pertence em comum à Suíça, à Áustria, à Baviera, a Wurtemberg e a Baden; o *Unter See*, entre Suíça e Baden; os lagos *Maggiore* e *Lugano*, entre a Itália e a Suíça; de *Garda*, entre a Itália e a Áustria; os lagos entre a Prússia e a Rússia;[19] entre a Rússia e a Suécia;[20] entre a Rússia e a Noruega;[21] entre a Suécia e a Noruega;[22] e o lago de *Scutari*, entre a Turquia e o Montenegro.

No mar Cáspio, em que também é ribeirinha a Pérsia, só a Rússia pode manter navios de guerra.

Na Ásia: o lago *Hanka* ou *Hinkai*, atravessado pela linha de fronteira entre a Rússia e a China (Tratado Adicional ao de Limites de 16/23 de maio de 1858, assinado em Pequim a 2/14 de novembro de 1860).

Na África: lagos internacionais em que os ribeirinhos observaram as regras gerais de direito para a determinação de fronteiras:

---

[19] *Powitz* ou *Powidzer, Golplo, Rajgrôd* e *Wyschtyten*.

[20] *Koukima-jaur, Ylinen, Kilpsis-jaur, Taste-jaur, Catina, Cahti-jaur, Naimaka-jaur, Kalotti-jaur* (Ata de demarcação de Tornea, 8/20 de novembro de 1810).

[21] Os lagos que o rio Pasvik ou Pasrek atravessa (Convenção entre o imperador da Rússia e o rei da Suécia e Noruega, assinada em São Petersburgo a 2/14 de maio de 1826).

[22] Tratados de 26 de outubro de 1661 e 2 de outubro de 1761.

Vitória Niansa (Alemanha e Grã-Bretanha, Tratado de Berlim, de 1º de julho de 1890, artigo 1º).

Alberto Eduardo (Estado do Congo e Grã-Bretanha, protetorado de Uganda; Acordo de 12 de maio de 1894).

Tanganica (Alemanha, Congo e Grã-Bretanha; Acordo de 12 de maio de 1894).

Moero (Congo e Grã-Bretanha; citado acordo).

Chade (França, Alemanha e Grã-Bretanha).

Sobre a delimitação no lago *Kivu* e seus arredores, há, entre a Alemanha, a Bélgica (Congo) e a Grã-Bretanha, divergências que parecem próximas de uma solução satisfatória para as três partes.

2º *Rios de extrema no Brasil*, nos quais, todos, existe o condomínio, seguindo a linha divisória quase sempre a meia distância das margens ou, em alguns casos, o talvegue:

Oiapoque (Brasil e Guiana Francesa; laudo do Conselho Federal Suíço, Berna, 1º de dezembro de 1900); *Tacutu e Maú* (Brasil e Guiana Britânica; laudo do rei da Itália, Roma, 6 de junho de 1904); *Cuiari* ou *Iquiare, Uaupés* ou *Caiari, Capuri, Taraira* e *Apopóris* (em todos cinco, o talvegue; Brasil e Colômbia, Tratado de Bogotá, de 24 de abril de 1908); *Javari* (Brasil e Peru, Convenção de Lima, de 23 de outubro de 1851); *Breu Terceiro, Santa Rosa, Alto Purus* (talvegue) desde a confluência do *Santa Rosa* até a do *Chambuiaco*, o mesmo *Chambuiaco* e o *Alto Acre* (Brasil e Peru, Tratado do Rio de Janeiro, de 8 de setembro de 1909); o mesmo *Alto Acre, Igarapé Baía, Rapirr*ã e *Abun*ã (Brasil e Bolívia, Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903); *Madeira, Mamoré, Guaporé* e *Verde* (Brasil e Bolívia; Tratado de La Paz, de 27 de março de 1867, e de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903); pequeno trecho do rio *Paraguai* (Brasil e Bolívia, Tratado de Petrópolis); trecho do rio *Paraguai*, da *Baía Negra* ao *Apa* (Brasil e Paraguai, trecho não mencionado no Tratado de 1872, mas fronteira reconhecida pelas duas partes); *Apa* e *Alto Paraná* (Brasil e Paraguai; Tratado de Asunción, de 5 de janeiro de 1872); *Iguaçu* (Brasil e Argentina; Tratado do Rio de Janeiro, de 6 de outubro de 1898); *Santo Antônio* e *Pepiri-Guaçu* (Brasil e Argentina; laudo do presidente Cleveland,

dos Estados Unidos da América, Washington, 5 de fevereiro de 1895); *Uruguai* (talvegue; Brasil e Argentina; precitado Tratado de 6 de outubro de 1898); *Quaraí* e *arroio de São Luís* (Brasil e República Oriental do Uruguai, Tratado do Rio de Janeiro, de 12 de outubro de 1851).

VIII

O Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851 foi o primeiro dessa natureza celebrado pelo Brasil.

Na negociação de todos os outros – desde o que, dias depois, foi assinado em Lima com o Peru, a 23 de outubro de 1851 – deixamos de propor exceção alguma aos princípios gerais reguladores da matéria.

Não se condena agora, de modo algum, o procedimento dos nossos estadistas e diplomatas que colaboraram na negociação dos pactos de 1851 a 1853 com o Uruguai. Eles tomaram, mui sabiamente, as precauções que as circunstâncias do tempo reclamavam. Hoje, porém, não há motivo algum para que deixemos de tratar a República Oriental como tratamos todos os outros países vizinhos no ajuste das nossas fronteiras. O Império constitucional que tivemos não era a imobilidade: mostrou-se sempre liberal e progressista e realizou grandes e úteis reformas. Se fossem vivos os estadistas de 1851, estou persuadido de que seriam os primeiros a promover as modificações que hoje propomos ao Congresso Nacional no tratado que lhe vai ser submetido.[23]

---

[23] Não deixa de ser oportuno e conveniente transcrever aqui os seguintes trechos da Consulta da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, de 25 de novembro de 1865, opinando que o governo imperial cedesse à Bolívia a metade das lagoas Mandioré, Gaíba e Uberaba, nos confins da então província de Mato Grosso, assim como o território ao ocidente das mesmas lagoas, de que estávamos de posse desde o descobrimento e ocupação daquelas paragens pelos nossos sertanejos no século XVIII:

"(...)

Outrora, o governo português era dominado pelo desejo da navegação exclusiva das águas do Paraguai e do Madeira e do Amazonas. Ele aspirava ao monopólio desse comércio.

Hoje, as ideias econômicas são de outra ordem e de maior alcance. Nosso verdadeiro e grande interesse está em partilhar discretamente com a Bolívia essa navegação e comércio, procurando o predomínio da nossa benéfica influência e justos interesses em condições mais vigorosas e duradouras. Prevalece mesmo uma nova série de causas desde que o Brasil não é mais colônia portuguesa, que não tem mais por que curar das conveniências e produtos da

O pensamento do governo ficou claramente manifestado no seguinte trecho da mensagem presidencial de 3 de maio último:

> Desde 1801, como é sabido, ficamos senhores da navegação privativa do rio Jaguarão e da lagoa Mirim e mantivemos ininterruptamente essa posse. Tratados solenes que celebramos com a República Oriental do Uruguai, em 1851 e posteriormente, baseados no *uti possidetis*, estabeleceram como limites entre os dois países a margem direita do Jaguarão e a ocidental da lagoa Mirim, da confluência do Jaguarão para o sul.

---

metrópole e sim dos seus próprios e grandes interesses e dos princípios correspondentes que ele mesmo invoca.

(...)

Bastam estas poucas considerações para demonstrar que não temos mais os fundamentos de outrora para dar à posse exclusiva dessas águas a importância que outrora se dava, e menos a essas pequenas porções de território. O grande interesse do Brasil é de enriquecer a sua população e com ela a ação do seu governo pela expansão de todas as suas forças industriais. Em tais termos, a seção não hesita em aconselhar o governo de vossa majestade imperial a que trate com a Bolívia no sentido que ela propõe, quanto a essas lagoas: *que corra a linha divisória nesses lugares de modo que metade das lagoas Mandioré, Gaíba e Uberaba fique pertencendo a ela como os terrenos adjacentes*. Ficarão do lado oriental, para o Brasil, as terras altas das Pedras de Amolar e de Insua, e consolidado o nosso direito sobre a margem direita do Paraguai, desde ali até Coimbra e Baía Negra, o que é de sumo interesse.

A Bolívia ficará habilitada a ter navegação e comércio pelo Paraguai, mas isso, em vez de ser causa dos antigos ciúmes, será uma nova fonte de prosperidade para o comércio de Mato Grosso.

Essa concessão em nada prejudicará nem mesmo os nossos meios de defesa.

(...)

Uma política franca e generosa será sem dúvida útil a essa República; será, porém, ainda mais útil para o Brasil uma igual política, pois que na balança pesarão as grandes vantagens da sua relativa posição geográfica, da sua civilização mais adulta e do predomínio da sua indústria e capitais (...)"

O governo imperial adotou esse parecer, e, pelo Tratado de 27 de março de 1867, cedemos à Bolívia não só a metade das lagoas Uberaba, Gaíba e Mandioré, mas também parte da lagoa de Cáceres e da chamada Baía Negra.

O Parecer era assinado pelos conselheiros visconde de Uruguai (Paulino de Sousa), Pimenta Bueno (depois marquês de SãoVicente) e visconde de Jequitinhonha (F. G. Acaiaba de Montezuma).

O visconde de Uruguai, que como ministro dos Negócios Estrangeiros dirigira as negociações de 1851 a 1853 com a República Oriental, mostrava em 1865 que, no próprio interesse do Brasil, convinha ceder à Bolívia parte das nossas lagoas de Mato Grosso. É, portanto, natural que procurasse promover a modificação de fronteiras agora proposta, na lagoa Mirim e rio Jaguarão, se encontrasse oportunidade para isso e se houvesse vivido mais alguns anos. Esse ilustre estadista, dos maiores que temos tido, faleceu em 1866. E cumpre acrescentar que o deputado doutor Paulino de Sousa, digno herdeiro do seu nome, foi no Congresso Nacional, em abril de 1910, um dos que defenderam e sufragaram o novo tratado.

A continuada agitação e as guerras civis que ensanguentaram a República Oriental, desde a sua independência até 1851, explicavam a precaução, que pareceu conveniente tomarmos então, de evitar frequentes contatos entre as populações confinantes, naquela região em que um extenso lençol de água, em nosso poder, tornava fácil evitar isso. Mas o próprio ilustre estadista brasileiro que dirigiu as negociações de 1851 deu desde logo a compreender que, mais tarde, o Brasil poderia fazer concessões ao país vizinho e amigo.

A situação atual não é idêntica à de mais de meio século. A República Oriental do Uruguai é desde muito tempo um país próspero cujo povo se não mostra menos pacífico, ordeiro e progressista que o das mais adiantadas porções desta nossa América. As ideias de concórdia, em que nos inspiramos todos, e os sentimentos de justiça e equidade aconselharam-nos a, espontaneamente – sem solicitação alguma, que não houve – fazer mais do que se esperava de nós, e isso, desinteressadamente, sem buscar compensações que outros poderiam pretender, dada a perfeita situação jurídica em que nos achamos.

Entendo que é chegada a ocasião de retificar a linha divisória naquelas partes, estabelecendo-a pelo *talvegue* do Jaguarão e por várias retas, mais ou menos medianas, que da embocadura desse rio sigam até o extremo sul da lagoa Mirim. Procedendo assim, trataremos aquela República vizinha como temos tratado todas as outras na determinação das nossas fronteiras fluviais e nos conformaremos com as regras de demarcação observadas por todos os demais países, na América e na Europa, no tocante a rios e lagos fronteiriços.

Autorizei, portanto, a abertura de negociações para um tratado em que tais regras sejam atendidas, convencido de que esse ato merecerá a vossa aprovação e o consenso e geral aplauso de toda a nação brasileira.

As instruções do falecido presidente Afonso Pena, confirmadas por vossa excelência, tiveram fiel execução com a assinatura do Tratado de 30 de outubro. Para que esse ato pudesse em tudo corresponder aos reclamos da opinião nacional, já perfeitamente manifestada sobre o assunto, colaborou eficazmente, ajudando-me com os seus conselhos e oportunas informações, o governo do estado do Rio Grande do Sul, que, entre todos os da União Brasileira, era o mais imediatamente interessado na questão.

No primeiro projeto que formulei, havia uma cláusula para a abertura da navegação à nossa marinha mercante e de guerra nos rios Taquari e Cebollatí, afluentes da lagoa Mirim. Essa concessão nos fora oferecida

pelo governo oriental em 1866, e ficara estipulada na Convenção de 18 de janeiro de 1867.

Vossa excelência concordou em que fosse retirada do nosso projeto primitivo porque, se a mantivéssemos, ficaria parecendo uma compensação que se nos dava pela cessão, que desinteressadamente queremos fazer, de parte dos nossos direitos em favor do país vizinho.

Os dois citados rios apenas são navegáveis em pequena extensão do seu curso. A República Oriental os abrirá à navegação quando entender que o deva fazer.

IX

A superfície total da lagoa Mirim é aproximadamente de 3.580 km^2.

A nova fronteira só se estende pela parte meridional, que é a mais estreita, entre a foz do Jaguarão e a do arroio São Miguel. A superfície que ficará pertencendo à República Oriental é, aproximadamente, de 720 km^2. A parte do Brasil na lagoa será, portanto, de uns 2.860 km^2.[24]

Das ilhas chamadas do Taquari, a mais importante, que é a oriental (Ilha Grande), e dois ilhotes, continuarão a pertencer ao Brasil. A sua superfície – já compreendida no total de 2.860 quilômetros – é calculada em pouco mais de 2 km^2. As ilhas desse grupo que passarão a ser do domínio do Uruguai devem ter também uns 2 km^2.

No rio Jaguarão, segundo me informou o doutor Carlos Barbosa, presidente do estado do Rio Grande do Sul, continuarão brasileiras

---

[24] Superfície das lagoas na fronteira entre o Brasil e a Bolívia: *Mandioré* 125 km^2, pertencendo ao Brasil 63 km^2, à Bolívia 62 km^2; *Gaíba*, 72 km^2,, ao Brasil, 30 km^2, à Bolívia 42 km^2; *Uberaba*, 100 km^2, ao Brasil 62 km^2, à Bolívia 38 km^2. Lagoa de *Cáceres*: não tem limites bem definidos. Segundo a planta em grande escala levantada em 1871, a superfície mínima da lagoa é de 48 km^2. A Bolívia, por concessão do Brasil, ficou com a posse de toda essa parte, pertencendo ao Brasil somente os terrenos alagados que comunicam a mesma lagoa com o rio Paraguai e que sobre ela se estende por ocasião das grandes águas.
Superfície de vários lagos de extrema: *Superior* (América) 85.630 km^2; *Niansa Vitória* (África) 83.300 km^2; *Huron* (América) 61.900 km^2; *Tanganica* (África) 39.000 km^2; *Niassa ou Malaui* (África) 26.500 km^2; *Erie* (América) 24.000 km^2; *Ontario* (América) 18.760 km^2; *Chade* (África) 16.300 km^2; *Titicaca* (América) 8.300 km^2; *Genebra* (Europa) 580 km^2; *Constança* (Europa) 540 km^2; *Garda* (Europa) 300 km^2; *Maggiore* (Europa) 210 km^2; *Lugano* (Europa) 55 km^2.

oito ilhas[25] e ficarão pertencendo à República Oriental três, que são dependências da margem direita. São elas as conhecidas pelas denominações de Santana, Jacinto e Dinis.

Prestados estes esclarecimentos, que, com o mapa e os documentos anexos, me parecem suficientes para o conhecimento exato do tratado, peço licença para reiterar a vossa excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Rio Branco

[25] Ilha da Barra, das Ovelhas, da Areia, do Bráulio, de Santa Rita, do Virgolino, do Chico Pedro e um ilhote.

Tratado entre os Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai, modificando as suas fronteiras na lagoa Mirim e no rio Jaguarão e estabelecendo princípios gerais para o comércio e navegação nessas paragens.

A República dos Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai, no propósito de estreitar cada vez mais a sua antiga amizade e de favorecer o desenvolvimento das relações de comércio e boa vizinhança entre os dois povos, resolveram, por iniciativa do governo brasileiro, rever e modificar as estipulações relativas às ilhas de fronteira na lagoa Mirim e no rio Jaguarão e também, como propunha o governo oriental desde dezembro de 1851 as relativas à navegação na mesma lagoa e rio, estipulações essas contidas no Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851, no de 15 de maio de 1852 e no Acordo de 22 de abril de 1853, assinados, o primeiro, na cidade do Rio de Janeiro, e, os dois outros, na de Montevidéu.

E, para esse fim, nomearam plenipotenciários, a saber:

o presidente dos Estados Unidos do Brasil, o senhor doutor José Maria da Silva Paranhos

Tratado entre la República Oriental del Uruguay y los Estados Unidos del Brasil, modificando sus fronteras en la laguna Merín y en el río Yaguarón, y estableciendo principios generales para el comercio y navegación en esos parajes.

La República Oriental del Uruguay y la República de los Estados Unidos del Brasil, en el propósito de estrechar cada vez más su antigua amistad y de favorecer el desarrollo de las relaciones de comercio y buena vecindad entre los dos pueblos, resolvieron, por iniciativa, del Gobierno Brasileño, rever y modificar las estipulaciones relativas á las líneas de frontera en la laguna Merín y en el río Yaguarón y también, como proponía el Gobierno Oriental desde Diciembre de 1851, las relativas a la navegación en la misma laguna y río, estipulaciones esas contenidas en el Tratado de Limites de 12 de octubre de 1851, en el de 15 de mayo de 1852, y en el Arreglo de 22 de abril de 1853, firmados, el primero, en la ciudad de Rio de Janeiro, y, los dos otros, en la de Montevideo.

Y para ese fin nombraron plenipotenciarios, a saber:

El presidente de la República Oriental del Uruguay, al señor don Rufino T. Domínguez, su

do Rio Branco, seu ministro de Estado das Relações Exteriores; e

o presidente da República Oriental do Uruguai, o senhor Rufino T. Domínguez, seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário no Brasil.

Os quais, depois de haverem trocado os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

Artigo 1º

A República dos Estados Unidos do Brasil cede à República Oriental do Uruguai:

1º Desde a boca do arroio de São Miguel até a do rio Jaguarão a parte da lagoa Mirim compreendida entre a sua margem ocidental e a nova fronteira que deve atravessar longitudinalmente as águas da lagoa, nos termos do artigo 3º do presente tratado.

2º No rio Jaguarão, a parte do território fluvial compreendida entre a margem direita, ou meridional, e a linha divisória determinada adiante, no artigo 4º.

Artigo 2º

A cessão dos direitos de soberania do Brasil, baseados,

Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en el Brasil; y

El presidente de los Estados Unidos del Brasil, al señor doctor don José Maria da Silva Paranhos do Rio Branco, su Ministro de Estado en el despacho de Relaciones Exteriores;

Los cuales, después de haber canjeado sus plenos poderes, que hallaron en buena y debida forma convinieron en los artículos siguientes:

Artículo 1º

La República de los Estados Unidos del Brasil cede a la República Oriental del Uruguay:

1º Desde la boca del arroyo de San Miguel hasta la del río Yaguarón, la parte de la laguna Merín comprendida entre su margen occidental y la nueva frontera que debe atravesar longitudinalmente las aguas de la laguna, según los términos del artículo 3º del presente tratado;

2º En el río Yaguarón, al parte de territorio fluvial comprendida entre la margen derecha, o meridional, y la línea divisoria adelante determinada, en el artículo 4º.

Artículo 2º

La cesión de los derechos de soberanía del Brasil, basados, al

a princípio, na posse que ele adquiriu e manteve, desde 1801, das águas e navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, e, depois, estabelecidos e confirmados solenemente nos pactos de 1851, 1852 e 1853, é feita com as seguintes condições, que a República Oriental do Uruguai aceita:

1ª Salvo acordo posterior, somente embarcações brasileiras e orientais poderão navegar e fazer o comércio nas águas do rio Jaguarão e da lagoa Mirim, como adiante, em outros artigos, está declarado.

2ª Serão mantidos e respeitados pela República Oriental do Uruguai, segundo os princípios do Direito Civil, os direitos reais adquiridos por brasileiros ou estrangeiros nas ilhas e ilhotas que por efeito da nova determinação de fronteiras deixam de pertencer ao Brasil.

3ª Nenhuma das altas partes contratantes estabelecerá fortes ou baterias nas margens da lagoa, nas do rio Jaguarão ou em qualquer das ilhas que lhes pertençam nessas águas.

Artigo 3º

Principiando na foz do

principio, en la posesión que él adquirió y mantuvo, desde 1801, de las aguas y navegación de la laguna Merín y río Yaguarón, y, después, establecidos y confirmados solemnemente en los pactos de 1851, 1852 y 1853, es hecha con las siguientes condiciones, que la República Oriental del Uruguay acepta:

1ª Salvo acuerdo posterior, solamente embarcaciones brasileñas y orientales podrán navegar y hacer el comercio en las aguas del río Yaguarón y de la laguna Merín, como adelante, en otros artículos, está declarado.

2ª Serán mantenidos y respetados por la República Oriental del Uruguay, según los principios del Derecho Civil, los derechos reales adquiridos por brasileños o extranjeros en las islas e islotes que por efecto de la nueva determinación de fronteras dejan de pertenecer al Brasil.

3ª Ninguna de las Altas Partes Contratantes establecerá fortificaciones o baterías en las márgenes de la laguna o en las del río Yaguarón o en cual las del río Yaguarón ó en cualquiera de las islas que les pertenezcan en esas aguas.

Artículo 3º

Empezando en la embocadura

arroio de São Miguel, onde se acha o Quarto Marco grande, aí colocado pela Comissão Mista Demarcadora de 1853, a nova fronteira atravessará longitudinalmente a lagoa Mirim até a altura da ponta Rabotieso, na margem uruguaia, por meio de uma linha quebrada, definida por tantos alinhamentos retos quantos sejam necessários para conservar a meia distância entre os pontos principais das duas margens ou, se o fundo for escasso, por tantos alinhamentos retos quantos sejam necessários para acompanhar o canal principal da referida lagoa.

Da altura da citada ponta Rabotieso, a linha divisória se inclinará na direção do noroeste o que for preciso para passar entre as ilhas chamadas do Taquari deixando do lado do Brasil a ilha mais oriental e os dois ilhotes que lhe ficam juntos; e daí irá alcançar, nas proximidades da ponta Parobé, também situada na margem uruguaia, o canal mais profundo, continuando por ele até defrontar a ponta Muniz, na margem uruguaia, e a ponta dos Latinos, ou do Fanfa, na margem brasileira.

Desse ponto intermédio, e passando entre a ponta Muniz e a ilha brasileira do Juncal, irá

del arroyo de San Miguel, donde se halla el Cuarto Marco Grande, allí colocado por la Comisión demarcadora de 1853, la nueva frontera atravesará longitudinalmente la laguna Merín hasta la altura de la punta de Rabotieso, en la margen uruguaya, por medio de una línea quebrada, definida por tantas líneas rectas cuantas sean necesarias para conservar la distancia media entre los puntos principales de las dos márgenes, o, si el fondo fuera escaso, por tantas líneas rectas cuantas sean necesarias para acompañar el canal principal de la referida laguna.

Desde la altura de la citada punta Rabotieso, la línea divisoria se inclinará en la dirección del noroeste lo que sea necesario para pasar entre las islas llamadas del Tacuarí, dejando del lado del Brasil la isla más oriental y los dos islotes que á ella están juntos; y de ahí irá alcanzar, en las proximidades de la punta Parobé, también situada en la margen uruguaya, el canal más hondo, continuando por él hasta enfrentar la punta Muniz, en la margen uruguaya, y la punta de los Latinos, o de Fanfa, en la margen brasileña.

Desde ese punto intermedio, y pasando entre la punta Muniz y la isla brasileña del Juncal,

buscar a foz do Jaguarão, em que se acham, à margem esquerda, ou brasileira, o Quinto Marco grande, de 1853, e, à margem direita, ou uruguaia, o Sexto Marco intermédio.

Artigo 4º

Da foz do Jaguarão subirá a fronteira pelo talvegue desse rio até a altura da confluência do arroio Lagoões, na margem esquerda.

Desse ponto para cima, a linha divisória seguirá a meia distância das margens do Jaguarão, depois, a meia distância das do Jaguarão Chico ou Guabiju, em cuja confluência está o Sexto Marco grande, de 1853, e finalmente subirá pelo álveo do arroio da Mina, assinalado pelos Marcos intermédios Sétimo e Oitavo.

Artigo 5º

Uma Comissão Mista, nomeada pelos dois governos no prazo de um ano contado do dia da troca das ratificações do presente tratado, levantará a planta da parte da lagoa Mirim que se estende ao sul da ponta do Juncal, e também a planta do rio Jaguarão desde a sua foz até

irá á buscar la embocadura del Yaguarón, en la cual se hallan, en la margen izquierda, o brasileña, el Quinto Marco grande de 1853, y en la margen derecha, o uruguaya, el Sexto Marco intermedio.

Artículo 4º

Desde la embocadura del Yaguarón, subirá la frontera por el talvegue de ese río hasta la altura de la confluencia del arroyo Lagooens, en la margen izquierda.

Desde ese punto hacia arriba, la línea divisoria seguirá la distancia media de las márgenes del Yaguarón, después, la distancia media de las del Yaguarón Chico ó Guabijú, en cuya confluencia está el Sexto Marco grande, de 1853, y, finalmente, subirá por el lecho del arroyo de la Mina, señalado por el Marcos intermedio Séptimo y Octavo.

Artículo 5º

Una Comisión Mixta, nombrada por los dos Gobiernos en el plazo de un año contado desde el día del canje de las ratificaciones del presente tratado, levantará la planta de la parte de la laguna Merín que se extiende al sur de la punta del Juncal, y también la planta del río Yaguarón desde su embocadura hasta el

a do arroio Lagoões, efetuando as sondagens necessárias, além das operações topográficas e geodésicas indispensáveis para a determinação da nova fronteira, e balizando-a na lagoa segundo os processos mais convenientes.

Artigo 6º

A navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão é livre para os navios mercantes das duas nações e para os orientais é também livre o trânsito entre o oceano e a lagoa Mirim, pelas águas brasileiras do rio São Gonçalo, lagoa dos Patos e barra do Rio Grande de São Pedro, ficando sujeitos, os navios brasileiros e orientais, nas águas jurisdicionais de cada uma das duas Repúblicas, aos regulamentos fiscais e de polícia que elas tenham estabelecido ou venham a estabelecer, e obrigados os navios orientais em trânsito às mesmas taxas que os brasileiros.

Os navios de comércio empregados nessa navegação só poderão no outro país comunicar-se com a terra, salvo caso de força maior ou licença especial, nos lugares em que haja postos aduaneiros ou estações fiscais e de polícia.

arroyo Lagooens, efectuando los sondajes necesarios además de las operaciones topográficas y geodésicas indispensables para la determinación de la nueva frontera y abalizándola en la laguna según los procedimientos más convenientes.

Artículo 6º

La navegación de la laguna Merín y río Yaguarón es libre para los buques mercantes de las dos naciones, y para los orientales es libre también el transito entre el océano y la laguna Merín, por las aguas brasileñas del río San Gonzalo, laguna de los Patos y barra de Rio Grande de San Pedro, quedando sujetos, los buques brasileños y orientales, en las aguas jurisdiccionales de cada una de las das Repúblicas, a los reglamentos fiscales y de policía que ellas hayan establecido o vengan a establecer, y obligados los buques orientales en tránsito a los mismos tributos que los brasileños.

Los buques mercantes empleados en esa navegación solo podrán en el otro país comunicarse con la tierra, salvo caso de fuerza mayor o licencia especial, en los lugares en que haya puestos aduaneros u oficinas fiscales y de policía.

Artigo 7º

Fica entendido e declarado que na liberdade de navegação para o comércio entre os dois países não se compreende o transporte de mercadorias de porto a porto do mesmo país, ou comércio de cabotagem, o qual continuará sujeito em cada um dos dois Estados às suas respectivas leis.

Artículo 7º

Queda entendido y declarado que en la libertad de navegación para el comercio entre los dos países no se comprende el transporte de mercaderías de puerto a puerto del mismo país, o comercio de cabotaje, el cual continuará sujeto en cada uno de los dos Estados a sus respectivas leyes.

Artigo 8º

Dentro do prazo de seis meses, contados da troca das ratificações do presente tratado, cada uma das altas partes contratantes declarará à outra qual o porto ou quais os portos habilitados ou que pretenda habilitar para o comércio no rio Jaguarão e na lagoa Mirim; e quando, posteriormente, resolva habilitar mais algum ou alguns, informará disso a outra parte com a antecedência de seis meses, a fim de serem adotadas as medidas convenientes para evitar o contrabando.

Artículo 8º

Dentro del plazo de seis meses contados desde el canje de las ratificaciones del presente tratado, cada una de las Altas Partes Contratantes comunicará a la otra cual es el puerto o cuales son los puertos habilitados o que pretenda habilitar para el comercio en el río Yaguarón y en la laguna Merín; y cuando posteriormente resuelva habilitar alguno o algunos más informará de eso a la otra Parte con antecedencia de seis meses, a fin de ser adoptadas las medidas convenientes para evitar el contrabando.

Artigo 9º

Os navios de guerra orientais poderão transitar livremente pelas águas brasileiras entre o oceano e

Artículo 9º

Los buques de guerra orientales podrán transitar libremente en aguas brasileñas

a lagoa Mirim, e navegar, como os brasileiros, o rio Jaguarão e a dita lagoa, ou estacionar em suas águas.

Salvo circunstâncias extraordinárias, de que darão aviso prévio uma à outra, as duas altas partes contratantes obrigam-se a não manter na lagoa Mirim e seus afluentes mais de três pequenas embarcações de guerra, ou armadas em guerra, devendo ser objeto de ajuste especial o porte, armamento e guarnição das mesmas.

Artigo10º

Os dois Estados ribeirinhos, no intuito de facilitar a navegação da lagoa Mirim, comprometem-se a manter ali as balizas e sinais que forem precisos na parte que a cada um corresponda.

Artigo 11

As altas partes contratantes concluirão no menor prazo possível um tratado de comércio e navegação baseado nos princípios mais liberais, tendo em vista proteger do modo mais eficaz o comércio lícito pelas fronteiras fluviais e terrestres.

Os regulamentos fiscais e de polícia de que anteriormente se

entre el océano y la laguna Merín, y navegar, como los brasileños, el río Yaguarón y dicha laguna, o estacionarse en sus aguas.

Salvo circunstancias extraordinarias, de que darán aviso previo una a la otra, las dos Altas Partes Contratantes se obligan a no mantener en la laguna Merín y sus afluentes más de tres pequeñas embarcaciones de guerra, o armadas en guerra, debiendo ser objeto de ajuste especial, el porte, armamento y guarnición de las mismas.

Artículo 10º

Los dos Estados ribereños, en el propósito de facilitar la navegación en la laguna Merín, se comprometen a mantener allí balizas y señales que fueran necesarias en la parte que a cada uno corresponda.

Artículo 11

Las Altas Partes Contratantes concluirán en el menor plazo posible un Tratado de Comercio y Navegación basado en los principios más liberales, teniendo en vista proteger del modo más eficaz el comercio licito por las fronteras fluviales y terrestres.

Los reglamentos fiscales y de policía de que antes se habla

fala deverão ser tão favoráveis quanto seja possível à navegação e ao comércio e guardar nos dois países a praticável uniformidade.

Artigo 12

O presente tratado, mediante a necessária autorização do Poder Legislativo em cada uma das duas Repúblicas, será ratificado pelos dois governos e as ratificações trocadas na cidade do Rio de Janeiro ou na de Montevidéu no mais breve prazo possível.

Em fé do que nós, os plenipotenciários anteriormente nomeados, firmamos o presente tratado em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesa e castelhana, apondo em ambos o sinal de nossos selos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, em 30 de outubro de 1909.

(L. S.) Rio Branco
(L. S.) Rufino T. Domínguez

deberán ser tan favorables, cuanto sea posible, á la navegación y al comercio, y guardar en los dos países la practicable uniformidad.

Artículo 12

El presente tratado, mediante la necesaria autorización del Poder Legislativo en cada una de las Republicas, será ratificado por los dos Gobiernos y las ratificaciones serán canjeadas en la ciudad de Montevideo o en la de Rio de Janeiro en el más breve plazo posible.

En fe de lo cual, nosotros, los plenipotenciarios antes nombrados, firmamos el presente tratado en dos ejemplares, cada uno en los idiomas castellano y portugués, poniendo en ambos la señal de nuestros sellos.

Hecho en la ciudad del Rio de Janeiro á los 30 de Octubre de 1909.

(L. S.) Rufino T. Dominguez
(L. S.) Rio Branco

Nº 1

Bases apresentadas pelos plenipotenciários brasileiros na II Conferência com o plenipotenciário oriental realizada na manhã de 4 de outubro de 1851

A linha divisória entre o Brasil e o Estado Oriental começa no oceano na boca do arroio Chuí e sobe por ele o espaço de meia légua; desse ponto, tira-se uma reta a procurar as primeiras vertentes do arroio Palmar, atravessando com esta linha o arroio São Miguel; desce pelo dito arroio Palmar até a sua junção com o São Luiz e por este *até a lagoa Mirim ou Miní, circulando-a pela sua margem ocidental na altura das máximas águas até a boca do Jaguarão.*

Da boca do Jaguarão segue a linha pela margem direita do dito rio até o galho que do oeste começa nas vizinhanças dos Serros de Aceguá; continua subindo por esse galho até as abas do norte dos ditos serros, no ponto em que se houver demarcado.

Desse ponto se tirará uma reta a cortar o rio Negro em frente ao arroio São Luís; continuará por esse arroio e suas vertentes até ganhar a coxilha de Santana. Segue por essa coxilha, pelo mais alto, por onde as águas do Santa Maria, que pertencem ao Brasil, se dividem das do arroio Taquarembó grande, que pertencem ao Estado Oriental.

Seguindo pela coxilha de Santana, ganha a coxilha de Haedo ou Lunarejo e desta ganha a coxilha de Tacumbu, chamada pelos orientais de Santa Rosa de Belém, ou Três Cerros; segue pela dita coxilha até terminar, e daí, por uma reta, até a embocadura do Quaraí, pertencendo assim todas as águas vertentes do Quaraí ao Brasil, e todas as águas vertentes do Arapeí ao Estado Oriental.

O Estado Oriental reconhece a posse do Brasil ao exclusivo da navegação nas águas da lagoa Mirim e nas do Jaguarão, e para segurança desse exclusivo concede ao Brasil meia légua de terra em uma das margens da embocadura do Cebollatí que for designada pelo comissário do governo imperial, e outra meia légua em uma das margens da embocadura do rio Taquari, designada pelo mesmo comissário para que o governo imperial possa aí ter portos onde possam chegar as embarcações brasileiras que navegarem na lagoa

Mirim e as orientais que descerem pelos rios, em cujas embocaduras estiveram esses portos.

Imediatamente depois da ratificação do presente tratado, o governo imperial e o do Estado Oriental nomearão cada um seu comissário para correrem as linhas e marcarem os pontos da divisa entre os dois países que sejam precisos em conformidade dos artigos antecedentes.

Rio, 4 de outubro de 1851.

Nº 2

Contraprojeto apresentado pelo plenipotenciário oriental na II Conferência, realizada na noite de 4 de outubro de 1851

Artigo 1º

Ambas altas partes contratantes convêm em declarar rompidos e de nenhum valor e efeito, desde hoje e para o futuro, os diversos tratados e atos em que se fundavam os direitos territoriais que foram discutidos e pretendidos até agora na demarcação de seus limites; e querem que essa renúncia geral se entenda muito especialmente feita daqueles que o Império do Brasil deduzia da Convenção celebrada em Montevidéu, com a Câmara Municipal governadora, em 30 de janeiro de 1819, e dos que a República Oriental do Uruguai derivava da reserva contida no fim do artigo 2º do Tratado de Incorporação de 31 de julho de 1821.

Artigo 2º

Ambas altas partes contratantes convêm em reconhecer mutuamente como base do acordo sobre seus limites o *uti possidetis*, já designado no citado artigo 2º do Tratado de Incorporação de 31 de julho de 1821, nos seguintes termos:

A leste, o oceano; ao sul, o rio da Prata; a oeste, o Uruguai; ao norte, o rio Quaraí, até a coxilha de Santana, dividida pelo rio de Santa Maria

e, por essa parte, o arroio Taquarembó Grande, seguindo às pontas do Jaguarão, entra na lagoa Mirim e passa pela ponta de São Miguel a tomar o Chuí, que entra no oceano.

Artigo 3º

Não compreendendo os termos gerais dessa designação os detalhes necessários em alguns pontos para que se possa determinar bem o curso da linha divisória; desejando evitar, no futuro, as diferenças que existem ou que possam existir por essa razão e, ao mesmo tempo, corrigir algumas irregularidades da linha, que prejudicam sua vigilância e segurança e que são suscetíveis de ser corrigidas sem alteração que mereça ser mencionada, com base no *uti possidetis*, ambas altas partes contratantes convêm em esclarecer e retificar sua linha fronteiriça da seguinte maneira:

1º Da embocadura do arroio Chuí, no oceano, a linha subirá meia légua (aproximadamente 3,3 km) por ele. Desse ponto, se tirará uma reta que, passando ao norte do forte de São Miguel, vá encontrar o trecho mais próximo do arroio Palmar, atravessando com essa linha o arroio São Miguel, descerá pelo dito arroio do Palmar até sua união com o arroio São Luís e por este até a lagoa Mirim; *circulará da margem ocidental desta lagoa na altura das águas mais elevadas até a foz do Jaguarão.*

2º *Da foz do Jaguarão a linha seguirá pela margem direita do dito rio* seguindo a linha prática atual até enfrentar a altura da foz do arroio São Luís no rio Negro. Deste ponto, se tirará uma linha reta à dita foz do arroio São Luís e continuará por ele até ganhar a coxilha de Santana.

3º Chegada à coxilha de Santana, a linha prática atual continuará até a foz do Quaraí no Uruguai.

Artigo 4º

Reconhecendo que o Brasil tem a posse exclusiva da lagoa Mirim e que deve mantê-la, com base no uti possidetis, adotado para chegar a um acordo final e amigável; e reconhecendo a conveniência de que tenha portos

nela para a regularidade e o fomento do comércio que os navios brasileiros que a naveguem façam e os orientais que desçam pelas embocaduras dos rios em que estejam esses portos, a República Oriental do Uruguai convém em ceder ao Brasil, para o fim indicado, meia légua (aproximadamente 3,3 km) de terreno em uma das margens do Cebollatí, que for designada pelo comissário do governo imperial, e outra meia légua em uma das margens do Taquari, que for designada pelo mesmo comissário.

Artigo 5º

Imediatamente depois de ratificado o presente tratado, os dois governos nomearão seus respectivos comissários, para que sem demora etc.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1851.

Nº 3

Tratado de Limites entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai, assinado no Rio de Janeiro a 12 de outubro de 1851[26]

(Texto em português com a ratificação brasileira)

Nós, o imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil,

Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, aprovação e ratificação virem que, aos 12 dias do mês de outubro do ano de 1851, se concluiu e assinou nesta corte do Rio de Janeiro pelos respectivos

(Texto espanhol com a ratificação uruguaia)

Nos, Joaquín Suárez, presidente interino de la República Oriental del Uruguay,

A todos los que el presente vieren hacemos saber:

Que habiendo visto y examinado detenidamente el Tratado sobre Limites del Territorio de la República y del Imperio ajustado y concluido en doce de

[26] Ratificado pelo imperador dom Pedro II a 13 de outubro e pelo presidente interino da República Oriental do Uruguai, Joaquín Suárez, a 4 de novembro de 1851. As ratificações foram trocadas em Montevidéu a 11 de novembro do mesmo ano entre o ministro do Brasil, conselheiro Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, e o das Relações Exteriores, Manuel Herrera y Obes.

plenipotenciários, munidos dos necessários plenos poderes, um tratado de limites entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai, cujo teor é o seguinte:

Em nome da Santíssima e Indivisível Trindade,

Sua majestade o imperador do Brasil e o presidente da República Oriental do Uruguai, convencidos de que não é possível estabelecer uma aliança sincera e duradoura entre os dois países sem remover quanto ser possa todo o motivo de ulterior desavença; reconhecendo que a questão acerca de seus limites é das mais graves e, por isso, que um ajuste definitivo a esse respeito tem grande importância, para servir de base a todos os outros arranjos e acordos que exigem as suas relações e interesses comuns, convieram em celebrar o presente tratado e nomearam para esse fim por seus plenipotenciários, a saber:

Sua majestade o imperador do Brasil aos ilustríssimos e excelentíssimos senhores Honório Hermeto Carneiro Leão, do seu Conselho e do de Estado, senador do Império, grã-cruz da Ordem de Cristo e oficial da Imperial do Cruzeiro, e Antônio Paulino Limpo de Abreu, do seu Conselho e do de Estado, senador

Octubre del corriente año, entre nuestro Ministro Plenipotenciario en la corte del Rio de Janeiro y los de Su Majestad el Emperador del Brasil, debidamente autorizados al efecto, y cuyo tenor copiado a la letra, es como sigue:

En nombre de la Santísima e Indivisible Trinidad.

El presidente de la República Oriental del Uruguay y Su Majestad el Emperador del Brasil convencidos de que no es posible establecer una alianza sincera y duradera entre los dos países, sin remover, en cuanto ser pueda, todo motivo de ulterior desavenencia; reconociendo que la cuestión acerca de sus limites es de las más graves, y que por consiguiente un ajuste definitivo a ese respecto, tiene grande importancia para servir de basa a todos los otros arreglos y acuerdos que exigen sus relaciones e intereses comunes, convinieron en celebrar el presente tratado, y nombraron para ese fin por sus Plenipotenciarios a saber:

El presidente de la República Oriental del Uruguay al señor Abogado don Andrés Lamas, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario de la misma República cerca de Su Majestad el Emperador del Brasil.

Y Su Majestad el Emperador del Brasil a los Ilustrísimos y

do Império, dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro e cavaleiro da de Cristo.

E o presidente da República Oriental do Uruguai ao senhor advogado dom Andrés Lamas, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da mesma República junto de sua majestade o imperador do Brasil; os quais, depois de terem trocado os seus plenos poderes respectivos, que foram achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

Excelentísimos señores Honorio Hermeto Carneiro Leão, de su Consejo y del de Estado, Senador del Imperio, Gran-Cruz de la Orden de Cristo y Oficial de la Imperial del Cruzero, y Antonio Paulino Limpo de Abreu, de su Consejo y del de Estado, Senador del Imperio, Dignitario de la Orden Imperial del Crucero y Caballero de la de Cristo; los cuales, después de haber canjeado sus Plenos Poderes respectivos que fueron hallados en buena y debida forma, convinieron en los artículos siguientes:

Artigo 1º

As duas altas partes contratantes, convencidas do quanto importa às suas boas relações chegarem a um acordo sobre as suas respectivas fronteiras, convêm em reconhecer rotos e de nenhum valor os diversos tratados e atos em que fundavam os direitos territoriais, que têm pretendido até o presente na demarcação de seus limites, e em que esta renúncia geral se entenda muito especialmente feita dos que derivava o Brasil da Convenção celebrada em Montevidéu com o cabildo governador em 30 de janeiro

Artículo 1º

Las dos Altas Partes Contratantes convencidas de cuanto importa a sus buenas relaciones llegar a un acuerdo sobre sus respectivas fronteras, convienen en reconocer rotos y de ningún valor los diversos tratados y actos en que fundaban los derechos territoriales que han pretendido hasta el presente en la demarcación de sus limites; y en que esta renuncia general se entienda muy especialmente hecha de los que derivaba el Brasil de la Convención celebrada en Montevideo con el Cabildo Gobernador en 30 de Enero de

de 1819, e dos que derivava a República Oriental do Uruguai da reserva contida no final da cláusula 2ª do Tratado de Incorporação de 31 de julho de 1821.

1819 y de los que derivaba la República Oriental del Uruguay de la reserva contenida en el final de la clausula 2ª del Tratado de Incorporación de 31 de julio de 1821.

Artigo 2º

As altas partes contratantes reconhecem como base que deve regular seus limites o *uti possidetis*, já designado na dita cláusula 2ª do Tratado de Incorporação de 31 de julho de 1821, nos termos seguintes:

Pelo leste, o oceano; pelo sul, o rio da Prata; pelo oeste, o Uruguai; pelo norte o rio Quaraí até a coxilha de Santana, que divide o rio de Santa Maria, e por esta parte o Arroio Taquarembó grande, seguindo as pontas do Jaguarão, entra na lagoa Mirim, e passa pelo Pontal de São Miguel a tomar o Chuí, que entra no oceano.

Artículo 2º

Las Altas Partes Contratantes reconocen como basa que debe reglar sus límites el uti possidetis, ya designado en la dicha clausula 2ª del Tratado de Incorporación de 31 de julio de 1821 en los términos siguientes:

Por el leste, el océano; por el Sur, el río de la Plata; por el oeste, el Uruguay; por el norte el río Cuareim hasta la cuchilla de Santana, que divide el río de Santa María, y por esta parte el arroyo Tacuarembó-Grande; siguiendo a las puntas del Yaguarón, entra en la laguna Merín y pasa por el Puntal de San Miguel a tomar el Chuy que entra en el océano.

Artigo 3º

Não compreendendo os termos gerais dessa designação as especialidades necessárias em alguns lugares, para que se possa bem determinar o curso

Artículo 3º

No comprendiendo los términos generales de esta designación las especialidades necesarias en algunos lugares, para que se pueda determinar

da linha divisória; desejando as altas partes contratantes evitar as contestações que existem ou possam existir por esse motivo, ou corrigir ao mesmo tempo algumas irregularidades da linha que prejudicam a sua polícia e segurança, e que são suscetíveis de ser corrigidas sem alteração importante da base do *uti possidetis*, convém em declarar, declaram e retificam a linha divisória da maneira seguinte:

1º Da embocadura do arroio Chuí no oceano subirá a linha divisória pelo dito arroio na extensão de meia légua, e do ponto em que terminar a meia légua, tirar-se-á uma reta, que, passando pelo sul do forte de São Miguel, e atravessando o arroio desse nome, procure as primeiras pontas do arroio Palmar. Das pontas do arroio Palmar descerá a linha pelo dito arroio até encontrar o arroio que a carta do visconde de São Leopoldo chama "São Luís" e a carta do coronel engenheiro José Maria Reyes chama de "India Muerta", e por este descerá até a lagoa Mirim;[27] e

bien el curso de la línea divisoria; deseando las Altas Partes Contratantes evitar las dificultades que existen o pueden existir por ese motivo, y corregir al mismo tiempo algunas irregularidades de la línea que perjudican su policía y seguridad, y que son susceptibles de ser corregidas sin alteración importante de la basa del uti possidetis, convienen en declarar y declaran y rectifican la línea divisoria de la manera siguiente:

1º De la embocadura del arroyo Chuy en el océano subirá la línea divisoria por el dicho arroyo en la extensión de media legua, y del punto en que termine la media legua se tirará una recta que pasando por el sur del Fuerte San Miguel y atravesando el arroyo de ese nombre, busque las primeras puntas del arroyo Palmar. De las puntas del arroyo Palmar descenderá la línea por el dicho arroyo hasta encontrar el arroyo que la carta del Vizconde de San Leopoldo llama "San Luís" y la carta del Coronel Ingeniero don José María Reyes llama "India Muerta", y por este descenderá hasta la laguna Merín; y circulará

[27] Esta primeira parte da fronteira foi modificada pelo artigo 1º do Tratado de 15 de maio de 1852, explicado pela nota de 24 de fevereiro de 1853, da legação do Brasil em Montevidéu, e pelo Acordo de 22 de abril do mesmo ano de 1853. Pelo Tratado de 15 de maio de 1852, o Brasil fez ao Uruguai implícita retrocessão do território entre os arroios de São Miguel, Palmar e San Luis. Ver a nota ao artigo 1º do Tratado de 1852.

circulará a margem ocidental dela na altura das maiores águas até a boca do Jaguarão.

2º Da boca do Jaguarão seguirá a linha pela margem direita do dito rio, acompanhando o galho mais ao sul, que tem sua origem no vale de Aceguá e serros do mesmo nome; do ponto dessa origem tirar-se-á uma reta que atravesse o rio Negro em frente da embocadura do arroio São Luís, e continuará a linha divisória pelo dito arroio de São Luís acima até ganhar a coxilha de Santana; segue por esta coxilha e ganha a de Haedo até o ponto em que começa o galho do Quaraí denominado arroio da Invernada pela carta do visconde de São Leopoldo, e sem nome na carta do coronel Reyes, e desce pelo dito galho até entrar no Uruguai; pertencendo ao Brasil a ilha ou as ilhas que se acham na embocadura do dito rio Quaraí no Uruguai.

la margen occidental de ella en la altura de las mayores aguas hasta la boca del Yaguarón;

2º De la boca del Yaguarón seguirá la línea por la margen derecha de dicho río, siguiendo el gajo mas al Sur que tiene su origen en la cañada de Aceguá y cerros del mismo nombre: del punto de ese origen se tirará una recta que atraviese el río Negro en frente de la embocadura del arroyo San Luis y continuará la línea divisoria por el dicho arroyo San Luís arriba hasta ganar la cuchilla de Santana; sigue por esa cuchilla y gana la de Haedo hasta el punto en que comienza el gajo del Cuareim denominado arroyo de la Invernada por la carta del Vizconde de San Leopoldo y sin nombre en la carta del coronel Reyes; y desciende por el dicho gajo hasta entrar en el Uruguay; perteneciendo al Brasil la Isla ó Islas que se hagan en la embocadura del dicho río Cuareim en el Uruguay.

Artigo 4º

Reconhecendo que o Brasil está na posse exclusiva da navegação da lagoa Mirim e rio Jaguarão, e que deve permanecer nela, segundo a base adotada do *uti possidetis*, admitida com o fim de chegar a um acordo final e

Artículo 4º

Reconociendo que el Brasil está en la posesión exclusiva de la navegación de la laguna Merín y río Yaguarón y que debe permanecer en ella según la basa adoptada del uti possidetis, admitida con el fin de llegar a un acuerdo

amigável, e reconhecendo mais a conveniência de que tenha portos, onde as embarcações brasileiras que navegam na lagoa Mirim possam entrar, e igualmente as orientais que navegarem nos rios em que estiverem esses portos, a República Oriental do Uruguai convém em ceder ao Brasil em toda a soberania, para o indicado fim, meia légua de terreno em uma das margens da embocadura do Cebollatí, que for designada pelo comissário do governo imperial, e outra meia légua em uma das margens do Taquari designada do mesmo modo, podendo o governo imperial mandar fazer nesses terrenos todas as obras e fortificações que julgar convenientes.[28]

final y amigable; y reconociendo, además, la conveniencia de que tenga puertos donde puedan entrar las embarcaciones brasileras que navegan en la laguna Merín e igualmente las orientales que naveguen los ríos en que estuvieren esos puertos, la República Oriental del Uruguay conviene en ceder al Brasil en toda soberanía, para el indicado fin, media legua de terreno en una de las márgenes del Cebollaty que fuere designada por el Comisario del Gobierno Imperial y otra media legua en una de las márgenes del Tacuarí designada del mismo modo, pudiendo el Gobierno Imperial mandar hacer en esos terrenos todas las obras y fortificaciones que juzgare convenientes.

Artigo 5º

Imediatamente depois de ratificado o presente tratado, as duas altas partes contratantes nomearão cada uma um comissário para, de comum acordo, procederem no termo mais breve à demarcação da linha nos pontos em que for necessária, de conformidade com as estipulações anteriores.

Artículo 5º

Inmediatamente después de ratificado el presente tratado las dos Altas Partes Contratantes nombrarán cada una un Comisario para que de común acuerdo procedan en el termino más breve a la demarcación de la línea en los puntos en que fuere necesaria, de conformidad con las estipulaciones anteriores.

[28] Pelo artigo 2º do Tratado de 15 de maio de 1852, o Brasil desistiu dos dois terrenos que por esta estipulação lhe ficavam pertencendo na confluência do Cebollatí e na do Taquari.

Artigo 6º

A troca das ratificações do presente tratado será feita em Montevidéu no prazo de 30 dias, ou antes, se for possível, contados da sua data.

Em testemunha do que nós, abaixo assinados plenipotenciários de sua majestade o imperador do Brasil e do presidente da República Oriental do Uruguai, em virtude dos nossos plenos poderes, assinamos o presente tratado com os nossos punhos, e lhe fizemos pôr o selo de nossas Armas.

Feito na cidade do Rio de Janeiro aos doze dias do mês de outubro do ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e um.

(L. S.) Honório Hermeto Carneiro Leão

(L. S.) Antônio Paulino Limpo de Abreu

(L. S.) Andrés Lamas

E, sendo-nos presente o mesmo tratado, cujo teor fica anteriormente inserido, e bem-visto, considerado e examinado por nós tudo o que nele se contém, o aprovamos, ratificamos e confirmamos assim no todo,

Artículo 6º

El canje de las ratificaciones del presente tratado será hecho en Montevideo dentro del término de treinta días o antes si fuere posible, contados desde el día de su data.

En testimonio de lo cual, nos los abajo firmados, Plenipotenciarios del presidente de la República Oriental del Uruguay y de Su Majestad el Emperador del Brasil, en virtud de nuestros plenos poderes, firmamos el presente tratado con nuestra mano y le hicimos poner el sello de nuestras Armas.

Hecho en la ciudad de Rio de Janeiro a los doce días del mes de octubre del año del Nacimiento de Nuestro Señor Jesús Cristo mil ochocientos cincuenta y uno.

(L. S.) Andrés Lamas

(L. S.) Honório Hermeto Carneiro Leão

(L. S.) Antônio Paulino Limpo de Abreu

Por tanto, y conformándonos con todas y cada una de sus estipulaciones, en virtud de las facultades con que estamos investidos por la situación extraordinaria en que se encuentra la República, hemos venido en

como em cada um de seus artigos e estipulações; e pela presente o damos por firme e valioso para sempre, prometendo em fé e palavra imperial, observá-lo inviolavelmente e fazê-lo cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito, fizemos passar a presente carta por nós assinada, passada com o selo das Armas do Império, e referendada pelo nosso ministro e secretário de Estado abaixo assinado.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos treze dias do mês de outubro do ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e um.

(L. S.) Pedro, imperador (com guarda)

Paulino José Soares de Souza

aceptarlo, confirmarlo e ratificarlo, en todas sus partes, como por lo presente acto lo hacemos, prometiendo y empeñando nuestra fe y honor, en prenda de que lo cumpliremos y observaremos ahora y siempre, y lo haremos observar fiel e inviolablemente.

En fe de lo cual, firmamos el presente instrumento de ratificación sellado con el sello da las armas del Estado, y refrendado por nuestro Ministro Secretario de Estado en el Departamento de Relaciones Exteriores, en Montevideo, capital de la República, a los cuatro días del mes de noviembre del año de Nuestro Señor mil ochocientos cincuenta y uno.

(L. S.) Joaquim Suarez
Manuel Herrera y Obes

Nº 4

Nota do ministro oriental, Andrés Lamas, dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, conselheiro Paulino de Sousa [29]

Sobre os artigos 3º e 4º do Tratado de Limites, de 12 de outubro de 1851

Legação da República Oriental do Uruguai. Rio de Janeiro, 3 de

[29] A tradução desta nota apareceu no Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1852, p.20 e 21 do anexo F.

dezembro de 1851. Nº 161.

O governo da República Oriental do Uruguai encontrou algumas dúvidas no Tratado de Limites celebrado com o do Império do Brasil em 12 de outubro próximo passado que haveriam podido embaraçar sua ratificação se a lealdade e o desinteresse que presidiram essas transações não lhe dessem a segurança de que seriam satisfatoriamente explicadas e resolvidas.

Com essa segurança, o ratificou lisamente e ordenou ao abaixo assinado, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário que, por meio de notas reversais, solicitasse e consignasse o entendimento genuíno e autêntico das estipulações sobre as quais recaíam suas dúvidas.

Ao submetê-las, em cumprimento dessa ordem, a sua excelência o senhor senador Paulino José Soares de Souza, do Conselho de sua majestade, ministro e secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, o abaixo assinado tem a satisfação de reconhecer que lhe basta expor simplesmente a razão e o objeto das cláusulas sobre as quais recaíram essas dúvidas, para que fique patente o sentido em que se estenderam os negociadores do tratado e, com isso, seu verdadeiro entendimento e aplicação.

1º Pelo § 2º do artigo 3º do tratado referido se declara que pertencem ao Brasil a ilha ou as ilhas que se encontram na foz do Quaraí no Uruguai.

Ao se fazer essa declaração ficou subentendido, de acordo com todos os princípios admitidos nas estipulações relativas à navegação das águas comuns, que o Brasil não se serviria da ilha ou das ilhas da foz do Quaraí para embaraçar ou impedir a livre-navegação dos ribeirinhos.

Todas as estipulações referentes à ilha de Martín García lhe são rigorosamente aplicáveis; e devem ser-lhe aplicadas.

2º Pelo artigo 4º do mesmo tratado, a República Oriental do Uruguai cede ao Brasil meia légua (aproximadamente 3,3 km) de terreno em uma das margens da embocadura do Cebollatí na lagoa Mirim e outra meia légua na foz do Taquari.

O artigo expressa claramente a finalidade dessa cessão: "Reconhecendo a conveniência de que haja portos onde as embarcações brasileiras que navegam na lagoa Mirim possam entrar e igualmente as orientais que navegam nos rios onde estiverem esses portos", o artigo declara que a República Oriental do Uruguai convém em fazer a cessão de que se trata, para o *fim indicado*.

O artigo autoriza a construção de obras e fortificações que o Brasil

julgue convenientes, mas que julgue convenientes para o *fim indicado:* o contrário seria oposto à razão e ao objeto taxativamente expresso da concessão.

Ainda que a letra do artigo não deixe a mínima dúvida sobre isso, o abaixo assinado agregará que, ao se fazer essa concessão, só se teve em vista dar segurança à navegação da lagoa e de seus afluentes, aos escritórios dos portos e a depósitos que as empresas possam estabelecer neles.

Os ladrões que têm infestado esses lugares tiravam toda segurança e haviam obrigado o Brasil a manter alguns pequenos barcos de guerra nas águas da lagoa.

Temos, portanto, que, segundo a letra do artigo e segundo os objetivos que se tiveram em vista ao redigi-lo, as obras e fortificações do Brasil nas embocaduras do Cebollatí e do Taquari só podem ter como objetivo a *segurança desses dois portos*.

Elas não podem servir para embaraçar a livre-navegação dos rios orientais, em cuja embocadura se encontram, nem na guerra para hostilizar os povos orientais.

Se (as obras e fortificações) servissem em tempo de paz para embaraçar essa navegação, ou na guerra como um ponto estratégico *ofensivo*, a concessão teria outro fim que não o único e muito claramente expresso que o artigo lhe dá.

Isso é de uma evidência irrecusável, caso se atenda ao fim único da concessão – *dar portos à navegação* –, ou aos princípios que regem a interpretação dos tratados.

Mas como a matéria é grave, sua excelência o senhor Soares de Souza convirá em que, desde que apareça um indício de dúvida, cabe removê-la, estabelecendo autêntica e bem explicadamente a inteligência do artigo correspondente; e, aplicando os princípios administrativos, declarar desde agora, para evitar dificuldades e conflitos futuros, que as obras e fortificações dos tais portos do Cebollatí e do Taquari não servirão para embaraçar a navegação dos rios orientais em cujas embocaduras se encontram e que, em caso de guerra – que Deus não haverá de permitir – entre as partes contratantes, se considerarão neutralizados para que possam assim preencher o fim único para que foram criados.

3º O mesmo artigo 4º do tratado reconhece o fato de que a posse exclusiva da lagoa Mirim em que se encontra o Brasil e, de acordo com a base do *uti possidetis*, admitida para chegar a um acordo, o

deixa com essa posse.

Em *princípio*, o Uruguai reconhece que já não tem direito à navegação nas águas da lagoa Mirim. Mas esse reconhecimento não exclui que possa obtê-la por *concessão* do Brasil.

Estabelecido assim o entendimento do artigo, nesse ponto, o abaixo assinado declara haver entendido que o Brasil não teria dificuldade em concordar com essa concessão, pela qual seria compensado pela da navegação dos confluentes orientais, desenvolvendo assim o sistema que adotaram para a mútua prosperidade dos dois países e para ligá-los, cada dia mais, pelos vínculos de um contato íntimo, frequente e altamente proveitoso para seus bem-entendidos interesses políticos e materiais.

O abaixo assinado espera que se, como crê, o governo de sua majestade o imperador encontre correto o entendimento que dá aos três pontos indicados e convém em que seja estabelecido e explicado nos termos da presente nota, sua excelência o senhor Soares de Souza se servirá declará-lo assim em resposta.

O abaixo assinado espera igualmente que o governo de sua majestade convirá em que semelhante declaração se tenha por interpretação autêntica do tratado, nos pontos de que trata, e que a considere com a mesma força e vigor que inserida nele.

O abaixo assinado tem a honra de reiterar a sua excelência o senhor Soares de Souza os protestos da sua mais distinta consideração.

Andrés Lamas

Nº 5.

Resposta do ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, conselheiro Paulino de Sousa, ao ministro oriental, Andrés Lamas[30]

Sobre os artigos 3º e 4º do Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851

Rio de Janeiro. Ministério dos Negócios Estrangeiros, 31 de dezembro de 1851.

[30] Publicado no Relatório de 1852, p.20 do anexo F.

O abaixo assinado, do Conselho de sua majestade o imperador, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, recebeu a nota que, em data de 3 do corrente, sob nº 161, lhe dirigiu o senhor dom Andrés Lamas, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República Oriental do Uruguai, relativa ao sentido de algumas disposições do Tratado de Limites celebrado entre ambos os governos em 12 de outubro próximo passado.

Expõe o senhor Lamas em primeiro lugar que, pelo § 2º do artigo 3º do dito tratado, se declara que pertencem ao Brasil a ilha ou as ilhas que se encontrarem na embocadura do Quaraí, no Uruguai.

Ao fazer-se essa declaração, acrescenta o senhor Lamas, ficou subentendido, de acordo com todos os princípios admitidos nas estipulações relativas à navegação das águas comuns, que o Brasil não se serviria daquela ilha ou ilhas para embaraçar ou impedir a navegação dos ribeirinhos.

O abaixo assinado confirma da parte do governo imperial essa inteligência, que torna aplicáveis aquelas ilhas às disposições relativas à de Martín García, tanto quanto o exigir e admitir a diferença da sua importância e posição, e a liberdade da navegação.

Expõe o senhor Lamas, em segundo lugar, que, pelo artigo 4º do mesmo tratado, a República Oriental do Uruguai cede ao Brasil meia légua de terreno em uma das margens da embocadura do Cebollatí na lagoa Mirim, e outra meia légua na embocadura do Taquari. O artigo, acrescenta o senhor Lamas, expressa claramente o fim dessa cessão. Reconhecendo a conveniência de que haja portos onde as embarcações brasileiras que navegam a lagoa Mirim possam entrar, bem como as orientais que navegam os rios em que estiverem esses portos, o artigo declara que a República Oriental convém em fazer a cessão de que se trata, para o indicado fim.

Pelas razões que o senhor Lamas expõe, entende ele que essas fortificações não podem servir, na paz, para embaraçar a livre-navegação dos rios orientais, em cuja embocadura se encontram, e, na guerra, como um ponto estratégico ofensivo.

O abaixo assinado entende também que é essa a inteligência do citado artigo 4º, salvo sempre os casos em que a ofensiva seja parte da defensiva.

Pelo que toca ao direito exclusivo de navegar as águas da lagoa

Mirim, de que o Brasil estava de posse, e que o tratado reconheceu, o abaixo assinado limitar-se-á a declarar que ele não tolhe que o Brasil, por concessões especiais, admita debaixo de certas condições e certos regulamentos policiais e fiscais, embarcações orientais a fazerem o comércio nos portos daquela lagoa.

Concorde assim com o senhor Lamas, o abaixo assinado também convém em que estas declarações sejam havidas como interpretação autêntica do tratado, nos pontos por elas compreendidos, considerando-se com a mesma força e vigor como se nele estivessem inseridas.

O abaixo assinado prevalece-se da oportunidade para reiterar ao senhor Lamas as expressões da sua perfeita estima e distinta consideração.

Paulino José Soares de Souza

Ao senhor dom Andrés Lamas, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República Oriental do Uruguai.

Nº 6.

Protocolo da Conferência que precedeu a assinatura do Tratado de 15 de maio de 1852[31]

Aos 15 dias do mês de maio de 1852, reuniram-se, na sala do despacho do ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, o respectivo plenipotenciário, doutor dom Florentino Castellanos, o plenipotenciário do Império do Brasil, conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, e o plenipotenciário da Confederação Argentina, doutor dom Luis José de la Peña, para efetuarem o ajuste final que, por acordo tomado em conferências anteriores, se devia celebrar entre a República Oriental e o Império, modificando algumas disposições do Tratado de Limites de 12 de outubro do ano próximo passado, de modo que facilite ao governo oriental a sua execução, removendo as dificuldades que se suscitaram sobre o dito Tratado de Limites.

Aberta a conferência, disse o plenipotenciário brasileiro que,

[31] Publicado no Relatório de 1853, anexo A, nº 1, p.1-3.

havendo-se já publicado nos diários *Comercio del Plata* e *Oriental* a nota pela qual o governo oriental declarou considerar como fatos consumados os Tratados e a Convenção celebrados entre a República e o Império, em 12 de outubro do ano próximo passado, lhe interessava manter como continuação da política do governo constitucional, e que ele, plenipotenciário, considerava-se habilitado para celebrar um novo tratado pelo qual fosse modificado o de limites pela forma em que se expressou nas conferências anteriores e especialmente na de 12 do corrente, e que consiste nas modificações seguintes:

1º. A linha do Chuí designada no § 1º do artigo 3º do mencionado Tratado de Limites será assim alterada: da embocadura do arroio Chuí no oceano subirá a linha divisória pelo dito arroio e daí passará pelo pontal de São Miguel até encontrar a lagoa Mirim, e seguirá costeando sua margem ocidental até a boca do Jaguarão, conforme o *uti possidetis*.

2º. Sua majestade o imperador do Brasil cederá do direito adquirido à concessão feita ao Império, pelo mesmo Tratado de Limites, de duas meias léguas de terreno nas margens do Cebollatí e Taquari.

Disse mais o plenipotenciário brasileiro que, no *memorando* que apresentou na conferência do dia 12, observou não poder hoje o governo imperial satisfazer-se com a simples declaração de que o governo oriental reconhece por válidos todos os pactos de 12 de outubro do ano próximo passado, e vai dar-lhes inteira execução. Que desistiu da exigência que por este motivo fizera de serem os tratados igualmente reconhecidos como válidos por um ato da Assembleia-Geral da República, em consequência de se lhe haver assegurado que essa exigência demoraria o ajuste das modificações do Tratado de Limites e de ter o plenipotenciário argentino oferecido a garantia do seu governo, não só quanto à ratificação do novo tratado por parte do governo oriental, mas também quanto à sua exata execução e a dos tratados e da convenção de 12 de outubro. Que, por conseguinte, propunha que no Tratado de Modificações se estipulasse a aceitação dessa garantia tal qual foi oferecida.

O plenipotenciário oriental declarou que acedia à estipulação da garantia, sendo ela, porém, dada reciprocamente às duas partes contratantes, nos termos expressos pelo plenipotenciário brasileiro.

Depois de alguma discussão, convieram os três plenipotenciários: primeiro, em que o novo tratado teria por fundamento, no seu preâmbulo, o desejo de sua majestade o imperador de facilitar ao governo oriental os meios de cumprir as estipulações dos tratados e da convenção de 12 de outubro, removendo as dificuldades que se suscitaram sobre o Tratado de Limites; segundo, em que as novas estipulações conteriam unicamente as modificações propostas pelo mesmo plenipotenciário brasileiro, e a aceitação da garantia oferecida pelo plenipotenciário argentino, sendo esta reciprocamente dada a ambas as partes contratantes; terceiro, em que o ato da garantia ratificado pelo governo encarregado das Relações Exteriores da Confederação Argentina seria entregue a cada uma das partes contratantes, independentemente da troca das ratificações do novo tratado, atenta à demora que teria a ratificação do governo oriental por depender do concurso da respectiva Assembleia-Geral.

O plenipotenciário oriental pediu, e nisso convieram os plenipotenciários brasileiro e argentino, que se consignasse neste protocolo que ele tinha proposto em uma das conferências anteriores, que no novo tratado se estipulasse também duas modificações relativas ao Tratado de Comércio e Navegação de 12 de outubro, a saber: uma pela qual se fizesse comum à República Oriental o uso da navegação da lagoa Mirim e seus afluentes, assim como era o da navegação do Uruguai, alegando que nas ditas águas já haviam navegado os cidadãos da República, e outra pela qual se concedesse a todos os portos da República a isenção dos direitos de consumo concedida a favor dos produtos de seus gados que forem exportados pela fronteira para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Pediu mais, no que também se conveio, que se consignasse a resposta dada pelo plenipotenciário brasileiro a esta sua proposta.

A resposta do plenipotenciário brasileiro foi como segue:

Pelo que diz respeito à navegação da lagoa Mirim, disse que esta disposição não pertencia ao Tratado de Comércio e sim ao de Limites, na qual se reconhecia o exclusivo direito do Império à navegação dessa lagoa por ser isto conforme a base adotada, do *uti possidetis*. E, negando, pois, que embarcações orientais estivessem em posse dessa navegação, disse que entendia não dever alterar nessa parte a base do dito Tratado

de Limites, por haver acedido a restabelecê-la nas duas disposições contidas no § 1º do artigo 3º e em parte do artigo 4º. Que esta sua recusa não devia, porém, entender-se como uma negativa absoluta por parte do Brasil à concessão pedida, pois que subsistia a declaração feita pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Império, em nota de 31 de dezembro do ano próximo passado, dirigida ao ministro oriental dom Andrés Lamas, de que o exclusivo da navegação das águas da referida lagoa, em cuja posse se achava o Brasil, como foi reconhecido pelo tratado, o não impossibilitava de admitir, por meio de concessões especiais, e debaixo de certas condições e regulamentos policiais e fiscais, as embarcações orientais a fazer o comércio nos portos da mesma lagoa.

Quanto a ampliar o favor concedido aos produtos da República que forem exportados pela fronteira para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, observou que o favor concedido lhe parecia compensar inteiramente o da isenção do imposto que pagava o gado em pé exportado para a dita província. Que estender este favor a todos os portos da República lhe parecia que seria muito prejudicial ao Império e destruiria a reciprocidade, visto que os seus produtos importados no Estado Oriental estão sujeitos aos mais altos direitos da respectiva tarifa. E acrescentou que, sendo natural que em breve se celebrasse um tratado de comércio com a Confederação Argentina, convinha reservar esse objeto para depois da celebração desse tratado, porquanto estava persuadido de que, se o governo imperial concedesse alguma diminuição de imposto, ou qualquer outro favor dessa natureza para os produtos do gado da Confederação Argentina, não duvidaria estender esse favor ao Estado Oriental.

O plenipotenciário oriental pediu, e assim se conveio, que se declarasse, neste protocolo, que entre os artigos do Tratado de Aliança que ele propôs ao plenipotenciário brasileiro, em outras conferências, fossem reconsiderados, para serem modificados ou suprimidos, achava-se o artigo em que a República Oriental se obriga a defender a independência do Paraguai, mas não insistia na sua supressão, por ter declarado o plenipotenciário argentino que o seu governo havia nomeado um encarregado de negócios para essa República, cujo ato público já era um reconhecimento indireto; e que, ademais, o plenipotenciário argentino tinha motivos para acreditar que o dito encarregado de negócios seria autorizado para reconhecer essa independência.

O plenipotenciário brasileiro disse que, além desses motivos que o plenipotenciário oriental alega ter tido para desistir da sua pretensão, havia que considerar, primeiramente, que o Estado Oriental tinha reconhecido a independência dessa República, e, em segundo lugar, que a estipulação relativa à defesa da independência do Paraguai era recíproca, pois que o Paraguai, por um tratado celebrado com o Império, estava também obrigado a defender a independência deste Estado.

O plenipotenciário brasileiro pediu, e nisso se conveio, que também se consignasse que em seu *memorando* tinha ele proposto que no novo tratado se estipulasse:

1º. que o governo oriental se obrigava a pagar todos os vencimentos extraordinários de campanha percebidos pelas diferentes praças do exército imperial, durante os meses de abril e maio, em que permaneceu no Estado Oriental em consequência das dúvidas suscitadas por parte do mesmo governo oriental sobre a exequibilidade dos tratados.

2º. que reconhecia, como princípio, a obrigação de indenizar os residentes e súbditos brasileiros dos danos e prejuízos causados por dom Manoel Oribe e seus agentes, conforme a liquidação que oportunamente se fizesse.

3º. que faria executar o contrato do seu ministro sobre armamentos e munições celebrado com o súdito brasileiro Irinêo Evangelista de Souza [32] ou, pelo menos lhe garantiria, para seu pagamento, a percepção da quota das rendas da Alfândega, que o governo precedente lhe havia designado e de lhe fora privado pelo decreto de 30 de março último.

Pediu mais que se declarasse que desistia absolutamente da primeira das três estipulações anteriormente mencionadas; que, a respeito da segunda, acedia a que não entrasse no novo tratado sem, todavia, desistir do direito que assistia ao governo imperial de reclamar oportunamente as referidas indenizações; e que, quanto à terceira, entrou nas condições do ajuste final,

[32] Posteriormente visconde de Mauá.

mas que convinha em que não fosse incluída no novo tratado, sob a garantia da promessa que lhe fez o plenipotenciário oriental de que o seu governo atenderia ao direito desse súdito brasileiro conforme a justiça e equidade, dando-se as providências necessárias para o seu pronto pagamento.

O plenipotenciário oriental ponderou, outrossim, que, além das modificações feitas no Tratado de Limites, continham os Tratados de Comércio, de Aliança e a Convenção de Subsídios alguns artigos com estipulações de que o Império pode prescindir sem prejuízo seu, e que, entretanto, ou porque já desaparecesse, ou porque pode vir a desaparecer no futuro a conveniência para o Estado Oriental, sob cuja influência foram feitas, era de desejar que fossem modificadas.

O plenipotenciário brasileiro respondeu que não se considerava autorizado para fazer outras modificações além daquelas a que havia acedido, e que se havia concordado fazer no Tratado de Limites. Entendia, porém, que, desde que se houvesse restabelecido, como esperava que o fosse, uma inteira confiança entre o seu governo e o governo oriental, pela observância dos tratados e pela recíproca cordialidade e benevolência em suas relações, o seu governo não teria dúvida em entrar em novos ajustes com o governo oriental e em considerar aqueles artigos dos tratados cujas disposições, sendo estipuladas especialmente em favor do dito Estado, a mudança de circunstâncias ou outras justas razões demonstrassem a vantagem para o mesmo Estado em suprimir ou em substituir por outras.

Finalmente, conveio-se em fazer-se extrair uma cópia legalizada no tratado ajustado para ser entregue ao plenipotenciário argentino, a fim de enviá-la ao seu governo para a expedição dos atos de garantia, e que se tirassem duas cópias legalizadas deste protocolo, uma para o plenipotenciário brasileiro e outra para o plenipotenciário uruguaio.

Lido o presente protocolo e achado conforme ao que se passou e foi ajustado, deu-se a conferência por terminada.

E eu, oficial-maior do Ministério das Relações Exteriores, o escrevi, por ordem de sua excelência o senhor ministro, na mesma data anteriormente mencionada.

Florentino Castellanos
H. H. Carneiro Leão
Luis José de la Peña

O oficial maior de Relações Exteriores, *Alberto Flangini*.

Cópia conforme ao protocolo original. O oficial-maior de Relações Exteriores, *Alberto Flangini*.

Nº 7.

Tratado de 15 de maio de 1852, concluído em Montevidéu entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai modificando o § 1º do artigo 3º e o artigo 4º do Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851[33]
(Texto em português com a ratificação brasileira)

Nós o imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, etc. fazemos saber a todos os que a presente Carta de Confirmação, aprovação e ratificação virem que aos quinze dias do mês de maio do corrente ano se concluiu e assinou na cidade de Montevidéu, entre este Império e a República Oriental do Uruguai, pelos respectivos plenipotenciários, munidos dos necessários plenos poderes, um tratado modificando o § 1º do artigo 3º, e artigo 4º do Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851, pondo em pleno e inteiro vigor todas as demais estipulações deste e dos de Aliança, Comércio e Navegação, e Extradição, e da Convenção sobre subsídios, celebrados nesta corte entre os dois Estados, na mesma data, sendo o dito tratado do teor seguinte:

Em nome da Santíssima e Indivisível Trindade,

Havendo sua majestade o imperador do Brasil e a República Oriental do Uruguai celebrado, em doze de outubro do ano próximo passado, quatro tratados e uma convenção de subsídios que, sendo ratificados pelas duas altas partes contratantes, foram por ambas executados em todos os artigos que imediatamente o podiam ser, não obstante, depois do restabelecimento do governo constitucional da República, se suscitaram dúvidas sobre a sua exequibilidade, as quais felizmente desapareceram por um acordo amigável entre ambas

[33] Ratificado pelo imperador dom Pedro II a 10 de junho e pelo presidente da República Oriental do Uruguai, Juan Francisco Giró, a 5 de julho de 1852. As ratificações foram trocadas na corte do Rio de Janeiro a 12 de julho do mesmo ano. Publicado no Relatório de 1853, anexo A, nº 2, p.4-6.

as partes; e, por esse acordo, obtido com o concurso da mediação espontânea e oficiosa do governo encarregado das Relações Exteriores da Confederação Argentina, por meio do seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial junto à dita República, doutor dom Luis José de la Peña, foi mantida por parte do governo oriental a execução dos referidos tratados e convenção.

Em consequência, desejando sua majestade o imperador facilitar ao governo da República Oriental os meios de cumprir as estipulações dos ditos tratados e convenção, removendo as dificuldades que se suscitaram sobre o Tratado de Limites, acordou em fazer modificações no dito tratado; e para esse fim as duas altas partes contratantes nomearam seus plenipotenciários, a saber:

Sua majestade o imperador do Brasil, ao excelentíssimo senhor conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial junto ao governo Oriental do Uruguai.

E a República Oriental do Uruguai, ao excelentíssimo senhor doutor dom Florentino Castellanos, ministro e secretário de Estado das Relações Exteriores da mesma República.

Os quais, depois de haverem trocado os seus plenos poderes respectivos, que foram achados em boa e devida forma, convieram nos artigos seguintes:

Artigo 1º

O § 1º do artigo 3º do Tratado de Limites fica alterado do seguinte modo: da embocadura do arroio Chuí, no oceano, subirá a linha divisória pelo dito arroio, e daí passará pelo pontal de São Miguel até encontrar a lagoa Mirim, e seguirá costeando a sua margem ocidental até a boca do Jaguarão conforme o *uti possidetis*.[34]

[34] A modificação contida neste artigo, e explicada no Acordo de 22 de abril de 1853, importou em ceder o Brasil à República Oriental o território, que esta reconhecera como brasileiro no tratado anterior, entre os arroios de São Miguel, Palmar e São Luís. As ruínas do antigo forte português de São Miguel, que pelo Tratado de 1851 estariam em território brasileiro, ficaram por este Tratado de 1852, e pela demarcação subsequente, pertencendo à República Oriental.

Artigo 2º

O artigo 4º do referido tratado fica modificado somente na parte em que se cede ao Brasil, em toda a soberania, meia légua de terreno em uma das margens da embocadura do Cebollatí, que for designada pelo comissário do governo imperial; e outra meia légua em uma das margens do Taquari, designada do mesmo modo; convindo sua majestade o imperador em desistir formalmente, como desiste, do direito adquirido a essa concessão que deverá verificar-se pela designação do seu comissário.

Artigo 3º

Todos os mais artigos do referido Tratado de Limites, bem como todos os mais dos de Aliança, de Comércio e Navegação, e de Extradição, e da Convenção de Subsídios, ficam em seu pleno e inteiro vigor. E ambas as partes contratantes convêm em aceitar a garantia que espontaneamente ofereceu o ministro plenipotenciário da Confederação Argentina, por parte do governo encarregado das Relações Exteriores da dita confederação, consistindo essa garantia em que, por parte de sua majestade o imperador, serão aprovadas e ratificadas as modificações estipuladas no presente tratado, e por parte do governo oriental serão também ratificadas as ditas modificações de conformidade com sua respectiva Constituição, e os Tratados e Convenção de Subsídios de 12 de outubro do ano passado, serão exatamente cumpridos e observados pelas duas altas partes contratantes, com as referidas modificações ou outras que para o futuro possam ser feitas por mútuo acordo das mesmas altas partes contratantes.

Artigo 4º

A troca das ratificações do presente tratado será feita na cidade do Rio de Janeiro no prazo de 60 dias, ou antes, se for possível; e o Ato de Garantia será dado pelo ministro plenipotenciário da Confederação

Argentina, com a ratificação do excelentíssimo senhor governador e capitão-general da província de Entre Rios, encarregado das Relações Exteriores da mesma Confederação, no termo mais breve que for possível, a cada uma das duas partes contratantes, independentemente da dita troca de ratificações.

Em testemunho do que nós, os abaixo assinados, plenipotenciários de sua majestade o imperador do Brasil e da República Oriental do Uruguai, em virtude de nossos plenos poderes, assinamos o presente tratado com os nossos punhos, e lhe fizemos por o selo de nossas Armas.

Feito na cidade de Montevidéu, aos quinze dias do mês de maio do ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e dois.

(L. S.) Honório Hermeto Carneiro Leão
(L. S.) Florentino Castellanos

E sendo-nos presente o mesmo tratado, cujo teor fica anteriormente inserido, e bem-visto e examinado por nós tudo o que nele se contém, e aceitando por nossa parte o Ato de Garantia oferecida espontaneamente pelo governo encarregado das Relações Exteriores da Confederação Argentina, e por este ratificado em 19 do mês de maio próximo passado, nos termos estipulados no artigo 3º do dito tratado, o aprovamos, ratificamos e confirmamos assim no todo, como em cada um de seus artigos e estipulações, e pela presente o damos por firme e valioso para sempre; prometendo em fé e palavra imperial observá-lo e cumpri-lo inviolavelmente e fazê-lo cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que fizemos passar a presente carta por nós assinada, selada com o selo grande das Armas do Império, e referendada pelo nosso ministro e secretário de Estado abaixo assinado.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos dez dias do mês de junho de mil oitocentos e cinquenta e dois.

(L. S.) Pedro, imperador (com guarda)
Paulino José Soares de Souza

Nº 7 A.

Tratado de 15 de maio de 1852, celebrado entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai, modificando o § 1º do artigo 3º e o artigo 3º e o artigo 4º do que fora celebrado com a mesma República em 12 de outubro de 1851[35]
(Texto com a ratificação uruguaia)

Nós, Juan Francisco Giró, presidente da República Oriental do Uruguai,

Aos que o presente virem fazemos saber:

Que, havendo visto e examinado detidamente o tratado que, para modificar o de limites assinado em 12 de outubro do ano próximo passado, se ajustou e se concluiu, em 15 de maio último, entre nosso plenipotenciário e o de sua majestade o imperador do Brasil nesta cidade, devidamente autorizados para aquele fim, e cujo teor, copiado literalmente, é como segue:

Em nome da Santíssima e Indivisível Trindade,

Havendo celebrado a República Oriental do Uruguai e sua majestade o imperador do Brasil, em 12 de outubro do ano próximo passado, quatro tratados e uma convenção de subsídios, que, havendo sido ratificados pelas duas altas partes contratantes, foram executados por ambas em todos os artigos que puderam sê-lo imediatamente. Não obstante, depois do restabelecimento do governo constitucional da República, se suscitaram dúvidas sobre sua exequibilidade, que desapareceram felizmente por acordo amigável entre ambas as partes e, por esse acordo, obtido com a interveniência da mediação espontânea e oficiosa do governo encarregado das Relações Exteriores da Confederação Argentina, por meio de seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial, o doutor dom Luis José de la Peña, se manteve, por parte do governo oriental, a execução dos referidos tratados e convenção.

Em consequência, desejando sua majestade o imperador facilitar ao governo da República Oriental do Uruguai os meios para cumprir

[35] Publicado no Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, de 1853, anexo A, p.4-6. As ratificações foram trocadas no Rio de Janeiro em 13 de julho de 1852.

as estipulações de ditos tratados e convenção, removendo dificuldades que se suscitaram sobre o Tratado de Limites, concordou em fazer modificações ao dito tratado e, para esse fim, as duas altas partes contratantes nomearam seus plenipotenciários, a saber:

A República Oriental do Uruguai ao excelentíssimo senhor doutor dom Florentino Castellanos, ministro secretário de Estado das Relações Exteriores da mesma República.

E sua majestade o imperador do Brasil ao excelentíssimo senhor conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão junto ao governo da República Oriental do Uruguai.

Artigo 1º

O § 1º do artigo 3º do Tratado de Limites fica alterado do seguinte modo: da foz do arroio Chuí, no oceano, a linha divisória subirá por dito arroio, e dali passará pelo Pontal de São Miguel até encontrar a lagoa Mirim e seguirá costeando sua margem ocidental até a foz do Jaguarão, conforme o *uti possidetis*.

Artigo 2º

O artigo 4º do referido tratado fica modificado somente na parte em que se cede ao Brasil, em toda soberania, meia légua (aproximadamente 3,3 km) de terreno em uma das margens da foz do Cebollatí, que for designada pelo comissário do governo imperial; e outra meia légua em uma das margens do Taquari, designada do mesmo modo, concordando sua majestade o imperador em desistir formalmente, como desiste, do direito adquirido a essa concessão, que deveria verificar-se pela designação do comissário.

Artigo 3º

Todos os demais artigos do referido Tratado de Limites, assim como

todos os artigos dos Tratados de Aliança, de Comércio e Navegação, e de Extradição e da Convenção de Subsídios, ficam em pleno e inteiro vigor. Ambas as altas partes contratantes acordam aceitar a garantia que espontaneamente ofereceu o ministro plenipotenciário da Confederação Argentina, por parte do governo encarregado das Relações Exteriores da dita Confederação, garantia essa que consiste em que, por parte de sua majestade o imperador, as modificações estipuladas no presente tratado serão aprovadas e ratificadas, e por parte do governo oriental, ditas modificações serão também ratificadas conforme a sua respectiva Constituição, e os Tratados e Convenção de Subsídios de 12 de outubro do ano passado serão exatamente cumpridos e observados pelas duas altas partes contratantes.

Artigo 4º

A troca das ratificações do presente tratado será feita na cidade do Rio de Janeiro no prazo de 60 dias, ou antes, se for possível. O Ato de Garantia será dado pelo ministro plenipotenciário da Confederação Argentina, com a ratificação do excelentíssimo senhor governador e capitão-general da província de Entre Rios, encarregado das Relações Exteriores da mesma confederação, no mais breve prazo possível, a cada uma das partes contratantes, independentemente da dita troca de ratificações.

Em fé do que nós, os abaixo assinados, plenipotenciários da República Oriental do Uruguai e de sua majestade o imperador do Brasil, em virtude de nossos plenos poderes, firmamos o presente tratado com nossa própria mão e fizemos apor o selo de nossas Armas.

Dado na cidade de Montevidéu aos quinze dias do mês de maio do ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e dois.

(L. S.) Florentino Castellanos
(L. S.) Honório Hermeto Carneiro Leão

Portanto, e estando autorizados pelo Senado e pela Câmara de Representantes para sua ratificação, declaramos, em nosso nome e no

da República, que aceitamos, aprovamos e ratificamos, em todas e cada uma de suas partes, o tratado antes inserido, prometendo e empenhando nossa fé e honra em seu cumprimento e observância e que o faremos cumprir e observar fielmente, sem permitir que seja transgredido por nenhuma causa ou pretexto, direta ou indiretamente.

Em fé do que firmamos, o presente instrumento de ratificação, selado com o grande selo de Armas da República, e referendado por nosso ministro secretário de Estado nos Departamentos da Guerra e da Marinha, em Montevidéu, capital da República Oriental do Uruguai, aos cinco do mês de julho do ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e dois.

Juan F. Giró
Venâncio Flores

Nº 7B.

Ato de Garantia oferecida pela Confederação Argentina e aceita pelo Brasil e pela República Oriental do Uruguai, nos termos do artigo 3º do Tratado de 15 de maio de 1852[36]

Ratificação argentina, 19 de maio de 1852.

O brigadeiro general Justo José de Urquiza, governador e capitão-general da Província de Entre Rios, general em chefe do Grande Exército Aliado da América do Sul, e encarregado das Relações Exteriores da Confederação Argentina:

Faz saber a todos e a cada um daqueles que virem o presente Ato de Ratificação que, havendo sido celebrado, com o concurso de nossa mediação espontânea e amigável, um tratado modificando o de limites, de 12 de outubro de 1851 entre os plenipotenciários de sua majestade o imperador do Brasil, e da República do Uruguai, pelo qual ficou modificado o Tratado de Limites celebrado entre o Império do Brasil e a dita República, em 12 de outubro do ano passado, e tendo sido aceita

[36] Publicado no Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1853, anexo A, nº 3, p.7 e 8.

a garantia de que, em nosso nome e no da Confederação Argentina, foi oferecida por nosso ministro plenipotenciário, doutor dom Luis José de la Peña, nos termos expressos no Ato de Garantia, assinado na cidade de Montevidéu em 15 de maio do ano em curso, cujo teor é o seguinte: "*Ato de Garantia pela Confederação Argentina do Tratado de Modificações ao de Limites de 12 de outubro de 1851, celebrado entre sua majestade o imperador do Brasil e a República Oriental do Uruguai, em 15 de maio de 1852.*

Havendo-se felizmente concluído no dia de hoje um tratado de modificações ao de limites de 12 de outubro de 1851, entre os plenipotenciários de sua majestade o imperador do Brasil e da República Oriental do Uruguai, com a interveniência do abaixo assinado, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial junto ao governo desta mesma República, mediação que, oferecida espontânea e amigavelmente, foi aceita pelos dois plenipotenciários anteriormente mencionados, no entendimento de que a confederação garantiria, em nome do governo encarregado das Relações Exteriores da dita confederação, que, por parte de sua majestade o imperador do Brasil, serão aprovadas e ratificadas as modificações estipuladas no tratado celebrado no dia de hoje, e, por parte da República Oriental do Uruguai, as ditas modificações serão ratificadas de acordo com respectiva Constituição e Tratados e Convenção de Subsídios de 12 de outubro do ano passado; que serão exatamente cumpridos e observados pelas duas altas partes contratantes, com as referidas modificações ou outras que possam ser feitas no futuro, por mútuo acordo entre ambas as altas partes contratantes. O abaixo assinado, ministro plenipotenciário da Confederação Argentina declara e assegura que, pelo presente Ato de Garantia e em virtude dos plenos poderes de que se acha investido, o excelentíssimo senhor governador e capitão-general encarregado das Relações Exteriores da Confederação Argentina, brigadeiro general dom Justo José de Urquiza, presta sua garantia nos mesmos termos em que foi oferecida pelo abaixo assinado, segundo está estipulado no artigo 3º do tratado celebrado na data de hoje; e que o mesmo senhor governador e capitão-general já antes mencionado, fará expedir e entregar ratificações especiais deste Ato de Garantia a cada uma das duas altas partes contratantes.

Em fé do que o abaixo assinado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário firma o presente ato com sua própria mão e faz colocar o selo de Armas desta Missão Especial.

Dado na cidade de Montevidéu, capital da República Oriental do Uruguai, em 15 do mês de maio de 1852.

(L. S.) Luis J. de la Peña

Quisemos aceder, e acedemos, ao antes inserido Ato de Garantia a fim de consolidar, no que de nós dependa, a paz e a amizade que felizmente existe entre o Império do Brasil e as Repúblicas do Prata, e que é um dos mais felizes resultados da Aliança celebrada no ano passado pelas convenções de 29 de maio e 21 de novembro do mesmo ano.

Em fé do que, pelo presente ato, renovamos, confirmamos e ratificamos a garantia dada em nosso nome e no da Confederação Argentina, de cujas Relações Exteriores estamos encarregados, por nosso ministro plenipotenciário, e prometemos mantê-la e sustentá-la, nos mesmos termos em que foi estipulada no artigo 3º do mesmo tratado, e dada no Ato de Garantia anteriormente mencionado.

Dado em Palermo de San Benito, aos 19 dias do mês de maio do ano do Senhor de 1852, firmado por nossa mão, selado com o selo do governo encarregado das Relações Exteriores da Confederação Argentina, e referendado pelo ministro e secretário de Estado, *ad ínterim*, em dito Departamento.

(L. S.) Justo José de Urquiza
(L. S.) Vicente F. Lopez

Nº 8.

Protocolo do Acordo de 22 de abril de 1853 assinado em Montevidéu por parte do Império do Brasil e da República Oriental do Uruguai para a execução do artigo 1º do Tratado de 15 de maio de 1852, pelo qual foi modificado o de limites de 12 de outubro de 1851[37]

[37] Publicado integralmente no Relatório de 1853, anexo A, nº 9, p.17-20.

Conferência do dia 18 de abril de 1853.

Aos dezoito dias do mês de abril de mil oitocentos e cinquenta e três se reuniram na Sala de Despacho do Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai o ministro residente em Missão Especial de sua majestade o imperador do Brasil, doutor José Maria da Silva Paranhos, e o respectivo ministro secretário de Estado, doutor dom Florentino Castellanos, para celebrar um ajuste definitivo sobre as dúvidas suscitadas entre os dois comissários de limites, brasileiro e oriental, no reconhecimento da linha do Chuí estipulada no Tratado de 15 de maio de 1852.

(...)

Conferência do dia 22 de abril.

Aos vinte e dois dias do mês de abril de mil oitocentos e cinquenta e três se reuniram os mesmos ministros na Sala de Despacho do Ministério das Relações Exteriores.

Abriu a conferência o ministro das Relações Exteriores, declarando que o seu governo estava disposto a aceitar a solução proposta pelo governo imperial.

Depois de breves explicações pedidas por esse ministro brasileiro, foi formal e definitivamente adotado o seguinte acordo, que ambos os ministros declaram conforme as ordens e instruções de seus governos:

> Que a linha divisória estipulada no Tratado de 15 de maio de 1852 deve ser entendida e demarcada pelo modo abaixo declarado a saber:
> da embocadura do arroio Chuí, no oceano, subirá a linha divisória pelo dito arroio, até seu Passo Geral, do qual correrá por uma reta ao Passo Geral do arroio São Miguel, e descerá pela sua margem direita até encontrar o pontal de São Miguel na costa meridional da lagoa Mirim; e continuará deste ponto circulando a margem ocidental da mesma lagoa até a boca do Jaguarão.

Concordou-se mais que ambos os governos expedirão imediatamente ordens a seus respectivos comissários para que prossigam nos trabalhos de demarcação que já houvessem começado em comum, depois que se

suspendeu a demarcação daquela parte da fronteira, ficando ao arbítrio dos mesmos comissários, se por próprio e mútuo acordo o entenderem mais conveniente, voltar ao Chuí para designar esta linha divisória que haviam escolhido para ponto de partida.

Lido o presente protocolo, e achado exato em tudo, ambos os ministros o assinaram em dois autógrafos, e deram por concluído o seu objeto.

José Maria da Silva Paranhos
Florentino Castellanos

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SOBRE A CONVENÇÃO DE 4 DE OUTUBRO DE 1910 COMPLEMENTAR DO TRATADO DE 6 DE OUTUBRO DE 1898 ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1911.

A sua excelência o senhor marechal Hermes da Fonseca, presidente da República.

Senhor presidente,

No dia 4 de outubro de 1910 foi assinado em Buenos Aires pelo ministro do Brasil, senhor Domício da Gama, e pelo das Relações Exteriores da República Argentina, senhor Carlos Rodríguez Larreta, uma convenção complementar do Tratado de Limites de 6 de outubro de 1898, entre as duas Repúblicas.

Para que esse ato internacional possa ser submetido ao exame e aprovação do Congresso Nacional, tenho a honra de pôr na presença de vossa excelência, aqui inclusas:

1º. Cópia autêntica da dita Convenção de 4 de outubro de 1910.
2º. Cópia do memorando que em 25 de setembro daquele ano dirigi à legação argentina no Brasil (publicado no *Diário Oficial* de 15 de outubro de 1910, p. 8.497 e 8.498).
3º. Cópia da "Planta de um trecho do rio Uruguai, mostrando a

posição da ilha do Quaraí" (também publicada no citado número do *Diário Oficial*, p. 8.495).

O *memorando* mostra a necessidade da dita convenção complementar, porquanto, em consequência da falta de precisão que houve no Tratado de Limites de 6 de outubro de 1898 ao designar o ponto de partida da linha divisória em frente ao Quaraí, a Comissão Mista deixou de demarcar um trecho de seis quilômetros, no rio Uruguai, a jusante da ponta oriental da confluência do Quaraí.

Pelo novo acordo, o artigo 1º do Tratado de 1898 ficará substituído pelo seguinte (artigo 3º da Convenção):

> A linha divisória entre o Brasil e a República Argentina, no rio Uruguai, começa na linha normal entre as duas margens, que passa um pouco a jusante da ponta sudoeste da ilha Brasileira do Quaraí; segue subindo o rio, a meia distância da margem direita ou argentina, e das margens ocidental e setentrional na ilha Brasileira, passando defronte da boca do rio Miriñay, na Argentina, e da boca do rio Quaraí, que separa o Brasil da República Oriental, subindo o mesmo rio Uruguai, vai encontrar a linha que une os dois marcos inaugurados a 4 de abril de 1901, um brasileiro, na barra do Quaraí, outro argentino, na margem direita do Uruguai. Daí segue pelo *talvegue* do Uruguai até a confluência do Pepiri-Guaçu, como ficou estipulado no artigo 1º do Tratado de 6 de outubro de 1898 e conforme a demarcação feita de 1900 a 1904, como consta da Ata, assinada no Rio, de Janeiro a 4 de outubro de 1910.

Referindo-me aos documentos anexos, tenho a honra de reiterar a vossa excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Rio Branco

Os governos dos Estados Unidos do Brasil e da República Argentina, julgando necessário celebrar uma convenção complementar do Tratado de Limites de 6 de outubro de 1898, nomearam para esse fim plenipotenciários, a saber:

sua excelência o presidente dos Estados Unidos do Brasil o seu enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Buenos Aires, senhor dom Domício da Gama; e

sua excelência o presidente da República Argentina o seu ministro secretário no Departamento de Relações Exteriores e Culto doutor dom Carlos Rodriguez Larreta (filho).

Os quais, devidamente autorizados, convieram no seguinte:

Artigo 1º

Desde a linha que une o marco brasileiro da barra do Quaraí e o marco argentino que lhe fica quase defronte, na margem direita do Uruguai, marcos inaugurados ambos a 4 de abril de 1901, a fronteira entre o Brasil e a República Argentina desce o dito rio Uruguai, passando entre a sua margem direita e a ilha brasileira, do Quaraí, também chamada ilha Brasileira, e assim vai até

Los Gobiernos de los Estados Unidos del Brasil y de la República Argentina juzgando necesario celebrar una convención complementaria del Tratado de Limites de 6 de octubre de 1898, nombraron para ese fin Plenipotenciarios, á saber:

Su Excelencia el presidente de la República Argentina a su Ministro Secretario en el Departamento de Relaciones Exteriores y Culto Doctor Don Carlos Rodríguez Larreta (hijo).

Su Excelencia el presidente de los Estados Unidos del Brasil a su Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario en Buenos Aires señor Don Domício da Gama; y

Los cuales, debidamente autorizados convinieron lo siguiente:

Artículo 1º

Desde la línea que une el hito brasileño de la desembocadura del Quarahim y el hito argentino que queda casi enfrente en la margen derecha del Uruguay, hitos inaugurados ambos el 4 de abril de 1901, la frontera entre el Brasil y la República Argentina, baja el mencionado río Uruguay, pasando entre su margen derecha y la isla brasileña, del Quarahim, también llamada isla Brasileña y así va

encontrar a linha normal entre as duas margens que fique situada um pouco a jusante da extremidade sudoeste da sobredita ilha.

Artigo 2º

Comissários técnicos nomeados pelos dois governos farão o levantamento da seção do rio Uruguai entre as duas linhas anteriormente indicadas e estabelecerão um novo marco brasileiro na extremidade sudoeste da ilha e outro argentino, que corresponda a esse, sobre a margem direita.

Artigo 3º

O artigo 1º do Tratado de 6 de outubro de 1898 fica substituído pelo seguinte: a linha divisória entre o Brasil e a República Argentina no rio Uruguai começa na linha normal entre as duas margens, que passa um pouco a jusante da ponta sudoeste da ilha Brasileira do Quaraí; segue, subindo o rio, a meia distância da margem direita ou argentina e das margens ocidental e setentrional da ilha brasileira, passando defronte da boca do rio Meriñay na Argentina e da boca do rio Quaraí que separa o Brasil da República Oriental; subindo o

hasta encontrar la línea normal entre las dos márgenes, que quede situada un poco a bajamar de la extremidad sudoeste de dicha isla.

Artículo 2º

Comisarios técnicos, nombrados por los dos Gobiernos, harán el levantamiento de la sección del río Uruguay entre las dos líneas arriba indicadas y establecerán un nuevo hito brasileño en la extremidad sudoeste de la isla y otro argentino que corresponda a ese, sobre la margen derecha.

Artículo 3º

El Artículo 1º del Tratado de 6 de octubre de 1898, queda substituido por el siguiente: La línea divisoria entre el Brasil y la República Argentina en el río Uruguay, comienza en la línea normal entre las dos márgenes, que pasa un poco a bajamar de la punta sudoeste de la isla brasileña de Quarahim; sigue subiendo el río a distancia media de la margen derecha o argentina y de las márgenes occidental y septentrional de la isla Brasileña pasando por frente a la boca del río Meriñay en la Argentina y a la boca del río Quarahim que separa el Brasil de la República Oriental;

mesmo rio Uruguai, vai encontrar a linha que une os dois marcos inaugurados a 4 de abril de 1901, um brasileiro na barra do Quaraí, outro argentino na margem direita do Uruguai. Daí segue pelo *talvegue* do Uruguai até a confluência do Pepiri-Guaçu, como ficou estipulado no artigo 1º do Tratado de 6 de outubro de 1898 e conforme a demarcação feita de 1900 a 1904, como consta da Ata, assinada no Rio de Janeiro, a 4 de outubro de 1910.

subiendo el mismo río Uruguay, va a encontrar la línea que une los dos hitos inaugurados el 4 de abril de 1901, uno brasileño en la boca del Quarahim, otro argentino en la margen derecha del Uruguay. De ahí sigue por el talvegue, del Uruguay hasta la confluencia del Pepiry Guazú, como quedó estipulado en el Artículo 1º del Tratado de 6 de octubre de 1898, y conforme a la demarcación hecha de 1900 a 1904, como consta del acta firmada en Rio de Janeiro en 4 de octubre de 1910.

Artigo 4º

A presente convenção, mediante a necessária autorização do Poder Legislativo nas duas Repúblicas, será ratificada pelos dois governos e as ratificações trocadas na cidade do Rio de Janeiro ou na de Buenos Aires no mais breve prazo possível.

Em fé do que nós, os plenipotenciários nomeados, firmamos a presente convenção em dois exemplares, cada um nas línguas portuguesa e castelhana, apondo em ambos o sinal dos nossos selos.

Feito na cidade de Buenos Aires em 4 de outubro de 1910.

(L. S.) Domício da Gama
(L. S.) C. Rodríguez Larreta

Artículo 4º

La presente Convención, mediante la necesaria autorización del Poder Legislativo de ambas Repúblicas, será ratificada por los dos Gobiernos y las ratificaciones serán canjeadas en la ciudad de Rio de Janeiro o en la de Buenos Aires, en el más breve plazo posible.

En fe de lo cual, nosotros, los plenipotenciarios arriba indicados firmamos la presente Convención en dos ejemplares, cada uno en los idiomas castellano y portugués y le aplicamos nuestros sellos.

Hecho en la ciudad de Buenos Aires a los 4 de octubre de 1910.

(L. S.) C. Rodríguez Larreta
(L. S.) Domício da Gama

O Tratado de Limites entre os Estados Unidos do Brasil e a República Argentina, concluído no Rio de Janeiro a 6 de outubro de 1898, dispôs o seguinte no seu artigo 1º:

> A linha divisória entre o Brasil e a República Argentina começa no rio Uruguai defronte da foz do Quaraí e segue pelo *talvegue* daquele rio até a foz do rio Pepiri Guaçu. A margem direita ou ocidental do Uruguai pertence à República Argentina e a esquerda ou oriental ao Brasil.

Os plenipotenciários redatores desse artigo não ignoravam, de certo, que há na confluência do Quaraí ilhas pertencentes ao Brasil, como ficou reconhecido na seguinte parte final do artigo 3º, § 2º, do Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851 entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai:

> (...) Segue (a fronteira) por esta coxilha e ganha a de Haedo até o ponto em que começa o galho do Quaraí denominado arroio da Invernada pela carta do visconde de São Leopoldo, e sem nome na carta do coronel Reyes, e desce pelo dito galho até entrar no Uruguai; *pertencendo ao Brasil a ilha ou ilhas que se acham na embocadura do dito rio Quaraí no Uruguai*.

Duas notas, de 3 e 31 de dezembro de 1851, contêm declarações que foram "havidas como interpretação autêntica do tratado, nos pontos por elas compreendidos", e "consideradas com a mesma força e vigor como se nele estivessem inseridas".

Na nota de 3 de dezembro de 1851, do ministro oriental no Brasil, Andrés Lamas, lê-se:

> 1º - Pelo § 2º do artigo 3º do mencionado tratado se declara que pertencem ao Brasil a ilha ou as ilhas que se encontram na foz do Quaraí no Uruguai.
>
> Ao se fazer essa declaração, ficou subentendido, de acordo com todos os princípios admitidos nas estipulações relativas à navegação das águas comuns, que o Brasil não se serviria da ilha ou das ilhas na foz do Quaraí para embaraçar ou impedir a livre-navegação dos ribeirinhos. Todas as estipulações referentes à ilha de Marin García são rigorosamente aplicáveis a ela; e devem ser-lhe aplicáveis.

Respondendo, em nota de 31 de dezembro de 1851, disse o conselheiro

Paulino de Souza, ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil:

> Expõe o senhor Lamas em primeiro lugar que, pelo § 2º do artigo 3º do dito tratado, se declara que pertencem ao Brasil a ilha ou ilhas que se encontrarem na embocadura do Quaraí, no Uruguai.
>
> Ao fazer-se essa declaração, acrescenta o senhor Lamas, ficou subentendido, de acordo com todos os princípios admitidos nas estipulações relativas à navegação das águas comuns, que o Brasil não se serviria daquela ilha ou ilhas para embaraçar ou impedir a navegação dos ribeirinhos.
>
> O abaixo assinado confirma da parte do governo imperial essa inteligência, que torna aplicáveis aquelas ilhas às disposições relativas à de Martín García, tanto quanto o exigir e admitir a diferença de sua importância e posição, e a liberdade da navegação.

O Tratado de 15 de maio de 1852, concluído em Montevidéu pelo Brasil e pela República Oriental, sendo mediador o governo argentino, modificou algumas estipulações contidas no § 3º do artigo 1º e no artigo 4º do Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851, mas em nada alterou as do precitado § 2º do artigo 1º.

O artigo 3º do Tratado de 15 de maio de 1852 diz:

> *Todos os demais artigos do referido Tratado de Limites*¸ bem como todos os demais dos de Aliança, de Comércio e Navegação, e de Extradição, e da Convenção de Subsídios, *ficam em seu pleno e inteiro vigor*. E ambas as partes contratantes convêm em aceitar a garantia que espontaneamente ofereceu o ministro plenipotenciário da Confederação Argentina, por parte do governo encarregado das Relações Exteriores da dita confederação, consistindo essa garantia em que, por parte de sua majestade o imperador, serão aprovadas e ratificadas as modificações estipuladas no presente tratado, e por parte do governo oriental serão também ratificadas as ditas modificações de conformidade com sua respectiva Constituição, e os Tratados e Convenção de Subsídios de 12 de outubro do ano passado serão exatamente cumpridos e observados pelas duas altas partes contratantes, com as referidas modificações ou outras que para o futuro possam ser feitas por mútuo acordo das mesmas altas partes contratantes.

O Ato de Garantia, assinado em Montevidéu a 15 de maio de 1852, pelo ministro argentino mediador, Luis José de la Peña, foi ratificado a 19 do mesmo mês, em Palermo de San Benito, pelo "brigadeiro general Justo José de Urquiza, governador e capitão-general de província de Entre Rios, general em chefe do grande Exército Aliado da América do Sul, e encarregado das Relações Exteriores da República Argentina".

É fora de dúvida que os negociadores, brasileiro e argentino, do Tratado de Limites de 6 de outubro de 1898, e os seus respectivos governos, não ignoravam esses antecedentes. Eles sabiam perfeitamente que "a ilha ou ilhas que se acham na embocadura do Quaraí no Uruguai" são brasileiras em virtude do artigo 3º, § 2º do Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851 entre o Brasil e a República Oriental, e que por Ato de 15 de maio de 1852, ratificado no dia 19, o governo argentino garantira o exato cumprimento e execução, pelas duas altas partes contratantes, dessa e outras cláusulas do Tratado de Limites de 12 de outubro de 1851.

Parece, porém, que, dando a barra do Quaraí como ponto inicial da fronteira brasileiro-argentina no rio Uruguai, os negociadores de 1898 não tiveram presente a "*Carta Geral da fronteira do Império do Brasil com o Estado Oriental do Uruguai*", levantada pela Comissão de Limites de 1852 a 1860, comissão essa de que foram chefes, por parte do Brasil, o marechal barão de Caçapava, a princípio, e o general Pedro de Alcântara Bellegarde, depois; e, por parte da República Oriental, o coronel José Maria Reyes. Nessa carta, vê-se uma grande ilha brasileira, que, começando defronte da barra do Quaraí, estende-se, na direção de oeste e sul, pelo Uruguai abaixo.

Pelas atas e outros documentos da demarcação de 1852 a 1860, teriam visto que na extremidade sudoeste dessa ilha, chamada do Quaraí e também ilha Brasileira, há um marco que é o 13º e último "marco grande" da fronteira entre o Brasil e a República Oriental, começada a demarcar na foz do arroio Chuí, no Atlântico.

A Comissão Mista brasileiro-argentina de 1900 examinou a ilha de que se trata. Ela figura na planta da barra do Quaraí (escala de 1:10.000) na folha que tem por título "*Situação topográfica dos marcos principais*"; e aparece também na carta do "*rio Uruguai*", desde a confluência do Quaraí até a do Pepiri-Guaçu (escala de 1:100.000),

segundo os levantamentos feitos pela mesma Comissão Mista. Esses documentos cartográficos que os dois governos, brasileiro e argentino, conservam em seus arquivos, estão autenticados com as firmas dos primeiros comissários Dionísio Cerqueira e Pedro Escurra.

O antigo marco brasileiro, da demarcação de 1853 a 1860, colocado perto da extremidade sudoeste da ilha do Quaraí, está em 30º11'41" S e 57º38'17" W, sendo de 63º30' noroeste o azimute da linha que une esse marco ao ponto correspondente na margem argentina do Uruguai, ponto esse cujas coordenadas geográficas devem ser, aproximadamente, as seguintes águas abaixo da confluência do Miriñay: 30º11'21"S, e 57º39'02", 6º W.

Em vez de começar aí a demarcação da fronteira entre o Brasil e a Argentina no rio Uruguai, a Comissão Mista assentou os dois primeiros marcos principais nas seguintes posições, inaugurando-os em 4 de abril de 1901:

Marco brasileiro, no ângulo formado pela margem direita do Quaraí e pela esquerda do Uruguai: 30º11'02"S; longitude 57º35'48" W.

Marco argentino, na margem direita do Uruguai: 30º10'19"S; longitude 57º35'30" W.

Os dados e o exame dos citados documentos cartográficos mostram, como já ficou dito no contramemorando brasileiro de 3 de fevereiro último:

1º. Que a demarcação deixou de compreender, nessa parte, uma extensão de seis quilômetros, pouco mais ou menos, da fronteira entre o Brasil e a Argentina.

2º. Que, mesmo desprezando-se – se fosse possível – o território, incontestavelmente brasileiro, da ilha do Quaraí, e dando o mais rigoroso sentido literal ao disposto no Tratado de 6 de outubro de 1898 e nas instruções de 2 de agosto de 1900, o primeiro marco principal argentino foi colocado sobre o Uruguai *a montante da boca do Quaraí*, e não *defronte da boca* desse rio, porquanto em tal caso deveria ter sido assentado perto da confluência do Miriñay.

O talvegue do Uruguai passa entre a margem direita, argentina, e a ilha brasileira do Quaraí, que é dependência geográfica da margem esquerda do mesmo Quaraí e da do rio Uruguai, território da República Oriental. Isso não é, de certo, motivo para que a República Argentina

possa pôr em dúvida o direito do Brasil sobre a ilha, principalmente depois do Ato da Garantia de 15 de maio de 1852.

Em vista da falta de clareza do Tratado de 6 de outubro de 1898 e do modo por que o entenderam e executaram os comissários incumbidos da demarcação, é conveniente para ambos os países que os respectivos governos reparem a lacuna havida, dando pronta e definitiva solução a esta pequena e última questão de fronteiras.

Com esse fim, o governo brasileiro submete ao exame do governo argentino o incluso projeto de convenção complementar do citado tratado.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1910.

APÊNDICE

Relação dos mapas reproduzidos neste volume

Brasil-Bolívia:

Mapa mostrando a nova fronteira norte entre o Brasil e a Bolívia. 0,235 x 0,415
Mapa da fronteira do Brasil com a Bolívia em Mato Grosso. 0,167 x 0,197
Mapa mostrando os territórios transferidos ao Brasil e à Bolívia e a pretensão peruana. 0,256 x 0,285

Brasil-Colômbia:

Carta mostrando a linha do Tratado de Limites entre o Brasil e a Colômbia. Assinado em Bogotá em 24 de abril de 1907. 0,460 x 0,550

Brasil-Peru:

Esboço da região litigiosa peru-boliviana, por Euclides da Cunha. Rio, julho de 1909. 0,387 x 0,482
Carta Geográfica do território do Acre, por Plácido de Castro, 1907. 0,285 x 0,518

Brasil-Uruguai:

Carta da Lagoa Mirim e regiões circunvizinhas, organizada na Secretaria das Relações Exteriores, de acordo com os levantamentos feitos por E. Mouchez,

barão de Caçapava etc., e alguns dados recentes, por Euclides da Cunha. Rio, 4 de setembro de 1908. 0,660 x 0,620

Brasil-Argentina:

Planta de um trecho do rio Uruguai, mostrando a posição da ilha Quaraí (reduzido de uma planta da Comissão Mista brasileiro-argentina). Publicada no *Diário Oficial* de 15 de outubro de 1910. 0,076 x 0,160

Índice onomástico e toponímico

A

ABAETÉ (visconde de), *vide* Limpo de Abreu, Antônio Paulino, 172
ABREU, Capistrano de, 28
ABUNÃ (rio) 44, 58, 61, 68, 182
ACADEMIA DE CIÊNCIAS DO INSTITUTO DE FRANÇA 139
ACEGUÁ (Cerro) 166, 197
– (vale) 172, 205
ACORDO BRASILEIRO-PERUANO DE 12 DE JULHO DE 1904 125, 126, 127, 131, 133, 134, 153, 154
ACORDO DE 22 DE ABRIL DE 1853 171, 172, 188, 220, 228 (nota 37), 229
ACORDO DE 12 DE MAIO DE 1894 182
ACORDO POLAR-GÓMEZ 113
ACRE (bacia) 58
– (rio) 46, 48, 55, 57, 58, 69, 107, 113, 133, 138, 142
– (território) 15, 17, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 38, 40, 43, 48, 50, 52 (nota 1), 53, 54, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 113, 114, 115, 123, 128, 131, 132, 133, 134, 145, 146, 150
ÁFRICA 179, 180, 181, 186 (nota 24)

ÁFRICA ORIENTAL 180
ÁFRICA SUDOESTE ALEMÃ (colônia) 180
AGUAPEÍ (rio) 46
AGUIRRE, Atanásio, 36
ALAGOAS (Estado) 56, 132
ALBERTO E EDUARDO (lago) 182
ALCÂNTARA BELEGARDE, Pedro de (general) 240
ALEGRE (rio) 46
ALEGRETE 162
ALEMANHA 55, 179, 180, 182
ALÉM-TEJO 30
ALERTA (caserio) 129
ALTO ACRE 48, 132, 133, 138, 142, 182
ALTO GUAPORÉ 46
ALTO JURUÁ 26, 48, 53, 56, 119, 121, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 136, 142, 150, 152, 155
– (bacia) 49, 127, 154
ALTO MADEIRA 49
ALTO PARANÁ 182
ALTO PURUS 26, 48, 53, 56, 121, 122, 124 (nota 5), 125, 127, 128, 129, 131, 132, 142, 154, 155, 182
– (bacia) 49, 127, 150, 154
ALVAREZ CALDERÓN 146
ALVEAR, Carlos de (general) 33
ALVES, Rodrigues, 13, 15, 113, 120, 121, 176
AMADOR DEL SOLAR 144, 146
AMAZONAS (Estado) 24, 25, 46, 51 (nota 1), 53 (nota 1), 54, 60, 61, 80, 92
– (rio) 16, 20, 23, 27, 48, 79, 84, 90, 91, 99, 102, 103, 108, 109, 112, 134, 141, 142, 183 (nota 23)
– (bacia) 135
– (vale) 119, 151
AMÉRICA 21, 29, 30, 33 (nota 19), 36, 178, 181, 185, 186 (nota 24)
AMÉRICA DO NORTE 60
AMÉRICA DO SUL 23, 38, 40, 81, 176, 226, 240
AMÉRICA ESPANHOLA 150

AMÔNEA (rio) 48, 122, 123 e nota 3, 127, 128 e nota 9
APA (rio) 182
APAPÓRIS ou APAPORIS (rio) 21, 22, 23, 24, 25, 79, 81, 84, 90, 91, 92, 95, 97, 104, 108, 109, 133
AQUIO (rio) 91
AQUIRI ou AQUIRY (rio) 48, 69, 113, 138
AQUIRI (território) 48
ARAÇÁ (rio) 122
ARAGUARI (rio) 29, 120, 153
ARANDA, Ricardo, 148
ARAPEÍ (rio) 32, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 197
ARAÚJO, José Ferreira de (tenente-coronel) 123, 124 (nota 6)
AREIA (ilha) 187 (nota 25)
ARGENTINA 13, 14, 21, 27, 29, 32, 33, 34, 36, 37, 39 e nota 24, 60, 110, 120, 153, 162, 163, 169 e nota 14, 170 (nota 15), 176, 182, 183, 213, 215, 216, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 231, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241
ARTIGAS, José de, 30
ÁSIA 181
ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de, 17, 44, 46, 47, 65, 75, 146, 147
ATA DE 6 DE ABRIL DE 1856 172
ATLÂNTICO 18, 166, 176, 240
AUDIÊNCIA DE CHARCAS 113, 130
ÁUSTRIA 181
ÁUSTRIA-HUNGRIA 179
AVATI-PARANÁ (canal) 109
ÁVILA E SILVA, Francisco d' (capitão) 128 (nota 9)

B

BADAJOZ 29, 30, 49, 160, 167
BADEN 181
BAGÉ 166
BAGRES (rio) 46

BAÍA ou BAHIA (igarapé) 48, 177, 182
BAÍA NEGRA ou BAHÍA NEGRA 46, 47, 58, 59, 66, 182, 184 (nota 23)
BAIXO IÇÁ 93
BAIXO JAVARI 80
BAIXO PARAGUAI 45
BANDEIRA, Luiz Alberto Viana Moniz, 31 e nota 17
BARBERINE (rio) 179
BARBOSA, Carlos, 186
BARBOSA, Rui, 17, 18, 44, 47, 51 (nota 1), 52 (nota 1), 53 (nota 1)
BARRA (ilha) 13, 187 (nota 25)
BARRENECHEA, J. A., 25 (nota 11), 116, 147, 148
BARRETO, Jorge M., 123 (nota 4)
BARRETO, Sebastião (general) 162
BATALHA DE MONTE CASEROS 35, 171 (nota 15)
BAUZÁ, Francisco, 175
BAUZÁ, Rufino, 163
BAVIERA 181
BELAÚNDE, Victor Andrés, 25 e nota 11
BELÉM (vila) 166
BELÉM DO PARÁ 73, 141, 155
BÉLGICA 182
BELLO, Andrés, 109
BENI (rio) 25, 28, 48, 49, 50 e nota 1, 51 (nota 1), 53, 59, 60, 68, 74, 134, 145
BERLIM 90, 179, 180, 182
BERNA 182
BÉU (rio) 122
BEVILAQUA, Clóvis, 113
BOGOTÁ 22, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 100, 103, 104, 182
BOLÍVIA 7, 9, 13, 15, 16, 17, 18, 20 e nota 5, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 35, 38, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50 (nota 1), 51 (nota 1), 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 70, 71, 73, 74, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 125, 126 e nota 8, 130, 131, 133, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 181, 182, 183 (nota 23),

184 (nota 23), 186 (nota 24)
BOLIVIAN SYNDICATE 17, 20, 54
BOLLAND (capitão) 59
BONAPARTE, Napoleão, 29
BONFILS, Henry, 111
BOURBONS 30
BRASIL 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21 e nota 7, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29 e nota 15, 30, 31 e nota 16, 32 e nota 18, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e nota 24, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 50 e nota 1, 51 e nota 1, 52 e nota 1, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 73, 74, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 92, 94, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 19, 120, 121, 124, 125, 126 e nota 8, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170 e nota 15, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 181, 182, 183 e nota 23, 184 e nota 23, 185, 186 e nota 24, 188, 189, 190, 191, 197, 198, 199, 200 e nota26, 201, 202, 204 e nota 27, 205, 206 e nota 28, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 220 e nota 34, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 242
BRASIL, Assis, 17, 44, 46, 47, 65, 75, 146, 147
BRÁULIO (ilha) 187 (nota 25)
BREU (rio) 26, 48, 122, 123, 127, 128, 129, 136, 154
BREU SUPERIOR (rio) 122
BREU TERCEIRO (rio) 122, 182
BUENAÑO, Pedro (capitão-de-corveta) 128
BUENOS AIRES 30, 31, 32, 33 (nota 19), 34, 35, 39 (notas 24, 25 e 26), 126 e nota 8, 130, 131, 162, 165, 168, 169 e nota 14, 233, 235, 237
BULGÁRIA 179

C

CABO (colônia) 180
CABO FRIO (visconde) 19
CAÇAPAVA (barão de) *vide* Soares de Andrea (general)
CÁCERES (lagoa) 46, 58, 59, 67, 181, 184 (nota 23), 186 (nota 24)
CAHTI-JAUR (lago) 181 (nota 20)
CAIARI (rio) 182
CAIRARY (rio) 97
CAMPOS SALES 51 (nota 1)
CANADÁ 181
CANSANÇÃO DE SINIMBU 51 (nota1)
CANTO, José Borges do, 29
CAPURI OU CAPURY (rio) 97, 182
CAQUETÁ 48
– (rio) 84, 90, 95, 97, 104, 133, 136
CARAVELAS (visconde de) 149
CARLOS IV, (dom) 28, 30
CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto (visconde e marquês de Paraná) 168, 170, 171, 173, 201, 202, 207, 213, 218, 220, 222, 224, 225
CARRASCO, Francisco, 116
CARRASCO E AZEVEDO 116
CARVALHO, Carlos de, 59, 176
CÁSPIO (mar) 181
CASTELLANOS, Florentino, 172, 213, 218, 220, 222, 224, 225, 229, 230
CASTILHOS GRANDES 164, 166, 167, 168
CASTRO, Carlos de, 175, 176
CASTRO, Plácido de, 15, 17, 20, 133, 134
CATAÍ 124, 127, 128, 129, 130, 131, 137
CATINA (lago) 181 (nota 21)
CAVALJANI (rio) 122
CAYANIA (rio) 123
CEARÁ (Estado) 56, 132
CEBALLOS (vila) 174

CEBOLLATÍ, Cebollaty ou Sebollati (rio) 165, 166, 171, 175, 185, 197, 200, 206 e nota 28, 209, 210, 212, 214, 221, 224
CERQUEIRA, Dionísio, 241
CERRO CAPARRO 96
CERRO LARGO (povoação) 166
CÉSPEDES, Augusto, 20
CHAMBUIACO ou (rio) 137, 138, 182
CHAMPLAIN (lago) 181
CHANDLESS (rio) 48, 122, 123
CHANDLESS, William, 48, 122
CHARTERED COMPANIES 17, 54, 56
CHAUVIN, Carlos Eugênio, 123 (nota 3)
CHIBNITCOOK (lago) 181
CHICO PEDRO (ilha) 187 (nota 25)
CHILE 38, 60, 85
CHINA 181
CHIPUTNATICOOK (lagos) 181
CHIRUA ou CHILUA (lago) 180
CHIUTA (lago) 180
CHUÍ ou CHUY (arroio) 29, 32, 161, 165 (nota 13), 166, 168, 172, 197, 199, 203, 204, 214, 220, 224, 229, 230, 240
CISPLATINA (província) 32, 33, 35, 162, 163, 164, 165, 167, 168
CLEVELAND (presidente) 182
COCAMA (caserio) 129
COIMBRA 184
– (forte) 66
COLÔMBIA 13, 21, 22 e nota 8, 23, 25, 80, 82, 85, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 121, 133, 147, 151, 182
COMISSÃO DE DIPLOMACIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 50 (nota 1), 53 (nota 1)
COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-ARGENTINA DE 1900 240
COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-BOLIVIANA DE 1875 47
COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-PERUANA 81
COMISSÃO MISTA DEMARCADORA DE 1853 191
CONCEIÇÃO (arroio) 47, 67

CONFEDERAÇÃO ARGENTINA 169 (nota 14), 170 (nota 15), 213, 215, 216, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 239
CONGO 182
CONGO BELGA 182
CONGRESSO DE FLORIDA 32
CONGRESSO NACIONAL 51 (nota 1), 64, 89, 93, 120, 133, 159, 160, 183, 184 (nota 23), 233
CONSELHO FEDERAL SUÍÇO 182
CONSTANÇA (lago) 181, 186 (nota 24)
CONVENÇÃO DE ARBITRAMENTO DE 1887 151
CONVENÇÃO DE 1858 116
CONVENÇÃO DE 18 DE JANEIRO DE 1867 186
CONVENÇÃO DE 30 DE JANEIRO DE 1819 160
CONVENÇÃO DE 21 DE MARÇO DE 1903 152
CONVENÇÃO DE 4 DE OUTUBRO DE 1910 231, 233
CONVENÇÃO DE 23 DE OUTUBRO DE 1851 81, 85, 90, 133, 150
CONVENÇÃO PRELIMINAR DE PAZ DE 27 DE AGOSTO DE 1828 162
CONVÊNIO DE 29 DE MAIO DE 1851 170 e notas 14 e 15
CONVÊNIO DE 21 DE NOVEMBRO DE 1851 170 (nota 15)
CORRIENTES 35, 169, 170 (nota 14)
CORUMBÁ 59, 73
COSTA AZEVEDO, José da (barão do Ladário) 116
COSTA DO OURO (colônia) 180
COTEGIPE (barão de) 60, 149
CRUZEIRO (estabelecimento) 122, 124, 201, 202
CUIARI ou CUIARY (rio) 182
CUNHA, Euclides da, 25, 26 e nota 12, 27 128, 129, 133, 134
CUNHA, Gastão da, 19, 50 (nota 1), 53 (nota 1)
CURANJA (caserio) 129, 130
– (rio) 122, 124, 137
CURINAÁ ou CURINAHÁ (rio) 122, 137
CURUMAHÁ (rio) 137
CUSICANQUI, Jorge Escobari, 20 e nota 5

D

DANÚBIO (rio) 179
DEHAWA (rio) 180
DÍEZ DE MEDINA, Frederico, 59
DINIS (ilha) 187
DOMÍNGUEZ, Rufino T., 188, 189, 196
DONATO MUÑOZ, Mariano, 116
DOUBS (rio), 179
DOURADO, João, 122
– (rio) 122
DSCHAWOE (rio) 180

E

EAU NOIRE (rio) 179
EMBIRA (rio) 137
ENCARNAÇÃO, Manuel Urbano da, 122
ENTRE RIOS 35, 169 e nota 14, 170 (nota 15), 222, 225, 226, 240
EQUADOR ou ECUADOR 13, 14, 16, 21, 22, 23, 25, 49, 50 e nota 1, 54, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 91, 92, 97, 98, 109, 110, 116, 121, 147, 151
ERIE (lago) 181, 186 (nota 24)
ESCURRA, Pedro, 241
ESPANHA 24, 28, 29, 30, 49, 90, 110, 111, 112, 113, 117, 119, 130, 151, 160, 164, 167
ESPINAR, Felipe (capitão de mar e guerra) 128
ESPINHEIRO, José Antônio de,50 (nota 1), 51 (nota 1)
ESPÍRITO SANTO (Estado) 56, 132
ESSEQUIBO (bacia)153
– (rio)120
ESTADO CISPLATINO 161
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA 54, 55, 64, 65, 146, 181, 183
EUROPA 26, 28, 29, 54, 55, 60, 179, 181, 185, 186 (nota 24)

F

FANFA (ponta) 191
FAUSTO, Boris, 32 e nota 18, 34
FERREYROS, Manuel,108
FIGUEIRA (conde da) 161
FILHO, Luiz Viana, 15(nota 1), 19 e nota 3
FLANGINI, Alberto, 175, 218, 219
FLORES (general) 81, 175, 226
FONSECA, Hermes da (marechal) 13, 233
FORON (rio) 179
FORTALEZA 124
FRANÇA 29, 55, 120, 139, 153, 169, 179, 181, 182, 184 (nota 23)
FRANKFURT 179
FRONTEIRA DO CASSIANÃ (estabelecimento) 122
FUNIL (estabelecimento) 122, 124
FURO DO JURUÁ (estabelecimento) 122

G

GAIBA ou GAHIBA (lagoa) 58, 59, 68, 181, 183 (nota 23), 186(nota 24)
GAMA, Domício da, 233. 235. 237
GARDA (lago) 181, 186 (nota 24)
GENEBRA (lago) 181 (nota 186)
GERAL (coxilha) 167
GHIORZO, Luís (tenente) 124 (nota 5)
GIRÓ, Juan Francisco, 172 (nota 16), 219 (nota 33)
GOICOCHÉIA, Castilhos, 19 e nota 2, 20 (nota 4)
GOLPLO (lago) 181 (nota 19)
GOMES, Cunha, 16
GONÇALVES, Bento, 33
GOUVEA, Hilário de, 19
GOVERNO ARGENTINO 114, 126, 239, 240, 242
GOVERNO BOLIVIANO 44, 53, 116, 119, 122, 145, 149

GOVERNO BRASILEIRO 17, 27, 35, 53, 61, 62, 70, 80, 81, 119, 122, 127, 132, 144, 145, 146, 148, 149, 174, 176, 178, 188, 242
GOVERNO BRITÂNICO 120, 153
GOVERNO COLOMBIANO 50, 91
GOVERNO DA REPÚBLICA 33, 59, 163, 209, 220, 223, 224
GOVERNO DO EQUADOR 81
GOVERNO FEDERAL 144, 145, 146, 155
GOVERNO ESPANHOL 115, 117, 162
GOVERNO IMPERIAL 45, 59, 108, 110, 116, 147, 148, 149, 163, 164, 167, 168, 169, 170 e nota 14, 173, 174, 175, 183 (nota 23), 184 (nota23), 197, 198, 200, 206, 212, 214, 216, 217, 221, 224, 229, 239
GOVERNO ORIENTAL 163, 166, 168, 172 (nota 16), 174, 175, 186, 188, 213, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 223, 225, 239
GOVERNO PERUANO 109, 113, 116, 118, 121, 124, 125, 132, 145, 147, 149, 150
GOVERNO PORTUGUÊS 183 (nota 23)
GRÃ-BRETANHA,ver Inglaterra
GRANDE (coxilha) 166, 171
– (ilha) 186
GREENWICH (meridiano) 66, 67, 69, 97, 113, 130, 180
GREGÓRIO (rio) 113
GUABIJU (arroio) 172, 192
GUACHALLA, Fernando E., 44, 65, 75
GUAINÍA (rio) 95, 96
GUAJARÁ-MIRIM 45, 46, 74
GUAPORÉ (rio) 28, 46, 49, 134, 182
GUIANA 14, 111
GUIANA BRITÂNICA ou Inglesa, 182
GUIANA FRANCESA 14, 182
GUILLOBEL (contra-almirante) 48, 57

H

HAEDO (coxilha) 197, 205, 238
HALL, W. E., 179 (nota 17)
HANKA (lago) 181
HERRERA, Bartolomeu, 108, 109
HERRERA Y OBES, Manuel, 200 (nota 26), 208
HINKAI (lago) 181
HOSANA (estabelecimento) 122
HUACAPISTEA (rio) 122, 129
HURON (lago) 181, 186 (nota 24)

I

IACO (rio) 48, 113
IBICUÍ (rio) 29, 162
IÇÁ (rio) 84, 89, 92, 93, 101, 102, 103, 104
IGUAÇU (rio) 182
IMPRENSA NACIONAL 23 (nota 9), 27 (nota 13), 40 (nota 27), 53 (nota 1)
INAMBARI (rio) 113
INDEPENDÊNCIA (caserio) 129
INDIA MUERTA (arroio) 204
INGLATERRA 29, 55, 120, 153, 169
INHANDUÍ (povoação) 162
INSUA 184 (nota 23)
INVERNADA (arroio) 205, 238
IQUIARE ou IQUIARI (rio) 81, 96, 182
IQUIRI ou IQUIRY (rio) 45, 46, 68
IQUITOS 123 (nota 3), 128, 141, 155
IREBEASUBÁ 162
ISSANA (rio) 81
ITÁLIA 179, 181, 182
ITAMARATY *vide* Ministério das Relações Exteriores,
ITAQUATIÁ 161

J

JACINTO (ilha) 187
JAGUARÃO (rio) 32, 36, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 180, 184 e nota 23, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 199, 203, 205, 214, 220, 229
JAGUARÃO CHICO (rio) 161, 166, 172, 192
JAGUARÃO GRANDE (rio) 161
JAGUARI (visconde de) 149
JAMARI (rio) 46, 58
JAPERY OU JAPERI (igarapé) 95
JAPURÁ (barão de), ver Lisboa Miguel Maria,
JAPURÁ OU IAPORÁ (rio) 95, 108
JAUARITÉ (cachoeira) 97
JAURU (rio) 46
JAVARI (rio) 16, 18, 24, 25, 26, 45, 48, 49, 50 e nota 1, 51 (nota 1), 52 (nota 1), 53, 61, 63, 74, 79, 80, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 116, 118, 119, 122, 125, 126 (nota 8), 131, 132, 133, 136, 141, 145, 148, 150, 151, 154, 182
JEQUITINHONHA (visconde de) 184
JOÃO VI (rei dom) 30, 161
JORGE, A.G. de Araujo, 23
JOURNAL OF THE ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY, de Londres, 48
JUNCAL (ilha) 191
– (ponta) 192
JUNTA DE BUENOS AIRES 31
JURUÁ (bacia) 113, 114, 127, 154
– (rio) 16, 26, 27, 109, 112, 113, 118 (nota 2), 122, 123 e nota 3, 128, 136, 141, 154
JURUÁ-MIRIM (rio) 48, 123

K

KALOTTI-JAUR (lago) 181 (nota 20)
KERARY (rio) 96, 97
KILPSIS-JAUR (lago) 181 (nota 20)
KIVU (lago) 182
KOUKIMA-JAUR (lago) 181 (nota 20)

L

LADÁRIO (barão do) *vide* Costa Azevedo, José da,
LAGOÕES (arroio) 192, 193
LAGUNA (barão e visconde da) 31
LAMAS, Andrés, 169, 170, 173, 174, 201, 202, 207, 208, 211, 212, 213, 216, 238, 239
LA PAZ 15, 16, 17, 20 (nota 5), 27, 44, 50, 51 (nota 1), 126, 133, 145, 147, 149, 152, 181, 182
LA PAZ (rio) 49
LA PEÑA, Luis José de, 213, 218, 220, 223, 227, 228, 240
LAPEYRE, Edson Gonzales, 36 (nota 21)
LARRABURRE 146
LA TORRE BUENO 147
LA RIVA AGUERO, J. de, 148
LATINOS (ponta) 191
LAVALEJA, Juan Antonio, 32, 33
LEACH POND (lago) 181
LEBAUER WASSER (rio) 179
LECOR, Carlos Frederico *vide* Laguna (barão e visconde da)
LEGUIA, Augusto B., 135
LEON, Numa (tenente) 128, 129
LETÍCIA 23, 84
LEVENE, Ricardo, 33 e nota 19
LEZCANO (passo) 161
LIBERDADE (seringal) 123
LIMA 25 (nota 11), 79, 84, 90, 107, 108, 109, 111, 115, 118, 119,

120, 126, 128, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 182, 183
LIMA E SILVA, José Joaquim de, 168
LIMPO DE ABREU, Antônio Paulino (visconde de Abaeté) 170, 201, 202, 207
LINS, Álvaro, 19, 28
LISBOA 29 (nota 15), 160
LISBOA, Eduardo, 44
LISBOA, Miguel Maria (barão de Japurá) 80, 91, 93
LLERAS, Lourenço Maria, 91
LOAYZA 147
LONDRES 17, 48, 72, 139
LOPEZ, Vicente F., 228
LOPES GAMA, Caetano Maria (visconde de Maranguape) 168, 174
LOPES NETO 50, 51 (nota 1)
LOPEZ SAAVEDRA, Pedro, 124 (nota 5)
LORETO (Departamento) 121, 123, 128
LUGANO (lago) 181, 186 (nota 24)
LUNAREJO (coxilha) 197

M

MACACUNY ou MACAPURY (rio) 95
MACHADO DE OLIVEIRA (general) 164
MADEIRA (rio) 16, 24, 26, 27, 28, 44, 45, 46, 47, 49, 51 (nota 1), 52 (nota 1), 58, 59, 60, 61, 68, 73, 74, 109, 110, 116, 118, 131, 133, 134, 141, 148, 182, 183 (nota 23)
MADEIRA-JAVARI 18, 25
MADEIRA-MAMORÉ (ferrovia) 18, 46, 60
MADRE DE DIOS (rio) 60, 124, 128
MADRI 15, 24, 29, 90, 150, 160
MAGALHÃES, Olinto de, 51 (nota 1), 52 (nota 1)
MAGALHÃES, Romero J., 29 (nota 15)
MAGARIÑOS, Francisco, 163
MAGGIORE (lago) 181, 186 (nota 24)
MAINAS (território) 80

MAMORÉ (rio) 21, 28, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 58, 59, 68, 73, 74, 134, 182
MANAUS 15, 73, 102, 128, 141, 155
MANDIORÉ (lagoa) 58, 59, 67, 181, 183 (nota 23), 184 (nota 23), 186 (nota 24)
MANICHE (caserio) 129
MANUEL URBANO (rio) 48, 122
MAPA DE 1873 51 (nota 1)
MAPA MANUSCRITO DE 1860 53 (nota 1)
MARANGUAPE (visconde de) *vide* Lopes Gama, Caetano Maria,
MARAÑON (rio) 142
MARCO DO FUNDO DA BAHIA NEGRA 46, 66
MARTIN GARCÍA (ilha) 209, 212, 239
MARTINS, Eneas, 22, 89, 93, 94, 100, 101, 103, 104
MATO GROSSO (Estado) 46, 47, 59, 60, 74, 166, 183 (nota 23), 184 (nota 23)
MAU (rio) 182
MAUÁ (visconde de) – *vide* Souza, Irinêo Evangelista de
MÉDIO JURUÁ 132
MÉDIO PURUS 132
MEMÁCHI (rio) 90, 91, 96
MEMPHREMAGOG (lago) 181
MENDES DE ALMEIDA, Cândido, 51
MENDES, Teixeira, 18
MENDEZ, Gualberto, 175
MENDONÇA, Belarmino (general) 128, 129
MENDONÇA DE CARVALHO, Isaltino José de, 50 (nota 21)
MEZONES 147
MINA (arroio) 172, 192
MINAS GERAIS (barracão) 123
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 22, 43, 50 (nota 1), 52 (nota 1), 79, 89, 101, 104, 107, 113, 128, 144, 146, 159, 218, 229
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA COLÔMBIA 22, 101, 104
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS 110, 165, 211

MIRIM ou MERIM (lagoa) 28, 32, 35, 36, 37, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 180, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 203, 204, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 220, 224, 229
MIRIÑAY (rio) 234, 241
MISSÕES (território) 29, 30, 31, 120, 153
MOA (rio) 48
MOERO (lago) 182
MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto, 31
MONROE 49, 113
MONTE ALEGRE (visconde e marquês de) 168
MONTE CASEROS (batalha) 35, 171 (nota 15)
MONTENEGRO 181
MONTEVIDÉU 188, 196, 198
MONTEZUMA, F. A. Acaiaba de, 184 (nota 23)
MORGES (rio) 179
MORÓN (batalha) 171 (nota 15)
MUNIZ (ponta) 191
MURIATEGUI 110

N

NABUCO DE ARAÚJO (conselheiro) 149
NABUCO, Joaquim, 14
NAIMAKA-JAUR (lago) 181 (nota 20)
NAQUIENI (rio) 96
NASCENTES DE AZAMBUJA, Joaquim Maria, 93
NIASSA (lago) 180, 186 (nota 24)
NITEROI (visconde de) 149
NORUEGA 181 e nota 21
NOVA GRANADA 80, 81, 90, 91, 92
NOVO LUGAR (estabelecimento) 122
NUEVO-IQUITOS 123
NYS, Ernest, 179 (nota 17)

O

OIAPOQUE ou OYAPOC (rio) 29, 120, 153, 182
OLIMAR (rio) 175
OLINDA (visconde e marquês de) 168
OLIVEIRA, Balduíno de, 122
OLIVEIRA LIMA 19, 30
OLIVENÇA 30
ONTÁRIO (lago) 181, 186 (nota 24)
ORANGE (rio) 180
ORIBE (general) 35, 169, 170 (nota 15), 217
ORTON (rio) 54
OSMA, Joaquim de, 108, 109
OVELHAS (ilha) 187 (nota 25)

P

PALERMO DE SÃO BENITO 228, 240
PALMAR (arroio) 197, 199, 204 e nota 27
PALMAS (território) 120, 153
PANDO (general) 17, 59
– (rio) 68
PANTANOSO 170 (nota 15)
PARÁ (Estado) 60
PARADO (rio) 166
PARAGAÚ (rio) 49
PARAGUAI 14, 16, 30, 35, 36, 38, 45, 60, 110, 114, 216, 217
– (rio) 18, 46, 58, 59, 66, 166, 182, 183 (nota 23), 184 (nota 23), 186 (nota 24)
PARAÍBA (Estado) 56, 132
PARANÁ (Estado) 132
PARANÁ (visconde e marquês de) *vide*Carneiro Leão, Honório Hermeto
PARANHOS (conselheiro) *vide* Rio Branco (visconde do)
PARDO (rio) 29

PARIS 179
PAROBÉ (ponta) 191
PASVIK ou PASREK (rio) 181 (nota 21)
PASSO DO ROSÁRIO 32
PATOS (lagoa) 166, 193
PAZ SOLDAN 25, 110
PEÇANHA, Nilo, 13, 107, 135, 159
PEDRA DE CUCUÍ 89, 91, 94, 95, 97, 104
PEDRAS DE AMOLAR 184 (nota 23)
PEDRO I (dom) 32
PEDRO II (imperador) 39 e nota 26, 200 (nota 26.), 219 (nota 33)
PEDRO SEGUNDO (canal) 68
PEGUA (rio) 96
PEQUIM 181
PENA, Afonso, 13, 185
PEPIRI-GUASSU ou PEPIRI-GUAÇU (rio) 167, 182, 234, 237, 238, 240
PEREIRA, Lafaiete (conselheiro) 111, 176
PEREIRA DE VASCONCELOS, Bernardo, 168
PEREIRA LEAL (conselheiro) 148
PEREIRA PINTO, A., 59
PERNAMBUCO (Estado) 56, 132
PÉRSIA 181
PERU 13, 21, 22, 23, 24, 25 e nota 11, 26, 27, 28, 54, 61, 69, 70, 74, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 90, 91, 92, 97, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 126 e nota 8, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 181, 182, 183
PETRÓPOLIS 20, 43, 44, 46, 75, 110
PETTEIQUAGGAMAK (lago) 181
PETTEIQUAGGAMAS (lago) 181
PHILLIMORE 49, 112, 113
PIEDRAS (rio) 124 (nota 7)
PIMENTA BUENO (marquês de São Vicente) 59, 184
PINCKNEY 113
PINILLA, Cláudio, 44, 65, 75

PINTO DA ROCHA 179 (nota 17)
PIQUEVACO ou PIQUEYACO (rio) 129, 137
PIRAÍ (rio) 161, 166
POLAR-GOMEZ (Acordo) 113
PONTE RIBEIRO, Duarte da (barão da Ponte Ribeiro) 19, 50 e nota 1, 51 (nota 1), 53 (nota 1), 79, 80, 108, 147, 148, 149, 165
PORTO ACRE 15, 17, 54, 63
PORTO ALEGRE 161, 179 (nota 17)
PORTO ALONSO 63
PORTO MAMORIÁ (estabelecimento) 122
PORTUGAL 23, 24, 28, 29, 30, 31, 33, 49, 110, 111, 112, 115, 117, 150, 160, 161, 163, 167, 180
POTOSI 16
POWITZ ou POWIDZER (lago) 181 (nota 19)
PRADIER-FODÉRÉ 111
PRAGAS (rio) 48
PROTOCOLO DE 1853 81
PROTOCOLO DE 1896 45
PROVÍNCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA 168
PRUDENTE DE MORAIS 120, 153
PRÚSSIA 20, 179, 181
PUERTO ALONZO 15
PUERTO PARDO (estabelecimento) 129
PUERTO PORTILLO (estabelecimento) 129
PUERTO SUAREZ 59
PURUS ou PURUS (bacia) 113, 114, 127
– (rio) 16, 26, 27, 54, 109, 112, 113, 118 (nota 2), 119, 122, 123, 124 e nota 5, 128, 129, 137, 141, 142, 145, 154
PUTUMAYO ou PUTUMAIO (rio) 84, 89, 92, 101, 102, 103, 104

Q

QUARAÍ (rio) 13, 29, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 183, 197, 198, 199, 203, 205, 209, 212, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241

QUESADA, Vicente G. 38, 39 (nota 23)
QUITO 81, 83, 85, 151

R

RABELO, Silvio 26 (nota 12)
RABOTIESO (ponta) 191
RAINHA REGENTE DA ESPANHA 90
RAINY (lago) 181
RAJGRÔD (lago) 181 (nota 19)
RAMÍREZ HURTADO, Manuel M. (major) 128 (nota 9)
RANCONNIÉRE (rio) 179
RAPIRRÃ ou RAPIRRAN (rio) 46, 48
REFÚGIO (estabelecimento) 122
RÊGO MONTEIRO, João da Costa, 51
REI DA ITÁLIA 182
REINA, Alberto Wagner, 25 (nota 11)
REINO UNIDO DE PORTUGAL, Brasil e Algarve, 161
REIS DA ESPANHA 113, 119, 130, 151
REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS *vide* Ministério dos Negócios Estrangeiros,
REPÚBLICA DO PIRATINI 34
REQUENA, Francisco, 109
RESVALADERO (estabelecimento) 129
REYES, José Maria (coronel) 172, 204, 205, 238, 240
RIBEIRO, Duarte da Ponte, 19, 50 e nota 1, 51 (nota 1), 53 (nota 1), 79, 108, 165
RIO BRANCO (barão do) 13, 14, 15 e nota 1, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23 e nota 9, 27 e nota 13, 28, 36, 37, 39, 40 e nota 27, 50 (nota 1), 51 (nota 1), 52 (nota 1), 53 (nota 1), 65, 75, 82, 83, 85, 134, 135, 143, 145, 153, 156, 187, 189, 196, 234
– (visconde do) 60, 82, 148, 172
RIO BRANCO (bacia) 153
– (rio) 120, 153

RIO DA PRATA 30, 31, 111, 161, 162, 164, 168, 198, 203
– (estuário) 176
RIO DE JANEIRO 15 e nota 1, 21 (nota 7), 22, 23 (nota 9), 26 (nota 12), 27 e nota 13, 31, 33, 34, 35, 36, 40 e nota 27, 43, 45, 51 (nota 1), 52 (nota 1), 59, 66, 67, 70, 75, 79, 81, 85, 89, 90, 95, 96, 100, 107, 108, 118, 125, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 159, 170, 173, 174, 182, 188, 196, 200, 201, 207, 208, 211, 219 (nota 33), 221, 222, 223 e nota 35, 225, 233, 234, 237, 238, 242
– (Estado) 56, 132
RIO GRANDE (lagoa) 166
RIO GRANDE DE SÃO PEDRO (barra) 31, 160, 165 (nota 13), 193
RIO GRANDE DO NORTE (Estado) 56, 132
RIO GRANDE DO SUL (Estado) 29, 32, 33, 34, 35, 160, 161, 162, 185, 186, 215, 216
RIO NEGRO (rio) 21, 24, 89, 91, 95, 161, 197, 199, 205
RIO PARDO 29
RIVERA (vila) 174
RIVERA, Fructuoso (general) 33, 34, 35, 162, 174
RODRIGUES ALVES (presidente) 13, 15, 113, 120, 121, 176
RODRIGUEZ LARRETA, Carlos, 233, 235, 237
ROMA 182
ROMÊNIA 179
ROSAS (general) 34, 35, 165, 169 e nota 14, 170 (nota 14), 171 (nota 15)
ROYAL GEOGRAPHICAL SOCIETY, de Londres, 48, 72
RÚSSIA 179, 181 e nota 21

S

S., Francisco de Andrade, 22 (nota 8), 24 (nota 10)
SÁ E ALBUQUERQUE (conselheiro) 175
SABOEIRO 123, 127
SAGASTUME, Vásquez, 175
SAMPOGNARO, Virgilio, 36 e nota 21

ST. CLAIR (lago) 181
SALAZAR 81
SAN LORENZO 123 e nota 3
SANTA CATARINA (Estado) 56, 132
SANTA CRUZ (caserio) 129, 130
SANTA MARIA (rio) 161, 197, 198, 203
SANTANA (coxilha) 161, 166, 168, 197, 198, 199, 203, 205
- (ilha) 187
SANTANA DO LIVRAMENTO 172, 174
SANTA RITA (ilha) 187 (nota 25)
SANTA ROSA (caserio) 129, 130
– (coxilha) 164, 197
– (rio) 122, 124 e nota 6, 131, 137, 182
SANTA TECLA 166
SANTA TERESA (forte) 160
SANTIAGO DO CHILE 85
SANTO ANTÔNIO 45, 46, 47, 59, 74, 90, 182
– (igarapé) 84, 90
SÃO BORJA 166
SÃO GONÇALO (rio) 193
SÃO JOÃO (caserio) 130
SÃO JOSÉ DE CUCUÍ (ilha) 90
SÃO LEOPOLDO (visconde de) 204, 205
SÃO LUIZ (arroio) 161, 166, 197
SÃO MIGUEL (arroio) 167, 172, 186, 189, 191, 197, 199, 204 (nota 27), 220 (nota 34), 229,
– (forte) 199, 204
– (pontal) 161, 172, 203, 214, 220, 224, 229
– (serro) 161, 165 (nota 13)
SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL (Capitania) ver Rio Grande do Sul (Estado)
SÃO PETERSBURGO 181 (nota 21)
SÃO SERVANDO (povoação) 166
SÃO VICENTE (marquês de) ver Pimenta Bueno,
SARDENHA 179
SAXÔNIA 179

SAYAGO, Santiago, 163
SCENNA, Miguel Angel, 39 (nota 24)
SCHAOVE (rio) 180
SCHARFF, Carlos, 124 (notas 5 e 7)
SCUTARI (lago) 181
SERGIPE (Estado) 56, 132
SERRA DOS LIMITES 59
SÉRVIA 179
SETE POVOS DAS MISSÕES 29
SHAMBUYACO (caserio) 129, 137, 138
SHIRWA (lago) 180
SILISTRIA 179
SILVA, Calixto (capitão-de-corveta) 165 (nota 12)
SILVA PAIS, José da (general) 165 (nota 13)
SILVA PARANHOS, José Maria da, ver Rio Branco (barão do)
SILVA PONTES, Rodrigo de Sousa da, 200 (nota 26)
SILVA TORRES, Francisco Cordeiro da, 168
SINDICATO ANGLO-AMERICANO 54, 55
SINDICATO INTERNACIONAL 55
SOARES DE ANDREA (general) 167
SOARES DE SOUZA, Paulino José (conselheiro visconde do Uruguai) 208, 209
SOBERANO ESPANHOL 130, 133
SOBRAL (estabelecimento) 122, 124, 129, 130
SOLIMÕES (rio) 21, 24, 25, 49
SOUZA, Irinêo Evangelista de (visconde de Mauá) 217
SOUZA, José Soares, 31 (nota 16), 208, 209, 213, 222
SOUZA, Paulino de (deputado) 80, 169, 173, 184, 208, 211, 239
SOUZA FERREIRA 147
SOUZA JUNQUEIRA, Manuel Joaquim de (tenente) 165 (nota 12)
SUA MAJESTADE O IMPERADOR ALEMÃO E REI DA PRÚSSIA 90
SUA MAJESTADE O IMPERADOR DO BRASIL 220, 223, 225, 226, 227, 229
SUA MAJESTADE O REI DA ESPANHA 90, 151
SUÁREZ, Joaquim, 163, 172 (nota 16), 200 e nota 26, 208

SUCHES (rio) 126
SUCRE 16, 117, 118
SUÉCIA 181 e nota 21
SUÍÇA 36, 55, 64, 179, 181
SUPERIOR (lago) 181, 186 (nota 24)
SURINAME 13, 14

T

TABATINGA (forte) 81, 91
– (povoação) 21, 22, 23, 24, 25, 79, 80, 84, 90, 108, 109, 118
TACUAREMBÓ GRANDE (arroio) 203
TACUARY (rio) 191, 206
TACUATIMANU (rio) 124 (nota 7)
TACUMBU (coxilha) 164, 197
TACUTU (rio) 182
TAHUAMANO (rio) 130
TAMARINDEIRO 59, 67
TAMAYA (rio) 127
TAMENGOS (rio) 67
TANGANIIKA (lago) 182, 186 (nota 24)
TAQUARI, (rio) 166, 171, 175, 185, 197, 200, 206 e nota 28, 209, 210, 212, 214, 221, 224
- (ilhas) 186, 191
TARAIRA (rio) 97, 182
TARAUACÁ (rio) 113, 136, 137
TASTE-JAUR (lago) 181 (nota 20)
TAVARES BASTOS 59, 60
TEJO (rio) 48, 122
TERRITÓRIO DE COLÔNIAS 57
TINGOLEALES (caserio) 129
TITICACA (lago) 181, 186 (nota 24)
TOBAR, Carlos R., 83, 85
TOCANTINS, Leandro, 19
TOGO (protetorado) 180

TOMO (rio) 91, 95
TORNEA 181 (nota 20)
TOROLHUC (rio) 137
TRATADO ADICIONAL DE 1860 (Pequim) 181
TRATADO DE AMIZADE, COM. E NAVEGAÇÃO COM O PERU DE 1841 107
TRATADO DE ARBITRAMENTO DE 30 DE DEZEMBRO 126, 145, 151
TRATADO DE ASUNCIÓN, DE 5 DE JANEIRO DE 1872 182
TRATADO DE AYACUCHO 16
TRATADO DE BADAJOZ 29, 30, 49, 160, 167
TRATADO DE BERLIM DE 1º DE JULHO DE 1890 180, 182
TRATADO DE BERLIM DE 13 DE JULHO DE 1878 179
TRATADO DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO DE 4 DE SETEMBRO DE 1857, 174
TRATADO DE EXTRADIÇÃO DE 3 DE NOVEMBRO DE 1853 81
TRATADO DE LIMITES E NAVEGAÇÃO ENTRE O BRASIL E A COLÔMBIA DE 24 DE ABRIL DE 1907 89,133
TRATADO DE LISBOA, DE 11 DE JUNHO DE 1891 180
TRATADO DE MADRI 24
TRATADO DE PETRÓPOLIS 18, 20 25, 26, 50 (nota 1), 51 (nota 1), 52 (nota 1), 53 (nota 1), 113, 114, 115, 118, 126 e nota 8, 131, 133, 152, 181, 182
TRATADO DE SANTO ILDEFONSO 24, 28, 30
TRATADO DE TURIM DE 16 DE MARÇO DE 1816 179
TRATADO DE 1750 165
TRATADO DE 1851 22, 25, 36, 115, 116, 117, 118, 136, 148, 182, 220 (nota 34)
TRATADO DE 1853 91, 92
TRATADO DE 1857 118
TRATADO DE 1859 14, 22, 90
TRATADO DE 1882 45
TRATADO DE FEVEREIRO DE 1761 165
TRATADO DE 27 DE MARÇO DE 1867 58, 68, 113, 117, 184 (nota 23)
TRATADO DE 6 DE MAIO DE 1904 82, 85, 90

TRATADO DE 15 DE MAIO DE 1852 45, 171, 172 e nota 16, 173, 188, 204 (nota 27), 206 (nota 28), 213, 219, 223, 226, 227, 228, 229, 239, 240, 242
TRATADO DE 18 DE MAIO DE 1815 179
TRATADO DE 25 DE JULHO DE 1853 91
TRATADO DE 31 DE JULHO DE 1821 161, 164, 198, 203
TRATADO DE 8 DE SETEMBRO DE 1909 105, 107, 131, 133, 134, 143, 182
TRATADO DE 2 DE OUTUBRO DE 1761 181 (nota 22)
TRATADO DE 12 DE OUTUBRO DE 1851 170, 171, 172, 175, 178, 183, 188, 200, 208, 211, 219, 223, 226, 227, 228, 238, 239, 240
TRATADO DE 26 DE OUTUBRO DE 1661 181 (nota 22)
TRATADO DE 30 DE OUTUBRO DE 1909 157, 159, 185, 196
TRATADO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1852 80
TRATADO DO RIO DE JANEIRO DE 1942 14
TRATADO DO RIO DE JANEIRO DE 6 DE OUTUBRO DE 1898 182
TRATADO PRELIMINAR DE 1777 49, 92, 109, 110, 111, 112, 131, 133, 150, 160, 164, 165
TRAVERS-TWISS 113
TRÊS CERROS (coxilha) 164, 197
TRINDADE (ilha) 120, 153
TRIUNFO NOVO (estabelecimento) 122
TSCHADE (lago) 182
TURQUIA 179, 181

U

UAUPÉS (rio) 96, 97, 182
UBERABA (lagoa) 59, 181, 183 (nota 23), 184 (nota 23), 186 (nota 24)
UCAYALI (bacia) 26, 121, 132
– (rio) 122, 127, 128, 136, 150
UGANDA (protetorado) 182

UNTER SEE (lago) 181
URQUIZA (general) 35, 170 (nota 15), 171 (nota 15), 226, 227, 228, 240
URUGUAI 13, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 110, 157, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170 (nota 15), 172 e nota 16, 173, 174, 175, 176, 183, 184 e nota 23, 185, 186, 188, 189, 190, 198, 199, 200 e nota 26, 201, 203, 204 e nota 27, 205, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 219 e nota 33, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 238, 239, 240, 241
– (rio) 32, 161, 164, 167, 183, 198, 203, 209, 215, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241
URUGUAI (visconde do) *vide* Soares de Souza, Paulino José

V

VACAPISTA (rio) 122, 129
VARGAS FERNÁNDEZ, Francisco, 124 (nota 5)
VÁSQUEZ, Santiago, 163
VÁSQUEZ COBO, Alfredo (general) 89, 94, 100, 101, 103, 104
VÁSQUEZ CUADRA, Carlos F., 123 (nota 3)
VATTEL 112
VELARDE, Hernán, 27, 135, 143, 144, 145, 153, 154, 156
VENEZUELA 14, 21, 22, 23, 80, 90, 91, 92, 110
VERDE (rio) 46, 48, 182
VIANA FILHO, Luiz, 15 (nota 1), 19 e nota 3
VICE-REINADO DE BUENOS AIRES 130
VICE-REINADO DO PERU 111, 113, 130
VITORIA NIANSA (lago) 182
VIENA 179
VILA BELA 59
VILA MURTINHO 74
VILLAZÓN, Eliodoro, 126 (nota 8)
VIRGOLINO (ilha) 187 (nota 25)
VOLTA (rio) 180

W

WASHINGTON (cidade) 17, 146, 147, 183
WOODS (lago) 181
WURTEMBERG 181
WYSCHTYTEN (lago) 181 (nota 19)

X

XAPURI (rio) 45, 46, 55
XAVIER, Elio (vice-rei) 30
XIÉ (rio) 95

Y

YAVERIJA (rio) 133
YLINEN (lago) 181 (nota 20)

Z

ZEBALLOS, Estanislau Severo, 36, 39 e nota 25
ZIPE ou JIPE (lago) 179

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)



MAPPA MOSTRANDO A NOVA FRONTEIRA NORTE ENTRE O BRASIL E A BOLIVIA

CONVENÇÕES

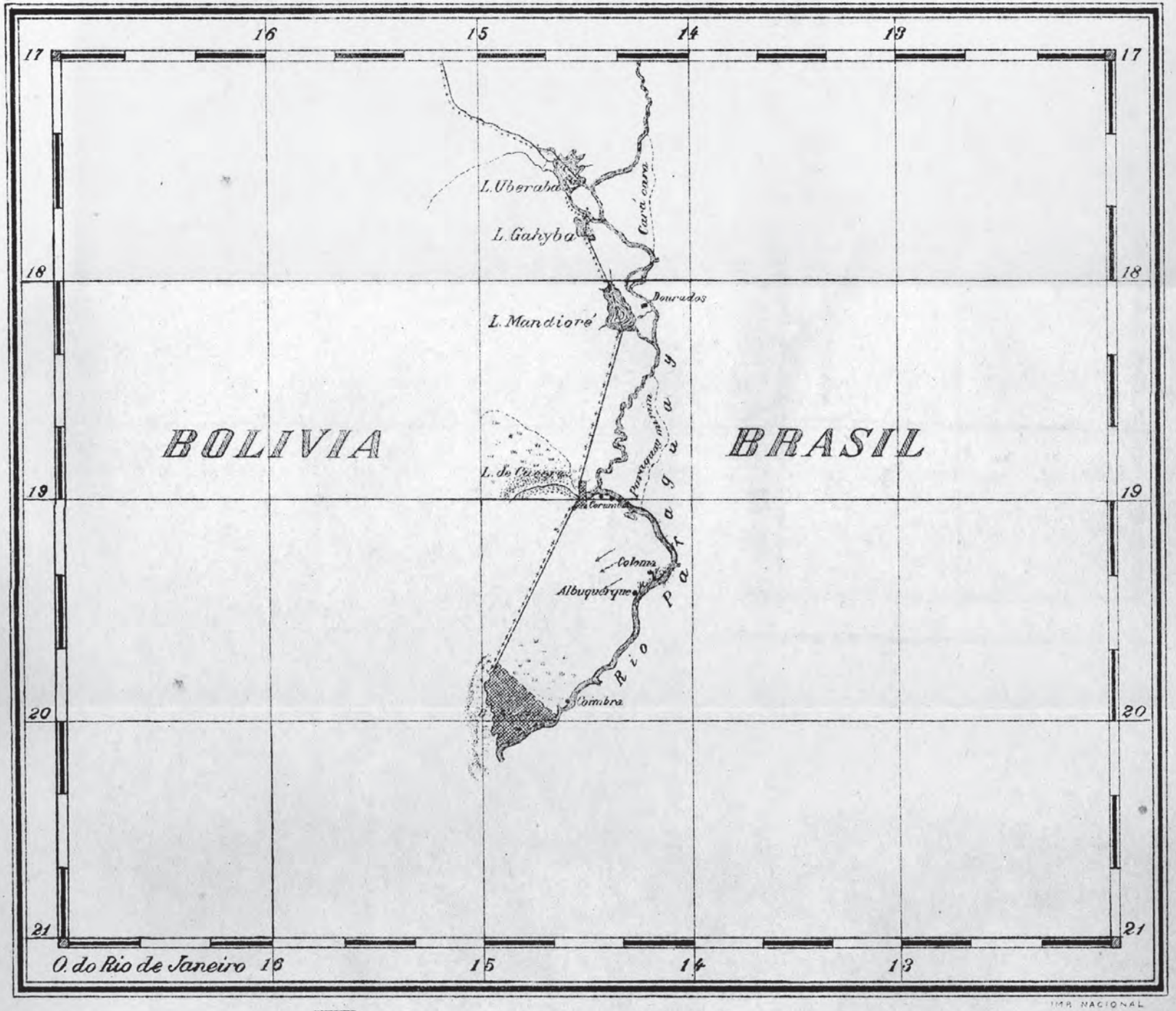
- Territorio ao Norte do parallelo de 10° 20
- Territorio ao Sul do parallelo de 10° 20'

} transferidos ao Brasil

- Territorio transferido á Bolivia

Nº 02

PARTE DA FRONTEIRA DO BRASIL COM A BOLIVIA EM MATTO GROSSO



Territorio transferido á Bolivia

IMP. NACIONAL

Nº 03



IMP. NACIONAL

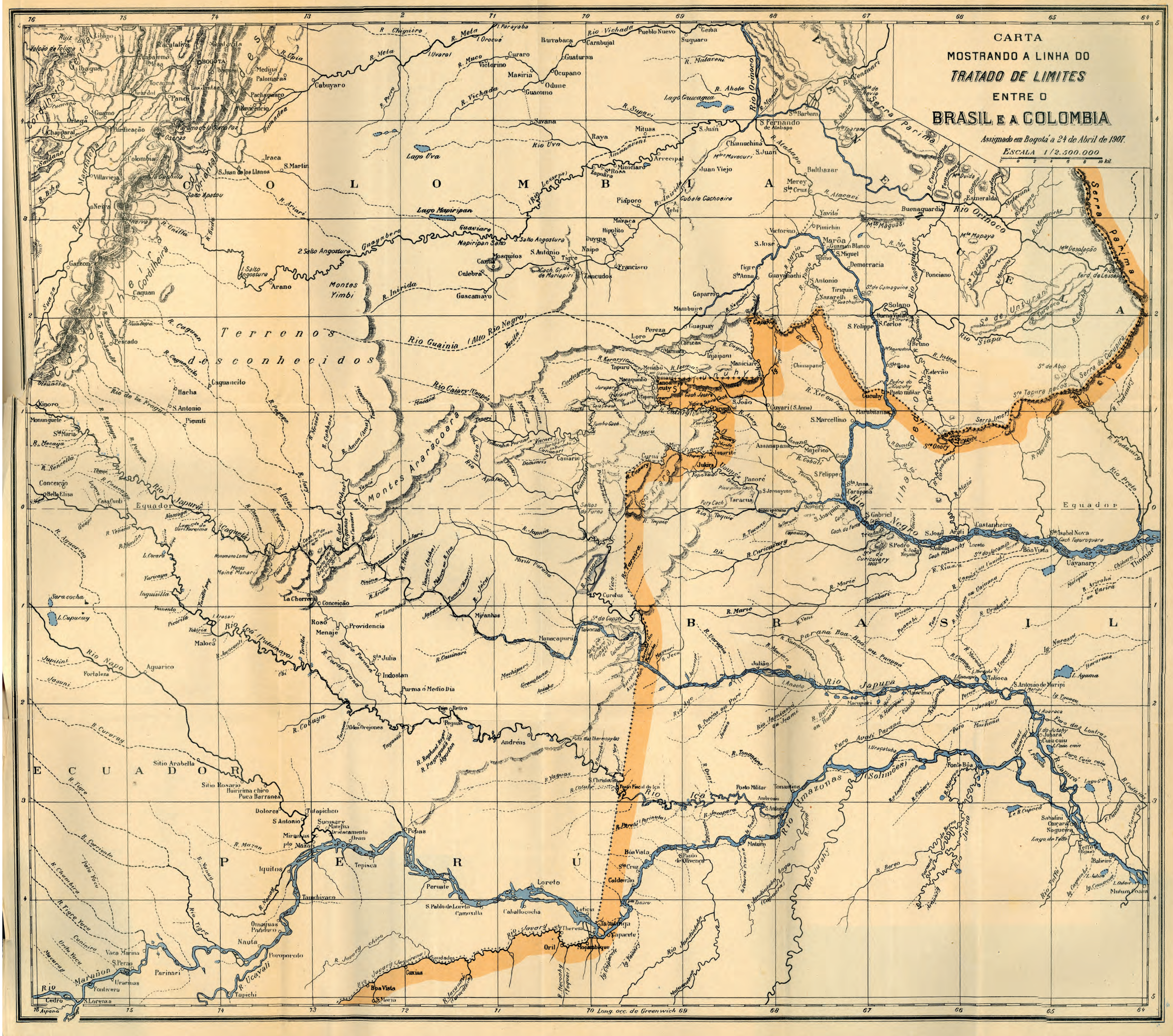
Territorio transferido ao Brasil

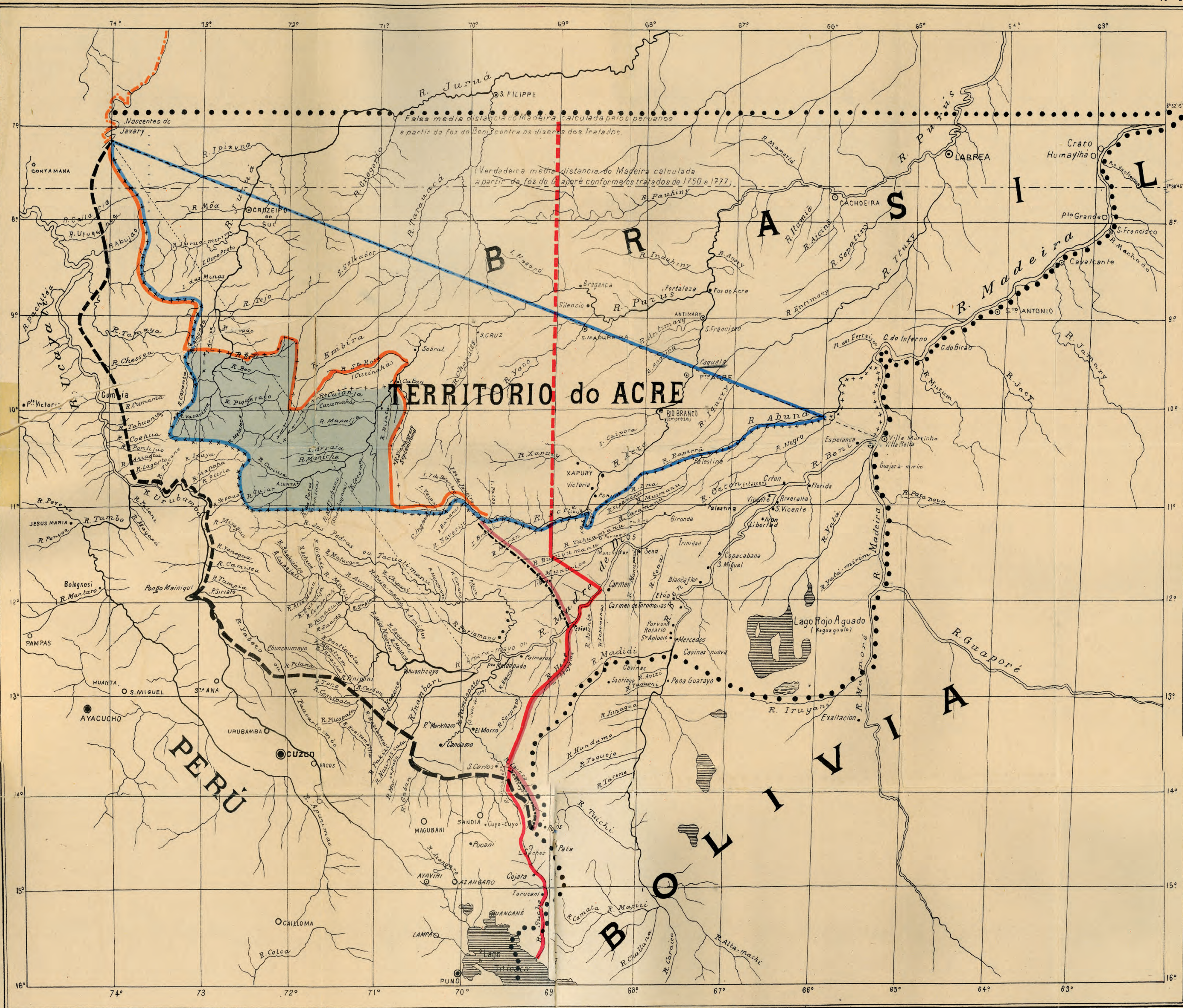
Territorio transferido á Bolivia

(Em Matto Grosso está augmentado em consequencia da pequena escala da carta)

Limites do Brasil

Pretenção Peruana


CARTA
MOSTRANDO A LINHA DO
TRATADO DE LIMITES
ENTRE O
BRASIL E A COLOMBIA
Assignado em Bogotá a 24 de Abril de 1907.
ESCALA 1/2.500.000
COLOMBIA
BRASIL
PERÚ
ECUADOR
Terrenos desconhecidos
Equador
70 Long. occ. de Greenwich



Rio - Julho 1909

ESBOÇO DA REGIÃO LITIGIOSA
PERÚ - BOLIVIANA

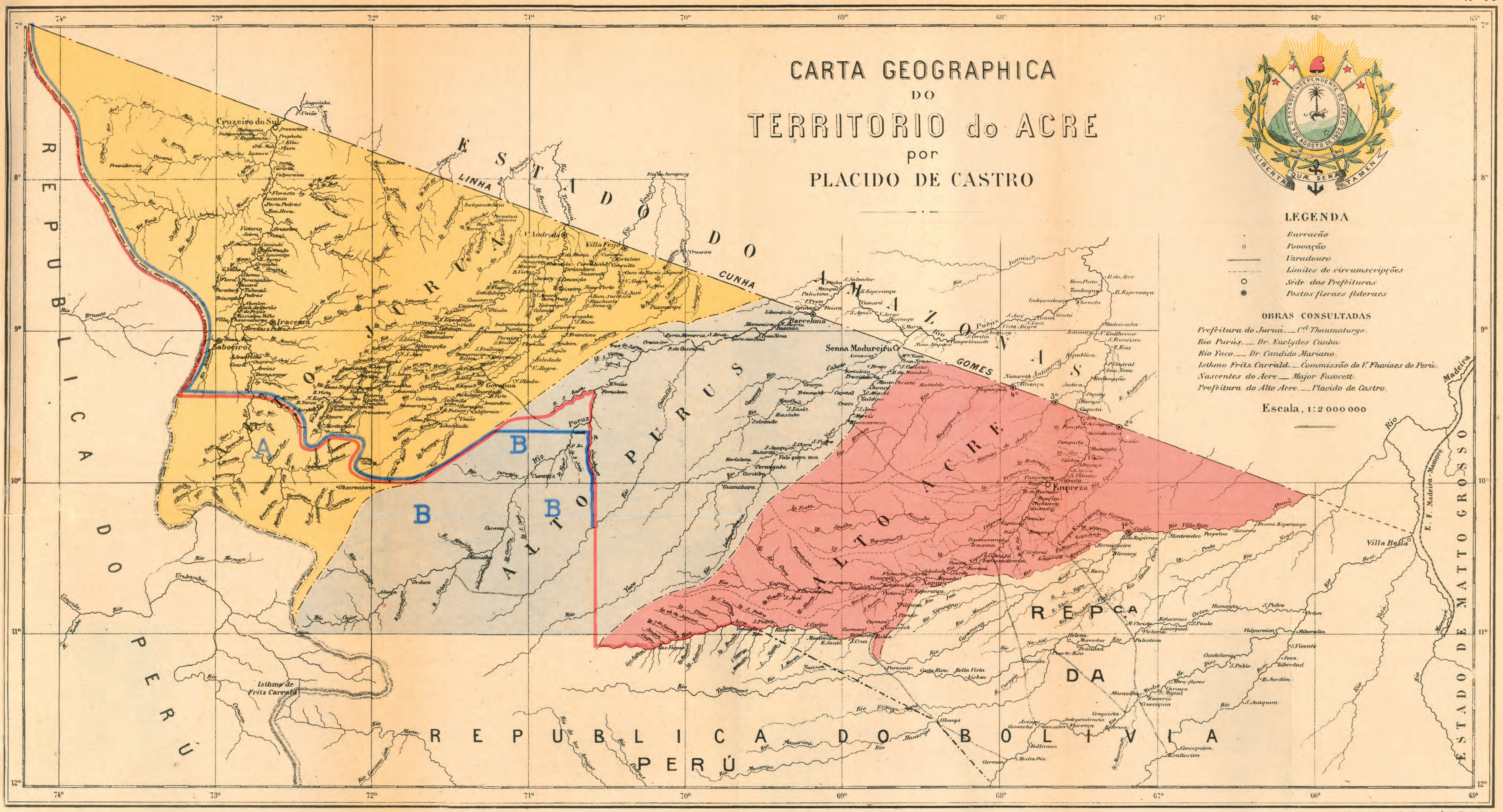
- •••••• Linha das pretenções peruanas e falsa semidistancia do Madeira
- — — — " bolivianas
- - - - - - - " Inambari - Javari traçada sem a sancção do governo boliviano
- — — — " Beni-Javary do tratado brasilio-boliviano de 1867
- +++++ " do tratado de Petropolis (1903).
- -+-+-+ " do territorio neutralisado, no Alto Purús e no Alto Juruá.
- —— Verdadeira semidistancia do Madeira conforme todos os tratados e documentos hespanhoes e portuguezes

- Fronteira perú-boliviana conforme o Laudo arbitral de 9 de Julho de 1909.
- Peripheria do territorio do Acre
- Fronteira entre a Bolivia e o Perú segundo o Accôrdo a que chegaram as duas Partes a 17 de Setembro de 1909, depois do laudo argentino.
- Fronteira entre o Brasil e o Perú segundo o Tratado do Rio de Janeiro de 8 de Setembro de 1909.
- Parte da fronteira entre o Brasil e o Perú estabelecida pela convenção de Lima de 23 de Outubro de 1851
- Territorios do Alto Purús e do Alto Juruá neutralisados pelo Accordo provisorio de 12 de Julho de 1904

Euclydes da Cunha

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS - mapa 5

EXPOSIÇÕES DE MOTIVOS - mapa 6



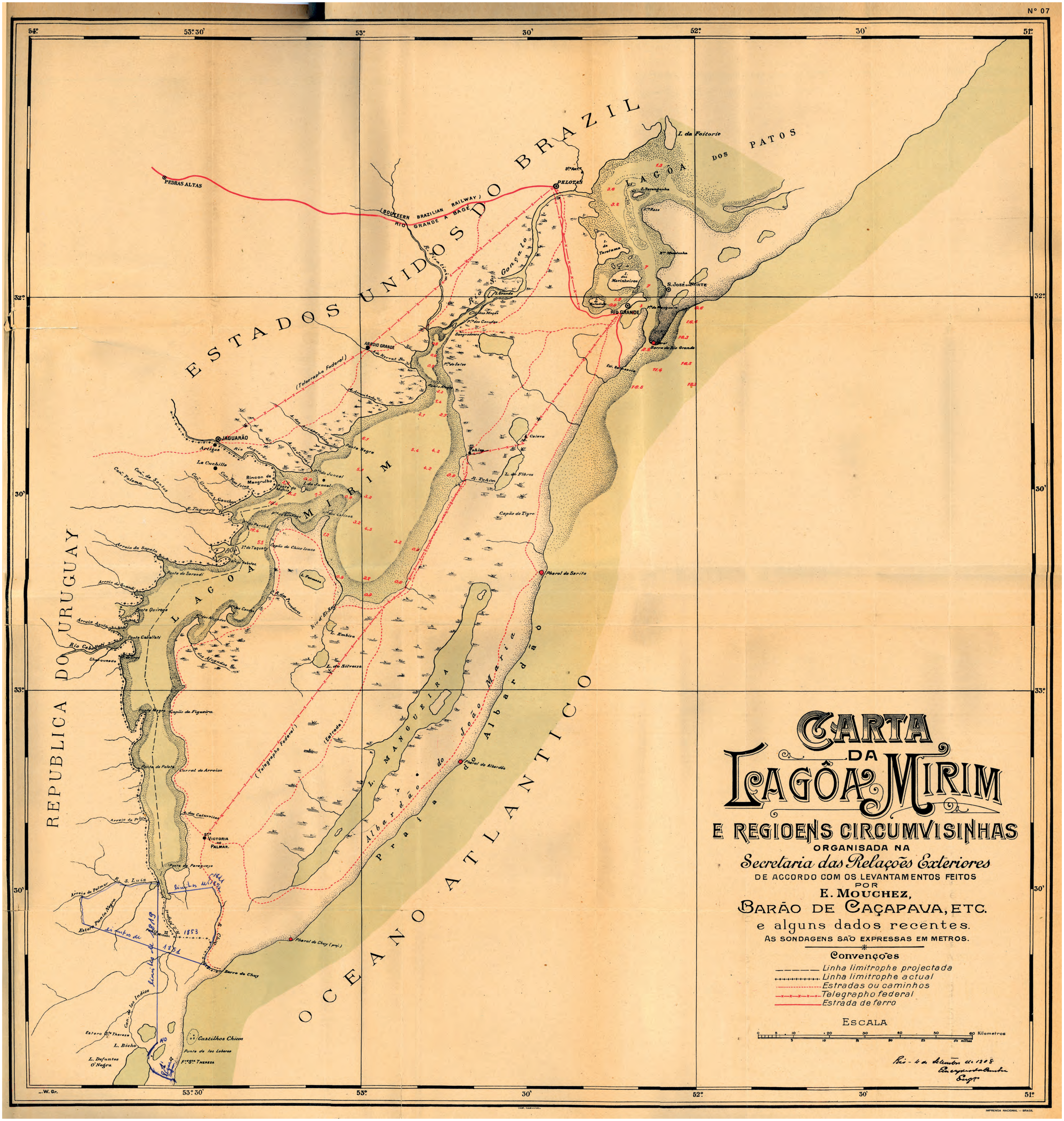
Fronteiras entre o Brasil e o Perú segundo o novo Tratado de 8 de Setembro de 1909

Limites provisorios segundo o Accordo de 12 de Julho de 1904 entre o Brasil e o Perú

A — Territorio neutralisado do Breu ou Alto Juruá (Accordo de 12 de Julho de 1904): Fica todo elle peruano segundo o tratado

B — " " de Catay ou do Alto Purús (" " " " " " " " " ") e tambem o pequeno trecho ao norte de Catay e ao sul do Santa Rosa

Fronteira entre a Bolivia e o Perú, segundo o Accordo de 17 de Setembro de 1909.


N° 07
CARTA DA LAGÔA MIRIM
E REGIOENS CIRCUMVISINHAS
ORGANISADA NA
Secretaria das Relações Exteriores
DE ACCORDO COM OS LEVANTAMENTOS FEITOS
POR
E. MOUCHEZ,
BARÃO DE CAÇAPAVA, ETC.
e alguns dados recentes.
AS SONDAGENS SÃO EXPRESSAS EM METROS.
Convenções
Linha limitrophe projectada
Linha limitrophe actual
Estradas ou caminhos
Telegrapho federal
Estrada de ferro
ESCALA
Kilometros
ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL
REPUBLICA DO URUGUAY
OCEANO ATLANTICO
LAGÔA MIRIM
LAGOA DOS PATOS
PELOTAS
RIO GRANDE
S. José do Norte
Barra do Rio Grande
JAGUARÃO
ARROIO GRANDE
PEDRAS ALTAS
(SOUTHERN BRAZILIAN RAILWAY)
RIO GRANDE A BAGÉ
(Telegrapho Federal)
(Telegrapho Federal)
(Estrada)
Rio S. Gonçalo
I. da Feitoria
I. dos Marinheiros
Pharol do Sarita
Pharol do Albardão
Pharol do Chuy
Barra do Chuy
L. MANGUEIRA
Praia do João Maria
Albardão
VICTORIA DO PALMAR
Tahim
L. do Silveira
Embira
Capão do Tigre
Castilhos Chicos
Punta de los Loberos
Fte Sta Thereza
L. Bicho
L. Defuntos
O'Negra
Estero Sta Thereza
Arroio del Palmar
Estero Pelotas Negro
Arroio da Sapata
Arroio Quiroga
Rio Cebollati
Rio Taquary
Rincon de Mangrulho
La Cuchilla
Artigas
54°
53° 30'
53°
30'
52°
51°
32°
33°
W. Gr.
IMPRENSA NACIONAL – BRASIL

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

VI A

EFEMÉRIDES BRASILEIRAS

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
VI A

EFEMÉRIDES BRASILEIRAS

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

VI A

Efemérides Brasileiras

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ventura Ferreira
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco VI : efemérides brasileiras. / Rodolfo Garcia, organizador. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
968 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-357-1

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais. I. Garcia, Rodolfo.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da
Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

O texto das Efemérides brasileiras, que constitui o presente volume das Obras do Barão do Rio Branco, foi preparado e organizado pelo historiador Rodolfo Garcia, de acordo com o critério indicado na Explicação que vai adiante, sob a sua autorizada assinatura. Ficou, outrossim, sob sua responsabilidade a revisão integral das provas, cabendo-lhe ainda a elaboração dos índices de nomes e de assuntos acrescidos ao volume, assim como a nota da página 370.

O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.

Sumário

Apresentação, 9
Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Explicação, 23

Efemérides brasileiras, 27

Índice de nomes, 749

Índice de assuntos, 857

Apresentação[1]

Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

No âmbito das celebrações do primeiro centenário da morte do Barão do Rio Branco, em boa hora decidiu a comissão organizadora reeditar as *Efemérides brasileiras*. Publicadas originalmente no *Jornal do Brasil* desde o seu primeiro número, em 9 de abril de 1891, as *Efemérides brasileiras* constituem monumental contribuição do Barão do Rio Branco à História do Brasil.

A ideia da obra foi do conselheiro Rodolfo Dantas, fundador daquele diário do Rio de Janeiro. Em carta a um amigo, cujo original se conserva no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio Branco refere-se ao encargo que lhe dera Rodolfo Dantas como "um pequeno artigo diário comemorando ou indicando os nossos principais acontecimentos históricos, isto é, uma espécie de Efemérides".

Em junho de 1916, o chanceler Lauro Müller, a quem havia recaído a responsabilidade de suceder Rio Branco após a sua morte, em 1912, passou às mãos do conde de Afonso Celso, presidente do IHGB, os originais manuscritos das *Efemérides* tal como constavam do arquivo do barão, adquirido à família pelo governo e depositado no Itamaraty.

[1] O presente texto constitui versão revista da apresentação feita pelo autor para a reedição *d'As efemérides brasileiras* publicada em 1999 pelo Senado Federal, como parte da coleção Brasil 500 anos.

Segundo assinala Lauro Müller no ofício junto ao qual encaminhou a documentação a Afonso Celso, após a publicação dos textos pelo *Jornal do Brasil*, o barão não só havia melhorado consideravelmente o seu trabalho, acrescentando grande quantidade de fatos novos ligados à história militar, mas também completou-o com eventos relativos aos meses que não haviam aparecido na imprensa.

O trabalho de Rio Branco, enriquecido na ocasião com os aportes de uma comissão especial do IHGB, foi publicado na revista daquela veneranda instituição em 1917. Desde 1919, o IHGB cumpre religiosamente com a prática de dar leitura, ao início de cada sessão, do texto das *Efemérides* referentes ao dia.

Novamente revistas e atualizadas por Rodolfo Garcia, as *Efemérides* ganharam sua edição definitiva em 1945, desta feita sob a responsabilidade do Itamaraty, no contexto das comemorações do centenário do nascimento do barão.

As *Efemérides do Brasil* são o melhor registro do caráter meticuloso e sistemático das pesquisas históricas feitas por Rio Branco. O pesquisador encontrará nesta obra um levantamento impressionante de dados, fatos, personagens e eventos de nossa história. Bem ao estilo do temperamento do barão, prevalece sobretudo a preocupação em transmitir informações objetivas. Estávamos ainda longe de correntes historiográficas mais recentes que privilegiam a interpretação das grandes tendências, mas que muitas vezes negligenciam a matéria-prima do conhecimento histórico: as fontes primárias, os documentos originais.

Álvaro Lins fez o seguinte comentário a respeito das *Efemérides*:

> Porque é um gênero aparentemente fácil, o que dá valor a um volume de efemérides é a capacidade pessoal do seu autor: a perspicácia no escolher para a fixação de cada dia os seus acontecimentos realmente representativos, a exatidão nas datas e nomes, o dom da expressão sintética, a memória vigilante para os pormenores. E porque representam esse trabalho de erudição, seleção e rigor histórico, as *Efemérides* de Rio Branco são as mais completas na sua espécie.

As *Efemérides brasileiras* são, essencialmente, um livro de referência. Permitem, portanto, diversos níveis de leitura, segundo o interesse do leitor. Para um estudioso de história diplomática, por

exemplo, ressalta acompanhar a sensibilidade demonstrada por Rio Branco para os temas dos limites do Brasil, algo que viria a notabilizá-lo anos mais tarde no encaminhamento de soluções para as questões de fronteira então pendentes.

É fascinante acompanhar as referências de Rio Branco – algumas apenas factuais, outras com comentários mais extensos – a respeito de datas em que se registram eventos relevantes para a obra de definição de nossas fronteiras: 7 de junho de 1494 (Tratado de Tordesilhas), 11 de abril de 1713 (Tratado de Utrecht entre Portugal e França), 13 de janeiro de 1750 (Tratado de Madri), 12 de fevereiro de 1761 (Tratado de El Pardo), 1º de outubro de 1777 (Tratado de Santo Ildefonso), 12 de dezembro de 1851 (Tratado de aliança e de limites com o Uruguai), 27 de março de 1867 (Tratado de limites com a Bolívia) ou 25 de janeiro de 1890 (Tratado com a Argentina sobre a questão de Palmas). Curiosamente, Rio Branco não registrou com data própria os tratados de limites assinados pelo Império com o Peru, em 23 de outubro de 1851, com a Venezuela, em 5 de maio de 1859, e com o Paraguai, em 9 de janeiro de 1872.

Profundo conhecedor das questões do Prata, Rio Branco registra nas *Efemérides* as datas relevantes para a história de nossas relações com os vizinhos do sul: 1º de janeiro de 1680 (fundação da Colônia do Sacramento), 27 de agosto de 1828 (Tratado provisório entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata que põe fim às disputas sobre a Província Cisplatina e que reconhece a independência da República Oriental do Uruguai), 27 de maio de 1851 (acordo de aliança entre Brasil, Uruguai e Entre-Rios, para fazer frente a Rosas e Oribe), 3 de fevereiro de 1852 (derrota de Rosas na batalha de Monte Caseros), 20 de fevereiro de 1865 (convênio de paz entre o Brasil e o Uruguai, após intervenção do Império em favor dos "colorados" de Venâncio Flores) ou 1º de maio de 1865 (Tratado da Tríplice Aliança Brasil-Argentina-Uruguai).

As *Efemérides*, no entanto, tornam particularmente evidentes o interesse e os conhecimentos de Rio Branco sobre a história militar do Brasil. Os eventos militares chegam a ocupar, na obra, mais espaço do que o dedicado à história diplomática. É ilustrativo, por exemplo, o longo texto sobre a batalha de Passo do Rosário, de 20 de fevereiro de 1827. Não havia em Rio Branco, contudo, entusiasmo pueril ou inconsequente em relação à nossa história militar. Uma boa demonstração desse

julgamento é a sobriedade com que relata a participação do Brasil na batalha de Monte Caseros, que precipitou o fim do regime de Rosas na Argentina.

Recuperar as *Efemérides* significa, acima de tudo, comemorar a memória de um dos maiores brasileiros de todos os tempos, um dos construtores deste país, um homem público excepcional, por sua obra e pelo exemplo de sua personalidade e de suas qualidades pessoais.

Seu trabalho de consolidação das fronteiras do país, por meio de recurso à arbitragem internacional ou de negociações diretas com nossos vizinhos, permanece ainda hoje como a mais relevante obra da diplomacia nacional, no mesmo nível de importância da atuação brasileira na região do Prata na época do Império. A evolução pacífica de nossas relações com os vizinhos sul-americanos ao longo do século XX é em grande medida consequência do trabalho de estadista levado a cabo por Rio Branco de 1893, quando assumiu a defesa da posição brasileira na questão de Palmas com a Argentina, a 1909, ano em que o Brasil assinou tratado de limites com o Uruguai.

A vida e a obra do Barão do Rio Branco foram tratadas em livros que podem ser considerados definitivos, entre os quais cabe mencionar, a título exemplificativo, os seguintes: (i) *Rio Branco e as fronteiras do Brasil* (uma introdução às *Obras do Barão do Rio Branco*), de A. G. de Araújo Jorge, escrito na década de 1940, como introdução à publicação por parte do Ministério das Relações Exteriores das obras completas do Barão (as chamadas *Memórias* sobre as questões de Palmas, do Amapá e da Guiana Inglesa, documentos diplomáticos diversos, discursos, artigos de imprensa, textos e notas esparsas sobre a história do Brasil); (ii) *Rio Branco* (biografia), de Álvaro Lins, igualmente da década de 1940; (iii) *A vida do Barão do Rio Branco*, de Luiz Viana Filho (1959); e (iv) *José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco* (uma biografia fotográfica), com texto de Rubens Ricupero, e organização, iconografia e legendas de João Hermes Pereira de Araújo (1995).

Para que o leitor possa melhor apreciar o sentido e o alcance das *Efemérides brasileiras*, torna-se útil fazer um registro dos traços essenciais da vida e da obra de Rio Branco. Álvaro Lins selecionou, como epígrafe de seu livro, uma citação de Joaquim Nabuco que sintetiza as qualidades do barão:

> Estão aí os traços característicos do segundo Rio Branco: genuíno patriotismo, culto amoroso ao pai, organização conservadora, entusiasmo militar, afastamento da política, paixão da glória do povo, e, para satisfazê-la, vocação de historiador; por último, inclinação pessoal para a representação nacional no exterior. Todos esses sentimentos são de ordem desinteressada, todos, incluindo mesmo essa admiração filial, são impulsos do mesmo motor, o amor do País.

Bem ao estilo apologético da época, refletem-se nessa curta passagem todas as qualidades pessoais e profissionais que iriam fazer de Rio Branco uma das mais bem-sucedidas e populares personalidades da história brasileira.

Rio Branco era filho de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco. Guindado à vida pública ainda jovem, pela mão poderosa e experiente de Honório Hermeto Carneiro Leão, o marquês do Paraná, que o levou como secretário para sua missão no Prata de 1851 a 1852, e visconde do Rio Branco revelou-se uma das mais importantes figuras do Segundo Reinado. O "primeiro Rio Branco" foi presidente do Conselho de Ministros de 1871 a 1875, o mais longo gabinete do Império. Promoveu a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, que de certa forma antecipou o fim da escravatura. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros e também de outras pastas. Esteve em cinco missões diplomáticas no Prata, de 1851 a 1871.

O "segundo Rio Branco" nasceu em 20 de abril de 1845. Viveria em relativa obscuridade praticamente até completar 50 anos. Nada nos seus primeiros anos teria permitido prever os de grandeza e de realizações que marcariam o período final de sua existência. Após os estudos de Direito em São Paulo e no Recife, passou por uma fase de indefinições profissionais. Foi professor de História no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, promotor público, jornalista, chegou a exercer dois mandatos de deputado federal, de 1869 a 1875, e assessorou o pai em diferentes momentos, como na missão diplomática ao Prata nos anos de 1870 e 1871.

Desde a faculdade em São Paulo, o barão dedicou-se aos estudos de história do Brasil, em especial em seus aspectos militares e diplomáticos. Essa foi a paixão de toda a sua vida. Tornou-se um especialista nessas matérias, sobre as quais chegou a escrever vários textos esparsos. Infelizmente, contudo, não chegou a realizar seu sonho de escrever uma história militar e diplomática do Brasil.

Dos contatos com o pai que tanto admirava, filtrou a vocação para a diplomacia. Não demonstrou interesse em seguir a carreira política. Por isso – mas também por motivos familiares –, postulou e obteve, em 1876, sua nomeação para o cargo de cônsul-geral em Liverpool.

Rio Branco iniciaria, então, longa permanência no exterior, de mais de 25 anos. Voltaria ao Rio de Janeiro apenas em 1902, para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores, no qual ficaria até sua morte, em 10 de fevereiro de 1912. Aproveitou intensamente esse afastamento para aprofundar seus conhecimentos de história brasileira. Com espírito meticuloso, fez amplas pesquisas em fontes primárias, a exemplo dos arquivos históricos das potências coloniais, que viriam a ser fundamentais para explicar seu êxito posterior nas negociações para a definição das fronteiras nacionais.

Proclamada a República em 1889, o governo provisório empenhou-se desde cedo em procurar superar as desconfianças que por tanto tempo haviam mantido afastados o Império brasileiro e as vizinhas Repúblicas sul-americanas. A fixação definitiva das fronteiras tornou-se prioritária. Como registra Álvaro Lins:

> Só com dois países – o Paraguai (1872) e a Venezuela (1859) – o Império fixara as fronteiras de modo definitivo. Tratados de limites foram assinados também com o Peru (1851) e com a Bolívia (1867), mas as questões voltariam a se impor anos depois, exigindo novos tratados na República. Ao Uruguai ofereceríamos espontaneamente uma retificação dos diplomas assinados em 1851 e 1852. A herança recebida pela República [...] era, pois, a de uma nação quase sem fronteiras fixadas; em compensação, seria uma figura formada no Império o estadista que, servindo à República, daria estabilidade e segurança ao mapa político do Brasil.

A primeira das questões territoriais a ser encaminhada envolvia o território de Palmas, no oeste do atual estado de Santa Catarina, de pouco mais de 30 mil km². O governo provisório, ansioso por dar prova de fraternidade americana, assinou em 25 de janeiro de 1890, em Montevidéu, tratado que dividia essa área entre o Brasil e a Argentina. Seguiu-se, contudo, intensa mobilização popular e das elites dirigentes brasileiras contra o que se percebia como uma cessão territorial indevida. Em 10 de agosto de 1891, o Congresso Nacional terminou por rejeitar o Tratado de Montevidéu. Recorreu-se então ao arbitramento do

presidente dos Estados Unidos Grover Cleveland.

Em 5 de abril de 1893, Rio Branco foi indicado para defender a posição brasileira em Washington, em substituição ao recém-falecido barão de Aguiar de Andrada. Três dias após, dirigiu carta a A. F. de Paula e Sousa, então ministro das Relações Exteriores, da qual vale a pena reproduzir trecho pelo que contém de revelador sobre sua personalidade:

> Desde 1875 tenho levado uma vida de retraimento que é a que melhor quadra com as disposições de meu espírito e me permite consagrar boa parte de meu tempo aos estudos e trabalhos de minha predileção. Muito voluntariamente, quando ainda era moço e podia ter ambições, pois contava com amigos e protetores influentes, renunciei a tudo para levar a vida obscura que tenho vivido e a que desejo prontamente voltar. Agora, acudindo ao apelo do senhor marechal presidente e de vossa excelência, vou sair por alguns meses de meu retiro, voltar, por assim dizer, ao mundo [...] Trata-se da defesa de um território brasileiro de que os nossos vizinhos nos querem esbulhar, de uma questão de história e geografia que suponho conhecer, e, portanto, de uma missão em que acredito poder ser de algum préstimo [...] Eu não tenho, portanto, o direito de escusar-me no caso presente, alegando motivos de comodidade pessoal ou de ordem privada quando o sacrifício que faço, ao romper com meus hábitos, é apenas temporário e levo a esperança de poder estar de volta dentro de poucos meses.

Em outras cartas do mesmo período, repete que "preferiria ficar sossegado no meu canto". Afirma que "terminada a missão voltarei para o meu canto e para os meus livros e papéis velhos, porque não quero saber de eminências e grandezas [...]"

Rio Branco teve pouco tempo para preparar sua defesa da posição brasileira, entregue ao árbitro em 10 de fevereiro de 1894. O laudo do presidente Cleveland foi dado ao conhecimento das partes a 5 de fevereiro de 1895 e reconhecia em toda a sua plenitude o direito do Brasil. Rio Branco tornou-se imediatamente um herói nacional. Joaquim Nabuco incitou-o a "deixar de ser politicamente indolente" e a retornar ao Brasil. Por temperamento e por desejo de não ofender as sensibilidades da Argentina com comemorações populares no Rio de Janeiro, optou no entanto por voltar diretamente dos Estados Unidos para Liverpool.

Em julho de 1895, Rio Branco deixou o consulado-geral e passou a preparar, em Paris, a defesa da posição brasileira na questão de limites com a Guiana Francesa, sobre a qual o Brasil e a França viriam a assinar um compromisso arbitral em 10 de abril de 1897. A questão envolvia cerca de 260 mil km². O governo suíço foi indicado como árbitro. O laudo, dado ao conhecimento das partes no dia 1º de dezembro de 1900, atendia plenamente às posições nacionais. Praticamente todo o território em litígio ficou com o Brasil, a fronteira foi fixada no curso de água que identificávamos como sendo o Oiapoque, e vedou-se à França o acesso à margem esquerda do rio Amazonas.

Rio Branco seria ainda o primeiro responsável pela redação da *Memória* brasileira na questão de limites da Guiana Inglesa, submetida ao arbitramento do rei da Itália por tratado assinado em 6 de novembro de 1901. Araújo Jorge refere-se às quatro *Memórias* redigidas por Rio Branco – Palmas, Guiana Francesa (duas) e Guiana Inglesa – como "modelos de erudição histórica, jurídica e geográfica", em que sobressaíam a "clareza" e a "ordem" do texto, bem como a "pureza", a "elegância" e a "precisão" da língua. O laudo do rei da Itália, divulgado em 1904, foi mais favorável aos interesses ingleses do que aos direitos brasileiros, adjudicando ao Brasil 13.750 km² de uma área em disputa de 33.200 km². Nesse meio tempo, Rio Branco tornara-se ministro das Relações Exteriores, e a defesa brasileira na questão da Guiana Inglesa ficara a cargo de Joaquim Nabuco, a quem coube o estabelecimento da memória definitiva.

Durante sua curta permanência como ministro plenipotenciário em Berlim (1901-1902), Rio Branco foi convidado por Rodrigues Alves a assumir o Ministério das Relações Exteriores. Evidenciou-se nessa ocasião sua falta de ambições políticas. Aceitou o cargo somente após muito relutar. Em várias cartas a Rodrigues Alves, a Campos Salles e a amigos influentes, alegou razões de ordem funcional, pessoal, de saúde, financeiras, de família e de falta de gosto pela política. Chegou mesmo a sugerir o nome de seu amigo Joaquim Nabuco. Em uma das cartas, observou que "depois de tão longa vida de retraimento, fechado com os meus livros, mapas e papéis velhos, receio mostrar-me desajeitado na vida inteiramente diversa que deveria ter na posição de ministro de Estado". No dia 29 de agosto de 1902, contudo, recebeu de Rodrigues Alves o seguinte telegrama: "Valiosas ponderações cartas não me

convenceram. Nome vossa excelência será muito bem recebido não podendo negar país sacrifício pedido."

Rio Branco serviria a quatro presidentes: Rodrigues Alves, até 1906; Afonso Pena e Nilo Peçanha, de 1906 a 1910; e Hermes da Fonseca, até a sua morte, em 1912. Curiosamente, esse monarquista convicto – talvez menos por razões ideológicas e mais pela profunda admiração que devotava a dom Pedro II e a seu pai – viria a ter na República o seu maior momento de projeção pessoal.

Logo ao assumir o cargo, Rio Branco defrontou-se com a necessidade de uma solução urgente para a questão explosiva do Acre. Em Berlim, dera-se conta do risco da internacionalização da questão, havendo gestionado audaciosamente para impedir que Bancos alemães se associassem ao *Bolivian Syndicate*. Em nossa história diplomática, poucos assuntos tiveram tanta repercussão interna e tanta carga emotiva. Havia um risco iminente de conflitos armados entre os cerca de 60 mil colonos brasileiros estabelecidos em território boliviano, no Acre, e o governo de La Paz. Não se tratava, nesse caso, diferentemente das questões anteriores, de esgrimir argumentos históricos e geográficos para defender a soberania brasileira sobre determinado território, mas sim de procurar uma solução política e diplomática para um problema de fato criado pela presença em território boliviano de uma população brasileira que não aceitava submissão à La Paz. Nessas condições, Rio Branco entendeu que não era aconselhável a via do arbitramento, e empenhou-se em promover entendimentos diretos com a Bolívia.

O barão definiu como objetivo a aquisição do território, o que se concretizou com a assinatura do Tratado de Petrópolis, a 17 de novembro de 1903. Mediante uma indenização de dois milhões de libras esterlinas, compensações territoriais de cerca de 3.200 km² em outros pontos da fronteira comum e outros benefícios concedidos à Bolívia, atribuiu-se ao Brasil a soberania sobre um território de cerca de 191 mil km². De todos os entendimentos promovidos por Rio Branco, esse foi o único em que houve uma expansão territorial, pois em todos os outros o Brasil empenhara-se apenas pelo reconhecimento de direitos legítimos, decorrentes de motivos históricos e jurídicos. Essa foi, também, a única aquisição territorial do Brasil como nação independente.

Araújo Jorge fez o seguinte comentário sobre o tratado com a Bolívia:

> Política externa menos escrupulosa teria adotado para o caso acriano um expediente de que não seria difícil rastrear precedentes em outros países: fomentar a revolta, reconhecer a independência dos acrianos, de conformidade com os seus desejos, proceder à incorporação do Acre ao Brasil, deixando à Bolívia o recurso extremo de uma guerra desigual.

Houve no Brasil muitas críticas ao tratado, entre as quais as de Rui Barbosa, por conter alegadamente concessões excessivas à Bolívia. Argumentava-se, entre outros pontos, que os Estados Unidos haviam pago à Espanha apenas quatro milhões de libras esterlinas pelas Filipinas, território com superfície e população muito maiores que as do Acre. Como quer que seja, a própria existência dessas críticas pode ser vista como uma comprovação do espírito de equidade e de equilíbrio com que Rio Branco conduziu as negociações.

Outra importante questão solucionada por Rio Branco foi a dos limites com o Peru. A área em litígio era de 442 mil km², na qual se incluíam os 191 mil km² incorporados ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis. Após cinco anos de negociações, foi assinado, a 8 de setembro de 1909, o tratado de limites que atribuiu ao Brasil 403 mil km² e, ao Peru cerca de 39 mil km² (ficando o Acre, assim, reduzido a 152 mil km²).

Na gestão de Rio Branco, foram ainda assinados tratados de limites com a Holanda (Guiana Holandesa) em 1906, com a Colômbia em 1907 (o qual reafirmou a soberania brasileira sobre uma área de 127 mil km²) e com o Uruguai em 1909. Esse último acordo é um dos mais marcantes exemplos do espírito de equidade de Rio Branco. Para reparar o excesso de rigor cometido contra os uruguaios pelo Tratado de 1851, que lhes tinha negado o direito de navegação na lagoa Mirim e no rio Jaguarão, Rio Branco concedeu-lhes pelo Tratado de 30 de outubro de 1909 mais do que haviam demandado: não só a livre-navegação, mas também o condomínio da lagoa Mirim e do Jaguarão e a propriedade de algumas ilhas. Em mensagem ao Congresso, o presidente e o chanceler do Uruguai registraram que "a chancelaria brasileira concedeu ao Uruguai muito mais do que a nossa diplomacia pediu em todos os tempos, e aceitou muito menos do que essa mesma diplomacia ofereceu, como compensação, em suas primeiras gestões".

O tratado com o Uruguai foi o último dos grandes entendimentos

de limites promovido pelo Barão do Rio Branco. De 1895, quando foi divulgado o laudo do presidente Cleveland sobre a região de Palmas, a 1909, Rio Branco esteve à frente de negociações que levaram ao reconhecimento definitivo da soberania brasileira sobre territórios de cerca de 900 mil km² (ou seja, mais de 1/10 da área atual do Brasil). Encerrada essa etapa de seu trabalho, Rio Branco comentaria já ter "construído o mapa" do Brasil, e que "agora o meu programa é de contribuir para a união e a amizade entre os países sul-americanos".

Até certo ponto, portanto, o nome de Rio Branco está associado a um tipo de diplomacia – a de fixação de fronteiras e da posse de territórios – que é parte do passado. A ele atribui-se a expressiva afirmação de que "território é poder". Mas, na verdade, sua obra foi muito além da definição de nossos limites. Na sua gestão à frente do Ministério das Relações Exteriores, o barão lançou as bases de duas diretrizes de política externa que se mantiveram ao longo do século XX: a importância de uma relação próxima com os Estados Unidos, que emergiam então como a nova potência mundial, e o imperativo da cooperação e da aproximação com os vizinhos sul-americanos.

No encaminhamento da questão de limites com a Guiana Francesa, Rio Branco pode avaliar em toda a sua extensão a relevância da doutrina Monroe e do conceito de pan-americanismo para moderar as pretensões coloniais da França. Em 1905, as respectivas missões diplomáticas do Brasil e dos Estados Unidos em Washington e no Rio de Janeiro foram elevadas à condição de embaixada. À época, só havia sete embaixadas em Washington, sendo o México o único país latino-americano com esse *status*.

Em 1909, Rio Branco redigiu pessoalmente um projeto de Tratado de Cordial Inteligência Política e de Arbitramento entre Brasil, Argentina e Chile. Essa sua primeira tentativa de formação de uma espécie de *entente cordiale* entre as três maiores nações do Cone Sul viria mais tarde, após sua morte, a resultar na criação do chamado Pacto do ABC, em 1915.

Rio Branco morreu em 10 de fevereiro de 1912. Seu nome permaneceu como um dos mitos mais enraizados na consciência popular brasileira. As razões desse fenômeno não devem ser buscadas apenas na sua obra diplomática, mas também – e talvez especialmente – em seu carisma pessoal e nos traços mais marcantes de sua personalidade. Ao

relutar em aceitar a indicação para o Ministério em 1902, o barão dera mostras de seu desapego pelo poder. Cogitado para uma candidatura à presidência da República em 1910, manteve-se irredutível na decisão de não se envolver na vida política. Álvaro Lins comentaria que "não houve talvez ninguém tão desinteressado do poder quanto o ministro do Exterior mais poderoso do Brasil".

Rio Branco dizia ter deixado a política por considerar que "só deve ser homem político quem tem alguma renda e não precisa de empregos públicos". Não era esse o seu caso: filho de um dos maiores estadistas do Império, e ele próprio ministro de Estado por quase 10 anos, morreu sem deixar patrimônio pessoal. Não herdou, nem acumulou fortuna. As preocupações financeiras com o sustento da família foram uma constante em sua vida.

Era um homem profundamente conservador. Fora de suas funções oficiais, levava vida ascética ("acostumei-me a viver com muito pouco porque meu pai não tinha fortuna"). Destacava-se pela sobriedade e pela autocontenção. Ao mesmo tempo, tinha perfeita noção da importância simbólica da pompa em cerimônias públicas. Austero e de caráter reservado, considerava não haver "nada mais ridículo e inconveniente do que andar um diplomata a apregoar vitórias". Em um país de bacharéis, tinha aversão à retórica. De temperamento pragmático, herdou de seu pai o culto pela precisão das ideias e dos conceitos. Era avesso a elucubrações abstratas. A história e a geografia foram sempre os seus grandes interesses intelectuais.

Sua dedicação ao trabalho era lendária. O gosto pessoal pelas coisas brasileiras era reflexo de seu genuíno patriotismo. Serviu ao país com espírito de desprendimento. Para Rio Branco, em suma, a vida pública foi o desempenho de uma missão, e não instrumento para atingir fins pessoais ou trampolim para metas políticas.

Representa, portanto, um serviço inestimável à memória histórica do país e de um de seus maiores homens públicos a promoção desta reedição das *Efemérides brasileiras*. Aos 20 anos, Rio Branco escrevera o seguinte comentário em seu *Esboço biográfico do general José de Abreu, barão de Cerro Largo*:

Nem o passado, nem o futuro do país atrai entre nós a atenção pública, que descuidosa se deixa absorver na contemplação dos sucessos e dos homens do presente. Para os acontecimentos do passado – desse

passado ainda tão recente, mas tão útil em grandes exemplos e lições proveitosas – só há esquecimento e indiferença da parte de quase todos, e até escárnio e ridículo da parte de muitos.

Ao promover a reedição das *Efemérides*, a comissão organizadora das celebrações do primeiro centenário da morte do barão revela-se fiel à sua memória e contribui para atenuar seu ceticismo em relação à importância que o país atribui ao conhecimento do passado.

Diz-se que os povos que não conhecem a sua história estão condenados a repeti-la. Para este Brasil, que nas últimas décadas foi capaz de consolidar a democracia e de promover o desenvolvimento econômico com inclusão social, as *Efemérides* do barão surgem como uma recordação poderosa do esforço que puseram os fundadores de nossa nacionalidade na construção deste imenso patrimônio, o qual as gerações atuais têm a responsabilidade de preservar. Para que possamos enfrentar os desafios do presente e perseverar no caminho da solução dos problemas que ainda nos angustiam, é sempre inspirador o exemplo dos personagens e dos eventos do passado.

Explicação

Em 1891, fundava o conselheiro Rodolfo Dantas, no Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil*. Para redatores e colaboradores da folha, tratou de reunir eminentes próceres do jornalismo e das letras nacionais, de maioria simpatizante com o regime político recentemente abolido, assim como o conselheiro. Joaquim Nabuco, Sancho de Barros Pimentel, Ulisses Viana e Pedro Leão Veloso Filho foram dos primeiros convocados, seguindo-se Constâncio Alves, José Veríssimo, M. Said Ali e outros.

O Barão do Rio Branco, então residente em Paris, figurou entre os colaboradores da primeira hora. Em carta sem data, mas evidentemente dos princípios daquele ano, o barão escrevia ao visconde de Ourém, em Londres, para desculpar-se do atraso em que se achava na correspondência entre ambos:

> [...] Tenho estado muito atarefado, porque o conselheiro Rodolfo Dantas fundou no Rio uma grande folha, e pediu-me muito que lhe desse um pequeno artigo diário, comemorando ou indicando os nossos principais acontecimentos históricos, isto é, uma espécie de Efemérides. Foi preciso adiantar matéria, mandando-lhe logo com antecipação o trabalho de um mês, e gastar muito tempo em coordenar material para não reproduzir as complicações anteriores. Com esse *hors d'oeuvre*, ou acréscimo de trabalho, faltou-me tempo para tudo, até para dar andamento aos meus negócios particulares (Arquivo do Instituto Histórico, lata 147. doc. 3.410).

O *Jornal do Brasil* publicou o seu primeiro número em 9 de abril de 1891, e nele começou a estampar as *Efemérides brasileiras*, relativas ao primeiro do mês, precedidas destas palavras da redação:

> As efemérides pátrias, que começamos a publicar, são escritas pelo senhor Barão do Rio Branco, cuja competência em coisas da história nacional tem sido posta a prova em trabalhos da especialidade. Desde longos anos dedica-se com afã aquele nosso compatriota a investigações desta natureza, no correr das quais se lhe têm deparado, nas relações dos autores, erros a corrigir, lacunas a preencher e reivindicações a sustentar para lustre e honra da pátria. As notas postas pelo incansável pesquisador à valiosa História da Guerra da Tríplice Aliança por Schneider bastariam a grangear para o senhor Barão do Rio Branco o merecido renome que goza pela sua aturada aplicação a esta esfera de estudos, em que, aliás, temos a fortuna de contar outros cultores esmerados.
>
> O senhor Barão do Rio Branco mandar-nos-á, além das efemérides, narrações de feitos militares do Brasil. Aquelas e estas porão a nota às qualidades do eminente historiógrafo que, neste ramo, será colaborador assíduo desta folha. Em breve teremos adiantado a publicação, de maneira que possa referir-se aos sucessos memoráveis do dia em que for feita. E temos que os nossos leitores apreciarão no devido grau de estima este interessante trabalho, que representa sumo esforço, longa paciência e critério apurado.

Das *Efemérides brasileiras* deu o *Jornal do Brasil* um primeiro volume, sem segundo, contendo as de 1º de abril a 30 de setembro[1]. As restantes, de outubro a dezembro, saíram na folha até o último dia do ano de 1891. Do primeiro trimestre, nenhuma efeméride foi publicada; no entanto, o autor as redigira, e foram achadas em seus manuscritos, com as falhas adiante assinaladas.

Em meados de 1916, o doutor Lauro Müller, então ministro das Relações Exteriores, ofereceu ao Instituto Histórico, por intermédio de seu grande presidente, o conde de Afonso Celso, os manuscritos das *Efemérides brasileiras*, encontrados entre os papéis que formavam o arquivo do Barão do Rio Branco, adquirido pelo governo do Brasil. O instituto, de posse desse precioso material que veio acompanhado

[1] VILLENEUVE, H. de. *Tipografia do Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Jornal do Brasil, 1892. p. 8. 378 pp.

de cópia datilografada, teve pressa em recolhê-lo às páginas de sua notável revista; contudo, desde logo verificou a comissão encarregada do serviço da impressão que aos originais e cópia faltavam as efemérides referentes a 1º, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, e 29 de fevereiro – 19 dias – e as de todo o mês de março. Se melhor examinasse, havia de verificar que faltava também a do dia 10 de dezembro, o que lhe passou despercebido ou sem referência, quando a publicação saltou de 9 para 11 daquele mês.

A comissão do instituto tomou a si o encargo de completar a obra de Rio Branco, enchendo as lacunas dos meses de fevereiro e março supraindicadas. Fez trabalho próprio, sem recorrer à obra suplementar do barão, como era de bom conselho. Rio Branco foi certamente o mais objetivo dos escritores brasileiros. Afeito a trabalhos de erudição no campo da História da Geografia, as relações de tempo e de espaço constituíram preocupação dominante de seus trabalhos; eram como coordenadas de que não prescindia para situar os fatos que expunha, para dar-lhes expressão mais clara e mais conveniente. Aliás, esse pendor lhe vem de seus primeiros escritos, das biografias militares, que escreveu quando ainda era estudante em São Paulo, acentuado mais tarde nas anotações a Schneider e em toda a sua obra histórica posterior. Naquelas anotações, por exemplo, tratando da rendição dos paraguaios em Uruguaiana, compendiou as principais capitulações que se deram em território nacional ou em suas vizinhanças: a lista contém 19 efemérides desse gênero, a começar pela de 2 de novembro de 1615, dos franceses no Maranhão, e a terminar pela de 9 de maio de 1827, do regimento argentino do coronel Inácio Oribe às tropas do tenente-coronel Calderon, depois general, em Cerro Largo[2].

Além dessas efemérides, apresentadas no estilo próprio, as anotações contêm número sem conta de outras notícias que, muitas vezes quase sem alteração, ou modificadas apenas para manter aquele feitio, facilmente se reduzem a legítimas efemérides. Nesse sentido, é – pode-se dizer – toda a obra de Rio Branco dispersa, avultada, sem par na bibliografia nacional – a *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, as duas séries de memórias sobre as questões de fronteiras do Amapá e das Missões, o livro *Dom Pedro II*, por B. Mossé, provadamente de sua

[2] SCHNEIDER, L. *História da Guerra da Tríplice Aliança, anotada por J. M. da Silva Paranhos*. Rio de Janeiro, 1875. pp. 229-231.

autoria, no qual há um resumo magistral da guerra com o Paraguai etc.

Em tais condições, extrair desse material adequado e propício o que faltava para completar o livro truncado era, parece, o recurso que se apresentava naturalmente, sobretudo quando a prata de casa a ser usada era do mais alto teor. Teria esse processo a vantagem, da maior importância, de integrar o livro de Rio Branco, com elementos que de pleno direito lhe pertenciam, o que era razão bastante para sua adoção, sem qualquer outra contribuição, embora valiosa.

Nessa conformidade, foi excluída das *Efemérides* toda colaboração estranha, substituída por matéria própria, recolhida pela maneira indicada. Com relação às efemérides de 10 de dezembro, omitidas na publicação, como se disse, foram restituídas ao texto, em cópia do *Jornal do Brasil* de 16 daquele mês de 1891.

De rigorosa colação do texto impresso com os originais manuscritos, sob a guarda do Instituto Histórico, apurou-se que alguns trechos dos manuscritos, mesmo várias efemérides, deixaram de figurar na publicação; como não havia razão para os cortes, evidentemente mero descaso do copista, foram restituídos ao texto nos lugares que lhes competiam. Desse exame, resultaram muitas retificações de datas, de nomes, de postos militares, entre outras. Por último, procedeu-se a uma revisão geral do livro, de modo a apresentá-lo quanto possível isento de falhas e defeitos.

Não passe sem especial menção o proveitoso adminículo que para seu trabalho teve o revisor com a consulta das *Efemérides nacionais*, de Teixeira de Melo, no exemplar que pertenceu a Rio Branco, todo ele referto de notas, correções e aditamentos, escritos por sua letra. Foi essa uma contribuição magnífica e um precioso guia que muitíssimo lhe facilitou a tarefa, com a indicação de fontes e o esclarecimento de dúvidas, que apareciam tanto nos originais quanto no texto impresso.

Assim, "revistas e aumentadas" saem agora à luz as *Efemérides brasileiras*, o livro mais popular e mais versado do Barão do Rio Branco, em boa hora incluído na reedição de suas obras.

Rodolfo Garcia

EFEMÉRIDES BRASILEIRAS

1º DE JANEIRO

1502 — Descobrimento da baía do Rio de Janeiro pela esquadrilha portuguesa de André Gonçalves, na qual o célebre cosmógrafo florentino Américo Vespúcio tinha o comando de um navio. Os descobridores não exploraram a baía e, por isso, acreditaram estar diante da foz de um rio, dando-lhe aquele nome. Os Tamoio chamavam-na de *Iguaá-mbará* (daí a Guanabara, de Jean de Léry), de *iguaá*, "enseada do rio", e *mbará*, o mesmo que pará, "mar", e *Nyteróy* (origem do nome Niterói), de "y-i-terói, água que se esconde, dando-se naturalmente o metaplasmo da *y-i* em *ny*, donde *Nyteroy*", diz Batista Caetano.

1590 — Cristóvão de Barros repele, na várzea do Potiipeba (ou Vasa Barris), uma sortida do cacique Mbaepeva, e, penetrando na cerca que este defendia, derrota completamente os índios. Destes, ficaram mortos 1.600, e cativos 4.000. Barros funda logo depois o forte e a cidade de São Cristóvão do Rio de Sergipe, na margem esquerda e perto da foz do Cotinguiba (então Sergipe). Em 1595 ou 1596, mudou-se a cidade para um outeiro junto à foz do Puxim, e mais tarde para outra colina no Piramopama, afluente do Vasa Barris.

1646 — Terminadas as obras da fortaleza do Arraial Novo do Bom Jesus, é ela inaugurada neste dia com uma salva de artilharia e festejos. Ficava entre a atual estrada do Caxangá e o Jiquiá, a leste e à pequena distância do engenho de Bierboom (*T'huys van Bierboom inde Partido*), como se vê na *Perfecte caerte der gelegentheyt van Olinda de Pharnambuco Mauritz stat ende t'Reciffo*, desenhada por Cornelis Gojijath e gravada por Visscher, em 1648. O almirante Lichthardt, em carta de 28 de fevereiro de 1646, escreveu: "O inimigo construiu um forte perto do engenho de Willem Bierboom, obra de uma légua (cerca de 6,6 km) do Recife." Calado* (à p. 269) diz: "[...] Na Várzea, em um lugar superior à outra terra junta ao

---

* CALADO, frei Manuel. *O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade na restauração de Pernambuco*, publicado originalmente em Lisboa, na Oficina de Paul Crasbeeck, em 1648. (N.E)

engenho do Bridão, quase uma légua em distância do Arrecife." E Rafael de Jesus (à p. 389)*: "[...] uma eminência pegada ao engenho que se dizia do Bridão, uma légua do Arrecife." Em Nieuhoff (à p. 154)** lê-se: "Eles estavam ocupados em levantar, entre o engenho de Bierbrom e a Casa de Sobrado, uma fortaleza com paiol e quatro pequenos bastiões, em cada um dos quais seriam montadas três pegas de artilharia."

1678 — Morre no Rio de Janeiro o jesuíta Antonio de Sá, célebre orador sagrado, nascido na mesma cidade a 26 de junho de 1620.

1680 — Em outro trabalho deste gênero, publicado em 1875, dissemos, com os nossos cronistas, que nesta data fora fundada a Colônia do Sacramento. Foi no dia 22 de janeiro (ver esta data) que dom Manuel Lobo chegou à enseada de São Gabriel e deu começo a fundação desse estabelecimento português no rio da Prata.

1688 — Morre em Lisboa o general Salvador Correia de Sá e Benevides, nascido em 1594 na cidade do Rio de Janeiro, filho de Martim de Sá e neto de Salvador Correia de Sá. Em 1625, com os reforços que levava do Rio de Janeiro, concorreu para a defesa da vila do Espírito Santo contra o ataque do almirante Piet Heyn; depois, esteve no assédio da Bahia, até a capitulação dos holandeses. Nomeado por Filipe III almirante da costa do mar do Sul e general das tropas destinadas a combater os Calchaqui em Tucumã, obteve várias vitórias, recebendo em uma delas 12 flechadas. Aprisionou o cacique Pedro Chumaí (1634), submeteu a povoação de Singuil e ganhou a batalha de Paclingasta (não Palingarta) em 1635. Esses feitos do ilustre guerreiro fluminense são citados confusamente por Moreri e constam de vários documentos da família Sá, alguns dos quais publicados (Baltasar Lisboa, II, 21), mas não aparecem nas resumidas e incompletas *Crônicas de Tucumã*, impressas até hoje. Três vezes Salvador Correia governou a capitania do Rio de Janeiro (de 19 de setembro de 1637 a 1643; de 16 de janeiro a 12 de maio de 1648; e de 4 de outubro de 1659 a 29 de

---

* JESUS, Rafael de. *O Castrioto Lusitano ou história da guerra entre o Brasil e a Holanda durante os anos de 1624 a 1654, terminada pela gloriosa restauração de Pernambuco e das capitanias confinantes. Nova edição segundo a de 1672*, impressa em Lisboa por Crasbeeck. (N.E.)

** NIEUHOFF, Johan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. (s/d). (N.E.)

abril de 1662). Nos intervalos desses governos, comandou as esquadras que navegaram entre o Rio de Janeiro e Lisboa e, em 1648, dirigiu a expedição fluminense, que expulsou de Angola os holandeses (ver 12 de maio, 15 e 17 de agosto de 1648).

De 1659 a 1662, ficaram sujeitas à sua jurisdição as capitanias do Sul, e, estando em São Paulo, formou-se na cidade do Rio de Janeiro um governo revolucionário (ver 8 de novembro de 1661), o qual conseguiu vencer no dia 10 de abril de 1662. Chamado a Lisboa no ano seguinte, não tornou mais ao Brasil. Foi sepultado no convento dos Carmelitas Descalços de Lisboa, onde seus ossos jazem ao lado dos de Alexandre de Gusmão, outro brasileiro ilustre.

1763 — Tomada da trincheira espanhola do arroio de Santa Bárbara (Rio Grande do Sul) pelo capitão Francisco Pinto Bandeira, à frente de 230 dragões do Rio Grande e de aventureiros paulistas. O principal herói do dia foi o capitão Miguel Pedroso Leite, comandante da infantaria de São Paulo. A trincheira tinha sete peças, que foram transportadas para o forte do rio Pardo, e era defendida por 500 milicianos correntinos e muitos índios, sob o comando do tenente-coronel Antonio Catani.

— Morre na cidade do Rio de Janeiro o general conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrada, um dos mais ilustres governadores da época colonial, amigo e protetor de José Basílio da Gama. Nasceu em Jurumenha em 1688. Estava no terceiro ano de Direito em Coimbra, quando deixou os estudos, para fazer as campanhas da Guerra da Sucessão. Desde 1733, exercia o governo do Rio de Janeiro, a que foram reunidos posteriormente os das capitanias do Centro e do Sul (ver 26 de julho de 1733).

1793 — Morre em Ambaca (Angola) o poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto, nascido no Rio de Janeiro em 1748 (fevereiro), uma das vítimas da conspiração de 1789, em Minas, para a Independência do Brasil.

1802 — Tomada do fortim de Bela Vista, na margem esquerda do Apa (Paraguai), pelo capitão Francisco Rodrigues do Prado,

comandante militar do distrito de Miranda (Mato Grosso).

1821 — Adesão do Pará à revolução do Porto para o estabelecimento do governo constitucional.

1827 — O tenente-general marquês de Barbacena assume, em Santana do Livramento, o comando do Exército brasileiro em operações contra o governo de Buenos Aires.

1828 — O corsário *Federal Argentino* (comandante Fischer), fugindo de alguns navios brasileiros, bate em um casco perto da Ensenada e é incendiado pela sua guarnição.

1852 — Toma posse da presidência da província do Amazonas o primeiro presidente nomeado para esse cargo, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

1865 — Prossegue o ataque de Paissandu pelos generais Mena Barreto (João Propício) e Flores. As nossas tropas continuaram a ganhar terreno, conquistando novos quarteirões de casas (ver 31 de dezembro de 1864 e 2 de janeiro de 1865).

1869 — Ocupação da cidade de Assunção pela brigada de infantaria do coronel Hermes da Fonseca. A cidade estava deserta (ver 5 de janeiro).

1874 — Inauguração do telégrafo submarino entre Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará (ver 22 de junho de 1874).

1880 — Desordem na cidade do Rio de Janeiro, opondo-se o povo ao pagamento do imposto de 20 réis sobre o preço das passagens nos bondes. A agitação e os conflitos duraram quatro dias.

2 DE JANEIRO

1608 — Dom Francisco de Sousa, nomeado em novembro do ano anterior governador-geral do Sul do Brasil, obtém nesta data os privilégios

que haviam sido concedidos a Gabriel Soares de Sousa, para a exploração de minas. Faleceu em São Paulo pouco depois (11 de junho de 1611).

1802 — Nascimento de Antônio Correia Seara (ver 23 de maio de 1858).

1826 — O governo da República das Províncias Unidas do Rio da Prata (depois Confederação Argentina e, ultimamente*, República Argentina) autoriza o corso contra os navios brasileiros. Muitos dos corsários argentinos foram armados nos Estados Unidos, outros em Buenos Aires, em Salado e na Patagônia. Eram tripulados e comandados por estrangeiros, como quase todos os navios de guerra argentinos. Eis a relação desses corsários, com a indicação dos que foram tomados ou destruídos : *Sin Par, General Mancilla* (queimado pela escuna *Rio*, a 30 de dezembro de 1827), *Vengadora Argentina*, depois chamado *Rayo Argentino*, e finalmente *Cazador* (soçobrou a 1º de março de 1828, quando perseguido pelo brigue *Caboclo*), *Presidente Bolívar*, depois *Vencedor de Ituzaingo, e Libertador Bolívar, General Brown* (metido a pique pelo seu comandante, que se passou com a guarnição para uma presa; os tripulantes desta revoltaram-se e levaram o navio à Bahia), *Bonairense, Estrella del Sur* (tomado pela canhoneira *Grenfell*, a 20 de agosto de 1827), *Esperanza* (tomado pela corveta *Maria Isabel*, a 29 de novembro de 1827), *Triunfo Argentino* (perseguido, naufragou na Banda Oriental, em julho de 1828), *Profeta Bandarra* (perseguido, deu à costa em Maldonado, em setembro de 1826), *Rápido* (capturado pela *Paula*, a 10 de setembro de 1827), *Constante* (perdeu-se na Patagônia (?), *San-Martín*, *Oriental Argentino* (prisioneiros brasileiros a bordo levantaram-se e ficaram senhores do navio, a 21 de novembro de 1827), *La Presidente, Florida* (foi a pique, em 9 de outubro de 1827), *General Brandzen* (tomado e queimado pelo chefe brasileiro Norton, a 17 de junho de 1828), *Pampero* (tomado pela *Isabel*, a 15 de março de 1827), *Bela Flor, Lavalleja* (encalhou e perdeu-se, em julho de 1826), *Niger* (tomado pelo *Caboclo*, a 23 de março de 1828, foi incorporado à esquadra imperial), *Feliz* (tomado pelo *Niger*, a 24 de maio

* A partir de 1862. (N.E.)

de 1828), *Margarida* (incendiou-se, a 28 de março de 1827, em Santa Catarina), *Federal, Peruano* (tomado pelo *Maria Isabel*, a 4 de julho de 1828), *Cacique, Hijo de Julio* (tomado pela *Isabel*, a 9 de junho de 1827), *Hijo de Mayo, Unión Argentina*, depois *Bravo Coronel Olavarria* e, finalmente, *Federal Argentino* (queimado pela guarnição à aproximação dos brasileiros, em 1º de janeiro de 1828), corveta *Gobernador Dorrego* (tomada pela *Bertioga*, a 24 de agosto de 1828), *Colombiana, Empresa, Flor de Mayo,* corveta *Gaviota* e alguns lanchões. Os seguintes navios de guerra também andaram a corso pelas costas do Brasil: corvetas *Chacabuco e Ituzaingo*, brigues *Congreso* (tomado e incendiado pelo chefe Norton, a 7 de dezembro de 1827), *Patagones* (tomado pelo *Imperial Pedro*, a 23 de setembro de 1827) e *General Rondeau*, brigue-escuna *Ocho de Febrero* (tomado a 29 de maio, pela *Bela-Maria, Grenfell* e uma pequena canhoneira), escunas *Sarandí*, *Unión* (tomada a 10 de abril de 1827, pelo *Maranhão*), e *Argentina*.

1838 — Decreto do regente Araújo Lima, declarando bloqueado o porto da Bahia.

1839 — Raimundo Gomes entra na vila do Brejo (Maranhão). Adesão de Manuel Francisco Ferreira Balaio à revolta. É nomeado general em chefe das forças Bem-te-vis. Primeiras atrocidades praticadas pelos insurgentes.

1843 — Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (depois visconde de Sepetiba) toma assento no Senado.

1865 — Tomada de Paissandu pelas tropas brasileiras e orientais dos generais Mena Barreto (João Propício) e Venâncio Flores, auxiliadas pela esquadra brasileira do almirante Tamandaré. O ataque, começado na manhã de 31 de dezembro, terminou às 8h20 de 2 de janeiro, rendendo-se então o general Leandro Gómez, com os 700 homens que lhe restavam (97 oficiais). Da guarnição, ficaram mortos ou feridos cerca de 400 homens, entrando no número dos primeiros os coronéis Lucas Pires e Tristão Azambuja. A artilharia e várias bandeiras, tomadas pelas nossas tropas, foram entregues ao general Flores, menos uma bandeira,

que, trazida para o Rio de Janeiro, foi anos depois, a pedido do ministro Andrés Lamas, restituída ao governo Oriental. Foi esta a nossa perda nos combates de Paissandu, até a tomada da praça: Exército: mortos, 93 homens (5 oficiais); feridos, 382 homens (15 oficiais). Marinha: mortos, 14 homens (1 oficial); feridos, 29 homens (1 oficial); prisioneiros, 1 tambor, que foi degolado, sendo a sua cabeça exposta na trincheira. Total: 519 brasileiros fora de combate. O exército de Flores teve uns 150 mortos e feridos. O general Leandro Gómez entregou-se ao coronel brasileiro Oliveira Belo; no entanto, tendo sido reclamado por um oficial do exército de Flores (o comandante Belén), declarou que preferia ir com os seus compatriotas. Pouco depois, era fuzilado, assim como outros prisioneiros, por ordem do coronel Gregório (Goyo) Suárez. Em despacho de 22 desse mesmo mês, dizia o ministro dos Negócios Estrangeiros ao plenipotenciário brasileiro: "O governo imperial julga conveniente que vossa excelência solicite do general Flores a punição de Goyo Suárez e dos outros subordinados do mesmo general, que concorreram para ser levado a efeito semelhante atentado, que tanto deslustra a vitória que obtivemos em Paissandu."

— Evacuação de Corumbá pelo coronel Carlos Augusto de Oliveira. Esse ponto não estava fortificado, e com 500 homens apenas não podia aquele comandante esperar o ataque de Barrios, que dispunha de seis mil homens e de uma esquadra.

1870 — Tomada da trincheira do rio Verde pelo coronel João Nunes da Silva Tavares (depois barão de Itaqui). O rio Verde é afluente do Aguaraí, tributário do Jejuí, no Paraguai.

1886 — Falece no Rio de Janeiro o tenente-general Emílio Luís Mallet, barão de Itapevi (ver 10 de junho de 1801).

3 DE JANEIRO

1631 — Francisco Monteiro Bezerra e outros capitães destroçam duas companhias de holandeses na ilha de Santo Antônio (Recife).

1642 — Chegam ao Maranhão o coronel Bento Rodrigues de

Oliveira e os capitães Pedro da Costa Favela e Aires de Sousa Chichorro, conduzindo reforços do Pará para a guerra contra os holandeses.

1774 — O capitão Rafael Pinto Bandeira, comandando um destacamento de 120 rio-grandenses e paulistas, derrota no Butucaraí 600 correntinos, santafecinos, portenhos e guaranis, dirigidos pelo capitão Antonio Gómez. Ao rio Pardo conduziu Pinto Bandeira 119 prisioneiros, entre os quais o comandante inimigo. O terror dos fugitivos foi tal, que, encontrando-se dias depois com 440 homens sob o comando de Bruno de Zabala, os fizeram debandar quase todos, persuadindo-os de que um numeroso exército marchava naquela direção. Esta vitória valeu a Pinto Bandeira o louvor do marquês de Pombal.

1817 — O tenente-coronel José de Abreu (depois general e barão do Cerro Largo), à frente de 640 homens de tropas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, ataca e toma o acampamento de José Artigas no Potrero de Arapeí, dispersando-se completamente os 800 homens com que este general pretendia reforçar no dia seguinte o exército, que expedira contra o general Curado. Na noite desse mesmo dia, depois de incendiar as bagagens do inimigo, Abreu incorporava-se ao exército acampado em Catalán (ver o dia seguinte).

— O general Bernardo da Silveira Pinto repele na Calera de Santa-Lucía as tropas orientais de Frutuoso Rivera, que pretenderam disputar-lhe o passo. Entre os oficiais elogiados em ordem do dia, figuravam o capitão Gaspar Pinto Bandeira, morto no ano seguinte (ver 1º de julho de 1818), e o alferes Domingos Crescêncio, um dos caudilhos da revolução rio-grandense de 1835. A coluna do general Silveira compunha-se de tropas de Portugal, do Rio Grande e do Rio de Janeiro.

1820 — A colônia suíça de Nova Friburgo, fundada por dom João VI na real fazenda do Morro Queimado, recebe o predicamento de vila.

1870 — Tomada do reduto de Cambaceguá (Paraguai) pelo general Câmara (depois visconde de Pelotas). O ataque foi feito pelo 14º de infantaria, do comandante Joaquim José de Magalhães. Ficou prisioneiro o capitão Terencio Núñez, que comandava a guarnição paraguaia.

4 DE JANEIRO

1558 — Por uma carta do padre Blasques, sabe-se que Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil, chegou nesta data (oitava dos inocentes) à Bahia. Governou durante mais de 14 anos, até falecer, a 2 de março de 1572, naquela cidade. Em 1560 e em 1567, venceu na baía do Rio de Janeiro os franceses e o Tamoios.

1817 — Batalha de Catalán (é o nome de um arroio, afluente da margem esquerda do Quaraí, território da República Oriental). O Exército brasileiro do Quaraí, acampado nesse lugar, era comandado pelo tenente-general Curado; no entanto, achando-se presente o marquês de Alegrete, capitão-general da capitania de São Pedro do Rio Grande, que fora inspecionar essas tropas, coube a este o comando supremo. Estavam aí o 1º e 2º de infantaria da legião de São Paulo (majores José Joaquim da Rocha e Antônio José do Rosário), sob o comando do brigadeiro Oliveira Álvares (o segundo comandante era o tenente-coronel Galvão de Moura Lacerda), 11 peças de artilharia (tenente-coronel Inácio da Fonseca) e dois esquadrões de cavalaria da mesma legião (capitães Silva Brandão e Simplício Silva), o regimento de dragões do Rio Grande (major Sebastião Barreto) e o de milícias do Rio Pardo (brigadeiro João de Deus Mena Barreto), alguns esquadrões de milícias de Porto Alegre (coronel Bento Correia da Câmara) e do distrito então chamado Entre Rios, depois Alegrete (tenente-coronel José de Abreu), e quatro partidas de guerrilhas, ao todo 2.500 homens (1.200 paulistas das três Armas, e 1.300 rio-grandenses de cavalaria). Essa força foi atacada por 3.400 orientais, entrerrianos e correntinos, que, sob o comando do coronel Andrés Latorre, formavam o principal exército do ditador José Artigas. Depois de porfiado combate, foram repelidos e destroçados, perdendo 1.200 mortos e prisioneiros (27 oficiais), os dois canhões que traziam, uma bandeira, sete caixas de guerra, muitas armas de mão, seis mil cavalos e 600 bois. Tivemos 79 mortos (cinco oficiais) e 164 feridos (13 oficiais; entre os primeiros o comandante Rosário, da infantaria paulista), os capitães Vitoriano Centeno, José de Paula Prestes e Almeida Corte Real (Francisco de Borja), e o tenente Santos Pereira (da cavalaria rio-grandense); entre os segundos, o coronel Correia da Câmara e o comandante Rocha (paulista).

1828 — O almirante argentino Brown, que saíra de Buenos Aires com 11 escunas e canhoneiras, captura pela manhã a nossa baleeira corsária *Mosquito*, guarnecida de 10 homens, sob o comando de Antônio Joaquim da Silva, e represa uma balandra. A bandeira do pobre e insignificante corsário foi recolhida com grande aparato pelo almirante e levada a Buenos Aires como troféu. Pouco depois, apareceu a divisão brasileira do chefe Oliveira Botas, e travou-se um pequeno combate, durante o qual a esquadrilha argentina perdeu as duas presas, voltando a Buenos Aires pelo banco das Palmas.

— Alguns lanchões corsários argentinos, dirigidos por Gerônimo Soriano (Chentopé), tomam na lagoa Mirim o iate canhoneira *19 de Outubro*; sua guarnição, composta de 24 homens, resistiu por algum tempo e teve cinco mortos e vários feridos. Este pequeno navio foi retomado em abril.

1837 — Bento Manuel Ribeiro ataca pela madrugada em Pedras Altas os insurgentes, comandados por Neto. Estes retiraram-se para o Candiota, ativamente perseguidos, e perderam durante a retirada cinco canhões e muitos mortos e disperses. Neto atravessa a fronteira, passando-se com a sua gente para o Estado Oriental. Depois, regressou ao território brasileiro, pela fronteira do Piraí.

1839 — Nascimento de Casimiro de Abreu, na vila da Barra de São João.

1840 — Os anarquistas do Maranhão, que sitiavam, desde 18 de dezembro, no Estanhado, o major Antônio de Sousa Mendes, são completamente derrotados pelo tenente-coronel Roberto Vieira Passos, chegado de Piracuruca.

1849 — Os insurgentes de Pernambuco, comandados por Antônio Correia Pessoa de Melo, tornam à povoação de Bezerros, defendida por alguns paisanos armados, sob o comando do capitão Cândido José da Silveira.

1869 — Inauguração dos trabalhos de construção da estrada de ferro de Valença.

1880 — Terminam as desordens começadas no dia 1º na cidade do Rio de Janeiro, sendo tomada pelo coronel Eneias Galvão (depois general e barão do rio Apa) uma barricada na rua Uruguaiana. Houve quatro mortos e muitos feridos.

5 DE JANEIRO

1637 — O capitão de emboscadas Manuel Viegas, despachado com cinco homens pelo general Bagnuoli para descobrir os movimentos do inimigo, é ferido e aprisionado perto de Serinhaém. Conduzidos à presença do chefe holandês Schkoppe, foi, por ordem deste, fuzilado.

1648 — Henrique Dias começa, durante a noite, o ataque do forte holandês na ilha da lagoa Guaraíras (ver 6 de janeiro).

1711 — Falecimento do poeta Manuel Botelho de Oliveira, na Bahia, onde nasceu, em 1636.

1774 — O general Vertiz, governador de Buenos Aires, invadira o território português do Rio Grande do Sul, e marchava sobre Rio Pardo, com 1.914 homens e quatro peças. Neste dia, avistou no Pequiri 21 homens, comandados pelo capitão Miguel Pedroso Leite. Depois de uma descarga, retirou-se este destacamento para a guarda do Tabatingaí. Tivemos um cavalo ferido; os espanhóis, um oficial ferido. Vertiz deu a este encontro o nome de *vitória del Pequirí*. Funes menciona-o como um importante feito de armas.

1785 — Alvará proibindo no Brasil as manufaturas de algodão, seda, linho e lã, os bordados de ouro e prata, excetuados somente os tecidos grosseiros de algodão. Segundo o alvará, "desde alguns anos" havia no Brasil "grande número de fábricas e manufaturas". Esta proibição foi revogada por decreto de 1º de abril de 1808.

1811 — Carta régia autorizando a fundação de uma tipografia na cidade da Bahia, como propusera o governador conde dos Arcos. Foi esta a primeira imprensa que teve a Bahia, fundada e dirigida por Manuel Antônio da Silva Serva. No mesmo ano, começou a publicar o periódico *Idade d'ouro do Brasil* (1811-1823).

1826 — O coronel Pita, saindo do Serro, perto de Montevidéu com a cavalaria brasileira, ataca no Saladero de Durán a cavalaria inimiga, que bloqueava a praça, e persegue-a por muitas léguas.

1828 — A canhoneira *Catalã*, comandante Sousa Junqueira, repele um ataque da *19 de Outubro* e de vários lanchões argentinos, comandados por Gerônimo Soriano (Chentopé). O inimigo consegue, porém, apresar dois iates mercantes, que aquela canhoneira protegia.

1849 — Tomada de uma trincheira do engenho Utinga (Pernambuco) pelo major João Guilherme Bruce (depois general).

1863 — Grande agitação na cidade do Rio de Janeiro com a notícia de terem sido apresados cinco navios mercantes brasileiros pela esquadra inglesa. À tarde, tendo ouvido o seu Conselho de Estado, o imperador dom Pedro II dirigiu-se à cidade e foi acompanhado até o paço por uma multidão imensa, que o aclamava. Este conflito diplomático teve solução muito honrosa para o Brasil (ver 30 de dezembro de 1862 e 18 de junho de 1863).

1868 — Falecimento de Antônio Peregrino Maciel Monteiro, barão de Itamaracá, poeta, orador parlamentar e diplomata. Faleceu em Lisboa, onde exercia o cargo de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil. Nasceu no Recife, a 30 de abril de 1804.

1869 — Entrada do marechal Caxias e do exército aliado na cidade de Assunção (ver 1º de janeiro).

1878 — Volta ao poder o Partido Liberal com o ministério presidido pelo conselheiro Sinimbu. O partido conservador estava no governo desde 16 de julho de 1868 (gabinete Itaboraí).

6 DE JANEIRO

1502 — Descobrimento de Angra dos Reis por André Gonçalves e Américo Vespúcio.

1636 — O general Rojas, deixando em Santa Luzia do Norte (Alagoas) o conde de Bagnuoli com 700 homens, marcha com 1.700 ao encontro dos holandeses, dirigindo-se a Porto Calvo (ver 18 de janeiro).

1643 — Os sitiantes de São Luís do Maranhão, dirigidos por Antônio Muniz Barreiros, começam a fazer fogo sobre a praça, arvorando neste dia a bandeira portuguesa, trazida pelos voluntários do Pará.

1648 — Tomada do forte holandês na ilha da lagoa Guaraíras (Rio Grande do Norte) por Henrique Dias (ver 5 de janeiro).

1736 — Chega à praça da Colônia do Sacramento, atacada pelos espanhóis, o primeiro socorro de tropas e de víveres do Rio de Janeiro. Até então, 4.874 balas e 520 bombas tinham caído dentro dos muros da praça. No dia seguinte, o inimigo evacua as ilhas de São Gabriel, abandonando três peças; no dia 2 de fevereiro, larga as trincheiras de ataque, limitando-se a bloquear a praça por meio de destacamentos postados à grande distância dela.

1761 — Nascimento de Baltasar da Silva Lisboa, na Bahia (ver 14 de agosto de 1840).

1763 — Ataque da praça da Colônia do Sacramento, então em poder do general espanhol Ceballos, pelas fragatas inglesas *Lord Clive*, de 64 canhões (John Macnamara) e *Ambuscade,* de 40 (William Roberts), e pela portuguesa *Glória*, de 38. Esses navios e alguns transportes conduziam víveres e tropas de desembarque sob o comando do tenente-coronel Vasco Alpoim, amigo de José Basílio da Gama. Tinham partido do Rio de Janeiro a 20 de novembro, quando ainda se ignorava a capitulação da praça. O combate começou meia hora depois do meio-dia. Às 16h já era muito frouxo o fogo da artilharia espanhola, quando a *Lord Clive* começou a arder rapidamente, ficando de todo

destruída. Dos 340 homens que havia a bordo, apenas 78 se salvaram. Macnamara morreu afogado, sendo um dos últimos a deixar o navio. As outras fragatas retiraram-se então, e com grandes avarias. A *Ambuscade* tinha 40 balas no costado e fazia muita água. A bordo deste navio foi ferido o poeta Thomas Penrose, então tenente. Entre as suas poesias, encontram-se duas escritas antes e depois do combate, e dedicadas a sua noiva.

1820 — Os capitães de guerrilhas Bento Gonçalves da Silva e Diogo Felix Feijó surpreendem e dispersam, no Passo de Pereira do rio Olimar Grande, 300 orientais, das forças de Artigas, que ali estavam acampados sob o comando do coronel Gregório Aguiar. Ficaram mortos ou prisioneiros 61 oficiais e soldados do inimigo.

1838 — Combate entre as tropas legalistas e os insurgentes, nos arredores da Bahia. O coronel Antônio Correia Seara (ferido nesta ocasião) repele os insurgentes e apodera-se da posição de Campina. Nos dias 7 e 8, prosseguiu o fogo entre as duas linhas.

1865 — A canhoneira *Anhambaí* (34 homens, dois rodízios) é capturada perto do morro de Caracará, no São Lourenço (Mato Grosso), pelos vapores paraguaios *Iporá* (quatro canhões, comandante Herreros) e *Rio Apa* (três canhões). A *Anhambaí*, perseguida pelos navios inimigos, "limitou-se a fazer o fogo que era possível em retirada (disse o capitão de fragata F. C. de Castro Meneses); mas o único rodízio, que algum dano fazia ao inimigo, ao décimo terceiro tiro desmontou-se, e assim, sendo abordado por um dos vapores que de mais perto o seguiam (o *Iporá*), em uma volta das mais estreitas do rio, e também impelido pela correnteza das águas, foi sobre a barranca, e nessa ocasião saltou em terra quase toda a guarnição, sendo a maior parte de menores do corpo de Imperiais". Ficaram prisioneiros sete homens, entre os quais o piloto José Israel Alves Guimarães, que comandava o navio. A bordo do *Iporá* foi morto um oficial.

1867 — O vapor brasileiro *Eponina*, que servia de hospital de sangue em Curuzu, é consumido por um incêndio, perecendo muitos doentes que estavam na coberta.

7 DE JANEIRO

1549 — Carta régia de dom João III, criando no Brasil um governo com jurisdição sobre todas as capitanias e mandando fundar uma fortaleza e uma povoação na Bahia de Todos os Santos, "para daí se dar favor e ajuda às outras povoações". Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, partiu de Lisboa no dia 1º de fevereiro e chegou à Bahia a 29 de março, fundando então a "cidade do Salvador", depois São Salvador da Bahia, capital do Brasil até 1762.

1619 — A guarnição do forte de Santo Cristo (depois Castelo), na nova cidade de Belém do Pará, repele um assalto dos Tupinambá, comandados por Guaimiaba, que é morto neste combate. Dirigiu a defesa o capitão Baltasar Rodrigues de Melo.

1648 — Os holandeses, que ocupavam a casa forte do engenho Cunhaú (Rio Grande do Norte), rendem-se a Henrique Dias.

1736 — Os espanhóis evacuam as ilhas de São Gabriel, no porto da Colônia do Sacramento, abandonando três canhões.

1809 — O comandante inglês James Lucas Yeo e o major Joaquim Manuel Pinto desembarcam, às 3h, na entrada do Mahuri, sobre a costa oriental da ilha de Caiena. O primeiro, à frente de 80 ingleses e 80 brasileiros, apodera-se da bateria do *Diamant* (três peças), cujo comandante, capitão Chevreuil, é morto; o segundo, com 140 brasileiros, toma a bateria de *Degras-des-Cannes* (duas peças). Desembarcam então mais 350 brasileiros, com o tenente-coronel Manuel Marques d'Elvas, e começa o ataque da bateria *Trio* (duas peças), em que tomam parte o cúter *Vingança,* a chalupa *Leão*, a escuna *Invencível Meneses* e as barcas números 1 e 2. Às 18h, os nossos infantes ficam senhores dessa bateria, na entrada da Crique-Fouillée, e de outra do canal Torcy (duas peças). Às 19h, o tenente-coronel Marques d'Elvas repele, em Degras-des-Cannes, um ataque dirigido pelo governador Victor Hughes (ver 8 de janeiro).

1823 — Combate de Itaparica (Guerra da Independência). Uma esquadrilha portuguesa, sob o comando do capitão de fragata Joaquim José da Cunha, tenta operar desembarques na ilha, para tomar o forte de São Lourenço e as trincheiras próximas. Todas as tentativas foram repelidas. O fogo começado às 9h terminou às 18h. Uma divisão travou combate com as trincheiras de Ponta das Amoreiras, praia das Amoreiras, Amoreiras Pequenas, Isidoro, São Pedro e forte de São Lourenço; outra divisão, com este forte (comandante major Luís Correia de Morais), com as canhoneiras *Pedro I* (segundo-tenente Oliveira Botas) e *Dona Leopoldina* (sargento André Avelino Pereira) e com as trincheiras de Quitanda, Alambique do Lima, Fonte da Bica e Engenho da Boa Vista, entre o referido forte e o Mocambo. O major Antônio de Sousa Lima (depois brigadeiro) era o comandante-geral das forças brasileiras na ilha e percorreu todos os pontos ameaçados. O capitão Francisco Xavier de Barros Galvão, a quem estava confiada a defesa pelo lado das Amoreiras, teve a mão esquerda partida por uma bala de artilharia. A perda dos portugueses, segundo os nossos cronistas, foi grande, distinguindo-se entre todos o guarda-marinha João Maria Ferreira do Amaral, que perdeu um braço. Foi também ferido o primeiro-tenente dom Pedro de Lencastre. Tomaram parte no combate os brigues *Audaz e Prontidão*, e várias canhoneiras, entre as quais as barcas *Constituição e Conceição*, que protegiam 41 lanchões e lanchas, conduzindo marinheiros armados e tropas de desembarque. A parte oficial do capitão de fragata Cunha começa assim: "Com a maior mágoa participo a vossa excelência que três vezes tentei assaltar a ilha de Itaparica." O general Labatut, comandante em chefe do Exército brasileiro, promoveu aos postos imediatos o major Lima, os capitães Galvão e Manuel Rodrigues de Sousa, os tenentes Cláudio José Ramos Amazonas e Francisco Manuel dos Santos Barreto, os cirurgiões-tenentes Francisco Sabino Álvares da Rocha e Bernardino Ferreira Nóbrega e os seguintes oficiais das duas canhoneiras: segundo-tenente Botas, guarda-marinha José Antônio Gonçalves, alferes Francisco Alvelos Spínola e o sargento André Avelino Pereira.

1835 — Insurreição na cidade de Belém do Pará. Os insurgentes assassinaram o presidente da província, Bernardo Lobo de Sousa, o comandante das armas, coronel Joaquim José da Silva Santiago, e o chefe

da estação naval, capitão de fragata James Inglis. Foram aclamados: presidente, Félix Antonio Clemente Malcher; e comandante das armas, Francisco Pedro Vinagre. Começou assim a Guerra Civil chamada *dos Cabanos*. A insurreição só ficou de todo vencida em fins de 1836, excetuada a comarca do Rio Negro, depois província do Amazonas, onde *os Cabanos* só depuseram as armas em princípios de 1840. O coronel Santiago distinguira-se durante a Guerra da Independência, na Bahia; e, como comandante das armas de Pernambuco, de 9 de março de 1332 a 16 de novembro do ano seguinte, dirigira as forças em operações contra *os Cabanos*. O capitão de fragata James Inglis, pardo da Jamaica, servia na nossa Marinha desde 28 de julho de 1823. Era, talvez, o melhor marinheiro que então tínhamos e foi dos mais intrépidos comandantes durante a guerra de 1826 a 1828, distinguindo-se em muitos combates e tomando os corsários argentinos Niger e *Feliz*. O almirante barão do Rio da Prata, em ofício nº 336, escreveu o seguinte sobre Inglis: "*O Caboclo* (brigue comandado por Inglis) foi, no tempo de Grenfell, açoite dos inimigos, no bloqueio, e não tem sido menos no tempo do atual comandante, em todo o sentido perfeitíssimo oficial. É sempre o primeiro e quem tira os melhores resultados; e é tal a opinião geral, que nem os seus camaradas se declaram êmulos. São tantas as ocasiões em que este homem se tem distinguido que me obrigaram a despachá-lo capitão de fragata; embora fosse capitão-tenente há pouco, ele tem-no ganhado em guerra ativa e sem deixar nunca duvidosa a sua honra, valor e inteligência."

— Falecimento do padre José Custódio Dias, senador por Minas Gerais. Foi um dos oradores liberais mais assíduos na tribuna da Câmara dos Deputados, desde 1826. Em 18 de setembro de 1835, tomara assento no Senado.

— O major Pedro Paulo de Morais Rego derrota os insurgentes do Maranhão na feitoria de São Martinho.

8 DE JANEIRO

1809 — O comandante Yeo, à frente de 80 marinheiros ingleses e de cem soldados brasileiros, desaloja os franceses da

posição que haviam ocupado durante a noite junto ao canal Torcy (Guiana Francesa) e apodera-se de duas peças de campanha. No dia seguinte, os aliados marcham para Legrand Beau-Regard e mandam um parlamentário ao governador francês (ver 12 de janeiro).

1824 — Manuel de Carvalho Pais de Andrade, eleito, a 13 de dezembro anterior, presidente da junta de governo de Pernambuco, é nesta data confirmado, em outra eleição. A assembleia eleitoral resolve ao mesmo tempo não escolher outros deputados para a nova Constituinte, "porque, tendo [...] já eleito os que deveriam fazer firmar o pacto social, era contrário à dignidade e ao decoro da província nomear novos". Começou assim a revolução pernambucana, que produziu, meses depois, a efêmera Confederação do Equador.

1867 — O vice-almirante Joaquim José Inácio (depois visconde de Inhaúma), a bordo da canhoneira *Magé*, faz um reconhecimento sobre as baterias de Curupaiti. Por ordem sua, os encouraçados *Bahia, Tamandaré, Barroso e Colombo*, que formavam a divisão do capitão de mar e guerra Rodrigues da Costa, postaram-se à pequena distância das baterias paraguaias e abriram sobre elas um vigoroso bombardeamento. O almirante, com a *Magé*, o encouraçado *Brasil*, a bombardeira *Pedro Afonso* e duas chatas, apoiou o fogo daquela divisão. O 48º batalhão de voluntários, emboscado na margem direita do Paraguai, muito incomodou os artilheiros inimigos. Na mesma ocasião, e pela primeira vez, penetraram na lagoa Piris navios da nossa esquadra: as canhoneiras *Araguari e Iguatemi*, a bombardeira *Forte de Coimbra*, a chata *Mercedes* e a lancha a vapor *João das Botas*. Essa pequena divisão, comandada pelo capitão-tenente Mamede Simões, e a bateria Potrero, do Exército brasileiro de Tuiuti, bombardearam as posições inimigas de Sauce.

1872 — Morre na cidade do Rio de Janeiro o senador visconde de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres), um dos chefes do partido conservador. Várias vezes ministro de Estado, desde os dias da Regência, adquiriu grande renome na administração das finanças do

Império e foi presidente do Conselho de Ministros de 11 de maio de 1852 a 6 de setembro do ano seguinte, e de 16 de julho de 1868 a 29 de setembro de 1870.

9 DE JANEIRO

1571 — Morre em Beauvais o ilustre guerreiro Nicolas Durand de Villegaignon (ver 10 de novembro de 1555).

1639 — Bandeirantes paulistas dirigidos por Antônio Bicudo travam combate, em Caápá-Miní, entre o Ijuí e o Paratini, com espanhóis e guaranis, comandados pelo governador do Paraguai, doutor Pedro Lugo.

O padre Alfaro, que acompanhava os últimos, foi morto na jornada. Ambos os lados se declararam vencedores.

1640 — Algumas canoas, dirigidas por João Pereira de Cáceres, comandante do forte de Gurupá, abordam e tomam um patacho holandês armado em guerra.

1822 — O príncipe regente dom Pedro (depois imperador dom Pedro I), atendendo às representações dos fluminenses, paulistas e mineiros, resolve ficar no Brasil, desobedecendo assim às Cortes Constituintes da nação portuguesa, que o chamavam à Europa.

1823 — Carta imperial, dando à cidade do Rio de Janeiro o título de "muito leal e heroica", acrescentamento do título de "muito leal" concedido pela carta régia de 6 de junho de 1647, de dom João IV.

1824 — A Câmara Municipal e o povo de Quixeramobim, em consequência da dissolução da Constituinte, declaram excluído do trono o imperador dom Pedro I e sua dinastia, e resolvem convidar Pereira Filgueiras a organizar, na província do Ceará, o governo republicano e a assumir o comando-geral das tropas locais. No dia 18, a Câmara de Icó adere ao pronunciamento de Quixeramobim, por influência de Alencar Araripe, que ali estava à frente de alguma força.

1825 — Decreto assinado por Estêvão Ribeiro de Rezende, ministro do Império, criando na corte e na cidade do Rio de Janeiro um curso jurídico com todas as cadeiras e igualmente com os privilégios das universidades. Esse decreto deixou de ter execução.

1829 — O brigue brasileiro *Duquesa de Goiás*, comandado pelo primeiro-tenente Carlos Watson, ataca diante de Cabinda um brigue-escuna, pirata, armado com 14 peças. O combate começou às 19h50 e terminou às 23h45, fugindo então o pirata, favorecido pela escuridão e por um forte aguaceiro. Pelo mesmo tempo, foi atacado e tornado nesses mares por um navio de guerra inglês, o corsário argentino *Presidente*, que se tornara pirata.

1839 — Bento Gonçalves anuncia a transferência da capital da República Rio-Grandense de Piratini para Caçapava.

1851 — Parte de Southampton o paquete inglês *Teviot*, que inaugurou as viagens da primeira linha de paquetes a vapor entre a Europa e o Brasil.

1852 — Falecimento do senador José Saturnino da Costa Pereira (ver 22 de novembro de 1773).

1853 — Naufrágio do vapor de guerra *Dom Afonso* na praia da Maçaranduba, a oeste de Cabo Frio. Nesse navio, tinha o almirante brasileiro Grenfell o seu pavilhão, no combate de Tonelero (ver 17 de dezembro de 1851).

1857 — Inauguração do Liceu de Artes e Ofícios da cidade do Rio de Janeiro (ver 23 de novembro de 1856).

1866 — Fuzilamento do general paraguaio Wenceslau Robles, por ordem do marechal Solano López, ditador do Paraguai.

1869 — Falece em Assunção, na madrugada deste dia, segundo o *Diário do Exército*, o brigadeiro honorário José Joaquim de Andrade Neves, barão do Triunfo, um dos mais ilustres guerreiros da guarda nacional brasileira. Nasceu no Rio

Pardo, a 22 de janeiro de 1807, e começara a servir, combatendo durante os 10 anos da Guerra Civil do Rio Grande do Sul (1835-1845), em defesa da unidade do Brasil. Alferes em 1836, quatro anos depois já era tenente-coronel. Desde 1838, sendo major, comandava um corpo de cavalaria. Na batalha de Taquari (3 de maio de 1840), recebeu dois ferimentos. Fez as campanhas de 1851 a 1852 (era coronel) e de 1864 a 1865 (brigadeiro honorário) no Estado Oriental, comandando uma brigada de cavalaria de guardas nacionais, e cobriu-se de glória na Guerra do Paraguai, merecendo de Caxias o título de "bravo dos bravos do Exército brasileiro". Durante esta última guerra, teve sempre sob as suas ordens uma ou mais divisões de cavalaria, e, por vezes tropas das três Armas. Comandou as forças brasileiras nos combates do Arroio Hondo (3 de agosto de 1867), Pilar (20 de setembro), Tebicuari (28 de agosto de 1868) e Surubií (23 de setembro de 1868), e teve parte muito importante nos combates de Parê Cuê (3 de outubro de 1867), Tatajibá (21 de outubro), na tomada de Cierva (19 de fevereiro de 1868), em que recebeu uma contusão, na batalha do Avaí (11 de dezembro) e no ataque de Lomas Valentinas (21 de dezembro de 1868). Nesta última jornada, foi ferido, falecendo 19 dias depois, na cidade de Assunção. Em 1872, foram os seus restos mortais trasladados para Porto Alegre.

1881 — Lei estabelecendo no Brasil a eleição direta. Essa reforma, proposta ao parlamento em 1878 pelo gabinete liberal do conselheiro Sinimbu, foi rejeitada no Senado, e depois aceita, estando no governo o gabinete do conselheiro Saraiva. O barão de Cotegipe e muitos conservadores defenderam então o projeto Saraiva, porque dispensava a reforma constitucional, proposta pelo gabinete Sinimbu.

10 DE JANEIRO

1633 — A caravela que conduzia da Madeira para o Brasil o capitão Francisco de Bittencourt de Sá bate-se contra um navio holandês mais forte e, ainda que sofrendo grandes avarias, consegue chegar dois dias depois ao porto do Francês, em Alagoas. A bordo desse navio foram mortos e feridos 25 homens.

1639 — Os holandeses do Recife avistam a esquadra do conde da Torre, que vinha de Portugal para a Bahia (ver 20 e 23 de janeiro).

1681 — Falecimento de João Fernandes Vieira, principal chefe da insurreição pernambucana de 1645 contra o domínio holandês e um dos heróis da guerra recomeçada então e terminada em 1654. O verdadeiro nome deste guerreiro, nascido no Funchal (Madeira) em 1613, era Francisco d'Ornellas Moniz, como ficou demonstrado em 1873 pelo acadêmico português Lima Felner. Filho de Francisco d'Ornellas Moniz, fidalgo madeirense, fugiu da casa paterna, tendo apenas 10 anos de idade, e, com o nome de João Fernandes Vieira, que sempre conservou, foi a princípio caixeiro no Recife, conseguindo depois enriquecer no comércio e na lavoura, durante a ocupação holandesa. Moreau, cronista contemporâneo, que durante alguns anos viveu no Recife, diz que Vieira, a quem não conheceu pessoalmente, era pardo liberto "João Fernandes Vieira, pardo, escravo liberto" . Tornou-se homem muito influente em Pernambuco, vivendo na privança das autoridades holandesas. Em 1644, casou com uma filha de Francisco Berenger de Andrade. Vidal de Negreiros, despertando em Vieira a ambição de glória, convidou-o (1642), em nome do rei dom João IV, a promover a empresa da restauração de Pernambuco. O próprio Vieira disse-o, anos depois: "A majestade que está em glória, por secretos avisos, me mandou que fizesse a guerra aos holandeses [...]" A insurreição pernambucana, ajustada no compromisso de 23 de maio de 1645, rompeu no dia 13 de junho. A 3 de agosto, Vieira vencia a batalha de Tabocas; a 17 do mesmo mês, alcançava, com Vidal de Negreiros, a vitória de Casa Forte. Esses dois chefes exerceram conjuntamente, até 16 de abril de 1648, o comando em chefe das tropas pernambucanas e baianas em operações. Daí em diante, comandou em chefe o general Barreto de Meneses. Vieira, à frente do terço ou regimento que dirigia, cobriu-se de glória em muitos combates, sobretudo nas duas batalhas de Guararapes e no ataque dos fortes exteriores do Recife. Terminada a guerra, recebeu a alcaidaria-mor de Pinhel e duas comendas na Ordem de Cristo; foi governador da Paraíba (de 12 de fevereiro de 1655 a agosto de 1657), capitão-general de Angola (de 18 de abril de 1658 a 10 de maio de 1661) e conselheiro de guerra. Faleceu em Olinda. O seu retrato encontra-se no *Castrioto Lusitano*, de frei Rafael de Jesus.

Por essa estampa, vê-se que o escudo de Armas que usava, partido em faixa, tinha no primeiro as dos Ornelas e no segundo as dos Monizes. Foi isso o que levou Lima Felner a proceder a investigações sobre a sua ascendência, tendo afinal conseguido descobrir vários documentos no Arquivo do Conselho Ultramarino e algumas informações de genealogistas da Madeira.

1817 — Quatro navios portugueses, expedidos de Maldonado pelo conde de Viana, sob o comando do capitão de mar e guerra Silva Pacheco, começam o bloqueio de Montevidéu, onde governava, em nome do general Artigas, o delegado Miguel Barreiro. No dia 17, reúne-se ao bloqueio, com os outros navios da esquadra, o conde de Viana (ver 17 e 20 de janeiro).

1820 — Conde da Figueira, capitão-general do Rio Grande do Sul, reúne-se no passo da lagoa (rio Santa Maria) aos generais Abreu e Câmara. No dia seguinte, pela madrugada, marcham em busca do exército do general Artigas.

1835 — Decreto da Regência, criando o Montepio da Economia dos Servidores do Estado. Era ministro da Fazenda o conselheiro Castro e Silva.

1849 — Um corpo de revolucionários de Pernambuco, dirigido por Peixoto de Brito, apodera-se da povoação de Barreiros, retirando-se o destacamento que a defendia, sob o comando do tenente Manuel Cavalcanti de Albuquerque Lins Valcasser, depois de esgotadas as munições.

1850 — Morre na fazenda de Santa Cruz o príncipe dom Pedro Afonso, segundo filho do imperador dom Pedro II.

11 DE JANEIRO

1603 — O rei dom Filipe II, de Portugal, III de Espanha, promulga as Ordenações do Reino, também chamadas Ordenações Filipinas.

1608 — Assassinato do jesuíta Francisco Pinto pelos selvagens do Ceará, os quais ele procurava catequizar.

1699 — Carta régia criando na Bahia uma Escola de Artilharia e de Arquitetura Militar.

1787 — Nasce na capitania de São Pedro do Rio Grande Antero José Ferreira de Brito, depois general barão de Tramandaí (ver 5 de fevereiro de 1856).

1801 — Nascimento de Honório Hermeto Carneiro Leão (depois marquês de Paraná). Nasceu em Jacuí, Minas Gerais (ver 3 de setembro de 1856).

1822 — As tropas portuguesas da guarnição do Rio de Janeiro, sob o comando do general Jorge de Avilez, ocupam o morro do Castelo e outras posições, pretendendo coagir o príncipe regente dom Pedro a obedecer ao decreto das cortes de Lisboa, que o chamavam à Europa. A tropa brasileira, os milicianos e cidadãos armados começam a reunir-se no campo de Santana (ver o dia seguinte).

1828 — Ação de Cabalada, perto da Colônia do Sacramento. Um destacamento de 230 homens de cavalaria e infantaria, que, sob o comando do coronel Vasco Antunes Maciel, saíra da praça da Colônia, repele naquele lugar um ataque da cavalaria Oriental.

1843 — O general Caxias atravessa o São Gonçalo, e marcha para São Lourenço, dando assim começo às suas operações contra os separatistas do Rio Grande do Sul.

1849 — O tenente-coronel Francisco Alves Cavalcanti Camboim é atacado em Camorim por um corpo numeroso de revolucionários pernambucanos e é obrigado a retirar-se desse ponto.

1870 — Combate de Lomaruguá (ao norte do Jejuí), em que o general Câmara destroca o coronel paraguaio Inácio Genes, ficando em nosso poder muito armamento, uma bandeira, outros troféus e

154 prisioneiros, entre os quais o citado coronel. Este foi o penúltimo combate da Guerra do Paraguai (ver 1º de março).

1880 — Falece em Frankfurt-sobre-o-Meno (Alemanha) Eduardo Laemmert, fundador da firma E. & H. Laemmert, primeiro editor do *Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial* e assaz conhecido em todo o Brasil por seu interesse pelo progresso da literatura pátria, editando mais de meio milhão* de obras de autores nacionais, e também pelas suas folhinhas, exatas, variadas, proveitosas e bem-aceitas. Eduardo Laemmert nasceu em 1806 no grão-ducado de Baden, veio para o Brasil em 1827, estabelecendo-se no Rio de Janeiro com o comércio de livros. Associado a seu irmão Henrique Laemmert, montou a Tipografia Universal de Laemmert, que na época foi a primeira em todo o país por sua grandeza e melhoramentos, além de uma grande oficina de encadernação. Por muitos anos, exerceu o consulado de sua nação; foi sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Imperial Associação Tipográfica Fluminense. Era cavaleiro da Ordem da Rosa e tinha várias condecorações estrangeiras.

12 DE JANEIRO

1637 — O ajudante José Castanho, com 130 homens, derrota no rio Formoso um destacamento holandês.

1640 — *Batalha naval da Ponta de Pedras*. O capitão-general conde da Torre havia saído da Bahia com a seguinte armada: esquadra de Castela, seis galeões e seis urcas, com 342 canhões, sob o comando do general dom Juan de la Vega Bazán, sendo almirante (título que, entre os espanhóis e portugueses, competia ainda então ao segundo comandante de uma esquadra), Francisco Dias Pimenta; esquadra de Portugal, oito galeões e um patacho, com 226 canhões (general dom Rodrigo Lobo; almirante Cosme do Couto Barbosa); esquadra do socorro das ilhas, 15 velas, com 111 canhões (general dom Diego Lobo; almirante Antonio da Cunha de Andrade); frota dos açúcares

* Aqui faltaram, possivelmente, as palavras "de páginas". (N.E.)

ou do Rio de Janeiro, 12 velas, com 126 canhões. Total: 48 navios de guerra ou armadas em guerra, com 805 canhões e 41 transportes e navios pequenos desarmados, sendo 13 caravelas, seis patachos de São Vicente, nove barcos latinos da costa e 13 barcos sem coberta. A bordo de alguns dos navios de guerra e transportes, ia o pequeno exército do mestre de campo general, príncipe de Bagnuoli (criado príncipe pela sua defesa da Bahia em 1638 contra Nassau) (ver 26 de agosto). O exército, composto de tropas de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Portugal e Nápoles, deveria desembarcar perto do Recife; no entanto, ventos contrários levaram a armada para o sul da Bahia; quando pode voltar para o norte, o mau tempo arrastou-a muito além do Recife. Vários navios desgarraram e voltaram à Bahia. O conde da Torre ia no galeão do general Vega Bazán, com quem estava na maior desinteligência. Ao encontro dessa poderosa força naval, o príncipe Maurício de Nassau despachou do Recife uma esquadra de 41 navios, com 473 canhões, sob o comando do almirante Willem Corneliszoon Loos. Em número de navios, era quase igual à Armada luso-espanhola; no dos canhões, era muito inferior. Contudo, tinha a vantagem de ser composta de navios mais veleiros do que os pesados galeões espanhóis e portugueses. Neste dia 12 de janeiro, travou-se o primeiro combate, sempre a vela, ao norte de Itamaracá e na altura da Ponta de Pedras. Foi morto o almirante Loos e metido a pique o navio holandês *Alkmaar*, de 26 peças. O vice-almirante Jacob Huighens assumiu o comando da esquadra holandesa. Continuando a navegar para o norte, bateram-se ainda as duas forças nos dias 13, 14 e 17 (ver essas datas).

1646 — Henrique Dias ataca e põe em fuga os holandeses, que haviam começado a trabalhar na construção de um reduto no aterro dos Afogados, entre as fortalezas de Frederik Hendrik (Cinco Pontas) e Prins Willem (Afogados).

1809 — Capitulação assinada em Bourda (ilha de Caiena) entre o tenente-coronel Manuel Marques d'Elvas Portugal e o capitão James Lucas Yeo, comandantes das forças aliadas do Brasil e da Grã-Bretanha, e Victor Hughes, governador da Guiana Francesa. Ficou ajustado nessa capitulação a entrega da Guiana Francesa ao príncipe regente dom João (depois rei dom João VI), sendo concedida à guarnição as honras

da guerra e transporte até a França para as tropas regulares. Quando capitulou, tinha o governador sob o seu comando 593 homens de linha, cem milicianos e 500 escravos armados.

1822 — O tenente-general Joaquim Xavier Curado assume o comando das forças brasileiras reunidas no campo de Santana. O general Avilez, comandante das tropas portuguesas, concorda então em transferir estas para a Armação (ver 9 de fevereiro).

1840 — *Combate de Curitibanos* (Santa Catarina), também chamado da Forquilha, em que o tenente-coronel Antonio de Mello e Albuquerque, da Guarda Nacional, derrota os revolucionários rio-grandenses, comandados por Joaquim Teixeira Nunes. Os vencedores eram 400 voluntários e guardas nacionais da Cruz Alta; os vencidos, 450 homens, orgulhosos da vitória que acabavam de alcançar (14 de dezembro da 1839) sobre o brigadeiro Cunha. O então capitão-tenente Garibaldi comandava a infantaria de Teixeira Nunes, cujas perdas foram muito grandes.

— Vários caudilhos da rebelião maranhense apresentam-se em Icatu com dois mil homens e depõem as armas neste e no dia seguinte (ver 15 de janeiro).

1867 — O acampamento paraguaio do Arroio Aracajá, no Alto Paraná, é bombardeado pela canhoneira *Henrique Martins*. Os paraguaios, que ocupavam essa posição, retiram-se para as matas próximas, e o acampamento é incendiado por um contingente de 40 fuzileiros navais e imperiais marinheiros. O primeiro-tenente Francisco de Sales Werneck de Aguilar adianta-se então com 10 homens apenas e é atacado por 30 cavaleiros inimigos. No cheque, tivemos seis homens mortos e feridos, sendo dos primeiros aquele oficial.

13 DE JANEIRO

1561 — Cristóvão Gonçalves é nomeado juiz pedâneo da povoação de Itanhaém, fundada por ele e por João Rodrigues Castelhanos, em 1549.

1636 — O capitão Francisco Rebelo, que fazia a vanguarda do general Rojas, apresenta-se diante de Porto Calvo e começa um tiroteio com os holandeses, dirigidos por Schkoppe. À noite, este chefe evacua a povoação e vai embarcar para o Recife em Barra Grande. O nosso exército chegou a Porto Calvo no dia 15, marchando para a Barra Grande no dia seguinte, mas voltou rapidamente, e no dia 17 seguiu ao encontro das tropas holandesas, comandadas por Arciszewsky (ver 18 de janeiro).

1640 — *Segunda batalha naval entre a Armada luso-espanhola do conde da Torre e a holandesa* (ver 12 de janeiro). Este combate deu-se em frente do cabo Branco. Foi a pique um navio holandês, o *Geele Zom*, de 28 peças, perecendo o seu comandante, Mortamer, e quase toda a guarnição (ver 14 e 17 de janeiro).

1750 — *Tratado de Madri, fixando os limites entre os domínios de Portugal e Espanha na América.* A linha divisória, seguindo o meridiano fixado pelo Tratado de Tordesilhas (1494), não tinha sido respeitada, nem pelos portugueses no Brasil, nem pelos espanhóis nas Índias Orientais. Nos séculos XVI e XVII, os astrônomos dos dois países não se entendiam sobre o verdadeiro meridiano da demarcação.

A Espanha ocupara as Filipinas e reclamara e obtivera de Portugal uma indenização pelas Molucas, sustentando que essas ilhas ficavam dentro do hemisfério espanhol. Neste caso, o meridiano de demarcação era recuado muito para o oeste na América, e as duas margens do Prata, toda a Banda Oriental do Uruguai, grande parte da província de Buenos Aires, os territórios de Entre Rios, Corrientes e Paraguai e grande parte do Chaco ficariam dentro do hemisfério português. Procurou-se regular o litígio, adotando então o princípio do *uti possidetis*, com a única limitação de que seria cedida por Portugal à Espanha a praça da Colônia do Sacramento, em troca do território situado ao norte do Ibicuí e ao oriente do Uruguai, onde os jesuítas espanhóis, expulsos em 1638 pelos paulistas, haviam novamente fundado sete missões de guaranis (1687-1707). O verdadeiro negociador do tratado foi o ilustre paulista Alexandre de Gusmão, embora o seu nome não figure nesse documento. Os guaranis do Uruguai, dirigidos pelos jesuítas, opuseram-se à execução do tratado. Houve então a guerra de 1754 a 1756, em que eles foram vencidos (ver 10 de fevereiro de 1756), e que inspirou a José Basílio da Gama o seu *Uraguay*. Começou

a demarcação pelos comissários das duas cortes; no entanto, o tratado foi muito atacado em Lisboa e em Madri, e os dois governos acabaram por anulá-lo (12 de fevereiro de 1761). Veio depois o Tratado de Santo Ildefonso, de 1º de outubro de 1777, tratado que os espanhóis violaram no Amazonas e no Paraguai, fundando estabelecimentos em território português durante a demarcação, que não se ultimou em consequência de profundas divergências entre os comissários dos dois países. Para responder às usurpações espanholas, ocuparam os portugueses a margem direita do Paraguai, fundando Coimbra, e conservaram a fronteira de Tabatinga. Durante a guerra de 1801, estendemos os nossos domínios no Rio Grande do Sul, até Uruguai, Quaraí e Jaguarão, de sorte que, ao dar-se a independência das colônias espanholas, grande parte da linha das fronteiras estabelecidas pelo Tratado de 1777 estava modificada, ocorrendo mais a circunstância de não ter sido este tratado revalidado pelos de Badajoz e Amiens (1801 e 1802).

1822 — Carta de lei extinguindo os tribunais criados no Brasil por dom João VI. Este voto das cortes de Lisboa não pode ser executado porque, desde 9 de janeiro, com a decisão tomada por dom Pedro de ficar no Brasil, começara a revolução da Independência.

1825 — O carmelita frei Joaquim do Amor Divino Rebelo Caneca é fuzilado no Recife, como um dos promotores da insurreição de 1824 em Pernambuco. Frei Caneca nasceu naquela cidade em 1779 e tendo tomado parte na revolução de 1817, estivera preso na Bahia até 1821. Em 1823, fundou no Recife o periódico político *Typhis* e tornou-se o principal conselheiro e publicista da revolução republicana e federal. Foi aprisionado no Ceará (28 de novembro de 1824) e submetido em Pernambuco ao julgamento de uma comissão militar, que o condenou à morte. Os seus escritos foram impressos em 1875, por ordem da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

1827 — O tenente-general marquês de Barbacena, à frente de uma parte do Exército brasileiro, deixa Santana do Livramento e dirige as suas marchas para o arroio das Palmas, a fim de fazer junção com as tropas que trazia do Rio Grande o general Gustavo Brown. O Exército argentino estava em marcha sobre Bagé.

1855 — Falece na vila de Santa Cruz, província do Espírito Santo, o naturalista francês Théodore Descourtilz, autor da *Ornithologie brésilienne* e de outros trabalhos notáveis. Presume-se tenha morrido envenenado, pois dormia no mesmo aposento onde fazia suas operações arsenicais para preparação das peles das aves.

1867 — A esquadra brasileira (almirante J. J. Inácio, depois visconde de Inhaúma) e as baterias de Curuzu (general Argolo) bombardeiam Curupaiti.

1868 — O marechal Caxias, generalíssimo das forças brasileiras em operações no Paraguai, assume pela segunda vez o comando dos exércitos aliados. No dia seguinte, parte para Buenos Aires o presidente Mitre, tendo falecido o vice-presidente da República Argentina. O general Mitre não voltou mais ao teatro da guerra.

1879 — Morre no Rio de Janeiro o tenente-general Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, visconde de Santa Teresa, nascido na mesma cidade em 2 de novembro de 1800. Por muitos anos, foi exemplar comandante da Escola Militar da Praia Vermelha e, quando faleceu, ocupava ainda este posto. Serviu com distinção nas campanhas da Guerra Civil do Rio Grande do Sul e ilustrou-se, sendo já general, na Guerra do Paraguai. A 15 de julho de 1866, assumiu em Tuiuti o comando do 1º corpo do Exército brasileiro, até então dirigido por Osório, e logo nos dias 16 e 18 deram-se os combates do Boqueirão e do Potrero Sauce. Continuou a comandar o 1º corpo depois da chegada do marechal Caxias, até 10 de maio de 1867, data em que, por doente, regressou ao Brasil. Tornou ao Paraguai em 1869, acompanhando o novo general em chefe, o conde d'Eu, e conservou-se ali até 22 de janeiro de 1870. O general Polidoro Jordão foi ministro da Guerra de 30 de maio de 1862 a 12 de maio do ano seguinte.

14 DE JANEIRO

1640 — *Terceira batalha naval entre a esquadra luso-espanhola do conde da Torre e a holandesa*. Deu-se este combate na altura da Paraíba. Os portugueses perderam o navio *Chagas*, de 23 canhões (comandante Antônio da Cunha de Andrade), e os holandeses o *Sivaen*, de 34, em que tinha o seu pavilhão o vice-almirante Jacob Alderickszoon.

1774 — Rafael Pinto Bandeira, que ia em retirada com 200 homens, diante do Exército espanhol do general Vertiz, destroça em Tabatingaí, perto do rio Pardo, um corpo de 400 correntinos.

1775 — Nascimento de Antonio Ferreira França, em Salvador. Formou-se em Medicina na Universidade de Coimbra e teve assento na Assembleia Constituinte de 1823 e na Câmara dos Deputados de 1826 a 1837. Republicano, partidário da federação das províncias e abolicionista, foi o primeiro brasileiro que nesse sentido apresentou projetos nas nossas assembleias políticas. A 17 de setembro de 1823, discutindo-se a Constituição do Império, propôs que o artigo 2º do projeto de Constituição fosse modificado, dizendo-se: "Compreende confederalmente as províncias." Nesta parte, fora precedido por outro deputado (ver 17 de junho de 1823), mas não assim na questão da abolição e na do estabelecimento futuro do governo republicano. Na sessão de 18 de maio de 1830, apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de abolição gradual, que extinguiria a escravidão a 25 de março de 1881; a 16 de junho de 1831, propôs a libertação dos escravos da nação e renovou o projeto de 1830; a 8 de junho de 1833, apresentou outro, declarando que o ventre não transmitia a escravidão; a 16 de junho de 1831, propôs que o governo do Brasil fosse vitalício na pessoa do imperador dom Pedro II, depois temporário na pessoa de um presidente das províncias confederadas do Brasil. Nesse ano de 1831, foi um dos candidatos dos federalistas à regência do Império, então composta de três membros. Na Câmara, votou contra o projeto de banimento de dom Pedro I (ver 18 de junho de 1834). Faleceu na Bahia a 9 de março de 1848. Era então professor de grego e diretor do Liceu da Bahia.

1808 — Entra no porto do Rio de Janeiro o brigue *Voador* (comandante F. Maximiano de Sousa), trazendo a notícia da próxima chegada da família real portuguesa.

1809 — Entrada das tropas brasileiras em Caiena, depois da capitulação dos franceses em Bourda (ver 12 de janeiro).

1817 — Parte de São Borja o general Chagas Santos, com uma coluna de tropas, que, por ordem do marquês de Alegrete, ia destruir as aldeias das missões de além-Uruguai, em represália aos atos de vandalismo praticados em nosso território por Andrés Artigas.

1880 — Morre em Cuiabá, o chefe de esquadra reformado barão de Melgaço (Augusto Leverger), nascido em Saint-Malo (França) a 30 de janeiro de 1802. Foi um dos mais brilhantes oficiais da nossa Marinha, durante a Guerra do rio da Prata, de 1826 a 1828, servindo a princípio como ajudante de ordens do chefe Norton e depois como comandante da bombardeira *Dezenove de Outubro* e da corveta *Dorrego*. Em 1865, por ocasião da invasão paraguaia em Mato Grosso, aceitou o comando de guardas nacionais e voluntários, e com eles formou o acampamento de Melgaço, para defender a capital da província. O prestígio de seu nome, mais que o número das forças então reunidas, conteve o inimigo e salvou Cuiabá. O barão de Melgaço não foi somente um bravo e honrado militar, foi também um erudito, trabalhador incansável e administrador inteligente e honestíssimo. Alguns dos seus escritos têm sido publicados.

15 DE JANEIRO

1605 — O inglês John Wilson chega ao Oiapoque para reforçar o pequeno estabelecimento ali fundado por Charles Leigh (ver 22 de maio de 1604).

1654 — O general Barreto de Meneses começa neste dia o ataque aos fortes exteriores do Recife. O primeiro forte atacado foi o das Salinas (Soutpannen) ou do Rego, mais ou menos no lugar em que está hoje o cemitério dos protestantes. Fernandes Vieira, com o seu terço, sustenta o combate e

repele um reforço que vinha ao inimigo. À noite, Vidal de Negreiros vai com o seu terço render o de Vieira e continua o ataque (ver o dia seguinte).

1827 — Chega ao Rio de Janeiro, de volta de sua viagem ao Rio Grande do Sul, o imperador dom Pedro I.

1828 — Os brigues *Caboclo* (comandante J. Inglis) e *Maranhão* (G. Anderson) e o brigue-escuna *Constança* (J. William) perseguem, do banco dos Pescadores até a ponta de Santiago, uma esquadrilha argentina comandada pelo almirante Brown, composta das escunas *Maldonado, Nueve de Febrero e Sarandí* e do brigue-escuna *Ocho de Febrero*. Travou-se um combate, sempre a vela, em que este último navio perdeu o mastaréu de velacho. Chegados à ponta de Santiago em pouca água, os navios argentinos meteram em cheio e, com vento em popa, protegido pela noite, voltaram a Buenos Aires. Nesta ação, tivemos dois mortos e alguns feridos, sendo destes últimos o comandante Anderson.

— *Combate entre a corveta* Maria Isabel *e o brigue corsário argentino* Niger. A *Maria Isabel* (corveta de 26 peças e caronadas, e não "fragata de 36", como disse Armitage) era comandada pelo capitão de mar e guerra José Inácio Maia e tinha 150 homens de guarnição. Comboiava do Rio de Janeiro para Santos 12 pequenos navios mercantes. O *Niger* montava 10 peças de 12 e tinha uma guarnição de 130 ingleses e americanos, sob o comando do capitão-tenente John Holsted Coe (*British Packet*, de Buenos Aires, nº 74). Pelas 21h de 15, esse corsário investiu de proa (intencionalmente ou não) a popa da corveta, e, tendo metido o gurupés por entre a enxárcia do mastro de mezena, ficou assim preso. O comandante Coe lançou-se logo à abordagem, sendo esta energicamente repelida. Conseguindo desprender-se, o corsário virou em roda e pôs-se em fuga. A corveta também virou em roda e deu-lhe caça; no entanto, a noite estava escura, e o *Niger* confundiu-se com os navios do comboio. A bordo da *Maria Isabel* houve dois mortos e nove feridos. A perda do *Niger* foi de 11 mortos (um tenente), 10 feridos mortalmente e 10 levemente, segundo informou o tenente Newcoule, de sua guarnição, aprisionado dias depois em Palmas. O *British Packet* declarou que o *Niger* tivera 24 mortos e feridos, sendo destes últimos o capitão Bartlett e os tenentes Goodrich e Brow.

Armitage, guiando-se sempre pelos jornais de Buenos Aires quando descreve os acontecimentos dessa guerra, diz que *o Niger* capturou uma parte do comboio. A verdade é que esse corsário somente apresou, dois dias depois, a escuna *Triunfante*, que já não estava sob a proteção da corveta. O *Niger* foi capturado no dia 23 de março pelo nosso brigue *Caboclo* e incorporado às esquadras brasileiras. A corveta *Maria Isabel* (anteriormente galera americana *Robert Fulton*, comprada pelo governo brasileiro em 1827) passou a chamar-se *Regeneração*, desde 1831.

1836 — José de Araújo Ribeiro toma posse, na cidade do Rio Grande, da presidência da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, quase toda dominada então pelos revolucionários.

1840 — Raimundo Gomes Vieira Jataí, um dos caudilhos da rebelião maranhense, apresenta-se em Miritiba ao presidente da província e comandante das armas Luís Alves de Lima (depois duque de Caxias).

1864 — Fica organizado o segundo gabinete presidido pelo conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos. Era composto de liberais e sucedeu ao gabinete do marquês de Olinda. Governou até 31 de agosto de 1864.

1876 — Falecimento do cônego doutor Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, autor de vários escritos literários. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu, a 17 de junho de 1825.

16 DE JANEIRO

1560 — Mem de Sá parte da Bahia com a expedição que ia atacar os franceses estabelecidos no Rio de Janeiro (data indicada na carta de 16 de junho, por ele escrita de São Vicente) (ver 21 de fevereiro, 15 e 16 de março).

1631 — Pedro Teixeira Franco e outros capitães destroçam um corpo de holandeses em Olaria (hoje Santa), lugar distante uma légua (cerca de 6,6 km) de Olinda.

1643 — Os holandeses de São Luís do Maranhão, saindo de suas trincheiras, sob o comando do coronel Hinderson, apoderam-se do posto da casa de Antônio Vaz, ocupado pelos paraenses, e são repelidos no do Carmo, defendido pelos voluntários maranhenses. É morto neste combate o capitão-mor Antônio Muniz Barreiros, chefe dos sitiantes. Sucede-lhe no mando Antônio Teixeira de Melo.

1648 — Salvador Correia de Sá e Benevides, chegando de Lisboa, toma pela segunda vez posse do governo do Rio de Janeiro. Ocupou-se desde logo em organizar as forças de terra e mar, com a qual partiu a 12 de maio para a reconquista de Angola (ver 12 de maio, 15 e 17 de agosto). Na mesma ocasião, chegou ao Rio de Janeiro o poeta e viajante inglês Richard Fleckno (ou Flecknoe), a quem devemos uma pequena descrição desta cidade.

1654 — Na madrugada, rende-se a Vidal de Negreiros o forte holandês de Salinas, atacado desde a véspera (ver essa data). Era comandado por Hugo von Meyer; quatro canhões e uma bandeira foram os troféus dessa vitória. O general Barreto de Meneses ordenou então o ataque da fortaleza do Altenar (ver 17 e 19 de janeiro).

1773 — Lei de dom José I (ministro e marquês de Pombal) abolia no reino de Portugal a escravidão, declarando que os que nascessem dessa data em diante seriam livres e ingênuos, e que os nascidos anteriormente só seriam escravos durante a vida os que proviessem de mães e avós escravas; todos os outros seriam livres, ainda que as bisavós o não fossem.

1822 — O príncipe regente dom Pedro forma o seu primeiro ministério do período da Independência, com José Bonifácio de Andrada e Silva (ministro do Reino), Miranda Montenegro, depois marquês da Vila Real da Praia Grande (Fazenda), o general Oliveira Álvares (Guerra) e o chefe de esquadra Farinha, conde de Sousel (Marinha). A pasta do Reino compreendia também então os Negócios Estrangeiros e os da Justiça. Em 4 de julho, criou-se o Ministério da Justiça, para o qual se passou Montenegro, sendo Martim Francisco nomeado ministro da Fazenda, e sucedendo o general Nóbrega a Oliveira Álvares. Assim

continuou o gabinete até 28 de outubro, em que se retiraram todos os ministros, reorganizando-se dois dias depois o governo com José Bonifácio, Martim Francisco e Montenegro, nas mesmas repartições que haviam deixado (Império, Fazenda e Justiça), e com Vieira de Carvalho (depois general e marquês de Lages) e Cunha Moreira (ulteriormente almirante e visconde de Cabo Frio) nas da Guerra e Marinha.

1827 — Começa a administração do visconde de São Leopoldo, sendo dissolvido pelo imperador o ministério do marquês de Paranaguá, de que aquele estadista também fizera parte. Esse novo gabinete retirou-se a 20 de novembro do mesmo ano.

1869 — O almirante visconde de Inhaúma, gravemente enfermo, deixa o comando da esquadra brasileira em operações no Paraguai e retira-se com licença para o Brasil (ver 18 de fevereiro e 8 de março).

17 DE JANEIRO

1636 — Encontram-se à noite os exploradores do general Rojas com os do coronel Arciszewsky, na Mata Redonda, perto de Porto Calvo, e trava-se um vivo tiroteio, sendo repelidos os holandeses (ver o dia seguinte).

1640 — *Última das quatro batalhas navais entre a Armada luso-espanhola do conde da Torre e a holandesa.* O combate deste dia ocorreu na altura da baía Formosa, sempre a vela, como os precedentes (ver 12, 13 e 14 de janeiro). Os holandeses foram novamente repelidos e voltaram para o Recife, onde o príncipe Maurício de Nassau fez enforcar alguns dos comandantes de navios, de cuja frouxidão se queixou o almirante Huighens. Nesses quatro combates, tiveram os holandeses um almirante morto e perderam três navios, montando 90 canhões; o conde da Torre apenas perdeu uma de 23 peças; no entanto, os ventos contrários, o mar sempre agitado, e, mais que tudo, a sua desinteligência com o almirante espanhol Vega Bazán, tornaram impossível o desembarque das tropas nas vizinhanças do Recife. Chegados às Rocas, o conde da Torre fez desembarcar no porto do Touro o mestre de campo Luís Barbalho Bezerra, com 1.400 homens (ver 7 de fevereiro), e tanto ele quanto o príncipe

de Bagnuoli, com outras tropas, regressaram à Bahia. O visconde de Porto Seguro, na descrição dessas batalhas, guiou-se unicamente pelas relações holandesas, e enganou-se dizendo que fora então capturado o navio que conduzia Heitor de la Calce e as forças do seu comando. Essa ocorrência deu-se mais de um ano depois, quando, em consequência da aclamação do duque de Bragança, regressaram da Bahia para a Europa napolitanos e espanhóis que se conservaram fiéis ao rei de Espanha.

1654 — O general Barreto de Meneses dá começo, neste dia, ao ataque da fortaleza do Altenar. Levantava-se esta à margem esquerda do Capibaribe, entre Santo Amaro e Boa Vista. Cumpre, porém, notar que, naquele tempo, o rio era nesse lugar muito mais largo do que hoje. Os holandeses evacuaram então o forte Juffrou de Bruyn (Buraco) e dois outros na Barreta. Os índios de Diogo Camarão ocuparam logo estas duas últimas posições (ver 19 de janeiro).

1751 — Tratado pelo qual se regularam as instruções dos comissários encarregados da execução do Tratado de 13 de janeiro de 1750 e que deveriam passar à América do Sul. Essas instruções foram dadas em Madri, assinadas pelos plenipotenciários visconde Tomás da Silva Teles, de Portugal, e dom Josef de Carvajal y Lancaster, da Espanha.

1774 — O general Vertiz, governador de Buenos Aires, que se dispunha a atacar o nosso forte do rio Pardo, ouvindo uma salva de artilharia e sabendo que naquele forte estava o governador do Rio Grande do Sul Gomes de Sepúlveda (J. M. de Figueiredo era o seu nome oficial então), começa na noite deste dia uma rápida retirada.

1808 — Dão fundo na baía do Rio de Janeiro as naus portuguesas *Rainha de Portugal* (chefe de divisão F. M. de Souto Maior), *Príncipe do Brasil e Conde Dom Henrique*, que, em consequência de um temporal no dia 9 de dezembro, se haviam separado dos outros navios da esquadra que conduzia para o Brasil a corte portuguesa. A bordo da primeira dessas naus estavam algumas das princesas, que não quiseram desembarcar antes da chegada da rainha e do príncipe regente (ver 14 de janeiro e 7 de março de 1808).

1817 — O capitão Elias de Oliveira, cumprindo ordens do general Chagas Santos, transpõe o Uruguai à frente de 200 milicianos e derrota o destacamento que Artigas tinha em São Fernando (Missões) (ver 19 de janeiro).

1869 — Morre em Humaitá, do ferimento recebido na batalha do Itororó (8 de dezembro de 1868), o general Hilário Maximiano Antunes de Gurjão, nascido em Belém do Pará a 21 de fevereiro de 1820. A Assembleia Provincial do Pará decretou-lhe em 1870 uma estátua, já inaugurada em uma das praças de Belém.

18 DE JANEIRO

1567 — O governador-geral do Brasil Mem de Sá entra na baía do Rio de Janeiro com uma esquadrilha, composta de três galeões chegados de Lisboa, sob o comando de Cristóvão de Barros, dois outros navios de guerra, que cruzavam nas costas do Brasil, e seis caravelões. Com o governador estava o segundo bispo do Brasil dom Pedro Leitão. Mem de Sá vinha reforçar seu sobrinho, capitão-mor Estácio de Sá, que desde 1565 guerreava contra os Tamoio e franceses, tendo estabelecido, no lugar chamado depois Praia Vermelha, um campo entrincheirado, a que dera o nome de Cidade de São Sebastião (ver 20 de janeiro).

1636 — *Batalha de Mata Redonda, entre as tropas ao general espanhol dom Luis de Rojas y Borja e as holandesas, comandadas pelo coronel polaco Arciszewsky* (Mata Redonda fica em Porto Calvo e à margem esquerda do Tatuamunha). O general Rojas chegara a Alagoas no dia 30 de novembro do ano anterior, trazendo um reforço de tropas portuguesas, espanholas e napolitanas, e sucedera a Matias de Albuquerque no comando do Exército de Pernambuco. Nesta batalha, tendo dividido as suas forças, apenas apresentou 1.100 homens; Arciszewsky comandava 1.300. O general Rojas foi morto e as suas tropas retiraram-se para Porto Calvo, com a perda de uns 40 mortos (um general e quatro capitães), outros tantos feridos (três capitães), que não ficaram em poder do inimigo, 10 prisioneiros (entre eles, o sargento-mor dos napolitanos, Heitor de la Calce) e uns 100 dispersos, que pouco

depois se reuniram. Ao todo, eram uns 200 homens fora de combate. Os holandeses tiveram 40 mortos (três oficiais) e 85 feridos, e ficaram senhores do campo de batalha; no entanto, longe de perseguirem os vencidos, retrocederam para Peripueira. Aberta em Porto Calvo a cédula real de sucessão por Manuel Dias de Andrada que aí comandava, verificou-se que, por morte de Rojas, passava o comando em chefe ao conde de Bagnuoli, então acampado em Santa Luzia do Norte. A batalha da Mata Redonda, conquanto fosse para os nossos um revés, em nada melhorou a situação dos holandeses; pelo contrário, perderam terreno com as operações de Rojas. Quando ele chegou e antes da sua marcha, começada em 6 de janeiro, os holandeses ocupavam Porto Calvo, Barra Grande e Peripueira, e as nossas tropas a lagoa do Sul, tendo as avançadas no rio Santo Antônio Mirim. Ganhamos terreno porque a nossa base de operações passou a ser Porto Calvo, abandonando o inimigo essa posição no dia 12 de janeiro, e em fevereiro as de Barra Grande e Peripueira. Rojas e logo depois Bagnuoli ganharam assim todo o território compreendido entre o Santo Antônio Mirim e o Una.

1640 — Alguns transportes que acompanhavam a armada do conde da Torre desembarcam na baía da Traição as tropas de Henrique Dias e dom Francisco de Sousa. Segundo documentos holandeses, estes dois chefes foram batidos pouco depois no Cunhaú por Charles Tourlon, que comandava mil homens, sendo ferido Henrique Dias.

1817 — O capitão Elias de Oliveira passa o Uruguai, desaloja o destacamento inimigo de São Fernando (Missões) e em seguida incendeia a povoação de Concepción.

1827 — *Combate naval do banco de Santa Ana* (rio da Prata). A corveta *Maceió* (20 canhões), comandada pelo capitão de fragata Frederico Mariath, ao mesmo tempo comandante de uma divisão naval que deveria auxiliar a esquadrilha brasileira do Uruguai, estava fundeada com a escuna *Dois de Dezembro* (dois canhões), segundo-tenente José Narciso de Brum, entre os bancos de Playa Honda e de Santa Ana, cinco milhas abaixo de Martín García. Às 5h, foram estes dois navios atacados pelo almirante argentino Brown, com os navios seguintes: escuna *Sarandí*, navio-chefe (nove canhões), brigue *Balcarce*

(14 canhões), escunas *Unión* (10 canhões), *Maldonado* (nove canhões), *Guanaco* (oito canhões) e *Pepa* (dois canhões), sumaca *Uruguai* (nove canhões) e oito canhoneiras, montando uma peça cada uma. Ao todo, 15 navios e 69 canhões. Ao cabo de uma hora de combate, retiraram-se os navios argentinos em desordem e com a maior precipitação para Martín García. Às 7h, os brigues *Caboclo* (18 canhões, capitão-tenente J. Inglis), *Rio da Prata* (12 canhões, primeiro-tenente J. Lamego Costa) e *Real João* (sete canhões, segundo-tenente R. Mackintosh) e as escunas *Providência* (cinco canhões, segundo-tenente A. Leocádio do Couto), *Conceição* (quatro canhões, segundo-tenente Thomas Thompson) e *Itaparica* (um canhão, primeiro-tenente A. Petra de Bittencourt) reuniram-se à *Maceió* e à *Dois de Dezembro*. Às 10h, voltou a esquadrilha argentina, e foi novamente repelida, retirando-se uma hora depois com avarias visíveis. Nesses dois combates, tivemos seis mortos e 10 feridos, sendo dos primeiros o guarda-marinha Tomé Justiniano Gonçalves, natural de Minas Gerais.

1844 — Morre em Caçapava, onde comandava uma divisão de tropas do exército em operações, o brigadeiro Filipe Néri de Oliveira. Como oficial subalterno, distinguiu-se na guerra da Península, e como oficial superior e comandante de cavalaria, em todas as nossas campanhas da Banda Oriental e do Rio Grande do Sul, de 1816 a 1844.

1867 — Falecimento do senador do Império barão de Uruguaiana, Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Nasceu em Valença (Bahia), em 1803, e faleceu em Petrópolis. Foi presidente do Conselho e ministro da Fazenda de 10 de agosto de 1859 a 2 de março de 1861 (ministério conservador) e ministro da Guerra, de 12 de maio de 1865 a 9 de outubro do ano seguinte (ministérios liberais do marquês de Olinda e de Zacarias de Góis). Como ministro da Guerra, esteve no assédio de Uruguaiana (ver 18 de setembro de 1865).

1869 — Ordem do dia do marechal Caxias, despedindo-se do exército, então acampado em Assunção, e passando o comando ao general Guilherme Xavier de Sousa.

19 DE JANEIRO

1654 — Rendição da fortaleza de Altenar, atacada desde o dia 17 (ver esta data) pelo general Barreto de Meneses. Era comandada pelo major Berghen. Com esta posição, ganharam os nossos três bandeiras, 10 canhões e 185 prisioneiros, segundo Bacelar, ou 238, segundo frei Rafael de Jesus (ver o dia seguinte).

1817 — Nascimento de Augusto Teixeira de Freitas, o grande jurisconsulto brasileiro, em Cachoeira (Bahia).

— O general Lecór (depois barão e visconde de Laguna), em marcha para Montevidéu, chega a Pando. Com a notícia da sua aproximação, o governador Miguel Barreiro, delegado do general Artigas, saiu da praça, levando a guarnição, e dirigiu-se precipitadamente para Canelones. O cabildo, ou municipalidade, reuniu-se logo. A sala capitular e as vizinhanças do edifício estavam apinhadas de povo, filhos do país, cansados das tropelias exercidas pela soldadesca do ditador, e espanhóis, que supunham o governo do Rio de Janeiro de mãos dadas com o de Madri. Discorreu-se largamente contra o despotismo de Artigas e resolveu-se mandar em comissão ao general português o aguacil-mayor* Agustín Estrada e o vigário Dámaso Antonio Larrañaga. Regressando estes, reuniu-se novamente o cabildo, à tarde, e decidiu receber com toda a solenidade o general e as tropas libertadoras. O seguinte trecho da ata da reunião dá ideia da situação desgraçada a que chegara o país: "Que, correspondendo os desejos daquele augusto soberano aos dos votos públicos, com a segurança que o mesmo senhor general havia oferecido", resolve o cabildo "se determinasse a entrega desta cidade e se admitisse a proteção que sua majestade fidelíssima (título dos reis de Portugal) por meio do mencionado senhor general Carlos F. Lecór a essas miseráveis regiões, devastadas pela anarquia em que foram envolvidas pelo espaço de três anos" (cópias autênticas dessa segunda ata e da terceira, nunca publicadas, acompanham o ofício, datado de 5 de março, de Lecór ao ministro da Guerra). Na noite do mesmo dia 19, o forte da ilha das Ratas foi ocupado por um destacamento da Marinha portuguesa (ver o dia seguinte).

* Aguazil-mor: funcionário da administração ou do judiciário.(N.E.)

— O major Gama (depois general e barão de Saican), à frente da companhia de granadeiros de Santa Catarina e de um destacamento de cavalaria (comandante Luís Carvalho), derrota na margem direita do Uruguai, no Passo de Itaqui, o capitão Vicente Tiraparé, das forças de Artigas. Ficou em poder dos nossos um canhão. Este pequeno combate deu-se no lugar em que está hoje a povoação argentina de Alvear.

— No mesmo dia, o general Chagas Santos atravessa o Uruguai, perto da foz do Aguapeí, para destruir as povoações de Missões, ocupadas pelo inimigo, e o capitão Elias de Oliveira, que dias antes havia penetrado pelo Passo de São Fernando (ver 17 de janeiro) reduz a cinzas a povoação de Concepción.

1841 — Ordem do dia do presidente e comandante das armas do Maranhão, coronel Luís Alves de Lima (depois marechal Caxias), anunciando a pacificação da província.

1865 — O chefe de esquadra reformado Augusto Leverger ocupa com guardas nacionais e voluntários o lugar denominado Melgaço e começa a fortificá-lo, para proteger Cuiabá contra a invasão paraguaia.

— Circular do conselheiro Paranhos (depois visconde do Rio Branco), enviado brasileiro em missão especial no rio da Prata, declarando que o governo do Brasil reconhece o general Flores como beligerante e que, em aliança com esse general, está em guerra contra o governo de Montevidéu. As tropas do general Flores já se haviam batido ao lado das nossas, em Paissandu.

1867 — Tomada da trincheira paraguaia da Laguna Piris pelo general Jacinto Machado Bittencourt.

20 DE JANEIRO

1501 — Descobrimento da ilha de São Sebastião por André Gonçalves e Américo Vespúcio.

1567 — Mem de Sá, governador do Brasil, ataca e toma a paliçada de Uruçu-mirim e a de Paranapucu, na baía do Rio de Janeiro, defendidas pelos Tamoio e por alguns franceses. O forte de Uruçu-mirim (*Ibira--guaçu-mirim*, escreve frei Vicente do Salvador) ficava na praia, depois chamada do Flamengo, junto à foz do ribeiro Carioca, hoje Catete; o outro, na ilha de Paranapucu, a que Thevet e Léry chamavam ilha dos "Margajeast", isto é, dos Maracajás ou Mbaracajás (gatos), denominação dada pelos tamoios aos temiminós, aliados dos portugueses, que, em 1554, depois de muitas guerras, emigraram para o Espírito Santo, em embarcações de lá enviadas a pedido do jesuíta Brás Lourenço. A ilha de Paranapucu ficou depois conhecida com o nome de Ilha do Governador. O bispo do Brasil, dom Pedro Leitão, abençoou as tropas, quando seguiram para o ataque. Compunham-se elas principalmente de voluntários da Bahia, de Porto Seguro, do Espírito Santo e de São Vicente (São Paulo), dos índios do principal Martim Afonso Araribóia, e da gente que viera de Lisboa nas esquadrilhas de Estácio de Sá e Cristóvão de Barros. No ataque de Uruçu-mirim (sem falar na perda dos índios aliados) tivemos "11 ou 12 mortos, entre os quais o de mais conta foi um Gaspar Barbosa, capitão de mar e guerra e também da jurisdição de Porto Seguro, homem de grandes partes, de muito esforço e virtude [...]" (Vasc., "Chron.", III, § 102), e foi ferido mortalmente o capitão-mor Estácio de Sá (ibid, § 101), vindo a falecer um mês depois (ver 20 de fevereiro). Em Paranapucu, a resistência foi menor. Mem de Sá transferiu então para o morro, depois chamado do Castelo, o assento da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que Estácio de Sá estabelecera na Praia Vermelha, desembarcando ali no dia 28 de fevereiro ou no dia 1º de março de 1565. A chamada cidade não passava até então de um entrincheiramento, dentro do qual foram levantadas palhoças e construída uma capela. Por armas, dera-lhe Estácio de Sá um molho de setas.

1639 — Chega à Bahia a armada do conde da Torre (dom Fernando de Mascarenhas), "do conselho de sua majestade, comendador das vilas do Rosmaninhal e Santiago da Fonte Arcada, capitão-general de mar e terra do Estado do Brasil e das armadas marítimas que nele se acham". O conde da Torre tomou posse do governo do Brasil no dia 23. A expedição, que veio sob o seu comando, compunha-se de 26 galeões, urcas e outros navios de guerra, e uns 10 transportes. O general da

esquadra espanhola era dom Juan de La Vega Bazán; o da portuguesa, dom Rodrigo Lobo. Estas esquadras, reforçadas com outros navios, foram as que sustentaram as quatro batalhas navais de 12, 13, 14 e 17 de janeiro de 1640. Com o socorro que trouxe e as tropas que achou na Bahia, só dispunha o conde da Torre de 2.500 homens (sua carta de 26 de maio de 1639). Depois, chegaram reforços das ilhas e, no dia 8 de outubro, 1.200 soldados voluntários do Rio de Janeiro e de São Paulo, e cem índios.

1654 — Ao anoitecer, os holandeses evacuaram os fortes Prins Willem (Afogados) e os redutos Kijk en de Pot e Steene Reduit entre aquele forte e o Frederik Hendrik (Cinco Pontas). O general Schkoppe procurava concentrar assim as suas forças, para melhor defender os fortes e as trincheiras de Santo Antônio e do Recife (ver 16, 17, 19, 23 e 26 de janeiro).

1817 — *Entrada solene do general Lecór em Montevidéu* (ver o dia antecedente). Às 9h, o jovem major Manuel Marques de Sousa (ver 21 de novembro de 1824), à frente de um esquadrão de voluntários do Rio Grande e de outros de cavalaria da legião de São Paulo, fez alto junto às trincheiras da cidade. Às 11h, chegou o general Lecór, com as tropas portuguesas e brasileiras do seu comando. O síndico Bianqui, ao entregar a chave da cidade, disse: "De acordo com a vontade do povo, de que somos representantes, entregamos a chave desta *muito fiel, reconquistadora e benemérita* cidade de São Filipe e Santiago de Montevidéu ao *muito alto e poderoso príncipe dom João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*, invocando a proteção de suas armas para esta província infeliz, certo de que sua majestade fidelíssima respeitará as nossas leis, usos e costumes, e esperando que, no caso de resolver sua majestade para o futuro a evacuação desta praça, devolverá ao cabildo estas chaves, que dele recebe." O general, saudado como um libertador e acompanhado do seu secretário e conselheiro, o ex-ministro Nicolas Herrera, foi conduzido debaixo de pálio pelo cabildo até a catedral, onde assistiu a um *Te-Deum*. As tropas da coluna do general Sebastião Pinto guarneceram a cidadela, as trincheiras e os fortes; as do general Silveira acamparam a uma légua (cerca de 6,6 km) da praça, cobrindo os subúrbios com os seus postos avançados; a

cavalaria de gaúchos, comandada por Frutuoso Rivera, estava à vista das nossas avançadas. Segundo o inventário a que se procedeu, foram encontrados na praça e nos fortes da ilhas das Ratas e do Cerro, caindo assim em nosso poder, 292 canhões (19 deles inservíveis), 23 morteiros, grande quantidade de munições, um brigue, que acabava de ser armado em guerra, e três balandras do arsenal. Em 9 de dezembro, dizia López de Fermoso, em suas *Notícias Diárias*, escritas de Montevidéu: "A praça tem 160 peças bem montadas de todos os calibres, 1.600 quintais (cerca de 23 toneladas e meia) de pólvora, 700 artilheiros, 800 libertos, mil cavaleiros do departamento de García, 200 cidadãos de Chuza, candeeiros prontos para iluminar todo o recinto e, enfim, todas aquelas precauções que o zelo infatigável inspira para defender-se da irrupção de invasores bárbaros."

— O general Francisco das Chagas Santos acampa em La Cruz (margem direita do Uruguai), de onde destaca força para perseguir as de Andresito Artigas e destruir as povoações de índios que o reconheciam por chefe.

1823 — O general Lecór, comandante em chefe das tropas brasileiras e orientais (estas últimas dirigidas por Frutuoso Rivera), as quais haviam reconhecido o Império e a Independência do Brasil, declara bloqueada a cidade de Montevidéu. Nesta praça estava o general dom Álvaro da Costa, com as tropas portuguesas que se conservavam fiéis a dom João VI, alguma infantaria brasileira e cavalaria Oriental. Manuel Oribe comandava esta última. O bloqueio marítimo só se tornou efetivo a 11 de outubro (ver 21 e 24 de outubro e 18 de novembro).

1824 — Toma posse da presidência da província da Bahia Francisco Vicente Viana (depois barão do Rio das Contas), o primeiro que exerceu esse cargo na província.

1828 — O general Gustavo Brown, comandante em chefe interino do Exército brasileiro em operações no Rio Grande do Sul, entrega esse comando ao general visconde da Laguna.

— O iate canhoneira *Catalã* é atacado na lagoa Mirim por vários

corsários argentinos. Depois de enérgica resistência, o comandante do *Catalã*, segundo-tenente Junqueira, queima o seu navio e desembarca com a pequena guarnição.

1843 — Começa a governar o primeiro gabinete organizado por Carneiro Leão (depois marquês de Paraná). Compunha-se de conservadores. Sucedeu ao gabinete, também conservador, do marquês de Paranaguá, e demitiu-se no ano seguinte, subindo então ao poder o partido liberal com o gabinete Almeida Torres (depois visconde de Macaé), de 2 de fevereiro de 1844.

1857 — Inauguração solene da Sociedade Propagadora das Belas Artes do Rio de Janeiro, fundada em 1856 pelo arquiteto Bittencourt da Silva (ver 23 de novembro de 1856).

21 DE JANEIRO

1654 — Tomada do reduto Emília por Vidal de Negreiros, perto da fortaleza das Cinco Pontas. Esse reduto era comandado pelo capitão Brinck.

1809 — No forte de Nova Coimbra (Mato Grosso), falece neste dia o coronel de engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra, seu comandante e glorioso defensor em 1801 (ver 16 e 24 de setembro de 1801). Alguns dos escritos deste distinto engenheiro militar têm sido publicados.

1817 — Incêndio e destruição de Japeju (missões de além-Uruguai) pelas tropas do general Chagas Santos, para vingar os incêndios e roubos praticados em nosso território pelos comandantes das forças de Artigas, na invasão de 1816.

1828 — Morre em Lisboa o marquês de Alegrete, nascido na mesma cidade a 20 de abril de 1775. Foi capitão-general do Rio Grande do Sul (1814-1816) e comandou acidentalmente o Exército brasileiro do Quaraí, na batalha de Catalán (ver 13 de novembro de 1814, 4 de janeiro de 1817 e 19 de outubro de 1818).

1835 — Revolta no Recife contra o presidente da província de Pernambuco, Manuel de Carvalho Pais de Andrade. À frente dos levantados estava Francisco Carneiro Machado Rios. Foram obrigados a abandonar os bairros do Recife e de Santo Antônio pelas forças de terra, que se conservaram fiéis ao presidente, e pelos destacamentos desembarcados do brigue-barca *São Cristóvão* (capitão-tenente A. Petra de Bittencourt) e da escuna *Vitória* (ver o dia seguinte).

1836 — Um forte destacamento de tropas, apoiado pela barca *Independência* (segundo-tenente Gabriel Ferreira da Cruz), derrota em Chapéu Virado os insurgentes do Pará.

1849 — O tenente-coronel Francisco Antônio de Barros Silva derrota em Currais (perto da vila do Bonito), depois de um combate de cinco horas, os revolucionários de Pernambuco.

1882 — Começa a governar o gabinete liberal presidido pelo senador Martinho Campos. Sucedeu ao gabinete Saraiva, do mesmo partido, e retirou-se seis meses depois, achando-se em minoria na Câmara dos Deputados (ver 3 de julho de 1882).

22 DE JANEIRO

1502 — André Gonçalves e Américo Vespúcio descobrem o porto, a que deram o nome de Rio de São Vicente.

1532 — Martim Afonso de Sousa, vindo do Sul, e já reunido a seu irmão Pero Lopes de Sousa, que fora explorar o rio da Prata, chega ao porto de São Vicente. Aí mandou logo construir uma casa, "para meter as velas e enxárcia". "A todos nós pareceu tão bem esta terra", escreveu Pero Lopes de Sousa, "que o capitão I* (Martim Afonso) determinou de povoá-la e deu a todos os homens terras para fazerem fazendas". Fundou-se assim a vila de São Vicente, a mais antiga colônia portuguesa estabelecida no Brasil. Antes, tinham sido fundadas apenas

* Capitão I (irmão), forma com que Pero Lopes de Sousa se referia a Martim Afonso de Sousa no *Diário da Navegação*, segundo Varnhagen (RIHGB, XXIV, 1861, p.12). (N.E.)

pequenas feitorias fortificadas: a de Cabo Frio, em 1504, por Américo Vespúcio; a do Rio de Janeiro, pelo mesmo tempo, por Gonçalo Coelho (ambas destruídas, anos depois, pelos Tamoio); e a de Pernambuco (canal de Itamaracá), estabelecida mais tarde. Martim Afonso reforçou com colonos a aldeia de Piratininga, dirigida por João Ramalho, no lugar denominado Borda do Campo. Esta aldeia foi elevada à vila em 8 de setembro de 1553, e extinta e incorporada em 1560 (carta de 20 de maio, de Mem de Sá) a São Paulo de Piratininga, fundada pelos jesuítas em 1554 (ver 25 de janeiro), e elevada à vila em 5 de abril de 1557.

1565 — Estácio de Sá parte de São Vicente, com a expedição que ia fundar a cidade do Rio de Janeiro e expulsar os Tamoio e franceses. No mesmo dia, chega à ilha de São Sebastião e aí se detém.

1646 — Combate com os holandeses no aterro dos Afogados, em que tomam parte, a princípio, Henrique Dias com os seus pretos e, depois, alguns reforços trazidos por Fernandes Vieira.

1647 — Vidal de Negreiros começa a bater o forte holandês da Barreta (não no dia 2, como diz frei Rafael de Jesus). Chegando reforços ao inimigo, suspendem os nossos o ataque no dia seguinte e afastam-se do lugar.

1654 — Vidal de Negreiros começa os aproches contra a fortaleza de Frederik Hendrik ou Vijkhoek (Cinco Pontas) (ver o dia seguinte).

1676 — O sargento-mor Manuel Lopes Galvão ataca e queima uma aldeia fortificada dos pretos de Palmares (Alagoas).

1680 — Dom Manuel Lobo, governador da capitania do Rio de Janeiro, dá fundo na enseada fronteira às ilhas de São Gabriel (margem setentrional do rio da Prata), com cinco sumacas, uma das quais armada, que conduziam 200 homens do Rio de Janeiro e de São Paulo. Começando a fortificar-se em uma ponta da costa, deu ao forte o nome de Sacramento, e à cidade, que esperava fundar, o de Lusitânia. O lugar ficou conhecido depois com o nome de Colônia do Sacramento (ver 7 de agosto de 1680).

1807 — Nascimento de Andrade Neves, depois barão do Triunfo (ver 9 de janeiro de 1869).

1808 — Chega à Bahia a maior parte da esquadra que conduzia a família real portuguesa, a corte e o governo do reino. O príncipe regente dom João e a família real desembarcaram no dia 23. A 26 do mês seguinte prosseguiram em sua viagem para o Rio de Janeiro, onde já haviam chegado algumas das princesas.

1820 — *Batalha de Taquarembó, vencida pelo conde da Figueira, capitão-general da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Esta batalha deu-se no território da Banda Oriental do Uruguai, perto da nossa fronteira de Santana, e pôs termo à guerra que o governo do Rio de Janeiro sustentava desde 1816 contra o general José Gervásio Artigas, intitulado "Protetor dos Povos Livres", ditador da Confederação uruguaia, formada pelos gaúchos da Banda Oriental, de Entre Rios e de Corrientes, e pelos guaranis das Missões de além-Uruguai. Artigas mandara, sob o comando de Ramírez, um pequeno exército contra Buenos Aires, e, à frente de outro, invadira pela terceira vez a capitania do Rio Grande do Sul, obrigando o general José de Abreu (depois barão do Cerro Largo) a recuar desde o Ibirapuitã até o Passo do Rosário, no Santa Maria (ver 17 de dezembro de 1819). Na margem esquerda deste rio, puderam o mencionado Abreu e o general Bento Correia da Câmara, que se lhe reuniu, resistir aos invasores (ver 17 e 27 de dezembro de 1819) até a chegada dos reforços que trazia de Porto Alegre o conde da Figueira. Marchou então este no encalço do inimigo (11 de janeiro), que se retirava, e alcançou-o nas nascentes do Taquarembó. As forças brasileiras, que tomaram parte na ação, constavam apenas de 1.200 homens, com duas peças (ofícios de 3 e 12 de janeiro, do conde da Figueira ao ministro da Guerra) e não de quatro mil homens, como têm dito alguns escritores do rio da Prata. A cavalaria era formada quase toda de milicianos (mil e tantos homens dos esquadrões de milícias de Entre Rios — nome que então tinha o distrito de Alegrete, de Porto Alegre e do Rio Grande —, um esquadrão do regimento de dragões e uma partida de guerrilheiros); a infantaria (200 homens) pertencia ao regimento de Santa Catarina. Os generais Abreu e Câmara comandavam a cavalaria. Artigas tinha 2.500 homens, com quatro peças (orientais,

entrerrianos, correntinos e guaranis de Missões); contudo, segundo os prisioneiros, fugiu para Mataojo, apenas começado o nosso ataque, deixando ao seu major-general, coronel Andrés Latorre, na direção da batalha. A derrota das suas tropas indisciplinadas foi completa: ficaram no campo de ação uns 500 mortos, entre os quais o coronel Pantaleón Sotelo e quatro oficiais, 505 prisioneiros (21 oficiais), toda artilharia, uma bandeira e cerca de seis mil cavalos e bois. O conde da Figueira enviou duas colunas de cavalaria, sob o comando do general Abreu e do tenente-coronel Joaquim José da Silva, em perseguição ao inimigo, e do acampamento do Rincón expediu o general Curado, no dia 4 de fevereiro, outra, comandada por Bento Manuel. Artigas atravessou o Uruguai entre o Salto Grande e o Salto Chico, com 600 homens apenas, e foi para Curuzu Cuatiá. As tropas, enviadas contra o governo de Buenos Aires, unidas às de Santa Fé, ficaram vencedoras e entraram na capital argentina. Voltando, porém, dessa campanha, o seu lugar-tenente Ramírez revoltou-se contra ele, e, depois de vários combates, obrigou-o a refugiar-se no Paraguai, onde o ditador Francia o conservou preso (ver 23 de setembro de 1850).

1826 — O imperador dom Pedro I forma o Senado do Império, escolhendo os seus membros nas listas apresentadas pelo corpo eleitoral. Foram estes os primeiros senadores que teve o Brasil: Pará, Nabuco de Araújo (depois barão de Itapuã); Maranhão, barão de Alcântara e Almeida da Silva; Piauí, L. J. de Oliveira (depois barão de Monte Santo); Ceará, visconde (depois marquês) de Aracati (Oeynhausen), Rodrigues de Carvalho, Costa Barros e Mota Teixeira; Rio Grande do Norte, Albuquerque Maranhão; Paraíba, visconde (depois marquês) de Queluz (Maciel da Costa) e Carneiro da Cunha (Estêvão José); Pernambuco, visconde (depois marquês) de Inhambupe, Mairinck, Araújo Gondim, Barroso Pereira (Bento), J. P. Borges e J. J. de Carvalho); Alagoas, visconde (depois marquês) de Barbacena (Caldeira Brant) e dom Nuno Eugênio de Lossio e Seiblitz; Sergipe, Mata Bacelar; Bahia, visconde (depois marquês) de Caravelas (J. J. Carneiro de Campos), visconde da Cachoeira (L. J. de Carvalho e Melo), visconde (depois marquês) de Nazaré (Clemente Ferreira França), barão (depois visconde) de Cairu (J. da Silva Lisboa), barão (depois visconde) de Pedra Branca (Borges de Barros) e F. Carneiro de Campos; Espírito Santo, padre Santos

Pinto; Rio de Janeiro, visconde (depois marquês) de Maricá (Pereira da Fonseca), visconde (depois marquês) de Paranaguá (Vilela Barbosa), visconde (depois marquês) de Santo Amaro (Álvares de Almeida) e Ferreira de Aguiar; Minas Gerais, visconde (depois marquês) de Baependi (Nogueira da Gama), visconde do Fanado, depois marquês de Sabará (Silveira Mendonça), barão (depois marquês) de Valença (Estêvão Ribeiro de Resende), barão (depois visconde) de Caeté (Fonseca Vasconcelos), Tinoco da Silva, Ferreira da Câmara, Furtado de Mendonça, Faria Lobato, Gonçalves Gomide e Monteiro de Barros (Marcos Antônio); São Paulo, dom José Caetano da Silva Coutinho (bispo do Rio de Janeiro), marquês de São João da Palma (dom Francisco de Assis Mascarenhas), barão (depois visconde) de Congonhas do Campo (Lucas A. Monteiro de Barros) e Fernandes Pinheiro (depois visconde de São Leopoldo); Santa Catarina, L. Rodrigues de Andrade; Rio Grande do Sul, Teixeira de Bragança; Goiás, barão do Pati do alferes, F. M. Gordilho Veloso de Barbuda (depois visconde de Lorena e marquês de Jacarepaguá); Mato Grosso, visconde (depois marquês) da Vila Real da Praia Grande (C. P. de Miranda Montenegro); Cisplatina, dom Damaso Antônio Larrañaga (ver 4 de maio).

1835 — As forças que o presidente de Pernambuco havia reunido na véspera derrotam na Boa Vista os revoltosos que haviam tentado depô-lo (ver 21 de janeiro).

1846 — Falecimento do visconde de Itabaiana (Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa), primeiro enviado extraordinário e ministro plenipotenciário que o Brasil teve em Londres.

23 DE JANEIRO

1615 — O almirante holandês Joris van Spilbergen desembarca com alguma tropa na margem ocidental da barra do Casqueiro e vai até a capela das Neves e ao engenho de Schetz, de Antuérpia, perto da vila de São Vicente. Quando voltava para bordo, foi hostilizado por emboscadas de colonos e índios. No dia 29, desembarcam de novo os holandeses e queimam o engenho (ver 31 de janeiro).

1637 — Chega ao Recife o príncipe Maurício, conde de Nassau Siegen, nomeado governador civil e militar do Brasil holandês. Nascido a 17 de junho de 1604, no castelo de Dielenbourg, faleceu em Cléves a 20 de dezembro de 1679. Governou com muito brilho o Brasil holandês até 6 de maio de 1644; alcançou vitórias, mas sofreu também um duro revés no ataque contra a Bahia (ver 16 de abril, 25 de maio de 1638). Ao partir, teve o desgosto de receber a notícia da expulsão dos holandeses do Maranhão. Na ilha de Antônio Vaz fundou Mauritzstad, depois bairro de Santo Antônio, na cidade do Recife. Atraiu ao Brasil os naturalistas Willem Piso e George Marcgrav, o cosmógrafo Ruyters, o matemático Cralitz, o poeta Franz Plante, os pintores Franz Post e A. van den Eckhout, e o arquiteto P. Post, que deixaram trabalhos notáveis; criou um observatório, proclamou a liberdade de cultos (algumas restrições foram feitas pouco depois, por ordem da metrópole) e obteve dos Estados-gerais a liberdade do comércio, ficando limitado o monopólio da Companhia das Índias Ocidentais à importação dos escravos e à exportação de madeiras de tinturaria.

1639 — O conde da Torre toma posse, na cidade da Bahia, do cargo de governador-geral do Estado do Brasil.

1648 — O general Francisco Barreto de Meneses chega ao Arraial Novo, tendo conseguido fugir do Recife, onde era retido desde abril do ano anterior (ver 24 de janeiro de 1688).

1654 — Atacados desde o dia 15 pelas tropas do general Barreto de Meneses, e tendo já perdido vários fortes exteriores, os holandeses, que defendiam Mauritzstad e Recife, obtêm uma suspensão de armas, para tratar da capitulação. O ajuste desta começou no dia seguinte (ver 26 de janeiro).

1676 — O sargento-mor Manuel Lopes Galvão derrota um troço de pretos nas matas de Palmares (Alagoas).

1823 — Entra na cidade da Fortaleza, acompanhado de um corpo numeroso de milicianos e voluntários, o governo temporário do Ceará, organizado em Icó. O capitão-mor José Pereira Filgueiras era o

presidente deste governo e comandante das armas. Foi então deposta a junta de governo eleita na capital a 17 de fevereiro de 1822.

1866 — O conselheiro de Estado Pimenta Bueno (depois visconde e marquês de São Vicente) apresenta ao imperador dom Pedro II cinco projetos para a abolição gradual da escravidão no Brasil. "A matéria é tão grave (dizia Pimenta Bueno), que eu não teria ânimo de tomar a iniciativa como senador, sem subordiná-la previamente à sabedoria de vossa majestade imperial: temeria com razão contrariar as vistas do governo, ou criar novas dificuldades." A iniciativa dessa reforma no Brasil coube ao ilustre estadista Pimenta Bueno, e não à Sociedade Abolicionista Francesa, como ainda ultimamente escreveu em Paris um compatriota nosso. Os abolicionistas franceses não formularam projeto algum; limitaram-se a dirigir a dom Pedro II, seis meses depois dos projetos de Pimenta Bueno, uma representação, pedindo-lhe que promovesse a emancipação dos escravos no Brasil (julho de 1866). O imperador já tinha recomendado ao presidente do Conselho (marquês de Olinda) que ouvisse o Conselho de Estado sobre os trabalhos de Pimenta Bueno; no entanto, o chefe do gabinete, que era contrário à reforma, limitou-se a consultar, por aviso reservadíssimo de 17 de fevereiro de 1866, a seção de justiça do Conselho de Estado sobre "a conveniência, ensejo e modo de apressar a extinção do cativeiro", e a remeter o parecer da seção a todos os outros conselheiros. Apesar da insistência do imperador, Olinda foi demorando a convocação do Conselho de Estado pleno. Só no ano seguinte o novo ministério, presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos, fez discutir no Conselho de Estado os projetos de Pimenta Bueno, cujas ideias capitais foram então aceitas, menos a da fixação de prazo para a abolição total. O projeto defendido no Parlamento em 1871 pelo visconde do Rio Branco era com ligeiras modificações de forma, o mesmo que o Conselho de Estado redigira, fundindo em um os cinco projetos de Pimenta Bueno. No Conselho de Estado, votaram a favor destes projetos, e para que se iniciasse no Parlamento a reforma depois de terminada a Guerra do Paraguai, os conselheiros visconde de Abaeté, visconde de Itaboraí, Sousa Franco, Eusébio de Queirós, visconde depois marquês de São Vicente (Pimenta Bueno), Sales Torres Homem (depois visconde de Inhomirim), Nabuco de Araújo, e Paranhos (depois visconde do Rio Branco). O visconde de Jequitinhonha opinou que se tratasse

imediatamente da questão. Votaram contra a reforma o marquês de Olinda e o barão (depois marquês) de Muritiba. Disse-se em 1871 — e tem sido muito repetido desde aí — que o visconde do Rio Branco, nas reuniões secretas do Conselho de Estado, fora oposto à reforma. As discussões do Conselho de Estado foram impressas depois, e esta publicação veio mostrar que aquele estadista defendera em 1871 as mesmas ideias que havia defendido em 1867 e 1868.

1875 — Falecimento do marquês de Sapucaí (Cândido José de Araújo Viana). Nasceu em Congonhas do Sabará a 15 de setembro de 1793 e faleceu no Rio do Janeiro. Teve assento na Assembleia Constituinte de 1823, na Câmara dos Deputados de 1826 a 1839, e daí em diante no Senado; foi presidente de Alagoas e do Maranhão, no reinado de dom Pedro I; ministro da Fazenda de 23 de março de 1833 a 2 de junho do ano seguinte; interino da Justiça, na mesma época; e ministro do Império, de 23 de marco de 1841 a 20 de janeiro de 1843. Abandonou então as lutas da política, depois de ter figurado nelas em tempos agitados e difíceis, e dedicou-se somente aos trabalhos do Conselho de Estado e a passatempos literários, ao lado do imperador dom Pedro II, que fora seu discípulo e muito o prezava. Foi também professor das princesas dona Isabel e dona Leopoldina e, desde 1847, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

24 DE JANEIRO

1504 — Carta do dom Manuel, fazendo doação a Fernando de Noronha da "ilha de San Johan que ele hora novamente achou e descubryo cincoenta leguas alla mar da nossa terra de Sancta Cruz*". Dessas palavras concluiu o visconde de Porto Seguro que a ilha, depois chamada de Fernando de Noronha, fora descoberta por este fidalgo e provavelmente a 24 de junho de 1503 (dia de São João). Este seria o segundo descobrimento da ilha (novamente achada, diz a carta régia), e houve mesmo um terceiro, por Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio, que ali estiveram em agosto de 1503; contudo, em 1502 já havia sido

* Ilha de São João que ele ora achou e descobriu a 50 léguas (cerca de 330km) distante no mar da nossa terra de Santa Cruz. (N.E.)

descoberta, pois figura com o nome de Quaresma no planisfério que Alberto Cantino fez construir em Lisboa e a que se refere a sua carta de 19 de novembro do mesmo ano, dirigida ao duque de Ferrara. Um belo fac-símile desse planisfério acompanha a obra de Harrisse, *Les Corte Real*.

1506 — Bula do papa Júlio II, aprovando o Tratado de Tordesilhas (de 7 de junho de 1494), que estabeleceu o novo meridiano de demarcação entre as possessões portuguesas e espanholas. Esse meridiano deveria passar 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, dividindo o mundo em duas partes: os descobrimentos feitos no hemisfério ocidental pertenciam a Portugal; os do oriental, à Castela. Tanto os espanhóis (estes em primeiro lugar), como os portugueses, ultrapassaram os limites desse tratado nos séculos XVI, XVII e XVIII.

1583 — Combate naval no porto de Santos, entre três galeões espanhóis, comandados por Andrés Igino, da esquadra de Flores Váldez, e dois galeões e duas pinaças da Marinha de Guerra inglesa, sob o comando de Edward Fenton, depois um dos heróis na destruição da "Invencível Armada". Os navios de Fenton, que estavam fundeados, havia algum tempo, em Santos, largaram as amarras, depois de porfiado combate, e fizeram-se ao largo. Um dos galeões espanhóis foi a pique.

1654 – Começam as conferências entre os comissários encarregados de ajustar as condições da capitulação proposta pelo general holandês e pelo Supremo Conselho do Recife. Essas conferências foram celebradas na "Campina do Taborda", hoje Cabanga, entre a fortaleza das Cinco Pontas e Afogados (ver 26 de janeiro).

1688 – Morre em Lisboa o general Francisco Barreto de Meneses, nascido pelo ano de 1616, provavelmente em Lima ou seus arredores, quando seu pai ocupava o cargo de governador de Callao, durante o governo do vice-rei, o príncipe de Esquilache, seu primo. Era filho natural de Francisco Barreto de Meneses e de uma mulher principal daquela possessão espanhola. Levado para Portugal, começou a servir em 1638, e fez as suas primeiras armas no Brasil em 1640, às ordens de Luís Barbalho. Distinguiu-se, depois, muito, como capitão de cavalaria

e mestre de campo (coronel), nas campanhas da independência de Portugal. Por decreto de 12 de fevereiro de 1647, foi nomeado mestre de campo general e comandante do Exército de Pernambuco. Partiu para o Brasil, mas foi ferido e aprisionado no mar pelo almirante Banckert (abril de 1647). Conseguindo fugir da prisão do Recife, apresentou-se no Arraial Novo a 23 de janeiro de 1648, e no dia 16 de abril foi reconhecido como general em chefe e governador. Três dias depois, ganhava a primeira batalha dos Guararapes, e a 19 de fevereiro de 1649 a segunda. Continuou à frente das nossas tropas até a total expulsão dos holandeses (26 de janeiro de 1654). O general Barreto de Meneses foi governador de Pernambuco até 26 de março de 1657. De 18 de junho de 1657 a 24 de junho de 1663, ocupou na Bahia o alto cargo de governador-geral do Brasil; depois, regressou a Lisboa, onde foi conselheiro de Guerra e presidente da Junta do Comércio, companhia de navegação que dava as frotas da carreira do Brasil. Sua filha única teve o título de condessa do Rio Grande e casou-se com Lopo Furtado de Mendonça, quem por esse casamento recebeu do rei a mercê do mesmo título. Foi este o comandante da esquadra portuguesa na batalha naval do cabo Matapã (1717). O único retrato que se conhece do general Barreto de Meneses foi conservado, como o de outros heróis portugueses, por um príncipe estrangeiro: tem o número 1.020 na *Galeria degli Uffizzi*, em Florença.

1784 — Falecimento de frei José de Santa Rita Durão, autor do poema *Caramuru*. Nasceu em Cata Preta, na aba oriental da serra do Caraça, à pequena distância de Inficionado, obra de quatro léguas (cerca de 26,5 km) ao norte da cidade de Mariana (Minas Gerais), e faleceu em Lisboa, no hospício de Coleginho, pertencente ao convento da Graça, à rua dos Cavaleiros. Foi sepultado na igreja do mesmo hospício. Inocêncio da Silva presume que Santa Rita Durão nascesse pelos anos de 1718 ou 1720, porque foi em 1738 que professou na Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (Gracianos). Em 1756, recebeu o grau de doutor em teologia na Universidade de Coimbra e, depois de ter visitado a Espanha e a Itália, publicou em 1781 aquela sua epopeia do descobrimento, da colonização e das guerras do Brasil contra as invasões estrangeiras nos séculos XVI e XVII. "Os sucessos do Brasil não mereciam menos um poema que os da Índia [disse ele no prefácio do *Caramuru*]; incitou-me a escrever este o amor da pátria."

1799 — Nascimento de Manuel Odorico Mendes em São Luís do Maranhão. Faleceu em Londres a 17 de agosto de 1864.

1817 — Morre na cidade do Rio de Janeiro o marquês de Aguiar, dom Fernando José de Portugal e Castro. Fora o governador da capitania da Bahia (de 18 de abril de 1788 a 4 de setembro de 1801) e penúltimo vice-rei do Brasil, com residência no Rio de janeiro (de 14 de outubro de 1801 a 21 de agosto de 1806). Depois da chegada da família real em 1808, foi, desde 10 de março, ministro do Reino, ficando também encarregado, desde 18 de janeiro de 1814, da pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Exerceu este cargo até falecer. Na impressão régia da nossa capital, fez imprimir em 1810 e 1812 a sua tradução da *Crítica* e dos *Ensaios morais*, de Pope. Morreu na maior pobreza. Nasceu em Lisboa a 4 de dezembro de 1752.

1823 — Os piauienses, acaudilhados pelo brigadeiro Manuel de Sousa Martins (depois visconde de Parnaíba) e seu irmão Joaquim de Sousa Martins, proclamam a Independência e o Império, e, depondo o governo que se opunha a esta mudança política, instalam uma junta, presidida pelo mesmo brigadeiro.

1827 — O *Memorando da Marinha argentina*, escrito pelo almirante Brown, menciona o aprisionamento da escuna brasileira *São José Americano* perto de Martín García, nesta data. Deu-se na verdade a captura; no entanto, essa embarcação era uma chalupa mercante (ofício nº 63, de 28 de agosto, do presidente da Cisplatina, ao ministro da Marinha), tripulada por um patrão e oito homens. O *São José Americano* conduzia pólvora para a divisão brasileira comandada por Mariath, mas o patrão enganou-se e foi fundear à noite entre os navios da esquadrilha argentina.

1840 — O tenente-coronel Francisco Sérgio de Oliveira entra em Caxias, à frente de uma coluna de tropas do governo, libertando assim esta cidade, onde, desde 1º de agosto do ano precedente, haviam os balaios praticado as maiores atrocidades. Era presidente da província e comandante das armas o então coronel Alves de Lima (depois barão, conde, marquês e duque de Caxias).

1855 — Chega ao Rio de Janeiro o doutor Domingos José Gonçalves de Magalhães, encarregado de negócios do Brasil em Turim, que vem apresentar ao imperador dom Pedro II o seu poema "A Confederação dos Tamoios".

25 DE JANEIRO

1554 — Primeira missa na palhoça, que os jesuítas construíram em Piratininga e a que desde logo chamaram casa de São Paulo. Em torno dessa casa formou-se, com os índios dos arredores, a povoação de São Paulo de Piratininga, elevada à vila em 1557 e à cidade em 1711. Em 1560, foi reforçada com os moradores brancos e índios da vila de Santo André (Borda do Campo), então extinta. Desde 23 de abril de 1683, ficou sendo capital da capitania chamada primitivamente de São Vicente. Foram 13 os jesuítas fundadores de São Paulo (um deles Anchieta), sendo superior o padre Manuel de Paiva.

1634 — Os holandeses da ilha de Itamaracá são repelidos em Iguaraçu por Martim Soares Moreno e Antônio Filipe Camarão.

1640 — Frei Francisco dos Santos e outros franciscanos desembarcam em Santos e seguem para a então vila de São Paulo. Recolhendo-se à ermida de Santo Agostinho, ativam a construção de uma casa, para onde passam a 17 de abril deste ano. Em 1643, começaram a construir em outro local o convento de São Francisco, onde em 1828 se estabeleceu a Faculdade de Direito.

1643 — Antônio Teixeira de Melo, que desde o dia 16 comandava as forças brasileiras no assédio de São Luís do Maranhão, retira-se com elas para o outeiro da Cruz, meia légua distante, junto ao córrego Coti-Mirim, hoje Cotim do Barbosa (ver o dia seguinte).

1663 — Regimento para os correios-mores, então criados no Brasil. Nesse mesmo ano (19 de dezembro), foi nomeado correio-mor do Rio de Janeiro o alferes Cavaleiro Pessoa.

1817 — Ordem do dia do capitão-general marquês de Alegrete, elogiando as tropas brasileiras (rio-grandenses e paulistas) que haviam ganho a batalha de Catalán (ver 4 de janeiro).

1875 — Dá fundo em Manaus o vapor inglês *Amazonas*, inaugurando a primeira linha de navegação a vapor entre Liverpool e aquele porto.

1890 — Tratado assinado em Montevidéu pelos representantes do governo provisório do Brasil e pelos da República Argentina, para a divisão do território contestado entre os dois países. A Câmara dos Deputados, em sessão de 10 de agosto de 1891, negou aprovação desse tratado por 142 votos, contra 5.

26 DE JANEIRO

1500 — Vicente Yañez Pinzón descobre um cabo, a que chamou de Santa Maria de la Consolación, e que parece ser o mesmo a que um ano depois (28 de agosto) André Gonçalves e Américo Vespúcio deram o nome de cabo de Santo Agostinho. O visconde de Porto Seguro, porém, supõe que o cabo descoberto por Pinzón seja a ponta de Mucuripe, na costa do Ceará. Pinzón foi seguindo para o norte, ao longo da costa, e assim descobriu a foz do Amazonas, que denominou Mar Dulce, e o cabo de São Vicente, depois cabo de Orange.

1583 — Morre na Bahia a célebre Paraguaçu, Catarina Álvares, viúva de Diogo Álvares, o Caramuru, falecido a 5 de outubro de 1557.

1618 — Carta régia nomeando Martim de Sá governador do Rio de Janeiro (ver em 10 de agosto de 1632 as datas dos seus três governos).

1643 — Antônio Teixeira de Melo, à frente dos maranhenses e paraenses, derrota no outeiro da Cruz o capitão holandês Jacob Evers, que, com um corpo de índios, fora reconhecer a nossa posição (sobre o lugar do combate, ver 25 de janeiro). Evers ficou entre os mortos.

1646 — *Combate de Guaju*. Dom Antônio Filipe Camarão, entrincheirado com 650 homens junto a esse rio (divisa entre o Rio

Grande do Norte e Paraíba), repele seis ataques do comandante Reinberg, que comandava mil holandeses e índios. O conselheiro Baas acompanhava essa expedição.

1654 — Capitulação, assinada na "Campina do Taborda" (ver 24 de janeiro), entre os comissários do mestre de campo general Francisco Barreto de Meneses e os do Supremo Conselho do Recife e do general em chefe holandês. Foram comissários do nosso lado o mestre de campo Vidal de Negreiros, o ouvidor Francisco Álvares Moreira e os capitães Manuel Gonçalves Correia e Afonso de Albuquerque. Do lado holandês, o conselheiro Gilbert de With, o presidente dos escabinos Huybrecht Brest, o tenente-coronel van de Wall e o capitão Wouter van Loo. As condições da capitulação foram aprovadas no mesmo dia pelo general Barreto de Meneses, pelo presidente Schoonenborch e pelo tenente-general Siegemundt von Schkoppe. Com estes assinou também o secretário do governo holandês, Hendrik Haeck. Por esta capitulação, comprometeram-se os holandeses a entregar não só Recife e Mauritzstad (Santo Antônio), mas também os fortes que ainda ocupavam na ilha de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, ficando assim libertado o nosso território e terminada no Brasil a guerra começada com as invasões de 1624 e de 1630. No dia seguinte, as nossas tropas ocuparam todos os fortes exteriores e a ilha de Santo Antônio, e no dia 28 o general Barreto de Meneses fez a sua entrada solene no Recife. Esta é a capitulação mais importante que registra a história militar da América do Sul. No Recife, cidade Maurícia, em fortes exteriores e armazéns, foram encontrados 123 canhões de bronze e 170 de ferro. Nos outros fortes, de que tomamos posse, desde Itamaracá até o Ceará, havia 133 canhões. Total: 426.

1715 — Carta régia mandando aplicar certas somas à construção da fortaleza da Lage, no Rio de Janeiro, começada em 1713 por dom Francisco de Távora. Antes, não havia aí fortificação alguma, como por equívoco disse Porto Seguro, ao descrever a entrada de Duguay-Trouin (12 de setembro de 1711). Também é inexato que Villegaignon houvesse ocupado antes essa pedra (ver 10 de novembro de 1555). Em 1718, a fortaleza da Lage não estava terminada, nem tinha artilharia. Em 1735 montava 10 peças de 24.

1812 — Falecimento do conde de Linhares, dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que, desde 10 de março de 1808, exercia no Rio de Janeiro cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Nasceu em Chaves, a 4 de agosto de 1755. Tinha sido ministro de Portugal em Turim e exercido elevados empregos em Lisboa. No Rio de Janeiro, criou a Academia Militar, o Arquivo Militar e outras repartições, fundou uma fábrica de pólvora na lagoa de Rodrigo de Freitas, e mandou dar começo à fábrica de ferro do Ipanema.

1817 — Incêndio da povoação de La Cruz, na margem direita do Uruguai, pelas tropas brasileiras do general Chagas Santos.

1840 — O chefe legalista Francisco Dias Carneiro derrota em Monteiro, perto de Parnaíba, o caudilho Ruivo. No mesmo dia, o capitão Antônio José da Silva e Sousa repele no Bananal um ataque do caudilho Valério.

1842 — Combate do Passo do Camaquã, ou Passo de Mendonça, em que o tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (depois barão do Jacuí) destroça completamente uma coluna de cavalaria, comandada por Bento Gonçalves da Silva, chefe da revolução rio-grandense.

1865 — Circular manifesto dirigida ao ministro das Relações Exteriores da República Argentina e ao corpo diplomático residente em Buenos Aires pelo enviado brasileiro, em missão especial, conselheiro Paranhos (depois visconde do Rio Branco), anunciando que, em consequência do apresamento do vapor *Marquês de Olinda* e da invasão de Mato Grosso pelos paraguaios, o Brasil aceitava a guerra, começada sem prévia declaração pelo ditador Solano López. "À vista de tantos atos de provocação (dizia esse documento), a responsabilidade da guerra sobrevinda entre o Brasil e a República do Paraguai pesará exclusivamente sobre o governo de Assunção. O governo de sua majestade repelirá pela força o agressor; mas, ressalvando, com a dignidade do Império, os seus legítimos direitos, não confundirá a nação paraguaia com o governo que assim se expõe aos azares de uma guerra injusta, e saberá manter-se, como beligerante, dentro dos limites que lhe marcam a sua própria civilização e seus compromissos internacionais [...]"

1873 — Falecimento da duquesa de Bragança, dona Amélia de Leuchtenberg, segunda imperatriz do Brasil. Nasceu em Munique a 31 de julho de 1812 e faleceu em Lisboa. Era filha do príncipe Eugênio de Beauharnais, depois príncipe de Leuchtenberg.

27 DE JANEIRO

1625 — Morre nos arredores de Salvador, então sitiada pelas forças brasileiras, o padre Fernão Cardim, provincial dos Jesuítas e reitor do colégio daquela cidade. Missionou no Brasil de 1583 a 1599 e de 1604 até 1625, e foi mestre do padre Antonio Vieira. A sua *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica* é documento de alto valor para quantos estudam o Brasil do século XVI.

1654 — Em consequência da capitulação assinada na véspera, os mestres de campo Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros e Francisco de Figueiroa tomam posse dos fortes e das baterias na ilha de Santo Antônio e em Recife, e procedem ao desarmamento das tropas holandesas. "Depois de desarmados os soldados e moradores holandeses (diz Bacelar, "Relaçam &", Lisboa, 1654), se misturaram com os nossos portugueses com uma familiaridade como se nunca entre eles houvera havido guerra, pela boa ordem que sobre isso deu o mestre de campo general debaixo de um bando com gravíssima pena a quem fizesse qualquer agravo a morador, ou soldado dos rendidos" (ver o dia seguinte).

1849 — O capitão de artilharia Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (depois general e visconde de Itaparica), à frente de 200 homens de linha e da guarda nacional, ataca perto de Pasmado, ao sul do Tapiçuma, um troço de revolucionários de Pernambuco, que se tinham entrincheirado em alguns casebres, e apodera-se dessa posição.

1856 — Terceiro incêndio do teatro São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro. O incêndio, começado depois da meia-noite de 26 para 27, destruiu completamente esse teatro (ver 12 de outubro de 1813).

1865 — *Defesa da cidade do Jaguarão contra o ataque do chamado "exército de vanguarda da República Oriental"*. As forças orientais, assim

intituladas, constavam de 1.500 homens de cavalaria, comandados pelo general Basílio Muñoz, que obedecia ao governo de Montevidéu, então em guerra com o Brasil. O segundo chefe da coluna invasora era o coronel Timóteo Aparício. O coronel da Guarda Nacional, Manuel Pereira Vargas, com 400 guardas nacionais dos nºs 15 e 28 corpos provisórios de cavalaria, e 94 guardas nacionais de infantaria, repeliu o ataque trazido pelos "blancos" orientais às 15h. As pequenas canhoneiras *Apa e Cachoeira* auxiliaram a defesa. Tivemos apenas dois mortos e quatro feridos; e o inimigo, seis mortos e 20 feridos. Muñoz retirou-se durante a noite e no dia 28 evacuou o nosso território. O governo de Montevidéu fez acreditar aos seus partidários que Muñoz obtivera uma brilhante vitória no Jaguarão, e festejou-a, fazendo arrastar pelas ruas uma bandeira brasileira, que declarou ter sido tomada naquele combate. A Reforma Pacífica, principal órgão do partido "Blanco", descreveu assim o ignóbil espetáculo que deram nas ruas de Montevidéu, no dia 9 de fevereiro, os ministros do presidente Aguirre: "O troféu, que nos enviou do teatro de suas façanhas o invicto general Muñoz, passeou ontem pelas ruas humilhado ante o sol do nosso estandarte, e precedido de uma banda de música capitaneada pelo ministro da Guerra. A bandeira brasileira percorreu todos os pontos da linha e as casas dos nossos principais chefes, sendo arrastada à vista da esquadra inimiga [...] Na residência do general Lamas se deteve a comitiva, e a reunião pediu que ele pisasse aquela bandeira de ignomínia, ludibrio do mundo culto e insígnia de uma corte de piratas. O general Lamas pisou a bandeira, selando com este ato solene sua consagração à causa da pátria..." Onze dias depois, fugiam de Montevidéu os autores dessa bárbara bacanal (ver 20 de fevereiro de 1865). O general A. Diaz (do partido "Blanco") dá as seguintes informações sobre o inventado troféu: "[...] A parte do senhor Muñoz sofreu uma considerável alteração, enriquecida com agregações notáveis, entre as quais figurou um estandarte da cavalaria brasileira, estampado, e em que aqueles momentos de exaltação, e com o objetivo de excitar as massas, foi exibido nas demonstrações mais informais e arrastado pelas ruas de Montevidéu" (ver sobre outros troféus brasileiros, inventados pelos nossos vizinhos do Prata, o que dizemos ao tratar do dia 20 de fevereiro de 1827). O coronel Vargas, que teve a honra de defender a cidade do Jaguarão, morreu afogado, a 12 de dezembro de 1866, quando ia reunir-se ao 2º corpo do Exército e atravessar a cavalo o rio Ibicuí, no Passo do Catarina.

1868 — O general conde de Porto Alegre deixa o comando do 2º corpo do Exército brasileiro no Paraguai e retira-se para o Brasil. O general Argolo passa do comando do 1º para o do 2º corpo, e Vitorino Monteiro assume o comando do 1º.

28 DE JANEIRO

1536 — Carta de confirmação da capitania de São Tomé, concedida por dom João III a Pero de Góis. Ver 10 de março de 1534, 29 de fevereiro e 1º de março de 1536.

1548 — Chegam ao porto de Pernambuco (Recife) dois navios portugueses, armados em corso contra os mouros e os franceses e comandados pelo capitão Penteado. Em um deles, era soldado arcabuzeiro o alemão Hans Staden, que se tornou célebre pela narração das suas aventuras no Brasil, impressa em 1557 (ver 24 de novembro de 1549). Quarenta homens da guarnição desses navios, entre os quais Staden, foram, a pedido do donatário da capitania, Duarte Coelho, socorrer a vila de Iguaraçu, cujos habitantes, dirigidos por Afonso Gonçalves, puderam então obrigar à retirada os sitiantes.

1565 — Na freguesia de Sé da Bahia é batizado, neste dia, Vicente Rodrigues Palha, frei Vicente do Salvador, nascido em Matuim. Segundo Jaboatão, esse ato teve lugar em 1567, mas Capistrano de Abreu corrige com bom fundamento a data: "Terminando seu livro (a *História do Brasil*) em 1627, diz frei Vicente do Salvador que está com 63 anos, o que dá para o seu nascimento 1564; em tempos de observação cultural tão severa como aqueles, não é de crer que deixassem pagão por tanto tempo um menino. É portanto, razoável admitir que, em vez de 28 de janeiro de 1567, se deve ler de 1565; e, quanto ao dia do nascimento, talvez seja a 20 de dezembro de 1564, dia em que dedicou a Severim de Faria o livro, em cuja última página declara ter 63 anos" (Capistrano de Abreu, *in* prefácio, na ed. da Biblioteca Nacional, da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador). Frei Vicente do Salvador faleceu entre os anos de 1636 e 1639.

1631 — Jácome Raimundo de Noronha parte de Belém do Pará, com 13 canoas de guerra, a que se reúnem em Cametá 23 outras, e vai atacar os ingleses, que ocupavam o forte Filipe, na margem esquerda do Amazonas, em frente à ilha de Tucujus (ver 1º de março, data da tomada desse forte).

— Irritados com a perda sofrida no dia 16, os holandeses de Olinda saíram em grande força e, neste dia e nos seguintes, até 31 de janeiro, escaramuçaram, sem resultado, com a gente do capitão Pedro Teixeira Franco, que guardava o nosso posto de Santo Amaro.

1654 — Entrada solene do mestre de campo general Francisco Barreto de Meneses no Recife, depois da capitulação dos holandeses (ver 26 e 27 de janeiro). À tarde, apresentou-se o general Barreto, seguido da cavalaria. Saudado pela artilharia de todos os fortes e por descargas de mosquetaria, chegou à porta da cidade Maurícia, que dava para a fortaleza das Cinco Pontas, e aí foi recebido pelo general von Schkoppe e seu estado maior, todos a pé. "Apeou-se também o nosso general para a cerimônia da recepção das chaves, que então teve lugar (diz o visconde de Porto Seguro), quadro por certo digno de imortalizar para o futuro o pincel de algum artista brasileiro, como o da rendição de Breda a Spinola imortalizou a Velásquez. A pé prosseguiu Barreto pela cidade, levando a sua direita o general vencido, e tratando a este, ainda depois, com a generosidade e política que costumam os valentes [...] Junto à ponte, entrou, por cortesia, em casa do mesmo general holandês. Encaminhou-se logo ao Recife, sendo na própria ponte recebido pelos do Conselho, em cujas casas passou a alojar-se." Vidal de Negreiros foi encarregado de levar a dom João IV a notícia desta vitória (ver 18 de março).

1800 — Falecimento de frei Gaspar da Madre de Deus (Gaspar Teixeira de Azevedo), beneditino, autor das *Memórias para a história da capitania de São Vicente*. Nasceu em 1714, na fazenda de Santana, perto da vila de São Vicente, e jaz na igreja do convento de São Bento, de Santos.

1808 — Carta régia abrindo os portos do Brasil ao comércio direto com as nações amigas. Foi assinado na Bahia pelo príncipe regente dom João, depois rei dom João VI.

1823 — *Combate naval junto à foz do Paraguaçu*. Uma esquadrilha portuguesa, de nove pequenos navios, bloqueava a entrada do rio. Foi atacá-la o primeiro-tenente João Francisco de Oliveira Botas, saindo de Itaparica com as canhoneiras *Pedro I*, do seu comando, e *Dona Januária e Leopoldina*, comandadas pelo primeiro-tenente Boisson e pelo segundo-tenente André Avelino Pereira. O combate durou três horas, ficando interrompido em consequência de forte chuva e da cerração. Durante estas, retiraram-se os navios portugueses (ver 30 de janeiro).

1843 — É submetido ao exame e julgamento do Senado o processo em que haviam sido pronunciados no crime de rebelião (a de São Paulo, em 1842) os senadores Feijó, Vergueiro e Paula Sousa. O Senado declara improcedente a pronúncia.

1862 — Sessão inaugural do Instituto Arqueológico Pernambucano.

1865 — Em nota reversal desta data, o general Flores, comandante em chefe do exército libertador da República do Uruguai, comprometeu-se, em nome da nação Oriental, a satisfazer as reclamações do *ultimatum* Saraiva e a reconhecer as anteriores sobre prejuízos da antiga guerra civil. O enviado brasileiro, conselheiro Paranhos (depois visconde do Rio Branco), respondeu a essa nota com a de 31 de janeiro, ficando assim completado o acordo entre o Brasil e o chefe da revolução oriental, seu aliado.

29 DE JANEIRO

1635 — Martim Soares Moreno (com ele ia o capitão Rebelo), destacado por Matias de Albuquerque, sustenta escaramuças no monte Miritibi com uma forte coluna de holandeses, comandada por Arciszewsky. Os nossos, prosseguindo na retirada, entram nas matas do engenho Muçurepe, margem direita do Capibaribe.

1712 — Abrem-se as sessões do Congresso de Utrecht, do qual resultou o Tratado de Paz e Amizade entre dom João V, rei de Portugal, e Luís XIV, rei de França, de 11 de abril de 1713.

1781 — Nascimento de Francisco José de Sousa Soares de Andréia, pacificador do Pará em 1836 e restaurador de Santa Catarina em 1839. Nasceu em Lisboa, ilustrou-se no serviço do Brasil e faleceu no Rio Grande do Sul a 2 de outubro de 1858. Era então marechal do exército e barão de Caçapava.

1812 — Nascimento de Francisco de Sales Torres Homem, na cidade do Rio de Janeiro (ver 3 de junho de 1876).

1840 — Os tenentes-coronéis da Guarda Nacional, Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) e Andrade Neves (depois barão do Triunfo), destroçam os destacamentos dos revolucionários rio-grandenses em Sanga da Bananeira, perto de Porto Alegre. Os separatistas perderam 53 mortos e prisioneiros. A cavalaria (Guarda Nacional), composta de 250 homens, teve neste choque um morto e alguns feridos.

1856 — Morre no Recife o poeta Antônio Joaquim Franco de Sá, nascido em Alcântara (Maranhão) a 16 de julho de 1836.

30 DE JANEIRO

1752 — Primeira sessão da Academia dos Seletos, associação de literatos, poetas e eruditos, fundada no Rio de Janeiro. Só produziu o volume intitulado *Júbilos da América*, impresso em Lisboa em 1754, coleção de poesias e escritos em louvor do capitão-general Gomes Freire de Andrada, depois conde de Bobadela.

1802 — Nascimento de Augusto Leverger, ulteriormente barão de Melgaço (ver 14 de janeiro de 1880).

1819 — Convenção celebrada entre o general barão da Laguna (depois visconde) e o cabildo de Montevidéu, fixando novos limites entre a capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul e a de Montevidéu, ou província Oriental (depois, e sucessivamente, Estado Cisplatino, província Cisplatina e República Oriental do Uruguai). O

Arapeí, em vez do Quaraí, ficou sendo a divisa ocidental; ao oriente, ficavam pertencendo ao Rio Grande os fortes arruinados de Santa Teresa e de São Miguel. Ultimou-se de comum acordo a demarcação; no entanto, pelo Tratado de 31 de julho de 1821, de incorporação do Estado Cisplatino ao Reino Unido, foram restabelecidos os limites do Quaraí e Chuí.

1823 — O primeiro-tenente João Francisco de Oliveira Botas, comandante da nossa esquadrilha de Itaparica, faz-se de vela com cinco canhoneiras, para capturar duas que se haviam destacado da linha portuguesa. Acodem, porém, o brigue *Audaz* e outros navios, ficando os portugueses com 13 embarcações. O comandante Botas retrocede então, e a canhoneira *25 de junho* (cinco canhões), em que tinha a sua insígnia, encalha nas coroas próximas às ilhas das Fontes. Aí resistem os navios brasileiros durante duas horas até que, desencalhando o navio chefe, passam todos eles por entre o inimigo e continuam o combate, já sob a proteção das baterias de Itaparica. Pouco depois, a esquadrilha portuguesa veleja em retirada, desistindo do ataque. Do nosso lado, tomaram parte nesta ação, além da citada canhoneira, a *Pedro I* (segundo-tenente J. Antônio Gonçalves, um rodízio), *Leopoldina* (segundo-tenente André Avelino Pereira, cinco canhões), *Januária* (primeiro-tenente Boisson, cinco canhões), e *Vila de São Francisco* (Filipe Álvares de Oliveira, um rodízio).

1839 — Uma expedição, acompanhada pelo primeiro-tenente da Armada Lourenço da Silva Araújo Amazonas, derrota no Maranhão Grande (no Tapajós?) os insurgentes da então comarca do Rio Negro. Sobre este feito de armas só conhecemos a rápida menção que dele faz o mesmo oficial, no seu *Dicionário topográfico, histórico e descritivo da comarca do Alto Amazonas*, à página 281.

1855 — O imperador dom Pedro II ouve a leitura do poema "A Confederação dos Tamoios", do doutor Domingos José Gonçalves de Magalhães. Findada a leitura, se declara sumamente satisfeito e afirma que o poema será impresso a expensas da Mordomia Imperial.

31 DE JANEIRO

1531 — A esquadrilha portuguesa de Martim Afonso de Sousa, que partira de Lisboa a 3 de dezembro, avista a costa do Brasil na altura do cabo Percaauri (*Diário de navegação*, de Pero Lopes de Sousa). Não era a ponta de Olinda, como se tem dito, mas sim o pontal a que Gabriel Soares chama "cabo de Pero Cavarim", e que João Teixeira e Pimentel designa pelo nome, mais modificado ainda, de "cabo de Pero Cabarigo". Hoje, é conhecido por pontal da Boa Viagem. Fica entre o cabo de Santo Agostinho e o Recife, a 8º 8' 33''S, segundo Vital de Oliveira. Nesse mesmo dia, a esquadrilha capturou dois navios franceses, um junto ao cabo Percaauri, e o outro ao mar do cabo de Santo Agostinho. À noite, o capitão-mor despachou seu irmão Pero Lopes de Sousa, com duas caravelas, para a ilha de Santo Aleixo (ver 1º e 2 de fevereiro).

1556 — Jean de Léry, no prefácio da primeira edição da sua *Histoire d'un Voyage &*, diz que nesta data André Thevet voltou do Rio de Janeiro para a França. É certo que nas *Singularitez* (fol. 118) Thevet declara ter partido com Bois-le-Comte "no último dia de janeiro", mas não menciona o ano. Na sua *Histoire de... deux voyages... aux Indes Australes &* (Mss. da Bib. Nac. de Paris), assegura esse cosmógrafo ter feito duas viagens ao Brasil e afirma que na segunda se demorou alguns anos: "No ano de 1550, quando ocorreu a minha primeira viagem, sob a direção deste valoroso piloto e capitão Testu, que desde então morreu na terra continental do Peru. Depois, no ano de 1555, fiz outra viagem e acompanhei o senhor Villegaignon, com quem convivi alguns anos. Sei bem que esse mentiroso do [Jean de] Léry acreditou que eu tivesse voltado à França no mesmo ano em que lá cheguei. Sendo, desde então, advertido por alguns de meus amigos do erro que havia cometido na segunda edição, impressa em Genebra, esse atrevido, para se justificar, se contradisse." É, porém, extraordinário que, nas suas *Singularitez*, Thevet não tivesse falado na sua primeira viagem.

1580 — Falecimento do cardeal dom Henrique, que sucedeu no trono de Portugal a seu sobrinho dom Sebastião.

1615 — Em Ponta Grossa (barra de Santos), trava-se renhida peleja entre um destacamento de soldados e marinheiros da esquadra de Spilbergen e os habitantes armados. A gente de Spilbergen conseguiu tomar uma lancha aos portugueses, mas perdeu alguns mortos e teve muitos feridos.

1701 — Carta régia ordenando que os senhores no Brasil deem o sábado livre a seus escravos, para poderem procurar o seu sustento.

1817 — O general Francisco das Chagas Santos entra em São Tomé, depois de ter destruído as povoações de La Cruz e Yapejú nas missões correntinas e de ter posto em fuga o caudilho Andresito Artigas (ver 20 de janeiro).

1839 — Os rebeldes do Rio Grande do Sul tomam duas canhoneiras imperiais, no Passo do Contrato.

1865 — O Exército imperial marcha de Santa Lúcia para sitiar a praça de Montevidéu.

1866 — Combate de São Cosme: 800 paraguaios passam para a província de Corrientes, no Passo da Pátria, e surpreendem a vanguarda argentina, que teve 88 mortos e 280 feridos. Solano López criou uma *Ordem Militar* para os que tomaram parte nesse combate contra os argentinos, no qual, diz ele, "445 paraguaios derrotaram seis mil aliados".

1º DE FEVEREIRO

1531 — Pero Lopes de Sousa, com as suas caravelas fundeadas junto à ilha de Santo Aleixo, nas costas de Pernambuco, avista ao romper do dia uma nau francesa, que velejava rumo ao norte. Saindo a dar-lhe caça, na altura do cabo de Santo Agostinho, vem Martim Afonso prestar-lhe ajuda, a qual não se faz efetiva pelos ventos contrários, voltando ao seu ancoradouro. Pero Lopes, na caravela *Rosa,* alcança à tarde a nau inimiga, dá-lhe combate, que dura toda a noite até o dia seguinte, e termina com o seu apresamento (ver 2 de fevereiro).

1549 — Parte de Lisboa para a Bahia Tomé de Sousa, nomeado governador-geral do Brasil.

1635 — Os capitães Martin Soares Moreno e Francisco Rebelo, à frente de 200 homens, na mata do engenho Muçurepe, destroçam 80 holandeses comandados pelo tenente Merling. Atacados depois por Von Schkoppe e Arciszewsky, retiram-se. Rebelo é ferido nessa ocasião.

1712 — Os padres da Companhia de Jesus, no Maranhão, arrematam o contrato da carne por quatro anos, à razão de 10 libras por vara de pano*, e pagam três mil cruzados de propina à Câmara de São Luís.

1759 — Partem de São Xavier, a mais setentrional das missões que os Jesuítas espanhóis tinham sobre o rio Uruguai, os comissários espanhóis e portugueses encarregados do reconhecimento do rio Uruguai-Pitã ou Mberuí.

1820 — Os gaúchos do caudilho José Gervásio Artigas, dirigidos por Francisco Ramirez, governador de Entre Rios, e Estanislao López, governador de Santa Fé, derrotam em Cepeda o general Rondeau, diretor da República de Buenos Aires.

1865 — Chega ao porto de Montevidéu a esquadra brasileira sob o comando do barão de Tamandaré, a qual no mesmo dia declara ao corpo

* Medida de comprimento, equivalente a 1,1m. (N.E.)

diplomático e aos comandantes das estações navais estrangeiras que aquele porto estava daí por diante em estado de bloqueio.

1869 — A bordo do transporte *Galgo* segue em missão especial para o rio da Prata o conselheiro José Maria da Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco.

2 DE FEVEREIRO

1531 — Termina o combate entre a caravela *Rosa*, de Pero Lopes de Sousa, e uma nau francesa que carregava pau-brasil nas costas de Pernambuco. Chegando de novo em ajuda de seu irmão, Martim Afonso, com o navio *São Miguel,* o galeão *São Vicente* e uma nau tomada antes aos franceses, foi o navio inimigo abordado por ambos os flancos e teve de render-se. Havia a bordo grande carga de pau-brasil; os franceses tiveram seis homens feridos, e os portugueses nenhum.

1736 — Os espanhóis da Colônia do Sacramento largam as trincheiras de ataque e passam a bloquear a praça por destacamentos postados a distância.

1822 — Posse da junta de governo da Bahia, composta do doutor Francisco Vicente Viana, presidente; desembargador Francisco Carneiro de Campos, secretário; e membros Francisco Martins da Costa, Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, cônego José Cardoso Pereira de Melo, tenente-coronel Manuel Inácio da Cunha Menezes, desembargador Antônio da Silva Teles e brigadeiro Manuel Pedro.

1844 — Formação do quarto gabinete ministerial, composto de José Carlos Pereira de Almeida Torres (visconde de Macaé), Império; Manuel Alves Branco (visconde de Caravelas), interino, substituído a 23 de maio por Manuel Antônio Galvão, Justiça; Ernesto Ferreira França, Estrangeiros; Manuel Alves Branco (visconde de Caravelas), Fazenda; Jerônimo Francisco Coelho, interino, substituído a 23 de maio por Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque

(visconde de Albuquerque), Marinha; Jerônimo Francisco Coelho, interino em 2 de fevereiro, efetivo em 23 de maio, Guerra.

1848 — Revolução liberal, chamada *Praieira,* em Pernambuco, chefiada pelos deputados do Partido Liberal da província. Depois de vários combates, o exército revolucionário procura apoderar-se do Recife, o qual o enérgico presidente Tosta (marquês de Muritiba) soube defender com voluntários e guardas nacionais, apoiados por tropas da Marinha. A chegada do pequeno exército do general José Joaquim Coelho (barão da Vitória) assegura a vitória do governo.

1865 — O barão de Tamandaré, tendo bloqueado na véspera o porto de Montevidéu, marca o prazo de sete dias para que os navios que nele se achassem ou se retirassem, ou se pusessem em franquia.

1867 — O almirante Joaquim José Inácio, depois visconde de Inhaúma, ordena o bombardeio de Curupaiti pelos couraçados *Colombo, Bahia, Mariz e Barros, Tamandaré, Silvado, Erval, Barroso e Cabral*, pelas corvetas *Parnaíba* e *Beberibe,* pela bombardeira *Forte Coimbra* e por duas chatas. A bateria de Curuzu e os atiradores do 48º de voluntários no Chaco coadjuvaram esse bombardeio. Ao mesmo tempo, o chefe Elisiário dos Santos penetrava na lagoa Piris com as canhoneiras *Iguatemi* e *Araguari,* a bombardeira *Pedro Afonso,* o vapor *Lindóia*, a chata *Mercedes,* e o lanchão a vapor *João das Botas*. A força que ficou às ordens do almirante lançou sobre as baterias inimigas 582 bombas, e a divisão que operou na lagoa Piris, 292. Tivemos fora de combate 14 homens; mortos, o capitão de fragata Manuel Antônio Vital de Oliveira, comandante do *Silvado*, e dois marinheiros; feridos, o segundo-tenente Cordovil Mauriti; nove marinheiros e soldados; contuso um marinheiro. Os paraguaios sofreram perdas importantes; o general Diaz, comandante de Curupaiti, foi ferido mortalmente, sendo mortos na mesma ocasião vários oficiais do seu Estado-maior.

3 DE FEVEREIRO

1615 — Carta régia determinando que os ministros letrados que

fossem servir no Brasil levassem consigo suas mulheres, pois a viagem era fácil, e a terra muito acomodada para nela viver.

1654 — Parte para Lisboa o mestre de campo André Vidal de Negreiros, com a missão de levar à corte portuguesa a nova da extinção do domínio holandês na colônia.

1680 — Falece no Engenho Novo de Goiana, Pernambuco, André Vidal de Negreiros, um dos mais notáveis guerreiros do Brasil e fator máximo da expulsão dos holandeses de Pernambuco. Depois da vitória, Vidal foi capitão-general do Maranhão e governador de Pernambuco e de Angola. Era natural da Paraíba do Norte.

1693 — Falece no convento de sua ordem, em Lisboa, frei Paulo de Santa Catarina, da província reformada de Santo Antônio, no século dom Paulo de Moura, nascido em Pernambuco, da ilustre família do primeiro donatário.

1739 — Dom frei Antônio de Guadelupe, terceiro bispo do Rio de Janeiro, funda na vertente austral do morro do Castelo o seminário de São José, destinado à formação de sacerdotes.

1825 — São executados no Recife os capitães Lázaro de Sousa Fontes e Antônio Macário de Morais, partidários da Confederação do Equador.

1844 — Falece em Santos, cidade em que nasceu o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada (I), irmão de José Bonifácio e Antonio Carlos. Era formado em Matemática pela universidade de Coimbra, e teve na Independência do Brasil e na política do Primeiro Reinado papel preeminente, como administrador, jornalista e parlamentar.

1852 — Batalha de Monte Caseros, vencida pelo general Urquiza, que tinha sob seu comando, além dos corpos de exército de Entre Rios e Corrientes, a divisão brasileira do general Marques de Sousa (depois conde de Porto Alegre) e uma pequena divisão uruguaia. Eram, ao todo, 24.206 homens (18.545 argentinos, 4.020 brasileiros e 1.641

uruguaios). O marechal Caxias dispunha, em seu acampamento, nos arredores da cidade de Colônia do Sacramento, de 16 mil brasileiros. O exército de Rosas em Monte Caseros compunha-se de 23 mil homens. A resistência contra o ataque dos aliados foi fraca. A perda dos argentinos de Urquiza montou a 250 mortos e feridos; a dos brasileiros foi de dois oficiais e 16 sargentos e soldados mortos, 10 oficiais e 59 sargentos e soldados feridos (87 homens fora de combate); um dos oficiais morreu em consequência de ferimentos; a dos uruguaios constou de dois oficiais e 17 sargentos e soldados feridos (19 homens fora de combate); um oficial e três soldados morreram em consequência de ferimentos. O ditador Rosas conseguiu fugir depois da derrota; refugiou-se a bordo de um navio inglês, que o conduziu à Inglaterra.

1853 — Falece em Funchal, ilha da Madeira, a princesa dona Maria Amélia, filha de dom Pedro I e de sua segunda esposa, dona Amélia de Leuchtenberg, nascida em 1º de dezembro de 1831.

1871 — O vapor *Saldanha Marinho,* comandado pelo tenente Francisco Manuel Álvares de Araújo, chega ao porto de Guaicuí, onde o rio São Francisco faz barra com o rio das Velhas. É assim inaugurada a navegação a vapor no grande rio brasileiro.

1872 — Circular do governo imperial às legações brasileiras, sobre as manifestações hostis da imprensa argentina contra a celebração dos tratados entre o Brasil e o Paraguai.

1874 — Instala-se a Relação de Justiça de São Paulo. Os primeiros desembargadores foram Tristão de Alencar Araripe, presidente; José Norberto dos Santos e João José de Andrade Pinto, procuradores da Coroa; Frederico Augusto Xavier de Brito, Olegário Herculano de Aquino e Castro, Antônio de Cerqueira Lima, e Agostinho Luís da Gama.

4 DE FEVEREIRO

1648 — Segundo o visconde de Porto Seguro (*História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*), os holandeses, que,

sob o comando do general Von Schkoppe, haviam desembarcado no dia 3 de fevereiro em Itapecima (hoje Itapeçuma), repelem nesta data um violento ataque dos nossos e ficam senhores das terras fronteiras à ilha de Itamaracá. Os cronistas portugueses contemporâneos não fazem menção deste combate, e sem dúvida foi em algum documento holandês que Porto Seguro encontrou a notícia dele. A tradução francesa dos documentos examinados na Holanda pelo erudito J. Caetano da Silva guarda-se cuidadosamente no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, infelizmente, nunca foi publicada. Conseguintemente, só pode ser estudada por quem residir no Rio de Janeiro e tiver tempo para examinar naquele arquivo a volumosa coleção. Um pouco ao sul de Itapecima, no porto dos Marcos, situado no mesmo canal, tinham os nossos construído, em julho de 1646, um reduto, que provavelmente foi evacuado, ou então caiu em poder dos holandeses, pela mesma ocasião. De 1648 a 1654, ocuparam os invasores tanto o reduto a que chamavam "Os Marcos" (quatro peças) quanto o de Itapecima (cinco peças).

1684 — Carta régia ordenando ao governador da capitania do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, que remetesse ao governador de Angola até 60 casacas estofadas de algodão, iguais às usadas pelos sertanejos de São Paulo.

1695 — Carta régia ordenando a André Cusaco, governador interino da capitania do Rio de Janeiro (no impedimento, por doença, de Antônio Pais de Sande), que se recolhesse à Bahia, pois fora nomeado para substituí-lo Sebastião de Castro Caldas. Este assumiu o governo a 19 de abril (não a 17, como assegura Varnhagen) de 1695.

1725 — Última sessão da Academia Brasílica dos Esquecidos, primeira sociedade literária que houve no Brasil (ver 7 de março de 1724).

1803 — Alvará criando e estabelecendo uma escola de práticos das costas do Maranhão e do Pará, composta de um diretor, um ajudante e 12 discípulos, com duas embarcações armadas à escuna, destinadas àquele fim, no porto da Parnaíba.

1826 — O presidente da província de São Pedro do Rio Grande

do Sul transmite à Câmara de Porto Alegre o manifesto de guerra do governo do Brasil ao governo das Províncias do Rio da Prata.

1838 — A barca dinamarquesa *Zebra,* procedente de Hamburgo, dá fundo sob a proteção do forte de Santo Antônio, da barra da Bahia, ocupado pelos revolucionários. Duas escunas dos rebeldes, sob o comando de André Avelino, entre as quais a *Brasília,* vão postar-se junto à barca. Eram 20h. O brigue *3 de Maio* (capitão de fragata João Francisco Regis) aproxima-se da *Zebra* e despacha escaleres para abordá-la, mas estes são repelidos pela fuzilaria da tropa que ocupara o navio e pela artilharia das escunas. Chega a corveta *7 de Abril* (capitão de fragata Joaquim Leal Ferreira), para socorrer o *3 de Maio,* e prossegue o combate, em que se empenham também, a maior distância, os outros navios dos rebeldes (corveta *24 de Novembro,* brigue-escuna *Independência* e três canhoneiras). Acalmando o vento e temendo que a maré os levasse para terra, debaixo do fogo das baterias, retiram-se afinal para a linha da esquadra bloqueadora os dois navios imperiais, que tomaram parte nesta ação.

1859 — Sucedendo a Olímpio Carneiro Viriato Catão, toma posse da presidência da província do Espírito Santo Pedro Leão Veloso. Teve como substituto, a 25 de maio do ano seguinte, Antônio Alves de Sousa Carvalho (depois visconde de Sousa Carvalho).

1866 — O naturalista Agassiz chega à cidade de Belém do Pará, de volta de sua viagem científica pelo rio Amazonas.

1887 — Sucedendo a Francisco de Faria Lemos, nesta data assume a presidência da província de Minas Gerais Carlos Augusto de Oliveira Figueiredo, que, cerca de seis meses depois (a 20 de agosto do mesmo ano), foi substituído por Luís Eugênio Horta Barbosa.

5 DE FEVEREIRO

1505 — Uma carta de Cristóvão Colombo, desta data (Navarrete. *Colección de los Viajes*. p. 351. I.), diz de Américo Vespúcio: "Ele

sempre teve o desejo de me dar prazer: é muito homem de bem: a sorte lhe foi contrária, como a muitos outros [...]"

1518 — Patente real, passada em Valadolid, nomeando Sebastião Caboto, piloto-mor de Espanha, em substituição de João Dias de Solís, com 50 mil maravedis de salário.

1570 — Carta régia nomeando dom Luís Fernandes de Vasconcelos, governador-geral do Brasil. Ao embarcar para empossar-se do cargo, foi morto em viagem por piratas franceses.

1599 — Dá fundo diante da barra do Rio de Janeiro a esquadra holandesa de Olivier van Noort, que pretendia fazer aguada (ver 11 de fevereiro).

1667 — Decreto régio determinando que os criminosos que sofressem pena de degredo fossem sentenciados para Maranhão e Pará, a fim de povoarem aquelas capitanias e servirem nelas como soldados.

1784 — Os comissários portugueses e espanhóis da demarcação de limites para a execução do Tratado de 1º de outubro de 1777 reúnem-se na guarda do Chuí e dão começo aos trabalhos; da parte de Portugal: o governador da capitania de São Pedro do Rio Grande, brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, coronel de engenheiros Francisco João Róscio, matemáticos Alexandre Elói Porteli e ajudante Francisco das Chagas Santos, astrônomos Joaquim Felix da Fonseca Manso, doutor José de Saldanha; por parte da Espanha, doutor José Varela y Ulloa.

1836 — Formação do segundo gabinete da Regência Feijó. Fica assim constituído: Império, José Inácio Borges (substituído, pouco depois, por Antônio Paulino Limpo de Abreu, que, a seu turno, passa interinamente a pasta para Gustavo Adolfo de Aguilar Pantoja); Justiça, Antônio Paulino Limpo de Abreu (depois visconde de Abaeté), substituído mais tarde por G. A. de Aguilar Pantoja; Fazenda, Manuel do Nascimento Castro e Silva; Estrangeiros, José Inácio Borges, interinamente, pois a pasta foi preenchida efetivamente por A. P. Limpo

de Abreu; Marinha, general Salvador José Maciel; e Guerra, general Manuel da Fonseca Lima e Silva (depois barão de Suruí).

1855 — Reorganiza-se o Conservatório de Música da Corte, com novo pessoal, sendo diretor Francisco Manuel da Silva, tesoureiro o padre Manuel Alves Carneiro, secretário Francisco da Mota, e professores Dionísio Vega, Gianini, Scarametti, Moura, dom Rivero e Martini.

1856 — Falece o general Antero José Ferreira de Brito, barão de Tramandaí, comandante das armas na corte. Alistou-se no Exército em 1808, tomou parte na campanha Cisplatina de 1811, serviu no exército pacificador da Bahia em 1823 e em Pernambuco em 1824. Foi comandante das armas na Bahia e em Pernambuco; presidente das províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ministro da Guerra e interinamente da Marinha. Era vogal do Conselho Supremo de Justiça (ver 11 de janeiro de 1787).

1869 — Chega a Montevidéu, em missão especial ao rio da Prata, o conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

1895 — Laudo arbitral do presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland, na questão de fronteiras pendente entre o Brasil e a República Argentina, relativa ao território de Palmas, conhecido por Missões, favorável ao Brasil. Nesse laudo declara o presidente Cleveland: "A linha divisória entre a República Argentina e os Estados Unidos do Brasil, na parte que me foi submetida para arbitramento e decisão, é constituída e ficará estabelecida pelos rios, e seguindo os rios Pepiri (também chamado Pepiri-Guazu) e Santo Antônio, a saber, os rios que o Brasil designou na exposição e documentos que me foram submetidos, como constituindo o limite acima denominado sistema ocidental." Os direitos da República Argentina foram patrocinados pelo doutor Estanislau Zeballos; os do Brasil, pelo Barão do Rio Branco.

6 DE FEVEREIRO

1564 — Estácio de Sá chega à barra do Rio de Janeiro, a qual

vinha colonizar por mandado do governador, seu tio Mem de Sá; havia conseguido algum reforço no Espírito Santo, acompanhado-o o capitão provedor Belchior de Azeredo e o chefe índio Martim Afonso Araribóia, com os seus índios.

1608 — Nasce em Lisboa Antonio Vieira, que vem para o Brasil aos oito anos de idade (ver 18 de julho de 1697).

1649 — Alvará de dom João IV, atendendo à representação dos homens de negócio de Lisboa para formar a Companhia Geral do Comércio para todos os estado do Brasil, desde Rio Grande até Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Vicente. A companhia deveria mandar ao Brasil, por ano, duas frotas de comboio, composta cada uma de 18 navios de 20 peças pelo menos. Era de 20 anos a sua duração e, terminado esse prazo, mais 10 anos, se isso fosse do desejo dos que a compunham (ver 8 de março).

1692 — Carta régia aos governadores do Grão Pará e Maranhão, proibindo a concessão dos hábitos de Cristo, que costumavam fazer, não só por contrária aos definitórios, mas também por que a frequência dela os tornava menos estimados.

1715 — Tratado de paz entre dom João V, rei de Portugal, e dom Filipe V, rei de Espanha, assinado em Utrecht. Por esse tratado, era restituída a Portugal a Colônia do Sacramento, ficando em vigor o Provisório de 7 de maio de 1681; podia, entretanto, o rei de Espanha oferecer por ela um equivalente. No caso de não ser aceito, ficaria Portugal de posse daquela colônia. Tal equivalente foi oferecido pela Espanha na América; contudo, Portugal recusou-o, pois o queria na Europa. Como a cláusula não era obrigatória, nada se ajustou entre os dois soberanos.

1818 — Coroação e aclamação de dom João VI, como rei de Portugal, Brasil e Algarves.

1821 — Alvará com força de lei, criando a Relação de Pernambuco, com sede na vila do Recife (ver 13 de agosto de 1822).

1824 — Tendo o governo de Buenos Aires enviado ao Rio de Janeiro o ministro Valentín Gómez para reclamar a restituição da Banda Oriental, o ministro dos Negócios Estrangeiros Carvalho e Melo (visconde da Cachoeira), em aviso dessa data, declarou que o governo imperial estava decidido a manter a incorporação daquele território.

1889 — Toma posse do cargo de presidente da província de Mato Grosso o doutor Antônio Herculano de Sousa Bandeira.

7 DE FEVEREIRO

1550 — Carta de Pero Borges a dom João III, escrita em Porto Seguro, da qual se deduzem as principais disposições do regimento dado ao primeiro ouvidor. Aquele regimento perdeu-se.

1633 — Assalto e tomada do reduto do rio Formoso, comandado pelo capitão Pedro de Albuquerque, com uma pequena guarnição de 20 homens. Os holandeses, cerca de 500 homens comandados por Schkoppe e guiados por Calabar, investem o reduto ao romper do dia e renovam o ataque mais três vezes. Dos 20 soldados que defendiam o forte, 19 são mortos, escapando apenas um, chamado Jerônimo de Albuquerque, parente do comandante, mas gravemente ferido. Pedro de Albuquerque, atingido por uma chuçada e por uma bala de fuzil, não pode mais resistir. O reduto foi ocupado pelo inimigo, que prestou homenagem à bravura da guarnição brasileira, conduziu o capitão ao Recife e pensou-lhe as feridas; curado, foi mandado soltar nas Antilhas. Os holandeses tiveram nos quatro assaltos ao reduto do Rio Formoso 80 mortos.

1640 — Desembarque no porto de Touros, Rio Grande do Norte, de parte das tropas da armada do conde da Torre, depois das quatro batalhas navais de 13, 14, 15 e 17 do mês antecedente. Comandava essa tropa o pernambucano Luís Barbalho Bezerra, que à sua frente marchou 300 léguas (cerca de 1980km) até a Bahia.

1756 — Morre em combate junto ao Vacacaí o índio José Tiaraiú, conhecido na história das Missões pelo nome de Sepé. Derrubado

do cavalo em que montava por um soldado português, matou-o com um tiro de pistola o governador de Montevidéu, dom José Joaquín de Viana. Esse índio teve parte saliente na guerra guaranítica. Com o mesmo nome de Sepé, ocorrem na história das Missões mais dois outros índios notáveis, que o precederam.

1796 — Nasce na Bahia José da Costa Carvalho, depois marquês de Monte Alegre (ver 18 de setembro de 1860).

1808 — Decreto criando os cargos de físico-mor e cirurgião-mor do Reino de Portugal, Estados e Domínios Ultramarinos, e instituindo os serviços de higiene.

1851 — Inicia-se a primeira linha de paquetes a vapor entre a Europa e o Brasil (ver 17 de fevereiro de 1810).

1867 — A esquadra brasileira faz novo e vigoroso bombardeio sobre Curupaiti, cujas baterias fulminavam desde 2h o acompanhamento de Curuzu.

1871 — Falece em Viena a princesa dona Leopoldina, filha de dom Pedro II e esposa do duque de Saxe.

1874 — Falece em Petrópolis o filólogo alemão doutor Koch, mestre de línguas orientais de dom Pedro II.

1884 — Falece em Paris o visconde de Itajubá, Marcos Antônio de Araújo. Era natural de Minas Gerais, bacharel pelo curso jurídico de Olinda, do qual foi dos primeiros bacharéis formados. Foi representante diplomático do Brasil em quase todas as cortes da Europa e árbitro brasileiro na questão do *Alabama* entre os Estados Unidos e a Inglaterra.

8 DE FEVEREIRO

1629 — Morre, com suspeitas de envenenamento, o doutor Mateus da Costa Aborim, prelado do Rio de Janeiro desde 2 de outubro de 1607, sendo o terceiro que teve esse cargo.

1647 — A esquadra holandesa de Banckert, conduzindo von Schkoppe, chega à Bahia. As tropas desembarcam em Itaparica e começam a fortificar-se.

1661 — A Câmara do Rio de Janeiro depõe o governador da capitania Agostinho Barbalho Bezerra, posto no governo por Salvador Correia de Sá e Benevides, como seu delegado.

1711 — Carta régia que proibia a admissão de navios estrangeiros para comerciarem nas capitanias do Brasil e que os respectivos moradores passassem diretamente a países estrangeiros com o mesmo fim. Os governadores que o consentissem perderiam os bens e ficariam inábeis.

1749 — Despacho do secretário de Estado Marcos Antônio de Azeredo Coutinho, remetendo para Madri o mapa manuscrito, em duplicata, que havia de servir aos plenipotenciários espanhol e portugueses na discussão e na redação do Tratado de Madri (13 de janeiro de 1750). São os chamados Mapas das Cortes, porque um devia ficar na corte em Lisboa, outro na de Madri.

1822 — O Senado da Câmara do Rio de Janeiro aprova o projeto de José Clemente Pereira para que se representasse ao príncipe regente sobre a necessidade da criação de um Conselho de Procuradores-Gerais de província. A iniciativa dessa proposta partiu de Joaquim Gonçalves Ledo, Clemente Pereira, cônego Januário da Cunha Barbosa e general Luís Pereira da Nóbrega, no clube de que faziam parte.

1827 — Começa o combate naval do Juncal, entre uma divisão da Armada brasileira, chamada flotilha do Uruguai, e a esquadra do almirante Brown.

1855 — Chega ao Rio de Janeiro o poeta português Antônio Feliciano de Castilho, cego desde a tenra idade.

1891 — Morre no Rio de Janeiro o marechal Hermes Ernesto da Fonseca.

9 DE FEVEREIRO

1618 — Nasce no Rio de Janeiro Diogo Gomes Carneiro, que em 1658 foi nomeado cronista do Brasil. Deixou vários escritos, mas sua história ou crônica do Brasil perdeu-se.

1630 — Chega ao porto do Recife um patacho, enviado pelo governador das ilhas de Cabo Verde, João Pereira Corte Real, trazendo a Pernambuco a segurança de que para ali partira uma grande frota holandesa, que vinha assaltar e tomar a capitania.

1749 — Desembarca em Belém do Pará dom frei Miguel de Bulhões e Sousa, terceiro bispo daquela diocese, e que fora antes de Malaca. Administrou muito bem o bispado paraense até 1760, quando foi transferido para o de Leiria.

1822 — As tropas portuguesas do general Jorge de Avilez que, de acordo com o compromisso assumido por esse comandante, deviam embarcar a 7 e partir a 12 para Lisboa, até o dia 9 não se haviam movido. À vista disso, o príncipe dom Pedro, de bordo da fragata *União*, fez notificar ao general que, se no dia seguinte, ao amanhecer, não tivesse dado princípio ao embarque de sua gente, "não lhe daria mais quartel em parte nenhuma". Ante essa resolução, na madrugada de 10, começou o transporte das forças portuguesas da Praia Grande para bordo dos navios, que zarparam no dia 15 (ver 15 de fevereiro).

1826 — Combate naval em águas da ilha de Martín García, entre as esquadras brasileira, comandada pelo almirante Rodrigo Lobo, e argentina, comandada pelo almirante Brown. Este vira-se abandonado por quase todos os seus navios, que fugiram para Buenos Aires, perseguidos pelos brasileiros.

1827 — Continua o combate naval do Juncal (ver 8 de fevereiro), que forte pampeiro havia interrompido. A flotilha brasileira do rio Uruguai foi afinal destroçada pela esquadra do almirante Brown.

1867 — Falece em São Gabriel, Rio Grande do Sul, o general João Propício Mena Barreto, barão de São Gabriel (ver 27 de agosto de 1849).

— O general Bartolomeu Mitre retira-se para Buenos Aires, deixando o comando dos exércitos aliados ao marechal Caxias. Levou quatro mil homens do Exército argentino, que assim ficou reduzido à metade, às ordens do general Gelly y Obes.

1882 — O governo brasileiro recusa a proposta do colombiano, para que fosse submetida a arbitramento a questão de limites referente ao território que se estende da nascente do Memachi à foz do Apapóris, no Japurá, em litígio não só com o Brasil, mas também com a Venezuela.

10 DE FEVEREIRO

1612 — Carta régia proibindo aos governadores do Brasil levar os filhos consigo para os lugares de seus governos, nem consentirem que lá fossem ter.

1642 — São concedidos à Câmara e aos cidadãos do Rio de Janeiro os mesmos privilégios e honras de que gozavam os cidadãos do Porto. Tais privilégios e honras foram também concedidos aos habitantes do Pará, do Maranhão, da Bahia e de São Paulo.

1755 — Nasce em Paris Nicolau Antônio Taunay, pintor que fez parte da missão artística francesa de 1816, controlada pelo governo do príncipe regente dom João, depois dom João VI.

1756 — Batalha de Caaibaté, travada entre os índios das Missões guaranis sob o comando de Nicolau Nhanguiru e as forças comandadas por Gomes Freire de Andrada e por dom José Andonaegui, com funestos resultados para os primeiros.

1763 — Tratado definitivo de paz entre as coroas de França e Grã-Bretanha, assinado em Paris. Por esse tratado, nas colônias portuguesas na América, na África ou nas Índias Orientais, se houvesse acontecido qualquer mudança, todas as coisas se tornariam a por no mesmo pé em que estavam e na conformidade dos tratados precedentes, que subsistiam entre as cortes de Espanha, França e Portugal antes da guerra.

1792 — Dom João, príncipe do Brasil, assume a regência do Reino de Portugal, em nome de sua mãe, a rainha dona Maria I.

1821 — Posse na Bahia da junta provisória de governo, composta do desembargador Luís Manuel de Moura Cabral, presidente; deão Luís Fernandes da Silva Freire, tenentes-coronéis Francisco de Paula e Oliveira, Francisco José Pereira e Manuel Pedro de Freitas Guimarães, Francisco Antônio Filgueiras, Paulo José de Melo Azevedo, José Antônio Rodrigues Viana, desembargador José Caetano de Paiva e bacharel José Lino Coutinho.

1824 — A Câmara da Bahia, perante numeroso concurso de cidadãos e com a assistência do presidente da província, aceita e aprova o projeto de Constituição oferecido por dom Pedro I.

1864 — Falece no Rio de Janeiro o general José Leite Pacheco.

11 DE FEVEREIRO

1599 — O navio holandês *Eendracht*, da pequena esquadra comandada por Olivier van Noort, aproxima-se da barra do Rio de Janeiro, para proteger um desembarque de 70 homens perto do Pão de Açúcar. Chegados à terra, foram estes repelidos por uma emboscada e voltaram em desordem para as suas lanchas, com a perda de alguns prisioneiros e feridos. O forte de Nossa Senhora da Guia (depois Santa Cruz), único que havia na barra, abriu então um violento fogo sobre as lanchas e o *Eendracht*, obrigando-os a voltar para a linha da esquadra holandesa, fundeada desde o dia 5 diante da barra. No dia seguinte, van Noort velejou para a ilha de São Sebastião. Francisco de Mendonça e Vasconcelos era a esse tempo o governador do Rio de Janeiro.

1618 — Morre na cidade de São Luís do Maranhão o capitão-mor governador Jerônimo de Albuquerque Maranhão, filho natural de Jerônimo de Albuquerque (cunhado do primeiro donatário e senhor de Pernambuco) e da índia Maria do Espírito Santo, filha do cacique Arco Verde. Nasceu em Olinda em 1548. O seu último nome foi por ele adotado depois da vitória que alcançou sobre os franceses em Guaxenduba, quando encarregado da reconquista do Maranhão (ver 19 de novembro de 1614).

1813 — O tenente Francisco Xavier de Barros, com 12 soldados apenas e alguns paisanos armados, repele, no presídio de Santa Maria de Araguaia, quatro assaltos dos índios Cherente, Xavante e Carajá, coligados. Barros comandava esse presídio, fundado por ele mesmo no ano anterior. Os índios cessaram o combate à tarde, e foram emboscar-se nas matas próximas. Durante a noite, o tenente, que recebera três ferimentos, retirou-se com o que restava do destacamento e dos habitantes do presídio (38 homens, mulheres e crianças), descendo o rio, em montarias, até São João das Duas Barras, mas a maior parte da pequena expedição pereceu durante essa viagem.

1823 — Combate de artilharia entre as forças brasileiras, que ocupavam a posição do Cabrito, e algumas canhoneiras portuguesas. Tiroteio na Soledade, entre tropas brasileiras e portuguesas (Guerra da Independência, na Bahia).

1827 — O tenente-coronel Manuel da Fonseca Lima (depois general e barão de Suruí) ataca e põe em fuga um corpo de 250 argentinos e orientais, que guarnecia o posto de Barbero, nos arredores de Montevidéu.

1849 — Tomada de Goiana pelos revolucionários de Pernambuco, sob o comando do doutor Peixoto de Brito, que tinha o título de general. Ficaram prisioneiros o coronel Cipriano José de Almeida, do Exército, e a guarnição por este comandada.

1851 — Primeira presidência de Augusto Leverger (depois barão de Melgaço) na província de Mato Grosso.

1853 — Falece em Ouro Preto dona Maria Joaquina Dorotéia de Seixas, mais conhecida pelo nome de *Marília de Dirceu*, a quem imortalizaram os versos de Tomás Antonio Gonzaga, uma das vítimas da Inconfidência Mineira. Contava 84 anos de idade, e foi sepultada nas catacumbas da matriz de Antônio Dias.

1866 — O Exército brasileiro do general Osório chega a Tala-Corá (província de Corrientes) e aí acampa.

1870 — Falecimento do conselheiro José Feliciano de Castilho, na cidade do Rio de Janeiro. Nasceu em Lisboa no dia 4 de março de 1812. Este erudito polígrafo português, depois de ter sido jornalista e membro da Câmara dos Deputados em sua pátria, fixou residência no Rio de Janeiro em 1847. Entre nós, apareceu algumas vezes na imprensa, tomando parte brilhante nas discussões literárias e políticas. Foi sempre desinteressado defensor de todas as causas generosas e humanitárias. A da abolição deveu-lhe grandes serviços.

12 DE FEVEREIRO

1637 — Carta régia que autoriza os ouvidores do Brasil a tirarem devassa em crimes de morte.

1655 — João Fernandes Vieira toma posse do governo da capitania da Paraíba, que exerce até agosto de 1657 (ver 10 de janeiro de 1681).

1663 — É nomeado capitão-mor do Rio Grande do Norte Valentim Tavares Cabral, que havia de governar por seis anos.

1682 — Alvará criando no Maranhão o contrato do estanco, que deu lugar à revolta de Beckmann, ou Bequimão, durante o governo de Francisco de Sá de Menezes, que foi quem trouxe da corte o mesmo alvará (ver 24 de fevereiro).

1700 — Morre no Rio de Janeiro frei Ricardo do Pilar, alemão

natural de Colônia, pintor notável, que viveu mais de 30 anos no claustro de São Bento desta capital.

— Carta de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador e capitão-general do estado do Maranhão, assinada de São Luís, ao rei dom Pedro II, dando conta da chegada ao Pará de uma canoa com quatro holandeses, habitantes da cidade de Surinam, situada na costa do cabo do Norte, a oeste de Caiena, portadores de uma carta do governo daquela região. Esse documento é interessante pelo fato de revelar a amplitude da antiga capitania do cabo do Norte.

1739 — Toma posse do governo da capitania de São Paulo, como governador e capitão-general, dom Luís de Mascarenhas, depois conde d'Alva, que governou até 1748. Com seu governo, foi extinto o predicamento de ser a capitania administrada por capitães-generais, sujeitando-a aos governadores e capitães-generais do Rio de Janeiro (ver 9 de maio de 1748).

1761 — Tratado entre dom José I, rei de Portugal, e dom Carlos III, rei da Espanha, assinado no Pardo, anulando o de 13 de janeiro de 1750, sobre os limites das conquistas, e mandando observar os anteriores.

1858 — Convenção assinada em Assunção entre o Brasil e o Paraguai, pelos plenipotenciários José Maria da Silva Paranhos (depois visconde do Rio Branco) por parte do Brasil, e general Francisco Solano López (depois ditador), por parte do Paraguai, para assegurar a liberdade de navegação sobre o rio Paraguai, não só ao Brasil, mas também a todas as outras potências.

13 DE FEVEREIRO

1544 — Capitulação assinada em Valadolid, concedendo a Francisco de Orellana o direito de explorar e povoar a margem do rio Amazonas, "do lado esquerdo da embocadura, pela qual ides entrar, isto é, do lado do rio da Plata, sendo dentro dos limites da demarcação de sua majestade".

1641 — Os Estados-Gerais da Holanda ordenam que dessa data por diante fossem os portugueses tratados como amigos. Um embaixador de dom João IV, aclamado rei de Portugal, acabava de ser recebido na Haia para negociar um armistício de 10 anos e uma aliança ofensiva e defensiva contra a Espanha (ver 12 de junho de 1641).

1668 — Tratado de paz entre Portugal e Espanha, pondo termo à guerra começada pela revolução de 1º de dezembro de 1640. A Espanha reconheceu então a independência de Portugal. Era regente deste último Reino o príncipe dom Pedro, depois rei, com o nome de Pedro II.

1798 — Decreto nomeando governador do Maranhão dom Diogo de Sousa Coutinho, depois conde do Rio Pardo.

— Decreto nomeando dom João Manuel de Meneses governador da capitania de Goiás.

1827 — *Ação do Vacacaí*, citada como uma grande vitória argentina por alguns escritores do rio da Prata. Consistiu-se no seguinte: o tenente Marcelino Ferreira do Amaral, à frente de 70 milicianos de cavalaria, surpreendeu junto ao Vacacaí um destacamento argentino de cem homens, que fugiram, perdendo dois oficiais e 20 soldados, mortos durante o choque e a perseguição. Acudiu, porém, o coronel Lavalle, com 700 homens de cavalaria, e o tenente Amaral retirou-se, incorporando-se ao seu comandante o major Gabriel Gomes Lisboa, que apenas tinha 200 milicianos. Não podendo fazer frente a Lavalle, prosseguiu Lisboa na retirada, até reunir-se ao coronel Bento Manuel Ribeiro, chefe da brigada a que pertencia. Nessa retirada tivemos dois mortos e três feridos. Lavalle retrocedeu logo que avistou a coluna de Bento Manuel.

1835 — Sucedendo a José Joaquim Geminiano de Morais Navarro, toma posse do cargo de presidente da província de Sergipe Manuel Ribeiro da Silva Lisboa. A 9 de março do ano seguinte substituiu-o Bento de Melo Pereira.

1840 — Os capitães Piauilino e Ribeiro Soares, com 500 homens (guardas nacionais e voluntários do Piauí), atacam as trincheiras da

fazenda do Sobradinho, perto de Pastos Bons (Maranhão), defendidas pelo caudilho Valério. O combate, iniciado às 11h, só terminou à tarde com a tomada dessas trincheiras. Os vencedores tiveram 46 mortos e 120 feridos, entrando no número dos prisioneiros o intrépido comandante Piauilino (ver o dia seguinte).

1849 — *Combate de Pau Amarelo* (nome de um engenho entre Goiana e Itambé, em Pernambuco). O tenente-coronel Feliciano Antônio Falcão (depois general) aí derrota uma coluna de revolucionários, dirigida pelo comandante-geral doutor Peixoto de Brito. Foi morto o caudilho João Inácio Ribeiro Roma, quem entre os revoltosos tinha o posto de brigadeiro. Este combate, começado às 18h, terminou às 2h. Nele se distinguiram, entre outros oficiais, o capitão Hermenegildo Porto Carrero e o segundo-tenente Hermes da Fonseca.

1866 — Segunda presidência de Augusto Leverger (barão de Melgaço) em Mato Grosso. Teve por sucessor, a 2 de fevereiro do ano seguinte, José Vieira Couto de Magalhães.

1868 — Durante a noite, o capitão de mar e guerra Delfim Carlos de Carvalho força a passagem das baterias de Curupaiti com os monitores *Pará* (primeiro-tenente Custódio de Melo), *Alagoas* (primeiro-tenente Mauriti) e *Rio Grande* (primeiro-tenente Antônio Joaquim), incorporando-se aos encouraçados que, sob o comando do almirante Inhaúma, estavam entre essas baterias e as de Humaitá. Os paraguaios ainda tinham 20 canhões em Curupaiti, mas apenas duas balas acertaram no *Rio Grande*. As canhoneiras *Iguatemi* e *Ipiranga,* dirigidas pelo chefe Afonso de Lima, responderam ao fogo do inimigo.

1889 — Falece o notável estadista barão de Cotegipe (João Maurício Wanderley), senador pela província da Bahia, onde nasceu, a 23 de outubro de 1815. Sucedendo a Francisco Gonçalves Martins (depois visconde de São Lourenço), presidiu a sua província natal desde 20 de setembro de 1852 até ser substituído por Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, que se empossou a 23 de agosto de 1855. De 14 de junho de 1855 a 8 de outubro de 1856, ocupou a pasta da Marinha, no gabinete de 6 de setembro de 1853, presidido pelo marquês de Paraná;

foi titular efetivo da pasta da Marinha e interino da de Estrangeiros, no ministério de 16 de julho de 1868, presidido pelo visconde de Itaboraí; no gabinete de 25 de junho de 1875, sob a presidência do duque de Caxias, passou da pasta de Estrangeiros para a da Fazenda; e a 20 de agosto de 1885 formou um dos mais operosos gabinetes da Monarquia, conservando-se no poder, apesar da tremenda crise por que passava o país (em consequência da campanha abolicionista e da questão militar), até 10 de março de 1888, em que subiu o ministério presidido pelo conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira.

14 DE FEVEREIRO

1630 — Avista-se de Olinda e do Recife a expedição holandesa do general Hendrick Corneliszoon Loncq, que vinha interprender Pernambuco. Compunha-se dos navios seguintes (as palavras entre aspas são as traduções dos nomes neerlandeses e os algarismos indicam número de canhões): *Amsterdam* (42, com o pavilhão do general Loncq, comandante em chefe da expedição), *Hollandschen Thuyn* ("Jardim Holandês", 38, almirante Ita, segundo comandante da esquadra), *Princesse Aemilia* (38, vice-almirante Van Trappen Banckert), *Uytrecht* (35, contra-almirante Melck Meydt), *Swol* (24, commandeur Van Uytgeest), *Faem* ("Fama", 36), *Salamander* (36), *Hollandia* (34), *Provintie Van Uytrecht* (30), *Swart Leeuwe* ("Leão Negro", 24), *Amersfoort* (26), *Overyssel* (26), *Geele Sonne* ("Sol Amarelo", 24), *Fortuyn* (10), *Vergulde Valck* ("Falcão Dourado", 26), *Campen* (22), *Domburgh* (22), *Leeuwinne* ("Leoa", 18), *Groot Galeon* ("Galeão Grande", 20), *Tertholen* (28), *Gulde Sonne* ("Sol Dourado", 20), *Leeuwe* ("Leão", 16), *Swaen* ("Cisne", 22), *Goude Leeuwe* ("Leão de Ouro", 18), *Neptunus* (28), *Eendracht van Dordrecht* ("Concórdia de Dordrecht", 20), *Munnickendam* (33), *Enchuysen* (28), *Groen-Wiif* ("Hortelã", 16), *t'Wapen van Hoorn* ("As armas de Hoorn", 16), *Jonghe Mauritius* ("Jovem Maurício", 18), *Groeninghen* (32), *Het Wapen van Nassauw* ("As armas de Nassau", 26), *Omlandia* (28), *Graef Ernest* ("Conde Ernesto", 26), *Matanza* (20); patachos: *Brack* ("Braco", cão de caça, 14), *Swart Ruyter* ("Cavaleiro Negro", 44), *Eenhoorn* ("Unicórnio", 10) *Voghel Phoenix* ("Pássaro Fênix", 12), *Halve Maen*

("Meia Lua", 14), *Muyden* (14), *Moorinne* ("Moura", 16), *Post Pferdt* ("Cavalo de posta", 14); *Meerminne van Zelandt* ("Sereia da Zelândia", 8), *Eendracht van Derveer* ("Concórdia de Derweeren", 14), *Oragnie-Boom* ("Laranjeira", 14), *David* (14), *Salm* ("Salmão", 16), *Ovijewaer* ("Cegonha", 12), *Vos* ("Raposa", 14), *Swaluwe* ("Andorinha", 10), *Otter* ("Lontra", 14), *Havick* ("Açor", 12), *Spaensch Fregat* ("Fragata Espanhola", 10) e *Kleyn Fortuyn* ou *Fransch Preysjen* ("Pequena Fortuna" ou "Presa Francesa", 3). Total de 56 naus e patachos (com 1.175 canhões, além de 13 pinaças armadas cada uma com quatro ou seis peças, o que elevava a 69 o número de velas e a 1.235 o de bocas de fogo). Laet (Iaerlick Verhael) e Netscher (Les Hollandais au Brésil) omitiram alguns desses navios. O pessoal compunha-se de mais de 7.280 homens, sendo 3.780 marinheiros e 3.050 e tantos soldados, estes últimos sob o comando do coronel Diederick van Waerdenburch (algarismos de Laet e do *Bref Recit*, que acompanha a gravura de Visscher, então publicada em Amsterdam com o título *De Stadt Olinda de Pharnambuco, verovert den E. Generaes Hendrick C. Loncq. Anno 1630*. Quase um mês depois, a 11 de março, chegaram mais 665 soldados, com o tenente-coronel Alexandre Seton nos navios seguintes: *Oragnien* (34), *Wassende Maen* ("Crescente", 22), *Tiger* (24), *Sonne Bloem* ("Girassol", 16), *Adam en Eva* (16), *Concórdia* (14), *Ouden St. Jan* ("Velho São João", 2), *Diemen* (14) e *Ouden Oragnie-Boom* ("Velha Laranjeira", 14). Ao todo: nove navios com cerca de 180 canhões. Para se opor a esta formidável expedição, o general Matias de Albuquerque, chegado poucos meses antes (18 de outubro), dispunha apenas de 1.500 homens, sendo 160 de tropa regular (inclusive 27, que trouxera da Europa), 650 milicianos de Olinda e do Recife, 300 de Paratibi, São Lourenço e Iguaraçu, duas companhias formadas com a gente do mar, e 200 índios do principal Antônio Filipe Camarão. Os únicos fortes eram os de São Francisco da Barra (16 canhões), sobre a ponta norte da muralha natural que forma o porto, e o de São Jorge (24 canhões), situado no local em que está hoje a igreja do Pilar (bairro do Recife). O da Barra, também chamado então de forte do Mar ou da Lage, fora terminado em 1614; o de São Jorge era um velho forte "fabricado mais para defender-se dos índios que das nações do norte", diz o autor das *Memórias diárias*, e ficava fora da povoação do Recife, que naquela época tinha apenas 150 casas e armazéns e uns 500 moradores. Matias de Albuquerque cercara com

trincheiras e paliçadas essa povoação, acrescentara duas baterias ao forte de São Jorge, e começara também a proteger com trincheiras a então vila de Olinda, que contava 200 casas, cinco conventos, sete igrejas e obra de 2.700 habitantes. Só as trincheiras do lado do mar estavam terminadas. Um forte, começado no istmo, tinha apenas prontos os alicerces. Na ilha de Santo Antônio, chamada antes de Antônio Vaz, havia apenas o convento de franciscanos, algumas casas e um estaleiro. Na povoação do Recife havia quatro peças; em Olinda, outras tantas. No poço, amarrou Matias de Albuquerque duas linhas, de oito navios cada uma, para serem incendiados quando o inimigo tentasse a entrada. Na Barreta, postou um navio, armado com 10 peças. Dos nossos 1.500 homens, 650 guarneciam os dois fortes e as trincheiras do Recife e de Olinda, e os outros foram mandados para a praia do Pau Amarelo ou ficaram às ordens do general, para acudirem aos pontos ameaçados (ver o dia seguinte).

1636 — O capitão Francisco Rebelo, destacado de Porto Calvo com 400 homens, avança contra as trincheiras que os holandeses tinham na Barra Grande. O comandante destas, Jan Taliban Duynkercker, abandona-as precipitadamente, embarcando para Serinhaém, onde estava acampado o seu general. O fogo dos navios inimigos apenas ocasionou a morte de um soldado nosso. Rebelo, depois de incendiar os quartéis e destruir as trincheiras, voltou para Porto Calvo.

1676 — Tomada de Vila Rica, no Paraguai, pelos paulistas, sob o comando de Francisco Pedroso Xavier (natural de Parnaíba, onde faleceu em 1679). Nessa ocasião, destruíram eles também as aldeias próximas, que eram São Pedro, Terecani, São Francisco, Ibirapajara, Candelária e Santo André Mbaracaju. Quando regressavam, foram alcançados pelo sargento-mor Juan Diaz de Andino (com 400 soldados de cavalaria e mais de 600 índios), na serra de Maracaju; no entanto, repeliram o ataque e chegaram a São Paulo com a presa realizada na incursão (quatro mil indígenas cativados, cavalgaduras e bens das igrejas saqueadas). Essa Vila Rica, destruída por Pedroso Xavier, ficava sobre a margem esquerda do Jejuí, no lugar chamado Tapuitá, território da atual República do Paraguai; não deve, pois, ser confundida com a primeira Vila Rica, que estava na foz do Corumbataí, afluente do Ivaí, território brasileiro, e que foi destruída pelos paulistas em 1632; esta

era a Vila Rica de Guairá, e aquela a Vila Rica del Espírito Santo. Os habitantes desta segunda Vila Rica, que puderam escapar, transferiram-se para as vizinhanças de Ajos e depois foram fundar a terceira Vila Rica, que é a que ainda hoje existe com este nome no Paraguai.

1807 — Deixa o governo da capitania do Ceará, no Aracati, por ter sido nomeado capitão da primeira plana da corte, João Carlos Augusto de Oeynhausen Gravenburg, depois governador de Mato Grosso e de São Paulo, agraciado com o título de marquês do Aracati, e senador do Império.

1824 — Com os sucessos da independência do Brasil, separaram-se na Banda Oriental as tropas brasileiras das portuguesas. O general Lecór, à frente do Exército brasileiro, sitiou Montevidéu, onde se achavam os portugueses comandados pelo general dom Álvaro de Macedo. Uma divisão naval às ordens do vice-almirante Pedro Antônio Nunes partiu do Rio de Janeiro para bloquear Montevidéu e repeliu a 23 de outubro de 1823 uma esquadrilha portuguesa. Por terra houve pequenas escaramuças. Apertado por terra e por água pelas forças imperiais, dom Álvaro de Macedo resolveu entrar em convenção no dia 18 de novembro, embarcando com suas tropas para Portugal. O general Lecór, à testa de um exército, fez sua entrada em Montevidéu a 14 de fevereiro de 1824. Dom Pedro I já tinha sido aclamado imperador pelos povos da campanha, e desde então ficou a Banda Oriental formando uma das 19 províncias do novo Império do Brasil, sob a determinação de província Cisplatina.

1828 — Sucedendo a dom Nuno Eugênio de Lossio e Seiblitz toma posse da presidência de Alagoas Cândido José de Araújo Viana (depois marquês de Sapucaí). Foi o segundo depois da independência do Brasil. A 1º de janeiro do ano seguinte substituiu-o Manuel Antonio Galvão.

1834 — Falecimento do visconde de Alcântara (João Inácio da Cunha), senador, conselheiro de Estado e duas vezes ministro no reinado de dom Pedro I (ocupou a pasta da Justiça nos gabinetes de 4 de dezembro de 1829 e de 5 de abril de 1831).

1839 — O governo revolucionário do Rio Grande do Sul (República rio-grandense) retira-se de Piratini, mudando a sua sede para Caçapava.

1840 — *Segundo combate de Sobradinho (Maranhão)*. Os insurgentes (*Balaios*), destroçados no sangrento combate da véspera, tentam reconquistar as trincheiras perdidas e são repelidos pelo capitão Ribeiro Soares, perdendo 80 mortos. Os legalistas (guardas nacionais e voluntários do Piauí e alguns do Maranhão) tiveram 19 mortos e 27 feridos, sendo dos primeiros o valente capitão Bento José Moreira, e três alferes.

1863 — Sucedendo a Luís Alves Leite de Oliveira Belo, toma posse da presidência da província do Rio de Janeiro Policarpo Lopes de Leão, que, a 3 de maio do ano seguinte, foi substituído por João Crispiniano Soares.

1872 — Falece Mariano Procópio Ferreira Lage, deputado pela província de Minas Gerais e diretor da Estrada de Ferro de Dom Pedro II.

15 DE FEVEREIRO

1502 — Os navios de André Gonçalves e de Américo Vespúcio, quem, por ordem do rei dom Manuel, exploravam pela primeira vez o litoral brasileiro, do cabo de São Roque para o sul, depois de terem descoberto o Rio de Janeiro (a 1º de janeiro), o porto de São Vicente (a 22 de janeiro) e outros lugares da costa, foram até o porto de Cananéia e aí deixaram o degredado bacharel Duarte Peres ("[...] um fidalgo português, chamado o bacharel Duarte Peres [...]", diz Ruy Diaz de Gusmán, em *Argentina*. liv. I. cap. VIII). De Cananéia, foram seguindo para o sul e detiveram-se em um porto, de onde saíram nesta data (15 de fevereiro). Segundo a carta de Vespúcio a Soderini, ficava este porto na altura de 32º (seria então o Rio Grande do sul); no entanto, o barão de Humboldt, no seu magistral *Examen critique*, entende, pelas indicações astronômicas, que houve erro de impressão, e que Vespúcio estaria então aos 38º 10' de latitude, isto é, um pouco ao sul do Cabo Corrientes, província de Buenos Aires. O visconde de Porto Seguro (*Am. Vesp., son caractère*. p. 110; e *Nouvelles recherches*. p. 8) supõe que, em vez

de 32º, devia ser 37º (neste caso, a ponta Medano, província de Buenos Aires). É impossível averiguar com exatidão este ponto; contudo, o que não sofre dúvida é que o douto Cândido Mendes (*Rev. do Inst.* XI. p. 2, pp. 195 e segs) se enganou, afirmando que esses navios portugueses não passaram de Cananéia. No planisfério de Cantino (1502), está marcado e escrito o "cabbo de scta. Maria" e, portanto, fica perfeitamente justificada a suposição contida nas seguintes linhas de Porto Seguro (*Hist. Ger.* p. 83. v. I): "De Cananéia seguiu a flotilha para o Sul até o Cabo de Santa Maria, ao qual deu então talvez este nome, que pouco tempo depois encontramos dado também ao rio que hoje denominamos da Prata: porventura por haverem a ele chegado a 2 de fevereiro, dia da Purificação da Virgem [...]" O planisfério, a que nos referimos, foi feito em Lisboa antes de 19 de novembro de 1502, porque essa é a data em que Alberto Cantino escreveu a Ercole d'Este, duque de Ferrara, anunciando a remessa. Na parte relativa ao nosso litoral, só poderia ter sido traçado segundo indicações de algum dos companheiros de viagem de Gonçalves e Vespúcio, chegados a Lisboa no dia 7 de setembro desse ano. No planisfério de Cantino há um belo fac-símile, anexo à obra de Harrisse, *Les Corte-Real*; nele, já aparece, com o nome de Quaresma, a ilha depois chamada de Fernando de Noronha, e que Porto Seguro acreditava ter sido descoberta por São João no ano seguinte.

1630 — *Ataque do Recife e desembarque dos holandeses em Pau Amarelo* (ver em 14 de fevereiro informações sobre as forças do inimigo e as nossas). Ao meio-dia, o general Loncq começou o ataque do Recife com duas divisões, compostas de 17 navios, montando ao todo 259 canhões, e conduzindo tropas de desembarque; outra divisão de 18 navios, entre grandes e pequenos – com 423 canhões –, e as 13 pinaças, com 60 canhões, iam desembarcar na praia de Pau Amarelo, ao norte de Olinda, o coronel Waerdenburch. Dois outros navios, o *Domburgh* (22 peças, comandante Cornelis Loncque) e o *Jonghe Mauritius* (18 peças, comandante Jan Louwenzoon), foram tentar a entrada pela Barreta, mas aí encontraram o único navio armado que tínhamos de 10 peças e 60 homens. Era comandado pelo pernambucano Nuno de Melo Albuquerque, sendo seu imediato o alferes Bento Ferraz. Este navio bateu-se durante mais de seis horas, até que arrombado pelas balas inimigas foi a pique, obstruindo a passagem. As duas divisões,

que, sob o comando do general Loncq e do almirante Ita, atacaram o Recife, compunham-se dos navios seguintes (os algarismos indicam o número de canhões): *Leeuwinne* (18), *Swart Leeuwe* (24), *Vergulde Valck* (26), *Eendracht van Dordrecht* (20), *Swaen* (22), *Tertholen* (28), formando a primeira divisão, e *Spaensch Fregat* (10), *Swart Ruyter* (14), *Vos* (14), *Eendracht van Derveer* (14), *Fortuyn* (10), *Brack* (14) *Voghel Phoenix* (12), Eenhoorn (10), *Ovijewaer* (12), *Meerminne van Zelandt* (8) e *Kleyn Fortuyn* (3). Esses navios não puderam entrar, por encontrarem a barra obstruída, e limitaram-se a canhonear os fortes, despachando lanchas, que foram repelidas. Do nosso lado, sustentaram o combate de artilharia os fortes de São Francisco da Barra (capitão Manuel Pereira de Aguiar, 16 peças) e de São Jorge (capitão Antônio de Lima, 24 peças), e uma bateria de quatro peças na povoação do Recife, onde comandava o sargento-mor Pedro Correia da Gama. O general Matias de Albuquerque esteve no forte de São Jorge e no Recife, para animar a defesa. À noite, os navios inimigos suspenderam o ataque. Mais feliz foi a divisão comandada pelo contra-almirante Melck Meydt, pois, sem oposição alguma, pode desembarcar, à tarde, na praia de Pau Amarelo, o coronel Waerdenburch com 2.948 soldados e marinheiros e duas peças (ver o dia seguinte).

1635 — Luís Barbalho, que estava com 170 homens no engenho de Santana de Muribeca, é atacado por 1.250 holandeses, dirigidos por Siegemundt von Schkoppe, e consegue retirar-se, pelejando até o abrigo de um bosque. Tivemos, apenas, seis mortos, um prisioneiro e alguns feridos.

1641 — Chega à cidade da Bahia uma caravela, com a notícia da revolução portuguesa do 1º de dezembro, em que o duque de Bragança fora aclamado rei, com o nome de dom João IV. Faziam parte da guarnição da cidade um terço de espanhóis e outro de napolitanos, e, por isso, o vice-rei, marquês de Montalvão, procedeu com grandes cautelas, pondo incomunicável aquele navio, reunindo as tropas do país e as portuguesas, então comandadas pelo mestre de campo Joanne Mendes de Vasconcelos (por provisão régia de 10 de janeiro desse ano, fora nomeado mestre de campo general). Estando seguro do apoio de todos os comandantes portugueses e das principais autoridades, fez no

mesmo dia a aclamação do novo rei. As tropas espanholas e napolitanas conservaram-se em seus quartéis, pedindo apenas transporte para a Europa, o que lhes foi concedido meses depois. A urca, que as conduzia, viu-se obrigada a arribar à Paraíba, e aí os holandeses conservaram prisioneiro o mestre de campo Heitor de la Calce e todos os oficiais.

1648 — Morre em São Luís o quinto governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, o *Sardo*, sobrinho do primeiro do mesmo nome**.**

1712 — Provisão real**,** declarando que corressem como moeda no Maranhão açúcar, cacau, cravo, tabaco e pano de algodão, e que com tal moeda se pagassem os soldos.

1801 — Nascimento de Cândido Batista de Oliveira, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Graduou-se em matemática em Coimbra, viajou pela Europa, foi lente de Mecânica na Academia Militar do Rio de Janeiro, deputado, inspetor-geral do Tesouro (de 1831 a 1834 e de 1836 a 1839), ministro dos Estrangeiros (1839) e da Marinha (1848), ministro do Brasil em Turim (1836), em Petrogrado (1841) e em Viena (até 1844). Desde 1850, teve assento no Senado e foi pouco depois nomeado conselheiro de Estado. Publicou algumas memórias sobre assuntos matemáticos e um livro com o título *Sistema financial do Brasil*.

1822 — Partem do Rio de Janeiro sete navios mercantes, conduzindo para Lisboa as tropas portuguesas do general Avilez (ver 9 e 10 de fevereiro). Saíram comboiados pelas corvetas *Maria da Glória* e *Liberal.* Ficou a nossa capital livre dessa força, que, em 1821, introduzira aqui o sistema dos pronunciamentos à espanhola. Dois dos transportes, o *São José Americano* e o *Três Corações,* arribaram à Bahia, e aí desembarcaram 381 praças (a 27 de março), que foram assim reforçar as tropas do general Madeira.

1823 — *Combate nas linhas avançadas da Bahia entre as tropas brasileiras do general Labatut e as portuguesas do general Madeira.* O combate deu-se em dois pontos: na Conceição (brigada Barros Falcão),

avançando os nossos até Soledade, e na Cruz do Cosme (brigada Gomes Caldeira). Neste último ponto, as nossas tropas tomaram uma trincheira e regressaram conduzindo um canhão que aí havia. Tivemos três mortos, 14 feridos e um extraviado; e os portugueses, quatro oficiais e 50 soldados mortos ou feridos, entrando no número destes o major Dordaz e, no dos mortos um alferes. Tal é a suma das descrições brasileiras. A do general Madeira é muito diferente. Segundo ele, "os insurgentes foram desalojados das posições que ocupavam e obrigados a retirar em desordem". E acrescenta: "A perda do inimigo foi considerável: a artilharia da Legião Constitucional causou-lhe muito estrago; as nossas tropas portaram-se com a maior dignidade; nós tivemos pequenas perdas."

1825 — Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque assume a presidência da província de Sergipe.

1827 — *Ações de Sanga Funda e Passo do Umbu* (em um dos seus boletins, o general argentino Alvear converteu estes choques em um grande combate e em vitória da sua cavalaria). O coronel Bento Manuel Ribeiro, com 858 milicianos de cavalaria, tinha sido destacado pelo general em chefe, marquês de Barbacena, para observar de perto os movimentos do Exército argentino. Na manhã deste dia, escrevera ele a Barbacena (carta datada dos campos da estância do Pau Amarelo): "O carretame do inimigo baixou hoje pelo campo da Cruz (é o campo da batalha de Caaibaté, ver 10 de fevereiro), entre o banhado de Jacaré e Cacequi: é certa a retirada por São Simão. Eu hoje vou ficar em Ibicuí, no Passo do Umbu, por as minhas cavalhadas em segurança, e fazer-lhes guerrilhas, até que passem o passo no fundo do Loreto, e vou sair adiante [...]" Dirigiam-se os nossos para o Passo do Umbu, quando pela retaguarda apareceu o general Lucio Mancilla, à frente de uma divisão de cavalaria de 1.190 homens. Bento Manuel acelerou a marcha, encarregando o major Gabriel Gomes Lisboa de cobrir o seu movimento com três esquadrões e de atacar a vanguarda inimiga, se achasse oportunidade. No lugar denominado Sanga Funda, o major Gomes Lisboa investiu à espada, destroçando completamente essa vanguarda, e foi reunir-se ao seu chefe, que já havia tomado posições na margem direita do Passo do Umbu (Ibicuí). Mancilla tentou passar o rio, mas foi repelido pelos nossos atiradores, retirando-se depois de algum

tiroteio. Nos choques e nas escaramuças deste dia, tivemos 10 mortos (um alferes) e 11 feridos. O boletim argentino diz que o general Mancilla teve 10 mortos e 12 feridos. O nome desta suposta vitória foi dado a uma das ruas da cidade de Buenos Aires (Calle de Ombu).

1829 — Posse de João José Guimarães e Silva, que foi o segundo presidente da província do Piauí após a Independência do Brasil.

1841 — Falecimento de dom Romualdo de Sousa Coelho, oitavo bispo do Pará (ver 7 de fevereiro de 1762).

1847 — Falecimento do marechal de campo marquês de Baependi (Manuel Jacinto Nogueira da Gama), conselheiro de Estado e senador do Império. Nasceu na cidade de São João d'el-Rei a 8 de setembro de 1765 e faleceu na do Rio de Janeiro. Lente de Matemática na Academia de Marinha de Lisboa, exerceu depois outros empregos e comissões em Portugal e no Brasil. Em 1823, começou a figurar com brilho na vida política, depois de obter a sua reforma no serviço militar. Foi deputado à Constituinte, um dos redatores da Constituição do Império no Conselho de Estado (1823), ministro da Fazenda (de 17 de julho a 10 de novembro de 1823, de 21 de janeiro de 1826 a 15 de janeiro de 1827 e de 5 a 7 de abril de 1831) e presidente do Senado (1838).

1869 — Chega enfermo ao Rio de Janeiro o marechal marquês de Caxias, procedente do Paraguai, onde comandara em chefe, desde 18 de novembro de 1866 até 18 de janeiro deste ano, as forças brasileiras, levando-as de vitória em vitória até Assunção e restabelecendo as nossas comunicações com Mato Grosso pelo rio Paraguai. Em recompensa dos grandes serviços que acabava de prestar, teve pouco depois o título de duque, a Grã-Cruz da Ordem de Pedro I e a medalha do Mérito Militar.

1870 — Falecimento, no Rio de Janeiro, do senador e conselheiro de Estado, visconde de Jequitinhonha, nascido a 23 de março de 1794 em Salvador. Chamava-se Francisco Gomes Brandão e com esse nome formou-se em Direito na Universidade de Coimbra, acrescentando então o de Montezuma, que lhe davam os seus condiscípulos; por ocasião do movimento da Independência, passou a assinar Francisco Gê Acaiaba

de Montezuma. Na Bahia, fez-se jornalista em 1822, mas a tipografia do seu periódico foi destruída nesse mesmo ano por oficiais e soldados portugueses. Montezuma seguiu para Cachoeira e foi secretário do governo que se instalou aí durante a Guerra da Independência. Dissolvida a Constituinte, de que era membro, foi desterrado para a Europa com os Andradas, e só volveu ao Brasil em 1831. Na Câmara dos Deputados e na imprensa, tornou-se então um dos mais ardentes adversários dos vencedores de 7 de abril. Publicou por esse tempo, entre outros panfletos, *A liberdade das Repúblicas*, em defesa das instituições e contra a propaganda federalista (1833). De 16 de maio a 19 de setembro de 1837, foi ministro da Justiça e de Estrangeiros no último gabinete do regente Feijó. Combateu logo depois, até 1840, os ministérios do novo Partido Conservador, contribuindo para a revolução parlamentar da maioridade. Por alguns meses ocupou o cargo de ministro do Brasil em Londres. Separou-se, desde 1841, de todas as ligações partidárias, ora apoiando, ora combatendo os gabinetes dos dois grandes partidos constitucionais. Foi o primeiro orador parlamentar que, em nosso país, atacou de frente os importadores de escravos africanos, e teve também a honra de ser um dos precursores da propaganda abolicionista. Em 17 de maio de 1865, apresentou ao Senado vários projetos para a extinção gradual da escravidão: um deles declarava abolida a escravidão no fim de 10 anos para os escravos maiores de 25 e no fim de 15 anos para todos os mais.

16 DE FEVEREIRO

1630 — *Combate de rio Doce e perda de Olinda* (ver 14 e 15 de fevereiro). Na véspera, como ficou dito, desembarcara em Pau Amarelo, três léguas (cerca de 19,8 km) ao norte de Olinda, o coronel Diederick van Waerdenburch, com 2.948 holandeses e duas pequenas peças de campanha. O general Matias de Albuquerque foi esperá-lo na margem direita do Rio Doce, com 850 homens (550 de infantaria, quase todos milicianos, 200 índios com o seu principal Antônio Filipe Camarão, e cem milicianos a cavalo). Os holandeses avançaram na manhã deste dia, repartidos em três corpos: o da vanguarda (934 homens), dirigido pelo tenente-coronel van der Elst; o do centro (1.049 homens), pelo tenente-coronel van Steyn Callenfels; e o da retaguarda, pelo major Foulcke

Houncques. Vendo-se atacados por forças tão superiores, opuseram os nossos fraca resistência, que era de esperar de tropas coletícias. As lanchas canhoneiras do inimigo dirigiram-se para a nossa retaguarda, e esse movimento produziu a maior desordem entre os milicianos. Dispersaram-se muitos, e o general viu-se obrigado a retroceder para Olinda, onde apresentou a defesa possível com a pouca gente que lhe restava. Os holandeses apoderaram-se do Colégio dos Jesuítas e ficaram senhores da vila. Tivemos neste combate e no do rio Doce uns 150 mortos e feridos, entrando no número dos primeiros os capitães Salvador de Azevedo, que defendia o colégio, e André Pereira Temudo, que pereceu combatendo nas ruas de Olinda. Os holandeses tiveram de 50 a 60 mortos. O general Albuquerque retirou-se para o Recife, e no mesmo dia numerosas lanchas do inimigo desembarcaram novas tropas no istmo, ao sul de Olinda (ver o dia seguinte).

1636 — Maurício de Nassau passa o Una em marcha para Porto Calvo; Arciszewsky começa o desembarque na Barra Grande.

1639 — O capitão-mor Pedro Teixeira começa em Quito a sua viagem de regresso ao Pará. Acompanhavam-no vários religiosos, entre os quais o padre Cristóbal de Acuña, jesuíta autor da relação desta viagem (*Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*). Teixeira, que partira de Cametá em 28 de outubro de 1637 (ver esta data), terminou a sua famosa expedição no dia 12 de dezembro de 1639.

1680 — Falece, em Haarlem, Franz Post, notável pintor holandês que passou em Pernambuco todo o octênio do governo de Maurício de Nassau. Foi o primeiro que reproduziu na tela a natureza do Brasil.

1751 — Resolução régia criando um Tribunal da Relação no Rio de Janeiro (Pizarro. *Memórias*. VIII, 179). O distrito da nova relação estendia-se, pelo litoral, desde o Espírito Santo até a Colônia do Sacramento, no rio da Prata, e, pelo interior, até os confins de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Instalou-se no dia 15 de julho de 1752.

1756 — Posse de Luís Diogo Lobo da Silva como governador da capitania de Pernambuco, a qual administrou até 8 de setembro de 1763.

1793 — Nascimento de Francisco Muniz Tavares (ver 23 de outubro de 1875).

1807 — Entram a governar interinamente a capitania do Ceará o padre José Pereira de Castro, ouvidor Francisco Afonso Ferreira e o tenente de artilharia Francisco Xavier Torres, que governam até 21 de junho de 1808.

1813 — Decreto favorecendo os casais de ilhéus que pela intendência da polícia foram pedidos ao governo das ilhas dos Açores para irem estabelecer-se no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Isentava os homens do serviço militar e das milícias.

1822 — Decreto de dom Pedro, príncipe regente do Reino do Brasil, convocando um Conselho de Procuradores-Gerais das províncias, nomeados pelos eleitores de paróquias. José Bonifácio era ministro do Reino, desde 16 de janeiro deste ano.

— O Senado da Câmara de Porto Alegre recebe ordem para convocar os eleitores, a fim de procederem à nomeação das pessoas que deveriam compor a junta provisória da capitania (ver 22 de fevereiro).

— Em Salvador, o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, nomeado governador das armas, procura obter reconhecimento das autoridades civis nesse caráter. A guarnição divide-se então em dois partidos: as tropas europeias e pequena parte das brasileiras apoiam o novo governador; a maior parte das tropas do país continua a obedecer ao ex-governador das armas, brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães. As tropas portuguesas conservam-se em armas e municiadas em seus quartéis desde este dia; as brasileiras puseram-se também de prontidão no dia seguinte (ver de 18 a 21 de fevereiro).

1824 — Toma posse da presidência da província de Santa Catarina João Antônio Rodrigues de Carvalho, o primeiro que exerceu o cargo na província.

1840 — Insurreição em Paranaguá (Piauí), dirigida por Sebastião José de Aguiar, Manuel Lucas de Aguiar e outros. Uma proclamação,

assinada dois dias depois por esses caudilhos, começava assim: "Habitantes de Paranaguá! Meus amados patrícios! A orgulhosa sanha, sugerida do centro do palácio de Oeiras, como as fumegantes labaredas das incendiadas fornalhas da Babilônia, é que tem promovido a desgraça desta província." E terminava: "Viva a nossa religião católica! Viva o nosso amado imperador, o senhor dom Pedro II! Vivam os beneméritos da pátria! Vivam os briosos Bem-te-vis!"

1861 — Falece dom Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo, onde nasceu (Itu), a 29 de setembro de 1791.

— Decreto expedindo o regulamento para o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criado por outro decreto de 28 de julho de 1860.

1864 — Zacarias de Góis e Vasconcelos toma posse de sua cadeira de senador pela província da Bahia.

1867 — O ministro do Brasil no Peru, Francisco Adolfo de Varnhagen, protesta contra uma passagem da mensagem do ditador Prado no Congresso, por ocasião da abertura da assembleia, no dia anterior. O trecho da mensagem, contra o qual Varnhagen protesta, é o seguinte: "Os cuidados da guerra não fizeram esquecer ao Peru o que deve às suas irmãs, as Repúblicas do continente. A do Paraguai sustenta contra o Brasil e seus aliados uma luta em que a justiça da causa rivaliza com o heroísmo da defesa. A bem dos beligerantes, por honra e conveniência da América, protestamos contra o escândalo, oferecendo ao mesmo tempo a nossa interposição amigável."

1873 — Canta-se pela primeira vez, no teatro Scala, de Milão, a nova ópera *Fosca,* de Antônio Carlos Gomes. O compositor brasileiro é chamado à cena 36 vezes e vitoriado por vários maestros que assistem à representação.

1874 — Assinatura em Assunção das bases para o ajuste da paz definitivamente assentada entre a comissão revolucionária e o governo da República do Paraguai, sob mediação e garantia moral da Legação

do Brasil. A intervenção do Brasil fora pedida ao conselheiro Antônio José Duarte de Araújo Gondim (depois barão de Araújo Gondim), encarregado de negócios do Brasil, para proteção da ordem pública, das vidas e das propriedades dentro da capital, não só pelo governo, mas também pelos revolucionários.

17 DE FEVEREIRO

1531 — Depois do combate que tivera diante da ilha de Santo Aleixo (ver 1º e 2 de fevereiro), Pero Lopes de Sousa procurou velejar para o norte, demandando o "porto e o rio de Pernambuco"; no entanto, contrariado pelos ventos, apenas pode chegar neste dia ao seu destino. O capitão-mor Martim Afonso de Sousa só entrou no porto dois dias depois (19 de fevereiro), e daí enviou Diogo Leite, antes do 1º de março, com duas caravelas, para explorar a costa do Maranhão, despachando ao mesmo tempo para Lisboa um dos três navios franceses capturados (ver 31 de janeiro e 2 de fevereiro). O porto de Pernambuco, de que fala o *Diário da navegação* de Pero Lopes de Sousa, não era o do Recife, mas sim o da barra sul do canal de Itamaracá. A esse porto e ao canal (ou rio de Santa Cruz) davam os marítimos então o nome de Pernambuco (*Paranã-mbucu*), que ainda se encontra em cartas marinhas do fim do século XVI e mesmo do século XVII (exemplo, a de João Teixeira). A denominação estendeu-se muito somente depois que Duarte Coelho fundou Olinda de Pernambuco, na capitania que lhe fora doada em 1534. Todo o território dessa capitania, que ele quis chamar Nova Lusitânia, ficou conhecido então por Pernambuco. Em 1531, o porto, depois denominado Recife de Pernambuco, tinha o nome de Arrecife de São Miguel (leia-se atentamente o citado *Diário da navegação*, de 17 de fevereiro a 1º de março). Essas mudanças de nome, ocorridas com o tempo, têm dado lugar a dúvidas e confusões quanto ao local do primeiro estabelecimento português em Pernambuco, e levaram até o visconde de Porto Seguro a supor que houve duas feitorias fundadas por Cristóvão Jacques, uma no lugar depois denominado Marcos (no canal de Itamaracá), outra no porto do Recife. A casa de feitoria, de que fala Pero Lopes de Sousa em 1531, estava assentada no rio de Pernambuco, isto é, no canal de Itamaracá, 50 passos ao sul dos *marcos* ou padrões,

que foram estabelecidos posteriormente, para indicar os limites das capitanias doadas ao mesmo Pero Lopes e a Duarte Coelho (cf. as duas cartas de doação). Ficava, portanto, sobre a terra firme e não longe do porto depois denominado *dos Marcos*. Já existia em 1526, pois aí estiveram arribados, de 3 de junho a 29 de setembro desse ano, os navios do capitão-general Sebastião Caboto, em viagem para o sul, e também desde novembro, dom Rodrigo de Acuña, abandonado em terra, perto do rio de São Francisco, pela nau espanhola *S. Gabriel*, do seu comando. O pessoal da feitoria constava então de 13 portugueses. Em dezembro de 1530, foi ela saqueada por um galeão francês, e Martim Afonso de Sousa a encontrou em fevereiro de 1531, abandonada. Ao partir para o sul (1º de março), deixou na casa da feitoria uns seis homens. Em 1532, Jean du Peret, capitão do navio francês *La Pélerine*, venceu esses portugueses e os índios seus aliados, construindo no lugar um forte, que foi tomado meses depois por Pero Lopes de Sousa (ver 27 de agosto de 1532). Digamos de passagem que uma heliogravura, mandada fazer pela nossa Biblioteca Nacional, segundo desenho de V. Meireles, representa um dos marcos, "a 200 passos de distância do rio Iguaraçu". Uma nota que aí se lê diz que o marco está incompleto, faltando a coroa sobre o escudo, e remete o leitor para o desenho de uma coroa fechada. Antes de 1580, como o mostram as séries de moedas portuguesas anteriores, as coroas reais não eram fechadas: consistiam apenas de um círculo com florões e pérolas; portanto, o marco em questão não está incompleto, pois por cima do escudo se vê a coroa real aberta, como ela era então, embora grosseiramente feita e gasta pelo tempo.

1630 — Incêndio dos armazéns do Recife e dos navios mercantes que estavam no porto. Foram incendiados à 1h, por ordem do general Matias de Albuquerque, que não podia defender a posição (ver de 14 a 16 de fevereiro). O general, deixando pequenas guarnições nos fortes da Barra e de São Jorge e na bateria de Recife, foi acampar no pontal de Asseca, lugar hoje coberto pelas águas (ficava na margem direita do Beberibe, no ponto de confluência deste rio com o Capiberibe), colocou um posto avançado junto à ermida de Santo Amaro e, para hostilizar os holandeses nos arredores de Olinda, formou as quatro primeiras "companhias de emboscadas", a cargo de Francisco Rebelo e de outros três capitães. No pontal de Asseca, aguardou Albuquerque que fossem

chegando os habitantes do interior, por ele apelidados às armas, e só depois de perdidos os fortes da Barra e de São Jorge mudou o quartel-general para a paragem em que começou a construir o forte denominado Arraial do Bom Jesus (ver 4 de março). Neste mesmo dia 17, o general Loncq, comandante em chefe das forças de mar e terra enviadas contra Pernambuco, e o almirante Ita, segundo chefe da expedição, fizeram a sua entrada solene em Olinda. Os holandeses estavam ocupados em fortificar rapidamente a vila.

1635 — O capitão Afonso de Albuquerque é obrigado a abandonar São Lourenço da Mata, sendo atacado por um corpo numeroso de holandeses, sob o comando do coronel Arciszewsky. O destacamento do capitão Albuquerque, composto apenas de 70 homens, teve quatro mortos e sete feridos.

1649 — Luís de Magalhães assume o cargo de governador do estado do Maranhão.

— O Exército holandês sai do Recife para oferecer batalha ao que o sitiava (ver 19 de fevereiro).

1678 — Inácio Coelho da Silva toma posse do posto de capitão-general do Maranhão.

1766 — O vice-rei conde da Cunha assina os estatutos do Hospital dos Lázaros do Rio de Janeiro, que acabava de fundar.

1777 — O coronel do mar Roberto Mac Douall (ver 19 de fevereiro de 1776), comandante da esquadra portuguesa do sul, estava fundeado entre as ilhas do Arvoredo e da Galé (costa de Santa Catarina), com os navios seguintes: naus *Santo Antônio* (depois *Martim de Freitas* e, ultimamente, *Pedro I*), *Ajuda Prazeres* (cada uma com 64 canhões) e *Belém* (50 canhões), fragatas *Nazaré* (40 canhões), *Príncipe do Brasil* (34 canhões), *Pilar* (26 canhões) e *Graça Divina* (22 canhões); duas sumacas e um iate. O bergantim *Invencível* (18 canhões), que cruzava, fez sinal de estar à vista a expedição espanhola, anunciada de Lisboa. Enviando lanchas com este aviso ao governador de Santa

Catarina, Mac Douall fez-se logo de vela: ao meio-dia avistou sete embarcações do inimigo e pelas 15h foi impossível contá-las (seu ofício de 19 de fevereiro, no arquivo do Conselho Ultramarino). A expedição espanhola, saída de Cádiz a 13 de novembro, navegara para a ilha de Trinidad, e aí se detivera de 17 a 30 de janeiro. Compunha-se de seis naus, um chambequin (hoje fragata), sete fragatas (hoje corvetas), dois paquebotes, duas bombardeiras, um bergantim e uma setia (20 navios de guerra), com 674 canhões, 5.148 marinheiros e 1.308 soldados de marinha, além de 97 transportes. Estes e os navios de guerra conduziam um exército de 9.383 homens, que vinha vingar os reveses de 1º e 2 de abril de 1776, fazendo a conquista de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Colônia do Sacramento. O referido exército compunha-se de dois batalhões do regimento de Córdoba, outros tantos do de Zamora e de um batalhão de cada um dos regimentos seguintes: Toledo, Sabóia, Guadalajara, Sevilha, Múrcia, Ibernia, Princesa e Catalunha; um regimento de dragões e um corpo de artilharia, com 29 peças de sítio, oito morteiros, 30 peças de campanha e quatro obuses. No rio da Prata já estavam, além das tropas do país, um batalhão do regimento de Galícia, as naus *Astuto* (64 canhões) e *Santo Domingo* (70 canhões), duas fragatas (as duas com 40 canhões), três navios armados (60 canhões), o bergantim *Santiago* (16 canhões) e a setia *Misericórdia* (14 canhões). Segundo um documento oficial espanhol (mss. do Museu Britânico, Addison 6.893, nº 19, fol. 102), eram estes os navios de guerra saídos de Cádiz sob o comando do marquês de Casa Tilly (a relação publicada pelo visconde de São Leopoldo tem vários erros): naus *Poderoso, Monarca, San-Josef, San-Dámaso* (70 canhões cada uma), *América* e *Septentrión* (estas de 64 canhões); chambequin *Andaluz (*32 canhões), fragatas *Venus, Liebre* (ambas de 28 canhões), *Santa-Margarita, Santa-Teresa, Clara* (estas três de 26 canhões), *Santa-Rosa e Júpiter* (de 22 e 18 canhões, respectivamente); paquebotes *Guarnizo e Marte* (16 canhões cada um); bombardeiras *Santa Casilda e Santa Eulalia* (cada uma com seis canhões e dois morteiros); bergantim *El Hopp* (10 canhões); e setia *Santa Ana* (seis canhões). Dois brulotes acompanhavam a esquadra e um terceiro foi preparado em caminho. Durante a viagem, foram apresadas três embarcações mercantes portuguesas. Quando a expedição chegou à vista de Santa Catarina, tinham-se separado da esquadra e do comboio o bergantim de guerra *El Hopp*, dois brulotes e 16 transportes; uma

setia mercante tinha sido despachada para Montevidéu, de sorte que a frota constava então de 19 navios de guerra, um brulote e 82 navios de comboio, ao todo 102 velas. Em março, incorporaram-se a essa esquadra, em Santa Catarina, as naus *Santo Agustin e Sério* (de 70 canhões cada uma) e a fragata *Magdalena* (26 canhões). Foi este um dos mais poderosos armamentos mandados contra o Brasil durante o período colonial. Comandava as forças de terra e mar o general dom Pedro de Ceballos (ver 26 de dezembro de 1778), primeiro vice-rei nomeado para o rio da Prata. Em carta de 24 de fevereiro, o general Antônio Carlos Furtado de Mendonça (comandante das forças portuguesas reunidas em Santa Catarina) dizia ao vice-rei do Brasil (documento em posse do Arquivo do Conselho Ultramarino): "O poder dos castelhanos é sem questão desproporcionado, pois trazendo eles 10 mil homens, que defensa poderemos fazer com uma tropa que não chega a dois mil, em que entram auxiliares e ordenanças...?" Das fortificações que havia na ilha, se dará conta em outro lugar (ver 20 de fevereiro de 1777). Em uma das presas, o general espanhol encontrou ofícios e cartas contendo informações preciosas: "Por elas soubemos do número de tropas com que a ilha de Santa Catarina estava guarnecida; sua distribuição pelas diversas fortalezas da ilha; fortificações existentes e as que haviam sido acrescidas às antigas; escassez de uma espécie de víveres e abundância de outros; soubemos, finalmente, a força e o destino de sua esquadra (notícia individual da expedição)". De 17 a 19 de fevereiro, estiveram as duas esquadras à vista uma da outra. Neste último dia, refrescou o vento, e a espanhola seguiu para a ilha (ver 20 de fevereiro).

1787 — Nascimento de José Clemente Pereira (ver 10 de março de 1854).

1803 — Chega a Oeiras o governador reconduzido do Piauí, dom João de Amorim Pereira. O governador interino, coronel Francisco Diogo de Morais, recusa-se a entregar o governo, mas foi empossado pela Câmara. Francisco Diogo foi preso e remetido para o Maranhão.

1816 — Nascimento de Francisco Adolfo de Varnhagen, depois barão e visconde de Porto Seguro. Nasceu em Ipanema, perto de Sorocaba, e faleceu em Viena (ver 29 de junho de 1878).

1821 — Suicida-se no Rio de Janeiro, com um tiro de pistola, quando deveria embarcar para Portugal, Francisco Delgado Freire de Castilho, que foi governador da Paraíba e capitão-general de Goiás.

1822 — É eleita, na cidade de Fortaleza, a segunda junta de governo do Ceará. A primeira, presidida pelo major Francisco Xavier Torres, governava desde 31 de julho de 1821. A nova junta teve por presidente o desembargador José Raimundo do Paço Porbem Barbosa, e dela fazia parte o referido major, comandante das armas. Governou na capital até 23 de janeiro de 1823, data em que foi deposta, entrando na cidade, acompanhado de forças, o governo temporário organizado em Icó.

1827 — Inauguração da estrada de Santos ao rio Cubatão, ligando-se à antiga estrada que ia da povoação do Cubatão (primitivamente porto de Santa Cruz) à cidade de São Paulo. Até então a comunicação entre aqueles dois pontos se fazia por água.

1828 — Combate naval de Barracas, perto de Buenos Aires. O brigue americano *Sicily*, que tentava forçar o bloqueio, vendo-se perseguido de perto por alguns dos nossos navios, foi encalhar bem junto da praia de Barracas, entre La Boca (arrabalde oriental de Buenos Aires) e a ponta de Quilmes. Enquanto a tripulação era conduzida para bordo dos nossos navios, chegou, em proteção do *Sicily,* uma esquadrilha argentina, sob o comando do capitão Nicolas George (grego), composta das escunas *18 de Enero*, *29 de Diciembre*, *Uruguay, Guanaco*, *11 de Junio* e *30 de Julio* e de seis canhoneiras (nºs 1, 7 , 8, 10, 11 e 12). Um praticante de piloto (e não comandante ou imediato da *Paula*, como disseram jornais argentinos) e um escrivão, que tinham sido deixados no *Sicily* pelos nossos escalares, caíram prisioneiros. O capitão de mar e guerra James Norton, comandante da segunda divisão brasileira, passou-se para bordo do *Caboclo* (comandante James Inglis), e abriu o fogo sobre o inimigo às 9h, com este brigue e o *29 de Agosto* (comandante José Lamego Costa), o brigue-escuna *9 de Janeiro* (comandante J. Williams), as escunas *Paula* (comandante Thomas Read) e *Providência* (comandante Antônio Leocádio do Couto), a bombardeira *15 de outubro* (comandante Augusto Leverger, depois barão de Melgaço), e as canhoneiras *Grenfell* (comandante Isidoro

Nery) e *1º de Dezembro* (comandante Bernardino José de Almeida). O brigue *29 de Agosto* encalhou no mais renhido da ação e foi atacado por vários navios inimigos. A *Grenfell* (era seu imediato o segundo-tenente Joaquim José Inácio, depois visconde de Inhaúma) tomou posição na popa desse navio e obrigou os contrários a afastar-se. Não havendo água suficiente para os brigues, Norton levou a sua insígnia para a escuna *Paula* e continuou a ação com os navios menores. Às 13h30, a escuna argentina *29 de Diciembre* recebeu um rombo ao lume da água e pôs-se fora de combate, passando por cima do banco de la Ciudad. A água ia diminuindo tanto, que a pequena escuna argentina *Guanaco* e a canhoneira nº 11 encalharam. Norton suspendeu o fogo à tarde, e foi dar fundo a pequena distância, na altura de Quilmes, para esperar outra maré. Às 21h30, os argentinos incendiaram o brigue americano e retiraram-se para os Pozos, deixando abandonada a canhoneira nº 11, a qual na manhã seguinte foi tomada pelas nossas lanchas, apesar do fogo de fuzilaria, dirigido da praia de Barracas. Como não era possível fazê-la safar, foi incendiada a canhoneira, levando-se para bordo do navio-chefe uma peça de alcance, as armas de mão e a bandeira e a flâmula. Tivemos neste pequeno combate dois mortos, três feridos gravemente e sete levemente, sendo um deles o chefe Norton. Os argentinos tiveram perda maior, contando entre os feridos o comandante de uma canhoneira e dois capitães de infantaria.

1830 — Falecimento do maestro Marcos Antônio Portugal, na cidade do Rio de Janeiro, onde desde 1808 era mestre da Capela Real, depois (1822) Capela Imperial. Nascido em Lisboa em 1762, adotara em 1822 a nacionalidade brasileira. Seus primeiros ensaios, como compositor de música sacra, datam de 1781. Com uma pensão do príncipe dom João (depois João VI) foi aperfeiçoar-se na Itália, e aí adquiriu reputação, compondo oito óperas, seis burletas e sete farsas (1793-1799), que foram cantadas no *Scala* de Milão, em Veneza, Florença, Nápoles, Verona e Ferrara. Para os teatros de Lisboa, compôs (1800-1809) 13 óperas, 11 burletas, sete farsas, nove cantatas e oito entremezes. O catálogo de suas missas e outras composições religiosas é muito extenso (ver *Revista do Instituto Histórico*, t. XXII). Compôs em 1808 um hino da nação portuguesa e, em 1822, ao mesmo tempo que o imperador dom Pedro I, a música para o hino

da independência, de Evaristo da Veiga; no entanto, a composição do imperador foi a que se adotou como hino nacional brasileiro até 1841, data em que o hino de Pedro II, composto por Francisco Manuel para a cerimônia da coroação, fez esquecer os dois outros, e tornou-se o hino oficial e popular.

1832 — Forma-se no arraial de São Felix, defronte à vila da Cachoeira (Bahia), um ajuntamento de homens armados. Em ata lavrada neste dia, resolvem que a província se governasse independentemente, que fosse convocada uma Assembleia Constituinte Provincial, fuzilado o ex-imperador Pedro I em qualquer lugar em que aparecesse, e extintas as prisões em navios e presigangas. O presidente da província, Honorato José de Barros Paim, encarregou o coronel visconde de Pirajá de restabelecer a ordem naquela povoação, e isso ficou conseguido 10 dias depois, sendo aprisionados muitos dos sediciosos.

1838 — Os revolucionários de Salvador saem, em número de três mil homens, e atacam as posições de Cajazeiras, Boa Vista e Campina. São repelidos na primeira pelo tenente-coronel Manuel Antônio da Silva e nas duas últimas pelo tenente-coronel Manuel Antônio Correia Seara (depois general). Os legalistas tiveram 15 mortos e 30 feridos (ver o dia seguinte).

1844 — Assume a presidência de Sergipe Manuel Vieira Tosta (depois marquês de Muritiba), que teve por sucessor (a 15 de julho do mesmo ano) José de Sá Bittencourt Câmara.

1872 — Toma posse da presidência de Sergipe Luís Álvares de Azevedo Macedo, que é substituído (a 16 de julho do mesmo ano) por Joaquim Bento de Oliveira Junior.

1889 — Decreto promulgando a convenção de 15 de março de 1886, firmada entre o Brasil e outros Estados, para a troca de documentos oficiais e publicações científicas e literárias.

18 DE FEVEREIRO

1580 — Nesta data soube-se em Santos que quatro navios de guerra franceses tinham sido repelidos pelos fortes do Rio de Janeiro: "No dia [18 de fevereiro] o capitão de Santos veio a bordo do nosso navio, e por ele soubemos que quatro grandes navios de guerra franceses tinham estado no Rio de Janeiro e haviam tomado três canoas, sendo, porém, repelidos pelos seus castelos e fortes... No dia 22, duas das canoas que os franceses tomaram no Rio de Janeiro chegaram a Santos e referiram que os quatro navios franceses tinham passado para o sul, dirigindo-se, segundo supunham, para o estreito de Magalhães" (Griggs, in *Hackluyt*, III, 705; Porto Seguro, *História geral*, 337, onde se enganou na data, escrevendo 18 de maio). Um ano depois, três outros navios franceses, portadores de cartas do Prior do Crato, foram recebidos como inimigos pela artilharia das fortalezas e não puderam se comunicar com a terra. Salvador Correia de Sá era capitão-mor governador do Rio de Janeiro (1578-1598). Nesse tempo, o único forte que havia na barra era o de Nossa Senhora da Guia (depois Santa Cruz). Dentro do porto havia, à beira-mar, o de Santa Cruz, no lugar onde hoje está a igreja da Cruz dos Militares, e no morro da cidade, o castelo de São Sebastião. Em 1601, começou-se a fortificar a ponta ocidental da barra. Em 1618, além dos três fortes citados, havia o de São João, na Barra, e o de Santiago, na ponta em que está hoje o Arsenal de Guerra.

1637 — *Batalha de Comandaituba* (ribeiro que se lança no rio das Pedras, abaixo de Porto Calvo, em Alagoas). O general conde de Bagnuoli estava em Porto Calvo, com o Exército de Pernambuco, composto de dois mil homens (500 portugueses europeus, 300 espanhóis, 120 napolitanos, 700 pernambucanos, 300 índios do camarão e 80 pretos de Henrique Dias). Contra ele marchou o príncipe de Nassau, com 4.400 homens (três mil soldados, 800 marinheiros e 600 índios), estando às suas ordens os coronéis von Schkoppe e Arciszewsky. A batalha feriu-se nas margens do Comandaituba, entre esse exército e 1.180 homens, que Bagnuoli destacara sob o comando do tenente de mestre de campo general (tenente-coronel) Alonso Ximenes de Almirón. Às ordens deste estavam o sargento-mor Martim Ferreira, o capitão-mor Camarão, o governador Henrique Dias e alguns dos nossos melhores capitães (Francisco Rebelo, João Lopes Barbalho, Estevão de Távora e outros). Os

holandeses deveram à sua grande superioridade numérica a vitória, que facilmente alcançaram neste dia. A nossa perda foi de uns 60 mortos (seis oficiais, sendo um deles o sargento-mor dos pretos), 50 feridos, entre os quais Lopes Barbalho e Henrique Dias (este, ferido pela sexta vez, sofreu com estoicidade no mesmo dia a amputação de metade do braço esquerdo, dizendo que "no outro lhe ficavam muitos para servir ao seu Deus e ao seu rei", quatro oficiais e uns 50 soldados prisioneiros, além de muitos extraviados, que só dias depois se foram reunindo. Os holandeses apenas tiveram seis mortos e 45 feridos. Neste combate e durante a retirada distinguiu-se muito a brasileira dona Clara Camarão, mulher do célebre comandante dos índios, a cujo lado pelejou montada em um cavalo, e tão clara se mostrou nesta gentileza, que deixou escurecida a memória das Zenóbias e Semíramis, diz Rafael de Jesus.(Castrioto Lusitano, p. 143). Não podendo resistir ao grande poder do inimigo, retirou-se Bagnuoli, levando a pouca gente que lhe restava, menos 410 espanhóis e napolitanos, que deixou no forte de Porto Calvo, com o comandante da artilharia Miguel Giberton, para demorar a marcha do inimigo. Este forte capitulou no dia 6 de março. Em 25 de fevereiro, Bagnuoli chegou à vila da Madalena (depois, cidade das Alagoas*); a 10 de março, continuou a retirada para o São Francisco; a 17, alcançou o Penedo. A passagem do rio ocupou os dias 18 a 26 de março. No dia 27, entrou Nassau em Penedo, onde se deteve, e quatro dias depois o nosso pequeno exército acampava em São Cristóvão (Sergipe). Aí se conservou Bagnuoli até 14 de novembro, mandando fazer incursões pelo território que o inimigo ocupava; depois, ameaçado por forças consideráveis, seguiu para a Torre de Garcia d'Ávila, e assim pode ocorrer e salvar a cidade de Salvador, quando Nassau a foi atacar (ver de 16 de abril a 25 de maio de 1638).

1647 — Um destacamento holandês comandado pelo capitão Munster é surpreendido na ilha de Itaparica pelas tropas da Bahia (Porto Seguro, *História das lutas*, citando documento holandês. São muito raros os documentos portugueses conhecidos sobre a guerra durante os governos do conde da Torre, marquês de Montalvão e Teles da Silva).

1649 — O general Barreto de Meneses marcha do Arraial Novo, para dar batalha ao exército holandês que ocupara a colina oriental

* Hoje, cidade de marechal Deodoro, AL. (N.E.)

(Prazeres) nos montes Guararapes. Segundo Porto Seguro, o general Barreto de Meneses marchou provavelmente pelo caminho da Ibura e do Zumbi. Como até hoje não há uma planta topográfica dos montes Guararapes e de seus arredores, só os moradores e práticos do lugar poderão resolver esta e outras questões.

1772 — Primeira sessão da Academia Científica do Rio de Janeiro, fundada pelo vice-rei marquês do Lavradio. Foi seu presidente o licenciado José Henriques de Paiva, médico. Esta associação trabalhou até abril de 1779, animando o estudo das ciências naturais e prestando bons serviços à agricultura.

1808 — Aviso do príncipe regente dom João, mandando organizar na Bahia a Escola Médica Cirúrgica, proposta pelo doutor José Correia Picanço (primeiro barão de Goiana), cirurgião-mor do Reino e primeiro cirurgião da casa real, que acompanhava a família real ao Brasil.

1822 — Desde o dia 16 de fevereiro (ver essa data) reinava grande agitação na cidade de Salvador, em consequência da atitude das tropas da guarnição. O 1º regimento de infantaria, a legião de caçadores, e o regimento de artilharia da Bahia**,** compostos de oficiais e de soldados do país, apoiavam o brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães (tenente-coronel, aclamado brigadeiro em 10 de fevereiro de 1821), que exercia interinamente o cargo de governador das armas. As tropas europeias, muito mais numerosas, e o esquadrão de cavalaria da Bahia, reconheciam e apoiavam o novo governador das armas nomeado, brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo. As forças dos dois partidos estavam de prontidão e municiadas. Nesta data, a junta de governo, empossada no dia 2, e a Câmara Municipal, com o fim de evitar um conflito, reuniram-se, e, depois de demoradas negociações, resolveram já na madrugada de 19, que o governo das armas, até decisão do rei e das cortes, fosse exercido por uma junta militar, da qual o general Madeira seria presidente, e o general Freitas Guimarães membro, devendo fazer parte dessa junta outros cinco membros, dois nomeados por cada um dos generais e o quinto sorteado. Madeira aceitou com certas restrições este alvitre, ao qual Freitas Guimarães não aderiu. Na tarde de 18, este havia colocado piquetes perto do quartel do 12º batalhão (português).

Madeira distribuíra também destacamentos para cobrir o quartel, e alguns tiros foram trocados entre as avançadas dos dois partidos (ver o dia seguinte).

1838 — Os revolucionários de Salvador, dirigidos por Sérgio Veloso, atacam pela segunda vez a posição de Cajazeira (ver o dia anterior) e são repelidos pelo tenente-coronel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (depois general e barão de Cajaíba), que comandava uma brigada, composta dos 1º, 2º e 4º batalhões provisórios (guardas nacionais e voluntários). Os insurgentes tiveram 300 mortos e feridos (entre os primeiros, um tenente-coronel e um major) e perderam uma peça, assim como as posições de Gesteira, José Marques e Camilo. O juiz de direito Francisco Gonçalves Martins (depois senador e visconde de São Lourenço) esteve no fogo, ao lado de Argolo. Dos legalistas, ficaram mortos ou feridos 80 (dois capitães e um alferes mortos) (ver o dia seguinte).

1846 — Primeira visita do imperador dom Pedro II e da Imperatriz dona Teresa Cristina à província de São Paulo. Neste dia, desembarcam em Santos, vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, na esquadra comandada por Grenfell.

1852 — Entrada triunfal do exército aliado na cidade de Buenos Aires, depois da batalha de Monte Caseros, que pôs termo à longa ditadura do general Rosas. Desse exército fazia parte uma divisão de quatro mil brasileiros (ver 3 de fevereiro), sob o comando do general Marques de Sousa, depois conde de Porto Alegre. "Neste dia", escreveu Sarmiento, "Buenos Aires esteve sublime. Era um monumento da grandeza humana, evocada dentre o sangue e as ruínas... O triunfo chegou à praça, onde, na frontaria grega da catedral, se tinha levantado uma arquibancada, para dar assento a 800 senhoras das mais distintas. Os vivas ao general, ao libertador, eram cordiais, entusiásticos, incessantes; porém, a fatal questão de *gosto*, capitalíssima onde há mulheres elegantes, diminuía a seriedade dos sentimentos. Passaram batalhões de Buenos Aires com os chiripás e os camisas vermelhas, desalinhados, e fatigantes, pela monotonia desta cor, tão ofensiva à vista. Deus fez verdes as folhas das árvores; se as houvesse feito vermelhas,

ter-nos-ia dado outra espécie de olhos. Chegaram os batalhões orientais, precedidos pelo coronel Cesar Diaz, vestidos com gosto e rodeados de um pequeno Estado-maior de jovens elegantes. Desfilaram aqueles batalhões, com calças, casaca e quepe manufaturados em Paris, de cores escuras com todo o equipamento das tropas europeias, e um movimento de prazer, de felicidade e de entusiasmo novo irrompeu de todas as partes, em trânsito. Viam afinal tropas *decentes* – esta era a palavra –, e na lembrança das matronas evocava-se a memória dos nossos antigos exércitos, dos veteranos da guerra do Brasil, daqueles terríveis couraceiros de Lavalle, daqueles penachos, barretinas, cordões e medalhas dos heróis de cem batalhas. Chegaram os brasileiros, e então o sentimento público se exaltou por outra causa. O general Mancilla, por sentimento malcabido naquelas circunstâncias, tinha feito indicar ao general vencedor que não entrassem os brasileiros na cidade, para não a humilhar; o próprio general Urquiza tinha tratado de diminuir a parte de glória que lhes coube em Caseros. Os brasileiros queixavam-se, e o povo quis dar-lhes satisfação. A todos os navios no porto tinham sido pedidas bandeiras brasileiras, que foram colocadas nas ruas, e a aparição do general Marques de Sousa, tão jovem, tão culto, tão simpático, foi o sinal de nova recrudescência de entusiasmo. Encontrei depois esse meu digno amigo perto da Recoleta, voltando com seu Estado-maior para o acampamento, e apenas podia falar tão comovido estava pela gratidão. 'Não esperava amigo', me disse ele, 'tais manifestações! Que povo! e que felicidade tê-lo conhecido!' Vinte dias depois, quando embarcou, a população de Buenos Aires, as senhoras e os jovens, encheram os arredores do molhe, fizeram-no desta vez chorar de prazer, e os vivas e os lenços agitados no ar acompanharam-no, até que o seu escaler chegou ao navio que devia conduzir." (Sarmiento, *Campaña en el ejército grande aliado*).

1869 — Chega enfermo ao Rio de Janeiro o almirante visconde de Inhaúma, procedente do Paraguai, onde comandara a esquadra brasileira, de 22 de dezembro de 1866 a 16 de janeiro de 1869. Faleceu poucos dias depois (ver 8 de março).

1871 — Francisco Ferreira Correia toma posse da presidência da província do Espírito Santo.

1875 — Falecimento do poeta Luís Nicolau Fagundes Varela, nascido em 17 de agosto de 1841, na Freguesia da Piedade, depois vila do Rio Claro, província do Rio de Janeiro. Faleceu em Niterói e foi sepultado no cemitério de Maruí.

19 DE FEVEREIRO

1609 — Aporta a Pernambuco dom Francisco de Sousa, nomeado capitão-general e governador da Repartição do Sul (ver 11 de junho de 1611).

1630 — Os navios menores da esquadra holandesa tentam novamente (ver 15 de fevereiro) entrar no porto do Recife, mas encontram a barra obstruída por várias embarcações carregadas de pedras, as quais aí tinham sido metidas a pique. Trava-se, durante este reconhecimento, ou de tentativa de ataque, um vivo combate entre a esquadra inimiga e os fortes.

1632 — Professa na província reformada de Santo Antônio o pernambucano dom Paulo de Moura, que toma o nome de frei Paulo de Santa Catarina (ver 3 de fevereiro de 1693).

1649 — *Segunda batalha de Guararapes, vencida sobre os holandeses pelo general Barreto de Meneses* (a primeira foi a 19 de abril do ano precedente). O exército desse general, deduzidas as guarnições que ficaram no Arraial e nos redutos da linha de sítio, compunha-se de 2.750 combatentes, sendo 2.600 de infantaria e 150 de cavalaria. Os infantes formavam cinco terços, dos quais eram chefes os mestres de campo André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira e Francisco de Figueiroa, o capitão-mor dom Diogo Pinheiro Camarão e o governador Henrique Dias. A cavalaria formava dois esquadrões comandados pelos capitães Antônio da Silva e Manuel de Araújo de Miranda. Não podendo ainda o general von Schkoppe montar a cavalo ou mesmo caminhar facilmente, em consequência do ferimento recebido na batalha anterior, foi o exército holandês dirigido, nesta sortida, pelo coronel van den Brinck. As forças sob o seu comando constavam de

3.510 oficiais e soldados de infantaria, 300 marinheiros com seis peças e 400 índios e pretos, apresentando, portanto, um total de 4.200 homens (6.400, segundo os escritores portugueses). Os principais subchefes eram os coronéis van den Braden e Willem Hautijn, o tenente-coronel Klaes Klaeszoon e quatro outros, o vice-almirante Gielissen, que comandava os marinheiros e a artilharia (naquele tempo, chamava-se vice-almirante o segundo comandante de uma esquadra, podendo ser um simples capitão), e Pero Potí, comandante dos índios do partido holandês. As extensas descrições contemporâneas, que possuímos, desta e da primeira batalha, assim como as dissertações explicativas publicadas nestes últimos anos, continuarão a ser, como até aqui, palavreado incompreensível, enquanto o nosso governo, ou o Instituto Arqueológico Pernambucano, não mandar levantar uma planta em grande escala, tomando por modelo as do Estado-maior francês, do território compreendido entre o meridiano de Jaboatão e Muribeca a oeste, o mar a leste, e os rios Capibaribe e Pirapama ao norte e ao sul. A derrota dos holandeses, conforme os seus próprios documentos oficiais, foi mais completa ainda que a do ano anterior. Perderam toda a artilharia, 11 bandeiras, entre as quais o estandarte general (a carta de Schkoppe, de 10 de março, apenas confessa a perda de cinco canhões e de cinco bandeiras) e um número considerável de armas de mão; tiveram, entre mortos e feridos, um coronel (Brinck foi morto), quatro tenentes-coronéis, quatro majores, 35 capitães, 32 tenentes, 26 alferes, dois cirurgiões e 942 inferiores e soldados, total de 1.046 homens (957 mortos e 89 prisioneiros). Contudo, no mapa de que são extraídos esses algarismos, que só trata do exército regular, não se faz menção dos feridos, nem das perdas que sofreram os marinheiros, índios e pretos. O vice-almirante Gielissen foi morto, o coronel Hautijn ferido e o chefe dos índios ficou prisioneiro (era sobrinho do nosso ilustre Camarão, já então falecido). A perda dos holandeses deve, portanto, ter sido aproximadamente de 1.100 mortos, 600 feridos e 110 prisioneiros, (este algarismo é dado em uma relação portuguesa), ou de 1.800 homens fora de combate (três mil, diz essa relação). A nossa, segundo Rafael de Jesus, foi de 47 mortos e 207 feridos; no entanto, não indicando esse cronista a que tiveram os terços ou regimentos de índios e pretos, pode ser calculada em 60 mortos e 250 feridos. Entre os primeiros contava-se o sargento-mor Paulo da Cunha Souto Maior (o famoso guerreiro,

cuja cabeça Maurício de Nassau pusera a prêmio em 1641) e o capitão da cavalaria Manuel de Araújo de Miranda; entre os feridos, Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira (ambos mui levemente), Henriques Dias (seu oitavo ferimento), os capitães Cosme do Rêgo Barros (este morreu do ferimento), Paulo Teixeira, Manuel de Abreu, João Soares de Albuquerque, Jerônimo da Cunha do Amaral, Estevão Fernandes, Manuel Antônio de Carvalho, João Lopes e Álvaro de Azevedo Barreto. As bandeiras, tomadas nesta batalha, bem como 19 das tomadas na primeira, foram remetidas logo ao governador-geral, conde de Vila Pouca de Aguiar, e por ele enviadas da Bahia para Lisboa. O único monumento que perpetua a memória das duas jornadas de Guararapes é a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, levantada pelos beneditinos no lugar da capela, que, com essa intenção, o general vencedor fizera construir no mais oriental daqueles montes (ver o dia seguinte).

1650 — A primeira frota anual da Companhia Geral do Comércio do Brasil passa neste dia à vista do Recife, navegando para a Bahia, onde chega a 7 de março. Saíra de Lisboa a 4 de novembro. O conde de Castel-Melhor (João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa) era o general desta frota, e Pedro Jaques de Magalhães o almirante. Diante do Recife, alguns navios portugueses trocaram tiros com os holandeses que aí cruzavam.

1737 — Entra no Rio Grande de São Pedro, nome que tinha então o Rio Grande do Sul, a expedição que ia ocupar militarmente esse canal e tomar posse da lagoa Mirim. Vinha da Colônia do Sacramento e era comandada pelo brigadeiro José da Silva Pais. Compunha-se desse general, de um comissário de mostras, de um tesoureiro, de um ajudante e de 251 oficiais e soldados de infantaria (Rio de Janeiro e Bahia), de artilharia (Rio) e de cavalaria (dragões de Minas Gerais). Depois, foram chegando outros destacamentos, vindos também da Colônia ou do Rio de Janeiro e da Bahia. O general Silva Pais desembarcou na costa sul do canal e construiu logo o forte de Jesus-Maria-José, a leste do saco da Mangueira (e não no Chuí, como disse o autor do *Dicionário topográfico do Rio Grande do Sul*). Essa foi a posição do primeiro forte, segundo documentos oficiais e uma planta levantada por Silva Pais, da qual o geógrafo d'Anville se utilizou, para corrigir e completar a sua carta da

América do Sul. Meia légua (cerca de 3,3 km) a oeste, foi erguido o forte de Santana, mudado depois (entre os anos de 1747 e 1750), com o nome de São Pedro, para o sítio em que ora se acha a cidade do Rio Grande. Em 28 de setembro, depois de prontos esses dois fortes e de estabelecida a guarda do Taim, Silva Pais seguiu embarcado para a lagoa Mirim, explorou as suas margens, construiu o reduto de São Miguel e colocou uma guarda no Chuí (Chueú, escreve ele). Regressando, chegou ao forte de Santa Anna do Rio Grande de São Pedro no dia 1º de novembro, e aí encontrou a notícia de terem sido expedidas ordens para a suspensão das hostilidades. No dia 9, um alferes castelhano apresentou-se à guarda do Taim, trazendo essas ordens e uma carta do governador de Buenos Aires. "Dei muitas graças a Deus [escrevia Silva Pais], que tanto a tempo eu tivesse disposto a minha viagem e conseguido deixar debaixo das guardas e fortalezas, para sua majestade, o melhor terreno que tem toda a pampa, e de donde se proviam de gado e de courama, não só os da Colônia, como os mesmos castelhanos, pois desde o Curral Alto até o Chuí, que são mais de 30 léguas (cerca de 200km), é onde pastam o melhor de 1.500 cabeças de gado" (carta de 7 de março de 1738 ao vice-rei conde das Galvêas). O brigadeiro Pais partiu em 15 de dezembro de 1737 para Santa Catarina e daí para o Rio de Janeiro, deixando no governo militar do Rio Grande do Sul o mestre de campo André Ribeiro Coutinho, como ele, perfeito soldado e homem de letras. Desde que tomou posse do Rio Grande, compreendeu Silva Pais a importância da sua conquista, teve a intuição do grande futuro dessa bela parte do Brasil e desvelou-se em adotar as providências mais urgentes para o seu desenvolvimento e sua colonização. Em carta de 12 de abril de 1737, dirigida a Gomes Freire de Andrada, mostrava que a ocupação do Rio Grande era muito mais útil ao Brasil que a de Montevidéu: "O ponto é criar gente de cavalo e que saiba fazer o serviço como cá se costuma... Já se acham corridas mais de 200 vacas, espero que cresça o número e já se acham marcadas para sua majestade mais de mil, que faço conta passá-las a outra parte para um rincão de admiráveis pastos, de onde andam também as cavalhadas; quero ver se pode juntar alguma eguada para que, pela produção destes gados, se sustente a guarnição, e sobeje, e haja cavalaria para todo o serviço; eu procuro que todos saibam andar a cavalo, que é muito preciso... Como a terra da entrada deste rio é baixa, faço tensão levantar na ponta do norte um grande atalaião

de madeira para servir de baliza... E hei de procurar descobrir algum morador que seja pescador e prático da barra para que viva junto dela, e sirva de piloto da barra para as embarcações [...]" Outra carta, de 21 de junho, mostra que já tinha estabelecido estâncias e invernadas e que se ocupava de organizar o regimento de dragões, servindo de casco 120 que trouxera (pedia 150 ou 200 soldados da Colônia do Sacramento, "já acostumados a laçar e campear"): "Vossa excelência me pergunta [dizia ele] que interesse poderá ter sua majestade deste novo estabelecimento. Ainda eu não posso dar inteira informação, porque todo me entrego a segurar este porto e a sua guarnição; por ora, sempre me parece poder dar mais que quaisquer dos outros até esse rio, por ser capaz a terra de dar admiráveis frutos, poderem se estabelecer curtumes de toda a casta de couros e solas, que melhor que em outras partes aqui se curtem, prover-se de muitos gados as terras do norte por se poderem buscar a esses campos de Chuí para cá, que dentro de três dias se podem conduzir; de se fazer quantidade de charque, courama e peixe seco, e ainda poderem aqui vir comerciar os castelhanos, e introduzirem-nos com muita facilidade os minuanes os cavalos que quisermos. Também me asseguram haverem minas nas cabeceiras deste Rio Grande, porém isto se necessita de maior averiguação, e, finalmente, para a conservação da colônia, esta é a única porta de onde se lhe pode introduzir socorro" (carta de 21 de junho de 1737 a Gomes Freire de Andrada). Cumpre notar que, em 1735, uma colônia militar, fundada no Rio Grande em fins do ano precedente, pelo mestre de campo Domingos Fernandes, enviado da Colônia do Sacramento, fora destruída pelo comandante espanhol Estevan del Castillo, e que, desde o século XVII, os nossos paulistas talavam livremente todo o território ao norte do Jacuí. Em 1636 (ver 3 e 25 de dezembro), eles destruíram as missões dos jesuítas espanhóis desde o rio Pardo até o Araricá; em 1637, a de Ibituruna, perto do lugar em que está hoje Cruz Alta; em 1638, depois das vitórias de Caáro, Caazapá-guazu (ambas as povoações ficavam sobre o Ijuí-mirim), Caazapá-mini, entre o Ijuí e o Piratini, e San-Nicolás (no Piratini), repeliram os jesuítas e seus índios para a margem direita do Uruguai. De 1687 a 1707, voltaram estes e restabeleceram sete missões perto da margem esquerda. De 1715 a 1718, começaram a formar-se os primeiros estabelecimentos dos lagunistas, ao norte do Jacuí. Em 1725, já havia a povoação de Santo Antônio da Patrulha. Em 1726, o tenente de

mestre de campo general Davi Marques Pereira, por ordem do capitão-general de São Paulo, foi entender-se com Francisco de Brito Peixoto, capitão-mor da Laguna, para dar calor a povoação do Rio Grande de São Pedro e fazer com que se adiantasse a dita povoação. No entanto, foi somente à expedição do ilustre general Silva Pais que devemos a posse definitiva do Rio Grande do Sul, isto é, da parte oriental, porque a ocidental, regada pelos afluentes do Uruguai, só foi conquistada na Guerra de 1801. O general Silva Pais esteve ainda por duas vezes no Rio Grande, sendo governador de Santa Catarina com jurisdição sobre esse território. O visconde de Santarém cita as seguintes palavras, que encontrou em uma informação de d'Anville sobre o distinto engenheiro militar Silva Pais, no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França (vol. CVI da *Corresp. de Portugal*, fls. 274): "Este homem, de mérito pouco comum, segundo o que pude julgar por um mapa que havia desenhado do seu governo até a altura do cabo de Santa Maria, forneceu a um mapa da América Meridional, detalhes particulares que o distinguem. Esse mapa me foi comunicado pelo embaixador de Portugal, dom Luís da Cunha, e dele conservo a cópia" (Santarém, *Quadro elementar das relações diplomáticas*,VIII).

1752 — Parte do Rio de Janeiro para o Rio Grande do Sul o capitão-general das capitanias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo, Gomes Freire de Andrada, ulteriormente conde de Bobadela. Ia presidir, por parte de Portugal, aos trabalhos da demarcação de limites, pouco depois interrompidos pela guerra do Uruguai, empreendida para submeter os guaranis das missões jesuíticas.

1776 — Os espanhóis ocupavam, desde 1762, a vila do Rio Grande e toda a margem meridional do Rio Grande do Sul. Tinham aí a fortaleza de São José da Barra, as baterias do Mosquito (ou de Santa Bárbara), Trindade e Mangueira, e forte de Jesus, na ilha do Ladino, e as trincheiras da vila. Fundados em linha, entre as baterias do Mosquito e Trindade, estavam os cinco navios seguintes, sob o comando do capitão de fragata Francisco Xavier de Morales: corveta *Dolores* (20 canhões), brigues *Santiago* (16 canhões) e *Pastoriza*, setias *Misericórdia e San-Francisco* (os três últimos de 14 canhões cada um), e no saco da Mangueira a setia *Santa Matilde* (16 canhões) e a sumaca *Santo Antônio*.

O coronel Manuel Tejada comandava todas as forças espanholas aí reunidas. A margem setentrional era ocupada pelo Exército português sob o comando do tenente-general João Henrique de Bohm e composto principalmente de tropas brasileiras (do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul). Tínhamos nesta margem as baterias de São Pedro da Barra, São Jorge (ou dos Dragões), Conceição (no pontal do norte), Patrão-mor (ou Figueiras) e São José do Norte. Acima de São José do Norte estava a esquadrilha portuguesa do capitão de mar e guerra Jorge Hardcastle, composta dos bergantins *Belona, Dragão* (construídos em Porto Alegre) e *Invencível*, da sumaca *Sacramento* e do iate *São José* (os três últimos tinham forçado a entrada em 4 de abril de 1775). Neste dia 19 de fevereiro, o coronel do mar Roberto Mac Douall, comandante da esquadra portuguesa do Sul (os coronéis do mar chamaram-se depois chefes de divisão), passando a sua bandeira para a fragata *Graça*, forçou a entrada do Rio Grande, indo reforçar a esquadrilha de Hardcastle. A ordem de marcha dos navios portugueses foi esta: chalupa *Expedição* (tenente do mar Jerônimo Silva, 12 canhões, 70 homens), fragata *Graça* (capitão-tenente Kasselberg, 22 canhões, 200 homens), corveta *Vitória* (capitão-tenente Correia de Melo, 14 canhões, 90 homens), fragata *Glória* (capitão de mar e guerra Pegado, 20 canhões, 90 homens), corveta *Penha* (tenente do mar Rosa Coelho, oito canhões, 70 homens), sumacas *Bom Jesus* (tenente da armada Lopes Xavier), *Monte* (tenente da armada B. Ribeiro) e *Belém* (tenente do mar Medeiros; cada uma das três sumacas tinha 10 canhões e 70 homens) e bergantim *Bonsucesso* (primeiro piloto Silva Duarte, oito canhões, 40 homens). Total de nove navios, 114 canhões, 770 homens. A infantaria que guarnecia esses navios era do regimento de Santa Catarina. Destes navios soçobrou, arrombada, a chalupa *Expedição,* salvando-se a gente que a guarnecia, e encalharam a sumaca *Bom Jesus* e a corveta *Penha*. A primeira se safou, mas tornou a encalhar junto à bateria espanhola do Mosquito e ficou perdida. Foram salvas a guarnição e cinco peças. Os outros seis navios forçaram a entrada, passando a tiro de pistola dos inimigos e respondendo aos tiros dos seus canhões. Às 17h, fundeavam no porto do Patrão-mor. A corveta *Penha*, debaixo de todo o fogo que a fortaleza inimiga (da Barra) lhe fazia, conseguiu pôr-se em nado e fazer-se à vela pelas 17h30, e passar só pelo fogo de todas as fortalezas e navios, defendendo-se de todos, sempre à vela... Foi fundear entre as mais

embarcações da esquadra no forte do Patrão-mor pelas 19h. A esquadra portuguesa teve 11 mortos (entre os quais o capitão-tenente Frederico Kasselberg, comandante da *Graça*) e 30 feridos. Destes, morreram no hospital quatro, sendo um deles o capitão de mar e guerra Antônio José Pegado, comandante da *Glória*. A bordo dos navios espanhóis houve 16 mortos (entre eles o comandante da *Pastoriza* e o imediato da *San-Francisco*) e 24 feridos (cinco oficiais), "os demais de perigo, sem que se tenha levado em consideração os levemente feridos". No dia seguinte, cinco lanchas espanholas abordaram o *Bom Jesus* e levaram quatro peças. À noite, foi esse navio incendiado por dois granadeiros nossos. Os espanhóis declararam-se vencedores neste combate, em que sete navios portugueses forçaram, debaixo de fogo de 88 canhões e da fuzilaria de terra, a passagem de um canal de difícil navegação, "deixando a nossa esquadra a glória do êxito e a satisfação de haver conseguido uma vitória que, combinadas as circunstâncias, não terá semelhantes em muitos séculos". Levantaram então uma nova bateria, à qual deram o nome de Triunfo. Esta e todas as outras caíram em poder dos nossos, nos dias 1º e 2 de abril. O chefe Mac Douall, deixando sob o comando de Hardcastle os 13 navios, reunidos no porto do Patrão-mor, seguiu para bordo da nau *Santo Antônio*, que cruzava diante da barra.

1777 — O conde de Floridablanca sucede ao marquês de Grimaldi no ministério espanhol. Essa mudança coincide com a substituição do marquês de Pombal por Martinho de Melo e Castro como principal secretário de Estado de Portugal, facilita a suspensão de hostilidades na América do Sul e a negociação de um novo tratado de limites entre as possessões castelhanas e o Brasil (ver 1º de outubro de 1777).

1810 — Tratado de aliança e amizade entre o príncipe regente dom João (depois dom João VI) e o rei da Grã-Bretanha e Irlanda, Jorge III. Nesse tratado, o príncipe reconheceu a injustiça do comércio de escravos e prometeu adotar providências para a sua abolição gradual.

— Convenção assinada no Rio de Janeiro entre o conde de Linhares e o lorde Strangford, para o estabelecimento de uma linha de paquetes mensais entre Falmouth e Rio de Janeiro. Só em 1851 (ver 7 de fevereiro) começou a primeira linha de paquetes a vapor entre a Europa e o Brasil.

1822 — *Combate entre tropas brasileiras e portuguesas em Salvador* (ver o dia anterior). Às 6h30, as avançadas do brigadeiro Freitas Guimarães rompem o fogo contra as do 12º batalhão português, na praça da Piedade. O tenente-coronel Francisco José Pereira, comandante deste batalhão, repele o ataque, apodera-se de cinco peças e obriga a tropa brasileira a recolher-se ao forte de São Pedro. Dessa posição continuaram os partidários do general Freitas Guimarães a resistir, sustentando fogo contra os do general Madeira, que logo pôs em movimento todas as forças do seu comando, travando-se outros combates no Campo da Pólvora e junto ao quartel da legião de caçadores, combates em que levaram a melhor às tropas europeias, mais numerosas. Estas tiveram quarenta e tantos mortos, e as brasileiras mais de 60. A soldadesca do partido do general Madeira entregou-se então aos maiores excessos, invadindo casas particulares e o convento das religiosas da Lapa. A abadessa, Joana Angélica, foi morta por uma baionetada. O velho capelão do convento foi deixado por morto a coices de espingarda. Distinguiram-se nesses atos de crueldade, diz o cronista Acioli, "o esquadrão de cavalaria, pela maior parte composto de brasileiros e a maruja, armada de ordem do general Madeira" (ver o dia seguinte).

1835 — Rompimento de Francisco Pedro Vinagre, comandante das armas do Pará, contra o presidente Felix Antônio Clemente Malcher. Eram as duas autoridades aclamadas depois da sedição de 7 de janeiro (ver essa data), que começara pelo assassinato do presidente Lobo de Sousa, do comandante das armas Silva Santiago e do chefe da estação naval, capitão de fragata Inglis, distintíssimos oficiais. Com os sediciosos estava o primeiro-tenente Germano Aranha, que muito influiu para que os seus camaradas da marinha reconhecessem os fatos consumados e a autoridade dos dois caudilhos. Informado Francisco Vinagre de que Malcher tencionava prendê-lo, dirigiu-se, na manhã deste dia, para o Arsenal de Guerra, e aí pode repelir o ataque de 300 homens, que contra ele foram enviados. Derrotados os assaltantes, Vinagre os perseguiu até o Castelo, onde Malcher se refugiou, com os seus partidários. As forças de que dispunha Francisco Vinagre, engrossadas por muitos homens do povo, cercaram esse forte e o Hospital Militar, ocupando o Seminário Episcopal e as casas vizinhas. Por ordem de Malcher, o primeiro-tenente

José Eduardo Wandenkolk, que exercia o cargo de capitão do porto e comandava interinamente a estação naval, rompeu o fogo contra o Arsenal de Guerra, o palácio do Bispo, o Seminário e outros edifícios ocupados pelas forças de Vinagre. Wandenkolk conservou-se a bordo da corveta *Defensora*, comandada por seu irmão, o primeiro-tenente João Maria Wandenkolk. Além desse, sustentaram o fogo durante todo o dia os seguintes navios: brigue *Cacique* (primeiro-tenente Lopes da Silva), escuna *Bela Maria* (segundo-tenente Secundino Gomensoro), escuna *Alcântara*, barca *Independência* (primeiro-tenente J. T. Sabino) e iate *Mundurucu* (primeiro-tenente F. de Borja). Que espetáculo triste e revoltante (disse o então primeiro-tenente Oliveira Figueiredo) era ver uns poucos navios de guerra brasileiros despejarem sem piedade, sobre uma cidade também brasileira, suas artilharias, por ordem e com o fim de sustentar na presidência a um criminoso, chefe dos sediciosos assassinos de 7 de janeiro! (Depoimento, em 25 de julho de 1835, perante o Conselho de Investigação.) À noite, Malcher retirou-se para bordo da esquadra, deixando a defesa do Castelo entregue ao primeiro-tenente da armada, Antônio Maximiano da Costa Cabedo (ver o dia seguinte).

1838 — Um corpo de legalistas, comandado pelo major Manuel da Rocha Galvão, ataca e toma o porto das Armações (arredores de Salvador).

1840 — Em Boa Vista, no Parnaíba, os tenentes Frederico Guilherme Buttner e José Luís de Queirós repelem um ataque dos revolucionários do Maranhão e do Piauí.

1842 — Morre em Salvador, o padre Francisco Agostinho Gomes, ali nascido em 4 de julho de 1769. Deputado às Cortes Constituintes de Lisboa, foi também eleito para a Constituinte Brasileira e para a Câmara dos Deputados na primeira legislatura, mas não tomou parte nos trabalhos das duas últimas assembleias. Foi um erudito, de grande nomeada entre os seus contemporâneos, mas só publicou artigos sobre ciências naturais e uma *Memória Apologética*, esta quando a Câmara dos Deputados rejeitou, em 1836, o tratado de comércio entre Brasil e Portugal.

1868 — Forçamento da passagem de Humaitá por seis encouraçados brasileiros, sob o comando do capitão de mar e guerra Delfim Carlos de Carvalho, e tomada do Reduto Cierva pelo marechal Caxias.

1878 — Ulisses Machado Pereira Viana toma posse da presidência da Paraíba.

1885 — Sucedendo a Carlos Honório Benedito Otoni assume a presidência da província do Ceará Sinval Odorico de Moura, que foi substituído, a 1º de outubro do mesmo ano, por Miguel Calmon Du Pin e Almeida.

20 DE FEVEREIRO

1567 — Falecimento de Estácio de Sá. Morreu do ferimento recebido na tomada de Uruçu-mirim (20 de janeiro) e foi sepultado no arraial por ele fundado em 1565 (ver 28 de fevereiro) e a que dera o nome de cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Os seus ossos, trasladados daquele lugar (Praia Vermelha) para a igreja de São Sebastião em 1583, foram exumados em 16 de novembro de 1862 e restituídos à mesma sepultura em 20 de janeiro de 1863, na presença do imperador dom Pedro II e de vários membros do Instituto Histórico.

1601 — Por carta régia desta data é nomeado governador-geral do Brasil Diogo Botelho, que toma posse em Olinda, a 1º de abril de 1602, passa para a Bahia em setembro de 1603 e governa até 7 de janeiro de 1608.

1630 — O forte de São Jorge, do Recife, repele um assalto noturno dos holandeses sobre o local do referido forte (ver 14 de fevereiro de 1630). A guarnição compunha-se apenas de 37 homens, sob o comando do capitão Antônio de Lima, entrando naquele número o capitão Afonso de Albuquerque e os alferes Jacinto Barreto e Antônio Borges. O assalto foi dirigido pelo tenente-coronel Hartman Godfrid van Steyn-Callenfels, que nele empregou 600 homens, e retirou-se ao cabo de duas horas, com a perda de 20 mortos e 50 feridos (algarismos da parte

oficial holandesa; Duarte de Albuquerque eleva a 1.500 o número dos holandeses e dá-lhes 300 mortos, feridos e prisioneiros). Dos defensores do forte ficaram mortos cinco (entre eles o alferes Borges e o voluntário Francisco Guedes Pinto) e, feridos oito. A bateria de quatro peças, que ainda tínhamos na entrada da povoação do Recife, auxiliou a defesa. Era comandada por Lourenço Vaz Cerveira.

1649 — O general Barreto de Meneses volta ao Arraial Novo, com o seu exército vencedor da batalha da véspera e é recebido com salvas dos presídios e com tumultuosa aclamação de vivas, que sem descanso davam os moradores (Rafael de Jesus). Os nossos mortos tinham sido sepultados pela manhã no campo de batalha, menos o sargento-mor Paulo da Cunha Souto Maior, cujo corpo foi levado à igreja do Rosário da Várzea, onde foi dado "à terra com os funerais da piedade e da milícia, deixando a falta da sua companhia a todos magoados e saudosos".

1705 — Cinquenta homens, comandados por Leonel Gama e Luís Tenório de Molina, saídos da Colônia do Sacramento em dois lanchões armados pelo general Veiga Cabral, desembarcam em Martín García, obrigam a guarda espanhola a fugir com a perda de alguns mortos e prisioneiros, e apoderam-se dos armazéns que o inimigo tinha nessa ilha. Dias depois, esses lanchões bateram-se com dois do inimigo. Um dos nossos foi a pique, salvando-se toda a guarnição; um dos espanhóis foi tomado por abordagem e o outro fugiu.

1727 — Instruções do governador-geral do estado do Maranhão João da Maia da Gama ao governador da Guiana Francesa Claude d'Orvilliers, para a fiel observância do Tratado de Utrecht, que vinha sendo violado pelos franceses da Guiana, permitindo-se-lhes fazer comércio e tráfico de índios sobre terras do domínio português.

1777 — A expedição espanhola, dirigida pelo general Ceballos (102 navios), dá fundo na enseada de Canavieiras, ilha de Santa Catarina (ver 17 e 22 de fevereiro). A esquadra portuguesa do chefe Mac Douall já não avistava neste dia a inimiga. Reunidos em conselho os comandantes, só um, José de Melo Brayner, votou para que se atacasse a espanhola, apesar da sua enorme superioridade de forças. Todos os outros declararam que,

"sendo as ordens de sua majestade contrárias ao ataque", votavam para que fossem receber novas ordens do vice-rei marquês do Lavradio. De acordo com estes pareceres, seguiu a esquadra para o Rio de Janeiro. A ordem a que se referiam os comandantes consultados, transmitida pelo vice-rei, dizia assim: "Sendo, porém, que as forças navais que aí temos e poderemos ter hão de ser sempre muito inferiores às dos castelhanos, depois de aí chegar aquela sua numerosa expedição, é preciso que vossa excelência previna desde logo ao chefe da esquadra de sua majestade que deve evitar toda a ocasião de concorrer a mesma esquadra com a Armada castelhana, e muito mais o perigo de ser a primeira surpreendida na baía da ilha de Santa Catarina, onde não poderá evitar nem a surpresa nem o combate com forças desiguais." O seguinte trecho do ofício de 9 de março, do chefe Mac Douall, é resposta a censuras que lhe faziam: "Na esquadra, desde o primeiro oficial até o último pajem, sempre estiveram todos prontíssimos para fazer a sua obrigação; no entanto, passa de toda a compreensão humana como três naus de 64 peças, uma das quais tão podre e incapaz que está em perigo de lhe cair a coberta ao porão com a sua mesma artilharia, e uma nau de 50 deviam intentar o atacar cinco naus castelhanas de 70 e naus de 64; nem como quatro navios mercantes nossos muitos pequenos, armados em guerra, deviam intentar atacar 10 fragatas castelhanas (duas das quais vindas de Montevidéu) de 30 peças para cima cada uma, com brulotes de fogo..." A esquadra de Mac Douall saiu depois do Rio de Janeiro e cruzou na costa de Santa Catarina, quando a ilha já estava ocupada pelo inimigo. Nesses cruzeiros, fez várias presas, entre as quais a setia *Santana* (de seis canhões) e a nau *Santo-Agustin* (de 70 canhões) (ver 20 de abril). Em um deles, deu-se, na noite de 17 de junho, por inadvertência, o ataque da nau *Prazeres* (comandante J. de Melo Brayner) contra a *Ajuda* (comandante dom Francisco Xavier Teles) e o *Santo Antônio* (navio-chefe). Reconhecendo-se, afinal, cessaram o combate, mas entre os mortos contava-se o comandante da nau *Ajuda*, parente e amigo íntimo de Melo Brayner. Celestino Soares (*Quadros navais*, I, 64) procurou descrever esta ação em um dos seus folhetins, mas enganou-se na data, nos nomes dos navios e dos comandantes e em muitas circunstâncias.

1819 — É preso em Buenos Aires o agente confidencial do general Lecór, Luís Barroso Pereira, por ordem do diretor Pueyrredón e do ministro

Tagle. O pretexto da prisão foi o de ter introduzido cartas de Alvear e Carrera; no entanto, o verdadeiro motivo foi não ter Lecór querido prender e expulsar o espanhol Benito Vidal, casado com uma mulher bonita.

1821 — Por decreto de 8 de julho de 1820, fora o território de Sergipe d'el-Rei desligado da Bahia, formando uma capitania independente. Foi seu primeiro governador o brigadeiro Luís Antônio da Fonseca Machado, que, não querendo aderir à revolução constitucional, entregou nesta data o governo ao tenente-coronel Carlos Cesar Burlamaqui. Este, que também não quis prestar o juramento prévio à Constituição, foi deposto por tropas portuguesas, que marcharam da Bahia. Sergipe voltou então a ficar na dependência do governo da Bahia, até a chegada da expedição do Rio de Janeiro, comandada pelo general Labatut. Apresentando-se este no Penedo em 28 de setembro de 1822, o povo de Vila Nova levantou-se (2 de outubro), proclamou a independência e dispersou a tropa que ali estava reunida para opor-se à passagem de Labatut.

1822 — As tropas do general português Madeira sitiavam incompletamente, desde a véspera, o forte de São Pedro, em Salvador, ocupado pelo general Freitas Guimarães. Vendo este que a resistência seria inútil, ordenou aos seus oficiais e soldados que, pelo baluarte marítimo, se fossem evadindo para o interior. Na estrada de Brotas, o maior desses destacamentos, foi alcançado pelo 2º Batalhão da Legião Constitucional e dispersou-se depois de rápido tiroteio, ficando prisioneiros oitenta e tantos. À noite, um tenente-coronel saiu do forte de São Pedro, para tratar da rendição, já duas vezes intimada pelo general Madeira. Quando, no dia seguinte, aí entraram as tropas portuguesas, só encontraram o general Freitas Guimarães, um tenente-coronel, dois outros oficiais e alguns cadetes. A rivalidade que existia entre brasileiros e portugueses, explorada em proveito próprio por Freitas Guimarães, produziu o conflito de 19 de fevereiro, em que ficaram vencedores os europeus. Em 25 de junho, começou na Cachoeira a reação contra a prepotência das tropas portuguesas.

1827 — *Batalha de Ituzaingo, também chamada do Passo do Rosário* (geralmente aparece aquela palavra escrita Ituzaingó, mas esta

grafia é espanhola). Menos de uma légua (cerca de 6,6 km) a leste do Passo do Rosário, no rio de Santa Maria, o terreno apresenta três linhas de lombadas chamadas coxilhas de Santa Rosa, quase paralelas ao rio. Essas lombadas terminam ao sul, no banhado de Ituzaingo, por onde passa a estrada de São Gabriel para o Passo do Rosário (Olmedilla, no seu mapa da América do sul, deu erradamente o nome de *Ytuzaingó* ao Ibicuí-mirim de Santana, tributário da margem esquerda do Santa Maria). O exército argentino-oriental, comandado pelo general Carlos María de Alvear, ocupava as duas lombadas de oeste, mais próximas do Passo do Rosário; o brasileiro, dirigido pelo tenente-general marquês de Barbacena, que ia em marcha de São Gabriel para o Passo do Rosário, tomou posição na lombada oriental. O vale, entre essas alturas, era cortado em quase toda a sua extensão por um barranco ou sanja, que só dava fácil passagem em alguns lugares, e seguia a direção norte-sul das colinas. Foi nesse vale e sobre as duas lombadas paralelas que se deu a batalha. "A distância entre as duas posições [diz a legenda na planta desenhada pelo capitão, depois coronel, Seweloh] é no alcance do calibre 6, de mais ou menos mil passos" (Seweloh, *Erinnerungen an den Feldzug 1827 gegen Buenos Aires*, mss. da nossa col.). O exército brasileiro compunha-se de 6.338 homens, assim divididos: Estado-maior, 25; infantaria, 2.294; cavalaria, 3.734; artilharia, 285; no entanto, estavam empregados na guarda e na condução do parque, hospital, bagagens e cavalhada, 469 homens (361 de cavalaria, 68 de infantaria e 40 de artilharia), doentes que haviam ficado em São Gabriel, 271 (183 de cavalaria, 83 de infantaria e cinco de artilharia) e presos, seis (quatro de cavalaria e dois de infantaria). O número de combatentes era, portanto, de 5.638 (Estado-maior, 25; escolta do general, 46 homens de cavalaria; infantaria, 2.141; cavalaria, 3.186; artilharia, 240), ou de 5.776, contando-se os empregados. A 1ª brigada ligeira, do coronel Bento Manuel Ribeiro, não incluída nesses algarismos, compunha-se então de 1.101 homens de cavalaria, depois de reforçada com algumas companhias de guerrilhas, tiradas da 2ª brigada ligeira. Desde o dia 6 fora destacado aquele coronel para observar a direção da marcha do inimigo, que quase todos os chefes rio-grandenses acreditavam em plena retirada. Na manhã deste dia 20, estava em frente ao Passo do Umbu, no Ibicuí do monte Grande, entre a margem esquerda deste rio e a direita do Cacique, a seis ou sete léguas (cerca de 39,6 km a 46,2 km)

do campo de batalha, onde poderia ter chegado pelas 11h (mss. do barão de Caçapava), porque um dos seus piquetes avançados deu aviso, às 7h30, de que ouvia fogo de artilharia e mosquetaria na direção do Passo do Rosário, a su-sudoeste; no entanto, Bento Manuel, em vez de procurar reunir-se ao seu general, afastou-se para leste, indo acampar à noite em frente ao Passo de São Pedro. Na lombada de que anteriormente se fez menção, colocou-se o Exército brasileiro. À direita, ficou a divisão do general Sebastião Barreto, composta da 1ª brigada de infantaria (coronel Leitão Bandeira, 1.496 homens) e das 1ª e 2ª de cavalaria (coronel Egídio Calmon, 431 homens; e coronel Araújo Ribeiro, 466); à esquerda, a divisão do general Calado, composta da 2ª brigada de infantaria (coronel Leite Pacheco, 645 homens) e das 3ª e 4ª de cavalaria (coronel Barbosa Pita, 662 homens; e coronel Tomás da Silva, 477). Em frente da nossa esquerda, tiroteavam com a direita do inimigo um corpo de voluntários de cavalaria, comandado pelo general barão de Cerro Largo (550 homens) e a 2ª brigada ligeira (coronel Bento Gonçalves, 352 homens). A artilharia (11 peças de calibre 6 e um obus cilíndrico de seis polegadas) tinha por comandante-geral o coronel Tomé Madeira, e foi repartida em baterias, assim dispostas da direita para a esquerda: quatro baterias de duas bocas de fogo cada uma (do 1º corpo de artilharia montada do Rio de Janeiro), comandadas pelo segundo-tenente Mallet, primeiro-tenente português Pereira e capitães Correia Caldas e Lopo Botelho, com a 1ª divisão; quatro peças do 4º corpo de artilharia de posição (Santa Catarina), dirigidas pelo major Samuel da Paz, com a 2ª divisão; uma destas peças foi destacada para a frente, ficando às ordens do barão de Cerro Largo. Cada brigada compunha-se de dois ou três corpos, mas sobretudo os de cavalaria estavam tão incompletos, que nenhum deles daria a força de dois esquadrões europeus (efetivo de um regimento de cavalaria na França, tempo de paz, 866 homens, em cinco esquadrões). Foram estes os corpos que tomaram parte na batalha: 1ª divisão (brigadeiro Sebastião Barreto): 1ª brigada de infantaria (coronel Leitão Bandeira): 3º (Rio de Janeiro, major J. Crisóstomo da Silva), 4º (Rio de Janeiro, tenente-coronel Freire de Andrade) e 27º (alemães, major L. M. de Jesus) batalhões de caçadores; 1ª brigada de cavalaria (coronel Egídio Calmon): 1º regimento de cavalaria (Rio de Janeiro, tenente-coronel Sousa da Silveira) e 24º de milícias (guaranis de Missões, major Severino de

Abreu); 2ª brigada de cavalaria (coronel Araújo Barreto): 4º regimento de cavalaria (Rio Grande do Sul, tenente-coronel M. Barreto Pereira Pinto), esquadrão de lanceiros imperiais (alemães, capitão von Quast) e 40º regimento de milícias de Santana do Livramento, chamado regimento de Lunarejo, tenente-coronel José Rodrigues Barbosa); 2ª divisão (brigadeiro Calado): 2ª brigada de infantaria (coronel Leite Pacheco); 13º (Bahia, tenente-coronel Morais Cid) e 18º (Pernambuco, coronel Lamenha Lins) batalhões de caçadores; 3ª brigada de cavalaria (coronel Barbosa Pita); 6º regimento de cavalaria (Rio Grande do Sul, major Bernardo Joaquim Correia), esquadrão da Bahia (major Pinto Garcez) e 20º regimento de milícias (Porto Alegre, coronel J. J. da Silva); 4ª brigada de cavalaria (coronel Tomás da Silva); 3º (São Paulo, tenente-coronel Xavier de Sousa) e 5º regimento de cavalaria (Rio Grande do Sul, tenente-coronel Filipe Néri de Oliveira); 2ª brigada ligeira (coronel Bento Gonçalves); 21º (vila do Rio Grande, major M. Soares da Silva) e 39º (vila de Cerro Largo, tenente-coronel Isas Calderón) regimento de milícias. O corpo comandado pelo marechal de campo barão de Cerro Largo compunha-se de voluntários, em grande parte desertores indultados. A força que guardava as bagagens, comissariado e hospital, sob o comando do coronel Jerônimo Gomes Jardim, constava de 127 lanceiros do Uruguai (guaranis de Missões) e de destacamentos de vários corpos. Era chefe de Estado-maior o marechal de campo Gustavo Brown, ajudante general o brigadeiro Soares de Andréia (depois barão de Caçapava) e quartel-mestre general o tenente-coronel Antônio Elisiário de Miranda e Brito. O Exército da República das Províncias Unidas do Rio da Prata (hoje República Argentina) compunha-se de 7.644 homens de cavalaria, de 1.674 de infantaria e de 485 de artilharia, com 18 peças. Total de 9.803 homens. Tinha, portanto, força quase dupla do brasileiro e era-lhe muito superior em cavalaria (nesta arma, a sua força era três vezes superior à nossa). Além dessa vantagem, tinha a de estar descansado no campo de batalha que escolhera, ao passo que o nosso exército, avançando a marchas forçadas, caminhava desde 1h, quando às 6h o encontrou, e assim teve de entrar em ação. A direita do exército inimigo, comandada pelo general Lavalleja, compunha-se de 4.545 homens de cavalaria, sendo 3.255 orientais (9º regimento, dragões orientais, dragões libertadores, milícias de Maldonado, Paissandu, Pando, Colônia e Mercedes e

esquadrão de São José) e 1.290 argentinos (8º e 16º regimentos, ambos de lanceiros e esquadrões de couraceiros). Essas forças eram comandadas segundo a ordem em que vão aqui mencionadas: as orientais pelos coronéis Manuel Oribe e Servando Gómez, pelo tenente-coronel Inácio Oribe, pelo coronel Leonardo Oliveira, pelos tenentes-coronéis Raña e Burgueño, pelo coronel Arenas e pelo tenente-coronel Adriano Medina; as argentinas, pelos coronéis Juan Zufriátegui e J. Olavarria e pelo tenente-coronel Anacleto Medina. No centro, comandado pelo general Soler, estavam 3.949 homens das três armas: 1º (Buenos Aires, coronel M. Correia), 3º (Entre Rios, coronel E. Garzón), 2º (orientais, coronel Alegre) e 5º (Salta e Jujui, coronel Felix Olazabal) batalhões de caçadores (força dos quatro batalhões, 1.674 homens), o regimento de artilharia ligeira (Buenos Aires, 485 homens, coronel T. Iriarte), e, em segunda linha, a reserva de cavalaria (1.790 homens), composta dos 1º (províncias de Suyo e Córdoba, general Frederico Brandzen), 2º (coronel J. M. Paz) e 3º (Buenos Aires, coronel Ángel Pacheco) regimentos. A esquerda, comandada pelo general Julián Laguna, era formada apenas pela brigada de cavalaria do coronel Lavalle (1.309 homens), composta do seu regimento, que era o 4º (Buenos Aires, couraceiros), do de Colorados de Conchas (província de Buenos Aires, coronel Vilela) e do esquadrão alemão (coronel barão Heine). No Exército argentino, as divisões eram chamadas corpos de exército e as brigadas tinham o nome de divisões. Era chefe do Estado-maior o general Lucio Mancilla, e do corpo de engenheiros o coronel Trolle, francês. Na sua *Exposición* (Buenos Aires, 1827) defendendo-se das censuras contidas na mensagem do governo, Alvear diz que só tinha nesta campanha 6.200 homens, mas é porque não inclui naquele algarismo os orientais do general Lavalleja. Ao passo que assim diminui as suas forças, exagera as nossas, elevando-as a 10 mil homens (Lavalleja calculou-os em oito mil, carta de 22 de fevereiro, guardada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro). Os mapas oficiais brasileiros, remetidos ao Ministério da Guerra antes e depois da batalha, e os mapas argentinos que caíram em nosso poder (um deles assinado por Ger. Espejo) dão algarismos muito diferentes dos que apresentou Alvear em sua defesa. Às 7h30 começou o fogo de artilharia. Pouco depois, por ter os cavalos cansados, segundo disse, o coronel Bento Gonçalves deixou a posição, que ocupava no vale, ao lado do barão de Cerro Largo, e foi

postar-se na extrema direita da nossa linha. O marquês de Barbacena, de acordo com o general Brown, resolveu tomar à ofensiva, e este levou ao ataque do centro inimigo a 1ª divisão. Começaram então as cargas de cavalaria. A pequena brigada do coronel Miguel Pereira de Araújo Barreto repeliu e perseguiu na direita os Colorados de Conchas, distinguindo-se muito nesta carga o 40º de milícias, do tenente-coronel José Rodrigues Barbosa; na esquerda, os voluntários do barão de Cerro Largo, apoiados pelas brigada Barbosa Pita, destroçaram uma coluna de cavalaria de que fazia parte o 9º regimento, de Manuel Oribe, o qual, indignado contra os seus soldados, "arrancou bruscamente suas dragonas de coronel, exclamando: 'Quem comanda soldados que fogem, não é digno de portar essas insígnias!'" (Berro, *Bosquejo histórico de la República Oriental*, 1ª ed. p. 131). O 8º regimento argentino (lanceiros, coronel Zufriátegui), encarregado por Lavalleja de um ataque de flanco sobre os voluntários do barão de Cerro Largo, "em lugar dessa evolução, fez a de dar as costas" (carta de Lavalleja, anteriormente citada). A brigada da infantaria do coronel Leitão Bandeira avançava ("de um modo formidável", diz boletim argentino) sobre o centro inimigo. Alvear enviou contra esses três batalhões o general Brandzen, francês de nascimento, veterano das Guerras de Napoleão e da independência (era coronel no exército argentino e general peruano). Brandzen, com o 1º regimento (680 homens), lançou-se contra o quadrado do 4º de caçadores; os coronéis Paz (2º regimento, 540 homens) e Pacheco (3º regimento, 564 homens) contra os dos 3º e 27º. Essa carga foi repelida com grande perda do inimigo, caindo mortos, junto aos nossos quadrados, o general Brandzen e o tenente-coronel Bezares (do 2º regimento). A brigada de Araújo Barreto, levando à sua frente o general Sebastião Barreto, perseguiu os fugitivos. O 1º regimento argentino teve 14 oficiais e 200 soldados fora de combate (Wright, *Biogr. de Brandzen*). Isto se passava às 11h. Pouco depois, na nossa esquerda, os dragões orientais (coronel Servando Gómez) e o esquadrão de couraceiros (tenente-coronel Anacleto Medina) atacavam de flanco e destroçavam o corpo de voluntários do barão de Cerro Largo, que, envolvido com o inimigo, correu sobre os 13º e 18º batalhões de caçadores. O general Calado formou com estes um só quadrado e viu-se forçado a fazer fogo sobre amigos e inimigos. Aí caiu mortalmente o barão de Cerro Largo. As brigadas de cavalaria Barbosa Pita e Tomás

da Silva perseguiram o inimigo em sua retirada. Os voluntários dispersos foram levar a notícia do seu revés à guarda da bagagem. Já então numerosos esquadrões inimigos apareciam nos dois flancos do nosso exército, dirigindo-se para a retaguarda. "Os fugitivos do barão de Cerro Largo, os lanceiros do Uruguai (guaranis) e o inimigo, todos à mistura, caíram sobre a bagagem e o parque e tudo roubaram, levando depois o inimigo as carretas de bagagem e o parque para dentro de um banhado" (barão de Caçapava, *Batalha do Rosário*, mss.). As duas brigadas de infantaria continuavam a repelir as cargas de cavalaria inimiga. Quatro peças que havíamos perdido (uma delas na derrota do corpo de voluntários, três na carga dos lanceiros do coronel Olavarria) foram logo retomadas pelo 5º regimento (tenente-coronel Filipe Néri) e pelo 20º de milícias (coronel J. J. da Silva). Às 12h30, o coronel Lavalle, à frente do 4º regimento (couraceiros), dos Colorados de Conchas e do esquadrão alemão (1.300 homens), caiu sobre a brigada Egídio Calmon, composta do 1º regimento de 1ª linha (297 homens) e do 24º de milícias (134 homens, quase todos guaranis). Este último, morto o comandante, foi lançado fora do campo de batalha; no entanto, o primeiro bateu-se à espada, até ser socorrido, merecendo neste combate os elogios de todos os seus chefes o major Cabral, depois barão de Itapagipe. "Maravilhou-me [disse o maior herói desse dia] a resignação, a bravura e o brio dos que compunham o galhardo 1º regimento de cavalaria da corte; poucos voltaram do combate, porém um só não voltou a cara ao inimigo." (*O marechal Leitão Bandeira a seus caros filhos*, Niterói, 1854, p. 5). O general Sebastião Barreto, com a 2ª brigada de cavalaria e o 21º de milícias, a cuja frente ia o coronel Bento Gonçalves, acudiu aos restos do 1º regimento e perseguiu o inimigo até o alto de suas posições. O 39º de milícias (tenente-coronel Calderón), que fazia parte da brigada de Bento Gonçalves, já tinha abandonado o campo de batalha: segundo alguns, porque fora cortado; segundo o barão de Caçapava e Elisiário Brito, porque aquele coronel ordenara a Calderón que seguisse para o Jaguarão. Bento Gonçalves e Bento Manuel já eram por esse tempo caudilhos influentes no Rio Grande do Sul, e o governo e os generais fechavam os olhos aos seus atos de indisciplina. A última carga da cavalaria argentina contra a da nossa 1ª divisão foi comandada pelo coronel Paz, que nela sofreu grandes perdas e foi repelido (o boletim argentino diz o contrário, mas o general La Madrid confirma as

descrições brasileiras, em suas *Observaciones sobre las Memorias Póstumas del general Paz*, p. 256: "A carga comandada pelo general Paz nesta batalha foi rechaçada e ele se viu obrigado a retirar-se a uma longa distância."). Com o destroço do corpo de voluntários e do 24º de milícias, a retirada do 39º e as grandes perdas sofridas pelo 1º regimento, estando perdidos os carros de munições e tendo a cavalaria inimiga incendiado o campo em nossa retaguarda, o marquês de Barbacena ordenou, às 13h, que a 1ª divisão voltasse do vale, onde se achava, para a posição que ocupava primitivamente. O fogo continuou frouxo, conservando-se o inimigo em suas posições, porque a sua cavalaria muito sofrera nas cargas sucessivas. O comandante geral da nossa artilharia, segundo o testemunho do general em chefe e do Estado-maior, perdera no fim da batalha toda a presença de espírito. O mesmo sucedeu ao comandante da artilharia argentina, que, "[...] quando viu a dispersão dos orientais e que, perseguidos pela cavalaria imperial, caíam sobre a bateria, montou a cavalo e se colocou a salvo até o fim da ação" (ver *El Liberal*, de Buenos Aires, nºs 46 e 51, de 25 de abril e de 13 de maio de 1828). Feridos dois comandantes de baterias na nossa direita, coube a um jovem oficial, o segundo-tenente Emílio Mallet (depois general e barão de Itapevi), a honra de comandar desse lado a nossa artilharia. Às 14h, não havia mais que 8 ou 12 cartuchos por patrona ou cofre de artilharia, e os dois exércitos continuavam imóveis, cada um na posição que ocupava ao começar a batalha. O marquês de Barbacena fez soar então o toque de retirada. "O inimigo, apesar de ter quase o dobro das nossas forças, não nos levou fora do campo de batalha, senão porque nos faltaram as munições..." (informações de 29 de outubro de 1874, do general E. L. Mallet ao visconde do Rio Branco, mss.). "Marchou então o exército com a direita em frente, já reduzido a cerca de 4.700 praças, segundo a minha lembrança, repelindo atiradores e cargas de cavalaria, com verdadeira disciplina, sangue frio não vulgar e valor, poupando as munições, não dando tiro sem emprego; e, porque os cavalos e parelhas, e mesmo a tropa carecia de algum repouso, fez alto; puseram-se as competentes linhas de atiradores onde convinha, tiraram-se os freios aos cavalos e muares para pastarem sobre os cabrestos, e, passadas mais de duas horas, continuou a marcha, deixando o inimigo, mal que anoiteceu, de acompanhar o Exército imperial" (general Elisiário Brito, *A batalha do campo do Rosário*, mss.). "Esta

retirada foi executada à custa de muitos esforços, na maior ordem, mostrando os soldados grande serenidade e sangue frio, como eu nunca esperava ver no Brasil; e, se o exército de Buenos Aires era muito superior em patriotismo, tática, organização e força numérica, nós não nos mostramos inferiores na brilhante disposição da nossa retirada, para o que muito concorreu a calma e inexcedível coragem do general em chefe"(Seweloh, *Erinnerungen*, p. 3 do fol. 16). "O inimigo incendiou o campo por onde tínhamos de marchar. Uma forte coluna de cavalaria veio corta-nos o passo, e uma voz forte e sonora, a sua frente, gritou: 'Viva a Pátria!' Este brado foi logo respondido com o grito geral de 'Viva o imperador!', e com um marche-marche tão cheio de furor, que o inimigo deu costas e foi buscar longe o abrigo de outras forças (barão de Caçapava, mss. cit.). O Exército brasileiro acampou, à meia-noite, no Passo do Cacequi, conduzindo toda a sua artilharia, menos uma peça, que foi abandonada durante a marcha, por ter as rodas quebradas; no dia seguinte (21), prosseguiu a retirada para o Passo de São Lourenço, no Jacuí, onde chegou a 2 de março, ficando em São Sepé parte da cavalaria, com o general Barreto. O Exército argentino não incomodou essa retirada e na mesma tarde de 20 contramarchou, indo acampar no Passo do Rosário, onde deixava suas bagagens; apenas o general Lavalleja, com dois mil homens de cavalaria, acompanhou de longe o nosso exército, até as 18h30, sem disparar um tiro. O boletim nº 5, de Alvear, diz que "uma grande parte da cavalaria continuou na perseguição do inimigo até meia-noite" e que "o resto do exército acampou sobre umas elevações (isletas) próximas a Cacequi". O general Luís Manuel de Lima e Silva (*Campanhas de 1825 a 1828*, mss.), por informações de moradores do Passo do Rosário, desmente essas inexatidões do boletim; porém, há testemunho mais insuspeito ainda, o do general argentino Paz, que, em carta de 26 de maio de 1828, escreveu o seguinte: "Enchi-me de profundo pesar, quando, na tarde da batalha, marchamos de volta ao Passo do Rosário e permanecemos na maior parte de 21... No dia 22, à meia-noite, chegamos a Cacequi" (*Papeles vários sobre Buenos Aires*, vols. de 1811-1835, nº 78, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro). O Exército argentino entrou em São Gabriel no dia 26 e aí descansou três dias. No 1º de março começou a sua retirada para Corrales, território da atual República do Uruguai. A nossa perda na batalha, segundo a relação oficial, foi de 172 mortos (general barão do

Cerro Largo; majores Severino de Abreu, comandante do 24º de cavalaria, e Bento José Galamba, fiscal do 4º de caçadores; quatro capitães, três tenentes, um ajudante, três alferes, um cirurgião e 157 inferiores e soldados), 91 feridos, que acompanharam o exército em sua retirada (general Gustavo Brown, levemente; tenentes-coronéis Lamenha Lins, comandante do 18º de caçadores, Freire de Andrade, do 4º, e Albano de Oliveira Bueno, de milícias; três capitães, três tenentes, um ajudante, três alferes e 77 inferiores e soldados) e 74 prisioneiros, quase todos feridos (dois cirurgiões-mores, um capitão de artilharia, um primeiro-tenente de artilharia, um alferes de cavalaria e 69 inferiores e soldados). Total de 347 homens. No entanto, como nesses algarismos não se compreende a perda que tiveram o corpo de voluntários, o 24º e o 39º de milícias e a guarda da bagagem, pode-se calcular que houve uns 200 mortos, 150 prisioneiros ou feridos deixados no campo, 91 feridos que acompanharam o exército, e 800 dispersos ou extraviados, entre os quais os doentes que estavam no hospital. Com os extraviados, tivemos fora de combate 1.300 homens, pois o exército se retirou com 4.700 combatentes. O Exército argentino propriamente dito teve 147 mortos (general Brandzen, tenente-coronel Bezares, 16 capitães e subalternos) e 231 feridos (23 oficiais, entre os quais o coronel Olavarria e outro chefe); a cavalaria oriental teve 64 mortos (nove oficiais, sendo um deles o major Berro) e cem feridos (10 oficiais, entrando nesse número o coronel Leonardo Oliveira e o tenente-coronel Adriano Medina). Total de 211 mortos (um general, dois chefes e 24 outros oficiais) e 331 feridos (quatro chefes e 29 capitães e subalternos), ou seja, 542 homens fora de combate. Tanto o ofício dirigido por Alvear ao ministro da Guerra quanto o boletim nº 5, assinado pelo seu chefe do Estado-maior, dizem que foram tomadas aos brasileiros duas bandeiras e 10 peças de artilharia. Durante a batalha, apenas os cinco batalhões de caçadores levaram suas bandeiras, e nenhuma delas se perdeu: os quadrados da nossa infantaria repeliram todas as cargas do inimigo. Os corpos de cavalaria, porém, entraram em combate sem os seus estandartes, depositados em São Gabriel na bagagem, e foi em alguma das carretas da retaguarda que o inimigo encontrou as duas insígnias, a que se referem os citados documentos. Quanto à artilharia, a declaração dos dois generais foi uma inqualificável invenção. Todos os ofícios escritos pelos generais e chefes brasileiros logo depois da batalha, todas as descrições escritas

mais tarde por brasileiros (generais L. M. de Lima e Silva, barão de Caçapava, Elisiário Brito e Emílio Mallet, *in* mss. da nossa col.) e por oficiais estrangeiros ao nosso serviço são acordes em declarar que apenas abandonamos na retirada *uma peça,* que não podia ser conduzida. Como o testemunho dos oficiais estrangeiros que estiveram na batalha será considerado mais imparcial e verídico, transcreveremos aqui o que eles dizem sobre esta questão da artilharia. O capitão Seweloh (depois coronel) afirma que apenas uma peça foi abandonada: "Encravamos e abandonamos *uma peça*, cujas rodas se quebraram." E, tratando da marcha do dia 21, acrescenta: "Os 11 *canhões* eram puxados pelos restos do 24º de cavalaria, por meio de laços, para ajudar as mulas" (*Erinnerungen*, mss. já cit., p. 3 do fol. 16 e 1ª do fol. 21; deste mss., foi publicada uma tradução no t. XXXVII da *Revista do Instituto*, mas sem as numerosas plantas do original que possuímos). O autor anônimo dos *Beitrage zur Geschichte des Krieges Zwischen Brasilien und Buenos Ayres in den Iahren 1825-1828 von einem Augenzeugen* (atribui-se este trabalho ao capitão barão Carl de Leenhof), analisa a parte oficial do general argentino: "Alvear diz, na sua participação muito lacônica de 21 de fevereiro: 'o exercito republicano encontrou-se com o imperial no campo de Ituzaingo; este último teria 8.500 homens e combateu por seis horas; deixou, no campo de batalha, 1.200 cadáveres e 10 canhões; a nossa perda não chega a 400 homens.'" É possível que 1.200 mortos e feridos tenham ficado no campo de batalha, mas não 1.200 mortos somente, e naquele número de mortos e feridos devem estar compreendidas as perdas dos dois exércitos... Quanto aos 10 canhões tomados, este algarismo resulta de algum engano de copista, ou de um desses erros intencionais dos que, redigindo boletins, não consideram caso de consciência um zero de mais ou de menos, pois na verdade apenas *uma peça* não pode seguir a retirada, pelo mau estado do seu reparo: não foi, portanto, tomada pelo inimigo, mas caiu em seu poder (p. 234, *in fine*). O tenente Carl Seidler (*Zehn Jahre in Brasilien*, p. 154, v. I) diz: "Os soldados, ainda que mortos de cansaço, puxavam 11 canhões... Apenas *um canhão*, cujas rodas se quebraram, caiu em poder do inimigo. Este foi o seu único troféu da jornada..." Porém, há documento ainda mais importante e decisivo. É uma carta autógrafa do general Lavalleja, datada de 26 de março, na qual se lê o trecho seguinte: "Disse, na minha anterior, que cinco peças de artilharia haviam sido tomadas ao inimigo, mas essa

notícia foi pela relação que me fez o general no dia seguinte à ação (no mesmo dia 21, anunciava a seu governo a tomada de 10 peças, e a Lavalleja a tomada de cinco). É verdade que em várias cargas deixamos à nossa retaguarda peças de artilharia, mas provavelmente os inimigos devem ter voltado a tomá-las, *porque não aparece mais que uma*" (*Memória da expedição do general Lavalleja*, autógrafos da col. Angelis, guardada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

1828 — O capitão de mar e guerra James Norton, deixando o comandante Oliveira Botas à frente de parte da divisão de bloqueio que comandava, segue com a outra para bloquear o Salado.

1835 — Continua o combate, em Belém do Pará, entre os partidários de Francisco Vinagre e os de Malcher (ver o dia anterior). A esquadra recomeçou, pela madrugada, o fogo, que suspendera na noite anterior (ver o dia seguinte).

1854 — Sucedendo a Joaquim Vilela de Castro Tavares, toma posse do cargo de presidente da província do Ceará Vicente Pires da Mota, que a 13 de outubro do ano seguinte foi substituído por Francisco Xavier Pais Barreto.

1856 — Falece em Oeiras, Piauí, o visconde da Parnaíba, Manuel de Sousa Martins. Foi lavrador e era um dos homens mais ricos da província, a qual administrou durante cerca de 20 anos. Contava 93 anos de idade.

1865 — Bloqueada a praça de Montevidéu desde 2 de fevereiro, 18 dias depois capitula, entregando-se às tropas brasileiras, que se compunham de 8.498 homens, dos quais 4.498 de infantaria. Expirado a 14 de fevereiro o período governamental de dom Atanásio C. Aguirre, foi eleito no dia seguinte dom Tomás Villalba, com quem assinou o ministro do Brasil, conselheiro José Maria da Silva Paranhos (depois visconde do Rio Branco), a 20 de fevereiro, o convênio que punha termo à intervenção do Brasil no Estado Oriental do Uruguai. Em virtude desse pacto, transferiu dom Tomás Villalba o poder ao general dom Francisco Caraballo, que, 24 horas depois, o resignava em mãos do general dom Venâncio Flores, o

qual, entrando triunfalmente em Montevidéu no dia seguinte, assumiu aí o título de governador provisório. A República do Uruguai, até então nossa inimiga, passou a ser nossa aliada contra o Paraguai, firmando-se para isso, com ela e a Argentina, o tratado de 1º de maio de 1865.

— Convênio de paz entre o Império do Brasil e o Uruguai, feito segundo o protocolo assinado na vila de União pelo plenipotenciário brasileiro José Maria da Silva Paranhos e pelo brigadeiro general dom Venâncio Flores e dom Manuel Herrera y Obes, representantes dos dois beligerantes, sob os auspícios do ministro residente da Itália Rafael Ulisses Barbolani, por encargo do presidente dom Tomás Villalba e do corpo diplomático de Montevidéu. Da mesma data é o protocolo reservado e adicional ao convênio, assinado, como este, na vila de União, pelos mesmos plenipotenciários.

— O governo imperial aprova a proposição da Câmara Municipal da corte, para que a rua dos Latoeiros passe a denominar-se rua Gonçalves Dias, em honra do grande porta e escritor falecido no ano antecedente.

1871 — Chega ao Rio de Janeiro, de regresso de sua missão ao Prata, o conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

21 DE FEVEREIRO

1560 — A expedição dirigida pelo governador Mem de Sá chega à baía do Rio de Janeiro, e na barra espera a reunião dos socorros de Santos e São Paulo.

1620 — Alvará confirmando a carta régia de 19 de março de 1614, sobre a proibição de os governadores do Brasil passarem as diversas capitanias sem licença real.

1649 — Carta régia que proíbe na Bahia e em seu recôncavo o uso do chamado vinho de mel e da aguardente de açúcar ou cachaça, por ser em grande prejuízo da real fazenda.

1718 — Carta régia providenciando sobre compra e venda de mercadorias e drogas por conta da fazenda real, com o avanço do lucro de 50% a favor dela.

1795 — Nasce no Rio de Janeiro Francisco Manuel da Silva (ver 18 de dezembro de 1865).

1820 — Nasce em Belém do Pará Hilário Maximiano Antunes de Gurjão (ver 17 de janeiro de 1869).

1822 — Portaria do ministro José Bonifácio de Andrada e Silva declarando ao desembargador chanceler-mor do Reino que de hoje em diante não se devem fazer cumprir as leis que vierem de Portugal sem que primeiro sejam submetidas ao beneplácito do príncipe regente.

— O brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, que estava no forte de São Pedro, na Bahia, rende-se, mas os soldados que ali se achavam já haviam fugido para o interior.

1835 — Toma posse do cargo de presidente da província do Pará Francisco Pedro Vinagre.

1846 — Na noite deste dia, sábado de Carnaval, no teatro São Januário, à rua do Cotovelo, entre a de dom Manuel e a praia deste nome, realiza-se o primeiro baile mascarado no Rio de Janeiro.

1865 — O barão de Mauá, presidente da Companhia de Gás do Rio de Janeiro, realiza em Londres a venda dessa empresa a uma companhia para esse fim organizada, com o título de Rio de Janeiro Gaz Company, Limited, com o capital de £ 600 mil, dividido em 30 mil ações de £ 20.

— Falece em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Felix Xavier da Cunha, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1851, poeta e escritor, deputado por sua província na legislatura de 1861 a 1864 (ver 16 de setembro de 1833).

22 DE FEVEREIRO

1511 — Parte do porto de Lisboa a nau *Bretoa*, de que era capitão Cristóvão Pires, escrivão Duarte Fernandes e piloto João Lopes de Carvalho, quem depois acompanhou a Fernando de Magalhães na primeira viagem de circunavegação do globo. O regimento da nau *Bretoa*, dado ao capitão, é um dos documentos mais interessantes da história do Brasil; foi publicado pela primeira vez por Francisco Adolfo de Varnhagen, na *Revista do Instituto Histórico,* t. XXIV (1861).

1512 — Morre em Sevilha Américo Vespúcio, piloto-mor da Espanha (ver 9 de março de 1451).

1618 — Martim Correia de Sá, por alvará régio desta data, é nomeado capitão e lugar-tenente da capitania de São Vicente, com a cláusula de que havia de servir por três anos, se tanto durasse o litígio entre os donatários. Por ausência do capitão e nomeação sua serviu Pedro Cubas.

1722 — Luís Ferreira Freire, governador da capitania do Rio Grande do Norte, é ferido por um tiro de espingarda contra ele disparado. Em consequência do ferimento, falece sete dias depois.

1822 — Instala-se em Porto Alegre a junta governativa da capitania de São Pedro do Rio Grande, aclamada pela tropa e pelo povo, composta dos seguintes membros: presidente, o brigadeiro João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun; vice-presidente, o marechal de campo João de Deus Mena Barreto; secretário dos Negócios Políticos, Manuel Maria Ricalde Marques; secretário dos Negócios da Guerra, brigadeiro José Inácio da Silva; membros, brigadeiro Félix José de Matos, Manuel Alves dos Reis Lousada, vigário da vila do Rio Pardo, Fernando José de Mascarenhas Castelo Branco, Francisco Xavier Ferreira e desembargador José Teixeira da Mata Bacelar.

1828 — O capitão de mar e guerra James Norton, com os navios que comandava, avista ao romper do dia as escunas *Ocho de Febrero*, *Nueve de Febrero* e *Maldonado*, na primeira das quais estava o almirante

Brown. Dá-lhes caça sem resultado, havendo então troca de tiros de artilharia a grande distância.

1846 — Morre no Rio de Janeiro o cônego Januário da Cunha Barbosa, orador sacro, jornalista e historiador, um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e diretor da Biblioteca Pública Nacional (ver 10 de julho de 1780).

— Morre no Rio de Janeiro, aos 23 anos de idade, Antônio Francisco Dutra e Melo, escritor e poeta de raro engenho (ver 8 de agosto de 1823).

1865 — Chega ao Rio de Janeiro, com 47 dias de viagem, sendo 29 de marcha e 18 de falha, o barão de Vila Maria, que traz a notícia da invasão da província de Mato Grosso pelas tropas paraguaias.

1868 — Em viagem da corte para a província de Pernambuco, falece às 10h, a bordo do vapor *Paraná*, fundeado no porto de Salvador, o conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

23 DE FEVEREIRO

1668 — Ratificação do tratado de paz, de 13 desse mês e ano, entre dom Afonso VI, de Portugal, e dom Carlos II, da Espanha, pelo segundo desses soberanos.

1754 — Primeiro ataque dos guaranis à trincheira do rio Pardo, pela madrugada. O combate durou até 9h. A trincheira era defendida por 60 aventureiros de São Paulo, que conseguiram destroçar cerca de mil índios, comandados por José Tiaraiú, ou Sepé. O tenente Francisco Pinto Bandeira, que comandava a tropa da trincheira, saiu ferido no ataque.

1808 — O príncipe regente dom João faz mercê a José da Silva Lisboa da propriedade e da regência de uma cadeira e de aula da ciência

econômica criada no Rio de Janeiro, com o ordenado de 400$000, conservando os ordenados de outros ofícios, que tinha na Bahia.

1837 — Falece no Rio de Janeiro o marechal Raimundo José da Cunha Matos, notável como militar, administrador, geógrafo e escritor. Português de nascimento, prestou serviços na campanha de Roussillon, nas ilhas de São Tomé e Príncipe e depois, no comando da fortaleza de São Sebastião da Barra de São Tomé; achando-se no Rio de Janeiro em 1817, tomou parte na expedição que foi a Pernambuco para combater a revolução republicana que ali estalara; exerceu, em seguida, o cargo de vice-diretor do Arsenal do Exército, na corte, comandante das armas na província de Goiás em 1823, de onde regressou em 1826, para representar essa província na Câmara dos Deputados. Era então brigadeiro. Marchou logo depois para o Rio Grande do Sul, a fim de servir às ordens do marquês de Barbacena, comandante em chefe do exército. Em 1831, foi nomeado inspetor do Arsenal de Guerra; passou à Europa com licença e de regresso teve o comando da Academia Militar e o cargo de vogal do Supremo Conselho Militar, sendo promovido em 1835 ao posto de marechal de campo graduado. Cunha Matos escreveu: "Memória da campanha do senhor dom Pedro de Alcântara, ex-imperador do Brasil, no Reino de Portugal, etc.; itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás etc.; repertório da legislação militar etc.; corografia histórica das ilhas de São Tomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó etc.; corografia histórica da província de Goiás etc." Todos esses trabalhos e muitos outros não mencionados aqui foram publicados em diferentes épocas e são muito apreciados. Cunha Matos foi secretário perpétuo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e um dos membros fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual foi vice-presidente (ver 2 de novembro de 1776).

1844 — Falece em Santos, São Paulo, o conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, irmão e genro de José Bonifácio. Era formado em Matemática pela Universidade de Coimbra e exerceu primeiramente o lugar de inspetor das minas e matas na capitânia de São Paulo; foi, depois, secretário da junta de governo presidida por João Carlos Augusto de Oeynhausen Gravenburg, que tinha por vice-

presidente José Bonifácio. Passando ao Rio de Janeiro, foi nomeado ministro da Fazenda do gabinete presidido por José Bonifácio, de 16 de janeiro de 1822 a 17 de junho de 1823. Foi eleito deputado pela província do Rio de Janeiro à Assembleia Constituinte, dissolvida em 12 de novembro, sendo deportado para a Europa. De volta do exílio, foi eleito pela província de Minas Gerais para a Câmara dos Deputados (1830-1833) e por São Paulo (1838-1841). No gabinete da maioridade, foi ministro da Fazenda.

1870 — Entrada triunfal na corte do primeiro contingente de Voluntários da Pátria, depois da campanha do Paraguai. Compunha-se esse contingente do 17º batalhão de Minas Gerais, do 40º da Bahia e do 53º de Pernambuco. Era comandado pelo coronel Faria Rocha.

24 DE FEVEREIRO

1646 — André Vidal de Negreiros parte para a Paraíba, onde vai reunir-se a Antônio Filipe Camarão.

1647 — Na véspera, tropas brasileiras, por ordem do governador da Bahia, na ilha de Itaparica, em parte ocupada pelos holandeses, avançam até um tiro de mosquete das trincheiras inimigas, nas Amoreiras, e começam a fortificar-se. Siegemundt von Schkoppe sai nesse dia a atacá-los com 560 homens, incluindo índios, e com tal ímpeto é dirigido o ataque à arma branca que os nossos se retiram com grandes perdas.

1684 — *Revolta de Beckman no Maranhão*. Manuel Beckman e seu irmão Tomás amotinam os habitantes de São Luís contra os privilégios da Companhia do Comércio e os jesuítas. Prendem o capitão-mor Baltazar Fernandes e obrigam a este e ao governador Francisco de Sá e Meneses a resignar os cargos. Sá e Meneses estava então no Pará. Constituem uma junta de governo, e três dias depois do levante fazem embarcar em dois navios os jesuítas assistentes no Maranhão.

1686 — Carta régia de dom Pedro II para o governador do estado do Maranhão Gomes Freire de Andrada, mandando construir uma

fortaleza sobre terra firme, no lugar chamado Torrego, onde os ingleses tiveram outra, que as nossas armas destruíram, e procurar ao mesmo tempo a amizade dos índios Tucuju, que habitavam aquelas paragens, empregando para esse fim os padres de Santo Antônio, que haviam adquirido prestígio e influência sobre eles.

1777 — Morte do rei dom José I de Portugal, que começou a reinar em 31 de julho de 1750.

1808 — Carta régia autorizando o conde da Ponte, governador da Bahia, a empreender meios de defesa e fortificação de sua capitania.

1824 — Toma posse da presidência da província do Espírito Santo Inácio Acioli de Vasconcelos, o primeiro presidente nomeado para essa província.

1853 — Notas trocadas nesta data e em 19 de março do mesmo ano entre a legação imperial em Montevidéu e o governo do Uruguai sobre a verdadeira inteligência do artigo 1º do Tratado de 15 de maio de 1852 (reconhecimento da linha do Chuí).

1874 — Morre no mar, três dias antes de chegar a Lisboa, de onde pretendia passar à ilha da Madeira por conselho médico, o poeta e escritor Pedro de Calazans, natural de Sergipe e bacharel em Direito pela Faculdade do Recife. Foi deputado geral por sua província na legislatura de 1861 a 1864 (ver 28 de dezembro de 1836).

1891 — Promulgação da Constituição política da República dos Estados Unidos do Brasil.

25 DE FEVEREIRO

1551 — Bula de confirmação do bispo do Brasil dom Pedro Fernandes Sardinha, que foi o primeiro.

1602 — Carta régia para o governador do Brasil, prevenindo-o que em Holanda, em Zelândia e em outras partes se armavam navios para

virem demandar as frotas do Reino. Eram os primeiros avisos sobre a armada de Paulus van Caarden, que realmente veio assolar a Bahia e outros portos da Colônia.

1637 — Bagnuoli, em retirada de Porto Calvo, depois do combate de 18 de fevereiro, chegou a Alagoa do Sul. Continha a marcha depois (10 de março) para o São Francisco e chega a Penedo no dia 26 (março).

1652 — Dom João IV, atendendo à representação dos moradores do Pará, resolve suprimir o governo-geral do estado do Maranhão, dividindo-o em duas capitanias, de São Luís do Maranhão e do Grão Pará, com jurisdição independente uma da outra.

1778 — Nasce em Yapeju, Missões, José de San Martín, um dos heróis nacionais argentinos. Yapeju chama-se hoje San Martín.

1800 — Toma posse do governo da capitania de Goiás dom João Manuel de Meneses (ver 13 de fevereiro de 1798).

1807 — Dom Diogo de Sousa Coutinho, depois conde do Rio Pardo, é nomeado capitão-general do Rio Grande do Sul (ver 13 de fevereiro de 1798).

1819 — Decreto isentando os índios de Pernambuco, de Ceará e da Paraíba de pagar, daí por diante, o subsídio militar, assim como as cotas partes de 6%, ou outras semelhantes, aos seus diretores.

1834 — Nasce na Bahia Agrário de Sousa Meneses (ver 23 de agosto de 1863).

1866 — Reúne-se em Corrientes, pela primeira vez, o Conselho de Guerra dos aliados (Guerra do Paraguai).

1883 — Fundação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Entre os sócios fundadores, em número de 79, contam-se os seguintes grandes nomes do Brasil: senadores Manuel Francisco Correia, Henrique d'Ávila e visconde (depois marquês) de Paranaguá, conselheiros Henrique de

Beaurepaire-Rohan (depois visconde de Beaurepaire-Rohan), Joaquim Saldanha Marinho, doutores Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, Alfredo de Escragnolle Taunay (visconde de Taunay), Luís Rafael Vieira Souto, Manuel Pereira Reis, André Gustavo Paulo de Frontin, Carlos César de Oliveira Sampaio, barão de Tefé, brigadeiro Francisco Vieira de Faria Rocha, Antônio Coelho Rodrigues, Pedro Leão Veloso Filho, João Antônio Rodrigues de Oliveira Catrambi e outros. A sessão de fundação foi presidida pelo senador Manuel Francisco Correia.

26 DE FEVEREIRO

1634 — Surge diante da Paraíba a esquadra holandesa de Lichthardt, com tropas de desembarque comandadas por von Schkoppe. Dá fundo e desembarca tropas do lado norte. Marcham contra o forte de Santo Antônio, são repelidas em uma trincheira avarandada, que os da Paraíba haviam construído, defendida pelo capitão Lourenço de Brito Correia.

1676 — Falece em Lisboa e é sepultado no colégio de Santo Antão dos padres de Jesus Diogo Gomes Carneiro, cronista do Brasil (ver 9 de fevereiro de 1618).

1717 — Patente régia, nomeando dom Pedro de Almeida (conde de Assumar, depois primeiro marquês de Alorna e vice-rei da Índia) para o cargo de governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, que administrou até 1721.

1726 — Falece em Lisboa, com 76 anos de idade, Sebastião de Castro Caldas, que foi governador e capitão-general do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

1808 — Continuam viagem da Bahia com destino ao Rio de Janeiro a rainha dona Maria I e o príncipe regente dom João.

1826 — Ataque da esquadra argentina do almirante Brown contra a Colônia do Sacramento, defendida pelo general Manuel Jorge Rodrigues, depois barão de Taquari (ver 14 de março de 1826).

1891 — Eleição pelo Congresso Nacional do presidente e do vice-presidente da República. Para presidente, marechal Manuel Deodoro da Fonseca, 129 votos; é votado, também, doutor Prudente José de Morais e Barros, 97 votos; em branco, 10 votos. Para vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, 153 votos; são votados almirante Eduardo Wandenkolk, 57 votos, doutor Prudente de Morais, 12, coronel Piragibe, 5, general Almeida Barreto, 4, almirante Custódio de Melo, 1; em branco, 2 votos. Eram 268 congressistas, 63 senadores e 205 deputados. Votaram 236 na primeira eleição e 234 na segunda.

27 DE FEVEREIRO

1630 — Começa o assédio contra as baterias, para o ataque regular do forte de São Jorge, pelos holandeses.

1634 — Os holandeses investem de novo a trincheira avarandada do forte de Santo Antônio, na Paraíba (ver o dia anterior). Repelidos e hostilizados pelos nossos, voltam à noite para seus navios.

1747 — Nasce na capitania de São Pedro do Sul Manuel Marques de Sousa, que alcançou o posto de tenente-general. Foi pai de outro general de igual nome (ver 22 de abril de 1822).

1776 — Começa o sítio do forte espanhol de Santa Tecla pelas tropas brasileiras ao mando do sargento-mor Rafael Pinto Bandeira (ver 26 de março de 1776).

1813 — Decreto concedendo privilégio aos empregados da fábrica de cartas de jogar no Brasil.

1867 — Os paraguaios tentam surpreender as avançadas brasileiras da esquerda do Tuiuti. São pressentidos e rechaçados com perdas.

1873 — Falece no Rio de Janeiro o tenente-general conselheiro de Guerra João Frederico Caldwell, ajudante general do exército. Em sua longa vida militar, prestou importantes serviços de guerra em todas

as campanhas que o Brasil sustentou com as Repúblicas vizinhas. Era filho do tenente-general Frederico Caldwell, de nacionalidade inglesa, que veio para o Brasil com o posto de marechal de campo.

28 DE FEVEREIRO

1565 — Estácio de Sá chega ao Rio de Janeiro, vindo de São Vicente, e desembarca na Praia Vermelha.

— Carta do cartógrafo português André Homem, datada de Paris, dirigida ao embaixador de Portugal na corte da França: "Ao presente peço a vossa senhoria que me faça a mercê de escrever a el-rei nosso senhor, dando-lhe conta de como, escrevendo-me vossa senhoria, me humilhei, mostrando vontade, que sempre a tinha de servir a sua alteza, querendo enjeitar o bem que nestas partes parece que me quer fazer nosso senhor, estando recebido por cosmógrafo d'el-rei, como se vê pela portaria do senhor almirante." O mapa-múndi de André Homem, conservado no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Paris, foi muitas vezes citado contra o Brasil nas discussões sobre limites entre nosso país e a Guiana Francesa.

1592 — Carta de doação aos padres da ordem dos observantes reformados de Santo Antônio de um terreno no Rio de Janeiro para nele fundarem seu convento.

1640 — Por nomeação do governador do estado do Maranhão toma posse Pedro Teixeira do governo da capitania do Pará, que governou até maio de 1641.

— Luís Barbalho Bezerra, com a tropa desembarcada no porto de Touros (ver 7 de fevereiro), toma de assalto a vila de Goiana, dominada pelos holandeses.

1690 — Carta régia proibindo a fatura do sal no Brasil, até daquele que a natureza produzisse, coalhando-o em salinas ou lagoas.

1692 — Toma posse do cargo de capitão-mor da capitania do Rio Grande do Norte Sebastião Pimentel, que morreu no governo antes de 1º de novembro de 1693.

1777 — É assinado no lugar da praia de Fora do Cubatão o termo de capitulação da ilha de Santa Catarina ao Exército espanhol do general dom Pedro de Ceballos.

1796 — Falece em Vila Bela o governador da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que governava desde 20 de novembro de 1789.

1801 — Manifesto do rei de Espanha, datado de Aranjuez, declarando guerra à rainha de Portugal, seus reinos e domínios.

1809 — Tratado de aliança e comércio assinado no Rio de Janeiro entre Portugal e Grã-Bretanha. Deixou de ser ratificado por esta última potência, ficando, assim, sem efeito.

1823 — Desembarcam no porto de Jaraguá, Alagoas, as tropas brasileiras que deveriam operar na Bahia contra as divisões do general Madeira. A esquadra que executou essa missão era comandada pelo capitão de mar e guerra David Jewett.

1828 — Falece na vila de Caeté, Minas Gerais, o doutor José de Sá Bittencourt e Acioli, formado pela Universidade de Coimbra, implicado na Inconfidência Mineira; conseguindo fugir para a Bahia, aí foi preso, julgado e absolvido da acusação. Para as lutas da Independência concorreu com um batalhão, que fez organizar em Minas Gerais. Deixou vários escritos de natureza econômica.

1830 — É assassinado na Bahia o visconde de Camamu, presidente da província e comandante das armas.

1843 — Duelo entre os coronéis Bento Gonçalves da Silva e Onofre Pires da Silveira Canto, por motivo de honra. O último é morto.

1845 — O general Davi Canabarro, chefe dos rebeldes do Rio Grande do Sul, tendo reunido em Ponche Verde um Conselho de Guerra de todos os oficiais do seu exército, resolve aceitar a anistia ampla oferecida pelo decreto de 18 de dezembro do ano próximo findo aos que depusessem as armas (ver 18 de dezembro de 1844 e 1º de março de 1845).

1855 — Lei da Assembleia Legislativa da província do Paraná, pela qual o distrito da povoação de Palmas ficou formando uma paróquia. O campo de Palmas era objeto de reclamações por parte da Argentina.

1873 — Falece em São Domingos de Niterói o doutor Joaquim Caetano da Silva, ex-encarregado de negócios do Brasil na Holanda, por muitos anos reitor do colégio Pedro II e ultimamente diretor do Arquivo Público. Foi um dos maiores sábios brasileiros e autor do magistral trabalho *L'Oyapock et l'Amazone* (ver 2 de setembro de 1810).

29 DE FEVEREIRO

1536 — Foral da capitania de São Tomé, concedida por dom João III a Pero de Góis.

1812 — Nasce em Rio Pardo, Rio Grande do Sul, José Martins da Cruz Jobim, lente e diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, deputado por sua província e senador pela do Espírito Santo (ver 23 de agosto de 1878).

1824 — Toma posse do cargo de presidente da província de Minas Gerais José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, depois visconde de Caeté.

1880 — Inauguração da linha telegráfica de Belmonte a Porto Seguro, na Bahia.

1º DE MARÇO

1532 — Carta do doutor Diogo de Gouveia a dom João III, mostrando as vantagens de serem dadas as terras do Brasil a vassalos que as quisessem povoar e defender aos da terra que não vendessem o pau-brasil a ninguém, "e não o vendendo, as naus não hão querer lá ir para virem de vazio".

1536 — Carta de couto passada por dom João III a Pero de Góis, para os que se homiziassem em sua capitania de São Tomé.

1544 — Toma posse do cargo de juiz pedâneo da povoação de Santos Pedro Martins Namorado, que depois foi juiz ordinário do Rio de Janeiro.

1553 — Carta régia de nomeação de dom Duarte da Costa para governador-geral do Brasil.

1565 — Estácio de Sá lança os fundamentos da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro na várzea entre o Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão.

1567 — Mem de Sá transfere o assento da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que Estácio de Sá fundara dois anos antes na várzea entre o Pão de Açúcar e o Cara de Cão, para o morro do Castelo.

1591 — Carta de Filipe III nomeando Pedro de Oliveira sargento-mor do Estado do Brasil, devendo acompanhar o governador dom Francisco de Sousa.

1627 — O almirante holandês Piet Heyn, com sua frota, procura apoderar-se da Bahia, defendida pelo governador Diogo de Oliveira. O capitão Francisco Padilha foi morto no combate de Pitanga contra Piet Heyn (ver 12 de junho de 1627).

1631 — O capitão Jácome Raimundo de Noronha toma o forte Filipe, na ilha dos Tucujus (Amazonas), onde os ingleses se haviam estabelecido (ver 28 de janeiro de 1631).

1634 — Martim Soares Moreno, acompanhado de alguma tropa, passa o Beberibe e entra no Recife; contudo, sendo poucos e tocando o inimigo a rebate, retira-se.

1743 — Nasce em Meia Ponte, capitania de Goiás, Joaquim Xavier Curado, depois tenente-general, barão e conde de São João das Duas Barras (ver 15 de setembro de 1830).

1778 — Toma posse do cargo de governador da capitania de Santa Catarina Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, coronel, depois conde de Mirandela.

1795 — Nasce em Montmorency, França, Félix Emílio Taunay, barão de Taunay, um dos preceptores do imperador dom Pedro II, professor de paisagem na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro de 1821 a 1851 e diretor desse estabelecimento de 1834 a 1851, pintor notável e poeta (ver 10 de abril de 1881).

1800 — Carta régia, concedendo ao Maranhão a graça de mandar estudar na Europa, à custa da real fazenda (como era prática em outras capitanias), quatro estudantes, dois para cursarem as matemáticas, um medicina e outro cirurgia.

1811 — Alvará criando o Real Jardim Botânico da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro.

1813 — Morre no Rio de Janeiro mestre Valentim da Fonseca e Silva, famoso entalhador, ourives, escultor e arquiteto, que deixou notáveis obras de arte. Faleceu na Rua do Sabão, onde residia.

1828 — O corsário argentino *Cazador* soçobra, quando perseguido pelo brigue brasileiro *Caboclo* (ver 2 de janeiro de 1826).

1845 — O barão de Caxias, comandante em chefe do exército imperial em operações no Rio Grande do Sul, na Guerra dos Farrapos, proclama a pacificação dessa província (ver 18 de dezembro de 1844 e 28 de fevereiro de 1845).

1865 — O general João Propício Mena Barreto, barão de São Gabriel, por enfermo, entrega o comando em chefe do exército imperial ao general Manuel Luís Osório, na vila de União, perto de Montevidéu.

1867 — O general visconde de Porto Alegre reassume o comando do 2º corpo do Exército em Curuzu.

1870 — O general Câmara, depois visconde de Pelotas, em perseguição às forças de Solano López, surpreende seu acampamento em Cerro Corá, à margem esquerda do Aquidabã, perto das fronteiras do Paraguai e da província de Mato Grosso. O ditador não dispunha de mais de um milhar de homens, os quais se dispersaram com a chegada dos brasileiros. López foi morto durante a fuga e sua morte pôs termo à Guerra do Paraguai.

1881 — Falece no Rio de Janeiro o senador Cândido Mendes de Almeida, que representou sua província natal, o Maranhão, na Câmara dos Deputados e, desde 1871, no Senado. O senador Cândido Mendes, dias antes, a 27 de fevereiro, indo assistir a uma missa, ao chegar à igreja, foi acometido de uma vertigem, que o forçou a voltar para casa em carro. Advogado e jurisconsulto notável, historiador e geógrafo, jornalista e parlamentar, Cândido Mendes foi uma das mais robustas inteligências e uma das mais profundas ilustrações do Império. Em diferentes épocas redigiu os periódicos: o *Legalista*, o *Observador*, o *Brado de Caxias*. No Maranhão, a *Sentinela do Maranhão*; o *Brasil* e o *Correio da Tarde,* no Rio de Janeiro. Publicou o *Atlas do Império do Brasil*, que é um monumento que tornou seu nome sempre lembrado, o *Auxiliar jurídico*, *o Direito civil e eclesiástico brasileiro*, o *Código filipino*, a *História do comércio*, as *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão*, e as *Notas sobre a história pátria* etc. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de várias outras instituições nacionais e estrangeiras.

2 DE MARÇO

1572 — Morre na Bahia, nesse dia, domingo, às 10h, o governador-geral Mem de Sá, que governou o Brasil por mais de 14 anos. Foi sepultado na igreja dos padres da Companhia de Jesus.

1641 — Carta do marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil, ao conde de Nassau, participando-lhe a aclamação do rei dom João IV, em virtude da revolução portuguesa de 1º de dezembro de 1640.

1674 — Carta régia concedendo a Gaspar Varneque, alemão, o privilégio de poder navegar fora da frota um navio que fabricara no Maranhão, de 350 toneladas, capaz de jogar 30 peças de artilharia, e recomendando ao governador que o favoreça, acomodando-lhe carga etc.

1718 — Depois da invasão de Duguay-Trouin, a coroa portuguesa tratou de melhorar as fortificações do Rio de Janeiro. Na data supra, o governador Antônio de Brito Freire de Meneses dá contas ao rei acerca do estado daquelas fortificações, aqui resumido: praia de Fora, seis canhões; Praia Vermelha, 12; Santa Cruz, 53, dos quais 15 de bronze; São João, 42, sendo oito de bronze; Boa Viagem, 10; Gravatá, 10; Villegaignon, 20; Ilha das Cobras, 26; São Sebastião, 24; São Januário, 11; Santa Luzia, 11; Santiago, oito; Prainha, quatro; Conceição (quase terminada), 36. Antes das duas invasões francesas, o total de bocas de fogo nos fortes do Rio de Janeiro era de 174, das quais apenas 14 de bronze. A Laje começou a ser fortificada em 1717 e na data supra ainda não estava pronta.

1812 — Alvará mandando criar uma junta de direção médica, cirúrgica e administrativa do Hospital Militar do Rio de Janeiro.

1826 — O almirante Brown, depois de fazer bombardear a Colônia do Sacramento, tentou desembarcar ali, sendo repelido, graças à energia do general Rodrigues e do comandante Mariath. Os argentinos perderam mais de 300 mortos e prisioneiros, um brigue incendiado e três canhoneiras tomadas pelos nossos marinheiros e soldados. Perdemos nessa ação um brigue, que estava encalhado e foi queimado.

1850 — Falece em sua chácara, na Gávea, Rio de Janeiro, Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny, membro da missão artística francesa de 1816 e professor de arquitetura da Academia de Belas Artes (ver 15 de julho de 1776).

1861 — Formação do 16º gabinete ministerial, composto de Luís Alves de Lima (duque de Caxias), presidente do Conselho e ministro

da Guerra; Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato (visconde de Niterói), interino, substituído em 21 de abril por José Antônio Saraiva, por sua vez substituído a 10 de junho por José Ildefonso de Sousa Ramos (visconde de Jaguari), Império; Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato (visconde de Niterói), Justiça; José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco), interino, substituído a 21 de abril por Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, que por sua vez foi substituído a 10 de julho por Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, Estrangeiros; José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco), Fazenda; Joaquim José Inácio (visconde de Inhaúma), Marinha (este foi substituído a 21 de abril por Manuel Felizardo de Sousa e Melo, Agricultura, Comércio e Obras Públicas).

1867 — O general Porto Alegre assume o comando do 2º corpo do Exército.

1870 — Por portaria desta data, é dada a denominação de rua Visconde de Itaboraí à rua da praia dos Mineiros, inclusive a parte dessa rua aberta até o beco dos Adelos; e rua do General Polidoro à rua do Berquó, em Botafogo.

1872 — Decreto autorizando a concessão da estrada de ferro de São Paulo ao Rio de Janeiro.

1886 — Falece em São Paulo o conselheiro doutor Martim Francisco Ribeiro de Andrada (Martim Francisco II), lente da Faculdade de Direito de São Paulo. Representou a província por várias legislaturas na Câmara dos Deputados e fez parte do gabinete ministerial de 3 de agosto de 1866, no qual ocupou a pasta de Estrangeiros e depois a da Justiça.

3 DE MARÇO

1522 — Carta régia de dom João III confirmando a doação da ilha de São João, feita por dom Manuel em favor de Fernão de Noronha, de quem a mesma ilha tomou o nome (ver 24 de janeiro de 1504).

1534 — Martim Afonso de Sousa, partindo para a Índia, deixa procuração bastante a sua mulher, dona Ana Pimentel, para gerir seus negócios, inclusive os das suas capitanias no Brasil.

1668 — Ratificação do Tratado de Paz de 13 de janeiro desse ano entre dom Afonso VI, de Portugal, e dom Carlos II, de Espanha, pelo primeiro daqueles soberanos.

1700 — Regimento para as minas de ouro dado em São Paulo por Artur de Sá e Meneses, governador e capitão-general da Repartição do Sul.

1741 — Alvará que providencia sobre os negros fugidos, determinando que, quando encontrados em quilombo, pela primeira vez, fossem marcados nas espáduas com um *F* a fogo e, por segunda vez, se lhes cortasse uma orelha por simples ordem do juiz.

1755 — Carta régia criando a capitania de São José do Rio Negro, separada da capitania do Pará.

1821 — Prisão na ilha das Cobras do vice-almirante Rodrigo Pinto Guedes e dos desembargadores do paço João Severiano Maciel da Costa e Luís José de Carvalho e Melo, acusados de maquinações relativas ao regresso de dom João VI para Portugal.

1843 — Parte do Rio de Janeiro com destino a Nápoles a divisão naval brasileira, que deveria receber naquele porto a princesa dona Teresa Cristina, contratada em casamento com o imperador dom Pedro II. Comandava a divisão o contra-almirante Teodoro de Beaurepaire, e compunham-na a fragata *Constituição*, comandante J. J. Maia, e as corvetas *Euterpe* e *Dois de Julho*, comandantes João Maria Wandenkolk e Pedro Ferreira de Oliveira. Como embaixador extraordinário de dom Pedro II, conduzia a divisão naval o conselheiro José Alexandre Carneiro Leão, depois visconde de São Salvador dos Campos (ver 2 de setembro).

1863 — Falece em Ouro Preto, Minas Gerais, o conselheiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, senador por sua província natal desde 1857. Antes, representou-a na Câmara dos Deputados.

Presidiu Minas Gerais e São Paulo e foi ministro da Justiça no gabinete do marquês de Olinda.

1867 — A esquadra brasileira bombardeia novamente Curupaiti. Tivemos em Curuzu apenas um morto e quatro feridos.

4 DE MARÇO

1533 — Martim Afonso de Sousa concede uma sesmaria de terras na capitania de São Vicente a Francisco Pinto.

1568 — Registro da provisão nomeando Salvador Correia de Sá para capitão-mor e governador da capitania do Rio de Janeiro, passada por seu tio Mem de Sá, governador-geral do Brasil.

1608 — Carta régia declarando que o ouvidor é juiz da coroa para perante ele se interporem os recursos contra as violências da jurisdição eclesiástica.

1612 — Batismo e casamento de Antônio Filipe Camarão na aldeia do Igapó, na margem esquerda do Potengi, Rio Grande do Norte, pelos padres Diogo Nunes e Gaspar Sampere (ver 24 de agosto de 1648).

1616 — Alvará concedendo ao prelado administrador da Prelazia de Pernambuco, padre Antônio Teixeira Cabral, a faculdade de conservar em sua companhia dois de seus beneficiados, existentes na igreja matriz, para poder exercer com decência o cargo prelatício, quando se fizessem pontificais.

1630 — Matias de Albuquerque ordena a construção do forte real do Bom Jesus, mais conhecido por arraial do Bom Jesus, que foi o primeiro foco de resistência à conquista holandesa. Foi esse o primeiro; depois, houve depois um segundo arraial (ver 14 de março).

1634 — Uma esquadra holandesa surge ao amanhecer à vista do cabo de Santo Agostinho, ponto que era defendido pelo sargento-mor do Estado Pedro Correia da Gama, com 300 homens e mais 50 moradores

às ordens do capitão João Pais de Melo. O sargento-mor dispôs sua gente para a defesa da posição. A primeira divisão da esquadra, comandada pelo almirante Lichthardt, investiu a barra, apesar do fogo que recebia das baterias de terra, e conseguiu alcançar o fundeadouro, perdendo apenas um patacho, que encalhou. Dentro do ancoradouro e ao abrigo da artilharia das baterias, rompeu fogo contra a povoação, não precisando muito para pôr em fuga aos poucos homens que a defendiam, não sem que incendiassem os depósitos de açúcar e as fazendas, para que não caíssem em mãos do inimigo; contudo, nem por isso deixou este de apoderar-se de 1.300 caixas de açúcar e de grande quantidade de pau-brasil, que estavam embarcadas em 15 navios pequenos.

1639 — Carta régia ordenando aos governadores que, sendo rendidos, não se recolhessem imediatamente ao reino, e na mesma embarcação que lhes levasse o sucessor, fossem sequestrados.

1641 — Carta de dom João IV à Câmara da Bahia, da qual foi portador o jesuíta Francisco de Vilhena, dando conta de sua restituição à coroa de Portugal.

1677 — Após a dissolução da Companhia das Índias Ocidentais, em 1674, os Estados da Holanda e Frísia resolveram colonizar, por sua conta, a margem esquerda do Oiapoque. Em virtude de tal resolução, 350 holandeses, às ordens de Johanes Apricius, ancoram nesta data no rio do cabo de Orange e fundaram uma cidadela fortificada, a que deram o nome de Stad Orange.

1679 — Provisão dando aos naturais do Brasil preferência para os postos militares, benefícios eclesiásticos e outros empregos da administração.

1700 — Tratado provisório e suspensivo, assinado em Lisboa entre dom Pedro II, rei de Portugal, e Luís XIV, rei de França, para evacuação e demolição dos fortes que os portugueses tinham construído ao norte do Amazonas, desde o cabo do Norte até o rio Oiapoque ou Vicente Pinzón. Esse tratado foi assinado sob pressão das ameaças de Luís XIV, e foi anulado 13 anos depois, pelo artigo 9º do Tratado de Paz e Aliança de Utrecht, de 11 de abril de 1713.

— Bando do governador e capitão-general da Repartição do Sul, Artur de Sá e Meneses, vedando aos mestres e oficiais dos engenhos de açúcar passarem para as minas.

1719 — Bula *Copiosus in Misericordia*, que cria o bispado do Pará, desmembrado do Maranhão.

1768 — Nasce na Bahia José Joaquim Carneiro de Campos, depois marquês de Caravelas (ver 8 de setembro de 1836).

1812 — Nasce em Lisboa José Feliciano de Castilho (ver 11 de fevereiro de 1870).

1852 — Passa pelo porto de Salvador o navio de guerra inglês *Conflict*, tendo a seu bordo o ex-ditador da República Argentina dom Juan Manuel de Rosas e sua filha dona Manuelita. O tirano, após a derrota de Montes Caseros, conseguiu fugir e asilar-se na esquadra inglesa. O *Conflict* demorou-se no porto para receber refrescos, mas os passageiros não quiseram descer à terra.

1855 — É instalado em Porto Alegre o seminário fundado por dom Feliciano de Araújo Prates, primeiro bispo do Rio Grande do Sul.

5 DE MARÇO

1576 — Jorge de Albuquerque Coelho, terceiro donatário de Pernambuco, embarca neste dia para Lisboa, passa o governo da capitania a seu tio Jerônimo de Albuquerque, na qualidade de seu lugar-tenente.

1583 — Parte de Lisboa, com destino à Bahia, o governador-geral Manuel Teles Barreto.

1616 — Chega a Pernambuco, de volta de sua expedição ao Maranhão, o governador da capitania Alexandre de Moura.

1627 — O almirante holandês Lúcifer ancora na foz do Oiapoque, constrói um forte na margem esquerda e aí deixa uma colônia holandesa, governada por Jan van Ryen.

1634 — A segunda divisão da esquadra holandesa (ver dia 4), sob o comando de Gisselingh e de von Schkoppe, procura em vão efetuar desembarque uma légua (cerca de 6,6 km) ao norte do lugar atacado pela primeira, velejando até Pedras Negras; no entanto, acompanhada pela nossa gente que caminhava à beira-mar, seguindo-lhe os movimentos, encontra ali resistência, fortalecida pela ajuda de cem homens, que vinham em marcha do Arraial, comandados pelo capitão dom Fernando de la Riba Aguero. Com tal resolução atacaram esses homens e os que vinham acompanhando os navios, que não deixaram o inimigo pôr pé em terra, esperando as lanchas na praia, com água pela cintura. O inimigo perdeu mais de cem homens, e os nossos tiveram um morto e outro ferido.

1641 — Assento feito em Cortes pelos três Estados dos reinos de Portugal, da aclamação, da restituição e do juramento dos mesmos reinos ao rei dom João IV.

1664 — Posse do sexto governador e capitão-general de Pernambuco Jerônimo de Mendonça Furtado (*Uxumbergas*); governou até 31 de agosto de 1666, quando foi deposto e preso pelos oficiais da Câmara de Olinda.

1768 — Real cédula sobre o governo e limites da província de Guaiana. Foi essa cédula o título de Venezuela, além das posses, para negociar com o Brasil a linha divisória pelo território no alto rio Negro, desde a vila de São José até o rio Memachi.

1824 — Toma posse da presidência de Sergipe Manuel Fernandes da Silveira, o primeiro que exerceu o cargo na província.

1844 — Convenção de aliança e amizade entre Frutuoso Rivera, general em chefe dos exércitos da República Oriental, representado pelo doutor dom José Maria Vidal, e os insurgentes da província do Rio Grande do Sul, representados pelo coronel Daniel Gomes de Freitas. O original dessa convenção, assinada em Quaraí, caiu em poder do

barão de Caxias no combate de Porongos e foi remetido ao governo imperial. Publicou-o A. Pereira Pinto, em *Apontamentos para o direito internacional, ou coleção completa dos tratados celebrados no Brasil* (t. III, Rio de Janeiro, 1866, pp. 39-40).

1846 — É nomeado bibliotecário da Biblioteca Nacional e Pública o doutor José de Assis Alves Branco Moniz Barreto, em substituição do cônego Januário da Cunha Barbosa (ver 17 de março de 1853).

1862 — Falece no Rio de Janeiro o coronel Conrado Jacob de Niemeyer, que prestou distintos serviços militares ao Império nas revoluções pernambucanas de 1817 e de 1824. Deixou vários trabalhos, plantas e mapas corográficos (ver 28 de outubro de 1788).

6 DE MARÇO

1565 — Provisão régia determinando que as naus da Índia que não pudessem chegar a seu destino voltassem para Portugal sem arribar ao Brasil.

1626 — Os religiosos de Santo Antônio fundam em Belém do Pará seu primeiro convento.

1637 — Capitulação da fortaleza de Porto Calvo, comandada por Miguel Giberton, às tropas holandesas, que a sitiam, sob o comando do conde Maurício de Nassau (ver 18 de fevereiro de 1637).

1732 — Provisão régia ordenando guerra ao gentio Paiaguá, que impedia as comunicações com Cuiabá e Minas de Mato Grosso.

1817 — Rebenta em Pernambuco, com repercussão nas capitanias vizinhas ao norte, uma revolução de caráter republicano e separatista, dirigida por Domingos José Martins, natural do Espírito Santo. Teve esse movimento grande número de partidários, mas foi prontamente reprimido por um pequeno exército composto principalmente de milicianos da Bahia e de Alagoas. Treze chefes da revolução foram condenados à morte.

1835 — A Vila Real da Praia Grande é escolhida para capital da província do Rio de Janeiro; no ano seguinte, teve o predicamento de cidade, sob a denominação de Niterói (ver 2 de abril de 1836).

1836 — Os Cabanos apoderam-se sem resistência de Manaus. Só a 31 são repelidos daí.

1838 — A vila de São João del-Rei, na província de Minas Gerais, recebe o predicamento de cidade.

1843 — Falece na corte dom Francisco de Assis Mascarenhas, marquês de São João da Palma. Governou de 1804 a 1821 as capitanias de Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Bahia e representou a província de São Paulo no Senado do Império desde a criação dessa Câmara vitalícia, em 1826.

1880 — Decreto criando a Escola Normal primária no Município Neutro.

1881 — Falece na cidade de Petrópolis o conselheiro doutor Luís da Cunha Feijó, visconde de Santa Isabel, lente e diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi médico notável e publicou vários trabalhos de sua profissão.

1886 — Decreto referendado pelo ministro de Estrangeiros barão de Cotegipe, promulgando o tratado para reconhecimento dos rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio (Chapecó ou Pequiri-Guaçu e Chopim ou Santo Antônio-Guaçu) e do território que os separava e que estava em litígio entre o Brasil e a República Argentina.

7 DE MARÇO

1609 — Lei do rei Filipe III, criando a Relação da Bahia. Esse diploma alude a outra relação mandada criar anos passados, a qual não houve efeito em razão dos sucessos do mar.

1637 — Entrega das chaves da fortaleza de Porto Calvo pelo seu comandante Miguel Giberton, de acordo com a capitulação assinada na véspera.

1659 — Chega à Bahia João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, conde de Castel Melhor, nomeado capitão-general e governador do Estado do Brasil. Veio na primeira armada que mandou ao Brasil a Companhia Geral do Comércio.

1671 — Carta régia confirmando o padre doutor Francisco da Silveira Dias no cargo de prelado administrador eclesiástico do Rio de Janeiro, que já servia por nomeação do seu antecessor, o prelado Manuel de Sousa de Almada, que se retirara para Portugal.

1681 — Carta régia ordenando a criação de juntas de missões em várias capitanias do Brasil, subordinadas à junta de missões de Lisboa, a fim de promover o aumento das missões com fruto da propagação da fé católica.

1721 — Falece no Rio de Janeiro o bispo dom frei Francisco de São Jerônimo, que regia a diocese desde 1702. Fez edificar o paço episcopal no morro da Conceição e fundou o convento das freiras da Ajuda.

1724 — Fundação, em Salvador, da Academia Brasílica dos Esquecidos, a primeira sociedade literária que floresceu no Brasil. Foi fundada pelo vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, depois conde de Sabugosa, que para esse fim convocou naquele dia ao palácio os letrados da capital. Aceitas então as bases apresentadas, celebrou a academia a sua primeira reunião a 23 de abril e reuniu-se pela última vez a 4 de fevereiro do ano seguinte, quando deu por encerrado o seu primeiro e único ano social.

1738 — Morre Garcia Rodrigues Pais, filho e sucessor de Fernão Dias Pais Leme, capitão-mor das entradas e dos descobrimentos das esmeraldas (ver 21 de julho de 1676).

1739 — Toma posse do governo de Santa Catarina o brigadeiro José da Silva Pais. Foi o primeiro governador da capitania de Santa Catarina, depois de separada de São Paulo.

1759 — Conferência dos comissários português e espanhol José Fernandes Pinto Alpoim e dom Francisco Arguedas, assistidos pelos

astrônomos, geógrafos e oficiais das duas nações, junto ao Salto Pequeno ou Saltinho da Fortaleza, sobre o rio Uruguai, para o reconhecimento do rio Pepiri ou Pequiri, como sendo o determinado no artigo 5º do Tratado de 1750.

1808 — Chegam ao Rio de Janeiro a rainha dona Maria I e o príncipe regente dom João. O Rio de Janeiro ficou sendo, até 26 de abril de 1821, a capital da monarquia portuguesa.

1817 — Eleição da junta revolucionária de Pernambuco, composta: da parte do eclesiástico, do padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro; da parte militar, do capitão Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa; da parte da magistratura, do desembargador José Luís de Mendonça; da parte da lavoura, coronel Manuel Correia de Araújo; e da parte do comércio, Domingos José Martins.

1821 — Decreto de dom João VI anunciando que regressaria para Portugal e que o príncipe dom Pedro ficaria como regente do reino do Brasil, e determinando a eleição de deputados às cortes de Lisboa. Para a eleição, foram adotadas disposições da Constituição espanhola.

1827 — Morre em combate na expedição a Carmen de Patagônia o capitão de fragata James Shepherd, um dos oficiais ingleses que serviram às ordens de lorde Cochrane na Guerra da Independência do Brasil.

1871 — Formação do 25º gabinete ministerial, composto do visconde do Rio Branco – presidente do Conselho –, Fazenda, interinamente a 7 de março, e efetivo a 15 de maio; João Alfredo Correia de Oliveira, Império; visconde de Niterói, substituído em 28 de janeiro de 1873 pelo visconde de Caravelas (terceiro do título), Estrangeiros; Manuel Antônio Duarte de Azevedo, substituído em 20 de abril de 1872 por Augusto Olímpio Gomes de Castro, que, não tendo aceitado o cargo, foi substituído em 18 de maio por Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, Marinha; visconde do Rio Branco, substituído em 15 de maio por Domingos José Nogueira Jaguaribe, que serviu até 20 de abril de 1872, data em que foi nomeado João José de Oliveira Junqueira, Guerra; Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, substituído em 20 de abril por Cândido Borges Monteiro (visconde de Itaúna), por sua vez substituído em 26 de agosto

de 1872 por Francisco do Rego Barros Barreto, que serviu até 28 de janeiro de 1873, data em que foi nomeado José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

1888 — Decreto que manda observar o disposto no artigo 2º da lei de 9 de setembro de 1870, na parte que estabelece o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos. Esse decreto foi assinado pelo barão de Cotegipe, ministro interino do Império.

8 DE MARÇO

1633 — Embarcam para a Holanda o general Waerdenburch, governador de Pernambuco e o conselheiro político van Walbeck, o tenente-coronel Schutte, muitos outros oficiais e soldados, que haviam terminado seu triênio de serviço. O major Lourens van Rembach passa a coronel e governador.

1649 — Estatutos da Companhia Geral do Comércio do Brasil (ver 6 de fevereiro de 1649).

1694 — Lei de dom Pedro II, ordenando a ereção da Casa da Moeda na Bahia e levantando o preço do marco de ouro e prata.

1727 — Antônio da Silva Caldeira Pimentel é despachado como governador, sem caráter de capitão-general, da capitania de São Paulo, separada da de Minas Gerais.

1759 — Termo de reconhecimento e identificação do rio Pepiri ou Pequiri, assinado pelos comissários português e espanhol José Fernandes Pinto Alpoim e dom Francisco Arguedas.

1824 — Toma posse da presidência da província do Rio Grande do Sul José Feliciano Fernandes Pinheiro (depois visconde de São Leopoldo), o primeiro nomeado para aquele cargo.

1848 — Formação do oitavo gabinete ministerial do Segundo Reinado, composto do visconde de Macaé, presidente do Conselho de Ministros,

Império; José Antônio Pimenta Bueno (marquês de São Vicente), Justiça; Antônio Limpo de Abreu (visconde de Abaeté), Estrangeiros (este foi substituído em 14 de maio por José Pedro Dias de Carvalho, Fazenda); Manuel Felizardo de Sousa e Melo, interino, substituído em 14 de maio por Joaquim Antão Fernandes Leão, Marinha; Manuel Felizardo de Sousa e Melo, Guerra.

1869 — Falece no Rio de Janeiro o almirante visconde de Inhaúma (ver 16 de janeiro e 18 de fevereiro de 1869).

9 DE MARÇO

1451 — Nasce em Florença, Américo Vespúcio.

1500 — Parte da foz do Tejo uma esquadra de 13 embarcações, destinadas à Índia, algumas armadas por negociantes particulares, mas todas sujeitas à capitania-mor de Pedro Álvares Cabral; a 22 de abril, essa frota avista a leste terra desconhecida, a qual foi a que então se chamou ilha de Vera Cruz, depois de Santa Cruz, terra do Brasil e, finalmente, Brasil.

1535 — Chega a Pernambuco seu primeiro donatário, Duarte Coelho.

1588 — Carta de nomeação de Francisco Giraldes para governador-geral do Brasil. Embarcando em Lisboa para tomar conta do governo, o navio em que vinha andou à matroca da Madeira para a costa da Guiné, sem alcançar a linha equatorial, arribando afinal às Antilhas sem tocar no continente, até que, depois de um ano de navegação, voltou ao ponto de partida em fins de setembro de 1589, falecendo o governador logo em seguida. Giraldes foi o quinto donatário dos Ilhéus.

1625 — Bandeirantes de São Paulo, repartidos em quatro corpos, atacam as Missões entre o Uruguai e o Paraná.

1709 — Carta de sesmaria concedida a Matias Barbosa da Silva por dom Fernando Martins Mascarenhas de Lancastre, governador do Rio de Janeiro e de mais capitanias do sul do Brasil, no rio Paraibuna,

em Minas Gerais, com uma légua de testada (cerca de 6,6 km) e três de fundo (cerca de 19,8 km).

1769 — Nomeação do coronel Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, com o nome de José Marcelino de Figueiredo, para governador da capitania do Rio Grande de São Pedro, cargo que acumulou com o comando do Regimento de Dragões.

1848 — Falece em Salvador o doutor Antônio Ferreira França (ver 14 de janeiro de 1775).

1876 — É inaugurada a linha telegráfica terrestre entre a cidade da Bahia e a vila de Canavieiras.

10 DE MARÇO

1534 — Carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho.

— Carta de doação da capitania de São Tomé, depois chamada Paraíba do Sul, concedida por dom João III a Pero de Góis. Essa doação foi confirmada em 28 de janeiro de 1536.

1637 — Bagnuoli, em marcha de retirada de Alagoas do Sul para o São Francisco, chega a Penedo (ver 25 de fevereiro de 1637).

1641 — Chega ao Rio de Janeiro a notícia da restauração de Portugal, mandada pelo vice-rei marquês de Montalvão, com ordem ao governador Salvador Correia de Sá e Benevides para reconhecer e proclamar como soberano de Portugal dom João IV, o que foi cumprido não só no Rio de Janeiro, mas também nas outras capitanias de sua jurisdição.

1646 — Cara régia ordenando que os ouvidores do Rio de Janeiro não consentissem que o bispo e seus ministros prendessem pessoas seculares.

1649 — Alvará aprovando os estatutos da Companhia Geral do Comércio do Brasil.

1650 — Toma posse do cargo de capitão-general e governador do Estado do Brasil na cidade do Salvador o conde de Castel-Melhor, que governou até 6 de janeiro de 1654.

1725 — Toma posse do governo da capitania do Rio de Janeiro Luís Vahia Monteiro, que governou até 1732, quando, privado totalmente do juízo, foi deposto pela Câmara.

1732 — Alvará determinando que as mulheres não pudessem voltar do Brasil sem permissão real, salvo as que tivessem ido com seus maridos, as quais poderiam recolher-se em sua companhia se eles mesmos para isso obtivessem licença.

1754 — Falece em Olinda Antônio Borges da Fonseca, em idade de 73 anos. Acabava de deixar o governo da capitania da Paraíba.

1763 — Ato de acessão por parte de dom José I, rei de Portugal, ao Tratado definitivo de Paz entre França, Espanha e Grã-Bretanha, assinado em Paris (ver 10 de fevereiro).

1806 — Toma posse do cargo de governador e capitão-general do Pará José Narciso de Magalhães de Meneses, que faleceu no governo a 20 de dezembro de 1810 (ver esta data e 12 de janeiro de 1809).

1829 — Falece em Salvador, com idade de 77 anos, o doutor Manuel Joaquim Henriques de Paiva, médico notável, autor de um tratado sobre bexigas e do método de fazer a vacinação, publicados em Lisboa, em 1804. Suspeito de partidário dos franceses, em 1807, foi preso, demitido de seus empregos e deportado para a Bahia; depois foi perdoado e nomeado lente da escola médico-cirúrgica ali criada. Por ocasião da Independência, adotou a nacionalidade brasileira.

1854 — Falece no Rio de Janeiro o conselheiro José Clemente Pereira, notável estadista, presidente do Senado da Câmara do Rio de

Janeiro, presidente do Tribunal do Comércio. Foi um dos autores dos projetos do Código Comercial e do Código Criminal, e provedor da Santa Casa de Misericórdia; ministro do Império no gabinete de 20 de novembro de 1827, e da Guerra no gabinete de 23 de março de 1841; senador pela província do Pará desde 1842.

1873 — Falece no Rio de Janeiro frei Custódio Alves Serrão, carmelita professo, que obteve breve de secularização em 1840. Antes, foi lente de História Natural na Academia Militar, diretor do Museu Nacional, membro da Comissão de Melhoramentos da Casa da Moeda e diretor do Jardim Botânico da lagoa Rodrigo de Freitas. Foi sobretudo notável como botânico e deixou obra avultada (ver 2 de outubro de 1799).

1876 — O doutor Ladislau Neto, perante o imperador dom Pedro II, o ministro da Agricultura e numeroso auditório, inaugura os cursos públicos do Museu Nacional. Sendo a sua cadeira no estabelecimento a de Botânica, foi sua primeira lição uma espécie de quadro sinóptico do reino das plantas.

1888 — Formação do 35º gabinete ministerial, composto de João Alfredo Correia de Oliveira, presidente do Conselho e ministro da Fazenda; José Fernandes da Costa Pereira Júnior, substituído em 4 de janeiro de 1889 por Antônio Ferreira Viana, Império; Antônio Ferreira Viana, substituído em 4 de janeiro de 1889 por Francisco de Assis Rosa e Silva, Justiça; Antônio da Silva Prado, substituído em 27 de junho de 1888 por Rodrigo Augusto da Silva, Estrangeiros; Luís Antônio Vieira da Silva, substituído interinamente em 4 de janeiro de 1889 por Tomás José Coelho de Almeida, que serviu até 8 de fevereiro, data em que se apresentou o barão de Guaí, nomeado em 4 de janeiro do mesmo ano, Marinha; Tomás José Coelho de Almeida, Guerra; Rodrigo Augusto da Silva, substituído em 27 de junho de 1888 por Antônio da Silva Prado, que se licenciou em 5 de janeiro de 1889, data em que foi nomeado para substituí-lo Rodrigo Augusto da Silva, que serviu até 7 de junho de 1889, por ter Silva Prado se retirado do ministério, Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

11 DE MARÇO

1535 — Carta de foral, couto e homizio, e doação de minas, passada por dom João III em favor de João de Barros, Fernando Álvares de Andrade e Aires da Cunha, aos quais fora concedida a donataria do Maranhão.

1536 — Capitulação assinada em Madri, concedendo a Juan Despes 200 léguas de costa (cerca de 132 km) em terra firme, do rio Salado, no golfo de Pária, para o oriente, e 300 léguas (cerca de 198 km) de terra para o interior.

1542 — Chega a Assunção do Paraguai a expedição de Alvar Nuñez Cabeça de Vaca. Partiu do rio Itabucu, hoje Itapucu, no litoral de Santa Catarina, subiu a serra do Mar e penetrou nos campos de Curitiba; passando da margem esquerda para a oposta do rio Iguaçu, atravessou o Tibagi e continuou pela margem esquerda desse afluente do Paranapanema no rumo nordeste; atravessou outros rios, entre os quais o Pequiri, afluente do Paraná, e, seguindo rumo sul, paralelamente ao curso desse último, alcançou a margem direita do Iguaçu, logo acima de seu salto grande; desceu, então, o Iguaçu, prosseguiu pelo Paraguai e chegou a Assunção na data assinalada, um sábado, pela manhã. Em uma paragem do rio Iguaçu, teve notícia Cabeça de Vaca dos portugueses que Martim Afonso de Sousa, 10 anos antes, enviara para descobrir metais preciosos, guiados por Francisco de Chaves, que foram mortos pelos índios do rio Pequiri.

1653 — Os holandeses ocupavam-se em roçar o mato diante da estrada do Aguiar; sai contra eles o capitão Afonso de Albuquerque, que comanda o posto, e os desbarata.

1778 — Tratado de amizade e garantia recíproca dos respectivos domínios na América, assinado no Pardo, entre as duas coroas de Portugal e Espanha.

1784 — A comissão demarcadora de limites entre as conquistas de Portugal e Espanha na América do Sul assenta o marco espanhol na margem norte do arroio Chuí, e o português na foz do Taim.

1824 — Decreto assinado pelo ministro do Império João Severiano Maciel da Costa (marquês de Queluz), para que, em conformidade com o voto geral dos brasileiros, expressado pelas diferentes Câmaras em públicas sessões, se jurasse no dia 25 desse mesmo mês e ano o projeto de Constituição como Lei do Império, seguido do juramento de sua majestade imperial (ver 25 de março de 1824).

1827 — Falece no Rio de Janeiro Clemente Ferreira França, marquês de Nazaré, nascido na Bahia em 1774, doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado à Constituinte brasileira, ministro da Justiça e senador em 1826.

1860 — Inaugura-se no engenho do coronel E. J. Barbosa de Moura (Rio Grande do Norte), a primeira máquina a vapor para moagem de cana de açúcar. O ato teve a presença do presidente da província.

1861 — Instalação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (ver 28 de julho de 1860 e 16 de fevereiro de 1861).

1866 — O 2º corpo do Exército, comandado pelo tenente-general conde de Porto Alegre, começa a atravessar o Uruguai, em São Borja, em virtude das resoluções tomadas pelos generais aliados no primeiro Conselho de Guerra, que se reuniu em Corrientes (ver 25 de fevereiro de 1866).

1882 — Falece em São Domingos, Niterói, o conselheiro doutor Manuel Inácio Cavalcanti de Lacerda, barão de Pirapama, senador por Pernambuco. Formara-se na Universidade de Coimbra, em 1820, e teve assento na Constituinte de 1823; foi em várias legislaturas deputado geral por Pernambuco, sendo escolhido senador em 1850. Antes, como magistrado, percorreu todos os graus de carreira, aposentando-se como ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

12 DE MARÇO

1511 — Regimento dado a Cristóvão Pires, capitão da nau *Bretoa*, (ver 22 de fevereiro de 1511).

1543 — Carta régia confirmando a demarcação que ente si fizeram os donatários Vasco Fernandes Coutinho e Pero de Góis, na qual servia de limites entre suas capitanias respectivas do Espírito Santo e de São Tomé "um rio que tem na boca a entrada umas ilhotas de pedra e de baixa-mar, e que daí cobre outra ilhota mais pequena, o qual rio se chama, na língua dos índios, Itapemeri*".

1598 — Francisco de Mendonça e Vasconcelos é nomeado governador da capitania do Rio Grande do Norte.

1619 — Provisão régia para o governador do Maranhão Antônio de Albuquerque, aprovando sua proposta para a pescaria de tainhas e gurijubas nas costas da ilha Grande de Joanes.

1689 — Falece em São Luís do Maranhão dom frei Gregório dos Anjos, primeiro bispo do Maranhão. Antes fora bispo de Malaca.

1726 — Doação de terras aos padres Mercedários, feita por Luís Gonçalo de Sousa de Macedo, barão da ilha Grande de Joanes. Anteriormente, os mesmos padres haviam recebido outra doação de terras naquela ilha.

1764 — Falece dom frei Antônio da Madre de Deus Galvão, segundo bispo de São Paulo, que governou o bispado desde 1750.

1789 — Nasce em Postdam, Prússia, Friedrich Sellow, naturalista que chegou ao Brasil em 1814 e que foi logo depois pensionário do governo. Morreu afogado no rio Doce, Minas Gerais, em outubro de 1831.

1807 — Nasce no Rio Fundo, província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, depois visconde de São Lourenço (ver 10 de setembro de 1872).

1863 — É apresentado bispo de Diamantina, dom João Antônio dos Santos, natural de Minas Gerais e doutor em Cânones pela Universidade de Roma. Foi o primeiro bispo que teve aquela diocese.

* Rio Itapemirim. (N.E.)

13 DE MARÇO

1531 — Pero Lopes de Sousa, em seu *Diário da navegação*, referindo-se a este dia, escreve: "Nesta baia (de Todos os Santos), achamos um homem português, que havia 22 anos que estava nesta terra; e deu razão larga do que nela havia." Esse homem identificam os historiadores como Diogo Álvares, o *Caramuru.*

1669 — Breve do papa Clemente IX, aprovando a fundação do convento das freiras chamado de Santa Clara do Desterro, na cidade do Salvador da Bahia, e fixando-lhe a renda anual de 10 mil cruzados, que a Câmara se obrigou a suprir.

1702 — Ordem régia ao governador do estado do Maranhão para fazer anexar a freguesia de Nossa Senhora da Vitória do Piauí ao estado do Maranhão e Grão Pará.

1748 — Falece em Lisboa Bernardo Pereira de Berredo, governador e capitão-general do Maranhão de 18 de junho de 1718 a 30 de maio de 1722. Escreveu os *Anais históricos do estado do Maranhão*, publicado em Lisboa, em 1749, ano seguinte ao de sua morte.

1797 — Carta régia a Francisco Delgado Freire de Castilho, governador da capitania da Paraíba, declarando que são de propriedade da coroa todas as matas e arvoredos que estão à borda da costa do mar, ou rios navegáveis, e dá providências para sua conservação.

1817 — Junta revolucionária da Revolução de 1817 na Paraíba, composta dos tenentes-coronéis Francisco José da Silveira e Estevão José Carneiro da Cunha, do padre Antônio Pereira, de Amaro Gomes Coutinho e Inácio de Albuquerque Maranhão; governou até 5 de maio do mesmo ano.

1823 — Chega ao Rio de Janeiro, a bordo do brigue inglês *Colonel Allan*, com 60 dias de viagem de Valparaiso, lorde Cochrane, contratado para comandar a esquadra brasileira (ver 21 de março).

— O major português João José da Cunha Fidié, à frente de

suas tropas, desbarata no Genipapo, Piauí, as forças partidárias da Independência nacional.

1838 — O tenente-coronel José Joaquim Coelho, depois tenente-general barão da Vitória, com a brigada de Pernambuco, assalta a posição da Campina, na Bahia, e derrota os partidários da *Sabinada*, ali entrincheirados.

— É representado pela primeira vez no Rio de Janeiro o drama *Antonio José* ou *O poeta e a Inquisição*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães (depois visconde de Araguaia). O espetáculo foi em benefício da atriz Stela Sesefreda dos Santos.

1853 — Falece no Rio de Janeiro o monsenhor José Antônio Marinho, natural de Minas Gerais, e um dos participantes da rebelião mineira de 1842, cuja história escreveu. Foi deputado geral por sua província. Era cônego honorário e pregador da capela imperial. No Rio de Janeiro, fundou o colégio Marinho para educação do sexo masculino, no seu tempo, um dos mais bem-aceitos estabelecimentos de ensino da corte. Nasceu no Porto do Salgado, povoação à margem do rio São Francisco, a 7 de outubro de 1803.

1854 — É agraciada com o título de condessa da Piedade dona Engrácia Maria da Costa Ribeiro Pereira, viúva do conselheiro José Clemente Pereira, em lembrança e remuneração dos grandes serviços por este prestados ao país.

1870 — Chega a Pernambuco, a bordo do transporte de guerra *Itapuru*, o 53º batalhão de Voluntários da Pátria, que regressava da campanha do Paraguai. Desembarcou no dia seguinte com significativas manifestações de júbilo por parte da população do Recife.

14 DE MARÇO

1595 — Toma posse da capitania de São Vicente, como capitão-mor, nomeado pelo governador dom Francisco de Sousa, João Pereira de Sousa, que foi assassinado no sertão antes de 1606.

1623 — Salvador Correia de Sá, defendendo a cidade da Vitória (Espírito Santo), repele o assalto que a ela tentava fazer a frota do almirante holandês Piet Heyn.

1630 — Primeiro ataque ao arraial do Bom Jesus pelo tenente-coronel Steyn Callenfels. O arraial é defendido por Matias de Albuquerque. Laet diz que nesse ataque os atacantes tiveram quatro mortos e 20 feridos; os atacados tiveram 16 mortos e feridos, entre estes Calabar.

1638 — Bagnuoli muda seu acampamento da Torre de Garcia d'Ávila para Vila Velha, a fim de proteger a cidade de Salvador. No dia 18 de abril, entra no porto o conde de Nassau, para atacar a cidade.

1647 — Parecer, chamado papel forte do padre Antonio Vieira, em que aconselhou ao rei a compra de Pernambuco e de mais conquistas dos holandeses por três milhões de cruzados, pagos em prestações anuais de 500 mil a 600 mil.

1676 — Carta régia determinando que o sal não ficasse mais em contrato, e sim por conta da fazenda real.

1688 — Fundação do convento de Nossa Senhora do Carmo na vila da Cachoeira, capitania da Bahia.

1731 — Ordem régia que confere a Bartolomeu Bueno da Silva, o *Anhanguera II*, a patente de capitão-mor e o governo das terras por ele descobertas, com ricas jazidas auríferas no território de Goiás.

1760 — São entregues a bordo da nau *Nossa Senhora do Livramento* e *São José*, no porto do Rio de Janeiro, os padres da Companhia de Jesus, expulsos do Brasil. Do colégio do Rio eram 97; dos Engenhos Velho e Novo e São Cristóvão, 10; vindos da Bahia, 16; de Santos, 11; de São Paulo, 23; de Paranaguá, cinco; de Campos e Macaé, quatro; do Espírito Santo, 17; de outras paragens, 10; total de 193 padres.

1801 — Decreto organizando a repartição dos correios no Brasil.

1817 — O major Hipólito do Couto Brandão derrota no Passo do Centurião um corpo de orientais. Nesse combate foi promovido a furriel João da Silva Tavares, depois brigadeiro honorário do Exército, comandante da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul e visconde do Cerro Alegre.

1822 — Nasce em Nápoles a princesa dona Teresa Cristina Maria de Bourbon, terceira imperatriz do Brasil (ver 28 de dezembro de 1889).

1826 — A esquadra argentina do almirante Brown, que desde 26 de fevereiro atacava a Colônia do Sacramento, é repelida pelas forças brasileiras, sofrendo graves perdas, cerca de 300 homens, além dos estragos que tiveram todos os seus navios; os brasileiros tiveram 32 mortos e 52 feridos.

1831 — Conflito no Rio de Janeiro entre partidários da facção Exaltada e o Partido Português, que ficou chamado da *Noite das garrafadas*. Depois desse conflito, reuniram-se 23 deputados e um senador daquela facção, em casa do padre José Custódio Dias, e ali redigiram uma representação ao imperador dom Pedro I, exigindo do governo uma reparação da afronta que haviam sofrido os cidadãos brasileiros.

1844 — Decreto imperial que concede anistia aos implicados nas revoluções políticas das províncias de São Paulo e Minas Gerais, em 1842. Da mesma data é outro decreto, que autoriza o presidente da província do Rio Grande do Sul, por espaço de três meses, a conceder anistia aos indivíduos compreendidos na rebelião da mesma província.

1867 — Falece no Rio de Janeiro o conselheiro visconde de Camamu (segundo do título, José Egídio Gordilho de Barbuda), tenente-general e chefe da 3ª diretoria do Ministério da Guerra.

1876 — Falece em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o doutor José Antônio do Vale Caldre Fião, médico e autor de várias obras científicas e literárias.

1884 — Convenção internacional assinada em Paris, pela qual o Brasil e outros Estados se constituem em união para a proteção dos cabos submarinos.

1893 — Falece no Rio de Janeiro o doutor José Ribeiro de Sousa Fontes (visconde de Sousa Fontes), lente catedrático da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e cirurgião-mor do Exército em toda a campanha do Paraguai, atingindo o posto de marechal de campo, em que foi reformado em 1890 (ver 9 de agosto de 1821).

15 DE MARÇO

1560 — Mem de Sá chega ao Rio de Janeiro e ordena o ataque ao forte Coligny, ocupado pelos franceses, na ilha depois chamada de Villegaignon.

1597 — Carta régia nomeando para comandar a expedição encarregada da conquista do norte o capitão-mor de Pernambuco Manuel Mascarenhas Homem.

1639 — Carta régia de Filipe III confirmando a doação de Cumá a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

1667 — Carta patente de nomeação de Alexandre de Sousa Freire para governador e capitão-general do Estado do Brasil.

1678 — Toma posse, em Salvador, do cargo de governador-geral Roque da Costa Barreto, que governou até 23 de maio de 1682.

1699 — Carta régia providenciando sobre a falta de mestres fabricadores de açúcar que havia no Maranhão.

1700 — Posse de Francisco de Castro Morais do governo da capitania do Rio de Janeiro, a qual governou até 8 de julho de 1702. Foi este o seu primeiro governo; no segundo, foi o Rio de Janeiro invadido por franceses duas vezes, havendo capitulado o governador na segunda.

1705 — O general Sebastião da Veiga Cabral, governador da Colônia do Sacramento, a qual vinha sendo assediada e bombardeada desde 17 de outubro de 1704, evacua a praça por ordem do rei de Portugal depois de ter repelido todos os ataques dos espanhóis.

1737 — Armistício assinado em Paris, pelo qual convieram o governo português e o espanhol em expedir ordens para cessassem as hostilidades na América, ficando as cosias no mesmo estado em que se achassem no momento de chegarem essas ordens até o ajuste definitivo das reclamações pendentes.

1738 — Entra na barra do Rio Grande de São Pedro, procedente da Colônia do Sacramento, o coronel Diogo Osório Cardoso, com os demais oficiais do Regimento de Dragões, e rende o brigadeiro José da Silva Pais, que ali se achava desde 19 de fevereiro de 1737.

1772 — Bula de confirmação do bispo de Pernambuco dom frei Francisco da Assunção e Brito, que tomou posse por procuração e não chegou a vir ao bispado, por ter sido nomeado arcebispo de Goa. Era natural de Mariana, Minas Gerais.

1789 — Joaquim Silvério dos Reis denuncia ao governador da capitania de Minas Gerais, visconde de Barbacena, os planos da conspiração mineira.

1817 — Chega a Salvador um brigue inglês com a notícia da revolução republicana, que rebentara em Pernambuco no dia 6.

1825 — São executados no Rio de Janeiro o maltês João Metrowich e o pernambucano Joaquim da Silva Loureiro, comandantes de dois navios dos rebeldes de Pernambuco, e o português João Guilherme Ratcliff, segundo comandante de um dos mesmos navios.

1827 — O corsário argentino *Pampero* é tomado pela corveta brasileira *Isabel* (ver 2 de janeiro de 1827).

1838 — Rendem-se às forças do marechal de campo João Crisóstomo Calado os partidários da *Sabinada*, reunidos no forte de São Pedro. Eram 586 praças, 15 músicos e corneteiros, e o chefe dessas forças, Sérgio José Veloso. Nesse mesmo dia, as forças legais entram em Salvador.

1859 — É inaugurada a pinacoteca da Imperial Academia de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

1860 — Falece no Rio de Janeiro o padre José Martiniano de Alencar, senador pela província do Ceará desde 1832 e notável figura política do Primeiro Reinado.

1870 — Carta do imperador dom Pedro II ao conselheiro Paulino de Sousa, negando consentimento a que lhe fosse levantada uma estátua, para comemorar a feliz conclusão da Guerra do Paraguai e sugerindo que o dinheiro arrecadado para tal fim por subscrição pública fosse aplicado na construção de edifícios destinados a escolas primárias e ao melhoramento do material de outros estabelecimentos de ensino público.

1877 — Falece em Southampton, Inglaterra, dom Juan Manuel Rosas, antigo ditador da República Argentina, derrotado na batalha de Monte Caseros.

16 DE MARÇO

1560 — Mem de Sá apodera-se do forte Coligny, atacado desde a véspera. Não havia nesse forte mais do que 114 franceses e algumas centenas de índios, segundo Mem de Sá, mas o número desses últimos era certamente exagerado, porque a pequena ilha não os comportava. Mem de Sá ordenara, no dia anterior, o desembarque de 260 homens, dos quais 120 portugueses e brasileiros e 140 índios. Não houve capitulação, como disse André Thevet, seguido por outros cronistas. A carta de Mem de Sá sobre a tomada do forte está publicada por diversos autores com uma mudança de frase: "[...] Ao tempo em que *negociei* [...]", em vez de: "[...] Ao tempo em que *cheguei* [...]"

1568 — Escritura de renúncia de terras que fazem Antônio de Mariz e sua mulher, dona Isabel Velha, a favor de Martim Afonso de Sousa Arariboia. Essas terras – três mil braças (cerca de 6,6 km) ao longo do mar, e seis mil (cerca de 13,2 km) para o sertão, constituíam a sesmaria dada por Mem de Sá a Antônio de Mariz e formavam a aldeia de São Lourenço.

1699 — Carta régia a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, governador do estado do Grão Pará e Maranhão, deferindo o pedido dos

moradores do estado, para que guardem os privilégios concedidos nas guerras com os holandeses, e ordenando a fundação da Companhia dos Privilegiados. Outra carta régia da mesma data e ao mesmo governador providencia quanto à falta de índios remeiros no Maranhão, para irem em canoas buscar ao rio Mearim o gado necessário à alimentação dos moradores.

1743 — Ordem régia ao governador e capitão-general Gomes Freire de Andrada para mandar construir em Vila Rica casa residencial dos governadores da capitania de Minas Gerais. A planta dessa casa foi feita pelo brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim.

1782 — Toma posse do governo da capitania de São Paulo Francisco da Cunha Meneses.

1819 — Nasce em Salvador José Maria da Silva Paranhos, depois conselheiro de Estado e visconde do Rio Branco. Foi um dos mais notáveis estadistas do Império, por sua inteligência, cultura e patriotismo. Secretário da missão especial encarregada ao marquês de Paraná em 1851 no rio da Prata, passou a ministro residente no ano seguinte, foi por vezes plenipotenciário e enviado extraordinário nas Repúblicas Argentina, do Uruguai e do Paraguai; concluiu, em 1865, o acordo da questão pendente havia longo tempo entre aqueles países e o Brasil; firmou, depois, o acordo para a organização do governo provisório do Paraguai e, finalmente, o acordo preliminar da paz. Foi presidente da província do Rio de Janeiro, deputado por essa província, pelo Município Neutro e por Sergipe; foi ministro da Marinha de 1853 a 1855, de Estrangeiros de 1855 a 1857, que ocupou ainda por várias outras vezes, assim como a da Guerra; foi presidente do Conselho de Ministros no gabinete de 7 de março de 1871, ocupando a pasta da Fazenda; nesse ministério, promulgou a lei de 28 de setembro, por força da qual não nasceram mais escravos no Brasil. Era senador pela província de Mato Grosso desde 1862 (ver 1º de novembro de 1880).

1837 — A Assembleia Provincial de São Paulo, por lei desta data, cria uma companhia de Municipais Permanentes, para com ela fazer-se, por parte do governo, a descoberta do campo de Palmas. Por ordem do governo, foi essa companhia destacada para proteger os fazendeiros.

1851 — Declaração do governo imperial de estar resolvido a coadjuvar a defesa da praça de Montevidéu e a embaraçar a sua tomada pelas forças do general Oribe.

1872 — Falece em Lisboa o conde da Figueira (dom José de Castelo Branco), capitão-general da capitania do Rio Grande de São Pedro de 1818 a 1820.

1882 — O governo da província do Rio de Janeiro celebra um contrato com Luís Rafael Vieira Souto e Henrique Eduardo Hargreaves, para a construção de uma via férrea que, partindo da estação de Belém, termine no Pati do Alferes, em Vassouras, passando pelo vale do rio Santana e do ribeirão do Ubá.

17 DE MARÇO

1531 — A esquadra de Martim Afonso de Sousa, que a 13 entrara no porto da Bahia, levanta ferros e continua sua navegação rumo sul, em demanda de São Vicente.

1693 — Carta régia ordenando que o governador do Maranhão dê providências para que os senhores não deixem morrer os escravos sem os últimos sacramentos, como muitas vezes acontecia.

1723 — Por ordem do governador do Maranhão e Grão Pará João da Maia da Gama, o capitão João Pais do Amaral parte de Belém com três canoas armadas em guerra para averiguar a existência de marcos divisórios dos domínios portugueses e franceses, os quais foram achados no Oiapoque.

1724 — Ordem régia ao governador do Maranhão e Grão Pará João da Maia da Gama, para que mande executar as obras de fortificação, de acordo com o parecer do coronel engenheiro José da Silva Pais, devendo ser construída no igarapé, à retaguarda da fortaleza da Ponta da Areia, a bateria apontada pelo capitão engenheiro Sebastião Pereira, e continuadas as obras da fortaleza da ilha de São Francisco.

1732 — É nomeado governador do estado do Maranhão o coronel do mar José da Serra, que governou até 20 de março de 1736 (ver esta data).

1796 — Nasce na vila do Recife, Pernambuco, Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, depois bispo do Rio de Janeiro e conde de Irajá. Governou a diocese de 24 de maio de 1840 a 11 de junho de 1863, quando faleceu.

1823 — Reúne-se na corte do Rio de Janeiro a Assembleia Constituinte brasileira.

1853 — Falece em Niterói o doutor José de Assis Alves Branco Moniz Barreto, que substituiu ao cônego Januário da Cunha Barbosa na direção da Biblioteca Nacional e Pública, em 5 de maio de 1846.

1865 — Chega à corte o correio de Cuiabá, portador da notícia da invasão da província de Mato Grosso pelas tropas paraguaias (ver 22 de fevereiro de 1865).

— A Assembleia Provincial da Bahia vota dois projetos de alto interesse patriótico: um autorizando o presidente da província a conceder licença a todos os empregados provinciais que quisessem tomar parte na guerra contra o Paraguai, sem perda de seus ordenados e contando-se-lhes pelo duplo para aposentadoria o tempo de serviço na campanha; outro concedendo uma gratificação de 100$000 a todo cidadão que, isento do recrutamento, se alistasse para militar na mesma guerra.

1880 — A grande loja maçônica da Inglaterra, de que é grão-mestre o príncipe de Gales, reconhece o Grande Oriente do Lavradio, Rio de Janeiro, como verdadeira potência maçônica.

18 DE MARÇO

1621 — Carta patente nomeando André Pereira Temudo capitão do Rio Grande do Norte, por tempo de três anos; ainda ocupava o cargo em 1623.

1635 — Os holandeses são repelidos pela primeira vez no engenho da Palma, onde estava um corpo avançado de Matias de Albuquerque.

1648 — Chega ao porto do Recife uma frota holandesa composta de nove grandes navios de guerra, quatro iates e 28 transportes de víveres, trazendo seis mil soldados. Vinha essa frota sob o comando do almirante Witte Corneliszoon de With, em socorro dos holandeses daquela praça. Nela, veio a patente de tenente-general para von Schkoppe.

1657 — Nasce em Salvador José Borges de Barros, formando em Cânones pela Universidade de Coimbra, orador sacro, teólogo e poeta de fama.

1675 — Em virtude de renúncia do donatário Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho e do pagamento de 40 mil cruzados, fica Francisco Gil de Araújo senhor donatário da capitania do Espírito Santo por doação régia desta data.

1682 — Carta patente de nomeação de Antônio de Sousa de Meneses (o *Braço de Prata*), para governador e capitão-general do Estado do Brasil.

1684 — Bando e intimação aos jesuítas do Maranhão, por parte de Manuel Beckman e de mais procuradores e misteres do povo, para que embarcassem para o reino. No domingo de Ramos (26 de março), dia aprazado para o embarque, os padres, em número de 27, depois de ouvirem missa e de se despedirem um por um de Nossa Senhora da Luz, padroeira de seu colégio, saíram pela porta chamada do Carro, fronteira ao mar, conduzido em rede um deles, que de velho e achacado não podia caminhar, e os mais a dois e dois, com as palmas bentas inclinadas sobre os ombros, chegaram ao lugar da partida, que era o da Praia Pequena, de onde passaram ao navio que os devia conduzir a Portugal.

1696 — Carta régia ao governador do Grão Pará e Maranhão, para que fizesse apartar para essa última capitania, ou para outro qualquer lugar remoto, o francês Porte-Felice, que do Pará se comunicava com os missionários de Caiena, da mesma nação, fazendo-lhes sentir os

motivos daquela providência e tolhendo-lhe por todos os meios tais comunicações.

1711 — Assassinato de Jean François Du Clerc, na casa em que habitava no Rio de Janeiro. O governador Francisco de Castro Morais atribuiu esse crime, cujo autor ficou desconhecido, a alguma vingança particular, provocada pelas galanterias de Du Clerc.

1722 — Carta régia a João da Maia da Gama, governador do Maranhão, estipulando o ordenado a pagar ao ouvidor-geral da vila Mocha, a qual ia ser criada no Piauí.

1746 — Falece no Rio de Janeiro Inácio da Silva Medela, que deixou em testamento ao seminário dos órfãos de São Pedro o rendimento da quarta parte de nove prédios de sua propriedade e que instituiu na Santa Casa de Misericórdia a cerimônia do lava-pés na quinta-feira santa, para cujo ato legou uma bacia grande de prata. Há um tratato seu Santa Casa.

1821 — Carlos César Burlamaqui é deposto do governo da capitania de Sergipe e substituído por uma junta de governo provisório.

1850 — Falece no Rio de Janeiro o senador pela província do Espírito Santo José Tomás Nabuco de Araújo, pai do conselheiro do mesmo nome, senador pela Bahia.

1876 — O professor Charles Frederick Hartt, diretor da seção de geologia do Museu Nacional, faz no estabelecimento sua primeira conferência sobre esta ciência, em sua aplicação ao Brasil.

1878 — Falece no Rio de Janeiro, vitimado pela febre amarela, o professor Charles Frederick Hartt, sábio geólogo americano. Veio ao Brasil pela primeira vez em 1865, com a *Thayer Expedition*, chefiada por Louis Agassiz; voltou dois anos depois a expensas próprias, explorando então o litoral brasileiro, principalmente a estrutura dos Abrolhos; voltou pela terceira vez em 1870, chefiando a *Morgan Expedition*, com Orville A. Derby, Herbert Smith, Richard Rathbun e John Clark. Essa expedição explorou os vales do Tapajós, Maecuri, Ereré, Trombetas,

o baixo Amazonas, as serras de Tajuri, Ereré, Mamiá e Paranaquara, a região de Breves e a ilha do Marajó. Findos seus trabalhos, Hartt, que já era professor de geologia da Universidade de Cornell, Ithaca, resolveu ficar no Brasil, aceitando em 1874 a chefia da Comissão Geológica do Império, que acabava de ser criada sob as bases por ele apresentadas ao governo brasileiro. Deixou notáveis trabalhos sobre a ciência que professava, e também sobre linguística e *folclore* do Brasil.

19 DE MARÇO

1534 — Nasce em San Cristóbal de la Laguna, então capital de Tenerife, José de Anchieta, batizado a 7 de abril do mesmo ano (ver 9 de junho de 1597).

1588 — Nomeação de Antônio de Magalhães para acompanhar o governador-geral Francisco Giraldes como sargento-mor do Estado, cargo novamente criado e ao qual competiam, além da obrigação que tinham no reino os que havia em cada comarca, que era a inspeção das ordenanças, tudo quanto respeitava às fortificações e artilharia.

1612 — Parte do porto de Cancale, na Bretanha, a expedição francesa destinada à conquista e à colonização do Maranhão. Compunha-se de três navios: *Régente,* comandado pelos senhores de Rasilly e de La Ravardière; *Charlotte*, pelo barão de Sancy; e *Sainte Anne,* pelo cavaleiro de Rasilly. Contava algumas centenas de voluntários e quatro capuchinhos: Yves d'Évreux, superior da missão, Claude d'Abbeville, Arsêne de Paris e Ambroise d'Amiens.

1614 — Carta régia ordenando que os governadores do Brasil não podem ir às diversas capitanias sem licença d'el-rei e que devem sempre residir na cidade do Salvador (ver 21 de fevereiro de 1620).

1645 — Cédulas de privilégios, dadas em Saragoça por Filipe IV, rei da Espanha, e às quais se refere o artigo 9º do Tratado de Paz e Amizade entre Carlos II, da Grã-Bretanha, e dom Carlos II, da Espanha, assinado em Madri em 23 de maio de 1667. Entre outros privilégios, trata-se nessas cédulas do

cargo de juiz conservador da nação inglesa. No Brasil, esse privilégio só foi abolido, não sem graves contestações do governo britânico, pelo aviso de 22 de novembro de 1832, do ministro da Justiça Honório Hermeto Carneiro Leão ao de Estrangeiros Bento da Silva Lisboa, depois de sancionado o Código do Processo Criminal.

1654 — Aporta a Lisboa a caravela em que viajava André Vidal de Negreiros, portador da notícia da restauração das capitanias sob o domínio dos holandeses.

1693 — Ordem régia mandando o governador do estado do Maranhão e Grão Pará dividir as Missões, sendo as do rio Amazonas para o norte feitas pelos padres de Santo Antônio, e as do sul pelos padres da Companhia de Jesus.

1752 — Dom Antônio Rolim de Moura, governador da capitania de Mato Grosso, estabelece a nova povoação de Vila Bela, às margens do Guaporé; no mesmo dia, levanta pelourinho e nomeia capitão-mor e vereadores.

1796 — Toma posse do bispado de São Paulo, por procurador, dom Mateus de Abreu Pereira, quarto bispo daquela diocese, que administrou até 1824, quando faleceu.

1804 — Convenção de neutralidade e subsídio, assinada em Lisboa, entre o príncipe regente dom João e a República francesa. Essa convenção foi declarada nula e de nenhum efeito pelo manifesto de 1º de maio de 1808, daquele príncipe.

1812 — Toma posse do governo da capitania do Ceará Manuel Inácio de Sampaio e Pina, depois primeiro visconde de Lançadas. Governou, em seguida, a capitania de Goiás.

1831 — Organização do penúltimo gabinete ministerial do Primeiro Reinado, composto de Francisco Carneiro de Campos, Estrangeiros; Bernardo José da Gama, Império; Manuel José de Sousa França, Justiça; Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Fazenda; José Manuel de Morais, Guerra; e Manuel

José de Almeida, Marinha. Esse ministério retirou-se do poder a 5 de abril do mesmo ano.

1853 — Notas trocadas entre a legação imperial em Montevidéu e o governo do Uruguai sobre a verdadeira inteligência do artigo 1º do Tratado de 15 de maio de 1852 (ver 24 de fevereiro de 1853).

1867 — A bordo do paquete francês *Extremadure*, chega ao Rio de Janeiro o súdito prussiano Max von Versen, capitão do exército de sua nação, sobre o qual tinha o governo imperial informações de que se dirigia ao rio da Prata, com o fim de servir ao governo do Paraguai. Em vista disso, resolveu o governo impedir que continuasse sua viagem, fazendo-o deter a bordo do paquete francês *Carmel*, que partia para o rio da Prata e para o qual já havia passado. Contra esse ato, intervieram o cônsul da França e o encarregado de negócios da Prússia. O governo brasileiro fez entrega do preso ao navio de guerra francês *Le Curieux,* para ter destino conveniente, recusando a permissão solicitada pelo representante da Prússia, a fim de que von Versen se dirigisse ao acampamento do marquês de Caxias, para assistir como espectador as operações de guerra.

1870 — Os bondes da Companhia Rio de Janeiro Street-Railway começam a ir até a Tijuca, estação das antigas Maxambombas.

1873 — Falece no Rio de Janeiro o conselheiro José Tomás Nabuco de Araújo, senador pela província da Bahia. Estadista, parlamentar e jurisconsulto, representou Pernambuco na Câmara dos Deputados e a Bahia na Câmara Alta desde 1853; foi ministro de Estado em três gabinetes e presidiu a província de São Paulo de 1851 a 1852. Elaborou o projeto do Código Civil do Império, o qual não chegou a ser adotado, e escreveu e publicou diversos trabalhos jurídicos (ver 14 de agosto de 1813).

20 DE MARÇO

1662 — Promulgação da lei que proíbe cativar os índios do Brasil, salvo sendo feitos prisioneiros de guerra, caso que exigia licença do governador.

1688 — Carta régia autorizando devassas anuais sobre os senhores que castigassem cruelmente seus escravos, obrigando os que assim procedessem a vendê-los a quem os tratasse bem. No Império, os senhores que castigassem sem moderação os escravos, além das penas criminais em que incorriam (artigo 14, § 6º do Código Criminal), podiam ser coagidos a vendê-los.

1720 — Lei proibindo que passassem às capitanias do Brasil quaisquer pessoas que não fossem despachadas com governos, postos, cargos ou ofícios, as quais não levariam mais criados do que a cada um competisse, conforme sua qualidade ou emprego, e sendo os criados em todo caso portugueses de nação.

1736 — Morre em São Luís, vitimado por uma febre maligna, o governador do estado do Maranhão, coronel do mar José da Serra.

1816 — Falece no Rio de Janeiro a rainha dona Maria I, que deixou de governar em 10 de fevereiro de 1792, cessando igualmente de serem promulgadas as leis em seu nome por decreto de 15 de julho de 1799.

1824 — Os majores Antônio Correia Seara e Bento Lamenha Lins prendem o presidente demissionário da província de Pernambuco, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, que se conservava no cargo apesar de ter sido substituído pelo governo imperial por Francisco Pais Barreto. Mandado recolher à fortaleza do Brum, a isso se opõe o coronel José de Barros Falcão de Lacerda, comandante das armas, com a artilharia e os corpos de milícias. Por mediação da Câmara de Olinda, o comandante da fortaleza, sargento-mor Pedro Antônio Veloso da Silveira, deu liberdade ao prisioneiro. São esses os pródromos da revolução chamada *Confederação do Equador* (ver 2 de julho de 1824).

1856 — Convenção de adiamento das questões de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, ajustada entre o conselheiro José Maria da Silva Paranhos (depois visconde do Rio Branco) e o plenipotenciário José Berges. Esse adiamento deveria resolver-se em 1862. Nem o governo imperial (gabinete Olinda), nem o do Paraguai trataram de nomear plenipotenciários em 1862 e 1863. No ano seguinte, surgiram as complicações que trouxeram a guerra.

1883 — Convenção internacional concluída em Paris, pela qual o Brasil e outros Estados se constituem em união para a proteção da propriedade industrial.

21 DE MARÇO

1598 — Nomeação do desembargador Luís Machado de Oliveira para chanceler da Relação da Bahia, que não teve efeito.

1688 — Carta régia a Artur de Sá de Meneses, mandando que se reedifique a casa forte arruinada no caminho do Maranhão, em sítio mais alto que o da primitiva, sendo incumbido dessa obra Urbano Roiz.

1801 — Decreto de nomeação de dom Fernando José de Portugal e Castro (depois conde e marquês de Aguiar) para vice-rei do Rio de Janeiro. Era governador-geral na Bahia.

1821 — Instala-se a junta de governo provisório da capitania de Sergipe em substituição ao governador deposto três dias antes, Carlos César Burlamaqui.

1823 — Toma posse do posto de primeiro almirante da armada nacional lorde Cochrane, que içou seu pavilhão na nau *Pedro Primeiro*, salvo por toda a esquadra brasileira surta no porto, com 21 tiros.

1842 — Decreto imperial nomeando o brigadeiro barão de Caxias comandante das armas da corte.

1843 — Suicida-se no Rio de Janeiro, com uma punhalada no coração, o cônsul-geral da Rússia, conselheiro Júlio Wallenstein, homem de muito saber e amigo apaixonado do Brasil, onde residia há muitos anos. Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

1849 — Lei da Assembleia Provincial de São Paulo elevando à categoria de vila a antiga freguesia de Guarapuava e determinando que o campo das Palmas fizesse parte do novo município.

1869 — Falece em Liverpool, Inglaterra, onde exercia o cargo de cônsul-geral do Brasil, o almirante John Pascoe Grenfell, um dos mais distintos oficiais que serviram às ordens de lorde Cochrane na Guerra da Independência. Continuou ao serviço do Brasil, com assinalados trabalhos de guerra; na campanha Cisplatina, perdeu um dos braços. Comandou a esquadra nacional de 1850 a 1852. Seu corpo foi transportado de Liverpool para Paris e sepultado no Cemitério de Pére-Lachaise, no jazigo que encerra os restos mortais de sua esposa e o braço que perdera.

1870 — Entrada triunfal na corte do segundo contingente de Voluntários da Pátria, de volta da Guerra do Paraguai. Compunha-se do 23º batalhão (que era o antigo 1º da corte), do 30º de Pernambuco, e do 39º (antigo 9º da corte).

1874 — É cantada no teatro Carlo Felice, de Gênova, pela primeira vez, a ópera *Salvador Rosa*, do maestro brasileiro Antonio Carlos Gomes, com extraordinário sucesso.

1878 — São expostos no salão da Academia de Belas Artes os bustos do imperador dom Pedro II, do conde d'Eu, e dos generais e almirantes que se distinguiram na Guerra do Paraguai. Esses bustos em mármore foram feitos em Portugal por encomenda da comissão organizada em Lisboa, em 1872, para festejar a visita de dom Pedro II àquela capital, e pela mesma comissão foram oferecidos à nação brasileira.

22 DE MARÇO

1647 — Carta patente dos Estados-Gerais da Holanda, prorrogando por 25 anos o período de existência da Companhia das Índias Ocidentais, o qual terminara em 1645 e que tinha sido por dois anos sucessivamente prolongados a curtos prazos, na esperança de que ela faria junção com a Companhia das Índias Orientais, o que não teve efeito por motivo da decadência em que aquela se encontrou com a sublevação pernambucana.

1681 — Pelo donatário marquês de Cascais é elevada à categoria de capital da capitania de São Vicente a vila de São Paulo.

1688 — Alvará regulando a cultura do cravo e o peso dos canudos dessa droga na capitania do Pará.

1714 — Instruções do rei Luís XIV, datadas de Versalhes, ao primeiro embaixador de França enviado a Lisboa, depois da paz de Utrecht. Nesse diploma, o marquês de Torcy, seu redator, deixa ver o pesar que causavam ao governo francês as enormes concessões que se viu obrigado a fazer para comprar a paz no Congresso de Utrecht.

1761 — Nasce na vila do Desterro, Santa Catarina, Joaquim Francisco da Costa Livramento, que se tornou célebre sob o nome de irmão Joaquim pelo seu apostolado em favor das instituições de caridade e para a educação da infância, que disseminou pelo Brasil. Em viagem pela Europa, para entregar aos padres da Congregação da Missão, em Lisboa, o seminário que fundara em Jacuecanga, depois de ter estado em Roma e de volta a Portugal, faleceu em Marselha, em 1829.

1765 — Carta régia mandando levantar os corpos de auxiliares e ordenanças que parecessem necessários aos governadores e capitães-generais para segurança e defesa das capitanias.

1812 — Nasce em Itapicuru Mirim, Maranhão, João Francisco Lisboa. Jornalista e historiador, sobretudo notável pesquisador, teve do governo imperial a comissão de coligir em Portugal documentos relativos à história do Brasil, a qual desempenhou com rara proficiência. É autor de obras de erudição indispensáveis em qualquer biblioteca brasileira (ver 26 de abril de 1863).

1818 — O general Curado levanta o acampamento da margem direita do Quaraí e invade a Banda Oriental para operar na linha do Uruguai.

1833 — Em Ouro Preto, Minas Gerais, estala uma sedição militar contra o presidente da província Manuel Inácio de Melo e Sousa (depois barão do Pontal), que foi preso, assim como o vice-presidente Bernardo Pereira de Vasconcelos e o deputado José Bento Leite Ferreira de Melo. A sedição foi sufocada pela força enviada do Rio de Janeiro, sob o comando do general José Maria Pinto Peixoto.

1840 — Os legalistas entram em Caçapava, capital da República rio-grandense.

1866 — Entra no porto de Belém do Pará o *Augustine*, primeiro vapor da linha de paquetes ingleses de Liverpool ao Pará, com escala em Lisboa, Ceará e Maranhão.

1868 — Tomada das linhas de Rojas pelas forças do general Argolo (depois visconde de Itaparica), obrigando os paraguaios a concentrar-se na fortaleza de Humaitá.

1869 — O conde d'Eu é nomeado comandante em chefe das forças brasileiras em operações de guerra no Paraguai.

1872 — Começam a funcionar em algumas ruas do Recife, Pernambuco, os aparelhos assentados pela companhia Recife Drainage, empresária do serviço.

23 DE MARÇO

1558 — Bula confirmando a nomeação de dom Pedro Leitão para bispo do Brasil (foi o segundo). Era clérigo do hábito de São Pedro. Chegou à Bahia e tomou posse a 4 de dezembro de 1559; faleceu no mês de outubro de 1573.

1588 — Criação do lugar de provedor de defuntos e ausentes, sendo nomeado para o cargo André Martins Tinoco.

1688 — Carta régia ao governador do Maranhão, a qual mandara à corte uma amostra de ferro ali descoberto, advertindo-o de que não convinha continuar a manufatura dele, porque, sendo provável que no sertão se encontrasse ainda em maior abundância, ao gentio, instruído pelos que fugissem da cidade, fácil seria fabricá-lo, o que era um grave dano ao comércio do reino, por ser o ferro a melhor droga que dele podia ir.

— Alvará que isenta os senhores de engenho de servirem nas Câmaras, atenta a necessidade de sua assistência nos engenhos.

— Por decreto desta data é novamente designada a cidade de São Luís do Maranhão para capital do estado do Maranhão e Grão Pará e para residência dos governadores e capitães-generais.

1727 — Carta régia confirmando a doação de juro e herdade da capitania da Paraíba do Sul, com 20 léguas (cerca de132 km) de costa e 10 (cerca de 66 km) de sertão, na pessoa de Diogo Correia de Sá, para possuí-la como a possuíra seu pai, debaixo de certas condições. A Câmara de Campos negou cumprimento a essa doação, sendo preciso marchar no ano seguinte uma companhia de infantaria regular a cargo do capitão Francisco Pereira Leal, a quem foi incumbido ao mesmo tempo um recrutamento para a tropa de linha.

1789 — O governador de Minas Gerais, visconde de Barbacena, determina por uma circular desta data a suspensão do lançamento da derrama, cujos efeitos inquietavam o povo.

1794 — Nasce na cidade da Bahia Francisco Gomes Brandão, quem depois, por sentimentos nativistas, passou a assinar-se Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, e teve o título de visconde de Jequitinhonha (ver 15 de fevereiro de 1870).

1806 — Toma posse do governo da capitania do Rio Grande do Norte José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que a governou até janeiro de 1812, quando passou a governar São Miguel.

1828 — O corsário argentino *Niger* é tomado pelo brigue *Caboclo* e incorporado à esquadra imperial (ver 2 de janeiro de 1826).

1837 — Defecção do brigadeiro Bento Manuel Ribeiro, comandante das armas da província do Rio Grande do Sul, que começa prendendo o oficial de igual patente Antero José Ferreira de Brito, presidente da província, no Passo de Tapevi.

1841 — Formação do segundo gabinete ministerial (Segundo Reinado), composto de Cândido José de Araújo Viana (marquês de Sapucaí), Império; Paulino José Soares de Sousa (visconde do Uruguai),

Justiça; Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (visconde de Sepetiba), nomeado em 24 de julho de 1840, Estrangeiros; Miguel Calmon Du Pin e Almeida (marquês de Abrantes), Fazenda; Francisco Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá), Marinha; e José Clemente Pereira, Guerra.

1869 — O marquês de Caxias, por extraordinários serviços prestados na Guerra do Paraguai, é elevado a duque do mesmo título.

1872 — Morre João da Silva Tavares, visconde do Serro Alegre, brigadeiro honorário do Exército e comandante da Guarda Nacional da província do Rio Grande do Sul.

1880 — Falece na corte o brigadeiro doutor Francisco Antônio Raposo, barão de Caruaru. Era natural da província de Pernambuco; foi vogal do Conselho Supremo Militar de Justiça, quartel-mestre general do Exército e diretor da Escola Politécnica.

24 DE MARÇO

1552 — Parte de Belém (Lisboa) para a Bahia dom Pedro Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil (ver 22 de junho de 1552).

1687 — Alvará concedendo licença para que se fundasse o convento do Carmo no Recife, sem patrimônio nem côngrua.

1688 — Ordem régia a Artur de Sá de Meneses impedindo que se alterasse a repartição das aldeias do cabo do Norte entre os padres da Companhia de Jesus e de Santo Antônio, feita pelo governador Gomes Freire de Andrada.

1780 — Nasce na cidade de Elvas, Portugal, João Crisóstomo Calado, que veio para o Brasil na divisão do general Carlos Frederico Lecór. Prestou ao país assinalados serviços na paz e na guerra, e alcançou o posto de marechal do Exército (ver 1º de abril de 1857).

1843 — Tratado de aliança ofensiva e defensiva entre o Império do Brasil e a Confederação Argentina, assinado no Rio de Janeiro por

Honório Hermeto Carneiro Leão, Joaquim José Rodrigues Torres e Tomás Guido. Esse tratado não foi ratificado pelo ditador Juan Manuel de Rosas.

1865 — Por lei provincial desta data, o presidente da Bahia fica autorizado a mandar colocar no salão da Biblioteca Pública o retrato do bispo dom Romualdo, marquês de Santa Cruz.

1876 — É inaugurada a linha telegráfica de Santa Cruz à Vila da Serra, na província do Espírito Santo, na extensão de 26.236 quilômetros.

1878 — Realiza-se a cerimônia da bênção da cruz do lanternim que coroa o zimbório da igreja da Candelária, a que assistiram suas majestades imperiais. Considerando a altura desse lanternim, superior à das torres da igreja do morro do Castelo, dom Pedro II aconselhou a instalação de para-raios.

1880 — Falece em Pindamonhangaba, São Paulo, o engenheiro Jean Félix Vidal, francês de nascimento que, vindo para o Brasil depois da Guerra da Criméia, adotou a cidadania brasileira. Foi esse engenheiro quem levantou a planta geral da cidade do Rio de Janeiro para a Companhia City Improvements.

1882 — O Imperial Observatório Astronômico do Rio de Janeiro descobre um pequeno cometa telescópico, de luz assaz brilhante.

25 DE MARÇO

1557 — Alvará isentando os açúcares do pagamento de direitos nas alfândegas.

1590 — Manuel de Brito faz doação, por escritura pública, aos monges beneditinos do Rio de Janeiro, com a obrigação de legado perpétuo, do terreno para edificação do seu mosteiro (ver 11 de setembro de 1589).

1688 — Carta régia a Artur de Sá de Meneses dando as instruções

necessárias sobre as novas fortalezas do cabo do Norte e como deveriam ser governadas.

— Carta régia a Artur de Sá de Meneses recomendando-lhe mais uma vez que aos padres da Companhia de Jesus deve o governador prestar sempre todo auxílio e proteção. Outra carta régia da mesma data recomenda-lhe que não se falte nunca com os 20 casais de índios a que tinha direito os mesmos padres.

1693 — Toma posse do governo do Rio de Janeiro Antônio Pais de Sande, que governou pouco mais de ano e meio, entregando o cargo a André Cusaco e falecendo a 22 de fevereiro de 1695.

1722 — Ordem régia ao governador e capitão-general do estado do Maranhão, João da Maia da Gama, para que declarasse os lugares onde existiam as minas de prata, cuja exploração havia proposto, e a que distância ficavam das possessões espanholas, francesas e holandesas.

1758 — É ereta em vila, com o nome de Óbidos, a antiga aldeia dos Pauxis, no Pará. Ao ato foi presente o governador e capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

1766 — Toma posse do cargo de governador e capitão-general da capitania da Bahia dom Antônio Rolim de Moura Tavares, primeiro conde de Azambuja, que governou até 3 de novembro de 1767, quando partiu para assumir o vice-reinado do Rio de Janeiro.

1800 — Posse de dom Fernando José de Portugal e Castro (depois conde e marquês de Aguiar) no cargo de vice-rei do Rio de Janeiro, que exerceu até 7 de março de 1806.

1820 — Toma posse por procurador do bispado de Mariana dom frei José da Santíssima Trindade, que foi o sexto bispo daquela diocese.

1824 — Juramento da Constituição Política do Império, prestado na Capela Imperial.

1835 — Nasce em São Luís do Maranhão Gentil Homem de Almeida Braga, formado em Direito pela Faculdade do Recife, jornalista e poeta de mérito. Exerceu a magistratura em sua província, foi por ela deputado em três legislaturas e deputado geral em substituição ao doutor Joaquim Gomes de Sousa (ver 25 de julho de 1876).

1838 — Inauguração do Imperial Colégio de Pedro II, criado por decreto de 2 de dezembro de 1837 (ver esta data).

1852 — Inauguração do Teatro Provisório do Rio de Janeiro; cantou-se, nesse espetáculo, a ópera *Macbeth,* de Verdi.

1854 — Começa a iluminação a gás na cidade do Rio de Janeiro, limitada no início às ruas principais.

1867 — O 3º corpo do Exército, organizado no Rio Grande do Sul com os guardas nacionais, sob o comando de Osório, passa o rio Uruguai, para a província de Corrientes.

1871 — Inauguração da Biblioteca Pública do Pará, sendo presidente da província o doutor Joaquim Pires Machado Portela. O bispo dom Antônio de Macedo Costa pronunciou um discurso alegórico ao ato.

1874 — É inaugurada a Escola Normal do Município Neutro em presença do imperador dom Pedro II e de avultado número de pessoas gradas.

1879 — Inauguração da estrada de ferro de Limoeiro, na província de Pernambuco.

1895 — Falece no Rio de Janeiro o marechal Antônio Enéias Gustavo Galvão, barão do Rio Apa e ministro do Supremo Tribunal Militar. Distinguiu-se na Guerra do Paraguai e em várias comissões que exerceu.

26 DE MARÇO

1591 — Alvará nomeando Agostinho de Sotomaior, castelhano,

provedor das minas do Brasil, devendo acompanhar o governador dom Francisco de Sousa.

1627 — Parte da Bahia o almirante holandês Piet Heyn, depois do segundo assalto que deu à cidade e ao recôncavo. A almiranta da esquadra ficou tão crivada de balas, que se afundou até dar em seco, pelo que Piet Heyn teve de incendiá-la e dar-se satisfeito com o saque que conseguiu fazer em alguns navios portugueses.

1657 — Toma posse do cargo de governador e capitão-general de Pernambuco o mestre de campo André Vidal de Negreiros, que governou até 26 de janeiro de 1661.

1662 — Toma posse do cargo de governador e capitão-general do estado do Maranhão Rui Vaz de Sequeira.

1684 — Embarque dos padres da Companhia de Jesus no Maranhão, em consequência da revolta de Manuel Beckman (ver 18 de março).

1776 — Capitulação do forte espanhol de Santa Tecla, no Rio Grande do Sul, sitiado pelas forças do sargento-mor Rafael Pinto Bandeira, depois brigadeiro. A guarnição desse forte, composta do comandante Luís Ramirez, de seis oficiais e de 212 praças, saiu com as honras de guerra para Montevidéu.

1816 — Aporta no Rio de Janeiro, procedente do Havre de Grace, com 62 dias de viagem, a galera americana *Calpe,* trazendo a seu bordo a missão artística contratada em Paris, para fundar uma Academia de Belas Artes nesta cidade. Foram os seguintes os artistas que compuseram essa missão: Joaquim Le Breton, secretário perpétuo da classe de Belas Artes do Instituto Real da França, cavaleiro da Legião de Honra; Taunay, pintor, membro do mesmo Instituto, trazendo sua mulher e cinco filhos; Taunay, escultor, com um aprendiz; Debret, pintor de história e decoração; Grandjean de Montigny, arquiteto, com sua mulher, quatro filhas, dois discípulos e um criado; Pradier, gravador em pintura e miniatura, com sua mulher, uma criança e uma criada; Ovide, maquinista, trazendo em sua companhia um serralheiro com seu filho, e um carpinteiro de carros; João

Batista Level, empreiteiro de obras de ferraria; Nicolau Magliori Enout, oficial serralheiro; Pilit e Fabre, curadores de peles e curtidores; Luís José Roy, carpinteiro de carros, seu filho Hipólito, do mesmo ofício.

1817 — Na barra de Itapoã, da Bahia, é preso, na ocasião em que ali chegava a jangada que o transportava, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, conhecido por padre Roma, que na qualidade de emissário dos revolucionários de Pernambuco ia promover a adesão dos baianos àquele movimento republicano (ver 29 de março).

1821 — Carta régia nomeando capitão-general da capitania de São Pedro do Rio Grande o brigadeiro João Carlos de Saldanha de Oliveira e Daun, depois duque de Saldanha, em Portugal. Foi o último que ocupou o posto de capitão-general naquela capitania.

1866 — Combate com a chata do alferes Fariña. Um tiro do couraçado *Mariz e Barros* determinou uma explosão que fez voar a chata, quando os passageiros a abandonavam a nado.

1876 — Começa a segunda regência da princesa imperial dona Isabel, por ausência do imperador dom Pedro II, que estava nos Estados Unidos da América (ver 26 de setembro de 1877).

27 DE MARÇO

1591 — Carta régia ordenando que as duas urcas em que deveriam vir para o Brasil o governador nomeado dom Francisco de Sousa e Gabriel Soares de Sousa regressassem carregadas de açúcares.

1646 — Resolução dos Estados-Gerais da Holanda, nomeando os coronéis von Schkoppe e Hinderson comandantes das tropas que iriam marchar para o Brasil, compostas de dois mil engajados a muito custo.

1715 — Falece no Rio de Janeiro o padre Prudêncio do Amaral, nascido na mesma cidade em 1675. Escreveu o poema *De Sacchari opificio Carmen* (Pisauri, 1780, ex-Typ. Amantina, in 4º peq. de 27 pp.), reimpresso com outro

poema do padre Joseph Rodrigues de Melo, português portuense, *De Rusticis Brasilae rebus* (Roma, 1781). Escreveu ainda o *Catálogo dos bispos que teve o Brasil até o ano de 1676* etc., impresso nas *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia,* de dom Sebastião Monteiro da Vide (Coimbra, 1720).

1802 — Tratado definitivo de paz concluído em Amiens entre a Grã-Bretanha, de um lado, e a Espanha e as Repúblicas francesa e batava, de outro. O artigo 7º, reproduzindo os artigos 4º e 5º do Tratado de Badajoz, tornou a estabelecer a fronteira pelo Araguari, para limitar o Brasil com a Guiana Francesa. Portugal não esteve representado no Congresso de Amiens e absteve-se de aderir às suas resoluções.

1822 — Desembarcaram na Bahia 381 praças das forças do general Avilez, que tinham sido obrigadas no Rio de Janeiro a recolher-se a Lisboa. Esses homens foram reforçar as tropas do general Madeira (ver 15 de fevereiro do mesmo ano).

1867 — Tratado de Amizade, Comércio, Navegação e Extradição entre o Brasil e a Bolívia, assinado na cidade de La Paz de Ayacucho.

1869 — O conde Artur de Gobineau, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do imperador dos franceses, é recebido em audiência pelo imperador dom Pedro II, para entrega da credencial.

1872 — Falece no Rio de Janeiro o conselheiro Manuel da Cunha Galvão, engenheiro notável que havia pouco regressara de Londres, onde tinha desempenhado importante comissão do governo imperial. Era autoridade acatada em assuntos de sua profissão, sobre os quais escreveu e publicou várias obras (ver 27 de setembro de 1822).

28 DE MARÇO

1543 — Por provisão passada por dona Ana Pimentel, mulher e procuradora de Martim Afonso de Sousa, toma posse em São Vicente do governo da capitania Cristóvão de Aguiar de Altero.

1693 — Carta régia determinando que os capitães-mores do Pará pudessem ser suspensos pelo governador de Pernambuco, caso se comportassem mal.

1712 — Decreto que determina que se não degrade pessoa alguma para as conquistas do Brasil e Nova Colônia do Sacramento.

1827 — O corsário argentino *Margarida* é incendiado em Santa Catarina (ver 2 de janeiro de 1826).

1835 — Por lei provincial desta data é elevada à categoria de cidade a vila de São Salvador dos Campos. Pelo mesmo ato, a vila da Ilha Grande é elevada à categoria de cidade, com o nome de Angra dos Reis.

1838 — Bloqueio das costas de Buenos Aires pelos franceses (almirantes Lebranc, Dupotet e de Machau), protegendo o governo de Montevidéu e o general Lavalle, chefe do exército dos unitários argentinos, em luta contra Rosas. Esse bloqueio prolongou-se até 29 de outubro de 1840.

1840 — Os Cabanos submetem-se na vila de Luséia (Maués), entregando as armas.

1858 — São abertos ao tráfego os primeiros 48 quilômetros da Estrada de Ferro Dom Pedro II.

1880 — Formação do 28º gabinete ministerial, composto de José Antônio Saraiva, presidente do Conselho, ministro da Fazenda; barão Homem de Melo, substituído em 3 de novembro, interinamente, por Manuel Pinto de Sousa Dantas, Império; Pedro Luís Pereira de Sousa, substituído interinamente em 3 de novembro de 1880 por Franklin Américo de Meneses Dória (barão de Loreto), Estrangeiros; José Rodrigues de Lima Duarte, Marinha; visconde de Pelotas, substituído em 15 de maio de 1881 por Franklin Américo de Meneses Dória, Guerra; Manuel Buarque de Macedo, substituído em 31 de agosto de 1881 por Pedro Luís Pereira de Sousa e em 3 de novembro do mesmo ano, interinamente, por José Antônio Saraiva, Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

1881 — Falece na cidade de Uruguaiana (Rio Grande do Sul) o brigadeiro Bento Martins de Meneses, barão de Ijuí, que muito se distinguiu nas campanhas daquela província e na Guerra do Paraguai.

1885 — Falece em Fortaleza (Ceará) o brigadeiro Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, um dos mais bravos e distintos oficiais do exército nacional, com grandes serviços na Guerra do Paraguai (ver 11 de agosto de 1837).

1887 — Falece em Caxambu, Minas Gerais, o conselheiro Martinho Álvares da Silva Campos, formado em medicina, parlamentar notável, deputado e senador por sua província desde 1882. Foi presidente da província do Rio de Janeiro e ministro da Fazenda no gabinete de 21 de janeiro de 1882, o qual presidiu.

29 DE MARÇO

1541 — Aporta à ilha de Santa Catarina a expedição do adiantado e governador da província do rio da Prata, Alvar Nuñez Cabeça de Vaca, que se destinava ao Paraguai. Em Santa Catarina, encontrou nove soldados que, ressentidos de maus-tratos do governador Domingo Martinez de Irala, haviam fugido do Paraguai. Passou logo à costa imediata e, enviando exploradores adiante, empreendeu a viagem por terra até Assunção, dispondo que fossem pelo rio, nos navios, as mulheres, os enfermos e os impedidos.

1549 — Chega à Bahia Tomé de Sousa, nomeado governador-geral do Brasil, que o administrou até 28 de janeiro de 1553. Com o governador chegam ao Brasil os primeiros jesuítas.

1640 — O capitão João Velho do Vale é nomeado capitão-mor de Gurupá e Amazonas, na capitania do cabo do Norte, por seu tio, o governador do estado do Maranhão, Bento Maciel Parente, com o fim de precaver aquelas terras de alguma invasão holandesa.

1760 — Por patente desta data é nomeado capitão-mor da capitania do Rio Grande do Norte Joaquim Félix de Lima, a qual governou até

falecer, em setembro de 1774.

1800 — Antônio Pires da Silva Pontes é nomeado governador da capitania do Espírito Santo, sujeita ao governo da Bahia. Levanta esse governador a carta geográfica do rio Doce e seus afluentes, sendo esse o primeiro trabalho topográfico feito na capitania.

1808 — É instalada a sede do governo da capitania do Rio Negro, na Vila da Barra do mesmo rio, depois chamada Manaus, passando essa vila a ser a capital da capitania, a qual antes era a vila de Barcelos, primitivamente aldeia de Mariuá.

1817 — É fuzilado na Bahia, por mandado do governador conde dos Arcos, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (padre Roma), emissário da revolução pernambucana desse ano.

1867 — Um piquete brasileiro de 10 praças, comandado por um oficial, ataca e põe em fuga, perto de Tuiuti, no Passo Angelito, outro piquete paraguaio de 26 homens. Tivemos um homem morto; o inimigo perdeu seis, inclusive o comandante do piquete.

1882 — O aeronauta paraense Júlio César Ribeiro de Sousa faz experiência no pátio da Escola Politécnica, com a presença do imperador dom Pedro II, com o balão de seu invento, o qual denominou *Vitória*. Esse aeróstato tinha 10 metros de extensão e dois de altura. Nas experiências, elevou-se até a altura de 120 metros e moveu-se em diversas direções, conservando-se por vezes aproado ao vento.

30 DE MARÇO

1592 — Toma posse do governo da capitania de São Vicente Jorge Correia, por nomeação do terceiro donatário, Lopo de Sousa.

1680 — Alvará que isenta e que alivia, em parte, de direito o cacau, a baunilha e outras drogas por 6 e 10 anos, no Maranhão e no Pará.

— Provisão sobre o governo dos índios do Pará determinando que a repartição da terça parte destinada aos moradores seja feita pelo bispo com o prelado dos capuchos de Santo Antônio, na ausência do primeiro vigário-geral, além da pessoa, considerada a mais digna, eleita pela Câmara; os moradores contemplados deviam depositar os salários dos índios de dois meses nas mãos de funcionário eleito pela Câmara; nas dúvidas suscitadas sobre salários, seria sempre juiz o ouvidor-geral.

1818 — O general Chagas Santos, com 725 homens, chega a São Carlos (partira de São Borja a 18 de março). Acampou ali, depois de ter feito alguns tiros de artilharia.

1853 — Decreto dando novos estatutos aos cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, que passam a ser denominados faculdades.

1862 — Inaugura-se na corte, à praça da Constituição, a estátua equestre do imperador dom Pedro I, obra do escultor francês Louis Rochet.

1869 — O conde d'Eu, nomeado a 22 comandante em chefe do exército nacional em operações contra o governo do Paraguai, parte para o teatro da guerra, a bordo do transporte *Alice*, que era seguido do *Marcílio Dias*.

1872 — Termina a primeira regência da princesa imperial dona Isabel, por ausência na Europa do imperador dom Pedro II (ver 25 de maio de 1871).

1882 — O conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, perante a Assembleia do Povo Maçônico, resigna o cargo de grão-mestre da Ordem.

31 DE MARÇO

1560 — Indo do Rio de Janeiro, de onde expelira os invasores franceses que tinham ocupado a ilha das Palmas, depois chamada Villegaignon, Mem de Sá chega a São Vicente.

1621 — Falecimento do rei Filipe III de Castela e II de Portugal. Reinava desde 13 de setembro de 1598.

1637 — O general Bagnuoli chega à vila de São Cristóvão de Sergipe, em retirada das Alagoas.

1667 — Tratado de aliança ofensiva e defensiva, por 10 anos, entre o rei dom Afonso VI, de Portugal, e Luís XIV, de França, contra Carlos II, de Espanha, assinado em Lisboa.

1693 — Carta régia ao governador do Maranhão ordenando que propusesse, com prudência, tanto à Câmara quanto às principais pessoas da terra, um tributo nas giribitas, nos azeites, nos couros e nos algodões, para sustentação de 150 soldados pagos, ditos *canelas pretas*, que se mandavam de Pernambuco para guarnecer aquela capitania.

1708 — Carta patente de nomeação de André Nogueira da Costa para capitão e governador da capitania do Rio Grande do Norte, a qual regeu até novembro de 1711.

1722 — Ordem régia ao governador e capitão-general do estado do Maranhão João da Maia da Gama, para que fizesse concluir a abertura da estrada entre Belém do Pará e São Luís do Maranhão, que Cristóvão da Costa Freire havia começado ao tempo do seu governo.

1784 — Nasce na Bahia José Lino Coutinho (ver 25 de julho de 1836).

1818 — Começa o ataque de São Carlos pelo general Chagas Santos. Os nossos apoderam-se da povoação, que o inimigo evacuou, recolhendo-se à igreja, ao colégio e aos muros da quinta; os nosso tomam posição e, à noite, o ajudante Manuel José de Melo, com 20 soldados, consegue incendiar parte da igreja.

1855 — É concedida a condecoração da Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa ao barão de Humboldt, que acabava de apresentar ao governo uma memória sobre os limites do Império pelo lado do norte.

1876 — Inauguração do marco de limites da Pedra Branca (Brasil-Bolívia), na margem da lagoa de Cáceres.

1º DE ABRIL

1641 — Amador Bueno da Ribeira, aclamado rei pelos habitantes da então vila de São Paulo, resiste aos amigos e partidários e promove a aclamação de dom João IV, já reconhecido na Bahia, no Rio de Janeiro e em Santos. No dia 3, foi dom João IV aclamado em São Paulo.

1680 — Carta de lei do príncipe regente, depois rei dom Pedro II, abolindo a escravidão dos índios.

1776 — *Combate do rio Grande*. O general João Henrique de Bohm, comandante do nosso exército do sul, acampado na margem esquerda do canal do rio Grande, faz atacar pela madrugada os fortes e as baterias dos espanhóis na margem oposta. O forte de Santa Bárbara (Mosquito) é levado de assalto pelo então major, depois general, Soares Coimbra, natural do Rio de Janeiro; o forte da Trindade, abaixo da ponta da Mangueira, pelo major Carneiro de Figueiredo. Entram no combate tropas de Portugal e do Rio de Janeiro. A divisão naval do capitão de mar e guerra Hardcastle desce o rio para atacar a esquadrilha espanhola e apoiar o ataque dos fortes. Os espanhóis abandonam pela manhã os fortes do Ladino e da Mangueira, continuando os combates de artilharia nos do Triunfo e da Barra; às 16h abandonam o do Triunfo, e às 20h cessa o fogo da fortaleza da Barra, que é incendiada pelo seu comandante. Da esquadrilha espanhola, apenas três navios conseguem sair da barra; três naufragaram e dois foram incendiados.

1808 — Alvará do príncipe regente, depois rei dom João VI, permitindo no Estado do Brasil e nos domínios ultramarinos o estabelecimento de todo o gênero de manufaturas, sem excetuar alguma, e ficando revogado o alvará de 5 de janeiro de 1785.

1818 — Continuam o sítio e o ataque de São Carlos, nas Missões de além-Uruguai, pelas tropas brasileiras do general Chagas Santos (guerra contra o ditador José Artigas, chefe da Confederação do Uruguai). A posição era defendida pelo tenente-coronel Serapio Rodriguez, correntino. O ataque começara no dia 31 de março.

1824 — Toma posse da presidência da província de São Paulo, Lucas Antônio Monteiro de Barros (depois visconde de Congonhas do Campo), o primeiro presidente nomeado para aquela província.

1847 — Morre no Rio de Janeiro o senador marquês de Lages (João Vieira de Carvalho). Serviu como oficial de engenheiros no Rio Grande do Sul, distinguindo-se na batalha de Catalán. Depois, foi ministro da Guerra durante as campanhas da Independência, de Pernambuco e do rio da Prata no reinado de dom Pedro I; por duas vezes, ainda ocupou o mesmo cargo no período das nossas guerras civis, durante as regências de Feijó e Araújo Lima (marquês de Olinda).

1857 — Falece no Rio de Janeiro o marechal do Exército João Crisóstomo Calado, que, depois de haver servido nas campanhas da Península, da Cisplatina e do Rio Grande do Sul (nestas últimas, comandando uma divisão), foi general em chefe do exército que fez triunfar em Salvador, em 1838 (combates de 13, 14 e 15 de março), a causa da lei e da união nacional.

2 DE ABRIL

1504 — Américo Vespúcio parte de Cabo Frio, deixando aí fundada uma feitoria, e segue para Lisboa (ver 18 de junho de 1504).

1648 — Proclamação do Supremo Conselho do Governo, no Recife, em nome dos Estados-gerais e do príncipe de Orange, convidando os brasileiros de Pernambuco e das capitanias vizinhas a depor as armas, antes que saíssem a campo as forças holandesas, e oferecendo perdão geral, excetuando deste o comandante Hoogstraeten. Dezessete dias depois, feriu-se a segunda batalha dos Guararapes.

1776 — *Reconquista do Rio Grande.* Pela madrugada, os espanhóis evacuaram, em consequência dos revezes do dia anterior, a então vila do Rio Grande, e abandonaram também o forte do arroio Taim. Ao amanhecer, entraram as nossas tropas na vila e, no dia seguinte, passou-se para aí o general João Henrique de Bohm. Todo o território, que

havíamos perdido em 1763, tornou assim ao nosso poder. Nos fortes e nos armazéns da vila foram encontrados 129 canhões e 56 pedreiros. Ficaram também em nosso poder 13 embarcações artilhadas e 98 lanchas e canhões. Parte da artilharia dos navios naufragados pode ser salva. Todo o exército (6.200 homens) passou para a margem direita do rio Grande. O general Bohm, que alcançou a vitória, servia no Brasil desde 1767 e fora escolhido por Pombal para comandar o exército do sul. Era alemão e dos mais distintos oficiais do conde de Lippe. Faleceu na nossa capital, a 22 de dezembro de 1783, e foi sepultado no convento de Santo Antônio.

1817 — *Bênção das bandeiras da República proclamada em Pernambuco.* Efetuou-se a cerimônia no campo do Erário, no Recife. No mesmo dia, partiu do Rio de Janeiro a esquadra do chefe de divisão, depois almirante, Rodrigo Lobo, para o bloqueio de Pernambuco.

1818 — *Combate de cavalaria diante de São Carlos*. Foi derrotado pelo tenente-coronel Joaquim Ferreira Braga o caudilho Aranda, que trazia aos sitiados um reforço de 300 correntinos, esperando levantar o sítio. Aranda foi morto pelo tenente Luís de Carvalho.

1836 — A Vila Real da Praia Grande, capital da província do Rio de Janeiro, tem o predicamento de cidade, com o nome de Niterói (ver 6 de março de 1835).

1838 — Grandes manifestações de regozijo e iluminação geral na cidade do Rio de Janeiro, em razão da notícia da restauração da cidade de Salvador.

1854 — Inauguração do segundo Banco do Brasil.

1866 — Continuam os combates de artilharia, começados a 23 de março, entre a esquadra brasileira e os paraguaios, em Itapiru (Passo da Pátria), no Paraná. Já tinham sido destruídas duas chatas do inimigo e tomada uma. No dia 2, mostrou-se outra, que foi destruída a 10.

3 DE ABRIL

1637 — Pela primeira vez, Salvador Correia de Sá e Benevides foi nomeado governador do Rio de Janeiro. Tomou posse a 19 de setembro, sucedendo a Rodrigo de Miranda Henriques.

1818 — *Tomada de São Carlos*. Após quatro dias de assédio, o general Chagas Santos ordenou o ataque à igreja e ao colégio, onde o inimigo estava entrincheirado. Tendo a nossa infantaria começado a derrubar o telhado da igreja, renderam-se os contrários, ficando prisioneiros 323 oficiais e soldados correntinos, entre os quais o tenente-coronel Serapio Rodriguez. O major Camilo Machado Bittencourt, do regimento de infantaria de Santa Catarina, ferido no assalto, faleceu quatro dias depois. Uma bandeira tomada em São Carlos foi remetida para o Rio de Janeiro. A povoação foi incendiada.

— No mesmo dia e ano foi aprisionado no arroio Valentim (Banda Oriental), pelo tenente Oliverio Ortiz, do exército do general Curado, em marcha para Paissandu, o comandante Juan Antonio Lavalleja, depois general da República Oriental.

1823 — Parte do Rio de Janeiro para a Bahia (Guerra da Independência) a esquadra brasileira, sob o comando do almirante lorde Cochrane.

1832 — Sedição militar no Rio de Janeiro promovida pelo Partido *Exaltado*, com o fim de depor a Regência, dissolver as duas Câmaras e convocar a Constituinte. Foi chefe do movimento o então major Miguel de Frias e Vasconcelos. Os sediciosos reuniram-se no antigo campo de Santana, então denominado campo da Honra; no entanto, no mesmo dia foram logo atacados e aprisionados pelo corpo de permanentes (polícia), sob o comando do major Luís Alves de Lima (depois duque de Caxias), escolhido pelo ministro Feijó para dirigir o ataque.

1840 — Ordem do dia do coronel J. F. de Morais Cid anunciando a pacificação do Piauí.

1866 — Continua o fogo de alguns navios e da nossa bateria de Corrales contra Itapiru.

4 DE ABRIL

1635 — Sortida dos capitães de emboscada Gaspar André e Antônio Gomes no arraial do Bom Jesus (Pernambuco). O coronel Arciszewsky, comandante das tropas holandesas sitiantes, foi ferido por bala de fuzil dos atiradores da fortaleza.

1775 — Três navios de guerra portugueses, sob o comando de George Hardcastle, forçam a entrada do Rio Grande do Sul, respondendo ao fogo das baterias espanholas da margem esquerda.

1816 — Dom João VI passa em revista, no largo do Paço, a infantaria da divisão de Voluntários Reais, chegada de Lisboa a 30 de março, sob o comando do tenente-general Lecór (depois visconde da Laguna).

1819 — Nasce no Rio de Janeiro a princesa Maria da Glória, depois rainha dona Maria II de Portugal.

1831 — Sedição militar na Bahia contra o general Calado, comandante das armas. Os sediciosos reuniram-se no forte e na praça do Barbalho; o general, com as tropas fiéis, no forte de São Pedro. O presidente resolveu a retirada do general para o Rio de Janeiro, com o que este se conformou prontamente, embarcando a 6. No mesmo dia, o presidente passou o governo ao substituto legal.

1832 — *Combate de Icó* (Guerra Civil do Ceará). O major Francisco Xavier Torres, com as tropas do governo, derrota o coronel de milícias Pinto Madeira, que se revoltara, protestando contra a revolução de 7 de abril de 1831. Durou o combate seis horas, havendo sido muito sangrento.

1852 — O exército brasileiro do general Caxias, então acampado nos arredores da Colônia do Sacramento, começa a marcha de regresso para a fronteira do Rio Grande do Sul, terminadas, felizmente, as duas campanhas do Uruguai e de Buenos Aires.

1866 — Continuam os combates de artilharia no Passo da Pátria.

1869 — Falece em Assunção o general Jacinto Machado Bittencourt, natural de Santa Catarina. Comandou uma brigada de infantaria no começo da Guerra do Paraguai e, na primeira batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), sucedeu no comando da terceira divisão ao general Sampaio, mortalmente ferido. A contar de 16 de agosto de 1868, comandou um corpo do Exército. Achou-se em todos os grandes conflitos da guerra. Em 1867, tomou as trincheiras da lagoa Piris e, em 1868, dirigiu as tropas brasileiras que, em torno da laguna Verá, pelejaram contra a guarnição de Humaitá, de 26 de julho a 5 de agosto. A heroica firmeza com que na noite de 21 de dezembro de 1868, em Lomas Valentinas, sustentou as posições conquistadas nesse dia, tornou para sempre memorável o seu nome na nossa história militar.

5 DE ABRIL

1625 — Dom Fadrique de Toledo começa a bater as trincheiras dos holandeses, na Bahia, assestadas em São Bento às primeiras peças das baterias de sítio. À noite, tentam os holandeses incendiar com brulotes os navios que mais de perto faziam o bloqueio.

1626 — Concessão especial de Jaime I, rei da Inglaterra, a Robert Harcourt, associado ao capitão Roger North, irmão de lorde North, na empresa de colonização do rio Amazonas.

1779 — O marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil desde 4 de novembro de 1769, entrega o governo a seu sucessor, Luís de Vasconcelos e Sousa, o qual exerceu o cargo até 9 de julho de 1790 (Pizarro, V, 257). Essas duas administrações foram das mais esclarecidas que teve o Brasil colonial. A Luís de Vasconcelos deve a nossa capital, entre outros melhoramentos, o Passeio Público, inaugurado em 1783, o chafariz do largo do Paço, a fonte das Marrecas e um cais, demolido em 1841. Ambos os vice-reis protegeram as ciências, as letras e as artes, e fomentaram quanto puderam a agricultura e o comércio. O relatório de Lavradio, de 19 de junho de 1779, e o de Luís de Vasconcelos, de 20 de agosto de 1789, compendiam os serviços dos dois estadistas, constituindo documentos da maior valia para a história daqueles tempos.

1816 — Morre no Rio Grande do Sul o tenente-coronel Manuel dos Santos Pedroso, comandante de guerrilhas, terror dos revolucionários espanhóis e fiel vassalo de sua majestade, diz a notícia remetida ao rei pela Secretaria da Guerra. A Pedroso, a José Borges do Canto, ambos rio-grandenses, e ao paulista Gabriel Ribeiro de Almeida, devemos a gloriosa conquista da vasta província das Missões Orientais, na Guerra de 1801.

1831 — Neste e nos dias anteriores, alguns membros do Partido *Liberal Exaltado* promoveram no Rio de Janeiro ajuntamentos e concionaram à frente dos quartéis dos dois corpos de artilharia de posição, excitando à revolta dos oficiais e soldados. Em vários pontos da cidade deram-se conflitos entre brasileiros e portugueses, dos quais resultaram ferimentos e morte. Vendo o imperador dom Pedro I que o gabinete liberal, organizado a 19 de março, não lograra por termo à agitação, despediu os seus ministros à tarde deste dia e formou um gabinete reacionário, do qual fazia parte Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá.

1865 — Começa a subir o rio Paraná a primeira divisão naval brasileira, destinada a bloquear o Paraguai.

1866 — Durante a noite, o general Osório fez ocupar por um corpo de tropas, ao mando do tenente-coronel Vilagran Cabrita, o banco de Itapiru, também denominado ilha da Redenção. O tenente-coronel José Carlos de Carvalho e os primeiros-tenentes engenheiros André Rebouças e Bernardino Madureira começaram desde logo a dirigir os trabalhos da construção de trincheiras.

6 DE ABRIL

1625 — O fogo entre as baterias dos sitiantes e as fortificações da Bahia, começado a 5 de abril, continua até o dia 28, quando os holandeses propõem capitulação. No dia 9, as Armadas de Espanha e Portugal e a esquadra de Nápoles aproximam-se da cidade e dão fundo a tiro de canhão. Achando-se em terra dom Fadrique de Toledo, à frente

do exército sitiador, ficara dom Juan Fajardo com o comando supremo das forças navais.

1718 — Descobrimento das primeiras minas de ouro em Mato Grosso, junto ao Coxipó-Mirim, por Pascoal Moreira Cabral, Antônio Pires de Campos, João Antunes Maciel, Domingos Rodrigues do Prado e outros paulistas.

1773 — Combate de artilharia entre os fortes portugueses da margem esquerda do rio Grande e os espanhóis, da margem oposta.

1821 — Adesão da província do Maranhão à revolução constitucional de Portugal.

1827 — O almirante argentino Brown sai do ancoradouro de Buenos Aires, durante a noite, com quatro navios da sua esquadra, pretendendo iludir o nosso bloqueio. Às 11h, a corveta *Maceió* fez o sinal e aparecem navios demais. Obedecendo aos sinais do almirante Pinto Guedes, parte da nossa esquadra desce o rio, para impedir a saída dos adversários (ver 7 e 8 deste mesmo mês).

— O tenente-coronel Calderón, com cem homens, derrota uma partida argentina no Cuñapiru.

1831 — Com o anúncio da mudança ministerial efetuada nas vésperas, aumenta a agitação popular na cidade do Rio de Janeiro. Pela manhã, espalha-se falsa notícia de haver o novo gabinete expedido ordem de prisão contra o senador Vergueiro, o deputado Evaristo da Veiga e outros chefes da oposição. Os ajuntamentos, formados em vários pontos da cidade, foram-se dirigindo para o antigo campo de Santana. Às 13h, a reunião constava de cerca de 600 pessoas. Às 15h, já estavam no campo mais de duas mil. Às 17h, era calculado de três mil a quatro mil o número de populares ali reunidos, entre os quais estavam os deputados Odorico Mendes e Vieira Souto, e o redator do *Repúblico* Borges da Fonseca. Foram chamados os juízes de paz das diferentes paróquias da cidade, e à tarde dirigiram-se eles em comissão a São Cristóvão, onde, recebidos pelo imperador, pediram em nome do povo a reintegração do ministério demitido.

Dom Pedro I recusou atender à reclamação. Ao anoitecer, todos os deputados (23), que haviam assinado a representação de 17 de março, entre os quais Evaristo da Veiga, Carneiro Leão, Custódio Dias, Henriques de Resende, Limpo de Abreu e Alencar, reuniram-se ao povo. Uma deputação foi pedir ao general Francisco de Lima e Silva, que estava no quartel do Campo, a sua intervenção junto ao imperador. Às 21h, esse general, que, já por vezes, havia expedido ao imperador notícias do que ia ocorrendo, foi pessoalmente a São Cristóvão pedir-lhe que cedesse diante da manifestação popular, mas nada conseguiu. Quando regressou ao Campo, as tropas começavam a fraternizar com o povo. Chegaram em primeiro lugar os dois corpos de artilharia de posição, tendo à frente o brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos; pouco depois, o primeiro batalhão de granadeiros. Às 23h30, fez a sua entrada no Campo o batalhão do imperador, chegado de São Cristóvão. Então, o general Francisco de Lima encarregou o major Frias e Vasconcelos de anunciar ao imperador que já não era só o povo, mas também a tropa que reclamava a mudança de ministério, e de pedir-lhe que, a julgar impossível a reintegração dos ministros demitidos, escolhesse outros, tirados do Partido Liberal. Dom Pedro I já havia mandado procurar Vergueiro para formar novo ministério e, por isso, reteve o major Frias, aguardando a chegada daquele senador.

1838 — Falece no arrabalde de São Domingos (de Niterói) o conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, o grande ministro da Independência. Nasceu em Santos a 13 de junho de 1763.

1866 — Começa o combate de artilharia entre o banco de Itapiru, ocupado pelos brasileiros, e o forte paraguaio do mesmo nome. Continua o combate até 16 de abril (ver efeméride do dia 10).

7 DE ABRIL

1623 — Nasce na Bahia o poeta satírico Gregório de Matos.

1625 — Chega ao porto de Salvador, com voluntários de Pernambuco, um navio armado no Recife. Antes de entrar, batera-se, na altura do morro de São Paulo, com um navio holandês de maior força.

1649 — O capitão Antônio Borges de Uchoa repele os holandeses, que o atacaram na estância de João de Mendonça, a oeste da passagem da Madalena (arredores do Recife).

1752 — Chega ao Rio Grande o general Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela, e ali passa em revista as tropas que deviam proteger a demarcação dos limites.

1818 — *Combate de Guabiju* (Banda Oriental do Uruguai), em que o general João de Deus Mena Barreto derrota a infantaria de Artigas, ao mando do tenente-coronel Pablo Castro. A perda dos contrários foi de 430 mortos e prisioneiros, uma bandeira e um canhão. Com este revés, Artigas levantou precipitadamente o seu campo, retirando-se para o Queguaí.

— No mesmo dia, o general Chagas Santos destruiu a povoação de Apóstoles, nas Missões de além-Uruguai.

1827 — *Começa o combate naval de Monte Santiago*. Os navios com que saíra na véspera o almirante argentino Brown (dois), os brigues *Independência* e *República*, encalharam, e outro, a barca *Congreso*, fugindo dos nossos caçadores, refugiou-se na Ensenada. A escuna *Sarandí* tomou posição junto dos navios varados. O almirante Pinto Guedes (barão do Rio da Prata), ouvindo os tiros, reuniu-se a Norton, que dirigia a perseguição. Por ordem do almirante, entraram em ação os brigues *Pirajá* (comandante Botas), *Independência ou Morte* (Clare) e *29 de Agosto* (Rafael de Carvalho), as escunas *D. Paula* (Costa Pereira), *Conceição* (Wilson) e *Itaparica* (Petra de Bittencourt) e o iate *29 de Agosto* (Carvalho e Melo). Ao meio-dia, aproximou-se a corveta *Liberal*, levando o capitão de mar e guerra Norton, encarregado de dirigir o fogo. A pouca água e a falta de vento tornaram impossível nesse dia um combate decisivo. Às 17h, o almirante fez sinal de cessar-fogo e de vigiar de perto os movimentos do inimigo.

1831 — Não tendo sido encontrado o senador Vergueiro (ver efeméride do dia anterior), o imperador dom Pedro I recolheu-se por alguns minutos e, sem consultar seus ministros, redigiu e assinou o decreto de abdicação, entregando-o, pouco antes de 1h, ao major Frias e

Vasconcelos. Na mesma madrugada, foi o então príncipe imperial aclamado imperador pelo povo e pela tropa, reunidos no Campo que desde aí, e por alguns anos, passou a ter o nome de campo de Honra. Ao amanhecer, dom Pedro I, a imperatriz dona Amélia, a rainha de Portugal, a marquesa e o marquês de Loulé e as pessoas da comitiva imperial embarcaram na praia de São Cristóvão, em escaleres ingleses e franceses, que os conduziram a bordo da nau inglesa *Warspite*. Partiram do porto do Rio de Janeiro no dia 13. Às 10h30, o general Francisco de Lima e Silva apresentou-se no paço do Senado, onde estavam reunidos em assembleia geral os membros das duas Câmaras, e, introduzido no salão, entregou ao presidente, marquês de Caravelas, o decreto de abdicação. Retirando-se o general, procedeu-se imediatamente à nomeação da regência provisória, que deveria governar em nome do jovem imperador dom Pedro II até a eleição da regência permanente. Foram eleitos: senador marquês de Caravelas, por 40 votos; general Francisco de Lima e Silva, por 35; e senador Vergueiro, por 30. A cadeia da presidência passou a ser ocupada pelo senador Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro, em cujas mãos prestaram juramento os membros da Regência.

1835 — Efetuou-se em todo o Brasil a eleição do regente único, criado pelo Ato Adicional, o qual deveria suceder à regência trina, eleita pela Assembleia Geral de 17 de junho de 1831. Foi eleito com 2.826 votos o padre Diogo Feijó. Seu principal competidor, Holanda Cavalcanti (visconde de Albuquerque), obteve 2.251 votos. Os outros sufrágios dividiram-se por 268 nomes, sendo os seguintes os cidadãos mais votados: Costa Carvalho (marquês de Monte Alegre), 847; Araújo Lima (marquês de Olinda), 760; general Francisco de Lima e Silva, 629; Pais de Andrada, 605; e Bernardo de Vasconcelos, 595.

1836 — Rendição de Pelotas aos dissidentes do Rio Grande do Sul, dirigidos por João Manuel de Lima e Silva. Comandava os legalistas o então major Manuel Marques de Sousa (conde de Porto Alegre), o qual houve de render-se após enérgica resistência a forças muito superiores e depois de informado da derrota do coronel Albano de Oliveira. Este chefe ficou também prisioneiro e foi fuzilado pelos vencedores. Era um antigo oficial de milícias que muito se distinguira como comandante de guerrilhas nas campanhas contra Artigas e como tenente-coronel na guerra de 1825 a 1828, sendo então ferido na batalha de Ituzaingo.

8 DE ABRIL

1595 — James Lancaster, corsário inglês, com três navios, e mais quatro do pirata francês Venner, surge em frente a Olinda e nos dias seguintes procura atacar a terra. Os agressores tomam de assalto o Recife, apoderando-se de grandes riquezas; os defensores, retirando-se para Olinda, oferecem resistência no istmo que Lancaster encarrega seu imediato Edmond Burke de atacar, com a ajuda de 275 ingleses e franceses, indo às suas ordens os chefes das duas esquadras francesas, Venner e Jean Noyer. Burke foi repelido pelos pernambucanos, perdeu 35 mortos e muitos feridos, entre os primeiros o próprio Burke, Noyer, os capitães Cotton, John Baker e Rochet, este francês. Na mesma noite, Lancaster fez-se vela, com 11 navios, levando o resultado do seu saque no Recife. Governava a capitania de Pernambuco dom Filipe de Moura. Lancaster, feito cavaleiro em 1603 (pelo que ficou sendo chamado sir James), faleceu em 1620. Seu nome foi dado a um estreito na baía de Baffin (ver 30 de novembro de 1594).

1640 — Sai de Lisboa a esquadra que leva à Bahia o primeiro vice-rei nomeado para o Brasil, marquês de Montalvão. Chega a 21 de junho.

1812 — O coronel, depois general, Oliveira Álvares, da Legião de São Paulo, derrota no Passo de Alcorta, do rio Negro (Banda Oriental), os caudilhos Germano Machain e Rubio Marquez.

1821 — Eleição primária de eleitores de paróquia no Rio de Janeiro. Foram as primeiras eleições desse gênero a que se procederam no Brasil, observando-se, na falta de outras, por decisão do governo, as instruções das cortes espanholas.

1823 — Entra em Caxias a vanguarda do pequeno exército do governador das armas, Fidié, que se conservava fiel a Portugal. No dia 17, chegou esse chefe e começou a fortificar-se no morro da Taboca, onde dentro em pouco foi assediado pelos independentes, ao mando do tenente-coronel Alecrim (ver 31 de julho).

1827 — *Combate naval de Monte Santiago.* Continua a ação iniciada na véspera. Só às 11h, ajudados pela viração que se levantou, puderam os

nossos navios renovar o combate. As pequenas escunas *D. Paula* (Costa Pereira), *Conceição* (Wilson), *Itaparica* (Petra de Bittencourt), *Maria Teresa* (Ed. Wandenkolk) e, depois, a *Rio* (Cowen) foram dar fundo em duas linhas, nos lugares designados por Norton. Entraram também em combate, mas a distância maior, e não ao mesmo tempo, as corvetas *Liberal* (Hayden) e *Maceió* (Raposo), o lúgar *Príncipe Imperial* (França Ribeiro) e os brigues *Caboclo* (Inglis), *29 de Agosto* (Rafael de Carvalho) e *Rio da Prata* (Lamego). Nunca, entretanto, estiveram no fogo mais de oito navios brasileiros, porque era preciso ter sempre alguns destacados para oeste, vigiando a *Congreso*, na Ensenada. Às 11h30 foi morto o comandante Rafael de Carvalho. Ao meio-dia retirou-se a *Liberal*, porque fazia muita água e tinha quase esgotado a munição. Às 14h, o *Rio da Prata*, estando no mesmo caso, foi chamado pelo almirante, fundeado a grande distância. Com a enchente da maré, a fragata *Paula* (Parker) seguiu rebocada para o lugar da ação, mas, chegado a distancia de tiro, encalhou às duas horas e só pode fazer trabalhar as peças de proa. Pelas 16h, o *Independência,* muito destroçado e consumidos os projéteis, arriou a bandeira e foi abordado pelos nossos escaleres e lanchas. Ao anoitecer, o almirante argentino fez incendiar o *República* e, durante a noite, conseguiu fazer sua retirada para Buenos Aires na *Sarandí,* evadindo-se também da Ensenada a *Congreso*. O *Independência*, que não pode ser desencalhado, foi destruído, no dia 9, por ordem do almirante brasileiro. Esse navio montava 24 peças e caronadas, e o *República* 18.

[Nota do Barão do Rio Branco, em artigo de sua autoria sobre James Norton, no *Jornal do Commercio* de 12 de outubro de 1911: "Nomes de alguns oficiais argentinos prisioneiros nesse combate: Roberto H. Ford, Prudêncio Morguiondo, William Attwell, William Hall, cirurgião doutor Phillips, Patricio Drury e José Celidonio Elordi.]

1837 — Ocupação de Caçapava pelos republicanos do Rio Grande do Sul, comandados por Neto, e rendição do coronel João Crisóstomo da Silva. Foi este acontecimento a primeira consequência da defecção de Bento Manuel.

1870 — O general paraguaio Caballero, que se mantinha em armas ainda depois da morte do ditador López, foi alcançado neste dia, perto

de Bela Vista, no Apa, pelo major Francisco Marques Xavier, e rendeu-se quando os nossos iam começar o ataque. Tinha apenas 54 homens.

1879 — Abre-se na corte uma subscrição nacional para a publicação do *Sertum Palmarum*, obra do botânico brasileiro J. Barbosa Rodrigues.

1882 — Falece na corte o conselheiro Rafael Arcanjo Galvão, diretor-geral da contabilidade do Tesouro Nacional. Contava 55 anos de bons serviços públicos.

9 DE ABRIL

1595 — Na noite anterior, os corsários James Lancaster e Venner haviam fundeado diante do Recife (29 de março é a data em Hackluyt, mas cumpre atender à correção gregoriana). Na manhã deste dia, desembarcam, apoderam-se do forte de Bom Jesus, no istmo de Olinda, e, logo depois, da povoação do Recife (ver 10 de maio).

1818 — O exército do general Curado chega a Purificación (Hervidero), que era até então a residência habitual de Artigas. Acha deserta a povoação e vai acampar uma légua (cerca de 6,6 km) adiante, no arroio Chapicoí.

1822 — O príncipe regente dom Pedro chega à Vila Rica, a qual desde essa ocasião passou a ter título de cidade, sendo-lhe restituído o primitivo nome de Ouro Preto. No dia 1º chegara o príncipe a Barbacena e no dia 3 a São João d'el-Rei. Com essa viagem, cessou a resistência da junta governativa de Minas Gerais, ficando reconhecida em toda a província a autoridade do governo do Rio de Janeiro.

1824 — Toma posse da presidência da província da Paraíba o primeiro presidente nomeado, Filipe Néri Ferreira.

1831 — *Te-Deum* na então Capela Imperial, em ação de graças pela aclamação do imperador dom Pedro II, no dia 7. O jovem imperador foi apresentado ao povo através de uma das janelas do paço da cidade, por

José Bonifácio. Uma estampa de Debret representa a cena.

1836 — O general Andréia e o então capitão de mar e guerra Mariath chegam à ilha de Tatuoca, onde, no dia 11, o primeiro assume a presidência da província do Pará e o governo das armas, e o segundo o comando das forças navais em operações.

1879 — G. F. Jones requer privilégio para construir, na cidade do Rio de Janeiro, caminhos de ferro aéreos.

1880 — Falece no Rio de Janeiro dona Maria Angélica Ribeiro, poetisa e escritora teatral de relevo em sua época. Era casada com o pintor cenógrafo João Caetano Ribeiro.

10 DE ABRIL

1585 — Representação das Câmaras de Santos e São Vicente ao capitão-mor Jerônimo Leitão, lugar-tenente do donatário, sobre a necessidade de fazer-se guerra aos índios Tupiniquim e Carijó, porquanto a terra estava pobre e não tinha escravaria.

1817 — Começa o bloqueio do Recife, por três navios, expedidos da Bahia, sob o comando do capitão de fragata Rufino Peres Batista.

1828 — Tomada da escuna argentina de guerra *Unión* pelo brigue-escuna *Constança* (comandante Sena Pereira).

1850 — Falece no Rio de Janeiro frei Antônio de Arrábida, bispo de Anemúria. Nasceu em Portugal em 1771, entrou para o convento de São Pedro de Alcântara aos 15 anos e professou no de Mafra. Veio para o Brasil em 1808 com a família real, na qualidade de mestre do príncipe da Beira, e aqui ficou após a retirada de dom João VI. Em 23 de outubro de 1822, foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Nacional e Pública, lugar que exerceu até 1831 e no qual prestou assinalados serviços, como foi o da impressão da *Flora Fluminense*, de frei Conceição Veloso. Nomeado bispo titular de Anemúria e coadjutor do capelão-mor, frei Antônio de Arrábida

teve ainda o encargo de dirigir os estudos do príncipe dom Pedro, depois segundo imperador do Brasil. Em 1838, teve a nomeação de reitor do colégio de Pedro II e, em 1842, a de conselheiro de Estado extraordinário.

1865 — O visconde de Tamandaré, chefe da esquadra brasileira, notifica o bloqueio dos portos e litoral do Paraguai.

— Partem de São Paulo as primeiras tropas da expedição a Mato Grosso.

1866 — *Combate do banco de Itapiru ou ilha da Redenção.* As tropas que, sob o comando do tenente-coronel Villagran Cabrita, ocupavam a ilha desde a noite de 5 compunham-se do 7º batalhão de Voluntários da Pátria, de São Paulo (depois 35º de Voluntários), do 14º batalhão provisório de linha (guardas nacionais do Município Neutro), de cem praças do batalhão de engenheiros e de um contingente do 1º batalhão de artilharia, com quatro peças e quatro morteiros, formando o total de pouco mais de 900 homens. Na madrugada deste dia, foi assaltada a ilha por 1.266 paraguaios, em duas expedições (3º e 9º batalhões, e um destacamento de cavalaria a pé), ao mando de Leonardo Riveros. O general Diaz, que deveria embarcar com as seguintes expedições, não pode partir, porque as canhoneiras *Henrique Martins* e *Greenhalg,* metendo-se entre a ilha e o forte de Itapiru, começaram a destruir as canoas, impedindo a passagem. Após renhido combate, foram repelidos os assaltantes, com perda de 900 homens, entre mortos e prisioneiros, na ilha ou no canal, durante a fuga. Apenas uns 300 homens, pela maior parte feridos, puderam tornar ao acampamento de López. Terminado o combate, o comandante Villagran Cabrita foi morto por uma bomba lançada de Itapiru, no momento em que ia assinar a parte oficial da vitória que alcançara. A nossa perda foi de 155 mortos e feridos.

1881 — Falece no Rio de Janeiro Félix Emílio Taunay, barão de Taunay (ver 1º de março de 1795).

11 DE ABRIL

1635 — *Combate de Serinhaém*. Pela segunda vez atacam os holandeses o engenho da Palma (o primeiro ataque havia sido a 18 de

março). Desta vez, a pequena guarnição foi obrigada a retirar-se; no entanto, acudindo o general Matias de Albuquerque, renovou-se o combate nas margens do Serinhaém, sendo repelido e derrotado o inimigo.

1713 — Tratado particular de Utrecht entre Portugal e a França. Pelo artigo 8º, a França renunciou as suas pretensões "sobre as terras chamadas do cabo do Norte e situadas entre o rio das Amazonas e o Japoque ou Vicente Pinzón" (ver 9 de junho de 1815).

1812 — O capitão Adolfo Charão derrota nas pontas do Daimán um troço de cavalaria do exército de Artigas.

1824 — Morre no Recife o autor do *Dicionário da Língua Portuguesa*, Antônio de Morais Silva. Nasceu em 1756, na cidade do Rio de Janeiro.

1826 — *Combate naval diante de Montevidéu*. Avistando-se navios suspeitos, a fragata *Niterói* (comandante Norton) e quatro pequenas escunas preparam-se para sair-lhes ao encontro. Pouco depois, às 12h30, a fragata *25 de Mayo*, que estava mais perto e que trazia a bandeira francesa, arvorou a argentina e o pavilhão do almirante Brown. A *Niterói* partiu acompanhada das escunas, e a *25 de Mayo* velejou em retirada, navegando à bolina com amuras a bombordo. O vento soprava de leste. Norton soltou todo o pano, e as escunas não puderam acompanhar-lhe o andar. Às 15h, estando à distância de tiro de peça, a *Niterói* começou o fogo. Às 15h10, o brigue *República*, que vinha de sudoeste, passou pela proa dos combatentes, disparando uma banda à *Niterói*, e virou de bordo nas águas de *25 de Mayo*. Os dois navios argentinos conservaram-se sempre pelo través de barlavento da *Niterói*, à meia distância de tiro. Às 18h arribaram, pretendendo passar pela proa da fragata brasileira; ela, porém, arribou ao mesmo tempo e largou toda a sua banda com o que orçaram imediatamente os contrários e fizeram força de vela. A *Niterói* somente suspendeu a caça à noite, quando de todo perdeu de vista os dois navios. A fragata brasileira e a argentina eram da mesma força: a *Niterói* montava 38 bocas de fogo; a *25 de Mayo*, 36. Ambas tinham sido primitivamente navios de comércio. O *República* tinha 18 peças e caronadas.

— No mesmo dia, a escuna *D. Paula* (comandante Antônio Leocádio

de Oliveira) defendeu-se bem, junto da barra de Santa Lucia, do ataque de um brigue inimigo; contudo, em outro ponto do rio, a barca argentina *Congreso* apresou a nossa escuna *Isabel Maria* e um iate de mantimentos.

1838 — Assassinato do presidente do Rio Grande do Norte Manuel Ribeiro da Silva Lisboa.

1847 — Inauguração da Biblioteca Fluminense. Funcionou, a princípio, na rua do Sabão, 45, e contava 24 mil volumes. Estava aberta todos os dias úteis das 8h da às 14h, e das 16h às 21h; nos domingos e dias santos de guarda, das 8h ao meio-dia. Sua primeira diretoria era assim composta: visconde do Uruguai, presidente; José Antônio Fernandes Pinheiro, secretário; doutor Manuel Pacheco da Silva, bibliotecário; empregado Francisco Antônio Martins.

1882 — Falece em Itaboraí, província do Rio de Janeiro, o doutor Joaquim Manuel de Macedo. Era formado em medicina. Poeta, romancista e historiador, Macedo deixou obra avultada, que logrou celebridade, especialmente seus romances, *A moreninha*, *O moço louro, Os dois amores,* ainda hoje lidos e apreciados; escreveu e publicou crônicas históricas, como *Um passeio pelo Rio de Janeiro, As memórias da rua do Ouvidor* e ainda *Lições de história do Brasil*, *Noções de corografia do Brasil*, e *Corografia do Rio de Janeiro.* Foi professor do colégio de Pedro II, sócio e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ver 24 de julho de 1820).

12 DE ABRIL

1577 — Carta patente de nomeação do governador-geral do Brasil Lourenço da Veiga, depois da reunião em um só governo; chegou a Bahia em princípios de 1578 e governou até falecer, em 17 de junho de 1581.

1585 — Desembarcam no Recife os frades franciscanos, que, sob a direção de frei Melchior de Santa Catarina, deveriam fundar conventos em Pernambuco e em outras capitanias. Muito antes, haviam estado

os franciscanos no Brasil, pertencendo a essa ordem os primeiros missionários enviados de Portugal após o descobrimento; contudo, só em 1585 fundaram em Olinda o seu primeiro convento. A 28 de fevereiro de 1592, foi-lhes doada no Rio de Janeiro a ermida de Santa Luzia, e a 9 de abril de 1607 o morro de Crispim da Costa, depois chamado de Santo Antônio. A igreja de Santo Antônio, por eles construída, ficou terminada em 1616. No sítio do atual largo da Carioca e da rua da Guarda Velha, havia uma lagoa, que tomou o nome do convento. Em 1710 e 1711, quando os franceses atacaram o Rio de Janeiro, ainda existia a lagoa de Santo Antônio, estando apenas aterrada a parte que se chamou de Santo Antônio, onde está o largo da Carioca.

1812 — O coronel Tomás da Costa repele no Tapibí Grande (Banda Oriental) um ataque das tropas de Buenos Aires, comandadas pelo então coronel Soler.

1827 — Surtida do coronel de milícias João Ramos, da guarnição da Colônia. Surpreende e derrota os sitiantes; no entanto, ferido na refrega às 5h, morre às 14h.

1828 — Pequeno combate, sem resultado, diante de Buenos Aires, entre três navios brasileiros, a mando do capitão de fragata James Inglis e de três argentinos, dirigidos pelo almirante Brown.

1832 — Sedição militar na Barra do Rio Negro (depois Manaus), na qual é assassinado o coronel Joaquim Filipe dos Reis, comandante militar da comarca.

1856 — Inauguração dos trabalhos da estrada de rodagem, aberta pela Companhia União e Indústria, entre Petrópolis e Juiz de Fora.

1867 — Falece no Rio Grande do Sul o brigadeiro honorário Davi Canabarro (ver 22 de agosto de 1793).

1869 — *Ação de Inhanducá*. O 11º batalhão de infantaria (tenente-coronel Manuel José de Meneses) e 160 homens de cavalaria derrotam uma força paraguaia.

13 DE ABRIL

1775 — Uma esquadrilha espanhola, a mando de Morales, força a entrada do Rio Grande, sofrendo o fogo das nossas baterias da margem esquerda, e dá fundo sob a proteção dos fortes espanhóis. Essa esquadrilha foi destruída a 1º de abril do ano seguinte.

1831 — Pela manhã, deixam o porto do Rio de Janeiro a fragata inglesa *Volage* (comandante lorde Colchester), a corveta francesa *La Seine* e a brasileira *D. Amélia.* A fragata conduzia para a Europa dom Pedro I e a imperatriz dona Amélia. Na corveta *La Seine* iam a jovem rainha de Portugal, dona Maria II, a marquesa de Loulé, sua tia, e o marquês (depois duque) de Loulé. A corveta *D. Amélia* (comandante Eyre) perdeu de vista os outros navios e regressou ao Rio de Janeiro, ao cabo de alguns dias, sem ter cumprido a sua comissão. Dom Pedro, que desde a segunda abdicação passou a usar o título de duque de Bragança, chegou a Cherburgo no dia 9 de junho. Meses depois, a 10 de fevereiro de 1832, partiu de Belle Isle, com os emigrados portugueses e os voluntários estrangeiros, que foram combater em Portugal contra dom Miguel, pelo restabelecimento do regime constitucional.

1851 — Morre no Rio de Janeiro o general Bento Correia da Câmara, um dos chefes brasileiros que mais se haviam distinguido nas campanhas de 1811 a 1820. Nasceu a 26 de julho de 1786, no Rio Grande do Sul.

1865 — A esquadra paraguaia aborda e toma duas canhoneiras argentinas, fundeadas no porto de Corrientes. No dia seguinte, foi ocupada a cidade pelo general paraguaio Robles. Essa agressão obrigou o governo argentino a aceitar a aliança, a qual já lhe havia proposto o Brasil. O tratado foi assinado a 1º de maio.

14 DE ABRIL

1633 — Francisco Rebelo, prisioneiro dos holandeses desde 28 de novembro do ano anterior, chega ao Arraial. Logrou libertar-se, lançando-se a nado de bordo de um navio, em que era custodiado.

1655 — Regimento em 58 artigos dado a André Vidal de Negreiros, governador-geral do estado do Maranhão e Grão Pará.

1821 — Revolta militar e popular na cidade da Fortaleza, sendo governador do Ceará o capitão de mar e guerra Francisco Alberto Rubim. O major Jerônimo Delgado Esteves, à frente da tropa de linha e de parte da população, exigiu que se jurasse imediatamente obediência ao rei e à futura constituição, que ficassem vencendo soldo dobrado os oficiais e soldados, e que fosse suspenso o pagamento do imposto sobre a aguardente, até decisão do rei. Convocados pelo governador os vereadores e os homens principais da terra, foram aceitas todas essas imposições.

1823 — Revolta na cidade de Belém do Pará a favor da Independência do Brasil. Os sublevados, dirigidos pelo major Boaventura Ferreira da Silva, dispersaram-se, não achando apoio na maior parte da guarnição. Entre os paisanos, então presos, contava-se o jovem Bernardo de Sousa Franco, depois senador do Império e ministro.

1832 — Revolta do tenente-coronel Francisco José Martins, em Pernambuco. Fica senhor do bairro do Recife e do forte do Brum, cuja guarnição adere ao movimento. O presidente da província, reunindo as milícias dos outros bairros e apoiado pela Marinha, domina facilmente a sublevação.

1863 — Falece no Rio de Janeiro o senador Holanda Cavalcanti, visconde de Albuquerque, nascido em Pernambuco a 21 de agosto de 1792. Foi o principal candidato da oposição nas eleições de 1835 e de 1837 para regente do Império e um dos principais promotores da revolução parlamentar de 1840.

1869 — O marechal conde d'Eu, nomeado general em chefe do Exército brasileiro em operações no Paraguai, chega a Assunção. Assume o comando no dia 16.

15 DE ABRIL

1625 — Salvador Correia de Sá e Benevides chega a Salvador com

algumas embarcações, levando aos sitiantes reforço de voluntários do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Em viagem, tivera ocasião de coadjuvar a defesa de Vitória contra o almirante Piet Heyn. Contava, então, pouco mais de 30 anos o futuro restaurador de Angola.

1644 — Morre no Rio de Janeiro o mestre de campo Luís Barbalho Bezerra, o mais ilustre dos comandantes brasileiros no primeiro período da guerra contra os holandeses. A marcha que realizou em 1640, do Rio Grande do Norte à Bahia, vencendo em vários encontros a oposição que encontrou no percurso do extenso território ocupado pelos holandeses, constitui episódio dos mais gloriosos da nossa história militar. Sua última vitória, uma das mais sangrentas dessa guerra, foi alcançada no rio Real a 10 de setembro do mesmo ano. Luís Barbalho era natural de Pernambuco. Ao falecer, ocupava o cargo de governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro. Foi sepultado na capela-mor da igreja dos Jesuítas, no morro do Castelo.

1828 — O general Gustavo Brown, chefe do Estado-maior do Exército brasileiro no Rio Grande do Sul, atravessa o Jaguarão e desaloja de Las Cañas o coronel Andrés Latorre e o general Julián Laguna, apoderando-se dos acampamentos destes chefes.

— No mesmo dia, o general Rivera invade pelo Quaraí o nosso território.

1866 — Proclamação do general Osório ao 1º corpo do Exército brasileiro, acampado na margem esquerda do Passo da Pátria. "Soldados [dizia ele], é fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever. O nosso caminho está ali em frente!" À noite começam a embarcar as primeiras tropas, todas brasileiras, destinadas à operação da passagem do Paraguai.

16 DE ABRIL

1636 — Tomada do Engenho Velho, junto ao Pirapama por Francisco Rebelo.

1638 — Entra na baía de Todos os Santos a esquadra de Johan van der Mast, conduzindo o conde Maurício de Nassau e as tropas destinadas ao ataque da cidade da Bahia. O governador-geral, Pedro da Silva, confia a defesa da praça ao general conde de Bagnuoli. À tarde, começa o desembarque dos holandeses na praia de Itacaranha.

1641 — Deposição do marquês de Montalvão, na Bahia, por injusta suspeita de não haver aderido lealmente à revolução da independência de Portugal. Ficam investidos do governo interino o bispo Sampaio, o mestre de campo Luís Barbalho e o provedor-mor Lourenço de Brito.

1648 — O general Francisco Barreto de Meneses assume no Arraial Novo o governo de Pernambuco e o comando em chefe do exército em operações. Três dias depois, ganha a primeira batalha de Guararapes. Barreto contava então pouco mais de 30 anos, tendo nascido pelo ano de 1616, provavelmente em Lima ou seus arredores, quando seu pai ocupava o cargo de governador de Callao. Não era, portanto, velho general, como têm repetido alguns dos nossos escritores.

1763 — O exército espanhol do general Ceballos toma posições à frente da trincheira de Santa Teresa, onde comandava o coronel Tomás Luís Osório. Este tinha 320 homens, e o general espanhol seis mil (ver efeméride de 19).

1822 — Falece em Coimbra o bispo dessa diocese, dom Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, conde de Arganil, antigo reitor e reformador da universidade. Este ilustre brasileiro era natural de Marapicu. Eleito deputado pelo Rio de Janeiro, à Cortes Constituintes de Lisboa (o mais votado da lista), pediu dispensa do cargo pouco antes de morrer, sendo substituído pelo suplente Vilela Barbosa, depois marquês de Paranaguá.

1826 — Criação da Ordem Imperial de Pedro I. Além de alguns dos membros da família imperial, só dois brasileiros foram admitidos nessa ordem: o marquês de Barbacena, no Primeiro Reinado, e o duque de Caxias, quando regressou do Paraguai.

1827 — A vanguarda do exército argentino ocupa Bagé. No dia 18, todo o exército argentino, ao mando do general Alvear, acampa

ali. O general Sebastião Barreto, com pequena coluna de cavalaria, observava os movimentos do inimigo (ver efeméride de 23).

1828 — Escaleres brasileiros queimam, debaixo do fogo da bateria do Salado, um navio que violara o bloqueio.

1833 — Combate nas ruas da cidade de Belém do Pará, ficando vencedor o partido que se opunha à posse do presidente Mariani e do comandante das armas, Correia de Vasconcelos, nomeados pela regência. O coronel Machado de Oliveira, que era apoiado por aquele partido, continuou no governo da província.

1866 — Pela manhã, a esquadra brasileira, sob o comando do almirante Tamandaré, aproximou-se da margem direita do Paraná, nas vizinhanças de Itapiru e Passo da Pátria, e começou o bombardeamento das posições ocupadas pelo exército do ditador López. Às 8h30, partiram os transportes que levavam o general Osório e os primeiros 10 mil homens (todos brasileiros, divisões dos generais Argolo e Sampaio), destinados a conquistar para os exércitos aliados lugar seguro de desembarque no território inimigo. O general Osório foi o primeiro a saltar em terra, acompanhado apenas de alguns homens, na margem esquerda do Paraguai, meia légua (cerca de 3,3 km) acima da ponta da confluência. Pouco depois, travou-se combate entre as primeiras companhias que desembarcaram, do 2º de Voluntários (Rio de Janeiro), ao mando do major Deodoro da Fonseca, e a coluna paraguaia dos comandantes Hermosa e Venegas. Outras forças foram chegando e, reunidas as que levavam de vencida os contrários, adiantaram a perseguição até laguna Sirena, em cuja margem meridional Osório fez alto às 14h. Só à noite começaram a desembarcar os nossos aliados.

1869 — O marechal conde d'Eu assume em Luque o comando do Exército brasileiro em operações contra o ditador do Paraguai.

1870 — Ordem do dia, datada de Humaitá, na qual o conde d'Eu se despede do Exército, ao partir para o Brasil.

17 DE ABRIL

1824 — Toma posse da presidência da província do Ceará o primeiro presidente nomeado, Pedro José da Costa Barros.

1832 — *Sedição promovida no Rio de Janeiro pelo Partido Reacionário ou Restaurador, com o fim de depor a regência.* Na véspera, à tarde, alguns dos conspiradores procuraram seduzir a guarda do Arsenal de Marinha, composta de guardas nacionais da freguesia do Sacramento, mas a acharam firme no cumprimento do dever. Um dos conspiradores foi preso; os outros puderam fugir. Avisado, o governo tomou logo enérgicas providências, convocando a Guarda Nacional, o batalhão dos oficiais soldados, o corpo de permanentes (polícia) e um esquadrão de Minas, então destacados na capital. A defesa da cidade foi confiada ao brigadeiro Pinto Peixoto, comandante da Guarda Nacional. Diogo Feijó era ministro da Justiça, e ocupavam as pastas da Guerra e da Marinha o coronel Fonseca Lima (barão de Suruí) e Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí). Os reacionários, tentando desembarcar no cais da Glória, foram repelidos pelo batalhão da freguesia de São José, dirigido pelo juiz de paz comandante José Alves Pinheiro. A força principal dos sublevados, reunida na Quinta da Boa Vista, constava de uns 500 homens, com duas peças, a mando do hanoveriano Hoiser, barão de Bulow. Avançou esta coluna pelo Aterrado, esperando penetrar no Campo; no entanto, já estava perto do Rocio Pequeno, quando foi atacada por uns 200 homens de cavalaria, pertencentes à Guarda Nacional, ao corpo de permanentes e ao esquadrão de Minas, a mando do capitão Mascarenhas Peçanha. Os sublevados retrocederam em desordem e só fizeram alto além da ponte do Aterrado, no caminho de São Cristóvão. Aí foram completamente destroçados pela mencionada força de cavalaria e pelo batalhão de guardas nacionais do Sacramento, dirigido pelo seu tenente-coronel, doutor Saturnino de Sousa e Oliveira, e pelo major Luís Alves de Lima (depois duque de Caxias). O capitão Mascarenhas Peçanha, ferido no combate, faleceu dias depois.

1839 — O major Francisco Pedro de Abreu (depois brigadeiro honorário e barão de Jacuí) é ferido e rechaçado, atacando Garibaldi, que se encerrara em uma casa na barra do Camaquã, lagoa dos Patos.

1866 — *Combate de Laguna Sirena.* As tropas com as quais o general Osório havia desembarcado na véspera bivacaram entre a laguna Sirena e a margem direita do rio Paraná. Ali foram atacadas às 8h30 por quatro mil paraguaios, comandados pelo tenente-coronel Basílio Benítez, que sofreu completa derrota, com a perda de 500 mortos e feridos, duas peças e uma bandeira. Osório teve neste dia 337 mortos e feridos. O coronel oriental Palleja escreveu no seu diário: "Até agora o bravo Osório sustentou, sozinho, o combate com seus brasileiros, que se cobriram de glória, tanto ontem quanto hoje: justiça ao mérito."

18 DE ABRIL

1630 — O capitão Francisco Gomes de Melo surpreende e derrota um destacamento holandês junto das Cacimbas, na ilha de Santo Antonio.

1648 — O Exército holandês, aumentado com tropas recém-chegadas da Europa, sai do Recife para dar batalha aos sitiadores.

1736 — O alferes João Batista Ferreira, saindo da Colônia do Sacramento com dois bergantins e um lanchão, desembarca no porto das Vacas, onde se apodera dos armazéns dos espanhóis e de dois navios, um dos quais encalhara e fora incendiado pelos nossos.

1760 — Expulsão dos jesuítas da Bahia.

1830 — Morre no Rio de Janeiro o padre José Maurício Nunes Garcia, organista da Capela Imperial. Primou em composições de música sacra. Nasceu na mesma cidade aos 22 de setembro de 1767.

1848 — Falecimento do conselheiro Saturnino de Sousa e Oliveira, senador do Império. Bateu-se no Rio de Janeiro em defesa da regência (17 abril de 1832) e presidiu por duas vezes a província do Rio Grande do Sul, durante a Guerra Civil (1839-1840, 1841-1842).

1866 — Os aliados avançam além do forte de Itapiru, ocupando-o nesse dia.

1870 — Entrada triunfal da brigada do coronel Francisco Lourenço de Araújo no Rio de Janeiro. Era o quarto contingente que regressava do Paraguai e compunha-se dos 35º (São Paulo), 42º (Pernambuco) e 46º (Guarda Nacional da Bahia) batalhões de voluntários. Lourenço de Araújo, que pertencia à Guarda Nacional e que servira com distinção durante os cinco anos de guerra, foi então nomeado brigadeiro honorário e barão de Sergi.

19 DE ABRIL

1648 — *Primeira batalha dos Guararapes.* O pequeno exército com que o general Barreto de Meneses saíra no dia 18 para esperar os holandeses constava de 2.200 homens, comandados por Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Camarão, Henrique Dias e Antônio da Silva. O exército do inimigo, dirigido pelo general Siegemundt von Schkoppe, compunha-se de 4.500 homens, segundo Netscher. Os nossos tomaram a ofensiva, investindo os regimentos inimigos, e lograram rompê-los. A batalha durou cinco horas e foi das mais sangrentas de que se há notícia, a considerar como pequenas foram as forças que nela se empenharam. A participação oficial holandesa declarou a perda de 515 mortos e de 523 feridos, quase todos deixados no campo. O general Schkoppe recebeu ferimento grave, e 74 dos seus oficiais, incluindo comandantes, com exceção de um, ficaram fora de combate. Do nosso lado, contaram-se 80 mortos e 400 feridos. O inimigo perdeu 33 bandeiras e estandartes, e abandonou duas peças na retirada. Ficou morto no campo o coronel Haus, prisioneiro o coronel Keerweer, e feridos os coronéis Hautijn e van der Elst.

1763 — A nossa trincheira de Santa Teresa rende-se ao general espanhol Ceballos (ver 16 de abril). No mesmo dia, rende-se o forte de São Miguel, onde só tínhamos trinta e tantos homens.

1825 — Lavalleja desembarca no Arsenal Grande com 32 companheiros, para combater a dominação brasileira na Banda Oriental,

então província Cisplatina. Reúnem-se logo uns 200 dos seus partidários. A insurreição, promovida em Buenos Aires, não tinha por fim a independência da Banda Oriental, mas sim a incorporação desse território às Províncias Unidas do Rio da Prata, depois República Argentina.

1866 — O ditador Solano López retira-se do campo entrincheirado do Passo da Pátria com a maior parte do seu exército. Fica guardando essa posição o general Brúguez.

1870 — Morre em Porto Alegre o capitão-tenente reformado Manuel Joaquim de Sousa Junqueira, que muito se distinguira na guerra com a República Argentina (ver 23 de abril de 1828) e na Guerra Civil do Rio Grande do Sul.

20 DE ABRIL

1632 — Deserção de Domingos Fernandes Calabar.

1638 — O exército holandês, havendo desembarcado em Itacaranha a 16, apresenta-se, às 13h, diante da cidade de Salvador, ameaçando-a pelo lado da ermida de Santo Antônio, além das portas do Carmo. Pela manhã, o general Bagnuoli mandara levantar ali uma trincheira avançada. Também por ordem sua foram evacuados os pequenos fortes de Água de Meninos e Rosário, os quais não poderiam ser defendidos, desde que o inimigo tomara posição dominante.

1648 — O nosso exército marcha dos Guararapes e torna a ocupar, à tarde, os postos da linha de sítio. O general Barreto de Meneses encarrega Henrique Dias de expelir de Olinda os holandeses, levando para esta ação o terço de homens pretos, algumas companhias de pardos e uma de soldados brancos (ver efeméride de 21).

1775 — Nasce em Lisboa o marquês de Alegrete, capitão-general do Rio Grande do Sul, que ganhou em 1817, na Banda Oriental, a vitória de Catalán. Faleceu a 21 de janeiro de 1828 (ver essa data).

1777 — Tomada da nau espanhola *Santo Agustín*, de 70 peças, na altura de Santa Catarina, pelas naus portuguesas *Santo Antônio*, de 64, e *Prazeres*, de 62. Na *Santo Antônio* estava o comandante da esquadra, Mac Douall.

1817 — Proclamação do governo provisório de Pernambuco, anunciando que a pátria estava em perigo e chamando às armas todos os cidadãos. Na véspera, chegara a notícia de um revés no porto de Pedras e da marcha acelerada das tropas da Bahia.

1818 — Chega a São Borja o general Chagas Santos com as tropas que haviam alcançado a vitória de São Carlos.

1821 — Às 16h reuniram-se na praça do Comércio os eleitores de paróquia do Rio de Janeiro. O presidente comunicou à assembleia, por ordem do ministro Silvestre Pinheiro Ferreira, as resoluções tomadas acerca da partida do rei para Portugal e das instruções ao príncipe real, que ficaria no Brasil como regente do reino. A reunião tornou-se tumultuária, penetrando no recinto muitos cidadãos que não eram eleitores, tomando parte na discussão. Nomeou-se comissão para ir a São Cristóvão pedir ao rei a promulgação imediata da constituição espanhola. Os ministros estavam com dom João VI quando a deputação foi recebida e concordaram na assinatura de um decreto que dava plena satisfação ao requerimento da assembleia (ver efeméride de 21).

1832 — Tomada de São Miguel (Ceará) pelos legalistas, debaixo do comando de Francisco Fernandes Vieira.

1839 — Nascimento de Aureliano Cândido Tavares Bastos, em Alagoas (ver 3 de dezembro de 1875).

1840 — *Combates de Tabatinga* (Maranhão). O major Luís José Ferreira toma ali as trincheiras dos insurgentes.

1867 — Tomada da fazenda da Machorra (Apa) pelo tenente-coronel Juvêncio de Meneses.

21 DE ABRIL

1500 — Pedro Álvares Cabral, o capitão-mor da primeira armada, que, após a expedição de Vasco da Gama, o rei dom Manuel mandou à Índia, encontra plantas marinhas, primeiro indício da proximidade de terra.

1638 — Rende-se pela manhã o nosso forte da ponte de monte Serrate, que não poderia ser socorrido pelos defensores da cidade da Bahia. Às 20h, lança Maurício de Nassau as suas tropas sobre a cidade, fazendo-as assaltar a trincheira de Santo Antônio, sendo repelido com grande perda pelo general Bagnuoli, que foi pessoalmente animar a intrépida resistência, sustentada pelo mestre de campo Luís Barbalho. Neste combate, foi ferido, pela sétima vez durante a guerra, o capitão pernambucano Estevão de Távora, que sucumbiu dias depois.

1792 — *Execução de Tiradentes, um dos conjurados de 1789, em Minas Gerais, a prol da Independência do Brasil.* Foi supliciado no campo de São Domingos, da cidade do Rio de Janeiro, como se vê da certidão seguinte: "Francisco Luiz Álvares da Rocha, desembargador dos agravos da relação desta cidade e escrivão da comissão expedida contra os réus da conjuração formada em Minas Gerais; certifico que o réu Joaquim José da Silva Xavier foi levado ao lugar da forca levantada no campo de São Domingos e nela padeceu morte natural, e lhe foi cortada a cabeça e o corpo dividido em quatro partes; e, do como assim passou na verdade, lavrei a presente certidão, e dou a minha fé. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1792. (Assinado) *Francisco Luiz Álvares da Rocha*."

O campo de São Domingos era muito extenso, nos primeiros anos do século XVIII. Em 1710 e 1711, por ocasião das invasões francesas, dava-se aquele nome, ou o de campo do Rosário, a toda planície entrecortada de charcos que se estendia além da atual rua de Uruguaiana, então limite da cidade pela parte do interior; no entanto, já pelo meio do século, como se vê de uma planta de 1769 do engenheiro Róscio, existiam quarteirões de casas na parte central do antigo campo. Desde então só ficou o nome de São Domingos ao campo, que se estendia da atual rua da Alfândega aos morros da Conceição e do Livramento. Foi ali, nas proximidades da igreja de São Domingos, que se levantou a forca. Se a execução houvesse sido efetuada, como pretendem alguns, no espaço compreendido entre

as ruas da Constituição, Regente, Visconde do Rio Branco e Núncio, a certidão diria campo da Lampadosa, e não campo de São Domingos. Dava-se, desde meados do século XVIII e ainda em fins desse século, o nome de campo da Lampadosa ao espaço ocupado pela praça que depois se chamou do Rocio e que se prolongava então até o campo de Santana. O campo de São Domingos, de 1792, estava separado do campo da Lampadosa pelos quarteirões, já habitados, que demoram entre a rua da Alfândega e da Constituição, com o seu prolongamento no antigo largo do Rocio, depois praça da Constituição (ver *Determinação do lugar em que foi supliciado o Tiradentes*, por Miguel Lemos, que demonstra ter sido entre as ruas do Visconde do Rio Branco e da Constituição, onde estava uma empresa funerária).

1805 — Morre no Rio de Janeiro o astrônomo e explorador doutor Antônio Pires da Silva Pontes, natural de Mariana (Minas Gerais).

1821 — O decreto declarando que a Constituição espanhola vigoraria no Brasil até a promulgação da que decretassem as cortes de Lisboa teve a data de 21 de abril porque foi assinado depois da meia-noite de 20 para 21. Com a notícia da concessão obtida, tornou-se mais tumultuária ainda a assembleia popular, reunida na praça do Comércio. Depois de desordenada discussão, resolveu-se impedir a partida da família real para a Europa, apresentar ao rei uma lista de quatro nomes para o novo ministério e eleger uma junta ou conselho de governo. O general Curado e o coronel Morais foram despachados para intimar aos comandantes das fortalezas que, sob pena de morte, não deixassem sair nenhum navio mercante nem de guerra. O general Avilez, tendo assumido o comando das armas, reuniu então as tropas da guarnição no largo do Paço e do Rocio e encarregou o brigadeiro Carretti de dispensar a reunião. Uma companhia de caçadores de Portugal, ao mando do major Peixoto, apresentou-se às 4h diante da praça do Comércio e, sendo insultada por alguns do povo, deu uma descarga e penetrou de baioneta calada no edifício. Muitos cidadãos foram mortos ou feridos, entre estes o juiz de fora José Clemente Pereira, que recebeu várias baionetadas e uma cutilada na cabeça. "Não se tendo procedido a legal ato de achada das armas na praça [escreveu o visconde de Cairu] nem a Conselho de Guerra contra os que fizeram a matança sem ordem,

mal se determinando devassa de justiça, que não teve resultado, o mistério de iniquidade ficará sempre incógnito, verificando-se que diz o pai da história portuguesa: 'Assim acontece em casos de ignomínia ao governo, onde tudo fica entre reis e ministros.'"

1828 — Mariano Pinto, que apenas comandava 40 milicianos, é morto no Passo do Ibicuí, resistindo a uma força muito superior, destacada contra ele pelo general Rivera. Este passo do rio ficou tendo, desde aí, o nome do valente miliciano.

1843 — Chega a Nápoles a divisão naval brasileira comandada por Teodoro de Beaurepaire, conduzindo o embaixador extraordinário, conselheiro José Alexandre Carneiro Leão, depois visconde de São Salvador dos Campos (ver 3 de março).

1867 — O coronel Camisão transpõe o rio Apa em Bela Vista, invadindo o território paraguaio.

1879 — O deputado José Mariano, de Pernambuco, apresenta um projeto para que seja considerado de luto nacional o dia 21 de abril, em homenagem à memória de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, que em 1792 sofreu no patíbulo morte ignominiosa, por amor da liberdade e da Independência do Brasil.

22 DE ABRIL

1500 — À tarde, avistou Cabral a primeira terra do Brasil, divisando um monte, ao qual deu o nome de monte Pascoal. Ao pôr do sol, fundeou a seis milhas da costa, na altura da foz do rio Caí.

1529 — Instrumento de escritura celebrada em Saragoça pela qual dom Carlos V, imperador da Alemanha e rei de Espanha, vendia a dom João III, rei de Portugal, mediante o pagamento de 350 mil ducados ouro, a propriedade e a posse, ou quase posse, e direito de navegação e comércio das ilhas Molucas, também chamadas da Especiaria. Por esse acordo, o limite no oriente ficou passando pelas ilhas de Velas, hoje

Marianas ou Ladrones, na Polinésia. Posteriormente, a Espanha violou o ajustado em Saragoça e Tordesilhas, ocupando as ilhas Filipinas, que estavam, como as Molucas, dentro da demarcação portuguesa.

1636 — *Combate de Piratigi* (Alagoas). Martim Ferreira, comandante das nossas tropas em Santa Luzia do Norte, encontra em marcha os holandeses, saídos de Peripueira, e derrota-os.

1648 — *Tomada de Olinda por Henrique Dias.* Segundo Santiago, feriu-se o combate a 22; segundo Rafael de Jesus, a 23. Um número extraordinário da *Gazette de France* (nº 97, de 3 de julho de 1648) noticiou aos parisienses esta vitória de Henrique Dias e a que Barreto alcançou em Guararapes.

1821 — Por decretos desta data, dom João VI anulou o do dia anterior, relativo à Constituição espanhola, mandou proceder à devassa acerca dos acontecimentos de 20 e 21 na praça do Comércio e estabeleceu os poderes da regência e do governo provisório do Reino do Brasil, que ficaria confiado ao príncipe real dom Pedro.

1822 — Morre no Rio de Janeiro o tenente-general Manuel Marques de Sousa. Nasceu na vila do Rio Grande a 27 de fevereiro de 1743.

1827 — Fundação da sociedade São Lucas, no Rio de Janeiro, composta de artistas brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil. Foi fundada por iniciativa do pintor Francisco Pedro do Amaral e apenas durou sete anos.

1828 — Tomada da escuna de guerra argentina *Honor* (comandante Wildblood) pelo lúgar *Príncipe Imperial* (comandante Rose), na costa do Salado.

1836 — O capitão Pinto Bandeira, à frente de 400 legalistas, é derrotado em Mostardas (Rio Grande do Sul) por Onofre Pires da Silveira Canto. Pinto Bandeira foi morto em combate, segundo uns; segundo outros, foi assassinado, estando prisioneiro.

1838 — Eleição do regente do Império, em consequência da renúncia do padre Feijó. Foi eleito com 4.308 votos regente interino Pedro de Araújo Lima, depois marquês de Olinda, seguindo-se, na ordem da votação, os

seguintes candidatos: Holanda Cavalcanti (visconde de Albuquerque), 1.891; Antônio Carlos, 597; Costa Carvalho (marquês de Monte Alegre), 581; general Francisco de Lima e Silva, 443; e outros menos votados.

1854 — O governo imperial adquire, pela quantia de 21:120$000, a livraria de Pedro d'Angelis para aumento do acervo da Biblioteca Pública Nacional.

1866 — O general Brúguez evacua, durante a noite de 22 para 23, o campo entrincheirado do Passo da Pátria, cumprindo a ordem que recebeu do ditador López. O bombardeamento feito pela nossa esquadra (disse o *Semanário*) tornou insustentável aquela posição.

23 DE ABRIL

1500 — Os navios de Cabral aproximam-se de terra e dão fundo à distância de meia légua (cerca de 3,3 km) da costa (ver efeméride do dia anterior). O capitão Nicolau Coelho vai à terra e troca presentes com os índios (ver 25 de abril).

1636 — *Combate de São Lourenço da Mata,* entre Francisco Rebelo, que comandava 450 homens, e uma divisão de 1.200 holandeses, ao mando de Jacob Stachower. Rebelo teve de retirar-se para Porto Calvo. No mesmo dia, travou-se outro combate nas margens do Una, onde foi repelido o coronel Siegemundt von Schkoppe por Manuel Dias de Andrade e Camarão.

1683 — A então vila de São Paulo ficou sendo, desde este dia, sede do governo da antiga capitania de São Vicente.

1811 — Foram abertas as primeiras aulas da Academia Militar do Rio de Janeiro; estava presente o ministro conde de Linhares.

1815 — Falecimento do explorador e naturalista brasileiro doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, em Lisboa (ver 27 de abril de 1756).

1817 — Rodrigo Lobo reúne-se aos do bloqueio de Pernambuco com os navios que levou do Rio de Janeiro, assumindo o comando da esquadra.

1821 — Proclamação de dom João VI, na antevéspera do seu embarque para a Europa.

1827 — O general Sebastião Barreto, com 760 homens de cavalaria, bate-se em retirada, no rincão do Camaquã Chico, com o general argentino Alvear, que fora atacar com 2.433 homens. O caminho escolhido para essa retirada, quase sempre estreito e escabroso, não permitia que Alvear desenvolvesse a sua coluna para flanquear a nossa, de sorte que nada conseguiu e teve o desgosto de ver os seus primeiros esquadrões destroçados por uma carga da retaguarda de Barreto. Em carta de 20 de abril, tinha dito este general ao marquês de Barbacena: "Se o inimigo por aqui se conservar e não me atacar em força, por aqui hei de estar, retirando-me no último caso".

1828 — *Combate naval da barra de São Luís na lagoa Mirim*. O segundo-tenente Sousa Junqueira, com três canhoneiras, ataca a esquadrilha argentina, composta de igual número de canhoneiras e de um lanchão; rende o navio chefe, que era o *Lavalleja*, e obriga os outros a refugiar-se no arroio de São Luís. Aí foram eles destruídos pelas suas guarnições. O comandante inimigo, capitão-tenente Calisto Silva, ficou prisioneiro.

1829 — Embarque do general Andréia, em Montevidéu, com as últimas tropas brasileiras que ocupavam essa cidade, depois do tratado preliminar de paz.

1853 — É nomeado bibliotecário da Biblioteca Nacional e Pública o sábio beneditino frei Camilo de Monserrate.

1866 — Forças do exército aliado ocupam o acampamento paraguaio do Passo da Pátria, evacuado durante a noite.

24 DE ABRIL

1646 — *Defesa de São Lourenço de Tijucopapo* (Pernambuco). Atacada por Willem Lambertz, foi defendida a povoação pelo sargento-mor Agostinho Nunes. Três assaltos foram repelidos. As mulheres de

Tijucopapo auxiliaram a defesa, batendo-se no reduto, ao lado dos maridos e dos filhos.

1736 — Combate da Conceição, nos arredores da Colônia do Sacramento, no qual ficaram vencedoras as nossas tropas, comandadas pelos capitães Teodorico Gonçalves Negrão e Inácio Pereira da Silva. Foi morto o comandante inimigo, sargento-mor Francisco Neto.

1763 — *Entrada dos espanhóis na vila do Rio Grande.* O governador Elói de Madureira já a tinha abandonado, com a notícia da rendição de Santa Teresa.

1792 — O doutor Alexandre Rodrigues Ferreira data do Pará a memória de que foi encarregado de escrever pelo governo português sobre os direitos de Portugal à posse das terras do cabo do Norte.

1808 — Nascimento de João Caetano dos Santos, o grande ator, no Rio de Janeiro.

1812 — *Combate de Japeju* (Corrientes). O capitão Gabriel Machado derrota a força muito superior que o atacou.

1824 — Morre na Tijuca o escultor francês Augusto Taunay, um dos mais distintos artistas contratados em 1815 para a fundação da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro.

1830 — Inauguração solene da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, fundada a 28 de maio de 1829. Hoje tem o nome de Academia Nacional de Medicina.

25 DE ABRIL

1500 — Os navios menores da esquadra de Cabral, reconhecendo a costa, da foz do Caí para o norte, fundearam a 24 na enseada da coroa Vermelha (depois baía de Santa Cruz e baía Cabrália). Os navios maiores, que haviam ancorado nesse dia uma légua (cerca de 6,6 km) ao largo,

reuniram-se no dia 25 aos exploradores. Foram dos primeiros a saltar em terra Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho e Pero Vaz de Caminha.

1562 — Carta de Brás Cubas ao rei, anunciando que descobriu ouro perto de São Paulo (*História geral*, I, 290, nota).

1647 — Combate naval, na altura da Paraíba, no qual o almirante Banckert aprisiona a Francisco Barreto de Meneses.

1767 — Nascimento de Luís Gonçalves dos Santos, no Rio de Janeiro. Foi padre e escreveu as *Memórias históricas do Brasil, durante os anos em que o Rio de Janeiro foi a capital da monarquia portuguesa*. Faleceu a 1º de dezembro de 1844 (ver essa data) na mesma cidade.

1777 — Uma emboscada do capitão Cipriano Cardoso de Barros Leme destroça os espanhóis, que haviam desembarcado em Vila Nova (Santa Catarina).

1819 — O coronel Andrés Artigas atravessa o Uruguai e invade, pela segunda vez, o território brasileiro de Missões. A 9 de junho foi batido em Itacorubi, ficando prisioneiro alguns dias depois.

1822 — Chega ao Rio de Janeiro, de volta de sua viagem a Minas, o príncipe regente dom Pedro.

1825 — Aviso assinado pelo imperador dom Pedro I ordenando que fosse impresso na Imprensa Nacional o texto da *Flora Fluminense*, de frei Conceição Veloso, e remetidos os desenhos para Paris, a fim de serem litografados na oficina Lasterie.

1836 — Tomada de Viseu (Pará) pelo primeiro-tenente Sabino, comandante da canhoneira *D. Francisca*.

1850 — Falecimento do senador visconde de Macaé (Almeida Torres), um dos chefes do Partido Liberal. Foi por vezes ministro de Estado e presidente de Conselho.

1852 — Manuel Antônio Álvares de Azevedo morre na cidade do Rio de Janeiro. Nasceu em São Paulo a 12 de setembro de 1831.

26 DE ABRIL

1500 — Primeira missa celebrada no Brasil, no ilhéu da coroa Vermelha, por frei Henrique, depois bispo de Ceuta (ver 1º de maio).

1821 — Pela manhã parte do Rio de Janeiro a esquadra que conduzia à Europa o rei dom João VI. Começa neste dia o governo do então príncipe regente dom Pedro.

— Neste mesmo dia houve uma revolta militar em Porto Alegre. O governo interino, presidido pelo tenente-general Marques de Sousa, cedeu às imposições da tropa; no entanto, ao cabo de alguns dias, conseguiu destacar e dividir, pela fronteira, o batalhão que primeiro se levantou, e remeter preso para o Rio de Janeiro o padre Francisco Souto Maior, principal promotor do pronunciamento (ver no tomo XLII da *Revista do Instituto Histórico* o "Índice cronológico", de Homem de Melo).

1833 — Levante de 80 presos políticos no forte do Mar (Salvador). Ferem o comandante e ficam senhores do forte, fraternizando com eles a maior parte da pequena guarnição. Aí resistem ao bombardeamento das baterias de terra e da corveta *Regeneração*, começado no dia 27, e só se entregam no dia 29.

1863 — Morre em Lisboa, com 51 anos de idade, o escritor maranhense João Francisco Lisboa.

27 DE ABRIL

1630 — Combate, na ilha de Santo Antônio, entre uma emboscada de pernambucanos e os holandeses, sendo destroçados estes últimos.

1756 — Nascimento de Alexandre Rodrigues Ferreira, em Salvador.

O notável naturalista e explorador faleceu em Lisboa a 23 de abril de 1815.

1809 — Morre no Rio de Janeiro o pintor fluminense Manuel da Cunha.

1825 — O general Frutuoso Rivera, que saiu da Colônia com uma escolta, a fim de reunir as nossas forças e combater a insurreição de que era chefe Lavalleja, foi surpreendido por este e aprisionado. Após conferência com o seu antigo amigo, resolveu aderir à revolução e prometeu facilitar a surpresa dos destacamentos brasileiros, valendo-se da autoridade que neles tinha como comandante-geral da campanha (ver 1º de maio).

1831 — Falece na cidade de Porto Alegre o coronel de milícias José Pedro César, autor do mapa da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que foi gravado em Paris e que acompanha os *Anais* do visconde de São Leopoldo.

1840 — Morre, repentinamente, estando à frente da cavalaria imperial no Passo de Azeredo, perto de Porto Alegre, o general Bonifácio Isas Calderón.

1865 — O exército brasileiro do general Osório parte dos arredores de Montevidéu, em marcha, para Paissandu.

28 DE ABRIL

1625 — Sitiados na Bahia, fazem os holandeses as primeiras aberturas para ajuste da capitulação (ver 30 de abril).

1638 — Francisco Rebelo derrota um destacamento holandês em Itapoã (Bahia).

1823 — Combate de São José dos Matões (Maranhão), ficando vencedores os independentes.

1824 — Pereira Filgueiras, à frente de muitos milicianos, entra na cidade da Fortaleza para depor o presidente Costa Barros.

1826 — A fragata brasileira *Imperatriz*, de 54 bocas de fogo, fundeada diante do porto de Montevidéu, é atacada pelo almirante argentino Brown, que tinha às suas ordens sete navios montando 116 bocas de fogo. O ataque começou à 1h da madrugada de 27 para 28 de abril e durou apenas um quarto de hora, retirando-se então os argentinos em razão da enérgica defesa que encontraram e por verem que os outros navios da nossa esquadra já estavam em movimento (nos jornais do tempo, publicou-se inexatamente que o combate durou cinco quartos de hora). Foi morto no começo da ação o comandante da *Imperatriz*, capitão de fragata Luís Barroso Pereira, natural de Minas Gerais, mas teve digno substituto na pessoa de seu imediato Rebelo da Gama, de valor já provado em heroico combate que sustentou nas costas da Guiana Francesa.

1877 — Recepção entusiástica feita pela cidade do Rio de Janeiro ao general Osório, marquês de Herval, que vinha tomar posse da sua cadeira no Senado.

1889 — Falecimento do poeta e jornalista Constantino do Amaral Tavares, na Bahia.

29 DE ABRIL

1640 — Chega ao porto da Bahia a esquadra do almirante Lichthardt, conduzindo 2.500 homens, ao mando de Tourlon, encarregado por Maurício de Nassau de devastar o Recôncavo, levando a ferro e fogo quanto encontrasse. Eram represálias exercidas pelo governador holandês em consequência das ordens dadas a Camarão pelo conde da Torre. Esta expedição só deixou o porto da Bahia no dia 30 de maio.

1754 — O coronel Tomás Luís Osório, comandante do forte do rio Pardo, repele um ataque dos guaranis das Missões Jesuíticas, comandados por Sepé. Das quatro peças que os assaltantes tinham, duas foram tomadas. A guarnição compunham-se da infantaria do Rio de Janeiro, dos dragões do Rio Grande e de aventureiros de São Paulo e de Santa Catarina.

1824 — Deposição do presidente do Ceará, Costa Barros, e eleição de Alencar Araripe, pela Assembleia convocada por Pereira Filgueiras na cidade da Fortaleza (ver 28 de abril).

1833 — Após três dias de resistência, renderam-se os presos políticos que se haviam apoderado do forte do Mar, na Bahia. Tinham ali arvorado a 27 uma bandeira azul com banda diagonal branca, dando vivas à República Federal.

1836 — Tomada de Igarapé-Mirim (Pará) pelo primeiro-tenente Barroso (depois almirante, e barão do Amazonas). Segundo Garcez Palha, esta ação deu-se a 1º de maio.

1869 — A divisão de monitores, comandada pelo capitão-tenente Jerônimo Francisco Gonçalves, força a passagem de Guaraio, no Manduvirá (Paraguai).

1870 — Chega ao Rio de Janeiro o marechal conde d'Eu, depois de terminada a Guerra do Paraguai.

30 DE ABRIL

1531 — Martim Afonso de Sousa chega à baía do Rio de Janeiro, onde estaciona até 1º de agosto. Ali fez construir dois bergantins, primeiras embarcações construídas por europeus no Brasil.

1625 — Assinatura da capitulação dos holandeses em Salvador. À noite, o general dom Fadrique de Toledo, segundo o ajustado, fez ocupar a porta do Carmo. Os troféus desta vitória, recebidos no dia seguinte, consistiram em 215 canhões, 35 pedreiros, 18 bandeiras e estandartes e seis navios únicos que os rendidos conservavam, tendo sido destruída a maior parte da sua esquadra durante o assédio, que durou um mês.

1804 — Nasce no Recife Antônio Peregrino Maciel Monteiro, depois barão de Itamaracá.

1822 — Um artigo publicado por Gonçalves Ledo, no *Revérbero Constitucional*, produziu no Rio de Janeiro o mais vivo entusiasmo. Os dois redatores, Ledo e Januário Barbosa, receberam cumprimentos de muitos cidadãos e foram vitoriados nas ruas.

Rompendo com todas as convenções, que até então guardavam os patriotas brasileiros, animou-se Ledo a sugerir ao príncipe regente a necessidade de proclamar desde logo a Independência do Brasil.

1823 — O primeiro-tenente Oliveira Botas, na canhoneira *25 de Junho*, acompanhado pelas canhoneiras *Pedro I* (segundo-tenente José Antonio Gonçalves), *Leopoldina* (segundo-tenente André Avelino Pereira) e *Vila de S. Francisco*, protege a entrada de quatro barcos no Cotegipe, conduzindo reforços das vilas de Boipeba e Valença. Na volta, combate das 13h às 20h, com uma escuna e oito canhoneiras portuguesas. Destas, duas foram metidas a pique; os outros navios inimigos retiraram-se, e Oliveira Botas pôde regressar para Itaparica.

1825 — Foram executados na cidade da Fortaleza, por sentença da Comissão Militar, o coronel de milícias Andrade Pessoa e o padre Albuquerque e Melo (vulgo *Mororó*), comprometidos na insurreição republicana de 1824. Além desses, sofreram no Ceará a pena capital Luís Inácio de Azevedo, Francisco Ibiapina e Feliciano Carapinima. Os dois principais chefes da revolução já não existiam: o presidente Tristão Pereira de Alencar Araripe tinha sido morto em combate a 31 de outubro de 1824; o comandante das armas José Pereira Filgueiras havia falecido em São Romão, no São Francisco (Minas Gerais), ao ser conduzido preso para o Rio de Janeiro.

1838 — Uma divisão do Exército imperial no Rio Grande do Sul, comandada pelo general Sebastião Barreto, é completamente derrotada no Rio Pardo pelo exército republicano às ordens do general Bento Manuel Ribeiro.

1854 — Inauguração da estrada de ferro de Mauá, primeira construída no Brasil. Essa obra deveu-se à iniciativa e aos esforços de Irineu Evangelista de Sousa, que então teve o título de barão e, depois, o de visconde de Mauá.

1º DE MAIO

1500 — Cerimônia da posse da terra descoberta por Pedro Álvares Cabral. Foi celebrada, então, a segunda missa no Brasil, diante da grande cruz de madeira plantada perto da praia. Estavam presentes Cabral, comandantes, oficiais, tropa e muitos indígenas. O quadro *Primeira missa no Brasil,* do nosso Vitor Meireles, representa essa cena.

— Tem a data deste dia a célebre carta de Pero Vaz de Caminha, narrando ao rei dom Manuel o descobrimento da sua ilha da Vera Cruz, logo depois chamada Terra de Santa Cruz (1501) e também de Brasil (1503).

1625 — Ocupação da cidade da Bahia pelo exército de dom Fadrique de Toledo, que a libertara do domínio holandês.

1632 — Saque de Iguaraçu pelo coronel Waerdenburch, guiado por Domingos Calabar. Ao embarcarem os holandeses no canal de Santa Cruz, foram atacados por Fernando de la Riba Aguero, sofrendo alguma perda.

1633 — Sucumbe, no Recife, dos ferimentos recebidos diante do arraial, o coronel Laurens van Rembach, comandante em chefe das tropas holandesas. Sucede-lhe no comando o alemão Siegemundt von Schkoppe.

1808 — Manifesto do príncipe regente dom João datado do Rio de Janeiro e dirigido aos governos das nações amigas, expondo os motivos que haviam obrigado à corte portuguesa a passar-se para o Brasil e declarando guerra a Napoleão.

1819 — Combate no Piratini (Missões) entre as tropas do tenente-coronel Arouche e as do coronel Andrés Artigas.

1825 — O general Frutuoso Rivera, cuja defecção era ainda ignorada, apresenta-se em São José (Banda Oriental) ao coronel brasileiro Borba, comandante de um corpo de milícias de São Paulo e, entretendo-o, dá lugar a que Lavalleja cerque o acampamento e aprisione essa força.

1829 — Nascimento de José de Alencar, em Mecejana (Ceará).

1842 — Decreto dissolvendo a Câmara de Deputados e convocando outra para 1º de novembro. Foi a primeira vez que a coroa usou dessa sua atribuição desde o juramento da Constituição de 1824. A novidade do ato produziu grande impressão no país. Na Inglaterra, a Câmara dos Comuns nunca chega ao termo da legislatura: é sempre dissolvida.

1850 — Morre no Rio de Janeiro o grande estadista Bernardo Pereira de Vasconcelos, nascido em Ouro Preto, então Vila Rica, a 27 de agosto de 1795. Foi, no reinado de Pedro I e no período das regências, o verdadeiro mestre do parlamentarismo no Brasil. Ninguém combateu com mais constância do que ele pelo estabelecimento do governo livre. Chefe da oposição parlamentar de 1826 a 1831, recusou então uma pasta de ministro. Depois da revolução de 7 de abril, foi por vezes ministro de Estado, criou o Partido Conservador em 1836 e opôs-se, em 1840, à revolução parlamentar da maioridade.

1865 — É assinado em Buenos Aires o Tratado de Aliança entre o Brasil, a República Argentina e a Oriental do Uruguai contra o ditador do Paraguai, que, sem declaração de guerra, havia invadido o território brasileiro e argentino e ameaçava o oriental. O conselheiro Francisco Otaviano foi o plenipotenciário brasileiro negociador desse tratado.

1868 — *Ação de Timbó Chico* (margem esquerda do Paraguai). O major Almeida Corte Real, com o 25º batalhão de voluntários, derrota uma força paraguaia.

— Falecimento do tenente-coronel de infantaria Francisco Maria dos Guimarães Peixoto, um dos mais brilhantes oficiais que tem tido o Exército brasileiro. Nasceu a 12 de março de 1826 a bordo da nau *Pedro I*, nas águas da Bahia, e foi educado na França. No ataque de Paissandu e na Guerra do Paraguai, recebeu vários ferimentos. Faleceu, no Rio de Janeiro, de moléstia contraída em campanha.

2 DE MAIO

1500 — Cabral fez-se de vela, deixando as costas do Brasil. No mesmo dia, despacha para Lisboa, com a notícia do descobrimento, um navio comandado por André Gonçalves.

1570 — Frei Pedro de Palácios, fundador da ermida de Nossa Senhora da Penha, é ali sepultado nesta data (Jaboatão, Liv. Antepr., parágrafo 44). O processo da canonização desse religioso capucho começou em 1616, mas não teve conclusão. A ermida de que se trata, perto de Vila Velha do Espírito Santo, passou pouco depois a chamar-se da Penha, sendo em seu lugar edificado um convento.

1798 — Começa a funcionar na cidade do Rio de Janeiro, segundo Teixeira de Melo, o Correio-geral. Esta é a data em que o serviço dos correios passou a constituir administração do Estado, em virtude do alvará de 17 de março de 1797, porque já em 1663 haviam sido estabelecidos no Brasil os ofícios de correios-mores, com regimento de 25 de janeiro do mesmo ano. Aos 19 de dezembro de 1663, foi nomeado correio-mor do Rio de Janeiro o alferes Cavaleiro Pessoa (Pizarro, III, 225).

1812 — O Exército brasileiro do capitão-general dom Diogo de Sousa chega à barra do arroio São Francisco, no Uruguai, onde acampa. Tinha atravessado, nesta segunda campanha, todo o território da Banda Oriental, desde Maldonado.

1817 — Combate do engenho Utinga (Pernambuco) entre milicianos e voluntários monarquistas, a mando do capitão de milícias Barroso, e os republicanos de Pernambuco, comandados por Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.

1818 — À noite, o rio-grandense Vasco Antunes Maciel, à frente do povo da Colônia do Sacramento, prende o governador delegado do general Artigas e aprisiona parte da guarnição. O chefe de divisão Noronha, que bloqueava o porto, envia aos insurgidos um reforço de marinheiros, a mando do capitão de fragata Diogo Jorge de Brito. Deste dia a 3 de dezembro de 1828, ficou no nosso poder a Colônia.

1823 — Pequena ação no engenho da Conceição, perto da cidade da Bahia (Guerra da Independência), em que fica vencedora uma companhia do batalhão de libertos.

1824 — Toma posse do cargo de presidente da província do Pará José de Araújo Roso.

1826 — Dom Pedro IV (Pedro I do Brasil), por decreto datado do Rio de Janeiro, abdica na sua filha dona Maria da Glória a coroa de Portugal, depois de haver dado aquele reino, a 29 de abril, uma carta constitucional.

1854 — Entrada, em Montevidéu, do general Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, à frente de uma divisão de quatro mil homens do Exército brasileiro, que foi ocupar aquela cidade, a pedido do governo da República.

1866 — *Batalha do Estero Bellaco.* Os generais Flores e Osório repelem e destroçam os paraguaios, dirigidos pelo coronel (depois general) Díaz. Os aliados tiveram 1.560 homens fora de combate (1.103 brasileiros, quatrocentos e tantos orientais e 49 argentinos); quatro peças de artilharia brasileira, colocadas na extrema vanguarda, foram arrebatadas pelo inimigo no primeiro ímpeto do ataque; uma bandeira oriental foi tomada. A perda dos paraguaios foi de cerca de 2.500 homens fora de combate, duas bandeiras (uma tomada pelos brasileiros) e quatro canhões (três tomados pelos brasileiros).

1868 — *Primeiro combate de Iuasií*. O coronel Barros Falcão, com 2.500 homens do Exército brasileiro, desembarca em Iuasií, no Chaco, e repele um ataque dos paraguaios. Tivemos 137 mortos e feridos, incluindo dois marinheiros. Os paraguaios deixaram no campo 105 mortos.

— No mesmo dia conseguiu o inimigo dispersar em Andaí a vanguarda da coluna argentina, que desembarcara rio abaixo.

1870 — Chega ao Rio de Janeiro a brigada de voluntários do coronel Pinheiro Guimarães, depois brigadeiro honorário. Era o quinto contingente

de tropas que voltava do Paraguai. Compunha-se dos nº 27 (cidade do Rio de Janeiro), nº 33 (província do Rio de Janeiro) e nº 44 (corpo policial da província do Rio de Janeiro) batalhões de Voluntários da Pátria.

3 DE MAIO

1652 — O sargento-mor Antônio Dias Cardoso destroça os holandeses na margem esquerda do Tigipió (Pernambuco).

1660 — Nasce na cidade da Bahia Sebastião da Rocha Pita o autor da *História da América portuguesa*, publicada em 1730.

1818 — Com a escuna *Oriental,* força Sena Pereira, no Uruguai, o Passo de Vera (a data deste feito foi erroneamente citada em *Memórias e reflexões*, que publicou o filho de Sena Pereira).

1823 — Abertura da Assembleia Constituinte pelo imperador dom Pedro I.

— Combate, nas linhas da Bahia, entre as tropas brasileiras que sitiaram a cidade, ao mando do general Labatut, e as tropas do general Madeira. Foi apenas um reconhecimento ou simulacro de ataque.

1824 — Juramento da Constituição do Império, na Bahia.

1826 — A esquadra argentina de Brown, perseguida pela brasileira de Rodrigo Lobo, atravessa o banco Ortiz. A fragata *Niterói* (comandante Norton) aventura-se também sobre o banco e encalha. Nessa posição, bateu-se com a fragata argentina *25 de Mayo*, que, tentando atacar o navio brasileiro, também varou. Os dois navios conseguiram safar quase ao mesmo tempo. A esquadra argentina seguiu a direção de Buenos Aires, e a *Niterói* foi incorporar-se a Rodrigo Lobo, obedecendo aos sinais que este fazia.

1840 — Batalha de Taquari entre o Exército imperial, ao mando do general Manuel Jorge Rodrigues, e o republicano do Rio Grande do

Sul, dirigido por Bento Gonçalves. O general Rodrigues teve o título de barão do Taquari, em recompensa desse feito de armas.

1864 — Falece em sua fazenda de Quissamã José Carneiro da Silva, primeiro visconde de Araruama, com grandes serviços à província do Rio de Janeiro. Escreveu duas memórias sobre os Campos de Goitacás, publicadas ambas, uma na Impressão Régia, em 1819, outra na Tipografia J. Villeneuve, no Rio de Janeiro, em 1836.

1883 — É inaugurado em Desterro, Santa Catarina, o Liceu de Artes e Ofícios, fundado pelo presidente da província, doutor Teodureto Souto.

4 DE MAIO

1493 — Bula *Inter coetera*, do papa Alexandre VI, aos reis católicos e seus sucessores, concedendo-lhes as terras de Índias e ilhas descobertas e por descobrir, segundo a linha de demarcação que no diploma se expressa. Há outra bula *Inter coetera*, do dia anterior, de concessão, aos mesmos reis católicos, das terras descobertas e que por seu mandado se descobrirem, na mesma forma e com as mesmas graças dispensadas aos reis de Portugal no que haviam descoberto nas partes de África, de Guiné e de Mina.

1635 — Luís Barbalho repele os holandeses no reduto Pais Barreto, obra avançada da fortaleza de Nazaré no Cabo.

1761 — Decreto de dom José I isentando de direitos de exportação o café. Foi a senhora Claude d'Orvilliers, segundo a tradição, quem ofereceu em Caiena ao major Palheta, no ano de 1727, as primeiras sementes de café introduzidas no Brasil e plantadas no Pará. A carta régia de 8 de agosto de 1732 recomendou a propagação do cultivo do café no Pará e no Maranhão. Em 1748, contava-se 17 mil cafeeiros; em 1767, já se exportava para a Europa alguns milhares de arrobas de café. Em 1761, João Alberto Castelo Branco, chanceler da Relação do Rio de Janeiro, introduziu nesta cidade as primeiras mudas de café, vindas do

Pará. Fizeram-se as primeiras plantações no jardim dos capuchinhos, rua dos Barbonos, hoje rua Evaristo da Veiga, e na quinta do inglês John Hopman, em Mata Porcos. Daí, espalhou-se a cultura ao interior do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas. Na Bahia, o plantio começou em Vila Viçosa, com algumas mudas fornecidas pelos capuchinhos do Rio de Janeiro. Em 1781, Hopman exportou algum café; no entanto, foi somente a partir de 1817 que a exportação começou a avultar.

1817 — Proclamação da República no Crato (Ceará) por José de Alencar, seu irmão Tristão Gonçalves Pereira de Alencar (depois Alencar Araripe), frei Francisco de Santa Ana Pessoa e Inácio Tavares Gondim. Foi no dia 11 restaurada a autoridade do rei nesta vila pelo capitão-mor José Pereira Filgueiras.

1823 — Encontro da esquadra brasileira, ao mando de lorde Cochrane, com a portuguesa, dirigida pelo chefe de esquadra Pereira de Campos, nas águas da Bahia. A brasileira compunha-se de uma nau, duas fragatas, duas corvetas, um brigue e um brigue-escuna – ao todo, sete navios, com 242 bocas de fogo. A portuguesa era composta de uma nau, duas fragatas, uma charrua, sete corvetas, um brigue e uma sumaca – ao todo 13 navios, com 396 bocas de fogo. Lorde Cochrane atacou a linha portuguesa, cortando alguns de seus navios; contudo, não foi bem-secundado e fez sinal de retirada, depois de um rápido combate. Tivemos apenas 13 feridos, entre os quais o capitão de fragata Crosbie, comandante da nau *Pedro I,* e o primeiro-tenente James Shepherd, quatro anos depois morto no rio Negro da Patagônia. A perda dos contrários foi maior, pois só na charrua *Princesa Real* tiveram dois mortos e 15 feridos, sendo 40 o número de feridos na esquadra.

1826 — Prestam juramento no Senado os primeiros senadores do Império que formaram aquela Câmara. Entre eles sobressaíam o visconde de Cairu (Silva Lisboa), o marquês de Caravelas (J. J. Carneiro de Campos), de Paranaguá (Vilela Barbosa), de Baependi (M. J. Nogueira da Gama), de Queluz (Maciel da Costa), de Barbacena (Caldeira Brant), o visconde de São Leopoldo (Fernandes Pinheiro), Francisco Carneiro de Campos, o visconde de Cachoeira (Carvalho e Melo), o naturalista Ferreira da Câmara, os marqueses de Maricá, de

Santo Amaro e de Valença, e o visconde da Pedra Branca.

1844 — Tomam assento no Senado Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí) e Costa Carvalho (marquês de Monte Alegre).

1851 — Grenfell assume em Montevidéu o comando da esquadra que o Brasil reunia no rio da Prata, para a guerra contra os ditadores Rosas e Oribe.

1868 — *Combate de Andaí, no Chaco.* O coronel Barros Falcão, entrincheirado, repele um ataque de três mil paraguaios, dirigido por Manuel Montiel. A perda dos assaltantes foi de 356 mortos e alguns prisioneiros, além de seiscentos e tantos feridos, que puderam ser conduzidos para Timbó. A nossa foi apenas de 26 mortos e feridos.

5 DE MAIO

1563 — Nóbrega e Anchieta chegam à aldeia de Iperoí, em missão de paz, junto dos Tamoio confederados contra os colonos portugueses.

1595 — Segundo os cronistas, nesta data se trava o combate entre os corsários de James Lancaster e os pernambucanos, no istmo de Olinda (ver 30 de novembro de 1594 e 31 de março de 1595).

1625 — *Te-Deum* em Salvador e festejos pela sua restauração no domínio do rei de Portugal e Espanha.

1637 — É ferido o capitão João de Almeida, índio, em um encontro com os holandeses, no qual ficou vencedor. Morre dias depois.

1682 — Carta régia do regente dom Pedro (depois rei dom Pedro II) autorizando os paulistas Manuel Fernandes de Abreu, Jacinto Moreira Cabral e Martim Garcia Lombria a estabelecer fundições de ferro em Araçoiaba. Tais minas foram descobertas em 1589 pelo paulista Afonso Sardinha, o primeiro brasileiro que fundiu, posto que em pequena escala, algum ferro.

1808 — Criação da Real Academia dos Guardas-Marinhas, no Rio de Janeiro (hoje Escola Naval), pelo príncipe regente dom João, depois rei dom João VI.

1817 — O general Bernardo da Silveira repele em Toledo (Banda Oriental) a cavalaria de Frutuoso Rivera.

1823 — Toma posse da presidência da província do Rio Grande do Norte o primeiro presidente nomeado Tomás de Araújo Pereira.

1831 — Sedição militar no Recife, para depor o comandante das armas.

1836 — A expedição que subia o rio Guamá (Pará) troca tiros com os insurgentes entrincheirados no engenho Pernambucano (ver 7 de maio).

1840 — Combate de Carnaubal (Maranhão), no qual são derrotados os insurgentes pelo capitão Fernando Antônio Carneiro.

— Combate de Calengue (Maranhão). O capitão Francisco Afonso Xavier de Bastos, com 110 homens, resiste durante dois dias aos ataques de 450 insurgentes. No dia 7, chega o tenente-coronel Francisco Dias Carneiro e derrota os sitiantes.

1861 — Falece o tenente-general José Maria Pinto Peixoto, que, em 1832 e 1833, à frente da Guarda Nacional, dominara as sedições e revoltas que se haviam manifestado na cidade do Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

1880 — Morre em Lagoa Santa o sábio dinamarquês Peter Wilhelm Lund (ver 14 de junho de 1801).

6 DE MAIO

1644 — O conde João Maurício de Nassau entrega o governo do Brasil holandês ao Supremo Conselho do Recife. No dia 11, segue viagem por terra, indo embarcar na Paraíba.

1662 — É eleito provincial da província reformada de Santo Antônio o pernambucano frei Paulo de Santa Catarina, no século dom Paulo de Moura (ver 3 de fevereiro de 1693 e 19 de fevereiro de 1632).

1736 — Instalação da Academia dos Felizes no palácio do governo, no Rio de Janeiro. O capitão-general governador era então Gomes Freire de Andrada, depois conde de Bobadela.

1817 — O general Bernardo da Silveira, em marcha de Toledo para Montevidéu, repele um ataque da cavalaria de Frutuoso Rivera. Distingue-se neste choque o coronel Saldanha, depois marechal e duque em Portugal.

1818 — A esquadrilha do Uruguai força o Passo de Vera e reúne-se ao seu comandante, Sena Pereira.

1819 — Bento Gonçalves derrota e aprisiona no Cordovez o coronel oriental Fernando Otorgués, das tropas do general Artigas.

1826 — O imperador dom Pedro I abre a primeira sessão da primeira legislatura do império.

1829 — Morre no Rio de Janeiro o grande orador sagrado e poeta frei Francisco de São Carlos. Nasceu na mesma cidade a 13 de agosto de 1763.

1867 — Tomada do acampamento paraguaio da Invernada da Laguna pelo major José Tomás Gonçalves. A este encontro deram os paraguaios o nome de combate do Arroio Primeiro.

7 DE MAIO

1836 — Três escunas, ao mando do primeiro-tenente Francisco de Paula Osório, forçam a passagem do engenho Pernambucano, no Guamá (Pará). No mesmo dia, um corpo de voluntários desembarca e toma o engenho Bom Intento. Durante a noite, o primeiro-tenente

Barroso, depois barão de Amazonas, apodera-se de uma gambarra com uma peça, perto da cidade de Belém.

1840 — *Combates das matas de Curumatá e Egito* (Piauí). O coronel Feliciano de Morais Cid leva de assalto seis acampamentos entrincheirados dos *Balaios*, sob o comando de Raimundo Gomes. Ficam fora de combate, nesse dia, 500 insurgentes. Cid é ferido.

— *Combate de Calengue* (Maranhão). O tenente-coronel Francisco Dias Carneiro derrota os *Balaios*, que desde o dia 5 atacavam, sem êxito, o capitão Xavier de Barros.

1868 — No Rio de Janeiro falece Eusébio de Queirós, o estadista enérgico que conseguiu reprimir o tráfico de africanos no Brasil.

1880 — Morre na fazenda de Santa Mônica o marechal duque de Caxias, veterano da Guerra da Independência e do sítio de Montevidéu, e pacificador do Maranhão, de São Paulo, de Minas e do Rio Grande do Sul, comandante em chefe do Exército brasileiro na guerra contra os ditadores Oribe e Rosas no período mais difícil da Guerra do Paraguai. Nasceu na Estrela (Rio de Janeiro) a 25 de agosto de 1803. Foi o general brasileiro que comandou forças mais numerosas, tendo sob a sua direção o maior exército que o Brasil tem formado, a esquadra em operações, as tropas argentinas e o contingente oriental, durante o assédio das linhas de Passo Pucu e Humaitá e as campanhas do Tebicuari e do Piquiciri. O Brasil deveu-lhe muitas das suas mais brilhantes e disputadas vitórias, entre as quais avultam as do Itororó, do Avaí e de Lomas Valentinas. Foram troféus das suas campanhas no Paraguai 24 bandeiras e 353 canhões. Três vezes o Wellington brasileiro esteve à frente do governo de sua pátria, como presidente do Conselho de Ministros (ver 9 de maio de 1880).

1888 — O gabinete presidido pelo conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira propõe à Câmara dos Deputados a extinção imediata da escravidão. A requerimento do deputado Joaquim Nabuco é nomeada especial comissão, que, no mesmo dia, dá parecer favorável a proposta do governo.

8 DE MAIO

1645 — Francisco de Souto Maior, governador do Rio de Janeiro, parte para Angola, levando alguns navios e a tropa. Chega a Quicombo a 26 de junho do mesmo ano.

1705 — Nasce Antônio José da Silva, na cidade do Rio de Janeiro.

1758 — Alvará de dom José I (ministro o marquês de Pombal) tornando extensiva a todo o Brasil as leis de 1755 acerca da liberdade dos índios, expedidos para o estado do Maranhão.

1782 — Falecimento do marquês de Pombal.

1835 — O segundo-tenente Elisiário dos Santos (depois barão de Angra), que comandava uma lancha e um escaler, é atacado na ponta de Burajuba (Pará) por um lanchão e uma montaria, ao mando de Manuel Nogueira. Repele o ataque e toma aquelas embarcações, ficando levemente ferido.

1836 — Tomada do engenho Pernambuco (Guamá, Pará) pelos legalistas.

1840 — Defesa de Carnaubeiras (Maranhão) pelo capitão Inácio Portugal de Almeida, que é ferido no combate. A canhoneira *Legalidade* auxilia a defesa.

1856 — Falecimento do visconde de Jerumirim (marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvim).

1863 — Toma assento no Senado do Império o conselheiro José Maria da Silva Paranhos, escolhido pela província de Mato Grosso.

1867 — Começa a retirada da Laguna, dirigida pelo coronel Camisão.

1868 — *Segundo combate de Iuasií (Chaco)*. O tenente-coronel Genuíno de Sampaio repele nesse lugar dois ataques dos Paraguaios.

Perda dos brasileiros: 91 oficiais e soldados, mortos ou feridos, e dois marinheiros feridos. Perda dos paraguaios: 111 mortos e prisioneiros.

1875 — Morre no Rio de Janeiro o senador visconde de Sousa Franco, um dos chefes do Partido Liberal.

9 DE MAIO

1624 — A esquadra holandesa do almirante Jacob Willekens entra pela manhã no porto de Salvador. Compunha-se de 26 navios, com 509 peças, mas um deles, montando 22 peças, só entrou no dia 11. A cidade do Salvador da Bahia era então cercada de trincheiras e tinha duas portas: a de São Bento ao sul, a do Carmo ao norte. Os conventos dessas duas ordens ficavam *extramuros*. Contava 1.400 casas e 12 mil habitantes. Nas trincheiras da cidade alta estavam assestadas seis peças; na casa do governador havia quatro, de reserva, para serem empregadas onde fosse necessário. Na cidade baixa tinham sido levantados, pouco antes, dois redutos na praia, o da Ribeira e o de São Fernando, guarnecidos de 18 peças. Os fortes exteriores eram: o Forte Novo, depois chamado de São Marcelo ou do Mar, começado então, e que consistia apenas de uma cerca de faxina e de cestões com seis peças; o fortim de Santo Alberto, em Água de Meninos, tinha duas peças; o forte da Ponta de Monserrate, chamado de São Filipe de Itapagipe, seis peças; e o forte de Santo Antonio da Barra, sete peças. Total de 49 canhões. Os três últimos fortes não podiam auxiliar a defesa da cidade, porque estavam muito distantes. Naquele tempo, a boa distância de combate, para o tiro de ponto em branco, variava de 91 metros a 152 metros. O governador Diogo de Mendonça Furtado reunira dois mil e tantos homens, dos quais apenas 1.600 armados de mosquetes, incluindo 80 de tropa regular; três navios mercantes, dos 15 que estavam no porto, foram armados e guarnecidos. Os holandeses desembarcaram entre o forte de Santo Antônio e a cidade, encontrando pequena oposição até o mosteiro de São Bento. Tentaram penetrar pela porta desse lado e foram repelidos. No mar, o vice-almirante Piet Heyn apoderou-se da maior parte dos navios mercantes e atacou o Forte Novo, onde o capitão Lourenço de Brito Correia resistiu intrepidamente; no entanto, destruídas pela artilharia da esquadra as fracas defesas dessa

posição, foi ela abordada e levada de assalto pelo próprio Piet Heyn, à frente de 280 marinheiros. Durante a noite, o terror apoderou-se dos habitantes, e a fuga para o interior começou. O governador não pode conter a deserção dos homens de armas e, apesar de abandonado, resolveu conservar-se no seu posto (ver efeméride do dia 10).

1748 — Carta régia à Câmara de São Paulo, declarando extinto o predicamento de ser a capitania governada por capitães-generais, sujeitando-a aos governadores e capitães-generais do Rio de Janeiro.

1774 — Nasce em Santos, José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois visconde de São Leopoldo.

1819 — O general Chagas Santos é repelido no ataque de São Nicolau (Rio Grande do Sul). É morto o jovem tenente-coronel Arouche, natural de São Paulo, autor da *Memória histórica da campanha de 1816*.

1855 — Decreto aprovando o contrato para a construção da primeira seção da Estrada de Ferro Dom Pedro II.

1880 — Funerais de duque de Caxias no Rio de Janeiro. O ilustre guerreiro foi sepultado no cemitério de Catumbi, sem as honras militares a que tinha direito, porque as dispensara em testamento, pedindo que o seu caixão fosse conduzido por simples soldados.

1888 — A proposta do governo abolindo a escravidão é aprovada na Câmara dos Deputados por 83 votos contra 9, para entrar em última discussão.

10 DE MAIO

1595 — O corsário James Lancaster encarrega o seu imediato Edmond Burke de atacar o reduto dos pernambucanos (no istmo de Olinda). Burke marchou com 275 ingleses e franceses, indo às suas ordens os chefes das duas esquadras francesas, Venner e Jean Noyer. Foi repelido com a perda de 35 mortos e muitos feridos. Entre os primeiros estavam Burke, Noyer, os capitães Cotton, John Baker e Rochet,

francês. Na mesma noite, Lancaster fez-se de vela com 11 navios, diz Southey (segundo os nossos cronistas, foi a 5 de maio este combate).

1624 — Entram os holandeses em Salvador e aprisionam o governador Diogo de Mendonça Furtado, que apenas tinha a seu lado o ouvidor-geral e 16 oficiais e soldados, únicos que se conservaram fiéis ao dever. Foram também aprisionados vários jesuítas, que se haviam deixado ficar no seu colégio. Os fugitivos reunidos na aldeia do Espírito Santo, depois Abrantes, nomearam capitão-mor o desembargador Mesquita de Oliveira; no entanto, passados alguns dias, foi este deposto, assumindo o governo o bispo dom Marcos Teixeira, que logo organizou a resistência e começou a hostilizar os holandeses.

1719 — Morre em Estremoz, Portugal, José Borges de Barros (ver 18 de março de 1657).

1756 — Os guaranis das Missões são desalojados das trincheiras do arroio Chuiebi pelo general Gomes Freire de Andrada.

1789 — Tiradentes, comprometido na conspiração de Minas, é preso no Rio de Janeiro, em uma casa da rua dos Latoeiros, hoje Gonçalves Dias, onde se ocultara.

1808 — Nasce Manuel Luís Osório em Conceição do Arroio (Rio Grande do Sul).

1819 — Alvará conferindo o título de Vila Real da Praia Grande à povoação de São Domingos da Praia Grande. Tinha então 13 mil habitantes, incluindo os das freguesias que ficaram formando o termo da vila. Reuniu-se nela, em 1835, a primeira Assembleia Legislativa da província do Rio de Janeiro. Por lei de 6 de março desse ano, da mesma assembleia foi escolhida para capital da província, e por outra lei de 2 de abril de 1836 teve o predicamento de cidade, com o nome de Niterói.

1827 — Tomada de Cerro Largo. O tenente-coronel Bonifácio Calderón (depois brigadeiro) ataca pela madrugada o coronel Inácio Oribe e obriga este chefe a render-se. A perda dos orientais foi de 155

mortos e prisioneiros, entre estes 16 oficiais.

1842 — Começa a rebelião dos liberais de São Paulo, opondo-se em Sorocaba, com força armada, à posse das autoridades criadas pela lei de 3 de dezembro de 1841 (ver 17 de maio).

1888 — A proposta do governo que extinguia a escravidão é aprovada em última discussão na Câmara dos Deputados e remetida ao Senado.

11 DE MAIO

1638 — Nesta data chegou à cidade da Bahia a notícia da morte do capitão João de Matos Cardoso, que ilustrara o nome na defesa do Cabedelo. Contava 80 anos. Foi assassinado em sua casa, no Recôncavo, por soldados holandeses.

1644 — O conde de Nassau parte de Mauritzstad (bairro de Santo Antônio, no Recife) e dirige-se por terra à Paraíba, onde o esperava a esquadra que o deveria conduzir à Europa.

1817 — Contrarrevolução monárquica na vila do Crato (Ceará) (ver 4 de maio).

1830 — Falece no Recife o capitão de mar e guerra Francisco Rebelo da Gama, notável pelo combate heroico que sustentou em 1819 contra um corsário oriental e pela defesa da fragata *Imperatriz*, em 1826. No primeiro desses combates, recebeu três balas de pistola e três cutiladas na cabeça.

1837-1838 — Começa neste dia, em 1837, o segundo assédio de Porto Alegre pelos republicanos do Rio Grande do Sul e, em 1838, o terceiro assédio.

1846 — Toma assento no Senado o general conde de Caxias, depois marechal e duque.

1858 — Falece em sua estância de Santa Ana Velha, sendo sepultado

no cemitério de Restauración, hoje Paso de los Libres, o sábio botânico Aimé Bonpland, companheiro de Alexandre de Humboldt na viagem de exploração das América tropical.

1867 — *Combate do Passo de Bela Vista.* O coronel Camisão repele um ataque dos paraguaios, dirigidos por Martín Urbieta e Blás Montiel. O inimigo deixou no campo mais de 80 mortos. A coluna brasileira teve 19 mortos e 32 feridos.

1888 — É lido no Senado o projeto de lei declarando extinta a escravidão no Brasil, remetido pela Câmara dos Deputados. A comissão especial, nomeada pelo presidente do Senado, dá no mesmo dia parecer favorável à proposição.

12 DE MAIO

1500 — Soçobram, por efeito de tempestade, quatro navios da esquadra de Cabral, que, havendo descoberto o Brasil, navegava para o cabo da Boa Esperança. Bartolomeu Dias pereceu no naufrágio.

1648 — Salvador Correia de Sá e Benevides parte do Rio de Janeiro com a expedição destinada à reconquista de Angola. Chega a Quicombo no dia 12 de julho e desembarca em Luanda a 15 de agosto. A expedição foi organizada com seis navios fretados no nosso porto, quatro comprados a sua custa por Correia de Sá e cinco enviados da Bahia pelo conde de Vila Pouca de Aguiar. As tropas de desembarque eram formadas por 900 homens, alistados no Rio de Janeiro.

1763 — O general espanhol Ceballos faz a sua entrada na vila do Rio Grande, da qual as suas tropas estavam de posse desde o dia 24 de abril; apesar de haver recebido no dia 8 aviso oficial do armistício ajustado entre as cortes de Madri e de Lisboa, manda ocupar a margem esquerda do canal do Rio Grande.

1818 — O caudilho Encarnación, das forças de Artigas, apresenta-se diante da Colônia do Sacramento e é repelido pela cavalaria de voluntários

dessa praça, ao mando de Vasco Antunes e pelos marinheiros de Diogo Jorge de Brito.

1826 — O almirante Rodrigo Pinto Guedes, depois barão do Rio da Prata, assume, em Montevidéu, o comando da esquadra em operações contra a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, hoje Argentina. Sucedeu ao vice-almirante Rodrigo Lobo.

1835 — Por ordem do presidente do Pará, Ângelo Custódio Correia, que estava a bordo da fragata *Imperatriz*, foi atacada neste dia a cidade de Belém, dominada por Francisco Vinagre. A esquadra respondeu ao fogo começado pelos insurgentes, forçando-os a desamparar as fortificações. Desembarcaram então marinheiros, guardas nacionais e voluntários, ao mando do major Carneiro. Os marinheiros, dirigidos pelo primeiro-tenente Morais e Vale (Rafael) e pelos segundos-tenentes Elisiário dos Santos e Ferreira da Veiga, levaram de vencida os contrários, mas, não sendo apoiados pelos guardas nacionais, tiveram de retirar-se. A expedição reembarcou em desordem e, havendo recomeçado o fogo de artilharia de terra, o vice-presidente ordenou que a esquadra fosse fundear na baía de Santo Antônio. A Marinha teve 62 homens fora de combate e os guardas nacionais e voluntários 16 mortos e feridos, sem contar os afogados.

1836 — Tomada do engenho São Domingos, no Capim (Pará), pela expedição do primeiro-tenente Francisco de Paula Osório.

1837 — Falecimento de Evaristo Ferreira da Veiga, no Rio de Janeiro, onde nasceu. O ilustre deputado liberal, redator da *Aurora Fluminense*, morreu com 38 anos. "Evaristo [disse com razão Ribeyrolles] era homem de caráter. Foi o instrutor, guia e, pode dizer-se, a consciência do Partido Liberal Moderado. Em 1830, sobretudo, sua influência foi decisiva. Ele formara a terrível oposição, que libertou o país das influências estrangeiras." Dois homens, ambos do Partido Liberal Moderado, foram naquele tempo os grandes diretores da opinião pública no Brasil: Bernardo de Vasconcelos e Evaristo da Veiga.

1840 — Lei da interpretação do Ato Adicional.

1888 — Entra em discussão no Senado o projeto de lei que declarava extinta a escravidão no Brasil. Na mesma sessão é aprovado, por 46 votos contra 6, para entrar em última discussão no dia imediato.

13 DE MAIO

1727 — O sargento-mor Francisco de Melo Palheta, mandado em diligência ao Oiapoque a fim de verificar se existiam nas montanhas de Ouro marcos de limites que ali teriam sido deixados, faz prova, em presença de um tenente e de dois soldados da guarnição do forte francês do lugar, de que as pretendidas armas reais não passavam de traços informes sobre uma pedra bruta.

1767 — Nasce em Lisboa o príncipe dom João, depois regente de Portugal e rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob o nome de dom João VI.

1808 — Pelo príncipe dom João foi criada no Rio de Janeiro a Impressão Régia, que, após a Independência, foi denominada Tipografia Nacional e, recentemente, Imprensa Nacional. No mesmo ano da criação, a 10 de setembro, começou a publicar a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro periódico que teve a capital do Brasil. Já em 1747 fundara Antônio Isidoro da Fonseca, na cidade do Rio de Janeiro, sob os auspícios do capitão-general Gomes Freire de Andrada, uma tipografia, que foi suprimida por ordem do governo de Lisboa.

— Criação da fábrica de pólvora no Jardim Botânico, mais tarde transferida para a Estrela.

1811 — Fundação da biblioteca da Academia Naval do Rio de Janeiro e da Biblioteca Pública da Bahia.

1822 — Dom Pedro, príncipe regente do Reino do Brasil, aceita o título de Defensor Perpétuo do Brasil, que lhe foi oferecido pela municipalidade do Rio de Janeiro.

1836 — Pela manhã, o capitão-tenente Petra de Bittencourt ataca e toma a bateria da Pedreira, no Guamá, defendida pelo caudilho Eduardo Angelim. À tarde, o comandante da esquadra, Mariath, dirige o desembarque, em Belém do Pará, das tropas legalistas comandadas pelo tenente-coronel Sousa. Os insurgentes opõem fraca resistência, retirando-se para os arredores da cidade.

1888 — Aprovada em última discussão no Senado a proposição que declarava extinta a escravidão no Brasil. Foi no mesmo dia sancionada por sua alteza a senhora dona Isabel, princesa imperial, então regente. Na cidade do Rio de Janeiro e em todo o Brasil foi acolhido o grande ato no meio das mais vivas mostras de regozijo popular. As festas no Rio de Janeiro duraram por dias. A proposta de lei havia sido apresentada à Câmara dos Deputados pelo ministério organizado a 10 de março sob a presidência do senador por Pernambuco e conselheiro de Estado, doutor João Alfredo Correia de Oliveira.

14 DE MAIO

1630 — O almirante holandês Ita é atacado de surpresa no istmo de Olinda pelo capitão João Mendes Flores, mas escapa, fugindo com os dispersos de sua escolta e perdendo o bastão de comando. Os holandeses declararam haver tido 32 mortos na refrega (Não é verdadeira a data de 11 de maio que vem nas *Memórias diárias*).

1633 — Henrique Dias apresenta-se ao general Matias de Albuquerque, no arraial do Bom Jesus, oferecendo os seus serviços e os vários homens pretos que o acompanhavam, para a guerra contra os holandeses. É logo nomeado capitão. Uma carta régia da mesma data concedeu a Antônio Filipe Camarão o uso de Brasão de Armas e o título de capitão-mor, com o comando de todos os índios do Brasil e o soldo de sua patente.

1818 — Bento Manuel Ribeiro, com 560 homens das tropas escolhidas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, cumprindo as instruções que recebera do general Curado, atravessa o Uruguai, durante a noite, na Vuelta de São José, para ir destruir as baterias que Artigas fizera levantar na margem

direita, território de Entre Rios (ver 15 de maio).

1830 — Falece no Rio de Janeiro monsenhor Pizarro, natural da mesma cidade, autor das *Memórias históricas da capitania do Rio de Janeiro*.

1836 — Tomada da fazenda da Trafaria, no rio Capim (Pará), pela expedição do primeiro-tenente F. de Paula Osório.

1845 — Morre no Rio de Janeiro o general Manuel Jorge Rodrigues, barão de Taquari, glorioso defensor da Colônia do Sacramento em 1826. Foi sepultado no cemitério de Catumbi.

1891 — Falece em Niterói Joaquim Norberto de Sousa Silva, poeta e historiador apreciado, autor de notáveis trabalhos, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que foi presidente (ver 18 de junho de 1820).

15 DE MAIO

1568 — Capitulação assinada em Aranjuez que concedia a Diego Hernández de Serpa os poderes necessários para explorar e povoar a província de Guaiana e Cáuria, a qual formaria uma governação e seria denominada Nova Andaluzia.

1635 — *Surtida no arraial, dirigida por João Arias de Macedo*. Tomam os nossos uma trincheira dos sitiantes, degolando muitos do que a defendiam.

1645 — Os dois chefes da insurreição pernambucana contra o domínio holandês, João Fernandes Vieira e Antônio Cavalcanti, assinam na várzea do Capibaribe os primeiros diplomas, conferindo postos militares.

1653 — Falecimento de dom Teodósio, primeiro príncipe titular do Brasil.

1664 — O capitão de navio Lefebvre de la Barre, chegando a Caiena como tenente-general do rei à testa da Companhia da França

Equinocial, criada no ano anterior, desaloja os holandeses da Guiana Francesa.

1793 — Morre no Rio de Janeiro o compositor fluminense Manuel da Silva Rosa.

1817 — *Ação de Merepe e batalha do Trapiche de Ipojuca.* Domingos José Martins, um dos membros do governo provisório do Recife, é surpreendido e desbaratado pelo capitão Antônio José dos Santos, das milícias de Penedo, ao atravessar com 300 homens o rio Merepe. À tarde, trava-se combate, no engenho Trapiche de Ipojuca, entre as tropas expedicionárias da Bahia e de Alagoas, ao mando do general Cogominho de Lacerda, e as republicanas de Pernambuco, comandadas pelo capitão-mor Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. As últimas retiram-se em desordem, à noite, perdendo artilharia e bagagem, e deixando muitos prisioneiros. Foi o último combate desta guerra civil.

1818 — Bento Manuel Ribeiro, descendo rapidamente pela margem direita do Uruguai, em Entre Rios, derrota, na Calera de Barquín, o coronel Gregório Aguiar e, em Perucho Berna, o tenente-coronel Faustino Tejera. Encontra abandonada a bateria do Passo de Vera e prossegue em marcha vitoriosa na direção do arroio de La China (ver efeméride de 16 de maio).

1828 — Inauguração da Academia das Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda, muitos anos depois transferida para o Recife e reorganizada sob a denominação de Faculdade de Direito.

1836 — Tomada do engenho Taperuçu, no rio Capim (Pará), pela expedição do primeiro-tenente Francisco de Paula Osório.

1860 — Começam os trabalhos de construção da estrada de ferro de Santos a Jundiaí.

1862 — Morre no Recife o coronel reformado Bento José Lamenha Lins, que desempenhara papel importante na Guerra Civil de 1824 em Pernambuco, defendendo a causa da união brasileira, e que servira com distinção na campanha de 1827 contra os argentinos.

1871 — A Câmara dos Deputados elege especial comissão, encarregada de dar parecer acerca da proposta do governo, apresentada no dia 12, para a abolição gradual da escravidão. Vence a lista ministerial por pequena maioria.

16 DE MAIO

1818 — Bento Manuel Ribeiro (ver 15 de maio) entra na povoação do arroio de la China, hoje Concepción del Uruguay, e apodera-se dos navios inimigos e dos depósitos de armamento e de munições estabelecidos naquele ponto por Artigas e Ramírez. Sai logo depois ao encontro deste último general, que vinha em marcha com 600 homens de cavalaria, obriga-o a retroceder e persegue-o por espaço de algumas léguas. Neste dia e no anterior, com 560 homens, conseguiu Bento Manuel derrotar 1.300 entrerrianos, orgulhosos da vitória que a 25 de março haviam alcançado sobre as tropas de Buenos Aires. Ficaram prisioneiros 366 homens, entre os quais o coronel Gregório Aguiar e outros chefes e oficiais. Foram destruídas as três baterias da Calera de Barquín, de Perucho Berna e do Passo de Vera, tomados oito canhões, 500 espingardas, um estandarte, 13 embarcações, várias carretas com armamento e munições e muitos outros despojos de guerra.

— Decreto de dom João VI aprovando as condições aceitas pelo agente do cantão de Friburgo para estabelecimento de uma colônia de suíços na real fazenda do Morro Queimado. A colônia tomou o nome de Nova Friburgo.

1823 — *Capitulação de São Bernardo do Brejo* (Maranhão). O comandante-geral do distrito, capitão Severino Alves de Carvalho, que combatia pela união com Portugal, recusa-se a reconhecer a independência do Brasil, declarando não poder faltar ao juramento de fidelidade que prestara. Obtém dos sitiantes condições honrosas e retira-se com a guarnição para a capital da província. Os sitiantes eram comandados por Salvador Correia de Oliveira.

1837 — O Regente Feijó constitui ministério com Manuel Alves

Branco (segundo visconde de Caravelas), o qual, sucedendo ao gabinete Limpo de Abreu (visconde de Abaeté), governa até que, a 19 de setembro do mesmo ano, é pela primeira vez elevado o novo Partido Conservador.

1839 — Morre em Lisboa o conselheiro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, que fora ministro de dom João VI no Rio de Janeiro e que prestara ao Brasil serviços notáveis. Nasceu em Tomar a 18 de setembro de 1755. Morreu em extrema pobreza, amparado por um protegido seu, um brasileiro, José Antônio da Costa.

17 DE MAIO

1608 — A margem esquerda do Oiapoque é ocupada por uma colônia inglesa composta de 60 homens às ordens de Robert Harcourt. Foi a segunda colônia inglesa ali estabelecida e, como a primeira, de curta duração.

1803 — *Sedição em Vila Boa de Goiás* (depois cidade de Goiás). A Câmara prende o governador, dom João Manuel de Meneses, mas este reage e manda prender os camaristas. No mesmo dia ficou restabelecida, sem derramamento de sangue, a autoridade do governador, sendo executada a ordem que motivara a revolta.

1827 — *Ocupação da ponta de leste, no rio da Prata, pelo tenente-coronel Salustiano Severino dos Reis.* A força brasileira avança rapidamente até Maldonado e dispersa a inimiga, aprisionando o tenente-coronel Escobar. Duas bandeiras, abandonadas pelos fugitivos, foram remetidas para o Rio de Janeiro. Só tivemos um morto e um ferido.

— No mesmo dia, o corsário argentino *Vencedor de Ituzaingo*, fundeando diante da Ilha Grande, mandou à terra três lanchas com marinheiros armados, para saquear a fazenda de Dois Rios. O proprietário, que armara os seus escravos, repeliu o ataque e tomou uma das lanchas, fazendo 14 prisioneiros. Foi morto um escravo.

1842 — Rafael Tobias de Aguiar, coronel da Guarda Nacional, é aclamado, em Sorocaba, presidente da província de São Paulo pelos

liberais, resolvidos a resistir pelas armas à execução da Lei nº 261, de 3 de dezembro de 1841. O presidente legal, barão (depois marquês) de Monte Alegre, já havia pedido ao governo, no dia 13, a remessa de tropas para combater a rebelião (ver 19 de maio).

1846 — Falece na Bahia, aos 54 anos de idade, o brigadeiro honorário Antônio de Sousa Lima, que, em 1823, na Guerra da Independência, defendera gloriosamente a ilha de Itaparica.

1864 — O visconde de Jequitinhonha apresenta ao Senado um projeto de lei pelo qual a escravidão ficaria extinta no fim de 10 anos, sendo indenizados os senhores pelos serviços a que seriam obrigados os escravos durante aquele período. Já em 1830 apresentara Antônio Ferreira França à Câmara dos Deputados um projeto que, a ser convertido em lei, houvera posto termo à escravidão em 1881 (ver 18 de maio).

18 DE MAIO

1502 — A esquadra de Estevão da Gama descobre a ilha da Trindade.

1635 — Henrique Dias, em uma surtida do Arraial, derrota junto do outeiro do Barbosa um destacamento de 120 holandeses.

— Os sitiantes da fortaleza de Nazaré do Cabo atacam, à noite, a Trincheira d'Água e são repelidos pelos capitães Paulo Nunes, Francisco de França e Pedro Teixeira.

1638 — Assalto das trincheiras de Santo Antônio, na Bahia, pelos holandeses, sob o comando do príncipe Maurício de Nassau. A posição foi defendida pelas tropas de Pernambuco e da Bahia, dirigidas pelo general Bagnuoli. O mestre de campo Luís Barbalho, saindo do reduto que ocupava, à direita da posição assaltada, investiu pela retaguarda o inimigo e espalhou a confusão nas suas fileiras. Este combate feriu-se durante a noite, que era de luar. Nassau teve 335 homens fora de combate, sendo 104 mortos e 231 feridos. Entre os primeiros contaram-se os coronéis Eichtbrecht, Boward e Hollinger, o engenheiro Berchen

e outros cinco oficiais; entre os feridos, o então major Hinderson e mais oito oficiais. A nossa perda foi de 60 mortos e mais de cem feridos, incluindo um oficial morto e 16 feridos; quatro destes, entre os quais o valente capitão de emboscadas Sebastião do Souto, morreram dos ferimentos (ver 25 de maio).

1773 — Nascimento, no Rio de Janeiro, de Mariano José Pereira da Fonseca, depois marquês de Maricá.

1817 — Dissolução do governo provisório de Pernambuco. Martins Pessoa (Domingos Teotônio Jorge) assume a ditadura, abandona à noite os bairros do Recife e de Santo Antônio e concentra as suas tropas na Soledade.

1825 — Lorde Cochrane parte do Maranhão, na fragata *Piranga*, e, seguindo para a Inglaterra, deixa o serviço do Brasil.

1830 — O doutor Antônio Ferreira França, deputado pela Bahia, apresenta à Câmara um projeto de abolição gradual, que extinguiria a escravidão a 25 de março de 1881. Em 16 de junho de 1831, o mesmo deputado propôs a libertação dos escravos da nação e renovou, sem resultado, a sua proposta de 1830. Em 8 de junho de 1833, apresentou outro projeto, declarando que o ventre não transmitia a escravidão.

19 DE MAIO

1627 — Jaime I, rei da Inglaterra, transfere a concessão feita a Robert Harcourt e outros, para a colonização do rio Amazonas, ao duque de Buckingham, ao conde de Pembroke e a seus associados em número de 52, pertencentes em grande parte à nobreza (ver 28 de agosto de 1613, 1º de setembro de 1619 e 5 de abril de 1626).

1638 — Sucumbe, em Salvador, aos ferimentos recebidos na véspera, Sebastião do Souto, que desde 1635 servia com distinção contra os holandeses, havendo dirigido duas incursões no território ocupado pelos invasores.

1756 — Rende-se a povoação de São Miguel, em Missões, cercada pelo governador Viana, à frente de tropas de Buenos Aires e do Brasil. Entre os prisioneiros estava o padre Tadeu Henis, que foi o verdadeiro diretor militar dos guaranis revoltados e que escreveu em latim a história dessa guerra.

1801 — Combate na costa da Bahia, ao norte de Santa Cruz, entre a corveta portuguesa *Andorinha*, de 24 coronadas, do comandante Inácio da Costa Quintela, e a fragata francesa *La Chiffone*, de 44 bocas de fogo, do comandante Guyeisse. O combate durou mais de seis horas. Sendo abordada a *Andorinha*, o comandante Quintela desceu ao paiol, declarando que faria voar o seu navio, e assim alcançou a retirada dos franceses, que lhe permitiram continuar a viagem até Salvador. A *Andorinha* ficou quase completamente desmantelada neste desigual combate.

1826 — José Clemente Pereira apresenta à Câmara dos Deputados um projeto que aboliria o tráfico de africanos em 31 de dezembro de 1840.

— No mesmo ano, o imperador dom Pedro I ratificou a convenção de 23 de novembro, negociada no Rio de Janeiro com a Grã-Bretanha pelo marquês de Inhambupe, ministro dos Negócios Estrangeiros. A convenção declarava extinto o tráfico três anos depois da troca das ratificações. A formalidade da troca deu-se em Londres, a 17 de março de 1827, de sorte que, a partir de 1830, o tráfico de africanos deixou de ser entre nós operação lícita.

1831 — Fundação, no Rio de Janeiro, da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Seu primeiro presidente foi Odorico Mendes; no entanto, Evaristo da Veiga, que modestamente guardou para si o lugar de secretário, foi o verdadeiro promotor e a alma dessa associação, cuja poderosa influência se fez sentir em todas as grandes questões políticas do Brasil até 1836. Muitas sucursais suas foram formadas nas províncias, principalmente nas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas. A primeira iniciativa da Sociedade Defensora, perante os poderes públicos, foi a representação de 1º de junho de 1831, pedindo à Câmara dos Deputados a criação da Guarda Nacional.

A Sociedade começou a publicar um periódico de propaganda, *O Homem e a América*, acerca do qual escreveu Evaristo da Veiga as seguintes linhas, na sua *Aurora Fluminense*, de 28 de outubro de 1831: "*O Homem e a América* tem já sido dado à luz e respira aquele espírito de liberdade justa, legal, adversa às violências, à sedição e ao despotismo militar, que tem presidido aos trabalhos da associação."

1832 — Nascimento de Antônio Augusto de Mendonça, poeta lírico baiano.

1833 — O general Pinto Peixoto, à frente dos guardas nacionais e dos voluntários de Minas e do Rio de Janeiro, depois de curto assédio, domina a sedição militar e política de 22 de março, contra a autoridade da regência. Antes da chegada daquele general, tinha Bernardo de Vasconcelos organizado, em São João d'el-Rei, resistência à rebelião. O jovem Teófilo Ottoni, reunindo muitos voluntários do Serro, foi dos liberais que tomaram armas pela defesa da legalidade.

1840 — O major Pedro Paulo de Morais Rego repele em Ladeira (Maranhão) um ataque de insurgentes *Balaios.*

1842 — O general Caxias embarca no Rio de Janeiro para Santos, com as primeiras tropas enviadas pelo governo para combater a insurreição dos liberais de São Paulo.

1847 — Falecimento do conselheiro Joaquim Gonçalves Ledo na sua fazenda do Sumidouro, município de Macacu, onde desde alguns anos vivia afastado da política. Foi o principal diretor do Partido Liberal fluminense, em 1821 e 1822. Emulou com José Bonifácio e tornou-se, naquele tempo, uma das mais belas e simpáticas figuras da nossa política, pelo ardor patriótico com que promoveu a agitação da Independência e o estabelecimento do regime constitucional entre nós. Seus artigos no *Revérbero Constitucional* inflamaram o entusiasmo de todas as classes sociais no Rio de Janeiro e tiveram imenso eco em todo o Brasil. Foi Ledo quem inspirou todas as grandes manifestações populares daqueles dois anos na nossa capital, quem resolveu o governo a convocar uma Constituinte e quem redigiu alguns dos principais documentos políticos,

como o manifesto de 1º de agosto de 1822, dirigido por dom Pedro *aos povos do Brasil*. O processo, mandado instaurar contra ele e seus amigos por José Bonifácio, levou-o a emigrar para Buenos Aires e, por isso, não tomou parte nos trabalhos da Constituinte. De 1826 a 1831 foi deputado da oposição liberal e um dos melhores oradores da Câmara. Joaquim Gonçalves Ledo nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 11 de agosto de 1781.

1855 — Circular do Ministério da Justiça proibindo a admissão de noviços nas ordens religiosas. Desde aí os brasileiros que quiseram seguir a vida monástica foram obrigados a professar no estrangeiro. Ainda há poucos anos morreu em convento dos arredores de Londres um brasileiro, que lá foi fazer os votos da vida de sua eleição, encontrando em terra de protestantes a liberdade, que lhe era recusada na pátria.

1881 — É inaugurada a linha telegráfica entre o Recife e lagoa do Carro (Pernambuco).

20 DE MAIO

1506 — Cristóvão Colombo morre em Valadolid.

1530 — Capitulação assinada em Madri concedendo a Diego de Ordaz os poderes necessários para conquistar e povoar as terras que se acham desde o rio Marañon (Amazonas) até o cabo da Vela, da governação dos alemães, que eram umas duzentas léguas (cerca de 1.320 km).

1654 — O comandante Joris Garstman faz entrega do forte do Ceará ao capitão Álvaro de Azevedo, em cumprimento da capitulação assinada no Recife pelo general holandês.

1817 — Rodrigo Lobo, comandante da esquadra que bloqueava Pernambuco, desembarca no Recife, já ocupado desde a manhã pelos seus marinheiros.

1821 — Eleição primária em São Paulo para a escolha dos deputados às Cortes Constituintes de Lisboa. O processo eleitoral foi então de três graus, em todo o Brasil.

1840 — O major Pedro Paulo de Morais Rego ataca e toma a trincheira que os *Balaios* ocupavam em Ladeira (Maranhão). O major Luís José Ferreira apodera-se das trincheiras de Tabatinga, na estrada de Preguiças (Maranhão).

1856 — Manuel de Araújo Porto Alegre apresenta ao imperador dom Pedro II os quatro primeiros exemplares da "A Confederação dos Tamoios", poema do doutor Domingos José Gonçalves de Magalhães, impressos com primor na oficina de Paula Brito, a expensas da Mordomia Imperial.

1865 — Barroso assume em Góia, no rio Paraná, o comando das duas divisões navais brasileiras, que iam bloquear as posições ocupadas pelos Paraguaios.

1866 — Tomada da trincheira de Passo Cidra, no Estero Bellaco, pelo 2º batalhão de infantaria, do comandante Vanderlei Lins, que fazia a vanguarda do general Flores. A posição era defendida pelo tenente-coronel paraguaio Avelino Cabral.

1880 — Morre, no Rio de Janeiro dona Ana Justina Ferreira Néri, que mereceu, durante a Guerra do Paraguai, o nome de mãe dos brasileiros. Esta senhora nasceu na Cachoeira (Bahia), em 1815, e era viúva do capitão de fragata Isidoro Néri. Partiu da Bahia em 1865, acompanhando o 10º batalhão de voluntários (depois 41º), comandado pelo seu irmão Maurício Ferreira, e com o mesmo corpo regressou à pátria, em maio de 1870. Três filhos seus serviram no Paraguai: um como oficial, os outros como médicos do Exército e da Armada, morrendo este último antes de terminada a guerra. Dona Ana Néri empregou-se no tratamento dos feridos e doentes brasileiros, tanto nos hospitais de Corrientes, Humaitá e Assunção quanto na sua residência, que transformou em enfermaria e asilo de infelizes e órfãos. O governo imperial concedeu-lhe pensão e a medalha criada para recompensar serviços extraordinários prestados à humanidade.

21 DE MAIO

1648 — Henrique Dias repele, na Estância (arredores do Recife), um ataque do coronel holandês Brinck.

1817 — Os capitães Martins Pessoa (Domingos Teotônio Jorge), Barros Lima e Pedroso, chefes da insurreição pernambucana, fogem do engenho Paulista, durante a noite, abandonando os seus soldados e partidários ali acampados. Com este acontecimento, vendo de todo perdida a causa pela qual se sacrificara, o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro suicida-se junto à capela do engenho. O francês Tollenare, que vivia em Pernambuco por esse tempo, e o inglês Koster, que em 1813 conheceu o padre Ribeiro Pessoa, falam dele com grande simpatia. "Na verdade [diz Koster], nunca encontrei homem de maneiras mais agradáveis. É geralmente querido de quantos o conhecem e, sobretudo, as classes baixas do povo têm por ele verdadeira adoração. Nossas relações foram longas e contínuas... e nunca lhe ouvi palavra áspera em referência a ninguém: suas maneiras e o tom da sua voz mostravam sempre que a bondade é nele a grande qualidade predominante."

1822 — Exéquias na igreja de São Francisco de Paula, do Rio de Janeiro, pelo repouso dos brasileiros mortos em Salvador a 19 e 20 de fevereiro. Pregou frei Francisco de Sampaio. O príncipe regente dom Pedro e a princesa dona Leopoldina assistiram à cerimônia.

1823 — Deposição do general Pedro Labatut, comandante em chefe do Exército brasileiro que sitiava Salvador (Guerra da Independência). Foi deposto e preso, no acampamento de Pirajá, pelos oficiais da brigada da esquerda, em consequência da prisão do comandante da mesma brigada, coronel Gomes Caldeira, remetido debaixo de guarda para Itaparica no dia 19. Labatut havia prendido esse coronel por ter verificado que ele conspirava contra sua autoridade de general em chefe. Assumiram conjuntamente o comando do Exército os chefes das brigadas do centro e da direita, coronel Lima e Silva (José Joaquim) e tenente-coronel Barros Falcão. A notícia desta revolta militar diante do inimigo produziu impressão penosíssima na província da Bahia. O governo interino da Cachoeira nomeou comandante

em chefe o coronel Lima e Silva, até a decisão do imperador, e em proclamação pediu às tropas que obedecessem ao novo chefe e que se conservassem fiéis ao dever militar. "Vós, defensores da Independência e do Império [dizia a proclamação] destituístes o brigadeiro Pedro Labatut, rompendo assim o vínculo da obediência que lhes devíeis: o eco deste rompimento, em desar da nossa união, nas linhas inimigas; a consequente acefalia do exército em campanha e auso que tal acontecimento podia dar a novos, mas baldados planos dos cruéis lusitanos; tudo isto constituía difícil e perigosa a nossa posição naquele momento. Convinha remover e prevenir com pronto remédio suas terríveis consequências. Fundado na vontade presumida do nosso grande imperador, o Conselho Interino do Governo acaba de aplicar esse remédio. O vosso ilustre camarada coronel José Joaquim de Lima e Silva está nomeado comandante em chefe do Exército... Seria ofensivo da vossa honra e disciplina e da vossa lealdade e patriotismo, se ora vos não mostrássemos, com a veemência e com a força de incontestáveis e sólidos argumentos, a obrigação, em que vos achais, de confiar, obedecer e acatar o vosso novo comandante em chefe, e de continuardes a ser fiéis e leais e sinceros amigos da causa do Brasil e do nosso magnânimo e augusto imperador. A subordinação é a verdadeira essência e a mais terrível força dos exércitos [...]" (ver 25 de outubro de 1824).

1862 — O gabinete conservador, presidido pelo marquês (depois duque) de Caxias, sofre um revés na Câmara dos Deputados e demite-se. O deputado Zacarias de Góis e Vasconcelos, chefe da oposição, formada de liberais e conservadores dissidentes, é encarregado pelo imperador de organizar um novo gabinete (ver 24 de maio).

1869 — O coronel Silva Tavares (depois brigadeiro honorário e barão de Itaqui) derrota, em São Pedro, uma força paraguaia.

1872 — Na discussão da resposta à fala do trono, fica em minoria na Câmara dos Deputados o gabinete presidido pelo visconde do Rio Branco, sendo aprovada por 51 votos contra 50 uma emenda da oposição. Por decreto do dia seguinte, foi dissolvida a Câmara e convocada para dezembro a Assembleia Geral.

22 DE MAIO

1604 — O inglês Charles Leigh toma posse da margem esquerda do Oiapoque, em nome do rei da Inglaterra, e estabelece na embocadura do rio, no monte Lucas, chamado pelos indígenas *Caribote*, uma colônia inglesa de 76 homens, que durou até 31 de maio de 1606 (ver esta data e 15 de janeiro de 1605).

1737 — *Combate naval de Martín García*. A flotilha de Buenos Aires, de que era chefe dom Juan Bonete, após combate começado na véspera, é destruída pela nossa flotilha da Colônia do Sacramento, comandada por Álvaro de Brito do Rego.

1812 — Nasce em Itapicuru Mirim (Maranhão) João Francisco Lisboa, jornalista e historiador de alto merecimento. Publicou o *Jornal de Timon* e grande número de outros trabalhos. Suas O*bras completas*, publicação póstuma, em quatro volumes, incluem a *Vida do padre Antonio Vieira*. Foi operoso pesquisador dos arquivos portugueses (ver 2 de abril de 1863).

1823 — *Combate naval da Olaria* (Guerra da Independência). Ocorreu entre três canhoneiras da flotilha de Itaparica, ao mando do primeiro-tenente João Francisco de Oliveira Botas, e sete canhoneiras portuguesas. A ação durou das 14h às 17h, retirando-se os nossos adversários de então com a perda de uma canhoneira de cinco peças, tomada pela *25 de Junho* (cinco canhões), na qual tinha a sua insígnia o comandante Botas. Os outros navios brasileiros, que neste combate tomaram parte, foram: *Vila de São Francisco* (um rodízio), do comandante Fortunato Álvares de Sousa, e a *D. Januária* (cinco canhões), do comandante Filipe Álvares dos Santos. O almirante lorde Cochrane promoveu a capitão-tenente o comandante Botas e destinou mil pesos fortes para serem distribuídos às guarnições dos três navios.

1840 — *Combate de Ribeira* (Maranhão). O major Joaquim Pereira Chaves Gralhada, que comandava 360 homens, derrota uma divisão de mil insurgentes.

1847 — Manuel Alves Branco, depois visconde de Caravelas, organiza o gabinete liberal, que sucedeu ao de 2 de maio de 1846 (Holanda Cavalcanti), também liberal. Governou até 8 de março de 1848, passando o poder a outro ministério do mesmo partido.

1854 — Eusébio de Queirós toma assento no Senado.

23 DE MAIO

1535 — Vasco Fernandes Coutinho toma posse da capitania que lhe fora doada, desembarcando com pequena expedição de imigrantes no lado meridional da baía de Santa Luzia, descoberta em 1501 por André Gonçalves e Américo Vespúcio, e aí levanta um forte e as primeiras habitações da vila, que denominou do Espírito Santo. A capitania ficou tendo este nome.

1625 — Pedro Teixeira, tendo às suas ordens os capitães Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque, ataca e toma o forte holandês de Maniutuba, na foz do Xingu. O comandante inimigo Oudaen (não Housdan, como escreveram Berredo e Varnhagem) consegue fugir, com parte da guarnição, em uma lancha, para a ilha de Tucujus (ver 24 de maio).

1644 — O príncipe João Maurício, conde de Nassau, que na véspera embarcara na Paraíba, segue nesse dia viagem para a Europa, deixando para sempre o Brasil holandês, onde governara com brilho durante sete anos e quatro meses (ver 23 de janeiro de 1637).

1645 — Compromisso assinado na Várzea (Pernambuco) por João Fernandes Vieira, Antônio Cavalcanti e outros 16 conjurados, contra o domínio holandês. Nesse documento, protestavam concorrer com suas fazendas e pessoas "em serviço da liberdade", e, diziam eles, "em restauração da nossa pátria".

1792 — Partem do Rio de Janeiro dois navios, conduzindo 11 dos degredados da conjuração da inconfidência em Minas Gerais. No navio *Nossa Senhora da Conceição Princesa do Brasil* partiu para

Moçambique o poeta Gonzaga. O outro navio levou para Angola o poeta Alvarenga Peixoto e o doutor Álvares Maciel.

1822 — José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, entrega ao príncipe regente dom Pedro uma representação, pedindo em nome da municipalidade e do povo a convocação de uma Assembleia Constituinte. Clemente Pereira era amigo e partidário de Gonçalves Ledo, principal promotor desse requerimento (ver 8 de junho).

— Motim na cidade de São Paulo motivado pela portaria de 10 de maio, de José Bonifácio, chamando ao Rio de Janeiro o presidente da junta governativa, Oeynhausen, e o ouvidor Costa Carvalho. O povo exigiu que esses dois funcionários continuassem no exercício dos cargos e reclamou a retirada de Martim Francisco e do brigadeiro Jordão, membros da junta. Foram cumpridas estas decisões da Assembleia Popular. Martim Francisco partiu para o Rio de Janeiro. O coronel de milícias Francisco Inácio de Sousa Queirós foi o chefe desse pronunciamento, sobre o qual José Bonifácio mandou abrir devassa, sendo deportados para vários pontos da província e para o Rio de Janeiro os principais adversários do partido andradista.

1826 — Ação pouco importante e sem resultado entre a 2ª divisão da esquadra brasileira do rio da Prata, do comandante Norton, e a esquadrilha argentina do almirante Brown. Só às 17h, quando entrava o sol, pode Norton abrir fogo na distância de tiro de canhão, perseguindo o inimigo quase até encalhar. Brown, que estava nas balizas exteriores de Buenos Aires, manobrou para atrair aos bancos a nossa esquadra, e Norton desistiu do ataque. Tivemos dois mortos e dois feridos; os argentinos,seis mortos e 22 feridos, segundo uma carta de Buenos Aires.

1833 — Começou nesta data o ministério organizado por Aureliano de Sousa Coutinho (depois visconde de Sepetiba). Sucedeu ao de Vergueiro e governou até 14 de janeiro de 1835. Durante esta administração foi discutido e votado o Ato Adicional à Constituição Política do Império.

1840 — Lopes Gama, depois visconde de Maranguape, organiza novo gabinete, composto, como o precedente, de conservadores. Foi o

último ministério da regência de Araújo Lima (marquês de Olinda) e durou até a revolução parlamentar da maioridade (ver 22 e 23 de julho). Desde 12 de maio tinha a oposição liberal começado a agitar a questão da maioridade do jovem imperador, para derrubar o regente.

1842 — Chega à cidade de São Paulo o general Caxias e ocupa-se desde logo em organizar a defesa e em preparar as forças que deveriam marchar para o interior.

1858 — Morre na Penha, arredores da cidade de São Paulo, o ilustre orador parlamentar doutor Gabriel José Rodrigues dos Santos. Nasceu nessa mesma cidade a 1º de abril de 1816.

1879 — O Observatório Astronômico do Rio de Janeiro descobre, à noite, o cometa *Tempel II*, cuja aparição era esperada.

24 DE MAIO

1532 — Pero Lopes de Sousa, vindo de São Vicente, chega ao porto do Rio de Janeiro, onde estaciona até 4 de julho. Então parte para a Europa e, no caminho, toma dois navios franceses e um forte também francês em Pernambuco (ver 4 de julho e 4 de agosto).

1625 — Após a vitória do dia anterior, Pedro Teixeira desembarca na ilha de Tucujus (Amazonas), onde os ingleses, comandados por Philipp Pursell, tinham três fortins. Os dois primeiros foram tomados quase sem resistência, fugindo os defensores. Adiantando-se, então, teve o capitão Favela de sustentar viva peleja com ingleses e holandeses, que lhe vinham de encontro. Os dois chefes inimigos, Pursell e Oudaen, ficaram no campo entre os mortos. O outro fortim rendeu-se a Pedro Teixeira.

1630 — Antônio Ribeiro de Lacerda, cumprindo as instruções do general Matias de Albuquerque, assalta e toma pela madrugada o forte Ernestus, que os holandeses levantaram na ilha de Santo Antônio (Recife). As duas divisões, que formavam a coluna de ataque, eram comandadas por Luís Barbalho e Antônio Ribeiro da Franca. Quase todos

os oficiais que guardavam a posição foram mortos ou feridos, entre estes o tenente-coronel van der Elst e o engenheiro Commersteyn. As peças foram descavalgadas e atiradas do alto das trincheiras, retirando-se em seguida os nossos. Ribeiro de Lacerda, ferido no ataque, morreu dois dias depois. Este feito de armas levou o chefe inimigo Waerdenburch a declarar em ofício que combatia contra um *povo valoroso e ágil*.

1635 — Surtida do capitão Diogo Rodrigues da guarnição da fortaleza de Nazaré. Derrota um destacamento holandês na povoação de Jangadas e volta com alguma presa.

1824 — *Combate de Itabaiana* (Paraíba). O coronel Estevão José Carneiro da Cunha (depois general e senador) apodera-se de Itabaiana e obriga à retirada as forças insurgentes de Pernambuco e da Paraíba, que eram comandadas pelo tenente-coronel Albuquerque Melo Montenegro.

1827 — O coronel Bento Gonçalves, com 220 milicianos, derrota no Passo de São Diogo um troço de cavalaria argentina, retomando-lhe a cavalhada que levava para a Banda Oriental.

1828 — Tomada do corsário argentino *Feliz*, brigue-escuna de 11 peças, na costa do Salado. Esse corsário bateu-se em retirada, perseguido pelo brigue *Niger*, do comandante Thomas Craig, e encontrou-se com o *Caboclo*, do comandante James Inglis, que o tomou por abordagem. Foi incorporado a nossa esquadra, conservando o mesmo nome.

1840 — Tomada da vila de Pastos Bons pelo tenente-coronel Diogo Lopes de Araújo Sales, comandante de uma divisão de tropas do governo.

1844 — Dissolução da Câmara dos Deputados, cuja maioria era conservadora. Governava desde 2 de fevereiro o gabinete liberal organizado por Almeida Torres, depois visconde de Macaé.

1862 — Tendo o imperador aceitado a demissão do gabinete Caxias, em consequência da votação do dia 21, ficou organizado o novo ministério, composto de liberais e de conservadores dissidentes, sob a presidência de Zacarias de Góis e Vasconcelos (ver 28 de maio).

1866 — *Primeira batalha de Tuiuti* (a segunda foi ferida a 3 de novembro de 1867). O exército aliado apresentou nessa batalha 32 mil homens, sendo 21 mil brasileiros, sob o comando do general Osório, então barão de Herval, 10 mil argentinos e 1.200 orientais. O general Mitre comandava os argentinos e era ao mesmo tempo o general em chefe dos exércitos aliados; o general Venâncio Flores dirigia os orientais e tinha às suas ordens algumas forças destacadas do Exército brasileiro e do argentino. O centro e a esquerda da linha dos aliados eram ocupados pelos brasileiros, e no centro estavam também as tropas orientais. Os argentinos formavam a ala direita do exército aliado. Contra os brasileiros e orientais, o ditador López lançou 18 mil homens, em três divisões, comandadas pelo general Barrios, coronel Díaz e tenente-coronel Marcó; contra os argentinos, a divisão do general Resquín, composta de 6.300 homens. As divisões brasileiras de infantaria eram comandadas pelos generais Argolo, Sampaio, Guilherme de Sousa e Vitorino Monteiro. A artilharia, pelo general Andréia. As duas divisões de cavalaria, pelo general Mena Barreto (José Luís) e pelo coronel Tristão Pinto; a brigada ligeira de voluntários de cavalaria, pelo general Neto. Era chefe do Estado-maior, no exército de Osório, o general Jacinto Pinto de Araújo Correia. A derrota do ditador López foi completa. Ficaram no campo seis mil paraguaios mortos e 370 prisioneiros, e entraram para os seus hospitais sete mil feridos. Foram tomados pelos brasileiros quatro canhões, duas bandeiras e um estandarte; pelos orientais, uma bandeira; pelos argentinos, três estandartes. Os orientais perderam a bandeira de um dos seus batalhões; e os argentinos, dois estandartes de cavalaria. A perda do pessoal no exército aliado foi de 3.913 mortos e feridos, sendo brasileiros 3.011, argentinos 606 e orientais 296. O principal esforço inimigo foi dirigido contra a divisão do general Antônio de Sampaio, que por isso sofreu grandes perdas. Sampaio foi ferido mortalmente e faleceu em viagem para Buenos Aires. Foram feridos levemente os generais Osório e Guilherme de Sousa; mortos, os comandantes Rocha Galvão, do 3º de voluntários (Bahia), e Inocêncio Cavalcanti de Albuquerque, do 55º (Pernambuco), além de 60 outros oficiais; feridos, 169 oficiais brasileiros, entre os quais Guimarães Peixoto (do 1º de infantaria), doutor Pinheiro Guimarães (do 4º de voluntários do Rio de Janeiro), Mallet (do 1º regimento de artilharia) e mais 11 comandantes.

1883 — Começa a governar o gabinete liberal, presidido pelo senador Lafaiete Rodrigues Pereira. Sucedeu ao ministério Paranaguá,

também liberal, e passou o poder ao gabinete Dantas (6 de junho de 1884), do mesmo partido.

25 DE MAIO

1638 — À noite embarca furtivamente com as tropas o príncipe João Maurício de Nassau, que desde 20 de abril assediava Salvador. As grandes perdas, sofridas nos assaltos de 21 de abril a 18 de maio e nos combates diários com a artilharia dos sitiados, obrigaram-no a essa retirada, na qual abandonou quatro peças de calibre 24 dos seus aproches, muitas armas e instrumentos de sapa, e toda a artilharia dos pequenos fortes de São Bartolomeu e de Água de Meninos, que havia ocupado. Filipe IV festejou muito essa vitória e recompensou os seus principais heróis. Ao governador-geral, Pedro da Silva, deu o título de conde de São Lourenço; ao general conde de Bagnuoli, a dignidade de príncipe e o feudo de Monteverde em terra do Otranto; a dom Antônio Filipe Camarão e a Luís Barbalho concedeu comendas rendosas na Ordem de Cristo. Os restos do general Bagnuoli, que tanto se ilustrou naquele tempo, descansam em sepultura ignorada, no convento do Carmo, de Salvador.

1645 — Henrique Dias atravessa o rio Real e invade o território ocupado pelos holandeses, para apoiar a insurreição projetada em Pernambuco. Camarão marchou pelo mesmo tempo, pois a 1º de junho transpunha o São Francisco, segundo aviso do comandante holandês de Penedo.

1826 — Combate sem resultado, nas balizas exteriores de Buenos Aires, entre a divisão brasileira do chefe Norton e a esquadra argentina do almirante Brown. Esta ação começou ao pôr do sol, como a do dia 23. Apenas cinco navios brasileiros tomaram parte no combate, e, entrada a noite, Norton fez-se ao largo, para evitar a proximidade dos bancos. Não tivemos nenhuma perda. Os argentinos tiveram dois mortos e três feridos.

1827 — *Ação de Pedras Altas* (Rio Grande do Sul). O guerrilheiro José Teodoro, dirigindo a vanguarda do tenente-coronel Calderón (depois general), derrota na coxilha de Pedras Altas um destacamento da coluna do

general argentino Lavalle. Este, por estarem muito cansados os cavalos, segue em retirada, perseguido por Calderón até o Passo dos Carros, no Candiota. As escaramuças dessa perseguição cessaram à noite. Lavalle, que foi ferido, comandava 891 homens de cavalaria regular; Calderón, 400 milicianos. O general Alvear deu a esta pequena ação o nome de Combate del Yerbal e transformou-a em vitória dos seus comandados.

1865 — *Combate de Corrientes*. A cidade deste nome estava ocupada por 1.500 paraguaios, sob o comando do major Martinez. A esquadra brasileira, comandada por Barroso, abriu fogo sobre o inimigo e protegeu o desembarque das tropas argentinas do general Paunero. Com elas, desembarcaram também 346 brasileiros, sendo 307 homens do 9º de infantaria, sob o comando do capitão Pedro Afonso Ferreira, morto dias depois em Riachuelo, e 39, com duas peças, do 1º batalhão de artilharia, sob o comando do primeiro-tenente Tibúrcio de Sousa. Essas forças tomaram a cidade, depois de tenaz resistência dos paraguaios. A perda do inimigo foi de 203 homens, três peças e uma bandeira; a dos aliados, de 160 mortos e feridos. No dia seguinte, o general Paunero evacuou a cidade, porque o Exército paraguaio do sul estava em marcha para atacá-lo.

1869 — O coronel Manuel Cipriano de Morais, da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, surpreende o acampamento paraguaio de Cerro León, pondo em fuga as tropas que ali se achavam. Ficaram mortos ou prisioneiros cerca de 60 paraguaios. Entre os últimos estava Cirilo Rivarola, que depois foi o membro mais influente do governo provisório de Assunção.

1871 — O imperador dom Pedro II e a imperatriz dona Teresa Cristina partem para a Europa, ausentando-se do Brasil pela primeira vez. Começa neste dia e termia a 30 de março de 1872 a primeira regência da princesa imperial dona Isabel, sendo então presidente do Conselho de Ministros o visconde do Rio Branco.

26 DE MAIO

1625 — A esquadra do almirante Boudewyn Hendrikszoon, que vinha em socorro dos holandeses, já então rendidos na Bahia, aparece diante do

porto, mas não transpõe a entrada, como supôs Varnhagem. Navegando em linha com proa ao nordeste e vento do sudeste, chegou quase à altura do cabo de Santo Antônio e, por ter divisado nos fortes a bandeira portuguesa, virou em roda pela contramarcha. As esquadras de Espanha, Portugal e Nápoles, que estavam à vela dentro do porto, começaram a caça e trocaram algumas descargas com a inimiga; no entanto, sobrevindo a noite e tendo encalhado alguns navios nos baixos de Itaparica, dom Fadrique de Toledo ordenou a retirada para o porto. Os holandeses seguiram para o morro de São Paulo e foram depois para a Paraíba (ver 20 de junho). Cumpre advertir que a data de 26 de maio é de Laet e de Guerreiro. A de 23, em Tamayo, deve ser atribuída a erro de imprensa.

1640 — É estabelecida a segunda Companhia do cabo do Norte por parte dos franceses, tendo à sua frente Jacob Bontemps, e munida do privilégio de estender-se sobre todas as terras situadas nas Índias Ocidentais, entre o Amazonas e o Orenoco, compreendidos esses rios. Trezentos franceses chegaram a Caiena, a 25 de novembro de 1643, e passado um ano poucos sobreviviam (ver 27 de junho de 1633 e 25 de novembro de 1643).

1818 — Decreto de dom João VI que cria, no Rio de Janeiro, o Museu, que depois teve o nome de Nacional: "[...] Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, hei por bem que nesta corte se estabeleça um Museu Real [...]" Este decreto foi referendado pelo ministro Vila-Nova Portugal. Frei José da Costa Azevedo foi o primeiro diretor do museu.

— Combate do arroio de San Juan (Banda Oriental), em que o general Sebastião Pinto de Araújo Correia derrota o coronel Encarnación, partidário de Artigas. O chefe inimigo foi morto. A nossa vitória foi devida, principalmente, ao arrojo do capitão Pinto Bandeira, comandante de um esquadrão de voluntários do Rio Grande (ver 1º de julho de 1818, data em que este oficial foi morto).

— Manuel Marques de Sousa, então coronel, surpreende e dispersa em Canelones a divisão do coronel Manuel Artigas.

1824 — Reconhecimento da Independência do Império do Brasil

pelos Estados Unidos da América, sendo recebido neste dia, pelo presidente James Monroe, o nosso encarregado de negócios, José Silvestre Rebelo.

1840 — *Combate do Matão Grande ou de Bela Água* (Maranhão). O capitão Joaquim Pereira Chaves Gralhada resiste, das19h até às 3h, aos ataques dos insurgentes e consegue pô-los em fuga. O comandante legalista foi ferido nesta ação.

1843 — Batalha de Ponche Verde, em que o general Bento Manuel Ribeiro repele o Exército republicano do Rio Grande do Sul, dirigido pelo presidente Bento Gonçalves e pelo general David Canabarro.

1848 — O gabinete liberal do visconde de Macaé sofre um revés na Câmara dos Deputados, por ocasião do voto de graças. Votaram com o governo 44 deputados, e contra 50. O senador Paula Sousa, também liberal, foi encarregado pelo imperador de formar outro ministério (ver 31 de maio).

1865 — Falecimento de Cândido Batista de Oliveira (ver 15 de fevereiro de 1801).

1867 — A coluna do coronel Camisão, em retirada do Apa, teve neste dia de abandonar à sua sorte os doentes de cólera-morbo, que já não podia transportar.

1869 — Pequeno choque em Paraguari entre a cavalaria do coronel Vasco Alves Pereira e os paraguaios. Reconhecimento de Ascurra pelo marechal conde d'Eu.

27 DE MAIO

1635 — Surtida, em Nazaré do Cabo (Pernambuco), dos capitães de emboscada João Lopes Barbalho e Antônio Bezerra. Foram degolados 20 inimigos e trazidos aos sitiados alguns cavalos e víveres.

1812 — Armistício ilimitado, assinado em Buenos Aires, entre João Rademaker, representante do príncipe regente de Portugal, e o governo provisório das Províncias Unidas do Rio da Prata. Este armistício pôs termo à intervenção armada do Brasil em favor do general espanhol que comandava em Montevidéu.

1823 — O coronel José Joaquim de Lima e Silva, depois general e visconde de Magé, assume, por nomeação do governo interino da Cachoeira, o comando em chefe do Exército brasileiro que sitiava a cidade da Bahia, então ocupada pelas tropas portuguesas do general Madeira. O exército sitiador compunha-se então de 9.515 homens, sendo 7.973 de infantaria, 1.289 de artilharia e 253 de cavalaria. Eram da Bahia 7.072 homens, do Rio de Janeiro 1.344, de Pernambuco e da Paraíba 979 e de Alagoas 120. Além dessas forças, tínhamos na ilha de Itaparica 2.547 homens de infantaria e artilharia, sob o comando do tenente-coronel Antônio de Sousa Lima, depois brigadeiro honorário, e 710 marinheiros formavam a guarnição da flotilha de Itaparica, comandada pelo capitão-tenente João Francisco de Oliveira Botas. Subiam, pois, a 12.772 homens as forças brasileiras diante da Bahia, sem contar a esquadra comandada por lorde Cochrane. O general tinha na cidade 10.500 homens, apoiados por uma esquadra numerosa, mas já então a escassez de víveres ia tornando insustentável a sua posição.

1827 — Surtida na Colônia do Sacramento. O coronel Vasco Antunes Maciel dispersa os sitiantes, queima-lhes o acampamento e regressa com alguns prisioneiros e com a presa que pode transportar.

1879 — Falece na Bahia o chefe de esquadra João Gomes de Aguiar, um dos bravos da Guerra do Paraguai.

— O governo imperial declara, em circular, aos presidentes das províncias manter-se na mais restrita neutralidade em relação à guerra entre as Repúblicas do Chile e do Peru.

28 DE MAIO

1503 — A esquadra de Afonso de Albuquerque, em viagem para a Índia, toca em um porto brasileiro. Com ele ia Duarte Pacheco. Em 1506, Albuquerque fez de novo escala no Brasil, dessa vez no cabo de Santo Agostinho.

1537 — Bula do papa Paulo III em favor da liberdade dos índios da América. O breve de 22 de abril de 1639, de Urbano VIII, mandou publicar no Brasil a bula de Paulo III, o que produziu graves distúrbios e sublevação no Rio de Janeiro, em Santos e em São Paulo (ver 22 de junho de 1640).

1633 — A esquadra holandesa deixa o porto de Salvador, conduzindo para o Recife o príncipe João Maurício de Nassau e as tropas que tomaram parte no malogrado ataque daquela cidade (ver 25 de maio).

1664 — Luís XIV, rei de França, por edito desta data, cria a Companhia das Índias Ocidentais, em cujo domínio incluíra toda a Guiana, "desde o rio das Amazonas até o do Orinoco".

1827 — Morre no Rio Pardo o general Patrício José Correia da Câmara, visconde de Pelotas.

1842 — Tiroteio entre as forças do general Caxias e as dos insurgentes de São Paulo, junto ao ribeirão Jaguaraé. As últimas retiram-se na direção de Sorocaba.

1858 — Falecimento, no Rio de Janeiro, do tenente-general Antônio Correia Seara. Distinguiu-se na Guerra da Independência, nas campanhas de 1824 em Alagoas e em Pernambuco, na de 1833 na Bahia, de 1839 a 1852 no Rio Grande do Sul e foi o pacificador de Alagoas em 1844. Nasceu em Pernambuco a 2 de janeiro de 1802.

1862 — O ministério organizado no dia 24 pelo conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos acha-se em minoria na Câmara dos Deputados e apresenta a sua demissão ao imperador. O marquês de Olinda aceita a

missão de formar novo gabinete (ver 30 de maio).

1866 — Pequeno combate junto da Laguna-Tranquera, em Tuiuti, no qual o general Vitorino Monteiro repele os paraguaios.

1880 — O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nomeia uma comissão para fazer erigir na corte uma estátua equestre ao duque de Caxias.

1889 — Morre na cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu, a 26 de junho de 1825, o senador Francisco Otaviano de Almeida Rosa, chefe do Partido Liberal fluminense. O jornalista e poeta estimado foi diretor político do *Correio Mercantil* de 1853 a 1865 e tornou, então, o escritório dessa folha o principal centro literário e artístico do Rio de Janeiro.

29 DE MAIO

1638 — *Te-Deum* na Bahia, em reconhecimento da vitória alcançada sobre o príncipe João Maurício de Nassau (ver 25 de maio).

1827 — Combate entre o brigue-transporte *Ururáo*, comandado pelo primeiro piloto José de Sousa Pico, e o corsário argentino *Vencedor de Ituzaingo*, perto da barra da Vitória. O corsário foi repelido.

1828 — Tomada do brigue-escuna argentino *Ocho de Febrero*, do comandante Espora. Foi atacado de perto pela escuna *Bela Maria,* do comandante marquês Lisboa (marquês de Tamandaré), e pela canhoneira *26 de fevereiro*, do comandante Usher, apoiadas a distância pela canhoneira *Grenfell*, do comandante Isidoro Néri, e pelo brigue *Constança*, do comandante Parker.

1840 — O capitão Domiciano José Aires repele em Miritiba um ataque dos insurgentes do Maranhão.

1851 — Tratado de Aliança entre o Brasil, a República Oriental do Uruguai e o estado de Entre Rios. Os aliados comprometeram-se a expelir da Banda Oriental o general Oribe, que sitiava a cidade de

Montevidéu e que dominava os outros departamentos da República, apoiado pelas tropas do ditador argentino Rosas.

1867 — Bombardeamento de Curupaiti pelo almirante Inhaúma.

— Morreram de cólera-morbo, neste dia, na margem esquerda do rio Miranda, junto do Passo do Jardim, o coronel Camisão e o tenente-coronel Juvêncio de Meneses, primeiro e segundo comandantes da expedição do Apa.

30 DE MAIO

1639 — Bento Maciel Parente toma posse de sua capitania do cabo do Norte (ver 14 de junho de 1637).

1640 — Parte da Bahia para o Recife a esquadra holandesa do almirante Lichthardt, conduzindo as tropas que durante um mês devastaram o Recôncavo, incendiando aldeias, engenhos e plantações, e degolando quantos habitantes indefesos encontrassem (ver 29 de abril).

1645 — Carta anônima de Sebastião de Carvalho, Fernão do Vale e Antônio de Oliveira denunciando ao Supremo Conselho Holandês no Recife os chefes da insurreição projetada em Pernambuco e a marcha das forças de Henrique Dias e Camarão. Os membros do conselho não deram muito crédito à denúncia e só no dia 12 de junho ordenaram as primeiras prisões.

1816 — Com o duque de Luxemburgo, embaixador extraordinário de Luís XVIII, chegam ao Rio de Janeiro o naturalista francês Augusto de Saint-Hilaire e o compositor alemão Sigismundo Neukomm. Este demorou-se na nossa capital até a volta de dom João VI para a Europa em 1821. Saint-Hilaire percorreu durante seis anos as províncias do Rio de Janeiro, de Minas, da Bahia (parte Sul), de São Paulo (compreendendo o território do Paraná), de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Cisplatina, e consagrou os últimos 30 anos da sua vida à publicação da parte histórica dessas viagens e de notáveis trabalhos acerca da flora brasileira.

1820 — O primeiro-tenente Francisco Pedro Limpo, da esquadrilha do Uruguai, entra com a escuna *Olana* no Gualeguaichu, reúne-se à escuna *Luís de Camões* e, após três horas de fogo, afugenta as tropas de Ramírez. Desembarca, então, e toma duas balandras armadas, que estavam em terra.

1855 — Morre em Porto Alegre o marechal do Exército, reformado, Bento Manuel Ribeiro, um dos mais famosos comandantes de cavalaria que temos tido. Tomou parte em todas as guerras do sul, de 1801 a 1851. Nas campanhas de 1817 a 1820, alcançou as vitórias de Belém, Calera de Barquín, Perucho Berna, Arroio Grande. Esse foi o período brilhante de sua vida de soldado, quando seguia os preceitos de disciplina ensinados e mantidos pelo ilustre general Curado. Bento Manuel Ribeiro nasceu em 1783 em Sorocaba.

1862 — Fica organizado o ministério do marquês de Olinda (ver 28 de maio). Foi o terceiro gabinete presidido por este estadista, que então se aliou ao Partido Liberal e governou até 15 de janeiro de 1864.

1869 — Combate de Tupium. O general Câmara (visconde de Pelotas) derrota a divisão paraguaia do coronel Manuel Galeano. Perda do inimigo: 800 mortos e prisioneiros, 12 canhões e três bandeiras. Perda dos brasileiros: 126 mortos e feridos.

1881 — Falece no Rio de Janeiro o conselheiro doutor João Capistrano Bandeira de Melo, lente jubilado da Faculdade de Direito do Recife e membro efetivo do Conselho Naval. Presidiu as províncias de Alagoas, Paraíba e Minas Gerais.

31 DE MAIO

1576 — Chega à Bahia o terceiro bispo do Brasil, dom Antônio Barreiros, clérigo do hábito de São Pedro.

1606 — Termina, com a retirada dos colonos, o pequeno estabelecimento fundado por Charles Leigh, na embocadura do Oiapoque (ver 22 de maio de 1604).

1697 — O marquês de Ferrolle, governador da Guiana Francesa, por ordem de Luís XIV, em plena paz com Portugal, apodera-se dos fortes de Camaú (Macapá) e do Paru; destruindo este, põe no outro uma guarnição de 43 oficiais e soldados, além de um destacamento de índios (ver 28 de junho).

1767 — O coronel Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda (tinha então oficialmente o nome de José Marcelino de Figueiredo) avança contra São José do Norte, por ordem do governador Sá e Faria, e fica senhor das posições que os espanhóis ocupavam na margem esquerda do Rio Grande do Sul desde 1763.

1780 — O general Sepúlveda (ainda com o nome de José Marcelino de Figueiredo) entrega o governo da capitania do Rio Grande do Sul ao seu sucessor, general Veiga Cabral. Sepúlveda governou de 23 de abril de 1759 a 26 de outubro de 1761, e pela segunda e última vez de 11 de junho de 1773 até esta data. Foi ele quem estabeleceu a capital em Porto Alegre.

1834 — À meia-noite de 30 para 31 de maio, aos gritos de "Mata bicudo", foram assassinados em Cuiabá os residentes portugueses e brasileiros adotivos: a cidade ficou em poder dos bandidos que executaram essa espécie de São Bartolomeu, aconselhada pelo deputado Antônio Luís Patrício da Silva Manso. À noite, todas as casas foram obrigadas a por luminárias, festejando esta covarde matança de homens desarmados. Um dos assassinados era o capitão José Antônio de Azevedo, cuja viúva, vendo ameaçada pela plebe a sua vida e a de seus filhos, viu-se forçada a iluminar também a casa. A matança continuou depois (ver 4 de setembro).

1848 — Começa a governar o ministério presidido por Paula e Sousa, último da situação liberal inaugurada a 2 de fevereiro de 1844. Governou até 29 de setembro de 1848, data em que subiu ao poder o Partido Conservador, com o gabinete Olinda.

1879 — Falece em Pernambuco o poeta alagoano Inácio de Barros Acióli de Vasconcelos, que deixou alguns livros de versos apreciados.

1882 — A redação do *Jornal do Commercio*, da corte, por escritura pública, entrega à viscondessa do Rio Branco (somente para o efeito de usufruir os juros, sendo o capital mais tarde empregado em um monumento a seu marido) a quantia de 43:036$600, em 40 apólices da dívida pública, e o excedente em dinheiro, produto de uma subscrição agenciada pelo mesmo jornal.

1º DE JUNHO

1565 — Estácio de Sá repele, no arraial de São Sebastião (Praia Vermelha, Rio de Janeiro), um ataque dos franceses e dos Tamoio.

1808 — Aparece em Londres o primeiro número do *Correio Braziliense*, fundado e redigido por Hipólito José da Costa Pereira. A publicação continuou até dezembro de 1822 e ficou formando uma coleção de 29 volumes *in-octavo* (ver 13 de agosto de 1774 e 11 de setembro de 1823).

1817 — Nasce no Rio de Janeiro Luís da Cunha Feijó, depois visconde de Santa Isabel (ver 6 de março de 1881).

1821 — Começa a publicar-se o *Diário do Rio de Janeiro*, que circulou até 31 de outubro de 1878. Foram seus redatores, em diversas épocas e com diferente cor política, José de Alencar, Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Ferreira Viana e outros.

1822 — Decreto do príncipe regente dom Pedro, depois imperador do Brasil, convocando para o dia seguinte os procuradores das províncias.

— Uma sublevação no Recife obriga a junta provisória do governo de Pernambuco, presidida por Gervásio Pires Ferreira, a reconhecer a autoridade do príncipe regente dom Pedro.

1860 — Morre em Niterói o emigrado político Charles Ribeyrolles, antigo redator do jornal *La Reforme,* de Paris. No Rio de Janeiro, escreveu o *Brasil Pitoresco*, publicado por Vítor Frond.

1869 — O general João Manuel Mena Barreto desaloja os paraguaios dos desfiladeiros de Sapucaí.

2 DE JUNHO

1537 — Bula de Paulo III (Alexandre Farnese) declarando que os indígenas da América são homens livres e racionais e podem, portanto,

entrar para o grêmio da Igreja Católica (ver 22 de junho de 1640).

1640 — Povo e Câmara de São Paulo intimam os jesuítas a que se recolham ao Colégio do Rio de Janeiro, marcando-lhes para a partida o prazo de seis dias. A expulsão, porém, somente se tornou efetiva no dia 13 de julho, e foi motivada pela condenação do cativeiro dos índios, obtida de novo em Roma pelo padre Diaz Taño (ver 22 de junho).

1822 — Primeira reunião dos procuradores-gerais das províncias do Brasil, sob a presidência do príncipe regente dom Pedro.

— Inauguração da sociedade secreta Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, denominada Apostolado. Compunha-se de cem membros, entre os quais dom Pedro, José Bonifácio, Ledo e general Nóbrega. Dom Pedro era arconte rei e José Bonifácio seu lugar-tenente. O Apostolado celebrou sessões até 15 de maio de 1823. Nesta sociedade preponderava José Bonifácio, ao passo que no Grande Oriente era mais numeroso o partido de Ledo. Entretanto, por indicação de Ledo, fora José Bonifácio eleito grão-mestre a 28 de março. Dom Pedro só entrou para a maçonaria no dia 13 de julho (loja Comércio e Artes).

1827 — O coronel Bento Gonçalves derrota, junto da estância do Sego, um destacamento da coluna do general argentino Lavalle.

1836 — Combate no rio São Gonçalo (Rio Grande do Sul) sustentado contra as baterias dos insurgentes pelo vapor *Liberal* (segundo-tenente Joaquim Raimundo de Lamare) e pelas canhoneiras *Oceano* (segundo-tenente Santos Marques) e *São Pedro Duarte* (segundo-tenente Junqueira). Os dois primeiros navios bateram-se contra duas baterias no passo e na foz do arroio de Pelotas, e o outro com a bateria do Passo dos Negros, todas estabelecidas durante a noite na margem esquerda do São Gonçalo. A *São Pedro Duarte* ficou quase inteiramente destruída e foi abandonada pelo seu comandante e pela pequena guarnição que lhe restava. Os outros navios sofreram grandes avarias, mas conseguiram fazer calar o fogo dos contrários. À noite, os insurgentes afastaram-se da margem, levando as suas peças e mais duas que retiraram da canhoneira abandonada. João Manuel de Lima e Silva,

que os comandava, foi gravemente ferido neste combate.

1868 — Morre na Bahia o poeta repentista Francisco Moniz Barreto, nascido na mesma cidade a 10 de março de 1804.

1879 — Abre-se ao trânsito público a linha de bondes da rua de São Januário, em São Cristóvão.

3 DE JUNHO

1621 — Carta patente dos Estados-Gerais das Províncias Unidas da Holanda, dando à nova Companhia das Índias Ocidentais o privilégio e o governo das conquistas que fizesse na América e na África.

1820 — Vencido Artigas e pacificada a Banda Oriental**,** o general Curado despede-se, em São José, do exército que comandara durante quatro anos de campanha.

1822 — Os procuradores-gerais de província requerem ao príncipe dom Pedro a reunião de uma Assembleia Constituinte brasileira. No mesmo dia, foi lavrado o decreto de convocação.

1823 — Reconhecimento das linhas da Bahia pelo Exército brasileiro, sob o comando de José Joaquim de Lima e Silva. Tivemos apenas 49 mortos e feridos nesta ação, que foi a última da Guerra da Independência na Bahia (ver 2 de julho).

1826 — Nascimento de Laurindo Rabelo, no Rio de Janeiro.

1876 — Falece em Paris o visconde de Inhomirim (Francisco de Sales Torres Homem), glória da tribuna parlamentar e da imprensa brasileira.

1881 — Falece no Rio de Janeiro o doutor Agostinho Marques Perdigão Malheiro, advogado e jurisconsulto de nota, que deixou muitas obras de valor, principalmente a que escreveu sobre a abolição

da escravatura. Foi deputado por sua província, Minas Gerais, em duas legislaturas (ver 5 de junho de 1824).

4 DE JUNHO

1608 — Inauguração dos trabalhos de construção do convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Ficaram terminadas as obras em 1616 (ver 12 de abril de 1588).

1641 — Morre em Belém do Pará o capitão Pedro Teixeira, célebre pelas vitórias que alcançara no Amazonas e mais ainda pela sua exploração do Grande Rio, realizada de 1637 a 1639.

1852 — As tropas brasileiras, que fizeram as campanhas do Estado Oriental e de Buenos Aires, entram no território nacional, pelo Jaguarão. O general em chefe, Caxias, em ordem do dia desta data, agradece ao Exército e à Guarda Nacional os serviços prestados nessa guerra, em que foram libertadas as Repúblicas do Prata.

1880 — Os barões de Vergueiro e de Embaré (São Paulo) contratam a construção do edifício destinado à escola que pretendem oferecer à Sociedade Auxiliadora da Instrução.

1881 — É inaugurado o canal de Seitiá, em Pelotas (Rio Grande do Sul).

5 DE JUNHO

1641 — O marquês de Montalvão, deposto do cargo de vice-rei do Brasil, é embarcado na Bahia e remetido debaixo de prisão para Lisboa (ver 15 de abril).

1821 — *Pronunciamento militar no Rio de Janeiro.* As tropas portuguesas, sob o comando do general Avilez, reúnem-se no largo do Rocio, exigindo o juramento das bases decretadas pelas cortes para

a Constituição do Reino Unido, e a demissão e a deportação, para Lisboa, do ministro conde dos Arcos. O príncipe regente dom Pedro apresentou-se no lugar da reunião e declarou que precisava ouvir a Câmara e os eleitores. Convocados estes e também vários oficiais dos corpos brasileiros de primeira e segunda linha, aceitou a assembleia todas as exigências da guarnição europeia. O príncipe demitiu o conde dos Arcos e nomeou ministro do Reino o desembargador Álvares Dinis, continuando com as suas pastas os outros três ministros. Foi eleita no mesmo dia uma junta consultiva de governo. Quatro meses depois (4 de outubro), dom Pedro demitiu o ministro Álvares Dinis e, a 16 de janeiro, pode formar outro ministério com José Bonifácio e desembaraçar-se da tropa portuguesa, apoiando-se nos corpos brasileiros.

1824 — Nascimento de Agostinho Marques Perdigão Malheiro, na Campanha da Princesa, Minas Gerais*.

1827 — O major Luís Alves de Lima (duque de Caxias), de emboscada em Morono, perto de Montevidéu, com uma companhia do batalhão do imperador, destroça um corpo de cavalaria oriental.

— Combate entre a divisão naval do capitão de mar e guerra J. F. de Oliveira Botas e a esquadrilha argentina do almirante Brown. As duas forças bateram-se da ponta de Lara até Quilmes, navegando os argentinos muito perto da costa. O chefe brasileiro foi ferido nessa ação.

1837 — O general Sebastião Barreto é surpreendido e destroçado, no arroio Santa Bárbara, pelo general Bento Manuel Ribeiro, então ao serviço da revolução rio-grandense.

1843 — Davi Canabarro, general das tropas republicanas do Rio Grande do Sul, é repelido em Alegrete pelo coronel Francisco de Arruda Câmara, e começa a sitiar essa posição.

1880 — Inauguração dos trabalhos de construção da via férrea de Paranaguá a Curitiba, com assistência do imperador dom Pedro II, da

* Hoje, Campanha. (N.E.)

imperatriz e do ministro da Agricultura, Buarque de Macedo.

6 DE JUNHO

1647 — Carta régia de dom João IV dando à cidade do Rio de Janeiro o título de "leal".

1729 — Nascimento de Cláudio Manuel da Costa no sítio da Vargem do Itacolumi, freguesia do Carmo, depois cidade de Mariana.

1755 — Carta de lei (dom José I e Pombal) revalidando as leis anteriores, particularmente a de 1º de abril de 1680, em favor da liberdade dos índios.

1759 — Fundação da Sociedade Brasileira dos Acadêmicos Renascidos, na cidade da Bahia.

1775 — É assentada a primeira pedra da igreja da Candelária, do Rio de Janeiro.

1819 — O tenente-coronel José de Abreu, depois general e barão de Cerro Largo, derrota em Itacorubi uma divisão de tropas de Corrientes, sob o comando do coronel Andrés Artigas. A perda dos correntinos foi de 460 mortos e prisioneiros, e uma peça única que tinham no combate. Andrés Artigas fugiu, gravemente ferido, e foi capturado 18 dias depois. O segundo comandante, tenente-coronel Pedro Sanchez, ficou prisioneiro. Com a notícia da completa derrota do seu caudilho, os inimigos evacuaram precipitadamente as povoações que ocupavam no distrito brasileiro de Missões, ficando repelida a segunda invasão ordenada por José Artigas (ver 25 de abril).

1820 — Nasce no Rio de Janeiro Joaquim Norberto de Sousa Silva (ver 14 de maio de 1891).

1824 — Defesa da Barra Grande (Alagoas) contra as tropas do governo revolucionário do Recife, dirigidas pelo tenente-coronel José

Antônio Ferreira. As forças entrincheiradas na Barra Grande eram comandadas pelos então majores Lamenha Lins e Seara, que obedeciam ao presidente Francisco Pais Barreto. Nos dias 7 e 8, Ferreira renovou com o mesmo mau êxito os seus ataques. O brigue *Bahia* apoiou a defesa.

1826 — Falecimento do senador visconde da Cachoeira (desembargador Luís José de Carvalho e Melo), um dos melhores estadistas da época da Independência.

1881 — Falecimento de José Ferreira de Meneses, fundador da *Gazeta da Tarde,* do Rio de Janeiro, e ardente partidário da abolição.

7 DE JUNHO

1494 — Tratado de Tordesilhas entre dom João II, rei de Portugal, e dom Fernando e dona Isabel, reis de Castela, dando maior extensão à linha traçada pelo papa Alexandre VI, na bula de 4 de maio de 1493.

1797 — Nascimento, na Bahia, de Manuel Alves Branco, depois visconde de Caravelas.

1828 — O major Luís Alves de Lima (depois duque de Caxias) sai de Montevidéu com uma coluna de tropas, põe em fuga as forças inimigas que bloqueavam a praça e regressa com alguns prisioneiros.

1839 — Nascimento de Tobias Barreto de Meneses, em Campos, sobre o rio Real (Sergipe). Faleceu no Recife a 27 de junho de 1889 (ver esta data).

1842 — O coronel Amorim Bezerra derrota, em Venda Grande, perto de Campinas, um corpo de insurgentes de São Paulo, ao mando de Antônio Joaquim Viana.

1868 — O general João Manuel Mena Barreto reconhece, debaixo de fogo, os vaus do arroio Iacaré (Passo Posta e Passo Estância). Pouco adiante, no Passo Ovejas, o coronel Vasco Alves Pereira derrota uma força paraguaia.

1870 — Morre no Rio de Janeiro o marquês de Olinda (Pedro de Araújo Lima), que representou papel importante na nossa política, desde as Cortes Constituintes de Lisboa. Foi regente do Império e muitas vezes ministro e presidente do Conselho. Nasceu no engenho Antas, perto de Serinhaém, a 22 de dezembro de 1793 (ver esta data).

1889 — Sobe ao poder o Partido Liberal, com o ministério organizado neste dia pelo visconde de Ouro Preto.

8 DE JUNHO

1545 — Brás Cubas toma posse do cargo de capitão-mor da capitania de São Vicente (Madre de Deus, *Memórias*, p. 103) e concede, no dia 19, o predicamento de vila ao porto de Santos (foral aprovado por Tomé de Sousa em 8 de fevereiro de 1552), que ele começara a povoar pelo ano de 1543, em que, segundo a inscrição em sua campa, fundara aí uma casa de misericórdia, primeiro estabelecimento desse gênero criado no Brasil (ver 25 de setembro de 1536).

1568 — Segundo Azevedo Marques, Heliodoro Euban foi morto neste dia, em 1569, combatendo contra os franceses em Cabo Frio. Quanto ao ano, há evidente erro, pois o combate, descrito por Simão de Vasconcelos, em que Salvador Correia de Sá tomou por abordagem um navio francês, no porto de Cabo Frio, se deu em 1568. Também é certo que este Heliodoro Euban não era nascido em Portugal, como pretende o autor da *Nobiliarquia paulistana*: era alemão e filho do poeta e historiador Helius Eubanus Hessus (ver Hans Staden, que foi seu hóspede em São Vicente, cap. XVIII; e Porto Seguro, *História geral*, p. 274, v. I). Heliodoro Euban era administrador do engenho de açúcar de Giuseppe Adorno, abastado colono de São Vicente, membro de uma família que dera vários doges à República de Gênova. A artilharia do navio tomado em Cabo Frio foi assentada no forte de Nossa Senhora da Guia, mandado construir por Salvador Correia de Sá na ponta oriental da barra do Rio de Janeiro, forte que depois se chamou de Santa Cruz. O chefe índio Martim Afonso Araribóia foi recompensado com o hábito da Ordem de Cristo pela parte que teve neste feito de armas e pela

vitória que alcançara pouco antes, no mesmo ano, repelindo em sua aldeia um ataque dos franceses e dos Tamoio, que, com alguns navios, lanchas e canoas, haviam entrado no porto do Rio de Janeiro, ainda então sem defesa alguma na barra (Vicente do Salvador, III, 14; Simão de Vasconcelos, *Crônica*, III, 136). Uma planta do nosso porto, desenhada naquele tempo por Jacques de Vaudeclaye, mostra que a aldeia atacada pelos franceses ficava em São Cristóvão, e não do lado oriental da baía. Na planta em questão, a aldeia tem o nome de Araroue.

1635 — *Capitulação da fortaleza do arraial do Bom Jesus, em Pernambuco*. Construída em março de 1630, afrontou durante cinco anos o poder dos invasores e repeliu três ataques (14 de março de 1630, 24 de março de 1633 e 30 de março de 1634). Sucumbiu, afinal, depois de um rigoroso assédio e bombardeamento de três meses (ver 3 de março de 1635). Esta última resistência foi dirigida pelo tenente de mestre de campo general (tenente-coronel) André Marin. Comandava os sitiantes o coronel Arciszewsky. A guarnição obteve as condições mais honrosas concedidas na guerra e foi quase toda transportada para as ilhas Terceira e de São Vicente, levando as suas bandeiras e armas, menos os canhões; porém, os moradores, refugiados no forte, ficaram excluídos da capitulação e tiveram de pagar o seu resgate. Durante o assédio, foram mortos ou feridos 240 dos defensores da praça, isto é, mais de um terço da guarnição. Foi esta (disse J. de Laet) uma importantíssima vitória para o nosso domínio no Brasil, porque homens de tanta bravura foram assim afastados dele (*Hist*... van den West-Indische Comp., p. 465).

1644 — Posse do segundo prelado do Rio de Janeiro, padre Antônio de Marins Loureiro. O seu antecessor, Lourenço de Mendonça, sofreu a mais viva hostilidade porque se opunha à escravidão dos índios. A 13 de setembro de 1632, os interessados no comércio de escravos atentaram contra a sua vida (ver essa data). O segundo prelado não foi mais feliz. Teve de fugir de São Paulo para não ser assassinado e depois correu iguais perigos no Rio de Janeiro. Seguindo para o Espírito Santo, em visita pastoral, ali foi envenenado e enlouqueceu.

1662 — Henrique Dias, o valente negro pernambucano, morre no Recife e é sepultado no convento de Santo Antônio. Foi um dos heróis da

Guerra Holandesa, servindo à frente do seu corpo de pretos, de 14 de maio de 1633 até a expulsão dos invasores, em 1654. Achou-se em quase todas as grandes ocasiões dessa guerra: foi ferido oito vezes e legou aos nossos soldados os mais honrosos exemplos de bravura, disciplina e patriotismo. Com o Camarão, tomou Goiana (11 de agosto de 1636) e repeliu Arciszewsky em Terra Nova (21 e 22 de agosto); depois, operando só, levou de assalto o forte de Guaraíras (6 de janeiro de 1648), rendeu o de Cunhaú (7 de janeiro), retomou Olinda (22 de abril) e repeliu na sua estância dois ataques do inimigo (21 de maio e 18 de agosto de 1648). Até a Independência, os batalhões compostos de soldados e oficiais pretos tinham no Brasil o nome de batalhões de Henrique Dias, ou simplesmente de Henriques.

1711 — Carta régia em que dom João V confirma o perdão concedido em seu nome pelo bispo de Olinda aos habitantes de Pernambuco, que se haviam sublevado contra o governador Sebastião de Castro Caldas (ver 17 de outubro e 7 de novembro). Dez dias depois de assinada essa carta régia em Lisboa, começou em Pernambuco a Guerra Civil chamada dos *Mascates* (ver 18 de junho de 1711).

1815 — O príncipe regente dom João ratifica no Rio de Janeiro o tratado assinado em Viena, no dia 22 de janeiro, pelos seus plenipotenciários e o do rei da Grã-Bretanha. Por esse ajuste ficou abolido o tráfico em todos os lugares da costa da África, ao norte do Equador, comprometendo-se Portugal a fixar posteriormente a data da extinção do tráfico em todos os domínios portugueses. Já pelo Tratado de 19 de fevereiro de 1810, assinado no Rio de Janeiro, havia dom João reconhecido "a injustiça e má-política do comércio de escravos", e prometera adotar providências para a sua gradual abolição.

1843 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí), entrincheirado em uma cerca de pedras, junto ao arroio Santa Maria Chica, resiste vitoriosamente com 150 guardas nacionais aos ataques de 600 homens, dirigidos por João Antônio da Silveira, general dos republicanos rio-grandenses. Abreu teve 33 homens mortos ou feridos e recebeu dois golpes de espada na cabeça e um de lança na mão direita. Da coluna de Silveira ficaram fora de combate uns cem homens, sendo feridos Portinho, Onofre, Canto e outros oficiais.

1869 — O general João Manuel Mena Barreto apodera-se das trincheiras de Sapucaí, defendidas pelo tenente-coronel Bernal. Duas bandeiras paraguaias, tomadas neste combate, foram remetidas pelo general em chefe, conde d'Eu, à igreja da Cruz dos Militares do Rio de Janeiro.

9 DE JUNHO

1597 — Morre na aldeia de Reritiba o padre José de Anchieta, nascido em San Cristóbal de la Laguna, então capital de Tenerife, a 19 de março e batizado a 7 de abril de 1534. Anchieta entrou para a Companhia de Jesus a 1º de maio de 1553. Desde esse ano viveu no Brasil, como missionário. Foi um dos fundadores de São Paulo e seu defensor, quando atacado pelos selvagens; desarmou, com o padre Nóbrega, a Confederação das tribos dos Tamoio, ficando como refém entre eles; concorreu para a fundação da cidade do Rio de Janeiro, acompanhando a expedição que expulsou da nossa baía os franceses e os Tamoio; fundou a Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro; criou escolas e formou aldeias de índios, atraídos à civilização pela sua palavra e pelo seu exemplo. Foi pregador, poeta e naturalista, e mereceu, como o padre Nóbrega, o cognome de Apóstolo do Brasil. A aldeia em que faleceu, no Espírito Santo, passou a chamar-se Benevente, desde que teve o predicamento de vila no século XVIII. Há poucos anos, a Assembleia Legislativa Provincial mudou-lhe o nome pelo o de Anchieta.

1636 — O capitão-mor Camarão, incumbido pelo conde de Bagnuoli de devastar o território ocupado pelos holandeses, sai do acampamento de Porto Calvo, em marcha para Pernambuco, com uma coluna de 400 homens, composta principalmente de índios. Bateu-se com o inimigo em Goiana (11 de agosto) e Terra Nova (21 e 22 de agosto), e esteve de volta a 26 de setembro.

1647 — Falecimento do general Matias de Albuquerque, conde de Alegrete. Morreu em Lisboa e foi sepultado na igreja da Trindade (Sousa, *História genealógica da Casa Real*). Era filho o terceiro de Jorge de Albuquerque Coelho, natural de Olinda. Nasceu pelo ano de

1590. Militou em Flandres, às ordens de Spinola; foi governador de Pernambuco e governador-geral do Brasil; na invasão holandesa, teve o comando em chefe das nossas forças em operações de 1630 a 1635. Na Guerra da Independência de Portugal, obrigou os espanhóis a abandonar o assédio de Olivença, tomou o castelo de Alcouchel e ganhou as batalhas de Montijo e de Telena.

1815 — Assinatura da ata final do Congresso de Viena, cujo artigo 107 tratava, nos seguintes termos, da restituição da Guiana Francesa, conquistada em 1809 pelo Brasil: "Sua alteza real, o príncipe regente do reino de Portugal e do Brasil, para manifestar de maneira incontestável a sua consideração particular para com sua majestade cristianíssima, obriga-se a restituir a sua dita majestade a Guiana Francesa *até o rio Oiapoque, cuja embocadura está entre o quarto e o quinto grau de latitude setentrional, limite que Portugal considerou sempre como o que fora fixado pelo Tratado de Utrecht*." A época da entrega desta colônia a sua majestade cristianíssima será determinada, assim que as circunstâncias o permitirem, por uma convenção particular entre as duas cortes; e proceder-se-á amigavelmente, com a maior brevidade, à fixação definitiva dos limites das Guianas Portuguesas e Francesa, conforme o sentido exato do artigo 8º do Tratado de Utrecht. Os plenipotenciários franceses aceitaram a restituição nestes termos, que precisavam com clareza o limite marítimo do Oiapoque, ficando apenas por fixar a linha interior de fronteiras; no entanto, apesar disso, a França renovou as suas antigas pretensões a outro limite marítimo, e a questão continua ainda hoje sem decisão*.

1845 — Chegam ao Rio os primeiros colonos que foram fundar Petrópolis (ver 19 de setembro de 1845).

10 DE JUNHO

1580 — Morte de Luís de Camões.

* O laudo arbitral do Governo suíço, de 1º de dezembro de 1900, foi inteiramente favorável ao Brasil. Nosso advogado foi o Barão do Rio Branco. (N.E.)

1627 — O almirante holandês Piet Heyn entra com a sua esquadra no porto da Bahia. Desta vez, nada intenta contra a cidade, defendida por Diogo Luís de Oliveira, limitando-se a praticar hostilidades nos seus arredores (ver 12 e 15 de junho e 14 de julho).

1801 — Nasce na França Emílio Luís Mallet, que chegou ao posto de tenente-general no Exército brasileiro, agraciado com o título de barão de Itapevi. Foi figura notável na guerra contra o governo do Paraguai, como comandante da artilharia, e um dos heróis na grande batalha de Tuiuti (ver 2 de janeiro de 1886).

1822 — Desembarque dos portugueses em Itaparica.

1825 — Nasce em Mucidan, arrabalde de Bordéus, Martim Francisco Ribeiro de Andrada (ver 2 de março de 1886).

1827 — A fragata *Isabel*, do comandante Beaurepaire, captura na costa do Salado o corsário argentino *Hijo de Julio*, do comandante Bibois.

1840 — O major José Filipe de Miranda derrota, em Veados, um corpo de insurgentes do Maranhão.

1842 — Começa a insurreição dos liberais em Minas Gerais, sendo aclamado presidente da província, em Barbacena, o veador José Feliciano Pinto Coelho, depois barão de Cocais. O presidente, Bernardo Jacinto da Veiga, cuidou desde logo de reunir guardas nacionais e voluntários para resistir à rebelião.

1865 — *Combate de São Borja*. Os paraguaios do corpo de exército do coronel Estigarribia começam a atravessar o Uruguai, hostilizados por trezentos e tantos guardas nacionais ao mando do tenente-coronel Ferreira Guimarães. Sobre a vila de São Borja já marchavam dois mil dos invasores, com quatro peças, dirigidos pelo major López, quando acudiu o então coronel João Manuel Mena Barreto, à frente do 1º batalhão de voluntários (da cidade do Rio de Janeiro). As nossas forças, embora muito inferiores em número (800 homens, incluindo os guardas

nacionais), conseguiram conter o inimigo, obrigando-o a retroceder para o Passo de São Borja. Mena Barreto cobriu a vila até a noite e deu, assim, tempo para que a população se retirasse. O 1º de voluntários tiveram 36 mortos e feridos; a guarda nacional, 10. "À intrepidez do coronel Mena Barreto e do 1º batalhão de voluntários [escreveu o vigário de São Borja] devo eu, devem três quartas partes dos moradores de São Borja o não termos caído prisioneiros dos paraguaios." O inimigo só se animou a fazer a sua entrada na vila dois dias depois do combate.

1880 — Celebração, em Portugal e no Brasil, do tricentenário de Camões. Brilhantes festas no Rio de Janeiro. Exposição camoniana na Biblioteca Nacional. Assentamento da primeira pedra do novo edifício do Gabinete Português de Leitura. Discurso de Joaquim Nabuco, talvez a mais bela das suas produções literárias.

11 DE JUNHO

1557 — Morte do rei dom João III. Este soberano dividiu em capitanias o Brasil e promoveu a sua primeira colonização.

1611 — Falece em São Paulo dom Francisco de Sousa, capitão-general e governador do distrito das três capitanias de São Vicente, do Espírito Santo e do Rio de Janeiro (Repartição do Sul), e da conquista e da administração das minas descobertas e por descobrir nas mesmas capitanias.

1646 — Durante esta noite e as de 12, 13 e 14, as nossas tropas, que sitiavam o Recife, fizeram demonstrações e muito fogo contra o forte dos Afogados, o reduto Kijk e a casa da Boa Vista, com o fim de atrair a atenção do inimigo enquanto Vidal e Vieira iam atacar Itamaracá (ver 15 de junho).

1809 — O Rio de Janeiro dos tempos coloniais tinha o aspecto de uma cidade do Oriente. As casas de um e mais andares apresentavam *muxarabis*, isto é, rótulas em sacada (em francês *moucharabi*, segundo Maspero). Um edital, desta data, do intendente-geral de polícia, Paulo

Viana, ordenou a remoção dos *muxarabis* dentro do prazo de oito dias, devendo ser substituídos por grades de ferro ou balaústres de madeira.

1826 — O capitão de mar e guerra James Norton, à frente das 2ª e 3ª divisões da esquadra brasileira, tenta atacar, no ancoradouro de Pozos, em Buenos Aires, a esquadra argentina do almirante Brown. A ação, começada à tarde, não passou de uma *naumaquia*, na qual, sem nenhum resultado, foram consumidas, de parte a parte, munições de guerra, como sucedeu na tentativa de ataque de lorde Nelson contra a flotilha francesa de Boulogne, em 4 de agosto de 1808. Norton partiu de Quilmes com 31 navios; no entanto, quase todas as escunas e canhoneiras atrasaram-se e não puderam tomar parte no fogo. Os navios maiores, pelo seu calado, tiveram de dar fundo muito fora do alcance. Os navios argentinos, fundeados nos Pozos, eram 11, a princípio, e 17 pouco depois, com o reforço de seis, chegados da Banda Oriental por cima do banco das Palmas. A grande distância que separava os combatentes, em consequência da largura do banco entre o canal das Balizas Exteriores, em que estavam os nossos navios, e o ancoradouro interior dos Pozos, tornava inúteis as caronadas (195 na esquadra brasileira, 38 na argentina) e só permitia o emprego das peças, isso mesmo com a máxima elevação e com tiro incertíssimo. Os 31 navios brasileiros (contando os distanciados, fora de combate) só tinham 77 peças; os 17 argentinos montavam 88. Na esquadra argentina, houve um morto; na brasileira, não houve nenhum morto ou ferido nem avaria. Os navios que mais se puderam aproximar foram as escunas *D. Paula* (Norton e Sena Pereira), *Providência* (Venceslau Lisboa) e *Itaparica* (Petra Bittencourt), o brigue *Caboclo* (Grenfell) e o brigue-escuna *Januária* (A. P. de Carvalho). O sol entrou às 4h51, e Norton fez sinal de reunir, desistindo da sua tentativa. O almirante Brown transformou esta inútil canhonada em um renhido combate, dizendo que com forças muito inferiores repelira um ataque dos brasileiros.

[Nota do Barão do Rio Branco, em artigo de sua autoria, no *Jornal do Commercio* de 12 de outubro de 1911: "[...] Nunca o almirante Brown nem os jornais argentinos do tempo disseram que os brasileiros tinham perdido navios nesse dia. Entretanto, alguns jornais argentinos de hoje, quando comemoram o chamado Combate de los Pozos, de 11

de junho de 1826, dizem – e o redator das *Efemérides* de nossa amiga *La Nación* o disse ainda o ano passado – que Brown repeliu a numerosa esquadra brasileira, apoderando-se de vários buques [...]"].

1840 — O coronel Manuel dos Santos Loureiro, da Guarda Nacional rio-grandense, derrota, junto do arroio Salso, o caudilho Fileno de Oliveira Santos e continua a sua marcha sobre São Gabriel (ver 12 de julho). Fileno Santos foi morto neste encontro.

1847 — Falecimento do príncipe imperial dom Afonso, no palácio da Boa Vista.

1863 — Morte do conde de Irajá, dom Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, bispo do Rio de Janeiro.

1865 — *Batalha naval do Riachuelo* (vencida pela esquadra brasileira do chefe de divisão Francisco Manuel Barroso da Silva sobre a paraguaia, comandada pelo capitão de mar e guerra Pedro Inácio Mesa). A esquadra brasileira compunha-se das seguintes corvetas e canhoneiras, todas a vapor: *Amazonas* (navio-chefe, comandante Teotônio de Brito, seis canhões), *Jequitinhonha* (chefe da 3ª divisão, comandante J. J. Pinto, oito canhões), *Beberibe* (comandante Bonifácio de Santa Ana, sete canhões), *Parnaíba* (comandante Gracindo de Sá, sete canhões), *Belmonte* (comandante J. F. de Abreu, oito canhões), *Mearim* (comandante Elisiário Barbosa, sete canhões), *Iguatemi* (comandante Macedo Coimbra, cinco canhões), *Ipiranga* (comandante Álvaro de Carvalho, sete canhões) e *Araguari* (comandante Hoonholtz, quatro canhões). Total de nove navios com 59 canhões e 2.287 homens, dos quais 1.113 dos corpos de Marinha e 1.174 do Exército, formando estes a brigada do coronel Bruce, depois general. A esquadra paraguaia constava das seguintes canhoneiras e chatas: vapores, *Tacuari* (navio-chefe, comandante Martínez, oito canhões), *Paraguari* (comandante José Alonzo, oito canhões), *Igurei* (comandante Remígio Cabral, cinco canhões), *Iporá* (comandante Antonio Ortiz, cinco canhões), *Marquês de Olinda* (comandante Ezequiel Robles, oito canhões), *Jejuí* (comandante Aniceto López, dos canhões), *Salto Oriental* (comandante Vicente Alcaraz, quatro canhões), e *Pirabebé* (comandante Toribio

Pereyra, dois canhões); seis chatas, cada uma com um canhão. Total de oito vapores, seis chatas, 47 canhões e 2.500 marinheiros e soldados. Em terra, sobre as barrancas do Riachuelo, tinham os paraguaios 30 canhões do 2º regimento de artilharia, comandados por Brúguez (*Semanário,* nº 578), apoiados pelos fogos de vários batalhões de infantaria. Os paraguaios perderam nesta batalha os vapores *Paraguari, Marquês de Olinda, Salto Oriental e Jejuí*, e todas as chatas, ficando fora de combate 1.500 homens. Os comandantes Ortiz, Alcatraz e Robles foram mortos (este último faleceu estando prisioneiro). O chefe Mesa foi morrer em Humaitá, no dia 15, dos ferimentos que recebera. Nós perdemos a corveta *Jequitinhonha,* que encalhou debaixo dos fogos das baterias inimigas e que teve de ser incendiada dois dias depois. No pessoal, a nossa perda foi de 247 mortos e feridos (123 da Armada, 124 do Exército). Entre os oficiais mortos, figuravam o primeiro-tenente Oliveira Pimentel e o capitão Pedro Afonso Ferreira. O valente marinheiro Marcílio Dias foi morto neste dia. As bandeiras do *Paraguari*, do *Marquês de Olinda*, do *Salto Oriental* e as de quatro chatas ficaram no poder dos vencedores. O chefe Barroso, depois almirante, foi agraciado com o título de barão de Amazonas.

12 DE JUNHO

1614 — Manuel de Sousa d'Eça repele, no fortim do Rosário, em Jericoacoara, um ataque dos franceses, dirigidos por Du Prat.

1627 — O almirante holandês Piet Heyn apodera-se, no rio Pitanga (Bahia), de alguns navios mercantes. Um deles era defendido por 150 homens, comandados pelo capitão Francisco Padilha, que se tornara famoso no assédio da Bahia em 1624. Esta gente (diz o cronista holandês J. de Laet) defendeu-se intrepidamente, opondo tal resistência aos navios, que os nossos não ousavam abordá-los, e sem dúvida teriam voltado costas sem haverem feito coisa alguma se o almirante Pieter Pieterszoon Heyn, que, passando ao iate *Yos* e se reunindo a eles, os não impelisse quase à força contra os portugueses. Padilha e quase todos os seus companheiros foram mortos neste combate.

1641 — Tratado entre Portugal e Holanda assinado em Haia. Estipulava a suspensão de hostilidades por tempo de 10 anos. Nenhuma das duas partes respeitou o ajustado.

1707 — Reunião do sínodo diocesano, convocado pelo arcebispo da Bahia, dom Sebastião Monteiro da Vide. Nele foram aceitas, no dia 8 de julho, as "Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia".

1812 — O tenente-coronel Inácio dos Santos Abreu, depois de um combate de quatro horas, derrota junto ao arroio Laureles (Banda Oriental) os Charrua e os Minuano de Artigas.

1816 — O general Carlos Frederico Lecór, depois visconde de Laguna, parte do Rio de Janeiro, com a nomeação de comandante em chefe do Exército, destinado à ocupação da Banda Oriental do Uruguai**.** Na mesma ocasião, partiu a infantaria da divisão portuguesa dos Voluntários Reais.

1817 — São fuzilados na Bahia**,** por sentença de uma comissão militar, os seguintes membros do governo provisório da revolução pernambucana: Domingos José Martins, negociante, natural do Espírito Santo, idade 33 anos; padre Miguel Joaquim de Almeida e Castro, professor de Retórica, natural do Rio Grande do Norte, 48 anos; e doutor José Luís de Mendonça, natural de Porto Calvo, 52 anos.

1819 — O conde da Figueira, capitão-general do Rio Grande do Sul, entra em São Nicolau (Missões brasileiras) e, encontrando a povoação abandonada desde a véspera pelos correntinos, destaca contra os fugitivos um corpo de cavalaria (ver 13 de junho). Em São Nicolau, deixou o inimigo quatro peças de artilharia.

1823 — O almirante lorde Cochrane entra, à noite, no porto de Salvador com a nau *D. Pedro*, a fragata *Carolina* (depois *Paraguaçu*) e a corveta *Maria da Glória*. Tencionava atacar a nau *D. João VI*, mas, faltando-lhe o vento, voltou com a vazante da maré, passando por entre os navios portugueses, que estavam mais ao largo.

1831 — A fragata *Volage,* que conduzia o duque de Bragança (dom Pedro I), chega a Cherburgo. Quase ao mesmo tempo entrou em Brest a corveta *La Seine*, com a rainha de Portugal, dona Maria II (ver 13 de abril).

1840 — O coronel Loureiro (ver 11 de junho) entra em São Gabriel. Os insurgentes tinham evacuado essa povoação, abandonando três bocas de fogo.

1855 — Sousa Franco toma assento no Senado.

1879 — O coronel Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa recebe do corpo docente e administrativo da Escola de Tiro do Campo Grande uma espada de honra.

13 DE JUNHO

1624 — Um destacamento holandês é destroçado, perto de Salvador, pelo capitão Manuel Gonçalves.

1643 — O alferes João da Paz, que comandava duas lanchas, ataca e toma uma lancha holandesa com duas peças, na costa da ilha do Maranhão. Ficam prisioneiros 27 inimigos.

1645 — Rompimento da insurreição pernambucana contra o domínio holandês.

1682 — Entrada solene do primeiro bispo do Rio de Janeiro, dom José de Barros Alarcão.

1763 — Nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva, em Santos.

1805 — Nascimento de Manuel Marques de Sousa (terceiro deste nome), depois conde de Porto Alegre. Faleceu no Rio de Janeiro a 18 de julho de 1875 (ver essa data).

1819 — O major José Maria da Gama (depois general e barão de Saican) alcança e destroça, no Passo de Santo Isidro (Uruguai), a retaguarda dos correntinos, que haviam abandonado São Nicolau. O inimigo perdeu nessa refrega uma peça e 54 mortos e prisioneiros (ver 12 de junho).

— No mesmo dia, a partida do tenente Fabiano Pinto derrotou em Santo Cristo o tenente-coronel Vicente Tiraparé, ficando morto este chefe, um dos mais audazes das tropas de Artigas.

1832 — Os chefes legalistas José do Vale e Manuel de Araújo Cortez derrotam em Cobra (Ceará) o caudilho Queirós, partidário de Pinto Madeira.

1836 — Calderón e Silva Tavares repelem, no forte de São Miguel, o caudilho Crescêncio, das forças insurgentes do Rio Grande do Sul.

1842 — Morre no Rio de Janeiro o marechal marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes), senador do Império. Nasceu a 19 de setembro de 1772, nos arredores de Mariana, Minas Gerais, e representou papel importante na nossa história política, diplomática e militar. Foi general em chefe do Exército brasileiro em operações no Rio Grande do Sul em 1827 e, nessa campanha, perdeu a batalha de Ituzaingo, empenhada com forças muito inferiores contra os argentinos e orientais.

1845 — Morre em Paris o almirante barão do Rio da Prata (Rodrigo Pinto Guedes), nascido em Grediz a 17 de julho de 1762. Foi sepultado no cemitério de Montmartre. Distinguiu-se na Marinha portuguesa durante as guerras com a França e, com o major-general da esquadra do marquês de Niza, que operou no Mediterrâneo às ordens de Nelson, mereceu a estima e o louvor deste grande marinheiro. Comandou a nossa esquadra em operações contra as Províncias Unidas do Rio da Prata de maio de 1826 até a conclusão da guerra, em 1828. O único combate que dirigiu, então, em pessoa foi o do Monte Santiago (7 e 8 abril de 1827). Durante o seu comando, sofremos os dois reveses do Juncal (9 de fevereiro de 1827) e o de Patagones (7 de março); no entanto, os melhores navios da esquadra argentina e muitos corsários

foram destruídos em outros combates gerais ou parciais.

1865 — O fogo das baterias volantes de Riachuelo tinha arruinado completamente, no dia 11, a nossa corveta *Jequitinhonha*. Todos os esforços empregados para tirá-la do banco em que jazia foram inúteis. Barroso resolveu, então, no dia 13, abandoná-la. A guarnição passou-se para a *Mearim* (Elisiário Barbosa) e *Araguari* (Hoonholtz), e, quando se começava a encravar os canhões, os paraguaios romperam de terra um vivo fogo de artilharia e de fuzilaria, a que as nossas duas canhoneiras responderam, incorporando-se pouco depois à esquadra. Tivemos neste dia cinco mortos e oito feridos.

— O general Bartolomeu Mitre entrega a presidência da República Argentina ao vice-presidente, doutor Paz, e parte para o acampamento da Concórdia.

1868 — *Tomada de Corumbá*. A praça era defendida por 313 paraguaios, ao mando do tenente-coronel Hermógenes Cabral, e pelos vapores de guerra *Anhambaí* e *Rio Apa*. Foi tomada de assalto pelo tenente-coronel Antônio Maria Coelho (depois general e barão de Anhambaí), à frente de 430 homens. A guarnição foi posta em fuga, perdendo 152 homens e prisioneiros, seis canhões e uma bandeira. O tenente-coronel Cabral foi morto. Tratou logo o comandante brasileiro de responder ao fogo dos vapores, que haviam começado a bombardear a povoação, e conseguiu forçá-los à retirada com grandes avarias. Custou-nos este feito de armas 30 mortos e feridos apenas. Cerca de 500 brasileiros foram libertados. No dia 23, chegou a Corumbá o presidente de Mato Grosso, Couto de Magalhães. Informado de que a varíola começava a fazer estragos nas fileiras da coluna expedicionária e de que brevemente iam chegar tropas paraguaias, ordenou o abandono imediato de Corumbá. A evacuação teve lugar no dia 24.

1875 — Inauguração da estrada de ferro de Macaé e Campos.

1880 — Inauguração da Escola de Belas Artes da Bahia.

14 DE JUNHO

1637 — Cartas régias de Filipe IV de Espanha, III de Portugal, confirmando a doação da capitania do cabo do Norte a Bento Maciel Parente.

1801 — Nascimento de Peter Wilhelm Lund, em Copenhague. Este modesto sábio viveu no Brasil desde 1827 e faleceu em 5 de maio de 1880, em Lagoa Santa. De 1841 a 1843, continuando os seus estudos sobre a paleontologia brasileira, descobriu, em cavernas calcárias, das vizinhanças de Santa Luzia, restos humanos da época quaternária, quando a existência do homem pré-histórico era ainda desconhecida ou contestada na Europa. Deixou trabalhos importantes e um nome hoje geralmente conhecido no mundo inteiro entre os cientistas.

1818 — Uma coluna de cavalaria, ao mando de Bento Manuel Ribeiro, repele em Chapicói (Banda Oriental) a de Frutuoso Rivera, que pretendera arrebatar as cavalarias do exército do general Curado.

1839 — Nascimento de Antonio Carlos Gomes, em Campinas.

1857 — Inauguração da estátua de José Clemente Pereira, na sala de honra do Hospício dos Alienados, então chamado Hospício de Pedro II. A estátua trabalhada em mármore foi oferecida pelo imperador.

1866 — Às 11h a artilharia paraguaia, dirigida pelo general Brúguez, rompe um vigoroso bombardeamento sobre o centro e a esquerda do acampamento aliado em Tuiutí, empregando mais de 30 canhões e lançando para cima três mil projéteis. O Exército brasileiro teve 72 mortos e feridos; o oriental, 31.

1875 — Inauguração dos trabalhos de construção da estrada de ferro Carangola.

15 DE JUNHO

1635 — Os capitães Antônio Bezerra e João Lopes Barbalho, saindo

da fortaleza de Nazaré do Cabo pela madrugada, emboscam-se no campo do Lázaro, meia légua adiante (cerca de 3,3 km) e, ao escurecer, atacam à espada uma guarda dos sitiantes e degolam 38 homens.

1646 — André Vidal e Fernandes Vieira, que a 13 haviam partido do Arraial Novo para atacar os holandeses da ilha de Itamaracá, chegam no dia 14 ao porto dos Marcos, onde estava o iate *Spreeuw*, de quatro peças e guarnecido por 30 homens. Na madrugada de 15, mandam contra esse navio dois botes, cada um levando 12 homens escolhidos. Uma destas pequenas embarcações foi a pique; a outra, comandada pelo sargento Francisco Martins Cachadas, conseguiu abordar e render o *Spreeuw*, depois de vivo combate. Guarnecida logo a presa, Vidal e Vieira foram em busca de dois outros navios inimigos, as caravelas *Lichthardt* e *Hamel*, postadas a grande distância uma da outra no canal de Itapeçuma. Os inimigos abandonaram precipitadamente esses navios, incendiando o primeiro deles; o segundo ficou em poder dos nossos. Outro, o iate *Gulde Rhee*, que estava na entrada norte do canal, correu a refugiar-se sob a proteção do forte de Orange. No mesmo dia, o capitão Antônio Gonçalves Tição desembarcou na ilha e começou a devastar as plantações (ver 21 de junho).

1828 — Dom Pedro I demite o ministro da Guerra, general Bento Barroso Pereira, em consequência da revolta de soldados estrangeiros, sufocada no dia 11. Este ato do imperador levou todos os outros ministros, menos o dos Estrangeiros (marquês de Aracati), a apresentar as suas demissões. Eram eles os deputados Araújo Lima (Olinda), Calmon (Abrantes), Teixeira de Gouveia e o chefe de divisão Diogo de Brito (gabinete de 20 de novembro de 1827). Os deputados Costa Carvalho (Monte Alegre) e Vasconcelos, convidados, não aceitaram a missão de formar novo ministério. Chamado, então, o deputado José Clemente Pereira organizou um gabinete, que governou até 4 de dezembro de 1829.

1836 — Reação em Porto Alegre contra o governo revolucionário. Foi promovida pelo então major Manuel Marques de Sousa, depois general e conde de Porto Alegre. Ele e outros prisioneiros, secundados pela população, levantaram-se e prenderam o vice-presidente Marciano Pereira, o governador militar Silvano José Monteiro de Araújo e os

principais revolucionários. O velho marechal João de Deus Mena Barreto (visconde de São Gabriel) assumiu o comando da praça. Desde aí até a terminação da guerra civil, a cidade de Porto Alegre conservou-se no poder da autoridade legal.

1840 — *Combate de Frecheiras* (Piauí). Os insurgentes (*Balaios*), comandados por Domingos Ferreira de Veras, são completamente derrotados pelas forças combinadas do Ceará, do Piauí e do Maranhão**,** ao mando dos tenentes-coronéis Francisco Xavier Torres e Manuel Antônio da Silva.

16 DE JUNHO

1556 — Naufrágio da nau *Nossa Senhora da Ajuda*, nos baixos de dom Rodrigo. Esse navio, saído da Bahia no dia 2, conduzia para Lisboa o primeiro bispo do Brasil, dom Pedro Fernandes Sardinha, o deão, dois cônegos e alguns homens e senhoras principais da Bahia. Os náufragos foram todos mortos e devorados pelos selvagens, junto à margem esquerda do rio São Miguel.

1630 — Luís Barbalho ataca, por ordem de Matias de Albuquerque, as obras do forte que os holandeses começavam a construir e ao qual deram o nome de Bruyn (Brum). O combate durou duas horas, retirando-se os nossos com alguma perda (nas *Memórias diárias*, esta ação tem a data de 13 de junho; Porto Seguro atribui-lhe a data de 18 de julho, em que houve outro combate).

1695 — O governador do Rio de Janeiro, Sebastião de Castro Caldas, remete para Lisboa amostras de ouro do território depois chamado de Minas Gerais. As primeiras minas aí descobertas pelos paulistas foram as de Itaberaba, em 1694, depois as de Ouro Branco, na serra de Itatiaia, e as de Ouro Preto.

1818 — O major Antero José Ferreira de Brito (depois tenente-general) ataca e rende, em Castilhos (Banda Oriental), o tenente-coronel Latorre, das forças do general Artigas.

1827 — O major Luís Alves de Lima (depois duque de Caxias) sai de Montevidéu, à noite, com 150 homens, atravessa a linha dos sitiantes, assalta e toma, no porto do Buceo, um lanchão inimigo

1828 — O brigue brasileiro *Niger,* de 11 bocas de fogo, do comandante Thomas Craig, ataca e persegue no rio da Prata o brigue corsário argentino *General Brandzen,* de 17 canhões, comandado por George C. de Kay e tripulado por americanos e ingleses. Voltava dos Estados Unidos, depois de ter feito muitas presas. Com a canhonada, acudiram Norton outros navios da divisão, e o *General Brandzen* foi encalhar debaixo dos fogos da bateria de Ponta de Lara. *O Niger* e os navios de maior calado tiveram de fundear ao largo. Por ordem de Norton, o brigue-escuna *2 de Julho* (William Mac Erwing), a bombardeira *19 de Outubro* (Augusto Leverger, depois barão de Melgaço) e a escuna *União* (Cecil Browning) foram atacar o corsário e deram fundo na distância de tiro de pistola. Ao cabo de 20 minutos de fogo, a guarnição do corsário arriou a bandeira e fugiu para a praia, que estava bem perto. Nessa ocasião, o brigue-escuna *9 de Janeiro* (John Williams), indo reunir-se aos combatentes, encalhou. Continuou o combate entre os nossos navios e a bateria, enquanto se trabalhava para safar a presa e o *9 de Janeiro*. Norton dirigiu-se em um escaler para bordo deste último navio, e aí uma bala partiu-lhe o braço direito, que no mesmo dia teve de ser amputado. Na manhã seguinte, ordenou o chefe brasileiro que fossem incendiados os dois navios encalhados, por ser impossível salvá-los. Essa ordem recebeu pronta execução, mas o comandante do *9 de Janeiro* e três marinheiros demoraram-se a bordo e foram aprisionados, quando o inimigo, vindo de terra, tentou extinguir o incêndio. A nossa perda foi de 32 mortos e feridos e quatro prisioneiros. Por este combate teve Norton uma pensão e a dignitária da Ordem Imperial do Cruzeiro. Leverger e Craig foram nomeados cavaleiros da mesma ordem.

1831 — O deputado doutor Antônio Ferreira França apresenta um projeto estabelecendo que o governo do Brasil fosse vitalício na pessoa do imperador dom Pedro II e depois temporário na pessoa de um presidente das Províncias Confederadas do Brasil. A Câmara decidiu que o projeto não fosse discutido.

1884 — Falecimento do visconde de Niterói, Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

17 DE JUNHO

1581 — Falece na Bahia o governador-geral Lourenço da Veiga (ver 12 de abril de 1577).

1624 — O coronel Johan van Dorth, governador holandês da cidade da Bahia, indo explorar os arredores da praça, é assaltado em Água de Meninos pelo capitão Francisco Padilha e morto por um golpe de espada por este oficial. O sucessor de Van Dorth foi também morto em uma emboscada dirigida pelo mesmo Padilha (ver 3 de setembro). Este intrépido guerrilheiro era natural do Brasil, provavelmente da Bahia, e morreu gloriosamente, combatendo contra o célebre almirante Piet Heyn (ver 12 de junho de 1627).

1645 — *Primeiro encontro de armas, na Guerra da Restauração de Pernambuco.* O capitão-mor Amador de Araújo, senhor do engenho Tabatinga, e o pardo Domingos Fagundes, logo depois nomeado capitão, atacam e aprisionam o destacamento holandês de Ipojuca e apoderam-se de duas embarcações que iam transportá-lo para o Recife. Este ataque deu-se no dia 17, e não no dia 19. O tenente Jacob Flemming, citado pelo visconde de Porto Seguro, não estava aí: partiu do Recife para Ipojuca, em consequência da notícia dessa agressão. Domingos Fagundes já tinha 14 anos de campanha e três ferimentos.

1791 — Nascimento da poetisa Delfina Benigna da Cunha, em São José do Norte (Rio Grande do Sul). Faleceu em 1857.

1823 — Na Constituinte, o deputado Andrade Lima propôs, neste dia, que os presidentes de província fossem nomeados pelo corpo eleitoral e confirmados pelo imperador: não havendo candidatos, ficaria ao chefe de Estado o direito de nomear quem lhe parecesse. Carneiro de Campos (depois marquês de Caravelas) propôs que os presidentes fossem escolhidos pelo imperador em listas tríplices apresentadas pelas

juntas eleitorais das províncias. Depois, explicou que essa sua proposta visava somente ao período de transição que então atravessava o Brasil, antes da constituição, pois nessa época – e desde 1821 – já eram eletivos os governos provinciais. Em 17 de setembro, o deputado Antônio Ferreira França propôs que o artigo 2º do Projeto de Constituição fosse modificado, dizendo-se: "Compreende confederalmente as províncias." Falaram a favor os deputados Carneiro de Campos (marquês de Caravelas), Montezuma (visconde de Jequitinhonha), Alencar e Ferreira França; contra, os deputados Carvalho e Melo (visconde da Cachoeira), Silva Lisboa (visconde de Cairu), Henriques de Resende, Sousa França, Vergueiro, Paula e Sousa, Lopes Gama (visconde de Maranguape) e Costa Barros.

1831 — Desde 7 de abril governava uma regência provisória. Neste dia, a Assembleia Geral, presentes 35 senadores e 88 deputados, elegeu a regência permanente. Foram eleitos: o general Francisco de Lima e Silva, com 81 votos; e os deputados Costa Carvalho (depois marquês de Monte Alegre), com 75, e Bráulio Muniz, com 65.

1841 — Morre no Rio de Janeiro o conselheiro José de Resende Costa, deputado por Minas Gerais na Constituinte e na primeira legislatura do Império. Comprometido na conjuração mineira de 1789 para a Independência do Brasil, foi então preso e, em 1792, remetido para Cabo Verde, onde cumpriu a pena de 10 anos de degredo.

1864 — Notas do ministro dos Negócios Estrangeiros do Paraguai dirigidas ao do Brasil e ao conselheiro Saraiva, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial no rio da Prata, oferecendo a mediação do ditador Solano López para o ajuste amigável dos desacordos entre os governos do Brasil e da República Oriental. O conselheiro Saraiva respondeu, em 24 de junho, agradecendo o oferecimento e declarando que esperava obter amigavelmente do governo oriental a solução das questões pendentes. No mesmo sentido respondeu o ministro dos Negócios Estrangeiros, Dias Vieira, em 7 de julho.

1880 — O imperador do Brasil é convidado para nomear um representante seu, incumbido de presidir ao Tribunal Arbitral de

Washington, que deveria julgar as reclamações apresentadas aos Estados Unidos por algumas potências europeias. Coube essa missão ao visconde de Arinos.

18 DE JUNHO

1504 — Américo Vespúcio chega a Lisboa, com 77 dias de viagem (ver sua carta a Soderini) desde Cabo Frio. Partira, portanto, a 2 de abril. Esta foi a segunda e última expedição de Vespúcio ao Brasil. Na primeira, saiu de Lisboa a 10 de maio de 1501, na esquadrilha comandada por André Gonçalves, e entrou de volta no mesmo porto a 7 de setembro do ano seguinte. A 10 de maio de 1503, partiu de Lisboa, comandando um dos navios da esquadrilha de Gonçalo Coelho, e, desde 10 de agosto, na ilha de Fernando de Noronha, seu navio e outro se separaram do chefe de expedição. Com eles regressou Vespúcio, depois de ter estacionado cinco meses em Cabo Frio. O célebre cosmógrafo florentino foi o primeiro explorador da costa brasileira, do cabo de São Roque a Cananéia, o chefe da primeira entrada de europeus pelo interior do Brasil, o primeiro escritor que falou à Europa das maravilhas da nossa natureza (carta a Lourenço de Medicis, publicada em 1504) e o fundador do primeiro estabelecimento europeu no Brasil, a feitoria de Cabo Frio, onde deixou 24 homens e 12 peças. Gonçalo Coelho, que seguira para o sul, construiu também um forte na baía do Rio de Janeiro. Ambas as fortificações foram destruídas poucos anos depois pelos Tamoio. Thevet, que esteve entre os selvagens do Rio de Janeiro em 1550 e em 1555, fala da destruição do forte de Cabo Frio (*Singularitez...*, fls. 42 da 1ª ed.) e Crespin (*Histoire des Martyrs*, ed. de 1597, fls. 401) dá notícia da queda do outro forte ("uma torre de pedra no Rio de Janeiro"): "Depois de alguns anos [diz ele] eles (os portugueses), comportaram-se tão mal relativamente aos naturais que foram, na maior parte exterminados, destruídos e mortos por eles. Os outros fugiram para o alto mar num navio. Desde então, os mencionados (portugueses) não ousaram habitar ali, porque seu nome tornou-se tão odiado ali que até hoje os (naturais) têm por delícia e voluptuosidade comer a cabeça de um português."

1653 — O capitão Paulo Teixeira ataca e dispersa os holandeses junto à estância de Aguiar (arredores do Recife).

— Por esse tempo, houve um combate em Santa Isabel, no rio de São Francisco, o qual venceu, mas foi morto, o capitão Francisco Barreiros.

1711 — Reação dos habitantes do Recife, pela maior parte portugueses europeus, contra os habitantes de Olinda e naturais da terra, que em novembro do ano anterior haviam obrigado o governador Caldas a fugir. O bispo dom Manuel Álvares da Costa, que era o governador interino, foi posto debaixo de guarda, e na mesma ocasião foram presos o ouvidor e o sargento-mor Bernardo Vieira de Melo. Os reacionários ocuparam desde logo os fortes do Brum, do Buraco e das Cinco Pontas. João da Mota e o mestre de campo Domingos Rodrigues Carneiro ficaram governando no Recife. O bispo conseguiu fugir no dia 21 e foi reunir-se aos de Olinda. Começou, então, a Guerra chamada dos *Mascates*. Os partidários de Olinda foram sitiar o Recife, rompendo as hostilidades no dia 27.

1814 — Decreto do príncipe regente declarando abertos a todas as nações os portos dos seus Estados, em consequência da terminação da guerra com a França. Este decreto referia-se unicamente à reabertura de comércio e navegação com a França.

1822 — Decreto regulando o julgamento dos delitos de imprensa no Brasil, assinado pelo príncipe regente dom Pedro e referendado por José Bonifácio. Fundando-se na "lei suprema da salvação pública", e não querendo, dizia o príncipe, "ofender a liberdade bem-entendida da imprensa que... tantos bens tem feito à causa sagrada da liberdade brasílica", determinava ele que os delitos de imprensa fossem julgados por um júri de oito membros, escolhidos pelos acusados dentre 24 cidadãos nomeados pelo corregedor do crime na corte e os ouvidores nas províncias. As penas seriam impostas por esses magistrados, segundo as decisões do júri. O procurador da coroa e Fazenda seria o promotor nas causas de imprensa. Dos julgados haveria apelação para o príncipe regente.

1823 — Capitulação da guarnição portuguesa da vila de Itapicuru-mirim, comandada pelo tenente-coronel José Coelho. No dia 10, um ataque dos sitiantes brasileiros, dirigidos por Salvador Cardoso de Oliveira, foi repelido; no entanto, passando-se para os nossos no dia 17 o tenente-coronel José Felix Pereira de Burgos, com a força que comandava, o tenente-coronel Coelho entendeu que esta deserção tornava impossível a defesa da vila. Os sitiantes ganharam, com a capitulação, nove peças.

1834 — O Senado rejeita a proposição da Câmara dos Deputados, proibindo ao ex-imperador dom Pedro I "a entrada no território do Brasil ou a residência em qualquer parte dele, mesmo como estrangeiro e indivíduo particular". Se o contrário fizesse, seria "tido e tratado como inimigo e agressor da nação brasileira". O projeto fora apresentado por Venâncio Henriques de Resende e aprovado em última discussão na Câmara dos Deputados a 30 de maio, reunindo 61 votos contra 19. Um ilustre escritor brasileiro enganou-se, atribuindo o projeto de banimento a Antônio Ferreira França. Este deputado, que era republicano federalista, falou e votou contra, proferindo, entre outras, as seguintes palavras: "Dom Pedro I foi o autor da Independência e da liberdade do Brasil. Suponhamos que este homem tem necessidade de vir para o Brasil, sem hostilizar-nos. Eu por certo hei de lhe abrir a porta."

1840 — O tenente Fortunato José da Costa, com 40 homens, tinha sido colocado pelo presidente do Maranhão, coronel Alves de Lima (depois duque de Caxias), em uma casa fortificada no lugar denominado Gaiola, margem esquerda do Monim. Atacado nesta data por 300 homens, sob o comando de Raimundo Gomes, resistiu durante 18 horas, conseguindo repelir o inimigo. "Grande foi o exemplo do tenente Fortunato José da Costa [...] a quem o presidente, confiando o posto do Gaiola só com 40 praças, ordenou que morresse antes do que se rendesse, fosse qual fosse o número dos rebeldes que o atacassem", disse Magalhães, visconde de Araguaia, na sua *Memória histórica da revolução do Maranhão*.

— Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuí, surpreende na estância do Salgado (arroio Velhaco) o general Antônio de Sousa Neto.

Este consegue fugir, perdendo o seu poncho e toda a bagagem, alguns mortos e prisioneiros. Foi morto neste encontro o coronel Afonso José de Almeida Corte Real, um dos melhores oficiais do Exército republicano rio-grandense.

1841 — O general João Paulo dos Santos Barreto, estando em marcha, repele no banhado de Inhatium um ataque do Exército republicano do Rio Grande do Sul. Distinguiram-se neste conflito os comandantes João Propício Mena Barreto (barão de São Gabriel), Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) e Arruda Câmara.

1842 — Decreto suspendendo as garantias constitucionais no Município Neutro e na província do Rio de Janeiro, em consequência da insurreição dos liberais em São Paulo e em Minas.

1855 — Morre no Rio de Janeiro o senador Manuel de Carvalho Pais de Andrade, que dirigira em Pernambuco a revolução republicana e separatista de 1824.

1863 — Laudo do rei dos belgas, Leopoldo I, favorável ao Brasil, na questão christie que motivara o rompimento das relações diplomáticas com a Grã-Bretanha.

1865 — *Combate da passagem de Mercedes*. O general Robles, comandante em chefe do Exército paraguaio em Corrientes, estabelecera baterias na barranca de Mercedes, um pouco acima do Empedrado, com o fim de cortar todas as comunicações entre a esquadra brasileira vencedora em Riachuelo e a base de operações dos aliados. Isso obrigou o chefe Barroso, cuja missão era bloquear as posições ocupadas pelos paraguaios, a descer o rio, para não ficar bloqueado. Desde que o inimigo avançava para o sul, no território de Corrientes, era preciso que Barroso seguisse na mesma direção, até a linha de frente, que o exército ali mantinha em terra. No dia 18, forçou ele a passagem de Mercedes, apesar do fogo de 36 canhões e dos 20º, 21º e 23º batalhões de infantaria. Tivemos apenas 14 mortos e feridos, figurando entre os primeiros o comandante Bonifácio de Santa Ana. A esquadra foi fundear no Chimboral, entre Empedrado, ao norte, e Bela Vista, ao sul. As peças

montadas na barranca de Mercedes eram dirigidas pelo general Robles em pessoa.

19 DE JUNHO

1764 — Nasce em Montevidéu José Gervásio Artigas (ver 23 de setembro de 1850).

1822 — Instruções do ministro José Bonifácio regulando o processo da eleição da Constituinte, convocada por decreto de 3 de junho. O sistema adotado foi o da eleição indireta: os cidadãos solteiros maiores de 20 anos e todos os cidadãos casados nomeariam, nas assembleias paroquiais, os eleitores (eleição primária) e estes, reunidos nas cabeças dos distritos, então designados, nomeariam os deputados (eleição secundária). Nas assembleias paroquiais, o sufrágio era muito extenso, sendo reconhecido o direito de voto aos analfabetos e aos sem condição alguma de renda. Só eram excluídos os filhos-famílias, os que recebessem salários ou soldadas, os religiosos de ordens regulares, os estrangeiros não naturalizados e os criminosos. As assembleias paroquiais seriam presididas pelo presidente da municipalidade, com assistência do pároco, ou pelos vereadores em exercício, e até pelos transatos, quando no termo da cidade ou da vila houvesse duas ou mais freguesias. Os secretários e escrutinadores seriam propostos pelo presidente e aprovados ou rejeitados pelos votantes. Finda a eleição, todas as listas de votos seriam fechadas, seladas e remetidas com as atas ao presidente da Câmara. As eleições secundárias eram também dirigidas por funcionários eletivos. Reunido o Colégio Eleitoral na cabeça do distrito sob a presidência da autoridade civil mais graduada, começava nomeando por aclamação quatro eleitores para secretários e escrutinadores, e elegendo por escrutínio secreto um presidente, também eleitor. A apuração geral dos votos era feita pela Câmara Municipal da capital da província. Assim foram feitas as segundas eleições gerais a que se procedeu no Brasil: as primeiras foram as de 1821, para deputados às Cortes de Lisboa. Antes de 1821, as únicas eleições populares (indiretas) eram, no Brasil, as dos membros das municipalidades, isso desde o século XVI, ou seja, desde a fundação das nossas mais antigas cidades e vilas.

1828 — O almirante argentino Brown sai de Buenos Aires com uma esquadrilha de escunas e canhoneiras e dirige-se à Ensenada, navegando muito perto da costa. Alguns navios da 2ª divisão brasileira, então sob o comando de Oliveira Botas, puderam aproximar-se mais e fizeram fogo com as suas peças de alcance.

1840 — O caudilho Raimundo Gomes é derrotado em Vereda (entre o Monim e o Iguará), pelo tenente Antônio de Sampaio.

1860 — Morre no Recife o general José Joaquim Coelho, barão da Vitória, nascido em Lisboa a 25 de setembro de 1797, um dos mais ilustres soldados que têm tido o Exército brasileiro.

1865 — Os paraguaios, tendo saqueado São Borja, começam neste dia a sua marcha para Itaqui.

1880 — Morre no Rio de Janeiro o jurisconsulto Antônio Pereira Rebouças. Seus serviços ao Brasil começaram na época da Independência. Foi jornalista na Bahia e representou papel muito notável nas discussões da Câmara dos Deputados, durante a regência. Nasceu em Maragogipe a 10 de agosto de 1798.

20 DE JUNHO

1625 — Chega à baía da Traição a esquadra do almirante Boudewijn Hendrikszoon, procedente das costas da Bahia (ver 26 de maio). Ali desembarcaram os holandeses e fizeram três entrincheiramentos, entrando em relações com os indígenas. Matias de Albuquerque expediu contra eles algumas forças, sob o comando de Francisco Coelho de Carvalho (ver 4 de julho).

1657 — O mestre de campo general Francisco Barreto de Meneses (o vencedor dos Guararapes e restaurador de Pernambuco) toma posse, na Bahia, do cargo de governador e capitão-geral do Estado do Brasil. Governou até 24 de junho de 1663 e faleceu em Lisboa a 24 de janeiro de 1688 (ver 16 de abril de 1648).

1699 — Desde 1671 tinha o eremita Antônio de Caminha construído, dentro de um bosque, no outeiro até então chamado da Ponta da Carioca, uma pequena e frágil capela, dedicada a Nossa Senhora da Glória. Os romeiros dessa ermida formaram pouco depois uma irmandade, e o doutor Cláudio Gurgel do Amaral, que havia comprado ao capitão Gabriel da Rocha Freire as terras do outeiro, doou-as por escritura desta data aos irmãos de Nossa Senhora da Glória, com a condição de levantarem naquele lugar outra ermida permanente, onde ele doador e seus descendentes deveriam ser sepultados. O novo templo, que é a atual igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro, começou a ser construído em 1714.

1818 — O furriel Antônio Pinto da Silva, entrincheirado em uma casa no Passo de Santa Maria (Uruguai) com 14 milicianos, resiste durante oito horas aos ataques de 132 correntinos das forças de Artigas. Chegando o general Chagas Santos, o inimigo pôs-se em fuga, perdendo nos diferentes ataques e na retirada 81 mortos e feridos.

1827 — O marquês de Barbacena entrega o comando do exército em operações no Rio Grande do Sul ao general Gustavo Brown.

1842 — O general Caxias entra em Sorocaba. Na véspera, haviam-se dispersado os insurgentes, fugindo o seu chefe, Rafael Tobias de Aguiar, para o Rio Grande do Sul, onde foi aprisionado cinco meses depois, em Passo Fundo. Restabelecida a ordem nos distritos do oeste e do norte de São Paulo, Caxias voltou para a capital. A rebelião mantinha ainda alguma força armada nos distritos de leste, onde se deu, em Silveiras, no dia 12 de julho, o último combate dessa guerra civil.

1870 — Acordo preliminar de paz com o Paraguai, assinado em Assunção.

21 DE JUNHO

1563 — Nóbrega parte de Iperoí para São Vicente. Anchieta continua, como refém, entre os Tamoio, até 14 de setembro (ver 5 de maio).

1629 — O capitão Pedro da Costa Favela parte de Belém do Pará (Berredo, 254) com a missão de tomar ou render o forte de Taurege (Torrego), construído pelos ingleses na margem esquerda do Amazonas. Nada consegue e suspende as hostilidades, retirando-se para a aldeia de Mariocaí. O forte de Torrego só foi tomado no dia 24 de outubro, por Pedro Teixeira.

1632 — Pela madrugada, os holandeses saem do forte de Waerdenburch, na ponta da Asseca (margem direita do Beberibe), e atacam a estância de Nossa Senhora da Vitória, defendida por Martim Soares Moreno. Acode o general Matias de Albuquerque e repele o inimigo. Na mesma ocasião, o capitão Manuel Ribeiro Correia, com 20 homens embarcados em jangadas, toma por abordagem e queima um navio holandês fundeado junto à ilha do Cheira Dinheiro (ilha do Nogueira).

1640 — Chega à Bahia, com 74 dias de viagem, a esquadra comandada pelo marquês de Montalvão, primeiro vice-rei nomeado para o Brasil. As datas que até aqui têm sido dadas para a sua posse são inaceitáveis (Mirales dá 26 de maio; Acioli e Porto Seguro, 5 de junho).

1645 — O general Hendrik van Haus, comandante em chefe das tropas holandesas, parte do Recife para combater a insurreição pernambucana (data de M. van den Broeck).

1646 — Com as vantagens alcançadas na manhã de 15, Vidal e Vieira encarregaram o capitão Antônio Gonçalves Tição de devastar as plantações da ilha de Itamaracá; depois, passaram-se estes dois chefes para a ilha com as suas tropas. No dia 21, os holandeses evacuaram os entrincheiramentos da vila Schkoppe (vila da Conceição), abandonando 18 peças. Vidal e Vieira, informados de que iriam chegar grandes reforços aos holandeses, voltaram para o arraial, deixando começadas as obras de um forte no porto de Marcos. O sargento-mor Antônio Dias Cardoso conservou-se na ilha até o dia 29, recolheu a artilharia da vila Schkoppe e destruiu as suas trincheiras.

1817 — Morre no Rio de Janeiro o ministro conde da Barca (Antônio de Araújo de Azevedo), nascido em Ponte de Lima a 14 de maio de 1754. Foi enviado extraordinário e ministro plenipotenciário

de Portugal na Holanda, na Rússia e na França, e promoveu a fundação da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Publicou algumas traduções em verso e outros escritos literários e políticos. Sua escolhida livraria foi comprada pelo governo e incorporada à Biblioteca Real, hoje Nacional. Foi o mais ilustre dos estadistas portugueses que auxiliaram dom João VI nos seus projetos de promover o adiantamento e a grandeza do Brasil. "Temos esperança [disse o conde da Barca a Neukomm] de fundar um novo império nesta América" (*Memórias* de Neukomm).

1827 — O tenente José Teodoro da Silva (Juca Teodoro) ataca e dispersa em Aceguá (Banda Oriental) a escolta do general Alvear, comandante em chefe do Exército argentino. O general conseguiu escapar, perdendo 16 homens, entre mortos e prisioneiros.

1844 — Ataque da vila do Jaguarão pelos republicanos do Rio Grande do Sul, ao mando do coronel Antônio Manuel do Amaral. Foram repelidos por um destacamentos de marinheiros, a cuja frente se pôs o primeiro-tenente Antônio Afonso de Lima, comandante da escuna *Ibicuí*, por um esquadrão da Guarda Nacional, ao mando do capitão Balbino Francisco de Sousa, e por alguns cidadãos que se armaram. A referida escuna e os lanchões *Gaivota* e *Torres* apoiaram a defesa. O coronel Amaral foi morto neste combate.

1845 — Falecimento de Bernardo Jacinto da Veiga, presidente da província de Minas Gerais, durante a revolução de 1842. Era irmão de Evaristo da Veiga.

1864 — Falecimento do senador visconde de Maranguape (Caetano Maria Lopes Gama).

22 DE JUNHO

1552 — Chega à Bahia o primeiro bispo do Brasil, dom Pedro Fernandes Sardinha, supliciado quatro anos depois pelos selvagens (ver 16 de junho de 1556).

1633 — Capitulação da vila da Conceição de Itamaracá, sitiada pelos holandeses, ao mando de Siegemundt Von Schkoppe. Governava aí o mesmo capitão-mor Salvador Pinheiro, que a havia defendido em 1631. A vila passou a chamar-se Schkoppe, durante o domínio holandês.

1640 — Convenção assinada no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro entre os padres Diaz Taño, procurador dos missionários do Paraguai e Tucumã, Pedro de Moura, visitador-geral da província do Brasil, José da Costa, reitor do Colégio do Rio de Janeiro, e Mateus Dias, procurador do mesmo colégio, de uma parte, e, da outra, a municipalidade e os procuradores do povo do Rio de Janeiro. Esta convenção pôs termo aos motins que se deram na cidade, por terem os jesuítas publicado o breve de 22 de abril de 1639, de Urbano VIII, inovando as bulas de 1537 (28 de maio e 2 de junho) em favor da liberdade dos índios. O colégio foi atacado e invadido pelos partidários da escravidão, conseguindo a custo Salvador Correia de Sá, então governador, conter os agressores e salvar a vida dos jesuítas. Foram estes forçados, assim, a concordar na suspensão das ordens da Cúria romana. Em Santos e em São Paulo produziram-se iguais desordens com a publicação do breve. A 31 de julho foram os jesuítas expulsos de São Paulo.

1646 — Aportam ao Recife (data de Nieuhoff) dois navios holandeses, o *Valk* e o *Elisabeth*, com a notícia da próxima chegada de reforços. A praça estava sitiada, desde o ano anterior, por Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, e os víveres escasseavam. A notícia do próximo socorro foi muito festejada, cunhando-se então uma medalha, de que só foram tirados dois exemplares, com a seguinte inscrição em holandês: "O Recife foi salvo pelo *Valk* e pelo *Elisabeth*. Esta medalha e as moedas obsidionais desse ano no Recife são os mais antigos documentos numismáticos cunhados no Brasil."

1832 — *Combate de Missão Velha* (Ceará). O presidente da província, José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, derrota o coronel Pinto Madeira, chefe da insurreição restauradora.

1840 — Raimundo Gomes, um dos caudilhos da insurreição maranhense, é derrotado em Cantinho pelo tenente Antônio de Sampaio.

1841 — Combate pouco importante, no Passo de São Borja, do rio Santa Maria, entre o Exército imperial, ao mando do general João Paulo dos Santos Barreto, e as tropas republicanas do Rio Grande do Sul.

1874 — Fica terminado, no Recife, o assentamento do cabo submarino transatlântico, e começa neste dia a correspondência telegráfica entre o Brasil e a Europa. No dia 19 de janeiro, havia sido inaugurado o cabo submarino costeiro entre o Rio de Janeiro e o Pará.

23 DE JUNHO

1645 — Primeiros tiroteios entre as tropas holandesas (coronel Haus) e os insurgentes de Pernambuco (Amador de Araújo), junto ao engenho Tabatinga e ao rio Penderama.

1810 — Tendo o príncipe regente dom João (depois dom João VI) escolhido para o estabelecimento da Biblioteca Real, que resolvera fundar no Rio de Janeiro, o edifício do Hospital do Carmo, foi essa decisão comunicada pelo ministro conde de Aguiar, em ofício de 23 de junho de 1810, à ordem terceira que mantinha o hospital e que o transferiu, então, para o Recolhimento do Parto. Em princípios de 1811, a Biblioteca Real foi franqueada ao público. Depois da Independência, tomou o nome de Biblioteca Imperial e Pública e, em 1858, foi removida para o edifício que atualmente ocupa no largo da Lapa*.

1827 — Um destacamento do corsário argentino *Presidente* desembarca na ponta dos Castelhanos, na Ilha Grande, e aí é repelido e destroçado por alguns milicianos, ao mando de Bento José Gomes.

1865 — É lançado dos estaleiros do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro o *Tamandaré*, um dos encouraçados que ali eram construídos, primeiro navio desse gênero que caiu ao mar na América do Sul. Em maio de 1868, dizia o ministro da Marinha Afonso Celso (visconde de Ouro Preto), falando do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro: "Em

* Desde outubro de 1910, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ocupa a sua sede atual, na Avenida Rio Branco, 219, no Rio de Janeiro. (N.E.)

menos de três anos, de seus estaleiros caíram ao mar uma corveta de madeira, três encouraçados, seis monitores e duas bombardeiras, além da reconstrução quase completa de uma fragata e duas canhoneiras."

1866 — Morre em Pisa, na Itália, com 56 anos, o senador barão de Quaraí, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, natural do Rio Grande do Sul e chefe do Partido Conservador da sua província.

1870 — Morre na Bahia o marechal de campo Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, visconde de Itaparica, nascido na mesma cidade em 8 de agosto de 1821. Começou a servir, como voluntário, em 1837, no assédio da Bahia, e muito se distinguiu na Guerra do Paraguai, comandando, a princípio, uma divisão e depois um corpo de exército, até a batalha de Itororó, em que foi ferido (6 de dezembro de 1868). Em 21 de março de 1868, tomou as trincheiras do Sauce, o que obrigou o general Barrios a abandonar as extensas linhas de Curupaiti, Rojas e Angulo, e logo depois as de Passo Pucu e Espinillo.

24 DE JUNHO

1503 — Supõe Varnhagen ter sido descoberta, neste dia, por Fernando de Noronha, a ilha a que este chamou de São João e que pouco depois ficou conhecida pelo nome de seu descobridor. Mas no mapa de Cantino, enviado em novembro de 1502 a Ercole d'Este, duque de Ferrara, já figura aquela ilha com o nome de Quaresma.

1639 — O coronel Bento Rodrigues de Oliveira, chefe da vanguarda do capitão-mor Pedro Teixeira, encarregado da exploração do rio Amazonas, chega ao Paiamino, povoação dos espanhóis, situada sobre o rio do mesmo nome, afluente da margem direita do Napo. Pedro Teixeira só ali chegou a 15 de agosto (ver esta data e 3 de julho).

1645 — Edital de João Fernandes Vieira, chamando às armas os pernambucanos. Vieira estava, então, na mata do Brasil.

— Amador de Araújo e Domingos Fagundes, emboscados junto ao engenho Tabatinga, destroçam um destacamento holandês ao mando de

Wenzel Smit, das forças do coronel Hendrik van Haus, que na véspera entrara em Ipojuca.

1792 — Parte do Rio de Janeiro para Lisboa a fragata *Golfinho*, conduzindo alguns dos condenados da conjuração mineira de 1789: o cônego Luiz Vieira, o padre Manuel Rodrigues da Costa e outros eclesiásticos, e com eles Domingos Vidal Barbosa, José de Resende Costa (pai e filho) e João Dias da Mota. Estes últimos foram remetidos para a ilha de Santiago de Cabo Verde, ficando presos em Lisboa os eclesiásticos.

1819[1] — O general Andrés Artigas, derrotado por José de Abreu em Itacorubi (ver 6 de junho), é aprisionado neste dia no Passo de Santo Isidro, do Uruguai, pelo sargento Joaquim Antônio de Santiago, do regimento de infantaria de Santa Catarina. Andrés Artigas, vulgarmente chamado Andresito, era guarani, nascido em Missões, e filho adotivo do general José Artigas. Nos seus primeiros anos tinha o nome de Andrés Taquari. Duas vezes foi derrotado no Rio Grande do Sul (1816 e 1819), mas em Corrientes obteve vitórias sobre os partidários de Buenos Aires, repeliu os paraguaios e foi governador da província ou governou-a por meio de homens da sua confiança. Faleceu prisioneiro na fortaleza de Santa Cruz do Rio de Janeiro.

---

[1] Rio Branco colheu a notícia do falecimento de Andrés Artigas quando, prisioneiro na fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, do livro de Martin Moussy *Memoria historica sobre la decadencia y ruina de las Missiones Jesuíticas en el seno del Plata*: su estado em 1856, ps. 36, Paraná, Imprenta del Nacional Argentino, 1857, in 8º. De Moussy acrescenta: "[...] Por excesso de bebida – dizem os portugueses –, envenenado – dizem os castelhanos –, pois se temia sua influência sobre os índios." Juntando, ainda, como para confirmar a aleivosia castelhana: "Esta influência era real, pois, assim que Taquaria desapareceu da cena política, os índios não se moveram mais."
A verdade é que Andrés Artigas não morreu na fortaleza de Santa Cruz, onde esteve preso algum tempo. Restituído à liberdade, embarcou no Rio de Janeiro a 17 de junho de 1821 no brigue inglês *Francis,* de mestre Charles Peterson, e chegou a Montevidéu a 7 do mês seguinte. É o que consta do *Libro 99* (p. 198, del Archivo general de La Nación, de Montevidéu), comunicado gentilmente ao revisor das *Efemérides brasileiras* pelo ilustre historiador uruguaio, senhor doutor dom Ariosto Fernandez. A saída do brigue *Francis*, do porto do Rio de Janeiro, está na *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 20 de junho de 1821.

1820 — Nascimento de Joaquim Manuel de Macedo em Itaboraí.

1839 — Morre em São João d'el-Rei o ex-deputado Batista Caetano de Almeida, redator do *Astro de Minas* (1827-1830) e fundador da biblioteca e da casa de misericórdia daquela cidade.

1842 — O major Pedro Paulo de Morais Rego derrota em Salto, perto de Areias, um corpo de insurgentes de São Paulo, ao mando de Anacleto Ferreira Pinto.

1855 — Falece na Bahia o poeta Luís José Junqueira Freire, nascido na mesma cidade a 31 de dezembro de 1832.

1865 — O Exército brasileiro do general Osório começa a passar da margem esquerda para a direita do Uruguai, indo reunir-se ao argentino no acampamento da Concórdia.

25 DE JUNHO

1631 — Por ordem de Matias de Albuquerque, o capitão Luís Barbalho atravessa o Beberibe e desaloja os holandeses do Perrexil, no istmo de Olinda, onde começavam a construir um reduto, a que deram o nome de Juffrou de Bruyn. Barbalho arrasou as obras; no entanto, no dia 30, os holandeses, voltando com grandes forças, recomeçaram e concluíram a construção. Esse reduto teve depois o nome de forte do Buraco.

1723 — Nascimento, na Bahia, de Antônio da Costa e Lima, depois dom Tomás da Encarnação da Costa e Lima, 10º bispo de Olinda. Deixou alguns trabalhos estimados, entre os quais a *Historia Ecclesiae Lusitaniae* (Coimbra, 1759).

1822 — Sublevação na vila da Cachoeira (Bahia) contra a autoridade do general português Madeira. Foi promovida pelos coronéis de cavalaria miliciana José Garcia Pacheco e Rodrigo Antônio Falcão Brandão (depois barão de Belém). A Câmara Municipal e o povo procederam

à aclamação solene do príncipe real dom Pedro, reconhecendo-o como regente e defensor perpétuo do Reino do Brasil. Uma canhoneira portuguesa dirigiu, então, e nos dias seguintes, alguns tiros de metralha contra o povo (ver 28 de junho). Em Cachoeira, organizou-se, no dia 26, uma junta interina conciliatória e de defesa, tendo por presidente Antonio Teixeira de Freitas Barbosa (depois barão de Itaparica) e por secretário o jovem advogado Antonio Pereira Rebouças. A essa junta sucedeu um Conselho Interino de Governo, composto de representantes das vilas que aderiram à Independência (ver 22 de setembro).

1835 — Desembarque do general Manuel Jorge Rodrigues (depois barão de Taquari) em Belém do Pará.

1837 — Surtida do brigadeiro Cunha. Sai de Porto Alegre e combate na Fortaleza. Foi morto o major Mazarredo, comandante do 8º batalhão.

1850 — Promulgação do Código do Comércio.

1874 — Começa a revolta dos fanáticos *Muckers*, dirigidos por João Jorge Maurer. Entrincheiraram-se no bosque de Ferrabraz, município de São Leopoldo, e só foram vencidos no dia 2 de agosto. Em um dos combates foi morto o comandante das forças de governo, coronel Genuíno de Sampaio, que fora um dos mais distintos comandantes de batalhão na Guerra do Paraguai.

1875 — Fica organizado um novo ministério conservador, presidido pelo marechal duque de Caxias. Sucedeu ao de 7 de março de 1871, presidido pelo visconde do Rio Branco, e governou até 5 de janeiro de 1878.

26 DE JUNHO

1620 — Nascimento de Antônio de Sá, na cidade do Rio de Janeiro. Pertenceu à Companhia de Jesus e emulou com o padre Antonio Vieira na tribuna sagrada. Faleceu em 1678 (1º de janeiro).

1818 — Bento Manuel Ribeiro parte do acampamento do general

Curado, em Hervidero, para surpreender o general José Artigas no Queguaí (ver 4 de julho).

1825 — Nascimento de Francisco Otaviano de Almeida Rosa, na cidade do Rio de Janeiro.

1827 — A escuna brasileira *Isabel* (um rodízio), comandada pelo primeiro-tenente Vioget, é tomada na altura de Castilhos, após prolongado combate, pelo brigue corsário argentino *General Brandzen* (oito peças), do comandante De Kay. Servia na guarnição da *Isabel* o jovem segundo-tenente Junius de Villeneuve, que depois tão conhecido se tornou no nosso jornalismo.

1836 — No Acará, o segundo-tenente de Marinha Filipe José Pereira Leal e o ajudante Pedro Ivo Veloso da Silveira perseguem, perto de Turi, um troço de insurgentes do Pará. Leal foi ferido.

1865 — Combate de Botuí (Rio Grande do Sul). Uma coluna paraguaia de 500 homens, ao mando do major José López, é atacada e perseguida por duas brigadas da Guarda Nacional, brasileiras, comandadas pelo coronel Antônio Fernandes Lima e pelo tenente-coronel Sezefredo de Mesquita. Os paraguaios formam quadrados e retiram-se, atravessando um pântano. A perda do inimigo foi de 400 mortos, feridos e extraviados, e de duas bandeiras. Os nossos tiveram 118 homens fora de combate.

27 DE JUNHO

1499 — O navegador espanhol Alonso de Hojeda avista uma terra alagada. O visconde de Porto Seguro supõe que essa terra fosse a das bocas do Açu ou do Apodi, no Rio Grande do Norte.

1633 — Os holandeses da guarnição de Itamaracá, que haviam desembarcado no continente, são neste dia repelidos, junto do Araripe, pelos capitães dom Fernando de la Riba Aguero e Antônio de Figueiredo Vasconcelos.

— Forma-se na França, com permissão do cardeal de Richelieu, uma companhia destinada a explorar a Guiana nos limites naturais do Maroni ao Oiapoque. À frente dessa empresa estavam os senhores de Rosée e Robin e seus associados, negociantes de Rouen e de Dieppe. Foi essa a chamada Companhia do cabo do Norte, ou Guiana, a primeira dessa denominação, e que não teve sucesso (ver 26 de maio de 1640).

1637 — O almirante holandês Lichthardt é repelido depois de atacar a vila de São Jorge dos Ilhéus. Segundo o escritor das *Memórias diárias*, o chefe inimigo recebeu um ferimento nesse combate.

1711 — Surtida das tropas do Recife contra os postos dos olindenses na Boa Vista. A princípio, obtêm vantagens, mas, afinal, são repelidas pelo capitão Carlos Ferreira.

1835 — Morre em Paris o general brasileiro Joaquim de Oliveira Álvares, que comandou a Legião de São Paulo nas campanhas de 1811 a 1820, chamadas da Cisplatina, que ganhou a batalha de Carumbé sobre o general José Artigas (27 de outubro de 1816) e que teve parte principal na de Catalán. Foi ministro da Guerra na época da Independência, assim como alguns anos depois, durante o reinado de Pedro I. Em sua mocidade, sendo segundo-tenente de Marinha e comandante do caíque *Leão*, que apenas tinha duas peças e 20 homens, bateu-se nas costas de Portugal contra uma escuna francesa de 10 canhões, e resistiu até ir a pique, podendo ter evitado o combate, porque estava a pequena distância de um porto. Jaz no cemitério do Père-Lachaise, em Paris.

— Lei provincial que elevava à categoria de cidade as vilas do Rio Grande e de São Francisco de Paula, esta última com o nome de Pelotas.

1842 — O coronel José Tomás Henriques atravessa o Paraíba para a margem esquerda e desaloja do registro do Paraibuna os insurgentes de Minas Gerais.

1843 — Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) surpreende Piratini e aprisiona José Mariano de Matos e Joaquim Pedro Soares, dois dos principais chefes da insurreição rio-grandense.

1880 — Inauguração da estação de Barbacena, na estrada de ferro então denominada Pedro II e, hoje, Central do Brasil.

1889 — Falecimento de Tobias Barreto de Meneses, na cidade do Recife. Nasceu em Campos do Rio Real, Sergipe, a 7 de junho de 1839.

28 DE JUNHO

1697 — O capitão Francisco de Sousa Fundão, mandado de Gurupá à frente de 160 soldados e de 150 índios pelo governador Antônio de Albuquerque, retoma aos franceses o forte de Cumaú, que havia menos de um mês tinha sido por eles ocupado (ver 31 de maio).

1720 — Insurreição nos arredores de Vila Rica (depois Ouro Preto), contra o sistema de cobrança do imposto do ouro. Os insurgidos ficaram senhores da vila, e o governador, conde de Assumar, que estava ausente, atendeu no dia 2 de julho a todas as exigências por eles feitas; no entanto, desde que dispôs de forças, reprimiu severamente a revolta (ver 16 de julho).

1805 — Nascimento de Bernardo de Sousa Franco, no Pará.

1822 — Os milicianos e o povo da Cachoeira (Bahia), dirigidos pelo coronel José Garcia Pacheco, tomam, depois de prolongado combate, a canhoneira portuguesa que desde o dia 25 disparava tiros contra a vila. Este combate foi o primeiro da Guerra da Independência na Bahia (ver 25 de junho).

1850 — Morre no Rio de Janeiro o chefe da divisão Jacinto Roque de Sena Pereira. Foi ministro da Marinha e diretor da Escola da Marinha. Distinguiu-se em vários combates no rio da Prata, sobretudo, em 1826 e em 1828. Em 1827, comandando a flotilha do Uruguai, sofreu completa derrota perto da ilha do Juncal (9 de fevereiro). *As Memórias e reflexões sobre o rio da Prata por um oficial de Marinha brasileira*, trabalho cuja publicação ficou interrompida, tratam dos seus serviços militares. Foram redigidas por seu filho, o jornalista Emílio Sena.

1860 — Inauguração da primeira seção da estrada de ferro da Bahia a São Francisco.

29 DE JUNHO

1565 — Parte do Recife para Lisboa o navio *Santo Antônio,* conduzindo Jorge de Albuquerque Coelho e o poeta Bento Teixeira (ver 3 de setembro).

1646 — O capitão Francisco Lopes Estrela ataca duas lanchas holandesas na barra do Tigipió, apodera-se de uma e põe em fuga a outra, em que ia o governador da fortaleza dos Afogados.

1817 — Desembarca no Recife a expedição do Rio de Janeiro, sob o comando do general Luís do Rêgo Barreto. A insurreição já tinha sido vencida desde o combate de 15 de maio no Trapiche de Ipojuca.

1819 — Chega ao Rio de Janeiro o coronel oriental Fernando Otorgués, aprisionado no combate de 6 de maio desse ano.

1839 — Os insurgentes do Rio Grande do Sul evacuam precipitadamente a bateria de Itapuan, abandonando uma peça.

1862 — Inaugura-se a nova linha, entre a corte e a cidade de Niterói, das barcas a vapor da Companhia Ferry. Navegaram nesse dia as barcas *Primeira, Segunda* e *Terceira.*

1869 — O general Portinho vence a oposição dos paraguaios no Passo Juti.

1878 — Morre em Viena o ministro do Brasil Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, autor da *História geral do Brasil* e de muitas outras obras e monografias, quase todas referentes ao Brasil. Nasceu em Ipanema a 17 de fevereiro de 1816.

30 DE JUNHO

1688 — Os franceses de Caiena, pretendendo reivindicar a margem guianense do Amazonas, o comandante português do forte do Araguari faz saber ao governador da Guiana, marquês de Ferrolle, qual era, na opinião de seu governo, a fronteira setentrional do Brasil.

1722 — Parte de São Paulo para o descobrimento de minas de ouro em Goiás a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, denominado, como seu pai, o Anhanguera. Nessa expedição, fundou ele o arraial de Santana, depois Vila Boa e cidade de Goiás. Desde fins do século XVI, os paulistas haviam penetrado nesse território, fazendo guerra de extermínio aos índios Caiapó do rio Pacaubava (rio Grande ou Araguaia), "que corre para o Amazonas" (Techo de *Hist. Prov. Paraquariae*). Depois, andaram em explorações por aí os paulistas Manuel Correia (1647), Pascoal Pais de Araújo (1672 ou 1673), Bartolomeu Bueno da Silva (o primeiro Anhanguera) e Antônio Pires de Campos, ambos em 1682.

1828 — O tenente Joaquim Teixeira Nunes derrota no Camaquã Chico um destacamento argentino, apoderando-se de três mil bois e muitos cavalos. Este oficial miliciano serviu depois como tenente-coronel no Exército republicano rio-grandense; tomou Laguna em 1839, venceu em Santa Vitória e foi derrotado em Curitibanos e no Arroio Grande, ficando morto neste último combate (ver 28 de novembro de 1844). Garibaldi combateu às suas ordens.

1836 — Primeiro assalto de Porto Alegre pelos insurgentes, ao mando de Bento Gonçalves. O ataque durou três horas e foi repelido pelo marechal João de Deus Mena Barreto, visconde de São Gabriel.

— Combate de Turi-mirim, no qual os insurgentes do Pará, dirigidos por Angelim, foram derrotados pelo tenente-coronel Joaquim José Luís de Sousa.

1866 — Os paraguaios bombardeiam pela segunda vez o acampamento dos brasileiros e orientais em Tuiuti. Responderam

as nossas baterias, produzindo uma explosão e alguns incêndios no acampamento paraguaio.

1887 — Partem para a Europa o imperador dom Pedro II e a imperatriz dona Teresa Cristina. Começa neste dia e termina a 22 de agosto de 1888 a terceira regência da senhora dona Isabel.

1º DE JULHO

1591 — Provisão do prelado administrador eclesiástico do Rio de Janeiro, Bartolomeu Simões Pereira, determinando que os vigários não se intrometessem nas eleições da irmandade da Santa Casa de Misericórdia. Esse documento, citado por Simão de Vasconcelos, é o mais antigo que se conhece sobre a Misericórdia do Rio de Janeiro. O mesmo cronista acrescenta que "se entende teve ela princípio pelos anos de 1582, ou poucos anos antes, porque neste chegou aquele porto uma Armada de Castela [...]" A Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, segundo Vasconcelos, foi fundada pelo padre José de Anchieta e, se o foi quando estacionaram no Rio de Janeiro alguns navios da esquadra de Flores Valdez. Deve-se atribuir-lhe a fundação ao ano de 1582. Um alvará de 8 de outubro de 1605, existente no arquivo da santa casa, diz que ela fora fundada 60 anos antes, isto é, em 1545; no entanto, semelhante proposição não resiste à análise, pois se sabe que antes da chegada de Villegaignon, em 1555, os únicos habitantes da baía do Rio de Janeiro eram índios Tamoio. A cidade só foi fundada em 1567, depois de lançados os primeiros alicerces por Estácio de Sá, em 1565.

1647 — O capitão-mor do Pará, Sebastião de Lucena de Azevedo, expulsa do Maricari os holandeses, que se haviam fortificado ali, sob o comando de van der Goes (Berredo, *Anais*, §§ 938-939).

1818 — Ação de Pichinango (Banda Oriental) na qual foi derrotado e morto, resistindo a forças muito superiores, o capitão Gaspar Pinto Bandeira. A retirada dos nossos foi dirigida pelo então tenente Domingos Crescêncio. Comandava os orientais o coronel Juan Ramos, que em 1828 (ver 12 de abril) foi morto combatendo pelo Brasil.

1824 — Toma posse da presidência da província das Alagoas o primeiro presidente nomeado, dom Nuno Eugênio de Lossio e Seiblitz.

1829 — Morre no Rio de Janeiro o naturalista frei Leandro do Sacramento, nascido no Recife em 1777. Era diretor do Jardim Botânico e do Passeio Público, e professor de Botânica.

1839 — Saque de Caxias por Balaio, Ruivo e outro bandidos (Guerra Civil no Maranhão).

1840 — Rebeldes tomam a povoação de São Pedro, na Serra Grande (Ceará).

1850 — Desde este dia, o governo do Brasil começou a pagar uma subvenção ao de Montevidéu, para sustentar a defesa da praça contra o ditador argentino, general Rosas. Esta foi a origem da dívida da República Oriental do Uruguai para com o Brasil, dívida que ainda hoje figura nos balanços do nosso Tesouro. O Brasil substituiu, naquela ocasião, a França, cujo governo suspendera a subvenção que pagava. Em 1851, deu-se a intervenção armada do Brasil, ficando então salva a independência da República Oriental e a do Paraguai, e libertado o rio da Prata.

1866 — Morre em Corrientes o brigadeiro honorário Antônio de Sousa Neto, comandante de uma brigada de voluntários de cavalaria. À frente dessa força esteve no assédio de Paissandu e nas batalhas do Estero Bellaco e Tuiuti. Neto fora general e, por algum tempo, comandante em chefe do Exército republicano do Rio Grande do Sul, durante a guerra civil, terminada em 1845.

1889 — Toma posse da presidência da província do Amazonas Manuel Francisco Machado (barão de Solimões), o último presidente dessa província no Império.

2 DE JULHO

1635 — *Capitulação da fortaleza de Nazaré do cabo de Santo Agostinho.* – Era comandada por Pedro Correia da Gama e Luís Barbalho Bezerra. O assédio, dirigido por Siegemundt von Schkoppe, comandante-em-chefe das tropas holandesas, começou a 3 de março. A defesa durou, portanto, quatro meses, e só terminou quando de todo faltavam víveres. A guarnição saiu com todas as honras da guerra e foi transportada para as possessões espanholas das Antilhas.

1720 — O conde de Assumar, governador de Minas Gerais, capitula com os sublevados de Vila Rica, enquanto reunia forças para submetê-los (ver 28 de junho e 16 de julho).

1817 — *Combate de Apóstoles* (nas Missões de além-Uruguai). – As tropas brasileiras do general Chagas Santos atacam e destroçam, na praça dessa povoação, uma coluna de milicianos correntinos ao mando do coronel Aranda, tomando-lhe uma bandeira, mas não conseguem vencer a resistência dos que combatiam entrincheirados na igreja e no colégio. Enquanto estava empenhada a ação, o major José Maria da Gama (depois general e barão de Saican) atacou e dispersou alguns esquadrões, que, sob o comando do coronel Andrés Artigas, vinham em socorro de Aranda. As nossas tropas, entrincheirando-se nas casas próximas da posição ocupada pelo inimigo, sustentaram o fogo até a manhã seguinte, em que, às 11 horas, o general Chagas Santos ordenou a retirada. O general foi ferido neste combate.

1823 — *Evacuação da cidade da Bahia pelas tropas portuguesas e entrada triunfal do Exército brasileiro sitiador*. A luta entre os baianos e o general português Inácio Luís Madeira de Melo começara a 25 de junho de 1822, com a insurreição da vila da Cachoeira. Em poucos dias, a insurreição ganhou a província inteira, menos a capital, dominada por forte guarnição, composta de veteranos da Guerra da Península e dos corpos milicianos, pela maior parte formados de residentes europeus. O rompimento das hostilidades deu-se a 28 de junho. Desde esse dia, o governo interino, constituído na Cachoeira, começou a organizar os corpos de voluntários, que, com os reforços de Pernambuco, da Paraíba, de Alagoas e do Rio de Janeiro formaram o exército libertador (ver a sua composição na efeméride de 27 de maio de 1823). No meado de julho de 1822, o tenente-coronel de milícias Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, depois visconde de Pirajá, começou o bloqueio terrestre da capital, dirigindo as forças brasileiras sitiantes até 20 de outubro. Dessa data até 27 foram elas comandadas pelo coronel de milícias Rodrigo Antônio Falcão Brandão, depois barão de Belém. No dia 27 de outubro, o general Pedro Labatut, chegado ao Rio de Janeiro, assumiu o comando do exército e conservou-se nele até 21 de maio de 1823, dia em que foi deposto por uma sedição militar promovida pelo coronel

Gomes Caldeira, vítima um ano depois dos exemplos de indisciplina que dera aos seus comandados (ver 25 de outubro de 1824). Foi durante o comando de Labatut que os brasileiros alcançaram as duas principais vitórias dessa guerra, em Pirajá (8 de novembro de 1822) e em Itaparica (7 de janeiro de 1823). O coronel José Joaquim de Lima e Silva, depois general e visconde de Magé, sucedeu a Labatut por nomeação do governo provisório da Cachoeira (ver 27 de maio de 1823), quando, pela impossibilidade do abastecimento de víveres, a posição do general português já se havia tornado insustentável em cidade tão populosa, sitiada havia quase um ano pelo Exército brasileiro e bloqueada desde princípios de maio de 1823 pela esquadra do comando de lorde Cochrane. Durante alguns dias, e, sobretudo, a 1º de julho, embarcaram os residentes portugueses e as famílias que preferiram regressar para a Europa, e às 4h de 2 de julho, ao sinal de um tiro de peça disparado do forte de Santo Alberto, partiram de diferentes pontos da cidade as lanchas e escaleres, que a um tempo conduziam na maior ordem para bordo dos navios, previamente designados, os corpos do Exército de Portugal, em número de seis mil homens. Os milicianos, que formavam um total de quatro mil homens, foram licenciados, ficando apenas alguns em armas, para policiarem a cidade. Às 11h, fez-se de vela a frota que conduzia essas tropas e alguns milhares de emigrantes portugueses. Compunha-se 30 navios de combate, charruas e transportes armados, montando 698 bocas de fogo e 41 navios mercantes; ao todo, 71 velas. Eram estes os navios de guerra, ou armados em guerra, e o número de bocas de fogo de cada um: nau *D. João VI* (74), com o pavilhão do chefe de esquadra Pereira de Campos; fragatas *Constituição* (54), depois chamada *Diana*, e *Pérola* (46); corvetas *Calipso* (22), *Regeneração* (22), depois chamada *Galatéia, Dez de Fevereiro* (26), depois chamada *Urania, Ativa* (22), *Constituição* (26), chamada antes e depois *Conceição e Oliveira, S. Gualter* (26), *Príncipe do Brasil* (24) e *Restauração* (26); brigues *Audaz* (18) e *Prontidão* (16); sumaca *Conceição* (8) e escuna *Emília* (8); charruas e transportes armados, *Princesa Real* (28), *Príncipe Real* (20), *Tritão* (16), *Orestes* (18), *Conde de Peniche* (16), *Canoa* (16), *São Domingos* (26), *Grão Pará* (16), *D. Afonso* (20), *Flor do Tejo* (20), *Leal Português* (18), *Conde da Palma* (20), *Bizarria* (18), *Duque da Vitória* (16) e *Vinagre* (12).

Às 13h, o Exército brasileiro fez a sua entrada na capital, tendo sido precedido por dois corpos de exploradores. Lorde Cochrane cruzava fora da barra com a nau *Pedro I* (comandante Crosbie) e a corveta *Maria da Glória* (comandante Beaurepaire). A esses navios reuniram-se, no dia 3, as fragatas *Niterói* (comandante Taylor) e *Carolina*, depois *Paraguaçu* (comandante Thompson), e o brigue *Bahia* (comandante Bartolomeu Hayden). Foram esses cinco navios os que perseguiram alguns dias a frota dos nossos então adversários. A *Niterói* seguiu até a foz do Tejo, diante da qual cruzou algum tempo, encetando a sua viagem de regresso a 12 de setembro. Dos 71 navios saídos da Bahia, apenas 40 entraram em Lisboa e no Porto, sendo apresados pela esquadra brasileira, no mar ou no porto do Maranhão, onde alguns se refugiaram, 30 navios, e incendiado um. Ficaram prisioneiros 2.029 oficiais e soldados, isto é, a terça parte das forças que evacuaram a praça, e foram tomadas e remetidas por lorde Cochrane para o Rio de Janeiro seis bandeiras de corpos (1º, 5º, 6º e 12º de infantaria, 2º de caçadores do 2º batalhão da Legião Constitucional Lusitana), além de sete bandeiras de navios de guerra e transportes armados. Da Marinha Real apenas foram apresados o brigue *Prontidão,* a escuna *Emília* (no Maranhão) e as charruas *Príncipe Real* e *Conde de Peniche,* e, entre os transportes armados, as galeras *Leal Português* (depois *Carioca*) e *Bizarria*. O *Grão Pará* foi por duas vezes capturado, sendo-lhe cortados os mastros grande e o de mezena, e lançada ao mar toda a sua artilharia e o armamento da tropa; no entanto, conseguiu escapar e entrou em Lisboa. O povo da Bahia festeja ainda hoje, todos os anos, o dia 2 de julho, comemorando com o mesmo entusiasmo patriótico dos primeiros tempos a recuperação da sua capital e o termo glorioso da Guerra da Independência no Recôncavo. Durante essa luta, a firmeza com que o general Madeira se opôs às tropas brasileiras levantou em torno do seu nome muitos ódios e injustiças. Ele soube resistir a todas as seduções e propostas vantajosas que lhe foram feitas por um emissário do governo do Rio de Janeiro, mas preferiu cumprir nobremente o seu dever de soldado português. Sua memória é, portanto, digna da estima de quantos sabem prezar o brio militar.

1824 — Proclamação de Manuel de Carvalho Pais de Andrade, chefe da revolução pernambucana, convidando as províncias do norte

a formarem República independente com o nome de Confederação do Equador. Desde 20 de março havia começado em Pernambuco a guerra civil, tendo-se oposto Pais de Andrade à posse de Francisco Pais Barreto (depois marquês do Recife), presidente da província nomeado pelo imperador. Pais Barreto fortificou-se em Barra Grande e aí esperou os reforços que pedira ao governo imperial. Esta rebelião separatista ficou vencida em Pernambuco a 17 de setembro, rendendo-se a 28 de novembro os seus últimos partidários, que haviam penetrado no Ceará.

1842 — O coronel da Guarda Nacional João da Mota Teixeira repele em Caeté os insurgentes de Minas Gerais, comandados por Manuel Joaquim de Lemos, e defende essa vila até a madrugada de 7, retirando-se então.

1843 — Partem de Nápoles as divisões navais brasileiras e napolitanas, que conduziam ao Rio de Janeiro a imperatriz do Brasil, dona Teresa Cristina (ver 3 de setembro).

1863 — Morre no Rio de Janeiro o almirante reformado Frederico Mariath. Distinguiu-se nas guerras do rio da Prata de 1818 a 1828, comandando navios e divisões, e comandou em chefe as forças navais em operações no Pará, na Bahia, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, no período das nossas guerras civis. Os feitos mais gloriosos da sua vida militar foram os dois combates de 18 de janeiro de 1827 no banco de Santa Ana, perto de Martín García, contra o almirante argentino Brown, e o combate de 15 de novembro de 1839 na Laguna, no qual destruiu a esquadrilha dos republicanos separatistas do Rio Grande do Sul, ao mando de Garibaldi.

3 DE JULHO

1638 — O capitão-mor Pedro Teixeira, que a 28 de outubro do ano anterior saíra de Cametá para exploração do rio Amazonas e reconhecimento da comunicação fluvial com a cidade de Quito, chega nesta data à foz do Aguarico, na margem oriental e esquerda do Napo. Ali, ele deixa um destacamento ao mando do capitão Pedro da Costa

Favela e continua a subir o Napo, como já o tinha feito a sua vanguarda, dirigida pelo coronel Bento Rodrigues de Oliveira, que desde 24 de junho estava em Paiamino (ver 15 de agosto).

1842 — Na fragata *Paraguaçu* partem do Rio de Janeiro para Lisboa os deportados políticos Limpo de Abreu (depois visconde de Abaeté), Sales Torres Homem (depois visconde de Inhomirim), cônego Geraldo Leite Bastos, doutor Joaquim, doutor Joaquim Cândido Soares de Meireles, doutor França Leite e José Francisco Guimarães. As garantias constitucionais estavam suspensas no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais, em consequência da insurreição dos liberais nas duas últimas províncias. Governava então o ministério do marquês de Paranaguá (Vilela Barbosa). Estas foram as últimas deportações políticas no tempo do Império, e as únicas decretadas no Segundo Reinado. No de dom Pedro I, antes da Constituição, foram deportados os seguintes cidadãos, todos para a França: a 20 de dezembro de 1822 (ministério de José Bonifácio), José Clemente Pereira, cônego Januário da Cunha Barbosa e general Luís Pereira da Nóbrega; a 20 de novembro de 1823 (ministério de Vilela Barbosa, depois marquês de Paranaguá), José Bonifácio, Martin Francisco, Antônio Carlos, Montezuma, Belchior Pinheiro de Oliveira, José Joaquim da Rocha e os dois irmãos Vasconcelos de Drummond.

1868 — Pequeno combate sustentado pelo tenente coronel Tibúrcio de Sousa, enquanto procedia com o 14º de infantaria e uma ala do 1º ao reconhecimento do reduto do Guaicuru, no Chaco. Tivemos 37 mortos e feridos.

1882 — Começa o ministério liberal do visconde, depois marquês, de Paranaguá (segundo desse título). Sucedeu ao de Martinho Campos (21 de janeiro de 1882) e passou o governo ao do conselheiro Lafaiete Rodrigues Pereira (24 de maio de 1883).

4 DE JULHO

1532 — O capitão Pero Lopes de Sousa parte do Rio de Janeiro para Lisboa com a nau *Santa Maria das Candeias* e o galeão *São Vicente* e,

nessa viagem, toma em Pernambuco mais dois navios franceses e um forte no canal de Itamaracá (ver 4 e 27 de agosto).

1625 — Francisco Coelho de Carvalho derrota junto ao Mamanguape uma coluna de holandeses e índios, sob o comando do capitão Swart (ver 20 de junho e 1º de agosto).

1789 — Suicídio do poeta Cláudio Manuel da Costa, na cidade de Vila Rica (Ouro Preto). O primeiro mártir da conjuração mineira para a Independência do Brasil faleceu com 60 anos, tendo nascido na Vargem do Itacolumi, freguesia da vila do Ribeirão do Carmo, depois Mariana, a 6 de junho de 1729.

1818 — Bento Manuel Ribeiro**,** à frente de 550 cavaleiros e infantes das tropas de São Paulo e Rio Grande do Sul, cumprindo as instruções do general Curado, ataca e surpreende, às 4h, o general José Artigas, que estava acampado com 1.500 homens das três Armas na margem esquerda do Queguaí Chico. A força inimiga dispersou-se, fugindo para os bosques vizinhos. A sua perda foi de 100 mortos e de 170 prisioneiros; a nossa, de 32 mortos e feridos.

— A posse do conde da Figueira como capitão-general do Rio Grande do Sul não se efetuou nesta data, segundo se lê na *História geral* do visconde de Porto Seguro, mas sim a 19 de outubro.

1823 — As fortalezas da Bahia, cuja artilharia havia sido encravada quase toda pelas tropas portuguesas (ver 2 de julho), deram neste dia uma salva geral, que foi acompanhada por todos os navios da esquadra inglesa comandada por sir Thomas Hardy. Foi este o primeiro cumprimento militar que a nova bandeira do Brasil recebeu de estrangeiros.

— Apresamento do brigue de guerra *Prontidão* e da charrua *Leal Português* (depois *Carioca*) pela fragata *Carolina* (depois *Paraguaçu*), nas margens da Bahia.

— A Relação do Rio de Janeiro absolve os presos políticos processados por ordem de José Bonifácio, excetuando tão somente

o português Soares Lisboa, redator do *Correio do Rio*. O imperador dom Pedro I anistiou este condenado, que no ano seguinte fundou em Pernambuco outro jornal revolucionário (*O Desengano Brasileiro*) e que pereceu no combate de Couro de Anta.

1828 — Apresamento do corsário argentino *Peruano* pela corveta *Maria Isabel*, do comandante Grenfell, na altura de Cabo Frio.

1846 — Falecimento de Francisco Álvares Machado e Vasconcelos, deputado liberal e um dos melhores oradores parlamentares que temos tido. Álvares Machado nasceu em São Paulo a 21 de dezembro de 1791 e morreu no Rio de Janeiro.

1879 — Falecimento, em Paris, do senador Firmino Rodrigues Silva, jornalista conservador e poeta, nascido na cidade de Niterói em 1816.

5 DE JULHO

1819 — O coronel José Maria de Almeida, depois general, surpreende em Rocha um corpo de tropas orientais, aprisionando o comandante, Leonardo Oliveira, 41 oficiais e soldados e o frade José de Azevedo, secretário de Artigas. Foi tomado um estandarte.

1823 — Apresamento da charrua portuguesa *Conde de Peniche* pela corveta *Maria da Glória* e pelo brigue *Bahia*.

1828 — Partem do Rio de Janeiro para a Europa a fragata *Imperatriz* e a corveta *D. Francisca.* A fragata conduzia a jovem rainha de Portugal, dona Maria II. Em consequência da usurpação de dom Miguel, voltou a rainha para o Rio de Janeiro no ano seguinte com a imperatriz dona Amélia.

— Neste mesmo dia 5 de julho entrou no porto do Rio de Janeiro o contra-almirante francês barão Roussin com a nau *Jean Bart* e as fragatas *La Terpsichore* e *L' Aréthuse* e o brigue *La Railleuse*. Já

estavam no nosso porto as corvetas *L'Isis* e *Lesbye* e o brigue *L'Iris*, que faziam parte da divisão naval francesa do Brasil e rio da Prata. No dia 8, chegou de Montevidéu o brigue *Le Cygne* e no dia 18, a fragata *La Magicienne*. O almirante Roussin tinha instruções para empregar a força, se necessário, mas começou por pedir em termos moderados a restituição dos navios mercantes franceses apresados pela nossa esquadra do rio da Prata. O governo imperial atendeu prontamente à reclamação, porque não podia lutar com a França. É inexato que Roussin houvesse apresentado de morrões acesos a sua reclamação e que as duas Câmaras estivessem dispostas a resistir. Não havia possibilidade de resistência eficaz, pois tínhamos no porto a nau *Pedro I*, a fragata *Príncipe Imperial*, a corveta *Carioca*, os brigues *Pampeiro* e *Pirajá* e a canhoneira *Despique Paulistano*. A relação dos navios franceses corrige os equívocos do almirante Jurien de La Gravière em trabalho publicado há pouco ("L'Expedition Du Tage", *Revue des Deux-Mondes,* 1887). Não foi façanha digna da admiração desse escritor a entrada de Roussin no Rio de Janeiro. Estávamos em paz com a França, e os navios de guerra das potências amigas entravam sem nenhum embaraço nos nossos portos militares.

1831 — O deputado Diogo Antônio Feijó é nomeado ministro da Justiça. Dias depois, teve de fazer frente a uma sedição militar e obteve da Regência a modificação de quase todo o ministério (ver 12 e 16 de julho). Nas seguintes linhas da *Aurora Fluminense*, encontra-se o juízo de Evaristo da Veiga acerca do ministro Feijó: "No Brasil, um patriota conhecido pela firmeza de caráter e retidão de espírito, de tal mérito que aos mesmos anarquistas foi impossível recusar-lhe, não duvidando sacrificar-se pela pátria em perigo, tomou em circunstâncias delicadíssimas a pasta da Justiça, e tem aí feito aparecer uma força de alma, uma constância que antes dele não fora conhecida entre nós. Não se fizeram mais vergonhosas capitulações com o crime ufano de suas vitórias. Os olhos da população ameaçada voltaram-se para este homem forte e íntegro; é dele que aguardam as providências com que a sociedade se mantenha sem risco de ser invadida por hordas de bárbaros; e a confiança veio finalmente coroar os esforços do digno membro da administração pública [...]"

1836 — O segundo-tenente Fernando Lázaro de Lima, marchando do engenho Pernambuco na margem direita do Guamá, derrota em Mazagão um bando de insurgentes (ver o dia seguinte).

1841 — Convenção secreta sobre auxílios recíprocos, celebrada entre Bento Gonçalves, chefe da insurreição separatista no Rio Grande do Sul, e o general Frutuoso Rivera, então presidente da República Oriental do Uruguai.

1878 — Morre em Paris dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, nascido em Pedras de Fogo a 27 de novembro de 1844.

6 DE JULHO

1823 — Apresamento do transporte de guerra *Bizarria* pela nau *Pedro I* e pela corveta *Maria da Glória*.

1836 — O segundo-tenente Fernando Lázaro de Lima derrota em Caraparu, perto da margem direita do Guamá, um corpo de anarquistas do Pará.

1839 — Os revolucionários do Rio Grande do Sul são desalojados da Barra e Carniça (arredores da Laguna) por um contingente de linha e de voluntários, apoiados pela escuna *Itaparica* e por algumas lanchas armadas.

1845 — Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva toma posse da sua cadeira de senador.

1847 — Morre em Porto Alegre o visconde de São Leopoldo (José Feliciano Fernandes Pinheiro), deixando honrado nome na nossa história política e literária. Nasceu em Santos a 9 de maio de 1774.

1866 — Falece dos ferimentos recebidos na primeira batalha de Tuiuti o general Antônio de Sampaio, natural do Ceará. Morreu no rio Paraná, em viagem de Corrientes para Buenos Aires, e foi sepultado

nesta última cidade, sendo os seus restos mortais trasladados três anos depois para o Rio de Janeiro e depositados no Asilo de Inválidos da Pátria. Na batalha de 24 de maio de 1866, em Tuiuti, foi à divisão do general Sampaio que coube a honra de fazer frente ao principal ataque dos paraguaios.

1871 — Morre na Bahia, aos 24 anos de idade, Antônio de Castro Alves, o poeta das "Espumas Flutuantes", da "Cachoeira de Paulo Afonso" e de "Escravos".

7 DE JULHO

1710 — Carta régia ao governador e capitão-general do estado do Maranhão, significando-lhe que os prelados das missões não podem recusar os índios que lhes fossem solicitados para o serviço real, como o fez um religioso da província da Piedade e missionário da aldeia de Gurupatuba, que se negou a socorrer com alguns índios o alferes da casa forte do rio Negro, na ocasião em que se receou alguma invasão dos castelhanos de Quito.

1822 — Instalação, na cidade da Bahia, do governo provisório (Conselho Interino de Governo), que durante a Guerra da Independência funcionava na Cachoeira.

1823 — Apresamento da charrua *Príncipe Real* pela nau *Pedro I.*

1865 — Os paraguaios entram em Itaqui.

1877 — Inauguração da estrada de ferro São Paulo e Rio (233 quilômetros), entre a cidade de São Paulo e a estação da Cachoeira, da Estrada de Ferro Central do Brasil, então chamada de Dom Pedro II. O decreto da concessão foi assinado a 2 de março de 1872.

1881 — É aberta ao trânsito público a ponte sobre o canal do Mangue da Cidade Nova (corte).

1882 — Em um dos salões da Tipografia Nacional realiza-se a sessão inaugural do primeiro congresso das estradas de ferro do Brasil, de iniciativa do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

8 DE JULHO

1691 — O padre Samuel Fritz, missionário da província castelhana dos Omáguas, regressa a sua missão, depois de uma detenção de 22 meses na cidade de Belém do Pará (ver 11 de setembro de 1689).

1706 — Ordem régia mandando fechar uma pequena tipografia estabelecida no Recife, sequestrar os impressos e admoestar os proprietários e tipógrafos.

1785 — Nasce no Rio de Janeiro Francisco de Lima e Silva, general, comandante das tropas imperiais na campanha de Pernambuco em 1824, membro da regência do Império de 7 de abril de 1831 a 12 de outubro de 1835 e senador do Império. Faleceu a 2 de dezembro de 1853.

1827 — O primeiro-tenente de artilharia Antônio de Almeida repele e derrota um destacamento argentino na ilha de São Sebastião. A força inimiga, que pertencia à guarnição de um corsário, embarca em desordem, deixando 10 mortos, quase todos ingleses ou norte-americanos. Para vingar o pequeno revés, o comandante do corsário manda queimar em outro ponto da ilha a casa de uma fazenda.

1869 — O general Portinho obriga os paraguaios a abandonar o Piraporaru e atravessa esse rio.

1875 — Falece no Rio Grande do Sul o doutor Manuel Pereira da Silva Ubatuba, a quem se deve a preparação do *extractum carnis*, que se tornou um dos primeiros artigos de exportação daquela parte do Brasil.

9 DE JULHO

1501 — Carta do rei dom Manuel, datada de Sintra, anunciando aos príncipes católicos o descobrimento da terra de Santa Cruz, por Pedro Álvares Cabral.

1632 — Assalto e tomada do forte inglês de Cumaú, na ponta de Macapá (Amazonas), pelo capitão Pedro Baião de Abreu (ver 14 de julho de 1632).

1645 — João Fernandes Vieira chega ao engenho Covas, onde se conserva até 31 de julho com os voluntários pernambucanos que reunira para a guerra contra os holandeses. No mesmo dia, fazem junção, a meio caminho de São Lourenço da Mata e Maciape, os comandantes holandeses Hendrik van Haus e Jan Blaer, que o procuravam.

— Cartas régias de dom João IV confirmando a doação da capitania do cabo do Norte, feita por Filipe III, a Bento Maciel Parente. Reproduzem integralmente a concessão de 1637 (14 de junho) e reconhecem Bento Maciel Parente Filho como capitão-mor e senhor daquela capitania.

1648 — Por uma carta desta data dos governadores holandeses no Recife, sabe-se que eles fizeram sair para cruzar nas águas da Bahia a esquadra do almirante de With. Com essa esquadra, sustentaram renhido e desigual combate, diante da barra da Bahia, depois de 27 de julho, os galeões portugueses *Rosário* e *S. Bartolomeu,* pertencentes à esquadra de Luís da Silva Teles (e não a do conde de Castelo Melhor). O *S. Bartolomeu* foi tomado após heroica resistência, tendo-se metido entre os navios inimigos para socorrer o *Rosário.* Este último, já desmantelado, sofreu a abordagem dos navios *Gysseling*, em que estava o vice-almirante Mathys Gielissen, e *Utrecht*, do capitão Jacob Powell. O comandante do *Rosário*, vendo-se perdido, mandou lançar fogo ao paiol: o seu navio voou em pedaços, e os dois holandeses foram a pique. De tão heroico feito diz Porto Seguro: "Apenas temos conhecimento por um ofício de Schkoppe, e sentimos que, com a notícia dele, nos não seja possível transmitir o nome do destemido e abnegado oficial, que lançou fogo ao paiol e deixou, nas águas do Brasil, às gerações futuras, um exemplo de

tão nobre heroísmo." O comandante do *Rosário* era frei Pedro Carneiro, da Ordem de Malta, e do *Bartolomeu*, também morto neste combate, chamava-se Francisco Brandão. A bordo do *Rosário* estava o jovem dom Afonso de Noronha, segundo filho do conde de Linhares (Ericeira, *Portugal restaurado*, II, 255; Santa Teresa, *Guerre del Brasile* II, 133; J. Barbosa Machado, F*astos políticos e militares*, I, 611).

1790 — Toma posse do seu cargo, no Rio de Janeiro, o conde de Resende, vice-rei do Brasil. Sucedeu a Luís de Vasconcelos e passou o governo a dom Fernando José de Portugal, depois marquês de Aguiar, no dia 14 de outubro de 1801.

1806 — Por carta régia desta data é nomeado João Carlos Augusto de Oeynhausen e Gravenburg, governador da capitania de Mato Grosso, cargo de que se empossou em Vila Bela a 18 de novembro de 1807, e que exerceu até 6 de janeiro de 1817.

1868 — O couraçado *Barroso*, do comandante Artur Silveira da Mota (depois barão de Jaceguai), estando fundeado perto da ilha de Monterita, é abordado durante a noite por 20 canoas paraguaias, as quais conduziam 260 homens, ao mando do major Cabriza. O ataque foi repelido antes da chegada do monitor *Rio Grande*, que estava águas abaixo e que subiu metralhando as canoas que fugiam. Nessa ocasião, travou-se luta entre um grupo de paraguaios e a guarnição do monitor, sendo morto o comandante deste, Antônio Joaquim, e feridas seis praças. No *Barroso*, ficaram feridos um oficial e cinco praças. Poucos paraguaios puderam voltar ao seu acampamento. Foram aprisionados 24 oficiais e soldados inimigos, e tomadas 18 canoas, muito armamento, granadas de mão e tubos cheios de um misto asfixiante.

1869 — Falecimento do barão de Cocais (José Feliciano Pinto Coelho da Cunha), aclamado presidente de Minas Gerais pelos revolucionários de 1842.

10 DE JULHO

1562 — Os Guaianá, Tupi e Carijó, dirigidos por Araraí, atacam neste dia e no seguinte a vila de São Paulo, e são repelidos por Tibiriçá. Este principal, sogro de João Ramalho, era irmão de Araraí (ver 25 de dezembro).

1592 — Abertura do testamento de Gabriel Soares de Sousa, capitão-mor e governador da conquista e do descobrimento do Rio de São Francisco, vereador da Câmara da Bahia e autor do precioso *Tratado descritivo do Brasil em 1557*. Gabriel Soares faleceu pouco antes, ao chegar com a sua expedição às nascentes do Paraguaçu.

1631 — O capitão Francisco Gomes de Melo repele, no posto dos Afogados, um ataque dos holandeses, dirigidos pelo tenente-coronel Steyn Callenfels.

1633 — Os holandeses da guarnição de Itamaracá são repelidos no Araripe pelos capitães Riba Aguero, Figueiredo Vasconcelos, Rebelo da França e Babilon de Sousa.

1780 — Nascimento de Januário da Cunha Barbosa, no Rio de Janeiro (ver 22 de fevereiro de 1846).

1817 — São enforcados no Recife três dos chefes da insurreição pernambucana: os capitães Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, José de Barros Lima e o vigário Pedro de Sousa Tenório.

1824 — Toma posse da presidência da província do Maranhão o primeiro presidente nomeado para esse cargo, Miguel Inácio dos Santos Freire Bruce.

1836 — O primeiro-tenente Francisco Ferreira dos Santos toma, no rio Moju, uma gambarra artilhada.

1840 — O major João da Rocha Moreira toma, depois de vivo combate, as trincheiras da fazenda Buriti (Piauí), perto de Piracuruca.

1862 — Falecimento, no Rio de Janeiro, de Justiniano José da Rocha, nascido na mesma cidade a 8 de novembro de 1812. Fez os seus estudos no liceu Henri IV de Paris e na Faculdade de Direito de São Paulo, e redigiu no Rio de Janeiro o *Cronista* (1836-1839), o *Brasil* (1840-1852) e o *Regenerador* (1860-1862), órgãos do Partido Conservador. Foi o primeiro dos jornalistas brasileiros do seu tempo.

1865 — O imperador dom Pedro II parte para a fronteira do Rio Grande do Sul, invadida pelos paraguaios. Acompanha-o o ministro da Guerra Ferraz, depois barão de Uruguaiana.

1871 — Começa na Câmara dos Deputados a discussão da proposta do governo, adotando medidas para a abolição gradual da escravidão.

1882 — Falece em Roma o visconde de Araguaia, Domingos José Gonçalves de Magalhães, nascido na cidade do Rio de Janeiro a 13 de agosto de 1811. Não é preciso dizer a leitores brasileiros quem foi o cantor da "A Confederação dos Tamoios", nem lembrar a proeminência do seu vulto, como poeta e escritor, durante uma época literária que figurará sempre com honra na nossa história. Nestas rápidas notas comemorativas, deixamos de dar indicações biográficas ao mencionar nomes populares, salvo quando podemos apresentar alguma informação nova ou pouco conhecida.

11 DE JULHO

1635 — O major Calabar, ao serviço dos holandeses, chega a Porto Calvo, levando reforço de tropas ao governador Picard (ver 12, 19 e 22 de julho).

1657 — Toma posse do governo da praça e da capitania do Rio de Janeiro Tomé Correia de Alvarenga.

1711 — Carta régia que deu predicamento de cidade à vila de São Paulo.

1836 — As canhoneiras nºs 3 e 4 e o cúter *Guarani*, descendo o rio de São Gonçalo, no Rio Grande do Sul, forçam a passagem do forte que os revolucionários haviam levantado na margem esquerda e reúnem-se ao vapor *Liberal* e as canhoneiras nºs 1, 2 e 5. Do meio-dia até a noite, o chefe Grenfell ataca o forte com esses navios, mas sem causar-lhe grande dano.

1867 — *Combate do Alegre* (Mato Grosso). O vapor paraguaio *Salto de Guairá*, do comandante Romualdo Nuñez, apodera-se do pequeno vapor *Jauru* e trava combate com os atiradores do 1º batalhão da Guarda Nacional, comandado pelo tenente-coronel Antônio José da Costa. Acode então o vapor *Antônio João*, do comandante Balduíno de Aguiar; bate-se com os dois, põe em fuga o *Salto* e retoma por abordagem o *Jauru*. Tivemos 20 mortos e feridos da Marinha, e 13 da Guarda Nacional. O oficial paraguaio que comandava o *Jauru* foi morto, e o comandante do *Salto* ficou ferido.

12 DE JULHO

1635 — O general Matias de Albuquerque, em marcha de Pernambuco para Alagoas, toma posição no outeiro de Amador Álvares, diante de Porto Calvo. À tarde, o comandante holandês, major Alexandre Picard, é destroçado, quando procedia a um reconhecimento. Os nossos, adiantando-se na perseguição, assaltam e tomam o forte exterior da igreja Velha (seis peças), mas são repelidos no ataque da igreja Nova. O reduto de Varadouro e os outros postos anteriores foram abandonados, sem resistência, pelo inimigo. Começa, nessa noite, o assédio de Porto Calvo. Os holandeses evacuam, pouco depois, a igreja Nova e concentram-se no forte principal (ver 19 de julho).

1648 — Chega a Quicombo a expedição do Rio de Janeiro, saída a 12 de maio, destinada a expulsar os holandeses de Angola. Comandava-a Salvador Correia de Sá e Benevides (ver 15 de agosto).

1829 — Falece em Lisboa o tenente-general dom Diogo de Sousa, conde de Rio Pardo (dom Diogo Martim Afonso de Sousa Teles de Meneses), nascido na mesma cidade a 17 de maio de 1775. Era doutor em Matemáticas

pela Universidade de Coimbra e foi capitão-general de Moçambique, do Maranhão e do Rio Grande do Sul e vice-rei da Índia. Seu governo no Rio Grande do Sul (1809-1814) foi dos mais notáveis que teve aquela capitania. Dom Diogo de Sousa comandou o Exército brasileiro nas campanhas de 1811 e 1812, e as lições de severa disciplina que soube dar aos nossos oficiais deve-se atribuir em grande parte à série de vitórias que alcançamos no Rio Grande do Sul, Uruguai, Corrientes e Entre Rios, até 1820.

1834 — Votação na Câmara dos Deputados acerca da elegibilidade dos presidentes de província. A proposta foi rejeitada por 62 votos contra 25. Votaram contra ela todos os deputados de São Paulo, de Minas e do Rio, quase todos os da Bahia e a maior parte dos de Pernambuco e do Ceará. Entre os deputados que se opuseram à proposta, contavam-se Vasconcelos, Carneiro Leão, Rodrigues Torres, Nabuco, dom Romualdo de Seixas, Álvares Machado e Chichorro.

1837 — Os anarquistas (*Cabanos*) do Amazonas são batidos no seu campo entrincheirado de Icuipiranga pelo padre Antônio Manuel Sanches de Brito.

1840 — O capitão Portela derrota um troço de rebeldes na serra Grande (Ceará).

1842 — O coronel Manuel Antônio da Silva derrota em Silveiras um corpo de insurgentes de São Paulo, sob o comando de Anacleto Ferreira Pinto. Foi o último combate dessa guerra civil.

13 DE JULHO

1553 — Chega à Bahia o segundo governador-geral do Brasil, dom Duarte da Costa, e com ele José de Anchieta.

1566 — Renhido combate naval perto de Paquetá, no qual uma flotilha de canoas, ao mando de Belchior de Azevedo, capitão-mor do Espírito Santo, derrota outra muito numerosa dos Tamoio, dirigida pelo principal Guaixara. Este cacique foi morto no combate.

1632 — Os holandeses são repelidos em Salinas (arredores do Recife) pelo general Matias de Albuquerque.

1640 — Os jesuítas são expulsos de São Paulo pelo povo e pela municipalidade, revoltados contra a publicação das ordens da Santa Sé a favor da liberdade dos índios (ver 2 e 22 de junho de 1640).

1643 — Pedro de Albuquerque, o herói do rio Formoso (ver 7 de fevereiro de 1633), toma posse do governo do estado do Maranhão.

1827 — Surtida na Colônia do Sacramento em que o coronel Vasco Antunes Maciel dispersa e persegue os sitiantes.

1855 — Morre em Niterói o segundo visconde de Caravelas, Manuel Alves Branco, nascido em Salvador a 7 de junho de 1797, senador do Império, por vezes ministro de Estado, e presidente do Conselho em 1847 e 1848. Foi o redator do Código do Processo Criminal e um dos colaboradores do Ato Adicional de 1834. Quando ministro dos Negócios Estrangeiros, celebrou com a Inglaterra um tratado, que o Parlamento não aprovou, para a repressão do tráfico de africanos. Deixou poesias estimadas.

1867 — Começa em Itapiru o desembarque do 3º corpo do Exército brasileiro, organizado no Rio Grande do Sul, durante a presidência do conselheiro barão Homem de Melo. Era comandado por Osório, então barão do Herval.

14 DE JULHO

1627 — O almirante holandês Piet Heyn deixa o porto da Bahia, onde estacionava desde 10 de junho. Desta vez, nada intenta contra a cidade, achando-a bem-defendida por Diogo Luís de Oliveira.

1632 — Por ordem de Feliciano Coelho de Carvalho, o capitão Aires de Sousa Chichorro aborda e toma com algumas canoas, perto da ponta de Macapá, e um navio inglês, no qual levava Roger Frey reforços para o forte de Cumaú, tomado pelos nossos no dia 9.

1811 — Morre no convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro frei José Mariano da Conceição Veloso, nascido em Minas Gerais em 1724, autor da *Flora Fluminense* e por algum tempo diretor da Tipografia do Arco do Cego, em Lisboa.

1822 — Parte do Rio de Janeiro para a Bahia uma divisão naval ao mando de Rodrigo Delamare que conduzia o general Pedro Labatut e alguma tropa, armamento e munições. Labatut ia comandar o exército que se organizava para combater o general português Madeira.

1827 — O major Luís Alves de Lima (depois duque de Caxias) dispõe nos arredores de Montevidéu algumas emboscadas e com elas destroça destacamentos do inimigo.

1831 — No dia 12 de julho, tinha-se rebelado, no Rio de Janeiro, o 26º batalhão de infantaria. O ministro Feijó conseguiu dominar a revolta e fazer embarcar o batalhão para a Bahia; no entanto, na noite de 14, o corpo de polícia e a maior parte dos batalhões de linha levantaram-se, seduzidos por alguns dos membros do partido conhecido então pelo nome de *Exaltados*, e, desobedecendo ao comandante das armas, general José Joaquim de Lima e Silva, ocuparam a praça da Constituição e o antigo campo de Santana. Entre as exigências da tropa e dos corifeus do Partido *Exaltado* figurava a da deportação de 89 cidadãos. Feijó tomou enérgicas providências para resistir aos sediciosos e reunir no paço da cidade a família imperial, a regência, os membros do ministério e as duas Câmaras, que, desde a manhã de 15 até 20, se conservaram em sessão permanente. Os representantes da nação mostraram naqueles dias difíceis a mais honrosa coragem cívica. "As nossas deliberações não podem ser reconhecidas livres [disse Bernardo de Vasconcelos], desde que se tem violado o artigo da Constituição que determina a obediência passiva da tropa. Mas o Brasil há de ser salvo... Mostremos aos inimigos da ordem pública que os representantes da nação não se aterram." Carneiro Leão, Evaristo da Veiga, Rebouças e outros deputados apoiaram fortemente o governo. Em poucas horas, Feijó reuniu uma força de três mil cidadãos armados. O 5º batalhão de infantaria, a artilharia de marinha e o primeiro corpo de artilharia de posição conservaram-se fiéis ao governo, e o general

Morais organizou nessa ocasião o batalhão de oficiais soldados. No dia 16, Lino Coutinho, Bernardo de Vasconcelos e Manuel da Fonseca Lima e Silva foram nomeados ministros do Império, da Fazenda e da Guerra, e a 17 o deputado Sebastião do Rego Barros assumiu o comando do corpo municipal. Enfim, no dia 22, Feijó anunciava às Câmaras o completo restabelecimento da ordem.

1836 — Tomada do Almeirim (Pará) pelas forças do governo.

1839 — Os lanchões *Rio Pardo e Seival*, comandados por Garibaldi, saem do rio Tramandaí e dirigem-se para Laguna. Esses lanchões, pertencentes à flotilha dos republicanos rio-grandenses (ver 15 de julho), tinham sido conduzidos em carretas por espaço de 10 léguas (cerca de 66 km), da lagoa dos Patos até o Tramandaí. As dificuldades da operação realizada por Garibaldi têm sido muito exageradas por alguns escritores nacionais. Na guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, os corsários Fournier e Soriano, em duas diferentes ocasiões, fizeram viajar por terra vários lanchões, de Maldonado à lagoa Mirim. A história oferece-nos exemplos de empresas semelhantes e de muito maior monta. Basta lembrar que em 1439 os venezianos transportaram em carretas, de Roveredo a Torbole, no lago da Guarda, uma esquadrilha de 31 navios, entre os quais seis grandes galeras.

1866 — Um escaler de ronda da esquadra brasileira, abaixo do Curuzu, é despedaçado pela explosão de um torpedo paraguaio. Pereceram o primeiro-tenente A. M. do Couto e sete marinheiros.

15 DE JULHO

1633 — O capitão holandês Cloppenburgh ataca um engenho na Várzea e é repelido pelo capitão Francisco Rebelo. Henrique Dias recebe nesse combate o seu primeiro ferimento.

1752 — Começa a funcionar o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, criado pela resolução régia de 16 de fevereiro de 1751.

1776 — Nasce em Paris Auguste-Henri-Victor Grandjean de Montigny (ver 2 de março de 1850).

1824 — O capitão Meira Lima repele em Alhambra (Paraíba) um ataque dos revolucionários de Pernambuco.

1825 — O coronel Vasco Antunes Maciel, saindo da Colônia do Sacramento, põe em fuga os sitiantes, após rápido combate junto da Quinta do Rico.

1827 — O mesmo coronel Maciel apodera-se de um pequeno corsário no arroio do Rosário e retoma duas presas.

1833 — Diogo Antônio Feijó toma assento no senado.

1839 — Naufrágio do lanchão *Rio Pardo*, diante da barra do Araranguá (ver 14 de julho). Garibaldi, que o comandava, e 14 homens da guarnição puderam salvar-se.

1866 — Osório entrega ao general Polidoro Jordão o comando do 1º corpo do Exército brasileiro em Tuiuti.

— Morre no Rio de Janeiro o senador e conselheiro de Estado visconde do Uruguai (Paulino José Soares de Sousa), nascido em Paris a 4 de outubro de 1807. Entre os eminentes serviços desse ilustre estadista, avulta a formação da aliança de 1851, que livrou o Brasil de um perigoso vizinho, expulsando do rio da Prata o ditador Rosas.

1868 — O tenente-coronel José Fernandes de Sousa Docca derrota, em frente ao Passo Benítez, uma força avançada dos paraguaios. O inimigo teve 40 mortos; a Guarda Nacional rio-grandense, 11 mortos e feridos.

1889 — Tiros disparados à noite por um estrangeiro contra a carruagem que conduzia o imperador dom Pedro II e a imperatriz.

16 DE JULHO

1575 — Bula *In supereminenti*, do papa Gregório XIII, que separa o Rio de Janeiro da diocese da Bahia, criando administradores eclesiásticos.

1645 — Matança na capela de Cunhaú (Rio Grande do Norte), executada por índios do partido holandês, ao mando de Jacob Rabbi.

1651 — Parte do Arraial Novo o capitão João Barbosa Pinto com uma coluna de 300 homens. Dias depois, se apodera do forte holandês de Guarairas (Arez), no Rio Grande do Norte.

1720 — O conde de Assumar, capitão-general de Minas Gerais, entra em Vila Rica (Ouro Preto), à frente de dois mil homens, e, apesar de haver transigido com os chefes da rebelião (ver 28 de junho e 2 de julho), manda queimar as casas dos principais revolucionários e executar Filipe dos Santos, preso dias antes na Cachoeira, quando falava ao povo. "Philippe dos Santos [disse Assumar] confessou de plano todos os seus crimes dos levantamentos, e diante de todo o povo foi enforcado, e seus quartos postos em todos os lugares onde tumultuou. No mesmo documento lê-se esta confissão do capitão-general: 'Eu, senhor, bem sei que não tinha jurisdição para proceder tão sumariamente, e que não o podia fazer sem convocar os ministros da comarca...'"

1756 — Nasce na cidade da Bahia José da Silva Lisboa, depois visconde de Cairu. Este ilustre brasileiro faleceu no Rio de Janeiro a 20 de agosto de 1835.

1831 — Modificação ministerial reclamada por Feijó durante a crise política ocasionada pela revolta da maior parte da guarnição do Rio de Janeiro (ver 14 de julho). Entraram para o gabinete os deputados Bernardo de Vasconcelos e Lino Coutinho, e o coronel Manuel da Fonseca Lima e Silva. Feijó era ministro desde o dia 6. Dos antigos ministros, só conservaram as suas pastas o senador Francisco Carneiro de Campos e o general José Manuel de Almeida.

1836 — Nasce em Alcântara (Maranhão) Antônio Joaquim Franco de Sá.

1840 — O coronel Antônio Soares de Paiva, da Guarda Nacional, defende vitoriosamente São José do Norte contra as tropas separatistas do Rio Grande do Sul, dirigidas por Bento Gonçalves. O combate durou sete horas. A guarnição compunha-se de 599 homens e teve 243 fora de combate, ficando ferido o coronel Paiva e morto o tenente-coronel Jovita, de artilharia. Bento Gonçalves perdeu 380 dos 1.400 homens com os quais entrou em ação. O lanchão *Torres*, comandado pelo capitão-tenente Gama Rosa, auxiliou a defesa.

— Os rebeldes do Maranhão atacam, de 15 a 16, a vila de Jurumenha, e são repelidos. Os legalistas tiveram 12 mortos e 30 feridos.

1865 — Dom Pedro II chega ao Rio Grande, em viagem para a fronteira do rio Uruguai, invadida pelos paraguaios.

1866 — *Tomada do Boqueirão do Sauce.* O ditador Solano López tinha marcado construir duas trincheiras avançadas no Boqueirón Naró, ou Boqueirão do Sauce, e em Punta Carapá, dentro do bosque que se estendia entre as trincheiras paraguaias do Potrero Sauce, o Potrero Pires e a extrema esquerda do acampamento brasileiro de Tuiuti. Na manhã de 16, por ordem do general Polidoro Jordão, a divisão do general Guilherme de Sousa assaltou e tomou a trincheira do Boqueirão do Sauce, defendendo, em seguida, a posição conquistada contra os ataques do general paraguaio Aquino. Das 9h30 até as 23h, coube a direção do combate ao general Argolo, que com outros batalhões foi render os do general Sousa. Quatro novos ataques dos paraguaios, dirigidos pelo coronel Jimenez, foram então repelidos. Das 23h em diante, a posição passou a ser defendida pela divisão do general Vitorino Monteiro e pela brigada argentina do coronel Coneza. Os brasileiros tiveram, neste dia, 1.899 mortos e feridos; os argentinos, 61. Foram mortos o coronel Machado da Costa, comandante do 31º de voluntários, que era o corpo policial da cidade do Rio de Janeiro, e o tenente Martini, do 14º de linha, composto principalmente de guardas nacionais da mesma cidade. A perda dos paraguaios foi de 2.500 homens dos sete mil que tomaram parte na ação sob o comando do general Díaz. O general Aquino, ferido neste combate, faleceu três dias depois.

1868 — *Reconhecimento de Humaitá pelo exército aliado, sob o comando do marechal Caxias.* O 3º corpo brasileiro (general Osório) reconheceu a esquerda das linhas inimigas, o 2º corpo (general Argolo) a direita, e os argentinos (general Gelly y Obes) o centro. Osório chegou até a contraescarpa do fosso de Humaitá e teve, principalmente na retirada, 1.010 mortos e feridos; Argolo teve 12; e Gelly y Obes, um só ferido. A esquadra brasileira do almirante Inhaúma bombardeou as baterias paraguaias e teve nove mortos e feridos. Total da nossa perda nesse dia foi de 1.031 homens fora de combate. Os paraguaios eram comandados pelo coronel Martínez e tiveram 300 mortos e feridos. Oito dias depois, abandonava Martínez as fortificações de Humaitá.

— Sobe ao poder o Partido Conservador, com o gabinete presidido pelo visconde de Itaboraí. Este ministério sucedeu ao de 3 de agosto de 1866 e governou até 29 de setembro de 1870.

1884 — Falecimento do conselheiro Pedro Luís Pereira de Sousa, nascido em Araruama (Rio de Janeiro) a 13 de dezembro de 1839.

17 DE JULHO

1661 — Os Jesuítas, entre eles o célebre padre Antonio Vieira, são presos e expulsos do Pará pelo povo amotinado. A impopularidade desses religiosos no Pará e no Maranhão, como no Rio de Janeiro e em São Paulo, provinha da sua oposição à escravidão dos índios.

1823 — O gabinete de José Joaquim Carneiro de Campos, depois marquês de Caravelas, sucede ao de José Bonifácio.

1867 — Reconhecimento do Passo de Candelária, no Paraná, pelo general Portinho. A nossa artilharia obriga a do general Nuñez a abandonar essa posição.

1882 — Inaugura-se no Rio de Janeiro a Associação Operária Emancipadora Vicente de Carvalho.

18 DE JULHO

1630 — Os holandeses, após três horas de combate, são repelidos em Salinas, nas cercanias do Recife, pelo general Matias de Albuquerque (nas *Memórias diárias*, este combate tem a data de 11 de julho).

1697 — Morre no colégio dos Jesuítas de Salvador o padre Antonio Vieira.

1825 — O comandante de guerrilhas Llerena, oriental ao serviço do Brasil, repele, nos arredores de Montevidéu, um assalto noturno dirigido por Manuel Oribe. Ficou prisioneiro o capitão inimigo Manuel Lavalleja.

1840 — O major Ernesto Emiliano de Medeiros destroça no Carnaubal o caudilho Raimundo Gomes, o qual foge quase sem séquito, perdendo a bandeira.

1841 — Sagração e coroação do imperador dom Pedro II, que a 23 de julho do ano anterior fora proclamado maior e assumira as rédeas do governo.

1847 — Falece no distrito de Pedras Brancas (Rio Grande do Sul) o general Bento Gonçalves da Silva (nascido no Triunfo a 23 de setembro de 1788), chefe da insurreição rio-grandense de 1835 a 1845.

1850 — Falece no Rio de Janeiro o chefe de divisão Pedro Antônio Nunes.

1866 — *Ataque do Potrero Sauce.* Pela manhã, a divisão brasileira do general Vitorino Monteiro e a brigada argentina do coronel Cesário Dominguez apoderam-se da trincheira Carapá (ver 16 de julho) e, reforçadas pelas tropas orientais do general Flores, que toma a direção do combate, atacam as trincheiras do Potrero Sauce, defendidas pelo general paraguaio Diaz. Vitorino Monteiro é ferido e entrega ao general Guilherme de Sousa o comando das forças brasileiras; o general Emílio Mitre reúne-se aos combatentes com alguns batalhões argentinos, e, pelo lado do Potrero Pires, o general José Luís de Mena Barreto apoia o ataque em que Flores se empenhara; no entanto, não foi possível desalojar do Potrero Sauce

o inimigo, que recebera grandes reforços. Os brasileiros tiveram 1.723 mortos e feridos; os argentinos, 688; e os orientais, 250. Os batalhões que maior perda sofreram foram o 3º (Bahia) e o 7º de voluntários (São Paulo). O 3º de voluntários teve 302 mortos e feridos; o 7º, 178.

1868 — *Combate de Acaiuasa, no Chaco.* O coronel Martinez de Hoz, encarregado de reconhecer o reduto Corá, partiu de Andaí com o batalhão argentino Rioja (tenente-coronel Gaspar Campos) e os brasileiros 3º e 8º de linha (tenentes-coronéis A. P. de Oliveira e A. J. Bacelar). Chegando a duas pontes que havia no caminho do reduto, deixou aí os brasileiros e adiantou-se com o batalhão argentino. Um pouco além, no lugar denominado Acaiuasa, foi este assaltado pelo general Cabalero, ficando logo prisioneiros o coronel Martínez de Hoz e o tenente-coronel Campos. Os argentinos dispersaram-se completamente e, perseguidos pelo inimigo, foram cair entre os 3º e 8º, os quais, entretanto, sustentaram o combate até a chegada do general Rivas com o 14º batalhão de linha, também brasileiro, comandado pelo major J. J. de Magalhães. Esses três corpos (1.200 homens) conseguiram repelir os paraguaios. Tiveram os brasileiros 67 mortos, 221 feridos e dois extraviados; e os argentinos, 65 mortos, 15 feridos e 35 prisioneiros. A perda dos paraguaios foi de 260 mortos e prisioneiros, além dos feridos.

1875 — Falece no Rio de Janeiro o tenente-general conde de Porto Alegre (Manuel Marques de Sousa), um dos mais ilustres guerreiros que há tido o Brasil. No começo da revolução do Rio Grande do Sul, em 1835, ele era major e contava nove anos de campanha nas guerras contra os nossos vizinhos do rio da Prata. Durante a guerra civil, só terminada em 1845, seu nome brilhou, como os de Abreu, Andrade Neves, Mena Barreto e Osório, entre os dos mais intrépidos defensores da unidade nacional. Depois, sendo já general, fez a campanha de 1851 e 1852 no Uruguai e em Buenos Aires, comandou o centro do exército aliado na batalha de Monte Caseros e de 1865 a 1868 foi o glorioso comandante do 2º corpo do Exército brasileiro na guerra contra o ditador do Paraguai, renunciando a todos os vencimentos a que havia direito. À frente desse exército, dirigiu o assédio de Uruguaiana até a rendição dos paraguaios (18 de setembro de 1865), tomou de assalto as trincheiras de Curuzu (2 de setembro de 1866), sofreu dias depois, às ordens do presidente

Mitre, um duro revés no ataque de Curupaiti (22 de setembro), repeliu o inimigo no Estero Rojas (24 de setembro de 1867) e repeliu o inimigo na segunda batalha de Tuiuti (3 de novembro de 1867). O conde de Porto Alegre, nascido no Rio Grande do Sul a 13 de junho de 1805, era filho do brigadeiro Manuel Marques de Sousa e neto do tenente-general do mesmo nome, ambos distintos nas Guerras do rio da Prata.

1883 — Funda-se em Uruguaiana (Rio Grande do Sul) uma sociedade abolicionista.

19 DE JULHO

1617 — Começa o governo de Rui Vaz Pinto na capitania do Rio de Janeiro. Alguns cronistas atribuem erradamente a este governador a introdução dos primeiros escravos africanos. Segundo o padre Anchieta, já em 1585, havia cem escravos de Guiné na cidade do Rio de Janeiro e seus arredores. O primeiro contrato para a introdução de africanos foi assinado em 1583 entre o governador Salvador Correia de Sá e João Gutierrez Valério.

1635 — Capitulação dos holandeses em Porto Calvo. O assédio, dirigido pelo general Matias de Albuquerque, começara na noite de 12 de julho. Os prisioneiros, em número de 420, incluindo o seu comandante Alexandre Picard, foram embarcar na Bahia para a Holanda. Calabar, excluído da capitulação, foi executado no dia 22.

1852 — Falecimento do general Feliciano Antônio Falcão, distinto na defesa da legalidade durante o período das nossas guerras civis. Nasceu em São Luís do Maranhão a 31 de maio de 1810 (ver biografia no *Panteon maranhense*).

1874 — O coronel Genuíno de Sampaio ataca e toma (ver 25 de junho) a casa em que estavam entrincheirados os fanáticos *muckers*. Tivemos 33 homens fora de combate (ver a efeméride de 20).

1880 — Falecimento de Eduardo José Nogueira Angelim, um dos

caudilhos da insurreição paraense, denominada Guerra dos *Cabanos*. Nasceu em Aracati a 6 de julho de 1813.

20 DE JULHO

1604 — A frota holandesa de Paulus van Caarden ataca Salvador, defendida pelo governador Diogo Botelho, que durante 40 dias resistiu energicamente com as forças que conseguiu reunir e que obrigou o inimigo a se retirar.

1646 — Um corpo de holandeses é batido no engenho de Marcos André, junto do Capibaribe, pelos capitães Francisco Berenguer, Antônio Borges de Uchoa e Francisco Lisboa. Rafael de Jesus enganou-se ao dizer que este combate foi ferido no porto dos Marcos (canal de Itamaracá).

1697 — Falecimento de Bernardo Vieira Ravasco, em Salvador, onde nasceu, em 1617.

1711 — Os sitiados do Recife atacam o presídio de Santo Amarinho, dos olindenses, e são repelidos, ficando, entretanto, morto o comandante desse posto, Manuel Nunes (Guerra dos *Mascates*).

1777 — Estevão Ribeiro de Resende, depois marquês de Valença, nasce em São João d'el-Rei.

1800 — Nascimento, em Porto Alegre, de José de Araújo Ribeiro, depois visconde do Rio Grande.

1818 — Bento Gonçalves da Silva, então capitão de guerrilhas, surpreende e destroça o comandante Francisco Antônio Delgado, em Las Cañas (Banda Oriental), aprisionando este chefe e vários oficiais e soldados. No mesmo dia, repele e persegue o comandante Tomás Latorre, que com outra força oriental e os dispersos, pretendera libertar Delgado.

1836 — *Segundo assalto de Porto Alegre pelos revolucionários do Rio Grande do Sul.* São repelidos pelo general Chagas Santos e perseguidos até Moinhos de Vento, onde tentam levantar trincheiras, que foram tomadas e destruídas. No dia 24, chega Bento Manuel Ribeiro em socorro dos defensores da cidade.

1838 — Nascimento de Joaquim Serra, no Maranhão.

1842 — O coronel Mariano Joaquim de Ávila, da Guarda Nacional, repele em Araxá um ataque dos insurgentes de Minas Gerais.

1847 — Decreto criando a presidência do Conselho de Ministros. Até então, os organizadores de ministérios não tinham título algum que os distinguisse dos seus colegas.

1869 — O general Portinho chega ao Passo Xará, do Tebicuari, e reconhece as forças da divisão paraguaia do coronel Vernal (ver 21 de julho).

1874 — Os *muckers*, derrotados na véspera, emboscam-se e fazem algum fogo contra o acampamento das forças do governo. É morto no tiroteio o coronel Genuíno de Sampaio, comandante dessas forças.

21 DE JULHO

1564 — Falecimento de Martim Afonso de Sousa, capitão-mor da esquadra portuguesa no Brasil de 1531 a 1533 e fundador da capitania de São Vicente (1532), depois chamada São Paulo. Na Índia, para onde partiu em 1534, obteve várias vitórias, sendo, a princípio, capitão-mor do mar e, depois, governador das possessões portuguesas (1541-1546). Faleceu em Lisboa e foi sepultado no convento de São Francisco (Sousa, *Hist. gen.* XII, § 2º p. 1.106).

1676 — Partem da vila de São Paulo Fernão Dias Pais Leme e seu filho Garcia Rodrigues Pais, para descobrir ouro, esmeraldas e mais pedras preciosas. Após cinco anos de trabalhos, descobriram pedras

verdes no sertão de Serro Frio (Minas Gerais), morrendo o chefe da bandeira perto do rio das Velhas, quando estava de volta para São Paulo.

1759 — Carta régia ordenando a expulsão dos jesuítas do Brasil. A lei de 3 de setembro do mesmo ano aboliu em Portugal e seus domínios a Companhia de Jesus.

1800 — Nascimento de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba. Nasceu em Itaipu, perto da atual cidade de Niterói.

1821 — Atentado contra a vida do general Luís do Rêgo Barreto, governador de Pernambuco. O general recebeu vários ferimentos.

1839 — Os revolucionários do Rio Grande do Sul apresentam-se no lado meridional da barra de Laguna e são desalojados, após curto combate, pela escuna *Itaparica* e pelo lanchão *Lagunense.*

1852 — Morre em São Luís do Maranhão o naturalista Antônio Correia de Lacerda, nascido em Portugal.

1868 — Os encouraçados *Cabral* (comandante Alves Nogueira) e *Silvado* (Gracindo de Sá), este último levando o pequeno monitor *Piauí* (Ed. Wandenkolk) atracado ao seu costado de bombordo, forçam pela madrugada a passagem de Humaitá, indo incorporar-se à divisão que desde 19 de fevereiro estava rio acima. Os encouraçados *Brasil*, *Lima Barros*, *Mariz e Barros, Erval,* e *Colombo*, dirigidos pelo chefe do Estado-maior Alvim, bombardearam as baterias de Humaitá, protegendo assim a passagem. Os três navios foram tocados por poucas balas e quase nenhuma avaria tiveram.

1869 — O general Portinho, avançado do Passo Xará (ver 20 de julho), derrota em Bare Cuê a divisão do comandante Vernal. A nossa perda foi de 67 mortos e feridos; a dos paraguaios, de 140 mortos e prisioneiros, além de muitos feridos.

22 DE JULHO

1621 — Carta régia criando oficiais do Tribunal da Inquisição no Brasil, citada por J. de Vasconcelos nas suas *Datas célebres*.

1635 — Execução de Domingos Fernandes Calabar em Porto Calvo, por sentença do Conselho de Guerra (ver 19 de julho). Este traidor, que desertara para o inimigo a 20 de abril de 1633, tinha o posto de major do Exército holandês quando foi aprisionado. Era natural de Porto Calvo (ver 26 de junho).

1711 — Combate da Barreta, em que os olindenses, sob o comando do capitão-mor Pedro Correia Barreto, repelem um desembarque dos sitiados do Recife.

1729 — Dom Lourenço de Almeida, governador da capitania de Minas Gerais, expede para Lisboa alguns diamantes brutos. Duas outras remessas haviam sido feitas nas frotas de 1727 e 1728; no entanto, o governador, ainda em 1729, não tinha certeza de que fossem diamantes, pois em portaria desta data diz: "Porquanto tenho notícia de que em vários rios e ribeiros da comarca do Serro do Frio tem aparecido e vão aparecendo umas pedrinhas brancas, que se entendem são diamantes [...]" Essas pedras eram empregadas como tentos de jogo pelos mineiros de Tijuco, hoje Diamantina. Outros atribuem essa verificação a Bernardo da Fonseca Lobo.

1823 — Morre em Ubatuba o doutor Francisco de Melo Franco, autor do poema herói-cômico "O reino da estupidez" e de alguns trabalhos sobre higiene. Nasceu em Paracatu a 17 de setembro de 1757.

1839 — O lanchão *Imperial Catarinense*, do comandante José de Jesus, descendo o rio Tubarão, é atacado pelos revolucionários rio-grandenses no ponto denominado Carniça. O comandante resiste, mas, esgotadas as munições, queima a embarcação. O lanchão *Lagunense*, que subia o mesmo rio, foi tomado pelo *Seival*, em que estavam Garibaldi e Griggs. Recebendo estas notícias e sabendo que os revolucionários dispunham de grandes forças, o coronel Vilas Boas (Vicente Paula de

Oliveira) ordenou que os outros navios da esquadrilha imperial saíssem barra fora, e resolveu evacuar a vila de Laguna durante a noite. A escuna *Cometa* conseguiu sair; no entanto, os outros navios, que eram a escuna *Itaparica* e o lanchão *Santana*, encalharam e assim foram atacados pelo inimigo, rendendo-se na manhã do dia seguinte.

1840 — Desde o princípio deste ano, com o fim de pôr termo à regência de Araújo Lima, depois marquês de Olinda, a oposição liberal levantara a questão da declaração da maioridade do imperador dom Pedro II, que apenas contava 15 anos. No Senado, Holanda Cavalcanti, depois visconde de Albuquerque, apresentou nesse sentido um projeto, que caiu no dia 20 de maio. Nas sessões de 20 e 21 de julho, os deputados Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté, Manuel Antônio Galvão e Antônio Carlos de Andrada renovaram a questão. Carneiro Leão, depois marquês de Paraná, líder da maioria conservadora, combateu o projeto por inconstitucional. Elegeu-se, entretanto, uma comissão especial para dar parecer. No dia 22, o regente completou o gabinete com a nomeação de Bernardo de Vasconcelos para a pasta do Império e resolveu, por proposta dos ministros, adiar a reunião das câmaras. A leitura do decreto de adiamento deu lugar a protestos da oposição e produziu grande agitação na cidade. A convite de Antônio Carlos, muitos deputados, seguidos pelo povo, dirigiram-se ao paço do Senado, e aí se reuniram aos senadores, sob a presidência do marquês de Paranaguá (Vilela Barbosa). Uma deputação foi enviada ao jovem imperador, para pedir-lhe que entrasse logo no exercício das suas atribuições. O regente e os ministros estavam com o imperador quando a deputação chegou, e, à vista do pronunciamento de tantos representantes da nação e das manifestações populares, ficou resolvida a convocação da Assembleia Geral para o dia seguinte. De acordo com essa decisão, redigiu-se logo um decreto, assinado pelo regente e referendado pelo ministro Vasconcelos, que depois desse ato resignou o seu cargo. Os outros membros do gabinete continuaram a despachar o expediente até ao dia 24, em que foram lavrados os decretos de nomeação dos novos ministros. A expressão "gabinete das nove horas", que se lê em alguns escritores, é imprópria, porque só Vasconcelos foi ministro apenas por nove horas. Os seus colegas governavam de 18 a 23 de maio.

1851 — Morrem o coronel reformado José de Barros Falcão de Lacerda, e o professor da Academia de Belas Artes Zeferino Ferrez, em Recife e no Rio de Janeiro, respectivamente. Ao coronel Barros Falcão foi devida principalmente a vitória de Pirajá (8 de novembro de 1822), na Guerra da Independência. Zeferino Ferrez, que veio para o Rio de Janeiro a chamado de dom João VI, com outros artistas franceses, foi um dos fundadores da Academia de Belas Artes e o introdutor da gravura de medalhas no Brasil.

1867 — Começa a marcha de flanco, de Tuiuti para Tuiú Cuê, realizada pelo marechal Caxias, com o fim de interceptar, ou antes, de dificultar as comunicações entre as posições ocupadas pelo ditador Solano Lopez e o interior do Paraguai. O exército aliado não era bastante numeroso para investir completamente as extensas linhas do inimigo, dentro das quais acampavam 30 mil homens. Caxias marchou com 28.521 brasileiros (3º e 1º corpos de Exército dos generais Osório e Argolo), 6.016 argentinos (segundo o mapa que apresentou o seu general Gelly y Obes) e 600 orientais (general Enrique Castro). Os brasileiros levaram 48 canhões; os argentinos, 13; e os orientais, oito. Em Tuiuti e no Passo da Pátria ficou o general Porto Alegre com 10.331 brasileiros (2º corpo de Exército), 72 canhões, 700 homens do Exército argentino (incluindo a legião uruguaia) e 12 bocas de fogo. No Chaco, tínhamos 1.098 homens do Exército brasileiro, dirigidos por Gurjão, além dos fuzileiros navais e imperiais marinheiros. No Aguapeí, estava a divisão brasileira do general Portinho (2.500 homens). Em Corrientes, havia ainda uma força brasileira guardando os depósitos e hospitais. O número de empregados e doentes, não compreendidos nos algarismos citado, subia a 14.695. Além dessas forças, que formavam o exército aliado em operações no sul do Paraguai, tínhamos a esquadra e, ao norte, as forças que defendiam Mato Grosso.

23 DE JULHO

1635 — Destruídas as fortificações de Porto Calvo, o general Matias de Albuquerque prossegue em sua marcha para Santa Luzia do Norte, na lagoa Mondaí, também chamada então de Alagoa do Norte. Desta e da Alagoa

do Sul ou Paraigera (depois lagoa Manguaba) veio o nome de Alagoas, dado à região que naquele tempo formava a parte meridional da capitania de Pernambuco. Duarte de Albuquerque Coelho, escrevendo em espanhol as suas *Memórias diárias*, traduziu essas denominações, dizendo sempre Laguna del Norte e Laguna del Sud. Na versão portuguesa dessa obra (versão muito descuidada e por vezes infiel), foi mantida a denominação espanhola, e daí o engano de alguns escritores modernos, acreditando que no século XVII o território de Alagoas tinha o nome de Lagunas. Matias de Albuquerque chegou a Santa Luzia no dia 29 de julho.

1811 — O general Manuel Marques de Sousa (o primeiro desse nome), comandando a vanguarda do exército de dom Diogo de Sousa, entra em Cerro Largo.

1819 — O comandante da esquadrilha do Uruguai, Jacinto Roque de Sena Pereira, com quatro lanchas, põe em fuga as da província de Santa Fé e entra no Gualeguaichu, onde toma um lanchão e queima outro que ali estava sendo construído por ordem de Ramírez. Na descida do rio, foi hostilizado pelos entrerrianos e respondeu ao fogo que estes faziam. Sena Pereira e três soldados foram feridos.

1835 — Anarquistas do Pará (*Cabanos*), em número de 800 e dirigidos pelo ex-sargento Portilho, de municipais, atacam e tomam a vila de Vigia, apesar da heroica resistência da Guarda Nacional e dos habitantes, sob o comando do tenente-coronel Raimundo Antônio de Sousa Álvares. Este comandante, um major, três capitães, um alferes e mais de 70 guardas nacionais foram mortos. Os rebeldes assassinaram, depois, quantos habitantes puderam alcançar e saquearam a vila.

1839 — Os republicanos do Rio Grande do Sul, dirigidos por Joaquim Teixeira Nunes, ocupam a vila de Laguna, evacuada na noite anterior pelas forças do governo. A escuna *Itaparica* e o lanchão *Santana*, que haviam encalhado na véspera, renderam-se a Garibaldi. Alguns navios mercantes ficaram em poder dos vencedores. Só no dia 15 de novembro foi restaurada a autoridade legal em Laguna, com a vitória naval alcançada por Mariath sobre Garibaldi.

1840 — Às 10h30, reunida a Assembleia Geral no paço do Senado, o presidente, marquês de Paranaguá (Vilela Barbosa), em nome da representação nacional, proclama a maioridade do imperador dom Pedro II. Às 15h30, comparece o jovem imperador e presta o juramento prescrito pelo artigo 103 da Constituição do Império. Seja dito de passagem que esta revolução parlamentar de 22 de julho foi a única revolução que houve no Rio de Janeiro em 1840. Não se conhece outra.

1842 — É assinado em Viena o contrato de casamento do imperador dom Pedro II com a princesa real dona Teresa Cristina Maria de Bourbon, filha do rei Francisco I, das Duas Sicílias.

1870 — Morre no Rio de Janeiro o senador Francisco José Furtado, nascido em Oeiras a 13 de agosto de 1818. Foi presidente do Conselho de Ministros de 31 de agosto de 1864 a 12 de maio de 1865. Durante o seu ministério, ficou terminada, pela convenção de 20 de fevereiro de 1865, a nossa campanha no Estado Oriental, e deram-se, em novembro e dezembro de 1864, os primeiros insultos e agressões do ditador do Paraguai contra o Brasil. Um decreto do ministério Furtado determinou a criação de batalhões de Voluntários da Pátria, e foi com esses corpos de voluntários e com a Guarda Nacional que o Brasil pôde completar os seus exércitos em operações. A força de linha não passava de uns 14 mil homens quando principiou a guerra.

24 DE JULHO

1645 — Edital de João Fernandes Vieira, primeiro aclamador da liberdade e governador das armas na restauração e restituição de Pernambuco a seu legítimo senhor, declarando que os que não assentassem praça dentro de quatro dias seriam tidos por inimigos da pátria, e assegurando que os estrangeiros e judeus, que procurassem o amparo das armas libertadoras, encontrariam todo favor e defesa, e, se preferissem, teriam livre passagem para outras províncias. Segundo Rafael de Jesus, este edital tinha a data de 24 de julho, geralmente aceita até aqui; no entanto, segundo Santiago (e parece mais natural), tem a de 24 de junho.

1840 — Fica organizado neste dia o ministério chamado da maioridade. Pertencia ao Partido Liberal e governou até 23 de março do ano seguinte, data em que voltou ao poder o Partido Conservador. O gabinete ficou constituído com os dois irmãos Andradas (Antônio Carlos e Martim Francisco), Limpo de Abreu (depois visconde de Abaeté), Aureliano Coutinho (depois visconde de Sepetiba), e os irmãos Holanda Cavalcanti (Antônio, depois visconde de Albuquerque, e Francisco de Paula). Os quatro primeiros eram deputados; os dois últimos, senadores.

1868 — O chefe da divisão barão da Passagem sobe o rio Paraguai com os encouraçados *Bahia*, *Silvado* e *Alagoas*, e força as baterias de Isla Fortín. *Barroso*, *Rio Grande* e *Piauí*, fundeados rio abaixo, bombardeiam as baterias inimigas e o acampamento de São Fernando. Comandava em Isla Fortín o tenente-coronel Thompson. Durante o dia, as baterias de Humaitá fazem muito fogo sobre a esquadra brasileira e os acampamentos dos aliados. À noite, a guarnição, comandada pelo coronel Martinez, começa a passar para a ponta Acaunguazu, no Chaco.

25 DE JULHO

1633 — Escaramuças entre tropas de Pernambuco, dirigidas pelos capitães Antônio André, Estevão de Távora e Manuel Antônio Correia, e uma coluna holandesa que, saindo do forte de Afogados, foi reconhecer um dos caminhos do arraial de Bom Jesus.

1773 — O governador do Rio Grande do Sul, Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, com o pseudônimo de José Marcelino de Figueiredo (ver 31 de maio de 1767), em ofício desta data, pediu ao vice-rei marquês de Lavradio a transferência da sede do governo, que era em Viamão, para o porto dos Casais. Neste mesmo dia, deu Sepúlveda, pela primeira vez, o nome de Porto Alegre ao porto dos Casais. O vice-rei autorizou a mudança da capital em carta de 6 de setembro (Homem de Melo, *Ind. chron.*).

1824 — Chega à Feitoria, depois São Leopoldo (Rio Grande do Sul), a primeira expedição de colonos alemães. Fernandes Pinheiro

(mais conhecido pelo título de visconde de São Leopoldo, que recebeu dois anos depois) era o presidente da província.

— A corveta *Maria da Glória*, do comandante Teodoro de Beaurepaire, captura no porto de Pedras o brigue *Constituição ou Morte* e a escuna *Maria da Glória*, pertencentes aos revolucionários de Pernambuco. O comandante do brigue era o maltês João Metrowich e o imediato, o português Guilherme Ratcliff. A escuna era comandada pelo pernambucano Joaquim da Silva Loureiro.

1836 — Morre na cidade da Bahia o conselheiro doutor José Lino Coutinho, nascido na mesma cidade a 31 de março de 1784. Foi dos mais distintos oradores nas Cortes Constituintes de Lisboa, em 1822, e na nossa Câmara dos Deputados a partir de 1826. Membro proeminente da oposição durante o reinado de Pedro I, pertencia ao Partido Liberal Moderado e foi ministro do Império de 16 de julho de 1831 a 3 de janeiro de 1832.

1839 — Proclamação da República catarinense na vila de Laguna. O governo, que então ali criaram as forças revolucionárias do Rio Grande do Sul, dissolveu-se a 15 de novembro do mesmo ano, com a retirada dessas forças.

1842 — Vencida a rebelião dos liberais na província de São Paulo, o general Caxias parte de Silveiras para Minas Gerais e assume no dia 30 o comando em chefe das forças em operações nesta última província.

1868 — Na manhã deste dia, a guarnição de Humaitá, comandada pelo coronel Martinez, tinha terminado a passagem para a ponta Acaunguazu, no Chaco. Ficaram em Humaitá alguns piquetes e duas bandeiras arvoradas, para que os sitiantes não suspeitassem que a praça estivesse deserta. A primeira força aliada que entrou em Humaitá foi a 5ª divisão de cavalaria brasileira, comandada pelo coronel Câmara (depois marechal e visconde de Pelotas). Às 16h30, fez a sua entrada o marechal Caxias. As divisões dos generais Machado Bittencourt e Rivas, que se achavam no Chaco, receberam o reforço de vários batalhões brasileiros, e a esquadra começou a metralhar o inimigo (ver as efemérides dos dias seguintes até 5 de agosto).

1876 — Morre em São Luís do Maranhão o jornalista e poeta Gentil Homem de Almeida Braga, nascido na mesma cidade a 25 de março de 1835.

26 DE JULHO

1612 — A expedição francesa, dirigida por Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, chega à ilha Upaonmiri, tendo partido de Cancale a 19 de março. A essa pequena ilha deram os franceses o nome de Santa Ana, que ainda hoje o conserva. No dia 6 de agosto, a expedição foi desembarcar na ilha do Maranhão.

1635 — Siegemundt von Schkoppe entra em porto Calvo sete dias depois de haver capitulado a guarnição holandesa e quatro depois da retirada de Matias de Albuquerque. Manda imediatamente reunir os restos mutilados de Domingos Fernandes Calabar e sepulta-os na igreja da Povoação, prestando ao morto honras fúnebres superiores às que tinha direito como major.

1645 — Chega a Quicombo (Angola) a expedição do Rio de Janeiro, comandada por Francisco Souto Maior, e vai desembarcar em cabo Ledo, onde levanta dois redutos. Por ordem sua, marcha para o interior Gaspar Borges de Madureira, e ganha uma vitória sobre os pretos da rainha Ginga, auxiliados pelos holandeses. Souto Maior enfermou e morreu em maio de 1646.

1733 — O general Gomes Freire de Andrada, depois conde de Bobadela, toma posse do cargo de governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, e exerce-o até 1º de janeiro de 1763, dia em que faleceu. O seu governo durou, portanto, mais de 29 anos. A capitania de Minas Gerais ficou sujeita a sua jurisdição desde 25 de março de 1735, e a de São Paulo, de 1º de dezembro de 1737 a 12 de fevereiro de 1739, e de agosto de 1748 em diante. Gomes Freire de Andrada governou, assim, a maior parte do Brasil, isto é, Rio de Janeiro, Minas, Goiás, São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento. Por ordem sua, foram fundados pelo general

Pais os primeiros estabelecimentos portugueses ao sul do Rio Grande. Anos depois, comandou naquelas partes o Exército brasileiro durante a campanha contra os guaranis das Missões. Seu governo foi dos mais brilhantes que teve o Brasil português.

1823 — Apresenta-se na barra do Maranhão, com a nau *Pedro I*, o almirante lorde Cochrane, e aprisiona o brigue *D. Miguel*, que fora ao seu encontro, supondo ser essa nau a *D. João VI*. No mesmo dia, o almirante expede uma proclamação aos habitantes e um ofício à junta do governo da capital, anunciando-lhe que a esquadra brasileira iria chegar com tropas de desembarque e convidando os membros da junta a reconhecer a Independência do Brasil.

1842 — O brigadeiro Manuel Alves de Toledo Ribas, atacado em Queluz pelos revolucionários de Minas sob o comando de Antônio Nunes Galvão e Francisco José de Alvarenga, defende-se durante o dia e abandona, à noite, essa posição.

1868 — As tropas paraguaias saídas de Humaitá entrincheiraram-se em Isla Poí, língua de terra, coberta de denso bosque e cortada de esteiros, entre a ponta da Acaunguazu, defronte de Humaitá, e a lagoa Verá. Na manhã de 26, começaram os combates e as abordagens com as canoas paraguaias, tendo sido lançados aí os primeiros escaleres da esquadra. O número dessas embarcações nunca chegou a 60, como disse Thompson. A flotilha da lagoa compunha-se de duas lanchas e de quatro escaleres, guarnecidos por marinheiros, e de 25 canoas e de dois pontões, tripulados por destacamentos de infantaria. Os argentinos guarneceram cinco dessa canoas, fazendo o serviço do porto Betel ao centro da linha ocupada pelos escaleres e pelas lanchas da Marinha; daí à margem setentrional seguia-se a linha de canoas guarnecida pelo Exército brasileiro. Comandava os escaleres e as canoas dos brasileiros o capitão-tenente Stepple, e as cinco canoas argentinas o major Inácio Bueno. A nossa perda nesses combates de canoas (até a rendição do inimigo) foi de 37 oficiais e marinheiros e de 40 oficiais e soldados (77 homens), mortos e feridos; a dos argentinos, segundo os ofícios diários que o general Rivas mandava ao marechal Caxias, foi de 19 mortos e feridos, embora anos depois um fantasioso mapa oficial, organizado em Buenos Aires, atribuísse aos

nossos aliados a seguinte perda: "Combate nas lagoas do Chaco, 1868: mortos: generais, 2; oficiais superiores, 2; oficiais, 27; tropa, 278; total: 309. Feridos: oficiais superiores, 3; oficiais; 16; tropa; 58; total: 77." Além dos combates nas águas da lagoa, houve constante tiroteio em terra e um ataque no dia 28. As forças aliadas, que cercavam o inimigo em Isla Poí, eram formadas de oito mil brasileiros (1º, 3º, 5º, 7º, 8º, 10º, 14º e 16º batalhões de linha, 27º, 29º, 50º, 53º e 55º de voluntários, várias baterias de artilharia e contingentes de sapadores) e de 1.800 argentinos, comandados pelo general Rivas. O general Jacinto Machado Bittencourt comandava os brasileiros. Os paraguaios renderam-se no dia 5 de agosto. De 25 de julho até aquela data, os brasileiros tiveram 590 homens fora de combate; os argentinos, 23.

1874 — Combate entre voluntários de São Leopoldo (Rio Grande do Sul), dirigidos por João Daniel Collin, e os fanáticos *Muckers*, nas matas de Ferrabraz.

1879 — Falecimento do senador visconde do Rio Grande, José de Araújo Ribeiro, presidente da província do Rio Grande do Sul de dezembro de 1835 a janeiro de 1837 (com interrupção de alguns dias em julho de 1836) e por muito tempo ministro do Brasil na Inglaterra e na França. Foi Araújo Ribeiro quem organizou a reação contra o movimento revolucionário de 1835, no Rio Grande do Sul. Deixou vários manuscritos e um livro, que é documento da sua vasta erudição.

27 DE JULHO

1645 — Chega a Tamandaré a esquadrilha de Jerônimo Serrão de Paiva, conduzindo da Bahia os dois terços dos mestres de campo André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno. Desembarcam no dia seguinte.

1736 — Combate no rio da Prata entre um patacho espanhol vindo da Corunha e o bergantim português *Palomita Real*, do comandante Guilherme Kelly. No meio da ação, chega outro bergantim da Colônia do Sacramento, comandado pelo alferes João Batista Ferreira, do Rio

de Janeiro, e toma por abordagem o navio espanhol. O comandante deste, capitão de fragata Juan Antonio de la Colina, ficou prisioneiro. Um incêndio produzido no patacho espanhol não pôde ser extinto. Colina era um valente oficial e conquistou grande nome na Marinha espanhola depois deste revés.

1823 — Capitulação da junta de governo do Maranhão. No mesmo dia, lorde Cochrane desembarca 200 marinheiros para manter a ordem na capital, e no dia seguinte tem lugar a proclamação da Independência e do Império. Cumpre notar que os únicos pontos assim libertados por lorde Cochrane foram a capital e Alcântara, e não a província inteira, como ele disse. Em Caxias, resistiam ainda os portugueses, mas capitularam no dia 31 de julho, antes de terem notícia (só chegou a 10 de agosto) dos acontecimentos da capital. A guarnição portuguesa de São Luís do Maranhão, composta de 500 homens, recebera no dia 15 um reforço de 325, chegados da Bahia. Foram apresados 10 navios de guerra: o brigue *D. Miguel* (18 bocas de fogo), o brigue-escuna *Emília* (oito bocas de fogo) e oito canhoneiras. As outras presas foram quatro galeras, dois brigues, uma escuna e três sumacas, que se haviam separado da frota saída da Bahia no dia 2 de julho. Alguns desses navios levaram para Lisboa a guarnição portuguesa.

1824 — Surtida na Barra Grande (Alagoas) dirigida pelo major Francisco José Martins, das tropas imperiais. Os revolucionários de Pernambuco, comandados pelo tenente-coronel José Antônio Ferreira, abandonam o seu acampamento e retiram-se para Pernambuco.

1868 — Continuam os combates na lagoa Verá e em torno de Isla Poí (Chaco). Alguns encouraçados bombardeiam o Timbó.

28 DE JULHO

1637 — Carta régia concedendo distinções honoríficas aos capitães Francisco Rebelo, Sebastião do Souto e Henrique Dias pela intrepidez com que se houveram na batalha de Comandaituba, a 18 de fevereiro desse ano.

1645 — Desembarque de André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno em Tamandaré com os dois terços do seu comando (ver 27 de julho). No mesmo dia, o coronel Hendrik van Haus marcha de Muribeca, em busca de João Fernandes Vieira, que estava no engenho de Covas (ver 31 de julho).

1767 — Parte de Araritaguaba, depois Porto Feliz, em São Paulo, a expedição que foi fundar o forte dos Prazeres de Iguatemi.

1819 — Falece no acampamento do general Curado, no Rincón de Haedo, o capitão de milícias Gabriel Ribeiro de Almeida, que, com Santos Pedroso e Borges do Canto, conquistou, em 1801, o território das Missões de aquém-Uruguai. Era natural de Sorocaba e irmão de Bento Manuel Ribeiro.

1823 — Proclamação e juramento da Independência e do Império, na cidade de São Luís do Maranhão.

1836 — Os rebeldes do Pará são repelidos atacando Cametá neste e nos dias 29 e 31 de julho. A alma de defesa foi o intrépido juiz de paz padre Prudêncio das Mercês Tavares.

1840 — Toma assento no Senado o conselheiro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, depois visconde e marquês de Abrantes.

1843 — Parte de Belém do Pará o pequeno vapor de guerra *Guapiaçu*, comandado pelo capitão-tenente José Maria Nogueira, e dirige-se à barra do rio Negro, depois Manaus, onde chega no dia 6 de agosto. A 19 de setembro, empreendeu a sua viagem de regresso e fundeou no Pará no dia 24. Este foi o primeiro vapor que sulcou as águas do Amazonas. Em 1853 (ver 22 de setembro), outro vapor, o *Marajó*, subiu da barra do rio Negro até Nauta.

1860 — Decreto mandando executar a resolução legislativa que criou uma nova secretaria de Estado, com a denominação de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

1868 — Continuam os combates na lagoa Verá e em Isla Poí. O coronel Pedra, seguindo por um estreito desfiladeiro, atacou a mata em que estavam os paraguaios em Isla Poí. Avançaram com ele o 5º batalhão de linha e 50º e 55º de voluntários, sofrendo grandes perdas, que nunca foram publicadas em ordem do dia. Por uma carta do almirante, sabe-se que Pedra teve mais de 300 homens fora de combate. Foi morto o tenente-coronel Antônio Carlos de Magalhães, do 5º, irmão do doutor Couto de Magalhães, e ficaram feridos o tenente-coronel Albuquerque Belo e o major Pedro Alves de Alencar.

1878 — Falecimento do jovem literato cearense Raimundo da Rocha Lima.

1884 — A Câmara dos Deputados aprova, por 59 votos contra 52, uma moção contrária ao projeto de abolição gradual, apresentado na sessão de 15 pelo conselheiro Rodolfo Dantas e apoiado pelo ministério. Votaram contra o governo 42 conservadores, 16 liberais e um republicano; a favor, 48 liberais e quatro conservadores (ver 30 de julho).

29 DE JULHO

1635 — O general Matias de Albuquerque chega a Santa Luzia do Norte (ver 23 de julho) e reúne-se aí ao general Bagnuoli. Porto Seguro enganou-se ao escrever "29 de agosto" em vez de "29 de julho". Os dois generais resolvem mudar o acampamento para a margem meridional da Alagoa do Sul, onde estava a povoação de Nossa Senhora da Conceição, logo depois Vila da Madalena e, mais tarde, cidade das Alagoas (ver 5 de agosto de 1591), e chegam a esse ponto no dia 2 de agosto. As avançadas ficaram no rio Doce, sendo aí construída uma trincheira no lugar denominado Poço.

1642 — Alvará de dom João IV ordenando que os governadores do Rio de Janeiro não interviessem nas eleições da Câmara e excluindo desta os judeus e os maçons.

1800 — Uma divisão naval francesa comandada pelo capitão Landolphe, tendo cruzado alguns dias perto da barra do Rio de Janeiro,

fez algumas presas e seguiu, nesta data, para o norte. Na altura de Porto Seguro, encontrou-se com a esquadra do comodoro inglês Rowley Bulteel e, no combate, renderam-se duas fragatas francesas. Os prisioneiros foram entregues no Rio de Janeiro ao vice-rei conde de Resende. Refere o comandante Landolphe que foi bem-tratado, porque era pedreiro-livre. Um dos filhos do vice-rei levou-o a uma festa maçônica. "Introduzido no recinto do templo [diz ele, em suas *Memórias*], ouvi com muito prazer o discurso do venerável; no entanto, o que me encheu de admiração foi ver nesse lugar, entre os primeiros chefes militares e administradores da colônia, personagens revestidos das primeiras dignidades da Igreja."

1819 — O capitão de guerrilhas Bento Gonçalves da Silva derrota, nos serros de Santa Ana, um destacamento de correntinos comandado por José López (López Chico), do exército do general Artigas. O inimigo teve 83 mortos e prisioneiros; os nossos, apenas 10 mortos e feridos.

1822 — Combate no Funil (Bahia) em que são repelidas pelos atiradores brasileiros três canhoneiras das forças do general Madeira. Esses navios conduziam o capitão Taborda, que não desembarcou porque viu os nossos receberem reforços (dirigidos por Lima).

1826 — Às 11h, o capitão de mar e guerra James Norton dá fundo nas balizas exteriores de Buenos Aires com 11 navios da 2ª divisão do seu comando e quatro da 3ª, comandada pelo capitão de fragata Sena Pereira. Eis os nomes dos navios, seus comandantes, e o número de bocas de fogo: fragata *Niterói* (chefe Norton, comandante Parker, 38); corvetas *Maria da Glória* (Teodoro de Beaurepaire, 30), *Itaparica* (Eyre, 20), *Maceió* (J. I. Maia, 20) e *Liberal* (Barth. Hayden, 22); brigues *Caboclo* (Grenfell, 18), *29 de Agosto* (Rafael de Carvalho, 18) e *Pirajá* (Carter, 18); escunas *Conceição* (Thompson, quatro), *D. Paula* (Leocádio de Oliveira, quatro) e *Itaparica* (Petra Bittencourt, um), todos da 2ª divisão; barca canhoneira escuna *Leal Paulistana* (chefe Sena Pereira, comandante Antônio Carlos Ferreira, oito); iates *9 de Janeiro* (Germano Aranha, dois), *12 de Outubro* (Roberto Steel, dois) e *7 de Março* (F. de Paula Osório, três), estes quatro pertencentes à 3ª divisão. As escunas Conceição e *D. Paula* conservaram-se à

vela, durante a noite, nas vizinhanças do canal que conduz para o ancoradouro dos Pozos. Soprava brisa fresca de nordeste e de norte. Às 22h30, a *Conceição* deu sinal da saída do inimigo. Minutos depois, a fragata argentina *25 de Mayo* foi avistada a barlavento da *Niterói*, e trocou alguns tiros com esta, com o *Caboclo* e com outros navios. Os brasileiros, obedecendo aos sinais de Norton, largaram as amarras sobre boia e velejaram com amuras e a bombordo. Na altura da ponta de Lara, a *Niterói*, que ia a gáveas, atravessou a gata e fez sinal de reunião. A escuridão não permitia descobrir os navios inimigos. Ao amanhecer, foi que se pôde empenhar o combate (ver 30 de julho). O almirante argentino tinha saído dos Pozos com os navios seguintes: fragata *25 de Mayo* (almirante comandante Espora, 36 bocas de fogo); briguebarca *Congreso* (Fischer, 18), *Independência* (Bathust, 22), *República* (Clarck, 16), *Balcarce* (N. George, 14); corsário *Oriental-Argentino* (P. Dautant, 13); escunas *Sarandí* (Pinedo, oito), *Rio* (Rosali, um) e *Pepa* (Dandreys, um) e nove canhoneiras (nove bocas de fogo).

1832 — O coronel José Teixeira da Fonseca derrota, na vila de Sousa (Paraíba), um corpo de partidários de Pinto Madeira.

1836 — Segundo ataque dos anarquistas do Pará contra Cametá (ver 28 de julho).

1839 — Naufrágio do cúter de guerra *Marui* na lagoa dos Patos. Entre outros passageiros, pereceu o coronel José Rodrigues Barbosa, um dos mais intrépidos comandantes de cavalaria que temos tido.

1846 — Nasce na cidade do Rio de Janeiro a princesa dona Isabel, depois princesa imperial do Brasil e por três vezes regente do Império. Durante as suas regências, começou em 1871 e terminou em 1888 a reforma abolicionista da escravidão no Brasil.

1848 — Falecimento do coronel visconde de Pirajá, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, comandante das forças brasileiras da Bahia, no começo da Guerra da Independência.

1868 — Continuam os combates na lagoa Verá e em Isla Poí.

1882 — Inauguração da Exposição Antropológica, nos salões do Museu Nacional.

30 DE JULHO

1609 — Lei de Filipe III (II de Portugal) declarando todos os gentios do Brasil livres, "conforme o direito e seu nascimento natural, tanto os que já fossem batizados quanto os que ainda vivessem como gentio [...] os quais todos serão tratados e havidos por pessoas livres, como são [...]" (col. de Coimbra e de Andrade).

1778 — Evacuação da ilha de Santa Catarina pelos espanhóis, em cumprimento do disposto no Tratado de Santo Ildefonso, de 1º de outubro do ano anterior. O governador Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, depois general e visconde de Mirandela, tomou posse da ilha, recebendo-a do general Vaugham.

1808 — Nascimento de Joaquim José Inácio, que morreu vice-almirante e visconde de Inhaúma, tendo comandado a esquadra brasileira no Paraguai.

1823 — Capitulação da tropa portuguesa às ordens do major Fidié (700 homens), que se defendia nas trincheiras do Monte da Taboca, perto de Caxias (Maranhão), sitiada pelas forças do Ceará, do Piauí e do Maranhão, comandadas pelo coronel Filgueiras. Fidié foi conduzido preso até o Rio de Janeiro e humanamente tratado pelas populações do interior, apesar da tenaz resistência que nessa época de exaltação política havia oposto à proclamação da Independência do Brasil.

1826 — *Combate naval de Lara Quilmes.* Ao amanhecer estavam fundeados na altura da Ponta de Lara os seguintes navios brasileiros (ver efeméride do dia anterior): fragata *Niterói*; corvetas *Maria da Glória*, *Itaparica e Maceió*; brigues *Caboclo, Pirajá* e *29 de Agosto*; e escuna *Leal Paulistana*; a alguma distância a leste, a corveta *Liberal*, que logo velejou para incorporar-se à força principal. Os outros navios demoravam a sotavento, alguns na distância de casco alagado. Soprava

pequena brisa do norte, oito navios argentinos estavam fundeados a barlavento, em linha quase paralela a nossa: a fragata *25 de Mayo*; o brigue-barca *Congreso*; os brigues *Independência, República,* Balcarce e *Oriental-Argentino*; e as escunas *Rio* e *Sarandí*. O brigue *Pirajá*, que ficava entre a nossa linha e a inimiga, rompeu o fogo. As duas esquadras puseram-se em movimento quase ao mesmo tempo: a argentina virou em roda e orçou com amuras a estibordo; a brasileira virou por davante, e a *Niterói* e o *Caboclo*, que iam à frente, cortaram a linha inimiga, ganhando barlavento e aproximando-se, até a distância de tiro de pistola, da *25 de Mayo*. Esta meteu em cheio e os outros navios argentinos orçaram em retirada, fazendo todos força de vela. O combate reduziu-se, assim, a uma ativa perseguição. A *25 de Mayo*, separada da sua esquadra, foi atacada de barlavento pelo *Niterói* e pelo *Caboclo*, e de sotavento pela *Maria da Glória*. A *Leal Paulistana* acompanhou-o de perto, batendo-lhe a popa com o rodízio de proa. O fogo de um dos brigues inimigos cortou no *Caboclo* o braço grande e fez-lhe atravessar a gávea, sendo então ferido o comandante Grenfell. Depois deste acontecimento, o *Caboclo* atrasou-se. Às 10h30 a fragata inimiga, quase completamente desmantelada, arribou até ter o vento pela alheta. A *Niterói* arribou também e, nessa ocasião, tocou no fundo. A *Maria da Glória* já tinha sido obrigada a virar por falta de água. A *Liberal*, muito atrasada, não podia alcançar mais o inimigo. O *Pirajá* também manobrara mal e ficara distanciado. A corveta *Itaparica* tinha desarvorado o mastaréu do velacho, atacando os brigues inimigos que fugiam. Os outros navios brasileiros, que eram o *29 de Agosto*, a *Leal Paulistana* e a *Maceió*, continuavam a caça, acompanhando os brigues e as escunas argentinas, de sorte que a *25 de Mayo* pôde escapar, indo encalhar sobre o banco de La Ciudad, onde foi protegida pelas suas canhoneiras e pelos fugitivos que se foram aos poucos reunindo. Às 11h, Brown passou o seu pavilhão para o *República*, e Norton fez o sinal de levantar a caça e de reunir. Alguns dos navios inimigos foram encalhar no banco de Camarones. Tivemos neste combate seis mortos e 24 feridos, entre estes o capitão de fragata Grenfell e o primeiro-tenente Rafael de Carvalho, comandantes do *Caboclo* e do *29 de Agosto*, e o segundo-tenente James Taylor, oficial da *Niterói*. A perda que os nossos adversários tiveram no pessoal não é bem conhecida. Sabe-se apenas que foi muito grande a bordo da *25 de Mayo*. O *Correio Nacional*, de Buenos Aires, disse no dia

1º de agosto: "[...] De acordo com os relatórios oficiosos, parece que não excede 30 mortos e 70 feridos. O *Mensagero Argentino* (3 de agosto) e o *British Packet* (nº 1, de 4 de agosto) reduziram a 48 os mortos e feridos; no entanto, um ano depois, este último (nº 46, de 17 de junho de 1827) dava outro algarismo, 55 mortos e feridos. A fragata *25 de Mayo* nunca mais pôde servir. Quando entrou nos Pozos, rebocada pelas canhoneiras, as únicas velas que tinha eram o traquete, o velacho e a rabeca.

1832 — Importante sessão na Câmara dos Deputados em que se discute o projeto apresentado nesse dia para que ela se convertesse em Assembleia Nacional e decretasse reformas constitucionais. Feijó, irritado contra a oposição do Senado, aconselhou à regência e aos seus amigos políticos esse golpe de Estado. A maioria da Câmara (Partido Liberal Moderado) aceitou em reunião secreta a proposta, e alguns dos seus membros promoveram manifestações aos juízes de paz, da Guarda Nacional e da oficialidade do Exército, criando, assim, na capital, uma agitação que pudesse explicar o ato revolucionário. No entanto, no momento da execução, o deputado Carneiro Leão (marquês de Paraná) teve a coragem de separar-se de seus amigos políticos, e o discurso que então proferiu modificou completamente a opinião da maioria. Suspensa a sessão, às 21h, foi no dia seguinte retirado o projeto. O ministério apresentou a sua demissão, e outro ficou organizado no dia 3 de agosto.

1840 — Os rebeldes atacam na feitoria de São Pedro, em Piracuruca, os legalistas, e são repelidos.

1842 — O general Caxias, que partira do Rio de Janeiro, reúne-se no rio do Peixe, afluente do Paraibuna, à coluna comandada pelo coronel Cid, e assume o comando do exército em operações na província de Minas Gerais. Daí, segue para São João d'el-Rei; no entanto, informado, a meio caminho, de que o exército dos revolucionários se dirigia para Ouro Preto, força as marchas, passando por Barbacena, onde reúne à sua coluna a do coronel Leite Pacheco e, no dia 6 de agosto, entra na capital. Os revolucionários, que já estavam nos arredores de Ouro Preto, retiram-se na direção de Sabará (ver 12 e 20 de agosto).

1867 — Os paraguaios abandonam a trincheira do Passo Canoa, fazendo alguns tiros em retirada e lançando foguetes a Congrève.

1868 — Continuam combates e tiroteios na lagoa Verá e em Isla Poí. À noite, houve abordagens mais animadas que as dos dias anteriores entre escaleres brasileiros e canoas paraguaias.

1884 — Neste dia, o conselheiro M. P. de Sousa Dantas, presidente do Conselho de Ministros, anunciou à Câmara dos Deputados que ela seria dissolvida e pediu-lhe que apressasse a votação das leis ânuas, para que o conflito entre o gabinete e o Parlamento (ver 28 de julho) pudesse ser resolvido quanto antes pelo corpo eleitoral. Votada a lei do orçamento, foi dissolvida a Câmara por decreto de 3 de setembro. A eleição a que se procedeu não modificou sensivelmente a força relativa dos partidos na Câmara. A 4 de maio de 1885, o gabinete achou-se de novo em minoria. Votaram, então, contra o governo 52 deputados (43 conservadores, oito liberais e um republicano) e a favor 50 (45 liberais, três conservadores e dois republicanos). O ministério retirou-se; no entanto, as ideias que ele defendera ficaram vitoriosas, sendo votada nessa mesma sessão a segunda lei de abolição, promulgada a 28 de setembro de 1885.

31 DE JULHO

1615 — Tendo Jerônimo de Albuquerque anunciado a La Ravardière, comandante dos franceses na ilha do Maranhão, que, em obediência às ordens recebidas, se via obrigado a romper a trégua de 27 de novembro de 1614, respondeu-lhe o chefe francês que evacuaria a ilha dentro de cinco meses e, em penhor de sua fé, entregou nesta data o forte de São José de Itapari.

1645 — O Exército pernambucano, que acampava desde 9 de julho no engenho de Covas, marcha para o monte das Tabocas, onde vai esperar o ataque do inimigo (ver 3 de agosto). O visconde de Porto Seguro diz, com razão, que este monte fica a pequena distância da atual cidade de Vitória, primitivamente Santo Antão; no entanto, por inadvertência, salta na transcrição algumas palavras que são decisivas. O que se lê

em Moreau é isto: "Entrincheirados na colina de São Antão, também chamada colina Camarão" (p. 71). Outras citações podem ser feitas: Nieuhoff, que também estava no Recife e que é melhor autoridade que Moreau, fala igualmente no monte de Santo Antão – "*berg Santantan*" (*Braziliaense Zeed en land Reyzen*, p. 154); Montanus diz "*den berg Santantan*" (*America*, p. 510); Commelyn escreve *Sancto Antonio* (Fred. Hend. Van Nassau, p. 187, v. 2); o *Journael de Arnhein* diz "*Santo Antonio*". Os nossos cronistas contemporâneos dão indicação mais precisa. Frei Calado declara que o monte fica perto de uma igreja do glorioso Santo Antão (*Val. Lucideno*, p. 205); em Rafael de Jesus, lê-se: "Uma légua e meia [cerca de 9,9 km] deste monte, para o norte, existia uma ermida dedicada a Santo Antão" (*Cast. Lusit.*, p. 290); Diogo Lopes de Santiago diz mais claramente: "Um monte alto e empinado que estava légua e meia de distância de uma ermida de Santo Antão para abaixo, para a parte do sul, donde está um tabocal (*História da Guerra de Pernambuco*, l, II, cap. IX). Em uma das cartas que acompanham a conhecida obra de Barlaeus, está assinalada a posição da ermida de Santo Antão, perto da margem esquerda do Tapacorá. Diremos, de passagem, que os preciosos documentos geográficos, vulgarmente denominados mapas de Barlaeus, são devidos a George Marcgrav, e não passam de fragmentos incompletos de uma magnífica carta, hoje raríssima, ornada de cartuchos, brasões, troféus e paisagens, na qual se lê o seguinte "*Brasiliae Geographica & Hydrographica Tabula Nova, continens Praefecturas de Ciriji, cum Itapuama de Paranambuco Itamarica Paraiba & Potigi vel Rio Grande. Quam proprijs observationibus ac demensionibus, diuturna peregrinationi a se habitis, fundamentaliter superstruebat & delineabat Georgius Marggraphius, Germanus, anno Christi 1643*". Triste é dizê-lo: ainda hoje, quem quer estudar a zona marítima do Rio Grande do Norte a Sergipe encontra no mapa do ilustre Marcgrav valiosas indicações geográficas, que debalde procuraria nas cartas brasileiras, mesmo as mais recentes, todas levantadas em escala muito menor.

1646 — Chegaram ao Recife dois navios da esquadra do almirante Jost van Trappen Banckert, a qual vinha em socorro dos holandeses no Brasil. Um dos navios conduzia Siegemundt von Schkoppe, que já militara no Brasil e que voltava nomeado comandante em chefe das tropas holandesas. O primeiro navio dessa esquadra chegou ao Recife

no dia 14 de julho; os outros entraram nos dias 8 e 12 de agosto, e posteriormente. Traziam um grande reforço de tropas, e os membros do novo Conselho de Governo, de que era presidente Wouter van Schonenburgh. Este desembarcou no dia 12 de agosto.

1795 — Falecimento de José Basílio da Gama, em Lisboa. Foi sepultado na igreja do extinto convento da Boa Hora, em Belém. Nasceu em 1740 na então vila de São José do Rio das Mortes, hoje cidade de São José d'el-Rei.

> Serás lido, *Uraguai!* Cubra os meus olhos
> Embora um dia a escura noite eterna,
> Tu, vive e goza a luz serena e pura!
> Vai aos bosques da Arcádia, e não receies
> Chegar desconhecido àquela areia...

O poeta tinha razão no seu "*Exegi monumentum*"*. O *Uraguai* é e será sempre lido nos domínios da língua portuguesa, mas até hoje não há entre nós um bronze ou mármore levantado em honra de Basílio da Gama, de Durão e de tantos outros dos mais ilustres brasileiros. Nem mesmo em algumas das ruas da cidade do Rio de Janeiro esses nomes são recordados, quando nelas se leem os de muitos homens medíocres ou nulos, e até os de nacionais e estrangeiros que combateram pelo desmembramento da pátria brasileira.

1821 — Tratado de incorporação da província Oriental do Uruguai ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, devendo aquele território formar um estado diverso dos outros da União, sob o nome de estado Cisplatino. Foi assinado em Montevidéu pelo barão de Laguna (general Lecór, depois visconde da Laguna), representando dom João VI, e pelo presidente e por deputados do Congresso oriental.

1823 — *Capitulação de Caxias* (Guerra da Independência). No dia 17 de abril, entra nessa vila o governador das armas do Piauí, João José da Cunha Fidié, com as tropas que se haviam batido em Genipapo (13 de março). A sua vanguarda havia ocupado Caxias no dia 8. Essas

* Referência à ode do romano Horácio: "Exegi monumentum aereperenuius" ("Construi meu monumento mais duradouro que o bronze") (Horácio, livro III, ode XXX). (N.E.)

forças constavam de 1.200 homens, pela maior parte milicianos. Fidié fortificou-se no morro de Taboca, onde foi sitiado e hostilizado por milicianos e voluntários do Ceará, do Piauí e do Maranhão, sob o comando do tenente-coronel João da Costa Alecrim. Em meados de julho (não em maio), chegou o exército auxiliador do Ceará, do Piauí e de Pernambuco, e, com esse reforço, ficou elevado o número dos sitiantes a oito mil (não 18 mil). O capitão-mor José Pereira Filgueiras, sergipano domiciliado no Ceará, era o comandante em chefe, com o título de general, mas fazia parte de uma chamada Junta da Delegação Expedicionária, a qual se compunha dele como presidente, do brigadeiro Manuel de Sousa Martins (depois visconde de Parnaíba), presidente do governo provisório do Piauí, e dos tenentes-coronéis Tristão Gonçalves Pereira de Alencar – que pouco depois começou a assinar-se Tristão Gonçalves de Alencar Araripe –, delegado da junta de governo do Ceará, Joaquim de Sousa Martins, comandante das armas de Piauí, e Luís Pedro de Melo Cesar, comandante das tropas pernambucanas. Com as deserções de milicianos brasileiros, ficou Fidié reduzido a uns 700 homens. Não podendo prolongar a resistência, entregou ele o comando ao tenente-coronel Luís de Mesquita no dia 27. A capitulação foi assinada no dia 31, tendo sido rejeitadas na véspera as condições propostas pelos sitiados. A guarnição saiu das trincheiras no dia 1º de agosto e depôs as armas. Ficaram no poder do Exército brasileiro vinte e tantas peças e cinco bandeiras.

1836 — Terceiro ataque de Cametá pelos rebeldes (ver 28 de julho).

1865 — Não tínhamos acima do salto do Uruguai navios de guerra, por ocasião da invasão paraguaia. Foram, então, armados o rebocador *Uruguai* e dois lanchões, que ficaram sob o comando do primeiro-tenente Floriano Vieira Peixoto. Neste dia, estrearam-se eles, metendo a pique várias canoas e interceptando as comunicações entre as forças paraguaias de Estigarribia e Duarte. O mesmo fizeram a 1º e 2 de agosto.

1867 — A vanguarda do exército aliado, em marcha sob o comando de Caxias (ver 22 de julho), acampava em Tuju-Cuê. Pouco adiante, entre os laranjais de Guaiaivi, avistaram-se, ao amanhecer, duas colunas inimigas de infantaria e cavalaria, dirigidas pelos comandantes Medina

e Rolón. O general Osório ordenou o ataque. A artilharia, apoiada pelos atiradores do 55º de voluntários, rompeu o fogo, e os generais Andrade Neves e J. L. Mena Barreto, à frente de corpos de cavalaria, avançaram rapidamente sobre os flancos do inimigo, que foi logo posto em fuga, perdendo 102 mortos e prisioneiros, três estativas de foguetes, muitas armas e cavalos. Tivemos, neste rápido combate, 31 mortos e feridos.

1868 — Continuam os tiroteios na laguna Verá. À noite, 20 canoas paraguaias, vindas da margem ocidental, atacaram a nossa linha de escaleres e canoas. Só 10 conseguiram romper a linha e chegar a Isla Poí; cinco foram tomadas e as outras metidas a pique. Tivemos 13 mortos e feridos. As 10 canoas, que passaram, foram tomadas ou destruídas na noite seguinte.

1º DE AGOSTO

1624 — O capitão Manuel Gonçalves ataca e derrota, nas vizinhanças do forte de São Filipe de Itapagipe, um destacamento holandês, que escoltava o comandante deste forte. O chefe inimigo ficou prisioneiro. A refrega deu-se em Monserrate, nome que posteriormente teve o forte, então chamado de São Filipe. Naquele tempo, dava-se o nome de Itapagipe a toda a península em que estivessem às pontas de Monserrate e Itapagipe. Só depois foi construída, nesta última ponta, o forte de São Bartolomeu, que já existia em 1638 e que passou a ser designado pelo nome de Itapagipe.

1625 — Os holandeses que ocupavam a baía da Traição embarcam nesse dia, abandonando as suas trincheiras e os índios seus aliados (ver 4 de julho e 5 de agosto).

1640 — O mestre de campo coronel Luís Barbalho ataca e toma, depois de três horas de combate, um entrincheiramento de holandeses, no rio Real. O documento da Biblioteca Nacional de Madri, que dá conta dessa vitória, diz que ficaram prisioneiros um mestre de campo e um sargento-mor inimigos. O major era van den Branden; do coronel não há notícia.

1645 — São executados no Recife, como cúmplices na insurreição contra o domínio holandês, os brasileiros Gonçalo Cabral, de Goiana, e Tomás Pais, de Tigipió.

1734 — Parte de Cuiabá uma expedição sob o comando de Manuel Rodrigues Carvalho, composta de 28 canoas de guerra, oitenta e tantas canoas e balsas de transporte, e 842 homens, 400 dos quais chegados de São Paulo. A flotilha desceu o Paraguai e derrotou a dos Guaicuru e Paiaguá, aliados, ficando cativos 292 índios.

1818 — A escuna *Maria Isabel*, comandada pelo segundo-tenente Valadim, e duas lanchas artilhadas bombardeiam Mercedes, no rio Negro (Banda Oriental do Uruguai), obrigam os atiradores inimigos (200 homens) a abandonar as suas trincheiras e apresam duas balandras.

1822 — Decreto de dom Pedro, príncipe regente do Reino do Brasil, declarando inimiga qualquer força armada que viesse de Portugal e, se não submetesse, haveria intimação de regressar imediatamente.

— É também desse dia o Manifesto aos povos do Brasil, assinado por dom Pedro e redigido por Gonçalves Ledo, documento onde se lê o seguinte trecho: "Não se ouça entre nós outro grito que não seja '*União!*' do Amazonas ao Prata, não retumbe outro eco que não seja '*Independência!*' Formem todas as nossas províncias o feixe misterioso que nenhuma força pode quebrar. Desapareçam de uma vez antigas preocupações, substituindo o amor do bem geral ao de qualquer província ou cidade." Um dos maiores empenhos da geração enérgica, que fez a Independência e a liberdade do Brasil, foi o pronto e completo restabelecimento da unidade nacional, despedaçada pela revolução de 1821 e pelos decretos das Cortes Constituintes de Lisboa. Os homens eminentes, que então dirigiam a opinião no Brasil, queriam uma pátria grande, unida e íntegra, não uma coligação precária de províncias rivais, exploradas por mesquinhas ambições de campanário.

1823 — Entrada do exército libertador em Caxias (ver a efeméride do dia precedente).

1836 — Tomada de Oeiras (Pará) pelos legalistas. Foi retomada pelos insurgentes 19 dias depois e, pelos legalistas a 20 de setembro.

1840 — O major José de Sousa Martins ataca e destroça, em Santa Maria e São Domingos, os rebeldes de Paranaguá. Destes ficaram mortos mais de cem.

— É aprisionado pelo tenente Antônio da Costa Araújo, no lugar Salobro, o caudilho Ruivo (Francisco Lopes Castelo Branco).

1865 — Morre na cidade do Rio de Janeiro o cronista Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, brasileiro adotivo, nascido em Coimbra em 1808, autor das *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, da *Corografia paraense* e de outros trabalhos.

1867 — O general Mitre chega a Tuju Cuê e reassume o comando em chefe do exército aliado.

— Continuam os tiroteios e combates na laguna Verá. À noite, 10 canoas paraguaias, carregadas de oficiais e soldados, tentaram passar de Isla Poí para a margem ocidental. Foram atacadas por escaleres e canoas brasileiras, sob o comando do capitão-tenente Stepple, e por cinco argentinas, dirigidas pelo major Bueno. Ficaram em nosso poder oito das canoas; a nona foi metida a pique e a outra retrocedeu. Tivemos 14 mortos e feridos; os nossos aliados, 10. Os paraguaios sofreram grande perda neste combate. Um estandarte foi encontrado em uma das canoas apresadas pela lancha do Brasil.

1869 — Reconhecimento da subida de Ascurra, pelo conde d'Eu; de Pedrosa, pelos argentinos; e de Cabanas, pelo coronel Néri.

2 DE AGOSTO

1625 — Parte da Bahia a armada de dom Fadrique de Toledo, que libertara do domínio holandês a capital do Brasil. Chega a Pernambuco no dia 21 e, quatro dias depois, segue para a Europa.

1635 — O general Matias de Albuquerque chega à Alagoa do Sul (Alagoas) com os restos do Exército de Pernambuco (ver 29 de julho).

1645 — Começa o assédio de Serinhaém por tropas da Bahia, sob o comando de Paulo da Cunha Souto Maior (ver 6 de agosto).

— Cumprindo ordens de Fernandes Vieira, um destacamento captura, na vizinhança do monte das Tabocas, o célebre jesuíta Manuel de Morais, que se fizera ministro calvinista e que se casara mais de uma vez. Manuel de Morais foi, por isto, queimado em estátua no auto da fé de 6 de abril de 1642, em Lisboa. Dizem cronistas contemporâneos que o ex-jesuíta, ao ser aprisionado, se mostrou muito arrependido dos erros passados e que, no combate do dia seguinte, com um crucifixo na mão, estimulou os brios dos nossos voluntários. Com confissões, abjurações

e penitências, que se fez em Lisboa, e recomendações dos diretores da Guerra em Pernambuco, conquistou a indulgência do Tribunal do Santo Ofício, escapando à pena de morte, e, no auto da fé de 15 de dezembro de 1649, "foi recebido com hábito perpetuo, sem remissão, com insígnias de fogo, e suspenso para sempre de ordens". Faleceu em 1651, segundo Azevedo Marques. Nasceu em São Paulo no ano de 1586.

1828 — Quatro pequenos corsários brasileiros da Colônia do Sacramento, sob o comando de Francisco Sardo, tomam por abordagem, na Punta Chaparro, o lúgar de guerra argentino *Martín García.*

1836 — Grenfell, com alguns navios da esquadrilha imperial, força a passagem de Itapuã, abaixo de Porto Alegre, e chega a esta cidade.

1851 — De acordo com o governo de Montevidéu, o comandante em chefe da esquadra brasileira no rio da Prata, Grenfell, desembarca 300 homens do 6º de caçadores, que vão guarnecer o forte do Cerro. Esta foi a primeira força brasileira que pisou então o território oriental, tendo-se comprometido o Brasil a expulsar as tropas do ditador argentino, comandadas pelo general Oribe (ver 4 de agosto e 4 de setembro).

1868 — Continuam os tiroteios na laguna Verá. À noite, 14 canoas paraguaias tentaram passar da margem ocidental para Isla Poí. Só um escapou, sendo as outras tomadas pela nossa flotilha de escaleres e canoas.

1874 — Último combate com os fanáticos *muckers*, nas matas do Ferrabraz, perto de São Leopoldo (ver 25 de junho). Já estavam, então, muito reduzidos em número, e foram todos mortos ou capturados pelo capitão San Tiago Dantas.

1875 — Publica-se o primeiro número da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro.

3 DE AGOSTO

1645 — *Batalha do Monte das Tabocas* (ver 31 de julho). Pelas 14h, o coronel Hendrik van Haus deu começo ao combate, atacando as posições ocupadas por João Fernandes Vieira. Os nossos eram superiores em número, porém, armados de espingardas de caça, espadas velhas, cutelos de monte, chuços e forcados. Quatro ataques foram repelidos durante a ação, até o escurecer. À noite, os holandeses marcharam em retirada para São Lourenço da Mata. A nossa perda foi de 28 mortos e 37 feridos, sem contar as dos pretos e índios. O *Journael*, impresso em Arnheim, dois anos depois, diz que os holandeses tiveram de 30 a 40 mortos e 163 feridos, isto é, duzentos e tantos homens fora de combate, o que combina com o cálculo de Mateus van den Broeck. Esta vitória, a primeira que alcançava a insurreição pernambucana de 13 de junho, foi completada com a de Casa Forte, 14 dias depois.

1801 — José Borges do Canto e Gabriel Ribeiro de Almeida partem da guarda de São Pedro com 40 aventureiros, para hostilizar os espanhóis no distrito das Missões Orientais do Uruguai. Pouco antes, havia marchado na mesma direção Manuel dos Santos Pedroso, com 20 outros voluntários, que facilmente desalojaram a guarda espanhola de São Martinho. Em poucos dias, Pedroso, Canto e Ribeiro de Almeida fizeram a conquista dessa bela região (ver 13 de agosto).

1818 — Decreto concedendo privilégio ao general Caldeira Brant (depois marquês de Barbacena) e a outros, para a introdução e o emprego de barcos de vapor nos rios e na costa da Bahia. O general fez construir à sua custa um vapor, que no dia 4 de outubro do ano seguinte foi inaugurado, fazendo a viagem de Salvador a Cachoeira. Foi o primeiro barco desse gênero que houve no Brasil. Em 1821, havia um no Rio de Janeiro, o *Bragança*. Os primeiros vapores que teve a nossa Marinha de Guerra foram o *Correio Imperial*, comprado em Londres em 1825, e o *Correio Brasileiro*, comprado em Liverpool, no ano seguinte. A ilha de Itaparica teve desde 1817 um engenho a vapor.

1832 — Em consequência dos grandes acontecimentos políticos de 3 e de 31 de julho, retiraram-se todos os membros do gabinete de que

faziam parte Feijó e Vasconcelos, e forma-se, nesta data, um ministério incompleto, com os deputados Holanda Cavalcanti (depois visconde de Albuquerque) e Araújo Lima (marquês de Olinda) e o senador Barroso Pereira. Este gabinete durou apenas um mês e alguns dias, até 13 de setembro.

1836 — Falece no Rio de Janeiro o tenente-general Carlos Frederico Lecór, visconde da Laguna, nascido em Lisboa em 1767. Na Guerra da Península, comandou uma divisão sob as ordens de lorde Wellington e, vindo para o Brasil, invadiu em 1816 a Banda Oriental do Uruguai, ocupou Montevidéu e dirigiu as operações até conseguir a incorporação desse território ao Brasil. Foi capitão-general e governador da Banda Oriental, depois província Cisplatina, de 1817 a 1826; durante algum tempo, comandou o Exército do Rio Grande do Sul. Acusam-no de imprevidente e de ter concorrido para a perda da província anexada os que não conhecem a sua honrosíssima correspondência oficial. Ele, por vezes, pediu reforços em 1824 e 1825, e anunciou os manejos que se faziam em Buenos Aires para promover a insurreição dos habitantes do campo. O governo do Rio de Janeiro não pôde atender às suas representações, por estar então absorvido com a repressão da revolta nas províncias do norte. O visconde da Laguna foi excelente soldado; no entanto, no Brasil, desde a revolução de 1821, as tropas portuguesas se indisciplinaram, dando exemplos funestos, que foram imitados pelas brasileiras e que ocasionaram, em grande parte, os nossos revezes militares na guerra estrangeira de 1825 a 1828. Tanto este ilustre e honrado general quanto a sua viúva, não obstante bens herdados, morreram na mais completa pobreza.

1839 — Em Azenha, nos arredores de Porto Alegre, o coronel Filipe Néri de Oliveira, que apenas tinha às suas ordens o 8º batalhão de caçadores e o esquadrão de cavalaria de Andrade Neves, foi atacado neste dia por dois mil homens de cavalaria e infantaria do Exército republicano; resistiu até que, sendo acudido pelos 2º e 3º de caçadores, os contrários desistiram do ataque. Néri de Oliveira foi ferido.

1842 — Tomada de lagoa Santa (Minas Gerais) pelo coronel Manuel Antônio Pacheco, da Guarda Nacional. O comandante governista recebeu um ferimento neste combate.

1854 — Morre no Recife o visconde de Goiana, Bernardo José da Gama, que representou papel importante em Pernambuco, por ocasião da Independência. Em 1831 foi membro do gabinete, cuja demissão deu lugar à revolução de 7 de abril. Nasceu na mesma cidade a 20 de agosto de 1782.

1866 — Começa o terceiro gabinete, presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos. Governou até 16 de julho de 1868. Este ministério reuniu no Paraguai recursos militares que habilitaram os nossos generais de terra e mar a reassumir a ofensiva, depois do revés de Curupaiti e da retirada da maior parte do pequeno exército argentino. A esquadra forçou a passagem de Curupaiti e de Humaitá, e Caxias conseguiu quebrar a resistência das extensas linhas, que por tanto tempo detiveram os aliados. Eram ministros da Guerra e da Marinha os conselheiros Paranaguá e Afonso Celso.

1867 — *Combate de arroio Hondo*, em que o brigadeiro Andrade Neves derrota uma coluna paraguaia, dirigida pelo comandante Rojas. A primeira carga da nossa cavalaria da Guarda Nacional deu-se em Penimbu, uma légua (cerca de 6,6 km) ao sul de arroio Hondo. Andrade Neves perseguiu os fugitivos até Posta Chuchu, além do arroio.

1868 — Continuam os tiroteios na laguna Verá.

4 DE AGOSTO

1532 — Pero Lopes de Sousa ataca e toma, junto à ilha de Santo Aleixo, um navio francês e, logo depois, outro que se dirigia para um forte no canal de Itamaracá (ver 4 de julho e 27 de agosto).

1578 — *Batalha de Kasr-el-Kebir (Alcacer-Kibir)*, na qual é morto o rei dom Sebastião de Portugal. Nessa batalha, muito se distinguiram os dois irmãos Duarte e Jorge de Albuquerque Coelho, nascidos em Olinda. Ficaram ambos feridos e prisioneiros, e resgataram-se dois anos depois, morrendo então o primeiro, que era senhor da capitania de Pernambuco. Jorge de Albuquerque Coelho sucedeu a Duarte, vindo a ser o terceiro donatário dessa

capitania. Deixou alguns escritos e foi pai de dois filhos ilustres: Duarte de Albuquerque Coelho, marquês de Basto, primeiro conde e quarto senhor de Pernambuco, autor das *Memórias diárias de la guerra del Brasil*, e Matias de Albuquerque, conde de Alegrete, general na Guerra de Pernambuco contra os holandeses e na da independência de Portugal contra os espanhóis.

1633 — Os holandeses, sob o comando de Siegemundt von Schkoppe, marcham dos Afogados e tomam posições na margem direita do Capibaribe, para atacar o arraial. Durante a marcha, Francisco de Almeida Mascarenhas, Luís Barbalho e outros capitães derrotaram a vanguarda inimiga e só se retiraram quando, em auxílio dos vencidos, chegou uma forte divisão (ver 8 de agosto).

1645 — Rendição da guarnição holandesa de Serinhaém, composta de 111 praças às ordens do capitão francês Samuel Lambert (La Montagne) e de Paulo da Cunha, das tropas de André Vidal de Negreiros.

1851 — O general José Fernandes dos Santos Pereira transpõe o Jaguarão com parte da 3ª divisão do Exército brasileiro, e invade o Estado Oriental do Uruguai. Essa divisão marchou a encontrar-se com o grosso do exército comandado pelo marechal Caxias (ver 4 de setembro). O Brasil estava aliado ao governo de Montevidéu contra o general Oribe, lugar-tenente de Rosas.

1864 — Ultimato apresentado pelo ministro do Brasil, conselheiro Saraiva, ao governo de Montevidéu. O ministro das Relações Exteriores da República respondeu desatendendo às reclamações e devolvendo a nota brasileira. O conselheiro Saraiva replicou no dia 10, anunciando que seriam dadas instruções ao almirante Tamandaré e ao general do exército estacionado na fronteira para que procedessem a represálias, e devolveu também a nota do ministro das Relações Exteriores.

1868 — Continuam os tiroteios na laguna Verá e em torno de Isla Poí. O padre Esmerat, capelão da esquadra brasileira, vai como parlamentário a Isla Poí pedir, em nome da religião, ao coronel Martinez, que não prolongasse a sua inútil resistência. O comandante paraguaio prometeu responder no dia seguinte.

5 DE AGOSTO

1591 — Por escritura dessa data, Pedro Homem de Castro, procurador de Jorge de Albuquerque Coelho, terceiro senhor da capitania de Pernambuco, cede a Diogo de Melo de Castro uma sesmaria, compreendendo cinco léguas (cerca de 33 km) de costa da barra das Alagoas para o sul e sete léguas (cerca de 46,2 km) para o sertão. Diogo de Melo, que era cego, fundou então a vila de Santa Luzia (depois Santa Luzia do Norte), junto à margem meridional da lagoa do Norte ou lagoa Mondaí. Só em 1611 começou a formar-se a povoação de Nossa Senhora da Conceição (atual cidade de marechal Floriano) junto à Alagoa do Sul ou Paraigera, depois lagoa Manguaba. No mapa da *Razão do Estado*, de 1611, Campos Moreno só menciona Santa Luzia, e o visconde de Porto Seguro cita uma escritura de 25 de novembro do mesmo ano, em que se declara que a vila estava sendo fundada então (que se ora faz). A povoação Nossa Senhora da Conceição foi incendiada pelos holandeses em 1633. Quatro anos depois, Duarte de Albuquerque deu-lhe o predicamento de vila e o nome de Madalena, que não prevaleceu. Em 1823, teve o título de cidade.

1625 — A esquadra holandesa do almirante Boudewijn Hendrikszoon, que ainda estava na baía da Traição, fez-se de vela, deixando o Brasil (ver 1º de agosto). No mesmo dia, Francisco Coelho de Carvalho derrota os índios que haviam tomado o partido dos holandeses.

1646 — Os capitães João Soares de Albuquerque e Brás Soares repelem um ataque dos holandeses contra Olinda. O general inimigo von Schkoppe foi ferido nesse combate.

1795 — Nascimento, em Pernambuco, de Caetano Maria Lopes Gama, depois visconde de Maranguape.

1808 — Nasce no rio Pardo João Propício Mena Barreto, que foi general e barão de São Gabriel e que comandou o Exército brasileiro na tomada de Paissandu e no assédio de Montevidéu, em 1865.

1858 — Abertura da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no edifício para onde foi transferida, à rua do Passeio. O príncipe regente, depois rei, dom João VI foi o fundador desse estabelecimento (ver 23 de junho de 1810).

1865 — Os paraguaios entram em Uruguaiana e aí são cercados pelos brasileiros.

1868 — *Rendição dos restos da guarnição de Humaitá, refugiada em Isla Poí, no Chaco.* Renderam-se, depois de 10 dias de resistência, 1.327 homens comandados pelo coronel Francisco Martinez. Além de espingardas e espadas, entregaram os rendidos seis peças e quatro bandeiras. Antes de estabelecido o bloqueio na lagoa Verá, tinham passado para o Timbó 500 feridos e doentes; nas noites de 25 e 26 de julho, passaram 1.200 homens. Foram mortos nos combates, dentro de Humaitá ou em Isla Poí e na lagoa, mil e tantos homens. Os prisioneiros e desertores foram mais cem. Estes algarismos, somados, dão o número total da guarnição de Humaitá em fins de março desse ano. Em Humaitá, o inimigo abandonou 182 canhões; com os seis entregues em Isla Poí, 138. Foi a seguinte a perda dos aliados do começo do assédio (23 de março de 1868) a 5 de agosto: brasileiros: mortos, 574; feridos, 1.777; extraviados, 11; total de 2.362. Argentinos: mortos, 69; feridos, 46; prisioneiros, 74; total de 160. Orientais: zero. No entanto, os troféus foram repartidos igualmente pelas três nações aliadas, e essa divisão deu lugar a uma discussão desagradável, pretendendo o comissário argentino que ao seu país fosse entregue o melhor canhão.

1869 — O coronel Francisco Lourenço de Araújo, da Guarda Nacional da Bahia, desaloja os paraguaios de duas trincheiras, no desfiladeiro de Sapucaí. O inimigo abandona duas peças.

1883 — Falecimento do conselheiro Antônio Pereira Barreto Pedroso, que, como presidente da Bahia, prestou notáveis serviços à causa da união nacional, por ocasião da revolta em 1837 na capital.

6 DE AGOSTO

1612 — Sob o comando de Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière (ver 26 de julho) desembarcam os franceses na ilha do Maranhão, e aí, ajudados pelos índios, assentaram os fundamentos da cidade de São Luís. Muitos fidalgos faziam parte desta expedição, protegidos pela regente Maria de Medicis. La Ravardière, François de Rasilly, senhor des Aumales, e Nicolas de Harlay-de-Sancy, barão de La Molle e de Gros-Bois, traziam a nomeação de tenentes-generais do rei nas Índias Ocidentais e terras do Brasil. Em 1614, Jerônimo de Albuquerque obteve sobre os invasores a vitória de Guaxenduba (19 de novembro) e, no ano seguinte (2 de novembro), La Ravardière capitulou.

1645 — Capitulação dos holandeses que ocupavam Vila Formosa de Serinhaém, sob o comando de Samuel Lambert e Cosme de Moucheron. A vila estava sitiada desde o dia 2 por Paulo da Cunha Souto Maior. Vidal de Negreiros foi pessoalmente dirigir o assédio, quando se deu a capitulação.

— Cristóvão Lins ataca e toma um navio holandês no rio Manguaba (Alagoas).

1661 — Tratado de Haia estabelecendo as condições da paz entre Portugal e a República das Províncias Unidas da Holanda.

1763 — Convenção assinada na povoação do Rio Grande determinando a linha divisória ente os terrenos ocupados por espanhóis e portugueses ao norte do canal do rio Grande, durante o armistício celebrado na Europa.

1788 — O vice-rei Luís de Vasconcelos manda estabelecer a Real Feitoria do Linho Cânhamo no lugar onde depois se fundou a colônia de São Leopoldo (Rio Grande do Sul).

1822 — Manifesto do príncipe regente dom Pedro dirigido às nações amigas, expondo os acontecimentos do Brasil. Foi redigido por José Bonifácio.

1826 — Combate de Caraguatá (Banda Oriental do Uruguai) em que o major Antônio de Medeiros Costa derrota um corpo de cavalaria oriental, sob o comando de Cláudio Berdun. O capitão Gabriel Gomes Lisboa destroça, em Toropasso, uma divisão de correntinos, comandada por José Lopéz (López Chico, depois general correntino).

1838 — É assassinado na Barra do Rio Negro (Manaus) o governador militar Antônio Aires Bararuiá.

1840 — Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) surpreende e derrota, perto de Capivari, um destacamento de revolucionários e aprisiona o imediato de Garibaldi.

1842 — O general Caxias, tendo forçado as marchas, entra em Ouro Preto quando o exército dos dissidentes já estava nas vizinhanças dessa cidade. Com a sua chegada, os contrários marcham em retirada para Sabará.

1867 — Reconhecimento de Curupaiti pelo encouraçado *Barroso*, do comandante Silveira da Mota.

1869 — O coronel Vanderlei Lins ocupa a picada de Costapucu, na subida de Valenzuela, e depois obriga à retirada os paraguaios que a defendiam.

7 DE AGOSTO

1553 — Falecimento do primeiro donatário e povoador da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho. Faleceu em Olinda, segundo Jaboatão, no ano de 1554; no entanto, Porto Seguro observa que já a 10 de maio desse ano era passada a carta de confirmação em favor de seu filho (*História Ger.*, I, 271).

1645 — Os sitiantes de Penedo, comandados por Cristóvão Lins, tomam um caravelão (capitão Jan Hoen) que subia o São Francisco com víveres para os holandeses. Pouco depois, uma canoa dos sitiantes ataca e toma uma lancha.

1680 — Glorioso combate em que quase todos os defensores da nova Colônia do Sacramento, no rio da Prata, sucumbem, pelejando um contra 17. Esse estabelecimento fora fundado seis meses antes em um pequeno promontório (ver 22 de janeiro) por dom Manuel Lobo, governador da capitania do Rio de Janeiro, e era protegido apenas por um quadrilátero de estacadas, tendo do lado de terra dois baluartes e um fosso. Havia no forte 18 peças, seis pedreiros e dois meios canhões. A guarnição compunha-se de 200 homens do Rio de Janeiro e de São Paulo, e suportou um assédio de alguns meses, repelindo todas as intimações dos contrários para que se rendesse. Os sitiantes eram 3.560 (260 espanhóis de Buenos Aires, Corrientes e Santa Fé, e 3.300 guaranis das missões jesuíticas), sob o comando do coronel Antônio de Vera Mojica, nomeado para esta ação pelo governador de Buenos Aires, José Garro. As privações eram grandes na praça: "Se soube da necessidade de abastecimentos em que estavam, que era muita", diz um manuscrito contemporâneo. Na madrugada de 7 de agosto, os sitiantes marcham ao assalto, indo à frente os guaranis, divididos em três colunas, comandadas pelo sargento-mor Inácio Amandaú e pelos mestres de campo Christoval Capí e Francisco Curitu. Repelidos no primeiro assalto, voltaram à carga e, tendo penetrado na praça, foram lançados fora, depois de viva peleja. Na terceira investida, entraram de novo, e a multidão acabou por esmagar os poucos defensores que restavam e que ainda resistiram até a última extremidade. O combate durou duas horas. Dos nossos foram mortos 112, entre eles todos os capitães e subalternos, menos dom Francisco N. de Lancastre, que ficou ferido e prisioneiro. Quase todos os soldados que o inimigo aprisionou estavam feridos. O governador dom Manuel Lobo, gravemente enfermo, foi capturado em sua cama e conduzido, com os poucos prisioneiros, para Buenos Aires, onde faleceu (em Buenos Aires, e não em Lima, afirma Mirales). O inimigo teve 36 mortos e 96 feridos. Manuscritos contemporâneos salvaram do olvido os nomes de alguns dos nossos heróis: os capitães Manuel Galvão, Manuel de Aguiar e Simão Farto (este último de São Paulo, o primeiro do Rio de Janeiro) o capitão engenheiro Antônio Correia Pinto, o tenente Bartolomeu Sanches e dona Joana Galvão. "O capitão Manuel Galvão era valentíssimo português", diz a *Relación de lo sucedido* (manuscrito da Biblioteca Nacional). "Ainda que se visse Galvão tão caído, e os nossos lhe prometiam quartel, pelejava tão desesperado, que não aceitou outro conselho, senão morrer." Xarque refere-se à morte heroica da mulher de Galvão: "Imitou-o em seus altos espíritos

sua mulher, que manejava o aço tão ligeira que parecia um raio: e vendo morto o marido, os castelhanos prometiam conservar sua vida, porque seu ânimo varonil merecia coroar-se com séculos prolongados, mas a matrona intrépida achou que seria descrédito de sua lealdade ao rei e de amor a seu marido sair viva da batalha, em que este havia entregue a alma, pelo que não cessou de pelejar, até que imitou, com morte gloriosa, a seu consorte." Charlevoix, ao escrever sobre informações dos jesuítas das Missões, disse: "Seu general era digno de comandar gente tão brava... Um de seus capitães, chamado Manuel Galvão, corria em todas as fileiras, animava com sua voz e com seu exemplo os soldados a se lembrarem de que eram portugueses, um nome tão formidável para os espanhóis, que mesmo seus inimigos, vendo-o cair morto com muitas feridas, não puderam impedir-se de se lamentarem e de chorarem. Esse bravo homem tinha uma heroína por mulher que, com a espada na mão, combateu a seu lado enquanto viveu. Desde que morreu, os espanhóis, cheios de admiração por sua virtude, gritaram-lhe que se rendesse, mas unicamente ocupada do desejo de vingar seu marido, jogou-se no meio da refrega e ali encontrou a morte que parecia buscar." Em 1828, um pequeno corsário brasileiro, armado na Colônia, recebeu o nome de *D. Joana Galvão*. Foi a única e passageira homenagem prestadas por nós a essa heroína. A Colônia do Sacramento voltou ao domínio português em 1683, em virtude do Tratado de 7 de maio de 1681.

1827 — À noite, o major Luís Alves de Lima (depois duque de Caxias) surpreende e põe em fuga, nos arredores de Montevidéu, um destacamento inimigo, comandado por Pancho Oribe.

1830 — Nasce em Maragogipe dom Antônio de Macedo Costa, que foi bispo do Pará e que faleceu ocupando o cargo de arcebispo da Bahia, em 1891.

1831 — Sedição militar em Belém do Pará. O presidente visconde de Goiana é deposto e deportado, e outros cidadãos são remetidos presos para vários pontos da província.

1852 — Decreto autorizando a construção da estrada de ferro do Recife ao São Francisco.

1868 — O reduto Corá no Chaco, que foi reconhecido pelas nossas tropas, tinha sido evacuado durante a noite pelos paraguaios, que aí abandonaram um canhão de 32 e outro de 24.

8 DE AGOSTO

1587 — Azevedo Marques enganou-se ao supor que foi por este tempo o combate naval em São Vicente entre Andrés Igino e o celebre Edward Fenton (não Fulton). A data verdadeira é 24 de janeiro de 1583 (Vicente do Salvador, IV, 1º e 2º; Hakluyt, IV, 263-277; *Monson's Naval Tracts*, em Churchill, III, 402).

1626 — Cartas de Filipe III de Espanha, IV em Portugal, autorizando Bento Maciel Parente a explorar o rio das Amazonas. O governador-geral do estado do Maranhão e o governador das capitanias do Brasil receberam instruções para lhe facilitar essa exploração.

1633 — Ao amanhecer, subiam o Capibaribe o patacho holandês *Exter*, do comandante Jacob Huighens, e três lanchões, conduzindo artilharia e munições para as tropas que desde o dia 4 ameaçavam o arraial. Essas embarcações foram logo atacadas pelos capitães Pais de Melo, Luís Barbalho e Pino. O general Matias de Albuquerque expediu reforços para o sítio do combate, e o capitão Domingos Dias Bezerra abordou e tomou o patacho, lançando-se então ao rio os inimigos que guarneciam os lanchões. Os nossos incendiaram essas embarcações e conduziram para o arraial 11 peças de artilharia e três bandeiras. Com este revés, Schkoppe desistiu de atacar o arraial e, levantando os seus acampamentos, voltou para o Recife.

1709 — Uma nota manuscrita de Francisco Leitão Ferreira dá conta da experiência de um aeróstato, feita neste dia pelo padre Bartolomeu de Gusmão, natural de Santos: "Fez a experiência em 8 de agosto deste ano de 1709, no pátio da Casa da Índia, diante de sua majestade e de muita fidalguia, com um globo que subiu suavemente à altura da sala das embaixadas, e do mesmo modo desceu, elevado de certo material que ardia, e a que aplica o fogo o mesmo inventor. Esta experiência se

fez dentro da sala das audiências." Devia ser, portanto, uma máquina muito pequena. Outros documentos, citados por Freire de Carvalho (*Rev. do Inst.*, t. XII), tornam incontestável que o ensaio foi feito nesta data, muito antes das experiências dos irmãos Montgolfier (1783); no entanto, o segredo de Gusmão não ficou conhecido e, assim, o nosso compatriota só pode ser classificado entre os precursores da invenção. Antes dela, outros espíritos investigadores procuraram resolver o problema da navegação aérea. Basta citar o projeto de 1670 do jesuíta Lana e as experiências de aviação feitas antes e depois, sobretudo, as de Giovanni Battista Dante, no século XV.

1732 — Carta régia ao capitão-general do estado do Maranhão recomendando a propagação da cultura do café e da canela.

1821 — Nasce na Bahia Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, depois visconde de Itaparica e general. Era filho do barão de Cajaíba, também general (ver 23 de junho de 1870, data do seu falecimento).

1823 — Nasce no Rio de Janeiro o poeta Antônio Francisco Dutra e Melo.

1840 — O capitão Ribeiro Soares, com 60 homens, derrota 300 rebeldes junto ao Parnaíba.

1882 — Falece em Montevidéu o glorioso vencedor de Riachuelo. O almirante Francisco Manuel Barroso da Silva, barão do Amazonas, nasceu em Lisboa a 29 de setembro de 1804, mas veio muito jovem para o Brasil; fez, na nossa terra, a sua educação e foi um bom e grande brasileiro. Saído da antiga Academia de Marinha do Rio de Janeiro, distinguiu-se nas campanhas navais do rio da Prata, de 1826 a 1828, achando-se então em 20 combates, e assinalou-se ainda muito na campanha do Pará, em 1836. Já oficial-general da Armada, fez a campanha do Uruguai e do rio da Prata em 1864 e 1865, e as do Paraná e do Paraguai em 1865 e 1866. Nestas últimas, comandou a esquadra brasileira nos combates de Corrientes (25 de maio de 1865), na batalha naval de Riachuelo (11 de junho), no forçamento das passagens de Mercedes (18 de junho) e Cuevas (12 de agosto), tomando, depois, parte nos combates de Passo da Pátria, Curuzu e Curupaiti. Os restos

mortais deste ilustre e honrado marinheiro, que ligou o seu nome a mais brilhante das vitórias navais do Brasil, descansam ainda hoje em terra estrangeira*.

9 DE AGOSTO

1616 — O capitão Pedro Teixeira toma por abordagem, no Amazonas, um navio holandês, e recebe três gloriosos ferimentos. A artilharia inimiga foi colocada no forte de Belém do Pará.

1711 — Quarta surtida dos defensores do Recife. Ameaçam todos os postos dos sitiantes olindenses e atacam o de Santo Amarinho, onde são repelidos pelo sargento-mor Antônio Moreira de Vasconcelos.

1784 — Nascem neste dia, na cidade do Rio de Janeiro, Francisco José Carvalho, em religião frei Francisco de Monte Alverne (ver 2 de dezembro de 1858); e, na cidade de São Paulo, Diogo Antônio Feijó (ver 9 de novembro de 1843).

1821 — Nasce no Rio de Janeiro José Ribeiro de Sousa Fontes, depois visconde de Sousa Fontes (ver 14 de março de 1893).

1839 — Ataque de Areias, porto de Icatu (Maranhão), em que a vanguarda dos legalistas, comandada pelo major (depois brigadeiro) Feliciano Antônio Falcão, repelida a princípio, consegue, afinal, desalojar os rebeldes das suas posições. Falcão é ferido. Distingue-se muito neste combate o então tenente Antônio de Sampaio. Os legalistas tiveram uns 60 mortos e mais de cem feridos.

1880 — São iniciados os trabalhos da estrada de ferro conde d'Eu, na Paraíba.

1883 — É inaugurado o último trecho da estrada de ferro de Santo

* Em 1908, quando da inauguração do monumento que lhe é dedicado no Rio de Janeiro, nele foram depositados seus restos mortais, trasladados da capital uruguaia por divisão naval capitaneada pelo cruzador *Barroso* (*Enciclopédia Mirador Internacional*). (N.E.)

Antônio de Pádua, sendo aberto o tráfego de passageiros e mercadorias de São Fidélis à Miracema, na divisa do Rio de Janeiro.

10 DE AGOSTO

1630 — Os holandeses, com grande força, atacam e tomam a trincheira que Luís Barbalho estava construindo no buraco de Santiago, à margem direita do Beberibe. Acode o general Matias de Albuquerque e expulsa-os da posição.

1632 — Falecimento de Martim de Sá, tenente-general dos reais exércitos, vice-almirante das costas do mar do sul. Era filho do segundo capitão-mor do Rio de Janeiro, Salvador Correia, e pai de Salvador Correia de Sá e Benevides. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro; portanto, é inadmissível a data de 1555, que Pizarro dá para seu nascimento. Foi por três vezes governador do Rio de Janeiro: de 17 de junho de 1602 a junho de 1608 (no dia 8, já era governador Afonso de Albuquerque), de 1618 a 20 de julho de 1620 (este segundo governo foi omitido por Porto Seguro) e de 11 de junho (não julho) de 1623 até a sua morte.

1647 — O mestre de campo Francisco Rebelo, chamado o Rebelinho, é morto no ataque aos fortes holandeses das Amoreiras, em Itaparica (forte Pistoe e forte Beaumont). Foi este ataque noturno um dos maiores revezes que sofremos durante a Guerra Holandesa, e tornou-se ainda maior pela perda de Francisco Rebelo. Entraram no combate 1.200 homens, dos três terços da Bahia, comandados pelos mestre de campo Rebelo, João de Araújo e Hoogstraeten. Tivemos 130 mortos e 500 feridos. Os holandeses eram comandados por Siegemundt von Schkoppe.

1823 — Nascimento de Antônio Gonçalves Dias, em Caxias, província do Maranhão (ver 3 de novembro de 1864).

— O comandante Grenfell chega à barra do Pará com o brigue *Maranhão* e envia à junta do governo ofícios do almirante lorde Cochrane (ver o dia seguinte).

1836 — Um destacamento de marinheiros, voluntários e soldados de linha, sob o comando do segundo-tenente Fernando Gomes Ferreira da Veiga, desembarca defronte à fazenda de Pernambuco, no rio Capim (Pará), e é destroçado pelos *Cabanos*. Foi morto o segundo-tenente Ferreira da Veiga.

1859 — Começa a governar o gabinete conservador presidido pelo conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, depois barão de Uruguaiana. Esta administração terminou a 2 de março de 1861.

1864 — Nota do ministro brasileiro Saraiva anunciando ao governo de Montevidéu que as forças navais e terrestres do Império dariam começo às represálias anunciadas no ultimato do dia 4.

1869 — Tiroteios, em Barrero Grande, entre a divisão do coronel Manuel de Oliveira Bueno e uma coluna paraguaia, que logo se pôs em retirada.

11 DE AGOSTO

1552 — Capitulação assinada em Monzón concedendo a Jerônimo de Aguayo os poderes necessários para explorar e povoar em nome do rei "as províncias dos Aruaca (Aruacs) e das Amazonas, que se acham desde a embocadura do rio de Orellana, outrora chamado das Amazonas, o longo da costa do mar até o rio Aviaparia, por outro nome chamado Orenoco, e a terra a dentro norte-sul até 16º da outra parte da linha equinocial".

1636 — Tomada do reduto holandês de Goiana por dom Antônio Filipe Camarão.

1645 — Fernandes Vieira levanta o seu acampamento do monte das Tabocas (ver 3 de agosto) e marcha na direção de Gurjaú, para fazer junção com as tropas baianas de Vidal de Negreiros e Soares Moreno.

— Evacuação de Santo Antônio do Cabo pelos holandeses.

— Cristóvão Lins de Vasconcelos aperta o sítio de Porto Calvo. No dia 24, chega Lourenço Carneiro de Araújo com reforços da Bahia e assume o comando dos sitiantes (ver a capitulação, a 17 de setembro).

— Insurreição dos habitantes do distrito de Penedo contra os holandeses. Valentim da Rocha Pita foi o chefe dessa insurreição, que começou pelo ataque de uma pequena escolta e, depois, pelo de um destacamento do forte Mauritius. No mesmo dia, chegaram do rio Real as tropas da Bahia, sob o comando do capitão Nicolau Aranha Pacheco, e começou o assédio do forte (ver a capitulação no dia 18 de setembro).

1796 — Antônio Mariano Borges, capitão de ordenanças dos pardos da vila de Porto Seguro, tendo às suas ordens apenas 17 homens emboscados perto de Santa Cruz, repele e derrota 120 marinheiros franceses, obrigando-os a voltar em desordem para as suas lanchas. Este fato, referido por Acioli (*Mems. hist. da Bahia*, I, 272), é confirmado por Pierre Jurien de La Gravière (*Souvenirs d'un amiral*, I, 320 e segs.). Os navios que pertenciam a esse destacamento eram a corveta *La Chevrette* (comandante Rivière) e os brigues *L'Espoir e L'Epervier*. Deste último era comandante Pierre Jurien de La Graviére. Borges foi promovido a major e recebeu o Hábito de Cristo.

1815 — Alvará do príncipe regente dom João declarando que pelo 1º de abril de 1808 ficou também revogada a carta régia de 30 de agosto de 1776, podendo, portanto, os ourives de ouro e prata exercer livremente a sua profissão no Brasil.

1823 — Reconhecimento da Independência e do Império na cidade de Belém do Pará (ver o dia anterior).

1827 — Carta de lei criando os dois cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, este último transferido anos depois para o Recife. Era então ministro do Império o visconde de São Leopoldo. "Ao tempo deste meu ministério [disse o ilustre brasileiro, nas suas *Memórias*] pertence o ato que reputo o mais glorioso da minha carreira política, e que me penetrou do mais intimo júbilo que pode sentir o homem público no exercício de suas funções. Refiro-me à instalação dos dois cursos jurídicos de

São Paulo e Olinda, consagração definitiva da ideia que eu aventara na Assembleia Constituinte, em sessão de 14 de junho." A Faculdade de Direito (então curso jurídico) de São Paulo foi instalada no dia 1º de maio de 1828; a de Olinda, a 15 de maio do mesmo ano.

1837 — Nasce na vila de Viçosa, Ceará, Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, depois brigadeiro do Exército nacional (ver 28 de março de 1885).

1840 — O major Inácio Pinto de Almeida Castro derrota os rebeldes em Mombaba, na serra Grande (Ceará). No mesmo dia, deram-se pequenos choques em Regalo da Vida, Mocambo e Brejinho.

1867 — *Combate de Palmares*. Um comboio que partira de Tuiuti às 7h escoltado por 60 homens de cavalaria foi atacado por 300 a 400 paraguaios emboscados nos Palmares, perto do Estero Rojas. Aos primeiros tiros, acudiram de Tuiuti três corpos de cavalarias e dois batalhões de infantaria, estes últimos sob o comando do coronel Antônio da Silva Paranhos, que dirigiu o ataque por ser o mais graduado dos oficiais presentes. Quase todas as carretas foram retomadas. Tivemos 27 mortos e feridos; os paraguaios, cem mortos e prisioneiros.

12 DE AGOSTO

1531 — Martim Afonso de Sousa chega com a sua esquadra a Cananéia. Foi ali que conheceu no dia 17, segundo o diário de seu irmão, um bacharel português que vivia entre os Índios desde 1501. O nome desse bacharel encontra-se na *Argentina* de Ruy Díaz de Gusmán (cap. VIII), cronista que obteve informações de seu pai e de outros contemporâneos e que terminou esse manuscrito em 1612. O bacharel chamava-se Duarte Peres, e fora degredado pelo rei dom Manuel. Porto Seguro enganou-se ao atribuir a Charlevoix a primeira indicação do nome de Duarte Peres e a desdenhou, porque só a encontrou nesse escritor do século passado.*

* Século XVIII. (N.E.)

1646 — Os holandeses são repelidos perto de Olinda pelos capitães Antônio da Rocha Damas e Brás Soares.

1816 — Decreto de dom João VI que criava no Rio de Janeiro algumas aulas de Belas Artes e que fixava os ordenados dos professores franceses, contratados para a fundação dessa escola. Os artistas franceses tinham chegado a 26 de março desse ano. Tal foi a origem da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, instalada solenemente a 5 de novembro de 1826. O ministro conde da Barca muito concorreu para a vinda dos artistas franceses e para essa fundação.

— Tomada e ocupação de Santa Teresa (Banda Oriental do Uruguai) pelo major Manuel Marques de Sousa, depois general (segundo desse nome).

1819 — Inauguração dos trabalhos de construção do templo anglicano da Rua dos Barbonos, hoje rua Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro.

1823 — Começa a publicar-se no Rio de Janeiro *O Tamoio*, redigido por José Bonifácio de Andrada e Silva. Circularam 25 números até 11 de novembro do mesmo ano.

1832 — Morre no Rio de Janeiro o senador marquês de Santo Amaro (José Egídio Álvares de Almeida).

— O major Francisco Fernandes Vieira derrota nas vizinhanças de São Mateus (Ceará) os partidários de Pinto Madeira.

1834 — Promulgação do Ato Adicional à Constituição do Império.

1837 — *Combate do Triunfo*, em que o coronel da Guarda Nacional Gabriel Gomes Lisboa foi vencido por forças muito superiores, ao mando de Neto, um dos caudilhos da revolução rio-grandense. "Rende-te, coronel valente", bradou um dos inimigos, dirigindo-se a Gomes Lisboa, no fim da ação, quando a derrota era completa e ele apenas tinha a seu lado alguns homens intrépidos. "Um coronel brasileiro não entrega a sua espada a

rebeldes", foi a sua resposta. E preferiu morrer combatendo. Gomes Lisboa era rio-grandense e serviu em corpos de milícias, ou de segunda linha, nas campanhas de 1811 e 1812 e de 1816 a 1820, no Rio Grande do Sul e na Banda Oriental do Uruguai. Distinguiu-se ainda nas campanhas de 1825 a 1828. Em 1826 (6 de agosto), desbaratou em Toropasso os correntinos, dirigidos por López Chico (o virtuoso general dom José López, como lhe chamou um biógrafo); em 1827, com 200 homens apenas, resistiu a 700 argentinos, comandados pelo general Lavalle (13 de fevereiro, perto de Vacacaí); e, dois dias depois, destroçou em Sanga Funda, perto do Passo de Umbu, a vanguarda do general Mancilla (ver 13 e 15 de fevereiro de 1827).

1842 — Os coronéis da Guarda Nacional Manuel Antônio Pacheco (de Sabará), Francisco Antonio Branco (do Cerro) e João da Mota Teixeira (de Caeté) defendem Sabará contra um ataque do exército revolucionário; no entanto, às 2h, evacuam a vila.

1851 — O vapor *D. Afonso,* que conduzia o comandante em chefe da nossa esquadra no rio da Prata, Grenfell, troca alguns tiros com a bateria argentina de Ramalho, no Paraná.

1865 — *Combate de Cuevas*. Duas divisões da esquadra brasileira e um pequeno vapor argentino, partindo de Chimboral, descem o rio Paraná e forçam a passagem das baterias de Cuevas, onde Brúguez tinha trinta e tantos canhões, algumas estativas de foguetes a Congrève, e três mil atiradores de infantaria. A esquadra era comandada por Barroso, barão do Amazonas, e foi fundear no Rincón de Soto. Os brasileiros tiveram 21 mortos e 38 feridos; o vapor argentino, três mortos e seis feridos. Esse vapor era o *Guardia Nacional*, que se tornou famoso pelas exagerações com que a imprensa de Buenos Aires deu conta do combate. "Este foi o único navio que se comportou galhardamente", escreveram ainda anos depois os comentadores argentinos de Thompson.

1869 — *Assalto e tomada de Piribebuí*. Às ordens do marechal conde d'Eu estavam o 1º e o 2º corpos do Exército brasileiro, comandados pelos generais Osório (marquês do Herval) e Vitorino Monteiro (barão de São Borja), e a divisão argentina do coronel Luís Maria Campos. O batalhão 23º de voluntários, da cidade do Rio de Janeiro, foi o primeiro

que galgou a trincheira inimiga. Os paraguaios perderam 700 mortos, 1.100 prisioneiros, entre os quais 300 feridos, 14 canhões, um morteiro e 14 bandeiras tomadas pelos brasileiros (14, e não 8 ou 12, como foi publicado), e quatro canhões tomados pelos argentinos. O comandante inimigo, tenente-coronel Caballero, foi morto. A perda dos aliados elevou-se a 557 homens fora de combate, assim divididos: brasileiros: 33 mortos e 405 feridos e contusos; legião paraguaia, um ferido. Estes algarismos, diferentes dos que foram publicados em ordem do dia no *Diário do Exército*, resultam do exame minucioso das partes oficiais de todos os comandantes. Quatro das bandeiras tomadas foram entregues aos nossos aliados. Nos exércitos europeus, não há este costume, introduzido entre nós nos combates do Passo da Pátria, de fazer presentes de bandeiras. Os troféus pertencem à nação que os conquista, e são conservados com o maior cuidado e respeito em algum templo ou museu militar. No assalto do Piribebuí, foi morto o general João Manuel Mena Barreto, que comandou as forças brasileiras nos combates de São Borja (10 de junho de 1865), Potrero-Obella (29 de outubro de 1867), Taji (2 de novembro de 1867), Jacaré (7 de junho de1868), Sapucaí (1 e 8 de junho de 1869), e que se distinguira em muitos outros combates, particularmente no dia 21 de dezembro de 1868, em que se apoderou das trincheiras do Piquiciri, atacando-as de flanco por ordem de Caxias, e ficando senhor de mais de 30 canhões. Onze bandeiras inimigas tomadas pelas tropas que ele comandava foram remetidas para o Rio de Janeiro (seis de Taji, três de Piquiciri, duas de Sapucaí). João Manuel Mena Barreto era rio-grandense e filho do marechal visconde de São Gabriel.

— No mesmo dia da tomada de Piribebuí, o coronel Camilo Mércio Pereira forçou a subida de Altos, desalojando de um reduto o comandante Céspedes, que ficou entre os mortos. O coronel Mércio Pereira fazia a vanguarda dos generais Emílio Mitre e Auto Guimarães, tendo às suas ordens um batalhão e um esquadrão de cavalaria brasileiros, e dois pequenos batalhões argentinos. Os brasileiros tiveram 14 mortos e 31 feridos; os argentinos, 10 feridos. O inimigo deixou no campo 45 mortos.

1886 — Morre no Rio de Janeiro o senador visconde de Bom Retiro (Luís Pedreira do Couto Ferraz), nascido na Bahia, a 7 de maio de 1818, ex-ministro do Império e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

13 DE AGOSTO

1633 — Cartas régias reservando para a coroa as duas capitanias do Maranhão e do Pará.

1645 — Junção das forças de dom Antônio Filipe Camarão e Henrique Dias, vindas do rio Real, com as de Fernandes Vieira, acampadas em Gurjaú. Antônio Cavalcanti é daí destacado com 300 homens para as bandas de Iguaraçu e Goiana (ver 19 de setembro).

— No mesmo dia, Vidal de Negreiros entra em Santo Antônio do Cabo (portanto, antes de Vieira, apesar de dizerem o contrário Rafael de Jesus, Calado e Santiago).

1646 — Os holandeses são batidos perto da estância de Aguiar (ou engenho Mingau), por Filipe Camarão, Fernandes Vieira e Vidal. Os dois últimos acudiram com reforços do arraial e só tomaram parte na perseguição.

— Na noite deste dia os holandeses ocuparam a Barreta e aí começaram a construir um forte (data de Nieuhoff, preferível à de 15 de agosto, em Rafael de Jesus).

1774 — Nasce na Colônia do Sacramento Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, o redator do *Correio Braziliense*, de Londres (ver efemérides de 1º de junho de 1808 e de 11 de setembro de 1823).

1782 — Nascimento de Antônio José do Amaral, no Rio de Janeiro. Representou papel importante na nossa política desde 1821, foi redator da *Astréia* e deputado, e faleceu a 21 de abril de 1840. Deixou vários filhos ilustres, entre os quais José Maria do Amaral, já falecido.

1801 — Capitula em São Miguel (Missões daquém Uruguai) o tenente-coronel dom Francisco Rodrigo, com 150 homens de tropas regulares. Essa capitulação foi ajustada entre o mencionado chefe e José Borges do Canto, desertor de um dos nossos regimentos de dragões, o

qual, à frente de 40 aventureiros e alguns índios, sitiou São Miguel. Quando o comandante espanhol se retirava, conduzindo 10 bocas de fogo, foi-lhe de encontro o célebre guerrilheiro Manuel dos Santos Pedroso, que o aprisionou, tomando-lhe a artilharia e declarando que não podia ser válida a capitulação ajustada por um tenente-coronel e um soldado desertor. O tenente-coronel espanhol e os seus soldados foram depois postos em liberdade por ordem do governador da capitania do Rio Grande.

1811 — Nasce no Rio de Janeiro Domingos José Gonçalves de Magalhães, depois visconde de Araguaia (ver 10 de julho de 1882).

1822 — É instalada a Relação de Pernambuco. Foi seu primeiro chanceler o desembargador Lucas Antônio Monteiro de Barros, depois visconde de Congonhas do Campo (ver 6 de fevereiro de 1821).

1824 — Chega ao porto de Jaraguá a esquadra de lorde Cochrane, marquês do Maranhão, conduzindo as tropas do Rio de Janeiro sob o comando do general Francisco de Lima e Silva.

14 DE AGOSTO

1630 — Os holandeses começaram a construir, na madrugada deste dia, o forte a que deram o nome de Frederik Hendrik, vulgarmente chamado por eles Vijkoek (Cinco Pontas), junto às cacimbas da ilha de Santo Antônio. Camarão os atacou, por ordem de Matias de Albuquerque, mas não conseguiu impedir a continuação dos trabalhos.

1790 — Nasce em Pernambuco Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, professor da escola de Medicina do Rio de Janeiro e barão de Iguaraçu. Faleceu a 29 de abril de 1846.

1813 — Nasce na Bahia José Tomás Nabuco de Araújo, o ilustre estadista e jurisconsulto, falecido a 19 de março de 1878.

1819 — O tenente das guerrilhas Albano de Oliveira (ver 7 de abril de

1836) derrota, no arroio Carpinteria, um destacamento oriental ao mando de Santander.

1828 — O brigue *15 de Agosto*, comandado pelo primeiro-tenente Felipe Marques de Figueiredo, bate-se, perto de Cabinda, com um corsário argentino, ou pirata, e obriga-o a fugir.

1835 — Nas ruas da cidade de Belém começa, neste dia, e termina na noite de 22 para 23, um dos mais renhidos combates da Guerra Civil Paraense. Pelas 10h, a cidade foi invadida por 2.987 *Cabanos*, dirigidos por Antônio Vinagre. O presidente da província, general Manuel Jorge Rodrigues, dispunha de uns mil homens de tropa e de marinhagem, além de 400 paisanos armados, que acabava de reunir (voluntários nacionais). Duas corvetas estrangeiras (inglesa e portuguesa) desembarcaram parte de suas guarnições e auxiliaram a defesa. Os *Cabanos* entrincheiram-se em várias casas, interceptando a comunicação entre Arsenal e Palácio, posições ocupadas pelos legalistas. Neste primeiro dia, o fogo durou das 10h às 18h. Foi tomada uma peça aos *Cabanos* (ver os dias seguintes até 23).

1840 — Morre no Rio de Janeiro o conselheiro Baltasar da Silva Lisboa, autor dos *Anais do Rio de Janeiro*, nascido na Bahia a 6 de janeiro de 1761.

1851 — A esquadra brasileira comandada por Grenfell troca alguns tiros com a bateria de São Nicolau, no Paraná, guarnecida por tropas do ditador argentino Rosas.

1879 — Morre na Bahia o poeta Antônio Augusto de Mendonça, nascido na mesma cidade a 19 de maio de 1832.

15 DE AGOSTO

1635 — O coronel Crestofle d'Artischau Arciszewsky (era assim que esse oficial polaco escrevia o seu nome), à frente de uma divisão de tropas holandesas, chega a Peripueira (Alagoas) e levanta dois redutos, um junto à praia, outro em uma eminência junto à ermida de São Gonçalo.

1645 — Fernandes Vieira, Camarão e Henrique Dias, marchando de Gurjaú, reúnem-se, em Santo Antônio do Cabo, a Vidal de Negreiros, que já aí se achava desde o dia 13 (ver essa data), tendo avançado de Tabatinga com uma parte das tropas da Bahia. Soares Moreno marchara de Tabatinga para Algodoais, a fim de sitiar a fortaleza do Pontal de Nazaré, no cabo de Santo Agostinho. Fernandes Vieira recebeu então a comissão de mestre de campo (coronel), assinada pelo governador-geral do Brasil, e ordem deste para que o governo de Pernambuco e a direção da guerra pertencessem a Vidal de Negreiros e a Fernandes Vieira, nomeados para esse fim mestres de campo e governadores, com poderes de capitão-general. Porto Seguro observa, com razão, que, daí em diante, até assumir o comando o general Barreto de Meneses (16 de abril de 1648), foi Vidal de Negreiros o verdadeiro diretor da guerra, embora digam o contrário os panegiristas de Vieira. A assinatura de Vidal figura sempre nos documentos oficiais antes da de Vieira e, por vezes, sem a deste, mesmo estando ambos presentes, como no dia 17, em Casa Forte.

1647 — Partem de Setúbal duas esquadras com destino ao Brasil. A primeira, composta de 10 galeões e de 24 transportes, dirigiu-se à Bahia, tendo por general Antônio Teles de Menezes, conde de Vila Pouca de Aguiar, e, por almirante Luiz da Silva Teles; a segunda, de seis navios, sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides, seguiu para o Rio de Janeiro. Naquele tempo, o comandante em chefe de uma esquadra tinha em Portugal e na Espanha o título de general, e o seu imediato o de almirante.

1648 — O general Salvador Correia de Sá e Benevides desembarca perto de São Paulo de Luanda com as tropas que levava do Rio de Janeiro (ver 12 de maio), e marcha sobre o forte de Santo Antônio. Os holandeses evacuam essa posição, e os nossos, perseguindo-os, penetram na cidade. Com a artilharia retirada do forte de Santo Antônio e quatro peças, que trouxera de bordo, começa Correia de Sá a bater a fortaleza do morro de São Miguel, onde o inimigo se concentrara (ver 17 de agosto).

1792 — Nascimento de Antônio de Sousa Lima, o defensor de Itaparica durante a Guerra da Independência (ver 17 de maio de 1846).

1827 — Nascimento de Bernardo Guimarães, em Ouro Preto.

1835 — Continua durante o dia o combate começado na véspera, nas ruas de Belém do Pará.

1851 — Com a aproximação da vanguarda do general Fernandes dos Santos Pereira, as tropas de Oribe, comandadas por Dionísio Coronel, evacuam precipitadamente Cerro Largo. No mesmo dia, foi a vila ocupada por forças brasileiras.

1867 — O almirante Joaquim José Inácio, logo depois barão e visconde de Inhaúma, força a passagem de Curupaiti, à frente dos encouraçados seguintes: *Brasil* (com o pavilhão de almirante, capitão de bandeira Salgado, depois barão de Corumbá), *Mariz e Barros* (comandante Neto de Mendonça), *Tamandaré* (comandante Elisiário Barbosa), *Colombo* (comandante Bernardino de Queiroz), *Bahia* (com a insígnia do chefe Rodrigues da Costa, capitão de bandeira Pereira dos Santos), *Cabral* (comandante Jerônimo Gonçalves), *Barroso* (comandante Silveira da Mota, depois barão de Jaceguai), *Erval* (comandante Mamede Simões), *Silvado* (comandante Macedo Coimbra) e *Lima Barros* (com a insígnia do chefe Alvim, capitão de bandeira Gracindo de Sá). O aviso *Lindóia* subiu atracado ao costado de bombordo do *Brasil*, e a chata *Riachuelo*, rebocada pelo *Colombo*. Os quatro encouraçados, que se seguiam o *Brasil*, formavam a 3ª divisão (chefe Rodrigues da Costa); os cinco últimos, a 1ª divisão (chefe Alvim, depois barão de Iguatemi). O chefe de divisão Elisiário dos Santos (depois almirante e barão de Angra) aproximou-se de Curupaiti com seis canhoneiras e duas bombardeiras, e rompeu o fogo sobre as baterias inimigas. No rio, duas estacadas de madeira, vários batelões afundados, 10 torpedos colocados entre o banco e o Chaco, e, em terra, 29 canhões defendiam o passo. Os encouraçados, porém, contra a expectativa do inimigo, passaram a tiro de pistola da barranca fortificada, em pouco fundo, deixando a grande distância o canal em que estavam os torpedos, e receberam no costado e em obras mortas 256 balas. Tivemos apenas 25 homens fora de combate (três mortos e 22 feridos e contusos). Elisiário Barbosa, um dos comandantes feridos, perdeu o braço esquerdo. No mesmo dia, às 14h, os canhões da bateria de Londres, em Humaitá, troaram pela primeira vez em ação de guerra, respondendo ao fogo da

nossa esquadra. Meses depois, 10 de novembro, começou-se a construção de uma via férrea no Chaco, para facilitar as comunicações entre a esquadra encouraçada e a de madeira. O almirante deu-lhe o nome de caminho de ferro Afonso Celso, em honra do ministro da Marinha, que preparara os elementos para esta passagem de Curupaiti e para a de Humaitá.

1869 — Instalação do governo provisório do Paraguai, em Assunção. A eleição desse governo foi promovida pelo Brasil, empenhado em manter a independência do Paraguai.

16 DE AGOSTO

1501 — A esquadra portuguesa de André Gonçalves e Américo Vespúcio, vinda de Lisboa, avista o cabo a que se deu o nome de São Roque, e começa dali para o sul a exploração da costa brasileira. Do dia 17 a 24, permaneceu a esquadra diante do cabo de São Roque.

1637 — O mestre de campo Luís Barbalho Bezerra chega à Bahia, procedente de Lisboa, conduzindo alguns reforços.

1639 — O capitão-mor Pedro Teixeira, de voltava de Quito, chega à foz do Aguarico no Napo, e toma posse da margem esquerda deste último rio, em nome de Filipe IV, para servir de divisa entre os domínios de Portugal e de Castela.

1645 — As tropas pernambucanas haviam aprisionado a mulher do capitão Blaer e a do capitão Hick. Em represália, Blaer capturou, na Várzea, três senhoras pernambucanas: a esposa de Francisco Berenger de Andrade (sogra de Fernandes Vieira), a de Antônio Bezerra e a de Antônio Lopes. Recebendo esta notícia e a de estarem as prisioneiras em poder do coronel Haus, no engenho de Nassau (Casa Forte), Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira, às 13h30, partem de Santo Antônio do Cabo e, forçando as marchas, chegam quase à meia-noite ao engenho São Sebastião, na Várzea, perto da margem direita do Capibaribe (ver o dia seguinte).

1710 — As fortalezas da barra do Rio de Janeiro avistam a esquadra francesa do capitão de fragata François Du Clerc.

1835 — Continua em Belém do Pará o combate começado no dia 14. Às 4h30, *os Cabanos* lançam-se ao ataque do arsenal, e trava-se aí furiosa peleja por mais de três horas. Ao amanhecer, as fragatas *Campistas* e *Imperatriz*, e as corvetas *Regeneração*, *Racehorse* (inglesa) e *Elisa* (portuguesa) varreram os dois flancos do arsenal e reduziram a ruínas as casas vizinhas. Só então, tendo sofrido enormes perdas, *os Cabanos* desistiram do ataque dessa posição, indo bater-se, com o mesmo arrojo, em outros pontos da cidade ocupados pelos seus. O fogo durou o dia inteiro.

1851 — Morre no Rio de Janeiro o senador Paula Sousa (Francisco de P. S. e Melo), ex-presidente do Conselho de Ministros e um dos chefes do Partido Liberal. Nasceu em Itu a 15 de julho de 1791.

1866 — Morre no Rio de Janeiro o general Manuel Felizardo de Sousa e Melo, senador do Império e, por vezes, ministro da Guerra.

1868 — Os couraçados *Brasil* (almirante Inhaúma), *Cabral* e *Tamandaré*, levando atracados ao costado três transportes a vapor, forçam a passagem de Timbó.

1869 — *Batalha de Campo Grande*, vencida pelo marechal conde d'Eu sobre o general Bernardino Caballero. Empenharam-se nesta ação, a princípio: o general Vasco Alves, com uma brigada da 3ª divisão de cavalaria (Guarda Nacional), logo depois, o general em chefe e o general José Luiz Mena Barreto, com a 3ª divisão de infantaria (general Pedra), a artilharia (coronel Mallet), e, afinal, pelo outro lado, o general Vitorino Monteiro, com as divisões de cavalaria (Guarda Nacional) do general Câmara e do coronel M. de Oliveira Bueno e mais três batalhões de infantaria da divisão do general Resin. Caballero perdeu dois mil mortos, 1.300 prisioneiros e mil dispersos – que se apresentaram ao Exército brasileiro –, 23 canhões e seis bandeiras. A nossa perda consistiu de 62 mortos e 389 feridos (451 homens). No dia seguinte, o pequeno exército argentino (uns três mil homens) reuniu-se ao brasileiro.

— Falecimento de Faustino Xavier de Novais, no Rio de Janeiro.

17 DE AGOSTO

1645 — *Combate de Casa Forte.* Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira atravessam o Capibaribe (ver o dia anterior) e atacam os holandeses entrincheirados no engenho de Nassau, chamado pelos nossos, desde essa ocasião, Casa Forte, nome que ainda conserva o lugar, hoje um dos subúrbios do Recife. Camarão cortou a retirada ao inimigo, ocupando os caminhos que conduziam para o Recife. Depois de algumas horas de resistência, quando os nossos iam incendiar a casa do engenho, capitularam os holandeses, com a condição de terem a vida salva. Vidal acrescentou de seu punho nesse documento: "Estes senhores irão para o cabo de Ipojuca, a fim de embarcarem na Armada... Concedemos que os oficiais conservem as suas espadas, o que prometemos sob palavra de cristãos (assinado) *André Vidal de Negreiros*." Renderam-se 322 homens, incluídos neste número uns cem índios e o coronel Hendrik van Haus, comandante em chefe das tropas holandesas no Brasil, Johan Listry, comandante-geral dos índios, Blaer e mais nove oficiais. Durante o combate, teve o inimigo 37 mortos, entre os quais um tenente. A nossa perda foi de 18 mortos e 35 feridos, sendo dos primeiros um alferes e, dos segundos Henrique Dias (seu sétimo ferimento nessa guerra) e os capitães Domingos Fagundes (pardo) e Gomes Taborda. Os índios rendidos, quando saíam, ainda armados, foram atacados e exterminados pelos nossos. Depois desta vitória, que completou a do dia 3, Vidal de Negreiros deixou Fernandes Vieira diante do Recife e foi reforçar Soares Moreno, que sitiava o forte do pontal de Nazaré.

1648 — Salvador Correia de Sá e Benevides assalta a fortaleza do morro de São Miguel, em São Paulo de Luanda (ver 15 de agosto), e é repelido. As tropas brasileiras que ele comandava constavam de 900 homens; 323 ficaram fora de combate (163 mortos e 160 feridos); no entanto, apesar desse revés, conservaram os nossos as suas posições diante da fortaleza e dispunham-se a segundo assalto, quando o inimigo, no dia seguinte, propôs capitulação.

1710 — A esquadra francesa do capitão de fragata François Du Clerc, trocando alguns tiros com a fortaleza de Santa Cruz, desiste de forçar a entrada da barra do Rio de Janeiro e segue para a Ilha Grande. Compunha-se, segundo um documento no arquivo do Ministério da Marinha em Paris, dos navios seguintes: *L'Oriflamme*, de 60 peças; *L'Atalante* e *La Diane*, de 44; *La Valeur,* de 40; *La Venus*, de 20; e de uma balandra. Traziam uns mil homens de desembarque, de tropas da marinha.

1825 — Combate, perto das muralhas da Colônia do Sacramento, entre 300 brasileiros, comandados pelo coronel João Ramos, e 400 orientais, dirigidos por Lavalleja. Estes retiraram-se com alguma perda. A nossa foi apenas de 24 mortos e feridos.

1833 — Paula Sousa toma assento no Senado.

1835 — Quarto dia de combate em Belém do Pará. Os legalistas já tinham mais de 250 mortos e feridos, sendo muito maior a perda dos *Cabanos*, mas estes recebiam, quase todos os dias, reforços. Antônio Vinagre foi morto, e Eduardo Angelim assumiu o comando. Este caudilho, natural do Ceará, contava então 23 anos. "Muito bravo, mas muito malvado", dizia dele o chefe Taylor.

1841 — Nascimento do poeta Luís Nicolau Fagundes Varela, em Piedade (depois Rio Claro), na então província do Rio de Janeiro. Faleceu a 18 de fevereiro de 1875.

1864 — Falecimento do poeta Manuel Odorico Mendes, nascido em São Luíz do Maranhão a 24 de janeiro de 1799. Faleceu nos arredores de Londres.

1865 — *Batalha de Jataí* (Corrientes), na qual o exército aliado da vanguarda, sob o comando do general Venâncio Flores, destruiu a divisão paraguaia do comandante Pedro Duarte. Flores tinha às suas ordens 2.440 orientais e oito peças, 4.500 argentinos e 24 peças (general Paunero) e 1.450 homens do Exército brasileiro, isto é, os 5º e 7º batalhões de linha e 3º de voluntários, que formavam a brigada do coronel Coelho Kelly, e o 16º de voluntários (coronel Fidelis Pais da

Silva), incorporado à infantaria oriental. A coluna paraguaia de Duarte compunha-se apenas de 3.220 homens: dois mil ficaram mortos ou feridos e 1.200 prisioneiros. Quatro bandeiras foram tomadas pelos orientais e argentinos. Perdas dos aliados: orientais, 51 mortos e 177 feridos; argentinos, 13 mortos e 86 feridos; brasileiros, 19 mortos e 34 feridos. Total de 83 mortos e 297 feridos.

1867 — Falecimento do senador marquês de Itanhaém (Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho), que foi tutor do imperador dom Pedro II e de suas irmãs (depois da demissão de José Bonifácio pela regência) até 1840.

18 DE AGOSTO

1648 — O coronel holandês Brinck ataca a Estância, defendida por Henrique Dias, e é repelido.

— Os holandeses da fortaleza do morro de São Miguel, em São Paulo de Luanda, propõem capitulação (ver o dia seguinte), assinada no dia 21.

1711 — Sebastião Pinheiro Camarão, partidário dos portugueses europeus do Recife, derrota, no Sebiró, junto ao engenho Genipapo, os olindistas comandados pelo mestre de campo Cristóvão de Mendonça Arraes. Este e vários oficiais ficaram prisioneiros.

1831 — Lei que cria a guarda nacional, sujeita ao ministro da Justiça. A mesma lei extinguiu os corpos de milícias e de ordenanças, que dependiam do ministro da Guerra, e os guardas municipais, que acabavam de ser criados (6 de junho do mesmo ano de 1831). Os alistados nos corpos extintos passaram a servir na Guarda Nacional, que tinha por missão "defender a Constituição, a liberdade, a Independência e a integridade do Império, manter a obediência às leis, conservar e restabelecer a ordem e a tranquilidade pública, e auxiliar o exército de linha na defesa das fronteiras e costas." O mesmo artigo 1º da lei, que isto dispunha, acrescentava: "Toda deliberação

tomada pelos guardas nacionais acerca dos negócios públicos é um atentado contra a liberdade e um delito contra a constituição." A Guarda Nacional brasileira, criação dos liberais de 1831, prestou relevantíssimos serviços à ordem pública e foi um grande auxiliar do exército de linhas nas nossas guerras estrangeiras de 1851 e de 1852 e de 1864 a 1870. Hoje, o Brasil é um dos raros países que não têm milícias nem reservas que possam ser chamadas às armas, e isto quando, com o armamento moderno e a facilidade de comunicações, é coisa provada que nas guerras estrangeiras a vitória pertence sempre à nação que puder mais rapidamente mobilizar tropas, reuni-las na fronteira e assumir a ofensiva.

1835 — Quinto dia de combate nas ruas de Belém do Pará.

1838 — Proposta feita em sessão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, pelo general Cunha Matos e pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, para a criação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi aprovada no dia seguinte e, a 21 de outubro, inaugurou-se o instituto.

1869 — *Combate de Caguijuru e de Caraguataí.* Na mata de Caguijuru, entre Barrero Grande e Caraguataí, estavam entrincheirados dois mil paraguaios, sob o comando do tenente-coronel Vernal. O general Vitorino Monteiro, depois barão de São Borja, atacou e tomou essas trincheiras, à frente da 1ª divisão de infantaria do general Resin. O inimigo perdeu 260 mortos (Vernal foi um deles), 530 prisioneiros, muitos deles feridos, 12 canhões e uma bandeira. O general Câmara (visconde de Pelotas) avançou rapidamente sobre Caraguataí, com quatro corpos da 2ª divisão de cavalaria, derrotou perto dessa povoação uma coluna de 200 homens, tomou mais um canhão e perseguiu os fugitivos até o Manduvirá Ihu ou Tobatiri. A nossa perda nesses combates foi de 13 mortos, 143 feridos e 31 contusos. Com a aproximação do general Câmara, os paraguaios incendiaram os últimos vapores da sua esquadra, refugiados no Manduvirá Ihu. Eram o *Iporá*, *Salto de Guairá, Rio Apa, Pirabebê, Anhambaí* e *Paraná.* Detonações sucessivas anunciaram às nossas tropas a destruição total dessas canhoneiras.

1888 — Falecimento no Rio de Janeiro do romancista João Franklin da Silveira Távora (Franklin Távora), nascido no Ceará a 13 de junho de 1842.

19 DE AGOSTO

1627 — O governador do Rio de Janeiro, Martim de Sá, concede, nesta data, sesmarias, nos Campos dos Goitacás, aos três irmãos capitães Gonçalo, Manuel e Duarte Correia de Sá, e aos capitães Miguel Aires Maldonado, Antônio Pinto, João de Castilhos e Miguel Riscado. Essas concessões estendiam-se do rio dos Bagres, ou Macaé, até o Paraíba do Sul, em terras que pertenciam à antiga capitania de São Tomé, cedidas à coroa em 1619 por Gil de Góis da Silveira, herdeiro do donatário (escritura de 22 de março, cit. pelo visconde de Porto Seguro, *Hist. ger.*, I, 460). Os sete capitães afugentaram, depois de muitos combates, o mesmo gentio que no século anterior havia destruído a Vila da Rainha, fundada no Paraíba do Sul por Pero de Góis, e formaram os primeiros estabelecimentos de criação nos distritos de Macaé e Campos. O general Salvador Correia de Sá e Benevides adquiriu, depois, algumas terras ao sul da Paraíba, e os jesuítas, beneditinos e carmelitas também se estabeleceram ali. A capela de São Salvador, mandada levantar por Sá e Benevides, ficava 10 léguas distante da margem meridional do Paraíba. Baltasar Lisboa dá para a fundação dessa capela o ano de 1652. É possível que, estando ausente do Brasil, o general a houvesse mandado construir então, mas a sua fazenda de açúcar deve ter sido fundada antes de 1643. Nas vizinhanças dessa capela, formou-se uma povoação, que em 1678 foi transferida para o lugar em que ora se acha a cidade de Campos. Em 1662, os moradores da primitiva povoação formaram uma República, nome que, mesmo em documentos oficiais portugueses, se dava por esse tempo ao governo municipal, e, 11 anos depois, por ordem do ouvidor-geral em correição, doutor João Velho de Azevedo, instalaram solenemente a vila, participando do fato o ouvidor da comarca do Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1673. Outras povoações do Brasil criaram, ilegalmente, como Campos em 1662, o governo municipal. Nesse caso está Pindamonhangaba, que em uma só noite, em 1704, levantou o pelourinho e elegeu os oficiais da Câmara, separando-se do município

de Taubaté. O resultado da queixa, levada ao rei pela Câmara de Taubaté, foi a carta régia de 10 de julho de 1705, confirmando o voto popular que criara o novo município. Muitos documentos dos séculos XVI, XVII e XVIII mostram a independência e a altivez com que as Câmaras e os procuradores do povo falavam aos governadores e mesmo ao rei, defendendo os privilégios municipais ou queixando-se dos delegados da coroa. Assim, o procurador da Câmara do Pará, Manuel Guedes Aranha, apresentou em Lisboa, no ano de 1653, um *Papel político*, no qual dizia que "se os governadores representavam as pessoas reais, as Repúblicas (Câmaras e Senados) representavam os primeiros governos do mundo". A carta régia de 17 de julho de 1674 criou, nas margens do Paraíba do Sul, duas capitanias em favor do visconde de Asseca e de seu irmão João Correia de Sá. Com o correr dos tempos, ficaram as duas reunidas com o nome de capitania do Paraíba do Sul ou de Campos dos Goitacás. Mudada a vila de Campos para o lugar onde hoje se acha a cidade, revoltaram-se por vezes os habitantes contra os procuradores do donatário ou contra as autoridades civis e a própria Câmara. As revoltas mais importantes foram as de 1720 e de 1748. Em ambas lutaram, enfurecidos, os partidos locais, ensanguentando as ruas da vila. A revolta de 1720, dirigida por Bartolomeu Bueno, foi reprimida a custo por tropas mandadas do Rio de Janeiro. Na de 1748, contra a posse do procurador do donatário, dizem que até as mulheres combateram, distinguindo-se uma heroína popular, Benta Pereira, pelo furor com que, a cavalo, perseguia os defensores do donatário. As autoridades foram depostas, elegendo-se novos oficiais da Câmara; no entanto, pouco depois, em julho, chegou com 300 homens de tropa o mestre de campo João de Almeida, enviado pelo governador Gomes Freire de Andrada, e a revolta ficou dominada. Entretanto, como procurador do povo de Campos, tinha ido a Lisboa, antes ou depois destes acontecimentos, Sebastião da Cunha Coutinho Rangel (pai do bispo Azeredo Coutinho), e essa missão concorreu provavelmente para que o próprio donatário desistisse da posse da capitania, entrando em acordo com o governo (provisão do Conselho Ultramarino de 1º de junho de 1753 e carta de padrão, de 14 do mesmo mês e ano). Desde 28 de março de 1835 Campos ficou tendo o título de cidade.

— Provisão pela qual Luís Pires da Veiga, inquisidor apostólico dos Reinos de Angola, Congo e Estado do Brasil, cria no Rio de Janeiro o

ofício de tesoureiro do fisco, provendo nele João Gonçalves de Azevedo, alferes da fortaleza de Santa Cruz, na barra da cidade.

1827 — O general Lavalleja, à frente de 1.113 argentinos e orientais, ataca pela madrugada o reduto da Ponta de Leste, em Maldonado, defendido por 240 brasileiros e por 13 bocas de fogo, ao mando do tenente-coronel Salustiano Severino dos Reis. O inimigo foi repelido com perda. "Esta terá sido uma pequena escaramuça, que em breve será paga com juros pelo inimigo", disse Lavalleja, em carta desse dia, que é conservada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ver 28 de agosto).

1835 — Sexto dia de combate na cidade de Belém do Pará.

1868 — O marechal Caxias marcha de Parê Cuê com os 1º e 3º corpos do Exército brasileiro e com o contingente oriental, para atacar as posições ocupadas pelo ditador Solano López no Tebicuari. Ficam em Humaitá o 2º corpo brasileiro e as tropas argentinas.

1879 — José Bonifácio de Andrada e Silva, o moço, toma assento no Senado.

20 DE AGOSTO

1759 — Falece em Lisboa, com a idade de 94 anos, a condessa do Rio Grande, viúva do conde almirante Lopo Furtado de Mendonça e filha do general Francisco Barreto de Meneses, o vencedor das duas batalhas dos Guararapes. A capitania do Rio Grande foi doada a Francisco Barreto, e tocou com o título de condado àquela sua filha.

1782 — Nascimento de Bernardo José da Gama, depois visconde de Goiana. Nasceu no Recife e faleceu na mesma cidade a 3 de agosto de 1854.

1822 — Em sessão do Grande Oriente presidida por Joaquim Gonçalves Ledo, pronuncia este um discurso em que declara ser chegada

a ocasião de proclamar-se a Independência e a realeza constitucional no Brasil. O assunto é discutido nesta sessão e na de 23 de agosto, sendo então nomeados emissários para as províncias. Já então dom Pedro tinha sido aclamado grão-mestre. No dia 14 de setembro, chegando de São Paulo, toma posse do cargo.

1823 — Decreto do imperador dom Pedro I concedendo a Maria Quitéria de Jesus o soldo de alferes de linha, pela intrepidez com que, alistando-se no exército libertador da Bahia, se distinguira nas mais arriscadas ocasiões de combate, segundo participação do comandante em chefe do mesmo exército. O imperador colocou-lhe ao peito a insígnia de cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Graças a Maria Graham, foi conservado o retrato da heroína baiana, que, segundo essa escritora, era filha do fazendeiro Gonçalves de Almeida, estabelecido "no rio do Peixe, freguesia de São José, obra de quarenta léguas (cerca de 264 km) da Cachoeira para o sertão" (Maria Graham, *Journal of a Voyage to Brazil*..., Londres, 1824, pp. 292-294).

1827 — Tomada da escuna corsária argentina *Estrella del Sur*, do comandante Andréia, pela canhoneira brasileira *Grenfell*, comandada pelo segundo-tenente Francisco Xavier de Brum. O combate deu-se na altura do cabo de Santa Maria. A *Grenfell*, construída no arsenal de Santos, estava armada em escuna e ia reunir-se a nossa esquadra do rio da Prata.

1835 — Sétimo dia de combate na cidade de Belém do Pará.

1836 — Oeiras, no Pará, cai novamente em poder dos *Cabanos* (ver a retomada a 20 de setembro).

1840 — O tenente-coronel Diogo Lopes de Araújo Sales assalta e toma as trincheiras de Detrás-da-Serra, termo de Pastos Bons, defendidas por 1.200 rebeldes. Tiveram estes 78 mortos, 28 prisioneiros, e perderam muitas armas, munições e cavalos. Os legalistas tiveram 75 mortos e feridos (ver 23 de agosto).

1842 — *Batalha de Santa Luzia, vencida pelo general Caxias*. O exército dos liberais mineiros compunha-se de 3.300 homens e de uma

peça de artilharia, era comandado por Antônio Nunes Galvão, Francisco José de Alvarenga e Manuel Joaquim de Lemos, e ocupava a povoação (hoje cidade) de Santa Luzia, várias trincheiras que dominavam as estradas de Sabará e da Lapa, e a Ponte Grande, no rio das Velhas. Caxias comandava pouco mais de dois mil homens, pela maior parte guardas nacionais (dois batalhões de linha, dois de guarda nacionais do Rio de Janeiro, quatro de Minas, dois esquadrões de cavalaria da Guarda Nacional do Rio e duas peças de artilharia). Dividiu essas forças em três colunas. A do centro, sob o seu comando imediato (800 homens), avançou pela estrada de Sabará e teve de ir vencendo a resistência dos liberais desde o córrego do Tamanduá; a da esquerda (460 homens) ameaçou a ponte Grande e retirou-se depois de algum tiroteio; a da direita (800 homens), comandada pelo coronel da Guarda Nacional José Joaquim de Lima e Silva (conde de Tocantins), penetrou na povoação pela estrada da Lapa, e com esse ataque de flanco e de retaguarda decidiu o combate, em que estava empenhado Caxias. As forças do governo tiveram 72 mortos e feridos; as da insurreição, uns 60 mortos, muitos feridos e 300 prisioneiros, inclusos 10 dos principais chefes.

Esta batalha pôs termo à Guerra Civil de Minas Gerais. As trincheiras dos dissidentes tinham sido levantadas sob a direção do engenheiro Wisner von Morgenstern, que depois passou a servir no Paraguai, e que, pela segunda vez, foi prisioneiro de Caxias em Lomas Valentinas. Por muito tempo depois desta batalha, os liberais foram designados pelo nome de Luzias. Os conservadores eram chamados Saquaremas, porque o lugar desse nome, na província do Rio de Janeiro, se mostrou em todas as eleições um baluarte inexpugnável do partido. Os liberais de São Paulo e de Minas tinham recorrido às armas para libertar, segundo diziam, o jovem imperador da coação em que estava, dominado pelo ministério, e para evitar que fosse aniquilada a constituição e rebaixado o trono com a execução das leis de criação do Conselho de Estado e da reforma do Código do Processo.

1865 — O general barão de Porto Alegre (depois visconde e conde) chega ao acampamento diante de Uruguaiana e assume, no dia seguinte, o comando em chefe do Exército brasileiro do Rio Grande do Sul.

1868 — Os paraguaios evacuam o seu campo entrincheirado de Timbó, no Chaco, abandonando nele oito canhões.

1878 — Falecimento do senador Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, nascido em Sobral a 19 de abril de 1809. Exerceu o cargo de chefe de polícia de Pernambuco em quadra difícil e publicou sobre os acontecimentos desse tempo um livro interessante (*Crônica da rebelião praieira de 1848 e 1849*).

1885 — Fica organizado o gabinete presidido pelo barão de Cotegipe. Com este ministério, que sucedeu ao do conselheiro Saraiva e que governou até 10 de março de 1888, voltaram ao poder os conservadores.

21 DE AGOSTO

1636 — *Combate de Terra Nova*. O capitão-mor dom Antônio Filipe Camarão, tendo às suas ordens 300 índios, uns cem pretos comandados por Henrique Dias e alguns brancos dirigidos pelos capitães de emboscadas Antônio de Sousa e Antônio Nunes Bezerra, repele neste e no dia seguinte os ataques do coronel Artischau Arciszewsky, que comandava forças muito superiores. Apesar de seu orgulho de vencedor da batalha de Mata Redonda (18 de janeiro de 1636), Arciszewsky recuou diante da enérgica defesa de Camarão e retirou-se para São Lourenço da Mata. Os combates de 21 e 22 de agosto (não de 23 e 24, como diz o autor das *Memórias diárias*) foram feridos em Terra Nova, entre a Alagoa Seca e a margem esquerda do Tracunhaém (ver em Barlaeus o mapa de Marcgrav), e não em São Lourenço da Mata (cf. Laet, *Iaerlijk Verhael*, 520; e Montanus, *America*, 462).

1648 — É assinada a capitulação dos holandeses que ocupavam a fortaleza do morro de São Miguel, em São Paulo de Luanda (ver 15, 17 e 18 de agosto). Os rendidos eram 1.100 europeus (holandeses, franceses e alemães) e alguns pretos. Depois de desarmados, ficaram muito surpreendidos ao ver a diminuta força de que dispunha o general Salvador Correia de Sá e Benevides. Dois navios da expedição fluminense

seguiram logo para Benguela, que sem resistência se entregou. Todo o Reino de Angola voltou, assim, ao domínio de Portugal.

1711 — Os portugueses europeus saem de Recife em 14 lanchas, atacam a Boa Vista e são repelidos pelos olindenses.

1792 — Nascimento de Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, depois visconde de Albuquerque. Nasceu no engenho Pantorra, em Pernambuco, e faleceu a 14 de abril de 1863 no Rio de Janeiro.

1806 — O conde dos Arcos, depois de um brilhante governo na capitania da Bahia, toma posse do cargo de vice-rei do Brasil, no Rio de Janeiro, e exerce-o até 7 de março de 1808, dia da chegada do príncipe regente dom João, depois rei dom João VI.

1817 — Alvará de dom João VI concedendo privilégio por 14 anos ao padre Manuel Aires de Cazal, para a impressão da sua *Corografia brasílica*. A obra de Cazal saiu da Impressão Régia do Rio de Janeiro, hoje Tipografia Nacional*. Quase nada se conhece da vida desse homem eminente, que nos legou tão notável trabalho. Era presbítero secular do grão priorado do Crato, viajou muito pelo Brasil e partiu para Lisboa em 1821, na esquadra que conduziu dom João VI. Dizem que nasceu em 1754, e Inocêncio da Silva afirma que em Portugal. Em uma das obras de Auguste de Saint-Hilaire, publicada em 1833, lê-se o seguinte: "O abade Manoel Ayres de Cazal, pai da geografia brasileira, definhou na indigência em Lisboa, sem poder publicar a segunda edição de sua excelência obra sobre o Brasil."

1822 — O general Labatut desembarca em Jaraguá (Alagoas) com as primeiras tropas do Rio de Janeiro, enviadas em auxílio dos baianos.

— A tipografia do *Constitucional*, periódico redigido na cidade da Bahia por Montezuma (depois visconde de Jequitinhonha), é assaltada e destruída por oficiais e soldados do Exército português.

* Atualmente, Imprensa Nacional. (N.E.)

1827 — Um destacamento de cavalaria brasileira, ao mando do tenente Antonio Carlos de Soveral, derrota outro de orientais, perto de Montevidéu.

1835 — Oitavo dia de combate na cidade de Belém do Pará.

1841 — Tentativa de assassinato contra o presidente da província da Paraíba, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, depois barão de Quaraí. Alguns tiros foram disparados de uma emboscada, ficando levemente ferido o presidente.

1865 — O general Porto Alegre (Manuel Marques de Sousa) assume o comando do Exército brasileiro diante de Uruguaiana. Chegam a Uruguaiana duas canhoneiras e duas chatas, sob o comando do capitão de fragata Lomba. O general Flores começa a atravessar o rio Uruguai com as tropas aliadas que iriam reforçar os sitiantes.

1869 — O coronel Carlos Bethbezé de Oliveira Néri, à frente de tropas brasileiras e argentinas, derrota, no Potrero Recalde, perto de arroio Hondo (afluente do Manduvirá Ihu), uma coluna paraguaia de quatrocentos e tantos homens, comandada pelo major Olsursa y Hermosa. Foram tomados três canhões e muitas carretas. Dos aliados, ficaram mortos cinco e feridos 26, sendo destes o comandante da infantaria argentina, coronel Ayala, e o comandante do 12º corpo de cavalaria da Guarda Nacional brasileira, José Luís da Costa Júnior. Este foi o último combate em que os nossos aliados tomaram parte durante a Guerra do Paraguai.

22 DE AGOSTO

1497 — Segundo o roteiro de Vasco da Gama, estando a sua esquadra neste dia a 200 léguas (cerca de 1.320 km) da ilha de Santiago de Cabo Verde (isto é, 12º ou 240 léguas do Sul, pois as léguas dos marítimos portugueses e espanhóis daquele tempo eram 16 2/3 do grau) e a 800 léguas (cerca de 5.280 km) da costa da África (portanto, 48º ou 960 léguas ao Ocidente), avistou aves que, ao chegar a noite, voaram para com muita firmeza, como se buscassem uma terra. Com estas indicações, conhecida a posição da ilha de Santiago, cuja ponta

meridional fica a menos de 15º N, pode-se concluir que Vasco da Gama estava a menos de 3º N do Equador, e os 48º W da costa africana, naquele paralelo, o colocam na altura do Ceará, isto é, a 38º Wde Greenwich, afastado mais de 20 léguas da costa brasileira. Está claro que a posição não pode ser estabelecida com muita precisão, porque o *Roteiro* apenas dá números redondos, e é mesmo mais provável que Vasco da Gama estivesse então a NNE do Penedo de São Pedro.

1636 — Segundo dia do combate de Terra Nova (ver o dia anterior).

1645 — O capitão Francisco Barreiros aborda e toma, perto da fortaleza do pontal de Nazaré, um navio holandês comandado por Marten Thijszoon.

1796 — Nasce em Taquari, Rio Grande do Sul, Davi José Martins, que depois de 1835 tomou o nome de Canabarro e que faleceu a 12 de abril de 1867, brigadeiro honorário do Exército. Foi um dos chefes militares da revolução rio-grandense de 1835 e comandou o seu exército nos últimos anos de guerra civil. Fez a campanha de 1851 e 1852 à frente de uma divisão de cavalaria da Guarda Nacional e, em 1865, dirigiu as operações da nossa fronteira do Uruguai até a chegada do general Porto Alegre.

1825 — Às 23h30, o general Frutuoso Rivera, à frente de 500 orientais, ataca a vila de Mercedes, defendida por uma pequena guarnição brasileira sob o comando do tenente-coronel Francisco de Paula de Avelar Cabrita, e pela canhoneira *D. Sebastião*, de que era comandante o primeiro-tenente Cipriano José Pires. Depois de algumas horas, de fogo foi o inimigo repelido. Antes do ataque, e guiado por um desertor, filho do país, Rivera conseguira aprisionar quatro oficiais enfermos, um cadete e quatro soldados, que estavam em uma casa afastada do centro da vila (ver o dia seguinte). O comandante de Mercedes era pai de Villagran Cabrita, que contava então cinco anos de idade e que foi morto em 1866 no Paraguai.

1835 — Nono e último dia de combate na cidade de Belém do Pará. Os *Cabanos* iam ganhando terreno, conquistando casas e já estavam

perto do palácio. O general Rodrigues, tendo sofrido grandes perdas, anunciou ao chefe Taylor que estava resolvido a abandonar a capital durante a noite, passando-se para a esquadra. Taylor e o comandante da corveta inglesa foram pessoalmente dirigir o embarque da "valorosa guarnição do Trem (arsenal), que três vezes repeliu o inimigo". Às 3h, os restos da força governista estavam embarcados, estando inutilizadas as munições e tudo quanto foi possível, mas no palácio do governo ficaram seis peças abandonadas ao inimigo (ver 23 de agosto). A perda na tropa e marinhagem, incluindo a que tiveram os ingleses e portugueses, andou por uns 400 a 500 mortos e feridos nos nove dias de combate. A dos *Cabanos* foi, provavelmente, muito superior.

1840 — Decreto de anistia e proclamação do imperador dom Pedro II dirigidos aos brasileiros que estavam em armas contra a autoridade legal.

1888 — Chegam ao Rio de Janeiro, de volta da sua terceira viagem à Europa, o imperador dom Pedro II e a imperatriz dona Teresa Cristina. Termina neste dia a terceira regência da princesa imperial dona Isabel, começada a 30 de junho do ano anterior.

23 DE AGOSTO

1614 — Parte do Recife uma esquadrilha conduzindo tropa destinada à expulsão dos franceses do Maranhão. Com ela ia o sargento-mor Diogo de Campos Moreno. No Rio Grande do Norte, esses navios receberam a seu bordo um corpo de índios e o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, chefe da expedição. Só no dia 26 de outubro chegou a expedição a Guaxenduba, no Maranhão.

1636 — Nas *Memórias diárias* de Duarte de Albuquerque encontram-se as datas de 23 e 24 de agosto para os combates entre Camarão e Arciszewsky. Preferimos as datas indicadas nos documentos holandeses (ver 21 e 22 de agosto).

1711 — Francisco Gil Ribeiro, do partido de Olinda, derrota em Goiana os partidários dos europeus do Recife (Guerra dos *Mascates*).

1747 — Carta régia reconhecendo o direito do visconde de Asseca à capitania da Paraíba do Sul ou de Campos dos Goitacás. Essa decisão deu lugar a uma revolta em Campos, no ano seguinte (ver 19 de agosto de 1627).

1808 — Alvará do príncipe regente dando o predicamento de vila à povoação de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), "denominada há muito vila". Foi a primeira criação desse gênero feita por dom João depois de sua chegada ao Brasil, observa Gonçalves dos Santos nas *Mems*. *do Reino do Brasil*; no entanto, em vez de "criação", devia ter dito "confirmação". Em Porto Alegre, como em muitas outras povoações do Brasil, o governo municipal constituiu-se irregularmente. Segundo o *Índice cronológico*, de Homem de Melo, no dia 6 de setembro de 1773 celebrou a sua primeira sessão a Câmara de Porto Alegre. Foi instalada a 10 de dezembro de1810.

1825 — O general José de Abreu aproxima-se de Mercedes e obriga Rivera a afastar-se dos arredores dessa vila.

1835 — Às 3h conclui-se o embarque das tropas governistas que ocupavam o arsenal e o palácio do governo na cidade de Belém do Pará (ver 22 de agosto). Ao amanhecer, Eduardo Angelim marchou ao ataque do palácio e, achando-o deserto, correu à praia e abriu fogo sobre a esquadra. Todos os navios de guerra, nacionais e estrangeiros, e os mercantes, abandonaram o porto e foram fundear nas proximidades da fortaleza da Barra. Os cônsules e quase toda a população branca haviam embarcado. Angelim pôde festejar a sua vitória, e ficou de posse da capital e de quase toda a província. Só no ano seguinte, a 13 de maio, foi expulso de Belém, e a 22 de outubro aprisionado nas cabeceiras do Capim.

1836 — O coronel Francisco Xavier da Cunha, protegido por uma esquadrilha ao mando do capitão-tenente Guilherme Parker (dois patachos e seis canhoneiras), desembarca perto do forte em frente à ilha do Junco, com 250 homens, pela maior parte da Guarda Nacional, dispersa o acampamento do cabecilha David Alves Xavier e assalta e toma o forte, que era comandado por Simeão Barreto. Ficaram em poder dos legalistas quatro peças, uma coronada e duas bandeiras. A

esquadrilha tomou um lanchão armado de uma coronada. Sendo já tarde, e tornando-se o tempo tempestuoso, não foi possível atacar logo o outro forte inimigo na ponta da Itapuã. A tomada do forte do Junco deu-se nesta data e não no dia 26 (ver 27 de agosto).

1840 — Os rebeldes batidos em Detrás-da-Serra (ver 20 de agosto) levantam novas fortificações em Salobro. Eram 1.500 homens. São aí atacados no dia 23 pelo tenente-coronel Diogo Lopes de Araújo Sales. O combate só terminou na madrugada de 24, com completa vitória dos legalistas. Perda dos rebeldes: 300 homens; dos legalistas: 50.

1863 — Morre na Bahia o escritor dramático Agrário de Sousa Meneses, nascido na mesma cidade a 25 de fevereiro de 1834.

1878 — Falecimento do senador José Martins da Cruz Jobim, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, nascido no Rio Pardo a 29 de fevereiro de 1812.

24 DE AGOSTO

1501 — Neste dia, diante do cabo de São Roque, os oficiais e marinheiros da esquadrilha de André Gonçalves, o qual vinha fazer a exploração do litoral brasileiro (ver 16 de agosto), ficaram instruídos da antropofagia dos nossos indígenas. Um marinheiro, atraído para longe da praia, foi morto traiçoeiramente, cortado em pedaços e comido depois de passado no fogo. Américo Vespúcio refere por miúdo essa cena de canibalismo em sua carta de 4 de setembro de 1504 a Soderini. Dois outros portugueses, que desde o dia 17 não voltavam, tiveram sem dúvida a mesma sorte.

1554 — Os jesuítas Pedro Correia e João de Sousa, acompanhados de um leigo, partem de São Vicente para a catequização dos índios de Cananéia, e ali acabam mártires no mês seguinte. Pedro Correia, rico colono de São Vicente, e, segundo parece, grande caçador de índios, tinha sido convertido em 1550 pelo padre Leonardo Nunes, e entrara na Companhia de Jesus. Foi um dos fundadores do Colégio de São Paulo.

1624 — Os capitães Manuel Gonçalves e Luís Pereira de Aguiar, emboscados perto do convento do Carmo, na Bahia, atacam e destroçam uma companhia de holandeses.

1631 — O capitão Luís Barbalho, atravessando o Beberibe, lança fogo a um depósito de faxina, que os holandeses tinham ao abrigo do forte Bruyn.

1648 — Chega ao arraial Novo (arredores do Recife) o mestre de campo Francisco de Figueirôa, com o seu terço de infantaria das ilhas.

— Por esse tempo, enfermou e morreu no arraial o capitão-mor dom Antônio Filipe Camarão, um dos heróis da Guerra Holandesa, na qual serviu com distinção desde 1630, achando-se nos principais combates e batalhas e alcançando várias vitórias, entre as quais a de Terra Nova, contra Arciszewsky (21 e 22 de agosto de 1636), e a de Guaju (30 de janeiro de 1646), contra Reinbergh e Bas. Quando foi batizado, no dia 4 de março de 1612, habitava a aldeia do Igapó, na margem esquerda do Poti, depois Potengi, no Rio Grande do Norte, e era chefe dos Potiguar. Foi sepultado na igreja do Arraial.

1828 — Tomada da corveta argentina *Gobernador Dorrego* (corsária), do comandante Jean Soulin, pela corveta brasileira *Bertioga*, do comandante Jorge Broom. Aprisionada, depois de combate, à saída do rio de Prata, foi incorporada a nossa esquadra em operações, passando a chamar-se *General Dorrego*, e ficou sob o comando do primeiro-tenente Leverger (depois barão de Melgaço).

1839 — Grenfell, comandante da esquadrilha imperial em operações no Rio Grande do Sul, desembarca no Camaquã e apodera-se, no lugar denominado lagoa Formosa, de três lanchões dos dissidentes rio-grandenses. Eram o *Rio Pardo*, o *Independência* e o *Setembrina*, que Garibaldi, ao partir para Santa Catarina, deixara sob o comando de Zeferino Dutra.

1855 — Morre no Rio de Janeiro o general visconde de Magé, José Joaquim de Lima e Silva, nascido na mesma cidade a 26 de julho de 1787.

Comandou o Exército brasileiro na Bahia, no último período da Guerra da Independência (ver 23 de maio, 3 de junho e 2 de julho de 1823).

1863 — Falecimento do ator João Caetano dos Santos. Nasceu no Rio de Janeiro a 27 de janeiro de 1808 e faleceu na mesma cidade. É chamado, com razão, de o Talma brasileiro, e foi mais feliz que o grande ator francês, pois tem hoje um monumento na capital do Brasil. Na pátria de Talma há graduação nas homenagens públicas: alguns dos maiores autores têm ali merecido monumentos; no entanto, nenhum artista dramático, nem mesmo o grande Talma, recebeu até hoje outra homenagem póstuma, além da colocação do seu busto ou retrato no salão de algum teatro.

1892 — Falecimento do marechal Manuel Deodoro da Fonseca, proclamador da República.

25 DE AGOSTO

1625 — Do Lamarão, ou ancoradouro exterior do Recife, partem para a Europa as esquadras de dom Fadrique de Toledo com as tropas da expedição que expulsou da Bahia os holandeses.

1650 — O capitão Antônio Borges de Uchoa repele um ataque dos holandeses na Estância do Mendonça, arredores do Recife.

1803 — Nascimento de Luís Alves de Lima e Silva, depois duque de Caxias. Nasceu na Estrela, então província do Rio de Janeiro (ver 7 de maio de 1880).

1822 — Entrada solene do príncipe regente dom Pedro na cidade de São Paulo. No dia 5 de setembro, segue para Santos.

1840 — Na tarde deste dia sofrem os rebeldes do Piauí uma derrota completa na Baixa Fria (Guerra dos *Balaios*).

1878 — Morre em Ouro Preto o poeta João Salomé Queiroga, natural de Diamantina.

26 DE AGOSTO

1640 — Falece em Salvador e é sepultado na igreja do convento do Carmo o mestre de campo general Gioan Vincenzo Sanfelice, conde e depois príncipe de Bagnuoli. Veio ao Brasil em 1625 como sargento-mor de um terço de napolitanos e regressou para a Espanha no mesmo ano, depois da restauração da Bahia, sendo então promovido ao posto de mestre de campo. Distinguiu-se ainda em Cádiz e na tomada de St. Kitts, e tornou ao Brasil em 1634, desembarcando em Alagoas com algumas tropas. Desde aí, representou papel importante na nossa guerra contra os holandeses e teve, a partir de 19 de janeiro de 1636, o comando em chefe das tropas de Pernambuco. Com insignificantes recursos, resistiu como pôde aos progressos de um inimigo muito superior em número e, em 1638, coube-lhe a glória de defender a cidade da Bahia, quando atacada pelo príncipe Maurício de Nassau. Seu retrato encontra-se em Filamondo (*Il genio belicoso de Napoli*. Nápoles, 1691, 2 v. *In-folio*).

1648 — Embarque dos holandeses que capitularam em São Paulo de Luanda (ver 21 de agosto).

1824 — Alencar Araripe, que estava de posse do governo do Ceará, adere à Confederação do Equador, proclamada em Pernambuco por Pais de Andrade.

1868 — O coronel João Niederauer derrota, no arroio Jacaré, um corpo paraguaio de 400 homens de cavalaria.

— No mesmo dia eram fuzilados, no acampamento de São Fernando, por ordem do ditador Solano López, o general Brúguez, o coronel Nunes e outros paraguaios. A matança de nacionais e estrangeiros, suspeitos de conspiração, começou em junho e continuou até a morte do tirano em Cerro Corá. Ao receber a notícia do combate do Jacaré, Solano López levantou o seu acampamento de São Fernando e marchou em retirada para o Piquiciri, deixando nesse acampamento o coronel Montiel e, com uma divisão no reduto do Passo Real do Tebicuari, 400 homens e três peças ao mando do major Rojas, e nas baterias de Isla Fortín (foz do Tebicuari) o major Moreno.

27 DE AGOSTO

1532 — Por este tempo (não é possível precisar o dia), Pero Lopes de Sousa rende, depois de 18 dias de assédio, um fortim francês em Itamaracá. Tinha sido construído por Jean du Péret, capitão do navio *La Pélerine*, pertencente ao barão de Saint-Blancard, general das galeras francesas do Mediterrâneo, e era comandado pelo capitão de La Motte. Lopes de Sousa guarneceu este pequeno forte, confiando-o a um Paulo Nunes, e no dia 4 de novembro prosseguiu em sua viagem para Lisboa.

1795 — Nascimento de Bernardo Pereira de Vasconcelos, em Vila Rica, depois Ouro Preto (ver 1º de maio de 1850).

1828 — Convenção preliminar de paz entre o Império do Brasil e a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, hoje República Argentina. Foi assinada no Rio de Janeiro, sob a mediação da Grã-Bretanha. Os governos brasileiro e argentino renunciaram às suas pretensões sobre a Banda Oriental do Uruguai, então chamada província Cisplatina, e nela criaram um Estado independente, com o nome de República Oriental do Uruguai.

1836 — As tropas do coronel Francisco Xavier da Cunha estava, desde o dia 23, a bordo da esquadrilha do capitão-tenente Guilherme Parker (ver essa data), esperando que o vento permitisse desembarque nas proximidades do forte da ponta de Itapuã, barra do Guaíba. Vendo-se ameaçados, os insurgentes evacuaram o forte, meteram a pique três navios que ali tinham, entre os quais dois de guerra, e abandonaram várias embarcações apresadas. Quando o coronel Cunha chegou ao forte, achou-o deserto, e nele encontrou cinco peças, que, como as do forte do Junco, foram conduzidas para Porto Alegre.

1840 — Nova derrota dos rebeldes do Piauí pelo coronel Sales, no Olho de Água da Jurema. Perdem eles toda a bagagem, e os que não morrem no ataque entregam-se depois prisioneiros.

1849 — Falece no Rio Pardo, onde nasceu em 1769, o marechal do Exército João de Deus Mena Barreto, visconde de São Gabriel, que se distinguira nas campanhas do começo deste século XIX, no Rio Grande

do Sul e no rio da Prata, particularmente nas de 1816 a 1820, sendo já general. Obteve, então, as vitórias de Ibiraocaí sobre os entrerrianos (19 de outubro de 1816) e Guabiju sobre os orientais (7 de abril de 1818), e comandou a nossa cavalaria na perseguição a Rivera no arroio Rabón (16 de outubro de 1818). Em 1836, dirigiu por alguns dias a defesa de Porto Alegre contra os insurgentes. Alguns de seus filhos ilustraram-se, como ele, na carreira das Armas: o coronel José Luís Mena Barreto, morto na surpresa do Rincón (24 de setembro de 1825) e pai do general do mesmo nome, que se distinguiu na Guerra do Paraguai; o general João Propício, barão de São Gabriel, que tomou Paissandu em 1865 (ver 9 de fevereiro de 1867); e o general João Manuel, que alcançou várias vitórias no Paraguai e que foi morto no assalto de Piribebui (ver 12 de agosto de 1869).

28 DE AGOSTO

1501 — A esquadrilha de André Gonçalves e Américo Vespúcio chega ao cabo a que deram o nome de Santo Agostinho. Gonçalves e Vespúcio faziam a exploração da costa brasileira do cabo de São Roque para o Sul. Cumpre notar que o cabo de Santo Agostinho parece ser o de Santa Maria de la Consolación, descoberto no dia 26 de janeiro de 1500 por Vicente Pinzón.

1613 — Cartas patentes de Jaime I, rei da Inglaterra, concedendo a Robert Harcourt, a sir Thomas Challoner e a John Rovenson o território compreendido entre os rios Amazonas e Essequibo.

1647 — Parte do Recife uma esquadrilha de cinco navios sob o comando do almirante Joost van Trappen Banckert, e com ela seguem para a Holanda o conselheiro Haecx, o coronel Hinderson e Pierre Moreau, autor da *Histoire des derniers troubles du Brésil*. Banckert faleceu em viagem, 12 dias depois da partida.

1817 — Convenção com a França estabelecendo as condições da restituição da Guiana Francesa, conquistada pelas tropas do Brasil em 1809 (ver 12 de janeiro desse ano). Esta convenção completou o disposto no artigo 107 da ata final do Congresso de Viena (ver 9 de junho de 1815).

1822 — Fogo entre o forte de Itaparica e as canhoneiras portuguesas. Uma pequena embarcação é metida a pique, perecendo parte da guarnição.

1824 — Nesta noite, a escuna *Leopoldina* bombardeou os fortes do Recife. Foi apenas uma demonstração de lorde Cochrane para intimidar os revolucionários, e nenhum efeito produziu.

1827 — Evacuação da ponta de Leste*, em Maldonado, pelo tenente coronel Salustiano Severino dos Reis. Foi ordenada pelo general Magessi, barão de Vila Bela, presidente e governador das armas da província Cisplatina. Em ofício de 26 de julho o general anunciara ao ministro da Guerra que, por não poder contar com a proteção da esquadra, iria ordenar a evacuação da ponta de Leste. Em outro ofício, de 4 de setembro, trata ainda do assunto. O almirante aconselhou o abandono dessa posição e declarou que não poderia distrair navios para proteger o reduto que tínhamos ali.

1840 — O major José de Sousa Martins, ao entrar em Gilbués, ataca os rebeldes na fazenda Santa Maria e os derrota, depois de encarniçado combate. No mesmo dia, são eles batidos na fazenda Curicaca (ver 31 de agosto).

1865 — Morre no Rio de Janeiro o almirante Luís da Cunha Moreira, primeiro visconde de Cabo Frio, nascido na Bahia a 1º de outubro de 1777. Foi ministro da Marinha na época da Independência e organizou então as primeiras forças navais que teve o Brasil. Recebeu em 1808 um ferimento, no combate do Approuague, durante a rápida campanha da Guiana Francesa.

1868 — Tomada do reduto do Passo Real, no Tebicuari, pelo brigadeiro honorário, barão do Triunfo (Andrada Neves). O inimigo perdeu três peças, 170 mortos e 93 prisioneiros, entre estes o major Rojas, comandante do reduto. Dos brasileiros ficaram mortos 22 e feridos 117.

* Atualmente, Punta del Este, Uruguai. (N.E.)

1871 — A Câmara dos Deputados adota, em última discussão, por 61 votos contra 35, a proposta do governo, estabelecendo medidas para a abolição gradual da escravidão.

29 DE AGOSTO

1631 — O capitão Martim Soares Moreno assalta e toma, à noite, um reduto holandês, na ilha de Santo Antônio.

1711 — Entra no porto do Rio de Janeiro um patacho inglês trazendo a notícia da próxima chegada da expedição francesa, comandada por Duguay-Trouin. O governador Francisco de Castro Morais resolve suspender a partida da frota do comércio, que estava ultimando o seu carregamento e que deveria sair para Lisboa no dia 3 de setembro ("Carta", de Velho em Pizarro, *Mems. históricas do Rio de Janeiro*, I, 53). Um bando do governador, lido no dia 27 (documento do Arquivo Público), dava instruções para o embarque, nessa frota, dos prisioneiros franceses da expedição Du Clerc. Os nossos cronistas e historiadores deixaram-se iludir pelas exagerações de Duguay-Trouin, acreditando que de Portugal havia chegado uma esquadra com tropas de reforço. O Rio de Janeiro não recebera auxílio algum da metrópole (ver 12 de setembro).

1773 — Nasce em La Rochelle, França, Jacques-Aimé Goujaud, ou simplesmente Aimé Bonpland, sábio francês, companheiro de Alexandre von Humboldt em sua viagem científica pela América do Sul. Após essa grande excursão, a imperatriz Josefina, mulher de Napoleão, o nomeou seu intendente do jardim de Malmaison e da fazenda de Navarre. Depois da queda do império e da morte da imperatriz, Bonpland voltou à América, embarcando para Buenos Aires; ali esteve por algum tempo, fazendo explorações botânicas pela província de Santa Fé, pelo grande Chaco e pela Bolívia. Em uma dessas excursões, foi ter ao território pelo Paraguai contestado à Confederação Argentina. Foi então preso por ordem do ditador Francia, em setembro de 1821, e conduzido a Santa Maria, onde esteve sequestrado até fevereiro de 1830. Livre da prisão, veio para o Brasil, tendo residência em São Borja, no Rio Grande do Sul (ver 11 de maio de 1858).

1821 — Instalação, em Goiana (Pernambuco), de um governo constitucional temporário, presidido por Francisco de Paula Gomes dos Santos. A luta, travada entre esse governo e o general Luís do Rego Barreto, terminou pelo embarque deste com as tropas portuguesas, em virtude da convenção do Beberibe, de 5 de outubro do mesmo ano.

1825 — Tratado de Paz e Aliança entre Portugal e Brasil assinado no Rio de Janeiro. Por esse tratado, dom João VI de Portugal reconheceu a Independência do Brasil.

— Neste mesmo dia, perto de Mercedes, o general Frutuoso Rivera escreveu ao coronel brasileiro José Rodrigues Barbosa, pedindo-lhe que o fosse ver. O general Abreu consentiu na entrevista, acreditando que Rivera pretendesse voltar para as nossas bandeiras; no entanto, chegando Rodrigues Barbosa ao campo inimigo, foi retido como prisioneiro.

1835 — Falece, em viagem para o Brasil, perto da costa ocidental da Nova Zelândia, o chefe de divisão James Norton, nascido em Newark-upon-Trent, em 1789. Morreu com 46 anos apenas este distinto marinheiro que tão bons serviços prestou ao Brasil desde 1823. Na campanha de Pernambuco, em 1824, à frente de um corpo de marinheiros, apoderou-se do Recife; na Guerra do rio da Prata (1826-1828), comandou a divisão naval que bloqueava Buenos Aires, alcançou várias vitórias e assinalou-se em muitos combates, particularmente nos de 11 de abril e de 30 de julho de 1826, de 8 de abril e de 7 de dezembro de 1837 e de 16 de junho de 1828. Neste último, perdeu o braço direito e, no dia 17 de fevereiro do mesmo ano, foi levemente ferido. Norton destruiu então os melhores navios da esquadra argentina: a fragata *25 de Mayo*, os brigues *Independência, República* e *Congreso* e o corsário *General Brandzen*. Era dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro e pertencia a um ramo colateral da família de lorde Grantley.

1852 — Começam os trabalhos de construção da estrada de ferro de Mauá, primeira inaugurada no Brasil.

1853 — Lei destacando da província de São Paulo a comarca de Curitiba e formando com ela a província do Paraná. Em 1850, tinha sido restabelecida, com o nome de província do Amazonas, a antiga capitania do Rio Negro, suprimida por ocasião da independência.

30 DE AGOSTO

1642 — Antônio Teles da Silva toma posse, em Salvador, do cargo de governador-geral do Estado do Brasil (Mirales, 408). O seu sucessor, conde de Vila Pouca de Aguiar, chegou a Salvador no dia 22 de dezembro de 1647, e dele recebeu o governo a 26 do mesmo mês. Teles da Silva promoveu e auxiliou a insurreição pernambucana de 1645 contra o domínio holandês.

1828 — Combate sustentado contra a bateria argentina do Salado e contra uma canhoneira e um corsário (*Empresa*) pelo brigue-escuna *2 de julho*, do comandante William Marc-Erwin, e a bombardeira *19 de Outubro*, do comandante Augusto Leverger. Esses navios aproximaram-se, por ordem do capitão de fragata Inglis, para proteger os escaleres que foram incendiar, debaixo dos fogos da bateria, dois navios neutros. Eram o *Huzzar* e o *Lorde Eldon*, que, forçando o bloqueio, tinham ido encalhar ali. Ficaram totalmente destruídos.

1835 — Tomada de Abaeté por um corpo de guardas nacionais e voluntários paraenses.

1849 — Falecimento do general Tomás Joaquim Pereira Valente, conde do Rio Pardo (segundo do título). Esse general reprimiu a revolta das tropas estrangeiras no Rio de Janeiro em 1828 e comandou por pouco tempo o exército em operações no Rio Grande do Sul, durante a guerra civil.

1864 — Nota do ministro dos Negócios Estrangeiros do Paraguai protestando contra o ultimato brasileiro de 4 de agosto e declarando que o seu governo consideraria qualquer ocupação do território da República Oriental por tropas brasileiras como atentatória do equilíbrio dos Estados do Prata.

31 DE AGOSTO

1740 — Morre em Lisboa o quarto bispo do Rio de Janeiro, dom frei Antônio de Guadelupe, que fundou, no ano anterior, nesta cidade, o Seminário Episcopal de São José e o Colégio dos Órfãos, de São Pedro. "Toda a felicidade das Repúblicas [disse ele no preâmbulo dos Estatutos do Colégio], toda a concórdia dos povos, toda a reforma da cristandade, todo o lustre das igrejas, e toda a observância das religiões, tudo depende da boa criação dos filhos." O Colégio dos Órfãos de São Pedro foi transferido em 1766 para um novo edifício, construído ao lado da igreja de São Joaquim, e dentro de pouco tempo perdeu o antigo nome, passando a ser designado pelo de Seminário de São Joaquim. Suprimido em 1818, foi restabelecido em 1821, e 10 anos depois ficou entregue à direção da Câmara Municipal, transformado em escola de primeiras letras e de artes e ofícios. Os alunos, em lugar das antigas práticas religiosas, faziam exercícios militares que os habilitassem a servir na Guarda Nacional. O ministro Bernardo de Vasconcelos suprimiu esse estabelecimento em 1837, mandando fazer grandes obras e criando nesse local o Imperial Colégio de Pedro II.

1836 — A vila de Manaus liberta-se dos *Cabanos*, que a dominavam desde 6 de março. A reação teve por chefes Gregório Nazianzeno da Costa e o capitão da Guarda Nacional João Inácio Rodrigues do Carmo.

1840 — Combate no Piauí e vitória do major José de Sousa Martins, perto da fronteira de Goiás.

1864 — Começa o governo do ministério liberal, presidido pelo senador Furtado. Sucedeu ao de 15 de janeiro (Zacarias de Góis), que sofrera um revés na Câmara dos Deputados; pela mesma razão, demitiu-se no ano seguinte, entregando o poder ao marquês de Olinda no dia 14 de maio.

1866 — Os monitores comandados pelo barão da Passagem bombardeiam uma trincheira paraguaia no Tebicuari.

1º DE SETEMBRO

1585 — A Câmara da vila de São Paulo dirige uma representação ao capitão-mor Jerônimo Leitão, mostrando a necessidade da guerra contra os Tupiniquim e os Carijó, por estar a terra pobre e sem escravaria e hostilizada pelos selvagens. Em 10 de abril, as Câmaras de Santos e São Vicente haviam feito igual representação. O capitão-mor, atendendo a esses requerimentos, marchou à frente dos expedicionários. Os Tupiniquim, segundo Techo (*Hist. Provinciae Paraquariae*), tinham na região do Anhembi (Tietê) 300 aldeias e 30 mil arqueiros. Em seis anos de guerra, ficaram destruídas todas as aldeias. De 1592 a 1599, dirigidos por Afonso Sardinha e, depois, por Jorge Correia e João do Prado, fizeram os paulistas outra grande guerra de extermínio contra os selvagens do rio Jeticaí, hoje rio Grande. Nos primeiros anos do século XVII (1601 e 1602), como se vê no *Roteiro* de Glimmer, os paulistas já chegavam a Sabará. Uma terceira expedição, que parece ter tido por chefes Nicolau Barreto e Manuel Preto, foi mais para o norte (1602) e devastou, durante cinco anos, as aldeias do Paraupaba, nome que se dava então ao alto Araguaia. Pretendem alguns que já em 1592 Sebastião Marinho tinha penetrado em Goiás. As bandeiras que saíam de São Paulo compunham-se de aventureiros das capitanias de São Vicente, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Em 1630, começaram os ataques dos nossos bandeirantes contra as missões dos jesuítas espanhóis. Antônio Raposo Tavares foi o chefe dessas expedições, tendo sob o seu comando Frederico de Melo, Antônio Bicudo, Simão Álvares, Manuel Morato e outros.

1619 — Cartas patentes de Jaime I, rei da Inglaterra, renovando a concessão feita a Robert Harcourt, a Thomas Challoner e a John Rovenson do território compreendido entre os rios Amazonas e Essequibo (ver 28 de agosto de 1613).

1645 — Junto ao Tebiri, afluente da margem esquerda do Paraíba, onde acampava alguma tropa enviada de Pernambuco por Vidal de Negreiros, ficou combinado com Lopo Curado Garro, Jerônimo de Cadena e Francisco Gomes Muniz que estes convocassem no dia seguinte os seus amigos e aderentes e que soltassem o grito de rebelião contra a dominação holandesa. O socorro de Pernambuco era comandado pelo paraibano Antônio Curado Vidal.

1700 — Dona Maria Úrsula de Abreu Lencastre, disfarçada de homem e tomando o nome de Baltasar do Couto Cardoso, assenta praça de soldado em Lisboa. Contava então 18 anos e era natural do Rio de Janeiro e filha de João de Abreu e Oliveira. Parece que o desespero de um amor contrariado a levou a fugir da casa paterna, buscando uma diversão nas aventuras da guerra. Na Índia, a heroína brasileira distinguiu-se entre os mais intrépidos soldados, principalmente na tomada da fortaleza de Ambona (1705) e na conquista das ilhas de Penelem e Corjuen (1706). Depois, comandou um dos baluartes da fortaleza de Chaul. Obtendo baixa a 12 de maio de 1714, casou-se com um valente oficial português, Arrais de Melo, e mereceu de dom João V uma pensão e o usufruto do paço de Panguim. Faleceu em Goa, cercada do respeito geral.

1704 — Começa o segundo sítio da Colônia do Sacramento pelos espanhóis, desta vez comandados por Baltasar Garcia Ros. A praça era defendida pelo brigadeiro Sebastião da Veiga Cabral, e resistiu até 15 de março do ano seguinte.

1783 — Parte de Lisboa o naturalista brasileiro doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, encarregado pela rainha dona Maria I de uma exploração científica no Brasil. Chega ao Pará a 21 de outubro e dá começo a sua "viagem filosófica" pelas capitanias do Grão Pará, do Rio Negro e de Mato Grosso (1783-1792).

1811 — Bento Manuel Ribeiro, à frente de 60 milicianos, surpreende e toma Paissandu. A força oriental, que a defendia, compunha-se de 180 homens, ao mando do capitão Bicudo, natural de Porto Alegre. Este caudilho foi morto. Em 1865, quando as nossas tropas tomaram de novo Paissandu, morreu ali outro brasileiro, Azambuja, que também combatia contra os seus compatriotas.

1838 — O então major Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) é atacado no arroio Pitim por um corpo de insurgentes ao mando de Amaral Ferrador, e derrota-o, depois de renhida peleja. Abreu foi ferido neste recontro.

1839 — Começa o ministério de Manuel Alves Branco, depois visconde de Caravelas. A esse gabinete sucedeu o de 23 de maio do ano seguinte, organizado por Lopes Gama, depois visconde de Maranguape. Ambos pertenciam ao Partido Conservador, que estava no poder desde 19 de setembro de 1837.

1842 — Grandes demonstrações de regozijo popular em Ouro Preto, por ocasião da chegada do general Caxias.

1866 — O 2º corpo do Exército brasileiro, sob o comando do general Porto Alegre, embarca na foz do Paraguai, a bordo de 11 transportes e três chatas, para atacar, de combinação com a esquadra brasileira do almirante Tamandaré, o forte de Curuzu. Às 11h45, a esquadra começa o bombardeamento dessa posição. No dia seguinte, desembarcam as tropas de Porto Alegre.

2 DE SETEMBRO

1645 — Os habitantes da capitania da Paraíba insurgem-se contra o domínio holandês, acaudilhados por Lopo Curado Garro, Jerônimo Cadena e Francisco Gomes Muniz. Ficaram desde logo senhores da cidade da Paraíba*, e muitos voluntários começaram a reunir-se às tropas de Pernambuco, acampadas no Tebiri. Dias depois, essas forças marcharam para o engenho Santo André e aí se entrincheiraram. O governador holandês Paulo de Linge ficou reduzido aos fortes da Barra (ver 11 de setembro).

1673 — A Câmara da vila de Campos anuncia ao ouvidor da comarca do Rio de Janeiro que o povo daquele lugar elegera os seus oficiais e instalara a vila. Desde 1662, Campos tinha um governo municipal, criado irregularmente (ver o que ficou dito na efeméride de 19 de agosto de 1627).

1699 — Nas instruções desta data, dirigidas pelo ministro da Marinha e Colônias de França, conde de Pontchartrain, ao governador

* Hoje, João Pessoa, PB. (N.E.)

de Caiena, marquês de Ferrolle, ordenava-se a este que informasse circunstanciadamente sobre os títulos em favor dos franceses, para poderem navegar no Amazonas, a fim de opô-los aos portugueses, que disputavam com a França o direito de navegação no mesmo rio, pretendendo reduzir os limites ao Oiapoque.

1737 — Termina o terceiro assédio da Colônia do Sacramento, começado pelos espanhóis do rio da Prata a 3 de outubro de 1735. Durou, portanto, um ano e 11 meses. A praça foi defendida com muito brio pelo brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, e socorrida de tropas, víveres e munições por Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

1744 — Não se conhece o dia do nascimento de Tomás Antônio Gonzaga: este foi o dia do seu batismo, na cidade do Porto. Nascido acidentalmente na Europa, o poeta de Marília era filho de pai e mãe brasileiros, passou na América a melhor parte de sua vida e figurou nos conciliábulos de 1789 para a Independência do Brasil.

1806 — Ordem do dia do general Curado, datada do Passo do Rosário, autorizando os habitantes da fronteira a reunir-se em partidas de guerrilhas para atacar as forças de Artigas, fazer presas e vingar os insultos e os roubos.

1810 — Nasce na povoação do Cerrito, depois vila e cidade do Jaguarão, Rio Grande do Sul, Joaquim Caetano da Silva (ver 28 de fevereiro de 1873).

1866 — A esquadra continuou o bombardeamento começado na véspera. Quatro encouraçados adiantaram-se e bombardearam, pela primeira vez, a bateria de Curupaiti, defendida pelo general Díaz. Às 14h, o encouraçado *Rio de Janeiro* roçou em dois torpedos e foi submergido pela explosão: morreram o comandante Silvado, três outros oficiais e 50 praças, salvando-se a nado e nos escaleres e nas lanchas de alguns dos outros navios 62 homens. Às 15h, tinham desembarcado abaixo da Guardia del Palmar as tropas do general Porto Alegre. Eram 8.385 homens (710 de artilharia e pontoneiros, 4.141 de infantaria e

3.354 de cavalaria). O inimigo foi logo desalojado do Palmar, e neste primeiro combate tivemos uns 70 mortos e feridos (ver o dia seguinte).

3 DE SETEMBRO

1565 — Começa neste dia, na altura dos Açores, o combate entre o navio português *Santo Antônio* e um corsário francês. O *Santo Antônio* era navio mercante e tinha apenas duas peças. A defesa, dirigida por Jorge de Albuquerque Coelho, durou três dias. Afinal, foi o *Santo Antônio* tomado por abordagem e largado pelos vencedores dias depois, porque estava totalmente destroçado. Os tormentos e as privações que sofreram os tripulantes e passageiros, até que foram salvos por uma barca perto de Cascais, constam da *Relação do naufrágio que passou Jorge de Albuquerque Coelho*, escrita pelo piloto Afonso Luís, segundo o autor da *História geral do Brasil*, e até pouco tempo atrás atribuída ao poeta Bento Teixeira. Jorge de Albuquerque Coelho, que foi guerreiro ilustre e escritor, era pernambucano, e dele fizemos menção em outro lugar (ver 4 de agosto de 1578).

1624 — Os capitães Francisco Padilha, Antônio de Morais, Francisco Brandão e Antônio Machado derrotam um corpo de holandeses nos arredores de Salvador e são por esse feito armados cavaleiros pelo bispo dom Marcos Teixeira, que tinha então o governo das nossas tropas.

— No mesmo dia, os capitães Afonso Rodrigues Adorno e Pero de Campos abordam e tomam, em Itaparica, duas lanchas armadas com cinco rouqueiras.

1631 — Sai de Salvador a Armada hispano-portuguesa comandada por Oquendo (ver 12 de setembro).

1641 — Parte da então cidade da Paraíba para o interior uma expedição exploradora dirigida por Elias Herckman. Essa expedição seguiu ao longo do Mamanguape e chegou quase às nascentes do Araçagí.

1646 — *Capitulação do forte holandês do pontal de Nazaré.* Este forte, ao sul do cabo de Santo Agostinho, foi construído pelos holandeses em 1634, e era por eles chamado van der Dussen. Não deve ser confundido com o antigo forte português de Nazaré, situado no próprio cabo, onde os nossos fizeram honrosa defesa até 2 de julho de 1635, e que fora destruído no mesmo ano. O mestre de campo Martim Soares Moreno sitiava o pontal de Nazaré desde 15 de agosto. No dia 23, com a chegada do mestre de campo Vidal de Negreiros, apertou-se o sítio. O comandante holandês major Diederik Hoogstraeten, sem disparar um tiro, capitulou no dia 3 de setembro, tendo antes mandado aviso a Vidal de Negreiros para que atacasse o forte da Barra, que estava mal guarnecido. Com os dois fortes, ganhamos 13 canhões. Renderam-se, além de Hoogstraeten, 275 oficiais e soldados, que, quase todos, aconselhados por aquele, se puseram ao serviço de Portugal. A esse traidor conferiu o governador-geral do Brasil a patente de mestre de campo e o comando do terço de que fora chefe o honrado Luís Barbalho. Três holandeses preferiram ficar prisioneiros: foram eles Isaac Zweers, depois vice-almirante, Abrahão van Milligen e Johan Boockhusen. Um outro, Klaes Klaeszoon, em vez de imitar o digno procedimento desses três, anunciou-lhes que aceitava as proposições que lhe eram feitas, para poder mais facilmente voltar às suas bandeiras, e pouco depois realizou esse projeto, passando-se para o Recife com 63 soldados do Pontal. A data deste episódio da Guerra Holandesa no Brasil é a que fica indicada (domingo, 3 de setembro), segundo Calado (p. 242), e não 8 de setembro, como se lê em van den Broeck, já então prisioneiro. Rafael de Jesus não declara a data, e apenas diz que o acontecimento foi festejado na Várzea no dia 8. Nieuhoff publica cartas do dia 6, dirigidas por Soares Moreno a Teles da Silva e Serrão de Paiva, dando conta da capitulação.

— No mesmo dia da capitulação do pontal, o capitão Francisco Barreiros abordou e tomou um navio holandês, que entrou no porto do cabo de Santo Agostinho.

1759 — Alvará de dom José I declarando rebeldes e traidores os religiosos da Companhia de Jesus e expulsando-os de Portugal e seus domínios. Em execução deste alvará e da carta régia de 21 de julho, foram presos e expulsos os jesuítas então existentes no Brasil.

1839 — O major Clementino de Sousa Martins põe em debandada 300 rebeldes, que guarneciam o ponto de Santo Antônio (Guerra dos *Balaios*).

1843 — Chegam ao Rio de Janeiro as divisões navais brasileira e napolitana, que conduziam a imperatriz dona Teresa Cristina. O casamento tinha sido celebrado em Nápoles, no dia 30 de maio, sendo o imperador do Brasil representado pelo príncipe de Siracusa. O conselheiro José Alexandre Carneiro Leão, depois visconde de São Salvador de Campos, foi o embaixador extraordinário encarregado de receber e acompanhar a imperatriz.

1856 — Morre no Rio de Janeiro o ilustre estadista marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, nascido em Jacuí (Minas Gerais) no dia 11 de janeiro de 1801. Quando faleceu, era presidente do Conselho de Ministros no gabinete de 6 de setembro de 1853. Caxias, então ministro da Guerra, foi nomeado presidente do Conselho. Carneiro Leão foi eleito pela primeira vez deputado em 1830, e desde aí representou papel importante na nossa política. Em 1832, separando-se dos seus amigos, impediu que a Câmara dos Deputados se declarasse em convenção nacional para decretar reformas constitucionais (ver 30 de julho de 1832); em 1836 e 1837, concorreu para a formação do Partido Conservador e foi seu líder na Câmara até 1840; opôs-se à declaração da maioridade do jovem imperador, feita revolucionariamente pelo parlamento, e mostrou-se sempre estrênuo defensor da Constituição. Em 1842, entrou para o Senado, organizou o gabinete de 20 de janeiro de 1843 e demitiu-se no ano seguinte por divergência com o chefe do Estado; governou a província de Pernambuco em 1849, depois da guerra civil; foi, em 1851 e 1852, o representante político do governo imperial no rio da Prata, durante a guerra contra o ditador Rosas; e, finalmente, presidiu o gabinete de 6 de setembro de 1853, um dos mais notáveis que temos tido.

1864 — Nota do ministro dos Negócios Estrangeiros do Paraguai, confirmando o protesto de 30 de agosto contra a intervenção brasileira na República Oriental.

1866 — *Tomada de Curuzu pelo general barão de Porto Alegre (depois conde de Porto Alegre)*. No dia 2 começou o ataque do forte de Curuzu, onde o coronel Jiménez tinha 2.830 homens e 13 peças. Neste dia, 3, a posição foi levada de assalto, e com ela perderam os paraguaios toda a artilharia, três bandeiras, 832 mortos e prisioneiros, além de muitos feridos. As tropas brasileiras (2º corpo do Exército, 8.300 homens) tiveram 160 mortos e 628 feridos (a infantaria, 641 homens fora de combate; a cavalaria, 133; a artilharia e os pontoneiros, 14). Na véspera, a infantaria teve 12 mortos e uns 60 feridos. A perda no pessoal da esquadra, desde o dia 1º, consistiu de 57 mortos (53 no desastre do couraçado *Rio de Janeiro*) e 24 feridos. A tomada de Curuzu custou-nos, portanto, a perda de um couraçado e de 941 homens fora de combate. No mesmo dia, algumas forças brasileiras do acampamento de Tuiuti reconheceram as posições de Chichi e Sauce. Tivemos 11 homens fora de combate.

4 DE SETEMBRO

1504 — Carta de Américo Vespúcio a Soderini, em que descrevia as suas viagens e, entre elas, as duas que fizera ao Brasil. Foi publicada em abril de 1507. Antes desta, houve outra, dirigida a Lourenço de Medicis e publicada sem data no ano de 1504.

1639 — Carta-patente, assinada na Bahia pelo conde da Torre, nomeando Henrique Dias para cabo e governador dos crioulos, negros e mulatos que servem e adiante servirem nesta guerra e em todo o Brasil, e marcando-lhe o soldo mensal de 40 cruzados. Um cruzado daquele tempo equivalia a 3$432 no nosso atual padrão monetário. Quer isto dizer que o soldo mensal correspondia a 137$280 de hoje. Henrique Dias comandava, desde 1633, um corpo de soldados pretos e pardos, e contava, quando recebeu esta patente, seis anos de campanha e seis ferimentos. Até a terminação da guerra, recebeu mais dois ferimentos.

1769 — Nascimento de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, em Barcelos.

1825 — Bento Manuel Ribeiro, à frente de uma brigada de cavalaria,

destroça em Arbolito (Banda Oriental do Uruguai) o general Frutuoso Rivera. Com a notícia deste combate, o general Lavalleja levanta o assédio da Colônia e corre para o interior.

1834 — São presos em Cuiabá os cabeças da sedição de 30 de maio, autores da matança de portugueses e brasileiros adotivos (data de Leverger, *Revista do Instituto Histórico* de 1884, p. 371).

1843 — Desembarque da imperatriz dona Teresa Cristina, no Rio de Janeiro.

1850 — Lei estabelecendo medidas para a repressão do tráfico de africanos. Eusébio de Queiroz era ministro da Justiça e, executando inflexivelmente a lei contra os poderosos contrabandistas, pôs termo a esse vergonhoso comércio.

1851 — O general conde de Caxias (depois duque) entra no Estado Oriental, pela fronteira de Santana do Livramento, com 16 mil homens. Em marcha, da fronteira do Jaguarão, estavam mais quatro mil homens (general Santos Pereira), que haviam invadido precedentemente.

1871 — Começa no Senado a discussão do projeto para a abolição gradual da escravidão.

5 DE SETEMBRO

1501 — Capitulação feita pelo rei e pela rainha de Espanha com Vicente Yañez Pinzon, assinada em Granada, sobre certas ilhas e terra firme que esse navegador tinha descoberto no mar oceano, e a que pôs o nome de Santa Maria de la Consolación e Rostro Hermoso, e, seguindo a costa até o Rio Grande, que chamou de Santa Maria de la Mar Dulce, chegou até o cabo de San Vicente,etc.

1811 — O general Manuel Marques de Sousa (primeiro deste nome) ocupa o forte de Santa Teresa (Banda Oriental do Uruguai) e manda perseguir até Castilho e Rocha a força inimiga que abandonara essa posição.

1850 — Criação da província do Amazonas formada com a comarca do alto Amazonas, que pertencia à província do Pará. Essa comarca já havia formado, com o nome de São José do Rio Negro, uma capitania, depois província, distinta, da do Grão Pará.

1853 — Corre pela primeira vez uma locomotiva a vapor pelos trilhos de uma porção concluída da estrada de ferro de Mauá à serra da Estrela, percorrendo uma milha e três quartos (cerca de 3,24 km) em quatro minutos.

1880 — É assinado em Tientsin* o primeiro Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre a China e o Brasil. Esse tratado ficou prejudicado porque o governo imperial impôs algumas modificações ao seu texto, as quais foram depois obtidas, sendo substituído pelo de 3 de outubro de 1881.

6 DE SETEMBRO

1633 — Camarão e os capitães Antônio André e Estevão Álvares atacam o tenente-coronel holandês Byma, que ia em marcha, e obrigam-no a recolher-se, com grande perda, à vila de Iguaraçu.

1773 — Segundo o *Índice cronológico do Rio Grande do Sul* (pelo barão Homem de Melo), neste dia celebrou-se a primeira vereança na vila de Porto Alegre (ver 23 de agosto de 1808).

1822 — Canhoneiras e lanchões portugueses são repelidos depois de um combate com o forte de Itaparica. Uma canhoneira perdeu um mastro.

1824 — Pronunciamento popular, na cidade do Natal, contra a Confederação do Equador. O presidente da província, Tomás de Araújo Pereira, que auxiliara os revolucionários de Pernambuco, demite-se. Assume o governo o presidente da Câmara Municipal, Lourenço José

* Hoje, Tianjin. (N.E.)

de Morais Navarro, triunfando, assim, no Rio Grande do Norte, a causa da união nacional.

1837 — Toma assento no Senado o conselheiro Pedro de Araújo Lima, 13 dias depois, regente do Império e, mais tarde, marquês de Olinda.

1853 — Começa a governar o gabinete presidido pelo visconde, depois marquês de Paraná, que iniciou a política chamada de conciliação (1853-1858). Os outros membros do ministério eram: Pedreira (visconde de Bom Retiro), Nabuco de Araújo, Paranhos (visconde do Rio Branco), Limpo de Abreu (logo depois visconde de Abaeté) e o general Bellegarde. Os dois últimos deixaram o gabinete e tiveram por sucessores Wanderley (barão de Cotegipe) e general marquês (depois duque) de Caxias. A 3 de setembro de 1856, faleceu o marquês de Paraná, e Caxias foi nomeado presidente do Conselho.

1867 — Em São Solano, um destacamento de 57 guardas nacionais de cavalaria, sob o comando do capitão Chananéco, protegido por um banhado, resiste ao 21º regimento paraguaio de cavalaria, comandado pelo tenente-coronel Blas Montiel, que acabava de chegar da campanha do Apa. Acodem logo o general José Luís Mena Barreto e o coronel Fernandes Lima, com uns 700 homens de cavalaria, e o inimigo é destroçado e perseguido. A perda dos paraguaios foi de uns 160 mortos e prisioneiros. A nossa, de nove mortos e feridos.

1871 — Falecimento, no Rio de Janeiro, de Flávio Farnese, natural do Serro, companheiro de Lafaiete Rodrigues Pereira e de Pedro Luís na redação da *Atualidade*, folha liberal (1858-1864), e um dos fundadores do jornal *A República*, em 1870.

7 DE SETEMBRO

1502 — André Gonçalves e Américo Vespúcio chegam a Lisboa depois de terem feito a primeira exploração do litoral brasileiro, do cabo de São Roque a Cananéia.

1638 — Parte de Lisboa para o Brasil, com escala pelas ilhas do Cabo Verde, a armada do conde da Torre.

1710 — Os franceses da expedição comandada por François Du Clerc tentam um desembarque na vila da Ilha Grande, hoje cidade de Angra dos Reis, e, repelidos pelo capitão João Gonçalves Vieira, bombardeiam até o dia seguinte a povoação. É ferido nesse combate um jovem fidalgo francês, de Saint Amande.

1711 — *Combate de Garapu* (na Guerra Civil chamada dos *Mascates*, em Pernambuco). O exército dos partidários de Olinda, ao mando de Francisco Gil Ribeiro, ataca o dos partidários do Recife, comandado por Sebastião Pinheiro Camarão, e obriga-o a fugir à noite, passando a nado a lagoa de Garapu. Esse foi o último combate da guerra civil. O Recife continuou sitiado pelos olindistas, e, com a chegada do novo governador, a 8 de outubro, os partidos rivais depuseram as armas.

1722 — Morre na Bahia o arcebispo dessa diocese, dom Sebastião Monteiro da Vide, nascido em 1643 em Monforte, no Alentejo. Este prelado publicou, em 1707, as *Constituições do Arcebispado*, aprovadas pelo sínodo diocesano da Bahia, que foi o segundo reunido no Brasil. O primeiro sínodo brasileiro reuniu-se na mesma cidade no tempo do bispo dom Pedro Leitão, isto é, entre os anos de 1559 e 1575 (*História geral do Brasil*, I, 325).

1822 — *Proclamação da Independência do Brasil por dom Pedro, então príncipe regente do mesmo reino*. O príncipe voltava de Santos, quando, junto ao ribeiro Ipiranga, foi encontrado pelo sargento-mor de milícias Antônio Ramos Cordeiro e pelo correio Paulo Bregaro, que lhe entregaram cartas e ofícios da princesa real dona Leopoldina e do ministro José Bonifácio, transmitindo as notícias trazidas de Lisboa pelo navio *Três Corações*, que de lá partira a 3 de julho. Soube então dom Pedro que não seria aprovado pelas cortes o Ato Adicional à Constituição, proposto por Fernandes Pinheiro (depois visconde de São Leopoldo), Antônio Carlos, Vilela Barbosa (depois marquês de Paranaguá), Lino Coutinho e Araújo Lima (depois marquês de Olinda), relativo à organização particular e autonôma do Reino do Brasil com

um governo e um Congresso especiais. As cortes haviam declarado nulo e írrito o decreto do príncipe, convocando procuradores-gerais das províncias, a fim de mandar responsabilizar e processar o ministério do Rio de Janeiro e os membros da junta de São Paulo. Foram as notícias das decisões de que demos conta (diz o visconde de Porto Seguro, na sua *História da Independência*, manuscritos inéditos), tomadas em fim de junho pelas cortes, dos insultos atirados aos deputados brasileiros no recinto das mesmas cortes pelo público das galerias, e pela plebe nas ruas, que agora fizeram cogular todas as medidas. Tornava-se urgente responder a tais provocações, antes que os novos decretos chegassem transmitidos oficialmente. Dom Pedro não podia consentir que o seu primeiro-ministro fosse assim submetido a três ou quatro processos, por atos que haviam tido a sua aprovação, e que ele, príncipe, havia sido já o primeiro a justificar em cartas escritas a el-rei seu pai. Não podia admitir o início dessa era de perseguições e de castigos que as cortes queriam abrir no Brasil. Submeter-se a cumprir tais decretos seria desonrar-se, esquecendo o título que aceitara de Defensor Perpétuo do Brasil. Não era mais possível contemporizar, e, junto ao mesmo ribeiro Ipiranga, no meio daquelas vastas campinas vizinhas da primitiva Piratininga, de João Ramalho, lançou o brado de "Independência ou Morte!", que logo repercutiu em toda a extensão do território brasileiro. Assim, salvou dom Pedro o Brasil, e tornou possível a união de todas as províncias, pondo-se à frente do movimento separatista. Foi pelas 16h30 que dom Pedro proclamou a Independência. Com ele estavam, nesse momento, o padre Belchior Pinheiro de Oliveira, depois deputado à Constituinte, o secretário Luís de Saldanha da Gama (depois marquês de Taubaté), o secretário particular Francisco Gomes da Silva, o major Francisco de Castro Canto e Melo, o correio Paulo Bregaro, dois criados particulares (João Carlota e João Carvalho) e a guarda de honra, assim composta: comandante, coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo; segundo comandante, capitão-mor Manuel Marcondes de Oliveira e Melo (depois barão de Pindamonhangaba); sargento-mor Domingos Marcondes de Andrade, tenente Francisco Bueno Garcia Leme, Miguel de Godoy Moreira e Costa, Manuel de Godoy Moreira, Adriano Gomes Vieira de Almeida, Manuel Ribeiro do Amaral, Antônio Marcondes Homem de Melo, Benedito Correia Salgado (estes nove de Pindamonhangaba), Francisco Xavier de Almeida, Vicente da Costa Braga, Fernando Gomes

Nogueira, João José Lopes, Rodrigo Gomes Vieira, Bento Vieira de Moura (estes seis de Taubaté), Flávio Antônio de Melo (de Paraibuna), Salvador Leite Ferraz (de Mogi das Cruzes), José Monteiro dos Santos, Custódio Leme Barbosa (estes dois de Guaratinguetá), sargento-mor João Ferreira de Sousa (de Areias), Cassiano Gomes Nogueira, Floriano de Sá Rios, Joaquim José de Sousa Breves (estes três de São João Marcos), sargento-mor Antônio Ramos Cordeiro, que acompanhara o correio Bregaro, Antônio Pereira Leite, João da Rocha Correia, David Gomes Jardim (estes quatro de Resende), Eleutério Velho Bezerra e Antônio Luís da Cunha (ambos da cidade do Rio de Janeiro). O príncipe seguiu para a cidade de São Paulo, onde logo se espalhou notícia e começaram as demonstrações do entusiasmo popular.

— Algumas forças portuguesas, saídas de Salvador, tentam desembarcar no engenho de São João, e são repelidas por destacamentos das tropas estacionadas em Pirajá.

1836 — Primeira representação do *Olgiato*, de Gonçalves de Magalhães, no Rio de Janeiro.

1842 — Inauguração dos trabalhos de construção do Hospício de Pedro II, em razão da iniciativa e dos esforços de José Clemente Pereira.

1864 — O vapor de guerra oriental *Villa del Salto*, perseguido pela corveta brasileira *Jequitinhonha*, encalha perto de Paissandu e é incendiado pela própria guarnição.

1866 — Bombardeamento feito pelos paraguaios sobre a parte do acampamento de Tuiuti, ocupada pela divisão do general Argolo. Foi respondido pelas nossas baterias.

1867 — Ficam abertas, desde este dia, à navegação estrangeira, o rio Amazonas até a fronteira peruana, o Tocantins até Cametá, o Tapajós até Santarém, o rio Negro até Manaus, o Madeira até Borba, e o São Francisco até Penedo. O decreto imperial de 7 de dezembro de 1866, que adotou esta sábia providência, foi referendado pelo conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas, ministro da Agricultura, Comércio e Obras

Públicas no gabinete de 3 de agosto de 1866, presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos (ver 7 de dezembro de 1866).

1868 — Reconhecimento das baterias de Angustura pelo almirante Inhaúma. O encouraçado *Silvado,* do comandante José da Costa Azevedo (barão do Ladário), forçou duas vezes a passagem dessas baterias, subindo e descendo o rio. Três oficiais do *Silvado* foram feridos.

1877 — Inauguração da estrada de ferro Leopoldina.

1880 — Inauguração do parque da Aclamação no Rio de Janeiro, em razão da inteligente iniciativa do conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, quando ministro do Império no gabinete de 7 de março de 1871.

1889 — Tratado de Arbitramento, assinado em Buenos Aires, para a pronta solução das controvérsias de fronteiras entre o Brasil e a República Argentina, por decisão do presidente dos Estados Unidos da América do Norte.

8 DE SETEMBRO

1558 — Diogo de Moura, que escapou do desastre de Cricaré (22 de maio) e que chegou com os derrotados ao Espírito Santo, vence os índios que cercavam a Vila Nova. Esta povoação ficou tendo desde aí o nome de Vitória.

1633 — O capitão Francisco de Almeida Mascarenhas ataca no Jaguari, vulgo Maria Farinha, o coronel von Schkoppe, obriga-o a pôr-se em retirada e persegue-o até Iguaraçu. Já perto dessa vila, é morto Almeida Mascarenhas, assumindo então o comando o capitão Francisco Duarte. Durante a noite, os holandeses passam-se furtivamente para a ilha de Itamaracá. Henrique Dias recebe o seu segundo ferimento nesse combate.

— No mesmo dia, o capitão João Pais de Melo repele um ataque dos holandeses na barra da Jangada.

1743 e 1765 — No ano de 1743, nasceu neste dia, em Campos, Azeredo Coutinho, bispo de Pernambuco e depois bispo de Elvas (ver 12 de setembro de 1821); no ano de 1765, em São João d'el-Rei, Nogueira da Gama, depois marquês de Baependi (ver 15 de fevereiro de 1847).

1770 — O tenente Cândido Xavier de Oliveira e Sousa (depois general) começa a exploração dos campos de Guarapuava, já percorridos no século XVII pelos bandeirantes paulistas. No ano seguinte, são esses campos ocupados por outra expedição, sob o comando de Afonso Botelho de Sampaio.

1796 — Nascimento do poeta José da Natividade Saldanha, em Pernambuco.

1836 — Falecimento, no Rio de Janeiro, do senador marquês de Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos, um dos redatores da Constituição de 1824, por vezes ministro de Estado no reinado de dom Pedro I e membro da regência provisória, depois da abdicação. Nasceu na Bahia a 4 de março de 1768.

1855 — É morto no assalto e na tomada de Malakoff o tenente do 1º regimento de zuavos franceses Edmundo de Villeneuve, natural do Rio de Janeiro, primeiro oficial que penetrou naquela posição. Apesar de ferido dias antes, quis tomar parte nesse assalto. Era irmão do atual conde de Villeneuve, ultimamente ministro do Brasil na Bélgica.

1856 — Morre no Rio de Janeiro o senador marquês de Valença, Estevão Ribeiro de Resende, nascido em São João d'el-Rei a 20 de julho de 1777.

9 DE SETEMBRO

1645 — *Combate naval de Tamandaré* (entre a esquadra portuguesa do capitão-mor Jerônimo Serrão de Paiva, que nesse porto desembarcou no dia 28 de julho as tropas baianas, e a esquadra holandesa do almirante

Lichthardt). A primeira, protegida por duas baterias construídas em terra, compunha-se de sete navios maiores e de patachos armados em guerra, na Bahia, e de três caravelas e de quatro barcaças; a segunda era formada pelos navios *Uytrecht*, *Ter Veer*, *Zeelandia*, *Overyssel*, *Zouterlandia* e *Rhee*, pela charrua *Leyden*, pelos iates *Eenhoorn* (a tradução é *Unicorne*, e não a que dá Porto Seguro) e *Spreeuw*, além de algumas barcaças. A capitânea portuguesa foi tomada por abordagem, ficando Serrão de Paiva ferido e prisioneiro. Duas embarcações maiores e duas caravelas, que encalharam, puderam ser defendidas pelos fogos das baterias de terra; o navio conseguiu romper por entre o inimigo e chegar a Salvador com a notícia da derrota; duas foram incendiadas pelos holandeses e três levadas por eles para o Recife. Serrão de Paiva era coronel de ordenanças e tinha o título de capitão-mor da armada, isto é, comandante da esquadra.

1647 — Morre, em viagem do Recife para a Holanda (partida a 28 de agosto), o almirante Joost van Trappen Banckert. Seu cadáver, conduzido até a terra natal, foi sepultado na principal igreja de Flessinga.

1820 — O município de Lages é desanexado da capitania de São Paulo e incorporado à de Santa Catarina.

1827 — Um pequeno corsário argentino, o *Profeta Bandarra*, do comandante Cesar Fournier, perseguido pela canhoneira *Leal Paulistana*, do comandante Antônio Carlos Ferreira, lança-se sobre a costa de Maldonado e naufraga. A guarnição salvou-se.

10 DE SETEMBRO

1611 — Lei de dom Filipe III reconhecendo, em princípio, a liberdade dos índios, mas declarando legítimo o cativeiro dos que fossem aprisionados em justa guerra ou dos que fossem resgatados quando cativos de antropófagos. Muitas e contraditórias foram as decisões sobre a questão da liberdade dos indígenas. A lei de 6 de junho de 1755 acabou com o cativeiro dos índios no Brasil, mas as cartas régias de 13 de maio, de 5 de novembro e de 2 de dezembro de 1808, autorizando a guerra

contra os de São Paulo e de Minas, determinaram que os prisioneiros ficassem em servidão por 15 anos. Finalmente, a lei de 27 de outubro de 1831 revogou estas cartas régias, libertou todos os índios que deviam ainda prestar serviços e colocou-os sob a proteção dos juízes de órfãos.

1633 — Chega ao arraial a notícia de haver entrado na Paraíba o capitão Francisco de Souto Maior, com dois navios em que trazia 70 soldados, tendo, antes de entrar naquela barra, pelejado com três navios inimigos, e somente com o seu, porque o outro não tinha artilharia (Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*).

1640 — O mestre de campo (coronel) Luís Barbalho Bezerra ataca, às 6h um forte holandês no rio Real e toma-o às 13h. Os cronistas portugueses, muito omissos sobre os acontecimentos de 1639 a 1644, não dão notícia dessa vitória. Segundo um documento da Biblioteca Nacional de Madri (*Sección de Ms. H*, 23, fls. 600 e 601), Luís Barbalho teve 80 mortos, além de feridos, cujo número não é indicado, mas que deviam ser uns 200, a julgar pelo total de mortos, sendo, portanto, este um dos combates mais sangrentos da guerra contra os holandeses. Parece que a guarnição inimiga foi passada a espada, pois esse documento diz que ficaram mortos 800 homens, algarismo sem dúvida muito exagerado. Por outros documentos que se guardam na Holanda, sabe-se que Luís Barbalho tinha às suas ordens uns 1.200 homens, com Martim Soares Moreno, Camarão, Vidal de Negreiros, João Lopes Barbalho, João de Magalhães, dom Francisco de Moura e outros.

1765 — Alvará permitindo aos navios portugueses navegarem livremente entre Portugal e Brasil, ficando isentos da obrigação de só o fazerem reunidos em frota.

1808 — Começa a ser publicada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, impressa na Impressão Régia. A 14 de novembro de 1822, estampou pela primeira vez as Armas brasileiras; a 31 de dezembro do mesmo ano deixou de circular, substituída pelo *Diário do Governo*.

1824 — O chefe de divisão David Jewett chega ao Lamarão do Recife com duas fragatas e um brigue, reunindo-se à divisão de bloqueio

que ali deixara lorde Cochrane (uma fragata, uma corveta e uma escuna). Jewett assumiu o comando da força naval (ver 12 de setembro).

1825 — Toma posse da presidência da província de Mato Grosso José Saturnino da Costa Pereira, o primeiro que exerceu o cargo na província.

1827 — O corsário argentino *Rápido*, do comandante José Maria Pinedo, é apresado pela fragata *Paula*, em que ia o chefe de divisão Diogo Jorge de Brito.

1836 — O coronel Silva Tavares, depois visconde de Serro Alegre, é derrotado no Seival por Antônio Neto, um dos caudilhos da revolução rio-grandense. Um corpo de orientais, ao mando de Calengo, oficial do partido de Oribe, combateu em favor de Neto. Foi neste combate que o então major Caldwell perdeu um braço.

1837 — O coronel Bento Gonçalves da Silva foge do forte do Mar (Salvador), onde estava prisioneiro, e volta a tomar a direção dos revolucionários rio-grandenses. Durante a sua ausência, tinham estes proclamado a república e a independência do Rio Grande do Sul.

1839 — O major Falcão, a pouca distância do Itapicuru, bate as forças rebeldes do caudilho Raimundo Gomes.

1840 — O major Ernesto Emiliano de Medeiros derrota em Mata Grande os rebeldes do caudilho Gavião.

1862 — Morre em Assunção, Paraguai, o ditador Carlos López, que em testamento deixou o governo a seu filho Francisco Solano López.

1865 — O general Mitre, presidente da República Argentina, e o conselheiro Ferraz, nosso ministro da Guerra chegam ao acampamento dos aliados diante de Uruguaiana.

1872 — Morre na cidade da Bahia o senador Francisco Gonçalves Martins, visconde de São Lourenço, nascido em Rio Fundo a 12 de março de 1807, um dos melhores administradores que teve a Bahia e

chefe durante muitos anos do Partido Conservador naquela província. Sob os seus auspícios apareceram na política Zacarias de Góis e Vasconcelos, Nabuco e outros homens de talento, que foram dos mais ilustres estadistas de nossa terra. Por isso, dizia muitos anos depois, no Senado, o velho visconde de São Lourenço que ele tinha sabido criar águias. Por ocasião das revoltas de 1837, na Bahia, e de 1848, em Pernambuco, prestou relevantes serviços, concorrendo poderosamente para a vitória da lei. Ligou o seu nome a muitos dos melhoramentos introduzidos na Bahia e foi ministro do Império no gabinete Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí), de 11 de maio de 1852.

11 DE SETEMBRO

1589 — A ilha das Cobras chamava-se ainda, em 1587, ilha da Madeira "por se tirar dela muita", diz Gabriel Soares. Alguns cronistas acrescentam que pertencia a um oleiro, João Gutierres, e que, a 11 de setembro de 1589, foi arrematada em praça pública de ausentes pelo mosteiro de São Bento. Pelos dois primeiros frades beneditinos chegados ao Rio de Janeiro em 1581 (frei Pedro Ferraz e frei João Porcalho) poderia ter sido arrematada, mas não pelo mosteiro, que ainda não existia. Esses dois religiosos ocupavam então provisoriamente a capela de Nossa Senhora do Ó, no lugar em que foi construído depois o convento do Carmo, depois dependência do paço da Cidade. Só a 25 de março de 1590 obtiveram por doação o "outeiro da ermida da Conceição, edificada por Aleixo Manuel, o velho", e aí levantaram o mosteiro de São Bento, que deu nova denominação ao morro. A primeira notícia certa que temos da ocupação da ilha das Cobras remonta ao primeiro governo do general Sá e Benevides, que aí fez construir o pequeno forte de Santa Margarida, terminado em março de 1641 (*Revista do Instituto*, V, 324). Foi seu primeiro comandante o capitão Artur de Sá. Em 1711, por ocasião do ataque de Duguay-Trouin, havia na ilha o mesmo forte de Santa Margarida com oito peças de ferro e um bateria de quatro peças do mesmo metal (*Gazette de France*, nº 9, de 1712). Comandava a ilha o capitão Diogo Barbosa Leitão (ver 12 de setembro de 1711). Em 1718, o forte tinha 26 peças; e o mesmo número em 1735. No ano seguinte, o ilustre brigadeiro José da Silva Pais deu a planta para a nova fortaleza de São José, cuja construção só ficou terminada em 1761.

1645 — Francisco Gomes de Melo, à frente dos voluntários paraibanos e de algumas tropas de Pernambuco, derrota, no campo do Inhobim, o governador holandês da Paraíba, Paulo de Linge. O inimigo teve, neste combate, 77 mortos. Segundo o mapa de Marcgrav, o Inhobim é um pequeno afluente da margem esquerda do Paraíba.

1646 — Fernandes Vieira dirige, nesta data, uma carta a vários negociantes do Recife, exagerando o número das forças brasileiras e mostrando-se disposto a combater, até a última extremidade, a dominação holandesa. "Alegais [dizia ele] que somos vassalos da companhia; no entanto, quando houve jamais povo conquistado, tratado como vós, pior que os mais vis escravos? Quebramos as nossas cadeias e nenhuma obediência vos devemos mais. Se não fora a esperança, que tínhamos, de que chegaria essa oportunidade, há muito que teríamos implorado o auxílio do rei da Espanha ou da França, e, se eles não quisessem saber de nós, teríamos recorrido aos turcos e mouros... Não vos iludais, que não foi feito para vós o Brasil. Deus há de proteger as nossas armas, e, se morrermos perderemos as vidas em defesa da nossa santa religião e da liberdade [...]" É a esta carta, publicada por Nieuhoff (p. 112), que alguns cronistas modernos deram o nome de proclamação e a data de 23 de setembro.

1689 — Chega a Belém, descendo da missão espanhola de São Joaquim dos Omáguas, o jesuíta padre Samuel Fritz.

1710 — Os franceses, comandados pelo capitão de fragata François Du Clerc, desembarcam na praia de Guaratiba e marcham para a cidade do Rio de Janeiro (ver 19 de setembro).

1822 — Onze lanchões portugueses tentam desembarcar em Itaparica. São repelidos por Antônio de Sousa Lima, à frente de 50 atiradores.

1823 — Morre em Kensington, em Londres, o redator e fundador do *Correio Braziliense*, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, nascido na Colônia do Sacramento a 13 de agosto de 1774.

1827 — O brigue brasileiro *Cacique*, comandando pelo capitão de fragata George Manson, é tomado, na altura de Pernambuco, pelo

brigue corsário argentino *General Brandzen*, do comandante De Kay. O *Cacique* saíra ao encontro do corsário; no entanto, no meio do combate, levantaram-se os marinheiros estrangeiros e tornaram, assim, impossível a resistência à abordagem do inimigo. Este corsário foi destruído no ano seguinte pelo chefe brasileiro Norton (ver 16 de junho de 1828).

1840 — Os postos de Conceição e Estanhado, defendidos pelo tenente-coronel João Rebelo Cardoso, são atacados por 400 rebeldes, que desistem, afinal, da ação em razão da aproximação da brigada do major Sousa Mendes. Os rebeldes eram comandados por Gavião, Coco, Tempestade e outros caudilhos. No mesmo dia, o major Damásio Pinto da Veiga repele, em Frecheiras, o caudilho Domingos Ferreira de Veras. Depois, vai acudir ao posto do Rodeio, atacado por 300 pretos dirigidos por Cosme e Pinto Silva. Este combate terminou no dia 12, sendo os pretos repelidos até às matas do Mutum.

1846 — Morre no Rio de Janeiro o senador marquês de Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa, estadista e poeta, nascido na mesma cidade a 20 de novembro de 1769. Nas cortes de Lisboa, foi valente defensor dos direitos do Brasil; em sua terra natal, ocupou o cargo de ministro de Estado em quadras sumamente difíceis (de 10 de novembro de 1822 a 16 de janeiro de 1827, de 4 de dezembro de 1829 a 19 de março de 1831, de 5 a 7 de abril de 1831, de 23 de março de 1841 a 20 de janeiro de 1843). No seu primeiro ministério, dissolveu a Constituinte, promoveu a redação e o juramento da Constituição, restabeleceu a ordem nas províncias do norte, onde havia sido proclamada a Confederação do Equador, organizou o Império, obteve o reconhecimento da Independência pela antiga metrópole e aumentou com muito empenho as nossas forças navais. No seu terceiro e curto ministério, assistiu a revolução de 7 de abril de 1831. No quarto ministério, teve de dominar as rebeliões de São Paulo e de Minas, e reuniu os elementos necessários para a pacificação do Rio Grande do Sul. Em 1840, concorreu poderosamente para a proclamação da maioridade do imperador dom Pedro II.

1851 — O barão de Jacuí ataca e dispersa, meia légua (cerca de 3,3 km) ao norte do Cerro Largo, a divisão do coronel Dionísio, coronel das tropas do general Oribe.

1865 — O imperador dom Pedro II chega ao acampamento dos aliados diante de Uruguaiana. Já ali se achavam os generais Mitre e Flores, presidente da República Argentina e Oriental do Uruguai, o ministro da Guerra brasileiro, Ferraz, o tenente-general Porto Alegre, comandante em chefe do Exeécito brasileiro do Rio Grande do Sul, e o almirante Tamandaré. Acompanhavam o imperador, como ajudantes de campo, o marechal Caxias e o tenente-general Cabral, depois barão de Itapagipe.

1880 — O maestro Carlos Gomes, de regresso à pátria, recebe em São Paulo entusiástica ovação.

1881 — Realiza-se com grande festa a experiência da parte em tráfego da estrada de ferro do Rio Bonito a Capivari (Rio de Janeiro).

12 DE SETEMBRO

1631 — *Batalha naval dos Abrolhos* (entre a esquadra hispano-portuguesa, ou, como então se dizia, a armada do general dom Antonio de Oquendo, almirante do mar oceano, e a esquadra holandesa do general Adriaen Janszoon Pater). A primeira, saída da Bahia, no dia 3, compunha-se de 20 navios de guerra, ou armados em guerra, com 439 peças (a relação em J. de Laet, transcrita por Netscher, tem alguns erros). Eram 12 galeões espanhóis e cinco portugueses, uma urca e dois patachos espanhóis, levando em sua conserva 24 navios carregados de açúcar, que iam para a Europa, e 12 caravelas. Estas últimas transportavam 1.200 portugueses, espanhóis e napolitanos, sob o comando do então mestre de campo conde de Bagnuoli, destinados a reforçar as nossas tropas de Pernambuco e da Paraíba. A esquadra holandesa compunha-se de 16 navios armados de 472 peças (13 naus e três patachos). Desviada do seu rumo por ventos contrários, foi a frota de Oquendo caindo para o sul e, na manhã de 12 de setembro, estava oito léguas a leste dos Abrolhos, pelo paralelo de 18º, quando a barlavento surgiu a esquadra de Pater. Às 9h, começou a batalha, que durou até o anoitecer, retirando-se então os holandeses, já sob o comando do almirante Marten Thijszoon, que sucedera ao general Pater, morto durante esta jornada,

que foi o mais sangrento conflito travado nos mares do Brasil. Oquendo repeliu o ataque do inimigo e ficou senhor das águas da batalha. Foi, portanto, o vencedor, embora os seus navios ficassem quase tão destroçados quanto os contrários. Perderam os holandeses duas das suas melhores naus, ambas incendiadas, montando ao todo 84 canhões (a capitânea *Prins Willem* e a *Provintie van Uytrecht*); e Oquendo, três navios com 66 canhões (*Santo Antônio de Pádua,* espanhol, e *Prazeres Menor*, português, que foram a pique, e *San Buena Ventura*, espanhol, capturado). No pessoal, foi a perda dos holandeses de 750 mortos, mais de 350 feridos e alguns prisioneiros; a dos seus adversários, de 800 mortos e prisioneiros e de 400 feridos. O almirante espanhol Francisco de Valezilla, gravemente ferido, pereceu, afundando-se com os destroços do *Santo Antônio de Pádua* (700 toneladas, 28 peças), que sustentara um terrível combate contra a *Vereenighde Provintien,* do almirante Thijszoon (800 toneladas, 50 peças), e a *Provintie van Uytrecht* (600 toneladas, 38 peças). O *Santiago do Leste*, de 900 toneladas e de 44 peças, em que tinha seu pavilhão o general Oquendo, bateu-se contra a *Prins Willem* (mil toneladas, 46 peças) e a *Walcheren* (560 toneladas, 34 peças). Uma abordagem do galeão português *Prazeres Menor* (305 toneladas, 18 peças) contra o *Walcheren* foi repelida, e, ficando aquele navio à matroca, atravessou-se nas proas dos três, que combatiam atracados, e foi a pique com o choque das arfadas desses navios. O comandante do *Prazeres Menor*, Cosme do Couto Barbosa, ficou prisioneiro. O general Pater morreu afogado, não tendo querido salvar-se nas caravelas do conde de Bagnuoli, que recolheram muitos homens das guarnições do *Prins Willem* e da *Provintie van Uytrecht.*

1711 — A esquadra francesa de Duguay-Trouin, favorecida por um nevoeiro, aproxima-se, sem ser vista, da barra do Rio de Janeiro e força a entrada. Compunha-se de 17 navios, montando 740 peças e alguns morteiros, com 5.764 marinheiros e soldados. As fortalezas e as baterias da barra, a de Villegaignon e seis navios de guerra, ou armados em guerra, disputaram a passagem, na qual Duguay-Trouin teve 300 homens fora de combate, sendo 80 mortos. A bateria de Villegaignon ficou destruída por uma explosão, em que pereceram os capitães Manuel Ferreira Estrela, João Pinto de Castro Morais e um capitão de artilharia, além de trinta e tantos inferiores e soldados, e ficaram

feridos 60 oficiais e praças (*História gen*., VIII, 127). A esquadra francesa foi fundear na Armação. Pela exposição do governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Morais, e de outros documentos inéditos da devassa a que se procedeu, vê-se que os navios portugueses do sargento-mor de batalha do mar, Gaspar da Costa de Ataíde, não estavam postados entre Santa Cruz e em Boa Viagem, como foram representados na planta de A. Coquart (*Mems. de Duguay-Trouin*), reproduzida, com ligeiras variantes, na *História geral do Brasil*, do visconde de Porto Seguro. Esses navios se achavam entre Villegaignon e a cidade, tendo a maior parte das guarnições, com o general Costa de Ataíde, em terra, no trabalho da construção de trincheiras. Os nossos cronistas e historiadores exageraram muito as forças de que dispunha o governador (ver 29 de agosto de 1711). Eis a relação exata dos fortes e baterias, segundo os documentos oficiais portugueses. Na entrada da barra: bateria da praia de Fora, seis canhões de ferro; bateria da Praia Vermelha, 12; fortaleza de Santa Cruz, comandada pelo sargento-mor Miguel Alves Pereira, 44 canhões, seis dos quais de bronze; fortaleza de São João (compreendendo as baterias de São Martinho, São Diogo, São José e São Teodósio), comandada pelo sargento-mor Antônio Soares de Azevedo, 30 canhões, sendo oito de bronze (estas baterias não fizeram fogo porque o comandante tinha licenciado a sua gente). No porto: bateria de Villegaignon, comandada pelo capitão Manuel Ferreira Estrela, 20 canhões de ferro; bateria da Boa Viagem, 10 (a bateria de Gravatá já existia, mas estava desarmada); forte e bateria da ilha das Cobras, capitão Diogo Barbosa Leitão, 12. Na cidade e seus arredores: forte de São Sebastião, capitão José Correia de Castro, cinco; reduto de São Januário, 11; reduto de Santa Luzia, cinco (todos os três no morro do Castelo); forte de Santiago, também chamado da ponta da Misericórdia ou do Calabouço, um; trincheiras do morro de São Bento, oito canhões; reduto da Prainha, sem artilharia. No morro da Conceição havia um entrincheiramento sem artilharia, para proteger a residência do bispo. Do lado de terra, corria uma trincheira, não de todo acabada, desde a lagoa de Santo Antônio ou do Boqueirão, no atual largo da Carioca, até a Prainha, ao longo do fosso, que já existia no ano anterior (ver 19 de setembro de 1710). Nessas trincheiras, não havia peças. Assim, o número total de bocas de fogo, nos fortes, nas baterias e nas trincheiras, era de 174, sendo apenas 14 de bronze. Em vez de

10 mil homens de linha e de cinco mil milicianos, de que fala Porto Seguro, iludido pelas declarações de Duguay-Trouin (nunca houve em tempo algum, antes da Independência, 10 mil homens de linha reunidos em um só ponto do nosso território), só tinha o governador 2.720 homens, 650 dos quais, incluindo todos os artilheiros, ocupavam os fortes e as baterias da barra e do porto. Dividiam-se assim: Tropa regular: terço velho e terço novo de infantaria do Rio de Janeiro, 590 homens (mestre de campo Francisco Xavier de Castro Morais e João de Paiva Souto Maior), e o terço da Colônia do Sacramento, 300 homens (sargento-mor Domingos Henriques); artilheiros, 50. Milícias: regimento da nobreza e privilegiados, 550 homens (coronel Manuel Correia Vasques), dois regimentos de ordenanças, 780 homens (coronéis Baltasar de Abreu Cardoso e Crispim da Cunha). Tropas de Marinha (do regimento da Armada e do regimento da Junta de Comércio), 400 homens desembarcados dos navios. A força naval constava apenas da nau capitânea, cujo nome nos não é conhecido, da *São Boaventura* (comandante Gillet du Bocage, avô do grande poeta), da *Barroquinha* (comandante Amaro José de Mendonça) e da *Prazeres*. Esta última pertencia à Junta do Comércio; as outras três, à Marinha Real; montavam, ao todo, uns 130 canhões. Havia ainda dois navios mercantes ingleses, que tinham algumas peças. Não podendo resistir à poderosa esquadra de Duguay-Trouin, ordenou Costa de Ataíde o incêndio dos seis navios, que, largando as amarras, tinham ido encalhar na ponta da Misericórdia, na ilha das Cobras, e junto a São Bento. Na manhã de 13, o cavaleiro de Goyon, à frente de 500 homens, apoderou-se da ilha das Cobras, cujo comandante, debalde, havia pedido reforços; no dia seguinte, Duguay-Trouin, desembarcando na praia de São Diogo com 3.800 homens, ocupou sem resistência as alturas de São Diogo, Providência e Livramento, e fez estabelecer na ilha das Cobras e no morro do Pina, hoje Saúde, baterias, que abriram fogo contra as trincheiras de São Bento e o forte de São Sebastião. Na ilha das Cobras tinham os franceses cinco morteiros e 18 canhões, e no morro da Saúde 10 canhões e quatro morteiros. Os documentos da Alçada mostram que Castro Morais só podia responder ao fogo desses 37 canhões e morteiros, e ao da esquadra, com as oito peças de São Bento, as cinco do forte de São Sebastião e uma do de Santiago. Os outros fortes e baterias ficavam muito distantes, e nenhum préstimo

tinham para a defesa da cidade. Ocupadas pelo inimigo as alturas de São Diogo à Conceição, assim como a ilha das Cobras, a cidade podia ser facilmente destruída, e estava de fato perdida. Ainda assim, as baterias improvisadas em São Bento sustentaram fogo continuado até o dia 20, sob a direção do sargento-mor de batalha do mar, que tinha às suas ordens o capitão de mar e guerra Gillet du Bocage. Nos dias 17 e 18 houve pequenos combates, fora das trincheiras, e no dia 20 (ver essas datas), começado o bombardeamento, o governador ordenou, à noite, a evacuação da cidade, que contava então 12 mil habitantes.

1816 — O furriel Atanásio Lopes e 13 milicianos, entrincheirados na casa da estância de São João Velho, recusam-se render-se ao coronel Andrés Artigas, que invadira o nosso distrito de Missões pelo Passo de Itaqui. Morrem todos combatendo.

1821 — Falece em Lisboa o bispo de Elvas, o ilustre economista dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que fora bispo de Pernambuco e que era então um dos deputados do Rio de Janeiro às Cortes Constituintes da nação portuguesa. Nasceu em Campos dos Goitacás, a 8 de setembro de 1743.

1823 — A fragata *Niterói*, do comandante Taylor, depois de ter cruzado a entrada do Tejo, começa neste dia sua viagem de regresso para o Brasil. A *Niterói* foi o único navio brasileiro que, por ordem de lorde Cochrane, seguiu até a Europa a esquadra portuguesa, saída da Bahia no dia 2 de julho.

1824 — O general Francisco de Lima e Silva, comandante em chefe das tropas imperiais em operações na província de Pernambuco, partindo do engenho Suaçuna, ilude, por uma hábil marcha de flanco, as forças dos revolucionários comandadas pelo coronel Barros Falcão, que o esperavam na ponte dos Carvalhos, sobre o Jaboatão. Desaloja do engenho Santana a extrema direita do inimigo, avança aceleradamente para o Recife e apodera-se da ponte de Motocolombó, do forte das Cinco Pontas, do bairro de Santo Antônio e da ponte da Boa Vista (16h). A ponte do Recife tinha sido cortada, ocupando outras tropas da revolução esse bairro e os fortes do Brum, Buraco e Picão. Pelas 17h, Barros Falcão ataca a ponte de

Motocolombó, em Afogados, e é repelido. O chefe da rebelião, Manuel de Carvalho Pais de Andrade, meteu-se, à noite, em uma jangada e foi asilar-se a bordo da fragata inglesa *Tweed*. As forças do general Lima constavam de três batalhões de caçadores do Rio de Janeiro, quatro de Pernambuco e dois de Alagoas, de um corpo de cavalaria e de outro de artilharia de Pernambuco, e de um esquadrão de cavalaria do Rio (ver os dias seguintes).

1831 — Nascimento do poeta Álvares de Azevedo (Manuel Antônio), na cidade de São Paulo. Faleceu no Rio de Janeiro a 25 de abril de 1852.

1836 — A revolução rio-grandense começara a 20 de setembro de 1835. Nesta data, Antônio de Sousa Neto, acampado no Jaguarão, proclamou a República e a independência da província, mas a proclamação solene só foi feita em Piratini, no dia 6 de novembro.

1839 — O major Manuel Clementino de Sousa Martins derrota os *Balaios* em Santa Rita, tomando-lhes duas peças.

1854 — Decreto criando o Instituto dos Meninos Cegos. Este decreto foi referendado pelo ministro Pedreira, depois visconde de Bom Retiro. Quatro dias depois, foi inaugurado o estabelecimento.

1866 — Entrevistas dos generais Mitre e Flores com o ditador Solano López, em Jataiti Corá. O general brasileiro Polidoro Jordão não quis assistir à conferência.

1877 — Inauguração do engenho central de Quissamã, primeiro fundado no Brasil, por iniciativa do barão (depois conde) de Araruama.

13 DE SETEMBRO

1598 — Falecimento de Filipe II de Castela.

1632 — O prelado do Rio de Janeiro, Lourenço de Mendonça, descobre um barril de pólvora embaixo de sua cama, com mecha que

ia até a rua. Esse atentado foi atribuído aos negociantes de escravos índios, irritados contra a oposição do prelado.

1685 — Portaria de João da Cunha Souto Maior, governador de Pernambuco, mandando abrir assento de soldado pago à imagem de Santo Antônio, do convento do Recife. Em 30 de abril de 1717, o rei dom João V confirmou o posto de tenente, conferido pelo governador dom Lourenço de Almeida ao mesmo santo. Também o Santo Antônio do convento do Rio de Janeiro começou por ter praça de soldado, e foi promovido a capitão, no dia 18 de setembro de 1710, pelo governador Francisco de Castro Morais, quando Du Clerc marchava contra a cidade.

1711 — Ocupação da ilha das Cobras por 500 franceses comandados pelo cavaleiro de Goyon (ver 12 de setembro).

1715 — Auto da fundação do Presídio, então indevidamente chamado Fecho dos Morros, à margem direita do Paraguai, e logo depois denominado Nova Coimbra. Em vez de ocupar o Fecho dos Morros, mais abaixo, como ordenara o governador Luís Cáceres, o capitão Matias Ribeiro da Costa levantou uma estrada de 1.300 metros no lugar em que se começou, no ano de 1797, a construção do forte de Nova Coimbra.

1802 — Nascimento de Joaquim José Rodrigues Torres, ilustre na nossa história política com o nome de visconde de Itaboraí. Nasceu no Porto das Caixas, e faleceu a 8 de janeiro de 1872, na capital do Império.

1824 — Continua o combate de artilharia e fuzilaria entre as tropas imperiais do general Francisco de Lima e Silva, postadas na ilha de Santo Antônio, e as da insurreição pernambucana, entrincheiradas no bairro de Recife, apoiadas pelo fogo dos fortes do Brum e do Buraco e pelo brigue-escuna *Independência ou Morte*. Além desse navio, tinham os revolucionários, do lado do mar, uma galera armada e um brigue, que, com os dois mencionados fortes e o do Picão, responderam ao fogo das fragatas *Piranga* (chefe de divisão Jewett) e *Niterói* (comandante Norton). As tropas do coronel José de Barros Falcão de Lacerda,

repelidas na véspera, em Motocolombó, tentaram neste dia entrar na cidade pela ponte da Boa Vista e sofreram nova repulsa, depois de sangrento combate, retirando-se para Olinda (ver 14 de setembro).

1827 — Combate, à noite, na altura das Alcatrazes, entre o brigue *Pampeiro* (16 bocas de fogo, comandante Pedro Ferreira de Oliveira) e a escuna-corsária *Triunfo Argentino* (10 bocas de fogo, comandante Villiard). Este corsário, armado em Buenos Aires, era tripulado por franceses. Depois de vivo combate, fugiu a remos, favorecido pela cerração.

1830 — Falece no convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, o célebre pregador frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, nascido na mesma cidade em agosto de 1778. "Oh Deus! Tu conheces que o meu interesse sobre a glória do Brasil não nasce de pretensões nem de vistas particulares", disse o grande orador em um sermão pregado a 7 de março de 1822 na capela real. Entre os seus sermões mais eloquentes figuram os que pregou em 13 de outubro e em 1º de dezembro de 1822, na Capela Imperial, e a oração fúnebre no primeiro aniversário da morte da imperatriz dona Leopoldina. frei Francisco de Sampaio foi um dos colaboradores da nossa Independência política e, por alguns anos, escreveu em jornais do Rio de Janeiro.

1831 — Sedição militar e popular em São Luís do Maranhão. O presidente, Araújo Viana, depois marquês de Sapucaí, viu-se obrigado a transigir com os sediciosos. A 19 de novembro, houve outra revolta, vencida pelo mesmo presidente.

1832 — Dissolve-se o ministério de 3 de agosto deste mesmo ano de 1832 e começa a governar um outro, organizado pelo senador Vergueiro.

14 DE SETEMBRO

1563 — O padre Anchieta, que se achava entre os Tamoio (ver 5 de maio e 12 de junho), parte neste dia da aldeia do chefe Cunhambebe para Bertioga. Este Cunhambebe era, provavelmente, filho do valente e feroz índio do mesmo nome, falecido entre os anos de 1554 e 1560. Thevet, que

o conhecera em 1550, quando pela primeira vez esteve no Brasil com o capitão Testu, chama-lhe Quoniambec, e acrescenta: "Que é o nome do abutre" (*Histoire de deux voyages*, ms. da Bibl. Nac. de Paris, fl. 82). Nesse caso o nome deveria ser "Cuimbáe-bebé", literalmente, o valente voador. A aldeia deste chefe tinha o nome de Arirah (H. Staden, cap. 38), e ficava junto ao "rio das Vasas", de que fala Thevet, chamada pelos nossos Ariró.

1624 — O capitão Manuel Gonçalves socorre, na Bahia, um navio que chegava de Portugal e que ia ser tomado pelos holandeses.

1645 — Rafael de Jesus e outros cronistas descrevem sendo esta a data da tomada de um navio holandês no canal de Itamaracá. É preferível a data indicada por Nieuhoff (ver 20 de setembro).

1711 — Duguay-Trouin desembarca com 3.800 homens na praia de São Diogo (Saco do alferes) e ocupa sem resistência as alturas de São Diogo, Providência, Livramento e Saúde (ver 12 de setembro).

1817 — Bento Manuel Ribeiro, destacado pelo general Curado, derrota no arroio Lenguas (Banda Oriental) o comandante Pascual Morera e, continuando a sua marcha sobre Belém, surpreende e aprisiona várias guardas avançadas do coronel Berdun (ver o dia seguinte).

1822 — Ao anoitecer, o príncipe dom Pedro chega de São Paulo, onde proclamara a Independência do Brasil. Na mesma noite, vai à maçonaria e toma posse do cargo de grão-mestre.

1824 — Continua o combate entre as tropas imperiais e os revolucionários de Pernambuco, entrincheirados no bairro do Recife. À tarde, suspende-se o fogo, por ter o general Lima e Silva mandado uma intimação aos contrários e haver o chefe de divisão Jewett recebido uma carta de Pais de Andrade, datada do "acampamento das tropas patrióticas", a qual, na realidade, fora escrita a bordo da fragata inglesa *Tweed*, onde estava asilado.

— Toma posse do cargo de presidente da província de Goiás Caetano Maria Lopes Gama (depois visconde de Maranguape), o

primeiro nomeado para essa província.

1831 — *Revolta das tropas da guarnição do Recife*. Os sublevados ficam senhores do bairro do Recife e entregam-se ao saque e ao assassinato até o dia 16, quando o coronel Lamenha Lins, à frente das milícias e de muitos voluntários, consegue derrotá-los.

1839 — O major Manuel Clementino de Sousa Martins, com as tropas do Piauí, obtém completa vitória sobre os *Balaios*, em Baixão, perto do morro Agudo, mas recebe, no fim do combate, um ferimento, de que morre meia hora depois. O capitão Antônio de Sousa Mendes sucedeu-lhe como chefe dessa coluna.

1869 — Portaria do Ministério do Império aprovando a deliberação da Câmara Municipal da corte de denominar praça general Osório a praça conhecida pelo nome de largo do Capim.

1876 — Morre em Lisboa o poeta Luís de Alvarenga Peixoto, nascido na cidade do Rio de Janeiro, em 1835. Além de muitas poesias, deixou um estudo biográfico do visconde do Rio Branco, publicado em fins de 1871.

1883 — Morre no Rio de Janeiro o visconde de Abaeté (Antônio Paulino Limpo de Abreu), deputado de 1826 a 1847 e daí em diante senador. Foi por vezes ministro de Estado e ocupou a presidência do Conselho de 12 de dezembro de 1858 a 10 de agosto do ano seguinte. Nascido em Lisboa a 19 de setembro de 1798, veio para o Brasil em 1808.

15 DE SETEMBRO

1624 — Pequeno combate com os holandeses nos arredores da Bahia.

1636 — Morre em Cametá o primeiro governador do estado do Maranhão, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho. Seu governo começou a 3 de setembro de 1626.

1793 — Nascimento de Cândido José de Araújo Viana, depois

marquês de Sapucaí. Nasceu em Congonhas do Sabará (ver 23 de janeiro de 1875).

1817 — Bento Manuel Ribeiro, à frente de 90 homens apenas, surpreende em Belém (Banda Oriental) um corpo de 300 entrerrianos, comandado pelo coronel José Antonio Berdun. Toda a força inimiga rendeu-se, supondo muito mais numerosos os brasileiros. Não podendo escoltar tão grande número de prisioneiros, Bento Manuel limitou-se a conduzir para o acampamento do general Curado, no Quaraí, o coronel Berdun, o tenente-coronel Pedro Mosquera, sete capitães e subalternos e uns 80 inferiores e soldados, deixando os outros em liberdade, sob promessa de não mais tomarem armas contra o Brasil. Os prisioneiros chegaram a Porto Alegre no dia 10 de outubro. O coronel Berdun fora derrotado o ano precedente pelo general Mena Barreto (ver 19 de outubro de 1816).

1821 — Aparece no Rio de Janeiro o primeiro número do *Revérbero Constitucional Fluminense*, periódico político redigido por Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa. Este jornal muito concorreu para a proclamação da Independência e da monarquia constitucional.

1830 — Morre no Rio de Janeiro o tenente-general Joaquim Xavier Curado, conde de São João das Duas Barras, nascido em Meia Ponte (Goiás) no dia 1º de março de 1747. Nas campanhas de 1811 e 1812, comandou uma divisão; nas de 1816 a 1820, foi o general em chefe do Exército brasileiro do Quaraí, que tantas vitórias alcançou sobre as tropas do general José Artigas, no Rio Grande do Sul, na Banda Oriental e em Entre Rios. Entre essas vitórias, sobressaem: as de São Borja, Ibiraocaí e Carumbé, a 3, 9 e 27 de outubro de 1816; de Arapeí e Catalán, a 3 e 4 de janeiro de 1817; de Guabiju, a 7 de abril de 1818; as de Calera de Barquín, Perucho Verna e arroio de La China, a 15 e 16 de maio do mesmo ano; a do Queguai Chico, a 4 de julho; e, no ano seguinte, a 28 de outubro, a do Arroio Grande. Na batalha de Catalán, a mais disputada dessa guerra, o velho general esteve presente, tendo a seu lado o marquês de Alegrete, capitão-general do Rio Grande do Sul. Os outros combates aqui mencionados foram ganhos por generais ou comandantes (Abreu, Mena Barreto, Oliveira Álvares e Bento Manuel), que serviam sob as suas

ordens e executavam as instruções dele recebidas. Em 1822, comandou as tropas brasileiras, que forçaram a divisão do general Avilez a abandonar o Rio de Janeiro e a partir para a Europa.

16 DE SETEMBRO

1645 — Carta de Paulo de Linge, governador holandês da Paraíba, dirigida ao Supremo Conselho do Recife, anunciando haver feito enforcar Fernão Rodrigues de Bulhões, que fora oferecer-lhe dinheiro para entregar aos patriotas brasileiros a fortaleza do Cabedelo.

1801 — O forte de Nova Coimbra, em Mato Grosso, não estava de todo terminado e tinha 110 homens de guarnição, debaixo do comando do tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, e, por única artilharia, uma peça de calibre 1, quando diante dele surgiu o governador do Paraguai, Lázaro de Ribera, com uma flotilha de quatro sumacas canhoneiras e de 20 canoas, conduzindo 600 homens de desembarque. Almeida Serra, sem hesitar, disparou os primeiros tiros. Então, três sumacas, cada uma com dois canhões por banda, aproximaram-se e sustentaram fogo continuado até a manhã do dia seguinte. Feito isto, mandou Ribera uma intimação, que foi repelida, e do dia 18 a 24 continuou a empregar esforços para ganhar o forte. O fogo mais violento e aturado foi o do dia 24, no qual, segundo parece, os espanhóis (paraguaios) esgotaram as munições. Às 21h desse dia, a esquadrilha começou a descer o rio, desistindo do ataque.

1816 — O major Joaquim Ferreira Braga, indo reconhecer o rincão da Cruz, à frente de 200 milicianos do distrito brasileiro de Missões, é destroçado no campo de São João por mil correntinos e guaranis comandados por Andrés Artigas.

1824 — Últimas condições de rendição, apresentadas pelo general Francisco de Lima e Silva aos revolucionários de Pernambuco. As tropas imperiais, como ficou dito, ocupavam o bairro de Santo Antônio desde o dia 12. Na manhã de 16, reuniram-se ao general várias lanchas e escaleres, conduzindo 300 marinheiros e soldados, sob o comando do

então capitão de fragata James Norton.

1831 — O coronel Lamenha Lins, à frente de milicianos e voluntários, vence no Recife as tropas que se haviam revoltado na noite de 14.

1833 — Nasce na província do Rio Grande do Sul Félix Xavier da Cunha (ver 21 de fevereiro de 1865).

1842 — Ordem do dia do general Caxias, datada do Rio Preto, agradecendo ao Exército e à Guarda Nacional os serviços prestados na pacificação de Minas Gerais.

1848 — Morre no Rio de Janeiro o marquês de Maricá, Mariano José Pereira da Fonseca, nascido na mesma cidade a 18 de maio de 1773.

1854 — Inauguração do Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, uma das criações do imperador dom Pedro II e do ministro Pedreira, depois visconde de Bom Retiro. O doutor José Francisco Sigaud foi o primeiro diretor desse estabelecimento.

17 DE SETEMBRO

1645 — Capitulação dos holandeses em Porto Calvo. Renderam-se 156 homens, com o seu comandante Pierre Champ Fleury. O forte tinha oito canhões, sofria apertado assédio desde 11 de agosto e tinha sido hostilizado desde fins de julho pelos habitantes do distrito, dirigidos por Cristóvão Lins de Vasconcelos. O capitão Lourenço de Araújo, que chegara com reforços da Bahia, assumiu o comando dos sitiantes.

1711 — O capitão Bento do Amaral Coutinho, que estava com 150 homens, sustentados à sua custa, na Bica dos Marinheiros (perto da atual ponte do Aterrado), desaloja o destacamento francês que ocupava uma casa à meia encosta do Livramento, pela parte ocidental. O governador mandou ordem para o imediato abandono da posição conquistada, certo de que os contrários voltariam em grande força (ver o dia seguinte).

1818 — Cartas de lei concedendo o predicamento de cidade às vilas de Cuiabá, Vila Nova e Vila Boa. A segunda passou a chamar-se Mato Grosso e a última, Goiás.

1824 — Não tendo recebido resposta à sua intimação da véspera, o general Francisco de Lima e Silva ordena o ataque ao bairro do Recife para 2h. A fim de proteger a passagem do exército por essa ponte, o capitão de fragata James Norton (ver 29 de agosto) desembarcou com 300 marinheiros e soldados entre as baterias da alfândega e da ponte, e, destacando contra a primeira uma parte das suas forças, lançou-se intrepidamente contra a segunda bateria e apoderou-se das peças com a única perda de 13 mortos e feridos. Os revolucionários, surpreendidos com a rapidez do ataque, puseram-se em retirada, e o exército pôde atravessar sem oposição a ponte. Norton perseguiu os fugitivos e rendeu o forte do Brum. As tropas do general Lima e Silva chegaram, ocuparam o forte do Buraco e entraram em Olinda às 8h. Os revolucionários tinham seguido para o interior e só se renderam depois de vários combates, no território do Ceará (ver 28 de novembro).

1859 — Falece no Rio de Janeiro o conselheiro Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, nascido em Valporto (Portugal), deputado por São Paulo às Cortes Constituintes de Lisboa e à Assembleia Constituinte brasileira, membro da Câmara dos Deputados desde 1826 e senador do Império desde 1828. Fez parte da regência provisória em 1831 e, por vezes, ocupou o cargo de ministro de Estado. Foi o primeiro agricultor que, no Brasil, empregou colonos europeus, estabelecendo-os em terras da sua fazenda de Ibicaba, em 1847.

18 DE SETEMBRO

1645 — Capitulação dos holandeses que guarneciam o forte Maurício (Penedo), no rio São Francisco. Renderam-se 266 homens seu comandante, Samuel van Koyn, tendo sido mortos 77 durante o assédio, que começou a 12 de agosto e que ficou completo no dia 23. Os sitiantes eram comandados pelo capitão Nicolau Aranha Pacheco.

1711 — Durante a noite, os franceses tornaram a ocupar a casa perdida na véspera, na encosta ocidental do morro do Livramento. Bento do Amaral Coutinho atacou-os de novo, e, com o capitão Manuel Gomes Barbosa, estava senhor da posição, quando recebeu ordem do governador para abandoná-la. Tivemos dois mortos e sete feridos, segundo a representação da Câmara, e os franceses 30 mortos e feridos, segundo Duguay-Trouin. Comandava esse posto o oficial De Liesta, que na retirada foi reforçado pelas companhias dos capitães De Droualin e d'Auberville. Foi ferido o oficial de Pontlo-Coetlongon.

1822 — Decreto criando a bandeira e o novo Escudo de Armas do Brasil independente. Esse decreto foi referendado por José Bonifácio.

1835 — Os *Cabanos* atacam a vila da Cachoeira, no Arari (ilha de Marajó), e são repelidos pelos majores Lobo d'Anvers e Antônio de Lacerda Chermont (depois visconde de Arari), da Guarda Nacional.

1837 — O regente Feijó, resolvido a entregar o poder à oposição parlamentar, chama a uma conferência o senador Pedro de Araújo Lima (depois marquês de Olinda), e, anunciando-lhe a sua decisão, nomeia-o ministro do Império, para que, na forma da Constituição, assumisse a regência do Império. Araújo Lima, que era um dos chefes da oposição na Câmara dos Deputados, tinha sido escolhido senador no dia 5 de setembro (ver o dia seguinte).

— Neste mesmo dia falece no Rio de Janeiro o presidente do Senado, marquês de Inhambupe (Antônio Luís Pereira da Cunha), nascido na Bahia a 6 de abril de 1760, um dos redatores da Constituição do Império e por vezes ministro do reinado de Pedro I.

1860 — Falece em São Paulo o senador do Império marquês de Monte Alegre (José da Costa Carvalho), nascido na Bahia a 7 de fevereiro de 1796. Membro da Constituinte brasileira em 1823, um dos chefes da oposição na Câmara dos Deputados de 1826 a 1831, e redator do *Farol Paulistano* (1827-1831), fez parte da regência do Império de 1831 a 1835, e do Senado a partir de 1839. Era o presidente de São Paulo durante a rebelião dos liberais nessa província, foi ministro do

Império no gabinete conservador de 29 de setembro de 1848, organizado por Olinda, e de 6 de outubro de 1849 a 11 de maio de 1852 teve a presidência do Conselho de Ministros. Durante esse seu ministério, ficou de fato abolido o tráfico de africanos, pela energia do ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, e celebramos a aliança que libertou as Repúblicas do Prata, pondo termo à longa ditadura de Rosas.

1865 — Rendição dos paraguaios que ocupavam a vila de Uruguaiana, sob o comando do coronel Antônio Estigarribia. Renderam-se 5.515 homens, entregando sete bandeiras e seis canhões, na presença do imperador dom Pedro II, dos generais Mitre, presidente da República Argentina, e Flores, governador provisório da República Oriental. Estavam também presentes o marechal conde d'Eu e o almirante duque de Saxe, o marechal Caxias e o general Cabral (barão de Itapagipe). O exército aliado diante de Uruguaiana compunha-se de 17.346 homens, sendo brasileiros 12.393, argentinos 3.733, e orientais 1.220. Comandava o Exército brasileiro o general barão (depois conde) de Porto Alegre. A esquadrilha brasileira compunha-se de cinco vapores e duas chatas; nela estava o almirante Tamandaré, comandante em chefe da esquadra em operações.

19 DE SETEMBRO

1604 — A frota de Paulus van Caarden, retirando-se de Salvador, chega defronte a Pernambuco, expede uma força de 15 soldados e de um cabo às ordens do capitão Joachin Hendrikszoon, apelidado *Cão-negro*, em uma barca e no iate, a fim de verificar se no porto havia algum navio que pudesse ser apresado; no entanto, ao aproximar-se de terra os expedicionários, foram estes recebidos com um violento canhoneiro de artilharia, tanto do forte quanto da cidade, o que os fez desistir da empresa e voltar à frota.

1637 — Salvador Correia de Sá e Benevides toma posse do cargo de governador da capitania do Rio de Janeiro, e exerce-o, então, pela primeira vez.

1645 — Chega ao Recife a notícia da morte de Antônio Cavalcanti, ferido em uma surtida em Goiana. Foi, com Fernandes Vieira, um dos promotores e chefes da insurreição pernambucana contra o domínio holandês (ver 15 e 23 de maio e 13 de junho de 1645).

1710 — Neste dia, a expedição francesa do capitão de fragata Jean François Du Clerc penetrou na cidade do Rio de Janeiro, mas foi obrigada a render-se depois de porfiado combate. A cidade tinha então 12 mil habitantes e ocupava o espaço compreendido entre o mar, os morros do Castelo e de São Bento, e um fosso, chamado Vala, que ia da lagoa e campo de Santo Antônio (hoje largo da Carioca) até a Prainha. Corria esse fosso pelo local onde depois se formou a rua da Vala, hoje Uruguaiana; na extremidade da rua de Antonio Vaz Viçoso (hoje, São Pedro), mudava de direção para chegar ao mar, passando entre o morro de São Bento e o da Conceição. A rua Direita ou da Cruz (hoje rua 1º de março) era a única que se estendia do Castelo ao São Bento. A casa do governador ficava ali, em frente à rua do Palácio (hoje da Alfândega), tendo à esquerda o trapiche da cidade. Do lado do campo, a última rua paralela à Direita era a dos Ourives; da parte de São Bento, a última rua perpendicular a essas duas era a de Antonio Vaz Viçoso. Entre esta última, a Direita e o morro de São Bento havia uma planície e um pântano. As igrejas do Rosário e de São Domingos e a chácara do Fogo, que deu o nome primitivo da atual rua dos Andradas, ficavam fora dos limites da cidade, em uma planície entrecortada de pântanos, chamada, então, campo de São Domingos ou do Rosário. Dois caminhos conduziam desse lado para o interior; um terceiro, chamado caminho do Desterro (hoje rua Evaristo da Veiga), e do morro deste nome, em diante, azinhaga de Mata Cavalos (rua do Riachuelo), começava perto da lagoa de Santo Antônio (antiga lagoa do Boqueirão, já muito reduzida), seguia as faldas dos morros do Desterro (Santa Teresa) e, pela mata dos Porcos (Mata Porcos), ia ter ao Engenho Pequeno dos padres (depois Engenho Velho), à Tijuca e ao Engenho Novo. O governador Francisco de Castro Morais, guarnecidas as fortalezas, esperava o inimigo pelo lado do campo do Rosário, tendo aí reunido, atrás do fosso, ou vala, uns dois mil homens de tropa regular, milicianos e voluntários; no entanto, Du Clerc, que vinha da Tijuca (desembarcara em Guaratiba no dia 11 com mil homens), marchou por Mata Cavalos, caminho do

Desterro, caminho da Conceição da Ajuda (hoje rua da Ajuda), ruas do Parto (depois, de São José) e da Misericórdia, praça do Carmo (largo do Paço) e rua Direita. Junto ao Desterro (Santa Teresa), repeliram os franceses alguns destacamentos de ordenanças, e, ao entrarem na cidade, foram hostilizados pela artilharia do forte de São Sebastião, no Castelo. "Continuando sua marcha [diz uma relação inédita de Arnoult de Vaucresson, dirigida ao ministro das Colônias, conde de Pontchartrain] ele [Du Clerc] entrou na cidade, onde as casas que estavam geralmente guarnecidas de armas fizeram um tiroteio cerrado sobre suas tropas, que não sabiam, por assim dizer, onde se esconder. Chegaram, no entanto, à praça de armas, onde foi impossível a Du Clerc de colocá-las em batalha, devido ao tiroteio contínuo que se fazia sobre elas desde as casas que davam para a dita praça... Foi então em direção a um grande armazém fortificado com cinco canhões e guarnecido por homens armados, que estava à beira-mar (Trapiche da Cidade, na Rua Direita), que atacou e removeu, apesar de sua resistência. De Boiron foi o primeiro a subir, com muita bravura e intrepidez. Ele foi investido e atacado imediatamente de todos os lados, por inimigos tão numerosos, que notando que havia perdido um terço de seus homens e que não lhe restavam mais que sete oficiais, depois de muitas negociações com o governador, aceitou a oferta que este lhe fez de recebê-los como prisioneiros de guerra, para salvar o resto das tropas." A relação portuguesa na *Hist. gen.* (t. VIII) concorda nos pontos principais com a descrição francesa: "Formaram-se [os franceses] junto ao convento do Carmo (Largo do Paço), e, não podendo forçar-lhe as portas, já com perda de muita gente pelas ruas, e retaguarda, foram em demanda da casa dos governadores; e, sendo-lhes por muito tempo defendida a entrada com mortes de uma e outra parte, por uma companhia de estudantes, mas metendo-se alguns franceses no palácio e corpo de guarda, vieram todos a ficar prisioneiros ou mortos. Assim que o governador teve notícia de que os inimigos entraram na cidade, fez marchar o mestre de campo Gregório de Castro Morais com o seu terço, e por outra parte o capitão Francisco Xavier de Castro, filho primogênito do coronel, governando este troço o seu sargento-mor Martim Correia de Sá. Chegaram estes corpos à rua Direita, onde ainda os estudantes embaraçavam os inimigos, e os nossos os atacaram tão vigorosamente, que, desamparando o corpo de guarda, se retiraram por uma travessa para a parte da praia, e entraram em um armazém a que

chamam Trapiche; e, ainda que se lhes disputou a entrada, ganharam seis peças de artilharia, que ali estavam, que já lhes haviam no princípio feito algum dano; aqui mataram o mestre de campo Gregório de Castro Morais com duas balas, e com outra feriram nos peitos, e em uma ilharga com uma baioneta, a seu filho Francisco Xavier, e também recebeu algumas feridas o capitão José de Almeida, havendo procedido com valor em toda a ocasião. O governador intentou pôr fogo ao armazém. O capitão Antonio de Ultra da Silva, que com a cavalaria havia acudido ao conflito, querendo adiantar-se de todos a entrar no armazém, foi morto. O comandante Du Clerc, vendo-se neste aperto, determinou capitular." Renderam-se aí 650 franceses, tendo sido mortos 280. Entre os últimos estavam os oficiais e guardas-marinha de Patreville, d'Irrumberry, de Proissy, de Rilly, de Varaise, de Miraillete e de La Mesanchère (foram 11 os oficiais mortos); entre os prisioneiros feridos, o cavaleiro de La Sausaye, comandante da fragata *La Valeur,* o conde de Ruis, de La Rigoudière, du Fay d'Issondun, de Coigne, o marquês de Linars, de Préfontaine, o marquês d'Assigny e de Saint-Légier; entre os não feridos, o comandante Du Clerc, de Courcy, de La Salle, de La Caillandière, de Chandolan, Monclerc de Peyre, de Pont de Villene, de Laval de Montmorency, de Tolède, de Villedon, des Fontaines e de Pradelles (foram 41 os oficiais prisioneiros, muito deles feridos). Do nosso lado, houve 200 mortos e feridos. Os mortos foram 70, incluindo "15 ou 16 negros, uns que pelejaram, outros que quiseram ver, cuidando que era festa", disse o cura da Sé. Na relação desses mortos, encontram-se os nomes do mestre de campo e do capitão de ordenanças de cavalaria, anteriormente citados (este último era de São Gonçalo), do ajudante Gaspar Queirosa, do professor José de Faria, dos estudantes Pedro da Costa, Francisco Teles, Antônio Moreira, Francisco Peleja (filho do desembargador Peleja, ouvidor em São Paulo) e José Ferreira (filho do santeiro Francisco Ferreira), do pintor Manuel Gomes Torres, do organista da Sé Antônio Maciel, de um caixeiro e de vários operários, que sem dúvida pertenciam aos corpos de ordenanças. A Companhia dos Estudantes, que tanto se distinguiu, era comandada pelo capitão Bento do Amaral Coutinho, "uma das pessoas principais desta cidade", dizia uma representação da Câmara (ver 23 de setembro de 1711). Luís XIV confiou no ano seguinte a Duguay-Trouin o desforço deste revés (ver 12 e 20 de setembro de 1711).

1740 — Morre em Goiás, na maior pobreza, o capitão Bartolomeu Bueno da Silva, chamado o Anhanguera, segundo desse nome (ver 30 de junho de 1722). Era natural de Parnaíba, em São Paulo.

1743 — La Condamine, de volta de suas observações nos chapadões dos Andes, chega ao Pará, hospedando-se no engenho Ibirajuba, Burajuba, ou São Francisco de Borja, pertencente aos jesuítas do Pará, e situado à margem direita do rio Moju, a uma hora de viagem da cidade. Ali permaneceu durante oito dias, entrando na capital da capitania a 27.

1798 — Nascimento de Antônio Paulino Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté (ver 14 de setembro de 1883).

1822 — Combates no Cabrito e em Cruz do Cosme, perto de Salvador, entre tropas brasileiras e portuguesas.

1824 — Toma posse da presidência da província do Piauí o primeiro presidente nomeado para esse cargo, Manuel de Sousa Martins, depois visconde da Parnaíba.

1835 — Primeira escaramuça na Guerra Civil do Rio Grande do Sul. Os revolucionários, em número de 400, estavam reunidos perto da ponte de Azenha, subúrbio de Porto Alegre. O major visconde de Camamu foi reconhecer, com 20 homens de cavalaria da Guarda Nacional, e caiu em uma emboscada, voltando ferido e destroçado.

1836 — Ataque de Oeiras (Pará) pelo primeiro-tenente Carlos Rose, comandante do brigue *Brasileiro* (cinco peças), tendo às suas ordens, além dos marinheiros, um corpo de tropas, sob o comando do primeiro-tenente de artilharia Higino José Coelho. A posição era defendida por 800 *Cabanos* (ver o dia seguinte).

1837 — Diogo Feijó demite-se da regência do Império, que exercia desde 12 de outubro de 1835. Nesse sentido, dirige um ofício ao conselheiro Pedro de Araújo Lima, depois marquês de Olinda, que ele acabara de nomear ministro do Império e que era um dos chefes da oposição parlamentar. Na mesma ocasião,

entregou ao seu sucessor legal uma proclamação aos brasileiros.

O regente interino Araújo Lima formou no mesmo dia o seu gabinete com os ministros seguintes, todos membros da Câmara dos Deputados e do Partido Conservador: Império e Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcelos; Fazenda, Calmon, depois marquês de Abrantes; Estrangeiros, Maciel Monteiro, depois barão de Itamaracá; Guerra, Sebastião do Rêgo Barros; Marinha, Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí. Pela primeira vez subiu ao poder com este gabinete o Partido Conservador, recentemente formado pela fusão de uma fração considerável do Partido Liberal Moderado com o Partido Reacionário, chamado Restaurador de 1831 a 1834.

1839 — Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) surpreende e destroça, no Arroio dos Ratos, o coronel José Manuel de Leão. Este caudilho ficou morto na refrega.

— No Maranhão, pequenos combates em Mariquita e em São Pedro (Guerra dos *Balaios*).

1854 — Lei da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro dando o predicamento de cidade à vila de Petrópolis. Esta colônia de Alemães, fundada nove anos antes em terras da fazenda imperial do Córrego Seco, fora elevada à vila por lei provincial de 20 de maio de 1846. Petrópolis deveu a sua fundação ao imperador dom Pedro II, a Aureliano Coutinho, visconde de Sepetiba, então presidente do Rio de Janeiro, a Paulo Barbosa da Silva, mordomo da Casa Imperial, e ao engenheiro Júlio Frederico Koeler.

20 DE SETEMBRO

1645 — O capitão Simão Mendes, com duas pequenas embarcações guarnecidas de cem homens, toma por abordagem um patacho holandês de quatro peças, depois de porfiado combate, na barra de Catuama. Livre a passagem, as nossas tropas, comandadas por Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira, desembarcaram na parte setentrional da ilha de Itamaracá. Henrique Dias ficou comandando as forças que sitiavam o

Recife (ver o dia seguinte).

1647 — O capitão-mor do Pará, Sebastião de Lucena de Azevedo, chegando a Gurupá, marcha ao encontro dos holandeses que, sob o comando de van der Goes, se haviam fortificado em Maiacari, e os desaloja depois de sanguinolenta peleja.

1711 — Na véspera, o governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Morais, respondendo à intimação de Duguay-Trouin, declara estar disposto a defender até a última extremidade a praça que lhe fora confiada. Neste dia, houve dois Conselhos de Guerra convocados pelo governador. Os mestres de campo Francisco Xavier de Castro Morais e João de Paiva Souto Maior, comandantes do terço velho e do novo, foram de parecer que se abandonasse a praça, por ser impossível a defesa. De voto contrário foram o juiz de fora, doutor Luís Fortes de Bustamante, e o coronel de ordenanças, Baltasar de Abreu Cardoso. A discussão tornou-se calorosa, havendo troca de insultos entre este coronel miliciano e o mestre de campo Castro Morais. O sargento-mor Domingos Henriques, comandante do terço da Colônia do Sacramento, e os capitães desse terço, consultados pelo governador, todos a uma voz, responderam que se não devia largar a praça. Entretanto, apenas entrada a noite, que foi de medonha trovoada e chuva, pequeno bombardeamento geral foi feito sobre a cidade pelas baterias de terra e pela esquadra de Duguay-Trouin (ver em 12 de setembro informações sobre as forças dos adversários). Às 23h, o governador mandou ordens reiteradas aos comandantes para que largassem seus postos e o acompanhassem para o interior. Até então, o bombardeamento só tinha produzido uns 20 mortos, entre os quais o sargento-mor Martim Correia Vasques, da família Correia de Sá. Desde esse momento, tudo foi confusão na cidade: a população, vendo-se abandonada da tropa, entrou a emigrar. "E toda a gente [diz uma testemunha ocular] se foi metendo por esses caminhos e matos, onde, se houvera de se individuar os desarranjos, fomes, mortes de crianças, desamparo de mulheres, e toda a qualidade de misérias, fora um nunca acabar... ajuntando-se a mais terrível noite de chuva e escuro que se pode considerar, que pôs os caminhos de sorte que em algumas partes se passava com água pelos peitos, e pareciam os passageiros o espetáculo de um naufrágio."

1835 — Esta é a data geralmente atribuída ao rompimento da

revolução rio-grandense; no entanto, já na véspera, estavam reunidos os revolucionários nos arredores de Porto Alegre. O presidente, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, só dispunha, na capital, de 270 homens (50 permanentes, 20 homens de cavalaria de linha e 200 guardas nacionais e paisanos armados). No porto, estavam duas escunas de guerra. No dia 20, os paisanos começaram a desertar, e, às 23h, todos os permanentes se passaram para o inimigo, menos o seu brioso comandante, Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto, e o tenente Alvarenga. Vendo-se sem forças para resistir, abandonou o presidente a capital e seguiu embarcado para a cidade do Rio Grande. No dia seguinte, o coronel Bento Gonçalves da Silva, chefe da revolução, fez a sua entrada em Porto Alegre.

1836 — Tomada de Oeiras (Pará) pelo primeiro-tenente da Armada Carlos Rose. O combate começou na véspera e nele tiveram os legalistas 20 mortos e 85 feridos (ver 19 de setembro).

1840 — Falece em Assunção, Paraguai, o ditador José Gaspar de Francia, que nasceu na mesma cidade, por volta de 1771, filho de Garcia Rodrigues França, brasileiro, natural de Mariana, Minas Gerais.

1853 — Chega ao Rio de Janeiro, procedente de Liverpool, o paquete inglês *Brasileiro*, inaugurando as viagens da segunda linha regular de vapores transatlânticos. O mais antigo serviço postal a vapor entre a Europa e o Brasil é o da Royal Mail, que a 9 de janeiro de 1851 expediu de Southampton o seu primeiro paquete. Antes dessa linha, havia desde 1810 a de paquetes de Falmouth, que eram navios de vela.

1865 — Para comemorar o feito da rendição de Uruguaiana, por decreto dessa data, foi criada uma medalha militar, destinada àqueles que tomaram parte nessa ação. Era uma medalha pendente de uma fita dividida em três listras de igual largura, sendo as laterais de cor azul celeste, e verde a do centro.

1867 — O general Andrade Neves (era brigadeiro honorário que pertencia à Guarda Nacional), deixando na vila do Pilar (Paraguai) o tenente-coronel Manuel Rodrigues de Oliveira, ataca e derrota, pouco

adiante, na margem direita do Nhembucu, o comandante Rojas. Quase ao mesmo tempo Rodrigues de Oliveira repelia os reforços trazidos pelos vapores *25 de Mayo* e *Igureí*. Uma chata carregada de soldados foi apanhada a laço pela Guarda Nacional rio-grandense. O inimigo perdeu 174 mortos e prisioneiros, duas peças, dois estandartes e muito armamento e munições. A nossa perda foi de 31 mortos e feridos. Em recompensa desse feito de armas, recebeu Andrade Neves o título de barão do Triunfo.

1869 — O coronel Hermes da Fonseca, à frente do 6º batalhão de infantaria, apodera-se de um desfiladeiro na serra de Caaguazú. Tivemos apenas dois mortos e 10 feridos. Vencida essa resistência, as tropas do general Resin transpuseram a serra e ocuparam a povoação de São Joaquim, cumprindo as instruções do marechal conde d'Eu. No dia 18 do mês seguinte, o coronel Hermes da Fonseca sucedeu a Resin no comando dessa coluna, que por vezes sofreu grandes privações, pela dificuldade no transporte de víveres.

21 DE SETEMBRO

1631 — O conde de Bagnuoli chega à Barra Grande (Alagoas) com 10 das caravelas que conduziam reforço de tropa e artilharia ao general Matias de Albuquerque (ver 12 de setembro). Duas caravelas que faltavam tinham ido ter, uma ao Rio Grande do Norte, e a outra ao rio Formoso. Duarte de Albuquerque Coelho, conde e senhor de Pernambuco, ia em companhia de Bagnuoli.

1645 — Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira, que na véspera tinham desembarcado em Itamaracá com 800 homens, atacam pela manhã e tomam, à tarde, as trincheiras da vila da Conceição, então chamada vila Schkoppe. As forças inimigas, compostas principalmente de índios, refugiaram-se no entrincheiramento da igreja, no alto do morro, e ali resistiram vitoriosamente a três ataques, nos dias 22 e 23. Neste último dia, chegou ao forte de Orange, com reforços, o conselheiro Bullestraeten, e Vidal e Vieira desistiram do ataque, evacuando a ilha na noite de 24 para 25. A nossa perda foi de 67 mortos

e, segundo Rafael de Jesus, 70 feridos. No número destes, entraram o governador Camarão e o mestre de campo Hoogstraeten, que estava ao nosso serviço, combatendo contra os seus compatriotas.

1711 — Na manhã deste dia, estando quase deserta a cidade do Rio de Janeiro (ver a efeméride do dia anterior), foram os prisioneiros da expedição Du Clerc dar disso aviso a Duguay-Trouin, e este mandou logo ocupar o morro de São Bento e o do Castelo, fazendo, pouco depois a sua entrada, à frente dos granadeiros. No dia 23, rendeu-se a fortaleza de Santa Cruz, e houve um pequeno combate, no qual foi morto Bento do Amaral Coutinho (ver essa data). O sargento-mor de batalha do mar (chefe da esquadra ou contra-almirante) Gaspar da Costa de Ataíde, reuniu no Engenho Novo, neste mesmo dia 21, as tropas que por ordem do governador haviam evacuado a cidade, e aí formou um campo entrincheirado. Pouco depois, chegaram reforços de Parati e de Ilha Grande (Angra dos Reis), sob o comando de Francisco do Amaral Gurgel (580 homens); outros estavam em marcha de Minas Gerais, mas, tendo Duguay-Trouin declarado que arrasaria a cidade se não fosse resgatada por uma contribuição de guerra, o governador, aconselhado pelos jesuítas, comprometeu-se, no dia 10 de outubro, a pagar o resgate. Cinco dias depois, chegava ao alto da serra o governador de Minas, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, "com perto de seis mil homens da melhor e mais luzida gente que tem as ditas Minas, assim forasteiros como paulistas, formados em 10 terços, três de auxiliares, seis de ordenança, e o pago novamente levantado... assim, mais um regimento de boa cavalaria", dizia o mesmo governador, em carta de 26 de novembro dirigida ao rei. Eram os adversários da recente Guerra Civil dos *Emboabas*, que, congraçados, vinham em socorro do Rio de Janeiro; no entanto, a convenção de resgate estava assinada, e de nada serviram esses reforços. Paga a última prestação no dia 4 de novembro, Duguay-Trouin evacuou no mesmo dia a cidade, conservando, porém, as fortalezas da barra até o dia 13, quando, com a esquadra, se fez de vela para a França. Antônio de Albuquerque, a requerimento da Câmara e do povo, assumiu o governo e tomou posse da cidade no dia 4 de novembro.

1724 — Posse do primeiro bispo do Pará, dom frei Bartolomeu do Pilar.

1816 — Começa neste dia e termina a 3 de outubro o assédio de São Borja pelo coronel Andrés Artigas. Os sitiantes eram dois mil correntinos e guaranis, com duas peças; os sitiados, 220 homens, com 10 peças, sob o comando do general Francisco das Chagas Santos (130 milicianos rio-grandenses e guaranis, e 90 homens do regimento de infantaria de Santa Catarina) (ver 28 de setembro e 3 de outubro).

— O tenente-coronel José de Abreu (depois general e barão do Cerro Largo), que fora destacado pelo general Curado para socorrer São Borja, repele, no Passo de Japeju e no de Santa Maria do Ibicuí, as tropas correntinas do comandante Pantaleón Sotelo e uma esquadrilha de duas escunas canhoneiras e vários lanchões, comandada por Justo Yegro.

1819 — O coronel Vasco Antunes Maciel, da guarnição da Colônia do Sacramento, surpreende e derrota em Cola o comandante oriental Marcelino Casco, ficando prisioneiro este caudilho e 49 dos seus gaúchos.

1821 — Reconhecimento e simulacro de ataque feito pelas forças brasileiras da junta do governo de Goiana (ver 29 de agosto) sobre Recife e Olinda, onde estavam entrincheiradas as tropas portuguesas. Comandava as primeiras o coronel José Camelo Pessoa de Melo e, as segundas o general Luís do Rêgo Barreto, que confiou a defesa ao coronel Caiola. Desde aí, sitiados esses dois pontos, ficou toda a província na obediência da junta de Goiana (ver 29 de setembro e 1º e 5 de outubro).

1826 — O aventureiro francês César Fournier, que tinha uma patente de corso concedida pelo governo de Buenos Aires, aborda e toma, durante a noite, em Maldonado, a nossa escuna canhoneira *Leal Paulistana*, de dois rodízios, seis caronadas e 66 homens. Fournier realizou essa surpresa com três lanchas apenas e 27 marinheiros ingleses, norte-americanos e franceses. O comandante da canhoneira, primeiro-tenente Antônio Carlos Ferreira, e dois marinheiros ficaram feridos; outro saltou ao mar e afogou-se. Dos abordantes, só um foi ferido. A presa, conduzida a Buenos Aires, foi comprada pelo governo argentino e recebeu o nome de *Maldonado*. Três meses depois, querendo repetir a façanha no mesmo

lugar da sua vitória, foi Fournier repelido, como devia tê-lo sido na noite de 21 de setembro, se a bordo da *Leal Paulistana* houvesse disciplina e, portanto, vigilância e respeito ao cumprimento do dever militar (ver 16 de dezembro). Este é o único exemplo de um navio de guerra brasileiro surpreendido e tomado por lanchas, episódio bem triste, porém que não justifica as injúrias então lançadas à nossa Marinha e repetidas, há poucos anos, por certa imprensa de Buenos Aires. A *Leal Paulistana* era uma pequena escuna e, com lanchas, guarnecidas de ingleses e chilenos, tomou lorde Cochrane uma grande fragata espanhola, protegida pelos fortes de Callao, no Pacífico. Também os nossos antepassados tomaram por vezes, a nado ou em botes, navios inimigos, e a esta vergonhosa surpresa podemos opor algumas vitórias do mesmo gênero, compradas mais dificilmente por Salvador Correia de Sá, Pedro Teixeira, Francisco Barreiros, Martins Cachadas e outros heróis (ver 8 de junho de 1562, 9 de agosto de 1616, 8 de agosto de 1633, 22 de agosto e 3 de setembro de 1645, 15 de junho de 1646, datas que nos ocorrem neste momento). O comandante da *Leal Paulistana* era oficial de valor, provado em vários combates, e acabava de ser condecorado com a insígnia do Cruzeiro. A 13 de junho de 1828, voltou para a nossa esquadra, trocado por um oficial argentino prisioneiro, e pouco depois recebeu o comando do brigue-escuna *Dois de Julho*, com o qual saiu de Montevidéu para o Rio de Janeiro em fevereiro de 1829, perecendo no naufrágio desse navio, de que nunca mais houve notícia.

1835 — Falecimento de João Bráulio Muniz, nascido no Maranhão, em março de 1796, um dos três membros da regência do Império, eleita a 17 de junho de 1831. Faleceu no Rio de Janeiro.

— Os revolucionários do Rio Grande do Sul, dirigidos pelo coronel Sarmento Mena, atacam o rio Pardo e são repelidos pelos capitães José Ferreira de Azevedo e José Joaquim de Andrade Neves, que morreu brigadeiro honorário e barão do Triunfo, depois de ilustrar o seu nome nas campanhas desta longa guerra civil e nas do Paraguai. Durante 17 dias foi a posição defendida com forças muito inferiores. Afinal, tiveram os legalistas de capitular no dia 8 de outubro.

1840 — Em Chapadinha, é repelido um furioso ataque dos rebeldes

(Guerra dos *Balaios*).

1861 — Inauguração do primeiro dique na ilha das Cobras. As obras de abertura começaram em 1824, por ordem do ilustre estadista Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá, mas prosseguiram lentamente e sofreram várias interrupções. Afinal, foram terminadas pelo engenheiro Henry Law, em virtude de contrato que com ele celebrou o ministro da Marinha, Paranhos, em 25 de abril de 1854.

22 DE SETEMBRO

1645 — Rendição do forte holandês de Sergipe d'el-Rey (São Cristóvão), comandando pelo tenente Hans Vogals. Estava sitiado por tropas da Bahia, sob o comando do capitão dom João de Sousa, e rendeu-se quando se acabaram os víveres.

— Segundo dia do combate perto da Conceição de Itamaracá, então vila Schkoppe (ver 21 de setembro).

1719 — Falecimento do padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus, nascido em São Paulo em 1643. Faleceu e foi sepultado no Colégio dos Jesuítas dessa cidade.

1767 — Nascimento de José Maurício Nunes Garcia, na cidade do Rio de Janeiro (ver 18 de abril de 1830).

1816 — O capitão Alexandre Luís de Queirós, destacado com 330 homens de cavalaria pelo general Curado, derrota em Santana um troço de 200 orientais, e pouco depois bate-se em retirada contra uma coluna de 800 homens. Uma emboscada de Bento Manuel Ribeiro deteve a marcha do inimigo.

1822 — Apuração geral da eleição de deputados à Constituinte pela cidade e província do Rio de Janeiro. Esse trabalho foi feito no mosteiro de São Bento pelo Senado da Câmara, "presentes os eleitores e homens bons". Saíram eleitos o barão de Santo Amaro (depois marquês), Goulão, Sousa França, Gonçalves Ledo, Nogueira da Gama (depois marquês de Baependi), Pereira da Cunha (depois marquês de Inhambupe), o bispo

do Rio de Janeiro e Furtado de Mendonça.

— Instalação, na Cachoeira, do Conselho Interino do Governo da província da Bahia, formado pelos os deputados das vilas que aderiram ao governo do príncipe regente dom Pedro (ainda não tinha chegado à Bahia a notícia da proclamação da Independência). Esse governo, tendo por presidente o capitão-mor Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque (depois barão de Jaguaripe) e por secretário o bacharel Brandão Montezuma (depois Acaiaba de Montezuma e visconde de Jequitinhonha), sucedeu à junta interina de defesa (25 de junho) e transferiu-se para Salvador a 7 de julho do ano seguinte.

1835 — O major Chermont, da Guarda Nacional paraense, é repelido em um ataque que dirigia contra os *Cabanos*, fortificados perto da vila da Cachoeira (ilha de Marajó).

— No mesmo dia, o tenente-coronel Silva Tavares (mais tarde visconde de Cerro Alegre), também da Guarda Nacional, derrota, junto à capela do Erval (Rio Grande do Sul), o coronel Rafael Verdun, imigrado político, que o atacou à frente de uma partida de gaúchos orientais ao serviço da revolução rio-grandense.

1842 — O presidente de Minas Gerais, Bernardo Jacinto da Veiga, agradece aos guardas nacionais mineiros, fluminenses e paulistas os serviços prestados na pacificação da província.

1853 — Parte da cidade da Barra do Rio Negro (Manaus) para Nauta o *Marajó*, primeiro vapor que percorreu essa seção do rio Amazonas. Dez anos antes, realizara-se a primeira viagem a vapor pelo grande rio, de Belém do Pará à Barra do Rio Negro (ver 28 de julho de 1843).

1866 — *Assalto de Curupaiti pelos argentinos e brasileiros, sob o comando do presidente Bartolomeu Mitre e do general Porto Alegre*. No dia 3, o general Porto Alegre tinha tomado de assalto o forte de Curuzu. A demora que houve em reforçá-lo, em razão da longa discussão e das divergências entre os generais aliados, deu lugar a que o ditador López aumentasse e melhorasse as fortificações de Curupaiti, tornando inexpugnável essa posição. A primeira linha de defesa consistia de

um fosso de 12 palmos de largura sobre 10 de profundidade, com o correspondente parapeito. A segunda, que começou a ser construída no dia 7 ou 8 pelo engenheiro Wisner von Morgenstern, ficava em plano mais elevado e acompanhava a crista da escarpa natural, ou barranca, que, partindo da margem esquerda do rio Paraguai, vai terminar na lagoa Méndez ou López. Aí, o fosso ficou tendo 27 palmos de largura e 18 de profundidade. O terreno que os aliados tinham de percorrer para chegar a essas trincheiras era cortado de sanjas e coberto de moitas e espinhos. A posição estava defendida pelo general Díaz, que tinha às suas ordens 14 batalhões de infantaria (seis mil homens) e as guarnições necessárias para 32 canhões, assestadas nas baterias do rio, e para 58, colocados na trincheira do lado de terra. Para o assalto, reuniram-se, sob o comando do presidente Mitre, nove mil argentinos e 10 mil brasileiros, comandados estes pelo general Porto Alegre. A esquadra brasileira do almirante Tamandaré começou, às 7h, o bombardeamento. Às 12h30, o exército lançou-se ao ataque, indo na direita os argentinos, com os generais Emílio Mitre e Paunero, e na esquadra os brasileiros, sob o comando do general Albino de Carvalho e do coronel Augusto Caldas. Os aliados chegaram até o fosso da segunda linha. Uns 40 homens do Exército brasileiro conseguiram penetrar em Curupaiti e tomar quatro peças, mas foram exterminados. Às 14h30, o presidente Mitre ordenou a retirada dos argentinos. Às 15h, começou a das tropas brasileiras. "Na direita (paraguaia) se sustentaram mais tempo, com o apoio da esquadra" (disse o *Semanário*). Perdas dos argentinos: 2.082 mortos, feridos e extraviados; dos brasileiros: 2.011, incluindo as perdas da esquadra (35 homens). Foram mortos os seguintes comandantes brasileiros: Sousa Barreto (10º de voluntários), Antunes de Abreu (46º de voluntários), Fabrício de Matos (32º de voluntários), Hipólito Fonseca (36º de voluntários), Sousa de Melo (29º de voluntários) e Castilho Reis (4º da Guarda Nacional). Os argentinos tiveram cinco comandantes mortos: Rosetti, Alejandro Diaz, Charlone, Fraga e Salvadores. Os paraguaios apenas tiveram 250 homens fora de combate, sendo 54 mortos.

23 DE SETEMBRO

1630 — O general Matias de Albuquerque obriga os holandeses

a abandonarem o campo de Salinas, na margem direita do Beberibe, depois de três horas de escaramuças.

1634 — O combate sustentado por Álvaro Fragoso de Albuquerque no reduto da barra do Cunhaú deu-se a 23 de outubro, e não nesta data, como escreveu por equívoco o autor das *Memórias diárias*.

1645 — Último ataque dirigido por Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira contra o entrincheiramento da igreja perto da vila de Conceição de Itamaracá. Neste dia, chegam reforços aos holandeses do forte Orange (ver 21 de setembro).

1646 — Relativamente a uma suposta proclamação de Fernandes Vieira, publicada nesta data, ver-se o que ficou dito com referência à sua carta de 11 de setembro.

1711 — Bento do Amaral Coutinho, o valente chefe dos estudantes fluminenses, por ocasião da invasão de Du Clerc, voltava de um reconhecimento à fortaleza de São João, quando, perto da lagoa da Sentinela, no ponto de junção dos caminhos de Mata Cavalos (hoje rua do Riachuelo) e de Capueraçu (na atual rua do Conde d'Eu), encontrou duas companhias de granadeiros franceses. Logo as atacou; no entanto, acudindo duas outras, comandadas pelos capitães de Brugnon e de Cheridan, foram os nossos destroçados. Amaral Coutinho morreu pelejando. No dia 21, recebera do general Costa de Ataíde, no Engenho Novo, a comissão de mestre de campo. Era "uma das pessoas principais desta cidade", disse a Câmara, na representação dirigida ao rei (ver 19 de setembro de 1710, 17 e 18 de setembro de 1711). Pizarro enganou-se, supondo que esta refrega tivesse ocorrido junto ao outeiro da Glória.

1788 — Nascimento de Bento Gonçalves da Silva, chefe da revolução separatista e republicana do Rio Grande do Sul, terminada em 1845. Nasceu na povoação do Triunfo e faleceu no dia 18 de julho de 1847, em Pedras Brancas (ver 25 de setembro de 1835).

1822 — Combate entre os nossos atiradores e uma peça em São João de Manguinhos (Itaparica), e 14 canhoneiras portuguesas. Estas

retiram-se, levando uma canhoneira desarvorada.

1825 — O major Cepeda saindo, à noite, da Colônia do Sacramento com cem homens do Exército brasileiro, surpreende, a duas léguas (cerca de 13,2 km) da praça, o acampamento do coronel Arenas. A força inimiga dispersou-se, deixando 26 mortos e prisioneiros.

1827 — O brigue de guerra argentino *Patagones* (seis bocas de fogo, comandante George Lewis Love) ataca e toma, na altura da barra do Maraú (Bahia), o transporte brasileiro *Pojuca* (dois canhões), comandado pelo piloto José Lourenço da Silva. O brigue *Imperial Pedro* (16 bocas de fogo), do comandante primeiro-tenente Joaquim Leal Ferreira, conseguiu alcançar, no mesmo dia, esses dois navios, e, batendo-se contra ambos, rendeu o *Patagones,* cujo comandante ficou morto. O *Pojuca* fugiu e foi armado em guerra pelos argentinos, com o nome de *Honor.* No dia 22 de abril do ano seguinte, voltou ao nosso poder, capturado pelo lúger *Príncipe Imperial*, do comandante Carlos Rose.

1850 — Morre em Assunção, no Paraguai, o general José Gervásio Artigas, nascido em Montevidéu a 19 de junho de 1764. Este caudilho, depois de haver expulsado da Banda Oriental, em 1815, as tropas de Buenos Aires, tornou-se chefe da Confederação uruguaia, formada da província Oriental e das de Entre Rios, Corrientes e Missões de além-Uruguai. Intitulava-se chefe dos orientais e protetor dos povos livres. De 1816 e 1820 sustentou guerra contra o Brasil e, derrotado sempre pelas tropas brasileiras e portuguesas, continuou a vencer as de Buenos Aires, conseguindo estender a sua influência até Santa Fé. Em 1820, os seus gaúchos, dirigidos pelos generais Francisco Ramirez, governador de Entre Rios, e Estanislao López, governador de Santa Fé, derrotaram em Cepeda (1º de fevereiro) o general Rondeau, diretor da República das Províncias Unidas do Rio da Prata, e entraram na cidade de Buenos Aires; no entanto, pouco antes, tinha o conde da Figueira, capitão-general do Rio Grande do Sul, dado o golpe final no poder militar de Artigas, ganhando a batalha de Taquarembó (22 de janeiro). Ramirez revoltou-se contra o caudilho oriental, derrotou-o em Entre Rios e Corrientes e obrigou-o a procurar asilo no Paraguai, onde foi preso pelo ditador Francia. Anos depois, foi posto em liberdade; no entanto, nunca mais

regressou à pátria, temendo, sem dúvida, os numerosos inimigos que ali fizera, durante a sua bárbara tirania. Depois de morto, vários escritores procuraram reabilitar a sua memória, considerando-o o primeiro herói da independência oriental.

— Nota do general Tomás Guido, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Confederação Argentina (tinha então este nome a República Argentina), pedindo os seus passaportes ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino de Sousa, depois visconde do Uruguai. No dia 30, foram concedidos os passaportes, e a 2 de outubro partiu para Buenos Aires o representante do ditador Rosas. Arana, seu ministro das Relações Exteriores, publicou então um despacho, dizendo que se alegrava de ver o ministro Guido "sair de um país, cujo desleal e pérfido gabinete, inimigo asqueroso da América, tanto ofendia à Confederação Argentina".

1865 — O imperador dom Pedro II recebe em seu acampamento de Uruguaiana o enviado extraordinário Edward Thornton, encarregado de restabelecer as relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha, interrompidas em virtude da questão christie.

1868 — *Combate da ponte do Surubií*, em que o general barão do Triunfo (Andrade Neves) repele e derrota dois corpos paraguaios de cavalaria e infantaria, comandados pelo coronel Montiel e pelo tenente coronel Roa. Às ordens de Andrade Neves, tomaram parte neste combate o então coronel Pedra, comandante da 2ª divisão de infantaria, o coronel Fernando Machado, que comandava uma brigada dessa divisão, e o coronel Niederauer, comandante de outra de cavalaria (três batalhões de infantaria de linha, três de voluntários e quatro corpos de cavalaria da Guarda Nacional). Tivemos 89 mortos, 203 feridos e dois prisioneiros. O inimigo deixou no campo 128 mortos, 11 prisioneiros e perdeu um estandarte.

1885 — Falece perto de Niterói, onde desde alguns anos vivia retirado, o conselheiro José Maria do Amaral, nascido na cidade do Rio de Janeiro a 14 de março de 1813, filho do jornalista Antônio José do Amaral (ver 13 de agosto de 1782). Desempenhou missões diplomáticas no rio da Prata e no Paraguai, em quadras difíceis, e foi distinto poeta

e escritor.

24 DE SETEMBRO

1645 — Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira retiraram-se da ilha de Itamaracá, levando os seus feridos e a artilharia do navio tomado (ver 21 de setembro).

1658 — Morre em Madri o marquês de Basto, conde e quarto senhor de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, nascido em Lisboa a 22 de dezembro de 1591. Era filho do brasileiro Jorge de Albuquerque Coelho e irmão do general Matias de Albuquerque, conde de Alegrete. Esteve em Pernambuco e na Bahia de 1631 a 1638, e publicou, em 1654, em Madri, as *Memórias diárias de la guerra del Brasil*.

1801 — Nono e último dia da defesa de Nova Coimbra (ver 16 de setembro). A esquadrilha espanhola bombardeou o forte com mais vigor neste dia e, à noite, velejou em retirada.

1816 — O major Manuel Marques de Sousa (segundo deste nome e, depois, general), à frente de 80 homens de cavalaria da legião de São Paulo e de milícias do Rio Grande, derrota no Chafalote, afluente da lagoa de Castilhos, a vanguarda de Rivera, comandada pelo capitão Julián Muniz e composta de 300 homens (pouco mais de 200, disse Rivera). A perda dos orientais foi de 19 mortos e 24 prisioneiros; a nossa, de três mortos e 10 feridos. O comandante brasileiro pertencia ao exército do general Lecór, e não ao do general Curado, que então operava nas fronteiras do Quaraí e do Uruguai.

1825 — Na manhã deste, dia o general Frutuoso Rivera, penetrando no Rincón de las Gallinas ou de Haedo, perseguiu um destacamento brasileiro de 50 homens, que guardava a entrada dessa península, formada pelas águas do rio Negro e do Uruguai, e apoderou-se de uma reserva de seis mil cavalos que ali tinha o general José de Abreu (barão de Cerro Largo), então acampado perto de Mercedes, na margem oposta do rio Negro. Os tiros de dois navios da esquadrilha do Uruguai, comandados por Sena Pereira, detiveram o inimigo, e parte do destacamento pôde salvar-se a bordo desses navios, com a perda

de uns 20 mortos e prisioneiros. Rivera tinha 250 homens de cavalaria (300 ou 400, segundo a versão brasileira), e ocupava-se em fazer reunir a cavalhada, quando recebeu aviso de que entrava no Rincón, avançando na maior desordem, uma coluna brasileira. Vendo-se sem retirada possível, reuniu a sua gente e emboscou-a um pouco acima do arroio Pantanoso. "Tinha a maior confiança em que os inimigos deviam ignorar que nos encontrávamos já no Rincón, e, por conseguinte, se aproximaria de nós como que vinha encontrar-se com seus amigos", disse Rivera, ao dar conta da surpresa. Os brasileiros, acrescentava, "vinham fazendo as marchas mais extraordinárias e precipitadas que se podia imaginar". O general Abreu, em ofício de 12 de setembro, dirigido ao ministro da Guerra, anunciava estar esperando a incorporação desses 400 homens, e não de 700, como escreveu Rivera, para aumentar a importância da sua vitória. Eram dois regimentos incompletos de cavalaria de milícias, compostos dos guaranis do distrito de Missões, do 24º, com 190 homens, e do 25º,com 230, comandados pelos coronéis José Luís Mena Barreto e Jerônimo Gomes Jardim. Encontraram-se em Paissandu e desde aí marchavam pelo mesmo caminho, mas sem acordo algum, porque o coronel Mena Barreto, apesar de mais moderno, não se quis apresentar ao coronel Jardim. Forçando as marchas e cansando os cavalos, cada um desses coronéis procurava chegar antes do outro ao Rincón. Foi assim que Rivera, caindo repentinamente sobre o 25º regimento, o destroçou completamente e, meia légua (cerca de 3,3 km) adiante, encontrou o 24º, que também foi surpreendido em marcha, com os cavalos em mísero estado. O coronel Mena Barreto, cercado de alguns oficiais e milicianos, não quis acompanhar os outros na fuga; recusou-se render-se e morreu combatendo. A nossa perda foi de uns 120 mortos e prisioneiros, pois é ponto averiguado que os dois corpos derrotados apenas tinham um efetivo de 420 homens e que o coronel Jardim, reunindo os dispersos, fez a sua retirada para o Arapeí à frente de 300 (ver 14 de outubro). Além do coronel José Luís Mena Barreto, morreram nesta surpresa 15 oficiais brasileiros. O coronel contava apenas 27 anos e muito se distinguira nas campanhas de 1816 e de 1820. Era filho do marechal João de Deus Mena Barreto, visconde de São Gabriel, e irmão dos generais João Propício (barão de São Gabriel) e João Manuel Mena Barreto. Deixou um filho, José Luís, que também foi general, e, como estes dois últimos, se assinalou na nossa última

guerra. O combate do Rincón foi o primeiro revés que sofremos, depois de continuadas vitórias nas campanhas do sul, de 1801 a 1820, quando tínhamos sobre os nossos vizinhos a superioridade da disciplina e da instrução militar. Dias depois (12 de outubro), deu-se o combate do Sarandí, mais desastroso do que este.

1834 — Falece em Queluz (Portugal), no mesmo palácio em que nasceu, a 12 de outubro de 1798, dom Pedro, duque de Bragança, regente do Reino do Brasil (1821 e 1822), e logo depois imperador constitucional do Brasil com o nome de Pedro I (1822-1831), e rei de Portugal com o de Pedro IV (1826). Morreu com 36 anos apenas esse príncipe ilustre, que facilitou e dirigiu a evolução da independência política do Brasil, conseguindo, então, a unificação nacional, que não teria sido obtida sem o prestígio do seu nome e o apoio que, na qualidade de herdeiro da coroa, encontrou em todas as classes conservadoras. Depois de haver presidido entre nós ao estabelecimento do regime constitucional e de ter abdicado duas coroas, foi combater à frente dos liberais, na terra do seu nascimento. Acabava apenas de destruir aí o absolutismo, vencendo o usurpador dom Miguel, quando a morte o colheu. No Brasil, passou ele a maior parte da sua vida, dos 9 aos 32 anos de idade.

1849 — Morre em Salvador o general Pedro Labatut, nascido em Cannes (França). Este general comandou o Exército brasileiro na Bahia durante a Guerra da Independência, de 27 de outubro de 1822 a 21 de maio do ano seguinte, data em que foi deposto por uma sedição militar. Depois, comandou as tropas que terminaram a pacificação do Ceará em 1832 e dirigiu uma expedição infeliz contra os revolucionários do Rio Grande do Sul (1840-1841). Durante o seu comando na Bahia, as tropas brasileiras alcançaram as vitórias de Pirajá (8 de novembro de 1822) e de Itaparica (7 de janeiro de 1823). Os restos mortais de Labatut foram trasladados, no dia 4 de setembro de 1853, para a matriz de Pirajá.

1867 — *Combate do Estero Rojas*, entre algumas tropas do 2º corpo do Exército brasileiro, sob o comando do general visconde de Porto Alegre, depois conde, e uma divisão paraguaia, comandada pelo tenente-coronel Vallois Rivarola. Os paraguaios haviam-se emboscados, para atacar o comboio de víveres que ia de Tuiuti para Tuju-Cuê, protegido

pelo general Albino de Carvalho, que tinha às suas ordens 1.600 homens de infantaria (quatro batalhões de voluntários, formando a brigada do coronel Caldas), 704 de cavalaria (brigada do coronel Vasco Alves, com um corpo de caçadores a cavalo e dois da Guarda Nacional) e duas peças de artilharia. Estas forças empenharam-se na ação e impediram que o inimigo tomasse as carretas de víveres. Chegando o general Porto Alegre, assumiu a direção do combate e recebeu o reforço de 1.500 homens de infantaria (quatro batalhões de voluntários). Vallois Rivarola desistiu do ataque: tinha sob o seu comando seis batalhões de infantaria, três regimentos de cavalaria, quatro canhões e uma estativa de foguetes. A nossa perda, segundo as relações oficiais, foi de 38 mortos, 283 feridos e 140 extraviados, mas sabe-se que o inimigo só fez 30 prisioneiros, e, portanto, 110 dos extraviados devem ser incluídos entre os mortos. O general Albino de Carvalho, o coronel Vasco Alves (barão de Santana do Livramento), os tenentes coronéis Araújo Bastos (segundo comandante da brigada de cavalaria) e Amorim Rangel (comandante do 49º de voluntários) foram feridos. Entre os mortos, contavam-se 12 oficiais, entrando nesse número os majores Vasco Pereira da Costa e Fonseca Lira, os comandantes do 13º de cavalaria da Guarda Nacional e do 28º de voluntários, e o capitão Luís Gomes Ribeiro de Avelar Werneck, do mesmo corpo de voluntários. Este oficial, que se alistou no começo da guerra, era natural do Rio de Janeiro e possuía grande fortuna.

1871 — A princesa imperial regente nomeia árbitro para decidir sobre a questão *Alabama*, conjuntamente com os árbitros nomeados pelo presidente dos Estados Unidos da América do Norte, pela rainha da Grã-Bretanha, pelo rei da Itália e pelo presidente da Confederação Suíça, o barão de Itajubá, enviado extraordinário na França.

25 DE SETEMBRO

1536 — Dona Ana Pimentel, procuradora de seu marido Martim Afonso de Sousa, concede nesta data ao fidalgo cavaleiro Brás Cubas as terras de Geribatiba (hoje Jurubatuba), entre a serra do Cubatão e o mar. Por esse tempo, já Pascoal Fernandes e Domingos Pires, associados, se tinham estabelecido, sem cartas de sesmaria, na costa fronteira, isto é, na

ilha de São Vicente, a leste do ribeiro de São Jerônimo, depois chamado de Montserrate. Em 1º de setembro de 1539, por carta passada em São Vicente, Antônio de Oliveira, representante do donatário, regularizou essa posse. Brás Cubas comprou a Pascoal Fernandes o seu quinhão, e pelo ano de 1543 começou a fundação de Santos. A 19 de junho de 1545, sendo capitão-mor da capitania de São Vicente, concedeu ao porto de Santos o predicamento de vila (ver 8 de junho de 1545).

1797 — Nascimento de José Joaquim Coelho, em Lisboa. Serviu com muita distinção no Exército brasileiro, tomando parte nas campanhas de 1821 (Pernambuco), de 1822 e 1823 (Bahia), de 1824 (Alagoas e Pernambuco), de 1828 (Rio Grande do Sul), de 1832 a 1835 (Pernambuco), de 1838 (Bahia) e de 1848 e 1849 (Pernambuco). Na de 1838, à frente de uma brigada, apoderou-se das posições de Campina (13 de março); na de 1848 e 1849, sendo já general, comandou em chefe, obteve as vitórias de Catucá (10 de dezembro de 1848), Cruangi (20 de dezembro) e do Recife (2 de fevereiro de 1849), e venceu a revolta do Partido Liberal, restabelecendo a ordem na província de Pernambuco. Faleceu no Recife a 19 de junho de 1860, com o posto de tenente-general e o título de barão da Vitória.

1835 — Manifesto do coronel Bento Gonçalves da Silva procurando justificar a rebelião de que se fez chefe no Rio Grande do Sul (ver 20 de setembro). Nesse documento, declarava respeitar o juramento que prestara "ao nosso código sagrado, ao trono constitucional e à conservação da integridade do Império"; entretanto, no ano seguinte, estando ausente e prisioneiro, seus partidários proclamaram a república e a independência do Rio Grande do Sul. Conseguindo voltar à sua província, Bento Gonçalves aceitou a nova direção dada ao movimento revolucionário e combateu contra a união brasileira até 1845.

1840 — Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) surpreende e aprisiona um destacamento dos revolucionários do Rio Grande do Sul, em Roça Velha. O chefe inimigo, capitão Máximo, foi morto. Garibaldi acabava de separar-se dele e ouviu as descargas desta investida.

1848 — Falecimento do poeta Paulo José de Melo e Azevedo e Brito,

nascido na Bahia em 1779. Era senador do Império e faleceu no Rio de Janeiro.

1855 — Morre em Niterói o senador visconde de Sepetiba, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, nascido em Itaipu a 21 de julho de 1800, ilustre e enérgico estadista, que de 1833 a 1848 representou papel muito importante na nossa política. Foi ministro de Estado em tempos difíceis (1833-1835, 1840-1843) e ligou o seu nome a muitos melhoramentos e progressos da província do Rio de Janeiro, a que presidiu de 1844 a 1848.

26 DE SETEMBRO

1633 — O sargento-mor Rui Calaza Borges, de milícias, e cinco homens que se haviam recolhido a uma casa abandonada junto aos Guararapes, são surpreendidos por um corpo de holandeses e morrem combatendo.

1636 — Camarão chega ao acampamento do general Bagnuoli em Porto Calvo, escoltando mais de 2.500 habitantes de Pernambuco, que preferiram evitar, pela emigração, o domínio estrangeiro (ver 9 de junho d e1636).

1816 — O coronel Vasco Antunes Maciel, da guarnição da Colônia do Sacramento, surpreende e derrota em Cola um destacamento de partidários de Artigas.

1828 — A escuna argentina *Sarandí,* saindo do fundeadouro dos Pozos, em Buenos Aires, com bandeira de parlamento, trás ao chefe da 2ª divisão brasileira, Norton, a notícia da conclusão do Tratado Preliminar de Paz de 27 de agosto e salva a bandeira brasileira. A fragata *Niterói* responde a essa saudação. No dia 30, Norton notifica ao capitão do porto de Buenos Aires o levantamento do bloqueio.

1877 — Chegam ao Rio de Janeiro, de volta de sua viagem aos Estados Unidos e à Europa, o imperador dom Pedro II e a imperatriz dona Teresa Cristina. Termina neste dia a segunda regência da princesa imperial dona Isabel, começada a 26 de março de 1876. Durante esse

tempo, foi presidente do Conselho de Ministros o marechal duque de Caxias, que ocupava esse cargo e o de ministro da Guerra desde 25 de junho de 1875.

27 DE SETEMBRO

1624 — O capitão Manuel Gonçalves, defendendo um engenho nos arredores da Bahia, repele os holandeses.

1816 — José de Abreu, depois barão do Cerro Largo, derrota em Ituparaí um corpo de correntinos da divisão de Andrés Artigas.

1819 — Combate entre a escuna *Correio do Pará* (sete bocas de fogo, 45 homens), comandada pelo primeiro-tenente Francisco Rebelo da Gama, e o corsário *Congreso* (14 bocas de fogo, 140 homens) perto da ilha de La Mère, na costa da Guiana Francesa. O corsário arvorava a bandeira do Uruguai e era tripulado por franceses e norte-americanos. O *Correio do Pará* resistiu intrepidamente e estava inteiramente destroçado, quando foi tomado por abordagem e logo abandonado pelos inimigos, porque estava indo a pique. Nas mesmas condições estava o corsário. A escuna pôde, assim, entrar em Caiena, onde foi fabricada, e no dia 7 de novembro deu fundo no Pará. A guarnição teve neste combate 30 mortos e feridos e alguns contusos. O comandante Rebelo da Gama recebeu vários ferimentos graves na cabeça, por tiros de pistola e golpes de espada (ver 28 de abril de 1826 e 11 de maio de 1830).

1822 — Nasce em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Manuel da Cunha Galvão (ver 27 de março de 1872).

1855 — O imperador dom Pedro II, acompanhado do presidente do Conselho, marquês de Paraná, do ministro do Império, Pedreira (visconde do Bom Retiro) e dos camaristas de serviço, visita durante oito horas as enfermarias públicas do Rio de Janeiro, em que eram tratados os coléricos.

1883 — Falecimento do almirante Elisiário Antônio dos Santos, barão de Angra. Nasceu em Lisboa a 15 de novembro de 1806; começou a servir como grumete na Marinha brasileira em 24 de setembro de 1822; terminou o curso da Academia de Marinha em 1826. Campanhas: de 1827 e 1828, no rio da Prata; de 1835 e 1836, no Pará (ferido a 8 e 12 de maio de 1835); de 1849, em Pernambuco; de 1866 a 1868 e de 1869, no Paraguai (ferido a 22 de setembro de 1866). Em 1º de julho de 1866 foi nomeado comandante da 2ª divisão da esquadra em operações no Paraguai; a 20 de dezembro do mesmo ano, chefe do Estado-maior da esquadra; a 9 de julho de 1867, comandante da 2ª grande divisão, que ficou abaixo de Curupaiti, quando os couraçados forçaram a passagem dessas baterias; a 4 de fevereiro de 1868, deixou por doente esse comando e regressou para o Rio de Janeiro; de 6 de fevereiro a 15 de dezembro de 1869, comandou em chefe a esquadra em operações no Paraguai.

28 DE SETEMBRO

1532 — Carta do rei dom João III, dirigida a Martim Afonso de Sousa, anunciando-lhe que dividira o Brasil em capitanias de 50 léguas de costa (cerca de 330 km), com o fim de promover a sua colonização, e que a ele doava, desde logo, uma repartição de cem léguas (cerca de 660 km) de litoral, e a Pero Lopes de Sousa outra de 50 léguas (cerca de 330 km) .

1711 — Parte de Minas Gerais o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, à frente de seis mil homens, em socorro do Rio de Janeiro. No dia 21 (ver essa data), recebera a notícia da chegada dos franceses e, sete dias depois, havia reunido essa força, composta principalmente de milicianos. Hoje, não poderíamos mobilizar tropas tão rapidamente, pois é ponto averiguado que a rapidez da mobilização e do ataque são as primeiras condições da vitória. O Brasil é um dos raríssimos países que não têm milícias ou reservas militares.

1816 — Os correntinos e os guaranis do coronel Andrés Artigas assaltam São Borja e são repelidos pelo general Chagas Santos (ver 21

de setembro e 3 de outubro).

1840 — Um corpo de revolucionários do Rio Grande do Sul, comandado por Joaquim Mariano Aranha, é repelido no rio das Canoas, em Santa Catarina, pelo capitão Taborda, da Guarda Nacional rio-grandense, ali colocado pelo coronel Antônio Manuel de Melo e Albuquerque.

1842 — O general Caxias é nomeado presidente e comandante das armas do Rio Grande do Sul, depois de haver pacificado as províncias de São Paulo e de Minas Gerais (ver 9 de novembro de 1842 e 1º de março de 1845).

1864 — Falecimento do poeta Laurindo José da Silva Rabelo, nascido na cidade do Rio de Janeiro a 3 de junho de 1826.

1871 — É aprovada, em última discussão, no Senado, e no mesmo dia sancionada pela princesa imperial regente, dona Isabel, a lei que declarou livres os filhos de mãe escrava e que criou um fundo aplicável à libertação dos escravos.

1872 — Bênção da igreja paroquial da Glória, no Rio de Janeiro, construída na praça duque de Caxias.

1877 — Abre-se no Rio de Janeiro a exposição da *Batalha de Avaí*, quadro de Pedro Américo de Figueiredo. Este quadro e o da *Primeira batalha dos Guararapes*, de Vitor Meireles, foram pintados por encomenda do conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, quando ministro do Império.

1880 — É inaugurada no Rio de Janeiro a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, fundada por Joaquim Nabuco, André Rebouças, Joaquim Serra e alguns outros abolicionistas.

1885 — Segunda lei estabelecendo providências para a emancipação gradual dos escravos. Iniciada e defendida na Câmara dos Deputados pelo gabinete Saraiva, foi sustentada no Senado pelo gabinete Cotegipe.

29 DE SETEMBRO

1652 — Desembarcam em Caiena cerca de 400 a 500 franceses, mandados pela nova Companhia, constituída no ano anterior, com o privilégio de ocupar a Guiana inteira, do Amazonas ao Orenoco. Trazia tal companhia o título de França Equinocial, e tinha por principal associado o secretário-geral da Marinha da França. Menos de um ano depois do desembarque, aqueles colonos estavam quase exterminados; mais de 400 pessoas tinham morrido, e as restantes estavam reduzidas à última extremidade, quando, a 11 de dezembro de 1653, dois navios, um holandês e outro inglês, apareceram diante de Caiena; o comandante do último ofereceu ao pequeno número de franceses, que se encontrava no forte de Caperu, transporte para Surinam, o que aceitaram (ver 11 de dezembro de 1653).

1804 — Nascimento de Francisco Manuel Barroso da Silva, depois barão do Amazonas (ver 8 de agosto de 1882).

1821 — Decretos das Cortes Constituintes de Lisboa ordenando o regresso do príncipe regente do Brasil, dom Pedro, e criando, em cada província do Brasil, uma junta de província de governo e um comando militar independente. Essas juntas de governo e os governadores das armas dependeriam diretamente do governo real e das cortes. Eram ambos os decretos promulgados em cartas de lei de 1º de outubro. A carta de lei extinguindo os tribunais criados no Brasil por dom João VI não tem esta data, mas sim a de 13 de janeiro de 1822.

— O coronel José Camelo Pessoa de Melo, comandante das tropas que obedeciam à junta de Goiana (ver 21 de setembro), ameaça as trincheiras de Olinda, onde comandava o coronel português Caiola. O fogo durou quatro horas.

1848 — Sobe ao poder o Partido Conservador, com o ministério organizado pelo visconde (depois marquês) de Olinda. O Partido Liberal governava desde 2 de fevereiro de 1844. O gabinete de 29 de setembro de 1848 ficou assim constituído: Olinda, presidente do

Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros; Monte Alegre (Costa Carvalho), Império; Eusébio de Queirós, Justiça; Rodrigues Torres (depois visconde de Itaboraí), Fazenda; Manuel Felizardo de Sousa e Melo, Guerra e interino da Marinha. No ano seguinte, tomou posse do cargo de ministro da Marinha o conselheiro Tosta (depois marquês de Muritiba). Este ministério teve de lutar contra a insurreição do Partido Liberal em Pernambuco. Vencida esta, em 1849, o chefe do gabinete demitiu-se (6 de outubro), por achar-se em divergência com todos os seus colegas, que julgavam indispensável a intervenção armada do Brasil no rio da Prata.

1870 — Organização do gabinete conservador presidido pelo visconde (depois marquês) de São Vicente (Pimenta Bueno). Sucedeu ao do visconde de Itaboraí, de 16 de julho de 1868, e governou apenas durante alguns meses das férias parlamentares, até 7 de março de 1871.

30 DE SETEMBRO

1592 — Afonso Sardinha é eleito, pelos oficiais e "homens bons" da vila de São Paulo, capitão da guerra contra os índios. Esta foi a segunda grande guerra dos paulistas, e durou sete anos. Depois de Sardinha, comandaram Jorge Leitão e João do Prado.

1642 — Na noite desse dia rompe a insurreição contra o domínio holandês no Maranhão. Antônio Muniz Barreiros, chefe dos sublevados, surpreende e aprisiona os guardas de cinco engenhos no Itapicuru (ver o dia seguinte).

1828 — Levantamento do bloqueio das costas argentinas pela esquadra brasileira. Começou esse bloqueio no dia 21 de dezembro de 1825.

1853 — Falecimento de Auguste de Saint-Hilaire em La Turpinière. Nasceu em Orléans a 4 de outubro de 1779 (ver 30 de maio de 1816).

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

VI B

EFEMÉRIDES BRASILEIRAS

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
VI B

EFEMÉRIDES BRASILEIRAS

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

VI B

Efemérides Brasileiras

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ventura Ferreira
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco VI : efemérides brasileiras. / Rodolfo Garcia, organizador. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
968 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-357-1

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais. I. Garcia, Rodolfo.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da
Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Sumário

Apresentação, 9
Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Explicação, 23

Efemérides brasileiras, 27

Índice de nomes, 749

Índice de assuntos, 857

1º DE OUTUBRO

1614 — A expedição de Jerônimo de Albuquerque, que ia combater os franceses da ilha do Maranhão, chega ao fortim da baía das Tartarugas ou Jererecoara, hoje Jericoacoara, construído pelo mesmo Albuquerque em 1613. Cumpre não confundir este fortim com o do Amparo, levantado em 1607 por Martim Soares Moreno, junto ao rio Ceará.

1642 — Antônio Muniz Barreiros surpreende e toma, pela madrugada, o forte holandês do Calvário, no Itapicuru, depois de ter aprisionado o comandante Maximiano Schade, que dormia fora desse forte.

1645 — Uns 50 moradores do Rio Grande do Norte tinham-se fortificado, depois da matança de Cunhaú (16 de julho), na casa de Fernando Mendes, no Potengi, perto do lugar em que está hoje a povoação de São Gonçalo, e aí repeliram um ataque do feroz Jacob Rabbi, israelita alemão muito popular entre os índios do partido holandês. Rabbi pôs, então, em apertado sítio o fortim, cujos defensores foram obrigados a capitular no dia 1º de outubro. Quem comandava os índios era o mencionado chefe, e não Johan Listry, aprisionado em Casa Forte no dia 17 de agosto (ver 3 de outubro).

1762 — Os espanhóis, que bloqueavam a Colônia do Sacramento desde 6 de julho, começaram a investi-la neste dia. Dirigiu este assédio (o quarto que sofria a praça) o general Ceballos. Era governador da Colônia o brigadeiro Vicente da Silva da Fonseca (ver 30 de outubro).

1777 — Tratado preliminar de Santo Ildefonso (La Granja), fixando os limites entre os domínios portugueses e espanhóis na América. Este tratado ficou nulo porque a demarcação não se ultimou, e ocorreu a Guerra de 1801, em que o Brasil, pelo direito de conquista, alargou as suas fronteiras. Depois, sobreveio a independência das possessões portuguesas e espanholas na América, ficando indecisas as fronteiras e prevalecendo, portanto, na falta de tratados, o direito da posse.

1821 — Algumas tropas da junta de Goiana, sob o comando dos

majores Manuel de Azevedo do Nascimento e Manuel do Nascimento Monteiro, atacaram e tomaram neste dia a povoação de Afogados, arrabalde do Recife; no entanto, cumprindo as ordens recebidas, retiraram-se pouco depois, porque ao seu encontro marchava o general português Luís do Rego.

1822 — No dia 26 ficou pronta a nossa trincheira do Manguinho (Itaparica), com uma peça de 12. Neste dia, houve fogo com as canhoneiras, e foi posta fora de combate a *Dez de Fevereiro*, retirando-se as outras.

1827 — Aparece no Rio de Janeiro o primeiro número do *Jornal do Commercio*. Sucedeu ao *Spectador Brasileiro* (1824-1827) e este, à *Estrela Brasileira* (1823 e 1824).

1839 — Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) surpreende e aprisiona, no Caí, o comandante Duarte Canavarro.

1862 — Começa a ser publicado o *Diário Oficial do Império do Brasil*.

1868 — Às 4h, o chefe de divisão barão da Passagem (Delfim de Carvalho) parte do ancoradouro de Palmas com os encouraçados *Tamandaré*, *Bahia*, *Barroso* e *Silvado*, e, subindo o rio Paraguai, força as baterias de Angustura, comandadas pelo tenente-coronel George Thompson. Ao amanhecer, os outro encouraçados, dirigidos a princípio pelo capitão de mar e guerra Mamede Simões, bombardeiam a primeira bateria de Angustura e parte das trincheiras do Piquiciri. O almirante Inhaúma adianta-se na canhoneira *Belmonte* e comanda o fogo, enquanto o exército do marechal Caxias procedia ao reconhecimento da linha de Piquiciri. O general Osório aproximou-se da direita inimiga, onde comandava o coronel Hermosa, e os generais Guimarães (José Auto) e barão do Triunfo (Andrade Neves) avançaram sobre o centro, defendido pelo general González. Outras colunas reconheceram a esquerda inimiga, mas só estas duas tiveram de combater. No centro, o general Guimarães tomou uma trincheira avançada do inimigo. As tropas, que fizeram este reconhecimento, tiveram 166 homens fora de combate; a esquadra, quatro.

2 DE OUTUBRO

1607 — Toma posse do cargo de prelado do Rio de Janeiro o doutor Mateus da Costa Aborim (ver 8 de fevereiro de 1629).

1624 — Instalação da vila e Nossa Senhora da Conceição da Ilha Grande, depois cidade de Angra dos Reis, pelo capitão João de Moura Fogaça. A primitiva povoação já existia pelo ano de 1590, no lugar denominado Vila Velha, na ponta fronteira à ilha Gipóia, uma légua (cerca de 6,6 km) distante da atual cidade. Desde 1593, era paróquia. Cumpre notar que frei Gaspar da Madre de Deus errou, atribuindo a Martim Afonso de Sousa o descobrimento desse porto no dia de Reis de 1532. A esquadrilha desse capitão-mor partiu no dia 1o de agosto de 1531 do Rio de Janeiro para São Vicente, mas não tocou em Angra dos Reis, descoberta por André Gonçalves e Américo Vespúcio no dia 6 de janeiro de 1502.

1645 — À meia-noite de 1o para 2 de outubro, os holandeses assaltaram alguns dos destacamentos que tínhamos na margem direita do Beberibe. Os nossos recuaram até a estância do capitão João Soares de Albuquerque e, recebendo ali algum reforço, voltaram sobre o inimigo e o perseguiram, até que este ficou ao abrigo dos seus fortes.

1799 — Nasce em Alcântara, Maranhão, Custódio Alves Serrão, sábio botânico (ver 10 de março de 1873).

1827 — Escaleres brasileiros capturaram, debaixo dos fogos da bateria da Ensenada, o brigue americano Brutus, que, forçando o bloqueio, aí encalhou, perseguido pelas escunas Bela Maria (Guilherme Parker), Conceição (Wilson), Paula (Th. Read) e Rio (Gonçalves Camacho) e pela canhoneira Primeiro de Dezembro (Joaquim Eugênio Avelino). Esses navios sustentaram fogo contra a bateria argentina e, não conseguindo fazer safar o brigue, queimam-no na manhã seguinte.

— Naufrágio da fragata brasileira Paula, perto de Cabo Frio.

1836 — Os revolucionários do Rio Grande do Sul, sob o comando

do coronel Bento Gonçalves da Silva, vendo-se apertados pelas tropas do governo, comandadas por Bento Manuel Ribeiro, ocuparam o morro do Fanfa, na margem direita do Jacuí, e a ilha do Fanfa. Pretendiam ganhar a margem direita, mas a esquadrilha imperial do chefe Grenfell impediu a passagem. Compunha-se do vapor *Liberal* da escuna *Legalidade* e das canhoneiras números 3, 5, 6 e 7 (ver 3 de outubro).

1858 — Morre no Rio Grande do Sul o marechal barão de Caçapava (Francisco José de Sousa Soares de Andréia), pacificador do Pará em 1836 e de Santa Catarina em 1839.

1859 — O imperador dom Pedro II e a imperatriz partem do Rio de Janeiro para visitar, pela primeira vez, algumas das províncias do norte.

1869 — Decreto do governo provisório do Paraguai extinguindo a escravidão. Este decreto foi lavrado a pedido do marechal conde d'Eu, generalíssimo das forças brasileiras em operações contra o ditador Solano López. O número dos escravos existentes no Paraguai era muito pequeno. Em 1842, havia sido decretada a liberdade dos nascituros.

3 DE OUTUBRO

1645 — Os moradores do Rio Grande do Norte, que haviam capitulado no fortim de Potengi (ver 1º de outubro), e outros que estavam prisioneiros na fortaleza Ceulen (Reis Magos) são conduzidos pelos holandeses até a foz do Uruguaçu, afluente da margem direita do Potengi (*Huruauassú*, segundo Calado; *Uruguaguaçú*, no mapa de Marcgrav), e aí entregues, nesta data, aos selvagens do principal Antônio Paraupaba. Lopo Curado Garro descreveu o horroroso assassinato de todos esses prisioneiros, entre os quais podem ser citados Estevão Machado de Miranda, Vicente de Sousa Pereira, Francisco Mendes Pereira, João da Silveira, Simão Correia, vigário Ambrósio Rodrigues Ferro, Antônio Vilela, o moço, José Porto, Francisco Bastos, Diogo Pereira, João Martins, Antônio Baracho (começaram cortando-lhe a língua e outras partes do corpo), Mateus Moreira (abriram-no pelas costas, para arrancar-lhe o coração), Manuel Álvares Ilha e Antônio

Fernandes. Estes últimos não foram martirizados porque, tendo facas de ponta, se lançaram contra os algozes, matando e ferindo alguns, e sucumbiram pelejando.

1653 — Parte de Lisboa a frota anual da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Compunha-se de 64 navios, incluindo os mercantes. Pedro Jaques de Magalhães, depois visconde da Fonte Arcada, era o general (isto é, comandante em chefe), e Francisco de Brito Freire, o almirante (isto é, comandante ou imediato do general). Essa frota chegou ao Lamarão do Recife no dia 20 de dezembro e, auxiliando o exército do general Barreto de Meneses, contribuiu para a capitulação dos holandeses (26 de janeiro de 1654) e a completa libertação do território, que ainda ocupavam os invasores no norte do Brasil.

1735 — Começa neste dia o terceiro assédio da Colônia do Sacramento pelos espanhóis de Buenos Aires. Terminou no dia 2 de setembro de 1737. A praça foi vitoriosamente defendida pelo brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, graças aos continuados socorros de tropa e de víveres, remetidos pelo capitão-general do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrada, depois conde de Bobadela.

1816 — *Combate de São Borja em que o tenente-coronel José de Abreu (depois marechal de campo e barão de Cerro Largo) derrota a divisão do coronel Andrés Artigas.* Abreu tinha sido destacado do Ibirapuitã pelo general Curado, para socorrer o general Chagas Santos, comandante do distrito das Missões Brasileiras. Desde o dia 21, Andrés Artigas sitiava este último general em São Borja, com dois mil correntinos e guaranis; no dia 28, havia sofrido grande perda em um assalto que dera às nossas trincheiras. No dia 21, Abreu repeliu, na foz do Ibicuí, a divisão de Pantaleón Sotelo; no dia 27, derrotou um troço de inimigos em Ituparaí; na manhã de 3 de outubro, apresentou-se diante de São Borja com 693 homens das três Armas rio-grandenses e paulistas, e duas peças. Andrés Artigas foi completamente desbaratado, perdendo 470 mortos e prisioneiros, as duas peças que tinha, toda a bagagem e dois mil cavalos. Os inimigos fugiram, uns pelo Passo de São Borja, outros na direção de Botuí. Em perseguição destes, marchou uma coluna de cavalaria, comandada pelo capitão Paula Prestes (ver 4

de outubro); contra os outros, o general Chagas expediu a artilharia, a infantaria de São Paulo que viera com Abreu, e a de Santa Catarina que estava na vila. A artilharia, assestada na margem e dirigida pelo tenente Luz, de São Paulo, afugentou a canhoneira de Justo Yedros e meteu a pique outra carregada de fugitivos. Em menos de um mês, foram assim expulsos os invasores do distrito das Missões.

1836 — Primeiro dia da *batalha do Fanfa* (ver 2 de outubro). Trava-se o combate de artilharia, sustentado pelas tropas de Bento Manuel Ribeiro e pela esquadrilha de Grenfell, contra as baterias estabelecidas por Bento Gonçalves no morro e na ilha do Fanfa (ver 4 de outubro).

1838 — Bernardo Pereira de Vasconcelos toma posse da sua cadeira de senador por Minas Gerais.

1851 — Morre no Rio de Janeiro o poeta José Elói Otoni, nascido na vila do Príncipe, hoje cidade do Serro, no dia 1º de dezembro de 1764.

1867 — C*ombate de Parê Cuê* (chamado pelos paraguaios de combate de Isla Taji, nome do pequeno capão de mato entre São Solano e Parê Cuê, denominado pelos nossos soldados capão das Dúvidas). Uma coluna de cavalaria paraguaia, composta de 2.500 homens (seis regimentos), atacou nesse lugar o coronel Fernandes Lima, que apenas tinha 400 homens da 6ª divisão de cavalaria. Acudiram logo os generais Andrade Neves (barão de Triunfo), com mil homens da 2ª divisão, e José Luís Mena Barreto, com 800 da 1ª, assim como com o resto da 6ª divisão. O general Mena Barreto ficou com o comando das divisões reunidas. Entraram, portanto, em ação 2.600 homens da Guarda Nacional (rio-grandense). O 50º batalhão de voluntários (Pernambuco), comandado pelo tenente-coronel Albuquerque Belo, avançou aceleradamente e pôde fazer algumas descargas. O combate e a perseguição duraram apenas três quartos de hora, perdendo os paraguaios 500 mortos, 200 prisioneiros e oito estandartes. Os nossos mortos e feridos foram 170.

1881 — Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a China, assinado em Tientsin (ver 5 de setembro de 1880).

4 DE OUTUBRO

1501 — André Gonçalves e Américo Vespúcio, explorando pela primeira vez a costa brasileira do cabo de São Roque para o sul, reconhecem a foz do grande rio, a que deram o nome de São Francisco.

1650 — Geralmente dizem os nossos cronistas que o forte de São Marcelo ou do Mar, na Bahia, foi construído pelo conde de Castelo Melhor, em cumprimento de uma carta régia desta data. Nisso há engano. O forte do Mar foi começado pelo ano de 1623, no governo de Diogo de Mendonça Furtado. Em maio de 1624, conforme o padre Antonio Vieira (ânua do Brasil), não estava acabado, e só igual com as ondas, sem mais outro reparo que uns cestões, parte cheios de terra, parte vazios. No dia 9 de maio desse mês e ano, foi tomado pelo almirante holandês Piet Heyn. Segundo Tamayo, tinha apenas seis peças e 50 cestões. Em 1638, quando o conde Maurício de Nassau atacou a Bahia, o forte existia, provavelmente terminado entre os anos de 1627 e 1630. A carta régia de 1650 trata, portanto, de uma reconstrução. Posteriormente, em 1716, o forte foi aumentado, segundo os planos do general Massé, e melhorado em princípios deste século (século XIX), durante o governo do conde dos Arcos.

1807 — Nascimento de Paulino José Soares de Sousa, depois visconde do Uruguai. Nasceu em Paris e faleceu no Rio de Janeiro (ver 15 de julho de 1866).

1816 — O capitão Paula Prestes, destacado por José de Abreu, com 230 homens (ver 3 de outubro), alcança, junto à barra do Botuí, 700 dos vencidos de São Borja e, depois de viva peleja, obriga-os a fugir desordenadamente. Nesse mesmo dia, a nossa guarda do Passo de Santa Maria repeliu um ataque do inimigo.

1819 — Viagem inaugural do primeiro barco a vapor que houve no Brasil, pertencente ao general Caldeira Brant (depois marquês de Barbacena). A viagem foi feita de Salvador a Cachoeira.

1836 — Segundo dia da *batalha do Fanfa* (ver 2 e 3 de outubro). Na véspera, houve apenas combate de artilharia; neste dia, por ordem

de Bento Manuel Ribeiro, o coronel Gabriel Gomes Lisboa, da Guarda Nacional, atacou o morro do Fanfa, e o coronel Francisco Xavier da Cunha (depois general) desembarcou na ilha ocupada pelo inimigo. A esquadrilha de Grenfell apoiou o ataque. O morro do Fanfa foi logo tomado, e à tarde cessou o combate na ilha, capitulando sob condições os revolucionários. Ficaram prisioneiros uns 900 homens, entre os quais o chefe da insurreição, coronel Bento Gonçalves da Silva, Onofre Canto e o conde Tito Lívio Zambeccari. Foram tomadas quatro peças e recebidas dos que capitularam outras 11.

1870 — Falece no Recife o senador conde da Boa Vista (Francisco do Rego Barros), nascido no engenho Trapiche a 3 de fevereiro de 1802. Assentou praça em 1817. Terminou os seus estudos em Paris e foi presidente de Pernambuco de 1837 a 1844, com pequena interrupção de alguns meses em 1841. Dessa inteligente e fecunda administração, perduram vários monumentos e a mais honrosa memória. Em 1865 e 1866, durante a Guerra do Paraguai, o conde da Boa Vista governou a província do Rio Grande do Sul. Era brigadeiro reformado do Exército.

1879 — Morre no Rio de Janeiro o tenente-general Manuel Luís Osório, marquês do Herval, senador do Império e então ministro da Guerra. Este honrado general, uma das mais puras glórias do Exército brasileiro, nasceu em Conceição do Arroio (Rio Grande do Sul) a 10 de maio de 1808. Assentou praça de cadete na cavalaria de São Paulo a 1º de maio de 1823; esteve no assédio de Montevidéu (1823) durante a Guerra da Independência; foi promovido a alferes em 1824 e fez as campanhas de 1825 a 1828 na Banda Oriental e no Rio Grande do Sul, distinguindo-se nos combates de Arbolito e de Sarandí e na batalha de Ituzaingo (é inexato que tivesse estado no combate do Rincón). Promovido a tenente por atos de bravura naquela batalha, conservou-se fiel ao dever militar, combatendo pela vitória da lei e da união nacional durante a guerra civil de 1835 a 1845, no Rio Grande do Sul; em 1844 era tenente-coronel. Com este posto e no comando do 2º regimento de cavalaria, fez as campanhas do Uruguai e de Buenos Aires em 1851 e 1852, e muito se assinalou pelas suas brilhantes cargas na batalha de Monte Caseros. Era brigadeiro e comandante de uma divisão quando o Exército imperial invadiu o Estado Oriental em 1864, e esteve no assédio

de Paissandu e de Montevidéu. De 1º de março de 1865 a 15 de julho de 1866, comandou o 1º corpo do exército em operações contra o Paraguai, desembarcou no território inimigo, derrotando em Confluência e em laguna Sirena as tropas que o ditador López mandou ao seu encontro (16 e 17 de abril de 1866); decidiu em favor dos aliados a batalha do Estero Bellaco (2 de maio) e teve parte principal na primeira batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), sendo levemente ferido nestas duas. Voltou do Brasil para o Paraguai em 1867, a frente do 3º corpo do Exército, destroçou o inimigo em Tuju-Cuê (31 de julho de 1867), dirigiu vários reconhecimentos ordenados pelo marechal Caxias sobre as linhas inimigas, de um dos quais resultou o mortífero combate de 16 de julho de 1868, nas trincheiras de Humaitá; foi gravemente ferido na batalha do Avaí (11 de dezembro de 1868). Em 1869, tornou ao Paraguai e, sob o comando do marechal conde d'Eu, esteve no assalto de Piribebuí. Em 28 de abril de 1877, teve recepção verdadeiramente triunfal quando veio tomar posse da sua cadeira no Senado brasileiro. Nenhum outro general brasileiro foi mais justamente popular e querido do que Osório, grande e ilustre pela bravura, pela lealdade e pelo patriotismo.

1880 — Decreto de concessão da estrada de ferro do rio Claro.

5 DE OUTUBRO

1557 — Falecimento de Diogo Álvares, o Caramuru. Faleceu na povoação do Pereira, ou Vila Velha, hoje bairro da Vitória, em Salvador, e foi sepultado no Colégio dos Jesuítas. Naufragou em 1510 na Bahia e desde essa ocasião ali viveu.

1615 — Parte de Pernambuco a esquadrilha de Alexandre de Moura conduzindo um reforço de tropas a Jerônimo de Albuquerque, encarregado da expulsão dos franceses do Maranhão (ver 1º de novembro, data da chegada ao Maranhão).

1762 — Começa o bombardeamento da Colônia do Sacramento pelos espanhóis (ver 1º e 30 de outubro).

1801 — O capitão Antônio Rodrigues Barbosa, transpondo o Jaguarão, derrota um destacamento espanhol na guarda da lagoa.

1821 — Convenção de Beberibe entre a junta de governo de Goiana, presidida por Bernardo José da Gama, e a do Recife, da qual era presidente o general Luís do Rego Barreto. Ficou resolvida a eleição de um novo governo, o qual sucederia às juntas rivais (ver 26 de outubro).

1822 — Evadem-se de Lisboa os deputados brasileiros Antônio Carlos de Andrada Machado, Diogo Feijó, Costa Aguiar, Bueno, Lino Coutinho, Agostinho Gomes e Barata (os três últimos deputados pela Bahia, os outros por São Paulo). Seguem para Falmouth, no paquete inglês, e aí publicam um manifesto.

1829 — Fundação da Imperial Sociedade Amante da Instrução, no Rio de Janeiro.

1844 — Insurreição em Alagoas contra o governo dos liberais. Os sublevados entram em Maceió e obrigam o presidente Bernardo de Sousa Franco a refugiar-se a bordo do iate *Caçador*.

1865 — Morre no Rio de Janeiro, o senador marquês de Abrantes, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, nascido em Santo Amaro (Bahia) a 26 de outubro de 1794. Seus serviços à pátria começaram por ocasião da Guerra da Independência, sendo ele então membro do último governo provisório de Cachoeira. Deputado pela Bahia desde as Constituintes, entrou para o Senado em 1840, foi por vezes ministro da Fazenda (1827-1829, 1837-1839, 1841-1843) e dos Negócios Estrangeiros (1829 e 1830, 1862-1864) e desempenhou uma missão diplomática na Europa de 1844 a 1846, na qual produziu a intervenção anglo-francesa no rio da Prata contra o ditador Rosas. Era ministro dos Negócios Estrangeiros quando os insultos do ministro Christie obrigaram o Império a romper as relações diplomáticas com a Grã-Bretanha. Essa desinteligência teve solução honrosa para o Brasil, por decisão arbitral do rei dos belgas. O marquês de Abrantes será sempre contado entre os melhores estadistas e oradores parlamentares que tem tido o Brasil.

1868 — Reconhecimento de Angustura pelo comandante Marques Guimarães, do encouraçado *Colombo*.

1869 — Falece na corte o barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto.

1877 — Falece na cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu a 24 de dezembro de 1832, o brigadeiro honorário Francisco Pinheiro Guimarães. Tinha obtido triunfos como escritor dramático e romancista quando, em 1865, se alistou para servir na Guerra do Paraguai. Foi-lhe confiado o comando de um dos corpos de voluntários fluminenses, tornou-se dos melhores chefes da nossa infantaria, recebeu glorioso ferimento na primeira batalha de Tuiuti e muito se distinguiu nessa e em outras ações de empenho até a terminação da guerra, regressando então com o comando de uma brigada de voluntários à cidade natal, a qual o recebeu entusiasticamente. Tornou-se também notável na tribuna da Câmara dos Deputados, como membro da oposição liberal.

6 DE OUTUBRO

1633 — Os capitães Domingos Correia e Antônio Cardoso (índio), à frente de 90 homens, derrotam junto aos Guararapes um destacamento holandês, muito superior em número.

1737 — Parte do Recife o coronel João Lobo de Lacerda, que vai desalojar os franceses da ilha de Fernando de Noronha. Conseguiu esse resultado sem resistência e deu começo à construção dos fortes dessa ilha, que desde essa ocasião ficou presidiada.

1831 — Levante do corpo de artilharia de marinha aquartelado na ilha das Cobras. O capitão-tenente José Joaquim Faustino, reunindo alguns guardas municipais e 30 cidadãos armados, rompeu o fogo contra os sublevados, que à noite tentaram desembarcar no Arsenal de Marinha (ver 7 de outubro).

1837 — Proclamação do novo regente do Império, Pedro de Araújo Lima, depois marquês de Olinda, chamando à concórdia os revolucionários do Rio Grande do Sul.

— Nascimento do poeta Bruno Seabra, no Pará.

1845 — Parte do Rio de Janeiro uma esquadra sob o comando de Grenfell, conduzindo ao Rio Grande do Sul o imperador dom Pedro II e a imperatriz dona Teresa Cristina. Essa excursão terminou a 15 de abril, visitando os imperantes aquela província e, depois, as de Santa Catarina e de São Paulo.

1849 — O presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros, visconde de Olinda (depois marquês), deixa o ministério por achar-se em desacordo com todos os seus colegas e com o imperador, que julgavam necessária a intervenção armada do Brasil no rio da Prata. O ministro do Império, Monte Alegre, foi nomeado presidente do Conselho, e Paulino de Sousa (depois visconde do Uruguai), ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi durante essa administração que o tráfico de africanos ficou de fato abolido – graças à energia de Eusébio de Queirós, ministro da Justiça – e que o Brasil libertou as Repúblicas do Prata, destruindo as ditaduras de Rosas e Oribe.

1859 — Chegada do imperador e da imperatriz do Brasil a Salvador.

1879 — Funerais de Osório no Rio de Janeiro (ver 4 de outubro).

7 DE OUTUBRO

1645 — Foi assinado neste dia, segundo Rafael de Jesus (Castrioto Lusitano, p. 403), o chamado manifesto do direito com que os moradores de Pernambuco se levantaram contra a dominação holandesa. Esse documento, que é uma representação dirigida ao rei dom João IV, encontra-se no *Valeroso Lucideno*, de Calado (pp. 139-148), mas sem data. Terminava com estas palavras: "[...] E, assim, com toda a submissão prostrados aos pés de vossa majestade, tornamos

a pedir socorro e remédio com tal brevidade, que nos não obrigue a desesperação, pelo que toca ao culto divino, a buscar em outro príncipe católico o que de vossa majestade esperamos."

— Tem a mesma data a certidão da aclamação de Fernandes Vieira para governador (em Calado, 247-252), assinada no arraial Novo por capitães e outros cabos da milícia de Pernambuco, "oficiais da Câmara e da República" das vilas de Olinda, Serinhaém, Iguaraçu e da cidade da Paraíba*, eclesiásticos e pessoas principais de Pernambuco.

1650 — O capitão Manuel de Aguiar, que defendia com um destacamento de tropas da Bahia a estância de Aguiar, próxima ao forte de Afogados, repele um ataque dos holandeses, saídos desse forte (em 1650, não em 1649).

1794 — Falece em Lisboa João Pereira Caldas, que governou a capitania do Piauí de 1759 a 1769 e, o estado do Grão Pará e Rio Negro de 1772 a 1780.

1803 — Nasce na povoação de Porto do Salgado, no São Francisco, José Antônio Marinho (ver 13 de março de 1853).

1831 — Reúnem-se no Arsenal de Marinha, sob o comando do general José Maria Pinto Peixoto, as forças do governo, para combater o corpo de artilharia de Marinha que se sublevou na ilha das Cobras (ver 6 de outubro). Alguns navios de guerra, dirigidos pelo chefe de divisão James Taylor, e uma bateria postada no adro do mosteiro de São Bento romperam o fogo sobre a ilha, e logo depois partiram em lanchas três colunas de oficiais soldados, guardas municipais e guardas nacionais, comandadas pelo coronel João Paulo de Santos Barreto, major Luís Alves de Lima (depois duque de Caxias) e Manuel Antônio Airosa. A fortaleza foi facilmente tomada, ficando prisioneiros 200 sublevados. Um guarda municipal, morto neste assalto, foi sepultado com grande pompa, inspirando a sua morte o entusiasmo dos poetas daquele tempo.

* Hoje, João Pessoa, PB. (N.E.)

1840 — Os revolucionários do Rio Grande do Sul, sob o comando de Portinho, são repelidos no rio das Canoas (Santa Catarina) pelo capitão Taborda, que obedecia ao coronel Melo e Albuquerque, da Guarda Nacional rio-grandense.

8 DE OUTUBRO

1605 — Relativamente ao alvará desta data no arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, ver o que ficou dito na efeméride de 1º de julho de 1591.

1624 — Morre no acampamento do Rio Vermelho, perto da Bahia, dom Marcos Teixeira, quinto bispo do Brasil. De 15 de maio a 12 de setembro desse ano, este prelado exerceu o governo civil e militar, organizando e dirigindo as forças que sitiaram os holandeses, senhores da cidade da Bahia, desde o dia 9 de maio.

1711 — Desembarca no Recife o novo governador, Felix José Machado de Mendonça, e é recebido com muitas demonstrações de júbilo pelos dois partidos rivais, terminando então a Guerra Civil, chamada dos *Mascates*. No dia 10, o bispo, que era o governador aclamado pelo partido da nobreza e dos naturais da terra, entrega o governo a Machado de Mendonça.

1713 — Segundo Azevedo Marques, foi instalada neste dia a vila de São João d'el-Rei. Saint-Hilaire, porém, fundando-se em notícias extraídas dos livros da Câmara, afirma que a instalação se fez no dia 8 de dezembro. Há grandes divergências sobre a data deste acontecimento (19 de janeiro de 1718, em Pizarro, mesmo dia no ano de 1713 em Milliet de Saint-Adolphe). São João d'el-Rei chamava-se até 1713 Arraial do Rio das Mortes, e teve origem em um acampamento de mineração aí estabelecido em 1684 pelos paulistas Tomé Portes d'el-Rei, Bartolomeu Bueno de Siqueira, Antônio Rodrigues de Arzão e Manuel de Borba Gato. Recebeu o predicamento de cidade a 6 de março de 1838. Foi a quarta vila criada em Minas Gerais.

1799 — Nascimento de Evaristo Ferreira da Veiga, na cidade do Rio de Janeiro (ver 12 de maio de 1837, data do seu falecimento).

1819 — O coronel Manuel Marques de Sousa (depois general, e segundo desse nome) ataca e dispersa o acampamento de paso de la Arena, em que estavam reunidos 400 orientais, sob o comando de Filipe Duarte. Ficaram mortos ou prisioneiros 83 dos contrários, havendo do nosso lado três mortos. Marques de Sousa comandava a vanguarda da coluna do general Jorge de Avilez.

1844 — O comandante Hipólito Cardoso derrota em Santana (Rio Grande do Sul) o caudilho Bernardino Pinto.

1868 — A divisão de encouraçados, dirigida pelo barão da Passagem, rompe o fogo contra os infantes paraguaios que a hostilizavam acima de Angustura e os põe em fuga. O encouraçado *Sivaldo*, do comandante Costa Azevedo (depois barão do Ladário), desce o rio, forçando as baterias de Angustura.

9 DE OUTUBRO

1771 — Lançamento do brigue *Belona,* construído no porto dos Casais, depois Porto Alegre. A este brigue reuniram-se outros navios de guerra, formando a esquadrilha que auxiliou o exército até a expulsão, em 1776, dos espanhóis que ocupavam a vila e o canal do Rio Grande do Sul.

1809 — Dom Diogo de Sousa (depois conde do Rio Pardo), primeiro capitão-general nomeado para a capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, toma posse do seu cargo em Porto Alegre. Sucedeu ao chefe da esquadra Paulo Gama (depois barão de Bagé) e entregou o governo ao marquês de Alegrete no dia 13 de novembro de 1814. Sobre dom Diogo de Sousa ver efeméride de 12 de julho de 1829.

1821 — É ratificada neste dia pelo general Luís do Rego a convenção de Beberibe, assinada no dia 5.

1853 — Naufrágio do vapor *Pernambucano*. O comandante encalhara o vapor em frente ao arroio da Cruz, entre a ponta de Santa Maria Grande e a barra do Araranguá. Pereceram 42 pessoas. O marinheiro Simão, preto, fez a nado, debaixo de horrível temporal, 26 passagens entre o navio e a praia, salvando 13 vidas. O governo concedeu-lhe uma medalha de honra. Na *Ilustration Française* encontra-se o retrato desse herói (1853, p. 448, t. II).

10 DE OUTUBRO

1553 — Falecimento de Pero do Campo Tourinho, donatário da capitania de Porto Seguro e fundador da vila deste nome (1536) e das de Santa Cruz e Santo Amaro, esta última destruída em 1564 pelos selvagens.

1711 — Convenção para o resgate do Rio de Janeiro, então ocupado pelos franceses (ver 12, 20 e 21 de setembro). Foi assinada perto da lagoa da Sentinela, no local em que está hoje o Aterrado*, pelo mestre de campo João de Paiva Souto Maior, representando o governador Francisco de Castro Morais, e por Duguay-Trouin. Cinco dias depois, chegava ao Alto da Serra, em marcha para o Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque, à frente de seis mil homens, paulistas e forasteiros de Minas Gerais (ver 4 e 13 de novembro).

1780 — Nascimento de Domingos Borges de Barros (depois visconde da Pedra Branca). Nasceu no engenho São Pedro, Bahia (ver 20 de março de 1855).

1805 — Falece em Porto Alegre o brigadeiro do corpo de engenheiros Francisco João Róscio. Viera para o Brasil em 1767, como ajudante de ordens do marechal de campo engenheiro Jaques Funck, e, depois de longa permanência no Rio de Janeiro e de uma viagem a Lisboa, seguiu para o Rio Grande do Sul em 1792. Foi segundo comissário da demarcação de limites e, de 1801 a 1803, governador do Rio Grande

* Região da Cidade Nova. (N.E.)

do Sul, cabendo-lhe então o comando em chefe das nossas tropas nos últimos dois meses da guerra de 1801. Róscio deu os planos primitivos da igreja da Candelária do Rio de Janeiro.

1817 — Chegam a Porto Alegre o coronel José Antônio Berdun, o tenente-coronel Mosquera e outros oficiais entrerrianos, aprisionados por Bento Manuel em Belém (ver 15 de setembro).

1827 — Instalação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada no Rio de Janeiro por Inácio Álvares Pinto de Almeida.

1844 — Os insurgentes evacuaram a cidade de Maceió (ver 5 e 11 de outubro).

1856 — Morre na cidade do Rio de Janeiro o doutor José Francisco Sigaud, nascido em Marselha a 2 de dezembro de 1796, primeiro diretor do Instituto dos Meninos Cegos. Publicou, entre outros trabalhos, um livro ainda hoje interessante, com o título *Du climat et des maladies du Brésil*.

1866 — O marquês de Caxias, marechal do exército graduado, é promovido à efetividade do posto e nomeado comandante em chefe das forças do Império em operações contra o governo do Paraguai.

1868 — O encouraçado *Brasil*, do comandante Salgado (depois barão de Corumbá), e o monitor *Alagoas* forçam as baterias de Angustura, subindo o rio Paraguai.

11 DE OUTUBRO

1492 — As três caravelas de Cristóvão Colombo, navegando em busca das Índias Ocidentais, encontraram neste dia indício seguro de terra próxima e habitada, pois apanharam ramos de árvores, juncos cortados e dois bastões, um dos quais lavrado a fogo. Pelas 22h, Colombo avistou, por vezes, uma luz (ver o dia seguinte).

1651 — Os holandeses são repelidos na estância de Aguiar, fronteira do forte dos Afogados, pelo capitão Manuel de Aguiar.

1823 — Apresenta-se diante de Montevidéu e começa a bloquear o porto uma divisão naval brasileira, comandada pelo capitão de mar e guerra Pedro Antônio Nunes, depois chefe de divisão (ver 21 de outubro).

1831 — A Câmara dos Deputados rejeita um projeto que autorizava as províncias a decretar cada uma a sua constituição particular. Esse projeto foi apresentado pelos deputados Antônio e Ernesto Ferreira França, Alves Branco e Fernandes da Silva.

1834 — Toma posse da presidência da província do Rio de Janeiro Joaquim José Rodrigues Torres (depois visconde de Itaboraí), que foi o primeiro a exercer esse cargo. O artigo 1º da lei de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional) constituiu a corte em município neutro, segregando-a da província do Rio de Janeiro.

1844 — O presidente de Alagoas, refugiado desde o dia 5 a bordo do iate *Caçador*, desembarca em Maceió. Desembarcaram também algumas tropas, chegadas da Bahia e de Pernambuco.

1851 — Capitulação do general Manuel Oribe, ou antes, convenção de paz celebrada entre ele e o general Urquiza, governador de Entre Rios. Oribe estava no Paso del Molino, e Urquiza tinha o seu quartel general no Pantanoso. As tropas argentinas e orientais, que serviram às ordens de Oribe, passaram a obedecer a Urquiza e ao governo de Montevidéu, aliado do Brasil. O grosso do Exército brasileiro, comandado pelo marechal Caxias, estava então no Passo de Polanco, margem esquerda do Ji, e a 3ª divisão (general Santos Pereira), no Passo d'el-Rei, do mesmo rio.

12 DE OUTUBRO

1492 — *Descobrimento do Novo Mundo, depois chamado*

América. Às 2h, o marinheiro Rodrigo de Triana, da caravela *La Pinta*, avistou ao luar uma praia de areia na distância de duas léguas (cerca de 13,2 km). O comandante Martim Alonso Pinzón fez o sinal convencionado, anunciando aos outros dois navios de Cristóvão Colombo o descobrimento esperado. Ao amanhecer, verificaram ser esta terra uma ilha de 15 léguas (cerca de 99 km) de extensão. Os selvagens chamavam-na Guanahaní; Colombo deu-lhe o nome de São Salvador. Segundo Peschel, Muñoz e Becker, é a ilha Watling, do grupo das Bahamas; o capitão Fox opina pela ilha Samana, e Varnhagen (visconde de Porto Seguro) pela Mayaguana ou Mariguana, ambas do mesmo arquipélago. Há outras opiniões, mas essas três hipóteses são as mais aceitáveis, sobretudo, a primeira.

1753 — Nascimento de José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, na cidade do Rio de Janeiro (ver 14 de maio de 1830).

1798 — Nasce em Queluz (Portugal) o príncipe dom Pedro, que foi regente e imperador do Brasil (Pedro I), rei de Portugal (Pedro IV) e regente desse reino (ver 24 de setembro de 1834).

1800 — Morre em Meia Ponte*, capitania de Goiás, Bartolomeu Antônio Cordovil, conhecido pelo nome de Antônio Lopes da Cruz, poeta notável, natural do Rio de Janeiro, nascido em 1746. Foi o primeiro professor régio da aula de latim enviado para aquela capitania, nomeado por carta régia de 16 de abril de 1787.

1808 — Criação do Banco do Brasil no Rio de Janeiro. Esse foi o primeiro estabelecimento bancário criado em nosso país.

1811 — O Exército brasileiro, comandado por dom Diogo de Sousa, chega a Maldonado.

1813 — Inaugura-se no Rio de Janeiro o teatro Real de São Pedro, depois teatro de São Pedro Alcântara, três vezes destruído por incêndio (25 de março de 1824, 13 de março de 1851 e 27 de janeiro de 1856) e

* Hoje, Pirenópolis, GO. (N.E.)

outras tantas reconstruído. O mais antigo teatro do Rio de Janeiro foi a Casa da Ópera, perto do largo do Capim (praça general Osório), dirigida pelo padre Ventura. Já existia no governo do vice-rei conde da Cunha (os nossos cronistas dão-no erradamente como fundado no tempo do vice-rei Lavradio). Bougainville, que esteve no Rio de Janeiro de junho a julho de 1767, diz o seguinte: "Ele [o vice-rei] fez-nos preparar um camarote na ópera [...] Em uma sala bastante bonita, podemos ver as obras-primas de Metastásio, representadas por uma companhia de mulatos, e ouvir diversos trechos dos grandes mestres da Itália, executados por uma orquestra regida por um padre corcunda em vestes sacerdotais." A Casa da Ópera foi destruída por um incêndio depois de 1769, sendo já vice-rei o marquês do Lavradio; então, um músico, Manuel Luís, construiu a Ópera Nova, junto ao palácio dos vice-reis. Esse teatro fechou-se em 1813, passando o edifício a ser ocupado por criados do Paço, e, posteriormente, até 1889, pela tesouraria da casa imperial.

1822 — *O príncipe dom Pedro é aclamado imperador constitucional do Brasil*. O Senado da Câmara do Rio de Janeiro, em circular de 17 de setembro, havia convidado as Câmaras das províncias vizinhas a tomar parte nessa cerimônia, que se efetuou no campo até então chamado de Santana. Em frente ao museu, havia, naquele tempo, um palacete. Foi da varanda deste edifício que o jovem imperador se apresentou ao povo. As tropas da guarnição e os regimentos de milícias, apresentando um total de seis mil homens, reuniram-se diante do palacete, sob o comando do ilustre general Curado, pouco depois conde de São João das Duas Barras. Depois do discurso de José Clemente Pereira, presidente do Senado da Câmara, e da resposta do imperador, a artilharia deu uma salva de 101 tiros. Debret representou em uma litografia a cena da aclamação.

1825 — *Combate de Sarandí e destroço completo de uma divisão de cavalaria brasileira, comandada pelo então coronel Bento Manuel Ribeiro*. Bento Manuel, marchando de Montevidéu com 1.150 homens de cavalaria de linha e de milícias, incluso o reforço que ali recebera, fez junção nas imediações de Minas com o coronel Bento Gonçalves da Silva, que comandava 354 milicianos, e seguiu rapidamente em procura

do general Lavalleja, chefe da revolução oriental. Na manhã de 12 de outubro, atravessou o arroio de Castro, afluente do Ji, e foi encontrar o inimigo no lugar denominado Orqueta de Sarandí, cabeceiras do arroio Sarandí, tributário da margem esquerda do Castro. O general Frutuoso Rivera já se tinha reunido a Lavalleja, de sorte que os orientais puderam apresentar 2.600 homens de cavalaria, alguns atiradores a pé e uma peça. Bento Manuel, orgulhoso com as passadas vitórias, mudou de cavalos e lançou-se a carga com 1.411 homens, todos de cavalaria (São Leopoldo enganou-se dizendo que tínhamos infantaria). Os esquadrões de linha, comandados pelo coronel Alencastro, romperam o centro do inimigo (coronel Manuel Oribe) e dispersaram a sua reserva (coronel Leonardo Oliveira); no entanto, a nossa direita (coronel Bento Gonçalves) foi rechaçada pelo general Rivera, e a esquerda, atacada também pela frente e pelo flanco por forças superiores, ficou derrotada. No Passo de Sarandí, Bento Manuel sustentou-se duas horas, até que se lhe reuniram Bento Gonçalves e muitos dos dispersos; assim, com 550 homens, fizeram esses dois chefes a sua retirada, pelo Passo de Polanco do rio Ji, para Santana do Livramento. Com eles seguiram o tenente-coronel Bonifácio Isas Calderón e os majores Filipe Néri de Oliveira e Albano de Oliveira Bueno. Alencastro, cercado pelo inimigo, capitulou depois de três horas de combate, ficando prisioneiro, com 36 oficiais e uns 400 soldados. No dia seguinte, ainda os orientais fizeram alguns prisioneiros no Perdido (major Oliveira e 125 homens) e no Maciel (tenente-coronel Pedro Pinto e um soldado). Ao todo, ficaram prisioneiros 515 homens (entre eles, 25 oficiais e 133 feridos), e, como em diferentes direções se puderam salvar 730 homens, segue-se que os nossos mortos não devem ter chegado a 200 (segundo a parte oficial de Lavalleja, foram 572). Os orientais tiveram 35 mortos e 90 feridos. Este combate e a surpresa do Rincón no dia 24 de setembro obrigaram o coronel Abreu (barão do Cerro Largo), que estava em Mercedes, a retroceder para a fronteira do Rio Grande do Sul, ficando os revolucionários orientais de posse de todo o território de sua pátria, menos das duas praças de Montevidéu e de Colônia. Entre os oficiais prisioneiros, figuravam um coronel (Joaquim Antônio de Alencastro, de 1ª linha), três tenentes-coronéis (Pedro Pinto de Araújo Correia, de 1ª, João Marques da Silva Prates e Manuel Soares da Silva, de milícias) e dois majores (Teodoro Burlamaqui, de 1ª linha, e Antônio José de Oliveira). Nunca em combate algum, nem antes nem

depois deste, sofremos tão grande perda em prisioneiros. Em 5 de março do ano seguinte, todos os oficiais superiores aqui mencionados, menos o major Oliveira, libertaram-se no rio Paraná, assim como muitos capitães, subalternos, cadetes e soldados, revoltando-se contra a escolta que os conduzia, em um barco, para Santa Fé.

1826 — O major Guilherme José Lisboa, que estava postado no reduto Rondeau (arredores de Montevidéu), descobre e repele uma força oriental, que emboscara para atacá-lo.

1832 — Falecimento do general Estevão José Carneiro da Cunha, senador pela Paraíba. Comprometido na revolução de 1817 (era então tenente-coronel), refugiou-se na Inglaterra, e só regressou ao Brasil depois da proclamação do regime constitucional. Em 1824, comandando na Paraíba as forças que combatiam em favor do Império e da união nacional, alcançou sobre os partidários da Confederação do Equador a vitória de Itabaiana (24 de maio).

1835 — Diogo Antônio Feijó, o enérgico ministro da Justiça de 1831 e 1832, toma posse do cargo de regente do Império, para o que foi eleito a 7 de abril deste mesmo ano de 1835 (ver esta data). No manifesto que publicou 12 dias depois de sua posse, lê-se o seguinte trecho: "A progressiva introdução de colonos tornará inútil a escravidão, e com a cessação desta a moral e a fortuna dos cidadãos muito hão de ganhar." Feijó renunciou à regência do Império dois anos depois (ver 19 de setembro de 1837).

1840 — Falece no Rio de Janeiro o general Francisco das Chagas Santos, nascido na mesma cidade a 17 de setembro de 1763. Membro da Comissão de Demarcação de Limites, foi de 1811 a 1821 comandante do distrito de Missões, e muito se distinguiu nas campanhas de 1811 e 1812 (era então coronel) e de 1816 a 1820 (brigadeiro), durante as quais resistiu vitoriosamente às invasões dos correntinos e dos guaranis, e invadiu por vezes o território das Missões de além-Uruguai. Seus principais feitos militares são: a defesa de São Borja (ver 21 e 28 de setembro e 3 de outubro de 1816), o ataque de Apóstoles (2 de julho de 1817), a tomada de São Carlos (ver de 30 de março a 3 de abril de 1818) e a defesa de Porto Alegre (julho de 1836).

1851 — Tratados de Aliança, Limites, Comércio e Navegação, e Subsídio entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai assinados no Rio de Janeiro. Pelo último desses tratados, o Brasil comprometeu-se a pagar ao governo de Montevidéu uma subvenção mensal, destinada à defesa da República contra o ditador argentino.

1856 — Morre em Niterói, aos 69 anos de idade, o marechal de campo reformado Manuel Antônio Leitão Bandeira, que se distinguiu na campanha de Pernambuco em 1824 (comandante de batalhão) e nas de 1826 e 1828 no Rio Grande do Sul (comandava uma brigada de infantaria). Na batalha de Ituzaingo (20 de fevereiro de 1827), repeliu com três batalhões do seu comando todas as cargas da cavalaria argentina. Foi diante de um dos seus quadrados que morreu o general Brandzen, francês ao serviço do governo de Buenos Aires.

1864 — Dando começo às represálias anunciadas no ultimato de 4 de agosto, do ministro Saraiva, uma brigada do Exército brasileiro, comandada pelo general José Luís Mena Barreto, penetra no Estado Oriental e, no dia 14, na vila de Melo (Cerro Largo), achando-a abandonada da sua guarnição. No dia 24, retira-se Mena Barreto e vai reunir-se no Piraí Grande ao exército comandado pelo general João Propício Mena Barreto (depois barão de São Gabriel). Esse exército só rompeu a marcha de invasão no dia 1º de dezembro.

13 DE OUTUBRO

1711 — O governador de Minas Gerais, Antônio de Albuquerque, que estava em marcha para auxiliar a defesa do Rio de Janeiro, recebe a notícia de estarem os franceses de posse desta cidade desde 21 de setembro. A esquadra de Duguay-Trouin partiu do Rio de Janeiro no dia 13 de novembro (não a 13 de outubro).

1822 — Uma esquadrilha portuguesa (brigue *Audaz*, barca *Constituição*, 11 canhoneiras e três lanchões) reconhece alguns pontos fortificados da ilha de Itaparica, onde comandava Antônio de Sousa Lima (ver o dia seguinte).

1832 — O coronel Joaquim Pinto Madeira, chefe da insurreição cearense contra o governo da regência, apresenta-se ao general Labatut, no acampamento de Correntinho. O general havia convidado os insurgentes a depor as armas, garantindo-lhes a vida salva. Essa promessa, porém, não valeu a Pinto Madeira, que, depois de vagar pelas prisões de outras províncias, foi reclamado pelos seus inimigos políticos do Ceará, por eles condenado à morte e executado na vila do Crato (ver 28 de novembro de 1834). Pinto Madeira, coronel das antigas milícias e homem muito influente no sertão do Ceará, insurgira-se contra a ordem de coisas criadas pela revolução de 7 de abril de 1831.

1869 — O marechal conde d'Eu chega a São Estanislau com o grosso do Exército brasileiro em operações contra o ditador do Paraguai. No dia 15, prossegue a marcha e vai acampar no Potrero Capivari, onde o príncipe conserva o seu quartel-general de 17 de outubro a 2 de dezembro. Foi por esse tempo e nesse acampamento de Potrero Capivari e de São Joaquim que o exército sofreu, durante dias, as maiores privações, pela demora na remessa dos víveres. Em ofício de 28 de outubro, dizia o conde d'Eu: "A presente crise é mais uma prova da necessidade da organização de um comissariado, que permita a administração militar prover por si mesma o fornecimento das forças em operações, para que os movimentos do exército não estejam dependentes de uma poderosa casa comercial, cujos interesses, por maior lealdade que se suponha em seus representantes, nunca podem ser identificados com os interesses da nação brasileira."

14 DE OUTUBRO

1630 — Um destacamento holandês é repelido em Salinas (hoje Santo Amaro, Recife) pelo capitão de emboscadas Manuel Ribeiro.

1801 — Dom Fernando José de Portugal e Castro (depois conde e marquês de Aguiar) toma posse, no Rio de Janeiro, do cargo de vice-rei do Estado do Brasil e exerce-o até 21 de agosto de 1806. Depois da chegada da família real em 1808, foi ministro dos Negócios do reino até 24 de janeiro de 1817, dia do seu falecimento no Rio de Janeiro.

Na Impressão Régia da nossa capital, fez imprimir, em 1810 e 1812, a sua tradução da *Crítica* e dos *Ensaios Morais*, de Alexandre Pope. O marquês de Aguiar morreu na maior pobreza. Nasceu em Lisboa a 4 de dezembro de 1752.

1818 — Nascimento de Cândido Mendes de Almeida, em São Bernardo do Brejo, Maranhão (ver 1º de março de 1881).

1822 — Quatro canhoneiras portuguesas (ver dia anterior) rompem o fogo contra as trincheiras do Manguinho e do porto dos Santos, na ilha de Itaparica. Dirigiu o combate de artilharia e fuzilou em terra o sargento-mor José Joaquim Salustiano Ferreira. Ao cabo de cinco horas, retiraram-se as canhoneiras.

1825 — O coronel Jerônimo Gomes Jardim, em retirada para o Arapeí, com 300 homens dos dois regimentos dos guaranis derrotados no Rincón (ver 24 de setembro), estava acampado junto ao arroio Tanguerupá, afluente do Arapeí. Na noite deste dia, o capitão Cuti, reunindo os oficiais e soldados da sua companhia, convidou-os a desertar para o exército da revolução oriental. Só o tenente Teixeira recusou fazê-lo, declarando que nunca seria traidor, e desfechou um tiro de pistola, caindo morto aos golpes dos levantados. Por ordem do capitão, fizeram estes algumas descargas, e os outros guaranis, despertando com os tiros, fugiram em desordem. Cuti saqueou a salvo o acampamento e marchou na direção de Paissandu. Ao amanhecer, o coronel Jardim reuniu os dispersos e procurou, sem êxito, alcançar os desertores.

1850 — Um corpo de 800 paraguaios ataca a guarda brasileira do Pão de Açúcar (Fecho de Morros, em Mato Grosso), composta de 25 homens sob o comando do tenente Francisco Bueno da Silva. A guarda retira-se, fazendo fogo, e perde neste conflito três homens mortos. Os agressores tiveram um oficial e oito soldados mortos e feridos. Poucos dias depois, o mesmo destacamento, reforçado com os índios Guaicuru, dos capitães Lixagota e Lapagate, e sob o comando do capitão José Joaquim de Carvalho, vingava esse insulto, apoderando-se, por surpresa, do forte paraguaio denominado Olimpo ou Bourbon, e o capitão Quidauani, outro cacique Guaicuru, invadia o Paraguai pelo Apa

e capturava grande porção de gado. Essas hostilidades foram praticadas em plena paz. O governo imperial contentou-se com as explicações dadas pelo ditador Carlos López e com as represálias exercidas pelos nossos. Muito antes do ataque, tinha ordenado a evacuação do Pão de Açúcar. No mesmo ano, a 25 de dezembro, foi assinado em Assunção um Tratado de Aliança Defensiva entre o Brasil e o Paraguai contra a Confederação Argentina, governada então pelo ditador Rosas.

1851 — Nota do ministro das Relações Exteriores do Paraguai em que aderia, em nome do ditador Carlos López, à aliança celebrada entre o Império do Brasil, a República Oriental do Uruguai e as províncias de Entre Rios e Corrientes. O Paraguai aderiu, mas não concorreu com tropas para a guerra, que libertou os Estados do Prata.

1864 — Uma brigada brasileira, dirigida pelo general José Luís Mena Barreto, entra na vila de Melo (Cerro Largo). A guarnição, que obedecia ao governo de Montevidéu, abandonara a vila logo que as nossas tropas se aproximaram (ver 12 de outubro de 1864).

1870 — Chegam a Porto Alegre os restos do general João Manuel Mena Barreto, morto no assalto de Piribebuí (ver 12 de agosto de 1869).

15 DE OUTUBRO

1565 — Combate entre 14 canoas, guarnecidas de soldados saídos do acampamento de Estácio de Sá (Praia Vermelha), e 64 canoas, dos Tamoio, junto à ponta da Carioca (morro da Viúva). Estes fogem afinal, perdendo quatro embarcações. Estácio de Sá reúne, então, as suas forças, ataca uma aldeia e obriga o inimigo a render-se. Ficam prisioneiros 300 índios.

1817 — O nosso destacamento de São Fernando, no Uruguai (Missões), comandado pelo furriel Antônio José Jardim, é atacado e vencido pelos correntinos, partidários de Artigas. O destacamento compunha-se de 45 homens; ficaram mortos ou feridos e prisioneiros 31.

1822 — Primeiro ataque das canhoneiras portuguesas contra a ilha da Maré (Bahia), repelido pelo capitão Antônio Dias de Oliveira e Andrade (ver 16 e 22 de outubro).

1823 — Sublevação militar e popular em Belém do Pará. A tropa levanta-se à noite contra os seus oficiais e, reforçada por muitos desordeiros, depõe o presidente da junta de governo, Geraldo José de Abreu, aclamando presidente o cônego Gonçalves Campos. Depois, soldados e homens do povo, dirigidos por um cadete e um músico, começaram a arrombar e a saquear casas e lojas de portugueses. O saque e os assassinatos continuaram no dia seguinte.

1864 — Casamento da princesa imperial dona Isabel com o príncipe Gastão de Orléans (conde d'Eu).

1868 — Os encouraçados *Silvado* (capitão de fragata Costa Azevedo, depois barão de Ladário) e *Lima Barros* (capitão de fragata Joaquim Francisco de Abreu) e o monitor *Rio Grande* forçam as baterias de Angustura, subindo o Paraguai, e vão reunir-se à divisão do barão da Passagem.

1875 — Nasce em Petrópolis o príncipe do Grão Pará, dom Pedro de Alcântara, filho da princesa imperial dona Isabel.

1881 — Começam os trabalhos de construção da estrada de ferro do Rio Claro (São Paulo).

16 DE OUTUBRO

1630 — O capital Simão de Figueiredo repele, na trincheira do rio Doce (Pernambuco), um ataque dos holandeses.

1636 — O capitão Francisco Rebelo apodera-se do engenho Espírito Santo, na margem direita do Samuraguaí, afluente do Paraíba. Morre, combatendo valorosamente na defesa desse engenho, o conselheiro Ippo Eyssens, governador holandês da Paraíba e membro do Supremo Conselho do Recife.

1640 — O coronel holandês Koen toma Camamu, onde encontra fraca resistência, e queima a povoação e dois pequenos barcos. No dia 17, segue para o Espírito Santo, e aí é repelido nos dias 28 e 30.

1645 — Combate na Carreira dos Mazombos, hoje Arrombados, entre Boa Vista e Olinda. Os holandeses são aí destroçados, atacando as emboscadas dos capitães Antônio Gonçalves Tição, Antônio Borges de Uchoa, Domingos Fagundes, Francisco Ramos, João Soares de Albuquerque, João Barbosa, Paulo Veloso e Paulo da Cunha Souto Maior.

1816 — O capitão de guerrilhas Manuel Joaquim de Carvalho, à frente de 112 homens de cavalaria, derrota no arroio Zapalar um destacamento de 124 orientais, comandado pelo tenente Bonifácio Isas Calderón. Este oficial, depois de 1820, serviu lealmente ao Brasil e morreu com o posto de brigadeiro (ver 27 de abril de 1840).

1818 — O general João de Deus Mena Barreto (depois visconde de São Gabriel), que com 600 homens de cavalaria fazia a vanguarda do general Curado, ataca no arroio Rabón o então coronel Frutuoso Rivera, que comandava 650 homens, e obriga-o a pôr-se em retirada. No primeiro choque e durante a perseguição, perdeu Rivera uns cem mortos feridos e extraviados. A nossa perda foi apenas de seis mortos e feridos.

1822 — Segundo ataque das canhoneiras contra a ilha da Maré (Bahia), repelido pelo capitão Antônio Dias de Oliveira e Andrade (ver 15 e 22 de outubro).

1823 — Continuam os saques e assassinatos em Belém do Pará, começados na noite de 15. O capitão-tenente John Pascoe Grenfell (não Greenfel, como se tem escrito) desembarca, na noite deste dia, com um corpo de marinheiros. As milícias e muitos habitantes armados reúnem-se a Grenfell, que assim consegue, no dia seguinte, restabelecer a ordem e desarmar os soldados dos três regimentos de infantaria de linha, e de cavalaria e artilharia.

1829 — Chega ao Rio de Janeiro a divisão naval comandada pelo capitão de mar e guerra João Carlos Pedro Pritz, composta das fragatas *Imperatriz* (Pritz) e *Isabel* (capitão de mar e guerra James Norton) e da corveta *Maria Isabel* (capitão de mar e guerra John Pascoe Grenfell). Esta última entrou na véspera. A bordo da primeira fragata, vinham a segunda imperatriz do Brasil, dona Amélia de Leuchtenberg, e a rainha de Portugal, dona Maria II (ver o dia seguinte).

1868 — O tenente-coronel Tibúrcio de Sousa, à frente de uma ala do 16º de infantaria, derrota um destacamento paraguaio que estava emboscado perto de Vuelta de Angustura, no Chaco.

17 DE OUTUBRO

1704 — Desde o dia 1º de setembro os espanhóis de Buenos Aires bloqueavam a nossa praça da Colônia do Sacramento, defendida pelo general Sebastião da Veiga Cabral. Neste dia, apresentou-se diante dela o exército inimigo, comandado por Baltasar Garcia Ros. Compunha-se de dois mil homens de linha ou de milícias de Buenos Aires, de Santa Fé, de Corrientes e de Córdoba, e de quatro mil guaranis das Missões. Ros mandou uma intimação para que a praça se rendesse dentro de 24 horas; caso contrário, seria levada de assalto e não se daria quartel. Veiga Cabral respondeu que estava pronto para receber o assalto e esperava que o não demorassem. Uma força inimiga adiantou-se para reconhecer as baterias, e retirou-se; apenas estas abriram fogo. A guarnição compunha-se de 600 homens do Rio de Janeiro e da Bahia. Este foi o segundo assédio sofrido pela Colônia, e terminou a 15 de março do ano seguinte.

1710 — O governador de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas, é ferido por um tiro disparado de uma casa da rua de Santo Antônio, no Recife (ver 7 de novembro).

1801 — Combate de cavalaria perto do Passo da Perdiz (Jaguarão) em que o capitão Antônio Xavier de Azambuja, tendo sob o seu comando o capitão Antônio Rodrigues Barbosa, derrota uma partida espanhola de

160 homens. Do inimigo ficaram mortos 52 e prisioneiros 82, entrando no número destes 31 feridos. A partida brasileira compunha-se de 200 homens.

1822 — Pequeno combate de cavalaria junto ao engenho Conceição (arredores da Bahia) em que o alferes Manuel Alves do Nascimento repele um esquadrão português.

1823 — O capitão-tenente Grenfell (ver 15 e 16 de outubro), depois de aprisionar e desarmar os soldados e paisanos que praticaram roubos e assassinatos em Belém do Pará, manda fuzilar cinco desses bandidos (dois sargentos, dois soldados e um paisano). O cônego Gonçalves Campos, considerado instigador do levante da tropa, no dia 15 esteve a ponto de ser executado também, mas Grenfell o remeteu preso para o Rio de Janeiro. A junta de governo dissolveu no mesmo dia os corpos de linha (três regimentos de infantaria, um corpo de cavalaria e outro de artilharia), organizou com os soldados que não haviam tomado parte nas desordens o regimento imperial e reforçou os corpos de milícias com muitos cidadãos armados, que se apresentaram voluntariamente.

1824 — Na noite deste dia começa, na cidade de Fortaleza, a contrarrevolução, dirigida pelo presidente interino Azevedo e Sá.

1829 — Decreto imperial criando a Ordem da Rosa. Celebra-se neste dia, na Capela Imperial, o casamento do imperador dom Pedro I com a princesa dona Amélia, filha do duque de Leuchtenberg (príncipe Eugênio de Beauharnais).

1868 — Reconhecimento da linha de Piquiciri, pelo coronel Fernando Machado de Sousa.

1869 — Falecimento de Teófilo Benedito Ottoni, nascido no Serro (Minas Gerais) a 27 de novembro de 1807. Democrata e lutador político desde a sua mocidade, Teófilo Ottoni foi durante alguns anos o mais popular dos chefes do Partido Liberal. Estreou como jornalista e figurou com brilho na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (1835-1840), na Câmara dos Deputados (1838-1841, 1844-1848, 1860-1864) e no

Senado (1864-1869). Foi um dos chefes da revolução liberal de 1842 em Minas Gerais.

18 DE OUTUBRO

1517 — Nascimento de Manuel da Nóbrega, em Portugal.

1570 — Falece, no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, o padre Manuel da Nóbrega, que, como Anchieta, mereceu o título de Apóstolo do Brasil. Vivia no Brasil desde 29 de março de 1549 e foi o primeiro superior e provincial dos jesuítas na América. Faleceu no dia em que completava 53 anos.

1629 — Matias de Albuquerque chega ao Recife e começa os preparativos de defesa da capitania de Pernambuco, feudo de Duarte de Albuquerque, seu irmão. Governou-a e comandou as nossas tropas em operações contra os holandeses até 30 de novembro de 1635.

1776 — Nascimento de João Alves Carneiro, no Rio de Janeiro. Foi o cirurgião mais popular do seu tempo na nossa capital e o principal fundador da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, depois Academia de Medicina. Faleceu no dia 18 de novembro de 1837.

1798 — Falece em Cazembe, sobre o lago Moero, o doutor Francisco José de Lacerda e Almeida, então governador do rio de Sena, na capitania de Moçambique. Lacerda partira no dia 3 de julho desse ano para explorar uma via de comunicação entre Moçambique e Angola. Anteriormente, tinha feito explorações no interior do Brasil, em Mato Grosso e em São Paulo. Era de família paulista, mas não se sabe onde nasceu, se em São Paulo, na Bahia ou no Pará.

1827 — As escunas *Bela Maria* (comandante Parker), *Paula* (Read) e *Rio* (Camacho) capturam, na entrada do ancoradouro dos Pozos, em Buenos Aires, o brigue sardo *Asunta*, que tentava forçar o bloqueio. Essas escunas e o brigue *Maranhão* (Anderson) sustentam das 10h às 12h um pequeno combate de artilharia contra as escunas argentinas

Sarandí (almirante Brown), *Juncal* e *Presidente* (corsário), que se aproximaram, tentando salvar o brigue apresado.

1860 — Falecimento do poeta Casimiro de Abreu, perto da barra de São João, onde nasceu, no dia 4 de janeiro de 1837.

1869 — O coronel João Nunes da Silva Tavares (depois brigadeiro honorário e barão de Itaqui) desaloja do Passo Acapitigó os paraguaios (ver o dia seguinte).

19 DE OUTUBRO

1632 — Escaramuças em Tacaruna (arredores do Recife) com uma emboscada dos holandeses, a primeira que faziam. Foi ferido neste recontro o capitão Estevão de Távora.

1739 — É queimado nas fogueiras da Inquisição, em Lisboa, o célebre poeta cômico Antônio José da Silva, nascido na cidade do Rio de Janeiro a 8 de maio de 1705. Na mesma ocasião, sofreram igual suplício sua mãe, Lourença Coutinho, e sua mulher, Leonor Maria de Carvalho.

1763 — O conde da Cunha (dom Antônio Álvares da Cunha) toma posse do cargo de vice-rei do Brasil, no Rio de Janeiro, e exerce-o até 17 de novembro de 1767. Este vice-rei criou no Rio de Janeiro o Arsenal de Marinha e o trem de artilharia, depois Arsenal de Guerra, melhorou as fortalezas, fundou o hospital dos Lázaros e conseguiu a expulsão das tropas espanholas que ocupavam a margem setentrional do Rio Grande do Sul. Foi com a sua proteção que o padre Ventura abriu a Casa da Ópera, primeiro teatro que teve o Rio de Janeiro (ver 12 de outubro de 1813).

1816 — *Combate do Ibiraocaí* (afluente do Ibicuí), vencido pelo general João de Deus Mena Barreto, depois visconde de São Gabriel, sobre o coronel José Antônio Berdun. Este chefe, um dos de mais reputação no exército do general Artigas, comandava 800 entrerrianos,

300 de infantaria e 500 de cavalaria. Mena Barreto, destacado pelo general Curado, a cujo exército pertencia, tinha às suas ordens 510 homens, sendo 320 de cavalaria miliciana e voluntários do Rio Grande do Sul (tenente-coronel Antônio Pinto da Fontoura e major Francisco Barreto Pereira Pinto), 150 granadeiros de Santa Catarina (major Camilo Machado Bittencourt) e 40 artilheiros de São Paulo e de Santa Catarina (tenente Bento José de Morais e alferes Rego Capistrano). A nossa perda foi apenas de 24 mortos e feridos; a do inimigo, de 262 mortos e prisioneiros. O general Mena Barreto recebeu um ferimento leve.

1813 — O conde da Figueira, dom José de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Sousa, toma posse do cargo de governador e capitão-general da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Sucedeu ao marquês de Alegrete e governou até 22 de setembro de 1820. O conde da Figueira repeliu vitoriosamente a segunda invasão de Andrés Artigas no distrito de Missões (1819) e a última invasão do ditador José Artigas. Alcançou, então, a vitória decisiva de Taquarembó (22 de janeiro de 1820), que pôs termo ao domínio deste caudilho na Banda Oriental do Uruguai. Nasceu em Salvaterra de Magos a 5 de fevereiro de 1788 e faleceu em Lisboa a 16 de março de 1872.

1832 — Nasce na vila do Socorro, província de Sergipe, Antônio Enéas Gustavo Galvão, depois marechal barão do Rio Apa.

1854 — Depois de muitos anos de silêncio, frei Francisco de Monte Alverne, a pedido do imperador dom Pedro II, reaparece, já cego, no púlpito da Capela Imperial, e produz, neste dia, o seu célebre panegírico de São Pedro de Alcântara. Araújo Porto Alegre descreveu com eloquência a profunda impressão que causou este acontecimento.

1869 — O coronel João Nunes da Silva Tavares (depois general, e barão de Itaquí), comandando a vanguarda do general Câmara (visconde de Pelotas), derrota no Passo Maranjaí parte da divisão do coronel Canhete. Logo depois, o general Câmara segue ao encontro deste coronel, que comandava 900 homens, e desbarata-o completamente no Passo Itapitanguá. Os paraguaios perderam dois canhões, três

bandeiras, 80 mortos e 195 prisioneiros. Tivemos apenas quatro mortos e 27 feridos.

20 DE OUTUBRO

1633 — Data provável do incêndio da povoação de Nossa Senhora da Conceição da Alagoa do Sul, depois cidade das Alagoas*, pelos holandeses. Tentaram estes, depois, destruir também a vila de Santa Luzia da Alagoa do Norte, mas foram repelidos pelo capitão Antônio Lopes Filgueiras, que nesse combate perdeu a vida.

1823 — Neste dia, o capitão-tenente Grenfell remeteu para bordo do brigue *Diligente,* depois *Palhaço*, fundeado diante do Pará, 256 soldados e paisanos dos que figuraram nos roubos e nos assassinatos dos dias 15 e 16. Grenfell, procedendo assim, cumpriu a requisição feita pela junta de governo do Pará, no ofício seguinte: "Ilustríssimo senhor, as prisões da cadeia estão cheias com os celerados dos dias 15 e 16 do corrente; e, além de não caberem mais, exigem um grande número de milicianos para os guardar; as outras prisões são fracas e cedem à força: portanto, lembra-se a junta provisória que o brigue *Diligente* sirva de presiganga, para onde se passem os presos que, com uma pequena guarda, se podem conter, ficando aquele navio entre os de guerra. Deus guarde a vossa senhoria. Pará, no palácio imperial, 18 de outubro de 1823. Ilustre senhor John Pascoe Grenfell (assinados os membros da junta: Geraldo José de Abreu, presidente; José Ribeiro Guimarães, secretário; João Henriques de Mattos e Felix Antonio Clemente Malcher)." Os presos foram postos no porão do *Diligente* e confiados à guarda de um destacamento de marinheiros, sob o comando do segundo-tenente Joaquim Lúcio de Araújo. À noite, devorados de sede, tentaram subir para o convés; o tenente Lúcio de Araújo os repeliu e mandou fechar as escotilhas. No dia seguinte, sendo estas abertas, verificou-se que tinham perecido 254 presos, que apenas quatro respiravam e que destes, só um poderia ser salvo. Em ofício de 23 de outubro, dizia a junta ao ministro do Império, José Bonifácio: "[...] De noite, amotinaram-se, quiseram forçar as

* Hoje, Marechal Deodoro, AL. (N.E.)

escotilhas, o que obrigou a guarnição a dar-lhes uma descarga, em que, com o mais extraordinário frenesi, lançando-se uns contra os outros, se esganaram e afogaram, escapando somente quatro, como consta do auto de corpo de delito e da devassa a que por semelhante respeito se procedeu. A tropa restante continua a estar desarmada, nem podemos por ora ter confiança nela; o serviço da praça é feito por milícias, e as rondas noturnas por cidadãos armados. O capitão-tenente Grenfell, comandante do brigue *Maranhão*, tem, com a força de mar, contribuído muito para a segurança e defesa da cidade, e podemos afirmar que, sem a sua cooperação, esta cidade estaria reduzida a um montão de ruínas. Tão relevantes serviços tem a junta provisória a honra de rogar a vossa excelência seja servido levar ao conhecimento de sua majestade." Ao capitão-tenente Grenfell nenhuma responsabilidade poderia caber pela desgraça ocorrida a bordo do *Diligente*; entretanto, quando chegou ao Rio de Janeiro, conduzindo a fragata *Imperatriz*, foi submetido a Conselho de Guerra. Só depois de absolvido em última instância (19 de abril de 1826) foi Grenfell promovido a capitão de fragata (8 de maio) pelos distintos serviços prestados na Guerra da Independência. Meses depois, perdia um braço, batendo-se pelo Brasil no rio da Prata (30 de julho de 1826), e por serviços posteriores conquistava um dos maiores nomes da nossa história naval.

1836 — Eduardo Angelim, caudilho da insurreição paraense, seus irmãos e outros chefes são aprisionados junto à lagoa do Porto Real, nas cabeceiras do rio Capim, pelo capitão Joaquim Francisco de Melo (ver 17 e 23 de agosto de 1835 e 19 de julho de 1880).

1839 — Garibaldi, comandante da esquadrilha dos revolucionários rio-grandenses, sai de Laguna com duas escunas e um palhabote, para fazer presas nas costas de São Paulo (ver 25 de outubro, 2, 3 e 15 de novembro).

1851 — Carneiro Leão (depois visconde e marquês de Paraná) é nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial junto aos governos do Estado Oriental do Uruguai e de Entre Rios e Corrientes. No dia 31 de outubro, chega a Montevidéu e, a 21 de novembro, assina o Tratado de Aliança entre o Brasil e esses

Estados, para a expulsão do ditador argentino Rosas.

1859 — O imperador dom Pedro II e a imperatriz visitam a cachoeira de Paulo Afonso.

1864 — Acordo secreto de Santa Lucia entre o almirante Tamandaré e o general Venâncio Flores, chefe da revolução oriental.

21 DE OUTUBRO

1531 — A esquadrilha de Martim Afonso de Sousa, em viagem para o rio da Prata, sofre um temporal. A capitânea e um bergantim dão à costa junto ao Chuí, salvando-se a nado o capitão-mor e as guarnições, menos sete homens.

1630 — Os capitães Luís Barbalho, Antônio de Madureira e Antônio de Araújo derrotam junto ao Beberibe um corpo de holandeses.

1633 — Um destacamento holandês comandado pelo tenente-coronel Byma (170 homens) é atacado e perseguido pelo capitão Luís Barbalho, de Muribeca até as vizinhanças do forte de Afogados, e aí é investido, ao anoitecer, por outro corpo, sob a direção do major Pedro Correia da Gama. Os holandeses refugiaram-se na casa de Mingaia e, à noite, conseguem passar-se para o forte, tendo perdido 89 homens.

1783 — Chega a Belém do Pará o naturalista doutor Alexandre Rodrigues Ferreira e, logo depois, dá começo à exploração científica a que fora incumbido.

1822 — Pequeno combate junto ao engenho Conceição (arredores da Bahia), em que o capitão Pedro Ribeiro repele um destacamento português. No dia seguinte, voltaram os portugueses e incendiaram o engenho.

1823 — A praça de Montevidéu estava sitiada pelas tropas portuguesas do general Lecór (então barão e, logo depois, visconde de Laguna). No dia 11 de outubro, chegou da Colônia do Sacramento

uma divisão naval brasileira, que deu começo ao bloqueio do porto. Era comandada pelo capitão de mar e guerra Pedro Antônio Nunes, depois chefe de divisão, e compunha-se dos navios seguintes: corveta *Liberal*, navio chefe (22 bocas de fogo), do comandante Antônio Salema Garção; brigues *Cacique* (18, do comandante Antônio Joaquim do Couto), *Guarani* (16, do comandante James Nicholl) e *Real Pedro* (14, do comandante Francisco Bibiano de Castro); escunas *Leopoldina* (12, do comandante Francisco da Silva Lobão) e *Seis de Fevereiro* (uma peça, do comandante Francisco de Paula Osório). Total de seis navios, montando 83 peças e caronadas. Na manhã de 21, saíram do porto, com o fim de atacar a divisão brasileira e de obrigá-la a levantar o bloqueio, os seguintes navios portugueses: *Conde dos Arcos* (26 bocas de fogo, do comandante José Maria de Sousa Soares, ao mesmo tempo chefe dessa divisão naval) e *Restauradoura*, chamada antes de *General Lecór* (16, do comandante João Caetano de Bulhões Leotte), brigue *Fausto*, depois *Liguri* e, primitivamente, *Liguria* (16, do comandante Procópio Lourenço de Andrade) e escuna *Maria Teresa* (14, do comandante Pedro Antônio da Silva). Ao todo eram quatro navios e 72 peças e caronadas. O combate durou até as 16h, hora em que os navios portugueses, virando no bordo de terra, fizeram força de vela, seguidos de perto por quatro navios brasileiros. Quase todos sofreram avarias importantes, e o *Fausto* foi obrigado a encalhar perto da cidade, para não ir a pique. Os portugueses tiveram mortos e feridos: entre os primeiros, um oficial; entre os segundos, um piloto e um escrivão. Na divisão brasileira, houve apenas dois feridos a bordo do *Guarani* (livro de quarto desse brigue) e avarias de certa importância na *Liberal* e nas duas escunas. Três dias depois, o general dom Álvaro da Costa enviou proposta ao general brasileiro para a evacuação da praça, e no dia 18 de novembro ficou ajustada a convenção entre os dois generais.

1827 — Naufragam na baía de São Brás (Patagônia) a corveta *Maceió*, comandada pelo capitão de fragata Guilherme Eyre, e o brigue *Independência ou Morte*, de que era comandante o capitão-tenente Francis Clare. Dessa expedição, enviada pelo almirante barão do Rio da Prata para destruir ou tomar o corsário *Gaviota*, antes *Condessa da Ponte*, apenas escapou o brigue *Caboclo*, comandado pelo primeiro-tenente James Inglis, que conduziu para Montevidéu uns 99 homens da

guarnição do *Independência ou Morte*, inclusive o comandante Clare, e 22 da *Maceió*. Morreram afogados uns 40, e salvaram-se, chegando à praia ou a bordo do *Gaviota*, 83, que assim ficaram prisioneiros. Neste número estavam o capitão de fragata Eyre e alguns outros oficiais.

1838 — Instalação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na sala das sessões da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, reuniram-se os primeiros intelectuais convidados para a fundação do instituto; elegeram presidente o visconde de São Leopoldo e, secretários o cônego Januário da Cunha Barbosa e o doutor Emílio Maia. Foi designada também a Comissão de Estatutos. A 25 de novembro, foram estes apresentados e aceitos, e, no dia 1º de dezembro, celebrou o Instituto a sua primeira sessão ordinária.

1866 — O marquês de Caxias parte para o rio da Prata, a fim de assumir o comando em chefe das forças brasileiras em operações de guerra contra o governo do Paraguai (ver 10 de outubro).

1867 — *Combate de Tatajibá, vencido pelo general Vitorino Monteiro (depois barão de São Borja) sobre o general Bernardino Caballero*. O marechal Caxias tinha colocado as quatro divisões de cavalaria dos 1º e 3º corpos junto ao arroio Hondo e a São Solano, ocultando-as de modo a poderem surpreender e atacar a cavalaria paraguaia, que todos os dias saía de Humaitá. Apareceu, com efeito, Caballero, com 1.700 homens, e às 10h20 Caxias deu o sinal de ataque. A divisão que primeiro chocou com os paraguaios foi a 5ª, de Vitorino Monteiro (1.500 homens), a quem coube a direção-geral do ataque; logo depois, a divisão do general Andrade Neves, barão de Triunfo (1.007 homens), atacou de flanco o inimigo, e este se pôs em fuga precipitada, perseguido até perto das trincheiras de Humaitá. As 1ª e 6ª divisões (general João Manuel Mena Barreto e coronel Fernandes Lima) só puderam tomar parte na perseguição. Caballero perdeu 583 mortos e 178 prisioneiros, muitos destes feridos, e dois estandartes. A nossa perda foi de 123 mortos e feridos, assim repartidos pelas divisões: Vitorino Monteiro, 51; barão do Triunfo, 62; Mena Barreto, nove; Fernandes Lima, um.

1888 — Sessão solene em que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro celebra o seu 50º aniversário.

1889 — Morre em Petrópolis o visconde de Mauá, Irineu Evangelista de Sousa, por muitos anos banqueiro e industrial no Brasil e no rio da Prata, e iniciador de muitos progressos no nosso país. Nasceu no Arroio Grande, do Jaguarão, a 28 de dezembro de 1813.

22 DE OUTUBRO

1689 — Nascimento do quarto príncipe do Brasil, dom João, rei de Portugal, com o nome de dom João V de 9 de dezembro de 1706 a 31 de julho de 1750. Foi durante o seu reinado que se estendeu a colonização do nosso interior até Mato Grosso, que ocupamos militarmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul e que foi assinado em Madri o Tratado de Limites de 1750, anulado no seguinte reinado.

1822 — As canhoneiras portuguesas são repelidas, atacando a ilha da Maré e ao porto de São Brás (Bahia). O primeiro ponto era defendido pelo capitão Antônio Dias de Oliveira e Andrade, e o segundo, pelo capitão Pedro Ribeiro.

1835 — Bento Gonçalves da Silva entra na cidade do Rio Grande com as forças revolucionárias. O presidente da província, Fernandes Braga, que embarcara na véspera, seguiu no dia 23 para o Rio de Janeiro.

1845 — Nota do ministro dos Negócios Estrangeiros, Limpo de Abreu (depois visconde de Abaeté) dirigida ao ministro britânico no Rio de Janeiro protestando, em nome do governo imperial, contra a lei de 8 de agosto desse ano (Bill Aberdeen), que sujeitava os navios e súditos brasileiros, suspeitos de se empregarem no tráfico de africanos, ao julgamento dos tribunais ingleses.

1858 — Falecimento do marechal de exército Antônio Elisiário de Miranda e Brito. Foi distinto oficial de engenheiros, fez as campanhas de 1827 e 1828 no Rio Grande do Sul contra os argentinos e as de

1836 e 1839 na guerra civil da mesma província. De 1837 a 1839, foi presidente do Rio Grande do Sul e comandante em chefe das tropas imperiais em operações.

23 DE OUTUBRO

1634 — O reduto da barra do Cunhaú, defendido pelo capitão Álvaro Fragoso de Albuquerque, que apenas tinha 22 homens e quatro peças, é atacado por 228 holandeses e muitos índios, sob o comando do coronel Arciszewsky. O primeiro assalto, dado antes de romper o dia, foi repelido; no segundo, ganharam os inimigos a posição, depois de enérgica resistência, em que ficaram mortos 11 dos nossos e feridos outros, entre os quais o capitão.

1688 — Levante dos soldados dos dois terços de infantaria de Salvador, exigindo o pagamento dos soldos atrasados. Só voltaram para os quartéis depois de pagos e com a segurança, dada por escrito, de que ficavam perdoados.

1815 — Nascimento de João Maurício Wanderley, depois barão de Cotegipe. Nasceu na vila da Barra do Rio Grande, junto ao São Francisco, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 13 de fevereiro de 1889 (ver esta data).

1846 — Falecimento do conselheiro Manuel do Nascimento de Castro e Silva, ministro da Fazenda de 14 de janeiro de 1835 a 16 de maio de 1841 e senador desde 1841.

1875 — Falecimento do conselheiro monsenhor Francisco Muniz Tavares, em Parnamirim, arredores da cidade do Recife. Na mesma cidade nasceu a 16 de fevereiro de 1793. Em 1817, tomou parte na revolução pernambucana, cuja história escreveu muitos anos depois; foi contrário à revolução de 1824; representou importante papel nas Cortes Constituintes da nação portuguesa em 1822, na Assembleia Constituinte brasileira em 1823 e na Câmara dos Deputados. De 1847 em diante, abandonou de todo a vida política. Em 1862, promoveu a

fundação do Instituto Arqueológico Pernambucano.

24 DE OUTUBRO

1629 — O capitão Pedro Teixeira, que assediava com forças do Pará o forte inglês de Taurege, pelos nossos chamados de Torrego, derrota um corpo inimigo, que vinha em socorro dos sitiados. O assédio começou no dia 24 de setembro, quando Teixeira aí desembarcou, vencendo a oposição do inimigo. Duas surtidas foram repelidas, e, vencido o socorro que esperava, rendeu-se no mesmo dia o comandante do forte, James Pursell, com 80 soldados e alguns índios. Arrasada a fortificação, seguiu Teixeira para a aldeia de Mariocaí, depois vila de Gurupá (ver 26 de outubro). A guarnição inglesa foi conduzida para o Pará, e seu chefe, remetido para Lisboa. O forte de Taurege ficava na margem esquerda do Amazonas, junto ao rio hoje chamado Toheré. Cumpre não confundir este James Pursell com Philip Pursell, morto em combate na ilha de Tucujus (ver 23 e 24 de maio de1625).

1636 — Martim Soares Moreno derrota, junto ao rio Formoso, um corpo de holandeses.

1646 — Parte do Recife para São Francisco o almirante holandês Lichthardt, conduzindo o coronel Hinderson e tropas de desembarque. Os nossos incendeiam o forte e a povoação do Penedo, retiram-se para a margem direita, onde os vêm reforçar algumas tropas da Bahia, sob o comando do mestre de campo Francisco Rebelo, que a 15 de dezembro ganha a vitória de Urambu (ver esta data).

1823 — O general dom Álvaro da Costa, comandante da guarnição portuguesa de Montevidéu, não tendo conseguido repelir no dia 21 a divisão naval brasileira que bloqueava o porto, abre negociações com o general barão da Laguna (Lecór, depois visconde de Laguna) para a capitulação da praça (ver 18 de novembro).

1838 — Morre no Rio de Janeiro o brigadeiro Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, nascido na Bahia a 5 de março de 1777. Redigiu na

capital do Brasil a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1813-1821), *O Espelho* (1821-1823) e *O Patriota* (1813-1814), primeira revista publicada no Brasil; foi lente da Academia de Marinha e deputado à Constituinte de 1823.

1857 — O colégio Dom Pedro II, fundado pelo ministro Bernardo de Vasconcelos 20 anos antes, é dividido em internato e externato, formando dois estabelecimentos distintos.

1877 — Falece em Porto Alegre o marechal de campo barão de São Borja, Vitorino José Carneiro Monteiro, nascido no Recife em 1816. Fez as campanhas de 1832 e 1833, em Pernambuco, sendo gravemente ferido; de 1837 a 1845, no Rio Grande do Sul, em que recebeu segundo ferimento (Inhatium, 13 de junho de 1841); de 1864 1865, no Estado Oriental do Uruguai, comandando uma brigada; e de 1865 a 1870, contra o ditador do Paraguai, dirigindo uma divisão até 1868 e, daí em diante, um corpo de exército. Nas campanhas do Paraguai, teve parte distinta em muitas batalhas, foi gravemente ferido no ataque de Sauce (18 de julho de 1866) e alcançou as vitórias de Tatajibá (21 de outubro de 1867) e de Caguijuru (18 de agosto de 1869).

25 DE OUTUBRO

1741 — Falece em Lisboa Vasco Fernandes César de Menezes, conde de Sabugosa, quarto vice-rei do Brasil, país que governou de 23 de novembro de 1720 a 11 de maio de 1735.

1789 — Nasce na povoação de Santo Ângelo Carlos Maria de Alvear, filho de dom Diogo de Alvear, comissário da segunda partida de demarcação de limites de 1º de outubro de 1777. Foi seu padrinho de batismo o capitão de mar e guerra dom José Varela y Ulloa, comissário da primeira partida e diretor de todas as outras.

1801 — A divisão do coronel Manuel de Sousa (depois general, primeiro deste nome) atravessa o Jaguarão para ir atacar o forte espanhol do Cerro Largo (ver 30 de outubro).

1824 — O coronel Felisberto Gomes Caldeira, governador das armas da Bahia, é assassinado em sua casa por um destacamento do 3º batalhão de caçadores dessa província, comandado por dois alferes. Caldeira, vendo a sua casa cercada, apresentou-se na janela, e contra ele foi disparada uma descarga aos gritos de "Morra, Felisberto". Os assassinos arrombaram, então, duas portas da casa, e, invadindo-a, encontraram, banhado em sangue, mas de pé, o governador das armas. O alferes Jacinto Soares de Melo intimou-lhe ordem de prisão, e Caldeira "sem se alterar, respondeu-lhe que não duvidava ir preso, contanto que lhe desse palavra de honra de o livrar de todo e qualquer insulto que os soldados lhe pudessem fazer; o alferes Jacinto isso prometeu; porém, a palavra de honra militar, este penhor de tamanho peso entre os que sabem prezá-lo, foi vilmente traída", diz o cronista Acioli. Quando o coronel chegava ao patamar da escada, foi insultado pelo alferes José Pio de Aguiar Gurgel, e, por ordem deste e do outro alferes, os soldados acabaram de matá-lo. "Para maior vergonha [continua Acioli], os sicários e assassinos... soltaram, no quartel do 3º batalhão, foguetes do ar, ao passar pelo seu portão o isolado cadáver [...]" Os 1º e 2º batalhões de caçadores (Leite Pacheco e Argolo) e o batalhão de Minas Gerais não tomaram parte na anarquia militar que se seguiu a este vergonhoso acontecimento. Os corpos de milícia da capital, do Recôncavo e da ilha Itaparica reuniram-se para apoiar o presidente Francisco Vicente Viana; o coronel Antero José Ferreira de Brito, chegado de Pernambuco, assumiu o comando da tropa de linha, que se conservava fiel ao dever militar. Afinal, foi embarcado o 3º de caçadores e dissolvido por decreto de 16 de novembro, sendo nomeada uma comissão militar, que julgou os réus do covarde assassinato. Por sentença dessa comissão, foram executados um major e um alferes (15 de janeiro e 22 de março de 1825), tendo-se evadido vários oficiais inferiores e soldados comprometidos no levante. Cumpre notar que o coronel Felisberto Gomes Caldeira foi vítima da indisciplina que fomentara nos corpos de linha. Em 1823, diante do inimigo, tramou a deposição do general em chefe Labatut, e, quando este já se achava preso, aconselhou o seu fuzilamento, dizendo que "os generais não se prendiam, mas sim se matavam". Em julho do mesmo ano de 1823, já libertado, Salvador promoveu uma manifestação dos comandantes e dos oficiais contra a posse do general Morais, nomeado governador das

armas, e, logo depois, em guerra aberta contra o coronel José Joaquim de Lima e Silva, obrigou este chefe a renunciar ao comando das Armas, para evitar um conflito entre as tropas da guarnição. Afinal, alcançou a posição que ambicionava e na qual acabou tão tragicamente.

1834 — A expedição que subia o Acará desaloja os insurgentes emboscados em Guaiabal sob o comando de Francisco Vinagre. Compunha-se do brigue *Cacique*, da escuna *Bela Maria* e de três lanchões artilhados, sob o comando do capitão de fragata Inglis, e de cerca de 300 homens comandados pelo coronel Manuel Sebastião Marinho Falcão. O coronel foi morto neste combate (ver 27 e 28 de outubro).

1839 — A corveta *Regeneração*, do comandante Joaquim Leal Ferreira, avista, diante de Cananéia, os três navios com que Garibaldi saíra de Laguna no dia 20, e persegue-os, neste e no dia seguinte, sem, contudo, poder alcançá-los.

1843 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) à frente de um esquadrão de cavalaria da Guarda Nacional e de 250 caçadores, comandados por Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto, derrota, em Canguçu, 400 insurgentes dirigidos pelos generais Bento Gonçalves e Neto. Ficaram em poder dos vencedores a cavalhada do inimigo, um estandarte e muitas armas.

1844 — O tenente-coronel Antônio Fernandes Lima, da Guarda Nacional, derrota, no Quaró, um corpo de insurgentes do Rio Grande do Sul, comandados por Bernardino Pinto.

1864 — O almirante Tamandaré declara bloqueados os portos de Paissandu e de Salto.

1868 — No Chaco, perto da Vuelta de Angustura, o alferes Frazão Gomes de Carvalho, acompanhado de duas ordenanças, é atacado por dois oficiais paraguaios, com os quais se bate, ficando estes mortos.

1869 — O major Francisco Antônio Martins, da Guarda Nacional,

derrota no Passo Itá, do Ipané, um destacamento paraguaio.

1883 — É assassinado diante da repartição da polícia, no Rio de Janeiro, por um grande grupo de homens armados, o redator do *Corsário*, Apulcro de Castro, natural da Bahia.

26 DE OUTUBRO

1614 — Chega a Guaxenduba, na baía de São José, a expedição que sob o comando de Jerônimo de Albuquerque ia combater os franceses estabelecidos na ilha do Maranhão. O lugar de Guaxenduba, perto da foz e da margem direita do Munim, é designado hoje pelo nome de Vila Velha*, porque aí esteve a vila de Águas Boas. Em Guaxenduba assentou Albuquerque o seu arraial ou campo fortificado e ganhou a vitória de 19 de novembro desse mesmo ano.

1629 — Chegava o capitão Pedro Teixeira com as tropas que dois dias antes haviam rendido o forte de Taurege e com os prisioneiros ingleses à aldeia de Mariocaí (10 anos depois, vila de Gurupá) quando o capitão North, que trazia reforços para o inimigo em dois navios maiores, um patacho e duas ou três lanchas, tentou um desembarque. Repelido este ataque, foram os ingleses fundar o forte de Cumaú, na ponta de Macapá, só conquistado pelos nossos a 9 de julho de 1632.

1637 — Cartas régias de Filipe III que faziam doação da capitania do Camutá (Cametá) a Feliciano Coelho de Carvalho.

1821 — Eleição da junta provisória do governo de Pernambuco, da qual foi presidente Gervásio Pires Ferreira. Fez-se essa eleição em virtude da Convenção do Beberibe, de 5 de outubro. No mesmo dia embarcaram para Lisboa as tropas portuguesas e o ilustre general Luís do Rego Barreto, até então governador. Com ele, seguiu viagem o jovem Rodrigo da Fonseca Magalhães, depois, célebre na história política de Portugal.

* Vila Velha do Icatu, MA. (N.E.)

1827 — *Combate entre o brigue transporte* Ururáo *(duas peças, quatro caronadas e 49 homens), comandado pelo piloto Manuel João, e o corsário argentino escuna* Presidente *(oito peças e 70 ingleses e americanos, do comandante Thomas Allen)*. O *Ururáo* navegava para Montevidéu, e com ele ia de conserva a galera *Santista* (equipagem de 16 homens). Às 16h começou o combate, na altura do cabo de Santa Maria, e durou 1h40, na distância de tiro de pistola, sendo afinal tomado por abordagem o transporte brasileiro. Teve este 24 mortos e feridos; o corsário, oito. O comandante e o imediato do *Ururáo* ficaram mortos; o comandante do *Presidente*, ferido. Sobre o intrépido piloto Manuel João lê-se o seguinte na relação do combate, escrita pelos vencedores: "O comandante, um brasileiro morto pelos que abordaram o navio, era um homem muito bravo." Tomado o brigue, foi capturada a galera, e o *Presidente* seguiu com as duas presas para o Salado. Aí foram esses navios atacados e incendiados pelos brasileiros, escapando apenas o corsário (ver 17 de novembro). O *Ururáo* não era navio de combate, mas tinha por duas vezes pelejado vitoriosamente com corsários argentinos (ver 15 de dezembro de 1826 e 29 de maio de 1827).

1868 — Uma ala do 24º de voluntários (tenente-coronel Deodoro da Fonseca) e outra do 16º de linha (tenente-coronel Tibúrcio de Sousa) derrotam os paraguaios, emboscados junto à Vuelta de Angustura, no Chaco. Segundo informações do general Tibúrcio de Sousa, a quem recorremos, em razão da deficiência dos documentos oficiais publicados, tiveram os brasileiros nessa pequena ação 25 mortos e feridos; os paraguaios, 28 mortos e prisioneiros.

1876 — Falece em São Paulo o conselheiro José Bonifácio de Andrade e Silva, senador do Império. Este grande orador e distinto poeta nasceu em Bordéus a 8 de novembro de 1827. Era filho de Martim Francisco e neto de José Bonifácio.

27 DE OUTUBRO

1633 — *Combate, junto à baía Formosa, entre dois navios*

portugueses e três holandeses. Francisco de Vasconcelos da Cunha comandava um dos navios portugueses, e Fernando da Silva e Miranda, outro. Vinham de Portugal com um socorro de tropa e comboiavam cinco caravelas, que não tomaram parte na ação. O navio de Miranda, muito destroçado, encalhou e pôde descarregar porque Vasconcelos da Cunha, continuando a bater-se, afugentou o inimigo (ver 29 de outubro).

1640 — A esquadra holandesa (sete navios) do coronel Koen apresenta-se diante do porto da Vitória, no Espírito Santo. No mesmo dia, Koen, com dois patachos e quatro lanchas, ataca dois navios carregados de açúcar e toma-os, apesar do fogo de duas baterias. No dia seguinte, é repelido, com grande perda, no ataque da vila (ver 28 e 30 de outubro e 13 de novembro).

1645 — Decreto do rei dom João IV elevando a principado o Estado do Brasil. Daí até 9 de janeiro de 1817, o herdeiro presuntivo da coroa teve o título de príncipe do Brasil. De 16 de dezembro de 1815 à Independência, o Brasil foi reino, unido ao de Portugal e Algarves.

1735 — Provisão régia autorizando a fundação do Seminário de São José, no Rio de Janeiro, requerida pelo bispo dom frei Antônio de Guadelupe.

1816 — *Combate de Carumbé, ou dos Serros de Santana, vencido pelo brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares sobre o general José Artigas, chefe da Confederação do Uruguai, formada das províncias Oriental, de Entre Rios e de Corrientes*. Oliveira Álvares, destacado pelo tenente-general Curado para reconhecer o acampamento de Artigas, tinha sob o seu comando 760 homens e duas peças, estando assim composta a sua coluna: 311 homens de infantaria da legião de São Paulo (tenente-coronel Joaquim Mariano Galvão de Moura Lacerda), 409 homens de cavalaria do regimento de dragões (major Sebastião Barreto Pereira Pinto), do de milícias do Rio Pardo (major Francisco Barreto Pereira Pinto), da legião de São Paulo (capitães Antônio Simplício da Silva e José da Silva Brandão) e de guerrilhas (capitães João Pais, Alexandre Luís de Queirós, João Machado e alferes Jacinto Guedes de Oliveira), e 40 homens de artilharia a cavalo da legião de São Paulo (tenentes Bento

José de Morais e Antonio Soares de Gusmão). Esta pequena coluna foi atacada por 1.600 homens, sendo 1.100 de cavalaria, dirigidos pelo coronel Andrés Latorre e pelos comandantes Baltasar Ojeda, Domingos Inácio Gatelli e Domingos Mandure, e 500 de infantaria, comandados pelo tenente-coronel Ramón Toríbio Fernandez. O inimigo foi completamente derrotado, perdendo 600 mortos e prisioneiros (dentre os primeiros, Ramón Fernandez; entre os segundos, Gatelli, sobrinho de Artigas, e três outros oficiais), dois estandartes, sete caixas de guerra, grande número de armas e de cavalos. A nossa perda foi de 29 mortos e 55 feridos (84 homens fora de combate). O general Artigas escapou graças à velocidade do seu cavalo e pernoitou em uma ilha do Arapeí, com 85 homens que o acompanharam, entre os quais Latorre e o frade Monterroro, seu secretário. Este foi o único combate que Artigas dirigiu em pessoa durante a guerra, só terminada em 1820.

1822 — O general Pedro Labatut, nomeado comandante em chefe do Exército brasileiro na Bahia, chega à feira de Capuama. No dia 29, muda o seu quartel-general para o Engenho Novo.

1831 — Lei revogando as cartas régias de 5 de novembro, de 13 de maio e de 12 de dezembro de 1808, as quais sujeitavam à condição de servos, por espaço de 15 anos, os índios aprisionados em guerra nas províncias de São Paulo e de Minas. A lei, votada pela Assembleia Geral, libertou os que estavam em servidão, pôs termo à guerra que se fazia aos selvagens e colocou todos os índios do Brasil sob a proteção dos juízes de órfãos.

— Nesta data receberam o grau de bacharel os primeiros estudantes que concluíram o curso de Direito na Faculdade de São Paulo.

1832 — Levante do 10º batalhão de caçadores em Salvador; à frente deste levante estava o comandante do batalhão. "Muitos honrados oficiais [diz Acioli] lhe fizeram várias reflexões. Outros meteram a sua espada na bainha, declarando que o não acompanhavam... O sempre honrado 9º batalhão, sob o comando do então tenente-coronel Antonio Correia Seara, tornou-se credor dos maiores elogios." O presidente da província, Honorato José de Barros Paim, e o comandante das armas, general

Antero José Ferreira de Brito, tomaram logo enérgicas providências, apoiando-se no 9º batalhão e nos guardas municipais. O 10º batalhão foi obrigado a embarcar, desarmado, na fragata *Defensora*, e, no campo grande do forte de São Pedro, o tenente-coronel Seara, recebido com descargas, dispersou uma reunião de desordeiros, aprisionando muitos, entre eles alguns oficiais. Por ato da regência, de 26 de novembro do mesmo ano, foi dissolvido o 10º batalhão de caçadores.

1834 — Durante a noite, os insurgentes do Pará fazem fogo sobre os navios do capitão de fragata Inglis, que subiam o Acará. Houve alguns mortos e feridos a bordo. O fogo dos navios afugentou em pouco tempo os insurgentes (ver 25 e 28 de outubro).

1867 — O coronel Camilo Mércio Pereira, da Guarda Nacional rio-grandense, derrota em Ibarra o comandante paraguaio Salinas. No mesmo dia, perto da vila do Pilar, o major argentino Ascuna foi derrotado pelo comandante paraguaio Rojas.

28 DE OUTUBRO

1630 — Os holandeses queimam a casa da Asseca (arredores do Recife) e, na retirada, são hostilizados pelo capitão de emboscadas Bartolomeu Favila.

1637 — Parte de Cametá a expedição de Pedro Teixeira, "capitão-mor por sua majestade das entradas e descobrimentos de Quito e do rio das Amazonas". Levava um regimento (instruções) dado pelo rei. Devia fazer a exploração do rio Amazonas, descobrir uma comunicação fluvial com Quito e escolher o limite mais conveniente entre os domínios das duas coroas e o local para uma povoação na linha divisória (ver 24 de junho, 3 de julho e 15 de agosto de 1638, 16 de agosto e 12 de dezembro de 1639).

1640 — *Ataque feito pelos holandeses, sob o comando do coronel Koen, contra a vila, hoje cidade da Vitória, capital do Espírito Santo, defendida pelo capitão-mor João Dias Guedes*. Distinguiram-se muito

neste combate o capitão Domingos Cardoso e o voluntário Antônio do Couto e Almeida, nomeado depois capitão-mor. Na vila havia apenas duas peças (Koen dizia cinco), 30 fuzileiros, duas companhias de índios armados de arcos e de flechas, e homens do povo armados de piques e chuços. O coronel Koen atacou por diferentes pontos com 400 soldados e foi repelido em dois assaltos. Teve 60 mortos e 89 feridos. Entre os primeiros, o capitão Wolff; entre os segundos, o então major Hendrick van Haus (depois, vencido em Tabocas, prisioneiro em Casa Forte e morto na primeira batalha de Guararapes) e os capitães Tacá e Bebetz. "Quase todos os oficiais foram mortos ou feridos; os soldados fugiram vergonhosamente duas vezes", disse o coronel Koen. Depois de hora e meia de combate, desistiu do ataque (ver 30 de outubro).

1645 — O capitão Gomes do Rego, socorrido pelos capitães Jerônimo da Cunha do Amaral e Sebastião Ferreira, defende, vitoriosamente, contra um assalto dos holandeses, o posto fortificado da casa de Sebastião de Carvalho. Pela planta de Golijath, vê-se que esta casa ficava na margem direita do Jiquiá, no ponto em que confluem os dois braços superiores desse rio, a meio quilômetro da atual estrada da Vitória.

1678 — Morre em Setúbal o primeiro visconde de Asseca, Martim Correia de Sá, natural do Rio de Janeiro, filho do general Salvador Correia de Sá e Benevides, também fluminense. Distinguiu-se na guerra da independência de Portugal.

1788 — Nasce em Lisboa Conrado Jacob de Niemeyer, depois coronel do Exército brasileiro (ver 5 de março de 1862).

1819 — *Combate do Arroio Grande, vencido por Bento Manuel Ribeiro, contra Frutuoso Rivera*. Bento Manuel, destacado pelo general Curado, que então se achava no Rincón, comandava 600 homens de cavalaria do regimento de dragões, do de milícias do Rio Pardo e da legião de São Paulo. Rivera marchava com mais de 688 orientais, também de cavalaria, para hostilizar as guardas avançadas do acampamento brasileiro, quando encontrou Bento Manuel no Arroio Grande, afluente da margem direita do rio Negro. A coluna brasileira

lançou-se à carga e com o seu choque pronunciou-se logo a derrota na linha inimiga. Rivera teve 108 mortos e 96 prisioneiros, entrando no número dos primeiros um capitão e um alferes; no dos segundos, um major, sete capitães e cinco tenentes e alferes. A nossa perda foi apenas de sete mortos e feridos. Um dos mortos foi o capitão José Cardoso de Sousa. Distinguiram-se, entre outros, nesse combate, o tenente Gabriel Gomes Lisboa, que morreu gloriosamente na Guerra Civil do Rio Grande do Sul (ver 12 de agosto de 1837), e o soldado Antônio Fernandes de Lima, notável durante a mesma guerra civil e a Guerra do Paraguai, comandando, nesta última, uma divisão de cavalaria.

1822 — O imperador dom Pedro I aceita a demissão pedida pelos membros do ministério, do qual faziam parte José Bonifácio e Martim Francisco, e chama para o novo gabinete homens estranhos aos dois partidos rivais, que eram o de José Bonifácio e o de Ledo (ver 30 de outubro).

1839 — O tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira, protegido por alguns navios da esquadra, desembarca em Pinheira (Santa Catarina) e derrota um corpo de revolucionários do Rio Grande do Sul, comandado por Joaquim Teixeira Nunes.

1841 — Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) surpreende São Gabriel, aprisiona o destacamento que defendia este lugar e apodera-se do armamento que Frutuoso Rivera enviara aos revolucionários rio-grandenses.

1856 — Falece na Bahia o chefe de esquadra José Joaquim Raposo. Na Guerra da Independência, serviu durante o bloqueio da Bahia a bordo da nau *Pedro I*; nas campanhas navais do rio da Prata, de 1826 a 1828, distinguiu-se em vários combates, particularmente no de Monte Santiago, comandando a corveta *Maceió*. Dirigiu o bombardeamento contra o forte do Mar, em abril de 1833; fez parte da campanha do Pará, em 1835; comandou a esquadra imperial durante o ataque de Salvador, em março de 1838; e foi o chefe das forças navais em operações no Rio Grande do Sul, de 25 de março de 1844 a 7 de janeiro de 1845.

1868 — O encouraçado *Cabral* e o monitor *Piauí* bombardeiam as baterias de Angustura.

29 DE OUTUBRO

1633 — Entram na baía Formosa cinco navios holandeses e, depois de prolongado combate, deixam destruído o navio de Vasconcelos da Cunha, que ali fundeara no dia 27.

1842 — O general Caxias parte do Rio de Janeiro para ir tomar o comando do exército em operações no Rio Grande do Sul (ver 9 de novembro de 1842 e 1º de março de 1845).

1867 — *Tomada das trincheiras de Potrero Obella pelo general João Manuel Mena Barreto* (a tradução Potreiro Ovelha é errada, pois nesse caso seria em espanhol *Over*). Um batalhão paraguaio, comandado pelo capitão Gonzalez, estava "fortemente entrincheirado atrás de três ordens de fossos e parapeitos, em vantajosa posição, diante de uma estreita picada de mato virgem, com os dois flancos apoiados em banhados quase invadeáveis e cobertos de abatizes". O general Mena Barreto dirigiu o ataque. Por ordem sua, foi a posição acometida de frente pelo coronel Salustiano dos Reis (depois general, e barão de Camaquã), com os 2º e 7º batalhões de linha e o 33º de voluntários, e de flanco pelos 8º, 9º e 24º de voluntários. Os paraguaios perderam 87 mortos, sendo um deles o comandante Gonzalez, e 56 prisioneiros. Da força brasileira ficaram fora de combate 385 homens (85 mortos e 300 feridos).

1869 — O coronel Fidelis Pais da Silva derrota, em Abagiba, o destacamento do capitão Rios e, em Santo Izidro de Curuguati, a coluna do major Francisco Adorno. Os paraguaios perderam nessas duas refregas 89 mortos (seis oficiais), 168 feridos e prisioneiros, e três bandeiras.

30 DE OUTUBRO

1628 — A esquadra holandesa do almirante Dirk Simonszoon van Uitgeest ataca, na altura do cabo de Santo Agostinho, alguns navios portugueses, dois dos quais, carregados de açúcar, de pau-brasil e de tabaco, são tomados depois do combate. No dia seguinte, captura outros dois. Esta esquadra já havia estado, em abril, na costa de Pernambuco e aí fizera duas presas (Laet, liv. V).

1640 — O coronel holandês Koen, repelido no dia 28 na Vitória, ataca neste dia a Vila Velha do Espírito Santo. Os capitães Adão Velho e Gaspar Saraiva opõem-se ao desembarque; no entanto, vendo que dos navios inimigos partiam grandes reforços, abandonam a vila (ver 2 de novembro).

1647 — Fica terminada a bateria de Santo Antônio Novo, entre Santo Amaro e Boa Vista, na margem esquerda do Capibaribe. Essa obra foi construída por ordem de Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira. No dia 6 de novembro, desmascarou-se a fortificação e rompeu o fogo sobre o forte Waedesburgh ou Driehock (Três Pontas), Mauritzstad e o Recife. "Logo que o inimigo derrubou o bosque que a cercava [diz Nieuhoff], nós descobrimos pelo fogo e pelo troar dos seus canhões que começaram a fulminar sem descanso a cidade e produziram consternação, que não poderia facilmente ser descrita, refugiando-se muita gente nas adegas, para evitar as balas inimigas. Assisti a espetáculos verdadeiramente tristes. Uma sobrinha do almirante Lichthardt, que estava de visita a uma amiga recém-casada, teve as duas pernas arrancadas por uma bala, que ao mesmo tempo matou a noiva... fui testemunha desta desgraça. Pouco depois escapei de igual desastre, pois, enquanto conversava com alguns moradores, estando eu a rondar, dois deles foram mortos por uma bala e outro teve as duas mãos despedaçadas no momento em que acendia o cachimbo [...] Muitas casas foram arrasadas, muitos holandeses foram mortos ou feridos, a filha mesmo do falecido almirante Lichthardt, divertindo-se a costurar em um local baixo de sua casa, foi dali arrancada [...]", referiu um fidalgo francês na *Gazette de France*, nº 41 (extraordinário) de 20 de março de 1648. Segundo a mesma autoridade, a bateria tinha 12 peças de bronze, tomadas, com

35 outras, aos holandeses. Este forte, tendo ficado quase desguarnecido por ocasião da primeira batalha dos Guararapes (19 de abril de 1646), foi ocupado pelos holandeses, que o melhoraram e lhe deram o nome de Altenar. Só a 19 de janeiro de 1654 voltou ao nosso poder.

1762 — *Capitulação da praça da Colônia do Sacramento, bloqueada pelos espanhóis desde 6 de junho de 1761, investida desde 2 de outubro de 1762 e batida e bombardeada desde 5 do mesmo mês* (quarto e penúltimo assédio da Colônia pelos espanhóis). Era governador da praça o brigadeiro de infantaria Vicente da Silva da Fonseca, desde 17 de fevereiro de 1760. A guarnição compunha-se de 700 homens, incluindo os habitantes armados. Uma mulher portuguesa pelejou com distinção na trincheira (Funes, III, 99). Os sitiantes, comandados pelo general dom Pedro de Ceballos, eram 2.700 homens de tropa regular e de milícias, e 1.200 guaranis. Duas brechas tinham sido abertas em 7 e 16 de outubro; no dia 28, o governador mandou propor capitulação. Foi esta concedida e assinada no dia 30, obtendo a guarnição as honras da guerra. O general espanhol escreveu do seu punho: "Pela honrosa defensa que há feito, se lhe concede sair a embarcar-se pela porta do colégio, com suas armas, bandeiras largas, bala em boca, mecha acesa e tambor batente, cada soldado com 12 tiros de fuzil, cada granadeiro com uma granada, duas peças de campanha com 12 tiros, porém nenhum morteiro, e isto tudo poderá executar até o dia 2 de novembro o mais tardar." Em uma relação contemporânea, lê-se o seguinte: "Só resta terminar este diário com a notícia de que o governador da praça, imediatamente depois de tê-la rendido, cumprimentou sua excelência, que respondeu com generosidade e fineza; no entanto, aquele cavaleiro não se deixou ver e no dia primeiro (de novembro) à noite embarcou, deixando tristes a todos quantos o viram no estado a que foi reduzido pelo sentimento de perder a praça e o cuidado com que viveu durante todo o tempo do sítio por ver a força exorbitante com que era atacado.... O certo é que é homem de muita honra, de coragem e de ânimo forte, e ainda que em sua defesa se notou falta de perícia militar, não se pode deixar, todavia, de conhecer-se seu mérito." O autor da *Breve notícia da Colônia do Sacramento e seu último ataque* (mss. do Instituto) diz que, durante o ataque, o brigadeiro Fonseca se conservou sempre nas brechas, trabalhando como o último soldado e procurando a morte.

Entretanto, acusado pelo conde de Bobadela e seus amigos de não haver prolongado a resistência até a chegada de reforços, foi remetido preso para Lisboa e ali faleceu na prisão do Limoeiro em 1772. Porto Seguro o cobre de baldões, dizendo que entregou a praça quando estavam apenas em começo as baterias inimigas e que não havia brecha – proposições todas inexatas.

1801 — *Capitulação do forte espanhol de Cerro Largo, comandado pelo capitão José Bolanos*. Havia no forte quatro peças e 590 homens. Na tarde de 29, foi cercado pelo coronel Manuel Marques de Sousa (depois general, primeiro desse nome), que comandava 800 homens. Na manhã de 30, a nossa artilharia (quatro peças) rompeu o fogo; ao cabo de meia hora, o inimigo propôs capitulação. Assinada no mesmo dia, saiu no seguinte a guarnição espanhola, com a promessa de não servir contra Portugal durante essa guerra.

1822 — Atendendo às representações que lhe foram dirigidas pelos procuradores gerais das províncias (menos Ledo), por milhares de cidadãos do Rio de Janeiro e por vários comandantes e oficiais dos corpos da guarnição, o imperador reintegrou nos cargos de ministro do Império e da Justiça o conselheiro José Bonifácio e Martim Francisco, cujas demissões havia aceitado no dia 28 (ver esta data). Ledo, então chefe do Partido Liberal fluminense, ocultou-se em São Gonçalo. Sua vida correu perigo nos dias 29 e 30. Capangas armados proferiram gritos de morte contra ele, e um cônego Tomás José de Aquino não duvidou declarar, na devassa a que se procedeu, que "ele testemunha (28 de outubro), pondo-se de pé, e em altas vozes, gritou que, se era necessário para a salvação de sua pátria e dos seus concidadãos a morte de Ledo, ele testemunha naquele mesmo instante lhe ia romper as entranhas, uma vez que lhe perdoassem o assassinato".

1837 — O coronel Loureiro, legalista, é batido em Espinillo pelo general Bento Manuel Ribeiro, que então servia à revolução rio-grandense.

31 DE OUTUBRO

1615 — Jerônimo de Albuquerque, cumprindo as ordens que lhe foram transmitidas por Alexandre de Moura, cerca neste dia a fortaleza dos franceses, chamada de São Luís, na ilha do Maranhão (ver 1º de novembro).

1776 — Tomada da trincheira espanhola de São Martinho, em Cima da Serra, pelo então major Rafael Pinto Bandeira.

1824 — *Ação de Santa Rosa, perto de São Bernardo de Russas*. Nela foi derrotado e morto o presidente republicano do Ceará Tristão Gonçalves de Alencar Araripe. Comandavam as forças imperiais (cavalaria de milícias) o major João Nepomuceno Quixabeira e o capitão Manuel Antônio de Amorim.

1837 — Combate de Vacaria em que o chefe legalista Cândido Alano derrota e aprisiona o caudilho Lara.

1860 — Falecimento do conde de Dundonald e marquês do Maranhão, nascido a 14 de dezembro de 1775 em Annsfield, Lanarkshire. Era almirante reformado da Marinha britânica e, antes de herdar o título escocês, isto é, quando tinha o de lorde Cochrane, foi almirante brasileiro, prestando serviços importantes durante a nossa Guerra da Independência.

1869 — Falece na corte o tenente-general Henrique Marques de Oliveira Lisboa, que se distinguiu nas campanhas da Cisplatina de 1811 e 1812, e na de 1816 a 1820.

1º DE NOVEMBRO

1501 — Descobrimento da baía de Todos os Santos pela esquadrilha de André Gonçalves, que se compunha de três caravelas, uma das quais comandada pelo célebre piloto e cosmógrafo florentino Américo Vespúcio. A esquadrilha deteve-se cinco dias nesse porto e prosseguiu, depois, em sua vigem de exploração para o sul.

1549 — Segundo um assento em catálogo antigo dos governadores, citado por Jaboatão (p. 2, v. I, adit. 2), foi neste dia solenemente instalada a cidade do Salvador, depois chamada de São Salvador da Baía de Todos os Santos, tomando Tomé de Sousa posse do cargo de governador-geral do estado. Cumpre, porém, advertir que Tomé de Sousa desembarcou no dia 29 de março junto das ruínas da capela da Vitória, onde estava a primitiva povoação, fundada pelo donatário Francisco Pereira Coutinho, e que um mês depois (em fins de abril) mudou o seu acampamento e deu começo à fundação da nova cidade no alto da montanha, entre o lugar que depois se chamou terreiro de Jesus e o largo do Teatro, hoje praça Castro Alves. Aí traçou as ruas e as praças, e fez construir casas cobertas de palha, dentro de uma cerca, que logo substituiu por muralhas de taipa, com duas albarrãs para o lado do mar e quatro para o do interior. Dentro dessas muralhas, o padre Manuel da Nóbrega levantou a capela de Nossa Senhora da Ajuda, a primeira matriz, e obteve para local do colégio um teso extramuros, chamado então monte Calvário. Dois caminhos em ladeira (do Pau de Bandeira e da Misericórdia) foram abertos entre as portas da cidade e a praia. No dia 20 de junho (festa de *Corpus Christi*), a nova cidade já estava fundada, pois em carta de 9 de agosto diz Nóbrega: "Outra procissão se fez no dia de *Corpus Christi*, mui solene, em que jogou toda a artilharia que estava na cerca, as ruas muito enramadas, houve danças e invenções à maneira de Portugal." Em carta do dia seguinte, acrescentava: "Pode-se já contar umas cem casas, e se começa a plantar canas-de-açúcar, e muitas outras coisas para o mister da vida." A data indicada por Jaboatão para a instalação da nova cidade (1º de novembro de 1549) pode ser exata; no entanto, Nóbrega nenhuma menção faz dessa cerimônia, e sabe-se que nesse mesmo dia ele embarcou para Porto Seguro na esquadra que foi visitar a costa (ver a sua carta de 6 de janeiro de 1550).

1615 — A esquadra do capitão-mor Alexandre de Moura (sete galeões e duas caravelas, conduzindo um reforço de 900 homens) dá fundo no porto de São Luís de Maranhão. Daniel de La Touche, cavaleiro e senhor de La Ravardière, ocupava com 200 franceses a fortaleza de São Luís, guarnecida de 17 peças e sitiada desde a véspera pelas tropas de Jerônimo de Albuquerque Maranhão. Moura mandou logo ocupar a ponta de São Francisco por Bento Maciel Parente, que aí se entrincheirou com rapidez. A essa fortificação improvisada chamou-se quartel de São Francisco ou forte do Sardinha (ver 2 de novembro).

1651 — O capitão Manuel de Aguiar, saindo do seu posto no engenho Mingau (estância do Aguiar), derrota um destacamento holandês e persegue-o até perto do forte Prins Willem (Afogados).

1773 — Nascimento de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. O célebre orador nasceu em Santos e faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 5 de dezembro de 1845 (ver essa data).

1814 — Morre na cidade do Rio de Janeiro o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, advogado e professor de Retórica. Durante o governo do vice-rei conde de Resende, esteve preso durante dois anos e meio, por suspeita de conspiração. Nasceu em Vila Rica (depois Ouro Preto) em 1749. Foi sepultado na igreja de São Pedro (ver *Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras*., XXXVIII, p. 1, 151-152).

1818 — O sargento-mor (depois coronel) Frederico Luís Guilherme de Varnhagen inaugura neste dia os trabalhos da fábrica de ferro de Ipanema, fundindo três cruzes monumentais, que foram plantadas nas vizinhanças da fábrica. A maior dessas cruzes foi assentada no alto do morro do Araçoiaba.

— Parte de Montevidéu para o Rio de Janeiro a corveta portuguesa *Maria Teresa*, comandada por dom Nuno José de Sousa Manuel de Meneses. Conduzia-a o general Sebastião Pinto de Araújo Correia, que, na Banda Oriental, alcançou as vitórias de Índia Muerta (19 de novembro de 1816) e do arroio de San Juan (26 de maio de 1818). Esse navio desapareceu completamente em naufrágio, do qual nunca houve notícia.

1864 — Morre no Rio de Janeiro o marechal João Paulo dos Santos Barreto, nascido na mesma cidade a 28 de abril de 1788. Foi por vezes ministro da Guerra e comandou o Exército imperial em operações do Rio Grande do Sul de novembro de 1840 a agosto de 1841.

1880 — Falece na cidade do Rio de Janeiro o visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, nascido em Salvador a 16 de março de 1819.

2 DE NOVEMBRO

1614 — Dois lanchões franceses dirigidos por Du Prat, indo reconhecer o acampamento de Jerônimo de Albuquerque, em Guaxenduba (ver 26 de outubro), são afugentados pela caravela de Sebastião Martins.

1615 — La Ravardière apresenta-se no quartel de São Francisco (ver 1º de novembro) e declara a Alexandre Moura "que ele estava prestes a entregar o forte que possuía em nome de sua majestade cristianíssima". Neste sentido, lavrou-se um termo, assinado por Alexandre de Moura e por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière. O forte em questão era o de São Luís, na ilha do Maranhão (ver 3 de novembro).

1640 — Os capitães Adão Velho e Gaspar Saraiva, reforçados pelo capitão-mor João Dias Guedes, atacam e retomam Vila Velha do Espírito Santo (ver 28 e 30 de outubro). Os holandeses recolhem-se aos seus navios e deixam o porto no dia 8.

1685 — Em São Luís do Maranhão, são decapitados o fazendeiro Manuel Beckman e o procurador do povo Jorge de Sampaio, promotores da revolta de 24 de fevereiro do ano anterior. Na mesma ocasião, foi executado em estátua Francisco Dias Deiró.

1722 — Cartas de confirmação concernentes à capitania de Cumá, a qual acabava de herdar Antônio de Albuquerque de Carvalho, embaixador extraordinário junto a sua majestade cristianíssima.

1738 — Falecimento de Sebastião da Rocha Pita, autor da *História da América Portuguesa*. Faleceu em Salvador, onde nasceu, a 3 de maio de 1660.

1776 — Nascimento de Raimundo José da Cunha Matos, general e escritor brasileiro. Nasceu em Faro (Portugal) e faleceu a 23 de fevereiro de 1839 no Rio de Janeiro (ver esta data).

1800 — Nascimento de Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, na cidade do Rio de Janeiro. Foi general e visconde de Santa Teresa (ver 13 de janeiro de 1879).

1830 — Morre no Rio de Janeiro o chefe de esquadra Diogo Jorge de Brito. Distinguiu-se na ocupação da Colônia do Sacramento (ver 2 e 12 de maio de 1818) e no combate naval de 9 de fevereiro de 1826 contra a esquadra argentina. Era, então, chefe de divisão e segundo comandante da esquadra brasileira em operações. Ocupou depois, por algum tempo, o cargo de ministro da Marinha e o de diretor-geral dos Correios.

1839 — O capitão-tenente Garibaldi, comandante da esquadrilha dos revolucionários rio-grandenses, volta do seu cruzeiro nas costas de São Paulo com a escuna *Rio Pardo*, o palhabote *Seival* (cada um desses navios montava uma peça de 9) e três navios mercantes apresados, as sumacas *Bizarria* e *Elvira* e um iate, quando, na altura da ilha de Santa Catarina, foi atacado pelo patacho *Andorinha* (duas peças de 18), comandado pelo capitão-tenente Francisco Romano da Silva. O *Andorinha* represou a *Elvira* e o iate, e perseguiu até a noite os outros navios. No mesmo dia, a sumaca *Formiga*, que era outra presa das quatro que Garibaldi fizera, foi retomada em Cananéia (ver 3 de novembro).

1849 — Falece no Rio de Janeiro o vice-almirante reformado Teodoro de Beaurepaire, natural de Toulon, irmão do conde de Beaurepaire, que foi general do Exército brasileiro. Durante a Guerra da Independência, comandando a corveta *Maria da Glória*, esteve no bloqueio da Bahia e concorreu para o apresamento dos transportes armados *Conde de Peniche* e *Bizarria*. Na guerra civil de Pernambuco, em 1824, capturou o brigue *Constituição ou Morte* (depois chamado *Beaurepaire*) e a escuna *Maria*

da Glória; nas campanhas navais de 1825 e 1828 contra o governo de Buenos Aires, achou-se em vários combates, e com sua corveta *Maria da Glória* concorreu, no dia 30 de julho de 1826, para a destruição da fragata argentina *25 de Mayo*, capturou os corsários argentinos *Pampero* (15 de março de 1827) e *Hijo de Julio* (9 de julho de 1827) e represou vários navios mercantes. Em 1837 e 1838, sendo chefe de divisão, comandou as forças navais em operações na Bahia. Deixou esse comando em fevereiro, por desinteligência com o presidente da província. Em 1843, comandou a divisão naval que trouxe de Nápoles a imperatriz dona Teresa Cristina.

1858 — Inauguração do monumento a José Clemente Pereira no cemitério de São Francisco Xavier.

1866 — O marquês de Caxias chega a Montevidéu e parte no dia 5, em companhia do conselheiro Francisco Otaviano de Almeida Rosa, para Buenos Aires.

1867 — *Tomada de Taji pelo general João Manuel Mena Barreto*. Foram destroçados neste combate 1.500 paraguaios comandados por Villamayor e protegidos pelos vapores *25 de Mayo* (seis canhões), *Igureí* (cinco canhões) e *Olimpo* (quatro canhões) e por uma chata (um canhão). A nossa artilharia, tomando posição na barranca, meteu a pique o *Olimpo* e a chata, e produziu o incêndio do *25 de Mayo*. A *Igureí*, com uma roda quebrada, deixou-se cair água abaixo. Teve o inimigo 900 homens fora de combate e perdeu 16 canhões (11 dos navios destruídos e cinco que transportavam), seis bandeiras e 93 feridos. Desde esse dia ficaram cortadas as comunicações fluviais entre Humaitá e Assunção.

1868 — Soçobra junto ao serrito do Paraná a lancha *Pimentel*, morrendo nesse desastre o capitão-de-mar-e-guerra Guilherme José Pereira dos Santos.

3 DE NOVEMBRO

1615 — Neste dia completou-se a capitulação do forte de São Luís do Maranhão, ficando La Ravardière entendido de que deveria entregá-lo "com toda a artilharia, munições e petrechos, sem por isso sua majestade ficar obrigado a lhe pagar nada de sua real fazenda" (ver 31 de outubro a 2 de novembro). À tarde, foi o forte entregue pelos franceses e ocupado pelas tropas de Alexandre de Moura, general da Armada, e pelas de Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

1630 — Durante a noite, o capitão de emboscadas Manuel Ribeiro Correia, com alguns homens embarcados em três jangadas, lança fogo a um navio holandês fundeado no poço do Recife, na frente do forte de São Jorge. O incêndio foi atalhado pelo inimigo, que logo acudiu em muitas lanchas.

1821 — O Ceará adere à revolução constitucional portuguesa, ficando organizada neste dia uma junta de governo, presidida pelo major Francisco Xavier Torres.

1822 — O general Labatut, que no dia 28 de outubro estabelecera o seu quartel-general no Engenho Novo (Recôncavo), reforça, no dia 3 de novembro, as tropas que sitiavam Salvador. Em Pirajá e nos lugares circunvizinhos, colocou uma brigada e, em Itapoã, outra.

1825 — Nota do ministro das Relações Exteriores da República das Províncias Unidas do Rio da Prata (depois República Argentina) dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil anunciando que o Congresso argentino, em sessão de 25 de outubro, declarou incorporada à República a província Oriental, a que chamávamos de Cisplatina; a nota acrescentava também que o governo de Buenos Aires estava, assim, comprometido a prover a defesa e a segurança da mesma província e, por todos os meios, trataria de apressar a evacuação dos dois únicos pontos militares que ainda ocupavam as tropas brasileiras. Esses pontos eram as praças de Montevidéu e de Colônia do Sacramento. O governo imperial respondeu a essa nota com o manifesto e declaração de guerra de 10 de dezembro (ver 27 de agosto de 1828).

1839 — Garibaldi, perseguido na véspera pelo patacho *Andorinha*, colocou-se junto à ponta de Imbituba (Santa Catarina) com a escuna *Rio Pardo*, o palhabote *Seival* e a escuna *Bizarria*, única presa que lhe restava. Em terra, 200 atiradores e uma peça protegeram esses navios, que foram atacados pelos patachos *Andorinha* (duas peças, 54 homens) e *Patagônia* (uma peça, quatro caronadas, 62 homens) e pela escuna *Bela Americana* (uma peça, duas caronadas, 38 homens), comandados pelo capitão-tenente Francisco Romano da Silva e pelos primeiros-tenentes Jorge Benedito Ottoni e João Custódio d'Houdain. O combate começou 10 minutos depois do meio-dia e terminou às 16h45. Os navios imperiais afastaram-se, indo os dois patachos fundear em frente da enseada, e seguindo a *Bela Americana* para a ilha de Santa Catarina, a fim de pedir tropas que desalojassem as forças de terra e pequenas canhoneiras, que, sem perigo de encalhe, pudessem chegar à posição ocupada pelo inimigo. O tempo era de aguaceiros com vento su-sudeste fresco. No dia 4, bordejaram os dois patachos e trocaram alguns tiros com o inimigo. Durante a noite, Garibaldi incendiou a presa e, pela madrugada, conseguiu escapar com os seus dois navios e entrar em Laguna (ver 15 de novembro).

— Combate de Encantada (Santa Catarina), no qual o tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira (depois general) ataca e destroça os revolucionários do Rio Grande do Sul, comandados pelo coronel Joaquim Teixeira Nunes.

1840 — Os insurgentes do Rio Grande do Sul, comandados por Joaquim Pedro Soares, invadem a vila do Triunfo e rompem fogo contra uma canhoneira. Voltam, depois, para o Caí.

1864 — Morre no naufrágio do brigue *Ville de Boulogne* o poeta Antônio Gonçalves Dias, nascido em Caxias a 10 de agosto de 1823. Esse brigue, procedente do Havre, perdeu-se, batendo na coroa dos Ovos, perto da baía de Cumã, no Maranhão.

1867 — *Segunda batalha de Tuiuti* (a primeira deu-se a 24 de maio de 1866). O tenente-general visconde (depois conde) de Porto Alegre comandava o 2º corpo do Exército brasileiro, então composto de 7.800 homens, e tinha ainda às suas ordens um contingente argentino

de 700 homens, dirigidos pelo coronel Baez. Essas tropas defendiam as trincheiras de Tuiuti, de Potrero Pires e do Passo da Pátria. Neste último ponto, estavam 500 homens do 2º corpo; nas avançadas e nas trincheiras da esquerda e do centro, 2.600 homens; em um fortim isolado na extrema direita, além dos redutos argentinos, o 4º batalhão de artilharia (major Cunha Matos); em marcha para Tuju Cuê, escoltando as carretas de víveres, 1.600 homens comandados pelo coronel Antônio da Silva Paranhos. Foi, portanto, com menos de 2.700 homens que o general Porto Alegre pôde receber o ataque do general Barrios, o qual tinha às suas ordens nove mil homens, segundo Resquín. Os paraguaios surpreenderam e tomaram, às 4h45, os três redutos argentinos, dispersando completamente a força que os guarnecia; apoderaram-se do fortim da extrema direita, aprisionando o 4º de artilharia e avançando sobre o reduto central, onde Porto Alegre, tendo às suas ordens os generais Albino de Carvalho e Andréia, apresentou enérgica defesa, repelindo todos os assaltos. Na linha Negra (extrema esquerda), foram também repelidos os paraguaios pelo tenente-coronel de voluntários Albuquerque Maranhão. Ouvindo os tiros, a coluna do coronel Paranhos retrocedeu e veio tomar parte no combate; do Passo da Pátria acudiram também reforços, e Porto Alegre, saindo do reduto central, tomou a ofensiva e pôs em completa derrota o inimigo, que em grande número se distraiu no saque e no incêndio dos abarracamentos do comércio. Os paraguaios já transpunham, fugindo em desordem, a primeira linha do entrincheiramento, quando chegaram os primeiros reforços de Tuju Cuê, que consistia em 1.300 homens de cavalaria brasileira, comandados pelo general Vitorino Monteiro, e, pouco depois, em mais 400 argentinos, comandados pelo general Hornos. A batalha durou quatro horas. Os paraguaios tiveram quatro mil mortos, feridos e prisioneiros (mortos 2.227, prisioneiros 155) e perderam, além de muito armamento, uma bandeira e um estandarte, tomados pelos brasileiros. A perda dos aliados foi de 294 mortos (259 brasileiros, 35 argentinos), 1.316 feridos, (1.165 brasileiros, 151 argentinos). Total de 2.045 homens (1.818 brasileiros, 227 argentinos). Repartiram-se assim as perdas das forças brasileiras: tropas que combateram às ordens imediatas do general Porto Alegre, 984 homens fora de combate (113 mortos, 788 feridos, 53 extraviados); reduto na extrema direita, 266 (10 mortos, 256 prisioneiros do 4º de artilharia); direita, coluna do coronel Paranhos, 482 (93 mortos, 310 feridos, 79

extraviados); extrema esquerda, Linha Negra, comandada pelo tenente-coronel Albuquerque Maranhão, 66 (seis mortos, 57 feridos, três extraviados); reforços chegados de Tuju Cuê com o general Vitorino Monteiro, expedidos pelo marechal Caxias, 20 (sete mortos, 10 feridos, três extraviados). Perderam os brasileiros um canhão Withworth, que estava no reduto da extrema direita, e uma bandeira; e os argentinos, 12 canhões e três estandartes. Esses troféus foram tomados pelo inimigo no primeiro ímpeto do ataque, no qual levou a melhor em razão do descuido e da falta de resistência dos três redutos argentinos. Ocupados estes pelos paraguaios, ficou aberto o centro do acampamento e cortado o reduto do 4º de artilharia. O tenente-general Porto Alegre foi contuso, e o brigadeiro José Luís Mena Barreto, ferido. Entre os nossos mortos contavam-se o comandante Landulfo da Rocha Medrado (32º de voluntários), José Maria Eduardo (pontoneiros), Estevão Caetano da Cunha (41º de voluntários) e Caetano da Costa Araújo e Melo (43º de voluntários).

— Faleceu em Passo Pucu o coronel Frederico Carneiro de Campos, nomeado em 1864 presidente de Mato Grosso e retido em prisão pelo ditador Solano López com os passageiros do paquete *Marquês de Olinda* (ver 12 de novembro de 1864).

— Falecimento da marquesa de Santos na cidade de São Paulo.

1889 — Morre no Rio de Janeiro o visconde de Vieira da Silva, senador pelo Maranhão e ex-ministro de Estado.

4 DE NOVEMBRO

1621 — Por aviso desta data, o ministério espanhol comunica ao governador em Portugal as providências que se intentavam dar, a fim de povoar e fortificar a costa que corre do Brasil até São Tomé de Guiana e Bocas do Dragão, e as mais daqueles rios.

1649 — Parte de Lisboa a primeira frota da Companhia Geral do Comércio do Brasil. Comandava-a o conde de Castelo Melhor

(general da frota), nomeado governador-geral do Estado do Brasil. Era seu segundo comandante ou imediato (almirante) Pedro Jaques de Magalhães, depois visconde da Fonte Arcada. Essa companhia, de criação recente, teve os seus estatutos aprovados por alvará de 10 de março de 1649 (ver essa data).

1704 — O general Sebastião da Veiga Cabral repele na Colônia do Sacramento um assalto dos espanhóis, comandados por Baltazar Garcia Ros. Uma bateria dos sitiantes começou, neste dia, a bater a praça.

1711 — Tendo sido paga a última prestação para o resgate do Rio de Janeiro, Duguay-Trouin evacua neste dia a cidade, mas conserva até o dia 13 os fortes da barra. No mesmo dia 4, faz a sua entrada o governador de São Paulo e de Minas Gerais, Antônio de Albuquerque, e assume logo o governo da capitania do Rio de Janeiro, a pedido da Câmara Municipal e do povo. Francisco de Castro Morais, que não pôde defender a cidade, ficou, assim, deposto.

1769 — Toma posse do seu cargo, no Rio de Janeiro, o marquês do Lavradio, vice-rei do Estado do Brasil (ver 5 de abril de 1779).

1835 — Os insurgentes do Pará atacaram, deste dia até 6 de novembro, a povoação de Abaeté. Foram repelidos pelo capitão Luís José de Araújo, da Guarda Nacional, e pelo tenente de caçadores João Luís de Castro. A escuna *Bela Maria*, de que era comandante o primeiro-tenente Joaquim Manuel de Oliveira Figueiredo, auxiliou a defesa.

1844 — Combate de Atalaia, no qual o general Antônio Correia Seara derrota os insurgentes de Alagoas.

— O coronel João Propício Mena Barreto (depois general, e barão de São Gabriel) destroça, junto ao arroio Catim, um corpo de 300 insurgentes, comandado por Jacinto Guedes da Luz, e obriga-o a refugiar-se na República Oriental, atravessando o Quaraí.

1860 — Carta de Victor Hugo, escrita na ilha de Guernsey e dirigida aos brasileiros, na qual estava o epitáfio para o túmulo de Charles Ribeyrolles e que agradecia a homenagem prestada a esse exilado político (ver 1º de junho de 1860): "Sois homens de elevados sentimentos [dizia Victor Hugo], sois uma nação generosa. Tendes a dupla vantagem de uma terra virgem e de uma raça antiga. Um grande passado histórico vos liga ao continente civilizador. Reunis a luz da Europa ao sol da America. É em nome da França que eu vos glorifico."

5 DE NOVEMBRO

1704 — Por ordem do general Sebastião da Veiga Cabral, governador da Colônia do Sacramento, o capitão Manuel Vaz Moreno faz uma surtida, pela madrugada, à frente de 40 fuzileiros e rodeleiros, surpreende uma bateria espanhola, apodera-se de sete peças e, com este ataque, produz grande confusão no acampamento inimigo. Tornou-se distinto nesta ação o soldado baiano Antônio Dias, que feriu e trouxe prisioneiro um capitão de cavalaria do hábito de Santiago.

1801 — Falece na então vila do Rio Grande o general Sebastião Xavier Cabral da Câmara, que desde 31 de maio de 1780 era governador da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul e que dirigia, então, as operações da guerra começada a 4 de julho de 1801 contra os espanhóis, guerra em que as nossas armas vitoriosas alargaram os limites dessa parte do Brasil, fixados pelo Tratado de 1777. "Morreu [disse o visconde de São Leopoldo], mas sua memória será duradoura neste país, que ele soube governar por 21 anos com tanta dignidade: a pátria lhe deve reconhecimentos pelos serviços militares e pelos expendidos na espinhosa comissão da demarcação de limites; sobretudo, o que forma o seu título de glória é o valor e ingênita constância, com que sua alma guerreira sem sucumbir à ruína e desfalecimento de seu corpo, como indiferente às leis da humanidade, traçou do leito da morte cada uma das operações e com suas mãos moribundas susteve o peso desta dificílima conjuntura." O brigadeiro Francisco João Róscio ficou com o governo da capitania e dirigiu as operações até a proclamação da paz. O Brasil guardou as suas conquistas, como a Espanha conservou na

Europa a praça de Olivença, que ganhou durante essa mesma guerra, ficando assim anulado o Tratado de Limites de 1777.

1808 — Decreto criando no Real Hospício Militar do Rio de Janeiro uma escola anatômica, cirúrgica e médica.

1815 — Nascimento de Zacarias de Góis e Vasconcelos na vila de Valença, da então capitania da Bahia (ver 28 de dezembro de 1877).

— Nascimento de Luís Carlos Martins Pena, na cidade do Rio de Janeiro (ver 7 de dezembro de 1848).

1817 — Chega ao Rio de Janeiro a arquiduquesa dona Leopoldina d'Áustria, que se casou com o príncipe real dom Pedro, e primeira imperatriz do Brasil.

1826 — Inauguração da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro (ver 12 de agosto de 1816).

— Bento Manuel Ribeiro, à frente de uma brigada de cavalaria composta de milicianos ataca e destroça, junto a Rosário del Miriñaí (Corrientes), o coronel Pedro Gomes Toríbio e persegue, durante algumas léguas, o coronel Felix Aguirre, cuja coluna se dispersou completamente. Toríbio foi morto e perdeu todo o fruto do saque que fez no território brasileiro. Tivemos neste combate 32 mortos e feridos. Aguirre era governador da província argentina de Misiones, compreendidas entre o Miriñaí, a laguna Iberá e o Uruguai. O general Pedro Ferré, governador de Corrientes, que estava acampado em Curuzu Cuatiá, abandonou essa posição ao saber da invasão.

1889 — Decreto nº 10.423, desta data, promulgando o Tratado de 7 de setembro do mesmo ano para a pronta solução da questão de limites pendentes entre o Brasil e a República Argentina.

6 DE NOVEMBRO

1647 — Pela madrugada, alguns homens das tropas de Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira, que sitiavam o Recife, abordam e queimam um patacho holandês fundeado no Capibaribe. Ao clarão do incêndio, a nossa bateria de Santo Antônio rompe pela primeira vez os seus fogos contra as posições inimigas (ver 30 de outubro). Dias depois, cem homens escolhidos atravessam o rio, penetram no palácio em que residiu o príncipe de Nassau e põem em fuga duas companhias que guardavam esse edifício, matando um capitão e 24 soldados. Os assaltantes voltaram sem perda alguma.

1656 — Falece em Lisboa o rei dom João IV, fundador da dinastia de Bragança e restaurador da independência de Portugal. Fora aclamado rei no dia 1º de dezembro de 1640. Sucedeu-lhe no trono seu filho dom Afonso VI.

1696 — Ficam terminadas as obras de reconstrução da fortaleza de Santa Cruz, da barra do Rio de Janeiro, ordenadas pelo governador Sebastião de Castro Caldas. Primitivamente, houve aí o forte de Nossa Senhora da Guia, construído entre os anos de 1588 e 1598, por Salvador Correia de Sá. Em 1599, estava terminado e detinha a esquadra holandesa de Olivier van Noort (ver 11 de fevereiro). A fortaleza de São João não existia então; ficou pronta em 1618. Em 1638, segundo informação do prelado dom Lourenço de Mendonça, Santa Cruz tinha 18 peças de ferro e São João, oito. A fortaleza da Lage é muito posterior; não existia ainda em 1711, quando Duguay-Trouin atacou o Rio de Janeiro (Porto Seguro equivocou-se, dizendo o contrário). Em março de 1718, estavam em andamento as obras de construção, só começadas depois das invasões francesas. A fortaleza de Nossa Senhora da Guia, na barra, só se chamou de Santa Cruz depois da demolição do primitivo forte deste nome, que ficava no lugar em que hoje se levanta a igreja da Cruz dos Militares.

1704 — O general Sebastião da Veiga Cabral, governador da praça da Colônia do Sacramento, repele um assalto dos espanhóis do rio da Prata, comandados por Baltazar Garcia Rós.

1766 — Nascimento de Luís Nicolau Fagundes Varela, na cidade do Rio de Janeiro. Foi deputado às Cortes Constituintes da nação portuguesa, pela província do Rio de Janeiro, e lente da Faculdade de Direito de São Paulo. Faleceu a 29 de novembro de 1831.

1817 — Casamento do príncipe real dom Pedro (depois imperador dom Pedro I) com a arquiduquesa da Áustria, dona Leopoldina, no Rio de Janeiro.

1836 — Proclamação da independência e da república rio-grandense em Piratini (ver 12 de setembro de 1836). A insurreição começou em 19 de setembro do ano anterior, mas só em 1836 tornou-se francamente separatista. Muitos dos mais ilustres rio-grandenses combateram pela causa da união brasileira, durante os 10 anos dessa guerra civil.

1843 — Segundo combate de Canguçu, no qual os revolucionários rio-grandenses, comandados pelo general Neto, são repelidos pelos tenentes-coronéis Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto e Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí). Os legalistas eram 300 homens do 8º batalhão de infantaria e de cavalaria da Guarda Nacional: tiveram poucos mortos e feridos, sendo um destes o então alferes Fidélis Pais da Silva. O general Neto, que comandava 600 homens das três Armas, teve 90 fora de combate.

1853 — Juan Francisco Giró, pouco antes deposto da presidência da República Oriental, refugia-se na legação do Brasil em Montevidéu, onde permanece por espaço de um mês, sendo depois conduzido para bordo de um dos navios da divisão naval brasileira pelo ministro Paranhos, depois visconde do Rio Branco.

1879 — Falece na Bahia dom Joaquim Gonçalves de Azevedo, arcebispo primaz da Igreja brasileira.

7 DE NOVEMBRO

1710 — Foge do Recife, embarcando para Salvador, o governador de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas. Depois do atentado contra a sua vida (17 de outubro), ordenou ele a prisão de vários pernambucanos que se haviam mostrado contrários à concessão do predicamento e dos privilégios de vila, obtidos pela antiga povoação do Recife. No dia 3 de novembro, o capitão-mor de Santo Antão, Pedro Ribeiro da Silva, atacou e aprisionou o destacamento que o ia capturar. Em São Lourenço da Mata e em outros lugares, sublevaram-se os povos e marcharam contra o Recife, à voz daquele caudilho. Com a fuga do governador, ficaram triunfantes os adversários dos mercadores do Recife, foi dissolvida a Câmara Municipal da nova vila e, na cidade de Olinda, o Senado da Câmara e a nobreza reuniram-se em congresso, para escolher o governador interino. O sargento-mor Bernardo Vieira de Melo (o vencedor dos negros dos Palmares) propôs que Pernambuco se declarasse em República, semelhante à de Veneza, mas a ideia não foi aceita, e devolveu-se o governo ao bispo dom Manuel Álvares da Costa, que era o sucessor indicado pelo rei. Meses depois (ver 18 de junho de 1711), sublevaram-se os habitantes do Recife e os seus partidários do interior, começando, então, a Guerra Civil chamada dos *Mascates*, só terminada no dia 8 de outubro de 1711.

1831 — Lei declarando livres todos os escravos que entrassem no território ou nos portos do Brasil, vindos de país estrangeiro, e estabelecendo penas para os que transportassem, introduzissem, recebessem ou comprassem como escravos os indivíduos assim declarados livres. O tráfico de africanos estava proibido desde 13 de março de 1831, em virtude da convenção de 23 de novembro de 1826 entre o Brasil e a Grã-Bretanha, mas continuou a fazer-se em grande escala por contrabando (ver 4 de setembro de 1850).

1837 — Rompe em Salvador a rebelião vulgarmente conhecida pelo nome de Sabinada. As forças que o presidente da província, Francisco de Sousa Paraiso, reuniu sob o comando do tenente-coronel Luís da França Pinto Garcez passaram-se para os sublevados, menos este chefe, 40 guardas nacionais, comandados pelo major Carvalhais, e

o destacamento de Marinha, dirigido pelo primeiro-tenente Galhardo. Vendo-se na impossibilidade de resistir aos revolucionários, o presidente abandonou a capital, recolheu-se aos navios de guerra com os oficiais e praças que se conservaram fiéis e logo depois seguiu para o Rio de Janeiro, sem esperar o seu sucessor. Os revolucionários proclamaram a independência da Bahia e a República durante a menoridade do imperador dom Pedro II, e constituíram um governo, aclamando: presidente, Inocêncio da Rocha Galvão, que se achava nos Estados Unidos; vice-presidente, João Carneiro da Silva Rego; secretário, o doutor Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira; e comandante das armas, o major Sergio José Veloso. O desembargador Honorato José de Barros Paim, vice-presidente da província, assumiu o governo na cidade de Cachoeira, e começava a organizar a resistência quando chegou do Rio de Janeiro o novo presidente, doutor Antônio Pereira Barreto Pedroso, que no dia 17 tomou posse do seu cargo. As primeiras forças, que se reuniram para combater a revolta, tiveram por chefe o coronel visconde da Torre de Garcia d'Ávila (Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque) e o tenente-coronel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão (depois general, e barão de Cajaíba). Foram chegando reforços de vários pontos da província (guardas nacionais e voluntários), como de Pernambuco e do Rio de Janeiro, e nos dias 13, 14 e 15 de março do ano seguinte deram-se os últimos combates dessa guerra civil.

1848 — Começa neste dia a insurreição do Partido Liberal em Pernambuco, chamada Revolta Praieira. À frente desse movimento armado estavam os deputados da província. Nunes Machado, que era um desses deputados, só chegou ao Recife, procedendo do Rio de Janeiro, no dia 17, e muito reprovou o recurso às armas; no entanto, acusado de se querer ligar aos conservadores, declarou que seguiria a sorte do seu partido, e foi morto em combate no dia 2 de fevereiro do ano seguinte. Sobre esta rebelião, foram publicados dois livros: *Apreciação da Revolta Praieira*, de Urbano Sabino Pessoa de Melo (liberal), e *Crônica da Rebelião Praieira em 1848 e 1849*, de Jerônimo Martiniano Figueira de Melo (conservador).

8 DE NOVEMBRO

1640 — O coronel holandês Koen, repelido nas vilas da Vitória e do Espírito Santo, faz-se de vela neste dia; no entanto, é retido em frente da barra até o dia 13, por falta de vento (ver 28 de outubro e 2 de novembro).

1660 — *Insurreição na cidade do Rio de Janeiro.* O general Salvador Correia de Sá e Benevides, governador da capitania do Rio de Janeiro e da Repartição do Sul, partira para São Paulo no dia 21 de outubro, deixando Tomé Correia de Alvarenga no governo interino do Rio de Janeiro. Neste dia, o capitão Jerônimo Barbalho Bezerra, à frente do povo, depôs Alvarenga e aclamou governador a Agostinho Barbalho Bezerra. Este foi, por sua vez, deposto no dia 8 de fevereiro de 1661, porque escreveu ao general e foi por ele autorizado a continuar no governo, como seu delegado. A Câmara Municipal assumiu o governo, e a cidade continuou dominada pelos revolucionários, até que, na madrugada de 10 de abril, o general Sá e Benevides, acompanhado do mestre de campo João Correia de Sá, seu filho, de alguns homens armados e dos índios de sua aldeia, investiu o corpo de guarda principal, apoderou-se dele e, depois, da torre da Pólvora, do forte de São Sebastião (Castelo) e do de Santiago (no lugar em que está hoje o Arsenal de Guerra)*. Mandou imediatamente aviso ao general Manuel Freire de Andrade, comandante de uma esquadra que chegara do reino, e, ao desembarcar este com a infantaria e os marinheiros, foram capturados os principais chefes da sedição. Formou-se, sob a presidência do governador, uma junta de guerra, composta do citado general de esquadra, do seu imediato Francisco Freire de Andrade e do ouvidor Sebastião Cardoso de Sampaio. Essa junta condenou o capitão Jerônimo Barbalho Bezerra a morrer no pelourinho, sendo a sentença executada às 17h do mesmo dia. Sá e Benevides continuou no governo até 29 de abril de 1662, data em que tomou posse o seu sucessor Pedro de Melo, sendo aquele chamado a Lisboa.

1812 — Nascimento de Justiniano José da Rocha na cidade do Rio de Janeiro (ver 10 de julho de 1862).

* Hoje, o Museu Histórico Nacional. (N.E.)

1818 — Chega a Caiena a esquadra francesa do contra-almirante Bergeret, conduzindo o general conde Carra Saint-Cyr, nomeado governador e incumbido de receber das autoridades portuguesas a Guiana Francesa, a qual havíamos conquistado em 1809 (ver 12 de janeiro) e que, agora, Portugal restituía à França, de acordo com os termos do artigo 107 da ata final do Congresso de Viena (ver 12 de junho de 1815 e 28 de agosto de 1817). João Severiano Maciel da Costa (depois marquês de Queluz) era então o governador dessa conquista.

1822 — *Combate de Pirajá* (Guerra da Independência na Bahia). O general Pedro Labatut tinha estabelecido seu quartel-general no Engenho Novo (28 de outubro) e acabava de tomar o comando do Exército brasileiro, que sitiava a cidade da Bahia, ocupada pelas tropas do general português Madeira. No dia 3 de novembro, Labatut reforçou as tropas sitiantes, colocando em Itapoã a brigada do coronel Gomes Caldeira e, em Pirajá, a do major (depois coronel) José de Barros Falcão de Lacerda. Esta última tinha destacamentos no engenho Cabrito, no Coqueiro, em Bate-Folha e em outros pontos. Na manhã de 8, quase todas as posições dos brasileiros foram atacadas ou ameaçadas, seja por terra, seja por mar. O combate principal deu-se em Pirajá, onde Barros Falcão, protegido por algumas obras, repeliu três ataques do coronel João de Gouveia Osório, e ocasionou-lhe grandes perdas, incomodando vivamente a sua retirada. Com o coronel Gouveia Osório, estavam os 1º e 2º batalhões da legião constitucional lusitana, os 4º e 12º de infantaria, e um contingente de artilharia; Barros Falcão tinha sob o seu comando 1.300 homens dos corpos seguintes: batalhão de Pernambuco (major Joaquim José da Silva Santiago), a que estavam agregados os milicianos do Penedo; um batalhão de milicianos da cidade do Rio de Janeiro (capitão Guilherme José Lisboa); a legião de caçadores da Bahia (tenente Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, depois general, e barão de Cajaíba); o corpo de Henrique Dias (major Manuel Gonçalves da Silva); meia companhia do 1º regimento de infantaria da Bahia (alferes Francisco de Faria Dutra) e uma bateria de artilharia do Rio de Janeiro. É difícil conhecer com exatidão as perdas dos combatentes, sendo muito contraditórios entre si os documentos e as informações dos brasileiros e portugueses. O general Labatut atribuiu aos nossos então adversários a perda de 200 mortos (ofício de 8 de novembro), mas em outro documento (ofício de 9 de novembro) disse

que ela fora de "200 feridos e grande quantidade de mortos". Em uma carta da Bahia, publicada no suplemento nº 107 do periódico fluminense *O Espelho*, folha ministerial (número de 26 de novembro de 1822), lê-se que os portugueses tiveram 375 mortos e feridos, entrando 221 destes para os hospitais. O cronista Acioli diz que a perda dos nossos contrários foi de 80 mortos e igual número de feridos. Segundo o jornal português *Idade d'Ouro*, da Bahia, foram 30 os feridos, e houve poucos mortos; segundo o general Madeira, os seus mortos, feridos e extraviados foram 64; segundo o *Diário do Governo*, de Lisboa, foram setenta e tantos. Acrescenta a mesma folha: "Diz mais o general Madeira que de parte a parte se combatera com o maior denodo."

1827 — Nascimento de José Bonifácio de Andrada e Silva, segundo desse nome, filho de Martim Francisco e neto de José Bonifácio, então exilados políticos. Nasceu em Bordéus e faleceu em São Paulo no dia 26 de outubro de 1886.

1832 — É desfechado um tiro de pistola contra o deputado Evaristo Ferreira da Veiga quando, em sua livraria, no Rio de Janeiro, conversava com alguns amigos. Evaristo da Veiga recebeu um ferimento leve.

1866 — Parte de Buenos Aires para o Passo da Pátria o marquês de Caxias.

9 DE NOVEMBRO

1624 — O capitão Manuel Gonçalves queima um lancha holandesa junto ao forte então chamado de Itapagipe (era o da ponta de Monserrate).

1709 — Carta régia nomeando Antônio de Albuquerque governador da nova capitania de São Paulo e Minas, então criada. A carta régia de 12 de setembro de 1720 separou de São Paulo o território de Minas, criando aí uma capitania independente.

1800 — Morre em Lisboa o poeta repentista Domingos Caldas Barbosa, natural do Rio de Janeiro.

1817 — O brigue português *Gaivota* (20 bocas de fogo, 160 homens), comandado pelo então capitão-tenente João Batista Lourenço Silva, toma, depois de vivo combate, junto à punta de Piedras, no rio da Prata, o brigue *Atrevido del Sud* (igual número de canhões, 240 homens), corsário de Buenos Aires, comandado por John Handell e tripulado por ingleses e norte-americanos. O *Gaivota* foi, anos depois, armado em corveta e teve na Marinha brasileira o nome de *Liberal*.

1842 — O general barão (depois duque) de Caxias assume a presidência e o comando das Armas da província do Rio Grande do Sul, devastada desde 1835 pela guerra civil (ver 1º de março de 1845).

1843 — *Falecimento do padre Diogo Antônio Feijó*. Faleceu na cidade de São Paulo, onde nasceu em 9 de agosto de 1784. Foi batizado a 17 desse mesmo mês e ano, na Sé Catedral. Feijó conquistou por seus serviços à pátria, por sua energia, por sua honradez e por seu desinteresse um lugar eminente na nossa história. Foi deputado às Cortes Constituintes da nação portuguesa em 1822, deputado à nossa Assembleia Geral Legislativa de 1826 a 1833, ministro da Justiça em quadra difícil, de 5 de julho de 1831 a 31 de agosto do ano seguinte (ver essas datas), regente do Império de 12 de outubro de 1835 a 19 de setembro de 1837 (ver essas datas e 7 de abril de 1835) e senador desde 1833.

10 DE NOVEMBRO

1555 — Chega à baía do Rio de Janeiro, que ainda não estava ocupada pelos portugueses, uma expedição colonizadora francesa, dirigida por Nicolas Durand de Villegaignon, cavaleiro de Malta. Compunha-se de dois navios armados e de um transporte. Léry pretende que o primeiro lugar do desembarque de Villegaignon foi a Lage, chamada pelos franceses Ratier. Thevet, em um manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, ridiculariza essa invenção, mostrando que no pequeno e alagado rochedo da barra não havia espaço para a colônia. Villegaignon desembarcou na ilha que ainda hoje conserva o seu nome, chamada então Serigipe pelos Tamoio, e ilha das Palmeiras

pelos portugueses. Aí levantou um forte, a que deu o nome de Coligny, chamando ao país de França Antártica (ver 15 e 16 de março de 1560). Nascido em Provins no ano de 1510, Villegaignon faleceu em Beauvais no dia 9 de janeiro de 1571. Era sobrinho de Villiers de l'Isle Adam, grão-mestre da Ordem de Malta. Ferido em Argel, na expedição do imperador Carlos V, havia comandado esquadras francesas nas costas da Inglaterra e conduzido Maria Stuart à França (1548), assinalando-se ainda depois nas Guerras de Malta. Quando chegou ao Brasil, já havia publicado dois livros *Caroli V imperatoris expeditio in Africam ad Argieram* (Paris, 1542), e *De Bello Melitensi ad Carolum Caesarem et ejus eventu Gallis imposito commerntarius*.

1645 — Combate do engenho Mingau, no Jiquiá (arredores do Recife), em que Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira repelem o coronel Joris Garstman, então comandante em chefe das tropas holandesas (Rafael de Jesus dá a data de 9; no entanto, várias patentes publicadas por Melo corrigem o pequeno equívoco).

1822 — Bênção e distribuição da nova bandeira do Brasil aos corpos da guarnição do Rio de Janeiro. No mesmo dia, a esquadra brasileira içou pela primeira vez o pavilhão (ver 18 de setembro).

1823 — A sessão deste dia na Assembleia foi muito agitada, discutindo-se a representação de Davi Pamplona Corte Real, agredido no dia 5 por oficial do Exército, que lhe atribuía a autoria de certos artigos do periódico *Sentinela*. O gabinete Carneiro de Campos, de 17 de julho, demitiu-se, e o imperador Pedro I formou outro, no qual Vilela Barbosa (depois marquês de Paranaguá) teve a princípio as pastas do Império e de Negócios Estrangeiros. No mesmo dia 10, à noite, os corpos de 1ª e 2ª linhas, ou milícias, marcharam para São Cristóvão, recebendo para isso ordem (ver 13 de novembro). O ministério Vilela Barbosa passou por diferentes modificações até o dia 19 de novembro, quando ficou definitivamente constituído.

1830 — Falecimento do pintor fluminense Francisco Pedro do Amaral.

1869 — O major Francisco Antônio Martins, destacado pelo general Câmara, à frente do 21º corpo de cavalaria da Guarda Nacional, derrota em Sanguina Cuê o comandante paraguaio Cañete.

— Aviso do Ministério da Agricultura comunicando à legação imperial em Viena que fora aprovada a proposta feita pelo doutor A. W. Eichler, para que o doutor H. W. Reichardt fosse *successor editoris da Flora Brasiliensis.*

11 DE NOVEMBRO

1554 — Naufraga na entrada do Pará a expedição de Luís de Melo da Silva, que vinha povoar a capitania que lhe fora concedida. Uma caravela somente, com sua equipagem e passageiros, e uma chalupa com 18 homens, entre os quais o chefe da expedição e o pai do futuro historiador frei Vicente do Salvador, puderam escapar ao desastre, e abordaram à ilha de São Domingos. Um despacho do embaixador de Espanha em Lisboa, antes de sua partida, dava a essa expedição oito ou nove caravelas e várias embarcações de menor porte; de acordo com Gabriel Soares (*Tratado descritivo,* 19, ed. de 1851) e frei Vicente do Salvador (História do Brasil*,* nos *Anais da Biblioteca Nacional*, XIII, p. 58), três naus, duas caravelas e 350 homens, dos quais 50 cavaleiros; segundo Lopes Vaz (1587, na Coleção *Hakluyt*, reimpressão de 1811, pp. 284-295, t. IV), 10 velas, 800 homens; de acordo com a carta geográfica espanhola (impressa em *Cartas de Índias*, Madri, nº 13), seis velas e 600 homens. Na legenda inscrita nessa carta, lê-se que o naufrágio aconteceu no dia de São Martinho, que corresponde a 11 de novembro. O pai de frei Vicente do Salvador chamava-se João Rodrigues Palha; depois do naufrágio e da abordagem à São Domingos, veio para a Bahia, onde constituiu família.

1614 — Quatro navios franceses, saídos da ilha do Maranhão, sob o comando de Claude de Rasilly, surpreendem e tomam três pequenos navios da esquadrilha de Jerônimo de Albuquerque, fundeados diante de Guaxenduba (ver 19 de novembro).

1754 — O cacique guarani Nicolau Nhanguiru apodera-se, perto do Passo do Jacuí, de algumas canoas de vivandeiros do exército do general Gomes Freire de Andrada. Foram logo retomadas pelo tenente Vasco Alpoim.

1836 — Decreto do governo revolucionário do Rio Grande do Sul mandando sequestrar os bens dos seus adversários.

1844 — Fidelis Pais da Silva, oficial legalista, derrota em Porongos um destacamento dos dissidentes rio-grandenses.

1860 — Naufrágio da corveta brasileira *D. Isabel* perto do cabo Espartel (Marrocos). Pereceram nesse naufrágio o comandante, Bento José de Carvalho, 21 oficiais e 101 praças de guarnição.

12 DE NOVEMBRO

1653 — O capitão Francisco Pereira Guimarães derrota um troço de holandeses entre o Engenho Mingau (estância do Aguiar), junto do Jiquiá, e o forte de Afogados. Dias depois, o capitão Manuel de Aguiar destroça no mesmo lugar outro destacamento holandês.

1823 — O imperador dom Pedro I dissolve a Assembleia Constituinte, declarando que convocaria uma outra para examinar o projeto de constituição, que ele iria apresentar. Foram presos nesse dia os deputados José Bonifácio, Martim Francisco, Antônio Carlos (os três irmãos Andradas), Montezuma, Belchior Pinheiro e José Joaquim da Rocha, os quais, com dois filhos deste último e os dois irmãos Meneses de Drummond, foram posteriormente deportados para a França (ver 20 de dezembro). Os seguintes membros da extinta assembleia foram igualmente presos e logo depois postos em liberdade: Vergueiro, Muniz Tavares, Henriques de Resende, Carneiro da Cunha, Alencar, Cruz Gouveia, Xavier de Carvalho e Andrade Lima.

1836 — Decreto do governo revolucionário do Rio Grande do Sul, datado de Piratini, criando o Escudo de Armas do estado rio-grandense: escudo quadrado, partido em banda (*tranché*), a primeira de sinople, a

segunda de ouro, cortado por uma banda de goles. A descrição no decreto é diferente, escrita por algum professor de Geometria nada entendido em heráldica. A bandeira era formada de três figuras horizontais, verde a de cima, vermelha a do centro, e amarela a inferior.

1848 — Os revolucionários de Pernambuco apoderam-se da vila de Nazaré depois de alguma resistência do destacamento policial (50 praças), comandado pelo capitão Antônio de Albuquerque Maranhão.

1864 — Apresamento do paquete brasileiro *Marquês de Olinda* pelo vapor paraguaio *Tacuari*. Sem prévia declaração de guerra, o ditador do Paraguai ordenou esse insulto ao Brasil, considerou boa presa o navio capturado e reteve em prisão todos os tripulantes e passageiros, entre os quais o coronel Frederico Carneiro de Campos, nomeado presidente da província de Mato Grosso.

13 DE NOVEMBRO

1615 — Segundo Pizarro (*Memórias históricas*, II, 133 e 211), o governador do Rio de Janeiro, Constantino de Menelau, fundou nesta data a povoação de Cabo Frio. Em carta de 1º de outubro de 1615 (no t. XVIII, p. 409, da *Rev. do Inst.* imprimiu-se erradamente 1625), Menelau disse ao rei que recebera no Rio a sua ordem para o estabelecimento de duas fortalezas e de uma povoação em Cabo Frio, e que ia partir dentro de 15 dias. Em setembro, ele esteve em Cabo Frio, onde cinco navios ingleses tinham levantado um fortim, evacuado precipitadamente à sua chegada, partindo logo os navios que estavam a receber pau-brasil. Anteriormente, e no mesmo ano de 1615, havia expulsado desse lugar os tripulantes de vários navios holandeses, fazendo alguns prisioneiros. Foi então que destruiu a chamada Casa de Pedra, de que fala Pizarro, citando o *Roteiro* de Pimentel, que é de 1699. A denominação, porém, é muito mais antiga. Em um mapa do Rio de Janeiro, Cabo Frio e seus arredores, desenhado em 1579 por Jacques de Vaudeclaye (*A verdadeira vista de Janeiro e do Cabo Frio*, Biblioteca Nacional de Paris), está representada a Casa de Pedra sobre uma rocha na ponta do Sul da entrada do canal de Itajuru, isto é, na chamada Barra Nova. Knivet visitou

pelo ano de 1596 a Casa de Pedra (ver cap. III de sua *Rel*). A ilha em que neste século (século XIX) se assentou o farol chamava-se Abuá*: "Esta ilha se chama Le Bouha (Abuá) que é muito alta e se mostra em forma de sela de cavalo", diz J. de Vaudeclaye. Em Thevet, lê-se: "Os selvagens a chamam Bouahé (Abuá)", e algumas linhas adiante: "[...] Ilha mais próxima do dito Cabo Frio chamada Abuá" (*Hist. d'André Thevet angoumoisin, de deux voyages, etc*, ms. da Biblioteca Nacional de Paris, fs. 101 v.º).

1711 — Parte do Rio de Janeiro a esquadra francesa de Duguay-Trouin (ver 4 de novembro).

1768 — Chega ao Rio de Janeiro, em viagem para o Pacífico, o célebre navegador James Cook.

1814 — O marquês de Alegrete (Luís Teles da Silva Caminha e Meneses) toma posse do cargo de capitão-general da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Sucedeu a dom Diogo de Sousa (conde do Rio Pardo) e governou até 10 de outubro de 1818. Desde 1816, teve de atender às operações da guerra contra o ditador oriental José Artigas. Comandou em chefe o nosso Exército na batalha de Catalán (4 de Janeiro de 1817).

1823 — *Criação do Conselho de Estado pelo imperador dom Pedro I.* Ficou assim composto (damos em seguida os títulos que posteriormente tiveram esses estadistas e homens políticos): João Severiano Maciel da Costa (marquês de Queluz), Luís José de Carvalho e Melo (visconde da Cachoeira), Clemente Ferreira França (marquês de Nazaré), Mariano José Pereira da Fonseca (marquês de Maricá), brigadeiro João Gomes da Silveira Mendonça (marquês de Sabará), tenente-coronel Francisco Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá), que já eram ministros desde o dia 10 (os terceito, quarto e sexto) ou entraram para o gabinete até 19 de novembro; o barão de Santo Amaro (depois marquês) e Antônio Luís Pereira da Cunha (marquês de Inhambupe), chefes da oposição moderada na Constituinte dissolvida; Manuel Jacinto Nogueira da

* Hoje, ilha do Farol. (N.E.)

Gama (marquês de Baependi) e José Joaquim Carneiro de Campos (marquês de Caravelas), dois dos ministros que se demitiram no dia 10. Todos esses conselheiros de Estado eram brasileiros natos. Por ordem do imperador, começaram eles a preparar um projeto de constituição, que no dia 11 de dezembro ficou pronto, para ser publicado e submetido às Câmaras Municipais, antes de sê-lo à nova Constituinte.

— Decreto desmembrando a Secretaria dos Negócios do Império da dos Estrangeiros.

1866 — A comissão encarregada de fazer erigir na praça da Constituição uma estátua equestre do imperador dom Pedro I faz entrega à Câmara Municipal desse monumento. No ofício que dirigiu à mesma Câmara, declara que a estátua importou na quantia de 334:710$375.

1872 — Aprovação dos estatutos da estrada de ferro Mogiana. Os trabalhos de construção da linha começaram no dia 28 de agosto do ano seguinte.

14 DE NOVEMBRO

1637 — O general Bagnuoli marcha em retirada de Sergipe para a torre de Garcia d'Ávila e aí acampa, no dia 29, com as tropas de Pernambuco.

1645 — O capitão Klaes Klaeszoon, que simulou aderir à causa da revolução pernambucana quando o comandante Hoogstraeten entregou o forte de Pontal (ver 3 de setembro de 1645), deserta para os seus compatriotas holandeses no Recife, levando uns 60 soldados estrangeiros. Segundo Nieuhoff, este fato deu-se no dia 12; segundo Rafael de Jesus, cinco dias depois do combate de 10 de novembro.

1704 — Assalto da Colônia do Sacramento pelos espanhóis (terceiro neste assédio) repelido pelo general Sebastião da Veiga Cabral. Os sitiantes começam a fazer minas.

1754 — Convenção de tréguas até nova determinação dos reis de Portugal e Espanha, ou até que o Exército espanhol abrisse as operações, assinada no Passo do Jacuí entre o general Gomes Freire de Andrada e os caciques das Missões do Uruguai. O general espanhol Andonaegui suspendeu a marcha e voltou para Buenos Aires, em consequência da oposição dos guaranis, e recomendou a Freire de Andrada que regressasse para o Rio Pardo.

1822 — A vila de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, teve nesta data o predicamento de cidade.

1844 — O coronel Francisco Pedro de Abreu, à frente de 1.170 homens de cavalaria da Guarda Nacional e do 8º batalhão de caçadores (tenente-coronel Luís José Ferreira), surpreende pela madrugada o general Davi Canabarro, que, tendo às suas ordens os generais Neto e Silveira, estava acampado junto aos serros de Porongos, entre as cabeceiras do arroio das Torrinhas e o Arroio Grande, afluentes do Camaquã. A surpresa foi completa: os dissidentes (1.200 homens) dispersaram-se, perdendo uns cem mortos, 333 prisioneiros (35 oficiais), cinco estandartes, um canhão, quase todas as armas, as bagagens, o arquivo e mais de mil cavalos. Os legalistas tiveram apenas quatro feridos e contuso o tenente Fidélis Pais da Silva, da Guarda Nacional. Falando deste feito de armas, um dos últimos da guerra civil, disse o general Caxias: "É sem dúvida a primeira vez que Davi Canabarro é surpreendido, o que até agora parecia impossível pela sua incansável vigilância."

— Neste mesmo dia o então coronel da Guarda Nacional, João Propício Mena Barreto (depois general, e barão de São Gabriel), destroça no Guapitangui o comandante Jacinto Guedes da Luz e o persegue até o Passo do Leão, no Quaraí. Os dissidentes passaram aí para o território oriental.

1848 — *Combate de Muçupinho, em que o coronel José Vicente de Amorim Bezerra derrota um corpo de revolucionários pernambucanos, comandado pelo coronel José Joaquim de Almeida Guedes*. A força legalista compunha-se de contingentes do Exército, de polícia e da

Guarda Nacional, e teve 23 mortos e 67 feridos; os dissidentes tiveram 43 mortos, cem feridos e 56 prisioneiros. Foi este o primeiro combate importante da guerra civil, começada em Pernambuco pela insurreição dos liberais (ver 7 de novembro).

1853 — Concessão de privilégio para a construção da estrada de ferro da Bahia ao São Francisco.

1857 — É assinado o contrato celebrado pelo presidente da província do Rio de Janeiro com o conselheiro Pedro de Alcântara Bellegarde e com o coronel Conrado Jacob de Niemeyer, para levantamento da carta corográfica da província, pelo custo de 150: 000$000, por conta dos quais deviam caber aos empresários 12:000$000.

15 DE NOVEMBRO

1710 — O bispo de Olinda, dom Manuel Álvares da Costa, assume o governo da capitania de Pernambuco (ver 7 de novembro).

1825 — Carta de lei de dom João VI anunciando que transmitira os seus direitos sobre o Brasil a dom Pedro e que reconhecera a Independência do novo Império, reservando-se o título de imperador. Este é o trecho essencial: "Houve por bem ceder e transmitir em meu sobre todos muito amado e prezado filho dom Pedro de Alcântara, herdeiro e sucessor destes reinos, meus direitos sobre aquele país, criando e reconhecendo sua Independência com o título de Império, reservando-me, todavia, o título de imperador do Brasil. Meus desígnios sobre este tão importante objeto se acham ajustados da maneira que consta do Tratado de Amizade e Aliança, assinado no Rio de Janeiro no dia 29 de agosto do presente ano, ratificado por mim no dia de hoje."

1827 — Lei fundando a dívida pública do Brasil e criando a Caixa de Amortização.

1839 — *Combate naval de Laguna (guerra civil rio-grandense).* Os revolucionários rio-grandenses estavam senhores da vila de Laguna

e seus arredores desde 23 de julho. Davi Canabarro comandava as forças de terra (1.200 homens) e o capitão-tenente José Garibaldi era o chefe da esquadrilha, guarnecida principalmente por italianos. O forte da Barra tinha nove peças e era comandado pelo capitão Filipe Capote. A esquadrilha, disposta em semicírculo, perto do forte, compunha-se dos navios seguintes: escunas *Itaparica* (cinco peças, do comandante João Henriques, dos arredores de Laguna, "João Henrique, da vila de Laguna", diz Garibaldi), *Rio Pardo* ou *Libertadora* (um rodízio de nove, de Garibaldi) e *Caçapava* (um rodízio de 12, de John Griggs), canhoneira *Lagunense* (um rodízio de seis, de Manuel Rodrigues), cinco navios guarnecidos de atiradores, palhabote *Seival* (um rodízio de nove, de Lorenzo Valerigni) e lanchão *Santana* (um rodízio de nove, de Inácio Bilbáo). Canabarro evacuou a vila e passou-se para o sul ao saber que o tenente-coronel José Fernandes dos Santos Pereira avançava de Vila Nova com uma brigada (2º de infantaria, batalhão provisório de Pernambuco, batalhão da Guarda Nacional da Serra, cavalaria da Guarda Nacional de Imbaú e do Desterro e um contingente de artilharia). Essa coluna entrou sem resistência na vila, pelas 17h, quando terminava o combate naval. Às 16h, o capitão de mar e guerra, depois almirante, Frederico Mariath forçava a entrada da barra com os navios seguintes: canhoneira nº 14 (comandante Moreira da Silva, duas bocas de fogo), lanchão nº 1 (comandante A. J. Pereira Leal, duas), lanchões nºs 2, 3 e 4 (cada um com uma boca de fogo, dos comandantes Rodrigues da Costa, J. M. da Silveira e Bernardo de Sousa), canhoneira nº 6 (comandante Gama Rosa, duas), canhoneira nº 13 (comandante F. Pereira Pinto, depois barão de Ivinheima, duas), patacho *São José* (comandante J. de Jesus, cinco), brigues-escunas *Eolo* (navio chefe, comandante Paixão, duas) e *Cometa* (comandante Sena e Araújo, seis), escuna *Bela Americana* (comandante d'Houdain), patacho *Desterro* (comandante Marcos Evangelista, duas); canhoneira *Belico* (comandante M. J. Vieira, uma) e canhoneira nº 16 (comandante João M. Wandenkolk, uma). Ao todo, eram 14 navios, 31 bocas de fogo e 379 homens. O combate durou menos de uma hora, e nele pereceram todos os comandantes dos navios de Garibaldi, menos o seu chefe, que combateu, como sempre, intrepidamente. A *Caçapava* foi a pique; a *Lagunense*, o *Seival* e o *Santana* foram tomados pela *Bela Americana* e pelos lanchões nºs 1 e 3; a *Rio Pardo* e a *Itaparica* foram incendiadas

por Garibaldi. A perda dos vencedores foi de 17 mortos e 38 feridos, segundo a participação oficial de Mariath; no entanto, ele próprio, em artigo publicado anos depois, deu algarismos muito maiores.

1848 — O capitão Sebastião Antônio do Rego Barros repele, no poço da Panela, um ataque dos revolucionários de Pernambuco, comandados por João Inácio Ribeiro Roma.

1889 — Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil.

16 DE NOVEMBRO

1676 — Bula de Inocêncio XI elevando o Bispado da Bahia a Arcebispado Metropolitano do Brasil.

1823 — Manifesto do imperador dom Pedro I dando as razões que teve para dissolver a Assembleia Constituinte e para convocar outra, a que ia submeter um projeto de constituição mais liberal que o da extinta assembleia. A discussão desse projeto ficou terminada a 11 de dezembro, no Conselho de Estado.

1824 — É nomeada uma comissão militar para julgar na Bahia os assassinos do governador das armas, Felisberto Gomes Caldeira, e os cabeças da sedição militar de 25 de outubro (ver essa data).

1827 — *Combate do Salado* (primeiro dia). O almirante barão do Rio da Prata encarregou o capitão de mar e guerra João Carlos Pedro Pritz de retomar ou destruir o brigue *Ururáo* e a galera *Santista* (ver 26 de outubro), que estavam no Salado. Pritz levou a fragata *Imperatriz*, de que era comandante, os brigues *Caboclo* (Inglis) e *Pirajá* (J. Batista de Sousa), as escunas *Bela Maria* (Parker), *Grenfell* (Néri) e *Paula* (Ths. Read) e a canhoneira *Vitória da Colônia* (C. L. Desuza). Os quatro últimos abriram o fogo às 14h contra a galera, o *Ururáo* e uma sumaca armada, encalhados a tiro de metralha da bateria do Salado. Essas três embarcações e a bateria sustentaram o combate. Às 17h, uma lancha, comandada pelo primeiro-tenente Diogo Inácio Tavares e por dois

escaleres, dirigidos pelos segundos-tenentes Joaquim José de Aguiar e Luís Brown, foram abordar a galera. O inimigo, porém, lançou fogo a esse navio e a sumaca (ver o dia seguinte).

1840 — Um corpo de legalistas, comandado pelo coronel Jerônimo Jacinto Pereira, é derrotado em São Filipe por João Antônio da Silveira, um dos generais da revolução rio-grandense.

1853 — É assinado em Londres o contrato para a construção do caminho de ferro da corte do Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais, a que se deu o nome de Estrada de Ferro Dom Pedro II.

1862 — Exumação dos ossos de Estácio de Sá, primeiro fundador da cidade do Rio de Janeiro, falecido a 20 de fevereiro de 1567, do ferimento recebido na tomada do forte de Uruçu-mirim, hoje praia do Flamengo (ver 20 de fevereiro de 1567).

1868 — O coronel Fernando Machado de Sousa persegue uma força inimiga na esquerda (direita nossa) da linha do Piquiciri.

17 DE NOVEMBRO

1636 — Combate no riacho Anatuba, perto do Tapacurá e do engenho Santo Antônio (Pernambuco), no qual os capitães Francisco Rebelo e Sebastião do Souto e o governador Henrique Dias resistem a forças muito superiores, comandadas pelo coronel Arciszewsky, empenhado em vingar o revés de 16 de outubro. Os comandantes brasileiros puderam continuar a sua retirada para Porto Calvo, conduzindo os seus feridos. Tiveram 37 mortos; os holandeses, mais de 70.

1637 — Entrada dos holandeses, comandados por Siegemundt von Schkoppe, em São Cristóvão (Sergipe d'el-Rei). O general Bagnuoli tinha evacuado esse ponto no dia 14, retirando-se para a torre de Garcia d'Ávila.

1638 — Entra em Salvador o almirante holandês W. Corneliszoon Loos com uma esquadra de 12 navios e durante alguns dias saqueia e

queima vários engenhos. No dia 3 de dezembro, fez-se de vela, para cruzar.

1827 — *Segundo dia do combate do Salado*. As nossas quatro escunas e canhoneiras ancoraram, ao amanhecer, a tiro de metralha do brigue *Ururáo*. Este e a bateria responderam ao fogo. Às 9h, o inimigo incendiou o brigue e apenas viu que lanchas e escaleres o iam abordar. Os mesmos navios brasileiros foram depois atacar o corsário *Presidente*, que estava encalhado perto da bateria; no entanto, não podendo fazer-lhe muito dano na posição que ocupava, o chefe Pritz suspendeu o combate às 10h30.

1830 — Pela primeira vez o Senado e a Câmara dos Deputados trabalharam reunidos em assembleia geral, dando-se assim o caso de fusão das Câmaras, sabiamente previsto pela Constituição de 1824. Foram discutidas as emendas do Senado ao orçamento, ficando terminados o debate e a votação no dia 20.

1832 — Nasce na cidade do Rio de Janeiro Manuel Antônio de Almeida, autor das *Memórias de um sargento de milícias* (ver 28 de novembro de 1861).

1848 — O major Inácio de Siqueira Leão Silva e Cruz, à frente de 150 homens, pela maior parte da Guarda Nacional, ataca e toma o engenho de Cachoeira, perto de Serinhaém. Nesse combate, achou-se, diz a ordem do dia, "o benemérito padre Joaquim Pinto de Campos, que voluntariamente exerce o seu ministério eclesiástico, e que, dando força à causa da legalidade, infunde no ânimo dos povos amor às instituições e ao monarca; no da tropa, subordinação e valor no combate; e no campo de batalha, mui dignamente se portou, dirigindo palavras consoladoras aos infelizes que agonizavam."

1851 — Estando acampado junto ao arroio de Cufré, em marcha do Paso de Cuello, no Santa Lúcia, para a Colônia do Sacramento, o general conde de Caxias (depois marechal e duque) publica uma ordem do dia, dando nova organização ao exército brasileiro em operações. Compunha-se este de 20 mil homens, do Exército e da Guarda Nacional.

18 DE NOVEMBRO

1757 — Última licença dada em Lisboa para a impressão do *Etíope resgatado*, obra do padre Manuel Ribeiro Rocha, natural de Lisboa, "domiciliário na cidade da Bahia e nela advogado, e bacharel formado na universidade de Coimbra." O nome Manuel Ribeiro Rocha, esquecido durante as nossas lutas em favor da emancipação da raça negra, deve ser venerado como o do mais antigo abolicionista do Brasil. Todas as ideias que triunfaram em 1871 e 1888, ele as pregou desde o século XVIII naquele livro precioso, muito antes de pronunciar-se Condorcet pela liberdade dos nascituros (1781), de escrever Clarkson a sua célebre dissertação de 1786, e antes também da resolução tomada pelos Quakers de libertarem os seus escravos (1º de janeiro de 1788). Foi, portanto, um precursor de todos estes beneméritos da humanidade e dos que posteriormente se ilustraram, defendendo a grande causa, hoje vencedora em todo o mundo civilizado. "Esta, pois, me meteu na mão a pena [dizia Rocha] para a formatura do opúsculo presente, na primeira parte do qual mostro que se não podem comerciar, haver, e possuir estes pretos africanos por título de permutação ou compra, com aquisição de domínio, sem pecado, e gravíssimos encargos de consciência." Só admitia o tráfico para resgatar os que já fossem cativos dos bárbaros africanos: "[...] Resgatado da escravidão injusta, a que barbaramente reduziram os seus mesmos nacionais." O senhor devia conservar em seu poder apenas durante certo prazo esses africanos resgatados e "a título de redenção, com aquisição somente do direito de senhor e retenção, para nos servirem, como escravos, até pagarem seu valor, ou até que com diuturnos serviços o compensem, ficando depois disso totalmente desobrigados e restituídos a natural liberdade com que nasceram". Os filhos das africanas detidas em servidão, esses nasciam livres: "E ultimamente: que os partos das escravas remidas nascem ingênuos, e sem contraírem a causa do penhor e retenção em que elas existirem... Deve-se observar esta lei com a modificação de que fiquem servindo e obedecendo a seus patronos até terem a idade de 14 ou 15 anos: não por escravidão, senão somente por recompensa e gratificação do benefício da criação e educação que deles receberam." O que o padre Rocha propunha em 1757 era muito mais do que o obtido a tanto custo na lei brasileira de 28 de setembro de 1871.

1823 — Convenção assinada no pastoreio de Pereira, nascentes do arroio Miguelete, entre os delegados do general dom Álvaro da Costa de Sousa de Macedo, comandante das tropas que ocupavam Montevidéu e se conservavam fiéis ao rei de Portugal, e os delegados do general Lecór, barão da Laguna (depois visconde), comandante em chefe do Exército brasileiro que sitiava essa praça (guerra da Independência). A convenção foi ratificada pelos dois generais no dia seguinte. Por ela, obrigou-se dom Álvaro de Macedo a embarcar para Lisboa com as tropas portuguesas, entregando a praça ao general brasileiro. Entre as forças que até o último momento se conservavam fiéis a Portugal e que defenderam a praça estavam o 1º e o 2º batalhões de libertos do Rio de Janeiro, incorporados ao Exército imperial depois desta convenção e do embarque dos portugueses. Em consequência da demora na prontificação dos transportes que deveriam conduzir a guarnição europeia, o Exército brasileiro só pôde fazer sua entrada em Montevidéu no dia 2 de março do ano seguinte. A convenção de 18 de novembro foi assinada pelo coronel Inácio José Vicente da Fonseca, chefe da legião de São Paulo, pelo tenente-coronel Wenceslau de Oliveira Belo, comandante da artilharia do Rio de Janeiro (representantes do general brasileiro), pelo coronel Filipe Néri Gurjão e pelo major Inácio da Cunha Gasparinho (representantes do general português). Este Wenceslau de Oliveira Belo, segundo Balbi, foi um dos maiores mestres de esgrima de seu tempo.

1837 — Os revolucionários de Salvador atacam o forte da ilha de Itaparica e são repelidos pelo coronel Antônio de Sousa Lima, depois brigadeiro.

— Falecimento do cirurgião fluminense João Alves Carneiro (ver 1º de outubro de 1776).

1848 — O coronel Manuel Pereira da Silva, da Guarda Nacional, repele em Pajeú de Flores, nos dias 18, 19 e 20, os insurgentes de Pernambuco comandados pelo coronel Francisco Barbosa Nogueira Pais.

1862 — Morre em Copenhague o chefe de divisão João Carlos Pedro Pritz, nascido na mesma cidade a 16 de agosto de 1789. Serviu com distinção na Marinha da Dinamarca e na da França, durante as guerras do primeiro império francês, e na Marinha brasileira, de 1825

a 1831, entrando para esta com o posto de capitão de mar e guerra. Durante as nossas campanhas navais do rio da Prata, de 1826 a 1828, comandou uma fragata e, por algum tempo, a 2ª divisão. Foi chefe das forças brasileiras no combate naval do Banco das Palmas, a 24 de fevereiro de 1827, e no combate do Salado, em 16 e 17 de novembro do mesmo ano. Em 1828, levou para a Inglaterra a rainha de Portugal e, no ano seguinte, voltou comandando a divisão que trouxe ao Rio de Janeiro a segunda imperatriz do Brasil e a mesma rainha.

1866 — O marquês de Caxias chega ao acampamento do 1º Exército, pela manhã, acompanhado do marechal Polidoro, que o havia ido receber no caminho. Sendo recebido com todas as honras devidas ao seu elevado posto, o inimigo, para mostrar que estava apercebido dos movimentos dos brasileiros, deu alguns tiros de bombas para o nosso campo, enquanto a nossa artilharia salvava. À tarde, o marquês, ainda em companhia do marechal Polidoro, foi visitar o general Mitre, depois do que percorreu parte do acampamento do Exército brasileiro.

1869 — O tenente-coronel José Joaquim Teixeira de Melo derrota no arroio Guazu, afluente do Aquidabã, os majores paraguaios Franco e Urbieta.

19 DE NOVEMBRO

1614 — *Combate de Guaxenduba, vencido pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, contra os franceses que ocupavam a ilha do Maranhão* (ver 6 de agosto de 1612). Albuquerque desembarcou 23 dias antes, na praia de Guaxenduba, baía de São José, e ali construiu um arraial ou campo entrincheirado, a que dera o nome de forte de Santa Maria de Guaxenduba (sobre a posição desse forte, ver a efeméride de 28 de outubro de 1614). Suas forças constavam apenas de 300 soldados, brancos ou mestiços, e de 200 índios. Com ele servia, na qualidade de segundo comandante, o sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno, que foi o cronista português desta campanha (*Jornada do Maranhão*). Na madrugada de 19 de novembro, La Ravardière apresentou-se diante de Guaxenduba com sete navios e 50

canoas, e destas saltaram em terra, sob o comando de de Pézieux, 200 franceses e 1.500 índios, que começaram a levantar apressadamente vários entrincheiramentos, mas que foram, pouco depois, assaltados, surpreendidos e rotos pelas nossas tropas. A vazante da maré não permitiu que La Ravardière desembarcasse com outra coluna, que devia tomar parte no projetado ataque. "Nossos selvagens [disse o cirurgião De Lastre] abandonam sua bandeira e se salvam nadando, graças aos nosso navios, que estão a distância de um tiro de mosquete deles. Muitos franceses tentam fazer o mesmo. Alguns se salvaram, mas a maioria foi morta a pancadas por esses portugueses selvagens e mulatos. Muitos foram mortos em combate, porque lutaram maravilhosamente bem, mas estando separados e tendo sido surpreendidos, não tiveram tempor de se reunir." Ficaram mortos 115 franceses e, prisioneiros nove: entre os primeiros, de Pézieux (primo de Margarida de Montmorency, princesa de Condé), de Chabannes (primo de La Ravardière), de Rochefort, de Logeville, de Saint-Gilles, de La Haye, de Saint-Vincent, d'Ambreville, e de La Roche-Dupuis. Do nosso lado, houve 11 mortos (um deles Luís de Guevara) e 18 feridos (nesse número entraram o capitão Antônio de Albuquerque, filho de Jerônimo de Albuquerque, dois alferes e o fluminense Belchior Rangel). Os cronistas não mencionam a perda dos índios dos dois partidos. Seguiu-se a troca de uma correspondência, a princípio arrogante, mas na qual, logo depois, Albuquerque e La Ravardière procuraram exceder-se em cortesias. "Mais obriga aos cavalheiros portugueses um termo cortês que a força das armas, e assim dou a minha palavra de que afora a guerra que trazemos, tudo que for do gosto e serviço do senhor de Ravardière, hei de fazê-lo muito a ponto", dizia Albuquerque, em carta de 22 de novembro. No dia seguinte, respondia-lhe La Ravardière: "Senhor de Albuquerque, a clemência daquele grande capitão de Albuquerque, vice-rei de sua majestade dom Manuel nas Índias Orientais, aparece em vós, na cortesia que fazeis aos meus soldados franceses, e na sepultura que haveis dado aos meus mortos, entre os quais tenho um que amei em vida como a irmão, porque era bravo e de boa casa. Eu louvo a Deus, esperando que, se tornarmos as mãos, tomará minha justa causa e minhas coisas nas suas [...]" O chefe francês mandou ao acampamento brasileiro o cirurgião de Lastre, para tratar de nossos feridos: "Nunca [escreveu este] vi pessoas tão honestas e inteiras como elas, mas tinham muita

necessidade de mim. O senhor de La Ravaridière os obrigou a preferir os feridos deles aos seus, mas a França nunca faltará com a cortesia" (*Histoire véritable de ce qui s'est passé de nouveau entre les françois et portugois em l'isle de Maragnan*, impressa em Paris, sem o nome do autor, em 1615, embora o nome do cirurgião esteja indicado na *Jornada do Maranhão* de Diogo de Campos Moreno). No dia 27 de novembro, ficou ajustada uma suspensão de armas, e nesse documento Jerônimo de Albuquerque assinou-se pela primeira vez como Albuquerque Maranhão. O vencedor de Guaxenduba e restaurador do Maranhão era filho de Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, primeiro senhor de Pernambuco. Sua mãe era uma índia, filha do cacique Arco Verde. Nasceu em Olinda em 1548 e faleceu em São Luís do Maranhão no dia 11 de fevereiro de 1618.

1709 — Carta régia dando título e privilégios de vila à povoação do Recife, ficando assim os seus habitantes, pela maior parte portugueses europeus, independentes da Câmara da cidade de Olinda, cujos cargos eram ocupados pela nobreza da terra. Na demarcação de limites, acentuaram-se as rivalidades e os ódios entre pernambucanos e portugueses: deu-se, então, o atentado contra a vida do governador, parcial dos negociantes portugueses (17 de outubro de 1710), a insurreição dos partidários de Olinda e a fuga do governador (7 de novembro), a destruição do pelourinho e a dissolução da Câmara da nova vila (9 de novembro), a sublevação e a reação dos habitantes do Recife (18 de junho de 1711) e a Guerra Civil, chamada dos *Mascates*, que só terminou no dia 8 de outubro de 1711.

1816 — *Batalha de Índia Muerta, vencida pelo general Sebastião Pinto de Araújo Correia, contra os orientais*. A coluna deste general fazia a vanguarda do exército do general Lecór (depois barão e visconde da Laguna), que invadia, pelas fronteiras de Santa Teresa e do Cerro Largo, o território da Banda Oriental do Uruguai, dominado então pelo ditador Artigas. A batalha, que abriu às tropas de Lecór o caminho de Montevidéu, deu-se entre o puesto de la Paloma e o paso de la Coronilla, no arroio de Índia Muerta. Sebastião Pinto comandava 957 homens das três Armas, pela maior parte portugueses (722 de infantaria e artilharia com um obus, 129 de cavalaria, todos da divisão portuguesa

de voluntários reais, e 106 de cavalaria brasileira). O seu adversário, Frutuoso Rivera, tinha 1.700 homens de infantaria e de cavalaria, e uma peça. O centro da linha portuguesa (granadeiros e caçadores) era dirigido pelo general: no flanco esquerdo, combateram dois esquadrões do Rio Grande e de São Paulo (major, depois brigadeiro, Manuel Marques de Sousa, segundo desse nome); no direito, dois esquadrões portugueses (tenente-coronel João Vieira Tovar). A peleja durou quatro horas e meia, ficando completamente destroçadas e dispersas as tropas orientais. Rivera deixou no campo de batalha mais de 300 mortos e prisioneiros, grande número de armas, o único canhão que possuía, e escapou seguido apenas de cem homens. Os vencedores tiveram 29 mortos (dois oficiais) e 66 feridos (cinco oficiais). O tenente-coronel Tovar perdeu um braço; os majores brasileiros Marques de Sousa e Galvão de Moura Lacerda (José Pedro) receberam contusões. O major Jerônimo Pereira de Vasconcelos, natural de Minas Gerais, comandante dos caçadores portugueses, muito se distinguiu. Este oficial era irmão de Bernardo Pereira de Vasconcelos; depois da Independência, continuou a servir em Portugal, onde foi general, ministro da Guerra – em 1846 – e visconde de Ponte da Barca.

1826 — O coronel José Elói Pessoa ocupa a ilha de Gorrití, no porto de Maldonado, com um corpo de artilharias da Bahia.

1827 — Na enseada das Palmas (ilha Grande), o tenente José Fernandes da Silva, de milícias, repele e destroça um destacamento que desembarcara no brigue argentino *Congreso* (comandante César Fournier).

1831 — *Revolta na cidade de São Luís do Maranhão*. Os revoltosos pediam a deportação de vários empregados, a demissão de todos os brasileiros adotivos e a proibição de desembarque contra os emigrados portugueses. O presidente da província, Araújo Viana (depois marquês de Sapucaí), não quis ceder, e os desordeiros foram batidos, sendo presos várias cabeças. Outros fugiram para as matas do Itapicuru, e aí um ourives, Antônio João Damasceno, reuniu grande número de malfeitores que infestaram, durante alguns meses, o interior da província. A ordem foi afinal restabelecida pela energia do comandante das armas, tenente-coronel Inácio Correia de Vasconcelos.

1833 — Morre no Rio de Janeiro o senador do Império, marquês de Queluz (João Severiano Maciel da Costa). Nasceu na cidade de Mariana (Minas Gerais) em 1769 e, depois de haver estudado Direito em Coimbra, foi magistrado em Portugal e no Brasil. De 1809 a 1817 governou a Guiana Francesa (dessa administração fala Vignal, com grande louvor, no seu *Coup d'oeil sur Cayenne*, Paris, 1823). Em 1821, foi preso por alguns dias no Rio de Janeiro, com outros brasileiros distintos, e o almirante Pinto Guedes, em consequência de uma denúncia de que procuravam induzir o povo a opor-se à partida do rei para Portugal. Acompanhou dom João VI até Lisboa, mas as Cortes Constituintes proibiram a sua permanência na capital. Publicou, então, em Coimbra um folheto: "Apologia que dirige à nação portuguesa... João Severiano Maciel da Costa". No mesmo ano, publicou a sua *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil; sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer, e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar* (Coimbra, 1821). Em 1823, fez parte da Assembleia Constituinte brasileira. Nomeado conselheiro do Estado a 13 de novembro do mesmo ano, foi um dos redatores da Constituição do Império e teve assento no Senado desde a organização dessa câmara em 1826, representando a província da Paraíba. Ocupou o cargo de ministro do Império de 17 de novembro de 1823 a 14 de outubro do ano seguinte, a presidência da Bahia em 1825 e 1826, e foi ministro dos Negócios Estrangeiros e da Fazenda de 16 de janeiro a 20 de novembro de 1827. De 1828 a 1830 teve uma polêmica com o almirante barão do Rio da Prata (Pinto Guedes) e publicou dois opúsculos anônimos. O marquês de Queluz foi um dos mais notáveis estadistas do reinado de dom Pedro I.

1837 — O doutor Antônio Pereira Barreto Pedroso toma posse da presidência da província da Bahia, na cidade da Cachoeira, e começa a empregar-se ativamente na organização de forças para combater a rebelião de 7 de novembro.

1838 — O então major Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) desembarca em Santo Amaro, no Jacuí, derrota os insurgentes que guarneciam esse lugar, aprisiona o "valente" Francisco Teixeira, que os comandava, e liberta alguns dos prisioneiros do desastre do rio Pardo

(30 de abril), entre os quais o major Lopo de Almeida Henriques Botelho e Melo, que naquele combate dirigia a artilharia dos imperialistas.

1866 — O marquês de Caxias assume o comando em chefe de todas as forças brasileiras em operações contra o governo do Paraguai e publica a sua primeira ordem do dia.

1868 — Reconhecimento das linhas do Piquiciri pelo general Caxias, e bombardeamento de Angustura pelos encouraçados *Erval*, *Mariz e Barros*, *Cabral*, *Colombo* e *Piauí*, sob o comando em chefe de Mamede Simões.

20 DE NOVEMBRO

1530 — Carta patente do rei dom João III nomeando Martim Afonso de Sousa capitão-mor da nova armada que mandava ao Brasil e dando-lhe poderes extraordinários para fundar e reger uma colônia, dar terras de sesmaria e criar empregos de justiça.

1630 — Os capitães João de Amorim, Francisco Rebelo, Manuel Soares Robles e Antônio Pereira derrotam um destacamento holandês perto de Olinda.

1639 — Parte da Bahia a armada do capitão general de mar e terra conde da Torre. Conduzia as tropas que, sob o comando do general príncipe de Bagnuoli, deveriam desembarcar em Pernambuco (ver 12, 13, 14 e 17 de janeiro de 1640). Durante a ausência do conde da Torre, ficou ocupando o cargo de governador-geral o conde de Óbidos.

1769 — Nascimento de Francisco Vilela Barbosa (depois marquês de Paranaguá), estadista e poeta. Nasceu na cidade do Rio de Janeiro e faleceu a 11 de setembro de 1846 (ver esta data).

1823 — Parte do Rio de Janeiro a charrua *Lucônia*, conduzindo para a França os deportados políticos conselheiro José Bonifácio, conselheiro Martim Francisco, Antônio Carlos (os três irmãos Andradas), Montezuma (depois visconde de Jequitinhonha), Belchior Pinheiro de Oliveira, José

Joaquim da Rocha, todos deputados da Constituinte dissolvida (ver 12 de novembro) e os dois irmãos Vasconcelos de Drummond. Essas deportações (únicas que então foram feitas, sendo inexata a extensa relação de nomes que publicou um historiador nacional) ficaram resolvidas em sessão do Conselho de Estado de 15 de novembro. Na mesma reunião, fixou-se o *quantum* da pensão que deveria ser paga aos deputados enquanto não pudessem regressar ao Brasil.

1826 — O almirante argentino Brown tentou passar entre a ilha de São Sebastião e o continente com a escuna *Sarandí* e a corveta *Chacabuco*, mas retrocedeu, tendo sofrido muitas avarias e a perda de alguns mortos e feridos pelo fogo da bateria do Rabo Azedo (três peças, do capitão de milícias João Correia Alves Marzagão) e pelo do forte de Vila Bela (sete peças, tenente-coronel Lopo da Cunha d'Eça e Costa). Ao regressar, foram os dois navios argentinos hostilizados por aquela bateria e pela da Sipituba (três peças).

1827 — Retiram-se os ministros que formavam o gabinete do visconde de São Leopoldo (16 de janeiro), e fica organizado nesta data um novo ministério, com os deputados Araújo Lima, Calmon (ulteriormente marquês de Olinda e Abrantes) e Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, os senadores marquês de Aracati e general Bento Barroso Pereira, e o chefe de divisão Diogo Jorge de Brito. Pela primeira vez foram chamados membros da Câmara dos Deputados para os Conselhos da Coroa; no entanto, este ministério teve curta duração. No ano seguinte, tendo o imperador demitido o ministro da Guerra, todos os outros apresentaram as suas demissões, menos o marquês de Aracati (15 de junho de 1828). Continuou, assim, a luta entre a maioria da Câmara temporária e a coroa, luta continuada na legislatura seguinte e que teve o seu desfecho com a revolução de 7 de abril de 1831.

1830 — É assassinado em São Paulo o doutor João Batista Líbero Badaró, redator do *Observador Constitucional*. "Morre um liberal, mas não morre a liberdade", disse ele, antes de expirar. Este assassinato, embora devido à vingança particular, produziu então a mais profunda impressão no país inteiro, porque Badaró era jornalista.

1835 — *Os Cabanos* atacam Breves e são repelidos pelo capitão Pantoja (ferido no combate) e pelos fogos da escuna *Leal Cametaense* e do iate *Mundurucu*. Estes navios eram comandados pelo segundo-tenente Filipe José Pereira Leal.

1866 — O marquês de Caxias apresenta-se à esquadra e ao 2º Exército, em Curuzu, e assume o seu comando em chefe. Por ocasião das salvas do estilo, o inimigo rompeu fogo contra Curuzu, causando-nos a perda de três homens, um morto e dois feridos. Alguns vasos da esquadra, que estavam mais à frente, romperam também fogo contra Curupaiti, cujos canhões se calaram imediatamente.

21 DE NOVEMBRO

1762 — Parte do Rio de Janeiro uma esquadra conduzindo tropas para a Colônia do Sacramento (ver 6 de janeiro de 1763). No Rio de Janeiro, não se sabia ainda da capitulação da praça (ver 30 de outubro de 1762).

1816 — Nasce em Pitangui, Minas Gerais, Martinho Álvares da Silva Campos (ver 29 de março de 1887).

1824 — Morre envenenado, em Montevidéu, o brigadeiro Manuel Marques de Sousa, filho do tenente-general do mesmo nome e pai do tenente-general conde de Porto Alegre (ver 18 de julho de 1875). Nasceu no Rio Grande em 1780. Fez as campanhas de 1801, de 1811 e 1812, de 1816 a 1820 e de 1823 e 1824, a primeira no Rio Grande do Sul, as outras na Banda Oriental do Uruguai. Venceu em Chafalote (24 de setembro de 1816), distinguiu-se na batalha de Índia Muerta (19 de setembro de 1816), aprisionou em Canelones o caudilho Manuel Artigas (1818), destroçou o inimigo no paso de la Arena (8 de outubro de 1819) e assinalou-se em vários outros pequenos combates nos arredores de Montevidéu, onde comandava a cavalaria brasileira.

1827 — O corsário *Oriental-Argentino*, do comandante Bibois, encalha no banco de São Tomé, na costa do Rio de Janeiro. Faziam

parte da guarnição muitos dos prisioneiros do rio Negro da Patagônia (ver 7 de março de 1827). Estes revoltaram-se e ficaram senhores do navio, voltando a servir na Marinha brasileira.

1845 — O imperador dom Pedro II e a imperatriz dona Teresa Cristina desembarcam em Porto Alegre, na sua visita ao Rio Grande do Sul, depois da pacificação da província (1º de março).

1847 — Morre em Petrópolis o engenheiro Júlio Frederico Koeler, um dos fundadores daquela colônia, depois cidade.

1859 — Tratado de Aliança assinado em Montevidéu entre o Brasil, a República do Uruguai e as províncias de Entre Rios e Corrientes, tendo por fim "libertar o povo argentino da opressão que suporta sob o domínio tirânico do governador dom João Manuel de Rosas". Por parte do Brasil, foi negociador desse tratado o conselheiro Carneiro Leão (logo depois visconde e marquês de Paraná). O Brasil e seus aliados acabavam de libertar a República do Uruguai, destruindo o poder militar de Oribe, lugar-tenente de Rosas, e restabelecendo em todos os departamentos provinciais a autoridade do governo legítimo, reduzido durante 10 anos à praça de Montevidéu. Por esse tratado ficou resolvida a invasão da província argentina de Buenos Aires. A nova campanha terminou com a vitória decisiva de Monte Caseros (3 de fevereiro de 1852).

22 DE NOVEMBRO

1767 — "Ordem régia mandando concluir a bateria em roda da ilha de Villegaignon" (documento citado por Teixeira de Melo, em suas *Efemérides*). Essa ilha era chamada Serigipe pelos Tamoio e, ilha das Palmeiras pelos portugueses. Foi aí que desembarcou e se estabeleceu o cavaleiro Nicolas Durand de Villegaignon (10 de novembro de 1555), dando o nome de Coligny à fortaleza que então fez construir. Naquele tempo, a ilha era alta e apresentava duas colinas, uma em cada extremidade. Assim é figurada em uma gravura na *Cosmographie* de Thevet. A fortaleza de Coligny foi tomada por Mem de Sá no dia 16 de março de 1560 e, logo arrasada. Em 1696, o governador Sebastião

de Castro Caldas deu aí começo à construção de uma bateria. Em carta de 15 de março de 1705, dizia o governador dom Álvaro da Silveira que ela estava terminada. Quando a esquadra de Duguay-Trouin forçou a entrada do nosso porto, a bateria de Villegaignon, comandada pelo capitão Manuel Ferreira Estrela, ficou destruída por uma explosão (ver 12 de setembro de 1711). Tinha então 20 canhões de ferro. Em 1735, segundo uma informação do general Pais, montava 18 peças. Gomes Freire de Andrada, depois de fazer arrasar as colinas, construiu o forte de São Francisco Xavier, terminado em 1761, acrescentado e melhorado posteriormente. Depois da independência, a fortaleza de Villegaignon passou a ser guarnecida por forças de mar.

1773 — Nascimento de José Saturnino da Costa Pereira. Nasceu, como seu irmão Hipólito, na Colônia do Sacramento, de cuja guarnição fazia parte seu pai, o alferes de ordenanças Felix da Costa Furtado de Mendonça, proprietário no Rio Grande do Sul. O doutor Pedro Pereira Fernandes de Mesquita, autor de uma *Relação da perda da Colônia em 1777* (*Revista do Instituto*, t. XXXI), era seu tio. José Saturnino foi tenente-coronel do imperial corpo de engenheiros, lente da Escola Militar, senador por Mato Grosso desde 1827, ministro da Guerra durante alguns meses em 1837, na regência de Feijó, e um douto e operoso escritor. Publicou os seguintes trabalhos: *Tratado elementar de mecânica*, por L. B. Francoeur traduzido... e aumentado... (Rio de Janeiro, 1812, in 4º), *Indagações do sólido de máximo volume entre todos os de igual superfície* (no *Patriota*, 1813), *Dicionário topográfico do Império do Brasil* (1834, in 4º), *História geral dos animais* (1837-1839, 4 tomos, in 8º gr.), *Elementos de geodesia, precedidos dos princípios da Trigonometria esférica e Astronomia, necessários a sua inteligência...* (1840, in 4º), *Elementos de mecânica* (1842, in 8º gr.), *Aplicação de álgebra à geometria analítica* (1842, in 4º); *Elementos de cálculo diferencial e de cálculo integral* (1842, in 8º gr.), *Apontamentos para a formação de um roteiro das costas do Brasil* (1848, in 8º), todos citados por Inocêncio da Silva, e um romance científico em 14 volumes, *O colégio incendiado ou a recreação moral e científica*. O senador Costa Pereira faleceu no Rio de Janeiro a 9 de janeiro de 1852.

1801 — O capitão (depois tenente-coronel) Manuel dos Santos Pedroso

(ver 5 de abril de 1816), atravessando o Uruguai no Passo de São Lucas, à frente de 80 homens, desbarata aí a guarda inimiga e manda uma partida arrebanhar gado. Quando esta regressava com a presa, apresentou-se o coronel Spinola com uma coluna de 300 paraguaios. Pedroso acometeu-os intrepidamente, pondo-os em desordenada fuga. As três peças, que o inimigo tinha, foram tomadas, e com elas voltou Pedroso triunfante para São Nicolau, conduzindo muitos prisioneiros e gado.

1816 — A esquadra portuguesa do então chefe de divisão Rodrigo Lobo deu fundo diante de Maldonado na tarde de 21, sendo já então conhecido nessa cidade o resultado da batalha de Índia Muerta. Desembarcaram na manhã de 22, com o capitão de mar e guerra, conde de Viana, 300 marinheiros e soldados; a guarnição, assim, largou imediatamente o posto, deixando abandonado o seu comandante, Francisco Aguilar, que, então, concluiu com o chefe português uma capitulação, na qualidade de "representante do povo e cidade de Maldonado". A ilha de Gorriti foi logo ocupada e fortificada.

1839 — Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí) entra no Rio Pardo e põe em fuga os revolucionários comandados pelo tenente-coronel Dornelas.

1868 — O encouraçado *Brasil,* comandante Salgado (barão de Corumbá), força as baterias de Angustura, descendo o rio Paraguai.

23 DE NOVEMBRO

1645 — Um corpo de holandeses, destacado dos fortes do Rio Grande do Norte e da Paraíba (360 homens), sob o comando de Berge, é repelido com grande perda, em Cunhaú, pelos capitães Diogo Pinheiro Camarão e João Barbosa Pinto.

1647 — Henrique Dias marcha do assédio do Recife para o Rio Grande do norte (ver 5 e 6 de janeiro de 1648).

1667 — Deposição em Lisboa do rei dom Afonso VI.

1704 — Os espanhóis de Buenos Aires, dirigidos por Baltazar Garcia Ros, assaltam, durante a noite, a praça da Colônia do Sacramento (quarto assalto neste sábado), e são repelidos pelo general Sebastião da Veiga Cabral. Tiveram 30 mortos e mais de cem feridos. Durante este combate, o capitão de mar e guerra José de Ibarra Lescano, comandante da esquadrilha inimiga, conseguiu tomar o navio *Popa Verde*, que Veiga Cabral armara com 12 canhões e que se defendeu, com honra, abordado pelo *N. S. del Rosario* (de 36 canhões), por uma sumaca, por uma lancha e por dois botes. Da guarnição, pereceram 55 homens em uma explosão e ficaram prisioneiros 33, pela maior parte queimados ou feridos. Os espanhóis tiveram 21 mortos e feridos.

1720 — Toma posse na Bahia o quarto vice-rei, Vasco Fernandes César de Menezes, depois conde de Sabugosa (ver 25 de outubro de 1741).

1826 — Convenção entre o Brasil e a Grã-Bretanha declarando que, três anos depois da troca das ratificações (foram trocadas a 13 de março de 1827), ficaria proibido aos brasileiros o comércio de escravos na costa da África. A continuação desse comércio seria considerada e tratada como pirataria. Os marqueses de Inhambupe e de Santo Amaro foram os plenipotenciários brasileiros negociadores desta convenção, recebida com muito desagrado e hostilidade pelos interessados na continuação do tráfico e, até, pela Câmara dos Deputados. A partir de 13 de março de 1830, deveria ter acabado o tráfico; no entanto, continuou, apesar desta convenção e da lei de 7 de novembro de 1831. Só depois da lei de 4 de setembro de 1850 pôde ficar suprimido o contrabando de escravos.

1835 — O major João da Gama Lobo d'Anvers é mortalmente ferido (expirou nessa tarde) no ataque à fortaleza de Itaquã, na ilha de Marajó. A barca *Independência* protegia esse ataque, no qual os legalistas foram repelidos.

1841 — Lei criando o Conselho de Estado. O primeiro foi instituído por decreto de 13 de novembro de 1823 e suprimido pela lei constitucional de 12 de agosto de 1834, sendo, porém, mantidos

aos seus membros o respectivo ordenado. O segundo desapareceu com a queda do Império. Dessa corporação fizeram parte os nossos mais eminentes estadistas.

1856 — Por iniciativa do arquiteto Francisco Joaquim Bittencourt da Silva, a Sociedade Propagadora das Belas Artes resolve a fundar o Liceu de Artes e Ofícios na cidade do Rio de Janeiro. Foi inaugurada esta utilíssima instituição no dia 9 de janeiro de 1857.

24 DE NOVEMBRO

1549 — Entra na enseada de Superagui (Paranaguá) o navio espanhol que conduzia Hans Staden, célebre pelos perigos que correu entre os nossos selvagens e pela curiosa relação que publicou das suas viagens ao Brasil. No ano antecedente, esteve em Pernambuco (ver 28 de janeiro de 1548). De Superagui passou o seu navio para a ilha de Santa Catarina, e, estando ali fundeado e prestes a partir, começou a fazer água e foi a pique. Hans Staden e seus companheiros viveram naquela ilha por espaço de dois anos. Em 1551, ele partiu em uma pequena embarcação, que naufragou na costa de Itanhaém. Foi bem acolhido em São Vicente, e Brás Cubas confiou-lhe a defesa de um fortim levantado então na barra de Bertioga, sobre a ilha de Santo Amaro, em frente ao forte de Santiago, que ficava na terra firme. O governador-geral Tomé de Sousa, visitando a capitania (1553), fez construir nesse mesmo lugar (ponta da Armação) o forte de São Filipe, do qual Staden ficou sendo comandante. Em dezembro, tendo-se este aventurado a sair só em busca de caça foi assaltado pelos Tamoio e levado prisioneiro. Em muitos capítulos do seu livro, refere ele os transes por que passou durante o seu cativeiro. Foi então que conheceu o terrível Cunhambebe, falecido entre os anos de 1554 e 1560, provavelmente pai do índio do mesmo nome que Anchieta conheceu em 1563 (ver 14 de novembro). Em 31 de outubro de 1554, Hans Staden conseguiu libertar-se, partindo do Rio de Janeiro a bordo de um navio francês.

1631 — Os holandeses evacuam Olinda, incendiando todas as casas que não foram resgatadas pelas somas por eles fixadas.

1762 — Nascimento do poeta Antônio Pereira de Sousa Caldas, na cidade do Rio de Janeiro (ver 2 de março de 1814).

1801 — O capitão José Borges do Canto, com 110 homens, derrota, perto de São Borja, 215 espanhóis, que, sob o comando de Rubio Dulce, pretendiam reconquistar aquela povoação. A força inimiga, composta de milicianos das missões paraguaias entre o Uruguai e o Paraná, teve 80 mortos no combate ou afogados na passagem do rio, e deixou em poder dos vencedores 75 prisioneiros. Do nosso lado, houve apenas três mortos e quatro feridos.

1817 — Nasce em Pernambuco Francisco Antônio Raposo, depois brigadeiro, e barão de Caruaru (ver 23 de março de 1880).

1826 — O imperador dom Pedro I parte para o Rio Grande do Sul, por Santa Catarina, acompanhado do ministro do Império, visconde de São Leopoldo, para ativar as operações militares. Seguiu na nau *Pedro I*, acompanhada da fragata *Isabel*, da corveta *Duquesa de Goiás* e de vários transportes, que conduziam o 27º batalhão de caçadores alemães e um esquadrão de lanceiros também alemães.

1840 — O tenente-coronel João Nepomuceno da Silva, com o 5º de caçadores e 430 guardas nacionais de cavalaria, comandados pelo tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí), destroça, no Passo do Vigário, perto de Viamão, e persegue até as lombas do Amorim o general Bento Gonçalves da Silva. Nesta ação, foi morto o capitão de marinha Rossetti, italiano ao serviço da revolução rio-grandense, amigo muito querido de Garibaldi.

25 DE NOVEMBRO

1641 — Uma esquadrilha holandesa de 19 navios, sob o comando do almirante holandês Lichthardt, entra, sem arvorar bandeira, no porto de São Luís do Maranhão, trocando alguns tiros com o forte. Expedida do Recife pelo príncipe Maurício de Nassau, essa esquadra conduzia o conselheiro político Pedro Bas e o coronel Koen, com uns mil homens de tropa. O

velho Bento Maciel Parente, governador do Maranhão, já tinha publicado solenemente a ordem do rei, para que se desse "boa entrada e o necessário, com todo o favor, aos navios dos Estados de Holanda, ou de el-rei de França, que ali aportassem, porquanto tinha feito pazes com os ditos Estados e o cristianíssimo rei de França". Os holandeses ocuparam a cidade e o forte, assinando com o governador uma convenção, a qual rasgaram logo no dia seguinte. Maciel Parente, remetido preso para o Rio Grande do Norte, faleceu pouco depois em Goiana, quando o conduziam para o Recife. A guarnição, composta apenas de 130 homens, foi desembarcada em São Cristóvão das Antilhas. Apesar dos protestos de Portugal, guardaram os holandeses essa conquista, feita tão fácil e aleivosamente; no entanto, em 30 de setembro do ano seguinte, levantaram-se os habitantes, dirigidos por Antônio Muniz Barreiros e Antônio Teixeira de Melo, e a 28 de fevereiro de 1644 conseguiram a expulsão dos invasores.

1643 — Desembarcam em Caiena 300 franceses que vinham estabelecer a segunda Companhia do cabo do Norte (ver 26 de maio de 1640).

1808 — Decreto do príncipe regente dom João permitindo que os estrangeiros estabelecidos no Brasil pudessem possuir terras, como os nacionais.

— O brigadeiro Filipe Néri de Oliveira desembarcava em rio Pardo enquanto o então major Francisco Pedro de Abreu (depois barão de Jacuí), tendo marchado de Porto Alegre com uma coluna de cavalaria da Guarda Nacional, penetrava na vila. Os revolucionários, que a guarneciam e eram comandados pelo tenente-coronel Antônio Joaquim de Ornelas, fugiram para o interior, sendo então libertados 90 prisioneiros do combate de 30 de abril e tomadas quatro peças, além de um precioso material de guerra. Sete dias depois, era Abreu promovido a tenente-coronel, e, na mesma ocasião, outro intrépido comandante da Guarda Nacional, José Joaquim de Andrade Neves.

1841 — Os tenentes-coronéis João Propício Mena Barreto e Francisco Pedro de Abreu (depois barões de São Gabriel e de Jacuí), à frente de 700 homens de cavalaria e infantaria, atacam e derrotam no

Rincão Bonito (nascentes do Pequiri) um corpo de 400 revolucionários rio-grandenses, sob o comando do coronel Agostinho de Melo, o qual conseguiu escapar, embora tenha perdido 120 homens mortos e 230 prisioneiros. Os legalistas tiveram apenas alguns homens feridos.

1848 — O coronel José Antônio Pessoa de Melo, comandando um pequeno corpo de guardas nacionais, ataca e toma a povoação de Una (Pernambuco), ocupada pelos insurgentes.

1851 — O general Caxias chega à Colônia do Sacramento com o exército brasileiro em operações, composto de 20 mil homens. No dia 3 de dezembro, o ministro Carneiro Leão (depois marquês de Paraná) teve aí uma conferência com o general em chefe (ver 14 de dezembro).

1865 — Falece em Minas Gerais o bispo resignatário do Pará, dom José Afonso de Morais Torres, nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1805 (23 de janeiro). Publicou alguns trabalhos estimáveis.

26 DE NOVEMBRO

1807 — Dom João, príncipe regente de Portugal, torna pública a resolução de mudar a corte para o Brasil. O tenente-coronel Lecór (depois visconde da Laguna, no Brasil) chegou a Lisboa anunciando que o exército francês de Junot tinha invadido Portugal. Lecór fez destruir a ponte do Zêzere, o que retardou em dois dias a marcha dos invasores. O regente, esperando evitar a invasão, tinha aderido em 25 de outubro ao Bloqueio Continental e reunido sobre as costas todas as forças portuguesas, para fazer frente à Inglaterra. As fronteiras ficaram, assim, abertas, e por elas penetraram franceses e espanhóis, que o príncipe regente supunha seus aliados, mas que, por um pacto secreto, acabavam de unir-se (Tratado de Fontainebleau, de 27 de outubro) para conquista e partilha de Portugal. Dom João, não podendo resistir, reatou relações com o ministro inglês, que estava a bordo da esquadra destinada a bloquear as costas de Portugal, e voltou à aliança inglesa, a qual não deveria ter abandonado. No dia 29, a família real, os membros do governo e a corte partiram para o Rio de Janeiro e, no dia seguinte, Junot entrava em Lisboa.

1828 — Desembarca em Salvador o arcebispo dom Romualdo Antônio de Seixas (depois marquês de Santa Cruz), que desde 31 de janeiro havia tomado posse do Arcebispado, por procurador. No dia 28 de novembro, fez a sua entrada solene.

1848 — Pequena refrega no engenho Cachoeira, perto de Una (Pernambuco), na qual o tenente-coronel da Guarda Nacional José Antônio Pessoa de Melo destroça os insurgentes.

1868 — Forçam a passagem das baterias de Angustura, comandadas pelo tenente-coronel George Thompson, os encouraçados *Brasil* (comandante Salgado, depois barão de Corumbá, ferido nesta ocasião) e *Cabral*, o monitor *Piauí*, o pequeno vapor *Triunfo* e uma lancha a vapor. Subiram de Palmas e foram reunir-se aos encouraçados que estavam acima de Angustura.

27 DE NOVEMBRO

1614 — Suspensão de armas assinada entre Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, comandante dos franceses que ocupavam a ilha do Maranhão, e Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos Moreno, primeiro e segundo comandantes da expedição brasileira que foi à reconquista dessa ilha. O chefe brasileiro, vencedor no dia 19, acrescentou ao seu nome de família o apelido de Maranhão, que já aparece nesta convenção de tréguas (ver 31 de outubro, 1º e 2 de novembro de 1615).

1688 — Provisão proibindo que os governadores consentissem na colocação de retratos seus nas Câmaras ou em quaisquer estabelecimentos públicos. Essa honra só poderia ser concedida pelo rei, à vista de representação das Câmaras.

1807 — Nascimento de Teófilo Benedito Ottoni no Serro, Minas Gerais (ver 17 de outubro de 1869).

1844 — Nascimento de Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda (dom frei Vital). Faleceu em Paris a 5 de julho de 1878. Nasceu em Pedras de Fogo.

1868 — O marechal Caxias, que estava em Palmas, diante das linhas paraguaias do Piquiciri, muda o seu quartel-general para o Chaco, e aí ativa os preparativos da passagem e do desembarque na retaguarda das posições inimigas (ver 5 e 6 de dezembro).

28 DE NOVEMBRO

1630 — O general Matias de Albuquerque derrota em Salinas (hoje Santo Amaro, no Recife) um corpo de holandeses.

1632 — O capitão Francisco Rebelo (o Rebelinho, depois mestre de campo) é aprisionado, caindo em uma emboscada na ponte do Beberibe. Libertou-se poucos meses depois, atirando-se ao mar de bordo do navio inimigo, em que se achava, e nadando até a terra (ver 14 de abril de 1633).

1635 — Dá fundo diante de Jaraguá (Alagoas) a esquadra hispano-portuguesa que conduzia o novo governador-geral do Brasil, Pedro da Silva, e o general Rojas, nomeado general do Exército de Pernambuco (ver 30 de novembro).

1824 — As forças principais da efêmera Confederação do Equador, vencidas pelo general Francisco de Lima e Silva no Recife (ver de 12 a 17 de setembro), seguiram para a Paraíba, onde se reuniram aos revolucionários dessa província, e marcharam na direção do Ceará, sustentando alguns combates contra os partidários do Império e da união nacional que os perseguiam (combate do Couro de Anta, em que foi morto o português João Soares Lisboa, ex-redator do *Correio do Rio* e, no Recife, redator do *Desengano Brasileiro*, e combate do Agreste). Sob o comando de José Gomes de Rego Casumbá, penetraram no Ceará pela bacia do rio Figueiredo, perto de Quixoçó, e só então souberam da morte de Alencar Araripe (31 de outubro) e da rendição de Pereira Filgueiras (8 de novembro). Tomaram, assim, a direção de Missão Velha, hostilizada pelas partidas cearenses, e, já em luta com a fome, foram cercadas no engenho do Juiz pelas milícias do Icó e, logo depois, pelo major Lamenha Lins. A 28 de novembro renderam-se nesse lugar.

1841 — Segunda Convenção Secreta de Auxílios Recíprocos (a primeira tem a data de 5 de julho) entre Bento Gonçalves, chefe da revolução separatista do Rio Grande do Sul, e o general Frutuoso Rivera, então presidente da República Oriental do Uruguai.

1844 — O tenente-coronel Francisco Pedro de Abreu (barão de Jacuí) derrota, no Arroio Grande, o coronel Joaquim Teixeira Nunes, um dos mais bravos comandantes do Exército da revolução rio-grandense. Teixeira Nunes foi morto nesta ação.

1848 — O tenente-coronel José Maria Ildefonso da Veiga Pessoa ataca e toma Nazaré, apesar da enérgica defesa feita pelos liberais pernambucanos, sob o comando do capitão Leandro César Pais Barreto. No mesmo dia, o voluntário João Lins de Barros Wanderley derrotou 400 revolucionários no engenho Cachoeira, e o capitão Francisco Cavalcanti de Albuquerque destroçou outra pequena coluna no engenho Cocal. Ambos esses engenhos ficam perto do Una.

1861 — Naufrágio do vapor *Hermes* nos recifes até então conhecidos pelos nomes de Lajes da Tábua, ao nordeste de Macaé, e hoje designados nas cartas marinhas pelo nome daquele vapor. Nesse naufrágio, pereceu o jovem escritor fluminense Manuel Antônio de Almeida, autor das *Memórias de um sargento de milícias* (ver 7 de novembro de 1832).

1864 — *Capitulação do Salto, no Uruguai*. Essa cidade, defendida pelo coronel Palomeque, que obedecia ao governo de Montevidéu, estava sitiada pelo general Flores, chefe da revolução oriental, e bloqueada pelas canhoneiras *Itajaí* e *Mearim*, da Marinha brasileira, comandadas pelo primeiro-tenente J. J. Pinto. Palomeque fugiu da praça antes da capitulação. Caíram em poder dos aliados quatro canhões e 250 prisioneiros, que aceitaram serviço no exército de Flores. O Salto ficou guarnecido por 300 orientais do partido de Flores e por 150 brasileiros.

1869 — O coronel honorário Fidélis Pais da Silva derrota, no Jejuí Guaçu, a guarda avançada do tenente-coronel Quintana, segue rapidamente pela estrada da vila de Iguatemi e ataca e toma a ponte de Jejuí-mi,

apoderando-se de duas peças e pondo em fuga as forças daquele chefe (300 homens). Um soldado do 11º de infantaria tomou uma bandeira inimiga. As nossas tropas entraram em Iguatemi e avançaram até a fábrica de pólvora de Itanerã, onde no mesmo dia o coronel Pais da Silva conseguiu ainda destroçar um destacamento de cem homens. A fábrica foi então destruída pelo engenheiro Guilherme Carlos Lassance, que acompanhava a expedição. A nossa perda foi de dois mortos e 16 feridos. Foram libertadas muitas famílias paraguaias e alguns prisioneiros, em número de 4.000 pessoas. No dia 25, o ditador Solano López tinha levantado o seu acampamento de Itanerã, seguindo para Panadero. Com a notícia do feliz resultado desta expedição, o marechal conde d'Eu, que desde 17 de outubro tinha o seu quartel-general no Potrero Capivarí, marchou, no dia 2 de dezembro, com o exército, para Curaguati, e fez desta vila o centro das operações, de 12 de dezembro a 7 de janeiro. O general Câmara (depois visconde de Pelotas) tinha saído de Concepción, no dia 25, com uma divisão das três Armas para atacar o coronel Romero. No dia 26, terminou a passagem do Rio Ipané, e marchou para o sul. No dia 28, o inimigo já estava em retirada. O sol era abrasador, e alguns dos nossos soldados caíram fulminados de apoplexia, outros extenuados, mas a perseguição continuou. Perto de Tacuara, o capitão Cipriano Nelsis da Cunha, com meio esquadrão de cavalaria, debandou o esquadrão do major Montiel, ficando este oficial ferido e prisioneiro. Adiante, em Cajita Cuê, no esteiro de Piripucu, entre Belén Cuê e Tacurupitá, os coronéis Bento Martins de Meneses e José Fernandes de Sousa Docca, à frente de 80 homens de cavalaria apenas, porque muitos cavalos afrouxaram com a marcha violenta deste dia, atacaram e puseram em fuga o 13º regimento, do major Bogado, composto de 268 praças. Neste choque, perdeu o inimigo um estandarte e 47 mortos e prisioneiros. A nossa cavalaria, que pertencia toda à Guarda Nacional rio-grandense, teve apenas cinco homens feridos.

29 DE NOVEMBRO

1637 — As tropas do Exército de Pernambuco, vindo de Sergipe, sob o comando do general Bagnuoli, acampam junto à torre de Garcia d'Ávila.

1803 — Nascimento de Saturnino de Sousa e Oliveira, na fazenda

do Córrego Seco, lugar em que hoje está a cidade de Petrópolis (ver 18 de abril de 1848).

1806 — Nascimento de Manuel de Araújo Porto Alegre, no Rio Pardo, Rio Grande do Sul (ver 30 de dezembro de 1879).

1807 — Parte do Tejo a frota que conduzia ao Brasil a família real portuguesa, a corte, os membros do governo e os principais funcionários (ver 27 de novembro de 1807, 22 de janeiro e 7 de março de 1808). Era comandante em chefe dessa poderosa esquadra o vice-almirante Manuel da Cunha Souto Maior, tendo por ajudante-general o chefe de divisão Joaquim José Monteiro Torres. Uma divisão da esquadra inglesa nas costas de Portugal acompanhou até o Rio de Janeiro a família de Bragança.

1826 — A divisão naval que conduzia à Santa Catarina o imperador dom Pedro I avista a corveta argentina *Chacabuco*, comandante Bysson. A fragata *Isabel*, do comandante Teodoro de Beaurepaire, persegue-a até o anoitecer sem, contudo, conseguir alcançá-la.

1832 — Lei assinada pelo ministro da Justiça Honório Hermeto Carneiro Leão (depois marquês de Paraná) promulgando o Código do Processo Criminal de primeira instância como disposição provisória acerca da administração de Justiça Civil.

1839 — O tenente-coronel Tomé Mendes Vieira perde e retoma no mesmo dia o entrincheiramento da Conceição, derrotando os anarquistas do Maranhão (*Balaios*). Esse lugar fica perto da foz do Riachão, à margem direita do Parnaíba (Piauí).

1842 — Morre na capital do Maranhão o 13º bispo daquela diocese, dom Marcos Antônio de Sousa, nascido na Bahia a 10 de fevereiro de 1771. Foi por alguns anos vigário da freguesia da Vitória, em Salvador, e fez-se distinto entre os mais ilustres deputados do Brasil às Cortes Constituintes de Lisboa em 1822. Voltando à pátria, teve assento na Assembleia Constituinte de 1823, e três anos depois foi escolhido bispo do Maranhão. Tomou posse do Bispado em 1828. Seu nome parlamentar

era Marcos Antônio. É preciso não o confundir com o padre Marcos Antônio Monteiro de Barros, que foi senador por Minas Gerais de 1826 a 16 de dezembro de 1852, dia em que faleceu.

1865 — O ditador do Paraguai, Solano López, estabelece o seu quartel-general no acampamento do Passo da Pátria (ver 19, 22 e 23 de abril de 1866).

1868 — Bombardeamento de Assunção pelos encouraçados *Bahia* e *Tamandaré* e monitores *Alagoas* e *Rio Grande*, sob o comando do barão da Passagem. A bateria inimiga fez apenas alguns tiros. A cidade já tinha sido evacuada pela população, por ordem do ditador López.

30 DE NOVEMBRO

1535 — Chega à baía do Rio de Janeiro a expedição do adiantado do rio da Prata, dom Pedro de Mendoza, que ia povoar e conquistar aquelas terras.

1594 — Esta é a data indicada pelos nossos cronistas para a partida da esquadrilha de James Lancaster, que veio a Pernambuco; no entanto, estando ainda em vigor entre os ingleses o calendário juliano, seria preciso fazer a correção gregoriana, e dar ao acontecimento a data de 10 de dezembro. Em Hackluyt, vê-se que Lancaster partiu de Londres em outubro: "A bem-dirigida e auspiciosa viagem de James Lancaster começou em Londres em outubro de 1594, com três navios e uma fragata-galera." O armamento foi feito pela municipalidade de Londres e constava de três navios. Na ilha de Maio, incorporou-se à de Lancaster a esquadrilha do corsário francês Venner (quatro navios). No dia 9 de abril de 1595 (30 de março, calendário juliano), tomaram o forte de Bom Jesus e a povoação do Recife. Três ou quatro dias depois, reuniram-se à esquadrilha de cinco navios corsários franceses, comandados por Jean Noyer. Deram-se vários pequenos combates entre os pernambucanos e as forças de Lancaster durante a permanência deste no Recife.

1635 — A Armada hispano-portuguesa, que fundeou no porto de Jaraguá (Alagoas) em 28 de novembro, compunha-se de 30 navios,

sob o comando do general dom Lope de Hoces y Córdova (morto em 1639, em uma das batalhas do canal da Mancha entre Oquendo e Tromp). Partiu do Tejo no dia 7 de setembro, conduzindo o novo governador-geral do Estado do Brasil, Pedro da Silva, e um reforço de tropas portuguesas, espanholas e napolitanas, com o mestre de campo general dom Luís de Rojas y Borja, que vinha render no comando do Exército de Pernambuco o general Matias de Albuquerque. Neste dia 30, desembarcaram as tropas e o novo general. Matias de Albuquerque, que estava acampado junto à Conceição (depois cidade das Alagoas*), veio até Jaraguá e entregou o comando do Exército ao seu sucessor, partindo para a Bahia no dia 16 de dezembro (ver 6 e 18 de janeiro de 1636). O general Rojas trouxe para o herói brasileiro Antônio Filipe Camarão o título de dom e o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo.

1646 — Morre quase repentinamente, no Penedo, o almirante holandês Jan Corneliszoon Lichthardt, um dos mais bravos marinheiros da República das Províncias Unidas. O seu corpo foi conduzido para o Recife e sepultado com grande pompa, a 12 de dezembro, na primitiva igreja de São Pedro Gonçalves (Corpo Santo), então templo protestante.

1822 — Pequeno combate entre os atiradores da nossa trincheira de Bom Jesus de Saubara (Bahia), comandados por Antônio Maria da Silva Torres, e duas canhoneiras portuguesas.

1848 — *Combate de Maricota (perto de Goiana), em que os revolucionários de Pernambuco são batidos pelo coronel José Vicente de Amorim Bezerra*. Os vencidos tiveram 20 mortos e 50 feridos; os legalistas, 15 mortos e 35 feridos. Entre outros oficiais, distinguiu-se neste combate o primeiro-tenente Camisão, que 19 anos depois comandou a expedição do Apa. No mesmo dia, foi repelido um ataque dos insurgentes contra o engenho Dois Irmãos (Apipucos) pelo 6º de caçadores, do comandante João Guilherme Bruce.

1852 — Cerimônia da bênção do Hospício Dom Pedro II, terminado então em grande parte.

* Hoje, cidade de Marechal Deodoro. (N.E.)

1º DE DEZEMBRO

1640 — Revolução de Portugal contra o domínio espanhol: o duque de Bragança é aclamado rei com o nome de dom João IV. A notícia chegou à Bahia no dia 15 de fevereiro, ao Rio de Janeiro no dia 10 de março seguinte, e nessas datas foi o novo rei reconhecido pelo marquês de Montalvão, vice-rei do Brasil, e por Salvador Correia de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro, sendo imediatamente aclamado nas duas cidades. Os festejos pela restauração da independência de Portugal começaram no Rio de Janeiro a 31 de março e terminaram a 7 de abril. Em São Paulo, deu-se no dia 1º de abril a tentativa de aclamação de Amador Bueno. Recusando este a posição que lhe ofereciam, foi dom João IV aclamado no dia 3.

1764 — Nasce na vila do Príncipe, hoje cidade do Serro, em Minas Gerais, o poeta José Elói Ottoni.

1822 — *Sagração e coroação do imperador dom Pedro I*. "O plano do cerimonial [diz Porto Seguro] foi apresentado por uma comissão composta de José Bonifácio, Santo Amaro, bispo dom José Caetano da Silva Coutinho, monsenhor Fidalgo e frei Antônio de Arrábida, antigo mestre do imperador. Adotou-se parte do que tivera lugar na sagração de Napoleão I, combinado com o que se praticava na Áustria, inclusive a cerimônia da Hungria de fender o ar com a espada" (Porto Seguro, *História da Independência*, manuscritos). Debret pintou um grande quadro representando a cerimônia na Capela Imperial. No tomo III da sua *Viagem pitoresca ao Brasil*, há uma reprodução litográfica do quadro, e no texto o artista indica os principais personagens ali retratados. Na falta de um esboceto explicativo, que em todos os museus é anexado às telas em que há retratos, o comentário do pintor, no citado tomo, tem grande valor histórico.

— Decretos de criação da Ordem Imperial do Cruzeiro e de nomeação dos primeiros brasileiros admitidos nessa ordem. O tenente-general Curado e o deputado Antônio Carlos foram nomeados grã-cruzes. O imperador quis dar o mesmo grau ao ministro José Bonifácio, mas este recusou, declarando que não lhe ficava bem, sendo ministro, receber uma condecoração criada por proposta sua. "Condecore vossa majestade o Antonio Carlos, se quiser, pois também é Andrada e não é ministro", acrescentou ele.

— Decreto criando uma guarda de honra, composta de três esquadrões: do Rio de Janeiro, São Paulo (reunião em Taubaté), e Minas Gerais (reunião em São João d'el-Rei).

1824 — Juramento da Constituição do Império no Recife.

1831 — Nasce em Paris a princesa Maria Amélia, filha de dom Pedro I, que abdicou o trono do Brasil, e de dona Amélia de Leuchtenberg (ver 3 de fevereiro de 1853).

1842 — Abertura do Congresso Constituinte de Alegrete, convocado pelo chefe da revolução rio-grandense.

1844 — Na cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu a 25 de abril de 1767, falece o literato e teólogo cônego Luís Gonçalves dos Santos. A sua obra compõe-se de 10 livros e de oito opúsculos, compreendendo as *Memórias para a história do Reino do Brasil* (dois volumes), três trabalhos publicados por ocasião da nossa luta da Independência (um deles é simples tradução) e 13 sobre assuntos teológico-canônicos.

1857 — O poeta Manuel Pessoa da Silva, natural da Bahia, oferece ao imperador dom Pedro II o poema de sua composição "Marquês do Paraná".

1861 — Falecimento de Antônio Gonçalves Teixeira e Sousa, na cidade do Rio de Janeiro. Nascido em Cabo Frio a 28 de março de 1812, foi carpinteiro e depois mestre-escola. Publicou um poema épico "A Independência do Brasil" (1847 e 1855), um poema romântico "Os três dias de um noivado" (1844), dois volumes de cantos líricos (1841 e 1842), duas tragédias (além de uma traduzida) e seis romances, o melhor dos quais é a *Providência* (cinco volumes, 1854). Deixou outros trabalhos inéditos.

1864 — O Exército brasileiro, comandado pelo general João Propício Mena Barreto (depois barão de São Gabriel), deixa o acampamento do Piraí Grande e invade a República Oriental, dirigindo as suas marchas sobre Paissandu. Compunha-se apenas de 5.711 homens das três Armas, sem falar em 1.200 voluntários de cavalaria, que formavam a brigada

do general Neto e que já estavam em marcha para Paissandu (ver 15 e 29 de dezembro).

1879 — Instala-se na corte a Sociedade de Geografia de Lisboa, seção do Rio de Janeiro.

2 DE DEZEMBRO

1631 — Parte do Recife uma esquadra holandesa de 16 navios, conduzindo 1.600 homens, sob o comando do tenente-coronel Steyn-Callenfels, para o ataque da fortaleza do Cabedelo, na Paraíba (ver 5, 6, 8, 9, 10 e 11 de dezembro).

1777 — O ouvidor do Piauí Antônio José de Morais Durão, havendo se empossado em uma junta de governo da capitania pela deposição do governador Gonçalo Pereira Botelho de Castro, é suspenso de suas funções e remetido preso para o Maranhão.

1808 — Carta régia ordenando ao governador do Espírito Santo que assegurasse a liberdade da navegação do rio Doce e que contivesse os Botocudo pela persuasão ou pela força. Formou-se então uma divisão de tropas ligeiras, chamada do rio Doce, que começou a combater os selvagens.

1817 — Morre no Rio de Janeiro o pregador régio frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho, nascido em Taubaté. Professou no convento de São Francisco da cidade de São Paulo no dia 1º de novembro de 1762. Deve, portanto, ter nascido pelo ano de 1745.

1825 — No palácio da Boa Vista, cidade do Rio de Janeiro, nasce o príncipe imperial do Brasil, Pedro de Alcântara, depois imperador com o nome de dom Pedro II.

1837 — Decreto do regente Araújo Lima (marquês de Olinda) criando no Rio de Janeiro o Imperial Colégio de Pedro II. Era ministro do Império o grande estadista Bernardo Pereira de Vasconcelos, a quem

se deve a fundação desse estabelecimento, inaugurado no dia 25 de março de 1838. As aulas abriram-se no dia 2 de maio (ver 31 de agosto de 1740).

1848 — O capitão João dos Passos Nepomuceno repele um ataque dos insurgentes de Pernambuco, entre o Arraial e Monteiro (arredores do Recife).

1853 — Morre na cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu a 5 de julho de 1785, o general Francisco de Lima e Silva, senador do Império desde 1837, comandante em chefe das tropas em operações na província de Pernambuco em 1824 (ver 12 a 17 de setembro desse ano) e membro da regência do Império de 7 de abril de 1831 a 12 de outubro de 1835 (ver essas datas e 17 de junho de 1831). Era pai do marechal duque de Caxias. Em 1840, foi agraciado com o título, que nunca usou, de barão da Barra Grande.

1858 — Falece em São Domingos de Niterói o grande orador sagrado frei Francisco de Monte Alverne, natural da cidade do Rio de Janeiro (ver 9 de agosto de 1784 e 19 de outubro de 1854).

— Inauguração dos trabalhos de construção da nova Casa da Moeda do Rio de Janeiro. Sousa Franco era o ministro da Fazenda. O crédito para as despesas foi pedido em 1853 ao Parlamento pelo ministro Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí). Em 1643, foram estabelecidas oficinas para contramarcar as patacas no Rio de Janeiro, na Bahia e no Maranhão; no entanto, a primeira Casa da Moeda que teve o Rio de Janeiro (provisória) começou a trabalhar no dia 17 de março de 1699 e encerrou-se no ano seguinte, passando para o Recife os seus oficiais, que já haviam estado na Bahia (1694-1698). Em Pernambuco, trabalharam até 1702 e, em 1703, tornaram ao Rio de Janeiro, onde ficou definitivamente assentada uma oficina monetária. De 1714 a 1830, a Bahia teve um estabelecimento do mesmo gênero; Vila Rica, outro, que funcionou de 1724 a 1735. Além dessas três casas para a cunhagem de numerário, houve casas de fundição de ouro em Vila Rica, em São João d'el-Rei, na vila do Príncipe (Serro Frio), em Sabará, no Mato Grosso e em Goiás. Foram abolidas pelo artigo 23 da lei de 24 de outubro de

1832. As moedas do tempo colonial, cunhadas nas oficinas monetárias do Brasil, trazem as marcas "R" (Rio), "B" (Bahia), "P" (Pernambuco), "M" (Minas), aparecendo essas letras repetidas e cantonada a Cruz de Cristo (portanto, há quatro letras nas moedas que têm essa cruz). Depois da Independência, enquanto esteve aberta a Casa da Moeda da Bahia, as marcas "R" e "B" subsistiram. Para a moeda de cobre, houve outras marcas; no entanto, seria longo enumerá-las. As mais antigas moedas cunhadas no Brasil foram as obsidionais holandesas do Recife, de 1646 (ouro) e de 1654 (prata).

1861 — Abertura da primeira Exposição Nacional, no edifício da Escola Politécnica.

— Inauguração da última seção do canal de Macaé a Campos.

1867 — O comandante do 26º de voluntários, major Sebastião Tamborim, e vários oficiais e soldados, adiantando-se imprudentemente pela margem esquerda do arroio Caimbocá, entre Taji e Laurel, caem em uma emboscada dos paraguaios. No curto combate que se trava, ficam mortos o referido comandante, dois oficiais e quatro soldados; feridos um oficial e um soldado; e prisioneiros cinco soldados.

1868 — Revista passada pelo marechal Caxias ao Exército, reunido no acampamento de Reducción Cuê, no Chaco, margem direita do rio Paraguai, destinado a atacar pela retaguarda as posições do ditador López, no Piquiciri e em Lomas Valentinas. O acampamento de Reducción Cuê ficava junto à foz do arroio Ipitã (também chamado pelos nossos arroio Vileta ou rio Negro). Não deve ser confundido esse arroio com o Araguaí, mais ao norte, acima da barranca de Santa Helena, margem direita, fronteira a de Santo Antônio (margem esquerda). Por ordem do marechal Caxias, foi aberta uma estrada no Chaco, do porto de Santa Teresa, um pouco acima do acampamento dos aliados, em Palmas (margem esquerda), a Reducción Cuê. Em Palmas, na frente das linhas paraguaias do Piquiciri, ficaram: o general Gelly y Obes, com todo o Exército argentino (4.354 homens), o general Enrique Castro, com as tropas orientais (300 homens) e o coronel Antônio da Silva Paranhos, com 2.846 brasileiros. O grosso do Exército brasileiro, 22

mil homens, tinha-se passado para o Chaco. A infantaria e a artilharia foram transportadas no dia 5 pelos encouraçados, de Reducción Cuê à barranca de Santo Antônio, na margem esquerda; a cavalaria, da barranca de Santa Helena a de Santo Antônio (ver 5 de dezembro).

1869 — Inauguração do Instituto Arqueológico Alagoano.

3 DE DEZEMBRO

1535 — Dom Pedro de Mendoza, que na véspera de chegar à baía do Rio de Janeiro lavrou a sentença de morte do mestre de campo de infantaria de sua expedição, Juan Osório, por um sumário feito em segredo e à revelia do réu, segundo o qual deveria ser morto a punhaladas ou a estocadas – ou de qualquer outro modo que pudesse ser –, que lhe fossem dadas "até que a alma lhe saísse das carnes", faz executar tal sentença por seus capitães Juan de Ayolas e Galaz de Medrano, na manhã do mesmo dia, em uma das praias da baía.

1615 — Diz Berredo (§ 406) que, nesta data, partiu do Maranhão Francisco Caldeira Castelo Branco, para fundar um estabelecimento no Pará (a atual cidade de Belém do Pará); no entanto, Porto Seguro corrige a data, afirmando que a partida foi a 25 de dezembro, segundo André Pereira, que ia na expedição (*Hist. ger.*, I, 450).

1636 — Os paulistas, dirigidos por Antônio Raposo Tavares, apoderam-se, depois de seis horas de combate, da missão jesuítica de Jesus-Maria, no Jequé, hoje rio Pardo (Rio Grande do Sul).

1638 — Sai da Bahia a esquadra holandesa que ali entrou no dia 17 de novembro e que destruiu vários engenhos no Recôncavo.

1735 — Desde 28 de novembro, o governador de Buenos Aires, Salcedo, bombardeava a praça da Colônia do Sacramento e batia as suas muralhas com 20 canhões e dois morteiros, tendo conseguido abrir uma brecha de 200 palmos. O governador da praça, general Antônio Pedro de Vasconcelos, respondia com vigor ao fogo do inimigo. Neste dia,

foi morto por bala de fuzil o jesuíta bávaro Tomás Werle, que dirigia os guaranis das Missões, no exército de Salcedo.

1808 — A expedição saída do Pará contra a Guiana Francesa chega à baía do Oiapoque. As tropas desembarcam e ocupam sem oposição a margem esquerda do rio (ver 15 de dezembro). A expedição constava da corveta inglesa *Confiance* (20 bocas de fogo, comandante James Lucas Yeo, depois sir James), dos brigues *Voador* (18 canhões, capitão de fragata José Antônio Salgado) e *Infante D. Pedro* (18 canhões, capitão-tenente Luís da Cunha Moreira, depois almirante, e visconde de Cabo Frio), escuna *General Magalhães* (12 canhões), cúters *Vingança* e *Leão* (oito canhões cada um), três barcas canhoneiras (um canhão cada uma) e três pequenos transportes. Esses navios conduziam 700 homens de tropas brasileiras, quatro peças e 20 obuses, sob o comando do tenente-coronel Manuel Marques d'Elvas Portugal (e não Marques de Sousa, como alguns têm escrito). O batalhão de Estremoz, que fazia parte da expedição, chegou ao Pará, procedente do Rio de Janeiro, de Minas e de São Paulo, tendo recebido em suas fileiras, como era natural, muitos paraenses, durante os cinco anos de permanência naquela parte do Brasil.

1822 — Combate, nas linhas avançadas da Bahia, entre os sitiantes brasileiros e as tropas portuguesas do general Madeira. Na direita da nossa linha, dirigiu o fogo o tenente-coronel Barros Falcão, travando-se a peleja perto do engenho da Conceição; na esquerda, em Itapoã, era comandante dos nossos o coronel Felisberto Gomes Caldeira. Por este lado, não tivemos perda notável: os contrários tiveram sete mortos. Na direita, a nossa perda foi de 11 mortos e de vinte e tantos feridos; a dos nossos adversários, de dois oficiais, um sargento e 20 soldados mortos e muitos feridos.

1828 — Evacuação da praça da Colônia do Sacramento pelas tropas brasileiras, em cumprimento da Convenção Preliminar de Paz de 28 de agosto desse ano. Durante essa guerra, começada em 1825, a praça foi vitoriosamente defendida pelo general Manuel Jorge Rodrigues (depois barão de Taquari), que ali repeliu um ataque do almirante argentino Brown. Quando abandonamos Colônia, a guarnição estava inteiramente sob o comando do general Vitor Lourenço Angleviel de la Beaumelle.

1852 — Inauguração do Hospício Dom Pedro II (ver 7 de setembro de 1842).

1860 — Morre em Paris o doutor Caetano Lopes de Moura, veterano da guerra peninsular, nascido na Bahia em 1780. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Paris, depois da guerra, mas não exerceu a sua profissão; fixou-se naquela capital, onde trabalhou para alguns editores, fazendo traduções e compilações (mais de 50 volumes), escritas com a rapidez que lhe impunham as necessidades da vida. Nos últimos anos, pôde descansar graças a uma pensão do imperador dom Pedro II.

1864 — O almirante Tamandaré toma posição, diante de Paissandu, com as canhoneiras *Araguari, Parnaíba, Belmonte e Ivaí*, e, de acordo com o general Flores, chefe da revolução oriental, resolve atacar a praça (ver 6 de dezembro).

1875 — Falecimento de Aureliano Cândido Tavares Bastos, nascido na cidade das Alagoas* a 20 de abril de 1839. Faleceu em Nice e foi sepultado no cemitério de São João Batista do Rio de Janeiro (2 de maio de 1876). Ilustrou-se na tribuna da Câmara dos Deputados (de 1861 a1868) e na imprensa, e teria sido dos mais notáveis estadistas da nossa terra, se não houvesse sucumbido no vigor da mocidade. Algumas das ideias que advogou na tribuna ou nas *Cartas do solitário*, no *Vale do Amazonas*, nas *Reflexões sobre a imigração* e em outros escritos foram realizadas ainda em sua vida.

4 DE DEZEMBRO

1632 — O conde de Bagnuoli começa a bater, com alguma artilharia, o forte holandês de Orange, na ilha de Itamaracá. Neste primeiro dia, é repelido pelo capitão Fernando de la Riba Aguero um destacamento inimigo (ver 6 e 8 de dezembro).

* Hoje, cidade de Marechal Deodoro. (N.E.)

1634 — Apresenta-se diante do cabo Branco a expedição holandesa que ia atacar pela segunda vez a Paraíba. Saiu do Recife no dia 25 de novembro e compunha-se de 29 navios, com cerca de 500 canhões e 2.354 homens de desembarque, comandados estes pelo coronel (depois general) Siegemundt von Schkoppe. As forças estavam sob o comando do almirante Jan Corneliszoon Lichthardt. Junto ao Jaguaribe, o governador da Paraíba, Antônio de Albuquerque Maranhão, tentou fazer frente ao inimigo com 500 homens apenas, mas foi obrigado a retirar-se, com a perda de 38 mortos e feridos, para a fortaleza do Cabedelo. Desde logo começou Schkoppe a levantar as duas baterias de ataque, e rompeu o combate de artilharia entre a esquadra e o Cabedelo. A entrada do rio era defendida por essa fortaleza, pelo forte de Santo Antônio, na margem esquerda, e pela bateria de Restinga, na ilha do mesmo nome, também chamada então Cabeça Seca ou ilha dos Monges Beneditinos. O Cabedelo (seis peças de bronze e 75 de ferro) era comandado pelo velho capitão João de Matos Cardoso (ver 10 de dezembro); o forte de Santo Antônio (cinco peças de bronze e 19 de ferro), pelo capitão Pedro Ferreira de Barros (ver 9 de dezembro). A defesa do Cabedelo foi heroica e terminou no dia 19.

1810 — Carta régia do príncipe regente dom João (João VI) criando no Rio de Janeiro a Academia Militar, depois Escola Militar. As aulas foram abertas no dia 23 de abril do ano seguinte.

— Carta régia criando o Estabelecimento Montanístico de Extração do Ferro das Minas de Sorocaba, explorado por uma companhia e dirigido pelo sueco Carlos Gustavo Hedberg. Em 10 de novembro de 1813, a junta diretora resolveu que se chamasse Real Fábrica de São João de Ipanema. Em 27 de setembro de 1814, o major (depois tenente-coronel) Frederico Luís Guilherme de Varnhagen ficou incumbido da direção das obras, e no dia 1º de novembro de 1818 a fundição começou a trabalhar (ver essa data). O tenente-coronel Varnhagen, nascido em 1783 em Arolsen (Waldek), faleceu em Lisboa no dia 15 de novembro de 1842. Foi em Ipanema que nasceu, a 17 de fevereiro de 1816, o seu ilustre filho Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro.

1816 — *Combate junto ao arroio de Pablo Páez* (afluente do

Taquarembó), na Banda Oriental do Uruguai, entre 200 brasileiros e portugueses (uma companhia do batalhão do Rio Grande, alguns milicianos e guerrilhas e um esquadrão português), comandados pelo tenente-coronel Manuel Antônio Peçanha, e 800 orientais de cavalaria, dirigidos pelo coronel Fernando Otorgués. Peçanha fazia a vanguarda da coluna do general Bernardo da Silveira, que marchava do Cerro Largo para Minas, e formava a direita do exército de invasão, comandado por Lecór. No primeiro ímpeto, os inimigos conseguiram destroçar uma parte do esquadrão português, cujos soldados não estavam habituados a montar cavalos novos; no entanto, afinal foram repelidos os gaúchos e, aparecendo ao longe os exploradores da coluna principal, Otorgués retirou-se precipitadamente. A nossa perda foi de 13 brasileiros e 10 portugueses mortos, 13 brasileiros e sete portugueses feridos (destes um oficial) e 12 portugueses extraviados, que se apresentaram depois. A perda do inimigo foi muito maior.

1824 — Juramento da Constituição do Império, no Ceará.

1829 — Começa o segundo ministério do marquês de Paranaguá (Vilela Barbosa). Este gabinete dissolveu-se no dia 19 de março de 1831.

1843 — O tenente Joaquim Lacerda, legalista, à frente de 80 homens, dispersa em Encruzilhada um pequeno corpo de revolucionários, dirigidos por Bento Gonçalves. Neste choque, foi morto o coronel Agostinho de Melo.

— No mesmo dia o capitão Manuel José de Albernaz destroça no Jaguari Oriental uma partida de revolucionários comandada pelo capitão Urbano Barbosa, e apodera-se da cavalhada que este guardava.

1864 — Desembarcam perto de Paissandu e reúnem-se ao pequeno exército do general Flores, por ordem do almirante Tamandaré, 200 homens do 1º de infantaria e 200 fuzileiros navais e imperiais marinheiros, sob o comando do capitão Guimarães Peixoto, além de três peças de campanha e de uma estativa de foguetes (ver 6 de dezembro).

5 DE DEZEMBRO

1631 — A expedição holandesa, que saiu no dia 2 deste mês do porto do Recife para atacar a Paraíba, chega ao seu destino. No mesmo dia, desembarca o tenente-coronel Steyn-Callenfels com 1.600 homens e começa a levantar uma trincheira, para bater em brecha a fortaleza do Cabedelo. O governador da Paraíba, Antônio de Albuquerque Maranhão, estava nesse forte, do qual era comandante o capitão João de Matos Cardoso. No desembarque, disputado pelos nossos, perderam os holandeses 40 homens (ver 6 de dezembro).

1826 — Nasce em Camanducaia (Minas Gerais) Batista Caetano de Almeida Nogueira. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 21 de dezembro de 1882, tendo publicado alguns trabalhos, que lhe conquistaram o primeiro lugar entre os guaranistas, desde Anchieta e Montoya.

— O brigue transporte *Ururáo* (seis bocas de fogo), comandado pelo primeiro-tenente Joaquim Leão da Silva Machado, em viagem do Rio para a Bahia, repele perto de Cabo Frio um ataque do brigue corsário *Oriental-Argentino* (13 bocas de fogo), comandante Pierre Dautant.

1833 — Desordens na cidade do Rio de Janeiro. O povo invade a casa da Sociedade Militar, no largo de São Francisco de Paula, despedaça os móveis e atira-os à rua. As tipografias do *Diário do Rio* e *do Paraguaçu* foram também destruídas e muitas casas apedrejadas nessa noite, havendo, em vários pontos da cidade, mortes e ferimentos.

1845 — Falecimento do conselheiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. O grande orador da Independência e da revolução parlamentar da maioridade nasceu em Santos (1º de novembro de 1773) e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, sendo sepultado com grande pompa no mosteiro de São Bento. Era ouvidor em Olinda, quando se deu a revolta de 1817 em Pernambuco. Ameaçado de prisão, foi violentado a ficar no Recife, onde o nomearam conselheiro do governo, embora não tenha exercido o cargo. Vencida a revolta, esteve preso de 1817 a 1821 na cadeia da Bahia, e defendeu-se com grande altivez, demonstrando que não podia ter tido parte alguma nesse levante, constituindo-se "humilde cliente

de demagogos, a maior parte tirados do pó e sem mérito" (depoimento de 28 de novembro de 1818). Na cadeia, fez-se mestre de seus companheiros de prisão, transformando-a em Academia. Foi naqueles dias angustiosos que Antônio Carlos compôs o conhecido soneto que dizia:

> Livre nasci, vivi, e livre espero
> Encerrar-me na fria sepultura,
> Onde império não tem mando severo;
>
> Nem da morte a medonha catadura
> Incutir pode horror num peito fero,
> Que aos fracos tão somente a morte é dura...

Insinuaram-lhe que pedisse perdão ao rei, mas ele respondeu que só queria justiça e que perdão só se pedia a Deus. Deputado por São Paulo às Cortes Constituintes de Lisboa, ali teve assento desde 11 de fevereiro de 1822, e pugnou com brilho pela federação entre os Reinos de Portugal e do Brasil, havendo neste uma Constituição própria, um governo central e um Parlamento. Tornou-se o chefe da minoria brasileira, da qual faziam parte Vilela Barbosa (depois marquês de Paranaguá), Lino Coutinho, Fernandes Pinheiro (depois visconde de São Leopoldo), Feijó, Vergueiro, Muniz Tavares. No dia 23 de setembro deixou de comparecer às sessões; no dia 5 de outubro, partiu de Lisboa, sem licença, com outros deputados, para Falmouth, e daí para o Brasil. Na Assembleia Constituinte de 1823, em que tiveram assento os homens mais eminentes do Brasil, redigiu o projeto de Constituição e foi o príncipe dos oradores: ministerial, enquanto José Bonifácio esteve no governo; ardente oposicionista, depois. Dissolvida a Constituinte, partiu para o exílio, na França (20 de novembro de 1823), e, cinco anos depois, apresentou-se no Rio de Janeiro e foi recolhido a uma fortaleza. A Relação do Rio de Janeiro, que em 4 de julho de 1823 pôs em liberdade os acusados políticos perseguidos por José Bonifácio, então ministro poderoso, desta vez também absolveu Antônio Carlos (6 de setembro de 1828), que assim pôde voltar à cidade de seu nascimento. De 1831 a 1833 o ilustre paulista combateu, em artigos de jornais e opúsculos, a revolução de 7 de abril, e nesse último ano foi a Lisboa pedir a dom Pedro que voltasse ao Brasil, para assumir a regência do

Império. O príncipe recusou, e Antônio Carlos conservou-se na Europa, regressando à pátria somente em 1835. Três anos depois, foi eleito deputado por São Paulo e brilhou no nosso Parlamento, de 1838 a 1841 e de 1844 a 1845. Em 1838, apoiou o primeiro gabinete conservador, organizado pelo regente Araújo Lima (Olinda); depois, rompeu com o regente, combateu violentamente os conservadores e promoveu, em 1840, a declaração da maioridade do jovem imperador. Foi ministro do Império de 23 de julho de 1840 a 23 de março do ano seguinte. A 6 de julho de 1845, tomou assento no Senado, representando a província de Pernambuco. Todos os contemporâneos de Antônio Carlos foram acordes em dar-lhe o primeiro lugar entre os oradores brasileiros do seu tempo, assegurando que a sua palavra produzia sempre a mais viva impressão; no entanto, não é possível hoje julgá-lo senão por alguns escritos, realmente de estilo castigado e brilhante, e por alguns raros discursos publicados quase integralmente. A estenografia estava então muito atrasada em Portugal e no Brasil, de sorte que os *Diários* das Cortes de Lisboa e das nossas Câmaras apenas davam das discussões extratos muito resumidos e incorretos. Um dos discursos mais conhecidos do grande orador paulista foi o que proferiu na sessão de 10 de novembro de 1823, da Constituinte, discutindo a representação de Davi Pamplona, agredido no largo da Carioca por dois oficiais do Exército, que lhe atribuíam a autoria de certos artigos de oposição: "Os cabelos se me eriçam [bradou Antonio Carlos], o sangue ferve-me em borbotões, à vista do infando atentado, e quase maquinalmente grito 'Vingança!'. Se não podemos salvar a honra brasileira, se é a incapacidade e não a traição do governo que acoroçoam os celerados assassinos, digamos ao iludido povo que em nós se fia: brasileiros, nós não vos podemos assegurar a honra e a vida; tomai vós mesmos a defesa da vossa honra e direitos ofendidos! Mas será isto próprio de homens que estão na nossa situação? Não, decerto; ao menos eu trabalhei, enquanto tiver vida, por corresponder a confiança que em mim pôs o povo brasileiro. Poderei ser assassinado: não é novo que os defensores do povo sejam vítimas do seu patriotismo, mas meu sangue gritará 'Vingança!'. E eu passarei à posteridade como o vingador da dignidade do Brasil." Davi Pamplona era um obscuro brasileiro adotivo, natural dos Açores; no entanto, a agressão de que foi vítima era um ataque à liberdade de imprensa, e por isso levantou então grandes protestos.

1868 — Desembarque do marechal Caxias em Santo Antônio, acima de Vileta, com os três corpos de exército dos generais Jacinto Machado Bittencourt, Argolo (depois visconde de Itaparica) e visconde (ulteriormente marquês) do Herval (Osório). Essas tropas, todas brasileiras, foram conduzidas de Reducción Cuê, no Chaco, até o lugar do desembarque, pela divisão de encouraçados do barão da Passagem (Delfim de Carvalho), menos a cavalaria, transportada da barranca de Santa Helena para a de Santo Antônio (ver 2 de dezembro). No dia seguinte, feriu-se a batalha da ponte de Itororó.

1887 — Falece em Lisboa monsenhor Joaquim Pinto de Campos, nascido em Pajeú de Flores (Pernambuco) a 4 de abril de 1819. Foi jornalista, político, escritor literário, orador sagrado, e distinguiu-se também na tribuna da Câmara dos Deputados (de 1857 a 1863 e de 1869 a 1877). Deixou muitos trabalhos impressos, orações sagradas, miscelâneas religiosas, livros e opúsculos de polêmica (resposta ao doutor Carlos Kornis de Totvarad, em que combateu o casamento civil; resposta ao deputado Pedro Luís; ao opúsculo do general Abreu e Lima *O Deus dos judeus e o Deus dos cristãos*; um opúsculo político *Os anarquistas e a civilização*, em resposta a outro de Landulfo Medrado), como *O senhor dom Pedro II imperador do Brasil*, biografia (Porto, 1871 in 8º), *Jerusalém* (Lisboa, in 8º grande) e algumas traduções, entre as quais a do *Inferno*, de Dante (Lisboa, 1887). Monsenhor Pinto de Campos militou sempre nas fileiras do Partido Conservador, ao qual prestou distintos serviços, sobretudo entre os anos de 1848 e 1876 (ver 17 de novembro de 1848). Apresentado cinco vezes à escolha imperial para uma cadeira no Senado, nunca foi escolhido, e retirou-se da política, indo viver em Lisboa com os pequenos recursos de que dispunha. Um mês antes de sua morte, estando já enfermo em Paris, o senhor dom Pedro II, também velho e enfermo, o foi visitar, sendo muito tocante, segundo dizem, essa cena de reconciliação.

1891 — Falece em Paris o senhor dom Pedro II, ex-imperador do Brasil.

6 DE DEZEMBRO

1631 — A fortaleza do Cabedelo estava defendida por 220 homens e tinha 18 peças. As tropas holandesas, chegadas na véspera, começaram a construir trincheiras. A mais próxima foi neste dia atacada e destruída pelos nossos, perecendo no combate os capitães André da Rocha e Jerônimo de Albuquerque Maranhão (ver 5 e 8 a 11 de dezembro).

1634 — Duzentos homens, sob o comando de Pedro de Almeida Cabral, destacados do Arraial por Luís Barbalho, destroçam em Apipucos um corpo de 400 holandeses. Distingue-se nesta ação Henrique Dias e ficam feridos três dos nossos capitães.

1745 — Bula *Candor Lucis Aeternae*, de Bento XIV, dividindo o bispado do Rio de Janeiro em cinco partes, criando os novos bispados de Mariana e de São Paulo e as prelazias de Goiás e de Cuiabá, assinando-lhes os respectivos limites.

1827 — É dispersado, nos arredores de Montevidéu, pelas nossas avançadas, um piquete argentino comandado pelo alferes José Venceslao Paunero, ficando prisioneiro este oficial. No dia seguinte, as nossas tropas aprisionam o major Aguirre e o capitão Paredes, do regimento de Colorados, e no dia 7 os argentinos e orientais caem em novas emboscadas, ficando prisioneiros o major Lorenzo Balcarce, o capitão Feliciano Marino, os tenentes Pedro Luna e Juan Fernandez Aguirre e um sargento. Comandava a nossa linha avançada, diante de Montevidéu, o general Duarte Guilherme Correia de Melo. "Em 1827, com a única perda de cinco mortos e de 15 feridos, suas forças causaram a perda de 67 mortos (três oficiais) e de 68 prisioneiros (10 oficiais) às forças que o inimigo tinha em observação nos arredores da praça." Nesses pequenos combates de postos avançados, muito sobressaiu o então major Luís Alves de Lima (depois duque de Caxias), que nesse ano foi agraciado, por atos de bravura, com a comenda de Avis.

1864 — O general Flores, com 600 infantes e sete canhões do seu exército, e com 400 brasileiros e três peças – estes últimos comandados pelo capitão Guimarães Peixoto (ver 3 e 4 de dezembro) –, ataca

Paissandu. Uns 160 voluntários brasileiros, sob o comando do estancieiro Bonifácio Machado, tomaram parte na ação. As canhoneiras *Araguari*, *Parnaíba*, *Belmonte* e *Ivaí*, dirigidas pelo almirante Tamandaré, bombardearam a praça, defendida pelo coronel Leandro Gómez com 1.274 homens e 15 peças. O comandante Guimarães Peixoto foi ferido, mas continuou no combate. Horas depois, desembarcou o almirante, com o reforço de cem imperiais marinheiros e uma peça (ver 7 de dezembro).

1868 — *Batalha da ponte de Itororó, ganha pelo marechal Caxias, contra os paraguaios* (ver 2 e 5 de dezembro). Na véspera, tinham desembarcado na barranca de Santo Antônio (margem esquerda do Paraguai) 20.657 homens do Exército brasileiro (infantaria, 18.999; cavalaria, 926; artilharia e pontoneiros, 742). O marechal Caxias ordenou a ocupação da ponte de Itororó; no entanto, só na manhã de 6 foi essa ordem executada, quando já o inimigo defendia a posição. O general Osório marchou de Santo Amaro na direção de Nimbí e Ipené, fazendo um grande circuito, para alcançar a retaguarda do inimigo. Levou cinco mil homens das três Armas, ficando, por conseguinte, 13.600 com o generalíssimo; contudo, destes, apenas 11 mil se empenharam na batalha, iniciada pelo general Argolo, sem aguardar a chegada de Osório. A ponte era defendida pelo general Bernardino Caballero, com cinco mil homens e 12 canhões (infantaria, coronel Serrano; cavalaria, coronel Valois Rivarola; artilharia, major Moreno). Tomaram parte na batalha, em primeiro lugar, a divisão de infantaria do general Salustiano dos Reis (3.300 homens), do 2º corpo (general Argolo); logo depois, duas brigadas (3.100 homens) da divisão do general Gurjão (2º corpo) e a cavalaria dos coronéis Niederauer e Vasco Alves (700 homens da Guarda Nacional); no entanto, foi preciso que o próprio general em chefe se empenhasse pessoalmente na ação, atravessando a ponte e levando ao fogo quase todas as suas reservas. Assim, avançou também o general Jacinto Machado Bittencourt, com a divisão de infantaria do general Néri (4.500 homens). A ponte, tomada e retomada várias vezes, ficou afinal em poder das nossas tropas, retirando-se Caballero com a perda de 1.600 mortos e prisioneiros (algarismo de Resquín), de uma bandeira (tomada pelo sargento Ferreira Campelo, do 1º de infantaria) e de seis canhões (um tomado pelo major Morais Rego, à frente de algumas

praças do 1º de infantaria; três tomados pelo mesmo batalhão; uma pelo 28º de voluntários; e outro pelo 51º de voluntários). A nossa perda foi de 285 mortos (45 oficiais), 1.356 feridos (79 oficiais), 128 contusos (dois oficiais) e 95 praças extraviadas; total de 1.864 homens (149 oficiais). Estes algarismos diferem dos que têm sido publicados oficialmente até aqui, mas são rigorosamente exatos e resultam do exame minucioso de todas as listas parciais remetidas pelos comandantes (publicadas em ordem do dia, com muitas lacunas e confusões). Todos os algarismos das nossas perdas na campanha de dezembro de 1868, apresentados neste nosso trabalho, são muito maiores que os dos resumos oficiais. Na batalha de Itororó, ficaram feridos os generais Argolo (visconde de Itaparica) e Gurjão (ver 17 de janeiro de 1869, data em que faleceu em razão dos seus ferimentos); foram mortos o coronel Fernando Machado de Sousa (comandante da 5ª brigada de infantaria), os comandantes do 2º e 10º de infantaria (tenentes-coronéis José Ferreira de Azevedo e Gabriel de Sousa Guedes) e do 40º de voluntários (major Eduardo Emiliano da Fonseca); foram feridos os seguintes comandantes: da 8º brigada (coronel Hermes da Fonseca); do 13º de infantaria (José Lopes de Barros, que morreu do ferimento); dos 24º (Deodoro da Fonseca), 26º (Barreto Leite), 32º (Enéas Galvão, depois barão de Rio Apa) e 42º (Ribeiro Lima) batalhões de voluntários. Foram estes os batalhões que tiveram maior número de homens fora de combate: 2º de linha (Ferreira de Azevedo), 160 homens; 32º de voluntários (Enéas Gabriel Guedes), 121; 13º de linha (Lopes de Barros), 125; 48º de voluntários (Secundino Tamborim), 134; 10º de linha (Galvão), 152; 24º de voluntários (Deodoro da Fonseca), 141; 26º de voluntários (Barreto Leite), 109; 51º de voluntários (Frias Vilar), 104; e 1º de linha (Valporto), 102. O comandante Valporto, por morte de Fernando Machado, assumiu o comando da 5ª brigada. Os comandantes de brigadas de infantaria, presentes a esta batalha, foram Seixas, Barros e Vasconcelos (depois barão de Penalva), Lourenço de Araújo (depois barão de Sergí), Albuquerque Maranhão, Faria Rocha (todos estes, oficiais de voluntários e da Guarda Nacional), Fernando Machado, Hermes da Fonseca e Miranda Reis. A artilharia era comandada pelo tenente-coronel Gama Lobo (depois barão de Batovi). Os comandantes da cavalaria foram citados anteriormente. Era chefe do Estado-maior o general Fonseca Costa (depois visconde da Penha).

— No mesmo dia da batalha, o general Osório fez atacar e dispersar, pelo coronel Luís Alves Pereira de Carvalho, um destacamento da divisão de Caminhos, postada perto de Capilla Nimbí. Neste choque, tiveram três mortos, 25 feridos e cinco contusos.

7 DE DEZEMBRO

1631 — Terceiro dia do primeiro assédio do Cabedelo pelos holandeses (ver 5 e 11 de dezembro de 1631).

1634 — Ao amanhecer, as tropas holandesas dos coronéis Schkoppe e Arciszewsky, desembarcadas no dia 4, tinham três postos fortificados, a pequena distância da fortaleza do Cabedelo, defendida pelo velho capitão João de Matos Cardoso. Começa então o combate de artilharia com essas trincheiras, e continua o bombardeamento do forte pela esquadra holandesa do almirante Lichthardt (ver 4, 9, 10, 14, 16 e 19 de dezembro).

1822 — É preso no Rio de Janeiro, ao chegar de Minas Gerais, o padre (depois cônego) Januário da Cunha Barbosa. Tinha ido àquela província em comissão da maçonaria, no mês de setembro, para promover a aclamação do imperador dom Pedro I. Redigia com Joaquim Gonçalves Ledo o *Revérbero Constitucional*. Desde fim de outubro, o ministro Bonifácio perseguia a Ledo e seus partidários, supondo que conspiravam contra a nova ordem de coisas, para cuja fundação tanto haviam concorrido. Ledo ocultou-se em São Gonçalo e conseguiu escapar-se para Buenos Aires. Muitos dos seus amigos estavam recolhidos nas fortalezas. Três destes foram exilados para a França: o presidente da municipalidade, José Clemente Pereira; o general Luís Pereira da Nóbrega, que acabava de ser ministro da Guerra; e Januário da Cunha Barbosa (ver 20 de dezembro). A Relação do Rio de Janeiro absolveu, em 4 de julho do ano seguinte, as vítimas da devassa que deu lugar a estas prisões e deportações.

1825 — O coronel de milícias Bento Gonçalves da Silva, tendo às suas ordens o tenente-coronel Bonifácio Calderón, ataca e dispersa no arroio de Conventos, perto do Cerro Largo, a divisão do coronel Inácio Oribe. Os orientais perderam neste conflito 44 mortos e prisioneiros, e uma bandeira.

1827 — O capitão de mar e guerra James Norton perseguia, na véspera, o brigue de guerra argentino *Congreso* (20 bocas de fogo), comandado pelo capitão-tenente César Fournier, e o brigue mercante *Harmonia dos Anjos* (seis peças), por este apresado. Esses dois navios foram encalhar na Ensenada, perto da ponta de Lara, em frente à casa de Wight. Ao amanhecer deste dia 7, Norton os atacou com a escuna canhoneira *Grenfell* (oito canhões, comandante Isidoro Néri), onde arvorou a sua insígnia de chefe, as escunas *Paula* (quatro canhões, comandante Tomás Read) e *Bela Maria* (cinco canhões, comandante Parker) e as pequenas canhoneiras *Vitória da Colônia* (um canhão, comandante Cristiano Lourenço Desuza), *1º de dezembro* (um canhão, comandante Bern. J. de Almeida) e *Esperada* (um canhão, comandante José Ferreira Guimarães). Pelas 11h, as guarnições inimigas fugiram para terra, em escaleres ou a nado, seguindo o exemplo de Fournier, que assim abandonou a bordo o cirurgião e 35 homens, 24 dos quais mortalmente feridos. "Depois de uma defesa fraca, foram abandonados [disse o almirante argentino Brown, em seu *Memorando*], Fournier mais preocupado em salvar seus cofres... que em lutar [...]" Os nossos escaleres, recolhendo os feridos e prisioneiros, trouxeram também as bandeiras dos dois navios e a insígnia de Fournier, que era um guião formado com as cores argentinas, tendo na faixa central branca o nome desse comandante. Os dois navios ficaram muito arruinados, e, não sendo possível pô-los a nado, foram incendiados. O *Congreso* tinha sido brigue-barca, mas desde maio de 1827 modificaram-lhe a mastreação.

1828 — Com o almirante barão do Rio da Prata (Pinto Guedes) partem de Montevidéu a fragata *Piranga*, a corveta *Carioca* e outros navios menores, conduzindo para o Rio de Janeiro o batalhão do imperador e contingentes de outros corpos. Foram as primeiras tropas que evacuaram aquela praça, em execução do disposto na Convenção Preliminar de Paz de 27 de agosto. Depois, foram partindo os outros corpos, e ficou em Montevidéu somente uma divisão sob o comando do general Andréia. Esta embarcou para o Brasil no dia 23 de abril de 1829.

1840 — O presidente do Rio Grande do Sul, Álvares Machado (ilustre orador paulista), rompe as negociações de paz que abriu com o chefe da insurreição separatista naquela província.

1844 — Desembarca em Maceió o novo presidente da província de Alagoas, Lopes Gama (depois visconde de Maranguape). Toma posse no dia 9, sucedendo a Sousa Franco, e os sediciosos imediatamente depõem as armas, ficando pacificada a província.

1848 — Falecimento de Luís Carlos Martins Pena, o criador da Comédia Nacional. Nasceu no Rio de Janeiro a 5 de novembro de 1815 e faleceu em Lisboa. De 1838 a 1846, foram representadas, com grande aplauso, 20 composições suas: 18 comédias (*O juiz de paz da roça*, *O Judas em sábado da aleluia*, *O noviço* etc.) e dois dramas, um dos quais em verso. Nas páginas de nossa imprensa periódica, publicou um romance (Duguay-Trouin), folhetins e crônicas. Deixou em manuscrito três dramas e duas comédias.

1864 — Continua o ataque de Paissandu pelo almirante Tamandaré e pelo general Flores. Da esquadra brasileira, foram desembarcadas mais duas peças. Com as pequenas forças de que dispunham os sitiantes, esse ataque prematuro não podia dar, como não deu, resultado algum. Paissandu só foi eficazmente atacada quando chegou o Exército brasileiro, então em marcha.

1866 — Decreto imperial abrindo à navegação estrangeira, a começar de 7 de setembro do ano seguinte, todo o curso brasileiro do Amazonas, do Tocantins até Cametá, do Tapajós até Santarém, do Madeira até Borba, do rio Negro até Manaus e do São Francisco até Penedo. Foi referendado este decreto pelo então ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas.

1870 — Falece na cidade do Rio de Janeiro o advogado Urbano Sabino Pessoa de Melo, nascido em Pernambuco em 1811. Figurou com honra na nossa Câmara dos Deputados de 1838 a 1841, de 1843 a 1848 e de 1864 a 1866. Pertencia ao Partido Liberal. Em 1849, publicou um opúsculo (*Apreciação da revolta praieira*), defendendo a insurreição – da qual não tomou parte – dos seus amigos políticos de Pernambuco. Figueira de Melo respondeu a esse livro publicando a *Crônica da rebelião praieira*.

8 DE DEZEMBRO

1616 — Terminada a igreja do convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro, celebrou-se nesta data missa solene, em ação de graças, na capela-mor.

1631 — Desembarcam no forte de Cabedelo (ver 5 e 6 de dezembro) quatro companhias de espanhóis comandadas pelo capitão Juan de Xereda. Este chefe, apenas chegado, pediu licença para atacar as trincheiras dos sitiantes. No primeiro ímpeto, conseguiu tomar uma trincheira, mas foi afinal obrigado a retirar.

1632 — Bagnuoli, por ordem do general Matias de Albuquerque, levanta o assédio do forte Orange, na ilha de Itamaracá, e volta para o Arraial (ver 4 e 6 de dezembro).

1633 — A esquadra holandesa do almirante Lichthardt, saída do Recife no dia 5, desembarca na Ponta Negra, ao sul do Rio Grande do Norte, o tenente-coronel Byma, com 870 homens de tropa e o comissário Matias van Ceulen. O almirante segue com os navios menores e força a entrada do rio, respondendo ao fogo do forte dos Reis Magos (nove peças de bronze e 22 de ferro), comandado pelo capitão Pedro Mendes de Gouveia. Na margem direita, desembarcou um corpo de marinheiros, que se reuniu às tropas de Byma, em marcha contra o forte. Repelida a intimação pelo comandante, começaram os holandeses a levantar baterias. Os defensores do forte eram apenas 85 homens (ver 10 e 12 de dezembro).

1688 — Falece em Lisboa o general Pedro Jaques de Magalhães, visconde de Fonte Arcada, que em 1654, comandando a frota da Companhia do Comércio do Brasil, cooperou para a capitulação do Recife e total expulsão dos holandeses (ver de 20 de dezembro de 1653 a 26 de janeiro de 1654). Ilustrou-se muito em Portugal, de 1659 a 1665, nas campanhas contra os espanhóis (vitória de Castelo Rodrigo, em 1664, sobre o duque de Osuna etc.). Na Galeria degli Uffizzi, em Florença, há um retrato deste guerreiro.

1713 — Instalação da Câmara da vila de São João d'el-Rei, antes arraial do Rio das Mortes (ver 8 de outubro de 1713).

1800 — Toma posse do governo da capitania de Santa Catarina o coronel Joaquim Xavier Curado (depois tenente-general, conde de São João das Duas Barras). Governou até 5 de junho de 1805, deixando honrosa memória da sua administração (ver 15 de setembro de 1830).

1816 — Um destacamento de 101 homens de cavalaria, ao mando do capitão português José Maria Cerqueira (56 portugueses da divisão de voluntários reais, 90 brasileiros e 28 orientais), é surpreendido e destroçado, junto ao arroio Mataojo, por 200 orientais das forças de Artigas, sob o comando do capitão Venâncio Gutierrez. Escaparam apenas nove homens, ficando mortos 68, entre eles o capitão Juan Mendoza, comandante da guerrilha oriental ao nosso serviço, e 24 prisioneiros (dois alferes).

1822 — Proclamação da Independência e do Império na cidade do Recife. No dia 15, os fortes arvoraram pela primeira vez a nova bandeira nacional. O porto estava bloqueado por uma divisão portuguesa, saída de Salvador.

— O então segundo-tenente João Francisco de Oliveira Botas (ver 18 de dezembro de 1833) sai da ilha de Itaparica com a canhoneira *Pedro I* escoltando 18 barcos carregados de víveres até o rio Cotegipe. No trajeto, é atacado por dois brigues, uma escuna e várias canhoneiras, e, batendo-se, consegue pôr a salvo, no porto do seu destino, as embarcações que protegia. À noite, regressa para Itaparica.

1826 — O imperador dom Pedro I chega a Porto Alegre.

1827 — O almirante argentino Brown sai de Buenos Aires com alguns navios, pretendendo dirigir-se à Ensenada; no entanto, na altura de Quilmes, a 2ª divisão brasileira, sob o comando interino do capitão de mar e guerra Oliveira Botas, obriga-o a retroceder.

1839 — O major Pedro Paulo de Morais Rego, com uma coluna de 480 homens, ataca e toma, depois de três horas de combate, as

trincheiras de Areias, perto da vila do Brejo (Maranhão), defendidas pelos insurgentes.

1840 — Bento Gonçalves deixa neste dia Viamão e marcha em retirada para Cima da Serra. Canabarro, que seguiu adiante, chega nesta data a Vacaria. Abreu (barão de Jacuí) e Ourives hostilizaram a retirada dos revolucionários, perdendo estes a artilharia e muita gente. Não menos desastrosa, pelo mau estado dos caminhos e pela falta de recursos, foi a marcha, por essa região, da coluna de tropas do governo imperial, comandada pelo general Labatut.

1842 — Falece na cidade do Rio de Janeiro o conselheiro Francisco Carneiro de Campos, nascido na cidade da Bahia pelo ano de 1799, irmão do marquês de Caravelas. Era magistrado quando foi eleito deputado à Constituinte de 1823. Dissolvida esta, redigiu o projeto de Constituição, apresentado por seu irmão ao Conselho de Estado e aceito com pequenas modificações. A partir de 1829, teve assento no Senado. Em 19 de março de 1831, organizou o ministério liberal, despedido por dom Pedro I no dia 6 de abril, o que deu causa ao levantamento popular, depois apoiado pelas tropas, e à abdicação do primeiro imperador. De 7 de abril de 1831 a 3 de agosto de 1832, foi ministro dos Negócios Estrangeiros.

1843 — Um destacamento de exploradores de cavalaria, ao mando do capitão Vasco Guedes, do exército do general Caxias, é destroçado, no Vacacaí, por força cinco vezes superior, sob o comando de Urbano Barbosa.

1848 — O major Inácio de Siqueira Leão Silva e Cruz, da Guarda Nacional, ataca e derrota, em Pocinho, perto do engenho Camorim (distrito de Água Preta), um corpo de insurgentes de Pernambuco, comandado pelo capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira.

1864 — Terceiro dia do ataque de Paissandu pelo almirante Tamandaré e pelo general Flores. Os sitiantes suspendem o fogo horas depois, por terem quase esgotado as munições. Nos três dias, tiveram os brasileiros 12 mortos, 40 feridos e um extraviado; Flores, 43 mortos e

50 feridos. Resolveu-se, então, esperar a chegada do Exército brasileiro em marcha, que era o que se deveria ter feito desde o princípio (ver 29 e 31 de dezembro).

1873 — Morre na cidade do Recife o escritor e poeta Antônio Joaquim de Melo, ali nascido no dia 2 de fevereiro de 1794.

9 DE DEZEMBRO

1552 — Chega à cidade de São Salvador da Bahia o segundo bispo do Brasil, dom Pedro Leitão. Faleceu na mesma cidade em 1575. Este prelado convocou o primeiro sínodo brasileiro, ao qual só concorreram, entretanto, clérigos da Bahia, e acompanhou o governador-geral Mem de Sá na sua segunda campanha ao Rio de Janeiro, assistindo aos últimos ataques contra os Tamoio e os franceses (1567) e à fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Foi ele quem conferiu ordens sacras a José de Anchieta.

1631 — O governador da Paraíba, Antônio de Albuquerque, manda levantar uma trincheira a 80 passos da fortaleza do Cabedelo, para impedir que Steyn-Callenfells apertasse mais o assédio. A trincheira avançada foi construída sob a direção do engenheiro Diogo Pais.

1633 — Segundo dia da defesa do forte dos Reis Magos (Rio Grande do Norte) pelo capitão Pedro Mendes de Gouveia.

1634 — A nossa bateria da Restinga, na Paraíba (ver 4 de dezembro de 1634), incomodava muito aos sitiantes do Cabedelo e, por isso, o almirante Lichthardt resolveu tomá-la. Na manhã deste dia, forçou ele a entrada do rio, com sete patachos e iates, que rebocavam seis lanchões. Eram aqueles o *Sparwer* (seis peças), o *Spreeuw van Zeeland* (oito peças), o *Vleer Muys* (oito peças), o *Windt Hondt van Hoorn* (seis peças), o *Goudt Vinck* (oito peças), o *Spreeuw van Amsterdam* (10 peças) e o *Schuppe* (oito peças) – este último, de 120 toneladas, 60 de lastro; o primeiro, de 50 toneladas; o segundo e o sexto, de 40; e os outros, de 30. Com eles, passou o intrépido almirante holandês debaixo

dos fogos das fortalezas do Cabedelo (21 peças, mas nem todas para o lado do rio) e de Santo Antônio (24 peças), sofrendo pela proa os tiros das seis peças da bateria da Restinga, e foi desembarcar na ilha, à frente de cem marinheiros. Atacada de vez, foi a bateria facilmente tomada. Os defensores, em número de 40, ficaram quase todos mortos ou prisioneiros, sendo destes últimos o comandante, Pedro Ferreira de Barros.

1706 — Falece no palácio de Alcântara o rei dom Pedro II, de Portugal, nascido a 26 de abril de 1648. Governou, como regente do reino, de 22 de novembro de 1667 a 12 de setembro de 1683, e daí em diante com o título de rei. Durante o seu governo, foi assinada a paz com a Espanha, ficando reconhecida a independência de Portugal (1668); cresceu notavelmente a emigração portuguesa para o Brasil; povoou-se em grande parte o nosso interior, com os descobrimentos de minas de ouro; deram-se os primeiros conflitos com os franceses da Guiana; e foi fundada a Colônia do Sacramento, no rio da Prata. O rei dom Pedro II criou a primeira casa da Moeda no Brasil, a princípio provisória, funcionando sucessivamente (1694-1703) na Bahia, no Rio de Janeiro e em Recife (ver 2 de dezembro de 1858), depois estabelecida definitivamente no Rio de Janeiro (1703). Nas Cortes de 1668, reunidas em Lisboa, o procurador do Estado do Brasil requereu que "nos postos de milícias que vagassem nos ofícios de justiça e fazenda, nas igrejas, conesias e dignidades", fossem somente providos os moradores do Brasil, "pois é justo [acrescentou] que, despendendo seus pais e seus avós as fazendas, derramando seu sangue, e perdendo muitos a vida, sejam os postos, cargos e honras do dito estado concebidos a estes sujeitos, em quem concorrem as partes e qualidades necessárias". Dom Pedro, então regente, respondeu: "Ao Conselho Ultramarino e à Mesa de Consciência mandarei advertir o que me pedis que me parece justo", e lançou mais este despacho: "Veja se na Mesa da Consciência e Ordens esta cópia de um capítulo, que, entre outros, me ofereceu em Cortes o procurador do Estado do Brasil, para que, tendo-se notícia da resposta, que a margem dele lhe mandei dar, tenha lembrança a Mesa do que me representa aquele estado. Lisboa, 3 de agosto de 1668 (Rubrica)." Outra cópia foi remetida ao Conselho Ultramarino. Este príncipe começou a governar por um golpe de Estado, que depôs seu irmão dom Afonso VI, que o declarou incapaz de sustentar a posição de rei e de marido, e que

lhe tomou o trono e a mulher. O infeliz prisioneiro dizia, em carta de 12 de agosto de 1668, ao papa: "Que dois irmãos não cabiam em um só império, não é novo, porque os primeiros que houve no mundo não couberam nele, quando este estava vazio; no entanto, que a mesma mulher esteja casada com ambos, sendo ambos vivos, é exemplo alheio da Igreja Católica, e nem Herodes o chegou a dar."

1839 — Lei da Assembleia Legislativa de Alagoas mudando a sede do governo provincial da cidade daquele nome para a vila de Maceió, que então recebeu o predicamento de cidade. Em 29 de outubro, o presidente, doutor Agostinho da Silva Neves, querendo cumprir a ordem do governo-geral, que mandava transferir a tesouraria para Maceió, foi deposto e preso pelo povo e pela tropa. O doutor João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, primeiro vice-presidente, assumiu a presidência em Maceió, pediu auxílio de forças aos presidentes das províncias vizinhas e entregou o governo ao presidente deposto, que os sediciosos haviam deportado. Chegaram tropas de Pernambuco, e em poucos dias estava pacificada a província, sem efusão de sangue, voltando o presidente Neves para a capital. Foi depois destes acontecimentos que a Assembleia votou a lei sancionada nesta data.

1858 — Falece na corte o conselheiro doutor Vicente Torres Homem, lente da Faculdade de Medicina e médico notável.

1868 — O encouraçado *Mariz e Barros* força a passagem das baterias de Angustura, subindo o rio Paraguai. O comandante, capitão de fragata Augusto Neto de Mendonça, foi morto, e ficaram feridos ou contusos três oficiais e nove marinheiros.

1891 — Funerais de dom Pedro II em Paris.

10 DE DEZEMBRO

1572 — Carta patente, passada em Évora, pela qual o rei dom Sebastião nomeia Luís de Brito e Almeida governador das capitanias do norte do Brasil, continuando como sede do governo a cidade do Salvador.

1613 — Regimento sobre a fazenda dos defuntos e ausentes das partes ultramarinas, em 26 artigos.

1631 — Sexto dia da defesa da fortaleza de Cabedelo contra o primeiro ataque dos holandeses. O tenente-coronel Steyn-Callenfells apresenta, nesta manhã, um novo reduto. A nossa trincheira avançada, começada na véspera e também pronta, fica sob o comando do capitão Juan de Xereda, com quatro companhias, uma de espanhóis e três de portugueses e brasileiros. Os holandeses investiram-na logo e foram repelidos.

1633 — Terceiro dia do ataque ao forte dos Reis Magos (Rio Grande do Norte) pelo almirante Lichthardt e pelo tenente-coronel Byma. O comandante Pedro Mendes de Gouveia repele a segunda intimação do inimigo e é gravemente ferido neste dia. Fica com o comando o capitão Sebastião Pinheiro Coelho.

1634 — Sétimo dia de resistência da fortaleza de Cabedelo ao terceiro ataque dos holandeses. Durante a noite de 9 para 10, tinham estes avançado os seus aproches. Neste dia, 10, é ferido por uma bala de mosquetes, nos queixos, o valoroso comandante da fortaleza, capitão João de Matos Cardoso, que contava então 76 anos (ver 11 de maio de 1638).

— Assume o comando o capitão Jerônimo Pereira, morto seis dias depois.

1639 — Luís Barbalho, postado no reduto das Salinas (arredores do Recife), tem um pequeno combate com quatro holandeses, que foram reconhecer aquela posição.

1698 — Carta régia estranhando ao superior das missões da Companhia de Jesus, ao provincial do Carmo e aos comissários das Mercês e dos Capuchos o satirizarem dos ministros da coroa e dos particulares, seus desafetos, satisfazendo suas paixões, tanto nos púlpitos da cidade quanto nas aldeias e missões, e ameaçando-os com o castigo, se não se coibissem.

— Carta régia permitindo a concessão de sesmarias de duas léguas quadradas (cerca de 7.200 ha) para criação de gados na estrada do Brasil pelos sertões do Piauí, podendo conceder-se ao mesmo indivíduo nova sesmaria, aproveitada que seja a primeira.

1735 — Na véspera, tinha o governador de Buenos Aires, dom Miguel de Salcedo, lançado 2.440 balas e 60 bombas sobre a praça da Colônia do Sacramento, e, estando aberta grande brecha, mandou nesta data uma carta ao general Vasconcelos, dizendo que, antes de dar o assalto, intimava a guarnição para que se rendesse: "[...] Mas se obstinar em querer resistir, será preciso que essa guarnição experimente o último rigor do furor de minhas tropas, que avançarão [...]" Vasconcelos responde assim: "Mui senhor meu, respondo que nem a brecha se acha tratável, nem nos defensores há receio de que o furor de suas tropas baste para desalojá-las de seu posto. Disponha vossa senhoria da minha vontade, que deseja o guarde Deus muitos anos. Beija a mão de vossa senhoria seu maior servidor (Ass.): *Antonio Pedro de Vasconcelos*. Colônia, 10 de dezembro de 1735." À noite, o exército inimigo avançou, mas, aos primeiros tiros de peça, retrocedeu em desordem para as suas trincheiras. Com a chegada do primeiro socorro do Rio de Janeiro (ver 6 de janeiro de 1736), Salcedo largou as ilhas de São Gabriel (7 de janeiro) e as baterias de ataque, ordenando que suas tropas, transferidas para o arraial de Veras, se limitassem a sitiar a praça. Esse sítio (o terceiro da Colônia) e as hostilidades consequentes só terminaram em 2 de setembro de 1737 (ver esta data).

1810 — Instala-se a vila de Porto Alegre, na capitania do Rio Grande de São Pedro (ver 23 de agosto de 1808).

1825 — Manifesto e declaração de guerra do Brasil ao governo das Províncias Unidas do Rio da Prata (depois Confederação Argentina e, a partir de 1862, República Argentina). O governo de Buenos Aires, aproveitando o ensejo de estar mal-guarnecida de tropas a província Cisplatina (Banda Oriental do Uruguai), promovera a insurreição dos habitantes do campo por meio da invasão de Lavalleja (19 de abril). Em nota de 3 de novembro, anunciou que essa província ficava anexada à República, e que esta ia tratar de apressar a evacuação dos dois únicos

pontos (Montevidéu e Colônia) ocupados pelas tropas brasileiras. A guerra terminou pela mediação da Grã-Bretanha, desistindo os dois governos de suas pretensões sobre o território disputado (ver 27 de agosto de 1828).

1848 — O general José Joaquim Coelho (depois barão da Vitória) ataca e toma a trincheira de Genipapo, nas matas de Catucá. João Inácio Ribeiro Roma comandava os revolucionários que ocupavam essa povoação.

1864 — É nomeado bispo de Goiás o cônego da catedral do Pará Joaquim Gonçalves de Azevedo.

1868 — A Assembleia Provincial do Rio de Janeiro aprova um projeto que autoriza o governo da província a emprestar ao bacharel Jesuíno Antônio Ferreira de Almeida a quantia de 12:000$000 para estabelecer uma oficina de máquinas de escrever.

1879 — No estabelecimento do *Jornal do Commercio*, da corte, fazem-se experiências da luz elétrica de Jabiochkoff.

1880 — É aberta concorrência pública para a construção das obras de prolongamento da Estrada de Ferro Dom Pedro II.

1881 — É recolhido ao Arquivo Público do Império o padrão tipo do metro pertencente ao Brasil. Tem o número 5 da série X, provindo a sua matéria do pedaço de platina de 250 quilogramas, fundido em 13 de março de 1874. Seu peso é de 3.251 gramas.

11 DE DEZEMBRO

1631 — Sétimo dia da defesa do Cabedelo contra o primeiro ataque dos holandeses. Steyn-Callenfells lança as suas tropas ao assalto das nossas trincheiras avançadas. Trava-se renhido combate, acudindo reforços enviados pelo governador Antônio de Albuquerque Maranhão, e o inimigo é repelido com grande perda. Do nosso lado,

houve 35 mortos e 24 feridos, sendo dos primeiros os capitães Juan de Xereda (espanhol), Aleixo de Aza e Belchior de Valadares, e o franciscano descalço frei Manuel da Piedade, que já havia estado na reconquista da ilha do Maranhão, com Jerônimo de Albuquerque, pai do governador da Paraíba. Durante a noite de 11 para 12, embarcaram os holandeses, desistindo do ataque. Tiveram nesta tentativa malograda uns 200 mortos e feridos. Os nossos mortos, desde o dia 5, foram 120 e os feridos, 86.

1634 — Oitavo dia da defesa do Cabedelo contra o terceiro ataque dos holandeses. O governador da Paraíba, Antônio de Albuquerque Maranhão, que estava no forte de Santo Antônio, na margem oposta, continuava a mandar, durante a noite, socorros de gente, munição e víveres em lanchas, que voltavam com os feridos. Nessas passagens, havia quase sempre combates, tendo o inimigo uma poderosa esquadra e muitas embarcações miúdas (ver 14, 16 e 19 de dezembro).

1635 — Pedro da Silva (depois de 1638, conde de São Lourenço) toma posse, na Bahia, do cargo de governador-geral do Estado do Brasil, e exerce-o até 23 de janeiro de 1639, dia da posse do seu sucessor, conde da Torre (datas de Mirales). Durante o seu governo, Salvador foi vitoriosamente defendida pelo general Bagnuoli contra o ataque do príncipe Maurício de Nassau.

1653 — Surgem diante de Caiena dois navios, um holandês, outro inglês. O comandante deste socorre os colonos franceses que em extrema miséria se achavam no forte de Caperu, transportando-os a Surinam (ver 29 de setembro de 1652).

1735 — Almeida Coelho (*Memória histórica da província de Santa Catarina*, p. 62) diz que nesta data o governador de São Paulo nomeou segundo comandante militar da ilha de Santa Catarina, Francisco Dias de Melo. Porto Seguro também o dá como segundo capitão-mor, sucedendo a Sebastião Rodrigues Bragança; no entanto, nisso há engano, explicável pela obscuridade em que ainda se acha a história da primitiva povoação da ilha. O mais antigo capitão-mor de que temos notícia certa é Salvador de Sousa, que exercia o cargo em 1711, por

ocasião da visita dos navios franceses *Le Joyeux* e *L'Isidore.* Em abril de 1712, quando Frézier lá esteve, Sousa estava na ilha, mas Manuel Manso de Avelar era o capitão-mor; informa-nos o viajante francês que esses comandantes eram ordinariamente mudados de três em três anos e que obedeciam ao da Laguna. Assim, Salvador de Sousa teria governado de 1709 a 1711, e Manso de Avelar, de 1712 a 1714. Almeida Coelho, na *Memória histórica da província de Santa Catarina*, diz que, por falecimento de Salvador de Sousa (teria, portanto, governado segunda vez), ficou com o governo o sargento Sebastião Rodrigues Bragança, e que a este sucedeu Francisco Dias de Melo. Temos, portanto, até este, quatro capitães-mores conhecidos. Depois, veio, em 1737, o capitão Antônio de Oliveira Bastos, último capitão-mor, começando, em 1739, com o ilustre general José da Silva Pais, a série dos governadores. A ilha de Santa Catarina foi provavelmente descoberta em 1503 por Gonçalo Coelho. Os portugueses chamavam-na de ilha dos Patos, e ainda no começo do século XVII davam-lhe este nome. Entre os indígenas, a Laguna (e não ilha de Santa Catarina) era designada por Ibiaçá, ou "terra cortada" (*Weisaw,* escreve o alemão Schmidel, cap. 31), e a baia ou canal, por Jurumirim, ou "boca pequena" (*Schirmirein*, escreve outro alemão Hans Staden, cap. 9). Solis (1515) deu o nome de baía dos Perdidos a uma em que esteve aos 27º, e que, por essa indicação da latitude, não é o porto da então chamada ilha dos Patos. Sebastião Caboto, em 1526, e Diogo Garcia, no ano seguinte, estiveram na ilha, em viagem para o rio da Prata. Foi Caboto quem lhe deu o nome de ilha de Santa Catarina (o visconde de São Leopoldo enganou-se, atribuindo a Velho Monteiro, no século XVII, a aplicação deste nome, que já se encontra no mapa de Diogo Ribeiro de 1529, nas relações de Schmidel, Hans Staden e Cabeça de Vaca, e em outros escritos e mapas do século XVII). Em 1531, Martim Afonso de Sousa passou à vista do "porto dos Patos" (*Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa), mas não entrou nele. Em 1535, os espanhóis de Iguape, de que era chefe Ruiz García de Mosquera, ameaçados pelos portugueses de São Vicente (ver 22 de janeiro de 1532), fugiram para a ilha de Santa Catarina, "cuja propriedade [diz, sem razão, o senhor Luís Dominguez] ninguém contestava à Espanha". Portugal sustentava então o seu direito sobre todo este litoral, inclusive sobre a margem setentrional do rio da Prata, e, antes da ocupação transitória de Mosquera, as terras do

continente e a ilha de Santa Catarina haviam sido doadas, com as de Santo Amaro e de Itamaracá, a Pero Lopes de Sousa (carta de doação, assinada em Évora a 11 de setembro de 1534). Mosquera apenas esteve na ilha "alguns dias" (R. D. de Guzmán, *Argentina*, liv. I, 8), e com os seus companheiros foi logo transportado para Buenos Aires por Gonzalo de Mendoza. Em 1541, a expedição espanhola do adiantado Cabeça de Vaca deteve-se na ilha durante alguns meses, seguindo depois por terra para o Paraguai. Acompanharam-na dois franciscanos náufragos, Bernardo de Armenta e Alonso Lorón, que aí viviam desde 1538 (Comentários de Cabeça de Vaca, cf. Jaboatão, liv. Antepr. cap. 8). Em dezembro de 1549, quando Hans Staden chegou a Santa Catarina, encontrou alguns espanhóis vivendo com os Carijó. Pela sua narração, sabemos que ele e os castelhanos da malograda expedição de Diego de Sanábria estiveram dois anos na ilha, até que em 1551 a abandonaram, marchando a maior parte para o Paraguai e saindo outros na pequena embarcação que naufragou em Itanhaém. Em 1550, o padre Leonardo Nunes, da Companhia de Jesus, pregou o evangelho aos índios de porto dos Patos; o mesmo fizeram em 1618 os jesuítas João de Almeida e João Fernandes Gato, e, a partir de 1622, os padres Antônio de Araújo e João de Almeida. Em 1620, Martim de Sá, acompanhado de índios e de Francisco de Morais, depois jesuíta, visitou a ilha (certidão em Azevedo Marques, I, 204). Na ânua de 1624, o padre Antonio Vieira trata da "missão do rio dos Patos", onde andavam dois jesuítas, que também foram à terra firme, e aí conheceram o principal Tubarão, cujo nome ficou perpetuado em rio daquelas partes. No seu *Papel Forte*, de 1648, diz o padre Antonio Vieira que a ilha de Santa Catarina contava 10 ou 12 moradores portugueses. É pois, fora de dúvida, que Francisco Dias Velho Monteiro, tendo partido de São Paulo para Santa Catarina no dia 18 de abril de 1672 (Azevedo Marques, I, 158), não foi o fundador do primeiro núcleo colonial na ilha. No ano de 1680 é que deve ter ocorrido o ataque da povoação do Desterro por um pirata, ataque no qual Velho Monteiro foi morto, pois o seu inventário fez-se no juízo de órfãos de São Paulo no ano seguinte, segundo Azevedo Marques. Em 1712, a população do distrito da ilha contava apenas 147 habitantes brancos, além de alguns índios e negros, todos livres (Frézier). A povoação da Laguna é a segunda de Santa Catarina, por ordem de antiguidade. Foi fundada em 1684 por Domingos de Brito Peixoto.

1823 — O Conselho de Estado termina a discussão da Constituição do Império, meses depois promulgada (ver em 13 de novembro de 1823 os nomes dos conselheiros de Estado; em 25 de março de 1824, o juramento).

1826 — Falecimento de dona Leopoldina, primeira imperatriz do Brasil, nascida em 23 de janeiro de 1797 em Viena, filha de Francisco I, imperador da Áustria. Faleceu no palácio de São Cristóvão, estando então ausente no Rio Grande do Sul o imperador dom Pedro I. É preciso não atribuir a este triste acontecimento, como se tem feito até aqui, o regresso do imperador. Ao ministro inglês, Gordon, que o fora encontrar em Santa Catarina, dom Pedro I já havia declarado que a sua visita ao Rio Grande do Sul seria curta. Quando o ministro visconde de São Leopoldo chegou a Porto Alegre no dia 14 de dezembro, estava resolvida a viagem de regresso, e, em proclamação do dia 16, dizia o imperador: "A necessidade da minha presença na corte, para tratar de negócios de alta importância e mandar-vos mais socorros, faz com que me retire com brevidade, o que sumamente sinto [...]" Nesta data, não se sabia em Porto Alegre da moléstia e da morte da imperatriz. Só alguns dias depois, na cidade do Rio Grande, recebeu o imperador estas notícias pelo brigue americano *Emma*, saído do Rio de Janeiro no dia 13.

1863 — Parte de Assunção a esquadra paraguaia que conduzia as tropas enviadas, sob o comando de Barrios, contra Mato Grosso (ver 27 de dezembro). Por terra, seguiu com Resquín outra divisão, que invadiu o nosso território pelo Apa. Essas duas divisões tinham um efetivo de 9.200 homens, com 18 canhões. A esquadrilha montava 57 peças. Só tínhamos, então, espalhados por toda a província, 875 homens do exército, incluindo os doentes; apenas 583 estavam na fronteira do baixo Paraguai e na de Miranda. A flotilha compunha-se de cinco pequenos vapores; no entanto, só um, o *Anhambaí*, estava armado (duas peças). A Guarda Nacional não tinha sido mobilizada porque, como é sabido, o ditador López começou as hostilidades capturando o paquete *Marquês de Olinda* e ordenando a invasão sem prévia declaração de guerra. Foi com essa milícia que Leverger cobriu e defendeu a capital. Em abril, já estavam fazendo serviço 2.676 guardas nacionais, em Cuiabá, em Melgaço, no Poconé e na Vila Maria.

1868 — *Batalha do Avaí, ganha pelo marechal Caxias, contra os paraguaios, comandados pelo general Bernardino Caballero*. O Avaí é um arroio cuja foz fica na margem esquerda do Paraguai, pouco acima de Vileta. Wisner escreve *Avay,* e a relação oficial paraguaia *Abay* (de Abá, "homem", e y, "água"). Esta última deveria ser a denominação adotada. O ditador Solano López continuava no sistema de dividir e sacrificar ineptamente as suas forças. Quando Caxias desembarcou em Santo Antônio, as tropas paraguaias, reunidas na linha do Piquiciri e em Angustura, apresentavam um total de 20.800 homens, sendo, portanto, superiores em número ao exército que as ia atacar. Compreende-se que o ditador quisesse disputar a passagem do Itororó, mas deveria ter empregado maiores forças. O que não tem explicação é essa batalha campal, dada com forças tão inferiores. Caballero recebeu ordem de opor-se, com cinco mil homens e 18 peças, ao Exército brasileiro, que contava 18.963 homens e 26 peças (infantaria, 13.939; cavalaria, 4.100; artilharia, 428; engenheiros e pontoneiros, 466), e é forçoso reconhecer que nunca soldados cumpriram mais heroicamente o seu dever do que os paraguaios, nesse dia, em que pelejaram sem o abrigo de trincheiras, defendendo sucessivamente duas posições, retirando-se em quadrado e resistindo, até que foram inteiramente exterminados. Apenas o general Caballero, o general Valois Rivarola (ferido) e uns cem oficiais e soldados puderam voltar ao acampamento de López. Os mortos foram 3.600, e os prisioneiros, 1.400, entrando nesse número 600 feridos. Entre os prisioneiros, estavam dois coronéis (Serrano e Gonzalez), um tenente-coronel, dois majores e muitos capitães e subalternos. Toda a artilharia inimiga e 11 bandeiras ficaram em nosso poder. O ataque foi iniciado pelo general Osório, com as divisões de infantaria do coronel Guimarães (José Auto) e coronel Pedra (brigadas Wanderley Lins Mesquita, Hermes da Fonseca e Caldas, 5.704 homens) e a de cavalaria do coronel Câmara (brigadas Silva Tavares e Severino Ribeiro, mil homens). A cavalaria do general João Manuel Mena Barreto (600 homens, brigada Oliveira Bueno) flanqueou a esquerda do inimigo; o general Andrade Neves, com duas divisões de Niederauer e Vasco Alves, compostas das brigadas Isidoro de Oliveira, Gonçalves da Silva, Cipriano de Morais, A. Alves Pereira e Bento Martins. A artilharia era dirigida pelo tenente-coronel Gama Lobo. Depois do ferimento de Osório, o marechal Caxias, acompanhado do chefe de Estado-maior,

general Fonseca Costa, e do general José Luís de Mena Barreto, comandante do 2º corpo do exército, fez reforçar os combatentes com a divisão de infantaria do coronel Oliveira Néri (brigadas de Faria Rocha, Lourenço de Araujo e Albuquerque Maranhão, 4.275 homens). O general Jacinto Machado Bittencourt ficou comandando a infantaria da reserva (divisões Pereira de Carvalho e Salustiano dos Reis, compostas das brigadas Lopes de Oliveira, Miranda Reis, Valporto e Seixas, 3.960 homens). A nossa perda foi de 297 mortos (31 oficiais), 1.164 feridos (96 oficiais), 202 contusos (38 oficiais), 60 extraviados (um oficial). Total de 1.729 homens (166 oficiais fora de combate), dividindo-se assim: infantaria, 1.283 fora de combate; cavalaria, 415; artilharia e engenheiros, 28; piquete do general em chefe, um; Estado-maior do 3º corpo do Exército, dois. Entre os mortos, os tenentes-coronéis Antônio Pedro de Oliveira (3º de infantaria), Francisco de Lima e Silva (9º de infantaria), Luís Joaquim de Sá Brito (4º de caçadores a cavalo), Cândido Xavier Rosado (19º da Guarda Nacional) e o major Domingos de Sá Miranda (44º de voluntários). Entre os feridos: os coronéis João Niederauer (morreu no dia seguinte, pertencia à Guarda Nacional rio-grandense), Pedra, Oliveira Néri, Caldas, Cipriano de Morais e Oliveira Bueno; os tenentes-coronéis Wanderley Lins e Amaro Barbosa; e seis majores comandantes de corpos. Foram estes os corpos presentes à batalha: pontoneiros, batalhão de engenheiros, 2º regimento de artilharia a cavalo, 1º, 2º, 3º, 4º, 8º, 9º, 10º, 12º, 13º, 14º, 15º e 16º batalhões de infantaria de linha; 23º, 24º, 25º, 26º, 28º, 29º, 31º, 32º, 33º, 34º, 36º, 38º, 39º, 40º, 41º, 42º, 44º, 46º, 47º, 48º, 49º, 50º, 51º, 52º e 55º de voluntários (12 batalhões de infantaria de linha e 25 de voluntários, 4º corpo de caçadores a cavalo, 2º regimento de cavalaria de linha, dois esquadrões do 3º regimento; corpos de cavalaria da Guarda Nacional, 1º, 6º, 7º, 9º, 10º, 11º, 13º, 14º, 16º, 17º, 18º, 19º, 20º, 21º, 23º e 24º (dois corpos e dois esquadrões de linha e 16 corpos da guarda nacional). As 11 bandeiras inimigas que, a pedido do marechal Caxias, foram colocadas na igreja da Cruz dos Militares, foram tomadas: três pelo 32º de voluntários (cidade do Rio de Janeiro), duas pelo 54º (Bahia), duas foram encontradas no campo, e as restantes foram tomadas pelo 42º de voluntários (antigo 11º de voluntários de Pernambuco), 6º e 17º de cavalaria da Guarda Nacional e 3º regimento de cavalaria de linha. O Exército brasileiro foi acampar em Vileta, à margem do Paraguai, ficando assim em comunicação direta com

a esquadra encouraçada. As brilhantes cargas de cavalaria, que o coronel Câmara (depois visconde de Pelotas) dirigiu nesta batalha, valeram-lhe a promoção ao posto de brigadeiro.

1880 — Chega à corte o sábio holandês Ryckovorsel, que vem ao Brasil levantar, as expensas próprias, a carta magnética do Império.

12 DE DEZEMBRO

1603 — O rei Filipe III, da Espanha, II do nome em Portugal, repete o aviso feito em 25 de fevereiro do ano anterior sobre os navios que se armavam na Holanda, em Zelândia e em outras partes do norte para virem assolar os portos do Brasil.

1633 — Capitulação do forte dos Reis Magos (Rio Grande do Norte), tendo a artilharia dos holandeses aberto brecha, que não podia ser defendida pela pequena guarnição (ver 8 e 10 de dezembro). Os holandeses deram a este forte, reconstruído em 1637, o nome de Kasteel Ceulen. Só voltou ao nosso poder em 1654.

1639 — O capitão-mor Pedro Teixeira chega a Belém do Pará, de volta de sua expedição a Quito.

1823 — Chegam ao Recife, sob o comando do coronel Barros Falcão, as tropas pernambucanas que haviam feito a campanha da Independência na Bahia.

1839 — O regente Araújo Lima nomeia o coronel Luís Alves de Lima (depois duque de Caxias) presidente e comandante das armas da província do Maranhão, então devastada pela guerra civil.

1858 — Fica constituído, sob a presidência do visconde de Abaeté (com a pasta da Marinha), um ministério conservador, do qual eram membros: Sales Torres Homem (Fazenda), Sérgio de Macedo (Império), Nabuco (Justiça), Paranhos (Estrangeiros) e Manuel Felizardo (Guerra). Com este ministério, discriminaram-

se novamente os dois partidos, Conservador e Liberal, confundidos desde que Paraná iniciou a política de conciliação (6 de setembro de 1853), observada pelos gabinetes Caxias e Olinda. O ministério Abaeté encontrou grande oposição na Câmara dos Deputados, sendo ardentemente combatido o ministro da Fazenda, esforçado defensor da centralização econômica. Não tendo obtido do imperador o adiantamento das Câmaras, o ministério demitiu-se, sucedendo-lhe o de 10 de agosto de 1859 (Ferraz).

1875 — Falece em Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, o doutor Antônio Gomes Pinheiro Machado, natural de Sorocaba, São Paulo, onde nasceu em 1819. Foi político prestigioso e deputado geral pelo Rio Grande do Sul.

1877 — Morre na cidade do Rio de Janeiro o brilhante orador parlamentar, jurisconsulto, publicista e romancista José de Alencar, nascido em Mecejana (Ceará) no dia 1º de maio de 1829. Foi ministro da Justiça no gabinete conservador do visconde de Itaboraí de 16 de julho de 1868 a 10 de janeiro de 1870, e deputado de 1869 a 1877. Seria longo apresentar o catálogo das suas obras e ocioso fazê-lo, tratando-se de tão popular e conhecido contemporâneo: basta lembrar que foi o primeiro escritor brasileiro do seu tempo e o mais notável romancista que o Brasil tem produzido.

1891 — Funerais de dom Pedro II, em Lisboa.

13 DE DEZEMBRO

1501 — André Gonçalves e Américo Vespúcio descobrem a baía a que deram o nome de Santa Luzia e onde, em 1535, Vasco Fernandes Coutinho fundou a vila do Espírito Santo.

1519 — Fernando de Magalhães chega à baía do Rio de Janeiro e prossegue, no dia 27, a famosa viagem para as Índias, descobrindo a passagem do estreito que ficou tendo o seu nome. Pigafetta, que escreveu a relação dessa primeira circunavegação do globo, refere que

no Rio de Janeiro encontraram-se aves domésticas (galinhas, gansos) e canas-de-açúcar. Foram, sem dúvida, introduzidas pelos portugueses da expedição de Gonçalo Coelho, pois é sabido que este construiu na nossa baía um forte (1504), destruído pouco depois pelos Tamoio (ver 18 de junho de 1504). João Lopes de Carvalho, piloto-mor da expedição de Magalhães, já conhecedor de Cabo Frio e do Rio de Janeiro (fora piloto da nau *Bretoa*), levou consigo um filho que tivera de uma índia do Rio de Janeiro (Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, II, 621). Foi, portanto, este jovem mameluco o primeiro brasileiro que fez uma viagem à roda do mundo.

1521 — Falecimento do rei dom Manuel, em cujo reinado foi descoberto o Brasil e se fizeram as primeiras explorações do nosso litoral.

1732 — Falece em Lisboa Pedro de Vasconcelos de Sousa, terceiro conde de Castelo Melhor, que governou o Brasil de 14 de outubro de 1711 a 13 de junho de 1714.

1802 — Nascimento de José Joaquim Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí. Nasceu no porto das Caixas e faleceu na cidade do Rio de Janeiro (ver 8 de janeiro de 1872).

1823 — Chegam ao Recife os deputados da Constituinte dissolvida e publicam uma exposição dos acontecimentos. A junta do governo demitiu-se e, no mesmo dia, foi eleita outra, temporária, de Manuel de Carvalho Pais de Andrade (ver 8 de janeiro de 1824).

1835 — Falece na Bahia o senador Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, nascido em Serro Frio (Minas Gerais) no ano de 1762. Foi mineralogista estimado dos seus contemporâneos e companheiro de José Bonifácio em viagens científicas.

1838 — O vaqueiro Raimundo Gomes Vieira Jutaí entra na vila de Manga do Iguará (Maranhão) e solta os criminosos detidos na cadeia. Começa assim a bárbara guerra civil que devastou até 1841 as províncias do Maranhão, Piauí e Ceará, conhecida por *Balaiada*, em razão do nome de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira Balaio, que se lançou nessa luta

para vingar a afronta que recebera (teve sido duas filhas desonradas por um oficial). Muitos outros caudilhos, entre os quais Ruivo, Mulungueta, Pedregulho, Milhomens, Gavião, Macambira e Tempestade, mostraram-se tão ferozes quanto esses dois. Celebrizou-se também nessa guerra, à frente de três mil escravos armados, o preto Cosme, que se assinava "dom Cosme, tutor e imperador das liberdades *bem-te-vis"*.

1839 — Nascimento de Pedro Luís Pereira de Sousa, no município de Araruama. O poeta da "Terribilis Dea" e do "Iago" faleceu a 16 de julho de 1884.

1848 — Os revolucionários de Pernambuco, sob o comando de Manuel Pereira de Morais, tomam Goiana, retirando-se, depois de enérgica resistência, os partidários do governo.

— No mesmo dia, o tenente Luís Francisco Barbalho repele, no convento de São Francisco de Ipojuca, um ataque dos insurgentes.

1864 — O governo de Montevidéu faz queimar, na praça pública, os tratados entre a República Oriental e o Brasil, declarando nulos por decretos desta data.

1868 — Morre em Munique o naturalista Carlos Frederico Filipe von Martius, que viajou pelo Brasil de 1817 a 1820, com Spix. A descrição dessa viagem foi publicada na língua alemã, em dois interessantes volumes*. Além de muitas monografias, deixou Martius uma obra monumental, a *Flora brasiliensis*. Nasceu em Erlangen (Baviera) no ano de 1794.

14 DE DEZEMBRO

1634 — Décimo primeiro dia da defesa do Cabedelo contra o

* *Viagem pelo Brasil* só foi publicada, ainda que não integralmente, em 1916. A tradução integral do livro é de 1936, feita pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (www.ouropreto.org.br/port/spixmartius.asp, acesso em: 14 ago. 2011), e publicada pela Imprensa Nacional em 1938. (N.E.)

terceiro ataque dos holandeses. Foi neste dia que se deu o conhecido episódio dos irmãos Antônio e Francisco Peres Calháo. Iam eles em uma das lanchas forradas de couro, na qual o governador Antônio de Albuquerque Maranhão mandava socorros de víveres ao Cabedelo. Antônio Peres, que dirigia o leme, foi ferido no braço direito: "Vendo isto seu irmão e acudindo a querer substituí-lo no leme, Antônio Peres não consentiu, dizendo: **'**Enquanto eu tiver outro irmão mais próximo (que era o braço esquerdo), não necessito de ajuda, nem desisto do meu ofício e posto.' Passou o leme para a outra mão e foi governando até que outra bala, dando-lhe nos peitos, o prostrou quase morto. No entanto, Francisco Peres preferiu acudir primeiro ao leme que ao irmão, a quem desta vez julgou também parente mais remoto, mais estimulado pela opinião que pelo sangue. Bizarras competências de valor e fidelidade. Para que em tudo se parecessem estes dois heróis, novo mosquetaço feriu-lhe igualmente a mão que segurava o leme, a que ele acudiu rapidamente com a outra, e assim foi dirigindo a chalupa, até meter o socorro no forte e voltar ao lugar de onde saíra" (Duarte de Albuquerque, *Memórias diárias*).

1775 — Nasce em Annsfield (Lanarkshire, Escócia) Thomas, lorde Cochrane, depois 10º conde de Dundonald. Faleceu no dia 31 de outubro de 1860 em Kensington e foi sepultado na abadia de Westminster. Serviu com distinção a sua pátria nas guerras contra a primeira República e o primeiro Império francês, depois combateu pela independência do Chile, do Brasil e da Grécia. Na Marinha brasileira, teve o título de primeiro almirante a partir de 1823, retirando-se em 1825, sem licença, para a Europa. O imperador dom Pedro I o tinha agraciado em 1823 com o título de marquês do Maranhão e com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro; como, porém, no Brasil as distinções honoríficas não davam proveitos pecuniários, o 11º conde de Dundonald, disse, na biografia de seu pai, o seguinte: "Todas as recompensas concedidas a lorde Cochrane, exceto a confirmação de sua patente como primeiro almirante, note-se, *não resultaram em ganhos financeiros*." Muitos anos depois, o governo imperial pagou ao herdeiro do almirante uma forte soma, em recompensa dos serviços por este prestados ao Brasil.

1819 — Combate do Ibirapuitã-Chico em que o general José de Abreu (depois barão do Cerro Largo), com 404 homens apenas, se defende de 2.500 orientais, correntinos e entrerrianos, comandados por Andrés Latorre. Abreu conseguiu retirar-se para o Passo do Rosário, onde, no dia 15, fez junção com o general Bento Correia da Câmara. Neste combate desigual, perdemos 80 homens. Era a terceira invasão do Rio Grande do Sul pelo ditador oriental José Artigas, e foi a última, ficando o seu exército destruído na batalha de Taquarembó (22 de janeiro de 1820).

1831 — Revolta do coronel de milícias Joaquim Pinto Madeira, no Ceará, contra a autoridade da regência e em favor do ex-imperador dom Pedro I. Pinto Madeira foi vencido e depois condenado à morte por um júri composto de inimigos seus, sendo logo executado, sem interposição dos recursos a que tinha direito pela lei.

1839 — Combate de Santa Vitória em que uma divisão de tropas imperiais, ao mando do brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, é derrotada pelos republicanos separatistas do Rio Grande do Sul, dirigidos por Joaquim Teixeira Nunes e Joaquim Mariano Aranha. Com estes, se achava o então capitão-tenente Garibaldi.

— O general Cunha morreu afogado ao atravessar o rio Pelotas neste mesmo dia. Nasceu em 1782 em Torres Vedras e militou com distinção nas campanhas da Península, nas do rio da Prata (de 1816 a 1828) e na guerra civil rio-grandense (desde 1835). Deixou dois filhos, que se tornaram conhecidos em nossa terra: Félix Xavier da Cunha e Francisco Xavier da Cunha.

1840 — Na vila de Sobral, um grupo de militares e homens armados, dirigidos por dois oficiais, ataca, à noite, a casa de residência do senador Alencar, presidente da província, mas é repelido com perda de alguns mortos e feridos.

1851 — Proclamação do general Caxias, dirigida à 1ª divisão do Exército brasileiro, destinada a tomar parte na campanha de Buenos Aires e contra o ditador Rosas, indo incorporar-se ao exército

comandado pelo general Urquiza. Neste dia, partiu a 1ª brigada dessa divisão, embarcando na Colônia do Sacramento, onde estava acampado o exército brasileiro desde 25 de novembro. A 1ª divisão compunha-se de 4.200 homens das três Armas, sob o comando do brigadeiro Manuel Marques de Sousa, depois tenente-general e conde de Porto Alegre (ver 17 de dezembro de 1851, 3 e 18 de fevereiro de 1852).

15 DE DEZEMBRO

1646 — O mestre de campo (coronel) Francisco Rebelo, que comandava as forças baianas de observação na margem direita do São Francisco, destroça completamente em Urambu o capitão Samuel Lambert, que o foi atacar com 500 holandeses, destacados pelo coronel Hinderson, então no Penedo. Do inimigo, apenas escaparam trinta e tantos homens; todos os outros, incluindo Lambert e mais cinco capitães, ficaram mortos e prisioneiros. Esta foi a última vitória do "Rebelinho", morto a 10 de agosto do ano seguinte, enquanto atacava os fortes das Amoreiras, em Itaparica.

1647 — O general Siegemundt von Schkoppe evacua a ilha de Itaparica (nesta data, e não em janeiro de 1648, como diz Porto Seguro), para acudir ao Recife, que estava sendo bombardeado pela bateria de Santo Antônio Novo.

1649 — Auto de fé em Lisboa, no qual foi "recebido com insígnias de fogo", ficando para sempre suspenso de ordens, o ex-jesuíta Manuel de Morais (ver 2 de agosto de 1645).

1650 — Os capitães Antônio Ferreira Machado e Apolinário Gomes Barreto derrotam um corpo holandês em Salinas, à margem do Beberibe. Gomes Barreto foi morto durante a perseguição.

1808 — O comandante Yeo (inglês) e o capitão-tenente Luís da Cunha Moreira (depois almirante, e visconde de Cabo Frio) atacam e tomam o fortim de Aproague (Guiana Francesa).

1833 — José Bonifácio é suspenso das funções de tutor do imperador dom Pedro II e das princesas, arrancado do paço de São Cristóvão e remetido para a ilha de Paquetá. A regência praticou essa violência por suspeitar que José Bonifácio conspirava contra o governo. O marquês de Itanhaém sucede a José Bonifácio naquelas funções.

1861 — Falecimento de Francisco de Paula Brito, livreiro e impressor que no Rio de Janeiro animou os primeiros ensaios de muitos dos nossos escritores e poetas e que soube fazer-se geralmente estimado. A sua loja de livros era um dos melhores pontos de palestra nesta cidade. Paula Brito, que versejava com facilidade, redigiu o periódico satírico *A mulher do Simplício* e, depois, *A Marmota*, jornal de variedades literárias. Nasceu no Rio de Janeiro a 2 de dezembro de 1809.

1864 — A brigada de voluntários brasileiros de cavalaria, comandada pelo general Neto, reúne-se aos sitiantes de Paissandu (ver 29 de dezembro).

1869 — O major Francisco Antônio Martins surpreende e dispersa o acampamento do coronel Cañete em Iguaçu Guá (Paraguai), aprisionando este oficial e quarenta e tantos soldados, e tomando dois estandartes. Martins só tinha às suas ordens 60 homens de cavalaria da Guarda Nacional.

16 DE DEZEMBRO

1634 — Décimo terceiro dia da defesa do Cabedelo contra o terceiro assédio pelos holandeses. Foi morto neste dia o capitão Jerônimo Pereira, que comandava o forte desde o ferimento de Matos Cardoso no dia 10. Assumiu o comando o capitão Gregório Guedes Souto Maior. "Já então a artilharia contrária tinha desmontado muita da nossa, desmoronado a estrada coberta e arrasado quase três plataformas", diz Duarte de Albuquerque.

1635 — O general Matias de Albuquerque parte de Alagoas para a Bahia. Em 30 de novembro entregou o comando do Exército de Pernambuco ao general Rojas.

1822 — Juramento da Independência e do Império na cidade de Goiás.

1826 — O brigue *Rio da Prata* (duas peças de nove, 10 caronadas de 18, 71 homens), fundeado ao noroeste da ilha de Gorritti, no porto de Maldonado, é atacado às 3h por um lanchão de 20 remos e oito baleeiras, que conduziam uns 200 homens, dirigidos pelo francês César Fournier, corsário ao serviço dos argentinos. As baleeiras foram repelidas pela metralha do brigue; no entanto, o lanchão (51 homens) conseguia atacar pela proa, travando-se então um vivo combate à arma branca, em que ficaram mortos quase todos os abordantes, dois prisioneiros e, em nosso poder, o lanchão. A guarnição do brigue teve dois mortos no combate, três que faleceram logo depois, três gravemente feridos e nove levemente: total de 17 mortos e feridos. "Promovi [disse o almirante barão do Rio da Prata, no ofício nº 133] o comandante José Lamego Costa a primeiro-tenente, o guarda-marinha Diogo Inácio Tavares a segundo-tenente (foi quem, com a sua vigilância, conheceu de noite, em distância, que vinham os inimigos, e deu parte ao comandante, que se pôde prevenir em tempo), o piloto Pedro Ignácio Moroni a segundo-tenente de comissão, Jesuíno Lamego Costa, que andava como voluntário e sem vencimentos (é irmão do comandante, muito bom piloto e de muita prática de mar e de manobra) a segundo-tenente de comissão; o comissário e o escrivão receberam seus vencimentos, como se fossem de fragata. Todos estes se distinguiram nobremente, assim como o comandante do destacamento, o cabo de esquadra da 2ª companhia do 2º batalhão da imperial da brigada de artilharia de marinha, Manuel José Vieira." Dos oficiais aqui citados, dois chegaram ao posto de almirante: Diogo Inácio Tavares, natural do Rio de Janeiro, e Jesuíno Lamego Costa, natural da Laguna (senador do Império e segundo barão da Laguna).

1830 — Lei assinada pelo visconde de Alcântara, ministro da Justiça, mandando executar o Código Criminal do Império.

1843 — Morre na cidade do Rio de Janeiro o almirante reformado Rodrigo José Ferreira Lobo, nascido em Portugal, mas brasileiro desde a Independência, à cuja causa, segundo Sena Pereira, prestou serviços distintos, até com sacrifício da sua pequena fortuna pessoal. Era vice-

almirante graduado desde 1819. Comandou a esquadra portuguesa do estreito de Gibraltar em 1809 e bateu-se com a de Argel nos dias 26 de abril e 4 de maio. Respondeu ao Conselho de Guerra por não ter capturado os navios inimigos e foi absolvido. Em 1816, comandou a esquadra no rio da Prata e em 1817 a que bloqueou Pernambuco. De 28 de maio de 1825 a 11 de maio do ano seguinte, esteve no comando da esquadra brasileira em operações no rio da Prata e dirigiu-a no combate de 9 de fevereiro de 1826 (ver essa data). Durante esse comando, o bloqueio não pôde ser rigoroso porque Lobo não teve a sua disposição os recursos que foram dados ao seu sucessor. Respondeu ao Conselho de Guerra e foi absolvido, como era de justiça que o fosse.

1868 — Os encouraçados *Silvado* (comandante Costa Azevedo, depois barão do Ladário) e *Mariz e Barros* (comandante J. F. de Abreu) forçam as baterias de Angustura, descendo o rio.

17 DE DEZEMBRO

1548 — Regimento (instruções) dado por dom João III a Tomé de Sousa, primeiro governador-geral nomeado para o Brasil. "É um modelo de tino governativo, [diz Porto Seguro], e mostra o conhecimento que já seu redator, o conde da Castanheira, tinha do Brasil." Na mesma data, foram dados os regimentos para provedor-mor da Fazenda e para os provedores e oficiais das capitanias. Esses documentos foram assinados em Almeirim, sendo provavelmente expedido na mesma ocasião o regimento para o ouvidor-geral.

1817 — Morre na prisão o conhecido hidrógrafo José Fernandes Portugal, comprometido na revolta desse ano em Pernambuco.

1819 — Os generais José de Abreu e Bento Correia da Câmara repelem, no Passo do Rosário, as tropas do ditador José Artigas (correntinos, entrerrianos e orientais).

1831 — Fundação da Sociedade Federal, no Rio de Janeiro. Essa sociedade combatia a Defensora da Liberdade e Independência (ver 10 de maio) e era dirigida por Epifânio José Pedroso.

1836 — O coronel João da Silva Tavares, estando de visita em casa de seu sogro, no Arroio Grande, com alguns oficiais e praças da Guarda Nacional, é cercado por um numeroso corpo de revolucionários, sob o comando do tenente-coronel Davi José Martins, e obrigado a capitular. Este Martins mudou, pouco depois, o nome de família, passando a assinar-se Canabarro. Silva Tavares foi conduzido para o Estado Oriental, e esteve com ferros aos pés durante 53 dias; no entanto, conseguiu evadir-se, e continuou a combater pela causa da união nacional.

1851 — *Combate do Tonelero* (barrancas de Acevedo, margem direita do Paraná, entre Obligado e Ramallo, província de Buenos Aires).

— O chefe de esquadra Grenfell (depois almirante) conduzia da Colônia para a ponta do Diamante a brigada de infantaria do coronel Pereira Pinto (Francisco Félix), nos vapores *D. Afonso* (navio chefe, comandante Lamego Costa), *D. Pedro II* (J. R. De Lamare), *Recife* (Paixão) e *D. Pedro* (Lomba), aos quais reunira as corvetas *D. Francisca* (Parker) e *União* (Vieira da Rocha) e o brigue *Calíope* (Alvim). Estes navios de vela, que formavam a divisão do capitão de mar e guerra Parker, fundeada em frente à vila de São Pedro, foram rebocados pelos três primeiros anteriormente citados. Os sete navios montavam 20 peças, 38 caronadas e dois obuses. Passaram na distância de meio tiro de espingarda do alcantil de Tonelero, respondendo ao mal-dirigido fogo de balas ardentes, metralha e fuzilaria dos argentinos, partidários do ditador Rosas. O general Lúcio Mancilla, que era o chefe das forças postadas no Tonelero, declarou a Sarmiento ter lançado mais de 450 balas; entretanto, poucas avarias sofreram os navios, e no pessoal tivemos apenas quatro mortos e cinco feridos. Segundo depoimentos de prisioneiros, houve em terra oito mortos e 19 feridos. Mancilla deu conta do ocorrido nos seguintes termos: "Honra e gloria aos valentes e leais federais do exército do meu comando, que hoje nas barrancas de Acevedo, as minhas imediatas ordens, disputaram com admirável denodo o passo do nosso majestoso grão Paraná a quatro vapores, duas corvetas, e brigue do nosso vil e covarde inimigo, o governo brasileiro, amo do louco traidor selvagem unitário Urquiza. Doze minutos depois do meio-dia apresentaram-se os ditos infames navios à frente de

16 peças, guarnecidas por dois batalhões, um esquadrão de artilharia e outro de carabineiros do 6º regimento, que, com aquela serenidade tão frequente nos decididos federais, disputaram por 52 minutos em renhido combate a passagem da esquadra referida, que montava 50 peças de grosso calibre, sustentadas com fogo de infantaria entrincheirada em suas altas bordas [...]" Sarmiento, Mitre e Paunero eram passageiros a bordo do *D. Afonso* e assistiram ao combate. Iam reunir-se ao exército de Urquiza, na campanha empreendida pelo Brasil e seus aliados, com o fim de libertar o povo argentino. Os três navios da divisão Parker fundearam em frente à foz do Ramallo; os vapores seguiram rio acima e chegaram no dia 19 a Diamante, lugar escolhido para a passagem do exército aliado. No dia 18, a corveta *D. Januária* e os vapores *Paraense*, *Imperador* e *Uruguai*, que transportavam o resto da divisão Parker, desciam pouco depois o rio, para de novo forçar a passagem e auxiliar a subida daqueles navios; no entanto, Mancilla acreditando que ia haver desembarque, abandonou as suas peças e retirou-se precipitadamente para o interior.

1868 — O coronel Vasco Alves Pereira (depois brigadeiro honorário, e barão de Santana do Livramento) surpreende e derrota em Sanja Blanca (ou Sanja Fernández, entre Vileta e Lomas Valentinas) o 45º regimento de cavalaria paraguaia. Do inimigo, ficaram mortos 140 e prisioneiros 54 homens (cinco oficiais). O 20º regimento paraguaio, que estava de proteção, fugiu e não pôde ser alcançado. Para este ataque, efetuado pela madrugada, levou Vasco Alves quatro corpos de cavalaria da Guarda Nacional, mas apenas dois puderam acometer o inimigo. O 13º e 18º de cavalaria da Guarda Nacional tiveram quatro feridos (um oficial).

1882 — O curso superior do rio Iguaçu, afluente do Paraná, começa a ser navegado por um pequeno vapor, o *Cruzeiro*, desde o porto de Amazonas, perto da vila da Palmeira, até o da União da Vitória, em Palmas, na extensão de 55 léguas (cerca de 363 km).

18 DE DEZEMBRO

1634 — Décimo quinto dia do ataque do Cabedelo pelos holandeses (terceiro assédio). A fortaleza estava quase inteiramente

desmantelada, mas repeliu a nova intimação, feita neste dia pelo inimigo.

1676 — O almirante d'Estrées, francês, retoma Caiena aos holandeses e deixa como governador o cavaleiro de Lézy de La Barre, tendo como ajudante um jovem oficial, Pierre Eléonor de La Ville de Ferrolle, que em 1690 foi criado marquês de Ferrolle e nomeado governador da Colônia.

1688 — Carta régia proibindo a fundação de conventos no Brasil sem licença régia.

1833 — Morre em Salvador o capitão de mar e guerra João Francisco de Oliveira Botas. Começou a servir como contramestre do cais do Arsenal de Marinha da Bahia em 1809 e ajudante do patrão-mor (1816). Como segundo-tenente, recebeu durante a Guerra da Independência o comando da flotilha de Itaparica (28 de novembro de 1822), tornou-se famoso pelos combates que sustentou com a esquadrilha portuguesa nos dias 8 e 23 de dezembro de 1822, 7 de janeiro (promovido pelo general Labatut a primeiro-tenente), 28 e 30 do mesmo mês, 8 e 9 de março, 30 de abril, 23 de maio (promovido a capitão-tenente por lorde Cochrane). Fez depois as campanhas do Rio da Prata, de 1826 a 1828, contra os argentinos; distinguiu-se nos combates do banco das Palmas (24 de fevereiro de 1827) e Monte Santiago (7 e 8 de abril), e comandou, por vezes, durante as ausências de Norton, a divisão que bloqueava Buenos Aires. Dirigiu então as nossas forças em alguns combates e foi ferido no de 5 de junho de 1827. Era capitão de fragata desde 8 de março de 1826; foi promovido a capitão de mar e guerra a 12 de outubro de 1827.

1839 — Os revolucionários sitiam, no Estanhado, a coluna do norte do Piauí, comandada pelo major Antônio de Sousa Mendes (ver 4 de janeiro de 1840).

1844 — Decreto do imperador dom Pedro II concedendo anistia a todos os comprometidos na rebelião separatista do Rio Grande do Sul que depusessem as armas (ver 28 de fevereiro e 1º de março de 1845).

1865 — Falece no Rio de Janeiro o maestro Francisco Manuel da Silva, nascido na mesma cidade a 21 de fevereiro de 1795. O hino que compôs para as festas da coroação do imperador dom Pedro II, em 1841, ficou adotado como hino nacional. Antes desse, tínhamos o hino chamado da Independência, ou antes, dois hinos desta denominação: um composto por dom Pedro I; outro, por Marcos Portugal. Francisco Manuel foi o verdadeiro fundador do Conservatório de Música do Rio de Janeiro e da Sociedade Filarmônica.

1869 — Falecimento do pianista e compositor Louis Moreau Gottschalk, nascido em Nova Orleans (1828). Faleceu na cidade do Rio de Janeiro*.

19 DE DEZEMBRO

1634 — Capitulação da fortaleza do Cabedelo, atacada desde o dia 4 pelo almirante Lichthardt e pelo então coronel Siegemundt von Schkoppe. As peças (21) estavam quase todas desmontadas, e a fortaleza, em grande parte desmoronada. Foram mortos dentro dos seus muros 82 homens (entre eles, o segundo comandante Jerônimo Pereira e o capitão Domingos de Arriaga), e feridos 113 (o primeiro comandante Matos Cardoso, o capitão Francisco Peres do Souto, comandante da artilharia). A guarnição saiu com as suas bandeiras e armas, sendo-lhe concedidas as honras da guerra. No dia 23, capitulou o forte de Santo Antônio, e logo depois foi a cidade da Paraíba abandonada, ficando os holandeses senhores desse território. O Cabedelo, reconstruído por eles, passou a chamar-se forte Margarita; à cidade deram o nome de Frederikstad. Os três fortes à entrada do Paraíba (Cabedelo, Santo Antônio e Restinga) só voltaram ao nosso poder em 1654.

1843 — A vila do Jaguarão repele um ataque dos revolucionários rio-grandenses dirigidos por Joaquim Teixeira Nunes. O comandante Barbosa Lomba, na escuna *Gravataí*, muito se distinguiu nesta defesa da vila (ver 21 de junho de 1844, segundo ataque).

* Autor da *Grande fantasia triunfal sobre o Hino Nacional Brasileiro*, que estreou no Rio de Janeiro em 1869 e que foi dedicado à princesa Isabel (www.patriotismo.org.br, acesso em: 14 ago. 2011). (N.E.)

1853 — Toma posse do cargo de presidente da província do Paraná Zacarias de Góis e Vasconcelos, que inaugurou a província criada pela Lei nº 704, de 29 de agosto de 1853.

1868 — Os encouraçados *Silvado* (comandante Costa Azevedo, depois barão do Ladário) e *Lima Barros* (comandante J. F. de Abreu) forçam a passagem das baterias de Angustura, subindo o rio Paraguai.

20 DE DEZEMBRO

1627 — Frei Vicente do Salvador (Vicente Rodrigues Palha) termina neste dia a sua *História do Brasil*, recentemente publicada*. Nasceu em Matuim (Bahia) em 1565, provavelmente no dia 20 de dezembro, e faleceu pelo ano de 1638.

1637 — Os holandeses, comandados por Joris Gartsman e auxiliados por 200 índios do principal Maniú (Algodão), tomam o forte do Ceará. "Com as suas tropas e os índios [diz Nieuhoff], marchou Gartsman imediatamente contra o forte, o qual, após intrépida resistência dos portugueses, que mataram muitos dos nossos soldados, foi levado de assalto, ficando prisioneiros alguns oficiais de distinção e a maior parte da guarnição." O comandante do forte era Bartolomeu de Brito.

1653 — Dá fundo diante de Olinda a frota anual da Companhia do Comércio do Brasil, depois de trocar algumas descargas com os navios holandeses, que a foram reconhecer. Saiu de Lisboa no dia 3 de outubro e compunha-se de 64 navios, inclusos os mercantes, sob o comando do general Pedro Jaques de Magalhães (depois visconde de Fonte Arcada). O segundo comandante ou imediato (almirante) era Francisco de Brito Freire. A esquadra, de acordo com resoluções tomadas no Conselho de Guerra do dia 25, passou a auxiliar o Exército no ataque das fortificações do Recife.

1679 — Morre em Cléves o príncipe João Maurício, conde de Nassau-Siegen, governador do Brasil holandês.

* Publicada pela primeira vez em 1888, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, com prefácio de Capistrano de Abreu (www.webartigos.com, acesso em: 14 ago. 2011). (N.E.)

1778 — Nascimento de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (ver 17 de setembro de 1859, data do seu falecimento).

1810 — Morre na capital do Pará o governador dessa capitania, general José Narciso de Magalhães de Meneses, que organizou a expedição enviada em 1808 contra a Guiana Francesa (ver 12 de janeiro de 1809).

1822 — Chegam ao Recife, vindos de Inglaterra, os deputados Diogo Feijó, Lino Coutinho, Barata, Agostinho Gomes e Silva Bueno, que, com Antônio Carlos, haviam saído ocultamente de Lisboa no dia 5 de outubro.

— Parte do Rio de Janeiro para o Havre o brigue francês *La Cécile*, conduzindo os deportados políticos José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa e general Luís Pereira da Nóbrega, partidários de Ledo. Este, que a princípio se ocultara em São Gonçalo, conseguiu partir para Buenos Aires. Regressaram ao Brasil no ano seguinte, depois que José Bonifácio deixou de ser ministro.

1848 — Combate de Cruangi, em que o general José Joaquim Coelho derrota uma divisão de revolucionários de Pernambuco (1.200 homens) comandados por Manuel Pereira de Morais. O general atacou com o 5º de fuzileiros, o 1º e o 6º de caçadores e uma peça do 1º batalhão de artilharia. Ficaram mortos ou feridos 34 homens (dois oficiais) das forças do governo e 83 dos da insurreição.

— No mesmo dia, houve um pequeno combate nas matas do engenho Pereira (rio Formoso), em que ficaram vencedores os governistas.

1864 — O exército do general Flores e as forças brasileiras levantam o sítio de Paissandu e marcham ao encontro do general Sáa. Retirando-se este, é o assédio restabelecido no dia 25.

1869 — Os restos do general Antônio de Sampaio são depositados no Asilo de Inválidos da Pátria.

1877 — Morre em Campinas o naturalistas Joaquim Correia de Melo, nascido na cidade de São Paulo a 10 de abril de 1816.

21 DE DEZEMBRO

1501 — André Gonçalves e Américo Vespúcio descobrem o cabo de São Tomé.

1584 — Falecimento do padre Manuel de Paiva, superior dos jesuítas que fundaram o Colégio de São Paulo, origem da cidade do mesmo nome (ver 25 de janeiro, 1556). Faleceu no Espírito Santo.

1632 — Luís Barbalho repele, no seu posto fortificado das Salinas, um ataque dos holandeses.

1791 — Nascimento de Álvares Machado na cidade de São Paulo. Este notável orador liberal faleceu a 4 de julho de 1846.

1825 — Manifesto do vice-almirante Rodrigo Lobo, comandante em chefe da esquadra brasileira no rio da Prata, declarando bloqueados os portos argentinos.

1826 — Tomada da escuna de guerra argentina *Rio*, comandante Antonio Richitelli, perto de Conchillas, por alguns navios da divisão Sena Pereira.

1835 — Sessão inaugural da Academia de Medicina do Rio de Janeiro, formada com os membros da Sociedade de Medicina (ver 24 de abril de 1830).

1840 — Um corpo de legalistas, sob o comando do coronel José dos Santos Loureiro, é destroçado na estância de São José, em Missões, por Jacinto Guedes da Luz, coronel dos separatistas rio-grandenses.

1868 — *Primeiro dia da batalha de Lomas Valentinas e tomada do Piquiciri*. O exército do ditador Solano López, tendo perdido, desde 6 de dezembro, perto de sete mil homens nas batalhas de Itororó e do

Avaí, estava reduzido, segundo Resquín, a 13 mil combatentes. Ocupavam as baterias e as trincheiras de Angustura, sobre o rio Paraguai, 700 homens (tenentes-coronéis George Thompson e Lucas Carrillo); a linha do Piquiciri, 2.500 e tantos sob o comando do coronel Hermosa; e as Lomas Valentinas, 9.800, sob o comando do ditador, que tinha às suas ordens os generais Resquín e Caballero. Um entrincheiramento fechava parcialmente duas dessas colinas, a Loma de Acosta, mais setentrional, e a Loma de Itá Ibaté, onde estava o quartel-general do ditador, entre aquela colina e a seção oriental da linha do Piquiciri. A face nordeste dessas linhas de defesa chamava-se trincheira de Tacuruti; a face norte, trincheira de Acosta; a de oeste, trincheira do quartel de reserva ou trincheira Auxílio, porque quase em frente ficava a lomba desse nome. Os lados sudeste e sul estavam indefesos, mas os capões de mato não deixaram perceber isso à cavalaria das divisões de Andrade Neves e de Vasco Alves, que penetraram no Potrero Mármol nessa manhã. O marechal Caxias, deixando em Vileta uma pequena guarnição, marchou para a lombada de Cumbariti, onde, às 9h, a nossa artilharia começou a bombardear as posições de Lomas Valentinas. Ao mesmo tempo, as forças do exército aliado, que haviam ficado em Palmas, ao sul do Piquiciri, procediam a um reconhecimento, ameaçando por esse lado o inimigo. O exército do marechal Caxias compunha-se, nesse dia, de 19.415 homens, todos brasileiros, e de 26 canhões (pontoneiros, 306; artilharia, 408; infantaria, 14.690; cavalaria, 4.011). Às 15h, foi dado o sinal de avançar. O general João Manuel Mena Barreto, à frente de três corpos de cavalaria (700 homens) e de duas brigadas de infantaria (Mesquita e Oliveira Bueno, dois mil homens), atacou de través e pela parte oriental a linha do Piquiciri, destroçando completamente as tropas do coronel Hermosa e apoderando-se de 32 canhões e de três bandeiras. O combate por esse lado terminou ao escurecer. O general José Luís Mena Barreto assaltou a trincheira de Lomas Valentinas pelo lado ocidental. Alguns dos seus batalhões penetraram nas posições inimigas e apoderaram-se de vários canhões, três dos quais foram logo remetidos ao general em chefe, assim como uma bandeira, mas os paraguaios receberam reforços e reconquistaram o terreno perdido. Outros ataques foram tentados; no entanto, sendo grandes as nossas perdas, o general ordenou a retirada para a colina fronteira, quando a noite começava. A infantaria que combateu por esse lado (5.900 homens) formava a divisão

do general Auto Guimarães (brigadas de César da Silva, de Hermes da Fonseca, de Albuquerque Maranhão e de Pinheiro Guimarães) e foi apoiada por um corpo de cavalaria. A trincheira de Acosta (norte) foi atacada pelo general Jacinto Machado Bittencourt com 6.786 homens de infantaria das divisões de Miranda Reis e de Salustiano dos Reis (brigadas de Pereira de Carvalho, de Freire de Carvalho, de Lourenço de Araújo, de Faria Rocha, de Valporto e de Seixas), apoiados pela divisão de cavalaria do general Andrade Neves (brigadas de Jacinto Pereira e de Gonçalves da Silva, 1.400 homens). A divisão de cavalaria do coronel Vasco Alves ficou de reserva na extrema direita do inimigo. O general Bittencourt conseguiu apoderar-se da trincheira e de 23 canhões (ver a sua parte oficial; a ordem do dia e o *Diário do Exército* dizem erradamente 14), travando-se por esse lado o mais encarniçado combate. Por ordem do marechal Caxias, foram sustentadas as posições conquistadas, continuando ali o combate durante toda a noite e o dia 22. Nossas perdas foram enormes, mas as do inimigo muito maiores, ficando completamente destruídos o batalhão de Rifleros e os regimentos de Acaverá e de Acaraia, que eram os da guarda de López, o regimento Acomoroti e muitos outros corpos. Durante toda a noite e o dia 22, tentaram os paraguaios retomar essas posições, mas foram sempre repelidos. Depois, continuou o tiroteio, conservando-se o inimigo entre os capões de mato da colina de Itá Ibaté. Às 18h de 23, outras tropas foram render as do general Bittencourt, e o tiroteio prosseguiu até o ataque final no dia 27. Os paraguaios perderam nos dois primeiros dias de batalha 58 canhões, oito bandeiras (ofício de 26 de dezembro, de Caxias), e oito mil homens (algarismos de Resquín, na *Memória* por ele oferecida ao duque de Caxias), ficando mortos os coronéis Valois Rivarola e Filipe de Toledo, os tenentes-coronéis Manuel Cabrera e Manuel Roa e muitos dos melhores comandantes. Pelos incompletos documentos publicados, sabemos que o 31º de voluntários (corpo policial da cidade do Rio de Janeiro) tomou duas bandeiras e que três outras foram tomadas pelo 49º de voluntários (Minas Gerais), 15º de linha e 11º de cavalaria da Guarda Nacional (Rio Grande do Sul). A bandeira dos rifleros da guarda foi tomada por um sargento deste último corpo. A nossa perda, do dia 21 até a tarde de 23, foi de 702 mortos (53 oficiais), 4.049 feridos (268 oficiais), 481 contusos (119 oficiais) e 573 extraviados (seis oficiais). Total de 5.805 homens fora de combate (446

oficiais), sendo: dois do Estado-maior de uma das colunas; 5.165 da infantaria; 569 de cavalaria (incluindo cinco do piquete do general em chefe); e 69 de artilharia e pontoneiros. Como sucedeu em quase todos os grandes combates dessa guerra, os corpos de voluntários e da Guarda Nacional, por serem mais numerosos que os do exército regular, pagaram o maior tributo de sangue: tiveram nesses três dias 3.908 homens fora de combate (313 oficiais), ao passo que os corpos de linha perderam apenas 1.895 (131 oficiais), cumprindo notar que muitos batalhões de linha acabavam de ser reforçados com os restos de seis corpos de voluntários, dissolvidos depois das batalhas de Itororó e do Avaí (26º, 28º, 42º, 44º, 48º e 55º de voluntários), e que no dia 23 foram ainda dissolvidos mais 11 desses corpos (24º, 25º, 29º, 32º, 33º, 34º, 36º, 39º, 41º, 47º e 49º), sendo as suas praças incorporadas aos batalhões de linha. Entre os mortos, contavam-se o coronel Albuquerque Maranhão, comandante da 10ª brigada de infantaria (era voluntário da pátria, bacharel em Direito e senhor de engenho na Paraíba); os tenentes-coronéis Manuel Jacinto Osório, comandante de uma brigada de cavalaria, e Almeida Corte Real, do 25º batalhão de voluntários; os majores comandantes Secundino Tamborim, Galdino Vilas-Boas e Carlos de Carvalho (1º e 12º de infantaria de linha e 50º de voluntários). Entre os feridos, o brigadeiro honorário barão do Triunfo (Andrade Neves), comandante das 2ª e 3ª divisões de cavalaria; o coronel Miranda Reis, comandante da 1ª divisão de infantaria; os comandantes de brigada Freire de Carvalho (voluntário) e César da Silva; e 16 comandantes de corpos. Os batalhões que mais sofreram foram: 25º (335 homens fora de combate), 24º (223), 51º (266), 54º (219), 33º (205) e 34º (205), todos de voluntários; e 16º (231), 12º (223) e 1º (203), estes três últimos de linha. Tomaram parte nesta batalha os seguintes corpos: 1º, 2º, 3º, 4º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 14º, 15º e 16º de infantaria de linha (13 batalhões); 23º, 24º, 25º, 27º, 29º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º, 36º, 38º, 39º, 40º, 41º, 46º, 47º, 49º, 50º, 51º e 54º de voluntários (21 batalhões); 2º e 3º regimentos de cavalaria de linha; 4º corpo de caçadores a cavalo; 1º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 13º, 14º, 15º, 17º, 19º, 20º, 21º e 24º de cavalaria da Guarda Nacional (16 corpos da Guarda Nacional e três de linha); e 2º regimento de artilharia e corpo de pontoneiros. Com a tomada da linha do Piquiciri, ficou franca a passagem para as tropas aliadas do acampamento de Palmas (ver o dia seguinte), e ficaram completamente isolados os paraguaios que ocupavam as fortificações de

Angustura. Esses resultados, junto à tomada de uma parte do entrincheiramento de Lomas Valentinas e a destruição de mais de dois terços do exército inimigo, mostram a importância da vitória alcançada no dia 21 e sustentada com a mais heroica tenacidade até o dia 27, quando foi tomada a segunda colina ocupada pelo ditador. Na manhã deste dia 21, antes do nosso ataque, o ditador Solano López mandou fuzilar, em Itá Ibaté, seu irmão Benigno López, seu cunhado general Vicente Barrios, o bispo Palácios e deão José Bogado, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros José Berges, o coronel Paulino Alen, o cônsul português Leite Pereira, o armador italiano Simão Fidanza e três senhoras: Dolores Recalde, Juliana Isfrán de Martinez e María de Jesus Egusquiza. Centenas de paraguaios e de estrangeiros foram assim executados por ordem desse bárbaro; uns, porque eram suspeitos de conspiração; outros, por serem parentes de oficiais aprisionados pelos aliados.

22 DE DEZEMBRO

1647 — Chega à Bahia a esquadra do general conde de Vila Pouca de Aguiar (Antônio Teles de Meneses), nomeado governador-geral do Brasil. Compunha-se de 10 galeões e 24 navios mercantes. Luís da Silva Teles era o almirante (segundo comandante). Vila Pouca tomou posse do governo no dia 26 (Mirales, § 415).

1652 — A Câmara e o povo de Belém do Pará opõem-se à execução da ordem da metrópole, que mandava pôr em liberdade os índios ilegalmente cativos. O governador Inácio do Rêgo Barreto é obrigado a tratar com os sublevados, suspendendo a execução da ordem régia até decisão da corte. No Maranhão, deu-se o mesmo, e das duas capitanias partiram para Lisboa os procuradores do povo, encarregados de pedir ao rei a revogação dessa ordem.

1755 — O Exército português do capitão-general Gomes Freire de Andrada marcha de São Gonçalo para se juntar ao do espanhol do general Andonaegui e forçar à obediência os guaranis das missões jesuíticas. Eram brasileiras as tropas que formavam o exército de Freire de Andrada (do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa

Catarina). Seguiram pela margem direita do Piratini e, no dia 16 de janeiro, reuniram-se aos espanhóis no rincão d'el-Rei, cabeceiras do rio Negro (ver 7 e 10 de fevereiro de 1756).

1783 — Falecimento do tenente-general João Henrique Bohm, nascido na Alemanha. Faleceu no Rio de Janeiro e foi sepultado no convento de Santo Antônio. Este general, um dos melhores oficiais do conde de Lippe, servia no Brasil desde 1767 e por alguns anos comandou no Rio Grande do Sul o maior exército que se reuniu no Brasil nos tempos coloniais. Em 1776, reconquistou a margem meridional do canal do rio Grande, a vila deste nome e todo o território de que os espanhóis se haviam apossado na campanha de 1763 (ver 1º e 2 de abril de 1776). Dele falaram, com louvor, o general Dumouriez, que com ele esteve em Portugal, e o viajante Langstoedt, que visitou a capital do Brasil.

1793 — Nascimento de Pedro de Araújo Lima (depois marquês de Olinda). Nasceu no engenho Antas, em Serinhaém (ver 7 de junho de 1870).

1811 — O sargento-mor Manuel dos Santos Pedroso (ver 5 de abril de 1816), que estava no Arapeí Chico com um destacamento de 150 homens, é atacado por 952 orientais e índios, comandados pelo tenente-coronel Manuel Pinto Carneiro. A enérgica resistência de Pedroso conteve o inimigo e permitiu que os nossos se retirassem com alguma perda para a serra do Jarao. Este ataque foi feito por ordem de Artigas, que assim violou o armistício ajustado pouco antes com o governo de Buenos Aires. Pinto Carneiro, que era rio-grandense e servia no exército de Artigas, foi degolado por ordem deste caudilho no dia 22 de fevereiro de 1814 (Calvia, *El protetor nominal de los pueblos libres*, p. 58).

1848 — O capitão Francisco Cavalcanti de Albuquerque Melo repele, no engenho Almécega (Pernambuco), um ataque feito por 200 índios de Jacuípe e Água Preta, armados pelos revolucionários.

1858 — O governo imperial aprova o trabalho da consolidação das leis civis, elaborado pelo doutor Augusto Teixeira de Freitas, louvado pelo bom desempenho da comissão que lhe foi confiada e condecorado com o oficialato da Ordem da Rosa.

1866 — O vice-almirante Joaquim José Inácio (depois almirante, e visconde de Inhaúma) assume o comando em chefe da esquadra brasileira em operações no Paraguai.

1868 — *Segundo dia da batalha de Lomas Valentinas*. A coluna do general Jacinto Machado Bittencourt defende as posições conquistadas na lomba de Acosta e repele todos os ataques do inimigo. O general Caxias manteve-se a cavalo toda a noite de 21 para 22, percorrendo as linhas de fogo e, durante este dia, foi por vezes visitar a trincheira ocupada pelas tropas do general Bittencourt. O ditador López estava reduzido a quatro mil homens, emboscados nos capões de mato e nos arranchamentos da lomba de Itá Ibaté, de onde continuavam a responder ao nosso fogo. Em Angustura, tinha ele mais de 1.900 homens, incluindo 1.170 dos derrotados no Piquiciri, mas estavam cercados e vigiados por duas divisões de cavalaria e uma brigada de infantaria sob o comando do general João Manuel Mena Barreto. As forças aliadas do acampamento de Palmas, atravessando a linha do Piquiciri, reuniram-se ao exército do marechal Caxias. Consistiam no exército argentino, então comandado pelo general Gelly y Obes (4.300 homens), na divisão do general Enrique Castro, composta de 400 orientais, na brigada de infantaria do coronel Paranhos e na de artilharia do coronel Mallet.

23 DE DEZEMBRO

1589 — Cristóvão de Barros derrota completamente, em Sergipe, os índios do principal Mbaepeva, que sitiavam a divisão de Álvaro Rodrigues (150 brancos e mil índios aliados).

1634 — Capitulação do forte de Santo Antônio, na foz do Paraíba, margem esquerda (ver 19 de dezembro).

1822 — O comandante Botas (ver 18 de dezembro de 1833), ensoberbecido com o resultado do combate do dia 8, sai de Itaparica com a canhoneira *Pedro I* e vai provocar a esquadrilha portuguesa, composta de 13 navios, entre os quais os brigues *Audaz* e *Prontidão*. Cercado, consegue escapar e refugiar-se em Amoreiras, ao abrigo da

bateria dirigida pelo capitão Francisco Xavier de Barros Galvão, e aí continua o combate até a retirada do inimigo.

1868 — Prossegue o fogo de fuzilaria, em Lomas Valentinas, entre as forças brasileiras, postadas na lomba de Acosta, e as paraguaias, na lomba Itá Ibaté. Às 18h, as tropas do general Jacinto Machado Bittencourt, que sustentaram o fogo desde o dia 21, foram rendidas pelo contingente oriental e pela brigada do coronel Paranhos. No dia seguinte, outras tropas brasileiras foram render estas. Os argentinos observavam a esquerda das posições inimigas; os brasileiros, o centro e a direita. O marechal Caxias foi, à tarde, reconhecer a parte oriental da posição ocupada pelo inimigo.

24 DE DEZEMBRO

1559 — Capitulação assinada em Toledo, autorizando Diego de Vargas a ocupar e povoar o rio Marañon ou Nova Andaluzia, até 150 léguas (cerca de 990 km), subindo-o, e sobre cada margem, até 20 léguas (cerca de 132 km) para o interior.

1634 — Os holandeses, senhores dos fortes da barra do Paraíba, entram na cidade deste nome (ver 19 de dezembro).

1821 — Representação da junta de São Paulo pedindo ao príncipe regente dom Pedro que ficasse no Brasil. Esta mensagem só foi apresentada depois da resolução tomada pelo príncipe no dia 9 de janeiro de 1822, a pedido do Senado da Câmara e do povo do Rio de Janeiro.

1832 — Nascimento de Francisco Pinheiro Guimarães na cidade do Rio de Janeiro (ver 5 de outubro de 1877).

1865 — O Exército brasileiro, comandado pelo general Osório, vindo da Concórdia (Entre Rios), acampa em Laguna Brava (Corrientes), perto do passo da pátria.

1866 — Os encouraçados *Brasil*, *Barroso* e *Tamandaré* e a canhoneira *Iguatemi* bombardeiam Curupaiti, acompanhando o fogo

das baterias de Curuzu. Os bombardeamentos entre estas duas posições eram quase diários.

1868 — Pouco antes das 6h30, a bandeira de parlamentário nas avançadas brasileiras da colina de Acosta, uma das Lomas Valentinas, fez cessar o tiroteio entre as linhas dos combatentes. O nosso parlamentário entregou ao paraguaio uma nota dos generais aliados, dirigida ao ditador López. Esse documento, assinado pelo marechal Caxias e pelos generais Gelly y Obes (argentino) e Enrique Castro (oriental), era uma intimação para que o ditador depusesse as armas. "O exército nacional, em grito uníssono [diz a relação oficial paraguaia] protestou que vingaria este novo ultraje à nação e a seu governo, feito precisamente nos momentos em que os bons filhos da pátria estavam dando as mais relevantes provas das virtudes cívicas que os distinguem, pelejando dia e noite para salvar a pátria das garras desses mesmos inimigos.". Às 15h30, foi entregue nas nossas avançadas a resposta do ditador, declarando que estava disposto a tratar da paz sobre bases igualmente honrosas para os beligerantes, mas que não estava disposto a ouvir uma intimação de deposição de armas. Muitos exemplares impressos dos dois documentos foram lançados nas avançadas pelo inimigo. O fogo de fuzilaria e artilharia começou pouco depois.

25 DE DEZEMBRO

1562 — Morre em São Paulo o célebre Martim Afonso Tibiriçá (este nome significa o "principal da terra", segundo Batista Caetano), cacique dos Guaianase de Piratininga, convertido à fé Católica por Anchieta e Leonardo Nunes. Meses antes, defendera vitoriosamente a nova vila de São Paulo, quando atacada por Arari, de quem era irmão (10 e 11 de julho de 1562). "Morreu o nosso principal, grande amigo, e protetor Martim Afonso", dizia Anchieta em carta de 10 de abril do ano seguinte. Tibiriçá era sogro de João Ramalho.

1591 — A vila de Santos é assaltada e surpreendida por destacamentos do *Roebuck* (capitão Cocke), *Desire* (capitão John Davies) e *Blacke Pinesse*, navios da esquadra do corsário inglês

Thomas Cavendish. Os moradores estavam reunidos na igreja, e nenhuma resistência puderam opor. Cavendish, que ficara na ilha de São Sebastião, chegou dias depois com o *Leicester* e o *Daintie*. Os ingleses fortificaram-se em Santos, incendiaram vários engenhos no caminho de São Vicente e partiram para o sul, ao cabo de dois meses, levando tudo quanto tinha algum valor. Voltaram a Santos no ano seguinte; no entanto, todos os que desembarcaram foram mortos, entrando nesse número os capitães Stafford, Southwell e Barker. No Espírito Santo, foram repelidos com grande perda e sofreram ainda pequenos reveses na ilha de São Sebastião e na Ilha Grande. Cavendish morreu em viagem, quando regressava para a Inglaterra. As divergências que se notam entre as datas de John Janes (Hackluyt, III, 842 e segs.) e Knivet (Purchas, IV, 1.201 e segs.) resultam principalmente da diferença dos calendários juliano e gregoriano. O dia 25 de dezembro, entre os portugueses, que já haviam adotado a reforma gregoriana, correspondia ao 15 de dezembro do antigo estilo. Os ingleses só adotaram a reforma em 1752.

1599 — É instalada a vila do Natal no Rio Grande do Norte. A fortaleza dos Reis Magos, começada a construir, ou terminada, a 6 de janeiro de 1598 por Manuel de Mascarenhas Homem, ficou desde 24 de junho do mesmo ano sob o comando de Jerônimo de Albuquerque. Foi este quem formou, principalmente com índios, a povoação que nesta data teve o predicamento de vila. Durante o domínio holandês, o príncipe Maurício de Nassau deu-lhe o título de cidade.

1615 — Francisco Caldeira Castelo Branco parte de São Luís do Maranhão com três navios e 150 homens para ocupar o Amazonas (data de André Pereira, que ia na expedição, citada pelo visconde de Porto Seguro, *História geral*, I, p. 450). Caldeira fundou então um forte e a povoação, que desde logo teve o nome de cidade de Nossa Senhora do Belém, no Pará.

1636 — Ataque e tomada da missão jesuítica de San Cristóbal, no rio Pardo (Rio Grande do Sul), pelos paulistas. Antônio Raposo Tavares era o chefe desses bandeirantes.

1637 — Incêndio de São Cristóvão, em Sergipe d'el-Rei, pelos holandeses.

1653 — Reúnem-se em Olinda os generais Francisco Barreto de Meneses e Pedro Jaques de Magalhães, comandantes do exército e da esquadra, e os principais cabos das forças portuguesas de terra e mar. Nesse Conselho Militar, fica resolvido o ataque imediato às fortificações do Recife, ataque que pôs termo glorioso à guerra contra o domínio holandês no Brasil.

1824 — O almirante marquês do Maranhão (lorde Cochrane), intervindo nas dissidências políticas da província do Maranhão, depõe o presidente Miguel Inácio dos Santos Freire Bruce e o substitui por Manuel Teles da Silva Lobo.

1826 — Falecimento do brigadeiro Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho. Foi ministro da Guerra em 1822, com José Bonifácio; no entanto, deixou o gabinete em 28 de outubro e, por ser partidário de Ledo, foi deportado para a França pelo mesmo José Bonifácio (ver 20 de dezembro). Regressou ao Brasil no ano seguinte.

1831 — Morre em São Paulo o tenente-coronel Cândido Xavier de Almeida e Sousa, nascido na mesma cidade, explorador dos campos de Guarapuava (ver 8 de setembro de 1770) e membro do governo provisório que administrou a província de São Paulo de 10 de setembro de 1822 a 2 de janeiro do ano seguinte.

1850 — Tratado de Aliança entre o Brasil e o Paraguai contra o general Rosas, ditador da Confederação Argentina. O Paraguai não concorreu com um só soldado para a guerra, começada no ano seguinte e terminada com a vitória de Monte Caseros.

1868 — Por ordem do marechal Caxias, 46 bocas de fogo do Exército brasileiro começam, às 6h, a bombardear as posições ocupadas pelos paraguaios em Itá Ibaté, uma das Lomas Valentinas. O bombardeamento durou três horas, tendo sido feitos mais de três mil tiros. A infantaria do general Jacinto Machado, apoiada por alguma cavalaria, adiantou-se e

teve uma viva refrega com o inimigo. À tarde, a cavalaria do coronel Vasco Alves Pereira destroçou, entre o Peguahó e Lomas Valentinas, um destacamento de 400 cavaleiros e infantes paraguaios. Ficaram mortos ou prisioneiros 230 inimigos.

26 DE DEZEMBRO

1634 — Luís de Avelar, Henrique Dias, Antônio Bezerra e outros quatro capitães saídos do Arraial com as suas companhias destroçam um corpo de holandeses na campina do Brito (várzea do Beberibe). Os três citados capitães foram feridos, sendo esse o quarto ferimento que recebera Henrique Dias.

1645 — Dois soldados pernambucanos vão, durante a noite, em uma jangada, ao ancoradouro do Recife e tentam incendiar dois navios holandeses por meio de pequenos brulotes. O navio *Swaen* começou a arder, e houve no porto grande confusão. Um dos soldados, João Tavares, natural de Muribeca, foi ferido ao regressar. Segundo Nieuhoff, deu-se esta ocorrência na noite de 26 de dezembro, segundo Calado e Rafael de Jesus, em princípios de dezembro, mas não declaram o dia; Gama, escritor deste século*, indicou arbitrariamente a data de 2 de dezembro.

1778 — Morre no convento dos capuchinos de Córdova (Espanha) o general dom Pedro de Ceballos, que foi governador de Buenos Aires e, depois, primeiro vice-rei do rio da Prata. Este general, dispondo de forças muito superiores, apoderou-se, em 1762 e 1763, da Colônia do Sacramento e de grande parte do Rio Grande do Sul e, em 1777, comandou a poderosa expedição que ocupou a ilha de Santa Catarina e rendeu a Colônia. Seus nomes de família eram muito numerosos: chamava-se dom Pedro Antonio de Ceballos Cortéz Calderón Coes Arebalo Barreda La Veja Porras Estrada y Escalante.

1843 — O tenente-coronel Demétrio Ribeiro surpreende e derrota em Santa Rosa, perto do Botuí, o general João Antônio Silveira e o

* Isto é, século XIX. (N.E.)

coronel Onofre Pires da Silveira Canto, que estavam acampados com 500 homens das forças insurgentes do Rio Grande do Sul. Estes dispersam-se, perdendo 175 mortos e prisioneiros.

1864 — Morre na cidade do Rio de Janeiro o barão de Cairu (Bento da Silva Lisboa), nascido na Bahia a 4 de fevereiro de 1791, filho do visconde de Cairu. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros (de 1832 a 1834 e de 1846 a 1847) e desempenhou uma missão na Europa (de 1840 a 1842), durante a qual ajustou o casamento do imperador dom Pedro II com a princesa dona Teresa Cristina.

1867 — O 30º batalhão de voluntários (tenente-coronel Apolônio Campelo), que estava postado em Passo Poí fazendo as avançadas da nossa direita em São Solano, é atacado durante a noite pelo major paraguaio Rivarola e dispersa-se. Tivemos nesta surpresa 22 mortos e feridos; os paraguaios, seis. O general Andrade Neves conseguiu alcançar uma pequena parte da força inimiga, ocasionando-lhe a perda de 11 homens. Da nossa cavalaria ficaram mortos ou feridos, por tiros das baterias de Humaitá, quatro.

1868 — Continua o fogo de fuzilaria entre as avançadas dos aliados e as paraguaias, em Itá Ibaté (ver o dia seguinte).

27 DE DEZEMBRO

1519 — Fernando de Magalhães deixa a baía do Rio de Janeiro (ver 13 de dezembro) e prossegue em sua viagem de circunavegação do globo.

1705 — Tratado de Comércio entre Portugal e Grã-Bretanha, conhecido na história por Tratado de Methuen, nome do ministro britânico que o negociou em Lisboa (Paul Methuen).

1812 — Nascimento de Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara em São Paulo de Luanda (embora a sua certidão de batismo o diga nascido no dia 26). Este ilustre estadista, que conseguiu pôr termo

ao tráfico de africanos no Brasil, faleceu a 7 de maio de 1868 na cidade do Rio de Janeiro. Durante alguns anos, foi o mais prestigioso dos chefes do Partido Conservador.

1819 — Os generais José de Abreu (depois barão do Cerro Largo) e Bento Correia da Câmara derrotam, perto do Itaquatiá, 800 orientais e correntinos do exército de José Artigas.

1864 — *Primeiro dia da defesa do forte de Nova Coimbra, em Mato Grosso, contra o ataque dos paraguaios, comandados pelo coronel Vicente Barrios (logo depois general)*. O forte tinha 11 peças montadas em bateria (além de 20 peças armazenadas, quase todas sem reparo), 125 oficiais e soldados de artilharia e 30 guardas nacionais, guardas da alfândega, presos e índios. Estava sob o comando do tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero. A defesa foi auxiliada pela canhoneira *Anhambaí* (dois canhões, 34 homens), comandada pelo primeiro-tenente Balduíno de Aguiar. As forças paraguaias compunham-se de 1.200 homens das três Armas, com 12 peças raiadas e várias estativas de foguetes à Congreve e oito canhoneiras a vapor, duas escunas, um patacho e dois lanchões, montando 57 canhões. A esquadrilha era comandada pelo capitão de fragata Meza. Este foi o primeiro combate entre brasileiros e paraguaios, na guerra iniciada pelo ditador Solano López (ver 28 de dezembro).

1868 — *Batalha de Itá Ibaté, nas Lomas Valentinas*. Na batalha dos dias 21, 22 e 23, o ditador Solano López tinha perdido mais de oito mil homens e 58 canhões, ficando reduzido a quatro mil combatentes. Nos dias 24 e 25, recebeu reforços vindos de Cerro León e Caapucu (alguns batalhões de infantaria e três regimentos de cavalaria), de sorte que tinha neste dia 7.600 homens nos capões de mato da colina de Itá Ibaté. O Exército brasileiro recebeu também reforços e apresentava um total de 15.954 homens (artilharia e pontoneiros, 1.738; cavalaria, 3.120; infantaria, 11.096), incluindo 707 homens de cavalaria, que, às ordens do general Câmara, ficaram observando Angustura. Ao amanhecer, as baterias do exército aliado começaram a bombardear as posições inimigas, e foram avançando com as colunas de ataque. O marechal Caxias dirigiu o ataque contra a direita e a retaguarda do inimigo, e

o general Gelly y Obes, contra o centro e a esquerda. Sob o comando de Caxias estavam, na extrema esquerda, 2.413 homens de cavalaria (divisão de Vasco Alves e de Caetano Gonçalves e, na retaguarda do inimigo, a divisão de João Manuel Mena Barreto); na esquerda, 2.400 homens de infantaria argentina (general Rivas); no centro e na direita, sob o comando do general José Luís de Mena Barreto, 4.739 de infantaria brasileira (divisão do general Auto Guimarães) e 1.500 de artilharia (coronel Mallet). O general Gelly y Obes tinha, na sua esquerda (centro do inimigo), o general Jacinto Machado Bittencourt, com 1.252 infantes brasileiros (divisão do general Salustiano Reis); no centro, o general Enrique Castro, com 600 infantes orientais e 1.105 brasileiros (brigada Paranhos); na direita, 2.426 infantes argentinos (coronel Aguero). Total de 15.716 brasileiros, 4.826 argentinos e 600 orientais. O exército do ditador Solano López foi completamente destroçado, conseguindo ele fugir, seguido de uns 60 oficiais e soldados, pelo Potrero Mármol e Passo de Jequiti para Cerro Léon, onde chegou na noite desse mesmo dia (ver 28 de dezembro). Ficaram em poder dos aliados mais 26 canhões, dois obuses e um morteiro, seis bandeiras (três tomadas pelos brasileiros; duas e um estandarte, pelos argentinos) e tudo quanto havia no acampamento inimigo. No Exército brasileiro, nenhum oficial superior foi morto ou ferido neste dia; os argentinos tiveram um coronel morto (Florêncio Romero, comandante do 4º de infantaria de linha), três tenentes-coronéis e dois majores feridos, e perderam a bandeira de um batalhão, o qual o general Caballero conseguiu dispersar, por meio de uma emboscada, já no Potrero Mármol. Segundo as relações que podemos encontrar, faltando as de muitos corpos, o Exército brasileiro, do dia 24 até 27 de dezembro, teve 678 homens fora de combate, sendo 81 mortos (cinco oficiais), 480 feridos (22 oficiais), 111 contusos (20 oficiais) e seis extraviados. As mesmas relações incompletas dão as seguintes perdas ocorridas de 6 a 27 de dezembro: mortos, 1.366 homens (134 oficiais); feridos, muito dos quais faleceram, 7.075 (467 oficiais); contusos, 927 (201 oficiais); extraviados, 740 (sete oficiais). Total de 10.108 homens fora de combate. No entanto, pelo exame comparativo da força pronta em 6 e em 31 de dezembro e dos reforços recebidos, vê-se que deveríamos ter tido, aproximadamente, 11.500 homens fora de combate, dos 25 mil brasileiros que tomaram parte nas batalhas desta campanha. Os argentinos e orientais (4.700 homens) só cooperaram com

as nossas tropas dos dias 22 a 27 e tiveram pequenas perdas. O ditador López tinha, no dia 6 de dezembro, 20.800 homens, e recebeu nos últimos dias um reforço de 3.600, formando o total de 24.400 homens. Todo esse exército ficou destruído depois da rendição de Angustura no dia 30, escapando apenas alguns milhares de feridos e fugitivos. Em Angustura, foram tomadas mais 16 peças e três bandeiras, de sorte que os troféus da última campanha do marechal Caxias consistiram em 127 canhões (82 tomados pelos brasileiros e 45 pelas forças aliadas, em 27 e em 30 de dezembro) e 29 bandeiras (23 tomadas pelos brasileiros, três pelos argentinos, três entregues em Angustura).

1873 — Inauguração das comunicações telegráficas, por meio de cabos submarinos, entre Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará.

28 DE DEZEMBRO

1813 — Nascimento de Irineu Evangelista de Sousa (depois visconde de Mauá). Nasceu no Arroio Grande, Rio Grande do Sul (ver 21 de outubro de 1889).

1836 — Nasce na Estância, província de Sergipe, Pedro de Calazans (ver 24 de fevereiro de 1874).

1841 — Convenção secreta de auxílios de guerra entre Bento Gonçalves da Silva, chefe da revolução rio-grandense, e o general Frutuoso Rivera, presidente da República Oriental. Outra convenção do mesmo gênero foi assinada a 5 de julho desse ano.

1864 — *Segundo dia da defesa de Nova Coimbra pelo tenente-coronel Porto Carrero*. O fogo foi tão vigoroso neste dia quanto no precedente. Às 14h, o comandante Luís Gonzalez, à frente do 6º batalhão paraguaio (750 homens), assaltou o forte e foi repelido. Estando quase de todo esgotadas as munições, Porto Carrero reuniu conselho, em que ficou resolvida a evacuação do forte. Esta operação realizou-se à noite, seguindo a pequena guarnição para Corumbá, a bordo da *Anhambaí*. Parece incrível que, dispondo de forças tão consideráveis, o chefe da

esquadrilha inimiga não tivesse forçado a passagem do forte, para atacar aquela canhoneira. Os paraguaios tiveram, nos dois dias de ataque, 207 homens fora de combate (42 mortos, 134 feridos e um prisioneiro). O seu fogo foi tão mal-dirigido que apenas tivemos um ferido.

1868 — O general João Manuel Mena Barreto comandava as forças aliadas que sitiavam Angustura. Na manhã deste dia, o coronel Donato Alvarez, à frente de 70 homens de cavalaria argentina, tomou e encravou três peças que estavam na extremidade ocidental da linha do Piquiciri, não as transportando por serem muito pesadas e porque a infantaria se pôs em marcha, para retomá-las. Os nossos aliados tiveram apenas um oficial ferido.

— Proclamação do ditador Solano López, datada de Cerro León, onde chegara na noite anterior, tendo fugido de Itá Ibaté. Nesse documento, encontram-se os seguintes trechos: "Derrotado em meu quartel-general em Piquiciri, estou neste campo... Nosso Deus quer provar nossa fé e constância, para dar-nos depois uma pátria grande e mais gloriosa, e vós, como eu, deveis sentir-vos novamente inflamados com o sangue generoso que a terra em que nascemos bebeu ontem. Para vingá-la, salvando a pátria, estou aqui. Um revés da sorte não virá certamente a impor-se sobre o espírito e a abnegação do povo magnânimo... Sofremos um obstáculo, mas a causa da pátria não sofreu, e seus bons filhos se organizam nestes momentos, para lutar ainda com maior afinco com o inimigo exterminador [...]" Esse bárbaro, como Rosas e tantos outros tiranos da América espanhola, apesar de apoiar-se unicamente na força das armas, dizia-se presidente de uma República e nos documentos oficiais dava-se como o executor das vontades de um povo livre.

1872 — Morre no Rio Grande do Sul o brigadeiro reformado barão de Saican (José Maria da Gama Lobo Coelho d'Eça), natural de Santa Catarina. Serviu com muita distinção nas campanhas de 1816 a 1820, em Missões.

1877 — Falecimento do senador Zacarias de Góis e Vasconcelos, um dos mais ilustres estadistas e oradores parlamentares de que se honra o Brasil. Nasceu em Valença (Bahia) a 5 de novembro de 1815 e faleceu

no Rio de Janeiro. Lente na Faculdade de Direito do Recife desde 1840, apareceu na política presidindo algumas províncias, foi eleito deputado em 1850 e teve a pasta da Marinha no gabinete Rodrigues Torres (depois visconde de Itaboraí), de 1852 a 1853. Conservador até 1861, separou-se nesse ano dos seus amigos políticos e formou a chamada Liga Constitucional, de conservadores e liberais, que levou ao poder o novo Partido Liberal. Três vezes teve a presidência do Conselho, depois da vitória da liga. O seu primeiro ministério (1862) durou apenas alguns dias; o segundo (1864), seis meses. O fato mais importante deste governo foi a intervenção brasileira nos negócios da República Oriental e o subsequente rompimento de relações com o governo de Montevidéu. O terceiro gabinete de Zacarias de Góis governou de 3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868 e prestou assinalados serviços à pátria, organizando, depois do revés de Curupaiti, o brilhante exército e a poderosa esquadra, que venceram a resistência de Humaitá e de suas linhas exteriores, e que levaram as bandeiras do Brasil até a cidade de Assunção. Este ministério fez estudar pelo Conselho de Estado os projetos do senador Pimenta Bueno (depois marquês de São Vicente) para a abolição gradual da escravidão, e abriu à navegação estrangeira o Amazonas e uma parte do São Francisco (ver 7 de dezembro de 1866). De 1869 em diante, Zacarias de Vasconcelos esteve sempre em oposição, combatendo, na tribuna ou na imprensa, os ministérios conservadores, e até mesmo a reforma servil de 1871, que continha com mui ligeiras modificações as ideias dos projetos de Pimenta Bueno. Embora aliado aos liberais, nunca abandonou as ideias da sua mocidade e foi sempre um conservador autoritário.

1889 — Falece na cidade do Porto, Portugal, dona Teresa Cristina Maria de Bourbon, terceira imperatriz do Brasil, esposa do imperador dom Pedro II (ver 14 de março de 1822).

29 DE DEZEMBRO

1822 — *Demonstração, ou reconhecimento, feito pelo general Labatut sobre as trincheiras da cidade da Bahia, defendidas pelas tropas do general Madeira*. Labatut dirigiu o fogo pelo lado da Conceição, e o coronel Felisberto Gomes Caldeira, pelo de Itapoã. A

perda dos brasileiros foi pequena, e a dos portugueses não deve ter sido maior. Neste dia, tinham as tropas do general Madeira prestado juramento de obediência à Constituição portuguesa. Em proclamação desta data dizia o brioso general, nosso adversário: "Gozais hoje do espetáculo arrebatador de prestardes vossos juramentos à vista de vossos inimigos, e sobre essas mesmas baterias, onde defendeis o que jurais. Esse terreno, pois, que ocupais, será duas vezes o monumento eterno de vossa glória. Aí defendereis a dignidade da nossa pátria e a vossa dignidade. O bronze que hoje anunciará aos inimigos da nação e do rei que vós sois fiéis ao que eles atraiçoaram, servirá para lançar entre eles mesmos o estrago e a morte, sempre que intentarem ver de perto as nossas armas triunfantes [...]"

1826 — A esquadrilha brasileira do Uruguai, sob o comando do capitão de fragata Jacinto Roque de Sena Pereira (3ª divisão da esquadra em operações), fundeada junto à boca do Jaguari (rio Negro), repele o primeiro ataque da esquadrilha argentina, dirigida pelo almirante Brown (ver o dia seguinte).

1844 — O comandante Vasco Alves Pereira, da Guarda Nacional (depois barão de Santana do Livramento) surpreende e derrota, junto ao Quaró, o coronel Bernardino Pinto, que fica ferido e prisioneiro. Este foi o último encontro de armas na guerra civil rio-grandense, e deu-se em território oriental. O Quaró é afluente da margem esquerda do Quaraí.

1849 — Tomam assento no Senado os conselheiros Paulino José Soares de Sousa (depois visconde do Uruguai), Manuel Felizardo de Sousa e Melo e Cândido Batista de Oliveira.

1860 — Morre em Salvador o arcebispo dessa diocese, dom Romualdo Antônio de Seixas, marquês de Santa Cruz, nascido em Cametá, Pará, no dia 7 de fevereiro de 1787. Nomeado arcebispo em 1826, fez a sua entrada solene na Bahia no dia 28 de novembro de 1828. Ilustrou-se por suas virtudes, por seus escritos e pela sua eloquência na tribuna sagrada e na da Câmara dos Deputados. A coleção das suas obras forma seis volumes *in* 8º grandes. As suas *Memórias* (incompletas) foram publicadas em 1861.

1864 — Reúne-se às forças brasileiras e orientais, que sitiavam Paissandu, o exército brasileiro do general João Propício Mena Barreto (depois barão de São Gabriel). Marchou de Piraí, no dia 1º de dezembro, e compunha-se apenas de seis mil homens (infantaria, 1.900; artilharia, 200; cavalaria, quase toda da Guarda Nacional, 3.900). No assédio de Paissandu, já tínhamos uns 500 homens de infantaria, do Exército e da Armada, e uma brigada de voluntários de cavalaria, com 1.200 homens. O general Flores, chefe da revolução oriental e nosso aliado, comandava 600 homens de infantaria e 2.400 de cavalaria. A esquadra brasileira estava sob o comando do almirante Tamandaré.

— Neste mesmo dia, o capitão Martín Urbieta, à frente de 220 paraguaios, ataca a colônia de Dourados, na fronteira de Mato Grosso. O tenente Antônio João Ribeiro, que comandava apenas um destacamento de 15 praças, recusa render-se e morre combatendo. "O tenente de infantaria, cidadão Manuel Martínez [disse Urbieta, em sua parte oficial], intimou-o a que se rendesse, mas o comandante brasileiro respondeu que se lhe apresentássemos ordem do governo imperial, se renderia, mas sem ela não o faria de modo algum."

1866 — Bombardeamento de Curupaiti pelos encouraçados *Brasil*, *Barroso* e *Tamandaré*, pelas bombardeiras *Pedro Afonso* e *Forte Coimbra* e pela canhoneira Iguatemi.

1868 — O exército aliado, marchando de Lomas Valentinas, acampa em frente de Angustura (ver o dia seguinte).

30 DE DEZEMBRO

1614 — Martim de Sá, com algumas canoas, ataca e destroça, junto à foz do Guandu, ou rio da Marambaia, um destacamento que o almirante holandês Joris van Spilbergen mandou à terra, e apodera-se de três lanchas. Ficaram mortos 22 holandeses e, prisioneiros 14, entre estes o tenente François Du Chesne (ferido), que, voltando depois para o seu país, esteve em 1624 e 1625 em Salvador e foi um dos oficiais inimigos que ajustaram e assinaram a capitulação dos holandeses (30 de abril de 1625).

1804 — Introdução da vacina na Bahia, por iniciativa de Felisberto Caldeira Brant Pontes (depois marquês de Barbacena). O doutor José Avelino Barbosa foi encarregado deste serviço, sendo o pus vacínico enviado pouco depois a outras cidades do Brasil.

1826 — Segundo dia do combate do Jaguari, entre a esquadrilha brasileira do Uruguai, comandada por Sena Pereira, e a argentina do almirante Brown. Esta última desistiu do ataque, retirando-se para Martín García. Os navios brasileiros combateram, fundeados tanto neste dia quanto na véspera (ver 8 e 9 de fevereiro de 1827).

1827 — O corsário argentino *General Mancilla* (seis bocas de fogo), do comandante Henderson, perseguido por navios brasileiros, encalha na costa da Madalena (Buenos Aires) e é incendiado pela nossa escuna *Rio.*

1848 — O tenente-coronel Joaquim Manuel do Rego Barreto ataca e desaloja das posições que ocupavam, no engenho Gaipió (Ipojuca), os revoltosos de Pernambuco, comandados por Miguel Afonso Ferreira.

1862 — Nota do ministro britânico no Rio de Janeiro, William Dougal Christie, declarando que ia dar começo a represálias até obter a satisfação que pedira pela prisão de alguns oficiais da fragata *Forte* e pela depredação dos salvados do navio *Prince of Wales*, na costa do Rio Grande do Sul. Cumprindo as instruções do ministro, o almirante Warren capturou na barra do Rio de Janeiro cinco navios mercantes (ver 5 de janeiro de 1863). O governo imperial pagou, debaixo de protesto, a soma reclamada pelos salvados do *Prince of Wales*, mas recusou dar a satisfação pedida pelo caso dos oficiais da *Forte*. O ministro brasileiro em Londres pediu os seus passaportes, e ficaram rotas as relações diplomáticas entre os dois países. O laudo do rei dos belgas, Leopoldo I, árbitro escolhido pelos dois governos, foi favorável ao Brasil (18 de junho de 1863). Por mediação do rei de Portugal e a esforços do seu ministro em Londres, conde do Lavradio, foram renovadas as relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha, apresentando-se a dom Pedro II, no acampamento de Uruguaiana (23 de setembro de 1865), o enviado extraordinário Thornton. "Estou encarregado [disse este] de

exprimir a vossa majestade imperial o pesar com que sua majestade a rainha viu as circunstâncias que acompanharam a suspensão das relações de amizade entre as cortes do Brasil e da Inglaterra, e de declarar que o governo de sua majestade nega toda a intenção de ofender a dignidade do Império do Brasil e que sua majestade aceita plenamente, sem reserva, a decisão de sua majestade o rei dos belgas, e que será feliz em nomear um ministro para o Brasil, logo que vossa majestade estiver pronto para renovar as relações diplomáticas [...]"

1868 — *Rendição dos paraguaios que ocupavam os redutos e as baterias de Angustura.* Eram 1.468 homens sãos (177 oficiais) e 421 feridos (13 oficiais), ao todo 130 oficiais e 1.777 inferiores e soldados (1.904 homens). Ficaram em poder dos aliados 16 canhões (um de 150, chamado *El Crollo*, 13 de 68 e dois de 32), três bandeiras, muitas armas de mão e grande quantidade de munições. Esses troféus e as 29 bocas de fogo tomadas no dia 27 em Itá Ibaté foram repartidos igualmente pelas três nações aliadas, de acordo com o disposto no Tratado de 1º de maio de 1865. O Exército brasileiro era comandado pelo marechal Caxias, e as tropas argentinas e orientais, pelos generais Gelly y Obes e Castro. Os tenentes-coronéis George Thompson e Lucas Carrillo, que comandavam Angustura, tinham dirigido ao ditador López, no dia 28, um ofício em que diziam: "Não poderemos manter-nos por muito tempo aqui." E em *post scriptum*: "Com licença de vossa excelência, queremos defender esta posição até o último momen-to, e faremos todos esforços para fazê-lo. Se o inimigo nos atacar, será infalivelmente rechaçado (assinados: *George Thompson; Lucas Carrillo*)."

1879 — Falecimento de Manuel de Araújo Porto Alegre, barão de Santo Ângelo, pintor, arquiteto, orador acadêmico e poeta. Nasceu em Rio Pardo (26 de novembro de 1806) e faleceu em Lisboa.

1888 — Inauguração do tráfego em toda a extensão do caminho de ferro do Quaraí a Itaqui (180 quilômetros).

1905 — Criação do atual Banco do Brasil.

31 DE DEZEMBRO

1753 — Morre em Lisboa o ilustre estadista Alexandre de Gusmão, doutor em Direito pelas Universidades de Paris e Coimbra, membro da Academia Real de História Portuguesa, fidalgo da Casa Real, enviado extraordinário junto à Santa Sé e secretário do rei dom João V. Teve grande influência no reinado deste príncipe e foi verdadeiro inspirador do Tratado de Limites de 13 de janeiro de 1750. Nasceu em Santos em 1695.

1825 — Os orientais, comandados pelo coronel Leonardo Oliveira, surpreendem a guarda brasileira de Santa Teresa (alferes Joaquim de Oliveira) e o destacamento de Chuí (major Inácio José Cabral da Costa). Dos nossos ficaram mortos um capitão e oito soldados de milícia; prisioneiros, o major Cabral da Costa, dois tenentes, um alferes e 64 inferiores e soldados.

1832 — Nascimento de Luís José Junqueira Freire, em Salvador.

1836 — Magalhães termina em Bruxelas o seu drama *Antônio José* (ver 13 de março de 1838).

1843 — Combate da picada de São Xavier no qual o major da Guarda Nacional Agostinho Gomes Jardim repele os revolucionários rio-grandenses, comandados pelo general João Antônio da Silveira. O major Jardim foi morto no fim da ação, sucedendo-lhe no comando o capitão Manuel José de Albernaz.

1848 — Os deputados Nunes Machado, Peixoto de Brito, Vilela Tavares e Antônio Afonso Ferreira, saindo do Recife, vão reunir-se às forças da insurreição liberal. Lopes Neto, Rego Monteiro e Faria ficam na capital, e Arruda Câmara (José Francisco) segue para o norte da província. Neste mesmo dia, assinam os oito deputados uma proclamação. O documento não especifica as reformas reclamadas; no entanto, em uma declaração escrita, dizia o deputado Afonso Ferreira que os revolucionários queriam: a convocação de uma Constituinte; Senado temporário; nova divisão territorial; presidentes de província e prefeitos departamentais nomeados

pelas Assembleias Provinciais em lista tríplice e escolhidos pelo imperador; os lugares de ministros, de membros do Parlamento e dos Tribunais de Justiça ocupados unicamente por brasileiros natos; os empregados em cada departamento nomeados pelos respectivos prefeitos; um só Tesouro nas províncias, concorrendo estas com suas cotas para as despesas gerais. No *Manifesto ao Senado*, datado de 11 de janeiro de 1849 e assinado pelos chefes das forças liberais, declaravam estes que só deporiam as armas, quando estivesse instalada uma Constituinte que estabelecesse o voto livre e universal, o sistema federal, a extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar, inteira e efetiva independência dos poderes constituídos, reforma do Poder Judicial e do sistema de recrutamento, o comércio a retalho só permitido aos cidadãos brasileiros e a extinção da lei do juro convencional.

1864 — Começa neste dia o ataque de Paissandu pelos generais João Propício Mena Barreto (ver 29 de dezembro) e Venâncio Flores, apoiados pelos fogos de alguns navios da esquadra brasileira, sob o comando do almirante Tamandaré. Tomaram parte no ataque 2.200 brasileiros de infantaria (3º, 4º, 6º, 12º e 13º batalhões, formando as brigadas de Antônio de Sampaio e de Carlos Resin, uma ala do 1º de infantaria e contingentes de fuzileiros navais e imperiais marinheiros), 12 peças de campanha do 1º regimento (200 homens), 16 desembarcadas da esquadra, 600 infantes orientais e sete peças de campanha do exército do general Flores. Total de 3.100 homens e 35 canhões. A praça era defendida por 1.086 orientais, sob o comando do general Leandro Gómez e tinha 15 canhões. O combate durou 52 horas, terminando na manhã de 2 de janeiro de 1865.

— O coronel Resquín (depois general), à frente de dois mil paraguaios, persegue, do rio Feio até a ponte do Desbarrancado (Mato Grosso), o coronel Dias da Silva, que comandava apenas 130 homens de cavalaria. Os nossos cortaram a ponte, e o inimigo, depois de animado tiroteio nesse lugar, retirou-se para o rio Feio. Tivemos oito mortos e 13 prisioneiros.

Índice onomástico e toponímico

A

ABAETÉ, visconde de – Antônio Paulino Limpo de Abreu, 79, 104, 198, 247, 304, 385, 412, 416, 502, 523, 533, 597, 708, 709
ABBEVILLE, Claude d', 217
ABRANTES, marquês de – Miguel Calmon du Pin e Almeida, 155, 226, 353, 422, 534, 568, 655
ABREU, comandante Antunes de, 543
ABREU, Capistrano de, 90, 722
ABREU, Casimiro de, 36, 590
ABREU, capitão Manuel de, 147
ABREU, general Francisco Pedro de – barão do Jacuí, 87, 93, 263, 340, 360, 361, 374, 446, 493, 534, 551, 560, 602, 609, 628, 641, 653, 659 662, 663, 667
ABREU, Geraldo José de, 585, 592
ABREU, capitão de fragata Joaquim Francisco de, 346, 585, 717, 722
ABREU, general José de – barão do Cerro Largo, 20, 25, 34, 35,160, 161, 162, 163, 164, 167, 336, 370, 480, 539, 547, 553, 563, 565, 579, 713, 717, 737
ABREU, Manuel Fernandes de, 288

ABREU, capitão Pedro Baião de, 392
ABREU, major Severino de, 167
ABREU CARDOSO, coronel Baltasar de, 517, 535
ABREU LENCASTRE, dona Maria Úrsula de, 493
ABREU E LIMA, José Inácio Ribeiro de (padre Roma), 231, 235
ABREU E LIMA, general José Inácio de, 686
ABREU PEREIRA, dom Mateus de, 218
ABREU E OLIVEIRA, João de, 493
ACIOLI DE CERQUEIRA E SILVA, Inácio, 153, 436, 454, 601, 606, 633
ACUÑA, padre Cristóbal de, 129
ACUÑA, dom Rodrigo de, 133
ADORNO, capitão Afonso Rodrigues, 496
ADORNO, major Francisco, 610
ADORNO, Giuseppe, 338
AGASSIZ, Louis, 103, 216
AGUAYO, Jerônimo de, 453
AGUIAR, comandante Balduíno de, 396, 737
AGUIAR DE ANDRADA, barão de, 15
AGUIAR, coronel Gregório, 33, 40, 302, 303
AGUIAR, chefe de esquadra João Gomes de, 323
AGUIAR, segundo-tenente Joaquim José de, 645
AGUIAR, José Caetano Ferreira de, 77
AGUIAR, Luís Pereira de, 482
AGUIAR, capitão Manuel de, 447, 571, 576, 616, 637
AGUIAR, Manuel Lucas de, 130
AGUIAR, capitão Manuel Pereira de, 124
AGUIAR, marquês de – dom Fernando José de Portugal e Castro, 83, 221, 228, 393, 582, 583
AGUIAR, Rafael Tobias de, 304, 364
AGUIAR, Sebastião José de, 130
AGUIAR DE ALTERO, Cristóvão de, 232
AGUIAR GURGEL, alferes José Pio de, 601
AGUILAR, primeiro-tenente Francisco de Sales Werneck de, 53, 659
AGUILAR PANTOJA, Gustavo Adolfo de, 104
AGUIRRE, major, 687

AGUIRRE, presidente,89
AGUIRRE, dom Atanásio C., 169
AGUIRRE, coronel Felix, 626
AGUIRRE, tenente Juan Fernandez, 687
AIRES, capitão Domiciano José, 325
AIROSA, Manuel Antônio, 571
ALANO, Cândido, 614
ALBERNAZ, capitão Manuel José de, 682, 746
ALBUQUERQUE, Afonso de (vice-rei das Índias), 452
ALBUQUERQUE, capitão Afonso de, 86, 134, 155, 202, 324
ALBUQUERQUE, Álvaro Fragoso de, 544, 598
ALBUQUERQUE, capitão Antônio de, 650
ALBUQUERQUE, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de – visconde de Albuquerque, 98, 99, 249, 259, 272, 412, 416, 440, 476
ALBUQUERQUE, Duarte Coelho de (segundo donatário de Pernambuco), 441 ALBUQUERQUE, capitão Francisco Cavalcanti de, 667
ALBUQUERQUE, Francisco de Paula Cavalcanti de, 283, 302
ALBUQUERQUE, Inocêncio Cavalcanti de, 318
ALBUQUERQUE, Jerônimo de (o velho), 651
ALBUQUERQUE, capitão-mor Jerônimo de, 107, 113, 191, 314, 429 445, 479, 559, 567, 603, 614, 617, 663, 649, 650, 651, 665, 702, 733
ALBUQUERQUE, capitão João Soares de, 147, 443, 561, 586
ALBUQUERQUE, José Francisco de Paula Cavalcanti de, 225
ALBUQUERQUE, Manuel Clemente Cavalcanti de, 126
ALBUQUERQUE, general Matias de – conde de Alegrete, 64, 92, 119, 120, 124, 128, 133, 189, 207, 215, 255, 300, 316, 341, 354, 363, 365, 371, 396, 398, 405, 407, 413, 414, 418, 423, 437, 442, 449, 452, 460, 537, 543, 547, 589, 666, 671, 693, 715
ALBUQUERQUE, capitão Pedro de, 107, 398
ALBUQUERQUE, visconde de – *vide* Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Francisco de.
ALBUQUERQUE BELO, coronel, 123, 564
ALBUQUERQUE CAVALCANTI, José Mariano de, 367

ALBUQUERQUE COELHO, Duarte de (marquês de Basto, primeiro conde e quarto senhor de Pernambuco), 414, 441, 442, 537, 547
ALBUQUERQUE COELHO, Jorge de (terceiro donatário de Pernambuco), 191, 341, 376, 441, 443, 496, 547
ALBUQUERQUE COELHO DE CARVALHO, Antônio de, 115, 209, 211, 538, 554
ALBUQUERQUE COELHO DE CARVALHO, Francisco de, 523
ALBUQUERQUE E MELO, padre (vulgo *Mororó*), 280
ALBUQUERQUE LINS VALCASSER, tenente Manuel Cavalcanti de, 49
ALBUQUERQUE MARANHÃO, Afonso de, 76
ALBUQUERQUE MARANHÃO, capitão Antônio de, 638, 681, 683, 701, 702,712
ALBUQUERQUE MARANHÃO, Inácio de, 205
ALBUQUERQUE MARANHÃO, Jerônimo de – *vide* Albuquerque, capitão-mor.
ALBUQUERQUE MARANHÃO, capitão Jerônimo de (outro), 616, 620, 687
ALBUQUERQUE MARANHÃO, tenente-coronel (Voluntário da Pátria), 622, 623, 651, 689, 707, 726, 727
ALBUQUERQUE MELO, capitão Francisco Cavalcanti de, 729
ALBUQUERQUE MELO MONTENEGRO, tenente-coronel, 317
ALCÂNTARA, barão e visconde de – Inácio da Cunha 76, 121, 716
ALCARAZ, comandante Vicente, 346
ALDERICKSZOON, vice-almirante Jacob, 57
ALECRIM, tenente-coronel João da Costa, 250, 432
ALEGRE, coronel, 162
ALEGRETE, conde de – *vide* Albuquerque, general Matias de.
ALEGRETE, marquês de – Luís Teles da Silva Caminha e Meneses, ALEN, coronel Paulino, 35, 58, 72, 85, 266, 524, 573, 591, 639
ALENCAR, José de, 282, 287, 331, 709
ALENCAR, padre José Martiniano de 211
ALENCAR, major Pedro Alves de, 423
ALENCAR ARARIPE, tenente-coronel Tristão Gonçalves (antes, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar), 45, 279, 280, 287, 432, 484, 614, 666

ALENCAR ARARIPE, desembargador Tristão de, 101
ALENCASTRO, coronel Joaquim Antônio de, 579
ALEXANDRE VI, papa, 286, 337
ALFARO, padre Diego de, 45
ALLEN, comandante Thomas, 604
ALMADA, prelado Manuel de Sousa de, 195
ALMEIDA, Adriano Gomes Vieira de, 504
ALMEIDA, primeiro-tenente Antônio de, 391
ALMEIDA, Bernardino José de, 138, 691
ALMEIDA, senador Cândido Mendes de, 123, 185, 583
ALMEIDA, coronel Cipriano José de, 113
ALMEIDA, Francisco Xavier de, 504
ALMEIDA, Gabriel Ribeiro de, 245, 422, 439
ALMEIDA, Gonçalves de, 473
ALMEIDA, Inácio Álvares Pinto de, 575
ALMEIDA, capitão Inácio Portugal de, 292
ALMEIDA, bacharel Jesuíno Antônio Ferreira de, 701
ALMEIDA, capitão João de, 288
ALMEIDA, mestre de campo João de, 471
ALMEIDA, jesuíta João de, 704
ALMEIDA, capitão José de, 532
ALMEIDA, general José Manuel de, 402
ALMEIDA, coronel, depois general José Maria de, 387
ALMEIDA, D. Lourenço de, 411, 520
ALMEIDA, Manuel Antônio de, 646
ALMEIDA, Manuel José de, 667
ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin e – *vide* Abrantes, marquês de.
ALMEIDA, dom Pedro de – conde de Assumar, marquês de Alorna, 178, 375, 381, 402
ALMEIDA, Tomás José Coelho de, 201
ALMEIDA BARRETO, general José de, 179
ALMEIDA BRAGA, Gentil Homem de, 229, 418
ALMEIDA CABRAL, comandante Pedro de, 687
ALMEIDA CASTRO, major Inácio Pinto de, 455
ALMEIDA COELHO, Manuel Joaquim de, 702
ALMEIDA CORTE REAL, coronel Afonso José de, 361

ALMEIDA CORTE REAL, major Francisco de Borja, 35, 282, 727
ALMEIDA E CASTRO, padre Miguel Joaquim de, 348
ALMEIDA GUEDES, coronel José Joaquim de, 641
ALMEIDA MASCARENHAS, capitão Francisco de, 442, 506
ALMEIDA NOGUEIRA, Batista Caetano de, 27, 371, 683, 732
ALMEIDA ROSA, Francisco Otaviano de, 282, 325, 373, 619
ALMEIDA SERRA, coronel de engenheiros Ricardo Franco de, 72, 525
ALMEIDA DA SILVA, Partido José de, 76
ALMEIDA E SOUSA, tenente-coronel Cândido Xavier de, 734
ALMEIDA TORRES, José Carlos Pereira de – *vide* Macaé, visconde de.
ALMIRÓN, mestre de campo general Alonso Ximenes de, 140
ALONZO, comandante José, 346
ALORNA, marquês de – *vide* Almeida, dom Pedro de.
ALPOIM, brigadeiro José Fernandes Pinto, 195, 197, 212
ALPOIM, tenente-coronel Vasco, 39, 637
ALVA, conde d' – *vide* Mascarenhas, dom Luís de.
ALVARENGA, tenente, 536
ALVARENGA, Francisco José de, 419, 474
ALVARENGA, Tomé Correia de, 395, 631
ALVARENGA PEIXOTO, Inácio José de, 29, 315
ALVARENGA PEIXOTO, Luís de, 523
ÁLVARES, Catarina, 85
ÁLVARES, Diogo (o *Caramuru*), 85, 205, 567
ÁLVARES, capitão Estevão, 501
ÁLVARES, Simão, 492
ÁLVARES DE ALMEIDA, José Egídio – barão, visconde e marquês de Santo Amaro, 77, 288, 456, 541, 639, 660, 673
ÁLVARES DE AZEVEDO, Manuel Antônio, 276, 519
ÁLVARES DA COSTA, bispo dom Manuel, 359, 629, 642
ÁLVARES DINIS, desembargador, 335
ÁLVARES ILHA, Manuel, 562
ÁLVARES MACHADO, 387, 397, 691, 724
ALVAREZ, coronel Donato, 740
ALVEAR, general Carlos Maria de, 126, 158, 159, 162, 166, 167, 168, 261, 320, 366, 600
ALVEAR, dom Diogo de, 600

ALVES BRANCO, Manuel – *vide* Caravelas, segundo visconde de.
ALVES DE LIMA E SILVA, Luís. – *vide* Caxias, barão, conde, marquês e duque de.
ALVES GUIMARÃES, piloto José Israel, 40
ALVES NOGUEIRA, comandante, 410
ALVES, Rodrigues, 16, 17
ALVES SERRÃO, frei Custódio, 201, 561
ALVIM, chefe, 410, 718
AMANDAÚ, sargento-mor Inácio, 447
AMARAL, Antônio José do, 459, 546
AMARAL, coronel Antônio Manuel do, 366
AMARAL, doutor Claudio Gurgel do, 364
AMARAL, pintor Francisco Pedro do, 271, 635
AMARAL, capitão Jerônimo da Cunha do, 147, 608
AMARAL, capitão João Pais do, 213
AMARAL, guarda-marinha João Maria Ferreira do, 42
AMARAL, conselheiro José Maria do, 459, 546
AMARAL, Manuel Ribeiro do, 504
AMARAL, tenente Marcelino Ferreira do, 116
AMARAL, padre Prudêncio do, 231
AMARAL COUTINHO, capitão Bento do, 526, 528, 532, 538, 544
AMARAL GURGEL, Francisco do, 538
AMARAL TAVARES, Constantino do, 278
AMAZONAS, barão do – *vide* Barroso da Silva, almirante Francisco Manuel.
AMAZONAS, tenente Cláudio José Ramos, 42
AMIENS, Ambroise d', 217
AMORIM, capitão João de, 654
AMORIM, capitão Manuel Antônio de, 614
AMORIM BEZERRA, coronel, 337
AMORIM BEZERRA, coronel José Vicente de, 641, 671
AMORIM PEREIRA, dom João de, 136
AMORIM RANGEL, tenente-coronel, 550
ANCHIETA, padre José de, 84, 217, 288, 341, 364, 369, 397, 407, 521, 589, 661, 683, 696, 732
ANDERSON, comandante G., 59, 589

ANDINO, sargento-mor Juan Diaz de, 120
ANDONAEGUI, general dom José, 111, 641, 728
ANDRADA, Gomes Freire de (governador do estado do Maranhão), 175, 226
ANDRADA, Gomes Freire de – conde de Bobadela, 29, 93, 111, 148, 149, 150, 212, 226, 248, 290, 295, 299, 418, 471, 495, 563, 613, 637, 641, 658, 728
ANDRADA, Manuel Dias de, 65
ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de (primeiro), 62, 100, 174, 315, 385, 416, 604, 609, 633, 637, 654
ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de (segundo), 187, 343
ANDRADA MACHADO E SILVA, Antônio Carlos Ribeiro de, 100, 272, 385, 389, 412, 416, 503, 616, 637, 655, 673, 684, 685, 723
ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de, 61, 62, 100, 130, 171, 174, 175, 247, 253, 308, 309, 315, 332, 335, 349, 359, 362, 385, 386, 404, 445, 456, 468, 503, 528, 592, 604, 609, 613, 633, 637, 654, 673, 684, 710, 715, 723, 734
ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de (o moço), 472, 604, 633
ANDRADE, Fernando Álvares de, 202
ANDRADE, sargento-mor Domingos Marcondes de, 504
ANDRADE, Francisco Berenger de, 48, 464
ANDRADE, Francisco Freire de, 631
ANDRADE, tenente-coronel Freire de, 160
ANDRADE, Lourenço Rodrigues de, 77
ANDRADE, Manuel Dias de, 272
ANDRADE, general Manuel Freire de, 631
ANDRADE, comandante Procópio Lourenço de, 595
ANDRADE LIMA, deputado, 356
ANDRADE LIMA, Luís Inácio de, 637
ANDRADE NEVES, general José Joaquim de – barão do Triunfo, 46, 75, 93, 406, 433, 440, 441, 487, 536, 537, 540, 546, 560, 564, 596, 663, 706, 725, 726, 727, 736
ANDRADE PESSOA, coronel, 280
ANDRADE PINTO, desembargador João José de, 101
ANDRADE SOUTO MAIOR PINTO COELHO, Manuel Inácio – *vide* Itanhaém, marquês de.

ANDRÉ, capitão Antonio, 416, 501
ANDRÉ, Marcos, 408
ANDRÉIA, comandante, 473
ANDRÉIA, general Francisco de Sousa Soares de – barão de Caçapava, 93, 160, 161, 164, 166, 168, 253, 273, 318, 562, 622.
ANEMÚRIA, bispo de – *vide* Arrábida, frei Antônio de.
ANGELIM, Eduardo José Nogueira, 300, 377, 407, 467, 480, 593
ANGELIS, Pedro d', 272
ANGRA, barão de – *vide* Santos, Elisiário dos.
ANHAMBAÍ, barão de – *vide* Coelho, general Antônio Maria.
ANJOS, dom frei Gregório dos, 204
ANTÔNIO JOAQUIM, primeiro-tenente, 117, 393
ANTUNES MACIEL, coronel Vasco, 50, 283, 323, 398, 401, 539, 552
APARÍCIO, coronel Timóteo, 89
APRICIUS, Johanes, 190
AQUINO, general paraguaio, 403
AQUINO, cônego Tomás José de, 613
AQUINO E CASTRO, desembargador Olegário Herculano de, 101
ARACATÍ, visconde e marquês de – *vide* Oeynhausen Gravenburg, João Carlos Augusto de.
ARAGUAIA, visconde de – doutor Domingos José Gonçalves de Magalhães, 84, 94, 206, 360, 395, 460
ARANA, ministro, 546
ARANDA, coronel, 381
ARANHA, primeiro-tenente Germano, 153, 424
ARANHA, Joaquim Mariano, 555, 713
ARANHA, Manuel Guedes, 471
ARANHA PACHECO, capitão Nicolau, 527, 454
ARARAÍ, índio, 394
ARARI, visconde de – *vide* Lacerda Chermont, Antônio de.
ARARI, índio, 732
ARARIBÓIA, principal Martim Afonso, 69, 106, 211, 338
ARARUAMA, visconde de – *vide* Silva, José Carneiro da.
ARAÚJO, capitão-mor Amador de, 356, 368, 369
ARAÚJO, capitão Antônio de, 594
ARAÚJO, padre Antônio de, 704

ARAÚJO, Francisco Gil de, 215
ARAÚJO, coronel, depois brigadeiro Francisco Lourenço de – barão de Sergi, 265, 444, 689
ARAÚJO, tenente Francisco Manuel Álvares de, 101
ARAÚJO, mestre de campo João de, 452
ARAÚJO, João Hermes Pereira de, 12
ARAÚJO, segundo-tenente Joaquim Lúcio de, 592
ARAÚJO, Lourenço Carneiro de, 454, 526, 689
ARAÚJO, capitão Luís José de, 624
ARAÚJO, dom Manuel do Monte Rodrigues de – conde de Irajá, 214, 346
ARAÚJO, Marcos Antônio de – *vide* Itajubá, barão e visconde de.
ARAÚJO, Pascoal Pais de, 377
ARAÚJO, Silvano José Monteiro de, 353
ARAÚJO BARRETO, coronel Miguel Pereira de, 163
ARAÚJO BASTOS, tenente-coronel, 550
ARAÚJO CORREIA, general Jacinto Pinto de, 318
ARAÚJO CORREIA, coronel Pedro Pinto de, 579
ARAÚJO CORREIA, general Sebastião Pinto de, 321, 616, 651
ARAÚJO CORTEZ, Manuel de, 350
ARAÚJO GONDIM, Antônio José Duarte de – barão de Araújo Gondim, 76, 132
ARAÚJO GONDIM, barão de – *vide* Araújo Gondim, Antônio José Duarte de.
ARAÚJO GUIMARÃES, brigadeiro Manuel Ferreira de, 599
ARAÚJO LIMA, Pedro de – *vide* Olinda, visconde e marquês de.
ARAÚJO PEREIRA, Tomás de, 289, 501
ARAÚJO PORTO ALEGRE, Manuel de – barão de Santo Ângelo, 310, 591, 669, 745
ARAÚJO PRATES, dom Feliciano de, 191
ARAÚJO RIBEIRO, José de – visconde do Rio Grande, 60, 408, 420
ARAÚJO RIBEIRO, coronel, 160
ARAÚJO ROSO, José de, 284
ARAÚJO SALES, tenente-coronel Diogo Lopes de, 317, 473, 481
ARAÚJO VIANA, Cândido José de – *vide* Sapucaí, marquês de.
ARCO VERDE, cacique, 113, 651
ARCOS, conde dos, 38, 235, 335, 476, 565, 595

ARENAS, coronel, 162, 545
ARGANIL, conde de – *vide* Faria Pereira Coutinho, dom Francisco de Lemos de.
ARGOLO FERRÃO, Alexandre Gomes de – *vide* Cajaíba, general barão de.
ARGOLO FERRÃO, general Alexandre Gomes de – *vide* Itaparica, barão e visconde de.
ARGUEDAS, dom Francisco, 195, 197
ARINOS, visconde de, 358
ARMENTA, frei Bernardo de, 704
ARMITAGE, J., 59, 60
AROUCHE, tenente-coronel, 281, 294
ARRÁBIDA, frei Antônio de – bispo de Anemúria, 253, 673
ARRIAGA, capitão Domingos de, 721
ARRUDA CÂMARA, coronel Francisco de, 335, 361
ARRUDA CÂMARA, José Francisco, 746
ARTIGAS, coronel Andrés (Artiguinhas Andresito), 58, 71, 96, 275, 281, 336, 370 e nota 1, 381, 518, 525, 539, 563, 590
ARTIGAS, general José Gervásio, 34, 35, 40, 49, 64, 67, 68, 72, 75, 76, 97, 239, 248, 249, 252, 255, 283, 290, 297, 300, 303, 321, 333, 348, 350, 354, 362, 364, 370, 373, 374, 386, 387, 424, 495, 524, 545, 552, 584, 590, 591, 605, 606, 639, 651, 694, 713, 717, 729, 737
ARTIGAS, coronel Manuel, 321, 656
ARTISCHAU ARCISZEWSKY, Crestofle d', 54, 62, 64, 92, 97, 129, 134, 140, 243, 339, 340, 461, 475, 479, 482, 598, 645, 690
ARZÃO, Antônio Rodrigues de, 572
ASCUNA, major argentino, 607
ASSECA, primeiro visconde de (Martim Correia de Sá), 471, 480, 608
ASSIS FIGUEIREDO, Afonso Celso de – *vide* Ouro Preto, visconde de.
ASSIS FIGUEIREDO JÚNIOR, Afonso Celso de, 178
ASSIS MASCARENHAS, dom Francisco de – marquês de São João da Palma, 77, 194
ASSUMAR, conde de – *vide* Almeida, dom Pedro de.
ASSUNÇÃO E BRITO, dom frei Francisco da, 210
ATTWELL, William, 251

AVELAR, Luís de, 735
AVELAR, capitão-mor Manuel Manso de, 703
AVELAR CABRITA, tenente-coronel Francisco de Paula de, 478
AVELAR WERNECK, capitão Luís Gomes de, 550
AVELINO, André, 103
AVELINO, comandante Joaquim Eugênio, 561
ÁVILA, senador Francisco d', 177
ÁVILA, coronel Mariano Joaquim de, 409
AVILEZ, general Jorge de, 50, 53, 110, 125, 232, 269, 334, 525, 573
AYALA, coronel, 477
AYOLAS, capitão Juan de, 678
AZA, capitão Aleixo de, 702
AZAMBUJA, caudilho, 493
AZAMBUJA, capitão Antônio Xavier de, 587
AZAMBUJA, conde de – dom Antônio Rolim de Moura Tavares, 228
AZAMBUJA, coronel Tristão, 32
AZEREDO, capitão Belchior de, 106
AZEREDO COUTINHO, Marcos Antônio de, 109
AZEVEDO, capitão Álvaro de, 309
AZEVEDO, sargento-mor Antônio de, 516
AZEVEDO, Antônio de Araújo de – *vide* Barca, conde da.
AZEVEDO, Gaspar Teixeira de – *vide* Madre de Deus, frei Gaspar da.
AZEVEDO, João Gonçalves de, 472
AZEVEDO, doutor João Velho de, 470
AZEVEDO, dom Joaquim Gonçalves de, 628, 701
AZEVEDO, frade José de, 387
AZEVEDO, capitão José Antônio de, 328
AZEVEDO, capitão José Ferreira de, 540, 689
AZEVEDO, Luís Inácio de, 280
AZEVEDO, capitão Salvador de, 129
AZEVEDO BARRETO, capitão Álvaro de, 147
AZEVEDO E SÁ, José Félix de, 588
AZEVEDO MACEDO, Luís Álvares de, 139
AZEVEDO MARQUES, M. E. de, 338, 438, 449, 572, 704

B

BAAS, conselheiro, 86
BACELAR, doutor Antônio Barbosa, 67, 88
BACELAR, tenente-coronel A. J., 406
BAEPENDI, visconde e marquês de – *vide* Nogueira da Gama, Manuel Jacinto.
BAEZ, coronel argentino, 622
BAGÉ, barão de – *vide* Silva Gama, chefe de esquadra Paulo José da.
BAGNUOLI, general, conde e príncipe de, 37, 39, 52, 63, 65, 140, 141, 177, 199, 207, 237, 261, 266, 268, 305, 319, 341, 423, 484, 514, 515, 537, 552, 640, 645, 654, 668, 680, 693, 702
BAKER, John, 250, 294
BALAIO, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, 32, 380, 710
BALBI, 648
BALCARCE, major Lorenzo, 687
BANDEIRA DE MELO, doutor João Capistrano, 327
BANCKERT, almirante Jost van Trappen, 430, 486, 508
BARACHO, Antônio, 562
BARÃO HEINE, coronel, 162
BARARUIÁ, Antônio Aires, 446
BARATA (de Almeida), Cipriano José, 568, 723
BARBACENA, tenente-general, visconde e marquês de – Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta, 30, 55, 76, 126, 159
BARBACENA, visconde de – Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, 210, 225
BARBALHO, tenente Luís Francisco, 711
BARBALHO, capitão João Lopes, 140, 322, 352, 509
BARBALHO BEZERRA, Agostinho, 109, 631
BARBALHO BEZERRA, capitão Jerônimo, 631
BARBALHO BEZERRA, mestre de campo Luís, 62, 81, 107, 124, 180, 260, 261, 268, 286, 305, 316, 319, 354, 371, 380, 435, 442, 449, 452, 464, 482, 497, 509, 594, 687, 699, 724
BARBOSA, tenente-coronel Amaro, 707
BARBOSA, Custódio Leme, 505
BARBOSA, Domingos Vidal, 370

BARBOSA, comandante Elisiário, 346, 351, 463
BARBOSA, capitão João, 586
BARBOSA, doutor José Avelino, 744
BARBOSA, coronel José Rodrigues, 161, 163, 425, 489
BARBOSA, capitão Manuel Gomes, 528
BARBOSA, capitão Urbano, 682, 695
BARBOSA MACHADO, J., 393
BARBOSA DE MOURA, coronel E. J., 203
BARBOSA PITA, coronel, 160, 161
BARBOSA RODRIGUES, J. 252
BARBOSA, Rui, 18
BARBOSA DA SILVA, Matias, 198
BARBUDA, general José Egídio Gordilho Veloso de – *vide* Camamu, visconde de.
BARBUDA, general José Egídio Gordilho de – *vide* Camamu, visconde de (segundo).
BARCA, conde da – Antônio de Araújo de Azevedo, 365, 366, 456
BARCA, visconde de Ponte da – *vide* Vasconcelos, major Jerônimo Pereira de.
BARBOLANI, Rafael Ulisses, 170
BARKER, capitão, 733
BARLAEUS, Gaspar, 430
BARRA GRANDE, barão da – *vide* Lima e Silva, general Francisco de.
BARRE, capitão de navio Lefebvre de la, 301
BARREIRO, Miguel, 49, 67
BARREIROS, bispo dom Antônio, 327
BARREIROS, capitão-mor Antônio Muniz, 39, 61, 557, 559, 663
BARREIROS, capitão Francisco, 359, 478, 497, 540
BARRETO, alferes Jacinto, 155
BARRETO, Nicolau, 492
BARRETO, capitão-mor Pedro Correia, 411
BARRETO, general Sebastião, 160, 163, 164, 262, 273, 280, 335
BARRETO, Simeão, 480
BARRETO LEITE, comandante, 689
BARRETO PEDROSO, conselheiro Antônio Pereira, 444, 630, 653
BARRIOS, general Vicente, 728, 737

BARROS, Cristóvão de, 27, 64, 69, 730
BARROS, tenente Francisco Xavier de, 113
BARROS, João de, 202
BARROS, capitão Pedro Ferreira de, 681, 697
BARROS, capitão Xavier de, 291
BARROS ACIÓLI DE VASCONCELOS, Inácio de, 328
BARROS ALARCÃO, bispo dom José de, 349
BARROS E VASCONCELOS, comandante Antônio Augusto de – barão de Penalva, 689
BARROS FALCÃO, coronel, 284, 288, 311, 413, 518, 632, 679, 708
BARROS FALCÃO DE LACERDA, coronel José de, 220, 413, 520, 632
BARROS GALVÃO, capitão Francisco Xavier de, 42, 731
BARROS LEME, capitão Cipriano Cardoso de, 275
BARROS LIMA, capitão José de, 394
BARROS PAIM, desembargador Honorato José de, 139, 606, 630
BARROS SILVA, tenente-coronel Francisco Antônio de, 73
BARROS WANDERLEY, João Lins de, 667
BARROSO, capitão, 44, 99, 283, 310, 320, 351, 361, 393, 416, 446, 451 (nota de rodapé), 463, 560, 731, 743
BARROSO DA SILVA, almirante Francisco Manuel – barão do Amazonas, 279, 291, 346, 347, 450, 457, 556
BAS, comandante, 482
BAS, Pedro (conselheiro político), 662
BASTOS, Francisco, 562
BASTOS, capitão Francisco Afonso Xavier de, 289
BATISTA, capitão de fragata Rufino Peres, 253
BATHUST, comandante, 425
BATOVI, barão de – *vide* Gama Lobo d'Eça, general Manuel de Almeida.
BEAUHARNAIS, príncipe Eugenio de, 88, 588
BEAUMELLE, general Vitor Lourenço Angleviel de la, 679
BEAUREPAIRE, conde de, 618
BEAUREPAIRE, almirante Teodoro de, 188, 270, 343, 383, 417, 424, 618, 669
BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de – *vide* Beaurepaire-Rohan, visconde de.

BEAUREPAIRE-ROHAN, visconde de, 177, 178
BEBETZ, capitão, 608
BECKER, 577
BECKMAN, Manuel, 175, 215, 230, 617
BECKMAN, Tomás, 175
BELÉN, comandante, 33
BELÉM, barão de – *vide* Falcão Brandão, coronel Rodrigo Antônio.
BELLEGARDE, general Pedro de Alcântara, 502, 642
BELO, coronel Oliveira, 33
BENÍTEZ, tenente-coronel Basílio, 264
BENTO XIV, papa, 687
BERCHEN, engenheiro, 305
BERDUN, Cláudio, 446
BERDUN, coronel José Antônio, 522, 524, 575, 590
BERENGUER, capitão Francisco, 408
BERGE, comandante holandês, 659
BERGERET, contra-almirante francês, 632
BERGES, José, 220, 728
BERGHEN, major, 67
BERNAL, tenente-coronel, 341
BERREDO, Bernardo Pereira de, 205, 314, 365, 379, 678
BERRO, major, 167
BEZARES, tenente-coronel, 163, 167
BEZERRA, capitão Antônio, 322, 352, 464, 475, 735
BEZERRA, capitão Domingos Dias, 449
BEZERRA, Eleutério Velho, 505
BIANQUI, Síndico, 70
BIBOIS, comandante, 343, 656
BICUDO, capitão, 493
BICUDO, Antônio, 45, 492
BIERBOOM, Willem, 27
BILBÁO, Inácio, 643
BITTENCOURT, comandante A. Petra de, 66, 73, 248, 251, 300, 345, 424
BITTENCOURT CÂMARA, José de Sá, 139, 181
BITTENCOURT DE SÁ, capitão Francisco de, 47
BITTENCOURT DA SILVA, arquiteto Francisco Joaquim, 72, 661

BLAER, capitão Jan, 392, 464, 466
BLASQUES, padre Antônio, 35
BOA VISTA, conde da – Francisco do Rêgo Barros, 566
BOBADELA, conde de – *vide* Andrada, Gomes Freire de.
BOCAGE, comandante Gillet du, 517, 518
BOCAIÚVA, Quintino, 331
BOGADO, major, 668
BOGADO, deão José, 728
BOHM, tenente-general João Henrique de, 151, 239, 240, 241, 729
BOIRON, senhor de, 531
BOIS-LE-COMTE, 95
BOISSON, primeiro-tenente, 92, 94
BOLANOS, capitão José, 613
BOM RETIRO, visconde do. Luís Pedreira do Couto Ferraz, 458, 502, 519, 526, 553
BONAPARTE, Napoleão (Napoleão I), 673
BONETE, dom Juan, 313
BONPLAND, Aimé (Jaques-Aimé Goujaud), 297, 488
BONTEMPS, Jacob, 321
BOOCKHUSEN, Johan, 497
BORBA, coronel, 281
BORBA GATO, Manuel de, 572
BORGES, alferes Antônio, 155, 156
BORGES, capitão Antônio Mariano, 454
BORGES, José Inácio, 104
BORGES, Pero, 107
BORGES, sargento-mor Rui Calaza, 55
BORGES DE BARROS, Domingos – barão e visconde de Pedra Branca, 76, 574
BORGES DE BARROS, José, 215, 295
BORGES DA FONSECA, Antônio, 200, 246
BORGES MONTEIRO, Cândido – *vide* Itaúna, visconde de.
BORGES DE UCHOA, capitão Antônio, 248, 408, 586
BORJA, primeiro-tenente F. de, 35, 154
BOTELHO, Diogo, 155, 408
BOTELHO E MELO, major Lopo de Almeida Henriques, 160, 654

BOTELHO DE OLIVEIRA, poeta Manuel, 37
BOUGAINVILLE, almirante de, 578
BOWARD, coronel, 305
BRAGA, tenente-coronel Joaquim Ferreira, 241, 525
BRAGANÇA, duque de (dom João IV), 63, 124, 673
BRAGANÇA, duque de – *vide* dom Pedro I.
BRAGANÇA, duquesa de – *vide* Leuchtenberg, dona Amélia de.
BRAGANÇA, Luís Correia Teixeira de, 77
BRAGANÇA, Sebastião Rodrigues, 702, 703
BRANCO, coronel Francisco Antônio, 457
BRANDÃO, Francisco, 127, 225, 393, 496
BRANDEN, coronel van den, 435
BRANDZEN, general Frederico, 162, 163, 167, 581
BRANT PONTES OLIVIERA E HORTA, Felisberto Caldeira – *vide* Barbacena, tenente-general, visconde e marquês de.
BREGARO, Paulo Correio, 503, 504, 505
BREST, Huybrecht, 86
BRINCK, capitão, 72
BRINCK, coronel van den, 145, 146, 311, 468
BRITO, general Antero José Ferreira de – barão de Tramandaí, 50, 105, 225, 354, 601, 607
BRITO, padre Antônio Manuel Sanches de, 397
BRITO, Bartolomeu de, 72
BRITO, chefe de divisão Diogo Jorge de, 283, 298, 353, 510, 618, 655,
BRITO, Elisiário, 164, 165, 168
BRITO, Lourenço de, 178, 261, 293
BRITO, Manuel de, 227
BRITO, comandante Teotônio de, 346
BRITO CORREIA, capitão Lourenço de, 178, 293
BRITO E ALMEIDA, governador Luís de, 698
BRITO E MELO, Félix Peixoto de, 49, 113, 117, 746
BRITO FREIRE, almirante Francisco de, 563, 722
BRITO FREIRE DE MENESES, governador Antônio de, 186
BRITO PEIXOTO, Domingos de, 704
BRITO PEIXOTO, Francisco de, 563

BROECK, Mateus van den, 365, 439, 497
BROOM, comandante Jorge, 482
BROW, tenente, 59
BROWN, almirante, 59, 65, 83, 109, 110, 173, 178, 186, 208, 246, 248, 255, 257, 278, 285, 315, 319, 335, 345, 346, 363, 384, 427, 590, 655, 679, 691, 694, 742, 744
BROWN, general Gustavo, 71, 161, 163, 167, 260, 364
BROWN, segundo-tenente Luís, 645
BROWNING, comandante Cecil, 355
BRUCE, general João Guilherme, 38, 346, 671
BRÚGUEZ, general, 266, 272, 352, 457, 484
BRUM, segundo-tenente Francisco Xavier de, 473
BRUM, segundo-tenente José Narciso de, 65
BUCKINGHAM, duque de, 306
BUENO, Bartolomeu, 471
BUENO, major Inácio, 419, 437
BUENO DA RIBEIRA, Amador, 673
BUENO DA SILVA, Bartolomeu (os *Anhanguera*) 207, 377, 533, 583
BULHÕES, Fernão Rodrigues de, 525
BULHÕES E SOUSA, dom frei Miguel de, 110
BULHÕES LEOTTE, comandante João Caetano de, 595
BULLESTRAETEN, conselheiro Adrian van, 537
BULOW, barão de Hoiser, 263
BULTEEL, Comodore Rowley, 424
BURGUEÑO, tenente-coronel, 162
BRÚGUEZ, comandante, 347
BURKE, Edmond, 250, 294
BURLAMAQUI, tenente-coronel Carlos César, 158, 216, 221
BURLAMAQUI, major Teodoro, 579
BUSTAMANTE, doutor Luís Fortes de, 535
BUTTNER, tenente Frederico Guilherme, 154
BYMA, tenente-coronel, 501, 594, 693, 699
BYSSON, comandante, 669

C

CAARDEN, Paulus van, 177, 408, 529
CABALERO, tenente-coronel, 458
CABALLERO, general Bernardino, 25, 465, 596, 688, 706, 725, 738
CABEÇA DE VACA, Alvar Nuñez, 202, 234, 703, 704
CABO FRIO, almirante visconde de – Luís da Cunha Moreira, 62, 487, 679, 714
CABOTO, Sebastião, 104, 133, 703
CABRAL, padre Antônio Teixeira, 189
CABRAL, coronel Avelino, 189
CABRAL, Gonçalo, 310
CABRAL, tenente-coronel Hermógenes, 351
CABRAL, Jacinto Moreira, 288
CABRAL, Pascoal Moreira, 246
CABRAL, Pedro Álvares, 164, 198, 268, 270, 272, 274, 281, 283, 297, 392,
CABRAL, comandante Remígio, 346
CABRAL, Valentim Tavares, 114
CABRERA, tenente-coronel Manuel, 726
CABRIZA, major, 393
CAÇAPAVA, barão de – *vide* Andréia, general Francisco José de Sousa Soares de.
CÁCERES, João Pereira de, 45
CÁCERES, Luís (de Albuquerque de Melo Pereira e), 429, 520
CACHADAS, sargento Francisco Martins, 353, 540
CACHOEIRA, visconde da – *vide* Carvalho e Melo, Luís José de.
CADENA, Jerônimo de, 492, 494
CAETÉ, barão e visconde de – José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, 77, 182
CAIOLA, coronel, 539, 556
CAIRU, barão de – *vide* Silva Lisboa, Bento da.
CAIRU, barão e visconde de – *vide* Silva Lisboa, José da.
CAJAÍBA, general barão de – Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, 143, 450, 630, 632
CALABAR, Domingos Fernandes, 107, 207, 266, 281, 395, 407, 411, 418

CALADO, frei Manuel, 27, 430, 459, 497, 562, 570, 571, 735
CALADO, general João Crisóstomo, 160, 161, 163, 210, 226, 240, 243
CALAZANS, Pedro de, 176, 739
CALCE, mestre de campo Heitor de la, 63, 64, 125
CALDAS, coronel Augusto, 543, 550, 706, 707
CALDAS, João Pereira, 571
CALDAS BARBOSA, poeta Domingos, 633
CALDEIRA PIMENTEL, Antônio da Silva, 197
CALDERÓN, coronel, depois general Bonifácio Isas, 25, 68, 161, 164, 246, 277, 295, 320, 350, 579, 586, 690
CALLENFELS, tenente-coronel Steyn, 128, 155, 207, 394, 675, 683
CALDWELL, tenente-general Frederico, 180, 510
CALDWELL, tenente-general João Frederico 179
CALENGO, oficial uruguaio, 510
CALMON, coronel Egídio, 160, 164
CALVIA, autor, 729
CAMACHO, comandante Gonçalves, 561, 589
CAMAMU, visconde de (primeiro) – general José Egídio Gordilho Veloso de Barbuda, 181, 533
CAMAMU, visconde de (segundo) – general José Egídio Gordilho de Barbuda, 208
CAMAQUÃ, barão de – *vide* Reis, tenente-coronel, depois general Salustiano Severino dos.
CÂMARA, general Bento Correia da, 35, 49, 75, 258, 713, 717, 737
CÂMARA, general José Antônio Correia da – segundo visconde de Pelotas, 34, 50, 185, 417, 465, 469, 479, 625, 668, 706, 708
CÂMARA, general Patrício José Correia da – primeiro visconde de Pelotas, 324
CÂMARA BITTENCOURT E SÁ, Manuel Ferreira da, 77, 287, 710
CÂMARA COUTINHO, Antônio Luís Gonçalves da, 215
CAMARÃO, dom Antônio Filipe, 84, 85, 119, 128, 140, 146, 175, 189, 265, 272, 278, 300, 319, 340, 341, 453, 459, 460, 462, 466, 475, 482, 501, 509, 538, 671
CAMARÃO, dona Clara, 141
CAMARÃO, dom Diogo Pinheiro, 145, 659
CAMARÃO, Sebastião Pinheiro, 468, 503

CAMBOIM, tenente-coronel Francisco Alves Cavalcanti, 50
CAMINHA, eremita Antônio de, 364
CAMINHA, Pero Vaz de, 275, 281
CAMISÃO, coronel, 270, 292, 297, 322, 326, 671
CAMÕES, Luís de, 327, 342, 344
CAMPELO, tenente-coronel Apolônio, 736
CAMPO TOURINHO, Pero do, 574
CAMPOS, Antônio Pires de, 246, 377
CAMPOS, tenente-coronel Gaspar, 406
CAMPOS, monsenhor Joaquim Pinto de, 646, 686
CAMPOS, coronel Luís Maria, 457
CAMPOS, Martinho Álvares da Silva, 73, 234, 385, 656
CAMPOS, chefe de esquadra Pereira de, 287, 382
CAMPOS, capitão Pero de, 496
CAMPOS MORENO, sargento-mor Diogo de, 443, 479, 649, 651, 665
CANABARRO, general David (David José Martins), 182, 257, 322, 335, 478, 641, 643, 695, 718
CANAVARRO, comandante Duarte, 560
CANECA, frei Joaquim do Amor Divino Rebelo, 55
CAÑETE, comandante paraguaio, 636, 715
CANHETE, coronel, 591
CANTINO, Alberto, 81, 123, 369
CANTO, José Borges do, 245, 422, 439, 459, 662
CAPÍ, Cristóval, 447
CAPOTE, capitão Felipe, 643
CARABALLO, general dom Francisco, 169
CARAMURU (Diogo Álvares), 85, 205
CARAPINIMA, Feliciano, 280
CARAVELAS, primeiro visconde e marquês de – José Joaquim Carneiro de Campos, 76, 191, 249, 287, 356, 357, 404, 507, 640, 695
CARAVELAS, segundo visconde de – Manuel Alves Branco, 98, 304, 314, 337, 398, 494
CARAVELAS, terceiro visconde de – Carlos Carneiro de Campos, 196
CARDIM, padre Fernão, 88
CARDOSO, capitão Antônio (índio), 569
CARDOSO, sargento-mor Antônio Dias, 285, 365

CARDOSO, coronel Diogo Osório, 210
CARDOSO, capitão Domingos, 608
CARDOSO, comandante Hipólito, 573
CARDOSO, tenente-coronel João Rebelo, 513
CARLOS II, da Grã-Bretanha, 217
CARLOS V, imperador, 270, 635
CARLOTA, João, 504
CARMO, capitão João Inácio Rodrigues do, 491
CARNEIRO, major, 239
CARNEIRO, Diogo Gomes, 110, 178
CARNEIRO, mestre de campo Domingos Rodrigues, 359
CARNEIRO, capitão Fernando Antônio, 289
CARNEIRO, tenente-coronel Francisco Dias, 87
CARNEIRO, cirurgião João Alves, 589, 648
CARNEIRO, padre Manuel Alves, 105
CARNEIRO, frei Pedro (da Ordem de Malta), 393
CARNEIRO DE CAMPOS, Carlos – *vide* Caravelas, terceiro visconde de.
CARNEIRO DE CAMPOS, desembargador Francisco, 76, 98, 218, 287, 402, 695
CARNEIRO DE CAMPOS, coronel Frederico, 623, 638
CARNEIRO DE CAMPOS, José Joaquim – *vide* Caravelas, primeiro visconde e marquês de.
CARNEIRO DA CUNHA, coronel, depois general Estevão José, 76, 205, 317, 580, 637
CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto – *vide* Paraná, marquês de.
CARNEIRO LEÃO, José Alexandre – visconde de São Salvador dos Campos, 188, 270, 498
CARRA SAINT-CYR, general conde, 632
CARRERA, Argentino, 158
CARRETTI, brigadeiro, 269
CARRILLO, tenente-coronel Lucas, 725, 745
CARTER, comandante, 424
CARUARU, barão de – *vide* Raposo, brigadeiro doutor Francisco Antônio.
CARVAJAL Y LANCASTER, dom Josef de, 63

CARVALHAIS, major, 629
CARVALHO, general Albino de, 543, 550, 622
CARVALHO, comandante Álvaro de, 346
CARVALHO, comandante Bento José de, 637
CARVALHO, comandante Carlos de, 727
CARVALHO, chefe de divisão Delfim, Carlos de – barão de Passagem, 117, 155
CARVALHO, Feliciano Coelho de, 398, 603
CARVALHO, Francisco Coelho de, 363, 386, 443
CARVALHO, Francisco Coelho de, (o sardo) 125
CARVALHO, cônego Francisco Freire de, 450
CARVALHO, alferes Frazão Gomes de, 602
CARVALHO, comandante Freire de, 726, 727
CARVALHO, João, 504
CARVALHO, João Antônio Rodrigues de, 130
CARVALHO, piloto João Lopes de, 172, 710
CARVALHO, tenente-coronel José Carlos de, 245
CARVALHO, capitão José Joaquim de, 583
CARVALHO, Leonor Maria de, 590
CARVALHO, comandante Luís, 241
CARVALHO, coronel Luís Alves Pereira de, 690
CARVALHO, general João Vieira de – *vide* Lages, marquês de.
CARVALHO, capitão Manuel Antônio de, 147
CARVALHO, capitão Manuel Joaquim de, 586
CARVALHO, Manuel Rodrigues, 435
CARVALHO, comandante Rafael de, 248, 251, 424, 427
CARVALHO, capitão Sebastião de, 326, 608
CARVALHO, capitão Severino Alves de, 303
CARVALHO, Xavier de, 637
CARVALHO E ALBUQUERQUE, Joaquim Pires de – *vide* Pirajá, visconde de.
CARVALHO E ALBUQUERQUE, Francisco Elesbão Pires de, 98, 542
CARVALHO E MELO, Luis José de – visconde da Cachoeira, 188, 337, 639
CASA TILLY, marquês de, 135
CASCAIS, marquês de, 222

CASCO, comandante Marcelino, 539
CASTANHEIRA, conde da, 717
CASTANHO, ajudante José, 51
CASTELHANOS, João Rodrigues, 53
CASTEL MELHOR, conde de – João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, 147, 195, 200
CASTELO BRANCO, Francisco Caldeira, 678, 733
CASTELO BRANCO, Francisco Lopes; por alcunha, Ruivo (caudilho), 87, 380, 436, 711
CASTELO BRANCO, João Alberto, 286
CASTELO BRANCO, dom José de – *vide* Figueira, conde da.
CASTELO MELHOR, conde de, 392, 565, 623, 710
CASTILHO, Antônio Feliciano de,110
CASTILHO, Francisco Delgado Freire de, 137, 205
CASTILHO, conselheiro José Feliciano de, 114, 191
CASTILHO REIS, comandante, 543
CASTILHOS, capitão João de, 470
CASTILLO, Estevan del, 149
CASTRO, Apulcro de, 603
CASTRO, general Enrique, 413, 677, 730, 732, 738, 745
CASTRO, comandante Francisco Bibiano de, 595
CASTRO, Gonçalo Pereira Botelho de, 675
CASTRO, tenente João Luís de, 624
CASTRO, capitão José Correia de, 516
CASTRO, padre José Pereira de, 130
CASTRO, tenente-coronel Pablo, 248
CASTRO, Pedro Homem de, 443
CASTRO ALVES, Antônio de, 390
CASTRO CALDAS, Sebastião de, 102, 178, 340, 354, 587, 629, 658
CASTRO CANTO E MELO, major Francisco de, 504
CASTRO MENESES, capitão de fragata F. C. de, 40
CASTRO MORAIS, governador Francisco de, 209, 216, 488, 516, 517, 520, 530, 535, 574, 624
CASTRO MORAIS, mestre de campo Francisco Xavier de, 517, 531, 535
CASTRO MORAIS, mestre de campo Gregório de, 531, 532
CASTRO MORAIS, capitão João Pinto de, 515

CASTRO E SILVA, Manuel do Nascimento de, 49, 104, 598
CASTRO TAVARES, Joaquim Vilela de, 169
CATANI, tenente-coronel Antônio, 29
CATÃO, Olímpio Carneiro Viriato, 103
CAVALCANTI, Antônio, 218, 249, 259, 272, 301, 314, 412, 416, 440, 476, 530
CAVALEIRO PESSOA, alferes, 84, 283
CAVENDISH, Thomas, corsário inglês, 733
CAXIAS, marechal, barão, conde, marquês e duque de – Luís Alves de Lima, 38, 47, 50, 56, 60, 66, 68, 83, 101, 111, 118, 127, 155, 184, 186, 193, 219, 221, 226, 242, 243, 261, 263, 291, 294, 296, 308, 312, 316, 324, 325, 334, 335, 337, 355, 360, 364, 372, 380, 399, 404, 413, 417, 419, 428, 432, 441, 442, 446, 448, 458, 472, 473, 474, 483, 494, 498, 500, 502, 514, 526, 529, 553, 555, 560, 567, 571, 575, 576, 596, 610, 619, 623, 633, 634, 641, 646, 649, 654, 656, 664, 666, 676, 677, 686, 687, 688, 695, 706, 707, 708, 713, 725, 726, 730, 731, 732, 734, 737, 738, 739, 745
CAZAL, padre Manuel Aires de, 476
CEBALLOS, general dom Pedro Antônio de (Cortez Calderón Coes Arebalo Barreda La – *vide* Porras Estradas y Escalante).
CENTENO, capitão Vitoriano, 35
CEPEDA, major, 545
CERRO LARGO, barão do – *vide* Abreu, general José de.
CERQUEIRA, capitão José Maria, 694
CERQUEIRA LIMA, desembargador Antônio de, 101
CERVEIRA, Lourenço Vaz, 156
CÉSAR, coronel José Pedro, 277
CÉSAR DE MENESES, Vasco Fernandes – *vide* Sabugosa, conde de.
CÉSPEDES, comandante, 458
CEULEN, Matias van, 693
CHAGAS SANTOS, general Francisco das, 58, 64, 68, 71, 72, 87, 96, 104, 236, 237, 239, 242, 248, 267, 294, 364, 381, 409, 539, 554, 563, 580
CHALLONER, Sir Thomas, 486, 492
CHAMP FLEURY, comandante Pierre, 526
CHANANÉCO, capitão, 502

CHARÃO, capitão Adolfo, 255
CHARLEVOIX, Pierre François Xavier, 448, 455
CHARLONE, comandante, 543
CHAVES, Duarte Teixeira, 102
CHAVES, Francisco de, 202
CHEVREUIL, capitão, 41
CHICHORRO, 397
CHRISTIE, ministro inglês William Dougal, 568, 744
CHUMAÍ, Cacique Pedro, 28
CID, coronel, 428
CLARKSON 647
CLARE, capitão-tenente Francis, 248, 595, 596
CLARK, comandante, 647
CLARK, John, 216
CLEMENTE IX, papa, 205
CLEVELAND, presidente Grover, 15, 19, 105
CLOPPENBURGH, capitão, 400
COCAIS, barão de – José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, 343, 393
COCHRANE, lorde Thomas, (10º conde de Dundonald e marquês do Maranhão) 196, 205, 221, 222, 242, 287, 306, 313, 323, 348, 382, 383, 419, 421, 452, 460, 487, 510, 518, 540, 614, 712, 720, 734
COCKE, capitão, 732
COCO, caudilho, 513
COE, capitão-tenente, John Holsted, 59
COELHO, general Antônio Maria – barão de Anhambaí, 351
COELHO, Duarte (primeiro donatário de Pernambuco) 90, 132, 133, 198, 199, 446, 651
COELHO, Gonçalo, 74, 80, 358, 703, 710
COELHO, primeiro-tenente Higino José, 533
COELHO, Jerônimo Francisco, 98, 99
COELHO, tenente-coronel José, 360
COELHO, general José Joaquim – *vide* Vitória, barão da.
COELHO, capitão Nicolau, 272, 275
COELHO, capitão Sebastião Pinheiro, 699
COELHO RODRIGUES, Antônio, 178
COIMBRA, comandante Macedo, 346, 463

COIMBRA, general Soares, 239
COLCHESTER, Lorde, 258
COLINA, capitão de fragata Juan Antonio de la, 421
COLLIN, João Daniel, 420
COLOMBO, Cristóvão, 103, 309, 575, 577
COMMELYN 430
COMMERSTEYN, engenheiro, 317
CONCEIÇÃO VELOSO, frei José Mariano da, 253, 275, 399
CONDORCET 647
CONEZA, coronel, 403
CONGONHAS DO CAMPO, barão e visconde de – *vide* Monteiro de Barros, Lucas Antônio.
COOK, James, 639
COQUART, A., 516
CORDEIRO, sargento-mor Antônio Ramos, 503, 505
CORDOVIL, Bartolomeu Antônio, 577
CORONEL, coronel Dionísio, 463, 513
CORREIA, Ângelo Custódio, 298
CORREIA, major Bernardo Joaquim, 161
CORREIA, capitão Domingos, 569
CORREIA, Francisco Ferreira, 144
CORREIA, Gaspar, 710
CORREIA, coronel M., 162
CORREIA, Jorge, 235, 492
CORREIA, paulista Manuel, 377
CORREIA, senador Manuel Francisco, 177, 178
CORREIA, capitão Manuel Antônio, 416
CORREIA, capitão Manuel Gonçalves, 86
CORREIA, capitão Manuel Ribeiro, 365, 620
CORREIA, Jesuíta Pedro, 481
CORREIA, Simão, 562
CORREIA DE ARAÚJO, coronel Manuel, 196
CORREIA CALDAS, capitão, 160
CORREIA PINTO, capitão engenheiro Antônio, 447
CORREIA VASQUES, coronel Manuel, 517
CORREIA VASQUES, sargento-mor Martim, 535

CORTE REAL, Davi Pamplona, 635
CORTE REAL, João Pereira, 110
CORUMBÁ, barão de – *vide* Salgado, capitão de bandeira, depois vice-almirante João Mendes.
COSME, caudilho, 513
COSTA, general dom Álvaro da (de Sousa de Macedo) 71, 121, 595, 599, 648
COSTA, André Nogueira da, 237
COSTA, tenente-coronel Antônio José da, 396
COSTA, Cláudio Manuel da, 336, 386
COSTA, dom Duarte da, 183, 397
COSTA, tenente Fortunato José da, 360
COSTA, Gregório Nazianzeno da, 491
COSTA, major Inácio José Cabral da, 746
COSTA, padre José da, 367
COSTA, José Antônio da, 304
COSTA, padre Manuel Rodrigues da, 370
COSTA, capitão Matias Ribeiro da, 520
COSTA, estudante Pedro da, 532
COSTA, chefe de esquadra Rodrigues da, 44, 463
COSTA, coronel Tomás da, 257
COSTA, major Vasco Pereira da, 550
COSTA ABORIM, doutor Mateus da, 109, 561
COSTA AGUIAR (de Andrada), José Ricardo da, 568
COSTA ARAÚJO, tenente Antônio da, 436
COSTA ARAÚJO E MELO, Caetano da, 623
COSTA DE ATAÍDE, sargento-mor de batalha Gaspar da, 516, 517, 538, 544
COSTA AZEVEDO, frei José da, 321
COSTA AZEVEDO, comandante José da – *vide* Ladário, barão de.
COSTA BARRETO, Roque da, 209
COSTA BARROS, Pedro José da, 76, 263, 277, 279, 357
COSTA BRAGA, Vicente da, 504
COSTA CABEDO, primeiro-tenente Antônio Maximiano da, 154
COSTA CARVALHO, José da – *vide* Monte Alegre, marquês de.
COSTA FAVELA, capitão Pedro da, 34, 314, 365, 384

COSTA FREIRE, Cristóvão da, 237
COSTA FURTADO DE MENDONÇA, alferes Félix da, 658
COSTA JÚNIOR, comandante José Luís da, 477
COSTA E LIMA, Antônio da – *vide* Costa e Lima, dom Tomás da Encarnação da.
COSTA E LIMA, dom Tomás da Encarnação da, 371
COSTA LIVRAMENTO, Joaquim Francisco da (irmão Joaquim) 223
COSTA PEREIRA, José Saturnino da, 46, 510, 658
COSTA PEREIRA FURTADO DE MENDONÇA, Hipólito José da, 331, 459, 512
COSTA PEREIRA JÚNIOR, José Fernandes da, 197, 201
COSTA QUINTELA, comandante Inácio da, 307
COSTA RIBEIRO PEREIRA, dona Engrácia Maria da – condessa da Piedade, 206
COTEGIPE, barão de – João Maurício Wanderley, 47, 117, 194, 197, 475, 502, 598
COTTON, corsário, 250, 294
COUTINHO, Amaro Gomes, 205
COUTINHO, Donatário Francisco Pereira, 615
COUTINHO, José Lino, 112, 237, 400, 402, 417, 503, 568, 684, 723
COUTINHO, Lourença, 590
COUTINHO, Vasco Fernandes, 204, 314, 709
COUTO, comandante Antônio Joaquim do, 595
COUTO, segundo-tenente Antônio Leocádio do, 66, 137
COUTO, primeiro-tenente A. M. do, 400
COUTO E ALMEIDA, Antônio do, 608
COUTO BARBOSA, almirante Cosme do, 51, 515
COUTO BRANDÃO, major Hipólito do, 208
COUTO CARDOSO, Baltazar do, 493
COUTO FERRAZ, Luís Pedreira do – *vide* Bom Retiro, visconde do.
COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira, 117, 351, 423
COWEN, comandante, 251
CRAIG, comandante Thomas, 317, 355
CRALITZ 78
CRESCÊNCIO, alferes, depois tenente, 34, 350, 379
CRESPIN, Jean, 358

CROSBIE, capitão de fragata, 287, 383
CRUZ, Antônio Lopes da, 577
CRUZ, segundo-tenente Gabriel Ferreira da, 73
CRUZ GOUVEIA 637
CRUZ JOBIM, doutor José Martins da, 182, 481
CUBAS, Brás, 275, 338, 550, 551, 661
CUBAS, Pedro, 172
CUNHAMBEBE, o mesmo que Cunhambebe, ou Quoniambec, 522
CUNHA, brigadeiro, 53, 372
CUNHA, Aires da, 202
CUNHA, dom Antônio Álvares da – *vide* Cunha, conde da.
CUNHA, Antônio Luís da, 505
CUNHA, conde da – dom Antônio Álvares da Cunha, 134, 578, 590
CUNHA, capitão Cipriano Nelsis da, 668
CUNHA, coronel Crispim da, 517
CUNHA, poetisa Delfina Benigna da, 356
CUNHA, Estevão Caetano da, 623
CUNHA, Félix Xavier da, 171, 526, 713
CUNHA, coronel, depois general Francisco Xavier da, 480, 485, 566, 713
CUNHA, Francisco Xavier da, 713
CUNHA, João Inácio da – *vide* Alcântara, barão e visconde de.
CUNHA, capitão de fragata Joaquim José da, 42
CUNHA, José Feliciano Pinto Coelho da – *vide* Cocais, barão de.
CUNHA, dom Luís da, 150
CUNHA, Manuel da, 277
CUNHA DE ANDRADE, almirante Antônio da, 51, 57
CUNHA DE AZEREDO COUTINHO, dom José Joaquim da, 471, 507, 518
CUNHA BARBOSA, cônego Januário da, 109, 173, 193, 214, 280, 385, 394, 469, 524, 596, 690, 723
CUNHA COUTINHO RANGEL, Sebastião da, 471
CUNHA D'EÇA E COSTA, tenente-coronel Lopo da, 655
CUNHA FEIJÓ, conselheiro doutor Luís da – visconde de Santa Isabel, 194, 331
CUNHA FIDIÉ, major João José da, 205, 250, 426, 431, 432

CUNHA GALVÃO, conselheiro Manuel da, 232, 553
CUNHA GASPARINHO, major Inácio da, 648
CUNHA MATOS, major, 622
CUNHA MATOS, marechal Raimundo José da, 174, 469, 618
CUNHA MENESES, Francisco da, 212
CUNHA MENEZES, tenente-coronel Manuel Inácio da, 98
CUNHA MOREIRA, almirante Luís da – *vide* Cabo Frio, visconde de.
CUNHA PARANAGUÁ, João Lustosa da – *vide* Paranaguá, visconde e marquês.
CUNHA SOUTO MAIOR, João da, 520
CUNHA SOUTO MAIOR, vice-almirante Manuel da, 669
CUNHA SOUTO MAIOR, sargento-mor Paulo da, 146, 156, 437, 442, 445, 586
CUNHA VASCONCELOS E SOUSA, dom José de Castelo Branco Correia e – *vide* Figueira, conde da.
CUNHAMBEBE, chefe índio, 521, 661
CURADO, tenente-general Joaquim Xavier – barão e conde de São João das Duas Barras, 34, 35, 53, 76, 184, 223, 242, 252, 269, 300, 327, 333, 352, 373, 386, 422, 495, 522, 524, 539, 541, 547, 563, 578, 586, 591, 605, 608, 673, 694
CURITU, Francisco, 447
CUSACO, André, 102, 228
CUTI, capitão, 583

D

DAMASCENO, Antônio João, 652
D'AMBREVILLE, capitão francês, 650
DANDREYS, comandante, 425
DANTAS, conselheiro Rodolfo, 9, 23, 423
DANTE, Giovanni Battista, 450
D'ANVERS, major Lobo, 528
D'ANVILLE, geógrafo francês, 147, 150
D'AUBERVILLE, oficial francês, 528
DAUTANT, comandante Pierre, 425, 683

DAVIES, capitão John, 732
DEBRET, J. B., 230, 253, 578, 673
DE BRUGNON, capitão francês, 544
DE CHABANNES, capitão francês, 650
DE CHERIDAN, capitão francês, 544
DE COURCY, oficial francês, 532
DE CHANDOLAN, oficial francês, 532
DE COIGNE, oficial francês, 532
DE DROUALIN, oficial francês, 528
DEIRÓ, Francisco Dias, 617
DE LA HAYE, capitão francês, 650
DE LA ROCHE-DUPUIS, capitão francês, 650
DE LASTRE, Cirurgião francês, 650
DE L'ISLE ADAM, Villiers, 635
DE LOGEVILLE, capitão francês, 650
DERBY, Orville A., 216
D'HOUDAIN, primeiro-tenente João Custódio, 621, 643
DE KAY, comandante, 373, 513
DELAMARE, almirante Rodrigo, 399
DELGADO, comandante Francisco Antônio, 408
DE LIESTA, oficial francês, 528
DE PÉZIEUX, capitão francês, 650
DE PONTLO-COETLONGON, oficial francês, 528
DE ROCHEFORT, capitão francês, 650
DE SAINT AMANDE, fidalgo francês, 503
DE SAINT-GILLES, capitão francês, 650
DE SAINT-VINCENT, capitão francês, 650
DESCOURTILZ, Théodore, 56
DESPES, Juan, 202
D'ESTRÉES, almirante francês, 720
D'IRRUMBERRY, oficial francês, 532
DE LA BARRE, cavaleiro Lézy, 720
DE LA CAILLANDIÈRE, oficial francês, 532
DE LA MESANCHÈRE, oficial francês, 532
DE LA RIGOUDIÈRE, oficial francês, 532
DE LA SALLE, oficial francês, 532

DE LA SAUSAYE, oficial francês, 532
DE LAVAL DE MONTMORENCY, oficial francês, 532
DE MIRAILLETE, oficial francês, 532
DE PRADELLES, oficial francês, 532
DE PATREVILLE, oficial francês, 532
DE PONT DE VILLENE, oficial francês, 532
DE PRÉFONTAINE, oficial francês, 532
DE PROISSY, oficial francês, 532
DE RILLY, oficial francês, 532
DE TOLÈDE, oficial francês, 532
DE VARAISE, oficial francês, 532
DE VILLEDON, oficial francês, 532
DES FONTAINES, oficial francês, 532
DESUZA, comandante Cristiano Lourenço, 644, 691
DIAS, soldado Antônio, 625
DIAS, Bartolomeu, 275, 297
DIAS, Henrique, 37, 39, 41, 52, 65, 74, 140, 141, 145, 265, 266, 271, 300, 305, 311, 319, 326, 339, 340, 400, 421, 459, 462, 466, 468, 475, 499, 506, 534, 632, 645, 659, 687, 735
DIAS, Marinheiro Marcílio, 347
DIAS, padre José Custódio, 43, 208, 247
DIAS, padre Mateus, 367
DIAS CARNEIRO, Francisco, 87
DIAS DE CARVALHO, José Pedro, 198
DIAS PIMENTA, almirante Francisco, 51
DIAS DA SILVA, coronel, 747
DIAS VIEIRA, ministro, 357
DIAZ, general paraguaio, 99, 254, 284, 405, 495
DIAZ, comandante Alejandro, 543
DIAZ, general A., 89
DIAZ, coronel Cesar, 144
DIAZ TAÑO, padre Francisco, 332, 367
DOM AFONSO, príncipe Imperial, 346
DOM AFONSO VI, 173, 188, 237, 627, 659, 697
DOM CARLOS II 173, 188, 217, 237
DOM CARLOS III 115

DOM CARLOS V 270
DOM COSME, (tutor e imperador das liberdades *bem-te-vis*) 711
DOM FILIPE II 49, 519
DOM FILIPE III 28, 183, 194, 209, 236, 352, 392, 426, 449, 508, 603, 708
DOM FILIPE IV 217, 319, 352, 464
DOM FILIPE V 106
DOM FERNANDO, rei de Aragão, 337
DOM HENRIQUE, cardeal, 95
DOM JOÃO, príncipe regente – *vide* dom João VI.
DOM JOÃO II 337
DOM JOÃO III 41, 90, 107, 182, 183, 187, 199, 202, 270, 344, 554, 654, 717
DOM JOÃO IV 45, 48, 91, 106, 116, 124, 177, 186, 190, 192, 199, 239, 336, 392, 423, 570, 605, 627, 673
DOM JOÃO V 92, 106, 340, 493, 520, 597, 746
DOM JOÃO VI 34, 52, 55, 70, 71, 75, 91, 106, 111, 112, 138, 142, 152, 171, 173, 178, 188, 196, 218, 239, 243, 253, 267, 271, 273, 276, 281, 289, 299, 303, 304, 321, 326, 340, 342, 359, 366, 368, 413, 431, 444, 454, 456, 476, 480, 489, 556, 642, 653, 663, 664, 681
DOM JOSÉ I 61, 115, 176, 200, 286, 292, 336, 497
DOM MANUEL, rei de Portugal, 80, 122, 187, 268, 281, 392, 455, 650, 710
DOM MIGUEL 387, 549
DOM PEDRO AFONSO 49
DOM PEDRO DE ALCÂNTARA, príncipe do Grão Pará, 585
DOM PEDRO, príncipe regente – *vide* dom Pedro I.
DOM PEDRO I, 45, 50, 55, 57, 59, 61, 76, 80, 101, 110, 112, 121, 130, 138, 139, 196, 208, 236, 240, 245, 247, 248, 249, 252, 254, 258, 271, 275, 276, 282, 284, 285, 290, 299, 307, 309, 311, 315, 331, 332, 333, 335, 349, 353, 359, 360, 372, 385, 387, 417, 436, 445, 473, 483, 503, 507, 522, 528, 549, 556, 577, 588, 609, 626, 628, 635, 637, 639, 640, 642, 644, 653, 662, 669, 673, 674, 684, 690, 694, 695, 705, 712, 713, 721, 731
DOM PEDRO II, imperador, 17, 38, 49, 57, 79, 80, 84, 94, 108, 131, 139, 143, 155, 184, 188, 201, 211, 222, 227, 229, 231, 232, 235, 236, 249, 252, 310, 312, 316, 317, 320, 335, 355, 357, 378, 395,

401, 403, 405, 412, 415, 468, 479, 513, 514, 526, 529, 534, 546, 552, 553, 562, 570, 591, 594, 630, 657, 674, 675, 680, 686, 698, 715, 720, 721, 736, 741, 744
DOM PEDRO II (de Portugal) 115, 116, 175, 190, 197, 239, 288, 697, 709
DOM PEDRO IV (de Portugal) 284, 549
DOM SEBASTIÃO 95, 441, 698
DOM TEODÓSIO 301
DOMINGUEZ, coronel Cesário, 405
DOMINGUEZ, Luís, 703
DONA AMÉLIA, imperatriz, 249, 258, 387, 587, 674
DONA ISABEL, princesa imperial, 80, 231, 236, 300, 320, 378, 425, 479, 550, 552, 555, 585
DONA ISABEL, rainha de Castela, 337
DONA LEOPOLDINA, imperatriz, 311, 503, 521, 626, 628, 705
DONA LEOPOLDINA, princesa, 80, 108
DONA MANUELITA (ROSAS) 191
DONA MARIA AMÉLIA, princesa, 101
DONA MARIA DA GLÓRIA 284
DONA MARIA I, rainha de Portugal, 63, 112, 178, 196, 220, 493
DONA MARIA II (princesa Maria da Glória) 243, 258, 349, 387, 587
DONA TERESA CRISTINA, imperatriz, 143, 188, 208, 320, 336, 378, 384, 401, 415, 479, 498, 500, 552, 562, 570, 594, 619, 657, 736, 741
DORDAZ, major, 126
DORNELAS, tenente-coronel, 659
DORTH, coronel Johan van, 356
D'ORVILLIERS, madame Claude, 286
DRURY, Patrício, 251
DUARTE, padre, 432
DUARTE, capitão Francisco, 506
DUARTE, Filipe, 573
DUARTE, comandante Pedro, 467
DUARTE DE AZEVEDO, Manuel Antônio, 196
DU CHESNE, tenente François, 743
DU CLERC, capitão de fragata Jean François, 216, 465, 467, 488, 503, 512, 520, 530, 531, 532, 538, 544

DU FAY D'ISSONDUN, oficial francês, 532
DUGUAY-TROUIN, René, 86, 186, 488, 511, 515, 516, 517, 522, 528, 532, 535, 538, 574, 581, 624, 627, 639, 658, 692
DULCE, Rubio, 662
DUMOURIEZ, general, 729
DUPOTET, almirante, 233
DU PRAT, comandante francês, 347, 617
DURÃO, frei José de Santa Rita, 82, 431
DUTRA, Zeferino, 482
DUTRA E MELO, Antônio Francisco, 173, 450
DUYNKERCKER, comandante Jan Taliban, 120

E

ECKHOUT, A. van den, 78
E. & H. LAEMMERT, 51
EDUARDO, comandante José Maria, 623
EGUSQUIZA, María de Jesus, 728
EICHLER, doutor A. W., 636
EICHTBRECHT, coronel, 305
ELORDI, José Celidonio, 251
ELST, tenente-coronel van der, 128, 265, 317
EMBARÉ, barão de, 334
ENCARNACIÓN, caudilho, 297, 321
ENOUT, Nicolau Magliori, 231
ERICEIRA, conde da, 393
ESCOBAR, tenente-coronel, 304
ESCRAGNOLLE TAUNAY, Alfredo de – *vide* Taunay, visconde de.
ESMERAT, padre, 442
ESPEJO, Ger., 162
ESQUILACHE, príncipe de, 81
ESPÍRITO SANTO, índia Maria do, 113
ESPORA, comandante, 325, 425
ESTE, Ercole d' – *vide* Ferrara, duque de.
ESTEVES, major Jerônimo Delgado, 259

ESTIGARRIBIA, coronel Antônio, 343, 432, 529
ESTRADA, Agustín, 67
ESTRELA, capitão Francisco Lopes, 376
ESTRELA, capitão Manuel Ferreira, 515, 516, 658
EU, marechal conde d', 259, 262, 279, 322, 457, 465, 529, 537, 562, 567, 585, 668
EUBAN, Heliodoro, 338
EUBANUS, Helius, 338
EVANGELISTA, comandante Marcos, 643
EVERS, Jacob, 85
EVREUX, Yves d', 217
EYRE, capitão de fragata Guilherme, 258, 424, 595, 596
EYSSENS, conselheiro Ippo, 585

F

FABRE 231
FAGUNDES, capitão Domingos, 356, 369, 466, 586
FAGUNDES VARELA, Luís Nicolau, 145, 467, 628
FAJARDO, dom Juan, 246
FALCÃO, major, 510
FALCÃO, coronel, depois general Feliciano Antônio, 117, 407, 451
FALCÃO BRANDÃO, coronel Rodrigo Antônio – barão de Belém, 371, 381
FANADO, visconde do – *vide* Silveira Mendonça, João Gomes da.
FARIA, deputado, 746
FARIA, professor José de, 532
FARIA, Severim de, 90
FARIA DUTRA, alferes Francisco de, 632
FARIA LEMOS, Francisco de, 103
FARIA LOBATO, João Evangelista de, 77
FARIA PEREIRA COUTINHO, dom Francisco de Lemos de – conde de Arganil, 261
FARIA ROCHA, brigadeiro Francisco Vieira de, 175, 178, 689, 707, 726
FARIÑA, alferes, 231

FARNESE, Alexandre – *vide* Paulo III, papa.
FARNESE, Flávio, 502
FARTO, capitão Simão, 447
FAUSTINO, capitão-tenente José Joaquim, 569
FAVILA, capitão Bartolomeu, 607
FEIJÓ, padre Diogo Antônio, 92, 104, 240, 242, 249, 263, 271, 303, 388, 399, 400, 401, 402, 428, 440, 451, 528, 533, 568, 580, 634, 684, 723
FEIJÓ, Diogo Felix, 40
FENTON (não Fulton) Edward, 81, 449
FERMOSO, López, 71
FERNANDES, Antônio, 562
FERNANDES, capitão-mor Baltazar, 175
FERNANDES, mestre de campo Domingos, 149
FERNANDES, Duarte, 172
FERNANDES, capitão Estevão, 147
FERNANDES, Pascoal, 550
FERNANDES BRAGA, Antônio Rodrigues, 536, 597
FERNANDES CHAVES, Pedro Rodrigues – barão de Quaraí, 369, 477
FERNANDES GAMA, José Bernardo, 735
FERNANDES GATO, Jesuíta João, 704
FERNANDES LEÃO, Joaquim Antão, 198
FERNANDES LIMA, coronel Antônio, 373, 502, 564, 596, 602, 609
FERNANDES PINHEIRO, cônego doutor Joaquim Caetano, 60
FERNANDES PINHEIRO, José Antônio, 256
FERNANDES PINHEIRO, José Feliciano – *vide* São Leopoldo, visconde de.
FERNANDES VIEIRA, Francisco, 267, 456
FERNANDES VIEIRA, João, 48, 58, 74, 88, 114, 145, 147, 265, 301, 314, 344, 353, 365, 367, 369, 392, 415, 422, 437, 439, 453, 459, 462, 464, 466, 512, 530, 534, 537, 544, 547, 571, 611, 627, 635
FERNANDEZ, doutor dom Ariosto, 370 (nota 1)
FERNANDEZ, tenente-coronel Ramón Toríbio, 606
FERRADOR, Amaral, 493
FERRARA, duque de – Ercole d'Este, 81, 123, 369
FERRAZ, alferes Bento, 123

FERRAZ, frei Pedro, 511
FERRAZ, Salvador Leite, 505
FERRÉ, general Pedro, 626
FERREIRA, deputado Antônio Afonso, 746
FERREIRA, comandante Antônio Carlos, 424, 508
FERREIRA, capitão Carlos, 374
FERREIRA, Filipe Néri, 252
FERREIRA, Santeiro Francisco, 532
FERREIRA, primeiro-tenente Antônio Carlos, 539
FERREIRA, ouvidor Francisco Afonso, 130
FERREIRA, Francisco Leitão, 449
FERREIRA, Francisco Xavier, 172
FERREIRA, alferes João Batista, 264, 420
FERREIRA, estudante José, 532
FERREIRA, tenente-coronel José Antônio, 336, 337, 421
FERREIRA, sargento-mor José Joaquim Salustiano, 583
FERREIRA, major Luís José, 267, 310, 641
FERREIRA, sargento-mor Martim, 140, 271
FERREIRA, Maurício, 310
FERREIRA, Miguel Afonso, 744
FERREIRA, capitão Pedro Afonso, 320, 347
FERREIRA, capitão Sebastião, 608
FERREIRA, Silvestre Pinheiro, 267
FERREIRA DE BRITO, Antero José – *vide* Brito, general Antero José Ferreira de, barão de Tramandaí.
FERREIRA CAMPELO, sargento, 688
FERREIRA FRANÇA, doutor Antônio, 57, 199, 305, 306, 355, 357, 360, 576
FERREIRA FRANÇA, Clemente – visconde e marquês de Nazaré, 76, 203, 639
FERREIRA FRANÇA, Ernesto, 98, 576
FERREIRA GUIMARÃES, tenente-coronel, 343
FERREIRA GUIMARÃES, comandante José, 691
FERREIRA LAGE, Mariano Procópio, 122
FERREIRA DE MELO, José Bento Leite, 223
FERREIRA PINTO, Anacleto, 371, 397

FERREIRA DE SOUSA, brigadeiro Antônio Tibúrcio, 234, 320, 349, 385, 455, 587, 604
FERREIRA DA VEIGA, segundo-tenente Fernando Gomes, 453
FERREIRA VIANA, Antônio, 201, 331
FERREZ, Zeferino, 413
FERROLES, (Pierre Eléonor de la Ville de Ferrolles), marquês de, 328, 377, 495, 720
FIDALGO, monsenhor, 673
FIDANZA, Simão (armador italiano) 728
FIGUEIRA, conde da – dom José de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Sousa, 49, 75, 76, 213, 348, 386, 545, 591
FIGUEIRA DE MELO, Jerônimo Martiniano, 475, 630, 692
FIGUEIREDO, José Marcelino de – *vide* Sepúlveda, Manuel Jorge Gomes de.
FIGUEIREDO, primeiro-tenente Oliveira, 154
FIGUEIREDO, Pedro Américo de, 555
FIGUEIREDO, capitão Simão de, 585
FIGUEIREDO, Tenreiro Aranha Bento de, 499
FIGUEIREDO, Tenreiro Aranha João Batista de, 30
FIGUEIREDO VASCONCELOS, capitão Antônio de, 373, 394
FIGUEIRÔA, mestre de campo Francisco de, 88, 145, 482
FILAMONDO, autor, 484
FILGUEIRAS, capitão Antônio Lopes, 592
FILGUEIRAS, Francisco Antônio, 112
FISCHER, comandante, 30, 425
FLECKNO (ou Flecknoe) Richard, 61
FLEMMING, tenente Jacob, 356
FLORES, capitão João Mendes, 300
FLORES, general Venâncio, 11, 30, 32, 33, 68, 81, 92, 169, 170, 284, 310, 318, 405, 467, 477, 514, 519, 529, 594, 667, 680, 682, 687, 692, 695, 723, 743, 747
FLORIDABLANCA, conde de, 152
FONSECA, Antônio Borges da, 200
FONSECA, Antônio Isidoro da, 299
FONSECA, major Eduardo Emiliano da, 689
FONSECA, coronel Hermes Ernesto da, 17, 30, 110, 117, 537, 689, 706, 726

FONSECA, comandante Hipólito, 543
FONSECA, coronel Inácio José Vicente da, 648
FONSECA, coronel José Teixeira da, 425
FONSECA, marechal Manuel Deodoro da, 179, 262, 483, 604, 689
FONSECA, Mariano José Pereira da – *vide* Maricá, visconde e marquês.
FONSECA, brigadeiro Vicente da Silva da, 559, 612
FONSECA COSTA, general João de Sousa da – barão da Penha, 689, 707
FONSECA LIMA E SILVA, general Manuel da – *vide* Suruí, barão de.
FONSECA LIRA, comandante, 550
FONSECA LOBO, Bernardo da, 411
FONSECA MACHADO, brigadeiro Luís Antônio da, 158
FONSECA MAGALHÃES, Rodrigo da, 603
FONSECA MANSO, Joaquim Félix, 107
FONSECA PEREIRA PINTO, general Francisco Félix da, 284, 536, 602, 628, 718
FONSECA QUINTANILHA JORDÃO, general Polidoro da – visconde de Santa Teresa, 56, 401, 403, 618
FONSECA E SILVA, mestre Valentim da, 56, 401, 403, 519, 618, 649
FONSECA VASCONCELOS, José Teixeira da – *vide* Caeté, barão e visconde de.
FONTE ARCADA, visconde de – *vide* Magalhães, almirante Pedro Jacques de.
FONTOURA, tenente-coronel Antônio Pinto da, 591
FORD, Roberto H., 251
FOURNIER, comandante César, 400, 508, 539, 540, 652, 691, 716
FOX, capitão, 577
FRAGA, comandante, 543
FRANCA, Antônio Ribeiro da, 316
FRANÇA, capitão Francisco de, 305
FRANÇA, capitão Rebelo da, 394
FRANÇA LEITE, doutor, 385
FRANÇA RIBEIRO, comandante, 251
FRANCIA, dom José Gaspar de, 76, 488, 536, 545
FRANCISCO I, rei das Duas Sicílias, 415
FRANCISCO I, imperador da Áustria, 705

FRANCOEUR, senhor, 658
FRANCO, major paraguaio, 649
FRANCO, Pedro Teixeira, 60, 91
FRANCO DE SÁ, Antônio Joaquim, 93, 402
FREIRE, Luís Ferreira, 172
FREIRE DE ANDRADE, tenente-coronel, 160
FREITAS, coronel Daniel Gomes de, 192
FREITAS BARBOSA, Antônio Teixeira de – barão de Itaparica, 372
FREITAS GUIMARÃES, brigadeiro Manuel Pedro de, 112, 130, 142, 153, 158, 171
FREY, Roger, 398
FRÉZIER, viajante francês, 703, 704
FRIAS E VASCONCELOS, Miguel de, 242, 247, 248
FRIAS VILAR, comandante, 689
FRITZ, padre Samuel, 391, 512
FROND, Vítor, 331
FRONTIN, André Gustavo Paulo de, 178
FUNCK, marechal Jaques, 574
FUNES, dom Gregório, 37, 612
FURTADO, Francisco José, 415, 491
FURTADO DE MENDONÇA, general Antônio Carlos, 136
FURTADO DE MENDONÇA, doutor Jacinto, 77, 542

G

GALAMBA, Bento José, 167
GALEANO, coronel Manuel, 327
GALHARDO, primeiro-tenente, 630
GALVÃO, marechal Antônio Enéias Gustavo – barão do Rio Apa, 37, 229, 591
GALVÃO, Antônio Nunes, 419, 474
GALVÃO, dona Joana, 447, 448
GALVÃO, capitão Manuel, 447, 448
GALVÃO, Manuel Antônio, 98, 121, 412
GALVÃO, sargento-mor Manuel Lopes, 74, 78

GALVÃO, conselheiro Rafael Arcanjo, 252
GALVÉAS, conde de – vice-rei, 148
GAMA, desembargador Agostinho Luís da, 101
GAMA, Bernardo José da – *vide* Goiana, segundo barão e visconde de.
GAMA, Estevão da, 305
GAMA, capitão de mar e guerra Francisco Rebelo da, 296, 553
GAMA, José Basílio da, 29, 39, 54, 431
GAMA, Leonel, 156
GAMA, sargento-mor Pedro Correia da, 124, 189, 380, 594
GAMA, Vasco da, 268, 477, 478
GAMA LOBO, coronel Antônio Leite Pereira da, 504
GAMA LOBO D'ANVERS, major João da, 660
GAMA LOBO D'EÇA, general Manuel de Almeida – barão de Batovi, 689, 706
GAMA LOBO COELHO D'EÇA, general José Maria da – *vide* Saican, general barão de.
GAMA ROSA, comandante, 403, 643
GAMEIRO PESSOA, Manuel Rodrigues – *vide* Itabaiana, visconde de.
GARCEZ PALHA 279
GARCIA, Diogo, 703
GARCIA LEME, tenente Francisco Bueno, 504
GARCIA, Rodolfo, 10, 26
GARCIA ROS, Baltasar, 493, 587
GARIBALDI, José, 53, 263, 377, 384, 400, 401, 411, 414, 446, 482, 551, 593, 602, 618, 621, 643, 644, 662, 713
GARRO, Lopo Curado, 492, 494, 562
GARRO, José, 447
GARSTMAN, comandante Joris, 309, 635
GARZÓN, coronel E., 162
GATELLI, comandante Domingos Inácio, 606
GAVIÃO, caudilho, 510, 513, 711
GELLY Y OBES, general, 111, 404, 413, 677, 730, 732, 738, 745
GENES, Inácio, 50
GEORGE, capitão Nicolas, 137
GIANINI 105
GIBERTON, major Miguel, 141, 193, 194

GIELISSEN, vice-almirante Mathys, 146, 392
GIRALDES, Francisco, 198, 217
GIRÓ, Juan Francisco, 628
GLIMMER, Wilhelm Joos ten, 492
GOBINEAU, conde Artur de, 232
GODOY MOREIRA, Manuel de, 504
GODOY MOREIRA E COSTA, Miguel de, 504
GOES, Van der, 379, 535
GOIANA, primeiro barão de – *vide* Picanço, doutor José Correia.
GOIANA, segundo barão e visconde de – Bernardo José da Gama, 218, 441, 472, 568
GOIANA, visconde de – *vide* Santos, Francisco de Paula Gomes dos.
GÓIS, Pero de, 90, 182, 183, 199, 204, 470
GÓIS DA SILVEIRA, Gil de, 470
GOIS E VASCONCELOS, conselheiro Zacarias de, 60, 79, 131, 312, 317, 324, 441, 506, 511, 626, 722, 740
GOLIJATH, Cornelis, 27, 608
GOMENSORO, segundo-tenente Secundino, 154
GOMES, Agostinho, 568, 723
GOMES, Antônio, 243, 709
GOMES, Maestro Antônio Carlos, 131, 222, 352
GOMES, Bento José, 368
GOMES, padre Francisco Agostinho, 154
GOMES, Raimundo, 32, 60, 291, 360, 363, 367, 405, 510, 710
GOMES BARRETO, capitão Apolinário, 714
GOMES BRANDÃO, Francisco (ou Montezuma, Francisco Gê Acaiaba de) – *vide* Jequitinhonha, visconde de.
GOMES CALDEIRA, coronel Felisberto, 126, 311, 382, 601, 632, 644, 679, 741
GOMES CARNEIRO, Diogo, 110, 178
GOMES DE CASTRO, Augusto, 196
GOMES JARDIM, major Agostinho, 746
GOMES JARDIM, coronel Jerônimo, 161, 548, 583
GOMES LISBOA, major, depois coronel Gabriel, 116, 126, 446, 456, 457, 566, 609
GÓMEZ, capitão Antônio, 34

GÓMEZ, coronel, depois general Leandro, 32, 33, 688, 747
GÓMEZ, Servando, 162, 163
GÓMEZ, ministro Valentim, 107
GONÇALVES, Afonso, 90
GONÇALVES, André, 122, 283, 314, 358, 464, 481, 486, 502, 561, 565, 615, 709, 724
GONÇALVES, comandante Caetano, 738
GONÇALVES, Cristóvão, 53
GONÇALVES, capitão-tenente Jerônimo Francisco, 279
GONÇALVES, segundo-tenente José Antônio, 42, 280
GONÇALVES, major José Tomás, 290
GONÇALVES, capitão Manuel, 86, 349, 435, 482, 522, 553, 633
GONÇALVES, guarda-marinha Tomé Justiniano, 66
GONÇALVES CAMPOS, cônego João Batista, 585, 588
GONÇALVES DIAS, Antônio, 452, 621
GONÇALVES GOMIDE, Antônio, 77
GONZAGA, Tomás Antônio, 114, 495
GONZALEZ, capitão, 610
GONZALEZ, general, 560, 706
GONZALEZ, comandante Luís, 739
GOODRICH, tenente, 59
GORDON, sir Robert, 705
GOTTSCHALK, pianista Louis Moreau, 721
GOUVEIA, doutor Diogo de, 183
GOUVEIA, capitão Pedro Mendes de, 693, 696, 699
GOUVEIA OSÓRIO, coronel João de, 632
GOYON, Cavaleiro de, 517, 520
GRAHAM, Maria, 473
GRALHADA, major Joaquim Pereira Chaves, 313, 322
GRANDJEAN DE MONTIGNY, Auguste- Henri-Victor, 186, 230
GRANTLEY, Lorde, 489
GRAVIÈRE, almirante Pierre Jurien de la, 388, 454
GREGÓRIO XIII, papa, 402
GRENFELL, almirante John Pascoe, 43, 46, 143, 222, 288, 345, 387, 396, 424, 427, 438, 452, 457, 461, 482, 562, 564, 566, 570, 586, 587, 588, 592, 593, 718

GRIGGS, John, 140, 411, 643
GRIMALDI, marquês de, 152
GUADELUPE, dom frei Antônio de, 100, 491, 605
GUAÍ, barão de, 201
GUAIMIABA, índio, 41
GUAIXARA, principal, 397
GUEDES, comandante Enéas Gabriel, 689
GUEDES, capitão-mor João Dias, 607, 617
GUEDES, capitão Vasco, 695
GUERREIRO, Bartolomeu, 321
GUEVARA, Luís, 650
GUIDO, Tomás, 227, 546
GUIMARÃES, Bernardo, 463
GUIMARÃES, general José Auto, 458, 560, 706, 726, 738
GUIMARÃES, José Francisco, 385
GUIMARÃES, José Ribeiro, 592
GUIMARÃES PEIXOTO, Domingos Ribeiro dos – barão de Iguaraçu, 460
GUIMARÃES PEIXOTO, tenente-coronel Francisco Maria dos, 282, 318, 682, 687, 688
GUIMARÃES E SILVA, João José, 127
GURJÃO, coronel Filipe Néri, 648
GURJÃO, general Hilário Maximiano Antunes de, 64, 171, 688
GUSMÃO, Alexandre de, 29, 54, 746
GUSMÃO, tenente Antônio Soares de, 606
GUSMÃO, padre Bartolomeu de, 449, 450
GUTIERRES, João, oleiro, 511
GUTIÉRREZ, capitão Venâncio, 694
GUYEISSE, comandante, 307

H

HACKLUYT 140, 252, 670, 733
HAECK, Hendrik, 86
HAEC, conselheiro, 486

HALL, William, 251
HARCOURT, Robert, 244, 304, 306, 486, 492
HARDCASTLE, capitão de mar e guerra George, 151, 152, 239, 243
HARDY, sir Thomas, 386
HARGREAVES, Henrique Eduardo, 213
HARLAY-DE-SANCY, Nicolas de – barão de la Molle e de Gros-Bois, 445
HARRISSE, Henry, 81, 123
HARTT, Charles Frederick, 216, 217
HAUS, coronel Hendrick van, 265, 365, 368, 370, 392, 422, 439, 464, 466, 608
HAUTIJN, coronel Willem, 146, 265
HAYDEN, comandante Bartolomeu, 251, 383, 424
HEDBERG, Carlos Gustavo, 681
HENDERSON, comandante, 744
HENDRIKSZONN, almirante Boudewyn, 320, 363, 443
HENDRIKSZONN, capitão Joachin (*o Cão Negro*) 529
HENIS, padre Tadeu, 307
HENRIQUE, frei Bispo de Ceuta, 276
HENRIQUES, sargento-mor Domingos, 517, 535
HENRIQUES, comandante João, 643
HENRIQUES, coronel José Tomás, 374
HENRIQUES DE RESENDE, Venâncio, 247, 357, 360, 637
HERCKMAN, Elias, 496
HERMOSA, coronel, 262, 560, 725
HERRERA, Nicolas, 70
HERRERA Y OBES, dom Manuel, 170
HERREROS, comandante, 40
HERVAL, general barão, visconde e marquês de – Manuel Luís Osório, 56, 99, 114, 185, 229, 245, 260, 262, 264, 277, 278, 284, 295, 318, 371, 398, 401, 404, 406, 410, 413, 433, 457, 463, 523, 542, 560, 566, 567, 570, 654, 686, 688, 690, 706, 731
HEYN, almirante Pieter Pieterszoon (Piet Heyn) 28, 183, 207, 230, 260, 293, 294, 343, 347, 356, 398, 565
HICK, capitão Joannis, 464
HINDERSON, coronel, 61, 231, 306, 486, 599, 714

HIPÓLITO, 231
HOCES Y CORDOVA, general dom Lope de, 671
HOEN, capitão Jan, 446
HOJEDA, Alonso de, 373
HOLANDA CAVALCANTI, Francisco de Paula, 416
HOLLINGER, coronel, 305
HOMEM, André, 180
HOMEM DE MELO, Antônio Marcondes, 504
HOMEM DE MELO, barão, 233, 398, 416, 480, 501
HOOGSTRAETEN, major, depois mestre de campo ou coronel Diederik, 240, 452, 497, 538, 640
HOONHOLTZ, comandante Antônio Luís von, 346, 351
HOPMAN, John, 287
HORNOS, general, 622
HOUNCQUES, major Foulcke, 128, 129
HOZ, coronel Martinez de, 406
HUGHES, governador Victor, 41, 52
HUGO, Vitor, 625
HUIGHENS, vice-almirante Jacob, 52, 62, 449
HUMBOLDT, barão de, 122, 237, 297, 488

I

IBARRA LESCANO, capitão de mar e guerra José de, 660
IBIAPINA, Francisco, 280
IGINO, Andrés, 81, 449
IGUARAÇU, barão de – *vide* Guimarães Peixoto, Domingos Ribeiro dos.
IGUATEMI, barão de – *vide* Torres Alvim, chefe de esquadra Francisco Cordeiro.
IJUÍ, barão de – *vide* Meneses, brigadeiro Bento Martins de.
ILHA GRANDE DE JOANES, barão da – *vide* Sousa de Macedo, Luís Gonçalo de.
INÁCIO, almirante Joaquim José – *vide* Inhaúma, visconde de.
INGLIS, capitão de fragata James, 43, 59, 66, 137, 153, 251, 257, 317, 490, 595, 602, 607, 644

INHAMBUPE,visconde e marquês de – *vide* Pereira da Cunha, Antônio Luís.
INHAÚMA, almirante visconde de – Joaquim José Inácio, 44, 56, 62, 99, 117, 138, 144, 187, 198, 326, 404, 426, 463, 465, 506, 560, 730
INHOMIRIM, visconde de – Francisco de Sales Torres Homem, 79, 93, 333, 385, 708
INOCÊNCIO XI, papa, 644
IRAJÁ, conde de – *vide* Araújo, dom Manuel do Monte Rodrigues de.
IRALA, Domingos Martinez de, 234
IRIARTE, coronel, 162
ITA, almirante, 118, 124, 134, 300
ITABAIANA, visconde de – Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, 77
ITABORAÍ, visconde de – Joaquim José Rodrigues Torres, 44, 79, 118, 227, 263, 288, 397, 404, 511, 520, 534, 557, 576, 676, 709, 710, 741
ITAJUBÁ, barão e visconde de. – Marcos Antônio de Araújo, 108, 550
ITAMARACÁ, barão de – *vide* Maciel Monteiro, Antônio Peregrino.
ITAMARATY 9, 10
ITANHAÉM, marquês de – Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, 468, 715
ITAPAGIPE, barão de – *vide* Silva Cabral, tenente-general Francisco Xavier da.
ITAPARICA, barão de – *vide* Freitas Barbosa, Antônio Teixeira de.
ITAPARICA, barão e visconde de – general Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, 88, 90, 143, 224, 262, 318, 369, 403, 404, 413, 450, 505, 601, 630, 637, 686, 688, 689
ITAPEVI, barão de – *vide* Mallet, Emílio Luís.
ITAPUÃ, barão de – *vide* Nabuco de Araújo, José Joaquim.
ITAQUI, barão de – *vide* Silva Tavares, brigadeiro João Nunes da.
ITAÚNA, visconde de – Cândido Borges Monteiro, 196
IVINHEIMA, barão de – *vide* Pereira Pinto, comandante Francisco.

J

JABOATÃO, frei Antônio de Santa Maria, 283, 446, 615, 704
JACAREPAGUÁ, marquês de – *vide* Veloso de Barbuda, Francisco Maria Gordilho.
JACEGUAI, barão de – comandante Artur Silveira da Mota, 393, 446, 463
JACUÍ, barão de – *vide* Abreu, general Francisco Pedro de.
JAGUARI, visconde de – *vide* Sousa Ramos, José Ildefonso de.
JAGUARIPE, barão de – *vide* Pires de Carvalho e Albuquerque, capitão-mor Francisco Elesbão.
JANES, John, 733
JACQUES, Cristóvão, 132
JAIME I, 244, 306, 486, 492
JARDIM, Furriel Antônio José, 584
JARDIM, David Gomes, 505
JATAÍ, Raimundo Gomes Vieira, 60
JEQUITINHONHA, visconde de – Francisco Gomes Brandão (ou Francisco Gê Acaiaba de Montezuma) 79, 127, 225, 305, 357, 385, 476, 542, 637, 654
JERUMIRIM, visconde de – marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvim, 292
JESUS, major L. M. de, 160
JESUS, Maria Quitéria de, 473
JESUS, frei Rafael de, 28, 48, 67, 74, 141, 146, 156, 271, 408, 415, 430, 459, 497, 522, 538, 570, 635, 640, 735
JEWETT, capitão de mar e guerra David, 181, 509, 510, 520, 522
JIMENEZ, coronel paraguaio0, 403, 499
JOANA ANGÉLICA, abadessa, 153
JONES, G. F., 253
JORDÃO, brigadeiro, 315
JORGE, A. G. de Araújo, 12
JORGE III 152
JORNAL DO BRASIL 9, 10, 23, 24 e nota 1, 26
JOSÉ MARIANO, deputado, 270
JOSÉ TEODORO, guerrilheiro, 319
JOSEFINA, imperatriz, 488

JOVITA, tenente-coronel, 403
JÚLIO II, papa, 81
JUNOT, general, 664
JUNQUEIRA, segundo-tenente, 72, 332
JUNQUEIRA FREIRE, Luís José, 371, 746

K

KASSELBERG, capitão-tenente Frederico, 151, 152
KAY, comandante George C. de, 355
KEERWEER, coronel, 265
KELLY, coronel Coelho, 467
KELLY, comandante Guilherme, 420
KLAESZOON, tenente-coronel Klaes, 146, 497, 640
KNIVET, Anthony, 638, 733
KOCH, doutor, filólogo alemão, 108
KOELER, engenheiro Julio Frederico, 534, 657
KOEN, coronel, 586, 605, 607, 608, 611, 631, 662
KOSTER, Henry, 311
KOYN, comandante Samuel van, 527

L

LABATUT, general Pedro, 42, 125, 158, 285, 311, 312, 381, 382, 399, 476, 549, 582, 601, 606, 620, 632, 695, 720, 741
LACERDA, Antônio Correia de, 410
LACERDA, Antônio Ribeiro de, 316, 317
LACERDA, general Cogominho de, 302
LACERDA, conselheiro doutor Manuel Inácio Cavalcanti de – barão de Pirapama, 203
LACERDA, coronel João Lobo de, 569
LACERDA, tenente Joaquim, 682
LACERDA CHERMONT, Antônio de – visconde de Arari, 528, 542
LACERDA E ALMEIDA, doutor Francisco José de, 589

LA CONDAMINE 533
LADÁRIO, barão de – comandante José da Costa Azevedo, 506, 573, 585, 717, 722
LADISLAU NETO, doutor, 201
LAEMMERT, Eduardo, 51
LAEMMERT, Henrique, 51
LAET, Johannes de, 119, 207, 321, 339, 347, 475, 514, 611
LAGES, general marquês de – João Vieira de Carvalho, 62, 240
LAGUNA, general barão, depois visconde da – Carlos Frederico Lecór, 67, 70, 71, 93, 121, 157, 158, 226, 243, 348, 431, 440, 547, 594, 599, 648, 651, 664, 682
LAGUNA, barão da – *vide* Lamego Costa, almirante Jesuino.
LAGUNA, general Julián, 162, 260
LA MADRI, general, 164
LAMARE, comandante Joaquim Raimundo de, 332, 718
LAMAS, ministro Andrés, 33
LAMAS, general, 89
LAMBERT, capitão Samuel (La Montagne) 442, 445, 714
LAMBERTZ, Willem, 273
LAMEGO COSTA, almirante Jesuino – barão da Laguna (segundo) 716, 718
LAMEGO COSTA, primeiro-tenente José, 66, 137, 251, 716
LAMENHA LINS, coronel Bento, 161, 167, 220, 302, 337, 523, 526, 666
LANA, Jesuíta, 450
LANÇADA, primeiro visconde de – *vide* Sampaio e Pina, Manuel Inácio de.
LANCASTER, James, 250, 252, 288, 294, 295, 670
LANCASTRE, dom Fernando Martins Mascarenhas de, 198
LANCASTRE, dom Francisco N. de, 447
LANDOLPHE, capitão francês, 423, 424
LANGSTOEDT, viajante, 729
LAPAGATE, capitão, 583
LA RAVARDIÈRE, senhor de (Daniel de la Touche) 217, 418, 429, 445, 616, 617, 620, 649, 650, 665
LARA, Caudilho, 614
LARRAÑAGA, Vigário Dámaso Antônio, 67, 77

LASSANCE, engenheiro Guilherme Carlos, 668
LATORRE, coronel Andrés, 35, 76, 260, 354, 606, 713
LATORRE, comandante Tomás, 408
LAVALLE, general Juan, 116, 144, 162, 164, 233, 320, 332, 457
LAVALLEJA, general Juan Antônio, 161, 162, 163, 166, 168, 169, 242, 265, 277, 281, 467, 472, 500, 579, 700
LAVALLEJA, capitão Manuel, 405
LAVRADIO, conde do, 744
LAVRADIO, marquês do, 142, 157, 244, 416, 578, 624
LAW, Engenheiro Henry, 541
LEAL FERREIRA, capitão de fragata Joaquim, 103, 545, 602
LEÃO, coronel José Manuel de, 534
LEÃO, Policarpo Lopes de, 122
LEÃO VELOSO, Pedro, 103
LEÃO VELOSO FILHO, Pedro, 23, 178
LEBRANC, almirante, 233
LE BRETON, Joaquim, 230
LECÓR, general Carlos Frederico – *vide* Laguna, visconde de.
LEDO, Joaquim Gonçalves, 109, 280, 308, 309, 315, 332, 436, 472, 524, 541, 609, 613, 690, 723, 734
LEENHOF, capitão barão Carl de, 168
LEIGH, Charles, 58, 313, 327
LEITÃO, capitão Diogo Barbosa, 511, 516
LEITÃO, capitão-mor Jerônimo, 253, 492
LEITÃO, Jorge, 557
LEITÃO, bispo dom Pedro, 64, 69, 224, 503, 696
LEITÃO BANDEIRA, coronel, depois general Manuel Antônio, 160, 163, 164, 581
LEITE, Antônio Pereira, 505
LEITE, Diogo, 132
LEITE, capitão Miguel Pedroso, 29, 37
LEITE BASTOS, cônego Geraldo, 385
LEITE PACHECO, coronel, 160, 161, 428, 601
LEITE PEREIRA, cônsul português no Paraguai, 728
LEMOS, Manuel Joaquim de, 384, 474
LEMOS, Miguel, 269

LENCASTRE, primeiro-tenente dom Pedro de, 42
LEOPOLDO I, rei dos Belgas, 361, 744
LÉRY, Jean de, 27, 69, 95, 634
LEUCHTENBERG, segunda imperatriz do Brasil, dona Amélia de, 88, 101, 587, 588, 674
LEUCHTENBERG, príncipe de, 88, 588
LEVEL, João Batista, 231
LEVERGER, Augusto – *vide* Melgaço, barão de.
LEWIS LOVE, comandante George, 545
LÍBERO BADARÓ, doutor João Batista, 655
LICHTHARDT, almirante Jan Corneliszoon, 27, 178, 190, 278, 326, 374, 508, 599, 611, 662, 671, 681, 690, 693, 696, 699, 721
LIMA, chefe Afonso de, 117
LIMA, capitão Antônio de, 124, 155
LIMA, primeiro-tenente Antônio Afonso de, 366
LIMA, segundo-tenente Fernando Lázaro de, 389
LIMA, Joaquim Félix de, 234
LIMA, Luís Alves de – *vide* Caxias, barão, conde, marquês e duque de.
LIMA DUARTE, José Rodrigues de, 233
LIMA FELNER 48, 49
LIMA E SILVA, general Francisco de, 247, 249, 272, 357, 391, 460, 518, 520, 525, 527, 666, 676
LIMA E SILVA, tenente-coronel Francisco de, 707
LIMA E SILVA, general João Manuel de, 249, 332
LIMA E SILVA, coronel, depois general José Joaquim de – visconde de Magé, 312, 323, 333, 382, 399, 482, 602
LIMA E SILVA (sobrinho), coronel José Joaquim de – conde de Tocantins, 474
LIMA E SILVA, general Luís Manuel de, 166, 168
LIMPO, primeiro-tenente Francisco Pedro, 327
LIMPO DE ABREU, Antônio Paulino – *vide* Abaeté, visconde de.
LINARS, oficial francês marquês de, 532
LINGE, Paulo de, 494, 512, 525
LINHARES, conde de – dom Rodrigo de Sousa Coutinho, 87, 152, 272
LINHARES, conde de, 393

LINS, Álvaro, 10, 12, 14, 20
LINS, Cristóvão, 445, 446
LIPPE, conde de, 241, 729
LISBOA, capitão Francisco, 408
LISBOA, major Gabriel Gomes, 116, 126
LISBOA, major Guilherme José, 580, 632
LISBOA, João Francisco, 223, 276, 313
LISBOA, João Soares, 666
LISBOA, Joaquim Marques – *vide* Tamandaré, almirante barão, visconde, conde e marquês de.
LISBOA, comandante Venceslau, 345
LISTRY, Johan, 466, 559
LIXAGOTA, capitão, 583
LLERENA, comandante, 405
LOBO, general dom Diego, 51
LOBO, dom Manuel, 28, 74, 447
LOBO, general dom Rodrigo, 51, 70
LOBO, almirante Rodrigo José Ferreira, 110, 241, 272, 285, 298, 309, 659, 716, 717, 724
LOBO DA SILVA, Luís Diogo, 129
LOMBA, capitão de fragata Barbosa, 477, 718, 721
LOMBRIA, Martim Garcia, 288
LONCQ, general Hendrick Corneliszoon, 118, 119, 123, 124, 134
LOO, capitão Wouter van, 86
LOOS, almirante Willem Corneliszoon, 52, 645
LOPES, capitão Antônio, 464
LOPES, furriel Atanásio, 518
LOPES, capitão João, 147
LOPES, João José, 505
LOPES GALVÃO, sargento-mor Manuel, 74, 78
LOPES GAMA, Caetano Maria – visconde de Maranguape, 315, 357, 366, 443, 494, 522, 692
LOPES XAVIER, capitão-tenente, 151
LÓPEZ, major, 343
LÓPEZ, comandante Aniceto, 346
LÓPEZ, Benigno, 728

LÓPEZ, ditador Carlos, 510, 584
LÓPEZ, Estanislao, 97, 545
LÓPEZ, ditador Francisco Solano, 46, 87, 96, 115, 185, 251, 254, 262, 266, 272, 318, 357, 403, 413, 472, 484, 510, 519, 562, 567, 623, 668, 670, 677, 706, 724, 726, 728, 730, 732, 737, 739, 740, 745
LÓPEZ, major José, 373
LÓPEZ, general dom José (López Chico) 424, 446, 457
LORENA, visconde de – *vide* Veloso de Barbuda, Francisco Maria Gordilho.
LORETO, barão de – Franklin Américo de Meneses Dória, 233
LORÓN, frei Alonso, 704
LÓSSIO E SEIBLITZ, dom Nuno Eugênio de, 76, 121, 379
LOULÉ, marquês de, depois duque de, 249, 258
LOULÉ, Marquesa de, 249, 258
LOUREIRO, coronel, 349, 613
LOURENÇO, jesuíta Brás, 69
LOURENÇO SILVA, capitão-tenente João Batista, 634
LOUWENZOON, comandante Jan, 123
LUCENA DE AZEVEDO, capitão Sebastião de, 379, 535
LÚCIFER, almirante, 192
LUGO, doutor Pedro, 45
LUÍS XIV, rei de França, 92, 190, 223, 237, 324, 328, 532
LUÍS, piloto Afonso, 496
LUNA, tenente Pedro, 687
LUND, Peter Wilhelm, 289, 352
LUXEMBURGO, duque de, 326
LUZ, tenente, 564
LUZ, Jacinto Guedes da, 624, 641, 724

M

MACAÉ, visconde de – José Carlos Pereira de Almeida Torres, 72, 98, 197, 275, 317, 322
MACAMBIRA, caudilho, 711
MAC DOUALL, coronel do mar Roberto, 134, 135, 151, 152, 156, 157, 267

MACEDO, João Arias de, 301
MACEDO, doutor Joaquim Manuel de, 256, 371
MACEDO, Manuel Buarque de, 233
MACEDO COIMBRA, comandante, 346, 463
MACEDO COSTA, dom Antônio de, 229, 448
MAC ERWING, comandante Wiliam, 355
MACHADO, capitão Antônio, 496
MACHADO, capitão Antônio Ferreira, 714
MACHADO, Bonifácio, 688
MACHADO, coronel Fernando, 546
MACHADO, capitão Gabriel, 274
MACHADO, Manuel Francisco – barão de Solimões, 380
MACHADO BITTENCOURT, major Camilo, 242, 591
MACHADO BITTENCOURT, general Jacinto, 68, 244, 417, 420, 686, 688, 707, 726, 730, 731, 734, 738
MACHADO DA COSTA, coronel, 403
MACHADO E VASCONCELOS, Francisco Álvares, 387
MACHADO PORTELA, doutor Joaquim Pires, 229
MACHADO RIOS, Francisco Carneiro, 73
MACHAIN, Germano, 250
MACHAU, almirante, 233
MACIEL, organista Antônio, 532
MACIEL, João Antunes, 246
MACIEL, doutor José Álvares, 315
MACIEL, general Salvador José, 105
MACIEL DA COSTA, João Severiano – visconde e marquês de Queluz, 76, 188, 203, 287, 632, 639, 653
MACIEL MONTEIRO, Antônio Peregrino – barão de Itamaracá, 38, 279, 534
MACIEL PARENTE, Bento, 234, 326, 352, 392, 449, 616, 663
MACIEL PARENTE FILHO, Bento, 392
MACKINTOSH, segundo-tenente R, 66
MACNAMARA, John, 39, 40
MADEIRA, coronel Tomé, 160
MADEIRA (de Melo), general Inácio Luís, 125, 126, 130, 142, 153, 158, 181, 232, 285, 323, 371, 381, 383, 399, 424, 632, 633, 679, 741, 742

MADRE DE DEUS, frei Gaspar da, 91, 338, 561
MADRE DE DEUS GALVÃO, dom frei Antônio de, 204
MADUREIRA, capitão Antônio de, 594
MADUREIRA, primeiro-tenente engenheiro Bernardino, 245
MADUREIRA, Elói de, 274
MADUREIRA, Gaspar Borges de, 418
MAGALHÃES, Antônio de (sargento-mor do Estado) 217
MAGALHÃES, tenente-coronel Antônio Carlos de, 423
MAGALHÃES, doutor Domingos José Gonçalves de – *vide* Araguaia, visconde de.
MAGALHÃES, Fernando de, 172, 709, 736
MAGALHÃES, João de, 509
MAGALHÃES, comandante Joaquim José de, 34, 406
MAGALHÃES, Luís de, 134
MAGALHÃES, almirante Pedro Jaques de – visconde da Fonte Arcada, 147, 563, 624, 693, 722, 734
MAGALHÃES DE MENESES, general José Narciso de, 200, 723
MAGALHÃES TAQUES, Benevenuto Augusto de, 187
MAGÉ, visconde de – *vide* Lima e Silva, coronel, depois general José Joaquim de.
MAGESSI TAVARES DE CARVALHO, general Francisco de Paula – primeiro barão de Vila Bela, 487
MAIA, doutor Emílio, 596
MAIA, capitão de mar e guerra José Inácio, 59, 424
MAIA, comandante J. J., 188
MAIA DA GAMA, João da, 156, 213, 216, 228, 237
MAIRINCK DE SILVA FERRÃO, José Carlos, 76
MALCHER, Felix Antônio Clemente, 43, 153, 154, 169, 592
MALDONADO, capitão Miguel Aires, 470
MALLET, Emílio Luís – barão de Itapevi, 33, 160, 165, 168, 318, 343, 465, 730, 738
MANCILLA, general Lucio, 126, 127, 144, 162, 457, 718, 719
MANDURE, comandante Domingos, 606
MANIÚ (Algodão), principal, 722
MANSON, capitão de fragata George, 512
MANUEL, Aleixo (o velho) 511

MANUEL JOÃO, piloto, 604
MANUEL LUÍS, músico, 578
MANUEL PEDRO, brigadeiro, 98
MARANGUAPE, visconde de – *vide* Lopes Gama, Caetano Maria.
MARANHÃO, marquês do –*vide* Cochrane, lorde.
MARCGRAV, George, 78, 430, 475, 512, 562
MARCÓ, tenente-coronel, 318
MARIA DE MEDICIS, rainha regente, 445
MARIANI, presidente do Pará, 262
MARIATH, almirante Frederico, 65, 83, 186, 253, 300, 384, 414, 643, 644
MARICÁ, visconde e marquês de – Mariano José Pereira da Fonseca, 77, 287, 306, 526, 639
MARIA STUART, rainha, 635
MARÍLIA DE DIRCEU – dona Maria Joaquina Dorotéa de Seixas, 114, 495
MARIN, André, 339
MARINHO, monsenhor José Antônio, 206, 571
MARINHO, Sebastião, 492
MARINHO FALCÃO, coronel Manuel Sebastião, 602
MARINO, capitão Feliciano, 687
MARINS LOUREIRO, padre Antônio de, 339
MARIZ, Antônio de, 211
MARQUES D'ELVAS PORTUGAL (não Marques de Sousa), tenente-coronel, depois brigadeiro, 41, 52, 679
MARQUES GUIMARÃES, comandante, 569
MARQUES XAVIER, major Francisco, 252
MARQUEZ, Rubio, 250
MARTINEZ, major, 320
MARTINEZ, coronel, depois general Francisco, 416, 417, 442, 444
MARTINEZ, Juliana Isfrán de, 728
MARTÍNEZ, Manuel, 743
MARTINI 105
MARTINI, tenente, 403
MARTINS, David José – *vide* Canabarro, general David.
MARTINS, Domingos José, 193, 196, 302, 348
MARTINS, major Francisco Antônio, 256, 602, 636, 715

MARTINS, major Francisco José, 421
MARTINS, Francisco Gonçalves – visconde de São Lourenço, 117, 143, 204, 510
MARTINS, tenente-coronel Francisco José, 259
MARTINS, João, 562
MARTINS, Sebastião, 617
MARTINS DA COSTA, Francisco, 98
MARTINS NAMORADO, Pedro, 183
MARTINS PENA, Luís Carlos, 626, 692
MARTINS PESSOA, capitão Domingos Teotônio Jorge, 196, 306, 311, 394
MARTIUS, Carlos Frederico Filipe von, 711
MARZAGÃO, capitão João Correia Alves, 655
MASCARENHAS, dom Fernando de – *vide* Torre, conde da.
MASCARENHAS, dom Luís de – conde d'Alva, 115
MASCARENHAS CASTELO BRANCO, vigário Fernando José de, 172
MASCARENHAS HOMEM, capitão-mor Manuel de, 209, 733
MASPERO 344
MASSÉ, general João, 565
MAST, Johan van der, 261
MATA BACELAR, desembargador José Teixeira da, 76, 172
MATOS, comandante Fabrício de, 543
MATOS, brigadeiro Félix José de, 172
MATOS, Gregório de, 247
MATOS, José Mariano de, 374
MATOS CARDOSO, capitão João de, 296, 681, 683, 690, 699, 715, 721
MAUÁ, barão e visconde de – Irineu Evangelista de Sousa, 171, 280, 597, 739
MAURER, João Jorge, 372
MAURITI, segundo-tenente Cordovil, 99, 117
MÁXIMO, capitão, 551
MAZARREDO, major, 372
MBAEPEVA, cacique, 27
MEDEIROS, tenente do mar, 151

MEDEIROS, major Ernesto Emiliano de, 405, 510
MEDEIROS COSTA, major Antônio de, 446
MEDICIS, Lourenço de, 358, 499
MEDINA, tenente-coronel Anacleto, 162, 163, 432
MEDINA, tenente-coronel Adriano, 162, 167
MEDRADO, Landulfo, 686
MEDRANO, capitão Galaz de, 678
MEIRA LIMA, capitão, 401
MEIRELES, Vitor, 133, 281, 555
MELGAÇO, chefe de esquadra barão de – Augusto Leverger, 58, 68, 93, 113, 117, 137, 355, 482, 490, 500, 705
MELO, coronel Agostinho de, 664, 682
MELO, Antônio Correia Pessoa de, 36
MELO, escritor Antônio Joaquim de, 635, 696
MELO, dom Antônio Joaquim de, 131
MELO, Arrais de, 493
MELO, capitão Baltasar Rodrigues de, 41
MELO, sargento-mor Bernardo Vieira de, 359, 629
MELO, almirante Custódio de, 117, 179
MELO, capitão-tenente Correia de, 151
MELO, Flávio Antônio de, 505
MELO, general Duarte Guilherme Correia de, 687
MELO, Francisco Dias de, 702, 703
MELO, capitão Francisco Gomes de, 264, 394, 512
MELO, Frederico de, 492
MELO, alferes Jacinto Soares de, 601
MELO, capitão João Pais de, 190, 449, 506
MELO, naturalista Joaquim Correia de, 724
MELO, capitão Joaquim Francisco de, 593
MELO, coronel José Antônio Pessoa de, 664, 665
MELO, coronel José Camelo Pessoa de, 539, 556
MELO, padre Joseph Rodrigues de, 232
MELO, Manuel José de, 237
MELO, Pedro de, 631
MELO, comandante Sousa de, 543
MELO ALBUQUERQUE, Nuno de, 123

MELO E ALBUQUERQUE, coronel Antônio Manuel de, 555, 572
MELLO E ALBUQUERQUE, tenente-coronel Antônio de, 53
MELO E AZEVEDO E BRITO, Paulo José de, 551
MELO BRAYNER, José de, 156, 157
MELO CESAR, tenente-coronel Luís Pedro de, 432
MELO DE CASTRO, Diogo de, 443
MELO E CASTRO, Martinho de, 152
MELO FRANCO, doutor Francisco de, 411
MELO MONTENEGRO, padre João Ribeiro Pessoa de, 196, 311
MELO PEREIRA, Bento de, 116
MELO PEREIRA E CÁCERES, João de Albuquerque de, 181
MELO DA SILVA, Luís de, 636
MELO E SOUSA, Manuel Inácio de – barão do Pontal, 223
MENA, coronel Sarmento, 540
MENA BARRETO, general João de Deus – visconde de São Gabriel, 35, 172, 248, 354, 377, 406, 458, 485, 524, 548, 586, 590
MENA BARRETO, general João Manuel, 331, 337, 341, 343, 458, 486, 548, 584, 596, 610, 619, 706, 725, 730, 737, 740
MENA BARRETO, general João Propício – barão de São Gabriel, 30, 32, 111, 185, 361, 443, 486, 548, 581, 624, 641, 663, 674, 743, 747
MENA BARRETO, general José Luís (1º), 486, 548, 564
MENA BARRETO, general José Luís (2º), 318, 405, 433, 465, 502, 581, 584, 623, 707, 725, 738
MENDES, Fernando, 559
MENDES, Manuel Odorico, 83, 246, 307, 467
MENDES, capitão Simão, 534
MENDONÇA, comandante Amaro José de, 517
MENDONÇA, Antônio Augusto de, 308, 461
MENDONÇA, capitão de fragata Augusto Neto de, 698
MENDONÇA, governador Felix José Machado de, 572
MENDONÇA, Desembargador José Luís de, 196, 348
MENDONÇA, conde almirante Lopo Furtado de, 82, 472
MENDONÇA, prelado Lourenço de, 339, 519, 627
MENDONÇA, comandante Neto de, 463
MENDONÇA, Luís Antônio Furtado de – *vide* Barbacena, visconde de.

MENDONÇA ARRAES, mestre de campo Cristóvão de, 468
MENDONÇA E VASCONCELOS, Francisco de, 112, 204
MENDONÇA FURTADO, Diogo de, 293, 295, 565
MENDONÇA FURTADO, Francisco Xavier de, 228
MENDONÇA FURTADO, Jerônimo de (Uxumbergas) 192
MENDOZA, Gonzalo de, 704
MENDOZA, capitão Juan, 694
MENDOZA, dom Pedro de, 670, 678
MENELAU, Constantino de, 638
MENESES, general Antônio Teles de – *vide* vila Pouca de Aguiar, conde.
MENESES, brigadeiro Bento Martins de – barão de Ijuí, 234, 668, 706
MENESES, general Francisco Barreto de, 48, 58, 61, 63, 67, 78, 81, 82, 86, 91, 141, 142, 145, 156, 261, 265, 266, 271, 275, 363, 462, 472, 563, 734
MENESES, dom João Manuel de, 116, 177, 304
MENESES, José Ferreira de, 337
MENESES, tenente-coronel Juvêncio de, 267, 326
MENESES, tenente-coronel Manuel José de, 257
MENESES, Tobias Barreto de, 337, 375
MENESES DÓRIA, Franklin Américo de – *vide* Loreto, barão de.
MENESES DE DRUMMOND (os dois irmãos) 637
MERCÊS TAVARES, padre Prudêncio das, 422
MERLING, tenente, 97
MESA, capitão de mar e guerra Pedro Inácio, 346, 347
MESQUITA, tenente-coronel Luís de, 432, 706, 725
MESQUITA, doutor Pedro Pereira Fernandes de, 658
MESQUITA, tenente-coronel Sezefredo de, 373
METASTÁSIO 578
METHUEN, Paul, 736
METROWICH, João, 210, 417
MEYDT, contra-almirante Melck, 118, 124
MEYER, Hugo von, 61
MEZA, capitão de fragata, 737
MILHOMENS, caudilho, 711
MILLIGEN, Abrahão van, 497
MINGAIA (apelido) 594

MIRALES, dom José de, 365, 447, 490, 702, 728
MIRANDA, Estevão Machado de, 562
MIRANDA, José Filipe de, 343
MIRANDA, capitão Manuel de Araújo de, 145, 147
MIRANDA E BRITO, tenente-coronel, depois general Antônio Elisiário de, 161, 597
MIRANDA HENRIQUES, Rodrigo de, 242
MIRANDA MONTENEGRO, Caetano Pinto de – visconde e marquês da vila Real da Praia Grande, 61, 77
MIRANDA REIS, coronel, 689, 707, 726, 727
MIRANDELA, conde de – *vide* Veiga Cabral da Câmara, coronel Francisco Antônio da.
MITRE, general Bartolomeu, 56, 111, 318, 351, 407, 437, 510, 514, 519, 529, 542, 543, 649
MITRE, general Emílio, 405, 458, 543, 719
MOLINA, Luís Tenório de, 156
MONCORVO LIMA, Álvaro Tibério de, 117
MONIZ BARRETO, Francisco, 333
MONIZ BARRETO, doutor José de Assis Alves Branco, 193, 214
MONROE, presidente James, 322
MONSERRATE, frei Camilo de, 273
MONTALVÃO, marquês de, 124, 141, 186, 199, 250, 261, 334, 365, 673
MONTANUS 430, 475
MONTE ALEGRE, marquês de – José da Costa Carvalho, 108, 249, 272, 288, 305, 315, 353, 357, 528, 557, 570
MONTE ALVERNE, frei Francisco de (Francisco José Carvalho) 451, 591, 676
MONTEIRO, general Vitorino José Carneiro – *vide* São Borja, barão de.
MONTEIRO DE BARROS, Lucas Antônio – barão e visconde de Congonhas do Campo, 77, 240, 460
MONTEIRO DE BARROS, Marcos Antônio, 77, 670
MONTEIRO BEZERRA, capitão, 33
MONTEIRO TORRES, chefe de divisão Joaquim José, 669
MONTEIRO DA VIDE, dom Sebastião, 232, 348, 503
MONTERRORO, Frade, 606
MONTE SANTO, barão de – *vide* Oliveira, Luís José de.

MONTEZUMA, Francisco Gê Acaiaba de – *vide* Jequitinhonha, visconde de.
MONTGOLFIER, irmãos, 450
MONTIEL, coronel Blas, 297, 484, 502, 546
MONTIEL, major, 668
MONTIEL, Manuel, 288
MONTMORENCY, Margarida de (princesa de Condé), 650
MONTOYA, padre Antônio Ruiz de, 683
MORAIS, coronel, 269
MORAIS, capitão Antônio de, 496
MORAIS, capitão Antônio Macário de, 100
MORAIS, tenente Bento José de, 591, 605, 606
MORAIS, coronel Cipriano de, 706, 707
MORAIS, Francisco de, 704
MORAIS, coronel Francisco Diogo de, 136
MORAIS, José Manuel de, 218
MORAIS, general José Manuel de, 399, 400, 601
MORAIS, major Luís Correia de, 42
MORAIS, Jesuíta Manuel de, 437, 714
MORAIS, coronel Manuel Cipriano de, 320
MORAIS, Manuel Pereira de, 711, 723
MORAIS E BARROS, Prudente José de, 179
MORAIS CID, coronel Feliciano de, 161, 291
MORAIS CID, tenente-coronel J. F. de, 242
MORAIS DURÃO, ouvidor Antônio José de, 675
MORAIS NAVARRO, José Joaquim Geminiano de, 116
MORAIS NAVARRO, Lourenço José de, 501, 502
MORAIS REGO, major Pedro Paulo de, 43, 308, 310, 371, 688, 694
MORAIS SILVA, Antônio de, 255
MORAIS TORRES, bispo dom José Afonso de, 664
MORAIS E VALE, primeiro-tenente Rafael, 298
MORALES, comandante, 258
MORALES, capitão de fragata Francisco Xavier de, 150
MORATO, Manuel, 492
MOREAU, Pierre, 48, 430, 486
MOREIRA, estudante Antônio, 532

MOREIRA, capitão Bento José, 122
MOREIRA, Mateus, 562
MORENO, major, 484, 688
MORENO, capitão Manuel Vaz, 625
MORERA, comandante Pascual, 522
MORERI 28
MORGENSTERN, engenheiro Wisner von, 474, 543
MORGUIONDO, Prudêncio, 251
MORTAMER, comandante, 54
MORONI, piloto Pedro Ignácio, 716
MOSQUERA, tenente-coronel Pedro, 524, 575
MOSQUERA, Ruiz García de, 703, 704
MOTA, comandante Artur Silveira da – *vide* Jaceguai, barão de.
MOTA, Francisco da, 105
MOTA, João da, 359
MOTA, João Dias da, 370
MOTA, Vicente Pires da, 169
MOTA TEIXEIRA, Domingos da, 76
MOTA TEIXEIRA, coronel João da, 384, 457
MOTTE, capitão de la, 485
MOUCHERON, capitão Cosme de, 445
MOURA 105
MOURA, capitão-mor Alexandre de, 191, 567, 614, 616, 617, 620
MOURA, dom Antônio Rolim de, 218
MOURA, Bento Vieira de, 505
MOURA, doutor Caetano Lopes de, 680
MOURA, dom Filipe de, 250
MOURA, Diogo de, 506
MOURA, dom Francisco de, 509
MOURA, dom Paulo de. – *vide* Santa Catarina, frei Paulo de.
MOURA, padre Pedro de, 367
MOURA CABRAL, desembargador Luís Manuel de, 112
MOURA FOGAÇA, capitão João de, 561
MOURA LACERDA, tenente-coronel Joaquim Mariano Galvão de, 35, 605
MOURA LACERDA, major José Pedro Galvão de, 652

MOURA TAVARES, dom Antônio Rolim de – *vide* Azambuja, conde de.
MOUSSY, Martin de, 370 (nota 1)
MÜLLER, Lauro, chanceler, 9, 10, 24
MULUNGUETA, caudilho, 711
MUNIZ, Francisco Gomes, 492, 494
MUNIZ, João Bráulio, 357, 540
MUNIZ, capitão Julián, 547
MUNIZ TAVARES, monsenhor Francisco de, 130, 598, 637, 684
MUÑOZ, 577
MUÑOZ, general Basílio, 89
MUNSTER, capitão, 141
MURITIBA, barão, visconde e marquês de – Manuel Vieira Tosta, 80, 99, 139, 557

N

NABUCO, Joaquim,12, 15, 16, 23, 291, 344, 397, 555
NABUCO DE ARAÚJO, José Joaquim – barão de Itapuã, 76
NABUCO DE ARAÚJO, senador José Tomás (1º), 79
NABUCO DE ARAÚJO, senador José Tomás (2º), 216, 219, 397, 460, 502, 511, 708
NASCIMENTO, alferes Manuel Alves do, 588
NASCIMENTO, major Manuel de Azevedo do, 560
NASCIMENTO MONTEIRO, Manuel do, 560
NASSAU-SIEGEN, conde e príncipe João Maurício de, 289, 314, 319, 324, 325, 722
NATIVIDADE SALDANHA, José da, 507
NAVARRETE, Fernandez de, 103
NAZARÉ, visconde e marquês de – *vide* Ferreira França, doutor Clemente.
NEGRÃO, capitão Teodorico Gonçalves, 274
NEGREIROS SAYÃO LOBATO, Francisco de Paula de – visconde de Niterói, 187, 196, 356
NELSON, Lorde, 345, 350
NEGREIROS, André Vidal de, 48, 59, 61, 72, 74, 86, 88, 91, 100,

145, 147, 175, 218, 230, 259, 265, 344, 353, 365, 367, 420, 422, 442, 445, 453, 459, 462, 464, 466, 492, 497, 509, 534, 537, 544, 547, 611, 627, 635
NÉRI, coronel, 437, 644
NÉRI, tenente-coronel Filipe, 164
NÉRI, dona Ana Justina Ferreira ("mãe dos brasileiros") 310
NÉRI, capitão de fragata Isidoro, 310, 325, 691
NETO, sargento-mor Francisco, 274
NETSCHER, P. M., 119, 265, 514
NEUKOMM, compositor Sigismundo, 326, 366
NEWCOULE, tenente, 59
NHANGUIRU, cacique Nicolau, 111, 637
NICHOLL, comandante James, 595
NIEDERAUER, coronel João, 484, 546, 688, 706, 707
NIEMEYER, coronel Conrado Jacob de, 193, 608, 642
NIEUHOFF, Johan, 28, 367, 430, 459, 497, 512, 522, 611, 640, 722, 735
NITERÓI, visconde de – *vide* Negreiros Sayão Lobato, Francisco de Paula de.
NIZA, marquês de, 350
NÓBREGA, tenente Bernardino Ferreira, 42
NÓBREGA, padre Manuel da, 288, 341, 364, 589, 615
NÓBREGA DE SOUSA COUTINHO, general Luís Pereira da, 61, 109, 332, 385, 690, 723, 734
NOGUEIRA, Cassiano Gomes, 505
NOGUEIRA, Fernando Gomes, 504
NOGUEIRA, capitão-tenente José Maria, 422
NOGUEIRA, Manuel, 292
NOGUEIRA DA GAMA, Manuel Jacinto – visconde e marquês de Baependi, 77, 127, 287, 507, 541, 639
NOGUEIRA JAGUARIBE, Domingos José, 196
NOGUEIRA PAIS, coronel Francisco Barbosa, 648
NOORT, Olivier van, 104, 112, 627
NORONHA, chefe de divisão, 283
NORONHA, dom Afonso de, 393
NORONHA, Fernão ou Fernando de, 187, 369

NORONHA, Jácome Raimundo de, 91, 183
NORTH, Lorde, 244
NORTH, capitão Roger, 244, 603
NORTON, James, 31, 32, 58, 137, 138, 169, 172, 248, 251, 255, 285, 315, 319, 345, 355, 424, 425, 427, 489, 513, 520, 526, 527, 552, 587, 691, 720
NOVA FRIBURGO, barão de – Antônio Clemente Pinto, 569
NOVAIS, Faustino Xavier de, 466
NOYER, pirata francês Jean, 250, 294, 670
NUNES, coronel, 484
NUNES, sargento-mor Agostinho, 273
NUNES, padre Diogo, 189
NUNES, Joaquim Teixeira, 53, 377, 414, 609, 621, 667, 713, 721
NUNES, padre Leonardo, 481, 704, 732
NUNES, Manuel, 408
NUNES, Paulo, 485
NUNES, capitão Paulo, 305
NUNES, vice-almirante Pedro Antônio, 121, 405, 576, 595
NUNES BEZERRA, capitão Antônio, 475
NUNES GARCIA, padre José Maurício, 264, 541
NUNES MACHADO, deputado Joaquim, 630, 746
NÚÑEZ, comandante Romualdo, 396, 404
NÚÑEZ, capitão Terêncio, 34

O

ÓBIDOS, conde de, 654
OEYNHAUSEN E GRAVENBURG, João Carlos Augusto de – visconde e marquês de Aracati, 76, 121, 174, 353, 393, 655
OJEDA, comandante Baltasar, 606
OLAVARRIA, coronel J., 32, 162, 164, 167
OLAZABAL, coronel Félix, 162
OLINDA, visconde e marquês de – Pedro de Araújo Lima, 32, 60, 66, 79, 80, 189, 240, 249, 271, 316, 324, 327, 338, 353, 412, 440, 491, 502, 503, 528, 529, 533, 534, 556, 570, 655, 675, 685, 708, 729

OLIVEIRA, coronel Albano de, 249, 460
OLIVEIRA, Antônio de, 326, 551
OLIVEIRA, major Antônio José de, 579, 580
OLIVEIRA, comandante Antônio Leocádio de, 255, 424
OLIVEIRA, tenente-coronel Antônio Pedro de, 406, 707
OLIVEIRA, padre Belchior Pinheiro de, 385, 504, 645
OLIVEIRA, coronel Bento Rodrigues de, 33, 369, 385
OLIVEIRA, Cândido Batista de, 125, 322, 742
OLIVEIRA, coronel Carlos Augusto de, 33
OLIVEIRA, governador Diogo Luís de, 183, 343, 398
OLIVEIRA, capitão Elias de, 64, 65, 68
OLIVEIRA, Filipe Álvares de, 94
OLIVEIRA, brigadeiro Filipe Néri de, 66, 161, 440, 579, 663
OLIVEIRA, tenente-coronel Francisco Sérgio de, 83
OLIVEIRA, coronel Isidoro de, 706
OLIVEIRA, conselheiro João Alfredo Correia de, 118, 196, 201, 291, 300, 506, 555
OLIVEIRA, alferes Joaquim de, 746
OLIVEIRA, coronel Leonardo, 162, 167, 387, 579, 746
OLIVEIRA, coronel Lopes de, 707
OLIVEIRA, Luís José de – barão de Monte Santo, 76
OLIVEIRA, desembargador Luís Machado de, 221
OLIVEIRA, coronel Machado de, 262
OLIVEIRA, capitão de fragata Manuel Antônio Vital de, 95, 99
OLIVEIRA, tenente-coronel Manuel Rodrigues de, 536, 537
OLIVEIRA, desembargador Mesquita de, 295
OLIVEIRA, Pedro de, 183
OLIVEIRA, comandante Pedro Ferreira de, 188, 521
OLIVEIRA, Salvador Cardoso de, 360
OLIVEIRA, Salvador Correia de, 303
OLIVEIRA, doutor Saturnino de Sousa e, 263, 264, 668
OLIVEIRA, bispo dom Vital Maria Gonçalves de, 389, 665
OLIVEIRA ÁLVARES, general Joaquim de, 35, 61, 250, 374, 524, 605
OLIVEIRA BASTOS, capitão Antônio de, 703
OLIVEIRA BELO, Luís Alves Leite de, 122
OLIVEIRA BELO, tenente-coronel Wenceslau de, 33, 648

OLIVEIRA BOTAS, comandante João Francisco de, 36, 42, 92, 94, 169, 280, 313, 323, 335, 363, 694, 720
OLIVEIRA BUENO, tenente-coronel Albano de, 167, 579
OLIVEIRA BUENO, coronel Manuel de, 453, 465, 707, 725
OLIVEIRA CATRAMBI, João Antônio Rodrigues de, 178
OLIVEIRA COUTINHO, Aureliano de Sousa e – *vide* Sepetiba, visconde de.
OLIVEIRA E ANDRADE, capitão Antônio Dias de, 585, 586, 597
OLIVEIRA FIGUEIREDO, Carlos Augusto de, 103
OLIVEIRA FIGUEIREDO, primeiro-tenente Joaquim Manuel de, 154, 624
OLIVEIRA JUNIOR, Joaquim Bento de, 139
OLIVEIRA JUNQUEIRA, João José de, 196
OLIVEIRA LISBOA, tenente-general Henrique Marques de, 614
OLIVEIRA E MELO, capitão-mor Manuel Marcondes de – barão de Pindamonhangaba, 504
OLIVEIRA NÉRI, coronel Carlos Bethbezé de, 477, 707
OLIVEIRA PIMENTEL, primeiro-tenente, 347
OLIVEIRA SANTOS, Fileno de, 346
OLIVEIRA SAMPAIO, Carlos César de, 178
OLIVEIRA E SOUSA, Cândido Xavier de, 507
OLMEDILLA (cartógrafo) 159
OLSURSA Y HERMOSA, major, 477
OQUENDO, dom Antônio de, 496, 514, 515, 671
ORDAZ, Diego de, 309
ORELLANA, Francisco de, 115
ORIBE, coronel Inácio, 25, 162, 295, 690
ORIBE, general Manuel, 71, 162, 163, 213, 288, 291, 325, 405, 438, 442, 463, 510, 513, 570, 576, 579, 657
ORIBE, Pancho, 448
ORNELAS, tenente-coronel Antônio Joaquim de, 49, 663
ORNELLAS MUNIZ, Francisco d', 48
ORTIZ, tenente Oliverio, 242
ORVILLIERS, Claude d', 156
ORVILLIERS, Claude d', senhora, 286
OSÓRIO, mestre de campo Juan, 678

OSÓRIO, general Manuel Luís – *vide* Herval, barão, visconde e marquês de.
OSÓRIO, tenente-coronel Manuel Jacinto, 727
OSÓRIO, coronel Tomás Luís, 261, 278
OSUNA, duque de, 693
OTORGUÉS, coronel Fernando, 155
OTONI, Carlos Honório Benedito, 621
OTTONI, primeiro-tenente Jorge Benedito, 621
OTTONI, José Elói, 564, 673
OTTONI, Teófilo Benedito, 308, 588, 665
OUDAEN (não Housdan), comandante, 314, 316
OURIVES, comandante, 530, 695
OURO PRETO, visconde de – Afonso Celso de Assis Figueiredo, 338, 638, 441, 464
OVIDE, 230

P

PACHECO, coronel Angel, 162, 163
PACHECO, coronel José Garcia, 371, 375
PACHECO, general José Leite, 112
PACHECO, coronel Manuel Antônio, 440, 457
PACHECO PEREIRA, Duarte, 324
PAÇO PORBEM BARBOSA, desembargador José Raimundo do, 137
PADILHA, capitão Francisco, 183, 347, 356, 496
PAIS, engenheiro Diogo, 696
PAIS, capitão João, 605
PAIS, Tomás, 435
PAIS DE ANDRADE, Manuel de Carvalho, 44, 73, 220, 361, 383, 384, 484, 519, 522, 710
PAIS BARRETO, Francisco (Morgado do Cabo) – marquês do Recife, 220, 337, 384
PAIS BARRETO, Francisco Xavier, 169
PAIS BARRETO, capitão Leandro César, 667
PAIS LEME, Fernão Dias, 195, 409

PAIVA, coronel Antônio Soares de, 403
PAIVA, Jerônimo Serrão de, 420, 497, 507, 508
PAIVA, desembargador José Caetano de, 112
PAIVA, doutor Manuel Joaquim Henriques de, 200
PAIVA, doutor José Henriques de, 142
PAIVA, padre Manuel de, 84, 724
PAIVA SOUTO MAIOR, mestre de campo João de, 517, 535, 574
PAIXÃO, comandante, 643, 718
PALÁCIOS, bispo paraguaio, 728
PALÁCIOS, frei Pedro de, 283
PALHETA, major Francisco de Melo, 286, 299
PALLEJA, coronel, 264
PALOMEQUE, coronel, 667
PAMPLONA, Davi, 635, 685
PANTOJA, capitão, 656
PARAGUAÇU (Catarina Álvares) 85
PARANAGUÁ, visconde e marquês de – Francisco Vilela Barbosa, 77, 226, 245, 261, 287, 385, 412, 415, 503, 513, 541, 635, 639, 654, 682, 684
PARANAGUÁ, visconde e marquês de – João Lustosa da Cunha Paranaguá, 177, 385, 441
PARAUPABA, Antônio, 562
PARANÁ, marquês de – Honório Hermeto Carneiro Leão, 50, 72, 117, 212, 218, 227, 247, 397, 412, 428, 498, 502, 553, 593, 657, 664, 669, 709
PAREDES, capitão, 687
PARIS, Arsêne de, 217
PARKER, comandante Guilherme, 251, 325, 424, 480, 485, 561, 589, 644, 691, 718
PARNAÍBA, visconde de – Manuel de Sousa Martins, 83, 169, 432, 533
PASSAGEM, barão da – *vide* Carvalho, chefe de divisão Delfim Carlos de.
PASSOS, tenente-coronel Roberto Vieira, 36
PASSOS NEPOMUCENO, capitão João dos, 676
PATER, almirante Adriaen Janszoon, 514, 515

PATI DO ALFERES, barão do – *vide* Veloso de Barbuda, Francisco Maria Gordilho.
PAULA BRITO, Francisco de, 310, 715
PAULA E OLIVEIRA, tenente-coronel Francisco de, 112
PAULA OSÓRIO, primeiro-tenente Francisco de, 290, 298, 301, 302, 424, 595
PAULA PRESTES, capitão José de, 35, 563, 565
PAULA SOUSA E MELO, senador Francisco de, 92
PAULA E VASCONCELOS, brigadeiro Francisco de, 247
PAULO III, papa (Alexandre Farnese), 324
PAUNERO, general , 320, 467, 543, 719
PAUNERO, alferes José Venceslau, 687
PAZ, doutor, 351
PAZ, alferes João da, 349
PAZ, coronel José Maria, 162, 163, 164
PAZ, major Samuel da, 160
PEÇANHA, tenente-coronel Manuel Antônio, 682
PEÇANHA, capitão Mascarenhas, 263
PEÇANHA, Nilo, 17
PEDRA, coronel, depois general, 423, 465, 546, 706, 707
PEDRA BRANCA, barão e visconde de – *vide* Borges de Barros, Domingos.
PEDREGULHO, caudilho, 711
PEDROSO, capitão, 311
PEDROSO, Epifânio José, 717
PEDROSO LEITE, capitão Miguel, 29, 37
PEGADO, capitão de mar e guerra Antônio José, 151, 152
PEIXOTO, major, 269
PEIXOTO, Floriano (antes Floriano Vieira Peixoto), 179, 432
PELEJA, desembargador Antônio Luís, 532
PELEJA, estudante Francisco, 532
PELOTAS, segundo visconde de – *vide* Câmara, general José Antônio Correia da.
PELOTAS, primeiro visconde. – *vide* Câmara, general Patrício José Correia da.
PEMBROKE, conde de, 306

PENA, Afonso, 17
PENALVA, barão de – *vide* Barros e Vasconcelos, comandante Antônio Augusto de.
PENHA, barão da – *vide* Fonseca Costa, general João de Sousa da.
PENROSE, Thomas, 40
PENTEADO, capitão, 90
PERDIGÃO MALHEIRO, doutor Agostinho Marques, 333, 335
PEREIRA, primeiro-tenente, 160
PEREIRA, André, 678, 733
PEREIRA, coronel A. Alves, 706
PEREIRA, sargento e segundo-tenente André Avelino, 42, 92, 94, 280
PEREIRA, padre Antônio, 205
PEREIRA, capitão Antônio, 654
PEREIRA, Bartolomeu Simões, 379
PEREIRA, Benta, 471
PEREIRA, general Bento Barroso, 76, 353, 440, 655
PEREIRA, coronel Camilo Mércio, 458, 607
PEREIRA, tenente de mestre de campo Davi Marques, 150
PEREIRA, Diogo, 562
PEREIRA, tenente-coronel Francisco José, 112, 153
PEREIRA, capitão Jerônimo, 699, 715, 721
PEREIRA, coronel Jerônimo Jacinto, 645, 726
PEREIRA, José Clemente, 109, 136, 200, 206, 226, 269, 307, 315, 352, 353, 385, 505, 578, 619, 690, 723
PEREIRA, capitão de fragata Luís Barroso, 157, 278
PEREIRA, Marciano, 353
PEREIRA, sargento-mor Miguel Alves, 516
PEREIRA, capitão engenheiro Sebastião, 213
PEREIRA, coronel, depois brigadeiro Vasco Alves – barão de Santana do Livramento, 322, 337, 465, 550, 688, 706, 719, 725, 735, 738, 742
PEREIRA FILGUEIRAS, capitão-mor, depois coronel José, 45, 78, 277, 279, 280, 287, 432, 666
PEREIRA DA CUNHA, Antônio Luís – visconde e marquês de Inhambupe, 76, 307, 528, 541, 639, 660
PEREIRA DA SILVA, coronel Manuel, 648

PEREIRA DA SILVA, Teodoro Machado Freire, 196
PEREIRA DE BURGOS, tenente-coronel José Felix, 360
PEREIRA DE CAMPOS, chefe de esquadra, 287, 382
PEREIRA DE MELO, cônego José Cardoso, 98
PEREIRA DE SOUSA, Pedro Luís, 233, 404, 686, 711
PEREIRA GUIMARÃES, capitão Francisco, 637
PEREIRA LEAL, comandante A. J., 643
PEREIRA LEAL, capitão Francisco, 225
PEREIRA LEAL, segundo-tenente Filipe José, 373, 656
PEREIRA PINTO, A., 193
PEREIRA PINTO, comandante Francisco – barão de Ivinheima, 643
PEREIRA PINTO, major Francisco Barreto, 591, 605
PEREIRA PINTO, tenente-coronel M. Barreto, 161
PEREIRA PINTO, major Sebastião Barreto, 605
PEREIRA REIS, Manuel, 178
PERES, Duarte (bacharel de Cananéia), 122, 455
PERES CALHÁO, Antônio, 712
PERES CALHÁO, Francisco, 712
PERET, Jean du, PERET, capitão, 133, 485
PEREYRA, comandante Toribio, 346
PESCHEL, 577
PESSOA, coronel José Elói, 652
PESSOA DE MELO, Urbano Sabino, 630, 692
PETERSON, Charles, 370
PEYRE, oficial francês Monclerc de, 532
PHILLIPS, cirurgião doutor, 251
PINHEIRO, José Alves, 263
PIAUILINO, capitão, 116, 117
PICANÇO, doutor José Correia – primeiro barão de Goiana, 142
PICARD, major Alexandre, 396, 407
PIEDADE, condessa da – *vide* Costa Ribeiro Pereira, dona Engrácia Maria da.
PIEDADE, frei Manuel da, 702
PIGAFETTA, Antônio, 709
PILAR, dom frei Bartolomeu do, 538
PILAR, frei Ricardo do, 114

PILIT, 231
PIMENTA BUENO, José Antônio – marquês de São Vicente, 79, 198, 557, 741
PIMENTEL, dona Ana, 188, 232, 550
PIMENTEL, Manuel, 95, 638
PIMENTEL, Sebastião, 181
PINDAMONHANGABA, barão de – *vide* Oliveira e Melo, capitão-mor Manuel Marcondes de.
PINEDO, comandante José Maria, 425, 510
PINHEIRO DE OLIVEIRA, Belchior, 385, 504, 654
PINHEIRO, capitão-mor Salvador, 367
PINHEIRO GUIMARÃES, brigadeiro Francisco, 284, 318, 569, 726, 731
PINHEIRO MACHADO, doutor Antônio Gomes, 709
PINHO BORGES, José de, 76
PINO, capitão, 449
PINTO, capitão Antônio, 470
PINTO, Antônio Clemente – *vide* Nova Friburgo, barão de.
PINTO, coronel Bernardino, 573, 602, 742
PINTO, tenente Fabiano, 350
PINTO, Francisco, 189
PINTO, padre Francisco, 50
PINTO, Francisco Guedes, 156
PINTO, comandante J. J., 346, 667
PINTO, capitão João Barbosa, 402, 659
PINTO, major Joaquim Manuel, 41
PINTO, Mariano, 270
PINTO, tenente-coronel Pedro, 579
PINTO, coronel Tristão, 318
PINTO BANDEIRA, capitão, 271, 321
PINTO BANDEIRA, capitão Francisco, 29, 173
PINTO BANDEIRA, capitão Gaspar, 34, 379
PINTO BANDEIRA, sargento-mor Rafael, 34, 57, 179, 230 ,614
PINTO CARNEIRO, tenente-coronel Manuel, 729
PINTO GARCEZ, coronel Luís da França, 161,629
PINTO GUEDES, almirante Rodrigo – barão do Rio da Prata, 43, 188, 246, 248, 298, 350, 595, 644, 653, 691, 716

PINTO MADEIRA, coronel Joaquim, 243, 350, 367, 425, 456, 582, 713
PINTO PEIXOTO, general José Maria, 223, 263, 289, 308, 571
PINTO SILVA, caudilho, 513
PINZÓN, Martim Alonso, 577
PINZÓN, Vicente Yanez, 85, 486, 500
PIRAGIBE, coronel, 179
PIRAJÁ, visconde de – Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, 139, 381, 425
PIRAPAMA, barão de – *vide* Lacerda, conselheiro doutor Manuel Inácio Cavalcanti de.
PIRES, primeiro-tenente Cipriano José, 478
PIRES, Cristóvão, 172, 203
PIRES, Domingos, 550
PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, capitão-mor Francisco Elesbão – barão de Jaguaripe, 542
PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE, Antônio Joaquim. – *vide* Torre de Garcia d'Ávila, visconde de.
PIRES FERREIRA, Gervásio, 331, 603
PIRES, coronel Lucas, 32
PISO, Willem, 78
PITA, coronel, 38
PIZARRO E ARAÚJO, monsenhor José de Sousa Azevedo, 577
PLANTE, Franz, 78
POMBAL, marquês de, 152, 241, 292, 336
PONTAL, barão do – *vide* Melo e Sousa, Manuel Inácio de.
PONTCHARTRAIN, conde de, 494, 531
PONTE, conde da, 176
PONTES, padre Belchior de, 541
POPE, Alexandre, 83, 583
PORCALHO, frei João, 511
PORTE-FELICE, francês, 215
PORTELA, capitão, 397
PORTELI, Alexandre Elói, 104
PORTILHO, ex-sargento, 414
PORTINHO, general, 340, 376, 391, 404, 409, 410, 413, 572
PORTO, José, 562

PORTO ALEGRE, general conde de – Manuel Marques de Sousa (terceiro), 70, 90, 100, 143, 179, 203, 249, 321, 349, 353, 406, 407, 414, 456, 477, 499, 500, 529, 547, 613, 621, 652, 656, 714
PORTO CARRERO, tenente-coronel Hermenegildo de Albuquerque, 117, 737, 739
PORTO SEGURO, visconde de – Francisco Adolfo de Varnhagen, 63, 80, 85, 86, 91, 101, 102, 122, 123, 131, 136, 142, 172, 354, 356, 365, 373, 376, 386, 392, 423, 429, 443, 446, 452, 455, 462, 470, 504, 508, 516, 517, 577, 613, 627, 673, 678, 681, 702, 714, 717, 733
PORTUGAL, hidrógrafo José Fernandes, 717
PORTUGAL, Marcos Antônio, 138, 721
PORTUGAL E CASTRO, dom Fernando José de – *vide* Aguiar, conde marquês de.
POST, Franz, 78, 129
POST, P., 78
POTÍ, Pero, 146
PRADIER, gravador, 230
PRADO, ditador do Peru, 131
PRADO, Domingos Rodrigues do, 246
PRADO, capitão Francisco Rodrigues do, 29
PRADO, João do, 492, 557
PRETO, Manuel, 492
PRÍNCIPE DA BEIRA – *vide* dom Pedro I, 253
PRÍNCIPE DE GALES, 214
PRÍNCIPE DE ORANGE, 240
PRÍNCIPE DE SIRACUSA, 498
PRITZ, capitão-de-mar-e-guerra, João Carlos Pedro, 587, 644, 646, 648
PUEYRREDÓN, diretor, 157
PURCHAS, 733
PURSELL, James, 599
PURSELL, Philipp, 316, 599

Q

QUARAÍ, barão de – *vide* Fernandes Chaves, Pedro Rodrigues.
QUAST, capitão von, 161
QUEIROGA, João Salomé, 483
QUEIRÓS, caudilho, 350
QUEIRÓS, capitão Alexandre Luís de, 541, 605
QUEIRÓZ, comandante Bernardino de, 463
QUEIRÓS COUTINHO MATOSO DA CÂMARA, Eusébio de, 79, 291, 314, 529, 557, 570, 576
QUEIRÓS, tenente José Luís de, 154
QUEIROSA, ajudante Gaspar, 532
QUELUZ, visconde e marquês de – *vide* Maciel da Costa, João Severiano.
QUIDAUANI, capitão, 583
QUINTANA, tenente-coronel, 667
QUIXABEIRA, major João Nepomuceno, 614
QUONIAMBEC, chefe índio, 522

R

RABBI, Jacob, 402, 522
RABELO, Laurindo, 333
RADEMAKER, João, 323
RAINHA GINGA, 418
RAMALHO, João, 74, 394, 504, 732
RAMÍREZ, general Francisco, 75, 76, 97, 303, 327, 414, 545
RAMÍREZ, comandante Luís, 230
RAMOS, capitão Francisco, 486
RAMOS, coronel João, 257, 460
RAMOS, coronel Juan, 379
RAÑA, tenente-coronel, 162
RANGEL, Belchior, 650
RAPOSO, chefe de esquadra José Joaquim, 609
RAPOSO TAVARES, Antônio, 492, 678, 733

RASILLY, François de – senhor des Aumales, 217, 445
RASILLY, Cavaleiro de, 217
RASILLY, Claude de, 636
RATCLIFF, João Guilherme, 210, 417
RATHBUN, Richard, 216
RAVASCO, Bernardo Vieira, 408
READ, comandante Thomas, 137, 561, 589, 644, 691
REBELO, mestre de campo Francisco (Rebelinho), 54, 92, 97, 120, 133, 140, 258, 260, 272, 277, 296, 400, 421, 452, 553, 585, 599, 645, 654, 666, 714
REBELO, José Silvestre, 322
REBOUÇAS, primeiro-tenente engenheiro André, 245, 555
REBOUÇAS, Antônio Pereira, 363, 372
RECALDE, Dolores, 728
RECIFE, marquês do – *vide* Pais Barreto, Francisco (Morgado do Cabo).
REGIS, capitão de fragata João Francisco, 103
REGO, Álvaro de Brito do, 313
REGO, capitão Gomes do, 608
RÊGO BARRETO, Inácio do, 728
REGO BARRETO, tenente-coronel Joaquim Manuel do, 744
RÊGO BARRETO, general Luís do, 376, 410, 489, 539, 560, 568, 573, 603
RÊGO BARROS, capitão Cosme do, 147
RÊGO BARROS, Francisco do – *vide* Boa Vista, conde da.
RÊGO BARROS, Sebastião do, 400, 534
REGO BARROS, capitão Sebastião Antônio do, 644
REGO BARROS BARRETO, Francisco do, 197
REGO CAPISTRANO, alferes, 591
REGO CASUMBÁ, José Gomes do, 666
REGO MONTEIRO, deputado, 746
REI, Tomé Portes del, 572
REICHARDT, doutor H. W., 636
REIMBERGH, comandante, 86, 482
REIS, coronel Joaquim Filipe dos, 257
REIS, Joaquim Silvério dos, 210
REIS, tenente-coronel, depois general Salustiano Severino dos – barão de Camaquã, 304, 472, 487, 610, 688, 707, 726

REIS LOUSADA, Manuel Alves dos, 172
REMBACH, coronel Laurens van, 197, 281
RESENDE, conde de, 393, 424, 616
RESENDE, Estevão Ribeiro de – barão e marquês de Valença, 46, 76, 288, 408, 507
RESENDE, Venâncio Henriques de, 247, 357, 360, 637
RESENDE COSTA, José de (pai), 370
RESENDE COSTA, José de (filho), 357, 469, 537, 747
RESIN, general, 465
RESQUÍN, general, 318, 622, 688, 705, 725, 726, 747
RIBA AGUERO, capitão dom Fernando de la, 192, 281, 373, 394, 680
RIBEIRO, tenente Antônio João, 743
RIBEIRO, tenente da armada B., 151
RIBEIRO, Bento Manuel, 36, 116, 126, 159, 225, 280, 300, 302, 303, 327, 335, 352, 372, 386, 409, 422, 493, 499, 522, 524, 541, 562, 564, 566, 578, 608, 613, 626
RIBEIRO, tenente-coronel Demétrio, 735
RIBEIRO, Francisco Gil, 479, 503
RIBEIRO, João Caetano, 253
RIBEIRO, capitão Manuel, 582
RIBEIRO, dona Maria Angélica, 253
RIBEIRO, capitão Pedro, 594, 597
RIBEIRO, coronel Severino, 706
RIBEIRO COUTINHO, mestre de campo André, 148
RIBEIRO LIMA, comandante, 689
RIBEIRO DA LUZ, Joaquim Delfino, 196
RIBEIRO ROCHA, padre Manuel, 647
RIBEIRO ROMA, João Inácio, 117, 644, 701
RIBEIRO SOARES, capitão, 116, 122, 450
RIBEIRO DE SOUSA, Julio César, 235
RIBERA, Lázaro de, 525
RIBEIRO, Diogo, 703
RIBEYROLLES, Charles, 298, 331, 625
RICALDE MARQUES, Manuel Maria, 172
RICHELIEU, cardeal de, 374
RICHITELLI, comandante Antônio, 724

RIO APA, barão do – *vide* Galvão, marechal Antônio Enéias Gustavo.
RIO BRANCO, barão do, 7, 9, 12, 19, 23, 24, 26, 105, 251, 345, 370
RIO BRANCO, visconde do – José Maria da Silva Paranhos, 13, 68, 79, 80, 87, 92, 98, 105, 115, 165, 169, 170, 187, 196, 212, 220, 269, 292, 312, 320, 372, 502, 523, 617, 628
RIO BRANCO, viscondessa do, 329
RIO DAS CONTAS, barão do – Francisco Vicente Viana, 71, 92, 601
RIO GRANDE, condessa do, 82, 472
RIO GRANDE, visconde do – *vide* Araújo Ribeiro, José de.
RIO PARDO, conde do – *vide* Sousa Coutinho, dom Diogo de.
RIO DA PRATA, barão do – *vide* Pinto Guedes, almirante Rodrigo.
RIOS, capitão, 610
RISCADO, capitão Miguel, 470
RIVAROLA, Cirilo, 320
RIVAROLA, coronel, depois general Valois, 549, 550, 688, 706, 726
RIVAS, general argentino, 738
RIVERA, general Frutuoso, 34, 71, 192, 277, 281, 289, 290, 352, 389, 478, 500, 547, 579, 586, 608, 609, 652, 667, 739
RIVAS, general, 406, 417, 419, 420
RIVERO, D., 105
RIVEROS, Leonardo, 254
RIVIÈRE, comandante, 454
ROA, tenente-coronel Manuel, 546, 726
ROBIN, senhor de, 374
ROBERTS, William, 39
ROBLES, comandante Ezequiel, 346
ROBLES, capitão Manuel Soares, 654
ROBLES, general Wenceslau, 46, 258
ROCHA, capitão André da, 687
ROCHA, Francisco Luiz Álvares da, 268
ROCHA, major José Joaquim da, 35
ROCHA, jornalista José Joaquim da, 385, 637, 654
ROCHA, Justiniano José da, 395, 631
ROCHA CORREIA, João da, 505
ROCHA DAMAS, capitão Antônio da, 456
ROCHA FREIRE, capitão Gabriel da, 364

ROCHA GALVÃO, Inocêncio da, 630
ROCHA GALVÃO, major Manuel da, 154, 318
ROCHA LIMA, Raimundo da, 423
ROCHA MEDRADO, comandante Landulfo, 623
ROCHA MOREIRA, major João da, 394
ROCHA PITA, Sebastião da, 285, 618
ROCHA PITA, Valentim da, 454
ROCHA VIEIRA, doutor Francisco Sabino Álvares da (doutor Sabino), 42, 630
ROCHET, pirata francês, 250, 294
ROCHET, Louis, 236
RODOVALHO, frei Antônio de Santa Úrsula, 675
RODRIGO, tenente-coronel dom Francisco, 459
RODRIGUES, Álvaro, 730
RODRIGUES, capitão Diogo, 317
RODRIGUES, Manuel, 370
RODRIGUES, general Manuel Jorge – barão de Taquari, 178, 186, 285, 301, 372, 461, 479, 679
RODRIGUES BARBOSA, capitão Antônio, 568, 587
RODRIGUES BARBOSA, tenente-coronel José, 161, 163
RODRIGUES DA COSTA, comandante, 643
RODRIGUES FERREIRA, doutor Alexandre, 272, 274, 276, 493, 594
RODRIGUES FERRO, vigário Ambrósio, 562
RODRIGUES FRANÇA, Garcia, 536
RODRIGUES PAIS, Garcia, 195, 409
RODRIGUES PALHA, João, 636
RODRIGUES PALHA, Vicente –*vide* Salvador, frei Vicente do.
RODRIGUES PEREIRA, Lafaiete, 318, 385, 502
RODRIGUES SILVA, senador Firmino, 384
RODRIGUES TORRES, Joaquim José – *vide* Itaboraí, visconde de.
RODRIGUES VIANA, José Antônio, 112
RODRIGUEZ, tenente-coronel Serapio, 239, 242
ROJAS, comandante paraguaio, 441, 484, 487, 537, 607
ROIZ, Urbano, 221
ROJAS Y BORJA, general dom Luís de, 39, 54, 62, 666, 671, 715
ROLÓN, comandante, 433

ROMERO, coronel Florêncio, 668, 738
RONDEAU, general, 32, 97, 545, 580
ROSA COELHO, tenente do mar, 151
ROSA E SILVA, Francisco de Assis, 201
ROSADO, major Cândido Xavier, 707
ROSALI, comandante, 425
ROSÁRIO, major Antônio José do, 35
ROSAS, dom Juan Manuel, 143, 191, 211, 233, 288, 291, 326, 380, 401, 442, 461, 498, 529, 546, 568, 570, 584, 594, 657, 713, 718, 734, 740
RÓSCIO, engenheiro Francisco João, 104, 268, 574, 625
ROSE, primeiro-tenente Carlos, 533, 536, 545
ROSETTI, comandante, 543
ROY, Luís José, 231
ROSÉE, senhor de, 374
ROSSETTI, capitão de marinha, 662
ROUSSIN, contra-almirante barão, 387, 388
ROVENSON, John, 486, 492
RUBIM, capitão de mar e guerra Francisco Alberto, 259
RUIS, oficial francês conde de, 532
RUIVO, caudilho – *vide* Castelo Branco, Francisco Lopes.
RUYTERS, 78
RYCKOVORSEL, sábio holandês, 708
RYEN, Jan van, 192

S

SÁ, Jesuíta Antônio de, 28, 372
SÁ, capitão Artur de, 511
SÁ, Diogo Correia de, 225
SÁ, capitão Duarte Correia de, 470
SÁ, capitão-mor Estácio de, 64, 69, 74, 105, 155, 183, 331, 379, 584, 645
SÁ, capitão Gonçalo Correia de, 470
SÁ, comandante Gracindo de, 346, 410, 463
SÁ, mestre de campo João Correia de, 471, 631

SÁ, capitão Manuel Correia de, 470
SÁ, Martim de, 28, 85, 452, 470, 704, 743
SÁ, sargento-mor Martim Correia de, 172, 531, 608
SÁ, Mem de, 35, 60, 64, 69, 74, 106, 170, 183, 185, 189, 209, 211, 236, 657, 696
SÁ, Salvador Correia de, 28, 109, 140, 189, 207, 407, 540, 627
SÁ BITTENCOURT E ACIOLI, doutor José de, 181
SÁ BRITO, tenente-coronel Luís Joaquim de, 707
SÁ E MENEZES, Francisco de, 114, 175
SÁ E ALBUQUERQUE, Antônio Coelho de, 173, 187
SÁ E BENEVIDES, general Salvador Correia de, 28, 61, 199, 242, 259, 297, 396, 452, 462, 466, 470, 475, 511, 529, 608, 631, 673
SÁ E FARIA, José Custódio de, 328
SÁ DE MENESES, Artur de, 188, 191, 221, 226, 227, 228
SÁ MIRANDA, major Domingos de, 707
SÁ RIOS, Floriano de, 505
SABARÁ, marquês de – *vide* Silveira Mendonça, João Gomes.
SABINO, primeiro-tenente J. T., 154, 275
SABUGOSA, conde de – Vasco Fernandes César de Meneses, 195, 600, 660
SACRAMENTO, frei Leandro do, 379
SAICAN, general barão de – José Maria da Gama Lobo d'Eça, 68, 350, 381, 740
SAINT-ADOLPHE, Miliet de, 572
SAINT-BLANCARD, barão de, 485
SAINT-HILAIRE, Auguste de, 326, 476, 557, 572
SALCEDO, dom Miguel de,678, 679, 700
SALDANHA, duque de – *vide* Saldanha de Oliveira e Daun, brigadeiro João Carlos.
SALDANHA, doutor José de, 104
SALDANHA DA GAMA, Luís de. – marquês de Taubaté, 504
SALDANHA DE OLIVEIRA E DAUN, brigadeiro João Carlos – duque de Saldanha, 172, 231, 290
SALDANHA MARINHO, Joaquim, 178, 236, 331
SALEMA GARÇÃO, comandante Antônio, 595
SALES TORRES HOMEM, Francisco de – *vide* Inhomirim, visconde de.

SALGADO, Benedito Correia, 504
SALGADO, capitão de bandeira, depois vice-almirante João Mendes – barão de Corumbá, 463, 575, 659, 665
SALGADO, capitão de fragata José Antônio, 679
SALINAS, comandante paraguaio, 607
SALLES, Campos, 16
SALVADOR, frei Vicente do – Vicente Rodrigues Palha, 69, 90, 339, 449, 636, 722
SALVADORES, comandante, 543
SAMPAIO, Afonso Botelho de, 507
SAMPAIO, general Antônio de, 244, 262, 318, 363, 367, 389, 390, 451, 723, 747
SAMPAIO, frei Francisco de (de Santa Teresa de Jesus), 311, 521
SAMPAIO, coronel Genuíno de, 292, 372, 407, 409
SAMPAIO, Jorge de, 617
SAMPAIO, bispo dom Pedro da Silva de, 261
SAMPAIO, Sebastião Cardoso de, 631
SAMPAIO E PINA, Manuel Inácio de – primeiro visconde de Lançada, 218
SAMPÉRE, padre Gaspar, 189
SANÁBRIA, Diego de, 704
SANCHES, tenente Bartolomeu, 447
SANCHEZ, tenente-coronel Pedro, 336
SANDE, Antônio Pais de, 102, 228
SAN MARTÍN, José de, 177
SANTANDER, comandante, 461
SANTA ANA, comandante Bonifácio de, 346, 631
SANTANA DO LIVRAMENTO, barão de – *vide* Pereira, coronel, depois brigadeiro Vasco Alves.
SANTA ANA PESSOA, frei Francisco de, 287
SANTA CATARINA, frei Melchior de, 256
SANTA CATARINA, frei Paulo de – dom Paulo de Moura, 100, 145, 290
SANTA CRUZ, marquês de – *vide* Seixas, arcebispo dom Romualdo Antônio de.
SANTA ISABEL, visconde de – *vide* Cunha Feijó, conselheiro doutor Luís da.

SANTA TERESA, tenente-general visconde de – *vide* Fonseca Quintanilha Jordão, tenente-general Polidoro da.
SANTA TERESA, frei Giovanni Gioseppe de, 393
SANTARÉM, visconde de, 150
SANTIAGO, Diogo Lopes de, 271, 415, 430, 459
SANTIAGO, sargento Joaquim Antônio de, 370
SANTIAGO, Silva, 153
SAN TIAGO DANTAS, capitão, 438
SANTÍSSIMA TRINDADE, dom frei José da, 228
SANTO AMARO, visconde e marquês de – *vide* Álvares de Almeida, José Egídio.
SANTO ÂNGELO, barão de – *vide* Araújo Porto Alegre, Manuel de.
SANTO ANTÔNIO, soldado pago e tenente (Recife), 520
SANTO ANTÔNIO, soldado pago e capitão (Rio de Janeiro), 520
SANTOS, capitão Antônio José dos, 302
SANTOS, Elisiário dos – barão de Angra, 99, 292, 298, 463, 554
SANTOS, Filipe dos, 402
SANTOS, frei Francisco dos, 84
SANTOS, Francisco de Paula Gomes dos – visconde de Goiana, 448, 489
SANTOS, primeiro-tenente Francisco Ferreira dos, 394
SANTOS, doutor Gabriel José Rodrigues dos, 316
SANTOS, capitão de mar e guerra Guilherme José Pereira dos, 619
SANTOS, dom João Antônio dos, 204
SANTOS, ator João Caetano dos, 274, 483
SANTOS, José Monteiro dos, 505
SANTOS, desembargador José Norberto dos, 101
SANTOS, cônego Luís Gonçalves dos, 275, 480, 674
SANTOS, marquesa de, 623
SANTOS, atriz Stela Sesefreda dos, 206
SANTOS ABREU, tenente-coronel Inácio dos, 348
SANTOS BARRETO, tenente Francisco Manuel dos, 42
SANTOS BARRETO, general João Paulo dos, 361, 368, 571, 617
SANTOS FREIRE BRUCE, Miguel Inácio dos, 394, 734
SANTOS LOUREIRO, coronel Manuel dos, 346, 349, 613, 724
SANTOS MARQUES, segundo-tenente, 332

SANTOS PEDROSO, tenente-coronel Manuel dos, 245, 422, 439, 460, 658, 729
SANTOS PEREIRA, general José Fernandes dos, 442, 463, 500, 576, 609, 621, 643
SANTOS PINTO, padre Francisco dos, 76
SÃO BORJA, general barão de – Vitorino José Carneiro Monteiro, 90, 318, 325, 403, 405, 457, 465, 469, 596, 600, 622, 623
SÃO CARLOS, frei Francisco de, 290
SÃO GABRIEL, barão de – *vide* Mena Barreto, general João Propício.
SÃO GABRIEL, visconde de – *vide* Mena Barreto, João de Deus.
SÃO JERÔNIMO, dom frei Francisco de, 195
SÃO JOÃO DA PALMA, marquês de – *vide* Assis Mascarenhas, dom Francisco de.
SÃO JOÃO DAS DUAS BARRAS, barão e conde – *vide* Curado, tenente-general Joaquim Xavier.
SÃO LEOPOLDO, visconde de – José Feliciano Fernandes Pinheiro, 62, 77, 135, 197, 277, 287, 294, 372, 389, 416, 454, 503, 596, 625, 655, 662, 684, 703
SÃO LOURENÇO, visconde de – *vide* Martins, Francisco Gonçalves.
SÃO LOURENÇO, conde de – *vide* Silva, governador-geral Pedro da.
SÃO SALVADOR DOS CAMPOS, visconde de – *vide* Carneiro Leão, José Alexandre.
SÃO VICENTE, marquês de – *vide* Pimenta Bueno, José Antônio.
SAPUCAÍ, marquês de – Cândido José de Araújo Viana, 80, 121, 225, 521, 524, 652
SARAIVA, capitão Gaspar, 611, 617
SARAIVA, conselheiro José Antônio, 47, 187, 233, 357, 442, 475
SARDINHA, Afonso, 288, 492, 557
SARDINHA, bispo dom Pedro Fernandes, 176, 226, 354, 366
SARDO, Francisco, 438
SARMIENTO, Domingo Faustino, 143, 144, 718, 719
SAXE, almirante duque de, 108, 529
SCARAMETTI, 105
SCHADE, comandante Maximiano, 559
SCHKOPPE, Siegemundt von, 37, 54, 70, 86, 91, 97, 102, 107, 109, 124, 140, 145, 146, 175, 178, 192, 215, 231, 265, 272, 281, 367,

380, 392, 418, 430, 442, 443, 449, 452, 506, 645, 681, 690, 714, 721
SCHMIDEL, Ulrico, 703
SCHONENBURGH, Wouter van, 431
SCHUTTE, coronel, 197
SEARA, general Antônio Correia, 31, 40, 139, 220, 324, 337, 606, 607, 624
SEABRA, Bruno, 570
SEIDLER, tenente Carl, 168
SEIXAS, coronel, 689, 726
SEIXAS, arcebispo dom Romualdo Antônio de – marquês de Santa Cruz , 227, 665, 742
SELLOW, Friedrich, 204
SEMÍRAMIS, 141
SENA, Emílio, 375
SENA E ARAÚJO, comandante, 643
SENA PEREIRA, comandante Jacinto Roque de, 253, 285, 290, 345, 375, 414, 424, 547, 716, 742, 744
SEPÉ (ou Tiaraiú), índio José, 107, 108, 173, 278
SEPETIBA, visconde de – Aureliano de Sousa e Oliveira Courinho, 32, 226, 315, 410, 416, 534, 552
SEPÚLVEDA, Manuel Jorge Gomes de (ou José Marcelino de Figueiredo), 63, 199, 328, 416
SEQUEIRA, Rui Vaz de, 230
SERGI, barão de – *vide* Araújo, coronel, depois brigadeiro Francisco Lourenço de.
SERPA, Diego Hernández de, 301
SERRA, Joaquim, 409, 555
SERRA, coronel do mar José da, 214, 220
SERRANO, coronel, 688, 706
SERRO-ALEGRE, visconde de – *vide* Silva Tavares, João da.
SETON, tenente-coronel Alexandre, 119
SEWELOH, coronel, 159, 166, 168
SHEPHERD, capitão de fragata James, 196, 287
SIGAUD, doutor José Francisco, 526, 575
SILVA, capitão Antônio da, 145, 265

SILVA, comandante Antônio Joaquim da, 36
SILVA, Antônio José da, 292, 590
SILVA, furriel Antônio Pinto da, 364
SILVA, Antônio Teles da, 490
SILVA, capitão Antônio de Ultra da, 532
SILVA, capitão Antônio Simplício da, 605
SILVA, Bento Gonçalves da, 40, 87, 181, 405, 408, 424, 510, 536, 544, 551, 562, 566, 578, 597, 662, 690, 739
SILVA, major Boaventura Ferreira da, 259
SILVA, capitão-tenente Calisto, 273
SILVA, comandante César da, 726, 727
SILVA, Fernandes da, 576
SILVA, coronel Fidelis Pais da, 610, 628, 637, 641, 667
SILVA, tenente Francisco Bueno da, 583
SILVA, Francisco Gomes da, 504
SILVA, Francisco Manuel da, 105, 171, 721
SILVA, capitão-tenente Francisco Romano da, 618, 621
SILVA, Inácio Coelho da, 134
SILVA, capitão Inácio Pereira da, 274
SILVA, Inocêncio da, 82, 476, 658
SILVA, tenente do mar Jerônimo, 151
SILVA, coronel João Crisóstomo da, 251
SILVA, tenente-coronel João Nepomuceno da, 662
SILVA, doutor Joaquim Caetano da, 182, 495
SILVA, tenente-coronel Joaquim José da, 76
SILVA, José Carneiro da – visconde de Araruama, 286, 519
SILVA, tenente José Fernandes da, 652
SILVA, brigadeiro José Inácio da, 172
SILVA, coronel J. J. da, 161, 164
SILVA, piloto José Lourenço da, 545
SILVA, tenente José Teodoro da (Juca Teodoro), 366
SILVA, primeiro-tenente Lopes da, 154
SILVA, Luís Teles da – *vide* Alegrete, marquês de.
SILVA, tenente-coronel Manuel Antônio da, 139, 354, 397
SILVA, major Manuel Gonçalves da, 632
SILVA, doutor Manuel Pacheco da, 256

SILVA, poeta Manuel Pessoa da, 674
SILVA, major Manuel Soares da, 579
SILVA, comandante Moreira da, 643
SILVA, Paulo Barbosa da, 534
SILVA, governador-geral Pedro da – conde de São Lourenço, 261, 319, 666, 671, 702
SILVA, comandante Pedro Antônio da, 595
SILVA, capitão-mor Pedro Ribeiro da, 629
SILVA, Rodrigo Augusto da, 201
SILVA, Sebastião Luís Tinoco da, 77
SILVA, capitão Simplício, 35
SILVA, coronel Tomás da, 160, 161
SILVA ALVARENGA, Manuel Inácio da, 616
SILVA ARAÚJO AMAZONAS, capitão-tenente Lourenço da, 94
SILVA BRANDÃO, capitão José da, 35, 605
SILVA BUENO, Antônio Manuel da, 568, 723
SILVA CABRAL, tenente-general Francisco Xavier da – barão de Itapagipe, 164, 514, 529
SILVA COUTINHO, dom José Caetano da – bispo do Rio de Janeiro, 77, 249, 673
SILVA E CRUZ, major Inácio de Siqueira Leão, 646, 695
SILVA DUARTE, primeiro piloto, 151
SILVA FERRAZ, Ângelo Muniz da – *vide* Uruguaiana, barão de.
SILVA FREIRE, deão Luís Fernandes da, 112
SILVA GAMA, chefe de esquadra Paulo José da – barão de Bagé, 573
SILVA GOULÃO, doutor Agostinho Correia da, 541
SILVA LISBOA, Baltasar da, 28, 39, 461, 470
SILVA LISBOA, Bento da – barão de Cairu, 736
SILVA LISBOA, José da – barão e visconde de Cairu, 76, 269, 287, 357, 402, 736
SILVA LISBOA, Manuel Ribeiro da, 116, 256
SILVA LOBÃO, comandante Francisco da, 595
SILVA LOBO, Manuel Teles da, 734
SILVA LOUREIRO, Joaquim da, 210, 417
SILVA MACHADO, primeiro-tenente Joaquim Leão da, 683
SILVA MANSO, deputado Antônio Luís Patrício da, 328

SILVA MEDELA, Inácio da, 216
SILVA E MIRANDA, Fernando da, 605
SILVA NEVES, doutor Agostinho da, 698
SILVA PACHECO, capitão de mar e guerra, 49
SILVA PAIS, brigadeiro José da, 147, 148, 150, 195, 210, 213, 511, 703
SILVA PARANHOS, coronel Antônio da, 455, 622, 677
SILVA PARANHOS, José Maria da – *vide* Rio Branco, visconde do.
SILVA PONTES, Antônio Pires da, 235, 269
SILVA PRADO, Antônio da, 201
SILVA PRATES, coronel João Marques da, 579
SILVA RABELO, Laurindo José da, 555
SILVA REGO, João Carneiro da, 630
SILVA ROSA, Manuel da, 302
SILVA SANTIAGO, coronel Joaquim José da, 42, 153, 632
SILVA SERVA, Manuel Antônio da, 38
SILVA E SOUSA, capitão Antônio José da, 87
SILVA TAVARES, brigadeiro João da – visconde do Serro Alegre, 208, 226, 350, 510, 542, 718
SILVA TAVARES, brigadeiro João Nunes da – barão de Itaqui, 33, 312, 590, 591
SILVA TELES, desembargador Antônio da, 98
SILVA TELES, Luíz da, 392, 462, 728
SILVA TELES, visconde Tomás da, 63
SILVA TORRES, Antônio Maria da, 671
SILVA TORRES E ALVIM, marechal Francisco Cordeiro da – *vide* Jerumirim, visconde de.
SILVA UBATUBA, doutor Manuel Pereira da, 391
SILVA XAVIER, Joaquim José da (Tiradentes), 268, 270
SILVADO, comandante, 495
SILVEIRA, dom Álvaro da, 658
SILVEIRA, general Bernardo da, 34, 289, 290, 682
SILVEIRA, capitão Cândido José da, 36
SILVEIRA, tenente-coronel Francisco José da, 205
SILVEIRA, João da, 562
SILVEIRA, general João Antônio da, 340, 645, 746
SILVEIRA, comandante J. M. da, 643

SILVEIRA, Manuel Fernandes da, 192
SILVEIRA CANTO, Onofre Pires da, 181, 271, 736
SILVEIRA DIAS, padre doutor Francisco da, 195
SILVEIRA MENDONÇA, João Gomes da – visconde do Fanado, depois marquês de Sabará, 77, 639
SILVEIRA PINTO, general Bernardo da, 34
SIMÃO, marinheiro, 574
SIMÕES, capitão de mar e guerra Mamede, 44, 463, 560, 654
SINIMBU, doutor João Lins Vieira Cansanção de – visconde de, 698
SIQUEIRA, Bartolomeu Bueno de, 572
SIR JAMES, 250, 679
SMIT, Wenzel, 370
SMITH, Herbert, 216
SOARES, capitão Brás, 443, 456
SOARES, Celestino, 157
SOARES, João Crispiniano, 122
SOARES, Joaquim Pedro, 374, 621
SOARES LISBOA, jornalista, 387, 666
SOARES DE MEIRELES, doutor Joaquim Cândido, 385
SOARES MORENO, Martim, 84, 92, 97, 184, 365, 422, 453, 462, 466, 488, 497, 509, 559, 599
SOARES DE SOUSA, Gabriel, 31, 231, 394
SOARES DE SOUSA, Paulino José – *vide* Uruguai, visconde de.
SODERINI, Pedro, 122, 358, 481, 499
SOLER, general J. G., 162, 257
SOLIMÕES, barão de – *vide* Machado, Manuel Francisco.
SOLIS, João Dias, 104, 703
SORIANO, corsarista, 400
SORIANO (Chentopé), Gerônimo, 36, 38
SOTELO, coronel Pantaleón, 76, 539, 563
SOTOMAIOR, Agostinho de, 229
SOULIN, comandante Jean, 482
SOUSA, tenente-coronel, 300
SOUSA, capitão Antônio de, 475
SOUSA, dom Antônio Caetano de, 341, 409
SOUSA, A. F. de Paula e, 15, 328, 357

SOUSA, capitão Babilon de, 394
SOUSA, capitão Balbino Francisco de, 366
SOUSA, comandante Bernardo de, 643
SOUSA, Bernardo Lobo de, 42
SOUSA, dom Diogo de – conde do Rio Pardo (tenente-general dom Diogo Martim de Sousa Teles de Meneses), 283, 396, 397, 414, 573, 577, 639
SOUSA, coronel Fernando Machado de, 588, 645, 689
SOUSA, comandante Fortunato Álvares de, 313
SOUSA, governador-geral dom Francisco de, 30, 145, 183, 206, 230, 231, 344
SOUSA, comandante dom Francisco de, 65
SOUSA, comandante F. Maximiano de, 58
SOUSA, general Guilherme Xavier de, 66
SOUSA, Irineu Evangelista de – *vide* Mauá, barão e visconde de.
SOUSA, jesuíta João de, 481
SOUSA, capitão dom João de, 541
SOUSA, comandante J. Batista de, 644
SOUSA, sargento-mor João Ferreira de, 505
SOUSA, João Pereira de, 206
SOUSA, doutor Joaquim Gomes de, 229
SOUSA, tenente-coronel Joaquim José Luís de, 377
SOUSA, capitão José Cardoso de, 609
SOUSA, bispo dom Marcos Antônio de, 669
SOUSA, Lobo de, 153
SOUSA, Lopo de, 235
SOUSA, tenente-general Manuel Marques de (primeiro), 179, 271, 276, 321, 407, 456, 500, 600, 613
SOUSA, brigadeiro Manuel Marques de (segundo), 407, 414, 547, 573, 652
SOUSA, Manuel Marques de. (terceiro) – *vide* Porto Alegre, general conde de.
SOUSA, capitão Manuel Rodrigues de, 42
SOUSA, Martim Afonso de, 73 e nota, 95, 132, 133, 188, 189, 202, 211, 213, 232, 279, 409, 455, 550, 554, 561, 594, 654, 703
SOUSA, conselheiro Paulino de, 211

SOUSA, Pero Lopes de, 73 e nota, 95, 97, 98, 132, 133, 205, 316, 385, 441, 485, 554, 703, 704
SOUSA, capitão-mor Salvador de, 702, 703
SOUSA, general Tibúrcio de, 320, 385, 587, 604
SOUSA, Tomé de, 41, 97, 234, 338, 615, 661, 717
SOUSA, tenente-coronel Xavier de, 161
SOUSA ÁLVARES, tenente-coronel Raimundo Antônio de, 414
SOUSA BANDEIRA, doutor Antônio Herculano de, 107
SOUSA BARRETO, comandante, 543
SOUSA BREVES, Joaquim José de, 505
SOUSA CALDAS, Antônio Pereira de, 662
SOUSA CARVALHO, Antônio Alves de – visconde de Sousa Carvalho, 103
SOUSA CARVALHO, visconde de – *vide* Sousa Carvalho, Antônio Alves de.
SOUSA CHICHORRO, capitão Aires de, 34, 398
SOUSA COELHO, dom Romualdo de – bispo do Pará, 127
SOUSA COUTINHO, dom Diogo de – conde do Rio Pardo, 116, 177
SOUSA COUTINHO, dom Rodrigo de – *vide* Linhares, conde de.
SOUSA DANTAS, conselheiro Manuel Pinto de, 233, 429, 505, 692
SOUSA D'EÇA, Manuel de, 347
SOUSA DOCCA, tenente-coronel José Fernandes de, 401, 668
SOUSA FONTES, doutor José Ribeiro de – visconde de Sousa Fontes, 209, 451
SOUSA FONTES, visconde de – *vide* Sousa Fontes, doutor José Ribeiro de.
SOUSA FONTES, capitão Lázaro de, 100
SOUSA FRANÇA, Manuel José de, 218, 357, 541
SOUSA FRANCO, Bernardo de – visconde de Sousa Franco, 259, 375, 568
SOUSA FREIRE, Alexandre de, 209
SOUSA FUNDÃO, capitão Francisco de, 375
SOUSA GUEDES, tenente-coronel Gabriel, 689
SOUSA JUNQUEIRA, capitão-tenente Manuel Joaquim de, 38, 266, 273
SOUSA LIMA, Antônio de – major, depois brigadeiro honorário, 42, 305, 323, 462, 512, 581, 648

SOUSA DE MACEDO, Luís Gonçalo de – barão da Ilha Grande de Joanes, 204
SOUSA MANUEL DE MENESES, dom Nuno José de, 616
SOUSA MARTINS, major Clementino de, 498
SOUSA MARTINS, Joaquim de, 83, 432
SOUSA MARTINS, major José de, 436, 487, 491
SOUSA MARTINS, brigadeiro Manuel de – *vide* Parnaíba, visconde de.
SOUSA MARTINS, major Manuel Clementino de, 519, 523
SOUSA E MELO, senador Manuel Felizardo de, 187, 198, 465, 557, 742
SOUSA MENDES, major Antônio de, 36, 523, 720
SOUSA MENESES, Agrário de, 177
SOUSA DE MENESES, Antônio de (o braço de prata), 215
SOUSA NETO, general Antônio de, 360, 380, 519
SOUSA E OLIVEIRA, Saturnino de – *vide* Oliveira, doutor Saturnino de Sousa e.
SOUSA E OLIVEIRA COUTINHO, Aureliano de – *vide* Sepetiba, visconde de.
SOUSA PARAISO, Francisco de, 629
SOUSA PEREIRA, Vicente de, 562
SOUSA PICO, piloto José de, 325
SOUSA QUEIRÓS, Francisco Inácio de, 315
SOUSA RAMOS, José Ildefonso de – visconde de Jaguari, 140
SOUSA SILVA, Joaquim Norberto de, 301, 336
SOUSA DA SILVEIRA, tenente-coronel, 160
SOUSA SOARES, comandante José Maria de, 595
SOUSA TENÓRIO, vigário Pedro de, 394
SOUSEL, conde de, 61
SOUTHWELL, capitão, 733
SOUTHEY, Robert, 295
SOUTO, capitão Francisco Peres do, 721
SOUTO, doutor Teodureto, 286
SOUTO, capitão Sebastião do, 306, 421, 645
SOUTO MAIOR, padre Francisco, 276
SOUTO MAIOR, capitão Francisco de, 509
SOUTO MAIOR, governador do Rio de Janeiro Francisco de, 292, 418
SOUTO MAIOR, capitão Gregório Guedes, 715

SOUTO MAIOR, chefe de divisão F. M. de, 63
SOVERAL, tenente Antônio Carlos de, 477
SPILBERGEN, almirante Joris van, 77, 96, 743
SPINOLA, alferes Francisco Alvelos, 42
SPINOLA, coronel, 659
SPINOLA, marquês de, 91, 342
SPIX, J. B., 711
STACHOWER, Jacob, 272
STADEN, Hans, 90, 338, 522, 661, 703, 704
STAFFORD, capitão, 733
STEEL, comandante Roberto, 424
STEPPLE, capitão-tenente, 419, 437
STEYN-CALLENFELS, tenente-coronel Hartman Godfrid van, 128, 155, 207, 394, 675, 683, 696, 699, 701
STRANGFORD, lorde, 152
SUÁREZ, coronel Gregório (Goyo), 33
SURUÍ, barão de – general Manuel da Fonseca Lima e Silva, 105, 113, 263, 400, 402

T

TABORDA, capitão, 555, 572
TABORDA, capitão Gomes, 424, 466
TACÁ, capitão, 608
TAGLE, ministro, 158
"TALMA", brasileiro, o ator João Caetano dos Santos, 483
TAMANDARÉ, almirante barão, visconde, conde e marquês de – Joaquim Marques Lisboa, 32, 97, 99, 254, 262, 325, 442, 494, 514, 529, 543, 594, 602, 680, 682, 688, 692, 695, 743, 747
TAMAYO (de Vargas), Thomás, 321, 565
TAMBORIM, major Sebastião, 677
TAMBORIM, comandante Secundino, 689, 727
TAQUARÍ, Andrés – *vide* Artigas, Andrés ou Andresito.
TAQUARÍ, general barão de – *vide* Rodrigues, Manuel Jorge.
TAUBATÉ, marquês de – *vide* Saldanha da Gama, Luís de.

TAUNAY, visconde de – Alfredo de Escragnolle Taunay, 178
TAUNAY, Augusto, 274
TAUNAY, Félix Emílio – barão de Taunay, 184, 230, 254
TAUNAY, Nicolau Antônio, 111, 230
TAVARES, primeiro-tenente Diogo Inácio, 644, 716
TAVARES, soldado João, 735
TAVARES BASTOS, Aureliano Cândido, 267, 680
TAVARES GONDIM, Inácio, 287
TÁVORA, capitão Estevão de, 140, 268, 416, 590
TÁVORA, dom Francisco de, 86
TÁVORA, Franklin (João Franklin da Silveira Távora) 470
TAYLOR, chefe de divisão James, 383, 427, 467, 479, 518, 571
TECHO, padre Nicolas del, 492
TEFÉ, barão de, 178
TEIXEIRA, tenente, 583
TEIXEIRA, poeta Bento, 376, 496
TEIXEIRA, Francisco, 653
TEIXEIRA, João, 95, 132
TEIXEIRA, bispo dom Marcos, 295, 496, 572
TEIXEIRA, capitão-mor Pedro, 129, 180, 314, 316, 334, 365, 369, 384, 464, 540, 599, 603, 607, 708
TEIXEIRA, capitão Paulo, 147, 359
TEIXEIRA, capitão Pedro, 305
TEIXEIRA FRANCO, capitão Pedro, 60, 91
TEIXEIRA DE FREITAS, doutor Augusto, 67, 729
TEIXEIRA DE GOUVEIA, Lucio Soares, 353, 655
TEIXEIRA DE MACEDO, Sérgio, 708
TEIXEIRA DE MELO, capitão-mor Antônio, 61, 84, 85, 663
TEIXEIRA DE MELO, José Alexandre, 26, 283, 657
TEIXEIRA DE MELO, tenente-coronel José Joaquim, 649
TEIXEIRA NUNES, coronel Joaquim, 53, 377, 414, 609, 621, 667, 713, 721
TEIXEIRA E SOUSA, Antônio Gonçalves, 674
TEJADA, coronel Manuel, 151
TEJERA, tenente-coronel Faustino, 302
TELES, estudante Francisco, 532

TELES, dom Francisco Xavier, 157
TELES BARRETO, governador-geral Manuel, 191
TELES DA SILVA, Antônio, 141, 490, 497
TEMPESTADE, caudilho, 513, 711
TEMUDO, capitão André Pereira, 129, 214
TESTU, capitão, 95, 522
THEVET, André, 69, 95, 211, 358, 521, 522, 634, 639, 657
THIJSZOON, almirante Marten, 478, 514, 515
THOMPSON, tenente-coronel George, 416, 419, 457, 560, 665, 725, 745
THOMPSON, comandante Thomas, 66, 383, 424
THORNTON, Edward, 546, 744
TIARAIÚ, índio José – *vide* Sepé.
TIBIRIÇÁ, Martim Afonso, principal, 394, 732
TIÇÃO, capitão Antônio Gonçalves, 353, 365, 586
TINOCO, André Martins, 224
TIRAPARÉ, capitão Vicente, 68, 350
TOCANTINS, conde de – *vide* Lima e Silva (Sobrinho), José Joaquim de.
TOLEDO, coronel Filipe de, 726
TOLEDO, dom Fadrique de, 244, 245, 279, 281, 321, 437, 483
TOLEDO RIBAS, brigadeiro Manuel Alves de, 419
TOLLENARE, L. F. de, 311
TORCY, marquês de, 223
TORÍBIO, coronel Pedro Gomes, 626
TORRE, conde da, 48, 51, 52, 54, 57, 62, 65, 69, 70, 78, 107, 141, 278, 499, 503, 654, 702
TORRE DE GARCIA D'ÁVILA, visconde de – Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, 630
TORRES, tenente-coronel Francisco Xavier,130, 137, 243, 354, 620
TORRES, pintor Manuel Gomes, 532
TORRES ALVIM, chefe de esquadra Francisco Cordeiro – barão de Iguatemi, 463
TORRES HOMEM, conselheiro doutor Vicente, 698
TOSTA, Manuel Vieira – *vide* Muritiba, barão, visconde e marquês de.
TOTVARAD, doutor Carlos Kornis de, 686
TOURLON, Charles, 65, 278
TOVAR, tenente-coronel João Vieira, 652

TRAMANDAÍ, barão de – *vide* Brito, general Antero José Ferreira de.
TRAPPEN BANCKERT, almirante Joost van, 118, 430, 486, 508
TRIANA, marinheiro Rodrigo de, 577
TRIUNFO, general barão do – *vide* Andrade Neves, José Joaquim de.
TROLLE, coronel, 162
TROMP, almirante, 671
TUBARÃO, principal, 704

U

URBANO VIII, papa, 324, 367
URBIETA, major Martín, 297, 649, 743
UCHOA, capitão Antônio Borges de, 248, 408, 483
URQUIZA, general Justo José de, 101, 144, 576, 714, 718
URUGUAI, visconde de – Paulino José Soares de Sousa, 225, 256, 401, 546, 565, 570, 742
URUGUAIANA, barão de – Ângelo Muniz da Silva Ferraz, 66, 395, 453, 510, 514, 529
USHER, comandante, 325
UYTGEEST, almirante Dirch Symonszoon van, 118

V

VAHIA MONTEIRO, Luís, 200
VALADARES, capitão Belchior de, 702
VALADIM, segundo-tenente, 435
VALDEZ, Diogo Flores de, 81, 379
VALE, Fernão do, 326
VALE, capitão João Velho do, 234
VALE, José do, 350
VALE CALDRE FIÃO, doutor José Antônio do, 208
VALENÇA, barão e marquês de – *vide* Resende, Estevão Ribeiro de.
VALERIGNI, Lorenzo, 643
VALÉRIO, caudilho, 87, 117

VALÉRIO, João Gutierrez, 407
VALEZILLA, almirante Francisco de, 515
VALPORTO, comandante, 689, 707, 726
VAN DER GOES, 379
VANDERLEY LINS, comandante, 310, 446, 706, 707
VARELA Y ULLOA, doutor José, 104, 600
VARGAS, Diego de, 731
VARGAS, coronel Manuel Pereira, 89
VARNEQUE, Gaspar, 189
VARNHAGEN, Francisco Adolfo de – *vide* Porto Seguro, visconde de.
VARNHAGEN, sargento-mor (depois coronel) Frederico Luís Guilherme de, 616, 681
VASCONCELOS, sargento-mor Antônio Moreira de, 451
VASCONCELOS, brigadeiro Antônio Pedro de, 495, 563, 678, 700
VASCONCELOS, Bernardo Pereira de, 223, 249, 282, 298, 308, 353, 397, 399, 400, 402, 412, 440, 485, 491, 534, 564, 600, 675
VASCONCELOS, Cristóvão Lins de, 454, 526
VASCONCELOS, Correia de, 262
VASCONCELOS, Francisco Diogo Pereira de, 188
VASCONCELOS, tenente-coronel Inácio Correia de, 652
VASCONCELOS, Inácio Acioli de, 176
VASCONCELOS, major Jerônimo Pereira de – visconde de Ponte da Barca, 652
VASCONCELOS, Joanne Mendes de, 124
VASCONCELOS, J. de, 411
VASCONCELOS, Luís de – vice-rei, 445
VASCONCELOS, dom Luís Fernandes de, 104
VASCONCELOS, Simão de, 338, 339, 379
VASCONCELOS DA CUNHA, Francisco de, 605, 610
VASCONCELOS DE DRUMMOND (os dois irmãos), 385
VASCONCELOS E SOUSA, Luís de, 244, 392
VASCONCELOS E SOUSA, João Rodrigues de – *vide* Castel Melhor, conde de.
VASCONCELOS VELHO, Manuel de, 488
VAUCRESSON, Arnoult de, 531
VAUDECLAYE, Jacques de, 339

VAZ, Antônio, 61
VAUGHAM, general, 426
VAZ, Lopes, 636
VAZ PINTO, Rui, 407
VEGA, Dionísio, 105
VEGA BAZÁN, general don Juan de la, 51, 52, 62
VEIGA, Bernardo Jacinto da, 343, 366, 542
VEIGA, major Damásio Pinto da, 513
VEIGA, Evaristo da, 139, 246, 247, 298, 307, 308, 366, 388, 399, 633
VEIGA, segundo-tenente Ferreira da, 237
VEIGA, governador-geral Lourenço da, 256, 356
VEIGA, Luís Pires da, 471
VEIGA CABRAL DA CÂMARA, coronel Francisco Antônio da – visconde de Mirandela, 184, 426
VEIGA CABRAL DA CÂMARA, brigadeiro Sebastião Xavier da, 104, 156, 209, 328, 493, 587, 624, 625, 627, 640, 660
VEIGA PESSOA, tenente-coronel José Maria Ildefonso da, 667
VELÁSQUEZ, 91
VELHA, dona Isabel, 211
VELHO, capitão Adão, 611, 617
VELHO MONTEIRO, Francisco Dias, 703, 704
VELOSO, capitão Paulo, 586
VELOSO, major Sérgio José, 143, 210, 630
VELOSO DE BARBUDA, Francisco Maria Gordilho – barão do Pati do alferes, visconde de Lorena e marquês de Jacarepaguá, 77
VELOSO DA SILVEIRA, sargento-mor Antônio, 220
VELOSO DA SILVEIRA, capitão Pedro Ivo, 373, 695
VENEGAS, comandante, 262
VENNER, pirata, 250, 252, 294, 670
VENTURA, padre, 578, 590
VERA MOJICA, coronel Antônio de, 447
VERAS, Domingos Ferreira de, 354, 513
VERDI, compositor, 229
VERDUN, coronel Rafael, 542
VERGUEIRO, barão de, 334
VERGUEIRO, senador Nicolau Pereira de Campos, 92, 246, 247, 248,

249, 315, 357, 521, 527, 637, 684, 723
VERNAL, coronel, 409, 410, 469
VERSEN, Max von, 219
VERTIZ, general don Juan José de, 37, 57, 63
VESPÚCIO, Américo, 27, 39, 69, 73, 74, 80, 85, 103, 122, 123, 172, 198, 240, 314, 358, 464, 481, 486, 499, 502, 561, 565, 615, 709, 724
VIANA, capitão de mar e guerra conde de, 49, 659
VIANA, Antônio Joaquim, 337
VIANA, Francisco Vicente – *vide* Rio das Contas, barão do.
VIANA, dom José Joaquim de, 108, 307
VIANA, Paulo, 345
VIANA, Ulisses Machado Pereira, 23
VIANA FILHO, Luiz, 12
VIDAL, Antônio Curado, 492
VIDAL, Benito, 158
VIDAL, engenheiro Jean Félix, 227
VIDAL, doutor dom José Maria, 192
VIDE, dom Sebastião Monteiro da, 232, 348
VIEGAS, capitão Manuel, 37
VIEIRA, padre Antônio, 88, 207, 313, 372, 404, 405, 565, 704
VIEIRA, capitão João Gonçalves, 503
VIEIRA, cônego Luiz, 370
VIEIRA, Manuel José, 716
VIEIRA, comandante M. J., 643
VIEIRA, Rodrigo Gomes, 505
VIEIRA, tenente-coronel Tomé Mendes, 669
VIEIRA JUTAÍ, vaqueiro Raimundo Gomes, 710
VIEIRA DA ROCHA, comandante, 718
VIEIRA DA SILVA, visconde de – Luís Antônio Vieira da Silva, 201, 623
VIEIRA SOUTO, José Joaquim, 246
VIEIRA SOUTO, Luís Rafael, 178
VIEIRA TOSTA, Manuel – *vide* Muritiba, barão e marquês de.
VIGNAL, autor francês, 653
VILA BELA, primeiro barão de – *vide* Magessi Tavares de Carvalho, general Francisco de Paula.

VILAGRAN CABRITA, tenente-coronel, 245, 254, 478
VILA MARIA, barão de. 173, 213
VILA NOVA PORTUGAL, Tomás Antônio de, 304, 321
VILA POUCA DE AGUIAR, conde de – general Antônio Teles de Meneses, 147, 297, 462, 490, 728
VILA REAL DA PRAIA GRANDE, visconde e marquês da – *vide* Miranda Montenegro, Caetano Pinto de.
VILAS BOAS, tenente-coronel Galdino, 727
VILAS BOAS, coronel Vicente de Paula de Oliveira, 411
VILELA, coronel, 162
VILELA BARBOSA, Francisco – *vide* Paranaguá, visconde e marquês de.
VILELA, o moço, Antônio, 562
VILHENA, padre Francisco de, 190
VILLALBA, dom Tomás, 169
VILLAMAYOR, comandante, 619
VILLEGAIGNON, Nicolas Durand de, 45, 86, 95, 379, 634, 635, 657
VILLIARD, comandante, 501
VILLENEUVE, conde de, 507
VILLENEUVE, tenente Edmundo de, 507
VILLENEUVE, segundo-tenente Junius de) 373
VINAGRE, Francisco Pedro, 43, 153, 154, 169, 171, 298, 382, 602
VIOGET, primeiro-tenente, 373
VISSCHER, Nicolau Janszen, 27, 119
VITÓRIA, barão da – general José Joaquim Coelho, 99, 206, 363, 551, 701
VOGALS, tenente Hans, 541

W

WAERDENBURCH, coronel Diederick van, 119, 123, 124, 128, 197, 281, 317
WALBECK, conselheiro político van, 197
WALL, tenente-coronel político van, 86
WALLENSTEIN, Júlio, 221

WANDENKOLK, comandante Ed., 251
WANDENKOLK, almirante Eduardo, 179, 410
WANDENKOLK, comandante João Maria, 154, 188, 643
WANDENKOLK, primeiro-tenente José Eduardo, 154
WANDERLEY, João Maurício – *vide* Cotegipe, barão de.
WARREN, almirante inglês, 744
WATSON, primeiro-tenente Carlos, 46
WELLINGTON, lorde, 291, 440
WERLE, jesuíta Tomás, 679
WILDBLOOD, comandante, 271
WILLEKENS, almirante Jacob, 293
WILLIAM, J., 59
WILLIAMS, comandante John, 137, 355
WILSON, John, 58
WILSON, comandante, 248, 251, 561
WISNER, 706
WITH, almirante Corneliszoon de, 215, 392
WITH, Gilbert de, 86
WOLFF, capitão, 608
WRIGHT, autor, 163

X

XARQUE, Francisco, 447
XAVIER, David Alves, 480
XAVIER, Francisco Pedroso, 120
XAVIER DE BRITO, desembargador Frederico Augusto, 101
XEREDA, capitão Juan de, 693, 699, 702

Y

YEDROS, Justo, 564
YEGRO, comandante Justo, 539
YEO, comandante James Lucas (depois sir James), 41, 43, 52, 679, 714

Z

ZABALA, Bruno de, 34
ZAMBECCARI, conde Tito Lívio, 566
ZEBALLOS, doutor Estanislau, 105
ZENOBIAS, 141
ZUFRIÁTEGUI, coronel Juan, 162, 163
ZWEERS, Isaac, 497

Índice de assuntos

A

ABAETÉ, lugar (Pará), 490, 624
ABDICAÇÃO DE dom PEDRO I, 248, 249, 258, 507, 695
ABERTURA DOS PORTOS DO BRASIL À NAVEGAÇÃO ESTRANGEIRA, 505, 692, 741
ABOLIÇÃO GRADUAL DA ESCRAVIDÃO, 57, 79, 114, 152, 303, 306, 333, 337, 340, 395, 423, 429, 488, 500, 653, 741
ABRANTES, aldeia (Bahia), 295
ABROLHOS, ilhas, 514
ACADEMIA BRASÍLICA DOS ESQUECIDOS, 102, 195
- Científica do Rio de Janeiro, 142
- de Belas Artes do Rio de Janeiro, 184, 186, 210, 222, 230, 366, 456, 626
- dos Felizes (Rio de Janeiro), 290
- (Real) dos Guardas-Marinhas, 289
- de Medicina do Rio de Janeiro, 589, 724, 274
- Militar, 87, 125, 174, 201, 272, 681
- Real de História Portuguesa, 746
- dos Seletos, 93
ACAIUASA, lugar, 406

AÇÃO DE CABALADA, 50
- do engenho da Conceição (Bahia), 284
- de Inhanducá, 257
- de Merepe, 302
- do passos do Umbu, 126
- de Pedras Altas (Rio Grande do Sul), 319
- de Pichinango (Banda Oriental), 379
- de Sanga Funda, 126
- de Santa Rosa, 614
- de Timbó Chico, 282
- de Vacacaí, 116
ACARÁ, lugar, 373, 602, 607
ACARAIA, regimento, 726
ACAUNGUAZU, ponta, 416, 417, 419
ACAVERÁ, regimento, 726
ACEGUÁ, lugar, 366
ACEVEDO, barrancas, 718
ACLAMAÇÃO DE DOM PEDRO I, 578, 673, 690
ACOMOROTI, regimento, 726
ACORDO DE PAZ COM O PARAGUAI (1870), 364
AÇORES, ilhas, 130, 496, 685
ACOSTA, trincheira (Paraguai), 725, 726, 730, 731, 732
ACRE, 17, 18
AÇU, rio, 373
*AD*ÃO *E EVA*, navio, 119
AFOGADOS, aterro e fortaleza, 52, 70, 74, 81, 344, 376, 394, 416, 442, 519, 560, 571, 576, 594, 616, 637
AFONSO CELSO, caminho de ferro (Paraguai), 464
ÁGUA DE MENINOS, forte (Bahia), 266, 293, 319, 356
ÁGUA PRETA, distrito (Pernambuco), 695, 729
ÁGUAS BOAS, vila (Maranhão), 603
AGUAPEÍ, rio, 68, 413
AGUARICO, rio, 384, 464
AGUIAR, estrada do, 202
AJOS, lugar, 121
AJUDA, nau, 157

AJUDA PRAZERES, nau, 134
ALAGOAS (ou lagoa) do Norte, 413, 443, 592
- (ou lagoa) do Sul, 65, 177, 199, 423, 437, 443, 592
- Seca, lugar, 475
ALAGOAS, cidade, capitania e província, 39, 47, 64, 74, 76, 78, 80, 121, 140, 141, 181, 193, 237, 267, 271, 302, 323, 324, 327, 336, 379, 381, 396, 414, 421, 423, 445, 461, 476, 484, 519, 537, 551, 568, 576, 592, 624, 666, 670, 692, 698, 715
ALAGOAS, encouraçado, 416
- monitor, 117, 575, 670
ALAMBIQUE DO LIMA, trincheira, 42
ALCÂNTARA, lugar (Maranhão), 93, 402, 421, 561
- palácio (Portugal), 697
ALCÂNTARA, escuna, 154
ALCATRAZES, ilhas, 521
ALEGRETE, distrito, 35, 335
ALEMANHA, país, 51, 270, 729
ALENTEJO, 503
ALGARVES, 70, 106, 299, 431, 605
ALGODOAIS, lugar, 462
ALHAMBRA, lugar (Paraíba), 401
ALICE, transporte de guerra, 236
ALMANAQUE LAEMMERT, 51
ALMEIRIM, lugar (Pará), 400
- lugar (Portugal), 717
ALTENAR, fortaleza, 61, 63, 67, 612
ALTO AMAZONAS, comarca, 94, 501
- Araguaia, rio, 492
- Paraná, região, 53
- da Serra, lugar, 574
ALTOS, lugar (Paraguai), 458
ALVEAR, povoação, 68
AMADOR ÁLVARES, outeiro, 396
AMAPÁ, 12, 25
AMAZONAS, rio, 16, 55, 85, 91, 103, 115, 129, 183, 190, 217, 218, 244, 255, 306, 309, 321, 324, 334, 365, 369, 377, 384, 422, 449,

451, 453, 486, 492, 495, 505, 542, 556, 599, 607, 692, 733, 741
- província, 30, 43, 234, 380, 436, 453, 490, 501, 719
AMAZONAS, canhoneira a vapor, 346
- vapor inglês, 85
AMBACA, lugar, 29
AMBONA, fortaleza, 493
AMBUSCADE, fragata inglesa, 39, 40
AMÉRICA, nau, 135
AMERSFOORT, navio, 118
AMIENS, cidade, 232
AMOREIRAS, ponta das, 42, 175, 452, 714, 730
- praia das, 42
- pequenas, praia das, 42
AMPARO, fortim, 559
AMSTERDAM, cidade, 119
AMSTERDAM, navio, 118
ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, 636, 722
ANARQUISTAS (OS) E A CIVILIZAÇÃO, 686
ANCHIETA, vila, 341
ANDAÍ, lugar, 284, 406
ANDALUZ, chambequim, 135
ANDES, chapadões, 533
ANDORINHA, corveta portuguesa, 307
- patacho, 618, 621, 641
ANGOLA, reino, 29, 48, 61, 100, 102, 260, 292, 297, 315, 396, 418, 471, 476, 589
ANGRA DOS REIS, descobrimento, 39
- vila e cidade, 233, 503, 538, 561
ANGULO, lugar, 369
ANGUSTURA, baterias, 506, 560, 569, 573, 585, 587, 602, 604, 610, 654, 659, 665, 698, 706, 717, 722, 725, 728, 730, 739, 740, 743, 745
ANHAMBAÍ, canhoneira, 40, 351, 469, 705, 737, 739
ANHEMBI, 492
ANISTIA aos brasileiros que estavam em armas contra a autoridade legal (1840), 479
- aos rebeldes de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, 208

ANAIS DO RIO DE JANEIRO, 461
ANAIS HISTÓRICOS DO ESTADO DO MARANHÃO, 205
ANNSFIELD, lugar (Escócia), 614, 712
ANTILHAS, ilhas, 107, 198, 380, 663
ANTÔNIO DIAS, capela, 114
ANTÔNIO JOÃO, vapor, 396
ANTÔNIO JOSÉ, ou *O poeta e a Inquisição*, drama, 206, 746
ANTÔNIO VAZ, ilha, 78, 120
ANTUÉRPIA, cidade, 77
ÂNUA DO BRASIL, 565
APA, rio, 29, 37, 229, 252, 270, 322, 326, 502, 583, 671, 705
APA, canhoneira, 40, 89, 351, 469
APAPÓRIS, rio, 111
APIPUCOS, lugar (Pernambuco), 671, 687
APLICAÇÃO DE ÁLGEBRA À GEOMETRIA, 658
APODI, rio, 373
APOLOGIA QUE DIRIGE À NAÇÃO PORTUGUESA, 653
APONTAMENTOS PARA A FORMAÇÃO DE UM ROTEIRO DAS COSTAS DO BRASIL, 658
APÓSTOLES, povoação, 248
APOSTOLADO, 332
APÓSTOLO DO BRASIL, 341, 589
APRECIAÇÃO DA REVOLTA PRAIEIRA, 630, 692
APROAGUE, lugar (Guiana Francesa), 714
AQUIDABÃ, rio, 185, 649
ARAÇAGÍ, rio, 496
ARACAJÁ, arroio, 53
ARACATI, lugar, 121, 408
ARAÇOIABA, morro (São Paulo), 288, 616
ARAGUARI, rio, 232, 377
ARAGUARI, canhoneira, 44, 99, 346, 351, 680, 688
ARANJUEZ, lugar, 181, 301
ARAPEÍ, rio, 94, 524, 548, 583, 606
ARAPEÍ-CHICO, rio, 729
ARARANGUÁ, rio, 401, 574
ARARI, rio, 528

ARARICÁ, rio, 149
ARARIPE, lugar (Itamaracá), 373, 394
ARARITAGUABA, lugar, 422
ARAROUE, aldeia, 339
ARBOLITO, lugar, 500, 566
ARARUAMA, município (Rio de Janeiro) 404
AREIAS, lugar (Maranhão) 371, 451, 505, 696
ARÉTHUSE (L'), fragata francesa, 387
AREZ, lugar (Rio Grande do Norte) 402
ARGEL (África), 635, 717
ARGENTINA, livro, 455
ARGENTINA, corsário, 31
ARIRAH, aldeia, 522
ARIRÓ, aldeia, 522
ARMAÇÃO, lugar (Rio de Janeiro), 53, 516
- ponta (São Paulo), 661
ARMAÇÕES (Bahia), 154
ARMADA DO CONDE DA TORRE, 65, 69, 107, 503
- de Martim Afonso de Sousa, 95, 97, 98, 133, 189, 202, 213, 232, 279
ARMÍSTICIO DE BUENOS AIRES (1812), 232
ARNHEIM, cidade, 439
AROLSEN, lugar (Alemanha), 681
ARQUIVO DO CONSELHO ULTRAMARINO, 49, 135, 136
- Militar, 87
- Público Nacional, 182, 488, 701
ARRAIAL (subúrbio do Recife), 676
- do Bom Jesus, 134, 189, 207, 243, 300, 339, 416
- Novo do Bom Jesus, 27, 78, 82, 141, 156, 189, 207, 243, 261, 339, 353, 402, 416, 482, 571
- do Rio das Mortes, 572, 694
ARRECIFE DE SÃO MIGUEL, 132
ARROIO AVAÍ, 706
- Caimbocá, 677
- Carpinteria, 461
- Catim, 624
- de Castro, 579

- de la China, 302
- Chuiebi, 295
- dos Conventos, 690
- de Cufré, 646
- da Cruz, 574
- Grande, 327, 377, 524, 597, 608, 641, 667, 718, 736
- Guazu, 649
- Hondo, 47, 441, 477, 596
- Iacaré, 337
- de Índia Muerta, 651
- Ipitã, 677
- Jacaré, 484
- Laureles, 348
- Lenguas (Banda Oriental), 522
- Maria Chica, 340
- Mataojo, 694
- Miguelete, 648
- de Pablo Páez, 681
- das Palmas, 55
- Pantanoso, 548, 576
- Pitim, 493
- Rabón, 486, 586
- dos Ratos, 534
- do Rosário, 401
- Salso, 346
- de San Juan, 321, 616
- São Francisco, 283
- São Luís, 273
- Sarandí, 579
- Tanguerupá, 583
- das Torrinhas, 641
- Valentim, 242
- Velhaco, 360
- Vileta, 677
- Zapalar, 586

ARROMBADOS, lugar, 586

ARSENAL GRANDE, porto, 265
- de Guerra (Rio de Janeiro), 140, 153, 154, 174, 590, 631
- de Marinha (Rio de Janeiro), 263, 368, 569, 571, 590
- de Marinha (Bahia), 720
ARUACA (Aruacs), índios, 453
ARVOREDO, ilha, 134
ASCURRA, lugar, 437
ASILO DE INVÁLIDOS DA PÁTRIA, 390, 723
ASSALTO DE CURUPAITI, 542
- e tomada de Piribebuí, 457, 458, 486, 567, 584
- do reduto do rio Formoso, 107
ASSECA, pontal, 133, 365
ASSÉDIO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO (1704), 640, 660
- da Colônia do Sacramento (1762), 612, 559
- de Oliveira, 342
- de Porto Alegre, 296, 580
- de São Borja, 539, 580
- de Serinhaém, 437
- de Uruguaiana, 66, 406
ASSEMBLEIA CONSTITUINTE, 57, 80, 139, 175, 214, 285, 315, 333, 455, 527, 598, 637, 644, 653, 669, 684
- Legislativa de Pernambuco, 55
- Provincial do Pará, 64
ASSOCIAÇÃO Operária Emancipadora Vicente de Carvalho, 404
- Tipográfica Fluminense, 51
ASSUNÇÃO, cidade (Paraguai), 30, 38, 46, 47, 66, 87, 115, 131, 202, 210, 234, 244
ASTREIA, jornal, 459
ASTRO DE MINAS, jornal, 371
ASTUTO, nau, 135
ASUNTA, brigue, 589
ATALAIA, lugar, 624
ATAQUE DE PAISSANDU, 30, 282, 692, 695, 747
- do Potrero Sauce, 56, 403, 405
- do Recife pelos holandeses, 123
- de São Nicolau (Rio Grande do Sul), 294

- e defesa do forte de Nova Coimbra, 547, 737, 739
ATERRADO, lugar (Rio de Janeiro), 263, 574
ATIVA, corveta, 382
ATALANTE (L'), navio, 467
ATO Adicional à Constituição do Império, 315, 456, 503, 576
ATREVIDO DEL SUD, brigue, 634
ATUALIDADE, jornal, 502
AUDAZ, brigue, 42, 94, 382, 581, 730
AUGUSTINE, vapor, 224
AULAS de Belas Artes, 456
AURORA FLUMINENSE, 298, 308, 388
ÁUSTRIA, país, 626, 628, 673, 705
AUXÍLIO, trincheira (Paraguai), 725
AVAÍ, Abaí, Abay, etimologia, 706
AVIAPARIA, rio, 453
AZENHA, lugar, 440, 533
AZINHAGA de Mata Cavalos (Rio de Janeiro), 530

B

BABILÔNIA, 131
BAFFIN, baía de, 250
BAGÉ, lugar, 55, 261
BAHAMAS, arquipélago, 577
BAHIA, cidade, porto, capitania e província, 28, 30, 31, 32, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 48, 50, 51, 52, 55, 57, 60, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 75, 76, 78, 82, 83, 85, 90, 91, 97, 98, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 117, 124, 125, 128, 131, 139, 141, 142, 147, 155, 158, 161, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 185, 190, 191, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 207, 213, 214, 216, 219, 221, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 232, 234, 235, 237, 239, 242, 243, 244, 245, 247, 250, 253, 260, 261, 264, 265, 267, 268, 277, 278, 279, 281, 282, 284, 285, 287, 293, 296, 297, 299, 302, 305, 306, 307, 310, 311, 318, 320, 323, 324, 325, 326, 327, 333, 334, 336, 337, 343, 347, 348, 351, 354, 356,

363, 365, 366, 369, 371, 375, 376, 381, 383, 384, 386, 390, 392, 394, 397, 398, 402, 406, 407, 417, 420, 421, 424, 425, 436, 437, 439, 444, 448, 450, 452, 454, 458, 460, 461, 462, 464, 473, 476, 481, 482, 483, 484, 487, 499, 503, 507, 508, 510, 511, 514, 518, 522, 523, 526, 528, 541, 542, 545, 547, 549, 551, 552, 553, 565, 567, 568, 571, 572, 574, 576, 585, 586, 587, 588, 589, 594, 597, 599, 601, 603, 606, 609, 618, 619, 626, 628, 630, 632, 633, 636, 642, 644, 647, 652, 653, 654, 660, 669, 671, 673, 674, 676, 677, 678, 679, 680, 683, 695, 696, 697, 702, 707, 708, 710, 715, 720, 722, 728, 736, 739, 740, 741, 742, 744
BAHIA, encouraçado, 44, 99, 416, 463, 670
- brigue, 337, 383, 387, 560
BAHIA DOS PERDIDOS (Santa Catarina), 703
BAÍA CABRÁLIA, 274
- Formosa, 62, 604, 610
- de Santa Cruz, 274
- de Todos os Santos (descobrimento), 41
- de Traição, 65, 363, 435, 443
BAIXA FRIA, lugar, 483
BAIXÃO, lugar (Piauí), 523
BAIXOS DE DOM RODRIGO, 354
BALCARCE, brigue, 65, 425, 427
BANANAL, lugar, 87
BANCO DO BRASIL, 241, 577, 745
BANDA ORIENTAL DO URUGUAI, província Cisplatina, Estado Oriental, República Oriental, 31, 35, 36, 47, 54, 66, 75, 88, 92, 93, 107, 121, 163, 166, 169, 176, 192, 212, 219, 223, 239, 242, 248, 250, 257, 265, 266, 281, 283, 289, 317, 321, 325, 333, 334, 345, 348, 352, 354, 357, 366, 379, 380, 389, 397, 406, 408, 415, 431, 435, 440, 442, 446, 456, 457, 485, 498, 500, 514, 522, 524, 529, 545, 566, 581, 584, 591, 593, 600, 605, 614, 616, 620, 624, 628, 651, 656, 667, 674, 682, 700, 711, 718, 739, 741
BANDEIRA e escudo de Armas do Brasil, 528
BARBACENA, cidade, 343, 375, 428
BARBERO, posto, 113
BARCELOS, vila (Rio Negro), 235, 499

BARE CUÊ, lugar, 410
BARRA, fonte da, 119, 497, 643
- lugar (Santa Catarina), 389
- Grande, lugar (Alagoas), 120, 129, 337, 336, 384, 421
- da Jangada, lugar (Pernambuco), 506
- Nova (Cabo Frio), 638
- do Rio Grande, vila (Bahia), 54, 65, 210, 336, 537, 598
- do Rio Negro, 257, 422, 446, 542
- de São João, vila, 36, 590
BARRACAS, praia, 137, 138
BARREIROS, lugar (Pernambuco), 49
BARRERO GRANDE, lugar, 453, 469
BARRETA lugar e fortaleza, 63, 74, 120, 123, 411, 459
BARROQUINHA, nau, 517
BARROSO, encouraçado, 44, 416, 446, 560, 731, 743
BELA FLOR, corsário argentino, 31
BATALHA DE AVAÍ, quadro, 555
BATALHA DO AVAÍ, 47, 291, 555, 567, 706, 725, 727
- de Caaibaté, 111, 126
- de Campo Grande, 465
- de Carumbé, 374, 524, 605
- de Catalán, 35, 72, 85, 240, 266, 374, 524, 639
- de Comandaituba, 140, 421
- de Curupaití, 369, 407, 450
- de Estero Bellaco, 284, 380, 567
- do Fanfa, 564, 565
- dos Guararapes (primeira), 48, 82, 261, 265, 472, 555, 608, 612
- dos Guararapes (segunda), 48, 145, 240, 472
- de Índia Muerta, 616, 651, 656, 659
- de Itá-Ibaté, 737
- da ponte de Itororó, 64, 369, 686, 688, 689, 724, 727
- de Ituzaingo, 158, 249, 350, 566, 581
- de Jataí, 467
- de Kasr-el-Kebir (Alcacer-Kibir), 441
- de Lomas Valentinas, 47, 244, 291, 474, 725, 726, 728, 729, 730
- da Mata Redonda, 64, 65, 475

- de Monte Caseros, 11, 12, 100, 143, 211, 406, 566
- do Monte das Tabocas, 48, 439
- do passo do Rosário – *vide* Batalha de Ituzaingo.
- de Ponche Verde, 322
- de Santa Luzia, 473
- de Taquarembó, 75, 545, 713
- de Taquari, 47, 285
- de Telena, 342
- de Trapiche de Ipojuca, 302
- de Tuiuti (primeira), 244, 318, 343, 380, 389, 567, 569
- de Tuiuti (segunda), 621, 407
BATALHA naval dos Abrolhos, 514
- em frente ao cabo Branco, 54
- na altura da baía Formosa, 62
- na altura da Paraíba, 57
- da Ponta de Pedras, 51, 52
- do Riachuelo, 346, 361, 450
BATALHÃO RIOJA, 406
BATALHÕES HENRIQUE DIAS, ou dos Henriques, 340
BATE FOLHA, lugar (Bahia), 632
BAVIERA, reino, 711
BEAUMONT, forte (Itaparica), 452
BEAUREPAIRE, brigue, 618
BEAUVAIS, lugar, 45, 635
BEBERIBE, rio, 365, 371, 452, 482, 714, 561, 544, 735
BEBERIBE, canhoneira, 133, 346
BECO DOS ADELOS, 187
BELA AMERICANA, escuna, 621, 643
BELA MARIA, corveta, 32, 154, 325, 561, 589, 602, 624, 644, 691
BELA VISTA, fortim, 29
- lugar, 252, 270, 361
BELÉM (Lisboa), 226, 431
- lugar (província do Rio de Janeiro), 213
- (Banda Oriental), 522, 524, 575
- vitória de, 327
BELÉM, nau, 134, 151

BELÉM DO PARÁ, cidade, 41, 42, 64, 91, 103, 110, 169, 171, 193, 213, 224, 237
BELEN CUÊ, lugar, 668
BÉLGICA, país, 507
BÉLICO, canhoneira, 643
BELLE ISLE, porto, 258
BELMONTE, lugar, 182
BELMONTE, canhoneira, 346, 560, 680, 688
BELONA, bergantim ou brigue, 151, 573
BÊNÇÃO da igreja da Glória (Rio de Janeiro), 555
BENEVENTE, aldeia, 341
BENGUELA, lugar (África), 476
BENTEVIS, insurreição dos, 32, 131, 711
BERLIM, 16, 17
BERTIOGA, lugar (São Paulo), 521, 661
BERTIOGA, corveta, 32, 482
BEZERROS, lugar (Pernambuco), 36
BIBLIOTECA FLUMINENSE, 256
- da Academia Naval, 299
- Nacional de Madri, 435, 509
- Nacional de Paris, 634, 638, 639
- Nacional do Rio de Janeiro, 90, 133, 162, 166, 169, 173, 193, 214, 227, 253, 272, 344, 368, 444, 447, 427, 636,722
- Pública da Bahia, 227, 299
- Pública do Pará, 229
- de São João d'el-Rei, 371
BICA DOS MARINHEIROS (Rio de Janeiro), 526
BIERBOOM, engenho de (Thuys van Bierboom inde Partido), 27
BILL ABERDEEN, 597
BIZARRIA, transporte de guerra, 382, 383, 389, 618, 621
BLACKE PINESSE, navio, 732
BLOQUEIO DE MONTEVIDÉU (1865), 97, 99, 169
BOA VIAGEM, forte (Rio de Janeiro), 186, 516
- pontal (Pernambuco), 95
BOA VISTA, engenho, 42
- quinta da (Rio de Janeiro), 263, 675

- bairro (Recife), 77, 344, 374, 476, 586, 611
- ponte (Recife), 518, 521
- lugar (Bahia), 139
- lugar (Piauí), 154
BOCAS DO DRAGÃO, lugar, 623
BOIPEBA, vila (Bahia), 280
BOLÍVIA, país, 11, 14, 17, 18, 232, 237, 488
BOLIVIAN SINDICATE, 17
BOM JESUS, forte (Recife), 189, 670
BOM JESUS, sumaca, 151, 152, 252
BOM JESUS DE SAUBARA, trincheira (Bahia), 671
BONAIRENSE, corsário argentino, 31
BONITO, vila (Pernambuco), 73
BONSUCESSO, bergantim, 151
BOQUEIRÃO DO SAUCE, lugar, 403
BOQUEIRÓN NARO, lugar, 403
BORBA, lugar, 505, 692
BORDA DO CAMPO, lugar, 74, 84
BORDÉUS, cidade, 343, 604, 633
BOTAFOGO, bairro (Rio de Janeiro), 187
BOTOCUDO, índios, 675
BOTUÍ, rio, 563, 656, 735
BOURDA, lugar, 52, 58
BOULOGNE, cidade, 345
BOURBON, forte, 583
BRACK, patacho, 118, 124
BRAGANÇA, barco a vapor, 439
BRASIL HOLANDÊS, 78
BRASIL, encouraçado, 410, 463, 575, 659, 665, 731
BRASIL PITORESCO, 331
BRASILEIRO, brigue, 533
- paquete inglês, 536
BRASÍLIA, escuna, 103
BRASILIAE GEOGRAPHICA E HIDROGRAPHICA TABULA NOVA – *vide* mapa de Marcgrav.
BRAVO CORONEL OLAVARRIA, corsário argentino, 32

BREDA, rendição, 91
BREF RECIT, 119
BREJINHO, lugar, 455
BREJO, vila (Maranhão), 32, 685
BREST, porto, 349
BRETANHA, província, 217
BRETOA, nau, 172, 203, 710
BREVE NOTÍCIA DA COLÔNIA DO SACRAMENTO E SEU ÚLTIMO ATAQUE, 612
BREVES, região (Pará), 217, 656
BRIDÃO, engenho do – *vide* Bierboom, engenho.
BRITISH PACKET, de Buenos Aires, 59, 428
BROTAS, lugar (Bahia), 158
BRUM, fortaleza, 220, 259, 354, 518, 520, 527
BRUTUS, brigue americano, 561
BRUXELAS, cidade, 746
BRUYN, forte – *vide* Buraco.
BUCEO, porto, 355
BUENOS AIRES, porto, cidade, província, 30, 31, 36, 37, 54, 56, 59, 60, 63, 75, 76, 87, 97, 107, 110 ,111, 122, 123, 127, 137, 143, 144, 148, 157, 162, 166, 233, 243, 246, 251, 257, 266, 282, 285, 303, 307, 309, 313, 315, 318, 319, 323, 334, 345, 363, 370, 389, 406, 419, 424, 427, 440, 447, 457, 488, 489, 506, 521, 539, 545, 546, 552, 563, 566, 581, 587, 589, 619, 620, 633, 634, 641, 657, 660, 678, 690, 694, 700, 704, 713, 718, 720, 723, 729, 735, 744
BULA, *Candor Lucis eternae*, 687
BULA, *Copiosus in misericordia*, 191
BULA, In supereminenti, 402
BURACO, forte (Pernambuco), 63, 359, 371, 518, 520, 527
BURACO DE SANTIAGO, forte (Pernambuco), 452
BURAJUBA, lugar, 292, 533
BURITI, fazenda (Piauí), 394

C

CAÁGUAZU, serra, 537
CAÁPÁ-MINÍ, lugar, 45
CAÁRO, lugar, 149
CAAPUCU, lugar (Paraguai), 737
CAAZAPÁ GUAZU, lugar, 149
- mini, lugar, 149
CABANAS, lugar, 437
CABANGA, 81
CABEÇA SECA, ilha (Paraíba), 681
CABEDELO, fortaleza (Paraíba), 525, 675, 681, 683, 687, 690, 693, 696, 697, 699, 701, 702, 711, 712, 715, 719, 721
CABILDO DE MONTEVIDÉU, 93
CABINDA, lugar, 46, 461
CABO DA BOA ESPERANÇA, 297
- Branco, 54, 681
- Frio, 46, 74, 240, 338, 358, 387, 561, 638, 639, 674, 683, 710
- Ledo (Angola), 418
- do Norte, 115, 190, 226, 228, 234, 255, 274, 321, 326, 352, 374, 392, 663
- de Santo Agostinho, 85, 95, 97, 189, 324, 462, 486, 497, 611
- da Vela, 309
- Verde, ilhas do, 81, 110, 357, 379, 477, 503
CABOCLO, brigue, 31, 59, 60, 66, 225, 251, 345, 424, 426, 595, 644
CABOS SUBMARINOS, 208, 739
CABRAL, encouraçado, 99, 410, 465, 610, 654
CAÇADOR, iate, 568, 576
CAÇAPAVA, lugar, 46, 66, 122, 224, 251
CAÇAPAVA, escuna, 643
CACEQUÍ, lugar, passo, 126, 166
CÁCERES, lagoa, 237
CACHOEIRA, vila e cidade (Bahia), 67, 128, 139, 207, 310, 311, 323, 371, 372, 375, 381, 382, 390, 439, 473, 542, 565, 568, 630, 653
- estação, 390
- lugar (Minas Gerais), 402
- vila (ilha do Marajó), 528, 542

- de Paulo Afonso, 594
CACHOEIRA DE PAULO AFONSO, poema, 390
CACHOEIRA, canhoneira, 89
CACIQUE, brigue, 154, 512, 513, 595, 602
- corsário argentino, 32
CÁDIZ, porto e cidade, 135, 484
CAETÉ, lugar, 181, 384, 457
CAGUIJURU, lugar, 469, 600
CAÍ, rio, 270, 274
- lugar, 560, 621
CAIAPÓ, índios, 377
CAIENA, ilha, 41, 52, 58, 115, 215, 286, 301, 321, 377, 495, 553, 556, 632, 663, 702, 720
CAIXA DE AMORTIZAÇÃO, 642
CAJAZEIRAS, lugar (Bahia), 139
CAJITA CUÊ, lugar, 668
CALCHAQUI, índios, 28
CALERA DE BARQUIN, lugar, 302, 303, 327, 524
CALÍOPE, brigue, 718
CALIPSO, corveta, 382
CALLAO (Peru), 81, 261, 540
CALLE DE OMBU, rua em Buenos Aires, 127
CALPE, galera americana, 230
CALVÁRIO, forte, 559, 615
CAMANDUCAIA, lugar (Minas Gerais), 683
CAMAQUÃ, rio, 87, 263, 482, 647
CAMAQUÃ-CHICO, rio, 273, 377
CÂMARA da vila de São João d'el-Rei, 572, 694
CAMARONES, banco, 427
CAMAÚ, forte, 328
CAMBACEGUÁ, tomada do reduto de, 34
CAMETÁ, ou Camutá, capitania, 91, 129, 384, 422, 425, 432, 505, 603, 607
CAMILO, lugar (Bahia), 143
CAMINHO da Conceição da Ajuda (Rio de Janeiro), 531
- do Desterro (Rio de Janeiro), 530

CAMORIM, lugar, 50
CAMPANHA DA PRINCESA, 335
CAMPEN, navio, 79
CAMPINA, lugar (Bahia), 40, 139, 206, 551
- do Brito, lugar (Pernambuco), 735
CAMPINAS, cidade (São Paulo), 337, 352, 724
CAMPISTA, fragata, 465
CAMPO DA CRUZ, lugar, 126
- da Honra, 242
- da Lampadosa, 269
- do Lázaro, 353
- de Palmas (Missões), 105, 182, 212, 221
- da Pólvora, 153
- do Rosário (Rio de Janeiro), 268, 530
- de Santana (Rio de Janeiro), 50, 53, 242, 246, 269, 399, 578
- de Santo Antônio (Rio de Janeiro), 530
- de São Domingos (Rio de Janeiro), 268, 269, 530
- dos Goitacás, 470, 471, 480, 518
- lugar (Sergipe), 337
- do Rio Real, lugar, 375
CANAL DE MACAÉ A CAMPOS, 677
- do mangue da Cidade Nova (Corte), 390
CANAVIEIRAS, vila, 151, 199
- enseada, 156
CANCALE, porto, 217, 418
CANANÉIA, porto, 122, 123, 358, 602, 618
CANDELÁRIA, aldeia, 120
CANDIOTA, rio, 36, 320
CANELAS PRETAS, soldados, 237
CANELONES, lugar, 67, 321, 656
CANNES, cidade, 549
CANOA, charrua, 382
CANTINHO, lugar, 367
CAP DE FRIE ou Cabo Frio, 638
CAPÃO DAS DÚVIDAS, lugar, 564
CAPELA IMPERIAL, 138, 206, 228, 252, 264, 521, 588, 591, 673

- de Nossa Senhora da Glória, 364
CAPERU, forte (Guiana), 556, 702
CAPIBARIBE, rio, 63, 92, 146, 301, 408, 442, 449, 464, 466, 611, 627
CAPILLA-NIMBI, lugar, (Paraguai), 690
CAPIM, rio (Pará), 298, 301, 302, 453, 480, 523, 578, 593
CAPITANIA do cabo do Norte, 115, 234, 326, 352, 392
- de Cumá, 617
CAPITULAÇÃO do Arraial do Bom Jesus, 339
- da Campina do Taborda, 81, 86, 88, 91, 693
- de Caxias (1823), 431
- da Colônia do Sacramento (1762), 612
- do forte dos Reis Magos (1633), 708
- da fortaleza do Cabedelo (1634), 721
- do forte Maurício (1645), 527
- do forte de Santa Tecla, 230
- do forte de Santo Antônio (Paraíba), 730
- do forte de Cerro Largo, 613
- dos holandeses na Bahia (1625), 28, 245, 279
- dos holandeses em Porto Calvo (1635), 407, 526
- de Nazaré do Cabo, 380
- do Pontal de Nazaré, 497
- da praça de Montevidéu às tropas brasileiras, 169
- do Salto (1864), 667
- de Santa Catarina, 181
- de São Bernardo do Brejo, 303
CAPIVARI, lugar, 446
CAPUCHINHOS DO RIO DE JANEIRO, 287
CAPUERAÇU, caminho (Rio de Janeiro), 544
CARAÇA, serra, 82
CARA DE CÃO, morro, 183
CARACARÁ, morro, 40
CARAGUATAÍ, lugar, 469
CARAJÁ, índios, 113
"CARAMURU", poema, 82
CARAPÁ, trincheira, 405
CARAPARU, lugar, (Pará), 389

CARIBOTE, monte, 313
CARIJÓ, índios, 253, 394, 492, 704
CARIOCA, ribeiro, 69
- largo da, 257, 516, 530, 685
CARIOCA, corveta, 388, 691
CARMEL, paquete, 219
CARMEN DE PATAGONIA, 196
CARMO, lugar (Maranhão), 61
- freguesia (Minas Gerais), 386
CARNAUBAL, lugar, 405
CARNAUBEIRAS, lugar, 292
CARNIÇA, lugar (Santa Catarina), 389, 411
CAROLI V IMPERATORIS EXPEDITIO AFRICAM AD ARGIERAM, 635
CAROLINA, fragata, 348, 383, 386
CARRO, porta do, 215
CARREIRA DOS MAZOMBOS, lugar, 586
CARTA MAGNÉTICA DO IMPÉRIO, 708
CARTAS DE ÍNDIAS, 636
CARTAS DO SOLITÁRIO, 680
CASA FORTE, lugar (Pernambuco), 439, 462, 464, 466
CASA DA ÍNDIA (Lisboa), 449
- de Misericórdia de São João d'el-Rei, 371
- de Misericórdia do Rio de Janeiro, 201, 216, 341, 379, 572
- de Misericórdia de Santos, 338
- da Moeda (a primeira), 697
- da Moeda (Rio de Janeiro), 201, 676
- da Moeda (Bahia), 197, 677
- da Ópera (Rio de Janeiro), 578, 590
- de Pedra, ou Maison de Pierre (Rio de Janeiro), 638
CASAIS de ilhéus para o Rio de Janeiro, 130
CASAMENTO de dom Pedro I com a princesa dona Amélia, 588
CASCAIS, lugar, 496
CASQUEIRO, barra, 77
CASTELA, reino, 81, 236, 337, 379, 464, 519
CASTELO, morro do, 183
- forte (Rio de Janeiro), 631

- (Pará), 41
- de Alcouchel, 342
CASTILHO, lugar, 500
CASTILHOS, lugar, 354, 373
- lagoa, 547
CASTRIOTO LUSITANO, 28, 48, 141, 570
CATALÃ, canhoneira, 38, 524
CATÁLOGO DOS BISPOS QUE TEVE O BRASIL ATÉ O ANO DE 1676, 232
CATALUNHA, província, 135
CATA PRETA, lugar, 82
CATETE, ribeiro, 69
CATUAMA, lugar (Pernambuco), 534
CATUCÁ, matas (Pernambuco), 701
CAURIA, província, 301
CAXAMBU, cidade, 234
CAXANGÁ, lugar, 27
CAXIAS, lugar (Maranhão), 250, 380, 421, 426, 431, 436, 452, 621
CAZADOR, corsário argentino, 31, 184
CAZEMBE (África), 589
CEARÁ, capitania e província, 45, 50, 55, 76, 78, 85, 86, 121, 130, 137, 155, 169, 177, 211, 218, 224, 234, 243, 259, 263, 267, 279, 280, 282, 287, 296, 309, 350, 354, 367, 380, 384, 389, 397, 426, 432, 455, 456, 467, 470, 478, 484, 527, 549, 582, 614, 620, 666, 682, 709, 710, 713, 722
- rio, 559
CÉCILE (La), brigue francês, 723
CEMITÉRIO de Catumbi, 294, 301
- de Montmartre, 350
- de Pere-Lachaise, 222, 374
- de São Francisco Xavier, 619
- de São Batista, 680
CEPEDA, lugar, 97, 545
CERRITO, lugar, 495
CERRO, ilha e forte, 71, 438
- Corá, lugar, 185, 484

- León, lugar (Paraguai),737, 738, 740
CEULEN ou Kastel Ceulen, forte, 562, 708
CHACABUCO, corveta, 32, 655, 669
CHÁCARA DO FOGO (Rio de Janeiro), 530
CHACO, região, 54, 99, 284, 288, 292, 385, 406, 413, 416, 417, 420, 421, 444, 463, 464, 475, 488, 587, 602, 666, 677, 678, 686
CHAGAS, navio, 57
CHAPADINHA, lugar, 540
CHAFALOTE, rio e lugar, 547, 656
CHAPECÓ, rio, 194
CHAPÉU VIRADO, lugar, 73
CHAPICOÍ, arroio, 252, 352
CHARLOTTE, navio, 217
CHARRUA, índios, 348
CHAVES, lugar, 87
CHEGADA DA FAMÍLIA REAL, 83
CHEIRA DINHEIRO, ilha, 365
CHERBIURGO, porto e cidade, 258, 349
CHERENTE, índios, 113
CHEVRETTE (La), corveta francesa, 454
CHICHI, posição, 499
CHIFFONE (La), fragata francesa, 307
CHILE, República, 19, 323, 712
CHIMBORAL, porto, 361, 457
CHINA, país, 501
CHOPIM, rio, 194
CHUEU – *vide* Chuí.
CHUÍ, ou CHUEU, arroio, 94, 104, 147, 148, 149, 176, 202, 594, 746
CHUZA, lugar, 71
CIDADE Maurícia, 86, 91
- do Salvador (Bahia), 41, 200, 205, 217, 293, 615, 698
CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO, 64, 69, 155
CIMA DA SERRA, lugar, 614, 695
CINCO PONTAS, forte, 52, 70, 72, 74, 81, 91, 359, 460, 518
CISPLATINA (província), 11, 77, 83, 93, 121, 266, 326, 440, 485, 487, 700
CLARA, fragata, 135

CLÉVES, cidade, 78, 722
CLUBE de Engenharia do Rio de Janeiro, 391
COBRA, lugar (Ceará), 350
CÓDIGO COMERCIAL, 201
- Criminal do Império, 201, 220, 716
- do Processo Criminal, 218, 398, 669
COIMBRA, cidade, 125, 232, 261, 436, 653, 746
- forte, 55
COLA, lugar, 539, 552
COLEGINHO, hospício, 82
COLÉGIO (O) incendiado, 658
- dos Jesuítas da Bahia, 405, 567
- dos Jesuítas do Rio de Janeiro, 367, 589
- dos Jesuítas de São Paulo, 541
- Marinho, 206
- (Imperial) de Pedro II, 13, 182, 229, 254, 256, 491, 600, 675
- de Santo Antão, 178
COLIGNY, forte, 209, 211, 635, 657
COLÔMBIA, país, 18
COLOMBIANA, corveta, 32
COLOMBO, encouraçado, 44, 99, 410, 463, 569, 654
COLONEL ALLAN, brigue inglês, 205
COLORADOS DE CONCHAS (regimento argentino), 162, 163, 164
COLÔNIA DO SACRAMENTO, 11, 28, 39, 41, 50, 54, 74, 98, 101, 106, 129, 135, 147, 149, 156, 178, 186, 208, 209, 210, 233, 243, 264, 274, 283, 297, 301, 313, 323, 398, 401, 418, 420, 438, 447, 448, 459, 467, 493, 495, 512, 517, 535, 539, 545, 552, 559, 563, 567, 587, 594, 612, 618, 620, 624, 625, 627, 640, 646, 656, 660, 664, 678, 679, 697, 700, 714, 735
COMANDAITUBA, lugar, 140
COMARCA DO RIO NEGRO, 94
COMBATE de Acaiuasa, 406
- do Agreste, 666
- do Alegre (Mato Grosso), 396
- no Anatuba, 645
- de Andaí, no Chaco, 288

- de Apóstoles, 381, 580
- de Arapeí, 524
- do Aprouague, 487, 714
- de Arbolito, 566
- de arroio de la China, 524
- do arroio Grande, 524, 608
- do arroio Hondo, 47, 441
- do arroio Pablo Páez, 681
- do arroio Primeiro, 568
- do arroio de San Juan (Banda Oriental), 258
- da baía Formosa, 604
- da Barreta (1711), 411
- de Bela Água (Maranhão) – *vide* Combate de Matão Grande.
- do Boqueirão, 56
- de Botuí (Rio Grande do Sul), 373
- de Caápá Miní, 45
- do Cabrito (guerra da Independência na Bahia), 113
- de Calengue (Maranhão), 289, 291
- de Calera de Barquín, 524
- da Calera de Santa Lúcia, 34
- de Canguçu (primeiro), 602
- de Canguçu (segundo), 628
- de Caraguatá (Banda Oriental), 446
- de Carnaubal (Maranhão), 289
- de Carumbé (ou dos Serros de Santana), 605
- de Casa Forte, 48, 439, 462, 466, 559, 608
- de Catucá (Pernambuco), 551
- da Conceição (Colônia do Sacramento), 274
- de Couro de Anta, 387, 666
- de Cruangí (Pernambuco), 551, 723
- de Cuevas, 457
- de Curitibanos (Santa Catarina), 53
- de Estero Rojas, 549
- da Forquilha, 53
- de Frecheiras (Piauí), 354
- no Funil (Bahia), 424

- do Genipapo (guerra da Independência), 206, 431
- do Genipapo (Revolução Praieira), 701
- de Guabiju (1818), 248, 486, 524
- de Guaju, 85, 482
- de Garapu, 503
- de Guaxenduba, 113, 445, 649
- de Ibiraocaí, 486, 524, 590
- do Ibirapuitã Chico, 713
- de Inhatium, 361, 600
- de Itabaiana (Paraíba), 317
- de Itaparica (guerra da Independência), 42
- do banco de Itapiru (ilha da Redenção), 254
- de Iuasií (primeiro), 284
- de Iuasií (segundo), 292
- do Jaguari, 742, 744
- de Japeju (Corrientes), 274
- de Laguna Sirena, 264
- nas linhas avançadas da Bahia (guerra da Independência), 125, 679
- de Lomaruguá, 50
- de Maricota (1848), 671
- do Matão Grande (Maranhão), 322
- de Missão Velha (Ceará), 367
- de Monte Santiago, 350, 609, 720
- de Muçupinho (1848), 641
- de Palmares, 455
- de Parê Cuê, 47, 564
- de passo de Bela Vista, 297
- da Passagem de Mercedes, 361, 450
- do passo de Camaquã, 87
- do passo de Mendonça, 87
- do Pau Amarelo, 117
- de Perucho Verna, 524
- do Pilar, 47
- de Piragi (Alagoas), 179
- de Pirajá (guerra da Independência), 382, 413, 549, 632
- de Piratini (Missões), 281

- de Pitanga, 183
- da ponte do Surubií, 546
- de Porongos, 193
- de Potrero Obella, 458
- de Potrero Sauce, 56
- de Queguai Chico, 524
- de Ribeira (Maranhão), 313
- do Rincón, 579, 583
- do Salado, 644, 646, 649
- do rio Doce, 128
- do Rio Grande, 239, 240, 241, 258
- em Santa Isabel, 359
- de São Borja (1816), 524, 563
- de São Borja (1865), 343, 458
- de São Carlos, 241
- de São Cosme, 96
- de São José dos Matões (Maranhão), 277
- de São Lourenço da Mata, 272
- de Santa Vitória, 713
- do Sarandí, 549, 566, 578
- de Serinhaém, 254
- de Tebicuari, 47
- de Taji, 458
- de Tatajibá, 47, 596, 600
- de Terra Nova, 475, 482, 748
- de Tonelero, 46, 718
- do Trapiche de Ipojuca, 376
- do Triunfo, 456
- de Tupium, 327
- do engenho Utinga (Pernambuco), 283
- de Vacaria, 614

COMBATE DEL YERBAL, 320

COMBATE naval do Banco das Palmas, 649, 720
- do banco de Santa Ana, 65
- de Barracas, 137
- diante de Montevidéu, 255

- na foz do Paraguaçu, 92
- do Juncal, 109, 111, 350
- na lagoa Mirim (barra de São Luís), 273
- da Laguna (1839), 642
- de Lara Quilmes, 426
- de Martín García (1737), 313
- de Martín García (1826), 110
- de Monte Santiago, 248, 250
- da Olaria (1823), 313
- de Patagones, 350
- em São Vicente (1587), 449
- de Tamandaré, 507
COMBATES de Caguijuru e de Caraguatai, 469
- de Curumatá e Egito (Piauí), 291
- do passo da Pátria, 241, 243
- de Sobradinho (Maranhão), 117, 122
- de Tabatinga (Maranhão), 267
COMENTÁRIOS, de Cabeça de Vaca, 704
COMÉRCIO E ARTE, 332
COMETA, escuna, 412, 643
COMISSÃO Geológica do Império, 217
COMPANHIA do Cabo do Norte (primeira), 374
- do Cabo do Norte (segunda), 321, 663
- City Improvements, 227
- do Comércio (Maranhão), 175
- Ferry, 376
- da França Equinocial, 301, 556
- Geral do Comércio do Brasil, 106, 147, 195, 197, 200, 563, 623, 693, 722
- das Índias Ocidentais, 78, 190, 222, 324, 333
- das Índias Orientais, 222
- de Jesus, 97, 185, 207, 218, 226, 228, 230, 264, 295, 332, 341, 372, 410, 481, 497, 541, 699, 704
- Recife Drainage, 224
- Rio de Janeiro Street Railway, 219
- União e Indústria, 257
- CONCEIÇÃO, vila (Itamaracá), 365, 367, 537, 541, 544

- lugar (Alagoas), 671
- lugar (Bahia), 741
- lugar (Maranhão), 513, 669
- bateria, 151, 186
- do arroio (Rio Grande do Sul), 295, 566
CONCEIÇÃO, barca, 42, 66
- escuna, 248, 251, 424, 561
- sumaca, 382
CONCEIÇÃO E OLIVEIRA, fragata, 382
CONCEPCIÓN, povoação, 65, 68, 303, 668
CONCHILLAS, lugar, 724
CONCÓRDIA, acampamento (Entre Rios), 351, 371, 731
CONCÓRDIA, navio, 119
CONDE DOS ARCOS, navio, 595
CONDE DOM HENRIQUE, nau, 63
CONDE DA PALMA, transporte, 382
CONDE DE PENICHE, charrua, 382, 383, 387, 618
CONDESSA DA PONTE, corveta, 595
CONFEDERAÇÃO Argentina – *vide* República Argentina.
- do Equador, 44, 55, 100, 210, 211, 220, 317, 337, 383, 401, 417, 421, 484, 501, 512, 518, 520, 521, 522, 525, 527, 580, 582, 598, 618, 666
- Suíça, país, 550
"CONFEDERAÇÃO (A) DOS TAMOIOS", poema, 84, 94, 310, 395
CONFIANCE, corveta inglesa, 679
CONFLICT, navio de guerra, 191
CONFLUÊNCIA, lugar, 567
CONGO, reino, 471
CONGONHAS DO SABARÁ, lugar, 80, 524
CONGRESO, corsário argentino, 32, 248, 251, 256, 425, 427, 489, 553, 652, 691
CONGRESSO de Amiens, 232
- de Utrecht, 92, 223
- Constitucional de Alegrete, 674
- de Viena, 342, 486, 632
CONJURAÇÃO MINEIRA – *vide* Inconfidência Mineira.
CONSELHO de Estado (primeiro), 639, 655, 660, 695, 705

- de Estado (segundo), 79, 80, 660, 741
- interino de governo da Bahia, 390, 542
- de Procuradores Gerais das províncias, 130
- Ultramarino, 697
CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA CORTE, 105, 721
CONSTANÇA, brigue-escuna, 59, 253, 325
CONSTANTE, corsário argentino, 31
CONSTITUCIONAL, jornal, 476
CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO, 228, 415, 507, 528, 640, 705
CONSTITUIÇÃO, barca, 42, 581
- fragata, 382
CONSTITUIÇÃO OU MORTE, brigue, 417, 618
CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, 232, 348, 503
CONTRATO PARA INTRODUÇÃO DE AFRICANOS, 407
CONVENÇÃO DO BEBERIBE (1821), 489, 568, 573, 603
CONVENTO da Ajuda (Rio de Janeiro), 195
- da Boa Hora (Lisboa), 431
- do Carmo (Bahia), 319, 482
- do Carmo (Recife), 226
- do Carmo (Rio de Janeiro), 511, 531
- dos Capuchinhos de Córdova (Espanha), 735
- das freiras de Santa Clara do Desterro (Bahia), 205
- da Lapa (Bahia), 153
- de Mafra (Portugal), 253
- de Nossa Senhora do Carmo na vila da Cachoeira (Bahia), 207
- de Santo Antônio (Recife), 339
- de Santo Antônio (Rio de Janeiro), 180, 241, 334, 399, 521, 693, 729
- de São Francisco de Ipojuca (Pernambuco), 711
- de São Francisco (Lisboa), 409
- de São Francisco (São Paulo), 675
- de São Pedro de Alcântara, 253
COPENHAGUE, cidade, 352, 648
COQUEIRO, lugar (Bahia), 632
CORÁ, reduto, 406, 449

CÓRDOBA, cidade, 135, 162, 587
CORDOVEZ, lugar, 290
CORJUEN, ilha, 493
COROA DOS OVOS, lugar, 621
- Vermelha, 274, 276
COROGRAFIA BRASÍLICA, 476
COROGRAFIA PARAENSE, 436
CORPO DE PERMANENTES (polícia), 242, 263
CORPO SANTO, igreja (Recife), 671
CORRALES, bateria, 166, 242
CÓRREGO SECO, fazenda, 534, 669
CORREIO BRASILEIRO, barco a vapor, 439
CORREIO BRAZILIENSE, periódico, 331, 459, 512
CORREIO IMPERIAL, barco a vapor, 439
CORREIO MERCANTIL, jornal, 325
CORREIO NACIONAL, jornal argentino, 427
CORREIO DO PARÁ, escuna, 553
CORREIO DO RIO, jornal, 387, 666
CORREIOS NO BRASIL, 207, 283
CORRENTINHO, acampamento, 582
CORRIENTES, província e cidade, 54, 75, 96, 100, 114, 177, 203, 229, 258, 310, 336, 361, 370, 380, 389, 397, 413, 447, 545, 584, 587, 593, 605, 626, 657
CORRIENTES, cabo, 122
CORSÁRIO, jornal, 603
CORTE PORTUGUESA, 63, 100, 281
CORTES CONSTITUINTES, 45, 154, 261, 269, 338, 417, 436, 598, 628, 634, 653, 669, 684
- de Lisboa, 50, 154, 196, 310, 362, 503, 513, 518, 527, 556
CORUMBÁ, lugar, 33, 351, 739
CORUNHA, porto, 420
COSMOGRAPHIE UNIVERSELLE, 657
COSTA DA ÁFRICA, 340
COSTAPUCU, lugar, 446
COTEGIPE, rio, 280, 694
COTI MIRIM, lugar, 84

COTIM DO BARBOSA, lugar, 84
COTINGUIBA, rio, 27
COUP D'CEIL SUR CAYENNE, livro, 653
COVAS, engenho, 392, 422, 429
COXIPÓ-MIRIM, rio, 246
CRATO, vila e cidade (Ceará), 287, 296, 582
CRIAÇÃO da Guarda Nacional, 468
- da Fábrica de Pólvora, 299
- da Imprensa no Rio de Janeiro, 299
- do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 469
- da província do Amazonas, 501
CRICARÉ, lugar, 506
CRIQUE-FOUILLÉE, baterias, 41
CRISPIM DA COSTA, morro de, 257
CRÍTICA de Pope, 83, 583
CROLLO (El), nome de um grande canhão paraguaio, 745
CRONISTA, jornal, 395
CRÔNICA DA REBELIÃO PRAIEIRA, livro, 475, 630, 692
CRUZ ALTA, lugar, 53, 149
- do Cosme, lugar (Bahia), 126, 533
- de Cristo, 677
CRUZEIRO, vapor, 719
CUBATÃO, serra e povoação, 137, 550
CUEVAS, baterias, 457
CUIABÁ, vila e cidade, 58, 68, 193, 214, 328, 435, 500, 527, 687, 705
CULTURA DO CAFÉ E DA CANELA, 450
CUMÁ, capitania, 209, 617
CUMÃ, baía, 621
CUMAÚ, forte, 375, 392, 398, 603
CUMBARITI, colina (Paraguai), 725
CUÑAPIRU, rio, 246
CUNHAÚ, rio e lugar, 41, 65, 340, 402, 544, 559, 598, 659
CURAGUATI, lugar, 668
CÚRIA ROMANA, 367
CURICACA, fazenda, 487
CURITIBA, comarca e cidade, 202, 335, 490

CURITIBANOS, lugar, 377
CURRAIS, lugar, 73
CURRAL ALTO, lugar, 148
CURSO Jurídico na Corte, 46
- de Olinda, 108, 236, 302, 454
- de São Paulo, 236, 454
CURUPAITI, baterias, 44, 56, 99, 108, 117, 189, 326, 369, 407, 441, 446, 450, 463, 464, 495, 542, 543, 554, 656, 731, 741, 743
CURUZU, baterias, 40, 56, 99, 108, 185, 189, 400, 406, 450, 494, 499, 542, 656, 732
CURUZU CUATIÁ, lugar, 76, 626
CYGNE (LE), brigue francês, 388

D

DAIMAN, rio, 255
DAINTIE, navio, 733
DAVID, navio, 119
DE BELLO MELITENSI AD CAROLUM CAESAREM ET EJUS EVENTU GALLIS IMPOSITO COMMENTARIUS, 635
DECLARAÇÃO de guerra do Brasil ao ditador do Paraguai, 87, 282, 620, 638, 705
DEFENSORA, fragata, 607
DEFESA de Jaguarão, 88, 89
- do forte de Nova Coimbra, 547, 739
- de Tijucopapo, 273
DEGRAS-DES-CANNES, bateria, 41
DEGREDO de criminosos para o Maranhão e Pará, 104
"DE RUSTICIS BRASILAE REBUS", poema, 232
"DE SACCHARI OPIFICIO CARMEN", poema, 231
DESBARRANCADO, ponte do, 747
DESCOBRIMENTO da América ou Novo Mundo, 576, 577
- do Brasil, 198, 268, 270, 272, 274, 281, 283, 392
- da Ilha da Trindade, 305
DESEMBARQUE dos holandeses em Pau Amarelo, 123

DESENGANO BRASILEIRO, jornal, 387, 666
DESIRE, navio, 732
DESORDENS no Rio de Janeiro (1833), 683
DESPIQUE PAULISTANO, canhoneira, 388
DESTERRO (Santa Catarina), 223, 286, 704
DESTERRO, patacho, 643
DETRÁS-DA-SERRA, lugar, 473, 481
DEUS (O) DOS JUDEUS E O DEUS DOS CRISTÃOS, 686
DEZ DE FEVEREIRO, corveta, 382, 560
DEZENOVE DE OUTUBRO, iate canhoneira, 36, 38, 58, 355, 490
DIAMANT, bateria, 41
DIAMANTE, lugar, 719
DIAMANTINA, bispado, 204
- lugar (Minas Gerais), 411, 483
DIANA, fragata, 382
DIANE (LA), navio, 467
DIÁRIO DO EXÉRCITO, 46, 458, 726
DIÁRIO DO GOVERNO, 509
DIÁRIO DO GOVERNO (Lisboa), 633
DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO, de P. L. de Sousa, 73 (nota de rodapé), 132, 205, 703
DIÁRIO OFICIAL DO IMPÉRIO DO BRASIL, 560
DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 9, 331
DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 255
DICIONÁRIO TOPOGRÁFICO DO ALTO AMAZONAS, 94
DICIONÁRIO TOPOGRÁFICO DO IMPÉRIO DO BRASIL, 658
DICIONÁRIO TOPOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL, 147
DIELENBOURG, castelo, 78
DIEMEN, navio, 119
DIEPPE, porto, 374
DIEZIOCHO DE ENERO, escuna, 137
DILIGENTE, brigue, 592, 593
DINAMARCA, país, 648
DIQUE DA ILHA DAS COBRAS, 541
DOIS DE JULHO, corveta, 188
DOIS DE JULHO, brigue-escuna, 355, 490

DOIS DE DEZEMBRO, escuna, 65, 66
DOIS RIOS, fazenda, 304
DOLORES, corveta, 150
DOMBURGH, navio, 118, 123
DOMÍNIO HOLANDÊS, 48, 100, 281, 301, 314, 349, 367, 435, 437, 490, 494, 530, 557, 733, 734
DOMÍNIOS ULTRAMARINOS, 108, 239
DOM AFONSO, vapor, 46, 457, 718, 719
- transporte, 382
DOM JOÃO VI, nau, 348, 382, 419
DOM MIGUEL, brigue, 419, 421
DOM PEDRO, nau, 348
DOM PEDRO II (o senhor), IMPERADOR DO BRASIL, 686
DOM SEBASTIÃO, canhoneira, 478
DONA AMÉLIA, corveta, 258
DONA FRANCISCA, canhoneira, 275, 387, 718
DONA ISABEL, corveta, 637
DONA JANUÁRIA, canhoneira, 313, 719
DONA JOANA GALVÃO, navio corsário, 448
DONA LEOPOLDINA, canhoneira, 42
DONA PAULA, escuna, 248, 251, 255, 345, 424
DORREGO, corveta, 58
DOURADOS, colônia, 743
DOZE DE OUTUBRO, iate, 424
DRAGÃO, bergantim, 151
DRAGÕES, bateria, 151
DRIEHOK (ou três pontas), forte, 611
DUAS SICILIAS, reino, 415
DU CLIMAT ET DES MALADIES DU BRÉSIL, 575
DUGUAY-TROUIN, romance, 692
DUQUE DA VITÓRIA, transporte, 382
DUQUESA DE GOIÁS, corveta, 46, 662

E

EENDRACHT, navio, 112
EENDRACHT VAN DERVEER (Concórdia de Derweeren), navio, 119, 124
EENDRACHT VAN DORDRECHT (Concórdia de Dordrecht), navio, 118, 124
EENHOORN (Unicórnio), navio, 118, 124, 508
ELEMENTOS DE CÁLCULO DIFERENCIAL E DE CÁLCULO INTEGRAL, 658
ELEMENTOS DE GEODÉSIA, 658
ELEMENTOS DE MECÂNICA, 658
ELEVAÇÃO DE PORTO ALEGRE À VILA, 480
EL HOPP, bergantim, 135
ELISA, corveta portuguesa, 465
ELISABETH, navio, 367
EL LIBERAL, jornal argentino, 165
ELVAS, cidade, 226, 507, 518
ELVIRA, sumaca, 618
EMBOSCADA EM MORONO, 335
EMÍLIA, reduto, 72
EMÍLIA, escuna, 382, 383, 421
EMMA, escuna, 705
EMPEDRADO, lugar, 361
EMPRESA, corveta, 32, 490
ENCANTADA, lugar (Santa Catarina), 621
ENCHUYSEN, navio, 118
ENCRUZILHADA, lugar (Rio Grande do Sul), 682
ENGENHO Almécega (Pernambuco), 729
- Antas (lugar), 338, 729
- Bom Intento, 290
- Burajube (ou Ibirajuba), 533
- Cabrito (Bahia), 632
- Cachoeira (Pernambuco), 646, 665, 667
- Camorim (Pernambuco), 695
- Central de Quissamã, 286, 519
- Cocal (Pernambuco), 667

- Conceição (Bahia), 284, 588, 594, 679
- Dois Irmãos (Pernambuco), 671
- Espírito Santo, 585
- Gaipió (Pernambuco), 744
- Genipapo (Pernambuco), 468
- do Juiz (Ceará), 666
- Mingau (Pernambuco), 459, 616, 635, 637
- Muçurepe (Pernambuco), 92, 97
- de Nassau (Pernambuco), 464, 466
- Novo (Bahia), 606, 620, 632
- Novo (Rio de Janeiro), 530, 538, 544
- Novo de Goiana, 100
- da Palma (Pernambuco), 215
- Pantorra (Pernambuco), 476
- Paulista (Pernambuco), 311
- Pequeno dos padres (Rio de Janeiro), 530
- Pereira (Pernambuco), 723
- São Domingos (Pará), 298
- São Pedro (Bahia), 574
- São Sebastião (Pernambuco), 464
- dos Schetz (São Vicente), 77
- Tabatinga (Pernambuco), 356, 368, 369
- Trapiche (Pernambuco), 302, 566
- Velho (Pernambuco), 260
- Velho (Rio de Janeiro), 530
ENSAIOS MORAIS de Pope, 83, 583
ENSENADA, porto e forte, 30, 248, 251, 363, 561, 691, 694
ENTRE RIOS, província, 11, 35, 54, 75, 97, 100, 162, 301, 302, 325, 397, 524, 545, 576, 584, 593, 605, 657, 731
EÓLO, brigue-escuna, 643
EPERVIER (L'), brigue francês, 454
EPONINA, vapor, 40
ERERÉ, rio, 216, 217
EREMITAS DE SANTO AGOSTINHO (Gracianos), 82
ERLANGEN, cidade, 711
ERMIDA DE NOSSA SENHORA DA PENHA (Espírito Santo), 283

- da Conceição (Rio de Janeiro), 561
ERNESTUS, forte (Recife), 316
ERVAL, capela, 542
ERVAL, encouraçado, 99, 410, 463, 654
ESCOLA ANATÔMICA, Cirúrgica e Médica (Rio de Janeiro), 626
- de Artilharia e de Arquitetura Militar, 50
- de Belas Artes da Bahia, 351
- Médica Cirúrgica da Bahia, 142
- de Medicina do Rio de Janeiro, 460
- Militar da Praia Vermelha, 56, 658, 681
- Naval, 289
- Normal primária, 194, 229
- Politécnica (Rio de Janeiro), 226, 235, 677
- de Práticos da Costa, 102
- de Tiro do Campo Grande, 349
ESCRAVOS, poema, 390
ESPANHA, reino, 18, 49, 54, 63, 82, 104, 106, 112, 115, 116, 172, 173, 181, 188, 200, 202, 217, 232, 237, 245, 270, 271, 288, 321, 352, 449, 462, 484, 500, 512, 625, 636, 641, 697, 703, 708, 735
ESPARTEL, cabo, 637
ESPECIARIA, ilhas da, 270
ESPELHO (O), jornal, 600, 633
ESPERADA, canhoneira, 691
ESPERANZA, corsário argentino, 31
ESPINILLO, lugar, 369, 613
ESPÍRITO SANTO, capitania e província, 56, 69, 76, 103, 106, 121, 129, 144, 176, 182, 193, 204, 207, 215, 216, 227, 235, 260, 314, 339, 341, 344, 348, 397, 492, 506, 586, 605, 675, 724, 733
- vila do, 28, 314, 631, 709
- aldeia (Bahia), 295
ESPOIR (L'), brigue francês, 454
ESPUMAS FLUTUANTES, 390
ESSEQUIBO, rio, 486, 492
ESTADOS GERAIS DA HOLANDA, 116, 222, 231, 240, 333
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE, 15, 18, 19, 31, 105, 108, 231, 322, 355, 358, 506, 550, 552, 630

ESTÂNCIA, cidade (Sergipe), 739
- lugar (Recife), 311, 468
- de Aguiar, 359, 459, 571, 576, 616, 637
- do Mendonça, 483
- do Salgado, 360
- do Sego, 332
ESTANHADO, lugar, 36, 513, 720
ESTÁTUA, equestre de dom Pedro I, 236, 640
ESTERO BELLACO, lugar, 310
- Rojas, lugar, 407, 455, 549
ESTRADA de Santos ao Cubatão, 137
ESTRADA DE FERRO da Bahia ao São Francisco, 376, 642
- de Carangola, 352
- Central do Brasil – *vide* Estrada de Ferro dom Pedro II.
- Conde d'Eu, 451
- Dom Pedro II, 122, 233, 294, 645, 701
- Leopoldina, 506
- de Limoeiro, 229
- de Macaé a Campos, 351
- de Mauá, 280, 489, 501
- Mogiana, 640
- de Paranaguá a Curitiba, 335
- do Quaraí a Itaqui, 745
- do Recife ao São Francisco, 448
- de Santos a Jundiaí, 302
- do rio Bonito a Capivari, 514
- do rio Claro, 567, 585
- de Santo Antônio de Pádua, 451
- de São Paulo ao Rio de Janeiro, 187, 390
ESTRELA, lugar (Rio de Janeiro), 291, 299, 483
ESTRELA BRASILEIRA, jornal, 560
ESTRELLA DEL SUR, corsário argentino, 31, 473
ESTREMOZ (Portugal), 295, 679
ETÍOPE RESGATADO, 647
EUTERPE, corveta, 188
EVACUAÇÃO da ilha de Santa Catarina pelos espanhóis, 426

- da cidade da Bahia (1823), 381
- de Corumbá, 33, 351
ÉVORA, cidade, 698, 704
EXECUÇÃO DE TIRADENTES, 268
EXPEDIÇÃO, chalupa, 151
EXPOSIÇÃO, Antropológica Brasileira, 426
- Nacional (primeira), 677
EXPULSÃO DOS JESUÍTAS, 264, 410
EXTER, patacho holandês, 449
EXTINÇÃO da escravidão no Brasil, 300
- da escravidão no Paraguai, 562
EXTRACTUM CARNIS, 391
EXTREMADURE, paquete, 219

F

FÁBRICA de Ferro de Ipanema, 87, 616, 681
- de Pólvora, 87
FACULDADE DE DIREITO do Recife, 302, 327, 741
- de São Paulo, 84, 171, 187, 395, 455, 628
FACULDADE DE MEDICINA do Rio de Janeiro, 182, 194, 209, 481, 598
FAEM (Fama), navio, 118
FALMOUTH, porto, 152, 536, 568, 684
FAMÍLIA DE BRAGANÇA, 669
FANFA, ilha, 562, 564
- morro, 562, 565, 566
FARO, cidade (Portugal), 618
FASTOS POLITICOS E MILITARES, 393
FAUSTO, brigue (Liguri e Liguria), 595
FAZENDA DA TRAFARIA (Pará), 301
FECHAMENTO de uma tipografia no Recife (1706), 391
FECHO DOS MORROS, presídio (Mato Grosso), 520
FEDERAL, corsário argentino, 32
FEDERAL ARGENTINO, corsário, 30, 32

FEIRA DE CAPUAMA (Bahia), 606
FEITORIA, lugar, 416
- do Linho Cânhamo, 445
FELIZ, corsário argentino, 31, 43, 317
FERNANDO DE NORONHA, ilha, 80, 123, 358, 569
FERRABRAZ, bosque, 372, 420, 438
FIGUEIRAS, bateria, 151
FILIPE, forte, 91, 183
FILIPINAS, ilhas, 54, 271
FÍSICO-MOR e cirurgião-mor, 108
FLAMENGO, praia do, 69, 645
FLANDRES, 342
FLESSINGA, lugar (Holanda), 508
FLOR DE MAYO, corsário argentino, 32
FLOR DO TEJO, charrua, 382
FLORA FLUMINENSE, 253, 275, 399
FLORA BRASILIENSIS, 636, 711
FLORENÇA, cidade, 82, 138, 198, 693
FLÓRIDA, corsário argentino, 31
FONTE da Bica, 42
- das Marrecas (Rio de Janeiro), 244
FONTES, ilhas das, 94
FORMIGA, sumaca, 618
FORTALEZA, cidade, 78, 137, 234, 259, 277, 279, 280, 372, 588
- do Lage, 86
FORTE, fragata inglesa, 744
FORTE COIMBRA, bombardeira, 44, 99, 743
FORTE do Mar (Bahia), 119, 276, 279, 510, 565, 609
- do Sardinha (Maranhão), 616
FORTUYN, navio, 118, 119, 124
FOSCA, ópera, 131
FRADES FRANCISCANOS, 256
FRANÇA, país, 16, 19, 53, 58, 95, 112, 160, 184, 219, 223, 255, 282, 342, 343, 350, 359, 366, 374, 380, 385, 388, 420, 486, 488, 494, 495, 538, 549, 550, 625, 632, 635, 637, 651, 654, 684, 690, 734
FRANÇA ANTÁRTICA, 635

FRANCESES no Maranhão, 25, 429, 445, 479, 559, 567, 603, 616, 617, 620, 649, 650, 665
- no Rio de Janeiro, 35, 60, 64, 69, 74, 140, 209, 211, 236, 257, 331, 338, 339, 341, 413, 456, 503, 512, 517, 520, 528, 531, 532, 544, 574, 581, 634, 696
FRANKFURT-SOBRE-O-MENO, 51
FRANCIS, brigue inglês, 370 (nota de rodapé)
FRANSCH PREYSJEN (presa francesa), navio, 119
FRECHEIRAS, lugar, 513
FREDERIKSTAD (nome holandês da cidade da Paraíba), 721
FREDERIK HENDRIK, fortaleza, 52, 70, 74, 460
FRIBURGO, cantão, 303
FRÍSIA, uma das Províncias Unidas, 190
FUNCHAL, lugar, 48, 101
FUNDAÇÃO de Nova Friburgo, 303
- de Petrópolis, 342, 534
- de Santos, 551
FUNERAIS de dom Pedro II, em Lisboa, 709
- de dom Pedro II, em Paris, 698

G

GABINETE Cotegipe, 555
- Itaboraí, 38, 556, 709
- da Maioridade, 175
- das nove horas, 412
- Olinda, 60, 220, 327, 328, 412, 556, 709
- Paranaguá, 72
- Português de Leitura, 344
- visconde de São Leopoldo, 655
- São Vicente (Pimenta Bueno), 557
- Saraiva, 73, 555
GAIOLA, lugar (Maranhão), 360
GAIVOTA, lanchão, 366
- brigue português, 634

GALATÉIA, corveta, 382
GALÉ, ilha, 134
GALERIA DEGLI UFFIZZI, em Florença, 82, 693
GALGO, transporte, 98
GALÍCIA, província, 135
GANGUÇU, lugar, 602
GARAPU, lagoa, 503
GARCIA, departamento, 71
GÁVEA, lugar, 186
GAVIOTA, corveta, 366, 634
GAZETA DE NOTÍCIAS, 438
GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 299, 370, 509, 600
GAZETA DA TARDE, 337
GAZETTE DE FRANCE, 271, 511, 611
GEELE SONNE (Sol Amarelo), navio, 118
GEELE IOM, navio, 54
GENERAL BRANDZEN, corsário argentino, 31, 355, 373, 489, 513
- *BROWN*, corsário argentino, 31
- *DORREGO*, corveta, 58
- *LECÓR*, navio, 595
- *MAGALHÃES*, escuna, 679
- *MANCILLA*, corsário argentino, 31, 744
- *RONDEAU*, brigue, 32
GENEURE (ou Rio de Janeiro), 638
GÊNOVA, cidade, 222, 338
GERIBATIBA, lugar, 550
GESTEIRA, lugar (Bahia), 143
GILBUÉS, lugar, 487
GIBRALTAR, estreito, 717
GIPÓIA, ilha, 561
GLÓRIA, outeiro, 544
- cais da, 263
GLÓRIA, fragata portuguesa, 39
GOA, província, 210, 493
GOBERNADOR DORREGO, corsário argentino, 32, 482
GÓIA, lugar, 310

GOIANA, lugar (Pernambuco), 100, 113, 117, 180, 340, 341, 435, 453, 459, 479, 489, 530, 539, 556, 559, 568, 663, 671, 711
GOIÁS, capitania, província, cidade, 77, 116, 129, 137, 174, 177, 184, 194, 207, 218, 304, 377, 418, 491, 492, 522, 524, 527, 533, 577, 676, 687, 701, 716
GOLFINHO, fragata, 370
GORRITI, ilha, 652, 659, 716
GOUDE LEUWE (Leão de ouro), navio, 118
GOUDT VINCK, patacho, 696
GOVERNADOR, ilha do, 69
GOVERNO TEMPORÁRIO DE GOIANA (1821), 489
GOVERNO SUÍÇO, 16
GRAÇA, fragata, 151, 152
GRAÇA DIVINA, fragata, 134
GRAEF ERNEST (conde Ernesto), navio, 118
GRÃ-BRETANHA, reino, 52, 112, 152, 181, 200, 217, 232, 307, 340, 361, 485, 546, 550, 568, 629, 660, 701, 736, 744
GRANDE CHACO, 488
GRANDE ORIENTE DO LAVRADIO, 214, 332, 472
GRÃO DUCADO DE BADEN, 51
GRÃO PARÁ – *vide* Pará.
GRÃO PARÁ, transporte, 382, 383
GRÃO PRIORADO DO CRATO, 476
GRAVATÁ, forte (Rio de Janeiro), 186, 516
GRAVATAÍ, escuna, 721
GRÉCIA, país, 712
GREENHALG, canhoneira, 254
GREDIZ, lugar, 350
GREENWICH, observatório, 478
GRENFELL, canhoneira, 31, 32, 137, 325, 473, 644, 691
GRIGGS in-Hackluyt, 140
GROENINGHEN, navio, 118
GROENWIJF (Hortelã), navio, 118
GROOT GALEON (Galeão Grande), navio, 118
GUADALAJARA, província, 135
GUAIABAL, lugar, 602

GUAIAIVI, lugar, 432
GUAIANA, província, 192, 301
GUAIANÁ, índios, 394
GUAIBA, rio, 485
GUAICUÍ, vila, 101
GUAICURU, reduto, 385
GUAICURU, índios, 435
GUALEGUAICHU, rio, 327, 414
GUAMÁ, rio, 289, 290, 292, 300, 389
GUANABARA, etimologia, 27
GUANACO, escuna, 66, 137
GUANAHANÍ, ilha, 577
GUANDU, rio, 743
GUAPIAÇU, vapor de guerra, 422
GUAPITANGUÍ, lugar, 641
GUAPORÉ, rio, 218
GUARAIO, passagem de, 279
GUARAÍRAS, lagoa e forte (Rio Grande do Norte), 340
GUARANI, cúter, 396, 595
GUARAPUAVA, campos e vila, 221, 507, 734
GUARARAPES, montes (Pernambuco), 142, 552, 569
GUARATIBA, praia, 512, 530
GUARATINGUETÁ, lugar, 505
GUARDA de Honra do imperador, 674
- da lagoa, lugar, 568
- Velha, rua, 257
- de São Pedro, 439
GUARDIA NACIONAL, vapor, 457
GUARDIA DEL PALMAR, lugar, 495
GUARNIZO, paquebote, 135
GUAXENDUBA, lugar, 113, 445, 479, 603, 617, 636, 649, 651
GUERNESEY, ilha, 625
GUERRA DOS BALAIOS, ou Balaiada, 32, 117, 122, 289, 291, 308, 310, 313, 317, 322, 325, 343, 354, 360, 367, 380, 394, 397, 405, 436, 473, 481, 483, 485, 491, 498, 510, 513, 519, 523, 534, 541, 669, 710, 720

- dos Cabanos, ou Cabanagem, 42, 194, 233, 290, 292, 298, 300, 301, 302, 373, 377, 389, 394, 397, 400, 414, 422, 425, 432, 436, 450, 451, 453, 454, 461, 463, 465, 467, 472, 473, 477, 478, 480, 487, 490, 491, 528, 533, 536, 542, 467, 602, 607, 624, 656, 660
- da Independência, 100, 121, 127, 158, 181, 196, 206, 222, 232, 240, 242, 284, 285, 287, 304, 311, 314, 324, 333, 348, 349, 371, 373, 375, 381, 382, 383, 386, 387, 388, 390, 399, 412, 419, 421, 424, 425, 426, 431, 436, 452, 462, 472, 473, 476, 482, 483, 501, 518, 533, 544, 549, 560, 568, 582, 583, 584, 585, 588, 594, 595, 596, 597, 609, 614, 618, 620, 632, 648, 671, 679, 694, 694, 708, 741, 742
- dos Mascates, 340, 359, 374, 408, 411, 451, 468, 476, 479, 503, 572, 629, 651
- do Paraguai, 47, 51, 56, 79, 177, 185, 206, 209, 211, 214, 222, 224, 226, 229, 234, 236, 244, 245, 251, 254, 257, 262, 265, 266, 267, 272, 273, 279, 282, 284, 288, 291, 297, 310, 312, 318, 320, 323, 325, 326, 327, 331, 337, 341, 343, 344, 351, 361, 363, 368, 369, 371, 372, 373, 377, 385, 389, 390, 391, 395, 396, 398, 400, 401, 403, 405, 406, 409, 410, 413, 416, 417, 419, 420, 421, 423, 425, 429, 432, 433, 437, 438, 441, 442, 444, 446, 449, 453, 455, 457, 463, 464, 465, 467, 472, 475, 477, 484, 485, 486, 487, 494, 495, 502, 505, 506, 510, 514, 519, 536, 537, 542, 543, 546, 560, 564, 569, 575, 582, 591, 596, 600, 604, 607, 609, 619, 621, 622, 623, 638, 645, 654, 667, 674, 677, 682, 688, 689, 690, 705, 706, 707, 708, 715, 719, 724, 725, 726, 727, 728, 730, 732, 734, 736, 737, 738, 743, 746

GUERRA da Península, 66, 240, 381, 439
- da Restauração de Pernambuco – *vide* Insurreição Pernambucana.
- civil do Ceará, 45, 78, 243, 350, 367, 425, 456, 582, 614, 713
- civil dos Emboabas, 538
- civil do Rio Grande do Sul (Farrapos), 47, 56, 182, 184, 251, 264, 266, 285, 286, 322, 332, 335, 340, 346, 349, 353, 354, 366, 368, 374, 376, 377, 380, 389, 389, 396, 400, 403, 408, 410, 411, 412, 414, 417, 428, 446, 456, 457, 480, 481, 485, 486, 490, 493, 510, 519, 533, 536, 540, 542, 544, 551, 555, 564, 565, 566, 570, 597, 598, 602, 608, 609, 613, 618, 621, 628, 634, 637, 638, 641, 645,

654, 662, 667, 674, 682, 691, 695, 713, 720, 721, 724, 735, 736, 742, 746
GUERRE DEL BRASILE, 396
GUIANA, província, 192, 324, 374, 377, 556
GUIANA, Francesa, 16, 19, 44, 52, 156, 180, 323, 278, 302, 328, 342, 486, 487, 553, 632, 653, 679, 697, 714, 723
- Inglesa, 12, 16
- Portuguesa, 342
GUINÉ, terra, 198, 286, 407
GULDE RHEE, iate, 353
GULDE SONNE (Sol Dourado), navio, 118
GURJAÚ, lugar, 453, 459, 462
GURUPÁ, vila e forte, 45, 234, 375, 535, 599, 603
GURUPATUBA, aldeia, 390
GYSSELING, navio, 392

H

HAARLEM, 129
HÁBITO DE CRISTO, 454
HAIA, cidade, 116, 348
HALVE MAEN (Meia Lua), navio, 118
HAMBURGO, porto e cidade, 103
HAMEL, caravela, 353
HARMONIA DOS ANJOS, brigue mercante, 691
HAVRE DE GRACE, porto, 230
HAVICK (Açor), navio, 119
HENRIQUE DIAS, corpo, 632
HENRIQUE MARTINS, canhoneira, 53, 254
HERMES, vapor, 667
HERVIDERO, lugar, 252, 373
HET WAPEN VAN NASSAU (As Armas de Nassau), navio, 118
HIJO DE JULIO, corsário argentino, 32, 343, 619
- *DE MAYO*, corsário argentino, 32
HINO da Independência, 139, 721

- Nacional, 206, 307
HISTOIRE des derniers troubles du Brésil, 486
- *de deux voyages* (Thevet), 95, 522, 639
- *des Martyres*, 358
- *véritable de ce qui s'est passe de nouveau entre les François, et les portugois en l'isle de Maragnan*, 651
HISTÓRIA da América Portuguesa, 285, 618
- *do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, 90, 636, 722
- *Ecclesiae Lusitaniae*, 371
- *genealógica da Casa Real*, 341
- *geral dos animais*, 658
- *geral do Brasil*, 376, 496, 503, 516
- *da guerra de Pernambuco*, 430
- *da Independência*, 504, 673
- *das lutas com os holandeses no Brasil*, 101
- *Provinciae Paraquariae Societatis Jesu*, 492
HIST. VAN DEN WEST-INDISCHE COMP., 339
HOLANDA, país, 18, 28 (nota de rodapé), 102, 116, 176, 182, 190, 197, 222, 231, 333, 348, 366, 407, 445, 486, 508, 509, 663, 708
HOLLANDIA, navio, 118
HOLLANDSCHEN THUYN (Jardim Holandês), navio, 118
HOMEM (O) E A AMÉRICA, 308
HONOR, escuna argentina, 271
HOSPÍCIO DOM PEDRO II, 352, 505, 671, 680
HOSPITAL DO CARMO (Rio de Janeiro), 368
- dos Lázaros (Rio de Janeiro), 134, 590
- Militar do Rio de Janeiro, 186, 626
HUMAITÁ, fortaleza, 64, 117, 155, 224, 244, 262, 291, 310, 347, 404, 416, 417, 419, 441, 444, 463, 464, 472, 567, 596, 619, 736, 741
HUNGRIA, país, 673
HUZZAR, navio, 490

I

IAERLICK VERNHAEL, 119
IAGO, versos, 711
IBARRA, lugar, 607
IBERNIA, província, 135
IBIAÇÁ (nome antigo de Santa Catarina), 703
IBICABA, fazenda, 527
IBICUÍ, rio, 54, 89, 126, 159, 270, 539, 563, 590
IBICUÍ, escuna, 366
IBICUÍ MIRIM DE SANTANA, rio, 159
IBIRA-GUAÇU-MIRIM, 69
IBIRAOCAÍ, rio, 486, 524, 590
IBIRAPAJARA, aldeia, 120
IBIRAPUITÃ, rio, 75, 563
IBITURUNA, lugar, 149
IBURA, lugar, 142
ICATU, lugar, 53, 451
ICÓ, lugar, 45, 78, 137, 243, 666
IDADE D'OURO DO BRASIL, periódico, 38, 633
IGAPÓ, aldeia do, 189, 482
IGREJA da Candelária (Rio de Janeiro), 227, 336, 575
- da Cruz dos Militares (Rio de Janeiro), 140, 341, 627, 707
- Nova, forte, 396
- do Rosário (Rio de Janeiro), 530
- de São Domingos (Rio de Janeiro), 268, 530
- de São Francisco de Paula (Rio de Janeiro), 311
- de São Pedro (Rio de Janeiro), 616
- de São Pedro Gonçalves (Recife), 671
- da Trindade (Lisboa), 341
- Velha, forte, 396
IGUAÇU, rio, 202, 719
IGUAÇU GUÁ, lugar (Paraguai), 715
IGUARÁ, rio, 363
IGUARAÇU, rio e lugar (Pernambuco), 84, 90, 119, 133, 281, 459, 501, 506, 571

ICUIPIRANGA, lugar (Amazonas), 397
IGUATEMI, canhoneira, 44, 99, 117, 346, 731, 743
IGUREÍ, vapor paraguaio, 346, 537, 619
IJUÍ, rio, 45, 149
IJUÍ-MIRIM, rio, 149
IL GENIO BELICOSO DE NAPOLI, 484
ILHA DAS COBRAS, fortaleza (Rio de Janeiro), 186, 188, 511, 516, 517, 518, 520, 541, 569, 571
- Grande (Rio de Janeiro), 304, 368, 467, 652, 733
- Grande, vila, 233, 503, 538, 561
- Grande de Joanes, 204
- da Madeira (antigo nome da ilha das Cobras), 101, 176, 511
- da Maré (Bahia), 585, 586, 597
- da Vera Cruz, 281
ILHÉUS, capitania e cidade, 130, 198
ILUSTRATION FRANÇAISE, 574
ILUMINAÇÃO A GÁS NO RIO DE JANEIRO, 229
IMBAÚ, lugar, 643
IMBITUBA, lugar (Santa Catarina), 621
IMPERADOR, vapor, 719
IMPERATRIZ, fragata, 278, 296, 298, 387, 465, 587, 593, 644
IMPERIAL CATARINENSE, lanchão, 411
IMPERIAL PEDRO, brigue, 32, 545
IMPERIAL SOCIEDADE AMANTE DA INSTRUÇÃO, 568
IMPRENSA NACIONAL, 275, 299, 476 (nota de rodapé), 711 (nota de rodapé)
IMPRESSÃO RÉGIA, 83, 286, 299, 476, 509, 583
INCÊNDIO DO TEATRO SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, 88
INCONFIDÊNCIA MINEIRA, 29, 114, 181, 210, 295, 314, 357, 370, 386
INDAGAÇÕES DO SÓLIDO DE MÁXIMO VOLUME, 658
INDEPENDÊNCIA (A) DO BRASIL, 29, 55, 61, 71, 100, 121, 127, 181, 196, 200, 206, 240, 247, 259, 268, 270, 280, 299, 303, 308, 312, 321, 337, 340, 357, 360, 363, 368, 372, 374, 386, 419, 421, 422, 426, 436, 441, 468, 473, 487, 489, 490, 495, 503, 504, 513, 517, 521, 522, 524, 541, 549, 605, 642, 648, 652, 658, 674, 677, 683, 694, 708, 716

INDEPENDÊNCIA, barca, 73, 103, 154, 248, 251, 482, 660
- brigue argentino, 425, 427, 489
INDEPENDÊNCIA OU MORTE, brigue, 248, 520, 595, 596
ÍNDIA, 82, 178, 188, 193, 198, 268, 324, 397, 409, 493
ÍNDIAS, 286, 709
ÍNDIAS OCIDENTAIS, 321, 445, 575
ÍNDIAS ORIENTAIS, 54, 112, 650
ÍNDICE CRONOLÓGICO, 276, 480, 501
INFANTE DOM PEDRO, brigue, 679
INFERNO, de Dante, 686
INFICIONADO, lugar, 82
INGLATERRA, 101, 108, 211, 214, 222, 244, 282, 306, 313, 398, 420, 486, 492, 580, 635, 649, 664, 723, 733, 745
INHATIUM, banhado, 361, 600
INHOBIM, lugar, 512
INQUISIÇÃO NO BRASIL, 411
INSTITUTO Arqueológico Alagoano, 678
- Arqueológico Pernambucano, 92, 146, 599
- Histórico e Geográfico Brasileiro, 9, 23, 24, 25, 26, 51, 80, 102, 155, 173, 174, 185, 221, 256, 301, 325, 458, 469, 596, 597, 711
- dos Meninos Cegos, 519, 526, 575
INSURREIÇÃO nas Alagoas contra o governo dos liberais (1844), 568, 575, 576, 624
- pernambucana, 48, 301, 311, 349, 353, 355, 359, 365, 367, 368, 370, 394, 415, 420, 422, 429, 430, 435, 437, 438, 439, 442, 445, 454, 459, 464, 466, 486, 490, 492, 494, 507, 508, 512, 520, 522, 525, 526, 527, 530, 534, 535, 537, 538, 541, 544, 547, 570, 571, 576, 586, 599, 714, 735
- no Rio de Janeiro (1660), 631
- de Vila Rica (1720), 375, 381
INTERVENÇÃO NO RIO DA PRATA, 556, 557, 570
INTRODUÇÃO DA PLANTA DO CAFÉ NO BRASIL, 286, 287
INVASÃO DE MATO GROSSO PELOS PARAGUAIOS, 173, 214, 705
INVENCÍVEL, bergantim, 134, 151
INVENCÍVEL MENESES, escuna, 41

INVERNADA DA LAGUNA, 290
IPANÉ, rio, 603, 668, 688
IPANEMA, lugar (São Paulo), 136, 376, 681
IPEROÍ, aldeia, 288, 364
IPIRANGA, ribeiro (São Paulo), 503
IPIRANGA, canhoneira, 117, 346
IPOJUCA, lugar (Pernambuco), 256, 370, 711, 744
IPORÁ, vapor, 40, 469
IRIS (L'), brigue francês, 388
ISABEL, fragata, 587
ISABEL MARIA, escuna, 256
ISIDORE (L'), navio francês, 703
ISIDORO, trincheira, 42
ISIS (L'), corveta francesa, 388
ISLA FORTÍN, baterias, 416, 484
ISLA POÍ, lugar, 419, 420, 423, 425, 429, 433, 437, 438, 442, 444
ITABAIANA, lugar, 580
ITABERABA, (minas de ouro), 354
ITABORAÍ, cidade, 256, 371
ITABUCU (Itapucu), 202
ITACARANHA, praia de, 261, 266
ITACORUBÍ, lugar, 275, 336, 370
ITÁ IBATÉ, colina (Paraguai), 725, 726, 728, 730, 731, 734, 736, 737, 740, 745
ITAIPU, lugar, 410, 552
ITAJAÍ, canhoneira, 667
ITAJURU, canal (Cabo Frio), 638
ITÁLIA, país, 16, 82, 138, 170, 369, 550, 578
ITAMARACÁ, ilha, capitania, 52, 84, 86, 102, 344, 365, 373, 394, 485, 506, 534, 537, 547, 680, 693, 704
- canal de, 74, 132, 386, 408, 441, 522
ITAMBÉ, lugar, 117
ITANERÃ, lugar, 668
ITANHAÉM, povoação, 53, 661, 704
ITAPAGIPE, ponta e forte, 445, 633
ITAPARICA, ilha e forte, 42, 92, 94, 109, 141, 175, 280, 305, 311, 313,

321, 323, 343, 382, 439, 452, 462, 487, 496, 501, 512, 544, 549, 560, 581, 583, 601, 648, 694, 714, 720, 730
ITAPARICA, escuna, 66, 248, 251, 345, 389, 410, 414, 643
- corveta, 424, 426, 427
ITAPECIMA – *vide* Itapeçuma.
ITAPEÇUMA, lugar (Tapiçuma e Itapecima), 88, 102, 353
ITAPICURU, rio e lugar, 510, 557, 559, 652
ITAPICURU MIRIM, lugar, 223, 313, 360
ITAPIRU, banco de, 245, 247, 254
ITAPIRU (Paraguai), 241, 242, 245, 254, 262, 265, 398
ITAPOÃ, barra (Bahia), 231, 277, 620, 632, 679, 741
ITAPUÃ, bateria (Rio Grande do Sul), 376, 438, 481, 485
ITAPURU, transporte de guerra, 206
ITAQUÃ, fortaleza (Marajó), 660
ITAQUATIÁ, lugar, 737
ITAQUÍ, lugar (Rio Grande do Sul), 745
ITATIAIA, serra, 354
ITHACA, cidade, 217
ITORORÓ, rio e ponte, 64, 291, 369
ITU, lugar, 465
ITUPARAÍ, lugar, 553, 563
ITUZAINGO, corveta, 32
ITUZAINGÓ (grafia à espanhola), 158
IUASIÍ, lugar no Chaco, 284
IVAÍ, canhoneira, 680, 688

J

JABOATÃO, rio e lugar, 146, 518
JACARÉ, banhado, 126, 458
JACUECANGA, lugar, 223
JACUÍ, rio e lugar, 50, 149, 166, 498, 562, 653
JACUÍPE, lugar (Pernambuco) 729
JAGUARAÉ, ribeirão, 324
JAGUARÃO, rio, vila e cidade, 18, 55, 88, 89, 164, 260, 366, 495, 500, 519, 587, 597, 600, 721

JAGUARI, rio e lugar, 506, 682, 742
JAGUARI ORIENTAL, lugar, 682
JAGUARIBE, rio, 681
JANGADAS, povoação, 317
JANUÁRIA, brigue-escuna, 345
JAPEJU (ou Yapeju), lugar, passo, 72, 96, 177, 539
JAPOQUE – *vide* Oiapoque.
JAPURÁ, rio, 111
JARAGUÁ, porto (Alagoas) 181, 460, 476, 666, 670
JARAO, serra, 729
JARDIM Botânico da lagoa Rodrigo de Freitas, 184, 201, 299, 379
JATAITI CORÁ, lugar, 519
JAURU, vapor, 396
JEAN BART, nau francesa, 387
JEJUÍ, rio, 33, 120
JEJUÍ, vapor paraguaio, 346, 347
JEJUÍ GUAÇU, lugar, 667
JEJUÍ-MI, lugar, 667
JEQUÉ, rio (hoje rio Pardo) 678
JEQUITINHONHA, canhoneira, 346, 347, 351, 505
JERERECOARA, baía – *vide* Jericoacoara.
JERICOACOARA, baía, 347, 559
JERUSALÉM 686
JESUS, forte, 150
JESUS-MARIA, missão jesuítica, 678
JESUS-MARIA-JOSÉ, forte, 147
JETICAÍ, rio, 492
JI, rio, 576, 579
JIQUIÁ, lugar, 27, 608, 635, 637
JOÃO DAS BOTAS, vapor, 44, 99
JOÃO DE MENDONÇA, estância, 248
JONGHE MAURITIUS (Jovem Maurício), navio, 118, 123
JORNADA DO MARANHÃO, relação, 649, 651
JORNAL DO COMMERCIO 251, 329, 345, 560, 701
JORNAL DE TIMON, livro, 313
JOSÉ MARQUES, lugar (Bahia), 143

JOURNAL OF A VOYAGE TO BRAZIL, 473
JOYEUX (LE), navio francês, 703
JÚBILOS DA AMÉRICA 93
JUDAS EM SÁBADO DA ALELUIA 692
JUFFROU DE BRUYN, forte, 63, 371
JUIZ DE FORA, cidade, 257
JUIZ DE PAZ DA ROÇA 692
JUJUI, província, 162
JULGAMENTO DOS DELITOS DE IMPRENSA 359
JUNCAL, ilha do, 375
JUNCAL, escuna argentina, 590
JUNCO, ilha e forte, 480, 481, 485
JUNTA DO COMÉRCIO (Lisboa) 82
- (Rio de Janeiro) 517
JUNTA DO GOVERNO de Goiana, 489, 490, 539, 556, 559, 568
- do Maranhão (1823) 419, 421
- do Recife (1821) 568, 603
JUNTA interina de governo da Cachoeira (Bahia) 372, 390, 542, 568
- de Missões 195
JUIZ CONSERVADOR DA NAÇÃO INGLESA 218
JÚPITER, fragata, 135
JURAMENTO da Constituição do Império, na Bahia, 285
- da Constituição do Império no Ceará 682
- da Constituição do Império no Recife 674
- da Independência e do Império em Goiás 716
- dos primeiros senadores do Império 287
JURUBATUBA, lugar, 550
JURUMENHA, lugar, 29
JURUMIRIM, canal (Santa Catarina) 703

K

KENSINGTON, lugar (Escócia) 512, 712
KIJK EN DE POT, reduto, 70, 344
KLEYN FORTUYN (Pequena Fortuna) 119, 124

L

LA BOCA, lugar, 137
LA CIUDAD, banco, 138, 427
LA CRUZ, lugar, 71, 87, 96
LADEIRA, lugar (Maranhão) 308, 310
LADINO, ilha, 150
- forte 239
LADRONES, ilhas, 271
LAGE, ilhota e fortaleza (Rio de Janeiro) 186, 627, 634
LAGES, município, 508
- da Tábua, recifes, 667
LAGOA do Boqueirão (Rio de Janeiro) 516, 530
- Formosa, lugar, 482
- Mirim (Rio Grande do Sul) 36, 71, 147, 400
- dos Patos, 263, 400, 425
- Piris, trincheiras, 44, 99, 244
- do Porto Real, 593
- de Rodrigo de Freitas (Rio de Janeiro) 87
- Santa (Minas) 289, 352, 440
- de Santo Antônio (Rio de Janeiro) 257, 516, 530
- da Sentinela (Rio de Janeiro) 544, 574
- do Sul, 65
LAGUNA, vila e porto, 150, 377, 384, 389, 400, 410, 412, 414, 417, 593, 602, 621, 642, 716
- Brava, acampamento (Corrientes) 731
- Iberá, lugar, 626
- del Norte, 414
- Sirena, 262, 264, 567
- del Sud, 414
- Tranquera, lugar (Paraguai) 325
- (ou lagoa) Verá, 244, 419, 421, 423, 425, 429, 433, 437, 438, 441, 442, 444
LAGUNAS (por Alagoas) 414
LAGUNENSE, lanchão, 410, 411, 643
LAMARÃO, ancoradouro (Recife) 483, 509, 563

LA MÉRE, ilha, 553
LA NACIÓN, jornal, 346, 370 (nota 1)
LANARKSHIRE, lugar (Escócia) 614, 712
LAPA, lugar (Minas Gerais) 474
LA PINTA, caravela, 577
LA PAZ 17
LA PAZ DE AYACUCHO, cidade, 232
LA PRESIDENTE, corsário argentino, 31, 46, 368
LARA, ponta de, 335, 355, 425, 426, 691
LA REFORME 331
LARGO do Capim (Rio de Janeiro) 523, 578
- da Carioca (Rio de Janeiro) 257, 516, 530, 685
- da Lapa (Rio de Janeiro) 368
- do Rocio (Rio de Janeiro) 269, 334
- do Paço (Rio de Janeiro) 243, 244, 269, 531
- de São Francisco de Paula (Rio de Janeiro) 683
- do Teatro (Bahia) 615
LA ROCHELLE, cidade, 488
LAS CAÑAS, lugar, 260, 408
LASTERIE, oficina litográfica, 275
LA TURPINIERE, lugar, 557
LAUREL, lugar, 677
LAVALLEJA, corsário argentino, 31, 273
LEAL CAMETAENSE, escuna, 656
LEAL PAULISTANA, escuna, 424, 426, 427, 508, 539, 540
LEAL PORTUGUÊS, charrua, 382, 383, 386
LEÃO, cúter, 679
LEÃO, caíque, 374
LEÃO, chalupa, 41
LE BOUHA (Bouahé ou Abuá) 639
LEEUWE, (Leão), navio, 118
LEEUWINNE (leoa), navio, 118, 124
LEGALIDADE, canhoneira, 292, 562
LEGIÃO DE SÃO PAULO 35, 70, 250, 374, 547, 605, 608, 648
LEGRAND BEAU REGARD (lugar da Guiana Francesa) 44

LEICESTER, navio, 733
LEI criando os Cursos Jurídicos 454
- da eleição direta 47
- da interpretação do Ato Adicional 298
- do Ventre Livre 13
LEIRIA 110
LENDAS DA ÍNDIA 710
LEOPOLDINA, canhoneira, 42, 92, 94, 280, 487, 595
LESBYE, corveta francesa, 388
LES HOLLANDAIS AU BRÉSIL 119
LEYDEN, charrua, 508
LIBERAL, corveta, 125, 248, 251, 424, 426, 427, 595, 634
LIBERAL, vapor, 332, 396, 562
LIBERDADE dos índios 292, 324, 332, 336, 367, 398, 404, 426, 508, 606
- de profissão aos ourives de ouro e prata 454
LIBERTADOR BOLIVAR, corsário argentino, 31
LIBERTADORA (ex -Rio Pardo), escuna, 643
LICEU de Artes e Ofícios da cidade do Rio de Janeiro 46, 661
- de Artes e Ofícios de Santa Catarina 286
- Henri IV (Paris) 395
LICHTHARDT, caravela, 353
LIEBRE, fragata, 135
LIMA, cidade, 81, 261, 447
LIMA BARROS, encouraçado, 410, 463, 585, 722
LIMOEIRO, prisão, 613
LINDÓIA, aviso, 99, 463
LINHA de bondes de São Januário 333
- Negra, baterias, 622, 623
- telegráfica do Recife a lagoa do Carro (Pernambuco) 309
- de Vapores entre a Europa e o Brasil 108
LISBOA, cidade, 27 (nota), 28 e nota, 29, 38, 41, 50, 55, 61, 64, 69, 72, 81, 82, 83, 87, 88, 93, 95, 97, 100, 106, 109, 110, 114, 123, 125, 127, 132, 134, 138, 147, 154, 172, 176, 178, 190, 191, 195, 196, 198, 200, 205, 213, 218, 222, 223, 224, 226, 232, 237, 240, 243, 250, 261, 266, 269, 272, 276, 277, 283, 297, 299, 304, 310, 334, 335, 338, 340, 341, 354, 358, 362, 363, 370, 376, 383, 385, 396,

399, 409, 411, 417, 421, 431, 436, 437, 438, 440, 450, 464, 471, 472, 476, 485, 488, 491, 493, 502, 503, 513, 518, 523, 527, 547, 551, 554, 556, 563, 568, 571, 574, 583, 590, 591, 599, 600, 603, 608, 613, 623, 627, 631, 633, 636, 647, 648, 653, 659, 664, 669, 675, 681, 684, 685, 686, 692, 693, 697, 709, 710, 714, 722, 723, 728, 736, 745, 746
LIVERPOOL, porto e cidade, 14, 15, 85, 222, 224, 439, 536
LUANDA 297, 462, 466, 468, 475, 484, 736
LOJA MAÇÔNICA DA INGLATERRA 214
LOMA DE ACOSTA, colina (Paraguai) 725
LOMAS VALENTINAS, trincheiras (Paraguai) 677, 719, 724, 725, 728, 730, 731, 732, 734, 735, 737, 743
LOMBAS DO AMORIM 662
LONDRES, cidade, 23, 77, 83, 128, 171, 232, 307, 309, 331, 439, 459, 467, 473, 512, 645, 670, 744
LONDRES, bateria, 463
LÓPEZ, lagoa, 543
LORD CLIVE, fragata inglesa, 39
LORDE ELDON, navio, 490
LORETO, lugar, 126
L'ORIFLAMME, navio, 467
L'OYAPOCK ET L'AMAZONE 182
LUCAS, monte, 313
LUCÔNIA, charrua, 654
LUÍS DE CAMÕES, escuna, 327
LUSÉIA, vila, 233
LUZ ELÉTRICA DE JABIOCHKOFF 701
LUZIAS, partido político, 474
LUSITÂNIA 74

M

MACACU, município, 308
MACAÉ, lugar, 207, 470, 667
MACAPÁ, forte, 328, 392, 398, 603

MAÇARANDUBA, praia, 46
MACBETH, ópera, 229
MACEIÓ, cidade, 568, 575, 576, 692, 698
MACEIÓ, corveta, 65, 66, 246, 251, 424, 426, 427, 595, 596, 609
MACHORRA, fazenda (Rio Apa), 267
MACIAPE, lugar, 392
MACIEL, lugar, 579
MAÇONARIA, 332, 522, 690
MADALENA, vila (Alagoas), 140, 423, 443
- costa da, 744
MADEIRA, ilha da, 47, 48, 49, 101, 176, 198, 511
MADRI, cidade, 55, 63, 67, 109, 202, 217, 297, 309, 547, 597, 636
MAECURI, rio, 216
MAGALHÃES, estreito, 140
MAGDALENA, fragata, 136
MAGÉ, canhoneira, 44
MAGICIENNE (La), fragata francesa, 388
MAHURI, rio, 41
MAIACARI, forte, 535
MAIORIDADE DE DOM PEDRO II, 405, 412, 415, 513
MALACA, 110, 204
MALDONADO, 31, 49, 161, 283, 304, 400, 472, 487, 508, 539, 577, 652, 659, 716
MALDONADO, escuna argentina, 59, 66, 172, 539
MALMAISON, jardim, 488
MALTA, ilha, 634, 635
MAMANGUAPE, rio e lugar, 386, 496
MAMIÁ, serra, 217
MANAUS, lugar e cidade, 85, 194, 235, 257, 422, 446, 491, 505, 542, 692
MANCHA, canal, 671
MANDUVIRÁ, rio, 279
MANDUVIRÁ IHU, lugar, 469, 477
MANGA DO IGUARÁ, vila (Maranhão), 710
MANGUABA, lagoa e rio, 414, 443, 445
MANGUEIRA, lugar, 147
- forte, 150, 239

MANGUINHO, trincheira, 560, 583
MANIUTUBA, forte, 314
MAPA DE CANTINO, 369
- de Marcgrav, 475, 512, 562
MAPA-MÚNDI de André Homem, 180
MAPAS DAS CORTES, 109
MARACAJÁS ou Mbaracajás, ilha, 69
MARACAJU, serra, 120
MARAGOGIPE, lugar, 363, 448
MARAJÓ, ilha, 217, 528, 542, 660
MARAJÓ, vapor, 422, 542
MARAMBAIA, rio, 743
MARANHÃO, capitania, estado e província, 25, 32, 33, 36, 39, 43, 61, 68, 76, 78, 80, 83, 84, 93, 97, 100, 102, 104, 106, 111, 113, 114, 115, 117, 122, 125, 132, 134, 136, 154, 156, 174, 175, 177, 180, 184, 185, 191, 202, 204, 205, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 223, 224, 225, 228, 229, 230, 234, 235, 237, 246, 259, 267, 277, 286, 289, 291, 292, 303, 306, 308, 310, 313, 322, 325, 343, 349, 354, 360, 380, 390, 394, 397, 398, 402, 403, 404, 407, 409, 410, 418, 419, 421, 422, 426, 429, 432, 445, 449, 450, 451, 452, 459, 467, 479, 521, 523, 534, 540, 557, 559, 561, 567, 583, 603, 614, 616, 617, 620, 621, 623, 636, 649, 651, 652, 662, 663, 665, 669, 675, 676, 678, 695, 701, 708, 710, 728, 733, 734
MARANHÃO, brigue, 32, 59, 452, 589, 593
MARANHÃO GRANDE, rio, 94
MARAÑON, rio, 309, 731
MARAPICU, lugar, 261
MARAÚ, barrado (Bahia), 545
MARCHA DE FLANCO de Tuiuti para Tuiú Cuê, 413
MARCÍLIO DIAS, navio de guerra, 236
MARCOS, porto e reduto, 102, 133, 353, 365, 408
MAR DULCE, rio, 85
MARGAJEAST, ilha, 69
MARGARIDA, corsário argentino, 32, 233
MARGARITA, forte (Paraíba), 721
MARIA FARINHA, lugar (Pernambuco), 506

MARIA DA GLÓRIA, corveta, 125, 348, 383, 387, 389, 417, 424, 426, 427, 618, 619
- escuna, 417, 618
MARIA ISABEL, corveta, 31, 32, 59, 60, 387, 587
- escuna, 435
MARIA TERESA, corveta, 251, 595, 616
MARIANA, cidade, 82, 210, 228, 269, 336, 350, 536, 653, 687
MARIANAS, ilhas, 271
MARICARI, rio, 379
MARIOCAÍ, aldeia, 365, 599, 603
MARIQUITA, lugar (Maranhão), 534
MARIVÁ, aldeia, 235
MARIZ E BARROS, encouraçado, 231, 410, 463, 654, 698, 717
MARMOTA (A), periódico, 715
MARONI, rio, 374
MARQUÊS DE OLINDA, vapor, 87, 346, 347, 623, 638, 705
MARQUÊS DO PARANÁ, poema, 674
MARROCOS (África), 637
MARSELHA, cidade, 223, 575
MARTE, paquebote, 135
MARTIM DE FREITAS, nau, 134
MARTÍN GARCÍA, ilha, 65, 66, 83, 110, 156, 384, 744
MARTÍN GARCÍA, lúgar de guerra argentino, 438
MARUÍ, cemitério de, 145
MARUI, cúter de guerra, 425
MATA BICUDO, matança de portugueses, 328
MATA GRANDE, lugar, 510
MATA DO BRASIL (Pernambuco), 369
MATANZA, navio, 118
MATAOJO, lugar, 76
MATAPÃ, cabo, 82
MATA PORCOS (Mata dos Porcos, Rio de Janeiro), 287, 530
MATO GROSSO, capitania, cidade e província, 30, 40, 58, 2, 77, 87, 113, 117, 121, 127, 129, 173, 181, 185, 193, 212, 214, 218, 246, 254, 292, 351, 393, 396, 413, 418, 493, 510, 525, 527, 583, 589, 597, 623, 638, 658, 676, 705, 737, 743, 747

MATUIM, lugar (Bahia), 90, 722
MAUÉS, vila, 233
MAURITIUS, forte, 454
MAURITZSTAD, cidade, 78, 86, 286, 611
MAURITZSTADT, mapa, 27
MAXAMBOMBAS, estação, 219
MAYAGUANA (ou Mariguana), ilha, 577
MAYO, ilha, 670
MAZAGÃO, lugar (Pará), 389
MBERUÍ, rio, 97
MEARIM, rio, 212
MEARIM, canhoneira, 349, 351, 667
MECEJANA, lugar (Ceará), 282, 709
MEDANO, ponta, 123
MEERMINNE VAN ZELANDT (Sereia da Zelândia), 119, 124
MEIA PONTE, lugar, 184, 524, 577
MELGAÇO, lugar, 58, 68, 705
MEMACHI, rio, 111, 192
MEMORÂNDUM DA MARINHA ARGENTINA, 83
MEMOIRES DE MONSIEUR DUGUAY-TROUIN, 516
MEMÓRIA SOBRE A NECESSIDADE DE ABOLIR A INTRODUÇÃO DOS ESCRAVOS AFRICANOS NO BRASIL..., 653
MEMÓRIA HISTÓRICA DA CAMPANHA DE 1816, 294
- *da Revolução do Maranhão*, 360
MEMÓRIA HISTORICA SOBRE LA DECADENCIA Y RUINA DE LAS MISIONES JESUITICAS, 370 (nota de rodapé)
- *do extinto regimento de infantaria de linha da província de Santa Catharina*, 702, 703
MEMÓRIAS DIÁRIAS DE LA GUERRA DEL BRASIL, 442, 547
MEMÓRIAS HISTÓRICAS E POLÍTICAS DA PROVÍNCIA DA BAHIA, 436
- *da capitania do Rio de Janeiro*, 301
MEMÓRIAS PARA A HISTÓRIA DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE, 91
- *para a história do Reino do Brasil*, 674
MEMÓRIAS DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS, 646, 667
MEMÓRIAS (de Neukomm), 366
MEMÓRIAS E REFLEXÕES SOBRE O RIO DA PRATA, 375

MÉNDEZ, lagoa, 543
MENSAGERO ARGENTINO, jornal, 428
MERCEDES, lugar, 161, 361, 362, 435, 450, 478, 480, 489, 547, 579
MERCEDES, chata, 44, 99
MESA DE CONSCIÊNCIA E ORDENS, 697
MÉXICO, país, 19
MINA (África), 286
MINAS, lugar (Banda Oriental), 682
MINAS DE FERRO DE SOROCABA, 681
MINAS DE MATO GROSSO, 246
MINAS GERAIS, capitania e província, 29, 43, 50, 66, 77, 82, 103, 108, 122, 129, 147, 150, 174, 175, 181, 182, 188, 189, 193, 194, 197, 199, 204, 206, 208, 210, 212, 223, 225, 234, 252, 263, 268, 269, 275, 278, 280, 287, 289, 291, 295, 307, 308, 314, 326, 327, 334, 335, 343, 350, 354, 357, 361, 366, 374, 381, 384, 385, 393, 397, 399, 402, 409, 410, 411, 417, 418, 419, 428, 440, 474, 495, 498, 509, 513, 526, 536, 538, 542, 554, 555, 563, 564, 572, 574, 578, 581, 588, 589, 601, 606, 624, 633, 645, 652, 653, 656, 664, 665, 670, 673, 674, 677, 679, 681, 683, 690, 710, 726
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS, 131, 187, 197, 201, 233, 636
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 12, 16, 19
MINISTÉRIOS, 20, 38, 61, 62, 66, 79, 118, 128, 152, 212, 246, 247, 269, 300, 303, 314, 315, 316, 317, 318, 322, 324, 327, 328, 335, 338, 353, 372, 385, 388, 399, 404, 409, 415, 416, 423, 428, 429, 440, 441, 454, 474, 475, 491, 494, 502, 504, 513, 521, 529, 556, 557, 570, 609, 623, 646, 655, 682, 708, 741
MINUANO, índios, 348
MIRACEMA, lugar, 452
MIRANDA, rio, 326, 705
- distrito, 30
MIRIÑAÍ, lugar, 626
MIRITIBA, lugar, 60, 325
MIRITIBÍ, monte, 92
MISERICÓRDIA, caminho da (Bahia), 615
MISERICÓRDIA, setia, 135, 150

MISIONES, província, 626
MISSÃO ARTÍSTICA FRANCESA, 111, 186
MISSÃO VELHA, lugar (Ceará), 367, 666
MISSÕES, 25, 64, 65, 68, 96, 97, 105, 107, 108, 149, 150, 177, 195, 198, 218, 275, 281, 307, 336, 348, 370, 390, 448, 492, 518, 525, 548, 563, 564, 580, 584, 591, 662, 699, 724, 740
- de Além-Uruguai, 58, 68, 72, 239, 248, 381, 422, 439, 459, 545, 580, 641
- guaranis, 54, 76, 111, 160, 161, 295, 419, 447, 587, 679, 728
MOÇAMBIQUE, província, 315, 397, 589
MOCAMBO, lugar (Ceará), 42, 455
MOERO lago (África), 589
MOGI DAS CRUZES, lugar, 505
MOINHOS DE VENTO, lugar, 409
MOJU, rio, 394, 533
MOLUCAS, ilhas, 54, 270, 271
MOMBABA, lugar, 455
MONARCA, nau, 135
MONDAÍ, lagoa, 413, 443
MONFORTE, lugar, 503
MONGES BENEDITINOS (ilha dos, Paraíba), 681
MONIM, rio, 360, 363
MONSERRATE, forte (Bahia), 293, 435, 633
MONSON'S NAVAL TRACTS (Churchill), 449
MONTANHAS DE OURO, 299
MONTE, sumaca, 151
MONTE CALVÁRIO (Bahia), 615
MONTE GRANDE, lugar, 159
MONTE PASCOAL, 270
MONTEPIO DOS SERVIDORES DO ESTADO, 49
MONTEIRO, lugar (Paraíba), 87
- (subúrbio do Recife), 676
MONTERITA, ilha, 393
MONTE SERRATE, forte (Bahia) – *vide* Monserrate.
MONTSERRATE, ribeiro (São Paulo), 551
MONTEVERDE, feudo, 319
MONTEVIDÉU, 14, 38, 49, 67, 68, 70, 71, 85, 89, 93, 96, 97, 99, 105,

108, 113, 121, 136, 148, 157, 169, 170, 176, 185, 213, 219, 230, 233, 255, 273, 277, 278, 284, 288, 290, 291, 298, 323, 326, 335, 337, 355, 362, 370 (nota de rodapé), 380, 388, 399, 405, 431, 438, 440, 442, 443, 448, 450, 453, 477, 540, 545, 566, 567, 576, 578, 579, 580, 581, 584, 593, 594, 595, 599, 604, 616, 619, 620, 628, 648, 651, 656, 657, 667, 687, 691, 701, 711, 741
MONTIJO, batalha de, 342
MONTMORENCY, cidade, 184, 532, 650
MONZON, lugar, 453
MOORINNE (Moura), navio, 119
MORDOMIA IMPERIAL, 94, 310
MORGAN EXPEDITION, 216
MORRO AGUDO (Piauí), 523
- do Castelo (Rio de Janeiro), 50, 100, 183, 227, 260, 516
- da Conceição (Rio de Janeiro), 195, 516
- do Desterro (Rio de Janeiro), 530
- do Livramento (Rio de Janeiro), 268, 526, 528
- do Pina (Rio de Janeiro), 517
- da Província (Rio de Janeiro), 518
- Queimado, fazenda do, 34, 303
- de São Bento (Rio de Janeiro), 516, 530, 538
- de Santa Teresa (Rio de Janeiro), 530
- da Saúde (Rio de Janeiro), 517, 522
- da Viúva (Rio de Janeiro), 584
MORTE DO DUQUE DE CAXIAS, 291, 294
MOSQUITO, forte, 150, 151, 239
MOSQUITO, baleeira corsário, 36
MOSTARDAS, lugar, 271
MOSTEIRO de São Bento (Bahia), 115, 293
- de São Bento (Pernambuco), 147
- de São Bento (Rio de Janeiro), 511, 541, 571, 683
MOTINS NO RIO DE JANEIRO (1831), 399
MOTOCOLOMBÓ, ponte, 518, 519
MOCHA, vila, 216
MUCIDAN (arrabalde de Bordéus), 343
MUCURIPE, ponta, 85

MULHER (A) DO SIMPLÍCIO, periódico, 715
MUNDURUCU, iate, 154, 656
MUNIQUE, cidade, 87, 711
MUNIM, rio, 603
MUNICÍPIO NEUTRO, 194, 212, 229, 254, 361, 576
MUNNICKENDAM, navio, 118
MURCIA, província, 135
MURIBECA, lugar, 146, 422, 594, 735
MUSEU BRITÂNICO, 135
- Nacional, 201, 216, 426
MUTUM, lugar, 513
MUYDEN, navio, 119

N

NIMBI, lugar (Paraguai), 688
NAPO, rio, 369, 384, 385, 464
NÁPOLES, reino, cidade e porto, 52, 138, 188, 208, 245, 270, 321, 384, 484, 498, 619
NARRATIVA EPISTOLAR, 88
NATAL, vila e cidade, 501, 733
NAUFRÁGIO E MORTE DO BISPO DOM PEDRO SARDINHA, 354
NAUTA, lugar, 422, 542
NAZARÉ, vila (Pernambuco), 638, 667
NAZARÉ, fragata, 134
NAZARÉ DO CABO, fortaleza, 286, 305, 317, 322, 353, 380
NEPTUNUS, navio, 118
NEVES, capela, 77
NEWARK-UPON-TRENT, lugar, 489
NHEMBUCU, rio, 537
NICE, cidade, 680
NIGER, corsário argentino, 31, 43, 59, 60, 225, 317, 355
NITERÓI, cidade, 145, 164, 182, 194, 203, 214, 241, 247, 295, 301, 331, 376, 387, 398, 410, 546, 552, 581, 676
NITERÓI, etimologia, 27

NITERÓI, fragata, 255, 285, 383, 424, 425, 426, 427, 518, 520, 552
NOBILIARQUIA PAULISTANA, 338
NOBRE ORDEM DOS CAVALEIROS DA SANTA CRUZ, 332
NOGUEIRA, ilha, 365
NOITE DAS GARRAFADAS, 208
NOSSA SENHORA DA AJUDA (Bahia), 615
NOSSA SENHORA DA AJUDA, nau, 354
- da Conceição da Alagoa do Sul, povoação, 592
- da Conceição da Ilha Grande, vila, 561
- *da Conceição Princesa do Brasil*, navio, 314
- da Guia, forte (Rio de Janeiro), 112, 140
- *do Livramento e São José*, nau, 207
- do Ó, capela (Rio de Janeiro), 511
- da Vitória, estância (Pernambuco), 365
- da Vitória, freguesia (Piauí-Maranhão), 205
NOSSA SENHORA DO BELÉM (Pará), 733
- da Guia, forte (depois Santa Cruz), 112, 140, 338, 627
- da Luz, 215
- dos Prazeres, igreja, 147
- *del Rosário*, navio, 660
NOTÍCIAS DIÁRIAS, 71
NOVA ORLEANS, cidade, 721
NOVA ANDALUZIA, governação, 301
- Coimbra, presídio e forte, 72, 520, 525
- Friburgo, colônia, 34, 303
- Lusitânia, 132
- Zelândia, 489
NOVE DE JANEIRO, brigue-escuna, 137, 355, 424
NOVIÇO (O), 692
NUEVE DE FEBRERO, escuna argentina, 59, 172

O

ÓBIDOS, vila (Pará), 228
OBSERVADOR CONSTITUCIONAL, 655

OBLIGADO, lugar (rio Paraná), 718
OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO DO RIO DE JANEIRO, 227, 316
OCEANO, canhoneira, 332
OCHO DE FEBRERO, corsário argentino, 32, 59, 172, 325
OEIRAS, cidade (Piauí), 131, 136, 169, 415
OEIRAS, lugar (Pará), 436, 473, 533, 536
OFICINA PAULA BRITO, 310
OIAPOC, rio – *vide* Oiapoque.
OIAPOQUE, rio, 16, 58, 190, 192, 213, 299, 304, 313, 327, 342, 374, 495, 679
OLANA, escuna, 327
OLARIA, 60, 313
OLGIATO, tragédia, 505
OLHO DE ÁGUA DA JUREMA, lugar, 485
OLIMAR-GRANDE, rio, 40
OLIMPO, vapor paraguaio, 619
- forte paraguaio, 583
OLINDA, cidade, 48, 60, 91, 108, 113, 118, 119, 120, 123, 128, 129, 132, 133, 134, 155, 192, 200, 220, 236, 250, 252, 257, 266, 288, 294, 300, 302, 340, 341, 353, 359, 371, 441, 443, 446, 454, 455, 456, 503, 521, 527, 539, 556, 571, 586, 629, 651, 654, 661, 683, 685, 722, 734
- ponta de, 95
OLINDA DE PHARNAMBUCO, mapa, 27, 119
OLIVENÇA, praça (Portugal), 626
OMLANDIA, navio, 118
ONZE DE JUNIO, escuna, 137
ÓPERA NOVA, teatro (Rio de Janeiro), 578
ORAGNIE-BOOM (Laranjeira), navio, 119
ORAGNIEN, navio, 119
ORANGE, cabo, 85, 190
- forte Itamaracá, 353, 537, 544, 580, 693
ORDEM de Avis, 687
- de Cristo, 48, 319, 338, 671
- da Rosa, 51, 237, 588, 729
- Imperial do Cruzeiro, 355, 473, 489, 673, 712

- Imperial de Pedro I, 127, 261
- Terceira do Carmo (Rio de Janeiro), 368
ORDENAÇÕES FILIPINAS, 49
- do Reino, 49
ORELLANA, rio, 453
ORIENTAL, escuna, 285
ORIENTAL ARGENTINO, corsário, 31, 425, 427, 656, 683
ORENOCO, rio, 321, 324, 453, 556
ORLÉANS, cidade, 557
ORNITHOLOGIE BRÉSILIENNE, 56
ORQUETA, lugar (Banda Oriental), 579
ORTIZ, banco, 285
OTRANTO, lugar, 319
OTTER (Lontra), navio, 119
OUDEN ORAGNIE-BOOM (Velha Laranjeira), navio, 119
OUDEN ST. JAN, (Velho São João), 119
OURO BRANCO, (minas de ouro), 354
OURO PRETO, cidade, 114, 188, 223, 252, 282, 386, 402, 428, 446, 463, 483, 485, 494, 616
OURO PRETO (minas de ouro), 354
OUTEIRO DO BARBOSA, 305
- da Cruz, lugar, 84, 85
OVERYSSEL, navio, 118, 508
OVIJEWAER (Cegonha), navio, 119, 124

P

PACLINGASTA (não Palingarta), lugar, 28
PAÇO DA CIDADE 399, 511
- de Panguim, lugar, 493
PADRÃO TIPO DO METRO 701
PADRES DE SANTO ANTÔNIO 176, 193, 218, 236
PAIAGUÁ, índios, 193, 435
PAIAMINO, povoação e rio, 369, 385
PAIS BARRETO, reduto, 286

PAISSANDU, praça e porto, 30, 68, 161, 242, 277, 493, 505, 548, 567, 583, 602, 674, 675, 680, 682, 688, 692, 695, 715, 723, 743, 747
PAISSANDU, tomada de, 32, 33, 282, 380, 443, 486
PAJEÚ DE FLORES, lugar (Pernambuco) 648, 686
PALHAÇO, brigue, 592
PALMARES, lugar (Paraguai) 455
PALMARES (quilombo) 74, 78, 629
PALMAS, banco das, 36, 345, 649, 720
- ilha das (Villegaignon) 236
- enseada (ilha Grande, Rio de Janeiro) 652
- lugar 719
- porto (rio Paraguai) 665, 666, 677, 725, 727
PALMEIRA, vila, 719
PALMEIRAS (nome antigo da ilha de Villegaignon) 634, 657
PALOMITA REAL, bergantim, 420
PAMPA 148
PAMPEIRO, brigue, 388, 521
PAMPERO, corsário argentino, 31, 210, 619
PANADERO, lugar, 668
PANDO, lugar, 67, 161
PANTEON MARANHENSE 407
PÃO DE AÇÚCAR, lugar, 112
- morro (Rio de Janeiro) 183
- morro (Mato Grosso) 583
PAPEL FORTE 207, 704
PAPEL POLÍTICO 471
PAQUETÁ, ilha, Rio de Janeiro, 397, 715
PARÁ, ou GRÃO PARÁ, capitania, estado, província e cidade, 30, 34, 39, 64, 73, 76, 93, 102, 104, 106, 111, 115, 129, 153, 171, 174, 175, 177, 180, 188, 201, 205, 211, 213, 215, 218, 223, 224, 225, 228, 229, 233, 235, 236, 253, 259, 274, 275, 279, 284, 286, 287, 289, 290, 292, 298, 301, 302, 368, 373, 375, 377, 379, 384, 389, 400, 404, 414, 422, 425, 436, 450, 453, 459, 471, 473, 493, 501, 533, 536, 553, 554, 562, 570, 571, 585, 589, 592, 599, 607, 609, 624, 636, 678, 679, 701, 723, 733, 739, 742
PARÁ, monitor, 117

PARACATU, lugar, 411
PARAENSE, vapor, 719
PARAGUAÇU, rio, 394
PARAGUAÇU, jornal, 683
PARAGUAÇU, fragata, 348, 383, 385, 386
PARAGUAI, República do, 11, 14, 26, 33, 34, 45, 46, 47, 51, 54, 55, 56, 62, 76, 79, 87, 90, 101, 115, 120, 121, 127, 131, 144, 170, 175, 177, 185, 202, 206, 209, 211, 212, 214, 219, 220, 222, 224, 226, 229, 234, 236, 244, 245, 254, 259, 260, 261, 262, 265, 279, 282, 285, 291, 310, 323, 343, 357, 364, 367, 369, 372, 380, 406, 413, 415, 426, 441, 450, 464, 474, 477, 478, 486, 488, 490, 498, 510, 525, 536, 540, 545, 554, 562, 566, 567, 569, 575, 582, 584, 596, 600, 609, 638, 654, 670, 704, 715, 730, 734
- rio 44, 55, 115, 127, 262, 282, 416, 435, 494, 520, 543, 546, 560, 575, 583, 585, 659, 677, 688, 698, 705, 706, 707, 722, 725
PARAGUARI, lugar, 322
PARAGUARI, vapor paraguaio, 346, 347
PARAÍBA, capitania, província, cidade, 48, 57, 76, 86, 114, 125, 137, 155, 175, 177, 178, 179, 200, 205, 252, 275, 289, 296, 314, 317, 321, 323, 327, 374, 381, 401, 425, 451, 470, 477, 494, 496, 509, 512, 514, 525, 571, 580, 585, 653, 666, 675, 681, 683, 696, 702, 721, 727
- rio (Norte) 492, 512, 585, 721, 730, 731
PARAIBUNA, rio e lugar, 198, 428, 505
PARAÍBA DO SUL, capitania, 199, 225, 470, 471, 480
PARAIGERA, lagoa, 414, 443
PARANÁ, província, 182, 326, 370 (nota 1), 490, 722
- rio, 198, 202, 241, 245, 262, 264, 310, 389, 404, 450, 457, 461, 580, 619, 662, 718, 719
PARANÁ, vapor, 173, 469
PARANAGUÁ (Paraná) 207, 335, 661
- lugar (Piauí) 130, 131, 436
PARANAPANEMA, rio, 202
PARANAPUCU, ilha e paliçada, 69
PARANAQUARA, rio, 217
PARATI, lugar, 538

PARATIBI, lugar, 119
PARATINI, rio, 45
PARAUPABA, rio, 492
PARDO, lugar, 115, 202
PARÊ CUÊ, lugar, 472, 564
PÁRIA, golfo, 202
PARIS, cidade, 16, 23, 79, 95, 108, 111, 112, 144, 180, 200, 208, 210, 217, 221, 222, 230, 275, 277, 331, 333, 350, 374, 387, 389, 395, 401, 467, 522, 565, 566, 634, 635, 638, 639, 651, 653, 665, 674, 680, 686, 698, 746
PARNAÍBA (São Paulo) 120, 533
- rio e porto, 87, 102, 154, 450, 669
PARNAÍBA, corveta, 99, 346
PARNAÍBA, canhoneira, 680, 688
PARQUE DA ACLAMAÇÃO (Rio de Janeiro) 506
PARTIDO LIBERAL EXALTADO 245
PARU, forte, 328
PASMADO, lugar, 88
PASO de la Arena, 573, 656
- de la Coronilla, 651
- de Cuello, 646
- de los Libres (Uruguai) 297
- del Molino 576
PASSAGEM de Humaitá 155, 410
- da Madalena (Recife) 248
PASSEIO PÚBLICO (Rio de Janeiro) 244, 379
PASSO ACAPITIGÓ 590
- de Alcorta 250
- Angelito 235
- de Azeredo 277
- Benítez 401
- de Candelária 404
- Canoa 429
- dos Carros 320
- do Catarina 89
- do Centurião 208

- Cidra 310
- do Contrato 96
- Estância, lugar 337
- Fundo 364
- do Ibicuí 270
- Itá 603
- Itapitanguá 591
- de Itaqui 68, 363, 390, 518
- do Jacuí 637, 641
- do Jardim (Mato Grosso) 326
- do Jequiti 738
- Juti 376
- da Lagoa 49
- do Leão 641
- Maranjaí 591
- de Mariano Pinto 270
- dos Negros 332
- Ovejas 337
- da Pátria 96, 241, 243, 260, 262, 266, 272, 273, 413, 450, 458, 622, 633, 670, 731
- da Perdiz (Jaguarão) 587
- de Pereira 40
- Poí (Paraguai) 736
- de Polanco 576, 579
- Posta 337
- Pucu 291, 369, 623
- Real do Tebicuarí, reduto 484, 487
- d'el-Rei 576
- do Rosário 11, 75, 158, 159, 160, 166, 495, 713, 717
- de Santa Maria 364, 565
- de São Borja 344, 368, 563
- de São Diogo 317
- de Santo Isidro 350, 370
- de São Lourenço 166
- de São Lucas 659
- de São Pedro 160

- de Sarandi 579
- de Tapevi 225
- do Umbu 126, 159, 457
- de Vera 285, 290, 302, 303
- do Vigário 662
- Xará 409, 410
PASTOREIO DE PEREIRA, lugar, 648
PASTOS BONS, lugar, 117, 317, 473
PASTORIZA, brigue, 150, 152
PATAGONES, corsário argentino, 32, 545
PATAGÔNIA 31, 196, 287, 595
PATAGÔNIA, embarcação, 621
PATI DO ALFERES, lugar, 213
PATOS, ilha dos 703
- porto dos 703, 704
- lagoa dos 263, 400, 425
PATRÃO-MOR, bateria, 151, 152
PATRIOTA, revista, 600, 658
PAU AMARELO, praia, 120, 123, 124, 128
- estância 126
PAU DA BANDEIRA, caminho (Bahia) 615
PAULA, escuna, 137, 138, 561, 589, 644, 691
PAULA, fragata, 31, 251, 510, 561
PAUXIS, aldeia dos, 228
PEDRA BRANCA, lugar (Brasil-Bolívia) 237
PEDRAS, rio das, 140
PEDRAS ALTAS, lugar, 36, 319
PEDRAS BRANCAS, lugar, 405, 544
PEDRAS DE FOGO, lugar (Paraíba) 389, 665
PEDRAS NEGRAS, lugar, 192
PEDREIRA, bateria da (Pará) 300
PEDRO AFONSO, bombardeira, 44, 99, 743
PEDRO I, canhoneira, 42, 92, 94, 134, 280, 694, 730
PEDRO I, nau, 221, 282, 287, 383, 388, 389, 390, 419, 609, 662
PEDROSA, lugar, 437
PELERINE (LA), navio, 133, 485

PELOTAS, cidade, 249, 334, 374
- rio (Rio Grande do Sul) 332, 713
PENDERAMA, rio (Pernambuco) 368
PENEDO, lugar, 141, 158, 177, 199, 302, 319, 446, 454, 478, 505, 527, 599, 632, 671, 692, 714
PENEDO DE SÃO PEDRO 478
PENELEM, ilha, 493
PENHA, arredores de São Paulo, 316
PENHA, corveta, 151
PENIMBU, lugar, 441
PEPA, escuna, 66, 425
PEPIRI, rio, 105, 196, 197
PEPIRI-GUAÇU, rio, 194
PEPIRI-GUAZU, rio, 105
PEQUIRÍ, rio, 37, 196, 197, 202, 664
PEQUIRI-GUAÇU, rio, 194
PERCAAURI, cabo, 95
PERDA DE OLINDA 128
PERDIDO, lugar, 579
PERIPUEIRA, lugar, 65, 271, 461
PERNAMBUCANO, vapor, 574
PERNAMBUCO, capitania e província, 27 (nota), 28 (nota), 30, 36, 38, 43, 44, 48, 49, 52, 55, 64, 73, 74, 76, 77, 82, 88, 90, 97, 98, 99, 100, 105, 106, 110, 113, 117, 118, 129, 132, 134, 140, 145, 161, 173, 174, 175, 177, 178, 189, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 199, 203, 206, 207, 209, 210, 214, 219, 220, 222, 224, 226, 229, 230, 231, 233, 237, 240, 241, 243, 247, 250, 256, 259, 260, 261, 265, 267, 270, 272, 273, 283, 285, 300, 302, 305, 306, 309, 311, 314, 316, 317, 318, 319, 322, 323, 324, 326, 328, 331, 339, 340, 341, 342, 356, 361, 363, 368, 381, 384, 386, 387, 391, 396, 397, 401, 410, 414, 415, 416, 417, 421, 430, 432, 437, 438, 441, 442, 443, 446, 460, 462, 475, 476, 484, 489, 492, 494, 498, 501, 503, 507, 511, 512, 514, 518, 519, 520, 522, 525, 529, 537, 547, 551, 552, 554, 557, 564, 566, 567, 570, 571, 576, 581, 585, 587, 589, 600, 601, 603, 611, 618, 629, 630, 632, 638, 640, 642, 643, 644, 645, 648, 651, 654, 661, 662, 664, 665, 666, 668, 670, 671, 676, 677, 683, 685, 686, 692, 695, 698, 707, 711, 715, 717, 723, 729, 739, 744

- etimologia 132
- rio de 132
- engenho (Pará) 289, 290, 292, 389, 453
PERO CABARIGO cabo de, 95
PERO CAVARIM, cabo de, 95
PÉROLA, fragata, 382
PERREXIL, lugar, 371
PERU, República, 11, 14, 18, 95, 131, 323
PERUANO, corsário argentino, 32, 387
PERUCHO BERNA, lugar, 302, 303, 327
PESCADORES, banco, 59
PESCARIA DE TAINHAS E GURIJUBAS 204
PETROGRADO, cidade, 125
PETRÓPOLIS 17, 18, 66, 108, 194, 257, 342, 534, 585, 597, 657, 669
PIAUÍ, capitania e província, 76, 116, 122, 127, 130, 136, 154, 169, 205, 206, 216, 242, 291, 354, 394, 426, 431, 432, 483, 485, 491, 523, 533, 571, 669, 675, 700, 710, 720
PIAUÍ, monitor, 410, 416, 610, 654, 665
PIQUICIRI, rio, linha, 291, 458, 484, 560, 588, 645, 654, 666, 677, 706, 724, 725, 727, 730, 740
PICÃO, forte, 518, 520
PIEDADE freguesia (província do Rio de Janeiro) 145, 467
PILAR, vila (Paraguai) 536
PILAR, fragata, 134
PIMENTEL, lancha, 619
PINDAMONHANGABA, cidade, 227, 470, 504
PINHEIRA, lugar (Santa Catarina) 609
PIRABEBÊ, vapor, 469
PIRABEBÉ, vapor paraguaio, 346
PIRACURUCA, lugar (Piauí) 36, 394, 428
PIRAÍ, lugar, 743
PIRAÍ, rio, 36
PIRAÍ GRANDE, lugar, 581, 674
PIRAJÁ, lugar (Bahia) 311, 382, 505, 620, 632
PIRAJÁ, brigue, 248, 388, 424, 426, 427, 644
PIRAMOPAMA, rio, 27

PIRANGA, fragata, 306, 520, 691
- vapor paraguaio 346
PIRAPAMA, rio, 146, 260
PIRAPORARU, rio, 391
PIRATINI, rio, 149, 729
PIRATINI, lugar, 374, 637
PIRATININGA, lugar, 74, 84, 504, 732
PIRIPUCU, esteiro, 668
PISA, cidade, 369
PISAURI, cidade, 231
PISTOE, forte (Itaparica) 452
PITANGA, rio (Bahia) 347
PITANGUI, lugar, 656
PLAYA HONDA, banco, 65
POCINHO, lugar (Pernambuco) 695
POÇO, lugar (Alagoas) 423
- da Panela, lugar (Recife) 644
POCONÉ, lugar (Mato Grosso) 705
PODEROSO, nau, 135
POJUCA, transporte, 545
POLINÉSIA 271
POLÍTICA DE CONCILIAÇÃO 709
PONCHE VERDE, lugar, 182
PONTA da Areia, fortaleza (Pará) 213
- do Calabouço, forte (Rio de Janeiro) 516
- da Carioca, outeiro (Rio de Janeiro) 364, 584
- dos Castelhanos 368
- Grossa (barra de Santos) 96
- da Misericórdia, forte (Rio de Janeiro) 516, 517
- de Leste 304, 472
- Negra (Rio Grande do Norte) 693
PONTAL DE NAZARÉ, forte, 462, 466, 478, 497
- do Norte, lugar, 151
PONTE DO ATERRADO (Rio de Janeiro) 263, 526
- dos Carvalhos 518
- Grande, lugar, 474

- de Lima, lugar, 365
POPA VERDE, navio, 660
PORONGOS, serros, 641
PORTA DO CARMO (Bahia) 266, 279, 293
PORTO, cidade do, 111, 383, 495, 686, 741
- Revolução do, 30
- Alegre, cidade, 35, 47, 75, 93, 103, 125, 130, 151, 161, 171, 172, 191, 208, 266, 276, 277, 296, 327, 328, 353, 354, 372, 377, 389, 408, 409, 416, 438, 440, 480, 485, 493, 501, 524, 533, 536, 553, 573, 574, 575, 580, 584, 600, 641, 657, 663, 694, 700, 705
- Betel, lugar, 419
- das Caixas, lugar, 520, 710
- Calvo, lugar (Alagoas) 39, 54, 62, 64, 65, 120, 140, 141, 177, 193, 194, 272, 341, 348, 395, 396, 407, 411, 413, 418, 454, 526, 552, 645
- dos Casais, lugar, 416, 573
- Feliz, lugar, 422
- do Francês, lugar, 47
- de Pedras, 267, 417
- do Salgado, lugar, 206, 571
- dos Santos, trincheiras, 583
- Seguro, capitania, porto, vila e cidade, 69, 107, 182, 424, 454, 574, 615
- das Vacas, 264
PORTUGAL, reino, 11, 34, 48, 49, 51, 52, 54, 61, 63, 67, 70, 81, 82, 87, 92, 95, 104, 106, 108, 112, 115, 116, 121, 127, 137, 150, 152, 154, 171, 173, 174, 176, 180, 181, 188, 190, 192, 193, 195, 196, 199, 200, 202, 209, 215, 222, 223, 226, 231, 232, 236, 237, 239, 243, 245, 246, 249, 250, 253, 255, 257, 258, 261, 267, 269, 270, 274, 284, 286, 288, 290, 295, 299, 303, 321, 323, 328, 337, 338, 340, 342, 344, 348, 349, 352, 366, 374, 382, 387, 410, 426, 431, 436, 441, 442, 445, 449, 462, 464, 476, 488, 489, 497, 509, 522, 527, 549, 577, 587, 589, 597, 603, 605, 608, 613, 615, 618, 623, 627, 632, 641, 648, 649, 652, 653, 663, 664, 669, 673, 684, 685, 693, 697, 703, 708, 716, 729, 736, 741, 744
PORTUGAL RESTAURADO (História de) 393
POSTA CHUCHU, lugar, 441

POSTDAM, cidade, 204
POST PFERDT (Cavalo de posta), navio, 119
POTENGÍ, rio, 189, 482, 559, 562
POTI, rio, 482
POTIGUAR, índios, 482
POTIIPEBA, rio, 27
POTRERO, bateria, 44
- Arapeí, 34, 94
- Capivarí, lugar, 582, 668
- Marmol, 725, 738
- Obella (ou Potreiro Ovelha), trincheiras, 610
- Pires, lugar, 403, 405, 622
- Recalde, lugar, 477
- Sauce, lugar, 403, 405
POVOAÇÃO DO PEREIRA (Bahia) 567
POZOS, ancoradouro, 138, 345, 425, 428, 552, 589
PRAÇA CASTRO ALVES (Bahia) 615
- do Comércio, 267, 269, 271
- da Constituição (Rio de Janeiro) 236, 269, 399, 640
- Duque de Caxias (Rio de Janeiro) 555
- General Osório (Rio de Janeiro) 523, 578
- da Piedade (Bahia) 153
PRAIA DO FLAMENGO (Rio de Janeiro) 645
- de Fora, forte, 186, 516
- de Fora do Cubatão, lugar, 181
- Grande, 110
- dos Mineiros, 187
- Pequena, lugar, 215
- Vermelha, 56, 64, 69, 155, 180, 186, 331, 516, 584
PRAINHA, forte (Rio de Janeiro) 186, 516
PRAZERES, nau, 134, 157, 267
PRAZERES DE IGUATEMI, forte, 422
PRAZERES MENOR, navio, 515
PREDICAMENTO DE CIDADE ÀS VILAS DE CUIABÁ, vila Nova e vila Boa, 527
- de cidade à vila de Maceió, 698

- de vila à povoação de Natal, 733
- de cidade à vila de Petrópolis, 534
- de cidade à vila de Porto Alegre, 641, 700
- de vila à povoação do Recife, 651
- de cidade à vila de São João d'el-Rei, 572
- de vila ao porto de Santos, 338, 551
PREGUIÇAS, estrada (Maranhão) 310
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS 409
PRESIDENTE, corsário argentino, 46
PRESIDENTE BOLIVAR, corsário argentino, 31, 368, 590, 604, 646
PRIMEIRA, barca a vapor, 376
PRIMEIRA BATALHA DOS GUARARAPES, quadro, 555
PRIMEIRA CIRCUNAVEGAÇÃO DO GLOBO 709
- dissolução da Câmara dos Deputados 317
- Legislatura do Império 290, 357
- linha de navegação entre Manaus e Liverpool 85
- linha de paquetes entre a Europa e o Brasil 46, 108, 152
- Missa no Brasil 276, 281
PRIMEIRAS expedições ao Brasil, 27, 39, 68, 73, 80 e nota, 81, 85, 103, 122, 123, 240, 305, 358, 369, 373, 464, 477, 481, 486, 499, 502, 565, 615, 709, 724
PRIMEIRO ASSALTO DE PORTO ALEGRE 377
- ataque contra a ilha da Maré 585
- barco a vapor no Brasil 565
- Congresso das Estradas de Ferro 391
- encontro de armas na restauração de Pernambuco 356
- Sínodo Brasileiro 503, 696
PRIMEIRO DE DEZEMBRO, canhoneira, 138, 561, 691
PRINCE OF WALES, navio inglês, 744
PRINCESA, província, 135
PRINCESA REAL, charrua, 287, 382
PRINCESSE AEMILIA, navio, 118
PRINCIPADO DO BRASIL 605
PRÍNCIPE, ilha, 174
PRÍNCIPE DO BRASIL, nau, 63, 134, 382
PRÍNCIPE IMPERIAL, lugar, 251, 271, 545

PRÍNCIPE IMPERIAL, fragata, 388
PRÍNCIPE REAL, charrua, 382, 383, 390
PRINS WILLEM, navio, 515
PRINS WILLEM, fortaleza, 52, 70, 616
PRIVILÉGIOS E HONRAS DOS CIDADÃOS DO PORTO 111
PROCLAMAÇÃO da Independência 503, 504, 542
- da Independência e do Império no Recife 694
- da República dos Estados Unidos do Brasil 644
- da República em Laguna (1839) 417
- da República de Piratini 519
PROCURADORES DAS PROVÍNCIAS 331, 332, 333
PROFETA BANDARRA, corsário argentino, 31, 508
PROIBIÇÃO de manufaturas, 37
- da admissão de noviços nas ordens religiosas no Brasil 309
- aos governadores do Brasil de levarem os filhos para os lugares de seus governos 111
PROIBIDA A FUNDAÇÃO DE CONVENTOS NO BRASIL 720
PRONTIDÃO, brigue, 42, 382, 383, 386, 730
PRONUNCIAMENTO MILITAR NO RIO DEJANEIRO (1821) 334
PROTECTOR (EL) NOMINAL DE LOS PUEBLOS LIBRES, livro, 729
PROVIDÊNCIA, romance, 674
PROVIDÊNCIA, escuna, 66, 137, 345
PROVÍNCIA dos Omáguas, 391
- da Piedade (ordem religiosa) 390
- de Santo Antônio 100, 145, 226, 290
PROVÍNCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA – *vide* República Argentina.
PROVINTIE VAN UYTRECHT, navio, 118, 515
PRÚSSIA, reino, 204, 219
PUESTO DE LA PALOMA 651
PUNTA CARAPÁ, lugar, 403
PUNTA CHAPARRO 438
- de Piedras, lugar, 634
PURIFICACIÓN, lugar, 252
PUXIM, rio do, 27

Q

QUAKERS (seita religiosa), 647
QUARAÍ, rio e lugar, 35, 55, 72, 94, 192, 223, 260, 524, 547, 624, 641, 742, 745
QUARESMA, ilha da, 81, 123, 369
QUARÓ, rio e lugar, 602, 742
QUARTEL DE SÃO FRANCISCO (Maranhão), 616, 617
QUEGUAÍ, rio, 248, 373
QUEGUAÍ CHICO, rio, 386, 524
QUELUZ (Portugal), 549, 577
QUESTÃO DO ALABAMA, 108, 555
QUESTÃO CHRISTIE, 361, 546, 568, 744
QUISSAMÃ, fazenda, 519
QUICOMBO, porto (Angola), 292, 297, 396, 418
QUILMES, ponta, 137, 138, 335, 345, 694
QUINTA DO RICO, lugar, 401
QUINZE DE AGOSTO, brigue, 461
QUINZE DE OUTUBRO, bombardeira, 137
QUITANDA, trincheira, 42
QUITO, cidade, reino, 129, 384, 390, 464, 607, 708
QUIXERAMOBIM, lugar, 45
QUIXOÇÓ, lugar, 666

R

RABO AZEDO, bateria, 655
RACEHORSE, corveta inglesa, 465
RAILLEUSE (La), brigue francês, 387
RAINHA DE PORTUGAL, nau, 63
RAMALHO, bateria argentina, 457
- rio, 718, 719
RÁPIDO, corsário argentino, 31, 510
RATAS, ilha das, 67, 71
RATIER, ilhota (Rio de Janeiro), 634

RAYO ARGENTINO, corsário, 31
RAZÃO DO ESTADO, mapas, 443
REAL JOÃO, brigue, 66
REAL PEDRO, brigue, 595
REBELIÃO de Filipe dos Santos, 402
- em Minas Gerais contra a regência (1833), 223, 308
- liberal em Minas Gerais (1842), 343, 631, 374, 384, 385, 393, 409, 417, 419, 428, 440, 446, 457, 473, 474, 494, 526, 542, 589
- liberal de São Paulo (1842), 296, 304, 305, 308, 316, 324, 337, 361, 364, 371, 385, 397, 417
RECIFE, vila e cidade, 13, 33, 38, 48, 52, 54, 55, 58, 62, 70, 73, 78, 82, 86, 88, 90, 91, 93, 95, 99, 100, 106, 107, 110 ,118, 119, 120, 123, 124, 129, 132, 133, 134, 145, 147, 155, 156, 176, 184, 206, 214, 215, 224, 226, 240, 241, 247, 248, 250, 252, 253, 255, 259, 264, 279, 281, 289, 296, 302, 309, 311, 316, 324, 326, 331, 336, 337, 339, 344, 356, 359, 363, 365, 367, 368, 374, 375, 376, 379, 391, 392, 394, 398, 405, 408, 411, 413, 430, 430, 435, 441, 448, 449, 451, 454, 466, 468, 472, 476, 479, 482, 483, 486, 487, 489, 497, 503, 508, 512, 518, 520, 523, 526, 530, 535, 539, 551, 560, 566, 568, 569, 572, 582, 587, 589, 590, 598, 599, 600, 607, 611, 620, 627, 629, 630, 635, 640, 651, 659, 662, 663, 666, 670, 671, 674, 675, 676, 677, 681, 683, 693, 694, 696, 697, 699, 708, 710, 714, 722, 723, 734, 735, 746
- bairro, 259, 306, 522, 523, 527
- ponte, 518
RECIFE, vapor, 718
RECIFE, mapa, 27
RECIFE DE PERNAMBUCO, 132
RECOLETA, lugar, 144
RECOLHIMENTO DO PARTO (Rio de Janeiro), 368
RECÔNCAVO (Bahia), 170, 230, 278, 296, 326, 383, 601, 620, 678
RECONHECIMENTO de Humaitá, 404
- da Independência do Brasil por Portugal, 489, 513
REDENÇÃO, ilha, 245
REDUCCIÓN CUÊ, acampamento, 677, 678, 686
REDUTO CIERVA (Guerra do Paraguai), 155

REFLEXÕES SOBRE A IMIGRAÇÃO, 680
REFORMA PACÍFICA, jornal, 89
REGALO DA VIDA, lugar (Ceará), 455
REGÊNCIA permanente, 249, 357, 528, 534, 540
- provisória, 249, 357, 507, 527
REGENERAÇÃO, galera, 60, 276, 382, 465, 602
REGENERADOR, jornal, 395
REGENTE, navio, 217
REGENTE ÚNICO, 104, 242, 249, 271
REGIMENTO dos Dragões, 35, 75, 135, 149, 199, 210, 459, 605, 608
- de Lunarejo, 161
- para os correios-mores, 84
- dos defuntos e ausentes, 699
REGISTRO DO PARAIBUNA, lugar, 374
REGO, forte do, 58
REINO (O) DA ESTUPIDEZ, 411
REIS MAGOS, fortaleza, 562, 693, 696, 699, 708, 733
RELAÇÃO da Bahia, 194, 221
- de Pernambuco, 106, 460
- do Rio de Janeiro, 129, 386, 684, 690
- de São Paulo, 102
RELAÇÃO DO NAUFRÁGIO, 496
RELAÇÃO DA PERDA DA COLÔNIA EM 1777, 658
RENDIÇÃO de Angustura, 739
- de Humaitá, 444
- de Santa Teresa, 274
- de São Miguel (Missões), 307
- de Uruguaiana, 529, 536
REPARTIÇÃO DO SUL, 145, 188, 191, 344, 631
REPÚBLICA (A), jornal, 502
REPÚBLICA, brigue, 248, 251, 255, 425, 427, 489
REPÚBLICA Argentina, Confederação Argentina, Províncias Unidas do Rio da Prata, 11, 12, 14, 15, 19, 31, 56, 85, 87, 105, 161, 170, 182, 191, 194, 211, 212, 226, 266, 282, 298, 351, 485, 488, 506, 510, 514, 529, 546, 584, 620, 626,700, 734
- Francesa, 218

- de Piratini, 46, 122, 281, 519, 628, 637
REPÚBLICO, jornal, 246
RERITIBA, aldeia, 341
RESENDE, lugar, 505
RESTAURAÇÃO, charrua, 382
RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL, 199, 673
RESTAURACIÓN (Uruguai), 297
RESTAURADOURA, navio, 595
RESTINGA, ilha (Paraíba), 681, 696, 697, 721
RETIRADA DA LAGUNA, 292
REVÉRBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE, jornal, 280, 308, 524, 690
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO, 138, 172, 276, 500
REVOGAÇÃO DO ALVARÁ QUE PROIBIA AS MANUFATURAS, 37
REVOLTA de Beckman, 114, 175
- em São Luís do Maranhão (1831), 652
- da guarnição do Recife (1831), 523, 526
- dos Muckers, 372, 407, 409, 420, 438
- contra Pais de Andrade no Recife, 73
REVOLUÇÃO Pernambucana (1817), 193, 196, 205, 210, 231, 235, 241, 253, 267, 287, 302, 306, 311, 348, 376, 394, 598, 683, 717
- de Portugal (1640), 673
- Praieira, 49, 99, 557, 630, 638, 641, 642, 644, 648, 664, 665, 667, 671, 676, 695, 711, 723, 729, 744, 746, 747
REVUE DES DEUX-MONDES, 388
RHEE, navio, 508
RIACHÃO, rio, 669
RIACHUELO, rio, 347, 351
RIACHUELO, chata, 463
RIBEIRA, reduto da (Bahia), 293
RIBEIRÃO DO CARMO, vila, 386
RIBEIRÃO DO UBÁ, 213
RINCÃO Bonito, 664
- do Camaquã Chico, 273
- da Cruz, 525
- d'el-Rei, 729

RINCÓN, acampamento, 76, 608
- de Haedo, lugar, 422, 547, 548, 549
- de las Gallinas, lugar, 547
- de Soto, lugar, 457
RIO, escuna, 31, 425, 427, 589, 744
RIO, corveta argentina, 251, 561, 724
RIO APA, vapor, 40, 351, 469
RIO dos Bagres, 470
- das Canoas (Santa Catarina), 555, 572
- Claro, vila, 145, 467
- Doce (Alagoas), 423
- Doce (Bahia), 235
- Doce (Espírito Santo), 128, 204, 675
- Doce (Pernambuco), 128, 129, 585
- Feio (Mato Grosso), 747
- Formoso, lugar (Pernambuco), 51, 107, 398, 537, 599, 723
- Fundo, lugar, 204, 510
- Grande (Amazonas), 500
- Grande, ou Araguaia, 377
- Grande, porto, vila e cidade, 55, 60, 70, 75, 148, 149, 150, 161, 239, 240, 248, 271, 278, 297, 321, 374, 403, 445, 536, 537, 597, 625, 705, 729
- Grande, ou Jeticaí, 492
RIO GRANDE, monitor, 117, 393, 416, 585, 670
RIO GRANDE DO NORTE, capitania e província, 39, 41, 76, 86, 107, 114, 172, 181, 189, 203, 204, 214, 225, 234, 237, 256, 260, 289, 348, 373, 402, 430, 479, 482, 502, 537, 559, 562, 659, 663, 693, 696, 699, 708, 733
RIO GRANDE DO SUL, capitania de São Pedro e província, 29, 34, 37, 47, 49, 50, 55, 56, 60, 63, 66, 71, 72, 75, 77, 93, 96, 105, 106, 111, 122, 125, 135, 143, 147, 148, 150, 151, 161, 164, 171, 172, 174, 177, 182, 184, 191, 192, 197, 199, 208, 210, 213, 225, 226, 332, 334, 335, 348, 350, 356, 361, 364, 366, 368, 369, 370, 373, 376, 380, 384, 386, 389, 391, 395, 396, 397, 398, 403, 405, 406, 407, 409, 410, 414, 416, 417, 418, 419, 420, 440, 445, 457, 460, 474, 478, 480, 482, 488, 490, 495, 501, 510, 513, 514, 524, 526,

533, 540, 542, 544, 545, 549, 551, 553, 555, 561, 562, 566, 570, 572, 573, 574, 579, 581, 590, 591, 597, 598, 600, 602, 609, 610, 617, 621, 625, 634, 637, 639, 641, 656, 657, 658, 662, 667, 669, 678, 691, 700, 705, 709, 713, 720, 726, 728, 729, 733, 735, 736, 739, 740, 744

RIO DE JANEIRO, baía, capitania e província, 9, 13, 14, 15, 19, 23, 24 (rodapé), 28, 29, 30, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 56, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 67, 69, 70, 74, 75, 77, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 93, 95, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 121, 122, 125, 127, 129, 130, 137, 138, 140, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152, 157, 158, 160, 170, 171, 173, 174, 175, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 220, 221, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 236, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 304, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 314, 315, 316, 318, 321, 323, 324, 325, 326, 327, 331, 333, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 343, 344, 346, 348, 349, 350, 354, 357, 358, 361, 363, 365, 367, 368 e rodapé, 370 e rodapé, 372, 373, 375, 376, 379, 381, 383, 384, 385, 387, 388, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 413, 415, 418, 423, 424, 425, 426, 428, 431, 436, 438, 439, 440, 447, 450, 451 e rodapé, 452, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 465, 466, 467, 470, 471, 474, 476, 479, 482, 483, 485, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 498, 500, 502, 504, 505, 506, 507, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 534, 535, 536, 538, 540, 541, 546, 550, 552, 553, 554, 555, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 568, 569, 570, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 580, 581, 582, 587, 588, 589, 590, 593, 597, 598, 599, 603, 605, 608, 610, 613, 616, 617, 618, 623, 624, 626, 627, 628, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 638, 639, 642, 645, 646, 648, 649, 653, 654, 656, 658, 661, 662, 669, 670, 673, 674, 675, 676, 678, 679, 680, 681, 683, 684, 687, 690, 691, 692,

695, 696, 697, 700, 701, 705, 707, 709, 710, 715, 716, 717, 721 e rodapé, 723, 726, 728, 729, 731, 736, 737, 741, 744
- descobrimento da baía, 27
- Gaz Company, Limited, 171
RIO DE JANEIRO, encouraçado, 495, 499
RIO DAS MORTES, 431, 572, 694
- Negro, capitania e comarca, 43, 235, 490, 493, 571
- Negro, rio, 192, 505, 692, 729
- Negro, casa forte, 390
- Negro (Banda Oriental), 250, 435, 547, 608, 742
- Negro (Paraguai), 677
- Negro de Patagônia, 287, 657
- Pacaubava, 377
- Pardo, vila e praça forte, 29, 32, 37, 46, 47, 57, 63, 149, 172, 182, 278, 324, 443, 481, 485, 540, 605, 608, 641, 653, 659, 669, 678, 733, 745
RIO PARDO, escuna, 618, 621, 643
- lanchão, 400, 401, 482
RIO DO PEIXE, 428, 473
- da Prata, 28, 58, 65, 68, 73, 74, 75, 98, 105, 116, 129, 135, 136, 212, 240, 288, 304, 315, 355, 357, 375, 380, 384, 388, 401, 406, 407, 420, 438, 447, 450, 457, 473, 486, 489, 495, 498, 546, 554, 557, 568, 570, 593, 594, 596, 597, 609, 627, 634, 649, 670, 697, 703, 713, 717, 720, 724, 735
RIO DA PRATA, brigue, 66, 251, 716
RIO REAL (Sergipe), 260, 319, 337, 435, 454, 459, 509
- das Velhas, 101, 410, 474
- Verde, tomada da trincheira do, 33
- Vermelho (Bahia), 572
ROBERT FULTON, galera americana, 60
ROÇA VELHA, lugar, 551
ROCHA, lugar, 387, 500
RODEIO, lugar, 513
ROEBUCK, navio, 732
ROJAS, lugar, 224, 369
ROMA, cidade, 204, 223, 232, 332, 395
RONDEAU, reduto, 580

ROSA, corveta, 97, 98
ROSÁRIO, forte (Bahia), 266
- fortim (Maranhão), 347
- del Miranãí, lugar, 626
- da Várzea, igreja, 156
ROSÁRIO, galeão, 392, 393
ROSTRO HERMOSO, cabo, 500
ROTEIRO (de Vasco da Gama), 477
ROTEIRO (de Glimmer), 492
ROTEIROS DAS VIAGENS E COSTAS MARÍTIMAS, 638
ROUEN, porto, 374
ROUSSILLON (campanha de), 174
ROVEREDO, lugar, 400
ROYAL MAIL, Companhia de Vapores, 536
RUA da Ajuda (Rio de Janeiro), 531
- da Alfândega, 268, 269
- dos Andradas (Rio de Janeiro), 530
- de Antônio Vaz Viçoso (Rio de Janeiro), 530
- dos Barbonos (Rio de Janeiro), 287, 456
- do Berquó (Rio de Janeiro), 187
- do Conde d'Eu (Rio de Janeiro), 544
- da Constituição (Rio de Janeiro), 269
- do Cotovelo (Rio de Janeiro), 171
- da Cruz (Rio de Janeiro), 530
- Direita (Rio de Janeiro), 530, 531
- de Dom Manuel (Rio de Janeiro), 171
- Evaristo da Veiga (Rio de Janeiro), 287, 456, 530
- General Polidoro, 187
- Gonçalves Dias, 170, 295
- dos Latoeiros, 170, 295
- da Misericórdia (Rio de Janeiro), 531
- do Núncio, 269
- dos Ourives (Rio de Janeiro), 530
- do Palácio (Rio de Janeiro), 530
- do Parto (Rio de Janeiro), 531
- do Passeio, 444

- da Prainha (Rio de Janeiro), 516
- 1º de Março (Rio de Janeiro), 530
- do Regente, 269
- do Riachuelo (Rio de Janeiro), 530, 544
- do Sabão, 184, 256
- de Santo Antônio (Recife), 587
- de São José (Rio de Janeiro), 531
- de São Pedro (Rio de Janeiro), 530
- da Uruguaiana (Rio de Janeiro), 37, 268, 530
- da Vala (Rio de Janeiro), 530
- Visconde de Itaboraí, 187
- Visconde do Rio Branco, 269
RÚSSIA, país, 221, 366

S

SABARÁ, lugar, 428, 446, 457, 474, 492, 676
SABINADA 143, 206, 210, 446, 629, 648, 653
SABÓIA, província, 135
SACO DO ALFERES, (Rio de Janeiro) 522
SACRAMENTO, freguesia (Rio de Janeiro) 263
SACRAMENTO, sumaca, 151
SAGRAÇÃO E COROAÇÃO DE DOM PEDRO I 673
SAGRAÇÃO E COROAÇÃO DE DOM PEDRO II 405
SAINTE ANNE, navio, 217
SÃO BARTOLOMEU 328
SALADERO DE DURÁN 38
SALADO, rio, 202
- porto 31, 169, 262, 271, 317, 343, 490, 604, 644, 646, 649
SALAMANDER, navio, 118
SALDANHA MARINHO, vapor, 101
SALINAS, reduto (Recife) 58, 61, 180, 398, 405, 544, 582, 607, 666, 699, 714, 724
SALM (Salmão), navio, 119
SALOBRO, lugar, 436, 481

SALTA, província, 162
SALTINHO DA FORTALEZA, lugar, 196
SALTO, porto, 371, 602, 667
- Chico 76
- Grande 76
- Pequeno, lugar, 196
- do Uruguai 432
SALTO DE GUAIRÁ, vapor paraguaio, 396, 469
SALTO ORIENTAL, vapor paraguaio, 346, 347
SALVADOR, cidade – *vide* Bahia.
SALVADOR ROSA, ópera, 222
SALVATERRA DE MAGOS, lugar, 591
SAMANA, ilha, 577
SAMURAGUAÍ, rio, 585
SAN BUENA VENTURA, navio, 515
SAN CRISTÓBAL DE LA LAGUNA 217, 341
SAN CRISTÓBAL (missão jesuítica) 733
SANCTA CRUZ, terra de, 80
SAN-DÁMASO, nau, 135
SAN-FRANCISCO, brigue, 150, 152
SANGA FUNDA, lugar, 126, 457
SANGUINA CUÊ, lugar, 636
SANJA BLANCA, lugar, 719
SANJA FERNÁNDEZ, lugar, 719
SAN JOHAN, ilha, 80
SAN-JOSEF, nau, 135
SAN-MARTIN, corsário argentino, 31
SAN MARTIN, cidade, 177
SAN-NICOLÁS, lugar, 149
SAN VICENTE, cabo, 500
SANGA DA BANANEIRA 93
SANTA, lugar, 60
SANTA-ANA, serros, 424
- arraial 377
- engenho 518
- lanchão 412, 414, 643

- de Muribeca, engenho, 124
- banco 65, 384
- ilha (Maranhão) 418
- sétia 135, 157
- Velha, estância, 296
SANTA BÁRBARA, arroio, 29, 335
- forte 150, 239
SANTA CASILDA, bombardeira, 135
SANTA CATARINA, capitania e província, 14, 32, 68, 75, 77, 93, 105, 130, 134, 135, 136, 143, 148, 150, 151, 160, 184, 195, 202, 223, 233, 242, 244, 275, 326, 370, 384, 418, 482, 508, 539, 555, 562, 564, 570, 572, 591, 597, 609, 621, 669, 694, 702, 728, 735, 740
- ilha, 136, 156, 157, 234, 267, 278, 286, 426, 618, 621, 661, 702, 703, 704
SANTA CRUZ, ilha, 198
- canal 281
- porto 137, 307, 454
- fazenda 49
- fortaleza 186, 338, 370 e nota 1, 454, 467, 472, 516, 538, 627
- ilha do Espírito Santo 56, 227
- vila (Bahia) 574
SANTA EULÁLIA, bombardeira, 135
SANTA FÉ, província, 76, 97, 414, 447, 488, 545, 580, 587
SANTA HELENA, barranca (Paraguai) 677, 678, 686
SANTA LÚCIA, lugar, 96, 594
- rio 646
- barra 256
SANTA LUZIA, baía, 314
- ermida de 257
- baía (Espírito Santo) 709
- forte (Rio de Janeiro) 186, 516
- lugar (Minas Gerais) 352, 474
- do Norte, lugar, 39, 65, 271, 413, 423, 443, 592
SANTA MARGARIDA, forte (Rio de Janeiro) 511
SANTA MARGARITA, fragata, 135
SANTA MARIA, cabo, 123, 150, 473, 604
- rio 49, 75, 159, 368

- estância 488
- lugar (Piauí) 436, 487
- de Araguaia, presídio, 113
SANTA MARIA DAS CANDEIAS, nau, 385
- de la Consolación, cabo, 85, 486, 500
- Grande ponta 574
- de Guaxenduba, forte (Maranhão) 649
- de la Mar Dulce, rio, 500
- do Ibicuí, passo, 539
SANTA MATILDE, sétia, 150
SANTA MÔNICA, fazenda, 291
SANTA RITA, lugar (Piauí) 519
SANTA ROSA, coxilha, 159, 735
SANTA ROSA, fragata, 135
SANTA SÉ 398, 746
SANTA TECLA, forte, 179, 230
SANTA TERESA, forte, 94, 261, 265, 500,746
- fronteira 651
- porto (Paraguai) 677
SANTA TERESA, fragata, 135
SANTA VITÓRIA, lugar, 377
SANTANA, fazenda, 91
SANTANA, forte, 148
SANTANA, rio, 213
SANTANA DO LIVRAMENTO, lugar, 30, 55, 75, 161, 500, 541
SANTARÉM, lugar (Pará) 505, 692
SANTIAGO, ponta, 59
- forte (Rio de Janeiro) 140, 186, 516, 517, 631
- forte (São Paulo) 661
- de Cabo Verde, ilha, 370
SANTIAGO, bergantim, 135, 150
- do Leste, navio, 515
SANTISTA, galera, 604, 644
SANTO AGOSTINHO, cabo, 85, 95, 189, 324, 380, 462, 486, 497, 611
- ermida 84, 97
SANTO AGUSTIN, nau, 136, 157, 267

SANTO ALBERTO, forte (Bahia) 293, 382
SANTO ALEIXO, ilha, 95, 97, 132, 441
SANTO AMARINHO, presídio, 408, 451
SANTO AMARO, ilha, capitania, 661, 704
- vila (Bahia) 568, 574
- lugar (Recife) 63, 91, 582, 611, 666
- lugar (Rio Grande do Sul) 653
- lugar (Paraguai) 688
- ermida 133
SANTO ANDRÉ, engenho (Paraíba) 494
- da Borda do Campo – *vide* Borda do Campo.
- Mbaracaju, aldeia, 120
SANTO ANGELO, lugar (Rio Grande do Sul) 600, 709
SANTO ANTÃO, lugar (Pernambuco) 429, 629
SANTO ANTÔNIO (ilha e bairro do Recife) 33, 70, 73, 78, 86, 88, 120, 178, 264, 276, 296, 306, 316, 460, 488, 518, 520, 525, 627
- morro, convento e igreja 257
- rio 105, 194
- forte (Paraíba) 179, 681, 697, 702, 721, 730
- engenho (Pernambuco) 645
- forte (África) 462
- ermida de (Bahia) 266
- barranca (Paraguai) 678, 686, 688, 706
- trincheira (Bahia) 268, 293
- baía (Pará) 298
- cabo 321
- lugar (Piauí) 498
SANTO ANTÔNIO, nau, 134, 157, 267
- sumaca 150, 152
- navio 376, 496
- da Barra (Bahia) 293, 305
- do Cabo, lugar (Pernambuco) 453, 459, 462, 464
- guaçu, rio, 194
- mirim, rio, 65
- Novo, bateria (Recife) 611, 714
- da Patrulha, lugar, 149

SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA, navio, 515
SANTO CRISTO – *vide* Castelo (Pará).
- lugar (Missões) 350
SANTO DOMINGO, nau, 135
SANTO IZIDRO DE CURUGUATI, lugar, 610
SANTOS, porto e cidade, 59, 81, 84, 91, 96, 100, 137, 140, 143, 170, 174, 207, 239, 247, 253, 294, 308, 324, 338, 349, 367, 389, 449, 473, 483, 492, 503, 551, 616, 683, 732, 733, 746
SÃO BARTOLOMEU, forte (Bahia) 319, 435
SÃO BENTO (Bahia) 244
SÃO BERNARDO DO BREJO (Maranhão) 583
- de Russas, lugar 614
SÃO BOAVENTURA, nau, 517
SÃO BORJA, vila, 58, 203, 236, 267, 343, 344, 363, 488, 554, 563, 565, 662
SÃO BRÁS, porto (Bahia) 597
- baía, (Patagônia) 595
SÃO CRISTÓVÃO, bairro (Rio de Janeiro) 207, 249, 333, 339, 683
- palácio (Rio de Janeiro) 247, 263, 267, 635, 705, 715
- lugar (Sergipe) 141, 734
- das Antilhas, porto, 663
- do rio de Sergipe, 27, 237, 541, 645
SÃO CRISTÓVÃO, brigue-barca, 73
SÃO DIOGO, praia, 522
- bateria (Rio de Janeiro) 516, 517
SÃO DOMINGOS, ilha, 636
- lugar (Piauí) 436
- igreja de 268, 530
- arrabalde (Niterói) 182, 203, 247, 295, 636, 676
SÃO DOMINGOS, charrua, 382
SÃO ESTANISLAU, lugar, 582
SÃO FÉLIX, arraial, 139
SÃO FERNANDO (Missões) 64, 65, 68, 416, 484, 584
- reduto (Bahia) 293
SÃO FIDÉLIS, lugar, 452
SÃO FILIPE, forte (São Paulo) 661

- lugar (Rio Grande do Sul) 645
- de Itapagipe, forte, 293, 435
SÃO FRANCISCO, rio (Norte) 101, 141, 177, 199, 206, 280, 319, 359, 394, 446, 505, 527, 565, 571, 598, 599, 692, 714
- rio (Sul) 133
- aldeia 120
- ilha (Pará) 213
- convento 84, 409
- ponta (Maranhão) 616
SÃO FRANCISCO DA BARRA, forte, 119, 124
- de Borja, engenho (Pará) 533
- de Paula, vila (Rio Grande do Sul) 374
- Xavier, forte (Rio de Janeiro) 658
SÃO GABRIEL, lugar (Rio Grande do Sul) 111, 159, 166, 167, 346, 349, 609
- ilhas (Rio da Prata) 39, 41, 74, 700
SÃO GONÇALO, rio, 50, 332, 396, 728
- distrito (Rio de Janeiro) 532, 613, 690, 723
- ermida 461
- povoação (Rio Grande do Norte) 559
SÃO JANUÁRIO, forte (Rio de Janeiro) 186, 516
SÃO JERÔNIMO, ribeiro, 551
SÃO JOÃO, engenho (Bahia) 505
- fortaleza (Rio de Janeiro) 140, 186, 516, 544, 627
- ilha 187, 369
- campo 525
- das Duas Barras, lugar, 113
- de Manguinhos (Bahia) 544
- Marcos, lugar, 505
- d'el-Rei, vila e cidade, 127, 194, 252, 371, 408, 428, 507, 572, 674, 676
- Velho, estância, 518
SÃO JOAQUIM, povoação, 537
- acampamento (Paraguai) 582
- dos Omáguas, lugar, 512
SÃO JORGE, forte (Recife) 119, 120, 124, 133, 134, 155, 179, 620
- bateria 151

- dos Ilhéus 374
SÃO JOSÉ, freguesia (Bahia) 473
- freguesia (Rio de Janeiro) 263
- fortaleza (Rio de Janeiro) 511, 516
- lugar (Banda Oriental) 162, 281, 333, 724
- vila (Rio Negro) 192
- baía (Maranhão) 603, 649
- da Barra, fortaleza, 150
- de Itapari, forte, 429
- do Norte (Rio Grande do Sul) 328, 356, 403
- d'el-Rei, cidade, 431
- do Rio das Mortes, vila, 431
- do Rio Negro, capitania, 188, 501
SÃO JOSÉ, iate, 151, 643
SÃO LEOPOLDO, município, 372, 420, 438, 445
SÃO LOURENÇO, aldeia (Rio de Janeiro) 211
- forte (Bahia) 42
- (Rio Grande do Sul) 50
- (Mato Grosso) 40
- da Mata 119, 134, 392, 439, 475, 629
SÃO LUÍS, fortaleza (Maranhão) 616, 617
- do Maranhão 39, 61, 83, 84, 97, 113, 115, 125, 175, 177, 204, 220, 225, 229, 237, 407, 410, 418, 421, 422, 445, 467, 521, 616, 617, 620, 651, 652, 662, 733
SÃO MARCELO, forte (Bahia) 293, 565
SÃO MARTINHO, guarda espanhola, 439, 614
- bateria (Rio de Janeiro) 516
SÃO MIGUEL, ilha, 224
- lugar (Ceará) 267
- forte 94, 148, 265, 350
- rio 354
- morro e fortaleza (África) 462, 466, 468, 475
- (Missões) 459, 460
SÃO MIGUEL, navio, 98
SÃO NICOLAU (Missões) 348, 350
SÃO PAULO, vila, cidade, capitania e província, 13, 25, 29, 31, 52, 69,

70, 74, 84, 92, 101, 102, 111, 115, 120, 121, 131, 137, 143, 150, 151, 161, 170, 173, 174, 175, 178, 187, 188, 189, 194, 195, 197, 198, 204, 207, 208, 212, 218, 219, 221, 222, 227, 236, 239, 240, 250, 254, 265, 272, 275, 276, 278, 281, 287, 291, 294, 296, 300, 304, 307, 308, 310, 315, 316, 324, 326, 332, 334, 337, 339, 341, 344, 361, 364, 367, 371, 377, 385, 386, 387, 390, 394, 395, 397, 398, 404, 406, 409, 410, 417, 418, 422, 435, 438, 447, 451, 454, 455, 473, 474, 481, 483, 490,492, 504, 505, 508, 509, 513, 514, 519, 522, 527, 528, 532, 533, 541, 555, 557, 564, 566, 568, 570, 585, 589, 591, 593, 604, 606, 623, 624, 628, 631, 633, 634, 645, 652, 655, 673, 674, 675, 679, 684, 685, 687, 702, 704, 709, 724, 728, 731, 732, 734
SÃO PAULO DE LUANDA, porto, 462, 466, 468, 475, 484, 736
- morro (Bahia) 247, 321
SÃO PEDRO, aldeia, 120
- vila (Banda Oriental) 718
- forte (Bahia) 42, 153, 158, 171, 210, 243, 607
- lugar (Paraguai) 312
- povoação (Ceará) 380
- lugar (Maranhão) 534
- feitoria 428
- da Barra, bateria, 151
SÃO PEDRO DUARTE, canhoneira, 332
SÃO ROMÃO, lugar, 280
SÃO ROQUE, cabo, 122, 358, 464, 481, 486, 502, 565
SÃO SALVADOR, cidade – *vide* Bahia.
- ilha 577
- de Campos, vila 233
SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO – *vide* Rio de Janeiro.
- arraial, 331
- forte (Rio de Janeiro) 140, 516, 517, 531, 631
- ilha 68, 74, 112, 391, 655, 733
- igreja 155
- fortaleza 186
- da Barra de São Tomé fortaleza 174
SÃO SEPÉ, lugar, 166

SÃO SOLANO, lugar (Paraguai) 502, 564, 596, 736
SÃO TEODÓSIO, bateria (Rio de Janeiro) 516
SANTIAGO DE CABO VERDE 477
SÃO TOMÉ, capitania, 90, 182, 183, 199, 204, 470
- cabo 724
- ilha 174
- banco (costa do Rio de Janeiro) 656
- da Guiana, costa, 623
SÃO VICENTE, porto, rio, capitania, 52, 60, 69, 73, 74, 77, 84, 91, 106, 122, 172, 180, 189, 206, 213, 222, 232, 235, 236, 253, 272, 316, 338, 344, 364, 409, 449, 481, 492, 551, 561, 661, 703, 733
- ilha 339, 551
SÃO VICENTE, galeão, 98, 385
SÃO XAVIER, missão, 97
- picada, 746
SÃO BARTOLOMEU, galeão, 328
SÃO FERNANDO, acampamento, 416, 484
SÃO GABRIEL, nau, 133
SÃO GUALTER, corveta, 382
SÃO JOSÉ AMERICANO, escuna, 83, 125
SÃO KITTS, lugar, 484
SÃO MARTINHO, feitoria, 43
SÃO NICOLAU, bateria, 461
SÃO FILIPE E SANTIAGO DE MONTEVIDÉU 70
SAPUCAÍ, desfiladeiros de, 331, 341, 444
SAQUAREMAS, partido político, 474
SARAGOÇA, cidade, 217, 270, 271
SARANDÍ, escuna, 32, 59, 65, 248, 251, 425, 427, 549, 552, 590, 655
SAUCE, trincheiras, 44, 369, 499, 600
SCHIRMIREIN (grafia de Staden por Jurimirim) 703
SCHKOPPE, vila, 365, 537, 541
SCHUPPE, patacho, 696
SEBIRÓ, lugar, 468
SEDIÇÃO DO PARTIDO RESTAURADOR CONTRA A REGÊNCIA 263
- de vila Boa de Goiás, 304
SEGUNDA, barca a vapor, 376

SEGUNDO ASSALTO DE PORTO ALEGRE 409
- ataque contra a Ilha da Maré 585, 586, 597
SEINE (La), corveta francesa, 258, 349
SEIS DE FEVEREIRO, escuna, 595
SEITIÁ, canal, 334
SEIVAL, lugar, 510
SEIVAL, lanchão, 400, 411, 618, 621, 643
SEMANÁRIO, jornal paraguaio, 272, 347, 543
SEMINÁRIO DE SÃO JOAQUIM 491
- de São José (Rio de Janeiro) 100, 605
- dos Órfãos de São Pedro 216, 491
SENA, rio (África) 589
SENTINELA, periódico, 635
SEPTENTRIÓN, nau, 135
SERGIPE, capitania e província, 76, 116, 126, 139, 141, 158, 176, 192, 212, 216, 221, 337, 375, 430, 591, 640, 668, 730, 739
- d'el-Rey, forte, 541, 645
SERIGIPE, (nome antigo da ilha de Villegaignon) 634, 657
SERINHAÉM, (vila Formosa de Serinhaém) 37, 120, 254, 338, 437, 442, 445, 571, 646, 729
SÉRIO, nau, 136
SERRA, vila da (Espírito Santo) 227
- Grande (Ceará) 380, 397, 455
- do Mar 202
SERRITO DO PARANÁ, porto, 619
SERRO, cidade (Minas Gerais) 457, 564, 588, 665, 673
- Frio, ou Serro do Frio, lugar, 410, 411, 676, 710
SERTUM PALMARUM 252
SETE DE MARÇO, iate, 424
SETEMBRINA, lanchão, 482
SETE DE ABRIL, corveta, 103
SETÚBAL, porto, 462, 608
SEVILHA, cidade, 135, 172
SICILY, brigue, 137
SILVADO, encouraçado, 99, 410, 416, 463, 506, 560, 585, 717, 722
SILVEIRAS, lugar, 364, 397, 417

SINGUIL, povoação, 28
SINGULARITEZ DE LA FRANCE ANTARCTIQUE 358
SÍNODO DIOCESANO NA BAHIA (1707) 348, 503
SIN PAR, corsário argentino, 31
SINTRA, lugar, 392
SIPITUBA, bateria, 655
SÍTIO E ATAQUE DE SÃO CARLOS 236, 237, 239
SIVAEN, navio, 57
SOBRADINHO, fazenda, 117
SOBRAL, vila (Ceará) 475, 713
SOCIEDADE Abolicionista Francesa 79
- Auxiliadora da Indústria Nacional 174, 469, 575, 596
- Auxiliadora da Instrução 334
- Brasileira dos Acadêmicos Renascidos 336
- Brasileira contra a Escravidão 555
- Defensora da Liberdade e Independência Nacional 307, 717
- Federal 717
- Filarmônica (Rio de Janeiro) 721
- de Geografia de Lisboa (seção do Rio de Janeiro) 675
- de Geografia do Rio de Janeiro 177
- de Medicina do Rio de Janeiro 274, 589, 724
- Militar 683
- Propagadora das Belas Artes do Rio de Janeiro 72, 661
- São Lucas 271
SOCORRO, vila (Sergipe) 591
SOLEDADE, lugar (Bahia) 113
- lugar (Recife) 306
SONNE BLOEM (Girassol), navio, 119
SOROCABA, vila e cidade, 136, 296, 304, 324, 327, 364, 422, 681, 709
SOUSA, vila (Paraíba) 425
SOUTHAMPTON, porto, 46, 211, 536
SOUTPANNEN, forte, 58
SOUVENIRS D'UN AMIRAL, 454
SPAENSCH FREGAT (Fragata Espanhola), navio, 119, 124
SPARWER, patacho, 696

SPECTADOR BRASILEIRO, jornal, 560
SPREEUW, iate, 353, 508
SPREEUW VAN AMSTERDAN, patacho, 696
SPREEUW VAN ZEELAND, patacho, 696
STAD ORANGE, cidadela, 190
STEENE REDUIT, reduto, 70
SUAÇUNA, engenho (Pernambuco) 518
SUBLEVAÇÃO, das tropas da ilha das Cobras (1831) 569, 571
- no Recife contra a Junta Provisória de Governo, (1822) 331
- militar e popular no Pará, (1823) 585, 586, 588
SUCESSÃO, guerra da, 29
SUMIDOURO, fazenda, 308
SUPERAGUI, enseada (Paranaguá) 661
SUPREMO, Conselho Militar, 174
- Conselho do Recife, 81, 86, 240, 289, 326, 430, 525, 585
- Tribunal de Justiça, 203
SURINAM, cidade, 115, 702
SURPRESA DO RINCÓN 486, 579
SUYO, província, 162
SWAEN (Cisne), navio, 118, 124, 735
SWALUWE (Andorinha), navio, 119
SWART LEEUWE (Leão Negro), navio, 118, 124
SWART RUYTER (Cavaleiro Negro), navio, 118, 124
SWOL, navio, 118

T

TABATINGA, lugar (Amazonas), 55
- lugar (Maranhão), 267
TABOCA, morro (Maranhão), 250, 426, 432
TABOCAS, monte das, 429, 437, 439, 453
TACARUNA, lugar (Recife), 590
TACUARA, lugar, 668
TACUARÍ, vapor paraguaio, 346, 638
TACURUPITÁ, lugar, 668

TACURUTI, trincheira (Paraguai), 725
TAIM, guarda, 148
- rio, 202, 240
TAJI, lugar, 458, 619, 677
TAJURI, serra, 217
TALA-CORÁ, lugar, 114
TAMANDARÉ, porto, 420, 422, 507
TAMANDARÉ, encouraçado, 44, 99, 368, 463, 465, 560, 670, 731, 743
TAMANDUÁ, córrego, 474
TAMOIO, jornal, 456
TAMOIO, índios, 27, 64, 69, 288, 331, 339, 341, 358, 364, 379, 397, 521, 584, 634, 657, 661, 696, 710
TAPACORÁ, rio, 430
TAPACURÁ, rio (Pernambuco), 645
TAPAJÓS, rio, 94, 216, 505, 692
TAPEMERI, ilhota, 204
TAPERUÇU, engenho (Pará), 302
TAPIBI GRANDE, lugar, 257
TAPIÇUMA – *vide* Itapeçuma.
TAQUAREMBÓ, rio, 75, 682
TAQUARI, lugar, 478
TARTARUGAS, baía das – *vide* Jericoacoara.
TATUAMUNHA, rio, 64
TATUOCA, ilha (Pará), 253
TAUBATÉ, vila e cidade, 471, 505, 674, 675
TAUREGE, forte, 176, 365, 599, 603
TEATRO CARLO FELICE, 222
- de São Januário, 171
- Provisório do Rio de Janeiro, 229
- Real de São Pedro, 577
- de São Pedro de Alcântara, 85, 577
- Scala, de Milão, 131, 138
TEBICUARÍ, rio e lugar, 291, 409, 472, 484, 487, 491
TEBIRÍ, rio, 492, 494
TEJO, rio, 198, 383, 518, 669, 671
TEMIMINÓS, índios, 69

TEMPEL II, cometa, 316
TEMPLO ANGLICANO DO RIO DE JANEIRO, 456
TENERIFE, ilha, 217, 341
TERCEIRA, ilha, 339
TERCEIRA, barca a vapor, 376
TERECANÍ, aldeia, 120
TERPSICHORE (LE), fragata francesa, 387
TERRA de Santa Cruz, 80 (rodapé), 281, 392
- Firme, 202
- Nova, lugar, 340, 341, 475, 478, 482
TERREIRO DE JESUS (Bahia), 615
TERRIBILIS DEA, versos, 711
TERTHOLEN, navio, 118, 124
TER VEER, navio, 508
TEVIOT, paquete inglês, 46
THAYER EXPEDITION, 216
TIBAGÍ, rio, 202
TIENTSIN, lugar (China), 501, 564
TIETÊ, rio, 492
TIGER, navio, 119
TIGIPIÓ, rio, 285, 376
- lugar, 435
TIJUCA, bairro do Rio de Janeiro, 219, 274, 530
TIJUCO lugar (Minas Gerais), 411
TIMBÓ (Paraguai), 282, 288, 421, 444, 465, 475
TIPOGRAFIA do Arco do Cego, 399
- na Bahia, 38
- Laemmert, 51
- J. Villeneuve, 286
- Nacional, 299, 391, 476
TÍTULO DE DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL, 299
TOBATIRI, lugar, 469
TOCANTINS, rio, 505, 692
TOHERÉ, rio, 599
TOLEDO, cidade (Espanha), 135, 731
- lugar (Banda Oriental), 289, 290

TOMADA do Boqueirão do Sauce, 403
- de Cerro Largo, 295
- de Cierva, 47
- de Corumbá, 351
- de Curuzu, 499
- de Guiana Francesa, 679
- de Igarapé-Mirim (Pará), 279
- de Olinda por Henrique Dias, 271
- de Malakoff, 507
- do Piquiciri, 724
- de Santa Teresa (Banda Oriental), 456
- de São Carlos, 242
- de Tají, 619
TOMAR, lugar, 304
TONELERO, lugar, 718
TORBOLE, lugar, 400
TORCY, canal, 41, 44
TOROPASSO, lugar, 446, 457
TORRE DE GARCIA D'ÁVILA, 141, 207, 630, 640, 645, 668
TORREGO, forte – *vide* Taurege.
TORRES VEDRAS lugar (Portugal), 713
TORRES, lanchão, 366, 403
TOULON, porto e cidade, 618
TOUROS, porto (Rio Grande do Norte), 62, 107, 180
TRACUNHAÉM, rio, 475
TRÁFICO DE AFRICANOS, 291, 307, 398, 500, 529, 570, 597, 629, 737
TRAMANDAÍ, rio, 400
TRAPICHE DA CIDADE (Rio de Janeiro), 530, 531
TRATADO de aliança entre o Brasil e o Paraguai (1850), 734
- de aliança entre o Brasil e a República do Uruguai, Corrientes e Entre Rios (1859), 657
- de Amiens, 55, 232
- de arbitramento sobre questões de fronteira entre o Brasil e a República Argentina, 506, 626
- de Badajoz, 55, 232
- descritivo do Brasil em 1557, 394, 636

- *elementar de Mecânica*, 658
- entre o Brasil e a China, 501, 564
- de Fontainebleau (1807), 664
- de Haia (1661), 445
- de incorporação da Banda Oriental a Portugal e Brasil, 431
- de limites com o Peru, 11, 14
- de Madri (1750), 11, 54, 63, 109, 115, 597, 746
- de Methuen, 736
- de Montevidéu para divisão de território contestado entre o Brasil e a Argentina, 14, 85, 626
- do Pardo (1761), 11, 115, 202
- de Paris (1763), 112, 200
- de paz entre dom João V, de Portugal, e dom Filipe V, de Espanha (1668), 106, 173, 188, 697
- de Petrópolis, 17, 18
- Provisional (7 de maio de 1681), 106
- de Santo Ildefonso (La Granja), 11, 55, 104, 152, 426, 559, 600
- de suspensão de hostilidades entre Portugal e Holanda (1641), 348
- de Tordesilhas, 11, 54, 81, 337
- da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), 11, 170, 258, 282, 745
- de Utrecht, 11, 92, 156, 190, 255, 342
- de Viena, 340

TRÊS CORAÇÕES, navio, 125, 503
TRES (OS) DIAS DE UM NOIVADO, poema, 674
TRÊS DE MAIO, brigue, 103
TRIBUNAL do Comércio, 201
- do Santo Ofício, 438

TRICENTENÁRIO DE CAMÕES, 344
TREINTA DE JULIO, escuna, 137
TRINCHEIRA D'AGUA, 305
TRINDADE, forte, 150, 239
TRINIDAD, ilha, 135
TRIO, bateria, 41
TRISTÃO, charrua, 382
TRIUNFANTE, escuna, 60
TRIUNFO, forte, 152, 239

- vila (Rio Grande do Sul), 405, 544, 621
TRIUNFO, vapor, 665
TRIUNFO ARGENTINO, corsário, 31, 521
TSCHAUL, fortaleza, 493
TUBARÃO, rio, 411
TUCUJU, índios, 176
- ilha dos, 91, 183, 314, 316, 599
TUCUMÃ, província, 367
TUCUMÃ, lugar, 28
TUIUTI, lugar, 44, 56, 179, 235, 244, 318, 325, 343, 352, 377, 380, 389, 390, 401, 407, 413, 455, 499, 505, 549, 567, 569, 621, 622
TUJU CUÊ, lugar, 432, 437, 549, 567, 622, 623
TUPI, índios, 394
TUPINAMBÁ, índios, 41
TUPINIQUIM, índios, 253, 492
TURIM, cidade, 84, 87, 125
TURI-MIRIM, lugar, 377
TUTORIA DE DOM PEDRO II, 715
T'WAPPEN VAN HOORN (As Armas de Hoorn), navio, 118
TWEED, fragata inglesa, 519, 522
TYPHIS, jornal, 55

U

UBATUBA, lugar, 411
ULTIMATO AO GOVERNO DE MONTEVIDÉU, 442, 581, 744
UNA, rio (Pernambuco), 65, 129, 272, 665, 667
UNIÃO, vila, 170
- da Vitória, lugar, 719
UNIÃO, fragata, 110
UNIÓN, vila, 185
UNIÓN, corsário argentino, 32, 66, 253
UNIÓN ARGENTINA, corsário, 32
UNIVERSIDADE de Coimbra, 57, 82, 100, 127, 174, 181, 203, 215, 397, 647

- de Cornell, 217
UPAONMIRI, ilha, 418
URAGUAI, poema, 431
URAMBU, lugar (Alagoas), 599, 714
URANIA, corveta, 382
URUÇU-MIRIM, paliçada (Rio de Janeiro), 69, 155, 645
URUGUAÇU (Huruauasspú, Uruguaguaçú), 562
URUGUAI, rio, 64, 65, 68, 71, 76, 87, 97, 111, 149, 150, 161, 196, 198, 203, 224, 229, 275, 283, 285, 302, 326, 344, 350, 364, 369, 371, 375, 403, 414, 477, 478, 547, 626, 659, 662, 742, 744
URUGUAI, vapor, 719
- sumaca, 66
- rebocador, 432
- Pitã, rio, 97
URUGUAIANA, cidade, 25, 234, 407, 444, 474, 510, 514, 529, 536, 546, 744
URURÁO, brigue-transporte, 325, 604, 644, 646, 683
UTINGA, engenho, 38
UTI-POSSIDETIS, 54
UTRECHT, cidade, 92, 106
UTRECHT, navio, 392
UYTRECHT, navio, 118, 508

V

VACACAÍ, rio, 107, 116, 457, 695
VACARIA, lugar (Rio Grande do Sul), 695
VALADOLID, cidade, 104, 115, 309
VALE DO AMAZONAS, 680
VALENÇA, vila e cidade (Bahia), 37, 66, 280, 626, 740
VALENZUELA, lugar, 446
VALEROSO LUCIDENO, 27 (nota de rodapé), 430, 570
VALEUR (La), fragata, 467, 532
VALK, navio, 367
VALPARAISO, cidade e porto, 367

VALPORTO, lugar (Portugal), 205
VAN DER DUSSEN, forte, 497
VARADOURO, reduto, 396
VARGEM DO ITACOLUMI, sítio, 336, 386
VÁRZEA, lugar (Pernambuco), 37, 314, 400, 464, 497
- do Beberibe (Pernambuco), 735
VASA BARRIS, rio, 27
VASSOURAS, cidade, 213
VEADOS, lugar (Maranhão), 343
25 DE MAYO, vapor, 619, 537
- fragata, 255, 285, 425, 427, 428, 429, 619
VELAS, ilhas de, 270
VELHAS, rio das, 101, 410, 474
VENCEDOR DE ITUZAINGO, corsário argentino, 31, 304, 325
VENDA GRANDE, lugar (São Paulo), 337
VENEZA, cidade, 138
VENEZUELA, República de, 11, 14, 111, 192
VENGADORA ARGENTINA, corsário, 31
VENUS, fragata, 135
VENUS (La), navio, 467
VERA CRUZ, ilha, 198, 281
VEREDA, lugar, 363
VEREENIGHDE PROVINTIEN, navio, 515
VERGULDE VALCK (Falcão Dourado), navio, 118, 124
VERSALHES, cidade, 223
VIAGEM PITORESCA AO BRASIL, 673
VIAMÃO, lugar, 416, 662, 695
VICENTE PINZON, rio, 190, 225
VIÇOSA, vila de, 455
VIENA, cidade, 108, 125, 136, 340, 376, 415, 636, 705
VIGIA, vila, 414
VILA DA BARRA (Rio Negro), 235
VIJKHOEK, fortaleza, 74, 460
VILA BELA (Mato Grosso), 181, 218, 393
VILA BOA, lugar (Goiás), 304, 377, 527
VILA MARIA (Mato Grosso), 705

VILA DE MELO (Banda Oriental), 581, 584
VILA NOVA (Santa Catarina), 275, 643
- lugar, 158
- lugar (Espírito Santo), 506
- do Pilar, 607
- do Príncipe (Minas Gerais), 564, 673, 676
VILA DE SÃO FRANCISCO, canhoneira, 94, 313
- Real da Praia Grande, 194, 241, 295
- da Rainha, 470
- Rica (Minas Gerais), 21, 252, 282, 375, 381, 386, 402, 485, 676
- Rica (Paraguai), 120
- Rica de Guairá, 121
- Rica del Espirito Santo, 121
- Velha (Bahia), 207, 567
- Velha (Espírito Santo), 283, 611, 617
- Velha, povoação (Angra dos Reis), 561
- Velha (Maranhão), 603
- Viçosa (Bahia), 287
VILETA, lugar (Paraguai), 686, 706, 707, 719, 725
VILLA DEL SALTO, vapor, 505
VILLE DE BOULOGNE, brigue, 621
VILLEGAIGNON, ilha de, 209, 658
- fortaleza, 186, 515, 516
VINAGRE, transporte, 382
VINGANÇA, cúter, 41, 679
VINTE E CINCO DE JUNHO, canhoneira, 94, 313
VINTE E NOVE DE AGOSTO, brigue, 137, 138, 248, 251, 424, 426, 427
VINTE E NOVE DE AGOSTO, iate, 248, 424
VINTE E QUATRO DE NOVEMBRO, corveta, 103
26 DE FEVEREIRO, canhoneira, 325
VISEU, lugar (Pará), 275
VITÓRIA, vila, cidade e porto (Espírito Santo), 207, 260, 325, 506, 605, 607, 611, 631
- cidade (Pernambuco), 429, 608
- de Castelo Rodrigo, 693
- bairro da Bahia, 567

- capela (Bahia), 615
- freguesia (Bahia), 669
- (aeróstato), 235
VITÓRIA, escuna, 73, 151
- corveta, 151
VITÓRIA DA COLÔNIA, canhoneira, 644, 691
VLEER MUYS, patacho, 696
VOADOR, brigue, 58, 679
VOGHEL PHOENIX (Pássaro Fênix), 118, 124
VOLAGE, fragata inglesa, 258, 349
VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 175, 206, 222, 254, 262, 265, 285
- Reais (Divisão), 243, 348
VOS (Raposa), navio, 119, 124
VUELTA DE ANGUSTURA, lugar, 587, 602, 604
- de São José (Uruguai), 300

W

WAERDENBURCH, forte, 365, 611
WALCHEREN, navio, 515
WALDEK, lugar (Alemanha), 681
WASHINGTON, cidade, 358
WASSENDE MAEN (Crescente), navio, 119
WARSPITE, nau inglesa, 249
WATLING, ilha, 577
WEISAW (grafia de *schmidel* por Ibiaçá), 703
WESTMINSTER, abadia, 712
WIGHT, casa, 691
WINDT HONDT VAN HOORN, patacho, 696

X

XAVANTE, índios, 113
XINGU, rio, 314

Y

YAPEJU – *vide* Japeju, lugar.
YOS, iate, 347

Z

ZEBRA, barca dinamarquesa, 103
ZEELANDIA, navio, 508
ZELÂNDIA, uma das Províncias Unidas, 176, 708
ZOUTERLANDIA, navio, 508
ZUMBI, lugar (Pernambuco), 142

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

VII

BIOGRAFIAS

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
VII

BIOGRAFIAS

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

VII

Biografias

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ferreira Ventura
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco VII : biografias. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
324 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-358-8

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais. 3. Biografia.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da
Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Reuniram-se neste volume quatro biografias escritas pelo Barão do Rio Branco. A primeira, correspondente a Luís Pereira, foi publicada originalmente no volume XIII da *Revista Popular* (janeiro a março de 1862, pp. 206 a 212). O esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Cerro Largo, apareceu no tomo XXXI, parte II da *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, 1868, (pp. 62 a 135). A terceira, do almirante James Norton, foi inserta no *Jornal do Commercio* de 12 de outubro de 1911, sob o pseudônimo de Bernardo de Faria, encontrando-se o respectivo manuscrito e as provas tipográficas, emendadas pelo Barão do Rio Branco, no Arquivo Histórico do Itamaraty. A biografia de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, foi publicada pela primeira vez na *Revista Americana* (Ano VI, números 3 a 12, e Ano VII, números 1 a 10), mas é reproduzida no presente volume de acordo com o original que se conserva no Arquivo Histórico do Cerro Largo. Foram feitos os acréscimos e as emendas apostas pelo Barão do Rio Branco, de próprio punho, no exemplar de sua propriedade conservado na Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores. O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.

Sumário

Apresentação - Quatro brasileiros por Rio Branco, 13
Embaixador Carlos Henrique Cardim

Luís Barroso Pereira, 43

Esboço biográfico do general José de Abreu, barão do Cerro Largo, 53

O almirante James Norton, 119

José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, 149

Índice onomástico e toponímico, 287

APRESENTAÇÃO

Quatro brasileiros por Rio Branco

Embaixador Carlos Henrique Cardim
Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília

1. Esperando Rio Branco

José Honório Rodrigues no livro "História e Historiadores do Brasil", no ensaio dedicado a Rio Branco, destaca trecho de correspondência de Capistrano de Abreu a Rio Branco, de 1887, na qual o autor de "Caminhos Povoamento do Brasil" cobra de Paranhos Júnior a sua prometida "História Militar": "Há tantos anos que vossa excelência a estuda e conhece tão bem, que mais larga demora é uma lesão pública. Por minha parte, nunca estudei as questões do sul, à espera da obra de vossa excelência".

José Honório Rodrigues registra, também, no mencionado ensaio, trecho de correspondência de Rio Branco ao barão Homem de Melo, em 7 de julho de 1882, na qual comenta seu labor editorial no terceiro volume da obra de L. Schneider "A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai". Nessa carta Paranhos Júnior expressa que "Realizado esse projeto, passarei, então, a tratar do meu antigo trabalho, de que vossa excelência tem notícia, isto é, a nossa História Militar e Diplomática no rio da Prata desde a fundação da Colônia, em 1680, até a separação da Cisplatina em 1828".

Capistrano de Abreu, rigoroso crítico e conhecedor profundo da História nacional, manifestou em várias oportunidades sua admiração

pelo talento e cultura histórica de Rio Branco. Muito no seu estilo direto e sincero, assim se exprime Capistrano de Abreu, em carta ao Cônsul em Liverpool, em abril de 1890: "Quando me lembro que pode dar-se o caso de seus trabalhos não serem publicados, fico fora de mim, e meu desejo era ser ditador para desligá-lo de tudo e de todos, dar-lhe tudo que precisasse, mas com um prazo, o mais curto possível, para escrever a sua História Naval e a sua História Militar".

A edição de 12 de outubro de 1911 do "Jornal do Comércio" estampou artigo de Rio Branco, sob o pseudônimo de Bernardo de Faria, em memória de James Norton, "bravo inglês que tanto se ilustrou no serviço do Brasil, de 1823 a 1835".

"Bernardo de Faria" narra seu contato com o "senhor Barão do Rio Branco, que no seu arquivo particular, em Petrópolis, possui, como é sabido, preciosos materiais sobre a nossa história militar e naval, acumulados durante muitos anos de pacientes pesquisas, desde 1861 até 1888. Ali encontramos tudo de que carecíamos: informações minuciosas sobre a vida e feitos desse e de muitos outros militares, desde os tempos coloniais até o fim da guerra do Paraguai; notas e documentos sobre todas as nossas campanhas terrestres e navais: cartas e apontamentos que lhe foram dados por Caxias, Osório, Porto Alegre, Inhaúma, Tamandaré, Barroso, Mena Barreto (José Luís), Emílio Mallet, Leverger, Subrá, Romano Stepple, Saldanha da Gama, Pinheiro Guimarães, Lima e Silva (Luís Manuel), e muitos dos nossos antigos guerreiros, que o atual chanceler ainda encontrou vivos e pode consultar".

Essa nota introdutória de "Bernardo de Faria", ou seja, do próprio Rio Branco, dá razão a Capistrano em sua cobrança vigorosa. São 27 anos de pesquisas!

O volume VIII das "Obras do Barão do Rio Branco" contém dois ensaios acerca de temas militares: "Episódios da Guerra do Prata" e "Apontamentos para a História Militar do Brasil".

Às observações de Capistrano de Abreu e do próprio Rio Branco cabe acrescentar as de José Honório Rodrigues para quem Paranhos Júnior "conhecia (História do Brasil) como poucos". Desde cedo revelara essa paixão, que se alimentara com a conquista do posto em Liverpool, que lhe oferece a oportunidade das grandes pesquisas nas bibliotecas e arquivos europeus e o transforma num dos maiores eruditos que o

Brasil teve. O período de 1876 a 1893, foi como disse Gilberto Amado, o deserto da meditação, o laboratório de pesquisas desse técnico das reivindicações redentoras do Brasil: "Sem o consulado, Rio Branco teria sido desfalcado do seu estoque de solidão necessária para a conquista do seu império babilônico de minúcias monumentais".

Tive o privilégio de conviver com José Honório Rodrigues, que me foi apresentado pelo comum amigo Octaciano Nogueira, no Conselho Editorial da Editora Universidade de Brasília por cinco anos. Recordo-me de sua admiração por Capistrano de Abreu e por Rio Branco, "os dois historiadores mais competentes que a nossa História conheceu no princípio do século XX".

Do mestre da História da Diplomacia Brasileira e Professor do Instituto Rio Branco, lembro-me, entre outros, de dois conselhos, inspirados no autor de "Capítulos de História Colonial" e no autor das "Efemérides Brasileiras": "Leia o trabalho do visconde de São Leopoldo (José Feliciano Fernandes Pinheiro, 1774-1847) intitulado 'Memória sobre os limites naturais, pactuados e necessários do Império do Brasil'; e 'Quem não tem uma visão histórica corre o risco de ter uma visão histérica'".

2. Um pouco do "império babilônico" de Rio Branco

A Rio Branco aplica-se o famoso dito de Ortega y Gasset: "Yo soy yo más mis circunstancias". As circunstâncias levaram-no a fazer história mais que escrevê-la.

Paranhos Junior deixou, no entanto, alguns ensaios, além das memórias de suas defesas dos interesses e direitos territoriais do Brasil, entre eles quatro biografias que foram reunidas no volume VII das obras, publicado pelo Ministério das Relações Exteriores, em 1947, e agora por ocasião do Centenário da sua morte, reeditado nas "Obras do Barão do Rio Branco" pela Fundação Alexandre de Gusmão e pela Comissão Coordenadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco.

Compõem o presente volume as biografias de Luis Barroso Pereira, publicada na "Revista Popular", em 1862, a do general José de Abreu, barão do Cerro Largo, editada em 1868, na "Revista Trimestral do

Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil", a do almirante James Norton ("Jornal do Comércio" de 12 de outubro de 1911), e a de seu pai o visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos ("Revista Americana", 1916, ano VI, números 3 a 12 e 1917, ano VII, números 1a 10).

Aparentemente trabalhos ocasionais, na verdade esses textos revelam escolha de temas de fundo essenciais para Rio Branco: "as questões do Sul", e a vida daquele sobre quem Joaquim Nabuco, com notável compreensão, assim definiu, em "Um Estadista do Império": "Rio Branco foi a mais lúcida consciência monárquica que teve o Reinado, e se, como estadista, ele precisasse de outro título além desse, teria o de ter sido o mais capaz diretor da nossa política externa em uma época em que ainda dependia dela a união do Brasil".

3. Rio Branco: imprensa e democratização da política exterior

Registre-se que os quatro textos de Rio Branco, constantes do presente volume, foram publicados em revistas, fato que revela a importância conferida pelo autor à imprensa, no debate regular das questões de política externa, e ao papel da opinião pública na concepção, ação e avaliação da diplomacia brasileira.

A trajetória de Rio Branco mostra constantes iniciativas de difusão do conhecimento e do debate das questões de política internacional na sociedade brasileira. A imprensa, a sua época, em sentido amplo – jornais, revistas e periódicos especializados – tinha prioridade em sua perspectiva e atividade de homem público. Vale lembrar, ainda, o uso de pseudônimos pelo chanceler e sua coleção de recortes de jornais.

Entre as iniciativas que Rio Branco patrocinou merece destaque a "Revista Americana", cujo primeiro número circulou em outubro de 1909. Como assinala Álvaro da Costa Franco, na apresentação de seleção de artigos do periódico, "a *Revista Americana* desempenhou, durante dez anos papel relevante e único em nosso cenário cultural, o de ser o núcleo da cooperação entre intelectuais americanos, percebida esta como alicerce e fundamento da política de aproximação com nossos vizinhos (...) A *Revista Americana* acolheu, em seus dez anos de

vida, contribuições de grandes nomes do mundo intelectual brasileiro e americano, tais como o próprio Rio Branco, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Araripe Júnior, Sílvio Romero, José Veríssimo, Lima Barreto, Afrânio Peixoto, Jackson Figueiredo. Entre os estrangeiros poderíamos lembrar, entre outros, Ramón Cárcano, José Ingenieros, e Rubén Dario".

Democracia é um processo permanente de discussão livre de ideias e de tomada de decisões públicas acerca das questões de interesse comum da sociedade. Péricles, no discurso fúnebre aos mortos da guerra do Peloponeso, reproduzido por Tucídides, expõe pela primeira vez o que é a democracia ateniense, e destaca que "decidimos por nós mesmos todos os assuntos sobre os quais fazemos antes um estudo exato; não acreditamos que o discurso entrave a ação; o que nos parece prejudicial é que as questões não se esclareçam, antecipadamente, pela discussão".

A democratização da política internacional é um dos grandes objetivos de nossa época e da diplomacia brasileira. Rio Branco, com sua teoria e prática da diplomacia, deixou um legado histórico de realizações marcantes na imprensa, que contribuiu decisivamente na construção desse valioso paradigma da política exterior do Brasil.

4. Por que Rio Branco dá tanta importância à Cisplatina?

"A paz, Senhor, é, depois da Constituição, a primeira necessidade do Brasil". No voto de graças em 1828, os deputados resumiam nessa frase o anseio de acordo com Buenos Aires com o objetivo de resolver a disputa pela Cisplatina.

No Tratado de Paz de 27 de agosto de 1828, o Imperador do Brasil afirmava pelo artigo 1º a Cisplatina separada do Império para que pudesse "constituir-se em Estado livre e independente de toda e qualquer nação". No artigo 2º o governo da República das Províncias Unidas declarava a independência "da província de Montevidéu, chamada hoje Cisplatina".

Encerrava-se, assim, uma longa disputa começada em 1680, com a fundação da "nova colônia". Essa tensa história entre Portugal, Espanha, Brasil e Argentina durou 148 anos, e teve lances estratégicos importantes como na negociação do Tratado de Madri por Alexandre de Gusmão.

Para Vallandro Keating e Ricardo Maranhão, na obra "Caminhos da Conquista – a formação do espaço brasileiro", "o sentido maior de sua atuação (Alexandre de Gusmão) nas negociações (Tratado de Madri) foi nunca ter perdido de vista o todo e o conjunto dos problemas referentes à delimitação das fronteiras, enquanto negociava cada parte. Teve o mérito de perceber que jamais os espanhóis aceitariam partilhar com qualquer outra nação a posse do estuário do Prata, porta para o interior do continente e até para as riquezas minerais do Peru; e que, para os portugueses, o estuário do Amazonas teria um papel análogo e sua soberania não poderia ser dividida com ninguém". Jaime Cortesão, autor do melhor estudo sobre Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri afirma que o santista "compreendeu que a solução do problema estava em ceder a Colônia do Sacramento, espinha cravada na garganta da América espanhola, obtendo em troca os equivalentes geográficos e econômicos que dessem ao Brasil a base territorial indispensável, incluindo a faixa leste-oeste dos planaltos auríferos e permitindo opor, no sul, um sólido baluarte (...) Gusmão ponderou que o gado do Rio Grande do Sul era o complemento econômico indispensável à vasta zona das Minas, centro e base da economia brasileira; que o Rio Grande, como hoje o concebemos, era uma parte inalienável, dum todo geográfico" (ver mapa do Tratado de Madri (Mapa das Cortes) e mapa do Rio Grande do Sul anexos).

Em 1816, ocorrem episódios relevantes que dão uma dinâmica confrontacional entre Portugal e Espanha na região da Cisplatina. Como assinala Rio Branco, no ensaio acerca de Luis Barroso Pereira, "(...) o governo português achou que era necessário organizar na fronteira do sul (única que se achava mais em contato com os insurgentes) uma linha de tropas que servisse para impedir que a lava liberal se espalhasse pelo Brasil, como outrora foi no celeste império construída a *grande muralha*, para opor-se à conquista mongola (*sic*)".

José Soares de Souza, no trabalho "O Brasil e o Prata até 1828", lembra, a respeito, trecho de relato do italiano Carlos José Guezzi, agente secreto do conde de Linhares, a Buenos Aires, em 1810, segundo o qual o movimento portenha apontava para "a total e perpétua separação da união e dependência da Metrópole (...) Todos juntos pretendem fundar uma república. Entre seus projetos se conta o de levar a revolução ao Brasil".

No Congresso de Viena (1815), Portugal sofre revés ao perder para a Espanha a posse de Olivença. Soares de Souza vê nesse episódio um dos principais motivos para a expansão portuguesa até o rio da Prata. Aduz que "a situação de Artigas em luta contra os portenhos ensejava a intervenção pela necessidade de afastar do Rio Grande do Sul a anarquia nascida dos choques entre caudilhos que, segundo de Pascual, levavam *su demasia hasta al punto de querer apoderarse de territorios ocupados por tropas y autoridades portuguesas*".

No dia 30 de março de 1816, chega ao Rio de Janeiro, vindo de Portugal o general Carlos Frederico Lecór com uma divisão de "voluntários reais". Debret, em dois quadros a óleo, retrata um exercício de guerra simulada e o embarque das tropas para Montevidéu (ver óleos de Debret *Revista das tropas destinadas a Montevidéu, na Praia Grande* e *Embarque na Praia Grande de tropas destinadas ao bloqueio de Montevidéu*, anexos).

Debret, a quem Gilberto Freyre considerava o primeiro sociólogo do Brasil independente por suas argutas observações das realidades nacionais, além dos primorosos quadros e gravuras, assim comenta esses movimentos militares: "A decisão há muito tomada pelo governo português de apossar-se de Montevidéu, para fazer desse território a última fronteira do Brasil com as possessões espanholas, teve execução em 1816; tudo já se achava preparado para o sítio dessa cidade espanhola por ocasião de nossa chegada ao Rio de Janeiro".

Os testemunhos citados e os quadros de Debret revelam a gravidade e a importância da crise da Cisplatina, território que poderia se converter em espaço de guerra permanente e real entre os países envolvidos com a ativa participação da população do Uruguai. Tinha todos os elementos de disputa territorial não resolvida, a sangrar por séculos, como por exemplo os casos da Cachemira entre Índia e Paquistão e da Tchetchênia na Rússia. Conforme demonstraram John Vasquez e Marie Henehan no artigo "Territorial Disputes and Probability of War", a causa principal dos conflitos bélicos e das corridas armamentistas é a disputa por territórios. É tal a capacidade de envenenamento das relações entre países pela luta por território que países pobres como Índia e Paquistão desenvolveram bilionários programas nucleares e possuem bombas atômicas e nações civilizadas como Argentina e Reino Unido tem até hoje séria pendência acerca das ilhas Malvinas.

Os estadistas da estirpe de Rio Branco têm a visão dos problemas com a perspectiva não de 5 anos, mas dos próximos 50 anos. Daí valorizarem a resolução das questões de fronteira, dos contenciosos territoriais, a fim de livrarem suas sociedades de verdadeiras bombas-relógios no futuro, e destravarem a história nacional para que os povos possam laborar desimpedidos de conflitos desnecessários pelo progresso e bem estar das nações.

A questão de fundo que faz Rio Branco dar tamanha relevância à Cisplatina é a convicção dos erros cometidos por Portugal e por dom Pedro I e a necessidade histórica da estabilização das fronteiras do sul do Brasil com a independência do Uruguai. O período de 1816 a 1828 teve episódios gloriosos e desastrosos para o Brasil, e se concluiu com a assinatura do Tratado de Paz e a independência do Uruguai.

Rio Branco dedica a três personalidades militares envolvidas na Cisplatina ensaios biográficos constantes do presente volume: Luis Barroso Pereira, general José de Abreu, barão do Cerro Largo, e o almirante James Norton.

Nelson Werneck Sodré, na obra "História Militar do Brasil", ajuda o entendimento do caráter sulista e dos personagens escolhidos por Rio Branco. Assinala, em tópico acerca da "Estrutura Militar Sulina", que "Soldado por necessidade, vendo na luta militar uma atividade normal, de que lhe provinham vantagens, o gaúcho criou as suas formas de organização e preservou-as, fornecendo ainda grandes chefes, seja como condutores de homens, afeitos às campanhas, comandantes de cavalaria, seja como generais e coronéis formados nas fileiras regulares, levados ao Exército por vocação e vendo na atividade militar o traço de enobrecimento que a tradição sulina consagrou. Só aí, realmente, o soldado teve uma situação social definida e apreciada, pois em todas as outras zonas foi marginalizado, subestimado, quando não desprezado".

5. Apesar de tudo, um assunto esquecido

Rio Branco afirma, no início do ensaio "Episódios da Guerra do Prata (Apontamentos Históricos) (1825 - 1828)", publicado em 1864, quando o autor tinha 19 anos, na "Revista Mensal do Instituto Científico" da Faculdade de Direito de São Paulo, que "Um dos

sucessos mais notáveis do primeiro reinado foi, indubitavelmente, a guerra que com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata tivemos de sustentar. (...) Cheia de sucessos importantes essa luta não tem merecido dos homens que se aplicam ao estudo da história pátria, a mínima atenção – e as peripécias desse drama de três anos jazem ainda ocultas e ignoradas. Até hoje nenhum brasileiro se deu ao trabalho de relatar com minuciosidade todos os fatos que se deram nessa época nos campos do sul e nas águas do Prata; ao passo que nossos vizinhos tem lido com avidez e interesse um sem número de escritos, em que se desfigura inteiramente a verdade histórica, e faz-se acreditar que nossas forças se cobriram de ignomínia, e que os soldados da República só colheram louros".

No mesmo sentido, são as observações de Afonso Arinos de Mello Franco em "Um soldado do Reino e do Império": "Falta, porém, uma obra de conjunto, que descreva a guerra nos seus diversos aspectos: militar, econômico, político e diplomático. E esta falta é, entre nós, tanto mais sensível, quanto do lado argentino existem bons trabalhos especializados sobre a questão".

6. O pai

Rio Branco dedica a seu pai, o visconde do Rio Branco, ensaio biográfico, publicado na *Revista Americana.* Trata-se de tributo do filho e do homem público a um dos maiores estadistas brasileiros de todos os tempos, e que continua relativamente esquecido. A ele se pode aplicar o dito de Mme. de Sevigné que Paranhos Júnior evoca no final texto sobre o general José de Abreu: "Há serviços tão grandes e tão importantes, que só a ingratidão os pode pagar".

Rio Branco, no ensaio constante do presente volume, narra o funeral do pai. Na lápide do túmulo "vê-se um mármore simples e severo, com esta única inscrição:

J.M. Paranhos – Visconde do Rio Branco 1819-1880".

Fala das manifestações de pesar e da presença do público: "Ao passar pelo portão do cemitério muitas senhoras atiraram flores sobre

o coche fúnebre. O povo precipitou-se em confusão, declarando em altos brados que queria carregar o caixão". "(...) Durante quatro meses o *Jornal do Brasil* registrou dia por dia as notícias que chegavam das províncias, as mensagens de pêsames recebidas pela família do finado, as exéquias e as sessões fúnebres celebradas. Nenhum brasileiro foi alvo ainda de maiores manifestações de afeto dos seus concidadãos, nenhuma morte foi mais sentida entre nós, nenhum homem político tão amado pelo povo como o visconde do Rio Branco. E ele era digno dessas manifestações, porque ninguém amou mais essa terra, ninguém serviu à pátria com mais dedicação e desinteresse do que esse grande brasileiro".

O futuro chanceler – reconhecido pela racionalidade e discrição – mostra sua fonte de permanente inspiração, o exemplo vivo que o orientou e se dá conta do legado paterno ao país.

Rio Branco, ao narrar a cerimônia fúnebre, cita ainda trecho da oração de Carlos de Laet: "Poucas vezes, poucas vezes tão geral e espontâneo tem sido o sentimento público. Não havia nele lisonja às opulências da família, porque, sabem-no todos, Rio Branco finara-se na pobreza... Não era unicamente a expressão da condolência originada em relações pessoais, porque muito daqueles que deploravam o infausto trânsito, jamais haviam privado com o ilustre morto... Nem falar apenas o espírito de partido, porque unânime era a dor, e dela igualmente participavam tanto os correligionários como os antagonistas políticos do emérito chefe conservador...".

Carlos Drummond de Andrade, no poema "A Mesa", relembra seu pai ao ver a cadeira vazia. Toda vez que me toca falar acerca da relação pai-filho, como agora entre os dois Rio Branco, lembro-me de alguns de seus versos:

"E não gostavas de festas...
Ó velho, que festa grande
hoje te faria a gente. (...)
(...) Teu olho cansado,
mas afeito a ler no campo
uma lonjura de léguas (...)
E, pois, todo nos perdoando,
por dentro te regalavas

de ter filhos assim...Puxa,
grandessíssimos safados,
me saíram bem melhor
que as encomendas. De resto
filho de peixe..."

Joaquim Nabuco escreveu páginas marcantes acerca da presença do pai em sua vida que podem ser aplicadas a Rio Branco: "Por onde quer, entretanto, que eu andasse e qualquer que fossem as influências de país, sociedade, arte, autores, exercidas sobre mim, eu fui sempre interiormente trabalhado por outra ação mais poderosa, que apesar, em certo sentido de estranha, parecia operar sobre mim de dentro, do fundo hereditário, e por meio dos melhores impulsos do coração. Essa influência, sempre presente por mais longe que eu me achasse dela domina e modifica todas as outras, que invariavelmente lhe ficam subordinadas. É aqui o momento de falar dela, porque não foi uma influência propriamente da infância nem do primeiro verdor da mocidade, mas do crescimento e amadurecimento do espírito, e destinada a aumentar cada vez mais com o tempo e a não atingir todo seu desenvolvimento, senão quando póstuma. Essa influência foi a que exerceu meu pai...".

7. Bahia e a memória da pátria

José Maria da Silva Paranhos nasceu na província da Bahia, em 16 de março de 1819, filho de Agostinho da Silva Paranhos – "negociante honrado e filantrópico" – e de Josefa Emerenciana de Barretos Paranhos. Nascer na Bahia, com pai próspero comerciante, a vivência até os 17 anos na primeira capital impregnou-o de especial sentido de Brasil, conferindo-lhe como observou S.A. Sisson "a amenidade do seu caráter".

Devido a reveses familiares – morte do pai e da mãe e bancarrota dos negócios – Paranhos "que nascera em meio de riqueza passou subitamente à condição sempre difícil do pobre que aspira a uma vida honesta e não obscura". Matricula-se em 1836 na Academia da Marinha do Rio de Janeiro e a partir dessa data inicia brilhante carreira pública: professor, deputado, jornalista, ministro da Marinha, ministro

dos Negócios Estrangeiros e presidente do Conselho de Ministros.

O visconde do Rio Branco teve em Gilberto Freyre, na obra "Sobrados e Mocambos", que o mestre de Apicucos me revelou ser seu melhor livro, um perfil breve, mas profundo e iluminador: "Seu sentimento de menino mais forte foi, porventura, o de brasileiro revoltado contra intrusões estrangeiras em atividades consideradas não só nacionais como benéficas à nação; e no sobrado paterno talvez tenha se familiarizado com alguns dos segredos como que maçônicos necessários ao chamado *resgaste* e tidos como meios de defesa da *liberdade de comércio* contra o imperialismo britânico. O equilíbrio da personalidade do primeiro Rio Branco parece ter resultado do relativo equilíbrio de sua formação mais oceânica e menos rústica que a de um Gonçalves de Goiana; menos rigidamente patriarcal que a do bispo (dom Vital) com quem, grande do império, teve de defrontar-se no duro combate travado entre o Estado e a igreja no Brasil dos dias de Pedro II. (...) Outro ponto a destacar é que o sobrado da meninice do futuro visconde do Rio Branco era provavelmente daqueles onde havia salão com janelas escancaradas para o mar; e onde chegavam com alguma frequência rumores de gentes mais sofisticadas que a brasileira, produtos de outras civilizações, notícias ou novidades da Europa, porcelanas e sedas da China, marfim e perfumes da Índia. Esses requintes custavam a chegar aos alpendres das rústicas casas-grandes de engenho ou do sítio do norte de Pernambuco como aquela onde nasceu e se criou o futuro dom Vital; e onde os próprios negros da Costa foram deixando de chegar com a antiga frequência, dada a vigilância britânica nos mares e nas próprias praias. Era, portanto, natural que nos Gonçalves de Oliveira, de Goiana, se acentuassem tendências à introversão; e nos Paranhos, da Bahia, tendências à extroversão".

8. "Ubique patriae memor" e a Bahia

Sérgio Buarque de Holanda denomina de "baianismo", no cenário nacional, o fato significativo da Bahia "que tinha sido, antes do Rio de Janeiro sede da administração colonial, que representaria a terra clássica dos oradores brilhantes e dos políticos habilidosos, continuar a ser o berço privilegiado dos principais estadistas do Império".

Os dados colhidos pelo autor de "Raízes do Brasil" e por Katia M. de Queirós Mattoso no livro "Bahia século XIX uma província no Império" são expressivos: no período de 1840 a 1889 as principais províncias de origem dos membros do Gabinete durante o Segundo Império são a seguintes: Bahia 27,9%; Minas Gerais 19,9%; Rio de Janeiro 19,3%, Pernambuco 12,1 e São Paulo 5,8%.

A participação hegemônica de baianos na composição dos ministérios indica e tem como causa e consequência a existência de forte espírito nacional em seus políticos. O cargo de ministro de Estado faz o ocupante pensar e agir em termos do conjunto e não somente das partes do país. Ser ministro é a melhor escola, o melhor curso para não somente conhecer o Brasil, mas para ter "um saber de experiências feito", um sentimento profundo de orgulho e responsabilidade por sua terra e povo.

Não seria exagerado se afirmar que o genuíno senso patriótico do segundo Rio Branco, sua visão de conjunto não provinciana do país, tenha raízes no convívio com dos maiores estadistas que a Bahia já deu ao Brasil, o visconde do Rio Branco. Há muito do sentir baiano do Brasil no "ubique patriae memor", lema do notável chanceler da República.

9. Nabuco e o visconde do Rio Branco

Joaquim Nabuco em "Um Estadista do Império" traça o perfil político definitivo do primeiro Rio Branco: "O visconde do Rio Branco era em tudo o *juste milieu*: tinha seriedade, critério, infatigabilidade, coragem, vigor físico, pontualidade, correção, figura, maneiras; matemático, tinha alguma coisa de frio, de exato, de positivo, de regular, de metódico no espírito; o seu talento era lúcido, analítico, perspicaz; a imaginação não o arrastava; as suas qualidades não eram de inovação propriamente dita, mas em grau eminente de imitação e aproveitamento; era amável, cortês, insinuante, cativante em grau de chamar a si a quem queria; reservado e prudente, porém, não criava intimidades, não punha a todos ao seu nível; a qualidade superior nele era a sua diplomacia nas relações com a Coroa e com a opinião, o seu modo de compreender e zelar por igual, sem queixa nenhuma, as duas investiduras de que

falei. Altivo demais, como parlamentar, para admitir no nosso regime político que devesse a sua posição à escolha e à confiança do monarca, ele procedia sempre como ministro do Parlamento; mas, antes que tudo monarquista e conhecendo que a realidade dos fatos era o predomínio da Coroa, a dependência dos Gabinetes, principalmente da conformidade com o Imperante, ele sabia tratar o imperador como a fonte direta da sua autoridade. Nele não havia nenhuma dessas intransigências de princípios, dessas exigências e imposições, que outros colocavam acima do poder: aceitando o governo das mãos do imperador, as suas normas resumiam-se em ser leal ao soberano, e em não governar sem o apoio da Câmara; no mais, o seu ponto de honra era governar do melhor modo, segundo as circunstâncias, só reconhecendo uma fronteira: a sua própria dignidade, entendida, naturalmente, não no sentido político estreito, em que se confunde dignidade com capricho, com amor próprio, mas no sentido largo, amplo, senhoril, em que se habituara a tomar a palavra como diplomata, isto é, no sentido de honra, de integridade pessoal, de caráter, que as nações só perdem quando se humilham, se acobardam, ou se desautoram perante todas. Também dos nossos estadistas, o visconde do Rio Branco foi o que mereceu em grau elevado a confiança do imperador, o que lhe pareceu reunir maior soma de qualidades para o governo, e a verdade é que as reunia, relativamente à época".

10. Quais os melhores discursos no Parlamento brasileiro?

Vários historiadores, políticos e jornalistas já responderam essa pergunta. Recordo-me de três unanimidades: o discurso de Gustavo Capanema em defesa de Getúlio Vargas, o de Nabuco de Araújo – discurso do *Regresso* – e a oração do visconde do Rio Branco na discussão do voto de graças.

O discurso do visconde do Rio Branco foi proferido, em 5 de junho de 1865, no Senado, ocasião em que estava em discussão sua demissão do governo, por causa da celebração do Tratado da Tríplice Aliança e do Acordo de Montevidéu.

Assim se refere Machado de Assis a esse episódio: "Muitas recordações me vieram do Paranhos de então, discursos de ataque, discursos de defesa, mas, uma basta, a justificação do Convênio de

20 de fevereiro. A notícia deste ato entrou no Rio de Janeiro como as outras desse tempo, em que não havia telégrafo. Os sucessos do exterior chegavam-nos às braçadas, por atacado, e uma batalha, uma conspiração, um ato diplomático eram conhecidos com todos os seus pormenores. Por um paquete do sul soubemos do convênio da vila da União. O pacto foi mal recebido, fez-se uma manifestação de rua, e um grupo de populares, com três ou quatro chefes à frente, foi pedir ao governo a demissão do plenipotenciário. Paranhos foi demitido, e, aberta a sessão parlamentar, cuidou de produzir sua defesa.

Tornei a ver aquele dia, e ainda agora me parece vê-lo. Galerias e tribunas estavam cheias de gente; ao salão do Senado foram admitidos muitos homens políticos ou simplesmente curiosos. Eram 13h quando o presidente deu a palavra ao senador por Mato Grosso; começava a discussão do voto de graças. Paranhos costumava falar com moderação e pausa; firmava os dedos, erguia-os para o gesto lento e sóbrio, ou então para chamar os punhos da camisa, e a voz ia saindo meditada e colorida. Naquele dia, porém, a ânsia de produzir a defesa era tal, que as primeiras palavras foram antes bradadas do que ditas: 'Não a vaidade, senhor Presidente...'. Daí a um instante, a voz tornava o diapasão habitual, e o discurso continuou como nos outros dias. Eram 21h quando ele acabou, estava como no princípio, nenhum sinal de fadiga nele nem no auditório, que o aplaudiu. Foi uma das mais fundas impressões que me deixou a eloquência parlamentar. A agitação passara com os sucessos, a defesa estava feita. Anos depois do ataque, esta mesma cidade aclamava o autor da lei de 28 de setembro de 1871, como uma glória nacional; e ainda depois, quando ele tornou da Europa, foi recebê-lo e conduzi-lo até a casa. Ao clarão de um belo sol, rubro de comoção, levado pelo entusiasmo público, Paranhos seguia as mesmas ruas, que anos atrás, voltando do sul pisava sozinho e condenado".

A propósito, lembro-me de conversa com a destacada historiadora paraguaia Milda Rivarola, na qual expressou a admiração por Paranhos por sua ação em defesa da integridade territorial do Paraguai negada pela diplomacia. Entregou-me na ocasião cópia de relatos que dão conta da magnanimidade com que o visconde do Rio Branco tratou os vencidos em Assunção.

11. O historiador e construtor

Rio Branco, a exemplo de Rui Barbosa, San Tiago Dantas, e tantos outros brasileiros ilustres, infelizmente não teve tempo de escrever um livro. Sua obra escrita está em artigos, discursos e nas memórias em defesa dos direitos territoriais do Brasil. Foi antes um construtor do que um historiador; foi um abridor de caminhos, o pioneiro, um dos fundadores da República, construtor do "Estado resultante da reflexão e do cálculo, o Estado como obra de arte".

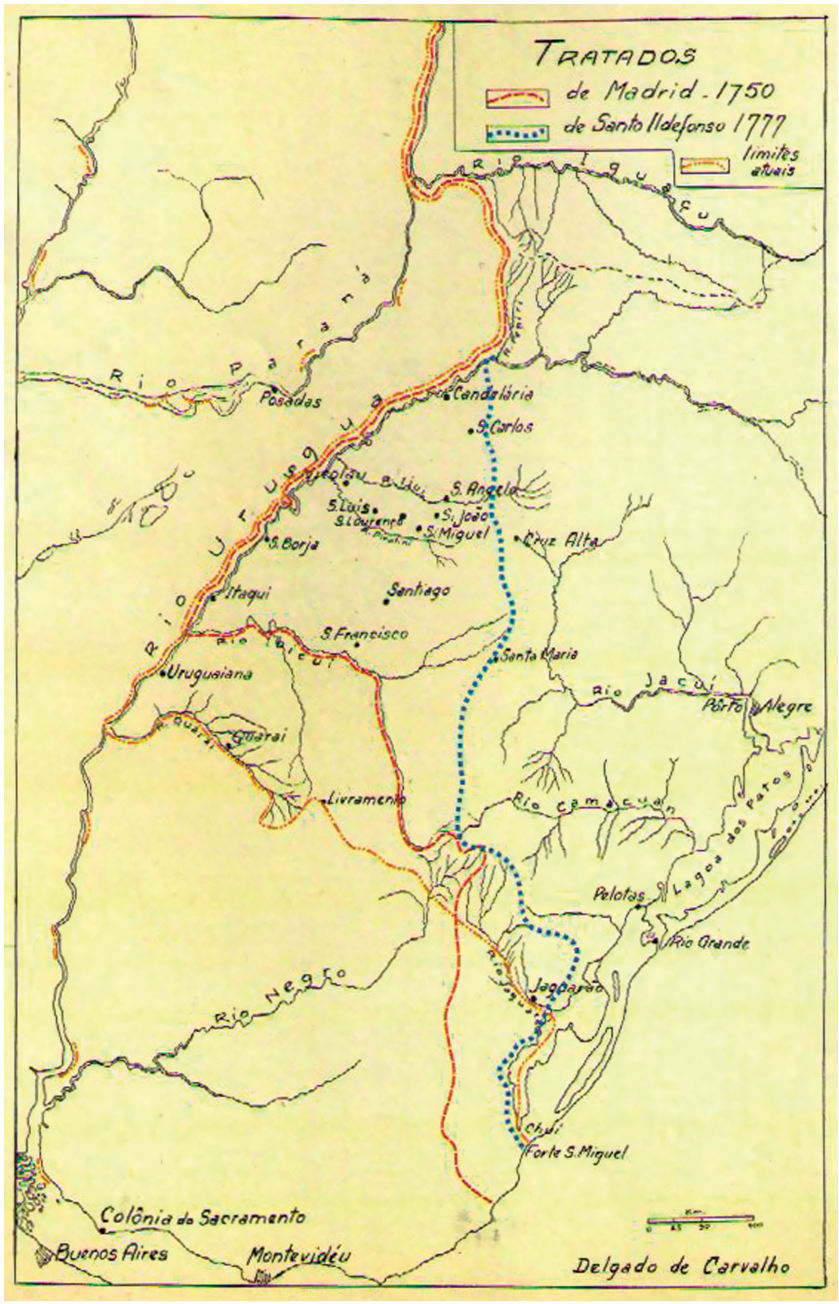
Nos poucos textos que deixou está presente a marca do cientista social, como o concebia Lévy Strauss, qual seja aquele que segue o modelo cognitivo do geólogo que procura ver as camadas do subsolo do território. Visão racional de profundidade, além das impressões imediatas e contra as terríveis simplificações, consideradas por Bruckhardt o maior de nosso tempo. Exemplo dessa perspectiva do geólogo, tão valorizada pelo autor de "Antropologia Estrutural" é a sua visão da importância da Cisplatina na formação do Brasil, camada de nossa história pouco estudada e valorizada, mas fundamental para um concreto conhecimento da evolução e formação da sociedade e do Estado brasileiro.

O Barão do Rio Branco foi este individuo virtuoso, edificador com total dedicação do Estado, sentido como construção "artística"; um homem novo que, em quem, no seu esforço criativo, atua a síntese de *virtù* e *fortuna,* um profeta forte e pacífico capaz de realizar o controle racional do projeto e da praxis política, pondo-se como antítese da casualidade.

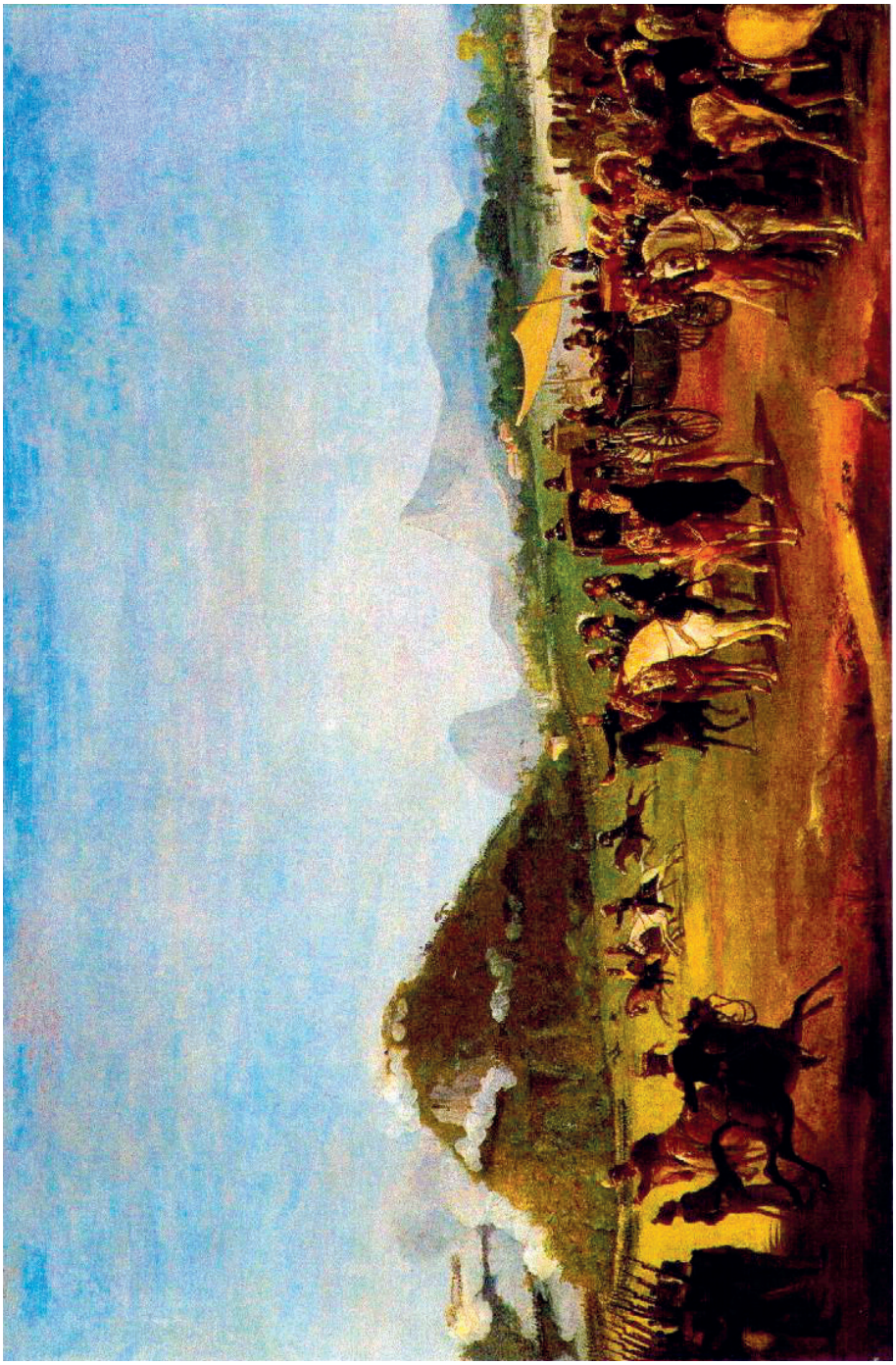


Mapa dos confins do Brasil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional
- O que está de amarelo é o que se acha ocupado pelos Portugueses
- O que está de cor roza é o que tem ocupado os Espanhois
- O que fica em branco não está até o presente ocupado no ano de 1749

Mapa elaborado por Alexandre de Gusmão como base para as negociações do Tratado de Madri. É o chamado "Mapa das Cortes".



Os tratados de Madri e de Santo Ildefonso e os limites do Brasil, segundo a História Diplomática do Brasil, de Delgado de Carvalho.



Quadro a óleo de Jean-Baptiste Debret: Revista das tropas destinadas a Montevidéu, na Praia Grande, 1816.



Quadro a óleo de Jean-Baptiste Debret: Embarque na Praia Grande de tropas destinadas ao bloqueio de Montevidéu, 1816.



Litografia de S. A. Sisson de José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco.

Bibliografia

BANDEIRA, Júlio e Lago, Pedro Corrêa do. *Debret e o Brasil Obra Completa 1816 - 1831.* Rio de Janeiro, Capivara Editora, 2009.

BUARQUE DE Holanda, Sérgio. *Do Império à República, Tomo II O Brasil Monárquico, volume 5.* São Paulo, DIFEL, 1977.

BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento na Itália.* Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991.

CARDIM, Carlos Henrique e Almino, João (organizadores). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Brasília, Comissão Organizador das Comemorações do Primeiro Centenário da Posse do Barão do Rio Branco como Ministro das Relações Exteriores, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri in* Revista de História, número 17, p.56, 1954.

DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras.* Rio de Janeiro, IBRASA / Biblioteca do Exército Editora, 2001.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. *Poesia Completa*. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 2002.

FRANCO, Álvaro da Costa (org.). *Com a palavra, o Visconde do Rio Branco.* Rio de Janeiro, CHDD / FUNAG, 2005.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos - Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.* São Paulo, Global Editora, 2004.

FUNAG / CHDD. *Revista Americana - uma iniciativa pioneira de cooperação intelectual (1909 - 1919). Seleção de textos pelo Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG).* Brasília, Senado Federal, 2001.

JANCSÓ, Istvan (Orientador). *Cronologia de História do Brasil Monárquico 1808-1889*. São Paulo, Humanitas, Departamento de História, FFLCH USP, 2000.

KEATING, Vallandro e Maranhão, Ricardo. *Caminhos da Conquista - A Formação do Espaço Brasileiro*. São Paulo, Editora Terceiro Nome, 2008.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra Completa de Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1994. v. II.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX - Uma Província no Império*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1992.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2004.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império.* Rio de Janeiro, Top Books, 2000.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco, VII, Biografias*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1947.

RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco, VIII, Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1948.

RIO BRANCO, Barão do. *O Visconde do Rio Branco com introdução e notas de Renato de Mendonça.* Rio de Janeiro, A Noite Editora, s/d.

RODRIGUES, José Honório. *História e Historiadores do Brasil.* São Paulo, Editora Fulgor, 1965.

SISSON, S. A. . *Galeria dos Brasileiros Ilustres.* Brasília, Senado Federal, 1999, 2 volumes.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2010.

SOUZA, J. A. Soares de. *O Brasil e o Prata até 1828, in Buarque de Holanda, Sérgio (direção). História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, O Brasil Monárquico, primeiro volume, O Processo de*

Emancipação. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.

VASQUEZ, John e Marie T. Henehan. *Territorial Disputes and the Probability of War 1816-1992, Journal of Peace Research,* vol.38, nr. 2, p. 123-130, 2001.

VIANNA FILHO, Luiz. *A Vida do Barão do Rio Branco.* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1959.

LUÍS BARROSO PEREIRA

A antiga povoação ou arraial de Tijuco, hoje cidade de Diamantina, apresenta, a quem a observa de alguma altura vizinha, a mais bela perspectiva.

Cercam-na de todos os lados montanhas numerosas e esmaltadas de cristalinas correntes que por elas se despenham, vencendo a resistência que as escabrosidades do lugar lhes opõem. Seus cimos alterosos parecem receber tributo das nuvens, que muitas vezes rastejam humildes por eles.

Em um rechano, outrora circundado de pauis, acham-se as casas do antigo Tijuco.

Nasceu ali, ao descambar do século passado*, Luís Barroso Pereira, a tempo em que seu pai exercia as funções de intendente dos diamantes.

Era mineiro; como tal, Barroso Pereira era franco quanto se podia ser, dotado de espírito ilhano e despido de refolho.

Nascera ele na terra de Minas, onde o aspecto dessas montanhas titânicas e verde-azuladas, desses rios límpidos e majestosos, desses convales floridos e arvorejados e desses campos sempre verdecentes e férteis inspira ao homem, desde sua meninice, o amor à pátria e à liberdade.

---

* Século XVIII. (N.E.)

Barroso era ainda uma criança quando teve de dizer um adeus saudoso ao céu brilhante de sua terra. Deixou Minas e seus montes, seus rios e seus campos... e chegou ao Rio de Janeiro.

Seus olhos se dirigiram ávidos em procura do oceano e logo que o pôde ver nele cravou-os contemplando-os com êxtases... Nunca vira ele o mar; e, partindo para Lisboa, tal foi o desejo que teve de seguir a carreira náutica, que seu pai dedicou-o a ela. Em 1802, concluiu ele seus estudos, tendo-se distinguido por um talento espantoso e por uma aplicação não vulgar.

A guerra da península deu ocasião a que ele patenteasse as suas belas qualidades de oficial hábil e inteligente.

O tirano da França não se contentava em oprimir sua pátria; queria fazer pesar o seu cetro de ferro sobre os outros povos. Enganaram-se quando supôs que na terra dos Viriatos, dos Afonso Henriques, dos Nuno Álvares, poderia ele firmar o seu poderio.

O nosso jovem oficial recebeu o comando de algumas barcas canhoneiras e mereceu pelo seu zelo e pela sua galhardia os louvores de seus chefes, distinguindo-se, sobretudo em Santarém, quando aí se achava o heroico general francês Massena.

Após uma luta encarniçada, os anglo-hispano-lusos conseguiram expelir da península e fazer recuar até Tolosa os exércitos que a ocupavam.

Consequência do aparecimento dessa guerra foi a insurreição das colônias hispano-americanas. Assustara ela ao governo português, que, recordando-se das tentativas recentes dos brasileiros para hastearem o pendão da liberdade em Minas e em Pernambuco, lembrando-se das rivalidades dos colonos com os portugueses, rivalidades que em muitos pontos trouxeram derramamento de sangue, o governo português achou que era necessário organizar na fronteira do sul (única que se achava mais em contato com os insurgentes) uma linha de tropas, que servisse para impedir que a lava liberal se espalhasse pelo Brasil, como outrora foi no celeste império, construída a *grande muralha,* para opor-se à torrente mongol.

Dom João VI, vendo que Fernando VII enviara para a Nova Granada o exército às ordens do general Murillo, e reconhecendo que não devia esperar inutilmente, fez vir de Portugal cinco mil homens comandados pelo benemérito general Carlos Frederico Lecór, depois visconde da

Laguna. Às ordens do chefe de divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, que conduzia em uma esquadra essas forças, vinha Barroso Pereira.

A 30 de março de 1816, depois de uma audiência tão longa, pôde ele ver a terra da pátria e admirar de novo a formosa baía do Rio de Janeiro, onde pela vez primeira vira o salso elemento.

Só dois meses pôde ele estar aí.

A 12 de junho as forças navais, ao mando de Rodrigo Lobo, singraram para o sul, conduzindo as tropas do general Lecór, e posto que devessem estas desembarcar em Maldonado, segundo as intenções do governo, não foram estas observadas, sendo o desembarque operado em Santa Catarina. A esquadra seguiu para o Prata, onde estacionou.

No entanto, Lecor, depois da vitória de India Muerta, entrou triunfante em Montevidéu no dia 20 de março de 1817.

Precisava ele enviar a Buenos Aires um comissário que tratasse com esse governo de assuntos importantíssimos, concernentes à guerra na Banda Oriental. Era mister que o encarregado de tal missão possuísse, a par das habilidades, a circunspecção, a prudência e a ilustração.

O almirante Lobo enviou a general o jovem Barroso, dizendo-lhe que não encontraria nem no exército nem na esquadra oficial mais inteligente, hábil e probo que esse.

Desembarcou Luís Barroso Pereira em Montevidéu e apresentou-se logo ao general.

Lecór expôs-lhe o motivo por que o enviara a Buenos Aires, fazendo-lhe ver toda a gravidade e importância da missão que lhe confiava, e no curto colóquio que com ele teve, pela magnitude de seus pensamentos, pela facilidade de exprimir-se, pela amenidade de estilo, e, sobretudo, pela delicadeza de trato, augurou-lhe um brilhante porvir na carreira a que se dedicara, e congratulou-se por ter encontrado para intérprete de seus pensamentos em Buenos Aires um moço de tanta capacidade e aptidão.

O hábil mineiro saltou em Buenos Aires.

Dera já provas de sua bravura como militar e como marinheiro ia dá-las de sua habilidade como diplomata e como político.

Sua fronte majestosa, seu andar seguro e firme, seu porte nobre e grandioso como que arrancavam simpatias a todos os que o viam. Seu trato afável e sua bela educação rodeavam-no de amigos, e, graças a isso, foram sem-número as amizades que deixou entre os portenhos.

Se o acolhimento que o nosso comissionado recebeu do público de Buenos Aires foi tão distinto, não foi somenos o que do governo, e particularmente do diretor supremo dom Juan Martín Pueyrredón.

Buenos Aires, desde 25 de março de 1810, achava-se livre do domínio espanhol.

O tenente-general dom Baltasar Hidalgo de Cisneros y La Torre, então vice-rei, foi deposto, e em seu lugar instalada uma junta superior provisória de governo, de que era presidente dom Cornelio Saavedra.

A anarquia reinou no Prata desde então, e a liberdade que não pôde conviver com ela, essa bateu as asas e afugentou-se das margens do Prata, esperando que as suas campinas tintas de sangue reverdecessem.

O congresso geral de Tucumán, presidido por dom Narciso Laprida, proclamou a 9 de julho de 1816 a independência das províncias que haviam constituído o vice-reino do Rio da Prata. E, apesar disso, continuou a discórdia a lavrar, e a sucederem-se quase sem intermitência as guerras civis.

Pueyrredón, eleito diretor, tomou posse em Buenos Aires a 29 de julho de 1816. Rodeou-se de homens hábeis como dom Matías Irigoyen, doutores dom Gregorio Tagle e dom Estevan Augustín Gascón, e procurou, mas debalde, fortalecer a ordem pública.

Abriram-se as conferências, e o governo de Buenos Aires fingiu estar de acordo com o nosso representante no que dizia respeito à expulsão de Artigas, implacável inimigo dos portenhos; mas, ocultamente, lançava ele os alicerces que deviam servir para a trincheira da qual pretendia disputar-nos, logo que se lhe oferecesse ocasião azada, a posse da Banda Oriental.

Para este fim, tinha emissários em Montevidéu, entre os quais se distinguiam o coronel Vedia, o doutor Passos e outros, e, para que desvanecessem as desconfianças do visconde da Laguna, protestavam sempre estes a ele, e Pueyrredón a Barroso "que tal procedimento nada tinha de positivo, sendo seu único objeto tranquilizar as províncias do interior, inquietas pela nossa proximidade e pelos contínuos triunfos obtidos pelas nossas armas".[1]

Para a construção desse edifício político, que tinha por fim proteger os portenhos, quando dispondo de forças suficientes tratassem de reaver

[1] Sena Pereira – *Memórias e reflexões sobre o rio da Prata.*

a margem setentrional do Prata, trabalhavam sem o saberem amigos e inimigos. De um lado, trabalhavam os enviados de Pueyrredón; do outro lado, os argentinos proscritos por esse diretor, os quais formaram com alguns orientais uma sociedade secreta, na qual muito influiu o coronel dom Santiago Vasques, que estivera no Rio de Janeiro, tendo aí e em Montevidéu recusado os oferecimentos que lhe faziam de entrar ao serviço de sua majestade fidelíssima.

Barroso conservou-se em Buenos Aires por algum tempo, retirando-se depois para o Rio de Janeiro.

Estava no Brasil, e, como seus compatriotas, ouviu ecoar desde o Amazonas até o Prata o grito mágico de *Independência ou morte!*

A esperança que desde a puerícia tivera de ver um dia sua pátria livre, esperança que ocultara até então nas muralhas de seu coração, realizava-se enfim.

Embarcou-se ele na fragata *Niterói*, como seu segundo comandante e com o primeiro almirante lorde Cochrane, marquês do Maranhão, partiu para a Bahia, entregue então ao exército do general português Madeira e à esquadra do almirante João Félix de Campos.

A 2 de julho de 1823, o estandarte auriverde tremulava ufano nas baterias da Bahia, e a esquadra imperial perseguia a portuguesa, fazendo-lhe contínuas presas.

À fragata *Niterói*, ao mando do bravo João Taylor, coube a difícil tarefa de perseguir a inimiga até a foz do Tejo.

A fragata cumpriu à risca o que lhe fora determinado e, de volta, tocou na Madeira e em outras ilhas portuguesas, encaminhando-se depois para o Rio de Janeiro, onde entrou acompanhada de muitas presas.

Taylor cobriu de elogios seu imediato e, em recompensa dos seus serviços, recebeu este do imperador o oficialato do Cruzeiro, sendo nomeado para ir tomar o comando da fragata *Imperatriz* que então se achava no Pará.

Na viagem, passou por Pernambuco.

A hidra revolucionária arrastava-se por sobre essa bela província. O Brasil começava cedo a lançar-se no abismo das revoluções e seus filhos não se lembravam de que o poeta mantuano pôs na boca de seu herói:

> "Não, jovens, não acostumeis vosso ânimo a guerras tão grandes.
> Não volteis forças poderosas contra as entranhas da pátria." (Virgílio, Eneida, livro VI)

Homens ambiciosos, homens que supunham que a liberdade não consistia senão no banimento completo das formas monárquicas e no aniquilamento da ordem pública eram os que dirigiam esse movimento político.

Insensatos que confundem a anarquia com a liberdade, os horrores da Revolução Francesa com a soberania do povo romano!

Loucos que pospõem a felicidade de seus concidadãos as suas ambições pessoais!

Deus louvado, as bandeiras gloriosas do Império empunhadas pelos bravos da Barra-Grande foram logo arvoradas nas torres do Recife.

Os iludidos soldados da Confederação do Equador não puderam encarar de frente os rostos dos vencedores de Itaparica e Pirajá, e as estrelas do norte, por um instante eclipsadas, brilharam mais que nunca na faixa azul-celeste do escudo nacional.

Taylor, que então bloqueava o Recife, não quis deixar inativo o seu camarada: encarregou-o de ir assistir a um conselho geral que o fez chefe da rebelião Manuel de Carvalho Pais de Andrade.

Barroso Pereira deu nessa ocasião provas da sua coragem e de seu sangue frio, defendendo a sós entre os rebeldes os atos do governo e mostrando que essa rebelião impossibilitaria a realização da independência.

Depois dessa comissão, seguiu ele para o Pará, onde tomou o comando da *Imperatriz*, que ele conduziu à corte.

Aí se achava ele quando o governo imperial levantou a luva que lhe atirara o de Buenos Aires.

Barroso mostrou nessa luta a mais desmedida bravura. Partiu alegre para a guerra como o fazem os verdadeiros militares.

Muitas vezes ele lamentou que o seu chefe, o almirante Lobo, não tivesse energia para dirigir com algum rigor mais as operações.

No dia 27 estava a fragata ancorada em frente ao porto de Montevidéu. Voltara ele de um cruzeiro. De jovial que era, tornou-se repentinamente taciturno e frio, tão frio como a terra em que nascera.

Alguma coisa havia de extraordinário no seu coração, mais gigantesco ainda que os alcantilados montes que cercavam seu berço natal.

Eram 23h.

A lua, que antes aparecera prateando as águas do rio, e ocultando-se de quando em quando atrás das nuvens, desaparecera completamente, e

a noite ficara escura, cobrindo-se o céu de um negro manto.

No porto de Montevidéu, achava-se fundeada a fragata *Niterói*, em fabrico, estando Lobo com a esquadra imperial à âncora, nas proximidades do mesmo porto.

Pouco depois, o oficial de quarto da fragata *Imperatriz* distinguiu muitos navios que se dirigiam à fragata inglesa *Doris*, estacionada a alguma distância da nossa, e avisou isso ao comandante.

Suspeitando Barroso que fossem inimigos, preparou-se para qualquer emergência.

A maré era de vazio e um brando vento norte fazia balançar a vistosa fragata *Imperatriz*. Reinava a bordo silêncio sepulcral. Faltava um quarto para a meia noite, quando os navios que o oficial de quarto vira passaram pela fragata, seguindo por bombordo, e, virando na proa, voltaram por este bordo para a alheta. O maior dos navios que entravam perguntou em inglês: "Que navio é este?"

Não obtendo resposta, esteve parado por alguns instantes e rompeu o fogo. Eram os navios inimigos. Entre eles estava a corveta *Veinte y Cinco de Mayo* em que se achava o almirante William Brown.

Ao violento fogo dos navios inimigos respondeu a fragata com o maior vigor.

Já estavam içadas as velas de proa da fragata, as gáveas largas, e tudo estava pronto para a amarra sobre a boia.

Essa manobra não pôde ser executada, porque o fogo do inimigo cortou muitos cabos de laborar e crivou as velas.

Escusado é dizer que Luís Barroso Pereira não desmentiu, nas circunstâncias críticas em que se achava a reputação de bravo que adquirira.

Alguns navios inimigos ficaram nos flancos da fragata, não só por serem eles muitos, mas também porque ela guinava três a quatro quartos.

Colocou-se Barroso Pereira no lugar mais perigoso do navio, contra a vontade de seus oficiais; e, com os braços cruzados, aí se conservou através de uma nuvem de balas. Alcançou-o uma delas poucos minutos antes do começo da ação. Sem dar um só grito, levou ele com calma as mãos ao peito:

– Não foi nada camaradas – exclamou ele. Recuou três passos e caiu gritando:

"Ao fogo!" Baldias, frustâneas, foram às esperanças do que supunham vê-lo tornar a si. Poucos segundos depois expirou.

O seu imediato, o capitão-tenente Rebelo Gama, continuou a dirigir o navio até que o inimigo, vendo que os outros vasos da esquadra brasileira vinham em socorro da *Imperatriz*, fugiu precipitadamente à 1h20.

A fragata perdeu, além do comandante, um marinheiro morto, e 10 homens feridos.

Tão violentas foram as suas bandas, que a cada uma delas um clarão afogueado como o do relâmpago alumiava todo o porto e a cidade, em cujas açoteias e praias estava toda a população assistindo ao combate.

Na manhã do dia 28, foi a bordo da *Imperatriz* o comandante da fragata inglesa *Doris*, John Gordon Sinclair, a cumprimentar a guarnição, dizendo que se havia defendido com a habilidade e com a bizarria possível, e que nem mesmo o seu navio fá-lo-ia melhor se achasse em idênticas circunstâncias. O mesmo disse o comandante da fragata norte-americana *Cyone*, surta em Montevidéu, o qual fez grandes elogios na presença do ministro da Matinha, quando em maio veio ao Rio de Janeiro.

No dia 28, muitos cadáveres de argentinos foram trazidos pelo rio às praias, desmentindo-se assim a participação de Brown, que declarara ao seu governo ter tido apenas 2 mortos e 12 feridos.

Assim terminou a carreira do heroico capitão-de-fragata Luís Barroso Pereira; dedicou-se ao serviço da pátria: serviu-a com dedicação de um filho: viveu para ela e por ela morreu.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1861.

ESBOÇO BIOGRÁFICO DO GENERAL JOSÉ DE ABREU
BARÃO DO CERRO LARGO

I

Nascimento de José de Abreu.[2] Assenta praça no regimento de dragões. É promovido a capitão pelos serviços prestados nas campanhas de 1811 a 1812. É elevado a tenente-coronel e recebe o comando militar da fronteira do Quaraí.

Um dos talentos mais brilhantes que adornaram as letras e o jornalismo de nossa terra, o doutor Justiniano José da Rocha, escrevendo a vida do ilustre marquês de Baependi,[3] enunciou um conceito que não pode ser contestado em sua generalidade, quando acusou de ingrato e de esquecedor o povo brasileiro.

Com efeito, é uma triste realidade! Nem o passado, nem o futuro do país atraem entre nós a atenção pública, que descuidosa se deixa absorver na contemplação dos sucessos e dos homens do presente. Para os acontecimentos do passado – desse passado ainda tão recente, mas tão fértil em grandes exemplos e lições proveitosas –, só há esquecimento

[2] Este trabalho foi escrito quando seu autor cursava ainda as aulas da Faculdade de Direito de São Paulo. A isso e à rapidez com que foi traçado, deve-se, sobretudo, o desalinho da frase e as outras faltas, que sem dúvida o leitor desculpará. Se esta memória pode aspirar a algum merecimento, é unicamente ao de ocupar-se de alguns pontos da nossa história, sobre os quais nada se tem escrito até hoje.

[3] *Biografia de Manoel Jacintho Nogueira da Gama, marquês de Baependi*. Rio de Janeiro, 1851, 1 vol.

e indiferença da parte de quase todos, e até escárnio e ridículo da parte de muitos.

Nunca pertencemos ao número dos indiferentes, ou desses espíritos fortes; e é, por isso, que tentamos hoje esboçar rapidamente a biografia de um brasileiro ilustre, que consagrou sua vida inteira ao serviço da terra que o viu nascer, dando no decurso dela as mais raras provas de amor e de dedicação à pátria.

O general José de Abreu é, na verdade, um dos vultos mais eminentes e distintos da nossa história. Não foi ele, digamo-lo já, um desses entes felizes que se cobrem de honras e de grandezas só porque sabem captar as boas graças dos poderosos da terra.

Abraçando, órfão de proteções, a carreira honrosa das armas, ilustrou seu nome, enriqueceu os fastos militares de sua pátria e conquistou, unicamente por seu merecimento, as honras e as dignidades que lhe couberam em partilha.

Três vezes livrou ele a província de São Pedro do Rio Grande do Sul da invasão estrangeira; dezenove vezes bateu-se nos campos de batalha, cobrindo sua fronte de louros imarcescíveis. Assim como nunca se deixou alucinar pelos encantos da fortuna, manifestando sempre uma modéstia que raríssimas vezes se pode encontrar em tão subido grau; assim também não se deixou abater, nas horas do infortúnio, pelas injustiças e pelas ingratidões de que foi vítima.

Sobre os primeiros anos de sua vida muito pouco nos foi possível saber. Descendia de uma família de açoristas, que se estabelecera no Povo Novo, lugarejo situado entre Rio Grande e Pelotas, onde viu ele a luz do dia no último trintênio do século passado*.

Recebidos os primeiros rudimentos da educação, alistou-se no regimento de dragões,[4] habituando-se assim desde a mais tenra idade às privações da vida militar. Nesse regimento, serviu Abreu até o posto de capitão, fazendo com ele a campanha de 1801 e as de 1811 e de 1812, nas quais começou logo a tornar-se conhecido pelo seu zelo e por sua atividade, pela sua inteligência e por seu admirável bom-senso, que supriam completamente a falta de uma educação esmerada, aliás,

* Século XVIII. (N.E.)

4 Segundo as informações que, por intermédio de um amigo, obtivemos do excelentíssimo senhor general J. J. Machado de Oliveira, esse regimento teve posteriormente a denominação de "quinta cavalaria".

muito pouco comum, mesmo hoje, entre os que se dedicam à carreira das armas.

Nestas últimas campanhas, sendo tenente da sétima companhia do referido corpo, esteve a princípio em Missões, na coluna do então coronel João de Deus Mena Barreto,[5, 6] e foi depois destacado com o coronel Tomás da Costa[7] para a fronteira do Quaraí, ameaçada por Artigas, donde em seguida marchou para a foz do Santo Antônio, aguardando aí a chegada do exército pacificador às margens do Uruguai.[8, 9]

---

5 Depois, marechal do exército, visconde de São Gabriel, falecido em 1849.

6 Capitão graduado. *Gazeta*, 14 de agosto de 1811.

7 Tomás da Costa Correia Rabelo e Silva, depois general.

8 Em 1811, tínhamos na fronteira do Quaraí uma força mui diminuta, mas que arrojava-se a fazer incursões no território inimigo. Foi essa força (200 homens) que se apoderou de Paissandu, depois de uma luta encarniçada, em que da guarnição apenas escaparam oito homens, perecendo todos os outros, inclusive o chefe inimigo, que era um capitão Bento, filho de Porto Alegre.

Marchando Artigas para o Salto com os habitantes da campanha, em número de 14 mil, foi contido aí pelo major Manuel dos Santos Pedroso. Atacado traiçoeiramente junto ao Arapeí-Chico por forças cinco vezes maiores (também comandadas por um rio-grandense, o tenente-coronel Manuel Pinto Carneiro), pôde Pedroso repelir os contrários e retirar-se para a serra do Jarau, donde voltou, depois, a medir-se com o inimigo. Foi em consequência desses sucessos que o conde do Rio Pardo destacou para o Quaraí a coluna do coronel Costa, da qual Abreu fazia parte.

9 Nota que recebi: José de Abreu, filho de João de Abreu, de idade 14 anos. Recebeu 5$300, como o de f. 76, em 28 de dezembro de 1874. Vence de 28 de dezembro de 1784 que se ofereceu voluntariamente para o Real Serviço. (do L. "Matrícula do Novo Corpo desta fronteira, (Rio Grande)" segunda Companhia, capitão João Marcos de Madureira, a f. 85 v°).

"E nada mais sei a respeito do barão do Cerro Largo. O senhor Viegas, cartorário da Thesª foi quem mostrou-me o livro de onde copiei o que foi transcrito acima". (Esta nota foi escrita por um Leopoldino, contador da Tesouraria)."

Carta de Antonio de Azambuja: "Falando com Viegas a respeito da natureza do barão do Cerro Largo etc., disse-me que estava certo de que ele era misturado, e que se inclinava a crer que era indiático, por ter o cabelo corredio, e esta circunstância (a cor) exclui toda a ideia, como já lhe disse, de ser ele descendente dos casais que vieram em 1740 para a província."

O mesmo Azambuja escreveu depois: "O coronel Tota com quem conversei antes ontem me afirmou que Abreu, de quem ele foi secretário quando aquele comandava as armas, lhe dissera ter nascido em Povo Novo, perto do Rio Grande, e descender de caboclo, como ele mesmo dizia."

Estas informações foram enviadas por Antônio de Azambuja Cidade (Porto Alegre) e por ele transmitidas a José Feliciano França. Coruja foi quem, me as deu. Conclui-se, pois:
que José de Abreu, filho de João de Abreu, nasceu em Povo Novo no ano de 1770;
que era meio índio;
que entrou para o serviço em 28 de dezembro de 1784.
No sítio da Colônia, em 1735 e em 1736, havia um capitão João de Abreu natural do Brasil que era talvez o pai ou avô de João de Abreu.

A campanha de 1812 terminou, como se sabe, pelo triste armistício que celebrava em Buenos Aires o comissário português Radmaker, e, conhecido ele, as nossas forças após pequena demora, se puseram em marcha, recolhendo-se à fronteira. No dia 12 de setembro,[10] o general em chefe despediu-se, nas pontas de Cunha-Peru do bravo exército que comandara, prometendo aos seus companheiros de armas levar a notícia do soberano, os nomes dos que mais se haviam assinalado; e entre estes não olvidou o do tenente Abreu, de sorte que na primeira promoção foi ele elevado ao posto de capitão com antiguidade, 11 de junho de 1811 (decreto de 12 de julho de 1813).

Poucos anos depois, em 1814,[11] era o mesmo Abreu nomeado comandante dos esquadrões de milícias de Entre Rios, dando-se-lhe ao mesmo tempo a patente de tenente-coronel e o comando militar do distrito de Entre Rios, que compreendia a linha de fronteiras do Quaraí até Santana do Livramento.

Aproveitados assim os seus serviços, e colocado em posição mais elevada, pode ele, nas campanhas seguintes, assinalar-se por uma série de feitos notáveis, que bastariam para firmar a glória do seu nome e para inscrevê-lo em caracteres de ouro em muitas das páginas mais brilhantes da nossa história.

Em 1816 é que começou a tornar-se interessante a vida do ilustre barão do Cerro Largo. Acompanhemo-lo aqui nos seus dias de glória, para segui-lo depois em seus dias de infortúnio, quando, vítima da ingratidão, vendo esquecidos seus serviços, empunhava a sua espada, sempre vencedora, para ir morrer como um simples soldado em defesa da honra nacional, ultrajada.

[10] A despedida foi publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 15 de novembro de 1812.

[11] Foi nomeado também, por decreto de 12 de julho de 1813, tenente-coronel comandante do Regimento de Cavalaria Miliciana da província de Missões e, depois, dos Esquadrões de Missões de Entre Rios. Em outra nota acho: decreto de 20 de janeiro de 1813 confirmado no posto de tenente-coronel de milícias guaranis com antiguidade, 3 de julho de 1813.

II

Rápida vista de olhos sobre o estado da Banda Oriental em 1816 e sobre as causas da intervenção armada do governo de dom João VI. Chegada dos voluntários reais. Instruções do capitão-general do Rio Grande. Começo das hostilidades, encontros entres as forças inimigas e as de José de Abreu, no distrito de Entre Rios. O general Curado toma conta do exército da direita. Plano de Artigas, suas forças invadem as Missões Orientais e sitiam São Borja. José de Abreu é enviado para levantar o sítio de São Borja. Sua marcha ao longo do Uruguai. Combates do Passo de Japeju e do Ibicuí, em que é repelido Sotel. Abreu atravessa este rio em procura do coronel Andrés Artigas. Combate de São Borja e restauração das Missões Orientais.

A campanha de 1812 terminou sem que tivéssemos obtido a vantagem que o governo tinha o direito de esperar.

A Banda Oriental continuou a ser presa da mais desenfreada anarquia e da mais estúpida das tiranias. José Artigas, caudilho que adquirira já uma grande celebridade, não tanto pelos seus sentimentos patrióticos, mas por sua ambição descomunal e pela crueldade de que tanta prova soube dar, mantinha-se em luta contra o diretório de Buenos

Aires, a despeito dos auxílios prestados por este para a expulsão dos espanhóis da cidade de Montevidéu e dos esforços de alguns homens distintos do Rio da Prata.[12] Sua influência estendia-se mesmo além do Uruguai, sobre Corrientes, Entre Rios, Santa Fé e Córdoba.

A anarquia, que reinava então nesses países, a ninguém devia assombrar, pois era a consequência da transição violenta por que passaram, trocando repentinamente as instituições monárquicas e o regime colonial por um governo puramente democrático.[13]

O diretor supremo das Províncias Unidas, Posadas e seu sucessor Alvear adotaram para com o caudilho oriental uma política enérgica; mas uma revolução apeou este último do poder (15 de abril de 1815) e a administração que lhe sucedeu procurou seguir uma linha oposta de proceder, tentando, mas debalde, estabelecer relações amigáveis com esse chefe.

Foi então que à corte do Rio de Janeiro chegou emigrado o ex-ministro de Buenos Aires Nicolás Herrera, amigo do diretor decaído, e proscrito como este.[14] Com o talento e a sagacidade que tanto o distinguiram, conseguiu-o, auxiliado por Alvear, fazer renascer na corte de dom João VI os planos de conquista que, havia muito, eram aí alimentados.[15]

Os seus manejos, as apreensões e receios que a influência de Artigas

---

[12] Talvez se diga que somos demasiadamente rigorosos falando desse chefe, e, pois, julgamos conveniente transcrever para aqui um trecho da *Autobiografia del brigadier general Rondeau*, que caracteriza Artigas em poucas palavras: "Pretendia para a sua província – diz Rondeau – a emancipação absoluta de qualquer outro poder, que não fosse o seu, porque só ele se reputava o árbitro de seus destinos."
Pode ver-se igualmente na *Memoria sobre la projetada retirada del ejercito destinado al sitio de Motevidéu*, etc., escrita pelo general Nicolás Vedia, a maneira como é julgado o mesmo caudilho.

[13] Não nos venham com o exemplo dos Estados Unidos. É um povo excepcional, que por índole e caráter muito difere dos povos de origem latina.

[14] Quem estudar a história dos países banhados pelo Prata há de lembrar-se muitas vezes das palavras de Edgar Quinet em referência a Itália: "O recurso de cada partido vencido é o de abrir as portas do país a um exército estrangeiro. Considerem a Itália em qualquer época. Há um personagem que encontram em cada acontecimento e que é o artesão incansável dessa história: quero falar do emigrado. Sempre pronto a trair esta pátria, que não pôde governar, ele atrai o inimigo, o pressiona, conduz a invasão" (*Revolutions d'Italie*, Paris, 1857, 1 vol.).

[15] Vejam-se as memórias e as reflexões sobre o rio da Prata por um oficial da marinha brasileira; trabalho de alto merecimento histórico, infelizmente interrompido, que se deve à pena do falecido almirante Jacinto Roque de Sena Pereira. O senhor conselheiro Pereira da Silva, que em sua recente e preciosa *História da fundação do Império brasileiro* se ocupa extensamente

despertava no ânimo do gabinete de São Cristovão pela segurança e pela tranquilidade das fronteiras meridianas do Brasil; as queixas constantes e repetidas dos habitantes do Rio Grande, que pediam garantias para suas vidas e para suas propriedades; tudo isso decidiu a intervenção de 1816 e a ocupação militar da Banda Oriental e a elas deu causa, que só teve lugar depois de desatendidas pelo governo de Madri as justas reclamações de dom João VI.[16]

O governo guardou o mais inviolável segredo sobre a resolução que adotara, a de expulsar o inquieto e perigoso vizinho; e limitou-se a comunicar à Grã-Bretanha e à Espanha que ia transferir para o Brasil uma divisão de voluntários, escolhidos entre as tropas que haviam feito a guerra peninsular. Essa divisão, comandada pelo general Carlos Frederico Lecór, mais tarde visconde da Laguna, partiu efetivamente de Lisboa e desembarcou no Rio de Janeiro, seguindo depois para Santa Catarina, donde marchou por terra para o Rio Grande.

O governo já havia transmitido ao capitão-general do Rio Grande, marquês de Alegrete, as convenientes instruções para a defesa das fronteiras, recomendando-lhe que batesse e dispersasse todas as partidas contrárias, que se aproximassem do nosso território; e o marquês dera-se pressa em cumprir as ordens terminantes que recebera, mobilizando, além da força de linha de que dispunha, todos os regimentos milicianos: mas a chegada dos "voluntários reais" à corte, e os movimentos de tropas no Rio Grande levantaram suspeitas no ânimo de José Artigas, que bem depressa foi informado miudamente das intenções do governo de dom João VI, por cartas enviadas do Rio de Janeiro.

O audaz caudilho não se atemorizou com isso e em seu louco orgulho chegou até a rejeitar os auxílios que de Buenos Aires lhe ofereceu o diretor Pueyrredón. Quis resistir só por si, preparou-se para a luta, concentrando em Purificación, à margem do Uruguai, o grosso de suas forças.

---

dos negócios do rio da Prata, não nos fala da influência que teve Herrera sobre a invasão de 1816 e sobre os ulteriores acontecimentos.

[16] O governo do Rio de Janeiro pediu ao de Madri (antes de mover as suas tropas) providências para a expulsão do audacioso caudilho, e, conquanto o gabinete espanhol se mostrasse a princípio inclinado a satisfazer essa exigência mudou posteriormente de resolução , enviando para Nova Granada a expedição, que tinha a princípio destinado ao rio da Prata.
Também nessa reclamação não fala o senhor conselheiro Pereira da Silva na obra já citada.

O ilustre general Curado[17] havia sido incumbido pelo marquês de Alegrete da defesa das fronteiras do Quaraí e do Uruguai; e, conquanto se apressasse em reunir as forças cujo comando lhe fora cometido e em marchar para o seu posto de honra, achou já o inimigo de sobreaviso, perfeitamente pronto para romper as hostilidades.

As partidas deste já haviam por mais de uma vez transposto o Quaraí e penetrado em nosso território, onde os pequenos recontros e choques de cavalaria sucediam-se uns aos outros; mas o intrépido tenente-coronel Abreu, que, como dissemos, comandava o distrito militar chamado de Entre Rios, soube sempre repelir os destacamentos inimigos, derrotando-os e arrojando-os para longe da fronteira.

A atitude enérgica, que em tão críticas circunstâncias assumiu esse bravo militar, mereceu do distinto paulista Diogo Arouche de Morais Lara menção especial, na sua interessante *Memória da campanha de 1816*, em termos de justo e de merecido louvor.[18]

Nessas circunstâncias, apresentou-se o general Curado na fronteira e tomou posições no Ibirapuitã-Chico, destacando logo para as Missões Orientais o general Chagas Santos e aguardando, entretanto, os movimentos do inimigo para manobrar convenientemente.

Artigas, depois de ter feito partir Otórguez e Rivera para as bandas do Jaguarão e do Chuí, avançou de Purificación com três mil homens,[19] foi postar-se na quebrada das Três Cruzes, situada nas proximidades do serro de Lunarejo.

Com essas forças, concebeu ele o arrojado plano de invadir o Rio Grande, enquanto Rivera e Ortóguez hostilizavam as forças de Lecór e as que guarneciam a linha do Jaguarão.

Ordenou que o coronel Andrés Artigas invadisse as Missões Orientais e que o coronel Berdún transpusesse o Uruguai em Belém, seguisse pela sua margem direita e o atravessasse de novo, colocando-se entre o Quaraí e o Ibicuí. Efetuada a conquistas das Missões, o primeiro desses chefes devia avançar pelo coração do Rio Grande, apoiado por

---

17 Joaquim Xavier Curado, depois conde de S. João das Duas Barras.

18 *Vide* a *Revista do Instituto Histórico*, tomo VII, pp. 124 e 272. "... Nestas guerrilhas e partidas, principiou a fazer-se assinalado o tenente-coronel José de Abreu, então comandante dos esquadrões e do mencionado território de Entre Rios."

19 *Vide* a *Memoria de los succesos de armas, que tuvieron lugar em la guerra de la independéncia de los orientales con los españoles y portugueses* etc. etc., escrita por um oriental contemporâneo.

uma coluna ao mando de Pantaleón Sotel, enquanto o grosso exército inimigo atacava a divisão de Curado.

O plano não podia ser melhor concebido. Ameaçadas pelo flanco e pela retaguarda, as nossas forças teriam de recuar precipitadamente, para não ver a sua retirada cortada, e para cobrir o interior da província. A vigilância dos novos chefes, porém, descobriu logo as intenções do inimigo e preparou-lhe o mais pronto e solene castigo.

O general Tomás da Costa,[20] que comandava uma divisão avançada das forças de Curado, percebendo os passos do inimigo, destacou logo para as Missões o bravo tenente-coronel José de Abreu, e com os restos de sua coluna retirou-se até o acampamento de Curado, conduzindo os habitantes da fronteira e todos os móveis que puderam estes carregar consigo.

Abreu havia sido incumbido por ele de obstar a passagem de Sotel, no Uruguai, e sua junção com Andrés Artigas, correndo em seguida sobre São Borja, ameaçada por uma divisão de 1.500 homens ao mando deste último chefe.

Para a empresa tão arriscada foram-lhe dados apenas 653 homens das três armas, e duas pelas de artilharia;[21] mas o bravo rio-grandense não olhava ao número, senão ao cumprimento do dever, e partiu alegre e orgulhoso para desempenhar a sua honrosa missão.

Seguiu, pois, sem demora, margeando o Uruguai e forçando quanto era possível as marchas.

Soube então que Sotel estava atravessando esse rio no Passo de Japeju e, voando ao seu encontro, descobriu-o no dia 21 de setembro, atacou-o por surpresa e arrojou-o à outra margem, apreendendo 1.500 reses, muitos cavalos, armamento e alguns prisioneiros.

A mortalidade do inimigo foi grande, porque, ao lançarem-se seus soldados ao rio, Abreu fez trabalhar sobre eles a artilharia, causando-lhes com isso um grande dano.

Sotel, porém, não era homem de desanimar. Com o auxílio de

[20] Tomás da Costa Correia Rabelo e Silva.

[21] Essa força estava assim dividida: *cavalaria*, um esquadrão de dragões, um de milícias do rio Pardo, um da legião de São Paulo, um de milícias de Entre Rios, um de lanceiros guaranis, com 513 praças; *infantaria*, uma companhia da legião de São Paulo, 117 praças; *artilharia* da legião de São Paulo, 23 praças, e duas peças. Total, 653 homens e duas bocas. (Vejam-se as *Memórias da campanha* de 1816, por Diogo Lara, impressas no volume 7 da *Revista do Instituto Histórico*).

algumas barcas canhoneiras, tentou efetuar a passagem da sua força junto à foz do Ibicuí, no Passo de Santa Maria. O previdente Abreu havia já destacado uma força de cavalaria para dar-lhe notícia dos movimentos do inimigo e, logo que foi informado das intenções deste, deixou a guarda das bagagens confiada ao esquadrão do rio Pardo e correu para o Ibicuí.

Sotel, com as canhoneiras, protegia a passagem de suas tropas para a margem direita do Ibicuí. Vendo isso, fez Abreu abrir uma picada no mato e conduziu por ela a artilharia e a infantaria até a borda d'água, onde, acoberto com o arvoredo, rompeu um fogo vivíssimo sobre os contrários, que corresponderam com balas e com metralhas.[22] Desenganado, o chefe artiguenho reembarcou suas forças e desceu precipitadamente o Ibicuí; mas sofreu ainda, junto à foz deste, um fogo terrível de mosquetaria, dirigido por uma força que o bravo tenente-coronel fizera com antecipação ocupar esse ponto.

Se Abreu dispusesse, como o seu adversário, de algumas canhoneiras, estaria totalmente perdida a coluna de Sotel. Este, porém, com o auxílio delas pôde, fugindo do Ibicuí, lançar-se Uruguai acima para operar sua junção com Andrés Artigas, que já então trazia em apertado sítio à povoação de São Borja, onde o general Chagas Santos opunha-lhe a mais firme e enérgica resistência.

Não havia, pois, tempo a perder. O que Abreu devia fazer em momentos tão supremos era avançar com a máxima rapidez possível para esse ponto. Foi o que o distinto e audaz cabo de guerra executou, sem que o embaraçassem os obstáculos naturais que teve de superar nesse trajeto.

Nos dia 25 e 26, atravessou o Ibicuí, operação difícil em consequência de ter engrossado o rio e da falta absoluta de canoas e de material apropriado para efetuá-la.

O entusiasmo que sabia inspirar a seus subordinados, orgulhosos de tal chefe, fez com que estes pusessem em prática esforços quase sobre-humanos para vencer as distâncias e as dificuldades.

No dia 27, eram batidos pela sua coluna, em Ituparaí, 200 homens enviados por Sotel muitos dias antes, para levantar gado. O inimigo

[22] Diogo Lara, *Memoria*.

deixou no campo 38 cadáveres.[23]

O dia 3 de outubro tinha sido destinado pelo coronel Andrés Artigas para dar novo e decisivo assalto a São Borja. Esse chefe sitiava aí o general Chagas Santos desde 21 de setembro e, nos repetidos ataques que dera, principalmente no dia 28, havia já perdido 200 homens. Aguardava o reforço de Pantaleón Sotel para investir a povoação, e este desde o dia 2 começara a operar a sua passagem, trazendo, além da infantaria, seis bocas de fogo.

Abreu não podia chegar mais a propósito. Tão veloz foi a sua marcha, e com tanta habilidade e prudência se houve durante ela, que o inimigo não suspeitou a sua aproximação.

Favorecido por um denso nevoeiro, apresentou-se nas circunvizinhanças do povoado, tendo feito antes os seus soldados trocarem as vestes de viagem pelas fardas de grande parada, animando-os com palavras cheias de ardor e entusiasmo.

Grande foi o alvoroço dos inimigos quando seus postos avançados deram notícia da chegada dos nossos. Abreu, avançando sempre, tratou de ganhar uma posição conveniente, mas antes que o pudesse fazer saíram-lhe ao encontro 800 homens de cavalaria. Dispôs então a sua coluna em ordem de batalha e destacou forças de cavalaria para que flanqueasse o inimigo. Este retrogradou, sustentando com os nossos flanqueadores um vivo fogo, e foi colocar-se entre dois pomares.

Abreu ordenou à infantaria que ocupasse os pomares. Esta avançou a passo de carga, protegida por um esquadrão ligeiro, que lhe cobria a frente, e, ao aproximar-se do primeiro pomar, a infantaria inimiga, que neste estava emboscada, soltou-lhe uma descarga à queima-roupa. Os nossos soldados, sem se perturbarem, investiram e, depois de uma luta terrível e desesperada, apossaram-se de ambas as posições, deixando estendidos todos os que as defendiam, com exceção de poucos, que a muito custo puderam ser salvos da morte pelos nossos oficiais.

Nessa ocasião, chegava o intrépido José de Abreu com o resto da coluna em auxílio da nossa infantaria. Achando-a, porém, senhora dos pomares, e vendo o inimigo em retirada para reunir-se ao grosso de suas forças, preparou-se para atacá-lo, e, apoiando-se nas posições que acabavam de ser tomadas, ordenou à artilharia que o metralhasse.

[23] Nesse encontro, perdeu 24 mortos; e, em duas guerrilhas, que tiveram lugar no mesmo dia, 14 mortos e um prisioneiro.

A linha inimiga conservava-se imóvel, respondendo-nos com a sua artilharia e com sua infantaria.

O esquadrão de São Paulo avançou então a galope sobre o inimigo, carregou um corpo deste, que com uma peça fazia sobre os nossos vivíssimos fogo, arrojou-o fora de combate e apoderou-se do canhão.

Esta carga, executada com ardor e felicidade, causou alguma confusão na linha inimiga, e, aproveitando-se desta vantagem e do entusiasmo de seus soldados, Abreu investiu-a com todas as suas forças, cortou-a pelo centro e desbaratou-a inteiramente, lançando-a em completa desordem uma parte para o Passo de São Borja e outra para os lados de Botuí.

Toda a artilharia, as bagagens, a secretaria militar, muito armamento e dois mil cavalos foram os troféus dessa esplendida vitória, que, pode-se dizer, decidiu a sorte da campanha, aniquilando inteiramente o plano de operações que traçava Artigas. No campo, ficaram cerca de 400 inimigos mortos e 30 prisioneiros.[24] O inimigo foi perseguido até grande distância; mas, achando-se nossos soldados nimiamente fatigados, recolheram-se ao povoado, onde descansaram por um curto espaço de tempo, saindo logo depois a infantaria e a artilharia para o Passo de São Borja, protegidos por um esquadrão de cavalaria, e para o Botuí uma força de cavalaria de 230 homens.

No primeiro desses pontos, dispersou Abreu os inimigos, que, dispondo-se a passar o Uruguai a salvamento, tiveram, entretanto, de atirar-se a nado, acossados por ele e batidos por sua artilharia, perecendo no rio mais de 200.

A força de cavalaria destacada para o sul encontrou, no dia seguinte, os fugitivos, em número de 700, perto do Botuí, a cinco léguas de São Borja, e, apesar da inferioridade numérica dos nossos, o capitão Prestes, que os comandava, atacou-os, causando-lhes a perda de cem homens. Abreu, sempre ativo e solícito no cumprimento de seus deveres, apresentou-se aí no dia seguinte, apreendendo mais 620 cavalos. Achou

[24] O ilustrado senhor conselheiro Pereira da Silva na sua *História da fundação do Império brasileiro*, tomo IV, p. 23, diz que Abreu incitou os assediados a saírem igualmente da praça e a auxiliá-lo poderosamente.
Há manifesto engano nesta asserção.
O autor da *Memória da campanha* de 1816, que também serviu de guia àquele ilustre escritor na descrição dos sucessos de que nos ocupamos, afirma positivamente o contrário em uma nota.

apenas os vestígios da nossa vitória e da precipitada fuga do inimigo.[25]

Tantos e tão assinalados triunfos tornaram, desde então, popular e prestigioso entre os veteranos do sul o nome do intrépido José de Abreu, que era o terror dos soldados de Artigas. O modo brilhante por que executou a arriscada missão de que fora encarregado mereceu muitos louvores e elogios, não só de seus superiores e de seus companheiros de armas, mas também do governo e da imprensa da época.

O ilustre cronista dessa campanha, Diogo Lara, que tantas vezes temos citado, assim se exprime no seu interessante trabalho acerca das operações do nosso herói na margem esquerda do Uruguai:

> Do que fica dito se conhece que o tenente-coronel Abreu concluiu a total restauração da província de Missões dentro de nove dias consecutivos ao da sua passagem do Ibicuí, opondo a mais de dois mil inimigos a pequena força de 653 homens, tão felizmente, que a perda total das duas tropas, nas ações que teve foi insignificante a vista da que causou aos insurgentes, aos quais matou seguramente mil homens,[26] tomando-lhes imenso armamento, cavalos etc.; serviço este que pela sua importância constitui este oficial benemérito e credor de todos os louvores e contemplação do seu soberano, assim como do reconhecimento e gratidão da capitania do Rio Grande, que deve aos honrados e valentes esforços de tão bravo oficial uma grande parte do território e propriedades, salvos por ele e pelas suas tropas.

A essas palavras, escritas por pena tão competente e imparcial, juntaremos alguns trechos da carta dirigida pelo bravo general Curado ao vencedor de São Borja.

> Quartel-general em Ibirapuitã-Chico.
>
> Senhor tenente-coronel José de Abreu.
>
> Recebo com satisfação a parte oficial que vossa senhoria me dirigiu ao Passo de

[25] Veja-se Diogo Lara, *Memória da campanha de 1816*; ofícios de 22 de outubro, de 8 e 9 de novembro, dirigidos por Abreu e Chagas Santos ao tenente-general Curado, com a descrição desses combates.

[26] Há, sem dúvida alguma, exagero nesse número. A perda do inimigo pode ser calculada em 700 mortos, no mínimo.

São Borja, com data de 8 corrente, sobre o ataque e derrota dos inimigos, que pretendiam invadir a fronteira de Missões.

Louvo a vossa senhoria o acerto com que dirigiu a sua marcha, vencendo os obstáculos da estação; louvo o sábio discernimento com que vossa senhoria dispôs o ataque; louvo a sabedoria com que dirigiu as operações e o combate; louvo, finalmente, a prudente conduta com que soube vossa senhoria adquirir o conceito e estima da tropa de seu comando.

Estimo sobremaneira que vossa senhoria desse mais esta prova para radicar o seu abalizado merecimento etc.

José de Abreu tinha, com efeito, motivos para ensoberbecer-se, se não fosse tão bravo quanto modesto. Ele, porém, recebia essas e outras demonstrações de apreço, sem que elas pudessem operar em seu ânimo a menor mudança nem dar origem ao menor arranco de amor próprio.

Em março do ano seguinte, teve ele a satisfação de ler o aviso de 2 de fevereiro dirigido pelo conde da Barca a Curado, em que esse ministro, em nome do rei, ordenava ao general que fizesse constar ao tenente-coronel José de Abreu que sua majestade ficar satisfeito dos seus serviços e do valor que manifestou no combate de São Borja.

III

Fatos que se seguiram ao combate de São Borja. O inimigo resolve atacar-nos com todas as suas forças. Move-se o nosso exército. Abreu é incumbido do comando da vanguarda. O exército inimigo, ao mando de La Torre, marcha ao encontro dos nossos. Resolve o nosso general atacar o quartel-general de Artigas. Abreu é incumbido desta missão. Ataque do Arapeí (3 de janeiro de 1817) e derrota de Artigas. Volta Abreu com a notícia de que La Torre, nesse dia, devia atacar-nos. Batalha de Catalán (4 de janeiro). Parte que nela teve Abreu.

A notícia do combate de São Borja e da derrota de Andrés Artigas decidiu o general Curado a fazer atacar a divisão do coronel Berdún e, logo depois, o grosso das forças inimigas.

Assim, as vitórias de Abreu nas Missões prepararam duas outras, não menos brilhantes e férteis em resultados.

A primeira foi devida ao intrépido general João de Deus Mena Barreto (visconde de São Gabriel), que, a 19 de outubro, derrotou, junto ao Ibiraocaí, ao mesmo Berdún; a segunda, ganhou-a oito dias depois, junto a Carumbé, o ilustre general Joaquim de Oliveira Álvares.[27]

[27] Em Ibiraocaí, perdeu o inimigo 238 mortos e 24 prisioneiros; em Carumbé, uns 600 homens, dois estandartes, muitos prisioneiros, armamento e sete caixas de guerra. Nós tivemos apenas 26 mortos e 44 feridos.

Abreu não pôde tomar parte nesses combates, conquanto recebesse ordem de transpor o Ibicuí e de manobrar de acordo com Mena Barreto: o inimigo atacara a este antes da sua chegada. Novos louros, porém, deviam muito em breve juntar-se aos que já havia ele colhido.

Expulso o inimigo do nosso território, preparavam-se nossas tropas para atacar as forças que ele concentrava e reunia no Arapeí, quando, a 15 de novembro, o marquês de Alegrete, capitão-general do Rio Grande, assumiu o comando do nosso pequeno exército da direita, que mal contava em suas fileiras 2.500 combatentes; poucos, mas todos bravos e aguerridos, cheios de força moral e de entusiasmo.

Sempre audaz e temerário, sem esperar que os nossos o fossem atacar, Artigas destacou La Torre com a maior parte de seus soldados, para surpreender o exército brasileiro e a ele dar batalha.

Este já não manobrava e movia-se em busca do inimigo. O marquês de Alegrete, que, como o general Curado, possuía a grande qualidade de conhecer os homens, sabendo tirar de suas habilitações o maior partido possível, incumbiu do serviço da vanguarda o bravo tenente-coronel Abreu, confiando-lhe o comando de dois esquadrões de milícias de Entre Rios, dois esquadrões de guerrilha, 60 infantes e duas peças, tirados estes últimos da legião de São Paulo.

Com essa força, colocada sempre a um quarto de légua da testa da nossa coluna, guardava Abreu o nosso campo e vigiava a campanha pela frente e flancos.

La Torre, iludido pelos movimentos dos nossos, avançou até ao Ibirapuitã e, só aí sabendo da verdadeira paragem em que estávamos, contra marchou para atacar-nos pela retaguarda.

Nosso exército avançou duas léguas e foi tomar posições no Catalán, galho do Quaraí, procurando atrair La Torre e aproximar-se do acampamento de Artigas no Arapeí.

A posição em que se colocava o nosso general, entre La Torre, pela retaguarda, e Artigas, pela frente, era sem dúvida muito arriscada, mas ele soube tirar partido dela, para dar ao mesmo tempo sobre ambos dois golpes fortes e decisivos.

Como La Torre a marchas forçadas se avizinhava dos nossos, era mister que o ataque do acampamento do Arapeí fosse conduzido com celeridade e prontidão, para que no dia da batalha estivesse de novo reunido todo o nosso exército.

O escolhido para essa empresa delicada e importante foi o bravo Abreu. Chamando-o à sua presença, o marquês fez-lhe ver todo o perigo da comissão que lhe confiava, declarando-lhe mesmo que, se fôssemos infelizes, a derrota seria inevitável, quando nos víssemos a braços com as forças de La Torre.

Abreu tranquilizou o general e assegurou-lhe que estava pronto para cumprir suas ordens.

Nas instruções que lhe deu, o capitão-general ordenou-lhe terminantemente que destruísse o quartel-general inimigo e que estivesse de volta no dia seguinte. Na noite de 2 de janeiro de 1817, pôs-se José de Abreu em movimento com 600 homens e duas peças; e às 7h do dia seguinte avistava as avançadas de Artigas. A forte posição em que se apresentava não fez vacilar um momento o hábil tenente-coronel,[28] que a foi logo atacar com o seu valor costumado e com sua resoluta intrepidez, tendo num momento distribuído suas tropas, adaptando-as à natureza do terreno em que tinham de operar.

O inimigo achava-se acampado em terreno escabroso, para o qual se penetrava por um desfiladeiro. Além deste, estendia-se uma planície, que era separada de outra, que ocupava Artigas com o grosso de suas forças, por extenso cordão de mato.[29]

Apoderar-se daquele desfiladeiro foi obra de alguns instantes. Senhor da entrada da posição inimiga e da primeira planície, sofreram suas tropas um fogo vivíssimo de mosquetaria, dirigido por 300 atiradores inimigos emboscados nas árvores, que dividiam a primeira e a segunda planície. Abreu distribuiu a infantaria em duas colunas, que, protegidas por cavalarias, entraram pelos extremos da mata, atacaram o inimigo e assenhorearam-se dessa posição.

Então, a nossa artilharia, avançando, começou a metralhar os contrários, que formavam-se na planície interior e aí tentaram ainda resistir. À frente da infantaria e da cavalaria, carregou o inimigo, bateu-o, dispersou-o, causando-lhe perdas imensas; até o próprio Artigas, que com o exemplo animava os seus, escapou de cair em nosso poder.

Desbaratado o inimigo, o tenente-coronel Abreu incendiou o acampamento, e pela noite do mesmo dia 3 incorporava-se já ao

[28] Morais Lara.

[29] Veja-se em Morais Lara, a descrição minuciosa do combate e o plano, que acompanha a sua memória.

exército.[30]

No quartel-general de Artigas, achou Abreu vários despachos dirigidos por La Torre a esse chefe, e, instruído assim da marcha do exército inimigo, deu-se pressa em transmitir ao general-chefe as notícias que acabava de colher. Na noite do dia 3, quando no campo brasileiro todos esperavam com ansiedade pelo resultado do ataque de Arapeí, apresentava-se o próprio Abreu, coberto de poeira, na barraca do marquês de Alegrete, anunciando-lhe a vitória, que acabava de alcançar, e a notícia de que La Tore recebera ordem de atacar-nos a três.

Estas novas espalharam-se logo de boca em boca, e os nossos soldados, cheios de entusiasmo e contentamento, começaram a preparar-se para a batalha que estava iminente.

No dia seguinte (4 de janeiro), pela madrugada, o inimigo com 3.400 homens atacava o nosso exército. Ao primeiro tiro todo ele estava em armas.

A luta esteve por muito tempo indecisa, combatendo ambos os lados com igual valor e tenacidade.

Em nossa esquerda, o bravo visconde de São Gabriel sustentava com firmeza e com coragem a sua posição, enquanto, à nossa direita, se debatia contra uma massa imponente de soldados inimigos, que se arremessavam impetuosamente sobre suas baionetas. O marquês de Alegrete e o general Curado (conde de São João das Duas Barras) animavam, nesse ponto, os nossos soldados, que faziam prodígios de valor; mas o arrojo e o ardimento com que o inimigo acometia, e voltava sempre à carga, já os inquietava, quando repentinamente se apresentou no campo de batalha o intrépido Abreu, fazendo com que a vitória desde logo se pronunciasse pelos nossos.

Achando-se a uma légua do grosso do exército, ouvindo os tiros que anunciavam-lhe o ataque do inimigo, fez imediatamente montar os seus cavaleiros, e atirou-se inopinadamente no meio da refrega, executando uma brilhante carga de flanco sobre a esquerda inimiga. Animados com esse socorro, os bravos da direita lançaram a baioneta sobre o inimigo, soltando vivas entusiásticas ao heroico tenente-coronel

[30] "O tenente-coronel Abreu, cujos honrosos serviços etc." Vejam-se os elogios, que lhe tece o cronista desta campanha a propósito daquele ataque. "O tenente-coronel não se faz menos famoso pela batalha de Catalán, que pelo ataque de Arapeí, e pelas ações que dirigiu sobre a margem esquerda do Uruguai."

Abreu, e o nosso triunfo foi desde então completo.

O inimigo fugiu em debandada, deixando no campo uns 900 mortos, 290 prisioneiros, uma bandeira, sete caixas de guerra, seis mil cavalos, 600 bois, muito armamento e munições, e todas as bagagens. Essa brilhante vitória custou-nos 73 mortos e 146 feridos.

Os serviços que prestara o distinto rio-grandense não foram esquecidos pelo governo do Rio de Janeiro, que os recompensou, promovendo-o, por decreto de 24 de junho, a coronel-de-linha e dando-lhe o comando do regimento de milícias denominado de "Voluntários Reais de Entre Rios", criado recentemente pela ordem do dia de 23 de março. No ano seguinte, entrava Abreu para o quadro de nossos oficiais generais, recebendo a patente de brigadeiro.

IV

Campanha de 1819 a 1820. Artigas invade o Rio Grande. Abreu evacua Alegrete e retira-se diante do inimigo. Combate do Ibirapuitã-Chico (14 de setembro). Reúne-se ao general Correia da Câmara e coloca-se com este no Passo do Rosário. São atacados a 17 por La Torre, que é repelido. Marcham em observação do inimigo. Marcham em observação do inimigo. Combate do Ibicuí-Guaçu (27 de dezembro). Artigas marcha em direção às vertentes do Taquarembó e é seguido por Abreu e Câmara. Volta para atacá-los. Estes retiram-se e reúnem-se ao conde da Figueira. Marcha o nosso exército em procura do inimigo. Batalha de Taquarembó (20 de janeiro). Parte que nela teve Abreu. É destacado para limpar a campanha até ao Uruguai. É recompensado com o posto de marechal de campo graduado.

Vencedor em Catalán, o nosso exército avançou ao longo do Uruguai, alcançando sempre novas vitórias e novos louros. O general Curado, que, com a retirada do marquês de Alegrete, assumira[31] pela segunda

[31] O marquês de Alegrete deixou o exército, retirando-se para Porto Alegre, em 20 de dezembro de 1817.

vez o comando-em-chefe, depois de ter batido em vários recontros as colunas inimigas, vendo-se em inação e sem cavalos, dispôs-se a voltar à fronteira para tomar quartéis de inverno; mas o visconde da Laguna conseguiu dissuadi-lo do seu intento,[32] fazendo com que ocupasse o Rincón de Haedo na margem direita do rio Negro.

De guarda à nossa fronteira ficou o general Abreu, com uma força que não chegava a 500 homens, tendo o seu quartel-general em Alegrete.

Artigas não quis perder a oportunidade que se lhe oferecia de invadir o Rio Grande, que ele via inteiramente aberto e indefeso.

Reuniu todas as forças de que podia dispor e à frente de três mil homens atravessou o Quaraí, dirigindo suas marchas para o vale de Santa Maria.[33]

Os escritores nacionais, que se ocupam da invasão de 1819, e dos sucessos que precederam a famosa batalha de Taquarembó, guiaram-se todos pela descrição que o *Correio Braziliense* publicou em Londres, descrição incompleta e inexata, que não esclarece convenientemente os fatos e que os adultera por vezes.

Graças a alguns documentos que pudemos obter, exporemos sucinta, mas fielmente esses acontecimentos, em que figura com tanto esplendor o grande nome de José de Abreu.

Apenas teve notícia dos movimentos de Artigas e certificou-se do verdadeiro número de suas tropas, tratou o general Abreu de expedir próprios ao conde da Figueira, comunicando-lhes os planos e as intenções do inimigo.

Era loucura tentar resistir com o punhado de soldados que comandava.

Abreu compreendeu-o logo; evacuou Alegrete e retirou-se sobre o Passo do Rosário no Santa Maria, levando adiante de si famílias e fazendeiros dessas paragens, que fugiam a aproximação dos invasores.

Entretanto, Artigas, empenhado em destruir a pequena coluna brasileira, havia destacado, a 10 de dezembro, o seu imediato, La Torre, com uma forte divisão de cavalaria, ordenando-lhe que forçasse as

---

[32] Vejam-se as *Memórias e reflexões sobre o rio da Prata* etc. O visconde da Laguna, além dos ofícios que expediu a Curado, incumbiu Sena Pereira de preparar o ânimo desse general e de convencê-lo da utilidade de manter-se no Rincón. O general Curado, ao fim de três dias, cedeu, não sem repugnância, às sugestões do visconde da Laguna.
A fronteira do Rio Grande ficou, assim, aberta e desprotegida!

[33] Três mil homens, segundo as parte oficiais do próprio inimigo.

marchas e obrigasse Abreu a aceitar combate.

Este, que continuava a sua retirada acossado de perto por La Torre, vendo ameaçados os habitantes que protegia, e que procuravam precipitadamente ganhar a margem direita do Santa Maria, entendeu que devia bater-se, para retardar a marcha dos contrários, e dar tempo a que esses infelizes escapassem ao canibalismo das hordas de Artigas.

"Já se fazia difícil um encontro – diz Aniceto Gómez em carta escrita a Ramírez com data de 16 do dito mês de dezembro –, porém afortunadamente Abreu, soberbo com os passados triunfos, retrogradou."

Ao romper do dia 13, as avançadas inimigas avistaram as da pequena coluna brasileira; e tal era o terror que o seu distinto chefe infundia entre os contrários, que La Torre, apesar da superioridade imensa do número, não ousou atacá-lo e preferiu, para fazê-lo, aguardar a chegada de Artigas.

Abreu apoiou-se em um serro escabroso nas vizinhanças do Ibirapuitã-Chico com os seus 444 soldados; e o exército inimigo formou-lhes em frente, forte de três mil homens, colocando em uma lomba sua infantaria e sua artilharia.

Ao meio dia, começaram a escopetear-se os postos avançados, e pouco depois romperam os inimigos contra os nossos um fogo nutrido de artilharia e de fuzilaria, atirando-se à carga a grande massa de cavalaria que se formara nos flancos e na retaguarda da sua linha.

A resistência dos nossos foi enérgica, mas o capitão Daniel Beresford, abandonando a infantaria que comandava e fugindo vergonhosamente, fez com que o inimigo alcançasse, mais depressa do que pudera, uma vitória fácil, certa e sem glória.

A covardia desse oficial causou a morte de 80 dos nossos soldados, que foram envolvidos e degolados. Abreu, com a cavalaria, pôs-se logo em retirada para o Passo do Rosário, repelindo o inimigo e salvando com o seu sangue frio e bravura a coluna que comandava.

A quarta parte de seus soldados, porém, ficou estendida no campo da batalha, morrendo como herói naquele combate desigual, em que cada um de nossos bravos teve de bater-se com sete inimigos.

Tal foi o combate de Ibirapuitã-Chico, que os escritores, que conhecemos, erradamente[34] dão como pelejado no Passo do Rosário.

[34] Os senhores Varnhagen e Pereira da Silva não escaparam desse engano.

Essa pequena vantagem encheu de contentamento e orgulho aos chefes inimigos.

Em carta escrita por Artigas a Ramírez,[35] interceptada no Uruguai pela flotilha de Sena Pereira, anunciava-lhe esse chefe que estava em território brasileiro e que muito breve assentaria o seu quartel-general em Porto Alegre, rogando-lhe ao mesmo tempo em que lhe mandasse reforços, porque queria carregar grandes tropas de gado para enriquecer a seus amigos e compatriotas.

O modo como sempre se exprimiam os nossos contrários, quando falava do benemérito general Abreu, pode dar uma ideia do respeito e da admiração que tributavam eles a tão ilustre cabo de guerra.

Basta que citemos aqui as palavras do mencionado Ramírez, dirigidas a 8 de janeiro do ano seguinte ao cabido, quando comunicou a notícia do combate do Ibirapuitã-Chico, e a carta que Aniceto Gómez, dois dias depois daquele recontro, escreveu a este general, da qual já citamos um trecho.

"O general Artigas – escrevia Ramírez –, à frente de três mil decididos orientais, acabou com a divisão do distinto português Abreu."

Gómez começava a sua carta do seguinte modo: "Glória à pátria, honra aos livres!

Triunfaram nossas armas em Guirapután-Chico[36] no dia 14 do corrente contra o famoso Abreu."[37]

Recebendo os despachos em que Abreu dava conta da invasão de Artigas e pedia socorros para resistir-lhes eficazmente, o conde da Figueira ordenou ao tenente-coronel Marques de Sousa que fizesse marchar o então brigadeiro Correia da Câmara, para comunicar-se com Abreu, devendo os dois, de acordo, conter os invasores no Santa Maria e evitar que o transpusessem.

Pelo dia 15, isto é, no dia seguinte ao do combate, o general Câmara reunia-se com Abreu na estância de Joaquim Rodrigues, além do Passo do Rosário. Daí voltaram juntos os dois generais e fizeram-se fortes naquele ponto, sendo a 17 atacados por La Torre, que foi rechaçado depois de um combate que durou desde as 10h até a noite.

---

35 Escrita no dia 14, momentos depois do combate.

36 Corrupção de Ibirapuitã-Chico. Em vez de "Ibiracoaí", Artigas dizia também Guiracoaí.

37 Outro equivoco do *Correio Braziliense*, repetido por todos os nossos escritores, foi dizer que o combate tivera lugar a 13 e não a 14.

Neste ataque, pôde o general Abreu certificar-se de que a cavalaria, às ordens de La Torre, que fazia a vanguarda do inimigo, compunha-se apenas de 800 homens.

Ignorando, porém, qual o plano deles, fez ver o general Câmara que deviam seguir-lhes a trilha para observar seus movimentos; prudente alvitre, a que Câmara acedeu prontamente.

Efetivamente, no dia 18, saíram os dois generais do Passo do Rosário, e, marchando sobre as pegadas do exército oriental, souberam a 26 que estavam à légua e meia (cerca de 9,9 km) do acampamento deste.

Colocaram-se, então, na margem direita do Ibicuí-Guaçu, pouco acima da sua confluência com o Ibicuí-Mirim, ficando assim entre aquele rio e o Passo de São Borja no Santa Maria.[38]

Aí veio o inimigo atacá-los no dia 27 de dezembro, com duas fortes colunas, que tentaram passar o rio em dois lugares, onde este dava vau. O general Câmara postou-se no passo da direita, e o general Abreu no da esquerda (Itaquatiá).

A luta foi renhida. Os nossos, ardentes de entusiasmo, trocaram em breve a defesa pelo ataque e caíram sobre o inimigo já abalado e roto.

Enquanto Câmara perseguia os fugitivos até ao próprio acampamento de Artigas, onde a artilharia inimiga obrigou-o a deter-se, o valente Abreu apoderava-se de um bosque, em que grande número de inimigos se haviam refugiado para melhor resistir.

Muito armamento, 60 mortos, 17 prisioneiros, cavalos selados etc. caíram em nosso poder.

Abreu e Câmara voltaram de novo às 21h para a margem direita do Ibicuí-Guaçu,[39] manobrando, no dia seguinte, à vista do inimigo e pela sua esquerda, sem que este os incomodasse.

Artigas procurou, então, atrair os nossos, para batê-los antes da junção com o conde da Figueira: marchou em direção a Santana do Livramento e daí voltou rapidamente sobre eles, que o seguiam de perto.

Mas Abreu e Câmara, que, com as forças de que dispunham, não podiam bater-se em campo aberto, retiraram-se, a fim de evitar uma derrota certa e de chamar o inimigo para o Passo de São Borja, ponto sobre o qual marchava o conde da Figueira.

---

[38] Isto não está certo.

[39] A respeito do lugar deste combate, erram os nossos escritores quando dão a entender que foi ainda o Passo do Rosário.

No dia 10 de janeiro, verificou-se a junção dos nossos três generais, ficando assim burlado o plano do audacioso caudilho.

Vendo isso, Artigas dirigiu-se de novo para as nascentes do Taquarembó, já abandonando o território brasileiro; porém, o conde da Figueira, a marchas forçadas, alcançou o exército oriental no dia 22 de janeiro.

Apenas avistou o inimigo, tomou o capitão-general todas as disposições para o ataque. Abreu, com a sua divisão, devia atravessar um pântano e atacar pela frente; Câmara devia transpor o Taquarembó e atacar pelo flanco.

Formado em linha de batalha, rompeu o inimigo o fogo com quatro peças de artilharia, que nenhum mal nos fizeram.

> À minha voz de avançar [diz o conde em sua parte oficial] o brigadeiro Abreu executou o seu movimento com tanta impetuosidade, apesar do vivo fogo de artilharia e fuzilaria do inimigo, que desde logo o obrigou a perder a sua primeira posição, e aretirar-se para outra mais forte, defendido pelo rio, que se achava então muito cheio.

Nossos soldados, sem se deterem, atravessaram e arrojaram-se sobre os contrários; mas a brilhante carga com que Abreu inaugurou o combate e a serenidade e valor com que se arremessou sobre as hostes inimigas fizeram com que estas desfalecessem.

A resistência foi miserável; o inimigo quase não combateu e, na maior desordem e confusão, deitou a fugir fustigado e perseguido pelos nossos, deixando, no campo, o general Pantaléon Sotel 40 oficiais superiores e subalternos, e 795 inferiores e soldados mortos; feridos, 15 inferiores e soldados; prisioneiros, 21 oficiais e 497 inferiores e soldados. Ao todo 1.305 homens.

Tomamos quatro peças, todas as munições, uma bandeira, quatro caixas de guerra, muito armamento, gado e cavalos.

Esta vitória, que acabou com o poder e com o domínio de Artigas e para a qual tanto concorreu o intrépido Abreu, valeu ao nosso herói a graduação de marechal de campo em março do mesmo ano.

Quatro dias depois da batalha, seguiu o ilustre rio-grandense com a sua divisão até o Uruguai, para perseguir o inimigo e desassombrar a campanha.

V

Depois da proclamação da independência, é nomeado governador das armas do Rio Grande do Sul. Altiva a remessa de reforços para o sítio de Montevidéu e marcha até Mercedes com uma divisão auxiliar. Volta para o Rio Grande depois da capitulação dos portugueses. É-lhe conferido o posto efetivo de marechal de campo.

Após a batalha de Taquarembó, pacificada a Banda Oriental, que passou a fazer parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o general Abreu conservou-se na fronteira da província do Rio Grande, comandando as forças que a guardavam.

O grito de independência soltado no Ipiranga pelo ínclito fundador do Império foi achá-lo naquela posição. Dotado de sentimentos patrióticos e cheios de amor pelo seu país natal, Abreu saudou com entusiasmo a aurora da liberdade que despontava e aplaudiu a nova ordem de coisas estabelecida pelo primeiro imperador.

O governo provisório, que se estabeleceu no Rio Grande do Sul, nomeou-o, em fins de 1821, governador das armas da província, nomeação que foi confirmada pelo governo-geral; e Abreu, aceitando esse cargo, quis logo depor aos pés do senhor dom Pedro I, que personificava a ideia da liberdade e da independência do Brasil, os seus

protestos de fidelidade e de dedicação.

Para congratulá-lo e testemunhar-lhe os sentimentos de que ele, general, e os seus comandados se achavam possuídos, mandou em comissão, a 12 de dezembro, o major J. da Silva Brandão.

Mas nem assim livrou-se das calúnias e das intrigas dos homens que em Montevidéu se opunham à adoção ao novo regime.

Em um período sustentado por estes, *La Aurora*, fez-se correr a notícia de que o bravo rio-grandense havia proclamado a constituição das cortes de Lisboa.

O ilustre veterano, com essa franqueza rude do soldado, entendeu que devia protestar contra o que ele qualificava de horrorosa calúnia.

"Aderi, disse ele em seu manifesto, aderi afincadamente à sagrada causa do Império do Brasil, e por ela protesto dedicar, como já o jurei, os meus derradeiros alentos."

Como governador das armas do Rio Grande, cabia-lhe a missão de prover a sua defesa, de reforçar as tropas brasileiras que a mando do visconde da Laguna sitiavam as portuguesas em Montevidéu.

Abreu requisitou logo do governo o armamento necessário para ocorrer a qualquer eventualidade e fez reunir todas as forças disponíveis da província, expedindo ordem ao general Sebastião Barreto, para que se reunisse ao general Marques, e juntos marchassem a incorporar-se às forças sitiadas.

Com o intento de ativar a reunião de gente, partiu a 7 de janeiro para o rio Pardo, e a 26 assentou o seu quartel-general em São Gabriel, levando consigo armamento e mais trem de guerra de que careciam os corpos que já estavam na fronteira e os que deviam reunir-se.

Depois dos reforços que enviou ao visconde, organizou ainda uma coluna de 1.100 homens, com a qual se postou no Quegauí, avançou em junho até Mercedes, sobre o rio Negro, regressando no mês seguinte à sua primitiva posição.

Essa coluna devia avançar até Montevidéu se as circunstâncias exigissem ali a sua presença. Os acontecimentos, porém, não realizaram esta previsão.

O sítio de Montevidéu, posto que sustentado com vigor, não incomodava, entretanto, aos portugueses do general dom Álvaro da Costa, que mantinham livres suas comunicações por água.

Cedo, porém, viram-se eles, os sitiados, privados desse recurso,

porque uma força naval enviada do Rio, às ordens do chefe de divisão Pedro Antônio Nunes,[40] derrotou, em dias de outubro, nas proximidades de Montevidéu, a esquadra portuguesa. Dom Álvaro pouco depois capitulou, e as nossas forças entraram na capital da Cisplatina.

Abreu, com a sua coluna de observação, recolheu-se à província do Rio Grande, sendo elogiado pelos relevantes serviços que acabava de prestar e recebendo, em seguida, o posto efetivo de marechal de campo com a insígnia do Cruzeiro.

[40] A nossa divisão naval compunha-se: da corveta *Liberal*, de 24 bocas de fogo (comandante capitão-tenente Garção); brigue *Cacique*, de 18 (comandante capitão-tenente Antônio Joaquim do Couto); brigue *Guarani*, de 16 (comandante primeiro-tenente Joaquim Guilherme); escuna *Leopoldina*, de 12 (comandante primeiro-tenente Francisco Bibiano de Castro); e escuna *Sete de Março*, de um rodízio (comandante segundo-tenente Francisco de Paula Osório). A divisão portuguesa compunha-se das corvetas *Conde dos Arcos*, de 26 peças, e *General Lecór*, de 16, brigue *Liguri*, de 16, e escuna *Maria Theresa*, 14. Dessa vitória naval não fez menção o senhor conselheiro Pereira da Silva, na sua recente história da fundação do império.

VI

Questão da Cisplatina. Revolução de 1825 protegida pelo governo argentino. Defecção do coronel Julián Laguna e do brigadeiro Rivera. O visconde da Laguna pede reforços ao governo-geral e à *província do Rio Grande do Sul. Abreu prepara uma divisão e invade a Cisplatina. Começa a desinteligência do general Sebastião Barreto com Abreu. Estado da Cisplatina, quando Abreu pôs-se em marcha. Demora-se este junto ao arroio Preguelo* à *espera das forças dos coronéis Jardim e Mena Barreto. Ataque de Mercedes pelo general Rivera (22 de agosto), que é rechaçado. Abreu move-se para cobrir esse ponto e atacar Rivera. Tentativas inúteis para chamar Rivera a uma ação geral.*

De volta ao Rio Grande, o general Abreu continuou a exercer o cargo de governador das armas, desenvolvendo aí todo zelo e atividade de que é capaz um funcionário brioso e dedicado à causa pública.

Não tardou, porém, que os acontecimentos viessem chamá-lo de novo aos labores e às privações da campanha.

O governo brasileiro persistia na ideia da incorporação da Cisplatina. Longe do teatro dos acontecimentos e iludido pelas falsas asseverações do visconde da Laguna, acreditava que a ideia da união era com fervor

esposada pelos orientais e dava um valor imenso a atos que, sendo feitos na presença das baionetas estrangeiras não podiam de forma alguma ter o caráter de manifestações espontâneas e livres do voto popular.[41]

Entretanto, era crença de muitos homens importantes do Brasil que, estando este nos primeiros períodos de sua regeneração política, não devia herdar de Portugal a louca ambição de domínio sobre um território estranho, e muito menos sacrificar os seus recursos na difícil empresa de procurar, no sul, limites naturais.

Foi assim que a Constituinte, nesse ponto bem inspirada, não quis incluir desde logo a Cisplatina entre as províncias do Império, e reservou a questão para um exame especial.

De seu lado, o governo argentino julgava-se com direito ao território da Banda Oriental, sem lembrar-se de que esta se havia desligado das outras províncias do rio da Prata, mantendo livre a sua autonomia debaixo do governo de Artigas.

Dom Valentín Gómez foi enviado em 1823 ao Rio de Janeiro, para fazer valer essas pretensões, e a 6 de fevereiro do ano seguinte o nosso ministro de estrangeiros, L. J. de Carvalho e Melo, declarou, em resposta ao memorando por ele apresentando, que o governo imperial estava decidido a manter a incorporação da província disputada.

Essa fatal resolução arrastou-nos a uma guerra impopular, que, após duros e imensos sacrifícios, terminou pelo famoso Tratado Preliminar de Paz de 28 de agosto de 1828, preparado e urdido pelos manejos, seduções e ameaças de lorde Ponsomby.[42]

---

[41] Não queremos dizer que essa ideia não tivesse enérgicos apologistas e sinceros defensores na Banda Oriental. Pode-se dizer até que os espíritos mais cultos e a parte mais sensata da população, escarmentados pelos tristes resultados das discórdias civis, defendiam-na com fervor. Mas os habitantes da campanha, os gaúchos e os caudilhos? Não se devia contar com esse elemento, tão poderoso naqueles países, e tão adverso aos brasileiros? Não se devia contar com o espírito inquieto e turbulento dessa parte da população, habituada à anarquia, antipática à paz e à ordem?

[42] Do seguinte ofício do duque de Palmela ao conde do Porto Santo veem-se a alternativa que ofereceu a Inglaterra ao Brasil e as ameaças desse governo, que tão escandalosamente contrariou-nos durante todo o decurso da guerra: "... Soube por uma confidencia do barão de Itabaiana, de cuja veracidade por várias provas me convenci, que Canning lhe declarara francamente o desejo que tinha de induzir o gabinete do Rio de Janeiro a mandar evacuar pelas suas tropas a Banda Oriental, ou seja, para entregá-la ao governo de Buenos Aires, mediante uma indenização pecuniária, ou seja, erigindo em Montevidéu um governo independente, debaixo da proteção da Grã-Bretanha. Para dar mais força a essa declaração explícita, chegou Canning a acrescentar que a Inglaterra não podia ser muito tempo indiferente espectadora

Quanto não teria ganho o Brasil, se, pondo de parte veleidades pueris, tivesse erigido desde logo a Banda Oriental em estado livre e soberano, garantindo a sua independência contra as infundadas pretensões do governo de Buenos Aires? Essa política de vistas mais largas e prevenientes, inspirada pelo sentimento nacional, ter-nos-ia assegurado o apoio da Grã-Bretanha, que foi o verdadeiro motor e alma da guerra, que contra nós sustentou a República das Províncias Unidas do Rio da Prata.[43]

Uma revolução prevista por todos, que não eram míopes, arrebentou afinal na Cisplatina, favorecida às escâncaras pelo governo de Buenos Aires.

A 19 de abril de 1825, o general Juan Antonio Lavalleja desembarcou no Arenal Grande com 32 companheiros apenas, e, plantando no território Oriental o pavilhão tricolor de Artigas, reuniram-se em torno dele uns 200 patriotas.[44]

Com tais elementos, teriam os 33 companheiros pagos bem caro o seu amor à pátria, e estaria desde logo sufocada a revolução, se o coronel Julián Laguna, depois de ter representado uma farsa ridícula,[45]

---

de semelhante luta, nem permanecer neutra; e que estava resolvida a abraçar o partido de Buenos Aires, se dentro de seis meses não estivesse concluída a paz etc. etc." (*Despachos e correspondência do duque de Palmela*, publicada por J. J. dos Reis e Vasconcellos, tomo 2, p. 259).

43 Quando, em 1862, se inaugurou na corte a estátua do augusto fundador do Império, a imprensa política abriu uma animada discussão sobre o reinado desse príncipe, a quem o Brasil deve a sua integridade e a sua preciosa constituição. Entre as acusações que lhe eram feitas, avultava a da guerra do rio da Prata; e (coisa admirável!) 36 anos depois desse acontecimento era essa acusação formulada com mais paixão ainda do que o fizeram os períodos exaltados da época! Censurava-se o senhor dom Pedro I por se deixar dominar da ambição de conquista; e, entretanto, um de seus acusadores, chefe de uma escola política importante em nosso país, e por conseguinte político atilado e sagaz, lamentava em 1861 a falta de um conde de Cavour, que pudesse realizar a conquista dos ducados do rio da Prata!

Já se vê, pois, que, se ainda recentemente havia brasileiros da importância daquele a quem nos referimos, que sonhavam com a incorporação dos ducados, não é muito para admirar que em 1825 houvesse quem pensasse, não em conquistar ducados, mas em conservar um que já estava em nosso poder. Os erros do passado devem servir-nos de lição para o presente, mas nunca devem dar lugar a incoerências dessa ordem.

44 Carta do general Manuel Jorge Rodrigues (barão de Taquarí) ao cônsul brasileiro em Buenos Aires.

45 Nas *Mémoires de Garibaldi*, publicadas pelo senhor Alexandre Dumas, (pai), vem a descrição desse fato. À parte o que há aí de romântico, é exata a notícia que ele dá da interessante cena que representou Laguna.

não se bandeasse para os insurgentes; sendo pouco depois, a 27 desse mesmo mês, imitado o seu exemplo pelo brigadeiro Fructuoso Rivera.

A defecção desses dois chefes encorajou os independentes e fez com que um sem-número de voluntários corresse de todos os pontos da campanha a engrossar o pequeno exército de Lavalleja.

Estes acontecimentos induziram o visconde da Laguna a solicitar a remessa imediata de reforços tanto ao governo-geral quanto ao comandante das armas da província vizinha.

Não se conservou surdo a tal reclamo o general Abreu. Reuniu as forças de que podia dispor e invadiu a Cisplatina com uma divisão composta de duas brigadas de cavalaria, dirigindo suas marchas sobre Mercedes, povoação situada à margem esquerda do rio Negro e ocupada por uma pequena guarnição brasileira.

Debaixo de suas ordens, vinha o então brigadeiro Sebastião Barreto Pereira Pinto, que, achando-se acampado nas proximidades de Montevidéu ao romper a revolução, havia atravessado toda a campanha oriental até a fronteira, com o fim de proteger a retirada das famílias brasileiras ali residentes.

Tendo chegado aquele general à fronteira, precisamente quando Abreu dava os primeiros passos para organizar a divisão com que devia penetrar na Cisplatina, entendeu este que seria conveniente que se lhe incorporasse, e neste sentido oficiou ao visconde da Laguna, que aquiesceu prontamente a tão justa sugestão.

Entretanto, foi isso desgraçadamente o sinal de uma desinteligência mesquinha entre Barreto e Abreu, porque aquele repugnava militar debaixo das ordens do homem em quem via um rival feliz e glorioso. Esta desinteligência, a despeito da generosidade e do cavalheirismo com que se houve o ilustre general Abreu, afetando ignorar os manejos do seu competidor, produziu consequências mui funestas, e em grande parte concorreu para o mau êxito da batalha de Ituzaingo. Mas não antecipemos os fatos.

Quando o general Abreu entrou na Cisplatina, já a revolução tinha ganho terreno, graças ao contemporizador visconde da Laguna, que, depois de haver cometido o gravíssimo erro de destacar, contra os independentes, soldados ligados a eles pelos laços da nacionalidade, e até mesmo da amizade, havia adotado por sistema a inércia, que foi sempre a sua estratégia, e que lhe valeu o irônico apelido de Fabius Cunctator.

Lavalleja dominava toda a campanha até ao rio Negro e possuía três mil homens[46] perfeitamente armados, pois o governo de Buenos Aires fazia-lhe pelo Uruguai constantes remessas de munições e de armamento, apesar da flotilha que tínhamos nesse rio, ao mando do então capitão-tenente Jacinto Roque de Sena Pereira, que não era suficiente para interceptar inteiramente a comunicação entre as duas margens.[47]

Depois de uma marcha laboriosa, feita no rigor do inverno, chegou a divisão auxiliadora do general Abreu à margem esquerda do rio Negro, vadeando nos dias 5 e 6 de julho. Compunha-se ela de uns 1.200 homens, desprovidos de tudo e fatigados por uma marcha terrivelmente penosa, em razão dos obstáculos naturais que tiveram de vencer. Os menores arroios tinham-se convertido em torrentes caudalosas, que obrigavam o general a caminhar muitas léguas, para procurar as suas nascentes, despontando-as, como se diz no sul.

Forçoso lhe foi dar, então, descanso aos soldados, cujos cavalos estavam em mísero estado, e pedir alguns auxílios ao coronel Norberto Fontes, comandante de Mercedes, que lhe acudiu prontamente com alguns mantimentos e com um cirurgião.

O general inimigo Fructuoso Rivera achava-se com mil cavaleiros[48] no seu campo de Molles, próximo de Durazno e, ao saber da aproximação da coluna imperial, adiantou-se com 600 homens escolhidos para observar-lhe os movimentos.

Abreu conservava-se em imobilidade no rio Negro a alguma distância do arroio do Preguelo, esperando, para manobrar, a chegada de cavalhadas e de 400 homens, que haviam partido do Quaraí e de Santana, às ordens dos coronéis Jerônimo Gomes Jardim e José Luís Mena Barreto.

À vista disso, concebeu o chefe inimigo o plano de apoderar-se de Mercedes antes que a ela chegasse à divisão auxiliar.

Deixou, emboscados em frente ao acampamento desta, cem homens

---

[46] Veja-se a *Mensagem de Lavalleja*, apresentada ao Congresso da Florida a 18 de junho de 1825.

[47] Todavia, o comandante da flotilha desenvolveu sempre a maior atividade, e seus navios por vezes conseguiram apreender lanchões carregados de armas.

[48] Mensagem de Lavalleja, já citada.

e, no dia 22 de agosto, atacou o povoado.[49]

O ataque começou às 23h30 e foi dirigido com muito ímpeto sobre os postos mais vulneráveis.

Um alferes oriental de nome Navarro, que fazia parte da guarnição e que desertara nesse dia, pôde indicar a Rivera os pontos mais fracos e conseguiu, atraiçoando-os vilmente, apanhar quatro oficiais e cinco soldados, que se achavam doentes em uma das casas da povoação, chegados poucos dias antes da divisão de Abreu.

Protegida pelos fogos da canhoneira *D. Sebastião*,[50] a heroica guarnição repeliu com bravura o ataque, voltando segunda vez à carga o inimigo e sendo rechaçado de novo com grande perda.

Foi essa uma noite aziaga para os contrários, porque, além da perda que sofreram nos dois ataques, tiveram o desgosto de ver batida e dispersa por um piquete nosso, duas vezes menor que ela, a força que deixaram de observação em frente ao acampamento do general Abreu.

No dia seguinte, pelas 8h, pôs-se a nossa divisão em movimento para cobrir Mercedes para e atrair o inimigo a uma ação geral; foram, porém, inúteis todos os esforços que empregou para conseguir este último resultado.

As partidas inimigas, atacadas pelos nossos piquetes, dispersavam-se, em vez de concentrarem-se, ficando os nossos vencedores em todos os choques, que tiveram lugar nos dias 23, 27, e 28 até 2 de setembro.

---

[49] Já antes, em maio, pretendera Rivera apoderar-se desse ponto, intimando ao comandante brasileiro que se rendesse e dizendo que tinha à sua disposição dois mil homens. A resposta que teve foi esta: "Homens não intimidam a homens. Não é a primeira vez que vossa excelência se põe à frente de igual número sem intimidar as armas brasileiras, acostumadas, por sua subordinação, disciplina e fidelidade, a vencer as multidões."

[50] Comandante, o primeiro-tenente Cipriano José Pires.

VII

Abreu destaca contra Rivera o coronel Bento Manuel. Combate de Arbolito (4 de setembro), e marcha de Bento Manuel para Montevidéu. Lavalleja levanta o sítio da Colônia e concentra suas forças no interior. Posição dos beligerantes. Plano de operações comunicado pelo visconde da Laguna a Abreu. Combate do Rincón e de Sarandí. Abreu não concorreu para esses reveses; acusações infundadas que lhe foram feitas. Retira-se para Belém e aí se reúne a Bento Manuel. Segue para o Rincón de Mata Perros.

Perdidas as esperanças de obrigar Rivera a aceitar combate, tomou Abreu posições perto de Mercedes, aguardando as colunas de Jardim e de Mena Barreto, diante das quais fugia o coronel Julián Laguna, que, com 200 homens, lograra pouco antes surpreender a aprisionar, em Paissandu, um pequeno destacamento nosso.

Lavalleja sitiava, então, a praça da Colônia do Sacramento, cuja guarnição, dirigida pelo intrépido Manuel Jorge Rodrigues (mais conhecido pelo título que depois recebeu, de barão de Taquari), se mantinha firme em seu posto, rebatendo sempre os ataques dos independentes.

Para impedir que esse chefe, reunindo-se a Rivera, viesse com todo

o exército republicano ao seu encontro, resolveu o general Abreu bater a coluna deste último.

Para isso, fez vir do Rincón de Haedo (também chamado de las Gallinas) a cavalhada fresca que aí tinha, e destacou 800 homens escolhidos entre todos os corpos de sua divisão, confiando sua direção ao célebre Bento Manuel Ribeiro, então coronel.

Achava-se acampado no dia 2 de setembro na foz do Coquimbo quando Abreu levantou o acampamento e manobrou com todas as suas tropas, para iludir a guarda avançada que, sob as ordens de Felippe Caballero, deixara o general inimigo em nossa frente. Graças a esse movimento, conduzido com habilidade e com perícia com que sempre se havia o distinto vencedor de São Borja, pôde Bento Manuel, sair durante a noite, sem ser percebido.

No dia 3, Rivera acampou nas nascentes do Viscocho e, nessa noite, transportou-se para junto do arroio d'Águila, donde se descobre a coxilha de Arbolito.

Aí se encontrou com Bento Manuel no dia seguinte, depois de ter, com três esquadrões, batido ao amanhecer a força de Caballero, que, descobrindo pelos rastros dos cavalos, mas já tarde, a partida da coluna imperial, correra a reunir-se ao grosso das forças inimigas.

Ao avistar os nossos soldados, formou o general Rivera a sua pequena divisão e adiantou-se com todo o valor ao encontro deles.

Os atiradores dos dois lados tirotearam-se por algum tempo e, ao final, a linha inimiga, dando uma descarga, acometeu a nossa com fúria, carregando-a de espada em punho.

Recebida, porém, com firmeza essa carga pelos nossos bravos, foram os contrários repelidos, batidos e acutilados, por espaço de quatro léguas (cerca de 26,4 km), deixando, no campo, 64 mortos e 14 prisioneiros.[51]

Esta vitória[52] e a marcha de Bento Manuel com 900 homens para Montevidéu,[53] onde foi recebido em triunfo, obrigou Lavalleja a deixar

[51] Entre os mortos acharam-se um major (Mancilla) e mais dois oficiais; entre os prisioneiros um capitão (Tavares) e outro oficial.

[52] Nas partes oficiais, esse combate é conhecido pelos nomes de combate de Arbollito, das Pontas de São Salvador, Águila e Coquimbo. Na biografia do marechal de exército Bento Manuel Ribeiro, ultimamente publicada na *Revista do Instituto*, não se faz menção a esta vitória, uma das mais brilhantes alcançadas por esse valente cabo de guerra.

[53] A sua coluna, primitivamente composta de 800 homens, foi, depois do combate, reforçada por ordem de Abreu.

de observação em frente à Colônia apenas 200 homens e a retirar-se para o acampamento geral de suas tropas perto da Florida.[54]

A superioridade numérica das nossas forças[55] e o entusiasmo que entre elas reinava, depois dos reveses sofridos pelos independentes em frente de Mercedes e da Colônia, e no combate de Arbolito, tornou certa a próxima submissão da Cisplatina com o aniquilamento completo da revolução.

É, com efeito, fora de dúvida que os patriotas orientais teriam dentro em breve visto morrer a ideia grandiosa que os fizera empunhar as armas, se a Providência, que sempre ampara as causas justas, não reunisse contra nós uma série de circunstâncias tão imprevistas quanto funestas às armas imperiais.

A rivalidade mesquinha de alguns chefes, o egoísmo e a ambição de outros prepararam as derrotas que se seguiram e que coroaram tão infelizmente a campanha de 1825, aliás, inaugurada debaixo de tão bons auspícios, graças à atitude que tomara o bravo general Abreu, apresentando-se no campo da luta com a sua pequena, mas valente divisão, e (o que muitas vezes vale mais que um exército) com o prestígio do seu nome glorioso.

Lavalleja compreendeu perfeitamente as circunstâncias críticas em que se achava, quando procurou concentrar em um só ponto, no centro da campanha, todas as suas tropas.

As praças da Colônia e de Montevidéu estavam em nosso poder; na linha do rio Negro, achava-se o general Abreu com um punhado de soldados, que deviam em breve ser reforçados; a fronteira do Rio Grande era guardada pelo general Bento Correia da Câmara; no Prata e no Uruguai, dominava a esquadra do vice-almirante Rodrigo Lobo.

Assim, Lavalleja achava-se cercado e corria o riso de ser esmagado pelos nossos soldados.

Então, o visconde da Laguna comunicou ao general Abreu um plano de operações ofensivas que delineara e que, se houvesse sido fielmente executado, seria coroado do mais brilhante e pronto sucesso.

Dois reveses, porém, insignificantes como feitos de armas, mas notáveis pelas consequências que acarretaram, vieram mudar

[54] A narração desses fatos é feita à vista de documentos oficiais (tanto do nosso lado quanto do contrário), à vista de informações que obtivemos e de outro trabalho parcial que examinamos.

[55] Dizemos superioridade numérica porque contamos também com as guarnições de Montevidéu e da Colônia, e com as forças do Rio Grande em marcha.

inteiramente a face dos negócios e tornar impossível a execução desse plano; reveses – pode-se dizê-lo –, devidos ambos menos ao esforço e ao poder do inimigo do que à imprudência dos nossos chefes.

O primeiro teve lugar no Rincón de Haedo, a 24 de setembro; o segundo, junto ao arroio Sarandí, a 12 de outubro.

No Rincón, foram batidos os coronéis Jerônimo Gomes Jardim e José Luís Mena Barreto pelo general Rivera, cuja chegada aguardava havia muito o general Abreu; e foram batidos, porque, em vez de marcharem unidos, levados de uma mal-entendida rivalidade, apressavam acintosamente as marchas, com o fim de chegar um primeiro que o outro ao ponto de seu destino.[56]

O inimigo apanhou-os de surpresa e destroçou-os cada um por sua vez, destruindo inteiramente os 400 homens que eles comandavam.

O segundo desses chefes pagou com a morte gloriosa o seu fatal erro.[57]

---

[56] Enquanto Lavalleja concentrava, nas proximidades da Florida, o seu exército, para poder tentar um golpe, que lhe desse uma vitória parcial e que o tirasse da posição difícil em que se achava, ordenou a Rivera que, com 400 homens, se apoderasse da cavalaria que tínhamos no Rincón. Abreu só tinha em Mercedes pouco mais de 300 praças, porque, como já dissemos, 900, às ordens de Bento Manuel, haviam seguido para Montevidéu, a pedido do visconde da Laguna. Rivera cumpriu facilmente a sua missão. Penetrou no Rincón, perseguiu a pequena guarda que aí tínhamos, e que, não podendo resistir, fugiu, tendo apenas um morto e dois feridos, sendo salva pela esquadrilha de Sena Pereira, cujos fogos obrigaram o inimigo a deter-se.
Ocupado em arrebatar cavalhada, havia o general inimigo deixado um oficial intrépido e inteligente, Servando Gómez, com parte das suas tropas na estrada do Rincón. Para esse ponto, dirigiram-se os coronéis Gomes Jardim e Mena Barreto (José Luis), com pouco mais de 200 homens cada um. Pelas 9h do dia 24, Servando Gómez avistou o primeiro desses chefes, que vinha quase em debandada com os cavalos fatigadíssimos. Vencer em semelhantes condições era tarefa fácil. Servando aguardou o ensejo mais favorável e carregou com violência sobre essa força, da qual apenas uns 40 homens conseguiram formar-se, sendo esmagados pelo número. Os outros, envolvidos e perseguidos pelo inimigo, caíram sobre o Regimento n° 25 de segunda linha (Guaranis), de que era comandante Mena Barreto, e que não pôde igualmente guardar a formatura pelo cansaço dos cavalos. Esta coluna, como a primeira, dispersou-se logo, podendo o inimigo, sem grande trabalho, destruí-la completamente, perseguindo-a até grande distância. Ainda assim, muitos houve que, envolvidos pelos contrários, resistiram com admirável denodo, sabendo vender caro suas vidas. Entre estes achou-se o jovem Mena Barreto, que, apesar de ouvir os repetidos gritos do inimigo, intimado-lhe que se rendesse, combateu, como um verdadeiro herói, morrendo ao final, com mais de 10 honrosos ferimentos, e conquistando a admiração de seus próprios adversários. (Ver o opúsculo do senhor E. de Sena Pereira – *O Libello argentino e a verdade histórica*, Rio de Janeiro, 1857, volume 1, e a *Biografia do coronel José Luiz Menna Barreto*, publicada em avulso no ano de 1825, em Montevidéu).

[57] Morreu aos 27 anos esse jovem coronel, que se assinalava já por uma longa série de feitos ilustres. Era filho do marechal de exército João de Deus, visconde de São Gabriel (falecido

Preenchida com tanta felicidade a sua missão, voltou Rivera, com a cavalhada que tomara, para o acampamento de Lavalleja e achou este chefe preparando-se para atacar Bento Manuel, que, com uma brigada, saíra da praça de Montevidéu.

Este, recebendo ordem de reconhecer o campo inimigo, partiu com 1.100 homens e incorporou-se, no dia 10 de setembro, nas nascentes do Ií, ao coronel Bento Gonçalves, que comandava 400 cavaleiros.[58]

Achando-se assim com 1.500 homens, julgou Bento Manuel, em seu orgulho, que por si só poderia dar cabo da revolução, e, desprezando as instruções que recebera, atreveu-se a atacar o inimigo com a sua pequena coluna, fatigada e enfraquecida por contínuas marchas forçadas.

No dia 12 de outubro, aniversário do primeiro imperador, avistou ele o exército republicano, postado junto ao Sarandí, que despeja suas águas em um dos tributários do rio Ií, o arroio de Castro.

Lavalleja, que de há muito espreitava os seus movimentos, esperava-o impassível e certo da vitória.

Aos nossos 1.500 homens, o opunha 2.500 das três armas, perfeitamente disciplinados, cheios de entusiasmo pela causa que defendiam e em melhores condições que os nossos, porque à superioridade numérica acrescia estarem em descanso e conhecerem perfeitamente o terreno em que combatiam.

Como se isso não bastasse, foi tal a alucinação que se apoderou de Bento Manuel, que deu começo ao combate unicamente com mil e tantos homens, sem esperar os 400 de Bento Gonçalves, que vinham um pouco retardados.[59]

---

em 1849) e irmão do vencedor de Paissandu, o marechal de campo José Profício, barão de São Gabriel, falecido em 1865.

[58] Bento Manuel se havia oferecido para atacar o inimigo em seu próprio campo. O tenente-general Maggessi, barão de Vila-Bela, reclamou para si, como mais graduado, o comando das forças que se houvessem de destacar contra o inimigo. Sem dar uma decisão definitiva, ordenou o visconde que Bento Manuel fosse reconhecer o campo inimigo, devendo, antes, fazer junção com Bento Gonçalves, a quem oficiou nesse sentido.

[59] Armitage, tão inexato quando refere fatos desta guerra, diz, com os documentos oficiais do inimigo, que pelejaram nesse combate 2.200 brasileiros. O visconde de São Leopoldo e o general Abreu e Lima (que o copia nesse como em muitos outros pontos) dão o algarismo exato. Só se bateram mil brasileiros, porque os 400 soldados de Bento Gonçalves não chegaram a entrar fogo. O senhor A. D. Pascual, na sua recente obra *Apuntes para la historia de la República Oriental del Uruguay*, engana-se com Armitage, dizendo que tínhamos 2.200 homens.

Pode-se dizer que o sinal da nossa derrota foi dado aos primeiros tiros pela defecção da infantaria guarani, tornando-se impossível, depois dela, um combate regular.

Como bem observa o visconde de São Leopoldo, "foi antes uma dispersão do que um combate". Bento Gonçalves, com o seu regimento ileso, dirigiu-se para a fronteira do Jaguarão, sem ser incomodado pelo inimigo; Bento Manuel, com os destroços de sua coluna, depois de pelejar heroicamente, retirou-se para a de Santana, perseguido até alguma distância pelo inimigo; o regimento de dragões retrogradou para Montevidéu, e o coronel Alencastro teve de depor as armas com as forças que comandava.

Tais foram os tão falados combates do Rincón e de Sarandí, em que os orientais venceram sem desar para nós e sem grande glória para eles.

Esses dois reveses foram, como se vê, exclusivamente devidos ao procedimento de Jardim, de Mena Barreto e de Bento Manuel. Sem a mesquinha rivalidade daqueles e com a imprudente ambição deste, não teria a causa da revolução alcançada tais vantagens, que, insignificantes como feitos militares, puseram, entretanto, o inimigo de posse de toda a campanha oriental, fortaleceram o espírito de resistência e permitiram ao governo de Buenos Aires decidir intervir francamente na luta.

Não nos levem a mal esta divagação. Julgamos dever expor os fatos e falar nesses dois combates, porque sobre o general Abreu se fez então recair toda a responsabilidade deles.

Ainda em 1827, na sessão da Câmara dos Deputados de 18 de maio, o ilustre general Cunha Matos, falando da guerra, assim se exprimiu a respeito da campanha de 1825: "A guerra, senhor presidente, tem sido de tal modo dirigida, que estamos vendo arruinado o Brasil! Permita-me que o diga com bastante sentimento do meu coração: os erros são antigos, e os erros tem continuado até hoje.

> O erro fatal do barão do Cerro Largo, general valente, que 19 vezes se bateu no campo da honra, arrastou a desgraça do Brasil e trouxe as derrotas do Rincón e de Sarandí. Em vez do Rincón das Galinhas, ele ocupou Santana! Qual foi o resultado disso? Um corpo de quase 600 cavalos, sob as ordens de chefes intrigados, marchava em desordem, quando o inimigo, aproveitando-se da confusão, cai-lhes em cima com duzentos cavalos, e leva tudo a espada!"[60]

[60] O deputado pelo Rio Grande Xavier Ferreira, respondendo a Cunha Matos, negou a responsabilidade de Abreu pelo revés do Rincón, mas não soube dizer, quanto à censura

A simples exposição dos fatos e a leitura dessa parte do discurso do general Cunha Matos bastam para a cabal defesa do ilustre barão do Cerro Largo.

O general Cunha Matos acusava-o por ter ocupado Santana, quando ele, como já vimos, ocupou Mercedes, nas vizinhanças do Rincón! Desta natureza eram as acusações que faziam a Abreu.

Reduzido a inação em Mercedes, o general Abreu foi mero espectador de todos esses sucessos. Da sua divisão destacara, com Bento Manuel, a requisição do visconde da Laguna, 900 homens. Estes foram batidos em Sarandí, e os 400 que esperava da fronteira, antes de se lhe incorporarem, foram batidos no Rincón.

A incorporação destes últimos devia elevar a força sob seu imediato comando a 700 praças, com as quais tinha ele de defender, por determinação do visconde, a margem do Uruguai, de acordo com a flotilha de Sena Pereira.

Mas esses dois reveses reduziram-no a uns 300 homens, e nessas circunstâncias, privado da cavalhada de refresco, via-se ameaçado pelo inimigo vitorioso, que sem dificuldade esmagá-lo-ia se por mais tempo permanecesse em território já todo em poder das armas republicanas.

Decidiu-se então a evacuar a Banda Oriental, retrogradando para a fronteira do Rio Grande.

Até o Salto fez-se Abreu transportar pela esquadrilha do Uruguai, duplamente mortificado pela desgraça das nossas armas e pelo procedimento que para com ele tinha o general Barreto.

Do Salto dirigiu-se com os restos de sua divisão para a fronteira do Arapeí,[61] ocupando Belém, em cujas proximidades reuniram-se-lhe Bento Manuel com os fugitivos da coluna destroçada em Sarandí; e daí seguiu, depois, para o Rincón de Mata Perros, situado entre o Arapeí-Chico e o Sarandí-Pires.

principal, que este general ocupou precisamente o ponto que o primeiro orador inculcava como o melhor.

[61] Era por esse lado a linha divisória entre o Rio Grande e a Banda Oriental, pela convenção celebrada com Montevidéu a 30 de janeiro de 1819.

VIII

Abreu deixa, no Rincón de Catalán, Bento Manuel e fixa seu quartel-general em São Gabriel. Recebe a notícia de lhe ter sido conferido o título de barão do Cerro Largo. Providências para defesa da fronteira do Rio Grande. Combate de Taquari (17 de dezembro) e surpresa do forte de Santa Teresa (31 de dezembro). Vencem os inimigos do barão do Cerro Largo, que é exonerado do comando das armas do Rio Grande. Sua despedida. Estado em que deixou a província. Erros do seu sucessor. Combates durante o ano de 1826. Viagem do senhor dom Pedro I ao Rio Grande.

A fronteira do Rio Grande, depois dos sucessos que acabamos de narrar, ficou ameaçada de incursões pelas partidas inimigas, senhoras de todas as armas. Na defesa daquela província, deixou Abreu no Rincón de Catalán uma brigada de cavalaria, e dirigiu-se para São Gabriel, onde fixou seu quartel-general.

Eram mui diminutos os recursos de que então dispúnhamos para defender a extensa linha de nossas fronteiras meridionais, pois só tínhamos na província do Rio Grande oito regimentos de cavalaria de

segunda linha,[62] algumas companhias de guerrilhas, o esquadrão de lanceiros do Uruguai e uma partida do terceiro regimento de cavalaria do exército.

Toda a força de primeira linha, que em tempos ordinários fazia aí guarnição,[63] achava-se em Montevidéu ou na Colônia.

Ainda assim, com essa insignificante força, o velho general guarneceu a fronteira, distribuindo convenientemente os corpos pelos pontos mais vulneráveis e importantes.

O seu primeiro cuidado foi elevar aqueles corpos, então extraordinariamente reduzidos em pessoal, ao seu estado completo: enquanto se ocupava nisso, pondo em ação toda a influência de que gozava entre os rio-grandenses, aguardava ele a chegada das tropas que haviam desembarcado em Santa Catarina, para empreender a segunda campanha e procurar o inimigo em suas próprias posições.

Não pôde, entretanto, levar a efeito esse seu desejo. As intrigas de seus inimigos e rivais conseguiram fazer desvairar o governo.

Abreu havia recebido, por decreto de 12 de outubro, o título de barão do Cerro Largo, em atenção aos seus serviços passados e aos que acabava de prestar; mas pouco depois, sabendo o governo das derrotas do Rincón e de Sarandí, deixou-se levar pelos manejos da intriga e responsabilizou o seu brioso general por desastres nos quais, como já mostrarmos, não teve ele a mínima parte.

Foi exonerado do comando das armas, assim como o visconde da Laguna do cargo de capitão-general da Cisplatina, sendo substituído aquele pelo brigadeiro Massena Rosado[64] e este pelo tenente-general barão de Vila Bela (Maggessi).[65]

A 20 de dezembro, ocupado em aumentar as forças da província, do seu quartel-general de São Gabriel, dirigiu o ilustre barão do Cerro

---

[62] Eram esses regimentos: 20 (de Porto Alegre), 21 (Rio Grande), 22 (Rio Pardo), 23 (Alegrete, chamado antes regimento de Entre Rios), 24 (São Borja, antes regimento de guaranis das Missões), 39 (antes regimento de Cerro Largo), 40 (antes regimento de Lunarejo). Em toda a província, só havia um batalhão de infantaria de segunda linha, com a numeração de 46.

[63] A força de primeira linha, que estacionava no Rio Grande e que se achava então nessas duas praças, constava dos seguintes corpos: regimentos números 4 e 5 de cavalaria, terceiro corpo de artilharia montada e nono batalhão de caçadores (*Ver* o decreto de 1o de dezembro de 1824).

[64] Francisco de Paula Massena Rosado.

[65] Até então, a Cisplatina fora governada pelo visconde da Laguna, na qualidade de capitão-general. O barão de Vila Bela foi o primeiro presidente nomeado para ela.

Largo aos rio-grandenses uma proclamação, convidando-os a tomar as armas contra o inimigo comum:

> Enquanto Deus me der forças [dizia então ele], prometo-vos não embainhar a minha espada sem que o inimigo seja lançado além do rio da Prata, que dever ser a nossa divisa para a conservação da paz, para a segurança de nossos interesses e para a glória do grande Império a que pertencemos.

Um mês depois, a 22 de janeiro de 1826, despedia-se dos seus camaradas e patrícios, depois de ter passado, oito dias antes, ao novo governador das armas o comando do exército.

Cheias de nobreza foram as palavras de despedida do velho e distinto general. Diante da ingratidão imensa de que era vítima, vendo seus serviços esquecidos, e olvidados os dias de glória que dera a sua pátria, o ilustre veterano, com a grandeza d'alma que tanto o distinguia, não fez uma única recriminação, não soltou um só queixume.[66]

Depois de anunciar a sua exoneração, terminava os seus adeuses com as seguintes palavras, que por si só bastam para exprimir o seu desinteresse e patriotismo: "Vou contente beijar a mão do nosso imperador e pedir-lhe permissão para voltar como simples soldado a unir-me às fileiras dos meus antigos camaradas, pois deveis ter

---

[66] Não vimos o original desse documento, mas sim a tradução feita por um dos periódicos de Buenos Aires: "Despedidas que faz o barão do Cerro Largo aos habitantes dessa província de São Pedro do Rio Grande: Honrados habitantes. Tenho empregado todos os dias, que Deus me tem concedido, desde a idade de 13 anos até hoje, no serviço deste país.
Sois testemunhas dos esforços que hei empregado na defesa desta província, quando invadida pelo estrangeiro, sem outro interesse que o de ser útil ao lugar em que nasci, e podeis dizer como procedi nessas circunstâncias, e se obtive algum lucro, abusando dos cargos que ocupei. A imprensa é livre, e por esse canal podem todos publicar livremente o que sabem, ou o que pensam.
A ocasião é própria, porque foi servido sua majestade imperial substituir-me pelo excelentíssimo brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado, oficial habilitado para o lugar que acabo de deixar, pelos conhecimentos e pelas qualidades que possui. Ordenou-me o mesmo augusto senhor que me recolhesse à corte do Rio de Janeiro, ordens que passo imediatamente a cumprir. Despeço-me, pois, dos meus honrados patrícios, agradecendo o modo por que fui sempre tratado, não só durante o período em que ocupei o cargo de governador das armas, como em todas as épocas da minha carreira militar.
Levo, com o sentimento de apartar-me de tão dignos cidadãos, a glória de não ter perdido um só palmo de terra da província cuja defesa me foi confiada até ao dia 14 do corrente, em que fiquei isento de toda a responsabilidade etc."

conhecido que sou mais propenso a obedecer do que a comandar."

A demissão do barão do Cerro Largo foi um dos muitos erros que o governo imperial cometeu durante o decurso dessa guerra, tão mal encaminhada e dirigida.

Possuindo um nome prestigioso, conquistado por sua bravura e honestidade, e pelos serviços que havia prestado à província do Rio Grande, cujo território livrara três vezes (em 1816 e 1820) da invasão estrangeira, simpatizado geralmente pelos brilhantes dotes de seu coração, prático no sistema de guerra adotado nessas paragens, e perfeito conhecedor do terreno em que tinham lugar às operações, teria o general Abreu sabido conduzir o exército brasileiro à vitória, evitando os erros do seu sucessor, que tão fatais foram as nossas armas, e que tão funestamente influíram sobre a campanha de 1827.

Se, em tão críticas circunstâncias, afastar do Supremo Comando Militar um tal homem era já um erro funesto, o governo parece que esforçou-se em agravá-lo com a nomeação do novo governador das armas, homem desconhecido e que, suposto tivesse boas intenções, não estava na altura do cargo que ia desempenhar.

Abreu entregou-lhe a província, virgem, durante o seu comando, das plantas inimigas. Com efeito, graças às providências por ele tomadas, o inimigo não ousara penetrar uma única vez em nosso território, e este conservou-se inativo, apesar de já ter cerva de quatro mil homens. Apenas pelo lado do Cerro Largo e de Santa Teresa, na parte da fronteira entregue pelo barão ao general Correia da Câmara (Bento), mostrou-se o inimigo em força.

No departamento do Cerro Largo apresentou-se o coronel Ignacio Oribe, entrincheirando-se perto de Conventos, à margem do Taquari, donde foi a 7 de dezembro desalojado por 500 dos nossos bravos ao mando do coronel (Bento) Gonçalves, deixando em nosso poder, além de muitos mortos e feridos, 34 prisioneiros (entre os quais um oficial), uma bandeira, muito armamento, 600 cavalos e toda a correspondência.[67]

Em frente ao pequeno forte de Santa Teresa, apresentou-se a 31 desse mesmo mês o coronel inimigo Leonardo de Oliveira, que conseguiu surpreender a guarnição desse ponto, comandada por um alferes, e a

[67] Sobre esse combate, veja-se a parte oficial do marechal de campo Correia da Câmara, comandante da fronteira do Rio Grande. Ignacio Oribe retirou-se em desordem, acossado pelos nosso, até Frayle Muerto.

guarda do Chuí, retirando-se pouco depois com algum armamento e com vários prisioneiros, entre os quais alguns oficiais.[68]

Esta surpresa e aquele combate foram os dois únicos feitos de armas que tiveram lugar na fronteira desde que o barão do Cerro Largo voltou à província, até que entregou o comando das forças, que a guarneciam, ao general Rosado.

Este, desde que tomou conta do governo das armas, começou a contrariar todas as sábias disposições tomadas pelo seu antecessor para cobrir a fronteira.

Amontoou em Santana do Livramento todo o exército, exceto a pequena brigada de Bento Gonçalves, que se conservou no Jaguarão, pela enérgica resistência deste chefe.

Reunidas as tropas sobre um pequeno recinto, começaram a aparecer moléstias, que, tornando-se epidêmicas, dizimaram cruelmente suas fileiras e reduziram os soldados a um estado de abatimento, que muito influiu sobre as ulteriores operações do exército. Desprovidos de tudo, mal-vestidos, pessimamente alimentados, entregues a meia dúzia de cirurgiões, que, além de baldos de conhecimentos, não dispunham de um hospital regular, nem dos medicamentos mais indispensáveis, os infelizes soldados sofreram toda sorte de privações e de sofrimentos durante o comando do general Rosado. A desinteligência mesquinha, que existia entre este e o presidente da província, general Gordilho (primeiro visconde de Camamu) agravou consideravelmente esse triste estado de coisas.[69]

Concentradas em Santana do Livramento todas as nossas forças, a fronteira ficou inteiramente aberta. O inimigo, aproveitando-se disso, entrou por ela mais uma vez, entregando ao saque e à devastação o território banhado pelo Uruguai, sem que encontrasse um só destacamento nosso, pois a brigada de Bento Manuel, que o barão do Cerro Largo colocara no Rincón de Catalán, e que poderia obstar aquela incursão, se tinha reunido também ao exército por ordem do novo comandante das armas. Era tal o estado do exército que, pedindo uma vez Bento Manuel

---

[68] Este sucesso, cuja insignificância é manifesta, passa, todavia no Estado Oriental por uma *brilhante e assinalada vitória*. Mais de uma vez, temos visto apontado o combate de Santa Teresa (nem combate houve!) como um padrão de glória das armas orientais.

[69] Veja-se a interessante memória do senhor Machado de Oliveira sobre a campanha de 1827, no tomo XXIII da *Revista do Instituto Histórico*.

autorização para bater o inimigo, que se apresentara no Uruguai, foi-lhe respondido que não havia no acampamento cartuchos suficientes para semelhante empresa!

Ainda assim, algumas vezes mediram-se os nossos com as forças republicanas, pronunciando-se sempre a vitória pelas armas imperiais;[70] mas essas vantagens, pela má-colocação do nosso exército, eram alcançadas depois que o inimigo assolava nosso território, causando prejuízos imensos, e punha a salvo grande parte do que roubava. E, como se não bastasse a inépcia com que o nosso comandante das armas abandonou ao inimigo toda a fronteira, a demora na remessa de forças para o sul, conservando durante todo o ano de 1826 inativas as nossas

[70] A 6 de agosto o bravo major A. de Medeiros Costa derrotou, em Caraguatá, a vanguarda de Ignacio Oribe, ao mando de Claudio Berdún, destruindo-a de tal modo que só 30 homens escaparam, ficando 148 mortos ou feridos e 22, entre os quais dois oficiais, prisioneiros.
A vanguarda da coluna do tenente-coronel J. A. Martins, expedida para os lados do Quaraí contra 300 bandidos, comandados por um López Chico, alcançou-os já em retirada, passando o Toropasso. Bastou essa pequena força, comandada pelo capitão Gabriel Gomes Lisboa, para arrojá-los à margem direita do Uruguai, retomando grande parte dos roubos que haviam feito. Mas o combate da Capilla del Rosario no Merinay (Corrientes) foi o mais importante desses feitos d'armas. Bento Manuel fora despachado com a primeira brigada contra uma força Correntina ao mando de Félix Aguirre, que saqueava as Missões Orientais. À sua aproximação fugiu o inimigo para Corrientes.
O intrépido paulista atravessou o Uruguai a 31 de outubro, e a 5 de novembro colheu a gente de Aguirre. Colocou-se este na Capilla del Rosario com 800 homens e três peças, postando muito adiante, e deste lado do Merinay, o coronel Pedro Gómez Toribio com outros 200. Bento Manuel desbaratou inteiramente esta força, ficando Toribio entre os mortos, e avançou sobe a outra; mas Aguirre, com sua artilharia, pôs-se logo em retirada, deixando, para protegê-la, 300 soldados, que foram igualmente destroçados. No campo, deixou o inimigo 300 homens mortos ou feridos, muito armamento e mais de mil cavalos. Tivemos um oficial e 37 praças fora de combate. Só falamos nos combates que tiveram lugar com as forças que guarneciam a província do Rio Grande. No rio da Prata, muitas ações brilhantes ilustraram, nesse ano de 1826, as armas imperiais, sendo as mais notáveis a defesa da praça da Colônia (atacada pelo almirante argentino Brown e pelo general Lavalleja, e defendida pelo general Rodrigues, barão de Taquari), e a vitória naval alcançada pelo chefe de divisão James Norton, no dia 30 de julho, sobre a esquadra inimiga. E já que tocamos nesses feitos d'armas, cumpre-nos dizer que o senhor A. D. Pascual enganou-se nos seus Apuntes, quando disse, na p. 259 do volume 1, firmando-se em Armitage, que sofremos uma quase derrota junto à Enseada no dia 9 de fevereiro. Nesse dia, travou-se perto da ponta de Corales em combate naval, sendo Brown repelido e batido pelo vice-almirante Rodrigo Lobo. No dia 11 de abril, não surpreendeu Brown nossa esquadra, como diz o mesmo escritor. Apresentou-se ele nas vizinhanças de Montevidéu, e foi logo perseguido por Norton, que saiu ao seu encontro, e com ele bateu-se, pondo-o em fuga. Quanto à abordagem da fragata *Imperatriz*, na noite de 27 desse mesmo mês, de que fala o senhor Pascual à mesma página, houve com efeito falta de vigilância da nossa parte, mas, apesar disso, foi Brown repelido e obrigado a fugir.

tropas, veio dar tempo a que os argentinos preparassem e disciplinassem um magnífico exército, superior a 12 mil homens.

Tais foram as consequências da demissão de Abreu. Tal o estado da província e do exército depois que ele deixou o comando das armas.

Estas notícias desoladoras puderam, enfim, chegar aos ouvidos do senhor dom Pedro I; e o príncipe patriota tomou a resolução de ir pessoalmente inspecionar o teatro dos acontecimentos, para que por si mesmo pudesse, usando de sua influência e prestígio, dar remédio a tantos males.

O imperador compreendeu que era preciso aumentar o exército e habilitá-lo com os meios necessários para marchar contra o inimigo, sem esperar que este se fortalecesse e viesse procurar os nossos soldados na ocasião que lhe fosse mais conveniente.

IX

O barão do Cerro Largo oferece-se para organizar um corpo de voluntários. O imperador regressa à *Corte. O marquês de Barbacena é nomeado comandante chefe do exército. Conferência do marquês com o barão do Cerro Largo. Este recusa aceitar o comando de uma divisão e só pede o do corpo de voluntários que ia organizar. Parte para São Gabriel, para onde chama os seus velhos companheiros de armas. O exército argentino dirige-se a nossa fronteira. Movimentos dos dois exércitos. Junção de Barbacena e de Brown no arroio das Palmas. Fuga simulada de Alvear. O barão do Cerro Largo reúne-se ao exército no Passo dos Enforcados. Marcha do exército em direção ao Passo do Rosário. Batalha de Ituzaingo. Morte do barão do Cerro Largo.*

Votado ao esquecimento, vivia o bravo barão do Cerro Largo ignorado nos subúrbios de Porto Alegre, só entregue às afeições da família. Tragava em silêncio a injustiça de que fora vítima, quando a presença do excelso fundador do Império, despertando entre os rio-grandenses o amortecido entusiasmo, o fez sair do seu retiro para oferecer à pátria como simples soldado a sua espada gloriosa.

Infelizmente, a presença do imperador, se muitos benefícios levou ao exército, não pôde, todavia produzir todas as vantagens que eram de esperar.

E a sua volta súbita e inesperada fez com que a província recaísse na mesma prostração em que estivera antes mergulhada. Foi assim que mui dificilmente se pôde recolher o produto de uma subscrição popular, agenciada durante a presença do príncipe, com o fim de auxiliar as urgências do Estado nas despesas de guerra, e que dos homens que se haviam oferecido para reunir voluntários, destinados a engrossar as fileiras do exército, apenas o barão do Cerro Largo cumpriu a sua promessa.

Que fatalidade pesava então sobre o governo do Brasil! Possuíamos um exército numeroso e aguerrido, que facilmente poderia ter-nos assegurado pronta vitória, e, não obstante, no teatro da luta, havia apenas recursos insignificantes e uma força mais que diminuta!

Ao regressar para a corte, o imperador deixara já no Rio Grande o novo presidente e o comandante em chefe do exército. Para o primeiro desses lugares, havia sido nomeado o brigadeiro Salvador José Maciel e para o segundo, o tenente-coronel marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes).

O novo general quis aproveitar os serviços do ilustre barão do Cerro Largo, cujo nome conhecia e respeitava e, antes de partir para Santana do Livramento, teve com ele uma larga conferência, manifestando-lhe por essa ocasião toda a estima e veneração que lhe votava.

Querendo dar-lhe no exército uma posição condigna ao elevado posto que ocupava, ofereceu-lhe o marquês o comando de uma divisão, mas o velho general opôs-se formalmente a isso e preferiu combater como simples soldado a aceitar tão honrosa comissão.

Depois dessa conferência, o barão do Cerro Largo dirigiu-se a São Gabriel, onde começou a reunir os voluntários que acudiam ao seu chamado, e o marquês encaminhou-se para Santana do Livramento, onde chegou no dia 1º de janeiro de 1827, tomando posse do comando do exército 10 dias depois.[71]

[71] Titara, nas suas *Memórias do grande exercito alliado libertador do sul da América*, diz erradamente que o marquês tomara o comando no dia 1º. Neste dia, apresentou-se ele ao exército, passando-lhe revista, mas só a 11 tomou conta do comando. Eis a proclamação que dirigiu aos seus soldados: "Bravos do exército do sul! A honra de comandar-vos é a maior que

Já a esse tempo, movia-se em procura da nossa fronteira[72] o exército argentino do general Alvear, forte de 11 mil homens e de 24 bocas de fogo.[73] A inação em que estivemos por espaço de mais de um ano dera tempo a que o inimigo se preparasse descansadamente e que assumisse a ofensiva, reconhecendo-se habilitado para guerrear-nos em nosso próprio território.

A direção que traziam os contrários era ignorada dos nossos. Qualquer que ela fosse, devera decidir o marquês a abandonar Santana do Livramento, para reunir-se as forças que às ordens do marechal de campo Gustavo Henrique Brown, chefe do Estado-maior, achavam-se na fronteira do Jaguarão.[74]

---

pode aspirar um general brasileiro. O imperador no-la concedeu, e eu procurarei compensar a tão alta mercê, proporcionando ao exército todos os fornecimentos necessários a seu cômodo e existência, dispondo e aproveitando toda a ocasião de encontrar com o inimigo.

A proclamação imperial de 16 de dezembro, que acaba de ser distribuída, me dispensa de recomendar-vos coisa alguma. Cumpra cada um de nós o que o magnânimo imperador determina, que a disciplina, a abundância e a vitória serão inseparáveis de nossas fileiras" (Quartel-general em Santana do Livramento, 1º de janeiro de 1827. Marquês de Barbacena).

72 Começou a mover-se no dia 26 de dezembro, deixando o acampamento do Arroio Grande (vejam-se os boletins do exército republicano). Ao pisar em nosso território fez o general inimigo espalhar a seguinte proclamação: "Brasileiros! O exército da República pisa o vosso território. Olhai, e por toda parte encontrareis nele os prenúncios da liberdade. Os que com inaudito valor escalaram os nevados Andes para romper as cadeias de meio mundo, e desde uma até outra zona levaram nas pontas de suas baionetas a grande carta da soberania do povo, são os mesmos que hoje vos saúdam. Brasileiros! O exército republicano é o amigo de todos os povos, porque a sua causa é a mesma dos povos: liberdade, igualdade e independência. Ele se move para obrigar vosso imperador a desistir de uma pretensão injusta. Um dia atreveu-se ele a insultar a majestade do grande povo argentino, e o governo da república encarregou-se de fazê-lo entrar em seus deveres. O imperador é o único responsável pelos males que podem cair sobre vós; tratai de evitá-los com o vosso procedimento, nós não vos causaremos diretamente o menor prejuízo. O exército republicano não leva consigo senão força, justiça, ordem, liberdade e igualdade; dom do céu, patrimônio da América, e do qual só vós estais ainda excluídos. Brasileiros! Repousai tranquilos em vossos lares; o pavilhão republicano será vossa égide; vossas propriedades serão respeitadas, vossas pessoas garantidas. Nossas armas só se dirigem contra os soldados do imperador; porém, desgraçados dos que, confundindo os interesses do povo com os daqueles, tratarem os argentinos como inimigos. Eles não deixarão de ser livres, mas será a espada que os conduzirá a felicidade, que agora desprezam, e que, em nome de sua pátria, lhes prometo alcançar" (Carlos de Alvear).

73 Formava três corpos ou divisões: um de infantaria, ao mando do general E. Soler (era o terceiro corpo), e dois de cavalaria (primeiro e segundo), ao mando dos generais J. A. Lavalleja e Jullián Laguna. A artilharia era comandada pelo coronel Iriarte.

74 Titara diz erradamente na citada obra, p. 118, que essa força se desmembrou do exército marchando para o Jaguarão. O senhor A. D. Pascual, que o copia nesse ponto nos seus

O intento de Alvear era penetrar por Bagé, colocando-se entre Barbacena e Brown, para batê-los separadamente;[75] mas, apesar das precauções que tomara no intuito de ocultar seus movimentos[76], passou pela decepção de ver frustrado o seu plano.

A 13 de janeiro, o general em chefe deixou Santana do Livramento e foi acampar na várzea do Morro Grande,[77] margem esquerda do Cunha-Peru, destacando, nesse dia, o general Sebastião Barreto com 1.700 homens de cavalaria para observar em Bagé o inimigo e certificar-se de seus movimentos.

Moléstia repentina e perigosa deteve o marquês naquele sítio até ao dia 19; mas três dias antes (a 16), recebendo comunicação de que o inimigo se mostrava em força no Passo das Pedras e de que uma de suas grandes avançadas penetrava em Bagé, expediu ordem a Gustavo Brown para que, quanto antes, se reunisse ao exército, e começou a forçar as marchas, tomando a 4 de fevereiro posição no arroio das Palmas,[78] onde, protegido pelo terreno, esperou que o inimigo o viesse atacar.

No dia seguinte, realizou-se a junção das forças que Brown conduzia desde a cidade do Rio Grande.[79]

Vendo destruído o seu plano, Alvear não ousou atacar o pequeno exército imperial na formidável posição que este ocupava, e tomou o partido de atraí-lo para o interior da província, procurando o vale de Santa Maria.

Até então, tinha o marquês de Barbacena manobrado com tino e habilidade. O rápido movimento que executou, para operar a junção

---

Apuntes para la historia de la Republica Oriental, repete o mesmo erro à p. 295. Aquelas forças haviam desembarcado no Rio Grande e marchava a reunir-se ao exército.

75 Alvear o diz na *Exposición*, que publicou em resposta à mensagem do governo.

76 O inimigo seguiu por um terreno deserto e de difícil acesso, deixando, em frente de Santana do Livramento, para iludir o marquês, uma força de cavalaria. Tão seguro estava Alvear de que poderia realizar o seu plano, que no Boletim no 2 escreveu o seguinte:
"Tudo anuncia que o inimigo será surpreendido ao saber da verdadeira direção do exército, e que esse triunfo se conseguiu por uma marcha de flanco executada com rapidez e ordem por um caminho deserto, por onde ninguém antes havia passado."

77 Além dos boletins dos dois exércitos, dos escritos, documentos e informações que obtivemos, guia-nos a *Resposta do brigadeiro Cunha Matos ao senhor Rasgado*, Rio, 1827.

78 Chegou no dia 2 ao arroio das Palmas, mas só no dia 4 ocupou a posição em que esperou o inimigo.

79 Essa força elevava-se a 2.500 homens.

com as forças da esquerda, separadas da direita por mais de 80 léguas, desconcertou completamente o general Alvear, e arrancou deste, palavras de admiração, que, partindo de um inimigo, constituem o mais belos dos elogios;[80] mas, desde que teve notícia da marcha do exército contrário em direção a São Gabriel, e da sua simulada fuga, o nosso general abandonou o campo das Palmas, e forçou as marchas em seu seguimento, caindo assim no laço que lhe armara o seu adversário.

Acreditou que um exército com cerca de 11 mil homens, composto de excelente tropa, fugia diante de um que não chegava a contar sete mil, e deixou-se arrastar pelo inimigo até ao lugar que este escolhera para oferecer-lhe batalha.

O barão do Cerro Largo, cumprindo a sua promessa, já então tinha reunido em São Gabriel grande número de veteranos, seus companheiros de armas, e desertores indultados, que ao grito de seu nome acudiam dos distritos da Serra.

Ressentido do procedimento que para com ele se teve, apenas solicitou o comando do pequeno corpo que organizara e nessa medíocre posição reuniu-se ao exército no dia 13 de fevereiro, encontrando-o acampado à margem esquerda do Camacuã-Grande, em frente ao Passo dos Enforcados.

Este fato por certo o recomenda muito ao respeito e à admiração da posteridade. Foi sem dúvida um exemplo raro de abnegação e de amor pátrio esse que então deu o marechal de campo barão do Cerro Largo, sujeitando-se a comandar um simples corpo de cavalaria, ele que em outros tempos ocupara cargos e comissões importantes, e a quem fora já cometido o mando de todas as tropas em operações no Rio Grande.

A força com que se apresentou, e que não chegava a 600 homens, recebeu no exército a denominação de *Corpo de Paisanos*, denominação bem cabida, porque as praças de que se compunha já tinham perdido todos os hábitos de disciplina que caracterizam as tropas regulares;[81] os havia nelas aquele valor antigo, dedicação pela pátria e confiança e amor para com o intrépido cabo de guerra que os comandava.

---

[80] "... Então (diz Alvear) tomou uma resolução que lhe faz muita honra, não só pelos conhecimentos militares que revela, vendo a difícil posição em que o haviam colocado as manobras do seu contrário etc." Veja-se a Exposición que hace el general Alvear, para contestar Al Mensage del Gobierno, Buenos Aires, 1827, volume 1.

[81] Veja-se a *Memória* do senhor Machado de Oliveira.

Ao reunir-se ao exército, Abreu levou-lhe a notícia de que Alvear seguia em direção a São Gabriel, notícia que foi poucos instantes depois confirmada, sabendo-se mais que as forças inimigas haviam acampado já naquele ponto.

O marquês confiou ao ilustre barão do Cerro Largo a importante missão de fazer o serviço de vanguarda do exército com o seu pequeno corpo de voluntários e começou a acelerar as marchas. Em quatro dias, venceu o nosso exército, acampando em vários galhos do Camaquã, as 23 léguas (cerca de 152 km) que separam daquela povoação o Passo dos Enforcados.

A 17 a vanguarda de Cerro Largo entrou em São Gabriel, achando-o abandonado do inimigo, e livrou-o do incêndio, que havia destruído já três casas.

Em São Gabriel, soube o marquês que Alvear procurava o Passo do Rosário, no Santa Maria, e que tinha abandonado algum trem pesado. Isso convenceu-o ainda mais de que o seu adversário fugia precipitadamente diante do exército imperial, e, dirigindo a este uma proclamação, continuou a forçar as marchas.[82]

Na madrugada de 19, fez reforçar a vanguarda e foi acampar a três léguas e meia de São Gabriel, no campo dos Salsos, depois de ter

[82] Ei-la: "Soldados! Quando o inimigo se apresentou nesta fronteira, estava o centro do exército imperial a mais de 80 léguas (cerca de 528 km) de distância das divisões da esquerda; estáveis sem transporte e até com falta de armamento e munições de guerra. Vosso valor e vosso patriotismo venceram todas as dificuldades, e por marchas forçadas e atrevidas, quase à vista do inimigo, e estando os postos avançados em constante tiroteio, conseguistes fazer junção com a maior parte das tropas da esquerda no dia 5 do corrente: as outras reuniram-se nos dia 11 e 13. Então fazia o inimigo todas as demonstrações de atacar-nos, e posto que, por sua superioridade numérica, e pela linguagem de suas proclamações, o ataque parecia provável, não passou de demonstrações, e, deixando as margens de Camacuan, colorou aquele princípio de retirada, dizendo que nos esperava nos campos de São Gabriel, ou que seguiria para Porto Alegre. Por novas marchas forçadas aqui chegastes esta manhã, e, longe de encontrarmos o inimigo, achamos a certeza de sua vergonhosa e precipitada fugida, havendo a retaguarda comandada por Lavalleja, deixado a povoação de São Gabriel ontem pelas quatro e meia da tarde, entretanto, que Alvear adiantou de quatro marchas a infantaria e artilharia, bem quisera eu dar-vos algum descanso depois de tantos centos de léguas de marcha com um sol abrasador, e até alguns dias sem água, e muitos sem pão ou farinha; mas um instante de demora nos privaria de colher os frutos de nossos trabalhos, e de termos acabado a guerra para sempre, como exigem a honra e a glória do exército imperial. Soldados! Redobremos de esforços: a vitória é certa, na cidade de Buenos Aires vingaremos as hostilidades cometidas nas pequenas povoações de Bagé e São Gabriel" (17 de Fevereiro de 1827. *Marquês de Barbacena*, tenente-general, comandante em chefe).

atravessado o banhado de Inhatium, que estava quase todo seco pelo rigor da estação calmosa.

No campo dos Salsos, houve um ligeiro ataque entre as forças do barão do Cerro Largo e a retaguarda inimiga, formada por um corpo considerável de cavalaria. Depois de renhido tiroteio, a nossa vanguarda atacou o inimigo, e forçou-o a pôr-se em retirada.

Sabendo, pouco antes das 16h30, do resultado dessa escaramuça, o marquês levantou o campo e foi colocar-se, já à noite, em uns banhados secos da estância de Antônio Francisco, situada à esquerda da estrada, três léguas adiante do último acampamento.

Aí apresentaram-lhe alguns prisioneiros soltos por Alvear, dando a notícia de que este efetuava a passagem do Santa Maria.

O ardil de que lançou mão o chefe inimigo acabou de alucinar o nosso general,[83] que apenas deu ao exército três horas de descanso,

[83] Em mais de um ponto da sua interessante memória, publicada no tomo XXIII da *Revista do Instituto*, diz o senhor general Machado de Oliveira que o exército inimigo retirava-se diante do nosso, evitando uma ação geral. Não podemos, infelizmente, deixar de divergir do conceito de tão distinto escritor, e quando dissemos que a retirada de Alvear era simulada, feita no intuito de dividir as nossas forças, e de atraí-las para terreno mais vantajoso a ele, dissemo-lo com fundamentos muito valiosos.

As razões em que se baseia o senhor Machado de Oliveira para assim pensar encontram-se a pp. 526, 534 e seguintes da referida Revista. Em substância são estas: 1) ter-se o inimigo abstido de atacar-nos no arroio das Palmas, quando o exército não estava ainda todo reunido, e subsequentemente ter-se afastado das nossas forças em direção a São Gabriel; 2) a precipitação com que deixou esse ponto a aproximação da nossa vanguarda, abandonando trem de guerra, bagagem e a cavalhada inutilizada (p. 534), o que foi em verdade encontrado no passo do arroio Cacequi; 3) ter deixado as adjacências de S. Gabriel, onde a sua cavalaria podia manobrar com muito mais vantagem do que no lugar em que se deu a batalha; 4) ter começado a passagem do Santa Maria, para cuja margem esquerda fez Alvear passar o trem pesado do seu exército e até um regimento. De tudo isto, conclui o senhor Machado de Oliveira que os argentinos retiravam-se diante do nosso exército, e que, se aceitaram a batalha, foi porque este, que os seguia de perto, obrigou-os a isso.

É certo que os argentino não se animaram a atacar-nos no arroio das Palmas, porque o terreno nos favorecia imensamente e tolhia o concurso da cavalaria, que era a arma mais poderosa do seu exército; mas a precipitação de sua retirada, quando eles possuíam um exército mais numeroso que o nosso, não passou de uma hábil tática de Alvear. Para mais facilmente iludir o nosso general, deixou ele no nosso passo do Cacequi vários objetos, que nenhuma falta lhe fazia, fez transportar para a outra margem do Santa Maria as suas bagagens e trem pesado, ordenando ao mesmo tempo que um regimento transpusesse o rio. Esta última operação foi feita na presença de alguns prisioneiros, aos quais ele deu liberdade e forneceu cavalos, a fim de que levassem ao nosso campo, como sucedeu, a notícia de que o exército republicano começava a atravessa o rio. Mas apenas estes partiram; o regimento, que se havia transportado para o outro lado do Santa Maria, regressou, incorporando-se novamente ao exército. Quanto

ordenando que a cavalaria e a artilharia não soltassem os cavalos e os conservassem presos pela soga, a fim de que pudesse marchar ao primeiro sinal.

Logo que a lua começou a despontar, os nossos soldados puseram-se de novo em movimento, posto que extenuados de cansaço. A vanguarda foi, nessa ocasião, reforçada com a brigada do coronel Bento Gonçalves, composta dos regimentos de segunda linha números 21 e 39 e de quatro companhias de guerrilhas, reforço este que elevou as forças do barão do Cerro Largo a 1.150 homens de cavalaria.

Não devemos omitir aqui um fato de muito valor pelas consequências que teve. Reunindo-se ao exército, o barão do Cerro Largo requisitou do general em chefe o número de cavalos necessários para o seu corpo, por não lhe inspirarem confiança alguma os que traziam, em consequência do seu estado de fraqueza; e o marquês, atendendo a tão justa requisição, ordenou imediatamente ao general Sebastião Barreto, incumbido da distribuição da cavalhada, que satisfizesse ao pedido de Abreu.

A reclamação de Cerro Largo não foi, porém, atendida. Barreto recusou-se positivamente a fornecer-lhe os cavalos de que carecia, porque, segundo então declarou, os que existiam mal chegavam para os diversos corpos do exército. Se o motivo era fundado, ou se o ditou somente a inimizade que esse oficial votava desde 1825 ao barão é o que não podemos dizer com segurança: não faltaram, porém, acusadores que o denunciassem como antepondo aos interesses e à honra do país seus despeitos e ódios pessoais. O certo é que essa recusa produziu resultados funestos, e quem conhece os hábitos dos cavaleiros do sul

aos objetos que o inimigo abandonou no Cacequi e de que fala o senhor Machad de Oliveira, não passavam eles de caixões com papéis velhos, mapas, relações e partes, armamento inutilizado, canastras velhas etc. Tudo isso foi examinado no dia 21 pelo excelentíssimo senhor marechal de campo Luís Manuel de Lima e Silva, que nos ministrou obsequiosamente muitos e importantes esclarecimentos sobre essa campanha. Há, porém, outra circunstância de muito peso, que nos foi comunicada pelo mesmo senhor Lima e Silva, e que nos levou a dizer que Alvear tinha escolhido de antemão o campo de batalha. Esse general conhecia perfeitamente todo o vale do Santa Maria nas proximidades do Ibicuí. Não havia ainda 20 anos, tinha ele residido por largo espaço de tempo na estância do brigadeiro Antônio Pinto da Fontoura, situada do outro lado do rio, tendo muitas vezes percorrido os terrenos circunvizinhos nos freqüentes passeios que dava. Das relações que teve naquele tempo com a família Fontoura mostrou ele conservar ainda recordações e reconhecimento, porque, quando o seu exército esteve acampado no Passo do Rosário, levantando todo o gado que encontrava, respeitou essa estância, e só a ela mandou pedir alguns carneiros.

pode avaliar a impressão que causou ela entre os soldados do barão. Não obstante, guiados pelo prestígio de seu chefe, puderam sufocar o desânimo de que estavam possuídos e continuaram no encalço do inimigo.

Quando o dia começava a despontar, avistou a nossa vanguarda forças inimigas. O barão deu-se pressa em prevenir o general em chefe,[84] e este, firmemente persuadido de que grande parte do exército argentino estava já na margem esquerda do Santa Maria, acelerou a marcha, julgando que tinha de haver-se unicamente com uma fração dele.

Qual não seria a sua surpresa, quando às 5h45 da manhã, avistou em linha mais de 10 mil homens, esperando-o firmes no lugar que haviam escolhido para oferecer-lhes combate?!

Já era tarde para recuar. Nossa vanguarda, ao mando do intrépido Cerro Largo, sustentava um renhido fogo de atiradores com as avançadas inimigas. Era preciso tomar posições e pelejar.

Nosso pequeno exército, apenas composto de 5.500 homens, com 10 bocas de fogo,[85] colocou-se em frente do inimigo, que se achava postado na coxilha de Santa Rosa, e o ataque começou tendo lugar a célebre batalha de Ituzaingo.

Esse punhado de bravos,[86] que não descansavam desde a madrugada de 19 e que desde então quase não haviam tomado alimento, tiveram de bater-se com exército duas vezes superior em número, e que a esta vantagem reunia a de estar em repouso havia dois dias.[87]

---

[84] Titara diz que o barão supôs que fosse um pequeno corpo inimigo e que, não querendo repartir com outros os louros da vitória, não participou o general em chefe que havia avistado os contrários. O senhor A. D. Pascual, nos seus *Apuntes* ultimamente publicados, repete essa censura, que é inteiramente infundada.

[85] A força total do exército brasileiro, incluindo os 560 voluntários do barão do Cerro Largo, montava a 7.287 homens, dos quais 4.298 de cavalaria, 2.189 de infantaria, 240 de artilharia. Mas a primeira brigada ligeira, ao mando de Bento Manuel e forte de 1.200 homens de excelente cavalaria, tendo sido destacada do exército no dia 3, só se reuniu a ele no dia seguinte ao da batalha, a qual não assistiram também 153 infantes. Deduzindo-se do número total estes 1.353 homens, ver-se-á que só estiveram presentes a ela 5.567 homens.

[86] Nessa manhã, saíram de São Gabriel e pararam no campo dos Salsos, descansando apenas três horas; às 17h continuaram a marchar e fizeram uma parada das 22h até 1h do dia 20. À essa hora continuaram a marcha, avistando o inimigo às 6h.

[87] Está hoje provado, pelos mapas oficiais, tanto do nosso exército quanto do exército republicano, que pelejaram, em Ituzaingo, de um lado, 10.557 argentinos e orientais, com 24 canhões, do outro, 5.567, com 10 bocas de fogo. Entretanto, Alvear tece a habilidade de dizer, na sua

Não cabe nos limites deste humilde trabalho dar aqui uma notícia circunstanciada da batalha de 20 de fevereiro de 1827, batalha em que tantos rasgos de valor e de heroísmo obraram os nossos soldados, faltando-nos apenas um general hábil e experimentado. Talvez o façamos mais tarde, se, como desejamos, pudermos escrever a história dessa guerra desgraçada, cuja direção foi uma série não interrompida de desacertos fatais.

As duas divisões do general Calado (segunda) e de Sebastião Barreto (primeira) foram colocadas a grande distância uma da outra, de sorte que não puderam durante o combate manobrar de acordo, nem auxiliarem-se mutuamente.

Quase em frente à primeira daquelas divisões ficou o barão do Cerro Largo com o seu corpo de voluntários, a brigada de Bento Gonçalves e uma peça de artilharia, mantendo com o primeiro corpo do exército argentino um fogo renhido de atiradores.

A divisão de Barreto, composta de 2.635 homens, avançou contra a esquerda e contra o centro do exército de Alvear, recebendo, nessa ocasião, Bento Gonçalves ordem de abandonar o ponto que ocupava, de sorte que unicamente ficou em nosso flanco esquerdo a força do barão do Cerro Largo e a peça que lhe foi entregue no começo da ação pelo general Calado.

Vendo o movimento da primeira divisão, ordenou Alvear à cavalaria do general Laguna que o atacasse, enquanto a do general Lavalleja se arrojava contra as forças da nossa esquerda. Aquela divisão repeliu galhardamente as duas cargas que lhe dirigiu o inimigo, e continuou a avançar sobre as posições contrárias. A segunda, do general Calado, estava ainda imóvel, esquecida pelo nosso general na posição que lhe fora destinada desde o começo da batalha, quando a cavalaria de Lavalleja moveu-se para atacá-la.

Antes de chegar até ela, tinha este chefe de encontrar-se com a pequena coluna do barão do Cerro Largo, que, como dissemos, guardava o nosso flanco esquerdo e era como que a vanguarda da segunda divisão.

Com o grosso de suas forças, em número de 3.100 homens,

Exposición, que só havia 6.200 homens e que os nossos eram 10 mil; falsidade que muito se repetiu no rio da Prata, apesar de estarem de há muito no domínio público os documentos que a desmentem. Não transcreveremos aqui esses mapas, mas eles encontram-se na obra de Titara, que primeiro os publicou, e na *Memória* do senhor Machado de Oliveira, assim como nos do senhor A. D. Pascual.

avançou Lavalleja para atacá-lo pela frente. O barão, que apenas tinha 560 voluntários mal montados, não teve a insana pretensão de resistir àquela massa imponente, que marchava ao seu encontro. Dispunha-se a recuar, batendo-se em retirada, até procurar a proteção da divisão do general Calado, quando, subitamente, apareceu uma coluna de perto de 700 homens que se lançou contra ele, atacando-o de flanco, enquanto Lavalleja o ameaçava pela frente.

Essa carga repentina e inesperada e o cansaço dos cavalos não deram tempo a que os seus soldados, dispersos a maior parte em linhas de atiradores, se formassem com rapidez.

O inimigo apanhou-os em confusão e carregou-os. Não o teriam talvez feito se Sebastião Barreto houvesse podido ou querido atender à requisição do brioso e velho general, substituindo os cavalos fracos e cansados do seu corpo por outros mais fortes e frescos.[88]

Todos os esforços que fez o intrépido barão do Cerro Largo, para conter os seus soldados, foram inúteis.

À carga do inimigo seguiu-se o completo destroço dos bravos e infelizes voluntários, que, confundidos com os orientais, vieram sobre a segunda divisão.

Esta, não podendo distinguir os contrários dos amigos, formou quadrado e rompeu o fogo sobre a massa desordenada e confusa que lhe vinha em cima, sendo nessa ocasião mortalmente ferido o velho barão do Cerro Largo.

Poucos momentos depois, expirava o nosso bravo, com a mesma serenidade de ânimo com que tantas vezes se arrojara aos perigos dos combates.

Assim terminou a carreira gloriosa desse distinto veterano. A vida, que inteira consagrava à pátria, devia ser também sacrificada a ela, e, de feito, sua espada só deixou de combater quando a mão que a brandia caiu desfalecida.

Com tantos serviços, com tantas glórias, com tantas virtudes, tanta abnegação e civismo, o ilustre barão do Cerro Largo teve nos últimos dias de sua vida, como prêmio e recompensa, a ingratidão e o

[88] No começo da batalha, tinha ainda uma vez o barão do Cerro Largo requisitado do comandante em chefe a remonta de sua cavalhada, declarando terminantemente que não podia manter-se no campo com a que tinha. Nenhuma providência se tomou! Veja-se a parte oficial do general Soares de Andréa (barão de Caçapava), que exercia as funções de ajudante-general.

esquecimento do governo do seu país!

Bem o disse madame de Sevigné: "Há serviços tão grandes e tão importantes, que só a ingratidão os pode pagar."

Mas acima das fragilidades e misérias dos contemporâneos, acima de seus ódios e de seus erros, eleva-se um dia o juízo da posteridade, pode-se já o dizer, há de destinar a tão exímio cidadão e a tão ilustre vítima um lugar distinto entre os mais gloriosos e prestantes filhos da terra de Santa Cruz.

São Paulo, 14 de julho de 1865.

O ALMIRANTE JAMES NORTON

Por ocasião do aniversário da morte de James Norton, ocorrida no mar há 78 anos, um dos nossos diários da manhã publicou ultimamente algumas linhas em honra desse bravo inglês que tanto se ilustrou no serviço do Brasil, de 1823 a 1835.

Procurando ter algumas particularidades sobre a vida e os serviços militares de tão distinto marinheiro, quase desconhecido dos nossos contemporâneos, recorremos ao senhor Barão do Rio Branco, que no seu arquivo particular, em Petrópolis, possui como é sabido, preciosos materiais sobre a nossa história militar e naval, acumulados durante muitos anos de pacientes pesquisas, desde 1861 até 1888.

Ali encontramos tudo de que carecíamos: informações minuciosas sobre a vida e os feitos desse e de muitos outros militares, desde os tempos coloniais até ao fim da Guerra do Paraguai; notas e documentos sobre todas as nossas campanhas terrestres e navais; cartas e apontamentos que lhe foram dados por Caxias, Osório, Porto Alegre, Inhaúma, Tamandaré, Barroso, Mena Barreto (José Luís), Emílio Mallet, Leverger, Subrá, Romano Stepple, Saldanha da Gama, Pinheiro Guimarães, Lima e Silva (Luís Manuel) e muitos dos nossos antigos guerreiros, que o atual chanceler ainda encontrou vivos e pôde consultar.

Vimos também uma reprodução fotográfica do retrato a óleo de Norton; notas escritas pela senhora desse marinheiro; extratos do diário

de campanha de Augusto Leverger (barão de Melgaço) e notas de outros oficiais brasileiros que serviram as ordens do mesmo Norton nas campanhas navais de 1826 a 1828; informações de um filho e de uma filha do almirante, descobertos em Londres, há anos, pelo senhor Barão do Rio Branco.

O filho chamava-se Fletcher Carioca Norton. A filha, que era viúva do doutor John Brewor, médico – membro da família de *sir* Hugh Brewor, baronete –, chamava-se Maria Brasília.

Esses nomes dados aos filhos – *Carioca e Brasília* – mostraram quanto esse estrangeiro se afeiçoou a nossa terra, pela qual derramou o seu sangue, como Grenfell, Inglis e muitos outros, e pela qual tantas vezes expôs serenamente a vida.

Uma cópia fotográfica do retrato do almirante James Norton, pintado no Rio de Janeiro em 1830, foi oferecida há anos pelo senhor Barão do Rio Branco ao nosso Clube Naval, com cinco ou seis gravuras de feitos de armas em que aquele chefe comandou as forças brasileiras. As gravuras são de Goupil e de Vacheron, segundo desenhos de Gaston Roullet, pintor do Ministério da Marinha de França.

James Norton tinha 41 anos quando foi retratado nessa tela. Era chefe de divisão graduado ou, como diríamos hoje, contra-almirante graduado, da Armada Brasileira.

Já tinha o braço direito amputado. Perdera-o em combate diante de ponta de Lara, no rio da Prata, a 17 de junho de 1828.

Era dignitário da ordem imperial do Cruzeiro e comendador da ordem da Rosa.

A sua figura vigorosa, enérgica e simpática aparece nesse quadro, em que se desenha no fundo a barra do Rio de Janeiro, com o Pão de Açúcar e a fortaleza de Santa Cruz.

Em notas do punho do almirante visconde de Inhaúma, encontramos estas linhas:

> Norton era um habilíssimo oficial e pertencera à marinha da Companhia das Índias Orientais. Era valente e de bela presença. Sua senhora (anteriormente,

> senhora Erskine) tratava a todos com muita amabilidade e assistiu ao combate de 30 de julho de 1826, com grande presença de espírito.

De dois apontamentos, também manuscritos, fornecidos pelo chefe de esquadra barão de Melgaço (Augusto Leverger), extraímos os seguintes trechos:

> James Norton era valente e perito homem do mar; de caráter justo e honrado, bom coração, gênio um tanto assomado. Era mais idôneo para comandar um navio do que uma esquadra ou divisão.
>
> Era casado com uma senhora de distinto mérito, Eliza Bland, viúva de um filho de célebre lorde Erskine, que, tendo perdido um braço na batalha de Waterloo, serviu como deputado do ajudante general na Índia...
>
> Conheci-o de perto. Era incontestavelmente perito homem do mar, bravo e cheio de zelo; mas faltava-lhe experiência para dirigir uma esquadra ou divisão. Em combate não conservava o sangue frio, e a sua atenção era absorta pelo navio que comandava ou, antes, pelo navio em que se achava, pois as mais das vezes passava-se, com a sua insígnia, para navios de menor calado, em que mais de perto pudesse tomar parte na ação.

Leverger fora seu ajudante de ordens desde 11 de novembro de 1824 até 8 de outubro de 1827 e, depois, continuara a servir na divisão Norton, como comandante da bombardeira *Dezenove de Outubro* e, nos últimos meses de guerra, como comandante da corveta *General Dorrego*, tomada ao inimigo.

Ainda uma informação, esta recolhida em Londres, pelo senhor Barão do Rio Branco de outro contemporâneo de Norton, o velho Bramley Moore, que, depois de haver sido negociante no Rio de Janeiro, onde fundou uma importante casa comercial que ainda perdura, filial da de Liverpool, foi membro do Parlamento britânico, e tanto na Câmara dos Comuns quanto na imprensa defendeu com calor a causa do Brasil por ocasião da célebre Questão Christie (1862-1865):

> Assisti ao desembarque de Norton no Rio e conheci-o muito. Era um valente e belo oficial. Lembro-me de que desembarcou com uma casaca de botões amarelos. Sua

mulher era lindíssima e encantadora. Muito inteligente e muito dedicada a seu marido. Nadava admiravelmente. Norton deixou três filhas: Brasília, Indiana e Marina.

Permitindo que transcrevêssemos essa informação, o senhor Barão do Rio Branco retificou-a, ou antes, completou-a, dando-nos os nomes de todos os filhos de Norton:

1) Marina; 2) Indiana Isabel, ambas faleceram na infância; 3) Fletcher Carioca Norton, o qual, em 1888, vivia em Chiswick, Applegate, 3 South Parade, Bedford Place; 4) Frederick de La Plata Norton e 5) William Slayter Norton, ambos falecidos ainda moços; e, finalmente, 6) Maria Brasília, de quem falamos anteriormente, a qual, em 1888, era viúva e residia na cidade de Londres, em Warrington Gardens, 4. Essa senhora tinha vários filhos do nome de Brewor.

James Norton nasceu em Newhark upon Trent (Nottingham, Inglaterra), a 9 de junho de 1789, era filho de Richard Norton, Esquire, o qual pertencia a um ramo colateral da família de lorde Grantley (Brinsley Norton).

As armas da família são, em campo azul, uma manga de arminho, o todo atravessado por uma banda de goles. Coroa de barão e divisa *Avi numerantur avorum*, tirada das Geórgicas (4209): "contam-se numerosos avós de avós."

O nosso James Norton começou no serviço naval da Companhia Britânica das Índias Orientais, chegando a ter o comando de um dos melhores navios armados da esquadra da companhia.

Em 3 de novembro de 1819, casou-se, em Mumbai, com Elisa Bland Erskine. Essa senhora, de admirável beleza e de grande instrução, era filha de um tenente-coronel Smith e havia casado em 1809 com o então tenente-coronel Esme Stewart Erskine, quarto filho do célebre lorde Erskine, primeiro do título. Sendo já coronel e ajudante-general substituto na batalha de Waterloo, esse oficial foi gravemente ferido e perdeu um braço. Elisa Bland enviuvou a 26 de agosto de 1817 e desse primeiro matrimônio teve os seguintes filhos, que foram educados pelo seu segundo marido, também posteriormente mutilado de um braço em

combate: 1) Thomas; 2) Esme Stewart; e 3) Harry.

Em 1823, convidado pelo encarregado de negócios do Brasil em Londres, Felisberto Caldeira Brant Pontes (depois, marquês de Barbacena), James Norton aceitou entrar para o serviço naval do nosso Império e, por decreto de 23 de agosto do mesmo ano, foi admitido na nossa armada com o posto de capitão de fragata.

Contava então 34 anos de idade.

Nomeado comandante da fragata Piranga (20 de dezembro de 1823), foi servir no bloqueio da cidade do Recife sob as ordens do chefe de divisão João Taylor (abril de 1824); mas, suspenso o bloqueio, voltou para o Rio de Janeiro, sendo a 9 de agosto de 1824 promovido a capitão de mar e guerra.

A 14 do mesmo mês assumiu o comando da fragata *Niterói* e a 21 seguiu de novo para Pernambuco, fazendo parte da esquadra do chefe de divisão David Jewett.

A 10 de dezembro de 1824 essa esquadra fundeou diante do Recife quando as tropas do general Francisco de Lima e Silva (o pai de Caxias), vindas da Barra Grande, desde o dia 12, estavam senhoras do bairro de Santo Antônio.

A 16 de setembro, o capitão de mar e guerra Norton foi designado para desembarcar à frente de 300 marinheiros.

Com eles, em várias lanchas e escaleres, pôs pé em terra entre a bateria da alfândega e a da ponte do Recife, às 2h de 17 e, destacando contra a primeira uma parte da sua força, lançou-se intrepidamente contra a bateria da ponte e apoderou-se das peças com a única perda de 13 homens.

Os revolucionários, surpreendidos com a rapidez do ataque, puseram-se em retirada, e as tropas do general Lima puderam transpor a ponte, desde Santo Antônio, sem novas perdas, penetrando no bairro do Recife.

Norton, que avançava em perseguição dos fugitivos, rendeu o forte de Brun. As tropas do general Lima ocuparam o forte do Buraco e entraram em Olinda às 8h. Os revolucionários tinham seguido para o interior.

O general, em carta ao ministro da Marinha, elogiou calorosamente Norton pelo arrojo e pela rapidez do seu ataque.

Em 1826, tendo começado a guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), Norton partiu, comandando a fragata *Niterói*, de 38 bocas de fogo, para Montevidéu, onde chegou a 2 de abril.

Nove dias depois, a 11 de abril, apareceu ao longo de Montevidéu o almirante argentino Guilherme Brown, com a fragata *Veinte y Cinco de Mayo*, de 36 bocas de fogo, e o brigue *República*, de 18.

Norton saiu ao seu encontro com a *Niterói*, alcançou-a às 3h, bateu-se com os dois navios inimigos e deu-lhes caça até as 18h30, em que se fez noite.

A 3 de maio de 1826, com a mesma *Niterói* e fazendo parte da esquadra do vice-almirante Brown, achou-se na ação do banco Ortiz, em que a *Niterói* e a almiranta argentina *Veinte y Cinco de Mayo* encalharam, e assim se bateram por algum tempo.

No dia 14 de maio, foi Norton nomeado comandante da segunda divisão da esquadra brasileira em operações no rio da Prata, divisão essa destinada a formar a segunda linha de bloqueio entre a Colônia, Buenos Aires e Ensenada. A primeira divisão ficou sob a direção imediata do novo comandante em chefe da esquadra, o velho e ilustrado almirante Rodrigo Pinto Guedes, depois barão do Rio da Prata, cujos restos mortais – seja dito de passagem – ainda hoje, e desde 1845, descansam, esquecidos, em uma sepultura desmantelada, no cemitério de Montmartre, em Paris. Havia ainda uma terceira divisão, composta de embarcações pequenas, formando a chamada flotilha do Uruguai, sob o comando do capitão de fragata Jacinto Roque de Sena Pereira.

A 15 de maio de 1826, Norton partia de Montevidéu para as balizas exteriores de Buenos Aires, com a segunda divisão.

A 23 e 25 de maio, sustentou combates com a esquadra argentina, mas sem resultado, porque começaram, tanto no primeiro quanto no segundo dia, ao cair da tarde, e o chefe inimigo manobrou sempre para atrair os nossos navios aos bancos. No primeiro dia tivemos dois mortos e seis feridos, e os argentinos seis mortos e 32 feridos.

No segundo dia, nenhuma perda tivemos.

A 11 de junho do mesmo ano, Norton, à frente da segunda e da terceira divisões, que, reunidas, contavam 31 navios entre grandes e

pequenos, partiu de Quilmes para atacar a esquadra argentina, mas avistou-a fundeada no ancoradouro interior de los Pozos, protegida pelo banco de la Ciudad. O almirante argentino tinha, no começo da ação, 11 navios, pouco depois reforçados por seis, que se lhe reuniram, passando por cima do banco de las Palmas. Muitos dos nossos navios atrasaram-se, outro encalharam, de sorte que Norton, passando para a escuna *D. Paula* (Sena Pereira), só pôde verdadeiramente sustentar o fogo com essa pequena embarcação e mais quatro brigues e escunas.

Começada à tarde, a ação dos Pozos (arvorada em grande vitória pelos nossos vizinhos argentinos), reduziu-se a um inútil canhoneio sustentado a grande distância, como escreveu o senhor Barão do Rio Branco nas suas *Efemérides brasileiras*, publicadas em 1891, de que transcrevemos vários trechos no apêndice a esta breve história. Aí encontrará o leitor os pormenores essenciais dos vários combates que Norton dirigiu no rio da Prata ou em que tomou parte.

Nesta canhonada de 11 de junho de 1826, não sofreram os nossos navios avaria alguma, e nenhum morto ou ferido houve. Na esquadra argentina, houve apenas um morto. A ação, como escreveu o senhor Barão do Rio Branco, lembra, quanto a certas particularidades e ao resultado, a inútil tentativa de ataque feita por Nelson, em 1801, contra a flotilha francesa de *Boulogne sur Mer.*

Afinal, na noite de 29 de junho de 1826, saiu Brown do seu ancoradouro dos Pozos com uma fragata (a *Veinte y Cinco de Mayo*), um brigue-barca, quatro brigues, duas escunas e nove canhoneiras, ao todo 17 velas com 137 bocas de fogo.

Norton, que estava nas balizas exteriores, fez largar as amarras por mão e desceu o rio em busca do inimigo, trocando-se alguns tiros na escuridão da noite.

Tinha ele então, sob as suas ordens uma fragata *(*Niterói*),* quatro corvetas *(Maria da Gloria, Itaparica, Maceió e Liberal),* quatro escunas *(*Conceição, *D. Paula, Itaparica e Leal Paulistana)* e três iates (*Nove de Janeiro, Doze de Dezembro e Sete de Março),* ao todo 15 velas com 218 bocas de fogo.

Na manhã de 30 de julho, travou-se o combate, atacando Norton, com os navios que estavam reunidos, a linha inimiga e cortando-a na altura da capitânia.

A esquadra argentina pôs-se em retirada a todo o pano para Buenos

Aires, espalhando-se os seus navios. A ação, começada na altura de ponta de Lara, terminou na de Quilmes. Por isso, é chamada combate de Lara-Quilmes.

Nesse dia, ficou quase totalmente destruída a fragata *Veinte y Cinco de Mayo,* que era o navio mais forte da esquadra argentina. Inteiramente desmantelada, porque batida de perto pelas *Niterói*, *Maria da Gloria*, *Caboclo* e *Leal Paulistana* foi encalhar no banco de la Ciudad, onde algum tempo depois soçobrou batida por um forte pampeiro.

Remetendo o leitor para a descrição adiante transcrita, diremos apenas que no combate de Lara-Quilmes, ou de 30 de julho de 1826, tivemos seis mortos e 24 feridos, figurando entre estes o comandante do brigue *Caboclo*, capitão de fragata John Pascoe Grenfell (o almirante que depois comandou as forças navais do Brasil em tantas ocasiões notáveis, como foram a da batalha do Fanfa, na guerra civil do Sul, e a do combate no forçamento da passagem do Tonelero, a 17 de dezembro de 1851, contra o general rosista Lucio Mancilla, combate esse em que a bordo do navio-chefe brasileiro estavam Bartolomeu Mitre, Domingo Sarmiento e Venceslao Paunero, que se iam reunir ao exército aliado), o primeiro-tenente Rafael de Carvalho, comandante do brigue *Vinte e Nove de* Agosto, e o segundo-tenente James Taylor, da guarnição da Niterói. Ao comandante Grenfell foi amputado o braço direito. O nosso adversário, além da perda da sua capitânia, teve cerca de 200 mortos e feridos, número este reduzido a uns cem nas notícias dadas pelos jornais de Buenos Aires.

A senhora de Norton, chegada pouco antes de Montevidéu para o visitar, conservou-se durante todo o combate no convés, exposta ao fogo.

É preciso notar que a Niterói, depois que cortou a linha inimiga e enquanto teve água suficiente, bateu-se a tiro de pistola com a *Veinte y Cinco de Mayo*, até que, tocando no fundo, foi obrigada a cessar a caça.

Acabamos de mencionar o ferimento do então capitão de fragata John Pascoe Grenfell. O seu braço direito, amputado em Montevidéu, foi conservado em um cofre ou urna e, muitos anos depois, depositado na sepultura de sua esposa, falecida em Paris. E abramos parênteses para recordar agora que o almirante Grenfell faleceu também em Paris e que os seus ossos ali descansam, como os do almirante Pinto Guedes,

barão do Rio da Prata. O almirante Grenfell, grã cruz da ordem da Rosa, dignitário da ordem do Cruzeiro, faleceu a 21 de março de 1869, tendo nascido em Battersea, Londres, a 20 de março de 1800. Foi sepultado no cemitério de Père-Lachaise, no mesmo jazigo em que descansavam os restos do seu braço direito e o corpo da sua esposa.

Por ocasião de seu enterro, em Paris, a que concorreu toda a colônia brasileira, o barão de Penedo leu um pequeno discurso, que a todos os presentes comoveu profundamente.

Sempre cruzando, ou fundeado nas vizinhanças de Buenos Aires, conservou-se Norton até que, a 17 de novembro do mesmo ano, passou a servir na primeira divisão, com o almirante Pinto Guedes. Ficou então com o comando da fragata Paula.

Enquanto Norton se conservou na primeira divisão, a segunda esteve, a princípio, comandada interinamente pelo capitão de fragata José Inácio Maia (de 12 de novembro a 9 de dezembro de 1826), e depois, efetivamente (de 9 de dezembro de 1826 a 12 de abril de 1827), pelo capitão de mar e guerra João Carlos Pedro Prytz, antigo oficial de marinha dinamarquesa, que, quando jovem, se bateu em Copenhague contra os ingleses, e, mais tarde, teve, na armada brasileira, o posto de chefe de divisão (contra-almirante).

A 2 de março de 1827, o capitão de mar e guerra Norton incorporou-se com a fragata Paula à segunda divisão de bloqueio, continuando Prytz com o comando, por ser mais antigo no posto.

Pouco depois, a 26 de março, chegou o almirante Pinto Guedes, com a fragata Piranga e outros navios.

Na noite de 6 de abril, Brown saiu de Buenos Aires com o brigue *Independencia*, a barca *Congreso* e a escuna *Sarandí*. Obedecendo aos sinais do almirante, partiu no encalço do inimigo.

Para evitar os nossos caçadores, a *Congreso* refugiou-se na Ensenada, e, querendo fazer o mesmo, o *Independencia* e o *República* encalharam no banco em frente a monte Santiago (isto é, o bosque de Santiago), extensa mata ao longo da margem direita do Prata, a leste da ponta de Santiago, atrás da qual fica Ensenada. O local, de que não conhecemos planta moderna, deve estar hoje bastante modificado, porquanto nessas paragens foi construído o porto de La Plata.

A escuna Sarandí colocou-se em pouca água, por cima do banco, junto aos navios encalhados.

No dia 7, começou o combate, dirigido pelo almirante Pinto Guedes, que, na fragata Piranga, fundeou, como não podia deixar de fazer, à grande distância, fora do alcance dos tiros de canhão.

Ao meio-dia, Norton, transferindo-se para a corveta *Liberal*, e depois para navios menores, foi dirigir de perto o combate. Ao escurecer, o almirante mandou cessar o fogo e vigiar de perto os movimentos do inimigo.

No dia 8, recomeçou o combate de monte Santiago. Norton colocou quase a tiro de pistola dos navios inimigos cinco das nossas escunas, passando-se de uma a outra no seu escaler. Mais três ou quatro corvetas e brigues sustentaram o fogo de longe. A fragata *D. Paula*, rebocada, aproximou-se, mas encalhou, e só pode utilizar as peças de proa.

Às 16h, o *Independencia* arriou a bandeira e foi ocupado por um destacamento brasileiro.

Ao anoitecer, o almirante argentino fez incendiar o *República* e conseguiu escapar-se para Buenos Aires na escuna Sarandí. A barca *Congreso*, deixando o seu refúgio da Ensenada, também pôde, à noite, alcançar Buenos Aires.

Nesse combate, tivemos 18 mortos e 22 feridos, entrando no número daqueles o primeiro-tenente Rafael de Carvalho, comandante do brigue *Vinte e Nove de Agosto*. Os argentinos perderam o *Independencia*, que então montava 21 canhões, e o *República*, de 18. A sua perda, no pessoal, reduzida em jornais de Buenos Aires daquele tempo a 25 mortos, 52 feridos e 69 prisioneiros (174 homens fora de combate), foi, na realidade, de uns 300. Os prisioneiros levados para Montevidéu foram 98, e não 69, contando-se nesse número oito oficiais, todos, menos um, de nacionalidade inglesa. Entre os mortos, estava o capitão Drummond, do *Independencia*, oficial este que servira sob as ordens de lorde Cochrane, na nossa guerra da independência, e, preso por insubordinado, para responder a conselho de guerra, fugira do Rio de Janeiro meses antes.

A 12 de abril de 1827, seguindo para Montevidéu o almirante Pinto Guedes e o chefe Prytz, reassumiu Norton o comando da segunda divisão.

Com ela, conservou-se cruzando entre a Colônia e a Ensenada até 3 de maio, dia em que, com licença, partiu para Montevidéu.

O capitão de fragata Oliveira Botas (o que tanto se ilustrara durante a guerra da Independência na Bahia, merecendo elogios de lorde Cochrane) conservou-se interinamente no comando da segunda divisão até o regresso de Norton, a 23 de junho do mesmo ano de 1827. Norton teve, então, ocasião de dirigir os nossos navios menores nos pequenos combates de 19 e 23 de agosto, de 2 de setembro e de 2 e 18 de outubro, em que, como sempre, os adversários, prudentemente, se amparavam nos bancos. Na ação de 2 de outubro, foi queimado pelos nossos, debaixo dos fogos da bateria da Ensenada, um brigue americano que ali encalhara propositalmente. No dia 18, foi apresado o brigue sardo *Azunta* que, protegido pela esquadrilha inimiga, tentava entrar em Buenos Aires. Esse brigue, armado em guerra, foi incorporado a nossa esquadra com o nome de *Constança.*

No dia 7 de dezembro, voltando com licença para Montevidéu, Norton atacou e destruiu, em frente à bateria de ponta de Lara, o brigue *Congreso* e uma presa artilhada, o brigue mercante *Harmonia*, que aquele navio de guerra havia tomado pouco antes. A descrição do combate encontra-se no apêndice a este artigo.

Terminada a licença, reassumiu Norton o comando da segunda divisão a 12 de fevereiro de 1828.

No dia 17, travou-se novo combate para impedir a entrada do brigue mercante americano *Sicily*. Perseguido, foi este encalhar entre la Boca e a ponta de Quilmes.

A esquadrilha argentina, comandada nesse dia pelo grego Nicolas George, que levava a sua insígnia na escuna *Diez y Ocho de Enero,* protegia a entrada do mercante. Os outros navios argentinos eram as escunas *Veinte y Nueve de Diciembre* (William Méndez), *Once de Junio* (Manuel La Rosa), *Treinta de Julio* (Maximín), *Uruguay* (Agustín Erezcano) e *Guanaco* (Peppere) e as canhoneiras: número 1 (Supisich), número 7 (Nogueira), número 8 (Roberts) número 11 (Castelli) e número 12 (*Balcarce*). Eram seis escunas e seis canhoneiras, montando ao todos 36 canhões.

Norton, passando da corveta *Carioca,* onde tinha sua insígnia, para o brigue *Caboclo* (James Inglis) e, pouco depois, para a Paula (comandante Thomas Read, quatro canhões), fez entrar em ação essa escuna, a *Grenfell* (Isidoro Nery, oito), a Providência (Antônio Leocádio do Couto, cinco) e a Primeiro de Dezembro (Bernardo J. de Almeida,

um), a bombardeira *Dezenove de Dezembro* (Augusto Leverger, seis) e o brigue *Vinte e Nove de Agosto* (José Lamego, 18). Este encalhou em posição perigosa, mas conseguiu se safar, com algum trabalho.

O brigue mercante foi queimado e também o foi a canhoneira argentina número 11, que encalhara e que pelos nossos fora abordada sob o fogo de fuzilaria da sua guarnição, a qual fugira para terra. Um canhão dessa canhoneira inimiga foi a pique quando procurava refugiar-se no Riachuelo.

Tivemos apenas dois mortos e 10 feridos, entre estes o chefe Norton, levemente em uma perna; foram tomados prisioneiros pelo inimigo um praticante de piloto e um dispenseiro, que haviam permanecido a bordo do *Sicily* enquanto as nossas lanchas levavam a tripulação. Os argentinos publicaram que só haviam tido 10 feridos, entre os quais os capitães Silva (comandante da canhoneira número 10), Díaz e Refojos, estes dois do exército. Digamos, de passagem, que esse capitão Silva (Calixto José), sendo já major e comandante de uma flotilha argentina na lagoa Mirim, foi vencido pela brasileira, acidentalmente sob o comando do segundo-tenente Manuel Joaquim de Sousa Junqueira, no combate naval da Barra do São Luís, ficando então praticamente prisioneiro (23 de abril de 1828). Também, dos comandantes argentinos de 17 de fevereiro de 1828, foi nosso prisioneiro, dois meses depois, William Méndez, que então comandava a escuna *Unión*, no rio da Prata.

A 20 de fevereiro de 1828, deixando Oliveira Botas à frente de parte da divisão, seguiu com a outra para o bloqueio do Salado. No dia 22, ao romper do dia, avistou as escunas *Ocho de Febrero*, *Nueve de Febrero* e *Maldonado,* na primeira das quais ia Brown. Deu-lhes caça sem resultado, havendo então troca de tiros à grande distância.

Voltou para o bloqueio da Ensenada e Buenos Aires a 29 de abril de 1828.

A 16 de junho, sustentou novo combate com a bateria da ponta de Lara, perseguindo o brigue-corsário *General Brandzen,* de 17 canhões, que fora varar perto da praia, debaixo dos fogos da bateria.

O corsário foi destruído, mas também perdemos o brigue-escuna *Nove de Janeiro,* que encalhara. Os outros navios brasileiros, empenhados na ação, a tiro de pistola do corsário, foram o brigue-escuna *Dois de Julho,* a bombardeira *Dezenove de Outubro* e a escuna União, tomada pouco antes ao inimigo. Norton, que, como costumava fazer, fora no seu escaler dirigir o combate de bordo dos navios menores,

recebeu vários ferimentos e teve partido por uma bala o braço direito que nesse mesmo dia lhe foi amputado.

Dando conta da ação, escreveu ele ao almirante, na sua parte oficial:

> Perdi o braço direito, fui ferido no peito e em outros lugares, mas estou contente por ter sido pela causa do imperador e do Brasil, que defendo, e estou pronto para voltar a arriscar a vida pela mesma causa apenas possa fazer algum movimento, o que, espero, não tardará muito...

O barão do Rio da Prata, em ofício ao ministro da Marinha, disse então:

> ... Este valente oficial comandava a divisão em 30 de julho de 1826 quando os inimigos perderam a corveta *Veinte y Cinco de Mayo* e as outras embarcações argentinas, fugiram para o porto maltratadas, sucesso que deu princípio à aniquilação da esquadra de Buenos Aires; queimou o *Congreso*, agora o *Brandzen.* Foi mesmo dentro de Buenos Aires queimar embarcações, tirar outras, e entre estas uma de guerra. No mesmo dia em que perdeu o braço deu com acerto todas as providências necessárias, participando de todos os sucessos. Anela voltar ao mesmo serviço efetivo ainda antes de total restabelecimento. E que poderei eu dizer para o abonar e recomendar depois de contar tais fatos? Só se fizer exato relatório de muitos outros que, posto sejam de menor importância, mostram sempre nele o excelente homem de mar e o militar valoroso...

Dom Pedro I elevou então o capitão de mar e guerra Norton ao grau de dignitário da ordem imperial do Cruzeiro "em contemplação do valor e perícia que mostrou no combate de 16 de junho do corrente ano com o brigue *General Brandzen* e com a bateria inimiga de terra".

Na mesma ocasião, os primeiros-tenentes Augusto Leverger, comandante da bombardeira, e Thomas Craig, comandante do brigue *Niger* (tomado pouco antes do inimigo). O *Niger* fora o que, em renhido combate e ativa perseguição, obrigara o *General Brandzen* a encalhar, mas, por falta de água, não pôde tomar parte no combate final.

Foram promovidos os primeiros-tenentes William Mac Erwing (comandante do *Dois de Julho*) e Cecil Browning (da *União*), e os segundos-tenentes Frederic Thomas Bell e Luís Brown (da *Dezenove de Outubro)*; e elogiados, além desse: o segundo-tenente Francisco

Manuel Barroso da Silva (o futuro vencedor de Riachuelo) e o voluntário (hoje diríamos aspirante a oficial) Tomás Belém, ambos da *União*; os voluntários Basílio Martins Ferreira de Almeida (da *Dezenove de Outubro)* e Adolfo Félix Fleuckeux (do *Dois de Julho*); o segundo-tenente Diogo Lockett, que foi morto (imediato da *União*), o praticante Félix Clapten, também morto (na *União*), o comissário José Francisco de Sousa (ferido, nessa mesma escuna); e o guarda-marinha Elisiário Antônio dos Santos (nos seus últimos anos, depois da Guerra do Paraguai, barão de Angra), o qual dirigia o escaler que levou Norton ao nosso brigue-escuna varado e o reconduziu para bordo do navio chefe.

Por decreto de 11 de julho do mesmo ano, o imperador concedeu a Norton uma pensão anual vitalícia de 800$000, quantia essa equivalente hoje a 2.000$000 ouro.

Norton, ferido, seguiu para Montevidéu. O Semanário Mercantil dessa cidade publicou então um soneto improvisado pelo segundo-tenente de artilharia Francisco Muniz Barreto, jovem baiano que depois se tornou popular como poeta repentista.

Destacamos desse soneto os seis versos finais:

Sim, ó Norton, se firme em vosso abono,
Acossando dos mares a escória.
Perdeste um braço de que eras dono,

Maior é do que a perda a tua glória.
Perdeste um braço, mas ganhaste um trono
No indelével templo da memória.

A 5 de setembro de 1828, Norton tornou ao comando da seguda divisão, até então dirigida, desde 18 de junho, por Oliveira Botas.

Nesse último período de comando, não teve ocasião de se bater com os nossos adversários de então. A esquadra argentina estava quase inteiramente aniquilada, pelas perdas parciais que sofrera, e Brown, dirigindo pouco antes um apelo aos argentinos, abrira uma subscrição nacional para a aquisição de novos navios.

Sem falar nos de guerra ou corsários, tomados ou destruídos por comandantes destacados de sua divisão, havia Norton, em combates que

dirigira pessoalmente, destruído os seguintes navios de guerra: fragata *Veinte y Cinco de Mayo,* de 36 bocas de fogo; brigues *Congreso,* de 20, *Independencia,* de 24, e *República*, de 18, e o brigue-corsário *General Brandzen,* de 17; e uma canhoneira. Total, seis navios com 116 peças e caronadas.

A 26 do mesmo setembro, quase toda a segunda divisão, que desde algum tempo cruzava principalmente a entrada do estuário do Prata e em frente ao Salado, apresentou-se nas balizas exteriores, indo Norton a bordo da *Niterói*.

A divisão velejava em duas linhas, formadas pelos seguintes navios:

Fragata *Niterói*, *Niger, Pirajá, Caboclo, Maranhão e Constança*: brigues-escunas *Januária e Dois de Julho;* bombardeira *Dezenove de Dezembro;* escunas *Itaparica, Bela Maria, Rio, Paula e União.*

Da rada interior, onde se achava a esquadrilha argentina, o almirante Brown, na escuna *Maldonado*, firmou com um tiro a bandeira branca.

A *Niterói* imitou-o logo.

Então, a escuna *Sarandí*, com bandeira de parlamentário, fez-se de vela e chegou à fala, levando a notícia da assinatura da Convenção Preliminar da Paz de 27 de agosto, pela qual o Brasil e a Argentina, desistindo de suas pretensões sobre a Província Cisplatina ou Banda Oriental do Uruguai, erigiam esse território em Estado independente.

O comandante da *Sarandí* transmitiu a Norton um convite do governo argentino para que os oficiais fossem à terra, convite que ele agradeceu, dizendo que precisava para isso de ordens do seu almirante.

Hasteando no mastro do traquete a bandeira brasileira, a *Sarandí* deu uma salva de 21 tiros, a que a *Niterói* correspondeu imediatamente, com outra igual ao pavilhão argentino.

Representa essa cena uma gravura, no Clube Naval, segundo desenho de Gaston Roullet, feito à vista de informações que lhe forneceu há anos o senhor Barão do Rio Branco.

No dia 30, partiram para Montevidéu a corveta *Nueva Veinte y Cinco de Mayo* (comandante De Kay) e a escuna *Sarandí* (comandante Coe). Levavam ambas bandeiras parlamentárias, e a corveta também o pavilhão do almirante Brown. Nela ia o plenipotenciário argentino Miguel Azcuenaga, que, com o brasileiro barão do Rio da Prata, efetuou

em Montevidéu, em 4 de outubro, a troca das ratificações da citada Convenção Preliminar de Paz.

Ao passarem pela esquadra brasileira, houve troca de salvas entre a corveta argentina e a *Niterói*. A *Sarandí* regressou logo.

No mesmo dia 30, a escuna *Bela Maria* foi até rada interior, levando uma carta pela qual Norton comunicava ao capitão do porto de Buenos Aires que ficava levantado o bloqueio. A *Bela Maria* salvou a terra, respondendo o forte da cidade.

À tarde, fez-se ao largo Norton com todos os navios brasileiros, dirigindo-se para Montevidéu.

Terminada a guerra, partiu Norton de Montevidéu para o Rio de Janeiro, a 6 de dezembro de 1828, comandando a corveta *Carioca*.

Era ainda capitão de mar e guerra.

A 15 de janeiro de 1829, passou a comandar a fragata *Isabel*.

Com ela, partiu para Portsmouth e ali se reuniu à fragata *Imperatriz* (a cujo bordo fora morto em combate, na madrugada de 28 de abril de 1826, diante de Montevidéu, o valente e ilustrado capitão de fragata Luís Barroso Pereira, natural de Minas Gerais e então comandante daquele vaso de guerra) e a corveta *Maria Isabel*, comandadas, respectivamente, por Prytz e Grenfell.

Esses três navios – sob o comando do almirante conde de Sousel – zarparam de Portsmouth a 30 de agosto e entraram na nossa baía no Rio de Janeiro a 16 de outubro de 1829, conduzindo a segunda imperatriz do Brasil, dona Amélia de Leuchtemberg, a rainha de Portugal, dona Maria II, o séquito de ambas as princesas, e os embaixadores do Brasil, senador marquês de Barbacena (general Felisberto Caldeira Brant Pontes) e senador marquês de São João de Palma (dom Francisco de Assis Mascarenhas, sexto conde de Palma em Portugal e primeiro marquês do Brasil).

Norton foi então agraciado com o grau de comendador da ordem da Rosa, criada a 17 de outubro, por ocasião do casamento religioso de dom Pedro I com dona Amélia.

Por decreto de 18 do mesmo mês e ano, passou a ser chefe de divisão graduado (contra-almirante graduado).

Em 1831, foi por algum tempo inspetor do arsenal de Marinha do

Rio de Janeiro.

Esteve, com licença, fora do serviço ativo desde 20 de dezembro de 1831 até 14 de julho de 1833.

A 3 de dezembro de 1834, embarcou no Rio de Janeiro para a Nova Zelândia, em navio mercante, para ali desempenhar uma comissão do governo.

Do diário manuscrito da senhora Norton, que então vivia modestamente em um subúrbio da nossa capital, extraímos o seguinte:

"1835. Novembro 2 – Recebi hoje a terrível notícia do falecimento do meu querido esposo, ocorrida a 29 de agosto, dois dias depois do seu embarque, quando regressava para o Rio a bordo do navio *Waterloo,* que ele fretara naquele lugar."

O *Waterloo*, chegado no dia 2, seguiu para a Inglaterra a 24 de novembro.

Assim, quando ainda cheio de vigor, aos 46 anos de idade, faleceu inesperadamente no mar, perto da costa ocidental da Nova Zelândia, a 29 de agosto de 1835, esse intrépido e honrado marinheiro, cujo nome deve ser sempre venerado na Armada Brasileira como os de lorde Cochrane (depois, décimo conde de Dundonald no pariato da Escócia). John Pascoe Grenfell (aparentado com os lordes Desborough e lorde Doneraile, sendo que um dos descendentes desse nosso almirante, o general *sir* William Grenfell, foi elevado ao pariato de Inglaterra em 1902 com o título de barão Grenfell), João Taylor, João Carlos Pedro Prytz (depois encarregado de negócios da Dinamarca no Brasil), conde Teodoro de Beaurepaire, Guilherme Parker, Augusto Leverger (o defensor de Mato Grosso em 1865), James Inglis (morto intrepidamente em 1835 na cidade de Belém do Pará), Frederico Mariath (um dos defensores da Colônia em 1826, vencedor de Brown no canal de Martín García a 18 de janeiro de 1827, e de Garibaldi Laguna a 15 de novembro de 1839), Bartolomeu Hayden, Jorge Broom, Thomas Craig, João Custódio de Houdain, Vítor Santiago, Subrá, Cecil Browning e tantos outros estrangeiros que nela serviram com brilho, distinção e honra.

Os que injustamente pensam que todo oficial estrangeiro é um simples mercenário, devem atender a que a profissão das armas era naquele tempo muito mal remunerada, e devem também admitir que esses homens enérgicos, que, em busca da glória militar, se alistaram no Brasil, como no Chile, na Argentina ou na Grécia, poderiam

então empregar a sua atividade, sem risco de vida, em carreiras mais proveitosas, como a do comércio ou da indústria, aqui mesmo ou nas colônias e possessões da sua pátria. Muitos deles pertenciam a famílias das mais ilustres e influentes na sua terra natal.

E, pois que citamos tantos nomes estrangeiros, mencionemos também o do segundo-tenente Junius Villeneuve, jovem francês que, depois de ter servido na nossa Marinha durante a guerra do rio da Prata, foi um dos criadores do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

Para terminar, transcreveremos a notícia necrológica que ao nosso herói consagrou o *Jornal do Commercio*, de sexta-feira, 6 de novembro de 1835 (ano IX, nº 246), inserindo-a em tipo de corpo maior que geralmente usado na parte editorial:

> Necrologia – A Marinha brasileira acaba de perder mais um dos seus ornamentos na pessoa do chefe de divisão graduado James Norton, que faleceu a 29 de agosto próximo passado, a bordo da galera inglesa *Waterloo*, quando regressava da comissão a que o governo imperial o mandara, na Nova Zelândia. Havia 13 anos que este braço oficial se achava ao serviço do Brasil, e a sua fortuna lhe deparou muitas ocasiões de lhe prestar relevantes serviços. Por muitas vezes pelejou contra inimigos do Império, e na guerra do rio da Prata, onde quase sempre comandou a divisão da vanguarda, perdeu o braço direito na tomada do corsário *General Brandzen*. A sua conduta sempre distinta e a sua nunca desmentida coragem valeram-lhe a honra de ser elevado a Dignitário do Cruzeiro e a merecer a graça de uma pensão vitalícia. As fadigas a que se não poupava para bem cumprir com os seus deveres, e a insalubridade do país onde ultimamente se achou, abreviaram a sua existência. Morreu na idade de quarenta e seis anos.

Em seguida, reproduzimos alguns trechos das *Efemérides brasileiras* do senhor Barão do Rio Branco (1891), em que encontramos pormenores sobre combates em que James Norton tomou parte.

São resumos substanciais de descrições muito mais minuciosas, escritas por esse velho brasileiro que teve a dita de ainda conhecer vivos muitos dos guerreiros daquele tempo.

Extratos das *Efemérides brasileiras* do senhor Barão do Rio Branco, publicadas em 1891:

11 de abril de 1826 – *Combate naval diante de Montevidéu* – Avistando-se navios suspeitos, a fragata *Niterói*, comandante James Norton e quatro pequenas escunas prepararam-se para lhes sair ao encontro.

Pouco depois, às 12h30, a fragata *Veinte y Cinco de Mayo,* que estava mais perto e trazia a bandeira francesa, arvorou a argentina e o pavilhão do almirante Brown.

A *Niterói* partiu acompanhada das escunas, e a *Veinte y Cinco de Mayo* velejou em retirada, navegando à bolina com amuras a bombordo. O vento soprava de leste. Norton soltou todo o pano, e as escunas não puderam acompanhar-lhe o andar.

Às 15h, estando à distância de tiro de peça, a *Niterói* começou o fogo. Às 15h10, o brigue *República*, que vinha de sudoeste, passou pela proa dos combatentes, disparando uma banda a *Niterói*, e virou de bordo nas águas da *Veinte y Cinco de Mayo.*

Os dois navios argentinos conservavam-se pelo través de barlavento da *Niterói*, à meia distância de tiro.

Às 18h, arribaram, pretendendo passar pela proa da fragata brasileira, mas ela arribou ao mesmo tempo e largou toda a sua banda com o que orçaram imediatamente os contrários e fizeram força de vela.

A *Niterói* somente suspendeu a caça à noite, quando de todo perdeu de vista os dois navios. A fragata brasileira e a argentina eram da mesma força: a *Niterói* montava 38 bocas de fogo; a *Veinte y Cinco de Mayo,* 36. Ambas tinham sido, primitivamente navios de comércio. O *República* tinha 18 peças e caronadas.

3 de maio de 1826 – A esquadra argentina de Brown, perseguida pela brasileira de Rodrigo Lobo, atravessa o banco Ortiz.

A fragata *Niterói*, comandante Norton, aventura-se também no banco e encalha. Nessa posição bateu-se com a fragata argentina *Veinte y Cinco de Mayo*, que, tentando abordar o navio brasileiro, também varou. Os dois navios conseguiram safar quase ao mesmo tempo. A esquadra argentina seguiu direção de Buenos Aires, e a *Niterói* foi incorporar-se a Rodrigo Lobo, obedecendo aos sinais que este fazia.

23 de maio de 1826 – Ação pouco importante e sem resultado entre a segunda divisão da esquadra brasileira do rio da Prata, comandante

Norton, e a esquadra argentina do almirante Brown.

Só às 17h, quando entrava o sol, pôde Norton abrir fogo na distância de tiro de canhão, perseguindo o inimigo quase até encalhar.

Brown, que estava nas balizas exteriores de Buenos Aires, manobrou para atrair aos bancos a nossa esquadra, e Norton desistiu do ataque.

Tivemos dois mortos e dois feridos, e os argentinos seis mortos e 22 feridos, segundo uma carta de Buenos Aires.

25 de maio de 1826 – Combate, sem resultado, nas balizas exteriores de Buenos Aires, entre a divisão brasileira do chefe Norton e a esquadra argentina do almirante Brown.

Esta ação começou ao pôr do sol, como a do dia 23. Apenas cinco navios brasileiros tomaram parte no combate, e, entrada a noite, Norton fez-se ao largo para evitar a proximidade dos bancos.

Não tivemos perda alguma. Os argentinos tiveram dois mortos e três feridos.

11 de junho de 1826 – O capitão de mar e guerra James Norton, à frente das segunda e terceira divisões da esquadra brasileira, tenta atacar no ancoradouro de Pozos, em Buenos Aires, a esquadra argentina do almirante Brown.

A ação, começada à tarde, não passou de uma naumaquia, na qual, sem nenhum resultado, foram consumidas de parte a parte munições de guerra, como sucedeu na tentativa de ataque de lorde Nelson contra a flotilha francesa de Boulogne, em 4 de agosto de 1801.

Norton partiu de Quilmes com 31 navios, mas quase todas as escunas e canhoneiras atrasaram-se e não puderam tomar parte no fogo. Os navios argentinos fundeados nos Pozos eram 11 a princípio, e 17 pouco depois, com o reforço de seis, chegados da Banda Oriental por cima do banco de las Palmas.

A grande distância que separava os combatentes, em consequência da largura do banco entre o canal das balizas exteriores, em que estavam os nossos navios, e o ancoradouro interior dos Pozos, tornava inúteis as caronadas (195 na esquadra brasileira, 38 na Argentina) e só permitia o emprego das peças, isso mesmo com a máxima elevação e, portanto, com tiro incertíssimo.

Os 31 navios brasileiros (contando os distanciados, fora de combate)

só tinham 77 peças; os 17 argentinos montavam 88.

Na esquadra argentina, houve um morto; na brasileira, nenhum ferido ou morto e nenhuma avaria.

Os navios que mais se puderam aproximar foram a escuna *Dona Paula* (Norton e Sena Pereira), *Providência* (Venceslau Lisboa), *Itaparica* (Petra de Bittencort), o brigue *Caboclo* (Grenfell) e o bringue-escuna *Januária* (A. P. de Carvalho).

O sol entrou às 14h51, e Norton fez o sinal de reunir, desistindo da sua tentativa.

O almirante Brown transformou esta inútil canhonada em um renhido combate, dizendo que com forças muito inferiores "repelira um ataque dos brasileiros".

(A este trecho do Barão do Rio Branco acrescentaremos que nunca o almirante Brown disse, nem os jornais argentinos do tempo disseram, que os brasileiros tinham perdido navios nesse dia. Entretanto, alguns jornais argentinos de hoje, quando comemoram o chamado "combate de los Pozos", de 11 de junho de 1826, dizem – e o relator das *Efemérides* da nossa amiga *La Nación* o disse ainda o ano passado – que Brown repeliu a numerosa esquadra brasileira, apoderando-se de "vários navios").

29 de julho de 1826 – Às 11h, o capitão de mar e guerra James Norton dá fundo nas balizas exteriores de Buenos Aires, com 11 navios da segunda divisão do seu comando, e quatro da terceira, comandada pelo capitão de fragata Jacinto Roque de Sena Pereira.

Eram estes os navios, seus comandantes e o número de bocas de fogo: fragata *Niterói* (chefe Norton, comandante Guilherme Parker, 38); corvetas: *Maria da Gloria*, 20, *Maceió* (José Inácio Maia, 20) e *Liberal* (Bartolomeu Hayden, 22); brigues: *Caboclo* (John Pascoe Grenfell, 18); *Vinte e Nove de Agosto* (Rafael de Carvalho, 18) e *Pirajá* (David Carter, 18); escunas: *Conceição* (G. Thompson, 4); *Dona Paula* (Leocádio de Oliveira, 4); *Itaparica* (Petra de Bittencourt 1), todos da segunda divisão; barca canhoneira (escuna) *Leal Paulistana* (chefe Sena Pereira, comandante Germano Aranha, 2); *Doze de Outubro* (Roberto Steel, 2) e *Sete de Março* (Francisco de Paula Osório, 3) estes quatro pertencentes à terceira divisão.

As escunas *Conceição e Paula* conservaram-se a vela durante a

noite, nas vizinhanças do canal que conduz para o ancoradouro dos Pozos.

Soprava brisa fresca do NE e do N.

Às 10h30, a *Conceição* deu sinal de saída do inimigo.

Minutos depois, a fragata argentina *Veinte y Cinco de Mayo* foi avistada a barlavento da *Niterói*, e trocou alguns tiros com esta, com o *Caboclo* e com outros navios.

Os brasileiros, obedecendo aos sinais de Norton, largaram as amarras sobre boia e velejaram com amuras a bombordo.

Na altura da ponta de Lara, a *Niterói*, que ia em gáveas, atravessou a gata e fez sinal de reunião.

A escuridão não permitia descobrir os navios inimigos. Ao amanhecer, foi que se pôde empenhar o combate.

O almirante argentino tinha saído dos Pozos com os navios seguintes: fragata *Veinte y Cinco de Mayo* (almiranta: comandante Tomás Espora; 36 bocas de fogo); brigue-barca *Congreso* (Fischer, 18); brigues *Independencia* (Bathurst, 22), *República* (Clark, 16), *Balcarce (*N. George, 14); corsário *Oriental-Argentino* (P. Dautant, 13); escunas *Sarandí* (J. M. Pinedo, 9); *Río* (Leonardo Rosales, 1) e *Pepa* (Dandreys, 1), e nove canhoneiras (9 bocas de fogo).

30 de julho de 1826 – Ao amanhecer, estavam fundeados, na altura da ponta de Lara, os seguintes navios brasileiros: fragata *Niterói*, corvetas *Maria da Gloria, Itaparica e Maceió*; brigues *Caboclo, Pirajá e Vinte e Nove de Agosto*; escuna *Leal Paulistana*; e, a alguma distância, à leste, a corveta *Liberal*, que logo velejou para incorporar-se à força principal.

Os outros navios demoravam a sotavento, alguns na distância de casco alagado.

Soprava pequena brisa do norte.

Oito navios argentinos estavam fundeados a barlavento, em linha quase paralela a nossa: a fragata *Veinte y Cinco de Mayo*, o brigue-barco *Congresso*, os brigues *Independência, República, Balcarce e Oriental-Argentino* e as escunas *Rio e Sarandí.*

O brigue *Pirajá*, que ficava entre a nossa linha e a inimiga, rompeu o fogo.

As duas esquadras puseram-se em movimento quase ao mesmo

tempo; a argentina virou em roda e orçou com amuras a estibordo; a brasileira virou por diante; e a *Niterói* e o *Caboclo*, que iam à frente, cortaram a linha inimiga, ganhando barlavento e aproximando-se até a distância de tiro de pistola da *Veinte y Cinco de Mayo.* Esta meteu em cheio, e os outros navios argentinos orçaram em retirada, fazendo todos força de vela.

O combate reduziu-se, assim, a uma ativa perseguição.

A *Veinte y Cinco de Mayo,* separada da sua esquadra, foi atacada, de barlavento, pela *Niterói* e pelo *Caboclo,* e, do sotavento, pela *Maria da Gloria.* A *Leal Paulistana* acompanhou-a de perto, batendo-lhe a popa com o rodízio de proa.

O fogo de um dos brigues inimigos cortou no *Caboclo* o braço grande e fez-lhe atravessar a gávea, sendo então ferido o comandante Grenfell. Depois deste acontecimento o *Caboclo* atrasou-se.

Às 10h30, a fragata inimiga, quase completamente desmantelada, arribou até ter o vento pela alheta.

A *Niterói* arribou também, e nessa ocasião tocou no fundo.

A *Maria da Glória* já tinha sido obrigada a virar por falta d'água. A *Liberal,* muito atrasada, não podia mais alcançar o inimigo. O *Pirajá* manobrara mal e ficara distanciado. A corveta *Itaparica* tinha desarvorado do mastaréu de velacho, atacando os brigues inimigos que fugiam.

Os outros navios brasileiros, que eram o *Vinte e Nove de Agosto*, *a Leal Paulistana* e a *Maceió,* continuavam a caça acompanhando os brigues e as escunas argentinas, de sorte que a *Veinte y Cinco de Mayo* pôde escapar, indo encalhar sobre o banco de la Ciudad, onde foi protegida pelas suas canhoneiras e pelos fugitivos que se foram aos poucos reunindo.

Às 11h, Brown passou o seu pavilhão para o *República*, e Norton fez o sinal de levantar a caça e reunir.

Alguns dos navios inimigos foram encalhar no banco de Camarones.

Tivemos, no combate, seis mortos e 24 feridos, entre estes o capitão de fragata Grenfell, o primeiro-tenente Rafael de Carvalho, os comandantes do *Caboclo e do Vinte e Nove de Agosto* e o segundo-tenente James Taylor, oficial da *Niterói*.

A perda que os nossos adversários tiveram no pessoal não é bem conhecida. Sabe-se apenas que foi muito grande a bordo da *Veinte y*

Cinco de Mayo. O *Correio Nacional*, de Buenos Aires, disse que no dia 1 de agosto: "... pelas relações não-oficiais parece que não excede de 30 mortos e 70 feridos". O *Mensageiro Argentino* (3 de agosto) e o *British Packet* (nº 1 de 4 de agosto) reduziram a 48 os mortos e feridos, mas, depois, este último (nº 46, de 17 de junho de 1827) dava outro algarismo (55 mortos e feridos)."

A fragata *Veinte y Cinco de Mayo* nunca mais pôde servir. Quando entrou nos Pozos, rebocada pelas canhoneiras, as únicas velas que tinha eram o tranquete, o velacho e a rabeca.

6 de abril de 1827 – *O almirante argentino Brown sai do ancoradouro de Buenos Aires, durante a noite, com quatro navios da sua esquadra, pretendendo iludir o nosso bloqueio.*

Às 11h, a corveta *Maceió* fez o sinal: aparecem navios demais.

Obedecendo aos sinais do almirante Rodrigo Pinto Guedes (barão do Rio da Prata), parte da nossa esquadra desce o rio para impedir a saída dos adversários.

7 de abril de 1827 – *Começa o combate naval de monte Santiago*.

Dos navios com que saíra na véspera o almirante argentino Brown, dois, os brigues *Independencia* e *República*, encalharam, e outro, a barca *Congreso,* fugindo dos nossos caçadores, refugiou-se na Ensenada. A escuna *Sarandí* tomou posição junto aos navios varados.

O almirante Pinto Guedes, ouvindo os tiros, reuniu-se a Norton, que dirigia a perseguição.

Por ordem do almirante, entraram em ação os brigues *Pirajá* (comandante Oliveira Botas), *Independência ou Morte* (Clare), *Vinte e Nove de Agosto* (Rafael de Carvalho), as escunas *D. Paula* (Costa Pereira), *Conceição* (Wilson) e *Itaparica* (Petra de Bittencourt) e o iate *Vinte e Nove de Agosto* (Carvalho de Melo).

Ao meio dia, aproximou-se a corveta *Liberal*, levando o capitão de mar e guerra Norton, encarregado de dirigir o fogo. A pouca água e a falta de vento tornaram impossível, nesse dia, um combate decisivo.

Às 17h, o almirante fez sinal de *cessar fogo e vigiar de perto os movimentos do inimigo.*

8 de abril de 1827 – *Combate naval* de monte Santiago. Continua

a ação iniciada na véspera. Só às 11h, ajudados pela vibração que se levantou, puderam os nossos navios renovar o combate.

As pequenas escunas *D. Paula* (Costa Pereira), *Conceição* (Wilson), *Itaparica* (Petra e Bittencourt), *Maria Teresa (*E. Wandenkolk) e, depois, a *Rio* (Cowen) foram dar fundo em duas linhas nos lugares designados por Norton.

Entraram também em combate, mas a distância maior, e não ao mesmo tempo, as corvetas *Liberal* (Hayden) e *Maceió* (Raposo), o lugre *Príncipe Imperial* (França Ribeiro) e os brigues *Caboclo* (James Inglis), *Vinte Nove de Agosto* (Rafael de Carvalho) e *Rio da Prata* (José Lamego). Nunca, entretanto, estiveram no fogo mais de oito navios brasileiros, porque era preciso ter sempre alguns destacados para oeste, vigiando o *Congreso*, na Ensenada.

Às 11h30, foi morto o comandante Rafael de Carvalho. Ao meio-dia, retirou-se a *Liberal*, porque fazia muita água e tinha quase esgotado as munições. Às 14h, o *Rio da Prata*, estando no mesmo caso, foi chamado pelo almirante, fudeando a grande distância.

Com a enchente da maré, a fragata *Paula* (Parker) seguiu rebocada para o lugar da ação, mas, chegada à distância de tiro, encalhou, às 14h, e só pode fazer trabalhar as peças de proa.

Pelas 16h, o *Independencia*, muito destroçado e consumidos os projéteis, arriou a bandeira e foi abordado pelos nosso escaleres e lanchas.

Ao anoitecer, o almirante argentino fez incendiar o *República*, e durante a noite conseguiu fazer a sua retirada para Buenos Aires, na *Sarandí,* evadindo-se da Ensenada a *Congreso*.

O *Independencia*, que não pôde ser desencalhado, foi destruído por ordem do almirante brasileiro no dia 9. Esse navio montava 24 peças e caronadas; e o *República*, 18.

(Nomes de alguns oficiais argentinos prisioneiros nesse combate: Robert H. Ford, Prudencio Morguiondo, William Attwell, William Hall, cirurgião doutor Phillips, Patricio Drury, José Celidonio Elordi).

7 de dezembro de 1827 – O capitão de mar e guerra James Norton perseguira, na véspera, o brigue de guerra argentino *Congreso* (20 bocas fogo) comandando pelo capitão-tenente (major) César Fournier, e o brigue mercante *Harmonia dos Anjos* (seis peças), por este apresado.

Esses dois navios foram encalhar na Ensenada, perto da ponta de Lara, em frente à casa de Wight.

Ao amanhecer deste dia 7, Norton os atacou com a escuna canhoneira *Grenfell* (oito canhões, comandante Isidoro Nery), onde arvorou a sua insígnia de chefe, as escunas *Paula* (quatro canhões, Thomas Read) e *Bela Maria* (cinco canhões, comandante Parker) e as pequenas canhoneiras *Vitória da Colonia* (um canhão, Cristino Lourenço Desbuza), *Primeiro de Dezembro* (um canhão, Bernardo J. de Almeida) e *Esperada* (um canhão, José Ferreira Guimarães).

Pelas 11h, as guarnições inimigas fugiram para a terra, em escaleres ou a nado, seguindo o exemplo de Fournier, que assim abandonou a bordo o cirurgião e 35 homens, 14 dos quais mortalmente feridos. "Depois de uma defesa fraca foram abandonados", disse o almirante argentino Brown no seu memorando, "mais atento... Fournier a salvar seus cofres... que a lutar..."

Os nossos escaleres, recolhendo os feridos e prisioneiros, trouxeram também as bandeiras dos dois navios e a insígnia de Fournier, que era um guião formado com as cores argentinas, tendo na faixa central branca o nome desse comandante.

Os dois navios ficaram muito arruinados e, não sendo possível pô-los a nado, foram incendiados.

O *Congresso* tinha sido brigue-barca, mas desde maio de 1827 modificaram-lhe a mastreação.

16 de junho de 1828 – O brigue brasileiro *Niger*, de 11 bocas de fogo, comandante Thomas Craig, ataca e persegue no rio da Prata o brigue-corsário argentino *General Bradzen*, de 17, comandado por George C. de Kay e tripulado por americanos e ingleses.

Voltava este dos Estados Unidos, depois de ter feito muitas presas.

Com a canhonada, acudiram outros navios da divisão Norton, e o *General Brandzen* foi encalhar debaixo dos fogos da bateria de ponta de Lara.

O *Niger* e os navios de maior calado tiveram que fundear ao largo.

Por ordem de Norton, o brigue escuna *Dois de Julho* (William Mac Erwing), a bombardeira *Dezenove de Outubro* (Augusto Leverger, depois barão do Melgaço) e a escuna *União* (Cecil Browning) foram atacar o corsário e deram fundo na distância de tiro de pistola.

Ao cabo de 20 minutos de fogo, a guarnição do corsário arriou a bandeira e fugiu para a praia, que estava muito perto.

Nessa ocasião o brigue-escuna *Nove de Janeiro* (John Williams), indo reunir-se aos combatentes, encalhou.

Continuou o combate entre os nossos navios e a bateria, enquanto se trabalhava para safar a presa e o *Nove de Janeiro.*

Norton dirigiu-se em um escaler para bordo deste último, e aí uma bala partiu-lhe o braço direito, que no mesmo dia teve de ser amputado.

Na manhã seguinte, ordenou o chefe brasileiro que fossem incendiados os dois navios encalhados, por ser impossível salvá-los.

Essa ordem recebeu pronta execução, mas o comandante do *Nove de Janeiro* e três marinheiros demoraram-se a bordo e foram aprisionados, quando o inimigo, vindo de terra, tentou extinguir o incêndio.

A nossa perda foi de 32 mortos e feridos e de quatro prisioneiros.

Por este combate teve Norton uma pensão e a dignitária da ordem imperial do Cruzeiro. Leverger e Craig foram nomeados cavalheiros da mesma ordem.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS
VISCONDE DO RIO BRANCO

José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, nasceu em Salvador , a 16 de março de 1819[89] e era filho legítimo de Agostinho da Silva Paranhos e de dona Josefa Emerenciana Barreiros Paranhos. Sua mãe era filha do major Manuel Gomes Barreiros e irmã do coronel de engenheiros Eusébio Gomes Barreiros, homem de raro talento e vastíssima ilustração.

Seu pai e seus tios paternos, o capitão-mor Antonio da Silva Paranhos e o coronel de milícias João da Silva Paranhos, abastados comerciantes portugueses, mereceram honrosas menções nos documentos oficiais do tempo pela liberalidade com que auxiliaram a inteligente administração do conde dos Arcos e com que concorreram para a realização dos muitos melhoramentos que ele soube introduzir. Como portugueses, porém, por ocasião da guerra da Independência, apoiaram o general Madeira, que, à frente das tropas fiéis à União, resistiu, na cidade de Salvador, às brasileiras até o memorável dia 2 de julho de 1823. Esta adesão à causa vencida suscitou-lhes mil embaraços e não poucos perigos e enorme prejuízo nos seus haveres.

Quando o jovem Paranhos se estreava nas primeiras disciplinas, faleceu seu pai, deixando, apesar das perdas que sofrera, fortuna

[89] Nasceu na Ladeira da Praia, 8, atualmente, freguesia da Sé, de Salvador.

considerável, mas disputada por um poderoso parente, que era sócio e se considerava credor do finado. A fortuna herdada pela viúva e pelos filhos de Agostinho da Silva Paranhos passou, assim, em grande parte a outras mãos, e o que pôde ser salvo consumiu-se, por efeito das injustiças e das despesas daquele pleito.

Começaram, então, para o jovem estudante, dias difíceis. Com os poucos recursos que restavam à infeliz viúva e com o auxílio do coronel Barreiros, pôde Paranhos continuar os seus estudos. Sua mãe faleceu então, e ele resolveu matricular-se na Escola de Marinha.

> Ainda na manhã da vida [diz um biógrafo][90] achou-se o jovem Paranhos ajoelhado entre dois túmulos, derramando do coração amargurado de saudades as primeiras lágrimas de sua triste e solitária orfandade. A estas duas perdas irreparáveis, que o atiravam às plagas da pobreza, a ele, que nascera cercado dos mimos que a riqueza prodigaliza, veio ainda juntar-se a injustiça e o egoísmo daqueles em quem repugna ver tais sentimentos. Desde então, sua alma experimentada por tantas provações adquiriu a fina têmpera com que resiste vitoriosa aos mais esforçados botes da adversidade.
>
> Graças ao espírito com que o dotou a providência e aos generosos sentimentos de que deu prova seu ilustre tio materno, o coronel de engenheiros Barreiros, chamando-o para junto de si, habilitou-se o jovem estudante para o curso de ensino superior, onde o seu nome conquistou justos aplausos.

Em 1836, partiu para o Rio de Janeiro, onde chegou a 9 de fevereiro, e, no dia 3 de março, matriculou-se na Escola de Marinha.[91]

Reduzido então a seus próprios recursos, o admirável moço ensinava

---

[90] *Alvarenga Peixoto*: o visconde do Rio Branco. Rio, 1871, v. 1.

[91] *O Diário Popular*, de Campos, para exaltar uma das virtudes de Rio Branco, a do reconhecimento, referiu um episódio, inteiramente falso, a respeito da mocidade do ilustre brasileiro. Nesse artigo, dizia-se que Rio Branco fora caixeiro em uma casa comercial da Bahia; que um negociante vizinho, admirando o seu talento inculto, o induziu a estudar, e alcançou-lhe passagem gratuita a bordo de um brigue de guerra que seguia para o Rio; que anos depois, o tenente que comandava esse navio e que havia tratado durante a viagem com muita distinção o jovem baiano, desejou reformar-se e dirigiu-se, para isso, ao ministro da Marinha; que o visconde do Rio Branco era então ministro e que apenas ao ver o velho tenente reconheceu o comandante do brigue que o conduzira; que fingindo não lembrar-se disso, declarou-lhe que em ocasião oportuna seria despachada a sua pretensão; que promoveu o oficial a capitão-tenente e logo depois o reformou, a fim de dar-lhe maiores vantagens.

aos condiscípulos menos adiantados o que já havia aprendido, e assim foi que viveu alguns anos, vergado ao peso de incessante trabalho, discípulo e mestre simultaneamente.

Concluindo o curso na Escola de Marinha, foi o aspirante Paranhos promovido à guarda-marinha, e, por aviso de 20 de fevereiro de 1841 da Repartição da Guerra, matriculou-se no segundo ano do antigo curso

---

Tudo isso é inexato. Rio Branco, desde 1826 até princípios de 1836, foi estudante na Bahia. Seu protetor foi, como dissemos, o coronel Barreiros, seu tio. O navio que o transportou para o Rio foi a fragata *Imperatriz* (e não um brigue), cujo comandante era o então capitão de fragata Raposo, amigo do coronel Barreiros. Quando Rio Branco exerceu pela primeira vez o cargo de ministro da Marinha, Raposo era chefe de esquadra.

O comendador Rodrigues de Castro, antigo e íntimo do visconde do Rio Branco, reclamou, na *Gazeta da Bahia*, contra a notícia do *Diário Popular*, de Campos. Essa reclamação foi transcrita em editorial do *Jornal do Commercio*, de dezembro último.

Eis alguns trechos do artigo do senhor Castro:

"... Ainda em tenra idade ficou Paranhos órfão de pai, e, tendo nascido na abastança, viu-se dentro de pouco tempo reduzido à pobreza, por circunstâncias que não vêm a ponto referir aqui. Em 1825, estando nos Dendezeiros da Calçada, começou a frequentar a escola pública do professor Manoel Alves, no adro do Bomfim. Tinha então seis anos de idade. Em 1828, tornando sua família para a cidade, veio concluir os estudos de primeiras letras na escola da Sé, do professor Manoel Joaquim. Em 1829, entrou para aula de latim do distinto professor e notável poeta João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, frequentada naquele tempo por quase 300 estudantes, e, entendendo o jovem Paranhos que ali não se adiantava bastante, tomou por si mesmo a deliberação de passar-se para a aula do professor Guilherme Balduino Embirissu Camacam, na freguesia de São Pedro, onde terminou, em 1831, os estudos primários, fazendo-lhe aquele famoso professor e conhecido poeta os maiores e bem merecidos elogios. De 1832 a 1835, cursou com grande aproveitamento as aulas de aritmética, álgebra e geometria, revelando desde então a grande vocação que tinha para as matemáticas, e estudou ao mesmo tempo francês, inglês, história, geografia, filosofia e retórica (algumas destas disciplinas ligeiramente).

Em 2 de fevereiro de 1836 (data que nunca olvidei), Paranhos embarcou a bordo da fragata *Imperatriz*, que passou pela Bahia em viagem do Pará para o Rio de Janeiro, e que era comandada pelo então capitão de fragata José Joaquim Raposo, a quem ele foi recomendado.

É esta a fiel história do estudante Paranhos até a sua saída da Bahia, o que afirmo sob palavra de honra, não só como colega que dele fui, mas como amigo inseparável e vizinho. Em nossa casa, hospedou-se por diversas vezes o estudante Paranhos quando sua família ia para Itapagipe, sendo tratado por minha mãe como um filho, tal era a afeição e estima que lhe votava. Nem um só dia foi ele caixeiro nesta cidade, e nunca na Bahia se disse tal coisa: se o tivesse sido, o comércio desta praça não deixaria de reclamar a gloria de haver produzido um homem tão eminente.

... Estas informações servirão ainda para mostrar que, ao sair da Bahia, Paranhos não era 'um talento inculto', como disse o *Diário Popular*, de Campos. No dia 9 de fevereiro, Paranhos desembarcou no Rio e a 2 de março (22 dias depois) estava matriculado no primeiro ano da Academia de Marinha..."

da Escola Militar.

Por carta patente de 9 de fevereiro de 1843, foi promovido a segundo-tenente do Corpo de Engenheiros e, em 20 de abril do ano seguinte, nomeado para ler a cadeira de artilharia da Escola de Marinha. Por decreto de 9 de maio do mesmo ano, foi nomeado lente substituto de matemáticas daquela escola e, por decreto de 10 de dezembro de 1845, concedeu-lhe passagem na mesma categoria para a Escola Militar. Por decreto de 11 de maio de 1848, foi nomeado lente catedrático da cadeira de artilharia e fortificação. Em 1856, passou a reger a de mecânica. Por ocasião da reforma das escolas militares do Império (21 de abril de 1860), passou a lecionar mecânica na Escola Central, até que por decreto de 3 de junho de 1863 foi transferido para a cadeira de Economia Política, Estatística e Direito Administrativo. Em 1874, a Escola Central foi reorganizada e passou a denominar-se Politécnica. Por decreto de 13 de setembro de 1875, foi nomeado diretor da Escola Politécnica (era o lente mais antigo) e pelo de 13 de março de 1877 jubilou-se no lugar de lente catedrático.

Em 28 de janeiro de 1842, contraiu núpcias com senhora dona Teresa de Figueiredo Faria, depois viscondessa do Rio Branco, natural desta cidade, e filha legítima do honrado negociante português Bernardo Rodrigues de Faria e de dona Luísa de Figueiredo Faria, filha do desembargador Luis de Figueiredo Abreu.

> A política e a administração [diz a sua biografia publicada na *Galeria dos Brasileiros Ilustres*] mereceram sempre alguns momentos de refletida leitura ao estudante e lente de ciências matemáticas. Assim o vimos aparecer em 1844 como um dos redatores do periódico *Novo Tempo* que desempenhou o papel importante nas lutas políticas da época...
>
> Alguns artigos de estreia [escreveu um seu adversário] bastaram a dar ideia do valor de tal auxiliar. Ninguém com mais belos dotes e títulos mais legítimos bateu já à porta de um partido. Moço, talentoso, ilustrado, brando, afável, insinuante, sabendo mostrar a tempo... era Paranhos o que se pode chamar uma boa aquisição.

Em 1845, foi eleito membro da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro.

Por Carta Imperial de 31 de agosto de 1846, foi nomeado secretário

do governo da mesma província. Em 18 de março de 1847, foi nomeado vice-presidente, e, no impedimento do presidente, visconde de Sepetiba, administrou a província desde maio até setembro desse ano. Entre os atos que assinalam este curto período administrativo, são dignas de menção as instruções dadas por Paranhos, regulando o ensino primário da província. Nessas instruções, surgiu, pela primeira vez no Brasil, a ideia da criação de escolas médias, para os que, não se propondo a seguir cursos superiores, carecem, todavia, de preparar-se para os diversos misteres da vida. Este generoso intuito, então abandonado, realizou-se muitos anos depois, por iniciativa do seu presidente, visconde do Rio Branco, a benemérita Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Em 1847, foi Paranhos enviado à Câmara dos Deputados, figurando o seu nome em primeiro lugar na lista dos 12 representantes eleitos pela província do Rio de Janeiro, e distinguiu-se por vários discursos e, sobretudo, pelos seus pareceres como membro da comissão de Marinha e Guerra. Tinha então 28 anos de idade, e já havia conquistado um nome como professor, jornalista, administrador e orador parlamentar.

Em 7 de agosto de 1847, foi nomeado oficial da ordem da Rosa pelos serviços prestados na administração da província do Rio de Janeiro, sendo o decreto referendado por Paula Sousa.

Adiada e dissolvida a câmara temporária, em 1848, tornou Paranhos às lides da imprensa como principal redator do *Correio Mercantil*, órgão então do partido liberal. Dessa fase da sua vida leem-se no célebre folheto *Os nossos Homens*, parcial e injusto em mais de um passo com relação a Paranhos, os seguintes trechos:

> O *Correio Mercantil* desse tempo foi o órgão legítimo das aspirações, das dolorosas agonias do grande partido derrotado e desbaratado... Quando se tem consciência da própria força não se capitula com o primeiro revés que nos contraria... Uma comoção geral ativava os espíritos. A combustão era patente. Uma faísca bastava para produzir o incêndio. Rompeu a revolução em Pernambuco.
>
> Paranhos comoveu-se com a derrota dos seus aliados, com o descalabro de todas as forças do seu partido. Eco sincero das agonias e dos gemidos das vítimas, a sua voz eloquente vibrou acentos de suprema dor e de suprema consternação pela ruína dos seus princípios, pela morte dos seus amigos, pelo destino dos

> seus camaradas de combate. De sua pena inspirada rebentaram espontaneamente belos e vigorosos artigos.

Em 1850, Paranhos deixou a redação do *Correio Mercantil* e separou-se das lutas da política, a que só voltou em 1853. A imprensa, porém, como disse alguém, é uma dama de quem jamais se pode inteiramente fugir aquele que uma vez lhe provou os encantos. No mesmo ano começou Paranhos a publicar no *Jornal do Commercio* as célebres *Cartas ao amigo ausente*, escritos de sabor verdadeiramente português e, acrescenta um seu biógrafo, comparáveis a tudo quanto mais puro, gracioso e sentido escreviam então os folhetinistas de maior nomeada nos dois países da língua portuguesa: Otaviano, no Rio de Janeiro; e Lopes de Mendonça, em Lisboa. Grandes melhoramentos que com o transcorrer dos anos vieram a realizar-se, eram já naquele tempo reclamados pelo ameníssimo escritor e eruditíssimo filósofo.

Nessas cartas e em outros artigos, Paranhos, que era amigo pessoal de alguns emigrados argentinos, combateu energicamente a tirania de Rosas e Oribe, e apresentou aos olhos do público brasileiro a verdadeira situação das Repúblicas do Prata.

A 1º de maio de 1851 aceitou posição conspícua na redação do *Jornal do Commercio*.

> Nessa posição [diz outro biógrafo do visconde do Rio Branco] o foi encontrar o insigne estadista marquês de Paraná, quando o convidou, e conseguiu que ele o acompanhasse aos Estados do Prata na qualidade de seu secretário. Escolha honrosa para ambos: para o estadista, porque aproveitava o mérito em um dos seus antigos adversários, a quem nem ao menos conhecia pessoalmente; para o jovem esperançoso, porque assim recebia o mais valioso título do seu nobre, caráter e de sua privilegiada inteligência.[92]

O ilustre general Bartolomeu Mitre, no belo editorial de *La Nación* de Buenos Aires, de 3 de novembro último, escreveu o seguinte:

---

[92] Nomeado secretário da Missão Especial no rio da Prata por decreto de 20 de outubro de 1851. Um adversário de Rio Branco disse, em 1859, que este respondera ao marquês de Paraná: "Com vossa excelência irei até para o inferno". Essa anedota foi depois repetida por vezes apesar do desmentido que lhe deu Rio Branco.

> Mui jovem ainda veio Paranhos ao rio da Prata no caráter de secretário do plenipotenciário do Brasil, o ministro Carneiro Leão, cuja política enérgica preparou a grande aliança que derrubou a tirania de Rosas em Monte Caseros. Paranhos foi a alma dessa missão, e desde então se tornou um homem identificado com as questões do rio Prata.

Em 23 de outubro de 1851, partiram para Montevidéu o marquês de Paraná, na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial, e o doutor Paranhos, na de secretário da mesma missão.[93]

Não há quem ignore as causas da nossa intervenção, de 1851, e o tino e a sabedoria com que se houve o governo imperial, desde que a pasta dos Negócios Estrangeiros foi confiada ao eminente estadista Paulino de Sousa, visconde do Uruguai.

Na Confederação Argentina dominava o sanguinário ditador Rosas; no Estado Oriental, o seu lugar-tenente Oribe, à frente de tropas argentinas e orientais, sitiava a cidade de Montevidéu, onde resistia o governo legal da República, em torno do qual se reuniram todos os liberais das duas margens do Prata.

Os esforços feitos por esses dois generais para separar do Império a província do Rio Grande do Sul; os auxílios que prestaram à intitulada República de Piratini; os continuados assassinatos, roubos, extorsões e violências praticadas sobre súditos brasileiros na Banda Oriental e na fronteira; a linguagem arrogante e, muitas vezes, injuriosa com que se dirigiam aos representantes do Império; as provocações e os insultos da imprensa de Buenos Aires, tudo parecia dever tornar inevitável um

[93] Alguns adversários políticos do visconde do Rio Branco censuraram-no por haver aceitado essa nomeação, tendo militado até 1850 nas fileiras do partido liberal. Responde-se que se tratava de um cargo diplomático, que nada tinha que ver com a política interna. O Império achava-se então em guerra, e era natural que despertasse esta circunstância, no ânimo do jovem jornalista, o nobre desejo de servir a sua pátria. No ano seguinte, o senador Limpo de Abreu (visconde de Abaeté), apesar de ser então liberal, aceitou o cargo de enviado extraordinário em Missão Especial na Confederação Argentina. O decreto de sua nomeação, que ficou sem efeito porque, quando se dispunha a partir, chegou a esta corte um enviado argentino, foi referendado pelo mesmo ministro que nomeou Rio Branco secretário, o visconde do Uruguai. Poderíamos citar muitos outros exemplos de liberais e conservadores que aceitaram de adversários comissões diplomáticas ou consulares no estrangeiro.

rompimento, que o governo imperial, por dificuldades internas, foi adiando (é força confessar) com sacrifício não pequeno da dignidade nacional. Rosas não ocultava o firme propósito de romper com o Brasil para arrebatar-nos o território das Missões, além do Uruguai, e para restabelecer os limites do Tratado nulo de 1777. Antes, porém, de declarar-nos a guerra, entendia conveniente reunir à Confederação o Paraguai e o Estado Oriental. Era nada menos que a reconstrução do antigo Vice-Reino espanhol do rio da Prata, com que ainda hoje sonham estadistas argentinos.[94]

No Estado Oriental, como dissemos, estava Oribe dominando quase todo o país com o apoio das tropas argentinas. Contra o Paraguai, Rosas reunia forças, em virtude de autorização da junta de representantes, "para fazer efetiva a reincorporação dessa província à Confederação".

A intervenção anglo-francesa impediu que o audaz e bárbaro ditador tentasse desde logo a realização de seus projetos. Depois da resistência que opôs às forças navais da França e da Inglaterra e das vitórias que alcançou sobre a diplomacia desses dois países, sua arrogância não conheceu limites. Até os discursos proferidos pelos nossos senadores e deputados forneciam motivo para as reclamações da Legação argentina, e estas eram quase sempre apresentadas em linguagem inconveniente, concluindo por pedir "respostas categóricas e imediatas". Em 23 de setembro de 1850, o general Guido, ministro argentino nesta corte, pediu passaportes e retirou-se para Buenos Aires. Pouco depois, Oribe cortava relações com o nosso encarregado de negócios em Montevidéu.

O governo imperial preparou-se sem estrépito para a guerra; forneceu ao governo de Montevidéu os subsídios que lhe iam ser retirados desde que fosse ratificada pelo governo da República Francesa

[94] Thornton, ministro britânico em Buenos Aires, dizia em despacho de 24 de abril de 1865 a lorde John Russel: "... Tanto o presidente Mitre quanto o senhor Elizalde declararam-me em diferentes ocasiões que, *por enquanto*, desejavam que o Paraguai fosse independente; que não lhes podia convir anexar o Paraguai a Buenos Aires, mesmo quando os paraguaios o desejassem, mas que não queriam tomar a esse respeito compromissos com o Brasil, porque não podiam ocultar-me que quaisquer que fossem suas vistas presentemente sobre este ponto, as circunstâncias poderiam mudá-las mais tarde. E o senhor Elizalde, que tem cerca de 40 anos de idade, disse-me um dia, ainda que em conversa, que esperava viver bastante para ver a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e a República Argentina unidos em uma confederação e formando uma poderosa República na América do Sul." (*Correspondence respecting hostilities in the River Plate presented to both Houses by command of H. M.* Londres, 1865, P. III. Pp. 16 e 17).

a célebre convenção Le Prédour; enviou instrutores militares e armas ao Paraguai, cuja independência havia antes reconhecido e feito reconhecer por várias potências; celebrou com este Estado o Tratado Secreto de Aliança Defensiva de 25 de dezembro de1850 e, em 16 de março de 1851, em consequência da retirada das tropas francesas que auxiliavam a defesa de Montevidéu, assegurou ao ministro oriental que estava resolvido a impedir que essa praça fosse tomada pelo general Oribe.

Desde então os acontecimentos precipitaram-se, e a atitude do Brasil encheu de alento o governo de Montevidéu e os numerosos emigrados argentinos que aí viviam e no Brasil e no Chile. Em 16 de abril de 1851, partia para o rio da Prata o almirante Grenfell, conduzindo vários navios que foram reforçar a nossa estação naval nessas águas; em 28 de abril, o governo imperial ordenava ao presidente do Rio Grande do Sul, Pimenta Bueno (marquês de São Vicente), que reunisse tropas na fronteira e que tivesse o exército pronto para entrar em operações; no dia 1° de maio, o governador de Entre Rios, general Urquiza, declarava ser vontade do povo reassumir o exercício inteiro de sua soberania e os poderes que delegara ao governador de Buenos Aires para a direção das Relações Exteriores e os negócios de paz e guerra; a província de Corrientes fazia logo depois idêntica declaração. Em 29 de maio, o ministro brasileiro Rodrigo Pontes celebrava em Montevidéu um Convênio de Aliança Ofensiva e Defensiva entre o Império, a República Oriental e as províncias Entre Rios e Corrientes, para o fim de manter a independência da mesma república, fazendo sair do território desta o general Oribe e as forças argentinas que comandava, e cooperando para que, restabelecida a paz, se procedesse à eleição presidencial.[95] Em 20 de junho, seguia para o Rio Grande do Sul o conde, depois duque de Caxias, general em chefe nomeado para o exército imperial em operações. Em 4 de setembro, esse exército, composto de 16 mil homens, transpunha a fronteira, em marcha para Montevidéu; ao mesmo tempo, Urquiza, à frente das tropas entrerrianas, e Garzón, com os orientais, atravessavam o Uruguai e aproximavam-se dos entrincheiramentos de Oribe. A esquadra de Grenfell fechava o rio, impedindo que as tropas argentinas voltassem a Buenos Aires.

[95] Ratificado pelo Brasil em 8 de julho, por Entre Rios e Corrientes em 15 de agosto, e pelo governo de Montevidéu em 21 do mesmo mês.

No dia 10 de outubro, Oribe capitulou. Apesar das defecções que sofrera, contava ainda então 8.500 homens. As tropas argentinas incorporaram-se ao exército de Urquiza, e as orientais ao de Garzón.

No 12 de outubro, os plenipotenciários brasileiros marquês de Paraná e visconde de Abaeté assinavam, no Rio de Janeiro, com o ministro oriental Andrés Lamas, quatro tratados: de aliança, de limites, de comércio e navegação, e de extradição de criminosos, desertores e escravos fugidos, e uma convenção de subsídio à República Oriental.

Em 18 de agosto, Rosas havia declarado guerra ao Brasil. Os documentos oficiais argentinos, sempre precedidos da fórmula "*Viva a Confederação Argentina! Morram os selvagens unitários*!" traziam desde então este acréscimo: "*Morra o louco selvagem unitário Urquiza! Morra o infame gabinete do Brasil!*"

Foi nessas circunstâncias que Paranhos partiu para o rio da Prata em 23 de outubro, como secretário da Missão Especial confiada ao enérgico estadista marquês de Paraná.

Em 21 de novembro, Paraná assinou em Montevidéu o Convênio de Aliança entre o Império, a República Oriental as províncias de Entre Rios e Corrientes contra o governador Rosas. Logo depois, começou o bloqueio de Buenos Aires. As tropas aliadas puseram-se em marcha, a esquadra brasileira forçou a passagem do Tonelero, e o exército do general Urquiza, composto de argentinos, de uma divisão brasileira de quatro mil homens e de outra oriental de dois mil desbaratou, na batalha de Monte Caseros (3 de fevereiro de 1852) o exército de Rosas. O covarde tirano desamparou em meio da peleja suas tropas, e refugiou-se a bordo de um navio de guerra inglês.

Restaurado o império da civilização nos Estados do Prata, procedeu-se na República Oriental à eleição do Congresso e do chefe do Estado. O general Garzón, que era candidato geralmente aceito, faleceu pouco antes, e na eleição de representantes triunfou o partido vencido pela aliança, sendo elevado à presidência, no dia 1º de março de 1852, o cidadão Juan Francisco Giró.

O novo governo declarou não poder aceitar os tratados de 12 de outubro, com o fundamento de não haverem sido aprovados pelo Poder Legislativo, sem atender que no momento em que foram ratificados

pelo governo de Montevidéu não havia Congresso, em consequência da guerra civil de quase 10 anos, durante a qual o Poder Executivo da República obrava discricionariamente. Em presença dessa atitude do presidente Giró, o marquês de Paraná tomou sobre si a responsabilidade de um rompimento, e, de acordo, com o marechal Caxias e com o almirante Grenfell, declarou *casus belli* ao não reconhecimento da validade dos tratados. Foram então aceitos esses tratados, com pequena modificação no de limites, assinando o nosso plenipotenciário o de 15 de maio de 1852.

Tais eram as disposições do governo junto ao qual o jovem diplomata foi pouco depois acreditado, cabendo-lhe a honra de suceder ao seu ilustre chefe, marquês de Paraná, e de estrear como ministro, em circunstâncias difíceis e delicadas.

O visconde do Uruguai consultara Paraná sobre qual das duas legações deveria ser confiada a Paranhos, se a de Buenos Aires, se a de Montevidéu.

"Confie-lhe a que vossa excelência julgar mais importante", respondeu o marquês.

Por decreto de 13 de dezembro de 1852, referendado por Gonçalves Martins (São Lourenço), foi nomeado comendador da Rosa pelos serviços prestados como secretário da Missão Especial no rio da Prata.

Nomeado por decreto de 19 de abril de 1852 ministro residente na República Oriental do Uruguai, exerceu Paranhos esse cargo até dezembro do ano seguinte.

Em 1853, foi eleito de novo deputado à Assembleia Geral pela província do Rio de Janeiro.

Para que se conheça o conceito em que o marquês de Paraná tinha o seu ex-secretário, transcreveremos os seguintes trechos da carta circular que esse ilustre estadista dirigiu aos seus amigos do eleitorado fluminense, em data de 12 de novembro de 1852:[96]

> ... Confesso que sou grato ao senhor doutor Paranhos pela leal coadjuvação que me prestou durante a missão extraordinária que exerci no rio da Prata, porém,

[96] Esta carta pode ser lida na obra de Alvarenga Peixoto, *O visconde do Rio Branco*.

> asseguro-lhe que para apoiar a sua presente candidatura não sou induzido meramente por esses motivos de gratidão... *Sendo de ordinário em pequeno número os deputados que se acham habilitados com os conhecimentos da administração da marinha, guerra e finanças, o* doutor Paranhos *distingue-se em todos esses ramos, e a um grande talento e facilidade de escrever, reúne a aptidão do homem prático e experiente, e conseguintemente poder fazer bons serviços*…

A sua eleição foi devida ao marquês de Paraná. Paranhos estava então decidido a trocar a carreira política pela diplomática, e esperava ser removido para uma legação na Europa; instou muito com o seu amigo para que o não apresentasse aos eleitores fluminenses, mas, contra os seus desejos, foi eleito.

Os serviços de Paranhos no rio da Prata foram julgados tão necessários (era então ele um moço de 33 anos) que o visconde do Uruguai, ministro dos Negócios Estrangeiros, assim se exprimiu no relatório apresentado ao Parlamento em 1853:

> A importância de alguns negócios que se acham pendentes entre a legação imperial na República Oriental do Uruguai e o governo oriental, e que o senhor doutor Paranhos tem tratado desde a sua origem, tendo deles o mais perfeito conhecimento; a maneira pela qual tem desempenhado suas funções com plena satisfação do governo imperial, e [tenho motivos para crer] também com o da República perante a qual está acreditado, justifica o pedido feito pelo governo imperial à câmara dos senhores deputados do seu consentimento para que o dito doutor Paranhos, eleito deputado pelo Rio de Janeiro depois da sua nomeação para o cargo de ministro residente, o pudesse continuar a exercer.

Ratificado o Tratado de 15 de maio de 1852, aceitos os de 1851, faltava a sua execução, e tudo indicava que esta seria lenta e difícil, atentos os preconceitos e as repugnâncias que tais ajustes suscitavam, sobretudo o de limites.

Paranhos recebeu instruções para exigir, acompanhar e fiscalizar essa execução, e, não obstante as declamações da imprensa, que injustamente arguia os tratados de ofensivos da soberania e da dignidade da República, de prejudiciais aos seus interesses, porque envolviam grandes cessões de territórios a que ela tinha direito (o que

não era certo), apesar da propaganda da imprensa e das prevenções e desconfianças do presidente Giró e da maioria do Congresso, foram nomeados os comissários que deviam proceder à demarcação da linha divisória. O brasileiro foi o marechal Andréa, barão de Caçapava; e o oriental, o coronel Reyes.

Concluídos os trabalhos geodésicos, e passando-se a fixar a linha de fronteiras, ocorreu uma dúvida que derivava da letra do Tratado de 15 de maio. Segundo este tratado, a linha divisória ao sul da lagoa Mirim devia dirigir-se do passo geral do arroio Chuí ao pontal de São Miguel. O comissário oriental, fundando-se na tradição dos demarcadores espanhóis, queria considerar o pontal Paraguaio como o de São Miguel. A diferença entre as duas linhas era imensa. Se do passo geral do Chuí fosse ter ao pontal Paraguaio, perdíamos o território compreendido entre a lagoa Mirim e os passos gerais dos arroios Chuí e São Miguel; perdíamos, além disso, considerável porção de território na margem oriental da mesma lagoa.

O barão de Caçapava levou a questão ao conhecimento da legação em Montevidéu, declarando que o território disputado valia bem uma guerra; e Paranhos apresentou logo ao governo imperial o seu modo de pensar e a solução que parecia conforme não só à letra, mas também ao espírito do tratado. Respondeu-lhe o visconde do Uruguai que lhe "servisse de instruções o seu próprio ofício".[97]

Depois de alguma discussão e, apesar dos embaraços que parte

---

[97] De uma carta dirigida a Rio Branco em 13 de fevereiro de 1853 pelo comendador M. de Castro, então diretor do *Jornal do Commercio*, extraímos o seguinte trecho:
"... Felicito-o pela honra que obteve, e que é a maior a que pode aspirar um diplomata: 'Sirva-lhe de instruções o seu próprio ofício...' Já lhe disse que Paulino (visconde do Uruguai) o tem no mais elevado conceito. Falando-me há dias a seu respeito, disse-me: 'Aprovo muitas vezes o que fazem os nossos agentes, mas parece-me quase sempre que se eu estivesse no caso deles faria mais alguma coisa. Com o doutor Paranhos não sucede assim. Sempre que leio os seus despachos, digo comigo: *É precisamente o que eu faria ou diria*.'"
Outra autoridade não menos competente, o marquês de Abrantes, fazia no Senado a seguinte profecia, em sessão de 10 de junho de 1854:
"O senhor Paranhos, em todos os negócios que passaram por suas mãos no Estado Oriental, deu provas de muito tino, muita habilidade e muito desinteresse, e escreveu notas que eu me ufanaria de assinar. O senhor Paranhos não voa com asas emprestadas, tem asas próprias, e eu me atrevo a fazer a profecia de que ele há de avultar e avultar muito na administração deste país, pelo seu caráter pessoal, por sua habilidade e tino."
Assim era julgado o visconde do Rio Branco quando tinha pouco mais de 30 anos, por homens como Paraná, Uruguai e Abrantes.

da imprensa procurava opor à solução pacífica, o governo oriental reconheceu que, "sendo o *uti possidetis* a cláusula que devia determinar o traço da linha divisória entre o Chuí e o São Miguel, esta linha devia correr entre os passos gerais dos mesmos arroios, descendo pela margem direita do São Miguel até a lagoa Mirim, e que, por conseguinte, não tinha lugar o traço que pretendera o comissário oriental". Nesse sentido, firmou Paranhos com o ministro Florentino Castellanos o Acordo de 22 de abril de 1853.

Ficou assim resolvida essa questão que pendia desde a demarcação de 1784, e sobre a qual nunca pôde haver acordo.

Durante essa missão, teve Paranhos de sustentar várias reclamações, obtendo que fossem restituídas as propriedades de brasileiros confiscadas sob o domínio de Oribe, com exceção de mui poucas sobre que havia pleitos judiciais. A passagem de gado pela fronteira ficou logo isenta de imposto, cumprindo-se fielmente os tratados de 1851.

No ano de 1853, o Estado Oriental passou por duas crises.

O presidente Giró, ancião respeitável, mas de espírito fraco era inteiramente dominado por alguns políticos exaltados que formavam a maioria do Congresso. Paranhos não cessou de pedir-lhe que seguisse uma política reparadora, de moderação e de justiça, única que a prudência e os interesses do país aconselhavam após as desgraças de uma guerra fratricida que durara quase 10 anos. A demissão do ministro Castellanos permitiu que o doutor Bernardo Berro, que fazia parte do gabinete e que mais influência tinha no ânimo de Giró, se lançasse em uma política cada vez mais reatora. O partido colorado irritou-se e reclamou a entrada para o ministério de dois homens capazes de contrabalançar a influência de Berro. Aproximava-se a festa do juramento da Constituição, em 18 de julho, e receava-se uma explosão. O ministro do Brasil aconselhou ao presidente que suspendesse as ordens expedidas para a reunião de força naquele dia, ou ao menos que evitasse o contato da tropa de linha e da guarda nacional. O presidente não quis anuir e só na noite de 17 reconheceu o perigo da situação. Recorreu então à legação imperial, requisitando o auxílio de força armada para manter a ordem pública, depois de ter recusado os amigáveis e prudentes conselhos que ela tinha dado com antecipação. Paranhos respondeu que as forças brasileiras desembarcariam quando fosse preciso, não para tomar parte na luta civil, mas unicamente para defender a segurança pública, as pessoas e

as propriedades dos súditos brasileiros.

Não obstante a gravidade da situação, no dia 18 a tropa de linha formou na praça da Matriz. Apenas apareceu a guarda nacional; houve o conflito que se previra. O presidente ficou desde logo sem meios de conter a revolução. O único corpo de linha com que contava deixou de obedecer às suas ordens. Nestas circunstâncias teve Giró de ceder à exigência do partido colorado, e escolheu neste partido o coronel Flores para ministro da Guerra e o doutor Herrera y Obes para ministro da Fazenda. Tinha-se dado um passo no caminho da conciliação, e a paz poderia firmar-se por este meio, mas os dois ministros colorados não puderam alcançar do presidente e dos outros membros do gabinete as providências que esperavam.

Resultou daí nova crise. No dia 23 de setembro, foi o representante do Brasil convidado para assistir a uma conferência de ministros, e, interpelado sobre o auxílio que poderia prestar ao governo, respondeu que apenas podia oferecer-lhe o seu concurso amigável para obter-se um desenlace pacífico da crise por meio de algumas concessões. Giró aceitou o oferecimento e pediu a Paranhos que oferecesse em seu nome certas concessões aos descontentes. Estes aceitaram as condições propostas, mas antes de ter conhecimento da aceitação Giró abandonou, no dia 24, o seu posto e refugiou-se na legação de França, passando-se depois para bordo da fragata francesa *Andromède.* Flores, à vista disso, declarou aos ministros estrangeiros que Giró deixara de ser presidente, e no dia 25 ficou instalado um governo provisório composto dos generais Lavalleja e Fructuoso Rivera e do coronel Flores.

Giró pretendeu então que o ministro do Brasil interviesse, fazendo desembarcar forças para restabelecer sua autoridade, e que obtivesse para o mesmo fim a intervenção armada dos ministros estrangeiros que tinham navios no porto. A isso respondeu Paranhos que deplorava terem sido contrariados os esforços que empregara, com autorização dele, Giró para obter um desenlace pacífico; que já se havia explicado sobre o auxílio de forças; que lhe faleciam direito e instruções para solicitar dos representantes das nações que tinham estações navais em Montevidéu o desembarque de tropas, e que ia submeter aquela nota ao conhecimento do governo imperial. Quanto ao seu procedimento, declarou que se manteria em absoluta abstenção, competindo ao governo imperial resolver sobre a posição que devia tomar.

Em nota de 30 de outubro, anunciou Paranhos o pensamento do governo imperial, segundo as instruções que recebera. O governo provisório estava reconhecido por todos, Giró havia desembarcado e vivia em Montevidéu como simples particular. Algum tempo depois, apareceram desordens em certos departamentos, mas foram prontamente sufocadas. Giró refugiou-se então na casa da legação brasileira, onde se conservou por tempo de um mês e transferiu-se então para a corveta *D. Francisca.*

Como sempre sucedem no rio da Prata, os vencidos lançaram sobre o ministro do Brasil a responsabilidade da queda de Giró. Washburn, na sua *História da Guerra do Paraguai,* guiando-se pelas informações de Carreras, descreve Paranhos como um homem sanguinário, que, por incumbência do governo imperial, foi a Montevidéu promover revoluções, "reunindo," – diz ele – "a habilidade de Talleyrand a perversidade de Machiavel..."

Quem quiser inteirar-se destas ocorrências deve ler o relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1854 e os discursos proferidos por Paranhos em 17 de julho e 6 de agosto de 1855 na Câmara dos Deputados.

Em 6 de setembro de 1853, o marquês de Paraná organizou o seu célebre gabinete, arvorando a bandeira da conciliação dos partidos. Desse ministério fizeram parte conservadores, como Pedreira e Nabuco, e liberais como Limpo de Abreu (Abaeté), Paranhos e o general Bellegarde. A Paranhos foi reservada a pasta da Marinha, de que só tomou conta a 15 de dezembro desse ano.

Todos sabem o que foi o período da *conciliação,* de 6 de setembro de 1853 a 12 de dezembro de 1858, em que governaram o gabinete presidido pelo marquês de Paraná e depois por Caxias, e o de que foi chefe o marquês de Olinda. Nesse período, de transformação dos nossos partidos, liberal, como Sousa Franco e Jerônimo Coelho, foram ministros, e outros, como Furtado e Carrão, aceitaram presidências de província e cargos de confiança política. Quando, em 1858, durante a oposição dos principais conservadores ao gabinete Olinda-Sousa Franco, e, sobretudo, depois da organização do gabinete de 12 de dezembro, os dois partidos se discriminaram de novo, muitos dos nossos homens políticos

haviam mudado de alianças. Abaeté, Paranhos, Sales Torres Homem, o jovem José de Alencar e outros se achavam entre os conservadores, ao passo que muitos antigos conservadores tomavam a denominação de *moderados,* combatiam o gabinete de Abaeté, e formavam depois com os liberais, em 1861, a chamada *liga constitucional*, de que nasceram o *progressismo* e o *liberalismo histórico,* fundindo-se mais tarde os progressistas e históricos para formar o atual partido liberal. Entre esses antigos conservadores que passaram para os arraiais contrários, citaremos apenas o marquês de Olinda, Zacarias, Nabuco, Pais Barreto, Rêgo Barros, Ferraz, Saraiva, Paranaguá, Dantas e Tavares Bastos, quase todas as sumidades do partido liberal nestes últimos vinte anos. O visconde de Abaeté, que estivera com os conservadores por algum tempo,[98] ligou-se de novo aos liberais em 1863. Dom Manuel, que antes fôra dos mais violentos conservadores, alistou-se na oposição desde o gabinete Paraná, e tornou-se ativo e fogoso liberal. Silveira da Mota, conservador da velha guarda, tornou-se, desde 1865, oposicionista radical. A história política da Inglaterra nos oferece muitos exemplos semelhantes. Lorde Palmerston militou a princípio nas fileiras do partido conservador e, anos depois, passou a ser um dos chefes e ministros mais famosos do partido liberal inglês. Gladstone, primeiro ministro liberal, estreou na política como conservador, protegido e apresentado pelo duque de Newcastle. Lorde Beaconsfield, o antigo Benjamin Disraeli, foi ultraliberal, protegido por Hume e O'Connell, e, desde 1835, alistou-se no partido *tory,* sendo posteriormente o líder conservador na Câmara dos Comuns, ministro com lorde Derby, primeiro-ministro e, depois, chefe do partido conservador. *Sir* Staford Northcote, líder dos conservadores nos Comuns, começou como liberal e secretário de Gladstone. Lorde Derby rompeu com as tradições da sua família, ligando-se aos liberais.

[98] Alguém contestou isso ultimamente, mas basta atender a que o ilustre estadista foi o chefe do gabinete de 12 de dezembro de 1858, ao lado de Muritiba e Manuel Felizardo. Ainda em 13 de outubro de 1860 escrevia o visconde de Abaeté: "... O partido liberal cerrou suas fileiras. Foi isto uma fortuna. É preciso, porém, que o partido conservador faça o mesmo, se não quiser ser, além de vencido, apupado, o que será pior de que tudo... Acima de todas as afeições colocarei sempre o partido conservador, ao qual entendo que se deve dar, ou antes, restituir a força que uma política mal compreendida e contraditoriamente executada lhe tem arrancado." (Ver *Annaes da Camara dos Deputados*, sessão de 16 de agosto de 1864, discurso de Ferreira da Veiga).

Na Inglaterra, ninguém perde tempo em censurar um homem político porque passa do partido *whig* para o *tory,* ou vice-versa. Todos sabem que isso importa apenas uma mudança de aliados, e não de princípios políticos, pois a linha que separa os dois grandes partidos constitucionais ingleses é quase imperceptível. O mesmo dá-se entre nós, quando ainda nos últimos tempos víamos liberais como o visconde do Rio Branco entre os conservadores, e, no campo liberal, homens como Zacarias, essencialmente autoritários, ultraconservadores e clericais.

Pode-se sem dúvida falar em apostasia política quando há abandono ou repúdio de um sistema de ideias, ou de princípios fundamentais, mas, mesmo nesses casos, há conversões sinceras, que a idade, o estudo, as diferenças de tempo e de situação, justificam ou explicam. Victor Hugo começou monarquista e depois se ligou aos republicanos. Disraeli tornou-se *tory* fogoso depois de ter sido panfletista radical e violento adversário das instituições britânicas. Thiers, que durante toda a sua vida defendeu a monarquia, foi o fundador da República na França, apesar de ter sido elevado ao poder pelos monarquistas da Assembleia Nacional. No Brasil, como na Inglaterra, não há um partido do progresso e outro retrógrado e inimigo das liberdades públicas. Liberais e conservadores aceitam a constituição e o regime livre que nos legaram nossos pais.

José de Alencar, no seguinte trecho do folheto *O marquês de Paraná* dá ideia exata do período de transformação política que atravessava o país, depois que os conservadores conseguiram consolidar a ordem pública:

> ... A luta que durante tantos anos havia animado com a sua agitação febril as questões de governo e da administração, desaparecia, deixando após si a reação e com ela o letargo de todas as paixões políticas, a descrença nos poucos princípios que haviam servido de norma e de programa às diversas opiniões...
>
> ... Os nossos partidos, força é confessá-lo, nunca tiveram princípios bem pronunciados; e naquele tempo, mais do que nunca, certos dogmas de um e outro lado pareciam se não proscritos, ao menos esquecidos ou modificados; os nomes eram os únicos símbolos das duas opiniões que por muito tempo dividiram o país...

Na sessão de 6 de maio de 1871, dizia Paranhos, no Senado:

> Os precedentes da minha vida política foram por mais de uma vez invocados

pelo nobre senador por Minas Gerais. Sua excelência não pode perdoar-me que eu desse os primeiros passos na vida política apresentado pelo partido liberal; entretanto o nobre senador não olha para o seu lado *(apoiados),* não vos explica como ali se acham no seu partido como chefes, aliás, muito respeitáveis pelos seus reconhecidos talentos, os senhores Nabuco, Zacarias, Saraiva, Paranaguá e outros. Esses distintos estadistas passaram do partido conservador para o liberal quando já eram notabilidades; entretanto, não se quer levar a bem que eu, estreando a vida política com o partido liberal, hoje não me ache na mesma posição!

É certo que há mais de 18 anos meus adversários políticos, sobretudo, aqueles que me votam uma desafeição arraigada, como a do nobre senador por Minas, me censuram e invectivam, se bem que às vezes me elogie; mas nem os elogios me têm seduzido, nem as invectivas me tem demovido do lugar que a consciência, o dever e a dignidade me assinalaram; e posso dizer com alguma ufania, que, conservando-o, tendo subido na estima e consideração de meus amigos políticos e de meus concidadãos em geral (muitos apoiados)...

Em 20 de junho de 1859, dizia Paranhos, na Câmara dos Deputados (era então membro do primeiro gabinete conservador que se seguiu aos da conciliação, sendo chefe desse gabinete o visconde de Abaeté):

... Senhores, têm-se por vezes aludido de modo desfavorável ao princípio de minha vida política. Devo uma vez por todas responder a essas alusões com que se pretende nodoar o meu caráter e a minha reputação. Não costumo ocupar o precioso tempo da Câmara em defesas que me sejam pessoais, mas quando se trata de reivindicar o meu crédito, creio que a defesa é lícita e necessária.

É certo, senhores, que apareci na cena política nas fileiras do partido denominado liberal, mas nunca fui o homem violento e exaltado de que se vos tem falado. Desde o princípio de minha carreira política mereci a estima e a consideração de alguns dos meus mais respeitáveis adversários. Ocorre-me neste momento que em 1848 um ilustre deputado pela província do Rio Grande do Sul, hoje senador pela mesma província (o senhor barão de Quaraí), me assinalava como exemplo de moderação e de urbanidade, posto estivéssemos em lados opostos.

Quatro anos depois de haver tomado alguma parte em nossos negócios públicos, sobrevieram os tristes acontecimentos da província de Pernambuco. Não

abandonei, senhores, a causa do infortúnio; prestei-lhe os pequenos serviços que estavam ao meu alcance, mas não aceitei a responsabilidade de seus atos.

Em 1850, retirei-me da cena política, a que só voltei em 1853. Desde então minhas relações políticas com as influências do partido liberal ficaram cortadas, posto que conserve relações pessoais com algumas, relações que muito prezo e desejarei sempre conservar. Isto que se deu comigo, e que se me tem lançado em rosto, tem-se dado com a maior parte dos nossos homens políticos; é o que se vê também em outros países, quanto mais entre nós, onde, como bem disse o nobre senador visconde de Albuquerque, nada havia tão parecido com um *saquarema* como um *luzia*, proposição incontestavelmente verdadeira em relação aos homens moderados de um e outro lado.

Senhores, invejo a sorte dos que têm podido aparecer e desaparecer da cena política sempre entre os mesmos aliados; mas também sei que a imutabilidade de alguns é a imutabilidade do faquir indiano; que a coerência não é a paixão ou o emperramento, que a consciência e a dignidade pessoal obrigam os homens a mudar opiniões e alianças.

Essa separação me tem custado muitas invectivas e calúnias, não da parte dos verdadeiros representantes do partido liberal, mas de inimigos gratuitos que não sabem nem podem manejar outra armas *(muitos apoiados)*. Não poderão, porém, os meus desafetos provar que eu cheguei à posição em que estou por meios desonestos *(muitos apoiados),* e é por isso, senhores, que os ódios que de certo lado partem contra mim são assaz compensados pela estima e consideração de que gozo entre os homens com quem estou ligado *(Apoiados, muito bem).*

Querem os meus adversários que eu lhes diga quais não hoje os meus princípios? Eu satisfarei a sua pergunta, servindo-me das palavras de uma autoridade insuspeita e muito superior às mediocridades como eu sou. Eis o que disse Canning, *whig* distinto, liberal como devem ser os conservadores do Brasil, respondendo a igual acusação: 'Respondo a meus adversários que o dever do homem de Estado consiste em manter-se entre os extremos, evitar assim as aberrações do despotismo, como a licença de uma liberdade sem freio, conciliar o poder com a liberdade, não entregar-se a experiências afoitas ou a teorias nebulosas, mas esclarecer-se na direção dos negócios com todas as luzes úteis e salutares, e adotar todo o princípio generoso e liberal com sabedoria e circunspecção.'

Apresentado por seus adversários políticos como um partidário fanático e exaltado que advogou com ardor a causa da revolução de 1848 em Pernambuco, disse Paranhos na sessão de 17 de julho de 1855 da Câmara dos Deputados:

> ... Senhores, sempre esposei os princípios de paz, de ordem, de uma liberdade bem entendida. Nunca segui o princípio da resistência armada. Entendo que este princípio é desnecessário no sistema representativo *(apoiados),* que é perigoso, quase sempre fatal aos próprios que a ele recorrem *(apoiados),* sempre condenável e punível segundo a nossa constituição e as nossas leis.
>
> Militei, senhores, nas fileiras do partido mais progressista do nosso país; recordo-me desse passado com muita satisfação; mas militei seguindo os princípios de uma liberdade bem entendida; e mesmo nunca vi que os homens mais eminentes e esclarecidos desse partido abraçassem o princípio da resistência armada. Não *há um só ato, não há uma só palavra por mim pronunciada ou escrita em minha curta e obscura vida política que possa desmentir a minha asserção.* Foram sempre esses os meus princípios, e o são ainda hoje; há só uma diferença, é que hoje os compreendo melhor pelas poucas luzes e experiência que o tempo me tem dado.

Alvarenga Peixoto, no seu livro O *visconde do Rio Branco,* transcreve, na página 29, um artigo do *Novo Tempo*, publicado em 26 de fevereiro de 1844, para mostrar a moderação com que aos 25 anos escrevia Paranhos:

> Derramai o bálsamo da *conciliação* [dizia ele aos liberais vencedores] por vossos atos inspirai ao país a maior confiança possível no seu futuro; franqueza e justiça para todas as opiniões, a par de fortaleza para com o delírio das facções; alargai a esfera dos cidadãos que podem tomar parte nos negócios do Estado; proscrevei o exclusivismo, que manda dar somente importância a um limitado número de pessoas; usai de clemência para com os vencidos; economizai o suor da nação; estendei afoitamente a espada da justiça até aos lugares onde empregados dilapidadores estragam a riqueza pública; fazei com que as câmaras sejam realmente a expressão do país inteiro, e não comissões de certas potestades. Assim conservareis à coroa todo o seu brilho e majestade, a Constituição deixará de ser uma quimera, a vertigem dos revolucionários desaparecerá, como as névoas da madrugada ao primeiro clarão do oriente...

Por decreto de 15 de dezembro de 1853, foi Paranhos nomeado ministro da Marinha e, no mesmo dia, entrou no exercício desse cargo. Os outros membros do gabinete de 6 de setembro eram: Paraná, Fazenda e presidência do Conselho; Pedreira (visconde de Bom Retiro), Império; Nabuco, Justiça; Limpo de Abreu (Abaeté), Negócios Estrangeiros; Bellegarde, Guerra.

> Ministro e secretário dos Negócios da Marinha foi honrado pelos eleitores fluminenses com uma brilhante reeleição, e ele, por sua parte, na Câmara e no gabinete ministerial, confirmou o seu bem estabelecido crédito de homem laborioso, e revelou aptidões próprias do alto posto em que o haviam colocado a confiança da coroa, a justiça e a estima de seu ilustre amigo, o marquês de Paraná.
>
> Como ministro da Marinha, de 15 de dezembro de 1853 até os primeiros dias de junho de 1855, os seus relatórios, que foram louvados até pelos mais extremos adversários do gabinete a que pertencia, atestam os conhecimentos profissionais que adquirira em sua primeira carreira, um profundo estudo das necessidades desse ramo da púbica administração,e um tato raro em descobrir-lhes o verdadeiro remédio.
>
> O projeto de promoções que apresentou na Câmara dos Deputados, as medidas que solicitou e obteve do corpo legislativo, os vários regulamentos que promulgou, e não poucos projetos que passou já muito adiantados a seu sucessor comprovam a figura proeminente que representou na direção do Ministério da Marinha.
>
> Entre os regulamentos a que acima aludimos, citaremos os que criaram companhias de aprendizes marinheiros no Pará e na Bahia; os que marcam os prazos de serviço, acessos, soldos e outras vantagens das classes dos imperiais marinheiros e marinheiros avulsos; finalmente, aquele por que eram feitos os alistamentos de voluntários e recrutas as equipagens de guerra. (*Galeria dos Brasileiros ilustres*).

Em 14 de julho de 1855, retiraram-se do gabinete o visconde de Abaeté, para ir ao rio da Prata em Missão Especial, e o general Bellegarde. O visconde do Rio Branco passou da repartição da Marinha para a dos Negócios Estrangeiros, sendo nomeados o duque de Caxias

e o barão de Cotegipe ministros da Guerra e da Marinha.[99]

> As circunstâncias em que essa mudança teve lugar [diz a mesma biografia] tornaram a posição do novo ministro dos Negócios Estrangeiros, sumamente difícil. O senhor Paranhos, porém, soube sair triunfante dessa nova experiência e, desde então, dentro e fora do Império, é considerado como um verdadeiro homem de Estado.
>
> Aquele que como ministro da Marinha havia, sem o menor estrépito, e com o maior zelo possível, preparou uma luzida expedição naval para apoiar a missão diplomática enviada em 1854 à República do Paraguai, como ministro dos Negócios Estrangeiros, teve de procurar uma solução pacífica e honrosa das questões pendentes com esse Estado, e logrou seu empenho por modo muito distinto. O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio de 6 de abril de 1856 e os protocolos dessa longa e porfiada negociação serão a todo tempo um título de glória para o plenipotenciário brasileiro, que destarte evitou a guerra que se mostrava iminente e que abriu as portas do rio Paraguai à rica e infeliz província do Mato Grosso.

Desde 1852, o governo imperial se esforçava por chegar a um acordo com o Paraguai sobre a questão da navegação fluvial, que tanto interessava a nossa província de Mato Grosso.

O Paraguai, por cuja independência tanto fizera o governo imperial, devendo à aliança e aos esforços do Brasil, sem o menor sacrifício de sua parte, o poder navegar do Paraná até o rio da Prata, julgou-se com direito a negar-nos a navegação até Mato Grosso e obstinava-se em tornar inseparáveis essa questão e a de limites. Como um acordo sobre a última era impossível, atenta as exageradas pretensões que nos últimos tempos manifestava o ditador Carlos Antonio López, continuávamos privados do exercício do direito ao trânsito fluvial, implícita e virtualmente estipulado no artigo 3º do Tratado de 25 de dezembro de 1850. Nenhum dos plenipotenciários que mandamos a Assunção pôde chegar a resultado satisfatório.

Carlos López, depois que o governo imperial deixou de ratificar as convenções celebradas em 27 de abril de 1855 pelo plenipotenciário

[99] O autor do folheto *Os nossos homens* diz: "Recomposto o ministério Paraná, o senhor Paranhos fica..." Como se vê, todos os ministros ficaram, menos dois.

brasileiro almirante Pedro Ferreira, enviou ao Rio de Janeiro seu ministro dos Negócios Estrangeiros, José Berges, destinado a ser anos depois, em 1868, uma das vítimas da bárbara tirania que ensanguentou o Paraguai. Em nota de 8 de julho de 1855, o conselheiro Paranhos declarou os motivos que levaram o governo imperial a não aprovar aquelas convenções, mostrando as razões por que exigia desde logo o reconhecimento do direito derivado do artigo 3º do Tratado de 1850.

As conferências com o ministro Berges começaram no dia 9 de março e terminaram em 6 de abril de 1856. A questão fluvial foi separada da de limites, sendo aquela resolvida como o desejava o governo imperial, e esta discutida, mas adiada para ter solução definitiva dentro do prazo fixado no novo tratado.

Os célebres protocolos dessa negociação foram publicados em um volume, que acompanha em avulso o relatório do Ministério de Estrangeiros de 1857. O modo por que Paranhos houve-se nessa laboriosa e enredada discussão mereceu o elogio dos próprios adversários. O senador dom Manoel de Assis Mascarenhas, que fazia oposição desabrida ao gabinete, teve a lealdade de confessar, fazendo justiça ao seu adversário, que o direito do Brasil na questão de limites saíra vencedor, e ficara plenamente provada à luz dos debates havidos nas conferências que precederam a celebração do tratado de navegação. Pedro de Ângelis, cuja autoridade nesses assuntos era das mais competentes, escreveu o seguinte ao ler os protocolos: "... O direito do Brasil ficou plenamente provado, graças à habilidade e ilustração do senhor Paranhos. Todas as citações históricas que fez são rigorosamente exatas, e na discussão mostrou profundo estudo e conhecimento da matéria."

Mais tarde, porém, foi o ilustre estadista censurado por não ter resolvido então a questão dos limites.

Interpelado pelo senador visconde de Jequitinhonha, que parecia não estar lembrado das circunstâncias que se deram na discussão do Tratado de 6 de abril de 1856, disse ele no Senado em sessão de 28 de junho de 1865:

> Do que se tratava em 1856 com a República do Paraguai? Tratava-se de resolver a questão de limites? Não. Vossa excelência, senhor presidente (visconde de Abaeté), sabe que não fiz mais do que continuar a política que vossa excelência

> tinha seguido. A questão de limites não estava então na ordem do dia: desertos nos separavam e separam do Paraguai. A questão vital era a navegação, e não podíamos pedir o exercício da navegação à República do Paraguai senão nos termos do nosso direito; não podíamos exigir a liberdade de trânsito senão sob condições mais ou menos favoráveis, dependentes do assentimento do Paraguai; porquanto pelo governo imperial tinha sido sempre sustentado o princípio de que o ribeirinho inferior pode negar o trânsito ao ribeirinho superior, desde que este se não conforme as cláusulas que o primeiro julgue necessárias a sua segurança. O Paraguai possui a soberania da embocadura daquele rio: não podíamos deixar de negociar com ele as condições do livre trânsito, e estas condições dependiam do seu espontâneo assentimento, porque, assim como não queríamos que os Estados Unidos ou qualquer outra nação nos desse a lei no Amazonas, assim também não queríamos dar a lei no rio Paraguai. Eis a explicação do Tratado de 6 de abril...

Uma divisão brasileira de quatro mil homens ocupava Montevidéu desde 1854, para apoiar o governo legal da República. Paranhos tratou de apressar a retirada dessa força, sendo este um dos fins da missão confiada ao visconde de Abaeté. No dia 14 de novembro de 1855, a divisão pôs-se em marcha e a 19 de dezembro estava recolhida ao nosso território.

Em 7 de março, o mesmo plenipotenciário celebrou na cidade do Paraná um tratado, que assentou em novas e sólidas bases as relações entre o Brasil e a Confederação Argentina.

Nesse gabinete, teve Paranhos de sustentar uma porfiada discussão com a legação de sua majestade britânica sobre apresamentos feitos pelos cruzadores ingleses nas costas do Império. O seu protesto de 6 de abril de 1856 mereceu louvores na própria imprensa de Londres e no Parlamento Britânico. Entre, outros, lorde Malmesbury referiu-se ao nosso protesto em termos honrosíssimos.

Alvarenga Peixoto resume do seguinte modo o protesto de que se trata:

> Depois de manifestar a surpresa com que recebeu a nota do senhor William Jerningham, encarregado de negócios de sua majestade britânica, o conselheiro Paranhos ocupou-se com a tentativa de desembarque de africanos em Serinhaém e passando as ameaças da legação britânica demonstrou que a abolição do tráfico no Brasil não se devia atribuir à vigilância dos cruzadores ingleses, insuficientes

> para o extenso perímetro das nossas costas, e muito menos ao ato do parlamento britânico de 1845, que apena autorizou violências executadas no litoral, nos portos e rios do Império; que a consolidação da paz e ordem constitucional do Império, e a lei de 4 de setembro de 1850, que ampliou e deu nova força a de 7 à de novembro de 1831, imprimiram a repressão do tráfico uma eficácia que dentro e fora do país se julgava impossível.
>
> Hoje, porém [acrescentou Paranhos], que a paz da Europa se figura como possível, o honrado senhor Jerningham julga conveniente contestar os esforços do governo imperial, exprobrar-lhe frouxidão, ameaçá-lo em nome do governo de sua majestade britânica com a execução do *Bill* de 8 de agosto de 1845!
>
> A ameaça que tão injusta e acremente se faz ao governo imperial poderá servir para despertar a lembrança de que a Grã-Bretanha é uma nação mais forte do que o Brasil, e para significar que não duvidará usar ainda sem motivo legítimo, do seu grande poder material, mas não poderá nem encobrir a sem-razão de semelhante procedimento, nem abalar a tranquilidade que ao governo imperial inspira a consciência de sua dignidade e da inteireza de seus atos.

Entre outras questões que tiveram de ocupar nessa época a atenção de Paranhos só mencionaremos a de limites com a Guiana Francesa, questão que não pode ficar resolvida, apesar da habilidade com que se houve o nosso plenipotenciário visconde de Uruguai. A discussão desse assunto, porém, ficou esgotada. Os protocolos da negociação em Paris acompanham o relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1857.

Coube ainda a Paranhos aderir, em nome do governo imperial, aos quatro princípios seguintes de direito marítimo constantes da declaração final do Congresso de Paris, de 16 de abril de 1856:

1. o corso é e fica abolido;
2. o pavilhão neutro cobre a mercadoria inimiga, com exceção do contrabando de guerra;
3. a mercadoria neutra, com exceção do contrabando de guerra, não pode ser apresada sob o pavilhão inimigo;
4. os bloqueios, para serem obrigatórios, devem ser efetivos, isto é, mantidos por força suficiente para proibir realmente o acesso ao litoral inimigo.

Aceitando esses princípios, pela nota de 18 de março de 1857, manifestou o visconde do Rio Branco o desejo de ver proclamada também a abolição do direito de captura da propriedade privada no mar.

Eugène de Cauchy em sua obra *Le Droit Maritime International* (Paris, 1862, 2 v.) transcreve o seguinte trecho da referida nota:

> O governo imperial, associando-se por esta forma, na adoção de máximas tão moderadas e justas, aos governos que as iniciaram, espera que a política sábia e generosa que inspirou tão feliz iniciativa regulará também a sua verdadeira prática, evitando-se assim, quanto ser possa, as divergências e conflitos a que tem dado lugar em todas as épocas as restrições do segundo e terceiro princípios, no tocante ao direito de visita, e a qualificação da mercadoria hostil, bem como o quarto princípio, quanto ao reconhecimento da sua condição essencial, e dos casos de violação efetiva por parte dos neutros.
>
> A humanidade e a justiça devem de certo ao Congresso de Paris um grande melhoramento na lei comum das nações; mas, em nome dos mesmos princípios, é lícito ainda pedir às potências signatárias do Tratado de 30 de março de 1856, como complemento da sua obra de paz e civilização, a consequência salutar que se contém nas máximas que elas proclamaram. Esta consequência é que toda propriedade particular inofensiva, sem exceção dos navios mercantes, deve ficar ao abrigo do direito marítimo contra os ataques dos cruzadores de guerra...

No seio do nosso Parlamento e da nossa imprensa, algumas vozes deixaram ouvir censuras contra o ministro que aderira àqueles princípios de direito marítimo. Diziam que o Brasil deveria seguir a opinião dos Estados Unidos, que, segundo o pensar deles, queriam a conservação do direito de corso, porque o julgavam muito lícito e meio de guerra muito conveniente.

Os Estados Unidos, porém, não prestaram sua adesão às novas máximas estipuladas pelo Congresso de Paris, porque queriam que o princípio de inviolabilidade da propriedade particular de um dos beligerantes no alto-mar fosse posto ao abrigo do direito marítimo contra os cruzadores de guerra. Os Estados Unidos não sustentaram que o corso seja um recurso próprio da civilização atual, ou que não tenha o caráter de uma pirataria organizada e legal.

Segundo as estipulações das potências signatárias do Tratado de Paris, os quatro princípios deviam ser considerados inseparáveis; não se

admitia uma adesão parcial, e sim uma adesão integral; a potência que se não prestasse a esse acordo ficaria privada da sua aplicação.

O visconde do Rio Branco disse na Câmara dos Deputados o seguinte (15 de junho de 1857):[100]

> Se não aderíssemos aos princípios proclamados pelo Congresso de Paris, dada uma guerra em que fosse parte alguma das potências signatárias do Tratado de 30 de março de 1856, ou alguma das outras que têm aderido aos mesmos princípios, as mercadorias brasileiras seriam boa presa sob o pavilhão inimigo, as mercadorias inimigas não seriam protegidas, não ficariam isentas sob o pavilhão brasileiro. Ora, devíamos nós sacrificar as vantagens da paz a um recurso de guerra? Esta política seria a que convinha ao Império, que em todas as suas relações exteriores tem por base a justiça e moderação? Conviria este procedimento ao Império, que tem uma marinha mercante ainda muito limitada, e cuja exportação se faz quase toda em navios estrangeiros? Creio que não. (*Apoiados*.)
>
> Senhores, os vapores reduziram a mui pouco os serviços que hoje podem prestar os corsários. E a nação que tem uma grande força marítima tem também uma marinha mercante numerosa; se elas quiserem usar desse recurso, levarão de certo vantagem às nações mais fracas sob o ponto de vista da força naval (*apoiados*)...

O grande estadista marquês de Paraná faleceu em 3 de setembro de 1856 e desde então passara o duque de Caxias a dirigir o gabinete, transferindo-se o barão de Cotegipe do Ministério da Marinha para o da Fazenda. Paranhos, que, como vimos, era ministro dos Negócios Estrangeiros, ficou desde 8 de outubro exercendo também, interinamente, as funções de ministro da Marinha.

> Nessa curta interinidade, sobrecarregado com os graves assuntos da política externa, teve, entretanto, tempo para levar a efeito o importante projeto da conclusão do dique da ilha das Cobras, formular a reforma do corpo de saúde da armada e dos oficiais da fazenda, e dar organizado às classes dos artistas dos vapores de guerra; trabalhos que foram honrados com a aceitação do seu ilustrado sucessor, e por estes concluídos e promulgados" (*Galeria dos homens ilustres*).

[100] Vejam-se ainda dois pequenos discursos que proferiu na Câmara dos Deputados em 3 de agosto de 1861.

Dissolvido o primeiro ministério da conciliação em 4 de maio de 1857, o visconde do Rio Branco, então deputado pelo segundo círculo do município do Rio de Janeiro, esteve sempre na tribuna para defender os atos da administração de que havia feito parte e o crédito de seus colegas como também o próprio. Recomendamos a leitura do discurso que pronunciou na sessão de 15 de junho de 1857 por ocasião da discussão da fala do trono.

Por esse tempo, haviam surgido novas e sérias dificuldades entre o Império e o Paraguai. O governo de Assunção anulara de fato o Tratado de 6 de abril de 1856, submetendo a navegação comum a regulamentos que eram a negação do que havia sido estipulado. O comércio com a província de Mato Grosso pela via fluvial do Paraguai e do Paraná tornara-se impossível.

O Brasil preparou-se para a guerra.

O gabinete de 4 de maio de 1857, que sucedera ao de 6 de setembro de 1853, tinha por chefe o marquês de Olinda. Era ministro dos Negócios Estrangeiros o visconde de Maranguape.

Paranhos foi então nomeado, por decreto de 12 de agosto de 1857, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em Missão Especial na República Oriental do Uruguai, na Confederação Argentina e no Paraguai.[101]

Na cidade do Paraná, assinou Paranhos, com o plenipotenciário argentino, a Convenção Fluvial de 20 de novembro de 1857, completando as estipulações do Tratado de 7 de março de 1856, e regulando a navegação dos rios Uruguai e Paraná dentro dos limites da jurisdição dos dois países, e os Tratados de 14 de dezembro do mesmo ano, de limites e de extradição de criminosos entre o Império e a Confederação Argentina, tratados estes que, ratificados pelo Brasil, e aprovados pelo Congresso do Paraná, não foram ratificados pelo governo argentino.[102]

---

[101] Seu secretário nessa missão foi o doutor Tomás Fortunato de Brito, barão de Arinos, depois ministro do Brasil na Bélgica, e árbitro desempatador e presidente da Comissão Mista franco-americana.

[102] A respeito da não ratificação desses dois tratados, disse Pereira Pinto nos seus *Apontamentos para o Direito Internacional:*

"Pela organização política daqueles Estados, as convenções acordadas por seus chefes com as potências estrangeiras têm de passar pelo cadinho das câmaras, sendo afinal sancionadas pelos presidentes: largo campo, pois, fica aberto a todas as chicanas para inutilizá-las, quando assim entra nos cálculos das mesmas câmaras ou de seus governantes.

Em Assunção, firmou com o plenipotenciário paraguaio, general Solano López, a Convenção de 12 de fevereiro de 1858, estabelecendo a verdadeira inteligência e prática do Tratado de 1856. Os regulamentos expedidos antes pelo governo paraguaio foram todos revogados, obtendo o plenipotenciário brasileiro não só a fiel observância daquele tratado, mas também novas e importantes concessões. O rio Paraguai ficou desde então aberto a todas as bandeiras, e "esse triunfo inesperado valeu ao nosso diplomata o mais cordial acolhimento na província de Mato Grosso, a qual foi então visitar, e uma recepção brilhante na capital do Império."

Na excelente obra *Apontamentos para o Direito Internacional* (t. IV, pp. 119 e seguintes), disse o erudito A. Pereira Pinto:

> Para plenipotenciário dessa missão foi, com o melhor fundamento, escolhido o conselheiro Paranhos, negociador do tratado de 6 de abril e, portanto, genuíno intérprete do espírito que ditara os preceitos daquela convenção. No meio de nossos infortúnios com o Paraguai, (...) desenha-se com viço e brilhantismo a frase que gerou o ajuste internacional cometido aos talentos do conselheiro Paranhos.
>
> ... Aceitando o honroso encargo para que houvesse sido eleito, o conselheiro Paranhos amanhou com suma prudência o terreno, antes de investi-lo temerariamente. Ínvias eram as veredas; vários negociadores tinham errado o trilho; ele mesmo em 1856 palpara o perigo dos atalhos; só se pode, pois, louvar o acerto com que buscou encaminhar a negociação de forma que, quando lançasse âncora em Assunção, as prevenções estivessem se não desvanecidas, ao menos

---

Em 1827 Buenos Aires envia ao Brasil a missão Garcia para fazer a paz: firma-se o tratado de 24 de maio, de acordo com as instruções dadas àquele plenipotenciário, como ele próprio afirmou em sua defesa, mas não foi aprovado.

Em 1843 Rosas excita por meio do seu ministro Guido uma aliança com o Império; conclui-se a convenção de 24 de março de 1843, a qual não é ratificada pelo mesmo ditador.

Em 1857 o Estado Oriental provoca a revisão do tratado de 1851, celebra-se a convenção de 4 de setembro, a que se anexou, na mesma data, o tratado de permuta de territórios na fronteira. Ambos ficaram sem efeito pelos embaraços do governo e das câmaras da República.

"Em 1859 ajusta-se com as ditas Repúblicas o tratado de 2 de janeiro (negociadores os viscondes do Rio Branco e do Uruguai), complementar da convenção de paz de 1828: tem a mesma sorte dos anteriores! Aos de que ora nos ocupamos é igualmente recusada a última sanção. Violando por um modo tão frívolo solenes compromissos, deixando de fazer honra à firma de seus plenipotenciários, não se aventuram aqueles países aos azares de sérios comprometimentos com as potências estrangeiras? ..."

assaz modificadas. Se o conselheiro Paranhos, sem procurar a adesão ou as simpatias dos estados platinos a nossa causa, velejasse direto ao porto da capital do Paraguai, é nosso juízo que a sua missão falharia. Aquele foi o segredo de sua política, e essa política deu sazonados frutos.

Tentou-se fazer acreditar que a atitude bélica tomada então pelo gabinete imperial concorrera principalmente para facilitar o favorável êxito da convenção de 12 de fevereiro de 1858; meses, como bem disse o enviado brasileiro no magistral discurso proferido na sessão de 11 de julho de 1862, na Câmara dos Deputados, 'quando uma negociação vem acompanhada de força, esta é um meio auxiliar que não dispensa trabalhos e esforços de inteligência para a solução amigável'; e nós acrescentaremos se por esses esforços alcança um desenlace pacífico, grande elogio cabe ao diplomata que por tal forma evita a seu país e a humanidade as calamidades da guerra.[103]

Na época a que nos referimos as relações do gabinete imperial com o governo argentino, ou antes, com o general Urquiza, que tinham esfriado em consequência de nossas desinteligências com o Estado Oriental por causa da aceitação dos tratados, às exigências de cujo Estado o referido general mais se inclinara, e atenta a posição neutral que o Brasil tomara em suas desavenças com a província de Buenos Aires, haviam melhorado, mandando o mesmo general a esta corte um agente confidencial, com o qual se travaram as aberturas para a celebração do tratado de comércio e navegação, que com efeito foi firmado pela missão brasileira, em 7 de março de 1856.

Aproveitando discretamente esse estado de benevolência entre os dois países, o conselheiro Paranhos, como preliminar da negociação com o Paraguai, julgou acertado concertar previamente com a Confederação Argentina algum ajuste sobre a navegação fluvial como complemento dos tratados de 1851 e 1856, e do acordo que sobre idêntico objeto havíamos ajustado com o governo oriental em 15 de setembro de 1857.

---

[103] O discurso a que aludimos [diz o senhor Pereira Pinto em uma nota à p. 121 do volume citado] foi publicado no *Apêndice dos Anais* da Câmara dos Deputados, p. 66. Nesse eloquente e esclarecido debate, o conselheiro Paranhos resumiu com suma habilidade a história de nossas pendências no rio da Prata, desde a ditadura de Rosas até a convenção de 1858 com o Paraguai. Ao leitor que tiver interesse de estudar nossas questões internacionais, aconselhamos a leitura daquela importante exposição."
Particularmente sobre a missão de que nos ocupamos recomendaremos também o discurso de 4 de agosto de 1858.

Nesse empenho foi o plenipotenciário brasileiro bem-sucedido, conseguindo que em 20 de novembro de 1857 se subscrevesse por ambas as partes uma convenção fluvial, pela qual os trechos dos afluentes do Prata de um e de outro Estado ficavam abertos às bandeiras de todas as nações, sob os princípios dos regulamentos mais liberais.

Esse resultado, isto é, o reconhecimento pelo lado dos ribeirinhos platinos daqueles princípios, desvencilhou o caminho para o Paraguai de muitos obstáculos e fora segura base para tratar com esta República.

Aportando à Assunção, exibiu o conselheiro Paranhos como molde do projetado tratado as mesmas estipulações que acordara com o governo argentino, apresentando essa proposta pela nota de 14 de janeiro. Duraram os debates da negociação desde 10 de janeiro até 13 de fevereiro, e tendo-se deles arredado a questão preliminar dos regulamentos da República, visto ter o governo paraguaio considerado como ponto de partida de um novo acordo a convenção fluvial ajustada com a Confederação Argentina, menos difícil tornou-se a ultimação do tratado.

A convenção de 12 de fevereiro resolveu satisfatoriamente todas as questões controvertidas, decretando as seguintes estipulações – senhor Pereira Pinto transcreve aqui as estipulações desse acordo:
... Increpou-se ao negociador da convenção de 1858 – continua o senhor Pereira Pinto – por não haver deslindado a questão de limites. Tal censura, porém, não resiste a mais ligeira análise: *primo* não era esse o objeto especial de sua missão,[104] *secundo* porque, tendo o tratado de 6 de abril de 1856 adiado essa questão para tempo ainda e então distante, não se podia exibir razão fundada para semelhante reclamação, e finalmente porque, levantando-se em tal ocasião esse debate incandescente, se prejudicaria o fim primordial daquela missão, que não era outro senão desimpedir-se o caminho fluvial para Mato Grosso.

... Em remate diremos que a convenção de 12 de fevereiro, conseguindo a

[104] O visconde de Maranguape, ministro dos Negócios Estrangeiros, em sessão de 3 de agosto de 1857, disse terminantemente: "Eu declaro à câmara que não foi objeto da missão do honrado conselheiro Paranhos a questão de limites. Tudo quanto o nobre deputado disse acerca deste assunto poderá ter lugar quando a questão, que está adiada por tratado, for trazida ao conhecimento do corpo legislativo."

> revogação dos regulamentos paraguaios, a sua substituição por medidas que garantiam nossos direitos, completando e desenvolvendo o tratado de 6 de Abril de 1856 na parte relativa à navegação fluvial, por meio de cláusulas e estipulações permanentes, e *abrindo a mesma navegação ao comércio de todas as nações,* honra as páginas da nossa história diplomática.

Aos que quiserem estudar esses acontecimentos recomendaremos a leitura dos discursos pronunciados por Paranhos em 11 de julho de 1862 (citado pelo doutor Pereira Pinto) e 4 de agosto de 1858.

Referindo-se a este último discurso disse o então ministro dos Negócios Estrangeiros visconde de Maranguape:

> Quanto aos negócios do Paraguai, o nobre deputado que ontem encetou o debate sobre o orçamento de estrangeiros deu já as precisas explicações; creio que satisfizeram a câmara. (*Apoiados*.) Se alguma glória tenho é a do acerto com que concorri para que esse digno ministro plenipotenciário fosse escolhido para semelhante missão... O senhor conselheiro Paranhos bem mereceu não só do governo como de todo o Brasil. (*Apoiados*, *muito bem.)*

Na discussão que então houve, Paranhos recebeu louvores mesmo de adversários. O deputado Brandão elogiou-o e foi vivamente apoiado. "Livrou-nos da necessidade de uma guerra", disse F. Otaviano. O mesmo disseram, no Senado, dom Manoel (7 de junho) e outros.

> Com efeito [disse Alvarenga Peixoto, na biografia citada] o que acabávamos de conseguir, sem o recurso sempre lamentável das armas, tinha alcance imenso. Não era só o livre-trânsito para Mato Grosso o que tínhamos obtido, concessão a que tanto resistira o governo paraguaio, concessão de magna importância para aquela nossa província, cuja vida exterior depende da livre circulação da sua artéria fluvial. O visconde do Rio Branco conseguira mais do que fora recomendado e se esperava: o rio Paraguai ficava aberto à livre-navegação de todas as bandeiras.

De volta à capital do Império, foi Paranhos recebido com vivas demonstrações de regozijo. No dia de sua chegada, tendo ido cumprimentar suas majestades imperiais, encontrou à noite, ao regressar, sua casa cercada de povo que, com bandas de música, o vinha saudar pelo feliz desenlace da questão paraguaia. Na Europa, o nosso

triunfo foi também comentado em palavras lisonjeiras ao negociador brasileiro, pois o acontecimento interessava não só ao Brasil, mas também ao comércio marítimo de todos os povos.[105]

Pelo assinalado serviço que então prestou ao Império, foi remunerado com o grau de dignitário da ordem imperial do Cruzeiro. Seus comprovincianos da Bahia, por meio de uma subscrição popular, ofertaram-lhe as insígnias daquela ordem, tendo no verso a inscrição "A José Maria da Silva Paranhos, a província *da Bahia, 12 de fevereiro de 1858*, *Assun*ção.

A felicitação que acompanhava essas insígnias tinha mais de 700 assinaturas, entre as quais figuravam as dos homens mais distintos da província, conservadores e liberais, como o barão de Cajaíba, Landulfo Medrado, Aragão Bulcão (Baltasar de A.), Araújo Góis, Pedro Moniz, Pinto Lima, Casimiro Madureira, Leão Veloso, barão de Pirajá, Ramiro, barão do Rio Vermelho, M. J. Bahia, Dantas, Ferreira Souto, Pereira Franco, Azevedo Monteiro, barão de São Francisco, Evaristo Ladislau e Silva, barão do Rio de Contas, Ferreira de Moura, Gasparino, Domingos Seixas, Cerqueira Pinto, Gustavo A. de Sá, Jerônimo Sodré Pereira Jr., Virgílio Damásio e outros.

A felicitação e as insígnias foram entregues a Paranhos em uma comissão composta dos deputados Sousa Dantas, Araújo Góis, Pedro Moniz e Pereira Franco, sendo orador o primeiro desses deputados.[106]

---

[105] Assim, de uma correspondência de Berlim, que encontramos casualmente no *Diário do Rio*, escrita em data de 6 de maio de 1858, transcrevemos o seguinte trecho: "A conduta do governo brasileiro, estabelecendo a liberdade da navegação para todas as bandeiras no Paraguai, tem merecido muitos louvores, e o plenipotenciário brasileiro senhor Paranhos tem sido geralmente elogiado em todos os jornais europeus."

[106] A felicitação dos baianos começava assim: "Pelo modo brilhante por que se houve vossa excelência na importante missão que lhe foi confiada junto ao governo paraguaio, adquiriu vossa excelência direito à gratidão e ao reconhecimento de todos os brasileiros. Esta questão, que prendeu a atenção pública de todo o Império, que teve eco na Europa e que parecia quase impossível de concluir-se satisfatoriamente para o Brasil sem o apelo às armas, quis a Divina Providência que, mediante o tino, saber e solicitude de vossa excelência fosse decidida no dia 12 de fevereiro último, de modo honroso e digno para a nação, e sem que se derramasse uma só gota de sangue brasileiro..."

Ao discurso da comissão de que foi orador o conselheiro M. P. de Sousa Dantas, respondeu o visconde do Rio Branco nos seguintes termos:

"Senhores, o entusiasmo de um povo por tudo quanto interessa à honra e à glória nacional é a melhor pedra de toque da elevação do seu caráter e da sua energia social. A província da Bahia, de quem sois dignos órgãos e legítimos intérpretes, exibe neste ato mais uma prova de que

Por decreto de 24 de julho de 1858, referendado pelo conselheiro Saraiva, foi Paranhos nomeado membro efetivo do Conselho Naval, criado por decreto de 22 do dito mês, e exerceu esse cargo, tendo por colegas, Zacarias de Góis e outros homens desse porte, até 17 de setembro de 1860, em que obteve a exoneração que solicitara.[107]

Por decreto de 18 de outubro desse mesmo ano de 1858, foi nomeado, juntamente com o visconde do Uruguai, ministro plenipotenciário para ajustar com os representantes da Confederação Argentina e da República Oriental, Luís José de la Peña e Andrés Lamas, o tratado definitivo de paz que substituísse o acordo preliminar de 27 de agosto de 1828.

Na mesma ocasião era Paranhos nomeado presidente da província do Rio de Janeiro, por carta imperial de 26 de outubro, referendada pelo marquês de Olinda. Esta sua administração no Rio de Janeiro foi de curta duração, pois dois meses depois, a 12 de dezembro, teve de deixá-la para fazer parte do gabinete Abaeté.

As conferências com os plenipotenciários argentino e oriental

---

são imutáveis e de que cada vez mais se acrisolam os sentimentos que os baianos atestaram com o seu precioso sangue nos campos da Independência. Esta demonstração, que recebo traspassado do mais vivo e grato reconhecimento, é infinitamente superior ao mérito daquele a quem é dirigida, e só igual ao pensamento nacional que a inspirou. Mas se a generosidade baiana me confunde ante a consciência do pouco que valho, a significação política do vosso procedimento me reanima e transporta de júbilo, porque fala tanto mais alto em favor da terra em que vi a luz do dia quanto é humilde a pessoa que teve a felicidade de prestar os serviços que assim apreciais e engrandeceis. Os sentimentos generosos e as prudentes considerações políticas que abundam e brilham em vossas expressões, assim como nas que há pouco ouvi de outros compatriotas, dizem eloquentemente que não atravessamos uma época de indiferença e egoísmo, e vão também atestar aos povos vizinhos que o brasileiro, a nenhum cedendo em zelo por sua honra e seus direitos, preza no mais subido grau a paz e amizade com os seus irmãos da América. A vossa demonstração é, pois, duplamente significativa. Recebo-a como um título do vosso ilustrado patriotismo, como um novo testemunho do extremoso amor que vos merece a terra em que nascemos. Guardá-la-ei como um depósito de honra, como um penhor de minha dedicação ao imperador e a nossa bela pátria."

[107] O ministro da Marinha escreveu-lhe então a seguinte carta: "Rio, 20 de setembro de 1860. Excelentíssimo amigo e senhor conselheiro. Respondo ao prezado favor de vossa excelência, com a data de 14 do corrente, comunicando-lhe que sua majestade o imperador se dignou de conceder a demissão que vossa excelência pediu do lugar de membro efetivo do Conselho Naval. Certo dos motivos que teve vossa excelência para deixar o Conselho Naval, onde servia com zelo notável e superior ilustração, não posso deixar de manifestar-lhe todo o meu reconhecimento pela boa-vontade com que me auxiliou sempre que tive necessidade de recorrer as suas luzes e experiência. Tenho a honra de ser de vossa excelência amigo V.or Obg.do C.do. F. X. Paes Barreto."

começaram em 6 de novembro e terminaram em 2 de janeiro de 1859, dia em que foi assinado o tratado definitivo de que anteriormente falamos. Esse ajuste, porém, teve a sorte de outros que temos celebrado com os nossos vizinhos. O general Urquiza impediu a ratificação porque o governo imperial, sendo Paranhos já então ministro dos Negócios Estrangeiros, não se prestara a auxiliá-lo na empresa de submeter a província de Buenos Aires, que desde 1852 se achava separada da Confederação. Também no Estado Oriental, apesar das asseverações do ministro Lamas, que declarava ser empenho de honra para o seu presidente a ratificação do tratado, foi este repelido pelo Senado como desvantajoso à República.

O gabinete Olinda-Sousa Franco, apoiado pelos liberais do Senado e da Câmara e por muitos conservadores, principalmente pelos que mais tarde se ligaram aos liberais, fora, entretanto, ardentemente combatido em 1858, na tribuna e na imprensa, pelos mais notáveis representantes do antigo partido conservador, pelos que então a imprensa liberal ironicamente denominava "cardeais, vermelhos ou puritanos". Dessa oposição faziam parte Eusébio de Queirós, Mont'Alegre, Itaboraí, Muritiba, Cândido Borges (Itatúna), Uruguai, Sousa Ramos (Jaguarí), Silveira da Mota, Abaeté, Miranda, Manuel Felizardo e outros conservadores da Câmara Vitalícia.

Encerrado o Parlamento, o gabinete Olinda dissolveu-se, organizando-se o de 12 de dezembro de 1858, presidido pelo visconde de Abaeté. Deste novo gabinete fez parte Paranhos como ministro dos Negócios Estrangeiros e interino da Guerra, tendo por colegas, na pasta da Marinha, o visconde de Abaeté, presidente do Conselho; na do Império, Sérgio Teixeira de Macedo; na Justiça, Nabuco; na da Fazenda, Sales Torres-Homem. Em 12 de fevereiro de 1859, o general Manuel Felizardo assumiu o cargo de ministro da Guerra, e em 21 de março Nabuco deixou o ministério, sucedendo-lhe na repartição da Justiça o visconde de Muritiba.

Todos os novos ministros saíram das fileiras da oposição parlamentar, exceto o visconde do Rio Branco, que, assistindo apenas ao último mês da sessão de 1858, não se pronunciara sobre a política financeira do gabinete Olinda-Sousa Franco.

Com o ano de 1858, em que surgiu a oposição dos antigos conservadores e a ascensão do ministério Abaeté, ministério francamente conservador, terminou o período da conciliação, que fora de tréguas para os dois grandes partidos constitucionais. Os tão falados 14 anos de domínio conservador decompõem-se, para os que conhecem a nossa história política, em três períodos distintos: primeiro, de 29 de setembro de 1848 a 6 de setembro de 1853, cinco anos, em que governou o partido conservador; segundo, de 6 de setembro de 1853 a 12 de dezembro de 1858, cinco anos e três meses, em que dominou a política de conciliação, sendo ministros conservadores e liberais (gabinetes Paraná e Olinda); terceiro, 12 de dezembro de 1858 a 24 de maio de 1862, três anos e cinco meses, em que governaram os conservadores (gabinetes Abaeté, Ferraz e Caxias) .

O gabinete Abaeté foi de curta duração e teve de sustentar no Parlamento uma luta renhida.

> As discussões desse tempo [diz Alvarenga Peixoto] ressentiram-se da agitação que reinava nos espíritos. De um lado a questão bancária, do outro a circunstância de se apresentar, depois das tréguas da conciliação, um ministério que se apoiava francamente no partido conservador, irritaram o partido liberal e uma parte do comércio. Contra o visconde do Rio Branco, quer na Câmara dos Deputados, quer no Senado, quando aí foi discutir o orçamento de estrangeiros, dirigiram-se por vezes as setas ervadas de adversários intolerantes, mas ele houve-se sempre com a calma e a dignidade que a sua posição e o seu caráter lhe impunham. O enérgico e brilhante discurso que proferiu no Senado em 23 de Julho desse ano foi um digno protesto contra as injustiças de que se fez eco o senador dom Manoel Mascarenhas.[108]

[108] "Esse discurso" – diz Alvarenga Peixoto – "não se acha nos *Annaes*, mas pode ser lido em extrato do *Jornal do Commercio*, da época. O senador dom Manoel lançava em rosto ao visconde do Rio Branco o ter começado a sua vida política nas fileiras do partido liberal, sem lembrar-se de que ele mesmo começara a sua como conservador apaixonado, e passando-se para o partido liberal, depois que entrou para o Senado, tornara-se liberal tão exaltado quanto fora conservador intolerante. Dele dizia em 1845 na Câmara dos Deputados o distinto liberal Gabriel José Rodrigues dos Santos: 'Peço que se estudem todos os acontecimentos irregulares, todas as cenas um pouco excessivas, todas as cenas tumultuosas que têm havido nesta casa desde 1845, e vejam-se quem tem sido o autor delas, *quem* tem tomado a si o descomunal encargo de perturbar a tranquilidade dos nossos trabalhos. Acresce ainda, senhor presidente, que eu tenho observado que esse nobre deputado tem feito por diversas vezes agressões tão virulentas, algumas vezes, tão repugnantes, aos seus colegas, que seria imprudência querer

Os desafetos do visconde do Rio Branco não podiam perdoar-lhe o fato de achar-se ele então nas fileiras do partido conservador. Em abono da verdade deve-se dizer que a mudança que se operou no visconde do Rio Branco não foi nas ideias, e sim aquela que a conciliação operou nos partidos. Lentamente achou-se entre os muitos homens políticos que tinham sacrificado os velhos ódios ao espírito de moderação que caracterizava então o estado da sociedade; e não podia ser outro o resultado desde que a política de conciliação, aproximando os partidos, pôs em estreito contato adversários que até 1849 se haviam batido com tamanho ardor.

O visconde do Rio Branco é, e tem sido sempre, o mesmo liberal de outras eras, embora milite nas fileiras do partido que se intitula conservador. É liberal como são liberais todos os verdadeiros conservadores do Brasil, todos os que aceitam a nossa constituição política. Dele pode-se dizer o que um historiador escreveu de Robert Peel: 'e o mais conservador entre os liberais, o mais liberal *entre os conservadores*, e em um e outro campo o mais *hábil de todos eles*.'

A discussão do projeto bancário (no espírito do ato de *sir* Robert Peel), apresentado pelo ministro da Fazenda, o conselheiro Sales Torres Homem, argumentou as fileiras da oposição e depois de algumas sessões tempestuosas, verificando o ministério que tinha apenas uma fraca maioria de 10 votos, retirou-se em 10 de agosto, sucedendo-lhe o gabinete presidido pelo conselheiro Ferraz, depois barão de Uruguaiana...[109]

Foi no ministério de 12 de dezembro que o visconde do Rio Branco reorganizou a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Essa reforma sofreu posteriormente algumas alterações.

O gabinete de 10 de agosto de 1859, presidido por Ferraz (depois, barão de Uruguaiana), permaneceu no poder até 2 de março de 1861.

---

colocar em frente de um deputado que não está acostumado a discutir com a calma e a serenidade que cumpre haver nos nossos debates (*Apoiados*)."

[109] O autor do folheto Os *nossos homens* diz que Rio Branco foi, em 1858, na Câmara, do partido da liberdade do crédito.
Rio Branco chegou do Paraguai nos últimos dias da sessão de 1858 e não teve ocasião de manifestar-se sobre esse assunto. Se o tivesse podido fazer, teria combatido as ideias do ministro da Fazenda Sousa Franco, inteiramente oposta às do gabinete Abaeté-Sales de que fizera parte. Veja-se o que a esse respeito declarou Rio Branco na Câmara dos Deputados, em sessão de 20 de junho de 1859.

Durante a sessão de 1860, Paranhos foi para o ministério, que entre nós se chama um *amigo livre*, isto é, censurou alguns de seus atos, aplaudiu outros, e sobre todos os assuntos regulou-se pelas suas próprias inspirações, sem embaraçar-se com o modo de ver dos ministros. Dos discursos que então proferiu, os mais notáveis foram os de 1º de junho, sobre a nossa política exterior; de 9 do mesmo mês, na discussão da fixação de forças de terra; de 11, em resposta ao ministro da Guerra; de 27, na discussão da força naval; de 3 e de 25 de julho (reforma eleitoral e orçamento de Estrangeiros); e de 23, de 29 e de 30 de agosto.

Em janeiro de 1861, procedeu-se à eleição em todo o Império, e a oposição liberal conseguiu a vitória em muitos distritos. No do município neutro, por onde era candidato Paranhos, foram eleitos Teófilo Otoni, Saldanha Marinho e F. Otaviano, todos liberais. Várias causas deram em resultado a derrota dos candidatos conservadores. As recentes medidas do governo, entre as quais citaremos apenas o regulamento do selo, as demissões em massa de operários e de empregados subalternos, irritaram o comércio e as classes inferiores. Paranhos era tido por candidato do governo, embora a sua atitude na sessão de 1860 houvesse desgostado o presidente do Conselho, Ferraz, datando daí o estremecimento das relações desses dois homens de Estado. Os liberais aproveitaram habilmente todas as armas que lhe forneceram os erros do gabinete, e o resultado foi serem suplantados os candidatos conservadores.

Meses depois, Paranhos foi enviado à Câmara pela província de Sergipe, onde vagou um lugar de deputado.

Por decreto de 20 de fevereiro de 1861, referendado por Sinimbu, foi Paranhos nomeado consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros, lugar criado pelo decreto de 19 de fevereiro de 1859, e extinto em 1867 ou 1868.

Com algumas interrupções, exerceu esse cargo, até que pediu e obteve demissão em 19 de abril de 1865.

Seus pareceres como consultor do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como membro do Conselho Naval e como conselheiro de Estado, pareceres de que guardou minutas que fazem parte do precioso arquivo que deixou, forneceria matéria para muitos e instrutivos volumes.

O ministério Ferraz deixou o poder sem esperar a abertura das Câmaras. O resultado da eleição anunciava-lhe uma maioria fraca e pouco dedicada. As divisões que lavravam no seio do gabinete apressaram a sua retirada.

Sucedeu-lhe o ministério do duque de Caxias, de 2 de março de 1861. Dele fizeram parte, além do presidente do Conselho e ministro da Guerra, os seguintes estadistas: Paranhos, ministro da Fazenda e interino de Estrangeiros; Saião Lobato, ministro da Justiça e interino do Império; almirante J. J. Inácio, da Marinha e interino da Agricultura. Em 21 de abril, completou-se o gabinete, assumindo Saraiva a pasta do Império, Sá de Albuquerque a dos Negócios Estrangeiros, e o general Manuel Felizardo a da Agricultura.

Mais tarde, em julho do mesmo ano, houve recomposição ministerial. Retiraram-se Saraiva e Sá de Albuquerque, sendo substituídos por Sousa Ramos (barão das Três Barras, visconde de Jaguari) e Taques, nas pastas do Império e Estrangeiros.

O autor do folheto *Os nossos homens* (Quintino Bocaiúva), referindo-se à primeira nomeação do visconde do Rio Branco para ministro da Fazenda, disse o seguinte:

> O senhor Paranhos nunca havia ocupado essa pasta, nem mesmo tinha no Parlamento interessado o seu talento nas renhidas discussões sobre a especialidade financeira.[110]
>
> Pouco importava isso. O talento do senhor Paranhos é um talento real. Seu amor ao estudo, sua rara aplicação ao trabalho triunfam das maiores dificuldades. A su a vontade enérgica, desenvolvida ou instigada pela sua grande ambição, conseguido de há muito tramitar brilhantemente as suas faculdades, e com algumas horas de estudo o senhor Paranhos habilita-se para tratar de qualquer questão...

De feito, era no Parlamento o líder do ministério de 2 de março.

> Fácil em improvisar [diz o mesmo folheto], hábil no manejo dos recursos

[110] Entretanto, já em 12 de novembro de 1852, o marquês de Paraná, que conhecia de perto o visconde do Rio Branco, escrevia o seguinte: "... Sendo de ordinário em pequeno número os deputados que se acham habilitados com os conhecimentos da administração da Marinha, Guerra e Finanças, o doutor Paranhos distingue-se em todos esses ramos..."

parlamentares, imperturbável em meio dos conflitos e traquejado em todos os assuntos de administração, sua resposta é sempre pronta e bem-dirigida. Ao espectador que chegava a galeria da câmara, a primeira figura que naturalmente atraia a sua atenção era a do senhor Paranhos. Seu porte é notável; sua fisionomia, simpática; sua presença, distinta; seus modos, corteses e moderados. Sua fronte larga e expressiva, calva e bem contornada derrama sobre sua fisionomia uma irradiação serena. Seus olhos gázeos e pequenos despedem raios frouxos, mas frequentes. Seu sorriso estudadamente jovial tem uma expressão constante de ironia que chega às vezes a tornar-se impertinente. Cuidadoso em harmonizar seus gestos com a índole de excessiva e calculada moderação que afeta, guarda sempre as aparências da dignidade. E nem lhe falta certo ar de nobreza que bem condiz com o todo de sua figura... Tenaz no estudo e infatigável no trabalho, quando é ministro é só ministro. Não se distrai um momento das suas funções, e daí vem que nenhum dos chefes o dispensa, porque lhes alivia o peso dos cuidados. Pensa e pratica por todos eles; é na câmara o intérprete e o sustentador acérrimo das medidas dos seus colegas. Habituado ao papel de mentor, assumiu finalmente certa superioridade sobre eles e conseguiu fazer-se estimado pelo seu préstimo. Tem o talento de afagar a vaidade de todos eles, tornando-se duplamente estimável pela modéstia com que simula acreditar-se o último entre os seus.[111]

Em pouco mais de um ano, que tão curta foi a duração do gabinete Caxias, Paranhos deixou como ministro da Fazenda irrecusáveis

[111] No livro de Alvarenga Peixoto *O visconde do Rio Branco* está reproduzido pouco fielmente, à p. 17, um trecho de José Feliciano de Castilho. Não conhecendo o trabalho original do eminente literato e publicista, guiou-se Alvarenga Peixoto por uma versão francesa, e como sempre sucedem nas retraduções, as palavras do original não puderam ser reproduzidas com inteira exatidão.
Eis o trecho primitivo e autêntico:
"Paranhos é um dos homens de cabeça e coração, de ação e de palavra, que mais honram a sua pátria. Sempre que esta o chamou a servi-la, esse homem se distinguiu nas vanguardas dos mais ilustres.
Aplica-se ao ensino da mocidade, no alto magistério? Torna-se modelo de professores.
Toma a pena da imprensa periódica? Seus escritos agradam, convencem e vencem.
Sobe à tribuna parlamentar? Aí se lhe admiram a urbanidade, a elegância, o vigor, a cerrada lógica, o aticismo, a ciência, a facilidade, os grandes dotes do extremado orador.
Entrega-lhe a direção da fazenda pública? Aparece inopinadamente consumado financeiro quem até aí não havia ainda revelado essa face do seu talento e dos seus variadíssimos estudos.
Confiam-lhe as relações internacionais, seja na direção suprema, seja em missões especiais? Não conhece este Império quem mais felizmente conclua as negociações com um tato, um tino diplomático, inveja dos excepcionalmente encanecidos nesse serviço."

testemunhos de estudo, zelo e atividade. Pela inteligência razoável que deu à lei de 22 de agosto de 1860, conseguiu acalmar a exacerbação do comércio, que começara com a publicação das medidas e dos regulamentos fiscais do ministro Ferraz, seu antecessor. Na Câmara dos Deputados, foi o líder do governo e, no Senado, teve de empenhar-se também em discussões, principalmente com o visconde de Itaboraí e com Ferraz, que combatiam o modo como ele interpretava a referida lei.

No ano de 1862, ficou definitivamente constituída a *Liga Constitucional,* pela união dos liberais com os conservadores dissidentes. O chefe dos primeiros, na Câmara temporária, era Teófilo Otoni, e dos segundos Zacarias de Góis.

Em 21 de maio de 1862, ausentes vários deputados da maioria, a oposição provocou uma votação de confiança, e o gabinete Caxias achou-se em minoria. O imperador recusou a dissolução que lhe foi pedida, e o ministério retirou-se, organizando-se o de 24 de maio, presidido por Zacarias de Góis. Apresentou-se este à Câmara, e, como era de esperar, foi derrotado no dia 28 de maio. O imperador ainda desta vez negou a dissolução requerida e encarregou o marquês de Olinda de formar novo gabinete.

Do ministério de 30 de maio fizeram parte, primitivamente, os marqueses de Olinda e de Abrantes, os viscondes de Albuquerque e de Maranguape, chefe-de-esquadra De Lamare e o general Polidoro Jordão.

Era um ministério que parecia incolor e por isso teve o apoio da maioria conservadora e da minoria liberal-progressista durante a sessão de 1862.

No intervalo da sessão, porém, o marquês de Olinda, pelas nomeações de presidentes de províncias e outros atos, mostrou que a sua missão era preparar o terreno para a vitória definitiva da antiga oposição. Em 3 de maio, o imperador abriu as Câmaras, e, sem que a dos Deputados se pronunciasse, foi nove dias depois dissolvida.

A partir dessa data, o gabinete manifestou-se francamente progressista, como então se chamava a liga dos liberais e conservadores dissidentes. Olinda, Zacarias, Nabuco Saraiva, Pais Barreto, todos de origem conservadora, passaram a serem os principais diretores da nova situação política.

Os principais discursos de Paranhos em 1862, na Câmara dos Deputados (sem falar nos do mês de maio, quando ministro, e depois em oposição ao Ministério de quatro dias), foram proferidos em sessões de 28 de junho, 5, 11 e 30 de julho. O de 11 de julho, sobretudo, deve ser lido por quantos quiserem estudar a política exterior do Império. É uma exposição completa e clara da nossa história diplomática em relação às Repúblicas do Prata e do Paraguai desde 1850 até aquela data.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, marquês de Abrantes, fez publicar em folheto o notável discurso e, em uma circular dirigida aos agentes diplomáticos e consulares do Império, recomendou-lhes a sua atenta leitura.

No dia 1º de novembro de 1861,[112] falecera o senador Miranda, deixando vago na câmara vitalícia o lugar de representante pela província de Mato Grosso.

Paranhos, que então era ministro da Fazenda, apresentou-se candidato, depois de obter para isso a necessária autorização do imperador.

Eis a sua circular:

> Sou candidato a um lugar na lista tríplice que a província de Mato Grosso tem de apresentar ao imperador para preenchimento da vaga que a morte prematura do desembargador João Antonio Miranda deixou no Senado.
>
> Os títulos que me animam a solicitar tão honrosa eleição são os poucos serviços que tenho tido a fortuna de prestar ao nosso país e em particular à província de Mato Grosso, por cuja prosperidade não é de hoje que me interesso.
>
> Não preciso enumerar esses serviços a quem os conhece e já os terá atentamente apreciado, mas permita vossa senhoria que eu invoque, como justificação do passo que dou, eu que creio não ser dos homens mais imodestos, a missão diplomática de que fui encarregado em 1858.
>
> O governo imperial estava preparado para defender pelas armas os nossos

[112] Dezenove anos depois, no mesmo dia 1º de novembro, faleceu o seu sucessor, visconde do Rio Branco.

direitos e a nossa dignidade, mas preferia e desejava ardentemente que, sem a menor quebra desses sagrados objetos, se evitassem o recurso extremo nas graves questões então pendentes com os nossos vizinhos da República do Paraguai. Deus e a honrosa confiança do governo imperial deram-me forças para alcançar aquele duplo fim, conseguindo não só o reconhecimento do direito do Brasil à navegação do Paraguai, porém ainda mais, novas e importantes concessões.

A navegação do Paraguai ficou aberta para todas as bandeiras pelo tratado de 12 de fevereiro de 1858, com as franquezas admitidas no mundo civilizado. A navegação do rio Paraguai e, a meu ver, a fonte perene do bem-estar e engrandecimento da província de Mato Grosso.

Dizer a vossa senhoria que não procuro a honra de um assento no senado como termo de minhas fadigas na vida pública, e sim *como um dever e um grande meio de bem servir ao país,* e *talvez disser o que todos os candidatos têm prometido. Espero, porém, que não desmentirei esta promessa que contraio face de toda a província de Mato Grosso, com o sincero desejo de ser-lhe útil.*

Minha posição atual de ministro da coroa não é de certo circunstância que deva alienar-me as simpatias que como simples cidadão eu pudesse encontrar entre o corpo eleitoral dessa província; mas também, releva declará-lo, de modo mais positivo, não é razão para que alguém sinta o menor constrangimento no consciencioso e pleno exercício de um dos mais altos direitos do cidadão brasileiro. Apreciarei devidamente os sufrágios que me forem dados com inteira espontaneidade, assim como saberei respeitar as recusas, quaisquer que sejam, e de onde quer que partam. É do programa do gabinete a que tenho a honra de pertencer o mais sincero escrúpulo na observância desses princípios constitucionais, dos quais absolutamente depende a virtude e beleza da nossa forma de governo.

Queira, portanto, vossa senhoria acolher com benignidade a apresentação da minha candidatura, e confio em que a julgará conforme os ditames de sua justiça e patriotismo.

Protesto a vossa senhoria meu constante reconhecimento, e desde já me assino. De vossa senhoria. Atento venerador e servo, obrigado, J. M. da Silva Paranhos. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1861.

Ao efetuar-se a eleição, Paranhos já não era ministro. Do novo gabinete Olinda fazia parte o chefe-de-esquadra De Lamare, deputado por Mato Grosso e candidato também à senatoria.[113]

O resultado da eleição foi este, votando 112 eleitores:

1º - *Paranhos* (visconde do Rio Branco)..	111	votos.
2º - *Pedreira* (visconde de Bom Retiro)...	97	"
3º - Teófilo Otoni	87	"
Bispo de Cuiabá	21	"
Outros candidatos	20	"

Por Carta Imperial de 26 de novembro de 1862, o imperador escolheu para senador o mais votado da lista tríplice.

Em 5 de maio de 1863, Paranhos prestou juramento e tomou assento no Senado. Contava então 44 anos de idade.

Em 12 de maio de 1863, interrompeu-se a sessão legislativa pela dissolução da Câmara dos Deputados.

A primeira sessão da nova legislatura começou no dia 1º de janeiro de 1864, sucedendo em 15 do mesmo mês ao gabinete Olinda, o presidido por Zacarias de Góis, e a este o de 31de agosto, dirigido por Furtado.

Membro da oposição conservadora no Senado, Paranhos foi o mais assíduo orador na tribuna dessa Câmara.[114] "A paixão partidária" – diz

[113] O autor do folheto *Os nossos homens* diz que o gabinete Caxias nomeou para Mato Grosso um presidente novo incumbido de trabalhar pela candidatura do ministro da Fazenda. É uma das muitas inexatidões do folheto. O senador Herculano Ferreira Pena estava nomeado desde o mês de outubro, isto é, muitos dias antes do falecimento inesperado e repentino do senador Miranda. Era, além disso, amigo particular e muito íntimo de um dos candidatos o conselheiro Pedreira.

Também é inexato que a interpretação dada por Paranhos à lei de 22 de agosto tivesse por fim agradar ao comércio para obter que casas importantes desta praça o recomendassem às influências eleitorais de Mato Grosso. A discussão relativa a essa interpretação deu-se na sessão de 1862, e o desembargador Miranda, que gozava de perfeita saúde e era um dos senadores mais moços, só faleceu dois meses depois de encerrado o Parlamento.

[114] Os principais discursos que proferiu no ano de 1864 foram em número de 42. Os outros oradores da oposição conservadora foram: Ferreira Pena, 26 discursos; Muritiba, 21; Pimenta

Alvarenga Peixoto – "é como o ar dos *esteros* paraguaios, envenena as mais robustas organizações, cresta a mais viçosa vegetação. Paranhos nunca se deixou dominar dessa paixão e nunca foi desses oposicionistas que, incapazes de discutir com calma as grandes questões, recorrem aos ataques pessoais e às invectivas. Sempre cortês na tribuna, seus discursos e conselhos eram ouvidos com atenção pelo próprio governo."

Na oposição, como no governo, mostrou-se sempre um estadista da melhor escola inglesa, cumprindo com zelo e inteligência os seus deveres de representante da nação ou de ministro. Não imitou nunca a generalidade dos nossos homens, políticos, que têm uma linguagem na oposição e outra no poder, ou que, para suscitar embaraços aos seus adversários no governo, censuram com aquilo que praticaram antes e que praticarão no dia seguinte, trocadas as posições. Acima dos interesses do seu partido, colocou sempre Paranhos o interesse público e a causa da pátria.

No ano de 1863, surgiram graves complicações no rio da Prata.

Em 19 de abril desse ano, o general Venâncio Flores, que desde 1856 vivia na república Argentina, onde obtivera uma comissão militar, desembarcou na Banda Oriental, à frente de alguns emigrados do partido *colorado*, e, em poucos dias, tinha levantado um exército. Começou então a guerra civil, e o presidente Berro, cujos poderes deviam expirar no dia 1º de março do ano seguinte, reuniu os elementos de que podia dispor para sufocar a revolução. A esse presidente sucedeu Aguirre, também um dos chefes mais exaltados do partido *blanco,* e a guerra civil continuou, com vária fortuna para os dois partidos em campo.

Em Buenos Aires, as simpatias do governo e do povo eram pelos *colorados*. Flores recebia dessa cidade auxílios de armas, dinheiro e voluntários. A linguagem da imprensa era hostil ao governo *blanco* e ao novo ditador do Paraguai, Solano López. Este – que em segredo se aparelhava para uma guerra contra a República Argentina, guerra em que pretendia alargar os limites do Paraguai –, conquistando as províncias de Corrientes e Entre Rios, ligara-se estreitamente *com os blancos* na

Bueno (São Vicente), 16; Itaboraí, 15; São Lourenço, 12; Manoel Felizardo, 7; Sousa Ramos (Jaguari), 7; Cândido Borges (Itaúna), 7; Jobim, 5; Uruguai, 1; Pirapama, 1; Caxias, 1; Fonseca, 1; Mendes dos Santos, 1. Não incluímos nesta relação um dos oradores mais ativos, o senador Silveira da Mota, porque no ano seguinte começou a separar-se do partido conservador, tendo desde então até hoje feito oposição a todos os governos liberais e conservadores.

Banda Oriental, e celebrara com o governo de Montevidéu um convênio secreto para a tomada da ilha de Martín García, chave da navegação do Uruguai e do Paraná, e, portanto, da do Paraguai. O grande plano de Solano López não era, como alguns pensam, fazer a guerra ao Brasil, mas, tanto quanto fosse possível, caminhar de acordo conosco e fundar um novo Império, estendendo o seu domínio despótico até a bacia do Prata. Instado pelo presidente Berro para tomar parte mais ativa em seu favor, pouco depois da invasão de Flores respondia Solano López: "Já tenho feito muito, e o Brasil, que é mais interessado, guarda silêncio".[115]

As reclamações da legação imperial em Montevidéu contra os atentados de que eram vitimas súditos brasileiros no Estado Oriental não obtinham resultado algum satisfatório. Os assassinatos, os roubos e as tropelias de todo gênero tomaram maior vulto desde que muitos desses brasileiros, cansados de esperar a repressão e o castigo de tantos crimes, se alistaram nas fileiras do general Flores. As queixas dos nossos compatriotas estabelecidos na Banda Oriental encontram eco simpático na província fronteira do Rio Grande do Sul.

Em sessão de 5 de abril de 1864, foi o gabinete de 15 de janeiro, presidido por Zacarias de Góis, interpelado pelos deputados Evaristo da Veiga e F. Néri – o primeiro conservador, e o segundo liberal – sobre os lamentáveis acontecimentos da vizinha República. Vários oradores e muitos jornais da capital e das províncias pediram que se pusesse cobro a tais excessos. Entre as acusações que então era moda fazer às administrações conservadoras, figurava a de fraqueza e de pusilanimidade em relação aos nossos vizinhos. Era necessário (dizia-se) que a nossa política exterior fosse mais enérgica e digna; precisávamos ser respeitados e temidos.

Em meio da excitação produzida pelas notícias desagradáveis do Estado Oriental, chegou ao Rio de Janeiro o general Neto, reclamando do governo, em nome dos nossos compatriotas residentes naquela República, providências prontas e enérgicas. Exagerou-se a influência e a importância do antigo general da rebelião rio-grandense. Os elogios que Garibaldi lhe fizera nas *Memórias* publicadas por Alexandre Dumas eram reproduzidos na imprensa fluminense. Neto assegurava que, se o governo não interviesse por si só, levantaria 40 mil rio-grandenses

[115] Veja-se discurso de Paranhos no Senado, 6 de setembro de 1870.

para invadir a Banda Oriental.[116] Recebeu da população fluminense demonstrações de simpatia, banquetes e ovações. Chamavam-no então certos jornais o "Garibaldi brasileiro".

A opinião pública, ao menos no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, pedia a intervenção, e o governo oriental, por seu lado, cada vez agravava mais a situação.

O gabinete Zacarias resolveu então dirigir um último apelo amigável ao governo oriental, confiando essa missão ao conselheiro Saraiva, que partiu em 27 de abril, levando como secretário o deputado Tavares Bastos. Ao mesmo tempo, aumentou-se a nossa força naval no rio da Prata, sendo nomeado para comandá-la o vice-almirante Tamandaré, e ordenou-se que um exército de observação se reunisse na fronteira, às ordens do general J. Propício Mena Barreto, depois barão de São Gabriel.

O ministro Saraiva, segundo as instruções que levava, deveria, se as nossas justas reclamações fossem desatendidas, apresentar o seu *ultimato,* e mandar proceder as represálias.

Recebido em 12 de maio pelo presidente Aguirre, iniciou as negociações. A nota de 18 desse mês, da missão especial do Brasil, o governo oriental, em termos desabridos, respondeu, no dia 26, que estava disposto a atender às solicitações do nosso enviado. Este replicou em nota de 4 de junho.

Era chegado o caso da apresentação do *ultimato,* mas o enviado brasileiro julgou preferível aguardar novas instruções do governo imperial, ao qual expôs todo o ocorrido, compreendendo ao mesmo tempo que, para o bom êxito da sua missão e para satisfazer as vistas pacíficas e imparciais do seu governo, convinha promover a pacificação interna da República. Com esse mesmo pensamento, chegaram a Montevidéu, no dia 6 de junho, Elizalde e Thornton; o primeiro, ministro das Relações Exteriores da República Argentina; e o segundo, ministro da Grã-Bretanha em Buenos Aires. Conferenciaram logo com Saraiva, que não hesitou em aceitar os bons ofícios oferecidos, declarando-se também disposto a auxiliar essa tentativa de paz.

Os esforços dos três ministros não foram bem-sucedidos. Em notas de 17 de junho de 1864, o governo paraguaio ofereceu ao Brasil

[116] Quando romperam as hostilidades, apenas pôde reunir 500 homens. Para aumentar a sua divisão, foram-lhe fornecidos soldados de linha e guardas nacionais destacados.

sua mediação. O governo imperial, agradecendo esse oferecimento, declarou que esperava obter solução amigável das questões pendentes, não tendo por isso objeto, naquele momento, a intervenção do governo paraguaio, sempre apreciada pelo governo de sua majestade (Notas de Saraiva, 24 de junho, e do ministro dos Negócios Estrangeiros Dias Vieira, 7 de julho).

Em despacho de 21 de julho, o governo imperial ordenou ao ministro Saraiva que apresentasse o seu *ultimato*, intimando um prazo dentro do qual desse o governo oriental as satisfações exigidas, sob pena de passarmos a fazer por nossas próprias mãos a justiça que nos era negada. Essa ordem foi cumprida em 4 de agosto, marcando-se o prazo de seis dias.

A 9, o governo oriental devolvia o nosso *ultimato,* declarando que semelhante documento não podia permanecer nos arquivos da República.

No dia seguinte, o ministro Saraiva respondia à nota a que nos referimos, expedia uma circular ao corpo diplomático e declarava ao almirante Tamandaré que podia começar as represálias, enviando igual comunicação ao general Propício Mena Barreto.

Só no dia 1º de dezembro pôde o pequeno exército deste general invadir a Banda Oriental.[117]

O célebre doutor Carreras havia sido enviado a Assunção pelo governo de Montevidéu e explorou habilmente a vaidade do ditador Solano López, convencendo-o de que a recusa da sua mediação era uma ofensa e que o Paraguai dispunha de elementos militares suficientes para reagir contra o desdenhoso proceder do Império. Carreras não duvidava até inventar que os governos do Brasil e da República Argentina estavam secretamente aliados para a conquista e a partilha da Banda Oriental e do Paraguai. A imprensa de Buenos Aires nessa época não

[117] Em 1851, as coisas passaram de outro modo. Em 28 de abril desse ano, foram expedidas ordens ao presidente do Rio Grande do Sul para a concentração de tropas na fronteira, e, em 4 de setembro, Caxias invadia a Banda Oriental à frente de um magnífico exército de 16 mil homens. Em abril de 1864, foram expedidas ordens idênticas, e quando, em agosto, o enviado brasileiro Saraiva supunha que tivéssemos um exército pronto para a invasão, quase nada se havia feito. Só no dia 1º de dezembro invadimos a Banda Oriental, e não com 16 mil homens, como em 1851, mas com 5.711, dos quais apenas 1.695 de infantaria e 195 de artilharia.

poupava injúrias e remoques a Solano López, a par de animações ao Brasil. Essa linguagem mais persuadiu ao mal-avisado ditador de que as declarações de Carreras tinham fundamento. Enganado e excitado por esse energúmeno, Solano López ordenou ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros que protestasse contra as represálias anunciadas pelo Brasil e que declarasse que o governo paraguaio considerava qualquer ocupação do território oriental por forças imperiais como atentatória do equilíbrio dos estados do Prata, equilíbrio que era do interesse do Paraguai defender.

Essa nota-protesto tem a data de 30 de agosto. O ministro do Brasil em Assunção, Viana de Lima (barão de Jauru) respondeu dignamente à ameaça paraguaia, e Berges reiterou o seu protesto em notas de 3 e 14 de setembro.

Apenas obtido esse resultado, tornou Carreras para Montevidéu, e aí foi, como ministro, a alma da resistência e o principal inspirador do governo de Aguirre. Mais tarde, refugiou-se no Paraguai.

Seu fim trágico é conhecido. O sombrio ditador tirou dele tremenda vingança, fazendo-o fuzilar em 1868, depois de martirizá-lo por muitos meses.

Entretanto, as represálias começaram. Em fins de agosto, a esquadra brasileira impediu que saísse do porto de Montevidéu o vapor de guerra *general Artigas*. O governo oriental enviou então passaportes à legação brasileira (30 de agosto), intimando-a para que se retirasse dentro de 24 horas, e cassou *o exequatur* aos cônsules brasileiros. Em 7 de setembro, a esquadra perseguiu outro vapor oriental de guerra, o *Villa del Salto*, e este, para escapar, foi encalhar perto de Paissandu, sendo incendiado pela sua guarnição.

A 12 de outubro, uma brigada brasileira penetrou no Estado Oriental, pôs em fuga a guarnição de Vila de Melo (Cerro Largo) e regressou ao acampamento de Piraí Grande, onde se reunia e se organizava o nosso exército. A 20 de outubro, o almirante Tamandaré celebrou com o general Flores o acordo secreto de Santa Lúcia, comprometendo-se a entregar-lhe as praças de Paissandu e Salto e a auxiliar suas operações de guerra, em troco da segurança oferecida por aquele general de que a revolução, quando fosse governo, atenderia as reclamações formuladas

no *ultimato* Saraiva. Em 25 de outubro, o mesmo almirante declarou bloqueados os pontos de Salto e Paissandu, e Flores, de inteligência com o chefe brasileiro, foi sitiar o primeiro desses pontos.

Nestas circunstâncias, foi Paranhos, em novembro, convidado pelos conselheiros Furtado e Dias Vieira, presidente do Conselho e ministro dos Negócios Estrangeiros, para ir em Missão Especial ao rio da Prata.

Depois de ouvir a exposição do governo e de examinar a correspondência reservada, Paranhos redigiu dois memorandos, um para o ministro dos Negócios Estrangeiros, outro para o da Guerra (16 de novembro). No primeiro desses documentos, ficou traçado o plano das negociações e o governo o aceitou sem modificação. As instruções dadas a Paranhos (23 de novembro) foram o transunto do plano por ele apresentado. Sua nomeação foi lavrada em 18 de novembro. Partindo para Buenos Aires, onde chegou a 2 de dezembro, Paranhos podia, como ele mesmo disse depois no Senado, repetir ao imperador as célebres palavras de Villars a Luis XIV: "Senhor, vou combater os inimigos de vossa majestade, e deixo-vos cercado dos meus."

Mas, depois de ouvir alguns dos seus amigos políticos e de aceita a difícil missão, partiu. O seu patriotismo, invocado pelo governo, não lhe permitia outra resolução.

Ao chegar a Buenos Aires era esta a situação: o Paraguai acabava de romper conosco e preparava-se para invadir Mato Grosso; em Paissandu, trocávamos com as tropas do governo de Montevidéu, unidas ao chefe da revolução, general Flores, os primeiros tiros general; o corpo diplomático em Montevidéu mostrava-se prevenido contra nós, porque o nosso procedimento, aparentemente ao menos, estava em contradição com as nossas declarações oficiais; em Buenos Aires, o governo argentino mantinha-se neutral, tanto no que dizia respeito à luta no Estado Oriental quanto em relação ao nosso rompimento com o Paraguai.

Paranhos procurou desde logo obter a aliança da República Argentina contra o Paraguai, mas o presidente Mitre declarou terminantemente que só consideraria *casus belli* a violação do território da República pelas tropas do ditador.

Os argentinos, ou melhor, o governo do general Mitre, a imprensa,

os homens políticos e o povo de Buenos Aires viam com imenso prazer a perspectiva de uma luta prolongada e destruidora entre o Império e o Paraguai, mas desejavam que, sem sacrifício algum para a República Argentina, pudesse esta, conservando-se neutra, recolher todos os proveitos da nossa vitória. A guerra esgotaria os recursos militares e o erário do Brasil e traria o aniquilamento do Paraguai, levando ao mesmo tempo vida, riqueza e prosperidade às margens do Prata e do Paraná. O poder militar de Solano López, que era uma ameaça e um perigo para os argentinos, ia ser destruído pelo Brasil, sem que os nossos vizinhos tivessem de despender um real ou sacrificar um soldado. Tais eram os desejos do governo de Buenos Aires, e essa política egoística, mas hábil[118] só foi abandonada quando, em 14 de abril do ano seguinte, Solano López a tornou impossível, ocupando militarmente a província de Corrientes e apoderando-se de dois vapores de guerra argentinos.

No Estado Oriental, as nossas represálias haviam tomado o caráter de verdadeira guerra. A cidade do Salto, bloqueada por dois navios brasileiros, às ordens do comandante J. J. Pinto e sitiada pelo exército de Flores, teve de capitular a 28 de novembro. No dia 3 de dezembro, o almirante Tamandaré, de combinação com o mesmo Flores, abriu as operações contra Paissandu, a segunda cidade da República. Sem esperar o exército imperial, o almirante deu começo ao bombardeamento e ao ataque de Paissandu, desembarcando para esse fim alguns canhões da esquadra e pouco mais de 400 homens, que se uniram ao exército do chefe da revolução oriental (4 de dezembro). As forças sitiantes eram insuficientes para o assalto e forçoso foi aguardar a incorporação do general Propício Mena Barreto. Nesse ínterim, anunciou-se a aproximação de uma coluna de 3 mil homens ao mundo de Juan Sáa, e o sítio teve de ser levantado por alguns dias. Finalmente chegou o pequeno exército brasileiro, e Mena Barreto, unido a Flores e apoiado pelos fogos da esquadra, iniciou o ataque no dia 31 de dezembro. A 2

[118] Sobre os planos de incorporação do Paraguai, planos que Mitre e Elizalde alimentavam, veja-se o que dissemos anteriormente, em nota, tratando da intervenção brasileira em 1851. Nessa nota, reproduzimos um despacho de Thornton, publicado no *Livro azul*. Nos *Apontamentos Diários* do visconde do Rio Branco, encontramos o seguinte: "1856. 1º de janeiro. O senhor Marmol almoçou comigo. Dele soube, em conversação, que a incorporação do Paraguai à República Argentina e pensamento do general Mitre, e determinaria a aliança... Marmol manifestou-me o mesmo desejo..."

de janeiro, os aliados apoderavam-se de Paissandu.[119]

Estavam assim as nossas forças de terra e mar combatendo ao lado das tropas do general Flores, que aos olhos de todo o mundo não passava de um chefe de rebeldes. O acordo de Santa Lúcia, de que falamos celebrado entre Tamandaré e Flores, ficara até então secreto.

Era preciso legitimar, perante o direito das gentes, tão anômala situação. Foi o que fez Paranhos com a célebre nota de 19 de janeiro de 1865, dirigida ao governo argentino, e com a circular da mesma data, ao corpo diplomático estrangeiro, documento este que ficou sendo o manifesto e a declaração de guerra do Brasil contra o governo de Montevidéu. O general Flores foi reconhecido como beligerante, sendo recapituladas as nossas queixas contra aquele governo e solenemente anunciada a intervenção armada do Brasil, de combinação com o mesmo general, para o fim de pacificar a República Oriental.[120] Com estas declarações, cessaram os fundados escrúpulos do corpo diplomático e dos almirantes estrangeiros.

Em notas reversais de 28 e 31 de janeiro, trocadas entre Paranhos e Flores, comprometeu-se este a reconhecer, quando no poder, não só a justiça das reclamações constantes do ultimato Saraiva, mas também a das anteriores, por prejuízos da antiga guerra civil. Assegurou mais que a República Oriental seria nossa aliada na guerra contra o ditador Solano López.

O manifesto de 19 de janeiro foi publicado depois das conferências

---

[119] Veja-se sobre estes acontecimentos a obra de Schneider, anotada por Paranhos (filho), *A Guerra da Tríplice Aliança*, vol. 1.

[120] Zacarias de Góis, referindo-se a esse documento, disse no Senado: "O nobre ex-plenipotenciário fez muito: a circular manifesto, por exemplo, honra a sua inteligência: foi a exposição mais clara e bem-deduzida que fez da questão brasileira com a Banda Oriental, colocando-a sob o seu verdadeiro ponto de vista. O nobre ex-enviado, em minha opinião, prestou importantes serviços.

Não obstante haver Paranhos procedido de acordo com as instruções do governo, os escritores anônimos que defendiam na imprensa o gabinete Furtado, acusaram o nosso diplomata de haver rebaixado a dignidade do Império, procurando a aliança de Flores, quando não precisávamos de semelhante aliado!" Já vimos que essa aliança existia de fato desde o acordo de Santa Lucia, celebrado em 20 de outubro, entre Tamandaré e Flores, e que as nossas forças de mar e terra desde então combatiam ao lado do chefe da revolução. Paranhos não fez senão aceitar os fatos consumados, legitimando à face do mundo a nossa posição. O próprio governo que aqueles escritores anônimos incensavam e defendiam, responderam a Paranhos: "... Foi muito bem aceito o compromisso por vossa excelência celebrado com o general Flores."

de Fray Bentos, entre Paranhos e Flores. As reversais ficaram secretas até a celebração da paz de 20 de fevereiro.

O governo argentino fez por esse tempo uma tentativa de mediação, que Paranhos felizmente desviou, ponderando ao general Mitre que não havia transação possível com o governo de Aguirre; que qualquer solução que deixasse subsistir semelhante governo não podia ser aceita pelo Brasil. O general Mitre reconheceu assim que o caso não era de transação. Apesar disso e apesar da recusa formal de Aguirre, que declarou positivamente não aceitar a mediação argentina, o general não perdeu as esperanças e esteve sempre pronto a acudir com a sua mediação.

A 26 de janeiro, o nosso ministro recebeu de Corrientes a notícia de haverem passado de Itapuã para Candelária seis mil paraguaios, e que a metade dessa força achava-se, no dia 16, em São Carlos.

Em relação ao Paraguai, expediu Paranhos a circular manifesto de 26 de janeiro, expondo o procedimento que tivera para conosco o governo daquela intitulada República, e anunciando que o Império não tinha outra alternativa senão repelir a insólita agressão que sofrera.

> À vista de tantos e tais atos de provocação [dizia ele] a responsabilidade da guerra sobrevinda entre o Brasil e a República do Paraguai pesará exclusivamente sobre o governo de Assunção. O governo de sua majestade repelirá pela força o seu agressor, mas, ressalvando com a dignidade do Império os seus legítimos direitos, não confundirá a nação paraguaia com o governo que assim a expõe aos azares de uma guerra injusta, e saberia manter-se como beligerante dentro dos limites que lhe marcam a sua própria civilização e os seus compromissos internacionais...

Em nota de 14 de janeiro, o governo de Assunção pediu ao de Buenos Aires consentimento para que o exército paraguaio pudesse transitar livremente pelo território da província argentina de Corrientes e abrir por aí as operações militares contra o Rio Grande do Sul. O governo argentino, como era natural, desde que se mantinha neutro, não acedeu ao pedido.[121]

[121] A resposta do governo argentino tem a data de 9 de fevereiro. Veja nota de Paranhos de 4 de março sobre este assunto. (*A Guerra da Tríplice Aliança*, v. 1, Apêndice, p. 100).

Após a tomada de Paissandu, o exército brasileiro e o de Flores seguiram para os arredores de Montevidéu. Em 27 de janeiro, o general Muñoz e o coronel Aparício, que obedeciam ao governo de Aguirre, atacaram a cidade brasileira do Jaguarão, sendo repelidos pelo coronel Vargas.

O furor dos *blancos* em Montevidéu chegara ao seu auge. Animados com a notícia das fáceis vantagens alcançadas em Mato Grosso por Solano López e com a esperança de prontos socorros, praticaram os maiores desatinos.[122] Por decreto de 13 e 14 de dezembro, havia Aguirre declarado nulos os tratados de 12 de outubro de 1851 e de 15 de maio de 1852, entre o Império e a República Oriental, determinando que esses tratados fossem "extintos pelo fogo". A cerimônia efetuou-se no dia 18, na praça da Independencia, em Montevidéu, com ridículo aparato, estando formadas as tropas da guarnição e presentes Aguirre, que proferiu um discurso, seus ministros e as principais autoridades civis e militares. Em 9 de fevereiro o ministro da Guerra, Susviela Palomeque, e o general Diego Lamas e outros, precedidos de uma banda de música, arrastaram pelas ruas da cidade uma bandeira brasileira, sendo esta a cada passo pisada por esses energúmenos.[123]

A 29 de janeiro, o ministro italiano Barbolani, em nome do corpo diplomático residente em Montevidéu, pediu ao enviado brasileiro Paranhos e ao almirante Tamandaré que suspendessem as hostilidades contra Montevidéu até ao dia 15 de fevereiro, porque nesse dia expirava o prazo da presidência de Aguirre, e com o sucessor deste, que devia ser eleito pelo Senado, poderiam talvez o Brasil e seu aliado chegar a um acordo satisfatório. Paranhos respondeu que semelhante prazo não podia ser concedido, porque os nossos inimigos sem dúvida se

---

[122] Em despacho de 26 de dezembro de 1864, publicado no *Livro azul*, dizia a lorde John Russell, o ministro britânico em Montevidéu, Lettson: 'Sei por pessoa de cuja informação dificilmente posso duvidar, que o governo paraguaio intenta expedir um exército de 15 mil homens, pouco mais ou menos, à província brasileira do Rio Grande, para compelir as forças brasileiras a saírem da República Oriental..."

Em despacho de 26 de janeiro, dizia o mesmo ministro: "Sábado, 22 do corrente, o presidente Aguirre mandou chamar o senhor Barbolani e comunicou-lhe que resolvera definitivamente não aceitar a mediação do general Mitre, que julgava dispor de meios suficientes para sustentar com bom êxito a defesa da cidade, e que, demais, *contava com a ativa cooperação do Paraguai em frente de Montevidéu*."

[123] A descrição destas cenas encontra-se na citada *A Guerra da Tríplice Aliança*, v. 1, pp. 60 e 72 (Notas).

aproveitariam dele para aumentar as obras de defesa; que, além disso, o governo que sucedesse ao de Aguirre não podia ser considerado legal, porque o mandato dos senadores havia expirado já, e, atenta à guerra civil, era impossível proceder-se a eleição de novo congresso.[124]

Em consequência dessa decisão do representante diplomático do Brasil e dos generais aliados, o almirante Tamandaré notificou, a 2 de fevereiro, o bloqueio de Montevidéu, marcando o prazo de sete dias para que os navios que se achavam no porto saíssem ou se pusessem em franquia. No dia 9, o almirante, de *motu proprio*, ampliou até 15 o prazo para a saída dos navios e das famílias que quisessem deixar a cidade.[125] Nesse mesmo dia, houve, nas ruas de Montevidéu, a manifestação popular, de que fizemos menção, dirigida pelo ministro da Guerra Susviela.

Chamado a toda a pressa, de Buenos Aires, pelo almirante, em carta de 8 de fevereiro, para ouvir as proposições de paz que se anunciavam como muito próximas, Paranhos partiu no dia 10, e, desembarcando no Buceo, depois de conferenciar com Tamandaré, foi estabelecer-se na vila da União, onde tinha o seu quartel-general o comandante em chefe do Exército brasileiro, João Propício Mena Barreto, barão de São Gabriel.

As forças que dispúnhamos diante de Montevidéu eram insuficientes para o ataque da praça, como então declararam a Paranhos o general em chefe brasileiro e o brigadeiro Osório. Em Montevidéu, havia 4.800 homens em armas,[126] grande abundância de munições e 40 peças de

[124] Nota de 31 de janeiro.

[125] Em seu discurso de 5 de junho de 1865, disse Paranhos no Senado: "O bloqueio e sítio de Montevidéu não se tinham estreitado. Daqui tiraram um artigo de acusação contra mim, dizendo-se: 'Respondestes à nota do ministro italiano recusando a suspensão das hostilidades até 15 de fevereiro, mas o fato coincidiu com os desejos do ministro italiano! E esse fato me era atribuído! Os nobres ex-ministros...'" Aqui o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Dias Vieira, interrompeu o orador, exclamando: "Fomos nós que o acusamos disto?" Paranhos prosseguiu nestes termos: 'Perdoe-me, os nobres ex-ministros liam todas essas produções de seus escritores anônimos e deixavam correr a minha causa à revelia, deixavam que pesassem sobre mim tão infundadas imputações; não acudiam ao menos para declarar: não, o ministro do Brasil nunca teve ingerência nas ordens do bloqueio; quem marcou o prazo, quem o prorrogou uma e duas vezes, foi o almirante, sem que fosse ouvido o ministro do Brasil que estava em Buenos Aires ou na Vila da União.'"

[126] Na *Reforma Pacífica*, de 15 de março, órgão do partido decaído, lê-se o seguinte: "A guarnição, em número de 4.800 homens, estava animada pelo mais vivo entusiasmo..." O ministro inglês em despacho ao seu governo disse que a guarnição compunha-se de cinco a seis mil homens, entre os quais muitos estrangeiros.

artilharia de calibre 4 a 46. Além das obras de defesa que construíram, consistindo em trincheiras, fossos, abatises e minas, tinham os *blancos* estabelecido em vários pontos do interior da cidade depósitos de pólvora, para produzirem explosões à medida que fossem recuando das posições mais avançadas.

Quando atacamos Paissandu, o nosso exército (sem falar na força irregular ao mando do general Neto) constava de 5.711 homens, dos quais 1.695 de infantaria, 198 de artilharia, e os restantes de cavalaria, pela maior parte da Guarda Nacional.

Não tínhamos artilharia de bater praças; os nossos canhões Lahitte eram de calibre 4, e os Paikhans de calibre 6. No dia 1º de fevereiro, era esta a força do exército imperial:

Corpos especiais		28	homens
Artilharia		823	"
Cavalaria de linha	998 homens		
da Guarda Nacional	2.160 "		
		3.158	"
Infantaria		2.838	"
Companhia de transportes		21	"
		6.868	"

Em 13 de fevereiro, escrevia Paranhos ao ministro dos Negócios Estrangeiros: "O general Mena Barreto ainda me fala em falta de munições! Não compreendo como isso possa ser depois de tudo quanto tenho escrito sobre o nosso exército."

Em 20 de fevereiro, tínhamos 8.116 homens, sendo 4.498 de infantaria e artilharia.

No dia 1° de março:

Corpos especiais		32	homens
Artilharia		970	"
Cavalaria de linha	1.035 homens		
da Guarda Nacional	2.128 "		
		3.163	"
Infantaria		5.245	"
Companhia de transportes		55	"
		9.465	"

Nesses algarismos, fornecidos a Paranhos pelo general Osório,

compreendem-se também os doentes.

Com menos de 8 a 10 mil homens de infantaria, seria imprudente atacar 4.800 com 40 canhões, protegidos por trincheiras e extensa linha de minas. Acresce que vários dos nossos batalhões careciam de instrução. Um havia cujos soldados, segundo declarou Mena Barreto, não sabiam ainda servir-se das espingardas à *Minié* com que estavam armados.

O governo imperial, que, pelos despachos de Paranhos, estava perfeitamente inteirado das últimas ocorrências da Banda Oriental, não enviou ao nosso diplomata instruções suplementares.

O fato é importante e deve ser notado porque houve então quem acreditasse que o governo fizera recomendações especiais, que foram esquecidas ou desprezadas, sobre a queima dos tratados, o procedimento que devíamos ter com os prisioneiros de Paissandu, libertados por Tamandaré, e sobre os supostos crimes de Muñoz e Aparício no Jaguarão.

Em data de 22 de dezembro, dizia a Paranhos o ministro dos Negócios Estrangeiros:

"Urge desembaraçarmo-nos das operações militares do Uruguai, a fim de empregarmos a nossa ação contra o Paraguai."

Em 7 de janeiro:

> Quanto à República Oriental do Uruguai, refiro-me às instruções que levou vossa excelência desta corte e às minhas últimas comunicações depois que chegou vossa excelência ao teatro dos acontecimentos; não podendo nem devendo o governo imperial dar-se por satisfeito *enquanto não forem atendidos todos os interesses do Império* (evidentemente isto se refere às reclamações que motivaram a guerra), desprezados e vilipendiados pelo atual governo de Montevidéu e anteriores administrações. *Não devem ser esquecidos os últimos sucessos naquela praça,* rompendo tão descomunalmente por todos os compromissos solenes da República para com o Império.

Relativamente à queima dos tratados, respondeu o governo, em 10 de janeiro, que *ficava inteirado do ocorrido.* Quanto aos prisioneiros de Paissandu, que Tamandaré pusera em liberdade quando soube do fuzilamento de Leandro Gómez por Goyo Suárez, disse o seguinte o mesmo ministro, em despacho de 22 de janeiro:

> O governo imperial não pode deixar também de censurar que se houvesse dado plena liberdade a tão avultado número de oficiais prisioneiros, e que iriam naturalmente aumentar o número dos nossos inimigos em Montevidéu. Cumpria que fossem tratados com a benevolência que nos caracteriza, mas como prisioneiros, enquanto durasse a luta. Nada mais.

Em 7 de janeiro, dizia ainda o ministro dos Negócios Estrangeiros a Paranhos:

> No meu conceito é fora de dúvida que o *interesse do Império no desenlace da questão oriental é que fosse triunfante a causa do general Flores, nosso aliado... Se pudermos dispensar o bombardeamento de Montevidéu, ainda com algum sacrifício, melhor será para evitarmos dúvidas com os almirantes estrangeiros*.

Sobre os atentados de Muñoz e Aparício, de que tanto falaram os escritores do governo, sem, aliás, precisarem um sófato criminoso, o governo não disse palavra ao nosso plenipotenciário. O presidente do Rio Grande do Sul apenas deu a seguinte informação:

> ... No trajeto saquearam as casas, arrebataram a cavalhada que encontraram e levaram cerca de 30 escravos, dos quais alguns têm fugido para as casas dos seus senhores...” Compare-se isto com as façanhas praticadas por Estigarribia meses depois em São Borja, Itaqui e Uruguaiana!

Em 16 de fevereiro, estando Paranhos na Vila da União com o almirante Tamandaré e com os generais Mena Barreto e Flores, recebeu uma carta em que o ministro italiano, Barbolani, lhe falava em proposições de paz, e pedia uma conferência a bordo de um navio neutro.

De acordo com os nossos chefes militares e o general Flores, respondeu imediatamente Paranhos nos seguintes termos:

> Sinto não poder prestar-me aos desejos de vossa excelência nos termos precisos que me prescreve.
>
> Vossa excelência não me diz por quem se acha encarregado das comunicações a

que alude; e eu ignoro também as mudanças que se operaram em Montevidéu, e o caráter que elas podem ter com relação ao estado de guerra em que se acha o Brasil com o governo de Montevidéu.
As declarações oficiais do meu governo não podiam ser mais francas, nem os motivos mais graves, nem os seus legítimos propósitos mais explícitos.

O Brasil faz hoje a guerra a seu inimigo, em aliança com o ilustre general Flores, que representa grande maioria da nação oriental. Vossa excelência, não atendendo a esta importante consideração, parece prescindir do concurso daquele general, no momento em que nos solicita uma suspensão de todo o ato de hostilidade.

Vossa excelência, representante de uma nação amiga do Brasil, exclui para nossa entrevista, assim, o território brasileiro, representado por qualquer de nossos navios de guerra, como aquele em que se acha esta legação.

Espero que vossa excelência há de reconhecer que eu não posso, em tais circunstâncias, prometer-lhe uma suspensão de hostilidades, conquanto saiba que os generais das forças aliadas não projetam usar das suas armas de hoje para amanhã.

A entrevista com que vossa excelência me quer honrar pode, entretanto, verificar-se; mas eu devo rogar a vossa excelência que se digne vir à minha residência na Villa da Union, para onde vossa excelência poderia dirigir-se, acompanhado por um piquete do exército imperial, que eu poria a sua disposição...

O ministro italiano replicou no dia 17:

Sinto extremamente que, por causa da precipitação com que escrevi a carta que tive a honra de dirigir a vossa excelência em data de ontem e de que nem mesmo guardei cópia não tivesse explicado bem as minhas intenções.

Acreditava que vossa excelência sabia da cessação do governo do senhor Aguirre e da nomeação do senhor Villalba, o que tem uma significação muito importante nas atuais circunstâncias.

As comunicações que terei a honra de fazer a vossa excelência são por parte do senhor Villalba e dos meus colegas do corpo diplomático.

> Não podia estar nas minhas intenções fazer abstrato do senhor general Flores, pois que me deve ser parte essencial nas negociações, e meu primeiro cuidado teria sido pedir a sua intervenção desde a nossa primeira entrevista.
>
> Representante de uma potência amiga do Brasil, e guardando as melhores recordações da minha residência no Rio de Janeiro, não era por mim que eu teria desejado encontrar-me com vossa excelência em um terreno neutro. Era somente por consideração por este governo junto do qual estou acreditado, e que está infelizmente em estado de guerra com o governo de sua majestade o imperador.
>
> Todavia aceito com prazer o amável convite de vossa excelência, e à uma hora por-me-ei a caminho para a Vila da Union.

Na conferência que tiveram, Barbolani manifestou que o novo presidente eleito pelo Senado, Villalba, estimaria poder evitar maior efusão de sangue e as calamidades de que a capital da República se achava ameaçada; que desejava abrir as portas da cidade aos sitiadores, uma vez que estes honrassem o seu procedimento, e acrescentou que Villalba esperava ser reconhecido como governo legal da República pelo Brasil e pelo general Flores, sendo este o primeiro passo para a solução pacífica.

Paranhos declarou terminantemente que sobre esta base não havia acordo possível.

No dia seguinte, chegaram à Vila da União dois comissários incumbidos de manifestar as disposições do governo de Montevidéu e de sondar as dos aliados. O diplomata brasileiro repetiu que estes não podiam ver em Villalba o presidente legal da República, pois sua eleição tinha uma origem viciosa; ele era governo de fato, nos estávamos na posição de vencedores, e para nós o representante da nacionalidade oriental era o nosso aliado, general Flores.

Depois dessas aberturas confidenciais, Villalba despachou no mesmo dia 18 outro comissário, o senador Manuel Herrera y Obes, munido de poderes e instruções para chegar a um acordo com o representante do Brasil e do general Flores.

Das conferências então celebradas resultou a Convenção de Paz de 20 de fevereiro.

Paranhos convidara os comandantes em chefe do exército e da esquadra imperiais a assistirem as conferências. O almirante Tamandaré, logo no dia 18, levantou, na presença de Flores, um conflito de jurisdição, declarando que o competente para negociar era ele e não o diplomata.

Teve Paranhos de referir-se às instruções que recebera em 7 de janeiro, segundo as quais a direção política da guerra lhe fora confiada, declarando o governo que havia cessado a missão diplomática que até a chegada do novo plenipotenciário tivera o almirante. Este não se deu por convencido, e foi necessário que o diplomata lhe declarasse que tinha plenos poderes para celebrar os ajustes concernentes ao estado de guerra em que nos achávamos com o governo de Montevidéu.

Tamandaré cedeu, então, declaração que "já não se queixava de Paranhos, mas do governo imperial, que assim rebaixava um almirante do Brasil".

"Se vossa excelência" – declarou o diplomata – "declara não estar pelo que eu fizer, entrego-lhe a negociação, porque neste caso minha responsabilidade ficará salva."

Tamandaré não anuiu à proposta.[127]

---

[127] Os plenos poderes tinham a data de 7 de janeiro e diziam assim: "...Hei por bem nomeá-lo meu plenipotenciário para negociar e celebrar quaisquer ajustes concernentes ao estado de guerra em que o Brasil se ache com o governo de Montevidéu..."
Remetendo esses plenos poderes disse a Paranhos o ministro dos Negócios Estrangeiros em despacho reservado da mesma data: "De conformidade com o pensamento de vossa excelência desenvolvido em sua carta de 28 do mês passado, e desejando habilitá-lo com as instruções e autorizações precisas para bem desempenhar a sua missão nas difíceis e complicadas circunstâncias *da luta em que estamos empenhados com o governo de Montevidéu* e com a República do Paraguai, apresso-me a remeter-lhe os plenos poderes de que deseja achar-se munido, para *quaisquer emergências que sobrevenham, com o fim de que tenham um desfecho satisfatório as questões que deram causas àquela luta. Os plenos poderes são redigidos como sugere vossa excelência, para que não seja tolhido nos seus meios de ação pelo que respeita a República Oriental*..."
Em confidencial da mesma data, dizia ainda a Paranhos: "No meu despacho reservado desta data já emiti o juízo sobre o desacordo a que vossa excelência alude, e agora apenas acrescentarei que pelo paquete anterior, em carta particular, expressando-me nos termos mais convenientes, fiz sentir ao barão de Tamandaré *que a direção política da guerra competia exclusivamente* a vossa excelência,que não deixaria por isso de ouvir tanto a ele barão, como ao chefe das nossas forças de terra, sobre os meios e o melhor modo de levar a efeito as nossas operações militares. Como vossa excelência sabe, *enviei ao vice-almirante cópia das instruções dadas a vossa excelência, o que era bastante para que ficasse ele na inteligência de que havia cessado a missão diplomática de que fora encarregado na ausência do conselheiro* Saraiva, tanto mais quanto estava já prevenido de que não devia tomar deliberação alguma sobre o ataquede Montevidéu, sem nova e expressa ordem do governo imperial. Entretanto, convencido

Não se tratava, diante de Montevidéu, de uma convenção militar, mas de uma negociação essencialmente política. Tínhamos ao nosso lado o general Flores, que era para o Brasil, desde que solenemente nos aliamos a sua causa, o chefe supremo da República e primeiro representante da nação oriental. Na cidade de Montevidéu, havia um governo local, governo de fato, escolhido por eleitores, cujo mandato expirara. Não podíamos prescindir do concurso do nosso aliado, nem deixar de fazer distinção entre a questão interna e a externa. A primeira, a questão doméstica e de família, devia ser ajustada entre Flores e Villalba, com assistência do ministro do Brasil. A base principal do acordo e o grande empenho do governo imperial era que Flores fosse reconhecido como presidente da Republica. Ora, segundo o direito público dos três Estados, Brasil, República Oriental e República Argentina, a imposição de pessoa que deva governar a República Oriental é caso de ofensa à independência desta República. Quanto à questão externa, não podíamos sujeitar à aprovação de Villalba, que para nós não era governo legítimo, os compromissos que contraíra conosco o general Flores: fora isso desconhecer o alto caráter de que se achava revestido o nosso aliado.

Estas considerações explicam a forma que Paranhos acertadamente deu à Convenção de Paz de 20 de fevereiro.

Herrera y Obes, comissário do governo de Montevidéu, apresentou as bases da negociação. A primeira, concernente à organização de um triunvirato que assumiria o poder e do qual faria parte o general Flores, foi rejeitada; a anistia solicitada foi restringida; a retirada do Exército brasileiro não foi concedida; a proibição de se fazerem quaisquer mudanças que não fossem conformes às leis vigentes, nos tribunais e repartições públicas, também não foi aceita, e isso em vista da necessidade, por algum tempo, de um poder ditatorial capaz de satisfazer às exigências supremas da ordem pública, nas circunstâncias excepcionais em que se achava a República, e às reclamações brasileiras, que entendiam com militares e com membros do Supremo Tribunal de Justiça.

---

da lealdade e de outras qualidades eminentes que distinguem o barão de Tamandaré, para não desgostá-lo, preferi, mal soube dos primeiros sintomas de antagonismo, dirigir-me a ele particularmente. Conto que a esta hora terão completamente desaparecido *os justos motivos da parte de vossa excelência de receios de desacordo com o vice-almirante*, não obstante o que, ainda por este paquete me dirigirei a ele sobre o assunto..."

No dia 19, à noite, a negociação estava concluída, e redigido por Paranhoso respectivo protocolo. Neste documento, depois de transcrito o convênio de reconciliação e de paz entre os orientais, ajustado por Flores e Herrera y Obes, na presença do ministro do Brasil, declarava-se que este o aceitava e que, quanto às reclamações que deram lugar à guerra, o governo imperial confiava plenamente no acordo constante das notas de 28 e 31 de janeiro, celebrado com o seu aliado general Flores, cuja autoridade como chefe supremo da República ia ser reconhecida por todos os orientais.

Por lembrança do almirante Tamandaré e do general Mena Barreto, adiou-se para o dia seguinte, aniversário da batalha de Ituzaingo, a assinatura da paz.

A Convenção de 20 de fevereiro ficou consistindo: primeiro, no protocolo da negociação relativa à questão interna e externa, assinado por Paranhos, Flores e Herrera y Obes, protocolo a que se anexaram as notas reversais de 28 e 31 de janeiro, de Flores e Paranhos; segundo, em um protocolo reservado e adicional.

Por esses ajustes, alcançamos tudo quanto se podia razoavelmente desejar. Estávamos desembaraçados da questão oriental e de outras dificuldades que poderiam surgir se a resistência de Montevidéu se prolongasse: podíamos, desde então, cuidar séria e exclusivamente da Guerra do Paraguai, o que era urgente e de suma importância. O governo que nos insultara desaparecia, e o general Flores, nosso aliado, era reconhecido em toda a extensão da República e pelas potências neutras como o chefe supremo e legítimo do Estado Oriental. O governo do Paraguai que tinha no de Montevidéu um aliado contra o Brasil, via trocarem-se inesperadamente as posições: o Império e a República Oriental uniam-se em aliança contra o ditador Solano López. Os inimigos do Brasil e os membros mais exaltados do partido *blanco* fugiam espavoridos diante do nosso triunfo e procuravam asilo a bordo dos navios neutros, que os conduziam para Buenos Aires. As tropas da guarnição, é certo, não desfilaram humilhadas, como alguns guerreiros da nossa imprensa queriam, pela frente dos vencedores; mas não houve, nem podia dar-se semelhante espetáculo, porque elas eram orientais, e o nosso aliado também o era, cumprindo que este subisse ao poder com a força e com o prestígio que só a generosidade podia dar-lhe entre os seus compatriotas. No dia seguinte, essas tropas obedeciam ao

general Flores, e, exceto alguns chefes e oficiais mais comprometidos, marchavam conosco contra o Paraguai. Tínhamos na cidade de Montevidéu um porto militar de que carecíamos para base de operações, depósito, quartel e hospital do exército e esquadra. A justiça de todas as reclamações constantes do *ultimato* Saraiva, e até das anteriores, por prejuízo que súditos brasileiros sofreram durante a antiga guerra civil, era reconhecida pelo governo provisório da República Oriental.[128] Da anistia concedida ficavam excetuados (artigo 2° do convênio), assim, os crimes e os delitos comuns, como os políticos que pudessem estar sujeitos à jurisdição dos tribunais de justiça, por seu caráter especial: nesse artigo, ficavam compreendidos os atentados atribuídos a Muñoz e a Aparício. O decreto de 13 de dezembro que declarava nulos os tratados com o Brasil ficava sem efeito e era mandado eliminar da coleção de leis da República *(decreto de 28 de fevereiro)*. Os indivíduos que na bacanal de 9 de fevereiro arrastaram pelas ruas de Montevidéu uma bandeira com as cores do Brasil eram expatriados, e no mesmo lugar em que esses insensatos haviam pretendido insultá-la, recebia a bandeira do Império uma salva de 21 tiros mandada dar pelo governo legal da República *(Protocolo reservado e adicional ao de 20 de fevereiro)*.

Houve quem pretendesse, depois, que a resistência de Montevidéu era impossível e que a guarnição estava pronta para render-se à discrição. O conselheiro Paranhos tirou a limpo este ponto no precioso livro que publicou, *A Convenção de 20 de fevereiro demonstrada* à *luz*

[128] Constava isso do acordo celebrado em notas reversais de 28 e 31 de janeiro, acordo ratificado em 20 de fevereiro. Ficara aí estabelecido:
- que as reclamações que motivaram o ultimato de 4 de agosto de 1864 seriam atendidas com rigorosa justiça e inteira lealdade;
- que os autores e os cúmplices notórios dos delitos cometidos contra as pessoas dos residentes brasileiros seriam punidos com toda a severidade das leis, sendo destituídos imediatamente e sem prejuízo dos respectivos processos criminais os que exercessem cargos públicos;
- que seriam suspensos dos seus empregos civis e militares e submetidos ao julgamento ordinário todos os indiciados de delitos contra os mesmos residentes;
- que os brasileiros forçados ao serviço militar seriam postos em liberdade e indenizados dos prejuízos imediatamente;
- que se consideraria com força de lei e teria plena execução desde logo o acordo de 8 de maio de 1858, pelo qual o governo da República garantira as reclamações brasileiras provenientes de prejuízos da antiga guerra civil o mesmo processo e a mesma equidade que concedem às reclamações francesas e inglesas da mesma origem.

dos debates do Senado e dos sucessos da Uruguaiana,[129] sem dúvida um dos mais primorosos escritos saídos da pena do eminente brasileiro.

Quando mesmo os defensores da praça estivessem ansiosos por capitular, não teríamos podido alcançar mais do que foi ajustado na honrosa Convenção de 20 de fevereiro. Mas não é certo que o partido entrincheirado em Montevidéu estivesse desejoso de depor as armas. O presidente Villalba, que sucedera no dia 15 a Aguirre, e os homens moderados que o cercavam viam-se ameaçados pela facção exaltada dirigida por Carreras[130] e por vários chefes militares, que não queriam ouvir falar em transação, contando com os auxílios que Solano López prometera em carta de 1º de fevereiro. Villalba houve-se com a maior firmeza e coragem. No dia 18, receando que parte da guarnição se sublevasse para suplantar o partido da paz e estabelecer uma ditadura militar, pediu a proteção das forças navais estrangeiras. Desembarcaram, por isso, na tarde desse dia, depois de obtida a permissão do almirante Tamandaré, os contingentes dos navios de guerra franceses, ingleses, italianos e espanhóis. No dia 22, escrevia o almirante Elliot aos lordes do almirantado:

> Montevidéu tem motivos para agradecer ao senhor Villalba a coragem e a firmeza que ele desenvolveu durante as negociações, que trouxeram a capitulação de Montevidéu e restauraram a paz neste país, sem as lamentáveis consequências que se seguiriam a um ataque da cidade... Esta medida (o desembarque das tropas neutrais) inspirou confiança e deu força ao governo e aos defensores da ordem. No dia 20, assinaram-se, enfim, as condições da paz, mas não eram estas geralmente conhecidas, e o governo ainda se achava em condições de extremo perigo e dificuldade, porque se sabia que o senhor Carreras, chefe do último gabinete, o ex-presidente Aguirre, chefes militares e outras pessoas procuravam sublevar os ânimos, e eram de recear movimentos sediciosos entre a tropa. Em consequência disso, marcharam 226 homens das forças neutrais aliadas a ocupar, na madrugada de 21, o forte ou a casa do governo. Na manhã desse dia, começou a retirada dos *blancos* exaltados que se achavam ainda em Montevidéu.

Foi com a proteção do corpo diplomático e das forças neutrais que

[129] V. 1, Rio, 1865, B. L. Garnier, livreiro-editor.

[130] Carreras, segundo declarou ao ministro inglês, entendia que a resistência, devia ser levada à última extremidade e que, como recurso final, se devia lançar fogo à cidade.

cercavam a casa do governo e que ocupavam outras posições que Villalba pôde abrir as portas da cidade aos aliados. Quando se soube da assinatura da paz, muitos oficiais rasgavam suas insígnias, e os soldados de alguns corpos quebravam as armas. Sem o apoio das tropas estrangeiras, Villalba não poderia ter resistido ao partido exaltado.

Na tarde de 21, a vanguarda do exército de Flores, ao mando do general Caraballo, entrou em Montevidéu e, no dia seguinte, a brigada brasileira do general Sampaio, composta dos 4º, 6º e 12º batalhões de infantaria de linha. De Montevidéu saíram ondas de povo em direção à Vila da União, com músicas e bandeiras, para saudar os aliados e festejar o restabelecimento da paz. Ao lado do ministro brasileiro, achavam-se os generais Flores e Mena Barreto e também o almirante Tamandaré tomando parte na alegria geral.

De feito, o almirante achara excelente o ajuste celebrado: sua questão única era, como vimos, a da competência para tratar. Entendera que ele, e não o representante diplomático do Brasil, deveria ser o negociador.

Quais eram as suas ideias sabre as condições de paz? Seriam, como se propalou, diferentes das do diplomata?

De modo algum. Elas estão consignadas na carta que dirigiu a Paranhos em data de 8 de fevereiro e no ofício de 16 do mesmo mês ao ministro dos Negócios Estrangeiros. Naquela carta, anunciou Tamandaré que as aberturas que lhe foram feitas pelo almirante francês respondera o seguinte:

> Que estando nós aliados a Flores e senhores de todo o país, menos Montevidéu, não podíamos admitir a organização de um governo que não fosse do partido colorado e com Flores a sua frente.

Que permitiríamos aos membros do governo, chefes influentes políticos, civis e militares, que tem sido reconhecidamente hostil a Flores e a nós, saírem livremente do país, bem como aos libertados em Paissandu, que estavam em armas na praça.[131]

[131] Preferimos dar este resumo a reproduzir textualmente a carta do bravo almirante, que é extensa. O resumo que damos contém todas as condições por ele apresentadas.

E nada mais.

Isto mesmo consta do ofício de 16 de fevereiro, dirigido por Tamandaré ao ministro dos Negócios Estrangeiros.

> ... Minha opinião – diz então ele – é que não há conclusão nenhuma digna para nós, sem que saiam daquela praça todas as pessoas que formavam o governo de Aguirre, os chefes influentes e os prisioneiros de Paissandu, que retomaram o serviço. Foram estas as condições que estabeleci nas proposições de arranjo que me fizeram os comandantes das estações francesa e italiana, e hoje não podemos exigir menos, depois dos graves e horrorosos atentados praticados pelas forças que foram ao Jaguarão, e dos insultos feitos a nossa bandeira no dia 9 do corrente...[132]

Tudo isso foi conseguido pela Convenção de 20 de fevereiro. O almirante estava, pois, satisfeito com o resultado; assistiu ao ato da assinatura da negociação e a manifestações de regozijo que se deram na Vila da União, associando-se, muito comovido, a estas. Sua questão, dizia ele, era com o governo, que o rebaixara, e não com o plenipotenciário brasileiro.

Em data de 21, comunicando ao contra-almirante Elliot o levantamento do bloqueio de Montevidéu, disse Tamandaré que essa medida de guerra cessava pelo "feliz motivo de estar assinada a convenção da paz".

O comandante em chefe do exército, general J. Propício Mena Barreto, barão de São Gabriel, disse o seguinte na ordem do dia que publicou:

---

[132] Até mesmo sobre a forma da convenção, no tocante à questão interna, estava Tamandaré de acordo com o nosso plenipotenciário. Em carta de 17 de dezembro dizia ele a Paranhos:
"... Montevidéu sem o auxílio desse exército ficará desanimado pela falta de defensores e se submeterá à intimação que lhe faça qualquer força militar que se lhe aproxime. Digo qualquer força por não termos ainda assentado, por extemporâneo, se esta deve ser brasileira e oriental, ou simplesmente oriental. *Quanto a mim seria para desejar que o desfecho se obtivesse por transação simples e direta entre o general* Flores e Aguirre, pois o primeiro trataria de anular totalmente a influência do partido blanco, o que é de vital interesse para o país e para nós; e se nós tivéssemos de intervir na organização do governo, pela pacificação do país, não poderíamos prescindir de apoiar o sistema de conciliação e tolerância de influências diversas na administração..."
A Aguirre sucedera, como vimos,Villalba.

> ... As nossas reclamações serão satisfeitas; *a anistia concedida pelo ilustre general Flores não compreende os roubos, assassinatos e outros crimes comuns pelos quais, antes e durante a guerra, se assinalaram alguns dos ferozes sequazes do partido vencido. Tais crimes serão punidos,* porque a moral, a civilização e a justiça assim reclamam. As *armas e a diplomacia brasileiras não podiam ser mais felizes nem mais generosas em seu triunfo.* O Brasil inteiro o há de reconhecer e aplaudir.

Em Montevidéu, a entrada das tropas aliadas produziu o mais vivo entusiasmo entre nacionais e estrangeiros. Estávamos no rio da Prata, cheios de prestígio e de força moral, tanto pelo brilhante resultado obtido quanto pela nossa moderação e generosidade na vitória.

Ao voltar para sua capitânia, os sentimentos do almirante modificaram-se. As observações de algumas pessoas que o cercavam turvaram-lhe o espírito e, desde então, sem que houvesse ocorrido circunstância nova, suas relações particulares com o plenipotenciário brasileiro ficaram rotas.

Tanto ele quanto o plenipotenciário levaram ao conhecimento do governo o conflito. Tamandaré pediu a sua demissão. Paranhos, que em 21 de fevereiro pedira licença para vir à corte, em carta de 3 de março, dirigida ao ministro Dias Vieira, acrescentou o seguinte:

> Vossa excelência há de estar aborrecido de ouvir a história destas brigas de família; eu também já não posso prosseguir nelas. Consta-me que o senhor visconde de Tamandaré deu a sua demissão, e eu apenas pedi que o governo resolvesse o conflito, deixando subentendido que receberei de bom grado a minha exoneração. Devo agora, ao encerrar esta carta, declarar francamente a vossa excelência que... receberei até como uma remuneração o ato do governo imperial de me permitir regressar ao seio da minha família, a que faço falta.

No dia 3 de março, o vapor de guerra *Recife*, comandado pelo intrépido Mariz e Barros, e trazendo a seu bordo o chefe do Estado-Maior da Esquadra em operações, entrava embandeirado no porto da capital do Império. Em poucos momentos, espalhava-se a nova da capitulação de Montevidéu, e começava a vender pelas ruas boletins do *Jornal do* Commercio, contendo os pormenores dos últimos acontecimentos e a íntegra da Convenção de Paz.

> Foi um dia de inefável júbilo.[133] Todos os cidadãos se abraçavam; a cidade se vazara nas ruas e praças públicas; contínuas girândolas atroavam os ares; cruzavam-se em todas as direções as bandas de música; ecoavam por toda a parte os vivas e os brados de alegria; adornavam-se as principais ruas; fechavam-se as repartições; embandeiravam-se muitos edifícios; manifestavam-se todos os sinais de entusiasmo de um povo ébrio da sua nobre e incruenta vitória...

Apenas algumas vozes, mui raras, começaram pouco depois a erguer-se para dizer que "fora sacrificada a dignidade nacional". Partiram do *Diário do Rio* e de uma pequena roda que se reunia no *Correio Mercantil*,[134] desde que por cartas da esquadra e por alguns oficiais do *Recife* (não pelo bravo Mariz e Barros, que sempre aplaudiu o desenlace de 20 de fevereiro) veio, a saber-se, ignorando, aliás, os verdadeiros motivos, que o almirante e o diplomata estavam de relações rotas, e que aquele dera a sua demissão.

O *Diário do Rio* estava em franca oposição ao gabinete Furtado e suscitava-lhe os embaraços que podia. A glória do triunfo que alcançáramos refletia sobre o ministério: convinha apagá-la e impedir que daí resultasse ao governo prestígio e força na opinião. Em um violento artigo aquela folha atacou a convenção e o diplomata:

> ... Estava reservada [disse o *Diário*] estava reservada ao senhor Paranhos a honra de sepultar, nas margens do Prata, a dignidade de seu país, duas vezes ultrajada! (...)
>
> ... Honra ao bravo almirante visconde de Tamandaré! Honra ao valente e bravo

[133] Palavras de Epaminondas (conselheiro José Feliciano de Castilho) nos magníficos artigos que publicou com o título "A grande questão do dia" e "O conselheiro Paranhos e o acordo de 20 de fevereiro". Esses artigos começaram a ser publicados no *Jornal do Commercio* de 9 de março e foram reunidos em folheto, merecendo a honra de edições especiais nas províncias: só no Maranhão foram tiradas três edições.

[134] Referimo-nos a algumas pessoas que iam habitualmente conversar na tipografia do *Correio Mercantil*, e não aos redatores. O *Correio Mercantil* era folha ministerial, redigida por F. Otaviano e Sousa Ferreira. Já estava composto um artigo editorial aplaudindo a solução de 20 de fevereiro quando, à noite, foi retirado e substituído, a pedido do governo.
Por lembrança e a convite do venerando doutor Barreto, proprietário do *Correio Mercantil* e antigo amigo de Paranhos, o ilustre jornalista Sousa Ferreira escreveu, em defesa do diplomata demitido, um opúsculo com o título "A missão Paranhos ou paz no Uruguai" (1865, Tip. do *Correio Mercantil*).

> soldado que sente pulsar em seu peito um coração verdadeiramente brasileiro, e que, protestando contra essas nódoas lançadas ao pavilhão, que soube conservar ileso à custa de seu sangue[135] e do de seus bravos camaradas, para não subscrever a tais misérias pede nobremente sua separação de um posto que soubesse manter, embora com alguns erros, na altura de sua honra e da do Império!"[136]

Naqueles dias agitados do começo da guerra, muita gente não via na nossa contenda do Estado Oriental e do Paraguai senão uma rápida e fácil demonstração de força militar. O sentimento do amor próprio nacional estava fortemente excitado desde os desagradáveis incidentes da questão inglesa.

A queda de Paissandu mais elevara o espírito guerreiro de alguns jornalistas e diretores da opinião nos círculos e nos cafés da Rua do Ouvidor. Essa vitória, alcançada principalmente pelo modesto general em chefe do Exército em operações, João Propício Mena Barreto, que levou ao ataque nossos intrépidos batalhões de infantaria, passava

---

[135] "À custa de seu sangue..." Pode parecer que o almirante foi ferido, mas todos sabem que tal não se deu, apesar de se haver ele exposto às balas várias vezes.

[136] Não obstante o que dissemos antes, é bom repetir que a questão do almirante com o diplomata era apenas de atribuições. O almirante entendia que o governo o rebaixara dando poderes ao diplomata para a direção política da guerra. E nada mais... Não podia levar a mal que a *questão interna e da família fosse ajustada entre Flores e Villalba, porque ele mesmo, em carta* de 17 de dezembro, que transcrevemos em outro lugar, falando nisso, declarou que tal questão devia ser ajustada entre Flores e Aguirre. Ora, Villalba era o sucessor de Aguirre. Quanto às más condições para o acordo diante de Montevidéu, elas estão manifestadas na carta e no despacho também anteriormente citados, de 8 e 16 de fevereiro. *Nenhuma dessas condições deixou de figurar na Convenção de 20 de fevereiro*.
Tamandaré, se fosse – como entendia dever ser – o negociador na Vila da União, não se mostraria menos generoso que Paranhos. Em Paissandu, ao apresentar-se uma comissão particular em nome de Urquiza, procurando ver se evitava o ataque, os nossos generais (um deles era Tamandaré) "não duvidaram aceder a que Leandro Gómez e seu Estado-Maior saíssem da praça com as honras da guerra, o que teria produzido imenso efeito em Montevidéu, exaltando os ânimos da sua guarnição. Entretanto, em Paissandu, correra o nosso sangue; aí fora açoitado um brasileiro; e aí a bandeira brasileira servira de tapete a Leandro Gómez; sobre as trincheiras da praça se viram as cabeças dos soldados brasileiros, que imolara aquele inimigo feroz". Quando tomamos a praça, levamos a generosidade a ponto de pôr em liberdade todos os prisioneiros. Mais tarde, diante de Uruguaiana violada, os generais aliados (um deles era o almirante Tamandaré) não duvidaram propor a Estigarribia, em 2 de setembro, um convênio, que esse bandido felizmente repeliu, e cujas generosíssimas condições podem ser lidas à p. 240 da obra *A Convenção de 20 de fevereiro*, publicada em 1865 pelo visconde do Rio Branco.

como um estrondoso resultado da perícia militar do vice-almirante Tamandaré. Pelas vitrinas das lojas da cidade, via-se um péssimo e absurdo quadro, saído da litografia da *Semana Ilustrada,* representação dos nossos infantes do exército amontoados em coluna cerrada na praça da matriz de Paissandu, caminhando ao assalto da igreja, e, em meio deles, e dessa confusão, o vice-almirante, a cavalo, comandando as tropas de terra.

A popularidade do visconde de Tamandaré era então incontestável: passava por homem necessário, e dele se esperavam grandes coisas.

A notícia do desenlace pacífico da questão oriental desagradou, como vimos, a alguns dos ardentes patriotas de então. Perdêramos, pela intervenção da diplomacia, uma vitória brilhante que Tamandaré queria dar-nos, segundo se propalou sem fundamento algum.[137] Que importava que Montevidéu fosse uma grande capital, onde havia e há tantas propriedades de brasileiros e súditos de outras nações? Os nossos guerreiros das palestras literárias e políticas entendiam que era preciso o bombardeamento e o assalto, senão indispensável que colhêssemos aí glórias iguais às do Paissandu. A Guerra do Paraguai era, na opinião deles, simples passeio militar, e López um desprezível *cacique,* cujos soldados nem sabiam fazer fogo, como ficara demonstrado em Nova Coimbra.

Não previam então que os nossos valentes do exército e da armada iam ter inúmeras ocasiões de derramar o seu sangue e enriquecer os fastos militares do Império, em mais de cinco anos de duras privações e ásperos combates!

---

[137] Já o leitor sabe que, na opinião dos nossos generais, não tínhamos forças suficientes para o assalto, sendo necessário esperar reforços, que tardariam, como tardaram. Se a resistência se prolongasse, não resta dúvida que López apressaria a invasão do Rio Grande do Sul e da Banda Oriental, colocando entre dois fogos o nosso pequeno exército. A nossa rápida e incruenta vitória de Montevidéu foi o primeiro golpe que recebeu o ditador, vendo cair e desaparecer o seu aliado. Ainda em data de 1º de fevereiro escrevia ele a Aguirre, dizendo que prolongasse a resistência, porque ia mandar-lhe auxílio. A notícia de nosso triunfo fez com que o ditador, surpreendido e desanimado nos primeiros momentos, recolhesse imediatamente à margem esquerda do Paraná as tropas que se achavam na Candelária e em São Carlos. Pelo que sucedeu depois, de junho a setembro, ao invadirem os paraguaios o Rio Grande do Sul, quando já tínhamos um numeroso exército na Concórdia e maiores forças em Missões, conjeture-se que rumo levariam as coisas em março, se López lançasse naquela ocasião 15 mil ou 20 mil homens sobre o nosso território, estando ainda em pé Montevidéu, armados, e em campo os *blancos* de Muñoz e Aparício, e o partido federal argentino inclinado para os nossos inimigos!

Alguns dos ministros foram procurados pelos poucos descontentes e tiveram notícia da irritação do grupo do *Diário do Rio*. O desgosto do visconde de Tamandaré e seu pedido de demissão era caso sério; seus serviços pareciam indispensáveis; precisava-se dele para subir o Paraná, destruir a esquadra paraguaia, bloquear as Três Bocas, tomar Curupaiti, forçar o famoso passo de Humaitá e vencer Solano López .

Reuniram-se os ministros no Rio Comprido, onde residiam o presidente do Conselho e o ministro dos Negócios Estrangeiros, e examinaram a correspondência chegada do sul. Estiveram presentes os conselheiros íntimos do gabinete, alguns, amigos do almirante, todos adversários do diplomata. Ficou resolvido que era preciso propor a demissão deste ao imperador, e assim se fez, indo os ministros a São Cristóvão nessa mesma noite, e declarando a sua majestade que a medida era reclamada pela opinião pública.

Sem que houvesse tempo suficiente para a meditação e o exame do acordo celebrado, dos termos e consequências destes, algumas horas apenas depois da chegada do *Recife,* era lavrada a demissão do ilustre servidor do Estado.

Na mesma ocasião em que os ministros asseguravam ao imperador que o descontentamento era geral, nadava a cidade em júbilo, e em frente à casa de Paranhos o povo apresentava-se para saudar sua família e aclamar o negociador excomungado. Quase todas as casas estavam iluminadas. Até alta noite músicas e grupos compactos de cidadãos percorreram as ruas, não obstante os protestos do limitado número de descontentes, cujas vozes perdiam-se no concerto geral de alegria e entusiasmo.

Na manhã do dia seguinte, lia-se no *Diário Oficial:*

> O governo imperial resolveu dispensar da missão diplomática, que lhe estava confiada, o conselheiro Paranhos.
>
> O acordo celebrado não atendeu tanto quanto devia as considerações que fizemos anteriormente. Contudo, o governo imperial reputa de sua lealdade manter o que foi ajustado.

A estupefação foi geral. A todos surpreendia a rudeza da demissão

fulminada assim contra um cidadão dos mais eminentes e considerados, quando se achava longe da pátria, no meio de estranhos, e podia, mui cortesmente, ser chamado para explicar-se, senão aqui dispensado por outro modo, como, nesse caso, tinha ele o direito de esperar, pela posição social que ocupava, unicamente por seus méritos e pelos serviços à pátria, e pelo acaso ou pelo favoritismo.

Os governos fracos têm quase sempre o vezo de aparentar decisão e força, rompendo com as boas normas e as tradições de prudência, reflexo e sabedoria. Esse ministério, que nem sequer pôde viver nove meses e apenas conseguiu arrastar-se pelas regiões do poder durante o intervalo legislativo, quis praticar também o seu ato de energia; mas, aos olhos dos homens sensatos e imparciais, não fez senão dar triste cópia de leviandade e exaltar, no conceito de nacionais e estrangeiros, e no juízo da posteridade, o homem que pretendera ferir e rebaixar.

Com o artigo do *Diário do Rio* e a demissão do diplomata, começaram a circular os mais absurdos boatos, as mais ignóbeis acusações contra a vítima do governo. Dizia-se que suas instruções haviam sido violadas; falava-se até em traição. Os noveleiros e curiosos, os políticos de esquina, precisavam a todo custo descobrir fundamentos para ato de tão descomunal precipitação e severidade. À noite, a polícia julgou conveniente cercar a casa do diplomata demitido, sob o pretexto de protegê-la contra o furor popular, e um destacamento de infantaria e cavalaria ocupou os arredores e o interior da chácara, levando o susto e a consternação ao seio da família do ilustre brasileiro. Espalhou-se no dia seguinte a inexata notícia de que a casa fora apedrejada.

Houve reuniões populares e discursos de alguns patriotas fogosos. Na imprensa, começaram a aparecer os escritores anônimos do governo, procurando por todos os modos tornar odioso aos olhos da nação o homem que tão grande serviço acabava de prestar.

Mas o governo, que esperava desarmar as iras do *Diário do Rio,* cortejando ao mesmo tempo os ímpetos belicosos de meia dúzia de descontentes e satisfazendo as veleidades diplomáticas do almirante, enganou-se quanto ao *Diário.* Esta folha não se satisfez com a demissão do diplomata e reclamou logicamente a retirada do gabinete que mantinha o acordo condenado.

O ministério, atacado pelo *Diário* e pelos amigos e correligionários políticos de Paranhos, apareceu, então, na folha oficial de 10 de março,

para explicar as *deficiências* da Convenção da Paz e para dizer ao *Diário*: "Não, a falta de homogeneidade de pensamento entre o governo imperial e o seu representante no rio da Prata *não autoriza o juízo de que esse convênio se torne pouco honroso para o Império*."

> O povo fluminense [disse o conselheiro Paranhos no livro que pouco depois publicou] exultou, e por todos os modos possíveis manifestou o seu contentamento, ao receber a notícia da rendição de Montevidéu; ao ver tão depressa flutuar o pavilhão auriverde, ao som de vivas e de salvas, sobre a cidadela de nossos inimigos do Uruguai, sem que este assinalado triunfo custasse a perda de um só de nossos bravos, dos quais todos carecíamos para a segunda e mais gloriosa campanha. O ministério, porém – frágil humanidade! –, assustou-se com esses estrepitosos aplausos à vitória incruenta do Brasil em Montevidéu. Os diretores da guerra recearam que se fechasse rapidamente todo o estádio aberto ao seu heroísmo; e daí a reação que procuraram produzir, tomando por verdadeiro alvo o negociador brasileiro, que não era da mesma seita política, e por pretexto aparente supostas queixas do vice-almirante Tamandaré,[138] a quem, em ódio a terceiro, se queimaram, então e depois, incensos impróprios da dignidade de um governo sério, e que tem consciência de seus mais sagrados deveres.
>
> A guerra, que hoje conta tantos panegiristas não só no rio da Prata, mas também entre nós, como todas as grandes crises sociais, oferece larga margem a essas mistificações em que, segundo a frase de um distinto escritor, a incapacidade altea-se para escurecer, a ignorância doutora-se para criticar, a malevolência veste toga para julgar, e o ódio assenta tribunal para punir. É também em meio dessas desgraçadas conjunturas que se verifica o que já Cícero dizia há muitos séculos, que muitas vezes o valor guerreiro é anteposto à coragem civil, e os pareceres perigosos e violentos passam como mais nobres e dignos do que os calmos e moderados. E ainda se fosse só isso! Mas é que até a negligência culposa inculca-se como sabedoria e previdência, e o interesse particular, ávido e infrene, corrompe a sociedade, e malbarata sem compaixão a fortuna pública.
>
> Muito fraca devia ser a causa que apelidou em seu auxílio a cegueira das paixões populares, e que ainda assim não encontrou, na maioria do povo, senão espanto e reprovação!

[138] Já vimos, antes de tudo, o quanto o almirante queria fazer como negociador. Estava na Convenção de 20 de fevereiro. Mostramos isso com as suas *declarações escritas*.

A notícia da exoneração do diplomata brasileiro foi recebida por este, em Montevidéu, a 14 de março.

Nesse dia, Paranhos celebrava o aniversário natalício da virtuosa imperatriz do Brasil com um banquete em que reunira os primeiros funcionários da República, o corpo diplomático e almirantes estrangeiros, alguns compatriotas nossos e pessoas notáveis da sociedade oriental.

Durante essa festa, os convivas puderam admirar a serenidade e a grandeza de ânimo do ministro decaído.

Foi muito aplaudido o brinde do general Osório: "O Brasil inteiro" – disse ele – "há de aplaudir o honroso ato de 20 de fevereiro e a sabedoria e o patriotismo de vossa excelência. Tenho muita fé no bom-senso dos nossos compatriotas."

À noite, houve calorosas manifestações do povo de Montevidéu em favor do ex-representante do Brasil. Grandes grupos de orientais e estrangeiros foram por diferentes vezes, com músicas, archotes e bandeiras, saudar o ilustre Diplomata.[139] O mesmo fizeram muitos chefes e oficiais do nosso brioso exército, entre os quais contava Paranhos com não poucos discípulos.[140]

Dias depois, o ministro de Relações Exteriores Carlos Castro ofereceu-lhe um banquete, a que assistiram o governador provisório da República, os membros do ministério e as principais autoridades, o corpo diplomático, os almirantes francês e inglês, o general Andréa, representando Osório, que não pôde comparecer, e o cônsul-geral do Brasil.

O brinde de honra, a Paranhos, foi feito pelo general Flores, o qual em breves palavras recordou o papel importante que coube ao diplomata brasileiro no restabelecimento da paz.

---

[139] Na mesma noite de 14 escreveu Paranhos a sua carta "Aos meus concidadãos", publicada no *Jornal do Commercio* de 21 de março, e também à p. 260 do seu livro citado *A Convenção de 20 de fevereiro*.

Nessa carta, dizia ele: "... O raio com que resolveu fulminar-me o governo do meu país... feriu o cargo, mas, mercê de Deus, não alcançou a pessoa que o exercia. A tranquilidade de minha consciência assim me diz: as simpatias e considerações de que fui hoje rodeado por todos os membros do governo oriental e do corpo diplomático, pelos almirantes francês e inglês, por muitas outras pessoas de distinção, entre as quais conto muitos brasileiros, me dão certeza de que o patriotismo de meus concidadãos foi ilaqueado em sua boa-fé, ou não pôde apreciar em sua brilhante luz o triunfo do Brasil..."

[140] O governo mandou repreender os militares que tomaram parte nessa manifestação, considerando-a contrária à disciplina.

O ministro do governo, Vidal, em um belo discurso, fez o seguinte voto, que o futuro se encarregou de confirmar:

"... Espero, senhores, que esteja ainda reservada ao conselheiro Paranhos a glória de ser um dia quem tenha de apresentar à sua majestade o imperador do Brasil os louros que o Exército brasileiro vai conquistar no Paraguai."

O almirante Chaigneau e o jovem Eduardo Flores dirigiram também entusiásticas saudações ao ministro demitido.

No rio da Prata, o inconsiderado decreto de 3 de março produziu verdadeiro assombro.

> Nesta situação [dizia o distinto diplomata Andrés Lamas] quando o Brasil abria sua grande campanha do Paraguai rodeado das simpatias destes governos, a exoneração de vossa excelência veio perturbar e comover tudo. O Brasil condena na pessoa de vossa excelência os ajustes de 20 de fevereiro! Que mais queria o Brasil? Que, senão possível uma solução incruenta, os canhões brasileiros fizessem ruínas da cidade de Montevidéu e dos interesses nacionais e estrangeiros que ela encerra? Que não houvesse ajuste entre os orientais, nem mesmo para que o partido vencido se entregasse à discrição do partido aliado do Brasil? Que o general Flores, que levava a bandeira oriental aliada à do Brasil, houvesse tido uma posição secundária (que não teve nem no Salto, nem em Paissandu, os dois fatos militares da campanha), e que tivesse recebido o governo do seu país diretamente das mãos dos soldados brasileiros, *embora esse fato importasse uma violação, impossível de dissimular-se, da independência oriental e das obrigações sobre esse ponto contraídas com a República Argentina* (...) Não basta ao Brasil o desagravo de sua bandeira no mesmo lugar onde foi ultrajada? Não lhe basta ver fugir ante suas armas os inimigos do Brasil, e fugir passando por humilhações inauditas (e que lastimam deveras todos os corações orientais), tão inauditas como a de terem os orientais de depor suas armas, em sua própria terra, nas mãos de estrangeiros, que nem os haviam vencido, nem os haviam combatido?
>
> O Brasil, descendo da altura de seu próprio triunfo, exigiu o castigo de alguns febricitantes políticos, que, esquecidos de si mesmo, e do que deviam à civilização do seu próprio país, ultrajaram grosseiramente a bandeira imperial. Não quis imitar a França, que, ao solver suas questões com a Confederação Argentina, nem sequer se lembrou de que o rei dos franceses havia sido queimado em

efígie, e oprobriosamente, nas ruas de Buenos Aires, e não se lembrou porque uma grande nação olha sempre para cima e para diante, e não tem olhos para investigar o abismo das aberrações e das torpezas pessoais, que desaparecem sob o pó de seus pés. Para satisfazer ao Brasil em ponto tão pequeno, chegou-se até a fazer exceções na anistia dos atos políticos, que outra coisa não são os ultrajes feitos à bandeira inimiga em meio da guerra e da irritação produzida pelo bombardeamento da infeliz Paissandu.

Que mais se queria? Não posso definir: ninguém por cá o define! Somente sabemos que se queria mais. E este mais é uma ameaça e uma humilhação, tanto mais assustadora, quanto menos compreensível. Isto, que todos sentem, tem produzido já suas inevitáveis consequências. A confiança na recente pacificação está destruída...

... Não estranhe vossa excelência minhas inquietações. Vejo quebradas as tradições da boa política fundada em 1851; e não encontro, nem no fundo, nem na forma da exoneração de vossa excelência, aquele cunho de moderação e de sabedoria que em tantas ocasiões tenho podido apreciar e respeitar em seu governo. Conheço o extremado patriotismo de vossa excelência e estou certo de que deplora amargamente o motivo que acaba de conquistar-lhe a maior simpatia e confiança, como nenhum estadista brasileiro ainda alcançou nestes países. Vossa excelência, porém, permitirá que o seu antigo amigo que com pesar o acusara por haver vossa excelência exagerado o triunfo do Brasil, hoje, por meio desta carta, na qual toma a liberdade de deixar consignadas suas opiniões, se associe às homenagens e aos votos que nestes momentos rodeiam no rio da Prata a mui distinta pessoa de vossa excelência..."[141]

[141] O governador Flores disse: "... Creio... que não tardará o dia da reparação devida a vossa excelência; mas não sei se o governo imperial poderá tão facilmente desvanecer entre nós o efeito que devia produzir uma demonstração de desgosto pelo acontecimento que todos esperavam enchesse de júbilo aos nossos amigos do Brasil..."
O presidente Mitre: "... Não necessito dizer a vossa excelência quanto sinto sua separação de Buenos Aires e a maneira como tem ela lugar..." O ministro Elizalde: "... Permita vossa excelência que lhe expresse o pesar que me tem causado o que praticou com vossa excelência o governo imperial. É uma injustiça, para mim inexplicável, que não duvido ser amplamente reparada pela opinião pública do seu país..." O almirante Chaigneau: "Compartindo com todos os homens de coração, dedicados à ordem, ao desenvolvimento da prosperidade e à legítima preponderância que assegurastes ao vosso país, a estupefação, os pesares e as inquietações que despertou a deplorável notícia vinda pelo paquete *Mersey*..." "Vossos adversários assustados com vossa glória", disse o mesmo almirante. O ministro inglês Lettson disse a lorde J. Russel:

Paranhos foi despedir-se do governo de Buenos Aires e nessa cidade recebeu as mesmas demonstrações de simpatia que em Montevidéu.

Quando chegou ao Rio de Janeiro, encontrou já a opinião pública suficientemente esclarecida sobre o ato de 20 de fevereiro, graças à valente defesa que seus amigos haviam feito na imprensa. Entre eles, assinalaram-se o conselheiro José Feliciano de Castilho, o senador Firmino Rodrigues Silva, o conselheiro Saião Lobato, Lopes Gama e muitos outros, nas páginas do *Jornal do Commercio*, e Sousa Ferreira, um dos redatores do *Correio Mercantil*.[142]

O que se passou na capital e nas províncias foi fielmente desenhado por Epaminondas nas seguintes linhas:

> ... Seja dito em honra do nobre sentimento de gratidão nacional, só meia dúzia de vozes nesta cidade se lembraram de condenar o senhor Paranhos pelo formoso serviço prestado ao país. A notícia de toda a parte onde chegou a do acordo do dia 20 de fevereiro é unânime em relatar o intenso júbilo com que a nação recebeu semelhante desenlace, e a convicção dela de que os interesses materiais e morais do país ficaram triunfantes. É que o instinto do povo, quando não desvairado pelas paixões, ou por ódios partidários, é sempre reto e justo. O povo por si só não é ingrato: só figura como tal quando o pervertem ...

Em nenhuma província do Império a notícia da convenção celebrada por Paranhos foi mais festejada que na do Rio Grande do Sul.

Os conservadores de Pernambuco ofertaram ao diplomata demitido uma pena de ouro, cravejada de brilhantes, tendo em um brasão a data de 20 de fevereiro de 1865. Várias câmaras municipais e comissões populares enviaram congratulações ao ilustre brasileiro. Alguns desses

---

"O senhor Paranhos foi exonerado... Tanto quanto posso julgar da matéria até este momento, parece-me que o governo imperial cometeu com aquele ato grande injustiça para com um talentoso e fiel servidor da coroa..." O almirante Elliot disse aos lordes do almirantado: "... Isto deve naturalmente aumentar o sentimento da desconfiança que existe aqui para com o Brasil... A desgraça, porém, do senhor Paranhos deve ser considerada, em grande parte, como uma questão de partido. Sua influência devia naturalmente crescer com esta feliz negociação, e ele é dos principais membros do partido oposto ao atual governo do Rio de Janeiro, o qual por isso se temeu desse aumento de popularidade..."

Poderíamos fazer muitas outras transcrições para manifestar a opinião dos que se achavam no teatro dos acontecimentos.

[142] Castilho, com o pseudônimo de Epaminondas, escreveu os artigos de que já fizemos menção, logo depois reunidos em folheto.

documentos figuram no livro que o conselheiro Paranhos posteriormente publicou.

Entendeu acertadamente o ilustre estadista que não devia discutir pela imprensa com a turba dos escritores anônimos a soldo do governo. Reservou sua justificação para o Senado. Era aí, na presença dos seus pares e perante os senadores, Furtado, chefe do gabinete de 31 de agosto, e Dias Vieira, ministro dos Negócios Estrangeiros, que ele devia mostrar a sem-razão dos seus acusadores.

Não devemos omitir que muitos dos homens mais eminentes da situação liberal reprovaram o ato do governo e reconheceram desde logo o grande serviço que Paranhos prestara à nação. Entre os que o visitaram nos primeiros dias da sua chegada, testemunhando-lhe esses sentimentos, citaremos o marquês de Olinda, Nabuco, Abrantes e Tavares Bastos, todos seus adversários políticos. Dom Manuele Silveira Lobo, que não mantinha relações pessoais com Paranhos desde que a demissão fora publicada, pronunciaram-se publicamente contra o ato, declarando que aprovavam inteiramente o procedimento do nosso diplomata. Da mesma opinião foram Saraiva e outros liberais.

Aberto o Parlamento, e logo na primeira reunião da Câmara dos Deputados, ficou o gabinete derrotado, em escrutínio secreto, na eleição de presidente.

Subiu ao poder o ministério de 12 de maio de 1865, presidido pelo marquês de Olinda.

Foi na memorável sessão de 5 de junho e na discussão do voto de graças que Paranhos apresentou ao Senado e ao país a sua defesa, prendendo por espaço de oito horas a atenção do numeroso e escolhido auditório. A maioria do Senado e os espectadores aplaudiram entusiasticamente o ilustre orador, e ao sair este, depois das 20h30, foi surpreendido por uma verdadeira ovação do povo que o esperava na rua.

Não podemos furtar-nos ao prazer de transcrever aqui alguns trechos do final do seu discurso:

> ... E depois de tudo isto se pretendeu fazer crer que a minha demissão fora devida, não à iniciativa ministerial, mas ao poder irresponsável! A notícia foi tão de

adrede espalhada que circulou em Montevidéu e Buenos Aires. Os nobres ex-ministros hão de seguramente desmentir comigo...

O senhor Furtado: 'Se não quer dar corpo a semelhante boato, para que o trouxe? O gabinete de 31 de agosto não precisa desculpar-se com a vontade irresponsável.'

O senhor Candido Borges: 'Para que vossas excelências protestem contra isso.'

O senhor Paranhos: 'Trouxe-o para protestar contra semelhante insinuação.'

... É possível, senhores, que as vozes dessa indignação popular, que artificialmente se levantou contra a nossa vitória incruenta em Montevidéu, chegassem até os ouvidos do monarca, que este ouvisse os seus ministros sobre as acusações que se fazem ao ato de 20 de fevereiro, e que os sete anfitriões que compunham o gabinete de 31 de agosto pedissem tempo para refletir; e que, depois, ouvindo o seu conselho privado no Rio Comprido, voltassem muito pesarosos para declarar ao monarca que as acusações eram procedentes, mas que tinham um meio fácil e pronto de aplacar a indignação pública, e era aprovar-se o ato e demitir o negociador. Assim se fez, e desde então ficou tudo salvo, e cessou a indignação popular. (Muito bem.)

Senhores, não há exemplo, que eu conheça, de uma demissão como a que me foi atirada pelo ministério de 31 de agosto. Só vejo um fato análogo, a demissão de Chateaubriand em 1824...

Olhando para esse documento do seu governo, o ilustre ex-ministro disse que a forma nem ao menos dissimulava a brutalidade do ato. Destituí-lo assim, acrescentou ele, era o mesmo que enxotá-lo como a um lacaio que houvesse furtado o relógio do rei sobre a mesa de sua chaminé.

Sou um pigmeu em presença daquele gigante, do ilustre autor do Gênio do Cristianismo, mas, assim como ele, quando acusado nas câmaras francesas de ter sacrificado a dignidade da França no Congresso de Verona, posso dizer aos nobres ex-ministros e a todos aqueles que como eles pensam: Concedo-vos toda superioridade, mas não que qualquer de vós seja melhor brasileiro do que eu. (Apoiados.) Não tenho a importância de Chateaubriand, mas posso também dizer, como ele, que nunca dei nem darei a alguém o direito de tratar-me como a um lacaio.

> Os nobres ex-ministros do gabinete de 31 de agosto julgaram talvez que me deprimiam e para sempre no conceito dos meus compatriotas, mas o resultado foi justamente o contrário: o seu ato elevou-me, como eu não merecia na estima de nacionais e estrangeiros; de sorte que posso hoje dizer, com desvanecimento, que a demissão que recebi dos senhores ex-ministros foi para mim muito mais honrosa do que a sua nomeação. (Apoiados.)
>
> Digam os nobres ex-ministros o que quiserem a respeito do ato diplomático de 20 de fevereiro, não poderão arrancar-me esta grata convicção: que por aquela solução salvei a vida de dois mil de meus compatriotas, evitei as ruínas de uma capital importante, e atrai as simpatias gerais do rio da Prata para o meu país.
>
> O senhor Pimenta Bueno: 'E os louvores da Europa.'
>
> O senhor Paranhos: 'Este resultado compensa-me sobejamente do desar que me lançou o gabinete passado. Hoje, ainda mesmo que a câmara dos senhores deputados não tivesse aplicado aos nobres ex-ministros a pena de Talião (eu não desejava tanta severidade), não me resta senão pedir a Deus que não volva algum dia contra os autores do decreto de 3 de março as armas da cólera popular que eles procuraram manejar contra mim.' (*Bravos; aplausos; o orador* é *cumprimentado por muitos dos seus colegas e dos espectadores*.)

Dois outros discursos proferiu ainda Paranhos, no Senado, em 26 e 28 de junho, defendendo a Convenção de Paz e o seu procedimento no rio da Prata. Os senadores, Furtado e Dias Vieira, membros do gabinete que demitira o negociador, e Silveira da Mota, Teófilo Otoni e Zacarias de Góis empenharam-se na discussão, combatendo o acordo de 20 de fevereiro. O visconde de Jequitinhonha e Sousa Franco também se manifestaram contra esse acordo. Zacarias apenas o combateu em parte, tecendo elogios ao negociador e respondendo a certas censuras dos ex-ministros. O modo por que foi demitido o nosso diplomata não mereceu a aprovação desse orador e de Silveira da Mota.

> Não era digno [disse Zacarias] nem do governo, nem do seu enviado, o modo descomunal por que foi demitido, podendo qualquer homem de brio avaliar devidamente a surpresa dolorosa que ele experimentara, recebendo a notícia de sua demissão no momento em que estava de copo em punho saudando o

aniversário da nossa prezada imperatriz. Isso foi desairoso, antidiplomático; porque, se a diplomacia calça luva de pelica, não é para descarregar mão de ferro em um cidadão ilustrado, cheio de serviços, e que se achava em país estrangeiro desempenhando missão tão importante...

... É verdade que o nobre ex-presidente de conselho, esquecido de que o relatório da repartição dos Negócios Estrangeiros, a fala do Trono e o *Diário Oficial* haviam reduzido o senão do convênio à deficiência, reconhecendo assim algum serviço prestado pelo ex-plenipotenciário, veio a esta tribuna dizer: 'O que fez o ex-plenipotenciário? Nada! Não obteve nem aquilo que obteria a capacidade mais mediana!'

Há nesse dizer, senhor presidente, manifesta ingratidão *(apoiados)*. O nobre ex-plenipotenciário fez muito: a circular manifesto, por exemplo, honra a sua inteligência, foi a exposição mais clara e bem deduzida que se fez da questão brasileira com a Banda Oriental, colocando-a sob o seu verdadeiro ponto de vista.

O nobre ex-enviado, em minha opinião, prestou importantes serviços...
Silveira da Mota disse: ... A demissão como foi dada tornou-se um ato desusado, extraordinário, rude *(apoiados),* e, direi mais, desnecessário (o senador Paranaguá apoiou o orador) porque um diplomata de elevada ordem, como o nobre senador pela província de Mato Grosso, incumbido de negociação importantíssima como essa que tinha a seu cargo, devia ser chamado pelo seu governo de uma maneira que nem parecesse desairosa a sua excelência, nem precipitação do governo...

Além de Paranhos, pronunciaram vários discursos em defesa da Convenção de 20 de fevereiro os senadores Pimenta Bueno (marquês de São Vicente), barão de São Lourenço, Ferreira Pena, Cândido Borges (barão de Itaúna) e Jobim.[143]

[143] Das tendências guerreiras que manifestavam alguns dos censores da solução pacífica de 20 de fevereiro, podem dar-nos ideia os seguintes trechos:
"O Brasil precisa de força moral no rio da Prata" – disse no Senado Teófilo Otoni – "precisa que a continuação de triunfos como o de Paissandu nos garanta tranquilidade e segurança para o futuro."
O senador Silveira da Mota disse: "... Não era esse o desenlace brilhante que o Império tinha o direito de esperar, em vista de seus sacrifícios, depois de tantos esforços, e da dedicação e capacidade do nobre senador (Paranhos); o desenlace brilhante seria se, começando o ataque da praça, uma bandeira branca fosse arvorada nas suas muralhas, seguindo-se uma capitulação

Terminada a discussão do voto de graças no Senado, recebeu-se a notícia da invasão da província do Rio Grande do Sul pelos paraguaios. O Parlamento foi adiado para 1º de março de 1866 em consequência da patriótica resolução que tomou sua majestade o imperador de ir com a sua augusta presença ativar a defesa da província invadida, reunindo-se ao Exército em operações.

Em fins desse ano, Paranhos publicou o livro de que já fizemos menção, *A Convenção de 20 de fevereiro demonstrada* à *luz dos debates do Senado e dos sucessos da Uruguaiana*.[144] O paralelo que aí faz dos acontecimentos de Montevidéu com os de Uruguaiana é magistral e um dos mais primorosos trabalhos do exímio escritor.

É tempo de verificar quais os defeitos que o governo descobriu na Convenção de 20 de fevereiro de 1865 e que motivaram o decreto de 3 de março, lavrado, como vimos, algumas horas depois do recebimento daquele acordo e dos despachos e das cartas que a ele se referiam.

O pensamento do governo foi manifestado no *Diário Oficial* de 10 de março e no relatório da repartição dos Negócios Estrangeiros.

Eis o que disse a folha oficial e o que foi posteriormente repetido no Senado pelos ex-ministros:

> O governo imperial, resolvendo dispensar o senhor conselheiro Paranhos da missão diplomática de que o havia encarregado junto às Repúblicas do Prata, *foi a isso levado unicamente pela circunstância de não haverem sido atendidas, tanto quanto cumpria, no Convênio de 20 de fevereiro, algumas considerações a que o governo imperial devia necessariamente ligar muita importância,* tratando de não deixar sem completa satisfação todas as graves ofensas contra a dignidade do Império praticadas pelo governo de Montevidéu no último período da administração Aguirre.
>
> Essas dolorosas ofensas já as exemplificamos neste jornal: consistiram no *vilipêndio ao símbolo da soberania nacional, nas atrocidades de Jaguarão, e na traição dos prisioneiros de guerra em Paissandu*, depois de livres, por um dos

com os generais brasileiros; nunca podia ser esse conchavo todo de família feito na Villa da União."

[144] Rio de Janeiro, 1865, v. 1, B. L. Garnier, livreiro-editor.

atos da mais rara magnanimidade, sob palavra de honra de não tomarem armas contra o Império.

... As últimas e graves ofensas contra a dignidade do Império, praticadas no derradeiro período da administração Aguirre, *reclamavam do governo do senhor Villalba a mais completa satisfação.*

Contudo, o governo imperial não deixa de reconhecer o benéfico influxo de um acordo que pôs fim à guerra, tanto civil quanto estrangeira, abrindo-nos as portas de Montevidéu sem derramamento de sangue, e entregou o governo provisório da República ao nosso aliado e amigo o senhor general Flores, ao qual acha-se o Brasil ligado por solenes compromissos de recíproca utilidade e conveniência.

Assim, o governo imperial, apesar *da deficiência notada, bastante para indicar que todo o seu pensamento não fora compreendido pelo plenipotenciário brasileiro*[145] e para aconselhar a sua dispensa da missão de que estava encarregado, manterá lealmente o acordo ajustado.

A exoneração, portanto, do senhor conselheiro Paranhos em nada pode influir sobre a fiel execução do referido convênio, nem sobre a política seguida pelo governo imperial nos negócios do rio da Prata, que continuará, como anteriormente, sempre desinteressada e amigável; muito menos pode autorizar o juízo de que a falta de homogeneidade de pensamento entre o governo imperial e o seu representante no rio da Prata torne esse convênio pouco honroso para o Império.

Em resumo, o pensamento do gabinete Furtado era este:

O convênio foi honroso para o Império, mesmo deficiente; o benéfico influxo desse acordo, pondo termo à guerra, abrindo-nos as portas de Montevidéu sem derramamento de sangue, e entregando o governo da República ao nosso aliado, era reconhecido pelo governo. As deficiências estão apontadas no artigo que acabamos de transcrever, e à p. 27 do relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1865.

Vamos reproduzi-las, respondendo rapidamente a cada uma das censuras:

[145] Muita gente acreditou então que o plenipotenciário recebera instruções sobre os pontos anteriormente indicados. Tal não se deu: o governo, como mostramos antes, não lhe manifestara pensamento algum.

1. *Ficar impune a ofensa* à *bandeira nacional em Montevidéu*. Paranhos demonstrou no Senado que, no fato ocorrido em 9 de fevereiro e de que fizemos menção, não houve insulto à nossa bandeira: foram os últimos arrancos de uma cólera impotente, uma bacanal que alguns energúmenos do partido vencido representaram nas ruas de Montevidéu no intuito de excitar o fanatismo de seus sequazes. Haveria insulto ao Brasil se fosse feito a uma bandeira arvorada por autoridade competente, ao pavilhão de um personagem revestido de caráter oficial. Tal foi a doutrina sustentada em 1861, pelo Conselho Federal Suíço, doutrina que é hoje geralmente aceita. A bandeira arrastada pelas ruas de Montevidéu fora comprada em uma loja dessa cidade. Sem embargo de tão ponderosas razões, o plenipotenciário brasileiro, em homenagem aos legítimos ressentimentos nacionais, e prevendo o que a ignorância ou a malevolência poderiam dizer, não deixou impunes os autores da aludida bacanal. Em protocolo reservado e adicional ao de 20 de fevereiro[146] ficou ajustado com o comissário de Villalba e com Flores, que este, apenas entrasse na cidade, daria, como chefe supremo da República, uma salva de 21 tiros à bandeira do Brasil, e que os principais autores das cenas de 9 de fevereiro seriam, como foram, compelidos a sair do país, não podendo regressar ao solo natal sem acordo entre o governo imperial e o da República. Que mais poderíamos desejar? Que esses loucos fossem enforcados, esquartejados ou queimados vivos? Que a salva fosse dada por Villalba? (...) Mas este, como vimos, estava em coação na praça, e tratava conosco, protegido pelas tropas neutras. Além disso, não era governo legal, e não o quisemos reconhecer como tal. A reparação em nome da nação oriental só podia ser dada pelo nosso aliado, reconhecido como chefes supremo e legítimo da República.

Lembraremos ainda que sobre este assunto o nosso diplomata não recebeu instruções do governo imperial.

2. *As atrocidades praticadas em Jaguarão foram esquecidas*

[146] Está publicada à p. 96, Parte II do livro *A Convenção de 20 de fevereiro*. Os ministros guardaram sobre este protocolo silêncio, provavelmente porque formularam a censura antes de o haverem lido.

> *na negociação.* Ficou também demonstrado, na imprensa e no Senado, que os atentados atribuídos às forças do general Muñoz e do coronel Aparício, estavam compreendidos no artigo 2º do Convênio: "São excetuados das declarações do artigo precedente assim os crimes e delitos comuns, como os políticos que possam estar sujeitos à jurisdição dos tribunais de justiça por seu caráter especial." Os ministros, resolvendo exonerar o diplomata no mesmo dia em que receberam a Convenção de Paz, não puderam ter tempo para compreender o alcance do ajuste celebrado.

Os atentados atribuídos a Muñoz e Aparício não estavam especificados na letra do convênio: daí concluíram os membros do gabinete que ficariam impunes. O senador Paranhos mostrou que a especificação desejada fora uma leviandade e um desar irrogado à República.

Não se podia registrar em documento destinado a figurar nas coleções diplomáticas de todos os povos cultos uma acusação tão dolorosa para os orientais; não há exemplo de procedimento igual. Muñoz estava ainda em armas nas vizinhanças da nossa fronteira. A especificação de que se trata seria, pois, um aviso que lhe enviávamos para que escapasse à punição.

Não havia prova alguma dos supostos atentados contra famílias brasileiras, além de uma carta de Blaz Colonel, que a isso se referia vagamente. O presidente do Rio Grande do Sul apenas dera a seguinte informação: "... *No trajeto saquearam as casas, arrebataram a cavalhada que encontraram, e levaram cerca de 30 escravos*, dos quais alguns têm fugido para as casas de seus senhores..." No mesmo sentido informou o general Botelho.

O saque de propriedades particulares, a tomada de cavalos, a captura e a subsequente libertação de escravos são represálias de guerra, e não delitos comuns; dão lugar a que o vencedor reclame todas as indenizações que quiser, mas não a que castigue os seus inimigos vencidos. Entretanto, podendo ser exato que as tropas de Muñoz e Aparício houvessem praticado assassinatos e atentados contra a honra das famílias nas vizinhanças do Jaguarão (nunca o governo obteve disso a mais ligeira prova), o conselheiro Paranhos, apesar de não ter instruções para isso, fez redigir nos termos convenientes o artigo 2º

do Convênio, tendo em vista as alegações vagas que apareciam na imprensa. Nas conferências da Vila da União declarou a Flores e Herrera y Obes que os crimes atribuídos a Muñoz, Aparício e outros ficariam compreendidos na exceção desse artigo, e antes de suspeitar que fosse ser demitido, estava promovendo a captura e a punição daqueles chefes e, nesse sentido, escrevera ao governo imperial em data de 7 e 13 de março.

No primeiro desses despachos, expedido de Montevidéu sete dias antes de ter notícia da sua exoneração, dizia Paranhos:

> ... O submetimento de Muñoz e Aparício completa a pacificação deste Estado. *Os fatos que essa gente praticou em nossa fronteira vão ser averiguados por parte deste governo, para serem punidos judicial e administrativamente. Convém que a autoridade brasileira por sua parte levante um sumário ou inquérito,*[147] *para auxiliar o descobrimento da verdade e apoiar a intervenção do representante do Brasil em Montevidéu...* O fato da bandeira, obra de Susviela, Palomeque etc. também vai ser averiguado, para saber-se ao certo quais são os seus autores...

Em despacho de 13 de março, dizia ainda Paranhos ao ministro dos Negócios Estrangeiros:

> *... O artigo 2º da capitulação de 20 de fevereiro lhes será aplicado* (a Muñoz e Aparício) mediante as formalidades legais. Sinto que até este momento a presidência do Rio Grande do Sul não tenha ministrado a esta Missão Especial nenhum documento nem informação a respeito dos excessos praticados pelas forças de Muñoz no território do Jaguarão. A experiência nos deve prevenir contra as notícias da imprensa, mas creio que neste caso alguma coisa houve de indesculpável atrocidade...

As diligências feitas por Paranhos constam ainda da seguinte nota que lhe dirigiu o ministro dos Negócios Estrangeiros da República Oriental:

> Ministério das Relações Exteriores, Montevidéu, 12 de março de 1865. Senhor ministro. Submetidas à consideração do governo provisório as manifestações que

[147] O governo nem dera instruções ao nosso diplomata, nem fez proceder a averiguações em Jaguarão, nem promoveu depois a punição dos supostos criminosos.

> vossa excelência serviu-se fazer-me, relativas ao procedimento de dom Basilio Muñoz, sua excelência o senhor governador, apesar de ter já dado suas ordens a fim de que aquele indivíduo fosse trazido a esta cidade, para responder sobre os fatos que se lhe imputam, atendendo aos novos desejos manifestados por vossa excelência, renova nesta data as ditas ordens, mostrando assim a sinceridade com que quer satisfazer as justas reclamações de vossa excelência, sem embargo de que os fatos que parecem condenar o dito Muñoz tiveram lugar em território brasileiro, e, por conseguinte, fora da jurisdição da República etc. etc. Saúdo a vossa excelência etc. Excelentíssimo senhor conselheiro J. M. da Silva Paranhos, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de sua majestade o imperador do Brasil. (assinado) Carlos de Castro.

Quando, em Montevidéu, se soube, no dia 14 de março, da demissão do plenipotenciário brasileiro e das razões que para esse ato alegava o governo imperial em um despacho de que o cônsul-geral do Brasil foi incumbido de dar cópia ao governo oriental, o ministro das Relações Exteriores da República dirigiu ao nosso governo uma nota de que extraímos os seguintes períodos, chamando para eles a atenção do leitor:

> ... O governo da República lamenta esse fato (a demissão de Paranhos), que lhe causou sincero pesar, mas o respeita, sem permitir-se formar o mais insignificante juízo, porque talvez informações, até certo ponto equivocadas, lhe tenham podido dar origem. De certo o senhor conselheiro Paranhos, a quem por seu leal e acertado procedimento estão gratos o governo e todo o país, não fez outra coisa mais do que cumprir fielmente a missão de que estava encarregado, tendo sempre por norte os interesses, o decoro e a dignidade da nação brasileira. Verificado o rendimento da praça de Montevidéu, os termos da capitulação talvez não tenham sido suficientemente apreciados. *No seu artigo 2º deve o governo imperial ver a mais plena garantia de que os seus direitos e os deveres do governo oriental estão perfeitamente ressalvados, pois que se deixa* à ação da justiça o conhecimento dos crimes civis ou políticos em que tenham podido incorrer os indivíduos a que ele se refere. O *governo provisório, de acordo com as manifestações e desejos do senhor conselheiro Paranhos, e além disso com o estipulado nas cláusulas secretas da capitulação a respeito dos insultos irrogados ao Império pelo desacato* à *bandeira brasileira e a respeito dos tratados existentes entre ambos os países, já havia expedido ordens para que dom Basílio Muñoz fosse*

> *conduzido a esta cidade, debaixo de guarda, a fim de ser submetido a julgamento pelo procedimento que teve em suas correrias; procedimento que, embora se verificasse em território brasileiro, fora, portanto, da jurisdição da República, deseja o governo provisório ver esclarecido, a fim de tornar efetivo o castigo que possa merecer, justificados os atos vandálicos que lhe sendo imputados ,*e, com data de 12 do corrente, renovou aquelas ordens, atendendo às justas reclamações do senhor conselheiro Paranhos... No propósito, pois, de que o governo imperial possa ter conhecimento exato de todos os fatos, e uma explicação conveniente da atualidade em suas relações e compromissos para com o Império, que lhe faça apreciar em toda a sua justiça o procedimento do senhor conselheiro Paranhos, e os propósitos do governo provisório de tornar efetivos os seus espontâneos e devidos compromissos, resolveu o governo provisório enviar proximamente uma Missão Especial junto ao governo de sua magestade imperial , a fim de que, com o exato e cabal conhecimento da política e tendências do governo provisório, explique e desvaneça qualquer interpretação equivocada, que tenha podido dar-se aos sucessos e ao estado atual dos negócios da República em relação ao Império...

Assim, pois, na opinião e na intenção dos negociadores do acordo de 20 de fevereiro, os crimes imputados a Muñoz e Aparício ficavam compreendidos no artigo 2º do Convênio, e nesse sentido estavam o plenipotenciário do Brasil e governo oriental promovendo a captura desses oficiais e o seu julgamento, quando estrondou em Montevidéu a notícia do decreto de 3 de março... Esclarecido o governo imperial sobre este ponto, não tratou de coligir provas sobre os tão falados crimes, e preferiu deixá-los impunes...

Meses depois, as hordas paraguaias invadiram o Rio Grande do Sul, saquearam não duas ou três casas, mas muitas estâncias e as vilas de São Borja, Itaqui e Uruguaiana; apoderou-se também, o que é recurso de guerra, das cavalhadas do inimigo. Fizeram mais, o que Muñoz e Aparício não praticaram: açoitaram e assassinaram velhos e mulheres, violaram a honra de muitas famílias. O chefe da expedição, Estigarribia, fez assassinar barbaramente um velho português residente em Itaqui e desonrou brutalmente uma das filhas daquele infeliz. Em Uruguaiana, o padre Duarte violentou uma senhora respeitável, das primeiras famílias do lugar. De tudo isso havia provas e testemunhas antes da capitulação: as declarações das vítimas, o testemunho das famílias que o inimigo expelira de Uruguaiana e o dos habitantes de São Borja e Itaqui que

puderam escapar. E tudo isso ficou impune!

3. A traição dos prisioneiros de guerra de Paissandu, os quais foram postos em liberdade sob palavra de honra de não tomarem armas contra o Império, e uniram-se aos defensores de Montevidéu. Também sobre este ponto o governo não deu instruções ao conselheiro Paranhos.

É certo que alguns desses oficiais, libertados em Paissandu, foram incorporar-se à guarnição de Montevidéu, mas por que razão o almirante, que tinha navios, permitiu que eles pudessem seguir esse destino?

Em Montevidéu, eles não tiveram ocasião de disparar um tiro contra as nossas tropas, e, de mais, e inteiramente inexato que tais prisioneiros houvessem sido postos em liberdade mediante palavra de não tomarem armas contra o Império. O general Flores autorizou o conselheiro Paranhos a fazer essa declaração. Houve, a princípio, em Paissandu, a intenção de exigir dos oficiais esse compromisso, mas, em consequência do fuzilamento de Leandro Gómez, por Goyo Suárez, os generais aliados soltaram os prisioneiros sem condição, excetuados as praças de pré, que foram incorporadas ao exército de Flores.

Admitindo-se, porém, mesmo que eles houvessem dado palavra, poderíamos, no momento de paz, punir a traição? De forma alguma. Eles deveriam ser fuzilados se fossem de novo aprisionados na constância da guerra, nunca no momento da paz. A última guerra franco-alemão forneceu-nos muitos desses exemplos: até mesmo oficiais superiores, como o general Ducrot, depois de terem dado palavra, foram de novo pelejar contra os invasores e inimigos de sua pátria. A Alemanha não se lembrou disso no dia da vitória final.

Cumpre ainda notar que alguns dos prisioneiros libertados em Paissandu, que se acharam também no sítio de Montevidéu (entre eles os irmãos Salvañac e Zipitria), foram posteriormente aprisionados em Uruguaiana, e tratados por nós com a maior distinção.

Eis aí resumidas e explicadas as deficiências que o governo imperial, ou antes, que o ministério Furtado, encontrou na Convenção de Paz de 20 de fevereiro de 1865.

Estendemos talvez muito sobre os acontecimentos da Missão Especial que desempenhou então no rio da Prata o ilustre cidadão que a pátria acaba de perder, mas pareceu-nos conveniente dar nesta parte mais desenvolvimento ao presente trabalho.

As sessões do Parlamento, interrompidas em 8 de julho de 1865, recomeçaram em 4 de março de 1866.

Paranhos continuou sempre em oposição aos gabinetes liberais, proferindo no Senado muitos e notáveis discursos nos anos de 1866, 1867 e 1868, até a ascensão do seu partido ao poder.

Em 3 de agosto de 1866, retirou-se o gabinete do marquês de Olinda, sucedendo-lhe o do conselheiro Zacarias de Góis, último da situação liberal.

Em 18 de agosto desde ano, foi Paranhos nomeado membro extraordinário do Conselho de Estado e no dia 21 prestou juramento em São Cristovão.

Por esse tempo sofreram os aliados um duro revés no ataque de Curupaiti, e o ministério, satisfazendo aos votos da nação, investiu do comando supremo das nossas forças terrestres e navais em operações o marechal Caxias. O almirante Tamandaré foi substituído pelo vice-almirante J. T. Inácio, depois visconde de Inhaúma.

> As duas nomeações que Paranhos lembrara [diz Alvarenga Peixoto] foram levadas a efeito: o duque de Caxias e o visconde de Inhaúma, apesar de membros da oposição, partiram para o teatro da guerra, porque o partido dominante acabou por convencer-se de que o pleito de honra em que estávamos empenhados era uma questão nacional, e não uma questão de partidos.

Em 1867, a questão da emancipação gradual dos escravos foi discutida no Conselho de Estado, graças à iniciativa de Pimenta Bueno, depois marquês de São Vicente, que em 23 de janeiro do ano anterior apresentara a sua majestade o imperador sobre esse importante assunto cinco projetos, pedindo a sua majestade que os submetesse ao exame e estudo daquela corporação.

As ideias capitais dos projetos São Vicente eram: decretação da liberdade dos filhos de mulher escrava desde logo; decretação de que ficaria completamente abolida a escravidão no dia 31 de dezembro de 1899; os filhos livres de mulher escrava seriam alimentados pelos senhores de suas mães; sendo homens seriam aqueles obrigados a servir a estes até a idade de 20 anos, sendo mulheres até a de 16; organização de juntas protetoras da emancipação; criação de um fundo de redenção

de escravos; permissão ao escravo de formar pecúlio; providências para facilitar as manumissões; matrícula especial dos escravos; libertação dos escravos da nação cinco anos depois de promulgada a lei e dos escravos das ordens religiosas sete anos depois.

O imperador, a quem era extremamente simpática a causa da abolição, entregou logo os projetos São Vicente ao marquês de Olinda, presidente do Conselho de Ministros, e desde então não cessou de empregar a sua grande influência a fim de que a questão fosse estudada para ter a solução mais conveniente.

Por aviso reservadíssimo de 17 de fevereiro do mesmo ano de 1866, o marquês de Olinda declarou à seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado que o imperador mandava consultar: primeiro, se convinha tomar qualquer medida que adiantasse a época da extinção da escravatura, independentemente dos resultados das mortes e alforrias; segundo, quais eram essas medidas.

A seção compunha-se de Sapucaí e Sousa Franco. O primeiro respondeu assim:

> Quando por um lado a inexorável mão da morte e as alforrias tiverem notavelmente diminuído o número dos escravos, e por outro lado a imigração tiver aumentado o dos homens brancos, e quando cessar a guerra, virá a oportunidade de se tomarem as medidas que as circunstâncias aconselharem. Sousa Franco concordou com o relator, acrescentando que, findada a guerra, se poderia começar a tomar medidas indiretas preparatórias. É questão muito grave esta [dizia] e para cuja solução será indispensável o acordo e união de todos os brasileiros.

Esta consulta foi assinada em 27 de março de 1866.

Em 24 de abril, o marquês de Olinda ordenou que a consulta fosse transmitida aos outros conselheiros de Estado, a fim de que estes, em reunião plena, no dia que fosse designado, apresentassem os seus pareceres.

Assim se fez, mas a reunião ficou para ser convocada depois do encerramento das Câmaras.

Ao gabinete Olinda sucedeu, como já dissemos, o de 3 de agosto, presidido por Zacarias de Góis.

Pouco depois de organizado este gabinete, recebeu o imperador a conhecida carta da Junta Francesa de Emancipação, datada de 1º

de junho de 1866, e subscrita por Guizot, Broglie, Montalembert, Laboulaye, Cochin e outros filantropos europeus, carta a que o ministro interino dos Negócios Estrangeiros, Martim Francisco, respondeu em nome do governo imperial.

Com o aviso confidencial de 1º de fevereiro de 1867, assinado por Zacarias, foram, por ordem do imperador, remetidos aos membros do Conselho de Estado, cópias dos projetos São Vicente, a fim de serem examinados no dia de março ou abril que fosse designado.

A discussão desses projetos efetuou-se nas sessões do Conselho de Estado pleno de 2 a 9 de abril.

Os conselheiros de Estado falaram na seguinte ordem, na sessão de 2 de abril:

1. Abaeté (pela liberdade dos nascituros, mas contra a fixação de prazo para a abolição total); 2. Itaboraí (idem); 3. Jequitinhonha (idem); 4. Eusébio de Queirós (idem); 5. Olinda (contra a liberdade dos nascituros, e pela abolição total quando fosse possível decretá-la sem inconvenientes e perigos graves, isto é, quando o número de escravos estivesse muito reduzido pelo curso natural das alforrias e das mortes); 6. Paranhos (Rio Branco) (pela liberdade dos nascituros; contra a fixação do prazo para a emancipação total); 7. São Vicente (explicou certos pontos dos seus projetos, e defendeu o artigo que marcava o dia 31 de dezembro de 1899 para a abolição total); 8. Sousa Franco (pela liberdade dos nascituros; contra o prazo para a abolição total); 9. Nabuco (idem); 10. Sales Torres Homem (Inhomirim) (idem); 11. Muritiba (contra a liberdade dos nascituros, e contra o prazo para a abolição total; apresentou um projeto, facilitando as alforrias, estabelecendo que depois de promulgada a lei que propunha, fossem sendo declarados livres os escravos maiores de 55 anos; que do ano 1910 em diante fossem senão declarados livres todos os escravos que completassem 35 anos, e que em 1930 fossem declarados livres todos os escravos, menos os que houvessem abandonado seus senhores).

Apresentadas pelos conselheiros anteriormente indicados suas ideias sobre a questão, pronunciaram-se do seguinte modo sobre a oportunidade: para que se tratasse de realizar a reforma depois da Guerra do Paraguai, votaram os conselheiros Abaeté, Itaboraí, Eusébio de Queirós, São Vicente, Paranhos (Rio Branco), Sousa Franco, Nabuco e Sales Tôrres Homem (Inhomirim); para que se tratasse imediatamente

Jequitinhonha. Olinda e Muritiba foram contrários ao projeto da reforma.

Na reunião de 2 de abril de 1867, Paranhos leu o seu extenso e luminoso parecer, que corre impresso.[148]

As perguntas feitas pelo governo foram três: 1. Convém abolir diretamente a escravidão? No caso afirmativo: 2. Quando deve ter lugar a abolição? 3. Como, com que cautelas e providências cumpre realizar essa medida?

À primeira pergunta respondeu assim: "... Respondo pela afirmativa ao primeiro quesito do governo: convém abolir diretamente a escravidão."

À segunda respondeu que "o governo imperial devia preparar o seu projetor para levá-lo a efeito depois de concluída a guerra, logo que a situação moral e financeira do país não apresentasse tão desfavorável aspecto."

À terceira:

> Entendo que se deve declarar a liberdade do ventre, ficando os filhos dos escravos obrigados a servir aos senhores das mães até certa idade, se os mesmos senhores tiverem de educá-los e sustentá-los durante esse tempo. A par desta medida capital, providências que mitiguem o cativeiro, como todo o favor aos processos de liberdade, a não separação dos cônjuges e das mães e filhos menores, restrições na transmissão dos escravos por herança, legado ou doação e garantias a bem da formação de seus pecúlios.
>
> A matrícula de todos os escravos e o registro dos respectivos nascimentos e óbitos são medidas necessárias e essenciais ao fim da lei...
>
> Não julgo já necessário criar um imposto para manumissões parciais e sucessivas. Se o estado do tesouro fosse próspero, eu admitiria a medida como auxiliar da ação natural do tempo; mas hoje, nas circunstâncias difíceis em que se acha o Estado, quando os novos impostos não serão bastante para satisfazer os encargos da guerra atual e prestar algum auxílio, ainda que fraco, ao progresso geral do país, não me parece que esse meio seja bem aconselhado.

[148] No folheto *Trabalho* sobre a extinção da escravatura no Brasil, Rio, 1868, Tipografia Nacional, e também na *Discussão da reforma do estado servil na Câmara e no Senado*. Rio, 1871, Tipografia Nacional (v. 2, Apêndice, pp. 102-106)

> Creio também desnecessário, e até muito inconveniente, que a lei marque o prazo da extinção total da escravidão. O prazo proposto (31 de dezembro de 1899) é tão longo, que sua fixação não serviria senão de matar desde logo toda esperança à população escrava. É escusado, porque, ainda supondo que a mortalidade dos escravos entre nós não exceda de 3%, como acontecia em algumas das colônias inglesas e francesas, no fim aos 32 anos de que fala o projeto, essa população estará quase toda extinta, desde que se não renova, nem pelo tráfico, nem pelo nascimento. Para que, pois, prefixar um prazo que entristece, e que, aliás, as circunstâncias futuras do país poderão encurtar, então sem grande ônus para o tesouro?
>
> Concordo com as ideias capitais dos projetos do senhor São Vicente quanto aos escravos da nação e os das ordens religiosas.
>
> Creio que, com as medidas concernentes à emancipação dos escravos, se deve cuidar de meios mais eficazes para atrair população livre ao Império...

Na conferência de 9 de abril, Paranhos desenvolveu as suas ideias, proferindo dois discursos.[149]

Pelos extratos que acabamos de fazer terá visto o leitor que não tem fundamento algum a asserção de alguns adversários de Paranhos de haver ele combatido no Conselho de Estado o projeto de reforma que seis anos depois converteu em lei.

Em 11 de abril do mesmo ano, foram designados os conselheiros Nabuco, com o relator, Sales Tôrres Homem e Sousa Franco (logo substituído por Sapucaí) para organizar um projeto "de acordo com as ideias que obtiveram maioria nas sessões de 2 e 9", devendo São Vicente assistir às reuniões da mesma comissão a fim de "auxiliá-la (diz o aviso) com suas luzes, como autor dos projetos que serviram de base às discussões já havidas sobre o assunto".

O projeto dessa comissão continha todas as ideias capitais aos projetos São Vicente, menos o artigo seguinte: "A escravidão ficará inteiramente abolida para sempre em todo o Império do Brasil no dia 31 de dezembro de 1899."

Foi discutido esse projeto nas sessões do Conselho de Estado pleno

[149] Publicados nos mesmos livros citados em nota anterior.

de 16, 23 e 30 de abril e de 7 de maio de 1868,[150] tomando parte na discussão o conselheiro Paranhos[151].

Na sessão de 7 de maio, o imperador ordenou ao relator que redigisse de novo o projeto com as alterações que sofrera para ser ainda sujeito à discussão quando o mesmo augusto senhor determinasse.

Subindo ao poder em 16 de julho, o visconde de Itaboraí não se tornou a tratar desse assunto no Conselho de Estado.

Em 24 de maio de 1870, por iniciativa do deputado Teixeira Junior, a Câmara dos Deputados elegeu uma comissão especial, que em 16 de agosto apresentou o seu parecer e um projeto. Este projeto era, com pequenas diferenças, o do Conselho de Estado.

No mesmo ano, em 6 e 20 de setembro, ao regressar do Paraguai, o conselheiro Paranhos, então ministro dos Negócios Estrangeiros, declarou no Senado que o gabinete, no intervalo da sessão, examinaria a matéria para apresentar uma solução no ano seguinte.[152]

O gabinete de 3 de agosto de 1866, presidido par Zacarias de Góis, foi, como dissemos, o último da situação inaugurada em 1862, e teve de medir-se com uma numerosa oposição pelo fracionamento do partido liberal.

As dificuldades eram grandes. O nosso estado financeiro não podia ser pior, e o país, a braços com a Guerra do Paraguai, ia desesperando de vê-la concluída com a queda do ditador Solano López.

A opinião voltava-se ansiosa para os estadistas conservadores. Em seis anos de domínio, o partido liberal não havia realizado e nem mesmo procurado realizar uma só das reformas por que tinha combatido na oposição, e oferecera apenas o espetáculo das discórdias intestinas.

Foi nessas circunstâncias que o gabinete Zacarias, achando-se em desacordo com a coroa sobre a prerrogativa constitucional da escolha dos senadores, resignou o poder, sendo por sua majestade incumbido de

[150] A discussão está publicada no volume que tem por título *Pareceres do Conselho de Estado*, no ano de 1868, relativos ao *Elemento servil*, Rio, 1871, Tipografia Nacional.

[151] Os votos que deu nessas sessões estão publicados na *Discussão do elemento servil* etc., v. 2, Apêndice, pp. 123 e seguintes.

[152] Veja-se *Discussão da reforma do estado servil na Câmara dos Deputados e do Senado*, Rio, 1871, 2 v., Tip. Nacional. No v. 2, notas, p. 94, a nota que tem por título "Compromissos do gabinete de 16 de julho".

formar novo gabinete o visconde de Itaboraí, que, ao chegar da Europa, incorporara-se de novo no Senado à valente oposição conservadora de que faziam parte Paranhos, Cotegipe, São Lourenço, Muritiba e outros oradores.

A primeira pessoa a quem se dirigiu Itaboraí foi Paranhos, declarando a este que não se encarregaria da organização do novo ministério se ele recusasse a cooperação que lhe pedia.

O gabinete ficou assim constituído: visconde de Itaboraí, presidente do Conselho e ministro da Fazenda; Paulino de Sousa, ministro do Império; José de Alencar, da Justiça; Paranhos, dos Negócios Estrangeiros; barão de Muritiba, da Guerra; barão de Cotegipe, da Marinha; J. Antão, da Agricultura.[153]

A ascensão do partido conservador foi saudada com entusiasmo em todo o Império. É na oposição que os partidos se recompõem e que retemperam as forças. O partido conservador levantou-se com um vigor e com uma unidade de ação de que a nossa história política oferece poucos exemplos.

A Câmara dos Deputados recusou ao novo gabinete todos os meios de governo, apesar dos esforços que fizeram Itaboraí e Paranhos para chamá-la à razão, lembrando as boas práticas da Inglaterra e a gravidade das circunstâncias em que se achava o país.

A Câmara foi dissolvida, apelando o imperador para a nação, que sancionou a mudança política que se operara. Os liberais, reconhecendo-se então fracos, não disputaram a eleição, e abstiveram-se em todos os distritos.

O gabinete de 16 de julho de 1868 conservou-se no poder até 29 de setembro de 1870. O conselheiro Paranhos esteve durante quase todo esse período ausente do Império, em Missão Especial no rio da Prata e Paraguai.[154]

Nos primeiros meses desse ministério, teve de ocupar-se, entre outros assuntos, das reclamações do tristemente célebre general Webb.

[153] Houve posteriormente recomposição. Retiraram-se José de Alencar e J. Antão, sendo substituídos por Nébias e Diogo Velho.

[154] O gabinete Itaboraí permaneceu no poder 26 meses e meio, e Paranhos só esteve em exercício do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros durante pouco mais de sete meses.

Pelo decreto de 30 de setembro de 1868, determinaram-se que as informações que pudessem interessar ao Império, prestadas pelos agentes diplomáticos e consulares, depois de publicadas no *Diário Oficial*, fossem reunidas, formando coleções anuais. Em 10 de dezembro, expediu Paranhos a esses agentes as instruções necessárias para que o decreto produzisse os resultados desejáveis.

A Guerra do Paraguai entrava então em nova fase. Humaitá caíra e o nosso exército, dirigido pelo duque de Caxias, marchara de vitória em vitória até Assunção. As nossas comunicações com Mato Grosso pela via fluvial estavam de novo abertas. Os aliados dominavam todo o litoral inimigo, e o ditador, depois das batalhas de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, e da capitulação de Angostura, refugiara-se no interior do país.

> A nova fase [diz o relatório da repartição dos Negócios Estrangeiros, de 1869], a nova fase em que entrou a Guerra do Paraguai, depois que chegamos à cidade de Assunção, e o inimigo fugiu para as cordilheiras, exigiu ser estudada não só no ponto de vista militar, mas também em relação à política até então seguida pelos aliados. Em tais circunstâncias o governo entendeu conveniente que um dos ministros de Estado fosse ao teatro dos acontecimentos para observá-los em sua verdadeira luz, auxiliar o nosso general no empenho de acelerar as novas operações militares, e combinar com os governos aliados a ação política mais conveniente na presente conjuntura. Essa escolha, como era natural, recaiu no ministro dos Negócios Estrangeiros, que ao conhecimento de todos os negócios da aliança, que tem corrido por aquela repartição, reunia a experiência de outras missões diplomáticas naqueles Estados.

No dia 1º de fevereiro de 1869, partiu Paranhos para o rio da Prata,[155] ficando o ministro da Marinha, barão de Cotegipe, encarregado interinamente da pasta dos Negócios Estrangeiros.

Chegando a Assunção pouco depois da retirada de Caxias, Inhaúma e Itaparica, da morte de Gurjão e de Andrade Neves, animou com a sua presença a reorganização do Exército e os preparativos para a campanha que tinha de abrir-se, e obteve do engenheiro Wisner um excelente mapa das Cordilheiras e a descrição minuciosa dos lugares que teria de percorrer o exército e dos recursos dessa região desconhecida.

[155] Seus secretários nessa missão foram Adolfo Paulo de Oliveira Lisboa, oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, e Luís de Alvarenga Peixoto, adido de primeira classe.

Regressou depois, nos primeiros dias de abril, a Buenos Aires, começando então as conferências com Mariano Varela, ministro das Relações Exteriores da República Argentina, e Adolfo Rodriguez, plenipotenciário oriental. São dignos de ler-se os dois memorandos de 30 de abril e 17 de maio, do nosso plenipotenciário, sobre a organização de um governo provisório em Assunção, composto de paraguaios.

Em 2 de junho concluiu em Buenos Aires o acordo das três potências aliadas para a formação do governo provisório, e pouco depois voltou para Assunção em companhia dos plenipotenciários argentino e oriental, Roque Pérez e Rodríguez. Eleito em 5 de agosto o triunvirato paraguaio, foi o novo governo instalado solenemente no dia 15 do mesmo mês, sendo-lhe devolvida a jurisdição civil na imensa zona já dominada pelas armas da aliança.

> Difícil, mui difícil [disse Paranhos no discurso que então proferiu dirigindo-se ao triunvirato[156]]é a missão do atual governo paraguaio, quando vê em torno de si tantas lágrimas e desgraças, e encontram quase de todo aniquilados os poucos elementos de riqueza e organização social que três ditaduras concederam a este povo no longo período de mais de meio século. As necessidades são muitas e imperiosas, os recursos escassísssimos, mas essa mesma situação impõe a todos vós bons paraguaios o maior sacrifício, e a fé na salvação de vossa pátria vos dará forças para superar todas as dificuldades do presente e lançar os fundamentos do vosso futuro.
>
> Senhores do governo provisório, encetai com fé a vossa empresa patriótica, e contai para ela com as simpatias e o concurso da amizade dos aliados, cujos direitos estou certo sabereis respeitar. O acordo de 2 de junho deste ano, cujas condições aceitasteis plenamente, e a cordialidade dos sentimentos que o governo imperial tem sempre professado à República do Paraguai, serão, por parte do Brasil, a norma e os móveis das novas relações oficiais que desde hoje se estabelecem entre autoridades brasileiras e paraguaias. Poderia assegurar o mesmo da parte dos aliados, mas estes tem órgãos mais autorizados e competentes.
>
> O Todo-Poderoso vos ilumine e aproxime o dia da paz honrosa e estável que a todos interessa, e com a paz conceda-vos todos os bens de que é digno este povo laborioso e valente, à sombra de sua independência e soberania nacional.

[156] Publicado à p. 76 dos anexos ao *Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros* de 1870.

> Tais são, senhores, os votos que todo o Brasil vos dirige pelo meu órgão, nestes momentos solenes em que os aliados estão talvez ferindo os últimos combates contra o seu e vosso obstinado inimigo.

Com os restos esparsos desse povo infeliz, Paranhos reorganizou o Paraguai, salvando essa nacionalidade, e mostrando ao mundo que o Brasil não queria, como era crença geral, a conquista ou a partilha daquele país. Foi como alguém disse "o vice-rei do Paraguai e o conselheiro do novo governo, ditando vários decretos e regulamentos, que lhe fazem honra e cujas minutas, se encontram no precioso arquivo que deixou; coadjuvou eficazmente a S. A. R. o senhor conde d'Eu, a quem coube a glória de pôr termo à longa guerra que sustentávamos; por enérgicas e rápidas providências, salvou o Exército das crises em que se achou, pela falta de víveres e cavalos, nos desertos do interior; auxiliou poderosamente a expedição do general Câmara no norte da República, enviando-lhe recursos, informações e mapas, entre os quais um do Aquidabã, pelo que, em 13 de março de 1870, foi brindado por aquele general, em seu e em nome dos oficiais e soldados das forças expedicionárias, com uma insígnia que pertencera ao ditador Solano López.

A nossa vitória final em Cêrro Corá, no memorável dia 1° de março de 1870, produziu em Assunção verdadeiro delírio. O conde d'Eu, Câmara e Paranhos eram vitoriados pelo povo, e alvo de inúmeras demonstrações de gratidão. A Paranhos foi oferecida no dia 16, seu aniversário natalício, um baile pelo comércio e principais habitantes de Assunção.

> É uma demonstração muito significativa e honrosa [disse um correspondente do *Jornal do Commercio*.[157]] A chegada do ministro brasileiro em fevereiro do ano passado, os esforços feitos então por ele para arrancar o exército do torpor e apatia em que se achava, são conhecidos de todos. A campanha das Cordilheiras foi iniciada, para assim dizer, pela palavra eloquente e entusiástica do provecto orador, e o feliz resultado que hoje aplaudimos é devido em grande parte a fé que nutria o conselheiro Paranhos pela conclusão da guerra, fé que ele soube transmitir a todos os nossos bravos.

[157] Correspondência de 14 de março de 1870, publicada no *Jornal do Commercio*, escrita pelo doutor Lucio Álvares dos Santos.

> Esses fatos estão hoje na consciência e no domínio de todos, quer militares, quer paisanos. Avalia todos no devido grau a importância que teve o voto e a palavra do estadista no conselho dos generais, onde uma vez, respondendo o conselheiro Paranhos a certas objeções, disse estas memorandas palavras: 'A lógica também é general.' Elogiam todos a robusta convicção com que o profundo pensador aconselhava a constância nas operações, a persistência nelas, destruindo todos os obstáculos. A voz do povo, que se não é a voz de Deus, é o bom-senso universal, aclama ao conde d'Eu, o general da espada, e ao conselheiro Paranhos, o general da pena. Honra aos dois ilustres patriotas!

Em 16 de abril de 1870, S. A. R. o conde d'Eu deixou o comando-em-chefe das forças brasileiras em operações e no dia seguinte partiu para o Rio de Janeiro, onde teve esplêndida recepção. O ilustre vencedor de Peribebuí e Campo Grande, que à glória de haver posto termo à Guerra do Paraguai reuniu a de haver promovido a promulgação do decreto de 2 de outubro de 1869, abolindo de todo a escravidão naquele país, dirigiu, ao partir, as seguintes linhas ao ministro do Brasil:

> Humaitá, 16 de Abril de 1870, 21h. Excelentíssimo senhor conselheiro Paranhos. Hoje assinei minhas últimas comunicações oficiais, e amanhã de madrugada embarco no *Galgo*. Ao deixar esta terra, teatro de nossas dores e de nossos trabalhos comuns, peço-lhe que aceite aqui o meu abraço de despedida. Desejo que se recolha à corte feliz e satisfeito. Sou sempre de vossa excelência amigo. (assinado) Gaston d'Orleans.

Paranhos seguiu para Buenos Aires a fim de ativar a celebração do tratado preliminar de paz. As bases da negociação ficaram ajustadas e constam do protocolo de 9 de maio, assinado pelo nosso plenipotenciário e pelos ministros das Relações Exteriores das duas Repúblicas nossas aliadas, Mariano Varela e Adolfo Rodríguez.

Logo depois voltou a Assunção, onde recebeu ao desembarcar a notícia do falecimento de seu irmão, o general Antonio da Silva Paranhos, veterano que desembainhara sua espada aos primeiros tiros dessa guerra, em Paissandu, para embainhá-la nas margens do Aquidabã, quando se feriu em Cêrro Corá, o último combate.

Em 20 de junho, Paranhos e o enviado argentino general Vedia assinaram em Assunção o tratado preliminar de paz. O plenipotenciário

oriental não pôde achar-se presente, mas o seu governo aderiu ao pactuado.

Voltando ao Rio de Janeiro, depois de tão prolongada ausência, reassumiu nos últimos dias de agosto o exercício do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, e empenhou-se logo, durante o mês de setembro, nas discussões do Senado, proferindo vários discursos, em que explicou o seu procedimento nas negociações de Buenos Aires e Assunção.

O gabinete Itaboraí deixou poucos dias depois o poder, organizando-se o de 29 de setembro de 1870, presidido pelo marquês de São Vicente (Pimenta Bueno).

Paranhos foi então nomeado, por decreto de 20 de outubro, membro ordinário do Conselho de Estado, e por Carta Imperial de 3 de novembro foi-lhe conferido o título de visconde do Rio Branco com as honras de Grande do Império.

A maioria das duas Câmaras, e muitos cidadãos distintos, admiradores do seu mérito, ofertaram-lhe as insígnias de dignitário da ordem imperial do Cruzeiro, ricamente cravejadas de brilhantes, "em reconhecimento aos relevantes serviços prestados no Paraguai" pelo ilustre estadista.[158]

---

[158] O visconde do Rio Branco fora condecorado com o grau de dignitário do Cruzeiro em 1858. As insígnias a que nos referimos foram entregues ao visconde do Rio Branco em 23 de fevereiro de 1871, por uma comissão composta do senador Saião Lobato (visconde de Niterói), deputado Lima e Silva, conselheiro Tolentino e comendador João Carneiro do Amaral.
Os subscritores foram em número de 300 e tantos, figurando entre eles Caxias, Itaboraí, Cotegipe, Abaeté, Muritiba, São Vicente, Bom Retiro, Sales Torres Homem, Camaragibe, Três Barras (Jaguarí), Saião Lobato, Antão, Jaguaribe, Figueira de Melo, Fernandes Braga, Rio Grande, José Bento, Maranguape, Jobim, Almeida e Albuquerque, Joaquim Delfino, Ferreira Viana, Andrade Figueira, duque Estrada Teixeira, Paulino de Sousa, Melo Matos, Silva Nunes, Diogo Velho Rodrigo Silva, Antonio Prado, Candido Mendes, Pinto de Campos, Vieira da Silva, João Alfredo, Araújo Lima, Pereira Franco, Teodoro da Silva, João Mendes, conde de Baependi, Lima e Silva, Augusto de Oliveira, Isidro, Pinto Lima, Costa Pinto, Pais de Mendonça, Pereira da Silva, Lamego, José Calmon, Gama Cerqueira, Meneses Prado, Bonifácio de Abreu, Araçagi, Jansen do Paço, Afonso de Carvalho, Paula Toledo, Fausto de Aguiar, Simões Lopes, L. de Alencar, Gomes da Silva, F. Belisário, Dias da Rocha, Gomes de Castro, C. Fontes, Portela, Cardoso de Meneses, general Polidoro, Joaquim T. do Amaral (barão do Cabo Frio), Villeneuve, Carvalho Borges. Itajubá, J. C. Amaral, Keating, Bonfim, Ipanema, Nova Friburgo, Mesquita, Maw, Figueiredo Júnior, Itamarati, Militão de Sousa, J, M. Coelho de Castro, Estrela, Condeixa, Tolentino, André Rebouças, Mendes Salgado, Cunha Leitão, Eusébio Antunes, Manuel de Queirós, Macedo Soares, Severiano da Rocha e muitos outros.

Em 13 de outubro de 1870, partiu de novo para o rio da Prata, em Missão Especial, o visconde do Rio Branco.[159] Depois de longas conferências com o ministro das Relações Exteriores da República Argentina, Carlos Tejedor, e o plenipotenciário oriental, Adolfo Rodriguez, foi concluído, em 25 de janeiro de 1871, o acordo prévio entre os aliados e assentado o projeto de tratado definitivo de paz que estes deviam oferecer ao Paraguai.

Dispunha-se Rio Branco a partir para Assunção, a fim de ultimar a sua missão, quando foi, de ordem do imperador, chamado pelo presidente do Conselho de Ministros, marquês de São Vicente, a fim de encarregar-se da organização de um novo gabinete.

No dia 20 de fevereiro de 1871, chegou ao Rio de Janeiro o ilustre estadista, obedecendo à ordem que recebera.

Honrado com a confiança da coroa e animado pelos seus mais notáveis amigos políticos, aceitou a missão de formar um novo governo.

No dia 7 de março, ficou organizado o seu gabinete do seguinte modo: presidente do Conselho, ministro da Guerra e interino da Fazenda, o senador visconde do Rio Branco; ministro do Império, o deputado Correia de Oliveira (João Alfredo); ministro da Justiça, o senador Saião Lobato (visconde de Niterói); dos Negócios Estrangeiros, o deputado M. F. Correia; Marinha, o deputado Duarte de Azevedo; Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o deputado Teodoro da Silva.

A pasta da Fazenda foi destinada ao barão de Cotegipe, mas este ilustre estadista não a pôde aceitar pelos motivos que alegou em duas cartas que foram posteriormente publicadas, motivos que se prendiam ao seu modo de encarar a questão eleitoral.

Completou-se então o gabinete, ficando o visconde do Rio Branco com a pasta da Fazenda e sendo nomeado ministro da Guerra o senador Jaguaribe.

O gabinete Rio Branco foi o que mais larga duração tem tido entre nós, pois se conservou no poder desde 7 de março de 1871 até 25 de junho de 1875. Durante esse período, passou por algumas modificações.

[159] Nesta missão, acompanharam-no, como secretário, o doutor Paranhos, deputado da Assembleia Geral, e como adido de primeira classe, o comendador Keating, primeiro oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em 1872, retiraram-se do gabinete os ministros da Justiça, da Agricultura e da Guerra. O conselheiro Duarte de Azevedo passou da pasta da Marinha para a da Justiça, sendo nomeados o visconde de Itaúna ministro da Agricultura, e os conselheiros Junqueira ministro da Guerra, e Ribeiro de Sousa da Marinha.

Nesse mesmo ano, pelo falecimento de Itaúna, foi o senador Barros Barreto nomeado ministro da Agricultura. Em 1873, retirando-se este, sucedeu-lhe o conselheiro Costa Pereira. O ministro dos Negócios Estrangeiros, M. F. Correia, deixou também o gabinete em 1873, sendo em seu lugar nomeado o senador visconde de Caravelas.

Em maio de 1871 suas majestades o imperador e a imperatriz partiram para a Europa, ficando na regência do Império a sereníssima princesa imperial.

Abertas as Câmaras, o gabinete Rio Branco conseguiu, no curto espaço de cinco meses, a passagem de duas importantes reformas.

A lei de 20 de setembro de 1871, da reforma judiciária, melhorou a organização da magistratura e deu-lhe caráter mais permanente, separou as atribuições judiciais das de polícia, diminuiu os casos de prisão preventiva e, sem fórmulas, marcou os casos especiais em que essas prisões podem ser efetuadas; instituiu a fiança provisória e ampliou a esfera do *habeas corpus*, medidas altamente liberais; simplificou os processos criminais e alargou os meios de defesa; aumentou as alçadas dos juízes do cível, melhorou consideravelmente a forma do processo e estabeleceu recursos mais prontos e garantidores; diminuiu o número de juízes julgadores das causas cíveis; marcou-lhe prazos para os julgamentos; enfim, abriu como os melhoramentos em quase todos os ramos da administração da justiça.

A lei de 28 de setembro de 1871 veio estancar a última fonte que alimentava a escravidão entre nós, depois da abolição do tráfico.

> É este [dizia em fins de 1871 um biógrafo do visconde do Rio Branco[160]] o período mais importante da sua vida política. No curto espaço de cinco meses

[160] Alvarenga Peixoto, *O visconde do Rio Branco*.

> o gabinete Rio Branco fez passar pelos cadinhos do parlamento duas reformas importantíssimas, a reforma judiciária, reclamada por ambos os partidos havia tantos anos, e a reforma do estado servil, solicitada pelos interesses gerais da humanidade.

A lei da reforma do elemento servil, promulgada então a 28 de setembro de 1871, foi obtida depois de uma luta sem igual nos nossos anais parlamentares. Nessa luta, para sempre memorável, os grandes dotes de orador e de estadista que o visconde do Rio Branco então pôs em relevo, a energia, o calor, o tino e a prudência com que defendeu o projeto do governo aumentaram a justa nomeada de que gozava e tornaram-no o mais prestigioso e popular dos nossos estadistas.

> Nenhum ministro [disse com razão Alvarenga Peixoto] teve entre nós ocasião de desenvolver tanta atividade e de revelar tanta energia, de provar tanta constância e tão imprevistos recursos como o visconde do Rio Branco nos cinco longos meses da sessão legislativa que acaba de findar. Era raro o dia que não tinha de subir à tribuna em alguma das duas Casas do parlamento. Se estava no Senado, forçavam-no a falar duas e três vezes; depois tinha de correr à Câmara dos Deputados, onde o chamava a discussão da reforma, ou alguma interpelação dos deputados dissidentes.

Sem os esforços e a habilidade de Rio Branco, a oposição teria conseguido embaraçar a passagem do projeto, pois os deputados da maioria eram 64, e bastava que faltassem três para que a Câmara não pudesse funcionar. Os oposicionistas não concorriam para a abertura das sessões, retiravam-se sempre que havia votação, e não raro recorriam ao tumulto, para interromper os trabalhos da Câmara, e às agressões violentas, na esperança de intimidar o governo e a maioria, lançando mão, e abusando, de todos os expedientes protelatórios autorizados pelos nossos péssimos hábitos parlamentares.

Durante a sessão legislativa de 1871, teve o visconde do Rio Branco necessidade de pronunciar no Senado e na Câmara dos Deputados 41 discursos. Nesta última Câmara, a oposição à reforma compunha-se de 45 deputados, dirigidos pelo ilustre conselheiro Paulino de Sousa. Entre eles figuravam José de Alencar, duque Estrada Teixeira, Andrade Figueira, Perdigão Malheiro, Pinto Moreira, Pereira da Silva, Ferreira

Viana, Belisário e Almeida Pereira. No Senado, os oradores contrários à reforma eram Zacarias de Góis, Itaboraí, Três Barras (depois visconde de Jaguarí), Muritiba, Carneiro de Campos (visconde de Caravelas) e Antão. O senador Silveira da Mota combateu também todos os artigos do projeto, menos o primeiro.[161]

No dia 28 de setembro, o Senado aprovou em última discussão o projeto do governo. Os espectadores prorromperam em estrondosas aclamações, e uma chuva de flores caiu das galerias no recinto da Câmara, onde o visconde do Rio Branco era abraçado por muitos senadores e deputados, pelos espectadores e por vários membros do corpo diplomático. O presidente não pôde conter os entusiásticos vivas ao chefe do gabinete e à maioria do Senado. O ministro dos Estados Unidos mandou apanhar algumas flores, e, recebendo-as, o visconde exclamou: "Quero que em meu país se saiba que o que lá custou tanto sangue, no Brasil apenas custou flores."

As manifestações de regozijo continuaram. Muitas corporações foram saudar o visconde do Rio Branco. Por espaço de alguns dias, verdadeiras procissões, precididas por bandas de música, se dirigiram a sua residência. Para comemorar tão grande acontecimento, a maçonaria mandou cunhar uma medalha, tendo, de um lado, a efígie de Rio Branco e, do outro, uma alegoria.

Numerosas felicitações de câmaras municipais e assembleias

---

[161] A seguinte estatística dos discursos proferidos nas duas Câmaras pró e contra a reforma mostra que o esforço principal coube ao visconde do Rio Branco.
A favor da reforma: presidente do Conselho (Rio Branco), 21 discursos; ministro da Agricultura (Teodoro), 12; da Justiça (Saião Lobato), 3; da Marinha (Duarte de Azevedo), 1; da Guerra (Jaguaribe), 1. Deputados: Junqueira, 7; Alencar Araripe, Teixeira Júnior e Araújo Lima, 3 cada um; Pinto de Campos, Benjamim Pereira, Luís Carlos e Meneses Prado, 1 cada um. Senadores: Marquês de São Vicente, 3; Sousa Franco, Sales Tôrres Homem, Nabuco, São Lourenço, Fernandes da Cunha, Figueira de Melo, Otaviano, C. Mendes e Vieira da Silva, 1 cada um. Total de 71 discursos.
Contra a reforma:
deputados: duque Estrada Teixeira, 6 discursos; José de Alencar, 4; Andrade Figueira, 4; Perdigão Malheiro, 4; Paulino de Sousa, 3; Pinto Moreira, 3; Pereira da Silva, 2; Ferreira Viana, 2; barão da Vila da Barra, 2; Belisário, 2; Almeida Pereira, 2; Capanema, 2; Nébias, Cobra, Lama Cerqueira, Melo Matos, Monteiro de Castro, J. Calmon e Sousa Reis, 1 cada um. Senadores: Zacarias de Góis, 15; barão das Três Barras (visconde de Jaguari), 12; Silveira da Mota, 7; visconde de Muritiba, 5; Antão, 4; visconde de Itaboraí, 3; Carneiro de Campos (visconde de Caravelas), 1. Total de 90 discursos. Cumpre notar que o senador Silveira da Mota aceitou o artigo 1º do projeto, falando e votando contra todos os outros.

provinciais chegaram às mãos do presidente do Conselho.

O senador Francisco Otaviano proferiu na discussão as seguintes palavras (12 de setembro):

> É justiça confessar-se que cabe ao atual presidente do conselho uma boa parte de glória por ter ouvido a vontade da nação e procurado satisfazê-la expondo-se à má-vontade de seus próprios correligionários.
>
> Um escritor contemporâneo, examinando com imparcialidade a história da reforma das leis dos cereais na Inglaterra, depois de confessar que ao ilustre Cobden e seus amigos se devia o progresso da razão pública em semelhante assunto, acrescenta: 'Mas nem por isso é menor o serviço prestado por *sir* Robert Peel, tomando a si a difícil e espinhosa tarefa de lutar com seus amigos para aceitarem a reforma liberal.'
>
> Se não fora o seu concurso, a reforma se faria, é verdade; porém, mais tarde, com maior azedume, talvez com maiores exigências, e seguramente com o vexame e aniquilamento do partido conservador, partido essencial no mecanismo das instituições democráticas.
>
> O senador Nabuco de Araújo, outro adversário de Rio Branco, disse o seguinte (26 de setembro):
>
> ... Vou concluir, e, concluindo, aproveito a ocasião para felicitar o nobre presidente do Conselho. Qualquer que seja a responsabilidade do nobre ministro para com o seu partido, quaisquer que sejam os inconvenientes da divisão e transformação dele, é inegável que sua excelência cobriu-se de glória, servindo de instrumento desta grande obra da civilização e do cristianismo. O projeto tem imperfeições, eu as notei; mas tem uma inscrição magnífica que me obriga a votar por ele. Eis aqui a inscrição: 'Na terra de Santa Cruz ninguém mais nasce escravo.'
>
> O doutor Teófilo Otoni, filho do ilustre tribuno liberal, disse o seguinte, no seu artigo: "*Alea jacta est*", publicado na *Reforma*:
>
> ... Todavia, no momento de sua sanção legal, manda a justiça esquecer as odiosidades partidárias, e dirigir duas palavras ao digno estadista, que levou nosso batel até o porto desejado.

> Na véspera de Trafalgar, Nelson dizia aos seus lugares-tenentes: 'Amanhã conquistarei uma cadeira na Câmara dos Lordes ou um túmulo em Westminster!'
>
> Golpeando de morte o estado servil, tornando-se apóstolo da emancipação, o senhor visconde do Rio Branco, de há muito chegado ao apogeu de sua gloriosa carreira política, adquiriu um lugar no Panteão da imortalidade.
>
> Ligando seu nome à história desta grande transformação social, o ilustre estadista filiou-se a essa plêiade de homens, que, na expressão de madame de Stael, pelo porte do seu merecimento, pelos rasgos da audácia pessoal, são os contemporâneos das gerações futuras.
>
> Como Robert Peel, o nobre presidente do conselho não teve a prioridade da ideia, viu-a nascer e acompanhou-a em seu curso; quando ela, amadurecida, tinha calado na opinião, o homem de Estado apareceu, dominou os obstáculos do próprio partido e inscreveu-a no livro da lei.
>
> Durante a luta muitos dos seus paladinos tiveram ocasião de desânimo, outros fraquearam receosos de conflagração; o chefe supremo da situação foi o único, que, à força de perseverança e tenacidade, não esmoreceu, preparou o resultado, que hoje todos aplaudimos.
>
> Os erros políticos de José Maria da Silva Paranhos não chegarão à posteridade, ele está sagrado; o levita da emancipação há de repetir-lhe o nome entre os de Buxton e Wilberforce.

O conselheiro Saraiva disse ainda ultimamente (30 de outubro de 1880) no Senado:

> ... O Brasil deve muito ao nobre visconde do Rio Branco, e recordar-se-á sempre com profunda saudade do ministério de então e da habilidade que sua excelência desenvolveu no parlamento, defendendo contra uma parte de seu partido uma ideia generosa que teve a solução que convinha tivesse nessa época.

A Lei Rio Branco foi recebida com aplauso por todo o mundo civilizado, pois com a liberdade dos nascituros, o fundo da emancipação, e a abolição do tráfico, a escravidão estava condenada a desaparecer.

> Dia virá [disse Michaux Bellaire[162]] dia virá, e sem dúvida está próximo, em que a escravidão será completamente abolida no Império. Mas isso será feito sem perigo, sem comoção, porque a lei que examinamos preparou sabiamente a transição.
>
> Quem quer que esteja ao corrente dos assuntos brasileiros [disse Julien Penel] reconhecerá que, formulando essa lei, o senhor Rio Branco foi até o limite extremo do possível.

O economista A. de Mallarce ainda ultimamente escrevia no *Journal des Débats*:

> ... Rio Branco lançou as bases para a libertação dos negros no Brasil, e fez essa grande obra da maneira mais engenhosa e mais sábia, e no país do mundo, onde a produção nacional, quase que totalmente agrícola, exigindo mais que em outros lugares o trabalho braçal, tornava ainda mais difícil a emancipação dos escravos.

Hoje, passados 10 anos, pode-se e deve-se pretender ir além do que, com tanto custo, foi obtido em 1871, pois a evolução abolicionista provocada pela lei de 28 de setembro tem feito verdadeiros prodígios nesse período. Pode-se tratar desde já de modificar e desenvolver as disposições dessa lei, suprimindo, por exemplo, a indenização aos senhores pela desistência dos serviços dos menores filhos de escravos; aumentando o fundo de emancipação; executando com todo o rigor a lei na parte relativa à matrícula, e restringindo ou suprimindo, como propôs no Conselho de Estado o visconde do Rio Branco, o direito de transmissão dos escravos por herança, legado ou doação. Pode-se também, com o fim de preparar os atuais escravos para o regime da liberdade, estabelecer que eles devam ser remunerados pelos seus senhores, concedendo-lhes estes dois ou três dias de trabalho remunerado durante a semana, e exigir que em todos os estabelecimentos rurais de certa importância haja uma escola de primeiras letras. É injustiça, porém, é injustiça e ingratidão pretender amesquinhar a grande obra do visconde do Rio Branco. A esses que supõem aumentar a própria glória, diminuindo a daquele ilustre brasileiro, lembraremos que em 1871 não havia neste país quem julgasse possível ir

[162] *Considérations sur l'abolition de l'esclavage et cur la colonisation au Brésil*, por Michaux Bellaire, advogado no Conselho de Estado e no Tribunal de Recursos de Paris.

além da lei de 28 de setembro. A posteridade, como os contemporâneos, há de fazer justiça a Eusébio de Queirós, que aboliu o tráfico de africanos, e a Rio Branco, que libertou as novas gerações. A missão dos atuais abolicionistas ficou, graças àqueles dois estadistas, muito simplificada porque apenas tem por fim apressar o momento da completa extinção da escravidão. Aos injustos censores da lei de 28 de setembro (felizmente mui poucos) lembraremos as seguintes palavras proferidas na Câmara dos Deputados, no dia seguinte ao funeral do visconde do Rio Branco, por um juiz insuspeito, o brilhante orador Joaquim Nabuco, presidente da Sociedade Brasileira contra a escravidão:

> *... O homem que nós lamentamos não fez uma obra incompleta. Há uma parte definitiva nesta grande obra: há 10 anos ninguém nasce escravo; e quando mesmo não fôssemos além da lei de 28 de setembro de 1871, se esquecêssemos o dever da nossa geração e do nosso tempo, ainda assim ela bastaria para deixar desassombrado o futuro, para assegurar que um dia a escravidão não existiria mais no nosso país.* (...)
>
> *Foi esta a sua glória, e eu venho afirmá-lo do alto da tribuna, porque esta glória é patrimônio da nossa ideia, e a riqueza da nossa causa, é a grande herança que ele aponta à ambição dos nossos homens de estado, mas que, como Alexandre, ele só deixou ao mais digno*.

Não deixaremos de mencionar aqui a *Festa da Emancipação* celebrada na noite de 2 de março de 1872 pela maçonaria brasileira em honra do seu grão-mestre, visconde do Rio Branco. Nessa solenidade, inaugurou-se o retrato do benemérito emancipador, e foi-lhe entregue uma medalha de ouro, de 22 quilates, pesando 73 oitavas e tendo 70 milímetros de módulo. Essa medalha e a cadeia, que a prende, também de ouro foram ultimamente oferecidas ao Museu Nacional pelos herdeiros do visconde do Rio Branco. Tem no verso um grupo alegórico e a seguinte inscrição: *"Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871. Presidente do Conselho de Ministros*, o visconde do Rio Branco." No anverso, retrato do visconde e esta inscrição: "O Gr. Or. do Brasil ao Lavradio ao seu Gr. M. visconde do Rio Branco".

Transcreveremos os seguintes trechos do discurso então proferido

pelo visconde do Rio Branco, a fim de que o leitor possa ter um exemplo da modéstia com que esse ilustre cidadão sabia sempre exprimir-se:

> ... As distinções que me conferistes, muito superiores ao merecimento de quem as recebe, são outros tantos fatos e símbolos comemorativos do vosso civismo e dos vossos sentimentos filantrópicos, expostos às vistas das gerações presentes e vindouras. O mérito real é vosso; a honra desta solenidade vos cabe principalmente. Eu sou apenas a expressão personificada do vosso generoso pensamento, pela dupla e transitória qualidade que recebi de vossa confiança e do certame da vida política.
>
> Vosso entusiasmo tem os mais nobres incentivos. A reforma social, que o poder legislativo do Brasil acaba de decretar, é de certo um triunfo assinalado da nossa civilização; é a remissão de uma grande dívida para com Deus e os homens *(apoiados)*; é o marco de uma nova era, era de regeneração mural e material, preparada pela razão, reclamada pela justiça e favorecida pelo tempo; bela e salutar, como todas as obras que a moral universal inspira; obtida a custo, como tudo o que é verdadeiramente grande, mas incruenta, como padrão eterno do caráter elevado e raro bom senso do povo brasileiro *(muito bem)*.
>
> O feito social que hoje celebrais com tanta efusão do vosso patriotismo ilustrado pela mais sã filosofia parecia o esforço mais arriscado da sociedade brasileira. Não encontrava contra si as diferenças de castas, os preconceitos aristocráticos das Repúblicas gregas e romana, as ideias falsas e egoístas dos tempos de Platão e Aristóteles; mas opunham-se-lhes hábitos seculares, a organização de todo o trabalho industrial, as apreensões naturais de interesses legítimos, e tão valiosos, que neles se cifra toda a nossa riqueza pública e particular. A resistência era inevitável; em todo caso seria enérgica, mas causas artificiais ou as paixões dos homens lhe aumentaram as proporções, lhe desfiguraram o caráter e ameaçaram torná-la tempestuosa.
>
> Triunfou, porém, e sem prolongada luta a ideia do progresso; triunfou porque era a verdade e a justiça *(apoiados)*, e este duplo sol das consciências bem formadas ilumina e atrai a si os próprios que se desviam da estrada real da felicidade pública, para correrem desvairados pelos atalhos dos erros e das ilusões momentâneas. Os fados encontrarão seu caminho. *(Muito bem.)*

Quem venceu nessa luta pacífica (seja-me permitida a expressão) foi a sociedade brasileira. É uma vitória que agrada a Deus e a Catão, que honra a todos, que confunde vencedores e vencidos, luz refulgente da imagem da pátria, aos olhos da história e sob as inspirações do Onipotente *(muito bem)*.

Ninguém tem direito à glória exclusiva desse feito, como ninguém deve deixar de aderir à lei ditada pela vontade da maioria nacional e aplaudida pela voz unânime do mundo civilizado.
(...)
A pedra de toque de uma ação grande e benéfica está no sentimento geral que provoca. A reforma de que tratamos foi acolhida tem entusiasmo pelos habitantes deste solo, e mereceu os louvores desinteressados dos outros povos. Não se lhe pode recusar o caráter de um verdadeiro melhoramento social.
(...)
A memorável lei de 28 de setembro livrou o futuro dos males do presente, e proveu a extinção gradual do quando podia ser cortado pela raiz sem abalar desde os alicerces o edifício social desta grande nação *(apoiados)*. É um progresso refletido, progresso racional, que melhora conservando, e cuja divisa deve ser essa: *O movimento mantém mas não muda o mundo*.

Prudente e inspirada pelos mais santos princípios, a reforma de 28 de setembro há de ser fecunda em benefícios para a comunhão brasileira. Associo-me cordialmente a expansão dos maçons aqui reunidos.

E bem que não deva considerar, nem considere como mero apreço pessoal as honrosas demonstrações de que me fizestes alvo, acreditai que elas penhoram minha gratidão, sentimento para mim indelével e sempre dos mais caros.

Eu as recebo, por mim, por meus colegas de gabinete, por todos os cooperadores desse grandioso ato legislativo, como um exemplo que animará aos que podem prestar mais relevantes serviços ao Brasil, que eu amo estremecidamente como uma das mais belas províncias da humanidade *(aplausos)*.

Em abril de 1872, sua majestade o imperador voltou da Europa e no mês seguinte estava reunido o Parlamento.

A reforma do estado servil e as discussões tempestuosas a que

dera lugar produziram uma cisão no seio do partido conservador. A principal resistência à passagem da reforma dera-se nas províncias do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo. Na província do Rio de Janeiro, em princípio de 1872, o governo sofrera um revés na eleição senatorial, com a derrota do conselheiro Teixeira Junior. Esse fato encheu de coragem os conservadores dissidentes. Aberto o Parlamento, e aproveitando a demora de alguns amigos do governo, a dissidência conservadora levantou na Câmara dos Deputados uma questão de confiança, e reuniu 51 votos contra 50 que teve o gabinete. O visconde do Rio Branco pediu e obteve do imperador dissolução da Câmara. A execução da reforma não podia ser entregue aos seus implacáveis e apaixonados adversários.

Na eleição a que se procedeu em agosto, triunfou o governo, sendo, entretanto, eleitos quarenta e tantos oposicionistas, entre conservadores dissidentes e liberais.

A nova legislatura começou a funcionar em dezembro de 1872, e, graças à hábil direção do gabinete de 7 de março, foi das mais fecundas que temos tido.

A história do ministério Rio Branco só mais espaçadamente poderia ser feita. Não há um só ramo da administração em que ele não tenha deixado claros vestígios do seu veementíssimo desejo de promover o bem da pátria. Nenhum outro fez mais nem tanto pelo progresso nacional. Proclamou a liberdade dos filhos de mulher escrava, emancipando as novas gerações, e tornando a extinção total da escravidão simples questão de tempo; instituiu um fundo especial para a emancipação gradual e fez a primeira distribuição desse fundo; organizou e regulou sem vexame nem constrangimento dos proprietários o importante serviço da matrícula especial dos escravos.

Ampliou o *habeas corpus*, instituiu a fiança provisória, regulou sobre bases equitativas a prisão preventiva; aumentou os tribunais de segunda instância, criando relações no Pará, Ceará, Minas, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul; deu novo regulamento a esses tribunais, e melhorou a sorte da magistratura.

Deu grande impulso à instrução pública na capital e nas províncias; reorganizou a antiga Escola Central em Escola Politécnica; criou a Escola de Minas, de Ouro Preto; reformou as Escolas Militares e restabeleceu os cursos de infantaria e cavalaria no Rio Grande do Sul; criou o Asilo dos Meninos Desvalidos; organizou e apresentou às

Câmaras um projeto notável em que consagrou os mais generosos e fecundos princípios para o aperfeiçoamento e disseminado do ensino.

Reorganizou o Arquivo Público; quase restaurou a Biblioteca Nacional; dotou o ensino com vários edifícios; multiplicou as escolas; deu regulamento ao registro civil; organizou e fez executar o primeiro e único recenseamento geral do Império; fundou a Diretoria-Geral de Estatística, cujos trabalhos vieram a merecer distinta menção entre estranhos; reformou várias Secretarias de Estado, a Casa da Moeda e outras repartições.

Substituiu o velho sistema de recrutamento, que granjeara a justa denominação de caçada de homens; desobrigou o cidadão dos incômodos e rigores da antiga Guarda Nacional; reorganizou os arsenais; melhorou e desenvolveu com sagacíssimo empenho o material do Exército e da Armada; deu novas regras à promoção nesta última classe; e melhorou, como de muito era reclamado, os vencimentos de ambas.

Diminuiu os impostos, iniciando a sábia política da redução dos direitos de exportação; deu regulamento às Caixas Econômicas e aos Montes de Socorro, criando estabelecimentos dessas nas capitais de províncias, podendo ter caixas filiais nas cidades e vilas do interior cujas necessidades o exigissem; melhorou o regime do crédito territorial numa produtora e extensa zona agrícola, e deixou pendente um projeto que deu origem à lei de 6 de novembro de 1875; mandou proceder aos estudos necessários e organizou o projeto para as obras do abastecimento de água e capital do Império; ativou a construção da estrada de Ferro de Pedro II e decretou a de São Pedro do Sul, fez proceder aos estudos preliminares dessas linhas e das vias férreas do Paraná a Mato Grosso, de Cuiabá a Lagoinha e do prolongamento das de Pernambuco e Bahia; iniciou o levantamento da carta itinerária e da carta geológica do Império, trabalhos suspensos pelo ministério seguinte; promulgou a importante lei de 24 de setembro de 1873, concedendo garantia de juros às estradas de ferro provinciais; fez estudar melhoramentos em vários portos do Império; fomentou a navegação, concedendo-lhe favores e expedindo o regulamento concernente à marinha mercante nacional; desenvolveu a rede telegráfica terrestre e fez as concessões para os cabos transatlântico e costeiro, pondo a capital do Império em comunicação com os principais portos desde o Pará até a fronteira do Rio Grande, com a Europa e o rio da Prata e Pacífico e Estados Unidos;

promoveu ativamente a colonização, conseguindo estabelecer o que até então debalde se havia tentado, a corrente imigratória que ainda hoje perdura apesar dos muitos erros cometidos pelo governo nestes últimos três anos; auxiliou a criação do Asilo Agrícola, da Fazenda Normal e do Museu Industrial; fez construir vários edifícios públicos, como o da Tipografia Nacional, da Secretaria da Agricultura, da Caixa de Amortização e do Correio, de escolas e de alfândegas; restaurou alguns, como o do Tesouro Nacional e o edifício em que funciona hoje o Liceu de Artes e Ofícios; compraram outros, como os em que hoje se acham a Secretaria do Império, e o quartel de artilharia em São Cristóvão; fez ajardinar o antigo Campo da Aclamação, convertendo-o em um parque digno da capital do Império.

Deixou a ponto de converter-se em lei, já aprovado pela Câmara Temporária, um projeto de reforma eleitoral, consagrando, além de outros, estes grandes princípios: qualificação permanente; representação das minorias pelo voto incompleto; incompatibilidades parlamentares e desenvolvimento das incompatibilidades eleitorais.

O gabinete Rio Branco atravessou mais de quatro anos de uma vida laboriosa e agitada, sempre a braços com oposição numerosa e ativa ao Parlamento. Em 1871, venceu duas campanhas pelas reformas do elemento servil e judiciário. Em 1872, o nosso plenipotenciário no rio da Prata e Paraguai, barão de Cotegipe, foi autorizado, à vista dos embaraços e das sistemáticas delongas do governo argentino, a celebrar em separado, com o governo de Assunção, os tratados definitivos de paz, de limites, de comércio, de navegação e de extradição. Isso provocou as iras e o despeito do governo argentino, obrigando-nos a linguagem desse governo e da sua imprensa, bem como os seus preparativos militares, a colocar as nossas forças de terra e mar em pé respeitável. A situação melhorou um tanto com as negociações celebradas no Rio de Janeiro entre o plenipotenciário brasileiro marquês de São Vicente, e o argentino, general Mitre. Em 1875, foram reatadas as negociações com os enviados argentinos e paraguaios, doutor Tejedor e Jaime Sosa, sendo plenipotenciários brasileiros o presidente do Conselho, visconde do Rio Branco, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, visconde de Caravelas.

O ministro argentino Tejedor, abusando da ingenuidade e da ignorância do seu colega paraguaio, obteve deste um tratado, que o governo de Assunção repeliu. A questão ficou no mesmo pé em que se

achava antes, e só foi resolvida algum tempo depois, estando já então no poder o gabinete Caxias-Cotegipe. O governo argentino aceitou afinal o arbitramento que Rio Branco e Caravelas haviam proposto para a fixação de limites no Chaco, desde a Vila Ocidental até a Baía Negra, e, nomeado árbitro o presidente dos Estados Unidos, decidiu a pendência, como era de justiça, a favor do Paraguai.

No mesmo ano de 1872 começou a luta entre alguns bispos e o governo. Os bispos de Olinda e do Pará foram processados e condenados pelo Supremo Tribunal de Justiça. Comutada a pena de prisão com trabalhos em prisão simples nas fortalezas de São João e da ilha das Cobras, foram esses bispos anistiados em 1875, quando o visconde do Rio Branco deixou o poder.

O fanatismo religioso deu lugar a distúrbios no interior de algumas províncias do Norte, mas a força pública restabeleceu prontamente a ordem depois de alguns conflitos com os sediciosos. Também nas vizinhanças de São Leopoldo (Rio Grande do Sul) foi preciso o emprego da força e o sacrifício de não poucas vidas, para destruir um bando de fanáticos não católicos, que se fortificaram em posição favorável à defesa. O bravo coronel Genuino de Sampaio, um dos veteranos da Guerra do Paraguai, foi morto nessa luta inglória.

Para dar ideia de alguns progressos realizados sob a administração Rio Branco, apresentaremos aqui algarismos que são eloquentes.

Imigração: eis o número de imigrantes que entraram no Império nos cinco anos que precederam a organização do gabinete de 7 de março:

1866 – 5.962
1867 – 7.281
1868 – 10.032
1869 – 9.527
1870 – 9.642

Graças aos auxílios que a imigração prestou o gabinete Rio Branco, graças aos contratos que celebrou para a introdução de colonos e à propaganda que seus agentes fizeram na Europa, em pouco tempo elevou-se consideravelmente o algarismo das entradas. Em 1876, o número de imigrantes era de 30.567. As despesas não podiam deixar de ser proporcionais ao grande cometimento, mas ficou estabelecida desde

então e, em consequência desses sacrifícios de dinheiro, a poderosa corrente de imigração espontânea, que, como dissemos, tem resistido aos erros cometidos desde a ascensão do partido liberal em 1878, às mal entendidas economias e aos anúncios que o governo fez correr na imprensa europeia de que não auxiliava mais os imigrantes.

Estradas de ferro: o gabinete Rio Branco encontrou 731 quilômetros em tráfego (1871) e, ao retirar-se do poder (1875), deixou 1.500 quilômetros em tráfego, 1.649 quilômetros em construção, e concedidos 1.700 quilômetros, gozando da fiança de garantia de juros, na forma da Lei nº 2.450 de 24 de setembro de 1873. Deixou ultimados os estudos para a construção das estradas de ferro do Rio Grande do Sul, para a de Curitiba a Miranda, para o prolongamento da de Rio Claro a Santa Ana do Parnaíba, para a de Cuiabá a Lagoinha, e para o prolongamento das estradas de ferro da Bahia e Pernambuco. Os estudos feitos compreendiam 6.531 quilômetros.

Telégrafos: encontraram o gabinete Rio Branco 2.080 quilômetros de linhas terrestres. Deixou 5.151 quilômetros com 8.523 quilômetros de fio telegráfico, sem falar das linhas telegráficas pertencentes às empresas de estrada de ferro. Além dessas linhas terrestres, mais 753 quilômetros de cabo submarino na linha do sul. Deixou mais estabelecidos os cabos submarinos transatlânticos da *Brazilian Submarine Telegraph Company* (contrato de 16 de agosto de 1872) e costeiro da *Western and Brazilian Telegraph Company*, e o da Companhia Platino-Brasileira. Foram assim inauguradas nesse tempo as comunicações telegráficas entre o Império e a Europa (Pernambuco a Lisboa), os Estados Unidos (Para a São Tomás), as Repúblicas Oriental e Argentina e a do Chile. O cabo submarino foi estendido ao longo das nossas costas desde o Pará até Rio Grande, e as linhas terrestres levadas com atividade, em direção ao norte, até Pernambuco, e em direção ao sul até as fronteiras do Jaguarão e do Uruguai.

Melhoramentos dos portos: foram expedidas as instruções de 31 de agosto de 1874, e uma comissão de engenheiros ingleses, dirigidos pelo célebre *sir* John Hawkshaw, procedeu aos estudos necessários nos principais portos do Império.

O gabinete Rio Branco tem sido arguido de haver dado causa ao aumento das despesas públicas. Este capítulo levar-nos-ia longe, mas

basta aqui notar que no período da sua administração a renda cresceu de par com a despesa, ao ponto de poder estimar-se em quatro mil contos o aumento ânuo da receita; que em função de grande parte das despesas então criadas houve produtivo emprego, e trouxeram, portanto, aumento de renda; que pela elevação dos vencimentos da magistratura, do soldo do Exército e da Armada, e do ordenado dos empregados de fazenda, votou a oposição, assim reconhecendo a justiça e oportunidade de tais medidas; que, enfim, se muito foi necessário despender com o material do Exército e da Armada, e em parte, sem prévio voto do corpo legislativo, não há quem ignore como nesse período momento houve em que os mais acreditados órgãos da oposição conjuravam o governo, com o exemplo de 1864, a que se não deixasse surpreender despercebido na eventualidade, então possível de uma guerra externa, à vista da atitude provocadora da República Argentina. A atividade com que nos aparelhamos tornou mais cortês e moderado em suas pretensões o governo de Buenos Aires. Pode-se condenar essa despesa, que nos evitou humilhações, desastres, e muito maiores gastos, como seriam os de uma guerra?

Já hoje é possível comparar os quatro exercícios financeiros, cuja responsabilidade cabe ao ministério Rio Branco, com os quatro exercícios que se lhe seguiram.

Vejamos qual a receita e a despesa durante os oito últimos anos, de 1871 a 1879, segundo as tabelas nº 1 e 2 que acompanham o relatório de 1880 do atual ministro da Fazenda, conselheiro Saraiva:[163]

Tabela nº 1
Gabinete Rio Branco

	Receita		Despesa	
1871-72 –	107.656	contos	105.033	contos
1872-73 –	116.045	“	127.119	“
1873-74 –	110.384	“	128.048	“
1874-75 –	112.790	“	133.395	“
	446.875	“	493.595	“

[163] Os dois últimos exercícios não estão ainda inteiramente liquidados, de sorte que a despesa será provavelmente maior do que a indicada.

Tabela nº 2
Período seguinte

	Receita		Despesa	
1875-76 –	108.781	contos	133.441	contos
1876-77 –	107.720	“	143.691	“
1877-78 –	118.700	“	158.938	“
1878-79 –	123.388	“	180.609	“
	458.589	“	616.679	“

Estes algarismos mostram que o gabinete Rio Branco, apesar do grande impulso que deu à toda a sorte de melhoramentos, despendeu sempre muito menos que os seus sucessores. No período de 1871 a 1875 (anos financeiros), despenderam-se 493.595 contos de réis; em igual período de quatro anos, de 1875 a 1879 foram despendidos 616.679. Diferença para mais, neste último período, de 123.084 contos.

É certo que no último período tivemos despesas extraordinárias com a seca nas províncias do norte, mas também durante a administração Rio Branco foram liquidadas e pagas despesas provenientes dos encargos da Guerra do Paraguai na importância de 107.983 contos de réis.[164]

Examinemos agora qual era a dívida pública quando subiu ao poder o gabinete Rio Branco, em 1871, quando deixou o poder, em 1875, e qual o estado da mesma dívida em 1879 e 1880.

	Contos de réis	**Contos de réis**	**Contos de réis**	**Contos de réis**
Dívida externa fundada	143.824	177.166	158.283	151.077

[164] Vide relatório do ministro da Fazenda, barão de Cotegipe, ano de 1877, p. 30, e tabela nº 14 anexa ao mesmo relatório. As despesas de guerra pagas de 1864 a 1871 elevaram-se a 505.200:186$379. De 1864 a 1874 elevaram-se a 613.183:262$695. A diferença entre os dois algarismos é de 107.983:076$316.
Falando no Senado, em 5 de março de 1879, disse o conselheiro Junqueira o seguinte: “Darei ao Senado um exemplo. O Ministério da Guerra, então a meu cargo, figura gastar no exercício de 1872-1873 a soma de 23.618:000$000. É isto o que consta do relatório. Entretanto a quantia de 5.271:000$000 não foi gasta nesse exercício: foi despesa realizada em tempo anterior, durante a Guerra do Paraguai, mas que só se pôde liquidar anos depois. Não existindo outra classificação desse exercício, e estando o anterior liquidado e fechado, não houve remédio senão introduzir essa despesa no exercício que então corria.”

	Contos de réis	Contos de réis	Contos de réis	Contos de réis
Dívida interna fundada	280.457	285.392	363.569	361.389
Empréstimo nacional de 1879	-	-	-	51.885
Dívida anterior de 1827	357	338	336	320
Fundo de emancipação	-	-	5.136	5.846
Empréstimo do Cofre de Órfãos	10.969	13.533	16.478	16.133
Empréstimo a particulares	700	880	700	700
Bens de defuntos e ausentes	2.332	2.398	2.632	3.626
Depósitos da Caixa Econômica	4.636	7.676	12.924	14.519
Depósitos públicos	1.219	1.181	-	1.187
Depósitos de diversas origens	5.126	6.681	8.799	8.815
Depósito do Monte de Socorro da Corte	-	545	740	765
Bilhetes do tesouro	38.326	19.243	27.256	11.632
Papel-moeda	151.078	149.501	189.258	189.199
Totais	639.024	664.534	786.111	817.093

Assim, pois, a dívida pública, quando o visconde do Rio Branco subiu ao poder, em março de 1871, era de 639.024 contos. Quando deixou o poder, em 1875, era de 664.734 contos. Durante os quatros anos houve apenas um aumento de 25.710 contos.

Depois que ele deixou o poder, deu-se o seguinte aumento na dívida:

Em 1880 (abril) era de.....	817.093	contos
Rio Branco deixara em 1875 ..	664.534	"
Aumento da dívida	152.559	"

Rio Branco, em quatro anos aumentou apenas a dívida pública em 25 mil contos, e ao gabinete que lhe sucedeu passou parte do empréstimo de £ 5.000.000, contraído em Londres, a 18 de janeiro de 1875, empréstimo que foi o mais vantajoso levantado até hoje pelo Brasil. Seus sucessores em cinco anos aumentaram a dívida em 152.000 contos de réis.

Não queremos com isto dizer que nos últimos anos se tenha gasto mal. Pôde-se gastar muito, e gastar bem.

O que queremos apenas é mostrar que o gabinete Rio Branco não merece as censuras que a paixão partidária, a má-fé ou a ignorância inspiraram a alguns dos seus adversários.

Tem sido moda nestes últimos anos declamar contra a nossa administração financeira. Não se atende as enormes despesas que ocasionaram a campanha da Banda Oriental e a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870. Essas despesas elevaram-se a 613.183 contos. Suprimam-se esses gastos de guerra e ver-se-á que sem a luta a que fomos provocados, e que (é bom recordar) foi iniciada quando não se achavam no poder os estadistas conservadores, a nossa dívida pública seria, em 1875, de 51 mil contos apenas.

Em janeiro de 1875, como dissemos, o visconde do Rio Branco, autorizado pelo Poder Legislativo, levantou em Londres um empréstimo de £ 5.000.000, sendo o preço da emissão 96 ½, e o juro a 5%. A única nação que naquela praça pôde conseguir empréstimo tão vantajoso foi a Alemanha vitoriosa, em 1871.

Por esse tempo, manifestou-se na praça do Rio de Janeiro uma crise, em consequência da qual suspenderam pagamentos o Banco Nacional, e, dias depois, em 17 de maio, os Bancos Mauá e Alemão. Graças às providências que adotou o governo, auxiliando eficazmente os outros estabelecimentos ameaçados, a confiança restabeleceu-se. Nos relatórios desses bancos, deparam-se palavras de gratidão e de louvor ao visconde do Rio Branco pelo modo por que se houve, então,

senão que esses relatórios foram escritos depois da retirada do gabinete de 7 de março.

O desastre da casa Mauá foi devido principalmente à guerra que sofreu em Montevidéu, guerra fomentada por alguns homens influentes, entre os quais o ministro da Fazenda da República. O banco não teve ouro suficiente para o troco do seu papel e, depois de resistir durante dias à corrida, prolongando as horas do expediente para acudir às exigências do troco, viu-se forçado a fechar as portas em 23 de fevereiro de 1875. Os resultados foram embaraços e sérios para a casa matriz no Rio de Janeiro e para a sucursal de Londres, embaraços que a crise que afligia então as nossas principais praças veio agravar. Não encontrando apoio no Banco do Brasil, a casa Mauá requereu moratória no dia 17 de maio. Por infelicidade, as últimas cambiais compradas pelo Tesouro para o suprimento de fundos em Londres eram todas da casa Mauá, que merecera igual confiança ao governo argentino, e outros ministros da Fazenda do Brasil, liberais, como Sousa Franco, e conservadores, como o marquês de Paraná. Deixaram assim de ser pagar essas letras, na importância de £ 756.000 ou 6.849:282$823, segundo o câmbio por que foram negociadas.

Foi um desastre lamentável, que mortificou imensamente o ilustre estadista, mas que lhe não era dado prever.

Em 1864, dera-se fato igual, ainda que em muito menor escala, com o recâmbio de uma letra de £ 50.000 negociada com a casa Souto & Cia.

Resumindo a discussão a que o assunto deu lugar e respondendo as principais censuras, disse à *Nação* de 29 de maio de 1875:

> ... É-nos grato, entretanto, registrar que em um país como o nosso, onde, segundo o declarou há anos no parlamento inglês lorde Palmierston, tão facilmente se desrespeitam uns aos outros os homens políticos, barateando a reputação de seus adversários, desta vez todos os oradores oposicionistas que intervieram no debate, os senhores Silveira Martins, Zacarias, Saraiva, F. Octaviano e Figueira de Mello, fizeram justiça em um ponto ao digno ministro da Fazenda, reconhecendo a sua imaculada probidade. O mesmo procedimento tem tido a imprensa política. Sobre os discursos dos senhores Candido Mendes e Silveira Lobo nada podemos dizer, porque os não ouvimos nem foram ainda publicados.
>
> É que o honrado senhor visconde do Rio Branco, para confundir os caluniadores

> – se caluniadores aparecem tentando ferir uma reputação como a sua, conquistada em longos anos de sacrifícios a causa pública – poderia apresentar agora a sua vida sempre modesta, quer na sociedade, quer no lar doméstico, e poderia apelar ainda para o futuro, para o único legado que deixará um dia a seus filhos, e que não será outro senão a pobreza honrada, e um nome que à custa de perseverantes esforços soube tornar dos mais ilustres e gloriosos de sua pátria.

Os fatos vieram confirmar estas palavras. A única riqueza que Rio Branco acaba de legar a seus filhos foi o seu nome.

Aprovado em última discussão na Câmara dos Deputados o projeto de reforma eleitoral, resolveu o visconde do Rio Branco deixar o poder. Sua majestade o imperador, depois de instar muito com o benemérito estadista para que continuasse à frente do governo, dignou-se de autorizá-lo a chamar o duque de Caxias para organizar novo gabinete.

As nomeações dos novos ministros foram assinadas no dia 25 de junho de 1875.

Eis como o visconde do Rio Branco deu conta da sua resolução ao Senado e ao país na sessão de 28 de junho:

> Senhor presidente, como é de estilo, referirei ao Senado a demissão do gabinete a que tive a honra de pertencer desde 7 de março de 1871, dando ao mesmo tempo os motivos que determinaram o nosso procedimento. Depois de tão largo período de contínuos e árduos trabalhos, havia muito que desejávamos a oportunidade de resignar o pesado encargo da alta administração do país; e compreende o Senado que esse desejo devia ser mais forte em mim depois dos últimos e inesperados sucessos, que não podiam deixar de magoar-me. Detiveram-nos, porém, a consideração de que não fora prudente retirarmo-nos em momentos que exigiam prontas providências do governo, e quando tínhamos a peito a reforma eleitoral por nós iniciada. O malogro deste importante projeto afigurava-nos como um grave inconveniente, porque a próxima eleição geral se faria por um sistema altamente censurado por todos, e que na verdade tem dado lugar, na prática, a abusos graves, contra os quais a lei vigente não oferece corretivos eficazes. Atentas às dificuldades da situação política e à oposição com que lutávamos nas duas câmaras, ultimamente nos convencemos de que nossa continuação no poder não asseguraria o resultado que esperávamos; que seria sacrifício inútil,

> ficando sobre nós a responsabilidade do fato que receávamos. Conseguintemente, resolvemos pedir, e de feito pedimos, nossa demissão, no dia 22 do corrente, à tarde. Sua majestade o imperador, a quem somos profundamente reconhecidos pelas mostras de confiança com que sempre nos honrou, anuiu às instâncias que lhe fiz, por mim, e em nome dos meus ilustres colegas. Em seguida recebi ordem de sua majestade para convidar o senhor duque de Caxias a ir falar-lhe no dia seguinte pela manhã. O nobre duque correspondeu ao apelo feito ao seu patriotismo pelo chefe do Estado, e desde o dia 25 ficamos exonerados dos deveres que se tornaram superiores às nossas débeis forças. Deixando a posição que ocupamos por tanto tempo, sem que, todavia nos fosse dado realizar plenamente o nosso programa, esperamos que os juízes imparciais nos levarão em conta os nossos incessantes esforços pelo bem público e a boa-vontade que sempre nos guiou. Ao concluir devo manifestar ao novo gabinete os votos cordiais e ardentes que os ministros demissionários fazem por que ele seja muito feliz em sua honrosa e difícil missão. Ao Senado, à Câmara dos Deputados, ao governo e à imprensa, eu me atrevo neste momento a dirigir um pedido, pedido ditado pelo amor sagrado de nossa pátria, com plena isenção de espírito partidário, ou interesse político. A vós que, como principais conselheiros da opinião pública de nosso país, exerceis ativa e legítima influência em nossa vida política, eu peço que concorrais para que as sessões legislativas não sejam estéreis quando tantos interesses nacionais requerem providências; que seja para todos um empenho de honra dar ao país eleições perfeitamente livres, e que governe a opinião que sair vitoriosa das urnas, e governe enquanto tiver por si este principal elemento de forças dos governos verdadeiramente livres.

Deixando o governo, o visconde do Rio Branco reassumiu o exercício do cargo de conselheiro de Estado e pronunciou na Câmara de que era membro vários discursos notáveis nos últimos meses da sessão legislativa de 1875, e nas duas sessões do ano de 1877, sobre a reforma eleitoral, os ajustes de paz com o Paraguai, as sociedades de crédito real, a administração financeira e outros assuntos. Todos se lembram dos aplausos que recebeu no Parlamento e na imprensa o magistral parecer que ele redigiu em 1877, como membro relator da comissão de Fazenda do Senado.

Em julho de 1875, escreveu a refutação, assinada por ele e pelo visconde de Caravelas, do manifesto do plenipotenciário argentino Tejedor. Esse documento foi publicado entre os anexos ao relatório do

Ministério dos Negócios Estrangeiros, e completado com o discurso de 21 de julho do mesmo ano.

Entre as demonstrações de apreço que recebeu ao deixar o poder, mencionaremos as dos empregados de diferentes repartições de Fazenda, e a da classe militar. Em 28 de setembro de 1875, foi-lhe entregue o seu busto em mármore de Carrara, devido ao cinzel de Odoardo Tabacchi, catedrático de escultura na Régia Academia de Belas-Artes de Turim, autor do magnífico monumento de Cavour, que se ostenta em frente aos "Jardins Públicos" de Milão, da célebre estátua da Mártir Cristã, e de muitas outras obras não menos admiráveis. Este belo mármore foi oferecido ao ilustre estadista em nome dos habitantes de Turim, tendo para esse fim promovido uma subscrição popular, vários cavalheiros distintos, entre os quais o senador G. Sioto Pintor, presidente do Tribunal de Cassação daquela cidade, os deputados doutor Tomasso Villa (hoje ministro de Estado) e doutor Ernesto Pasquali, Lente de direito na universidade, o advogado doutor Magliotti, que foi secretário de Rattazzi, o doutor G. Boniva, reitor da universidade e muitos outros.

A família do visconde do Rio Branco acaba de fazer colocar esse busto em uma das salas do Grande Oriente do Brasil (Lavradio).

Não omitiremos as seguintes palavras que proferiu na Câmara dos Deputados o ilustre tribuno Silveira Martins em sessão de 28 de junho de 1875, quando Rio Branco descia do poder:

> O nobre presidente do ministério de 7 de março era (não há que o negar, mais de uma vez o tenho dito) era um colosso (*apoiados*), pela flexibilidade do talento, que se adaptava a todas as questões, pela infatigável atividade que parecia multiplicá-lo e dava a todos os seus amigos uma confiança ilimitada, que só podem conquistar os homens verdadeiramente superiores (*apoiados*) ...

Anos depois, em 1879, em plena Câmara liberal, declarava Silveira Martins lembrar-se com saudades daquele ilustre estadista quando via o desrespeito com que os ministros liberais tratavam o Parlamento.

Por decreto de 13 de setembro de 1875, foi o visconde do Rio Branco nomeado diretor da Escola Politécnica e, dois anos depois (decreto de 13 de março de 1877), jubilou-se no lugar de lente catedrático de Economia Política, Estatístico e Direito Administrativo.

Em 1878, o visconde do Rio Branco foi pela primeira vez visitar

a Europa. Partiu a 23 de julho e, um ano depois, a 30 de julho, desembarcava na capital do Império. Por toda a parte foi cercado de honradíssimas manifestações, já da imprensa, já de notabilidades e corporações políticas, literárias e científicas.

Foi quando se achava ausente na Europa que se deu o conflito entre o governo e o diretor interino da Escola Politécnica. Nomeado um novo diretor interino, a congregação dos professores e os alunos não o quiseram reconhecer. Então, o governo, que dias antes declarara no Parlamento, pelo órgão do presidente do Conselho, Sinimbu, que a exoneração do visconde do Rio Branco, aconselhada por alguns como a única solução da crise, fora um ato injusto e inconveniente, viu-se obrigado a praticar esse ato...

São dignas de lerem-se as belas palavras que então proferiram vários oradores da oposição, entre os quais Martinho Campos, Silveira Martins e Joaquim Nabuco.

No seu regresso à pátria, recebeu Rio Branco "em Pernambuco, na Bahia, e no Rio de Janeiro as demonstrações mais significativas do alto apreço, admiração e simpatia, que inspirava ao Brasil". Na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo, o regozijo popular e os festejos por ocasião da sua chegada foram verdadeiramente imponentes. Uma flotilha de 14 vapores e inúmeros escaleres e lanchas carregados de povo foram ao encontro do *Elbe*, que conduzia o ilustre viajante. Entre aclamações entusiásticas, foi conduzido pela multidão desde o cais até sua residência, em São Cristovão. À noite, as principais ruas iluminaram-se, e bandas de música e comissões populares dirigiram-se a cumprimentá-lo. Os festejos duraram dias. Foi-lhe oferecido pelo comércio um esplêndido baile e pelos conservadores, um banquete. Vários espetáculos foram celebrados em sua honra, sendo concedidas muitas cartas de liberdade a escravos.[165]

Estando em meio à sessão parlamentar, o visconde do Rio Branco

[165] Nunca um homem político conquistou entre nós mais prestígio e popularidade que o visconde do Rio Branco, e disso temos provas eloquentíssimas por ocasião da sua chegada da Europa e por ocasião do seu prematuro passamento. No seu regresso à pátria, as expansões do afeto popular foram tão entusiásticas, que, na frase de um escritor, relembravam as magníficas aclamações dos antigos triunfadores romanos. Na Europa mesmo, onde raras vezes aparecem notícias do Brasil, esses festejos foram descritos pela imprensa. Assim, na *Gazeta da Itália*, de 6 de setembro de 1879, encontramos uma extensa correspondência do Rio de Janeiro, começando assim : "Não me recordo, na minha vida, de haver assistido a uma festa tão

tomou parte ativa nas discussões, dirigindo vigorosos golpes ao governo e redigindo o notabilíssimo parecer sobre o projeto de reforma eleitoral, parecer tão habilmente organizado que harmonizou, salvas as exceções governamentais, todas as opiniões em que se dividia a Câmara Vitalícia sobre o magno assunto.

Infelizmente, o terrível mal que o devia levar ao túmulo, um epitelioma na boca, manifestara-se desde a sua chegada à Europa, e resistira a todos os esforços da medicina. A 20 de janeiro de 1880 sujeitou-se à extirpação dos tecidos atacados.

Após três meses, durante os quais parecia de todo restabelecido, apareceu-lhe o ingurgitamento de uma glândula submaxilar esquerda, o que, de par com outros fenômenos locais, começou a inspirar sérios receios aos professores ouvidos. De então em diante todos os cuidados médicos foram-lhe prestados, mas a opinião unânime nas amiudadas conferências de distintos profissionais foram a incurabilidade do mal, logo classificado como afecção cancerosa difusa.

Já a enfermidade estava bem caracterizada e o ilustre enfermo, apesar de achar-se entregue a aplicações incômodas, comparecia no Senado, proferindo aí alguns discursos notáveis. Este sacrifício foi continuado até que, em fins de julho, as proporções do mal lhe subjugaram completamente a vontade. Desde então, o visconde do Rio Branco não pode mais sair; nunca deixou, porém, de dar pronto expediente aos papéis do Conselho de Estado e de acompanhar de perto e com vivo interesse as discussões das duas casas do Parlamento. Até a manhã de 30 de outubro, dois dias antes de sua morte, assinou consultas que pôde ditar com firmeza.

> Todos quantos se aproximaram do visconde do Rio Branco nessa dolorosa fase [escreveu Gusmão Lobo] tiveram ocasião de admirar-lhe o espírito verdadeiramente superior, nunca traído por uma fraqueza. O seu grande coração mostrava alegrias que espantavam. Os seus momentos de melancólico recolhimento eram na aparência suaves. A dor não teve poder sobre a sua forte organização para perturbar-lhe a limpidez da alma nem para quebrantar-lhe o valor moral. Ainda no dia 28 de setembro último, nono aniversário do grande

expansiva e comovente como a que assisti no dia 30 do mês passado...” O *Times* e outros jornais deram notícia da recepção que teve Rio Branco nas três primeiras cidades do Império. O visconde do Rio Branco estava, então, fora do governo, e era um dos chefes da oposição.

ato legislativo que estancou a fonte da escravidão no Brasil, e ao qual seu nome ficará imorredouramente ligado como a um monumento de sabedoria política, deu o visconde do Rio Branco as mais vivas mostras do inefável contentamento de que a gloriosa data lhe inundava o coração. Tem sido aqui um dia de festa, disse ele a várias pessoas que então recebeu profundamente sensibilizado pelas demonstrações que de toda a parte lhe chegaram. No entanto o seu estado já era irremediável. Os progressos da enfermidade não enganavam já ninguém. Ele sofria muito, mas fazia sofrer o menos possível aqueles que o rodeavam.

Tinha ele consciência, mais ou menos nítida, desse estado? É impossível determinar o grau de sua introspecção, mas ele havia lido muito sobre a natureza da enfermidade, e os sintomas desta eram muito aterradores para que tão elevado espírito se iludisse completamente por muito tempo. Ao abraçar, há dias, o seu digno filho, doutor Silva Paranhos, chegado da Europa, o visconde do Rio Branco anunciou-lhe com firmeza que a questão estava por dias, interceptando logo a conversação sobre o doloroso assunto.

Não cabem aqui muitas outras particularidades que, aliás, realçam a fortaleza de ânimo com que o grande cidadão se resignou aos seus sofrimentos. A perda de uma filha e de um genro, e a prolongada enfermidade de outra,[166] agravaram-lhe a penosíssima situação a que o arrastou a rebelde enfermidade. É extremamente raro que tantos desgostos tenham posto a prova o espírito de um homem superior...

1880 - Últimos momentos do visconde do Rio Branco.

O fim de sua vida foi lamentável para nós, triste para os amigos e não sem receio e angústia para os estranhos e não cohecidos. A plebe também, e o povo, que entende e se ocupa além de outras coisas, veio muitas vezes à casa e , nas praças e ajuntamentos falaram disso. (Tácito, Vida de Agrícola, §9.)

Na noite de 30 de outubro foi o ilustre enfermo atacado de meningite, e entrou em delírio, mostrando intermitentemente certa lucidez e consciência.

No delírio acudiam-lhe a mente as lembranças do passado. Ora,

[166] Durante a sua enfermidade, perdeu o visconde do Rio Branco sua filha Augusta, casada com o doutor Luís de Almeida Araújo Cavalcânti (19 de junho de 1880), e meses depois este genro (13 de setembro) e um neto. Sua filha solteira, Luísa faleceu a 5 de abril último (1881).

ouviam-se trechos de uma preleção de Economia Política: supunha-se perante os seus antigos discípulos da Escola Politécnica. Ora acreditava estar falando no Conselho de Estado ou no recinto do Senado. A Guerra do Paraguai, as nossas questões do rio da Prata, a reforma eleitoral, a do estado servil, vinham-lhe a cada passo à memória. A causa pública era a sua única preocupação como nos dias agitados da sua vida política. Os nomes que pronunciava eram os das nossas notabilidades políticas dos últimos 30 anos. Sua tranquila agonia foi a de um homem verdadeiramente superior; nem uma de suas frases, nem uma de suas palavras traiu fraqueza ou vulgaridade.

Apenas se espalhou que o visconde do Rio Branco estava expirando, a dor pública manifestou-se por todos os modos. Nas ruas e praças viam-se grupos que esperavam notícias do estado do ilustre enfermo. A tristeza estava desenhada em todos os semblantes. À casa de sua residência, em Andaraí, acudiu grande número de amigos e admiradores.

Às 20h30 de 1º de novembro, o reverendo frei Fidélis d'Ávola, um dos visitantes deste dia, pediu licença para ver o visconde. Introduzido até o aposento do enfermo, dirigiu a este, três perguntas, inquirindo dele se estava arrependido dos seus pecados, se acreditava em tudo quanto manda acreditar a Igreja Católica, e se condenava tudo quanto a mesma Igreja condena. O visconde não tinha sido prevenido da visita, e desde que se manifestara a meningite, não podia compreender e dar resposta conveniente a tais perguntas. Entretanto, à primeira, respondeu: "Sim, senhor"; à segunda pareceu a alguma das pessoas presentes que também respondera afirmativamente. A resposta à terceira pergunta foi ininteligível.

Frei Fidélis d'Ávola recitou então uma oração, fez o sinal da absolvição e, depois de beijar a testa do enfermo, retirou-se.

Esta circunstância foi depois explorada pela imprensa clerical para o fim de dizer que o visconde do Rio Branco abjurara a maçonaria, de que era grão-mestre. O vigário-geral, na ausência do bispo, declarou isso ao *Jornal do Commercio* de 7 de novembro, mas contra semelhante inexatidão reclamou no dia seguinte o senhor doutor Paranhos, restabelecendo a verdade dos fatos, e mencionando os nomes das pessoas que assistiram àquela cena, as quais todas confirmam que o visconde nenhuma resposta deu à terceira pergunta do religioso. As duas primeiras respostas também nenhum valor tinham, atento o estado

do ilustre enfermo desde a noite de 30 de outubro. Acresce que antes de aparecer a meningite e apesar das insinuações que lhe foram feitas pelo mesmo sacerdote e pelo conselheiro Inácio da Cunha Galvão, o visconde não manifestara desejo de ser ouvido em confissão. Ele era profundamente cristão, mas por muitos atos de sua vida demonstrara claramente não aceitar todo o ensinamento da Igreja Católica Apostólica Romana, e não mostrou em seus últimos momentos arrepender-se do que praticara quando no pleno uso de suas faculdades intelectuais.

> ... Era natural e profunda [disse Escragnolle Taunay] a concentração íntima dos amigos e admiradores do visconde do Rio Branco, que, no meio da desolação da ilustre família, lhe rodeavam o leito de morte, e, acabrunhados e respeitosos, recolhiam cada palavra que lhe saía dos lábios. O nobre agonizante, depois de esgotados todos os martírios da horrorosa enfermidade que o atacara com implacável fereza, na manhã de 1º de novembro, já pouco conhecimento das coisas presentes podia ter. Minado pela meningite que costuma sobrevir às afecções cancerosas da face, perdera quase de todo a inteligência do que se passava em torno de si, sem que por isso se enfraquecesse a pujança do poder pensante. Supunha-se ainda uma vez – a última! – em pleno Senado brasileiro, no meio das lutas parlamentares, como o imortal lorde Chatham, queria morrer de pé na tribuna que sempre abrilhantara, e a servir a pátria que tanto estremecia.
>
> Se houve sessão solene, foi essa ideada pelo estadista moribundo. Com os olhos cerrados, pálido como cera, a calva ainda iluminada pelas cintilações do gênio, e tentando de quando em quando erguer o braço no gesto que lhe era familiar, murmurava num subdelírio constantes frases seguidas...

Entre outras, foram distintamente ouvidas estas frases:

> Senhor presidente, peço licença para interromper aqui o meu discurso, atento o melindroso estado de minha saúde. Depois de algum descanso continuarei as observações que ia fazendo...
>
> É chegado o tempo de combaterem todos pela defesa dos seus direitos. É preciso que a Constituição seja uma verdade...
>
> Este país é tão rico, tem tantos recursos, tantos elementos de prosperidade! Temos

> tanta coisa a fazer... Alguns me cobriram de injúrias, mas pela maioria dos meus compatriotas eu fui considerado um cidadão benemérito. Trabalhei muito, e amei a minha terra...

Às 15h30, o capuchinho frei Luís Piazza, que se achava com outras visitas no salão, avistou a viscondessa do Rio Branco e dirigiu-lhe palavras de consolação. A viscondessa, fora de si, encaminhou-se para o aposento do enfermo e, caindo de joelhos, beijou-lhe as mãos, debulhando-se em lágrimas. Foi então que o visconde proferiu solenemente estas palavras:

"Estejam certos de que hei de confirmar perante Deus o que hei afirmado perante os homens."

Foram as últimas.

Às 19h05, cercado de sua família e de vários amigos, exalou tranquilamente o derradeiro alento aquele grande cidadão.

Desde as 21h, a chácara foi invadida por imensa multidão. Todos queriam ver pela última vez aquele corpo que fora animado pelo grande espírito de Rio Branco.

Muitos amigos velaram ao lado do cadáver, e grupos de pessoas do povo permaneceram na chácara durante toda a noite.

Na tarde de 2 de novembro, efetuou-se o funeral do visconde do Rio Branco. Suas majestades o imperador e a imperatriz dignaram-se de apresentar pêsames à família do benemérito servidor do Estado, e fizeram-se representar no enterro e nas exéquias celebradas no sétimo dia pelos seus camaristas da semana.

A imprensa de todos os matizes traduziu em sentidos artigos de dor pública pela grande perda que acabava de sofrer a pátria.

> Grandes como os seus méritos [disse o *Jornal do Commercio*] foram as honras fúnebres tributadas ontem ao visconde do Rio Branco, maiores ainda do que pela pompa e número e qualidade dos assistentes, pela dor sincera que em todos os semblantes se divisava...

> Nunca vimos manifestação igual feita à beira de um túmulo [disse o *Cruzeiro*] nunca vimos despedida tão sincera, tão pungente, como este cortejo fúnebre,

> que veio provar eloquentemente a espontaneidade daquela outra com a qual se saudou o ilustre varão quando voltou da Europa...

Acompanharam o féretro, além dos representantes de suas majestades, os ministros de Estado, as comissões do Senado e da Câmara dos Deputados, da maçonaria, inúmeras corporações políticas, literárias, científicas e beneficentes, representantes da imprensa e pessoas de todas as classes sociais. Sobre o túmulo do pranteado estadista foram colocadas 72 coroas, quase todas riquíssimas.

O caixão, coberto com a bandeira dos estudantes da Escola Politécnica, foi conduzido no coche que tem servido para o saimento dos príncipes, do duque de Caxias e do marquês de Herval.

Os arredores da casa e a chácara estavam apinhados de povo. O trânsito dos carros do bonde da Tijuca esteve interrompido por algumas horas.

> À porta da capela onde estava colocado o cadáver [disse a *Gazeta da Tarde*] viam-se ontem muitos escravos das casas vizinhas. Entre eles alguns choravam. Junto da porta estava uma pobre escrava com um filhinho ao colo. Parecia dominada por impressão fortíssima. O olhar curioso da criança fixava-se constantemente no corpo inanimado do visconde. A escrava, notando isso, disse ao pequenino: 'Olha, meu filho, quem te livrou do cativeiro.'

Pouco antes das 17h saiu o préstito na seguinte ordem: batedores (moços da estribeira); o coche da Casa Imperial conduzindo o féretro, tirado por oito cavalos e seguido de 16 moços de estribeira; o primeiro Regimento de Cavalaria; o carro da mordomia da Casa Imperial, conduzindo o cura da capela imperial; um coche da Casa Imperial tirado por seis cavalos, conduzindo a coroa de conde (por ser o falecido grande do Império) (nesse coche ia o barão do Rio Bonito, guardando a coroa); moços da estribeira; o coche da empresa funerária, tirado por quatro cavalos, e seguido de seis criados a cavalo; um *coupé* da empresa funerária, conduzindo o vigário da freguesia do Engenho Velho; um *coupé* conduzindo os filhos do finado, doutor Paranhos e Alfredo da Silva Paranhos. Seguiam-se os carros dos camaristas de suas majestades; dos ministros, das deputações das duas Câmaras, e indistintamente os que formavam o préstito, em número superior a 500.

Mais de 20 mil pessoas estendiam-se ao longo da praia do Caju e ocupavam as alamedas do Cemitério de São Francisco Xavier. Os estudantes da Escola Politécnica incorporados e a mocidade das outras escolas da capital aí se achavam entre o povo.

Era o dia de finados. O céu conservava-se sempre encoberto, e pela manhã haviam caído alguns aguaceiros. Ao aproximar-se o féretro do cemitério seriam 19h, e começava a escurecer. Os sinos da capela do cemitério dobravam, quando uma Brigada de Infantaria e uma Bateria do segundo Regimento de Artilharia, postados na ponta do Caju, deram as descargas e a salva de estilo, prestando as últimas honras ao ilustre servidor do Estado.

Ao passar pelo portão do cemitério, muitas senhoras atiraram flores sobre o coche fúnebre. O povo precipitou-se em confusão, declarando em altos brados que queria carregar o caixão. A muito custo amigos do finado conseguiram cercar o carro, prometendo que essa reclamação seria atendida, mas que em primeiro lugar cabia às pessoas designadas pela família segurarem nas alças do caixão. Foi preciso esperar muito tempo para que essas pessoas, rompendo a multidão, pudessem reunir-se.

A escuridão era completa quando o cadáver foi depositado à borda da sepultura. A luz de alguns archotes e tochas iluminava tristemente aquela cena.

Pronunciaram discursos os senhores conselheiro Alencar Araripe, por parte do Grande Oriente do Brasil, Rosendo Muniz Barreto, pelo Instituto Histórico, Pereira Rego, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, duque Estrada Teixeira, José do Patrocínio, A. Feliciano de Castilho, Francisco Cabral, Lima Barreto, Lourenço Isidro de Siqueira e Silva e A. de Medeiros Gomes. O doutor Joaquim José Teixeira recitou uma poesia, e outra, do senhor Hudson, foi então distribuída. O conselheiro Costa Pereira, o deputado Joaquim Nabuco e o antigo deputado Deiró não puderam ler os discursos que levavam, por ter-lhes sido impossível romper a multidão.

> Poucas vezes [disse Carlos de Laet] poucas vezes tão geral e espontâneo tem sido o sentimento público. Não havia nele lisonja às opulências da família, porque, sabiam-no todos, Rio Branco finara-se na pobreza... Não era unicamente a expressão da condolência originada em relações pessoais, porque muitos daqueles que mais vivamente deploravam o infausto trânsito, jamais haviam

> privado com o ilustre morto... Nem falara apenas o espírito de partido, porque unânime era a dor, e dela igualmente participavam tanto os correligionários como os antagonistas políticos do emérito chefe conservador...

Os despojos mortais do visconde do Rio Branco descansam provisoriamente na carneira nº 2.133, quadro primeiro, do Cemitério de São Francisco Xavier. Sobre a sua sepultura, vê-se um mármore simples e severo, com esta única inscrição:

J. M. da Silva Paranhos,
Visconde
do
Rio Branco
1819-1880

A sessão de 3 de novembro no Senado e na Câmara dos Deputados foi consagrada ao ilustre morto. No Senado, falaram os conselheiros Dias de Carvalho (liberal), Correia (conservador), e Cristiano Otoni (republicano); na Câmara Temporária, os deputados Martinho Campos, Joaquim Nabuco, Malheiros (liberais) e Saldanha Marinho (republicano).

No dia 8 de novembro, foram celebradas solenes exéquias na Igreja de São Francisco de Paula. A concorrência foi enorme. O templo conservou-se sempre cheio, apesar de renovar-se continuamente o público que nele se achava. O largo de São Francisco de Paula e as ruas adjacentes conservaram-se sempre apinhados de povo. Pode dizer-se que ali estava o Rio de Janeiro em peso para pagar o último tributo de respeito e de saudade ao grande cidadão.

As mesmas manifestações de pesar deram-se em todos os pontos do Império. Durante quatro meses, o *Jornal do Commercio* registrou dia por dia as notícias que chegavam das províncias, as mensagens de pêsames recebidas pela família do finado, as exéquias e as sessões fúnebres celebradas.

Nenhum brasileiro foi alvo ainda de maiores manifestações de afeto dos seus concidadãos, nenhuma morte foi mais sentida entre nós,

nenhum homem político tão amado pelo povo como o visconde do Rio Branco.

E ele era digno dessas manifestações, porque ninguém amou mais esta terra, ninguém serviu à pátria com mais dedicação e desinteresse do que esse grande brasileiro.

Índice onomástico e toponímico

A

ABAETÉ (visconde), vide ABREU, Antônio Paulino Limpo de
ABRANTES (marquês), vide ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e
ABREU, Antônio Paulino Limpo de (visconde de Abaeté) 153 (nota 93), 160, 166, 167 e nota 98, 169, 172, 174, 175, 186, 244, 253 (nota 158)
ABREU, Bonifácio de, 253 (nota 158)
ABREU, Capistrano de, 13, 14, 15
ABREU E LIMA (general) 95 (nota 59)
ABREU, João de, 57 (nota 9)
ABREU, José de, (barão do Cerro Largo) 7, 9, 15, 20, 53, 57 (nota 9), 58, 96, 97, 99 100 e nota 62, 101 (nota 66), 102, 103, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115 e nota 85, 116, 117 e nota 88
ABREU, Luís de Figueiredo 154
ACADEMIA DA MARINHA DO RIO DE JANEIRO 23
ACORDO de 22 de ABRIL de 1853164
ACORDO DE MONTEVIDÉU 26
AFONSO HENRIQUES 43
AGUIAR, Fausto de, 253 (nota 158)

AGUILA (arroio) 92 e nota 53
AGUIRRE 104 (nota70), 196, 198, 200, 204, 205 e nota 122, 206, 210, 216, 218 e nota 132, 221 (nota 136), 222 (nota 137), 234, 235
AGUIRRE, Félix 104 (nota 70)
ALBUQUERQUE (visconde) 170, 190, 192, 253 (nota 158)
ALEGRETE (marquês) 61, 62, 70, 72, 75 e nota 31
ALEMANHA 241, 272
ALENCAR, José de, 167, 168, 248 e nota 153, 256, 257 (nota 161)
ALENCAR, L. de, 253 (nota 158)
ALENCASTRO 96
ALEXANDRE 261
ALEXANDRE DE GUSMÃO 15, 17, 18, 29
ALGARVES 81
ALMEIDA, Basílio Martins Ferreira de, 134
ALMEIDA, Bernardo J. de, 131, 143
ALMEIDA E ALBUQUERQUE 253 (nota 158)
ALMEIDA, Miguel Calmon Du Pin e (marquês de Abrantes) 163 (nota 97), 193
ALMEIDA PEREIRA 257 e nota 161
ALVARENGA PEIXOTO, Luís de, 152 (nota 90), 161 (nota 96), 171, 175, 183, 187 e nota 108, 191 (nota 111), 196, 242, 249 (nota 155), 255 (nota 160), 256
ÁLVARES, Joaquim de Oliveira (general) 69
ALVEAR 60, 107, 109 e nota 72, 110 e notas 75 e 76, 111 e nota 80, 112 e nota 82, 113 e nota 83, 114 (nota 83), 115 (nota 87), 116
ALVES, Manoel 153 (nota 91)
AMADO, Gilberto 15
AMARAL, João Carneiro do, 253 (nota 158)
AMARAL, Joaquim T. do (barão do Cabo Frio) 253 (nota 158)
AMAZONAS 18, 49, 175
AMÉLIA (dona) 136
AMÉRICA DO SUL 158 (nota 94)
AMÉRICA ESPANHOLA 18
ANDARAÍ 280
ANDRADE FIGUEIRA 253 (nota 158)
ANDRADE NEVES 249

ANDRÉA (marechal) 117 (nota 88), 163, 226
ANDROMÈDE (fragata) 165
ÂNGELIS, Pedro de , 174
ANGOSTURA 249
ANGRA (barão) 134
ANTÃO, J. 248 e nota 153, 253 (nota 158), 257 e nota 161
ANTÔNIO FRANCISCO 113
ANTUNES, Eusébio 253 (nota 158)
APARÍCIO (coronel) 205, 208, 209, 215, 222 (nota 137), 237, 238, 240
APPLEGATE 124
AQUIDABÃ 251, 252
ARAÇAGI 253 (nota 158)
ARANHA, Germano 141
ARAPEÍ 69, 70, 72 e nota 30, 97
ARAPEÍ-CHICO 57 (nota 8), 97
ARARIPE, Alencar 17, 257, (nota 161), 284
ARAÚJO GÓIS 184
ARAÚJO LIMA, Pedro de (marquês de Olinda) 253 (nota 158), 257 (nota 161)
ARAÚJO, Nabuco de, 26, 258
ARBOLITO 91, 92, 93
ARCOS (conde) 83 (nota 40), 151,
ARENAL GRANDE 87
ARGENTINA 17, 19, 126, 135, 137, 140, 158 (nota 94), 196, 198, 199, 201, 202 e nota 118, 213, 227, 250, 254, 268, 269
ARINOS, Afonso 21
ARINOS (barão), vide BRITO, Tomás Fortunato
ARISTÓTELES 262
ARMITAGE 95 (nota 59), 104 (nota 70)
ARROIO GRANDE 109 (nota 72)
ARTIGAS (general) 19, 48, 57 e nota 8, 59, 60 e nota 12, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78 e nota 36, 79, 80, 86, 87, 200
ARTIGAS, Andrés (coronel)
ASSUNÇÃO ou ASSUMPÇÃO 27, 173, 179, 180, 182, 184, 199, 200, 204, 250, 251, 252, 253, 254, 266

ATTWELL, William 145
AUGUSTA 279 (nota 166)
AVAÍ 249
ÁVOLA, Fidélis de (frei) 280
AZAMBUJA, Antonio de 57 (nota 9)
AZCUENAGA, Miguel 135
AZEVEDO MONTEIRO 184
AZUNTA (brigue) 131

B

BAEPENDI, vide NOGUEIRA DA GAMA, Manuel Jacinto
BAGÉ 110, 112 (nota 82)
BAHIA 23, 24, 25, 49, 131, 152 (nota 91), 153 (nota 91), 172, 184 e nota 106, 265, 268, 277
BAHIA, M. J., 184
BAÍA NEGRA 267
BALCARCE (brigue) 131, 142
BANDA ORIENTAL 47, 48, 59, 61, 81, 86 e nota 41 e 42, 87, 97 e nota 61, 135, 140, 157, 196, 197, 198, 199 e nota 17, 203 (nota 120), 208, 222 (nota 137), 233, 272
BARBACENA (marquês), vide CALDEIRA BRANT PONTES, Felisberto
BARBOLANI 205 e nota 122, 209, 211
BARBOSA, Rui 28
BARCA (conde) 68
BARRA GRANDE 50, 155
BARREIROS, Eusébio Gomes (coronel), 151, 152, 153 (nota 91)
BARREIROS, Manuel Gomes (major) 151
BARRETO (doutor) 220 (nota 134)
BARRETO, Francisco Muniz 134
BARRETO, Rosendo Muniz 289
BARRETO, Sebastião (general) 82, 85, 88, 110, 114, 116, 117
BARROS BARRETO 255
BARROSO 14, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 121

BARROSO (capitão-de-fragata), 136
BARROSO PEREIRA, Luís, 9, 15, 18, 20, 43, 45, 47, 50, 51, 52, 136
BATTERSEA 129
BATHURST 142
BEACONSFIELD (lorde) 167
BEAUREPAIRE, Teodoro de (conde) 137
BEDFORD PLACE 124
BELÉM 62, 91, 97, 137
BELÉM, Tomás 134
BÉLGICA 179 (nota 101)
BELISÁRIO, F. , 253 (nota 158), 257 e nota 161
BELLAIRE, Michaux 260 e nota 162
BELA MARIA (escuna) 135, 136, 146
BELLEGARDE (general) 166, 172
BELL, Frederic Thomas 136
BENTO (capitão) 57 (nota 8)
BERNARDO DE FARIA 7, 14
BERDÚN, Cláudio (coronel) 62, 69, 104 (nota 70)
BERESFORD, Daniel 77
BERGES, José 174, 200
BERLIM 184 (nota 105)
BERRO, Bernardo (doutor) 164, 196, 197
BITTENCOURT, Pétra de 141, 144, 145
BLAZ COLONEL 237
BOCAIÚVA, Quintino 190
BOLÍVIA 158 (nota 94)
BOMFIM 153 (nota 91)
BOM RETIRO (visconde), vide PEDREIRA
BONIVA, G. (doutor) 276
BORGES, Cândido (barão de Itaúna) 186, 196 (nota 114), 231, 233, 253 (nota 158)
BOTELHO (general) 237
BOTUÍ 66
BOULOGNE 127, 140
BRANDÃO 183
BRANDÃO, J. da Silva (major) 82

BRASIL OU BRAZIL 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 28, 29, 31, 46, 49, 57 (nota 9), 61, 81, 82, 86 e nota 42, 87 e nota 43, 96, 108, 121, 125, 126, 128, 133, 135, 136, 137, 138, 155, 157, 158 e nota 94, 159 e nota 95, 160 ,164, 165, 166, 168, 170, 173, 174, 175, 176, 177, 179 e nota 101, 180 (nota 102), 181, 183, 184 e nota 106, 188, 194, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206 e nota 125, 210, 22, 212 e nota 127, 213, 214, 215, 217, 219, 225, 226 e nota 139, 227, 228 e nota 141, 229 (nota 141), 233, (nota 143), 235, 236, 238, 239, 240, 245 (nota 148), 246, 250, 251, 252, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 272, 273, 276, 277 e nota 165, 279, 281, 284
BREWOR, Hugh (*sir*) 122, 124
BRITO, Tomás Fortunato de (barão de Arinos) 179 (nota 101)
BROGLIE 244
BROOM, Jorge 137
BROWN 52, 104 (nota 70), 107, 110, 126, 127, 129, 132, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 143, 144, 146
BROWN, Guilherme 126
BROWN, Gustavo Henrique (almirante e marechal de campo) 109
BROWN, Luís 133
BROWN, William (almirante) 51, 104 (nota 70)
BROWNING, Cecil 133, 137, 146
BRUCKHARDT 28
BRUN (forte) 125
BUENOS AIRES 17, 18, 47, 48, 49, 50, 58, 60, 61, 86 (nota 42), 87 e nota 42 e 44, 89, 96, 101 (nota 66), 111 (nota 80), 112 (nota 82), 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 136, 139, 140, 141, 144, 145, 156, 157, 158 e nota 94, 159, 160, 161, 180 (nota 102), 181, 196, 198, 199, 201, 202, 206 e nota 125, 214, 228 e 141, 229, 231, 250, 252, 253, 269
BULCÃO, Baltazar de A. Aragão 184
BURACO (forte) 125
BUXTON (forte) 159

C

CABALLERO, Felipe 92
CABOCLO (brigue) 128, 131, 135, 141, 142, 143, 145
CABO FRIO (barão), vide AMARAL, Joaquim T. do
CABRAL, Francisco 284
CAÇAPAVA (barão), vide ANDRÉA (marechal)
CACEQUI 113 (nota 83), 114 (nota 83)
CACHEMIRA 19
CACIQUE (brigue) 83 (nota 40), 222
CAJAÍBA (barão) 184
CAJU 284
CALDEIRA BRANT PONTES, Felisberto (marquês de Barbacena) 107, 108, 109 (nota 71), 110, 112, (nota 82), 125, 136
CALADO (general) 116, 117
CALMON, José 253 (nota 158), 257 (nota 161)
CAMACAM, Guilherme Balduino Embirissu 153 (nota 90)
CAMACUÃ ou CAMACUAN 112 (nota 83)
CAMACUÃ-GRANDE 111
CAMARA, Bento Correia da (general) 75, 78, 79, 80, 93 102 e nota 67, 251
CAMARAGIBE 253 (nota 158)
CAMARONES 143
CAMPO DA ACLAMAÇÃO 266
CAMPO GRANDE 252
CAMPOS 152 (nota 91), 153 (nota 91)
CAMPOS, João Félix de (almirante) 49
CAMPOS, Martinho de 277, 285
CANDELÁRIA 204, 222 (nota 137)
CANNING 86 (nota 42), 170
CAPANEMA 257 (nota 161)
CAPANEMA, Gustavo 26
CAPILLA DEL ROSARIO 104 (nota 70)
CARABALLO (general) 217
CARAGUATÁ 104 (nota 70)
CARAVELAS (visconde), vide CARNEIRO DE CAMPOS, José Joaquim

CÁRCANO, Ramón 17
CARDOSO DE MENESES 253 (nota 158)
CARIOCA (corveta) 131, 136
CARNEIRO DE CAMPOS, José Joaquim de (visconde de Caravelas), 255, 257 e nota 161, 266, 267, 275
CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto (marquês de Paraná), 157
CARNEIRO, Manuel Pinto (tenente-coronel) 57 (nota 8)
CARRÃO 166
CARRARA 276
CARRERAS 116, 199, 200, 216 e nota 130
CARTER, David 141
CARUMBÉ 69 e nota 27
CARVALHO, Afonso de, 253 (nota 158)
CARVALHO, A. P. de, 141
CARVALHO BORGES 253 (nota 158)
CARVALHO E MELO, L. J. de, 86
CARVALHO, Rafael de 128, 130, 141, 143, 144, 145
CASTELLANOS, Florentino 164
CASTELLI 131
CASTILHO, A. Feliciano de, 284
CASTILHO, José Feliciano de (conselheiro) 191 (nota 111), 220 (nota 133), 229 e nota 142
CASTRO, 153 (nota 91)
CASTRO (arroio) 95
CASTRO, Carlos 226, 239
CASTRO, Francisco Bibiano de, 83 (nota 40)
CASTRO, J. M. Coelho de, 253 (nota 158)
CASTRO, M. de (comendador) 163 (nota 97)
CATALÁN 69, 70, 72 (nota 30), 75, 99, 103
CAVALCANTI, Luís de Almeida Araujo (doutor) 279 (nota 166)
CAVOUR 87 (nota 43)
CAXIAS (duque) 14, 121, 125, 159, 161, 166, 172, 178, 187, 190, 191, 192, 195 (nota 113), 196 (nota 114), 199 (nota 117), 242, 249, 253 (nota 158), 274, 275, 283
CEARÁ 264
CERQUEIRA PINTO 184

CERRO CORÁ 251, 252
CERRO LARGO (barão), vide ABREU, José de
CHACO 267
CHAGAS SANTOS (general) 62, 64, 65, 67 (nota 25)
CHAIGNEAU (almirante) 227, 228 (nota 141)
CHATEAUBRIAND 231
CHATHAM (lorde) 281
CHILE 137, 159, 268
CHINA 24
CHISWICK 124
CHUÍ 62, 103, 163, 164
CICERO 225
CISNEROS Y LA TORRE, Baltasar Hidalgo de, 48
CISPLATINA 13, 17, 18, 19, 20, 28, 83, 85, 86, 87, 88, 93, 100 e nota 135
CIUDAD 127, 128, 143
CLAPTEN, Félix 134
CLARE 144
CLARK 142
COBDEN 258
COBRA 13, 257 (nota 161)
COBRAS (ilha) 178, 267
COCHIN 244
COCHRANE (lorde) 49 130, 131, 137
COELHO, Jerônimo 166
COLÔNIA DO SACRAMENTO 18, 91
COMISSÃO MISTA FRANCO-ARGENTINA 179 (nota 101)
COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS 122, 124
CONCEIÇÃO (escuna) 127, 141, 142, 144, 145
CONCÓRDIA 222 (nota 137)
CONDEIXA 253 (nota 158)
CONDE DOS ARCOS (corveta) 83 (nota 40), 151
CONGRESO (barca) 129, 130, 131, 133, 135, 142, 144, 145
CONGRESSO DE PARIS (1856) 176, 177, 178
CONGRESSO DE VIENA 19
CONGRESSO DO PARANÁ 179
CONSTANÇA (brigue) 131, 135

CONVENÇÃO de 12 de fevereiro de 1858 180, 181
CONVENÇÃO de 20 de fevereiro de 1865 234, 241
CONVENÇÃO de 24 de março de 1843 180 (nota 102)
CONVENÇÃO de 4 de setembro 180 (nota 102)
CONVENÇÃO de 20 de novembro de 1857 179, 182
CONVENÇÃO de 1828 180 (nota 102)
CONVENÇÃO de 1856 182, 183
CONVENTOS 102
COPENHAGUE 129
COQUIMBO 92 e nota 52
CORALES 104 (nota 70)
CORDILHEIRAS 249, 251
CÓRDOVA 60
CORREIA 285
CORREIA, M. F., 254, 255
CORREIO MERCANTIL 155, 156, 220 e nota 134, 229
CORRIENTES 60 ,104 (nota 70), 159 e nota 95, 160, 196, 202, 204
CORTESÃO, Jaime 18
CORUJA 57
COSTA, A. de Medeiros 104 (nota 70)
COSTA, Álvaro da (dom) 82
COSTA PEREIRA 144, 145, 255
COSTA Pinto (bardeira) 253 (nota 158), 284
CAUCHY, Eugène de, 177
COUTO, Antônio Joaquim do (capitão-tenente) 83 (nota 40)
COUTO, Antônio Leocádio do, 131
COWEN 145
CRAIG, Thomas 133, 137, 146, 147
CRUZEIRO 83, 122, 129, 133, 138, 147, 184, 253 e nota 158, 282
CUIABÁ 265, 268
CUIABÁ (bispo) 195
CUNHA LEITÃO 253 (nota 158)
CUNHA MATOS (general) 96 e nota 60, 97 110 (nota 77)
CUNHA-PERU 58, 110
CURADO, Joaquim Xavier (general) 59, 92e nota 17, 63, 67 e nota 25, 68, 69, 70, 72, 75, 76 (nota 32)

CURITIBA 268
CURUPAITI 223, 242
CYONE (fragata) 52

D

DAMÁSIO, Virgílio 184
DANDREYS 142
DARIO, Ruben 17
DAUTANT, P. 142
DEBRET 19, 33, 35
DE KAY 135, 146
DEIRÓ 284
DE LAMARE 192, 195
DELFINO, Joaquim 253 (nota 158)
DERBY (lorde) 167
DESBOROUGH (lorde) 137
DESBUZA, Cristino Lourenço 146
D'EU (conde) 251, 252
DEZENOVE DE NOVEMBRO (bombardeira) 132, 135
DEZENOVE de OUTUBRO (bombardeira), 123, 132, 133, 134, 146
DEZENOVE DE DEZEMBRO (bombardeira) 132, 135
D. FRANCISCA (corveta) 166
DANTAS, San Tiago 28
DIAMANTINA 45
DIÁRIO DO RIO 184 (nota 105), 220, 223, 224
DIARIO POPULAR 152 (nota 91), 153 (nota 91)
DIAS DA ROCHA 253 (nota 158)
DIAS DE CARVALHO 285
DIAS VIEIRA 199, 201, 206 (nota 125), 219, 230, 232
DÍAZ (capitão) 132
DIEZ Y OCHO de ENERO (escuna) 131
DINAMARCA 137
DISRAELI, Benjamin 167, 168
DOIS DE JULHO, (brigue-escuna) 132, 133, 134, 135, 146

DONA PAULA 141
DONERAILE (lorde) 137
DORIS (fragata) 51, 52
D'ORLEANS, Gaston 252
DORREGO (corveta) 123
DOZE DE DEZEMBRO (iate) 127
DRUMMOND (capitão) 130
DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos 22
DRURY, Patricio 145
D. SEBASTIÃO (canhoneira) 90
DUARTE (padre) 240
DUARTE DE AZEVEDO 254, 255, 257 (nota 161)
DUCROT (general) 241
DUMAS, Alexandre 87 (nota 45), 197
DUQUE ESTRADA TEIXEIRA 253 (nota 158), 256, 257 (nota 161), 284

E

ELBE 277
ELIZALDE 158 (nota 94), 198, 202 (nota 118), 228 (nota 141)
ELLIOT (almirante) 216, 218, 219 (nota 141)
ELORDI, José Celidonio 145
ENFORCADOS (passo) 107, 111, 112
ENSENADA 104 (nota 70)
ENTRE RIOS 58 e nota 11, 59, 60, 62 e nota 18, 63 e nota 21, 70, 73, 100 (nota 62), 159 e nota 95, 160, 196
EQUADOR 50
EREZCANO, Augustin 131
ERSKINE (lorde) 123, 124
ERSKINE, Elisa Bland 123, 124
ERSKINE, Harry 125
ERSKINE, Thomas 125
ESCÓCIA 137
ESCRAGNOLLE TAUNAY 281

ESPANHA 17, 18, 19, 29, 61
ESPERADA 146
ESPORA, Tomás 142
ESTADO ORIENTAL 103 (nota 68), 157, 158, 163 (nota 97), 164, 180 (nota 102), 181, 186, 197, 200, 201, 202, 214, 221
ESTADOS UNIDOS 60 (nota 13), 146, 175, 177, 257, 265, 267, 268
ESTIGARRIBIA 209, 221 (nota 136), 240
ESTRELA 253 (nota 158)
EUROPA 24, 27, 162, 176, 183 (nota 106), 232, 248, 255, 263, 265, 268, 277 e nota 165, 278, 279, 283
EYRE, Guilherme 141

F

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO 20, 55 (nota 2)
FARIA, Bernardo Rodrigues de, 154
FARIA, Luísa de Figueiredo 154
FARIA, Teresa de Figueiredo, (viscondessa do Rio Branco) 154
FELIZ (brigue) 135
FELIZARDO, Manuel 167 (nota 98), 186, 190, 196 (nota 114)
FERNANDES BRAGA 253 (nota 158)
FERNANDES DA CUNHA 257 (nota 161)
FERNANDO VII 46
FERRAZ (conselheiro) 167, 187, 188, 189, 190, 192
FERREIRA, Antonio Carlos 141
FERREIRA DA VEIGA, Evaristo 167 (nota 68)
FERREIRA DE MOURA 184
FERREIRA, Pedro (almirante) 174
FERREIRA SOUTO 184
FERREIRA VIANA 253 (nota 158)
FIGUEIRA DE MELO 253 (nota158), 257 (nota 161)
FIGUEIREDO, Jackson 17
FIGUEIREDO JUNIOR 253 (nota 158)
FISCHER 142
FLEUCKEUX, Adolfo Félix 134

FLORES, Eduardo 227
FLORES, Venâncio (general) 196
FLORIDA 89 (nota 46), 93, 94 (nota 56)
FONSECA 196 (nota 114)
FONTES, C., 253 (nota 158)
FONTOURA, Antonio Pinto da, 114 (nota 83)
FORD, Robert H., 145
FOURNIER, César 145, 146
FRANÇA 46, 122, 158, 165, 168, 227, 231
FRANÇA, J. Feliciano 57 (nota 9)
FRANÇA RIBEIRO 145
FRANCO, Álvaro da Costa 16
FRAY BENTOS 204
FRAYLE-MUERTO 102 (nota 67)
FREYRE, Gilberto 19, 24
FURTADO (conselheiro) 166, 195, 201, 203 (nota 120), 220, 230, 231, 232, 235, 241

G

GALGO 252
GALVÃO, Inácio da Cunha 281
GAMA CERQUEIRA 253 (nota158)
GARÇÃO (capitão-tenente) 83 (nota 40)
GARIBALDI 87 (nota 45), 137,197, 198
GARNIER, B. L. 216 (nota 129), 234 (nota 144)
GARZÓN (general) 159,160
GASCÓN, Estevan Augustin (dom) 48
GASPARINO 184
GAZETA DA BAHIA 153
GAZETA DA TARDE 283
GAZETA DA ITÁLIA 277 (nota 165)
GENERAL BRANDZEN (brigue) 132, 133, 135, 138, 146
GENERAL DORREGO (corveta) 123
GENERAL LECÓR (corveta)

GIRÓ, Juan Francisco 160, 161, 163, 164, 166
GLADSTONE 167
GOIANA (Pernambuco) 24
GOIÁS 264
GÓIS, Zacarias de 185, 192, 195, 197, 203 (nota 120), 232, 242, 243, 247, 257 e nota 161
GOMES, A. de Medeiros 284
GOMES DA SILVA 253 (nota 158)
GOMES DE CASTRO 253 (nota 158)
GOMES ou GÓMEZ, Leandro 208, 221 (nota 136), 241
GÓMEZ, Aniceto 77, 78
GÓMEZ, Servando 94 (nota 54)
GÓMEZ, Valentin (dom) 86
GONÇALVES, Bento (coronel) 95 e nota 58 e 59, 96, 102, 103, 114, 116
GORDILHO (general) 103
GOUPIL 122
GRÃ-BRETANHA 61, 86 (nota 42), 87, 176, 198
GRENFELL (escuna) 131, 141, 143, 146
GRENFELL, John Pascoe 122, 128, 129 136, 137, 141, 143, 159, 161
GRENFELL, William Wallace, 137
GUANACO (escuna) 131
GUARANIS 94 (nota 56)
GUARANY (brigue) 83 (nota 40)
GUEZZI, Carlos José 18
GUIANA FRANCESA 176
GUIDO (general) 158
GUIMARÃES, José Ferreira 146
GUIRAOCAÍ 78 (nota 36), 100 (nota 62)
GUIRAPUTÁN-CHICO 78
GUIZOT 244
GURJÃO 249
GUSMÃO LÔBO 278

H

HALL, William 145
HARMONIA (brigue) 131
HARMONIA DOS ANJOS (brigue) 145
HAWKSHAW, John 268
HAYDEN, Bartolomeu 137, 141, 145
HENEHAN, Marie 19
HERRERA, Nicolás 60, 61 (nota 15)
HERVAL, (marquês), vide OSÓRIO (general)
HOLANDA, Sérgio Buarque 24
HOMEM DE MELO (barão) 13
HOUDAIN, João Custódio de 137
HUDSON 284
HUMAITÁ 223, 249, 252
HUME 167

I

IBICUÍ 59, 62, 64, 67, 70, 114 (nota 83)
IBICUÍ-GUACÚ 75, 79
IBICUÍ-MIRIM 79
IBIRAOCAÍ 69 e nota 27
IBIRAPUITÃ 70
IBIRAPUITÃ-CHICO 62, 67, 75, 77, 78 e nota 36
IMPERATRIZ (fragata), 49, 51, 52, 104 (nota 70), 136, 153 (nota 91)
INDEPENDÊNCIA (brigue) 129, 130, 135, 142, 144, 145
INDEPENDÊNCIA OU MORTE (brigue) 144
ÍNDIA 19, 24, 123
INDIA-MUERTA 47
INGENIEROS, José 17
INGLATERRA 86 (nota 42), 124, 137, 158, 167, 168, 248, 258
INGLIS, James 122, 131, 137, 145
INHATIUM 113
INHAÚMA (visconde) 14, 121, 122, 242, 249

IPANEMA 253 (nota 158)
IPIRANGA 81
IRIARTE (coronel) 109 (nota 73)
IRIGOYEN, Matias (dom) 48
ISIDRO 253 (nota 158)
ITABAYANA (barão) 86 (nota 42)
ITABORAÍ (visconde), vide TÔRRES, Joaquim José Rodrigues
ITAJUBÁ 253 (nota 158)
ITÁLIA 60 (nota 14), 277 (nota 165)
ITAMARATI 253 (nota 158)
ITAPAGIPE 153 (nota 91)
ITAPARICA 50, 127, 135, 141, 144, 145, 249
ITAPARICA (corveta) 127, 142, 143
ITAPUA 204
ITAQUATIÁ 79
ITAQUI 209, 240
ITATÚNA (barão), vide BORGES, Cândido
ITORORÓ 249
ITUPARAÍ 64
ITUZAINGO 88, 107, 115 e nota 87, 214
IZABEL (fragata) 136

J

JAGUARÃO 62, 96, 103, 109 e nota 74, 205, 208, 218, 234, 236, 237, 238 e nota 147, 268
JAGUARI (visconde), vide SOUSA RAMOS,
JAGUARIBE 253 (nota 158), 254, 257 (nota 161)
JANUÁRIA (brigue-escuna) 135, 141
JAPEJU (passo) 59, 63
JARAU (serra) 57 (nota 8)
JARDIM, Jerônimo Gomes (coronel) 85, 89, 91, 94 e nota 56, 96
JAURU (barão), vide VIANA de LIMA
JEQUITINHONHA (visconde) 174, 232, 244, 245
JERNINGHAM,William 175, 176

JEWETT, David 125
JOÃO VI (dom) 46, 59, 60, 61
JOAQUIM GUILHERME (tenente) 83 (nota 40)
JOBIM 196 (nota 114), 233, 253 (nota 158)
JORDÃO, Polidoro (general) 192
JORNAL DO BRASIL 22
JORNAL DO COMMERCIO 7, 138, 153 (nota 91), 156
JOSÉ BENTO 253 (nota 158)
JUNQUEIRA 255, 257, 270
JUNQUEIRA Manuel Joaquim de Sousa 132

K

KAY, George C. de,146
KEATING, Vallandro 18, 253 (nota 158), 254 (nota 159)

L

LA AURORA 82
LA BOCA 131
LABOULAYE 244
LADEIRA DA PRAIA 151 (nota 89)
LAET, Carlos de, 22, 284
LAGOINHA 265, 268
LAGUNA, Julián (coronel) 85, 87, 91, 109 (nota 73)
LAGUNA (visconde), vide LECÓR,Carlos Frederico
LAHITTE, (canhões) 207
LAMAS, Andrés 160, 185, 186, 227
LAMAS, Diego 205
LAMEGO 253 (nota 158)
LAMEGO, José 132, 145
LA NACIÓN 141, 156
LA PLATA (porto) 129
LAPRIDA, Narciso (dom) 49

LARA, Diogo Arouche de Morais 62, 63 (nota 21), 654 (nota 22), 67 e nota 25, 71 (notas 28 e 29)
LARA-QUILMES, 128
LA ROSA, Manoel 131
LAS PALMAS 127, 140
LA TORRE 48, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79
LAVALLEJA, Juan Antonio 87, 88, 89 e notas 46 e 48, 91, 92 93, 94 (nota 56), 95, 104 (notas 70 e 73), 112 (nota 82), 116, 117, 165
LAVRADIO 261, 276
LEAL PAULISTANA (escuna) 127 ,128, 141, 142, 143
LECÓR, Carlos Frederico (visconde da Laguna) 19, 46, 47, 48, 61, 62, 76 e nota 32, 82, 83 (nota 40), 85, 88, 93, 94 (nota 56), 97, 100 e nota 65, 116
LEOPOLDINA (escuna) 83 (nota 40)
LEOPOLDINO 57
LETTSON 205 (nota 122), 228 (nota 141)
LEUCHTEMBERG, Amélia de, 136
LEVERGER, Augusto (barão de Melgaço) 14, 121,122, 123, 132, 133, 137, 146, 147
LIBERAL (corveta) 83 (nota 40), 127, 130, 141, 142, 143, 144, 145
LIGURI (brigue) 83 (nota 40)
LIMA BARRETO, 17
LIMA E SILVA, Francisco de, 125, 253 (nota 158)
LIMA E SILVA, Luis Manuel (marechal de campo), 14, 114 (nota 83), 121, 253 (nota 158)
LINHARES (conde de) 18
LISBOA 46, 61, 82, 156, 268
LISBOA, Adolfo Paulo de Oliveira 249 (nota 155)
LISBOA, Gabriel Gomes (capitão) 104(nota 70)
LISBOA, Wenceslau 141
LIVERPOOL 14, 123
LOBO, Rodrigo José Ferreira 47, 50 ,51, 93, 104 (nota 70), 139
LOCKETT, Diogo (tenente) 134
LOMAS VALENTINAS 249
LONDRES 76, 122, 123, 124, 125, 129, 158 (nota 94), 175, 272, 273
LOPES GAMA (visconde de Maranguape) 179, 182 (nota 104), 183, 192, 229, 253 (nota 158)

LOPES DE MENDONÇA 156
LÓPEZ, Carlos Antonio 173
LÓPEZ, Chico 104 (nota 70)
LÓPEZ, Solano (general) 180, 196, 199, 200, 202, 203, 205, 214, 216, 222 e nota 137, 223, 247, 251
LUÍS XIV 201
LUIS CARLOS 257 (nota 161)
LUNAREJO 62, 100 (nota 62)

M

MACEDO, Sérgio Teixeira de, 186
MACEDO SOARES 253 (nota 158)
MACEIÓ (corveta) 127, 141, 142, 143, 144, 145
MAC ERWING, William 133, 146
MACHADO DE ASSIS 26
MACHIAVEL 166
MACIEL, Salvador José (brigadeiro) 108
MADEIRA (general) 49, 151
MADEIRA (ilha) 49
MADRI 61 e nota 16
MADUREIRA, Casimiro 184
MADUREIRA, João Marcos de, 57 (nota 9)
MAGGESSI (barão de Vila Bela) 95 (nota 58), 100
MAGLIOTTI (doutor) 276
MAIA, Jose Inácio (capitão-de-fragata)129
MALDONADO 47
MALDONADO (escuna) 132, 135
MALLARCE, A. de, 260
MALLET, Emilio 14, 121
MALMESBURY (lorde) 175
MALVINAS 19
MANCILLA (major) 92 (nota 51), 128
MANOEL JOAQUIM (professor) 153 (nota 91)
MARANGUAPE (visconde), vide Lopes Gama

MARANHÃO 49, 220 (nota 133)
MARANHÃO (brigue) 135
MARANHÃO, Ricardo 18
MARIA DA GLORIA (corveta) 127, 128, 141, 142, 143
MARIA IZABEL (corveta) 136
MARIA II (dona) 136
MARIA TERESA (escuna) 145
MARIATH, Frederico 137
MARIZ E BARROS 219, 220
MARMOL 202 (nota 118)
MARQUES (general) 82
MARQUES DE SOUSA 78
MARTIM FRANCISCO 244
MARTÍN GARCÍA 197, 197
MARTINS, J. A. (tenente-coronel) 104 (nota 70)
MASCARENHAS, Francisco de Assis (marquês de São João da Palma), 136
MASCARENHAS, Manoel de Assis (dom) 167, 174 183, 187 e nota 108
MASSENA (general) 46
MASSENA ROSADO, Francisco de Paula, 100 e nota 64, 101 (nota 66)
MATO GROSSO 27, 137, 173, 179, 180, 182, 183, 193, 194, 195 e nota 113, 201, 205, 233, 249, 264, 265
MATTOSO, Kátia M. de Queiróz 25
MAUÁ 273, 273
MAXIMIN 131
MEDRADO, Landulfo 184
MELO MATOS 253 (nota 158), 257 (nota 161)
MENA BARRETO, João de Deus (visconde de São Gabriel) 57 e nota5, 69, 72, 85, 91, 94 (nota 57)
MENA BARRETO, José Luís (coronel) 94 e nota 56, 96, 97, 121
MENA BARRETO, José Propício (barão de São Gabriel) 94 (nota 57), 198, 199, 202, 206, 207, 208, 209, 214, 217, 218, 221
MENDES, Cândido 253 (nota 158), 257 (nota 161)
MENDES DOS SANTOS 196 (nota 114)
MENDES, João 253 (nota 158)
MENDES SALGADO 253 (nota 158)

MENEZES PRADO 253 (nota 158), 257 (nota 161)
MÉNDEZ, William 131, 132
MERCEDES 81, 82, 85, 88, 89, 91, 91, 93, 94 (nota 56), 97
MERINAY 104 (nota 70)
MERSEY 228 (nota 141)
MESQUITA 253 (nota 158)
MILÃO 276
MINAS GERAIS 25 ,136, 169
MINIE 208
MIRANDA, João Antônio (desembargador) 186, 193, 195 (nota 113), 268
MIRIM (lagoa) 132, 163, 164
MISSÃO ESPECIAL DO BRASIL 198
MISSÃO GARCIA 180 (nota) 102
MISSÕES 57, 58 (nota 11), 62 ,63, 67, 68 69, 100 (nota 62), 104 (nota 70), 158, 222
MISSÕES ORIENTAIS 59, 62
MITRE, Bartolomeu 128, 156, 158 (nota 94), 201, 202 (nota 118), 204, 205 (nota 122), 228 (nota 141), 266
MONIZ, Pedro 184
MONT'ALEGRE 186
MONTALEMBERT 244
MONTE CASEROS 157, 160
MONTEIRO DE CASTRO 257 (nota 266)
MONTEVIDÉU 17, 19, 26, 33, 35, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 60, 81, 82, 83, 86 (nota 42), 88, 91, 92, 93 e nota 55, 94 (nota 56), 95, 96, 97 (nota 61), 100, 104 (nota 70), 126, 128, 130 ,131, 134, 135, 136, 139, 157, 158, 159 e nota 95, 160, 161, 163, 165, 166, 175, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 205 e nota 122, 206 e nota 125, 208, 209, 210, 211, 212 e nota 127, 213, 214, 215, 216, 217, 218 e nota 132, 219, 221 (nota 136), 222 e nota 137, 225, 226, 227, 229, 231, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 273
MONTE SANTIAGO 129, 130, 144
MOORE, Bramley 123
MORGUIONDO, Prudêncio 145
MORRO GRANDE 110
MUMBAI 124

MUÑOZ (general) 208, 209, 215, 222 (nota 137), 237, 238, 239, 240
MURILLO (general) 46
MURITIBA (visconde) 167 (nota 98), 186, 195 (nota 114), 244, 245, 248, 253 (nota 158), 257 e nota 161

N

NABUCO, Joaquim 16, 17, 23, 25, 26, 166, 167, 169, 172, 186, 192, 230, 244, 246, 257 (nota 161), 258, 261, 277, 284, 285
NAÇÃO 273
NAVARRO 90
NÉBIAS 248 (nota 153)
NEGRO (rio) 76, 82, 88, 89, 93
NELSON 127, 140, 259
NÉRI, F., 197
NERY, Isidoro 131, 146
NETO (general) 197, 207, 279 (nota 166)
NEWCASTLE (duque) 167
NEWHARK 124
NIGER (brigue) 133, 135, 146
NITERÓI (fragata)
NITERÓI (visconde), vide SAIÃO LOBATO
NOGUEIRA DA GAMA, Manuel Jacinto (marquês de Baependi) 55 (nota 3)
NORTHCOTE, Staford (*sir*) 167
NORTON, Brinsley (lorde Grantley) 124
NORTON, Fletcher Carioca 122, 124
NORTON, Frederick de la Plata 124
NORTON, Indiana Isabel 124
NORTON, James 7, 9, 14, 16, 20, 104 (nota 70), 119, 121
NORTON, Maria Brasília 122, 124
NORTON, Marina 124
NORTON, Richard 124
NORTON, William Slayter 124
NOTTINGHAM 124

NOVA COIMBRA 222
NOVA FRIBURGO 253 (nota 158)
NOVA GRANADA 46, 61, (nota16)
NOVA ZELÂNDIA 137
NOVE DE JANEIRO (iate) 127, 132, 147
NUEVA VEINTE Y CINCO DE MAYO (corveta) 135
NOVO TEMPO 154, 171
NUEVE DE FEBRERO (escuna) 132
NUNES, Pedro Antonio 83
NUNO ALVARES 46

O

OBES, Manuel Herrera y, (doutor) 165, 211, 213, 214, 238
OCHO de FEBRERO (escuna) 132
O'CONNELL 167
OLINDA 125
OLINDA (bispo) 267
OLINDA (marquês), vide ARAUJO LIMA, Pedro
OLIVEIRA, Augusto de, 253 (nota 158)
OLIVEIRA BOTAS (capitão-de-Fragata) 131, 132, 134, 144
OLIVEIRA, Gonçalves de, 24
OLIVEIRA, J. J. Machado de, 56 (nota 4)
OLIVEIRA, João Alfredo Correia de, 253 (nota 158), 254
OLIVEIRA, Leocádio de, 141
OLIVEIRA, Leonardo de, (coronel) 102
OLIVEIRA, S. Machado 103 (nota 69), 111 (nota 81), 113 (nota 83), 114 (nota 83), 116 (nota 83)
OLIVENÇA 19
ONCE DE JUNIO (escuna) 131
ORIBE 156, 157, 158, 159, 160, 164
ORIBE, Ignácio (coronel) 102 e nota 67, 104 (nota 70)
ORIENTAL ARGENTINO (brigue) 142
ORTEGA Y GASSET 15
OSÓRIO (general e marquês do Herval) 14, 121, 206, 207, 226, 283

OSÓRIO, Francisco de Paula (tenente) 83 (nota 40), 141
ORTIZ 126, 139
OTAVIANO, Francisco 258
OTONI, Cristiano 285
OTONI, Teófilo 189, 192, 195, 232, 233 (nota 143), 258
OTÓRGUEZ 62
OURO PRETO 264

P

PAÇO, Jansen do, 253 (nota 158)
PAIKHANS (canhões) 207
PAIS DE ANDRADE, Manuel de Carvalho 50
PAIS BARRETO, F, S. 167, 192
PAIS DE MENDONÇA 253 (nota 158)
PAISSANDU ou PAYSANDÚ 57 (nota 8), 91, 95 (nota 57), 200, 201, 202, 203, 205, 207, 208, 217, 218, 221 e nota 136, 222, 227, 228, 233 (nota 143), 234, 241, 252
PALMAS (arroio) 107, 110 e nota 78, 111, 113 (nota 83), 127, 140
PALMELA (duque) 86 (nota 42), 87 (nota 42)
PALMERSTON (lorde) 167
PALOMEQUE 205, 238
PÃO DE AÇÚCAR 122
PAQUISTÃO 19
PARÁ 49, 50, 137, 153 (nota 91), 172, 264, 265, 267
PARAGUAI ou PARAGUAY 13, 14, 27, 121, 134, 158 e nota 94, 159, 166, 173, 174, 175, 179, 180, 181 e nota 103, 182, 183, 184 (nota 105), 188 (nota 109), 193, 194, 196, 197, 199, 200, 201, 202 e nota 108, 204, 205, (nota 122), 208, 212, (nota 127), 214, 215, 221, 222, 227, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 266, 267, 270 e nota 164, 272, 275, 280
PARAGUAI (rio) 173, 175, 180, 183, 194
PARANÁ, (marquês), vide CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto
PARANAGUÁ 167, 169, 233
PARANHOS, Agostinho da Silva 23, 151, 152

PARANHOS, Alfredo da Silva 283
PARANHOS, Antonio da Silva (capitão-mor) 151, 252
PARANHOS, João da Silva (coronel) 151
PARANHOS, José Maria da Silva (visconde do Rio Branco) 7, 9, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 37, 149, 151, 152 (nota 90 e 91), 153 (nota 91), 155, 156 (nota 92), 157 (nota 93), 161 (nota 96), 163 (nota 97), 168, 171, 172, 177, 178, 179, 180 (nota 102), 183, 184 (nota 106), 186, 187 e nota 108, 188 e nota 109, 190 e nota 110, 191 (nota 111), 193 (nota 112), 195, 202 (nota 118), 221 (nota 135), 244, 253 e nota 158, 254, 255 e nota 160, 256, 257 e nota 161, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 266, 267, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277 e nota 165, 278 e nota 165, 279 e nota 166, 280, 281, 282, 284, 286
PARANHOS, Josefa Emerenciana Barreiros23, 151
PARDO (rio) 57 (nota 8), 63 (nota 21), 64, 82, 100 (nota 62)
PARIS, 60 (nota 14), 126, 128, 129, 176, 177, 178 260 (nota 162)
PARKER, Guilherme 137, 141, 146
PASCUAL. A. D. 19, 95 (nota 59), 104 (nota 70), 109 (nota 74), 115 (nota 84), 116 (nota 87)
PASQUALI, Ernesto (doutor) 276
PASSO GERAL 163
PASSOS (doutor) 48
PATROCÍNIO, José do, 284
PAULA SOUSA 155
PAULA TOLEDO 253 (nota 158)
PEDRAS (passo) 110
PEDREIRA (visconde de Bom Retiro) 166, 172, 195 e nota 113, 253 (nota 158)
PEDRO I (dom) 20 ,81, 87 (nota 43), 99, 105, 133, 136
PEDRO II 24, 265
PEDROSO, Manuel dos Santos (major) 57 (nota 8)
PEEL, Robert 188, 258, 259
PEIXOTO, Afrânio 17
PELOTAS 56
PENA, Herculano Ferreira 195 (nota 113)
PEÑA, Luís José de la, 185

PENEDO (barão) 129
PENEL, Julien 260
PEPA (escuna) 142
PEPPERE 131
PERDIGÃO MALHEIRO 256, 257 (nota 161)
PEREIRA, Benjamin 257 (nota 161)
PEREIRA DA SILVA, (conselheiro) 60 (nota 15), 61 (nota 16), 66 (nota 24), 77 (nota 34), 83 (nota 40), 253 (nota 158), 256, 257 (nota 161)
PEREIRA FRANCO,184, 253 (nota 158)
PEREIRA, Jerônimo Sodré (Jr.) 184
PEREIRA PINTO, A. 180
PEREIRA REGO 284
PÉRE-LACHAISE 129
PERIBEBUÍ 252
PÉRICLES 17
PERNAMBUCO 24, 25, 46, 49, 125, 155, 169, 171, 229, 265, 268, 277
PETRÓPOLIS 14, 121
PERU 18
PHILLIPS (doutor) 145
PIAZZA, Luís (frei) 282
PIMENTA BUENO (marquês de São Vicente) 159, 232, 233, 242, 253
PINEDO, J, M. 142
PINHEIRO GUIMARÃES 14, 121
PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (visconde de São Leopoldo) 15, 95 (nota 59), 96
PINTO DE CAMPOS, 253 (nota 158), 257 (nota 161)
PINTO GUEDES, Rodrigo (barão do Rio da Prata) 126, 128, 129 ,130, 144
PINTO, J. J. 202
PINTO LIMA 253 (nota 158)
PINTO MOREIRA 256, 257
PINTÓR, G. Sioto 276
PIRAÍ GRANDE 200
PIRAJÁ 50
PIRAJÁ (barão) 184
PIRAJÁ (brigue) 135, 141, 142, 143, 144
PIRANGA (fragata) 125, 129, 130

PIRAPAMA 196 (nota 114)
PIRATINI 157
PIRES, Cipriano José (tenente) 90 (nota 50)
PLATÃO 262
POLIDORO (general) 192, 253 (nota 158)
PONSOMBY (lorde) 86
PONTA DE LARA 132, 142, 146
PONTAL PARAGUAIO 163
PONTES, Rodrigo 159
PORTELA 253 (nota 158)
PORTO ALEGRE 14, 57 (notas 8 e 9), 75 (nota 31), 78, 100 (nota 62), 107, 112 (nota 82), 121
PORTO SANTO (conde),86 (nota 42)
PORTUGAL 17, 18, 19 20, 46, 81, 86, 136
PORTSMOUTH 136
POSADAS 60
POVO NOVO 56, 57 (nota 9)
POZOS 127, 140, 141, 142, 144
PRADO, Antonio 253 (nota 158)
PRATA 87 e nota 43, 126, 156, 160, 193, 200, 234
PREGUELO (arroio) 85, 89
PRESTES (capitão) 66
PRIMEIRO DE DEZEMBRO (escuna) 131, 146
PRINCIPE IMPERIAL (brigue) 145
PROVIDÊNCIA (escuna) 131, 141
PRYTZ, João Carlos Pedro (capitão de Mar e Guerra) 129, 130, 136, 137
PURIFICACIÓN 61, 62
PUEYRREDÓN, Juan Martin (dom) 48, 49, 61

Q

QUARAÍ 55, 57 e nota 8, 58, 62, 70, 76, 89, 104 (nota 70), 169
QUEGUAÍ 82
QUEIRÓS, Eusébio de, 186, 244, 261
QUEIRÓS, Manuel de, 253 (nota 158)

QUESTÃO CHRISTIE 123
QUILMES 127, 128, 131, 140
QUINET, Edgard 60 (nota 14)

R

RABELO E SILVA, Tomás da Costa Correia (general) 57 (nota 7), 63 (nota 20)
RADMAKER 58
RAMÍREZ 77, 78
RAMIRO 184
RAPOSO 145
RAPOSO, José Joaquim (capitão-de-fragata) 153 (nota 91)
RASGADO 110 (nota 77)
RATTAZZI 276
READ, Thomas 131, 146
REBELO GAMA (capitão-tenente) 52
REBOUÇAS, André 253 (nota 158)
RECIFE 50, 125, 219, 220, 223
REFOJOS (capitão) 132,
RÊGO BARROS 167
REINO UNIDO 19, 81
REIS, João Gualberto Pereira dos Santos (professor) 153 (nota 91)
REPUBLICA (brigue) 126, 129, 130, 135 139, 142, 143, 144, 145
REPÚBLICA ORIENTAL 95 (nota 59), 110 (nota 74), 159, 160, 161, 162, 179, 185, 203, 205 (nota 122) 208, 212 (nota 127), 213, 214, 215, 238
REVISTA AMERICANA 7, 16, 21
REVISTA MENSAL DO INSTITUTO CIENTÍFICO 20
REVISTA POPULAR 7, 15
REVISTA TRIMESTRAL DO INSTITUTO HISTÓRICO 7, 15
GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO BRASIL 7, 16
REYES (coronel) 163
RIACHUELO 132, 134
RIBEIRO, Bento Manuel (coronel) 91, 92 e nota 51, 94 (nota 56), 95 e

nota 58, 96, 97, 99, 103, 104 (nota 70), 115 (nota 85)
RIBEIRO DE SOUSA 255
RINCÓN DAS GALINHAS 96
RINCÓN DE HAEDO, 76, 92, 94
RINCÓN DE MATA PERROS 91, 97
RIO (escuna) 135, 142, 145
RIO BONITO (barão) 283
RIO BRANCO (barão) 7, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 121, 122, 123, 124, 127, 135, 138, 141, 152 (nota 91), 153, (nota 91), 156 (nota 92), 163 (nota 97), 188 (nota 109), 244, 254, 257 e nota 161, 258, 260, 261, 267, 270 ,272, 274, 276, 277, 278 (nota 165), 282, 284
RIO CLARO 268
RIO COMPRIDO 223, 231
RIO DA PRATA (barão), vide PINTO GUEDES, Rodrigo
RIO DA PRATA (brigue) 135, 145
RIO DE CONTAS (barão) 184
RIO DE JANEIRO 19, 23, 24, 25, 27, 46, 47, 49 52, 55 (nota 3), 58 (nota 10), 60, 61 e nota 16, 73, 86 e nota 42, 94 (nota 56), 101 (nota 66), 122, 123, 125, 130, 136, 137, 138, 152, 153 (nota 91), 154, 155, 156, 160, 161, 162, 174, 179, 185, 194, 197, 198, 211, 229 e nota 141, 234 (nota 144), 252, 253, 254, 264, 266, 272, 273, 277 e nota 165, 285
RIO GRANDE 56, 57, (nota 9), 59, 61, 62, 67, 70, 75, 76 e nota 32, 81, 82, 83, 85, 93 e nota 55, 96, 97 e nota 61, 99, 100 (notas 62 e 63), 101 (nota 66), 102 e 67, 104 (nota 70), 108, 110 e nota 74, 111, 205 (nota 122), 209, 253 (nota 158), 265, 268
RIO GRANDE DO SUL 18, 19, 56, 81, 85, 157, 169, 198, 199 (nota 117), 204, 209, 222 (nota 137), 229, 234, 237, 238, 240, 264, 267, 268
RIO NEGRO 76, 82, 88, 89, 93
RIO PARDO 57 (nota 8), 63 (nota 21), 64, 82,100 (nota 62)
RIO VERMELHO (barão) 184
RIVAROLA, Milda 27
RIVERA, Fructuoso 62, 85, 88, 89, 90 e nota 49, 91, 92, 94 e nota 56, 95, 165

ROBERTS 131
ROCHA, Justiniano José da (doutor) 55
ROCHA, Severino da, 253 (nota 158)
RODRIGUES DE CASTRO153 (nota 91)
RODRIGUES, Joaquim 78
RODRIGUES, José Honório 13, 14, 15
RODRIGUES, Manuel Jorge (barão de Taquari) 87 (nota 44), 91, 104 (nota 69)
RODRIGUEZ, Adolfo 254
RODRIGUEZ, Roque Pérez 250
ROSALES, Leonardo 142
ROSÁRIO (passo) 75, 76, 77, 78, 79 e nota 39, 107, 112, 114 (nota 83)
ROSAS 156, 157, 158, 160, 180 (nota 102), 181 (nota 103)
RONDEAU (general) 60 (nota 12)
ROULLET, Gaston 122, 135
RUSSELL, John (lorde) 205 (nota 122)
RÚSSIA 19

S

SÁA, Juan 202
SAAVEDRA, Cornélio (dom) 48
SÁ E ALBUQUERQUE 190
SÁ, Gustavo A. de, 184
SAIÃO LOBATO (visconde de Niterói) 190, 229, 253 (nota 158), 254, 257 (nota 161)
SALADO 132, 135
SALDANHA DA GAMA 14, 121
SALDANHA MARINHO 189, 285
SALES 167, 186, 188, 244, 246, 253 (nota 158), 257 (nota 158), 257 (nota 161)
SALSOS 112, 113, 115 (nota 86)
SALTO 57 (nota 8), 97, 200, 201, 202, 227
SALVAÑAC 241
SAMPAIO, G. de, 267

SANTA ANA DO PARNAÍBA 268
SANTANA 86, 96, 97
SANTANA DO LIVRAMENTO 58, 79, 103, 108, 109 e nota 71, 110 e nota 76
SANTA CATARINA 47, 61, 100
SANTA CRUZ 118, 258
SANTA CRUZ (fortaleza) 122
SANTA FÉ 60
SANTA LUCIA 200, 203 e nota 120
SANTA MARIA (passo) 64, 79, 112
SANTA ROSA 115
SANTA TERESA (forte) 99, 102
SANTIAGO 129
SANTO ANTÔNIO 57, 125
SANTOS, Elisiário Antônio dos, 134
SANTOS, Gabriel José Rodrigues dos, 187 (nota 108)
SANTOS, Lúcio Álvares dos, 251 (nota 157)
SÃO BORJA 59, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 79, 92, 100 (nota 62), 209, 240
SÃO CARLOS 204, 222
SÃO CRISTOVÃO 61, 223, 242, 266, 277
SÃO FRANCISCO DE PAULA 285
SAO FRANCISCO XAVIER 284, 285
SAO GABRIEL 82, 99, 100, 107, 108, 111, 112, e nota 82, 113 (nota 83), 115 (nota 86), 206
SÃO JOÃO, (fortaleza) 267
SÃO LEOPOLDO 267
SÃO LEOPOLDO (visconde), vide José Feliciano Fernandes Pinheiro
SÃO LOURENÇO (barão) 161, 196, (nota 114), 233, 248, 257 (nota 161)
SÃO LUÍS 132
SÃO MIGUEL (pontal) 163
SÃO PAULO 20, 25, 55 (nota 2), 63 (nota 21), 66, 70, 118, 264
SÃO PEDRO 153, (nota 91), 265
SÃO PEDRO DO RIO GRANDE 56, 101 (nota 66)
SÃO SALVADOR 92 (nota 52)
SÃO TOMÁS 268
SÃO VICENTE (marquês), vide Pimenta Bueno

SAPUCAÍ 234, 246
SARAIVA (conselheiro) 167, 169, 185, 190, 198, 199 e nota 117, 212, 230, 259, 269, 273
SARANDÍ 91, 94, 95, 96, 97, 100, 129, 129, 130, 135, 136, 142, 144, 145
SARANDÍ-PIRES 97
SCHNEIDER 13, 203 (nota 119)
SÉ (freguesia da) 151 (nota 89)
SEIXAS, Domingos 184
SENA PEREIRA, E, de, 48 (nota 1), 76 (nota 32), 78, 94 (nota 56), 97, 127, 141
SENA PEREIRA, Jacinto Roque de, 60 (nota 15), 89, 126, 141
SEPETIBA, (visconde) 155
SERGIPE 189
SERINHAÉM 175
SERRA 111
SETE DE MARÇO (escuna) 83 (nota 40), 127, 141
SEVIGNÉ (madame) 21, 118
SÃO FRANCISCO (barão) 184
SICILY (brigue) 131, 132
SILVA, Calixto José (capitão) 132
SILVA, Evaristo Ladislau e, 184
SILVA, Firmino Rodrigues 229
SILVA, Francisco Manuel Barroso da, 134
SILVA, Lourenço Isidro de Siqueira e, 284
SILVA NUNES 253 (nota 158)
SILVA, Rodrigo 253 (nota 158)
SILVA Teodoro 253 (nota 158), 254
SILVEIRA DA MOTA 167, 186, 196 (nota 114), 232, 233 (nota 143), 257 (nota 161)
SILVEIRA LÔBO 230, 273
SILVEIRA MARTINS 273, 276, 277
SIMÕES LOPES 253 (nota 158)
SINCLAIR, John Gordon 52
SINIMBU (visconde) 189, 277
SISSON, S.A. 23, 37
SMITH (tenente-coronel), 124

SODRÉ, Nelson Werneck 20
SOLER, E, (general) 109 (nota 73)
SOSA, Jaime 266
SOTEL, Pantaleón 59, 63, 64, 65, 80
SOUSA DANTAS, M. P. de, 184 e nota 106
SOUSA FERREIRA 220 (nota 134), 229
SOUSA FRANCO 166, 188, 232, 243, 244, 246, 257 (nota 161), 273
SOUSA, José Francisco de, 134
SOUSA, Militão de, 253 (nota 158)
SOUSA, Paulino de (conselheiro) 248, 256
SOUSA, Paulino de (visconde do Uruguai) 157, 253 (nota 158), 257 (nota 161)
SOUSA RAMOS (visconde de Jaguari) 186, 190, 196 (nota 114)
SOUSA REIS 257 (nota 161)
SOUSEL (conde) 136
SOUTH PARADE 124
SOUZA, José Soares de, 18, 19, 40
STAEL, (madame) 259
STEEL, Roberto 141
STEPPLE, Romano 14, 121
STRAUSS, Lévy 28
SUÁREZ, Goyo 208, 241
SUBRÁ 14, 121
SUBRÁ, Vitor-Santiago 137
SUPISICH 131
SUSVIELA 205, 206, 238

T

TABACCHI, Odoardo 276
TAGLE, Gregório 48
TALIÃO 232
TALLEYRAND 166
TAMANDARÉ 14, 121, 198, 200, 202, 203 e nota 120, 205,206, 208, 209, 212 e nota 127, 213 (nota 127), 214, 216, 217, 218e nota

132, 219, 220, 221 (nota 136), 222, 223, 225, 242
TAQUAREMBÓ 75, 76, 80, 81
TAQUARI (barão), vide RODRIGUES, Manuel Jorge
TAQUES 190
TAVARES (capitão) 92 (nota 51), 167, 198, 230
TAVARES BASTOS 167, 180, 230
TAYLOR, James 128, 143
TAYLOR, João 49, 125, 137
TCHETCHÊNIA 19
TEIXEIRA, Joaquim José 284
TEIXEIRA JUNIOR 247, 257 (nota 161), 264
TEJEDOR, Carlos 254, 266, 275
TEJO 49
TEODORO 257 (nota 161)
THIERS 168
THOMPSON, G. 141
THORNTON 158 (nota 94), 198, 202 (nota 118)
TIJUCA 283
TIJUCO 45
TIMES 278 (nota 165)
TITARA 108 (nota 70)
TOLENTINO (conselheiro) 253 (nota 158)
TOLOSA 46
TONELERO 128, 160
TOROPASSO 104 (nota 70)
TORRES HOMEM, Francisco de Sales (Inhomirim) 167, 186, 188, 244, 246, 253 (nota 158), 257 (nota 161)
TORRES, Joaquim José Rodrigues (visconde de Itaboraí) 186, 192, 196 (nota 114), 244, 247, 248 e nota 154, 253 e nota 158, 257 e nota 161
TORIBIO, Pedro Gómez 104 (nota 70)
TOTA (coronel) 57
TRAFALGAR 259
TRATADO DA TRÍPLICE ALIANÇA 26
TRATADO DE MADRI 17, 18, 29
TRATADO de PARIS 177

TRATADO DE PAZ 17, 20
TRATADO SECRETO de ALIANCA DEFENSIVA 159
TRATADO de 1777 158
TRATADO de 1827 (24 de maio) 179 (nota 102)
TRATADO de 1850 (25 de dezembro) 173, 174
TRATADO de 1851 179 (nota 102)
TRATADO de 1852 (15 de maio) 161, 162, 163
TRATADO de 1856 (7 de março) 177, 178
TRATADO de 1856 (30 de março) 179, 180, 182, 183, 1,
TRATADO de 1856 (6 de abril) 173, 174, 175, 180, 182, 183
TRATADO de 1856 (14 de dezembro) 179
TRATADO de 1857 (15 de setembro) 171
TRATADO de 1858 (12 de fevereiro) 181
TRATADO de 1859 (2 de janeiro) 186
TREINTA de JULIO (escuna) 131
TRENT 124
TRÊS BOCAS 223
TRÊS CRUZES 62
TUCÍDIDES 17
TUCUMAN 48
TURIM 276

U

UNIÃO ou UNION (escuna) 132, 133, 134, 135, 146, 151
URQUIZA (general) 159, 160, 181, 186, 221 (nota 136)
URUGUAI 19, 20, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 72 (nota 30), 75, 78, 80, 89, 93, 97, 100, 103, 104 e nota 70, 126, 135, 138, e nota 94, 159, 161, 162, 163 (nota 97), 179, 197, 208, 220 (nota 134), 225, 228
URUGUAIANA 188, 209, 216, 221 (nota 134), 225, 268

V

VACHERON 122
VARELA, Mariano 250, 252
VARGAS (coronel) 205
VARGAS, Getúlio 26
VARNHAGEN 77 (nota 34)
VASCONCELLOS, J. J. dos Reis e, 87 (nota 42)
VASQUES, Santiago (dom) 49
VASQUEZ, John 19
VEDIA, Nicolás (coronel) 48, 60 (nota 12), 252
VEINTE Y CINCO DE MAYO 51, 126, 127, 128, 133, 139 ,142, 143, 144
VEINTE Y NUEVE DE DICIEMBRE (escuna) 131
VELHO, Diogo 248 (nota 153), 253 (nota 158)
VELOSO, Leão 184
VERONA 231
VIANA DE LIMA (barão de Jauru) 200
VICTOR HUGO 168
VIDAL 227
VIEGAS 57 (nota 9)
VIEIRA DA SILVA 253 (nota 158), 257 (nota 161)
VILA DA BARRA (barão) 257 (nota 161)
VILA DE MELO 200
VILLA DEL SALTO 200
VILLALBA 210
VILLARS 201
VILLA, Tomasso 276
VILLENEUVE 253 (nota 158)
VILLENEUVE, Junius 138
VINTE E NOVE DE AGOSTO (brigue) 128, 130, 132, 141, 142, 143, 144
VIRIATOS 46
VISCOCHO 92
VITAL (dom) 24
VITORIA DA COLONIA (canhoneira) 146
VOLUNTÁRIOS REAIS DE ENTRE RIOS 73

W

WANDENKOLK, E., 145
WARRINGTON GARDENS 124
WASHBURN 166
WATERLOO 123, 124, 137, 138
WEBB (general) 248
WESTMINSTER 259
WIGHT 146
WILBERFORCE 259
WILLIAMS, John 147
WILSON 144, 145
WISNER 249

X

XAVIER FERREIRA 96 (nota 60)

Z

ZIPITRIA 241

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

VIII

ESTUDOS HISTÓRICOS

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
VIII

ESTUDOS HISTÓRICOS

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

VIII

Estudos Históricos

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ventura Ferreira
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco VIII : estudos históricos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
230 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-359-5

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da
Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Reuniram-se neste volume quatro trabalhos históricos escritos pelo Barão do Rio Branco. O primeiro, *Episódios da Guerra do Prata*, foi publicado na Revista Mensal do Instituto Científico, órgão da Faculdade de Direito de São Paulo (2ª série, junho de 1864, ano II, nº 5, e 3ª série, agosto de 1864, ano III, nº 1). À margem do exemplar que se conserva na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro anotou o Barão do Rio Branco: "Tudo isso foi escrito quando eu era um menino, em 1864, isto é, um rapaz de 19 anos. Depois tive ocasião de reunir muitos outros documentos e informações." E adiante: "J. M. da Silva Paranhos, estudante do terceiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo." *O Esboço da História do Brasil* constitui o capítulo V, p. 105 a 188, da obra *Le Brésil en 1889* (Paris, Librairie Charles Delagrave, 1889), organizada por F. J. de Santana Nery com a colaboração de outros escritores brasileiros e publicada sobre os auspícios do Sindicato do Comitê Franco-Brasileiro para a Exposição Universal de Paris. Aproveitaram-se todas as emendas feitas pelo Barão do Rio Branco no exemplar dedicado a Joaquim Nabuco, hoje pertencente à Biblioteca do Itamaraty. O texto publicado nesta edição foi traduzido pelo embaixador Sérgio F. G. Bath, e originalmente publicado pela FUNAG/IPRI em 1992. O terceiro, *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*, saiu pela primeira vez nos "A Pedidos" do *Jornal do Commercio* de 12 de maio de 1906 sob o pseudônimo de J. Penn. Os originais encontram-se no Arquivo Histórico do Itamaraty. *Os Apontamentos para a História Militar do Brasil*, anteriormente publicados na Revista Americana (ano VI, outubro e novembro de 1916,nºs 1 e 2), foram aqui reproduzidos conforme o texto original que se encontra no Arquivo Histórico do Itamaraty. O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.

Sumário

Introdução – Rio Branco: o homem, o diplomata, o historiador, 11
Embaixador Sérgio F. G. Bath

Episódios da Guerra do Prata, 21

Esboço da História do Brasil, 37

O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo, 125

Apontamentos para a História Militar do Brasil, 143

Índice Onomástico e Toponímico, 183

Rio Branco: o homem, o diplomata, o historiador

Embaixador Sérgio F. G. Bath

As duas biografias clássicas de Rio Branco são as de Álvaro Lins e de Luis Viana Filho. Trabalhos competentes, mas que não aprofundam alguns aspectos da sua vida pública, como a quase candidatura à Presidência da República, em 1909, na sucessão de Afonso Pena, ou as relações com Rui Barbosa, que o embaixador Carlos Henrique Cardim esclareceu em *A raiz das coisas* (Civilização Brasileira, 2007). Somos atraídos por alguns aspectos do homem Juca Paranhos – José Maria da Silva Paranhos Júnior –, como seu relacionamento com Marie Stevens, esposa de toda a vida, artista do Alcazar com quem se casou e que lhe deu cinco filhos.

Quando nos aproximamos de uma grande figura, somos tomados por vezes de um certo desapontamento. Afinal, as grandes personalidades da história são homens e mulheres, seres humanos como nós, e para não ver certos aspectos menos atraentes da sua personalidade é preciso tomar distância. Sua grandeza está quase sempre tingida de fraquezas, que às vezes parecem relacionar-se com o que, para o comum dos mortais, seriam defeitos graves de caráter. Não é o que acontece com José Maria da Silva Paranhos. Ele nos inspira respeito mas também simpatia, pelo desprendimento, pela clareza de propósitos, pela dedicação a uma causa, à qual serviu com lealdade. A respeito do nosso barão, podemos falar de patriotismo autêntico. Sua malícia, suas astúcias são instrumentais: meios

para alcançar objetivos legítimos e honrados, no mundo da política interna e internacional, que exige antes de mais nada uma conduta realista. E Rio Branco era um realista que trabalhava por ideais.

Por outro lado, sua vida sugere um grande desígnio, que misteriosamente o guiasse: outro ponto de empatia do leitor dessa biografia com o homem estudado. Quando refletimos sobre o passado, temos às vezes a sensação de um enredo que se desdobra logicamente, com causas e consequências inesperadas, em que o arbítrio da vontade é ilusório e as circunstâncias desempenham um papel certeiro, que só tardiamente cremos reconhecer. No caso de Rio Branco, essa tessitura é notável.

Neste início do século XXI, ainda podemos sentir a presença de Rio Branco na história diplomática do país. E não apenas porque o Itamaraty é conhecido como a Casa de Rio Branco, e os diplomatas são formados pela escola que tem o seu nome. A influência do barão no nosso passado diplomático, e portanto sua participação no nosso presente, devem-se a dois fatores fundamentais:

i) a consolidação das nossas fronteiras, de que foi o grande autor;
ii) o prestígio que a sua pessoa e sua atividade profissional trouxeram à diplomacia brasileira, resultando na "carta branca" concedida durante algumas décadas ao Itamaraty.

Rio Branco nasceu em 20 de abril de 1845 em família tradicional da aristocracia intelectual e política, mas sem riqueza, e faleceu em 10 de fevereiro de 1912, no seu gabinete de trabalho do Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro. Ao longo de toda uma década foi, chanceler de quatro presidentes: Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1912).

Seu pai e homônimo, José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, teve um papel de grande importância na política e na diplomacia do Império, havendo por quatro vezes dirigido o Itamaraty. Foi quem despertou no filho o interesse pela coisa pública, e o iniciou no trabalho diplomático, levando-o como secretário numa missão diplomática no Prata (1870).

O jovem Rio Branco formou-se em Direito, tendo estudado em São Paulo e concluído o curso na Faculdade de Direito de Recife, em

1866. Cedo revelou interesse pelo estudo da história, que desabrocharia plenamente na maturidade.

Depois de formado, tentou sem êxito algumas profissões: professor, jornalista, advogado. Graças à influência do pai, foi deputado em duas legislaturas. Membro do Instituto Histórico, conheceu de perto o imperador Pedro II, que devia ter dúvidas sobre o caráter daquele jovem, reputado pela imagem, bastante exagerada, de tendência à boemia.

Em 1876, durante uma ausência do imperador, que viajara à Europa, foi nomeado pela regente, princesa Isabel, cônsul-geral em Liverpool. Na época, uma posição importante, pois essa cidade, um dos maiores portos europeus, era o principal vínculo do nosso comércio com a Europa. Liverpool recebia o café, principal produto exportado, e ali embarcavam as manufaturas importadas de vários países europeus.

Subordinados ao Consulado-Geral havia vários vice-consulados. O movimento da repartição era intenso, pois na época a burocracia consular era mais ampla, abrangendo a legalização de faturas e da documentação dos navios. Com o advento da República, foi incumbido de superintender o controle da emigração para o Brasil.

Para livrar a família do clima cinzento e triste daquela região da Inglaterra, Rio Branco instalou a família em Paris, distante 14 horas do posto, em viagem de trem e *ferry*. No livro que escreveu em 1970 sobre Rio Branco em Liverpool (*Rio Branco em Liverpool,1876-1896)*, edição do Ministério das Relações Exteriores, o conselheiro Flávio Mendes de Oliveira Castro dissipa a impressão de que ele passaria pouco tempo na sua repartição. Na verdade, Rio Branco nunca permanecia muito tempo fora do posto e mesmo quando estava em Paris com a família trabalhava sem cessar, preparando relatórios e examinando documentos, de forma desordenada mas intensa, como era do seu estilo.

No entanto, na Inglaterra e na França, Rio Branco pesquisava incansavelmente arquivos e antiquários, adquirindo livros e mapas sobre a formação do Brasil. Aos poucos, formou uma excelente biblioteca especializada, à qual recorreria para compreender a formação das nossas fronteiras.

Em 1893, recebeu convite para atuar como advogado do Brasil na arbitragem da questão de Palmas, com a Argentina, submetida ao presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos. A oportunidade desse convite inesperado ilustra dois conceitos de Maquiavel, combinando

perfeitamente a *virtù* com a fortuna. O súbito falecimento do diplomata incumbido originalmente daquela missão, o barão Aguiar de Andrada (que havia negociado a questão com os argentinos em 1876 e 1877), obrigou o Itamaraty a encontrar às pressas um substituto à altura, e o nome de Rio Branco foi lembrado como estudioso da história das fronteiras.

Nomeado, Rio Branco viajou diretamente para os Estados Unidos. Apresentou-se em Washington às autoridades americanas, mas preferiu basear-se em Nova York, onde preparou o memorial brasileiro, que hoje podemos apreciar nas suas *Obras*: uma apresentação exaustiva das razões do Brasil, que nos garantiu a decisão favorável por parte do presidente Cleveland.

O advogado argentino era Estanislau Zeballos, que na capital americana desenvolveu intensa atividade social e política. A vida de Zeballos mostra um estranho entrelaçamento com a de Rio Branco. Por coincidência, ele também tinha sido escolhido para a mesma missão em função do falecimento do advogado titular da Argentina, Nicolás Calvo.

Vale lembrar três momentos importantes desse estranho relacionamento, três encontros dramáticos. O primeiro, em 1875, quando Rio Branco tinha 30 anos, e Zeballos, apenas 21. Os dois escreviam para jornais: um no Rio de Janeiro (*A Nação*), o outro em Buenos Aires (*El Nacional*). Ora, o ministro argentino no Rio, Carlos Tejedor, deixara seu posto sem se despedir do imperador, o que provocou críticas. Conciliador, Rio Branco publicou um artigo explicando que não tinha havido uma ofensa ao governo brasileiro, mas apenas uma *gaucherie* – um gesto canhestro, desajeitado – por parte de Tejedor. Zeballos não entende a palavra usada por Rio Branco e a confunde com o espanhol *gaucheria*, isto é, "gauchada", usada depreciativamente. Publica um artigo irritado, o que levou Rio Branco, dias depois, a recomendar-lhe o aprendizado da língua francesa para evitar equívocos como aquele.

O segundo encontro foi o de Washington, quando Zeballos procurou insinuar-se simpaticamente na sociedade local, visitando congressistas, funcionários importantes, jornalistas. Já Rio Branco, percebendo que entre Brasil e Argentina, dois países importantes, o laudo norte-americano não poderia deixar de premiar a argumentação mais sólida, refugia-se em Nova York, onde prepara e fiscaliza a impressão da sua magistral *Memória*. É fácil imaginar a decepção de Zeballos com o resultado favorável ao Brasil.

O terceiro encontro aconteceu mais tarde, em 1908, quando Rio Branco era chanceler, e Zeballos deixava a direção da Chancelaria argentina. Trata-se do caso do famoso telegrama cifrado nº 9, enviado pelo Itamaraty à legação do Brasil em Santiago. Zeballos, que desconfiava da aproximação entre o Brasil e o Chile, alegava que esse telegrama continha intrigas contra o seu país. A resposta de Rio Branco foi divulgar pela imprensa a cifra utilizada pela Chancelaria brasileira (inutilizando-a, portanto) e a decifração correta, que revelou o sentido da mensagem e provou ter havido uma alteração do texto autêntico.

A vitória de Rio Branco no arbitramento de Palmas deu-lhe fama imediata, tendo sido designado para resolver outra importante questão de limites, a do Amapá, área disputada pela França. O árbitro foi o Conselho Federal Suíço – o Poder Executivo daquele país. Em dois artigos publicados na revista da *Associação dos Diplomatas Brasileiros* (21 e 22, ano III) o embaixador Affonso José Santos conta as atividades do barão em Berna.

Esta segunda vitória de Rio Branco aumentou ainda mais o seu prestígio e popularidade. Foi transferido de Liverpool para Berlim, como ministro na Alemanha, mas não tardaria a voltar para o Brasil a fim de assumir a chefia do Itamaraty, convidado pelo presidente Rodrigues Alves.

Como chanceler, cargo que aceitou com relutância, pois preferia continuar vivendo com a família fora do Brasil, Rio Branco conduziu a negociação e a solução de outras questões de limites: a do Acre, com a Bolívia, mediante o Tratado de Petrópolis de 1903; a da Guiana, com a Grã-Bretanha, arbitrada pelo rei da Itália, na qual Joaquim Nabuco foi nosso advogado, obtendo vitória apenas parcial para o Brasil; com o Uruguai, onde percebeu a importância de agir com equidade e foi aclamado.

Como responsável pela diplomacia brasileira, Rio Branco investiu na reforma e expansão do Itamaraty e, para isso, mobilizou seu prestígio pessoal. Servia-se também da imprensa e recorria aos jornais quando precisava difundir uma ideia de forma não oficial.

Hoje, quase todos os nossos vizinhos têm disputas fronteiriças; com limites muito mais extensos, tocando 10 países, o Brasil goza de uma situação tranquila. A dúvida que havia sobre uma pequena área da fronteira com o Paraguai foi literalmente "submergida" pelo lago artificial

da represa de Itaipu. Com suas atividades, fazendeiros e garimpeiros às vezes ultrapassam as fronteiras, mas isso nunca obstrui o reconhecimento e a aceitação dos marcos fronteiriços.

Outra contribuição de Rio Branco, que citei inicialmente, foi a transferência para a diplomacia brasileira do enorme prestígio pessoal desse herói nacional unânime, na primeira década do século XX. Seu nome tornou-se caro não só às elites intelectuais e políticas, mas também aos habitantes das grandes cidades, especialmente no Rio de Janeiro, onde era saudado por onde passava. Escrevendo sobre sua visita ao Brasil Clemenceau diria: "*Le Baron – c'est ainsi qu'on le designe – jouit d'une autorité souveraine en matière de politique extérieure.*"*

Nas palavras de Álvaro Lins, a posição de Rio Branco no sentimento popular era, sobretudo, "(...) o espetáculo de identificação de um povo com um homem... uma corrente misteriosa de ligação". Com Rio Branco, os brasileiros exprimiam "o anseio de vitória, de expansão, de glória de um povo jovem. E o barão revelou toda a medida da consciência desse papel histórico quando se despersonalizou na sua obra, quando renunciou à vida pessoal ou de partido para se integrar de todo na vida nacional até se confundir com ela."

Dois descendentes do barão integraram a diplomacia brasileira, tendo chegado à classe de embaixador: Miguel Paulo José da Silva Paranhos do Rio Branco, nascido em 1917, e João Paulo da Silva Paranhos do Rio Branco, em 1922, ambos já falecidos. Vale lembrar que o primeiro é o pai do artista plástico, fotógrafo e cineasta Miguel Rio Branco. Por último, um dos filhos do barão – Paulo (1876-1927) – que viveu e morreu na França atuou como médico no *front* da Primeira Guerra Mundial e notabilizou-se nesse país como jogador de *rugby*.

O Esboço da História do Brasil e a Exposição Universal de Paris, de 1890

As Exposições Universais ganharam ímpeto com a famosa Grande Exposição do Palácio de Cristal, realizada no Hyde Park, em Londres, em 1851 – há 160 anos. Desde 1928, com base em uma convenção internacional, a Oficina Internacional de Exposições passou a credenciar

* "O barão – é como o designam – goza de autoridade soberana em matéria de política exterior".

esses importantes eventos, o último deles realizado em Xangai, na China, em 2010. Estão previstos os de Yeosu, na Coréia do Sul, em 2012, e de Milão, na Itália, em 2015.

A Exposição Universal de Paris, de 1889, foi um grande êxito de público, financeiro e de organização, tendo recebido mais de 30 milhões de visitantes, entre maio e outubro, e produzido lucro de 20% sobre o capital investido. Ocupava uma área de quase 1 km^2, no centro da cidade, e entre suas atrações mais importantes estava a torre Eiffel, inaugurada naquela ocasião. Havia também a chamada *Galerie des Machines*, testemunha do progresso tecnológico, e a exibição do diamante Jacob, um dos maiores do mundo.

A exposição pretendia comemorar o centenário da Revolução Francesa (o povo parisiense invadiu a bastilha em 14 de julho de 1789), e não deve ser confundida com a Exposição Universal de 1900, que entre abril e novembro daquele ano saudou o fim do século XIX e comemorou com grande otimismo a próxima chegada do século XX.

Preparar uma informação geral sobre o Brasil, a propósito da Exposição Universal, era uma ideia oportuna, que gerou *Le Brésil en 1889*. Apaixonado pelo seu país – paixão que a longa vivência no exterior só fez aumentar (*ubique patria memor* – "em toda parte a lembrança da pátria") –, conhecedor da nossa história, Rio Branco procurou resumi-la em 128 páginas no quinto capítulo desse livro comemorativo.

Embora se tenha norteado pela síntese necessária, de certo modo foi traído pelo seu profundo conhecimento do assunto. Nas numerosas notas e até mesmo no texto principal, somos surpreendidos por minúcias. Por exemplo, quando registra que o segundo desembarque holandês em Recife e Olinda foi feito com 61 navios e 7.300 homens. Ou quando mostra que em 1834, no debate parlamentar sobre a autonomia das províncias, constituiu-se uma maioria conservadora de 62 votos contra 25, citando alguns dos deputados envolvidos.

São informações que excedem o âmbito de uma mera *esquisse* (um esboço ou resumo), mas que o autor fez questão de utilizar, dada a abrangência dos dados que tinha reunido sobre o assunto.

Note-se também que, em 1889, ano da proclamação da república, esse monarquista de coração registra o importante papel desempenhado por Pedro II, sem entrar nos méritos ou defeitos da organização política

do país. Como também não exalta a participação do pai, que foi tão importante na vida política do Império.

Terá sido Rio Branco um grande historiador? Ao lado da sua clara tendência para a micro-história, do gosto pelo detalhe, talvez lhe faltasse a vocação para extrair dos acontecimentos o sentido histórico mais amplo. Por isso, ao prefaciar uma edição deste mesmo texto, *Estudos Históricos,* em 1992, Celso Lafer preferiu responder a esta pergunta dizendo apenas que Rio Branco foi "um grande conhecedor da História do Brasil, que não escreveu a obra que poderia ter escrito".

O interesse pela história transformou Rio Branco de funcionário consular e colecionador de livros e documentos antigos em negociador diplomático e, dado os seus êxitos iniciais, em chanceler e herói nacional. Sua biografia mostra o longo preparo para a defesa das nossas fronteiras, como se houvesse uma relação necessária entre a experiência premonitória do jornalista e bibliófilo e o seu emprego na luta exitosa pela consolidação das fronteiras.

Morto o barão, em 1912, Oliveira Lima, que não costumava elogiá-lo, reconheceu em um artigo que Rio Branco iniciou como erudito e pôde concluir como chanceler sua grande obra, a fixação das fronteiras da pátria. Legado inestimável que deixou para os brasileiros das gerações seguintes.

A Guerra do Prata, o Monroísmo e a História Militar do Brasil

I

Dos três outros ensaios reunidos neste volume, *Episódios da Guerra do Prata* relata acontecimentos de 1826 – brevemente, em poucas páginas, mas com o detalhismo característico do estilo de Rio Branco. São dois fragmentos, um sobre as primeiras hostilidades navais, o segundo, intitulado "Defesa da Praça da Colônia em 1826", sobre a defesa inicial da nossa Província Cisplatina pelas tropas e navios do Brasil. Nenhum deles focaliza as razões históricas do conflito, ou procura historiar a guerra, que se estenderia por mais de dois anos.

No entanto, o parágrafo inicial do documento registra a importância do conflito: "Um dos sucessos mais notáveis do primeiro reinado foi,

indubitavelmente, a guerra que com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata tivemos de sustentar."

Essa guerra com o que viria a ser a Argentina foi uma herança da disputa tradicional entre Portugal e Espanha pelo acesso ao rio da Prata e à região circunvizinha. Na verdade, o tempo mostraria que a vocação brasileira era limitar sua expansão meridional ao Rio Grande do Sul, que sempre quisemos nosso, enquanto a da argentina era manter o controle sobre o ingresso no rio da Prata. Iniciada em 1826, a guerra terminou em 1828 com mediação inglesa e francesa. Seu resultado mais importante foi a criação da República Oriental do Uruguai, país pequeno, de cultura hispânica, que sinalizaria o limite geográfico para a presença brasileira, criando uma cortina de neutralidade entre o Império e o Estado em formação pelos republicanos argentinos.

II

Na sua época, o Brasil – Estado que descendia de Portugal – tendia a atribuir mais importância à Europa (em especial Inglaterra e França) do que aos Estados Unidos; mas, ao assumir a Chancelaria, Rio Branco sabia que a bússola do poder econômico e político mundial apontava agora para Nova York e Washington. É notável que, tendo residido mais de 20 anos na Europa, onde criou os filhos, e sendo preferentemente francófono, ele tenha percebido tão claramente essa mudança. Passou assim, realisticamente, a privilegiar as relações com os Estados Unidos, país para o qual designaria mais tarde nosso primeiro embaixador (era habitual manter um ministro plenipotenciário nas capitais importantes).

Seu ensaio sobre o Monroísmo começa criticando os que não entendiam "as manifestações de recíproco apreço e amizade" entre os dois países. Recua, assim, a José Bonifácio, na época de dom Pedro I como regente, para caracterizar a expectativa governamental do bom relacionamento com os Estados Unidos. Retifica a informação de que o governo de Washington teria tardado a reconhecer a Independência brasileira, veiculada pelo antirrepublicano Eduardo Prado (1860-1901), autor de *A Ilusão Americana* (1893), que prefere não citar nominalmente, talvez porque tinha sido colega na autoria de *Le Brésil en 1889*, redator de dois capítulos do livro.

Em seguida, mostra a aparente compatibilidade entre a doutrina anunciada pelo presidente James Monroe em dezembro de 1823, e as instruções enviadas ao primeiro encarregado de negócios brasileiro em Washington, em janeiro de 1824, que mencionam uma possível "liga ofensiva e defensiva (...) como parte do continente americano", baseada "no princípio geral da conveniência mútua". Em 1825, lembra Rio Branco, o governo imperial insistia na ideia de um "Tratado de Aliança Defensiva ou Ofensiva, no caso de ataque", visando, naturalmente, conter a reação das monarquias europeias contra a Independência brasileira.

Rio Branco conclui o ensaio, inspirado claramente na sua vitoriosa experiência de advogado do Brasil junto ao governo de Washington, na questão da arbitragem do território de Palmas, lembrando que as várias tentativas de intriga contra os interesses brasileiros, levadas ao governo norte-americano, "encontraram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores".

III

Em muitas oportunidades, Rio Branco revelou interesse pelos temas militares, e sua grande familiaridade com esses assuntos. Os *Apontamentos para a História Militar do Brasil* são um rascunho, dividido em duas partes: *Primeiras lutas no Brasil* e *Guerras Cisplatinas*. Na margem da primeira, anotou: "São apontamentos para servirem à redação. Devo resumir muito tudo isto, pois há muita coisa que nenhuma relação tem com o assunto." E na segunda: "Tudo isto tem de ser modificado à vista dos novos documentos que encontrei em Paris (correspondência inédita de dom Diogo de Sousa)." Com efeito, o texto está longe da redação definitiva, que nunca foi feita, e o amor ao detalhe volta a imperar, com registros minuciosos.

O conjunto compreende 37 páginas, ao pé das quais podemos contar 96 notas, numeradas sucessivamente. O leitor que não tenha especial interesse pelo tema não as lerá com prazer, mas o pesquisador vai encontrar ali um tesouro de minúcias, contribuições para uma extensa História Militar do Brasil, cobrindo toda a história do país, da descoberta à Independência.

EPISÓDIOS DA GUERRA DO PRATA

(APONTAMENTOS HISTÓRICOS)
(1825-1828)

Um dos sucessos mais notáveis do primeiro reinado foi, indubitavelmente, a guerra que com a República das Províncias Unidas do Rio da Prata tivemos de sustentar.

A derrota dos imperiais em Sarandi fez com que o governo argentino, que às escâncaras protegia a insurreição da Cisplatina, deixasse cair a máscara, enviando ao nosso ministro de Estrangeiros a nota de 4 de novembro de 1825, em que declarava que o Congresso reconhecia esse território incorporado de fato à República e que *os exércitos desta iam expulsar das praças de Montevidéu e da Colônia do Sacramento as tropas brasileiras.*

O governo imperial cumpriu o seu dever levantando a luva e aceitando a guerra. Não podia deixar de assim proceder, sem embargo da opinião em contrário dos oposicionistas de então, que combatiam sistematicamente a administração e que nem em questões dessa ordem, nas quais devem se calar as paixões políticas, quiseram agrupar-se em torno do governo.[1]

---

[1] Ver *O Diário da Câmara dos Deputados*, primeira e segunda sessões da primeira legislatura. Ainda hoje não amorteceram os ódios políticos; ainda se acusa a dom Pedro I por ter sustentado os brios da nação, não consentindo que as agressões do governo de Buenos Aires ficassem impunes. Queriam esses patriotas que o Brasil se humilhasse diante da ameaça feita pelos nossos vizinhos na sua nota de 4 de novembro!

Cheia de sucessos importantes, essa luta não tem merecido dos homens que se aplicam ao estudo da história pátria, a mínima atenção – e as peripécias desse drama de três anos jazem ainda ocultas e ignoradas. Até hoje nenhum brasileiro se deu ao trabalho de relatar com minuciosidade todos os fatos que se deram nessa época nos campos do Sul e nas águas do Prata; ao passo que os nossos vizinhos têm lido com avidez e interesse um sem-número de escritos, em que se desfigura inteiramente a verdade histórica, e faz-se acreditar que as nossas forças se cobriram de ignomínia, e que os soldados da República só colheram louros. "Herdeira da fanfarronice espanhola", diz E. de Monglave,[2] "a República Argentina se deleitou constantemente em exagerar seus triunfos. O que é certo é que, mais de uma vez, o *Te Deum* foi cantado nos dois exércitos americanos."

Alguns trabalhos parciais têm aparecido entre nós, é certo; mas, se eles lançaram luz sobre alguns pontos dessa guerra, o seu aparecimento só serviu para mostrar-nos ainda mais a necessidade de escritos mais completos, que abrangessem toda a guerra.

Não vamos, nem temos a pretensão de escrever uma história: além de não caber nos estreitos limites de um artigo, apresenta-se, ainda mesmo resumidamente, uma narrativa desses sucessos – não nos sobram, para uma tarefa dessa ordem, nem tempo, nem forças. Queremos, apenas, coordenando os nossos apontamentos, descrever os mais importantes entre esses sucessos e tornar conhecidas algumas das mais belas páginas de nossa história; queremos tão somente retificar alguns fatos, tão adulterados pelos articulistas e escrevinhadores do rio da Prata. Talvez algum dia, com mais vagar e mais cuidado, daremos a lume uma história circunstanciada da guerra de 1825 a 1826, trabalho que, se tiver algum merecimento, será em função apenas da importância do assunto.

Primeiras Operações Navais do Prata – Combate Naval de Corales a 9 de fevereiro de 1826. Declarada a guerra, viu-se o governo argentino em circunstâncias bem críticas e difíceis. A esquadra imperial ameaçava de grandes danos, com o bloqueio dos portos da República, o seu comércio, e o governo não tinham forças navais suficientes para fazer frente a ela e para impedir isso.

[2] *Correspondance de D. Pedro I,* etc. Paris, 1827.

Todos os reforços de que podia dispor empregou-os o presidente Bernardino Rivadavia em aumentar a esquadrilha republicana. Faltam-lhe navios, comprou-os à marinha mercante e armou-os em guerra;[3] não tinha marinheiros, mas tripulou repetidamente essas embarcações com estrangeiros afeitos à vida do mar e deu-lhes por chefes hábeis oficiais ingleses. Para comandar a esquadra, foi nomeado o bravo e audaz coronel-mayor[4] Guilherme Brown, que já se havia coberto de louros na guerra da independência com a Espanha.

Logo que em Montevidéu chegou a notícia do rompimento da paz entre o Império e a República de Buenos Aires, o vice-almirante Rodrigo José Ferreira Lôbo, comandante em chefe da esquadra imperial, seguindo as instruções que recebera da corte, publicou o seu *Manifesto*, declarando em estado de bloqueio todos os portos do rio da Prata que pertencessem ao inimigo, ou que estivessem em seu poder.[5]

Um dos primeiros cuidados de Lôbo, de acordo com o tenente-general Maggessi, barão de Vila Bela, foi o de fortificar a ilha de Martín García. Situado na confluência do Uruguai e do Paraná, esse penhasco deserto domina pela sua posição a entrada de ambos. Nas águas do primeiro

---

[3] Assim, em janeiro, foram armados os navios mercantes *Upton*, *Mohawk* e *Grace Ann*, que tomaram os nomes de *República*, *Congresso* e *Sarandi*. O Comércio de Lima, de 350 toneladas, tomou o nome de 25 de Mayo. Ao Chile foi enviado o coronel Ventura Vásquez, para aí comprar navios de alto bordo. Esse infeliz oficial voltava já de sua comissão com a fragata Buenos Aires e as corvetas *Montevideo* e *Chacabuco*, quando um temporal o apanhou na altura do cabo de Horn; o último desses navios chegou ao rio Negro muito avariado, porém, dos dois primeiros nunca mais se houve notícia (ver *Apuntes biográficos del coronel D. V. Vásquez, por su hermano Santiago V*). No exemplar de sua propriedade, existente no Arquivo Histórico do Itamaraty, anotou o Barão do Rio Branco posteriormente: "Não há tal. A *Montevideo* arribou ao Chile tão estragada que apenas se pôde aproveitar a artilharia, as madeiras etc."

[4] Posto equivalente ao de chefe de divisão na nossa Armada.

[5] Este Manifesto foi publicado a 21 de dezembro; nele, se concedia o prazo de duas semanas para a saída dos navios mercantes neutros, findo o qual deveriam sair em lastro e ficariam sujeitos ao registro da esquadra. Por uma ordem posterior, estendeu-se esse prazo até o dia 13 de fevereiro, em atenção às reclamações dos consulados estrangeiros. A esta nota fez, posteriormente, o Barão do Rio Branco o seguinte acréscimo, de próprio punho: "Bloqueio. O ofício do ministro da Marinha de 17 de dezembro de 1825 determinou o modo por que devia proceder o almirante para com os navios neutros. No passaporte de cada um tem (de) mandar pôr nas costas a nota seguinte: 'Esta embarcação foi registrada pela embarcação tal da esquadra que fez o bloqueio de Buenos Aires, e foi advertida que não deve entrar em porto algum daquela República; e, se depois deste for encontrada pretendendo entrar em qualquer dos portos acima ditos, será aprisionada. Data e assinatura do comandante.'"

deles, tínhamos uma flotilha, ao mando do capitão de fragata Jacinto Roque de Sena Pereira,[6] destinada a interceptar as comunicações entre a Cisplatina e a província argentina de Entre Rios. A posse de Martín García era, pois, indispensável para que esses navios não ficassem separados do grosso das nossas forças navais, caso o inimigo a ocupasse. Assim, a 8 de janeiro, Rodrigo Lôbo conduziu para ela o batalhão nº 9 de infantaria,[7] pertencente à guarnição de Montevidéu, o qual levou consigo todas as suas paramentas (duas caronadas, um obus e quatro peças de artilharia)[8] e ativou com a sua presença os trabalho de fortificação, que foram feitos ligeiramente e com a maior rapidez.

Concluídos que foram e, tomadas algumas providências em Montevidéu, dirigiu-se a bordo da corveta *Liberal* a Buenos Aires, para estreitar o bloqueio desse porto, onde, apesar dos nossos cruzadores, tinham entrado alguns navios estrangeiros.[9] Acompanhavam-no Brown,

---

[6] Esse distinto oficial faleceu no posto de chefe de divisão. Devemos a ele as importantes Memórias e reflexões sobre o rio da Prata, por um oficial da marinha brasileira. Desse interessante escrito, que começa em 1813, só uma pequena parte viu a luz; a sua publicação foi desgraçadamente interrompida, e sobre a presente guerra nada foi impresso. O senhor Andrés Lamas traduziu a parte dessas Memórias, publicada na corte, e incorporou-a a sua *Collección de Memorias y Documentos para la Historia y la Geografia de los pueblos de el Rio de la Plata*, tomo I.

[7] No exemplar anotado existente no Arquivo Histórico do Itamaraty, o Barão do Rio Branco substituiu este trecho pelo seguinte: "No dia 8 saíram de Montevidéu duas embarcações com tropa (um destacamento que o general pôs à disposição do almirante), outro com mantimentos e a escuna *Maria da Glória*, que as comboiou."

[8] Ofício do barão de Vila Bela ao ministro da Guerra.

[9] Ofício nº 64 de 16 de janeiro. Saiu de Montevidéu no dia 8 com a *Liberal* e a escuna *D. Paula*, incorporando-se aos navios que andavam cruzando. No dia 9, uniram-se a Lôbo os brigues *29 de Agosto* e *Rio da Prata*, e as embarcações que andavam cruzando. Passando em frente à Enseada no dia 13 apresamos uma balandra argentina. No dia 14, pela manhã, chegamos a Buenos Aires. Estavam de vela dois brigues e cinco canhoneiras, que viraram de bordo, retirando-se. "Pouco depois se lhe reuniram mais duas canhoneiras, dois brigues e três lanchões e começaram a navegar no bordo de leste em direção à esquadra do meu comando, indo eu no bordo de O. com vento S.S.O., e achando-se em três braças d'água afogadas, com vento quase calmo, virei no bordo de leste a fim de procurar mais fundo, com uma pequena aragem de N.N.O., achando-se as embarcações do meu comando umas próximas das outras, e com diferentes ventos. Logo que o vento se declarou pelo S.S.O , vindo logo fundo, virei no bordo do oeste em retirada, e se foi por em menos de duas braças d'água, onde não podíamos chegar, o que muito me contraiu, pois a não ser a calma e pouca água do rio de certo teria havido combate. (...) As 12 canhoneiras todas montam artilharia de 24 e, por isso, não me animo, nem devo mandar atacar a esquadra inimiga pelas duas únicas embarcações que podem chegar àquele lugar".

as corvetas Itaparica e Maceió e alguns brigues e escunas. Às 8h do dia 14 de janeiro, a esquadra inimiga fundeada em frente dessa cidade avistou a nossa divisão naval. O almirante Brown havia, na véspera, assumido o comando dos navios hostis, içando o seu pavilhão a bordo do brigue *Balcarce*.

Por muitos dias, observaram-se as duas esquadras, sem que alguma circunstância importante ocorresse. O inimigo, amparado pelos bancos, que se levantam em frente ao porto da capital e que impedem a aproximação dos grandes navios, preparava-se para oferecer-nos combate na ocasião mais oportuna. A 21 de janeiro houve algum movimento, mas tudo se passou sem um tiro. Avistando nesse dia o almirante argentino, a quatro milhas S.E. de sua linha, um pequeno navio nosso, encaminhou-se a ele com o *Balcarce*, sendo logo seguido pelo *Belgrano* e por sete canhoneiras.[10]

Era a barca canhoneira *Araçatuba* (uma peça de bronze, calibre 24, e uma caronada, calibre 6), que vinha de Martín García a reunir-se com a nossa divisão, fundeada à vista de Buenos Aires. Diante de forças tão superiores, rendeu-se essa embarcação, e Lôbo, que se achava a grande distância, velejou em busca do inimigo, que se refugiou profundamente no porto, colocando-se a salvo atrás dos bancos e recusando o combate que lhe era oferecido.[11]

Assim correram as coisas até o dia 9 de fevereiro.[12] Na manhã desse dia, a esquadra inimiga pôs-se em movimento e deixou o seu ancoradouro, resolvida a bater-se com a divisão de bloqueio. Compunha-se dos seguintes vasos: corveta *25 de Mayo* (em que ia o almirante) com 36 bocas de fogo; brigues *Belgrano, Congreso e República*, com 18 bocas de fogo cada um, e *Balcarce* com 14; escuna *Sarandi* com nove; transporte *Pepa* e 12 canhoneiras. Ao todo 19 velas.

---

[10] Comunicou-se ao almirante em 24 de dezembro que o chefe de divisão Nunes devia voltar à corte, para ser empregado em nova comissão. Foi nomeado no lugar de J. de Brito. Este chegou no dia 2 de fevereiro com o brigue Caboclo e as escunas *Alcântara* e *Itaparica.*

[11] Ver *Coleção de peças justificativas concernentes à defesa que o vice-almirante R. Lôbo, ex-comandante da esquadra do rio da Prata, apresentou no Conselho de Guerra e na Superior Instância de Justiça* etc. Rio de Janeiro, 1827; e a descrição publicada no Mensageiro Argentino e Correio Nacional de Buenos Aires.

[12] No dia 23, o visconde da Laguna participou a Lôbo que, segundo cartas que recebera, a esquadra argentina tencionava surpreender a nossa. Lôbo mandou buscar dois dos navios que estacionavam em Martín García e dois do Uruguai. "Assim mesmo não são forças suficientes se o governo de Buenos Aires embarcar toda a gente que tiver presa e quiser fazer um ataque desesperado."

Logo que percebeu isso, o almirante Lôbo começou a singrar para o sul, afastando-se dos bancos e procurando ganhar barlavento ao inimigo, o que conseguiu às 14h, colhendo assim a vantagem de ficar livre de 13 peças de calibre 24 e 18, que montavam as canhoneiras inimigas e que só faziam fogo na direção da quilha.[13] Virou então e deitou em cheio sobre o inimigo.

As três corvetas se achavam em linha, com amura a estibordo; a *Liberal* ia na vanguarda[14] e, nas suas águas, navegavam a *Itaparica*[15] e a *Maceió*, a curtas distâncias. Os argentinos, que se achavam na outra amura, viraram, ficando também em linha. No centro, ficou a *25 de Mayo*, tendo na vanguarda dois brigues e pela popa a *Sarandi* e um outro brigue. O *Balcarce* e as canhoneiras conservaram-se a grande distância e fora de combate.

Em distância conveniente, as nossas corvetas meteram-se de ló na mesma amura, ficando a *Liberal* no centro, a *Itaparica* pela sua alheta de sotavento e a *Maceió* na proa. Nesse momento, chegou o brigue-escuna *Januária*, que colocou-se na alheta de barlavento desta última.

Às 14h30, a *Liberal* deu o primeiro tiro e rompeu-se o fogo em toda a linha.[16] O almirante inimigo fez convergir todos os fogos dos seus navios sobre essa corveta, mas o chefe de divisão Diogo Jorge de Brito, que se achava na *Itaparica*¸ com o fim de distraí-los, avançou a ponto de pôr-se quase atravessado na proa de *25 de Mayo*. A *Maceió* e a *Januária*[17] soltaram as suas bandas sobre um dos brigues inimigos que ficava na retaguarda da sua linha e que fez ao largo imediatamente. Os outros navios inimigos, à exceção da corveta, abandonaram os seus postos e puseram-se todos a sota-vento, fora do combate. A *Maceió* deitou então em cheio e colocou-se

[13] A descrição que aqui fazemos do combate de 9 de fevereiro é escrita à vista dos seguintes documentos: ofício nº 76 do Comando da Esquadra I ao ministro da Marinha; parte do almirante Brown ao comandante-geral da Marinha, coronel-mayor D. J. M. Zapiola; *Coleção de peças justificativas* etc.; Artigos da *Gaceta Mercantil*, do *Mensagero Argentino* e do *Correo Nacional* de Buenos Aires; descrição publicada no *Diário Fluminense;* carta de um oficial de marinha brasileiro *(da Itaparica*) ao redator do *Verdadeiro Liberal* (no 7, de 16 de março); carta de um oficial da corveta *Maceió* ao redator do *Spectador*; e finalmente a narração publicada no no 34 de *Astréa*, que atribuímos ao próprio R. Lôbo, e cuja leitura ele recomenda na sua Defesa.

[14] Com a bandeira do almirante Lôbo.

[15] Com a insígnia do chefe Brito.

[16] Os navios que mais perto estiveram do combate foram a corveta *Liberal* (que perdeu com o primeiro tiro de bala o mastaréu da gata), a *Itaparica* e, junto a esta, o brigue *Caboclo* e a barca *Leal Paulistana.*

[17] Na *Januária*, servia como guarda-marinha o barão do Amazonas.

a sota-vento da *25 de Mayo*. Este navio resistiu só ao fogo das três corvetas brasileiras, mas vendo-se abandonado pelos outros, teve de desistir do combate. Às 16h, Brown fez carregar o leme a estibordo e foi reunir-se a eles, sendo seguido pelos nossos.

Os inimigos fugiam precipitadamente, e as canhoneiras, não se contendo com as velas, lançaram à água os seus remos, mas seis delas e um brigue retardaram-se e ficaram pelo través dos nossos navios, sendo perseguidos com toda a força de vela pela *Maceió* e *Itaparica.*

Querendo dar tempo a que se retirassem pelos baixos essas embarcações, que estavam prestes a cair em nosso poder, o almirante inimigo virou de bordo, na altura da Ponta de Corales, para renovar a ação. Com esse movimento, a corveta *Itaparica* achou-se exatamente no través da capitania inimiga e foi a que rompeu o fogo. A *Maceió*, que estava a estibordo daquela, foi a segunda que entrou em combate, aproximando-se logo a *Liberal*, o brigue *29 de Agosto*, o brigue-escuna *Pará*[18] e outros navios.

O novo combate durou uma hora e, durante ele, lograram escapar-se as canhoneiras. Brown só foi ajudado pelo *Congreso*, os outros fugiram aos primeiros tiros. Às 18h, retirou-se ele precipitadamente, refugiando-se no porto de Buenos Aires, até onde foi perseguido pelos nossos, que não cassaram de incomodá-lo com as peças de proa. Nesta caça, distinguiu-se o *29 de Agosto*, cujo comandante, o bravo capitão-tenente J. Roggers Glidders foi mortalmente ferido.

As nossas perdas foram mui diminutas. Tivemos três homens mortos, entre os quais o comandante do *29 de Agosto* e o mestre do *Januária*, três feridos e dois contusos, sendo um deles o chefe de divisão Brito, segundo-comandante da esquadra, e o segundo-tenente Antônio José de Sousa, da *Itaparica.*

As do inimigo foram muito maiores. Segundo as folhas de Buenos Aires, tiveram 21 homens fora de combate, dos quais seis mortos, ficando a *25 de Mayo* muito avariada, bem como os outros navios, que tiveram de encerrar-se por muitos dias no porto da capital, enquanto reparavam os seus estragos.[19] Dos nossos vasos, só a *Liberal* sofreu alguns danos,

[18] Ver a biografia do conselheiro chefe de esquadra J. J. Ignacio na Galeria dos Brasileiros Ilustres de S. A. Sisson.

[19] A *Gaceta Mercantil* nº 683 de 11 de fevereiro dizia: "Os feridos desembarcaram e estão no hospital. Estão-se fazendo os esforços necessários para se reparar os danos que sofreram

sendo um deles causado por um tiro de 24 da nossa canhoneira *Paulistana*, que alcançou-lhe o mastaréu.

Tal foi o combate de 9 de fevereiro, o primeiro triunfo naval que obtivemos nessa guerra e que profundamente consternou a população de Buenos Aires.[20] O almirante inimigo lançou sobre os comandantes dos seus navios a responsabilidade do revés por que passara o pavilhão argentino.[21]

O almirante Lôbo portou-se galhardamente: ao romper o fogo estava no tombadilho da *Liberal*, donde a instâncias dos seus oficiais se passou para a tolda, percorrendo durante o combate as baterias e animando a guarnição. No entanto, todas as honras dessa vitória foram dadas pelo ministério ao chefe de divisão Brito, que recebeu a dignitária de Cruzeiro.[22]

---

as nossas embarcações, e é de esperar que em breve se acharão em estado de recomeçar as operações contra o inimigo." O inimigo ocultou cuidadosamente as suas perdas, que deveriam ter sido grandes. Em sua parte, o almirante Brown dizia que só perdera um soldado, morto e quatro marinheiros, feridos; mas, três dias depois, dizia o periódico citado: "Tem-se averiguado que o número de mortos e feridos sobe a 12." Esse número foi aumentado mais tarde pela folha oficial, que o levou a 21. "De nossa parte, tivemos seis mortos e 15 feridos, e alguns danos leves" (*Mensagero*, nº 26, de 14 de fevereiro).

[20] Os portenhos esperavam que esse combate fosse decisivo e que corresse muito sangue. Nas folhas da capital, apareceram publicações oficiais recomendando os feridos à caridade da população e pedindo às famílias que enviassem fios a certas boticas, para serem remetidos ao hospital.

[21] "Senhor comandante-geral da Marinha. Com a mais profunda mágoa participo a vossa senhoria o acontecimento de hoje (...) Esta corveta viu-se obrigada a resistir só ao fogo de três corvetas inimigas (...) Porquanto os brigues e a escuna se puseram a sota-vento e fora de combate. Neste (segundo combate) me ajudou o *Congreso* porque ao passar por ele me queixei de seu anterior procedimento (...) Os brigues e escuna tiveram a mesma prudência que antes. A maior desgraça que sinto é não haver tomado algumas embarcações ao inimigo, e isto sucedeu pelo desamparo em que fiquei em ambos os combates. Recomendo em grau heroico ao comandante, oficiais e guarnição desta corveta, ao cirurgião-mor e seu ajudante. Bordo da Capitânia *25 de Mayo*, 9 de fevereiro de 1826, às 20h30. W. Brown." Os comandantes inimigos eram os seguintes: Azapardo, do *Belgrano*; Mason, do *Congreso*; Beaseley, do *República*; Ceretti, do *Balcarce*; e Warms, da *Sarandi*. " A parte referida", diz a Gaceta Mercantil, "mostra que os comandantes dos vasos da esquadra nacional, à exceção da capitânia, não têm correspondido aos desejos do almirante. Estes senhores não tiveram ainda ocasião para se desculpar das acusações do senhor almirante e, por isso, não damos opinião alguma sobre o assunto. Estamos persuadidos de que se se consideram inocentes e de que exigirão que os julgue um conselho de guerra, para que não fique a sua honra manchada. Mas, se para desgraça e opróbio da pátria verificar-se que se portaram como covardes, esperamos que não deixarão de receber o castigo que o nefando delito merece."

[22] Não se reproduzem aqui os diversos ofícios do almirante Lôbo referentes ao combate de 9 de fevereiro, transcritos pelo Barão do Rio Branco à margem do exemplar anotado que se conserva no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Defesa da praça da Colônia em 1826

Desde a chegada da esquadra inimiga à Colônia até o ataque de 25 de fevereiro. – Não temos, como já levamos dito, a veleidade de escrever uma história. O nosso empenho é mostrar, à luz da evidência, servindo-nos de documentos inéditos, que à custa de muitos esforços conseguimos reunir, que houve no decurso dessa guerra muito feito glorioso digno de figurar em lugar distinto nos fastos militares de nossa terra.

A defesa brilhante da Colônia no começo do ano de 1826 é sem dúvida um dos episódios mais brilhantes dessa luta. Um punhado de bravos, sem recursos e sem meios de defesa, resistiu corajosamente aos ataques combinados da esquadra e do exército inimigo, dirigido este pelo general Lavalleja e aquela pelo almirante Brown. Examinemos esses sucessos, que tanto enobreceram o ilustre e valente general Manuel Jorge Rodrigues[23] e que o recomendaram tanto à admiração do país. Com eles estender-nos-emos um pouco mais do que com os acontecimentos que fizeram objeto do nosso primeiro artigo, e transcreveremos em sua íntegra uma narração que deles fizemos em janeiro de 1861.

Reparados os danos que sofrera a esquadra argentina na ação naval de 9 de fevereiro, resolveu o seu almirante vingar-se do revés porque passara, ensenhoreando-se da praça da Colônia. Essa cidade –tão importante papel representou na história pelas questões a que deu origem entre as duas cortes da península Ibérica, sendo tomada e retomada, por espaço de um século, pelas tropas de ambas – está situada, como se sabe, na margem setentrional e esquerda do rio da Prata, quase no ponto em que se reúnem o Paraná e o Uruguai. A margem do rio, que desde a enseada de Los Artilleros segue a direção do sudoeste, toma, daí até adiante do arroio del Molino, o rumo de oeste e volta ligeiramente para sudeste, formando o pequeno promontório em que os portugueses edificaram, em janeiro de 1680, uma fortaleza, origem da atual cidade da Colônia do Sacramento. Em seguida, a costa traça um arco, dirigindo-se para noroeste e tomando para ¼ do norte.[24] A ilha de São Gabriel levanta-se

[23] É mais conhecido pelo título de barão de Taquari, que recebeu quando comandava o exército legalista no Rio Grande do Sul, em prêmio da vitória alcançada a 3 de maio de 1840 no passo desse nome, sobre os rebeldes de Piratini.

[24] Diário de navegação de Pero Lopes de Sousa.

em frente do porto, cujas ribas barrancosas permitem que as embarcações pequenas aproximem-se muito da terra,[25] ficando, no entanto, expostas inteiramente aos ventos, por ser ele aberto e desabrigado, e precisando as que o demandam de bons práticos, em razão das pedras e coroas que dificultam em muitos lugares a navegação.[26] Ao ocidente da Colônia, demoram as ilhas de Hornos, Inglês ou Rebabata-Capas[27] Mulegues, Antonio López e outras pequenas, conhecidas pelo nome de São Gabriel ou Siete-Islas. São altas, cobertas de palmeiras e basto arvoredo.[28]

Feitos os preparativos em Buenos Aires e reforçadas consideravelmente as guarnições da esquadra argentina, zarpou ela desse porto a 22 de fevereiro. Antes, porém, de encaminhar-se para o seu destino, estando a cruzar pelo rio, encontrou, no dia 24, em frente à Ponta do Índio, o almirante Lôbo e ofereceu-lhe combate. À vista da inferioridade das forças que tinha em relação às inimigas, Lôbo distanciou-se a fim de reunir-se à fragata *Imperatriz* que estava à vista, e esmagar assim, com o número, o inimigo;[29] mas este, logo que percebeu isso, deu-se pressa em retirar, afastando-se destarte ambas as esquadras uma da outra e seguindo a inimiga para a Colônia.

Às 11h do dia 25, a guarnição da praça avistou ao largo sete navios, que se aproximavam a todo o pano. Eram a fragata *25 de Mayo*, de 36 peças, os brigues *Congreso*, de 18, *República*, de 16, Belgano de 16 e *Balcarce*, de 14, e as escunas *Sarandi*, de sete. Ao todo, 109 bocas de fogo e cerca de mil homens de guarnição.

Em frente da praça, tínhamos uma insignificante força naval ao mando do então capitão-tenente Frederico Mariath.[30] Compunha-se ela do brigue *Real Pedro*, do brigue-escuna *Pará*, e das escunas *Liberdade*

[25] Falkner.
[26] Idem.
[27] Malaspina.
[28] Centinera.
[29] O almirante Lôbo tinha consigo duas corvetas, três brigues e uma escuna (sem falar em uma escuna e uma sumaca, que só tinham mantimentos). Aparentemente, dispunha de mais forças, porém, os navios que avistara eram os mesmo que estiveram no combate de 9 de fevereiro e cuja superioridade sobre os que tinha nessa ocasião ele conhecia. Obrou no dia 24 segundo as regras da prudência. Foi esse um dos pontos da acusação que sofreu perante o Conselho de Guerra. Ver a sua Defesa e os seus ofícios nº 80 e 84 ao ministro da Marinha.
[30] Morreu em 1863 no posto de almirante.

do Sul e Conceição. Montavam 34 peças de calibre 6, 9, 12 e 18, pela mor parte caronadas, orçando a sua guarnição por 188 homens.[31]

É evidente que esses pequenos vasos não podiam bater-se vantajosamente com a esquadra de Brown. Não querendo, em circunstâncias tão melindrosas e difíceis, assumir sobre si toda a responsabilidade de qualquer ato, Mariath reuniu em conselho, a bordo do *Real Pedro*, os diversos comandantes[32] e, ouvidos todos, decidiu-se, por unânime acordo, que, não sendo possível resistir no mar ao inimigo, desembarcassem as guarnições, para aumentar a da praça e fossem encalhados os navios sob a proteção das baterias desta. Sendo essa resolução levada ao conhecimento do general Manuel Jorge, respondeu ele que a aprovava e que era esse o único meio de salvar as nossas embarcações e de impedir que caíssem em poder de Brown.[33]

Assentado isso, operou-se logo o desembarque da marinhagem, e foram encalhados os navios com o casco para a entrada do porto, ficando protegidos pelas baterias de Santa Rita e do Carmo. A *Conceição*, porém, ficou observando o inimigo.

Às 14h, a esquadra argentina ancorou no porto, fora do alcance dos fogos da praça, e meia hora depois partiu dela um parlamentário que foi recebido a bordo da *Conceição*. A intimação de que era portador foi enviada por Mariath ao general Manuel Jorge e estava concebida nos seguintes termos:

---

31 Ver o *Correio Mercantil* de 9 de março de 1856, em cujas *Páginas Menores* o senhor doutor Muzzio narra com extrema elegância o ataque de 26 de fevereiro e o assalto de 2 de março, guiando-se por informações que lhe foram ministradas por uma testemunha ocular.

32 Eram eles os primeiros-tenentes J. A. França Ribeiro, do *Pará*, e J. Francisco Régis, da *Liberdade do Sul*, e o segundo-tenente Tomás Thompson, da *Conceição*. Os oficiais imediatos do *Real Pedro* e dos dois primeiros eram os segundos-tenentes A. Leocádio do Couto (hoje chefe de divisão), Joaquim J. Inácio (hoje chefe de esquadra) e J. Inácio de Santa Rita.

33 Ver o ofício de Mariath de 25 de fevereiro. No opúsculo *O libello argentino e a verdade histórica* (Rio de Janeiro, 1857), o ilustrado senhor E. de Sena acusa fortemente Mariath por não ter esperado o inimigo na tolda do seu navio. Essas censuras, porém, bem o vê o leitor, são infundadas. Mariath foi prudente; não esperou o inimigo porque não o podia nem o devia fazer. Seria rematada loucura entregar, assim, à esquadra argentina as nossas forças marítimas. O general M. Jorge, cuja memória o distinto escritor tanto venera, aprovou a resolução de Mariath, dizemos mal, a resolução de todos os comandantes dos navios, e a opinião desse ínclito cabo de guerra é muito competente e autorizada.

> A bordo da fragata de guerra *25 de Mayo* [25 de fevereiro de 1826], o comandante em chefe da esquadra argentina, em nome do seu governo, intima ao senhor governador da Colônia que lhe entregue a mesma e as forças marítimas que se acham no porto, dentro do prazo de 24 horas, prevenindo que, se o fizer, respeitará todas as propriedades e não incendiará a cidade. O abaixo assinado espera que o senhor governador, levado por sentimentos de humanidade, evitará toda a efusão de sangue e acederá à intimação que lhe é feita, pois assim o existe a superioridade das minhas forças navais no rio da Prata. Cumprimento com todo o respeito ao senhor governador. W. Brown.

As fortificações da Colônia achavam-se em um estado deplorabilíssimo. Em muitos pontos, o bom êxito de um desembarque por parte do inimigo era muito provável, pela falta de muralhas. O general Manuel Jorge procurou remediar, quanto era possível, esses males e fez construir dois redentes, um entre os fortes de São Miguel e São Pedro, e outro, destinado a impedir o desembarque no Molhe,[34] no sítio denominado do Tambor. Um forte sudeste que caiu subitamente sobre o rio, revolvendo com fúria as suas águas, demorou a volta do parlamentário inimigo e deu tempo a que esses trabalhos se concluíssem, graças aos esforços das tropas de marinha, coadjuvadas pelas de terra e por toda a população.[35] Trabalhou durante toda a noite com inexcedível ardor e, ao amanhecer, foi colocada nesses lugares a artilharia desembarcada dos vasos de guerra.

Só ao romper d'alva, serenado o vento e passado o temporal, pôde o almirante Brown ler a seguinte resposta do valente Manuel Jorge:

> Colônia do Sacramento, 25 de fevereiro de 1826. O brigadeiro dos exércitos nacionais e imperiais, governador da praça, responde, em seu nome e no de toda a guarnição que tem a honra de comandar, ao senhor comandante em chefe da esquadra argentina que a sorte de armas é quem decide da sorte das praças. Saúdo ao senhor comandante em chefe com toda a consideração. M. J. Rodrigues.

Vendo que as suas ameaças e bravatas nenhum efeito haviam produzido, o almirante argentino suspendeu os ferros, às 8h, e começou o ataque contra a praça.

---

[34] Desembarque, ponte.

[35] Entre os habitantes distinguiu-se dom Estêvão Nin, que pôs à disposição do general, para esses trabalho, um grande número de escravos que possuía.

Todos em terra achavam-se em seus postos, prontos para o embate.[36] O general Manuel Jorge, com o seu Estado-maior, e o capitão-tenente Mariath achavam-se no redente do Tambor.

Ao primeiro tiro da *25 de Mayo* responderam as baterias de terra e, desde logo, o fogo tornou-se geral. Depois de hora e meia de combate, o brigue *Belgrano*, tendo sofrido muitas avarias, tratou de pôr-se fora do combate, mas com tal precipitação o fez que encalhou na restinga do porto e adernou sobre o seu lado de bombordo, ficando mais exposto ainda ao vivíssimo fogo da praça.

Semelhante desastre não perturbou ao astucioso Brown, que descobriu logo um meio de suspender o controle, para nesse *ínterim* dar tempo a que o *Belgrano*,[37] sem ser incomodado, pudesse empregar todos os esforços a fim de pôr-se a salvo. A artilharia calou-se repentinamente em toda a linha inimiga e, logo que se dissiparam as densas nuvens de fumaça que a encobriam, Manuel Jorge distinguiu içada a bordo da fragata inimiga uma bandeira branca.[38] Interrompido o combate, aproximou-se vagarosamente da praça um escaler, conduzindo um oficial, que entregou, ao saltar em terra, uma segunda intimação. A resposta de Manuel Jorge, tão digna quanto a primeira, foi dada verbalmente, por ter ele percebido a manha do seu adversário e querer burlá-la, não perdendo tempo;[39] mas o parlamentário, cumprindo à risca as instruções recebidas, voltou com o mesmo descanso com que viera e gastou nesse trajeto quase três quartos de hora.[40] Logo,

---

[36] Não pudemos ver os mapas da guarnição e, por isso, não sabemos ao certo qual a sua força. Compunha-se de um batalhão de caçadores (11), o regimento de milícias do departamento, de duas companhias fixas, de uma companhia do 5º corpo de artilharia de posição, de outra companhia de auxiliares e de alguns destacamentos de vários corpos (ofício de M. J. Rodrigues)

[37] O comandante do *Belgrano* chamava-se Rosales. Era um valente oficial, que por mais de uma vez distinguiu-se no decurso desta guerra.

[38] Ver as participações de M. Jorge e Mariath e a *Relação das operações da esquadra de Buenos Ayres, defronte da Colônia, por uma testemunha ocular*, publicada em um dos periódicos do Rio de Janeiro do ano de 1826.

[39] Eis a segunda intimação: "Parece-me que se aproxima o momento em que terá lugar o oferecimento que fiz ontem ao senhor governador. Por isso, espero que se decida pela justa intimação. Quando não, o senhor governador sofrerá todo o rigor que merece a sua tenacidade. 26 de fevereiro de 1826. E. Brown." O ilustrado senhor Muzzio, no folhetim do Correio Mercantil de 8 de março de 1856, põe na boca de M. Jorge a seguinte resposta: "Se o almirante quer tempo para reparar as suas avarias, somos bastante cavalheiros para conceder-lhe; mas, no momento em que arriar a bandeira de parlamento, continuaremos o fogo." Essas palavras são sem dúvida alguma muito bonitas, mas as que então proferiu o general, segundo se vê de um dos seus ofícios, foram estas: "Diga ao seu almirante que o dito, dito."

[40] O escaler partiu da *25 de Mayo* às 9h40 e atracou, de volta, às 10h20, momento em que a praça rompeu de novo o fogo.

porém, que se recolheu à capitânia inimiga, romperam as nossas baterias o fogo e recomeçou o combate, que se prolongou até o meio-dia, hora em que a esquadra inimiga retirou-se, fundeando ao ocidente do porto.

Durante as quatro horas que durou a ação, nenhuma perda sensível sofremos. O fogo do inimigo quase nenhum dano causou-nos; apenas uma ou outra casa foi levemente danificada e houve, às 11h, uma pequena explosão na bateria de Santa Rita, sendo vítima dela e ficando perigosamente feridos alguns soldados e o primeiro-tenente A. Leocádio do Couto, que foi logo substituído no comando da mesma pelo senhor Joaquim José Inácio, então segundo-tenente.

Tivemos 24 homens fora de combate.[41] O inimigo deveria ter perdido muito mais gente, principalmente da guarnição do brigue encalhado.

À tarde, a escuna *Conceição* recebeu ordem de abordar o *Belgrano* que a esquadra inimiga abandonara ao retirar-se. Vieram, porém, sobre ele o *Balcarce*, a *Sarandi* e a *Pepa*.[42] Com esses navios teve a nossa escuna de trocar alguns tiros[43] e, sendo perseguida por eles, fez-se ao largo, na direção de Montevidéu, com o intuito de reunir-se à esquadra imperial e de escapar aos seus perseguidores.

Resolvido a plantar, a todo custo, a bandeira republicana nas muralhas da Colônia, o almirante Brown aguardava os reforços que deveriam chegar-lhe de Buenos Aires.

No dia 27 incorporaram-se a ele a escuna *Pepa*, seis canhoneiras e uma lancha armada,[44] e toda a esquadra moveu-se e foi fundear entre as ilhas de Hornos e do Inglês, voltando no dia seguinte para o seu primitivo ancoradouro ao ocidente do porto.

No 1º de março a esquadra deixou-o de novo e, passando por um canal pelo qual nunca os mais ligeiros barcos se haviam aventurado a passar, deu fundo em frente da praça, em distância respeitosa das suas baterias.

Durante todo o dia reinou a bordo dos navios a maior atividade e fizeram-se preparativos para o assalto que estava iminente.

---

41 Segundo o oficio de M. Jorge ao tenente-general Francisco de Paula *Maggessi* de Sousa Tavares, barão de Vila Bela, a nossa perda foi a seguinte: da guarnição, oito oficiais feridos e um soldado morto; da marinha, um oficial e 14 marinheiros feridos. Total: 24 homens fora de combate.

42 *Páginas Menores*. Art. cit.

43 *Relação das operações da esquadra etc.,* já cit.

44 Ofício de Mariath *e Mensagero* Argentino.

ESBOÇO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Descoberta do Brasil

Em 9 de março de 1500, uma esquadra portuguesa partia de Lisboa, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, tendo por destino as Índias. Subordinados a Cabral, chefiavam-na navegadores conhecidos, como Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho. Redigidas por Vasco da Gama, suas instruções determinavam que, depois de ultrapassar a ilha de Santiago, no arquipélago do Cabo Verde, os navios deveriam singrar continuamente rumo ao sul, enquanto o vento soprasse da popa. Durante todo o tempo em que fosse necessário bordejar, tomariam a direção do sudoeste, navegando com o vento de bombordo, fazendo-se ao largo, até a latitude do cabo da Boa Esperança; depois, seria preciso rumar diretamente para o leste. Desta forma, Vasco da Gama pretendia afastar a esquadra de Cabral das calmarias da costa da Guiné, favorecendo-a com os ventos alísios e com a corrente equatorial. No entanto, é muito provável que tivesse como certa a existência de uma terra na direção do Brasil, pois, no dia 22 de agosto de 1497, quando se encontrava perto do penedo de São Pedro, Vasco da Gama tinha avistado pássaros – registra seu roteiro –, que, "ao cair da tarde, se dirigiram celeremente na direção do su-sudoeste, com aves que voam rumo a terra".

No dia 21 de abril, Cabral encontrou plantas marinhas e, no dia 22, avistou uma montanha, a qual chamou de Monte Pascoal, denominando o país de Terra da Vera Cruz, nome com que o tratou na carta de Caminha, de 1º de maio, dirigida ao rei dom Manuel. A 23, a esquadra lançou âncora à meia légua da costa, em frente do rio Caí; no dia 25, os navios ancoraram numa baía que foi denominada Porto Seguro, mas que tomou o nome de baía de Santa Cruz quando ali se fundou uma vila, no século XVI.

A 2 de maio, Cabral retornou seu caminho, prosseguindo viagem depois de ter despachado para Lisboa a caravela do capitão André Gonçalves, com a notícia do descobrimento. Gonçalves seguiu para o norte, costeando o litoral, provavelmente até Pernambuco ou Paraíba.

Antes de Cabral, um espanhol, companheiro de Colombo, Vicente Yañez Pinzón, tinha descoberto todo o litoral setentrional do Brasil, desde o cabo que batizou como Santa Maria da Consolação, em 26 de janeiro de 1500 (nome trocado pelos portugueses, no ano seguinte, por Santo Agostinho), até o de São Vicente, hoje conhecido como cabo de Orange. Pinzón descobriu as bocas do rio Amazonas (o "Mar Doce") e acompanhou a costa até o golfo de Paria. Naquele mesmo ano, outro espanhol, Diego de Lepe, chegou ao cabo de Santo Agostinho, fazendo o reconhecimento do litoral até o rio São Juliano (possivelmente o rio das Contas),[45] rumando para o norte pela rota já percorrida por Pinzón.

O nome de Vera Cruz, atribuído ao país por Cabral, foi substituído por Terra de Santa Cruz na notificação feita pelo rei dom Manuel aos soberanos católicos, datada de Cintra, aos 25 de julho de 1501. Mas a terra não tardaria a ser conhecida como "Brazil", nome já empregado no comércio para designar uma madeira de cor vermelha (*ibirá pitang* dos indígenas), que se encontrava em abundância nessa parte do continente americano. A nova terra já é denominada "Brasil" no relato de Empoli, que acompanhou Albuquerque e Pacheco às Índias, em 1503, bem como em um livreto da biblioteca de Dresden (*Presil*, *Presillig Landt*), que parece datar de 1506, e no roteiro do navio português "Bretoa", que foi ao Cabo Frio em 1511.

Uma bula do papa Alexandre VI, de 4 de maio de 1493, tinha distribuído entre portugueses e espanhóis os países a serem descobertos,

[45] "San Giano, isto é, rio de São Juliano" (capítulo X da *Descrição da América*, que acompanha a *História da navegação* de Jean H. van Linschoten, e a carta do mesmo autor. A primeira edição desta obra, em holandês, é de 1601).

dividindo o mundo por um meridiano que passava cem léguas a oeste do Cabo Verde. Todas as terras a oeste desse meridiano eram atribuídas à Espanha; as que se encontravam a leste, a Portugal. Contudo, no ano seguinte, os dois países modificaram a linha de demarcação, pelo tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494, deslocando-a para 370 léguas a oeste das ilhas do Cabo Verde. Por bula de 24 de janeiro de 1506, o papa Júlio II aprovou esse acordo.

Primeiras explorações

De 1501 a 1502 e de 1503 a 1504, houve duas expedições portuguesas, de que participou Américo Vespúcio. A primeira, sob o comando de André Gonçalves, fez o reconhecimento da costa entre o cabo de São Roque e Cananéia, rumando depois para o sudeste, até um lugar que se acredita ter sido a Geórgia do Sul. Sob as ordens de Gonçalo Coelho, a segunda visitou a mesma costa, da Bahia para o sul. Em Fernando de Noronha, o chefe desta segunda expedição e Vespúcio se separaram e não puderam se reencontrar. Dois pequenos fortes foram edificados: um em Cabo Frio, por Vespúcio, que serviu como base para uma viagem de 40 léguas terra adentro. O outro, por Coelho, no Rio de Janeiro, baía descoberta por André Gonçalves e Vespúcio em 1º de janeiro de 1502. Mas esses estabelecimentos foram logo destruídos pelos índios Tamoios (*tamoi*, os avós), que ocupavam o território entre o Cabo Frio e a parte oriental de São Paulo. Vespúcio retornou a Lisboa no mês de setembro de 1504; ignora-se a data do regresso de Coelho.[46] Publicada em 1504, traduzida e muitas vezes impressa nessa época, uma das cartas de Américo Vespúcio foi o primeiro documento a tornar conhecidas na Europa as maravilhas da

[46] Varnhagen pretende que Coelho permaneceu por longo tempo da baía do Rio de Janeiro. Isto porque numa carta de Ptolomeu, de 1513, encontra-se nesse lugar duas palavras que Majolo, no século XVI, tinha lido como pináculo detentio, e que ele próprio lia pina chulo detetio, interpretando-as assim: "*gonc. choelho detetio (detentio)*". Esta interpretação é hoje geralmente aceita no Brasil, com base em um mau fac-símile publicado nas Novas pesquisas sobre Amerigo Vespucci. Nos dois exemplares do livro de Ptolomeu de 1513 que examinamos, as palavras em questão são perfeitamente legíveis: *portogallo detetio*. A primeira (Portugal) se explica por si mesma; a segunda é evidentemente detectio, "descoberta", muito usada nos portulanos e nas geografias da época ("terra detecta" etc.). Nas velhas gravuras em madeira há com frequência palavras mal-ortografadas e letras que faltam.

natureza brasileira. Dizia: "E, se no mundo existe algum paraíso terrestre, sem dúvida não deve estar muito distante destes lugares."

Outras expedições portuguesas foram enviadas ao Brasil, sobre as quais não conhecemos pormenores. Em 1503, Fernando de Noronha descobriu a ilha que tem seu nome. Naquele mesmo ano, ou pouco depois, João Coelho explorou a costa ao norte do cabo São Roque. Em 1504, um francês de Honfleur, Paulmier de Gonneville, abordou em três pontos a costa já visitada por Gonçalves, Vespúcio e Gonçalo Coelho. Em 1505, uma expedição portuguesa que parece ter sido chefiada por dom Nuno Manuel (com João de Lisboa e Vasco Gallego) percorreu o litoral meridional, descobriu o Rio de Janeiro e avançou até a baía de São Matias, na Patagônia. Por volta de 1512 ou 1513, Afonso Ribeiro, empenhado em nova exploração da costa setentrional do Brasil, foi morto pelos indígenas. Depois de 1506, quase todas as esquadras portuguesas que se dirigiam às Índias começaram a fazer escala no Brasil, que foi visitado, naquele ano, por Albuquerque e Tristão da Cunha.

Em 1508, Solis e Pinzón, os primeiros exploradores espanhóis dos mares do sul, percorreram as costas do Brasil; depois, em 1516, Solis; em 1519, Fernão de Magalhães, que permaneceu 14 dias no porto do Rio de Janeiro; em 1526, Diogo Garcia e Sebastião Caboto.

Desde a expedição de 1501, em que Portugal deportou para o Brasil alguns criminosos, entre os quais um bacharel que se fixou em Cananéia e cujo nome, Duarte Peres, nos foi transmitido por Rui Díaz de Guzmán. Na mesma época, outros portugueses se estabeleceram no Brasil. Os mais conhecidos são: Francisco Chaves e Aleixo Garcia, no litoral de Cananéia, o primeiro deles desde 1502, como Peres; Diogo Alvares, que, tendo escapado de um naufrágio na ilha de Itaparica, em 1510, casou-se com a princesa indígena Paraguaçu, tornando-se um chefe poderoso entre os índios da Bahia, sob o nome de Caramuru; João Ramalho, que por volta de 1512 se estabeleceu em Piratininga, nos planaltos de Paranapiacaba, onde teve numerosos filhos do seu casamento com a filha do chefe indígena Tibiriçá; e Antônio Rodrigues, que tomou por esposa uma filha do chefe Caaobi, fixando-se perto do rio Geribatiba, no litoral de São Paulo. Quase todos prestaram grandes serviços a Portugal, durante as primeiras tentativas de colonização.

Aleixo Garcia, que com três outros portugueses e um exército de indígenas cruzou o rio Paraná (1526), acrescentou ao seu grupo muitos guaranis do Paraguai, e prosseguiu até as fronteiras do império Inca. Atravessou a cordilheira de Mizque, apropriou-se de numerosas vilas e alcançou as vizinhanças de Tarabuco (Bolívia), retornando ao Paraguai com muitos objetos de prata e ouro. Tendo enviado a Cananéia ou a Piratininga a notícia da descoberta dessas riquezas, foi assassinado pelos guaranis.[47]

Em 1526, Portugal enviou uma esquadra, sob as ordens de Cristóvão Jacques, com a missão de combater os navios franceses que, desde 1504, traficavam com os índios.

Jacques instalou uma feitoria em Pernambuco e visitou os portos principais, até o Prata, incendiando os navios que encontrava. Em 1527, atacou três navios bretões, no Paraguaçu. Mas a feitoria de Pernambuco foi tomada e saqueada, em dezembro de 1530, por um galeão francês.[48] Willian Hawkins, de Plymouth, foi o primeiro inglês a chegar ao Brasil, em 1530.[49]

Começo da colonização

Em 1531, tendo recebido os poderes necessários para ocupar o país, Martim Afonso de Souza chegou com uma esquadra e 400 colonos. Apoderou-se de quatro navios franceses que se encontravam na costa de Pernambuco. Visitou a Bahia, estacionou três meses na baía de Guanabara e depois, tendo perdido seu navio diante da embocadura do Chuí, retornou com a esquadra para o norte, tendo enviado ao Prata seu irmão Pero Lopes de Souza. Em 22 de janeiro de 1532, fundou a colônia de São Vicente,

[47] Rui Diaz de Gusmán, *La Argentina*. Livro I, capítulo 5. O autor, que conheceu no Paraguai um filho de Aleixo Garcia, acabou esta história em 1612. Ver também, sobre Garcia, os capítulos 50, 55 e 57 dos Comentários de Alvar Núñez (Cabeza de Vaca), Valladolid, 1555.

[48] Essa feitoria tinha a direção de Diogo Dias, como "feitor" (gerente). Gaffarel (*Histoire du Brésil Français*, p. 96) se engana ao dizer que era um forte comandado por Duarte Coelho, pois ele só chegou ao Brasil cinco anos mais tarde.

[49] É por volta desse ano que se deveria datar um pretendido bloqueio do Tejo por Ango. Esta fábula já foi julgada por vários escritores franceses. Ver Ferd. Denis, *Le Gène de la Navigation* (Paris, 1847) e Guérin, *Histoire Maritime de France*, tomo II.

na ilha que os índios chamavam de Guirapirã, ou Uirapirã.[50] Nomeou o velho Ramalho "grande guardião do campo" e instalou uma parte dos colonos no aldeamento indígena que chefiava em Guapituba, no lugar conhecido como Borda do Campo, sobre o planalto ao norte da serra de Paranapiacaba – colônia mais tarde designada Santo André. De Cananéia, Martim Afonso de Souza tinha expedido para o interior, em busca de ouro, um pequeno grupo que, cruzando o rio Paraná, foi repelido pelos guaranis e, durante sua retirada, foi destruído em Iguaraçu.[51]

Lopes de Souza, que escreveu o diário da sua viagem marítima, explorou o rio da Prata, o Uruguai e o Paraná; chegou a São Vicente e foi recambiado para a Europa. A caminho, capturou dois navios franceses em Pernambuco e tomou um forte construído na ilha de Itamaracá por Jean du Péret, capitão de um navio pertencente ao barão de Saint-Blancard, comandante geral das galeras francesas no Mediterrâneo. Nesse forte deixou uma guarnição.

De 1532 a 1535, o país, que só fora explorado no seu litoral, foi dividido, por linhas paralelas ao Equador, em 15 seções, formando 12 capitanias hereditárias, de 600 a 12 mil léguas quadradas. O rei dom João III doou essas capitanias a diversos nobres portugueses, para que nelas instalassem colônias. Martim Afonso de Souza foi um dos donatários, tornando-se, em 1532, senhor da capitania de São Vicente (hoje São Paulo). Ele partiu do Brasil em 1533, ganhando notoriedade nas guerras das Índias; contudo, embora ausente, continuou a se ocupar da capitania, enviando colonos a São Vicente e implantando ali a cana de açúcar da ilha de Madeira, introduzida na mesma época em Pernambuco por Duarte Coelho.

Alguns dos donatários não conseguiram colonizar seus domínios. Por meio de representantes, Pero Lopes de Souza fundou a colônia de Santo Amaro, na ilha de Guaimbé (litoral de São Paulo), e outra na ilha de Itamaracá (1532). Vasco Fernandes Coutinho fundou Espírito Santo (1535), hoje Vila Velha, capitania onde Duarte de Lemos começou, em 1540, uma colônia que se tornaria, a partir de 1558, a cidade de Vitória. Pero do Campo Tourinho criou Porto Seguro (1536), algumas milhas ao sul da baía visitada por Cabral, bem como Santa Cruz, na baía de Cabral

[50] "Morpion", segundo Thevet; "Urbioneme", "Orbionem" ou "Orpiomma", segundo Stade; "Warapisumama", segundo Purchas.

[51] La Argentina, de R. Díaz de Guzmán; Comentários, de A. N. Cabeza de Vaca; e Diário de navegação, de Pero Lopes de Souza.

(antiga Porto Seguro), e outra colônia, Santo Amaro, que foi destruída pelos índios em 1564. Figueiredo Corrêa enviou colonos que fundaram a cidade de Ilhéus. Duarte Coelho fundou Olinda (1535) e Iguaraçu.

Duas outras colônias tinham sido estabelecidas, uma na Bahia (1536) por Pereira Coutinho, a outra nas margens do rio Paraíba do Sul (1540) por Pero de Góes da Silveira, mas as duas foram logo evacuadas em função dos ataques dos índios, a que os colonos não puderam resistir. Outras capitanias foram criadas posteriormente (Itaparica, em 1556; Recôncavo, em 1566 etc.); pouco a pouco, porém, os reis de Portugal recuperaram todas essas concessões, por herança, compra ou outros meios. As últimas que ainda se encontravam sob regime feudal, foram adquiridas pela coroa no século XVIII, nos tempos de dom José I e Pombal.

Em 1540, o espanhol Francisco Orellana, procedente do Peru, descia pela primeira vez o rio Amazonas, que só era conhecido no seu estuário. Em 1541, a expedição espanhola de Alvar Núñez Cabeza de Vaca desembarcou diante da ilha de Santa Catarina (conhecida então como ilha dos Patos), marchou rumo ao interior e chegaria, no ano seguinte, a Assunção de Paraguai.

Em 1549, Tomé de Souza foi enviado ao Brasil como governador-geral e fundou, no mesmo ano, a cidade de São Salvador da Bahia, que foi sua residência e, durante mais de dois séculos, a capital do Brasil, tendo sido elevada a bispado em 1551. O primeiro bispo do Brasil, Sardinha, foi morto por índios antropófagos, com vários padres, na margem esquerda do São Miguel, em Alagoas.

Os jesuítas tinham chegado ao Brasil com Tomé de Souza, em 1549. Empenharam-se em catequizar os índios, agrupando-os sob sua autoridade exclusiva. Entre eles se distinguiram os padres José de Anchieta, que enviou os primeiros jesuítas ao Paraguai, e Manuel da Nóbrega, conhecidos como "os apóstolos do Brasil". Em 1554, o padre Manuel de Paiva criou uma missão na vila indígena de Piratininga, que tomou o nome de São Paulo. Aos poucos os habitantes da antiga colônia de Santo André, dirigida por João Ramalho, a abandonaram para fixar-se em São Paulo. Santo André ficou deserta e, elevada à cidade, em 1560, São Paulo ganhou sua prefeitura.

Desde 1539, um fidalgo português, Braz Cubas, tinha fundado na Capitania de São Vicente uma colônia cuja população cresceu, transformando-se na cidade de Santos (1545). Os habitantes da capitania

eram chamados "vicentistas"; mas a cidade de São Paulo, cujos moradores eram conhecidos como "paulistas", se tornara preponderante: por isso todos os naturais da região começaram a receber esta última designação.

A sede do governo da capitania só foi transferida de São Vicente para São Paulo em 1683. A população se compunha de brancos – portugueses, ou de origem portuguesa –, índios civilizados e mestiços de pai europeu e mãe indígena. Os mestiços eram apelidados de "mamelucos", nome derivado de *membyruca* ("filho de mulher indígena", segundo Almeida Nogueira), que se tornou célebre na América do Sul durante os séculos XVII e XVIII, quando os jesuítas e os historiadores do Paraguai e do Prata difundiram muitas fábulas sobre a origem dos paulistas, e sobretudo dos mamelucos de São Paulo, que tomavam por descendentes de italianos, franceses e holandeses.

Pouco depois da fundação dessas colônias, teve início a introdução de escravos negros no norte do Brasil, em Pernambuco e na Bahia.

Os franceses no Rio de Janeiro. A fundação da cidade

Os navios franceses continuaram a frequentar o litoral brasileiro mesmo depois da fundação das primeiras colônias portuguesas – ainda pouco numerosas e afastadas uma das outras. Era, sobretudo, entre o cabo de São Roque e o Paraíba, no norte, conhecido então como São Domingos, na costa de Alagoas, de Sergipe e do Rio de Janeiro, que eles vinham comerciar com os indígenas. No Rio de Janeiro, tinham como aliados os tamoios, cujas flotilhas atacavam muitas vezes os navios portugueses, interceptando as comunicações entre as colônias de São Vicente e Santo Amaro, no sul e no norte do país. Cunhambebe, o "grande e poderoso rei Quoniambek", cujo retrato foi publicado por Thevet em duas das suas obras (*Vies des Hommes Illustres* e *Cosmographie*), era um chefe tamoio, cuja aldeia fortificada, Arirab, se encontrava no rio Ariró ("riviere des Vases", no mapa de Thevet), em Angra dos Reis.[52]

[52] Este Cunhambebe de que falam Thevet e Hans Staden (este último foi seu prisioneiro), não é certamente o indígena do mesmo nome mencionado em uma das cartas de Anchieta. O Cunhambebe de Anchieta é provavelmente um filho do primeiro, que tinha na sua aldeia seis canhões retirados de duas caravelas portuguesas, e guardava como troféu a vestimenta

Em 1550, perto de Macaé, Pero de Góes atacou, sem resultado, um navio francês.[53] Naquele mesmo ano, o rei Henrique II da França e Catarina de Médicis assistiram, em Rouen, a uma festa brasileira onde figuravam 50 índios tabajaras.

Em 1555, um cavaleiro de Malta, já conhecido por suas explorações e escritos, Nicolau Durand de Villegaignon,[54] obteve o apoio de Henrique II e do almirante Coligny ao projeto de fundar uma colônia no Brasil, e veio se estabelecer na ilha de Sergipe, na baía do Rio de Janeiro. Deu à colônia o nome de França Antártica e construiu na ilha um forte, que denominou Coligny. Suas exigências religiosas criaram dificuldades que prejudicaram a colônia, composta de católicos e calvinistas. Em 1559, Villegaignon viajou à Europa para solicitar reforços e lá participou de longas controvérsias religiosas com Calvino e seus adeptos, tendo deixado à frente da colônia um sobrinho, Bois le Comte. Alguns meses mais tarde, o governador-geral do Brasil, Mem de Sá, chegava ao Rio com uma esquadra, tomando o forte Coligny (16 de março de 1560), que arrasou, sem

completa e a cruz de Cavaleiro de Cristo de um fidalgo português (Ruy Pinto, de São Vicente), morto num combate naval (1549) no qual seis pequenas embarcações portuguesas foram tomadas. Thevet fala desta vitória de Cunhambebe sem, contudo, citar o nome de Ruy Pinto, na época o único Cavaleiro de Cristo da capitania de São Vicente, e que efetivamente morreu naquela ocasião. Cf. Gaspar da Madre de Deus, *Memórias de São Vicente*, p.54 e 55; Thevet, *Histoire de Deux Voyages par lui Faits aux Indes Australes et Occidentales*, capítulo *De la Bée des Roys et de Beau-repaire* (manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, fundo francês, 15.454).

53 No mês de agosto de 1550, e não em 15 de abril de 1551, em Cabo Frio, como acreditavam Varnhagen e Gaffarel. O combate durou um só dia.

54 Nascido em Provins em 1510, falecido em Beauvais em 1571, Villegaignon era sobrinho de Villiers de l'Isle Adam, grão-mestre da Ordem da Malta. "Um dos melhores homens da sua época, o espírito ornado de conhecimentos raros, cujo valor era respeitado até mesmo pelos mais corajosos capitães do seu tempo" (Vertot, *Hist. des Chev. de Malte*, tomo III, p.251). Tinha sido gravemente ferido na expedição de Argel, sob as ordens do imperador Carlos V; comandara esquadras nas costas da Inglaterra; transportou Maria Stuart à França (1518), a despeito dos cruzadores ingleses; havia adquirido reputação nas guerras de Malta. Quando partiu para o Brasil, já tinha publicado dois livros: *Caroli V Imperatoris Expeditio in Africam ad Argieram* (Paris, 1542) e *De Bello Melitensi ad Carolum Coesarem et Ejus Eventu Gallis Imposito Commentarius* (Paris, 1553). A consultar: *Relation de l'Expédition de Charles-Quint Contre Alger*, por Villegaignon, publicado em 1874 por H. de Gramont, com nota biográfica.

contudo ocupar a colônia.[55] A ilha passou a ser conhecida, desde essa época, como ilha de Villegaignon.[56]

Em 1561, quatro navios franceses, e um quinto no ano seguinte, foram repelidos no Espírito Santo por Belchior de Azevedo.

Em 1562, uma aliança ou confederação das tribos de tamoios do Rio de Janeiro ameaçou os estabelecimentos portugueses da capitania de São Vicente. A cidade de São Paulo repeliu um ataque dos índios, provocado pelos franceses que haviam permanecido no Rio de Janeiro. Visitando sozinhos o acampamento tamoio, os padres Anchieta e Nóbrega conseguiram desarmar os principais chefes indígenas.

Depois disso, Estácio de Sá chegou de Lisboa com alguns navios, reuniu voluntários na Bahia, no Espírito Santo, em São Vicente e em São Paulo, penetrou na baía do Rio de Janeiro e instalou ali, perto do Pão de Açúcar, um acampamento fortificado que batizou com o nome de São Sebastião. Nos anos de 1565 e 1566 houve combates contínuos contra tamoios e franceses. Em 1567, o governador-geral Mem de Sá chegou trazendo reforços e erradicou (20 de janeiro de 1567) as duas posições inimigas, em Uruçumirim (praia do Flamengo) e Paranapucuí (ilha do Governador). Estácio de Sá morreu de um ferimento recebido em Uruçumirim.

Mem de Sá mandou demolir as instalações próximas do Pão de Açúcar, para erigir a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro numa colina conhecida como morro do Castelo, em função do castelo de São Sebastião.[57]

---

[55] Segundo Mem de Sá, só havia no forte 114 franceses e algumas centenas de índios, mas o número destes foi certamente exagerado, pois a ilha não é grande. Depois do bombardeio do forte pela esquadra, composta de 11 navios, Mem de Sá ordenou (15 de março) o desembarque de 260 homens, sendo 120 portugueses e brasileiros e 140 indígenas. Não houve capitulação, como dizem Thevet, La Popelliniere, Varnhagem e vários outros autores. A carta de Mem de Sá sobre a tomada do forte foi publicada por alguns cronistas com uma frase alterada: "ao tempo em que negociei" deve ser lido "ao tempo em que cheguei". Ver as *Cartas do Brasil* do padre Manuel da Nóbrega (Rio, 1886: notas de Vale Cabral, p. 172-175) e a primeira parte, capítulo LVIII, de Gabriel Soares. O padre Nóbrega esteve presente. Dois escritores franceses contaram essa tentativa de colonização francesa: André Thevet, que visitou o Brasil duas vezes nessa época, e Jean de Léry, chegado ao Rio em 1557.

[56] Pode-se ver a ilha no "Panorama do Rio de Janeiro" que o pintor brasileiro Victor Meireles expõe atualmente em Paris. No tempo de Villegaignon havia um rochedo em cada uma das duas extremidades da ilha.

[57] Gaffarel, em sua *Histoire du Brésil Français*, p. 350 e 351, fala de Jean Bolès, erudito francês que teria sido executado no Rio em 1567 como herege: " (...) Mem de Sá entregou a seus rancores

Em 1568, quatro navios franceses entraram na baía do Rio de Janeiro e tentaram apoderar-se da vila de São Lourenço, do lado oposto a São Sebastião, ocupado pelo chefe indígena Araribóia, aliado dos portugueses, mas foram repelidos. Naquele mesmo ano, em 8 de junho, Salvador Corrêa, o governador do Rio, e Araribóia apresaram no Cabo Frio um navio francês,[58] cujos canhões foram colocados no pequeno forte da Guia, construído na margem oriental da entrada do Rio de Janeiro, onde se encontra hoje a fortaleza de Santa Cruz. Em 1570 (15 de julho), o corsário francês Jacques Sore, senhor de Flocques, apresou, perto das Canárias, o navio português *Santiago*, que levava para o Brasil 39 jesuítas, dentre eles o padre Ignácio de Azevedo. Sore, um huguenote, obrigou os religiosos a se jogar no mar.[59] No ano seguinte, no mesmo lugar, Jean Capdeville se apossou de outro navio (13 e 14 de setembro), que transportava para a Bahia o governador português e 12 jesuítas. Os prisioneiros foram massacrados. Em 1576, Salema, governador do Rio, empreendeu uma guerra de extermínio contra os tamoios, tomando o forte que os franceses tinham construído no Cabo Frio.

[fala dos jesuítas] o infeliz Bolès, que foi julgado pró-forma, condenado e logo executado. Este ato bárbaro de intolerância marca os primeiros dias da nova capital. "Foi um jesuíta, Simão de Vasconcelos, que, acreditando fazer o elogio de Mem de Sá e do padre Anchieta, mencionou essa execução em duas obras de crônica que publicou em 1663 e 1672. Segundo Simão de Vasconcelos, Anchieta pode ter assistido à execução. Felizmente não se encontrará esta nódoa na vida do padre Anchieta, pois ele próprio se referiu a Bolès em sua *Informação do Brasil*, escrita em 1585. Segundo Anchieta, Bolès foi enviado à Bahia, da Bahia a Lisboa (1562) e de Portugal às Índias. Não voltou ao Brasil (ver o documento na p. 11 das *Informações e Fragmentos Históricos do Padre Anchieta, S. J., 1584-1586*, publicado no Rio de Janeiro em 1886 por Capistrano de Abreu e Vale Cabral). O barão de Ramiz Galvão (tomo XLVII, parte II, *Revista do Instituto Histórico do Brasil*) encontrou na Biblioteca Nacional do Rio dois exemplares de uma brochura publicada em português, em Lisboa (1566), por esse erudito, cujo nome e títulos eram: Jean Cointha, senhor de Bolès, fidalgo francês, doutor da Sorbonne. Além da *Informação* de Anchieta e da comunicação citada, do barão de Ramiz Galvão , há sobre esta questão uma memória muito erudita de C. Mendes de Almeida, publicada na *Revista do Instituto Histórico do Brasil*, tomo XLII, parte II.

58 Voluntários de São Vicente (em São Paulo) tinham chegado para essa expedição, comandados por um colono, Heliodoro Eoban, que perdeu a vida no combate. Era filho do poeta e historiador alemão conhecido pelo nome de Helius Eobanus Hessus.

59 Barbosa Machado, *Memória. de D. Sebastião*, p. III, 1, prim., capítulo 2, p. 239. A data indicada por Jarric (1555) não é exata.

Princípio do domínio espanhol. Hostilidades dos franceses, ingleses e holandeses

Em 1580, o rei da Espanha Filipe II assumiu a coroa de Portugal e foi aclamado em todas as províncias portuguesas. A união dos dois Reinos atraiu ataques dos inimigos da Espanha contra o Brasil. Navios franceses enviados para sustentar, contra Filipe II, os direitos de dom Antônio, prior do Crato (quatro navios em 1580, três em 1581), foram repelidos no Rio de Janeiro por Salvador Corrêa. Nas costas do Rio Grande do Norte e da Paraíba, as hostilidades entre franceses e portugueses se prolongaram até 1607. Em 1579, 11 navios franceses foram queimados na Paraíba; e mais cinco em 1581. Em 1584, o almirante espanhol Flores Valdez e os portugueses de Pernambuco se apoderaram de uma fortificação que os franceses tinham construído na Paraíba, em conjunto com os índios, e destruíam sete navios franceses. Um forte português foi edificado, mas já no ano seguinte seria abandonado. Outro forte foi construído em 1586, com o nome de Cabedelo, na foz desse rio.

Em 1583, o inglês Edward Fenton, que seria mais tarde um dos vencedores da "Armada Invencível", penetrou no porto de Santos, retirando-se depois de um combate com navios espanhóis de passagem; em 1587, Withrington arrasou os arredores da Bahia, e dois franceses, comandados por Pois de Mill e Goribault, foram apresados em Sergipe. Em 1591, Thomas Cavendish saqueou Santos e, em 1592, tentou um ataque contra o Espírito Santo. Em 1595, os franceses, desembarcados de 10 navios, foram repelidos em Ilhéus; os corsários James Lancaster, inglês, e Le Noyer, francês, tomaram Recife, praticando um grande saque. Em 1596, o forte de Cabedelo, na Paraíba, repeliu um ataque dos franceses, que tinham chegado em 13 navios. Naquela ocasião, sete outros navios franceses se encontravam ancorados no Rio Grande do Norte, traficando com os índios da região. Em 1599, um navio do Havre, comandado por Jacques Potel, foi apresado em Cabo Frio por Martim de Sá.[60] No mesmo ano, depois de tentar em vão penetrar no Rio de Janeiro, Olivier van Noort efetuou com sua esquadra uma viagem de

[60] A Biblioteca Nacional de Paris tem duas cartas de 1579, por Jaques Vaudeclay e de Dieppe, uma representando o litoral brasileiro entre o Amazonas e o rio Real, a outra os arredores do Rio de Janeiro ("Vrai Pourtraict de Geneure et du cap de Frie"). Pode-se examinar também na Biblioteca Nacional de Paris (Lf 69/7) a *Remonstrance très humble em forme d'avertissement,*

circunavegação. Em 1604, repelido da Bahia, van Carden, comandante de outra esquadra holandesa, pôs-se a fazer saques no porto. Em 1615, Joris van Spilbergen fez o mesmo em Santos. Por volta de 1623, o comandante Dirck van Ruyter foi capturado por Martin de Sá, governador do Rio de Janeiro e vice-almirante do mar meridional.

Em 1585, as colônias portuguesas do Brasil tinham aproximadamente 57 mil habitantes, dos quais 25 mil brancos (250 em Itamaracá, oito mil em Pernambuco, 12 mil na Bahia, 1.500 em São Vicente, 750 em cada uma das capitanias de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Rio de Janeiro), 18.500 índios civilizados (dois mil em Pernambuco, oito mil na Bahia, 4.500 no Espírito Santo, três mil no Rio de Janeiro, mil em São Vicente) e 14 mil escravos africanos (10 mil em Pernambuco, uma centena no Rio de Janeiro, de três a quatro mil na Bahia).[61]

No Rio de Janeiro, o primeiro grande contrato para a importação de africanos tinha sido feito, em 1583, pelo governador Sá e um certo Gutierres Valério. Na capitania de São Vicente (São Paulo), eram empregados escravos indígenas.

Em 1560, Braz Cubas (e Afonso Sardinha, em 1590) tinha descoberto minas de ouro em São Paulo; em 1600, essas minas já estavam sendo exploradas. Em 1590, a vila e o forte de São Cristóvão foram fundados em Sergipe na margem direita do Cotindiba, por Cristóvão de Barros. Na mesma época, a cidade de Cachoeira foi fundada no Paraguaçu (Bahia), e a de Natal (1597) no Rio Grande do Norte. Em 1608, criou-se um governo-geral para o Sul do Brasil, abrangendo Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente (São Paulo), tendo o Rio de Janeiro como capital. Em 1617, esse governo foi extinto, voltando a Bahia a ser a única capital brasileira. Em 1610, os portugueses fundaram sua primeira colônia no Ceará.

Os franceses no Maranhão

Um fidalgo da Touraine, Charles des Vaux, que em 1594 tinha sido deixado entre os índios brasileiros pelo capitão Jacques Riffault, em

que font au roy et à nosseigneurs de son conseil les capitaines de la marine de France, publicação do começo do século XVII.

[61] Na sua *Informação*, de 1585, Anchieta indica a população de algumas capitanias. Com respeito a outras, dá apenas o número de moradias. Estimei cinco pessoas por moradia.

1605 voltou à França e propôs a Henrique IV a ocupação do Maranhão, assegurando-lhe que os índios desejavam receber os franceses. Henrique IV confiou a Daniel de la Touche, senhor de La Ravardière, que explorara recentemente as costas da Guiana,[62] a missão de confirmar, juntamente com des Vaux, a disposição dos indígenas. Mas quando os dois regressaram à França, o rei tinha falecido. Só em 1612, com o apoio da família Razilli, pôde ser organizada a companhia que deveria custear a expedição.

Um grande número de fidalgos se juntaram ao empreendimento. La Ravardière, François de Razilli, senhor de Aumels, e Nicolas de Harlay-de-Sancy, barão de la Molle e de Gros Bois, foram nomeados pela regente Maria de Médicis "tenentes-gerais do rei nas Índias Ocidentais e nas Terras do Brasil", recebendo estandartes e divisas.

Algumas centenas de voluntários partiram de Cancale em três navios; chegaram à ilha do Maranhão em 6 de agosto de 1612, e ali construíram a cidade de São Luís e quatro fortes. A colônia foi batizada como França Equinocial.

Logo que os portugueses tiveram notícia da ocupação francesa, começaram (em 1613) a construir um forte em Jericoacara, no Ceará, como posto de observação. No ano seguinte, Jerônimo de Albuquerque, que tinha construído esse forte, recebeu o comando de expedição organizada em Pernambuco para retomar o Maranhão. Nascido no Brasil, de mãe indígena,[63] Albuquerque tinha sob suas ordens o português Diogo de Campos Moreno, que foi o cronista dessa campanha.[64] Chegando ao Maranhão, a expedição desembarcou (26 de outubro de 1614) na baía de São José, no continente, num lugar conhecido como Guaxenduba, hoje Vila Velha ou Águas Boas. Trincheiras foram abertas e alguns dias mais

---

[62] Em 1604, com Jean Moquet. La Ravardière levou à França o chefe indígena Iapoco, da Guiana.

[63] Nascido em Olinda, em 1548, falecido em 1618. Era filho de Jerônimo de Albuquerque, cunhado de Duarte Coelho, senhor de Pernambuco.

[64] "Jornada do Maranhão", no tomo I das *Notícias para a história das nações ultramarinas*, publicada pela Real Academia de Lisboa; e, no tomo II das *Memórias para a história do Maranhão*, de C. Mendes de Almeida (Rio, 1874). Sobre esses acontecimentos consulte-se Claude d'Abbeville, *Histoire de la Mission en l'Isle de Maragnan* (Paris, 1614); Yves d Evreux, *Voyage dans le Nord du Brésil* (ed. F. Dénis, Paris, 1864); De Lastre, *Histoire Véritable de ce qui s est Passé de Nouveau entre les François et les Portugois en 1'Isle de Maragnan* (publicado anonimamente em Paris, 1615); Berredo, *Anais históricos do Maranhão*, Lisboa, 1749.

tarde tiveram início as hostilidades, com o apresamento de três navios portugueses pelos franceses. Em 19 de novembro, estes sofreram uma derrota, com grandes perdas, ao desembarcar em Guaxenduba.[65] Em 27 de novembro, uma trégua foi ajustada, depois de cavalheiresca troca de cartas entre La Ravardière e Albuquerque.[66] Dois enviados – um francês, o outro português – partiram para a Europa, mas no ano seguinte (em julho) chegaram reforços a Albuquerque e este anunciou a La Ravardière que acabara de receber ordens para romper a trégua. Alguns meses mais tarde, chegava uma terceira expedição procedente de Pernambuco, sob o comando de Alexandre de Moura. Abandonado pelo seu governo, La Ravardière capitulou, em 2 de novembro. Quatrocentos franceses regressaram à Europa e muitos permaneceram no Maranhão. Ocupada pelos portugueses, a cidade conservou o nome de São Luís do Maranhão.

Ocupação da Amazônia. Divisão do Brasil em dois governos

Do Maranhão, em 25 de dezembro de 1615, Alexandre de Moura enviou Francisco Caldeira para ocupar a Amazônia, onde os holandeses do comandante Nicolau Oudaen já possuíam os fortes de Nassau e de

[65] Os franceses que desembarcaram em Guaxenduba (em número de 180, mais 1.500 indígenas) eram comandados por De Pezieux, fidalgo católico, primo de Marguerite de Montmorency, princesa de Condé, que tinha sob suas ordens Du Prat e o capitão-de-mar-e-guerra Claude de Razilli, senhor de Launay (mais tarde vice-almirante e governador-geral do Canadá). A maré baixa não permitiu que desembarcasse o próprio La Ravardière com uma coluna que devia atacar, do outro lado, a posição brasileira. Entre os fidalgos mortos em combate conta De Pezieux, Chabannes (primo de La Ravardière), Rochefort, Logeville, Saint Gilles, La Haye, Saint Vincent, d'Ambreville e La Roche du Puy. As tropas de Jerônimo de Albuquerque que lutaram em Guaxenduba se compunham de 300 soldados brancos e mestiços e 200 indígenas.

[66] Uma carta de La Ravardière, datada de 23 de novembro, começava assim: "A clemência do grande capitão Albuquerque, que foi vice-rei de sua majestade dom Manuel nas Índias Orientais, se manifesta em vós pela cortesia que testemunhastes a meus soldados franceses e pelo cuidado com que destes sepultura aos mortos, entre os quais há um a quem amava como irmão, que era valente e reto. Louvo a Deus, e se voltarmos a nos encontrar comas armas nas mãos, espero que ele tome sob sua proteção minha justa causa (...) De Lastre, jovem cirurgião parisiense, foi enviado ao acampamento brasileiro para tratar os feridos dos dais lados: Jamais vi pessoas tão boas, e tão integras; mas estavam muito necessitadas dos meus serviços. O senhor de La Ravardière obrigou-os a dar preferência aos feridos brasileiros, em vez dos franceses, mas a França não faltará nunca em cortesia."

Orange, na margem esquerda do Xingu. Em 1616, Caldeira fundou o forte de Belém do Pará e, no mesmo ano, os holandeses construíram um terceiro forte em Gurupá. As hostilidades tiveram início com o apresamento de um navio holandês por Pedro Teixeira, em 1616. Como os indígenas, aliados dos holandeses, tinham ameaçado a colônia do Pará, era preciso antes de mais nada vencê-los – ou então transformá-los em aliados. Em 1620 e 1621, algumas centenas de ingleses se instalaram na Guiana brasileira. O forte de Gurupá foi tomado, em 1623, por Bento Maciel Parente; os do Xingu, em 1625, por Teixeira, que em 1629 se apossou do forte inglês de Taurege, na ilha Tocujus. Em 1º de março de 1631, o forte Filipe, inglês, situado na mesma ilha, caiu nas mãos de Jácomo de Noronha. No ano seguinte, em 9 de julho, a derradeira fortificação inglesa, Cumaú, comandada por Roger Frey, era tomada por Coelho de Carvalho (Francisco de Albuquerque).

Em 1624, o Brasil foi dividido em dois grandes "Estados", com governo próprio: o Estado do Maranhão, no norte, tendo por capital São Luís, que abrangia Pará, Maranhão e Ceará (este último território seria mais tarde anexado ao governo de Pernambuco, em 1629, segundo Araripe; em 1663, segundo Varnhagen); o Estado do Brasil, no sul, cuja capital era a Bahia, estendendo-se do Rio Grande do Norte (do Ceará, a partir de 1629 ou 1663) até Santa Catarina, e compreendendo os governos de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Em 1633, Richelieu formou uma companhia francesa, que não teve êxito, para explorar as terras do cabo Norte, nos limites do Maroni e do Oiapoque. "Cap de Nord"[67] era como naquela época se designava muitas vezes a região da Guiana, território que pertencia à Espanha e que Filipe II incorporou parcialmente ao Brasil, criando em 14 de junho de 1637 a capitania brasileira do Cabo Norte, tendo por limite setentrional o rio Oiapoque, ou Vicente Pinzón. Bento Maciel Parente, donatário dessa nova capitania e governador do Maranhão, em 1638, mandou construir o forte do Desterro, na embocadura do rio Uacarapi, na Guiana brasileira. A partir do Pará e seguindo instruções recebidas de Madri, uma expedição comandada por Pedro Teixeira explorou, de 1637 a 1639, o rio Amazonas, subindo-o até o Peru.

[67] Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapock et 1'Amazone: Question Brésilienne et Française*, 2 v. in-8º, Paris, 1861. Esta obra é um monumento de erudição.

As Invasões holandesas. O Brasil e a Guerra dos Trinta Anos

Em 1624, uma frota holandesa,[68] sob o comando do almirante Willekens, se apoderou da Bahia, capital do Brasil (em 10 de maio). Os habitantes da cidade e dos seus arredores não tardaram a assediar os invasores, e reforços foram recebidos de Pernambuco e do Rio de Janeiro. As operações foram dirigidas, a princípio, pelo bispo dom Marcos Teixeira e depois, sucessivamente, por Marinho d'Eça e dom Francisco de Moura, natural de Pernambuco. Dois governadores holandeses, van Dorth e Albert Schot, seu sucessor, foram emboscados e mortos, nas cercanias da cidade, pelo brasileiro capitão Padilha. No ano seguinte, em 30 de abril, uma grande expedição hispano-portuguesa, comandada por dom Fradique de Toledo,[69] reconquistou a Bahia, regressando em seguida à Europa. Dois meses antes (12 a 14 de março de 1625), a pequena cidade de Vitória, no Espírito Santo, defendida pelo jovem Salvador Correa de Sá, do Rio de Janeiro, tinha repelido o almirante Piet Heyn – o mesmo que, em 1º de março de 1627, tentara infrutiferamente se apossar da Bahia, defendida então por Diogo de Oliveira. Padilha morreu no combate de Pitanga contra Piet Heyn, em 12 de junho.

A captura da chamada "Frota da Prata", em 1628, por Piet Heyn, encorajou a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Uma segunda expedição,[70] sob as ordens do almirante Lonck e do coronel Waerdenburch, foi enviada ao Brasil e, de 16 de fevereiro a 2 de março de 1630, conseguiu apossar-se de Olinda e Recife. Comandados pelo general Matias de Albuquerque, os brasileiros começaram então uma luta contra os invasores que durou 24 anos. Nessa luta, adquiriram justa notoriedade muitos chefes brasileiros, nascidos na colônia, entre eles Luís Barbalho, Vidal de Negreiros, o índio Camarão e o negro Henrique Dias.[71]

---

[68] Vinte e seis navios, 509 canhões, 3.300 homens.

[69] Cinquenta e seis velas, 945 canhões, 3.200 marinheiros, 7.500 soldados. Um quadro de Castelle, no Museu de Madri, representa o desembarque de dom Fradique na Bahia.

[70] Sessenta e um navios, 7.300 homens.

[71] No diário da primeira parte dessa guerra (*Memórias diárias*), publicado por Duarte de Albuquerque, senhor de Pernambuco, lê-se uma passagem, com data de 14 de maio de 1663, contando o que fez o negro Henrique Dias, ilustrativo das dificuldades da situação. "Julgando que tínhamos *necessidade* da sua pessoa, veio apresentar-se ao general, que o aceitou para servir com outros homens de cor." Pouco depois, Henrique Dias foi feito coronel de um

Embora tivessem recebido reforços, em 1631, os holandeses se encontravam ainda reduzidos às cidades de Olinda e Recife. Naquele ano, tendo sabido da chegada de algumas tropas, transportadas pela esquadra de dom Antônio de Oquendo, incendiaram Olinda e se concentraram em Recife. Mas as tropas destinadas a Pernambuco não ultrapassavam a cifra de 700 portugueses, espanhóis e napolitanos, comandados por Sanfelice, conde de Bagnoli.[72] Em 12 de setembro, foi travada perto dos Abrolhos uma batalha naval sem resultado decisivo, entre os navios de Oquendo e os de Pater, que pereceu no combate.

Matias de Albuquerque tinha instalado entre os rios Beberibe e Capiberibe a praça forte conhecida como Arraial do Bom Jesus, bem como posições fortificadas nas vizinhanças de Recife. De 1630 a 1632, os holandeses tentaram vários ataques, principalmente contra o forte de Cabedelo, na Paraíba, defendido por Matos Cardoso (1631) e o cabo Santo Agostinho, defendido por Maciel Parente (1632), sendo sempre repelidos. Neste último ano, contudo, a deserção de Calabar, mulato muito corajoso, natural de Porto Calvo, que conhecia perfeitamente o teatro das operações, alterou a situação dos dois lados. Guiados por Calabar, os holandeses começaram por saquear e incendiar Iguaraçu (1632), ampliando seu território com uma série de conquistas: Rio Formoso, a despeito da resistência heroica de Pedro de Albuquerque e seus soldados; a ilha de Itamaracá; o Rio Grande do Norte (1633); o forte do Pontal (cabo Santo Agostinho); a Paraíba (1634). Do Arraial os holandeses tinham sido repelidos duas vezes em 1633, mas em 1635, após um sítio de três meses dirigido por Arciszewski, a guarnição capitulou vencida pela fome (6 de junho). No mesmo ano, o almirante Lichthardt se havia apoderado de Barra Grande e de Porto Calvo (março), nas Alagoas, e no dia 2 de julho, depois de cinco meses de assédio, von Schkoppe fazia capitular o forte de Nazaré. Esses revezes forçaram Matias de Albuquerque a abandonar Pernambuco, retirando-se para Alagoas. Milhares de famílias o seguiram, preferindo a emigração ao domínio estrangeiro. Em 19 de julho, Albuquerque retomou Porto Calvo e prendeu Calabar, que foi executado.

regimento composto de negros. Sua fama chegou a Paris, nessa época; seu nome consta de um número extraordinário da *Gazette de France*, de 3 de julho de 1648 (no 97), no artigo "Défaite des Hollandois au Brésil par les Portugais".

[72] Em dialeto napolitano, este nome se pronuncia Bagnolo.

A retirada continuou, rumo ao sul. Tendo chegado alguns reforços, com um novo general, Rojas y Borja, este tomou a ofensiva, mas foi morto na batalha de Mata Redonda, em 18 de janeiro de 1636, na qual Arciszewski levou a melhor. Camarão cobriu a retirada dos soldados derrotados; Bagnoli, o novo comandante, conseguiu manter-se durante algum tempo nas Alagoas, perturbando o inimigo com incursões no território sob seu controle.

A Holanda enviou a Pernambuco, com tropas frescas, o príncipe João Maurício, conde de Nassau-Siegen, nomeado governador-geral do Brasil holandês. Em 18 de fevereiro de 1637, Maurício alcançou a vitória de Comendaituba sobre a vanguarda de Bagnoli, comandada por Almiron; apoderou-se de Porto Calvo e prosseguiu em marcha triunfal até o rio São Francisco. Nesse mesmo ano, o almirante Lichthardt foi repelido ao tentar um desembarque em Ilhéus (27 de junho); Garstman tomou o forte do Ceará; von Schkoppe dizimou Sergipe e forçou Bagnoli a bater em retirada para a Bahia.

Duas vezes Maurício de Nassau tentou em vão tomar a Bahia (1638), mas teve de desistir e se retirar, depois de 40 dias de campanha, sofrendo perdas consideráveis. Bagnoli, que comandara a defesa da cidade, foi feito príncipe por Filipe II.

Na ilha de Antônio Vaz, Maurício de Nassau fundou Mauritzstadt, que é hoje, com o nome de Santo Antônio, um dos três distritos que compõem a cidade do Recife. Atraiu ao Brasil os naturalistas Piso e Marcgraf, o cosmógrafo Ruiters, o matemático Cralitz, o erudito Herckmann, o poeta Plante, os pintores Franz Post e A. van den Eckhoute, o arquiteto P. Post. Instalou um observatório, proclamou a liberdade de culto (com algumas restrições, impostas pouco depois, para cumprir ordens recebidas da metrópole), e obteve dos Estados-Gerais a liberdade de comércio, ficando o monopólio da Companhia das Índias Ocidentais limitado à importação de escravos e à exportação de madeiras para tinturaria (1638).

Em 1639, o conde da Torre chegou à Bahia como governador-geral do Brasil, trazendo frota e tropas cujo número tinha sido reduzido à metade em função de uma epidemia durante a escala dos seus navios na África. Com reforços recebidos do Rio de Janeiro e de São Paulo, o novo governador rumou para o norte, pretendendo desembarcar perto de Recife, mas as correntes e o mau tempo deslocaram a esquadra para o cabo São Roque, seguida pelos holandeses, que a atacaram quatro vezes,

sem sucesso (em 13, 14 e 15 de janeiro de 1640). O rompimento entre o conde da Torre e o almirante espanhol Vega Bazan privou o primeiro do apoio dos navios do segundo. Uma parte do exército desembarcou, a 7 de fevereiro, no porto de Touro, sob a chefia de Luís Barbalho. A outra parte regressou à Bahia, com o conde da Torre e o príncipe de Bagnoli,[73] utilizando-se dos meios de transporte disponíveis, e arriscando-se à captura, uma vez que os navios de guerra espanhóis e portugueses continuaram sua navegação, rumo ao golfo do México. Nessa marcha de 300 léguas até a Bahia, Barbalho conseguiu atravessar todo o território ocupado pelos holandeses. Começou por aprisionar, num combate no Potengi, o governador do Rio Grande, Garstman; depois, tomou a cidade de Goiana (28 de fevereiro) e obteve outras vitórias em dois combates – em Salgado (nas Alagoas, à margem direita do Paraíba) e em Unhaú (Nhuanhú na carta de Barloeus).[74]

Entre 29 de abril e 30 de maio, as fazendas e plantações nos arredores da Bahia foram dizimadas pelo almirante Lichthardt. Em 21 de junho, chegou à Bahia o marquês de Montalvão, primeiro vice-rei nomeado para o Brasil. Enviado ao rio Real, Luís Barbalho derrotou o inimigo (1º de agosto) e, depois de um combate encarniçado, conseguiu apossar-se da principal fortificação holandesa (10 de setembro). Os habitantes de Vitória e Vila Velha, no Espírito Santo, em 29 e 30 de outubro repeliram um ataque do coronel Koen.

Pouco depois, chegou à Bahia e se difundiu por todo o Brasil a notícia da revolução havida em Portugal contra o domínio espanhol (15 de fevereiro de 1641). Aclamado rei de Portugal com o título de João IV, o duque de Bragança foi logo reconhecido nas capitanias do Brasil não ocupadas pelos holandeses e em todas as colônias portuguesas. Um embaixador de João IV foi recebido na Haia e, em 13 de fevereiro, os Estados Gerais ordenaram que a partir daquele momento os portugueses fossem tratados amistosamente. A 12 de junho foi assinado na Haia um tratado estipulando um armistício de

[73] Alguns historiadores têm sustentado que o príncipe de Bagnolo deixou, então, o Brasil. Na verdade, ele morreu em 26 de agosto de 1640, na Bahia; segundo o atestado de óbito, foi enterrado na igreja do Convento dos Carmelitas. Esta informação se encontra na *História Militar do Brasil* (p. 407), obra inédita de Miralles, que a concluiu em 1762, na Bahia.

[74] Os relatos de L. Barbalho, do conde da Torre e do seu sucessor até hoje não foram descobertos. Graças a documentos espanhóis e holandeses inéditos, e a cartas da Bahia interceptadas pelos holandeses, foi possível dar aqui algumas informações novas e retificar certos fatos e datas.

10 anos entre a República e Portugal, bem como uma aliança ofensiva e defensiva contra a Espanha. Maurício de Nassau, contudo, sob o pretexto de que esse tratado não fora ainda ratificado por Portugal, aproveitou a oportunidade para ocupar Sergipe até o rio Real (abril de 1641); para enviar o almirante Jol com a missão de tomar São Paulo de Luanda e a ilha de São Tomé, na África; e para conquistar o Maranhão (25 de novembro).

No ano seguinte, os habitantes do Maranhão se sublevaram, liderados por Muniz Barreiros e Teixeira de Mello, conseguindo expulsar os holandeses (em 1644). Quase ao mesmo tempo, os indígenas se apoderaram do forte do Ceará, que destruíram – mas os holandeses logo construíram um novo forte.

O declínio do poder holandês no Brasil começava assim no momento em que as províncias brasileiras conquistadas se viam abandonadas pela metrópole. Em 1644, Maurício de Nassau retornou à Europa.

Em 23 de maio de 1645, Fernandes Vieira, Antônio Cavalcanti e vários outros dos mais ricos habitantes de Pernambuco, estimulados secretamente pelo governador-geral do Brasil português, Antônio Teles da Silva, assinaram compromisso de provocar uma insurreição para "liberar sua pátria". A revolução explodiu em 13 de junho, e os regimentos do antigo exército de Pernambuco, comandados por Vidal, Camarão e Henrique Dias, se juntaram pouco depois aos revolucionários. Fernandes Vieira ganhou a batalha de Tabocas (3 de agosto) e, reunido com Vidal, forçou a rendição do comandante holandês, Hous, na batalha de Casa Forte (7 de agosto). Para vingar-se desses revezes, Lichthardt destruiu em Tamandaré (9 de setembro) uma pequena esquadra procedente da Bahia, que tinha o comando de Serrão de Paiva.

Os brasileiros se apossaram dos fortes de Serinhaém (3 de agosto), Porto Calvo e Penedo (17 de setembro); de Sergipe e da cidade de Olinda, que tinha sido reconstruída nos tempos de Nassau. Mas foram repelidos em Itamaracá (23 de setembro). Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, obtiveram as vitórias de Inhobim (11 de setembro) e de Cunhaú (23 de novembro), depois a de Guaju (26 de janeiro de 1646), graças a Camarão. Foi em 24 de abril de 1646 que ocorreu a bela defesa de Tijucopapo, por Agostinho Nunes. Naquele mesmo ano, Vidal e Vieira batiam o inimigo na ilha de Itamaracá, a qual precisaram, contudo, evacuar, ao ter

conhecimento da chegada de grandes reforços comandados pelo almirante Banckert[75] e pelo general Sigemundt von Schkoppe. Este último sofreu uma derrota ao atacar a cidade de Olinda, em 5 de agosto. Pelo fim do ano, os holandeses voltaram a ocupar Penedo e a embocadura do rio São Francisco, mas tiveram de evacuar essas regiões quando uma das suas divisões foi destruída pelos homens de Francisco Rebello em Urambu, perto do rio, no dia 31 de dezembro.

Em 1647, Schkoppe ameaçou a capital do Brasil, fortificando-se na ilha de Itamaracá. Enviado para atacá-lo, Rebelo foi repelido e morto (10 de agosto). A 15 de dezembro, Schkoppe embarcou seus homens às pressas; sete dias mais tarde, chegava à Bahia a frota do conde de Vila Pouca, nomeado governador-geral do Brasil, que trazia alguns soldados. De seu lado, os holandeses recebiam grandes reforços comandados pelo almirante De With, e o general Schkoppe se decidia a atacar o exército sitiante, comandado então pelo general Barreto de Menezes. A batalha teve lugar em 19 de abril de 1648, nas colinas de Guararapes, e a vitória de Barreto de Menezes foi completa. Pouco depois, num encontro naval em frente à Bahia, entre De With e uma parte da esquadra do almirante Luís da Silva Telles, o comandante do galeão português *Rosário*, Pedro Carneiro, foi abordado por dois vasos inimigos. Vendo que a resistência era impossível, incendiou seu barco, que explodiu, destruindo os dois navios holandeses.[76]

Em 1648, uma expedição organizada no Rio de Janeiro pelo almirante Salvador Corrêa de Sá, natural dessa cidade, se apoderou dos fortes de Luanda e tomou Angola dos holandeses.

Em 19 de fevereiro de 1649, os holandeses sofreram perdas ainda maiores do que as do ano precedente, numa nova batalha em Oitizeiro (nas mesmas colinas de Guararapes), ganha por Barreto. O assédio de

[75] Varnhagen o chama de Baucher. Enganou-se ao ler o nome ortografado dessa forma, e assim transformado, na obra de Moreau, a quem não se pode atribuir tal erro, pois conheceu pessoalmente Banckert. A falha deve ser imputada a uma interpretação errônea do manuscrito, quando da sua impressão. Trata-se do almirante Joost van Trappen, dito Banckert, que já era célebre, sobretudo depois das batalhas das Dunas (1639), entre Tromp e Oquendo.

[76] Relatório de 19 de dezembro de 1648, do general Schkoppe. O nome do comandante do *Rosário*, que um historiador moderno dessa guerra lamentou ignorar, pode ser encontrado em Portugal *restaurado*, de Ericeira, tomo II, p.256 (ed. de 1751), e na obra de Santa Teresa, tomo II, p.133. Pedro Carneiro era Cavaleiro de Malta, assim como um oficial que se encontrava a bordo, e que pereceu, como toda a tripulação – Alfonso de Noronha, segundo filho do conde de Linhares.

Mauritzstadt e do Recife, iniciado em 1645, durou ainda cinco anos, em função do domínio do mar, que continuava com os invasores. Por fim, chegou uma esquadra portuguesa para bloquear o porto, comandada por Jacques de Magalhães, e Barreto começava o assalto dos fortes exteriores, dos quais se foi apossando. O general Schkoppe capitulou em 26 de janeiro de 1654, e todas as posições ocupadas ainda pelos holandeses no Brasil foram entregues ao rei de Portugal.

A conquista do interior, nos séculos XVI, XVII e XVIII. As Guerras dos Paulistas. Descoberta das minas de ouro

De 1573 até 1578, durante o governo de Brito e Almeida, várias expedições penetraram no interior do território brasileiro. Assim, Sebastião Tourinho, que já havia chegado a Minas Gerais pelo rio Doce, em 1573 partiu de Porto Seguro, chegando à serra dos Órgãos (Rio de Janeiro); depois, tomando o rumo do noroeste, atravessou o território de Minas Gerais e desceu o rio Jequitinhonha. Dias Adorno penetrou em Minas pelo rio Caravelas. Até 1598, Bastião Álvares, de Porto Seguro; Gabriel Soares de Souza, da Bahia (autos do *Tratado descritivo do Brasil em 1587*); Domingos Martins Cão, do Espírito Santo; e Marcos de Azeredo Coutinho conduziram expedições ao São Francisco e a Minas Gerais. Saindo do Rio de Janeiro, em 1592, Martim de Sá ultrapassou a serra da Mantiqueira. Eram ainda mais numerosas as expedições que partiam de São Paulo.

Durante o domínio espanhol (1580-1640), os paulistas, que foram no Brasil os exploradores pioneiros no centro e no sul do país, penetraram fundo no interior do país, em busca de ouro e na caça a índios, que eram escravizados para trabalhar nas plantações do litoral. Atacados pelos indígenas, limitaram-se, a princípio, à defensiva, mas depois tomaram a decisão de se livrar dos inimigos. A primeira guerra ofensiva dos paulistas, dirigida por Jerônimo Leitão, foi conduzida contra os tupiniquins do Anhembi, hoje Tietê, que, segundo os jesuítas espanhóis, tinham 300 aldeias e 30 mil combatentes. Essas aldeias foram quase todas destruídas, e um grande número de índios reduzidos à escravidão. A guerra durou seis anos. De 1592 a 1599, sob a direção de Afonso Sardinha, e, depois, de Jorge Correa e João do Prado, desencadearam uma segunda guerra

de extermínio contra os indígenas do rio Jeticaí, hoje rio Grande, que, com o Paranaíba, forma o Paraná.

Já nos primeiros anos do século XVII (1601-1602), como o demonstra o itinerário de Glimmer, os paulistas chegavam a Sabará, no interior de Minas Gerais. Uma terceira grande expedição, que parece ter sido dirigida por Nicolau Barreto, Manuel Preto e vários outros habitantes de São Paulo, dirigiu-se mais para o norte (1602), assolando durante cinco anos as vilas e acampamentos indígenas do Paraupaba, isto é, do alto Araguaia. Alega-se que em 1592 Sebastião Marinho já tinha chegado a Goiás.

Em 1606, os paulistas não podiam levantar para essas expedições mais do que 1.800 homens, sendo 300 brancos e 1.500 índios, quase todos munidos de armas de fogo e protegidos por uma couraça de couro forrado de algodão.[77] Esse número foi aumentado com o acréscimo de aventureiros do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e de índios prisioneiros. Em suas terras de Expectação, perto de São Paulo, Manuel Preto[78] tinha, só ele, mil combatentes indígenas. Dava-se a essas expedições ao interior o nome de "bandeiras"; aos seus membros, a designação de "bandeirantes".

Por volta de 1620, as expedições de São Paulo começaram a se dirigir contra os indígenas que habitavam as costas meridionais do país. Vários milhares de índios patos foram trazidos para São Vicente e Rio de Janeiro. Em 1627, os paulistas foram atacados pelo cacique Taiaobá, aliado dos jesuítas espanhóis. No ano seguinte, para se vingar dessa agressão, os paulistas dizimaram as fronteiras da província de Guaíra. Os espanhóis e os jesuítas do Paraguai davam este nome ao território compreendido

[77] " (...) Todos muito bem-armados com escopetas, vestidos com gibões, que se parecem com dalmáticas, estofadas de algodão, com que, vestido o soldado da cabeça aos pés, luta com segurança contra flechas, ao som de tambor bandeira estendida e ordem militar (...)" (Montoya, *Conquista espiritual*, parágrafo 75, p. 92). No começo do século XIX, os soldados de São Paulo, empregados contra os índios, ainda conservavam esse modo de vestir. O pintor Debret assim os representou na sua "Viagem Pitoresca ao Brasil" (Tomo I, plancha 21): "Selvagens civilizados, soldados indígenas de Mogi das Cruzes combatendo os Botocudos".

[78] Manuel Preto era português. Numa obra recente, lemos que era conhecido em São Paulo como "o herói da Guaíra". Por equívoco se lhe deu esse epíteto, pois provavelmente já não vivia no momento da conquista da província da Guaíra. Os jesuítas mencionam certo João Preto que visitou Guaíra nessa época e que se fixou em Assunção, mas trata-se de um charlatão, não de um herói. Manuel Preto tinha três irmãos – Inocêncio, Sebastião e José – e um filho, Antônio Preto.

entre o Paranapanema, o Itararé, o Iguaçu e a margem esquerda do Paraná. Em 1630, podia-se ver duas pequenas vilas habitadas pelos espanhóis: Ciudad Real, sobre o rio Pequiri, perto da sua embocadura no Paraná; Vila Rica, sobre o Ivaí. E também muitos aldeamentos de indígenas sujeitos aos jesuítas do Paraguai. Loreto e Santo Inacio, na margem esquerda do Paranapanema, fundadas em 1610, eram as missões mais antigas e mais importantes. As demais tinham criação recente: Angeles, formada com índios do chefe Taiaobá (1628), e São Tomé (1628), sobre o rio Corumbataí; Concepción de los Gualachos (1628), perto das fontes desse rio; São Paulo (1627) e Santo Antônio (1628), na margem direita do Ivaí; São José (1624) e São Xavier (1623), em dois afluentes da margem esquerda do Tibagi; Encarnación (1625), Jesus Maria (1630) e São Miguel, na margem esquerda desse rio; São Pedro (1627), a leste do Tibagi. Na embocadura do Iguaçu, os jesuítas espanhóis tinham a redução de Santa Maria Maior (1626); no Paraná, da confluência do Acaraig para o Sul, várias outras; mas elas formavam a província do Paraná. Desde 1620, eles tinham começado a criar seus estabelecimentos no rio Uruguai e afluentes – região designada na época como província de Uruaig.

Em 1630, dirigidos por Antônio Raposo Tavares,[79] que tinha sob suas ordens Frederico de Melo, Antônio Bicudo, Simão Álvares e Manuel Morato,[80] os paulistas subiram a ribeira de Iguape, cruzaram a serra de Paranapiacaba e alcançaram a parte meridional da província de Guaíra. Bicudo se apossou de São Miguel; Alvares, de Santo Antônio; Morato, de Jesus Maria. Anunciavam: "Viemos expulsá-los deste país, que nos pertence e não ao rei da Espanha." [81]

---

[79] Os cronistas da província de São Paulo e todos os historiadores confundem muitas vezes Raposo Tavares com Antônio Raposo, que faleceu em 1633. Seu filho, Antônio Raposo, partiu de São Paulo em 1631, levando alguns reforços para a guerra contra os holandeses. Em 1641, encontrava-se em Cartagena das Índias com muitos outros oficiais e soldados portugueses e brasileiros desembarcados da frota de Vega Bazan. Em 1651, chegava a Gurupá, no rio Amazonas. Quanto a Antônio Raposo Tavares, era natural de São Miguel de Beja, em Portugal. Chegou a São Vicente em 1622 e foi incontestavelmente o chefe das primeiras expedições contra as missões dos jesuítas no Paraguai, segundo declarações feitas em Madri por Montoya e Lourenço de Mendonça, prelado do Rio de Janeiro.

[80] Melo era natural do Espírito Santo, segundo Paes Leme (*Nobiliarquia paulistana*). Bicudo era paulista. Sobre os outros dois, citados por Techo (*Hist. prov. paraq*.), não pudemos encontrar qualquer informação.

[81] "Venimos a echarlos de toda estar región porque esta tierra es nuestra y no del rey de España." (Montoya, Cong. esp., parágrafo 35). Em uma das suas representações ao rei, Montoya dizia:

No ano seguinte, os paulistas se apoderaram de São Paulo e de São Xavier, repeliram nesta última cidade um ataque dos espanhóis de Vila Rica, e depois se apossaram de São Pedro e de Concepción de los Gualachos. Os jesuítas reuniram em Loreto e Santo Inacio todos os índios que haviam podido escapar a essas *razzias*, e decidiram abandonar a província de Guaíra para fixar-se entre o Paraná e o Uruguai (1631), onde já tinham várias missões. Do outro lado só retiveram as reduções de Santa Maria Maior do Iguaçu e de Natividad do Acaraig, evacuadas em 1633. Logo depois da sua partida, os paulistas tomaram as cidades espanholas de Villa Rica e Ciudad Real (1631), que destruíram completamente. Graças à intervenção do bispo do Paraguai, que se encontrava em visita pastoral na primeira daquelas cidades, seus moradores puderam partir sem ser perturbados, indo instalar-se nas margens do Jejuí (Paraguai).

Em 1632, os paulistas cruzaram o alto Paraná e tomaram três reduções de índios itatines, que os jesuítas tinham acabado de fundar a oeste do rio Pardo (Mato Grosso), bem como Santiago de Jerez, cidade espanhola situada num planalto da serra de Amambai, perto das nascentes do rio Aquidauana.[82] Muitos espanhóis foram coniventes, indo fixar-se em São Paulo.

De 1626 a 1634, os jesuítas do Paraguai tinham conseguido estender suas missões sobre uma grande parte do território que forma hoje a província brasileira do Rio Grande do Sul. Quando houve a primeira invasão dos paulistas (1636), as reduções ou cidadelas jesuíticas eram 15, situadas entre o Ijuí (Iiuií) e a serra Geral, ao norte; o Ibicuí (chamado então Ibicuiti) e o Jacuí (Igaí, também chamado Fasido), ao sul; o Uruguai, a oeste; e o Taquari (na época Tebicuari ou rio do Espírito Santo), a leste. A parte oriental desse território foi designada como "província de Tape".[83]

"(...) Naquelas vilas, parece que não conhecem vossa majestade por suas cédulas, que recebem com mosquetes e mechas acesas, e nunca as executam."

[82] Vilas que acabam de ser fundadas. Uma cidade de Jerez tinha sido criada em 1579 por Melgarejo, sobre o Mbotetei (Hoje, Aquidauana. (N.E)), depois evacuada. Em 1593, Rui Diaz de Guzmán, governador de Guaíra, fundou com os habitantes de Ciudad Real uma segunda cidade de Jerez, na margem direita do Mondego. Em 1625, seus habitantes, autorizados pelo governador do Paraguai, foram estabelecer-se nos planaltos de Amambai, no lugar conhecido na época como Llanos de Yaguary. As três vilas destruídas foram: São José de Itatines, Angeles e São Pedro e São Paulo.

[83] Os aldeamentos ou vilas (*pueblos*) dos jesuítas no Paraguai muitas vezes mudavam de lugar, e outras vilas de igual nome eram fundadas em lugares diferentes. Eis as que existiam no Rio Grande do Sul em 1636, com a data da sua fundação: na margem direita do rio Pardo (conhecido, então, como Yequi ou rio Verde), subindo aquele rio, São Cristovão (1634) e

Essas missões foram destruídas – como as da província de Guaíra – logo depois da sua fundação.

Em setembro de 1636, Raposo Tavares partiu de São Paulo com seu exército e, no dia 3 de dezembro, depois de um combate de seis horas, tomou Jesus Maria de Iequi (rio Pardo). As reduções de São Cristóvão, São Joaquim e Santana foram evacuadas, mas os paulistas fizeram grande número de prisioneiros e repeliram um ataque dos índios, chefiados pelo padre Romero. A redução de Natividad de Araricá foi abandonada, e no território do Tape só restou aos jesuítas sua colônia de Santa Teresa de Ibituruna, que foi tomada o ano seguinte (dezembro de 1637).

Em 1638, os paulistas completaram a destruição dos estabelecimentos espanhóis situados a oriente do Uruguai. Vencedores em Caaro, Caazapaguazú (onde o combate durou dois dias), Caazapamini e São Nicolau,[84] forçaram os jesuítas a emigrar com os índios que puderam escapar à catástrofe e que foram se incorporar às reduções entre o Uruguai e o Paraná, ou formar nessa região novas colônias, algumas das quais conservavam o nome das que tinham sido destruídas.[85]

Em março de 1641, os paulistas tentaram atacar essas missões, mas foram repelidos pelos guaranis perto do Mbororé, na margem direita do Uruguai. Nessa época, suas expedições se dirigiam antes para o oeste e o norte do que para o sul. Viu-se então prolongarem suas incursões até a parte setentrional do Paraguai, no distrito de Santa Cruz de la Sierra, e as cordilheiras do Peru. Em 1636, um dos seus chefes, Francisco Pedroso Xavier, tomou e destruiu a segunda Villa Rica, sobre o Jejuí (Paraguai),

---

Jesus Maria (1633); na margem esquerda, perto das suas nascentes, São Joaquim (1633); no passo de Jacuí, na margem esquerda do rio desse nome, Santana (1633); na margem direita do Ararica, Natividad (1632). Perto das nascentes do Jacuí, não longe do lugar onde hoje se encontra Cruz Alta, Santa Teresa de Ibituruna (1633). Nas nascentes do rio Ijuí Grande, São Carlos de Caapi (1631). Na margem direita do Ijuí Mirim, Apóstoles de Caazapaguazú (1631) e, descendo o mesmo rio, Martires de Caaro (1628). Entre o Ijuí e o Piratini, Candelaria de Caazaparmini (1617). Na margem esquerda do Piratini, perto da sua confluência com o Uruguai, San Nicolas (1626). Na margem direita do Itu (na época, Tibiquaci), Santo Tomé (1633); na margem direita do Ibicuí, subindo esse rio, São José de Itaquatiá (1633), São Miguel (1632) e Cosme e Damião (1634).

[84] Nesses combates, certo Nicolas Nenguiru, *bom na guerra e na paz*, comandava a ala direita dos guaranis. Talvez se trate de um antepassado do Nicolas Nenguiru que ficou célebre durante a guerra de 1754-56.

[85] Nessa época, foram fundadas, na região Santo Tomé, Apóstoles, São Carlos, São José, São Nicolau (transferida mais tarde novamente para o Piratini, mas em outro local), Candelaria, Mártires, São Cosme, Santana.

assim como a vários aldeamentos indígenas das cercanias. Perseguido por Andino, antigo governador do Paraguai, esperou-o nas montanhas de Maracaju e, depois de um combate, obrigou-o a bater em retirada.

Entre as autoridades municipais e os habitantes de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pará, de um lado; e os jesuítas, de outro, travou-se uma longa luta por causa dos índios. Os jesuítas defendiam a liberdade dos indígenas, mas eram acusados de explorá-los em seu benefício. No Rio de Janeiro, em 1632, houve uma tentativa de explodir com pólvora o quarto do primeiro prelado da cidade, Lourenço de Mendonça, que defendia a liberdade dos índios. Em São Paulo, os habitantes se apoderaram de todos os índios que trabalhavam nas plantações do colégio dos jesuítas (1633) e, em 1640, expulsaram da cidade esses religiosos, que só retornaram em 1653, tendo aceitado as condições que lhes foram impostas. As bulas papais e as ordens do rei condenando a escravidão, obtidas por Ruiz de Montoya, Dias Taño e Lourenço de Mendonça, não eram obedecidas. No Rio de Janeiro, ocorreram distúrbios. Em 1641, alguns paulistas pretenderam separar-se de Portugal e coroar rei Amador Bueno. Este se recusou, aclamando João IV, já reconhecido em todas as partes do Brasil não ocupadas pelos holandeses.

Em 1661, os habitantes do Pará e do Maranhão – onde o célebre padre Antônio Vieira defendia a liberdade dos índios – expulsaram também os jesuítas. Essa animosidade durou até a expulsão da Ordem, em 1759. Em 1755 (6 de junho) e em 1758 (8 de maio), Pombal obteve do rei José I duas leis que puseram fim à escravidão dos índios, obrigando a execução, no Brasil, de uma lei de 1º de abril de 1680.

No momento da expulsão dos holandeses (1654), a ocupação do território brasileiro pelos portugueses se estendia, pelo litoral, do rio Amazonas, no norte, ao Paranaguá, no sul. Na ilha de Santa Catarina, não havia então mais do que uma dúzia de colonos paulistas.

O governo do Pará consistia apenas das pequenas cidades de Belém do Pará, Cametá e Gurupá, e do forte do Desterro, no Uacarapi, na margem direita do Amazonas. O Maranhão tinha só a cidade de São Luís e as vilas de Santa Maria de Guaxenduba ou Águas Boas e Tapuitapera (Alcântara). Continuando pela costa, rumo ao Sul, encontrava-se no Ceará a vila e o forte desse nome. O Rio Grande do Norte consistia na cidade de Natal e em várias aldeias indígenas (Apuã, Jaraguá, Pirari etc.); Paraíba, na cidade

do mesmo nome (Frederica dos holandeses), a vila de São Pedro e São Paulo (Mamanguape) e várias aldeias indígenas: Petimbu, Nhiajereba, Ibiapuá, Pindaúna, Nhumajai, Urutagui (hoje Alhambra), Itapuã, Guiraobira (Independência). Pernambuco era mais povoado e tinha as cidades de Olinda, Recife-Santo Antônio (Mauritzstad) e Iguaraçu; as vilas de Goiana, São Lourenço de Tijucopapo, Conceição de Itamaracá (Vila Schkoppe), São Francisco de Pau d'Alho, Luz, Guaibipopaba, São Lourenço da Mata, Santo Amaro (Jaboatão), Muribeca, São Miguel de Ipojuca, Nazaré do Cabo de Santo Agostinho, Santo Antônio do Cabo, Serinhaém, Santo Amaro (perto de Serinhaém) e São Gonçalo do Una. E algumas povoações menos importantes, entre as quais Taquara, Guia de Saracunhayã (hoje Nazaré), Prazeres (Glória de Goitá) e Santo Antão (Vitória), assim como vários aldeamentos indígenas (Caarecé, Itapecirica etc.). Em Alagoas, se encontravam as vilas de Porto Calvo, Santa Luzia do Norte, Conceição de Alagoas, Penedo (Mauritius dos holandeses) e Ajuda (hoje Anadia), bem como as povoações de São Gonçalo de Peripueira, Santo Amaro (Atalaia) e Anunciação (Pilar). Em Sergipe, a cidade de São Cristóvão e as vilas de Santo Antônio, no rio São Francisco (Porteira), e Santo Antônio da Serra de Itapuama (Itabaiana).

A Bahia contava com a capital do Brasil, São Salvador da Bahia (provavelmente com 20 mil habitantes), a cidade de Camamu, as vilas de Cachoeira, Santo Amaro, Valença, Cairu, além de muitas povoações; ao sul do rio das Contas, a aldeia de Barra do Rio das Contas, as cidades de Ilhéus e Porto Seguro, as vilas de Santa Cruz, Trancoso, Patatibe (Vila Verde) e Caravelas. No Espírito Santo, as cidades de Vitória e Espírito Santo e as aldeias indígenas de São Mateus, Reis Magos (Almeida), Santana (Guaraparim) e Reritigba (Benevente).

No Rio de Janeiro, em 1648, a cidade desse nome não tinha mais do que 2.500 habitantes, além da guarnição de 600 homens, consistindo apenas em três ou quatro ruas paralelas ao mar, entre as colinas do Castelo e de São Bento. Em 1654, havia também as cidades de Ilha Grande (hoje Angra dos Reis) e de Cabo Frio, e as vilas de São Cristóvão*, Irajá, Iguaçu, Trairaponga (Meriti), Magepe (Magé), Caçarebu (Santo Antônio de Sá), Desterro (Itambi), Conceição (Itaboraí) e Gaxindiba (São Gonçalo); as

* Hoje, um bairro do Rio de Janeiro. (N.E)

vilas indígenas de São Lourenço, Icaraí, Cabuçu (Vila Nova), São Pedro de Araruama, Sepetiba, Guia (Mangaratiba) e Parati.

O território de São Vicente (hoje São Paulo) possuía, no litoral, as cidades de Ubatuba, São Sebastião, Santos, São Vicente (a capital), Itanhaém, Iguape e Cananéia, e a vila de Paranaguá. No interior, as cidades de São Paulo, Mogi das Cruzes, Parnaíba, Itaboaté (Taubaté), Jacareí, Aldeias do Ó, Guarulhos, Conceição dos Pinheiros, São Miguel, Santo Amaro de Ibirapuera, Ajuda (Itaquaquecetuba), Jundiaí (elevada a cidade em 1655), Guaratinguetá e Araçariguama, além de várias povoações ou estabelecimentos cujos proprietários tinham grande número de índios escravos ou militarizados. Em 1654, uma vila começou a se formar em Sorocaba.

De 1660 a 1662, uma expedição chefiada por Paes Leme (Fernão Dias), natural de São Paulo, atravessou a serra da Mantiqueira e explorou grande parte do interior, ultrapassando as montanhas de Serro Frio. Por volta de 1663, outro paulista, Lourenço Castanho Taques, descobriu ouro no distrito que designou como Minas dos Cataguás e pouco depois se chamaria Minas Gerais. Várias outras expedições originadas em São Paulo penetraram no interior em busca de minas. Em 1672, Pascoal Paes de Araújo chegou às nascentes do Tocantins. Em 1682, Bartolomeu Bueno, que os índios apelidaram de Anhanguera (o diabo), e Antônio Pires de Campos avançaram na mesma direção. Manuel de Borba Gato, genro de Paes Leme, Antônio Dias Arzão e um grande número de paulistas se fixaram nas Minas Gerais, onde muitas vilas foram fundadas no fim do século XVII. Cedo apareceram aventureiros procedentes do Rio de Janeiro e da Bahia; a imigração portuguesa, que se destinava principalmente à Bahia e a Pernambuco, teve um grande desenvolvimento e começou a se dirigir, através do Rio de Janeiro, para a região das minas.

Em 1708, ocorreram conflitos entre os paulistas e os aventureiros de outras partes do Brasil e de Portugal, que os primeiros chamavam de forasteiros ou "emboabas" (de *amõ*, longe, e *abá*, homem). Chefiados por Domingos da Silva Monteiro, os paulistas foram vitoriosos no rio das Mortes, onde pouco depois foram batidos por Bento do Amaral Coutinho, natural do Rio, enviado por Manuel Nunes Viana, o chefe dos emboabas, e precisaram retirar-se para Pitangui.[86] Chegado em 1709, o governador

[86] Guerra civil pouco estudada, sobre a qual os documentos publicados até aqui (ano de 1809 – N.E.) são absolutamente insuficientes.

Antônio de Albuquerque conseguiu pôr fim a essa guerra civil; nomeou as primeiras autoridades governamentais em Minas Gerais e organizou, com apoio dos dois partidos, os primeiros regimentos milicianos e um outro de tropas regulares.

Por ocasião da invasão holandesa, alguns negros escravos tinham abandonado seus proprietários, em Pernambuco, estabelecendo-se nas florestas de Palmares, em Alagoas. Seu número em breve se elevou a vários milhares, e conseguiram manter-se independentes durante mais de 60 anos, repelindo em primeiro lugar os ataques dos holandeses e, mais tarde, dos brasileiros-portugueses. Depois de uma guerra de alguns anos, só em 1697 foram submetidos, por um pequeno exército procedente de São Paulo, chefiado por Domingos Jorge Velho. Diante da derrota definitiva, os principais chefes negros se jogaram do alto de um rochedo, preferindo a morte à escravidão.

O território do Piauí começou a ser povoado em 1674, por Domingos Afonso Mafrense, natural da margem norte do rio São Francisco. Em 1718 e 1719, Antônio Pires de Campos Filho, Pascoal Moreira Cabral e outros paulistas fundaram os primeiros estabelecimentos portugueses em Mato Grosso.

O comércio do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII

As possessões portuguesas do Brasil só tinham comércio direto com a metrópole. No entanto, desde o século XVI, alguns comerciantes estrangeiros estabeleceram feitorias ou casas de comércio nos portos mais importantes. Os célebres Schetz, de Antuérpia, mantinham um agente em São Vicente, onde dispunham de uma usina de açúcar. Durante o período em que Portugal e Espanha estiveram reunidos (1580-1640), foram estabelecidas relações comerciais bastante regulares entre a Bahia, o Rio de Janeiro e o Prata.

Nos séculos XVI e XVII, a exportação brasileira consistia principalmente de açúcar, madeiras para tinturaria e construção, e couros. A pecuária era praticada sobretudo na Paraíba e em São Paulo. Só nos primeiros anos do século XVIII, a exportação de ouro e diamantes começou a ser importante. Nessa época, havia um considerável comércio clandestino, pela colônia do Sacramento, entre o Rio de Janeiro e as províncias espanholas do Prata.

No século XVII, durante a guerra com a Holanda, criou-se o hábito de reunir em comboio, sob a proteção de navios de guerra, os barcos mercantes que faziam o comércio entre Portugal, Bahia e Rio de Janeiro. O almirante brasileiro Salvador Corrêa de Sá comandou alguns desses comboios. Em 1649, foi organizada em Lisboa uma empresa poderosa, a Companhia Geral do Comércio do Brasil, cujo nome foi mudado, em 1660, para Junta do Comércio. Essa companhia privilegiada teve, desde o início, muitos navios armados e mantinha um regimento de infantaria e de artilharia naval. A cada ano enviava um comboio que, partindo de Lisboa ou do Porto, se dirigia a Recife, à Bahia e ao Rio de Janeiro, transportando para Portugal os produtos desse país. As representações feitas pelos comerciantes do Rio de Janeiro e da Bahia contra esse monopólio levaram a reformas e, depois, à extinção da Companhia (1720). Persistiu, porém, o costume dos comboios comerciais, sob a proteção de navios de guerra. Em 10 de setembro de 1765, o marquês de Pombal permitia aos navios mercantes viajar entre Portugal e Brasil fora de um comboio. Em 1755, o mesmo ministro criou duas novas companhias privilegiadas, a do Grão-Pará e Maranhão e a de Pernambuco e Paraíba. As duas foram extintas em 1788.

Sob o governo de Salvador Corrêa de Sá, no Rio de Janeiro – e na mesma época, também na Bahia (1650) –, estaleiros de construção naval foram erguidos nesses dois portos. Muitos vasos de grande porte e fragatas da marinha real foram construídos no Brasil. Outros estaleiros foram erguidos no século XVIII e no começo do século XIX, época em que os portugueses construíam regularmente no Brasil uma grande parte dos seus navios de guerra.

Guerra com os espanhóis e invasões francesas nos séculos XVII e XVIII

Em 1680, dom Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, fundou na margem esquerda do Prata, em frente de Buenos Aires, a colônia de Sacramento – longe da parte povoada do Brasil, cujo estabelecimento mais meridional estava na ilha de Santa Catarina. Sacramento foi objeto de longas querelas com a Espanha, à qual foi transferida pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. No mesmo ano da sua fundação, a colônia foi tomada pelos espanhóis de Buenos Aires e pelos guaranis das Missões

jesuíticas do Paraná e do Uruguai, sob o comando de Vera Mujica (em 7 de agosto). Restituída aquela colônia a Portugal pelo Tratado de 7 de maio de 1681, foi reconstruída em 1683. No ano seguinte, os colonos de São Paulo fundaram a ilha de Laguna, no litoral de Santa Catarina.

Quanto aos franceses, depois de várias tentativas de colonização, estabeleceram-se em Caiena, de onde expulsaram os holandeses em 1664.

O primeiro governador francês, Lefebvre de la Barre, regressou à França no ano seguinte e publicou um livro[87] no qual se leem as seguintes passagens:

> A Guiana Francesa, propriamente França Equinocial, que tem um litoral de cerca de 80 léguas francesas, começa no cabo de Orange, uma ponta de terra baixa que se projeta sobre o mar e que se faz notar por três pequenas elevações cujo topo pode ser visto além do rio Iacopo, que se lança ao mar antes do cabo (...) Pode-se considerar o rio Maroni como o limite da Guiana Francesa.

Essa nova colônia foi tomada pelos ingleses em 1667 e, no mesmo ano, reconquistada pelas franceses. Em 1674, caiu em mãos dos holandeses, que a conservaram durante três anos. Em 1677, finalmente, voltou a ser francesa.

No território da capitania do cabo do Norte, criado pelo rei da Espanha, que ao instituí-la anexou-a ao Brasil,[88] os portugueses já possuíam o forte de Gurupá, fundado em 1623 na margem direita do Amazonas; ao norte desse rio, na Guiana Brasileira, tinham os fortes do Desterro, no Uacarapi, de 1638; e do Araguari, construído em 1660. Este último, tendo sido destruído pela pororoca, foi reformado em 1685. Em 1688, os portugueses do Pará construíram dois outros fortes, os de Toeré e Santo Antônio de Macapá, este no local do forte de Cumaú, tomado aos ingleses em 1632.

Em maio de 1637, o marquês de Ferrolle, governador de Caiena, pretendendo que o Amazonas devia ser o limite das possessões francesas,[89] apoderou-se dos quatro fortes portugueses da margem direita;

---

87 De la Barre, *Description de la France Équinoxiale Ci-Devant Appelée Guyane*. Paris, 1666.

88 Já vimos que o limite setentrional dessa capitania era o rio Oiapoque ou Vincent Pinzón.

89 Segundo de Ferrolle, o nome Oiapoque vem do galibi *ouepô*, ilha, e deveria aplicar-se à Amazônia, onde se encontra a ilha de Marajó, a maior da região. Mas, na verdade, o nome provém de duas palavras da língua dos oiampis: *ouaia*, "ponta", e *poko*, "grande".

demoliu os de Araguari, Toeré e Desterro, conservando só o de Macapá. Um mês depois (28 de junho), tropas enviadas do Pará pelo governador Antônio de Albuquerque, comandadas por Fundão e Muniz de Mendonça, retomaram Macapá.

Durante a guerra da sucessão da Espanha, a cidade de Colônia (Sacramento) foi sitiada e bombardeada, a partir de 17 de outubro de 1704, pelos espanhóis de Buenos Aires. Seu governador, o general Veiga Cabral, resistiu a todos os ataques, evacuando o lugar, em 15 de março de 1705, por ordem do rei de Portugal. Para esse fim, o capitão-de-mar-e-guerra Amaro José de Mendonça tinha sido enviado do Rio com alguns navios que, depois de um combate, puseram em fuga os navios espanhóis que bloqueavam o porto. Colônia foi restituída a Portugal pelo Tratado de Paz assinado em Utrecht em 6 de fevereiro de 1715.

Em 1710, uma expedição, cujo comando Luís XIV confiou ao capitão de fragata Jean François Du Clerc,[90] partiu de La Rochelle em 10 de maio, para se apoderar do Rio de Janeiro, cidade que contava então com 12 mil habitantes.[91] A expedição se compunha de um navio de transporte, quatro fragatas e 1.400 homens, dos quais 1.100 tropas navais. Em 11 de setembro, Du Clerc desembarcou na praia de Guaratiba, a algumas léguas do Rio de Janeiro, e através de Jacarepaguá chegou às montanhas da Tijuca. O governador Francisco de Castro Moraes conseguiu reunir mais de 2 mil homens e colocou quase todos atrás de um fosso, do lado do campo, diante da planície do Rosário. Du Clerc, porém, seguiu um caminho diferente do esperado: percorrendo uma trilha conhecida então como Azinhaga de Matacavalos, contornou a colina de Santo Antônio,[92]derrotou vários destacamentos e penetrou (em 19 de

O Oiapoque dos portugueses era o mesmo rio Yapoc ou Iapoco dos franceses Jean Moquet (1616), de la Barre (1669), de l'Isle (cartas de 1703, 1716 e 1722), Thomas Corneille (1708), De Fer (1719); Lombard (1723, 1726), d'Anville (1729 e 1748), La Martinière (1732 e 1739).

90 Natural de Guadalupe, senhor de Léogane. "Era um jovem cheio de coragem, empreendedor e intrépido; na França, se havia aliado com Casse, assistente do rei" (*Labat*, ed. de 1722, v. 167).

91 Documento dos Arquivos do Rio de Janeiro, citado por Caetano da Silva, "L'Oyapock...", tomo II, p. 566.

92 Na época, a cidade do Rio de Janeiro ocupava o espaço entre o mar, as colinas do Castelo e de São Bento e um fosso conhecido como "vala", que ia do largo e campo de Santo Antônio (hoje largo da Carioca) até a Prainha. Esse fosso seguia a direção da rua conhecida antigamente como da Vala (hoje Uruguaiana), e que ainda não existia. Depois, no começo da rua Antônio Vaz Viçoso (hoje São Pedro), mudava de direção para alcançar o mar passando entre os morros

setembro) na cidade,[93] onde encontrou a resistência dos estudantes que, sob a chefia de Bento do Amaral Gurgel, se tinham entrincheirado na casa do governador. O coronel Gregório de Castro deslocou-se para aquele local, à testa de alguns soldados, e um combate sangrento foi travado na rua Direita, onde os franceses se haviam apossado de um armazém que dava para o mar (o trapiche da cidade). Outras tropas acorreram, com o governador, e Du Clerc foi forçado à rendição.[94] Alguns meses mais tarde, em 18 de março de 1711, o francês foi encontrado morto, apunhalado na casa onde residia. O governador atribuiu esse crime, cuja autoria permaneceu ignorada, a alguma vingança particular, provocada pelas galanterias de Du Clerc.

Em 9 de junho de 1711, Duguay-Trouin partia de La Rochelle com uma esquadra poderosa, para vingar esse insucesso.[95] A despeito das

---

de São Bento e da Conceição. A rua Direita ou da Cruz (hoje 1º de Março) era a única a se estender do Castelo a São Bento. Ali se encontrava a casa do governador, diante da rua do Palácio (hoje da Alfândega), entre a alfândega, à direita, e o trapiche da cidade (armazém ou depósito), à esquerda. Do lado do campo, a última rua paralela à Direita era a dos Ourives; do lado de São Bento, a última rua perpendicular à Direita era a de Antônio Vaz Viçoso. Entre esta rua, a Direita, e o morro de São Bento havia uma planície e um mangue. As igrejas do Rosário e de São Domingos, assim como a propriedade conhecida como Chácara do Fogo (que deu nome a uma rua hoje conhecida como dos Andradas), ficavam fora dos limites da cidade, numa planície cercada de mangues. Dali, dois caminhos levavam para o interior; um outro era chamado caminho do Desterro (hoje rua Evaristo da Veiga); mais longe, a Azinhaga de Matacavalos (hoje Rua do Riachuelo), tinha início perto do largo de Santo Antônio, contornava o morro do Desterro (Santa Teresa) e, pela mata dos Porcos, chegava ao Engenho Pequeno dos Padres (hoje Engenho Velho), às montanhas da Tijuca e ao Engenho Novo. Segundo um viajante francês que visitou o Rio em 1703, com o capitão Le Roux, do L'Aigle, a rua Direita representava, sozinha, mais da metade da cidade (*Journal d'un Voyage sur les Costes d'Afrique et aux Indes*..., Amsterdam, 1723, p. 288).

93 Pelo caminho do Desterro, caminho da Conceição da Ajuda (hoje rua da Ajuda), rua do Parto (hoje São José), rua da Misericórdia, praça do Carmo (hoje Dom Pedro II) e rua Direita.

94 Du Clerc não tinha mais do que 650 homens. Ele enviou à França um relatório sobre esse combate, o qual, porém, nunca foi publicado. Encontra-se na *Revista do Instituto Histórico do Brasil*, tomo XXIII, p. 420-2, a reimpressão de um documento da época com a lista dos oficiais franceses mortos ou aprisionados; no entanto, a ortografia dos nomes é tão defeituosa que é quase impossível reconhecê-los. Por exemplo: De la Salle aparece como "Laffalt, ai de camp". Entre os mortos encontramos um príncipe "de China, Farina" (sic); entre os prisioneiros feridos, os marqueses de Linars e de Signy, os senhores de Préfontaine, de Saint-Leger, de Coigny etc. Do lado português, pereceram vários oficiais, entre eles o coronel Gregório de Castro.

95 A esquadra se compunha de 17 navios, com 740 canhões e 5.764 homens: O *Lis* e o *Magnanime*, com 74 canhões cada um; *Achille*, *Glorieux*, *Brillant* e *Fidele*, com 66;

representações do governador Castro Moraes, que se queixava do pequeno número de soldados de que dispunha, e sobretudo da falta de oficiais e artilheiros, Lisboa não lhe tinha mandado reforços. Em 25 de agosto, a "frota do comércio", que vinha todos os anos de Portugal, terminava de carregar no Rio de Janeiro quando um navio inglês trouxe a notícia da próxima chegada de Duguay-Trouin.[96] Começou-se então apressadamente a preparar trincheiras; emissários foram enviados ao interior, solicitando reforços, que contudo não conseguiram chegar a tempo. Em 12 de setembro, protegido pela névoa, Duguay-Trouin se aproximou do litoral do Rio de Janeiro, forçando a entrada na baía, a despeito do bombardeio dos fortes, das baterias[97] e de

Mars, com 56; *Argonaute*, 46; *Chancelier* e *Aigle*, 40 cada um; *Bellone*, 38; *Amazone*, 36; *Glorieuse*, 30; *Astrée*, 22; *Concorde*, 20; *Française* e *Patient*, galeotas. A esquadra foi ampliada com uns poucos navios tomados aos ingleses.

96 A "frota do comércio" devia partir para a Bahia a 3 de setembro (Carta de Velho, publicada por Pizarro, *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, p.53). A 27 de agosto, um edital do governador ditava providências sobre o embarque dos prisioneiros franceses, que deveriam partir nesses navios (documento do Arquivo Público, no Rio de Janeiro). Nas *Memórias* de Duguay-Trouin, assim como na "Relação..." publicada na *Gazette de France* (nº 9, 1712), fala-se em quatro navios e três fragatas portuguesas. A *Gazette* de 12 de dezembro de 1711, que publicou o extrato de uma carta de Lisboa, dá noticias mais exatas a respeito da composição dessa frota: "(...) Com 12 navios ricamente carregados, escoltados por três vasos de guerra." Com efeito, só três vasos protegiam essa frota: a capitânia, cujo nome ignoramos (os documentos da época o chamam apenas de "capitania"), o *São Boaventura*, comandado por Gillet du Bocage, e o *Prazeres*, que pertencia à Junta do Comércio. Os dois outros eram da Marinha de Guerra. Estavam também no Rio de Janeiro, quando Duguay-Trouin chegou, o guarda-costas *Barroquinha*, de 36 canhões, sob o comando de Amaro José de Mendonça. Segundo uma carta do governador Albuquerque, a capitânia e o *São Boaventura* tinham, juntos, 58 canhões. É provável que o *Prazeres* não tivesse artilharia superior à dos outros. Havia portanto no Rio de Janeiro três navios do rei e um da companhia, armados com um total de cerca de 130 canhões, além de dois navios mercantes ingleses, que tinham um certo número de peças. Esses navios obedeciam ao comando do contra-almirante Gaspar da Costa de Ataíde, o mesmo que, reunido à esquadra inglesa, tinha comandado a de Portugal no combate de 17 de março de 1705 contra De Pointis.

97 Segundo documentos portugueses, estavam fundeados perto de Villegaignon, e não entre Boa Viagem e a ponte de Jurujuba, posição indicada no "Plano da baía e da cidade do Rio" (Mémoires de Duguay-Trouin). Se estivessem nesta última posição, teriam sido apresados no dia da chegada da esquadra francesa. Eis aqui os nomes e o número exato dos canhões dos fortes do Rio de Janeiro, na ocasião do ataque de Duguay-Trouin: na entrada do porto, bateria da praia do Fora, seis canhões; bateria da praia Vermelha, 12; fortaleza de Santa Cruz, sob o comando do major Miguel Alves Pereira, 44 canhões, sendo seis de bronze; fortaleza de São João (compreendendo as baterias de São Martinho, São Diogo, São José e São Teodósio), sob o comando do major Antônio Soares de Azevedo, 30 canhões, sendo oito de bronze; no porto: bateria de Villegaignon, sob o comando do capitão Manuel Ferreira Estrela, 20 canhões; bateria da Boa Viagem, 10 (a bateria de Gravatá já existia, mas não estava armada); forte e

seis navios fundados perto da ilha de Villegaignon. Uma explosão destruiu a bateria desta ilha, e os navios portugueses, percebendo que iam ser abordados, romperam as cadeias e encalharam perto da cidade, onde foram incendiados por ordem do contra-almirante Costa de Ataíde.

No dia 13, de madrugada, o cavalheiro de Goyon tomou a ilha das Cobras, perto da cidade. No dia seguinte, Duguay-Trouin desembarcou, com 3.800 homens, quatro morteiros e 20 grandes roqueiras de ferro fundido.[98] Sem disparar um tiro, essas tropas ocuparam as colinas de São Diogo, Providência e Livramento, que não eram fortificadas, e instalaram baterias na ilha das Cobras e no morro de Pina (hoje Saúde), que abriram fogo contra as posições portuguesas em São Bento e o forte São Sebastião.[99] O governador Castro Moraes só tinha conseguido reunir 2.800 homens para defender a cidade e os fortes da baía;[100] agora,

bateria da ilha das Cobras, sob o comando do capitão Diogo Barbosa Leitão, 12. Na cidade e arredores: forte de São Sebastião, capitão José Corrêa de Castro, cinco; reduto Santa Luzia, cinco; reduto São Januário, 11 (todos os três no morro do Castelo); forte Santiago (conhecido também como da Misericórdia ou do Calabouço), um canhão; trincheira do morro de São Bento (sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra Gillet du Bocage, avô do célebre poeta português), oito canhões; reduto da Prainha, sem artilharia. No morro da Conceição, havia uma posição sem canhões, que protegia a casa do bispo. Total: 174 canhões, sendo 14 de bronze. Varnhagen cita, por engano, o forte da Lage, do qual Duguay-Trouin não fala. Iniciada sua construção em 1717, esse forte ainda não estava pronto em 1718.

98 Duguay-Trouin, Mémoires, ed. de 1740, p. 174. Essas tropas formavam três brigadas, comandadas pelos cavalheiros de Goyon, de Courserac e de Beauve.

99 De acordo com Duguay-Trouin (*Mémoires*), cinco morteiros e 18 canhões na ilha das Cobras, e 10 canhões no morro da Saúde, além dos quatro morteiros que tinha consigo. Os documentos da Alçada demonstram que, para responder a esse poder de fogo, a cidade só dispunha de oito canhões no morro de São Bento, cinco no forte de São Sebastião (Castelo) e um no de Santiago, onde se encontra hoje o Arsenal de Guerra. Os outros fortes da baía eram distantes, e não se prestavam à defesa da cidade. A bateria de Villegaigon, mais próxima, tinha sido destruída. Os redutos de São Januário e de Santa Luzia, situados na vertente meridional do morro do Castelo, não poderiam participar do combate de artilharia ao norte do morro.

100 Tropas regulares: os dois regimentos do Rio de Janeiro (terço velho e terço novo), 590 homens, coronel Francisco Xavier de Castro Moraes e coronel João de Paiva; regimento da Colônia do Sacramento (terço da Colônia), 300 homens, major Domingos Henriques. Milícias: regimento da nobreza e privilegiados, 550 homens, coronel Manuel Corrêa Vasques; dois regimentos de ordenanças, 780 homens, coronel Baltasar de Abreu Cardoso e coronel Crispim da Cunha; companhia dos moedeiros, 50 homens. Tropas da Marinha: 400 homens, dos regimentos da Armada e da Junta do Comércio. Total: 2.670 homens, dos quais 600 ocupavam os fortes da baía. Precisaríamos acrescentar os artilheiros, que formavam duas companhias de 50 homens. Pela primeira vez são publicados estes números, que encontramos na exposição apresentada pelo antigo governador do Rio à Alçada, ou comissão de magistrados encarregada do inquérito.

a resistência se tornara impossível, pois a cidade podia ser destruída facilmente das posições elevadas ocupadas pelos franceses.

Depois de várias escaramuças sem resultado e de um ultimato, na tarde de 20 de setembro, a esquadra e as baterias francesas começaram um bombardeio geral. Por volta das 11h, o governador ordenou às tropas que evacuassem a cidade; na manhã seguinte, esta era ocupada por Duguay-Trouin,[101] informado da evacuação pelos prisioneiros da expedição Du Clerc.

Os fortes situados na entrada do porto se renderam à primeira intimação, logo que souberam da fuga do governador. O contra-almirante Costa de Ataíde assumiu o comando das tropas reunidas no Engenho Novo, nas vizinhanças da cidade, onde uma posição fortificada tinha sido construída. Alguns reforços chegaram de Parati e da ilha Grande (Angra dos Reis)[102] e outros estavam a caminho. Mas Duguay-Trouin avisou os portugueses de que destruiria completamente a cidade se não lhe fosse pago sem demora um resgate, como contribuição de guerra. Aconselhado pelos jesuítas, o governador decidiu, então, assinar um acordo (em 10 de outubro) prevendo o pagamento desse resgate. Três dias depois, Antônio de Albuquerque chegava a Iguaçu com 6 mil homens, procedente de Minas Gerais,[103] mas o acordo foi honrado. Efetuado o último pagamento no dia 4 de novembro, a cidade foi evacuada pelos franceses, que, no entanto, continuaram ocupando os fortes da baía até o dia 13, quando sua esquadra levantou âncora. Atendendo à solicitação do Conselho Municipal e dos moradores do Rio de Janeiro, Albuquerque permaneceu à frente do governo.

Em 1712, a metrópole enviou ao Brasil alguns canhões e um oficial de engenharia, o general Macé, com a missão de ampliar e aperfeiçoar as fortificações do Rio de Janeiro e da Bahia.[104] O infeliz governador

[101] "(...) O fogo contínuo das baterias e dos navios que, com o rimbombar de trovões de uma horrível tormenta, e os relâmpagos que se sucediam quase sem intervalo, faziam a noite medonha" (Duguay-Trouin, Mémoires).

[102] Quinhentos e oitenta homens chefiados por Francisco do Amaral Gurgel, que não era o mesmo Amaral de que nos fala Duguay-Trouin: Bento do Amaral Gurgel, antigo comandante dos estudantes, morto numa escaramuça perto da lagoa da Sentinela.

[103] Nove batalhões (terços) de milicianos, um de linha e um regimento de cavalaria composto de milicianos: "Perto de seis mil homens da melhor e mais luzida gente que têm as ditas Minas, assim forasteiros como paulistas (...)" (carta de 26 de novembro de 1711, dirigida ao rei pelo governador Albuquerque).

[104] Outros fortes foram construídos e alguns dos antigos reformados ou ampliados. Em 2 de março de 1718, o governador Brito de Menezes enviava ao rei uma descrição dos fortes do Rio de

Castro Moraes, que não tinha podido resistir ao poderoso armamento francês, teve todos os bens confiscados e foi condenado a terminar seus dias na prisão, numa fortaleza da Índia. O coronel Francisco Xavier de Castro Moraes, seu sobrinho, foi condenado ao degredo perpétuo. O comandante do forte de São João tinha dispensado seus homens e não pôde atirar contra os navios de Duguay-Trouin, quando estes forçaram a entrada na baía; temendo ser punido pela falta, desertou, deixando o Rio de Janeiro com os franceses. Foi declarado traidor e infame, condenado à forca; seus descendentes do sexo masculino até o segundo grau foram também considerados infames. À revelia, foi executado em efígie.

O major Alves Pereira, comandante do forte de Santa Cruz, tinha cumprido seu dever no dia 12, e Duguay-Trouin confessara que a entrada no Rio de Janeiro lhe havia custado 300 baixas, inclusive 80 mortos. Contudo, ficou provado que Alves Pereira também tinha dispensado uma parte da guarnição e que, depois do abandono da cidade pelos portugueses, havia capitulado, no dia 23 de setembro, sem oferecer resistência. Por isso, foi deportado para Angola.

O comandante da ilha das Cobras, que no dia 12 tinha solicitado reforços (os quais, aliás, ninguém se havia apressado a enviar), tinha perdido aquela posição e foi expulso do serviço. O contra-almirante Costa de Ataíde, que, sem poder bater-se no mar tinha incendiado seus navios, aumentando o número dos defensores da cidade, perdeu, na opinião geral, a reputação ganha em várias ações brilhantes. Viajou para Lisboa, onde enlouqueceu, e ali morreu em 8 de setembro de 1716.[105]

Depois da guerra da sucessão, Portugal buscou resolver com a França a questão dos limites entre o Brasil e a Guiana Francesa. Um tratado provisório e suspensivo tinha sido assinado em Lisboa em 4 de março de 1700; declarando indefinida a posse pelas duas coroas das terras situadas entre o forte de Macapá e "o rio de Oiapoque, conhecido como Vicente Pinzón". No Congresso de Utrecht, os plenipotenciários franceses aceitaram, depois de uma discussão, o texto português e francês redigido

Janeiro, que se pode assim resumir: praia de Fora, seis canhões; praia Vermelha, 12; Santa Cruz, 53, sendo 15 de bronze; São João, 42, sendo oito de bronze; Boa Viagem, 10; Gravatá, 10; Villegaignon, 20; ilha das Cobras, 26; São Sebastião, 24; São Januário, 11; Santa Luzia, 11; Santiago, oito; Prainha, quatro; Conceição (quase terminado), 36. Total: 262, isto é,um aumento de 92 bocas de fogo.

[105] *Gazeta de Lisboa* de 12 de setembro de 1716.

pelo conde de Tarouca e dom Luiz da Cunha, embaixadores de Portugal. O tratado foi assinado no dia 11 de abril de 1713, e declarava (artigo 8º) que a França renunciava a suas pretensões "à propriedade das terras conhecidas como do cabo do Norte, situadas entre o rio das Amazonas e o de Japoc, ou Vicente Pinzón".

De 3 de outubro de 1735 a 2 de setembro de 1737, Colônia foi outra vez sitiada pelos espanhóis. Dessa vez, a resistência foi vitoriosa, sob o comando do general Vasconcelos, pois uma esquadra portuguesa mantinha as comunicações com o Rio de Janeiro, e importantes suprimentos e reforços foram enviados aos sitiados por Gomes Freire de Andrada, depois feito conde de Bobadela, governador das capitanias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Sob o comando do general Paes, tropas do Rio, da Bahia e de Minas ocuparam e fortificaram o Rio Grande do Sul (1737). Os paulistas já se haviam instalado ao norte do Jacuí.

O limite seguindo um meridiano fixado pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494, não fora respeitado nem pelos portugueses, no Brasil, nem pelos espanhóis, nas Índias Orientais. Nos séculos XVI e XVII, os astrônomos dos dois países não tinham chegado a se entender sobre a posição da linha de partição. A Espanha se apossara das Filipinas e havia reclamado e obtido de Portugal uma indenização pela ocupação das Molucas, sustentando que estas ilhas se encontravam no hemisfério espanhol. Neste caso, se o meridiano da partição passava mais a oeste, uma grande parte da Patagônia, das províncias de La Plata, de Tucumã e do Paraguai estaria no hemisfério português.

Procurou-se, por fim, regulamentar o litígio pelo Tratado de Madri de 13 de janeiro de 1750, que foi negociado pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, embora seu nome não figure naquele documento. Adotou-se o princípio do *uti possidetis*, com uma qualificação: Portugal cedia a praça da Colônia à Espanha, em troca do território situado ao norte de Ibicuí e a oriente do Uruguai, ao qual tinham retornado os jesuítas espanhóis expulsos em 1638 pelos paulistas, fundando sete novas cidades, de 1687 a 1707. Os jesuítas espanhóis tinham armado e disciplinado os indígenas, incitando-os a resistir às ordens do rei da Espanha. Foi necessário recorrer a uma guerra para tomar posse desse território, conhecido como as Missões Orientais do Uruguai (1754-1756). Os guaranis foram vencidos na batalha de Caaibaté, em 10 de fevereiro de 1756, pelos exércitos de Buenos Aires e do Brasil, comandados por Andonaegui e Gomes Freire de

Andrada. Foi depois dessa guerra que dom José I, seguindo os conselhos de Pombal, determinou a expulsão dos jesuítas (1759).

Como não houve entendimento entre os comissários designados pela Espanha e por Portugal para demarcar as fronteiras, e o tratado foi objeto de muitas críticas, tanto em Madri como em Lisboa, os dois governos terminaram por anulá-lo (12 de fevereiro de 1761).

O chamado "Pacto de Família" provocou uma nova guerra no sul do Brasil. Comandados por Ceballos, os espanhóis bloquearam e atacaram Colônia (de 6 de junho de 1761 a 30 de outubro de 1762), que capitulou; depois disso, se apoderaram das duas margens do Rio Grande do Sul e, não obstante as estipulações do Tratado de Paris (10 de fevereiro de 1763), só entregaram a Colônia. Em 1767, os brasileiros, chefiados por Sá e Faria, retomaram a margem norte do rio Grande.

De 1772 a 1775, Colônia esteve quase continuamente bloqueada por navios espanhóis, e a partir de 1773 várias escaramuças e combates tiveram lugar nas fronteiras do Rio Grande do Sul, nas quais se destacou o brasileiro Rafael Pinto Bandeira. Vendo que a Espanha não respondia a suas reclamações, dom José I enviou uma esquadra e vários regimentos ao vice-rei marquês do Lavradio que, com esses reforços e tropas brasileiras, concentrou um exército no Rio Grande do Sul. Em 4 de abril de 1775, vários navios portugueses, sob o comando de Hardcastle, forçaram a entrada do rio Grande. No ano seguinte, em 19 de fevereiro, uma parte da esquadra portuguesa, sob o comando do contra-almirante Mac Doual, penetrou no rio, depois de vivo combate contra as baterias e os navios espanhóis. Em 26 de março de 1776, Pinto Bandeira tomou o forte de Santa Tecla, no interior; a 1º de abril, o general Bohm se apossava das fortificações espanholas da margem meridional do rio Grande. Foi assim reconquistado o território detido pelos espanhóis desde 1762. Para vingar suas derrotas, a Espanha enviou contra o Brasil o general Ceballos, com uma grande frota e um exército numeroso, apoderando-se da ilha de Santa Catarina (fevereiro de 1777) e da Colônia (3 de junho de 1777). Quase ao mesmo tempo falecia o rei dom José I (24 de fevereiro de 1777), e Pombal caía em desgraça.

Pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1º de outubro de 1777, a Espanha reteve a Colônia, restituiu a ilha de Santa Catarina e renunciou a suas pretensões sobre a parte oriental do território do Rio Grande do Sul, bem

como sobre quase todos os territórios ocupados pelos brasileiros a oeste da linha fixada pelo Tratado de Tordesilhas.

Desenvolvimento e progresso do Brasil desde a descoberta das minas até o princípio do século XIX

Os reis dom Pedro II (1667-1706) e dom João V (1706-1750) tinham promovido o desenvolvimento da colonização, encorajando as expedições dos paulistas rumo ao interior e ao sul, e enviando a Santa Catarina e ao Rio Grande do Sul alguns milhares de famílias dos Açores e da Madeira. Durante o reinado de dom João V, o brasileiro Alexandre de Gusmão tornou-se em Lisboa um conselheiro muito ouvido pelo rei e seus ministros. Dom José I (1750-1777) e o marquês de Pombal demonstraram a maior devoção aos interesses e à causa do progresso do Brasil, sem esquecer o Maranhão e o Pará, que até então tinham sido um pouco abandonados.

Em, o Estado do Maranhão compreendia as duas capitanias do Maranhão e do Pará, esta última criada em 1652. O Piauí, cuja parte central começava a ser povoada por imigrantes procedentes da Bahia, era uma dependência do governo-geral do Brasil. Alguns religiosos, sobretudo carmelitas (estes a partir de 1695), tinham começado suas missões na Amazônia. Em 16 de agosto de 1639, Pedro Teixeira, seguindo as instruções de Filipe II, rei da Espanha, que era também rei de Portugal, em nome da coroa portuguesa tomara posse da margem esquerda do Napo, ficando anexado ao governo do Maranhão todo o vale amazônico, desde a confluência daquele rio até o oceano.

Em 1660, uma vila de indígenas civilizados, que mais tarde se chamaria de Silves, foi formada no lago Saracá. Em 1750 a alta Amazônia portuguesa contava já com 46 aldeamentos de índios e com 30 mil moradias. Em 1757, foi criada a capitania de São José do Rio Negro, com um governador subordinado ao do Pará.[106] O território do Piauí foi anexado ao estado do Maranhão em 1715 e a partir de 1750 passou a

[106] A cidade de Barcelos (originalmente vila de Mariuá) foi a capital da nova capitania. Barra do Rio Negro (hoje Manaus) foi temporariamente a capital (1791-1799), seguida de Barcelos (1799-1804). Por fim, Barra ficou como capital a partir de 1804. Em 1823, a capitania foi extinta e incorporada à província do Pará.

formar uma capitania cujo governador era subordinado ao do Maranhão. Em 1775, o Estado do Maranhão foi extinto, e seu território dividido em duas capitanias gerais: a do Pará, com a capitania subalterna do rio Negro; e a do Maranhão, tendo como dependência a capitania do Piauí.

A Companhia Geral do Comércio do Maranhão e do Grão-Pará, criada em 1755 pelo marquês do Pombal, prestou os maiores serviços ao desenvolvimento da agricultura, do comércio e da colonização nessa vasta região (1755-1788). Uma parte da imigração portuguesa, dirigida para o Maranhão e o Pará, criou ali novas cidades e ampliou as povoações existentes, compostas quase inteiramente de índios. O antigo forte de Santo Antônio de Macapá, ou Cumaú, perto do cabo do Norte, que os portugueses tinham demolido, não foi reconstruído, a despeito do Tratado de Utrecht. Assim, em 1764, Pombal mandou levantar o forte de São José de Macapá, na margem esquerda do Amazonas, quase sobre a linha equatorial (3' de latitude norte).

No Estado do Brasil, o território foi subdividido, e, vários governos foram criados no curso do século XVIII, à medida que a população aumentava e se difundia. Em 1701, esse "Estado", que continuava a ter a Bahia por capital, começava, no norte, no Piauí; depois de 1715, quando este território foi anexado ao Maranhão, tinha início no Ceará. Seu limite meridional, disputado com a Espanha, era a margem esquerda do Prata, onde os portugueses só detinham uma posição – Colônia (Sacramento). O território do Ceará, a capitania do Rio Grande (do Norte) e o território de Alagoas dependiam do governador-geral da capitania de Pernambuco. Desde 1684, a Paraíba era uma capitania independente; em 1755, foi subordinada ao governador-geral de Pernambuco. O Sergipe e o Espírito Santo dependiam diretamente do vice-rei, na Bahia.

O governador-geral do Rio de Janeiro tinha sob sua dependência todos os territórios meridionais, até o Prata, bem como uma grande parte do interior, que começava a se povoar. Em 1709, foi criada a capitania geral de São Paulo e Minas. Em 1720, Minas passou a ser uma capitania geral independente. Outros governos foram criados sucessivamente: Santa Catarina (1738), Goiás e Mato Grosso (1748), Rio Grande do Sul (1760). Em 1798, os governos do Ceará e da Paraíba do Norte se tornaram independentes de Pernambuco, e o Espírito Santo formou uma capitania subordinada ao governo da Bahia. As outras divisões do

território brasileiro datam do século XIX: o Piauí se fez uma capitania independente em 1811, Alagoas em 1817, Sergipe em 1820.[107]

No século XVI, em todo o Brasil, havia um único bispo, na Bahia, e um prelado no Rio de Janeiro (a partir de 1577). Em 1676, a Diocese da Bahia foi transformada em Arquidiocese. Rio de Janeiro e Olinda (em 1676), bem como São Luís do Maranhão (em 1677), foram feitas sede de três novas dioceses. Outras ainda foram criadas, no século XVIII, em Belém do Pará (1720), São Paulo (1746) e Mariana, em Minas Gerais (1746). Em 1776, Goiás e Mato Grosso passaram a ser prelazias.

Durante o reinado de dom João V, muitos brasileiros acusados de heresia foram processados, enviados a Lisboa e ali queimados pela Inquisição. O bispo do Rio de Janeiro, Francisco de São Jerônimo, ganhou notoriedade nesses processos. Um brasileiro residente em Lisboa, Antônio José da Silva, nascido no Rio de Janeiro, era nessa época o maior poeta dramático português. Suas óperas cômicas se tornaram muito populares, mas esses êxitos de espírito lhe valeram ser queimado pela Inquisição, em Lisboa, em 18 de outubro de 1739.

Os primeiros sinais de rivalidade entre os naturais do Brasil e os portugueses metropolitanos se evidenciaram no princípio do século XVIII. Em 1704, na cidade do Rio de Janeiro, os naturais do lugar venceram os metropolitanos, nas eleições municipais. Em Minas Gerais, tinha ocorrido em 1708 e 1709 a Guerra dos Emboabas, de que já falamos. Em Pernambuco, houve a Guerra dos Mascates (1710-1711), entre os habitantes de Olinda e os de Recife. Na mesma época, ocorreram distúrbios na Bahia (1711) e, em 1720, houve em Vila Rica (Ouro Preto) uma rebelião, prontamente reprimida, contra o governador, conde de Assumar acusou os rebeldes de querer instalar um governo republicano, a ser presidido pelo general da reserva Veiga Cabral, antigo defensor de Colônia. Veiga Cabral foi mandado para Lisboa, onde morreu na prisão. Um dos tribunos da revolução, Filipe dos Santos, foi enforcado e esquartejado em Vila Rica.

As leis de 6 de junho de 1755 e de 8 de maio de 1758 proclamaram a completa liberdade dos indígenas do Brasil. Quase ao mesmo tempo, dom José I e Pombal proibiam a introdução de escravos em Portugal, nos

[107] Depois da independência, só duas províncias foram criadas: Amazonas (antiga capitania do Rio Negro, extinta em 1823) e Paraná. Projetos para a criação de várias outras províncias já foram submetidos às duas Casas Legislativas, mas até aqui nenhuma decisão foi tomada.

Açores e na Madeira (19 de setembro de 1761, 1767, 1776) e declaravam livres os filhos de escravas (16 de janeiro de 1773). Mas essas leis não se destinavam ao Brasil, onde o número dos escravos continuou a aumentar, em função do tráfico e dos nascimentos, a despeito das ideias generosas e humanitárias pregadas num livro publicado em 1758 pelo abade Manuel Ribeiro Rocha, advogado na Bahia.[108] Em 1794 e em 1798, o bispo Azeredo Coutinho publicava obras em que procurava demonstrar a justiça e a necessidade do tráfico.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de todas as colônias portuguesas. Apesar das dificuldades que tinham provocado ultimamente ao governo de Lisboa, notadamente quando os comissários portugueses e espanhóis se ocuparam da execução do Tratado de Limites de 1750, não se pôde deixar de reconhecer que esses religiosos prestaram os maiores serviços ao Brasil. A conquista e a colonização da América portuguesa, nos séculos XVI e XVII, é em grande parte sua obra. Como missionários, conseguiram ganhar à civilização milhares de índios; graças ao seu devotamento, a raça indígena se transformou num fator importante no processo de formação do povo brasileiro. Defenderam sempre a liberdade dos indígenas e educaram a juventude brasileira que desejava instruir-se. O Brasil deve às escolas fundadas pelos jesuítas quase todos os grandes nomes da sua história literária dos séculos XVI, XVII e XVIII – os poetas Gregório de Matos, Basílio da Gama, autor do belo poema *Uraguay*, Durão, autor do *Caramuru*, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto; os oradores sacros Antônio de Sá e Eusébio de Matos; os historiadores Vicente do Salvador e Rocha Pita; o diplomata e estadista Alexandre de Gusmão.

Em 1762 o general Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela, que desde 1733 governava o Rio de Janeiro e as capitanias do sul (além disso, a partir de 1735, a de Minas Gerais; de 1737 a 1739 tinha sido simultaneamente governador de São Paulo) foi nomeado vice-rei do

[108] "*Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*, pelo padre Manuel Ribeiro Rocha, lisbonense, domiciliário da cidade da Bahia e nela advogado e bacharel formado na Universidade de Coimbra." Lisboa, 1758. Nesse livro, Rocha sustentava que todo escravo devia ser liberado após o tempo de serviço necessário para indenizar o dono, e que os filhos de escravas, nascidos livres ("ingênuos"), só tivessem que servir os donos das suas genitoras até atingir a idade de 14 ou 15 anos.

Brasil. A partir desse momento, a cidade do Rio de Janeiro, que tinha então cerca de 30 mil habitantes,[109] passou a ser a capital do Brasil.

A longa administração do conde de Bobadela foi uma das mais fecundas e esclarecidas da época colonial. O conde escolheu no Rio de Janeiro colaboradores inteligentes e devotados, entre os quais os generais José da Silva Paes e J. F. Pinto Alpoim. O primeiro foi o fundador e organizador dos estabelecimentos portugueses na parte meridional do Rio Grande do Sul (1737) e apoiou energicamente os esforços do rei dom João V e de Bobadela para desenvolver a colonização de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Foi Bobadela que terminou, no Rio de Janeiro (1750), o aqueduto da Carioca, a única obra arquitetônica verdadeiramente monumental que os portugueses deixaram no Brasil; com seus dois andares de arcadas, ligando as montanhas de Santa Teresa à colina de Santo Antônio, tinha o aspecto grandioso de uma construção romana, antes de ser quase inteiramente ocultada pelo casario, como acontece hoje.

Bobadela morreu, no Rio de Janeiro, a 1º de janeiro de 1763, pouco depois do recebimento da notícia da capitulação da Colônia do Sacramento, que dessa vez não tinha podido municiar nem se defender. Aproveitando a oportunidade da chegada de duas fragatas inglesas comandadas por John MacNamara, para retomar Colônia, organizou uma expedição sob o comando de Vasco Alpoim, amigo do poeta Basílio da Gama. Uma fragata e um transporte portugueses foram acrescentados aos navios ingleses e, em 5 de janeiro de 1763, essa esquadra atacou Colônia, mas foi repelida por Ceballos. MacNamara pereceu com quase toda a tripulação no incêndio da sua fragata.

Vários dos sucessores do vice-rei Bobadela, sobretudo, o marquês do Lavradio (1769-1779) – embora empenhado na guerra contra os espanhóis – e dom Luís de Vasconcelos e Souza, favoreceram, como ele, a colonização, assim como a prospecção e exploração de minas de ouro, a agricultura e os estudos literários. Data dos tempos de Bobadela a introdução no Pará (1727) do cafeeiro, importado pelo major

[109] Em 1711, a cidade do Rio de Janeiro só tinha 12 mil habitantes. Em 1749, contava com 3.723 moradias e 24.397 habitantes, sem contar as crianças abaixo dos cinco anos (Baltasar Lisboa, Anais, tomo I, 176). Em 1808, a população era de 46.944 habitantes, sem contar a guarnição, composta de 2.400 homens (Pizarro, *Memórias hist.*, tomo VII, p.145 e 146). Em 1821, 80 mil habitantes (10.063 moradias), mais os cinco mil homens da guarnição. A população era de 137.078 habitantes em 1838, e de 205.206 em 1849.

Palheta, graças a um presente da senhora Claude d'Orvilliers, esposa do governador de Caiena. A planta foi depois introduzida no Maranhão (1770) e começou a ser cultivada no Rio de Janeiro. Alguns pés tinham sido levados a esta cidade por João Alberto Castelo Branco, do Pará, chanceler da Corte de Apelação, e forneceram as sementes para as primeiras tentativas de cultivo, em Resende e São Gonçalo, de onde a cultura se propagou por todos os distritos da Serra do Mar, na província do Rio, e depois pelas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

O Brasil se desenvolvia e contava já nessa época com homens ilustres que figuravam entre os primeiros sábios e literatos de Portugal. Várias sociedades literárias foram estabelecidas: na Bahia, a Academia dos Esquecidos (1724), sob os auspícios do vice-rei César de Meneses, da qual Rocha Pita foi o membro mais ilustre; também na Bahia a Sociedade Brasileira dos Acadêmicos Renascidos (1752), que teve curta duração em função da prisão do seu diretor, acusado de alta traição; no Rio de Janeiro, a Academia dos Felizes (1736) e a dos Seletos (1752), fundadas por Bobadela; a Academia Científica (1772-1779), protegida pelo marquês do Lavradio; a Sociedade Literária (1786), criada sob o governo do vice-rei Vasconcelos. Esta última foi dissolvida pelo conde de Rezende (1794), e seus principais membros – o poeta Silva Alvarenga, o helenista Marques Pinto, o moralista Mariano da Fonseca (depois do Império, marquês de Maricá) e o doutor Jacinto Silva – foram presos, processados e liberados só em 1797. Vila Rica (Ouro Preto), capital de Minas Gerais, se tornara, como o Rio de Janeiro e a Bahia, um dos centros da vida intelectual brasileira. Essa província tinha produzido os dois maiores poetas épicos do Brasil, Basílio da Gama e Durão, os primeiros de inspiração autenticamente americana e nacional.

A imprensa ainda não existia; uma única gráfica tinha sido estabelecida no Rio de Janeiro, por volta de 1747, por Isidoro da Fonseca, sob os auspícios de Bobadela, mas foi fechada por ordem da metrópole.

Em 1789, foi descoberta em Minas Gerais uma conspiração que visava à independência. Entre os chefes do movimento se encontravam os poetas Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto, o tenente-coronel Freire de Andrade, vários padres e os doutores Álvares Maciel e Vidal Barbosa. Este último tinha estudado em Montpellier e em Bordeaux, na França, e pertencera a um grupo de estudantes brasileiros

do qual participava José Joaquim da Maia, do Rio de Janeiro, falecido na Europa, e que em 1786 tinha conversado sobre a independência do Brasil, em Nimes, com Thomas Jefferson.

Os chefes da conspiração foram condenados à morte, mas a rainha dona Maria I comutou sua pena para a de degredo perpétuo na África. Houve uma só execução, a do Alferes Silva Xavier, o Tiradentes, cujo nome por isso se popularizou no Brasil. Cláudio da Costa se suicidou durante o processo, no Rio de Janeiro.

Em 1800, o Brasil contava com cerca de 3.200.000 habitantes, a metade dos quais eram negros escravos. Em 1817-1818, o país tinha 3.758.400 habitantes (sem contar as crianças com menos de 10 anos), sendo 1.043.000 brancos, 259.400 índios civilizados, 526.500 mulatos ou negros livres, e 1.930.000 escravos. A dificuldade das comunicações entre as diferentes províncias impedia a eclosão das aspirações à independência. As províncias do extremo norte se comunicavam diretamente com a metrópole e quase não mantinham relações com a Bahia, o Rio de Janeiro e as províncias meridionais. A influência portuguesa era mais considerável em Belém do Pará, em São Luís do Maranhão e na Bahia do que nas outras cidades do litoral.

Em 1800, o montante da exportação brasileira era de 56.120.000 francos; a da importação, de 53.400.000.

Hostilidades dos franceses. A Guerra de 1801 entre Espanha e Portugal

Durante as guerras da revolução, houve alguns combates entre franceses e portugueses, nas costas do Brasil. Em 1726 (11 de agosto), a divisão naval do comandante Rivière tentou um desembarque perto da cidade de Santa Cruz, na Bahia, o qual foi repelido pelos milicianos de Porto Seguro, protegidos em posição vantajosa e chefiados pelo capitão Antônio Mariano Borges.[110] Em julho de 1800, outra divisão naval francesa, sob o comando do capitão Landolph, bloqueou durante alguns dias o porto do Rio de Janeiro. No mesmo ano, o navio português

[110] Cf. Jurien de la Gravière, *Souvenirs d'un Amiral*, tomo I, p.335, e Accioli, *Memórias Hist. da Bahia*, tomo I, p.271.

Minerva, comandado pelo capitão Luís da Cunha Moreira, afundou em combate contra uma fragata francesa. Em 1801, a corveta *Andorinha*, comandada por Costa Quintela, resistiu a um ataque da fragata *La Chiffone*, comandada por Guyeisse.

Em 1801, com a guerra entre Espanha e Portugal, o governador do Paraguai, Lázaro de Rivera, atacou sem êxito (16-25 de setembro) o forte de Nova Coimbra, em Mato Grosso, defendido por Almeida Serra. Em 1º de janeiro de 1802, o capitão brasileiro Rodrigues do Prado tomou uma posição fortificada espanhola no rio Apa. O general Veiga Cabral, governador do Rio Grande do Sul, tinha reunido nas fronteiras um pequeno exército; apoderou-se da margem esquerda do Jaguarão e do Chuí, enquanto um dos seus oficiais, Manuel Marques de Souza, em 30 de outubro, forçava o forte espanhol de Cerro Largo a capitular. Alguns voluntários brasileiros, comandados por Santos Pedroso e Borges do Canto, conquistavam ousadamente as missões espanholas da margem esquerda do Uruguai e de toda a parte ocidental do Rio Grande do Sul, ao norte de Quaraí.

Como os Tratados de Badajoz, de 6 de junho de 1801, e de Amiens, de 25 de março de 1802, não estipulavam qualquer restituição territorial, a Espanha anexou Olivença, na Europa, que havia tomado, e Portugal conservou as importantes conquistas feitas no continente americano.

Chegada da família Bragança. O Reino do Brasil

Desde 10 de fevereiro de 1792, Portugal era governado pelo príncipe do Brasil, dom João, regente em nome da sua mãe, a rainha dona Maria I. Em 1807, Napoleão, aliando-se à Espanha, impôs a Portugal o rompimento com a Inglaterra. O príncipe regente cedeu, esperando assim ganhar a amizade e a aliança do vencedor da Europa. Por dois decretos, datados de 25 de outubro e de 8 de novembro de 1807, dom João aderiu ao Bloqueio Continental e ordenou a apropriação dos bens dos ingleses em Portugal. O visconde Strangford, ministro britânico em Lisboa, pediu seus passaportes e embarcou (17 de novembro) em um dos navios da esquadra do contra-almirante *sir* Sidney Smith, que acabava de chegar, e começou logo o bloqueio do Tejo. Quase todo o exército português

havia sido postado no litoral, para se opor aos ataques ingleses,[111] quando o governo do príncipe regente soube que os espanhóis e os franceses tinham atravessado a fronteira, e Junot marchava rapidamente na direção de Lisboa.[112] Ignorava-se ainda que, em 27 de outubro, a França e a Espanha tinham assinado o Tratado de Fontainebleau, prevendo a partilha de Portugal e de suas possessões. Lorde Strangford e *sir* Sidney Smith entraram então em correspondência com o governo português, e o príncipe regente, seguindo o conselho que os ingleses lhe tinham dado já no ano precedente, e agindo de acordo com os seus ministros, que consideravam a resistência à invasão impossível naquele momento, decidiu-se a partir para o Brasil. Uma frota numerosa, acompanhada até o Rio de Janeiro por alguns navios ingleses, partiu do Tejo no dia 29 de novembro, transportando a família real, a corte, os membros do governo e os funcionários das principais repartições governamentais. No dia seguinte, Junot entrava em Lisboa.

A família real chegou à Bahia em 22 de janeiro de 1808, permanecendo ali mais de um mês. No dia 7 de março, chegava finalmente ao Rio de Janeiro.

Assim se fez, por força das circunstâncias, a transferência para o Brasil da corte portuguesa, tantas vezes projetada: por dom João IV, desde o século XVII; por dom Luís da Cunha, em 1736; pelo marquês do Pombal, em 1761. Os brasileiros souberam compreender toda a importância desse acontecimento, que marcava o fim do regime colonial e o início da sua independência comercial e política. Foi grande o entusiasmo, na Bahia e no Rio de Janeiro. Nesta última cidade, o príncipe regente passou a ouvir, desde o dia do desembarque, entusiastas que o aclamavam imperador do Brasil. Ele próprio dizia no manifesto de 1º de

[111] O que provam vários documentos portugueses e ingleses. Eis uma passagem do despacho de 1o de dezembro de 1807, dirigido por *sir* Sidney Smith a W. W. Poole: "A distribuição das forças portuguesas se concentrava inteiramente na costa, enquanto que o interior ficava totalmente desguarnecido." (*Barrow, Life and Correspondence of Adm*. *sir* Sidney Smith, Londres, 1848, tomo II, p. 266).

[112] Notícia levada a Lisboa pelo tenente-coronel Charles Fréderic Lecór, que tinha mandado destruir a ponte sobre o Zezere, o que retardou de dois dias a marcha de Junot. Promovido a coronel e depois a general, Lecór comandou uma divisão no exército de Wellington. Em 1815, veio para o Brasil, onde prestou grandes serviços durante as Guerras do Prata e da Independência. D. João VI o fez barão de Laguna, e Pedro I lhe concedeu o título de visconde.

maio, dirigido às potências amigas, que elevava a voz do seio "do novo Império" que viera criar.

Um decreto de 28 de janeiro, datado da Bahia, tinha aberto os principais portos brasileiros ao comércio das nações em paz com Portugal. Essa medida, já decidida em Lisboa, nos conselhos do príncipe, foi vivamente apoiada pelo sábio economista brasileiro José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, que era então professor na Bahia, e mais tarde a defendeu das queixas dos negociantes e armadores portugueses, descontentes com a extinção do seu monopólio comercial. Outro decreto, de 1º de abril, declarava a liberdade da indústria, revogava a lei de 5 de janeiro de 1785 que tinha obrigado ao fechamento das instalações de indústria têxtil, bem como de vários outras fábricas que começavam a se instalar no Brasil. Foi permitida a compra de imóveis pelos estrangeiros, favores foram acordados aos industriais e agricultores, fundou-se no Rio de Janeiro um banco de depósitos, desconto e circulação.

Dom João instalou no Brasil departamentos, tribunais e conselhos da antiga metrópole; criou escolas superiores, no Rio de Janeiro e na Bahia, bem como a imprensa régia, o diário oficial, a biblioteca real, o museu de história natural e vários jardins botânicos. Em 16 de dezembro, concedeu ao Brasil o título de Reino – a monarquia portuguesa assumia o Reino Unido de Portugal, do Brasil e dos Algarves. O regente fez as primeiras experiências de colonização estrangeira, tendo em vista a abolição do tráfico; convocou vários brasileiros para funções importantes na administração; favoreceu as explorações científicas no interior;[113] protegeu as letras e as artes; estendeu os limites do Brasil à margem esquerda do Prata, com a anexação da Banda Oriental do Uruguai; começou a obra de unificação do país, estabelecendo vínculos de comunicação entre o Rio de Janeiro e as províncias, que em sua maioria tinham estado até então apartadas umas das outras.

No dia 20 de março de 1816, tendo-se transformado em rei pela morte da mãe, o regente assumiu o título de João VI. Vários dos seus ministros, entre eles o marquês de Aguiar, o conde de Linhares, o conde da Barca e Vilanova Portugal, o apoiaram firmemente nessa política ampla e inteiramente brasileira, mostrando-se orgulhosos pela colaboração dada

[113] Explorações feitas por Auguste de Saint-Hilaire, Spix e Martius, o príncipe Maximiliano de Neuwied, Pohl, Mawe, Eschwege e muitos outros sábios estrangeiros.

à fundação do império sul-americano. Embora a imprensa não fosse livre, lia-se em quase todos os rincões do Brasil o *Correio Braziliense*, publicação muito liberal editada em Londres, entre 1808 e 1822, pelo brasileiro Hipólito da Costa Pereira.

Entre 1808 e 1814, um grande número de negociantes ingleses se estabeleceram nas principais cidades marítimas do país. Com a paz geral, o decreto determinou, em 18 de novembro de 1814, que os portos brasileiros estariam abertos aos navios franceses.

Em 1815, os primeiros franceses desembarcados no Rio de Janeiro foram aclamados pelo povo. Em 1816, chegavam os artistas convocados por dom João VI para criar no Rio de Janeiro a Escola de Belas Artes: entre outros, os pintores Nicolas Antoine Taunay e Jean Baptiste Debret, o escultor Auguste Taunay, o gravador Zépherin Ferrez e o arquiteto Grandjean de Montigny, sob a chefia de Joachim Lebreton, do Instituto.

Pelo Tratado de Amiens, de 25 de março de 1802, Portugal tinha abandonado seus direitos sobre a margem direita do Oiapoque, aceitando como limite entre o Brasil e a Guiana Francesa o curso do rio Araguari e uma linha reta tirada da nascente desse rio até o rio Branco. Quando Napoleão rompeu esse tratado e invadiu Portugal, o general Magalhães de Menezes, governador do Pará, proclamou, em 1º de outubro de 1808, que restabeleceria a fronteira fixada pelo Tratado de Utrecht, no rio Oiapoque ou Vicente Pinzón. Depois, seguindo novas instruções recebidas do Rio de Janeiro, declarou que a expedição destinada ao Oiapoque seria dirigida contra Caiena.

Tropas brasileiras, sob o comando do tenente-coronel (logo general) Manuel Marques d'Elvas, partiram do porto do Pará e da ilha de Marajó numa flotilha organizada pelo governador, à qual se juntaram, no cabo Norte, dois navios de guerra portugueses e uma corveta inglesa, comandada por James Lucas Yeo (mais tarde *sir* James).[114] Em 1º de dezembro de 1808, os aliados ocuparam a baía do Oiapoque e, no dia 15, tomaram a posição fortificada de Aproague, na confluência do Courrouaie. Depois, 550 soldados brasileiros, 20 marinheiros portugueses

[114] Corveta inglesa *Confiance*, 20 canhões. Os navios portugueses eram: brigues *Voador* (capitão de fragata J. A. Salgado) e *Infante Dom Pedro* (capitão L. da Cunha Moreira), com 18 canhões cada um; galeota *General Magalhães*, 12 canhões; cúteres *Vingança* e *Leão*, oito cada; *smack Paquete*, dois; três canhoneiras, com um canhão cada; e vários navios de transporte. Em 23 de dezembro o *Paquete* (capitão J. M. Pereira Pinto) apresou a galeota *La Petite Adele*, de quatro canhões.

e 80 ingleses desembarcaram, a 7 de janeiro, antes do nascer do dia, na entrada do Mahury, na costa oriental da ilha de Caiena, e tomaram naquele mesmo dia as baterias de Diamant, Dégras des Cannes e Trio, esta última na entrada da Crique Fouillée, bem como uma quarta bateria que protegia a casa de campo do governador Victor Hugues, no canal Torcy.[115] À noite, Victor Hugues tentou, sem êxito, retomar a posição de Dégras des Cannes, defendida por Marques d'Elvas; no dia seguinte, o capitão Yeo retomou e incendiou a casa do canal Torcy, que durante a noite tinha sido ocupada por um destacamento francês.

Em 8 de janeiro, os aliados marcharam na direção de Legrand Beau Regard, antiga casa dos jesuítas, situada em posição elevada, e de lá enviaram um emissário a Victor Hugues, que se havia retirado, a princípio, para o moinho de Loyola e, em seguida, para Caiena. As negociações entre os dois lados levaram à capitulação, assinada em Bourda, no dia 12 de janeiro, estipulando que a guarnição francesa deixaria Caiena com honras militares e que seria transportada para a França, com todos os empregados e familiares, em barcos portugueses. No dia 14, os aliados entraram em Caiena,[116] e foi um oficial brasileiro, Cunha Moreira, capitão do brigue *Infante Dom Pedro*, que levou para a França o governador Victor Hugues.[117] A administração militar da Guiana foi confiada a Marques d'Elvas, e a administração civil primeiramente ao tenente-coronel Pinto de Souza, e depois, a partir de 19 de julho de 1810, a um magistrado brasileiro, Maciel da Costa. Este, segundo Ternaux-Compans, "deixou na colônia uma grande reputação de capacidade e

[115] Fortificações pouco importantes: em Aproague havia um só canhão; e três na bateria de Diamant, cujo comandante, o capitão Chevreuil, perdeu a vida; dois canhões em Dégras des Cannes (ou Degrad-Cannes); dois em Trio; dois no canal Torcy, no dia 7 de janeiro, e duas pequenas peças de campanha no dia seguinte. Havia 37 homens em Dégras des Cannes e 50 em cada uma das outras posições. Os aliados perderam cerca de 40 homens, entre mortos e feridos.

[116] Relatórios de Marques d'Elvas, de 29 de dezembro de 1808, datado de Approuague; de 21 de janeiro (dois), datados de Caiena; do capitão Yeo, de 26 de dezembro e 15 de janeiro; ratificação condicional da capitulação pelo general Magalhães de Menezes com data de 17 de fevereiro; vários manuscritos brasileiros (por L. da Cunha Moreira, Cláudio Luiz da Costa etc.); Baginski, *Ephémérides Hístoriques de la Guyane Française*. Segundo os documentos portugueses e ingleses, no momento da capitulação, Victor Hugues tinha 593 homens de tropas regulares, cem milicianos e perto de 50 escravos armados. De acordo com o capitão de fragata Bouyer (*La Guyane Française*, Paris, 1861, p. 62), Victor Hugues tinha sob suas ordens 511 soldados europeus, 200 milicianos e 50 negros armados.

[117] Cunha Moreira, depois visconde de Cabo Frio, almirante e ministro da Marinha do Brasil, era natural da Bahia.

integridade". Segundo aquele historiador, "fez com que vela reinasse perfeita ordem e introduziu notáveis aperfeiçoamentos em todos os ramos da administração".[118]

No Congresso de Viena, enquanto a Inglaterra mantinha suas conquistas coloniais,[119] Portugal, que tinha sofrido tanto durante as guerras da República e do Império francês, e que tomara uma parte tão considerável nas campanhas que levaram à queda de Napoleão I,[120] se obrigava, pelo artigo 107 da Ata Final do Congresso, de 9 de junho de 1815, a "restituir à dita majestade (o rei da França) a Guiana Francesa, até o rio Oiapoque, cuja foz está situada entre o quarto e o quinto graus de latitude setentrional, limite que Portugal considerou sempre o que fora fixado pelo Tratado de Utrecht." Os plenipotenciários franceses aceitaram a restituição nesses termos, que precisavam de forma tão clara o limite marítimo do Oiapoque, mas a questão não ficou decidida, como acreditavam os diplomatas portugueses. Os governos franceses da Restauração, de Julho e do Segundo Império retomaram as antigas controvérsias e, até o presente, esta controvérsia entre o Brasil e a França não pôde ser ajustada.

A Guiana foi restituída à França, pelas autoridades brasileiras, em 21 de novembro, com a chegada do general Carra Saint-Cyr, nomeado governador por Luís XVIII.

---

[118] Ternaux-Compans, *Notice Hístórique de la Guyane Française*, Paris, 1843. "A ordem, a economia e o desinteresse presidiram a conduta dos agentes do governo português", afirma Vignal. A passagem em que esse autor elogia a administração brasileira é longa demais para que possamos reproduzi-la aqui. Ver *Coup d'Oeil sur Cayenne*, de Vignal, Paris, 1823, p. 40 e ss. João Severiano Maciel da Costa, nascido em Minas Gerais, foi um dos redatores da Constituição do Brasil, e um dos seus estadistas mais ilustres. O imperador D. Pedro I o nomeou conselheiro de Estado e senador do Império, concedendo-lhe o título de marquês de Queluz. Foi vários vezes ministro de Estado e faleceu em 1833.

[119] No que diz respeito à Guiana Francesa, a Inglaterra reclamou da França a soma de 74.523 libras esterlinas, a despeito da venda de vários navios franceses que Yeo apreendeu e despachou para a Inglaterra. Mediante um arranjo com Luís XVIII, essa soma foi reduzida para 250 mil francos.

[120] Durante as campanhas peninsular e do Sul da França (1808-1814), a força do exército português variou muito. Em 1811 Portugal contava com "335.439 homens em armas, uma massa verdadeiramente enorme para sua população" (Balbi, "Essai Statistique sur le Royaume de Portugal", Paris, 1882, v. 1, p. 360). Entre os brasileiros que se tornaram conhecidos nessa guerra pela independência de Portugal citaremos o sábio mineralogista José Bonifácio de Andrada e Silva e os poetas Luiz Paulino Pinto da França e Joaquim José Lisboa. O primeiro, que seria mais tarde o grande ministro da Independência brasileira, foi Major, depois tenente-coronel, de um batalhão formado com professores e estudantes da universidade de Coimbra e das escolas do país. Pinto da França morreu general do exército português.

Logo depois de instalado no Brasil, o governo português tinha pretendido ocupar a margem esquerda do Prata, em concerto com os ingleses, que deviam enviar nova expedição contra Buenos Aires para vingar as duas derrotas que tinham sofrido ali; no entanto, a insurreição dos espanhóis contra o domínio francês e sua aliança com a Inglaterra e Portugal fizeram com que o projeto fosse abandonado. A Princesa dona Carlota (depois rainha), esposa de dom João VI – então príncipe regente – e irmã de Fernando VII da Espanha, entabulou negociações com autoridades espanholas e com vários líderes dos movimentos de independência sul-americanos: negociações que muitas vezes não se coadunavam com a política do Gabinete do Rio de Janeiro.

Em 1810, começava em Buenos Aires a revolução da independência, tendo sido depostas, em 25 de maio, as autoridades espanholas. Iniciava-se longo período de distúrbios, revolução e guerras civis nas províncias do Prata. Dom João reuniu nas fronteiras do Rio Grande do Sul um exército de observação, composto de tropas regulares e milicianos daquela província, assim como alguns regimentos de Santa Catarina e de São Paulo. Dom Diogo de Sousa, capitão-geral do Rio Grande do Sul, depois conde de Rio Pardo, espírito esclarecido e homem de rara energia, elevou esse exército ao grau mais elevado de instrução e disciplina, preparando-o para o êxito que teria nas campanhas seguintes.

Em 1811, só restava aos espanhóis, no Prata, a cidade de Montevidéu, sitiada por um exército de Buenos Aires e por soldados uruguaios ou orientais, estes últimos chefiados por José Artigas. Para atender a solicitação do governo espanhol e de dona Carlota, dom João VI decidiu-se a intervir para combater a revolução da independência. O general Sousa invadiu a Banda oriental do Uruguai (1811), e o sítio de Montevidéu foi rompido. Os argentinos se retiraram para Buenos Aires, e Artigas foi forçado a se refugiar, com suas tropas, em Entre Rios e Corrientes. As tropas brasileiras já se encontravam na margem esquerda do Uruguai, prestes a cruzar o rio, quando um armistício ilimitado foi assinado em Buenos Aires, em 26 de maio de 1812, entre um enviado especial de dom João VI e o governo revolucionário. Lorde Strangford, ministro inglês no Rio de Janeiro, tinha obtido a neutralidade de dom João na luta dos povos do Prata contra a Espanha, e o general Sousa, cujas tropas haviam vencido em toda parte os bandos indisciplinados de Artigas, recebeu a

ordem de seguir essa nova linha de conduta, retornando imediatamente ao Rio Grande do Sul.

O exército de Buenos Aires voltou então a sitiar Montevidéu, que capitulou em 1814. Artigas, porém, muito popular entre os "gaúchos" da Banda Oriental, de Entre Rios e Corrientes, sublevou-se, conseguiu repelir as tropas de Buenos Aires e formou, com as províncias do Uruguai, uma confederação, de que assumiu a chefia absoluta, com o título de "Protetor". A própria existência do governo argentino passava por perigo, pois Artigas obteve que dessa administração se desligassem duas outras províncias – Santa Fé e Córdoba. Era o começo de uma longa luta entre os unitários argentinos, partidários de uma "pátria grande" fortemente estruturada, e os federalistas, cuja propaganda tendia à dissolução nacional, mobilizando contra a hegemonia de Buenos Aires as rivalidades e os ódios das províncias.

Dois políticos emigrados, Nicolás Herrera, do Uruguai, e o general Carlos de Alvear, argentino, pediram a intervenção do Brasil contra Artigas e a ocupação da Banda Oriental do Uruguai. O representante de Buenos Aires no Rio de Janeiro, Manuel J. Garcia, aprovava essa intervenção, que o marquês de Alegrete, capitão-geral do Rio Grande do Sul, também aconselhava. Uma divisão portuguesa, sob a chefia do tenente-general Charles Frédéric Lecór, foi convocada para reforçar o exército brasileiro já reunido no Rio Grande do Sul. As hostilidades começaram ao mesmo tempo em quatro pontos diferentes: na fronteira do distrito das Missões brasileiras (capital São Borja), onde comandava o general Chagas Santos; na de Quaraí, defendida pelas tropas brasileiras do general Curado; e nas fronteiras de Cerro Largo e Santa Teresa.

O exército do general Lecór, composto de tropas portuguesas e brasileiras e destinado a ocupar Montevidéu, foi desdobrado em duas colunas: a principal, sob as ordens de Lecór, penetrou por Santa Teresa, avançando quase sempre paralelamente à costa; a outra, sob o general Silveira, marchou por Cerro Largo para se reunir a Lecór perto de Maldonado.

O principal esforço de Artigas para impedir o movimento ofensivo dessas duas colunas foi dirigido contra o distrito das Missões e a fronteira do Quaraí. Suas tropas indisciplinadas invadiram por ali o território brasileiro, mas antes de se concentrarem foram batidas e repelidas diante de São Borja (3 de outubro de 1816) por José de Abreu; no Ibiraocaí (19

de outubro), pelo general João de Deus Mena Barreto; em Carumbé (27 de outubro), pelo general Oliveira Álvares – todos os três pertencentes ao exército de Curado.

Entrementes, tendo recebido reforços de Entre Rios e Corrientes, Artigas reuniu o que pôde salvar dos vencidos nesses combates, reorganizou seu exército e mandou-o outra vez, sob o comando de Andrés Latorre, atacar Curado, que acampara perto de Catalan. No dia 3 de janeiro de 1817, Artigas, que pretendia juntar-se a Latorre, foi atacado por Abreu no Arapeí e teve que fugir. No dia seguinte, o marquês de Alegrete, capitão-geral do Rio Grande do Sul, e Curado impunham a Latorre a derrota de Catalán. Esta batalha reduziu Artigas á defensiva, evitando durante dois anos qualquer novo encontro com os brasileiros e portugueses.

O general Sebastião Pinto, que comandava a vanguarda do exército de Lecór, tinha ganhado a batalha de Índia Muerta (19 de novembro de 1816) contra Fructuoso Rivera. De seu lado, a coluna do general Silveira, tendo repelido os ataques da divisão de Otorgués, em Pablo Paez (4 de dezembro) e da de Rivera, em Calera de Santa Lucia (3 de janeiro), juntava-se, em Pan de Azucar, com as tropas de Lecór, que continuava sua marcha sobre Montevidéu. A cidade foi evacuada pelos soldados de Artigas, e Lecór a tomou em 20 de janeiro de 1817, sendo recebido como libertador pelos habitantes e as autoridades locais. A cidade de Maldonado já se havia rendido à esquadra portuguesa, mas todo o interior continuava sob o controle de Artigas, que enviou algumas tropas, sob o comando de Rivera, para bloquear Montevidéu. Uma vitória alcançada contra este último por Lecór, em Paso de Cuello (18 de março de 1817), em nada alterou a situação, já que a força principal de Artigas consistia na sua numerosa cavalaria. Do lado das Missões, o general Chagas Santos dizimou uma parte de Corrientes, mas fracassou num ataque contra Andrés Tacuary, conhecido como Andrés Artigas ou Andresito, que se havia entrincheirado em Apóstoles (2 de julho). Esta derrota foi vingada por Bento Manoel Ribeiro, do exército de Curado, que surpreendeu em Belém, a 15 de setembro, a divisão do coronel Berdun, o vencido de Ibiraocaí, tomando prisioneiros o coronel e quase todos os seus oficiais.

No interior, estourou em Pernambuco, em 1817, uma revolução republicana e separatista, dirigida por Domingos Martins, natural do Espírito Santo, que não conseguiu muitos partidários e foi prontamente

controlada por um pequeno exército composto principalmente de milicianos da Bahia e Alagoas. Treze dos chefes revolucionários foram executados.

Em fins de 1817, fez-se um acordo secreto entre os governos do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, para uma campanha contra o general Artigas. Novas tropas foram enviadas a Montevidéu, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Pernambuco; duas expedições partiram de Buenos Aires para submeter a província de Entre Rios, mas ambas foram derrotadas por Ramirez, oficial de Artigas (em 25 de dezembro de 1817 e 25 de março de 1818). O exército brasileiro de Curado saiu então de Quaraí (1818) para operar na margem esquerda do Uruguai, ao norte do rio Negro. A 7 de abril, uma divisão deste exército, chefiada por Mena Barreto, alcançava a vitória de Guabiju, forçando Artigas a abandonar a vila de Purificação, onde tinha sua capital, pois Bento Manuel Ribeiro cruzava o Uruguai, tomava as baterias instaladas em Entre Rios para impedir a passagem de navios portugueses (Calera de Barquim, Perrucho-Verna e Paso de Vera) e punha em fuga a cavalaria de Ramirez, em Arroyo de la China.

Nas Missões de Corrientes, Chagas Santos tomou São Carlos (de 31 de março a 3 de abril) e, na margem esquerda do Prata, a 3 de maio, os portugueses ocupavam Colônia. Houve muitos encontros de cavalaria na Banda Oriental. Em 4 de julho de 1818, Bento Manuel Ribeiro caiu de surpresa sobre o acampamento de José Artigas em Queguay Chico, dispersando completamente seu exército. Mas logo em seguida o general Artigas organizava novos bandos armados em Entre e Corrientes, para invadir o Rio Grande do Sul.

À frente de alguns milhares de índios guaranis e de tropas de Corrientes, onde ele tinha vencido os partidários de Buenos Aires e resistido ao ataque de uma flotilha paraguaia, Andrés Artigas cruzou o rio Uruguai (em 25 de abril de 1819) e tomou facilmente as pequenas vilas ("povos") do distrito brasileiro das Missões, exceto São Borja. O coronel Arouche, o mais popular e o mais instruído de todos os jovens oficiais do exército brasileiro, tentou tomar a vila de São Nicolau, mas não conseguiu e morreu combatendo (9 de maio). Chegaram reforços, comandados por José de Abreu (depois barão de Cerro Largo), que conseguiu esmagar os invasores no combate de Itacorubi, em 6 de junho de 1819. Alguns dias mais tarde, Andrés Artigas era feito prisioneiro. Muitos outros comandantes, entre eles Otorgués, foram aprisionados em

combates menos importantes, e em 28 de outubro Bento Manuel Ribeiro conquistava a vitória de Arroyo Grande sobre Fructuoso Rivera.

José Artigas tinha enviado contra Buenos Aires o governador de Entre Rios, Ramírez, e Estanislás Lopez, governador de Santa Fé. Os dois *caudillos* conseguiram derrotar seus adversários e derrubar o governo da República, entrando na capital; ao mesmo tempo, invadiram pela terceira vez a província brasileira do Rio Grande do Sul, vencendo uma batalha contra Abreu perto de Ibirapuitã (14 de dezembro de 1819), mas foram por fim repelidos pelo mesmo Abreu, reunido ao general Câmara, em Santa Maria (17 e 27 de dezembro).

O conde de Figueira, capitão-geral do Rio Grande do Sul, chegou com tropas frescas, que se reuniram às de Abreu e Câmara; perseguiu o exército inimigo, destruindo-o completamente na batalha de Taquarembó (22 de janeiro de 1820). Artigas esperava ainda continuar a resistência em Entre Rios e Corrientes, mas Ramirez, orgulhoso com sua vitória em Buenos Aires, rebelou-se e, depois de vários combates, obrigou-o a buscar refúgio no Paraguai, onde ele foi detido e internado em Curuguatí pelo ditador Francia.[121]

Em 31 de julho de 1821, a Banda Oriental se uniu por federação com o Reino do Brasil, com o nome de Estado Cisplatino.

A Independência e o reinado do imperador dom Pedro I

Em 1820, os portugueses proclamaram o regime constitucional, e as Cortes Constituintes foram convocadas, em Lisboa. No Rio de Janeiro, dom João VI aceitou a nova situação (26 de fevereiro de 1821), depois da adesão do Pará e da Bahia à Constituinte; em quase todas as províncias brasileiras, os antigos capitães-gerais foram substituídos por juntas governativas. Convocado à Europa pelas Cortes, o rei finalmente se resignou à partida, mas, ao deixar o Rio de Janeiro, em 26 de abriu, designou seu filho mais velho, dom Pedro, regente do Reino do Brasil, com um ministério cujo membro mais influente era o conde dos Arcos.

[121] Artigas foi posto em liberdade alguns anos mais tarde, porém, não quis retornar ao seu país. Faleceu em Assunção, no dia 23 de setembro de 1850 (e não em 1826, como afirma uma grande obra em vias de publicação em Paris). Artigas nasceu em 19 de janeiro de 1764 (e não 1746), em Montevidéu.

Com respeito ao Brasil, as Cortes de Lisboa adotaram uma política contrária à do rei: votaram a supressão das escolas e tribunais superiores, a dissolução do governo central, no Rio de Janeiro, e a convocação de dom Pedro a Portugal. Procuraram romper a unidade brasileira vinculando as províncias diretamente à metrópole – a despeito da oposição dos deputados de várias dessas províncias, sobretudo as de São Paulo, do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, tendo à sua frente Antônio Carlos de Andrada, Vilela Barbosa (depois marquês de Paranaguá) e Lino Coutinho. A desunião das províncias já tinha sido alcançada em parte com a instalação das juntas provinciais. Em breve, a autoridade do regente só se estendia sobre o Rio de Janeiro e as províncias meridionais e centrais; e, em algumas delas, o regente encontrava alguma resistência nas juntas, pois quase todas queriam ter um papel independente.

Contudo, os decretos das cortes terminaram por produzir um movimento quase geral em favor da autonomia brasileira, que se pensava conciliável com a união dos dois Reinos, mediante a criação de um parlamento com sede no Brasil. Em 9 de janeiro de 1822, respondendo a uma solicitação do povo do Rio de Janeiro e de São Paulo, dom Pedro declarou que permaneceria no país (o "fico"); forçou as tropas portuguesas que se opunham a essa decisão a embarcar para Portugal e formou um novo ministério (16 de janeiro), com José Bonifácio de Andrada, ao qual se associou, alguns meses mais tarde, seu irmão Martim Francisco. A 13 de maio, aceitou o titulo de "Defensor Perpétuo do Brasil" e, seguindo o conselho de Ledo, chefe do Partido Liberal no Rio de Janeiro, Cunha Barbosa e Clemente Pereira (os dois primeiros, redatores do "Revérbero Constitucional"), convocou no Rio de Janeiro uma Assembleia Constituinte, por decreto de 3 de junho.

O regente estava viajando quando, na planície do Ipiranga, perto da cidade de São Paulo, o alcançou um correio, despachado do Rio de Janeiro por José Bonifácio, com cartas que anunciavam as discussões tormentosas havidas nas cortes de Lisboa, e várias decisões tomadas, notadamente a que ordenava a abertura de processo contra os membros do Gabinete do Rio de Janeiro. Cercado de pessoas da sua comitiva, oficiais e soldados da sua guarda de honra, o regente afirmou então a Independência do Brasil (em 7 de setembro de 1822) e, depois de chegar ao Rio, foi proclamado imperador constitucional (12 de outubro).

Já em 1821, as tropas portuguesas tinham sido obrigadas a deixar Pernambuco. Na Bahia, o general Madeira, tendo sob suas ordens um exército e uma esquadra importantes, resistiu durante vários meses ao assédio dos brasileiros – comandados a princípio pelo general Labatut, depois por J. J. de Lima e Silva. Dois ataques portugueses foram repelidos, contra as posições de Pirajá (8 de novembro de 1822) e a ilha de Itaparica (6 de janeiro de 1823). A penúria na cidade já era grande quando a esquadra brasileira, sob o comando de lorde Cochrane, chegou para bloquear o porto. Em 2 de julho, Madeira embarcava para Lisboa, mas uma parte dos navios que transportavam suas tropas foram capturados pela esquadra imperial. Os portugueses que ocupavam as cidades de São Luís do Maranhão e do Pará se renderam depois da chegada de alguns navios de lorde Cochrane (28 de julho e 11 de agosto de 1823). No interior, depois de longa resistência, Fidié capitulou em Caxias (a 1º de agosto). No Prata, o general Macedo, português, sitiado na cidade de Montevidéu por Lecór, comandante dos brasileiros, capitulou em 18 de novembro, depois que seus navios foram repelidos, em 21 de outubro, num ataque contra a divisão naval brasileira comandada por Pedro Nunes, que tinha vindo bloquear o porto.

O ministério Andrada, que por sua energia prestou grandes serviços à causa da Independência, reprimiu com rigor todos os que eram suspeitos de se opor à monarquia e à união das províncias; de fato, suprimiu todos os jornais da oposição e perseguiu ou exilou um certo número de liberais, entre eles Ledo, eleito deputado à Constituinte, Cunha Barbosa e Clemente Pereira.[122] Na Constituinte, que se reuniu em 3 de maio de 1823, essa política foi criticada por vários deputados. No dia 2 de julho, o ministério sofreu uma derrota na eleição da mesa da assembleia e, dois dias mais tarde, a justiça absolvia os acusados políticos do Rio de Janeiro. Como o imperador manifestou a intenção de interromper os processos políticos em São Paulo, os Andrada pediram demissão,[123] e foi organizado (17 de julho de 1823) o ministério Carneiro de Campos (marquês de Caravelas).

[122] Ledo se refugiou em Buenos Aires; Clemente Pereira, Cunha Barbosa e o general Nóbrega foram deportados para a França e deixaram o Rio de Janeiro em 20 de dezembro de 1823, num navio francês tendo por destino o Havre.

[123] Porto Seguro, *História da Independência*, manuscr. (pormenores fornecidos a seu governo pelo encarregado de negócios da Áustria).

Mas a discussão do projeto de Constituição se arrastava, a oposição aumentava, e a maioria decidiu, contra o voto do ministério, que todas as leis votadas pela Assembleia seriam promulgadas sem a sanção do imperador. A liberdade de imprensa tinha sido restabelecida, e vários jornais da oposição começaram a incitar a população contra os naturais de Portugal que tinham aderido à independência. As sessões da Constituinte se tornaram tormentosas, e dom Pedro I, formando um novo ministério com Vilela Barbosa (marquês de Paranaguá),[124] em 12 de novembro, pronunciou a dissolução da Constituinte, medida já aconselhada por José Bonifácio de Andrada que, agora na oposição, tinha sido exilado com os irmãos e alguns partidários.

Com a assistência do Conselho de Estado (que incluía J. J. Carneiro de Campos,[125] Vilela Barbosa, Maciel da Costa, Carvalho e Melo e outros), dom Pedro preparou uma Constituição, que as autoridades dos municípios queriam ver adotada sem uma segunda Constituinte. Em consequência, em 25 de março de 1824, foi prestado o juramento de obediência a essa Constituição.

Em julho de 1824, uma insurreição republicana e federalista explodiu nas províncias do norte, de Pernambuco ao Ceará, no momento em que se preparava uma grande expedição portuguesa contra o Brasil. A revolta foi prontamente subjugada (de setembro a novembro) pelo general F. de Lima e Silva e os partidários da união. Em Pernambuco, estes últimos eram chefiados por Paes Barreto, que recebeu o título de marquês de Recife. Dezesseis revolucionários, entre eles o padre Caneca, foram condenados e executados.

Pelo Tratado de 29 de agosto de 1825, entre o Brasil e Portugal, concluído com a mediação da Inglaterra, e graças aos conselhos de Canning, a Independência do Brasil foi reconhecida.

Em 1825, na Banda Oriental, que com a constituição do Império passara a ser a Província Cisplatina, houve uma revolução organizada em Buenos Aires por Lavalleja. Os brasileiros, que haviam deixado ali poucas tropas, tiveram inicialmente uma vitória pouco importante em Arbolito (3 de setembro), mas logo em seguida uma grande parte da sua cavalaria foi destruída num ataque de surpresa em Rincón (24 de setembro) e no combate de Sarandi (12 de outubro), em que Bento

[124] Nascido no Rio de Janeiro em 20 de novembro de 1769; falecido no Rio em 11 de setembro de 1846.
[125] Nascido na Bahia em 4 de março de 1768; falecido no Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1836.

Manuel Ribeiro e Bento Gonçalves se empenharam imprudentemente contra todo o exército dos uruguaios revoltados. Os brasileiros ficaram assim reduzidos a Montevidéu e Colônia, e o governo de Buenos Aires declarou a incorporação dessa província ao território da República.

A esquadra imperial abriu as hostilidades com o bloqueio da costa de Buenos Aires. O almirante argentino Brown foi repelido em 9 de fevereiro de 1826 pelo almirante brasileiro Rodrigo Lobo, e mais tarde sofreria grandes perdas ao atacar Colônia (26 de fevereiro-3 de março), defendida pelo general Rodrigues.[126] Vários outros encontros tiveram lugar, em 1826, entre as forças navais brasileiras e as argentinas, alguns sem resultado, outros favoráveis ao Brasil. O mais importante foi o de 30 de julho, em que Brown foi derrotado por Norton, o comandante brasileiro. Em 1827, duas expedições enviadas pela Marinha Imperial ao rio Uruguai (sob o comando de Sena Pereira) e à Patagônia (sob o comando de Shepherd), foram aniquiladas perto da ilha do Juncal (8 e 9 de fevereiro) por Brown, e no rio Negro de Patagones (7 de março), por corsários comandados por Bysson. Em terra, o general brasileiro marquês de Barbacena, tendo atacado com inferioridade de tropas o exército do general Alvear, foi derrotado na batalha de Ituzaingó em 20 de fevereiro.

Pouco depois, o almirante brasileiro Pinto Guedes, barão do Rio da Prata, impunha a Brown uma derrota em Monte Santiago (7 e 8 de abril). Essa guerra, impopular no Brasil em função das falhas do governo e dos generais e, sobretudo, do partidarismo de grande número de membros da oposição, terminou com o acordo de 27 de agosto de 1828, feito por mediação da Inglaterra: o Brasil e a República Argentina renunciaram a província que disputavam e criaram a República Oriental do Uruguai, que mais tarde o Brasil defenderia contra a ambição do ditador Rosas.

Com a morte de dom João VI, em 1826, o imperador dom Pedro I se tornara também o rei de Portugal. Outorgou uma Carta Constitucional a esse Reino, e depois se apressou a abdicar da coroa portuguesa em favor da sua filha, dona Maria II.

Criadas pela Constituição, as Casas Legislativas brasileiras se reuniram pela primeira vez em 1826 e, durante todo o reinado de dom Pedro, I a oposição – composta de liberais monarquistas, de partidários

[126] Manuel Jorge Rodrigues, que em 1840 recebeu o título de barão de Taquari, o qual lembra a batalha desse nome contra os separatistas do Rio Grande do Sul.

do parlamentarismo inglês, de alguns federalistas e de republicanos, teve maioria na Câmara dos Deputados. Faziam-se no Brasil os primeiros ensaios do sistema representativo, e, se de um lado o imperador era jovem, impetuoso e inexperiente, os partidos e a imprensa precisavam ainda educar-se politicamente. O Ministério Paranaguá, que esteve no poder depois de 1823, e o do visconde de São Leopoldo, que o sucedeu (em 16 de janeiro de 1827), se compunham somente de senadores ou de pessoas que não pertenciam ao Parlamento. Em 20 de novembro de 1827, o imperador instituiu por fim um ministério Parlamentar, com o deputado Araújo Lima (marquês de Olinda). Contudo, quando dom Pedro exonerou o ministro da Guerra, depois de uma revolta de alguns regimentos estrangeiros, no Rio de Janeiro – revolta suprimida energicamente –, os deputados que pertenciam ao ministério apresentaram sua demissão.

Como dois dos membros mais influentes da Câmara, Costa Carvalho e Vasconcelos, se recusaram a organizar um novo Gabinete, essa missão foi confiada ao deputado Clemente Pereira (15 de junho de 1828), que os liberais logo abandonaram. Esse ministério e o de Paranaguá, que o sucedeu (4 de dezembro de 1829), receberam viva oposição na Câmara e na imprensa. A chegada da esquadra do barão Roussin (1828), enviada por Carlos X para reclamar alguns navios franceses que os brasileiros tinham capturado durante o bloqueio do Prata, e a necessidade em que se encontrava o governo imperial de ceder a essa injunção, prejudicaram muito a posição do imperador e aumentaram consideravelmente a irritação popular. A revolução de 1830 na França viria apaixonar a opinião pública, e a queda de Carlos X foi celebrada no Brasil, em quase toda parte, por demonstrações públicas. Alguns novos jornais, no Rio de Janeiro e nas províncias, começaram a pregar o federalismo ou a república. Nas eleições de 1830, esses dois partidos conseguiram eleger vários dos seus candidatos. Em 1831, 44 novos jornais foram instituídos no Rio de Janeiro. Todos os ministros e senadores que se mostravam devotados ao imperador eram apresentados como partidários do absolutismo. *Aurora Fluminense*, fundado em 1827 por Evaristo da Veiga, era o mais influente e o melhor escrito de todos os jornais oposicionistas.

Em 19 de março de 1831, dom Pedro I, cujo maior defeito era o de ter nascido em Portugal, tentou governar com um ministério liberal (F. Carneiro de Campos). Mas o ódio entre brasileiros e portugueses era, nessa época, demasiadamente vivo para que se pudesse estabelecer a concórdia.

Os portugueses tinham promovido manifestações em favor do imperador, e conflitos sangrentos tiveram lugar nas ruas. O imperador formou então um Gabinete composto só de senadores (Paranaguá). Eclodiu então um movimento popular, apoiado pela defecção de parte das tropas. Reclamava-se o retorno do ministério exonerado (6 de abril de 1831). Cansado dessa oposição e desejando sustentar, na Europa, os direitos da sua filha contra o usurpador dom Miguel, dom Pedro I, que há alguns dias já tinha anunciado a seus conselheiros de Estado a decisão de abdicar,[127] não quis ceder diante dos revoltosos. Abdicou em favor do filho, a 7 de abril de 1831, e partiu para a Europa, onde conseguiu – antes de morrer, aos 36 anos, em 1834 – estabelecer o governo constitucional garantindo o trono de Portugal para sua filha, depois de luta da qual participou pessoalmente com um heroísmo que se tornou legendário entre os portugueses.

Reinado do imperador dom Pedro II

Dom Pedro II, filho e sucessor de dom Pedro I no trono brasileiro, tinha apenas cinco anos e uma Regência governou o Império até 1840. Compunha-se inicialmente de três membros: os senadores marquês de Caravelas (J. J. Carneiro de Campos) e Vergueiro, bem como o general Francisco de Lima e Silva, que formaram a Regência provisória até 17 de junho de 1831. Este último, com os deputados Costa Carvalho e Bráulio Muniz, formou a Regência definitiva, que governou até 12 de outubro de 1835. Depois do Ato Adicional, passou a haver um regente único (1835-1840).

Foi uma época tormentosa, em que correligionários do federalismo e reacionários, partidários de dom Pedro I, agitaram as províncias e tentaram muitas vezes derrubar a Regência. A guerra civil ensanguentou o Ceará (1831 e 1832), Pernambuco (1832-1835), o Pará (1831-1833, 1835-1837), a Bahia (1837 e 1838), o Maranhão (1838-1841), o Rio Grande do Sul (1835-1845) e várias outras províncias. O Partido Liberal Monarquista (liberal moderado), de que Evaristo da Veiga e Vasconcelos[128]

[127] Visconde de São Leopoldo, *Memórias*.

[128] Nascido no Rio de Janeiro em 8 de outubro de 1799, Evaristo da Veiga faleceu nessa cidade em 12 de maio de 1837. Bernardo de Vasconcelos nasceu em Ouro Preto em 27 de agosto de 1795 e faleceu no Rio de Janeiro em 1º de maio de 1850.

eram os principais dirigentes, esteve no poder de 1831 a 1837 e precisou lutar contra os federalistas, quase todos republicanos (Partido Liberal Exaltado) e os reacionários (Partido Restaurador, ou Caramuru), de que se tornaram os principais conselheiros os irmãos Andrada, retornados do exílio em 1828, reconciliados com dom Pedro I. Este último partido exigia o retomo de dom Pedro I como regente, mas dom Pedro, procurado em Lisboa em 1833 por Antônio Carlos de Andrada, recusou-se a cooperar.[129] O deputado Feijó,[130] nomeado ministro em 4 de julho de 1831, reprimiu energicamente todas as revoltas provocadas no Rio de Janeiro pelos dois partidos oposicionistas. Às tropas indisciplinadas que tinham seguido o mau exemplo de alguns dos seus chefes e que não podiam mais ser contidas, ele opôs a Guarda Nacional, criada pela lei de 18 de agosto de 1831; aos clubes federalistas, Evaristo da Veiga opôs a Sociedade dos Defensores da Liberdade e da Independência Nacional (Sociedade Defensora), vasta organização que exerceu grande influência sobre a marcha dos acontecimentos políticos brasileiros.

Nessa época (1832), Auguste de Saint Hilaire descreveu, num quadro sombrio, os males produzidos pela discórdia nas fronteiras do Uruguai:

> Era há pouco tempo um dos países mais belos da América meridional. Seus habitantes quiseram federar-se e começaram por se separar; cada vila, cada lugarejo pretendia ter uma pátria à parte; chefes ignóbeis se armaram em todas as partes; a população foi dispensada, ou aniquilada.

Sobre o Brasil, que "amava quase tanto quanto o seu próprio país", e que comparava aos Estados Unidos, próspero sob o regime federalista, o mesmo Saint Hilaire escrevia:

> A união americana e, sobretudo, o espírito que anima os americanos, tendem a fazer cada dia mais compacta a sociedade formada por esse povo ou, pelo menos, a que se forma em cada província. Os brasileiros, ao contrário, não poderiam estabelecer o sistema federativo sem começar pelo rompimento dos frágeis vínculos que ainda os unem. Impacientes diante de qualquer superioridade, muitos chefes altivos dessas aristocracias patriarcais de que o Brasil está coberto

[129] Porto Seguro, *História da Independência*, manuscrito.

[130] Diogo Feijó nasceu em São Paulo em 1784 e faleceu nessa mesma cidade em 10 de novembro de 1843.

> apelam sem dúvida para o federalismo com todo empenho; mas que os brasileiros se defendam contra o desapontamento que os levaria à anarquia e às afrontas de uma multidão de pequenos tiranos, mil vezes mais insuportáveis do que um único déspota.[131]

Para satisfazer os liberais monarquistas, defensores da autonomia provincial, uma reforma constitucional foi votada em 1834 (o Ato Adicional). Os federalistas exigiram, então, que os presidentes das províncias fossem designados pelas próprias províncias, ou então escolhidos pelo governo central em listas tríplices submetidas pelas Assembleias Provinciais. Mas a maioria[132] teve a sabedoria de recusar essas propostas (12 de julho), que teriam destruído a unidade nacional e se tornariam a causa de lutas como as que entravaram o progresso de muitos Estados hispano-americanos.

Depois da reforma constitucional, Feijó foi eleito regente do Império, que governou a partir de 12 de outubro de 1835. Antes da sua eleição, o Ceará tinha sido pacificado, em 1832, depois do combate de Missão Velha, e Pernambuco também, em 1835, graças à intervenção do bispo Perdigão. De seu lado, o Regente Feijó conseguiu restabelecer a ordem no Pará pela ação enérgica do general Andrea (1836); mas, em 20 de setembro de 1835, sob a chefia do coronel Bento Gonçalves, explodiu uma revolução no Rio Grande do Sul, onde o movimento federalista degeneraria em guerra separatista.

A morte do duque de Bragança (dom Pedro I), em Lisboa, no dia 24 de setembro de 1834, provocou a transformação dos partidos políticos brasileiros. O maior número dos reacionários se juntaram à oposição parlamentar formada em 1836 dentro do Partido Liberal Monarquista, cujos membros mais influentes eram Araújo Lima, Bernardo de Vasconcelos, Carneiro Leão, Rodrigues Torres, Paulino de Souza e Calmon. Essa fusão gerou o partido que tomou o nome de Conservador, que triunfou nas eleições de 1836.

---

[131] Auguste de Saint-Hilaire, *Précis de l'Histoire des Révolutions de l'Empire du Brésil*, que segue seu *Voyage dans le District des Diamants*, Paris, 1832.

[132] Sessenta e dois votos contra 25. A maioria era formada sobretudo por deputados do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas. Entre aqueles que rejeitaram essas propostas estavam Evaristo da Veiga, Vasconcelos, Carneiro Leão (Paraná), Araújo Lima (Olinda), Custódio Dias, Álvares Machado, Rodrigues Torres (Itaboraí).

Em 19 de setembro de 1837, Feijó pediu exoneração e passou a Regência ao chefe da oposição, Araújo Lima,[133] que os eleitores, alguns meses depois, confirmaram no cargo. Cinco ministérios conservadores se sucederam, de 19 de setembro de 1837 a 23 de julho de 1840: os de Vasconcelos (19 de setembro), Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque (16 de abril de 1839), Alves Branco, depois visconde de Caravelas (1º de setembro de 1839), Lopes Gama, depois visconde de Maranguape (18 de maio de 1840), e Vasconcelos (22 de julho de 1840), que durou apenas algumas horas.

Uma revolta militar separatista, que explodiu na Bahia em 7 de novembro de 1837, foi reprimida pela Guarda Nacional e pelos voluntários daquela província, que sitiaram imediatamente a capital, e por tropas chegadas de Pernambuco e do Rio de Janeiro, sob o comando do general Calado. A cidade foi tomada depois de combate sangrento (de 13 a 15 de março de 1838), e a ordem foi mais ou menos restaurada em todas as partes, exceto no Rio Grande do Sul, onde os separatistas ganharam muitas vantagens em 1838 e, comandados por Canavarro e Garibaldi, se apoderaram (em julho de 1839) de uma parte de Santa Catarina, de onde foram expulsos alguns meses depois, em novembro, pelo general Andrea e por Mariath, comandante da flotilha imperial em operação nessa região do Império.

A partir de 1836, a história política do Brasil se resume na luta entre os dois grandes partidos constitucionais, o Conservador e o Liberal. De acordo com a doutrina defendida por Vasconcelos, a Câmara dos Deputados se tornou preponderante a partir de 1831. Um projeto de lei interpretativa do Ato Adicional, tendo por objetivo fixar mais precisamente as atribuições das legislaturas provinciais, para pôr fim às usurpações do poder central, ou da autonomia comunal, por essas assembleias, foi debatido no Parlamento de 1838 a 1840, e adotado somente neste último ano – a lei de 12 de maio de 1840.

Em 1840, a oposição liberal começou a reclamar a declaração da maioridade do jovem imperador, que tinha apenas 15 anos. Hollanda Cavalcanti (visconde de Albuquerque), os dois irmãos Andrada (Antônio

[133] Pedro de Araújo Lima, depois marquês de Olinda, nasceu no engenho Antas, perto de Serinhaém, em Pernambuco, em 22 de dezembro de 1793. Faleceu no Rio de Janeiro em 7 de junho de 1870.

Carlos e Martim Francisco)[134] e Álvares Machado se puseram à frente dessa agitação; muitos conservadores, como o marquês de Paranaguá (Vilela Barbosa), adotaram essa posição, que, com a incapacidade dos governos eleitos em manter a ordem pública e a união das províncias, se tornara a maioria da nação. Assim, em 23 de julho, o imperador foi declarado maior de idade pelas duas Câmaras, reunidas em Assembleia-Geral.

Dom Pedro II começou seu governo com os liberais (Hollanda Cavalcanti e os Andrada); depois, de 23 de março de 1841 a 2 de fevereiro de 1844, governou com os ministérios conservadores do marquês de Paranaguá (23 de março de 1841) e de Carneiro Leão (20 de janeiro de 1843). O Maranhão foi pacificado pelo general L. A. de Lima e Silva (1841) – feito barão, depois conde, marquês e duque de Caxias. Mas outra revolução explodiu nas províncias de São Paulo e Minas Gerais (1842). A ordem foi restabelecida por esse mesmo general depois da batalha de Santa Luzia, em 20 de agosto.

Como o Gabinete Carneiro Leão pediu demissão em função de desentendimento com o imperador, e um outro dirigente conservador, Costa Carvalho, desistiu de formar novo ministério, esta missão foi confiada, em 2 de fevereiro de 1844, ao liberal Almeida Torres, visconde de Macaé. Os liberais governaram até 29 de setembro de 1848 com o Gabinete de 2 de fevereiro de 1844 e os de 5 de maio de 1846 (visconde de Albuquerque), 22 de maio de 1847 (Alves Branco, visconde de Caravelas), 8 de março de 1848 (visconde de Macaé) e 31 de maio do mesmo ano (Paula e Souza). A guerra civil no Rio Grande do Sul, que tinha durado 10 anos, foi encerrada em 1º de março de 1845, por Caxias. Neste mesmo ano, tendo pacificado todo o país, o governo imperial poderia começar a ocupar-se da repressão ao tráfico dos negros, que se fazia nas costas do Império como contrabando, já que a lei de 4 de novembro de 1831 tinha proibido o odioso comércio. Com a votação do Bill Aberdeen, a Inglaterra tornara a situação ainda mais difícil, humilhando o Brasil. De acordo com essa nova lei inglesa, os navios negreiros e aqueles suspeitos de praticar o tráfico deviam ser capturados pela marinha real, mesmo em águas territoriais do Império, e

[134] O mais velho, José Bonifácio de Andrada e Silva, morreu em São Domingos, um subúrbio de Niterói, em 6 de abril de 1838. Tinha nascido em Santos em 13 de junho de 1763.

seus responsáveis seriam processados em tribunais ingleses. A aplicação do Bill Aberdeen e as violências exercidas, nas costas brasileiras, pelos cruzadores ingleses, criaram no país um sentimento geral de indignação, de que se beneficiaram os negreiros: de 1846 a 1850, triplicou o número de africanos introduzidos anualmente no Brasil.[135]

Em 27 de setembro de 1848, os conservadores voltaram ao poder, com o ministério do marquês de Olinda.

Uma nova revolução estourou em Pernambuco, dirigida pelos deputados liberais daquela província. Houve muitos combates e, em 2 de fevereiro de 1848, os revolucionários, num movimento rápido, tentaram apoderar-se da capital, Recife, que o enérgico presidente Tosta, marquês de Muritiba, soube defender com voluntários e com a Guarda Nacional, apoiados por tropas da Marinha. A chegada de um pequeno exército, sob o comando do general Coelho, assegurou a vitória do governo.

Essa foi a última revolução tentada no Brasil. Seu efeito foi aumentar enormemente, em todas as províncias, a força dos conservadores, pois as classes esclarecidas, e a população em geral, estavam cansadas de todas essas agitações e guerras intestinas.

Durante o reinado de dom Pedro II, a repressão das revoltas foi sempre seguida por uma anistia.[136]

Em 6 de outubro de 1849, o marquês de Olinda, por ter ideias divergentes de todos os colegas, e do próprio imperador, a respeito da política a seguir com o ditador argentino Rosas, deixou o Gabinete e foi substituído na Presidência do Conselho pelo marquês de Monte Alegre

[135] Africanos desembarcados no Brasil durante os cinco anos que precederam o Bill Aberdeen: 1840, 30.410; 1841, 16.000; 1842, 17.435; 1843, 19.095; 1844, 22.849; 1845, 19.453. Depois do Bill Aberdeen e antes da Lei Eusébio de Queirós: 1845, 50.324; 1847. 56.172; 1848, 60.000; 1849, 54.000; 1850, 23.000. Depois da Lei Eusébio de Queirós: 1851, 3.287; 1852, 2.700; 1853-1856 (as duas últimas tentativas de introdução de escravos), 512.

[136] Um republicano francês, Charles Ribeyrolles, emigrado em 2 de dezembro, escrevia em 1859: "No Brasil, há anos, não há mais processos políticos, prisioneiros do Estado, processos contra a imprensa, conspiração ou deportação. As opiniões não são mais sujeitas à ação policial, à apreensão aduaneira, objetos de suspeita ou de marcação. O espírito é livre em todas as suas confissões, o cidadão em todos os seus movimentos. A razão de Estado não é aplicada. E por quê? Porque D. Pedro colocou a "majestade" não nas suas prerrogativas, na sua pessoa, mas no seu caráter, e em obras; porque o espírito geral do país é a tolerância, a conciliação, a sociabilidade; porque o próprio catolicismo, embora tenha privilégio oficial, não ousa mais brincar de anátema e excomunhão" (Ribeyrolles, *Le Brésil Pittoresque*, Rio de Janeiro, 1859, tomo I, p.141).

(Costa Carvalho). A pasta dos Negócios Estrangeiros foi confiada ao conselheiro Paulino de Souza, depois visconde do Uruguai.[137] Foi nessa ocasião que o Brasil assinou com a República Oriental do Uruguai, cujo representante no Rio era Andrés Lamas, e com os estados de Entre Rios e Corrientes, os Tratados de Aliança de 1851, que asseguraram a vitória das liberais das Repúblicas do Prata, a liberdade de navegação nos afluentes desse rio e a independência do Uruguai e do Paraguai. Carneiro Ledo, depois marquês do Paraná, foi enviado ao Prata pelo imperador, como seu representante junto aos governos aliados.

O governo do Uruguai estava reduzido à cidade de Montevidéu, assediada desde 1842 por um exército argentino sob o comando do general Oribe. Em 1851, o marechal de Caxias, à frente de 20 mil brasileiros, e Urquiza, comandando o exército de Entre Rios, invadiram o Uruguai, enquanto a esquadra imperial, dirigida pelo almirante Grenfell, ameaçava Buenos Aires e protegia a passagem das tropas do exército aliado. Oribe capitulou em 19 de outubro; Grenfell forçou as baterias de Tonelero, no Paraná (17 de dezembro), e o principal exército aliado marchou para Buenos Aires. A batalha de Monte Caseros, em 3 de fevereiro de 1852, pôs fim à tirania de Rosas, que há 23 anos oprimia os povos do Prata. Expulso do seu país, o ditador argentino se refugiou na Inglaterra.[138]

[137] Nascido em Paris em 4 de outubro de 1807, falecido no Rio de Janeiro em 15 de julho de 1866.

[138] O Anuário da Revista dos Dois Mundos, de 1852, apreciou, nos seguintes termos, o papel do Brasil: "Não se poderia ignorar a habilidade e o vigor postos pelo Gabinete do Rio de Janeiro na condução deste assunto. E para ele um êxito incontestável, ainda mais lisonjeiro para o espírito nacional porque o Brasil pode dizer que conseguiu o que não puderam os governos mais poderosos da Europa." Sabe-se que o ditador Rosas tivera suas disputas com a França e a Inglaterra. A França bloqueou Buenos Aires pela primeira vez de 28 de março de 1838 a 29 de outubro de 1840 (almirantes Leblanc, Dupotet e de Mackau); protegeu o governo de Montevidéu e o general Lavalle, comandante do exército unitário argentino em luta contra Rosas; apoderou-se da ilha de Martín García. Em 1845, depois da missão do marquês de Abrantes (Calmon), enviado pelo Brasil à Europa, a França fez nova intervenção, dessa vez em concerto com a Inglaterra, mas lorde Aberdeen e Guizot cometeram o erro de dispensar a cooperação das tropas brasileiras. O bloqueio de Buenos Aires foi feito em 18 de setembro de 1845 pelos almirantes Lainé e Inglefield. No mesmo ano, os comandantes Tréhouart e Hotham alcançavam a vitória de Obligado. Dois anos mais tarde, em 15 de julho de 1847, vendo que não chegava a nenhum resultado, a Inglaterra negociava com Rosas, e retirava sua esquadra. O almirante francês Leprédour continuou solitariamente o bloqueio, até 11 de junho de 1848. A partir desta data, a França se limitou a conceder ao governo de Montevidéu uma subvenção, que foi reduzida em 1850, tornando-se insuficiente. O Brasil começou então a fornecer os

Em 1850, por proposta do ministro da Justiça Eusébio de Queirós, as Câmaras votaram quase por unanimidade, meios mais seguros que os da lei de 1831 para reprimir o tráfico (lei de 4 de setembro de 1850). A firmeza do imperador e a energia com que Eusébio de Queirós se pôs a aplicar com rigor a nova lei quebraram a resistência dos negreiros, que eram então muito poderosos no Rio de Janeiro, e a importação de escravos cessou completamente.[139]

Reduzido a um só deputado, pelo ingresso de vários dos seus membros no Senado, em 1852 o ministério Monte Alegre pediu demissão. O ministro das Finanças, Rodrigues Torres (depois visconde de Itaboraí), foi incumbido da Presidência do Conselho e reconstituiu o Gabinete, em 11 de maio de 1852, com dois dos seus colegas e três novos ministros. Mas esse ministério se exonerou no ano seguinte, e o marquês do Paraná (Carneiro Leão), nomeado presidente do Conselho em 6 de setembro de 1853, inaugurou a política de "conciliação", formando um ministério composto de conservadores e liberais.

Os grandes progressos feitos pelo Brasil datam verdadeiramente de 1850, fim do período de guerras civis – e, sobretudo, do ministério Paraná.

Com a morte desse estadista, em 3 de setembro de 1856,[140] o marechal Caxias, ministro da Guerra, se tomou presidente do Conselho, mantendo a política de apaziguamento. Veio depois o ministério do marquês de Olinda (4 de maio de 1857), durante o qual a separação dos dois partidos se fez sentir de novo, pela passagem para a oposição de grande número de conservadores.[141]

Em 1857, o Brasil se preparava para a guerra contra o ditador Carlos López, que se obstinava em recusar a livre comunicação, pela via fluvial do Paraguai, entre a província brasileira de Mato Grosso e o litoral do

recursos necessários para a defesa do lugar (1º de julho); no ano seguinte, decidiu-se a tomar a ofensiva.

139 Quando essa questão foi discutida no Conselho de ministros, o imperador, diante das objeções levantadas por um dos membros do Gabinete – que considerava perigosos para a ordem pública os meios de repressão solicitados por Eusébio de Queirós – declarou que preferia perder a coroa a sofrer a continuação do tráfico (J. Nabuco, *O abolicionismo*, Londres, 1883, p.2).

140 O marquês do Paraná nasceu em Jacuí (Minas), em 11 de janeiro de 1801.

141 Disse Charles de Ribeyrolles em 1859: "A primeira parte do programa executado nos últimos 20 anos foi uma obra útil: era preciso realizar a unidade do país, e não recair em satrapias federalistas ou marítimas. Se se quer ser um povo, antes de mais nada é preciso ser uma pátria" (Ribeyrolles, *Le Brésil Pittoresque*, Rio, 1859, tomo III, p.140.).

Império. O Tratado de 12 de fevereiro de 1858, assinado em Assunção,[142] assegurava a liberdade de navegação no Paraguai não só ao Brasil, mas também a todos os outros países.

De 12 de dezembro de 1858 a 24 de maio de 1862, sucederam-se três Gabinetes conservadores: Abaeté (12 de dezembro), Ferraz (10 de agosto de 1859) e Caxias (3 de março de 1861). Durante este último período, muitos conservadores – entre eles Zacarias de Vasconcelos, Olinda, Nabuco e Saraiva – se aliaram à oposição e asseguraram a ascensão dos liberais, que ocuparam o poder de 24 de maio de 1862 a 16 de julho de 1868, sob os ministérios de Zacarias de Vasconcelos (24 de maio de 1862), de marquês de Olinda (30 de maio de 1862), de Furtado (31 de agosto de 1864), de Olinda (12 de maio de 1865) e de Zacarias (3 de agosto de 1866). Nessa época, produziu-se nova intervenção brasileira no Uruguai; transcorreu a Guerra do Paraguai; houve lutas entre as duas facções do Partido Liberal: os liberais históricos foram chefiados por Teófilo Otoni e seus novos aliados; e começou a propaganda em favor da abolição gradual da escravidão. Em 7 de setembro de 1867, o Brasil abriu ao comércio estrangeiro o rio Amazonas e uma parte dos seus afluentes, bem como o rio São Francisco até Penedo (decreto de 7 de dezembro de 1866).

Em 1864, como as reclamações do governo imperial – apresentadas em 4 de agosto pelo ministro Saraiva – fossem rejeitadas pelo governo da República Oriental do Uruguai, que estava nas mãos do Partido "Blanco", o Brasil reconheceu como beligerante o general Venâncio Flores, chefe do Partido "Colorado", que desde 1862 dominava uma grande parte dos departamentos do interior, e impedia o acesso das tropas do governo. Sob o comando do general João Propício Mena Barreto, o exército brasileiro e o de Flores tomaram de assalto Paissandu (2 de janeiro de 1865) e assediaram Montevidéu, que foi simultaneamente bloqueada pela esquadra imperial do almirante Tamandaré.

Pelo Tratado de Pacificação de 20 de fevereiro, entre o governo de Montevidéu e o general Flores, tratado redigido pelo ministro do Brasil, Silva Paranhos, o general foi reconhecido como governador provisório da República, e as forças aliadas entraram em Montevidéu. A República

[142] O plenipotenciário do Brasil era o conselheiro Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco; do Paraguai, general Francisco Solano López.

do Uruguai tornou-se uma aliada do Brasil contra o ditador do Paraguai, Francisco Solano López,[143] que, sem uma declaração de guerra, tinha capturado um navio mercante brasileiro, em 12 de novembro de 1864, aprisionando a tripulação e todos os passageiros, e invadido a província brasileira de Mato Grosso.[144] Pouco depois, os paraguaios se apoderaram de duas canhoneiras argentinas e invadiram, também sem declaração de guerra, a província de Corrientes (13 de abril de 1865). Uma "tríplice aliança" foi então assinada em Buenos Aires (1º de maio), entre o Brasil, a República Argentina e o Uruguai,[145] que empreenderam uma guerra longa e difícil cujo peso, na verdade, recaiu quase todo sobre o Brasil.[146]

[143] Seu pai, o ditador Carlos López, o tinha designado, em testamento, vice-presidente do Paraguai. Com a morte de Carlos López, em 10 de setembro de 1862, assumiu o governo e convocou um congresso, que o nomeou presidente da República. Sabe-se que, com o nome de República, o Paraguai era um país governado despoticamente e que seu povo tinha sido habituado à obediência passiva pelos jesuítas – desde os primeiros anos da conquista espanhola – e depois pelo célebre doutor Francia e por Carlos López. O novo ditador, Solano López, militarizou o país. Seu projeto era a expansão do Paraguai, às custas da República Argentina, pela conquista das províncias de Corrientes e Entre Rios, bem como da ilha de Martín García, que domina a entrada no Paraná e no Uruguai. Depois da vitória, contava fazer-se aclamar imperador, como aconteceu com Napoleão I. Em 1865, foi encontrado na alfândega de Buenos Aires o modelo da coroa imperial que seu ministro em Paris lhe remetia. Em 1864, o ministro Carreras, enviado ao Paraguai pelo governo de Montevidéu, conseguiu desviar López da linha política que tinha traçado, persuadindo-o de que uma aliança secreta fora assinada entre o Brasil e a Argentina para a conquista e a partilha do Paraguai e do Uruguai. Carreras pagou caro por essa invenção, pois, tendo-se refugiado no Paraguai depois da queda do Partido "Blanco", foi preso em 1868, torturado e fuzilado, no dia 27 de setembro. Milhares de estrangeiros e paraguaios foram executados por ordem de Lopez. Só a loucura pode explicar a conduta do ditador paraguaio depois das suas primeiras derrotas. Por decreto de 8 de agosto de 1865, criou a Ordem Nacional do Mérito, cujo grande colar só podia ser outorgado ao presidente da República.

[144] Mato Grosso só dispunha então de uma guarnição de 875 homens, espalhados num vasto território, e de cinco pequenas canhoneiras, além da sua Guarda Nacional – que não tinha sido mobilizada, já que não se esperava uma invasão. A parte meridional da província foi atacada por nove mil paraguaios e uma numerosa esquadra. As comunicações entre o litoral brasileiro e essa província longínqua se faziam então, como ainda hoje (século XIX. (N.E)), pela via fluvial do Paraná e do Paraguai.

[145] O plenipotenciário do Brasil era o conselheiro F. Octaviano; da República Argentina, R. Elizalde; do Uruguai, C. de Castro.

[146] O governo uruguaio não podia empregar um número maior de combatentes nessa guerra distante, pois se temia a sublevação do Partido "Blanco", o que obrigava o Brasil a manter tropas de observação nas fronteiras dessa República. A Argentina não era ainda a nação florescente que é hoje; a grande prosperidade dessa República data precisamente da Guerra do Paraguai e da administração esclarecida do general Mitre. Em 1869, sua população era de 1.877.000 habitantes, e a influência de alguns governos provinciais fazia sombra ao governo

O general Bartolomeu Mitre, presidente da República Argentina, teve o comando em chefe dos exércitos aliados durante os primeiros anos da guerra.[147]

No princípio do conflito, os brasileiros obtiveram a vitória naval de Riachuelo, em que o almirante Barroso derrotou a esquadra paraguaia (11 de junho de 1865). Uma divisão paraguaia que avançava pela margem direita do rio Uruguai foi dizimada em Yatai (17 de agosto) pelos aliados, sob o comando de Flores. Outro corpo do exército paraguaio, que penetrara por São Borja (10 de junho) na província brasileira do Rio Grande do Sul, foi cercado na cidade de Uruguaiana e obrigado à rendição (18 de setembro). O imperador dom Pedro II se encontrava então na chefia das forças aliadas e foi no seu acampamento que recebeu o ministro Thornton, enviado pela Inglaterra para solicitar a retomada das relações diplomáticas, interrompidas em 1863.[148] López, que se tinha deixado bater em combates isolados, sem saber tirar partido da superioridade numérica das suas forças, evacuou a província de Corrientes para esperar, em território paraguaio, os inimigos que tinha criado, aos quais deixava

central. Assim, o general Urquiza, todo poderoso em Entre Rios, não forneceu um só soldado para a luta contra López. De modo geral, os federalistas argentinos esperavam que a vitória do ditador paraguaio representasse uma vitória para o seu partido; assim, durante toda a guerra, os governantes de Buenos Aires tiveram pouco apoio das províncias.

147 No início da guerra (1864), de acordo com o general Resquin, seu chefe de Estado-maior, e o tenente-coronel Thompson, um dos seus engenheiros (War in Paraguay, capítulo V), Lopez tinha um exército de 80 mil homens. Em 1865, depois do apresamento de duas canhoneiras argentinas, sua marinha de guerra se compunha de 39 navios e várias chatas. Em 1864, o Brasil tinha um exército de apenas 15 mil homens, e uma frota de 45 navios. Atendendo ao apelo do imperador, em 1865, 57 batalhões de voluntários foram organizados: treze na Bahia, 11 no Rio de Janeiro, oito em Pernambuco, quatro no Rio Grande do Sul, três em cada uma das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Maranhão, dois no Pará, dois no Piauí, um em cada uma das províncias de Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Goiás e Mato Grosso; um composto de voluntários do Ceará, Piauí e Sergipe; um só de estrangeiros. A Guarda Nacional do Rio Grande do Sul forneceu quase toda a cavalaria ao exército imperial. Em 1866, a esquadra brasileira contava com 62 navios, dois quais quatro couraçados. Em 1867, os couraçados eram 10 (um tinha sido perdido no bombardeio de Curuzu, pela explosão de um torpedo). Em fevereiro de 1868, a esquadra em operações tinha 13 couraçados, 28 canhoneiras, 4.500 homens e 155 canhões. Em abril de 1869, a frota brasileira contava com 85 navios, dos quais 16 couraçados, além de numerosos transportes; tinha 277 canhões e 6.447 homens.

148 O naufrágio de um navio inglês nas costas do Rio Grande do Sul e a prisão de alguns marinheiros ingleses no Rio de Janeiro tinham provocado um conflito entre o governo imperial e o ministro inglês. Escolhido como árbitro o rei dos belgas, Leopoldo I, pronunciou uma sentença favorável ao Brasil.

assim o tempo e a liberdade necessários para organizar suas tropas e preparar-se para o ataque.

Em 1866, os aliados se encontravam diante do Paso de la Patria, no rio Paraná, com um exército que acreditavam ser suficiente para a ofensiva, mas que era inferior em número ao do adversário.[149] Os brasileiros começaram bombardeando as posições inimigas e ocupando a ilha de Itapiru, onde, sob o comando de Vilagran Cabrita, em 10 de abril, resistiram a um ataque paraguaio. Alguns dias depois, protegido pela esquadra imperial, o general Osório (marquês do Herval) desembarcou com 10 mil brasileiros na margem esquerda do Paraguai (16 de abril), obteve duas vitórias, em Confluência, sobre as tropas que vieram atacá-lo (em 16 e 17 de abril), e ocupou o forte de Itapiru. Do outro lado, os canhões da esquadra brasileira forçaram López a evacuar as posições de Paso de la Patria, e todo o exército aliado pôde desembarcar livremente na área conquistada por Osório.

O ditador transferiu seu quartel-general para Paso Pucu, no centro de várias linhas fortificadas que encerravam uma vasta região entre as baterias de Humaitá e Curupaiti, no rio Paraguai, e as posições de Sauce, Rojas e Espinillo. Linhas que eram em quase toda a sua extensão inabordáveis, pois haviam sido construídas atrás de pântanos e pequenos lagos. A batalha de Estero Bellaco (2 de maio), uma vitória de Osório e Flores, e a de Tuiuti (24 de maio), ganha pelo presidente Mitre, que tinha sob seu comando esses dois generais, asseguraram aos aliados a posse do sudoeste do Paraguai, que tinham ocupado, e forçaram López à defensiva, mas os soldados permaneciam inativos diante das trincheiras inimigas, à espera de reforços.

[149] López aguardava os aliados com 47 ou 48 mil homens nas trincheiras de Paso de la Patria e Humaitá. Dispunha ademais de um corpo de observação em Itapua (três mil homens) e tropas de ocupação na parte meridional de Mato Grosso. Na mesma época (março de 1866), os aliados contavam com as seguintes forças: I corpo brasileiro, 33.078 homens (general Osório); exército argentino, 11.500 homens (chefiados pelo presidente Mitre, comandante em chefe aliado); exército uruguaio, 1.580 homens (general Flores). Total, diante de Paso de la Patria, 46.258 homens, mais a esquadra brasileira. Na mesma data, 13 mil brasileiros, formando o II corpo (general Porto Alegre), se encontravam no Uruguai; nas fronteiras meridionais do Rio Grande do Sul, 8.498; na província de Mato Grosso, 6.367. Total dos brasileiros, 60.943 homens; dos argentinos e uruguaios, 13.000. Estes números resultam do exame dos documentos dos aliados e dos de López, bem como das declarações de muitos oficiais paraguaios.

Em 16 de julho, os aliados tomaram Potrero Piriz e Boquerón, mas foram repelidos em Sauce, no dia 18. Tendo chegado os primeiros reforços, o general brasileiro conde de Porto Alegre (Marques de Souza), apoiado pelos navios imperiais, tomou Curuzu, posição avançada de Curupaiti (2 de setembro). Solicitou reforços para continuar avançando, o que provocou discussões entre os generais aliados; enquanto isso, López aumentou as fortificações de Curupaiti. Por fim, o presidente Mitre reuniu quase todo o exército argentino em Porto Alegre, mas em 22 de dezembro fracassava o ataque a Curupaiti.

Foi então que dom Pedro II concentrou o comando das suas forças de terra e de mar nas mãos de Caxias e que a maior parte do exército argentino se retirou para reprimir revoltas e resistências dos governadores provinciais. Em 22 de julho de 1867, depois de muitos meses de inação forçada (o cólera tinha dizimado os acampamentos e fazia ainda muitas vítimas), Caxias, que continuava na posição de comandante em chefe dos aliados, depois da partida de Mitre para Buenos Aires, começou suas operações entre Humaitá e as linhas de Paso Pucu. Partiu do campo entrincheirado de Tuiuti, cujo comando foi confiado a Porto Alegre, e, mediante uma marcha de flanco, foi colocar-se a nordeste das posições inimigas, do lado de Tuiu-Cuê. Mas o exército aliado não era bastante poderoso para investir completamente contra um sistema de fortificações tão amplo.[150] Os navios couraçados brasileiros, sob

[150] Era a seguinte a composição do exército aliado em 22 de julho de 1867: comandante em chefe, marechal marquês (depois Duque) de Caxias. *Marchando sobre Tuiucuê com o comandante em chefe*: do Brasil, o I e o III Corpos do exército, sob a chefia dos generais Argolo (visconde de Itaparica) e Osório (marquês de Herval); 21.521 homens, 48 canhões. Da Argentina, 6.016 homens, 13 canhões (isto é , quase toda sua força em operações), sob o mando do general Gelly y Obes. Do Uruguai: 500 homens, seis canhões, general E. Castro (que representavam todo o contingente de um dos três aliados). Total das forças aliadas em marcha sobre Tuiucuê: 28.037 homens. *Trincheiras em Tuiuti e Paso de la Patria*: do Brasil, II corpo do exército, general conde de Porto Alegre (Marques de Souza), 10.331 homens e 72 canhões. Da Argentina, sob o comando do coronel Baez, paraguaio, 700 homens e 12 canhões (fazia parte dessa força uma "legião" de 300 paraguaios). *Trincheiras do Chaco* (margem direita do rio Paraguai), perto das posições ocupadas pelos navios brasileiros: do Brasil, 1.098 homens, sob o coronel (depois general) Gurjão. *Acampamento de Aguapeí* (província argentina de Corrientes): do Brasil, 2.600 homens, sob o general Portinho. *Guarda dos depósitos e hospitais* (Corrientes, Cerrito etc): do Brasil, 4.499 homens. Além das forças anteriormente indicadas, o Brasil tinha, nessa época, 10.557 doentes. *Província de Mato Grosso*: do Brasil, sete mil homens. Paraguaios: O exército de López em Humaitá e atrás das linhas de Espinillo, Rojas, Sauce e Curupaiti contavam então 30 mil homens.

o comando do almirante Ignacio, visconde de Inhaúma, forçaram a passagem de Curupaiti (15 de agosto) e começaram o bombardeio de Humaitá, aguardando a chegada de alguns monitores de pouco calado que o ministro da Marinha, Afonso Celso, tinha mandado construir no arsenal do Rio.

Nos arredores de Humaitá e dos acampamentos aliados, ocorreram muitos encontros bastante vivos entre brasileiros e paraguaios. No dia 20 de setembro, a divisão de cavalaria do general Andrade Neves, brasileiro, alcançava a vitória de Pilar. Pouco depois, Porto Alegre resistia (24 de setembro), em Estero Rojas, a um ataque do inimigo, sob o comando de Valois Rivalora, e a cavalaria brasileira conseguia destruir quase completamente a do inimigo, nos combates de Pare-Cuê (3 de outubro) e de Tataiibá (21 de outubro). Os brasileiros estavam chefiados, no primeiro desses combates, pelos generais José Luís Mena Barreto e Andrade Neves e pelo general Vitorino Monteiro, no segundo. O general João Manuel Mena Barreto se apossou de Potrero Obella (27 de outubro) e de Taií (2 de novembro). Percebendo a importância dessa operação, que lhe fechava as comunicações fluviais entre Humaitá e o resto do país, López enviou os homens que pôde reunir, sob o comando do general Barrios (3 de novembro) num ataque contra Tuiuti, a base de operações dos aliados. Os paraguaios começaram a ação apoderando-se facilmente das trincheiras ocupadas por um batalhão de artilharia brasileiro e por algumas tropas argentinas, mas fracassaram no ataque à posição central, onde se encontrava Porto Alegre, e sofreram perdas muito grandes, quando este general pôde tomar por sua vez a ofensiva.[151]

Em 19 de fevereiro de 1868, antes do amanhecer, seis pequenos barcos couraçados brasileiros, sob o comando de Delfim de Carvalho, forçaram as baterias de Humaitá, enquanto toda a esquadra do almirante

[151] O sábio Agassiz assim se exprime em sua *Voyage au Brésil*: "A potência do Brasil se afirma, neste momento, na condução da guerra mais importante de que a América do Sul já foi teatro. Com efeito, a luta sustentada pelo Brasil não é absolutamente egoísta: no seu conflito com o Paraguai, o povo brasileiro deve ser considerado o porta-estandarte da civilização. Tudo o que sei dessa guerra me deixou convencido de que foi empreendida por motivos honrados e que, deixando de lado as mesquinhas intrigas individuais, que acompanham inevitavelmente esses grandes movimentos, ela é feita num espírito de completo desprendimento. Nessa luta, o Brasil merece a simpatia do mundo civilizado; o que ele ataca é uma organização tirânica semiclerical e semimilitar que, adotando o título republicano, desonra o belo conceito que usurpou."

Inhaúma bombardeava as fortificações inimigas e Caxias tomava de assalto Reducto Cierva (Establecimiento). A partir desse momento, López deixou de se sentir seguro em Humaitá e, havendo tentado em vão uma abordagem dos grandes couraçados brasileiros, ancorados diante do rio de Oro, a jusante de Humaitá (2 de março), cruzou o rio com uma parte dos seus homens diante dessa fortaleza, para organizar outras defesas no Tebicuari. Caxias se apossou das linhas de Curupaiti, Sauce, Rojas e Espinillo (21 de março) e depois forçou a guarnição de Humaitá a refugiar-se na margem direita do Paraguai, onde, depois de vários dias de luta na laguna Verá, ela depôs as armas en Isla Poi (5 de agosto). Marchando em seguida rumo ao norte, apoderou-se das fortificações de Tebicuari, e chegou a Palmas, em frente a novas linhas de defesa construídas pelo inimigo na margem direita do Piquisiri, protegidas por mangues, que Caxias não pôde atacar frontalmente, nem contornar. Mandou então construir, na margem direita do Paraguai (Chaco), uma espécie de calçada que atravessava as florestas inundadas pelo rio; deixando em Palmas os argentinos e uruguaios, assim como uma divisão brasileira, conduziu por essa passagem 18 mil brasileiros[152] que, transportados pelos couraçados, desembarcaram na retaguarda das posições inimigas.

Dez dias depois de ganhar as batalhas da Ponte do Itororó (6 de dezembro) e de Avaí (11 dezembro), travadas contra o general Caballero, Caxias iniciou o ataque às trincheiras de López em Lomas Valentinas, nome pelo qual são conhecidas as colinas de Itá Ibaté e Cumbariti. No mesmo dia (21 de dezembro), ele tomou a linha do Piquisiri, uma parte das posições do quartel-general inimigo e quase todos os seus canhões. As tropas que tinham ficado em Palmas puderam então cruzar o Piquisiri e unir-se a Caxias. No dia 27 de dezembro, os aliados conquistavam Lomas Valentinas.

López conseguiu escapar na direção de Cerro León, acompanhado por cerca de 50 oficiais e soldados. Seu exército fora completamente destruído nessa campanha, a mais sangrenta da Guerra do Paraguai. Os

[152] Efetivo do exército aliado em 5 de dezembro de 1868: brasileiros, 24.666 (sem contar 911 em Humaitá); argentinos, 4.300; uruguaios, 300. Total: 29.266. Efetivos do exército de López: corpo do general Caballero, 6.600 homens; trincheiras de Lomas Valentinas e do Piquisiri, 13.000; Angostura, 1.300; reforços recebidos, 1.600. Total: 22.500 homens.

brasileiros também perderam, entre mortos e feridos, uma grande parte dos seus efetivos.[153]

A fortaleza de Angostura, comandada pelo inglês Thompson, rendeu-se aos aliados (30 de dezembro), que marcharam sobre Assunção. A cidade estava deserta, pois López tinha obrigado os habitantes de toda a margem esquerda do Paraguai a se retirar para o interior. Durante a fuga, o ditador encontrou algumas tropas de reforço que vinham ao seu encontro e foi fortificar-se na cordilheira de Ascurra, onde conseguiu organizar um novo exército.[154]

Doente, Caxias precisou passar o comando do exército (janeiro de 1869) e partir para o Rio de Janeiro. A campanha final foi dirigida pelo conde d'Eu, de 16 de abril de 1869 a 1º de março de 1870. Ele tomou a vila de Piribebuí (12 de agosto), na batalha de Campo Grande (18 de agosto), esmagou a maior parte do exército remanescente de López, conduzido por Caballero, e mandou perseguir os vencidos em todas as direções, pelos desertos e florestas do leste e do norte do Paraguai, apesar das imensas dificuldades implicadas no abastecimento dos seus homens. Finalmente, depois de vários encontros parciais, um dos seus oficiais, o general Câmara, conseguiu descobrir e surpreender (em 1º de março de 1870) o acampamento de López em Cerro Corá, num afluente do Aquidabã perto da fronteira da província brasileira de Mato Grosso. O ditador não tinha mais do que um milhar de homens, que se dispersaram com a chegada dos brasileiros. López foi morto durante a fuga, e sua morte pôs fim à Guerra do Paraguai.[155]

Em 1º de fevereiro de 1869, depois das vitórias de Caxias, o ministro dos Negócios Estrangeiros brasileiro, Silva Paranhos, tinha sido enviado ao Paraguai para tratar da reorganização do país. Em 15 de agosto de

[153] Efetivo do exército aliado em 31 de dezembro de 1869: brasileiros, 17.857 (16.455 em marcha sobre Assunção, 922 em Villeta, 480 em Humaitá); argentinos, 4.000; uruguaios, 300.

[154] O novo exército organizado por López para esta última campanha se compunha de 16 mil homens. O dos aliados era formado por 25 mil brasileiros, 3 mil argentinos e 300 uruguaios.

[155] A guerra custou ao Brasil um bilhão e meio de francos. Eis a estatística, tão exata quanto possível, das perdas em combate dos aliados e de López: Brasileiros: 5.858 mortos (563 oficiais), 24.804 feridos (2.051 oficiais), 1.592 prisioneiros e desaparecidos (39 oficiais). Total: 32.254 baixas. Argentinos: 1.572 mortos (105 oficiais), 4.026 feridos (374 oficiais), 343 prisioneiros (16 oficiais). Total: 5.944 baixas. Uruguaios: 488 mortos (40 oficiais), 704 feridos (73 oficiais). Total: 1.192 baixas. Total geral: 39.390 baixas. Os paraguaios tiveram cerca de 85.000 baixas, entre mortos, feridos e prisioneiros.

1869, foi instalado em Assunção, sob os auspícios dos aliados, um governo provisório, composto de três paraguaios.[156] Por exigência do conde d'Eu, esse governo decretou a abolição da escravidão no Paraguai (2 de outubro de 1869) e assinou com os aliados a Convenção Preliminar de Paz de 20 de junho de 1870. O tratado definitivo, assim como o de limites (9 de Janeiro de 1872) foram negociados em Assunção pelo barão de Cotegipe. O Brasil se contentou com as fronteiras que já tinha desde o século XVIII e manteve no Paraguai um pequeno exército e alguns navios para defender o novo governo e garantir a independência desse Estado, que já tinha protegido anteriormente contra a ambição de Rosas, o ditador argentino (1845-1852). As últimas tropas brasileiras evacuaram o Paraguai em 22 de junho de 1876, depois de resolvida a questão de limites entre o Paraguai e a Argentina.

No Brasil, os conservadores tinham retornado ao poder, em 16 de julho de 1868, com o ministério presidido pelo visconde de Itaboraí, que, como o Gabinete precedente, de Zacarias de Vasconcelos, se empenhou com a maior energia no encerramento da Guerra do Paraguai, ocupando-se também em melhorar a situação financeira do Império.

A abolição da escravatura se tornara uma das grandes preocupações de dom Pedro II e dos estadistas brasileiros, sobretudo, depois da guerra sangrenta de que foram palco os Estados Unidos do Brasil. Em 23 de Janeiro de 1866, o imperador acolheu com favor o plano de abolição gradual apresentado pelo senador Pimenta Bueno, que recebeu pouco depois o título de visconde e marquês de São Vicente.[157] O projeto, que respondia plenamente à visão do imperador, foi estudado pelo Conselho de Estado (1867-68) e adotado com algumas modificações, mas sua execução foi adiada em função da guerra. Era, para o Brasil, uma questão

[156] Foi com os prisioneiros de guerra liberados pelos aliados, além dos velhos, mulheres e crianças salvos da tirania de López pelas expedições brasileiras enviadas as florestas do interior, que o Brasil pôde fazer renascer o Paraguai e seu povo, que o ditador procurara aniquilar.

[157] O deputado Joaquim Nabuco, que E. Levasseur, do Instituto, chamou com razão de "Buxton brasileiro", escreveu o seguinte num livro editado em Londres em 1883: "É certo que a ação pessoal do imperador se exerceu, sobretudo, entre 1845 e 1850, no sentido da supressão do tráfico; e, entre 1866 e 1871, em favor da emancipação das crianças nascidas de mães escravas. Foi essa influência que produziram a Lei Eusébio de Queirós, em 1851, e a Lei Rio Branco, em 1871. Este é um fato que, se o soberano quisesse escrever suas memórias ou contar a história de seus diversos ministérios, poderia provar com um grande número de documentos. A parte que cabe ao imperador, em tudo o que se fez pela causa da abolição, é muito grande, é essencial."

difícil, pois todo o trabalho agrícola estava em mãos dos escravos, que formavam então uma quinta parte da população total do Império.

Em 1870, após o restabelecimento da paz, a Câmara nomeou por proposta do deputado Teixeira Junior, depois visconde de Cruzeiro, uma comissão cuja maioria era de abolicionistas, a qual redigiu um projeto (15 de agosto) idêntico ao sistema proposto pelo marquês de São Vicente. Depois disso, divergências de opinião entre os ministros levaram à demissão do Gabinete Itaboraí. São Vicente, que era também um dos dirigentes do Partido Conservador e a quem cabe a honra da iniciativa dessa reforma, foi encarregado pelo imperador de organizar o novo ministério (29 de setembro de 1870); contudo, antes do reinício da sessão legislativa, esse sábio jurisconsulto e estadista se retirou, desencorajado pelos ataques dos jornalistas da oposição. O visconde de Rio Branco (Silva Paranhos) formou outro Gabinete conservador (7 de março de 1871) que, depois de uma luta parlamentar de cinco meses, conseguiu aprovar a primeira lei de emancipação gradual (28 de setembro), a despeito da forte oposição. A lei foi sancionada no mesmo dia pela princesa imperial dona Isabel, regente do Império durante a primeira viagem de dom Pedro II à Europa.[158] A lei declarava livres, a partir daquele momento, todas as crianças nascidas no Brasil, facilitava a manumissão e criava um fundo especial destinado a liberar a cada ano certo número de escravo.[159] O debate sobre a reforma tinha provocado a cisão do Partido Conservador. Um grande número de deputados e alguns

[158] Sessenta e cinco deputados se pronunciaram em favor da emancipação, 45 contra (sete deputados estavam ausentes, e havia duas cadeiras vagas). No Senado, a maioria foi grande, 33 a favor da reforma, sete contra (16 Senadores estavam ausentes e havia duas cadeiras vagas).

[159] Ver, sobre essa lei, Michaux-Bellaire, *Considérations sur l'Abolition de l'Esclavage au Brésil*, Paris, 1876, e L. Couty, *L'Esclavage au Brésil*, Paris, 1881. Já mencionamos um dos precursores da causa da emancipação no Brasil, o abade Manuel Ribeiro Rocha (1758). Em 1810, na província de São Paulo, um magistrado, Veloso de Oliveira, em memória dirigida a D. João, então príncipe regente, pedia a liberdade das crianças que viessem a nascer de mães escravas. No *Correio Braziliense* (1802-1822), Hipólito da Costa Pereira assinalava a emancipação gradual dos escravos como uma necessidade para o Brasil. Em 1822, um deputado da Bahia, Borges de Barros (depois visconde de Pedra Branca), propôs em vão às Cortes Constitucionais de Lisboa um projeto de emancipação gradual. Em 1825, José Bonifácio de Andrada e Silva publicava outro projeto de emancipação progressiva. Em 18 de maio de 1830, Antônio Ferreira França apresentava à Câmara dos Deputados um projeto no mesmo sentido, prevendo o fim da escravidão em 25 de março de 1881. Três anos depois, em 8 de junho de 1833, propôs a liberdade de todos os recém-nascidos. Mas a Câmara se recusou a debater essas duas propostas.

senadores se separaram do Gabinete e, dirigidos pelo antigo ministro Paulino de Souza, continuaram a combatê-lo até 1875. Nessa época, o visconde do Rio Branco se demitiu, e o duque de Caxias[160] formou um novo ministério (25 de junho), que conseguiu restabelecer a união dos conservadores.

Uma reforma eleitoral, nesse mesmo ano, mantinha a eleição em dois turnos, que existia desde a fundação do Império, estabelecendo o voto incompleto com o escrutínio de lista; mas a oposição liberal e muitos conservadores, entre eles o barão de Cotegipe e o conselheiro Paulino de Souza, reclamavam há algum tempo a eleição direta. De 5 de janeiro de 1878 a 20 de agosto de 1885, o governo esteve em mãos dos liberais. Seu primeiro ministério, presidido pelo conselheiro Cansanção de Sinimbu, tentou essa reforma e fracassou diante da oposição dos conservadores no Senado. Seu sucessor, o conselheiro Saraiva (28 de março de 1880), pôde realizá-la com o apoio do barão de Cotegipe, que se tornara o líder conservador. Assim, a lei de 9 de janeiro de 1881 estabeleceu finalmente o voto direto e, para a eleição dos deputados, o escrutínio distrital.

Sob este último ministério, um grupo de homens de todos os partidos, a princípio pouco numeroso, começou a agitar a opinião pública exigindo que se fixasse uma data para a abolição completa da escravatura. O grupo se compunha de alguns raros parlamentares, entre os quais o deputado Joaquim Nabuco, e de vários jornalistas, entre os quais é preciso citar, em primeiro plano, Ferreira de Menezes e José do Patrocínio. A agitação cresceu sob os ministérios Martinho Campos (21 de janeiro de 1882), Paranaguá (3 de julho de 1882) e Lafaiete Pereira (21 de maio de 1883).

Em 1884, as províncias do Ceará e do Amazonas libertaram seus escravos; no mesmo ano, o ministério Dantas (de 6 de junho), vivamente apoiado pelo imperador e pelos abolicionistas, exigiu do Parlamento a liberação dos escravos com mais de 60 anos. A coalizão de alguns liberais e de quase todos os deputados conservadores rejeitou essa proposta com uma moção contra o ministério,[161] e o imperador dissolveu a Câmara.

[160] Nascido em Estrela, na província do Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1803, Caxias faleceu em Santa Mônica, naquela mesma província, em 7 de maio de 1880. Alguns meses depois (1o de novembro), morria no Rio de Janeiro o visconde do Rio Branco (nascido na Bahia em 16 de março de 1819).

[161] Moção adotada por 59 votos (42 deputados conservadores e 17 liberais) contra 52 (48 liberais e quatro conservadores).

Mas as eleições gerais não modificaram de forma notável a relação de força dos partidos, e o ministério precisou demitir-se, depois de sofrer uma segunda derrota.[162]

O debate no Parlamento e na imprensa tinha dado um grande impulso à ideia abolicionista. Em 6 de maio de 1885, o conselheiro Saraiva formou um novo ministério liberal; com o apoio dos conservadores, conseguiu aprovar na Câmara um projeto que declarava livres os escravos com 60 anos, desde que continuassem a servir seus donos por mais três anos; fixava tarifas para os escravos de valor decrescente com os anos; aumentava os fundos destinados à liberação de escravos; aplicava certos impostos para encorajar a imigração europeia. A discussão desse projeto continuou no Senado sob a direção de um ministério conservador organizado no dia 20 de agosto pelo barão de Cotegipe, e a nova lei foi promulgada em 28 de setembro de 1885.

O número de escravos, que era de aproximadamente 1.800.000 em 1870, 1.584.000 em 1873, e 1.050.000 em 1885, encontrava-se reduzido a 743.419 em 1887. Havia, além disso, (em março de 1887) mais de 500 mil filhos de escravos,[163] nascidos livres em virtude da lei de 1871, e 18.946 sexagenários que deviam ainda anos de serviço.

Nesse mesmo ano, os senadores João Alfredo Corrêa de Oliveira e Antônio Prado, dois líderes conservadores, pronunciaram-se pela necessidade de uma nova lei, e este último encabeçou, na província de São Paulo, a propaganda nesse sentido. Muitos fazendeiros, entre eles quase todos os membros da família Prado, começaram a liberar seus escravos, e esse movimento de generosidade se espalhou por todo o país. Em 10 de março de 1888, o ministério Cotegipe pediu demissão, e a princesa regente incumbiu o conselheiro Corrêa de Oliveira de formar um novo ministério; esse estadista associou-se ao conselheiro Antônio Prado. Por fim, depois de quatro dias de debate, em clima de entusiasmo geral as duas Câmaras aprovaram quase por unanimidade a lei de 13 de

[162] Cinquenta deputados votaram em favor do Gabinete, dos quais 43 liberais, três conservadores e dois republicanos; cinquenta e dois votaram contra (43 conservadores, nove liberais).

[163] A 30 de junho de 1885, havia 439.831 filhos de escravos, nascidos livres, mas que prestavam serviços aos donos das suas mães.

maio de 1888, que aboliu completamente a escravidão no Brasil, sem qualquer restrição.[164]

Durante o atual reinado, e em função das viagens do imperador fora do país, a princesa imperial dona Isabel foi três vezes regente do Império: de 25 de maio de 1871 a 30 de março de 1872; de 26 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877; e de 30 de junho de 1877 a 21 de agosto de 1888.

Nos últimos 40 anos, pacificado no interior, o Brasil fez grandes esforços, sob a direção do imperador dom Pedro II, para difundir a instrução, para melhorar o nível do ensino, para desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, tirando partido das riquezas naturais do solo pela construção de ferrovias, pelo estabelecimento de linhas de navegação e pela concessão de estímulos aos imigrantes. Os resultados obtidos, depois de encerrado o período revolucionário, são já consideráveis. Em nenhuma parte do continente americano, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, a marcha do progresso tem sido mais firme e mais rápida.

[164] Em 1889, a Câmara dos Deputados estava composta de 125 membros, mas havia três cadeiras vagas e faltaram à votação 22 conservadores e sete liberais. Oitenta e quatro votaram em favor da abolição (64 conservadores, 19 liberais e um republicano); nove conservadores votaram contra. No Senado, composto de 60 membros, 43 (19 conservadores e 24 liberais) votaram em favor, seis conservadores votaram contra. Cinco conservadores e quatro liberais estiveram ausentes e havia três cadeiras vagas.

O BRASIL, OS ESTADOS UNIDOS E O MONROÍSMO

As manifestações de recíproco apreço e amizade entre os governos do Rio de Janeiro e de Washington têm sido, nestes últimos anos, censuradas, às vezes com bastante injustiça e paixão, por alguns raros publicistas brasileiros que se supõem genuínos intérpretes e propagadores do pensamento político dos estadistas do Império.

Levaram esses censores a mal a maior aproximação que os presidentes Rodrigues Alves e Teodoro Roosevelt promoveram entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Mostraram-se em várias ocasiões ingratamente desdenhosos da doutrina de Monroe e tiveram por inconveniente a resolução tomada simultaneamente pelos dois governos de elevar cada um à categoria do seu representante diplomático junto ao outro.

Os documentos que vamos agora reproduzir ou extratar mostrarão que ao presidente Rodrigues Alves sobrou razão para dizer na sua última mensagem ao Congresso:

> Tenho grande satisfação em ver que cada vez mais se estreitam as relações de cordial amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Concorrendo para isso, não tenho feito mais do que seguir a política traçada desde 1822 pelos fundadores da nossa Independência e invariavelmente observada por todos os governos que o Brasil tem tido.

I

Tem a data de 6 de agosto de 1822 o "Manifesto do príncipe regente do Brasil aos governos e nações amigas". Esse documento, como se sabe, foi redigido por José Bonifácio de Andrada e Silva, então ministro do Reino do Brasil e dos Negócios Estrangeiros.

Da parte final, destacamos este trecho:

> A minha firme resolução e a dos povos que governo estão legitimamente promulgadas. Espero pois que os homens sábios e imparciais de todo mundo e que os governos e as nações amigas do Brasil hajam de fazer justiça a tão justos e sábios sentimentos. Eu os convido a continuarem com o Reino do Brasil as mesmas relações de mútuo interesse e amizade. Estarei pronto a receber os seus ministros e agentes diplomáticos e a enviar-lhes os meus, enquanto durar o cativeiro d'El-Rey meu augusto pai (...)

Seis dias depois, em 12 de agosto, o príncipe regente dom Pedro assinava o decreto de nomeação de um encarregado de negócios do Reino do Brasil nos Estados Unidos da América e, no dia seguinte, partia para São Paulo, onde em 7 de setembro proclamava a Independência do Brasil.

Esse decreto referendado por José Bonifácio, é, portanto, anterior à Independência e à proclamação do Império, só efetuada, esta, no dia 12 de outubro do mesmo ano.

Eis a íntegra do decreto:

> Sendo indispensável nas atuais circunstâncias políticas nomear pessoa que em meu real nome haja de tratar diretamente junto aos Estados Unidos da América os negócios que ocorrerem relativamente a ambos os países, e tendo em consideração o reconhecido préstimo, patriotismo e zelo de Luiz Moutinho Lima Alvares e Silva, oficial da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros, hei por bem nomeá-lo para exercer o lugar de meu encarregado de negócios junto aos mesmos Estados Unidos de América, com o ordenado anual de dois contos e quatrocentos mil réis.
>
> José Bonifácio de Andrada e Silva, do meu Conselho do Estado e do Conselho de sua majestade fidelíssima, ministro e secretário do Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros, assim o tenha entendido e faça expedir em consequência os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1822. Com a rubrica de sua alteza real o príncipe regente, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Essa foi a primeira nomeação diplomática assinada pelo príncipe regente dom Pedro, a conselho de José Bonifácio, sendo logo depois, no mesmo dia, assinados os decretos de nomeação de outros dois encarregados de negócios: para Londres, o marechal de campo Felisberto Caldeira Brant Pontes, ulteriormente marquês de Barbacena, e, para Paris, Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa, depois visconde de Itabaiana. Antes dessas, só havia sido feita outra nomeação, mas de cônsul: a de Manuel Antônio Correia da Câmara, para Buenos Aires, em 24 de maio.

Para cônsul-geral nos Estados Unidos da América foi nomeado, em 15 de janeiro de 1823, Antônio Gonçalves da Cruz, que havia figurado na revolução pernambucana de 1817. O fecho desse decreto já é diferente dos anteriores:

José Bonifácio de Andrada e Silva, do meu Conselho de Estado, ministro e secretário do Estado dos Negócios do Império e Negócios Estrangeiros, o tenha assim entendido e expeça em consequência os despachos necessários.
Palácio do Rio de Janeiro, 15 de Janeiro de 1823, 2.º ano da Independência e do Império.

II

Luís Moutinho não pôde, em 1822, partir para os Estados Unidos, retido por serviços extraordinário na Secretaria dos Negócios Estrangeiros, onde depois foi promovido a oficial-maior, ou diretor-geral.

Por decreto de 21 de janeiro de 1824, José Silvestre Rebêlo teve a nomeação de encarregado de negócios do Brasil nos Estados Unidos da América, vindo a ser o primeiro representante diplomático que efetivamente tivemos naquele país.

No dia 28 de março, desembarcava ele em Baltimore e, a 3 de abril, chegava a Washington. Era presidente James Monroe, que na sua última mensagem, lida ao Congresso em 3 de dezembro do ano anterior, havia afirmado o propósito em que estava o governo americano de se opor a conquistas europeias no nosso continente; e ocupava o posto de secretário

de Estado, ou ministro dos Negócios Estrangeiros, John Quincy Adams, seu sucessor na presidência, um ano depois, em 4 de março de 1825.

Em 5 de abril de 1824, Rebêlo escrevia a Adams pedindo-lhe audiência para a entrega da carta credencial de que era portador, assinada pelo ilustre baiano Luís de Carvalho e Melo, depois visconde da Cachoeira, então ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Brasil. Começaram as entrevistas e conferências entre ambos. Com a data de 20 de abril, Rebêlo remetia a Adams uma memória com este título: *Exposição sucinta e verdadeira dos fatos que levaram o príncipe, agora, imperador, e o povo brasileiro a declarar o Brasil uma nação independente e livre.*

Em 26 de maio do mesmo ano, Rebêlo foi apresentado ao presidente Monroe por Adams e ficou acreditado no caráter de encarregado de negócios do Brasil.

No dia seguinte, o *Daily National Intelligence*, de Washington, nº 3.554, noticiava assim a ocorrência:

> O senhor José Silvestre Rebêlo foi apresentado ontem por mr. Adams, secretário de Estado (a quem havia entregado a sua carta credencial) ao presidente dos Estados Unidos como encarregado de negócios do imperador do Brasil e recebido e reconhecido nessa qualidade pelo presidente.

Em ofício de 26 de maio, Rebêlo dava conta desse ato a Carvalho e Melo, terminando com estas palavras a sua comunicação: "Foi pois o Império do Brasil reconhecido por este governo no dia 59º depois que desembarquei em Baltimore. Dou a vossa excelência os parabéns..." Em outro, de 31 de maio, dizia:

> Espero que esses ofícios tenham chegado; contudo, para aproveitar mais esta ocasião, participo a vossa excelência que este governo reconheceu a Independência e o Império do Brasil no dia 26 deste, sendo eu apresentado ao presidente como encarregado de negócios de sua majestade o imperador do Brasil com as mesmas formalidades com que são recebidos os representantes dos outros soberanos. Dou pois a vossa excelência os parabéns e peço a vossa excelência que beije as mãos a sua majestade o imperador por tão feliz acontecimento.

Mal-informado andava, portanto, o ilustre autor do conhecido livro *A Ilusão Americana* quando, em 1893, escreveu estas linhas:

> Por ocasião da Independência do Brasil, não recebemos prova alguma de boa vontade dos americanos, e só depois de outros países reconhecerem a emancipação do Brasil foi que os Estados Unidos reconheceram a nossa autonomia.

O governo dos Estados Unidos da América foi o primeiro governo que reconheceu a Independência e o Império do Brasil, o único que assim procedeu antes que Portugal o fizesse pelo tratado concluído no Rio de Janeiro aos 29 de agosto de 1824.

Pereira Pinto já havia dito (*Apontamentos para o Direito Internacional ou Coleção completa dos tratados celebrados pelo Brasil*, tomo II, p. 386, Rio de Janeiro, 1865):

> Foi a União americana a primeira potência que reconheceu a Independência do Brasil. Enquanto a Grã-Bretanha, impelida, de um lado, a favor da nossa emancipação pelas suas exigências comerciais, pelo seu sistema liberal de governo e pelas suas tenazes aspirações a abolir o tráfego de escravos, oscilava, de outro lado, nesse empenho pelas diferenças que era obrigada a guardar com a sua antiga e sempre fiel aliada, a nação portuguesa; enquanto a Áustria, ligada por vínculos bem estreitos ao fundador do Império, era ainda mais ligada aos compromissos da Santa Aliança que encarara com olhos vesgos a independência dos países americanos; os Estados Unidos, consequentes com a esclarecida política que haviam adotado em referência a todos os povos que, na América, separando-se das metrópoles, se tinham constituído regularmente, estende-nos mão fraternal e convida-nos a tomar assento no grande congresso das nações do globo. Consagremos, pois, neste momento, um voto de gratidão ao povo dessa, a mais poderosa, nação do Novo Mundo.

III

Qual o governo, neste nosso continente, que primeiro aceitou a chamada doutrina de Monroe?

Pode-se responder sem hesitação: o governo imperial do Brasil.

A última mensagem do presidente James Monroe, como já lembramos, tem a data de 3 de dezembro de 1823. Cinquenta e nove dias depois, em 31 de janeiro de 1824, o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, Carvalho e Melo, assinava as instruções do governo imperial para o encarregado de negócios do Brasil.

No parágrafo 6º desse interessante documento lê-se o seguinte:

> Ora, se os Estados Unidos da América, por motivos de particular interesse, devem reconhecer a Independência do Império do Brasil como fica provado, muito mais se deve esperar dessa grande nação quando acresce que os seus mesmos interesses se acham em concorrência com os próprios princípios do seu governo e da sua política.
>
> (...) Tais são os princípios da política desses Estados, que por si eram sobejos para apressar o nosso reconhecimento, *princípios estes que tiveram agora na mensagem do presidente a ambas as Câmaras, em dezembro passado, uma aplicação mais generosa para todos os Estados deste continente*, visto que na mesma mensagem claramente se anuncia a necessidade de nos ligarmos e propugnarmos pela defensão dos nossos direitos e territórios.

E no parágrafo 15:

> *Sondará a disposição desse governo para uma liga ofensiva e defensiva com este Império, como parte do continente americano*, contanto que semelhante liga não tenha por base concessões algumas de parte a parte, mas que se deduza tão somente do princípio geral da conveniência mutua proveniente da mesma liga.

Assim, o Brasil, desde os primeiros dias da revolução que o separou da mãe pátria, pôs particular empenho em se aproximar politicamente dos Estados Unidos da América, aderiu logo à doutrina de Monroe e procurou até concluir, sobre a base dessa doutrina, uma aliança ofensiva e defensiva com a "grande nação do norte", como lhe chamavam já então os próceres da Independência brasileira.

Eram ministros de Estado, em janeiro de 1824, além de Carvalho e Melo, logo depois visconde da Cachoeira; Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá (Marinha); Maciel da Costa, marquês de Queluz (Império); Pereira da Fonseca, marquês de Maricá (Fazenda); Tinoco da Silva (Justiça); e Silveira Mendonça, marquês de Sabará (Guerra).

IV

O governo imperial continuou a trabalhar pela política de aproximação e pelo estabelecimento de uma aliança entre os dois países, começando também a desejar, desde 1824, e a achar conveniente e importante que eles dessem caráter mais elevado à sua mútua representação diplomática.

Em despacho de 15 de setembro de 1824, dizia Carvalho e Melo, ao nosso representante em Washington:

> Certamente, as nações daquele hemisfério [as da Europa] não deixarão de prever ou recear a união e a aliança que poderemos fazer com o governo dos Estados Unidos, formando assim uma política totalmente americana, que lhes dará cuidado pelos acontecimentos que daqui podem recrescer. À vista disso, sua majestade imperial deseja que vossa mercê promova junto desse governo o dar-se um caráter de ministro plenipotenciário, com poderes eventuais, a mr. Condy Raguet, que já aqui se acha, ou mesmo a qualquer outra pessoa, medida esta que contribuirá a firmar o reconhecimento; encarregando outrossim sua majestade imperial a vossa mercê, proponha uma aliança relativamente a conservar e fornecer a liberdade das potências americanas; mas vossa mercê ficará, na inteligência de que esta sua proposta será, por ora, para ouvir as condições com que esses Estados quereriam tomar parte ativa em semelhante aliança, dando logo conta, o mais breve possível e pelas vias adotadas, do que a este respeito se lhe disser. Sobre isto, refiro-me às instruções que se lhe deram, tendo em lembrança a fala do presidente dos Estados Unidos ali citada [a mensagem Monroe de 1823], na qual claramente diz o mesmo presidente que aqueles Estados não estranhariam que por parte das metrópoles se fizessem tentativas para recobrarem as suas ex-colônias, mas não permitiriam intervenções de outras potências, princípio este que também foi admitido pelo governo britânico.

Em 28 de janeiro de 1825, escrevia o mesmo ministro:

> (...) Recebi ordem de sua majestade o imperador para que recomende a vossa mercê que haja de fazer todos os esforços para persuadir a esse governo da necessidade de fazer quanto antes com o governo brasileiro um Tratado de Aliança Defensiva ou Ofensiva, no caso de ataque, tendo vossa mercê sempre em vista o que se lhe ordenou a este respeito, tanto nas suas instruções quanto principalmente no meu despacho de 15 de setembro do ano passado,

cumprindo, portanto, que vossa mercê, nas negociações que entabular a este respeito, nada ajuste decididamente, deixando tudo *ad referendum*, de maneira que o governo imperial nunca fique obrigado, nem ainda por civilidade ou condescendência, mas possa deliberar com liberdade o que julgar justo.

E acrescentava em 14 de maio do mesmo ano de 1825:

Recebi e levei à presença de sua majestade o imperador o ofício nº 14, que vossa mercê me dirigiu em data de 23 de Janeiro do presente ano e o mesmo senhor viu quanto vossa mercê tem feito para conseguir que se nomeasse um diplomático para esta corte; e tanto pelo que vossa mercê refere como pela leitura de uma gazeta americana que aqui apareceu em data posterior ao seu ofício, se vê que fora com efeito nomeado Condy Raguet com o caráter de encarregado de negócios, dando-se por causal o ter vossa mercê o mesmo; não obstante o que, deve vossa mercê instar com razões polidas e sólidas para que se nomeie um ministro plenipotenciário, não só em consideração à dignidade do Império, mas também na de que já aqui houveram ministros americanos dessa ordem, não deixando vossa mercê de insinuar que a esse governo é a quem toca tomar a prioridade dessa nova nomeação, visto ter reconhecido o Império a ser ela uma consequência de semelhante reconhecimento, e por essa ocasião vossa mercê assegurará que sua majestade o imperador imediatamente nomeará pessoa de igual caráter.

Quanto aos projetos de Tratado de Aliança, deve prosseguir na forma das suas instruções e posteriores despachos, e cumpre-me, à vista dos passos que vossa mercê este respeito deu, dizer-lhe que não foi agradável a sua majestade o imperador que vossa mercê logo propusesse a ideia de se compreenderem os outros Estados que se formaram das colônias espanholas, sobre o que nada se lhe havia determinado nas sobreditas instruções, nem era conveniente envolver-nos geralmente com os mesmos Estados, sem com eles termos particulares relações.

V

Nesse mesmo dia 28 de janeiro de 1825, Rebêlo propunha por escrito a Adams a desejada aliança, tendo-lhe dito este no dia 22: "O que acaba de dizer-me eu o porei na presença do presidente, mas, para que o faça convenientemente, é preciso que me mande tudo isso dito em uma nota. À vista dela, o presidente resolverá o que o governo tiver

por conveniente" (Ofício de 26 de janeiro de 1825, nº 14, da Legação do Brasil em Washington).

Eis agora os trechos essenciais da nota que, em 28 de janeiro de 1825, Rebêlo dirigiu ao secretário de Estado Adams, nota que começa por uma referência à mensagem Monroe, de 1823:

> O governo do Brasil, convencido de que é efetiva a declaração feita pelo governo dos Estados Unidos na mensagem de sua excelência o senhor presidente na primeira sessão do 18º Congresso, na qual foi dito que, relativamente àqueles países na América que haviam declarado a sua Independência e a mantinham, e cuja independência este governo tinha reconhecido, fundado em profundas razões e princípios de justiça, este governo não veria imparcialmente interposição alguma com o fim de oprimir ou diminuir, de qualquer modo que fosse, o destino dos mesmos por qualquer potência europeia, senão como uma declaração de sentimentos inimigos para com os Estados Unidos; e suposto seja de esperar que as sobreditas potências europeias esclarecidas pelas verdadeiras ideias que todos os governos devem ter sobre a justiça e princípios em que o Brasil firmou a sua Independência, não se intrometam na questão que ele tem com Portugal, contudo, como é dos homens o errar, e aqueles governos são de homens, e, portanto, como é possível que algum dos mesmos governos queira auxiliar o exausto Portugal para recolonizar o Brasil, pelo que tão inconsideradamente anela; e devendo em tal caso o governo dos Estados Unidos pôr em prática os princípios de política anunciados na sobredita mensagem, dando provas de generosidade e consequência que o anima, o que não pode fazer sem sacrifício de homens e capitães; e não sendo conforme a razão, justiça e direito que o governo do Brasil receba gratuitamente tais sacrifícios, está este pronto a entrar com o governo dos Estados Unidos em uma convenção que tenha por objeto a conservação da independência do Brasil no suposto caso de que a1guma potência auxilie Portugal nos seus vãos e quiméricos projetos de recolonização do Brasil.
>
> (...) A mesma razão que moveu o governo do Brasil a esperar que o governo dos Estados Unidos proponha as condições para a convenção anteriormente oferecida influi igualmente para que ele ouça do governo dos Estados Unidos as condições com que quer entrar em uma liga ofensiva e defensiva com o governo do Brasil (...)

A resposta a essa nota foi dada depois que James Monroe passou a Presidência ao seu sucessor John Quincy Adams.

O novo secretário de Estado, Henry Clay, em nota de 16 de abril de 1825, exprimiu-se assim:

> (...) O presidente dos Estados Unidos adere aos princípios do seu predecessor exatamente como estão formulados na sua mensagem de 2 de dezembro ao Congresso americano; porém, no tocante à vossa primeira proposta, como se não percebe presentemente nenhuma probabilidade de que Portugal consiga obter auxílio de outras potências para recolonizar o Brasil, parece não haver oportunidade alguma para uma convenção fundada nessa improvável contingência. Pelo contrário, o presidente vê, com prazer, claros indícios de uma pronta paz entre Portugal e Brasil sobre a base da independência brasileira, que o governo dos Estados Unidos foi o primeiro a reconhecer. Declinando, por isso, entrar no ajuste da proposta convenção, tenho, entretanto, a satisfação de dizer que podeis assegurar ao vosso governo que a determinação do presidente não procede de quebra alguma no interesse que os Estados Unidos constantemente mostraram pelo estabelecimento da independência do Brasil, mas resulta somente da ausência das circunstâncias que seriam necessárias para justificar a assinatura de semelhante convenção. Se, pela marcha dos acontecimentos, se puder notar que os aliados europeus renovam demonstrações de ataque à independência dos Estados americanos, o presidente dará a essa nova situação de causas, caso ocorra, toda a consideração que a sua importância reclamaria.
>
> Relativamente à vossa segunda proposta, de um Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva para repelir qualquer invasão do território brasileiro por forças de Portugal, direi que também isso é desnecessário desde que há motivo para esperar uma próxima paz. Porém, semelhante tratado viria contrariar a política que os Estados Unidos até aqui prescreveram. Segundo essa política, os Estados Unidos se conservam neutros, estendendo a sua amizade e fazendo igual justiça a ambas as partes, enquanto a guerra se limita a uma luta entre a mãe pátria e as suas antigas colônias. Dessa linha de proceder, este governo se não desviou durante todo o largo período em que a Espanha combateu contra os diferentes Estados independentes que se levantaram nos antigos territórios espanhóis da América. Se uma exceção fosse agora feita pela primeira vez, os sentimentos de justiça do vosso soberano lhe farão facilmente admitir que os outros governos novos poderiam ter algum motivo de queixa dos Estados Unidos.

> Lamentando que estas considerações de ordem política – as quais os Estados Unidos se sentem obrigados a respeitar – não permitam a este governo entrar agora na negociação dos dois pactos agora sugeridos; tenho, entretanto, grande satisfação em concordar convosco na conveniência de unirmos permanentemente as nossas duas nações pelos laços de amizade, de paz e de comércio. Com este intuito, estou autorizado para dizer-vos que os Estados Unidos estão dispostos a concluir com o Brasil um Tratado de Paz, Amizade, Navegação e Comércio e desejam adotar, como base nos mútuos regulamentos de comércio e navegação dos dois países, princípios de equidade e perfeita reciprocidade. Se estiverdes munido de poderes precisos para negociar tal tratado, terei sumo prazer em entrar convosco no exame e discussão das suas cláusulas em qualquer data que a ambos nos possa convir.

O Tratado de Amizade, Navegação e Comércio entre os dois países foi assinado nesta cidade do Rio de Janeiro em 12 de dezembro de 1828, pelos dois plenipotenciários do Brasil, conselheiro marquês de Aracati, ministro dos Negócios Estrangeiros, e Miguel de Sousa Melo e Alvim, ministro da Marinha, e pelo plenipotenciário dos Estados Unidos, William Tudor.

VI

Aos documentos transcritos, acrescentaremos o seguinte trecho, bem significativo, de um despacho do marquês de Aracati, ministro dos Negócios Estrangeiros, dirigido em 6 de abril de 1827 ao nosso representante em Washington:

> E neste artigo, estando vossa mercê em conferência com o ministro respectivo, se empenhará para fazê-lo crer que sua majestade o imperador do Brasil, em sua alta política, muito bem calculada, *conhece muito bem o que é e o que vale essa nação e quanto interessa a ambos os países que seus respectivos governos estreitem com muita especialidade suas relações políticas e se deem mutuamente as mãos* (...)

VII

Depois de tratar do reconhecimento da nossa Independência pelo governo de Washington, diz Pereira Pinto (obra citada, tomo II, p. 390): "Cimentadas assim as relações de boa aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, *têm elas continuado sempre no pé de perfeita cordialidade*, não a alterando de forma alguma diversos ligeiros incidentes ou conflitos ocorridos em diferentes épocas..."

Refere-se o autor aos incidentes desagradáveis levantados por três representantes diplomáticos dos Estados Unidos no Brasil – conde Raguet, em 1827, Wise, em 1846, e Webb, depois de 1863 –, assim como à ofensa feita a nossa soberania pelo comandante Collins, do cruzador Wachussett*s* com a captura do corsário *Florida*, em 1864, nas águas da Bahia. O governo americano, nos três primeiros casos, desaprovou o procedimento dos seus agentes e os substituiu por outros que, desde logo, pelo seu contraste com eles, souberam fazer esquecer a incorreção e a insolência dos seus imediatos predecessores; no caso do Wachussetts, deu-nos pronta e honrosa satisfação.

Citemos ainda Pereira Pinto para mostrar qual era e foi sempre entre nós o pensamento dominante no tempo do Império (obra citada, tomo II, p. 425):

> *Fazendo um voto ardente pela consolidação da nossa* aliança com os Estados Unidos por meio de uma política sincera e esclarecida, consinta o leitor que transcrevamos nestas páginas algumas impressões que a tal respeito escrevemos no *Correio Mercantil* de 7 de abril deste ano (1865): '(...) Não se poderá sustentar qualquer conveniência que nos faça afastar dos Estados Unidos. Os nossos interesses na América são homogêneos, eles consomem em primeira escala o nosso mais importante produto, eles por consequência devem ser o nosso aliado natural e efetivamente têm procurado com afinco essas relações.'
>
> Os fatos o demonstram. Quando se falou em mediação europeia para por fim à luta daquele país, diziam os seus governantes que a tradicional política de Monroe excluía aquela intervenção e que se chegassem ao caso de querer a mediação prefeririam a do Brasil.

Todos estes precedentes revelam da parte dos Estados Unidos o melhor e bem-pronunciado desejo de formar a mais íntima aliança com o Brasil, e uma tal aliança evitaria (quem sabe?) a inqualificável interferência da Espanha e da França nos negócios do México e do Peru e as afrontas que as nações poderosas da Europa têm infligido aos povos fracos do Novo Mundo. Porventura, a nossa forma de governo se oporá a essa intimidade? Cremos que não. As instituições do Império são também democráticas, e o elemento monárquico que nelas foi encarnado dá realce e fortifica o sistema que rege o Brasil, sendo certo que, apesar dessa diferença, os preceitos liberais entre nós são mais francos e tolerantes, não temos exclusões, e todos são aptos para intervir nos negócios públicos, uma vez que possuam talentos e virtudes.

VIII

Tavares Bastos escrevia, em 30 de março de 1802 (*Cartas do Solitário*, carta XXX):

> Sou um entusiasta frenético da Inglaterra, mas só compreendo bem a grandeza desse povo quando contemplo a da República que ele fundou na América do Norte. Não basta que estudemos a Inglaterra; é preciso conhecer os Estados Unidos. É deste último país justamente que nos pode vir mais experiência prática a bem da nossa agricultura, das nossas circunstâncias econômicas, que têm com as da União a mais viva semelhança.
>
> A meu ver, o Brasil caminha para a sua regeneração moral e econômica tanto quanto mais se aproxima da Inglaterra, da Alemanha e dos Estados Unidos. No meu cosmopolitismo, pois, entra uma grande parte de interesse real pelo país, o verdadeiro patriotismo que eu conheço.
>
> Queremos chegar à Europa? Aproximemo-nos dos Estados Unidos. É o caminho mais perto essa linha curva (...)
>
> Eu também sou monarquista e julgo esse governo tão necessário ao Brasil quanto a República e perfeitamente adequada à constituição social, às ideias e às tradições da América do Norte (...)

Em sessão de 8 de julho do mesmo ano de 1862, na Câmara dos Deputados, exprimia-se assim Tavares Bastos:

> O senhor ex-ministro dos Negócios Estrangeiros disse que as relações do Brasil com os Estados Unidos continuam a ser boas e que o governo forcejará quanto estiver ao seu alcance, para fazer com que elas prosperem. Estou convencido de que, *mesmo sob o ponto de vista político, as relações com os Estados Unidos da América do Norte são aquelas que mais convém ao Brasil*. *Devemos cultivá-las e desenvolvê-las*, sobretudo, porque depois da presente luta – luta gloriosa, porquanto é a da liberdade contra a servidão, do progresso contra a barbaria – está reservado à grande República de Washington um papel incalculável nos destinos do mundo. Não preciso apontar as razões que prendem o comércio dos dois países, as afinidades entre os processos de sua agricultura, entre os seus meios de transporte, entre a constituição moral e material de suas populações (...)

IX

Respigando nos *Annaes do Parlamento Brasileiro* e em livros, folhetos e jornais publicados durante os dois reinados da época imperial, poderíamos multiplicar citações como as que acabamos de fazer, comprobativas da perfeita compreensão que, naquele tempo, os estadistas, escritores e, em geral, todos os homens das classes dirigentes no Brasil tinham das vantagens, para nós, de uma cordial inteligência com os Estados Unidos da América.

Os que de perto trataram com o imperador dom Pedro II sabem que a tal respeito ele tinha os mesmos sentimentos inspirados a seu pai por José Bonifácio, Carvalho e Melo, Vilela Barbosa e outros ministros que, como mais tarde os visconde de Sepetiba e do Uruguai, assentaram ou consolidaram as bases da nossa política exterior. Desses sentimentos do segundo imperador não foram provas somente a viagem que ele empreendeu aos Estados Unidos da América em 1876, durante a qual, ainda a bordo, deu-se ao prazer de traduzir o popular hino *Stars and Stripes*, e a pressa satisfação com que nomeou delegados do Brasil para a I Conferência Pan-Americana de 1889, em Washington.

Para, no entanto, passar em revista as provas de amizade ao Brasil, de interesse pelo seu progresso e prestígio, e de apreço ao seu governo dadas pelos Estados Unidos desde 1824 até hoje, seria preciso alargar demasiado a extensão deste artigo, que é principalmente uma compilação de textos. Basta lembrar que se a ocupação militar francesa de 1836 em

Amapá cessou no ano de 1840, para isso concorreram às representações do governo dos Estados Unidos, apoiando em Paris as do Brasil e da Inglaterra; que, se em 1895 se não efetuou uma segunda ocupação militar, planejada pelo senhor Lebon, ministro das Colônias, foi porque o senhor Hanotaux, ministro dos Negócios Estrangeiros, mais avisado do que o seu colega, compreendeu que a isso se opunham a doutrina de Monroe e o interesse da Inglaterra; que, por indicação dos Estados Unidos, o Brasil deu um juiz árbitro, o visconde de Itajubá, ao Tribunal de Genebra, que resolveu em 1872 sobre as reclamações americanas contra a Inglaterra no caso da *Alabama*; que, ainda por sugestão do governo dos Estados Unidos, um brasileiro, o visconde de Arinos, presidiu o Tribunal Arbitral franco-americano, que funcionou em Washington de 1880 a 1884; e que à oferta de bons ofícios insinuada por algumas das grandes potências europeias em momento crítico da guerra civil dos Estados Unidos, o presidente Lincoln mandou responder que, sendo essa uma questão americana, o respeito à doutrina de Monroe lhe não permitia aceitar qualquer intervenção europeia, acrescentando que se – o que não era provável – chegasse a haver necessidade da mediação de um governo amigo, o interventor ou árbitro naturalmente indicado aos dois lados combatentes seria o governo do Brasil.

X

Não nos privaremos do prazer de dar aqui, transcrita dos jornais do tempo, a seguinte tradução dos trechos essenciais do discurso que um enviado extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos, Richard Kidder Meade, leu, em audiência de 5 de dezembro de 1857, no Palácio de São Cristóvão, ao entregar a sua credencial ao imperador dom Pedro II:

> (...) Acreditamos um ministro junto a este governo; não tem o dos Estados Unidos unicamente por fim cumprir um dever de cortesia para com a maior potência do continente sul-americano (*to the greatest Power of the South American Continent*), mas também fazer sentir o seu sincero desejo de concorrer com o governo imperial do Brasil para a manutenção de uma política que una para sempre os dois países pelos laços da paz e da amizade, que dê mais força e vigor a um comércio já crescente e próspero e que, enfim, produza o bem-

> estar permanente, a prosperidade e o desenvolvimento do poder de duas grandes nações, de cujos destinos dependem os dos dois grandes continentes em que respectivamente se acham.
>
> O meu governo está perfeitamente impressionado pelos pontos de semelhança e identidade de interesses que devem tornar indissolúveis os laços entre os dois países e dirigir de conformidade a política e as aspirações de cada um deles. Uma igual extensão de território, de gigantescas dimensões, afiança às duas nações um futuro de preponderância acima de quaisquer apreensões e dá à sua posição uma importância em função principalmente da consciência da própria força.
>
> A semelhança que a diversos respeitos existe entre a organização constitucional de ambos é própria para engendrar simpatias políticas e sociais promotoras de mútuos benefícios e futuros progressos comerciais; ao passo que uma política comum aos dois países, estável e profundamente enraizada no seu solo (política que terá de combater muitas prevenções hostis no exterior), estabelecerá uma aliança entre ambos, (*and wil ensure, for mutual defense, a unity of action and feeling, that wil prove invincible in the future*) e assegurará, para defesa mútua, uma unidade de ação e de sentimentos que se tornará invencível no futuro (...)

Esses sentimentos, manifestados então e em muitas outras ocasiões, são os que ainda hoje estão animados os dois governos, de Washington e do Rio de Janeiro, como o demonstram fatos recentes, que estão no domínio público e seria ocioso recordar.

Washington foi sempre o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns dos nossos vizinhos, rivais permanentes ou adversários de ocasião. Quando ali chegou, em 1824, o primeiro agente diplomático do Brasil, já encontrou uma missão sul-americana que pedia, contra nós, o apoio dos Estados Unidos. Em 1903 e 1904, no período agudo das nossas dissidências com a Bolívia e com o Peru, lá se andou também procurando promover intervenções e fazendo oferecimentos tentadores. O ex-presidente Capriles, da Bolívia, confessou, em um folheto conhecido, o que por ordem sua foi feito nesse sentido.

Todas as manobras empreendidas contra este país em Washington, desde 1823 até hoje, encontraram sempre uma barreira invencível na velha amizade que felizmente une o Brasil e os Estados Unidos, e que é dever da geração atual cultivar com o mesmo empenho e ardor com que a cultivaram os nossos maiores.

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Primeiras lutas no Brasil[165]

Os primeiros navios europeus que, segundo parece demonstrado, passaram a linha equinocial na parte americana do Atlântico foram os do castelhano Alonso de Hojeda, que tinha às suas ordens os dois célebres pilotos Juan de la Cosa e Américo Vespúcio. No dia 27 de junho de 1499,[166] avistaram e1es as bocas do Açu ou do Apodi, no atual Estado do Rio Grande do Norte,[167] mas não puderam estender muito o reconhecimento

[165] À margem do manuscrito lançou o Barão do Rio Branco a seguinte nota: "Rascunho que servirá para a redação definitiva. São apontamentos para servirem à redação. Devo resumir muito tudo isto, pois há muita coisa que nenhuma relação tem com o assunto."

[166] Segunda carta de Américo Vespúcio a Soderini (ver p.49 de Varnhagen, *Amerigo Vespucci*, porque a tradução à p.113 não está fiel).

[167] Foi Varnhagen, na primeira edição da sua *História Geral do Brazil,* quem deu a Hojeda essa precedência no descobrimento, que todos atribuíam a Pinzón, do norte do Brasil. D'Avezac, nas suas *Considérations Géographiques sur l'Histoire du Brésil* (Paris, 1857), combateu esta e outras asserções de Varnhagen (p.65-69). A resposta do nosso compatriota apareceu logo em dois opúsculos: *Vespuce et son premier voyage* (Paris, 1858), e *Examen de quelques points de l'Histoire Géographique du Brésil* (Paris, 1858). A réplica de d'Avezac tem por título *Les voyages de Améric Vespuce au comptes d'Espagne* (Paris, 1858). Depois publicou Varnhagen outros trabalhos sobre as viagens de Amércio Vespúcio e a segunda edição da *História Geral do Brasil.* Toda a divergência resulta da interpretação dos textos de Vespúcio e de sua aplicação às viagens de Hojeda (1499), Pinzón (1500) e Lepe (1500). Amércio

da costa. Desviados pelas correntes, só foram dar novamente com terra na altura de Caiena.

Em 26 de janeiro de 1500,[168] outro navegador de Castela, Vicente Yáñez Pinzón, companheiro de Colombo no descobrimento da América,

---

Vespúcio fez duas viagens ao serviço da Espanha e sob as ordens de chefes que não nomeia (1497-1499). Na segunda descobriu terra, aos 5° de latitude Sul (Rio Grande do Norte), no dia 27 de junho de 1499. Sabe-se também que uma dessas viagens foi feita com Hojeda.

Humboldt no seu admirável *Examen Critique de l'Histoire de la Géographie du Nouveau Continent* (Paris, 1836-1838, 5 v.) inclina-se a crer que foi com Hojeda que Vespúcio fez a sua primeira viagem e com Pinzón, a segunda (tomo IV, p.195-215, 220, 284 e seguintes). Nesta hipótese, Hojeda não teria tocado no Brasil; mas, para aceitá-la, seria necessário alterar todas as datas indicadas por Vespúcio, e o mesmo Humboldt, depois de haver formulado aquela conjetura, admite que a segunda viagem de Vespúcio podia ter sido a de Hojeda (tomo IV, p.301).

D'Avezac sustenta que a primeira viagem de Vespúcio é a primeira de Hojeda (1499-1500) e a segunda de Vespúcio e de Diego de Lepe (1500), o qual tocou no Brasil, mas depois de Pinzón. Para aceitar esta opinião, é preciso também rejeitar as datas de Vespúcio. Foi em 1497 que este navegador fez a sua primeira viagem, e foi a 27 de junho de 1499 que, na segunda viagem, viu as terras do Rio Grande do Norte. Diego de Lepe, só em fins de fevereiro de 1500, um mês depois de Pinzón, avistou a nossa costa setentrional.

Varnhagen mantém as datas indicadas por Vespúcio e defende opinião que nos parece mais sustentável. Segundo ele, a primeira viagem de Vespúcio (1497-1498) foi feita com Pinzón e Solis, e a segunda (1499-1500) com Hojeda, e é assim que fica sendo este o descobridor de uma parte da costa setentrional do Brasil, visitada depois por Pinzón (1500).

Os mais recentes escritores brasileiros têm adotado as explicações e interpretações de Varnhagen, considerando Hojeda como o primeiro descobridor do norte do Brasil. Para formar juízo sobre o pleito, é necessário ler não só os livros e opúsculos citados, mas também as edições antigas, os documentos mencionados pelos contendores e os trabalhos posteriormente publicados por Varnhagen: *Amerigo Vespucci* (Lima, 1865); *Le Premier Voyage d'Amerígo Vespucci définitivement expliqué* (Viena d'Áustria, 1869); *Nouvelles Recherches* (Viena, 1870); *Ainda Amerígo Vespucci* (Viena, 1874) e *História Geral do Brasil*, 2ª edição, tomo I, p.77.

168 Humboldt, no seu admirável *Examen Critique de l'Histoire de la Géographie du Nouveau Continent*, tomo V, p. 61, observa o seguinte: "As datas do primeiro desembarque de Pinzón são 20 ou 26 de janeiro, segundo o texto de Anghiera (década I, livro IX, p. 96), 20 de fevereiro (Hornung), segundo o texto de Ruchamer. Se for verdade, como pretende Anghiera, que a expedição de Pinzón não partiu da ilha de S. Iago (Cabo Verde) antes de 13 de janeiro, a data mais provável do desembarque no Brasil é 20 de fevereiro." Sobre a data de 26 de janeiro, ver d'Avezac, *Considérations Géographiques sur l'Histoire du Brésil,* p.70-71. Notaremos que as três obras citadas por Humboldt são contemporâneas dos descobridores da América. Pedro Mártir d'Anghiera (Anglerius) estabeleceu-se na Espanha em 1487 e aí morreu em 1525 ou 1526. Escreveu as *Décadas Oceânicas*. Madrignano publicou em 1508 o *Itinerarium Portugallensium*, e Ruchamer, no mesmo ano, o *Unbekandthe lante und ein newe weldte in kurtz verganger zeyth erfunden.* São traduções da coleção de Vincenza, publicada em 1507, com o título *Mondo Novo e paesi nuovamente retrovati E.* Antes dessa coleção, apareceu o célebre livreto de Vercellesi, publicado em Veneza no ano de 1504: *Libretto de tutta le navigazione di Re di Spagna de le Isole e terreni nuovamente trovati*. Aí se encontra

abordou o nosso continente no Ceará, supõe-se que junto à ponta de Mucuripe,[169] a que chamou cabo de Santa Maria de Consolación, e explorou a costa até ao cabo que denominou de Rostro Hermoso, e que segundo Varnhagen deve ser a ponta de Jererecoara, no Maranhão. Daí seguiu com rumo de nordeste, descobriu a foz do Amazonas e reconheceu as terras compreendidas entre o grande rio e o cabo Orange.[170]

Na ponta de Tigioca desembarcaram os seus soldados, mas foram atacados e repelidos pelos índios paraenses com perda de alguns homens e de uma embarcação pequena.[171]

Cerca de um mês depois, outro piloto de Castela, Diego de Lepe, aportou a essas paragens, entre Rostro Hermoso e o Amazonas, tendo uma refrega com os índios do Maranhão.[172]

A 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral, capitão-mor da primeira esquadra que o rei dom Manuel, de Portugal, mandou à Índia depois da famosa viagem de Vasco da Gama, e que, segundo as instruções deste, se fizera muito ao largo da África,[173] avistou o monte que desde então

---

um extrato da primeira década de P. M. d'Anghiera. A verificação da data do descobrimento de Pinzón exigiria um minucioso estudo que não entra no programa deste nosso trabalho.

169 Varnhagen, *História Geral do Brasil*, tomo I, p.78-80, e *Examen,* parágrafos 33-44. Warden, em sua *Histoire de l'Empire du Brésil*, tomo I, p.228, já havia notado que esse cabo não podia ser o de Santo Agostinho, como supunha Pinzón. O *Mappa Mundi* de 1500, de Juan de la Cosa, publicado em fac-símile do tamanho do original por Jomard, nos seus *Monuments de la Géographie,* e as observações de Varnhagen, parecem-nos afastar completamente a hipótese do cabo de Santo Agostinho atual.

170 Varnhagen, *História Geral do Brasil*, tomo I, p.78; Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazone*, parágrafos 2.556-2.583.

171 Navarrete, *Viagens Menores*, tomo III; Varnhagen, *Hist. Ger.*, tomo I, p.80; Couto, *História de la Marina Real Española*, tomo I, p.230: "Foi tanta a multidão e a força dos índios que sem reparar nas feridas mortais dos que jaziam estendidos, nem nas diferentes condições da peleja, levaram os espanhóis de roldão, tomando-lhes uma barca que estava na praia e a duras penas deram lugar a que os outros, com a perda de alguns soldados, se refugiassem nas caravelas."

172 Varnhagen, *Hist. Ger. do Br.*, tomo I, p.79.

173 Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia* (tomo I, parte I, p.149), já havia atribuído às instruções de Vasco da Gama o achado do Brasil. O nosso compatriota Varnhagen, a quem devemos tantos trabalhos de investigação histórica e o descobrimento de muitos e preciosos documentos que se supunham perdidos, encontrou casualmente a primeira folha do rascunho ou borrão dessas instruções, e fez gravar um fac-símile, que acompanha a sua *História Geral do Brasil* (tomo I, p.71 da 2ª edição). A letra é quase indecifrável. As três primeiras linhas dizem assim: "Esta he a maneira que parece a Vasco da Gama que deve ter P d Alvares em sua yda prazendo a nosso senhor."

se chamou Pascoal, no estado da Bahia , descobrindo assim a parte ocidental do Brasil.

Foi essa a primeira esquadra europeia que surgiu nos nossos mares.[174] Compunha-se, ao sair de Lisboa, de 10 naus e três navios pequenos, entre estes um transporte. Eram comandantes das naus Sancho de Toar, segundo chefe da expedição, Simão de Miranda, Aires Gomes da Silva, Vasco de Ataíde, Pero de Ataíde, Nicolau Coelho, que comandara um dos três navios da expedição de Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, o descobridor do cabo da Boa Esperança, seu irmão Diogo Dias, Nuno Leitão e Simão de Pina. Os navios menores eram comandados por Luís Pires, que se desgarrou na altura de Cabo Verde e arribou a Lisboa, Gaspar de Lemos e André Gonçalves.[175]

Reconhecida e explorada a costa da foz do pequeno rio Caí para o norte, reuniram-se as naus aos navios menores no dia 25, fundeando todos, na enseada da Coroa Vermelha, ou baía de Santa Cruz, hoje baía Cabrália.[176]

O trecho importante, que confirma o dito de Gaspar Correia, está nas suas últimas linhas dessa folha e nas primeiras 16 do verso: "Faram seo caminho direito a ylha de Santyago, e se ao tempo que hy chegarem tiverem agoa em abastança para quatro mezes não devem pensar na dita ylha nem fazer nenhuma demora, somente em quanto lhes o tempo servyr ha popa fazeres seo caminho pelo sul. E se houverem de gynar seja sobre a banda de sudoeste e tanto que nelles deer o vento escasso deven hyr na volta do mar até metterem o cabo da Boa Esperança em leste franco e dy em diante navegarem segundo lhes servyr o tempo e mais ganharem porque como forem na dyta paragem não lhes myngoará tempo com ajuda de nosso senhor com que dobrem o dito cabo. E por esta maneira lhe parece que a navegação sera, mais breve e os navios mais seguros do busano e iso mesmo os mãtimetos se teem mylhor e a gente yraa mais sãa."

Foi também Varnhagen quem descobriu a sepultura de Pedro Álvares Cabral no Convento da Graça da cidade de Santarém.

174 No manuscrito escreveu Rio Branco: Ver nota de Capistrano, p. 5 da *História do Salvador*.

175 Quintela. *Annais da Marinha Portugueza*, tomo I, p.249. Acrescentamos o nome do último comandante tendo presente o trabalho de C. Mendes de Almeida, *Notas sobre a História Pátria,* na *Revista do Instituto Histórico, XXXIX*, parte II, 1876.

176 Varnhagen pretende que foi no atual Porto Seguro que ancorou a esquadra de Cabral (*Revista do Instituto*, XL, parte II). Ver a resposta de Beaurepaire-Rohan, "O primitivo e o atual Porto Seguro" (*Revista do Instituto*, XLII, parte II). Todos os nossos antigos cronistas dizem que foi na baía de Santa Cruz e não no segundo Porto Seguro que fundou Cabral (Gandavo, na *História da Província de Santa Cruz*, impressa em 1576, capítulo III); Anchieta, nas suas *Informações do Brasil*, de 1584-1586 (v. I dos *Materiais e Achegas para a História do Brasil,* p.1 e 40); Gabriel Soares, *Roteiro do Brasil*, de 1587 (capítulo XXXIV), Simão de Vasconcelos, *Notícias... das cousas do Brasil*, parágrafo 48. Foram do mesmo parecer Aires do Casal, Quintela e quantos trataram do descobrimento do Brasil.

Foram os primeiros a saltar em terra Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho e o escrivão Pero Vaz de Caminha, que se tornou conhecido pela carta em que deu conta ao rei dom Manuel desse novo descobrimento com que os portugueses tão bem encerraram o século das suas grandes glórias marítimas.

No dia 26 de abril, e no ilhéu da Coroa Vermelha, foi celebrada por frei Henrique, depois bispo de Ceuta, a primeira missa no Brasil. A cerimônia da tomada de posse da nova terra em nome do rei de Portugal efetuou-se no dia 1º de maio, desembarcando Cabral com a bandeira da Ordem de Cristo e todos os comandantes e tropa. Uma grande cruz de madeira com as armas reais foi plantada na terra firme, e, armado junto a ela um altar, celebrou novamente missa e fez uma prédica frei Henrique, assistindo numerosos selvagens a essa solenidade.

Cabral expediu para Lisboa um dos navios menores[177] e no dia 2 de maio continuou a sua viagem para a Índia. É sabido como 18 dias depois, em uma violenta tempestade, só sobraram, já perto do cabo da Boa Esperança, quatro das naus dessa esquadra, sem delas escapar um só homem. Aí sucumbiu Bartolomeu Dias, nos mesmos mares em que poucos anos antes ilustrara o seu nome.

Em 1501 e 1503, partiram de Lisboa as duas primeiras esquadrilhas exploradoras do Brasil ou Terra de Santa Cruz, como então se chamava. Da primeira expedição parece ter sido chefe André Gonçalves[178] e da segunda, Gonçalo Coelho, indo em ambas como comandantes de um dos navios o florentino Américo Vespúcio, que era amigo de Colombo, e, pela reputação de hábil navegante que conquistara em duas viagens feitas ao Novo Mundo, fora convidado pelo próprio rei dom Manuel para entrar ao serviço de Portugal.[179]

A primeira esquadrilha explorou o litoral brasileiro desde o cabo que, por ser avistado a 16 de agosto de 1501, recebeu o nome de São Roque, santo daquele dia, até a foz do rio da Prata. Foram então descobertos ou reconhecidos por dom Nuno Manuel e Vespúcio, verdadeiro chefe da

[177] Seu comandante era Gaspar de Lemos, segundo vários escritores, ou André Gonçalves, segundo Gaspar Correia (Lendas da Índia, 1, p.151) e C. Mendes de Almeida (*Revista do Instituto Histórico*, de 1876, p. 9).

[178] André Gonçalves, segundo Cândido Mendes e Capistrano de Abreu. Dom Nuno Manuel foi o chefe da terceira expedição, em 1505 e 1506, segundo Capistrano de Abreu.

[179] Quintela, *Annais da Marinha Portugueza*, tomo I, p.259; Varnhagen, Amerigo Vespucci, p.108; Segunda carta de Vespucci a Soderini.

exploração, porque aquele capitão-mor não era marítimo de profissão, os principais promontórios, portos e rios da nossa costa, entre eles o cabo de Santo Agostinho a 28 de agosto, a foz do rio de São Francisco em 4 de outubro, a baía de Todos os Santos no dia lº de novembro, o cabo de São Tomé em 21 de dezembro, o Rio de Janeiro no lº do ano de 1502, Angra dos Reis em 6 de janeiro, depois a ilha de São Sebastião, São Vicente, Cananéia.[180] Do cabo de Santa Maria, ou da foz do rio da Prata a que ainda em 1531 davam os portugueses o nome de rio de Santa Maria, partiu a esquadrilha em 15 de fevereiro de 1502, e navegando sem avistar as terras do continente, no dia 7 de abril descobriu aos 54° S a ilha, desde 1775, chamada Geórgia do Sul. Desse ponto regressou ao Tejo com escala em Serra Leoa.[181]

A esquadrilha de Gonçalo Coelho, composta de seis navios, partiu de Lisboa, em 1503, e avistou em 10 de agosto a ilha descoberta pouco antes, provavelmente a 24 de junho, por Fernão de Noronha, que lhe dera o nome de ilha de São João, logo trocado pelo do seu descobridor. Em um penedo próximo, naufragou a nau capitânia, salvando-se, porém, toda a guarnição. Ficou, então, dividida a esquadrilha. O navio comandado por Vespúcio e um outro perderam de vista Gonçalo Coelho, que seguiu para o sul com as três restantes embarcações até o Rio de Janeiro, onde se deteve. Depois de fazer aguada e lenha em Fernando de Noronha, Américo Vespúcio e o outro comandante velejaram para a baía de Todos os Santos, descoberta na anterior viagem, e que, segundo as instruções recebidas, devia servir de ponto de reunião para os navios que se desgarrassem; mas, durante mais de dois meses, esperaram inutilmente pelos três navios de Gonçalo Coelho. Vendo que não chegavam, Vespúcio prosseguiu na sua viagem e reconheceu, de novo, a costa até Cabo Frio, onde se demorou meses, durante os quais fez uma exploração pelo interior, e, ao empreender a viagem de regresso para a Europa em 12 de

[180] À margem do manuscrito escreveu Rio Branco: "Modificar tudo depois dos trabalhos de Capistrano de Abreu."

[181] Varnhagen, *Amerigo Vespucci*, p.108-113; *Nouvelles Becherches*, p.8; *História Geral do Brasil*, tomo I, p.81-84. Ver também Humboldt, *Examen Critique*, v. 18. Cândido Mendes de Almeida, na *Rev. do Inst.* de 1877, p.196-211, dá outra interpretação à carta de Vespúcio, e entende que de Cananéia os exploradores seguiram a costa somente até 41° S quando muito. Assim, em vez de ir à Geórgia Austral, teria a esquadrilha chegado apenas à baía de São Blás e foz do rio Negro, na Patagônia.

abril de 1504, deixou construído um pequeno forte, com 24 homens e 12 peças. Foi o primeiro estabelecimento português no Brasil.[182]

Quanto a Gonçalo Coelho, parece certo que dilatou por alguns anos a sua estação no porto do Rio de Janeiro e que foi ele quem fez então explorar novamente a costa meridional pelos pilotos João de Lisboa e Vasco Galego de Carvalho, os quais chegaram até a baía de São Matias, na Patagônia.[183] Ao regressar para Europa, deixou estabelecida uma feitoria provavelmente junto ao ribeiro, que desde então tomou o nome de Carioca (casa de branco), depois trocado pelo de Catete. Tanto esta quanto a feitoria fundada por Vespúcio em Cabo Frio já não existiam em 1525. A de Cabo Frio foi abandonada pelos portugueses ou tomada pelos Tamoios em 1512 ou pouco depois; a de Carioca, no Rio de Janeiro, foi assaltada e destruída por esses índios guerreiros antes de 1525.[184]

---

[182] Varnhagen, *Amerígo Vespucci*, p.113-115; *Nouv. Rocherches*, p.10-12; a memória do mesmo autor – *Sull' importanza d'un manoscritto inedito della Biblioteca Imperiale de Vienna,* e *Hist. Ger. do Br.*, p.85-89 e 91. Thevet, que esteve em Cabo Frio em 1555, diz que o lugar era chamado antes Guechay e que os portugueses ali haviam construído um forte que foi destruído pelos índios (*Les Singularitez de la France Antarctique,* folha 43 da edição primitiva e p.III da reimpressão Gaffareli). C. Mendes de Almeida, *Rev. do Inst.*, XL (1877, parte II, p.215) supõe que o forte foi estabelecido em Caravelas e que esse foi o ponto em que estacionou Vespúcio. Outros escritores supõem que foi em Santa Cruz, ao norte do atual Porto Seguro.

[183] Varnhagen, *Nouv. Rech.*, p.10, 11, 49, 50 e *Hist. Ger. do Bras.* , tomo I, p.86-87, e Teixeira de Melo, *Ephemerides*, tomo I, p.52.

[184] Quanto à feitoria do Rio de Janeiro, diz o seguinte Crespin, na sua *Histoire des Martyrs persecutez et mis à mort pour la vérité de l'Évangile depuis le temps des Apôtres jusques à l'an 1597*, p. 401, edição de 1597, S. L.: "Desejando habitar nas enseadas e nos portos mais belos que encontraram no reconhecimento da mencionada região, os portugueses construíram uma torre de pedra no rio de Coligny, que mudaram então para Januario, e entraram nela no primeiro dia daquele mês. Naquela torre, os mencionados portugueses deixaram alguns pobres condenados à morte para relacionarem-se com os naturais da região, bem como para aprender sua língua. Depois de alguns anos, comportaram-se tão mal relativamente aos naturais que foram, na maior parte exterminados, destruídos e mortos por eles. Depois, os mencionados (portugueses) não ousaram habitar, porque seu nome tornou-se tão odiado ali que até hoje os (naturais) têm por delícia e voluptuosidade comer a cabeça de um português." Os cronistas portugueses nada dizem sobre este acontecimento, o que não admira porque são muito escassas e confusas as notícias que dão sobre os tempos primitivos do Brasil, desde o descobrimento até a criação das capitanias. Os marinheiros franceses começaram em 1525 a frequentar o Rio de Janeiro e pelos tamoios souberam da destruição do primeiro estabelecimento português. Confronte-se o texto citado com o que diz Varnhagen na sua *Hist. Ger.*, tomo I, p.86, *in fine*, e 87. A feitoria de Cabo Frio foi ainda em 1511 visitada pela nau *Bretoa*.

Das duas primeiras explorações, as únicas notícias que nos restam infelizmente incompletas, são as que a imprensa do tempo salvou, publicando as cartas que em 1503 e 1504 Américo Vespúcio dirigiu a Lorenzo di Pier Francesco dei Medici, embaixador em França, e a Piero Soderini, gonfaloneiro da República de Florença. O diário minucioso da primeira viagem entregue por Vespúcio ao rei dom Manuel perdeu-se, como a carta de Cabral anunciando o seu descobrimento do Brasil e os relatórios de Gonçalo Coelho, de que fazem menção alguns escritores contemporâneos e tantos outros documentos desse tempo; de sorte que até quanto aos nomes dos chefes das duas esquadrilhas não estão acordes os cronistas e historiadores. A carta a Lorenzo dei Medici, vertida para o latim e publicada no mesmo ano, foi logo seguida de numerosas edições e retraduções, saídas dos prelos de França, Itália e Alemanha. A carta a Soderini apareceu no original italiano em 1505 e teve não menor circulação. O ilustre navegante e cosmógrafo florentino que, inocente dessa injustiça, tão caro pagou a honra póstuma de dar o seu nome ao Novo Mundo e cuja memória só muito tarde pôde ser reabilitada por Humboldt e Varnhagen[185] foi quem em suas cartas deu à Europa as primeiras notícias do Brasil, falando com abundância, de coração e poético encanto da nossa terra, da nossa bela e opulenta natureza e dos esplendores do nosso céu austral. Se há um paraíso terrestre, exclamava Vespucci, com certeza deve ficar não muito longe destes lugares.[186]

---

[185] Humboldt, *Examen Critique,* V, p.178-217, e *Cosmos*, p.362 e 581-588; Varnhagen, *Vespuce et son premier Voyage* (1858), *Amerigo Vespucci* (1865), *Le premier voyage d'Am. Vesp.* (1869), *Nouvelles Recherches* (1870), *Ainda Am. Vesp.* (1874); Harrisse, *Biblioteca Americana Vetustissima,* p.65.

Colombo, um ano antes de morrer, dizia de Américo Vespúcio: "(...) Sempre teve desejo de me fazer prazer; é muito homem de bem, a sorte lhe foi contrária como a muitos outros (...)" (*Carta* de 5 de fevereiro de 1505, em navarrete coleção I (1825), 351; e em Varnhagen, *Am. Vesp.*, 2).

[186] "A região é muito temperada e fértil e sumamente agradável. Embora haja muitas colinas, é, não obstante, irrigada por infinitas fontes e rios. Há matas tão fechadas que não se pode passar pelos obstáculos criados pelas árvores grossas... As árvores e os frutos selvagens crescem pela própria natureza e dão ótimos frutos e em grande quantidade... Igualmente o solo produz um grande número de ervas e raízes, das quais se fazem pão e outros alimentos... A região não produz metal algum, exceto ouro, que existe em grande quantidade... Há muitas pérolas e pedras preciosas... As árvores produzem odores tão suaves que não se podem imaginar, e por todas as partes produzem gomas, líquidos e açúcares... E se existe alguma paraíso terrestre no mundo, não pode estar longe desses lugares" (retradução de Ramúsio).

Falando do céu austral, diz Vespúcio: "O céu é ornado de figuras e sinais belíssimos, no qual notei cerca de 20 estrelas de tanta claridade quanto as que havíamos visto algumas

Desde a expedição de Gonçalo Coelho e Vespúcio até o ano de 1526, Portugal, ocupado com as guerras e conquistas da Ásia, descuidou inteiramente o Brasil. Apenas visitaram os nossos portos algumas das numerosas esquadras que Portugal despachou para a Índia, vários navios de comércio portugueses e franceses e os exploradores espanhóis, que reconheceram o rio da Prata e os mares do Sul.

Em 1503, o grande Afonso de Albuquerque e Duarte Pacheco, cognominado o *Aquiles português*, estiveram ancorados em um porto do Brasil. Três anos depois, as duas esquadras de Tristão da Cunha e do mesmo Albuquerque tocaram no cabo de Santo Agostinho e, costeando por algum tempo a terra de Pernambuco, fizeram rumo para o oriente. Os portos mais frequentados pelas naus da Índia eram o da baía de Todos os Santos e o de Santa Cruz, ainda então chamado Porto Seguro, o mesmo em que fundeara a esquadra de Cabral.

Em 1508, passaram pelo Brasil os primeiros exploradores de Castela, João Dias de Solis[187] e Vicente Yanez Pinzón, que chegaram até o paralelo de 40° S, mas sem reconhecer o estuário do Prata, porque nessa altura se haviam desviado muito de terra. Em 1516, o mesmo Solis de novo costeou o Brasil e penetrou naquele rio e no Uruguai, onde foi morto pelos indígenas. De 13 a 27 de dezembro de 1519, estacionou na baía do Rio de Janeiro a esquadra espanhola comandada pelo português Fernão de Magalhães, a primeira que fez a circunavegação do globo. Sebastião Caboto esteve, em 1526, de passagem em Pernambuco e na ilha dos Patos, depois chamada de Santa Catarina, e daí seguiu com a esquadrilha espanhola do seu comando a explorar o rio da Prata, o Paraná, o Paraguai e o Bermejo.

---

vezes em Vênus e em Júpiter. Os movimentos e circunvoluções considerei, e delas medi as circunferências e os diâmetros, com breves meios de geometria....” Desses trechos da carta de 1503, deu Canovai um eloquente resumo no seu conhecido *Elogio de Américo Vespúcio* que, em 1788, obteve o prêmio da Academia Etrusca de Cartona.

Entre as estrelas mencionadas por Vespúcio, figura o Cruzeiro, que formava uma só constelação, ligando-o evidentemente a Alfa e a Beta do Centauro (“Seis estrelas belíssimas e claríssimas... e se veem na Via Láctea”). Referimo-nos à carta de 1503 publicada durante a vida de Vespúcio. Em outra, que Bandini publicou pela primeira vez em 1745, há indicação mais clara do Cruzeiro e até são citados os versos de Dante, mas Varnhagen, tendo examinado essa carta, e outra publicada por Baldelli, em 1827, declarou que nenhuma fé deveriam merecer.

187 Solis, segundo Anghiera e os escritores espanhóis, era natural de Lebrija, na Andaluzia. Segundo Damião de Góis *(Chronica do S. S. Rei D. Emanuel,* parte IV, cap. XX), Quintela *(Annais da Marinha,* tomo I, p.344*)* e Varnhagen *(Hist. Ger. do Br.)*, era português.

Só 30 anos depois do descobrimento do Brasil deram os portugueses começo, no reinado de dom João III (1521-1557), à conquista e colonização desta parte das suas vastíssimas possessões ultramarinas. A frequência com que desde 1504 os armadores franceses expediam navios para o Brasil, onde entraram em relações com os indígenas, chegando a estabelecer feitorias, e a ineficácia das representações feitas a Francisco I pelos embaixadores portugueses no reinado de dom Manuel, levaram dom João III a passar ordens aos comandantes das suas esquadras para que destruíssem ou capturassem os navios franceses que encontrassem nos domínios de sua coroa.

A primeira divisão naval mandada com esse fim ao Brasil teve por chefe, ou capitão-mor, Cristóvão Jacques, e partiu de Lisboa em 1526. Compunha-se de uma nau e de cinco caravelas.[188]

Jacques fundou duas feitorias, uma à margem do Iguaraçu, outra no Recife de Pernambuco, e percorreu a costa até o rio da Prata, revistando os principais portos e enseadas. Na sua viagem de regresso para o norte, entrou na baía de Todos os Santos com quatro caravelas, encontrando aí três navios franceses, duas naus e uma galeaça, que logo se foram refugiar no Paraguaçú. Travou-se a peleja (1527), provavelmente junto à ilha depois chamada dos Franceses, pouco acima da foz daquele rio, e durou um dia inteiro. Dois dos navios contrários foram metidos a pique e o terceiro, tomado, ficando prisioneiros 300 franceses.

Esse combate naval foi o primeiro travado entre europeus na América.[189]

---

[188] A1ém do chefe, apenas são conhecidos os nomes de três comandantes desses navios: Diogo Leite, Gonçalo Leite e Gaspar Correia.

[189] Anchieta, *Informação do Brasil*, de 1584 *(Rev. do Inst*. de 1844, tomo VI, p.421); Gabriel Soares, *Roteiro,* cap. I; Vasconcelos, *Notícias,* livro I, § 19, e *Crônica,* livro I, § 33; Jaboatão, *Novo* O*rbe Serafico,* tomo I,§ 37; Varnhagen, *Hist. Ger. Br.,* tomo I, p.110-112; *Primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brazil, nas Memórias* do *Inst. Hist. e Geogr.*, e *Examen Critique,* § 92. Ternaux-Compans *(Notice historique de la Guyane Française,* 5) dá uma data errada para este combate (1503). Gaffarel, *Histoire* du *Brésil Français,* transforma-o em dois combates distintos, um em 1505 (p. 91) e outro em 1527 (p. 95) dizendo também (p. 95) que os franceses tinham atacado e tomado na Bahia em 1527 a nau espanhola *São Gabriel.* Essa nau chegou a salvamento ao porto de Baiona em *28* de maio de 1527 como se vê em Navarrete, V, 173 e 233, e Varnhagen, *Hist. Ger. do Br.*, tomo I, p.109. Também nada consta sobre um primeiro cruzeiro de Jacques no Brasil em 1516 mencionado por Gaffarel à p. 95 da citada obra. O douto d'Avezac teria sido, neste ponto, guia mais seguro para o moderno historiador do Brasil Francês (*Considérations géographiques sur l'Histoire du Bresil,* notas 2, 3 e 4, à p. 23, e *Les Voyages d'Améric Vespuce*, p. 120).

Jacques foi rendido por Antônio Ribeiro que, segundo parece, deixou as costas do Brasil com a pequena divisão do seu comando em 1530.

Em dezembro desse mesmo ano, um galeão francês saqueou a feitoria de Pernambuco, dirigida por um Diogo Dias.[190]

Pouco depois, alcançava essa costa, procedente de Lisboa (31 de janeiro de 1531), a esquadra de Martim Afonso de Sousa, composta de cinco navios,[191] e apoderava-se no mesmo dia de duas naus francesas, a primeira no cabo de Percaauri, na ponta de Olinda, e a segunda no cabo de Santo Agostinho. Em 1º de fevereiro, foi avistada outra nau perto da ilha de Santo Aleixo, e, alcançada pela caravela Rosa, do comando de Pero Lopes de Sousa, pelejaram esses dois navios toda a noite e o dia seguinte até o pôr do sol, quando o francês se rendeu por ter esgotado as munições.[192]

Na Bahia, onde estiveram fazendo lenha e aguada desde 13 a 17 de março, recebeu a esquadra a visita de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, e assistiu a uma ação naval entre os índios, empenhando-se dos dois lados na peleja cem almadias guarnecidas de paveses pintados e tripulados por 60 homens cada uma. O combate começou ao meio-dia e durou seis horas. Os vencedores conduziram para as terras os prisioneiros e, aí, com grandes cerimônias, os mataram e os devoraram.[193]

Martim Afonso conduzia em seus navios 400 emigrantes com os quais devia fundar um núcleo colonial. Da Bahia foi demandar o Rio de Janeiro, onde se deteve três meses,[194] e fez construir dois bergantins de 15 bancos. Não o acompanharemos em todos os seus feitos no Brasil

---

[190] E não Duarte Coelho, como diz Gaffarel (*Histoire du Brésil Frain*çais au Seizième Siècle, p.96). Ver Pero Lopes De Sousa, *Diário da Navegação*, dias 17 de fevereiro e 26 de março de 1531, e Varnhagen, *História Geral do Brazil*, tomo I, p.130 (na 1º edição, p. 59-60). Duarte Coelho, só em 1535, chegou a Pernambuco.

[191] Naus *Capitânia* e *São Miguel*, esta última comandada por Heitor de Sousa; galeão *São Vicente*, comandante Pero Lôbo Pinheiro; caravelas *Rosa*, comandante Pero Lopes de Sousa, irmão do chefe da expedição, e *Princesa*, comandada a princípio por Baltasar Gonçalves, depois por Diogo Leite. Era piloto-mor Vicente Lourenço. A essa esquadra foram incorporadas a terceira das naus francesas apresadas que tomou o nome de *N. S. das Candeias* e passou a ser comandada por Pero Lopes de Sousa e caravela *Santa Maria do Cabo*, que entrará na Bahia com destino para Sofala. Das outras duas naus apresadas, uma foi despachada para Portugal, sob o comando de João de Sousa, e a segunda incendiada por imprestável.

[192] Pero Lopes de Sousa, *Diário da navegação*.

[193] *Ibid*.

[194] *Ibid*. De 30 de abril a 1º de agosto de 1531.

por alheios ao assunto especial do nosso trabalho. Só diremos que a princípio teve em mente estabelecer no rio da Prata os emigrantes que transportava, mas como naufragasse a nau capitânia na altura do Chuí, e tivesse talvez verificado que aquelas paragens ficavam ao ocidente da linha de limites estabelecida pela Convenção de Tordesilhas, encarregou seu irmão Pero Lopes de explorar, com Pero Góis da Silveira, o mesmo rio e o Uruguai, e regressou com os outros navios para o norte, indo estabelecer em São Vicente e no vale de Piratininga as duas primeiras colônias portuguesas no Brasil.

Ao terminar a sua exploração, foi Pero Lopes de Sousa despachado para a Europa e, partindo com a nau *N. S. das Candeias* e o galeão *São Vicente*, tomou, na altura da ilha de Santo Aleixo, em Pernambuco (4 de agosto de 1532), uma nau francesa e logo depois outra, que se dirigia para um pequeno forte estabelecido na ilha de Itamaracá, comandada por Jean du Peret, capitão do navio *La Pélérine*, de 18 peças, pertencentes ao barão de Saint-Blancard, general das galerias francesas do Mediterrâneo. O forte, que era comandado por um de La Motte, rendeu-se depois de resistir 18 dias. Pero Lopes de Sousa arrasou a fortificação e seguiu para Portugal com as duas presas e os prisioneiros. Por esse mesmo tempo, o navio *La Pélérine*, em viagem para Marselha, era capturado na costa de Andaluzia pela esquadra portuguesa do Estreito.[195]

[195] Cartas de 28 de setembro de 1532, de dom João III a Martim Afonso de Sousa, e de 21 de janeiro de 1533 ao conde de Castanheira: *Reclamação do* Barão de Saint Blancard (na primeira edição da *História*, de Varnhagen, tomo I, p.441-444, e na *Rev. do Inst. Hist.*, XXIV, p.88-96); Ternaux-Compans, *Notice Historique sur la Guyane Française*, tomo II; Varnhagen, *Hist, Ger. do Br.* segunda edição, tomo I, p.128, 129, 133; d'Avezac, *Considerátions Geographiques*, p.24, 25, 102; Gaffarel, obra cit., p.97, 100.
A *Pélérine* foi tomada no dia 15 de agosto de 1532. Supomos que Martim Correia da Silva era o comandante da esquadra do Estreito. A expugnação do forte francês de Pernambuco teve lugar provavelmente no mesmo mês de agosto, não em dezembro, como se lê na reclamação de Saint Blancard. Foi no dia 4 de novembro que Pero Lopes se fez de vela para Portugal. Nos *Mss. do Diário* deste capitão faltam as folhas que tratariam destas ocorrências, e só se encontra notícia dos preparativos do combate com a primeira nau francesa no dia 4 de agosto: "Demorava-me (a ilha de Santo Aleixo) ao norte e como me acheguei mais a ela vi uma nau que estava surta entre ela e a terra; parecia ser mui grande: logo me desci da gávea, e mandei fazer prestes a artilharia e mandei fazer sinal ao galeão que vinha por minha popa e em chegando a mim lhe disse que pusesse a artilharia em ordem, e se fizesse a gente prestes porque se a nau que estava na ilha surta fosse da França havia de pelejar com ela."
Ver Jaboatão, *Novo Orbe Serafico Brasílico*, tomo I, p.134-136. Este cronista dá pormenores sobre a tomada do forte e das duas naus, mas se engana quando diz que essas ocorrências se deram ao chegar Pero Lopes de Sousa de Portugal, e antes de sua viagem

Martim Afonso de Sousa partiu para a Europa em 1533.

Com a notícia de que os franceses continuavam a frequentar o Brasil, resolveu dom João III tentar um esforço para colonizá-lo e, com esse fim, o repartiu em capitanias hereditárias, concedendo grandes privilégios e vantagens aos donatários e aos emigrantes. Martim Afonso e Pero Lopes de Sousa foram contemplados pelos serviços que acabavam de prestar, entre os primeiros donatários, mas nunca mais voltaram ao Brasil, e só por intermédio de delegados seus ocuparam e regeram as terras que lhes foram doadas.[196]

Entre esses donatários, contavam-se alguns outros que se haviam distinguido na brilhante marinha portuguesa daquele tempo: Duarte Coelho Pereira, que alcançara vitórias na Índia e veio a ser o fundador de Olinda (1535); Vasco Fernandes Coutinho, que se ilustrara as ordens de Afonso de Albuquerque; Francisco Pereira Coutinho, que servira nas armadas de Vasco da Gama e de dom Francisco de Almeida; Aires da Cunha, que fora capitão-mor do mar em Málaca; Pero de Góis da Silveira, um dos oficiais de Martim Afonso na sua campanha marítima do Brasil e Antônio Cardoso de Barros.

---

ao rio da Prata. Diz mais Jaboatão que Pero Lopes de Sousa despachou contra a primeira nau francesa uma caravela ao mando de João Gonçalves e, contra a segunda, duas outras caravelas de que eram capitães Álvaro Nunes de Andrade e Sebastião Gonçalves de Alvelos, sendo assim tomados os dois navios. Dando-se crédito a este cronista, é preciso admitir que Pero Lopes de Sousa encontrou em Pernambuco, chegadas de Portugal, estas três caravelas, pois, quando partiu do Rio de Janeiro, só levava a nau *N. S. das Candeias* e o galeão *São Vicente*. Seriam provavelmente essas caravelas as que se bateram meses antes em Pernambuco com o navio *La Pélérine*, combate de que faz menção o barão de Saint Blancard, na sua citada *Reclamação*, dizendo que aquele navio, ao chegar a Pernambuco, saiu vitorioso de um ataque que lhe levaram seis embarcações portuguesas (Varnhagen, *Hist. Ger. do Brasil*, 1º edição, tomo I, p.412, quarto *item* dessa página).

196 Martim Afonso de Sousa passou à Ásia, onde dirigiu esquadras numerosas, alcançou vitórias no mar e em terra e foi o antecessor de dom João de Castro no governo da Índia. Pero Lopes continuou a mostrar-se um brilhante e intrépido oficial. Comandou uma das naus da esquadra portuguesa de Antônio de Saldanha*, que esteve na expedição dirigida por Carlos V contra o célebre Khair-Eddin (Hargadan) Barba Roxa, o competidor de André Dória nas águas do Mediterrâneo. Depois, foi-lhe confiado o comando de divisões navais em que, nas costas de Portugal e aos Açores, apresou vários corsários franceses e barbarescos. Morreu em um naufrágio, voltando da Índia (1540). Martim Afonso faleceu em 1564. Nascera este em 1500, e Pero Lopes alguns anos depois. Eram, portanto, muito moços quando estiveram no Brasil. (*) O galeão *São João*, em que ia Saldanha, era o maior navio de guerra desse tempo, e foi nesta esquadra auxiliar, a pedido de Carlos V. Tinha cinco baterias e 366 peças de artilharia de bronze (*Memória do galeão Botafogo*, por Jorge Coelho).

Pereira Coutinho e Aires da Cunha tiveram triste fim nas terras que foram povoar. O primeiro naufragou na ilha de Itaparica e foi devorado pelos selvagens. O segundo pereceu no naufrágio da luzida expedição que conduzia, junto aos baixos da ilha do Maranhão (1535).

Por toda a parte suscitaram os franceses embaraços aos primitivos colonos, aliando-se aos índios, fornecendo-lhes armas e lançando-os contra os estabelecimentos portugueses. Também no mar e com vária fortuna travaram-se combates em que os vencedores quase sempre haviam com requintada crueldade exterminado prisioneiros para evitar depoimentos e reclamações. Desses dramas terríveis apenas temos notícias vagas e incompletas em raros documentos até hoje descobertos, e no que referem os cronistas franceses sobre a dureza com que se tratavam de um lado os marinheiros de seu país, e do outro os portugueses e espanhóis, que pretendiam o domínio exclusivo dos mares. Tornou-se conhecido então por combates que sustentou contra navios franceses na costa do Brasil o fidalgo Luís de Melo da Silva,[197] que depois pretendeu colonizar o Maranhão e aí naufragou, no mesmo sítio em que perecera Aires da Cunha. Mas não pudemos alcançar notícia alguma dos seus feitos militares no nosso país e só sabemos que, escapando desse naufrágio, voltou a Portugal e passou a servir na Índia. Uma carta de 3 de maio de 1548, escrita ao rei por Afonso Gonçalves, provavelmente de Iguaraçu, dá conta de um combate em que um bergantim seu repeliu uma nau da França.[198]

Em 1549, dom João III criou no Brasil um governo central, ao qual ficaram sujeitas todas as capitanias. Tomé de Sousa, que adquirira grandes créditos comandando navios de guerra na África e na Índia foi o primeiro governador-geral. Chegando à baía de Todos os Santos em 29 de março de 1549,[199] fortificou-se em terra e assentou os fundamentos da cidade de São Salvador, primeira capital do Brasil.[200]

---

[197] Barbosa Machado (Diogo), *Memórias para a História de Portugal que compreendem o governo del-Rey D. Sebastião*, tomo I, p.431, Lisboa, 1736, 4 v.; Rocha Pita, *História da América Portugueza*, livro III, p.15.

[198] Publicado por Varnhagen, *Hist, Ger. do Br.*, 1º edição, tomo I, p.454.

[199] Nóbrega, *Carta escrita da Bahia em 1549*, na *Rev. do Inst.*, V, p.429.

[200] A expedição de Tomé de Sousa compunha-se de uns mil homens embarcados nos seguintes navios: naus *Conceição*, sob o seu comando, *Salvador*, comandada por Antônio Cardoso de Barros, e *Ajuda*, por Duarte de Lemos; duas caravelas comandadas por Pero de Góis da Silveira e Francisco da Silva, e um bergantim comandado por um

Pero Góis da Silveira ficou sendo, com o título de capitão-mor do mar, o chefe da esquadrilha incumbida da guarda e polícia das nossas costas.[201] Do seu comando, sabe-se apenas que fez alguns cruzeiros e duas viagens da Bahia a São Vicente (1549-1550 e 1552-1553), nas quais visitou de passagem os principais portos e as capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Ao regressar da primeira viagem com uma pequena caravela e um bergantim, pretendeu atacar um galeão francês nas vizinhanças de Macaé, costa ocidental do Rio de Janeiro, mas não lhe foi favorável o vento e apenas conseguiu, bordejando um dia inteiro, disparar uns 50 tiros, que nenhum dano aparente ocasionaram ao adversário, tanto pelo estado do mar quanto pela imperícia dos artilheiros da caravela (agosto de 1550).[202]

Na segunda viagem, acompanhou o governador-geral em sua visita às capitanias do sul.

---

piloto (Quintela, *Annaes da Marinha Portugueza*, tomo I, p.442; Accioli, *Memórias Históricas* e *Políticas da Província da Bahia*, tomo I, p.65-66).

[201] Data da nomeação, 9 de janeiro de 1549, assinada em Almeirim. Foi nomeado por três anos (*Brasil Histórico*, tomo I, p.211).

[202] *Carta de Pero Góis para El Rei, escrita da cidade do Salvador da Baía de Todos os Santos* em 29 de abril de 1551 (e não da Vila da Rainha em 29 de abril de 1554, como por engano se publicou na *Rev. do Inst. Hist*. V, p.443, e também no *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas de Portugal*, do visconde de Santarém, tomo III, p.337). Gaffarel (obra cit., p.129), vendo citada por Varnhagen a carta de 29 de abril, assinou arbitrariamente a este combate a data de 15 de abril de 1551. Foi em agosto de 1550, como se vê na carta citada (*Rev. do Inst.* V, p.443-446), que Góis da Silveira saiu do Rio, e em setembro já estava no Espírito Santo. Varnhagen (*História Geral do Brasil*, tomo I, p.249) enganou-se, dando o ponto de Cabo Frio como lugar da ação. A carta de Góis elucida este ponto: "(...) Só com uma caravela e um bergantim me fui em busca da nau... Corri toda a baía Formosa, que é a do Cabo Frio, e, assim, a do Salvador sem ver nada. Mas já no cabo dela [isto é no fim da baía do Salvador que ele examinava indo do sul para o norte] houve vista de um galeão francês mui grande... o qual estava entre uma ilheta e a terra firme com soma de muitos baixos em roda dele, pelo ver longe bem três léguas de mim e a barlavento tive muito trabalho em chegar a ele..."

No *Roteiro do Brasil*, escrito antes de 1587 por Gabriel Soares de Sousa, vê-se quais os lugares da costa que tinham então aqueles nomes. Indo de Cabo Frio para o norte, contavam-se duas léguas até a baía Formosa: desta a baía a do Salvador, sete léguas; da baía do Salvador à ilha de Santana, três 1éguas e desta ilha ao cabo de São Tomé, oito léguas (Gabriel Soares de Sousa, *Roteiro*, parte I, cap. 47).

Este insignificante combate, de que só fazemos menção porque dele falam quase todos os nossos historiadores modernos, durou um dia e não *dois e meio*, como disse Varnhagen e repetiram d'Avezac (*Considerations Geographiques*, p. 53, nota 3) e Gaffarel, no lugar anteriormente indicado.

Guerras Cisplatinas[203]

Antecedentes da intervenção do Brasil na Banda Oriental em 1816 – Apenas o nosso exército, em observância do armistício de 1812, evacuou a Banda Oriental. As tropas de Buenos Aires, unidas às orientais de Artigas, repassaram o Uruguai e abriram de novo as hostilidades contra os espanhóis. As desconfianças do marquês de Casa Irujo, habilmente exploradas por lorde Strangford, e a pressão exercida por este sobre o governo do príncipe regente, deram em resultado esse armistício com que perdeu Espanha o apoio das tropas brasileiras. Desde então, o príncipe regente a conservou a mais estrita neutralidade na guerra entre a metrópole e os povos do rio da Prata, abrindo-se entre o Brasil e Buenos Aires relações de amizade e comércio. Esta modificação na política até então seguida coincidiu com a entrada do conde das Galveias para o Ministério dos Negócios Estrangeiros.[204] O chefe do Gabinete, marquês de Aguiar, via com horror os progressos da anarquia no rio da Prata, mas, diante do procedimento da Espanha, que repelia, como presente de grego, a cooperação armada da corte do Rio de Janeiro, e em presença da atitude da Inglaterra, que, conquanto aliada dos espanhóis na Península, desejava a emancipação das colônias em proveito do seu comércio, não havia outro expediente a adotar se não guarnecer fortemente as nossas fronteiras do sul, para impedir que o incêndio da insurreição as invadisse também.

Em 1814 (20 de junho), os argentinos tornaram-se senhores da praça de Montevidéu, último baluarte do poder espanhol nas margens do Prata, mas logo depois se acendeu uma guerra feroz entre o governo de Buenos Aires e os partidaristas do general Artigas. A luta teve por teatro as províncias da Banda Oriental de Entre Rios e Corrientes. O capitão-general do Rio Grande do Sul, marquês de Alegrete,[205] recebera ordens terminantes para manter-se alheio à contenda, limitando-se a fazer respeitar o nosso território e as propriedades brasileiras colocadas

[203] À margem do manuscrito lançou o Barão do Rio Branco a seguinte nota: "Tudo isto tem de ser modificado à vista dos novos documentos que encontrei em Paris (correspondência inédita de dom Diogo de Sousa)."

[204] Galveias era ministro da Marinha e Ultramar. Em 26 de janeiro de 1812, faleceu Linhares, ministro dos Negócios Estrangeiros e Guerra. Galveias ficou com as duas pastas.

[205] Tomou posse em 13 de novembro de 1814, sucedendo a dom Diogo de Sousa.

nas proximidades da linha divisória.[206] Cingiu-se ele escrupulosamente a essas instruções, mas não deixou de representar ao governo contra os perniciosos exemplos que aos povos davam os nossos vizinhos. Vários destacamentos das forças que se disputavam o domínio da Banda Oriental tiveram, perseguidos, de penetrar no Rio Grande do Sul, e nessa extremidade se achou também quase todo o regimento do caudilho Otórguez, a quem o coronel argentino Dorrego arrojara sobre a fronteira de Santa Teresa. Quando encontravam tropas brasileiras, os bandos indisciplinados de Artigas prestavam-se a depor as armas, que, em virtude das ordens do governo, lhes eram devolvidas no ato de voltarem para a Banda Oriental. A vigilância das nossas guardas não podia exercer-se eficazmente desde o mar até a foz do Quaraí, e daí aos confins das Missões. Muitos roubos e assassinatos cometidos dentro das nossas raias ficavam impunes e eram atribuídos às incursões dos sequazes de Artigas. Os criminosos e escravos do Brasil encontravam pronto refúgio e o melhor acolhimento nas fileiras do caudilho oriental. Os índios do distrito de São Borja agitavam-se, preferindo muitos deles o regime de ordem em que viviam entre nós à vida de aventuras e rapinas que na margem oposta do Uruguai lhes ofereciam os insurgentes.

A abdicação de Fontainebleau pusera termo à luta em que por tantos anos a Espanha e Portugal se acharam empenhados na Europa contra Napoleão. Restituído a Madri, podia então Fernando VII, dispondo de todas as forças militares do país, cuidar de submeter seriamente as colônias revoltadas da América, e efetivamente começou por organizar em Cádiz uma expedição de 12 mil homens às ordens de Murilo, destinada ao rio da Prata. Havia, porém, uma dificuldade séria. As duas margens do rio estavam inteiramente livres do domínio espanhol desde a capitulação de Montevidéu, e era por isso muito arriscado o desembarque, após a longa travessia do Atlântico, e em sítios tão desabrigados, não havendo perto uma base segura de operações. Para remover o obstáculo, veio ao Rio de Janeiro o enviado Salazar, incumbido pelo governo de Madri de

[206] Instrução de 4 de agosto de 1814 ao marquês de Alegrete, capitão-general do Rio Grande do Sul, assinada pelo marquês de Aguiar, ministro do Reino: "(...) Cingindo-se", diziam elas, "ao espírito das presentes instruções que sua alteza real o príncipe regente manda dar, e que se reduzem, por um lado, a manter a segurança e integridade do território português, e, por outro, a não obrar ofensivamente contra os espanhóis" (por este nome eram ainda conhecidos os orientais e argentinos), "evitando provocar dissensões e alterar o armistício com os que governam em Buenos Aires, enquanto eles por sua parte o não infringirem."

pedir a ocupação da ilha de Santa Catarina até que as tropas de Murilo se pudessem fazer fortes em Montevidéu ou Buenos Aires.

Apesar da incômoda vizinhança de Artigas, não tinha o príncipe regente motivos de queixa do governo de Buenos Aires, e obedecia já então ao influxo das ideias novas do seu ministro, conde da Barca,[207] espírito esclarecido, liberal, e de largas vistas políticas, que por muito tempo andara arredado de seus conselhos por estar infenso à influência britânica. Não se temia o conde da Barca, como o seu colega marquês de Aguiar, dos progressos da revolução americana. Aceitava-a como fato consumado e sabia que os principais promotores da independência no rio da Prata não professavam ideias puramente democráticas, nem as tinham por adequadas à índole, à péssima educação política e a nenhuma cultura intelectual de povos pastores. A anarquia que devorava essa região e as antigas colônias espanholas desapareceria, segundo ele, desde que a Espanha, reconhecendo ser-lhe impossível sustentar com vantagem guerras em paragens tão remotas, preferisse pactuar com os independentes sobre a base da formação de uma ou mais monarquias, governadas por príncipes da casa de Bourbon. Com a emancipação das colônias espanholas e o restabelecimento da paz, ganharia o comércio do Brasil e a influência política do príncipe regente. Os interesses bem entendidos deste aconselhavam-no a viver em harmonia com os povos americanos, e nunca a auxiliar o restabelecimento do império colonial de Espanha. Era aqui no Novo Mundo que devia assentar-se o trono português. Em um estreito canto da Península Ibérica, o rei de Portugal estaria sempre sob a tutela das grandes potências e apertado pela proximidade da Espanha, de cujo governo havia antigos e recentes agravos, que a última aliança não pudera fazer olvidar, e aos quais acabava de juntar-se o da retenção da praça de Olivença. Foi a estas novas vistas políticas que se deveu a abertura definitiva dos portos do Brasil ao comércio de todas as nações amigas,[208] a recusa do príncipe regente de regressar à Europa na esquadra inglesa que, por sugestões de lorde Strangford, veio ao Rio de Janeiro para esse fim em 1815 e a consequente elevação do Brasil ao

[207] Antonio de Araújo Azevedo. Sucedeu, com as duas pastas de Estrangeiros e Guerra, e Marinha e Ultramar, ao conde das Galveias, falecido em 18 de junho de 1814.

[208] Decreto de 18 de junho de 1814. Em 1808 os portos do Brasil haviam sido abertos, mas temporariamente, e até o restabelecimento da paz na Europa. (Preciso verificar isto, porque a data é de Pereira da Silva.) Nota lançada pelo autor à margem do manuscrito.

predicamento de Reino.[209] A missão de Salazar não podia, portanto, ser bem-sucedida. Na mesma ocasião em que ele apresentava as solicitações de Fernando VII, dois comissários argentinos, Rivadavia e Belgrano, de passagem para a Europa, se entretinham com o príncipe regente e o conde da Barca, declarando-lhes que seus compatriotas queriam a independência, mas de modo algum a república, para que não estavam preparados, e recebendo, em resposta, a segurança de que o governo do Rio de Janeiro não se ligaria à Espanha na guerra da América e estava firme no propósito de observar escrupulosamente o armistício de 1812 enquanto as Províncias Unidas por sua parte o respeitassem.[210] Pouco antes de prosseguirem em sua viagem esses emissários, reuniam-se no Rio de Janeiro o doutor Manuel José García, acreditado junto à corte do Brasil pelo governo de Buenos Aires, e as mesmas declarações e seguranças eram trocadas entre e1e e o governo do príncipe regente.[211] Salazar tornou, pois, a Madri com a certeza de que a ocupação, embora temporária, de Santa Catarina, não era possível, e que nas costas do Brasil a expedição espanhola só devia contar com os auxílios que o direito das gentes permite às nações neutras. Por esta decisão, os povos do Prata, rebelados contra a metrópole, eram tratados no pé de beligerantes; tanto esse fato quanto o livre-trânsito e o acolhimento que, apesar das reclamações da legação espanhola, encontravam no Rio de Janeiro os naturais de Buenos Aires e os agentes do governo argentino, davam origem a profundos despeitos em Madri. Semelhante linha de proceder, porém, era perfeitamente correta desde que, por exigências do próprio representante da Espanha, o príncipe regente proclamara solenemente a sua neutralidade entrando

[209] 16 de dezembro de 1815. (Preciso verificar a data. Esta é de Pereira da Silva.) Nota lançada pelo autor à margem do manuscrito.

[210] Rivadavia e Belgrano chegaram ao Rio, procedentes de Buenos Aires (donde partiram a 18 de dezembro) nos primeiros dias de janeiro de 1815. Haviam sido nomeados por Posadas, diretor supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata.
O fim dessa missão era promoverem, de acordo com Sarratea, que já se achava em Londres, o reconhecimento da independência por Fernando VII, devendo ser aclamado rei no rio da Prata um príncipe espanhol. Não sendo isso possível, deviam tratar de obter o reconhecimento da Inglaterra e a aceitação da coroa por algum outro príncipe estrangeiro. Depois das entrevistas que tiveram no Rio de Janeiro com o príncipe regente, o conde da Barca e o embaixador inglês, receberam das mãos de García instruções complementares do general Alvear, que em 10 de janeiro de 1815 sucedera a Posadas. Em 16 de março partiram para a Inglaterra os dois emissários.

[211] García chegou ao Rio em princípios de fevereiro de 1815, tendo partido de Buenos Aires a 28 de janeiro.

desde então em relações com as Províncias Unidas. O tratamento que recebiam no Rio de Janeiro os naturais do rio da Prata era idêntico ao com que aí deparavam todos os estrangeiros inofensivos, entre os quais figuravam muitos militares e súditos espanhóis, emigrados depois da queda de Montevidéu. A Inglaterra mesmo, cujos sentimentos amigáveis não podiam ser suspeitos à Espanha, tolerava em Londres a presença de Sarratea, agente do governo de Buenos Aires. Não havia, pois, motivo algum para que fossem expulsos do nosso território os ainda então súditos rebeldes do rei de Espanha, nem tampouco para que se opusesse o príncipe regente à permanência no Rio de Janeiro do enviado argentino García, em caráter inteiramente privado.

O anúncio da expedição espanhola e a requisição de Salazar coincidiram com a chegada de notícias do rio da Prata que tinham a maior gravidade sob o ponto de vista da tranquilidade de nossas fronteiras. As tropas de Artigas haviam derrotado em vários encontros as de Buenos Aires. Fructuoso Rivera, após uma crua peleja de mais de quatro horas, destruira, no Guaiabo,[212] a divisão do coronel argentino Dorrego, e o coronel Blás Basualdo esmagara em Colodrero[213] os correntinos partidaristas da união com Buenos Aires, dirigidos pelo governador Gorría.[214] Um exército argentino de mais de quatro mil homens, a princípio às ordens de Alvear, depois às de Soler, não havia podido conter os progressos do ambicioso caudilho e chamar à união o vasto território sobre que ele estendia sua influência, desde o oceano até a margem esquerda do Paraná. A batalha de Guaiabo fora decisiva, pois a ela se seguiu a evacuação de Montevidéu, único ponto que ocupavam ainda na Banda Oriental as tropas do general Soler. O feroz Otórguez, nomeado governador da praça, penetrou nela, espalhando desde logo o terror entre as famílias e os habitantes pacíficos. Vitorioso por toda a parte, Artigas estava senhor absoluto da Banda Oriental, de Entre Rios

[212] 10 de janeiro de 1815. O arroio Guaiabo é um afluente do Arerunguá, na Banda Oriental. Deste combate faz menção o *Manifesto e declaração de guerra do Brasil*, de 10 de dezembro de 1815. Em vez de Guaiabo, lê-se nesse documento Guabijú.

[213] 3 de janeiro de 1815. "Hacienda de Colodrero", junto ao rio Vatel, Província de Corrientes.

[214] Na *Memória* de Rivera este nome esta escrito assim: José Pedro Gorría (e não García, como se lê nos *Apuntes*, de Pascual). Mas na *Revista de Buenos Aires* encontramo-lo escrito de modo diverso: *Gennaro Perugorria*. Gorría ou Perrugorría, levado preso ao acampamento de Artigas, foi fuzilado por ordem deste, dois meses depois (*Memória*, de Rivera).

e Corrientes, e preparava-se para levar a guerra à própria província de Buenos Aires, em cuja capital, dizia ele, tencionava "limpar a cadeira ditatorial, assentando nela um índio charrua".

Tais acontecimentos faziam prever perigos para o sossego de nossas fronteiras e a necessidade de continuarem por muito tempo ainda, destacados em serviço militar ativo, os milicianos, que havia cinco anos, desde 1810, se achavam afastados de suas habitações e negócios. Tratou, portanto o príncipe regente de transferir para o Brasil uma divisão de soldados portugueses veteranos, passando-se neste sentido em fins de fevereiro de 1815 as necessárias ordens à regência de Lisboa e às legações na Espanha e na Inglaterra. O ministro em Madri, dom José Luís de Sousa, levou essa deliberação ao conhecimento do governo de Fernando VII, em nota de 25 de maio, na qual declarou que a expedição portuguesa se destinava "a pôr as fronteiras do Brasil ao abrigo dos perigos de que os insurgentes as ameaçavam" e acrescentava (o que não era sincero) que "sua alteza real o príncipe regente sentira a mais viva satisfação sabendo que sua majestade católica se dispunha a enviar tropas ao Rio da Prata".[215] A comunicação ao Gabinete de St. James foi feita um mês depois, em nota de 23 de junho, assinado pelo conde do Funchal,[216] ministro em Londres.

Quando a legação em Madri entregou a nota de 25 de maio, já a expedição espanhola de Murilo havia partido de Cádiz, seguindo outro destino de que não se tinha notícia no Rio de Janeiro na data em que haviam sido passadas as primeiras instruções. Em vez de demandar o rio da Prata, seguiu Murilo para a Venezuela, dissipando-se, assim, em parte, a tormenta que ameaçava o governo de Buenos Aires, a braços, na fronteira norte, com as tropas realistas do vice-rei de Lima e na linha do Paraná com as de Artigas, cujos esforços tendiam a desatar de todo os frouxos laços que ainda prendiam entre si algumas das províncias argentinas.

---

[215] Palmela, *Despachos e Correspondência*, tomo I, p.17-18.
À margem do manuscrito, há a seguinte nota escrita pelo autor: "Preciso ver se houve declaração à Inglaterra de 15 de janeiro, como diz Pereira da Silva. Creio que é engano deste (tomo II, p.84).

[216] "(...) Sua alteza real o príncipe regente julgou dever sem demora aproveitar-se do restabelecimento da tranquilidade na Europa a fim de chamar uma divisão do seu exército de Portugal para ser empregada na defesa dos seus Estados da América."

Em Portugal, começou-se desde logo a organizar a força expedicionária, composta dos veteranos da guerra peninsular, que espontaneamente preferissem a residência na América e aos quais se oferecia, além de um prêmio, soldo mais elevado e a promessa de rápidas promoções. Para comandante dessa força a que se deu a denominação de "Divisão dos Voluntários Reais", foi designado o tenente-general Carlos Frederico Lecór, que havia servido com muita distinção durante a luta contra os franceses.

O primeiro contingente chegou ao Rio de Janeiro em novembro de 1815, e o segundo e último em abril do ano seguinte.

Como se vê, a chamada de tropas europeias foi decidida quando o príncipe regente se convenceu de que a expedição espanhola de Murilo ia ser empregada contra o rio da Prata, e na mesma ocasião em que recebia a nova das vitórias decisivas de Artigas sobre o exército de Buenos Aires. O pensamento do governo era ainda, então, limitar-se a cobrir o território brasileiro contra os insultos de Artigas. A intervenção armada não era praticável porque só podia realizar-se em união e acordo com as tropas esperadas da Espanha, e o príncipe acabava de negar-se formalmente a prestar-lhes qualquer cooperação ou auxílio que equivalesse ao rompimento do Armistício de 1812. Nesse sentido, empenhara ele sua palavra, fazendo declarações espontâneas e mui positivas aos enviados argentinos Rivadavia, Belgrano e García.[217]

No decurso do ano de 1815, porém, e em princípios de 1816, os acontecimentos que se sucederam no rio da Prata levaram-no a variar essa linha de proceder. Ensoberbecido com as vantagens que obtivera e constituindo-se chefe de uma confederação independente, Artigas redobrara de provocações e trazia em desassossego todos os seus vizinhos, não só as províncias argentinas da obediência de Buenos Aires, como o Brasil e também o Paraguai. A corte de Madri não punha cobro a tais excessos e parecia desistir de reconquistar o rio da Prata, desviando de seu primitivo destino a expedição de Cádiz. O governo

[217] Belgrano as repetiu no Congresso de Tucumán, em sessão secreta de 6 de julho de 1816. Ver as suas palavras em Mitre, *História de Belgrano*, tomo III, p.523. Belgrano recebera essas declarações, como vimos, durante a sua estada no Rio de Janeiro em março de 1815. García, em carta de 27 de abril de 1815, dizia ao diretor supremo das províncias argentinas: "(...) Posso assegurou-lhe que não tema por parte desta corte. Não seguir os orientais em sua política selvagem e turbulenta." Ver Mitre, *História de Belgrano*, tomo II, p.395.

de Buenos Aires, em uma campanha desastrosa, acabava de mostrar-se impotente para destruir o poder do caudilho oriental e via-se seriamente ameaçado pelas simpatias que em outras províncias e na própria capital ia encontrando esse apóstolo da dissolução política e social. Em tal situação, e só depois de desatendidas todas as suas reclamações, foi que o governo do Rio de Janeiro resolveu ocupar a Banda Oriental, cedendo ao mesmo tempo às queixas repetidas dos habitantes da fronteira, às representações do governador e capitão-general do Rio Grande do Sul e às vivas instâncias dos emigrados argentinos e orientais, apoiados até certo ponto pelo próprio García, representante do governo de Buenos Aires.

Para bem compreender a intervenção de 1816 e a guerra de quatro anos que se lhe seguiu, é preciso que vejamos rapidamente qual era, nessa quadra, a situação do rio da Prata, remontando-nos às primeiras dissidências entre o governo de Buenos Aires e os orientais dirigidos por Artigas.

Essas dissidências se acentuaram em 1812, apenas recolhidas ao Rio Grande do Sul as forças brasileiras de dom Diogo de Sousa, e quando o governo de Buenos Aires se achou, por isso, em estado de renovar as hostilidades contra os espanhóis, que ocupavam a praça de Montevidéu. Artigas, à frente de tropas orientais e de um crescido número de famílias que o haviam acompanhado, estabelecera, como vimos, seu acampamento na margem direita do Uruguai, junto à foz do Ayué, no sítio em que hoje se levanta a cidade de Concórdia. O exército de Buenos Aires, composto apenas de três mil homens, reuniu-se no Arroyo de la China, às ordens de Sarratea. Prestou-se Artigas a reconhecer o novo general em chefe, mas, reservando-se certa independência em seus movimentos e ações e mantendo os corpos do seu comando separados dos argentinos. Já então era notório que o ambicioso caudilho aspirava constituir-se senhor absoluto da Banda Oriental e que, para abrir a luta com o governo de Buenos Aires, só espreitava ocasião azada. Por toda a parte procurava ele transformar em ódio o antigo ciúme e desconfiança com que os gaúchos olhavam para os habitantes de Buenos Aires. Penetrando seus projetos,[218] tratou Sarratea de minar-lhe a influência e conseguiu atrair às

[218] É digno de ler-se o ofício reservado de 7 de outubro de 1813, dirigido a Sarratea pelo coronel Nicolás de Vedia (oriental). Nesse documento, ele dá idéia do estado a que Artigas e seus sequazes haviam reduzido a Banda Oriental, e fala "nos clamores das pessoas e famílias inteiras perseguidas e arruinadas" e "no triste espetáculo das famílias que vemos arrastarem-

fileiras do exército argentino alguns chefes e soldados orientais.[219] Este fato precipitou o rompimento quando as tropas de Buenos Aires já se achavam diante dos muros de Montevidéu e iniciavam o segundo sítio da praça.[220] Artigas, profundamente irritado, reuniu suas forças no Paso de la Arena, do Santa Lucia, e exigiu a retirada imediata de Sarratea e de alguns oficiais que com este serviam. Para apoiar essa intimação, rompeu logo as hostilidades, apoderando-se o seu lugar-tenente Fructuoso Rivera das cavalhadas do exército sitiador. Viu-se Sarratea compelido a resignar o mando (10 de janeiro de 1813), porque os próprios chefes argentinos, atentos às dificuldades do momento, julgaram prudente evitar a guerra civil, que tornaria impossível a expulsão dos espanhóis: o governo de Buenos Aires, fechando os olhos a semelhante ato de indisciplina, teve de concordar na nomeação do general Rondeau, que Artigas indicava, para comandante em chefe.[221]

A união que se seguiu entre as duas frações do exército sitiador foi toda aparente, e, ainda assim, de curta duração.

Em dezembro, o general argentino convocou um congresso de representantes da Banda Oriental, e, reunidos estes no Miguelete, declararam a província incorporada às que obedeciam ao governo de Buenos Aires, elegeram dois deputados à Assembleia-Geral Constituinte, que funcionava então na capital das Províncias Unidas[222] e determinaram que a administração provincial ficasse a cargo de três membros.[223] Artigas que, por sugestões de Rondeau, não foi contemplado no número destes, possuiu-se de intenso despeito, e, alegando haverem os deputados cedidos

---

se, mendigando e prostituindo-se por esses ermos". Esse documento faz parte da *Memória del Señor Jeneral* (sic) *Nicolas de Vedia*, publicada por Lamas, obra cit., tomo I, p.89.

[219] Conseguiu chamar a si os coronéis Ventura Vásquez (oriental), Pedro Vieira (brasileiro) e Baltasar Vargas (paraguaio) com os regimentos que comandavam. Rivera, *Memoria*, p.313.

[220] O sítio começou em dezembro de 1813, acampando diante de Montevidéu a vanguarda argentina ao mando de Rondeau. No dia 31 de dezembro, o general espanhol Vigodet fez uma sortida, que Rondeau repeliu no Cerrito. Sarratea reuniu-se à linha do sítio ao receber a notícia dessa vitória.

[221] Ver Rondeau, *Autobiografia*; Vedia, *Memória* citada; e Rivera, *Memória* citada, todas em Lamas, obra cit. Pascual segue a narração dos três, mas no tomo I, p. 21 dos seus *Apuntes* deve-se corrigir a data do ofício de Rondeau a Saratea, que é de 10 de janeiro de 1813, não 10 de junho, como aí se lê.

[222] Dámaso Larrañaga e Marcos Salado.

[223] Tomás García de Zúñiga, Juan J. Durán e Remigio Castellanos. *Ata* assinada no Miguelete em 10 de dezembro de 1813.

à pressão das armas argentinas, desde então tratou anular todas as decisões do congresso, com as quais fingira a princípio conformar-se.[224] À frente das tropas orientais, desamparou à noite o cerco de Montevidéu, em fins de janeiro, e seguiu para Belém, sobre o Uruguai, fazendo correr voz que Rondeau recebera ordens reservadas para o prender e fuzilar. Essa notícia foi o sinal de um levantamento geral entre os gaúchos da Banda Oriental, de Entre Rios e Corrientes, acendendo-se desde então a guerra civil. Otórguez, com o seu regimento, foi apoiar em Entre Rios os caudilhos Hereñu, Samaniego e Ramirez, e conseguiu logo desbaratar, junto ao Gualeguai, uma divisão de tropas de Buenos Aires ao mando do barão de Hollemberg, ficando prisioneiro este chefe e quase todos os oficiais e soldados que não pereceram no combate.[225] Em Corrientes, Andrés Artigas, seguido dos guaranis das Missões, pôs-se em campo contra o governador Gorría.

Entretanto, para remediar a defecção das tropas orientais e fazer frente à luta interna que começava, o diretor supremo das Províncias Unidas, Gervasio Posadas, expedia à Banda Oriental um reforço de 1.500 homens às ordens de seu sobrinho, general Alvear. Rondeau era removido para o comando do exército de Tucumán, e Alvear encarregado das operações contra Montevidéu.

Ao mesmo tempo, a esquadrilha argentina do almirante Brown derrotava a espanhola e estabelecia o bloqueio do porto de Montevidéu. Teve, por isso, de sucumbir à praça. Em 20 de junho (1814), capitulou o general Vigodet e, três dias depois, penetrou na cidade o exército argentino, quando já se aproximava de sua retaguarda para hostilizá-lo[226] a cavalaria de Otórguez, de volta da expedição de Entre Rios.

Livres as duas margens do Prata do domínio espanhol, Posadas procurou chamar Artigas à obediência, mas este, que já dispunha de forças respeitáveis, não quis admitir negociação alguma sem o prévio embarque das tropas argentinas para Buenos Aires e sem a entrega de todo armamento, artilharia e munições tomadas aos espanhóis em Montevidéu. A guerra que se seguiu terminou pelas duas vitórias decisivas, de que falamos já, alcançadas em Guaiabo e Colodrero (10 e 13 de janeiro,

[224] *Autobiografia*, de Rondeau.

[225] *Memória*, de Rivera, p. 314. (Calvo também. Este diz que Hollemberg e Quintana foram derrotados.)

[226] *Exposición* de Alvear.

1815), por Fructuoso Rivera e Basualdo. O exército argentino, às ordens do general Soler, teve, como já vimos, de evacuar Montevidéu, sendo Otórguez nomeado por Artigas governador da praça. Todo o território do Paraná ficou desde então em poder do caudilho oriental, apesar dos decretos do governo de Buenos Aires privando este dos seus empregos, declarando-o "infame", provocando a sua perseguição "como dever cívico dos bons cidadãos" e oferecendo um prêmio de seis mil pesos a quem o prendesse e "entregasse vivo ou morto".[227]

A Gervasio Posadas sucedera Alvear, eleito diretor supremo no mesmo dia em que eram desbaratadas, na Banda Oriental, as tropas de Buenos Aires (10 de janeiro, 1815). A atitude ameaçadora de Artigas e a fraqueza e quase impotência da autoridade central, desacatada em muitas províncias, enchiam de desalento em Buenos Aires a todos os homens de ordem. Aos perigos e males internos se juntavam ainda o anúncio da expedição de Murilo e a inação a que se via reduzido em Tucumán o exército argentino depois das derrotas de Vilcapugio e Ayouma sofridas por Belgrano. As tropas espanholas de Pezuela, vencedoras nessas batalhas, haviam sufocado a revolução no alto Peru e no Chile. Uma invasão combinada com o desembarque de Murilo parecia iminente pelas fronteiras do Salto (ou Jujuí?) e dos Andes. Posadas pretendera conjurar a crise, invocando os bons ofícios da Grã-Bretanha e propondo pazes à Metrópole sobre a base da coroação de um príncipe espanhol, ou de outra Casa reinante poderosa, como soberano constitucional do rio da Prata. Com essa missão haviam partido, em dezembro de 1814, Rivadavia e Belgrano. Para a completa realização de seus planos, porém, julgará dever confiar o comando do exército de Tucumán ao general Alvear. Essa escolha provocou um movimento militar. Rondeau, que era o general em chefe e a quem Alvear subtraira pouco antes os louros da conquista de Montevidéu, viu-se desta vez apoiado por todos os chefes e soldados às suas ordens. Uma força de cavalaria partiu ao encontro do general nomeado, com ordem de prendê-lo, mas, informado a tempo da revolta das tropas, conseguiu ele escapar, retrogradando precipitadamente para Buenos Aires. Foi então que Posadas se demitiu, sendo eleito para suceder-lhe o mesmo Alvear, que o principal exército da independência acabava de repelir e que, portanto, subia ao poder sem prestígio, elevado

[227] Lamas, obra cit., tomo I, p.185; Funes, *Ensayo*, tomo III, p.523; Calvo, *Anns. Hist.*, tomo II, p.154.

por uma assembleia que já não tinha raízes na opinião das massas populares anarquizadas.

O primeiro cuidado do novo diretor supremo foi tomar providências urgentes para defender contra Artigas a província de Buenos Aires, e solicitar, não já os bons ofícios do Gabinete de St. James para o reconhecimento da independência, como fizera Posadas, mas a incorporação das Províncias Unidas aos domínios da coroa britânica. Para o Rio de Janeiro, seguiu imediatamente o ex-ministro García, no caráter de agente confidencial junto à corte do Brasil, incumbido de transmitir a Rivadavia e Belgrano o pensamento do governo de velar na conservação da neutralidade dessa corte, e, sobretudo, de requerer a lorde Strangford, embaixador no Brasil, a ocupação inglesa.

> Cinco anos de repetidas experiências [dizia Alvear a Strangford, em carta de 25 de janeiro de que foi portador García] fizeram ver, de modo indubitável a todos os homens sensatos e de opinião, que este país não se acha em idade nem em estado de governar-se por si mesmo e necessita de um braço exterior que dirija e contenha na esfera da ordem antes que se precipite nos horrores da anarquia[228]

Em nota da mesma data, escrita pelo ministro doutor Nicolau Herrera, dirigia-se Alvear nos seguintes termos ao ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha:

> (...) Estas províncias desejam pertencer à Grã-Bretanha, receber suas leis, obedecer a seu governo e viver sob seu influxo poderoso. Elas se abandonam sem condição alguma à generosidade e boa-fé do povo inglês, e eu estou resolvido a sustentar tão justa súplica para livrá-las dos males que as afligem. É de mister que se aproveitem os momentos, que venham tropas britânicas capazes de conter os gênios díscolos... Espero que vossa excelência me dê seus avisos com a reserva e prontidão necessárias para que eu prepare oportunamente a execução.

Estes tristes documentos não chegaram a ser entregues, porque logo na primeira entrevista que teve com o diplomata inglês para sondar-lhe as disposições (26 de fevereiro de 1815), verificou García que as

[228] Carta de 25 de janeiro de 1815 de Alvear a Strangford. (Publicada integralmente por Mitre, *Historia de Belgrano*, III, 483; Calvo, *Anns. Hists.*, e Pereira da Silva, *História da Fundação do Império*, III, 355).

Províncias Unidas não podiam contar com o apoio da Grã-Bretanha. "Tudo é melhor que a anarquia", dissera García a Strangford, dominado do mesmo desânimo de que se possuíram Alvear, Herrera e quase todos os seus amigos políticos, "até mesmo o governo espanhol, depois de exercer suas vinditas e esmagar o país sob um jugo de ferro, deixaria mais esperanças de prosperidade que as paixões desencadeadas de povos em anarquia..."[229] Mas o governo inglês não podia prestar-se, por amor de longínquas conquistas, a romper a estreita aliança com a Espanha, de que necessitava na Europa, e acabava, além disso, de celebrar em Madri o Tratado de 5 de julho de 1814, completado pelos artigos adicionais de 28 de agosto, em um dos quais se comprometera a tomar medidas eficazes para impedir que seus súditos auxiliassem "os insurgentes da América", manifestando o desejo de que as possessões espanholas, agitadas pela guerra civil, voltassem de pronto "à obediência de seu legítimo soberano".

Perdida desde logo a esperança do protetorado inglês, passou García a ocupar-se de estreitar relações com o Brasil, e seguiram para a Europa os enviados Rivadavia e Belgrano a ver se obtinham a mediação do governo britânico para um acordo satisfatório com a metrópole. Eram as antigas instruções de Posadas, que voltavam a ter inteiro vigor desde que naufragava o projeto de Alvear e Herrera.

Entretanto, Artigas, que ao título de *chefe dos orientais* juntara desde janeiro o de *protetor dos povos livres*, transpunha a barreira do Paraná, e, recebido com entusiasmo em Santa Fé, dirigia suas marchas sobre Buenos Aires. A província de Córdoba acompanhava logo o exemplo de Santa Fé, arvorando a bandeira tricolor da Confederação Oriental, queimando solenemente na praça pública as cores argentinas e colocando-se sob a proteção de Artigas[230]. Contra este despachou Alvear parte do exército que voltara da Banda Oriental, mas sua vanguarda, ao mando do coronel Álvarez Tomás, sublevou-se em Fontezuelas (13 de abril de 1815) confraternizando com o inimigo que ia combater, e o resto das tropas em operações aderia a esse pronunciamento.[231] Dias depois (15 de abril), rompeu na capital a revolução, dirigida pelos membros do cabildo, que declararam deposto o diretor supremo e dissolvida a Assembleia-Geral

[229] Nota de García a Strangford, de 27 de fevereiro de 1815, na qual resume o que se passara na conferência da véspera. (Mitre, *Hist. de Belgrano*, III, 485).

[230] Mitre, *História de Belgrano*, II, 220.

[231] Mitre, *História de Belgrano*.

Constituinte. Alvear refugiou-se a bordo de um navio inglês e teve de emigrar para o Brasil com Herrera, Valentin Gómez e outros homens notáveis do seu partido. Rondeau, que se achava à frente do exército de Tucumán, foi nomeado diretor supremo, e seu substituto o coronel Álvarez Tomás. A este coube o governo interino por espaço de um ano.

Um manifesto de 30 de abril, publicado pelo cabildo, dava a Artigas os epítetos de "ilustre, benemérito, invicto", "herói e benfeitor generoso" que soubera "demonstrar a retidão de seus intuitos e sofrer a injustiça e as atrozes imposturas com que a tirania o procurava tornar odioso". Os decretos fulminados contra ele em tempo de Posadas e Alvear foram reduzidos a cinzas perante grande assistência de povo, chegando a indignidade da nova administração até o ponto de enviar, presos e algemados, ao acampamento do protetor, para que lhes desse o destino que entendesse melhor, seis dos chefes militares que ele mais odiava pela dedicação que haviam mostrado ao governo de Buenos Aires e à causa da independência e da unidade nacional.[232] "Artigas, porém, teve a nobreza de repelir o terrível presente de carne humana que se lhe fazia, dizendo que não era o verdugo de Buenos Aires."[233]

Pensava-se, com este procedimento, desarmar o caudilho oriental e chegar a um acordo razoável. Dois comissários, o doutor Bruno Rivarola e Blás del Pico, foram enviados para tratar da paz. Artigas os recebeu em Paissandu e ofereceu-lhes, em data de 16 de junho, um projeto em que manifestou as mais exageradas pretensões. Segundo e1e, a Banda Oriental entraria no número das Províncias Unidas do Rio da Prata, mas o único laço que devia prender a estas entre si seria o de uma aliança ofensiva e defensiva. Ao passo que assim estabelecia a autonomia de cada província e uma confederação sem governo central a que todas obedecessem, declarava em outro artigo que as de Entre Rios, Corrientes, Santa Fé e Córdoba continuariam "sob a proteção da Província Oriental do Uruguai e direção do chefe dos orientais". De sorte que dentro desse estado constituído por várias províncias independentes, cuja liga só teria efeito prático em caso de invasão estrangeira, ficava ele como protetor e dono de um vastíssimo território, formado por cinco províncias. O governo de

[232] Funes, *Ensayo*, tomo III, p.527; Lamas, obra cit., tomo I, p.185, 532; Mitre, *História de Belgrano*, tomo II, p.98. Entre os prisioneiros figuravam o coronel Ventura Vásquez e outro oriental.

[233] Mitre, História *de Belgrano*, tomo II, p.98.

Buenos Aires devia, além disso, entregar-lhe, do armamento que levara de Montevidéu, três mil espingardas, mil espadas, 12 peças de campanha e os canhões de bronze necessários para completar a defesa da praça, com as competentes munições, certo número de obuses e morteiros, 55 mil pederneiras e outros artigos. Devia fornecer nove lanchas canhoneiras "prontas de tudo", uma tipografia, instrumentos agrícolas e a quantia de 200 mil pesos a título de indenização parcial dos prejuízos sofridos pelos habitantes da campanha na última guerra. Os prejuízos dos moradores da praça seriam liquidados ulteriormente.

Os deputados de Buenos Aires, repelindo estas bases, apresentaram um contra projeto (17 de junho), no qual reconheciam a independência da Banda Oriental, devendo os dois governos desistir de quaisquer reclamações pecuniárias a que se julgassem com direito. Quanto às províncias de Entre Rios e Corrientes, deveriam livremente pronunciar-se pela proteção de um dos dois governos, sendo desde logo excluídas da liga oriental as de Santa Fé e Córdoba. Ofereciam mais os comissários a entrega de 1.500 espingardas, as 12 peças de campanha que Artigas pedia, e 30 de grosso calibre para as muralhas de Montevidéu, algumas espadas e munições.[234]

Artigas declarou inaceitáveis estas condições. Já não o satisfazia a linha do Uruguai, nem mesmo a do Paraná. Queria obter armas para estender ainda mais o seu poder, arrancando novos territórios às províncias argentinas e aos seus vizinhos do norte, o Brasil e o Paraguai. Efetivamente, enquanto negociava com os comissários de Buenos Aires, expedia ele instruções, nas quais recomendava ao coronel Andrés Artigas que, valendo-se da sua influência entre os guaranis, tratasse de promover uma insurreição nas Missões Brasileiras.[235] Pouco depois passava ordens para a expulsão dos paraguaios que, dirigidos pelo governador González, ocupavam o departamento da Candelária, na margem esquerda do Paraná.[236] Lançados por Andrés Artigas ao lado oposto do rio, os

[234] "Negociação aberta pelo governo de Buenos Aires com o chefe dos Orientais", em Lamas, obra cit., tomo I, p.185 e seguintes.

[235] Carta do general Artigas ao coronel Andrés Artigas, governador das Missões Correntinas, escrita em 15 de junho de 1815. Ver *Gazeta do Rio de Janeiro*, de 22 de janeiro de 1817.

[236] Os paraguaios, dirigidos por Martiaura, ocuparam esse departamento em 1811, desde a volta da expedição de Belgrano. O Tratado de 12 de outubro de 1811 (Artigo 4º) reconheceu o direito do Paraguai à posse desse território, que compreendia as cinco povoações de Candelária, Santa Ana, Loreto, Santo Ignacio Miní e Corpus. Ver Gay, *Hist. da Rep. Jes.*

paraguaios só voltaram a ocupar esse território em 1817, depois da invasão brasileira em Corrientes.

Em Buenos Aires, o novo diretor supremo Álvarez Tomás, apenas dissolvida a Assembleia Constituinte, havia convocado para o ano seguinte um congresso geral de deputados das Províncias Unidas, marcando como ponto de reunião a cidade de Tucumán. Artigas por sua parte convocou outro para Paissandu, a que deviam concorrer representantes das províncias que formavam a confederação de que ele era chefe, isto é, a Banda Oriental, Corrientes e Entre Rios, submetida ao seu mando absoluto, e Santa Fé e Córdoba, que se haviam aliado a ele.[237] Em fins de julho, reuniram-se esses deputados, e quatro deles[238] foram enviados a Buenos Aires para tratar da paz em nome das cinco províncias coligadas. Álvarez Tomás nomeou plenipotenciário o doutor Antônio Sáenz, mas depois de algumas conferências, nos primeiros dias de agosto, foram rotas pela segunda vez as negociações. A proposta de Sáenz estabelecia, com substância, que o Paraná fosse a linha de demarcação entre as províncias da obediência do governo de Buenos Aires e as que se achavam sob a direção do "chefe dos orientais", o que já era ceder muito; que as duas partes contratantes renunciariam a quaisquer pedidos de indenização; que ambos os territórios e governos seriam independentes um do outro, mas aliados, devendo ambos enviar deputados ao Congresso de Tucumán. Os comissários de Artigas declararam que um tratado formal de aliança só poderia ser assinado se o governo de Buenos Aires quisesse aceitar a proposta anteriormente apresentada pelo "Protetor" em 16 de junho, com o acréscimo de mil espingardas, que deveriam ser fornecidas repartidamente a Santa Fé e Córdoba. Não se chegando a acordo sobre esta base, propuseram que o tratado se reduzisse a um só artigo concebido nestes termos: "Haverá paz entre os territórios que se acham sob o mando e proteção do chefe dos orientais e o excelentíssimo governo de Buenos Aires."[239] Sáenz repeliu esta nova proposição, porque os comissários orientais se obstinavam a reduzir o diretor supremo das

do Par., e Moussy, *Memória histórica sobre la decadencia y ruína de las Misiones Jesuiticas*.

[237] Mitre, *Hist. de Belg.*, tomo II, p.101.

[238] Miguel Barrero e os doutores José Antonio Cabrera, José García de Cossio e Pascual Andino.

[239] 3 de agosto de 1815.

Províncias Unidas a simples governador da província de Buenos Aires, deixando em pé todas as questões que cumpria resolver definitivamente para que a harmonia entre os dois governos pudesse ser duradoura.[240] A este rompimento seguiram-se a partida dos comissários de Artigas e a marcha das tropas de Buenos Aires para Santa Fé, onde não encontraram resistência, graças às violentas dissensões que aí lavravam na ocasião entre os partidários do cabildo e da Junta de representantes. Comandava essas tropas o general Viamonte. A sua chegada, Santa Fé voltou a reconhecer o governo de Buenos Aires e pouco depois a província de Córdoba imitou-lhe o exemplo, separando-se também da Confederação Oriental.[241] Foram, porém, mui passageiras, como veremos em breve, essas vantagens alcançadas pelo diretor Álvarez Tomás. Elevado ao poder pela revolta militar de Fontequelán, com o apoio de Artigas, ele estava destinado a cair como subira, pela influência do terrível inimigo da união argentina.

Enquanto se davam estes acontecimentos, reuniam-se no Rio de Janeiro alguns dos homens mais importantes da administração derrubada em Buenos Aires pela revolução de 15 de abril, sobressaindo entre eles o general Alvear e seu ministro doutor Nicolás Herrera. Eram os mesmos que meses antes, sem fé nos destinos de sua pátria, haviam pensado salvá-la da anarquia e dos espanhóis, entregando-a como colônia à Grã-Bretanha. Desenganados por esse lado, agora volviam os olhos para a corte do Brasil, que os acolhia no desterro, e esforçavam-se por induzi-la a destruir o poder militar de Artigas.[242] Esses trabalhos encontravam já o governo do príncipe regente muito inclinado à intervenção, porque se sucediam às representações do marquês de Alegrete, governador e capitão-general do Rio Grande do Sul, diante do clamor dos habitantes da fronteira.

---

[240] *Manifiesto del Director Ignacio Álvarez Tomás* e documentos anexos (Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, volume de 1817 da correspondência de Montevidéu).

[241] Mitre, Hist. de Belg., tomo II, p.103.

[242] *Memórias e Reflexões sobre o rio da Prata por um oficial da marinha brasileira* (Sena Pereira). Da parte que teve Herrera nesses acontecimentos falam outros escritores brasileiros, mas não o autor da *História da Fundação do Império do Brasil*. Mitre, na sua História *de Belgrano*, publica várias cartas em que aparece o nome de Herrera, e uma de 9 de junho de 1816, em que García faz menção de "uma grande sessão" para que o havia convidado "Don Carlos" que é, sem dúvida, Alvear, e não o general português, como supõe Mitre. Sena Pereira refere-se nominalmente a Herrera e a Alvear.

Alegrete sucedera a dom Diogo de Sousa em 13 de novembro de 1814, justamente quando mais acesa ia a guerra entre os orientais e o governo de Buenos Aires. Suas instruções recomendavam-lhe que se mantivesse alheio à contenda, reduzindo-se a fazer respeitar o território brasileiro.[243] Ele as cumpriu tão fielmente quanto as circunstâncias o permitiam. Durante a luta, vários conflitos e pelejas se feriram junto à raia; e muitas vezes cruzaram-na bandos de malfeitores, que em grande número militavam nas fileiras de Artigas. O caudilho Otórguez, com toda a sua coluna, perseguido por Dorrego, transpôs a linha divisória em Santa Teresa, e salvou-se assim buscando refúgio entre nós. O governo providenciara, a semelhante respeito, determinando que fossem recebidos e internados os destacamentos que se prestassem a depor as armas, para tomá-las de novo quando tivessem de voltar ao seu país,[244] mas nem sempre essa condição era cumprida, por não poder exercer-se eficazmente a vigilância de nossas guardas desde o oceano até a foz do Quaraí e, daí, aos confins de Missões. Repelidas para a margem esquerda do Prata e do Paraná as tropas de Buenos Aires, e removida a guerra para teatro mais distante, nem por isso reapareceu o sossego em nossas fronteiras. Muitos roubos e assassinatos ficavam impunes e eram atribuídos aos sequazes de Artigas ou à gente que se lhe ia reunir, certa de encontrar junto dele fácil asilo e o melhor acolhimento. Proclamações incendiárias eram introduzidas no território brasileiro, convidando os soldados à deserção e excitando à revolta os escravos e índios. Os guaranis do distrito de Missões agitavam-se, preferindo muitos deles ao regime de ordem em que viviam entre nós a vida de aventuras e rapinas que lhes ofereciam seus irmãos d'além Uruguai. Em janeiro de 1816, o marquês de Alegrete julgou dever reclamar contra vários insultos, e para esse fim despachou o tenente Silva Ferreira, da legião de São Paulo, o qual chegou até Montevidéu, sem nada conseguir aí.[245] A resposta de Artigas foi proibir todo o comércio com o Rio Grande do Sul e a entrada dos súditos portugueses nos territórios de que ele era chefe. Ao

[243] Instruções de 4 de agosto de 1814, assinadas pelo marquês de Aguiar, ministro do Reino: "(...) Cingindo-se" diziam elas, "ao espírito das presentes instruções, que sua alteza real o príncipe regente manda dar, e que se reduzem, por um lado, a manter a segurança e integridade do território português, e, por outro, o não obrar ofensivamente contra os Espanhóis" (por este nome eram designados os orientais e argentinos), "evitando provocar dissensões e alterar o armistício com os que governam em Buenos Aires, enquanto eles, por sua parte o não infringirem."

[244] Pascual, *Apuntes para la História de la República Oriental del Uruguay*.

[245] Ofício do marquês de Alegrete, nº 12, de 3 de fevereiro de 1816.

mesmo tempo, determinava aos seus comandantes que estivessem atentos para o Brasil e reunissem gente. O desembarque do primeiro contingente de Voluntários Reais em Santa Catarina despertou suspeitas em seu ânimo e desde então começou a preparar-se ativamente para a guerra[246].

As representações que o governo do príncipe regente recebia do marquês de Alegrete combinavam perfeitamente com os planos de que este não tinha notícia ainda, desenvolvidos no Rio de Janeiro pelo doutor Nicolás Herrera, secundado por Alvear.

Dizia Alegrete ao marquês de Aguiar em ofício de 3 de fevereiro de 1816:

> (...) Eu me persuado que a conduta de Artigas oferece a sua alteza real motivos de sobra para não suportar por mais tempo os insultos deste homem, cujos procedimentos, conquanto me não causem receio, pelas forças de que disponho e pela fidelidade dos habitantes desta capitania, ofendem o decoro em função da augusta pessoa de sua alteza real. É meu parecer que o dito Artigas, não merecendo outro nome senão o de chefe de bandidos, seja atacado, considerando-me eu em estado de o derrotar completamente com as tropas que atualmente existem nesta capitania, quando tenha de limitar-me a não dar maior extensão aos domínios de sua alteza real, o que muito convirá. Até neste último caso me atreveria a responder do sucesso combinando-se as minhas operações com um desembarque feito pela divisão de Voluntários Reais, tropa que, pela sua disciplina e valor, seria muito própria para se apoderar de Montevidéu. Com este poderoso auxílio nem seria de temer qualquer partido que tomasse o governo de Buenos Aires (...)

Um mês antes, em 3 de janeiro, Herrera entregava ao mesmo ministro uma extensa memória[247] em que sustentava que os orientais receberiam com aplauso e reconhecimento quaisquer tropas estrangeiras que os fossem libertar do jugo de Artigas,[248] e representava como de mui fácil

---

[246] Mitre, *Hist. de Belgr.*, tomo II, p.428, faz menção de um ofício de 18 de janeiro de 1816, pelo qual se vê que desde então Artigas se preparava para resistir aos portugueses. Em março tomava ele disposições para assumir a ofensiva.

[247] O original guarda-se no arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Tem a data de 3 de janeiro de 1816.

[248] Entre outros trechos, citaremos o seguinte: "(...) Ainda que, no princípio da revolução, o espírito de resistência ao domínio estrangeiro fosse geral naqueles habitantes, atualmente, já cansados dos desastres infrutíferos da guerra civil, irritados com as crueldades dos caudilhos da anarquia, e temerosos da vingança dos espanhóis, desejam a pacificação e a ordem por qualquer meios que a sorte lhes apresente (...)"

execução a empresa, por não passarem de "bandidos" sem disciplina os soldados de que se cercava esse caudilho.[249] Em sua opinião as tropas veteranas portuguesas deviam servir para ocupar Montevidéu, Maldonado e Colônia, deixando às milícias brasileiras o ataque principal, pelo lado do Rio Grande do Sul, por serem estas mais aptas para a guerra de recursos.[250]

O doutor García, intimamente ligado a Herrera e Alvear, não contrariava as diligências subterrâneas destes, antes se associava a elas desde o princípio, reputando um benefício para a causa de sua pátria a intervenção armada do Brasil.[251] Sua missão oficial junto ao príncipe regente fora interrompida pouco depois da elevação de Álvarez Tomás,[252]

[249] "(...) O caudilho Artigas não tem instrução militar nem outro plano de guerra senão o de hostilizar com grupos móveis para surpreender com pequenos destacamentos e tirar os recursos de marcha e subsistência com auxílio de seus soldados instruídos no manejo do cavalo, com armas primitivas e a quem se pode considerar como verdadeiros bandidos e facínoras (...)"

[250] Depois de desenvolver suas ideias, dizia Herrera: "Contra essas razões, só podem opor-se dos que, a meu juízo, não devem considerar-se a execução dos planos meditados.
Primeira: que atacando a Artigas com toda a força reunida pela parte da campanha, poderia esse caudilho refugiar-se na praça com suas divisões, de onde seria totalmente destruído com o tempo. Mas esse sucesso não pode ser esperado por quem conheça a índole daquele homem, que em todas as ocasiões busca as matas e as colinas para sustentar-se, como o recurso mais conforme ao caráter e aos costumes bárbaros de seus soldados, quanto mais que temerá com fundamento, as consequências de se isolar em um ponto sem saída e em que não pode contar com suprimentos seguros. No entanto, e ainda supondo que Artigas adotasse aquela medida desesperada, se correria o risco de que, nesse caso, o governo de Buenos Aires o auxiliasse, e a execução do plano sofresse uma lentidão que pudesse prejudicar seu êxito.
Segunda: que destacando a força veterana, o exército se divide e, consequentemente, se debilita. Essa razão poderia valer se se houvesse de combater contra algum exército disciplinado e numeroso, mas não quando se lutar contra os Orientais. Porque tal é a imperícia do caudilho e de seus oficiais, sua ausência de tática e a insubordinação de seus soldados, além da falta de bons armamentos, artilharia e munições, que se pode assegurar, com toda evidência, que Artigas não se pode bater contra uma divisão portuguesa de mil homens, se não fará jamais, porque não tem poder para fazê-lo, nem se atreveria a aventurar uma ação contra as únicas tropas temidas pelos Orientais. Não há dúvida de que somente as milícias portuguesas são mais que suficientes para realizar a empresa, toda vez que operem com uma atividade extraordinária, perseguindo os bandos de bandidos por todas as direções, sem deixá-los repousar; no seguro entendimento de que o êxito da empresa depende da mobilidade mais do que qualquer outra das qualidades que constituem uma boa tropa."

[251] García, diz Mitre, desejava para seu país a independência e a monarquia "sem retroceder diante de uma anexação a Portugal, preferindo isto a continuar sob o império da anarquia ou voltar a submeter-se à Espanha". *Hist. de Belgr.*, tomo I, p.393. Ver também no mesmo tomo, p. 408 e 409, um projeto remetido por García em 1816 para que as Províncias Unidas reconhecessem como soberano o rei de Portugal, Brasil e Algarves.

[252] A biografia de García, publicada na *Galeria de celebridades argentinas* não faz menção deste fato. García foi dispensado da comissão que exercia em julho de 1815.

e durante alguns meses estivera ele reduzido no Rio de Janeiro à condição dos outros emigrados, seus amigos políticos, sem contudo deixar de corresponder-se, particularmente, com Gregorio Aires, que em Buenos Aires sucedera como ministro a Nicolás Herrera. Graças a Tagle e às decepções que sofrera Álvarez Tomás, tanto com o rompimento de Artigas quanto com a derrota do exército de Rondeau em Sipe Sipe,[253] voltara García a ser nomeado agente diplomático na corte do Brasil.[254] Parece que então o próprio Álvarez Tomás, informado por ele da projetada ocupação da Banda Oriental pelas tropas portuguesas, o autorizara para animar a execução dessa empresa, de que devia resultar o extermínio de Artigas, cuja influência era sem dúvida o maior obstáculo à consolidação da ordem pública, à união das províncias e ao prosseguimento da luta com a Espanha.[255] O certo é que, em várias comunicações ao seu governo,[256] o enviado argentino mostrava-se perfeitamente inteirado das vistas do gabinete de São Cristóvão e dos trabalhos de Herrera, justificando e defendendo a ambos.

Entretanto, depois de suspensas por alguns meses, recomeçaram em princípios de 1816 as hostilidades entre Artigas e o governo de Buenos Aires. O general Viamonte invadiu Entre Rios, e Artigas, que então se achava no Arroyo de la China, saiu-lhe ao encontro. Batido em Espinillo[257], voltou Viamonte para Santa Fé, indo Artigas colocar-se na Bajada.[258] Sua presença nesse ponto foi o sinal da insurreição dos santafecinos. O governador Tarragona, que obedecia a Buenos Aires, foi deposto, e o chefe do movimento Mariano Vera, reforçado com

[253] Nessa batalha, venceram os espanhóis, dirigidos por Pezuela (29 de outubro de 1815).

[254] Em fins de 1815, e pelo mesmo Álvarez Tomás, que pouco antes o destituíra.

[255] Referindo-se a Álvarez Tomás, diz o autor da *Hist. de Belgr.* (tomo II, p.409): "(...) Um governo inerte deixava passar um e outro ano esperando que dom João VI e o general Lecór o defendesse contra Fernando VII e contra Artigas (...)" Em um ofício de 5 de março de 1816, dirigido por Álvarez Tomás ao Congresso de Tucumán, lê-se o seguinte trecho: "(...) Teatro de mais sólidas esperanças se apresenta o novo Reino do Brasil, onde temos dom Manuel García, como deputado... De um dia a outro estamos esperando comunicações de algum plano importante e delicado, que foi anunciado a este governo (...)" Ver este documento na História de Belgrano, tomo III, p.515. Ver também, na p.396 do tomo II, onde Mitre reconhece a "existência de uma negociação autorizada" por Álvarez Tomás.

[256] Ver Mitre, *Hist. de Belgr.*, tomo II, p.393 e seguintes. Sentimos não haver podido consultar o escrito do senhor M. R. García, publicado ultimamente no nº 45 da *Revista del Rio de la Plata.*

[257] *Memória*, de Rivera.

[258] Hoje cidade do Paraná, capital de Entre Rios.

as tropas de Artigas, sitiou na cidade de Santa Fé o pequeno exército de Viamonte. Depois de resistir por espaço de 20 dias, teve este de capitular, entregando-se prisioneiro (março de 1816). A província de Santa Fé voltou assim a fazer parte da Confederação Oriental e com esta vitória ficou inteiramente aberto a Artigas o caminho de Buenos Aires.[259] As únicas tropas que o governo argentino possuía por esse lado consistiam na pequena guarnição do Rosário e em uma flotilha de oito navios fundeados no mesmo porto. Em tais apuros, Álvarez Tomás fez partir apressadamente de Buenos Aires os contingentes de que pôde lançar mão e nomeou para o comando das forças em operações o general Belgrano, recém-chegado da Europa. Reproduziram-se então as mesmas cenas do ano anterior. O general Díaz Vélez, incumbido por Belgrano de ajustar um armistício, pôs-se de inteligência com o inimigo, e, apoiado pelos demais chefes do exército, celebrou o Acordo de São Tomé (9 de abril de 1816), cujas principais condições eram a retirada das tropas de Buenos Aires para a margem direita do Arroyo del Medio, a deposição de Álvarez Tomás e a demissão de Belgrano. Preso desde logo este, Díaz Vélez assumiu o comando das tropas argentinas que, unidas às de Artigas, deviam seguir até a capital para derrubar o governo. Álvarez Tomás, porém, sem forças para resistir, deixou o poder (1816), sucedendo-lhe como diretor supremo o general Antonio González Balcarce, que não teve outro recurso senão aprovar tudo quanto fizera Díaz Vélez e aceitar as humilhantes condições preliminares de paz impostas por Artigas.[260]

[259] *História de Belgrano*, tomo II, p.109.
[260] *História de Belgrano*, tomo II, p.112, 223.

Índice onomástico e toponímico

A

ABAETÉ (visconde) 111
ABERDEEN (lorde) 108 e nota 135, 109 (nota 138)
ABRANTES (marquês), *vide* Calmon.
ABREU, José, de, 94, 95, 96
ABREU CARDOSO, Baltasar de, 75 (nota 100)
ABROLHOS 56
ACADEMIA DOS ESQUECIDOS 85
ACADEMIA DOS FELIZES 85
ACADEMIA CIENTÍFICA 85
ACARAIG 63
ACHILLE 73 (nota 95)
ACORDO DE SÃO TOMÉ (1816) 181
AÇORES 80,83,157 (nota 196)
ADAMS, John Quincy 130, 1134, 135, 136
AFONSO CELSO 116
ÁFRICA 47 (nota 54), 57, 59, 86, 147, 158
AGASSIZ 116 (nota 151)
AGUAPEÍ 115 (nota 150)
ÁGUAS BOAS 52, 56

AGUIAR (marquês) 160, 161 (nota 206), 162, 177 (nota 243), 178
AIRES DO CASAL 148 (nota 176)
AJUDA 67, 68
ALAGOAS 45, 46, 56, 57, 58, 67, 69, 81, 82, 96, 113 (nota 147)
ALBUQUERQUE, Afonso de, 153, 157
ALBUQUERQUE, Antônio de, 69, 72, 74 (nota 96), 76 e nota 103
ALBUQUERQUE, Duarte de, 55 (nota 71)
ALBUQUERQUE, Jerônimo de, 40, 42, 52 e nota 63, 53e notas 65 e 66
ALBUQUERQUE, Matias de, 55, 56
ALBUQUERQUE, Pedro de, 56
ALBUQUERQUE (visconde), *vide* HOLLANDA CAVALCANTI.
ALEGRETE (marquês) 94, 95, 160 e nota 205, 161 (nota 206), 177 e nota 245, 178
ALEMANHA 15, 139, 152
ALEXANDRE VI (papa) 40
ALGARVES 89, 179 (nota 251)
ALGER 47 (nota 54)
ALHAMBRA 67
ALMEIDA 67
ALMEIDA, dom Francisco de, 157
ALMEIDA E ALBUQUERQUE 106
ALMEIDA NOGUEIRA 46
ALMEIDA SERRA 87
ALMEIDA TORRES 107
ALMEIRIM 159 (nota 201)
ALMIRON 57
ALPOIM, Vasco 84
ALTO PERU 170
ALVARENGA PEIXOTO 83, 85
ÁLVARES, Bastião 61
ÁLVARES, Simão 63
ÁLVARES CORREIA, Diogo 42, 155
ÁLVARES E SILVA, Luíz Moutinho Lima 128, 129
ÁLVARES MACHADO 105 (nota 132), 107
ÁLVARES MACIEL 85

ALVEAR, Carlos de (general) 94, 101, 163 (nota 210), 164, 169 e nota 226, 170, 171 e nota 228, 172, 173, 176 e nota 242, 178, 179
ALVES BRANCO 106, 107
ALVES PEREIRA, Miguel, 74 (nota 97), 77
AMADOR BUENO 66
AMAMBAI 64 e nota 82
AMAPÁ 15, 141
AMARAL COUTINHO, Bento do, 68
AMAZONAS (barão) 28 (nota 17)
AMAZONAS (rio) 40, 45, 50 (nota 60), 54, 63, (nota 79), 66, 71, 78, 81, 82 (nota 107), 111, 121, 147
AMÉRICA 131, 135, 137, 138, 146 e nota 168, 154, 161, 163, 165 (nota 216), 166, 172
AMÉRICA DO SUL, 46, 93, 116 (nota 151)
AMÉRICA PORTUGUESA 83
AMIENS 87
ANADIA 67
ANCHIETA, José de, 45, 46 (nota 52), 48 e nota 57, 51 (nota 61), 148 (nota 176), 154 (nota 189)
ANDALUZIA 153 (nota 187), 156
ANDES 170
ANDINO 66, 175 (nota 238)
ANDONAEGUI 78
ANDRADA, Antônio Carlos de, 98, 104
ANDRADA, Gomes Freire de, (conde de Bobadela) 78, 83, 84, 85
ANDRADA, Martim Francisco de, 98, 107
ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de, 19, 92 (nota 120), 98, 99, 100, 107 e nota 134, 120 (nota 159), 128, 129, 140
ANDRADE NEVES (general) 116
ANDREA (general) 105, 106
ANGELES 63, 64 (nota 82)
ANGHIERA 146 (nota 168), 153 (nota 187)
ANGOLA 60, 77
ANGRA DOS REIS 46, 67, 76, 150
ANHEMBI 61
ANTONIO LÓPEZ 32
ANTÔNIO VAZ 57

ANUNCIAÇÃO 67
ANTUÉRPIA 69
ANVILLE 71 (nota 89)
APA, (rio) 87
APODI 145
APÓSTOLES DE CAAZAPAGUAZÚ 64 (nota 83), 65 (nota 85)
APROAGUE 90, 91 (nota 115)
APUÃ 66
AQUIDAUANA 64 e nota 82
ARAÇARIGUAMA 68
ARACATI (marquês) 137
ARAGUARI 71, 72, 90
ARAPEÍ 95
ARARICÁ 64 (nota 83), 65
ARARIBÓIA 49
ARARIPE 54
ARAÚJO AZEVEDO, Antonio de, 162 (nota 207)
ARAÚJO LIMA (marquês de Olinda) 102, 105 (nota 132), 106 e nota 133, 108, 110, 111
ARBOLITO 100
ARCISZEWSKI 56
ARERUNGUÁ 164 (nota 212)
ARGENTINA 13, 14, 19, 24, 101, 112 e notas 143, 145, 146, 113 e nota 147, 115 e nota 150
ARGOLO 115(nota 150)
ARINOS (visconde) 141
ARIRAB 46
ARIRÓ 46
ARMISTÍCIO DE 1812 160, 161 (nota 206), 163, 166
AROUCHE 96
ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY 7, 25 (nota 3), 26 (nota 7), 30 (nota 22)
ARROYO DE LA CHINA 96, 167, 180
ARROYO DEL MEDIO 181
ARROYO GRANDE 97
ARTIGAS, Andrés 95, 96, 169, 174 e nota 235
ARTIGAS, José 93, 94, 95, 96, 97 e nota 121,160, 161, 162, 164 e nota

214, 165, 166, 167 e nota 218, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174 e nota 235, 175, 176, 177, 178 e nota 246, 179 (nota 249 e 250), 180 e nota 255, 181
ASCURRA 118
ÁSIA 153, 157 (nota 196)
ASSUNÇÃO 45, 62 (nota 78), 97 (nota 121), 111, 118 e nota 153, 119
AÇU 145
ASSUMAR (conde) 82
ATAÍDE, Gaspar da Costa 74 (nota 96), 75, 76, 77
ATAÍDE, Pero de, 148
ATAÍDE, Vasco de, 148
ÁUSTRIA 99 (nota 123), 131, 146 (nota 167)
AYOUMA 170
AZAPARDO 30 (nota 21)
AZEREDO COUTINHO 83
AZEREDO COUTINHO, Marcos de, 61
AZEVEDO, Belchior de, 48
AZEVEDO, Ignacio de, 49

B

BAEZ 115 (nota 150)
BAGINSKI 91 (nota 116)
BAGNOLI ou BAGNOLO (conde) 56 e nota 72, 57, 58 e nota 73
BAHIA 41, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55 e nota 69, 57, 58 e notas 73 e 74, 59, 60, 61, 67, 68, 69, 70, 74, 76, 78, 80, 81, 82, 83 e nota 108, 85, 86, 88, 89, 91 (nota 117), 96, 97, 98, 99, 100 (nota 125), 103, 106, 113, 120 , 121, 138, 148, 154, 155 e nota 191
BAIONA 154 (nota 189)
BAJADA 180
BALBI 92 (nota 120)
BALCARCE, Antonio González 181
BALDELLI 152 (nota 186)
BALTIMORE 129, 130
BANCKERT 60 e nota 75
BANDINI 152 (nota 186)

BARBACENA (marquês), *vide* BRANT PONTES, Felisberto Caldeira.
BARBALHO, Luís 55, 58 e nota 73
BARBOSA LEITÃO, Diogo,74 (nota 97)
BARBOSA MACHADO 158 (nota 197), 49 (nota 59)
BARCA (conde) 89, 162, 163 e nota 210
BARCELOS 80 (nota 106)
BARRA DO RIO NEGRO 80 (nota 106)
BARRERO, Miguel 175 (nota 238)
BARRETO, Nicolau 62
BARRETO DE MENEZES 60
BARRIOS 116
BARROS, Cristóvão de, 51
BARROSO 113
BARROW 88 (nota 111)
BASUALDO, Blas 164
BEASELEY 30 (nota 21)
BEAUREPAIRE-ROHAN 148 (nota 176)
BEAUVAIS 47 (nota 54)
BEBERIBE 56
BELÉM DO PARÁ 54, 66, 82, 86
BELGRANO 163 e nota 210, 166 e nota 217, 170, 171, 172, 174 (nota 236), 181
BENEVENTE 67
BERDUN (coronel) 95
BERLIM 15
BERMEJO 153
BERNA 15
BERREDO 52 (nota 64)
BICUDO 63 e nota 80
BOA ESPERANÇA 39, 147 (nota 173), 148, 149
BOBADELA (conde), *vide* ANDRADA, Gomes Freire de.
BOCAGE, Gillet du, 74 (notas 96 e 97)
BOHM (general) 79
BOIS LE COMTE 47
BOLÈS ou BOLES, Jean 48 (nota 57)
BOLÍVIA 15, 43, 142
BOM JESUS 56

BOQUERÓN 115
BORBA GATO 68
BORDA DO CAMPO 44
BORDEAUX 85
BORGES, Antônio Mariano, 86
BORGES DE BARROS 120 (nota 159)
BORGES DO CANTO 87
BOTOCUDOS 62 (nota 77)
BOURDA 91
BOUYER 91 (nota 116)
BRANT PONTES, Felisberto Caldeira 101, 129
BRAZ CUBAS 45, 51
BRASIL 7, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23 (nota 1), 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e nota 54, 48 (notas 55 e 57), 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58 e nota 73, 59, 60, 61, 62 (nota 77), 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73 (nota 94), 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88 (nota 112), 89, 90, 91, 92 e nota 118, 93,94, 97, 98, 100, 104, 106, 107, 108 e notas 135 e 136, 109 e nota 138, 110 , 111, 112 e notas 145 e 146, 113 (notas 147 e 148), 115, (nota 150), 116 (nota 151), 118 (nota 155), 119 (nota 156), 120 e nota 159, 123, 127, 128, 129, 130 , 131, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 145 e notas 167 e 168, 147 (nota 173), 148 e nota 176, 149, 151 e nota 184, 152, 153, 154 e nota 189, 155, 156, 157 e nota 196, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 172, 173, 174, 176, 178, 179 e nota 251, 180 e nota 255
BRITO, Diogo Jorge de, 27 (nota 10), 28 e nota 15, 29, 30
BRITO DE MENEZES 76 (nota 104)
BRITO E ALMEIDA 61
BROWN, Guilherme 25, 26, 27, 28, 29 e nota 19, 31 , 33, 34, 35, 36, 101, 169
BUENO, Bartolomeu 68
BUENOS AIRES 14, 23 (nota 1), 25 e notas 3 e 5, 26 e nota 9, 27 e notas 11 e 12, 28 (nota 13), 29, 30, 32, 36, 70, 72, 78, 93, 94, 96, 97, 99 (nota 122), 100, 101, 109 e nota 138, 112 e nota 143, 113 e nota 146, 115, 129, 160, 161 (nota 206), 162, 163 e notas 210 e 211, 164 e nota 214, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174 e nota 234, 175, 176, 177 e nota 243, 178, 179 (nota 250), 180, 181
BYSSON 101

C

CAAOBI 42
CAARECÉ 67
CAARO 65 e nota 83
CAAZAPAGUAZÚ 65 e nota 83
CAAZAPAMINI 65
CABALLERO 117 e nota 152, 118
CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez, 43 (nota 47), 44 (nota 51), 45
CABEDELO 50, 56
CABO FRIO 40, 41, 47 (nota 53), 49, 50, 67, 91 (nota 117), 150, 151 e nota 182 e 184, 159 (nota 202)
– (visconde), *vide* CUNHA MOREIRA, Luís da.
CABOTO, Sebastião, 42, 153
CABRAL 44
CABRAL, Pedro Álvares 39, 40, 44, 147, 148 (nota 173 e 176), 149, 152, 153
CABRÁLIA 148
CABRERA, José Antonio 175 (nota 238)
CABUÇU 68
CACHOEIRA 51, 67
– (visconde), *vide* CARVALHO E MELO, Luís de.
CÁDIZ 161, 165, 166
CAÍ 40, 148
CAIENA 71, 85, 90, 91 e nota 115, 146
– (em francês no texto), 92 (nota 118)
CAIRU 67
– (visconde), *vide* SILVA LISBOA, José da.
CALABAR 56
CALADO (general) 106
CALDEIRA, Francisco 53
CALERA DE BARQUIM, 96
CALERA DE SANTA LUCIA 95
CALMON, Miguel (marquês de Abrantes), 105, 109 (nota 138)
CALVINO 47
CALVO 14, 170 (nota 227), 171 (nota 228)
CAMAMU 67

CÂMARA 97, 118, 129
CAMARÃO 55, 57, 59
CAMETÁ 66
CAMINHA, Pero Vaz 40, 149
CAMPO GRANDE 118
CAMPO TOURINHO, Pero do, 44
CAMPOS MORENO, Diogo de, 52
CANADÁ 53 (nota 65), 123
CANANÉIA 41, 42, 43, 44, 68, 150 (nota 181)
CANÁRIAS 49
CANAVARRO 106
CANCALE 52
CANDELÁRIA 65 (nota 85), 174 e nota 236
CANDELÁRIA DE CAAZAPARMINI 65 (nota 83)
CANNING 100
CANOVAI 153 (nota 186)
CANSANÇÃO DE SINIMBU 121
CAPDEVILLE, Jean 49
CAPIBERIBE 44
CAPISTRANO DE ABREU 49 (nota 57), 148 (nota 174), 149 (nota 178), 150 (nota 180)
CAPRILES 142
CARAMURU, *vide* ÁLVARES CORREIA, Diogo.
CARAVELAS 61, 67, 147 (nota 171), 151 (nota 182)
– (marquês), *vide* CARNEIRO DE CAMPOS, J. J.
– (visconde), *vide* ALVES BRANCO.
CARDIM, Carlos Henrique 11
CARDOSO DE BARROS, Antônio 157, 158 (nota 200)
CARIOCA 84, 151
CARLOS V 47 (nota 54), 157 (nota 196)
CARLOS X 102
CARLOTA JOAQUINA (dona) 93
CARMO 33
CARNEIRO, Pedro 60 (nota 76)
CARNEIRO DE CAMPOS, F. 102
CARNEIRO DE CAMPOS, J. J. 99, 100, 103
CARNEIRO LEÃO 105 e nota 132, 107, 110

CARRERAS 112 (nota 143)
CARTAGENA DAS ÍNDIAS 63 (nota 79)
CARUMBÉ 95
CARVALHO, Delfim de, 116
CARVALHO E MELO, Luís de, 100, 130, 132, 133, 140
CASA FORTE 59
CASA IRUJO 160
CAÇAREBU 67
CASSE, M., 72 (nota 90)
CASTANHEIRA (conde), 156 (nota 195)
CASTELA 146, 147, 153
CASTELLANOS, Remigio 168 (nota 223)
CASTELO 48, 67, 72 (nota 92), 75 (notas 97 e 99)
CASTELO BRANCO, J. 80
CASTRO, C. de, 75 (nota 97), 112 (nota 145)
CASTRO, E. 115 (nota 150)
CASTRO, Gregório de, 73 e nota 94
CASTRO, D. João de, 157 (nota 196)
CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira 13
CASTRO MORAES 72, 74, 75 e nota 100, 77
CATALAN 95
CATETE 151
CAVENDISH, Thomas 50
CAXIAS (duque) 99, 107, 109, 110, 111, 115 e nota 150, 117, 118, 121 e nota 160
CEARÁ 51, 52, 54, 57, 59, 66, 81, 100, 103, 105, 113 (nota 147), 121, 147
CEBALLOS 79, 84
CERETTI 30 (nota 21)
CERRITO 168 (nota 220), 115 (nota 150)
CERRO CORÁ 118
CERRO LARGO (barão), *vide* ABREU, José de.
CERRO LEÓN 117
CEUTA 149
CHACO 115
CHAGAS SANTOS 94, 95, 96
CHAVES, Francisco 42

CHEVREUIL 91 (nota 115)
CHILE 15, 25 (nota 3), 170
CHINA 17, 23, 96
CHUY ou CHUÍ 43, 87, 156
CINTRA 40
CISPLATINA 18, 20, 23, 26, 100, 160
CIUDAD REAL 63, 64 e nota 82
CLAY, Henry 136
CLEMENCEAU, Georges 16
CLEVELAND, Grover 13, 14
COBRAS, 74 (nota 97), 75 e nota 99, 76 (nota 104)
COCHRANE (lorde) 99
COELHO, Gonçalo 41 e nota 46, 42, 149, 150, 152, 153
COELHO, João 42
COELHO, Jorge 157
COELHO, Nicolau 39, 148, 149
COELHO DE CARVALHO 54
COELHO PEREIRA, Duarte 43 (nota 48), 44, 45, 52 (nota 63), 155 (nota 190), 157
COIMBRA, frei Henrique de, 149
COINTHA, Jean 45 (nota 57)
COLIGNY 47
COLLINS 138
COLODRERO 164 e nota 213, 169
COLOMBO 40, 146, 149, 152 (nota 185)
COLÔNIA 179
COLÔNIA DO SACRAMENTO 23, 31, 34, 69, 75 (nota 100), 84
COMPANHIA GERAL DO COMÉRCIO DO BRASIL 70
CONCEIÇÃO DE ALAGOAS 67
CONCEIÇÃO DE ITAMARACÁ 67
CONCEIÇÃO DOS PINHEIROS 68
CONSELHO FEDERAL SUIÇO 15
CONCEPCIÓN DE LOS GUALACHOS 63, 64
CONCÓRDIA 167
CONFEDERAÇÃO ORIENTAL 172, 176, 181
CONFERÊNCIA PAN-AMERICANA DE 1889 140
CONGRESSO AMERICANO 136

CONGRESSO DE TUCUMÁN 166 (nota 217), 175, 180 (nota 255)
CONTAS 40, 67
CONVENTO DA GRAÇA 148 (nota 173)
CORALES 24, 29
CÓRDOBA 94, 172, 173, 174, 175, 176
CORNEILLE, Thomas 72 (nota 89)
COROA VERMELHA 148, 149
CORPUS 173 (nota 237)
CORRÊA, Jorge 61
CORRÊA, Salvador 49, 50, 60, 70
CORRÊA DE CASTRO 74 (nota 98)
CORRÊA DE OLIVEIRA 122
CORRÊA VASQUES 75 (nota 100)
CORREIA, Gaspar 147 (nota 174), 149 (nota 178), 154 (nota 189)
CORREIA DA CÂMARA, Manuel Antonio 129
CORREIA DA SILVA, Martim 156 (nota 196)
CORRIENTES 93, 94, 95, 96, 97, 109, 112 e nota 144, 113, 115 e nota 151, 160, 164 (nota 214), 165, 169, 173, 174, 175
COSTA, Cláudio Luís da, 91 (nota 177)
COSTA, Cláudio Manuel da, 83, 85
COSTA CARVALHO 100, 102, 103, 107, 108, 109, 110
COSTA PEREIRA, Hipólito da, 90, 120 (nota 160)
COSTA QUINTELA 87
COTEGIPE (barão) 119, 121, 122
COTINDIBA 51
COURROUAIE 90
COUTINHO, Lino 98
COUTO, A. Leocádio do, 33 (nota 32), 36, 147 (nota 172)
COUTY, L. 120 (nota 60)
CRALITZ 57
CRESPIN 151 (nota 185)
CRIQUE-FOUILLÉE 91
CRUZ, Antônio Gonçalves da, 129
CRUZ ALTA 64 (nota 83)
CRUZEIRO (visconde), *vide* TEIXEIRA JUNIOR.
CUMAÚ 54, 71, 81
CUMBARITI 117

CUNHA, Aires da, 157, 158
CUNHA, Chrispim da, 75 (nota 100)
CUNHA, Luís da, 87, 88
CUNHA, Tristão da, 42, 153
CUNHA BARBOSA 98, 99 e nota 122
CUNHA MOREIRA, Luís 87, 90 (nota 114), 91 (notas 116 e 117)
CUNHAMBEBE 46 e nota 52, 46 (nota 52)
CUNHAÚ 59
CURADO 94, 95, 96
CURUGUATI 97
CORUMBATAÍ 63
CURUPAITÍ 114, 115 e nota 150, 116, 117
CURUZU 113 (nota 147), 115

D

D. ISABEL 120, 123
D. JOÃO 87, 89
D. MANUEL 40, 53, 147, 149, 152, 154
D. MIGUEL 103
D. PEDRO 97, 128, 129
D. SEBASTIÃO 48 (nota 59), 158 (nota 197)
D'ABBEVILLE, Claude 52 (nota 64)
D'AMBREVILLE 53 (nota 65)
D'AVEZAC 145 (nota 167 e 168), 154 (nota 189), 156 (nota 195), 159 (nota 202)
DANTE 152 (nota 186)
DE BEAUVE 74 (nota 97)
DEBRET, Jean Baptiste 62 (nota 77), 90
DE COIGNY 73 (nota 94), 75
DE COURSERAC 75 (nota 98)
DE FER 71 (nota 89)
DE GOYON 75 e nota 98
DÉGRAS DES CANNES 91 e nota 115
DE LA BARRE, Lefebvre 71 e notas 87 e 89
DE LA MOTTE 156

DE LA SALLE 73 (nota 94)
DE LASTRE 52 (nota 64), 53 (nota 66)
DE L'ISLE 47 (nota 54), 52 (nota 64), 71 (nota 89)
DEL PICO, Blas 173
DENIS, Ferdinandi 43 (nota 49), 52 (nota 64)
DE PEZIEUX 53 (nota 65)
DE POINTIS 74 (nota 96)
DESTERRO 54
D'EU (conde) 118, 119
DIAMANT 91 e nota 115, 105 (nota 131)
DIAS ADORNO 61
DIAS, Bartolomeu 39, 148, 149
DIAS, Custódio 105 (nota 132)
DIAS, Diogo 43 (nota 47), 148, 155
DIAS, Henrique 55 e nota 71, 59
DIAS ARZÃO 68
DIAS TAÑO 66
DIAZ DE GUZMÁN 42, 44 (nota 51), 64 (nota 82)
DÍAZ VÉLEZ 181
DIEPPE 50 (nota 60)
DOMINGOS HENRIQUES 75 (nota 100)
DÓRIA, André 157 (nota 196)
DORREGO 161, 164, 177
DRESDEN 40
DUARTE PACHECO 153
DU CLERC, Jean François 72, 73 (nota 94), 76
DUGUAY-TROUIN 73, 74 e notas 96 e 97, 75 e notas 98 e 99, 76 (notas 101 e 102)
DUNAS 60 (nota 75)
DUPOTET 109 (nota 138)
DU PRAT 53 (nota 65)
DURÃO, Santa Rita 83, 85
DURÁN, Juan J. 168 (nota 223)

E

EÇA, Marinho d', 55
ECKHOUTE, A. van den., 57
ELIZALDE, R. 112 (nota 145)
EMBOABAS 68, 82
EMPOLI 40
ENCARNACIÓN 63
ENGENHO ANTAS 106 (nota 133)
ENTRE RIOS 26, 93, 94, 95, 96, 97, 109, 112 e notas 143 e 146, 160, 164, 169, 173, 174, 175, 180 e nota 258
EOBAN, Heliodoro 49 (nota 58)
ERICEIRA, (conde) 60 (nota 76)
ESCHWEGE 89 (nota 113)
ESPANHA 19, 25, 41, 50, 54, 59, 63, 69, 70, 71, 72, 78, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 93, 136, 139, 146 (nota 168), 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 172, 179 (nota 251), 180
ESPINILLO 114, 115 (nota 150), 117, 180
ESPÍRITO SANTO 44, 48, 50, 51, 55, 58, 61, 62, 63 e nota 79, 64, 67, 81, 95, 159 e nota 202
ESTABLECIMIENTO 117
ESTADOS UNIDOS 7, 14, 19, 20, 104, 119, 123, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137,138, 139, 140 141, 142
ESTERO ROJAS 116
ESTREITO 156 (nota 195)
ESTRELA 121 (nota 160)
EUROPA 13, 19, 41, 44, 47, 53, 55, 59, 86, 87, 97, 103, 109 e nota 138, 120, 133, 139, 150, 151, 152 , 156, 157, 158, 161, 162 e nota 208, 163, 165(nota 216)
EVREUX, Yves d', 52 (nota 64)
EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS 7, 16, 17

F

FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO 7
FALKNER 32 (nota 25)

FEIJÓ, Diogo 104 e nota 130, 105, 106
FENTON, Edward 50
FERNANDES COUTINHO, Vasco 44, 157
FERNANDES VIEIRA 59
FERNANDO DE NORONHA 41, 42, 150
FERNANDO VII 93, 161, 163 (nota 210), 165, 180 (nota 255)
FERRAZ 111
FERREIRA ESTRELLA 74 (nota 97)
FERREIRA DE MENEZES 121
FERREIRA FRANÇA, Antônio 120 (nota 159)
FERREZ, Zépherin 90
FERROLLE (marquês) 71 e nota 89
FIDIÉ 99
FIGUEIRA 97
FIGUEIREDO CORRÊA 45
FILHO, Luis Viana 11
FLAMENGO 48
FLORENÇA 152
FLORES, Venâncio 111, 112, 113, 114 (nota 149)
FLORES VALDEZ 50
FLORIDA 138
FONSECA, Hermes da, 12
FONSECA, Isidoro da, 85
FONSECA, Mariano da, 85
FONTAINEBLEAU 88, 161
FONTEQUELÁN 176
FONTEZUELAS 172
FORMOSA 159 nota (202)
FRANÇA 13, 15, 16, 19, 47 e nota 54, 52 e nota 62, 53 (nota 66), 71, 72 (nota 90), 73 (nota 94), 77, 78, 85, 88, 91, 92 e notas 119 e 120, 99 (nota 122), 102, 109 (nota 138), 120 (nota 159), 139, 152, 156 (nota 195), 158
FRANÇA RIBEIRO, J. A. 33 (nota 32)
FRANÇA ANTÁRTICA 47
FRANÇA EQUINOCIAL 52, 71
FRANCIA 97, 112 (nota 143)
FRANCISCO, I. 154

FREDERICA 67
FREY, Roger 54
FUNCHAL (conde) 165
FUNDÃO 72
FUNES 170 (nota 227) 173 (nota 232)
FURTADO 111

G

GAFFAREL 43 (nota 48), 47 (nota 53), 48 (nota 57), 151 (nota 182), 154 (nota 189), 155 (nota 190), 156 (nota 195), 159 (nota 202)
GALEGO DE CARVALHO, Vasco 151
GALVEIAS (conde) 160 e nota 204, 162 (nota 207)
GAMA, Basílio da, 83, 84, 85
GAMA, Vasco da, 39, 147 e nota 173, 148, 157
GAMEIRO PESSOA, Manuel Rodrigues 129
GANDAVO 148 (nota 176)
GARCIA, Aleixo 42, 43 e nota 47
GARCIA, Diogo 42
GARCIA, Manuel José 94, 163 e notas 210 e 211, 164 e nota 214, 166 e nota 217, 167, 171, 172 e nota 229, 176 (nota 242), 179 e notas 251 e 252, 180 e notas 255 e 256
GARCIA DE COSSIO, José 175 (nota 238)
GARCÍA DE ZÚÑIGA, Tomás 168 (nota 223)
GARIBALDI 106
GARSTMAN 57, 58
GAXINDIBA 67
GAY 174 (nota 238)
GELLY Y OBES 115 (nota 150)
GERIBATIBA 42
GLIDDERS, J. Rogger 29
GLIMMER 62
GLÓRIA DE GOITÁ 67
GOIANA 67
GOIÁS 81, 82, 113 (nota 147)
GÓIS, Damião de, 153 (nota 187)

GÓIS DA SILVEIRA, Pero de, 156, 157, 158 (nota 200), 159 e nota 202
GOMES DA SILVA, Aires 148
GÓMEZ, Valentin 173
GONÇALVES, Afonso158
GONÇALVES, André 40, 41, 148, 149 e nota 177
GONÇALVES, Baltasar 155 (nota 191)
GONÇALVES, Bento 101, 105
GONÇALVES, João 156 (nota 195)
GONÇALVES DE ALVELOS, Sebastião 156 (nota 195)
GONNEVILLE, Paulmier de, 42
GONZAGA 85
GONZÁLEZ 174
GORIBAULT 50
GORRÍA ou GARCIA, João Pedro 164 e nota 214, 169
GOVERNO AMERICANO 19, 20, 129, 131, 135, 136, 138, 141
GOVERNO ARGENTINO 23, 24, 94, 163, 181
GOVERNO BRASILEIRO 14, 133, 135, 141
GOVERNO DE BUENOS AIRES 23, 27 (nota 12), 101, 160 , 162, 163 (nota 210), 164, 165, 167, 168, 170, 173, 174 (nota 234), 175, 176, 177, 178 179, 180
GOVERNO DE WASHINGTON, *vide* GOVERNO AMERICANO.
GOVERNO DO RIO DE JANEIRO, *vide* GOVERNO BRASILEIRO.
GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS, *vide* GOVERNO AMERICANO.
GOVERNO DO URUGUAI 15, 19, 27, 78, 89, 93, 94, 101, 104, 109, 111, 112 e nota 145, 114, 115 (nota 150), 160, 173, 174
GOVERNO ESPANHOL 93, 172
GOVERNO IMPERIAL 20, 23, 102, 107, 111, 113 (nota 148), 131, 132, 133, 134, 141
GOVERNO INGLÊS 172
GRÃ-BRETANHA 15, 131, 170, 171, 172, 176
GRAMONT, H. de, 47 (nota 54)
GRANDE (rio) 62
GRENFELL 109
GROS BOIS 52
GUABIJÚ 96, 164 (nota 212)
GUADALUPE 72 (nota 90)
GUAIABO ou GUABIJÚ 164 e nota 212, 169

GUAIBIPOPABA 67
GUAIMBÉ 44
GUAJU 59
GUALEGUAI 169
GUAPITUBA 44
GUARAPARIM 67
GUARARAPES 60
GUARATIBA 72
GUARATINGUETÁ 68
GUARULHOS 68
GUAXENDUBA 52, 53 e nota 65
GUAÍRA 62 e nota 78, 63, 64 e nota 82, 65
GUECHAY 182
GUÉRIN 43 (nota 49)
GUERRA DO PARAGUAI 111, 112 (nota 146)
GUIANA 15, 52 e nota 62, 54, 71, 91, 92 e nota 119
GUINÉ 39
GUIRAOBIRA 67
GUIRAPIRÃ ou UIARAPIRÃ 44
GUIZOT 109 (nota 138)
GURJÃO 115 (nota 150)
GURUPÁ 54, 63 (nota 79), 66, 71
GUSMÃO, Alexandre de, 78, 80, 83
GUTIERRES VALÉRIO 51
GUYANE FRANÇAISE 91 (nota 116), 92 (nota 118), 154 (nota 189), 156 (nota 195), 71, 77, 90, 92 (nota 119)
GUYEISSE, 87

H

HANOTAUX 141
HARDCASTLE 78
HARLAY-DE-SANCY, Nicolas de, 52
HARRISSE 152 (nota 185)
HAVRE 50, 51, 99 (nota 122)
HAWKINS, William 43

HAYE 53 (nota 65)
HENRIQUE II 47
HENRIQUE IV 52
HERCKMANN 57
HEREÑU 169
HERRERA, Nicolás 94, 171, 172, 173, 176 e nota 242), 177, 178, 179 e nota 250, 180
HERVAL (marquês), *vide* OSÓRIO HESSUS, Helius Eobanus.
HEYN, Piet 55
HOJEDA, Alonso 145 e nota 167
HOLLANDA CAVALCANTI 106, 107
HOLANDA 57, 70
HOLLEMBERG 169 e nota 225
HONFLEUR 42
HORN 25 (nota 3)
HORNOS 32, 36
HOTHAM 109 (nota 138)
HOUS 59
HUMAITÁ 114 e nota 149, 115 e nota 150, 116, 117 e nota 152, 118 (nota 153)
HUMBOLDT 145 (notas 167 e 168), 150 (nota 181), 152 e nota 185, 153

I

IAGO 146 (nota 168)
IAPOCO 52 (nota 62)
IBIAPUÁ 67
IBICUÍ ou IBICUITI 64 e nota 83, 78
IBIRAOCAÍ 94, 95
IBIRAPUITÃ 97
ICARAÍ 68
IGUAÇU 63, 67, 68, 76
IGUAPE 63, 68
IGUARAÇU 44, 45, 56, 67, 154, 158
IJUÍ 64 e nota 83
IJUÍ GRANDE 64

IJUÍ MIRIM 64 e nota 83
ILHÉUS 45, 50, 51, 57, 67, 159
INÁCIO, J. J. 29 (nota 18), 33 (nota 32), 36, 116, 117
INDEPENDÊNCIA 19, 20, 25, 67
ÍNDIA 77, 147 e nota 173, 149 e nota 177, 153, 157 e nota 196, 158
ÍNDIA MUERTA 95
INGLATERRA 13, 19, 47, 87, 92 e nota 119, 93, 100, 101, 107, 109 e nota 138, 113, 139, 141, 160, 163 (nota 210), 215
INGLEFIELD 109 (nota 138),
INHAÚMA (visconde), *vide* IGNACIO, J. J.
INHOBIM 59
IRAJÁ, 67 99
ISLA POI 117
ITABAIANA, *vide* GAMEIRO PESSOA, Manuel Rodrigues.
ITABOATÉ 68
ITABORAÍ *vide* RODRIGUES TORRES.
ITACORUBI 96
ITÁ IBATÉ 117
ITAIPU 16
ITAJUBÁ (visconde) 141
ITÁLIA 15, 17, 152
ITAMARACÁ 44, 51, 56, 59, 60, 67, 156
ITAMARATY 12, 14, 15
ITAMBI 67
ITANHAÉM 68
ITAPARICA 27 (nota 10), 28 e notas 13 e 16, 29, 42, 45, 99, 158
– (visconde), *vide* ARGOLLO.
ITAPECIRICA 67
ITAPIRU 114
ITAPUÃ 67, 114 (nota 149)
ITAQUAQUECETUBA 68
ITARARÉ 63
ITU 64 (nota 83)
ITUZAINGÓ 101
IVAÍ 63

J

JABOATÃO 67, 154 (nota 189), 156 (nota 195)
JACAREÍ 68
JACAREPAGUÁ 72
JACQUES, Cristóvão 43, 154 e nota 189, 155
JACUÍ 64 e nota 83, 78, 110 (nota 140)
JAGUARÃO 87
JANUÁRIO 151 (nota 184)
JARAGUÁ 66
JARRIC 49 (nota 59)
JEFFERSON, Thomas 86
JEJUÍ 64, 65
JEQUITINHONHA 61
JERERECOARA 147
JERICOACARA 52
JESUS MARIA 63, 64 (nota 83), 65
JETICAÍ 62
JOÃO III, (dom) 44, 154, 156 (nota 195), 157, 158
JOÃO IV (dom) 58, 88
JOÃO V (dom) 80, 82, 84
JOÃO VI (dom) 88, 89, 90, 93, 97, 101, 180 (nota 255)
JOL 59
JOMARD 147 (nota 169)
JOSÉ I (d.) 66, 79, 80, 82
JUCA PARANHOS 11, 12
JUJUÍ 170
JÚLIO I, 41
JUNCAL 101
JUNDIAÍ 68
JUNOT 88 e nota 112
JURUJUBA 74 (nota 97)

K

KHAIR-EDDIN 157 (nota 197)
KOEN 58

L

LABAT 72 (nota 91)
LABATUT 99
LA COSA, Juan de, 145, 147 (nota 170)
LAFAIETTE PEREIRA 121
LAFER, Celso 18
LAGE 74 (nota 98)
LA GRAVIÈRE, Jurien de, 86 (nota 111)
LAGUNA (barão) 88 (nota 113)
– (ilha) 71
– (visconde) 27 (nota 12)
LAGUNA VERÁ 117
LAINÉ 109 (nota 139)
LA MARTINIÈRE 71 (nota 90)
LAMAS, André 26 (nota 6), 109, 167 (nota 219 e 222), 170 (nota 228), 173 (nota 233), 174 (nota 235)
LA MOLLE (barão), *vide* HARLAY-DE-SANCY, Nicolas de.
LANCASTER, James 50
LANDOLPH 86
LA RAVARDIÈRE 52 e nota 62, 53 e notas 65 e 66
LA ROCHE DU PUY 53 (nota 65)
LA ROCHELLE 72, 73
LARRAÑAGA, Dámaso 168 (nota 223)
LATORRE, Andrés 95
LAVALLE 109 (nota 139)
LAVALLEJA 31, 100
LAVRADIO (marquês) 79, 84, 85
LEBLANC, 109 (nota 139)
LEBON, 141
LEBRETON 90

LEBRIJA 153 (nota 188)
LECÓR, Carlos Frederico 88 (nota 113), 94, 95, 99, 166, 188 (nota 256)
LEDO 98, 99 e nota 123, 109
LEGRAND-BEAU-REGARD 91
LEITÃO, Diogo 74 (nota 98)
LEITÃO, Jeronimo 61
LEITÃO, Nuno 148
LEITE, Diogo 154 (nota 189), 155 (nota 192)
LEITE, Gonçalves 154 (nota 189)
LEMOS, Duarte de, 44, 158 (nota 201)
LEMOS, Gaspar de, 148, 149 (nota 178)
LE NOYER 50
LEOPOLDO I 113 (nota 149)
LEPE, Diego de, 40, 145 (nota 168), 147
LEPRÉDOUR 109 (nota 139)
LE ROUX 72 (nota 93)
LÉRY, Jean de, 48 (nota 55)
LEVASSEUR, E. 119 (nota 157)
LICHTHARDT 56, 57, 58, 59
LIMA E SILVA, F. de, 100, 103
LIMA E SILVA, J. J. de, 99
LIMA E SILVA, L. A. de, 107
LINARS 73 (nota 95)
LINCOLN 141
LINHARES (conde) 60 (nota 76), 89, 160 (205)
LINS, Álvaro, 11, 16
LINSCHOTEN, Jean H. van, 40 (nota 45)
LISBOA, Baltasar 84 (nota 110)
LISBOA, João de, 42, 151
LISBOA, Joaquim José 92 (nota 121)
LISBOA 39, 40, 41, 48, 49 e nota 57, 52 (nota 64), 70, 74, (nota 97), 77 e nota 106, 79, 80, 82, 83 e nota 109, 87, 88 e nota 113, 89, 97, 98, 99, 104, 105, 120 (nota 160), 148, 149, 150, 151, 154, 155, 158 (nota 198), 165
LIVERPOOL 13, 15
LIVRAMENTO 75
LLANOS DE YAGUARY 64 (nota 82)
LUANDA 59, 60

LOBO, Manoel 70
LOBO PINHEIRO, Pero 155 (nota 192)
LÔBO, Rodrigo José Ferreira 25, 26, 27 e notas 11 e 12, 28 e notas 13 e 14, 30 e nota 22, 32 e nota 29, 101
LOGEVILLE 53 (nota 65)
LOMAS VALENTINAS 117 e nota 153
LOMBARD 71 (nota 90)
LONCK 55
LONDRES 16, 88 (nota 112), 90, 110 (nota 140), 119 (nota 158), 129, 163 (nota 211), 164, 165
LOPES GAMA 106
LOPEZ, Carlos 110, 112 (nota 144)
LOPEZ, Estanislás 97
LÓPEZ, Francisco Solano 111 (nota 143), 112 e nota 144
LORETO 63, 64, 174 (nota 237)
LOS ARTILLEROS 31
LOURENÇO, Vicente 155 (nota 192)
LUÍS XIV 72
LUÍS XVIII 92
LUZ 67

M

MACAÉ (visconde) *vide* ALMEIDA TORRES.
MAC DOUAL 79
MACÉ 76
MACEDO 99
MACIEL DA COSTA 91, 92 (nota 119), 100, 132
MACIEL PARENTE, Bento 54, 56
MACKAU 109 (nota 139)
MACNAMARA, John 84
MADEIRA 44, 80, 83, 99
MADRE DE DEUS, Gaspar da, 46 (nota 52)
MADRI 54, 55 (nota 69), 63 (nota 79), 161, 165, 166, 172
MADRIGNANO 146 (nota 169)
MAFRENSE, Domingos Afonso 69

MAGALHÃES, Fernão de, 42, 153
MAGALHÃES, Jacques de, 61
MAGALHÃES DE MENEZES 90, 91
MAGÉ 67
MAGEPE 67
MAIA, José Joaquim da, 86
MAJOLO 41 (nota 46)
MÁLACA 157
MALASPINA 32 (nota 27)
MALDONADO 94, 95, 179
MALTE 47 (nota 54)
MAMANGUAPE 67
MANAUS 80
MANGARATIBA 68
MANTIQUEIRA 61, 68
MARACAJU 66
MARAJÓ 71 (nota 90), 90
MARANGUAPE (visconde), *vide* LOPES GAMA.
MARANHÃO 51, 52 e nota 64, 53, 54, 59, 66, 70, 80, 81, 82, 85, 86, 99, 103, 107, 113, 147, 158
MARCGRAF 57
MARIA I (dona) 86, 87
MARIANA 82
MARIATH, Frederico 32, 33 e nota 33, 35 e nota 38, 36 (nota 44), 106
MARICÁ (marquês) 85, 132
MARINHO, Sebastião 62
MARIUÁ 80 (nota 107)
MARONI 54, 71
MARQUES D'ELVAS 90, 91 e nota 117
MARQUES DE SOUSA, *vide* PORTO ALEGRE
MARQUES PINTO 85
MARSELHA 156
MARTIAURA 174 (nota 237)
MARTÍN GARCÍA 25, 26, 27 e nota 12, 109 (nota 139), 112 (nota 144)
MARTINHO CAMPOS 121
MARTINS, Domingos, 95
MARTINS CÃO, Domingos 61

MARTIUS 89 (nota 114)
MARTIRES DE CAARO 64 (nota 83), 65
MAHURY 91
MASON 30
MATA REDONDA 57
MATO GROSSO 64, 69, 81, 82, 87, 110, 112 e nota 145, 113 e (nota 148), 114 (nota 150), 115 (nota 151), 118
MATOS, Eusébio de, 83, 108 (nota 136), 110
MATOS, Gregório de, 83
MATOS CARDOSO 56
MAURITIUS 67
MAURITZSTADT 57, 61
MAWE 89 (nota 114)
MAXIMILIANO DE NEUWIED 89 (nota 114)
MBORORÉ 65
MBOTETEI 64 (nota 82)
MEADE, Richard Kidder 141
MEDICI, Lorenzo dei, 152
MÉDICIS, Catarina de, 47
MÉDICIS, Maria de, 52
MEDITERRÂNEO 44, 156, 157
MEIRELES, Victor 206
MELGAREJO 64 (nota 82)
MELO DA SILVA, Luís de, 158
MELO E ALVIM, Miguel de Sousa 137
MENDES DE ALMEIDA, C. 149 (nota 177), 150 (nota 181), 151 (nota 182)
MENDONÇA, Amaro José de, 72, 74 (nota 96)
MENDONÇA, Lourenço de, 63 (nota 79), 66
MENESES, César de, 85
MENA BARRETO, J. D. 95
MENA BARRETO, J. L. 116
MENA BARRETO, J. M. 116
MENA BARRETO, J. P. 111
MERITI 67
MÉXICO 139
–(golfo) 58

MICHAUX-BELLAIRE 120 (nota 159)
MIGUELETE 168 (nota 223)
MILÃO 17
MINAS DOS CATAGUÁS 68
MINAS GERAIS 61, 62, 68, 69, 76, 78, 82, 83, 85, 92 (nota 118), 107, 113 (nota 147)
MINÍ 174 (nota 236)
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES 12, 13
MIRALLES 58 (nota 73)
MIRANDA, Simão de, 148
MISSÃO VELHA 105
MISSÕES 70, 78, 87, 94, 95, 96, 161, 169, 174, 177
MITRE 112 (nota 146), 113, 114, 115, 166 (nota 217), 171 (nota 228), 172 (notas 229, 230, 231), 173 (nota 232 e 233), 175 (nota 237), 176 (nota 241 e 242), 178 (nota 246), 179 (nota 251), 180 (notas 255 e 256)
MIZQUE 43
MOGI DAS CRUZES 62 (nota 77), 68
MOLINO 31
MOLUCAS 78
MONDEGO 64 (nota 82)
MONGLAVE, E. de, 24
MONROE 127, 131, 133, 135, 141
MONROE, James 20, 129, 130, 132, 136, 138
MONTALVÃO (marquês) 58
MONTE ALEGRE (marquês), *vide* COSTA CARVALHO.
MONTEIRO, Victorino 116
MONTE CASEROS 109
MONTE SANTIAGO 101
MONTEVIDÉU 23, 25, 26 e notas 7 e 9, 36, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 109 (nota 138), 111, 112 (nota 143), 160, 161, 162, 164, 167, 168, 169, 170, 174, 176, 177, 178, 179
MONTIGNY, Grandjean de, 90
MONTMORENCY, Marguerite de, 53 (nota 65)
MONTOYA 62 e nota 77, 63 (notas 79 e 81)
MONTPELLIER 85
MOQUET, Jean 52 (nota 62), 71 (nota 89)

MORATO, Manoel 63
MOREAU 60
MOREIRA CABRAL, Pascoal 69
MOINHO DE LOYOLA 91
MOURA, Alexandre de, 53
MOURA, Francisco de, 55
MOUSSY 174 (nota 236)
MUCURIPE 147
MULEGUES 32
MUNIZ, Bráulio 103
MUNIZ BARREIROS 59
MUNIZ DE MENDONÇA 72
MURIBECA 67
MURILO 161, 162, 165, 166, 170
MURITIBA (marquês), *vide* TOSTA.
MUZZIO 33 (nota 31), 35 (nota 39)

N

NABUCO, Joaquim 7, 15, 110, 111, 119, 121
NAPO 80
NAPOLEÃO 87, 90, 92, 112, 161
NASSAU, João Maurício 53, 57, 59
NATAL 51, 66
NATIVIDAD 65 e nota 83
NATIVIDAD DO ACARAIG 64
NAVARRETE 147 (nota 171), 152 (nota 185), 154 (nota 189)
NAZARÉ DO CABO DE SANTO AGOSTINHO 67
NENGUIRU, Nicolas 65 (nota 84)
NHIAJEREBA 67
NHUMAJAI 67
NITERÓI 107 (nota 134)
NIMES 86
NIN, dom Estevão 34
NÓBREGA, Manuel da, 45, 48 e nota 55, 99 (nota 122), 158 (nota 199)
NOORT, Olivier van, 50

NORD 52 (nota 64), 54
NORONHA, Afonso de, 60(nota 76)
NORONHA 41, 42, 150
NORONHA, Jácome de, 54
NORTON 101
NOVA COIMBRA 87
NOVA YORK 14, 19
NUNES, Agostinho 27 (nota 10), 59
NUNES, Pedro 99
NUNES DE ANDRADE, Álvaro 156 (nota 195)
NUNES VIANA, Manuel 68
NUNO MANUEL 42, 149 e nota 178

O

OBLIGADO 109 (nota 138)
OCTAVIANO, F. 112 (nota 145)
OITIZEIRO 60
OLINDA (marquês ARAÚJO LIMA) 102, 105 (nota 132), 106 (nota 133), 108, 110, 111, 157
– (ponta) 155
– (vila) 17, 45, 52 (nota 63), 55, 56, 59, 60, 67, 82, 111
OLIVEIRA, Diogo de, 55
OLIVEIRA ÁLVARES 95
OLIVEIRA, Lima 18
OLIVENÇA 87, 162
OQUENDO, Antonio de, 56, 60
ORANGE 40, 54, 71, 147
ORELLANA, Francisco 45
ÓRGÃOS 61
ORIBE 109
ORVILLIERS, Claude d', 85
OSÓRIO HESSUS (marquês de Herval) 114 e nota 149, 115 (nota 150)
OTORGUÉS 95, 96
OTONI, Teófilo 111
OUDAEN, Nicolau 53

OURO PRETO 82, 85, 103
OIAPOQUE 54, 71, 72, 77, 90, 92

P

PACHECO 40, 153
PADILHA 55
PAES BARRETO (marquês de Recife) 100, 108, 154
PAES DE ARAÚJO, Pascoal 68
PAES LEME 63 (nota 80), 68
PAEZ, Pablo 95
PAISSANDU 11, 173, 175
PAIVA, Manoel de, 45
PAIVA, João de, 75 (nota 100)
PALHETA 85
PALMARES 69
PALMAS 13, 15, 20, 117
PALMELA (duque) 165
PARÁ 29, 32, 33 e nota 31, 54, 66, 71, 72, 80 e nota 106, 81, 82, 84, 85, 86, 90, 97, 99, 103, 105, 113 (nota 147)
PARAGUAÇU 42, 43, 51, 154
PARAGUAI (país) 15, 43 e nota 47, 45, 46, 62, 63 e nota 79, 64 e notas 82 e 83, 65, 66, 78, 87, 97, 109, 110, 111 e nota 142, 112 e notas 143, 144 e 146, 114, 116 (nota 151), 117, 119 (nota 156), 166, 174 e nota 236
– (rio), 115 (nota 150), 117, 118, 119, 153
PARAÍBA 40, 45, 46, 50, 56, 58, 59, 66, 69, 70, 81, 113 (nota 147)
PARANÁ 64, 82 (nota 107), 109, 112 (nota 143), 114, 153, 164, 165, 170, 172, 174, 175
– (marquês), *vide* CARNEIRO LEÃO.
– (rio), 25, 31, 43, 44, 62, 63, 64, 65, 71, 112 (nota 144), 174, 177
PARANAGUÁ 66, 68
– (marquês), *vide* VILELA BARBOSA.
PARANAÍBA 62
PARANAPANEMA 63
PARANAPIACABA 42, 44, 63

PARANAPUCUÍ 48
PARATI 68, 76
PARAUPABA 62
PARDO 64, 65
PARE-CUÊ 116
PARIA 40
PARIS 13, 20, 48 (nota 56), 52 (nota 64), 55 (nota 71), 97 (nota 121), 109 (nota 137), 112 (nota 143), 129, 141, 160 (nota 203)
PARNAÍBA 68
PASCOAL 40, 148
PASCUAL 168 (nota 221), 175 (nota 238), 177 (nota 244)
PASO DE CUELLO 95
PASO DE LA ARENA 168
PASO DE LA PATRIA 114 (nota 149), 115 (nota 150)
PASO DE VERA 96
PASO PUCU 115
PATAGÔNIA 42, 78, 101, 150 (nota 181), 151
PATER 56
PATOS 45, 153
PATROCÍNIO, José do, 121
PAULA E SOUZA 107
PEÇANHA, Nilo 12
PEDRO I (dom) 19, 23 (nota 1), 24 (nota 2), 88, 92 (nota 118), 97, 100, 101, 102, 103, 104, 105
PEDRO II (d.) 13, 17, 73 (nota 93), 80, 103, 107, 108, 113, 115, 119, 120, 123, 140, 141
PENA, Afonso 11
PENEDO 59, 60, 67, 111
PEQUIRI 63
PERCAAURI 155
PERDIGÃO 105
PEREIRA, Clemente 98, 99 e nota 122, 102
PEREIRA COUTINHO, Francisco 45, 157, 158
PEREIRA DA FONSECA (marquês de Mericá) 132
PEREIRA DA SILVA 162 (nota 208), 163 (nota 209), 165 (nota 215), 171 (nota 228)
PEREIRA PINTO 131, 138

PEREIRA PINTO, J. M. 90 (nota 114), 131, 138
PERES, Duarte 42
PERET, Jean du, 44, 156
PERNAMBUCO 40, 43, 44 , 46, 50, 51, 52 e nota 63, 53, 54, 55 e nota 71, 56, 57, 59, 67, 68, 69, 70, 81, 82, 85, 95, 96, 98, 99, 100, 103, 105, 106 e nota 133, 108, 113 (nota 147), 153, 154, 155 e nota 190, 156 e nota 195
PERRUCHO-VERNA 96
PERU 45, 54, 65, 139, 142, 170
PERUGORRIA, GORRÍA ou PERRUGORRÍA, Gennaro, 164 (nota 214)
PETIMBU 67
PEZUELA 170, 180 (nota 253)
PIAUÍ 69, 80, 81, 82, 113 (nota 147)
PIQUISIRI 117 e nota 152
PILAR, 67, 116
PIMENTA BUENO (marquês de São Vicente) 119, 120
PINA,75
PINA, Simão de, 148
PINDAÚNA 67
PINTO, Ruy 46 (nota 52)
PINTO, Sebastião 95
PINTO ALPOIM, J. F. 84
PINTO BANDEIRA, Rafael 79
PINTO DA FRANÇA, Luís Paulino 92 (nota 120)
PINTO DE SOUZA 91
PINTO GUEDES (barão do Rio da Prata) 101
PINZÓN, Vicente Yañez 40, 42, 54, 71 (nota 88), 77, 78, 90, 145 e nota 167, 146 (nota 168), 147 (nota 169), 153
PIRAJÁ 99
PIRARI 66
PIRATINI, 31, 64 (nota 83), 65 (nota 85)
PIRATININGA 42, 43, 45, 156
PIRIBEBUÍ 118
PIRES, Luís 148
PIRES DE CAMPOS, Antônio 68
PIRES DE CAMPOS FILHO, Antônio, 69
PISO 57

PITANGA 55
PITANGUI 68
PIZARRO 74 (nota 96), 84 (nota 109)
PLYMOUTH 43
POHL 89 (nota 113)
POIS DE MILL 50
POOLE, W. W. 88 (nota 111)
POMBAL (marquês) 45, 66, 70, 79, 80, 81, 82, 88
PONTA DE CORALES 29
PONTA DO ÍNDIO 32
PONTAL 56
PORTINHO 115 (nota 150)
PORTO 70
PORTO ALEGRE (Manuel Marques de Sousa) 115, 116
– (cidade) 115
PORTO CALVO 56, 59
PORTO SEGURO 40, 44, 45, 51, 61, 67, 86, 99 (nota 123), 104 (nota 129), 148 (nota 176), 151 (nota 182), 153, 159
PORTUGAL 19, 41 e nota 46, 42, 43, 45, 48 (nota 57), 50, 58, 59, 60 (nota 75), 61, 63 (nota 79), 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74 (nota 96), 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87
POSADAS, Gervasio 163 (nota 210), 169, 170, 171, 172 ,173
POST, Franz 57
POST, P. 57
POTEL, Jacques 50
POTENGI 58
POTRERO OBELLA 116
POTRERO PIRIZ 115
PRADO, Antônio 122
PRADO, João do, 61
PRADO, Eduardo 19
PRAIA DE FORA 76 (nota 104)
PRAIA VERMELHA 74 (nota 97), 76 (nota 104)
PRAINHA 72 (nota 92), 74 (nota 97), 76 (nota 104)
PRÉFONTAINE, 73 (nota 94)
PRETO, Antônio 62 (nota 78)
PRETO, João 62 (nota 78)

PRETO, Manuel 62 e nota 78
PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL 16
PROVIDÊNCIA 75
PROVÍNCIA CISPLATINA 18, 100
PROVÍNCIA ORIENTAL DO URUGUAI 173
PROVÍNCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA, 19, 23, 163, 173
PURCHAS 44 (nota 50)
PURIFICAÇÃO 96

Q

QUARAÍ 87, 94, 96, 161, 177
QUEGUAY CHICO 96
QUEIRÓS, Eusébio de, 108 (nota 135), 110 e nota 139, 119 (nota 157)
QUELUZ (marquês) *vide* MACIEL DA COSTA, João Severino.
QUINTANA 169 (nota 225)
QUINTELA 87, 148 (notas 175 e 176), 149 (nota 179), 153 (nota 187), 158 (nota 200)

R

RAGUET, Condy 113, 134, 138
RAMALHO, João 42, 44, 45
RAMIREZ 96, 97, 169
RAMIZ GALVÃO 48 (nota 57), 49
RAMÚSIO 152 (nota 186)
RAPOSO, Antônio 63 (nota 79)
RAPOSO TAVARES, Antônio 63 e nota 79, 65
RAZILLI, Claude de, 53 (nota 65)
RAZILLI, François 52
REBELO, José Silvestre 60, 129, 130 ,135
RECIFE 17, 50, 56, 57, 61, 67, 70, 82
– (marquês) *vide* PAES BARRETO.
REDUCTO CIERVA 117
RÉGIS, J. Francisco 33 (nota 31)

REIS MAGOS 67
RERITIGBA 67
RESENDE 85
RESQUIN 113 (nota 147)
REVOLUÇÃO FRANCESA 17
RIACHUELO, 72 (nota 92) 113
RIBEIRA, DE IGUAPE 63
RIBEIRO, Afonso 42
RIBEIRO, Antônio 155
RIBEIRO, Bento Manuel 95, 96, 97, 101
RIBEIRO ROCHA, Manuel 83 e nota 108, 120 (nota 159)
RIBEYROLLES, Charles 108 (nota 136), 110 (nota 141)
RICHELIEU 54
RIFFAULT, Jacques 51
RINCÓN 100
RIO BRANCO (Barão) 7, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 25 (notas 3 e 5), 26 (nota 7), 30 (nota 22), 145 (nota 165), 148 (nota 174), 150 (nota 180), 160 (nota 203)
– (visconde), *vide* SILVA PARANHOS.
– (rio) 90
RIO BRANCO, Miguel 16
RIO DA PRATA 19, 24, 25, 26 (nota 6), 31, 34, 44, 149, 150, 153, 154, 156 e nota 195, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 176 (nota 242)
RIO DAS MORTES 68
RIO DE JANEIRO 7, 12, 14, 16, 27 (nota 11), 33 (nota 33), 35 (nota 38), 41 (nota 46), 42, 46, 47, 48 e notas 56 e 57, 50 e nota 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 72 e nota 92, 74 e notas 96 e 97, 75 (nota 100), 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84 e nota 109, 85, 86, 88, 89, 90, 93, 94, 96, 97, 98, 99 e nota 122, 100 (notas 124 e 126), 102, 103 (nota 128), 105 (nota 132), 106 e nota 133, 108, 109 (notas 137 e 138), 110, 113 (notas 147 e 148), 118, 121 (nota 160), 127, 129, 131, 137, 142, 150, 151 e nota 184, 153, 155, 156 (nota 195), 159, 160, 161, 162, 163 e nota 210, 164, 165, 166 (nota 217), 167, 171, 174 (nota 235), 176, 178, 180
RIO DE ORO 117
RIO FORMOSO 56

RIO GRANDE 58
RIO GRANDE NO NORTE 50, 51, 54, 56, 59, 66, 81, 113 (nota 147), 145 (nota 167)
RIO GRANDE DO SUL 19, 31 (nota 23), 64 e nota 83, 78, 79, 80, 81, 84, 87, 93, 94, 95, 96, 97, 101 (nota 126), 103, 105, 106, 107, 133 e notas 147, 148 e 149, 160, 161 e nota 206, 167, 176, 177, 179
RIO NEGRO 25 (nota 3), 81, 96, 101, 150 (nota 181)
RIO PARDO 64 e nota 83, 65
– (conde), *vide* SOUSA, Digo de.
RIO REAL 50 (nota 60), 58, 59
RIVADAVIA, Bernardino 25, 163 e nota 210, 166, 170, 171, 175
RIVAROLA, Bruno 173
RIVAROLA, Valois 116
RIVERA, Fructuoso 97, 164 e nota 214, 168 e notas 219 e 221, 169 e nota 225, 170, 180 (nota 257)
RIVERA, Lázaro de, 87, 95
RIVIÈRE 86
ROCHA PITA 83, 85, 158 (nota 197)
ROCHEFORT 53 (nota 65)
RODRIGUES, Antônio 42
RODRIGUES, Manuel Jorge 31, 34, 35 (nota 36), 101 (nota 126)
RODRIGUES ALVES 12, 15, 127
RODRIGUES DO PRADO 87
RODRIGUES TORRES 105 (nota 132), 110, 119, 120
ROSAS OU ROJAS 14, 115 (nota 150), 117, 159
ROJAS Y BORJA 57
ROMERO 65
RONDEAU 168 e notas 220 e 221, 169 e nota 224, 170, 173, 180
ROOSEVELT, Teodoro 127
ROSALES 35 (nota 36)
ROSÁRIO 44
ROSTRO HERMOSO 147
ROUEN 47
ROUSSIN 102
RUCHAMER 146 (nota 168)
RUITERS 57
RUYTER, Dirck, van, 51

S

SÁ, Estácio de, 48
SÁ, Martim de, 50, 61
SÁ, Mem de, 47, 48 e notas 55 e 57, 49 (nota 57)
SÁ, Salvador Correa de, 49, 50, 55, 60, 70
SÁ E FARIA 79
SABARÁ 62
SÁENZ, Antonio 175
SAINT-BLANCARD 44, 156 e nota 195
SAINT-CYR, Carra 92
SAINT-GUILLES 53 (nota 65)
SAINT-HILAIRE, Auguste de, 89 (nota 113), 104, 105 (nota 131)
SALADO, Marcos 168 (nota 222)
SALAZAR 161, 163, 164
SALEMA 49
SALGADO 58
SALGADO, J. A. 90 (nota 114)
SALTO 170
SALVADOR 159 (nota 202)
SALVADOR, Frei Vicente do, 83
SAMANIEGO 169
SANFELICE 56
SAN GIANO 40 (nota 45)
SANTANA 64 e nota 83, 65 (nota 85), 67
SANTA CATARINA 45, 54, 66, 70, 71, 79, 80, 81, 84, 93, 106, 153, 162, 163
SANTA CRUZ 40, 44, 49, 67, 74 (nota 97), 76 (nota 104), 77, 86, 148 e nota 176, 151 (nota 182)
SANTA CRUZ DE LA SIERRA 65
SANTA FÉ 94, 97, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181
SANTA LUZIA 74 (nota 97), 75 (nota 99), 77, 107
SANTA LUZIA DO NORTE 67
SANTA MARIA 97
– (cabo) 10, 155
– (rio) 150
SANTA MARIA DA CONSOLAÇÃO 40, 147

SANTA MARIA DE GUAXENDUBA 66
SANTA MARIA MAIOR 63, 64
SANTA MÔNICA 121
SANTARÉM (cidade) 147 (nota 173)
– (visconde) 159 (nota 202)
SANTA RITA 33
SANTA RITA, J. Inácio de, 33, 36
SANTA TECLA 79
SANTA TERESA 73 (nota 92), 84, 94, 161, 177
SANTA TERESA DE IBITURUNA 64 (nota 83), 65
SANTIAGO 15, 39
SANTIAGO DE JEREZ (vila) 64
SANTIAGO VÁSQUEZ 25 (nota 3)
SANTO AGOSTINHO 40, 56, 57, 67, 147, 150, 153, 155
SANTO ALEIXO 155, 156
SANTO AMARO 44, 45, 46, 47
SANTO AMARO DE IBIRAPUERA 68
SANTO ANDRÉ 44, 45
SANTO ANTÃO 67
SANTO ANTÔNIO (rio) 63
– (colina) 72, 73, 74
– (distrito) 57, 63, 67, 72
SANTO ANTONIO DA SERRA DE ITAPUAMA 67
SANTO ANTÔNIO DE MACAPÁ 71, 81
SANTO ANTÔNIO DE SÁ 67
SANTO ANTÔNIO DO CABO 67
SANTO Inácio 63, 64
SANTOS, Affonso José 15
SÃO TOMÉ 59, 63, 150, 159
SANTOS, Filipe dos, 82
SANTOS 45, 50, 51, 68, 107 (nota 134)
SANTOS PEDROSO 87
SÃO BENTO 67, 72 (nota 92), 75 e notas 97 e 99
SÃO BLÁS 150 (nota 181)
SÃO BORJA 94, 96, 113, 161
SÃO CARLOS 65 (nota 85), 96
SÃO CARLOS DE CAAPI (vila) 64 (nota 83)

SÃO COSME 65 (nota 85)
SÃO COSME E DAMIÃO 64 (nota 83)
SÃO CRISTOVÃO 51, 64 (nota 83), 65, 67, 141, 180
SÃO DIOGO 74 (nota 97), 75
SÃO DOMINGOS 46, 72 (nota 92), 107 (nota 134)
SÃO FRANCISCO 57, 60, 61, 67, 69, 111, 150
SÃO FRANCISCO DE PAU D'ALHO 67
SÃO GABRIEL 31, 32
SÃO GONÇALO 85
SÃO GONÇALO DE PERIPUEIRA 67
SÃO GONÇALO DO UNA 67
SÃO JANUÁRIO 74 (nota 97), 75 (nota 99), 76 (nota 104)
SÃO JOÃO 74 (nota 97), 76 (nota 104), 77, 150
SÃO JOSÉ 52, 63, 73 (nota 93), 65 (nota 85), 73 (nota 93), 74 (nota 97)
SÃO JOSÉ DE ITAQUATIÁ 64 (nota 83)
SÃO JOSÉ DO RIO NEGRO 80
SÃO JOAQUIM 64 (nota 83), 65
SÃO JULIANO 40 e nota 45
SÃO LEOPOLDO (visconde) 102, 103 (nota 127)
SÃO LOURENÇO 49, 68
SÃO LOURENÇO DA MATA 67
SÃO LUÍS 52, 53, 54, 66, 82, 86, 99
SÃO MARTINHO 74 (nota 97)
SÃO MATEUS 67
SÃO MATIAS 42, 151
SÃO MIGUEL 34, 45, 63 e nota 79, 65 (nota 83), 68
SÃO MIGUEL DE BEJA 63 (nota 79)
SÃO MIGUEL DE IPOJUCA 67
SÃO NICOLAU 65 e nota 85, 96
SÃO PAULO 12, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49 (nota 58), 51, 57, 59, 61, 62 e notas 77 e 78, 63 e nota 79, 64 e nota 82, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 81, 82, 83, 85, 93, 96, 98, 99, 104 (nota 130), 105 (nota 132), 107, 113 (nota 147), 120 (nota 159), 122, 128, 177
SÃO PEDRO 34, 39, 63, 64 e nota 82, 72 (nota 92)
SÃO PEDRO E SÃO PABLO 67
SÃO ROQUE 41, 42, 46, 57, 149
SÃO PEDRO DE ARARUAMA 68

SÃO SALVADOR 45
SÃO SEBASTIÃO 48, 49, 68, 75 e notas 97 e 99, 77 (nota 104), 150
SÃO TEODÓSIO 74
SÃO TOMÉ 59, 63, 150, 159 e nota 202, 181
SÃO VICENTE 40, 43, 44, 45, 46, 47 (nota 52), 48, 49 (nota 58), 51, 62, 63, 68, 69, 150, 156, 159
– (marquês), *vide* PIMENTA BUENO.
SÃO XAVIER 63, 64
SARACÁ 80
SARAIVA 111, 121, 122
SARANDI ou SARANDY, 23, 25 (nota 3), 27, 28, 30 (nota 21), 32, 36, 100
SARDINHA, Afonso 51, 61
SARDINHA, Antônio 45
SARRATEA 163 (nota 210), 164, 167 e nota 218, 168 e nota 220
SAUCE 114, 115, 117
SAÚDE 75 e nota 99
SCHETZ 69
SCHOT, Albert 55
SCHKOPPE, Sigemundit von, 56, 57, 60 e nota 75, 61
SECRETARIA DO ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS 128
SENA, E. de, 33 (nota 33)
SENA PEREIRA, Jacinto Roque de, 26, 101, 176 (nota 242)
SENTINELA 76 (nota 102)
SEPETIBA (visconde) 140
SERGIPE 46, 47, 50, 51, 57, 59, 67, 81, 82, 113
SERINHAÉM 59, 67, 106
SERRA DO MAR 85
SERRA LEOA 150
SERRÃO DE PAIVA 59
SERRO FRIO 68
SHEPHERD 101
SIETE-ISLAS 32
SIGNY 73 (nota 94)
SILVA, Antônio José da, 82
SILVA, José Caetano da, 54 (nota 67), 72 (nota 90), 147 (nota 170)
SILVA, Francisco da, 158 (nota 200)
SILVA, Jacinto 85

SILVA ALVARENGA 85
SILVA FERREIRA 177
SILVA LISBOA, José da, 89
SILVA MONTEIRO, Domingos da, 68
SILVA PAES, José da, 84
SILVA PARANHOS, José Maria da, 12, 111 (nota 142), 120, 121 e nota 160
SILVA PARANHOS, João Paulo da , 16
SILVA PARANHOS, Miguel Paulo José, 16
SILVA TELLES, 60
SILVA XAVIER 86
SILVEIRA MENDONÇA (marquês de Sabará) 132
SILVES 80
SIPE SIPE 180
SMITH, Sidney 87, 88 e nota 111
SOARES DE AZEVEDO, Antônio 74 (nota 97)
SOARES DE SOUSA, Gabriel 159 e nota 202
SOCIEDADE BRASILEIRA DOS ACADÊMICOS RENASCIDOS, 85
SOCIEDADE DEFENSORA 104
SOCIEDADE LITERÁRIA 85
SODERINI, Piero 145 (nota 166), 149 (nota 179), 152
SOFALA 155 (nota 191)
SOLER 164, 170
SOLIS, João Dias de, 42, 146, 153 (nota 187)
SORBONNE 49 (nota 57)
SORE, Jacques 49
SOUSA, Antônio José de, 29
SOUSA, Diogo de, 20 , 93, 160 (notas 203 e 205), 167, 177
SOUSA, Heitor de, 155 (nota 191)
SOUSA, João de, 155 (nota 191)
SOUSA, dom José Luís de, 165
SOUSA, Martim Afonso de, 155, 156 (nota 195), 157
SOUSA, Paulino de, 105, 109, 121
SOUSA, Pero Lopes de, 31 (nota 24), 43, 44 e nota 51, 155 e notas 190, 191 e 192, 156 e notas 194 e 195, 157 (notas 195 e 196)
SOUSA, Tomé de, 158 e nota 200
SOUSA TAVARES, Francisco de Paula Maggessi de, 36 (nota 41)
SPILBERGEN, Joris van, 51

SPIX 89 (nota 113)
STADE 44 (nota 50)
STRANGFORD (lorde) 87, 88, 93, 160, 162, 171 e nota 229
STUART, Maria 47 (nota 54)

T

TABAJARAS 47
TABOCAS 59
TAGLE, Gregório 180
TAMANDARÉ 59, 111
TAMBOR 34, 35
TAMOIOS 41, 46, 48, 49, 151 e nota 184
TAPE 64, 65
TAPUITAPERA 66
TAQUARA 67
TAQUAREMBÓ 97
TAQUARI (barão), *vide* RODRIGUES, Manuel Jorge (passo).
TAQUES, Lourenço Castanho 68
TARABUCO 43
TAROUCA (conde) 48
TARRAGONA 180
TATAIIBÁ 116
TAUBATÉ 68
TAUNAY, Auguste 90
TAUNAY, N. A. 90
TAUREGE 54
TAVARES BASTOS 139
TAIAOBÁ 62, 63
TAIÍ 116
TEBICUARI 64, 117
TECHO 63 (nota 80)
TEIXEIRA, Marcos 55
TEIXEIRA, Pedro 54, 80
TEIXEIRA DE MELO 59, 150 (nota 183)
TEIXEIRA JUNIOR 120

TEJEDOR, Carlos 14
TEJO 43 (nota 49), 87, 88, 150
TELES DA SILVA 59
TERNAUX-COMPANS 91, 92 (nota 118), 154 (nota 189), 156 (nota 195)
TERRA DE SANTA CRUZ 40, 149
TERRA DA VERA CRUZ 40
THEVET 44 (nota 50), 46 e nota 52, 48 (nota 55), 151 (nota 182)
THOMPSON 113 (nota 147), 118
THOMPSON, Tomás 33 (nota 31)
THORNTON 113
TIBAGI 63
TIBIQUACI 64 (nota 83)
TIBIRIÇÁ 42
TIETÊ 61
TIGIOCA 147
TIJUCA 72 e nota 92
TINOCO DA SILVA 132
TIRADENTES, *vide* SILVA XAVIER.
TOAR, Sancho de, 148
TOCANTINS 68
TOCUJUS 54
TODOS OS SANTOS 150, 153, 154, 158, 159 (nota 202)
TOERÉ 71, 72
TOLEDO, Fradique de 55
TOMÁS, Álvarez 172, 173, 175, 176 e nota 240, 179, 180 e notas 254 e 255, 181
TONELERO 109
TORCY 91 e nota 115
TORRE (conde da) 57, 58 e nota 74
TOSTA 108
TOURINHO, Sebastião 61
TOURO 58
TOURAINE, 51
TRAIRAPONGA 67
TRAPPEN, Joost van, 60 (nota 75)
TRATADO DE ALIANÇA DE 1851 109
TRATADO DE AMIENS (1802) 87, 90

TRATADO DE BADAJOZ (1801) 87
TRATADO DE FONTAINEBLEAU 88
TRATADO DE MADRI (1750) 78
TRATADO DE PACIFICAÇÃO DE 20 DE FEVEREIRO 111
TRATADO DE PARIS (1763) 79
TRATADO DE PETRÓPOLIS 15
TRATADO DE SANTO ILDEFONSO (1777) 70, 79
TRATADO DE TORDESILHAS 41, 78, 80
TRATADO DE UTRECHT (1715) 72, 81, 90, 92
TRATADO DE 12 DE FEVEREIRO DE 1858 111
TRATADO DE 7 DE MAIO DE 1681 71
TRATADO DE 11 DE ABRIL DE 1713 222
TRATADO DE 5 DE JULHO DE 1814 172
TRATADO DE 12 DE OUTUBRO DE 1811 174 (nota 236)
TRATADO DE AMIZADE, NAVEGAÇÃO E COM 12 DE DEZEMBRO DE 1828 137
TRATADO DE 29 DE AGOSTO DE 1824 131
TRÉHOUART 109 (nota 138)
TRIBUNAL ARBITRAL FRANCO-AMERICANO 141
TROMP 60
TUCUMÁN 116, 169, 170, 173, 175, 180 (nota 255)
TUDOR, William 137
TUPINIQUINS 61
TUIUCUÊ 115 (nota 150)
TUIUTI 114, 115, 116

U

UACARAPI 54, 66, 71
UBATUBA 68
UNHAÚ ou NHUANDÚ 58
URAMBU 60
URQUIZA 109, 113 (nota 146)
URUÇUMIRIM 48
URUGUAI, (rio) 25, 31, 44, 63, 64 e nota 83, 65, 71, 78, 87, 93, 96, 101, 112 (nota 143), 113, 153, 156, 161, 167, 169, 174, 177

URUGUAI (visconde), *vide* SOUSA Paulino de.
URUGUAIANA 72 (nota 92), 113
URUTAGUI 67

V

VALENÇA 67
VALE CABRAL 48 (nota 55), 49 (nota 57)
VAN CARDEN 51
VAN DORTH 55
VARGAS, Baltasar 168
VARNHAGEN 41 (nota 46), 47 (nota 53), 54, 60 (nota 75), 75 (nota 97), 145 (notas 166 e 167), 147 e notas 169, 170, 171, 172 e 173, 148 (nota 176), 149 (nota 179), 150 (nota 181), 151 (notas 182, 183 e 184), 152 e nota 185, 153 (notas 186 e 187), 154 (nota 189), 155 (nota 190), 156 (nota 195), 158 (nota 198), 159 (nota 202)
VASCONCELOS, Bernardo de, 102, 103 (nota 128), 105 e nota 132, 106
VASCONCELOS, Simão de, 49 (nota 57), 148 (nota 176), 154 (nota 189)
VASCONCELOS, Zacarias de, 111, 119
VASCONCELOS E SOUSA, Luís de, 84
VASES 46
VATEL 164
VAUDECLAY, Jaques 50 (nota 60)
VAUX, Charles des, 51, 52
VEDIA, Nicolás de, 167 (nota 218), 168 (nota 221)
VEGA BAZAN 58, 79
VEIGA, Evaristo da, 73 (nota 93), 102, 103 e nota 128, 104, 105 (nota 132)
VEIGA CABRAL 72, 82, 87
VELHO, Domingos Jorge 69
VELOSO DE OLIVEIRA 120 (nota 159)
VENEZUELA 165
VENTURA VÁSQUEZ 25 (nota 3), 168 (nota 219), 173 (nota 232)
VERA, Mariano 180
VERA MUJICA 71
VERCELLESI 146 (nota 168)

VERDE (rio) 64 (nota 83)
VERGUEIRO 103
VERTOT 47 (nota 54)
VESPÚCIO, Américo ou Amerigo Vespucci 41, 145 e nota 166, 149, 150, 152 e notas 185 e 187
VIAMONTE 176, 180, 181
VICTOR HUGUES 91 e nota 116
VITÓRIA 44, 55, 58, 67
VIDAL BARBOSA 85
VIDAL DE NEGREIROS 55
VIEIRA, Antônio 66
VIEIRA, Pedro 167 (nota 218)
VIGNAL 92 (nota 118)
VIGODET 168, 169
VILA BELA (barão), *vide* SOUSA TAVARES, Francisco de Paulo Maggessi de.
VILA NOVA 68
VILA POUCA 60
VILA RICA 63, 64, 82, 85
VILA VELHA 44, 52, 58
VILA VERDE 67
VILAGRAN CABRITA 114
VILANOVA PORTUGAL 89
VILA DA RAINHA 159 (nota 202)
VILCAPUGIO 170
VILELA BARBOSA 98, 100, 102, 103, 107, 121, 132
VILLEGAIGNON (fortaleza), (ilha) 75 (nota 99), 47, 48, 74 e nota 97, 75, 76 (nota 104)
VILLEGAIGNON, Nicolau Durand de, 47 e nota 54
VILLETA 118 (nota 153)
VICENTE PINZÓN 54, 77, 78, 90

W

WAERDENBURCH 55
WARDEN 147 (nota 169)

WARMS 30 (nota 21)
WASHINGTON 14, 19, 20, 127, 129, 130, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142
WEBB 138
WELLINGTON 88
WILLEKENS 55
WISE 138
WITH 60
WITHRINGTON 50

X

XANGAI 17
XAVIER, Francisco Pedroso 65, 75 (nota 100)
XINGU 54

Y

YAPOC ou YAPOCO, *vide* OYAPOCK.
YATAI 113
YEO, James Lucas 90, 91 e nota 116, 92 (nota 119)
YEOSU 17
YEQUI 64 (nota 83)

Z

ZAPIOLA, D. J. M. 28 (nota 13)
ZEBALLOS, Estanislau Severo, 14, 19
ZEZERE 88 (nota 112)

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

IX

DISCURSOS

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
IX

DISCURSOS

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO
Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

IX

Discursos

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ventura Ferreira
Pablinne Stival Marques Gallert

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco IX : discursos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
327 p.; 15,5 x 22,5 cm

ISBN 978-85-7631-360-1

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais. 3. Discursos. I. Araújo, Roberto Luiz Assumpção de.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências,
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da
Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Este IX volume das Obras do Barão do Rio Branco foi preparado e organizado pelo Embaixador Roberto Luiz Assumpção de Araújo, de acordo com o critério indicado na explicação que vai adiante.

Sumário

Nota à Edição de 2012, 11
Apresentação, 13
Explicação, 53
Na Câmara dos Deputados. I, 63
Na Câmara dos Deputados. II, 73
Na Câmara dos Deputados. III, 79
Limites com a República Argentina. I, 85
Limites com a República Argentina. II, 89
Questão do Amapá. I, 93
Entrega de credenciais ao imperador da Alemanha, 97
Questão do Amapá. II, 101
No Clube Naval, 105
Ao Visconde de Cabo Frio, 109
No Grande Oriente do Brasil, 113
Questão do Acre, 117
Conferência Sanitária Pan-Americana, 121
III Congresso Científico Latino-Americano. I, 125
III Congresso Científico Latino-Americano. II, 131
III Conferência Internacional Americana. I, 135
A Elihu Root, 141
III Conferência Internacional Americana. II, 145
Homenagem do Exército Nacional, 151

A Luís Elizalde e Emilio Mitre, 157
A Claudio Pinilla, 161
A Paul Doumer, 165
Na Faculdade de Direito de São Paulo, 169
Aos estudantes paulistas, 175
À delegação do Uruguai nas festas de aniversário da Proclamação da República, 179
Glorificação de Rui Barbosa, 185
Visita da esquadra norte-americana, 191
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. I, 197
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. II, 203
Manifestação em Petrópolis, 209
Ao general Pando, 213
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. III, 217
Aos jogadores de futebol argentinos, 221
Ao doutor Antônio Batista Pereira e à dona Maria Adélia Rui Barbosa, 225
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IV, 229
Manifestação popular no dia 20 de abril de 1909, 235
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. V, 241
A Anatole France, 247
Tratado da Lagoa Mirim, 251
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. VI, 255
A Sáenz Peña. I, 261
No 13º Regimento de Cavalaria, 265
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. VII, 269
A William J. Bryan, 275
No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. VIII, 281
Aos oficiais do cruzador *D. Carlos I*, 287
A Sáenz Peña. II, 291
Ao marechal Hermes da Fonseca, 295
A Domício da Gama, 299
A Quirno Costa, 303
No Teatro Municipal do Rio de Janeiro, 307
No Clube Militar, 313
Índice onomástico, 319

Nota à edição de 2012

Tendo em vista a iniciativa de traduzir todos os textos em língua estrangeira constantes da edição de 1945, o presente volume traz, em relação aos discursos apresentados em outras línguas que não a portuguesa, apenas a versão neste idioma. Os discursos, naquela edição, publicados apenas em outros idiomas foram traduzidos para o português. Procurou-se, com essa iniciativa, facilitar o acesso dos pesquisadores aos textos de autoria do Barão do Rio Branco. O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013.

O Editor

APRESENTAÇÃO

Apresentação

Embaixador Manoel Gomes Pereira

Os cinquenta e dois discursos incluídos pelo embaixador Roberto Luiz Assumpção de Araújo no volume IX das Obras do Barão do Rio Branco, na edição de 1945-1948, comemorativa do centenário do seu nascimento, refletem sua trajetória como deputado geral (hoje, o termo é deputado federal), como advogado das importantes questões de limites que o Brasil manteve com a Argentina (Palmas) e a França (Amapá) e como ministro das Relações Exteriores de quatro presidentes da República. Apresentam um retrato completo do trabalho de Rio Branco em favor do Brasil. Mas também o situam diante da política interna, em face das homenagens que recebeu desde seu retorno, em dezembro de 1902, até as derradeiras, no final de 1911.

Os originais dos discursos pertencem ao Fundo Barão do Rio Branco, depositados no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), no Rio de Janeiro.

Nas páginas a seguir, comentarei aqueles textos à luz da trajetória de Paranhos Júnior e da realidade política do Brasil nos mais de cinquenta anos que medeiam entre sua estreia na Assembleia-Geral do Império, em 1869 e sua morte, em 1912.

A intenção principal desses comentários é dar ao leitor do século XXI alguma informação adicional que lhe permita fruir, além do estilo sóbrio e conciso de Rio Branco e do seu trabalho, as circunstâncias em que os discursos foram escritos.

Infelizmente, não foi possível realizar essa análise sobre alguns poucos textos, a respeito dos quais não se obteve qualquer informação.

Os discursos são comentados na ordem cronológica em que apareceram na edição mencionada, mantida nesta reedição.

Da sua atividade política como deputado à Assembleia-Geral do Império (1869-1875) restam três textos. No primeiro deles, o jovem parlamentar dá mostra clara de seu pendor para a pesquisa histórica. Em 16 de julho de 1869, defendeu, com abundantes provas, inclusive datadas do século XVIII, a posição da Província que representava, a de Mato Grosso, na questão de limites com a de Goiás, que se havia iniciado cerca de 30 anos antes. A fixação desses limites somente se resolveu neste século, com a decisão final do Supremo Tribunal Federal, na ACO (ação cível originária) 307 MT, em 20 de novembro de 2001, que acolheu a posição do Estado de Mato Grosso.

Os dois restantes correspondem à discussão, na Assembleia-Geral, da reforma do seu regimento interno.

Dos cinco discursos seguintes, quatro tratam da apresentação de cartas credenciais e de revocatórias como ministro plenipotenciário em missão especial junto aos governos dos Estados Unidos (1893-1895), para a questão de Palmas, e da Suíça (1899-1901), para a questão do Amapá. Em ambos os litígios, Rio Branco saiu-se vitorioso, garantindo para o Brasil cerca de 300.000 quilômetros quadrados de território.

O último é o discurso de apresentação de credenciais, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto ao governo do imperador Guilherme II, da Alemanha, em 1901, cargo que ocupou até a sua volta ao Brasil como ministro das Relações Exteriores.

Por ocasião da homenagem, no Clube Naval, a 1º de dezembro de 1902, na chegada ao Rio de Janeiro, para assumir o Ministério das Relações Exteriores, Rio Branco explicitou a sua concepção de política externa. Em primeiro lugar, ela não é política de Governo, mas de Estado. Apoia-se, portanto, nos interesses nacionais permanentes, e não nos momentâneos e passageiros.

> A pasta das Relações Exteriores, disse-me sua excelência (o presidente Rodrigues Alves), não é e não deve ser uma pasta de política interna, (...). Não venho servir a um partido político: venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado.

Atribuiu, ademais, o êxito de sua atuação nas questões de Palmas e do Amapá, não só ao estudo aprofundado do tema, mas especialmente ao fato de que

> defendia causas que não eram de uma parcialidade política, mas da nação inteira. Toda a minha força, toda a energia e atividade que pude desenvolver nas minhas últimas missões resultaram, não só da minha convicção do nosso bom direito, mas principalmente da circunstância de que eu me sentia apoiado por todo o povo brasileiro, inteiramente identificado com ele.

O diplomata deve, pois, estar sempre preparado para defender as posições que interessam ao Brasil. Estará, ademais, atento a que essas posições sejam entendidas e apoiadas pela opinião pública. Tal concepção implica que a política externa deve ser discutida amplamente. Jornalista na mocidade, Rio Branco soube valorizar a imprensa como veículo para informar a opinião pública de suas iniciativas e para captar-lhe as reações. Durante sua gestão, tratou de temas candentes, como a questão do Acre, os problemas com a Argentina, derivados da competição pela primazia na América do Sul, e com a Alemanha, no caso da canhoneira Panther. Em todas essas situações, necessitou, além do apoio dos partidos, da sustentação da opinião pública.

Em 16 de agosto de 1903, o busto do visconde de Cabo Frio foi inaugurado no Itamaraty. Joaquim Tomás do Amaral tinha entrado para o serviço exterior em 1840 e, desde 1865, ocupava a função de diretor-geral, o segundo homem do Ministério. Conta-se que Cabo Frio se colocava à disposição de cada novo titular das Relações Exteriores. Se o recém-chegado tentava manifestar algum tipo de independência ou indicava a necessidade de substituição do diretor-geral, Joaquim Tomás simplesmente o deixava a sua sorte até que, exausto, o ministro passava a se apoiar nele. Com isso, o antigo funcionário manteve-se no elevado cargo por mais de 40 anos.

Rio Branco, que o conhecera ainda adolescente, em casa, em despacho com o conselheiro Paranhos, então ministro dos Negócios Estrangeiros, abriu o discurso com essa reminiscência, salientando depois os serviços de Cabo Frio prestados ao país, desde sua nomeação para o Ministério, mais de 60 anos antes. O diretor-geral trabalhou, durante a década de 1880, para resolver a questão de Palmas. Durante

a revolta da Armada (1893), contra o governo Floriano Peixoto, foi o redator do acordo que declarava o Rio de Janeiro cidade aberta, o que evitou seu bombardeamento pela esquadra revoltada. Ao ser nomeado ministro, Rio Branco começou a, gradativamente, retirar as funções de Cabo Frio que, no entanto, conservou o gabinete e o cargo até a sua morte, em janeiro de 1907.

Em 1903, o barão foi readmitido no Grande Oriente do Brasil, de que seu pai havia sido grão-mestre. Ainda ocupado com a questão do Acre, encontrou tempo para retornar à sociedade à qual se orgulhava de pertencer, quanto menos pelo visconde: "por herança paterna, sou e não posso deixar de ser um maçon, como este nome é entendido entre nós." Na República, com a separação entre o Estado e a Igreja, já não ocorreria outra crise religiosa, como a que contribuiu para derrubar o Gabinete Rio Branco em 1875. A despeito da condenação da Santa Sé à Maçonaria, as relações entre ambas as instituições atravessavam período tranquilo.

O barão pôde, assim, trabalhar para a criação do primeiro cardinalato latino-americano, processo que terminou em dezembro de 1905, quando dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, arcebispo do Rio de Janeiro, foi criado cardeal. O cardinalato, também singularizava o país no continente e foi motivo de tensão com a Argentina e o Chile, que também manobravam pela mesma concessão. O chanceler empenhou-se a fundo nessa questão, que vinha desde o Império e, mais recentemente, fora retomada pelo presidente Campos Sales (1898-1902).

Em 20 de fevereiro de 1904, aprovado pelo Congresso o Tratado de Petrópolis, que nos dava o Acre, Rio Branco foi alvo de grande manifestação popular no Itamaraty, respondendo, com o discurso incluído neste volume, o de saudação, feito por Olavo Bilac, que proclamava:

> Paranhos do Rio Branco! Abençoado seja o teu cérebro, porque a tua inteligência restituiu ao Brasil os brasileiros que estavam sem pátria!

O agradecimento do chanceler foi muito sóbrio. Reafirmou a necessidade de a política externa ser conduzida ao abrigo das paixões da política interna.

Relembrou, ademais, a atitude com que enfrentou a questão do Acre: "(...) com a serenidade de ânimo com que me dispus a afrontar os perigos que me assinalavam alguns amigos e compatriotas eminentes, de cujo parecer, no tocante à questão do Acre, sinto profundamente haver dissentido." O reparo foi principalmente feito a Rui Barbosa, que, em julho de 1903, havia sido nomeado plenipotenciário, com Rio Branco e Joaquim Francisco de Assis Brasil, ministro em Washington, para as negociações com a Bolívia.

Rui renunciou à função, em 17 de outubro de 1903, um mês antes da assinatura do Tratado, em carta ao chanceler, por discordar da cessão de pequenos pedaços do território brasileiro (o triângulo Abunã-Madeira, habitado por bolivianos, e que daria à Bolívia melhor acesso ao Madeira, próximo à área onde logo depois seria construída, em cumprimento dos termos do Acordo, a estrada de ferro Madeira-Mamoré, além de quatro pequenas áreas então situadas nos hoje estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para que a Bolívia tivesse acesso ao rio Paraguai). Rui reafirmou sua posição contrária ao Tratado, por ocasião de sua passagem, para aprovação, pelo Senado, em janeiro de 1904, no texto "As razões do plenipotenciário vencido".

Finalmente, recusou-se a considerar a solução da questão como vitória brasileira, fiel a sua máxima, de que "as vitórias diplomáticas não se comemoram", ressaltando que

> no pacto que concluímos com a Bolívia não houve vencedores nem vencidos. O empenho dos plenipotenciários brasileiros e bolivianos durante toda a laboriosa negociação consistiu em procurar remover para sempre as dificuldades e complicações com que lutamos desde 1899, conciliando interesses bem entendidos das duas nações vizinhas e amigas (...)

O texto seguinte é de saudação, em banquete, aos delegados à Conferência Sanitária Pan-Americana, em julho de 1904. O governo Rodrigues Alves foi período de grande êxito na luta contra as endemias que então assolavam o Rio de Janeiro, a peste bubônica, a varíola e a febre amarela, que deram à cidade reputação de "túmulo dos estrangeiros". Devido a essas endemias, especialmente a febre amarela, cujos surtos alcançavam o auge no verão, o governo, os diplomatas estrangeiros e os integrantes das classes mais abastadas mudavam-se para Petrópolis naquela estação.

A par da modernização da Capital Federal, conduzida pelo prefeito Pereira Passos, o presidente promoveu o seu saneamento, nomeando, em 1903, o médico sanitarista Oswaldo Cruz como diretor-geral de Saúde Pública (cargo hoje equivalente ao de ministro da Saúde). Oswaldo Cruz iniciou o seu trabalho pelo combate à febre amarela, com os famosos mata-mosquitos e pela intimação, aos proprietários de imóveis insalubres, que os reformassem. A seguir passou a enfrentar a peste bubônica, organizando batalhões de funcionários destinados a caçar ratos e atraindo o apoio da população à perseguição aos roedores pelo oferecimento de recompensa pecuniária àqueles que os entregassem nos postos de recebimento. Com relação à varíola, a aprovação da obrigatoriedade da vacina gerou, em novembro de 1904, a revolta da Vacina Obrigatória, logo esmagada pela imposição do estado de sítio e pela suspensão temporária da respectiva lei.

A Conferência realizou-se, assim, num momento em que o governo conseguia êxitos na luta contra as endemias que assolavam o Rio de Janeiro (e outras regiões do Brasil). Em seu breve discurso, Rio Branco salientou a unidade de propósitos entre os representantes dos países presentes, citando especificamente a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, e enfatizou a obra civilizadora que o Congresso iria produzir, de combate à rotina pela adoção "de princípios liberais, que são uma conquista da ciência moderna." A Conferência terá servido também aos propósitos do barão de apresentar o Brasil no exterior como país civilizado e evoluído.

Como ministro, Rio Branco reconheceu e apoiou a obra de Oswaldo Cruz, que contribuiu para mudar a imagem tradicional de insalubridade do Rio de Janeiro. Quando, em setembro de 1907, o Brasil ganhou o primeiro prêmio e o sanitarista recebeu a medalha de ouro por seu trabalho, no XIV Congresso Internacional de Demografia e Higiene, em Berlim, o governo resolveu aproveitar a súbita notoriedade do cientista para facilitar a atração de imigrantes europeus para o Brasil e o apoiou em seus contatos com entidades médicas e científicas daquele continente.

O Terceiro Congresso Científico Latino-Americano é objeto dos dois textos seguintes desta coletânea. O primeiro, pronunciado na sessão inaugural de 6 de agosto de 1905, sintetizou o pensamento de Rio Branco sobre a ciência e do papel dos cientistas na promoção de

países como o Brasil, que iniciavam sua história de participação em reuniões internacionais dessa natureza.

O chanceler destacou, inicialmente, a responsabilidade dos participantes em desfazer desconhecimentos (e mal-entendidos) em seus países a respeito de outras nações que se fizeram representar no Congresso. Sempre atento à importância da realização desses Congressos para a promoção, e o melhor conhecimento do Brasil no exterior, salientou o papel dos participantes na divulgação do país em cada um dos demais países representados no certame. Essa atuação dos cientistas, estimou, é mais eficaz, "na grande obra da pacificação dos espíritos e da amizade entre as nações". Salientou que "nenhuma forma de propaganda oficial e tendenciosa vale esta espontaneamente exercida por homens de valor, convencidos, e alheios às paixões políticas." Buscava, pois, tornar os cientistas que tinham viajado ao Rio de Janeiro propagandistas da cidade e do Brasil.

Destacou, ainda, que, mesmo sob o regime monárquico, os sentimentos do Brasil sempre foram amistosos com relação a seus vizinhos, procurando afastar temores, reais ou imaginários, de agressão e de expansão nacional no continente.

Também criticou a inexistência de uma ciência nacional. Ainda nesse discurso Rio Branco mencionou que "a nossa curiosidade de saber ainda não teve a imodéstia de se constituir em ciência nacional", à diferença, certamente dos países europeus e dos Estados Unidos. A ironia valeu como alerta aos nossos cientistas para que desenvolvessem uma ciência nacional. Aqui está novo sinal da modernidade do chanceler, que considerava a importância do desenvolvimento de uma ciência nacional para a afirmação da independência do país.

O barão não se esqueceu, contudo, dos Estados Unidos, que não participaram do Congresso "Latino-Americano", mas que receberam menção no discurso de abertura e brinde no do banquete às delegações à Conferência, em 20 de agosto de 1905. Rio Branco estava seguro de que poderia necessitar do apoio norte-americano em questões de política externa.

Durante a gestão Rio Branco, foram muitos os gestos de aproximação com aquele país.

No plano político, em janeiro de 1905, por iniciativa do chanceler, o Rio de Janeiro e Washington elevaram suas respectivas legações ao

nível de embaixada. Joaquim Nabuco foi nomeado embaixador, com a missão de desenvolver as relações bilaterais. Esse foi um gesto de reconhecimento do papel de relevo que Washington passara a exercer no continente, a despeito da ainda forte influência britânica e de seus capitais. Para Rio Branco, esse fato significava, ademais, a crescente importância que os dois países se conferiam mutuamente. Para as demais nações latino-americanas era indicador da posição singular do Brasil nas Américas em face dos Estados Unidos.

Anteriormente, no início de 1903, a pedido do Brasil, os Estados Unidos se abstiveram de intervir diretamente na questão do "Bolivian Syndicate", entre cujos advogados figurava um parente do presidente Roosevelt, e que opunha o Brasil à Bolívia na questão do Acre, desde que ressalvados os direitos dos cidadãos norte-americanos. Rio Branco e Assis Brasil se moveram, no entanto, no sentido de evitar quaisquer problemas com os Estados Unidos. Em março de 1903, antes do início de negociações formais com La Paz, aquele consórcio foi indenizado pelos eventuais prejuízos que pudesse ter com sua retirada do Acre.

Entre os gestos de amizade para com Washington, o Brasil tinha aceitado o pedido de reconhecimento do Panamá, logo que foi solicitado a fazê-lo pelo presidente Theodore Roosevelt (novembro de 1903), condicionado apenas a que fosse uma iniciativa conjunta com a Argentina e o Chile.

Rio Branco não fez reparos ao Corolário Roosevelt à doutrina Monroe (janeiro de 1904), segundo o qual os Estados Unidos se declaravam dispostos a ocupar militarmente países que estivessem passando por uma crise devido a sua dívida externa, à diferença de alguns de nossos vizinhos que viram no corolário a justificação para eventuais intervenções de Washington.

Em novembro de 1905, a canhoneira alemã Panther ofendeu a soberania brasileira ao desembarcar marinheiros no porto de Itajaí em busca de suposto desertor. Rio Branco protestou vivamente e instruiu Joaquim Nabuco a buscar entendimento com os Estados Unidos, no espírito da Doutrina Monroe, no nível governamental, através do secretário de Estado Elihu Root, e de fazer publicar artigos de imprensa que alertassem a opinião pública para bloquear qualquer tentativa mais agressiva por parte do governo alemão. Berlim acabou por atender ao pedido brasileiro de desculpas, tendo então o incidente sido dado por terminado.

A decisão de sediar a III Conferência Internacional Americana, que se realizou no Rio de Janeiro em julho-agosto de 1906, tomada no segundo semestre de 1905, fêz também parte dessa política de aproximação com os Estados Unidos e de prestígio entre nossos vizinhos. Foi a primeira conferência pan-americana na América do Sul. A de 1889, foi convocada para Washington, e a seguinte foi celebrada na Cidade do México em 1902.

A agenda negociada, a partir de 20 de dezembro de 1905, por comissão composta dos Estados Unidos, do Brasil, do México, Cuba, Costa Rica, Chile e Argentina apresentou uma grande variedade de assuntos, alguns ainda de surpreendente atualidade: Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas, reclamações pecuniárias, dívidas públicas, codificação do Direito Internacional Público, naturalização, desenvolvimento de relações comerciais entre as repúblicas americanas, leis aduaneiras e consulares, privilégios e marcas de fábrica, política sanitária e quarentenas, estrada de ferro pan-americana, propriedade literária, exercício de profissões liberais e futuras conferências.

Para o Brasil foi também uma vitória a presença de Elihu Root que, com Joaquim Nabuco, co-presidiu a Conferência. Pela primeira vez, um alto funcionário norte-americano, com nível ministerial, visitava a América do Sul.

Em preparação da Conferência, o *Jornal do Comércio* publicou em 12 de maio de 1906, artigo escrito pelo barão, sob o pseudônimo J. Penn, intitulado "*O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*", incluído no volume VIII – Estudos Históricos, nesta coleção. Nele, o chanceler, por intermédio da imprensa, buscou habilmente colocar a opinião pública a favor de tema que considerava importante.

O autor traçou a evolução das relações bilaterais, salientando terem sido os Estados Unidos o primeiro país a reconhecer nossa independência, em 26 de maio de 1824. Nosso desejo de aproximação refletiu-se também na aceitação imediata da doutrina Monroe, com isso afastando possíveis veleidades dos membros da Santa Aliança de tentar recolonizar-nos.

Rio Branco relembrou que "Washington sempre foi o principal centro das intrigas e dos pedidos de intervenção contra o Brasil por parte de alguns vizinhos, rivais permanentes ou adversários de

ocasião", citando especificamente as pressões de alguns vizinhos latino-americanos, em 1824, contra o país recém-independente, mas de regime político diverso. O mesmo ocorreu, por ocasião da questão do Acre, quando a Bolívia e o Peru teriam tomado iniciativas semelhantes.

J. Penn terminou por dizer que nenhuma dessas ações prosperaram graças à amizade que sempre uniu os dois países e que devia ser mantida pela geração presente.

Três discursos pronunciados durante a III Conferência foram incluídos no presente volume.

O primeiro, na sessão inaugural da Conferência, foi um texto otimista, de saudação às delegações e que indicava o justo orgulho do chanceler de ter tido a oportunidade de organizar o evento, numa Rio de Janeiro que se renovava. O local da reunião, o Palácio Monroe, assim chamado em homenagem ao formulador da Doutrina, tinha sido nosso pavilhão na exposição de St. Louis, em 1904, que foi transplantado para o Rio. O edifício, sede da Câmara dos Deputados entre 1914 e 1924 e do Senado Federal até 1961, foi demolido em 1976, na reforma da região em que se situava, no fim da Avenida Rio Branco, junto ao Passeio Público.

Espírito prático, o ministro recordou que o fim principal da Conferência era de discutir os variados temas da agenda, sem nenhum objetivo antagônico com respeito a outras regiões. A Europa, na verdade, se preocupava com as conseqüências da reunião e com a atração que os Estados Unidos passavam a exercer sobre as Américas. O chanceler buscou dissipar esse temor, recordando que os latino-americanos dependíamos do capital, do comércio e da tecnologia europeias e reafirmando que o que podíamos dar-lhes seria "um campo mais importante para o emprego de sua atividade comercial e industrial."

O discurso terminou com uma palavra de alívio pelo fim da guerra entre El Salvador, Honduras e a Guatemala, devido à intervenção conjunta dos Estados Unidos e do México, pelo Tratado de Marblehead, assinado a bordo do cruzador norte-americano de mesmo nome em 20 de julho de 1906, que obrigou os países centro-americanos a resolverem suas pendências pacificamente ou a submetê-las à arbitragem mexicano-norte-americana. Washington começava então a exercer seu papel de polícia na América Central e no Caribe.

A segunda alocução, de circunstância, foi um brinde a Elihu Root, em banquete de 28 de julho de 1906.

O terceiro foi pronunciado na sessão de encerramento. Ao congratular-se com as delegações por seu trabalho intenso, que esgotou a extensa agenda, Rio Branco se permitiu uma ironia sobre a ideia europeia de que a eloquência (e a verborragia) das assembléias americanas dificultasse a tomada de decisões sérias. A ironia não deixava de ter sua razão, já que os discursos e os debates da Reunião primaram pela concisão e pela abordagem direta dos temas examinados.

Passou, finalmente, a um dos seus temas constantes, o de que o Brasil não tinha quaisquer pretensões hegemônicas no continente. Nossa política era de convivência pacífica com os vizinhos.

O chanceler voltou a essa questão na homenagem que lhe prestou o Exército em 10 de novembro de 1906. Desde que assumira o Itamaraty, Rio Branco, envolvido nas questões de limites com a Bolívia e com o Peru, preocupou-se com o aperfeiçoamento profissional dos militares e o reaparelhamento das Forças Armadas. Foi um dos incentivadores do programa de manobras e de modernização dos serviços do Exército, implantado, a partir de 1905, pelo ministro Hermes da Fonseca. Estimulou, também, o reaparelhamento da Marinha, expresso nos programas navais de 1904 e de 1906. Quanto à força naval, queria antecipar o reequipamento da esquadra pela compra de navios de guerra que estavam sendo construídos para o Chile e o Peru. Em síntese, seu desejo de estar em paz com a vizinhança não implicava passividade com respeito à modernização das Forças Armadas. A preparação para a guerra, acreditava, era a melhor garantia de manutenção da paz.

Rio Branco prosseguiu, reafirmando o compromisso do país com a paz e a solidariedade continentais; ressaltou os laços com os Estados Unidos, aprofundados no passado recente, com a realização da III Conferência Internacional Americana. Fez breve histórico das guerras em que o Império se envolveu, para enfatizar o conceito do presidente argentino Mitre de que o Brasil fora um vencedor de tiranos e libertador de povos. Lembrou, a seguir, que, embora país amante da paz, o Brasil não iria descuidar-se da sua defesa, tanto no interior, quanto no litoral.

Apontou, finalmente, a proximidade entre o diplomata e o soldado.

> (...) são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência.

É a repetição da lição de Clausewitz, talvez pouco conhecido no país à época, mas a cuja obra o barão teria tido acesso por seu longo período de residência na Europa: A guerra é a continuação da política por outros meios.

Ao comentar esse discurso, Clodoaldo Bueno[1] cita o jornal portenho *"La Prensa"* que, em editorial de 13 de novembro daquele ano, intitulado "Por la Seguridad Nacional", afirmou que Rio Branco deu, com ele, "um golpe mortal na resistência argentina ao reforço da esquadra." Brasil e Argentina estavam, então, na fase da disputa pela supremacia naval no Atlântico Sul.

O discurso de 29 de janeiro de 1907, com que homenageou Cláudio Pinilla, um dos plenipotenciários bolivianos na negociação do Tratado de Petrópolis e ministro das Relações Exteriores, em banquete é um exemplo de que, para o barão, as vitórias diplomáticas não se celebravam. Não houve qualquer palavra sobre a antiga questão do Acre.

Tratava-se, então, de negociar o ajuste final das questões surgidas em decorrência do Tratado. Pinilla tinha voltado ao Brasil para, entre outros assuntos, discutir a reativação do Tribunal Arbitral Brasileiro-Boliviano, criado pelo artigo 2º do mesmo Acordo, que funcionaria por um ano, a partir do prazo de seis meses contados da ratificação do Tratado de Petrópolis. O Tribunal, composto por um membro brasileiro, um boliviano e um presidente, escolhido de comum acordo (o Núncio Apostólico), teria tríplice competência: (i) aceitar ou rejeitar as reclamações por atos administrativos realizados nos territórios permutados segundo o Tratado de Petrópolis; (ii) fixar a importância da indenização, a ser paga em apólices (títulos) especiais, ao par, que vencessem o juro de três por cento e tivessem a amortização de três por cento ao ano e; (iii) determinar que governo seria o responsável pela indenização.

Em 6 de fevereiro seguinte assinou-se, novo acordo sobre o Tribunal. Seu funcionamento foi prorrogado por um ano com data fixada por

[1] BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República – os anos de apogeu (1902-1918).* São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2003, p. 206.

notas trocadas depois que a Bolívia designasse seu representante. O trabalho do Tribunal só foi retomado em novembro daquele ano.

Outro acordo bilateral, da mesma data, tratou da demarcação fronteiriça com o reconhecimento do rio Verde e de suas cabeceiras, que se iniciou no decorrer de 1909.

Em setembro de 1907, o Brasil recebeu a visita de Paul Doumer, político francês, que foi deputado, senador e governador-geral da Indochina Francesa (território que equivale hoje ao Vietnam, Laos e Cambodja), entre 1897 e 1902. Eleito presidente da República em 1931, morreu assassinado em 1932.

A visita de Paul Doumer, como as de outros estrangeiros ilustres, obedeceu a uma das preocupações de Rio Branco, a de tornar o Brasil melhor conhecido no exterior por meio do testemunho de personalidades que viajaram ao País. Paul Doumer publicou, em 1908, "Le Brésil", e prefaciou conferência de Édouard Quellennec, publicada em 1907 como 'Le Brésil et ses ports".

Por ocasião da visita, foram produzidos, por Júlio Ferrez (1881-1946), dois filmes, em 1907, para a Pathé Frères. O primeiro foi "A visita de sua excelência Paul Doumer ao Brasil", que o mostrou sendo recebido por Rio Branco no cais Pharoux, que era situado próximo à Praça Quinze de Novembro, no Rio. O segundo foi "Viagens de Paul Doumer pelo Brasil em diversas estradas de ferro", que propagandeava nosso sistema ferroviário no início do século XX.

Em sua saudação, em banquete no Itamaraty, Rio Branco salientou o interesse do estadista francês em conhecer o País e mencionou a acolhida favorável que teve de nossa gente, "sobre quem a influência da cultura francesa sempre foi tão notável." Mais uma vez, veio à tona a preocupação do ministro com a apresentação de um país distante da Europa, mas muito semelhante aos daquele continente, pela cultura e pela civilização.

Na mesma época, visitaram o Brasil (o Uruguai e a Argentina, também), o historiador Guglielmo Ferrero, autor da conhecida "Grandeza e Decadência de Roma", e sua mulher, Gina Lombroso-Ferrero, filha do cientista Cesare Lombroso.

Em seu "Fra i due Mondi", publicado em 1913, Ferrero relata os convites recebidos para vir à América do Sul. O primeiro, feito em novembro de 1906, por Emilio Mitre, diretor do jornal *"La Nación"*,

para a Argentina. O segundo foi feito no Rio, a bordo do navio em que viajava para o Prata, por uma deputação da Academia Brasileira de Letras, chefiada por Graça Aranha, a instâncias de Rio Branco. Por seu turno, Gina Lombroso-Ferrero escreveu livro de viagem intitulado *"Nell'América Meridionale (Brasile-Uruguay-Argentina)"*, publicado em 1908, tampouco faz referência a contato com o barão, mas tempera elogios com críticas ao Brasil e a seus habitantes.

Ferrero, que acabara de ser eleito membro correspondente da ABL, foi convidado por Machado de Assis a fazer oito conferências sobre sua especialidade, a história de Roma, recebendo honorários totais de quarenta mil francos. Em carta ao barão, o presidente da ABL agradeceu-lhe a recepção feita ao casal. Em sua busca, o embaixador Roberto Assumpção não encontrou quaisquer discursos do ministro em homenagem ao historiador, como informou na "Explicação" que abre este volume. A referência de que se dispõe sobre os contatos entre Rio Branco e os visitantes é, pois indireta, como a da mencionada carta.

Em outubro de 1907, Rio Branco viajou a São Paulo e pronunciou, a 5 daquele mês, na Faculdade do Largo de São Francisco, onde havia cursado Direito até o quarto ano, discurso de agradecimento à homenagem que lhe prestaram alunos e professores das escolas superiores da cidade.

Após recordar seu período de estudante e da vida em São Paulo na juventude, Rio Branco voltou a um dos seus temas recorrentes, o da dedicação aos assuntos internacionais, "em que pudesse suprir minhas deficiências fortalecendo-me com as animações dos que colocam os interesses gerais e a glória do Brasil acima de tudo, isto é, fortalecendo-me com os incitamentos de todos os filhos desta nossa terra". Tornou a insistir em que a política externa é de Estado, e não de Governo e, que, portanto, deve receber o apoio de todos, acima das paixões políticas.

A parte final do texto foi dedicada à 2ª Conferência de Paz da Haia, que se encerraria a 18 de outubro seguinte. Durante a Conferência, que havia começado em junho, Rio Branco trabalhou incessantemente com Rui Barbosa, chefe da delegação brasileira, instruindo-o e dando-lhe informações obtidas em outros países que pudessem facilitar sua atuação. O ministro mencionou claramente a posição que o Brasil assumiu de defesa dos países latino-americanos e dos europeus que ainda não podem competir em força com as grandes potências

militares". Nesse sentido, Rui dissentiu das posições adotadas pela delegação dos Estados Unidos, especialmente com relação ao Tribunal Arbitral Permanente, cuja composição proposta nos poria em situação inferior a países menos povoados.

Curiosamente, na data do discurso, surgiu um impasse na Conferência, criado pela tese de Rui segundo a qual, perante a ordem jurídica internacional, todos os Estados são iguais. Para solucionar a questão, foi criado comitê de sete membros, que incluiu o delegado brasileiro. Atendendo a sugestão de Rui, ao grupo se reuniu sir Edward Fry, um dos delegados da Grã-Bretanha, que apresentou proposta conciliatória, de tornar opcional a adoção, por cada país, do Tribunal Internacional de Arbitragem. O Brasil retirou, então, a sua proposta de Tribunal com participação igualitária dos Estados.

Em 18 de novembro de 1907, em banquete oferecido à delegação uruguaia ao 22º aniversário da proclamação da República, Rio Branco teve a oportunidade de reafirmar os laços entre os dois países. A visita da delegação, chefiada pelo general Eduardo Vazquez, ministro da Guerra e da Marinha, retribuiu o envio de divisão naval à posse do presidente Cláudio Williman, em março do mesmo ano.

O chanceler historiou as boas relações bilaterais, fazendo rápida menção na atuação conjunta brasileiro-uruguaia nas guerras contra Rosas (1851-1852) e contra o Paraguai (1865-1870). O relato dessa aproximação terá servido como contraste às nossas relações com a Argentina, que, entre 1906 e 1910, foi governada pelo presidente José Figueroa Alcorta, cujo ministro das Relações Exteriores, até junho de 1908, foi Estanislau Severo Zeballos, adversário do barão na questão de Palmas. Naquele momento, as relações brasileiro-argentinas atravessavam período de tensão, donde a preocupação de Rio Branco em realçar a fluidez dos laços com o Uruguai. Ressaltou, como menção favorável à Argentina:

> Necessitamos todos de prosseguir numa política de verdadeira concórdia internacional, combatendo rivalidades condenáveis e procurando competir apenas em nobre emulação no progresso moral e material destes países novos para que eles possam mais rapidamente cumprir os seus grandes destinos.

É de se destacar que, naquele momento, novembro de 1907, o barão já tinha amadurecida a intenção de retificar a fronteira brasileiro-uruguaia.

De fato, na Exposição de Motivos[2] sobre o Tratado de Limites de 30 de outubro de 1909, entre o Brasil e o Uruguai, declarou textualmente que

> (...) em maio de 1905, quando ao doutor Carlos de Carvalho, então consultor jurídico do Ministério a meu cargo, manifestei a opinião de que devíamos não só conceder a liberdade de navegação, sempre solicitada pela República Oriental, mas também, por ato nosso, espontâneo e desinteressado, devíamos modificar a linha de fronteira na lagoa Mirim e rio Jaguarão, achei-o de pleno acordo com essas ideias, que também encontraram, em dezembro do mesmo ano, o mais favorável acolhimento da parte do presidente Rodrigues Alves.

O que poderia ter retardado a iniciativa terá sido a possibilidade de oposição interna, a ser convencida de que o gesto, sem compensação visível, daria ao Brasil um aliado na região do Prata. O chanceler já experimentara esse problema por ocasião da negociação do Tratado de Petrópolis, que nos dera o Acre em troca dos cinco pequenos trechos de território indicados anteriormente. Essa permuta gerara, como se sabe, forte oposição interna.

Os universitários do Rio promoveram, no fim de dezembro de 1907, manifestação a Rio Branco pelo êxito da participação do Brasil na 2ª Conferência de Paz da Haia. O chanceler dirigiu a manifestação para Rui, que só voltou ao Brasil em 31 de dezembro. Pôs-se de intermediário entre Afonso Pena, cujo pensamento sobre as diferentes questões levantadas na Conferência transmitia ao chefe da delegação do Brasil. Rio Branco foi incansável na preparação e seguimento da Conferência, dirigindo, pelo telégrafo a atividade do Brasil e prestando a Rui informações de detalhe sobre o pensamento e comportamento dos principais delegados, para facilitar-lhe a atuação. Rui, também nesse ponto, beneficiou-se das informações prestadas por Joaquim Nabuco, que havia sido ministro plenipotenciário na Grã-Bretanha e ministro em

[2] *Questões de Limites,* volume V das Obras do Barão do Rio Branco, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 159.

missão especial em Roma, para a questão do Pirara, e que conhecia bem vários dos delegados à Conferência de Paz.

Essa atividade em torno da Conferência dá ideia de como a coordenação entre os diversos sujeitos trabalhando para o sucesso da participação do Brasil naquela oportunidade foi magistralmente organizada por Rio Branco. Do Rio de Janeiro, o chanceler municiava o delegado na Haia com informações necessárias ao seu desempenho nos diversos itens da agenda. Para isso, recolhia informações dentro do País, no nível governamental, ou junto a especialistas, decisões tomadas em outros foros ou, ainda, posições adotadas pelos outros países participantes da Conferência, tudo para alimentar o trabalho do delegado do Brasil. Chefes de Missão, como Joaquim Nabuco, enviavam a Rui, como se disse, dados sobre os próprios delegados, sua formação, suas ideias e suas idiossincrasias. Rui, por sua vez, comunicava seguidamente a evolução que os temas tinham na reunião, de maneira a permitir que o Itamaraty atualizasse suas posições e suas informações. O trabalho era complicado pelas dificuldades com as comunicações no início do século XX. O grande aproximador desses três pontos – o Itamaraty, no Rio, com Rio Branco, Washington, com Nabuco, e Haia, com Rui, era o telégrafo. A participação do Brasil na Conferência pode ser considerada, após mais de um século, modelo de trabalho diplomático, pela coordenação perfeita e pelos resultados que alcançou.

O barão fez referência ao princípio que Rui defendeu, o da igualdade jurídica entre as nações, que criou celeuma na Conferência. Em seu discurso, mencionou especialmente os esforços de Joaquim Nabuco em Washington no sentido de modificar a atuação da delegação norte-americana que, por seu chefe, o embaixador Joseph Choate, defendia, como os delegados das demais potências, o estabelecimento de níveis entre os diversos países, como base para sua representação no tribunal arbitral. Rio Branco se refere a que nem o presidente Roosevelt nem o secretário Root foram encontrados, de forma que o Brasil se distanciou dos Estados Unidos na Conferência.

Em dezembro de 1907, partiu de Hampton Roads, para uma viagem de circunavegação que durou até fevereiro de 1909, a chamada "Grande Esquadra Branca". Um dos primeiros portos em que escalou foi o do Rio de Janeiro, onde permaneceu de 12 a 22 de janeiro de

1908. Na parte protocolar da visita, a oficialidade foi recebida pelo presidente Afonso Pena; o barão ofereceu-lhe banquete para 600 pessoas no Palácio Monroe, sede da III Conferência Internacional Americana de 1906.

A esquadra era composta de 23 navios. Na chegada ao Rio, era comandada pelo contra-almirante Robley D. Evans, a bordo do encouraçado "Connecticut". Sua missão era apresentar ao mundo o novo poder naval norte-americano.

Rio Branco abriu a saudação de 20 de janeiro de 1908 à esquadra, com referência à amizade entre os dois países, simbolizada em que, por ocasião do centenário da compra da Louisiana à França, celebrada com a realização da exposição de St. Louis, em 1904, o presidente Roosevelt tinha sido hóspede do pavilhão brasileiro, durante visita à exposição. Essa coincidência se repetia ao ser o banquete realizado no mesmo edifício, trasplantado para o Rio de Janeiro.

A seguir, mostrando seu conhecimento da hitória naval, relembrou feitos da marinha norte-americana e alguns dos seus principais membros como John Paul Jones, herói da Guerra de Independência; Stephen Decatur Jr e William Bainbridge, heróis da guerra de 1812 contra a Grã-Bretanha; Matthew Perry, que abriu os portos do Japão ao Ocidente (Convenção de Kanagawa, de 1854), além de David Farragut e David Porter, heróis da Guerra Civil. Ressaltou, ademais, o nível de desenvolvimento tecnológico naval dos Estados Unidos que, durante a Guerra Civil, construíram os primeiros navios com casco de ferro, o Monitor e o Merrimack, tornando obsoletos os navios europeus de casco de madeira.

O anfitrião mencionou, por fim, os laços de solidariedade existentes entre as marinhas, recordando a visita de unidades da esquadra àquele país em 1907. Com efeito, uma divisão naval, comandada pelo contra-almirante Huet de Bacellar, foi enviada aos Estados Unidos em junho daquele ano, coincidindo com exposição em Jamestown, Norfolk, Virginia. Os navios participaram de um desfile naval. A oficialidade viajou depois a Washington, onde foi recebida pelo presidente Roosevelt e pelo secretário Root.

Em 21 de novembro de 1907, com a renúncia do marquês de Paranaguá, Rio Branco foi eleito presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual era sócio desde 1867. Em sua alocução de posse, a 30 de janeiro de 1908, o barão comprometeu-se a continuar

a trabalhar para que o futuro da instituição fosse ao menos tão glorioso quanto o seu passado. O IHGB fora fundado em outubro de 1838, tendo, portanto, à época, 69 anos de vida. Deu, em seguida, a diretriz sobre a qual continuaria a trabalhar: a coleta e a análise de documentos e estudos "que devam servir um dia para grandes e seguros trabalhos de conjunto sobre a história e a geografia do Brasil". Relembrou, ainda, que, apesar do esforço do Instituto em estudar os três primeiros séculos de nossa História, ainda havia grandes lacunas a serem preenchidas. Mencionou, finalmente, o surgimento dos Institutos Históricos e Geográficos estaduais, que compartilhariam o esforço do IHGB para o estudo da História do Brasil.

Como informou o embaixador João Hermes Pereira de Araújo[3]

> desde então (sua admissão no Instituto), o futuro Barão do Rio Branco, até sua nomeação para o Consulado-Geral em Liverpool, em l876, participou, ativamente, da vida do Instituto, tanto comparecendo às sessões, como oferecendo à biblioteca e ao arquivo textos de interesse. (...) Em 1876, Paranhos Júnior foi nomeado cônsul-geral em Liverpool, permanecendo com residência fora do Brasil até 1902. Manteve sempre com o Instituto erudita correspondência em que ou solicitava informações e dados sobre acontecimentos históricos e documentos dos arquivos da instituição, ou lhe participava resultados de suas pesquisas.

No mesmo dia 30 de janeiro de 1908, Rio Branco discursou por ocasião da inauguração do retrato de seu antecessor.

João Lustosa da Cunha Paranaguá, marquês de Paranaguá, nasceu em Parnaguá (PI), em 1821 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1912. Político vinculado ao Partido Liberal e ministro em vários gabinetes, ocupou simultaneamente as pastas da Justiça, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1866-1868). Foi presidente do Conselho de Ministros e ministro da Fazenda em 1882-1883. Paralelamente, fêz carreira na magistratura, aposentando-se como conselheiro em 1878. Com a República, deixou a política. Foi presidente do IHGB (1906-1907).

[3] ARAÚJO, João Hermes Pereira de. *O Barão do Rio Branco e o IHGB*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ano 157, nº 391, pp. 335-350, abr-jun, 1996.

No discurso, o barão relembrou a longa trajetória política do homenageado, que começou no início do Segundo Reinado. Ao assumir a pasta da Guerra, em 1866, as divergências entre os chefes militares, durante a Guerra do Paraguai, levaram à derrota de Curupaiti. Coube a ele, ainda segundo Rio Branco, e ao ministro da Marinha, Afonso Celso (no momento do discurso, vice-presidente do Instituto), prepararem "os elementos da vitória, entregues ao generalíssimo Caxias", sob cuja direção os Aliados venceram a guerra.

O chanceler terminou a alocução, lembrando que, servindo ao "Império democrático", Paranaguá

> serviu ao Brasil que, no nosso afeto, deve estar sempre superior a preferências teóricas por esta ou aquela forma de governo (...) e que, apesar de ferido em seus sentimentos pela proclamação da República, mostrou (...) que soube compreender que a Pátria Brasileira subsistia e não duvidou prestar-lhes os serviços que ela devia esperar do amor e da sabedoria de tão distinto filho.

Nessa frase, Rio Branco ter-se-á lembrado da sua própria situação, quando, por ocasião da proclamação da República escreveu a dom Pedro II sobre o que deveria fazer. A resposta do Imperador foi de que continuasse a servir seu país.

Em abril de 1908, Rio Branco saudou no Itamaraty o general José Manuel Pando, durante cuja presidência a Bolívia havia cedido o Acre ao Brasil.

O artigo 4º do Tratado de Petrópolis criou uma Comissão Mista para demarcar as fronteiras. A delegação brasileira foi chefiada pelo almirante José Cândido Guillobel, velho companheiro de Rio Branco na questão de Palmas, em Washington, e na negociação do próprio Tratado.

Em 1907, o principal comissário boliviano, o major de artilharia inglês Percy Harrison Fawcett – que depois desapareceria em expedição ao Brasil por volta de 1925 -, cansado da demarcação no Acre, voltara a La Paz. Ao reorganizar sua delegação, a Bolívia escolheu o general Pando para chefiá-la e Fawcett foi convidado a integrá-la, o que fêz a partir de maio de 1908.

Ainda que a comissão fosse trabalhar na fronteira ocidental do Brasil, a partir de Corumbá (MS), a posição de Pando e o seu passado

como presidente da República explicariam sua viagem ao Rio de Janeiro, para possível entendimento preliminar com as autoridades competentes.

Em 11 de junho de 1908, Rio Branco proferiu, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, discurso em comemoração ao 63º aniversário da batalha de Riachuelo. Da solenidade participou o então vice-presidente, Afonso Celso de Assis Figueiredo, visconde de Ouro Preto, ministro da Marinha no Gabinete Zacarias de Góis e Vasconcelos, que assumira a presidência do Conselho de Ministros logo após Riachuelo. Ouro Preto faria a seguir, uma conferência sobre a batalha.

Mas a preocupação de Rio Branco era outra, manifestada imediatamente. A celebração do feito naval serviu como pretexto para discussão das tensões políticas com a Argentina. Naquele momento, estava em pleno auge a rivalidade bilateral decorrente dos respectivos planos de reaparelhamento naval. A celebração cívica se tornou uma crítica à Argentina e, especialmente, a Estanislau Severo Zeballos, ministro das Relações Exteriores, cujas atitudes denotavam pouco apreço pelo Brasil.

Evocando Riachuelo, Rio Branco lembrou que

> se o adversário nos provocou à guerra, (e) nos encontrou desprevenidos de recursos militares suficientes, nas duas fronteiras que invadiu" (Mato Grosso e Rio Grande do Sul), "pode sentir, em Riachuelo, desde o início de suas operações ofensivas, que tínhamos uma Marinha bem organizada (...)

Mencionou, a propósito, frase de um estadista argentino, o ex-presidente Julio Roca que se referiu ao Brasil como "nossos pacíficos vizinhos do norte". Frisou, ademais, que

> sempre fôramos um país pacífico, que deseja viver em harmonia com todos os outros e que só tomara a iniciativa de melhorar as condições de suas Forças Armadas porque sentira a necessidade, que todas as nações previdentes e pundonorosas sentem, de estar preparadas para pronta defesa do seu território, dos seus direitos e de sua honra, contra possíveis provocações e afrontas.
>
> Tivessemos nós, como caluniosamente propalam gratuitos inimigos nossos, planos insensatos de ataque contra países vizinhos, e as encomendas que

> ultimamente fizemos não seriam de navios só capazes de operar no alto mar ou ao longo do nosso dilatado litoral.

Lembrou, assim, que os grandes encouraçados encomendados à Grã-Bretanha, não podiam, por seu calado, entrar no Prata.

Em correspondência particular, Zeballos alegava ter provas de desígnios agressivos contra a Argentina, e que iria concretizá-los assim que dispusesse de nítida supremacia naval. A reação do ministro a essa situação incluia forçar o Rio de Janeiro a ceder a Buenos Aires parte da esquadra que comprara de acordo com o Programa Naval de 1906.

Em 10 de junho, Zeballos apresentou o plano ao presidente Figueroa Alcorta e ao resto do Gabinete. Em síntese, se o Brasil não cedesse às pressões, a Argentina diria que não aceitava a incorporação dos grandes encouraçados a nossa esquadra, que estava mobilizando um exército de 50 mil soldados para chegar ao Rio, com o apoio da esquadra argentina. No dia 11, dia do discurso de Rio Branco no Instituto, o plano vazou para a imprensa portenha, sendo publicado pelo jornal "La Nación", de propriedade da família Mitre e favorável ao Brasil. A 16, Zeballos renunciou, deixando definitivamente o Ministério a 21 de junho. A tensão com a Argentina, no entanto, só acabaria com a eleição e posse do presidente Roque Sáenz Peña, em 1910.

Segundo o site www.rsssfbrasil.com/sel/brazilcomb.htm, consultado em 5 de setembro de 2011, uma seleção argentina esteve no Brasil em julho de 1908, logo depois do incidente com Zeballos. O time visitante jogou três partidas em São Paulo, três no Rio de Janeiro e uma em Santos, sempre contra combinados locais. Os resultados foram amplamente favoráveis aos nossos adversários, que deixaram o país com seis vitórias e um empate, no primeiro jogo.

Em 12 de julho, dia em que jogou pela segunda vez no Rio de Janeiro, no campo de Laranjeiras e venceu por 3 x 0, a equipe argentina foi recebida em almoço no Itamaraty. Num curto brinde, aos jogadores e ao ministro Julio Fernandez, que havia sucedido a Manuel Gorostiaga como representante do governo argentino junto ao brasileiro, Rio Branco os festejou, dando-lhes as boas vindas como desportistas que vieram ao Brasil a convite de seus homólogos locais, e demonstraram, muito bem, por sinal, o estágio de desenvolvimento a que havia chegado o futebol naquele país.

Realmente, muito mais exposta que o Brasil à influência inglesa, grande exportadora de carnes e cereais para a Grã Bretanha e destino de elevados investimentos daquele país e considerada o sexto domínio do Império Britânico, a Argentina conseguira alcançar patamar de desenvolvimento futebolístico muito mais elevado que o brasileiro.

Segundo a mesma fonte, os combinados paulista e carioca eram formados exclusivamente por jogadores de nomes ingleses vivendo em São Paulo e no Rio. O mesmo deveria acontecer com o combinado organizado em Santos, mas não há informação sobre sua escalação. Não se pode afirmar, porém, que todos os membros das equipes brasileiras fossem estrangeiros. Na equipe paulista, por exemplo, figurava Charles Miller, brasileiro de ascendência inglesa, considerado o introdutor do futebol e do "rugby" no Brasil.

O que mais interessava, no entanto, ao chanceler, em momento de tensão nas relações bilaterais, era sublinhar a importância da "paz pelo esporte". Referiu-se, então, à boa acolhida que os homenageados tiveram dos brasileiros e à nossa preocupação, como povo pacífico, de estar sempre em paz com os vizinhos. Pediu-lhes, enfim, que fossem nossos "embaixadores", levando ao Prata a certeza de que "todos aqui desejamos ardentemente que a República Argentina inteira tenha confiança na nossa leal amizade a ela e a ela corresponda com a mesma cordialidade com que lhe desejamos todas as prosperidades e todas as glórias da paz."

Nesse curto brinde nota-se a preocupação do barão de usar todos os públicos disponíveis para, em plena crise das relações bilaterais, enviar sinais amistosos ao Prata. Buscava, com isso, ir além da posição oficial daquele governo, pouco simpática ao Brasil, para influir na opinião pública da Argentina em nosso favor. Rio Branco foi um mestre na utilização de novos meios para atingir os fins que buscava na política externa. A imprensa foi um deles. E, sinal de sua modernidade, o esporte foi outro.

Em 15 de julho de 1908, casaram-se o doutor Antonio Batista Pereira e Maria Adélia Rui Barbosa. Os noivos eram ligados a Rio Branco. Ele foi diplomata, oficial-de-gabinete do chanceler, secretário de Rui na Conferência de Haia e seu futuro genro. Ela, filha de Rui, acabou por se ligar ao ministro pela amizade entre os dois grandes homens.

As vidas do barão e de Rui estiveram entrelaçadas em diversos momentos. Em 14 de outubro de 1889, Rui publicou crítica muito

favorável sobre o "Esboço da História do Brasil" no *Diário de Notícias,* que equivalia a uma apresentação do barão, ausente havia quase quinze anos do país, ao público brasileiro. Anos depois, em 1903, por ocasião das negociações com a Bolívia sobre o Acre, estiveram sucessivamente no mesmo campo e em campos opostos. O episódio seguinte foi o de sua estreita colaboração para o sucesso da presença brasileira na 2ª Conferência de Paz da Haia, em 1907. Finalmente, por ocasião da Campanha Civilista, Rui buscou indicar o barão, que acabou por recusar, à candidatura presidencial na campanha de 1909/1910, afinal vencida pelo marechal Hermes da Fonseca contra o próprio Rui.

A saudar os noivos, Rio Branco recordou, num brinde, cerca de vinte anos de amizade leal e inalterável entre os dois grandes homens.

Na sessão magna anual do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizada em 21 de outubro de 1908, Rio Branco celebrou o 70º aniversário da criação da instituição. Após recordar a dedicação do Instituto ao estudo da História e da Geografia do Brasil e à recolha de documentos sobre esses assuntos, o então presidente evocou os seus protetores iniciais, dom Pedro II e o antigo Parlamento Imperial, salientando, não obstante, que a instituição continuava a ser objeto de desvelo do Congresso Nacional e do novo regime político.

Rio Branco passou, então, a desenvolver sua teoria sobre o estudo da História do Brasil, lastreado na pesquisa contínua, que permitisse ao historiador produzir seu próprio trabalho. Mas, às vezes, insatisfeito com o que já adquiriu, se sentia impelido a buscar novos documentos e informações. Ao mesmo tempo se formava nele a convicção da grandeza do destino do Brasil no continente americano. Aduziu que essa confiança no nosso destino era o melhor tônico contra qualquer pessimismo com relação ao país.

Lembrou, ademais, que, ainda com menos de um século de vida independente, os trezentos anos que tivéramos de período colonial não foram perdidos para a formação da nacionalidade, "cujo caráter se afirmava desde o princípio em feitos de intrepidez e ações de lealdade".

Rio Branco transmitiu, nesse discurso, sua preocupação com o culto do passado, dos feitos e dos heróis, com que o povo se possa identificar, de forma que se sinta co-partícipe de uma só nação. Em resumo, a alocução era também um chamamento à construção da nacionalidade. Tratava-se não somente de valorizar o passado colonial e o imperial,

mas também nossos próprios descobridores, de quem descendemos, e que, ao descobrir novas terras, "não semearam nelas o ódio à civilização europeia, mal representada por ferozes descobridores".

Ao fim do discurso, fez breve referência ao falecimento, em 1908, de dois estrangeiros importantes para a história das fronteiras do Brasil. Grover Cleveland, ex-presidente dos Estados Unidos, foi o árbitro na questão de limites com a Argentina sobre a comarca de Palmas e reconheceu inteiramente nossa reivindicação em 1895. Dom Carlos I, rei de Portugal, deu ganho de causa ao Brasil, em 1896, sobre a ilha da Trindade, direito contestado pela Grã-Bretanha.

Em 20 de abril de 1909, data do seu 64º aniversário, Rio Branco foi alvo de nova homenagem. Ainda que dirigida ao formulador e executor da política externa, a manifestação tinha acentuada conotação política. De fato, a sucessão presidencial abrira-se no fim de 1908, com o lançamento, pelo presidente Afonso Pena, da candidatura de Davi Campista, seu ministro da Fazenda, logo vetada por Rui Barbosa pela inexperiência política do candidato a candidato.

Segundo Álvaro Lins[4]

> (...) as comemorações que se realizaram na data de seu aniversário em 1909 pareciam tomar a significação de um lançamento de sua candidatura à Presidência da República. Dera-se com ele um fenômeno diferente do que ocorre comumente: o exercício do poder não o tornara impopular; depois de tantos anos no Ministério, a sua popularidade ia crescendo sempre. (...)

Pressentindo essa possibilidade, Rio Branco abriu seu discurso com a reafirmação de que, trinta e quatro anos antes, tinha optado "pelo serviço do país nas suas relações exteriores porque, ocupando-me, na serenidade do gabinete, com assuntos ou causas incontestavelmente nacionais, eu me sentiria mais forte e poderia habilitar-me a merecer o concurso das animações de todos os meus concidadãos." Comentou, a seguir, que tendo servido como chanceler a dois presidentes (Rodrigues Alves e Afonso Pena), não poupara esforços para corresponder à confiança que lhe foi depositada. Sublinhou a continuidade da política externa desde a independência: "em política internacional, o pensamento (...) de todos

[4] LINS, Álvaro. *Rio Branco: biografia.* São Paulo: Alfa Ômega, 1996, p. 409.

os governos que nos últimos oitenta anos se tem sucedido neste país, não variou nunca." A política externa, para Rio Branco, estava, já se disse, acima dos governos e, mesmo dos regimes políticos, para ligar-se diretamente aos interesses permanentes do país.

Sublinhou que a paz era necessária ao desenvolvimento da América Latina. Depois que esse tiver sido atingido, disse, "terá chegado então a oportunidade de pensarem, algum ou alguns deles (países), em entregar-se à loucura das hegemonias ou ao delírio das grandezas pela prepotência." Mas isso não acontecerá com o Brasil, segundo ele. Nossos sentimentos de brasileiros, aduziu, são de que nossos vizinhos "sejam felizes e prósperos, porque tal situação traz necessariamente a predominância dos sentimentos pacíficos e conservadores e porque o espetáculo dos seus progressos só poderá estimular o nosso patriotismo e gênio empreendedor."

Vê-se aqui mais um elemento de modernidade na sua concepção de relações no continente, o desejo de que o progresso dos vizinhos estimule o nosso próprio, dentro de uma atmosfera de paz e cooperação.

O discurso terminou com a reafirmação de sua consagração "(...) de alma e coração, à terra do meu nascimento e à grande causa da confraternidade internacional".

Na mesma data, foi afixada, na entrada da casa de seu nascimento, na Rua Vinte de Abril 14, no Rio de Janeiro, onde se encontra até hoje, a placa cujo texto figura a seguir:

> "Neste local nasceu José Maria da Silva Paranhos Jor. (Barão do Rio Branco), que, pelo talento, saber e patriotismo, dilatou o território da Pátria de Norte ao Sul e, no governo, elevou-a, engrandecendo-a e nobilitando-a – 1909".

No plano político interno, Rui enviou-lhe carta, em 20 de maio, instando-o, novamente, a se candidatar à Presidência da República. A 22, o barão voltou a se recusar, sempre com o argumento de que dedicara sua vida aos assuntos externos.

A 6 de maio seguinte, no ciclo das homenagens ao barão, que se iniciou com a que lhe foi prestada no anterior 20 de abril, inaugurou-se o seu retrato, de autoria do pintor Rodolfo Chambelland, no IHGB. O orador, na ocasião, foi o deputado federal Alexandre Barbosa Lima. Seu discurso elogiou o patriotismo do barão e a sua dedicação aos estudos

que lhe permitiram defender com êxito as posições do Brasil nas questões de limites em que o país foi parte. Terminou mencionando com agrado a disposição do Governo Federal de abrir negociação com o Uruguai sobre a fronteira comum.

Após agradecer a manifestação e referir-se brevemente às circunstâncias de sua escolha como ministro das Relações Exteriores pelo presidente Rodrigues Alves, passou ao tema central do discurso.

Dias antes dessa homenagem, o presidente Afonso Pena havia anunciado, na mensagem anual ao Congresso, por ocasião da abertura do ano legislativo (3 de maio de 1909), o início das negociações com o Uruguai sobre a retificação da fronteira no rio Jaguarão e na lagoa Mirim, nos seguintes termos:

> Entendo que é chegada a ocasião de retificar a linha divisória naquelas partes, estabelecendo-a pelo talvegue do Jaguarão e por várias retas, mais ou menos medianas, que da embocadura desse rio sigam até ao extremo sul da lagoa Mirim. Procedendo assim, trataremos aquela República vizinha e amiga como temos tratado todas as outras na determinação das nossas fronteiras fluviais e nos conformaremos com as regras de demarcação observadas por todos os demais países, na América e na Europa, no tocante a rios e lagos fronteiriços. Autorizei, portanto, a abertura de negociações para um tratado em que tais regras sejam atendidas, convencido de que esse ato merecerá a vossa aprovação e o consenso e geral aplauso da nação brasileira.

Em 1909, aplainadas as possíveis dificuldades internas sobre a questão, Rio Branco pôde alongar-se mais especificamente sobre a questão da jurisdição das águas ribeirinhas, adotada no Tratado de 1852 e que agora, sem paixão, iria ser modificada em benefício do vizinho oriental.

Essa iniciativa, finalizou, significava não um desejo de ter a gratidão uruguaia, mas simplesmente por se tratar de ação que nos honra.

Em 17 de maio de 1909, Rio Branco saudou o escritor Anatole France, por ocasião de sua passagem pelo Rio de Janeiro, em banquete no Itamaraty. A saudação evocou, em primeiro lugar, a similitude entre o Itamaraty e o Quai d'Orsay – o Ministério do Exterior da França - no trabalho incessante pela confraternização entre os povos. Mencionou, a seguir, os diversos franceses ilustres que visitaram o Brasil no século

XIX e referiu-se aos visitantes do século XX, Paul Doumer e o cientista Charles Richet.

O programa de poucos dias de Anatole France no Rio consistiu, além do banquete no Itamaraty, de visita à Biblioteca Nacional e à Academia Brasileira de Letras, onde foi recebido com discurso de Rui Barbosa, seu presidente.

Não há registro dos discursos de Rio Branco e de Anatole France no banquete do Itamaraty.

A 18 de maio, o escritor francês passou por Santos, a caminho da Argentina, onde iria pronunciar algumas conferências.

A recepção ao escritor em sua curtíssima passagem pelo Rio se inseria, como se sabe, na política do barão de utilizar personalidades estrangeiras que, posteriormente a sua visita, divulgassem o Brasil, o que não foi o caso desse visitante.

Em 25 de maio seguinte, na esteira das homenagens que, sob pretexto do aniversário do barão, lhe eram prestadas como apoio a uma eventual candidatura à presidência da República, Rio Branco recebeu os estudantes das faculdades do Rio de Janeiro.

Seu discurso de agradecimento centrou-se na sua preocupação central naquele momento, as negociações com o Uruguai a respeito da retificação da fronteira no rio Jaguarão e na lagoa Mirim, mencionados na Mensagem Presidencial ao Congresso em 3 de maio.

Rio Branco procurou defender a política imperial que, nos Tratados de 1851 e 1852, obteve a colocação da linha de fronteira na margem sul daqueles corpos d'água, inviabilizando sua utilização pelo Uruguai. Lembrou que a teoria da divisão das águas ribeirinhas entre os dois países não era pacífica na época em que os Tratados foram negociados. Terminou por dizer que se os estadistas do Império tivessem presente essa teoria, não teriam negociado acordos tão desfavoráveis com o Uruguai.

O discurso transitou, então, para menção a uma conferência americana para a codificação do Direito Internacional, que iria acontecer no Rio de Janeiro em 1910.

A referida reunião, da chamada Comissão Internacional de Jurisconsultos, realizou-se somente entre 26 de junho e 9 de julho de 1912, após o falecimento do barão. Trabalhou, entre outros pontos da agenda, na aprovação de projeto sobre a organização de seis comissões

especiais, para a codificação do Direito Internacional Público e do Direito Internacional Privado.

Em 14 de junho de 1909, faleceu o presidente Afonso Pena. A "causa mortis" foi uma gripe. No entanto, dizia-se que o matara o recente falecimento de um de seus filhos, Álvaro Pena, ou o desgosto por ver-se derrotado na pretensão de fazer Davi Campista o seu sucessor.

Na sessão de 30 de junho seguinte, Rio Branco fez o necrológio de Afonso Pena, que era presidente Honorário do Instituto. Passou inicialmente por sua folha de serviços, prestados ao país desde o Império e que o habilitava a ser um bom presidente da República.

Mencionou, a seguir, as maiores realizações do seu governo, como as ligações ferroviárias da capital com o extremo sul – incremento do comércio, mas também maior facilidade no deslocamento de tropas e equipamentos em caso de conflito com a Argentina -, e na direção oeste, para estimular a ocupação dos enormes vazios territoriais então existentes no País. Referiu-se, ainda, à participação na 2ª Conferência de Paz da Haia, em que a voz do Brasil passou a ser ouvida no exterior. Finalmente, relembrou o esforço de reaparelhamento das forças armadas, com o Programa Naval de 1906, que proporcionou a compra dos grandes encouraçados e de outros navios para a esquadra, e com o programa de modernização do Exército, elaborado pelo ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, que implicou a criação de serviços técnicos e administrativos, além do programa de manobras. Dessas inovações, a mais importante foi a instituição do serviço militar obrigatório (1906).

Em trânsito pelo Rio de Janeiro, viajando para a Europa, em 7 de agosto de 1909, Roque Sáenz Peña, político e diplomata argentino, foi homenageado com almoço por Rio Branco. A despeito do afastamento de Estanislau Zeballos da cena política argentina, desde junho do ano anterior, a tensão entre os dois países não havia acabado.

Em 1907, Sáenz Peña fora designado membro da delegação argentina à 2ª Conferência de Paz da Haia. Terminada a reunião, foi nomeado ministro na Itália e na Suíça. Voltou a Buenos Aires em 1909, em um momento em que havia grande agitação política e econômica e os partidos se aprestavam a escolher candidatos para as eleições presidenciais de 1910.

Com plataforma que incluía a reforma da legislação eleitoral para acabar com a fraude, a descompressão do opressivo clima social e a incorporação ao governo da oposição menos radical, Roque Sáenz Peña

apresentou-se como candidato. Retornou, então, à Europa. A passagem pelo Brasil foi marcada pelo almoço que o barão lhe ofereceu.

Em curta saudação, Rio Branco elogiou-o como amigo da paz e da concórdia no continente e reiterou que o Brasil seguia o caminho semelhante, preocupado em fazer desaparecer a tensão entre os dois países.

Em 12 de junho de 1910, ainda ministro na Itália, Roque Sáenz Peña foi eleito presidente da República para o sexênio 1910-1916.

Em sua escala no Rio, a 23 de agosto de 1910, foi recebido com honras de chefe de Estado. As relações com a Argentina entravam em fase mais tranquila: o terceiro encouraçado encomendado havia sido vendido, pela impossibilidade brasileira de pagá-lo. Essa circunstância contribuiu para o fim da corrida armamentista na América do Sul.

Sáenz Peña contribuiu pessoalmente para desanuviar as relações. Em seu discurso de resposta ao de Rio Branco, no Itamaraty, pronunciou a conhecida frase, com respeito à relação bilateral, "Tudo nos une, nada nos separa".

A aproximação se completou com a troca de ministros residentes. O Brasil indicou o ex-presidente Campos Salles. Pela Argentina, foi nomeado o general Julio Roca, também ex-presidente, considerado amigo do Brasil. Era como se cada um dos dois países determinasse que a relação bilateral era tão ampla e íntima que somente ex-chefes de Estado pudessem ser seus representantes nas respectivas capitais.

A rivalidade que perdura até hoje, a do esporte, nasceu depois. A Copa Roca, cujo objetivo era a realização anual de torneio entre as duas seleções, foi criada em 1914, pelo general Julio Roca, ainda embaixador no Brasil. A copa foi disputada a intervalos irregulares até 1976. Foi retomada no mês de setembro de 2011 com partidas entre as duas seleções em Rosário, Argentina, e em Belém, tendo o Brasil vencido o torneio.

O discurso de 9 de outubro de 1909, com que Rio Branco respondeu às homenagens que lhe prestou o 13º Regimento de Cavalaria refletiu o gosto do autor pela História Militar, que mencionou a propósito de seu estudo, escrito aos 16 anos, sobre Luís Barroso Pereira, herói da Guerra da Cisplatina. Mas deu conta também de sua contínua preocupação com o aperfeiçoamento das forças armadas de terra e do mar, para dissuadir eventuais tentativas de agressão.

O marechal Hermes da Fonseca havia renunciado ao cargo de ministro da Guerra em maio anterior para se candidatar à presidência da República. No entanto, suas ideias de modernização permaneciam. Havia visitado a Alemanha em 1908, e o iria fazer novamente em 1910, como presidente eleito, para manter-se a par do desenvolvimento mais recente da doutrina militar naquele país. Duas missões foram enviadas, em 1908 e em 1910, a estágio em suas instalações militares.

Na data do discurso, já estavam sendo testados para entrega ao Brasil os dois encouraçados Minas Gerais e São Paulo, além de outros navios menores comprados à Grã Bretanha dentro do Programa Naval de 1906.

Parecia haver, portanto, um clima de otimismo quanto à recuperação da capacidade operacional das forças de terra e do mar, o que ocorria pela primeira vez na República.

Com respeito a esse discurso, Raimundo Teixeira Mendes, vice-diretor da Igreja e do Apostolado Positivista do Brasil, escreveu artigo intitulado "A paz e o desarmamento", publicado sob o número 288 da série de folhetos do Apostolado. No artigo, criticou a preocupação de Rio Branco com o reequipamento e o treinamento das Forças Armas como elementos dissuasórios de possíveis agressões externas. Concluindo o artigo, aduziu que

> (...) devemos novamente fazer votos para que o senhor ministro das Relações Exteriores reconheça a única política capaz de corresponder às aspirações do verdadeiro civismo nos tempos modernos. O Brasil será grande, não pelo terror, pelos ódios, desconfianças, invejas e ruínas que derramar em torno de si e dentro de si, - que é só o que podem alcançar as instituições militares; - mas pelos sentimentos altruístas e pelas criações estéticas, científicas e industriais, de que forem órgãos seus filhos, no interior e no exterior. Sejam quais forem os louvores dos contemporâneos, as bênçãos da posteridade só cairão sobre os que se empenharem sinceramente na paz universal.

Teixeira Mendes pregava um caminho para a paz completamente desvinculado da realidade mundial naquele momento, que podia ser classificada como de "paz armada." A chegada dos primeiros navios da nova esquadra, a viagem, em 1908, do primeiro grupo de oficiais para treinamento no exército alemão, além do reequipamento da força terrestre terão animado o prócer positivista a criticar a posição realista do chanceler.

O discurso de 21 de outubro de 1909, foi feito na sessão magna por ocasião do 71º aniversário do Instituto Histórico e Geográfico. A alocução incluiu longo panegírico de Euclides da Cunha, seu colaborador na questão dos limites com o Peru, dedicado especialmente à exploração do Alto Purus, que morrera tragicamente em 15 de agosto anterior.

Anunciou, então, a próxima conclusão – em pouco mais de um mês – das negociações com o Uruguai sobre a retificação da fronteira no Jaguarão e na lagoa Mirim. Relembrou que o Instituto havia inserido, em uma de suas atas, a promessa de Afonso Pena de iniciar referida negociação.

Enfatizou que, celebrado o acordo com o Uruguai, nossas fronteiras ficavam definitivamente estabelecidas e, portanto, o País poderia dedicar-se a povoar e a desenvolver seu território e a aprofundar, sem crises, as relações com seus vizinhos.

Relembrou, finalmente, os políticos e diplomatas que contribuíram, nos séculos XVIII, XIX, até o início do XX, para que o Brasil "com o mais franco espírito de conciliação e liberdade" definisse suas fronteiras, em conjunto com os países co-lindeiros. A obra de construção dos limites, a que Rio Branco dedicara sua vida intelectual e profissional, havia acabado.

Em 30 de outubro de 1909, foi assinado o Tratado da Lagoa Mirim, pelo qual o Brasil, sem qualquer compensação, modificou o traçado da linha fronteiriça com o Uruguai.

Em 17 de março de 1910, Rio Branco recebeu em banquete no Itamaraty, William Jennings Bryan, advogado e político norte-americano. Foi candidato à presidência por quatro vezes e secretário de Estado no governo Woodrow Wilson (1913-1915). Bryan visitou a Argentina e o Brasil no início de 1910. Político e orador famoso, defensor de causas importantes para a opinião pública de seu país, como as do bimetalismo e do criacionismo, que se opunha ao evolucionismo de Darwin, sua voz a favor do Brasil seria escutada nos Estados Unidos.

O discurso do chanceler começou por recordar a história das relações bilaterais, que remontava ao século XVIII, com o interesse da camada pensante da colônia portuguesa na independência norte-americana, o que estimulou a Inconfidência Mineira. Lembrou a seguir que as relações comerciais se iniciaram antes da independência, com a abertura dos portos, em 1808. Aduziu que o Brasil foi o primeiro país do continente

a aderir à Doutrina Monroe, no início de 1824, não obstante a diferença de regimes políticos entre os dois países.

Sublinhou que o regime republicano, instaurado em 1889, adotou o modelo norte-americano em suas instituições e no seu novo nome oficial.

Agradeceu também as manifestações do presidente Taft, que havia derrotado Bryan nas eleições presidenciais de 1908, e do povo norte-americano por ocasião da morte de Joaquim Nabuco, em janeiro de 1910. Por oferecimento de Taft, o corpo do ex-Embaixador foi transportado para o Rio de Janeiro pelo cruzador "North Carolina".

Prosseguiu o barão reafirmando o interesse do Brasil em manter e consolidar as relações bilaterais, sem prejuízo das que mantinha com os países europeus, ainda nossas maiores fontes de capital, de tecnologia e de imigrantes. Colocou, porém, o Brasil como firme apoiador dos Estados Unidos na política de paz e concórdia continentais que Washington estabelecera, vinte anos antes, com as Conferências Internacionais Americanas. Aliás, a quarta conferência iria realizar-se, dentro em pouco, entre 12 de julho e 30 de agosto seguinte, em Buenos Aires, sob o signo do centenário da independência nacional. Bryan prolongaria sua viagem ao Prata em quadra especialmente festiva.

Em 16 de maio de 1910, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promoveu a cerimônia de inauguração do retrato do visconde de Ouro Preto, então vice-presidente da instituição, ocasião em que Rio Branco pronunciou outro de seus discursos dirigidos às questões internas que o preocupavam.

O chanceler se valeu da circunstância de que Ouro Preto fora ministro da Marinha durante a Guerra do Paraguai para voltar a tratar do reaparelhamento da Marinha. Acabáramos de receber, em abril daquele ano, o primeiro dos grandes navios encomendados com base no Programa Naval de 1906, o encouraçado Minas Gerais; o segundo, o São Paulo, viria em setembro seguinte.

Rio Branco procurou, então, afastar receios de nossos vizinhos quanto à modernização da esquadra, sublinhando que Ouro Preto, com sua experiência à frente da Marinha, reconheceria com prazer que nossa força naval estaria em condições de seguir as tradições da "Marinha de outrora".

O discurso indicou a preocupação recorrente do barão com o estado do treinamento e do equipamento das Forças Armadas, elemento

importante na formulação e na execução da política externa, ainda que utilizadas apenas para a dissuasão.

Segundo o site http://en.wikipedia.org/wiki/Norberto_Quirno_Costa, acessado em 9 de setembro de 2011, Norberto Quirno Costa foi um político e diplomata argentino (1844-1916), cuja vida profissional entrelaçou-se com questões bilaterais com o Brasil. Na década de 1860, foi secretário da legação argentina no Rio de Janeiro. Foi um dos negociadores, ao fim da Guerra do Paraguai, como subsecretário de Relações Exteriores, do tratado de paz, em que a Argentina obteve a província de Formosa, no Chaco, rica pelas florestas de quebracho, fonte de tanino, então indispensável ao curtimento de couros. Foi eleito vice-presidente na chapa de Miguel Juarez Celman (1886-1890), de que também foi ministro das Relações Exteriores. Nessa qualidade, negociou o Tratado de Arbitramento de 7 de setembro de 1889, com o Brasil, que permitiu fosse resolvida, em 1895, a questão de limites de Palmas. Foi também vice-presidente no segundo mandato de Julio Roca (1898-1904).

Na época da visita, Quirno Costa já se aposentara, mas o banquete de 28 de maio de 1910 testemunha o apreço do chanceler pelo político argentino e seu desejo de cultivar os que, naquele país, fossem considerados amigos do Brasil.

Em 15 de junho de 1910, Rio Branco recebeu em banquete a oficialidade do cruzador português *D. Carlos I* em visita ao Brasil.

O navio integrou a Armada Portuguesa no período de 1899 a 1925. Foi construído na Inglaterra, para a Marinha daquele país. Batizado *D. Carlos I*, em homenagem ao monarca então reinante. Após a implantação da República Portuguesa teve o nome alterado para *Almirante Reis*, em homenagem ao almirante Carlos Cândido dos Reis, chefe, na Marinha, da revolta contra a Monarquia, em outubro de 1910. Participou em múltiplos eventos revolucionários durante a fase mais atribulada da Primeira República. Foi o maior navio de combate português. Recebeu baixa a 22 de janeiro de 1925 e foi desmantelado na Holanda.

À época de sua entrada em serviço, era o mais poderoso cruzador protegido do mundo. Foi o primeiro navio da Marinha Portuguesa a dispor de telecomunicações sem fios, algo tecnologicamente avançado para os padrões da época.

A saudação do barão referiu-se a dois temas caros aos visitantes e aos assistentes ao banquete, a irmandade entre o Brasil em Portugal e a

operosidade da grande comunidade portuguesa no Rio de Janeiro, onde dominava o grande comércio, a pesca e alguns ramos industriais. Tinha igualmente defensores ilustres, como João do Rio.

Em 12 de maio de 1911, por questão de antiguidade - cerca de oito anos e meio como ministro das Relações Exteriores – e de prestígio entre os colegas, Rio Branco foi encarregado de saudar o presidente Hermes da Fonseca por ocasião de seu aniversário.

O centro do brinde foi o elogio do esforço do presidente em reorganizar o Exército e em lhe proporcionar meios modernos de defesa. Portanto, de elevá-lo ao nível tecnológico da Marinha, que desde o ano anterior contava com nova e moderna esquadra.

Em janeiro de 1910, com o falecimento de Joaquim Nabuco, ficara vaga nossa embaixada em Washington. O substituto escolhido foi Domício da Gama, assessor de Rio Branco desde que chefiara o Serviço de Imigração na Europa, nos primórdios da República. Foi depois, secretário do futuro chanceler em Washington e em Berna, nas questões de Palmas e da Guiana Francesa, ministro em Lima e em Buenos Aires. Representou o Brasil, como embaixador em missão especial nas comemorações centenárias da Argentina e do Chile.

A escolha para a chefia da embaixada nos Estados Unidos atestavam o apreço e a confiança que Rio Branco depositava no antigo assessor, que iria ocupar um dos postos mais importantes do Brasil, só comparável a Buenos Aires ou a Londres. Na despedida, em 18 de maio de 1911, o barão mencionou que aquele momento era "um público testemunho da minha particular estima" pelo novo embaixador. Esse terá sido um dos raros momentos em que abriu sua alma em público, para mostrar afeto a um colega.

Domício da Gama foi embaixador em Washington até 1918, voltando ao Brasil para ser ministro das Relações Exteriores de Delfim Moreira. Foi embaixador em Londres de 1920 a 1925, sendo em seguida posto em disponibilidade pelo governo Artur Bernardes. Faleceu pouco depois, naquele ano.

Em resposta à homenagem que lhe foi prestada, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 15 de outubro de 1911, Rio Branco começou por expor sua posição diante da situação política interna. Relatou-se anteriormente o início da campanha presidencial à sucessão de Afonso Pena e a tentativa de Rui de lançar a candidatura de Rio Branco à Presidência. O chanceler

recusou-se a concorrer, em carta ao presidente. Contrapondo-se a Rui, o senador Pinheiro Machado, líder do bloco de oposição, começou a levantar a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, que, a princípio, negou-se a aceitá-la. Em maio, o marechal demitiu-se do ministério e assumiu a candidatura, tendo como parceiro Wenceslau Brás, que sucedera a João Pinheiro no governo de Minas Gerais. A chapa foi homologada ainda no mesmo mês. Afonso Pena faleceu em junho. O novo presidente, Nilo Peçanha, apoiou a solução Hermes da Fonseca. A candidatura de Rui foi homologada em agosto, dando origem à chamada "Campanha Civilista".

Na primeira parte da sua alocução, Rio Branco voltou a bater a tecla de sua nenhuma vocação para a política, informando que se recusara a ser contendor tanto de Davi Campista - que morrera como ministro em Copenhague, a 12 de outubro de 1909, três dias antes do discurso -, quanto do marechal. Lembrou ainda, que, apesar de mencionar vários nomes como possíveis candidatos, ele não se sentia capaz de levantar qualquer candidatura, por sua fraca força eleitoral.

Voltou, então, a insistir no pendor para o trabalho de gabinete. Recordou que só aceitara o cargo de ministro por insistência presidencial. Notou que fora recebido no Brasil com desconfiança, por quem o supunha ambicioso de glória. Provavelmente, muita dessa desconfiança, apesar dos serviços já prestados ao Brasil em 1902, se deveu à posição dos republicanos radicais, que o viam como representante do regime deposto em 1889.

Ao agradecer o discurso de saudação do barão de Brasílio Machado, Rio Branco aduziu que muito do seu trabalho havia sido precedido pelo esforço de seus antecessores, e que o Brasil sempre mantivera um espírito franco e de conciliação nas questões com outros países e que seu trabalho havia sido também facilitado pelo apoio dos sucessivos presidentes a quem servira e da própria Nação.

A propósito, interessante a síntese sobre o barão, por Georges Clemenceau, para mostrar a posição singular de que gozava no País. O estadista francês, que visitou a Argentina, o Uruguai e o Brasil no segundo semestre de 1910, deixou, nas suas "Notes de Voyage dans l'Amérique du Sud", o seguinte juízo sobre o chanceler:

> O Barão do Rio Branco (nobreza imperial), que é ministro das Relações Exteriores desde 1902, exerceu as funções de cônsul-geral do Brasil em Paris (sic). Conheceu muitos de nossos políticos e me recebeu com a simplicidade

> cordial de um amigo. O barão – é assim que o designam comumente – goza de uma autoridade soberana em matéria de política exterior. Amigos e adversários lhe deixam o campo livre a esse respeito e todo o mundo parece estar de acordo para louvar suas qualidades de diplomata sábio.

No mesmo dia 15 de outubro de 1911, por ocasião da inauguração de seu retrato no Clube Militar, de autoria do pintor italiano Carlo de Servi (1871-1927), Rio Branco, na presença do presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, teve a oportunidade de reafirmar, em primeiro lugar, a conduta sempre respeitosa que manteve com as Forças Armadas. Criticou a posição daqueles, nacionais e estrangeiros, que consideravam suas posições belicosas, quando o que lhe interessava eram a reorganização e o reaparelhamento das Forças Armadas. O Exército se tinha deixado, depois da guerra do Paraguai, penetrar pelo Positivismo, que interferia com o profissionalismo de seus membros. A Marinha, considerada partidária do regime imperial, tinha sofrido com a Revolta da Armada.

A preocupação do chanceler era de que as forças de terra e do mar se tornassem novamente aptas a defender o Brasil. Lembrou que "querer a educação cívica e militar de um povo, como na libérrima Suíça, como nas democracias mais cultas da América e da Europa, não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas."

A leitura dos discursos de Rio Branco nos oferece a oportunidade de encontrar, nas mesmas páginas, o político, o historiador e o diplomata. Unidas num todo, essas facetas fazem dele o grande chanceler e defensor dos interesses do país no foro externo.

Profundamente dedicado, desde a juventude, ao estudo de um só tema, o Brasil, dominou-o com maestria. Seu amigo Eduardo Prado testemunhou:

> O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa, é capaz de escrever, sem esquecer uma minúcia, como eram feitas as naus de Pedro Álvares Cabral, de que tecido vinham vestidos os seus marinheiros e o nome das plantas mais vulgares na praia de Porto Seguro, onde ancoravam aquelas naus. Leu tudo quanto há impresso, copiou ou fez copiar, todos os manuscritos, fez deles extratos, distribuiu esses extratos, em forma de notas, pelas páginas de todos os livros que tratam do Brasil; retificou, esclareceu, corrigiu, explicou, emendou e ampliou todos esses livros; e com o mundo de suas notas, poderá ele um dia

publicar uma história e uma descrição geral do Brasil que será um monumento[5].

Esse vasto conhecimento foi desde logo colocado a serviço do país, primeiro, na elaboração do "Esboço da História do Brasil", capítulo V do livro "Le Brésil", editado por ocasião da Exposição Universal de Paris em 1889. Posteriormente, foi empregado nas questões de limites com a Argentina (Palmas) e com a França (Amapá-Guiana Francesa), que venceu como advogado do Brasil, bem como durante sua gestão no Ministério das Relações Exteriores.

O estudo intenso não o impediu de ser homem de ação. Perpassam por todo o volume suas preocupações com a política de defesa, com as relações com as repúblicas vizinhas, especialmente com a Argentina, bem como com os Estados Unidos.

A atitude de Rio Branco com respeito aos nossos vizinhos é, aliás, um dos elementos de sua modernidade, conforme já se mencionou. A América portuguesa e a espanhola tiveram evoluções históricas distintas. A geografia, em especial os Andes, era um fator a separar as duas partes da América Latina. Também contribuíam para isso os regimes políticos diferentes e a língua. O chanceler voltou-se para as repúblicas hispano-americanas, estimulando o incremento das relações bilaterais com a abertura de missões diplomáticas em vários daqueles países e com a busca de coordenação política no que resultou, depois de sua morte, no chamado "Pacto ABC", entre a Argentina, o Brasil e o Chile (1915).

O interesse pela promoção do Brasil no exterior se refletiu também nos convites a personalidades estrangeiras a viajar o Brasil, para divulgar-nos nos seus países. A convite nos visitaram Paul Doumer, Anatole France, Guglielmo e Gina Ferrero, Georges Clemenceau e William Jennings Bryan. Quase todos acabaram por publicar relatos sobre sua experiência brasileira.

Em síntese, os discursos contêm uma riqueza de informações, novamente colocada à disposição do leitor, sobre José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, e patrono da diplomacia brasileira.

[5] Coletâneas, apud LINS, Álvaro. *Rio Branco: biografia*. Brasília: Funag-Editora Alfa Ômega, 1995, p. 125.

EXPLICAÇÃO

Os discursos do Barão do Rio Branco, reunidos agora em volume, revelam um aspecto menos conhecido da personalidade do estadista – o Rio Branco orador.

Quando, em 1944, nos trabalhos da Comissão Preparatória do Centenário de seu nascimento, pensou-se em incluir no plano das obras um tomo especial de discursos, não faltaram ponderações em contrário. Supondo que as páginas oratórias do grande ministro não excederiam em muito às que a tradição conservara – palavras pronunciadas por ocasião da III Conferência Internacional Americana, alocuções proferidas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e recolhidas na revista dessa agremiação, e um ou outro agradecimento a manifestações populares –, julgaram alguns de melhor aviso inseri-las, com as obras menores, num volume de "vários escritos".

Quatro anos de minuciosas pesquisas nos seus papéis particulares, hoje no Arquivo Histórico do Itamaraty; na correspondência e nos documentos oficiais do Ministério das Relações Exteriores; nos recortes de periódicos mandados coligir por sua ordem; nos arquivos particulares de contemporâneos; nos Anais da Câmara dos Deputados e nos jornais da época, principalmente da fase 1902-1912, permitiram, no entanto, recolher mais de meia centena de discursos, saudações e brindes, que constituem a matéria do presente volume,

e assinalar a efeméride de muitos outros, cujos textos infelizmente se extraviaram.

Melhor, talvez, que das outras obras, ressaltam destas páginas, por mais pessoais, as linhas mestras do pensamento do segundo Rio Branco.

De 1876 a 1902, pela própria natureza das funções consulares e diplomáticas que exerceu, só pôde Rio Branco utilizar-se da oratória com finalidades limitadas. Nesse período, os seus discursos são exclusivamente protocolares – de apresentação de credenciais, em Washington, Berna e Berlim, ou de despedidas, depois de encerradas vitoriosamente as missões especiais junto aos governos dos Estados Unidos da América e da Suíça. Cingido embora às rígidas fórmulas oficiais, vislumbra-se já no diplomata de então o estadista que se volta para os grandes problemas internacionais.

Dirigindo-se a Cleveland, deixa, por exemplo, fixadas estas considerações sobre a arbitragem:

> É grato poder assim registrar esta nova vitória do princípio tão razoável e humanitário do arbitramento internacional, cuja prática, advogada sempre com empenho pelos Estados Unidos da América, se tem tornado mais frequente em nossos dias e constitui um dos maiores progressos obtidos pelo Direito das Gentes moderno.

E, ao despedir-se do presidente do Conselho Federal suíço, acentua:

> A obra considerável que o Conselho Federal realizou com uma consciência tão escrupulosa, sem outra preocupação que a do seu dever com relação à justiça, será apreciada por todos os que a conhecerem. Ela marcará certamente uma época na história das arbitragens internacionais e ficará como um exemplo a ser seguido, porque nunca juízes chamados a regular diferendos entre nações puderam produzir uma prova material tão visivelmente importante de sua competência e do cuidado com que trataram do exame de um assunto.

Quem assim se externava, depois de conquistar duas memoráveis vitórias diplomáticas, revelara-se muito cedo apto para as contendas de tal natureza. Desde 1869, nas razões produzidas em defesa do direito de Mato Grosso contra as pretensões lindeiras da província de Goiás, o jovem deputado Paranhos Júnior deixa antever, pela sólida e clara

argumentação, o incomparável advogado que foi, mais tarde, nas questões de limites do Brasil com os seus vizinhos.

> O mais curioso, lembra a propósito Álvaro Lins,[1] é a quase nenhuma diferença, nesse advogado em questões de limites, entre o jovem deputado da peça parlamentar de 1869 e o homem experiente nos pleitos de Washington e Berna. Apresentará depois novas e maiores aquisições de cultura, de conhecimento histórico e geográficos, vulto das causas nacionais; mas o processo de argumentar, a maneira de expressão, o estilo do advogado já é o que será sempre nesse discurso feito aos vinte e quatro anos numa disputa regional de fronteiras. Nenhuma demagogia, nenhum apelo aos motivos sentimentais; antes e exclusivamente o quadro objetivo do problema: as velhas provisões régias, os documentos dos demarcadores, o exame dos mapas.

É de lamentar, entretanto, a parcimônia de suas atividades oratórias quando, pela amostra que deixou, tão bem-dotado se apresentava para as exigências da tribuna parlamentar. Do deputado nas legislaturas de 1869 e 1870 e do diplomata encarregado de tão importantes missões não restam mais que oito discursos.

Desde o momento em que assume o Ministério das Relações Exteriores é, porém, a oratória o instrumento de que Rio Branco se servirá com mais frequência e maior alcance para a realização de sua política.

Examinando-se os discursos aqui reunidos, vê-se como ele soube utilizar a tribuna improvisada, em pequenas reuniões ou em brindes de circunstâncias, em solenidades oficiais ou em manifestações populares, para destruir intrigas, desfazer inquietações e firmar as bases permanentes de sua diplomacia. Sem se afastar do Brasil uma só vez enquanto esteve à frente do Itamaraty, nunca perdeu a oportunidade, quando se lhe deparava para dirigir sua mensagem a outros povos. Não tendo ao dispor os meios técnicos de hoje, serviu-se amiudada e sistematicamente da tribuna e da imprensa para exprimir o seu pensamento político e transformá-lo em ação.

Colocados lado a lado os fatos da história diplomática americana de 1902 a 1912 e os episódios singelos que, no Rio ou em Petrópolis, durante esse período, motivaram tão frequentes alocuções, despretensiosas na

[1] LINS, Álvaro. Rio Branco. Rio de Janeiro, 1945, I, p. 72-3.

aparência, logo ressalta a intenção do estadista, que, falando a pequenos círculos convencionais, se dirigia, em verdade, aos centros mais ativos da política continental.

Assim devem ser entendidos estes discursos do Barão do Rio Branco, que representam de fato, como dissemos, o seu pensamento vivo. Neles, surge-nos, de corpo inteiro, o homem de gabinete e o homem público. Vemos o erudito, que, da presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deixava transparecer nestas palavras uma vida inteira dedicada a pesquisar os monumentos da história pátria:

> O estudo da história nacional é ocupação das mais gratas e tão absorvente para os que por ele se apaixonam, que, às vezes, uma vida inteira se passa – e disso há mais de um exemplo nesta Casa – em reunir elementos para trabalhos de conjunto, que nem sempre nos julgamos bastante preparados para empreender resolutamente ou cuja execução adiamos seduzidos pelo desejo de novas, mais amplas e contínuas pesquisas. Mas, durante essa longa, prolixa e paciente preparação, em que as descobertas pessoais se multiplicam, enchendo de encanto o investigador, durante o minucioso inquérito a que procedemos sobre os nossos antecedentes sociais e políticos, vai-se formando em nós, primeiro obscuramente e, depois, com evidência e autoridade irrecusáveis, a convicção da grandeza dos nossos destinos no hemisfério americano.

Sentimos o ministro que não perdia a ocasião de afirmar convicções, de fixar diretrizes, de recompor no exato sentido o que fora desfigurado ao sabor das conveniências, mas que jamais se deixou envolver nas lutas da política interna e que cumpriu até o fim esta determinação, que traçara ao assumir a pasta das Relações Exteriores:

> Desde 1876 desprendi-me da nossa política interna com o propósito de não mais voltar a ela e de me consagrar exclusivamente a assuntos nacionais, porque assim o patriotismo daria forças à minha fraqueza pessoal. Aceitando depois de longas hesitações e reiterados pedidos de dispensa o honroso posto em que entendeu dever colocar-me o ilustre senhor presidente da República, em nada modifiquei aquele meu propósito. A pasta das Relações Exteriores, disse-me sua excelência, não é e não deve ser uma pasta de política interna, e, declarando que considerava

> muito valiosas as razões que eu alegava para procurar eximir-me do serviço que me pedia, acrescentou, entretanto, que mantinha o seu convite. Obedeci ao seu apelo como o soldado a quem o chefe mostra o caminho do dever. Não venho servir ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado.

Alheado da política interna, procurava, no entanto, aproveitar todas as oportunidades que se lhe apresentavam – a chegada de uma alta personalidade estrangeira, a mensagem de povos distantes trazida por belonaves amigas e até a visita de desportistas do Prata – para esclarecer os verdadeiros desígnios de sua política externa, nem sempre bem compreendidos.

Aos jogadores de futebol argentinos, por exemplo, oferece-lhes um almoço no Itamaraty e saúda-os com estas palavras:

> São esses moços vigorosos, calmos, ágeis e bem-adestrados os heróis do dia, os que festejamos todos, argentinos e brasileiros, desejando que os do Brasil, pelo exercício metódico e persistente, os possam igualar um dia. Se algum pedido me é lícito nesta ocasião formular aos nossos caros hóspedes, peço-lhes que de regresso à sua pátria digam francamente o que, penso, terão podido observar e sentir desde os primeiros dias da sua permanência entre nós, isto é, que, contrariamente ao que supõem e por vezes têm apregoado alguns dos seus jornalistas mal informados, este país é habitado por um povo pacífico, sinceramente amigo dos povos vizinhos; e que todos aqui desejamos ardentemente que a República Argentina inteira tenha confiança na nossa leal amizade e a ela corresponda com a mesma cordialidade com que lhe desejamos sempre todas as prosperidades e todas as glórias da paz.

Outro aspecto significativo da orientação e das preocupações de espírito do grande estadista, que ressalta dos discursos contidos neste volume, é o seu profundo interesse pelas questões relativas à defesa nacional. Para Rio Branco, "diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência".

A convicção de que se tornava necessário um reaparelhamento da defesa nacional, Rio Branco a haurira nos estudos que, por mais de 40

anos, dedicara à história militar do Brasil, nomeadamente na lição das lutas e das pendências de guerras havidas com os povos vizinhos. Aliás, a predileção irresistível por tais assuntos, Silvio Romero[2] a assinalaria na personalidade de Rio Branco desde os mais antigos tempos, desde a sua puerícia literária, e ele mesmo a evocaria:

> Desde os bancos do antigo Colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe-pátria e suas possessões nesta parte do mundo, e, depois na defesa da dignidade e dos diretos do Brasil na sua vida independente. O primeiro trabalho histórico que publiquei foi a narrativa da vida de um dos nossos heróis morto em 1826 no seu posto de combate. Os outros que dei à imprensa no meu tempo de estudante de Direito tiveram todos por assuntos episódios desconhecidos ou mal conhecidos do nosso passado militar. E assim continuei quando deputado e jornalista, ocupando-me mais de investigações e trabalhos históricos que da política interna para a qual nunca senti grande atração. Tive a fortuna de conhecer de perto muitos dos nossos generais mais ilustres: Caxias, Porto Alegre, Osório, Barroso, Inhaúma, e outros, e de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas do seu afeto e da sua estima. Os sentimentos da minha mocidade para com o nosso Exército e Marinha não se arrefeceram nunca; antes foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e conveniência dessas instituições, sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança da conservação da paz de que ele tanto precisa e de que precisam todos os povos.

E, tendo mantido, sem interrupção, durante a sua permanência à frente do Itamaraty, exemplar fidelidade às tradições de uma diplomacia "inteligente sem vaidade, franca sem indiscrição e enérgica sem arrogância", pôde Rio Branco, meses antes de sua morte, deixar gravado nestas palavras o seu pensamento:

> Mas ser, como fui desde a adolescência e na idade viril, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter sido, sempre que pude, em outros tempos, tanto aqui quanto no estrangeiro, um modesto divulgador de feitos gloriosos da nossa gente

[2] ROMERO, Silvio. O Barão do Rio Branco Historiador e Diplomata, in *Jornal do Commercio* de 29 de novembro de 1903.

> portuguesa e brasileira de outrora na defesa e dilatação do território do Brasil. Prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da pátria; tudo isso, meus senhores, não significa que eu tenha sido ou seja um "militarista", como, no ardor das recentes lutas políticas, me acoimaram às vezes de o ser em alguns dos combatentes, mal informados dos meus sentimentos e ações. Também todos os meus atos e afirmações solenes no serviço diplomático, continuando no desempenho das funções que desde alguns anos exerço, protestam contra as tendências belicosas e imperialistas que alguns estrangeiros e nacionais me têm injustamente atribuído. Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após vinte anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais, em pouco tempo haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.

Da maior parte dos discursos aqui reunidos conservou-se, no entanto, mais de uma versão ou fragmento. O confronto entre os textos manuscritos e os impressos em jornais e revistas tornou possível identificar a lição definitiva, que não vai acompanhada das variantes por não apresentarem estas divergências apreciáveis.

Falta, porém, nesta coletânea, um discurso que pareceria obrigatório: o de recepção na Academia Brasileira de Letras. Rio Branco não chegou a pronunciá-lo e, se o redigiu, extraviaram-se os originais.

Embora os jornais da época mencionem alguns brindes em reuniões diplomáticas, não foi também possível encontrar esses textos, bem como os das saudações a Enrico Ferri, a Guglielmo Ferrero, a Georges Clemenceau e a Carlos Larreta.

Roberto Luiz Assumpção de Araújo

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
I

Discurso pronunciado em 16 de junho de 1869, como representante da província de Mato Grosso, sobre a questão de limites entre Goiás e Mato Grosso. Publicado nos *Anais da Câmara*, 1869, tomo 2, p. 151, 1ª coluna.

O senhor Paranhos Júnior:

– Senhor presidente, quando em uma das últimas sessões* requeri que o projeto que fixa limites entre Goiás e Mato Grosso fosse à Comissão de Estatística, não pretendia, como supôs o nobre deputado por Minas que apresentou uma emenda ao meu requerimento, adiar indefinidamente esta questão.

Desejo, pelo contrário, que ela fique quanto antes liquidada, pondo-se termo às questões e aos conflitos suscitados ultimamente entre as duas províncias confinantes; e não receio de forma alguma a decisão desta Câmara, porque é forte o direito da província que tenho a honra de representar e incontestável a justiça da sua causa.

Eu entendia e entendo que todos os projetos que nos foram legados

---

* Sessão de 10 de junho de 1869.
Entra em primeira discussão o projeto que estabelece limites entre as províncias de Goiás e Mato Grosso.
O senhor Paranhos Júnior faz algumas observações.
Vai à mesa, é lido, apoiado, e entra em discussão o seguinte requerimento:
"Requeiro que o projeto vá à Comissão de Estatística. Paranhos Júnior."
O Senhor Cruz Machado faz algumas observações.
Vai à mesa, é lido, apoiado, e entra conjuntamente em discussão o seguinte aditamento:
"Sem prejuízo da primeira discussão. Cruz Machado."
A discussão fica adiada pela hora.

pelas legislaturas passadas devem ser novamente examinados pelas comissões que elegemos, em cujas luzes e em cuja retidão devemos todos confiar plenamente (*apoiados*).

Eu desejava apenas que a importante matéria deste projeto fosse estudada com toda a atenção e madureza; desejava que concorressem ao debate os esclarecimentos que nos podem ministrar os dignos membros dessa comissão; e o discurso pronunciado pelo nobre deputado por Minas, longe de abalar-me, veio convencer-me ainda mais da necessidade de um exame mais aprofundado da questão.

Sua excelência disse-nos que a província de Goiás tem direito aos territórios que o projeto quer anexar-lhes, territórios de que está de posse a província de Mato Grosso; mas não quis dizer-nos em que se fundava esse direito, ou de que natureza era ele. Não citou em apoio de sua opinião, que respeito, como respeito ao nobre deputado, um único documento, uma razão aceitável sequer; limitou-se a declarar-nos que quando presidente da província de Goiás tinha em um relatório demonstrado a necessidade da linha divisória que hoje se pretende fixar.

Os membros da Comissão de Estatística de 1864 não fazem menção, em seu parecer, ao relatório do digno ex-presidente de Goiás, e creio também que a Câmara, como eu, não conhece as razões e os fundamentos da opinião que sua excelência nele emitiu. É, portanto, muito natural que procuremos conhecer esses fundamentos, e, desde que o nobre deputado nos remeteu para o seu relatório de 1854, é indispensável que a Comissão de Estatística tome na devida consideração esse valioso auxiliar, e os documentos, seguramente importantes, que o acompanham.

Senhor presidente, nas ligeiras observações com que fundamentei o meu requerimento, eu disse que o projeto de limites apresentado nesta Casa é ofensivo aos direitos da província de Mato Grosso e inconveniente porque despreza as raias assinaladas às duas províncias pela própria natureza. Disse mais que a província de Goiás não reclama grande parte do território com que o projeto quer enriquecê-la.

Todas essas proposições acabam de ser contestadas pelo meu ilustre amigo, deputado por Goiás.

Sua excelência, também, como o nobre deputado por Minas, sustenta que a província de Goiás tem direito à linha de limites hoje proposta, e citou em apoio de sua opinião a provisão de 9 de maio de 1748, pela qual foram criadas as duas capitanias de Goiás e de Mato Grosso.

Se essa provisão, porém, pode justificar, como pretende sua excelência, as pretensões de Goiás à posse do território banhado pelo Paraná, não pode justificá-las quanto à linha do rio Pardo, e menos ainda quanto às do Coxim, do Taquari e do rio das Mortes.

Ela determinou que ambas as capitanias chegassem até o rio Grande Geral, nome que então tinha o Paraná; mas peço licença ao nobre deputado para opor-lhe uma outra provisão posterior, de 2 de agosto do mesmo ano.

O senhor Melo Matos:

– Mas esta não alterou nada o que estava feito.

O senhor Paranhos Júnior:

– Eu vou lê-la, e o nobre deputado verá se alterou ou não. Diz a provisão:

> Dom João etc. Faço saber a vós governador capitão-general de Goiás que por outra ordem minha, que nesta ocasião haveis de receber, se vos declara os confins desse governo, e, como tenho determinado que os do novo governo de Mato Grosso e Cuiabá hão de ser para a parte de São Paulo pelo rio Grande, ficando suspensa a sua confrontação com esse governo de Goiás, e do estado do Maranhão, pela pouca notícia que ainda há desses sertões, se vos ordena etc.

O senhor Melo Matos:

– Já vê que esta mesma reconhece o rio Paraná.

O senhor Paranhos Júnior:

– Perdoe-me, vossa excelência reconhece o Paraná como limite meridional de Mato Grosso, mas não de Goiás. Diz que, sendo o Paraná a divisa entre Mato Grosso e São Paulo, fica suspensa a confrontação da capitania de Goiás com a de Mato Grosso...

O senhor Melo Matos dá um aparte.

O senhor Paranhos Júnior:

– Posso ler novamente as últimas palavras da provisão. (Lê)

Não diz, portanto, que o Paraná é o limite meridional da província de Goiás, como o nobre deputado supunha; modifica inteiramente a provisão de 9 de maio.

O senhor Melo Matos:

– Ah! Bem; mas a província de Mato Grosso acaba aí, e a província de São Paulo não chega a esse ponto.

O senhor Paranhos Júnior:

– A província de São Paulo chega também ao rio Paraná.

O senhor Melo Matos:

– Mas não é nessa altura.

O senhor Paranhos Júnior:

– Peço licença ao nobre deputado. É precisamente nessa altura.

O nobre deputado por Goiás, senhor presidente, citou também um acordo celebrado em 1771 entre o primeiro governador de Goiás, conde d'Arcos, e o governador de Mato Grosso, procurando demonstrar como esse ajuste os direitos de sua província.

É verdade que no mês de abril de 1771 o visconde de Balsemão, governador de Mato Grosso, assinou um auto concordando com a opinião manifestada alguns anos antes, em 1750, pelo conde d'Arcos, a respeito dos limites das duas capitanias; mas não eram esses funcionários competentes, como o nobre deputado sabe, para estabelecer a demarcação dos respectivos governos. Essa atribuição pertencia exclusivamente à Metrópole.

O senhor Melo Matos:

– Eram marcados provisoriamente.

O senhor Paranhos Júnior:

– Não foram marcados os limites. Pelas provisões de 9 de maio e de 2 de agosto de 1748 determinou-se aos governadores das duas capitanias que informassem com o seu parecer por onde se poderia fixar mais cômoda e naturalmente a divisão. Cumprindo essa ordem, deram eles sua opinião, que ficava dependendo de decisão do governo de Lisboa.

O auto de 1771 termina assim: "E para que sua majestade seja servida de determinar esta matéria na forma de suas reais ordens, mandei passar este auto de acessão ao referido arbítrio..." Não pode, portanto, haver dúvida a este respeito.

Mas, senhor presidente, o acordo de 1771 foi observado pelos sucessores do visconde de Balsemão, e, não tendo sido homologado pela Metrópole, ficou írrito e sem valor.

O senhor Melo Matos:

– Eu nego.

O senhor Paranhos Júnior:

– Tendo continuado indivisas as duas capitanias, a província de Goiás só poderia firmar a sua pretensão ou na prioridade do descobrimento desses territórios, ou na sua ocupação.

Nem uma, nem outra coisa pode alegar. Sem falar nas excursões primitivas dos bandeirantes paulistas, a que se referiu o nobre deputado por Minas, excursões que nenhum vestígio deixaram, me parece que devemos tomar por ponto de partida a época em que as duas províncias foram definitivamente ocupadas e povoadas.

Em 1719, fundou-se, em Mato Grosso, a primeira povoação dessa província, povoação que anos depois foi transferida para o sítio em que hoje se acha a cidade de Cuiabá.

A exploração de todo o território que se estende além do Paraná, do Paranaíba, da serra de Santa Marta e do Araguaia, território onde nunca se estabeleceram ou chegaram os goianos, foi feita por esses fundadores e primeiros habitantes de Mato Grosso.

Só mais tarde, e depois do descobrimento das minas de Cuiabá e Mato Grosso, é que começaram a povoar-se, em 1726, os sertões de Goiás.

O território disputado pertenceu, pois, desde essa época, a Mato Grosso, que tem a seu favor um *uti possidetis* de século e meio. Por esse território, que exploraram e ocuparam, abriram os cuiabanos, à custa de seus únicos recursos, a estrada que vai a Goiás pelo Araguaia e a do Pequiri ao Paranaíba, fundando junto a este rio a povoação de Santana, que mais tarde foi elevada à categoria de vila.

Não pode, pois, a província de Goiás reclamá-lo legitimamente, falando hoje em direito que nunca teve.

Eu disse, senhor presidente, que o projeto quer entregar a Goiás até mesmo territórios que essa província não reclama...

O senhor Melo Matos reclama.

O senhor Paranhos Júnior:

– ... fui contestado pelo ilustre orador que me precedeu e desejo, por isso, mostrar à Câmara que não aventurei uma proposição inexata.

Peço licença para ler uma lei provincial de Goiás, que o nobre deputado citou, a lei de 5 de agosto de 1848, que estabeleceu o primeiro conflito de que há notícia a respeito de limites entre as duas províncias.

Fixando os limites da paróquia de Nossa Senhora das Dores do Rio Verde, determina o seguinte. (Lê)

Essa lei reconhece, portanto, como limites com a província de Mato Grosso o rio Pardo, a serra das Divisões e o rio Araguaia. O projeto, porém, vai muito adiante, porque quer incorporar a Goiás todo

o território que se estende entre essa linha e o Coxim, Taquari e o rio das Mortes.

O nobre deputado por Minas Gerais disse-nos também que os limites hoje propostos eram precisamente os do bispado de Goiás. Sua excelência equivocou-se. O projeto despreza a linha do Araguaia para adotar a do rio das Mortes, estendendo assim a província de Goiás até este último rio. Entretanto, o Araguaia é o limite entre as duas dioceses criadas em 1826 pela bula *sollicita catholicoe gregis cura*, como era também a divisa estabelecida em 1738, pelo capitão-general de São Paulo, entre as duas ouvidorias de Mato Grosso e de Goiás.

Quanto ao lado do rio Pardo, a divisão eclesiástica poderia trazer dúvidas se a administração lhe estivesse subordinada. Creio que os nobres deputados não pretenderão sustentar semelhante ideia; mesmo porque uma parte considerável da província de Minas pertence à diocese de Goiás, sem que por isso tenha esta província o direito de reclamá-la.

O senhor Melo Matos dá um aparte.

O senhor Paranhos Júnior:

– Mas, senhor presidente, eu prescindo de todas estas questões a que fui arrastado pelos discursos dos nobres deputados por Minas e por Goiás. Não é por esse lado que deve ser encarado o projeto. Não devemos indagar somente qual das duas províncias tem ou pode ter direito ao território disputado. Devemos examinar se o projeto preenche as condições de uma boa e regular divisão administrativa, se há alguma razão de ordem superior que aconselhe o abandono da linha do *uti possidetis*, que me parece também a mais natural.

Quanto a mim, acho-o inconveniente porque ele estabelece entre as duas províncias uma divisão defeituosa e absurda. Leva, como já tive ocasião de dizer há dias, a província de Goiás pelo interior da de Mato Grosso, estreitando esta de encontro ao rio Paraguai, e dividindo-a em duas partes desiguais e distintas, que ficarão ligadas apenas pela curta nesga de terra que vai da foz do Coxim à confluência do São Lourenço. A comarca fronteira de Miranda ficará, com semelhantes divisas, abandonada ao norte da República do Paraguai e quase inteiramente segregada da província a que pertence.

Se se tratasse, senhor presidente, de um território despovoado e

sem importância, eu nada diria. Sei que a província de Mato Grosso ocupa uma região imensa, e pode sem prejuízo ceder às províncias vizinhas vastas zonas de terreno, se por acaso elas carecessem de qualquer aumento territorial.

Mas trata-se de privá-la de um território importante, sede do município florescente de Santana do Paranaíba, território que se povoou, que tem vivido e prosperado à custa dos únicos esforços e recursos dessa província pobre e abandonada. Lembro à Câmara que a população de Mato Grosso antes desta guerra, e das calamidades que a acompanharam, mal chegava a 60 mil almas, ao passo que a província de Goiás já tem uma população seis vezes superior a de Mato Grosso, e uma superfície tão extensa, um território tão vasto, que a ação administrativa é quase insensível em muitos pontos.

O senhor Cardoso de Meneses dá um aparte.

O senhor Paranhos Júnior:

– Na época atual, sobretudo, depois dos sofrimentos e das perdas dolorosas por que acaba de passar a província de Mato Grosso, é uma iniquidade querer-se enfraquecê-la ainda mais e reduzir ainda o número já tão escasso de seus habitantes, arrancando-lhe um dos poucos núcleos de população que lhe restam.

O senhor Cardoso de Meneses:

– Arrancando, não.

O senhor Paranhos Júnior:

– A expressão é bem cabida. Pretende-se privar Mato Grosso de um território de que sempre esteve de posse.

Mantenho o meu requerimento, aceitando, entretanto, a emenda do nobre deputado por Minas. Entendo que a questão é muito importante e deve, por isso, ser examinada com toda atenção e cuidado.

Os ilustres membros da Comissão de Estatística, que reconheço muito competentes na matéria, podem dar-nos, em seu parecer, informações utilíssimas. Creio que a Câmara não as julgará desnecessárias, e, pois, espero que se dignará aprovar o requerimento que tive a honra de sujeitar à sua consideração.

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
II

Discurso pronunciado em 7 de julho de 1870, como segundo-secretário da mesa, sobre a reforma do Regimento. Publicado nos *Anais da Câmara*, 1870, tomo 3, p. 42, 2ª coluna.

O senhor Paranhos Júnior (segundo-secretário):

– Senhor presidente, há pouco mais de 15 dias foi apresentada uma indicação do nobre deputado pelo terceiro distrito da província do Rio de Janeiro, o senhor Pereira da Silva, pedindo o parecer da mesa sobre a conveniência da supressão das sessões noturnas. Logo depois, foi lido um requerimento assinado por vários membros da Câmara, relativo ainda às sessões celebradas à noite. Envolvendo o assunto reforma do Regimento da Casa, a Comissão de Polícia examinou a matéria contida no requerimento e na indicação, e, de acordo com a opinião já anteriormente manifestada por uma grande maioria da Câmara, foi de parecer que reduzíssemos apenas o prazo das referidas sessões. Não foi a mesa consultada sobre os inconvenientes que, na opinião de muitos, tem resultado da modificação feita no Regimento da Casa durante a legislatura passada, e que elevou a seis as horas do trabalho da Câmara nos dias em que tem lugar a discussão das leis ânuas.

O requerimento e a indicação que a mesa examinou referiam-se unicamente às sessões noturnas; o parecer da Comissão de Polícia, portanto, só podia referir-se a estas, devendo a presente discussão ficar circunscrita à matéria do parecer, isto é, unicamente às sessões noturnas.

Hoje apareceu uma nova indicação, reduzindo a quatro horas o prazo das sessões diurnas. Esta indicação encerra o mesmo pensamento da emenda apresentada pelo nobre deputado pelo quarto distrito da província do Rio de Janeiro. Para que a Câmara tome uma deliberação, é indispensável também, neste caso, o parecer da Comissão de Polícia. As questões são diferentes e, por isso, entendo que o senhor presidente procedeu regularmente, não aceitando como emenda a indicação que sob aquele nome foi apresentada pelo nobre deputado e que motivou esta questão de ordem. Parece-me que o negócio não é tão urgente que sejamos forçados a resolvê-lo de momento.

O senhor Andrade Figueira:

– Estamos condenados a sair daqui à uma hora da madrugada.

O senhor Paranhos Júnior:

– Mas este inconveniente desaparecerá se o parecer que hoje se discute for aprovado, porque ele conclui propondo que reduzamos desde já o prazo das sessões noturnas. Se, depois dessa alteração, comparecermos todos à hora do regimento, isto é, às seis horas da tarde, os trabalhos não irão além das dez horas da noite.

Quanto às sessões diurnas, de que agora não se trata, nem se podia tratar, porque o requerimento que motivou o presente parecer apenas falava nas sessões celebradas à noite, a mesa, como lhe cumpre, tomará na devida consideração a indicação apresentada hoje pelo nobre deputado pelo terceiro distrito do Rio Janeiro, formulando com a maior brevidade o parecer competente.

Não é por um capricho mal entendido que o nobre presidente da Câmara deixa de considerar emenda ao parecer a indicação apresentada pelo nobre deputado pelo Rio de Janeiro. O senhor presidente justificou perfeitamente a sua opinião lendo o artigo do regimento, que proíbe expressamente que se tomem resoluções destas sem que a Comissão de Polícia interponha o seu parecer.

Creio, portanto, que o nobre deputado pela província do Ceará não levará a mal que esperemos mais alguns dias, desde que somos a isso forçados por uma disposição regimental, que em caso algum deve ser preterida. Em tempo oportuno, e observadas as formalidades legais, a Câmara tomará a resolução que lhe parecer mais conveniente.

Era o que eu tinha a observar, senhor presidente, chamando apenas a atenção dos nobres deputados para o artigo do regimento

que torna a reforma de qualquer de suas disposições dependente de parecer da Comissão de Polícia. Tanto o requerimento quanto a indicação que servirão de base ao parecer, cujas conclusões os nobres deputados pretendem ampliar agora, tratavam apenas, como já ponderei, das sessões noturnas. Não podemos, pois, à vista do regimento, tratar agora do prazo das sessões diurnas, matéria de que a mesa ainda não tomou conhecimento e sobre a qual não há parecer da comissão competente.

NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
III

Discurso pronunciado aos 18 de julho de 1870, como segundo-secretário da mesa, sobre a reforma do Regimento. Publicados nos *Anais da Câmara*, 1870, tomo 3, p. 130, 1ª coluna.

O senhor Paranhos Júnior (segundo-secretário):

– Senhor presidente, vejo-me forçado a apresentar à Câmara as razões que tive para, em parte, separar-me da opinião dos meus honrados colegas da mesa, quando tratamos de redigir as reformas do regimento ultimamente aprovadas pela Casa. Fá-lo-ei em poucas palavras.

Toda a dúvida que surgiu no seio da comissão versou sobre a inteligência que devíamos dar à expressão *número legal* empregada na conclusão 5ª do parecer que submetemos em uma das últimas sessões à ilustrada consideração da Câmara. Essa conclusão era concebida nos seguintes termos: "Se até às 11h, nas sessões diurnas, e às 19h, nas sessões noturnas, não concorrerem mais deputados que preencham o número legal, o presidente declarará não haver sessão, procedendo-se em tudo o mais como determinam os artigos 57 e 58 do regimento."

A Câmara há de recordar-se de que o referido parecer foi aceito em todas as suas conclusões. Das emendas então oferecidas, apenas foi aprovada uma ao § 4º, assinada por dois nobres deputados pela Bahia e pelo Espírito Santo (os senhores Taques e Silva Nunes); mas essa emenda continua uma ideia nova e importantíssima, qual a da redução do *quorum* reclamado para as discussões, e, pois, era

indispensável, na redação, pôr de acordo as conclusões do parecer com o pensamento da mesma emenda, cujas palavras eram as seguintes: "Outrossim, poderá ter lugar qualquer discussão depois da leitura do expediente, uma vez que se achem presentes 40 deputados."

Aprovada, como foi, esta emenda pela Câmara, entendi que a expressão *número legal*, de que se servia o § 5º do parecer, devia fixar subordinada à modificação feita ao parágrafo anterior. Assim, poder-se-ia abrir a sessão e discutir com 40 deputados apenas, passando a ser esse o número legal exigido para a abertura da sessão e dos debates, e continuando a sê-lo para as votações o fixado no artigo 23 da Constituição Política do Império.

Harmonizada deste modo a emenda com o parecer, a decisão da Câmara pode ter sido inconstitucional, como entenderam e entendem muitos senhores deputados, mas não pode ser tachada de absurda, contraditória, como pareceu aos meus nobres colegas da Comissão de Polícia.

Quanto a mim, senhor presidente, não vejo inconstitucionalidade alguma na adoção da emenda dos nobres deputados pela Bahia e pelo Espírito Santo.

Discutir e resolver são operações perfeitamente distintas.

O senhor Cândido Tôrres Filho:

– Apoiado.

O senhor Paranhos Júnior:

– O que a Constituição determina é que as duas Câmaras nada resolvam senão pelo voto da maioria absoluta de seus membros; e como discutir não é resolver...

O senhor Pinto Moreira:

– Apoiado.

O senhor Paranhos Júnior:

– ... Parece-me que se pode, sem ferir o preceito constitucional, fixar, para que tenha lugar o debate, um número de deputados inferior ao que é exigido para a votação.

O senhor José Calmon:

– É contra o artigo constitucional.

O senhor Paranhos Júnior:

– Tanto é esta a inteligência, a interpretação que as duas Casas do Parlamento têm dado ao artigo 23 da Constituição, que efetivamente

celebram sessão e discutem sem o número legal para as votações. Vemos isso constantemente. O Regimento das duas Câmaras permite ou, antes, determina expressamente que prossiga a discussão das matérias dadas para ordem do dia, apesar de não haver Casa para votar-se. Já se pratica, pois, no fim das sessões, o que a emenda estendeu ao começo das mesmas: já se discute sem a presença de metade e mais um dos membros do corpo legislativo.

O senhor José Calmon:

– Depois de aberta a sessão. A questão é se se pode abrir a sessão sem metade e mais um.

O senhor Paranhos Júnior:

– A questão é se deixa de haver sessão quando se verifica não haver Casa, se se interrompe a discussão.

O senhor José Calmon:

– Não pode haver sessão desde que não haja metade e mais um.

O senhor Paranhos Júnior:

– E eu estou lembrando justamente ao nobre deputado que tanto no Senado quanto nesta Câmara discute-se, e, portanto, celebra-se sessão sem a presença da maioria absoluta de seus membros.

Mas, senhor presidente, pouco importa neste momento a nossa opinião sobre a constitucionalidade da decisão da Câmara. Funcionando nós os membros da mesa, como Comissão de Redação, cabia-nos apenas coordenar e redigir as reformas adotadas pela Câmara, pondo de parte nossa opinião individual e cingindo-nos ao vencido.

O senhor José Calmon dá um aparte.

O senhor Paranhos Júnior:

– Foi o que procuramos fazer.

O sentido, porém, que atribuíram os meus honrados colegas às palavras *número legal* motivou o absurdo que se nota na redação que ora se discute.

Se, como pensam os meus colegas da mesa, apesar da aprovação da emenda, o número legal para a abertura da sessão é o mesmo exigido para a votação, isto é, a metade e mais um dos membros da Câmara, então, sim, dar-se-á a originalidade de haver discussão por espaço de meia hora sem que haja sessão.

Não foi isso, porém, segundo o meu modo de entender, o que resolveu a Câmara.

O que aqui se venceu foi que, depois da leitura do expediente, começasse a discussão logo que estivessem presentes 40 deputados. Ora, se o debate tem começo, a sessão está aberta, a Câmara funciona, embora os deputados presentes não possam votar ou resolver.

Quando por ocasião da votação da emenda surgiram aqui algumas dúvidas, vossa excelência, senhor presidente, deu-lhe uma inteligência que não me parece aceitável. Disse vossa excelência que a discussão a que se referia a emenda devia versar tão somente sobre as matérias do expediente; mas, nesse caso, a emenda seria supérflua, porque nenhum debate pode haver sobre os ofícios e requerimentos lidos no começo da sessão. Sobre os pareceres das comissões também não o pode haver, porque apenas um membro da Casa pede sobre eles a palavra, fica a discussão adiada.

O senhor Taques:

– A emenda diz: "Qualquer discussão."

O senhor Paranhos Júnior:

– E a emenda, como observa o nobre deputado pela Bahia, é muito clara, porque diz: "Qualquer discussão poderá ter lugar havendo 40 deputados." Não podia, pois, referir-se senão às matérias dadas para ordem do dia.

Nesse sentido, e supondo interpretar o pensamento da Câmara, redigi os artigos 3º e 4º, como consta do voto em separado que há pouco foi lido.

Segundo a inteligência que dei, a decisão da Câmara poderá ser inconstitucional, mas não contém disposições absurdas e contraditórias. Segundo a que deu a maioria da mesa, resulta dessa decisão um absurdo que convém corrigir. Desde que aparecem dúvidas sobre o pensamento que aqui prevaleceu, deve a Câmara resolvê-las agora que se discute a redação.

O regimento previne essa hipótese e permite que a Câmara, quando examina a redação dos seus atos, os reconsidere e os modifique, descobrindo neles absurdo ou incoerência. A Câmara, pois, pode nesta discussão tomar a resolução que lhe parecer mais acertada.

Era o que tinha a dizer.

LIMITES COM A REPÚBLICA ARGENTINA
I

Discurso pronunciado originalmente em inglês, em 8 de junho de 1893, na Casa Branca, Washington DC, por ocasião da entrega de credenciais, como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial para defesa dos direitos do Brasil na questão de limites com a República Argentina, ao presidente dos Estados Unidos da América. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor presidente,*

Tenho a honra de apresentar a vossa excelência a carta em que sua excelência o presidente dos Estados Unidos do Brasil** me acredita como um dos seus enviados extraordinários e ministros plenipotenciários em missão especial junto a vossa excelência.

É com o sentimento do mais profundo respeito, senhor, que assim compareço perante vossa excelência que tão distinto lugar já havia conquistado na história antes de ser de novo investido da magistratura suprema desta República pelo grande povo norte-americano, cujos gloriosos exemplos inspiraram em 1789, na minha pátria, a primeira tentativa para nossa emancipação política, e com cujo esclarecido governo temos tido a fortuna de manter sempre as melhores relações de amizade desde que o Brasil, há mais de 70 anos, se tornou uma das nações independentes e livres deste nosso continente da América.

Sucedo ao lamentado diplomata*** a quem primeiro foi confiada a honrosa missão de defender perante o presidente dos Estados

---

* Grover Cleveland.
** Marechal Floriano Peixoto.
*** Barão de Aguiar de Andrada.

Unidos da América os direitos da nação brasileira sobre um território que sempre fez parte integrante do Brasil e que desde alguns anos é reclamado pela República Argentina, país com que desejamos sinceramente estreitar cada vez mais as nossas antigas relações de amizade e boa vizinhança. Nesse propósito, é do nosso dever evitar as complicações, dificuldades ou conflitos que em futuro mais ou menos remoto, com o aumento da população nessas regiões e com o contato frequente entre os dois povos, seriam as consequências naturais de fronteiras não demarcadas ou de uma linha de limites desarrazoada e defeituosa.

A questão, felizmente, por um tratado solene entre o Brasil e a República Argentina, vai ser resolvida por arbitramento, e há de sê-lo com o espírito de imparcialidade e justiça que têm constantemente guiado vossa excelência em todos os seus atos.

No desempenho dos meus deveres oficiais farei tudo, senhor presidente, para que vossa excelência me possa conceder a grande honra da sua benevolência e confiança; e, ao entregar agora a carta que me acredita para servir nesta missão especial com o outro plenipotenciário já acreditado, general Castro Cerqueira, cumpro o primeiro e grato dever de declarar a vossa excelência que fui particularmente encarregado pelo presidente dos Estados Unidos do Brasil de reiterar a vossa excelência os votos que ele faz pela prosperidade de vossa excelência e da nação norte-americana.

LIMITES COM A REPÚBLICA ARGENTINA
II

Discurso pronunciado originalmente em inglês, em 6 de abril de 1895, na Casa Branca, Washington DC, por ocasião do encerramento da missão especial para defesa dos direitos do Brasil na questão de limites com a República Argentina. O original e a versão em português encontram-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor presidente,[*]

O laudo que vossa excelência proferiu sobre a questão de limites submetida ao seu arbitramento pelo meu governo e pelo da República Argentina, em execução do compromisso de 7 de setembro de 1889, fez cessar o objeto da missão especial que durante quase dois anos me coube a boa fortuna de desempenhar junto à pessoa de vossa excelência, em comum com o general Cerqueira.[**] É assim que tenho a honra de apresentar agora a vossa excelência duas cartas do presidente dos Estados Unidos do Brasil, em uma das quais ele manifesta os seus agradecimentos e os da nação brasileira pela obsequiosa solicitude com que vossa excelência, em meio das graves ocupações do seu eminente cargo, estudou e resolveu o litígio que lhe foi submetido, e na outra notifica a revocação dos dois ministros em missão especial, que estavam incumbidos da defesa do direito do Brasil.

O desenlace dessa velha controvérsia foi sem dúvida acontecimento feliz e honroso para as duas nações amigas que recorreram ao juízo

[*] Grover Cleveland.
[**] General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira.

esclarecido e imparcial de vossa excelência. As congratulações trocadas entre os presidentes das duas Repúblicas mostram bem que o laudo de vossa excelência foi em ambas recebido com satisfação, porque, removendo uma causa de possíveis discórdias e complicações, contribuiu poderosamente para a consolidação da paz e para que mais se estreitem as relações de franca amizade e boa vizinhança entre os dois povos.

É grato poder assim registrar esta nova vitória do princípio tão razoável e humanitário do arbitramento internacional, cuja prática, advogada sempre com empenho pelos Estados Unidos da América, se tem tornado mais frequente em nossos dias e constitui um dos maiores progressos obtidos pelo Direito das Gentes moderno.

Senhor presidente, ao ter a honra de dirigir-me hoje pela última vez a vossa excelência em meu caráter oficial, peço vênia para significar-lhe o nosso mais vivo reconhecimento pelas bondades que temos recebido neste país e para afirmar que, no desempenho dos meus deveres, não poupei esforços para poder merecer a honra da benevolência e confiança de vossa excelência. Considerarei sempre como o tempo mais feliz e utilmente empregado de minha vida pública estes anos em que me foi dado servir à minha pátria e à causa do direito em meio do grande povo norte-americano que vossa excelência preside tão dignamente pela segunda vez. Todos nós, os membros da missão especial do Brasil, guardaremos as mais agradáveis lembranças dos dias aqui passados, e, despedindo-nos neste momento de vossa excelência rogamos-lhe respeitosamente que se digne de aceitar os nossos mais fervorosos e cordiais votos pela felicidade de vossa excelência e pela constante prosperidade dos Estados Unidos da América.

QUESTÃO DO AMAPÁ

I

Discurso pronunciado originalmente em francês, em 5 de abril de 1899, no Palácio Federal de Berna, por ocasião da entrega de credenciais como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial para defesa dos direitos do Brasil na Questão do Amapá. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor presidente,

Tenho a honra de entregar a vossa excelência a carta que me acredita junto a sua pessoa e ao Conselho Federal suíço na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial. O presidente da República dos Estados Unidos do Brasil* encarregou-me de apresentar ao governo da Confederação Suíça, árbitro escolhido pelo Brasil e pela França, as memórias e os documentos do Brasil, de acompanhar como seu representante o processo arbitral e de me pôr à inteira disposição do árbitro para todas as explicações e esclarecimentos que ele julgar necessários.

Desde que, tão felizmente para a humanidade, os governos dos povos civilizados, zelosos de subordinar a força ao direito, se têm empenhado com mais frequência do que no passado em resolver amigavelmente os seus desacordos, é à Suíça que eles têm recorrido de preferência, de sorte que, na verdade se pode dizer a grande maioria dos arbitramentos internacionais tem seu andamento neste país. O fato mostra bem o respeito do mundo inteiro pelo espírito esclarecido e pela alta imparcialidade do governo suíço e dos seus magistrados.

---

* Campos Sales.

Sinto-me feliz, senhor presidente, por ter, na minha carreira, ocasião de me aproximar de um tal governo e por viver no meio de um povo que tão grandes exemplos tem dado desde longos séculos, pelo seu amor à verdadeira liberdade e ao patriotismo e à firmeza com que, em todas as circunstâncias, mesmo durante as maiores crises da Europa, tem sabido resguardar a sua independência e a integridade do solo nacional.

Na missão que me está confiada, compreendo toda a extensão dos deveres que me incumbem para com o meu governo, e a minha pátria, para com o governo suíço e para com a nação amiga, com que não temos senão esta pendência a liquidar. Farei tudo quanto de mim dependa para angariar a confiança do primeiro magistrado desta República e a do Conselho Federal, e para que os representantes da França – país que, posso dizê-lo, eu amo quase tanto como o meu próprio – reconheçam a constante lealdade do meu procedimento ao mesmo tempo que a minha convicção profunda dos direitos da minha pátria.

O Brasil será eternamente grato ao governo suíço por haver aceitado a delicada tarefa de estudar este litígio que dura mais de dois séculos, e de o resolver, permitindo desse modo que se estreitem cada vez mais os nossos laços de amizade com a França.

Senhor presidente, ao entregar a carta do presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, cumpro outro dever, transmitindo-vos, com as seguranças da sua mais alta consideração por vossa excelência e pelo Conselho Federal, os votos que ele faz pela vossa felicidade pessoal e pela prosperidade e grandeza do povo suíço.

ENTREGA DE CREDENCIAIS AO
IMPERADOR DA ALEMANHA

Discurso pronunciado originalmente em francês, em 28 de maio de 1901, no Neues Palais ou Friedrichskron, Potsdam, Alemanha, por ocasião da entrega de credenciais como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil ao imperador da Alemanha. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty juntamente com o texto em português, do próprio punho do Barão do Rio Branco.

Senhor,[*]

Tenho a honra de entregar a vossa majestade imperial e real a carta em que o presidente dos Estados Unidos do Brasil me acredita junto a vossa majestade no caráter de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, e a carta revocatória do meu predecessor,[**] o qual, designado durante a sua viagem à América, para servir em outro posto, ficou impedido de a apresentar pessoalmente.

Sinto-me feliz, nesta ocasião, de ter que repetir a vossa majestade as seguranças da alta estima e da perfeita amizade do presidente da nossa República,[***] assim como a expressão dos votos sinceros que ele faz, com toda a nação brasileira, pela felicidade pessoal de vossa majestade, pela da família imperial e pela prosperidade da nação alemã.

As boas relações que, desde a sua independência política, há 80 anos, o Brasil tem tão felizmente mantido, a princípio, com os Estados alemães, depois, com o grande e potente Império fundado pelo augusto e glorioso avô de vossa majestade,[****] não têm cessado de se consolidar,

---

[*] Guilherme II.
[**] Ciro de Azevedo.
[***] Campos Sales.
[****] Guilherme I.

graças à prosperidade crescente dos antigos centros de imigração germânica entre nós e ao consequente desenvolvimento das relações de comércio entre os dois países. O presidente dos Estados Unidos do Brasil encarregou-me de fazer tudo quanto de mim dependa para contribuir a aumentar essas relações, tão proveitosas aos dois povos, não poupando esforço algum para que mais se estreitem, se é possível, os laços de amizade entre o Brasil e a Alemanha.

A ambição que tenho, senhor, é de poder, pelo meu zelo e pela minha solicitude, desempenhar-me de incumbência que tão perfeitamente se conforma com os meus sentimentos pessoais, e tornar-me digno da estima e da benevolência de vossa majestade. Seja-me permitido afirmar que os meus esforços nesse sentido serão sempre sustentados pela respeitosa admiração que tributo, como o mundo inteiro, às grandes qualidades de vossa majestade imperial e real e sustentados ainda pelo profundo reconhecimento que me inspiraram as demonstrações de simpatia tão graciosamente dadas por vossa majestade à minha pátria em circunstâncias solenes.

QUESTÃO DO AMAPÁ
II

Discurso pronunciado originalmente em francês, em 29 de junho de 1901, no Palácio Federal de Berna, por ocasião da apresentação da carta revocatória ao presidente do Conselho Federal suíço. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor presidente,[*]

Tenho a honra de apresentar a vossa excelência a carta pela qual o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil[**] anuncia minha revogação, finda a missão especial de que me encarregou, em consequência da Sentença Arbitral de 1º de dezembro último e da execução de todas as cláusulas do compromisso assinado em 1897 entre o Brasil e a França.

Meu primeiro dever, nesta ocasião, é o de renovar os agradecimentos que o Brasil, por intermédio de seu primeiro magistrado, já fez chegar ao Conselho Federal. Com efeito, senhor presidente, a nação brasileira não poderá esquecer-se jamais do que deve em reconhecimento ao Tribunal Arbitral, pelo trabalho que teve ao estudar tão minuciosamente as questões que lhe foram submetidas e pelo grande serviço à causa das boas relações entre o Brasil e a França, ao fazer desaparecer, favoravelmente para todos, um litígio do qual se pode dizer que envenenava ao envelhecer.

A obra considerável que o Conselho Federal realizou com uma consciência tão escrupulosa, sem outra preocupação senão a do seu dever

---

[*] E. Brenner.
[**] Campos Sales.

para com a justiça, será reconhecida por todos aqueles que a conhecerem.

Ela marcará, certamente, época na história do arbitramento internacional e ficará como exemplo a ser seguido, porque nunca juízes chamados a regular diferendos entre nações não puderam produzir uma prova material tão visivelmente importante de sua competência e do cuidado com que examinaram um assunto.

Contente por ter podido acompanhar todo o processo arbitral e por ter visto terminada a pesada tarefa que o árbitro aceitou tão generosamente, é, no entanto, com o mais vivo pesar que vejo chegar o momento da interrupção das relações oficiais que tive a honra de manter com este governo. Todos meus esforços durante a missão que termina foram no sentido de me mostrar digno, por um trabalho paciente, da confiança do meu governo e dos meus concidadãos, e de poder, segundo seu desejo e meus sentimentos pessoais, merecer a estima do governo junto ao qual tive a honra de ser acreditado. Creio, senhor presidente, não haver perdido nenhuma ocasião de testemunhar o profundo respeito que, há muito, o governo e o povo suíços me inspiravam de longe e que minha estada aqui só fez aumentar. Ao partir deste belo país, com o desejo ardente de revê-lo com frequência, levo comigo a lembrança reconhecida do acolhimento benevolente que encontrei. Levo também a grande lição dos exemplos de devoção ao dever e à coisa pública, realizado sempre tão simplesmente, mas que pude facilmente perceber ao estudar de perto seu povo admirável, seus estadistas, suas assembleias políticas, sua administração. Posso dizer, em verdade, que vim completar aqui, e mesmo refazer, toda minha educação política.

É com a emoção mais viva, senhor presidente, que me despeço de vossa excelência e do Conselho Federal suíço. Peço a vossas excelências aceitarem os protestos da minha mais alta consideração, da minha mais respeitosa e cordial estima e de crer nos votos muito sinceros que não cesso de fazer, como todos os brasileiros, pela felicidade pessoal de vossa excelência e pela prosperidade e pela glória da Confederação Suíça.

NO CLUBE NAVAL

Discurso pronunciado na sede do Clube Naval, em 1 de dezembro de 1902, dia em que chegou da Europa para assumir a pasta das Relações Exteriores. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Desde 1895 tenho tido a fortuna e a grande honra de, em várias ocasiões, receber dos meus compatriotas, sem distinção de partidos, testemunhos de benevolência e de liberal apreço que muito me comoveram e que até o meu último alento saberei guardar religiosamente na memória e no coração. Recebidas no retiro do meu então remoto gabinete de trabalho, nenhuma dessas demonstrações, que tão profundamente penhoraram a minha gratidão, me abalou e comoveu mais do que a que recebo dos poderes públicos, da nação a que me ufano de pertencer, do povo fluminense, da mocidade das escolas, hoje que, depois de 26 anos de vida no estrangeiro, piso de novo, e cheio de prazer, a terra e a cidade do meu nascimento, acudindo ao chamado do primeiro magistrado da nossa pátria.

Não posso encontrar três expressões capazes de bem significar toda a extensão do meu reconhecimento, mas asseguro que posso compreender bem toda a grandeza da dívida que tenho contraído para com o país, todo o peso dos deveres que me impõe o generoso afeto dos meus concidadãos. Se nesses últimos anos me foi dada a felicidade de poder prestar serviços de alguma relevância que a dignidade do Congresso Federal e o ardente patriotismo do povo

brasileiro tanto têm encarecido, devo confessar que só os pude prestar porque defendia causas que não eram de uma parcialidade política, mas sim da nação inteira. Toda a minha força, toda a energia e a atividade que pude desenvolver nas minhas últimas missões resultaram não só da minha convicção do nosso bom direito, mas principalmente da circunstância de que eu me sentia apoiado por todo o povo brasileiro, inteiramente identificado com ele.

Desde 1876 desprendi-me da nossa política interna com o propósito de não mais voltar a ela e de me consagrar exclusivamente a assuntos nacionais, porque assim o patriotismo daria forças a minha fraqueza pessoal. Aceitando, depois de longas hesitações e de reiterados pedidos de dispensa, o honroso posto em que entendeu dever colocar-me o ilustre senhor presidente da República, em nada modifiquei aquele meu propósito. A pasta das Relações Exteriores, disse-me sua excelência, não é e não deve ser uma pasta de política interna, e, declarando que considerava muito valiosas as razões que eu alegava para procurar eximir-me do serviço que me pedia, acrescentou, entretanto, que mantinha o seu convite. Obedeci ao seu apelo como o soldado a quem o chefe mostra o caminho do dever. Não venho servir a um partido político: venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado. Não posso dizer que desconheço as nossas parcialidades políticas porque de longe acompanhei sempre com vivo interesse os acontecimentos da nossa pátria. Não os desconheço porque a todos estou preso desde alguns anos pelos laços da gratidão. Peço a Deus que me dê forças para poder continuar a merecer a estima dos meus compatriotas no posto para mim demasiadamente alto e difícil em que acabo de ser colocado.

Meus senhores, regressando à pátria, em cujos brilhantes destinos tenho a maior confiança, saúdo, agradecendo a nação brasileira e o benemérito estadista que o voto popular chamou a presidir os nossos destinos neste quatriênio. Viva o Brasil e viva o presidente Rodrigues Alves!

AO VISCONDE DE CABO FRIO

Discurso pronunciado em 16 de agosto de 1903, no Palácio Itamaraty, por ocasião da inauguração do busto do *visconde de Cabo Frio*. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor visconde,

Há quase 45 anos, na casa do então ministro dos Negócios Estrangeiros, que era meu pai, tive a subida honra de, pela primeira vez, me avistar com vossa excelência. Conservo bem viva a impressão de respeitosa simpatia que me causaram a elevada estatura e o porte ereto de vossa excelência, a distinção das suas maneiras e a indulgente atenção com que procurou satisfazer a minha curiosidade de colegial, discreteando comigo sobre acontecimentos dos rios da Prata e Paraguai, de que vossa excelência fora testemunha ocular.

Já nesse tempo – e vai bem distante! – cabelos inteiramente brancos circundavam, como hoje, a sua bela e expressiva cabeça, e estadistas que mais renome deram a esta repartição, como o visconde de Uruguai, os marqueses de Abrantes e de São Vicente, os viscondes de Abaeté, do Rio Branco, de Maranguape e de Sinimbu, o barão de Cotegipe e outros, apreciavam no seu justo valor os raros méritos de vossa excelência e o tinham, com razão, na conta de ministro a quem se podia confiadamente entregar o desempenho das mais delicadas missões diplomáticas.

Depois, quando passei pela política interna e pelo jornalismo de nossa terra, e durante os longos anos que vivi no estrangeiro como delegado deste ministério, pude ir conhecendo melhor a obra considerável de vossa

excelência, observando com prazer o crescimento gradual e constante da sua tranquila nomeada dentro e fora do país.

Iniciado em 1840 na vida de funcionário público pelo conselheiro Aureliano Coutinho, visconde de Sepetiba – um dos nossos mais ilustres ministros – vossa excelência, em 1865, em quadra de graves complicações externas que chamaram esta nação às armas, veio ocupar o cargo de diretor-geral da nossa Secretaria de Estado, tendo já então, em 25 anos de reais serviços, tratado de assuntos importantes no Prata, no Paraguai, na Inglaterra, na Franca e na Bélgica, e defendido com êxito a causa do Brasil em um processo arbitral.

Foi, porém, aqui, no posto que tão dignamente ocupa há mais de 38 anos, que vossa excelência pode revelar todas as suas qualidades do funcionário exemplar, de consumado diplomata e de verdadeiro patriota. Isso puderam atestar – e atestaram sempre espontaneamente – os ministros que se sucederam nesta repartição, tendo tido ocasião de apreciar o inteligente concurso de vossa excelência, o valor dos conselhos da sua experiência, a sua lealdade e discrição profissional.

Velho discípulo seu, admirando-o e prezando-o desde a minha adolescência, não só pelos seus pacientes trabalhos, mas também pela pureza de sua vida, sinto-me verdadeiramente feliz por me ter cabido a honra de promover e de realizar a manifestação de hoje, já projetada por predecessores meus, e que acaba de encontrar tão simpático e caloroso acolhimento em toda a extensão do Brasil.

Quando, pela lei natural a que nenhum de nós escapa – e permita Deus que esteja muito longe esse momento – se encerrar a nobre tarefa que vossa excelência se impôs de servir modestamente e sem descanso a terra do seu nascimento, mais do que o bronze, que de ora em diante guardará aqui os traços fisionômicos de vossa excelência na idade da robustez física, conservará a sua honrada memória nesta Casa, a tradição dos seus altos dotes intelectuais e morais, e os numerosos documentos de sua lavra que enchem os nossos arquivos e que só pelos vindouros poderão ser estudados em sua integridade.

Os mais ardentes votos do governo e do povo brasileiro, neste dia, são para que por dilatados anos possam ainda o Brasil e esta repartição ter o beneficio das luzes e do alto bom-senso de vossa excelência, o venerável decano dos funcionários brasileiros.

Viva o visconde de Cabo Frio!

NO GRANDE ORIENTE DO BRASIL

Discurso pronunciado em 1903, por ocasião da recepção do *Barão do Rio Branco* no Grande Oriente do Brasil. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Agradeço a este Supremo Conselho a honra que me conferiu, dando-me lugar em seu seio, e ao ilustre orador, de quem acabamos de ouvir palavras tão cheias de benevolência, que exaltaram os meus fracos méritos e os serviços que tenho podido prestar à terra do meu nascimento.

Depois de tão longa ausência no estrangeiro, é com o maior contentamento que me vejo restituído à maçonaria brasileira, de que me honro de fazer parte desde os meus tempos de estudante, em São Paulo, há mais de 41 anos.

Encontro-a felizmente como era então e como foi sempre, uma associação de beneficência, aberta a todos os amigos da humanidade, sem exclusão de nacionalidades ou de crenças políticas e religiosas, mas nunca indiferente às grandes reformas sociais que representam um progresso para a nação brasileira e sempre respeitadora da lei e das instituições políticas deste país.

É por isso que desde a Independência teve constantemente à sua frente homens eminentes, todos entre os mais decididos sustentadores da ordem, e que, depois da evolução política por que passou o Brasil, entregou o primeiro malhete maçônico ao cidadão ilustre que preparou a nova ordem de coisas e que mais genuinamente a representa.

Para os nobres fins que tem em vista, segundo as suas gloriosas tradições e a sua lei orgânica, pode esta associação contar com todo o esforço de que eu seja capaz e que permitam os meus deveres oficiais.

Por herança paterna, sou e não posso deixar de ser um maçom, como este nome é entendido entre nós.

Repito os meus cordiais agradecimentos pelas distinções que tenho recebido da maçonaria brasileira, a que serei sempre fiel.

QUESTÃO DO ACRE

Discurso pronunciado em 20 de fevereiro de 1904, no Palácio Itamaraty. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Não acho expressões com que possa bem-significar o meu reconhecimento pelas provas de afeto e pelas animações que tenho recebido de vários pontos do país, assim como pelas que recebo neste momento tão grato para mim. Elas compensam largamente – e tal foi sem dúvida o generoso pensamento da presente manifestação – os dissabores por que tenho passado, os violentos ataques de que vou sendo alvo, e são um incentivo para que continue a proceder no serviço da pátria com a mesma dedicação com que tenho procedido sempre, alheio às paixões da política interna e com a serenidade de ânimo com que me dispus a afrontar os perigos que me assinalavam alguns amigos e compatriotas eminentes, de cujo parecer, no tocante à solução do litígio do Acre, sinto profundamente haver dissentido.

Folgo em ter aqui a meu lado o companheiro de trabalhos* que, desde o seu posto de Washington, e depois, nas negociações de Petrópolis, em que lhe coube papel importante, auxiliou com tanta fé, inteligência e zelo a patriótica e elevada política do atual presidente da República** nesta, até a pouco, tão intricada questão internacional.

---

* Assis Brasil

** Rodrigues Alves.

O acontecimento que celebrais hoje com todo o ardor do vosso patriotismo não foi e não pode ser chamado de uma vitória da diplomacia brasileira. No pacto que concluímos com a Bolívia, não houve vencedores nem vencidos. O empenho dos plenipotenciários brasileiros e bolivianos durante toda a laboriosa negociação consistiu em procurar remover para sempre as dificuldades e as complicações contra as quais lutamos desde 1899, conciliando interesses bem-entendidos das duas nações vizinhas e amigas, de acordo com os desejos e as instruções dos ilustres estadistas que o voto popular chamou à magistratura suprema desta República e da Bolívia.

Assim é que as duas Repúblicas, irmãs, podem francamente festejar o tratado de 17 de novembro último. Uma, a Bolívia, liberta-se de um ônus, e vê o seu futuro comercial assegurado pelas vias fluviais do Amazonas e do Paraguai, realizando-se, enfim, a política liberal aconselhada em 1865 e 1866 por alguns dos mais notáveis estadistas brasileiros, como foram S. Vicente, Uruguai, Jequitinhonha, Nabuco, Eusébio de Queirós, Tavares Bastos; a outra, o Brasil, resgata os vastíssimos territórios que generosamente cedera em 1867, quando despovoados, territórios a que tinha então incontestável direito e que recupera agora por transação amigável, dilatando as suas fronteiras e restituindo à pátria milhares de brasileiros, por cujo bem-estar todos os sacrifícios que vamos fazer são justificáveis, estou certo, aos olhos da grande maioria, da quase unanimidade desta nação.

Sinto-me feliz por haver colaborado nesta obra de paz e de confraternidade e não posso considerar como dirigidas a mim pessoalmente as demonstrações de apreço e de aprovação de que me tornais alvo. Recebo-as, entretanto, com a mais profunda gratidão, por mim, pelos meus colegas na negociação finda, mas compreendendo perfeitamente que o principal mérito no resultado cabe e deve pertencer aos presidentes das duas Repúblicas, sem cuja vontade firme e corajosa não teríamos podido conseguir.

CONFERÊNCIA SANITÁRIA
PAN-AMERICANA

Discurso pronunciado em 10 de junho de 1904, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete em homenagem aos delegados estrangeiros da Conferência Sanitária Pan-Americana. Uma cópia fotostática do original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Devem merecer o aplauso dos bons americanos todas as medidas que tendam a desenvolver as relações de amizade e de comunhão entre os povos do nosso continente, destruindo os obstáculos que se oponham às expansões da sua atividade no campo do progresso e concorrendo para que seja uma realidade a política de confraternidade e de paz, que, estou certo, é o ideal de todos os governos das duas Américas. Sinto o verdadeiro contentamento em ver aqui reunidos todos os dignos representantes e diplomatas das nações desta bela parte do mundo, não só os das que nos são mais vizinhas, mas também o da nossa grande irmã do norte, unindo-se a mim para festejar os ilustres delegados da República Argentina, do Paraguai e do Uruguai no Congresso Sanitário que, neste momento, faz obra civilizadora contra a velha rotina, adotando princípios liberais, uma conquista da ciência moderna.

Levanto o meu copo num brinde de aplausos a essa obra, aos seus colaboradores, aos chefes de Estado e às nações amigas representadas nesta mesa.

TERCEIRO CONGRESSO CIENTÍFICO
LATINO-AMERICANO
I

Discurso pronunciado em 6 de agosto de 1905 na sessão inaugural do III Congresso Científico Latino-Americano, realizada no teatro São Pedro de Alcântara. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Entre as incumbências derivadas da função pública que exerço, tenho por especialmente agradável esta de, em nome do presidente da República e do seu governo, dar as boas-vindas aos membros estrangeiros do III Congresso Científico Latino-Americano.

Não são precisas frases de solene compostura para significar aos visitantes amigos o grande contentamento com que os vemos entre nós. Eles bem terão sentido, desde a hora da chegada, a singela sinceridade da convivência brasileira, o ambiente de simpatia que aqui encontra sempre o estrangeiro inteligente e benévolo.

A primeira e considerada, socialmente, a mais útil consequência dos congressos internacionais de cientistas é a formação do comércio intelectual entre homens que, entregues aos mesmos trabalhos e pesquisas, travam entre si conhecimentos nessas reuniões, e, pelo que podem ver e estudar, ficam habilitados para, em suas pátrias, embora incidentemente no terreno da política, desfazer preconceitos e dissipar mal-entendidos, colaborando destarte na grande obra da pacificação dos espíritos e da amizade entre as nações. Nenhuma forma de propaganda oficial e tendenciosa vale essa espontaneamente exercida por homens de valor, convencidos, e alheios a paixões políticas.

É assim que, além do dever de cortesia no acolhimento feito aos nossos hóspedes aqui congregados, entra por antecipação o reconhecimento do serviço indireto que eles vão prestar à causa da confraternização internacional americana.

Eles dirão sem dúvida que viram uma bela terra, habitada por um bom povo, terra generosa e farta, povo laborioso e manso, como as colmeias em que sobra o mel. Não há aqui quem alimente invejas contra as nações vizinhas, porque tudo esperamos no futuro; nem ódios, porque nada sofremos delas no passado. Um grande sentimento nos anima: o de progredir rapidamente sem quebra das nossas tradições de liberalismo e sem ofensa aos direitos alheios.

Mas não é só o progresso, o desenvolvimento da cultura intelectual, da riqueza e do poder da nossa pátria que desejamos, é também a crescente prosperidade de todos os povos do nosso continente. Mesmo quando o Brasil, vivendo sob outro regime que não o atual, era, na frase do ilustre general Mitre, uma verdadeira "democracia coroada", e a diferença de forma de governo podia se fazer crer em indiferenças de ideal político, mesmo então não foram menos amistosos os nossos sentimentos para com as Repúblicas limítrofes, e nunca nos deixamos dominar do espírito agressivo, de expansão e de conquista que mui injustamente se nos têm querido atribuir. Hoje, como naquele tempo, a nação brasileira só ambiciona engrandecer-se pelas obras fecundas da paz, com seus próprios elementos, dentro das fronteiras em que se fala a língua dos seus maiores, e quer vir a ser forte entre vizinhos grandes e fortes, por honra de todos nós e por segurança do nosso continente, que talvez outros possam vir a julgar menos bem ocupado.

É indispensável que, antes de meio século, quatro ou cinco, pelo menos, das maiores nações da América Latina, por nobre emulação, cheguem, como a nossa grande e querida irmã do norte, a competir em recursos com os mais poderosos Estados do mundo.

Senhores delegados estrangeiros, conhecendo e estudando de perto o Brasil, vós vos certificais da verdade desse nosso empenho político, ao mesmo tempo que de outras noções menos gerais, mas todas conducentes à afirmação dos nossos mais entranhados propósitos de concórdia internacional.

Podereis observar facilmente que neste país se estuda, mas que a nossa curiosidade de saber ainda não teve a imodéstia de se constituir

em ciência nacional. As ciências, as letras, as artes, toda a cultura do espírito entre nós é desnacionalizada, de sorte que nem mesmo nas chamadas "batalhas incruentas das ideias" entramos com tensão de conquista e de avassalamento. Dareis certamente testemunho da nossa isenção nesse particular. E quando restituídos às vossas cadeiras do magistério, aos vossos laboratórios e gabinetes de trabalho, resumirdes as impressões desta jornada científica ao Rio de Janeiro. Tenho fé que não encontrareis na memória traço de brasileirismo que não seja lhaneza de trato, cordialidade no agasalho devido a hóspedes de tanta distinção, amor profundo da paz e ardente desejo de estreitar cada vez mais as nossas relações de amizade com todas as nações cultas, particularmente com as desta nossa América Latina.

TERCEIRO CONGRESSO CIENTÍFICO
LATINO-AMERICANO
II

Discurso pronunciado em 20 de agosto de 1905 no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido aos delegados do III Congresso Científico Latino-Americano. Publicado no *Jornal do Commercio* de 21 de agosto de 1905.

Meus senhores,

Em primeiro lugar, cumpro o grato dever de saudar os dois embaixadores aqui presentes e os ministros plenipotenciários das Repúblicas hispano-americanas, que tenho também o gosto de ver ao nosso lado nesta ocasião. A todos agradeço o seu comparecimento.

O convite que tive a honra de dirigir ao ilustre representante da Santa Sé explica-se naturalmente pelo fato de ser a religião católica a professada por quase todos os latino-americanos, que hoje se contam por mais de 60 milhões; ao digno representante dos Estados Unidos da América, pelos grandes exemplos que vos dá a todos vós o povo empreendedor e laborioso dessa República irmã, no meio do qual tive a fortuna de passar dois dos melhores anos da minha carreira pública, e cujo afetuoso interesse pelo seguro desenvolvimento de todas as nações do nosso continente pude então apreciar de perto.

Meus senhores, levanto o meu copo em honra dos representantes diplomáticos aqui presentes!

Convido os meus compatriotas a me acompanharem no brinde que tenho agora a honra de dirigir aos nossos hóspedes estrangeiros que fizeram parte do III Congresso Científico Latino-Americano. Faço os mais cordiais votos para que a ordem, a paz e o progresso

sejam o constante apanágio de todas as nações do nosso continente, e para que elas procurem fortalecer cada vez mais não só as relações de boa amizade que felizmente as unem entre si, mas também as que as ligam à Europa, de onde procede a nossa civilização, como lembrou ultimamente, em ocasião solene, o digno presidente desta República. Bebo à saúde dos congressistas hispano-americanos, à ventura pessoal de cada um deles e à prosperidade de todos os povos do nosso continente.

TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA

I

Discurso pronunciado em 23 de julho de 1906, por ocasião da sessão inaugural da III Conferência Internacional Americana. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Ao inaugurar os trabalhos da III Conferência Internacional Americana, cabe-me a grata missão de, em nome do governo e do povo do Brasil, saudar as nações aqui representadas e dirigir aos seus dignos delegados os nossos cumprimentos de feliz chegada.

Essas saudações, exprimindo o sentir muito cordial de um povo tradicionalmente agasalhador, são acompanhadas do nosso sincero agradecimento por haver sido eleito desta vez o Rio de Janeiro para sede da conferência. De fato, nunca antes se viu em território brasileiro tão numerosa e seleta assembleia de estadistas, jurisconsultos e diplomatas estrangeiros; e posso assegurar que o Brasil, como o seu governo, sabe aquilatar devidamente essa grande honra, que, com o nosso aplauso, já coube a Washington e ao México, e que sucessivamente há de caber às capitais dos outros Estados americanos.

Os nossos votos são por que desta III Conferência resulte, confirmada e definida em atos e medidas práticas de interesse comum, a auspiciosa segurança de que não estão longe os tempos da verdadeira confraternidade internacional. Já é dela um penhor esse ânimo geral de procurar meios de conciliar interesses opostos ou aparentemente contrários, encaminhando-os em seguida para o mesmo serviço do ideal do progresso

na paz. Já ela se manifesta na inteligência com que se busca promover relações políticas mais íntimas, evitar conflitos e regular a solução amigável de divergências internacionais, harmonizando as leis do comércio entre os povos, facilitando, simplificando, estreitando os contatos entre eles.

Noutros tempos reuniam-se os chamados Congressos de Paz para assentar as consequências das guerras, e os vencedores ditavam a lei aos vencidos, em nome da futura amizade, baseada no respeito ao mais forte. Os congressos de hoje são quase sempre convocados em plena paz e sem constrangimento algum, por bem-entendida previdência, para regulamentar a atividade pacífica das nações, e neles se atende por igual ao direito do mais fraco como ao do mais poderoso. Eles dão corpo e forma e autoridade à lei internacional, felizmente cada vez mais acatada nos nossos dias, o que constitui um grande passo na história da civilização. Eles têm por origem os movimentos de opinião produzidos pela maior difusão da cultura intelectual, pela importância progressiva dos interesses econômicos e pela propaganda assídua dos sentimentos humanitários e de concórdia.

Às negociações atormentadas e cruéis em que um pede justiça ou generosidade e o outro impõe a lei da sua exclusiva vontade sucedem, agora, as discussões serenas e amistosas em que cada parte expõe simples e claramente o seu ponto de vista sobre questões práticas e de conveniência geral. Aí as concessões representam conquistas da razão, transações amigáveis ou compensações aconselhadas por interesses recíprocos. Não há nelas senão gestos amigos, significativos da verdadeira cortesia usada entre pares. E, de tal modo, longe de diminuir a dignidade nacional sai acrescida desses encontros diplomáticos, em que não há vencedores nem vencidos.

São, de certo, estas considerações familiares ao espírito dos preclaros membros da conferência internacional; são familiares e subentendidas por nós todos que aqui estamos, mas não são escusadas como declaração expressa do propósito real e sincero com que nos reunimos.

Ainda é um resíduo ingrato dos tempos passados, em que a lição da história só ensinava o pessimismo, a ideia de que agrupamentos de homens só se fazem contra outros homens. À nossa reunião em conferência incorre acaso na suspeita de ser uma liga internacional contra interesses aqui não representados. É preciso, pois, afirmar que, formal ou implicitamente, todos os interesses serão por nós

respeitados; que na discussão dos problemas políticos e comerciais, submetidos ao exame da conferência, esta não trabalha contra ninguém e só visa à maior aproximação entre os povos americanos, o seu bem-estar e rápido progresso, com o que a Europa e as outras partes do mundo só têm a ganhar.

Nações ainda novas, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na concorrência social. A própria vastidão dos nossos territórios, em grande parte desertos, inexplorados alguns, e a certeza de que temos recursos para que neste continente viva com largueza uma população 10, 20 vezes maior nos aconselhariam a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, a procurar desenvolver as de comércio com esse inexaurível viveiro de homens e fonte prodigiosa de energias fecundas que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessantemente o apoio e o exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria e a lição mais proveitosa do progresso. O que, em troca desse inapreciável contingente moral e material, lhe pudermos dar, crescendo e prosperando, será, certamente, um campo mais importante para o emprego da sua atividade comercial e industrial.

Meus senhores, há dias tínhamos a dolorosa impressão de que os trabalhos da conferência se iam abrir, estando em guerra três Repúblicas irmãs. Hoje tenho o grande contentamento de vos anunciar que, graças aos bons ofícios do presidente dos Estados Unidos da América e do presidente dos Estados Unidos do México, assim como ao patriotismo e ao sentimento americano dos três governos e povos que haviam apelado para o juízo das armas, reina agora perfeita paz em toda a extensão do continente.

Está aberta a III Conferência Internacional Americana.

A ELIHU ROOT

Discurso pronunciado originalmente inglês, em 28 de julho de 1906, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido ao secretário de Estado Elihu Root. Encontram-se, no Arquivo Histórico do Itamaraty, os textos manuscritos em língua inglesa e portuguesa.

Senhor secretário de Estado,

O entusiástico e tão cordial acolhimento que tendes encontrado no Brasil vos deve ter dado a certeza de que é esse um país verdadeiramente amigo do vosso.

Data de longe essa amizade. Vem dos primeiros dias da nossa Independência, a qual o governo dos Estados Unidos foi o primeiro a reconhecer, como foi o governo do Brasil o primeiro a aplaudir os termos e o espírito das declarações contidas na célebre mensagem do presidente Monroe. O tempo não fez senão ir aumentando, na inteligência e no coração de sucessivas gerações brasileiras, a simpatia e a admiração que os Estados Unidos da América inspiraram aos criadores da nossa nacionalidade.

As manifestações de amizade dos Estados Unidos que tendes presenciado procedem de todo o povo brasileiro e não somente do mundo oficial. Os nossos votos são para que essa amizade, nunca perturbada no passado, seja perpétua e se fortaleça e se estreite cada vez mais.

Meus senhores, levanto o meu copo em honra do digno secretário de Estado dos Estados Unidos da América, senhor Elihu Root, que com tanto brilho e eficácia tem auxiliado o presidente Roosevelt na grande obra da aproximação política entre as nações americanas.

TERCEIRA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL AMERICANA

II

Discurso pronunciado em 27 de agosto de 1906, por ocasião de encerramento da III Conferência Internacional Americana. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Há 36 dias, neste mesmo recinto, coube-me a assinalada honra de vos dar as boas vindas em nome do Brasil, e o sentimento que então me animava era o de grata expectativa ao iniciar os vossos trabalhos. O tempo correu veloz e as poucas semanas da vossa tão breve estada no Rio de Janeiro bastaram para que tal expectativa se verificasse além das mais auspiciosas previsões. A importância da obra levada a termo com tanta decisão e atividade, obra magistralmente descrita ontem pelo vosso presidente efetivo, representa um esforço pouco usual, de que só seria capaz assembleia como esta, composta de homens em que a cultura jurídica e a capacidade política se completam preciosamente com a severa disciplina intelectual. Considerando a vastidão do programa formulado e a rapidez da sua execução, consenti, senhores delegados, que vos exprima antes de tudo a minha admiração pelo muito que fizestes e pela forma por que o conseguistes fazer.

É noção corrente, talvez justificada pela observação histórica, que nós os meridionais –como na Europa são chamados certos povos latinos –nos esquecemos quase sempre de passar da resolução à ação concreta e eficaz. No caso presente, porém, a tradição da

eloquência cálida e sonora, tão frequente em assembleias americanas, foi abandonada pela sóbria exposição dos problemas e do modo de os resolver. O eco que ao público chegou, vindo do seio das comissões e das sessões plenas desta III Conferência Internacional Americana não foi de justas oratórias, sendo de deliberações tomadas com inteira calma, após atento exame das questões sabiamente reduzidas aos seus termos precisos por homens competentes e de ânimo conciliador. A música das frases – e tivemo-la magnífica e brilhante – reservou-se para os brindes e as alocuções nas festas com que procuramos recrear o vosso espírito e que, entretanto, a muitos pareceu, não sem fundamento, terem sido mais uma provação imposta à vossa força de resistência.

Se saís fatigados das nossas manifestações bem-intencionadas ou dos labores que a cada um de vós foram distribuídos na conferência, dessa fadiga só foi culpado o tempo escasso que tivemos para vos acolher e tratar. Falando a verdade singela, o imprevisto da honra que nos foi conferida em Washington pela União das Repúblicas Americanas não permitiu que nos preparássemos com toda a necessária antecedência para oferecer a recepção que desejáramos que aqui tivessem tão distintos visitantes; e foi assim que, neste país amigo, pouco mais pudestes encontrar do que a abundância da nossa cordialidade. Vós vos contentastes com isso, e nas deficiências do nosso modesto agasalho não quisestes ver senão o prazer sincero e os bons desejos com que vos acolhemos.

O Rio de Janeiro, que se transforma e rejuvenesce há três anos apenas; esta casa que se improvisou para as vossas reuniões; a vida social brasileira a que trouxestes o ornamento da vossa presença; a nossa vida política que prossegue serena e laboriosa, em simpatia com a elevada missão que aqui vos trouxe; este vasto país todo unido, na tranquila segurança dos seus destinos, sem preocupações ambiciosas, que nunca teve, de predomínio ou de hegemonia; estas e outras impressões serão, espero, mais duradouras e falarão melhor por nós no vosso espírito quando já nele se tiver apagado a lembrança dos possíveis incômodos da vossa jornada ao Brasil, vindo muitos de vós de paragens tão remotas.

O bem que a todos nós fez a atual Conferência Internacional do Rio de Janeiro penso que é considerável. Um dos distintos membros desta assembleia, em vossa presença, no Ministério das Relações

Exteriores, e falando em vosso nome, disse ontem que ireis daqui sair mais americanos do que viestes. Tão grande é o nosso anelo de que esse seja o sentimento geral, que nos atrevemos a interpretar a frase do nosso hóspede ilustre como exprimindo a vossa convicção definitiva de que o patriotismo brasileiro nada tem de agressivo, de que, mais ainda por atos do que por palavras, fiéis às tradições da nossa política exterior, trabalharemos sempre por estreitar as nossas boas relações com as nações do nosso continente e, particularmente, com as que nos são mais vizinhas. A opinião popular transvia-se muitas vezes. Não raro, um vento de insânia, despertando instintos bárbaros, açoita e abala os povos, mesmo os mais cultos e cordatos. O dever do estadista, o de todos os homens de verdadeiro senso político, é combater as propagandas de ódios e rivalidades internacionais.

Nem população densa, nem dureza de vida material podem tornar o Brasil suspeito aos povos que ocupam este vosso continente da América. Às Repúblicas limítrofes, a todas as nações americanas só desejamos paz, iniciativas inteligentes e trabalhos fecundos para que, prosperando e engrandecendo-se, nos sirvam de exemplo e estímulo à nossa atividade pacífica, como a nossa grande e gloriosa irmã do norte, promotora destas úteis conferências. Aos países da Europa, a que sempre nos ligaram e hão de ligar tantos laços morais e tantos interesses econômicos, só desejamos continuar a oferecer as mesmas garantias que lhes tem dado até hoje o nosso constante amor à ordem e ao progresso.

Levareis, senhores delegados, aos vossos governos e à vossa pátria estas declarações que são a expressão sincera dos sentimentos do governo e do povo brasileiro. Possam elas servir para apagar desconfianças malnascidas e ressentimentos infundados, se ainda os há, e trazer-nos em troca o bafejo sempre crescente da amizade de todos os povos americanos, amizade que cultivamos com carinho e que nunca cessaremos de cultivar.

HOMENAGEM DO
EXÉRCITO NACIONAL

Discurso pronunciado em 10 de novembro de 1906, no Palácio Itamaraty, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelo Exército Nacional. Publicado no *Jornal do Commercio* de 11 de novembro de 1906.

Meus senhores,

Muito me comove e penhora esta manifestação da brilhante oficialidade do Exército Nacional, manifestação autorizada pelo meu prezado amigo e colega ministro da Guerra* e que, como era de razão, primeiro se dirigiu, no campo de manobras de Santa Cruz, ao preclaro estadista a quem o povo brasileiro confiou há quatro anos a magistratura suprema desta República.

Ao presidente Rodrigues Alves cabem todos os parabéns pela política de paz e concórdia americana, que, como todos os seus predecessores, desde a proclamação da nossa Independência, ele se esforçou sempre por seguir e desenvolver, pondo particular empenho em estreitar cada vez mais os laços de antiga amizade que nos unem à nossa grande irmã do norte. A mim só cabe o mérito de lhe haver proposto a criação da nossa embaixada em Washington e a nomeação para ela de Joaquim Nabuco, que com tanta distinção a ocupa e que tanto tem sabido fazer ali para tornar mais conhecido e estimado o Brasil. O movimento de simpatia que mais intensamente se acentuou nos Estados Unidos da América para com o Brasil deve-se, sem dúvida, às raras qualidades do nosso digno

* General-de-divisão Francisco de Paula Argôlo.

embaixador, ao primor com que sabe traduzir o pensamento do governo do seu país e ao encanto que ele inspira a quantos o tratam de perto; mas deve-se, sobretudo, à influência crescente que o Brasil tem ganhado no conceito universal em alguns anos de paz interna, podendo assim lançar-se resolutamente no caminho de todos os melhoramentos morais e materiais. Sem isso, que é obra de toda a nação e dos seus principais conselheiros e diretores políticos, não se teria dado o voto espontâneo e quase unânime das Repúblicas do nosso continente elegendo esta cidade do Rio de Janeiro para sede da III Conferência Internacional Americana, nem teríamos recebido a visita do eminente estadista senhor Elihu Root, eloquente pregoeiro da política de confraternidade que o grande presidente Roosevelt representa e que os Estados Unidos da América desejam ardentemente ver aceita, generalizada e consolidada nesta parte do mundo.

A manifestação que fizestes ao presidente da República e a com que me honrais hoje não são das que possam dar motivo de suspeita ou inquietação no estrangeiro. Como brasileiros, embora militares, aplaudindo as belas palavras proferidas pelo secretário de Estado Root naquela conferência, afirmais os vossos sentimentos de solidariedade americana, o vosso amor à paz e à concórdia entre os povos, e o vosso afeto a todas as nações do nosso continente, que nós os brasileiros estimaremos ver cada vez mais prósperas e poderosas, desejando para elas tudo quanto de bom desejamos para a nossa própria pátria.

Sois soldados de um país que, logo ao assentar as bases da sua política exterior, mostrou invariavelmente não sonhar com hegemonias ou com conquistas territoriais.

A primeira guerra estrangeira que tivemos foi para defender um território cujo povo, cansado da anarquia e da caudilhagem, voluntariamente se incorporou ao Brasil, quando ainda não éramos uma nação soberana. Fez-se a paz, desistindo o Brasil e o seu contendor das pretensões que defendiam pelas armas; fez-se a paz, concordando ambos em formar desse território um Estado independente, e desde então não encontrou a briosa nação uruguaia amigo mais leal e desinteressado, nem partidário e sustentador mais convencido da sua independência.

Depois, em 1851 e 1852, como de 1864 a 1870, só desembainhamos a espada porque provocados para vingar a honra nacional ultrajada e, concomitantemente, para promover o restabelecimento ou a

constituição do regime democrático nos países do Prata e do Paraguai. Por isso o ilustre general dom Bartolomeu Mitre, que compreendia para a sua pátria a conveniência da aliança brasileira, como nós compreendemos, para nós e no interesse geral desta parte do mundo, a conveniência da amizade argentina, pôde dizer em 1880 que o Brasil fora um vencedor de tiranos e libertador de povos.

Quando éramos, incontestavelmente, a primeira potência militar da América do Sul, em terra e no mar, nunca a nossa superioridade de força foi um perigo para os nossos vizinhos, nunca empreendemos guerras de conquista, e menos poderíamos pensar nisso agora que a nossa Constituição política no-las proíbe expressamente. Resolvemos sempre por transações amigáveis as nossas questões de limites, sem levar tão longe quanto a nossa antiga mãe-pátria as pretensões do Brasil. No último acordo com a Bolívia, em virtude do qual readquirimos parte dos vastos territórios que lhe havíamos cedido em 1867, oferecemos-lhe grandes compensações, que hão de, estou certo, assegurar a sua prosperidade comercial em futuro próximo. Vivemos à larga dentro das fronteiras que fecham os territórios em que se fala a nossa língua, descobertos e povoados pela nossa gente.

Mas o nosso amor à paz não é motivo para que permaneçamos no estado de fraqueza militar a que nos levaram as nossas discórdias civis e um período de agitações políticas que, devemos crer, está felizmente encerrado para sempre.

Não depende da vontade de uma nação evitar conflitos internacionais. Mesmo os Estados neutralizados, com a Suíça e a Bélgica, cuidam séria e patrioticamente da sua defesa militar, na previsão de possíveis complicações e ataques. A grande extensão do nosso litoral e do nosso território interior, o exemplo de vizinhos que se armaram enquanto só cuidávamos da nossa política interior, impõe-nos o dever de reunir os elementos de defesa nacional de que precisamos. Temos de prover pela nossa segurança, de velar pela nossa dignidade e pela garantia dos nossos direitos que, às vezes, só a força pode dar. Carecemos de exército eficaz e de reservas numerosas, precisamos reconquistar, para a nossa marinha, a posição que antigamente ocupava.

Meus senhores, não recebo a manifestação de hoje como prêmio merecido de alguma obra em que eu me houvesse ilustrado, mas

como uma nova expressão generosa da alma brasileira, como um testemunho de aprovação do meu trabalho e mais uma prova da simpatia com que os meus compatriotas me animam desde muito no esforço de bem servir a causa nacional. Recebo-a como penhor de solidariedade e de apoio, mais do que de aplauso.

E de nenhum grupo dos meus concidadãos me seria mais grato esse atestado de que tenho ido certo e pelo bom caminho do que da o corporação a quem o país confiou a missão de servir de núcleo à sua defesa nos dias de perigo. Diplomata e soldado são sócios, são colaboradores que se prestam mútuo auxílio. Um expõe o direito e argumenta com ele em prol da comunidade; o outro bate-se para fazer vingar o direito agredido, respondendo à violência com a violência.

Quanto a mim, a quem, por bondade, atribuís parte maior do que seria justiça distribuir-me na obra histórica dos progressos políticos do Brasil diante do estrangeiro, permiti que não reclame para o meu ativo de homem público outra coisa que não seja o zelo por bem servir à nossa terra, cujos interesses e cuja glória têm sido o cuidado e a preocupação da minha vida inteira. Nisto procurei seguir o exemplo de uma vida – mais ativa e mais intensa essa – que, bem de perto e afetuosamente, me alumiou o caminho do dever e me ensinou a amar a pátria e a prezar os seus defensores.

Senhores oficiais, com grande prazer e pelas vias costumadas, terei a honra de fazer chegar às mãos do presidente Theodore Roosevelt e do seu digno secretário de Estado, mr. Elihu Root, a lembrança que lhes ofereceis, e é um merecido preito de admiração e de aplauso a dois dos maiores estadistas do nosso tempo.

A LUÍS ELIZALDE E EMILIO MITRE

Discurso pronunciado em 17 de dezembro de 1906, no Palácio Itamaraty, por ocasião do almoço em homenagem a Luís Elizalde e Emilio Mitre. Publicado no *Jornal do Commercio* de 18 de dezembro de 1906.

Meus senhores,

Levanto-me para saudar os distintos argentinos que com tanto prazer vejo hoje à nossa mesa nesta Casa, a qual, eles sabem, é uma Casa amiga, onde nomes ilustres de que são portadores, os nomes de Mitre e Elizalde, hão de ser sempre queridos e honrados, evocando a lembrança de tempos dos mais gloriosos na história da civilização desta parte do mundo.

Hoje mesmo tive a fortuna de ser obsequiado pelo senhor Gorostiaga, ministro argentino, com um precioso autógrafo do general Bartolomeu Mitre, uma carta toda escrita do seu punho em 27 de setembro de 1905, dois meses antes de morrer cercado das demonstrações de afeto e respeito de todos os seus concidadãos e de todos os brasileiros. Peço licença para ler desta carta o seguinte trecho:

> A aliança argentino-brasileira foi, depois daquelas da Independência, a mais fecunda e benéfica para a República Argentina. Devemos a ela a queda do tirano Rosas, o haver conjurado ao perigo da ditadura de Solano López, bem como a solução pacífica de nossas questões de limites, assegurando a paz internacional no rio da Prata, com benefícios recíprocos. Como política, a aliança se inspirou não só no interesse, mas também na moral política, por

parte do Brasil, seu comportamento para conosco foi nobre e digno. Por isso, será recordada sempre em ambos os países como um grande bem, que em cada dia que passa dá novos frutos.

Faço os mais cordiais votos para que todos os argentinos pensem como o grande estadista que escreveu essas linhas. Aqui, posso afirmar que todos nós, os brasileiros, somos do mesmo pensar que ele, desejando que cada vez se possam estreitar mais os laços de amizade entre o Brasil e a Argentina.

Meus senhores e compatriotas aqui presentes, bebamos em honra da família Mitre e da família Elizalde, nossos hóspedes de hoje, e bebamos para a constante prosperidade da República Argentina!

A CLAUDIO PINILLA

Discurso pronunciado em 29 de janeiro de 1907, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete em homenagem ao ministro das Relações Exteriores da Bolívia, doutor Claudio Pinilla. Publicado no *Jornal do Brasil* de 30 de janeiro de 1907.

Senhor ministro,

Vossa excelência passou alguns anos da sua brilhante e laboriosa vida de diplomata no Brasil, onde tão honrosas e gratas recordações deixou. Sabe, assim, que, neste país, a Bolívia só conta amigos, desejosos de a ver cada vez mais próspera e feliz, e conhece também o grande apreço em que tivemos sempre os raros méritos e distintas qualidades pessoais de vossa excelência, apreço que aumentou mais ainda quando o vimos, na posição de ministro das Relações Exteriores, continuar, com vantagem para a sua pátria, a promover habilmente a solução pacífica de todas as questões delicadas que de longa data ela tinha pendentes com todos os Estados seus vizinhos. Há de, portanto, acreditar na sinceridade do brinde que levanto e em que serei cordialmente acompanhado por todos os meus compatriotas aqui presentes: pela ventura pessoal de vossa excelência e pela constante prosperidade da briosa nação boliviana.

A PAUL DOUMER

Discurso pronunciado no Palácio Itamaraty em 8 de setembro de 1907, por ocasião do banquete oferecido a Paul Doumer. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Dirijo-me aos meus compatriotas presentes para convidá-los a me acompanhar no brinde que vou fazer ao estadista eminente que é nosso hóspede esta noite.

O Brasil já teve a honra de receber a visita de diversos homens políticos das duas Américas e, ultimamente, ainda vimos com prazer entre nós dois dos maiores amigos da nação brasileira, o secretário de Estado Root e o general Roca, antigo presidente da República Argentina. Mas é a primeira vez que um estadista francês, e um estadista que se encontra entre os mais considerados de sua pátria, se decide a estudar de perto nosso país, suas reformas e seu progresso, a conhecer mais de perto nosso povo, no qual a influência da cultura francesa sempre foi tão notável.

O senhor Paul Doumer nos dá uma prova de interesse e de amizade que merece certamente o reconhecimento de todos os brasileiros.

E eles já começaram a manifestá-lo no acolhimento simpático e caloroso que lhe fizeram desde sua chegada ao Rio. Esperamos que, uma vez de volta a seu belo país, ele conserve do Brasil e de seu povo uma lembrança amigável e que não deixará de dizer a seus compatriotas o quanto a França é amada aqui. Todos desejamos que sua grande reputação de homem de governo e de progresso, de administrador fecundo e de hábil cresça sempre nos sentimentos de seus concidadãos.

Levanto meu copo em honra do senhor Paul Doumer!

NA FACULDADE DE
DIREITO DE SÃO PAULO

Discurso pronunciado em 5 de outubro de 1907, na Faculdade de Direito de São Paulo, por ocasião da homenagem que lhe foi prestada pelos corpos docente e discente das escolas superiores. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Peço-vos que acrediteis no meu vivo, no meu mui profundo reconhecimento pela grande honra que me é feita nesta ocasião e pelas palavras de apurada cortesia e bondade que para comigo tiveram os eloquentes oradores que acabamos de ouvir.*

Há muito que a generosidade de São Paulo, que o corpo docente desta ilustre faculdade e, em geral, a juventude de todas as escolas paulistas me habituaram a conhecer os sentimentos de benevolência com que me distinguem, a simpatia que os leva a exagerar os meus méritos e a exaltar serviços que circunstâncias felizes me têm permitido prestar à nossa terra. Há muito que eu desejava reiterar-lhes de viva voz os protestos da minha gratidão por todos os favores recebidos.

E, acudindo ao convite com que fui obsequiado, aqui estou para ter a grande satisfação de cumprir esse grato dever.

Senhores, se no meu ativo de homem público podem ser apontados alguns serviços que os nossos compatriotas têm recompensado e ainda premeiam com tamanha largueza, não devem os resultados

* Pedro Lessa e Adolfo Konder.

obtidos ser levados à conta de aptidões excepcionais que eu possua. Esses resultados, sem falsa imodéstia, posso dizer, foram devidos à excelência das causas que me coube defender e ao apoio que, por serem elas nacionais, encontrei sempre nos nossos concidadãos. Foi esse impulso da opinião brasileira, de todos os partidos políticos e de todas as classes sociais, se é que, entre nós, existiu alguma diferenciação de classes, neste país em que a igualdade entre todos os cidadãos existe desde que nos constituímos em nação independente e livre, foram os impulsos da nação brasileira toda, que me deram forças e coragem nas campanhas pacíficas em que me tenho empenhado. Foi a força do nosso direito que venceu, como o mais natural, e facilmente teria vencido se confiada a mãos mais competentes.

A consciência da minha falta de aptidões para as lutas da política interna fez-me abandonar, há mais de 30 anos, a carreira tão nobre para os espíritos superiores, em que, desde os Andradas, se ilustraram entre nós várias gerações de homens eminentes, fatores poderosos do progresso e do engrandecimento da pátria. Nunca me senti da estofa dos que podem ser guias de povos. Preferi assim outra ordem de trabalhos em que pudesse suprir as minhas deficiências, fortalecendo-me com as animações dos que colocam os interesses gerais e a glória do Brasil acima de tudo, isto é, fortalecendo-me com os incitamentos de todos os filhos desta nossa terra.

E as manifestações que tenho recebido e que estou aqui recebendo do vosso afeto me convencem cada vez mais de que andei bem avisado, quando ainda moço tomei aquela resolução.

Não posso, meus senhores, dissimular a emoção que experimento ao achar-me após tão longa ausência no recinto desta faculdade que foi a minha *alma mater*, o lugar em que verdadeiramente aprendi as regras do direito e do dever. Revejo com o máximo prazer a cidade, então modesta, mas já famosa nos anais da América do Sul, cidade em que tive a fortuna de passar os melhores anos da minha vida, núcleo donde partiram os intrépidos bandeirantes que descobriram e ocuparam quase todos os nossos sertões, dilatando as fronteiras do primitivo Brasil. Encontro-a sem o aspecto vetusto e calmo de então, mas consideravelmente melhorada e engrandecida pelo empreendedor gênio paulista, que ainda há pouco, pela enérgica vontade de um dos seus mais dignos filhos, conseguiu em três rápidos anos transformar

afinal a velha capital do Brasil, tornando-a como é a São Paulo de hoje, uma das mais belas e adiantadas cidades do mundo.

Encontro, porém, na mocidade do grande e próspero São Paulo, como na do Rio de Janeiro, como na de todo o moderno Brasil, o mesmo espírito que animava a geração acadêmica do meu tempo, aberta, como a de hoje, a todos os grandes ideais, orgulhando-se do nosso passado, honrando e animando os servidores da pátria e os homens que se assinalavam nos domínios da Ciência e da Arte, festejando com o mesmo ardor e entusiasmo de hoje as vitórias do Brasil, quando pelas armas libertávamos, no exterior, povos escravizados e pela diplomacia afirmávamos a nossa tradicional política de confraternidade com todas as nações do mundo culto, e mui particularmente com as do nosso continente, que mais uma vez, declara o governo brasileiro no seu próprio interesse, deseja ver cada vez mais prósperas e fortes, porque os vizinhos mais perigosos são os mais atrasados, enfraquecidos pelas discórdias civis ou desnorteados pelas ambições que a tirania inspira. E ainda agora, na Conferência da Haia, a que se têm referido diferentes oradores, mostramo-nos fiéis ao nosso antigo programa de política internacional.

Não foi por imodéstia que nesse congresso mundial tomamos a defesa dos povos do nosso continente e até a dos da Europa que ainda não podem competir em força com as grandes potências militares. Foi porque a nossa fidelidade, constante aos princípios da justiça a que mutuamente se devem as nações, nos obrigou a assumir essa posição, depois de haver chamado, em 4 de agosto, a atenção da nossa grande irmã do norte para as complicações que se estavam preparando na Haia e de a haver convidado a tomar a dianteira, que por muitas razões lhe competia.

Apesar dos incidentes que se deram e que não puderam ser evitados porque estavam então ausentes de Washington tanto o grande presidente Roosevelt como o secretário de Estado Root, não devemos duvidar um só momento da sua sincera amizade ao Brasil e às demais Repúblicas americanas e de que continuam firmes nas solenes declarações políticas tantas vezes feitas e, com mais solenidade ainda, na sessão de 31 de julho de 1906 da última Conferência do Rio de Janeiro.

Manda a justiça que eu reconheça neste momento que a vitória da nossa causa foi devida não só à força do nosso direito, mas também

à grande competência jurídica do nosso primeiro delegado naquela assembleia, ao inexcedível talento de exposição, à perfeita conformidade de ideias com que Rui Barbosa se achava com as opiniões do governo e da nação que com tanto brilho tem sabido representar.

Meus senhores, não devo abusar da vossa atenção. Termino repetindo o meu agradecimento pela honra que a congregação desta faculdade e os estudantes paulistas acabam de me fazer, recebendo-me como me têm recebido e dando-me mais incentivos para, na última quadra da vida, esforçar-me em bem servir a outros fins.

AOS ESTUDANTES PAULISTAS

Discurso pronunciado em 8 de outubro de 1907, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido ao presidente do Centro XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo e aos estudantes que acompanharam, de São Paulo ao Rio de Janeiro, o Barão do Rio Branco. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Não quis que se partissem daqui os meus jovens amigos e colegas da Faculdade de Direito de São Paulo sem os reunir nesta pequena festa íntima. Eu precisava ainda uma vez manifestar-lhes o meu vivo, o meu eterno reconhecimento por todos os favores que estou devendo à mocidade acadêmica de que eles fazem parte, aos senhores membros da congregação da Faculdade de Direito de São Paulo em geral e à população da bela cidade em que me eduquei. Não posso dizer a emoção com que transpus as arcadas da nossa velha academia e com que me vi recebido com tanta solenidade pelos sucessores dos meus antigos mestres e por vós e vossos companheiros, meus jovens amigos. A mocidade, como disse o ilustre mestre de todos nós que aqui se acham, o doutor Clóvis Beviláquia, é a eterna florescência dos povos. Vendo o ardente patriotismo e o grande entusiasmo dos moços de hoje, parecia-me estar vendo os estudantes do meu tempo.

Peço-vos, meus amigos, que me façais o favor de receber e de transmitir aos vossos mestres e aos vossos colegas estudantes de São Paulo os protestos de minha gratidão; e, aos demais amigos que aqui me acompanham, rogo que se unam a mim no brinde que cordialmente levanto pela prosperidade e constante glória da Faculdade de Direito de São Paulo e pela felicidade pessoal de cada um de seus representantes nesta mesa.

À DELEGAÇÃO DO URUGUAI NAS
FESTAS DE ANIVERSÁRIO DA
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Discurso pronunciado em 18 de novembro de 1907, por ocasião do banquete oferecido à delegação do Uruguai nas festas do aniversário da Proclamação da República Brasileira. No Arquivo Histórico do Itamaraty, encontra-se uma cópia datilografada com anotações do próprio punho do *Barão do Rio Branco*.

Meus senhores,

Uma voz mais competente do que a minha, a do primeiro magistrado desta República, já agradeceu, por si, e em nome da nação brasileira, o novo testemunho de apreço e amizade que o governo da República Oriental do Uruguai acaba de dar ao Brasil, enviando-nos a missão extraordinária, que veio tomar parte na celebração de uma das nossas maiores datas nacionais.

Em ocasiões anteriores, desde a audiência solene da sua apresentação, o digno ministro de Estado que preside a essa missão, e agora mesmo o brilhante orador que acabamos de aplaudir, tiveram o cuidado de acentuar que o seu governo quis assim retribuir também, no primeiro aniversário da posse do nosso atual presidente, a saudação que há meses havíamos encarregado a uma missão naval brasileira levar ao ilustre presidente Williman no ato da sua inauguração.

Isso importa num delicado desmentido aos fins reservados que alguns incorrigíveis promotores de desconfianças e azedumes internacionais andaram ultimamente atribuindo às manifestações públicas de franca amizade, agora trocadas, como em 1904, como em outras muitas circunstâncias, entre os dois governos e os dois povos vizinhos, do Brasil e do Uruguai. De resto, nem alguma das

partes diretamente interessadas no último incidente diplomático do Prata, a que fáceis noveleiros quiseram atribuir o motivo da visita com que estamos sendo honrados, nos informou do que ia ocorrendo ou nos pediu conselho, nem pode sofrer dúvida, para a gente sensata, de que as combinações secretas da política internacional não se fazem por meio de aparatosas embaixadas, sendo estas até mesmo contraindicadas para o caso.

Vem de longe o vivo anelo que tem o Brasil de procurar merecer a estima e a amizade de todos os povos seus convizinhos. A nossa política internacional, toda de desinteresse e lealdade, tem sido por vezes mal compreendida e, por isso, injustamente julgada. Daí certos desacordos e divergências a que o orador aludiu.

Em relação ao Estado Oriental do Uruguai, porém, estou certo de que todos os que sem paixão e com o devido critério estudarem a história das nossas relações diplomáticas hão de convencer-se de que, se ela assinala erros, devem estes ser atribuídos a uma outra parte e também a preconceitos e ideias muito afastadas da nossa.

No tempo em que fazíamos parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a intervenção de 1816 foi solicitada por ilustres homens políticos orientais, que não preciso nomear, e que a consideraram necessária para assegurar ali a ordem e a paz. Quando o Brasil nasceu para a independência e começou a ter instituições liberais; logo na Constituinte do Império, se levantaram vozes, increpando de irregular a união do Estado Cisplatino ao Brasil porque, conquanto obtida pelo voto popular, o fora durante uma ocupação militar. E a Constituinte não quis considerar entre as províncias do Brasil a Banda Oriental, que a ele se unira por federação.

Veio anos depois, favorecida por um país vizinho, uma revolução de que resultou a independência do Uruguai. Para o reconhecimento dessa independência, sabem os Orientais que, afinal, o Brasil concorreu, congraçando-se os contendores, desistindo ambos das suas pretensões e comprometendo-se ambos a garanti-la.

Desde esse momento – eu já o disse em outra ocasião –, a nova República Oriental do Uruguai não teve amigo mais dedicado, mais desinteressado, nem mais leal do que o Brasil. Juntos combateram os seus soldados ao lado dos nossos e dos argentinos em 1851 e 1852, e de 1865 a 1870, para derrocar duas bárbaras tiranias. E essa aliança entre os

três países vizinhos e amigos desejamos nós os brasileiros que se possa afirmar sempre e cada vez mais no interesse da paz e da civilização nesta parte do mundo. Necessitamos todos de prosseguir numa política de verdadeira concórdia internacional, combatendo rivalidades condenáveis e procurando competir apenas em nobre emulação no progresso moral e material destes países novos, para que eles possam mais rapidamente cumprir os seus grandes destinos.

Dos três países a que me estou referindo, o menor em extensão territorial é a República Oriental do Uruguai, mas ainda assim ela tem mais de dois terços da superfície da Itália, que é uma das grandes potências. Um dia poderá ter 22 milhões de habitantes, se a sua população se tornar tão densa como a da Itália de hoje, 43 milhões se vier a ser tão densa como a da Bélgica.

Meus senhores, saudemos a República Oriental do Uruguai tão bem representada pela sua delegação que hoje nos obsequeia; saudemos o seu nobre e heroico povo, e façamos votos para que, pelo esforço e união de todos os Orientais, seja constante a prosperidade dessa bela porção do nosso continente da América.

GLORIFICAÇÃO DE RUI BARBOSA

Discurso pronunciado em 28 de dezembro de 1907, no Palácio Itamaraty, quando da manifestação que lhe promoveram os estudantes das escolas superiores do Rio de Janeiro pelo êxito obtido na II Conferência Internacional de Haia. Publicado no *Jornal do Commercio* de 29 de dezembro de 1907.

Meus senhores,

Recebo com o mais vivo reconhecimento esta nova demonstração de simpatia com que tanto me distingue a mocidade das escolas do Rio de Janeiro.

Devo-a, desta vez, unicamente à circunstância feliz de haver eu proposto ao chefe do Estado,* para representante do Brasil na II Conferência Internacional da Haia, o grande jurisconsulto e brilhante orador que, dentro de dois dias, estará aqui de regresso, e que sabereis, de perto, acolher e festejar com toda a efusão do vosso entusiasmo patriótico.

Confesso, entretanto, que a indicação de Rui Barbosa para tão importante missão não foi feita somente por mim, mas também por muitos órgãos autorizados da opinião pública entre nós. E o pronto, cordial e caloroso acolhimento que encontrou, quando a formulei, me fez logo ver que essa escolha, em que me orgulho de haver tido parte, já estava assentada na mente do benemérito estadista a quem o voto popular tão sabiamente confiou a primeira magistratura desta República. Eu não fizera senão ir ao encontro de uma resolução que

* Afonso Pena.

os seus sentimentos pessoais e o interesse público lho haviam ditado.

O que foi Rui Barbosa naquele grande Parlamento das Nações não preciso eu dizer-vos neste momento, porque já tem sido dito abundantemente na nossa imprensa e na do estrangeiro. Recebido com frieza, com prevenções e até com certa má vontade, ele soube por fim impor-se à consideração geral dos seus pares e à do mundo inteiro, pelo inexcedível zelo e competência com que trabalhou e discutiu ao mesmo tempo em todas as quatro comissões da conferência.

Em momento de suma delicadeza, tive a honra de lhe dirigir um extenso telegrama que terminava assim:

> Esgotamos os meios de que podíamos lançar mão, aqui e em Washington, a fim de que o governo dos Estados Unidos, de cuja amizade não podemos duvidar, procurasse aconselhar e dirigir a sua delegação no sentido de serem modificadas as bases do projeto de que vossa excelência tivera notícia. Infelizmente, o presidente Roosevelt estava e está longe da sua capital, e o secretário de Estado se acha também ausente e enfermo. Não pode assim esse governo amigo tomar as iniciativas que desejamos que tomasse no seu próprio interesse e no dos demais países americanos. Agora que não mais podemos ocultar a nossa divergência com a delegação americana, cumpre-nos tomar francamente aí a defesa do nosso direito e dos das demais nações americanas. Estamos certos de que vossa excelência o há de fazer com firmeza, moderação e brilho, atraindo para o nosso país as simpatias dos povos fracos e o respeito dos fortes.

E, como de antemão sabíamos o que havia de suceder, Rui Barbosa esteve na altura da situação, defendendo briosamente a nossa sempre honrada política internacional, combatendo com denodo pelo direito, e elevando, como ainda ninguém elevou mais, o bom nome do Brasil no estrangeiro.

O incidente que nos obrigou a tomar a posição que a dignidade nacional nos impunha magoou-nos muito, mas nos ficou a grande satisfação de haver cumprido o nosso dever, sem procurar adesões que, felizmente, nos não faltaram neste continente e no da Europa, defendendo com decisão o princípio da igualdade jurídica dos Estados soberanos, tão eloquentemente proclamado na Conferência Internacional Americana do Rio de Janeiro por um dos mais leais amigos dos povos latinos da América, mr. Elihu Root.

Aplicando ao grande feito que o Brasil está celebrando as

palavras que a benevolência do nosso eminente compatriota lhe inspirou há anos, e para sempre penhoraram a minha gratidão, posso eu agora, mas com inteira verdade e justiça, dizer: "Para semelhante Congresso, um advogado como esse dos nossos direitos; para tão grande advogado, um grande e memorável Congresso como esse."

Meus senhores e jovens amigos, agradeço-vos a honra que me fizestes associando ao de Rui Barbosa o meu nome nos resultados que, para o futuro o Brasil alcançou na Haia e que só foram conseguidos pelo peregrino talento, pela admirável erudição e pelo inexcedível esforço do seu digno representante. A mim só coube acompanhar de longe os seus trabalhos, trocar com ele ideias e transmitir-lhe dia a dia o pensamento do presidente da República sobre as diferentes questões, à medida que elas iam surgindo. E não devo terminar sem dizer que foi perfeito e constante o acordo de pensamento entre o governo e o seu grande delegado durante os quatro longos meses que durou a conferência.

VISITA DA ESQUADRA NORTE-AMERICANA

Discurso pronunciado originalmente em inglês, em 20 de janeiro de 1908, no Palácio Monroe, por ocasião do banquete em homenagem à esquadra norte-americana. O original, em português, encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty. A versão inglesa foi publicada no *Jornal do Commercio* de 21 de janeiro de 1908.

Senhores,

Neste banquete oferecido pelo governo brasileiro aos almirantes e oficiais da frota norte-americana em viagem para o Pacífico, o primeiro brinde que tenho a honra de propor é ao presidente dos Estados Unidos da América;* e eu faço com o mais vivo prazer, congratulando-me com os nossos hóspedes por nos acharmos reunidos neste edifício ainda recente, mas desde logo predestinado para teatro de expressivas manifestações da cordial amizade das duas grandes pátrias americanas.

Sob esta mesma cúpula, quando os Estados Unidos celebravam o centenário da compra da Luisiana, foi hóspede do Brasil por alguns momentos, em São Luís, o grande presidente, e de sua visita a esta Casa conservamos e conservaremos a grata lembrança das calorosas manifestações e do seu bondoso apreço pelo Brasil. Reerguido mais tarde nesta cidade do Rio de Janeiro para a reunião da III Conferência Internacional Americana, foi no principal salão deste edifício que o secretário de Estado mr. Root pronunciou, em 31 de julho de 1906, o notável discurso, que ficou sendo a mais

* Theodore Roosevelt.

completa exposição da política continental norte-americana. E foi também aqui, naquela mesma ocasião, que em nome do governo brasileiro anunciei que o Pavilhão do Brasil em São Luís passava a ser chamado oficialmente "Palácio Monroe", ficando assim erguido neste país um monumento em honra do famoso autor da declaração de dezembro de 1823, à qual o governo do Brasil foi o primeiro em nosso continente a aderir, em janeiro de 1824.

A decisão do governo brasileiro em 1906, demonstrando o seu firme empenho em uma política de paz e de confraternidade na América, foi ainda uma afirmação significativa da velha e vigorosa amizade do Brasil para com a gloriosa pátria de Washington, de Monroe e de Lincoln. E, senhores, é plenamente convencido da firmeza e da constância da recíproca amizade entre o Brasil e os Estados Unidos que levanto o meu copo para, como todos vós, saudar o presidente Roosevelt, em quem tão nobre e perfeitamente se personificam, no alto posto que ocupa, a grandeza, o poder e a influência mundial do povo norte-americano.

Senhores, m qualquer parte do mundo em que se encontram oficiais da marinha de diferentes nacionalidades, estabelece-se logo entre eles um espírito de cordial camaradagem. O destino comum aproxima num nobre encanto os homens que vivem na solidão do mar e que levam consigo, por todos os hemisférios, o culto incomparável da pátria ausente. Mas entre os marinheiros dos Estados Unidos da América e do Brasil, contaram-me velhos oficiais nossos, esse sentimento de confraternidade tem sempre manifestações ainda mais expressivas. O que ouvi na mocidade, ouço agora de jovens oficiais que visitaram os Estados Unidos, e estamos aqui testemunhando durante a grata permanência da frota norte-americana do Pacífico na baía do Rio de Janeiro.

Desde muito, desde o aparecimento da clássica história naval de Fenimore Cooper, não só os nossos marinheiros, mas também todos os cultores das boas letras neste país se familiarizaram com os primeiros feitos da Marinha norte-americana e com os brilhantes nomes de Paul Jones, Decatur, Bainbridge e Perry. Depois, e já no meu tempo, vieram os combates em que "corações de ferro em navios de madeira" souberam vencer encouraçados e zombar dos seus esporões. Vieram também as arrojadas operações de Farragut e

Porter, e conheceis como as grandes potências militares da Europa, surpreendidas pela audácia e pelo espírito inventivo dos americanos, tiveram de reformar inteiramente as suas esquadras de navios de madeira, tornados inúteis como navios de combate (*battle ships*).

Essas lições dadas às velhas nações também nós as aproveitamos um dia. E dizem profissionais insuspeitos, porque não eram naturais desta terra, que os marinheiros do Brasil se mostraram dignos dos seus grandes modelos do norte.

A antiga simpatia entre as Marinhas norte-americana e brasileira, aumentada por esses feitos de guerra, não podem deixar de progredir até o ponto a que chegou pela força benéfica da crescente aproximação política entre os dois povos amigos.

Em Norfolk e Washington, no ano passado, inequívocas demonstrações aos nossos oficiais, às quais tão expressivamente se associou o governo norte-americano, penhoraram a gratidão brasileira; e hoje, é com imenso júbilo que, por ocasião das festas promovidas pelo governo, pela nossa Armada e pela sociedade brasileira, o povo do Rio de Janeiro acolhe a Marinha norte-americana com aquele mesmo espontâneo entusiasmo com que saudou, na sua memorável passagem por este país, mr. Root, o preclaro propagandista da paz e da concórdia continental.

O Brasil agradece a visita dos seus amigos do norte aqui vindos nesses poderosos vasos de guerra que, segundo a bela expressão do presidente Roosevelt, são mensageiros de amizade e de bons desejos, encarregados de celebrar conosco a continuação da longa e inquebrantável harmonia e mútua cooperação entre as duas grandes Repúblicas.

Convido os meus compatriotas aqui presentes a saudar comigo, em nome da nação brasileira e do seu governo, a valorosa Marinha norte-americana, a exemplo de perícia e de disciplina militar, modelo de dedicação à pátria e formidável asseguradora do imenso prestígio da grande República, orgulho do nosso continente.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
I

Discurso pronunciado em 30 de janeiro de 1908, ao tomar posse da presidência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Os textos manuscritos, em número de três, encontram-se no Arquivo Histórico do Itamaraty. Dois deles estão incompletos, e o outro vem reproduzindo na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXI, parte II, p. 422.

Meus senhores,

Este Instituto, há mais de 40 anos, dignou-se de me receber em seu grêmio, aceitando como título de admissão um modesto trabalho que, sobre documentos ainda incompletos, eu escrevera pouco antes, quando estudante em São Paulo. Depois, no decurso dos últimos 12 anos, me foi dando ele testemunhos seguidos da sua generosa benevolência até chegar ao recente e supremo favor de me acreditar no caso de poder presidir aos seus trabalhos com a necessária competência.

Não posso achar palavras com que vos exprima toda a extensão do meu reconhecimento; nem a abundância de vozes e protestos foi nunca a melhor prova dos sentimentos verdadeiramente sinceros. Competência falta-me de certo (*não apoiados*) para poder igualar os homens eminentes que, tão honrosamente todos, têm ocupado esta cadeira, mas não assim boa vontade e ardente desejo de me recomendar à vossa estima e de retribuir em dedicação ao Instituto as muitas finezas de que lhe sou devedor, concorrendo, na medida dos meus recursos, para que o seu futuro não desmereça o seu passado fecundo e glorioso.

O desempenho do cargo que me confiastes, uma vez despido temporariamente, como se acha, do brilho que sempre teve e poderia ainda agora ter, se outro fora o ocupante (*não apoiados*), é relativamente fácil,

porque a cada um de vós e a todos vós, fiéis e constantes sustentadores desta Casa, há de continuar a pertencer quase todo o esforço na execução do nosso programa primitivo, que consiste principalmente em coligir e publicar a documentação e os estudos parciais que devam servir um dia para grandes e seguros trabalhos de conjunto sobre a história e a geografia do Brasil.

E esse programa, como atestam os já numerosos volumes da sua revista, o Instituto o tem sabido realizar sem desfalecimentos desde a sua fundação; primeiro, sob os auspícios do grande e sempre lembrado imperador, que até a morte lhe dedicou incessantemente um tão especial desvelo (*apoiados*); depois, graças às animações, cada vez mais vivas, que nos têm dispensado o governo da República e o Congresso Nacional (*apoiados*).

A crescente simpatia que o Instituto inspira à nação e aos seus mais altos representantes explica-se naturalmente pela importância, pela nobreza e pelo desinteresse da missão, que ele se impôs, de ir registrando, neste calmo recinto em que jamais penetraram paixões partidárias, os feitos honrosos dos contemporâneos, e pesquisando e divulgando tanto as ações gloriosas dos nossos maiores quanto os desvios e erros que a nós e às gerações futuras possam servir de estímulo e ensinamento.

Na verdade, já dispomos de um belo e brilhante passado histórico, para que podem olhar com amor e orgulho todos os bons brasileiros e que já tem merecido a atenção, o estudo e o louvor de estrangeiros ilustres e insuspeitos. Mas, até no que diz respeito aos três primeiros séculos de formação da nacionalidade brasileira, sobre que possuímos, além de outros elementos preciosos, as bem elaboradas obras de Southey e de Varnhagen e os eruditos trabalhos de Capistrano de Abreu, há grandes lacunas e muito a pesquisar ainda, sobretudo, para que possa aparecer, em toda a sua luz, a intrépida energia dos nossos antepassados que souberam defender, contra intrusões armadas de outros povos, a vasta zona litoral do Brasil e dilatar pelo sertão adentro as fronteiras da pátria, realizando empresas de que surgiram, como disse o poeta laureado inglês, "consequências mais amplas e provavelmente mais duradouras do que as produzidas pelas conquistas de Alexandre e Carlos Magno".

Muito vasto já é o campo de estudos e investigações que se oferece ao vosso labor em benefício da pátria e do seu justo renome; mas o

tempo, que corre, cada dia mais o alarga, transformando rapidamente em passado o presente e o futuro. Para auxiliar-vos na vossa árdua, mas agradável tarefa, já se levantaram de há muito, em Pernambuco, São Paulo, Ceará, Alagoas, Rio Grande do Norte e outras partes do Brasil instituições similares, inspiradas pelo mesmo pensamento que há 70 anos levou o visconde de São Leopoldo e outros próceres da nossa vida literária a promover com sucesso propício a criação desta ilustre companhia. Basta agora que a nossa e as demais associações irmãs prossigam no desempenho de sua missão com o mesmo ardor e diligência de sempre, com o mesmo culto do nosso honesto passado e a mesma confiança no futuro. Porque esta nossa terra, que na minha remota mocidade já conheci grande, gloriosa e respeitada, e agora, cheios de contentamento, vemos cada dia mais considerada no mundo, há de continuar a ser o teatro de ações e acontecimentos dignos de figurar com honra nas páginas da história, e os vindouros a hão de ver, dentro dos seus limites presentes, maior ainda do que a vemos, como uma das mais poderosas, adiantadas e influentes províncias da humanidade.

Agradecendo ao meu venerando predecessor* as benévolas expressões com que acaba de me honrar, agradeço também a todos vós, meus senhores e colegas, a distinção que vos aprouve conferir-me, e peço a Deus me dê forças para corresponder à vossa confiança (*aplausos prolongados*).

* Marquês de Paranaguá.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
II

Discurso pronunciado em 30 de janeiro de 1908, por ocasião da inauguração do retrato do Marquês de Paranaguá. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXI, parte II, p. 432. O texto manuscrito encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor marquês,

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não me podia dar incumbência mais agradável do que a de inaugurar o retrato do seu ilustre presidente resignatário, neste sereno e vigilante retiro da história e da geografia pátria.

Não tem sido vossa excelência simplesmente um cultor da ciência histórica entre nós; por ações próprias, soube contribuir eficazmente para que se enriquecessem de fatos meritórios os nossos anais, e o traço característico da longa e honrada vida de vossa excelência é a perfeita identificação que ela oferece de muitos de seus atos com os acontecimentos mais notáveis do segundo reinado.

Uma vocação admirável o impeliu, muito novo ainda, para as carreiras públicas, em que, além de preciosos dotes pessoais, o devia favorecer a feliz longevidade que tanto festejamos. Muitos e dos maiores homens do nosso país foram colaboradores insignes dos fastos do Império liberal que tivemos; mas a poucos, a muito poucos, foi dado, como a vossa excelência, o raro privilégio de amanhecer sob o exemplar regime dos austeros estadistas da regência, viver para a monarquia constitucional quase todo o tempo da sua duração, e vir perante as novas gerações dar testemunho dos constantes e bem-

sucedidos esforços que ela fez em prol da prosperidade e da grandeza do Brasil. (*apoiados*).

Ainda simples estudante, quando a maioria do país lutava contra tendências subversivas da união nacional e contra elementos semibárbaros que infestavam certas comarcas do norte, vossa excelência, longe da sua província natal, soube resolutamente correr a defendê-la, batendo-se pela legalidade e pela causa da civilização.

Apaziguadas as discórdias civis e encetando vossa excelência a vida pública, abraçou a carreira judiciária; e foi, decerto, o íntimo sentimento da indispensável necessidade de se firmar no país o regime da lei que o determinou a fazer parte dessa honrada e gloriosa magistratura brasileira que, juntamente com o Exército, a Armada e a Guarda Nacional de Diogo Feijó, se mostrou sempre mantenedora, decidida e poderosa da unidade nacional.

Mas a política logo o atraiu, senhor marquês. Os eleitores do Piauí abriram-lhe as portas do Parlamento brasileiro e, num período de 40 anos, foi vossa excelência deputado, senador, presidente das províncias do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia. Ministro da Justiça, da Guerra, da Fazenda e dos Negócios Estrangeiros, presidente do Conselho de Ministros, revelando constantemente, no sucessivo exercício de tão variadas funções, um igual temperamento de retidão e firmeza a que soube aliar sempre a graça da tolerância e a primazia da moderação (*muito bem*).

Durante as campanhas da Tríplice Aliança contra o ditador do Paraguai, culminaram os serviços de vossa excelência.

O posto que, no terceiro gabinete de Zacarias de Góis, lhe foi confiado, de ministro da Guerra, ao lado do então jovem e diligente ministro da Marinha – também honra e orgulho desta nossa associação (*muito bem*) –, era dos mais delicados e difíceis. Apenas organizado o ministério, as dissidências entre vários comandos em chefe trouxeram-nos, após brilhantes vitórias e lamentáveis indecisões, o duro revés de Curupaiti. Então, nesse lance solene da vida pública de vossa excelência, revelaram-se com o mais intenso brilho os seus grandes recursos de enérgica e calma laboriosidade. Foi ao ministro da Guerra e ao ministro da Marinha daquele tempo, a Paranaguá e a Afonso Celso, que felizmente coube preparar os elementos da vitória, entregues ao generalíssimo Caxias, em cujas mãos experientes o imperador

concentrara a direção suprema de todas as forças brasileiras em operações (*aplausos*). Começou, depois, a marcha lenta, mas segura e triunfal das nossas arenas; a expugnação do vasto quadrilátero inimigo, o forçamento da passagem de Curupaiti, a de Humaitá por monitores rapidamente construídos no Rio de Janeiro, e a queda dessas fortalezas, seguidas das duas gloriosas campanhas do Tebiquari e de Lomas Valentinas.

O destino de vossa excelência se acentuava nesses extraordinários serviços em defesa da honra do Brasil e da liberdade de um povo vizinho, escravizado pela mais sangrenta das tiranias. O Brasil era uno e forte, firmadas desde muito na ordem interna as liberdades públicas, e crescia no respeito dos povos cultos pelo seu amor da paz, pelos progressos que ia realizando e pela decisão patrióticas com que, sem abusar da vitória e sem pensar em conquistas, sabia defender o seu território e repelir afrontas à dignidade nacional. (Bravos).

O suave influxo de vossa excelência, depois de tão árduos trabalhos, passou a ser exercido com mais autoridade ainda no seio dos partidos constitucionais, fortalecido pela crescente dedicação daquele em que militava e prezado dos seus próprios adversários políticos. E para exercer mais facilmente essa influência benéfica, além dos dons naturais e adquiridos, e do renome que lhe deram tantos serviços, veio cercar vossa excelência a auréola do grande prestígio resultante da amizade pessoal com o imperador, que Victor Hugo proclamara neto de Marco Aurélio, amizade nascida, sem dúvida, do alto apreço em que ele tinha o nobre caráter de vossa excelência, cuja lealdade sabia inquebrantável (*muito bem*; *palmas*).

Servindo ao Império democrático, como os seus fundadores e partidários afinal vencidos, vossa excelência serviu ao Brasil que, no nosso afeto, deve estar sempre superior a preferências teóricas por esta ou por aquela forma de governo, todas boas ou más, segundo as circunstâncias de tempo e do ambiente social a que se hajam de acomodar. Assim, depois da revolução triunfante, retirando-se embora da política, ferido em sentimentos que lhe eram raros, mostrou vossa excelência compreender que a pátria brasileira subsistia e não duvidou prestar-lhe os serviços que ela devia esperar do amor e da sabedoria de tão distinto filho (*muito bem*).

A confiança que vossa excelência sempre teve nos grandes

destinos do Brasil, a sua inteligente devoção à ordem e à paz pública não o abandonaram, senhor marquês (*apoiados*). A sua gloriosa velhice, sempre verdejante, tem sido um grande estímulo e um magnífico exemplo para os nossos compatrícios; e foi aqui, nesta Casa principalmente, que vossa excelência quis empregar o melhor da sua atividade. Para vossa excelência, como para todos nós, o Instituto Histórico e Geográfico não é um túmulo, mas a fonte de perpétua renovação da vida nacional pela inspiração dos nobres exemplos do passado e do presente (*muito bem*).

Do passado brasileiro é vossa excelência um digno representante. Por isso, nesta modesta, porém significativa manifestação de reconhecimento, o Instituto rende também homenagem à harmonia de tão bela vida e, com o mais profundo e cordial respeito, saúda unanimemente, pela minha voz, o seu benemérito ex-presidente (*Prolongadas palmas*).

MANIFESTAÇÃO EM PETRÓPOLIS

Discurso pronunciado em Petrópolis em 7 de março de 1908. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Minhas senhoras e meus senhores,

Quando tive conhecimento de que me era preparada por distintas damas da nossa mais seleta sociedade fluminense esta honrosa manifestação de estima, não pude resistir ao impulso de lhes suplicar, pelo intermédio do festejado homem de letras* a quem haviam confiado o seu intento, que desistissem do projeto, tão grande, tão excepcional e imerecida me parecera, e parece ainda, semelhante manifestação.

O respeito, porém, que devia e devo aos nobres manifestantes chamou-me logo, contente, ao dever da obediência; e aqui vim para gozar do encanto de tão agradável companhia e para receber com o mais vivo e o mais profundo reconhecimento a aprovação com que as minhas bondosas patrícias, cheias de delicadeza até na escolha da data, quiseram graciosamente engrandecer e coroar a vida de um velho, quase toda dedicada ao serviço da nossa terra, e, nestes últimos anos, desde que o permitiram o favor e a confiança de dois sucessivos presidentes, e o apoio dos nossos concidadãos em geral, consagrada também à causa da paz e da concórdia internacional.

Nenhuma prova de apreço e amizade podia, pela sua rara e amável

* Graça Aranha.

procedência, tocar-me e comover-me tanto quanto esta com que sou hoje honrado; e é reiterando os protestos da minha imensa e imperecedoura gratidão que convido os cavalheiros presentes a me acompanharem no brinde que mui cordial e respeitosamente levanto às senhoras brasileiras, particularmente as que nos convidaram para este magnífico festim.

AO GENERAL PANDO

Discurso pronunciado em 18 de abril de 1908, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete em homenagem ao general José Manuel Pando, ex-presidente da Bolívia. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

É com o maior prazer que me levanto para ter a honra de saudar o nosso distinto hóspede desta noite, o perspicaz estadista e experiente general que, pelos seus raros méritos, dedicação patriótica e grandes serviços à terra do seu nascimento, já ocupa em vida e no vigor da idade tão notável lugar na história da América.

Por fortuna nossa, é ele um antigo conhecido e amigo do Brasil, tendo tido ocasião de visitar há anos a nossa capital e percorrer várias partes deste país. Vindo agora rever-nos, numa visita que sentimos seja tão rápida, já há de ter, entretanto, podido verificar que os sentimentos de viva simpatia e elevado apreço dos brasileiros para com a sua pessoa continuam não só inabaláveis, mas até aumentados pelo muito respeito e admiração que a todos tem sua excelência sabido inspirar como um dos mais inteligentes promotores do progresso atual e da futura grandeza da sua pátria.

Meus senhores, bebamos à ventura pessoal do ilustre senhor general Pando e à constante prosperidade da República Boliviana, que ele tanto estremece, e com a qual o Brasil deseja ardentemente poder alargar e fortalecer cada vez mais as suas antigas e cordiais relações da fraterna amizade.

Ao general Pando e à Bolívia!

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
III

Discurso pronunciado em 11 de junho de 1908, por ocasião da conferência do Visconde de Ouro Preto sobre a batalha do Riachuelo. A publicação na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXI, parte II, p. 478, reproduz o original existente no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

O honrado visconde de Ouro Preto teve a bondade de aceitar o convite que lhe dirigiram os demais membros do Instituto, residentes no Rio de Janeiro, para que fizesse na sessão de hoje uma conferência sobre a batalha do Riachuelo.

Ninguém mais competente para tratar do assunto do que o ministro que com tanto brilho soube dirigir a nossa repartição da Marinha pouco depois daquele grande feito e em um dos períodos mais ativos e gloriosos da nossa vida nacional.

Ele nos dirá, decerto, que, se o adversário que nos provocou à guerra nos encontrou desprevenidos de recursos militares suficientes, nas duas fronteiras que invadiu, pôde, entretanto, sentir, em Riachuelo, desde o início das suas operações ofensivas, que tínhamos uma Marinha bem organizada, independente de qualquer preparo imediato ou de aquisições recentes, porque naquele tempo se compreendia, como agora de novo se compreende entre nós, que navios e marinheiros não se improvisam, e que uma nação, como a brasileira, com tão vasta extensão de costas e tão grandes rios internacionais, precisa de estar seriamente aparelhada para a pronta defesa das suas comunicações marítimas e fluviais, dos seus portos e comércio (*apoiados gerais*).

Um dos mais provectos estadistas argentinos, o general Roca, referindo-se, não há muito, ao Brasil, usou da expressão: "Nossos pacíficos vizinhos do norte." E com razão e perfeito conhecimento da história e da nossa índole nos qualificou assim.

Somos, na verdade, um povo que tem dado inequívocas provas do seu amor à paz e da sua longanimidade para com os mais fracos (*apoiados*). Desde que nos constituímos em nação independente, esforçamo-nos sempre por viver na melhor harmonia com os demais países, particularmente com os que nos são limítrofes. Desejamos muito sinceramente que todos eles prosperem, se engrandeçam e nos estimulem pelos bons exemplos que nos possam dar a prosseguir com firmeza e serenidade no caminho de todos os progressos morais e materiais. Anelamos merecer o afeto, não a desconfiança ou o terror dos nossos vizinhos (*muito bem, muito bem*).

Se hoje procuramos, com mais método e atividade, melhorar as condições em que alguns anos de agitações políticas e consequentes descuidos colocaram o nosso Exército e a nossa Armada, não é porque alimentamos planos de agressão ou de ambiciosa e indébita influência sobre os destinos de outros povos.

É unicamente porque sentimos a necessidade, que todas as nações previdentes e pundonorosas sentem, de estar preparadas para a pronta defesa de seu território, dos seus direitos e da sua honra, contra possíveis provocações e afrontas (*apoiados gerais*).

Tivéssemos nós, como caluniosamente propalam gratuitos inimigos nossos, planos insensatos de ataque contra países vizinhos, e as encomendas que ultimamente fizemos não seriam de navios só capazes de operar no alto-mar ou ao longo do nosso dilatado litoral (*apoiados gerais, muito bem*).

Mas não devo alongar-me sobre assunto do presente, quando a sessão de hoje é consagrada a feitos do passado, a Barroso e aos seus companheiros de glória, entre os quais, pela intrepidez que ostentaram, manda a justiça que sejam compreendidos também os nossos adversários na jornada de Riachuelo.

Todo este seleto auditório tem pressa em ouvir o ilustre estadista que, deixando por momento o digno e nobre recolhimento em que vive há anos (*muito bem*), quis dar-nos, neste Instituto, que se orgulha de o contar em seu seio, mais uma prova do entranhado amor que consagra à pátria e à Marinha brasileira.

Tem a palavra o senhor visconde de Ouro Preto (*palmas, muito bem, muito bem*).

AOS JOGADORES DE FUTEBOL
ARGENTINOS

Discurso pronunciado em 12 de julho de 1908, no Palácio Itamaraty, por ocasião do almoço oferecido aos jogadores de futebol argentinos. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

É com o maior contentamento que vejo reunidos nesta mesa alguns dos mais distintos membros da sociedade portenha, cavalheiros estimáveis e damas e senhoritas que nos vieram trazer o encanto da sua graça e beleza, ao lado do digno ministro da República Argentina e dos jovens representantes da brilhante turma de jogadores de futebol que, a convite dos nossos, veio mostrar à mocidade brasileira quanto no país vizinho se tem desenvolvido e aperfeiçoado, ao mesmo tempo que outros, esse utilíssimo esporte.

São esses moços vigorosos, calmos, ágeis e bem-adestrados os heróis do dia, os que festejamos todos, argentinos e brasileiros, desejando que os do Brasil, pelo exercício metódico e persistente, os possam igualar um dia.

Se algum pedido me é lícito nesta ocasião formular aos nossos caros hóspedes, peço-lhes que de regresso à sua pátria digam francamente o que, penso, terão podido observar e sentir desde os primeiros dias da sua permanência entre nós, isto é, que contrariamente ao que supõem e por vezes têm apregoado alguns dos seus jornalistas mal informados, este país é habitado por um povo pacífico, sinceramente amigo dos povos vizinhos; e que todos aqui desejamos ardentemente que a República Argentina inteira tenha confiança na nossa leal amizade e a ela corresponda com a mesma cordialidade com que lhe desejamos sempre todas as prosperidades e todas as glórias da paz.

Convido os meus compatriotas aqui presentes a me acompanharem no brinde que levanto aos nossos hóspedes e à República Argentina.

AO DOUTOR ANTÔNIO BATISTA PEREIRA
E À DONA MARIA ADÉLIA RUI BARBOSA

Discurso pronunciado em 15 de julho de 1908 na residência do conselheiro Rui Barbosa. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Valendo-me da precedência que, entre as testemunhas do casamento há pouco celebrado, a velhice me dá, levanto-me para saudar os noivos e agradecer à minha boa amiguinha dona Adélia, como já o fiz em carta, a distinção que me conferiu e a oportunidade que lhe aprouve dar-me, com o consentimento paterno, de me poder associar publicamente a alegria e as esperanças do jovem casal e das duas famílias que hoje se aliam.

Há 20 anos, quando eu era ainda no estrangeiro um ignorado estudante das coisas pátrias e propagandista humilde e muitas vezes anônimo dos progressos da nossa terra e dos feitos honrosos dos nossos compatriotas, foi o conselheiro Rui Barbosa quem, no seu jornal, e com o seu brilho costumado, chamou a atenção para esses meus pobres trabalhos e tornou conhecida entre nós a minha dedicação. Depois, recebi dele outros testemunhos da sua grande bondade para comigo, bondade que o fez exagerar e exaltar serviços que circunstâncias felizes me permitiram, ainda no estrangeiro, prestar à nossa pátria. Desde esses tempos, que já vão longe, diz-me a consciência que não tenho perdido ensejo de lhe manifestar o meu vivo reconhecimento e de procurar cultivar lealmente uma amizade que me é preciosa e que, estou certo, as agitações da política interna, a que me conservo estranho, nunca poderão abalar ou enfraquecer.

Essa amizade eu a estendo a toda a sua casa, a seus queridos filhos que prezo como os meus próprios, ao seu novo filho, moço de talento e de coração, a quem devo provas de afeto mesmo antes de haver tido a fortuna de o conhecer pessoalmente. É, pois, com o mais íntimo prazer que levanto este brinde aos noivos e com a maior sinceridade que lhes desejo todas as bênçãos do céu e todas as possíveis venturas da nova vida que hoje encetam.

Ao doutor Antônio Batista Pereira e à sua digna esposa!

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
IV

Discurso pronunciado em 21 de outubro de 1908 na sessão magna comemorativa do 70º aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXI, parte II, p. 590. O original, incompleto, encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Celebrando hoje o 70º aniversário da fundação do nosso Instituto Histórico e Geográfico, podemos, nós os seus atuais membros, volver olhos satisfeitos para o caminho por ele perlustrado e, sem imodéstia, ter certa ufania dos resultados até hoje obtidos, porque o foram principalmente pela iniciativa e pelo perseverante labor dos nossos ilustres predecessores, que apenas procuramos imitar.

Não data dos nossos dias o favor público de que esta Casa se tem sabido cercar pela sua indefessa dedicação ao estudo da história pátria e do meio físico em que vivemos. Eu, que, pela ordem de antiguidade, sou o quinto dos atuais sócios deste Instituto, já o encontrei altamente considerado no país e no estrangeiro, graças ao estímulo e ao renome que lhe haviam dado São Leopoldo, Varnhagen, Porto Alegre, Macedo e tantos outros, assim como as animações constantes do seu augusto protetor, dom Pedro II, e às do antigo Parlamento brasileiro.

É justo reconhecer e proclamar nesta ocasião, e eu o faço com o maior prazer, que o mesmo benévolo apoio lhe hão continuado a dispensar sempre o Congresso Nacional e os chefes de Estado que no país se tem sucedido desde a proclamação da República.

O estudo da história nacional é ocupação das mais gratas e tão

absorvente para os que por ele se apaixonam, que, às vezes, uma vida inteira se passa – e disso há mais de um exemplo nesta Casa – em reunir elementos para trabalhos de conjunto, que nem sempre nos julgamos bastante preparados para empreender resolutamente ou cuja execução adiamos, seduzidos pelo desejo de novas, mais amplas e contínuas pesquisas. Mas, durante essa longa, prolixa e paciente preparação, em que as descobertas pessoais se multiplicam, enchendo de encanto o investigador, durante o minucioso inquérito a que procedemos sobre os nossos antecedentes sociais e políticos, vai-se formando em nós, primeiro obscuramente e, depois, com evidência e autoridade irrecusáveis, a convicção da grandeza dos nossos destinos no hemisfério americano.

Nenhuma recompensa cívica, nenhuma coroa de louros, nenhuma aclamação gloriosa vale esse resultado moral, que é a segurança de que o nosso patriotismo se objetiva dignamente. Diante do pessimismo irredutível dos que veem o mundo através das próprias irritações e tristezas, e mesmo nas horas escuras das nossas fadigas e desalentos pessoais, a confiança nos destinos do Brasil se apresenta como o melhor dos tônicos. Foi ela certamente a que nos amparou nos momentos difíceis com a energia que sempre pôde vencer vaticínios sinistros e infundados, nascidos somente de fatos de passageira realidade.

O povo brasileiro ainda não completou o primeiro século da sua vida emancipada, mas os 300 anos do período colonial no Brasil não foram perdidos para a formação desta nacionalidade, cujo caráter se afirmava desde o princípio em feitos de intrepidez e ações de lealdade. Valor e lealdade são qualidades nobres. Um povo que mostra em profusão na sua história exemplos de tais virtudes bem pode merecer confiança nos momentos difíceis das suas crises internas ou internacionais.

Somos da raça dos descobridores não destruidores, dos que ensinaram os caminhos marítimos para as terras desconhecidas e não semearam nessas terras o ódio à civilização europeia, mal representada por ferozes conquistadores. De um povo corajoso e bom, tudo se pode esperar em grandeza humana, contanto que se mantenha nele a tradição do respeito aos nobres exemplos de seu passado, assim como a do culto do direito e da disciplina cívica.

Passo agora a palavra ao nosso infatigável e tão competente

secretário perpétuo.* Ele vos dará, em breves momentos, notícia dos trabalhos deste ano, em que o Instituto se associou cordialmente aos poderes públicos na comemoração do primeiro centenário do encerramento da época colonial no Brasil, ao mesmo tempo centenário do estabelecimento de um segundo e grande Estado soberano no continente da América. Ele lembrará também os nomes dos novos consócios que vieram completar e, pelos seus distintos méritos, fortalecer a nossa companhia, trazendo-lhe mais esperança e mais vida. E o digno orador do Instituto **cumprirá, com o brilho a que nos habituou, o piedoso dever de falar dos nossos caros mortos deste ano, entre os quais se contam dois dos poucos presidentes honorários desta associação: Grover Cleveland, duas vezes presidente dos Estados Unidos da América, e el-rei dom Carlos I, de Portugal, ambos perenemente vivos na memória reconhecida dos brasileiros, por terem desempenhado a árdua missão de examinar e resolver importantes litígios internacionais em que o Brasil foi parte.

Está aberta a sessão (*palmas prolongadas*).

* Max Fleiuss.

** Conde de Afonso Celso.

MANIFESTAÇÃO POPULAR NO
DIA 20 DE ABRIL DE 1909

Discurso pronunciado em 20 de abril de 1909, no Palácio Itamaraty, quando da homenagem que lhe prestaram por motivo do seu 64º aniversário natalício. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Excedem tudo quanto eu podia esperar as demonstrações de estima com que me distinguem e exaltam hoje os meus compatriotas, sem distinção de grupos políticos ou classes sociais, e tantos estrangeiros que aqui trabalham conosco pelo progresso do Brasil. Só um sentimento geral de simpatia e generosa benevolência para comigo pode explicar a espontaneidade com que vejo ainda uma vez exagerados os meus fracos méritos e os serviços que circunstâncias felizes ou o apoio de brasileiros mais influentes me ocasionaram prestar a esta nossa terra.

Não me cabe outro merecimento além do de haver procurado trabalhar sempre e dedicadamente por ela; mas, no mesmo caso, de lhe haverem prestado serviços, se acham muitos outros brasileiros nossos contemporâneos.

Há 34 anos separei-me das lides da política interna, sem dúvida das mais belas e nobres quando só inspiradas pelo ideal da felicidade e grandeza da pátria. E afastei-me porque, ensaiando-me nelas obscuramente, pude logo verificar que me faltavam as aptidões e qualidades brilhantes que se requerem nos combatentes dos partidos políticos. Entreguei-me desde então ao serviço do país nas suas relações exteriores porque, ocupando-me, na serenidade do gabinete,

com assuntos ou causas incontestavelmente nacionais, eu me sentiria mais forte e poderia habilitar-me a merecer o concurso das animações de todos os meus concidadãos.

Não me arrependo da resolução que tomei na mocidade e, sem quebra, tenho mantido no posto em que sucessivamente me colocaram dois presidentes da República. Nesse cargo, afirmo não haver poupado esforços para corresponder à confiança em mim depositada, buscando realizar com perfeita fidelidade o pensamento político e as instruções de tão beneméritos estadistas. O que hei conseguido fazer de bom é de justiça atribuir principalmente a eles, sem cuja vontade e direção eu nada poderia iniciar ou executar.

E, em política internacional, o pensamento desses dois dignos presidentes, como o de todos os governos que nos últimos 80 anos se tem sucedido neste país, não variou nunca. Todos eles se empenharam, como o governo atual, em procurar fortalecer cada vez mais os nossos vínculos de amizade com os outros povos cultos.

Se a paz é uma condição essencial ao desenvolvimento dos povos, mais ainda devem sentir-lhe a necessidade as nações novas como as do nosso continente sul-americano, que precisam crescer e prosperar rapidamente.

Entre as da América Latina, são de todo injustificáveis as ambições e rivalidades de influência e predomínio. Todos estes países têm muito que fazer ainda para povoar os seus sertões e aproveitar as grandes riquezas naturais que eles encerram. Quando, pelo trabalho de anos, e muitos anos, pela nobre e fecunda emulação no caminho de todos os progressos morais e materiais, tiverem conseguido igualar em poder e riqueza a nossa grande irmã do norte e as mais adiantadas nações da Europa, terá chegado então a oportunidade de pensarem, algum ou alguns deles, em entregar-se à loucura das hegemonias ou ao delírio das grandezas pela prepotência; mas estou persuadido de que o nosso Brasil do futuro há de continuar invariavelmente a confiar, acima de tudo, na força do direito e do bom-senso e, como hoje, pela sua cordura, desinteresse e amor à justiça, procurar merecer a consideração e o afeto de todos os povos vizinhos, em cuja vida interna se absterá sempre de intervir.

Mais de uma vez hei assegurado que aqui no Brasil todos os homens dirigentes e, em geral, todos os brasileiros, mui sinceramente

desejam para os países nossos confinantes tudo quanto de favorável desejamos para a nossa própria pátria. A influência tanto dos bons quanto dos maus exemplos faz-se sentir, não raro, mais ou menos, em todas as províncias da humanidade, e o que convencidamente queremos, e devemos querer, é que os povos com quem vivemos mais em contato sejam felizes e prósperos, porque tal situação traz necessariamente a predominância dos sentimentos pacíficos e conservadores e porque o espetáculo dos seus progressos só poderá estimular o nosso patriotismo e gênio empreendedor.

Exprimindo-me assim, tenho a certeza de ser intérprete fiel dos sentimentos que animam o primeiro magistrado desta República, o Congresso Nacional e toda a nação brasileira.

E peço licença para terminar, meus senhores, agradecendo mui cordialmente a todos vós, nacionais e estrangeiros, a grande e imerecida honra que tão liberalmente me fazeis neste dia. Ela mais me obrigará nos anos que ainda me restam de vida, e não podem ser muitos, a consagrar-me inteiro, de alma e coração, à terra do meu nascimento e à grande causa da confraternidade internacional.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
V

Discurso pronunciado em 6 de maio de 1909, em agradecimento à homenagem que lhe foi prestada pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXII, parte II (1909), p. 338. O original, incompleto, encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Grande é a nova honra que me faz hoje o Instituto, honra realçada pelo fato de haver escolhido para intérprete dos seus sentimentos o brilhante orador e acadêmico que acabamos de ouvir, * digno êmulo do que usualmente abrilhanta as nossas festas, na nobreza de caráter, na sinceridade de convicções e no talento de bem as exprimir.

Desta vez, porém, a benevolência para comigo do ilustre órgão do Instituto, benevolência de que tive a inesquecível prova ao ler longe da pátria as palavras que proferira na Câmara dos Deputados, em 1º de dezembro de 1900, levou-o a encarecer por demais os meus serviços e qualidades.

Nunca aspirei senão a servir modesta e obscuramente a nossa terra, como a servi durante muito tempo na mocidade e mesmo no vigor dos anos, vivendo quase no isolamento, na solidão do meu gabinete de trabalho. Não me sentia feito para as posições de realce, para as lutas da vida pública, e só desejava que de mim se pudesse dizer um dia, neste recinto, que amei a minha terra, e como de meu pai, quando ele desapareceu, foi dito da tribuna do Senado, que

* Alexandre Barbosa Lima.

nunca abriguei contra ninguém, no meu coração, uma partícula de malquerença ou ódio.

Instado para ocupar o posto em que me acho, só o aceitei a contragosto, após longa e respeitosa resistência, porque ia interromper trabalhos de minha predileção e para que os nossos compatriotas de todos os partidos, que me haviam enchido de distinções e honras, me não tomassem por um ingrato egoísta, só desejoso de posições, mais ou menos cômodas, no estrangeiro.

Alguns me receberam com desconfiança, acreditando-me um ambicioso de grandezas e um partidário de soluções violentas nos pleitos internacionais com os mais fracos.

O meu passado já então protestava contra tais suposições. Creio poder afirmar hoje que estes quase sete anos passados, como membro do governo, inteiramente estranho às competições da política interna, e todo consagrado à da concórdia internacional e às soluções amigáveis das nossas divergências ocasionais com os demais povos, puseram bem a claro os verdadeiros sentimentos pacifistas que sempre me animaram. E folgo em ver que todos me fazem hoje justiça neste particular.

Alegra-me sobremodo ver que o ilustre parlamentar, nosso consócio, aplaude, como eu esperava, as palavras da recente mensagem presidencial no tocante à concessão que o governo promove em favor de uma das nações nossas vizinhas. Essa concessão, que a equidade e a justiça reclamam, só poderá ser feita com o consentimento dos dignos representantes da nação no Congresso Federal. E estou firmemente convencido de que ao projetado acordo entre o Brasil e a República Oriental não faltará essa indispensável sanção.

Há muito que, nos conselhos do governo, esse ato, que concorrerá para mais engrandecer o nome do Brasil no estrangeiro, estava resolvido. Por motivos de delicadeza política, demoramo-lo bastante; mas não podíamos esperar, indefinidamente, que melhor oportunidade se oferecesse, e a melhor que se nos deparou foi a ocasião solene em que o primeiro magistrado da República se dirige anualmente aos representantes do povo reunidos em câmaras.

Não houve da nossa parte o mínimo pensamento de melindrar nenhum outro governo ou de influir sobre a solução de alguma outra questão pendente. Quando o governo brasileiro deliberou, há anos, submeter, em tempo, esse projeto à decisão soberana do Congresso

Nacional, nenhuma questão sobre jurisdição em águas fluviais tinha surgido em parte alguma do mundo.

Todos reconheciam, nos ribeirinhos, o condomínio nas águas dos rios e lagos lindeiros, salvo quando tratados solenes estabeleciam o regime de exceção, como o que ainda temos na lagoa Mirim e no rio Jaguarão.

Se desejamos remover a exceção, que não e para o nosso tempo, nem para o nosso continente, não é com a ideia de merecer agradecimentos e conquistar a gratidão dos nossos amigos do Uruguai. O sentimento da gratidão raros homens o possuem e mais raro ainda ou menos duradouro é ele nas coletividades humanas que se chamam nações. Isto nos ensina eloquentemente a história da sempre tão limpa e generosa política internacional do Brasil, país que, na frase de um ilustre estadista argentino, já foi libertador de povos oprimidos.

Se queremos hoje corrigir uma parte da nossa fronteira meridional em proveito de um povo vizinho e amigo, é principalmente porque esse testemunho do nosso amor ao direito fica bem ao Brasil e é uma ação digna do povo brasileiro.

Agradeço ao Instituto a honra de fazer colocar nesta sala mais uma efígie minha, obra de um jovem artista de talento que tão obsequiosamente no-la, ofereceu; agradeço ao nosso primeiro secretário perpétuo* e ao orador do Instituto, ** neste dia, as palavras de bondade com que me distinguiram (*prolongada salva de palmas*).

---

* Max Fleiuss.

** Conde de Afonso Celso.

A ANATOLE FRANCE

Discurso pronunciado em 17 de maio de 1909, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido a *Anatole France*. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhores,

Impedido, ainda há pouco, para meu grande pesar, de tomar parte da recepção feita pela Academia Brasileira ao nosso hóspede de algumas horas, estou contente de poder saudá-lo agora nesta Casa, onde, como no Quai d'Orsay,* trabalha-se incessantemente pela grande causa da paz e da confraternização entre os povos.

O Brasil teve a honra de receber, repetidamente, desde o começo do século passado,** o testemunho de simpatia e dos encorajamentos benevolentes da parte de um grande número de franceses que o visitaram. Ferdinand Denis, Saint-Hilaire, Horace Say, Charles Ribeyrolles, Elisée Reclus e, recentemente, o senhor Paul Doumer e o sábio Charles Richet mostraram-se todos amigos convencidos do Brasil, tendo podido verificar a influência que o gênio francês exerce e sempre exerceu sobre esta nação ainda jovem. O próprio Victor Hugo se dignou nos dirigir, desde Guernesey, belas palavras à nação brasileira, que foram relembradas por ocasião da festa que Jules Simon, Schoelcher, o senhor Hanotaux e outros franceses organizaram em Paris por motivo

* O Ministério dos Negócios Estrangeiros da França. (N.E.)
** O século XIX. (N.E.)

da nossa grande reforma social de 1888.

Todos desejávamos que, entre nossos amigos, pudéssemos contar também com um escritor admirável, o verdadeiro filósofo e o brilhante estilista que nossa jovem Academia teve a honra de receber hoje, e, saudando-o em nome dos meus compatriotas aqui presentes, saúdo, ao mesmo tempo, a França, que todos consideramos como nossa pátria intelectual.

TRATADO DA LAGOA MIRIM

Discurso pronunciado em 25 de maio de 1909, no Palácio Itamaraty, em agradecimento à manifestação dos estudantes das escolas superiores do Rio de Janeiro pela decisão oficializada pelo Presidente Afonso Pena, em sua mensagem ao Congresso (03/05/1909) de negociação com o Uruguai o Tratado sobre o condomínio da Lagoa Mirim e o rio Jaguarão. Publicado no *Jornal do Commercio* de 26 de maio de 1909.

Meus senhores e jovens amigos,

É nobre e em tudo digno da mocidade das escolas desta grande capital o movimento que a levou a querer manifestar hoje o seu regozijo pelo ato de desinteresse e sincera amizade que o presidente da República e o Congresso Nacional se dispõem a praticar brevemente em benefício de um povo vizinho.

As palavras da recente mensagem presidencial, anunciando a resolução, que é objeto de vosso aplauso, encontraram eco simpático em toda a extensão do nosso continente, motivando na República Oriental do Uruguai entusiásticas demonstrações de afeto e reconhecimento que alguma coisa de proveitoso hão de, sem dúvida, deixar para a consolidação das amistosas relações entre os dois países.

Era natural e justo que vós, representantes do novo Brasil, destinados a conhecer e dirigir o Brasil do futuro, era natural e justo que procurásseis corresponder, como ides corresponder, neste dia, que é dos maiores na história da América, a essas demonstrações fraternais, saudando a nobre nação uruguaia na pessoa do seu digno ministro no Brasil.

Mas, para provar e aplaudir o ato que o Brasil vai agora praticar, abandonando em parte o direito que uma posse semissecular lhe dava

sobre as águas do rio Jaguarão e da lagoa Mirim, direito que o outro ribeirinho, em troca do nosso concurso na defesa da sua independência ameaçada, reconheceu solenemente nos Tratados de 1851 e 1852, não é necessário cometer a injustiça de condenar os grandes estadistas brasileiros negociadores daqueles tratados. Não devemos julgar os fatos de um passado remoto com o critério por que nos dirigimos nos nossos dias. As circunstâncias daquele tempo eram muito diferentes das de hoje naqueles confins e plenamente explicavam as medidas de precaução que pareceu indispensável manter então. Devemos ter presente que os negociadores de 1851 foram seriamente acusados entre nós de excessiva generosidade, como consta nas discussões do tempo, pelos que entendiam ter o Brasil direito a uma faixa de terreno sobre a margem ocidental da lagoa Mirim e ao território situado entre os rios Arapeí e Quaraí.

Se Paulino de Sousa, Carneiro Leão e Limpo de Abreu tivessem podido viver até as proximidades da nossa época, estou persuadido de que já teriam promovido, com íntima satisfação e melhor êxito, a retificação de fronteiras que agora se vai fazer, e que não foi realizada mais cedo somente porque as nossas rivalidades e lutas intestinas não permitiram que, durante quase 15 anos, nos pudéssemos ocupar com a devida atenção aos grandes problemas da política exterior.

Vencida, como espero que vá ser agora, sem oposição alguma, esta campanha pacífica em prol de um princípio geralmente aceito, o Brasil, na Conferência Americana que se há de reunir em 1910 nesta cidade para a Codificação do Direito Internacional, poderá apresentar-se contente consigo mesmo e com a segurança e superioridade igual a que mostrou na recente Conferência da Haia, onde soube defender outra grande causa, apoiado por quase todas as nações da América e várias outras da Europa.

Meus senhores e jovens amigos, agradeço em nome do honrado presidente da República e do seu governo, e por mim mesmo agradeço mui calorosamente a preciosa colaboração que nos trouxestes para que o projeto anunciado tão solenemente possa realizar-se, para honra da nossa terra, com o apoio geral da opinião brasileira e com o voto unânime dos seus dignos representantes no Congresso Nacional.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
VI

Discurso pronunciado na sessão de 30 de junho de 1909. Publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXII, parte II (1909), p. 347. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Depois da nossa última sessão, sobreveio, como sabeis, fatal acontecimento que, enlutando a nação inteira, repercutiu dolorosamente no seio deste Instituto.

A morte tão imprevista do doutor Afonso Pena representa para nós, ao mesmo tempo, a perda lamentada de um chefe de Estado, que contará sempre entre os que mais dignamente houverem ocupado tão alto e difícil posto, e a de um presidente honorário do Instituto, cujos trabalhos ele acompanhava com particular interesse e simpatia.

O que esta Casa lhe deve, cada um de nós o sabe e guardará sempre na memória agradecida. Mais considerável, porém, é o seu haver no balanço da vida nacional em que, por mais de três décadas e em vários ramos e posições na administração e na política, ele exerceu sua infatigável atividade de cidadão e homem público, cordial e honestamente consagrado aos interesses da terra do seu nascimento. Caiu no seu posto de trabalho e de honra, surpreendido pela morte, quase fulminado por ela, mas cheio de serenidade e fortaleza de ânimo, repetindo a divisa "Deus, Pátria e Liberdade" do antigo Ateneu Paulistano, onde na mocidade se ensaiara nos torneios da inteligência.

Como às vezes sucede ao varão justo, pôde ele ter nos seus últimos momentos um desses relances supremos da consciência que abrangem e resumem uma vida inteira e que permitem que os que se vão deste mundo possam recapitular toda a sua obra e partir satisfeitos consigo mesmos.

A nós não cabe, com repouso e inteira isenção de ânimo, apreciar agora a sua vasta e fecunda obra, que, para a história, este recinto requer maior recuo no passado. Há, porém, na vida do ilustre estadista traços de caráter e atos de política que desde logo podemos assinalar e que já foram apontados ao reconhecimento dos nossos compatrícios. A dedicação e a energia com que serviu sempre à nação provinham nele do mais acendrado patriotismo. Não tinha falhas o seu amor ao Brasil, nem desmaio algum o invencível otimismo que desse sentimento resultava. É por isso que o seu tempo de governo presidencial na República, demasiado breve para o que ele se propunha fazer, mas suficiente para a nossa mui sentida saudade, pode ser considerado como um dos mais proveitosos para o progresso material da nossa terra e seu desenvolvimento econômico, em todas as suas múltiplas consequências sociais e políticas.

Todos os que o conhecemos de perto, amigos e colaboradores que ele escolhera para a tarefa de bem encaminhar o futuro nacional, todos fomos tocados por esse entusiasmo vivaz, por esse nobre e generoso alento de um coração juvenil, como a própria esperança.

O presidente Afonso Pena tinha sido deputado ao Parlamento brasileiro, presidente de província, ministro da Guerra e ministro da Agricultura, no passado regime; presidente do estado de Minas Gerais, lente e diretor de uma faculdade de Direito, presidente do Banco do Brasil e vice-presidente da República no regime atual; conhecia teórica e praticamente a administração e a legislação no Império Parlamentar e na República Presidencial. Percorrera todo o país, inspecionando-o previdentemente, para inteirar-se das suas necessidades mais urgentes, antes de vir assumir a magistratura suprema da República a que o elevara o voto unânime dos seus cidadãos. Tinha, pois, a preparação necessária para formar um grande programa de governo e tinha incontestável capacidade para iniciar e promover a sua realização dentro do quatriênio que lhe fora designado pela vontade popular, de acordo com a nossa lei constitucional.

Não lhe coube preencher este período governativo; mas o forte impulso aplicado por ele à construção dos nossos caminhos de ferro

de penetração, que em menos de um ano vão pôr o Rio de Janeiro em comunicação direta com o extremo oeste, com o extremo sul do Brasil e com vários pontos remotos dos nossos estados interiores, desenvolvendo assim o comércio, criando novos e fortalecendo antigos vínculos de união nacional, e o grande cuidado com que prosseguiu na execução do liberal programa da anterior presidência, bastariam para conferir-lhe a benemerência entre nós, se lhe não fôssemos devedores de outros serviços de tanta ou superior valia. Foram esses, no exterior, a nobre atitude que o Brasil pôde assumir na II Conferência Internacional da Paz na Haia, pelo órgão do seu grande embaixador, elevando o nosso bom-nome na estima e no respeito de todo o mundo civilizado; e, no interior, o inteligente e enérgico esforço que fez para a restauração dos nossos meios de defesa nacional, em terra e no mar, descuidados durante largos anos e quase inteiramente destruídos pelas nossas dissensões e lutas civis. Do prosseguimento, nas mesmas linhas, desta sábia, previdente e digna política, que, virilizando a nação, sem espírito nenhum agressivo, lhe dá a tranquilidade e confiança cordial que sói faltar aos fracos diante dos fortes; da aquisição gradual e avisada dos elementos de sanção da soberania de um povo depende, grandemente, o seu progresso material e moral. Assim o tinha compreendido o presidente Pena, no empenho patriótico de também imprimir ao direito e à honra dos brasileiros a força material que lhes pudesse valer em qualquer súbita e grave emergência da vida internacional.

O Brasil inteiro, que igualmente o acompanhou nesse empenho, fez-lhe a justiça de acreditar na pureza das suas intenções, e viu nele um verdadeiro estadista desejoso de assegurar-nos a paz, de que tanto precisamos e precisam todos os povos.

Esta Casa, onde se guardam e zelam os anais pátrios, deve um voto de afeto e gratidão à memória de quem tanto contribuiu para que neles se não escrevam em nosso tempo páginas ingratas, das que registram humilhações e falências, como sementeira de ódios e de vinditas entre as nações.

Peço que, com esta intenção piedosa, levantemos a sessão em homenagem ao ilustre e benemérito presidente que perdemos (*muito bem, muito bem*).

A SÁENZ PEÑA I

Discurso pronunciado originalmente em espanhol em 7 de agosto de 1909, no Palácio Itamaraty, por ocasião do almoço oferecido ao *doutor Roque Sáenz Peña*, de passagem para a Europa.

Senhor doutor Roque Sáenz Peña,

É para mim motivo de especial satisfação a honra que temos de ver hoje nesta Casa um dos mais ilustres estadistas, jurisconsultos e diplomatas da República vizinha, à qual nos unem, há mais de meio século, vínculos de amizade de que estamos, no Brasil, muito persuadidos ser do interesse de ambos os povos buscar fortalecer cada dia mais.

Que é um empenho tradicional e muito formal do governo brasileiro, sempre desejoso de merecer a estima e a confiança de todos os povos e, particularmente, dos povos vizinhos, posso assegurá-lo de novo e do modo mais formal e expressivo neste momento.

Muito certo por seus antecedentes e declarações solenes de que nosso hóspede de hoje é um partidário sincero da política de concórdia internacional tão necessária para todos os países e, particularmente, para o desenvolvimento dos países americanos, levanto meu copo para saudar o ilustre prócer argentino. Saudando-o, saúdo ao mesmo tempo e muito cordialmente a nobre nação argentina, em cujo seio o Brasil tem a fortuna de possuir tantos amigos caros.

NO 13º REGIMENTO DE CAVALARIA

Discurso proferido em 9 de outubro de 1909, por ocasião do almoço oferecido ao Barão do Rio Branco no quartel do 13º Regimento de Cavalaria. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Há muito conheço as simpatias com que me favorecem os nossos militares de terra e mar, penhorando assim o meu reconhecimento. Mas a minha simpatia, o meu verdadeiro afeto por eles é muito antigo, pois vem dos tempos já muito remotos da minha primeira mocidade. Desde os bancos do antigo colégio Pedro II que comecei a interessar-me pelas nossas glórias militares conquistadas na defesa dos direitos e da honra da antiga mãe-pátria e suas possessões nesta parte do mundo, e, depois na defesa da dignidade e dos direitos do Brasil na sua vida independente. O primeiro trabalho histórico que publiquei foi a narrativa da vida de um dos nossos heróis morto em 1826 no seu posto de combate. Os outros que dei à imprensa no meu tempo de estudante de Direito tiveram todos por assunto episódios desconhecidos ou mal conhecidos do nosso passado militar. E assim continuei quando deputado e jornalista, ocupando-me mais de investigações e trabalhos históricos que da política interna para a qual nunca senti grande atração.

Tive a fortuna de conhecer de perto muitos dos nossos generais mais ilustres: Caxias, Porto Alegre, Osório, Barroso, Inhaúma e outros, e de todos tenho a fortuna de guardar apontamentos preciosos e provas escritas do seu afeto e da sua estima. Os sentimentos da minha mocidade para com o nosso Exército e a Marinha não se

arrefeceram nunca; antes, foram crescendo sempre, à medida que pude apreciar melhor a necessidade e a conveniência dessas instituições sem as quais, na posição que ocupa o Brasil neste continente, não se pode ter a prévia segurança da conservação da paz de que ele tanto precisa e de que precisam todos os povos.

A paz não depende somente da nossa vontade, dos nossos sentimentos de concórdia constantemente demonstrados em tantas ocasiões difíceis. Depende também e principalmente da vontade de numerosos vizinhos que nos cercam. E a história ensina que às vezes o poder pode cair nas mãos de insensatos, dominados pelo ódio e tocados do gênio do mal. Para que algum ou alguns dos nossos vizinhos se não anime a dirigir-nos afrontas, a ferir os nossos brios e os nossos direitos, é preciso que estejamos preparados para a imediata e eficaz repulsa, e para isso é necessário que estejamos aparelhados com todos os elementos necessários à defesa nacional, não só com o material, mas com uma força perfeitamente instruída e exercitada, contando com reservas numerosas que possam de pronto acudir às fileiras, reforçando os efetivos de paz e acudindo rapidamente, pelas vias de comunicações que felizmente estão sendo agora construídas, aos pontos ameaçados nas nossas fronteiras ou no nosso vastíssimo litoral.

Essa obra de organização da defesa nacional, por tantos anos descurada, está apenas iniciada. E é preciso que, com a máxima rapidez e energia, seja levada a cabo, para que possamos ficar tranquilos e seguros de que ninguém ousará vir perturbar nossos esforços no empenho de assegurar o adiantamento pacífico de todos os progressos morais e materiais de nossa terra.

Pude hoje com prazer apreciar os grandes resultados obtidos pelo esforço e patriotismo do digno comandante e da brilhante oficialidade deste regimento. E os meus votos são para que prossigam sempre no caminho seguro do dever militar e do amor à pátria e à sua bandeira. Meus senhores, levanto o meu copo em homenagem do 13º Regimento e em honra dos defensores da pátria brasileira em terra e no mar.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
VII

Discurso proferido em 21 de outubro de 1909 na sessão magna comemorativa do 71º aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vem publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXII (1909), p. 393. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano social que hoje se encerra, 71º da sua fundação, esforçou-se, quanto podia, para, honrando o seu passado, merecer a continuação do favor público que de tanto incentivo lhe tem sido sempre. Foram lidos em sessão vários trabalhos interessantes. A *Revista*, cuja publicação, por motivos independentes da nossa vontade, andava atrasada, ficou em dia, formando hoje uma preciosa coleção de 71 tomos, divididos em mais de cem volumes. Terminou-se o novo catálogo da nossa biblioteca, cada vez mais frequentada pelos estudiosos, cujo número tem avultado consideravelmente. Todos os serviços da secretaria e da biblioteca puderam ser executados com a mais perfeita regularidade e prontidão.

Como de costume, lerá hoje a exposição particularizada do trabalho anual do Instituto o nosso digno e zeloso secretário perpétuo;* e, logo após, virá o elogio histórico dos consócios que tivemos a desgraça de perder, magistralmente produzido pelo nosso eloquente orador,** com

---

* Max Fleiuss.

** Conde de Afonso Celso.

o talento e raras qualidades de coração que são já notórios e tanto nos habituamos a prezar e aplaudir.

Dentre os de que a morte privou a nossa companhia, contaram-se quatro sócios nacionais: o emérito parlamentar Gomes de Castro, uma das mais belas glórias da tribuna política neste país; o laborioso botânico e explorador de rios na Guiana Brasileira, Barbosa Rodrigues; o nosso presidente honorário Afonso Pena, a quem, em outra ocasião, neste mesmo recinto, pude prestar a mui sincera homenagem do meu reconhecimento e admiração de brasileiro; e, por fim, o festejado escritor, intrépido explorador do Alto Purus, Euclides da Cunha, que tanto prometia enriquecer ainda a nossa literatura, vitimado no vigor da idade, numa terrível tragédia, como homem de delicado pundonor que sempre foi, e cuja pureza de sentimentos e alto valor intelectual pude conhecer de perto nos breves anos de convivência, em que me coube a fortuna de tê-lo por companheiro de estudos, de trabalhos e de esperanças patrióticas.

Quatro sócios de provado merecimento vieram preencher as vagas abertas, e estamos persuadidos, nós os antigos nesta Casa, que, com a dedicação sempre vivaz nos novos, hão de contribuir poderosamente para dar ao nosso grêmio mais robustez e atividade.

Senhores, permiti-me consignar aqui um fato ocorrido durante o ano, com especial luzimento e grande proveito para o país, qual foi o I Congresso de Geografia do Brasil, promovido pela nossa irmã, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, preeminentemente dirigida pelo marquês de Paranaguá, nosso venerando presidente resignatário.

E creio não ser também descabido mencionar na presente circunstância a notícia, sem dúvida particularmente agradável para este Instituto Histórico e Geográfico, notícia divulgada há pouco mais de um mês, de que mui provavelmente, antes do fim do corrente ano, ficarão determinadas todas as fronteiras do Brasil, se, como é de esperar, os ajustes assinados e por assinar merecerem, no nosso e nos outros países interessados, a aprovação dos poderes competentes.

Entre esses atos, um haverá que, não tendo precedente na história, pela sua espontaneidade e grandeza, mais ainda há de elevar o bom-nome da nação brasileira no conceito universal, ato esse, que, por antecipação, o Instituto já sancionou com a sua autoridade incontestável, fazendo, por votação unânime, inserir em uma das

suas atas a promessa solenemente feita a tal respeito na mensagem presidencial de 3 de maio último.

Quando estiver de todo estabelecida, sem mais contestação possível, a nossa dilatada divisa territorial, desde a bacia do Amazonas até Quaraí e lagoa Mirim, ficaremos com mais liberdade para levar por diante, tão energicamente como convém, a magna e urgente empresa do povoamento dos nossos sertões, e, desassombrados das complicações e perigos que por vezes nos trouxeram as antigas e irritantes questões de fronteiras, poderemos, com mais facilidade e melhor sucesso, prosseguir no nosso constante e firme propósito de estreitar, cada vez mais, relações de amizade e boa vizinhança com as numerosas nações que nos cercam.

O resultado a que vamos assim chegar é obra de várias gerações. Foi primeiro aqui, no recinto do nosso Instituto, desde 1839, graças aos trabalhos dos seus mais ilustres membros, como o visconde de São Leopoldo, o visconde de Porto Seguro, o barão da Ponte Ribeiro, o doutor Joaquim Caetano da Silva, e foi também no antigo Conselho de Estado do Império, ou no retiro dos seus gabinetes de trabalho, que os viscondes do Uruguai, de Sepetiba, de Maranguape e do Rio Branco, o marquês de São Vicente e outros estadistas ilustres procuraram, como aqueles seus predecessores, apurar cuidadosamente os nossos títulos de propriedade e conseguiram assentar sobre base sólida, escolhida, antes de 1750, pelo nosso grande Alexandre de Gusmão, a defesa dos direitos do Brasil, criados pelo gênio empreendedor dos nossos antepassados.

Para que esses direitos pudessem prevalecer era, porém, indispensável que muitos outros esforços se produzissem sucessivamente e que a ação lenta do tempo fosse conseguindo moderar e reduzir as pretensões dos nossos contendores de boa-fé, chamando-os à calma e à reflexão e quebrando, pouco a pouco, as intransigências do primeiro e largo período das negociações por vezes entabuladas. Durante essas transações, então como agora, o governo brasileiro mostrou sempre o mais franco espírito de conciliação e liberalidade, em que pese aos nossos incorrigíveis difamadores no estrangeiro, que sempre assentaram as suas infundadas acusações sobre um pacto da época colonial, o qual conhecidos acontecimentos haviam tornado perfeitamente inválido.

Tenho, portanto, o mais vivo prazer em relembrar neste momento os nomes daqueles nossos beneméritos consócios e ainda – para só falar

nos mortos – os do barão de Japurá, barão de Cotegipe, Lopes Neto, Nascentes de Azambuja, Cândido Mendes de Almeida e visconde de Cabo Frio, que todos foram colaboradores da laboriosa tarefa prestes a chegar ao seu termo, e todos fizeram parte do nosso Instituto.

Senhor presidente da República,[***] como quase todos os chefes de Estado que tem tido o Brasil, desde o imperador dom Pedro II, de saudosa memória, dignou-se vossa excelência de honrar com a sua presença a nossa tradicional festa aniversária e, como todos eles, sem exceção, não quis deixar de favorecer esta já antiga e útil instituição com o poderoso auxílio das suas patrióticas animações e inteligente amparo.

Em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no meu nome e no de todos os meus colegas, apresento a vossa excelência os nossos mais respeitosos agradecimentos por tão elevada honra e distinção.

Está aberta a sessão (*palmas prolongadas*).

[***] Nilo Peçanha.

A WILLIAM J. BRYAN

Discurso pronunciado originalmente em inglês, em 17 de março de 1910, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido a William Jennings Bryan. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Mr. Bryan,

Este país que estais visitando, e onde sentimos que seja tão rápida a vossa passagem, deve ser contado neste nosso continente como o mais antigo e certamente como um dos mais constantes e leais amigos dos Estados Unidos da América.

Desde 1787, quando ministro em França, Thomas Jefferson teve provas da influência que o estabelecimento do governo popular nos Estados Unidos da América começava a exercer no ânimo dos brasileiros. Os primeiros planos para a revolução da independência do Brasil, inspirados no exemplo dos Estados Unidos, foram aqui descobertos em 1789 e deram lugar a prontas e enérgicas medidas de repressão.

Os acontecimentos da Europa fizeram com que, pacificamente, se encerrasse, em 1808, a época colonial no Brasil. Desde então começaram as relações comerciais e políticas entre os dois países. Estabeleceu-se pouco depois uma legação norte-americana no Rio de Janeiro, e em 1822 o reino do Brasil separou-se do de Portugal. O Brasil passou a ser um Império Constitucional, procurando os que o fundaram e o mantiveram, até 1889, imitar, com uma organização democrática, o governo parlamentar da Inglaterra. Mesmo durante

esse período, depois das reformas de 1834, tivemos um começo de federação modelada pelas que ainda existem em certas possessões britânicas.

Apesar da diferença na forma do governo, o Império Constitucional e parlamentar que tivemos considerou-se sempre uma potência verdadeiramente americana e procurou manter as melhores relações com as Repúblicas do continente e mui particularmente com os Estados Unidos da América. O primeiro país que aderiu à doutrina de Monroe foi o Brasil, pois nesse sentido o governo imperial passou instruções à sua legação em Washington, em 23 de janeiro de 1824.

Mas a influência do rápido e maravilhoso progresso de vossa pátria continuou a fazer-se sentir no Brasil, e a admiração dos brasileiros pela grande República do norte foi crescendo sempre. A revolução de 1889 criou os Estados Unidos do Brasil, e a nova República organizou-se com uma Constituição quase inteiramente copiada das vossas leis constitucionais.

Era natural que a política de aproximação com os Estados Unidos da América, observada pelo governo brasileiro desde os primeiros dias da independência deste país, se acentuasse ainda mais depois da Proclamação da República. E assim sucedeu.

O Brasil tem tido a boa fortuna, que muito aprecia, de manter as mais cordiais relações com os Estados Unidos da América, desde dom Pedro I e José Bonifácio de Andrada até hoje, desde James Monroe até ao vosso amigo político Grover Cleveland e ao presidente Theodore Roosevelt, o qual, com o seu secretário de Estado Elihu Root, deu à nação brasileira tantas provas de sua bondosa estima.

Nas recentes demonstrações de alto apreço dadas pelo presidente Taft e pelo povo americano por ocasião da morte e do funeral do nosso lamentado embaixador Nabuco – demonstrações a que somos profundamente reconhecidos pelo muito que esse grande brasileiro nos merecia e pelo muito que o amávamos –, queremos ver também, até certo ponto, mais uma prova de amizade americana para com o Brasil.

Que as antigas e boas relações de cordial inteligência entre os dois países se estreitem e se consolidem cada vez mais, posso assegurar-vos que é um dos mais constantes e ardentes desejos do governo e do povo do Brasil. Posso ainda afirmar que – sem de modo algum

pretender quebrar ou enfraquecer os vínculos de simpatia e gratidão que nos unem à Europa, de onde procede a nossa civilização e que tão valioso concurso nos presta para os nossos adiantamentos morais e materiais – o Brasil procura mui empenhadamente colaborar com a vossa pátria, para que todos os dias ganhe forças e adesões a política de concórdia e de confraternidade continental solenemente iniciada em Washington há 20 anos, com a instituição das conferências internacionais americanas.

É com o mais vivo prazer, mr. Bryan, que eu e os meus compatriotas aqui reunidos vemos honrada hoje, com a presença de um visitante tão ilustre, como vós sois, esta Casa, que, como sabeis, é o nosso "Department of State", inaugurado há 102 anos. A vossa nomeada como estadista, como orador e como filósofo cristão há muito transpôs as fronteiras da vossa grande e gloriosa pátria. Se ali sois altamente considerado e querido, nos países estrangeiros, particularmente nos de governo popular, sois com razão admirado pelos grandes exemplos, que tendes sabido dar, de cordura, moderação e magnanimidade. É por isso que, sendo vós um dos principais líderes do partido que há anos se acha em oposição nos Estados Unidos, podeis ser acolhido franca e afetuosamente pelos representantes oficiais do governo americano. É por isso que, hoje, temos também a grande satisfação de ver nesta mesa, a vosso lado, o embaixador americano, digno representante do presidente Taft, vosso concorrente na última eleição presidencial, em que, do mesmo modo que em dois anteriores pleitos, alcançastes milhões de sufrágios dos vossos concidadãos.

Tendo agora a honra de beber à vossa saúde – o que faço com as seguranças do meu maior respeito, afeto e admiração pela vossa pessoa –, não falto a nenhuma conveniência protocolar levantando, ao mesmo tempo, o meu copo – com a devida e graciosa permissão do embaixador Dudley – em honra do povo americano, representado por ambos vós tão competentemente, e em honra do presidente dos Estados Unidos da América, mr. William Taft.

NO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO BRASILEIRO
VIII

Discurso pronunciado em 16 de maio de 1910, quando da inauguração do retrato do *visconde de Ouro Preto* na sede do Instituto. Vem reproduzido na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXXIII, parte II, p. 187. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Embora singela, como as festas sinceras de família que se passam neste recinto, a cerimônia que agora celebramos será tida sempre como um dos atos mais significativos dos sentimentos de justiça e gratidão que animam o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para com os seus beneméritos e para com os beneméritos da pátria.

Reunidos aqui representantes de várias gerações intelectuais, antigos servidores da nação alguns e experimentados nas lutas da vida política, conhecedores todos eles, como os demais presentes, da vida tão cheia de exemplos de patriotismo e dignidade do visconde de Ouro Preto, nós inauguramos hoje, cheios de contentamento, o retrato desse nosso ilustre vice-presidente como testemunho do grande respeito que lhe tributamos e que não é mais do que uma segura antecipação do juízo da posteridade.

Não cabe nas breves palavras de um discurso ofertivo o elogio desenvolvido e cabal do estadista eminente que só por excessiva modéstia não consentiu na sua eleição para as funções que tão benevolamente me foram confiadas nesta Casa e que só passageiramente concordei em desempenhar.

Ele fez história e sabe as suas leis. Entre o fragor de acontecimentos solenes, temperou a energia de caráter, aprendeu a serenidade de ânimo

dos diretores de povos, feita de certezas morais, da clarividência do pensador, da consciência do cidadão.

Tendo entrado muito moço na atividade política, a sua relativamente longa carreira de homem público, uma das de maior relevância e luzimento entre nós, parece dar-lhe a longevidade de um patriarca nacional. Entretanto, quando ela foi sustada, há mais de 20 anos, atingia o brioso estadista apenas a maturidade do seu talento e poder.

Desde essa data, acatando a sua invariável resolução, lamentam muitos dos seus admiradores que a fidelidade aos princípios e aos ideais que soube proclamar e defender com tanto brilho o tragam para sempre recolhido ao seu nobre retiro de lutador vencido. Nem serve de consolação vê-lo acompanhado, nesse exílio voluntário na própria terra, pelo digno filho estremecido,* de cuja boca sonora e generosa flui o discurso elegante e puro, em caudal de entusiasmo sem mescla de amargura, que nos refresca o espírito e estimula o coração nas nossas sessões acadêmicas.

O visconde de Ouro Preto pode com justo orgulho rever-se no seu passado, já que no presente só se reserva lugar para os labores da nobre e independente profissão que exerce e para o aplauso íntimo e sincero a todos os progressos e a todas as glórias desta pátria que ele sabe amar sempre com o mesmo ardor dos dias da mocidade.

É um belo passado o do ministro que, aos 30 anos, na administração da Marinha, pelo extraordinário desvelo que empregou no rápido esforço da nossa esquadra em operações, no provimento de todos os elementos precisos, soube preparar alguns dos mais brilhantes feitos da história naval do Brasil.

Graças ao nosso venerando consócio há mais de um quarto de século barão Homem de Melo – quando eu tinha lazer para os estudos e trabalhos da minha predileção – pude examinar a mui interessante e valiosa correspondência confidencial e particular entre o ministro Afonso Celso e o almirante Inhaúma. Sou desse tempo em que os estaleiros do nosso Arsenal de Marinha construíam em poucos meses os encouraçados de rio que tornaram possível o forçamento da passagem de Humaitá. Lembro-me das rápidas linhas em que,

* Conde de Afonso Celso.

- guiado pelo coração que transbordava de júbilo e também pelo mais puro sentimento de justiça, - o velho e infatigável Inhaúma, depois de um "Viva Afonso Celso", dizia ao seu jovem ministro: "A ú1tima carta de vossa excelência fica respondida com a passagem de Humaitá."

Neste momento em que a nação, no único interesse da segurança da paz e da defesa nacional, sem intuitos agressivos, retoma os cuidados da sua representação naval ao longo das extensas costas brasileiras e pelos mares dos países amigos, o visconde de Ouro Preto reconhecerá, decerto e com vivo prazer, que a nossa Marinha de hoje torna a achar-se por fortuna em situação de poder seguir eficazmente as gloriosas tradições da "Marinha de outrora".

Na administração da Fazenda, nos Conselhos do Império, na tribuna parlamentar, na cultura e prática jurídica, nas discussões da imprensa, por toda a parte onde exerceu a sua ativa e inteligente colaboração nos negócios públicos, deixou marca e memória honrosa o ilustre brasileiro.

Se o visconde de Ouro Preto conseguiu retirar-se da atividade política, não alcançou o silêncio em torno do seu nome, que pertence à história, não pôde isolar-se do pensamento afetuoso dos seus amigos e admiradores, que são inúmeros e que nesta Casa são todos os seus companheiros fiéis e agradecidos.

Não é, porém, ao veterano das antigas lides na nossa vida nacional que dirigimos a modesta manifestação de hoje: é ao nosso venerando primeiro vice-presidente que a todos nós, velhos e moços, dá o exemplo da assiduidade e do trabalho indefesso. É ao nosso querido consócio que, estamos seguros, nunca descreu dos destinos da pátria comum e sabe que ela há de ser sempre, como no passado, o mesmo Brasil grande e glorioso, cada vez mais próspero e respeitado pelo esforço e pela dedicação das gerações que nele se forem sucedendo.

Está inaugurado o retrato do visconde de Ouro Preto (*Calorosos aplausos*).

AOS OFICIAIS DO CRUZADOR
D. CARLOS I

Discurso pronunciado em 15 de junho de 1910, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete em homenagem à oficialidade do cruzador português *D. Carlos I*. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

A nossa reunião de hoje em torno desta mesa não é senão uma pequena festa de família em que mais uma vez fraternizam portugueses e brasileiros. No que nos diz respeito a nós, filhos desta terra que Portugal descobriu e de que se ocupou com tão inteligente desvelo durante três séculos, todos nos orgulhamos da nossa origem, da nossa antiga e gloriosa mãe-pátria e da história da primitiva civilização brasileira, compreendida em capítulos, que nunca serão esquecidos, da história dos feitos dos portugueses nas suas grandes conquistas ultramarinas.

Se constituímos dois ramos da mesma família, a família continua a ser uma só, e o Brasil, que foi obra de Portugal, será sempre nesta parte do mundo a América portuguesa, desejando à nação irmã, de além-Atlântico, todas as prosperidades e reconhecendo ao concurso paternal que a laboriosa colônia portuguesa não deixe de prestar constantemente aos progressos deste país.

Agradeço ao digno representante de sua majestade fidelíssima, ao distinto comandante e oficiais do cruzador *D. Carlos I* e aos vossos demais convivas portugueses a sua presença nesta Casa que o conde de Linhares fundou e organizou há 102 anos, e pela qual

também passaram, como ministros, alguns dos mais ilustres estadistas portugueses, como o conde da Barca, o marquês de Aguiar, Vila Nova Portugal, o duque de Palmela e Silvestre Pinheiro Ferreira.

Saudando mui cordialmente os nossos hóspedes portugueses desta noite, levanto ao mesmo tempo e muito respeitosamente a minha taça em honra de sua majestade el-rei dom Manuel II, da família real e da nobre nação portuguesa.

A SÁENZ PEÑA II

Discurso pronunciado em 23 de agosto de 1910, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido ao presidente eleito da República Argentina, doutor *Roque Sáenz Peña*. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor doutor Roque Sáenz Peña,

Há pouco mais de um ano, ao honrar pela primeira vez esta Casa com a sua presença, em notável discurso lembrou vossa excelência que a própria Natureza, diferençando as produções do solo argentino e do solo brasileiro, impediu, na ordem econômica, rivalidades e competições entre os dois países. E exclamou: "Somos, sim, aliados na economia, como fomos outrora no proscênio político do continente."

Na ordem política, também não podemos razoavelmente entrar em conflito, porque os nossos ideais são os mesmos, e idêntico programa internacional de concórdia e paz por que ambos os governos procuram com empenho regular-se. Sem a paz e sem os sentimentos de cordura e confraternidade humana que devem animar todas estas nações novas, só poderíamos comprometer o nosso progresso no caminho da civilização.

As nobres palavras de amizade que vossa excelência pronunciou aqui, em Buenos Aires e em Montevidéu, referindo-se ao Brasil, às nossas alianças históricas e às glórias comuns, ecoaram simpaticamente em toda a extensão deste país. As aclamações populares tão espontâneas e calorosas, que nestes dias vossa

excelência tem recebido, lhe terão mostrado a sinceridade do afeto da nação brasileira pela sua distinta pessoa e do grande apreço em que temos e sempre teremos a amizade argentina.

Posso assegurar a vossa excelência que todos os dirigentes ou conselheiros da opinião neste país, sem distinção de agrupamentos políticos, num acordo perfeito, nada desejam mais cordialmente do que ver consolidadas para sempre e fortalecidas cada vez mais as antigas relações de amizade entre o Brasil e a Argentina, como entre o Brasil e os demais povos do nosso continente.

Sem ambição alguma de preponderância política, que alguns adversários nossos injustamente nos têm por vezes atribuído, só anelamos ver correspondidos fraternos e desinteressados sentimentos que nos animam para com todos esses povos, entre os quais o da República Argentina que vossa excelência vai agora dirigir com a sua larga experiência de estadista, diplomata e jurisconsulto.

Na política internacional do Brasil, guiamo-nos sempre pela regra que vossa excelência formulou no seu discurso-programa: sincera amizade para com os povos da Europa, berço da nossa comum civilização e que, ainda hoje, tão poderosamente nela colabora; cordial fraternidade para com as nações do nosso continente.

Em nome do governo brasileiro e dos meus concidadãos, agradeço ao ilustre presidente eleito da República Argentina os testemunhos de amizade e confiança que tem dado e ainda agora está dando ao Brasil.

O governo e o povo brasileiro saberão corresponder mui leal e convencidamente a essa amizade e confiança, e fazem sinceros votos para que a sua administração possa ser contada, um dia, entre as mais felizes, prósperas e gloriosas da República Argentina.

Meus senhores, convido-os a acompanhar-me no brinde que tenho a honra de levantar a sua excelência o senhor doutor Roque Sáenz Peña, presidente eleito da República Argentina; à nobre nação argentina, antiga amiga e aliada do Brasil; ao seu presidente atual, sua excelência o senhor doutor Figueroa Alcorta.

AO MARECHAL HERMES DA FONSECA

Discurso pronunciado em 12 de maio de 1911, aniversário natalício do marechal Hermes da Fonseca, presidente da República. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Só pela precedência que a velhice e a antiguidade como seu ministro me dão, cabe-me a honra de nesta ocasião saudar, em nome dos nossos colegas, como no meu próprio, a vossa excelência neste dia que é de regozijo para a sua família, para os seus numerosos amigos e também para a pátria brasileira; para todos nós e para a pátria porque todos neste país conhecem os grandes serviços que vossa excelência lhe vai prestando na reorganização do Exército Nacional, na formação das reservas de que ele tanto necessitava e na reunião dos meios materiais de defesa, que desde algum tempo nos faltavam quase por completo. Que por muitos anos ainda possa vossa excelência consagrar-se com a mesma atividade, influência e vigor à grande causa do perfeito aparelhamento da defesa nacional e possam os seus amigos e compatriotas saudá-lo tão efusivamente como hoje, são os votos que cordialmente fazemos, não só os meus colegas do gabinete, como todos os demais amigos aqui presentes.

Ao marechal Hermes e a sua família!

A DOMÍCIO DA GAMA

Discurso pronunciado em 18 de maio de 1911, no Palácio Itamaraty, por ocasião da partida de Domício da Gama para os Estados Unidos da América como sucessor de *Joaquim Nabuco* na embaixada do Brasil em Washington. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meu caro embaixador e amigo senhor Domício da Gama,

Eu não quis deixá-lo partir hoje sem lhe dar, nesta reunião íntima de despedida, um público testemunho da minha mui particular estima.

Conheci-o ainda na sua juventude, há mais de um quarto de século, já então querido por meu pai e por meus tios, que eram velhos servidores da pátria. Desde esse tempo, pude apreciar os belos dotes do seu espírito e do seu coração, e acompanhar com afetuoso interesse a sua laboriosa e digna carreira tanto na Europa quanto na América, e também aqui no Gabinete das Relações Exteriores. Com as suas qualidades pessoais, e tendo trabalhado nos primeiros anos de sua vida pública, sucessivamente, sob as vistas imediatas de Antônio Prado, Rio Branco e Joaquim Nabuco, a sua carreira não podia deixar de ser o que tem sido: um exemplo de proveitosa dedicação ao serviço da pátria.

Tive grande prazer em assinar a sua nomeação para embaixador dos Estados Unidos do Brasil nos Estados Unidos da América e em ver ontem, o Senado brasileiro, sem debate e em votação unânime, sancionar essa minha escolha.

Estou muito certo de que, no posto que vai agora ocupar, há de se mostrar digno da confiança do governo e do Senado brasileiro, como

soube corresponder sempre à mesma alta confiança no desempenho das delicadas missões que exerceu durante anos no Peru e na República Argentina.

Bebo à sua saúde, meu caro embaixador, desejando-lhe próspera viagem e todas as felicidades que merece.

A QUIRNO COSTA

Discurso pronunciado em 28 de maio de 1911, no Palácio Itamaraty, por ocasião do banquete oferecido ao estadista argentino *Quirno Costa*. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Senhor doutor Quirno Costa,

Agradeço a vossa excelência o haver aceitado o meu convite, honrando com a sua presença esta Casa, onde são sempre acolhidos com viva satisfação e cordialidade os representantes ilustres, oficiais ou não, da nobre nação argentina. Só sinto que seja tão rápida a sua passagem pela nossa capital, impedindo-nos a escassez do tempo de lhe fazer todas as demonstrações de alto apreço de que é digno e que certamente receberia numerosas neste país amigo.

Aqui todos sabemos que, desde a sua mocidade, em que me coube a fortuna de o conhecer e tratar de perto em Buenos Aires quando vossa excelência era subsecretário das Relações Exteriores, aqui todos sabemos que vossa excelência foi sempre, invariavelmente, mesmo em dias difíceis, um amigo do Brasil e nunca duvidou não só dos nossos sentimentos pacíficos, mas também da nossa leal amizade à nação argentina e a todos os outros povos nossos convizinhos. Aqui todos sabemos que vossa excelência foi o negociador e signatário argentino do Tratado de Arbitramento concluído com o Brasil em Buenos Aires a 7 de setembro de 1889, graças ao qual teve termo amigável uma irritante questão que havíamos recebido da época colonial. Todos sabemos aqui que, como ministro da República Argentina no Chile, em tempo em

que as paixões populares e o espírito guerreiro andavam mais acesos nos dois países, vossa excelência, com o seu ânimo conciliador, com o seu reconhecido tato político e com perfeita compreensão dos verdadeiros interesses da sua pátria e do nosso continente, concorreu poderosamente para que tivesse solução digna e amigável a delicada questão que por alguns anos pôs em perigo as boas relações entre os dois países. Sabemos aqui todos os brasileiros que, como ministro das Relações Exteriores, como vice-presidente da República durante a segunda e brilhante administração do ilustre general Julio Roca, vossa excelência trabalhou sempre para que cada vez se estreitassem mais as relações de amizade entre a Argentina e o Brasil.

E pois que a política internacional não se faz propriamente de sentimentalismo, mas sobretudo se inspira nos interesses nacionais de cada povo, posso assegurar a vossa excelência que neste país todos os homens das classes dirigentes, todos os políticos de responsabilidade e a nação inteira compreendem que é do interesse do Brasil procurar merecer sempre e cultivar com empenho a amizade argentina, como a amizade de todas as demais nações do nosso continente. É com a maior cordialidade que, como os meus companheiros aqui presentes, levanto o meu copo em honra do ilustre estadista e diplomata argentino doutor Quirno Costa.

NO TEATRO MUNICIPAL
DO RIO DE JANEIRO

Discurso pronunciado na sessão cívica realizada em 15 de outubro de 1911, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

Penhora-me profundamente a bondosa demonstração de estima e solidariedade com que, sem distinção de cor política e de classes sociais, mais uma vez me honram hoje os meus concidadãos, muitos aqui presentes, outros tão dignamente representados neste vasto recinto.

Reconheço que, encarecendo alguns dos meus passados trabalhos, é sempre muito grande a indulgência da maioria dos nossos compatriotas, para com as minhas lacunas e imperfeições: mas posso afirmar que eles só me fazem justiça quando se mostram muito certos da minha antiga e inquebrantável dedicação à nossa terra e às grandes causas nacionais, assim como da absoluta fidelidade com que, no posto que ocupo, tenho observado sempre o meu antigo propósito de me não envolver de modo algum em assuntos de política interna, invadindo incompetentemente alheias esferas de ação.

Tudo quanto em contrário se tem propalado nestes últimos dois anos não passa de engenhosos inventos ou infundadas suposições de alguns compatrícios que se tornaram meus desafetos pelo exaltamento passageiro de paixões partidárias.

Não ignora o país que, em 1909, alguns dos nossos mais distintos

estadistas e homens políticos procuraram convencer-me de que eu deveria consentir que levantassem eles o meu nome, na eleição presidencial, contra o do então candidato e meu colega de ministério, há dias tão prematuramente arrebatado pela morte.* Retirada essa candidatura, e escolhida a de outro meu colega,** em reunião política de que só tive conhecimento no dia seguinte, entraram, logo depois, muitos dos sustentadores do primeiro candidato, a entender que eu me devia prestar a ser contendor do segundo.

O procedimento que tive foi em tudo igual nas duas diferentes situações.

Resisti sempre, porque se tivesse procedimento contrário seria faltar eu ao programa de inteira abstenção nas lutas da política interna que, mui refletidamente, e conhecendo-me a mim próprio, eu me traçara desde muitos anos e havia afirmado solenemente quando aqui cheguei, vindo da Europa. Resisti tenazmente porque não me reconhecia com as qualidades precisas e saúde necessária para o bom desempenho de tão difíceis e delicadas funções; acrescendo, nos dois casos, que a oferta, que se me fazia, não era, como pensavam alguns, a de uma candidatura de conciliação, mas sim a de uma candidatura de combate. Estarei sempre pronto para servir a nossa terra na medida das minhas forças, mas sinto que não posso e não devo ser nem homem de partido, nem combatente na política interna.

Na primeira das indicadas situações, conversando com os chefes políticos que procuravam convencer-me, e declinando do encargo oferecido como superior às minhas aptidões, mencionei vários nomes entre os quais poderiam os proponentes escolher a seu gosto o candidato. Mas lembrar vários nomes, 10 ou 12, entre os quais o do ilustre militar*** já então indigitado por muitos grupos políticos, não é indicar um só nome, nem levanta uma candidatura. Aliás, todo o país sabe que não disponho de força eleitoral alguma, nem aqui, nem nos Estados da União, para sequer patrocinar com alguma probabilidade de êxito à candidatura de um intendente municipal.

Posso, meus senhores, repetir neste momento o que em outra

---

* Davi Campista.
** Marechal Hermes da Fonseca.
*** Marechal Hermes da Fonseca.

ocasião tive a honra de dizer mui sinceramente.

Nunca tive nem tenho outra aspiração que a de servir modesta e obscuramente a nossa pátria, como a servi durante muito tempo, na mocidade e mesmo no vigor dos anos, vivendo quase no isolamento, na solidão do meu gabinete de trabalho. Não me sentia feito para posições de realce, para os embates da vida pública, e só desejava que de mim se pudesse dizer um dia que "a minha terra amei e à minha gente", e também, como do meu pai foi dito por um ilustre senador seu contemporâneo, que nunca abriguei no coração, contra ninguém, uma partícula de malquerença ou ódio. Instado para ocupar o posto em que me têm mantido a confiança de vários presidentes, só o aceitei após longa e respeitosa resistência, porque ia interromper trabalhos de minha predileção e para que os nossos compatriotas de todos os partidos, que me haviam enchido de distinções e honras, me não tomassem por um ingrato e egoísta só desejoso de posições mais ou menos cômodas no estrangeiro.

Fui aqui recebido per alguns com desconfiança, supondo-me esses um ambicioso de grandezas e um partidário de soluções violentas no trato com os mais fracos.

Todo o meu passado já então protestava contra tais suposições. E hoje creio que, conscienciosamente, ninguém mais, aqui ou no estrangeiro, deixa de reconhecer a sinceridade dos sentimentos pacifistas que sempre tenho manifestado, empregando-me incessantemente, nestes anos últimos, como membro da administração pública, em achar soluções amigáveis e satisfatórias para todas as nossas antigas ou ocasionais pendências com os demais povos.

O mestre ilustre que este auditório acaba de aplaudir* fez justiça aos meus sentimentos pessoais, mas, passando em revista as campanhas diplomáticas em que me empenhei desde 1893, exaltou sobremodo os meus méritos e serviços.

É certo que muito trabalhei e tenho trabalhado desde então. Devo, entretanto, ser o primeiro a reconhecer e proclamar que, em geral, os resultados finais não poderiam ter sido obtidos sem a prévia preparação e trabalho paciente de muitos dos meus predecessores. Em vários casos a ação lenta do tempo, como declarei em outro recinto, foi conseguindo

* Barão de Brasílio Machado.

moderar e reduzir as pretensões dos nossos contendores de boa-fé, chamando-os à calma e à reflexão e quebrando pouco a pouco as intransigências do primeiro e largo período das negociações por vezes entabuladas, durante as quais, então como nestes nove últimos anos, o governo brasileiro mostrou sempre o mais franco espírito de conciliação e liberalidade, em que pese aos nossos incorrigíveis difamadores no estrangeiro.

Se essa ideia conseguiu firmar-se em todos os espíritos imparciais, e o Brasil colhe, com a sincera amizade de todos os povos, e, especialmente os do continente, os frutos da sua política desinteressada de concórdia e de paz, por feliz me terei eu em haver podido, representante fiel do pensamento da nação e dos seus presidentes, ligar o meu nome a essa obra sem dúvida meritória e imperecível.

A vossa benevolência soube dizê-lo por forma eloquente e emocionante, nesta demonstração grandiosa.

E ainda que, pelos meus longos hábitos de retraimento, não seja eu um homem feito para grandes e solenes ocasiões como a presente, hei de guardar sempre, no tempo de vida que ainda me possa restar, a mais grata e reconhecida lembrança da noite de hoje.

Recebo os testemunhos de estima e o generoso afeto com que estou sendo honrado como poderosos incentivos para que me não desvie do caminho que me tracei no serviço da pátria, no qual não me abatem desgostos nem me desorientam injustiças. Estas como aqueles a nação me tem liberalmente habituado a compensá-los com a sua aprovação, grande e soberana força que, com a confiança dos presidentes, me tem amparado sempre.

NO CLUBE MILITAR

Discurso pronunciado em 15 de outubro de 1911, quando da inauguração do retrato do *Barão do Rio Branco* no Clube Militar. O original encontra-se no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Meus senhores,

A altíssima distinção que, com o prévio assentimento do senhor presidente da República,* generalíssimo constitucional das nossas forças de terra e mar, e, conseguintemente, com o do seu ministro da Guerra,** me confere hoje a brilhante oficialidade do Exército brasileiro não é, nem podia ser, procedendo de soldados, uma manifestação de natureza política.

Torna isso bem patente o belo discurso que acabamos de ouvir, tão cheio de benevolências para comigo, e tão verdadeiro na sua síntese das empresas guerreiras dos nossos maiores quanto o é no reconhecimento da atitude exclusivamente defensiva em que o Brasil se tem mantido desde a sua independência política.

O que mais me toca e penhora na presente demonstração é que ela visa em mim principalmente a dupla qualidade de antigo cultor da história pátria e de amigo desinteressado do Exército e Armada do Brasil.

---

* Marechal Hermes da Fonseca.

** General-de-divisão Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto.

Todos os nossos militares de mar e terra sabem que nunca os procurei explorar nem distrair do caminho do dever profissional; e muitos poderão dar testemunho de que a minha linguagem para com eles tem sido invariavelmente mesma, tanto no Império, quanto na República.

Os antigos com quem tive a fortuna de privar, e que, no serviço da pátria, se haviam ilustrado ganhando vitórias ou contribuindo para elas, tratavam-me, alguns, com afeto quase paternal: davam-me eles ensinamentos e não precisavam de conselhos meus. Aos moços que às vezes me ouviam como aos nossos soldados de hoje, sempre alvitrei o mais completo respeito à disciplina e a mais inteira consagração à nobre carreira que haviam adotado.

Mas, ser, como fui desde a adolescência e na idade viril, um estudioso do nosso antigo passado militar; ter sido, sempre que pude, em outros tempos, tanto aqui quanto no estrangeiro, um modesto divulgador de feitos gloriosos da nossa gente portuguesa e brasileira de outrora na defesa e dilatação do território do Brasil; prezar constantemente os que se dedicam à carreira das armas, indispensável para a segurança dos direitos e da honra da pátria; tudo isso, meus senhores, não significa que eu tenha sido ou seja um "militarista", como, no ardor das recentes lutas políticas, me acoimaram às vezes de o ser alguns dos combatentes, mal informados dos meus sentimentos e ações.

Também todos os meus atos e afirmações solenes no serviço diplomático, continuando no desempenho das funções que desde alguns anos exerço, protestam contra as tendências belicosas e imperialistas que alguns estrangeiros e nacionais me têm injustamente atribuído. Nunca fui conselheiro ou instigador de armamentos formidáveis, nem da aquisição de máquinas de guerra colossais. Limitei-me a lembrar, como tantos outros compatriotas, a necessidade de, após 20 anos de descuido, tratarmos seriamente de reorganizar a defesa nacional, seguindo o exemplo de alguns países vizinhos, os quais, em pouco tempo, haviam conseguido aparelhar-se com elementos de defesa e ataque muito superiores aos nossos.

Toda a nossa vida como Estado livre e soberano atesta a nossa moderação e os sentimentos pacíficos do governo brasileiro, em perfeita consonância com a índole e a vontade da nação. Durante muito tempo fomos incontestavelmente a primeira potência militar

da América Latina, sem que essa superioridade de força, tanto em terra como no mar, se houvesse mostrado nunca um perigo para os nossos vizinhos.

Só nos lançamos a lutas no exterior quando provocados, ou quando invadido o nosso território. Mas, cumpre notar, jamais nos empenhamos em guerras de conquista. E muito menos poderíamos ter planos agressivos agora que a nossa Constituição política proíbe expressamente a conquista e impõe o recurso ao juízo arbitral antes de qualquer apelo às armas, como há pouco advertiu o distinto orador a quem respondo.

Querer a educação cívica e militar de um povo, como na libérrima Suíça, como nas democracias mais cultas da Europa e da América, não é querer a guerra: pelo contrário, é querer assegurar a paz, evitando a possibilidade de afrontas e de campanhas desastrosas.

Os povos que, a exemplo dos do Celeste Império, desdenham as virtudes militares e se não preparam para a eficaz defesa do seu território, dos seus direitos e da sua honra, expõem-se às investidas dos mais fortes e aos danos e humilhações consequentes da derrota.

Meus senhores, no pouco que tenho dito, vai implicitamente a afirmação do meu incessante culto pelos que, em tempos já afastados, souberam honrosamente expor a vida pela terra do nosso nascimento; e estará também, penso eu, no conceito imparcial dos nossos compatriotas, a verdadeira explicação dos meus sentimentos de afetuosa estima por quantos dignamente se dedicam à nobre profissão das armas.

Sinto-me verdadeiramente feliz vendo a minha velha amizade correspondida pela corporação dos nossos oficiais; e em nenhum outro recinto poderia eu achar-me com mais íntima satisfação do que neste, onde hoje penetro pela primeira vez. Agradeço ao senhor presidente da República o haver honrado esta solenidade com a sua presença.

Agradeço ao Exército Brasileiro, ao Clube Militar e ao seu digno orador* a grande honra com que lhes aprouve distinguir-me, magnificando generosamente os meus trabalhos de antanho, infelizmente para mim, há tanto interrompidos, e engrandecendo os serviços que, em outros campos de ação, fui chamado a prestar nestes últimos 19 anos.

---

* Tenente-coronel Tasso Fragoso.

E não devo omitir que durante este derradeiro e largo período só tenho sido um simples e dedicado executor da política de paz e concórdia invariavelmente observada por todos os governos do Brasil.

Índice onomástico

A

ABAETÉ (visconde de), 111
ABRANTES (marquês de), 111
AFONSO CELSO (conde de), 206, 233, 245, 271, 284, 285
AGUIAR (marquês de), 290
AGUIAR DE ANDRADA (barão de), 87
ALMEIDA, Cândido Mendes de, 274
AMARAL, Joaquim Tomás do, 17
ANDRADA, José Bonifácio de, 278
ANDRADE FIGUEIRA, 76
ARAÚJO, João Hermes Pereira de, 33
ARAÚJO, Roberto Luiz Assumpção de, 7, 15, 61
ARCOS (conde dos), 68
ARGÔLO, Francisco de Paula, 153
ASSIS BRASIL, 19, 22, 119
AZEVEDO, Ciro de, 99

B

BAINBRIDGE, 32, 194
BALSEMÃO (visconde de), 68
BARBOSA LIMA, Alexandre, 40, 243
BARBOSA RODRIGUES, 272
BARBOSA, Rui, 19, 28, 37 39, 42, 174, 185, 187, 188, 189, 226, 227
BARCA (conde da), 290
BARROSO, 60, 220, 267
BATISTA PEREIRA, Antônio, 37, 225, 228
BEVILACQUA, Clóvis, 117
BILAC, Olavo, 18
BRENNER, E., 103
BRYAN, William Jennings, 46, 47, 52, 275, 276, 277, 279
BUENO, Clodoaldo, 26

C

CABO FRIO (visconde de), 17, 18, 109, 110, 112, 274
CAETANO DA SILVA, Joaquim, 273
CALMON, José, 82, 83
CAMPISTA, Davi, 39, 43, 50, 310
CAMPOS SALES, 18, 95, 99, 103
CAPISTRANO DE ABREU, 200
CARDOSO DE MENESES, 71
CARLOS I (d.) 39, 48, 233, 287, 288, 289
CARNEIRO LEÃO, 254
CAVALCANTI, Joaquim Arcoverde de Albuquerque (d.), 18
CAXIAS, 34, 60, 206, 267
CERQUEIRA, Dionísio Evangelista de Castro, 88, 91
CLAUZEWITZ, Carl von, 26
CLEMENCEAU, Georges, 50, 52, 61
CLEVELAND, Grover, 39, 56, 87, 91, 233, 278
COOPER, Fenimore, 194

COSTA, Quirno, 48, 303, 304, 305, 306
COTEGIPE (barão de), 111, 274
COUTINHO, Aureliano – *vide* SEPETIBA (visconde de).
CRUZ MACHADO, 65
CRUZ, Oswaldo, 20
CUNHA, Euclides da, 46, 272

D

DECATUR, 32, 194
DENIS, Ferdinand, 249
DOUMER, Paul, 27, 42, 52, 165, 166, 167, 249
DUDLEY, 279

E

ELIZALDE, Luís, 157, 158, 159, 160

F

FARRAGUT, 32, 194
FAWCETT, Percy Harrison, 34
FEIJÓ, Diogo, 206
FERREIRA, Silvestre Pinheiro, 290
FERRERO, Guglielmo, 27, 28, 61
FÉRREZ, Julio, 27
FIGUEROA ALCORTA, 29, 36, 294
FLEIUSS, Max, 233, 245, 271
FONSECA, Hermes da, 25, 38, 43, 45, 49, 50, 51, 295, 296, 310, 315
FRAGOSO, Tasso, 317
FRANCE, Anatole, 41, 42, 52, 247, 248
FRY, Edward, 39

G

GAMA, Domício da, 49, 299, 300, 301
GÓIS, Zacarias de, 35, 206
GOMES DE CASTRO, 272
GOROSTIAGA, 36, 159
GRAÇA ARANHA, 28, 211
GUILHERME I, 99
GUILHERME II, 16, 99
GUILLOBEL, José Cândido de, 34
GUSMÃO, Alexandre de, 273

H

HANOTAUX, 249
HOMEM DE MELO (barão), 284

I

INHAÚMA, 60, 267, 284, 285

J

J. PENN, 23, 24
JAPURÁ (barão de), 274
JEFFERSON, Thomas, 277
JEQUITINHONHA, 120
JONES, Paul, 32, 194

K

KONDER, Adolfo, 171

L

LIMPO DE ABREU, 254
LINCOLN, 194
LESSA, Pedro, 171
LINHARES (conde de), 289
LINS, Álvaro, 39 e nota 4
LOMBROSO-FERRERO, Gina 27, 28
LOPES NETO, 274
LÓPEZ, Solano, 159

M

MACEDO, 231
MACHADO, Brasílio (barão), 50, 311
MACHADO DE ASSIS, 28
MANUEL II (d), 290
MARANGUAPE (visconde de), 111, 273
MELO MATOS, 67, 68, 69, 70
MENA BARRETO, Antônio Adolfo da Fontoura, 315
MENDES, Raimundo Teixeira 45
MITRE, Bartolomeu, 128, 155, 159
MITRE, Emilio, 25, 27, 157, 158
MILLER, Charles (d.), 37
MONROE, James, 22, 23, 24, 32, 47, 143, 192, 194, 278

N

NABUCO, Joaquim, 22, 23, 30, 41, 47, 49, 120, 153, 278, 300, 301
NASCENTES DE AZAMBUJA 274

O

OURO PRETO (visconde de), 35, 47, 218, 219, 220, 282, 283, 284, 285
OSÓRIO, 60, 267

P

PALMELA (duque de), 290
PANDO, José Manuel, 34, 213, 214, 215
PARANAGUÁ (marquês de), 32, 33, 34, 201, 204, 206, 272
PARANHOS JÚNIOR – *vide* RIO BRANCO (barão do).
PEÇANHA, Nilo, 50, 274
PEDRO I (d.), 278
PEDRO II (d.), 34, 38, 60, 231, 267, 274
PEIXOTO, Floriano, 18, 87
PENA, Afonso, 30, 32, 39, 41, 43, 46, 49, 50, 187, 252, 257, 258, 272
PEREIRA DA SILVA, 75
PEREIRA, Luis Barroso, 44
PERRY, 32, 194
PINHEIRO MACHADO, José Gomes, 50
PINILLA, Claudio, 26, 161, 162
PINTO MOREIRA, 82
PONTE RIBEIRO (barão da), 273
PORTER, 32, 195
PORTO ALEGRE, 231, 267
PORTO SEGURO, (visconde de), 51, 273
PRADO, Antônio, 301
PRADO, Eduardo, 51

Q

QUEIRÓS, Eusébio de, 120

R

RECLUS, Elisée, 249
RIBEYROLLES, Charles, 249
RICHET, Charles, 42, 249
RIO BRANCO (barão do), 01, 03, 07, 11, 15, 30 (nota 2), 33, 40, 50, 51, 52, 55, 56, 58, 60 e nota 2, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 81, 82, 83, 84, 98, 114, 176, 180, 266, 314
RIO BRANCO (visconde do), 111, 273, 301
ROCA, Julio, 35, 44, 48, 306
RODRIGUES ALVES, Francisco de Paula, 16, 19, 30, 39, 41, 108, 119, 153
ROOSEVELT, Theodore, 22, 31, 32, 143, 154, 156, 173, 188, 193, 194, 195, 153
ROOT, Elihu, 22, 23, 25, 31, 32, 141, 142, 154, 156, 167, 173, 188, 193, 195, 278
ROSAS, 29, 159
RUI BARBOSA, Maria Adélia, 37, 225

S

SÁENZ PEÑA, Roque, 36, 43, 44, 261, 262 ,263, 291, 292, 293, 294
SAINT-HILAIRE, 249
SÃO LEOPOLDO (visconde de), 201, 231, 273
SÃO VICENTE (marquês de), 111, 273
SAY, Horace, 249
SCHOELCHER, 249
SEPETIBA, (visconde de), 112, 273
SILVA NUNES, 81

SIMON, Jules, 249
SINIMBU (visconde de), 111
SOUSA, Paulinho de, *vide* URUGUAI (visconde de).
SOUTHEY, 200

T

TAFT, William, 47, 278, 279
TAQUES, 81, 84, 119, 155
TAVARES BASTOS, 120
TÔRRES FILHO, Cândido, 82

U

URUGUAI (visconde do), 11, 111, 120, 273

V

VARNHAGEN – *vide* também PORTO SEGURO (visconde de).
VAZQUEZ, Eduardo, 29
VICTOR HUGO, 207, 249
VILA NOVA PORTUGAL, 290

W

WASHINGTON, 19, 21, 22, 23, 24, 31, 32, 34, 47, 49, 56, 57, 86, 90, 119, 137, 148, 153, 173, 188, 194, 195, 279, 300
WILLIMAN, 29, 181
WILSON, Woodrow, 46

Z

ZEBALLOS, Estanislau Severo, 29, 35, 36, 43

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO

X

ARTIGOS DE IMPRENSA

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO
X

ARTIGOS DE IMPRENSA

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034/6847
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Obras do Barão do Rio Branco

X

Artigos de Imprensa

Embaixador Manoel Gomes Pereira

Organizador

Ministério das Relações Exteriores
Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Editor:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

Equipe Técnica:
Eliane Miranda Paiva
Vanusa dos Santos Silva
André Luiz Ventura Ferreira
Pablinne Stival Marques Gallert

Pesquisa:
Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD)

Coordenadora da Pesquisa:
Maria do Carmo Strozzi Coutinho

Revisão:
Mariana de Moura Coelho

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal Ltda.

N.E. - O texto segue a ortografia acolhida pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa que se tornará obrigatório em 1º de janeiro de 2013

Impresso no Brasil 2012

Obras do Barão do Rio Branco X : artigos de imprensa. / Manoel Gomes Pereira, organizador. – – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
558 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN 978-85-7631-361-8

1. Diplomata. 2. Relações Internacionais. 3. Artigos.

CDU 341.71

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Sonale Paiva – CRB /1810

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Comissão Organizadora da Celebração do Primeiro Centenário da Morte do Barão do Rio Branco

Presidente: Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Membros:

Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira
Secretário-Geral das Relações Exteriores

Senhor Julio Cezar Pimentel de Santana
Assessor do Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa

Primeira-Secretária Luciana Rocha Mancini
Assessora Internacional do Ministério da Educação

Senhor Maurício Vicente Ferreira Júnior
Diretor do Museu Imperial em Petrópolis, Ministério da Cultura

Ministro Aldemo Serafim Garcia Júnior
Assessor Internacional do Ministério das Comunicações

Professor Doutor Jacob Palis
Presidente da Academia Brasileira de Ciências, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministro Rodrigo de Lima Baena Soares
Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Primeiro-Secretário Rodrigo Estrela de Carvalho
Assessoria Especial da Presidência da República

Senhora Mônica Rizzo Soares Pinto
Diretora do Centro de Referência e Difusão da Fundação Biblioteca Nacional

Doutora Christiane Vieira Laidler
Diretora do Centro de Pesquisa da Fundação Casa de Rui Barbosa

Senhora Maria Elizabeth Brêa Monteiro
Coordenadora de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional

Professor Doutor Carlos Fernando Mathias de Souza
Vice-Reitor Acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro – Unilegis, Senado Federal

Doutor José Ricardo Oria Fernandes
Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados

Comitê Executivo:

Coordenador-Geral:
Embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira,
Coordenador-Geral de Pesquisas do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador de Seminários e Publicações:
Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Coordenador no Rio de Janeiro:
Embaixador Maurício Eduardo Cortes Costa, Diretor do Centro de História e Documentação Diplomática

Coordenador de Divulgação:
Embaixador Tovar da Silva Nunes, Chefe da Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores

Sumário

Prefácio – Rio Branco e a Imprensa, 17
Alvaro da Costa Franco

1) *L'Illustration*. Acontecimentos do Paraguai – Tomada do forte Establecimiento. 1º/3/1868, 27

2) *A Nação*. A nota e o memorando V 15/7/1872, 28

3) *A Nação*. Os Tratados de Assunção I 17/7/1872, 33

4) *A Nação*. Os Tratados de Assunção II 18/7/1872, 37

5) *A Nação*. Os Tratados de Assunção III 19/7/1872, 43

6) *A Nação*. A questão argentina I 20/7/1872, 47

7) *A Nação*. Uma retificação 20/7/1872, 50

8) *A Nação*. A nação 22/7/1872, 51

9) *A Nação*. A questão argentina II 23/7/1872, 54

10) *A Nação*. Sem título 24/7/1872, 59

11) *A Nação*. A nação 25/7/1872, 61

12) *A Nação*. A nação 26/7/1872, 66

13) *A Nação*. A nação 30/7/1872, 70

14) *A Nação*. Sem título 27/8/1872, 72

15) *A Nação*. Espírito de subversão 2/9/1872, 74

16) *A Nação*. Sem título 3/9/1872, 77

17) *A Nação*. Limites com o Peru 15/11/1872, 79

18) *A Nação*. Limites com o Peru II 18/11/1872, 80

19) *A Nação*. A imprensa do rio da Prata 19/11/1872, 81

20) *A Nação*. Sem título 23/11/1872, 83

21) *A Nação*. Sem título 25/11/1872, 85

22) *A Nação*. O patriotismo de *A República* 26/11/1872, 88

23) *A Nação*. O acordo I 21/12/1872, 90

24) *A Nação*. O acordo II 24/12/1872, 94

25) *A Nação*. O acordo III 26/12/1872, 97

26) *A Nação*. O acordo IV 27/12/1872, 100

27) *A Nação*. Limites com o Peru 28/12/1872, 102

28) *A Nação*. Sem título 31/12/1872, 109

29) *A Nação*. Sem título 2/1/1873, 112

30) *A Nação*. Sem título 3/1/1873, 115

31) *A Nação*. Limites com o Peru II 3/1/1873, 117

32) *A Nação*. Sem título 4/1/1873, 121

33) *A Nação*. Limites com o Peru III 7/1/1873, 123

34) *A Nação*. Limites com o Peru IV 9/1/1873, 127

35) *A Nação*. Limites com o Peru IV [*sic*] 10/1/1873, 132

36) *A Nação*. Limites com o Peru V 24/1/1873, 136

37) *A Nação*. Limites com o Peru VI 25/1/1873, 140

38) *A Nação*. Limites com o Peru VII 27/1/1873, 142

39) *A Nação*. Limites com o Peru 19/5/1873, 146

40) *A Nação.* As forças brasileiras no Paraguai 11/07/1873, 148

41) *A Nação.* A "República" e as notícias do Rio Prata 9/10/1873, 151

42) *A Nação.* A paz ou a guerra? 10/10/1873, 157

43) *A Nação*. Paz ou guerra? II 13/10/1873, 161

44) *A Nação*. *A Reforma* justificando-se 15/10/1873, 172

45) *A Nação*. Ao senhor Afonso Celso 17/10/1873, 174

46) *A Nação*. Negócios do rio da Prata I 23/10/1873, 179

47) *A Nação*. Negócios do rio da Prata II 24/10/1873, 183

48) *A Nação*. Negócios do rio da Prata III 25/10/1873, 189

49) *A Nação*. Ao senhor Francisco Cunha 12/01/1874, 190

50) *A Nação*. O anúncio do senhor cônsul inglês 15/01/1874, 193

51) *A Nação*. Colonos ingleses de Assunguy 17/01/1874, 197

52) *A Nação*. Colonização. 19/01/1874, 202

53) *A Nação*. Imigração. 21/01/1874, 208

54) *A Nação*. Missão Penedo 22/01/1874, 214

55) *A Nação*. Nova fase 26/01/1874, 218

56) *A Nação*. Ao senhor J. P. Masson 26/01/1874, 221

57) *A Nação*. Revista Política 28/01/1874, 222

58) *A Nação*. Imigração 29/01/1874, 223

59) *A Nação*. Missão Penedo 30/01/1874, 226

60) *A Nação*. O resultado da missão Penedo 04/02/1874, 230

61) *A Nação*. As ocorrências do Paraguai 19/03/1874, 234

62) *A Nação*.O que queriam que fizéssemos? 21/03/1874, 238

63) *A Nação*. Revista Política 18/04/1874, 242

64) *A Nação*. Não há ainda 12/05/1874, 243

65) *A Nação*. Os acontecimentos do Paraguai 16/05/1874, 244

66) *A Nação*. Da República Argentina 21/05/1874, 247

67) *A Nação*. O senhor visconde do Rio Branco 27/05/1874, 248

68) *A Nação*. O nossos armamentos 7/10/1874, 252

69) *A Nação*. Seção Histórica 25/11/1874, 256

70) *A Vida Fluminense*. Crônica 16/1/1875, 266

71) *A Vida Fluminense*. Crônica 23/1/1875, 268

72) *A Vida Fluminense*. Crônica 6/2/1875, 271

73) *A Vida Fluminense*. Crônica 13/2/1875, 272

74) *A Vida Fluminense*. Crônica 20/2/1875 , 274

75) *A Vida Fluminense*. Crônica 27/2/1875, 276

76) *A Vida Fluminense*. Crônica 6/3/1875, 279

77) *A Vida Fluminense*. Crônica 13/3/1875, 281

78) *A Vida Fluminense*. Crônica 20/3/1875, 283

79) *A Vida Fluminense*. Crônica 27/3/1875, 284

80) *A Nação*. O Império e as Repúblicas do Prata 6/4/1875, 286

81) *A Nação*. O Império e as Repúblicas do Prata 7/4/1875, 292

82) *A Vida Fluminense*. Crônica 10/4/1875, 298

83) *A Vida Fluminense*. Crônica 17/4/1875, 300

84) *A Vida Fluminense*. Artigo de fundo antiultramontano dedicado a *O Apóstolo* 24/4/1875, 302

85) *A Vida Fluminense*. Crônica 1º/5/1875, 305

86) *A Vida Fluminense*. Crônica 8/5/1875, 309

87) *A Vida Fluminense*. Crônica 15/5/1875, 311

88) *A Vida Fluminense*. Crônica 5/6/1875, 313

89) *A Vida Fluminense*. Crônica 12/6/1875, 316

90) *A Vida Fluminense*. Crônica 19/6/1875, 318

91) *A Vida Fluminense*. Crônica 26/6/1875, 320

92) *A Vida Fluminense*. Crônica 3/7/1875, 322

93) *A Vida Fluminense*. Crônica 10/7/1875, 324

94) *A Vida Fluminense*. Crônica 17/7/1875, 325

95) *A Nação*. A denúncia Capote 19/7/1875, 329

96) *A Nação*. A denúncia Capote II 23/7/1875, 333

97) *A Nação*. O cidadão Capote 3/8/1875, 337

98) *A Vida Fluminense*. Crônica 7/8/1875, 339

99) *A Vida Fluminense*. Crônica 16/10/1875, 341

100) *A Vida Fluminense*. *O Apóstolo* e o presidente do Conservatório 23/10/1875, 343

101) *A Vida Fluminense*. Teatrices 6/11/1875, 345

102) *A Nação*. A nação 13/11/1875, 347

103) *A Vida Fluminense*. Teatrices 13/11/1875, 348

104) *A Vida Fluminense*. Teatrices 27/11/1875, 350

105) *A Vida Fluminense*. Crônica 4/12/1875, 352

106) *A Vida Fluminense*. Crônica 18/12/1875, 354

107) *A Vida Fluminense*. Crônica 25/12/1875, 356

108) *Jornal do Commercio*: A abolição da escravidão no Brasil 29/6/1888 (editorial do *Liverpool Daily Post*, de 6/6/1888), 358

109) *Jornal do Brasil*. Limites das Guianas Francesa e Holandesa 24/6/1891, 362

110) *Jornal do Brasil*. Cartas de França. Dom Pedro II 22/12/1891, 368

111) *Jornal do Brasil*. Cartas de França. A morte e os funerais de dom Pedro II 8/1/1892, 372

112) *Jornal do Brasil*. Cartas de França. A morte e os funerais de dom Pedro II 11/1/1892, 377

113) *Jornal do Brasil*. Cartas de França. A morte e os funerais de dom Pedro II 12/1/1892, 385

114) *Jornal do Brasil*. Cartas de França. A morte e os funerais de dom Pedro II 13/1/1892, 392

115) *Jornal do Brasil*. Cartas de França. A morte e os funerais de dom Pedro II 17/1/1892, 396

116) *Jornal do Brasil*. Cartas de França. A morte e os funerais de dom Pedro II 20/1/1892, 405

117) *Jornal do Commercio*. O senhor ministro das Relações Exteriores 11/1/1903, 411

118) *O Paiz*. Alta prudência. O prudentíssimo Pando 30/1/1903, 421

119) *O Paiz*. Aonde foi o senhor Pando? 31/1/1903, 423

120) *Jornal do Commercio*. Caxias e Mitre 30/9/1903, 425

121) *Correio da Manhã*. O Acre 7/11/1903, 445

122) *Jornal do Commercio*. A questão do Acre e o tratado com a Bolívia I 17/12/1903, 446

123) *Jornal do Commercio*. A questão do Acre e o tratado com a Bolívia II 18/12/1903, 452

124) *Jornal do Commercio*. A questão do Acre e o tratado com a Bolívia III 21/12/1903, 460

125) *Jornal do Commercio*. A questão do Acre e o tratado com a Bolívia IV 23/12/1903, 467

126) *Jornal do Commercio*. O Tratado de Petrópolis 1º/1/1904, 475

127) *O Paiz*. O país 18/7/1904, 476

128) *O Paiz*. Censuras platinas 18/1/1905, 479

129) *O Paiz*. Brasil, Bolívia e Peru 4/1/1906, 483

130) *A Notícia*. O caso da *Panther* 10/1/1906, 485

131) *A Notícia*. O caso da *Panther* 11/1/1906, 489

132) *A Notícia*. A satisfação diplomática 12/1/1906, 494

133) *A Notícia*. A solução diplomática no caso da *Panther* 13/1/1906, 499

134) *A Notícia*. A solução diplomática do caso da *Panther* 16/1/1906, 503

135) *Circular*. Artigos do senhor Zeballos 19/9/1908, 510

136) *Jornal do Commercio*. Brasil e Argentina 26/9/1908, 516

137) *Jornal do Commercio*. As relações exteriores do Brasil durante a presidência Afonso Pena 13/6/1909, 520

138) *O Paiz.* O Brasil nos conflitos americanos 17/12/1909, 526

139) *Imprensa Nacional,* 1911. As críticas ao tratado sobre lagoa Mirim e rio Jaguarão escrito em 18/5/1910, 539

140) *Correio da Noite*. Confiar desconfiando 24/11/1910, 555

Rio Branco e a imprensa

Alvaro da Costa Franco

Rio Branco manteve, ao longo de sua vida, uma estreita relação com a imprensa. Foi colaborador, jornalista, e correspondente da revista francesa *L'Illustration*, redator de *A Nação*, e o principal apoio, na Europa, à organização do *Jornal do Brasil*. Chamado, depois de seus triunfos nos processos arbitrais sobre os limites com a Argentina e a Guiana Francesa, para assumir o Ministério das Relações Exteriores, valeu-se da imprensa, com notável habilidade, para expor suas ideias e angariar o apoio da opinião pública para a sua visão do papel a ser desempenhado pelo Brasil no cenário internacional, para a orientação por ele dada à nossa política externa e para a reestruturação do serviço exterior brasileiro.

Tinha, como nota Álvaro Lins, o "instinto da publicidade"[1], alimentava os jornais com notícias, notas e informações, frequentava a redação do *Jornal do Commercio* e escrevia, ele mesmo, artigos sob pseudônimos mais ou menos reconhecidos. Mantinha, ademais, relações pessoais com numerosos jornalistas, como demonstra a correspondência depositada no Arquivo Histórico do Itamaraty. Ali encontramos não somente as cartas de seu amigo e ex-companheiro de *A Nação*, Gusmão Lobo, mas, entre outras, as que recebeu de José Carlos Rodrigues (*Jornal*

[1] LINS, Álvaro. *Rio Branco (o Barão do Rio Branco)*. Biografia pessoal e história política. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1996. p. 114.

do Commercio), Alcindo Guanabara (*A Tribuna*, *Gazeta de Notícias*, *A Nação* e *Jornal do Commercio*), Domingos Olympio Rodolfo Dantas (*Jornal do Brasil*), Tobias Monteiro, João de Souza Lage e Eduardo Salamonde (*O Paiz*), Joaquim Pereira Teixeira (*A Nação*), Henrique de Villeneuve (*Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil* e, depois, revista *France-Brésil*), e Pedro Leão Velloso (*Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*).

O Arquivo Histórico do Itamaraty guarda mais de uma centena de volumes de recortes de jornal assinalados, lidos e, muitas vezes, sublinhados ou comentados pelo Barão. Evidente testemunho do acompanhamento zeloso e pessoal da imprensa da capital.

Sua influência sobre a imprensa foi, sem dúvida, fator decisivo na construção de sua imagem perante a opinião pública, certamente merecida, mas cuidadosamente alimentada pela inesgotável atenção de Rio Branco.

Sua primeira produção literária, um artigo sobre Luís Barroso Pereira, escrito em 1861, foi publicado no tomo 13 da *Revista Popular*, relativo a janeiro-março de 1862. "Episódios da Guerra do Prata (1825-1828): apontamentos históricos" veio a público, sem indicação de autor, na *Revista Mensal do Instituto Científico*, órgão da Faculdade de Direito de São Paulo. Já o "Esboço biográfico do General José de Abreu, Barão do Cerro Largo", escrito em 1865, quando tinha 20 anos, foi editado, três anos depois, no tomo XXXI da então *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Esses trabalhos foram incorporados à primeira edição das *Obras do Barão do Rio Branco*, no volume dedicado aos estudos históricos[2].

Seus primeiros passos no jornalismo, os dá em 1866, aos 21 anos, ainda estudante no Recife, colaborando com *O Vinte e Cinco de Março*, semanário ultraconservador dirigido pelo monsenhor Joaquim Pinto de Campos. É muito provável que seja de sua autoria o ensaio intitulado "Estudo sobre a política do Brasil no Prata", publicado, em vários números, pelo hebdomadário. Em carta ao futuro visconde do Rio Branco, o monsenhor Pinto de Campos diz que o jovem Paranhos era seu braço direito. Segundo Luiz do Nascimento, em sua *História da*

[2] RIO BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945-1948.

imprensa de Pernambuco[3], entre os colaboradores do semanário aparece um "Nemo", pseudônimo que Rio Branco usou muitas vezes ao longo de sua vida.

Atuou, depois, como correspondente de *L'Illustration*, com artigos sobre a Guerra do Paraguai, acompanhados por desenhos de sua mão. Segundo Álvaro Lins, vinham assinados por Paranhos ou por um pseudônimo francês[4]. Luis Viana afirma que o primeiro desenho aparece no exemplar de 12 de fevereiro de 1866, ilustrando um artigo assinado por Gestère[5]. Mas , como veremos, é difícil identificar, entre as matérias de *L'Illustration*, as que possam, com certa segurança, ser creditadas ao jovem Paranhos.

É com o surgimento de *A Nação*, em 1872, que Juca Paranhos entra plenamente no jornalismo. Assegurava , com Gusmão Lobo, a inteira redação do jornal, órgão de apoio ao Ministério Rio Branco. A divisão do trabalho não era rígida, mas Paranhos cobria prioritariamente a política exterior, e seu colega e amigo concentrava-se na política interna. Não há, evidentemente, como identificar todas as matérias de sua lavra.

Sua disposição para abordar um gênero mais leve, a crônica, revela-se em sua colaboração com o semanário ilustrado *Vida Fluminense*, em 1875, em que se utiliza do pseudônimo "Nemo." A tônica política não está, contudo, ausente, sempre em defesa do gabinete chefiado pelo pai.

O Ministério Rio Branco findou em junho de 1875. O último número de *A Nação* veio à luz em 8 de abril de 1876. A 27 de maio, Paranhos foi nomeado cônsul em Liverpool. Foi o início de um longo exílio. A distância não o fez, contudo, desatento à voz da imprensa, como revela o que nos resta de sua correspondência com Gusmão Lobo. Mas, à distância, sua colaboração direta se fez mais rarefeita.

Mantinha, entretanto, assíduo contato com jornalistas estrangeiros. Lembra Álvaro Lins que "vários artigos a respeito do Brasil na Europa eram inspirados ou feitos por ele"[6]. Quando na Rússia, em 1884, como delegado do Brasil à Exposição de São Petersburgo, Rio Branco fez um

[3] NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970. pp. 229-231. v. V.

[4] Lins, op.cit., p. 51.

[5] VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco.* Brasília: Senado Feral, Fundação Alexandre de Gusmão, 1996.

[6] Lins, op.cit., p.114.

magnífico trabalho de publicidade e reservava duas horas por dia "para fazer a corte aos jornalistas"[7], para usar suas próprias palavras.

Em 1891, Rodolfo Dantas, seu grande amigo, decidiu criar um novo diário, o *Jornal do Brasil*, ao qual quis dar uma estatura, uma abertura e uma independência que logo se revelaram inviáveis no clima do jacobinismo que prevaleceu no início do período republicano. Dantas apelou para a colaboração de Rio Branco, que assumiu, sob absoluto sigilo, a verdadeira representação da nova folha na Europa. Coube-lhe sugerir e contratar, como colaboradores do nascente diário, Paul Leroy-Beaulieu, economista e professor do Collège de France; o economista belga Emile de Laveleye; Edmundo de Amicis, o grande romancista italiano; e Andreas Schimper, botânico e geógrafo, professor da Universidade de Bonn, que deveria cobrir o movimento científico da Alemanha. Recebia recursos de Dantas e efetuava os pagamentos tanto a estes e a outros correspondentes estrangeiros quanto aos oficiais franceses responsáveis pela correspondência sobre assuntos militares e navais. Agia como um profissional da imprensa.

Contribuiu também para o *Jornal do Brasil* com matérias assinadas, nos casos de temas históricos – como as *Efemérides* –, ou publicadas, com cautelosa discrição, por pseudônimos, em assuntos de outra natureza. Matérias por ele enviadas eram creditadas ao "correspondente em Paris". O *Jornal do Brasil*, criado por Rodolfo Dantas e tendo como editor Joaquim Nabuco, tinha uma aura monarquista, que o fazia suspeito ao governo. Rio Branco, servidor do Estado, acautelava-se contra as reações jacobinas, que, aliás, não tardara surgir.

Ainda no exterior, incumbido agora da defesa do Brasil nas questões de limites com a Argentina e com a França – submetidas, respectivamente, à arbitragem do presidente Cleveland, dos Estados Unidos, e do presidente da Confederação Suíça Walter Hauser –, Rio Branco manteve-se atento às reações da imprensa do Rio de Janeiro e às repercussões no plano internacional. Testemunho desta articulação com a imprensa internacional é a correspondência com Louis Guilaine, redator do jornal parisiense *Le Temps*, entre os anos de 1895 e 1899.

Nomeado ministro das Relações Exteriores, tinha Rio Branco pela frente a urgente tarefa de solucionar a crise do Acre, questão cuja

[7] Id., ibid.

complexidade envolvia não somente nossas relações com a Bolívia, mas também o destino dos brasileiros radicados na região, as repercussões nos Estados Unidos e as consequências para as nossas relações com o Peru. Excitava, no Brasil, reações nacionalistas e apaixonava a opinião pública, com repercussões no Congresso. Além dos pleitos externos, Rio Branco devia necessariamente vencer a batalha interna pela conquista da opinião pública. A partir do momento de seu triunfal desembarque no Rio de Janeiro, não poupou recursos de habilidade, simpatia e inteligência para conquistar a imprensa da capital federal, seus dirigentes e os jornalistas mais atuantes. Informações, notas, *sueltos*, artigos pseudônimos e um imenso esforço – do que hoje chamaríamos de relações públicas – conquistou-lhe uma situação ímpar, que soube manter com tranquila e elegante destreza por toda sua longa gestão na pasta das Relações Exteriores.

Na vida pública de Rio Branco, o jornalismo representa como que um permanente contraponto à sua atividade profissional como político, como diplomata ou como o estadista – que foi – na construção da personalidade internacional do Brasil.

É, portanto, uma decisão acertada e oportuna a de incluir, na nova edição das *Obras do Barão do Rio Branco*, publicadas agora pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), por ocasião do centenário da morte do Barão, um volume dedicado à sua produção jornalística. Ele enriquece nossa visão do homem, dando-nos a medida da amplitude de seus interesses, da vastidão de seu conhecimento do Brasil, em sua história e em suas relações com os países vizinhos. Revela-nos também como foi prematuro – talvez dos anos acadêmicos no Recife – seu interesse pela política externa, interesse que se transformou em absoluta concentração de todas as atenções e de todos os esforços no Itamaraty, órgão a que deu forma, infundiu um espírito e legou uma tradição. Permite-nos também apreciar, nos documentos originais, como sabia aliar à sua ação político-diplomática o processo de cativar a opinião pública.

A vastidão de sua obra jornalística e a imensa dificuldade de identificar com precisão os artigos anônimos que lhe são atribuíveis impunham uma seleção de textos. A judiciosa escolha feita pelo embaixador Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira permite, num único volume, uma visão de conjunto sobre a atividade jornalística

de Rio Branco, do jovem Juca Paranhos ao grande ministro que concluiu o perfil territorial do Brasil.

***

A carta de Paranhos a *L'Illustration*, datada de 1º de março de 1868, registra a retomada – logo depois do retorno de sua viagem à Europa – da correspondência sobre a Guerra do Paraguai, acompanhada de ilustrações de seu próprio punho. O resultado desta atividade de correspondente estrangeiro do periódico de grande difusão e prestígio não é de fácil identificação. Publicadas muitas vezes sob pseudônimo, provavelmente editadas pela revista, que dispunha de outras fontes de informação, essas reportagens alinham-se com numerosos outros textos da provável autoria de Rio Branco, cuja crítica de atribuição permanece um desafio para historiadores e para quem quer que deseje aventurar-se nos campos da análise estilística, quantitativa ou de outra natureza.

Mais transparente é a questão dos artigos de *A Nação*. Sabe-se que o jornal era integralmente redigido por Paranhos e Gusmão Lobo e que a divisão de temas confiava ao primeiro matérias de natureza internacional. Ele mesmo o diz, lembrando que, muitas vezes, atribuíam os artigos de sua autoria a seu pai. Há, pois, certamente, muitas outras matérias de Paranhos em *A Nação*, encobertas pelo véu inconsútil da parceria com Gusmão Lobo.

O incansável interesse de Paranhos pelos problemas de política internacional e, especialmente, de nossas relações com os Estados limítrofes, já revelado desde a juventude, estampa-se, de forma plena, na série de artigos selecionados. Com menos de 30 anos, o jovem Paranhos já acumulara uma soma de conhecimentos sobre nossa história geral e militar, e sobre nossas relações internacionais, com que poucos poderiam rivalizar.

Como para demonstrar sua versatilidade e aptidão para tratar – com graça e, muitas vezes, um toque de mordacidade – de temas de política interna ou de *faits divers* da vida cotidiana, as crônicas publicadas em *A Vida Fluminense*, sob o pseudônimo "Nemo", mostram outro Paranhos, ágil no debate com a imprensa adversária, menos sisudo, mais próximo da figura do jovem boêmio frequentador dos teatros, do Alcazar e das corridas de cavalos. A leitura dessas crônicas aponta para outros

textos, em que, sob o anonimato de *A Nação*, escondem-se certamente contribuições similares do jovem Juca Paranhos.

A remoção para Liverpool o afasta das lides jornalísticas no Brasil. Não descura, entretanto, de contatos com a imprensa no exterior. Alimenta-a com informações sobre o Brasil, inspira artigos, "cuida da imagem" do país – para usar uma expressão que só veio a ser cunhada anos mais tarde... Exemplo dessa atividade é o editorial do *Liverpool Daily Post*, a propósito da abolição da escravatura, traduzido e transcrito pelo *Jornal do Commercio* de 29 de junho de 1888.

Como vimos, em 1891, esteve Rio Branco profundamente envolvido no lançamento do *Jornal do Brasil*, iniciativa de seu amigo Rodolfo Dantas. Além da função de verdadeiro agente do jornal na Europa, Rio Branco escreveu para a folha, mas assinou apenas os estudos de natureza histórica. Ali retomou, sob sua assinatura e de forma sistemática, as "Efemérides", que publicara esporadicamente em *A Nação*. Por iniciativa do próprio diário, foram logo editadas em livro, que se transformou em obra emblemática da nossa literatura histórica, lida na data correspondente, a cada sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O editorial intitulado "Limites das Guianas Francesa e Holandesa", publicado no *Jornal do Brasil* de 24 de junho de 1891, não é assinado, nem a notícia sobre a decisão arbitral do czar Alexandre III. O editorial refere-se ao "correspondente em Paris", mas não cita nomes. Rio Branco mandou também várias "Cartas de França", sob o pseudônimo "Ferdinand Hex", das quais vão aqui publicadas as relativas à morte e às cerimônias fúnebres de dom Pedro II. Pedro Calmon associou este pseudônimo a "Frederico S.", utilizado por Eduardo Prado, que julgou ser o autor da correspondência sobre as exéquias de dom Pedro[8]. Luis Viana corretamente as atribui a Rio Branco, lembrando ademais sua publicação em um opúsculo, em 1892[9].

As matérias que se seguem, na seleção ora publicada, correspondem à fase ministerial de Rio Branco. Multiplicam-se os artigos assinados, ou publicados sob pseudônimos, que não escondiam, aliás, a sua autoria, mas salvaguardavam a figura e a função do ministro. Sua identificação

[8] CALMON, Pedro. *História de D. Pedro II.* Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1975. p. 1.893, nota 8.

[9] Viana Filho, op.cit., p. 163.

pode ser feita, em geral, quer pelo pseudônimo utilizado quer pela sinalização, de próprio punho do Barão, com as iniciais R.B., na coleção de recortes de jornal existente no Arquivo Histórico do Itamaraty, quer pela indicação de Cláudio Ganns[10], geralmente bem-informado, ou por eventuais referências da época. Mas, outras pistas podem surgir, o que torna, provavelmente, impossível reunir a íntegra da abundante produção jornalística de Rio Branco neste período.

Como exemplo das dificuldades desta pesquisa caberia lembrar um telegrama de *A Nação*, datado de 21 de dezembro de 1903. Pedia ao Barão autorização para "transcrever 3 artigos Kent e artigo *Paiz* ontem", assemelhando o artigo de *O Paiz* aos de "Kent", sabidamente do Barão. Cumpre, entretanto, lembrar que *A Nação*, segundo se deduz da correspondência, recebia subsídios financeiros por intermédio de Pecegueiro do Amaral e tinha interesse em ampliar o número de matérias transcritas. O artigo de *O Paiz* poderia, portanto, ser do Barão, matéria por ele inspirada ou, simplesmente, um elogio espontâneo à sua política. Sua leitura pode favorecer a primeira hipótese, mas não parece suficiente para atribuir-lhe a autoria.

Os artigos, ora publicados, sobre a questão do Acre, as relações com a Argentina, o caso *Panther*, o tratado sobre a fronteira com o Uruguai, de 1909, as relações exteriores na presidência Afonso Pena e o Brasil nos conflitos americanos são os melhores exemplos de um jornalismo de alta qualidade, que prestava, de modo circunstanciado, contas à opinião pública acerca das posturas assumidas pelo governo, alinhando num arrazoado minucioso as motivações políticas e os fundamentos jurídicos de sua conduta. Trata-se de Rio Branco em sua melhor forma: linguagem clara, sóbria, elegante e objetiva, sem nenhuma concessão aos modismos estilísticos da época; exposição lógica e precisa; amplo conhecimento dos fatos e domínio exaustivo de dados e estatísticas.

Com eles, põe a nova edição das *Obras do Barão do Rio Branco* à disposição dos estudiosos e das novas gerações – tão numerosamente interessadas em nossas relações internacionais – os textos originais de Rio Branco jornalista, comunicador: um aspecto, senão ignorado, muitas vezes esquecido, da personalidade extremamente rica de um dos

[10] GANNS, Cláudio. Contribuição para o estudo de Rio Branco. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, v. 187, pp. 186-246, abr.-jun. 1945.

mais eminentes estadistas da República, que soube aliar à cultura e à ilustração grande habilidade negociadora e um insuperável sentimento de identidade com os interesses pátrios.

Rio de Janeiro, janeiro de 2012

1) *L'Illustration*

Acontecimentos do Paraguai – Tomada do forte Establecimiento*

Ao diretor

Rio de Janeiro, 1º de março de 1868

De volta ao meu país, recomeço a enviar-lhe tudo o que possa ser interessante para os leitores de *L'Illustration*. Desta vez, as notícias da Guerra do Paraguai têm importância decisiva. A passagem de Humaitá por uma divisão encouraçada da esquadra brasileira, passagem declarada impossível por vários oficiais das Marinhas estrangeiras, coloca a Marinha brasileira, já muito apreciada depois da Batalha de Riachuelo, ao lado das mais gloriosas Marinhas do mundo. Talvez a passagem de Humaitá seja um feito mais notável que a proeza ousada do almirante Farragut diante de Nova Orleans. De outra parte, a tomada do forte Establecimiento pelo marechal Caxias tornou insustentável a posição de López. A divisão brasileira que forçou, em 19 de fevereiro, a passagem de Humaitá, apresentou-se diante da capital, Assunção, que se encontrava abandonada. Tudo faz crer que a guerra terminará dentro de um mês ou mesmo mais cedo. Ao anunciar-lhe esses acontecimentos, envio-lhe dois croquis e o retrato do almirante visconde de Inhaúma. O retrato do marechal Caxias já foi publicado em *L'Illustration*.

O visconde de Inhaúma (Joaquim José Inácio) nasceu a 30 de julho de 1808. Em 1822, terminou seus estudos na Escola Naval do Rio de Janeiro e entrou na Marinha como subtenente. Era a época da Independência do Brasil. Fez, com lorde Cochrane (conde de Dundonald e marquês do Maranhão), a campanha da Independência a bordo da nau *Dom Pedro I*. Na guerra entre o Brasil e a República Argentina (1825-1828), cobriu-se de glória. Por ocasião do bloqueio da Bahia, em 1839, sua reputação de bravura e de habilidade cresceu ainda mais. Serviu depois no Rio Grande do Sul (1841-1845), então em revolução. Enviado, em 1846, à Inglaterra, em missão, retornou em 1848. Recebeu,

* ASSUMPÇÃO, Roberto. Rio Branco e L'Illustration. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 188, jul.-set. 1945, pp. 11 e 12, 1946. Tradução do editor. (N.E.)

desde sua chegada, o comando da divisão naval em operações contra Pernambuco, então agitado pela guerra civil. Por ocasião do ataque rebelde contra a cidade do Recife, desembarcou com suas tripulações, e o combate, graças a ele, terminou com a vitória do governo. Na guerra atual, Inhaúma se assinalou por diversos feitos brilhantes, entre os quais citamos o bombardeio de Curupaiti (2 de fevereiro de 1867), a perigosa passagem dessa fortaleza (15 de agosto) pela esquadra encouraçada, e as últimas e recentes operações diante de Humaitá.

O visconde de Inhaúma representa uma das figuras mais notáveis do Partido Conservador do Brasil.

Foi ministro da Marinha de 2 de março de 1860 a 24 de maio de 1862; é membro do Supremo Conselho Militar de Justiça e do Conselho Naval, vice-almirante, gentil-homem da Imperial Câmara e Grande do Império, comendador das Ordens Brasileiras da Rosa, de Cristo e de Aviz, oficial da Legião de Honra, da França e da Torre e da Espada, de Portugal.

Paranhos

2) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 11, segunda-feira, 15 de julho de 1872

A nota e o memorando V

É objeto do presente artigo considerar o terceiro – e parece que último – da série com que o denodado lidador do liberalismo – salvas as *vantagens* a que deram lugar às *descaídas* do *trêfego* senhor Tejedor, infelizmente umas e outras ainda por assinalar – fulminou a nota e o memorando de 20 de junho: aquela, balda de energia e incisão; este, descorado e frouxo, formando ambos dois *longos arrazoados* e nada mais!

Quanto mais refletimos nesta sentença, tão impavidamente proferida, mais nos convencemos do que pode a cegueira da ambição e das paixões políticas de mãos dadas com a do orgulho e a da vaidade!

Vamos neste artigo apreciar o terceiro de *A Reforma*; no entanto, antes de entrar em matéria, é força que satisfaçamos ao desejo de

liquidar um ponto do primeiro dos artigos do contemporâneo, que nos impressionou, e sobre cuja obscuridade pedimo-lhe explicações, as quais, todavia, não nos fez a honra de prestar.

O ponto a que aludimos é aquele em que o órgão liberal acusa ao governo de haver-se *mostrado por vezes leviano e eivado de tacanho espírito partidário* na resposta que deu ao ministro argentino.

Depois de ler de novo e muito atentamente a nota de 20 de junho e de consultar a mais de um dos nossos amigos, que a leram, chegamos à persuasão de que, nessa tirada obsequiosa, os paladinos da liberdade e do patriotismo referiam-se ao trecho que em seguida transcrevemos e cuja simples leitura bastará para pôr, mais uma vez, em relevo a injustiça e a má vontade com que o contemporâneo vê e julga tudo o que não sabe do templo de sua religião política!

> Não pensa o governo imperial [diz a nota de 20 de junho, concluindo] que o Tratado de 1º de maio de 1865 tenha, para os três Estados, mais importância do que a segurança que obtiveram pelas armas e os ajustes concernentes a limites, comércio e navegação fluvial, sobre que deve assentar sua paz futura com o Paraguai; não pensa que as recordações dessa aliança devam ser mais gratas aos três povos do que a de 1852, que acabou com duas tiranias e que abriu uma nova era de liberdade e de progresso para as Repúblicas do Prata.
>
> Contudo, não é preciso levar os propósitos da aliança além de suas positivas estipulações e compromissos para afirmar que foi ela determinada por uma causa de honra e por interesses essenciais às três partes contratantes. A desigualdade dos sacrifícios ou das vantagens não dá mais direitos nem isenta nenhum dos aliados das obrigações contraídas .
>
> Essa desigualdade, senhor ministro, que não foi decerto a favor do Brasil, não influirá hoje, como não influiu antes, em sua fidelidade ao Pacto da Aliança. O Brasil cumprirá sempre seus empenhos de aliado com a boa-fé e o cavalheirismo de que deu provas durante a guerra. Se, porém, o governo imperial sabe quanto deve à honra de sua palavra, à paz e à amizade que interessa a todos os aliados, não é menos vivo o sentimento de sua dignidade; e a consciência íntima lhe assegura que não é causa das dificuldades que está encontrando o Tratado de 1º de maio, depois de vencido o grande obstáculo do inimigo comum.

Qualifica-se de espírito tacanho e partidário o que assim responde a insinuações atiradas à face do país em documentos oficiais e solenes; e semelhante qualificação é feita por *brasileiros*, os quais, aliás, acusam o governo de pouco enérgico e incisivo, de descorado e frouxo!

Quando se diz e se insiste em fazer datar a confiança e a amizade entre os governos do Brasil e da República Argentina de maio de 1865, esquecendo a aliança de 1852, é tacanho e partidário o espírito que a recorda!

Ah! *A Reforma*, neste ponto, queria, sem dúvida, mansuetude, benevolência, generosidade e cavalheirismo, porque a aliança de 1865 foi obra do governo dos seus ídolos e a de 1852 não! Eis aí tudo.

No entanto, para falar a verdade – digamo-la de uma vez para deixar este ponto –, quando se nos alegam *serviços* na última guerra, quando de modo tão provocador se nos aviva a memória de Ituzaingó, tacanho e partidário não é o espírito que não compreende e que não aprecia o alcance e grandeza da resposta do governo imperial!

Passando agora a ocuparmo-nos com o terceiro artigo do atleta oposicionista, seja o nosso primeiro reparo sobre o meio singular – tão sincero quão patriótico – de que se serve o nosso contemporâneo para provar que a boa-fé, a moderação e o espírito conciliador estiveram sempre do lado do governo argentino, cujos direitos e interesses com tanto empenho advoga!

Socorre-se o lidador, sem rival, não da verdadeira crítica dos documentos oficiais, que revelam os pontos da dissidência, a natureza e o alcance desta, e as soluções dadas às dificuldades encontradas por parte do Brasil desde o estabelecimento do governo provisório no Paraguai; no entanto, põe de parte os memorandos de 1869 e os de 1870 e 1871, concernentes à questão do dito governo provisório, aos ajustes de paz e à interpretação das cláusulas do Tratado da Aliança.

Nada disso serve a *A Reforma* – e com razão – porque ela deve recordar-se (e quem sabe se os próprios autores dos artigos a que respondemos) de que, à vista desses documentos, os seus chefes, no Senado, e ela, na imprensa, clamavam com veemência notável que *nada tínhamos feito quanto a ajustes de paz, que tudo cedemos e que sempre andamos a reboque do governo argentino*!

O que, sim, serve aos publicistas mestres nesta grave conjuntura, o que só lhes aproveita, o seu grande *cavalo de batalha*, são os discursos dos senhores Rio Branco e Cotegipe e as palavras de cortesia, de

prudência e de reserva diplomática que ali e nos relatórios proferiram os nossos ministros e negociadores.

O que pretendia, porém, *A Reforma* que dissessem os senhores Rio Branco e Cotegipe, falando como ministros no Senado ou escrevendo em seus relatórios?

Que encarecessem as dificuldades encontradas, que as atribuíssem à má vontade, a intenções não confessáveis?

Queria o órgão liberal que falassem eles a linguagem dos ressentimentos, da desconfiança e do desespero de um acordo final satisfatório?

Não lhes corria antes o dever de pôr à sombra tais dificuldades, procurando assim abrir caminho largo e honroso para a negociação futura?

Seria acaso de boa política, não fora antes leviana e sem exemplo, que se apresentassem aqueles senhores censurando ou queixando-se dos aliados ou de algum deles, o que, sem dúvida, agravando as dissidências já manifestadas, debilitaria a ação conjunta dos mesmos aliados ante o Paraguai?

O contemporâneo assegurou que só falaria à vista dos documentos e, entretanto, assevera mui lampeiro que, voltando ao Rio da Prata em 1870, o senhor Rio Branco disse de Buenos Aires que tudo corria a mil maravilhas, que reinava o mais perfeito acordo entre os aliados. No entanto, onde e quando exprimiu-se desse modo o senhor Rio Branco?

Os protocolos de Buenos Aires, desde maio deste ano, publicados com o relatório do ministro dos Negócios Estrangeiros, não evidencia o contrário? Não provam esses documentos que duas graves questões ameaçaram um rompimento da negociação e da aliança, tendo sido necessária muita habilidade e prudência da parte do negociador brasileiro para conjurar semelhante emergência e levar a negociação para terreno de desenlace diferente? E quem ignora hoje que essas questões provieram dos limites argentinos, sobre os quais se exigia um compromisso desonroso para os aliados e humilhante para o vencido; e da cláusula do protocolo anexo ao Tratado de 1º de maio, relativa às fortificações paraguaias, cláusula que o governo argentino recusava-se a cumprir? E onde e quando disseram também o senhor Rio Branco e o governo imperial, como com o mesmo desembaraço lhes atribui o órgão liberal, que a negociação de Buenos Aires tudo resolvera?

Essa negociação – sobre a qual, digamo-lo de passagem, ouvimos de conselheiros de Estado o mais justo elogio ao nosso plenipotenciário – o que fez, sim, foi estabelecer o acordo prévio dos aliados a respeito de todos

os pontos dos ajustes de paz, menos aquelas duas indicadas questões, para as quais entretanto fixaram-se bases que facilitassem a solução final.

Esse acordo prévio o que fez, sim, foi esclarecer tudo, preparando o desenlace definitivo ou pela negociação conjunta ou pela negociação separada; o que, de certo, é conseguir muito, embora não importasse considerar que estava *tudo feito* nem, menos, autorizar o governo imperial e o seu negociador para terem a linguagem que, errada ou apaixonadamente, lhe atribuem!

Depois disso, o que nos resta dizer ao contemporâneo de *A Reforma* sobre sua tremenda sentença condenatória? Resta-nos formular um voto sincero, que Deus ilumine o espírito transviado do esforçado campeão e que faça *o cego querer ver*, como tão instantemente reclamam os incontestáveis direitos e legítimos interesses do seu país, o qual, com tanta justiça, dignidade e conveniência, foram cabal e triunfantemente sustentados pelo governo imperial com a nota e com o memorando de 20 de junho!

Está terminada a nossa resposta ao órgão liberal; no entanto, a relação da matéria exige que aproveitemos o ensejo para dirigir-lhe ainda algumas palavras.

Em seu número de 10 do corrente, escreve o contemporâneo um patriótico artigo, destinado a pôr a limpo, com a história diante dos olhos, a verdade da batalha de Ituzaingó, sobre a qual o senhor Tejedor, em sua célebre nota, firmou-se para atirar ao Império uma de suas ofensivas alusões.

O contemporâneo com efeito prova, com documentos históricos, que todo alarde e escarcéu que se faz com a *vitória* dessa batalha não passa de mais um *arroto*, como o "demonstram os próprios fatos argentinos"; pois que, além do mais, o general Alvear, comandante em chefe do exército, mal recebido em Buenos Aires, quando de volta da grande batalha, acusado cruelmente pela imprensa de então e metido em Conselho de Guerra, foi obrigado a defender-se; e que, depois de tão *estrondoso* triunfo, os vencedores *pediram* a paz, razão pela qual veio a essa corte dom Manoel José Garcia fazer o Tratado de 25 de junho de 1827.

Ainda bem, e louvores lhe sejam dados! Desse modo, ao menos o órgão liberal procurou compensar o mal que fez, oferecendo, tão sem razão e com tão lamentável esquecimento do seu patriotismo, armas ao governo argentino contra o do Brasil na grave questão pendente.

A relação da matéria nos autoriza a aproveitar também a oportunidade para ministrar uma informação e fazer um aviso. A informação dirige-se

à *República*, que, em seu número de 10 do corrente, diz que não foram publicados pelo governo os documentos necessários para formar-se juízo sobre a pendência com os argentinos. Asseguramos ao publicista radical que ou não lê ou também fecha os olhos para não ver.

O relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros deste ano reuniu todos os documentos anteriores, desde os memorandos de 1869 até os últimos protocolos de Buenos Aires e os de Assunção, e todos os documentos dessa protraída negociação, dos ajustes de paz até as últimas notas.

Que mais pode querer ou exigir a *República?* Se não leu, leia o órgão do radicalismo esses documentos; no entanto, se de caso pensado fecha os olhos para não ver, o que resta, senão deplorar que assim se proceda só para atacar o governo do seu país e dar armas ao estrangeiro?

O aviso é ao eminente estadista, distinto chefe e publicista liberal que, sob a modesta assinatura de ***, honrou *A Reforma* com artigos discutindo os tratados celebrados pelo senhor Cotegipe.

Entendemos ser dever rigoroso de deferência e de cortesia para com tão qualificada personagem preveni-lo de que havemos de acompanhá-lo em sua luminosa apreciação.

3) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 13, quarta-feira, 17 de julho de 1872

Os Tratados de Assunção I

Está decorrido, ao que nos parece, razoável prazo de deferência para que se inteirasse do respeitoso aviso, que lhe dirigimos, a qualificada personagem a quem são dedicadas as considerações que vamos escrever.

Àqueles dos leitores que não tomaram conhecimento do aludido aviso bom é informar que nos referimos ao autor dos artigos, que, sob o título deste e assinatura ***, fez inserir, nos números 7 e 10, 12 e 14 de *A Reforma* do corrente, o fruto de suas profundas elucubrações sobre os mencionados ajustes internacionais.

Comparando a modesta assinatura do publicista com os pomposos qualificativos de que o órgão liberal a adornou ao chamar para tão

importante trabalho a atenção dos seus leitores, ocorreu-nos logo o muito conhecido caso do célebre cônego Felipe; tendo, porém, de lastimar que o executor do pensamento deste houvesse sido mais feliz do que os do eminente estadista, chefe e publicista liberal.

Aquele, compreendendo bem todo o alcance da intenção do reverendo, o quadro da *família* que foi incumbido de pintar, limitou-se a colocar uma árvore, atrás da qual *se diria em segredo*, ao próprio *cônego* e a seu íntimo, que estava ele retratado. Os lidadores do liberalismo, porém, deslumbrados sem dúvida pela luz vivíssima que derrama o seu distinto chefe publicista sempre que escreve ou fala, *pintaram a árvore* com tanto desazo que puseram em evidência o seu incógnito, cujo nome de batismo só faltou escrever por extenso, ofendendo assim a modéstia e violando o sigilo que ele parece haver querido guardar e recomendara!

Esta indiscrição dos propagandistas da democracia, no cumprimento das ordens do seu chefe e mestre, constrange-nos – com toda a franqueza o dizemos. Tendo de falar a tão grande vulto, receamos que a linguagem não seja a mais apropriada, que a argumentação possa parecer formulada sem todo aquele respeito e acatamento devido a sua excelência, *que nunca sorri*.

Como quer que seja, porém, é força apreciar as considerações do distinto publicista porque corre-nos o dever, como jornalistas do Partido Conservador, de não deixar indefeso, quando injustamente acusado, o governo que o mesmo partido apoia e sustenta. Demais, quando os órgãos liberais e republicanos nesta corte não fazem senão censurar o governo do seu país e animar as pretensões estrangeiras, é justo que os conservadores, fiéis às suas tradições, se mostrem mais patriotas.

É o que vamos fazer, invocando a benevolência e a generosidade do profundo pensador, chefe liberal, para as faltas que nossa insuficiência involuntariamente cometer.

Quatro, como já dissemos, foram os artigos que sua excelência escreveu e que *A Reforma* publicou sobre os Tratados de Assunção.

Seguramente, fazemos essa justiça ao órgão liberal. Nem cada um desses artigos de per si, nem todos reunidos, lhe parecerão, já não diremos pouco enérgicos e incisivos, descorados e frouxos, porque isso fora impossível, mas se quer *longos ou compridos*, apesar de haverem consumido colunas e páginas inteiras da sua folha!

E assim devia de ser: enlevado na proficiência com que via tratada a matéria e embebido na elegância da frase com que o pensamento era

externado, o órgão liberal não podia de certo medir a *extensão* e, menos ainda, importar-se com o tempo a *despender*! No entanto, entremos em matéria.

A grande clava, o argumento hercúleo do excelentíssimo publicista é a estipulação do Protocolo nº 3 das Conferências de Buenos Aires, concernentes à forma em que o tratado comum falaria dos ajustes de limites. Permita-nos, porém, sua excelência, perguntar-lhe o que significava essa disposição.

Sem dúvida que os aliados queriam tratar conjuntamente, e nesse intuito concordou-se em que haveria um instrumento geral dos ajustes de paz, ou tratado comum, sem excluir os ajustes peculiares a cada Estado, que, em todo o caso, constituiriam atos distintos.

O Brasil também o queria e deu disso todas as provas; no entanto, reconheceu que era impossível a consecução de semelhante *desideratum*[*], que ficariam os ajustes adiados *sine die* e *sine fine*[**] e que sua dignidade, além de seus direitos e legítimos interesses, imperiosamente lhe impunham que não se submetesse à posição em que o senhor Quintana o pretendeu colocar depois de dois anos de complacências!

Recorde-se o exímio publicista a que estamos respondendo que o senhor Quintana exigiu o *impossível*, e exigiu-o depois de ouvir a última palavra do seu governo.

Retirou-se bruscamente, dando por adiada a negociação em comum, a espera de novas instruções; retirou-se intimando em segredo ao Paraguai que não tratasse. Foi por comunicação do ministro das Relações Exteriores daquela República que o plenipotenciário brasileiro teve conhecimento de tal intimação do senhor Quintana, dando assim ao governo do Paraguai uma lição de lealdade e estimulando a dignidade do Brasil ao único procedimento que lhe seria decoroso.

O senhor Tejedor, como se vê do Protocolo nº 1, enunciou a ideia de que não haveria acordo definitivo entre os aliados sem que a sua questão de limites fosse resolvida como ele a queria. No entanto, não é menos certo que todos os plenipotenciários evitaram a questão de poder ou não tratar separadamente, salvando, todavia, o brasileiro e o oriental essa ideia na resposta que deram ao argentino.

Eis aqui as palavras do senhor Tejedor que se leem no referido Protocolo nº 1, publicado na página 178 do relatório do Ministério dos

---

[*] Aspiração. (N. E.)

[**] Sem dia nem fim determinados. (N. E.)

Negócios Estrangeiros deste ano:

> O senhor plenipotenciário argentino declarou que adotava a separação concernente aos ajustes de limites, sob a condição de que não haverá para o seu *governo* acordo definitivo entre os aliados, sem que fiquem resolvidos todos os pontos, que devem compreender os ajustes definitivos de paz com o Paraguai, *inclusivamente* o de limites.

Em seguida, com anuência do senhor Tejedor, os senhores Paranhos e Adolfo Rodrigues acrescentaram:

> Os senhores plenipotenciários convieram em que o tratado comum deve prender-se aos ajustes de limites e que *nem o governo argentino, nem o do Brasil será obrigado* a formar com o governo do Paraguai *o tratado comum*, se o seu direito territorial não for ao mesmo tempo reconhecido.

Aí está, pois, implicitamente compreendida a ideia de *tratar separadamente*, se as circunstâncias o exigissem.

O que, porém, resolve a questão por modo claro e terminante é o Protocolo nº 7, no qual se tratou do procedimento dos aliados em relação às duas grandes dificuldades, francamente apresentadas nessa negociação; eram elas, a questão de limites do governo argentino, na qual este mostrava-se decidido a nada ceder e tudo exigir dos aliados, e a da cláusula do protocolo anexo ao Tratado de 1º de maio, relativa às fortificações paraguaias.

Ora, já se demonstrou, de modo a não sofrer contestação razoável, que o alvitre aí adotado foi infringido pelo senhor Quintana, e isto *depois de ter sido ouvido o seu governo*.

Já se disse e se demonstrou também que o plenipotenciário oriental pensava de acordo com o do Brasil, declarando antes de retirar-se que o senhor barão de Cotegipe poderia tratar separadamente (asseveração esta que desafiamos o senhor Quintana a *desmentir*).

A que fica, portanto, reduzido o argumento hercúleo, a clava do eminente publicista, chefe liberal? O que restava ao governo do Brasil fazer depois do procedimento do negociador argentino? Cruzar os braços e esperar indefinidamente, até que o governo argentino lhe permitisse tratar, ou conseguisse a satisfação de seu emperramento? Compreenderia o seu dever, consultaria os direitos e os interesses legítimos da nação, manteria a dignidade desta o governo imperial, se assim procedesse?

Que o diga em consciência o ilustrado e distinto chefe liberal, autor dos artigos de que nos ocupamos; que o diga ele, sim, que seguramente não pode, coerente como é, pretender hoje que constitua causa de adiamento, sem termo, dos ajustes do Império com o Paraguai a *questão de limites*, sobre a qual sua excelência tão eloquentemente se enunciou no Senado, como recordamos nos artigos com os quais há dias respondemos a *A Reforma.*

Não é mais feliz nem menos fraco o argumento tirado pelo excelentíssimo publicista do artigo 17 do Tratado da Aliança.

Aí garante-se o que *for ajustado* de conformidade com o mesmo tratado; no entanto, essa garantia recíproca não exige a negociação conjunta, exige tão somente que se pactue com o Paraguai *de conformidade com o mesmo tratado* – o que se poderia fazer em separado, ainda que não houvesse, como houve, uma detida negociação prévia sobre o desenvolvimento das bases do dito tratado nos ajustes definitivos com o Paraguai.

O próprio senhor Tejedor reconhece o que, aliás, o distinto publicista de *A Reforma* quer negar, e a prova aí está no acordo proposto ao senhor Cotegipe, de que tão claramente fala a nota de 20 de junho.

Pelo que respeita à garantia dada no tratado brasileiro à Independência, à soberania e à integridade do Paraguai, o ilustre escritor, chefe liberal, faz uma notável confusão com o auxílio que à ordem interna daquela República podem prestar as nossas forças.

Entretanto, sobre esses pontos não é possível dizer mais do que disse a nota de 20 de junho – e que ocioso fora repetir aqui.

Decididamente, não há pior cego do que *o que não quer ver*!

Contudo, façamos pausa. Somos nós que escrevemos, e não o qualificado publicista do órgão liberal. Para este, sem dúvida, o presente artigo, além de descorado e frouxo, vai já imensamente longo.

4) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 14, quinta-feira, 18 de julho de 1872

Os Tratados de Assunção II

O artigo antecedente respondeu aos dois primeiros com que o exímio estadista, chefe liberal profligando a incapacidade e a incoerência

dos senhores Rio Branco e Cotegipe, lançou as primeiras bases de sua inexorável sentença condenatória aos Tratados de Assunção.

Naquele artigo, deixamos exuberantemente demonstrado que não tinha fundamento nem procedência o argumento hercúleo segundo o qual sua excelência afirmou todos os seus variados raciocínios e do qual derivou a conclusão de que o Brasil não poderia tratar com o Paraguai separadamente da República Argentina.

No terceiro artigo, que é o que vamos hoje considerar, o eminente publicista, orador, e chefe liberal, dando sempre por provada essa tese, continua a escrever sobre ela brilhantes variações.

É, pois, de rigor que insistamos na *demonstração do exposto*, senão para convencer a sua excelência – que, aliás, tanto clamou contra os *emperrados* ao menos como testemunho de deferência e de consideração para com a elevada posição que ocupa em nossa sociedade, segundo o revelou o órgão liberal, violando assim o modesto incógnito que sua excelência pareceu querer guardar.

Demonstraremos, pois, mais uma vez o que já demonstramos, isto é, que o Brasil poderia tratar com o Paraguai separadamente da República Argentina; para isso, temos de recorrer sempre à nota de 20 de junho, porque aí se encontra clara a verdade, e a verdade é uma só.

A nota de 20 de junho fez ver, de modo incontroverso, que carecia de fundamento e de razão a inteligência dada pelo governo argentino à palavra "aliados" que se lê em diversos artigos o Tratado de 1º de maio, no sentido de não poderem eles proceder senão conjuntamente para a realização dos direitos que se garantiram em relação ao vencido.

A nota disse que o ministro argentino confundia os fins com os meios, a igualdade dos direitos reconhecidos naquele tratado com a ação conjunta dos aliados, que podia dar-se, que deveria mesmo ser preferida, se fosse possível, mas que não era indispensável e nem necessária para a garantia recíproca do pactuado de conformidade com o mesmo tratado.

A nota disse ainda que o Tratado de 1º de maio, estabelecendo direitos comuns e deveres recíprocos, não poderia deixar de referir-se a todos os aliados nem a cada um deles, mas que a forma da negociação, ou o processo desta, era coisa diferente, que ficara ao prudente e esclarecido arbítrio dos interessados, como fora sabiamente previsto pelo artigo 10, quando disse: "Concordam entre si as altas partes contratantes que as franquezas, privilégios ou concessões que obtenham do governo do Paraguai *hão*

de ser comuns a todas elas, gratuitamente, se forem gratuitas, ou com a mesma compensação ou equivalência, se forem condicionais."

A nota acrescentou que o senhor Tejedor não poderá desconhecer que a sua inteligência, que não admite senão negociação conjunta, era contrariada pelo artigo 16 do tratado, no qual expressamente se fala de tratados de limites (pois do Brasil e da República Argentina), o que indica *dois atos necessariamente distintos*. E, considerando a observação do ministro argentino sobre poderem os atos ser separados, sem que a negociação deixe de ser coletiva, a nota, não contestando a diferença que nestes termos se estabelece, diz que o que isso prova é que aquele ministro apreciava a solidariedade dos aliados por tal modo que negava aquilo mesmo que o artigo 16 expressamente determina.

> Se a separação dos atos [diz a nota, e pedimos a atenção do distinto estadista, chefe liberal] não exclui a garantia recíproca, como é indubitável, a questão é só de *forma*; e cumpre reconhecer que a negociação separada do Brasil *em nada altera* as obrigações recíprocas dos aliados, quando igualmente é certo que *nada exigiu* do vencido que não estivesse autorizado pelo Pacto de Aliança e pelos direitos de soberania inerentes a cada uma das partes contratantes.

A nota fez ver mais, que o ministro argentino não distinguira as obrigações que contraíram os aliados entre si e que não dependem de acordo com o Paraguai das que o tratado impõe a este, como direito dos beligerantes vencedores; por isso, invocou o mesmo ministro o artigo 12 do tratado como prova de que os aliados não poderiam tratar separadamente com aquela República.

No artigo citado, que diz que "os aliados reservam-se combinar entre si os meios mais próprios para garantir a paz com a República do Paraguai, depois de derribado o governo atual", trata-se *de acordo entre os aliados* para adoção de quaisquer outras garantias que lhes pudessem ocorrer, além das previstas e expressas no mesmo tratado a fim de assegurarem sua paz futura com o Paraguai. Com toda a razão, pergunta a nota: "Em que a negociação separada do Brasil prejudicou esse *acordo eventual* e do qual se não cogitará nem nas conferências de Buenos Aires, nem nas de Assunção?"

A nota acrescenta que a garantia recíproca do artigo 17, para os ajustes que forem celebrados com o Paraguai de conformidade com o Tratado de

1º de maio, é outra estipulação privativa dos aliados que tanto subsiste por uma negociação conjunta quanto de outro modo. Qual dos aliados negou a existência e o valor dessa garantia, entendida nos seus precisos termos?

Como se ajustara nas conferências de Buenos Aires, fora preferível a negociação conjunta para o instrumento geral da paz, a qual podia constituir um tratado comum; no entanto, da maior conveniência dessa forma de negociação não se deve concluir, para dar-lhe o caráter de única admissível e, menos ainda, para aplicá-la a todos os ajustes dos aliados.

Como, pois, em vista de tudo isso, insiste o exímio estadista e publicista liberal em dar por provado que o Brasil não podia tratar separadamente os ajustes de paz? Não, decididamente, não. A tanto não pode chegar a sua autoridade, por mais respeitável que ela seja, por mais alto que queira colocá-la *A Reforma*.

O Brasil podia tratar separadamente, o que não podia era tratar sem respeitar as condições de paz estabelecidas no Pacto de Aliança e prejudicar o direito dos outros aliados.

Foi precisamente o que fez. Tratando separadamente, o Brasil confirmou e ratificou o compromisso que contraíra com seus aliados no Tratado de 1º de maio, obrigando-se a respeitar por sua parte, perpetuamente, e a garantir, durante cinco anos, a independência e integridade da República do Paraguai.

A estipulação do artigo 17 do Tratado de Paz, firmado em Assunção em nome do Brasil pelo senhor barão de Cotegipe, não admite dúvida a semelhante respeito. Ei-la:

> O governo de sua majestade o imperador do Brasil confirma e ratifica o compromisso que contraiu pelos artigos 8º e 9º do Tratado de 1º de maio de 1865, que celebrou com a República Argentina e com a República Oriental do Uruguai. Consequentemente, se obriga a respeitar perpetuamente por sua parte a independência, a soberania e a integridade da República do Paraguai, e a garanti-las durante o prazo de cinco anos.

O acordo prévio em Buenos Aires, que desenvolveu as bases do Tratado de Aliança, facilitou a negociação separada de cada aliado, se esta se tornasse indispensável, como reconheceu-se ser, sob pena de ficarem os ajustes adiados indefinidamente, depois de dois anos de tentativas inúteis, ou de forçar-se a mão do governo do Paraguai

para assinar os limites argentinos do Chaco, o que os senhores Nabuco, Zacarias e outros a que já nos referimos, nos artigos com quem respondemos a *A Reforma,* disseram que seria um atentado, uma iniquidade [*sic*]!

O ilustre chefe liberal, exímio estadista, autor dos artigos que consideramos, inspirando-se na nota do senhor Tejedor e esposando-a inteiramente, disse com a sua característica seriedade: "Podíamos romper, e devíamos romper, por causa do protocolo anexo, cuja cláusula, relativa às fortificações paraguaias, deixou de ser cumprida pelo governo argentino." É exatamente o mesmo que nos disse a nota argentina!

Já se vê, pois, que o nosso contendor brasileiro, consultando a sua *beca* ou a sua *espada*, não nos concede nem mais nem menos do que o senhor Tejedor! *Credite, Pisones*[*]?

Por que não rompemos, então, e por que desistimos da cláusula no tratado com o Paraguai? A nota e o memorando de 20 de junho o dizem do modo mais claro e positivo; no entanto, ao que parece, o ilustrado estadista, como os seus discípulos de *A Reforma*, identificados com a causa argentina, *não querem ver*.

A nota disse que esse fato, o de não haver rompido o governo imperial a aliança por causa da cláusula relativa às fortificações, desistindo depois da mesma cláusula no tratado com o Paraguai; a nota disse que esse fato, bem como todos os precedentes da aliança, mostrava altamente que não havia sacrifício, menos o de sua honra e o de seus direitos impreteríveis, os quais o Brasil não tivesse feito e não estivesse disposto a fazer para que a aliança de 1865 conseguisse todos os seus fins.

E no memorando, tratando deste ponto, depois de demonstrar o direito perfeito e incontestável que o Brasil tinha de exigir a observância de semelhante disposição da Aliança de 1º de maio, o governo imperial, quanto a não haver incluído a mesma cláusula no tratado que celebrou posteriormente com o Paraguai, dá a mais cabal explicação nos seguintes termos:

> No entanto, observa a nota argentina, o Brasil cedeu dessa cláusula na sua negociação separada. A explicação está evidentemente na diferença das circunstâncias e nos precedentes recordados, pelos quais se vê que o Brasil cederia

[*] Acredita, Pisão? (N. E.)

> também na negociação conjunta, se isso fosse necessário para facilitar o acordo comum e o pudesse fazer decorosa e convenientemente.
>
> O governo imperial entendia que a mencionada cláusula deveria ser acompanhada da neutralidade do Paraguai e de outras garantias a esta República, que só poderiam ser dadas coletivamente pelos aliados. Sendo o Brasil obrigado a tratar separadamente, essas condições desapareciam, e não ficava mal à dignidade do Império conceder ao vencido o que antes se pretendia impor-lhe como exigência de um dos aliados, a despeito da obrigação que todos contraíram, e quando por sua parte o governo argentino nada queria ceder a bem do acordo comum com o Paraguai.

Não satisfazem estas razões ao eminente estadista, chefe liberal? Não quer sua excelência reconhecer a dignidade e a nobreza dos sentimentos que a inspiraram? Em tal caso, o que havemos de fazer senão lamentar que a paixão política, chegando até homens tão qualificados como sua excelência, os cegue ao ponto de *não querer ver*?

O ilustre estadista, que parece ter *beca*, mas quer mostrar-se amigo da *espada*, sendo talvez o mesmo que em outra ocasião disse ao senhor duque de Caxias que apreciava mais os comentários de que as vitórias de César; o ilustre estadista entende que o senhor Cotegipe deveria romper por aquela cláusula, quando, aliás, o nosso plenipotenciário era coerente com o acordo de Buenos Aires, deixando esse *ponto negro* (como denomina a linguagem austera no grande escritor) para ser decidido ulteriormente, durante a negociação com o governo paraguaio.

Também entende sua excelência que *ceder ao governo argentino*, quando este, pelo órgão do seu plenipotenciário, dizia "não posso e não quero aceitar esta cláusula", à qual estava obrigado para com seus aliados e que, entretanto, tudo exigia na questão de limites, era o mesmo que *conceder ao vencido*, por generosidade nossa e porque já não era possível dar em troco ao Paraguai, as garantias de que devia ser acompanhada a dita cláusula!

Valha-nos Deus com os *cegos que não querem ver*!

No entanto, basta por hoje. Não é o exímio estadista quem escreve e, portanto, não há licença para ser *longo*.

5) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 15, sexta-feira, 19 de julho de 1872

Os Tratados de Assunção III

Eis-nos em frente ao artigo, quarto da série, escrito sobre este assunto, e com que o exímio estadista, chefe liberal, encerrou seu juízo, severo e inexorável, a semelhante respeito.

É singular! O característico da eloquência do distinto maioral do liberalismo é, como todos reconhecem e como ele mais do que todos proclama, a *concisão*. Entretanto, os artigos que escreve e, principalmente, o de que nos vamos ocupar, são de *dimensões* tais, que horrorizariam a própria *A Reforma*, se o amor que esta consagra ao seu divino mestre tolerasse qualquer reparo menos lisonjeiro que pusesse em dúvida todas as perfeições de sua excelência.

O quarto e último artigo do qualificado publicista ocupa nada mais nada menos do que quase *página e meia* do órgão liberal! É verdade que não pequena parte desse espaço está preenchida por *transcrições*; no entanto, isso mesmo, aos olhos do contemporâneo, seria razão demais para a censura, se censura a tão distinta personagem fosse por ela admissível.

Tanto no quarto artigo quanto nos anteriores, o ilustre professor de diplomacia deriva todos os seus raciocínios e todos os fundamentos de sua cruel sentença contra os Tratados de Assunção, quase exclusivamente, das palavras proferidas na tribuna da Câmara vitalícia pelos senhores Rio Branco e Cotegipe!

O que estes senhores ali disseram, consultando a conveniência de negociações pendentes e no intuito de não avivar o melindre dos empenhados nelas, é só o que o serve, é só o que aproveita ao consumado diplomata, que, fora dessas palavras, entendidas a seu paladar, não vê, não aceita explicação de espécie alguma!

A juízo de sua excelência, são os discursos – e só os discursos – pronunciados no Senado pelos senhores Rio Branco e Cotegipe que devem regular as obrigações dos aliados pelo Tratado de 1º de maio de 1865. Os textos dos Atos Internacionais e as declarações oficiais e solenes nada valem, nada significam!

A modéstia do rigoroso publicista é tanta que nem sequer invoca o que sobre esses mesmos pontos dos discursos dos senhores Cotegipe e Rio Branco disseram também na tribuna do Senado os distintos senhores conselheiros Zacarias, Nabuco e Otaviano, como já recordamos e mais extensamente recordaremos, se necessário for!

O exímio escritor não deixa seguramente de lembrar-se do que disseram aqueles seus distintos correligionários. Segundo eles, o Tratado de Aliança não fixou limites, e os aliados não poderiam impor – já não diremos – limites, mas ajuste algum de paz ao Paraguai!

Entretanto, hoje tem a singeleza de sustentar, em face do conflito argentino, que os discursos dos senhores Rio Branco e Cotegipe, tais como se pretende que sejam entendidos, estão acima do *Direito Internacional* (nomes que, aliás, os mesmos censores de agora invocavam como mestres), do *texto do tratado*, ao qual davam eles, então, outra inteligência, e das *declarações oficiais* do próprio governo argentino!

Os senhores Rio Branco e Cotegipe opunham-se a essa doutrina, que colocava o vencido no dia da vitória na mesma posição em que estaria se não tivesse havido nem guerra nem vencedor; opunham-se a essa doutrina, dizemos, a verdadeira doutrina da razão e do direito, sustentando que, a dar-se a relutância absoluta do vencido, a consequência necessária seria a continuação da guerra.

Os dois ilustres ministros brasileiros procuravam, assim, evitar a resistência que, porventura, sem o quererem, os censores brasileiros por tal modo provocavam da parte do Paraguai; bem como hoje, porventura, também sem o quererem, estão dificultando o acordo entre o governo imperial e o argentino, sendo que só nas pretensões deste acham razão!

Os implacáveis censores de tudo quanto não sai das portas do seu templo político não fazem ou não querem fazer uma distinção, aliás essencial, entre o que disseram os senhores Cotegipe e Rio Branco e o que ora acontece.

Aqueles estadistas, impelidos pela excessiva animação que as palavras e as doutrinas dos parlamentares oposicionistas poderiam levar ao Paraguai, invocaram os direitos que a guerra dá incontestavelmente ao vencedor. No entanto, uma coisa é o que cada aliado pode exigir por si só e sem sacrifício dos seus aliados; outra é a responsabilidade coletiva dos aliados para as exigências que se fizerem ao vencido.

Se não podem os aliados obstar que a República Argentina exija do Paraguai que reconheça o Chaco como argentino, seguramente que

podem e devem recusar a responsabilidade dessa exigência, uma vez que não sejam convencidos de que é fundada e justa.

Está reconhecido que, ao assinalar os limites do artigo 16 do Tratado de 1º de maio de 1865, os aliados não entraram na apreciação do direito de cada um dos limítrofes, que estes o fixaram como base dos ajustes futuros, ficando seu reconhecimento dependente das negociações da paz.

Ora, o próprio governo argentino declarou, ao ocupar a Vila Ocidental, a inteligência que dava a esse artigo, segundo a qual a vitória não conferia o direito de impor os limites que o tratado assinala, mas os que resultassem dos títulos e da discussão.

Ora, o mesmo tratado, como ponderara o senhor conselheiro Nabuco, obriga os aliados a respeitar a soberania e a integridade territorial do Paraguai.

Como, pois, não valerão estes documentos, mas, somente as palavras proferidas no Senado pelos senhores Cotegipe e Rio Branco, palavras que, aliás, não têm o sentido que lhes querem emprestar os desapiedados críticos, nem a força de uma declaração solene em nome do governo do Brasil?

O exímio estadista, a quem temos a honra de responder, não vê no artigo 2º do Acordo Preliminar de Paz, de 20 de junho de 1870, senão a obrigação de ouvir ao Paraguai.

Quem, porém, não compreende e reconhece, à vista dos antecedentes, que essa obrigação para os aliados, e o direito correlativo do Paraguai, importavam o compromisso moral de modificações, desde que estas parecessem justas? E não o cumpriu já o Brasil por sua parte, cedendo da linha do Igureí?

Como, portanto, sustentar que o senhor Quintana, a despeito do ajustado em Buenos Aires, exercia um direito, exigindo dos aliados que se reconhecessem *previamente* obrigados a sustentar, com a responsabilidade e a força da aliança, o que ele declarasse ser a última palavra do governo argentino sobre limites, sem audiência do Paraguai e quaisquer que fossem as alegações deste?

Os aliados obrigaram-se a ouvir o Paraguai e a considerar as suas propostas de modificações. O senhor Quintana, exigindo a responsabilidade moral e material dos aliados, para fazer valer o alegado, mas não provado o direito argentino, substituía àquela estipulação o seguinte: "O único juiz do que disser e propuser o Paraguai *sou eu*;

aos outros aliados não toca senão proferir o sacramental "amém", submetendo-se às consequências de minha exigência, seja ou não seja justa!"

É isto o que vem sustentar um estadista brasileiro, qualificado patriota liberal, no momento mesmo da chegada do general Mitre, incumbido da missão de resolver, amigavelmente, se for possível, essa grave questão com o governo imperial?

Realmente, custa a crer, mas o pensamento do exímio estadista aí está estampado nas colunas de *A Reforma!*

Sua excelência, precisamente quando, como o senhor Tejedor em sua nota, não leva em conta, não faz cabedal da opinião que, por parte do Estado Oriental foi manifestada, sobre o ponto da divergência entre os aliados, de acordo com a do plenipotenciário brasileiro.

Ora, por que não valerá, por que será recusada a opinião de dois aliados e só terá procedência e será aceita a do terceiro, interessado na questão do Chaco? Por que há de ser o Brasil o único que na *paz* carregue com os ônus da pretensão argentina, quando foi ele que na *guerra* suportou os maiores encargos da causa da aliança?

Não compreende, não alcança o ilustre estadista a dificuldade que a essa questão do Chaco traz a reclamação da Bolívia nem a ressalva de seus direitos pelos aliados. Entretanto, e admira em verdade que isto escapasse à perspicácia e ao atilamento de sua excelência, basta figurar o caso para que todos vejam e reconheçam essa dificuldade.

Hão de o Brasil e de o Estado Oriental obrigar pela força o Paraguai a reconhecer como *argentino* o que a Bolívia também *declara seu*, como se vê da ressalva dos próprios aliados? Não haveria nisto uma anomalia, uma incoerência, uma violência inaudita?

Se, para ser esta questão decidida entre a República Argentina e a Bolívia, o Paraguai se reconhecesse sem direitos ao Chaco, a fórmula da imposição respeitaria a ressalva feita pela aliança em relação aos direitos da Bolívia; no entanto, nesse caso, a aliança não resolveria uma questão de limites, não faria mais do que compelir o Paraguai a renunciar o Chaco, com razão ou sem ela, em proveito das outras duas nações, que alegam direitos sobre esse território.

É isto que se prescreveu no Tratado de Aliança?

Diga-o em consciência o inexorável juiz dos Tratados de Assunção, e concilie essa opinião com o que ele próprio e os outros doutores da

oposição tão entusiasticamente disseram no Senado contra os senhores Cotegipe e Rio Branco.

Supomos haver considerado e completamente refutado o ponto principal da argumentação de todos os artigos do exímio estadista, assim como os pontos acessórios a que recorreu para firmá-la.

E, pois, o que resta para concluirmos? Solicitar a benevolência de sua excelência para qualquer falta de deferência, que involuntariamente cometêssemos em relação a sua elevada categoria, e oferecer-lhe um voto muito sincero. Esse voto é que, quando chamado novamente à direção dos negócios do Estado, possa sua excelência sempre justificar e defender os seus atos com tanta justiça e com tão sólidos fundamentos como acaba de praticar o gabinete de 7 de março a respeito dos Tratados de Assunção.

6) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 16, sábado, 20 de julho de 1872

A questão argentina I

O distinto e exclusivo órgão do verdadeiro liberalismo teve a complacência, que muito cordialmente lhe agradecemos, de aguardar com *paciência* que déssemos por concluída a justificação e a defesa da nota e do memorando de 20 de junho, por ele tão injusta quão violentamente agredidos, para, três dias depois, vir anunciar a sua contrariedade.

Embora fosse lícito ver, nessa apregoada complacência, antes o desejo de repousar e, porventura, mais ainda a necessidade de ruminar na sustentação da causa infeliz e perdida com que se identificou, nem por isso deixaremos de testemunhar todo o nosso reconhecimento, tanto mais que não podemos proceder do mesmo modo para corresponder à cortesia do contemporâneo.

Sentimos pressa e parece-nos ser cumprimento de dever oferecer desde já ao incansável lidador da democracia, que só descansa por *deferência*, as considerações que nos sugeriu a leitura da sua nova razão de ordem ou artigo preliminar, inserto em *A Reforma* de ontem.

Não é justa a arguição que dirigimos ao contemporâneo, de haver faltado às conveniências aceitas e respeitadas por todos os partidos, abrindo franca discussão sobre assunto de tanto melindre e gravidade, salvo, diz o contemporâneo, se se trata dos partidos que, servindo a uma *causa que não é a do país*, não pedem à opinião a sua *norma e o seu conselho*, porque não é dela que lhes vem a força.

Aplicada esta tese do órgão liberal ao assunto que se debate, segue-se que não é *causa do país* a que o governo tem sustentado, mas, sim, a que *A Reforma,* identificada em corpo e alma com o senhor Tejedor, advoga com tanto calor, exclusivamente no interesse das pretensões argentinas!

Que singular patriotismo! Que admirável abnegação! E pensará, com efeito, assim o próprio partido que o contemporâneo se jacta de representar, que é, sem dúvida, um dos *únicos* que podem dividir uma nação livre?

Socorre-se o contemporâneo dos exemplos da América republicana e da Inglaterra realista; no entanto, esses exemplos não colhem nem têm a menor aplicação ao caso de que se trata. Em primeiro lugar, porque a *publicidade na solução* de importantíssimas questões internacionais não é o mesmo que a *intervenção do jornalismo* nessas questões – antes de discutidas e resolvidas –, só para pôr embaraços ao governo; em segundo lugar, porque não existe precedente – e, se existe, ninguém dirá que possa ser invocado como bom – de colocar-se a oposição inteiramente do lado do estrangeiro, identificando-se com a sua causa e, porventura, exagerando os pretendidos direitos dela.

Seria em verdade curioso, como aliás quer *A Reforma* e diz procederem os *únicos partidos* que podem dividir uma nação livre, que o governo, todas as vezes que se achasse em frente de qualquer dificuldade interna ou externa, se apresentasse na praça pública pedindo à opinião *norma e conselho* para resolver!

Se, como é provável, senão certo, fosse sem-número a variedade das *normas e conselhos*, qual deveria o governo preferir e como reconhecer e justificar a que parecesse melhor? Cumpriria recorrer ao *plebiscito*? No entanto, ainda sim, como de costume, não seria este acoimado de prevaricação e de fraude?

Se fomos imprudentes e levianos, por que aceitamos o debate? Se o procedimento era mau, por que imitá-lo? Exclama no seu preliminar a sentinela avançada, o guarda do liberalismo, que só por *deferência* dorme!

Como bem-achado e feliz é também o dilema formulado sobre este ponto pelo contemporâneo! Ou, como ele, foi imprudente e leviano; ou, como ele, procedeu mal; ou, então, porque *precisava defender-se* (ainda bem que contemporâneo o reconhece), o governo teve em maior conta a *justificação dos seus atos* do que as *conveniências* da causa pública!

E que tal? O que dirão a isto os chefes, os mestres do partido que *A Reforma* representa e um dos *únicos* que podem dividir as nações livres?

Quando as conveniências da causa pública foram tristemente esquecidas, quando esta é posta em risco eminente pela imprudência e leviandade dos oposicionistas cegos e despeitados, a sustentação e a defesa dos atos do governo, ou antes a aclaração da verdade para trazer as coisas a seus justos termos, é com todo o desplante qualificada de imprudência e de leviandade, ou como consulta de interesse particular com preterição do interesse público!

Não houve incoerências nem contradição, não houve querer e não querer da parte do órgão liberal *ao aplaudir* a ideia de resolver-se o conflito pacífica e *decentemente* (é notável esta teima na *decência*), estranhando a frouxidão e o descoramento da nota e memorando!

Aos olhos dos publicistas de *A Reforma*, a causa do senhor Tejedor é *justa*; o modo como a articulou é que é *injurioso* aos brios da nação. Reconhece no ministro argentino *sobeja razão* para reclamar contra os Tratados de Assunção, mas não pode tolerar que o fizesse nos termos *descorteses* de que se serviu!

E de par com tudo isso, o órgão liberal, *sem querer* que se afinasse a resposta pelo mesmo diapasão e condenando a frouxidão e a falta de cor da resposta do governo, *queria*, todavia, que se fizesse sentir ao governo argentino, por um método sem dúvida especialíssimo e que só os publicistas da rua do Ouvidor conhecem, o *descomedimento e as insolências* da nota de 27 de abril!

Ora, como compreender esta embrulhada, como decifrar semelhante charada sem que o contemporâneo dê a lume, em termos precisos, a *bitola* do seu engenho?

Além do que fica considerado, no artigo preliminar do pregoeiro da verdadeira liberdade, o que há mais são apenas palavrões do pretendido patriotismo nobre, desinteressado, leal e puríssimo, que tanto alardeiam os publicistas sem rivais! A esses palavrões, nada oporemos, desejando

mesmo que fiquem de pé, para que o país bem os contemple e os compreenda!

Embora muito nos custe, porque deveras a matéria está esgotada e, decerto, definitivamente formado o juízo da nação, não deixaremos, contudo, de acompanhar o órgão liberal em sua réplica ou contrariedade, se ela não for a simples repetição do que já cabal e completamente está refutado.

7) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 16, sábado, 20 de julho de 1872

Uma retificação

Ao dirigir hoje uma carta à redação de *A Reforma*, escreveu o senhor doutor Silveira Martins as seguintes linhas, que não posso deixar passar sem protesto: "Não tem, pois, razão a folha ilustrada, que se redige no escritório do senhor doutor Paranhos [...]"

O senhor doutor Silveira Martins fiou-se de falsas informações. Nenhuma folha ilustrada *é redigida no meu escritório*. No prédio em que, como advogado, tenho uma sala, imprime-se, é certo, uma folha ilustrada, mas o seu redator e proprietário reside no segundo andar, e eu nada absolutamente tenho com a redação de semelhante jornal.

Posso asseverar ao senhor Silveira Martins (e suponho ter direito a ser acreditado por sua excelência) que nem sequer li ainda o artigo a que se refere e a que responde hoje.

Outro ponto que não devo deixar passar sem reclamação é o de que sua excelência parece atribuir-me e ao meu distinto amigo e colega senhor doutor Gusmão Lobo, a paternidade de certas censuras que uma parte da imprensa lhe tem dirigido pelo voto que deu como deputado na questão relativa à estrada de ferro do Rio Grande do Sul.

Não poderia eu nem aquele ilustre amigo dirigir-lhe tais censuras, entendendo como entendemos, que um representante da nação não pode, sem faltar aos seus deveres, deixar de votar por uma ideia que adota e defende só porque os seus adversários políticos também a abraçam e procuram realizar.

De modo algum poderia o gabinete de 7 de março considerar como um voto de confiança política o que deram nesta questão os membros da oposição liberal, assim como não poderia dar essa significação ao apoio franco e leal que recebeu de quase todos os senadores liberais na questão da reforma do elemento servil.

As censuras a que o senhor doutor Silveira Martins se refere foram feitas por uma folha política da sua província e não por mim, que (devo declarar) conquanto escreva para *A Nação*, não sou responsável por todos os artigos que este jornal publica nem por todas as transcrições que faz.

Silva Paranhos

8) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 17, segunda-feira, 22 de julho de 1872

A nação

A leitura, que rapidamente fizemos do extrato da sessão do *Reichstag*, de 10 de maio último, causou-nos profunda mágoa e decidiu-nos a reclamar contra a injúria que, do alto da tribuna, nos foi lançada pelos membros do Parlamento de um povo amigo. Além do insulto, pelo qual não faremos responsável a nação, há o dano que essas palavras inconsideradas nos acarreta. O que motivou essa agressão tão insólita do parlamento alemão? Exponhamos os fatos.

O governo imperial havia celebrado contrato para estabelecimento, na província de São Paulo, de 15 mil imigrantes do norte e do sul da Europa. A notícia da celebração deste contrato, transmitida para Europa pelos agentes consulares alemães no Império, deu motivo para que as autoridades superiores daquele país recomendassem às províncias o rigoroso cumprimento da circular de 3 de novembro de 1859, renovada por edital de 13 de abril de 1871, que veda no país o estabelecimento de agências brasileiras de colonização.

Na mesma ocasião, como que para destruir a má impressão que esta ordem ia causar, apresentava-se ao *Reichstag* uma petição, firmada por 2.300

alemães estabelecidos na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, solicitando a revogação dessa circular e a franca emigração para o Império.

Foi esta petição dos súditos alemães, residentes no sul do Império, que motivou a insólita agressão de que fomos vítimas.

Não repeliremos insulto com insulto. Temos em subida consideração o caráter alemão para tornar a nação solidariamente responsável pela linguagem irrefletida de alguns de seus filhos.

A condenação desse procedimento está na mesma petição em que tantos súditos alemães representam contra o interdito da emigração para o Brasil.

Seriam os maus-tratos, a fome e a miséria que os induziriam a solicitar de seus compatriotas liberdade para os que quisessem vir tentar fortuna no rico e fértil solo do Brasil? Ninguém ousará dizê-lo.

Nessas acusações injustas e sem razão de ser, não encontramos a prudência, a reflexão nem a sisudez com que costumam os filhos da velha Germânia fundamentar suas opiniões. O caráter alemão é refletido e severo na observação e na análise dos fatos.

Temos necessidade de destruir o juízo errôneo que se fez sobre a colonização alemã no Brasil; antes, porém, seja-nos permitido falar de nós.

A sábia e ilustrada Germânia tem o Brasil em tão ruim conta que parece nada conhecer da nossa história, das nossas leis, das nossas instituições e dos acontecimentos que, dia para dia, tornam cada vez mais incontestável o direito de figurar-nos entre as nações civilizadas.

Se os livros, os atos públicos, os jornais e o crescido número de viajantes que diariamente cruzam entre o Império sul-americano e a velha Europa não lhe prestam minuciosas informações sobre o estado de nossas coisas internas, mandem os que o ignorarem emissários seus estudar acuradamente o desenvolvimento do Brasil, e convencer-se-ão de que a imensa população, que na Alemanha não encontra trabalho, achará, nas férteis e vastas províncias do Brasil, um futuro próspero e risonho.

Em sua gratuita acusação, tacham-nos os parlamentares alemães de *bárbaros do quinto século*. Estude a Alemanha nossas instituições e diga se as tem mais livres e mais sábias, no que respeita principalmente às garantias individuais.

O Brasil, nação de ontem, é regido pela constituição mais liberal do mundo; os códigos penais podem servir de modelo às nações mais

civilizadas, as ciências são cultivadas com esmero e a indústria, em alguns dos ramos explorados, tem já concorrido com as da culta Europa.

O povo que chamais bárbaro e inculto ergue os mais faustosos monumentos para apurar os enfermos e amparar os órfãos, os desvalidos e necessitados, sua generosa e franca hospitalidade para o estrangeiro é proverbial.

O povo que chamais bárbaro transforma seus bosques em searas, cultiva seus campos, perfura suas montanhas e leva o lábaro da civilização ao interior de seus vastos domínios; seus mares e rios já são sulcados por grande número de embarcações movidas a vapor: seus portos são visitados todos os dias pelos vapores e paquetes de diversas companhias da Europa e dos Estados Unidos.

Não temos a presunção de supor que o Brasil atingiu já o auge do adiantamento; pelo contrário, temos a franqueza de reconhecer que ainda há diante de nós longa estrada a percorrer.

O povo, que chamais de inculto e bárbaro, acaba de dar ao mundo inteiro a prova mais irrefutável de sua índole e de sua ilustração.

Ninguém, por certo, responsabilizará os brasileiros de hoje pela existência da escravidão no Brasil, legado de nossos maiores europeus. Senão a abstemos totalmente, já lhe demos golpe mortal, e isto quando era daí que nos vinham os braços para lavoura, nossa principal fonte de riqueza e prosperidade.

Os princípios de humanidade e de moral, tão preconizados nas teorias europeias, estão por nós adotados e praticados com uma espontaneidade de que não há exemplo nos povos que passam por mais civilizados do que nós.

O povo inculto e bárbaro, o povo que é representado como traficante de carne humana, votou uma lei que estancou a fonte da escravidão neste país e que a extinguirá gradualmente em curto período. Não há exemplo de que uma medida de tão grande alcance, e que ia atacar tantos interesses, fosse aceita em parte alguma com a calma com que o foi entre nós.

O Brasil, podeis estar certos, não é esse povo inculto e bárbaro que supondes. Exprobrar aos brasileiros de hoje a maneira como seus antepassados exploravam o trabalho dos africanos é o mesmo que tornar responsáveis os atuais habitantes da Europa pelas carnificinas, pelos incêndios e pelas depredações praticados por seus antepassados, movidos pela cobiça e pela sede de conquistas.

9) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 18, terça-feira, 23 de julho de 1872.

A questão argentina II

Pela leitura do segundo artigo, ou, antes, do primeiro depois do preliminar, ao qual respondemos em nosso número de 20 do corrente, firmamos a convicção de que, como naquela resposta previmos, o órgão liberal voltaria à carga sobre a questão argentina só para repetir, até a saciedade, que seus argumentos são precisamente os do senhor Tejedor, de cuja linguagem já nem fala, sem dúvida porque também já com ela conformou-se, para provar assim seu perfeito acordo no fundo e na forma.

O inspirador desses artigos, que parece ser o modesto estadista das ***, procede do mesmo modo. Cumpre, entretanto, reconhecer e confessar que, como máquina de guerra, a arma é muito fraca e nem o próprio governo argentino cairá em tão perigoso laço; como escada para subir ao poder, seguramente seria fatal aos seus próprios obreiros.

O estadista modesto e seus discípulos, que tão pouco o são, pondo de parte a inteligência que o próprio governo argentino deu ao Tratado de Aliança nos artigos da questão que se debate, argumentam com as palavras dos senhores Rio Branco e Cotegipe, aliás já replicadas e contestadas no sentido absoluto que se lhes dá, não só por aquelas declarações do governo argentino, mas também pelos próprios estadistas da oposição. O que estes disseram, então, não serve, não tem significação, não vale. O que só serve e deve valer é o que *alguns* deles dizem hoje, em presença do conflito argentino.

O senhor Quintana exigiu o que podia exigir! Justo Deus! E isto é escrito por pena brasileira em face do general Mitre?

O tratado fixou o máximo das pretensões de cada um dos aliados limítrofes sobre limites. Fixou o *máximo*, diz o órgão liberal, mas entende que os aliados se obrigaram não só a respeitar em máximo, mas também a defendê-lo pela força e a sacrificar a essa máxima exigência todos os interesses e direitos da aliança, que assim ficariam sem solução, enquanto que o governo argentino resolveria por sua parte a questão com a ocupação efetiva.

Quem diz máximo, implicitamente, reconhece que há solução possível a quem disse máximo; no entanto, segundo *A Reforma*, o juiz único de qualquer concessão é o aliado interessado, isto é, o governo argentino. Aos outros aliados não cabia senão ou a obrigação de fazer de novo a guerra ao Paraguai, se este não cedesse e se aquele o exigisse ou a de retirar-se e nada tratar com o vencido, tudo de conformidade com o bem-querer dos argentinos. Que política sublime!

A semelhante absurdo oponhamos, ainda uma vez, a doutrina também extrema, é certo, da oposição no Senado, mas generosa e sem dúvida inspirada pela dignidade e pelos interesses brasileiros. Eis o que o senhor conselheiro Nabuco intimou no Senado ao senhor barão de Cotegipe, em nome de toda a oposição:

> O pensamento da oposição é este: o Paraguai pode recusar os limites, porque é um direito da sua soberania, que reconhecemos e prometemos manter; se, porém, usando da força, usando da lei do vencedor, que o nobre ministro invoca, impusermos ao Paraguai, cujo território ainda ocupamos, limites que ele não aceita, a oposição não aprovará esse proceder, mas há de considerar o tratado nulo, porque não há maior nulidade nos contratos que a falta de liberdade dos contratantes; há de ver nesse proceder não o direito, mas o fato consumado pela natureza das coisas, porque a nação fraca não tem remédio contra a nação forte.

Concluindo, não é preciso que nos fatiguemos mais em repetir que, uma coisa é o que cada um dos aliados limítrofes podia exigir do vencido, dentro daquele máximo, sob sua única responsabilidade; outra coisa é o que pretendesse exigir sob a responsabilidade moral e material da aliança.

Negar que, no segundo caso, os aliados não podiam proceder como testas de ferro, que subscrevessem e aceitassem as consequências do que repugnasse à sua consciência, é proferir um absurdo e uma degradação moral.

E porque *estamos com a mão na massa*, permita o qualificado estadista das ***, adorado oráculo de *A Reforma,* que mesmo neste artigo consideremos o *quinto* de suas elucubrações, que nos surpreendeu, porque julgávamos haver terminado com o quarto da série a que já respondemos.

Achando-se fraco na questão externa, procura sua excelência agora complicá-la com as querelas de nossa vida interna. Neste procedimento, se retrataria o exímio estadista perfeitamente, se tão bem já o não houvesse feito o entusiástico proclamador de suas perfeições!

Censura sua excelência ao senhor ministro da Fazenda por fazer e por não fazer. Nisto alude a uma gratificação, de que fala o relatório deste ano, dada aos empregados do Tesouro e às tesourarias, em atenção à mesquinhez dos seus vencimentos e a outras circunstâncias.

O ministro fez mal, mas também fez, diz o censor, porque não repetiu no semestre corrente essa gratificação!

Assim conseguiu o implacável crítico satisfazer a sua boa vontade para com o ministério e não ficar mal com os empregados, que continuarão a ver nele o mais paternal dos ministros.

Aludindo também à demissão do indivíduo nomeado para tesoureiro da Tesouraria-Geral do Ceará, em dias do ano passado, entende que o governo deveria demiti-lo, não a seu pedido, mas sem esta cláusula, embora o nomeado se apressasse a pedir a sua exoneração.

Ao censor, a todo o transe, não contentam os escrúpulos do governo em não conservar o nomeado, que, aliás, teve em seu abono, até pela imprensa, informações favoráveis de pessoas de consideração.

O censor queria que o ato do governo desse por provadas as acusações, sem processo nem sentença, e que recusasse a demissão a pedido, quando o acusado se antecipara a solicitá-la.

Não basta ao censor o fato da exoneração. Queria que o governo tomasse a si imprimir o ferrete de graves acusações ao nomeado.

Vamos, porém, à questão externa. Antes e de passagem, agradeceremos ao exímio estadista o ter dado testemunho público de que é mais velho do que o senhor Rio Branco, posto que a superioridade dos anos não o torna mais tolerante e menos ofensivo.

É verdade que o nosso distinto amigo não conta ainda meio século de serviços, mas confiamos em Deus que há de ir além desse limite, assim como fazemos votos para que o ilustre estadista das *** some muitos além dos seus largos 50, para mostrar-se mais justo com os seus adversários e, assim, reparar muitas de suas faltas para com o próximo, que ficam mal a quem tem verdadeiro mérito, como nos comprazemos em reconhecer-lhe.

No entanto, entrando na questão principal, os Tratados de Assunção, é realmente admirável como o distinto publicista e parlamentar lança

no mais completo olvido o que ele disse no Senado, para vir agora transcrever-nos textualmente o artigo 16 do Tratado de Aliança sobre limites e dizer-nos que os aliados estão obrigados a sustentar *pro aris et focis*[*] esses limites, não como bases (aliás frase do tratado), mas como direito perfeito e incontestável.

É a questão pela questão. Ninguém ignora o que cada aliado assinalou como base de seus ajustes de limites com o Paraguai. Ninguém também contesta que a aliança deve apoiar a exigência de que esses ajustes se façam e que deve apoiá-los com empenho comum até onde os julgue justos, depois de ouvir o vencido.

A questão de poder ou não tratar separadamente não tem seu assento nesse artigo dos limites. E já provamos que nem o tratado nem a natureza dos ajustes impedia que fossem celebrados separadamente.

Era preferível que a negociação fosse conjunta? Também o reconhecemos. Entretanto, não sendo possível, como se reconheceu, depois de dois anos de tentativas inúteis, o que convinha fazer? Manter o *statu quo* indefinidamente?

Isso o dirá hoje o exímio estadista, embora não o dissesse antes; isso não dirá quem imparcialmente consultar a dignidade, o direito e os legítimos interesses do Brasil. O *status quo* era a humilhação do Império, o malogro de seus imensos sacrifícios em cinco anos de guerra e a ruína do vencido, cuja sorte se tornava incerta e piorava de dia em dia. Só ganharia a República Argentina, que tomou posse dos territórios que diz seus e que hoje só nos limites vê a vantagem que lhe pode resultar da guerra com o Paraguai.

Perdeu o Brasil força moral ante o vencido em tratar separadamente? Os fatos provam que não. Cedemos apenas o que, muito antes, prometêramos ceder. Fomos moderados e coerentes, nada mais, nada menos.

E é o estadista brasileiro das *** quem nos vem dizer que, em 1865, em presença dos perigos da guerra, aceitamos condições que hoje recusamos? O que isto prova é o pouco conhecimento que ele tem das circunstâncias do Império e da República Argentina ante a conjuntura dessa guerra. A aliança era natural e reciprocamente útil, mas não indispensável; nem era, também, mais necessária a nós do que aos argentinos.

---

[*] Em defesa da religião e da pátria. (N. E.)

Essa reflexão só pode caber aos que aceitaram a cláusula do protocolo anexo, relativa às fortificações paraguaias, e depois recusaram cumpri-la – quando vencido o inimigo comum –, no intuito de popularizar entre os paraguaios e aos olhos dos outros povos a sua pretensão de limites.

Só pode caber também – aos que estipularam indenizações de guerra, e procuram agora torná-las odiosas e anulá-las – no mesmo intuito, querendo assim que a cessão do Brasil seja o preço da aquisição do Chaco.

É notável a chicana de advogado forense com que se torturam as nossas proposições e se interpretam os atos da aliança para incriminar o Brasil e concluir que só os argentinos têm razão neste pleito. Argumentando sempre de boa-fé, dissemos – com a nota de 20 de junho – que fora preferível tratar conjuntamente e que algumas disposições do tratado poderiam ser mal-interpretadas e desenvolvidas, se não houvesse acordo entre os aliados para os ajustes definitivos de paz. À vista disto, o exímio estadista exclama, muito ancho, que confessamos assim os seus assertos.

No entanto, nós acrescentamos que felizmente houve esse acordo, que consta dos protocolos das Conferências de Buenos Aires e de Assunção.

Responde-nos que os protocolos não continham senão um projeto de tratado. E nós diremos, sem dúvida alguma, porque faltava a negociação com a outra parte interessada, que é o Paraguai. Nesse projeto, porém, que foi trabalho de meses entre os aliados, interpretaram-se todos os artigos da aliança e formularam-se os artigos dos ajustes definitivos.

O próprio governo argentino não contesta senão uma das disposições do nosso tratado, a relativa à conservação de forças brasileiras no Paraguai, o que, aliás, reconhece que é facultativo, e não obrigatório, para o Brasil. Ele quer salvar a sua questão de limites sem pretender que se anulem os tratados brasileiros. Aí está a célebre nota de 27 de abril e a proposta feita ao senhor barão de Cotegipe.

O exímio estadista, chefe liberal, é hoje mais argentino do que os argentinos!!

O que dissemos sobre a garantia dada pelo Brasil à independência, à soberania e à integridade do Paraguai continua a ser sofismado pelo excelentíssimo censor. Quer ele dar-nos uma lição jurídica, que não aceitamos, porque não vem a propósito e é muito corriqueira.

O que dissemos, e não se pode razoavelmente contestar, é que o Brasil firmou o compromisso que contraíra com os seus aliados – o da garantia coletiva – e que esta não exclui a garantia singular, quando não possa verificar-se a coletiva. A garantia individual, que só teria lugar na falta daquela, é direito inerente à soberania do Brasil, que este não renunciou nem renunciará jamais.

Resolvíamos parar aqui a fim de não desagradar *A Reforma,* que não pode suportar artigos *longos,* senão os seus e os do mestre, quando verificamos que também nada mais havia a considerar no quinto artigo do exímio estadista.

Esperemos, pois, ver se a *série* continua, embora com caráter de dízima periódica.

10) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 19, quarta-feira, 24 de julho de 1872

(Sem título)

A imprensa oposicionista, convencida de que nada conseguiria com a opinião de seus declamatórios editoriais, usando da intriga política para embaraçar o governo no desenvolvimento do seu sábio plano de ordem e progresso, enche agora as colunas dos seus jornais com artigos tendentes a advogar os interesses da República Argentina contra o Brasil.

Ainda bem.

Quanto à política interna, nada acham que dizer do gabinete de 7 de março, e isso quando está próximo o dia da reunião do povo para eleger os eleitores da representação nacional.

Espanholadas de uma vez, as folhas oposicionistas defendem com todo o entusiasmo a *reclamação argentina* com admiração dos bons brasileiros e surpresa dos senhores Tejedor e Mitre.

E, apesar de estar demonstrado, à luz meridiana, que o Brasil é que tem razão, tal é o poder atrativo dos argentinos, que deslumbra a vista dos homens da *República* e de *A Reforma* a ponto tal que elas veem negro onde o azul é vivo e brilhante.

Damos os parabéns ao governo. É o seu mais assinalado triunfo.

Nesse procedimento dos adversários está toda a vitória dos eminentes cidadãos, que tão civicamente dirigem a nau do Estado, desviando-a dos horríveis arrecifes erguidos pelas facções.

E o que podem eles dizer de justo e verdadeiro? O governo trabalha incessantemente pela prosperidade pública. Cogita continuamente dos meios precisos para elevar o Brasil à altura a que o destinou a providência divina. Procura por todos os meios estudar e realizar as reformas essenciais e urgentes, que tendam a desembaraçar o país das teias em que se prende, para livre e desembaraçado avançar na trilha do futuro grandioso que lhe cabe.

Desvelando-se pela causa pública, aguarda o solene momento da reunião da Assembleia Geral Legislativa, convocada para o dia 1º de dezembro, e aí apresentará o fruto de suas contínuas lucubrações, do seu amor pelo país e pelos brasileiros.

Desse modo, o gabinete de 7 de março demonstrará a todos em geral o quanto presa o seu dever e o quanto valem para ele a causa santa da pátria, o bem público, o futuro do Brasil.

De fato, é glorioso para um governo qualquer ver, nas proximidades de um pleito eleitoral, como o que vai abrir-se a 18 de agosto, provocado pela manifesta indisciplina de uma Câmara revoltada contra si mesma, a paz, a tranquilidade e a ordem que se mantêm no Império, e a liberdade de ação que o governo imperial procura a todo transe manter, para que a consulta à urna popular seja feita com a maior franqueza e represente a fiel expressão do voto popular, a fim de que a representação da soberania do povo seja uma verdade e não uma mentira. A eleição a que vai proceder-se em 18 de agosto e a que se procederá em 19 de setembro serão feitas com a maior calma, sem a menor pressão e violência.

O voto do cidadão será garantido. A polícia não rodeará as urnas, não forçará o voto do homem livre no mais sublime exercício de sua liberdade, como tantas e tantas vezes o aconteceu no domínio político dos adversários.

Os deputados serão os eleitos do povo, poderão vir de fronte erguida e ânimo seguro, cooperar com o ministério para a realização das urgentes medidas reclamadas pelas necessidades públicas.

Continue o governo a dirigir assim os negócios do Estado, persevere na honrosa missão que lhe foi confiada pela coroa, despreze os ataques

gratuitos de inimigos mal-intencionados que defendem o estrangeiro contra o Brasil, que põem de propósito o escuro onde está o claro, que procuram por todos os meios ocultar a luz, esquecidos de que ela, viva e brilhante, zombará das trevas e fulgurará sempre majestosa, abatendo o erro e a mentira. Continue o governo que, assim procedendo, será abençoado pela pátria e pelas gerações do porvir.

Assim o cremos.

11) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 20, quinta-feira, 25 de julho de 1872

A nação

Continuam *A Reforma* e *A República* a advogar a causa do estrangeiro, com satisfação da República Argentina e pesar dos brasileiros. Que sejam felizes. Nós não as acompanharemos nesse terreno escabroso, deixaremos o julgamento ao severo juízo da opinião. Ela que profira a sua severa e justa sentença. Não apelaremos dela. Prossigam os adversários do governo imperial a sua ingrata tarefa, frua o estrangeiro a satisfação dessa defesa; curaremos nós dos reais interesses da pátria.

Aos adversários, a gratidão do estrangeiro e, quiçá, o agraciamento que pode dar uma república a um aliado estrangeiro. Para nós, o justo apreço do país. Trataremos de outro assunto.

A oposição tem invectivado o governo por interferir no pleito eleitoral anunciado para o dia 18 próximo do mês de agosto. As cartas particulares das províncias do Império e a correspondência oficial das mesmas províncias proclamam em alto e bom som que a liberdade do voto nunca foi garantida como o está sendo e o será na próxima eleição. Não tememos contestação. Embora a folha dissidente, acompanhada das folhas democráticas *A República* e *A Reforma* queiram dar testemunho do contrário, não o conseguirão. Será improfícuo trabalho.

O governo recomenda a maior abstenção aos seus delegados nas províncias e não impõe nenhum candidato; portanto, pode surgir a invenção, mas nunca virá a prova do que adrede imaginam os adversários

políticos do governo imperial. O que se tem escrito em contrário, os fatos narrados pelas folhas oposicionistas, adulterados por ela, dão-se com todos os governos, são filhos de todas as situações. Nem o governo pode ter a responsabilidade deles. Não está em suas mãos. Não foram nem são por ele provocados. Tanto basta para a sua plena justificação.

O que o governo faz e fará é providenciar por todos os meios a seu alcance para que eles não se reproduzam, tratando de sindicar o que há de verdadeiro para punir o excesso, a violência, o abuso, de onde quer que eles partam. É a sua nobre missão.

Ninguém mais do que o governo, que apelou para a soberania popular, quer e deseja a maior liberdade do cidadão no mais importante exercício de sua liberdade civil, do seu direito político. Apelou da Câmara para o povo, e este, em sua soberania, dirá, em face da nação, de que lado estavam a razão e a justiça nesse leviano conflito de 21 de maio. Ele pronunciará o seu julgamento com a maior independência, sem pressão, sem esforço policial, sem que as baionetas rodeiem a urna eleitoral.

O antigo sistema seguido pelos *governos libérrimos* será abolido pelo *governo pessoal*. Os nossos adversários passarão por mais uma decepção; mais uma derrota os confundirá, pulverizando as armas com que se batem na arena política. Podem estar tranquilos. O sangue do brasileiro não correrá diante da imagem santa do crucificado, nem o esbirro policial arrastará o cidadão ao altar da pátria convertido em pedra bruta de horrendo sacrifício. Esses tempos já passaram. O domínio do *governo liberal*, em que tudo isso se dava, extinguiu-se; hoje, domina o *governo ditatorial* em que tudo isso se não dá, porque o *poder pessoal* respeita mais do que tudo a vida, a paz, a segurança e a liberdade do cidadão brasileiro.

As portas do templo augusto dos legisladores da pátria estão abertas para todos os cidadãos que tiverem as condições legais; todos eles têm o mesmo direito, podem intervir nos negócios de seu país. Não será o governo quem se anteponha diante deles para embargar-lhes o passo. Ele respeitará o direito de todos. O que o governo deseja, o que quer, para o que incessantemente trabalha, é para o erguimento do Brasil ao seu verdadeiro destino. É o seu mais caro *desideratum*. Inventem os oposicionistas o que quiserem, não conseguirão arredá-lo desse propósito. Será tempo perdido.

Quando a câmara se reunir, verá o país todo a mais brilhante demonstração do quanto vale o gabinete de 7 de março no exercício da alta administração do Estado. As *reformas* importantes que foram apresentadas ao Parlamento e as medidas de profunda meditação política darão cabal prova de que o governo não gastou o tempo em escrever circulares, nem cartas particulares recomendando este ou aquele candidato ao sufrágio popular; e a Câmara, composta de legítimos representantes da nação, de verdadeiros mandatários do povo, fará justiça inteira ao governo, votando as suas reformas, honrando o seu mandato, e engrandecendo a sua pátria.

São estes os nobres sentimentos do gabinete de 7 de março, as suas mais patrióticas aspirações, e elas, mercê de Deus, serão coroadas de feliz sucesso, em que pese aos inimigos da ordem e prosperidade pública.

As aspirações frenéticas dos políticos ambiciosos serão abafadas, o governo não verá mais erguidos diante de sua carreira entraves que só a paixão e a imprevidência poderiam erguer, para a plena satisfação do seu interesse próprio. Essa malfadada política terá fim. A depuração se fará, e a opinião pública, separando no dia 19 de setembro o trigo do joio, votará a pátria ao seu real destino. Essa é a sublime missão do governo imperial. Ele a realizará.

***

Risonha e auspiciosa desenha-se a atualidade, nos horizontes que devassam o porvir deste magnífico país. É sempre escura a tela do futuro, em que nas brumas do imprevisto não conseguiu ainda a ciência humana irradiar-se; no entanto, como os efeitos derivam-se das causas, como os frutos raras vezes desmentem as sementes, as induções e as probabilidades nos tranquilizam sobre épocas vindouras e não remotas, pois que começam já a florir os bens, cuja colheita não se fará muito esperar.

Fortes da mais fecunda seiva, encaminhamo-nos por vastos itinerários a ombrear com as nações mais civilizadas; e o progresso, em suas variadas faces, nos impele, sobranceiro, para os altos destinos a que providencialmente somos fadados.

Bem raras vezes têm os povos situações mais prósperas e alvissareiras do que a que agora desfrutamos. Para aferi-las, para deixar em saliente

relevo que não declamamos, seja-nos lícito um golpe de vista sobre o que nos circunda, como exame dos abundantes mananciais de que haurimos a vida, o vigor que nos robustece e afervora.

Comecemos pela imprensa, termômetro de precisão matemática para ajuizar-se da felicidade de um povo. Os jornais da oposição concorrem diretamente para demonstrar a verdade de nossas asserções: dados ao debate de questões externas, arredios dos bons caminhos, estranhos à verdade e à justiça, armados contra o civismo do governo, traduzem, em seu procedimento, que nos negócios internos há a maior deficiência de assunto em que possam nutrir-se a acrimônia e o despeito, que sempre esgrimiram.

Quando, na ordem dos melhoramentos materiais, pensa-se seriamente e muito realiza-se na viação e na colonização, encurtando largas distâncias e povoando desertos, por projetos gigantescos como os das estradas de Antonina a Curitiba e daí ao Mato Grosso, o que fazem *A República* e *A Reforma*?

Indo além das exigências argentinas, excedendo ao governo de Buenos Aires, que quer paz, turvam as águas, desenham embaraços e suscitam complicações, que felizmente o governo saberá dissipar, na marcha acertada e imponente com que se dirige ao desempenho de sua nobre missão.

O Diário emudeceu, a consciência parece ter alvorecido naquela alma desviada, e o remorso estará a pungi-lo de seus desatinos e descomedimentos. Na ordem intelectual, não são menores os proveitos auferidos, e em muito mais larga escala se procede ao mais fecundo dos plantios, na instrução que se derrama pelo povo. Assistimos a uma grande revolução, benéfica, incruenta, que produzirá os mais sazonados e saborosos frutos.

A iniciativa individual, a mágica e a poderosa alavanca das sociedades modernas, ei-la aí, nos cometimentos literários dos liceus que se abrem, das escolas que se multiplicam, e dos livros que surgem! Como é bela esta aurora, que já esclarece, porque o sol já doura os píncaros de nossas montanhas.

Não é verdade que a moral, os hábitos tranquilos, os costumes modestos, o temor de Deus, a observância do decálogo, o maior e o mais sábio de todos os códigos hão de brotar do consórcio feliz do progredir material com o desenvolvimento intelectual das massas?

E diante do grande espetáculo que se exibe no mais vasto dos cenários, do Pará que se coloniza ao São Francisco, cujo dorso se dobra sobre a quilha do vapor, não é para glória do governo que a imprensa oposicionista se humilha, patrocinando as exigências ilegítimas da ambição e da fraude?

Analise o espírito da imparcialidade, se, em outras eras, dias antes de pleitos eleitorais, o país se dava a feliz tranquilidade em que retempera suas forças e exulta, caminheiro robustecido na fé de um venturoso futuro!

Pelo que ocorre, aqui na corte, onde mais variados são os interesses, onde maior é o número dos lidadores, avalia-se o procedimento acertado e exemplar do governo, não autorizando uma queixa, não dando lugar ao menor descontentamento! A moderação, a tolerância, o desejo de concórdia, eis incontestavelmente o pensamento do sábio gabinete, cuja prudência, civismo e probidade correm incontroversas [*sic*].

Muito há a esperar de tão feliz situação, pois que na próxima reunião do Parlamento tudo o governo envidará para que se realizem as sábias reformas, que tem em vista, quer sobre a Guarda Nacional, quer sobre o processo eleitoral etc.

A própria oposição reconhece que, em finanças, muito vamos melhorando e que isto é tudo, desde que são atendidos, além de todos os serviços ordinários, grandes projetos, procurando-se pela telegrafia e pelas locomotivas prender os centros comerciais e vincular as províncias.

Neste harmônico concerto de sucessos felizes, registrados pela própria imprensa oposicionista, descobre-se a mão tutelar do governo, na confiança, que inspira, nas adesões, que conquista, nos melhoramentos, que promove e derrama.

Sobranceiro à grita das facções, que não dizem ao que vão e de onde vêm, grato é confessar que o gabinete tem sabido desarmá-las, pela prudência e pelo judicioso de seus atos; é ao que se deve atribuir o silêncio de seus órgãos em todos os pontos de política interna. No que concerne à política exterior, não é menos patriótica a linha de conduta do ministério, que na questão argentina sairá de modo invejável.

Concluamos congratulando-nos com o país: o melhoramento de nossas finanças, o derramamento da educação pública, a realização de grandes vias de comunicação, a prosperidade das artes e dos ofícios, o amor das letras e a colonização, assuntos que ocupam o poder, que

são auxiliados pela iniciativa particular e que nos auguram uma era de bem-estar e de engrandecimento; guia-nos a boa estrela que patrocina os destinos deste abençoado solo. As instituições firmam o futuro dos povos, e as temos libérrimas e felizes.

12) ***A Nação***
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 21, sexta-feira, 26 de julho de 1872

A nação

No nosso artigo anterior, demonstramos até a evidência de que os epítetos de *povo inculto*, *bárbaro* e *traficante de carne humana*, que por alguns dos membros do *Reichstag* nos foram dirigidos, só provam a ignorância e a desenvoltura de linguagem de quem os proferiu.

Não há dúvida de que pagamos bom tributo à inexperiência, em nossos primeiros ensaios de colonização; estes ressentiram-se dos efeitos que acompanham todos os noviciados, mas, ensinados à nossa própria custa, tratamos logo de remediar o mal, evitando nossos erros e frustrando a especulação europeia.

Os primeiros tentâmens de introduzir trabalhadores livres no Império não corresponderam aos sacrifícios pecuniários feitos para tal fim. A despesa realizada com esse exercício elevou-se, em poucos anos, à enorme quantia de 12 mil contos de réis (£1.200,000) e não foi compensada como se esperava que o fosse.

Duas, a nosso ver, foram as causas que contribuíram para esse mau resultado: a má escolha de emigrantes que nos eram enviados da Europa e a escolha dos lugares para o seu estabelecimento.

O fato de serem encarregados de agenciar emigrantes na Europa indivíduos sobre os quais não pesava responsabilidade alguma e que auferiam uma remuneração pecuniária proporcional ao número de emigrantes que engajavam, deu origem ao primeiro inconveniente que apontamos. Pouco zelosos na escolha, esses comissários não atendiam às qualidades dos indivíduos, só tinham em vista a quantidade, e daí proveio a remessa de centenas de imigrantes sem aptidão alguma para a

lavoura e de, envolta com eles, indivíduos sem profissão alguma, desses que pululam nas tavernas e nas esquinas das ruas.

No entanto, vê-se que os bons e os que foram bem colocados prosperaram, chegando a ser abastados proprietários. É disto uma prova a florescente colônia de São Leopoldo, que, estabelecida à margem do rio dos Sinos na província do Rio Grande do Sul, tornou-se dentro em pouco tempo o celeiro da província e é hoje uma importante povoação com cerca de 20 mil almas, mantendo uma linha de navegação a vapor diária com a capital da província.

Outro exemplo é a colônia Blumenau, na província de Santa Catarina, que conta em seu seio 6.329 almas e que, no ano último, depois de abastecer o consumo local, exportou sobras no valor de 132 contos de réis (£132,000).

A circunstância de estabelecerem-se alguns núcleos coloniais em pontos distantes dos centros comerciais e privados de fáceis vias de comunicação prejudicou o desenvolvimento dessas colônias e gerou grandes queixas.

Essa circunstância, porém, não autoriza a asserção de que os colonos entre nós são estabelecidos em lugares insalubres, onde sucumbem, vítimas das moléstias que infestam essas paragens.

Corramos a documentos oficiais, e eles darão prova do contrário. Na colônia Blumenau existiam, no ano de 1871, segundo relatório do Ministério da Agricultura, 6.329 almas. No decurso desse ano, faleceram 50 indivíduos, o que dá uma mortalidade de 0,8%. Na colônia de dona Francisca, estabelecida na mesma província, entre uma população de 6.671 indivíduos, ocorreram, no decurso do mesmo ano, 88 falecimentos, número que dá uma porcentagem de 1,3%. Na colônia do Rio Novo, estabelecida na província do Espírito Santo, faleceram 13 indivíduos no correr do mesmo ano, e sua população é de 958 almas, o que dá o mesmo resultado de 1,3%. Poucas estatísticas mortuárias podem oferecer tão lisonjeiros algarismos.

Vejamos agora se é mais fundada a asserção de que no Brasil estão os colonos em piores condições do que os negros e os *coolies*. Já demonstramos e provamos que não éramos um povo semibárbaro, como nos pintaram alguns exaltados membros do Parlamento alemão, completamente desconhecedores de nossas leis e costumes. Expliquemos-lhes, em seguida, o regímen [sic] de nossas colônias:

As colônias no Brasil acham-se sob a proteção do Estado, mas vivem inteiramente sobre si. De três em três anos, elegem seis membros, que, com o médico da colônia, sob a presidência do diretor, formam uma espécie de conselho, ao qual incumbe velar nos interesses particulares da colônia, como sejam construção e reparos dos edifícios destinados ao culto e ao ensino, abertura de estradas e caminhos coloniais, socorros e adiantamento de dinheiro aos colonos necessitados, aquisição e distribuição de animais de boas raças, e de plantas e sementes.

Já se vê que de colonos, que se governam por si e por tal forma, não se pode dizer que são tratados em piores condições do que os negros e os *coolies*.

Voltando às considerações com que encetamos este artigo, devemos consignar aqui que o governo, reconhecendo a ineficácia dos meios empregados para obter trabalhadores livres, tratou de substituí-los por outros, que nos parecem mais acertados.

Nas regras que estabeleceu para a colonização, entre vários favores, concedeu aos colonos os seguintes: o pagamento, por conta do Estado, em favor do emigrante, da diferença entre os preços das passagens da Europa para os Estados Unidos e os das passagens da Europa para os portos do Brasil, autorizando desde logo os agentes consulares de Hamburgo, Bremen, Antuérpia e Havre a satisfazer a importância dessa diferença; uma hospedaria na capital do Império, onde os imigrantes são alojados e alimentados logo que chegam a este porto; uma agência oficial de colonização, da qual os emigrantes podem obter os necessários esclarecimentos para se dirigir aos pontos que preferirem; passagem gratuita desta corte até a província ou localidade que os colonos escolherem para estabelecerem-se como agricultores, comprando terras; medição e demarcação das terras que são preferidas pelo imigrante, vendidas ao preço de um real por braça quadrada (4,356 m^2), incluindo nesse preço as despesas de medição e demarcação dos lotes; e, aos que não puderem satisfazer o pagamento das terras à vista, concessão do prazo de cinco anos, com o juro de 6% ao ano.

Além das concessões mencionadas, tem o governo esforçado-se constantemente em melhorar a condição dos colonos, tanto no que respeita à administração colonial e a seus melhoramentos materiais quanto no que diz respeito aos socorros espirituais, à educação primária e à religiosa, respeitando invariavelmente a liberdade de consciência

dos colonos. Não consta que em alguma outra parte melhores condições sejam oferecidas aos emigrantes.

Por longo tempo, ressentiu-se a colonização protestante da necessidade de uma legislação que regulasse os efeitos do casamento entre católicos e acatólicos; porém, a Lei nº 1.144, de 11 de setembro de 1861, e o Regulamento nº 3.069, de 17 de abril de 1863, colocaram aqueles casamentos mistos no mesmo nível dos católicos, em relação a seus efeitos civis.

A necessidade de dar grande desenvolvimento à colonização levou o governo a celebrar, para esse fim, contratos com empresários; nesses contratos, se concedia subvenção de 60$ (£6), para coadjuvar a passagem de cada indivíduo maior de 14 anos, e auxílio de 90$ (£9), para as despesas de estabelecimento. Pelos menores de 14 anos se abona metade dessas quantias.

Não há em tais contratos condição alguma que obrigue os emigrantes a engajarem-se como simples trabalhadores ou como proprietários. A escolha da ocupação é de sua livre-vontade. Nem os mesmos contratos obstam a que venham para o Brasil espontaneamente emigrantes que disponham de recursos próprios. Ainda nestas condições não deixarão de receber a subvenção correspondente.

Longe de repelir imigrantes desta ordem, o Estado tem, pelo contrário, o maior interesse em recebê-los, para aumentar a classe dos pequenos proprietários independentes.

Conhecidas as bases sobre as quais se apoia a colonização no Brasil, por que insiste o governo alemão em manter a circular de 3 de novembro? Opõe-se a opinião pública a que os emigrantes assumam obrigações que devem ser cumpridas em países que não conhecem, quando as contraem?

Pois bem, se a petição dos alemães residentes no sul do Império não fala bem alto em favor da colonização brasileira, que venham os emigrantes diretamente estabelecerem-se como julgarem mais útil a seus interesses; ou, se vierem por meio de empresários, exijam destes o fiel cumprimento das obrigações que contraíram com o governo. Os homens ativos e probos acham sempre no Brasil meios de exercer as suas faculdades. Entre nós avulta trabalho e faltam trabalhadores.

Não suponha a velha Alemanha que sejamos tão descuidados dos nossos próprios interesses, que não conheçamos que estão eles estreitamente ligados com o progresso da colonização.

13) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 24, terça-feira, 30 de julho de 1872

A nação

Entre as graves e injustas imputações a que nos fizeram carga alguns membros do Parlamento alemão, figura a de que colonos engajados para o Brasil pelo sistema da parceria, apenas chegados ao ponto de seu destino, sofreram amarga decepção.

Esta acusação é tão infundada quanto as outras. Tendo-se reconhecido que os primeiros ensaios de colonização não correspondiam à expectativa do público, do que não fez o governo mistério, confessando-o até por mais de uma vez em pleno Parlamento, o senador Vergueiro tentou inaugurar na província de São Paulo o sistema de colonização direta, por meio de contratos de parceria.

Em virtude desses contratos, o colono, chegado ao termo de sua viagem, achava, em uma fazenda já produtora, casa, alimento, trabalho e o direito à metade do produto líquido dos frutos que colhesse.

Como podia, pois, este sistema motivar queixas de tal ordem, que determinassem o governo prussiano a expedir a circular de 3 de novembro de 1859?

Não se podendo pôr em dúvida a honradez dos fazendeiros de São Paulo, que haviam celebrado contratos dessa natureza com emigrantes alemães, só há uma hipótese para tais queixas: ou que mal se acomodassem os colonos com os nossos hábitos e costumes ou que em seu espírito nascesse infundada desconfiança sobre a exatidão e a veracidade das contas que lhes eram feitas.

Admitida a possibilidade desta última hipótese. Não é menos certo que, estabelecida confiança, cessaram as queixas dos colonos da província de São Paulo, onde se tem desenvolvido, vantajosamente, o sistema de parceira e que é lisonjeira a condição de quase todos os alemães que o adotaram, como melhor se pode ver no minucioso relatório do doutor Carvalho Morais, encarregado pelo governo de visitar as colônias dessa província.

Idêntico resultado têm obtido, na província das Alagoas, os emigrantes contratados pelo senador Cansansão de Sinimbu como parceiros.

O que, pois, poderia originar as já mencionadas queixas, quando tal sistema estava em embrião? Talvez fosse esse sistema o mais vantajoso para o Estado; entretanto, se o governo tem lançado mão de contratos com empresários, é no intuito de facilitar aos colonos necessitados, além dos favores concedidos pelo Estado, os adiantamentos necessários até que possam viver do seu trabalho.

Os contratos ultimamente celebrados pelo governo concedem, como já demonstramos, suficientes subvenções e outros favores que devem reverter em benefício aos emigrantes, quer estes venham como simples trabalhadores, mediante salário, quer como proprietários. A sua posição depende dos ajustes que fizerem com os empresários. O governo limita-se a exigir a prova de sua aptidão e moralidade.

Para melhor assegurar os interesses dos emigrantes, exige o governo que em seus contratos com os empresários sejam declarados quais favores e subvenções o governo concede aos emigrantes.

Há, na forma ultimamente adotada nos contratos, uma inovação radical sobre o antigo sistema de colonização, mas toda no sentido de garantir aos emigrantes os favores que lhes são concedidos. Só a pouca atenção às importantes modificações que existem entre os antigos e novos contratos poderia equipará-los e levantar na Alemanha a celeuma que combatemos.

Não é esta a primeira vez que, em razão da falta de conhecimentos exatos e completos, se originam apreciações errôneas, o que especialmente se verifica quando se tratam de fatos passados em países longínquos e cujas circunstâncias são, pela mor parte, desconhecidas.

Se à opinião pública e ao governo alemão repugna a ideia de se contratarem os emigrantes antes de saírem de sua terra natal, há nos contratos celebrados pelo governo do Brasil o meio de sanar essa relutância, pois é permitido ao emigrante romper qualquer ajuste, mediante aviso prévio de três meses.

Ao Brasil é preferível que o emigrante venha desde logo estabelecer-se sobre si; para o emigrante, porém, o interesse é diverso.

Quer o emigrante venha como engajado, quer como proprietário, não pode prescindir de algum tirocínio da lavoura especial do país nem de conhecer as variações da atmosfera, para reger-se. Durante o tempo necessário para adquirir estes conhecimentos, embora muito simples, o engajado vencerá o salário convencionado, mas o proprietário terá imperiosamente de ocorrer a todas as suas despesas, não podendo

assumir o governo outra obrigação, além dos favores de que já fizemos menção e da proteção que as leis do país garantem ao estrangeiro.

Do que levamos dito, se infere que as calúnias, ecoadas no Parlamento alemão, nos foram lançadas leviana e imprudentemente, e que as apreensões que os novos contratos celebrados suscitaram na Alemanha não têm razão de ser.

Não terminaremos sem lavrar solene protesto sobre assunto que se prende a este objeto. Pretende o governo germânico fazer depender a revogação da circular de 3 de novembro da celebração de uma convenção consular. A revogação de um ato que desaira o Brasil em troca de um ajuste internacional sobre assunto diverso e que deve ser voluntário e regido por bem-entendida reciprocidade seria uma exigência inadmissível.

Tal não pode ser o pensamento do governo germânico. O direito, as conveniências, as práticas seguidas entre governos amigos excluem absolutamente semelhante suposição.

A circular de 3 de novembro e o projeto de uma convenção consular são atos completamente diversos, sem conexão alguma, e que devem ser tratados independentemente um do outro.

O governo brasileiro já atendeu tanto às representações da Confederação do Norte quanto à Convenção Consular; se os ajustes feitos no Rio de Janeiro a este respeito não foram aceitos pelo gabinete de Berlim, nada obsta a que se reatem as negociações até chegar-se a um acordo que satisfaça a ambas as partes contratantes. No entanto, repugna à razão, à justiça e ao respeito que cada governo deve a si próprio e à nação que representa que o Brasil aceite como condição *sine qua non* da revogação da circular de 3 de novembro a imposição de uma Convenção Consular, na qual sejam atendidas as exigências da Alemanha, sem considerar igualmente as conveniências do Brasil.

14) ***A Nação***
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 47, terça-feira, 27 de agosto de 1872

O visconde do Rio Branco ainda não pediu exoneração! Eis o fato terrível, que punge e dilacera *o clube de* A Reforma. Eis o constante

pesadelo dos liberais, cegos a ponto de não verem que uma alteração ou mudança de gabinete em nada lhes aproveitará.

Nutrisse a folha *democrática* bons desejos pela felicidade pública e outra seria sua linguagem, pois, em verdade, em zelo, patriotismo, fé de alma e força de vontade nenhum ministério levou sobranceira ao atual. No entanto, não é isso que convém a adversários despeitados e exigentes, ao passo que descem aos maiores insultos, mendigam favores e...

Uma vez que o venerando senhor visconde do Rio Branco não se presta a transações ilícitas e que nada o faz mudar do rumo que tem sempre seguido, é natural que se torne o alvo preferido para todos os doestos motivados pelos interesses contrariados e pelas paixões em ebulição.

Ambiciosos vulgares, políticos sem ideias, homens sem crenças, os escritores do órgão liberal trabalham por sua própria ruína, desconceituando-se de mais em mais, se é possível descer ainda além do nível em que já está *A Reforma*.

O país não vive adstrito às conveniências dos grupos, em prejuízo dos grandes interesses sociais: juízos temerários, invectivas constantes e uma eterna jeremiada de imprecisões banais não podem constituir as regras pelas quais devem guiar-se povos bem-intencionados e desejosos de progredir.

Foi em repto formal e com a mais imponente sobranceira e esmagadora isenção que o preclaro senhor visconde do Rio Branco, chamou, a 21 de maio, a dissidência ao debate, para que fossem exibidos os seus erros. A calúnia mordeu os lábios e permaneceu silenciosa.

Igualmente na imprensa, mil vez temos pedido que seja produzido o libelo contra a atualidade, e por única resposta só nos atiram baldões e impropérios, que bastam para caracterizar a oposição.

Temos ido muito além. Tornando todos os ministros solidários, pedimos um só feito que possa deslustrar o gabinete, quer encarados os negócios sob o aspecto da probidade governamental, quer mesmo pelo lado do desacerto administrativo.

É da força, do prestígio e da elevação do ministério que retira *A Reforma* suas dores e queixas, pois lhe vai mágoa funda no conceito com que são venerados os atuais ministros.

Maquinaram-se todos os embaraços possíveis, as maiores dificuldades, no intento de interromper o itinerário vasto e luminoso do governo. Vencidos os obstáculos, reconhecem ainda uma vez os liberais a sua impopularidade e a falta de estima, e querem agora os desalentos

ganhar forças para mais ousados tentâmens.

Incomodados com a realidade, certos de que virá uma Câmara que auxiliará o governo nas desejadas reformas, antecipam-se em desconceituá-la, dando-a como o ponto da fraude e da intervenção indébita da autoridade.

É em tal intuito que o órgão democrático todos os dias inventa compressões e forja notícias de urnas violadas e outras falsas increpações que acham a repulsa pública só no fato de sua simples enunciação.

Ao constar já com a facilidade com que o gabinete se completará depois do infausto acontecimento que ontem enlutou o país, *A Reforma* desespera, porque nas trevas do seu desconforto penetra sempre a esperança que a leva a especular, ainda mesmo com um túmulo que se abre.

Não duvidem os liberais de que o nobre visconde do Rio Branco encontre de pronto um nobre caráter, que seja digno de substituir o venerado visconde de Itaúna: o Partido Conservador é opulento de nomes prestigiosos, e um só não recusará partilhar a fadigosa, mas grata jornada de uma situação que de mais em mais se firma no reconhecimento nacional.

O pleito eleitoral, longe de determinar a retirada do ministério, autoriza sua continuação que a vitória tem por toda a parte coroado os amigos do governo, não podendo as exceções constituir regra, principalmente em fatos de soberania nacional.

Resigne-se pois o órgão *democrático*: se desalenta-o a continuação do venerado visconde do Rio Branco na presidência do Conselho, longo será o seu sofrimento, pois honrado com a confiança da coroa e com a estima de todos os homens honestos, tão eminente cidadão não deixará seu glorioso posto.

15) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 52, segunda-feira, 2 de setembro de 1872

Espírito de subversão

Quando a reflexão nos leva a considerar os atos do Partido [Liberal] nas diversas quadras por que temos passado, mostra-nos sempre, nos

homens desse partido, tendências desorganizadoras, o verdadeiro espírito de subversão.

Quer no poder, quer fora dele, não têm os nossos adversários outra missão senão o transtorno de todas as normas regulares de governo.

Nos dias do seu último domínio, violaram com desabrimento e escândalo as leis do país, ferindo-as em pontos capitais, já pela nulificação das regras legais, já pela intimidação aos magistrados, executores delas.

Assim, por ocasião da crise financeira de 1868, um ministério liberal suspendeu a execução das leis comerciais, impedindo, por arbitrário ao decreto, a aplicação das disposições do Código do Comércio sobre as falências mercantis, com a agravação dos males que inculcavam pretender remediar ou remover.

Assim, sob o pretexto de combater a corrupção, um ministro liberal arrancou da cadeira de juízes a vários magistrados de tribunais superiores, alegando serem corrompidos esses magistrados, quando tão somente ficou provada a culpa do ministro, que tentou corromper a alguns desses magistrados, escrevendo-lhes cartas em favor de partes litigantes perante eles.

Leis que o Poder Legislativo competia alterar, suspender ou revogar não tiveram vigor; magistrados, que por sentença judicial poderiam perder os seus lugares, foram despojados de suas atribuições. Tudo por simples ato do Poder Executivo, referendado por ministros liberais, esses mesmos patriotas que hoje clamam pela execução das leis e pelo respeito aos alheios direitos.

Homens que tais atos praticaram deveriam cobrir o rosto e, envergonhados, fugir da presença do povo, que os conhece e os fulmina com reprovação, como o vai praticando, derrotando-os no pleito ante as urnas.

Sim, não há um chefe liberal que, tendo estado no poder, não haja perpetrado uma violência contra os direitos do cidadão, não haja pervertido as nossas instituições, não nos haja causado males supremos.

Quem levantou a Guerra do Paraguai? Quem não a soube concluir com dignidade e vantagem do Império? Quem, por erros indesculpáveis, abateu o nosso crédito financeiro? O país sabe de cor o nome dos autores de todas essas calamidades; ele sabe que eles chamam-se Zacarias de Góis, Francisco Otaviano, Cansansão de Sinimbu e outros, que no *clube de* A Reforma apregoam-se como zelosos defensores de direitos

de que eles escarnecem, mas que só aparentam sustentar para, depois, menosprezar.

O povo vê o contraste de outros nomes, os quais, prudentes nos conselhos, hão sempre salvado o país nas crises provocadas pelos ministros liberais. São ministros conservadores, são os viscondes de Itaboraí e Rio Branco, aqueles que, encontrando uma guerra sangrenta, o nosso Tesouro sem ceitil e o nosso crédito financial sem confiança, souberam terminar honrosamente essa guerra, dar recursos aos nossos cofres e restabelecer o nosso crédito.

O povo viu que, em 1868, vós entregastes o Brasil em luta externa, quase desalentado; agora, o povo o vê glorioso e cheio de brio pela conquista dos seus foros de nação. O povo viu que, em 1868, entregastes o Brasil com as arcas vazias e sobrecarregado de impostos; agora, o povo vê essas mesmas arcas repletas e o comércio desafogado e próspero. O povo viu que, em 1868, entregastes o Brasil desfavorecido de crédito no exterior, no qual o câmbio havia descido a menos de 14; hoje, o povo vê que o nosso crédito é florescente, que esse câmbio decaído já ascende a 25 e que progride com vantagem incontestável do nosso país.

Se a missão do liberalismo nesta nossa terra é confundir todas as boas regras, se o Partido Liberal entre nós é sempre esse *subvertor legum*[*], de que tão acremente se queixava o enérgico e conciso censor dos maus governos, Cornélio Tácito, siga ele o seu faro. No entanto, apontemos por hoje mais uma das suas perniciosas tendências, mais um dos seus malfeitos.

A disciplina militar é objeto de suma transcendência; a honra e o brio do militar o forçam a nunca desviar a si e aos seus subalternos do cumprimento dos seus deveres. No entanto, acabamos de ver como na presente quadra eleitoral procederam dois militares de credo liberal. Aqui na corte, é o brigadeiro Pinheiro Guimarães quem se apresenta em frente de uma guarda ou escola militar e quem arenga aos soldados para não cumprir as ordens da autoridade civil, à cuja disposição se achava.

Este fato, confessado pelo seu autor em correspondência publicada pela imprensa, é altamente censurável. Se o soldado vê o oficial de alta graduação levantar-se contra o preceito da autoridade civil, a quem os regulamentos militares ensinam a obedecer, que ideia ficará

[*] Subversor das leis. (N. E.)

fazendo da obediência imposta como preceito invariável pela disposição constitucional (artigo 147)?

Felizmente, os soldados na matriz de São José desta corte compreenderam melhor o seu dever do que o destemido general das lides da paz. No Rio Grande do Sul, vimos outro militar liberal esquecer os seus deveres. É o visconde de Pelotas, que, revestido do cargo de inspetor geral das nossas forças ali existentes, intervém para com os seus subalternos, a fim de que cabalem nas eleições, preterida assim a disciplina militar.

Há neste procedimento duplo abuso: da sua influência de general superior sobre o ânimo dos seus subordinados e do emprego conferido pelo governo para o bom regime das tropas.

Os dois generais cegam-se pela paixão partidária e olvidam imperiosos deveres impostos pela lei, pelo brio e pelo patriotismo. A espada do militar não é do seu partido: pertence sem reservas ao país. Entretanto, ambos os generais, acima nomeados, usaram das prerrogativas da farda contra os interesses desse mesmo país, que não pôde preterir a disciplina militar.

Se eles prestaram serviços que o Estado já galardoou com títulos honoríficos, condecorações e avultadas pensões, não intentem escurecer esses serviços, violando as leis de uma pátria tão generosa.

Enquanto o Partido Liberal seguir errado caminho, mostrando perniciosas tendências, iremos nós cumprindo o dever de cidadãos amantes das instituições juradas: profligaremos o mal e despertaremos a opinião para opor-lhe invencível barreira.

16) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 53, terça-feira, 3 de setembro de 1872

A Reforma atou hoje a seu poste a pessoa do venerando senhor visconde do Rio Branco, pretendendo dilacerar-lhe a reputação com imputações notoriamente caluniosas, pois que é a vida de sua excelência muito conhecida para que possa ser posta em dúvida sua lealdade, sua moderação e sua generosidade.

Esquece o órgão democrático a larga série de violências praticadas pelos seus, não há muito tempo, levando ao lar das famílias a miséria e até mesmo a desonra; quadros tão aflitivos, que não deveriam jamais ser memorados, tenta-os agora reproduzir a folha adversa, atribuindo-os com malignidade a uma situação cujo melhor esmalte, por certo, tem sido a tolerância, o respeito a todas as opiniões.

Esgrimindo o insulto, conculcando o alto mérito de seus adversários, atos pelos quais *A Reforma* tem sempre procurado engrandecer-se, por não poder se elevar até a altura de suas vítimas, trabalha por arrastá-las até o baixo nível de suas inconfessáveis paixões.

No domínio ligueiro, ninguém estava seguro, e a liberdade de consciência era o mais atroz de todos os delitos, pois o governo entendia que a adesão de todos que recebiam retribuições dos cofres públicos deveria ir até a subserviência.

O país não terá ainda riscado da memória as demissões e as remoções, até de empregos, como os das alfândegas, que em tempo algum foram considerados de confiança; os orçamentos nos arsenais, contudo, limpavam as oficinas, excluindo acintosamente os poucos que resistiam às ordens, procedendo com a mais nobre isenção.

Veio depois a Guerra do Paraguai, a mais formidável de todas as máquinas de compressão, e então o recrutamento foi arrancar dos braços das mães e das esposas os filhos e os maridos, cuja dedicação era duvidosa. Serão estas as cenas de hoje?

Não foi aos olhos de todos, à luz meridiana, que empregados da mais íntima confiança, oficiais militares, indivíduos na mais inteira e completa dependência do governo, aderiram à oposição, fazendo disto alarde e abusando até mesmo da influência que retiram das posições oficiais, para hostilizarem os amigos da situação? E houve já uma demissão, uma vingançazinha, dessas que os liberais sabem exercer e exerceram em tão longa escala? Acredita alguém que o gabinete, indiferente como tem sido ao pleito eleitoral, não punindo um só empregado público, dos muitos que ostensivamente baterão a chapa liberal, fosse castigar a modestos operários, quando a vitória das urnas deu aos conservadores considerável maioria no eleitorado?

O órgão democrático, pertinaz em malévolas insinuações, de que não tem retirado o menor proveito, tinha já tempo para adotar novos rumos em sua carreira jornalística.

Trabalhando, já em caminho de dois anos, por denegrir a reputação, a toda prova limpa de um dos brasileiros mais ilustres e beneméritos, cujo único delito é achar-se à frente da direção dos públicos negócios, o órgão adverso não ignora que cada vez mais o tem alteado na veneração pública; por isso, a opinião não vive a soldo dos ódios e das paixões dos grupos e das facções.

A Reforma bem conhece quais são os espíritos que não recuam diante das maiores adversidades: basta compulsar a história da dominação dos seus para convencer-se de que jamais neste país houve época mais escura e hedionda. Proceda *A Reforma* a um tal estudo na galeria dos seus e estamos vingados.

17) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 118, sexta-feira, 15 de novembro de 1872

Limites com o Peru

Deixaríamos passar desapercebido um artigo de *A Reforma* de 13 do corrente, como têm passado outros relativos à Comissão de Demarcação dos Limites do Império com a República do Peru, se nele não se pretendesse atribuir a morte do comissário peruano à insistência do governo imperial para que a comissão mista primeiro colocasse os marcos de limites nos rios Japurá e Içá, ultimando, assim, a demarcação da linha de fronteira setentrional, já fixada em Tabatinga pela anterior comissão mista de 1866, reconhecida somente pela comissão brasileira por faltar à peruana o pessoal necessário para concorrer à colocação dos dois marcos inexistentes dessa linha, um na margem do rio Japurá, outro na do Içá.

Não estando ao alcance do autor do artigo as razões políticas pelas quais o governo imperial insistiu para que a comissão mista fosse primeiramente concluir aquela demarcação, deveria ser mais circunspecto na porfia de mostrar-se mais entendido neste assunto do que o próprio governo.

Se na correspondência que ele diz ter do malogrado senhor Paz Soldán referiu este haver insistido em ir a comissão primeiramente ao

Javari – e não ao Japurá –, por ser então a época da enchente deste último rio (quando ocorrem perigosas febres paludosas), é constante que na prolongada discussão que teve o dito comissário com o do Brasil, sobre dar princípio aos trabalhos da demarcação pelo Javari, ou pelo Japurá, nunca o senhor Paz Soldán fundará a sua resistência em ser, então, o tempo da enchente do Japurá e das consequentes febres paludosas. Apoiou sempre essa pretensão no conhecimento que tinha adquirido, em 1866, da insalubridade do rio Javari, que exigia ir ali a comissão mista enquanto tinha o vigor com que chegou ao Amazonas, e não depois de o perder nos exames da fronteira do norte.

É pois evidente que o senhor Paz Soldán reconhecia haver maior risco de saúde no rio Javari do que no Japurá e no Içá, e que outros eram os motivos da preferência que alegava.

18) ***A Nação***
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 120, segunda-feira, 18 de novembro de 1872

Limites com o Peru II

Julgávamos que as elucidações e as reticências políticas que expusemos em 15 do corrente fossem suficientes para que o provocador delas, em artigos publicados em *A Reforma*, se convencesse de que formou juízo errado, atribuindo a ida da comissão mista, primeiro ao Japurá e ao Içá, e não ao Javari, a uma desnecessária imposição caprichosa.

As razões que havia para essa preferência eram conhecidas pelo senhor Paz Soldán, desde quando nomeado pelo seu governo comissário das demarcações de limites do Peru com o Brasil. Sobre essas razões conversou, depois de ter chegado a esta corte, muitas vezes com o senhor Hoonholtz e com outras pessoas com quem costumava falar dos aprestos da comissão e da urgência de ir o quanto antes principiar os seus trabalhos pelos rios Japurá e Içá.

Tendo, por fim, a preferência desta marcha legalizar a comissão mista os atos que haviam sido praticados naqueles rios só pela comissão

brasileira em 1868, os quais estavam incidentemente ameaçados de desar, não podiam ser as instruções ditadas senão pelo governo imperial, competente conhecedor da importância política resultante de se verificarem pela comissão mista as demarcações daqueles dois pontos terminais da fronteira setentrional do Império.

Nada mais diremos porque seguimos a máxima de guardar silêncio em pendentes negócios internacionais, embora não seja ela respeitada por quem escreve os artigos, interpretando-a a seu talante. Prescindimos também de mostrar que ele está mal-informado do que se passa no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Faremos igual abstenção de emitir juízo sobre as ideias que o acrisolado patriotismo que ele propala em seus artigos, como próprias para felicitar o Brasil, e de postergar as seguidas pelo governo imperial, de acordo com os seus estadistas, os quais, se não são exímios em fazer cálculos, conhecem melhor o que convém ao país.

19) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 121, terça-feira, 19 de novembro de 1872

A imprensa do rio da Prata

É realmente de lamentar a constante malevolência que mostram a maior parte dos jornais platinos sempre que nos seus artigos têm de referir-se ao Brasil. Entre os últimos casos de agressão injustificada que foram longo enumerar, citaremos hoje o que praticou *A Tribuna*, no dia 6 do corrente, em um artigo intitulado "Os brios do Brasil".

Nesse artigo, no qual abundam bravatas, risíveis se não tivessem o inconveniente de tenderem a provocar um conflito internacional, leem-se, entre outras amabilidades, as seguintes:

> Uma esquadra brasileira, com intenções hostis, navegando no Prata, despertaria a coragem até das próprias ondas, hoje adormecidas e tranquilas, amanhã terríveis e turbulentas, quando se ameaçassem os povos banhados por elas

…….....

> O Brasil [*sic*] pode estar armado, pode ter esquadra poderosa, pode desejar a ruína de nosso comércio, mas contra suas armas e seus desejos temos no Prata nossa coragem provada em Ituzaingo (!?) e nosso patriotismo, jamais desmentido.

Eis um dos modos pelos quais somos cotidianamente tratados pelos órgãos da imprensa platina. Como os leitores podem ver, nem falta, nos trechos anteriormente transcritos, o já muito estafado chavão do *glorioso* feito de Ituzaingo! E o que dizem os democratas de *cá* à vista dessas imprudentes provocações dos seus irmãos de *lá*?

Quanto a nós, sentimos que tais diatribes se deem justamente quando aqui se trata de firmar um acordo amigável entre o governo brasileiro e o representante da República Argentina, o digno senhor general Mitre.

Na verdade, se os jornalistas platinos não se deixassem tanto dominar de motivos menos confessáveis, decerto já teriam há muito reconhecido que estão representando um papel indigno de órgão de povos que se têm na conta de civilizados.

Uma cruzada igual a que eles empreenderam não se compadece com os princípios generosos da época atual, em que as nações já se convenceram de que são incomparavelmente preferíveis, entre os povos, as relações benévolas e amistosas às hostis rivalidades que podem produzir sangrentos conflitos, com grave prejuízo dos interesses próprios e estranhos.

O artigo de que anteriormente falamos, foi escrito em resposta a outro que publicou, nesta corte, o *Anglo Brazilian Times*, no qual falou a respeito das nossas questões com os governos platinos, em termos enérgicos, é certo, mas usando do mesmo direito de que lá estão todos os dias a abusar os seus colegas de Buenos Aires e Montevidéu.

Nesta redarguição de *A Tribuna,* de envolta com os costumados feros e roncas afrontosos, até vem a asserção de que o *Anglo Brazilian Times* não só recebe subvenção dos nossos cofres públicos, mas também são alguns de seus artigos redigidos nos próprios gabinetes dos ministros brasileiros!

Com efeito, muito bem-informada anda *A Tribuna*! Sem nos fazermos cargo de defender de tão gratuita increpação o periódico inglês, que sempre temos considerado como independente entre os mais independentes, apenas diremos que tais arguições, impróprias de todo aquele que presa sua própria dignidade, não são de admirar quando partem dos senhores democratas e republicanos.

Inteireza, patriotismo, generosidade de sentimentos e motivos confessáveis, tudo isso é privilégio exclusivo deles e somente deles. Pois seja assim! Ao menos mostrem-se um pouco... mais prudentes. Se semearem ventos, forçosamente colherão tempestades.

20) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 125, sábado, 23 de novembro de 1872

O contemporâneo de *O Diário* há de permitir-nos que nos divorciemos da asserção com que exordiou seu editorial de hoje. O Paraguai, armado como estava, era uma ameaça constante aos demais povos platinos, e o imprevisto do assalto com que invadiu províncias nossas bem claro o demonstram.

Seu estado atual, não de completo aniquilamento, mas de salutar restauração, não pode inspirar receio, máxime quando aí está a lealdade do nosso governo, para patrociná-lo em casos imprevistos. Não sendo verdadeira a proposição do órgão dissidente, falsos são também os corolários que dela deduziu.

Não foi um gravíssimo erro derrocar o poder de um déspota, que não respeitava nem a fé dos tratados nem dava a seu próprio país o impulso benéfico da civilização deste século. Ao lado de Repúblicas fracas, o Paraguai era o fiel da balança platina e seu apoio romperia o equilíbrio necessário entre países limítrofes.

Seu poderio, como nação ribeirinha, era mais uma razão para que seu desarmamento se tornasse condição impreterível à paz dos povos aliados. Não temos dificuldades nem estremecimentos, pois a boa-fé dos plenipotenciários e as intenções dos dois governos aplainaram as dificuldades no acordo honroso, o qual vem dar desfecho às pendências suscitadas.

Se há sobre o Paraguai antigas ambições, não as nutre o Brasil, e tanto basta para que a soberania e a integridade daquela República sejam respeitadas, como é expresso no Tratado de Aliança. Nem é nula, como se supõe, a ação da República, que renasce, fortalecendo-se de dia em dia, para vir a ter a devida posição, que lhe é garantida por suas condições topográficas.

A guerra de 1864 teve origem diversa da que lhe assinala o escritor dissidente: nunca poderá ser justificado o desacerto com que a Flores, em estado de rebeldia, prestamos concurso manifesto e direto contra o governo legal de seu país. Se fosse aqui lugar de espraiar-nos em tais considerações, nosso modo de pensar liquidaria com *O Diário* a procedência daquela guerra, que poderia ter sido evitada e que foi indubitavelmente precipitada, não estando ainda exaustos todos os recursos diplomáticos.

No entanto, intentada a guerra, era de dever de honra levá-la até sua gloriosa terminação: em fatos de pundonor nacional têm os povos os mesmos direitos que o homem brioso que exige completa reparação das afrontas que lhe foram irrogadas.

Contudo, não se receia de que as custas da demanda deixem de ser indenizadas: o porvir dos países do sul da América tem de ser muito opulento, se uma boa administração souber encaminhá-los para seus grandes destinos.

Reconhecendo a independência do Paraguai, o Brasil procedia lisamente, concorrendo para a emancipação política de um país, que teria de ser absorvido em desproveito geral: a Polônia é um triste exemplo do que pode resultar da supressão de povos, que sempre constituíram uma família, uma comunhão, independentemente da tutela de governos diversos. Não há proveito em deixar no abatimento e na decadência o país vencido: a guerra foi feita ao governo despótico, e não à nação.

Se a reparação devida obrigou-nos a demolir Humaitá, a justiça manda que auxilie-se hoje a reorganização de uma República aliada, que com o Império tem estreitos laços de interesses recíprocos.

Nem avançamos nem recuamos, nem nos obstinamos nem cedemos, nem ameaçamos, nem transigimos. Foi nossa atitude nesses últimos tempos conveniente e digna de um povo que conhece os estímulos do amor pátrio.

Quando a imprensa de Buenos Aires e o ministro Tejedor nos insultaram, fizemos-lhes saber que tínhamos a consciência de nossa força e de nossos direitos: depois, passada a exaltação espanhola, aceitamos a mão que reclamava a concórdia. Decididos a fazermo-nos respeitados, não houve ignomínia em aceitar a reparação, pois que não era ameaçar o asseverar que estávamos dispostos a selar direitos que nos cabiam pela força dos tratados.

Desapareceu a causa da guerra, conseguiram-se os seus fins, tiramos a desforra com a queda de López, e o Paraguai deixou de ser o espantalho das nações vizinhas.

Nossa diplomacia, *post factum*[*], depois de concluída a guerra, foi irrepreensível: tentou tudo que era humanamente possível e, se houvesse encontrado sempre a boa-fé, tudo teria terminado sem recriminações e embaraços.

Se houve tergiversações, manejos inconfessáveis, aspirações indébitas, não foram nossas: o Tratado Cotegipe aí está como irrefragável documento de que o Império só queria a celebração da paz, sem imposições pesadas, sem prevalecer-se de sua ascendência sobre os demais povos da aliança.

No desejo de criar embaraços à situação, *O Diário* desnatura o fato principal, o único talvez que poderia suscitar polêmica e desagrado*: A República* anunciou que o Tratado Cotegipe deixara de vigorar, o que foi peremptoriamente contestado pelo *Diário Oficial*. Bastava isto para tranquilizar todos os espíritos: a suspensão daquela negociação importaria reconhecimento explícito de havermos mal procedido, celebrando isoladamente tal tratado.

Ainda desta vez não descambará ao ocaso a estrela do ministério: nem percorreu ela ainda sua órbita nem o gabinete cumpriu a alta missão de que se incumbiu.

21) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 126, segunda-feira, 25 de novembro de 1872

Fica livre ao órgão dissidente preferir as falsas alegações de *A República* à controvérsia que lhe foi feita pelo *Diário Oficial*, no que concerne ao acordo de 19 do andante mês.

O que, porém, não lhe é lícito, é explorar tão feliz acontecimento, para invectivar e caluniar, como se um tal acontecimento pudesse angariar prosélitos e enfraquecer o gabinete.

[*] Depois do fato. (N. E.)

O erro, por isso mesmo que existe, tem também seus sectários, e assim como há cores refratárias, muitos espíritos repugnam o brilho esplêndido da verdade.

Desde que o ministério observa a conveniente reserva que a Constituição previu para casos tais, não lhe era possível ir até a demonstração da falsidade alegada pela oposição; contudo, não impôs, como o diz *O Diário,* quando emitiu juízo sobre a negociação, pois que fica a todos o direito de aceitarem ou não suas proposições.

A opinião, sim, é que não lhe recusará crédito, pela confiança que merecem os beneméritos cidadãos que estão no poder.

Para ter-se convicção de que honroso e amigável foi o recente ajuste, basta fazer justiça aos ministros e ao Império, uma vez que não estamos mais em estado de dobrarmo-nos, quando é intuitivo nossa preponderância sobre as nações limítrofes.

O que nos levaria a esquecer dignidade, os brios e o pundonor pátrio? Receios de uma guerra? Não. A força do direito vigora ainda mesmo nos pusilânimes, e os brasileiros têm sabido provar que são heróis.

O espírito público não pode estar agitado, uma vez que não nutre dúvidas do civismo do gabinete e conhece que nunca faremos um papel ignominioso, nem mesmo em relação a povos mais fortes. A consciência nacional igualmente não pode estar inquieta, porque nenhuma conjectura pode persuadir que o Brasil despreze sua supremacia para tornar-se o ludíbrio de ambições inconfessáveis de uma República, que sempre tem vivido sob seu patrocínio.

O trocadilho do *Diário do Rio* de *contestar negando* e de negar contestando é um lugar-comum que, entretanto, aceitamos porque exprime a realidade. Contesta-se uma inexatidão, dizendo-a falsa, não existente, e nega-se contestando sua veracidade. Foi o que fez o *Diário Oficial,* muito embora no laconismo severo da discrição e das reservas impreteríveis.

Se é exato que o segredo está já devassado em todas as suas particularidades, por que *O Diário* não surge na estacada, armado a cavaleiro, para combate leal, para a análise, e limita-se apenas a recriminações e doestos, como tem sido sempre o hábito da dissidência? Ou não há um acordo nada que deslustre o gabinete, e o órgão dissidente especula com o silêncio, que a diplomacia impõe ocasionalmente, ou então o segredo existe ainda, e falta-se à verdade dizendo-o divulgado.

A dissidência deve ter já a experiência de que o gabinete Rio Branco não foge às discussões, pois que, amigo da publicidade, tem sempre em brilhantes certames emudecido a seus detratores, amordaçando-os mais de uma vez. O próprio *O Diário* que o diga.

No luminoso estádio, que vai percorrendo, tendo diante de si uma sessão de oito meses, que deve ser abrilhantada pelos fulgores da eloquência oposicionista, a prudente reserva do momento não pode ser o receio, quando sabe o ministério que a questão será no parlamento largamente debatida. Por parte do governo, não se antecipou um só conceito; malevolamente arguido de quebra do decoro, limitou-se à asseveração de que honroso fora o desfecho da questão.

A políticos sinceros e estadistas que se têm sabido fazer reverenciar pela lealdade e prudência de seus atos, não pode ser atribuído o pensamento de iludir o país. Em poucos dias, ratificados os ajustes, a opinião conheceria todas as ocorrências, e a traição que se imputa ficaria já descoberto [*sic*].

Imputações tais traduzem o desespero da dissidência, vendo que se lhe apaga mais uma esperança. A pendência foi suscitada pelo Tratado Cotegipe, que produziu a nota Tejedor; uma vez que tal tratado subsiste, e o governo imperial continua a pensar que lhe assistia o direito de celebrá-lo em separado, a solução é honrosa, de harmonia e de coerência conquanto expendeu o ilustrado ministro de Estrangeiros, respondendo à provocadora nota.

O vilipêndio da honra nacional e o sacrifício dos interesses pátrios é tarefa para outros homens, para certos caracteres que o país muito conhece: homens de bem, de vida limpa, que nunca praticaram um ato que os fizesse enrubescer, em nenhuma circunstância preteririam o que devem a seu passado, à sua reputação, à sua glória e a seus concidadãos.

O futuro do Paraguai não será jamais comprometido com a aquiescência do Brasil, que tem interesses imediatos na reorganização daquele país. Não quereremos nada além do que se estatuiu no Tratado da Tríplice Aliança, pois o egoísmo não é nosso característico e as outras duas nações aliadas têm iguais direitos à reparação estipulada.

Se a glória fosse como o sol, *O Diário* não teria a escuridão em que vive em relação ao gabinete, o qual tem uma brilhante auréola; a glória, todos o sabem, e a história o diz, não fulge no zênite, sendo necessário reivindicá-la à pena de um Plutarco ou de um Macaulay, quando não o reconhecimento da posteridade. O ministério não se esconde, aguarda a oportunidade e evita discussões intempestivas.

22) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano I, número 127, terça-feira, 26 de novembro de 1872

O patriotismo de A República

A questão argentina teve um desenlace pacífico e amigável. Não haverá a guerra que tanto *receavam* os adversários do gabinete e pela qual já o responsabilizavam em nome dos *interesses americanos*.

Pois bem, que agora seja o governo acusado por ter evitado a guerra e que seja o quanto antes, embora não fosse ainda, nem possa ser, publicado o acordo internacional por não ser ato acabado até o governo argentino não aprovar o que estipulou o seu plenipotenciário e até ser o governo oriental convidado para aderir a esse acordo (o convite não fora delicado sem aquela condição de reserva ou de negociação pendente).

O acordo aceito pelo general Mitre não é provável que deixe de merecer inteira adesão do seu governo, e a República Oriental, que prévia e tacitamente louvou-se no que concordassem os dois outros aliados, não tomando por isso parte na negociação, não recusará a solução honrosa que meditaram os governos brasileiro e argentino e que ressalva todos os direitos e interesses legítimos.

A guerra por este lado é impossível. No entanto, ela se coaduna essencialmente com temperamento entusiástico dos nosso republicanos. Mesmo assim, *A República* volta-se para a Bolívia e até para o Paraguai, país que tanto carece de paz, e diz a estes dois povos vizinhos: "Alerta! que [*sic*] a maldita monarquia do Brasil congraçou-se com as Repúblicas do Prata, sacrificando-vos!"

Assim grita e enreda *A República,* quando uma declaração oficial do governo do Brasil protesta contra as suas inexatas revelações e pede ao público que aguarde a publicação dos documentos oficiais, publicação que não se fará esperar muito tempo!

Teríamos vexame do juízo que os senhores Mitre e Cardona, o primeiro como ministro argentino, o segundo como ministro boliviano, formariam do caráter brasileiro e do espírito público da nossa imprensa se a experiência e a ilustração desses dois personagens estrangeiros lhes não advertissem que *A República* não é toda a imprensa nem todo o

Brasil, e que esse jornal fala a linguagem de uma paixão política que se enfurece contra a repulsa que suas loucas aspirações encontram todos os dias no bom-senso e no amor dos brasileiros às suas instituições juradas. É a fábula da serpente querendo limar o ferro.

O general Mitre há de lembrar-se de que no seu país também houve quem denegrisse o Tratado de Aliança e contra ele procurasse sublevar o sentimento público de nacionais e estrangeiros. O senhor Cardona há de conhecer todos os precedentes leais da política desta grande nação, que não pode ser amesquinhada pelos desvarios de alguns escritores ardentes, e tem diante de seus olhos provas irrecusáveis de que os direitos da Bolívia nunca foram, nem jamais serão, prejudicados pelo Pacto da Tríplice Aliança e pelos acordos que dele se derivem. Nenhum dos aliados o pretenderia, e muito menos o Brasil, que não tem interesse algum na questão do Chaco e que sempre invocou, em sua discussão com o governo argentino, a ressalva feita a respeito de quaisquer reclamações da Bolívia sobre o domínio daquele tão disputado território.

Pelo que respeita ao Paraguai, as insinuações antipatrióticas de *A República* não serão mais felizes porque aquele país sabe que a origem de todo o conflito com o governo argentino, cujo desenlace surpreendeu e despeitou os inimigos da situação política do Brasil, proveio dos escrúpulos com que o governo do Brasil entendia e observava os compromissos da aliança em relação às questões de limites. O Brasil, que assim procedeu, ainda com risco de uma grave desavença com o seu aliado, cuja amizade tanto prezava e preza, o Brasil, que tão generoso se mostrou por sua parte para com o Paraguai, não assinaria acordo algum em contradição com tais antecedentes, não sacrificaria o Paraguai por amor a interesses estrangeiros.

O Brasil aparece agora, como sempre, fiel aos seus compromissos, os quais felizmente não o constituíram mero instrumento nem a favor nem contra algum dos seus vizinhos, amigo decidido que é da paz com honra e do respeito recíproco a todo direito e a todos os legítimos interesses.

A República perdeu o seu tempo e mais uma vez dará por si mesma ao Brasil uma prova do quão superior é o regime político que nos legaram nossos maiores ao que pretendem outorgar-nos os pequenos fundadores de uma *República* neste abençoado solo.

Seríamos injustos se concluíssemos este artigo sem oferecer à folha republicana, como modelo de bom critério e de genuíno patriotismo, o sensato artigo que em seu número 25 do corrente publicou o *Correio do*

Brazil, com referência ao anunciado acordo, que tirou o sono e que fez *A República* perder a tramontana, indo à Bolívia e ao Paraguai procurar aliados contra o governo do Brasil!

23) *A Nação*
Folha política, comercial e literária

Ano I, número 149, sábado, 21 de dezembro de 1872

O acordo I

Não podia ser mais amarga a decepção sofrida por *A República* no assunto do convênio Brasil-Argentina. Além do mais, ao sofrer agora o mais completo desmentido com a publicação dos documentos oficiais, longe de recolher-se ao silêncio, para fazer esquecer sua leviandade, aí está ela a envidar esforços para malquistar o ministério com a opinião, o qual felizmente sabe dar o devido desconto às asserções do órgão ultrademocrático.

Asseverara este que o segredo do governo nascia da degradação a que descera, fazendo concessões que nos humilhavam. Desde logo nos demos pressa em declarar que só reservas diplomáticas impreteríveis impunham um silêncio que não seria longo.

Logo que desapareceram tais causas com a anuência do governo de Montevidéu e com a aceitação do acordo pelo governo de Buenos Aires, o gabinete veio, com a maior confiança, dar contas de si ao país e mostrar, pela simples publicação do convênio, que o Brasil mais uma vez procedera de modo exemplar e digno dos louvores de todos os povos cultos.

A própria *A Reforma*, contrariada por não achar no acordo coisa alguma que nos desaire, interrogou se não existiriam protocolos resguardados da publicidade!

Devera-se esperar a discussão, a análise calma, séria, judiciosa do acordo; no entanto, *A República* exordiou o debate com qualificativos tão virulentos que bastam para assinalar o rumo que ela conta seguir.

A folha oficial tem *sequidão habitual*, e o acordo era recatado. Não há mérito nem cortesia em suscitar questiúnculas sobre pontos que tiveram já explicação satisfatória. O *Diário Oficial* não pode primar pela tagarelice, como os exaltados da oposição, que são sempre uns incansáveis forjadores

de *notícias da meia-noite*, tampouco pode servir de estigma o silêncio observado em uma negociação que não estava terminada.

Estamos dispostos a acompanhar *A República* e quaisquer outros órgãos da oposição na discussão que acaba de ser iniciada. Não duvidamos em nenhuum momento que conosco estará a boa opinião pública, pois conosco estão a razão, a justiça e a verdade.

Acha-se comprovado o solene desmentido com que o *Diário Oficial* saiu ao encontro das inexatidões avançadas por *A República,* que tendiam todas a colocar-nos em posição secundária, porquanto calavam a circunstância de que a reciprocidade nivela as partes contratantes, impondo a todas os mesmos deveres e direitos, como é de direito, desde que o tratado da aliança subsiste.

Que explicações tinha de fazer o órgão do governo ao publicar o acordo, se bastava a simples leitura deste para levar a todos os espíritos a convicção de que a imprensa oposicionista explorara um assunto grave, no único propósito de criar embaraços ao gabinete?

Uma vez que no acordo não estão as humilhações deploráveis, o papel humilhante que dizia *A República* haver-nos representado não ficava *ipso facto* desmascarado o embuste dos que especulam ainda com questões internacionais, em favor e proveito de seus ódios e no desempenho de seu mister de detratores efetivos?

Em nenhum espírito sisudo e imparcial pode pairar a menor dúvida de que *A República* faltou mui premeditadamente à verdade, no intuito de ofender ao governo, alvo único ao que ela atira, uma vez que sabe e conhece a repulsa geral a suas ideias, as quais jamais poderão prevalecer contra a sensatez do povo brasileiro.

Como o público viu, o texto do acordo já publicado é a mais formal sustentação do quanto avançamos, apelando para a ocasião oportuna do debate. Asseveramos desde logo que digno de nós fora o procedimento havido, pois ninguém pode compreender que ordem de coisas nos levaria a descer da boa posição que ocupamos em relação aos Estados do Prata.

Verdade é que os acertos da folha ultrademocrática consistem da denegação completa de todos os bons princípios, na recusa formal do que aceitam os ânimos refletidos e sãos; não admira, pois, que a singularidade de suas apreciações lhe pareça a única acertada e admissível. Facilmente acredita-se naquilo que se deseja.

No entanto, o que é certo e fora de questão é que foi *A República*, e não o órgão do governo, que deturpou a verdade para iludir a nação (como é hábito seu nos ataques que faz aos homens e às instituições), quando, com a leviandade que lhe é característica, avançou proposições que em prazo certo deveriam ser elucidadas, pois que a publicação do acordo teria de evidenciar a falsidade de suas alegações, inteiramente em desarmonia conquanto se estipulara.

A posição da imprensa oposicionista serve, mais uma vez, para demonstrar que não a dirige nenhum pensamento grandioso, mas sim o propósito deliberado de agredir sistematicamente a situação, tornando em matéria de censura ainda mesmo os atos mais dignos dos cordiais parabéns ao país.

A prova de que o gabinete na gestão dos negócios públicos não esqueceu nunca a homenagem de vida à soberania popular está em que um só ato seu ainda não apareceu que contrariasse os legítimos interesses nacionais. Porque [*sic*] há de a imprensa oposicionista evitar a discussão e limitar-se a insulsas declamações ou à bombástica apologias dos seus?

Os princípios são tudo; os homens, nada.

Neste país de imprensa libérrima (a própria *A República* é um exemplo irrefragável) pode-se, porventura, dizer que a opinião não tem meios de pronunciar-se, para fazer valer o seu *desagrado* e sua *reprovação*? O que valem então os muitos órgãos de publicidade, representando os três grupos de oposição? Qual é a imprensa livre? Diga-o *A República* para que tenha resposta conveniente.

Convençam-se de uma vez todos os detratores do ofício que as *candentes apóstrofes* de adversários de tal jaez não demovem o gabinete do itinerário que se impôs; ao contrário, as injustiças que padecem os ânimos fortes acrisolam-lhes as virtudes, retemperando-lhes as forças.

Não temos ministros nem realeza irresponsáveis em um país no qual os poderes políticos dimanam da soberania popular. A opinião aí está, mas a verdadeira opinião, e não aquela grita infrene de descontentes e ambiciosos, cegos pelo egoísmo e pela paixão partidária.

Os homens de bem em nenhuma circunstância afrontam a opinião e não podem, pois, ter dissabores daquilo que não praticam. Desacreditam-se somente os que procedem mal. Ministros honestos, justos, patriotas, não caem em descrédito com as costumadas balelas de escritores que detraem de tudo e a todo propósito.

O que o país e a gratidão nacional têm de arquivar é o respeito constante do gabinete pelos legítimos interesses públicos, procedendo de modo que, até hoje, apesar de exorbitante desenvoltura da oposição, um só fato sério, uma só nódoa não veio ainda manchar a toga puríssima dos conselheiros da coroa.

A *A República* talvez sobejem razões para chamar o povo de *imbecil e por demais ingênuo*; no entanto, o que é certo é que em nenhum outro país as instituições, das quais depende o futuro da nação, seriam atacadas impunemente com as habituais verrinas do órgão de um partido cujos princípios não podem coadunar-se com a índole sensata do povo brasileiro.

Havemos de confrontar as cláusulas dadas por *A República* com as cláusulas reais, exaradas no acordo. Tornaremos, assim, bem evidente a má-fé e a deslealdade de uma oposição que afronta a luz meridiana e que não escrupuliza em embair o espírito público.

Entre umas e outras, não se dão identidades nem *quase coincidências*: no acordo está a elevação, o critério, o justo, o honesto, a igualdade e a reciprocidade de deveres e direitos, ao passo que nas cláusulas dadas por *A República* a antítese é perfeita, pois que o pensamento manifesto é propagar o juízo de que o Brasil acovardou-se, teve medo, tremeu e aceitou um papel humilhante.

O país, no acordo, tem justos títulos de que se orgulhar. A discussão tirará a limpo se o gabinete cometeu alguma falsidade quando asseverou que procedera de modo compatível com o decoro nacional.

Feliz realidade, as questões pendentes estão pacificamente resolvidas e os três povos aliados abençoam a sabedoria dos que conjuraram uma tormenta, que chegou a parecer inevitável. Passemos à negociação, para evidenciar o papel importante e salutar que o Império representou em tais conjunturas.

24) *A Nação*
Folha política, comercial e literária

Ano I, número 151, terça-feira, 24 de dezembro de 1872

O acordo II

Não escapará a ninguém a finíssima argúcia com que o órgão ultrademocrático dá por averiguados fatos controversos e que carecem de completa demonstração.

Convencida de que, partindo das verdadeiras causas do conflito, não chegará jamais às deduções que desejam, formula hipóteses gratuitas, inventa, interpreta, assevera, criando assim os elementos de sua argumentação.

Com o único intuito de dizer que o Paraguai foi sacrificado e que foram esquecidos os direitos da Bolívia, agarra-se ele à questão de limites, que não tem relação direta com o assunto, para poder concluir que garantimos o Chaco ao governo argentino.

Um apelo, porém, à memória e à boa-fé de nossos leitores, para que a discussão seja convenientemente encaminhada. O ministro brasileiro, celebrando com o governo do Paraguai os tratados que motivaram a nota Tejedor, tinham inquestionavelmente usado de um direito que o convênio acaba de reconhecer, quer porque vigora a Negociação Cotegipe, quer porque as duas outras Repúblicas, que entraram na aliança, vão usar dos mesmos meios.

Contudo, não pensara assim o ministro Tejedor, que asseverou não poder o Império por si só celebrar tratados, pois careciam da ação conjunta dos governos aliados. Esta foi a origem do conflito, e tanto assim o acreditou a própria *A República* que seu primeiro cuidado, ao anunciar o acordo, esteve em dar os Tratados Cotegipe como interrompidos.

Eis o que escreveu o órgão ultrademocrático:

> A Confederação argentina obrigou-se a reconhecer os Tratados Cotegipe *com a expressa condição de que só terão força e vigor* ficando sob as garantias do Tratado da Aliança, *depois que todos os aliados* tenham celebrado seus *tratados definitivos com o Paraguai*.

Isso é uma falsidade que não se comenta, e só adulterando os fatos é que se pode ver neles humilhação para nós. O que neste ponto, o mais importante da questão porque foi o motivo do conflito, o acordo estipulou é inteiramente diverso, como o público reconhecerá do artigo 2º do Convênio, que o está assim dizendo:

> Fica também acordado e declarado que os Tratados de Assunção, celebrados por parte do Brasil em 9 e em 18 de janeiro de 1872, *continuam em seu pleno e positivo vigor*.
>
> Depois que os aliados tiverem concluído os seus ajustes definitivos com o Paraguai, declarar-se-á em protocolo, ou por meio de notas reversais, se o julgarem preciso, que *todos esses ajustes ficam* sob a garantia recíproca estipulada no artigo 17 do Tratado do 1º de março de 1865.

Não são, pois, os Tratados Cotegipe, mas todos os ajustes dos três povos aliados que ficam sob a garantia recíproca dos Tratados da Aliança. Do mesmo modo, não há no convênio uma só palavra que, explícita ou implicitamente, torne os Tratados Cotegipe, *que continuam em positivo e pleno vigor*, dependentes dos ajustes posteriores que as duas repúblicas da aliança têm de concluir com o Paraguai.

Não pode, pois, haver maior deslealdade, mais requintada má-fé, do que na improcedente argumentação do órgão ultrademocrático, o qual deve estar penitente e arrependido (se é que alguma coisa lhe merece a opinião pública) de ter provocado uma discussão na qual de nenhum modo lhe pode caber a vitória.

Era para esta parte principal do debate que reclamávamos a maior atenção do eleitor, pois que a análise calma, grave e conscienciosa do convênio gira sobre a aceitação, por parte do governo argentino, dos Tratados Cotegipe, os quais haviam suscitado a nota Tejedor.

Querendo humilhar-nos, desejando apresentar o governo como amedrontado e esquecido de seus deveres, *A República* deu como suspensa aquela negociação que só *teria força e vigor depois* de haverem os aliados obtido ajustes semelhantes!

Bastaria a simples confrontação, que aí fica, da verdadeira cláusula do convênio com a cláusula fantasiada pelo órgão ultrademocrático, para que recolhêssemos desde já os lauréis do triunfo. Não seremos, porém,

sôfregos e continuaremos a pôr em relevo as disparatadas apreciações da folha adversa.

O histórico da questão nem é uma simples exposição, que possa preparar os espíritos para análise, nem foi feito com a lisura e a verdade que reclamavam fatos conhecidos de todos aqueles que não ficam estranhos aos assuntos graves de questões internacionais.

O artigo 16 do Tratado da Aliança nada estatuiu de irrevogável em questão de limites, e todos sabem que a questão do Chaco ficou sempre por ser liquidada, sem que o garantíssemos nós a esta ou àquela nação limítrofe.

Não podiam deixar de ser salvaguardados os direitos de terceiro. Mesmo em relação ao Paraguai, qualquer violência que o esbulhasse de seu território desmereceria a generosidade de uma guerra feita para a sua restauração e sua liberdade, e não para que (quem quer que fosse) se aproveitasse daquilo a que não tivesse o mais incontroverso direito.

O Protocolo de 20 de junho de 1870 é uma das páginas mais esplêndidas da diplomacia deste século: vencido o Paraguai, não o sobrecarregamos com imposições injustas. Quando se vê a França abatida diante das exigências da Prússia, é agradável e grato declarar que o Brasil reconheceu no Paraguai a faculdade de pugnar por seus direitos e interesses, na questão de limites, não o dividindo como uma presa.

Tocamos nesse ponto com um duplo intuito: se a retificação de limites estivesse demarcada de modo invariável no Tratado da Aliança, em primeiro lugar, o governo de Bueno Aires teria feitodo Protocolo Paranhos um *casus belli*[*]; em segundo lugar, o estipulado no protocolo demonstra o que já dissemos, isto é, que nunca garantimos a questão de limites, a qual não pode ser uma imposição, uma vez que cumpre à aliança respeitar a integridade da nação vencida.

A aceitação pelo Paraguai do Tratado de Aliança robustece nossas asserções: colocado já de igual para igual, livre da guerra que o flagelou, aquele país não subscreveria, sem um protesto, a seu suicídio, aceitando e reconhecendo um tratado que estipulava uma prévia linha divisória, a qual constituiu sempre o objeto de seus incessantes reclamos.

[*] Um motivo de guerra. (N. E.)

25) ***A Nação***
Folha política, comercial e literária

Ano I, número 152, quinta-feira, 26 de dezembro de 1872

O acordo III

A pretensão da imprensa oposicionista, dizendo desconsiderados no convênio dos Tratados Cotegipe, visa a um objetivo que nunca será atingido graças ao civismo e à ilustração do diplomata que celebrou em Assunção os tratados com os quais o Império pagou-se dos pesados sacrifícios que lhe foram impostos pela Guerra do Paraguai. O venerando senhor barão de Cotegipe não procederá, decerto, como os nobres senadores dissidentes que engrossaram a patrulha liberal para a eleição do senhor conselheiro Zacarias para membro da Comissão de Resposta à Fala do Trono.

O ilustre negociador brasileiro não quebrará, para satisfazer cálculos de terceiros, a exemplar coerência de seu procedimento, colocando-se na atitude em que o aplaudiu o país inteiro quando, exaustos todos os meios conciliatórios, realizou sozinho os ajustes definitivos, aos quais se vinculavam os mais altos interesses nacionais.

O Protocolo de 20 de junho de 1870 opunha-se de frente a que o ministro brasileiro aceitasse a proposta de seu colega argentino, formulada na Conferência de 30 de novembro de 1871. À integridade do Paraguai cassava-se até o direito de pugnar por seus interesses na questão de limites, eterno pomo de discórdia que tem sempre suscitado graves questões entre os países limítrofes.

Na divergência, pois, presidiu de nossa parte o espírito de justiça e ficou mais uma vez a limpo a generosidade de vistas com que levamos nossas armas àquela inditosa República.

No entanto, para satisfazer a seus cálculos de oposição, é justamente daí que parte o órgão ultrademocrático, criminando o procedimento do governo que rompeu a aliança por um ato que, aliás, a Confederação argentina acaba de reconhecer como legal, deixando-o subsistir e indo, por sua vez, praticá-lo!

O reclamo argentino, todos sabem, não versou sobre as estipulações dos tratados, mas sim por haver o Brasil, separadamente, chegado a um

acordo sobre suas diversas pendências, dando-lhes definitiva solução.

Se infração se houvesse dado, não estatuiria o convênio a repetição de igual procedimento, tratando isoladamente cada uma das duas Repúblicas que conosco completaram a aliança.

Como não levamos em mira escrever largos artigos, repisando questões elucidadas, e só desejamos provar que o acordo em nada nos deslustrou, deixamos de acompanhar *A República* em muitos trechos que não têm a menor analogia com o assunto que se debate.

É assim que calaremos o conflito Tejedor, que está já julgado e condenado, segundo pensamos, uma vez que o governo de Buenos Aires anuiu a que continuassem em *pleno* e *inteiro vigor* os Tratados Cotegipe, os quais a oposição anunciou derrogados.

Encaremos a missão Mitre e seu desenlace, pois é a questão vertente. "Matéria de encher", "pontos estranhos", são todas as demais asserções com que a folha ultrademocrática quer aventurar juízos sobre a monarquia e sobre o governo, como se não lhe bastasse já a *licença* com que discutem homens e instituições sempre reverenciadas. A opinião pública não deixou de ser reverenciada, como costuma fazê-lo o gabinete de 7 de março, nem foram desconsideradas a honra e a dignidade da nação, por ministros, cujo civismo não pode ser equívoco, nem mesmo à mais apaixonada maledicência. É o que vai ver-se.

O Tratado da Aliança estava em positivo e em pleno vigor, e o contrário disso nunca o declaramos nós: negociamos, isoladamente, com o Paraguai por parecer-nos que tínhamos direito de fazê-lo; no entanto, formalmente declaramos que em nada tínhamos violado as condições que reuniram os três povos, que, de comum acordo, puseram termo ao domínio de López.

Corrobora nossas asserções a declaração formal de nosso governo, quando na nota de 20 de junho do corrente ano assim externava seu pensamento:

> Mas não é preciso levar os propósitos da aliança além de suas positivas estipulações e compromissos para afirmar que foi ela determinada por uma causa de honra e por interesses essenciais às três partes contratantes. A desigualdade dos sacrifícios ou das vantagens não dá mais direitos *nem isenta das obrigações contraídas a nenhum dos aliados*.

> Essa desigualdade, senhor ministro, que não foi decerto a favor do Brasil, *não influirá hoje, como nunca influiu em sua fidelidade ao Pacto da Aliança*. O Brasil *cumprirá sempre* seus empenhos de aliado com a boa-fé e cavalheirismo de que deu provas durante a guerra. Se, porém, o governo imperial sabe quanto deve à honra de sua palavra, à paz e à amizade que interessa a todos os aliados, não é menos vivo o sentimento de sua dignidade; e a consciência íntima lhe assegura que não é causa das dificuldades que está encontrando a execução do Tratado de 1º de maio, depois de vencido o grande obstáculo do inimigo comum.
>
> Se essa gloriosa aliança *viesse a romper*, o que não se deve esperar da sabedoria dos aliados, a responsabilidade desse ato e de suas consequências *não recairia sobre o governo imperial*: cedo ou tarde o juízo imparcial das outras nações e a própria República Argentina fariam justiça plena ao direito, à lealdade e à prudência do Brasil.

O que era, pois, para quem nutria tão amistosas disposições, a declaração do artigo 1º do convênio agora impugnado? Se declaramos sempre que guardávamos com inteira lealdade o Pacto da Aliança, porque [*sic*] vacilar em dizê-lo de pé com todos os seus compromissos e vantagens recentes?

Na efervescência da questão Tejedor, assegurávamos, há um tempo, que vigorava o Tratado de Aliança e que não convinha rompê-lo. Como, pois, na calma, no júbilo de uma solução tão pacífica quanto honrosa quebrar a coerência para não afirmá-lo igualmente?

O que acordamos, ultimamente, é a asseveração oficial do que pensou sempre o governo, que não viu nos Tratados de Assunção motivos sérios para que esfriassem nossas boas relações com a República Argentina.

Como inferir daí um libelo para o gabinete, que acaba de ver sancionado o seu procedimento, com a aceitação das duas Repúblicas da mesma cláusula, isto é, da negociação em separado?

Os que opinam de outro modo fazem de um grave erro os alicerces de sua improcedente argumentação. A despeito da formal e constante declaração do governo, descobrem na Negociação Cotegipe a violação do Tratado de Aliança e o dizem só agora, tendo sido convênio restabelecido.

No entanto, o erro dissipou-se. Uma vez que o acordo reconhece em vigor os Tratados de Assunção, importa isso a declaração de que tinha o Brasil o direito de celebrá-los. Portanto, no reconhecimento de

compromissos, aos quais nunca nos recusamos, nem houve humilhação nem esquecimento das conveniências nacionais.

26) *A Nação*
Folha política, comercial e literária

Ano I, número 153, sexta-feira, 27 de dezembro de 1872

O acordo IV

Não alongaremos a presente discussão além dos estreitos limites que lhe traçou a pálida controvérsia feita por *A República* ao último convênio. Exausta a matéria pelo prematuro debate que houve, anda agora a imprensa oposicionista a chover no molhado, sem que uma única asserção tenha produzido que possa acalorar um pleito que se anunciara renhido e vigoroso. É mais uma prova de que naufragam nas más causas os melhores talentos: as paixões são perigosos parcéis em que os mais avelhantados palinuros soçobram.

A leitura calma de todos os documentos relativos às questões platinas, desde o Pacto da Aliança, põe em evidência um ponto de alta importância: jamais o Brasil anuiu *terminantemente* à questão de limites, que considerou sempre grave e que afeta interesses de diversas nacionalidades.

A própria *A República* confessa que declinamos da solidariedade no que é atinente ao Chaco, a cuja posse a Bolívia alega direitos que não nos cumpria averiguar, uma vez que não tínhamos pretensões sobre tal território.

Na ressalva dos justos reclamos da Bolívia, implicitamente se garantia também o bom direito de quem quer que fosse, uma vez que se chegasse ao conhecimento da verdade.

O Tratado de Aliança, como todos sabem, tinha cláusulas transitórias que se referiam ao período da guerra e outras de caráter permanente que subsistiram sempre para nós, pelo respeito constante com que temos observado quanto foi estipulado.

Se no que era transitório, de interesse momentâneo, mas de alta responsabilidade e de gravíssimos efeitos, o Brasil levou a lealdade ao último apuro, tomando muitas vezes sobre si, somente, o que deveria

ser esforço combinado dos três povos aliados, o que nos poderia aconselhar a quebra do tratado nas disposições permanentes, em que a reciprocidade era tão completa que, em nenhuma hipótese, poderíamos ser prejudicados, com a fiel observância de quanto se acordara?

A execução coletiva das cláusulas que só poderiam ser resolvidas durante a guerra nunca passou de um sofisma do ministro Tejedor, no intuito de provar que nenhum dos aliados poderia negociar separadamente. O próprio senhor Mitre, no convênio, acaba de provar que pode cada um dos governos entrar isoladamente em ajustes, sem que por isso se considere roto o Tratado de 1º de maio.

Basta o espírito dos artigos 8º e 9º deste tratado para deixar incontroverso que na obrigação em que ficaram os três governos de respeitar a independência, a soberania e a integridade do Paraguai ia um obstáculo, a demarcação prévia de limites, que de longa data constituía uma questão pendente de maior dificuldade pelas sérias contestações dos três povos que alegam direitos sobre o Chaco.

No artigo 12, assentou-se que a paz seria garantida no Paraguai, não podendo compreender como uma extorsão poderia ser elemento para tão feliz acontecimento. Não se confunda propositalmente coisas diversas: para evitar as dissensões e as *guerras*, que trazem sempre as *questões de limites*, os aliados tinham e têm o direito de exigir que o Paraguai celebre tratados definitivos de limites; no entanto, isso não importa a violência, a imposição de uma linha arbitrária e o capricho de qualquer dos povos da aliança. Basta este artigo (o 16) para evidenciar que os tratados poderiam ser celebrados em separado, como acaba de acordar-se no próprio convênio que declara em pleno vigor o Pacto da Aliança.

A nota do governo brasileiro de 3 de fevereiro do corrente ano elucidou brilhantemente esta questão, mostrando que a questão de limites tinha de ser negociação isolada.

Ir de encontro a esses fatos não é mais do que fazer reviver a questão Tejedor, com todos os seus embustes e suas desarrazoadas pretensões: não nos prestamos à réplica de um assunto que por conveniência dos dois povos deve ficar no mais completo esquecimento. É tempo de concluirmos, pelo menos até que se produza, por parte da imprensa oposicionista, controvérsia suculenta que de novo nos traga à estacada.

A razão e a justiça guiaram-nos sempre na questão de limites, pois em fatos de direito territorial nada pode ser deliberado sem a audiência

dos países interessados. O governo brasileiro respeitou sempre o Pacto da Aliança e está disposto a continuar a fazê-lo, quer no que diz respeito ao Paraguai, quer nos compromissos para com os governos das duas Repúblicas que figuraram na aliança.

O convênio em nada afronta a Negociação Cotegipe, que mereceu e merece do gabinete a maior adesão por haver sido feita de acordo com as instruções recebidas. O Brasil não se desdouraria em reparar injustiças: poupou-o, porém, desse grato dever o procedimento que teve sempre, guiando-se pelos bons princípios da lealdade e das legítimas conveniências públicas.

27) *A Nação*
Folha política, comercial e literária

Ano I, número 154, sábado, 28 de dezembro de 1872

Limites com o Peru

I

O autor da epopeia publicada no jornal *A Reforma*, sob esta epígrafe, longe de favorecer o herói a quem pretende exaltar, atribuindo-lhe qualidades talentosas e cívicas só por ele possuídas, o expõe à pública irrisão; além do mais, falta à verdade, asseverando que foram aprovados pelo governo imperial atos que, de *motu proprio*[*] e indevidamente, praticou.

As razões de política internacional e o respeito ao costume de não manifestar a marcha, e os incidentes das negociações antes de estarem concluídas aconselhavam preferir-se guardar silêncio a fazer inconvenientes e extemporâneas manifestações; porém, a pertinácia com que se busca persuadir o público de que o silêncio guardado pelo governo imperial mostra que são fundadas as acusações que se lhe faz, a saber, de ter causado a morte do comissário peruano por ditar aos trabalhos da demarcação marcha imprópria e desnecessária, torna urgente violar a regra de abstenção. Portanto, resumimos o andamento que desde o princípio foi designado pelo governo imperial à comissão incumbida

[*] Por iniciativa própria. (N. E.)

das demarcações da fronteira do Império com o Peru, os gastos por largo tempo feitos com ela sem se empregar nos trabalhos a que era destinado e manifestar as ocorrências incidentes que exigiram persistir o governo imperial em que a atual comissão executasse os arágrafos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 10 das instruções que tinha dado à anterior para ir primeiro demarcar a fronteira da linha reta tirada de Tabatinga à foz do Apapóris.

Por decreto de 10 de agosto de 1861, foi nomeado comissário das demarcações de limites do Brasil com o Peru o senhor capitão-tenente José da Costa Azevedo; na data de 22 de outubro seguinte, deram-se-lhe as seguintes instruções:

> § 2º Reunidos os comissários do Brasil e do Peru em Tabatinga, depois de conferirem entre si, convém que comece a comissão os seus trabalhos por fixar a posição astronômica da fortaleza, de onde deve partir a reta que há de terminar na foz do Apapóris, na forma estipulada no artigo 7º do tratado.
>
> § 3º Determinada a posição da fortaleza, passará a comissão a demarcar o terreno necessário à servidão da fortaleza e ao logradouro da povoação. A base desta demarcação deve ser a foz do igarapé que os peruanos consideram como raia da República com o Império, o qual parece que é denominado igarapé de Santo Antônio, e, reconhecida a sua foz, deve-se proceder ao reconhecimento da direção do mesmo igarapé, a fim de determinar-se a linha da fronteira.
>
> § 4º Se este igarapé vier do leste, pertencerá ao Peru a sua margem direita, desde a sua foz no Amazonas até onde vier a cruzá-lo a reta tirada do Tabatinga ao Apapóris. Se correr do norte a pouca distância a oeste desta linha, seguirá a fronteira por ele até a nascente principal, onde se assentará um marco, e daí por uma paralela ao Equador, tirada daquela nascente para leste a encontrar a reta de Tabatinga ao Apapóris; no ponto em que estas linhas se encontrarem outro marco terá de ser assentado. Se trouxer direção de oeste, servirá o igarapé de raia até uma distância razoável que proporcione a Tabatinga terreno suficiente para logradouro público.
>
> § 5º Tendo nesta última hipótese concordado os comissários até onde se estende este logradouro, colocar-se-á um marco junto ao igarapé, e outro deverá ser levantado depois no ponto em que se ajustar, que vá terminar uma reta tirada dali a encontrar a linha de Tabatinga ao Apapóris. Seja qual for a hipótese que

se realizar, colocar-se-á um marco na margem esquerda do dito igarapé, junto a sua foz, para indicar que chega ali a fronteira do Brasil pelo litoral do Amazonas.

§ 6º Terminados os referidos exames, feita a demarcação em que concordar a comissão, e ajustado o que se deverá fazer, depois de determinada a direção da linha de Tabatinga ao Apapóris, baixarão os comissários pelo rio Amazonas a buscar o primeiro canal ou boca do Japurá e subirão este rio até a foz do Apapóris, que deságua pela sua margem esquerda.

§ 7º Depois de reconhecerem aquela foz e de haverem determinado a posição astronômica do ponto que lhe fica fronteiro na margem direita do Japurá, os comissários levantarão aí um marco.

§ 8º Concluído este trabalho, se não for praticável atravessar dali para o rio Içá, regressará a comissão pelo Japurá ao Amazonas para seguir por ele a buscar a foz do rio Içá ou Putumaio, e subirá por este rio a fim de determinar o ponto em que ele é atravessado pela reta tirada entre os dois extremos de Tabatinga ao Apapóris.

§ 10 De volta a Tabatinga, a comissão completará a demarcação da servidão e do logradouro de que se tratam nos §§ 2º, 3º, e 4º destas instruções. Concluídos estes trabalhos, procurará a comissão o rio Javari e subirá por ele explorando-o até a latitude de 10º sul.

Na data de 29 de novembro de 1861, escreve do Pará o senhor comissário Costa de Azevedo ao senhor conselheiro Azambuja, então oficial-maior da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, pedindo que lhe mandasse vários mapas geográficos e o hidrográfico do Amazonas, organizado no arquivo militar pelo senhor conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro com o capitão Izaltino.

Em ofício de 14 de abril de 1862, participa partir naquele dia para Manaus, no vapor *Jacuí*, tencionando empreender ali os trabalhos da comissão, que poderiam ser feitos só por ele e pelo primeiro-tenente João Soares Pinto, em benefício da demarcação futura dos limites do Império com o Peru.

Em oficio de 17 de maio de 1862, acusa a recepção de despachos nas datas de 5 e 7 de abril, os quais incluíam as instruções práticas organizadas pelo conselheiro Bellegarde e a memória do engenheiro Liais; participa

que estava fazendo cálculos para fixar a posição dos pontos em que tocou na subida pelo Amazonas, trabalhos praticados ali pela primeira vez, à exceção dos feitos em 1844 e em 1845 por Tardy de Montravel e por Costa Azevedo em 1858, 1859 e 1860.

Semelhante asserção pressupõe que são ignoradas as operações científicas praticadas em 1781 no rio Branco pelo insigne astrônomo doutor Antônio Pires da Silva Pontes e pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra e as realizadas no rio Negro pelo igualmente insigne astrônomo doutor Francisco José de Lacerda e pelo engenheiro Joaquim José Ferreira, todos quatro da Comissão das Demarcações de Limites, que no mesmo ano subiu pelo Madeira em direção ao Mato Grosso e que levantou em grande escala o exatíssimo plano que temos deste rio. Esses trabalhos descritos nos relatórios têm sido publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e em um folheto por mandado da legislatura da província de São Paulo. Supõe também desconhecidos os planos topográficos e mapas geográficos, corretamente elaborados pelos doutores em Matemáticas José Simões de Carvalho, Pedro Alexandrino Pinto de Souza, José Joaquim Vitório da Costa e pelos engenheiros Teodósio Constantino de Chermont, Henrique João Wilkens, Eusébio Antônio de Ribeiros e Manoel da Gama Lobo da Almada. Aí está o mapa do rio Branco, assinado por Silva Pontes e Ricardo Franco; o do rio Negro, firmado por Lacerda e Ferreira; os da costa do norte, do rio Calçoene ao Araguari, com a série de lagos do Amapá, da ilha Marajó e dos baixos da Tijoca, do rio Branco, do Tacutu, do Pirara e do Rupununi, todos assinados pelo doutor Simões; o mapa hidrográfico do rio Araguari, desde a sua nascente, em 2º 10' norte, levantado por Pinto de Souza em seis folhas de grande escala e em uma carta na qual fez redução daquelas; o plano do rio Amazonas, da foz do Tapajós até a foz do rio Negro, em oito cartas de grande escala, levantado em 1797 pelo doutor em Matemática Vitório da Costa; os mapas do rio Japurá; um até a segunda cachoeira grande, em duas folhas, levantado pelos engenheiros que lá foram, em 1781, Wilkens, Simões de Carvalho e Pinto de Souza; outro em três folhas até o rio dos Enganos ou Cumiari, levantado pela comissão luso-castelhana, que subiu até aí em 1782; mapa do rio Apapóris até a aldeia dos Curutus, por Vitório da Costa; o do rio Amazonas de Tefé a Tabatinga por toda a comissão das demarcações; e o topográfico de Tabatinga e foz do Javari, nitidamente feito e assinado pelo engenheiro Eusébio de Ribeiros.

Esqueceu também o mapa da foz do Caciporé, cabo de Orange, rio Uaçá até 15 léguas (cerca de 99 km) da sua foz, e do Oiapoque até quatro (cerca de 26,4 km), que, por ordem do capitão-general dom Francisco de Souza Coutinho, foi levantado pelo piloto (depois chefe de divisão) José Lopes dos Santos, cuja exatidão é confirmada por outros iguais que tem sido publicados recentemente.

Em ofício de 7 de agosto de 1872, participou o senhor Costa Azevedo que ia para Tabatinga de passagem no vapor *Inca*, com o fim de transportar a hora e acertar com a de Manaus a hora dos cronômetros. Saiu de Manaus no dia 10 de agosto para Tabatinga e, em ofício de 25, dizia estar de volta sem completar o trabalho a que se propunha, por circunstâncias alheias a sua vontade; no entanto, ainda assim tinha começado as observações e adiou o trabalho por ter morrido o ajudante com quem contava, o capitão Pedro Lino de Barros Reis.

Em despacho de 18 de abril de 1864, ordenou o senhor ministro dos Negócios Estrangeiros ao comissário senhor Costa Azevedo que, tendo se retirado o comissário peruano Mariátegui antes de começar a demarcar a fronteira com a comissão brasileira e sendo improvável o começo da demarcação, dispensasse dos trabalhos da comissão o engenheiro senhor Vicente Pereira e as 30 praças de pré que estavam a bordo do vapor *Ibicuí*; ordenou também que ficasse o comissário em Manaus com o seu ajudante Soares Pinto, percebendo todas as vantagens, para continuar nos estudos geográficos. Ordenou-lhe mais neste despacho que mandasse o quanto antes o mapa completo do rio Amazonas e os trabalhos que devem determinar geograficamente as fronteiras, *para assim justificar a continuação da comissão que lhe estava encarregada*.

Em ofício de 19 de maio de 1864, comunica que no dia 15 haviam chegado a Manaus, depois de três meses e um dia de ausência, de volta do Japurá, os seus ajudantes João Soares Pinto e Vicente Pereira Dias. Diz que Soares Pinto foi muito além da foz do rio Apapóris, explorando este rio até a primeira cachoeira (dista da foz uma légua, cerca de 6,6 km) e que foi o único que regressou de pé. Que o vapor *Jacuí* só pôde navegar até abaixo da foz do Apapóris e que o mandaram regressar para foz do Avateporana, 150 milhas geográficas distante (cerca de 278,25 km), ficando Soares Pinto em uma canoa. Que este subira as duas cachoeiras pequena e grande Cupati para determinar não só a importante posição geográfica do rio Meriti, que entra no Japurá acima da cachoeira pela margem esquerda,

na qual trabalharam as comissões de 1781 e 1782, segundo lhe informou um índio velho centenário que deve ter presenciado estes trabalhos, mas também a posição da foz do Apapóris, *pontos sobre os quais*, *segundo os índios*, mais questionaram as comissões. Esta averiguação diz Costa Azevedo ser a que mais recomendou a Soares Pinto. Essas observações hão de fixar as coordenadas geográficas dessas fozes e das cachoeiras do Japurá e de mais trinta e tantos pontos da zona explorada.

> Trata-se agora [diz ele] da redução dos cálculos para se poder também construir a carta geográfica do Japurá nas 500 a 600 milhas (cerca de 927,5 km a 1.113 km) que acabam de ser exploradas.
>
> Infelizmente, a *grande quantidade de trabalho que temos* não alcançará ficar pronto e a limpo em menos de três meses, por me faltar o auxílio do senhor Dias no desenho e construções.
>
> Por ora, acerca dos serviços que têm de ser executados, nada posso mais adiantar: depois de feitos os cálculos e os desenhos, fixarei precisamente a direção da linha de fronteira de Tabatinga ao Apapóris a fim de servir à futura demarcação dela. É este o fim principal da exploração que acabo de alcançar pelo zelo e perícia do senhor Soares Pinto.

Em ofício de 27 de maio de 1864, disse o senhor Costa Azevedo, acusando a recepção daquele despacho:

> Em resposta, tenho a satisfação de assegurar a vossa excelência que nada mais me é dado fazer aqui para adiantar os trabalhos preparatórios da demarcação, sem o auxílio indispensável de um vapor que me conduza ao rio Javari, a fim de estudar qual dos galhos em que ele se divide é o verdadeiro rio, *única questão que deixo de resolver*, porquanto a importância da verdadeira diretriz da linha do Tabatinga ao Japurá e das relações dos meridianos da fronteira estão resolvidas com os trabalhos feitos, nos quais tomou maior parte o inteligente e zeloso meu ajudante, o capitão-tenente Soares Pinto.
>
> Em tais circunstâncias, e sendo mais econômico retirar-me para o Rio de Janeiro com os senhores Soares Pinto e Vicente Pereira Dias do que aqui esperar ulteriores ordens do governo imperial, *resolvo seguir no primeiro paquete de junho, que de Belém segue para aí*. Em viagem, traçarei uma exposição do que fizemos durante

a estada nesta e na província do Pará, *para que vossa excelência compreenda melhor que alguma utilidade tirou o país* e que tanto mais que o serviço do levantamento da carta do Amazonas, já construída, não foi nos ordenado nem se despendeu soma alguma com o trabalho empreendido; porquanto aproveitamo-nos das viagens do Ibicuí, duas em serviços alheios à comissão, e outras duas nas dele, que tiveram por fim, somente, fixar alguns pontos notáveis da linha de fronteira, para sujeitar os trabalhos futuros da demarcação de limites.

E pela consciência que temos de que com isto prestamos o serviço real, corre-nos o dever de apresentar o mais breve possível essa carta, que tantos ciúmes levantou do pessoal pouco inteligente da Companhia do Comércio do Amazonas e das que dela precisam para interesse próprio. Se não pude ainda alcançar terminá-la é porque este serviço pesa muito somente para três empregados. Exige ele que vossa excelência se digne conceder a continuação dos serviços do senhor Vicente Pereira Dias, aí na corte, pois lhe falta a escrituração nos nomes de todas as circunstâncias da faixa de Manaus a Tefé: tudo o mais está pronto.

Temos também todos os apontamentos para traçar a carta do rio Japurá no curso navegável, abaixo das cachoeiras na zona explorada por esta comissão.

Por decreto de 3 de junho de 1864, foi exonerada a comissão que esteve no Amazonas de novembro de 1861 até maio de 1864, dois anos e sete meses. Fez, durante este tempo, apontamentos de alguns dos lugares que tocou na subida pelo Amazonas, para fixar depois as posições destes (ofício de 17 de maio de 1862). Foi o senhor Costa Azevedo de Manaus a Tabatinga, de passagem em um vapor da Companhia do Comércio, com o fim de regular cronômetros, mas voltou sem completar esse trabalho, por ter falecido o ajudante com quem contava (ofício de 25 de maio de 1862). Empregou-se oficiosamente na construção do mapa do rio Amazonas, bastando-lhe para isso duas viagens do vapor *Jacuí em serviços alheios à comissão*, e duas no dela (ofício de 27 de maio de 1864).

É de crer que aos reconhecimentos praticados durante as quatro viagens, e sobretudo nas duas primeiras, se acrescentassem os demonstrados no pedido mapa do rio Amazonas (ofício de 29 de novembro), organizado no Arquivo Militar pelo senhor conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro com o major Izaltino, à vista das derrotas e dos esboços hidrográficos dos senhores Paraibuna e Catrambi, que

comandavam vapores da Companhia da Navegação do Amazonas – o primeiro havia 11 anos e o segundo, sete, assistindo este à organização quando eram necessárias algumas explicações; mapa em que, se há erros de latitude e de longitude, por causa deles não irão os barcos que navegam os rios varar a terra, nem encalhar nos bancos.

A recordação dessas circunstâncias, longe de prejudicar, depõe em favor do mapa publicado pelos senhores Costa Azevedo e Soares Pinto.

Foram ao Japurá os dois membros da comissão, Soares Pinto e Pereira Dias, subindo até a cachoeira grande Cupati (ofício de 19 de maio de 1864), os quais, sem dúvida, encontraram as exatas posições dessa cachoeira, da foz do Apapóris e de outros pontos notáveis do Japurá, as quais já tinham sido fixadas em 1862 pela comissão mista luso-castelhana, como consta dos seus diários e mostram os respectivos mapas.

28) ***A Nação***
Folha política, comercial e literária

Ano I, número 156, terça-feira, 31 de dezembro de 1872

Um dever de cortesia, que não preterimos nunca, nem mesmo para com os contemporâneos mais desarrazoados e odientos, chama-nos de novo à discussão de um assunto que, aliás, reputamos já suficientemente elucidado.

Trabalha-nos o espírito a prévia convicção de que nada aduziremos a contento de *A República,* nem dos outros órgãos oposicionistas, por haverem todos deliberado que só com eles estão a verdade, a razão e a justiça.

Acima, porém, de seus conceitos apaixonados, de suas asserções sem critério, de seus libelos inaceitáveis, está a verdadeira opinião, Têmis incorruptível que ouve, mas não vê, julgando a todos com a mais estrita neutralidade e profundo discernimento.

Não nos apavoram, pois, os juízos insidiosos dos que só miram a conflagração dos ânimos, arrastando incautos aos despenhadeiros da demagogia. O bom-senso de nossos compatriotas é broquel no qual a calúnia não pode penetrar.

A que visa *A República*, tornando à discussão do convênio? Haverá espírito imparcial que possa partilhar a versão de que nos humilhamos

diante do governo de Buenos Aires? Difícil tarefa será, por certo, convencer-nos *A República* de que a incoerência se tenha tornado um característico da situação, quando a mais completa solidariedade enlaça todos os ministros, trabalhando cada um de modo que possa conquistar a mais leal adesão de seus nobres companheiros.

Não nos faremos cargo de refutar o propósito *de A República* em fazer passar os membros do gabinete, exceção do venerando senhor visconde do Rio Branco, por figuras secundárias e sem imputabilidade, dizendo-se *figuras que se movem à vontade do diretor da cena*. Vai grave injustiça e maior incivilidade na qualificação apaixonada do órgão ultrademocrático, o que aliás não admira, pois que a oposição monopolizou tudo, não nos deixando sete homens com os predicados necessários para o nobre mister de conselheiros da coroa.

Se adotássemos o plano das recriminações, fácil seria passar em revista os ministérios ligueiros. Respeitosos, todos se dobrariam diante dos *vultos épicos* daquela nefasta situação.

Para a imprensa oposicionista, porém, cidadãos respeitáveis que já presidiram províncias, que são desembargadores e outros que em muitas legislaturas têm sido deputados provinciais, não passam de desconhecidos sem importância, ao passo que são engrandecidos os liberais, cuja aptidão foi sempre, e continua a ser, ignorada.

Tornemos, porém, ao assunto de que nos ia desviando a justa indignação que nos assoberba ao ver a desdenhosa ironia com que são invectivados homens de bens, os quais tanto na vida pública quanto na particular jamais ofereceram em tempo algum motivo para tão injusta desconsideração.

Alega *A República* que suas cláusulas ficaram de pé, conquanto fosse nosso primeiro empenho destruí-las. Os piores cegos são justamente aqueles que não querem ver, pois para eles não há remédio, sendo suas trevas mais densas que as de Tobias, que conseguiu curar-se.

Acreditávamos nós que ficara bem saliente a nenhuma identidade entre as cláusulas estipuladas no convênio e as que foram fantasiadas pela *A República*: chegamos mesmo a estabelecer o confronto de que resultou a aleivosia com que o órgão ultrademocrático se houve na discussão prematura do assunto. No entanto, o pirronismo nunca se convence.

Uma vez que a *evidência* dos fatos é coisa arbitrária e a capricho da folha republicana, não há remédio senão receber as antíteses como

a expressão fiel dos pensamentos que elas contrariam: ambos os contendores dizem-se fortalecidos pela razão, una e indivisível, e, assim, o recurso está no apelo para melhores juízos.

Pelo que podemos recolher do estudo e da análise de todos os documentos oficiais relativos às questões platinas, formou-se em nosso espírito a convicção já enunciada de que não se deu incoerência no ministério tampouco deixou jamais de vigorar o Tratado da Tríplice Aliança, dando-se o mesmo em relação ao de Assunção.

O gabinete tem dado provas irrefragáveis de que não receia a discussão de seus atos, e, ainda na sessão de 27, atirava o nobre presidente do Conselho repto solene ao ilustrado senhor doutor Gaspar Martins, para que viesse ao debate das questões diplomáticas.

Não há, pois, conveniência no governo em mistificar o público, deixando de aprofundar a discussão do convênio. A prova está no fato de que tornamos ao assunto, deixando que *A República* o repise a seu contento, fazendo novas edições de quanto já estampou sem o menor sucesso.

Não somos órgão de ministros, mas sim de um grande partido, cuja bandeira é geralmente conhecida; não é o fetichismo a nossa religião política, e os homens só podem valer diante de nós pelas ideias que representam. Os princípios são tudo. Uma ideia pode ser o centro de um sistema; o homem nunca passará de um satélite, e sua órbita está demarcada nas elipses que servem de rota aos grandes pensamentos a que eles aderem. Os homens constelações são de *A Reforma.*

É, pois, em nome do grande Partido Conservador, em nome da escola constitucional, e não como órgão do primeiro-ministro, que militamos na imprensa, que não desnaturamos nem rebaixamos aos apodos e invectivas que constituem o vocabulário do jornalismo oposicionista.

Dando este cavaco, necessário para destruir a malignidade da imputação, aceitamos o debate do convênio no terreno em que *A República* o quiser colocar; com a lógica inexorável dos fatos, não duvidamos que nos caberá a vitória.

Estimamos que a folha ultrademocrática tenha formulado quesitos de modo a precisar a questão, que, entretanto, afiançamo-lo já, será ladeada por nosso contendor, sempre que a ofensiva que vai ocupar tornar-se difícil e embaraçosa. Um pouco de fôlego e, depois, começaremos as justas a que somos chamados.

29) *A Nação*
Folha política, comercial e literária

Ano II, número 1, quinta-feira, 2 de janeiro de 1873

A primeira questão formulada por *A República* no intuito de desatar os vínculos de solidariedade que existem entre o gabinete e o nobre senhor barão de Cotegipe na questão do Tratado de Assunção foi a seguinte: "O Tratado da Aliança foi interrompido em seu vigor pelos Tratados Cotegipe?" Respondemos-lhe do modo mais peremptório e preciso que não. O fato de haver o ministro brasileiro tratado separadamente com o Paraguai, usando de um direito que os outros aliados reconheceram legítimo, indo por sua vez exercê-lo, não prova a interrupção do Tratado da Aliança.

Continuaram as boas relações entre os respectivos governos, tendo cada um deles seus representantes nas capitais dos países aliados, o que não sucederia com o *casus belli* da violação de um tratado, que, na atualidade, é o resumo perfeito dos mais altos interesses dos três povos, que levaram suas armas até o Aquidabã.

A simples inteligência do ministro Tejedor, dizendo-nos inibidos de uma negociação distinta e independente da ação coletiva, não basta para autorizar a asserção de que deixou de vigorar o Tratado da Aliança. Ao contrário, contra as infundadas alegações do ministro argentino, o governo brasileiro pronunciava-se assim:

> A falsa luz sob a qual os atos do governo imperial têm sido vistos e apreciados na República Argentina não tem produzido outro efeito senão por em maior relevo a boa-fé e a legitimidade de um procedimento do Brasil.
>
> O senhor Tejedor pensa que houve violação dos artigos 14 e 15 do Tratado de 1º de maio porque o Brasil estipulou por si só a indenização que lhe compete pelos gastos da guerra, pelos danos e prejuízos do Estado e dos particulares.
>
> A evidência do contrário ressalta dos mesmos artigos, do acordo prévio dos aliados e do que se estipulou entre o Brasil e o Paraguai.

Em controvérsia, pois, o governo imperial nunca considerou roto o Tratado da Aliança, o qual, de fato, vigorou sempre pelas outras razões, que como provas vamos produzir.

Regulando o Tratado de 1º de maio os meios para a realização dos ajustes definitivos, não há mister de nenhuma referência, uma vez que nenhuma exigência tenha sido feita além do que estava estipulado. Se o Tratado da Aliança não obrigava o Paraguai, como teria essa República de assentar seus Tratados de Paz no que se acordava contra ela? A alegação de *A República* de que a interrupção do Tratado da Aliança, na falta de menção de suas cláusulas, as quais eram meras atalaias do procedimento posterior dos governos aliados, é, portanto, banal.

A menção feita no que atinente à independência, à soberania e à integridade do Paraguai, sim, tinha o maior cabimento, pois se refere a um proveito transcendente do país vencido, que tinha naquela ocasião o direito de exigir o respeito de uma cláusula, sem a qual nenhum país do mundo civilizado teria ficado neutral na luta travada.

Não procede tampouco a terceira razão dada por *A República* como causa da interrupção do Tratado de 1º de maio de 1865. Em uma negociação em separado, seria uma impropriedade qualquer referência à ação coletiva dos aliados, os quais teriam de celebrar os seus ajustes definitivos.

Nesse ponto, na questão de limites, que é o cavalo de batalha e a maior máquina de guerra da imprensa oposicionista, tudo está, e esteve, sempre liquidado para todos aqueles as regras da boa hermenêutica não têm, como Jano, duas faces.

Imitando o ministro Tejedor, que suscitou o conflito só pela questão de limites, forçando para isso o espírito e a letra do artigo 16 do Tratado do 1º de maio, *A República* também não encadeia dois raciocínios nem estabelece o nexo entre dois períodos sem procurar apoio na pretendida violação do artigo, que converteu em mole estupenda de sua argumentação.

A leitura, porém, do Protocolo nº 7 das Conferências de Buenos Aires basta para elucidar a questão principal, pois de tal documento ressalta o pensamento dos aliados em tal assunto.

Os homens imparciais que procurem na leitura desse importante documento a opinião dos três plenipotenciários, convencer-se-ão de que nunca passou como direito perfeito a demarcação dos limites, do modo pelo qual está ela formulada no artigo 16 do Tratado do 1º de maio.

O próprio governo argentino também pensava igualmente, quando, em 27 de dezembro de 1870, o ministro das Relações Exteriores dizia em uma nota ao representante do Brasil:

> O governo argentino, que tem indisputáveis direitos ao Chaco, aprovou plenamente o procedimento do general em chefe do exército, *sem que essa aprovação importe uma recusa de tratar oportunamente da questão de direito com o governo definitivo do Paraguai*.
>
> Reivindicando este território pela vitória das Armas aliadas, foi a sua ocupação um fato material e lógico, e retroceder hoje seria pôr em dúvida nossos legítimos direitos.
>
> Todavia, o governo argentino sustentou há muito pouco tempo, em discussões com o representante de sua majestade o imperador, que *a vitória não dá às nações aliadas o direito para declararem, por si, limites seus aqueles que o tratado assinala*.
>
> Crê o meu governo, hoje, como então, *que os limites devem ser discutidos com o governo que se estabelecer no Paraguai* e que a sua *fixação* será feita, nos tratados que se celebrarem, *depois de exibidos* pelas partes *contratantes os títulos* em que *cada uma* se funda.
>
> Assim, ao ocupar o Chaco, a República Argentina *não resolve a questão de limites*; toma pelo direito da vitória o que crê ser seu, *disposta a devolvê-lo se o Paraguai apresentar provas*, que vençam as nossas, quando se tratar de questão de direito.

Seria esta, perguntamos aos caracteres leais e de boa-fé, a linguagem do governo argentino se o Tratado da Tríplice Aliança lhe houvesse garantido o Chaco? Demais, quem não sabe que pelo artigo 2º do Tratado Preliminar de Paz de 20 de junho de 1870 reconheceu-se ao Paraguai o direito de propor modificações ao Tratado do 1º de maio (modificações que eram relativas à questão do Chaco, conforme está explicado nos respectivos protocolos)?

Futilíssimo é o quarto motivo exibido por *A República* como causa da interrupção do Tratado de Aliança. O fato de declarar o artigo 1º do convênio que o Tratado da Aliança *continua* em vigor não implica a ideia de que houvesse ele deixado de vigorar. É, ao contrário, de praxe, em toda e qualquer resolução, a declaração de que só ficam revogadas as disposições em contrário daquilo sobre o que tem de deliberar-se.

Que o Brasil respeitou sempre o que foi estipulado no Tratado da Aliança não resta a menor dúvida, pois o próprio governo argentino o acaba de reconhecer, aceitando para si a negociação em separado, que foi

objeto de seu único reclamo. No entanto, *A República* entende que, no convênio, não pode haver uma declaração que pareça ociosa, enquanto descobre, no artigo 2º do convênio, *uma simples concessão de palavras ao amor próprio do gabinete*!

Refutados assim os quatro pontos oferecidos por *A República* como prova de interrupção do Tratado da Aliança, encararemos de frente a segunda questão proposta pelo órgão ultrademocrático. Faremo-lo com a mesma lisura com que procedemos sempre em honra da imprensa sensata, criteriosa e livre, que por nobres convicções adere à atualidade política do país.

Para fecho das considerações que aí ficam, corroboramos a nossa negativa sobre a interrupção do Tratado de Aliança com o expressivo trecho da nota de 20 de junho do nobre ministro de Estrangeiros, respondendo à do ministro Tejedor: "O Brasil não violou ponto algum da aliança. O país *mantém os seus compromissos e estará sempre pronto a entender-se com seus aliados para a inteira execução dos empenhos comuns*."

Se antes da missão de Mitre nutríamos tais disposições, o que foi no último convênio uma humilhação?

30) *A Nação*
Folha política, comercial e literária

Ano II, número 2, sexta-feira, 3 de janeiro de 1873

A segunda questão formulada por *A República,* aceita também por *A Reforma*, que intima ao gabinete mandado de despejo, foi esta: "Os Tratados Cotegipe continuam em vigor?" Sim, sem a menor dúvida, respondemos, bastando oferecer a nosso arguente o artigo 2º do convênio, que é assim concebido: "Fica também declarado e acordado que os Tratados de Assunção, celebrados por parte do Brasil em 9 e 18 de janeiro de 1872, *continuam em seu positivo e pleno vigor* etc."

Hão de dizer-nos que tal cláusula nada mais é do que *uma simples concessão de palavras ao amor próprio do gabinete*; é tão repugnante, porém, a tangente por que se esgueira a imprensa oposicionista que ninguém deixará de crer na realidade, no que foi acordado, para admitir

a negação de um ponto sobremaneira líquido.

O que importa que no Tratado de Assunção não esteja explícita a garantia coletiva, se foi ela preceituada no Tratado do 1º de maio e, implicitamente, a depreende dos ajustes definitivos, a qual, por sua vez, terá cada país de levar a efeito? Por que, em uma discussão séria, transcendente, de interesse internacional, preterir a lisura, a lógica, a lealdade? Como o Brasil, negociando separadamente, por si só, poderia falar em garantia coletiva, obrigando outros países que teriam oportunamente de tomar sobre si tal ônus? Realizados os ajustes definitivos por parte dos três povos aliados, prefixada a garantia a que se obriga cada um deles, não teremos em resumo a garantia coletiva? Cabia ao Império, porventura, em seus tratados, asseverar, coisa aliás, já sabida, que os governos de Buenos Aires e de Montevidéu garantiam também ao Paraguai as diversas concessões que lhe eram asseguradas?

A República, colocada em declive muito pronunciado, procura o equilíbrio nos detalhes, pondo à parte o assunto capital, que seguramente é a questão de limites, fonte única da nota Tejedor.

As regras que devem ser observadas, em relação aos empenhos do Paraguai com os povos que restauraram à custa dos mais penosos sacrifícios, estavam prefixadas muito antes do Tratado de Assunção e, no fundo, nada sofreram, pois ficou discriminado tudo que poderia dar lugar às indenizações.

Na execução de todas as leis, é de praxe estabelecer regulamentos; ademais, questões de forma não podem ter a importância que de caso pensado se lhes quer atribuir.

O fato de prévio aviso para a liquidação só revela o desejo de que, de uma só vez, sejam solvidos pontos, que são idênticos para as potências que celebraram o tratado da aliança. Isso nem altera a indenização, nos justos limites estatuídos, nem põe nenhum dos três governos na dependência de outro.

Excita-nos estranheza e pasmo a direção que se tem pretendido imprimir em um ponto, que nos parece o mais razoável, além de muitos proveitos que traz para o nosso país.

A permanência das forças do Brasil no Paraguai era aconselhada por conveniências ocasionais, do momento, e conhecem todos que sua retirada não pode causar-nos o menor dano.

Constituído o governo legítimo daquela República, celebrados os nossos ajustes, o que significaria a ocupação militar, por forças nossas

do país vencido? E a retirada das forças não é comum, não se estende a todos os povos da aliança?

Dá-se o mesmo em relação à ilha do Atajo. Por que a conservaríamos nós, que sobre ela não temos nem direitos, nem pretensões, que a ocupamos por meras conveniências estratégicas? Se dela carecíamos para arsenais e depósitos, terminada a guerra, por que guardar o alheio se não somos conquistadores, se dela mais não carecemos? Pois, se os Tratados de Assunção não se referem à ilha do Atajo, como o declarou a própria *A República*, como se descobre a violação de suas cláusulas, sua interrupção no fato da desocupação desta ilha?

Entra por todos os olhos que a imprensa oposicionista carece de razão quando se apoia em argumentos tão improducentes, pois só se poderia dizer interrompido o Tratado de Cotegipe se o convênio estabelecesse cláusulas diametralmente opostas ao que nele se houvesse estipulado.

Da terceira e última questão nos ocuparemos em artigo subsequente, que será o último, até porque a imprensa oposicionista já manifestou seu desalento ao pretender ferir o ilustre negociador, que não lhe fez o gosto de vir engrossar as rarefeitas fileiras da dissidência.

Os políticos sinceros e que se inspiram, antes de tudo, nas legítimas conveniências públicas, têm sempre um itinerário definido e evitam os labirintos e as tortuosidades das posições equívocas e ocasionais.

31) ***A Nação***
Folha política, comercial e literária

Ano II, número 2, sexta-feira, 3 de janeiro de 1873

Limites com o Peru II

Por decreto de 27 de junho de 1865, foi novamente nomeado o senhor Costa Azevedo comissário das demarcações de limites do Brasil com o Peru.

Por aviso de 5 de agosto, declarou-se-lhe que, não havendo necessidade de alterar as instruções que lhe foram dadas durante o primeiro período de sua comissão, deveriam ser estas fielmente executadas.

Em ofício de 9 de setembro de 1865, participou haver-lhe anunciado o coronel Carrasco, comissário peruano, estar pronto para dar princípio aos trabalhos da comissão.

Em ofício de 15 do mesmo mês, incluiu cópia da resposta do coronel Carrasco, acedendo à proposta de se fazerem as conferências nos principais edifícios das povoações onde se achasse a comissão, e, em despovoado, no acampamento do comissário que a solicitasse.

Nos ofícios de 6, 11 e 16 de outubro de 1865, incluiu a ata da 1ª conferência; participou ter cruzado cópias da sua credencial e das suas instruções; disse que tinha discorrido com o comissário peruano sobre a necessidade da demarcação e as vantagens que dela haviam de resultar.

Em ofício de 7 de novembro, remeteu a ata da 2ª conferência.

Em ofício de 16 do dito mês, ponderou "que o bom resultado da fixação da fronteira depende da harmonia entre as autoridades confinantes, mas que o comandante de Tabatinga, oficial da Guarda Nacional, não procedia de modo a obter-se aquele resultado".

Em ofício de 29 do mesmo mês de novembro, incluiu cópia da ata da 3ª conferência e participou haver-lhe declarado o comissário peruano que estaria pelo plano que ele, Costa Azevedo, propusesse para principiar a demarcação de Tabatinga.

Em ofício de 13 de dezembro de 1865, ocupou-se largamente com as instruções que o governo peruano tinha dado ao seu comissário Mariátegui.

Em ofício de 23 do dito mês, incluiu ata da 4ª conferência.

Em ofício de 1º de janeiro de 1866, tratou da remessa do plano hidrográfico do rio Japurá, levantado em 1864 por Soares Pinto e Pereira Dias.

Em ofício de 20, remeteu ata da 5ª conferência.

Em ofício de 24 do dito mês, repetiu, como tinha referido nos anteriores, relativamente às instruções dadas pelo governo do Peru ao seu comissário Mariátegui, e ponderou que foram concebidas no sentido dos antigos Tratados da Espanha com Portugal, enquanto as que foram ditadas depois, por ordem do mesmo governo pelo seu ministro nesta corte, em 20 parágrafos mandavam:

> § 14 Nas instruções dadas ao senhor contra-almirante Mariátegui e *passadas a vossa senhoria*, previniu-se-lhe que tivesse presente o tratado hispano-português do ano de 1777; porém, como ao mesmo tempo se lhe ordena proceder em

> conformidade com a convenção celebrada entre o Peru e o Brasil em 1851, é uma regra de direito que as leis posteriores derrogam as anteriores que lhes são contrárias e interpretam as duvidosas; vossa senhoria terá presente aquele tratado de 1777, no que não contrarie o estipulado no artigo 7º da expressada convenção.
>
> §15 *Não sendo mais que projeto os acordos dos comissários*, darão estes conhecimentos de por que fizerem algum, *a fim de poder o governo dar poderes* ao seu plenipotenciário para reduzi-los a tratado.

Nos ofícios de 13 e 14 de março de 1866, participou que o comissário peruano havia recebido novas instruções para fazer a demarcação, que estava pronto para entrar em conferências e que partiriam para Tabatinga no dia 29 de abril.

Em ofício de 23 do mesmo março, referiu a discussão que tinha tido com o seu colega sobre o artigo 9º das novas instruções, as quais dizem que a fronteira deve ser estabelecida no ponto em que o rio Apapóris deságua no Japurá e as quais mandam colocar na margem direita *daquele rio* um novo marco; tendo-lhe observado que havia desacordo com o tratado que estipulou estabelecer a fronteira na margem direita do Japurá, defronte a foz do Apapóris, e não na margem direita deste rio, onde o Peru não tem domínio, respondera "que não lhe cabia o direito de analisar o acordo e emitir juízo acerca do proceder do seu governo e que fincaria o novo marco onde mandavam as instruções, *desse por onde desse*".

Esse propósito do comissário motivou solicitar-se do governo peruano a necessária alteração, como fez, ficando subentendido que o desacordo provinha de ser escrito no dito artigo 9º *aquele*, em vez *deste* rio.

Em ofício de 3 de abril de 1866, remeteu a ata da 6ª conferência.

Em ofício de 21 do mesmo abril, comunicou ter chegado a Manaus, levando em sua companhia, a bordo do vapor *Ibicuí*, o comissário peruano e mais dois indivíduos da comissão.

Em ofício de 12 de julho de 1866, participou que chegou a Tabatinga e que o comissário peruano não encontrara ali notícia da nova organização da sua comissão, a qual só tinha dois empregados, que eram os vindos com ele do Pará, nem achara, como contava, o vapor *Napo*; por isso, escusava-se de ir começar os trabalhos. Informou também que, em vez do alojamento que se tinha mandado preparar para receber a comissão peruana, só achou o comissário uma miserável casa, na qual não havia

nem carvão nem lenha para combustível, sendo, por isso, obrigado a ir buscar lenha ao Loreto. Comunicou, ademais, que nessa viagem tinha a comissão levantado o plano do Amazonas na zona de Tabatinga ao Loreto.

Em ofício de 15, disse que, não obstante a falta de pessoal da comissão peruana, concordara com o comissário, *à vista das instruções de ambos*, que acabados os trabalhos da demarcação de Tabatinga, passariam ao Javari, para irem, depois, ao Japurá, e que mandaria demarcar as margens do Içá cortadas pela linha reta de fronteira e, por aí, os marcos.

Em oficio de 18 mesmo mês de julho, participou ter dado princípio à demarcação da zona do igarapé Santo Antonio ao Javari e que lhe daria impulso logo que chegasse o vapor peruano *Napo*.

Em ofício de 28 de julho de 1866, remeteu cópia do auto que tinha firmado nesse dia com o comissário peruano, da fronteira pelo igarapé Santo Antonio, feito em solene cerimônia, a que assistira o senhor Wilkens de Mattos, cônsul do Brasil no Loreto.

Esses epílogos dos ofícios do senhor Costa Azevedo têm por fim dar a conhecer os trabalhos da comissão, praticados por ele durante os 11 meses decorridos de setembro de 1865 a julho de 1866.

Teve seis conferências com o comissário peruano, assinou as respectivas atas e cruzou alguma correspondência; remeteu o plano hidrográfico do rio Japurá, levantado em 1864 por Soares Pinto e Pereira Dias (ofício de 1º de janeiro de 1866); levantou o plano do Amazonas na zona de Tabatinga ao Loreto, na viagem que fez a fim de buscar lenha para combustível (ofício de 12 de julho de 1866); deu princípio à demarcação na zona do igarapé Santo Antonio ao Javari (ofício de 18 de julho de 1866); e concluiu a demarcação da fronteira do igarapé Santo Antonio (ofício de 28 de julho de 1866).

Ocupou-se, pois, dos trabalhos da demarcação de 18 a 28 de julho, percorrendo nesses 10 dias curta extensão territorial sem risco nem dificuldade.

Errata: no primeiro artigo sob este título, publicado no nº 154 d'*A Nação*, na página 1, coluna 3, linha 36, em vez da data *7 de agosto de 1872*, deve-se ler a de *7 de agosto de 1862*[*].

[*] Artigo publicado nas páginas 102-109, sob o nº 27. (N. E.)

32) ***A Nação***
Folha política, comercial e literária

Ano II, número 3, sábado, 4 de janeiro de 1873

Um pouco mais de paciência e estaremos desonerados de uma tarefa que a própria imprensa oposicionista já não discute, na convicção do muito mal que andou em assunto, aliás, digno dos maiores encômios, pelo completo desempenho que soube dar-lhe o patriótico governo de 7 de março.

A questão argentina, por um acaso feliz, tinha de ter satisfatória solução na quadra auspiciosa em que preside ao Conselho de Ministros o mesmo diplomata que tantas vezes, na República do Prata, tem manifestado alto critério e civismo com que se ocupa das questões internacionais.

O Partido Conservador não esqueceu ainda, e nem o país há de esquecer nunca, o modo enérgico e sobranceiro com que o visconde do Rio Branco, no Senado, liquidou suas contas com os liberais, no que era atinente à sua missão extraordinária, tão caluniada quanto fecunda em acontecimentos importantes para a nossa política externa.

Encarando hoje o oitavo ponto do libelo ou interrogatório feito por *A República*, não deveríamos deixar de pôr saliente o fato expressivo de haver o nobre presidente do Conselho adquirido os mais honrosos precedentes em nossas pendências com os países limítrofes: tantas láureas custosamente adquiridas não seriam facilmente fanadas em um convênio, em que a solidariedade do ilustre parlamentar não pode ser equívoca.

Interroga-nos o órgão ultrademocrático, para saber *se os atos do ministro Cotegipe foram reprovados*, assim como reprovados estão os atos do ministério Paranhos, ratificados, como aqueles, pelo próprio ministério Paranhos.

Há duas questões distintas, cuja elucidação será também em separado. Versa a primeira sobre os atos do ministro Cotegipe. A ninguém escapa o alvo a que se atira a imprensa republicana, repercutindo o eco da oposição liberal: são seus pensamentos capitais a intriga e discórdia; dividir para poder triunfar.

Baldado o esforço, pueril tentativa pela qual políticos como o nobre barão de Cotegipe não se deixam engodar, satisfazendo cálculos que estão ao alcance de todos, e exploradas sem proveito todas as minas e o gasto

o material de guerra com que a oposição atacava a situação, resolveu ela provocar suscetibilidades, espalhando que no último acordo contrariara-se o procedimento do ilustrado negociador dos Tratados de Assunção.

Esqueciam, porém, todos os que miravam tal objetivo que o impreterível dever de coerência, que era também ato de consciência, obrigava o gabinete a respeitar atos que sempre lhe mereceram a mais espontânea adesão.

Eis como, na controvérsia da nota Tejedor, o gabinete pronunciava-se pelos lábios do ministro a quem competia tal tarefa: "O plenipotenciário brasileiro manteve-se no terreno do acordo de Buenos Aires, confirmando, em nome do Brasil, a sua doutrina e o seu prudente aviso."

Infere-se de tal declaração o que todos já sabem: que o gabinete de 7 de março aprovou todos os atos do ilustrado senhor barão de Cotegipe, declarando até que procedera ele sempre de acordo com as instruções recebidas.

Diz *A República* que a sua terceira questão não carece de demonstração, uma vez que tenham sido provadas as duas primeiras que formulara. Deu-se, porém, o fato contrário: demonstramos que não existia a menor veracidade nas duas primeiras asserções, mas nem por isso deixaremos de pôr em relevo a completa inexatidão do pensamento a que quer *A República* dar curso forçado.

A pretendida contradição entre dois atos principais do gabinete não existe, gratuita como é a hipótese de uma violação que não se deu e que é fantasiada com o fim expresso de guerrear a situação. São argumentos que trazem sobrescrito, formulados com intenção maligna, e que não retiram força nem da lógica nem da verdade dos fatos.

A outra questão em que se subdividiu o terceiro ponto do órgão ultrademocrático consiste em dizer alterados pelo convênio os atos que o gabinete ratificou ao aprovar os Tratados de Assunção. Líquido, porém, como já está que a Negociação Cotegipe subsiste, infere-se que o quanto ratificou o gabinete vigora ainda, como aliás está expresso no artigo 2º do convênio.

Além do mais, se não se deu a contradição, se de pé, vigorando, estão os Tratados de Assunção, é corolário necessário que os interesses nacionais foram sempre igualmente atendidos, pois procedeu o ministério coerentemente, não revogando por atos posteriores aquilo que aceitara antes.

No entanto, se o acordo não desautora a Negociação Cotegipe, na qual foi desacatada a dignidade nacional, por que calculadamente o assoalha *A República,* no intuito de vigorar a escassa propaganda que faz o seu mister e a sua glória, segundo ela mesma assevera? Nem o gabinete nem a nação receberam desar no convênio, que é antes um padrão de glória pelo acerto e pelo patriotismo de suas estipulações.

A nação brasileira tem conquistado palmo a palmo uma reputação que não pode ser abalada à mercê dos desejos dos díscolos; o gabinete, por sua vez, tem no estádio percorrido marcos gloriosos, os quais, definindo o seu itinerário, assinalam também o término de sua gloriosa jornada. Razões de nenhuma ordem poderiam obrigá-lo a esquecer o que deve cada ministro à sua própria consciência e, antes de tudo, ao país e à confiança da coroa.

"A razão estava no lado do Brasil", o acordo o diz. O ministro Tejedor asseverava que a negociação deveria ser coletiva, mas agora vem o governo argentino celebrar sozinho seus ajustes, continuando em pleno vigor o Tratado de Assunção, que motivara o reclamo. Nada mais claro e terminante. Acreditamos ter dado a *A República* a explicação pedida; portanto, como outros assuntos nos obrigam e não costumamos eternizar as questões, colocamos de uma vez por todas ponto-final na discussão sobre o convênio.

33) *A Nação*
Folha política, comercial e literária

Ano II, número 4, terça-feira, 7 de janeiro de 1873

Limites com o Peru III

A tenaz ameaça que se faz de serem publicados documentos comprovantes das acusações dirigidas ao governo torna necessário que se dê publicidade à aludida correspondência trocada entre comissário das demarcações de limites do Império com o Peru, o senhor José da Costa Azevedo, e a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Conheça-se a verdade inteira. No ofício de 2 de agosto de 1866, nº 46, o senhor Costa Azevedo remeteu as:

Instruções para verificar a exploração do Javari, afluente do Amazonas, cujo trabalho é encarregado aos senhores dom Manuel Román y Paz Soldán, secretário interino da Comissão de Limites do Peru, e João Soares Pinto, capitão-tenente da Armada Imperial e secretário da Comissão de Limites do Brasil.

A primeira parte da exploração será até a latitude de 5º 10' sul distante da boca do Javari. Aí, o rio se bifurca em dois braços, um que vem do sul, com águas turvas, e outro que procede do sudeste, com águas claras. Então, há de se resolver qual dos dois braços referidos é a continuação do Javari até a sua natural origem e de ver se existem algumas outras bifurcações. Obtendo este acordo, deve seguir-se a fronteira pelo braço aceito até o paralelo de 9º 30' sul, conforme o mapa geral e oficial do Peru, a qual corresponde à linha leste-oeste do artigo 11 do tratado de 1777. Na *margem direita*, nesse paralelo, se colocará o marco de limites. Em caso de desacordo, é preciso explorar os braços em que se divide o Javari, na latitude assinalada de 5º 10' sul, até encontrar aquele que, chegado à latitude de 9º 30' sul, ofereça por esta o limite que se deseja fixar. Não é possível admitir que os braços que tenham a direção oeste deem o ponto que se solicita, para determinar a fronteira. O mesmo sucede com os que seguem seu curso para leste. No entanto, se nenhum dos braços que seguirem pelo lado do sul chegar à latitude de 9º 30' sul, indicada no § 3º, aquele que chegar, em suas vertentes, mais proximamente ao mencionado paralelo será preferido. Nesse caso, essa vertente é o ponto onde há de situar o limite. Se no curso do Javari houver ilhas, as compensações terão lugar segundo os princípios gerais reconhecidos pela ciência. Estabelecidos os fundamentos anteriores, cumpre aos senhores encarregados da exploração do Javari observar fielmente estas disposições:

1º Tomar a direção da vertente do Javari, fixando as posições das bocas dos afluentes que encontrarem para nelas determinar o curso do dito rio, cuja planta será levantada hidrograficamente.
2º Sempre que houver bifurcações, tratarão de descrever todas as suas circunstâncias e as razões de preferência que possam haver entre umas e outras.
3º Nesses pontos, escolherão aqueles em que, mais tarde, terão de colocar-se os marcos que assinalem a direção da fronteira.

4º Indo em embarcações menores os exploradores aos quais pertencem a presente instrução, convém muito que distribuam os trabalhos de maneira que não possam escassear os víveres; porém, se isso suceder, mandarão uma das ditas embarcações a esta fronteira de Tabatinga em busca dos precisos, para que de uma só vez levem a termo a sua comissão.

5º No ponto mais ao sul do Javari a que chegaram, ou aos 9º 30' sul, farão limpar a margem direita e nela levantarão o marco de madeira provisório, para conhecimento futuro de como deverão distinguir-se os limites por essa parte.

6º Se vier o vapor *Napo* para prestar serviços na comissão mista, será imediatamente destinado à exploração do Javari, para que os encarregados dela possam empregá-lo convenientemente.

7º Concluídas todas as operações consignadas nesta instrução, os comissionados, para levá-la a cabo, voltarão a esta fronteira e nela encontrarão oficialmente prevenido o destino posterior.

Nos casos não previstos nas instruções precedentes, os senhores comissionados procederão de conformidade com os princípios da ciência, consultando sempre não só os interesses respectivos, mas também a harmonia dos povos, cujos direitos vão estabelecer, na parte recomendada, a sua distinguida inteligência, com a justa e merecida confiança que neles depositam os comissários *Francisco Carrasco* e *José da Costa Azevedo*.

O senhor Costa Azevedo afastou-se das instruções, resolvendo ir antes ao Javari, e não ao Japurá e ao Içá, como foi ordenado nos §§ 3º a 10, publicados no artigo anterior. Não se pode dizer que o fez por instâncias do comissário peruano, pois também as instruções deste determinavam principiar as demarcações pela fronteira do norte, da maneira seguinte:

> Artigo 2º Reunido vossa senhoria com o comissário do Brasil, procederá a fixar, previamente às conferências necessárias, o extremo da linha que corresponde à povoação de Tabatinga e que deve terminar na confluência do rio Apapóris com o rio Japurá, segundo o estipulado no artigo 7º do Tratado de 1851.
>
> Artigo 8º Para determinar o extremo setentrional da linha de fronteira *correspondente ao rio Apapóris*, vossa senhoria descerá pelo rio Amazonas *até uma das bocas do rio*

Japurá, por cujas águas subirá vossa senhoria até a desembocadura do Apapóris.

Artigo 9º Por meio de repetidas observações astronômicas, determinará vossa senhoria o ponto em que o rio Apapóris deságua no Japurá e colocará na margem direita *daquele rio* um novo marco.

Artigo 10 Determinados os extremos da linha tirada de Tabatinga à confluência do Apapóris com o Japurá, vossa senhoria determinará geograficamente os pontos intermédios e os indicará com os correspondentes marcos.

Artigo 11 Como a linha de que fala o Tratado de 1851 corta o rio Içá ou Putumaio, será indispensável que vossa senhoria determine, de uma maneira precisa, o ponto de interseção e coloque nele um marco.

Essas instruções do governo peruano estão perfeitamente acordes com as do governo imperial, pois ambos tinham o mesmo pensamento da urgência política de demarcar-se primeiro a fronteira do norte.

Para demarcar a fronteira de Tabatinga para o sul, ordenou-se ao comissário brasileiro cingir-se ao Tratado de 1851, baseado no *uti possidetis.* Omitiu-se declarar o extremo dessa fronteira, pela incerteza da extensão do Javari, mas se advertiu que a linha divisória do território entre os rios Madeira e Javari corre pelo paralelo de 10º 20' sul, a partir da confluência do Mamoré com o Beni para oeste, como se teve presente quando se estipulou o tratado. Não se mandou tomar em consideração as disposições iniciadas no nulo Tratado Preliminar de 1777, que foram atendidas nas instruções dadas pelos comissários aos encarregados da demarcação da fronteira do Javari.

A julgar por essas instruções, poderia supor-se que o senhor Costa Azevedo não entendia as que lhe deu o governo imperial, dúvida que resulta da comparação de umas com outras, a [*ilegível*] que julgou mais apropriadas.

Nas instruções reservadas, se disse que a linha de fronteira não pode vir mais ao norte de 7º 30' sul, por haver quase certeza de que o Javari não passa desse paralelo para o sul, cujas nascentes devem ser precisamente encontradas pela linha tirada da confluência do Mamoré com o Beni, obliquamente para o norte, seja qual for a latitude em que estiverem.

Não se disse, nem nessas instruções nem nas ostensivas, o absurdo de ter sido esse ponto de 10º sul considerado distância média entre a foz do

Madeira e o seu começo. Os cálculos feitos pela Comissão Demarcadora de Limites que subiu para Mato Grosso em 1781 aí estão assinados pelos célebres doutores em Matemática Antônio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Lacerda e pelo engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, mostrando ser na latitude de 7º 41' sul a meia distância do rio que até então se chamava de Madeira. No entanto, ponderando eles que esse ponto não oferecia as solicitadas circunstâncias que apresentava o da confluência de Mamoré com o Beni, para ser preferido, como foi, pelo governo português, visto carecer de averiguações a indicação feita no tratado preliminar para ter valor definitivo.

(*continua*)

34) ***A Nação***
Folha política, comercial e literária

Ano II, número 6, quinta-feira, 9 de janeiro de 1873

Limites com o Peru IV

As seguintes cópias dos despachos expedidos ao comissário das demarcações de limites do Império com a República do Peru, senhor José da Costa Azevedo, mostraram evidentemente que o governo imperial não aprovou as *instruções* concordadas por ele com o comissário peruano para afixar o marco na latitude de 9º 30' sul como terminação da fronteira estipulada de Tabatinga para o sul pelo rio Javari.

Ministério dos Negócios Estrangeiros. Nº 8. Rio de Janeiro, 25 de junho de 1867.

Foram recebidos em devido tempo os ofícios de vossa senhoria marcados com os nºs 43, 45, 46, 49 e 50, todos do ano passado. No relatório que apresentei à Assembleia Geral, do qual vossa senhoria receberá dois exemplares, dei conta dos trabalhos da demarcação de nossos limites com o Peru e da inauguração da fronteira de Tabatinga. Deu-me isso a agradável ocasião de fazer justiça ao zelo e à inteligência com que vossa senhoria se tem dedicado ao desempenho da importante comissão que

lhe foi confiada. Estão, portanto, aprovados os seus trabalhos. Renovo a vossa senhoria as seguranças da minha perfeita estima e consideração. *Antônio Coelho de Sá e Albuquerque*. Ao senhor capitão de fragata José da Costa Azevedo.

***

Confidencial nº 1. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1867. Acusando o recebimento da Confidencial nº 7, de 12 de junho, limito-me, por falta de tempo, a dizer a vossa senhoria o seguinte: vossa senhoria ajustar com o comissário peruano que o marco do Javari se colocasse no paralelo de 9º 30' sul. A nossa fronteira com a Bolívia por esse lado será como se estipula no recente tratado, uma reta que, partindo da junção do Beni com o Mamoré, vá buscar as nascentes do Javari. Este rio, segundo a opinião dos seus exploradores, não chega a 8º sul. *Isso mostra a vossa senhoria que não convém manter a indicação do paralelo de 9º 30' sul. Proceda vossa senhoria de conformidade com esta minha declaração*. Pelo primeiro paquete, tratarei de novo deste assunto. Reitero a vossa senhoria as expressões da minha estima e consideração. *Antônio Coelho de Sá e Albuquerque*. Ao senhor capitão de fragata José da Costa Azevedo.

***

Confidencial nº 2. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1867. No meu despacho confidencial de 24 do mês próximo passado, *eu disse que não convém* que o marco da fronteira do Javari seja colocado aos 9º 30' sul, como vossa mercê convencionou com o comissário peruano, e prometi voltar a este assunto. Isto faço agora. Não há dúvida de que se colocando o marco, isto é, levando-se até esse ponto a fronteira do Império, a este ficaria pertencendo maior extensão de território do que a que resultará das instruções reservadas que vossa mercê recebeu. Há, porém, considerações a que o governo *deve atender de preferência* e que o induzem a não conservar a vantagem territorial que vossa mercê procurou obter. O Brasil acaba de celebrar com a Bolívia um tratado, ratificado por ambas as partes e cujas ratificações devem estar trocadas. Nesse tratado, é a fronteira dos dois países do lado do Amazonas ajustada do seguinte modo:

> Baixará por este rio (o Verde) até a sua confluência com o Guaporé, e pelo meio deste e do Mamoré até o Beni, onde se principia o Madeira; deste rio para oeste seguirá a fronteira por uma paralela tirada da sua margem esquerda a 10º 20' sul até encontrar o rio Javari. Se o rio Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari.

Esta fronteira havia sido oferecida à Bolívia e não convinha que fosse alterada, não só porque estava em harmonia com a correspondente estipulação do tratado com o Peru, mas também porque qualquer diminuição de território que nesta parte se fizesse à primeira das duas repúblicas, dificultaria, se não impossibilitasse, todo o acordo em relação à fronteira do lado do Paraguai, onde pouco podemos ceder, pois tínhamos necessidade de cobrir os nossos estabelecimentos.

Mantendo-se, como se manteve, o oferecimento de 1863, levou-se a fronteira com a Bolívia ao encontro da fronteira com o Peru. Vossa mercê sabe que, segundo o artigo 7º do tratado celebrado com esta república em 1851, a raia é de Tabatinga para o sul do rio Javari, desde sua confluência com o Amazonas. Quando vossa mercê ajustou que se pusesse o marco aos 9º 30' sul, ainda se não conhecia a verdadeira altura da nascente do Javari. Fez-se, depois, a exploração deste rio, mas não se chegou ao ponto desejado; no entanto, como consta dos ofícios de vossa mercê, há quase certeza de que a referida nascente não alcança o 8º sul.

Se, pois, da confluência do Beni com o Mamoré se tirar uma reta que vá encontrar a origem principal do Javari, *ficará o extremo da fronteira com a Bolívia ao norte do marco que deve indicar o extremo da fronteira com o Peru*; entretanto, se mantida por aquele rumo a latitude 9º 30' sul fosse o ponto de junção das duas fronteiras do Brasil, *tomaríamos uma grande extensão de território que pertence à Bolívia* de conformidade com o Tratado de 27 de março.

É necessário evitar os conflitos que assim existiriam entre os termos desse tratado e os atos da demarcação com o Peru. O Brasil, não há dúvida, deixa de adquirir algumas léguas de território, mas é coerente e não se afasta do que convencionou com aquela República, *a qual, cumpre ainda observar, talvez não se conforme com o ato de seu comissário*, sobretudo depois de receber o relatório do Javari.

Já vossa mercê notou, e com razão, que, não chegando esse rio à latitude de 9º 30' sul, seria necessário tirar uma reta que o alcançasse, *o que não seria conforme com o Tratado de 1851, que só fala do curso do Javari*.

O governo peruano ainda não se pronunciou na matéria e *é provável*, como eu já disse, que *não se conforme com* o ato do seu comissário, porque tem quase certeza de que o Javari não chega a 8º sul e porque já não ignora que a latitude de 9º 30' sul não corresponde à linha do Tratado de 1777. Demais, talvez o tratado com a Bolívia já ali esteja publicado, e o que ele estipula a respeito de limites há de atrair a atenção.

Queira vossa mercê entender-se com o seu colega, *tendo em vista o parágrafo 14 das suas instruções ostensivas, as quais, prevenindo a hipótese de não chegar o Javari ao paralelo de 10º sul, manda colocar o marco junto à sua primeira nascente*. Vossa mercê ajustou com o senhor Carrasco que serão definitivos os atos que praticar, mas isto não deve causar embaraços; demais, o governo imperial julga conveniente *que esses atos sejam submetidos à aprovação dos dois governos* e neste sentido há de proceder.

Reitero a vossa mercê os protestos da minha estima e consideração. *Antônio Coelho de Sá e Albuquerque*. Ao senhor capitão de fragata José da Costa Azevedo.

***

Confidencial nº 16. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1867. Em despacho de 24 do mês próximo passado, declarei apressadamente a vossa mercê que o marco da fronteira do Javari *não deve ser colocado aos 9º 30' sul, como vossa mercê ajustou com o comissário peruano*, conforme esta declaração. Quando vossa mercê fez aquele ajuste, não se conhecia a verdadeira latitude da nascente do rio. Ainda hoje não é ela conhecida, mas os trabalhos da exploração que logo depois se empreenderam, não obstante terem sido interrompidos, dão quase certeza de que a referida nascente não alcança 8º sul.

Se, pois, o marco fosse colocado na convencionada latitude, não seria literalmente executado o artigo 7º do tratado de limites, segundo o qual a raia, de Tabatinga para o sul, *é pelo meio do rio Javari* desde a sua confluência com o Amazonas. Para que seja perfeita a execução do que se assim estipulou, *é necessário que se ponha o marco junto da principal nascente, como dizem as instruções* que vossa mercê recebeu de seu

governo para o desempenho da sua comissão. *Recomendo-lhe, portanto, que neste sentido se ponha de acordo com o comissário peruano, o qual não deixará de reconhecer o desinteresse com que procede o governo imperial*. Vossa mercê também convencionou que os atos dos comissários seriam definitivos. Sem desconhecer que algumas razões de mútua conveniência se podem apresentar em apoio desse convênio, devo dizer a vossa mercê que o governo de sua majestade acha preferível que sejam aqueles atos submetidos à aprovação dos dois governos.

Reitero a vossa mercê os protestos de minha estima e consideração. *Antônio Coelho de Sá e Albuquerque*. Ao senhor capitão de fragata José da Costa Azevedo.

***

Comissão Demarcadora dos Limites do Brasil com o Peru. Belém, 22 de setembro de 1867. *Confidencial* nº 80. Ilustríssimo e excelentíssimo senhor. Acabo de receber o despacho confidencial de vossa excelência de 24 de agosto, ordenando-me que tenha presente no limite do Javari o que acabou de ser estipulado ultimamente entre o governo imperial e o da Bolívia acerca da linha de fronteira do Madeira àquele rio. Segundo o novo tratado, a fronteira por aquela banda é uma reta que, partindo da foz do Beni no Madeira, termina na vertente do Javari. Como vossa excelência prometeu ainda tratar deste assunto para orientar-me, deixo de aqui expender o que penso acerca do limite pelo lado do Javari; em todo o caso, como está fora de dúvida que a vertente não chega aos 9º 30' sul e que até esse paralelo tinha o direito de ir, segundo convencionei com o senhor Carrasco, comissário de limites do Peru, nenhuma contrariedade nos traz este acordo, porquanto recuando para o norte, não contrariamos interesse da República.

Até isso fiz ser previsto no acordo de agosto do ano findado, dando as instruções com que subiu a expedição ao Javari. Dizem elas: "E se nenhum dos braços [do Javari] que fazem pelo sul chegar à latitude de 9º 30' sul, que se indica no § 3º, aquele que chegar em suas vertentes mais proximamente ao mencionado paralelo será preferido; nesse caso, essa vertente é o ponto onde há de situar o limite."

Ora, achamos a foz do Beni mais ao sul do paralelo de 10º; segue-se que, em todos os casos, a fronteira tomará uma direção de oeste para norte, ainda que as vertentes do Javari cheguem aos 9º 30' sul.

É o que por ora tenho a dizer, renovando a vossa excelência os meus sentimentos de profunda consideração. A sua excelência o senhor Conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. O comissário do Brasil, *José da Costa Azevedo*.

(*continua)*

35) ***A Nação***
Folha política, comercial e literária

Ano II, número 7, sexta-feira, 10 de janeiro de 1873

Limites com o Peru IV [sic]

Comissão Demarcadora dos Limites do Brasil com o Peru. Belém, 9 de outubro de 1867. *Confidencial* nº 84. Ilustríssimo e excelentíssimo senhor. Ontem, recebi despacho oficial de vossa excelência de 24 do mês findado, nº 2. É o que foi prometido pelo de 24 do mês anterior, cujo recebimento acusei em 22 do passado.

Fico inteirado do que vossa excelência me ordena acerca do assentamento do marco do Javari, em cuja margem direita termina, pelo acordo com a Bolívia, sua fronteira com o Império na província do Amazonas, partindo da foz do Beni, onde começa o rio Madeira.

Vossa excelência crê que a esta hora já em Lima se tenha publicado tal acordo que terá chamado a atenção do governo peruano. Receio, senhor ministro, que se levantem dificuldades novas, em consequência da opinião dos homens daquela República acerca do direito que tem ela de ser lindeira com o Império, ainda em parte da linha divisória, que vindo do Madeira termina na margem do Javari.

Chamo a atenção de vossa excelência para este fato, no qual toquei ligeiramente, sondando o ânimo do senhor Carrasco, na 4ª conferência, de 13 de dezembro de 1865.

Era preciso então saber se tinha o meu colega o pensamento que manifestara o senhor contra-almirante Mariátegui, na nota de 15 de janeiro de 1863, da qual teve o conhecimento o governo imperial, e contra a qual me pronunciei. Nunca pude saber qual a sua opinião a respeito.

O ato da comissão mista, porém, de nada dizer dessa linha nas instruções que levou a expedição do Javari, para fincar o marco extremo da fronteira sul, pode servir de base à sustentação de nosso direito estipulado com a Bolívia àquela fronteira em toda a sua extensão.

O atual ministro da Fazenda do governo peruano, irmão do doutor Paz Soldán, que escreveu a notável obra *Geografia del Perú*, não deixará de sustentar a opinião enunciada a respeito daquela linha. Em todo caso, foi assentado pela comissão mista:

1) Que o direito do Império até o paralelo de 9º 30' sul no curso do Javari é reconhecido por aquela obra considerada documento oficial.

2) Que, se não tiver dilatado curso para o sul, terminará a fronteira naquela de suas vertentes que mais se conchegar àquele extremo meridional.

Hoje, está fora de questão que ali não chega o Javari. Além disso, como disse já a vossa excelência, resolvi com este acordo a nossa linha da Bolívia até o Madeira, fazendo a seguinte declaração que ele assinou: "Não é possível admitir que os braços que tenham a direção oeste deem o ponto que se solicita, para determinar a fronteira. O mesmo sucede com os que seguem seu curso para leste."

A primeira parte foi exigida por meu colega quando lhe apresentei a segunda. Este parágrafo também traduzido por ele mesmo para o espanhol e está nas instruções em ambos os idiomas. Vossa excelência vê que dele se depreende que o Peru não pode ir a oriente da margem do Javari; o governo imperial, acabando de estipular com o da Bolívia a linha fronteira oriental do Javari, sancionou o acordo do seu comissário com o do Peru.

Folgo portanto de convencer-me de que, do que fiz, *salvei por todos os modos os interesses do país*, não podendo o governo imperial achar-se embaraçado pelo meu procedimento.

Por último, no despacho de vossa excelência a que respondo, vejo que pensa o governo não tratar como definitivos os atos que praticar a comissão mista, como, vencendo dificuldades, pude conseguir a aquiescência do meu colega.

Faça-me vossa excelência o favor de conceder-me *declarar que tal acordo deve prevalecer*, sob pena de ser interminável o trabalho da comissão.

Jamais o comissário do Brasil anuirá a qualquer ajuste que não nos seja favorável. Se assim não houvéssemos acordado, ainda não teríamos

conseguido a definitiva fixação da fronteira de Tabatinga. É o que devo informar a vossa excelência, a quem renovo as maiores seguranças do meu respeito. A sua excelência o senhor conselheiro Antônio Coelho de Sá e Albuquerque. O comissário do Brasil *José da Costa Azevedo*.

***

Ministério dos Negócios Estrangeiros. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1867. Nº 18. Manifesta vossa mercê, em seus ofícios, grande receio de novas dificuldades na marcha da demarcação de limites com o Peru, *por não ter o governo imperial aprovado o acordo celebrado entre vossa mercê e o comissário Carrasco, para a colocação de um marco* divisório da fronteira a 9º 30' sul, lugar onde, segundo ambos asseveram, não alcançam as nascentes do rio Javari. Eu, longe de ter esse receio, espero *que a explícita declaração dos motivos pelos quais não foi aprovado*, isto é, motivos pelos quais o governo do *Brasil não quer território a que não tenha direito*, há de ser bem recebida.

O direito em que o Brasil apoia a sua pretensão à fronteira meridional do território compreendido entre os rios Madeira e Javari tem por base o princípio da linha de fronteira em um rio e o término no outro, como extremos mais ou menos conhecidos.

Esta foi a intenção da Espanha e de Portugal quando reconheceram esse recíproco direito nos Tratados de Limites de 1750 e 1777.

Os mal-definidos extremos do rio Madeira, do meio dos quais deveria partir para oeste até o Javari a linha reta ajustada para servir de fronteira, foi objeto de repetidas discussões. Pretendeu-se primeiro marcar metade do comprimento do rio Madeira. Provaram que a distância média era acima das primeiras cachoeiras e, desde então, pretendeu Portugal que a reta fosse lançada do ponto em que confluem os rios Mamoré e Beni e em que principia o Madeira, partindo da margem ocidental deste rio.

Estas pretensões, que Portugal sustentou contra a Espanha, foram adotadas e seguidas pelo governo imperial nas questões de limites com as duas Repúblicas, hoje possuidoras do território que fica ao sul da reta aludida. Foi neste conceito, há tantos anos manifesto e sustentado, que concordou com o governo peruano, em 1851, seguir a fronteira do Império com aquela República pelo rio Javari, sem indicar até que latitude, por ficar entendido que se prolongava até a sustentação da linha

pelo paralelo 10º 20’ sul, se o rio lá chegasse, ou até onde ele tivesse as suas nascentes, visto que a fronteira entre os dois rios não pode ir além da reta tirada de um ao outro.

No mesmo sentido, celebrou o governo imperial em 27 de março deste ano um tratado de limites com a República da Bolívia, declarando que desde aquela confluência seguiriam a fronteira pelo dito paralelo de 10º 20’ sul até o Javari; no entanto, se este rio não chegasse a essa latitude, se tiraria do mesmo ponto de partida na margem ocidental do Madeira uma reta, a fim de buscar as suas nascentes.

Deve, pois, a linha da fronteira entre estes dois rios principiar no Madeira e acabar no Javari, o que não sucederia *se fosse aprovado o acordo arbitrário que vossa mercê celebrou com o comissário Carrasco*.

Portanto, ou o rio Javari se estende para o sul até o paralelo de 10º 20’ sul e deve a fronteira seguir por este paralelo, ou há de ser por uma reta tirada da confluência do Beni com o Mamoré às nascentes do Javari, onde se acharem.

Com a leitura do que anteriormente vai referido, se convencerá vossa mercê de que o governo imperial, *longe de sancionar o acordo com as estipulações do tratado* que fez com a Bolívia, reconheceu estes direitos, que *seriam violados com a aprovação do mesmo acordo*.

Não se pratica serem definitivos os atos dos comissários que não estão na órbita das suas instruções, sobretudo os da transcendência deste acordo.

Não me parece que possa ser de vantagem a declaração que vossa mercê diz ter feito relativamente aos braços de rios que tenham o seu curso para oeste ou para leste, quando se trata do Javari, porque dos seus afluentes que forem cortados pela linha de fronteira que vai acabar nele, ficará ao Brasil a parte que estiver ao norte dela e, pertencendo ao Peru, ou à Bolívia, a parte que ficar ao sul. Para que os trabalhos dessa comissão não se sejam intermináveis, como vossa mercê receia, recomendo-lhe que se evitem discussões sobre incidentes de pouco valor, nas quais se gasta tempo, sem resultar proveito. O governo imperial está certo de que vossa mercê continuará, como diz, a não anuir a qualquer ajuste que não seja favorável ao Brasil. Queira vossa mercê aceitar etc. *João Lustosa da Cunha Paranaguá*. Ao senhor capitão de fragata José da Costa Azevedo.

(continua)

36) *A Nação*
Folha política, comercial e literária

Ano II, número 18, sexta-feira, 24 de janeiro de 1873

Limites com o Peru V

O Despacho nº 1, de 25 de junho de 1867, que acusou a recepção dos ofícios do senhor Costa Azevedo, do ano anterior, indicados pela respectiva numeração, compreendia o de nº 46, com data de 2 de agosto, em que comunicou o acordo feito com o comissário peruano, para colocar na latitude sul 9º 30' sul o marco do extremo austral da fronteira pelo rio Javari.

Depois de elogiar neste despacho o zelo e a inteligência com que o senhor Costa Azevedo praticou os trabalhos da inauguração dos marcos da fronteira de Tabatinga, já comunicados no relatório à Assembleia Geral, concluiu: "Estão portanto aprovados os seus trabalhos."

Refere-se, pois, aos trabalhos da inauguração dos marcos da fronteira de Tabatinga, e não ao projeto de assentar na latitude 9º 30 sul o marco terminal da fronteira pelo Javari. Tanto assim é que não se falou de semelhante acordo no relatório apresentado às Câmaras Legislativas, e que apressadamente se preveniu pelo Despacho Confidencial nº 1, com data de 24 de agosto, já publicado, "que não convinha manter a indicação do paralelo de 9º 30' sul, que procedesse o comissário nessa conformidade e que de novo se trataria deste assunto pelo primeiro paquete", como foi explicitamente tratado no Despacho Confidencial nº 2, de 24 de setembro.

Retiraram-se de Tabatinga os dois comissários depois de concordarem ir explorar os rios Içá e Japurá. No entanto, em razão de terem ocorrido, no caminho, desavenças e incidentes, extensamente narrados em ofícios, que seria demais repetir aqui, essas ocorrências motivaram ficar o comissário do Peru em São Paulo de Olivença, e ir somente o do Brasil explorar o rio Içá até 40 ou 48 milhas de navegação (cerca de 74,2 km a 89 km). Contudo, tendo adoecido o comissário do vapor *Ibicuí*, para salvá-lo, resolveu o senhor Costa Azevedo sair daquele rio. Levantou e remeteu o plano hidrográfico da zona que tinha percorrido.

A continuação dos motivos pelos quais não se tenha realizado competentemente a exploração do rio Içá até onde é cruzado pela

linha de fronteira de Tabatinga à foz do Apapóris, malogrou também a projetada ida ao Japurá.

Chegando a notícia do funesto resultado que teve a expedição mandada ao Javari, seguiu-se a correspondência concernente a essa expedição, que já foi publicada.

Convindo que a comissão se conservasse no Amazonas, esperando que chegasse a que fosse novamente nomeada pelo governo peruano, resolveu o governo imperial que, enquanto não vinha aquela, fosse a sua ao Japurá e ao Içá reconhecer e assinalar os pontos em que devessem colocar-se os marcos com prontidão, quando ali fosse a comissão mista verificar a certeza desses pontos, para nele se levantarem os marcos com as competentes formalidades.

Querendo o governo imperial que os exames recomendados a sua comissão merecessem inteira confiança, ordenou que fossem feitos pelo próprio comissário.

Em Despacho nº 2 reservado, de 20 de janeiro de 1868, foi o senhor Costa Azevedo *unicamente* autorizado para explorar o rio Içá e *assinalar os pontos para os marcos*, e outrossim para subir o rio Japurá até a foz do Apapóris, com o fim de *somente assinalar* o lugar para um marco na margem direita do dito rio Japurá, diante da foz do Apapóris, e fazer outros assinalamentos que julgasse convenientes.

Em Despacho nº 3, de 1º de fevereiro, foi-lhe terminantemente ordenado que, a respeito dos assinalamentos recomendados nos despachos anteriores, não se plantassem marcos, porque deveriam estas operações *serem feitas conjuntamente com o comissário* da outra parte interessada. Continha este despacho instruções concebidas nos termos seguintes:

> Que fosse ele, o comissário, às sobreditas localidades para observar astronomicamente e assinalar os pontos designados no Despacho nº 2 e no Ostensivo nº 18, de 3 de dezembro de 1867, e quaisquer outros pontos onde entendesse que devem também colocar-se marcos.

Acrescentou-se, no mesmo despacho:

> Além do assinalamento e cálculos astronômicos (que é o essencial), deverá vossa mercê especificar, no seu relatório, os pontos designados, fazendo descrição característica e notando quaisquer *sinais naturais ou artificiais que possam suprir os marcos enquanto estes não são colocados*.

O senhor Costa Azevedo ainda hoje persiste na opinião, que muitas vezes repetiu e sustentou em seus ofícios, de que se levassem a efeito os trabalhos da demarcações, mesmo na ausência da comissão peruana, e que se desse cópia deles ao governo da República, para que os aceitasse ou mandasse examiná-los, para que se tivessem por demarcadas as fronteiras.

Custa a crer que uma pessoa inteligente como senhor Costa Azevedo, que tem sido encarregado de importantes comissões de confiança, desconheça as regras e os costumes mais comezinhos. A comissão imperial não fez, nem devia praticar, senão o que lhe foi ordenado.

Em despacho nº. 2, reservado, com data de 20 de janeiro de 1868, foi o comissário autorizado unicamente para explorar o rio Içá e assinalar os pontos para os marcos: e outrossim para subir o rio Japurá até a foz do Apapóris com o fim de assinalar somente o lugar para um marco na margem direita do dito rio Japurá, defronte da foz do Apapóris, e outros assinalamentos que julgassem convenientes.

Em despacho nº. 3, reservado, com data de 1º de fevereiro, declarou-se terminantemente que a respeito dos assinalamentos recomendados nos despachos anteriores, não plantassem marcos, porque devia ser feito esta operação conjuntamente com o comissário da outra parte interessada. Continha esse despacho instruções concebidas nestes termos:

"Que fosse o comissário às sobreditas localidades para observar astronomicamente e assinalar os pontos designados no despacho reservado nº. 2, e ostensivo nº. 18, de 30 de dezembro de 1867, e quaisquer outros pontos onde entendessem que devem também colocar-se marcos".

Acrescentou-se no mesmo despacho, "além do assinalamento e cálculo astronômico (que é o essencial) deverá vossa mercê especificar no seu relatório os pontos designados, fazendo descrição característica, e notando quaisquer sinais naturais, ou artificiais que possam suprir os marcos enquanto estes não são colocados".

Portanto, não podia o governo imperial julgar concluída a demarcação do Japurá e do Içá enquanto não fosse praticado, nesses dois pontos, pela comissão mista, operações científicas iguais às que fixaram definitivamente a fronteira de Tabatinga pelo igarapé de Santo Antônio. Foi o perito senhor Paz Soldán quem veio justificar a regra de compararem os comissários os seus cálculos e convirem no resultado

deles antes de serem colocados os marcos.

Tendo o governo do Peru conhecimento do plano do rio Içá, levantado pela comissão brasileira, que mostra ser duas vezes atravessado pela linha reta de fronteira tirada de Tabatinga à foz do Apapóris, propôs que seguisse a raia pelo álveo do rio na curva que faz para leste, no intervalo dos dois pontos em que a reta o atravessa, a fim de evitar que ficassem entre este e o rio uma insignificante porção de terreno, que poderia arrastar futuras complicações.

Fosse ou não, por este motivo, é certo ter o senhor Paz Soldán proposto ao senhor Hoonholtz, comissário brasileiro, calcularem antecipadamente a direção daquela reta, adotando os mesmos dados em que o senhor Costa Azevedo baseou os seus cálculos.

Enviou o senhor Paz Soldán ao senhor Hoonholtz, com data de 25 de dezembro de 1871, uma prolixa e extensa demonstração científica que conclui:

> Está claro, portanto, que o senhor Costa Azevedo colocou o marco 1º 48' mais a leste e que sua verdadeira posição naquele paralelo estará 1º 47' 00" distante da foz do Putumaio ou Içá, formando um ângulo de 7' 55" com a primitiva linha indicada. Essa nova posição evita a dificuldade que se suscitou no artigo 6º da 1ª conferência, pois aqui o rio não faz uma curva, e a linha de demarcação só o corta uma vez. Poderia variá-la segundo a exatidão das observações, mas não a posição respectiva de seus meridianos, porque as observações de latitude são mais fáceis que as de longitude e se pode chegar a uma precisão maior.
>
> Pode-se, portanto, dizer sem temor que a linha divisória entre o Peru e o Brasil, que parte da nascente do igarapé Santo Antônio e que chega à confluência do Japurá com o Apapóris, segundo se conveio no Tratado de 1851, corta o paralelo de 2º 55" sul, 13' 55", 8 a leste do meridiano que passa pela nascente do Santo Antônio.

Incluo um esboço de mapa, para mostrar que a curva do rio Içá é duas vezes cortada, segundo o cálculo do senhor Costa Azevedo, e uma só, pelo cálculo de Paz Soldán.

37) *A Nação*
Folha política, comercial e literária

Ano II, número 19, sábado, 25 de janeiro de 1873

Limites com o Peru VI

Em consequência de ter o governo imperial ordenado por Despachos Reservados nos 2 e 3, de 20 de janeiro e de 1º de fevereiro de 1868, respectivamente, que fosse a comissão aos rios Içá e Japurá assinalar *somente* os lugares em que hão de ser postos os marcos, fazendo, "além do assinalamento, o cálculo astronômico (que é o essencial), devendo especificar no seu relatório a descrição característica dos pontos designados e notar quaisquer sinais naturais ou artificiais que possam suprir os marcos enquanto estes não são colocados", foi o senhor Costa Azevedo primeiro ao Içá e, depois, ao Japurá, como se lhe ordenou.

Em Ofício nº 94, de 7 de abril, participou que partiu no dia seguinte para a fronteira, no vapor *Pará*, com os engenheiros senhores Pimentel e Coelho; no Ofício nº 95, de 26 de maio, disse que acabara de chegar do Içá e do Japurá, tendo determinado, no primeiro, o curso da linha divisória, e, no segundo, o termo dela.

Neste último ofício, declarou que não foi ao Javari por não ter o vapor os víveres necessários, nem haver água naquele rio para navegar o vapor *Pará*, senão em novembro e dezembro; disse que julgava não merecer a recomendação que se lhe fez de ir ele em pessoa explorar o Javari; queixa-se de que é injustamente maltratado pelo governo e pede para ser exonerado da comissão.

Observa que os trabalhos feitos em canoas em 1864, para reconhecer o rio Japurá, não bastavam e que, por isso, deveria ele ir primeiro ali.

Em ofício datado de Manaus a 8 de junho de 1868, diz o senhor Costa Azevedo:

> Contando-me pela gazeta oficial que estou demitido do cargo de chefe da Comissão de Limites, cargo que exercia por ordem do governo imperial, entrego hoje mesmo ao senhor Oliveira Pimentel, membro da comissão, um relatório de seus trabalhos e papéis precisos, bem como os instrumentos a ela pertencentes, para que tudo seja posto em presença do cavalheiro meu sucessor.

> Terminando, pois, a tarefa que me trouxe a esta província, preparo para seguir o quanto antes à corte.

Ao chegar à corte, participou, na data de 26 de julho, haver recebido o despacho que incluía a cópia do decreto da exoneração e queixou-se acremente de não terem sido atendidos os seus serviços. Acabou aqui a correspondência do comissário senhor Costa Azevedo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em ofício com data de 25 de junho de 1868, participou o senhor Joaquim Xavier do Oliveira Pimentel que, ao ver transcrita no, *Jornal do Commercio*, a exoneração do senhor Costa Azevedo do cargo de comissário, chamou-o como o oficial mais graduado da comissão, para receber o relatório em que ele passava a *responsabilidade*, os instrumentos e mais pertences ao seu sucessor; incumbiu, assim, a ele, Pimentel, e ao senhor Joaquim Leovigildo de Souza Coelho continuar os trabalhos da comissão até ulteriores ordens do governo imperial: "Seguiu o senhor Costa Azevedo de Manaus para Belém, no vapor *Pará*, que servia à comissão e que era propriedade da província do Pará, onde o entregou e seguiu para a corte."

Depois da retirada do senhor Costa Azevedo, ocuparam-se os senhores Pimentel e Coelho em construir as cartas hidrográficas do Içá, do Avatiparaná e do trecho do Japurá fronteiro à foz do Apapóris, em conformidade com o diário e as observações rubricadas pelo senhor Costa Azevedo.

Em ofício de 25 de julho de 1868, remeteu o senhor Pimentel uma cópia do relatório que o ex-comissário deixou para ser entregue ao seu sucessor e cópias das atas das conferências com o comissário peruano e dos termos que tinham sido lavrados no Içá e no Japurá, declarando quando, como e onde haviam sido postos os marcos provisórios. Faltou enviar as cartas hidrográficas do Içá, do Japurá e do Avatiparaná, por não haver papel para as desenhar e também por ter o senhor Costa Azevedo levado as cópias dessas cartas desenhadas em limpo.

O governo imperial não teve conhecimento dessas cartas. Foi o novo comissário senhor doutor Pitanga que, tomando conta da comissão, mandou desenhar as do Javari e do Içá, por ordem do Ministério dos Negócios Estrangeiros litografadas no arquivo militar.

Precisando de retificações a do Japurá, como disse o senhor Costa Azevedo em seu Ofício nº 95 de 26 de maio de 1868, não foi ela

litografada, mas entregue ao comissário senhor Hoonholtz, para retificá-la, como praticou, segundo consta do seu ofício de 3 de setembro de 1872, no qual, tratando da planta hidrográfica do rio Japurá, disse:

> Nesta planta, que foi aceita pelo senhor Paz Soldán, traçou-se a linha dos 10º 20' 30'', 2 sudoeste verdadeiro a partir do meio da foz do Apapóris, a fim de encontrar-se a posição do marco atual *500 metros acima do antigo*, isto é, em frente ao meio da ilha do Veado; aí, portanto, o plantamos na latitude 1º 31' 29'', 5 sul, e longitude 26º 16' 54'', 9 oeste do Rio de Janeiro, ou 69º 24' 55'', 5 oeste de Greenwich; ganhou, pois, o Império a ilha do Veado, próxima à margem direita, a *qual, na planta apresentada pelo senhor Costa Azevedo, deveria ser adjudicada ao Peru*, visto que já não seria pequena a concessão da República em recuar até o meio do rio a sua divisória, *que na referida planta passa por cima da ilha Paxiúba e corta até um bom pedaço da margem esquerda do Japurá*.

Teremos, pois, à vista mais uma prova de que é justa e necessária a regra de concordarem os dois comissários previamente em que pontos hão de ser os marcos colocados, e que é estultícia chamar esbanjamento dos cofres públicos a despesa com a nova comissão brasileira que foi com a peruana concluir definitiva e competentemente a demarcação da fronteira do Império com a República.

38) *A Nação*
Folha política, comercial e literária

Ano II, número 20, segunda, 27 de janeiro de 1873

Limites com o Peru VII

A publicação que fizeram os jornais de Bogotá da ordem expedida pelo governo dos Estados Unidos da Colômbia para serem destruídos os *marcos* (aliás assinalamentos) postos nos rios Içá pela comissão brasileira tornou urgente ir o quanto antes a comissão mista àquele rio e ao Japurá para fazer a definitiva demarcação, como se tinha efetuado em Tabatinga. Para isso se realizar, recomendou-se ao representante do Brasil no Peru que solicitasse do governo da República a nomeação do

seu novo comissário, afim *de ser continuada e concluída a demarcação da linha da fronteira de Tabatinga ao Japurá em frente à foz do Apapóris*.

Com data de 30 de outubro de 1870, comunicou aquele representante:

> No dia 20 do corrente, foi nomeado o senhor Manuel Román y Paz Soldán comissário, para continuar e concluir com o comissário brasileiro a demarcação da fronteira da República com o Império. Ele deve partir brevemente e vai inteirado das ocorrências que urgem começar os seus trabalhos pelo acabamento da fixação definitiva dos marcos na linha da fronteira, das cabeceiras do igarapé Santo Antônio, em Tabatinga, até o Japurá, em frente à foz do Apapóris.

Resulta, pois, que o novo comissário partiu de Lima ciente de que deveria ir antes ao Içá e ao Japurá, não ao Javari; ao chegar a esta corte, foi informado de ter o governo imperial mandado aprontar o vapor, para levar a sua comissão ao Amazonas, e oferecido transportar nele a comissão peruana.

Saiu o senhor Paz Soldán sabendo que o governo imperial tinha providenciado ser Tefé o ponto de partida da comissão para o rio Japurá e que deste local seguiria para o Içá, construindo-se entretanto embarcações próprias para a comissão ir ao Javari.

Nas instruções dadas ao senhor Hoonholtz, trocadas com o seu colega, datada a 24 de fevereiro de 1871, se disse:

> A anterior comissão mista demarcou definitivamente a parte extrema ocidental da fronteira do norte, a qual se principia em Tabatinga e acaba na margem direita do Japurá, defronte da foz do Apapóris. Portanto, é escusado que a atual comissão vá ali retificar os marcos que foram solenemente assentados na margem esquerda do arroio Santo Antônio, um junto à foz do Amazonas, outro no ponto do mesmo arroio onde termina a área do forte de Tabatinga e começa a linha reta estipulada no referido tratado.
>
> Pela comissão brasileira, já foi assinalado, na margem direita do Japurá, o lugar em que termina a linha da fronteira tirada de Tabatinga à foz do Apapóris, como foi estipulado no Tratado de 1851. *Também se acham assinalados por ela os pontos em que a mesma linha de fronteira cruza as duas margens do Içá. No entanto, faltam ser estes três pontos retificados pela comissão mista* e colocar neles os marcos permanentes. *É este o primeiro trabalho de que ela deve ocupar-se*.

Ficando assim demarcados os dois extremos e o centro da fronteira, tornar-se-á desnecessário que os comissários percorram tão grande extensão de território e darão por concluída a sua demarcação.

1º Reunida a comissão mista em Tefé, irá daí ao rio Japurá, o subirá até a foz do Apapóris e retificará, na fronteira da margem meridional do primeiro, o ponto onde vem terminar a linha reta de Tabatinga à boca do segundo, que marca a fronteira do Brasil com o Peru.

O adjunto mapa nº 1 e a cópia A mostram o lugar *que foi assinalado* pela comissão brasileira.

Depois de concluir essa retificação e quaisquer outros trabalhos que julgar conveniente, *para que fique clara e solidamente fixada a fronteira*, e para que possam outros comissionados construir depois os marcos, regressará a comissão mista a Tefé, a fim de prover-se do necessário para subir o Amazonas e ir ao rio Içá.

2º Deste rio já temos uma carta hidrográfica levantada pela comissão brasileira *que ali foi assinalar* o ponto por onde passa a fronteira do Brasil; além disso, existe também o diário dos trabalhos científicos a que ela procedeu.

O mapa nº 2 e a cópia B estão juntos a essas instruções e mostram os trabalhos hidrográficos e astronômicos já antecipados no rio Içá pela comissão brasileira.

No entanto, tendo a comissão, como se vê destes mapas e cópias, assinalado unicamente o ponto em que a linha de fronteira cruza a margem meridional do rio, o qual faz depois uma grande curva para leste e vai ser novamente atravessado pela mesma linha, cumpre que a comissão mista assinale também na margem boreal o lugar em que há de colocar-se o marco corresponde ao da austral.

3º Do rio Içá seguirá a comissão mista para São Paulo de Olivença, ou para Tabatinga, de acordo com o que ela tiver como mais a propósito para preparar-se para subir o Javari.

Vê-se, pois, que o governo imperial, ao repetir ao novo comissário as instruções que havia dado ao antecessor (ir primeiro ao Japurá, e não ao Javari), foi coerente na política de demarcar primeiro a fronteira do

norte, preferência exigida por circunstâncias cada dia mais atendíveis.

A censura feita ao governo imperial, de haver assim resolvido por alheias e incompetentes inspirações, revela ter a vaidade ofuscado a inteligência do censor. As instruções não fixaram a época em que a comissão deveria explorar os rios; deixaram-lhe a liberdade de ir explorá-los durante a estação própria.

A lamentável morte do senhor Paz Soldán poderia ter acontecido em quaisquer rios, cuja insalubridade é conhecida pelos exploradores, os quais, para resistir a ela, levam os meios necessários.

Com quanto já demonstrado, não será demais repetir que a comissão anterior, durante a primeira nomeação, dois anos e sete meses, não fez mais que regular os cronômetros e mandar alguns dos empregados subirem o rio Japurá em canoas até a foz do Apapóris e a cachoeira Cupati.

Na segunda, decorrida de 1865 a 1868, dois anos e dez meses, fez com a comissão peruana a definitiva demarcação da fronteira, da foz do arroio Santo Antônio até onde ele é atravessado pela reta tirada de Tabatinga à foz do Apapóris, trabalhos circunscritos na distância de uma légua (cerca de 6,6 km).

Empregados da comissão brasileira foram com os da peruana ao rio Javari e levantaram a planta de uma parte deste rio, malogrando a conclusão de sua exploração pela imprevidência de garantir os exploradores contra os ataques dos selvagens, dos quais resultou a morte do digno e ilustrado capitão-tenente Soares Pinto e nos quais perdeu o doutor Paz Soldán uma perna. Levantou o senhor Costa Azevedo a planta hidrográfica do rio Içá e a da parte do Japurá fronteira à foz do Apapóris, trabalhos que ficaram dependendo de serem ratificados pela comissão peruana.

O senhor Costa Azevedo pôs termo a sua primeira comissão, retirando-se para a corte quando recebeu ordem do governo imperial para se conservar em Manaus, e abandonou a segunda comissão quando soube, pelos jornais, que estava demitido.

39) *A Nação*
Folha política, comercial e literária

Ano II, número 93, quinta-feira, 19 de maio de 1873

Limites com o Peru[*]

Em um artigo publicado no periódico *A Reforma*, em 22 de abril, chamou o senhor capitão de mar e guerra José da Costa Azevedo para a arena o jornal *A Nação*, por haver publicado, em defesa do governo imperial, alguns documentos concernentes às demarcações da fronteira do Império com a República do Peru, para provar que ele fora injusta e insolitamente acusado ante o público pelo senhor Costa Azevedo.

Viu-se, pois, *A Nação,* obrigada a sair ainda à frente para esclarecer alguns e repelir outros dos tópicos daquele artigo, no qual se repetiram as fantasiadas censuras aos atos do governo, deixando à parte a questão científica, a que o autor era chamado pelo senhor capitão de fragata Hoonholtz.

Principia-se o artigo com a seguinte citação do já dito em outro: "Segundo o incluso plano geográfico do Japurá, levantado pela comissão brasileira em 1868, existem entre a margem direita deste rio e a boca do Apapóris ilhas que devem ser adjudicadas na forma do costume."

Sobre este artigo das instruções do senhor Hoonholtz, apresenta-se uma moxinifada de argumentos, para relevá-lo de havê-las executado e acusar a quem lhes deu, por afetarem a integridade do território do Império.

Diz-se:

> Que elas são contrárias ao tratado e aos nossos direitos reconhecidos pela República e que, para prová-lo, oporá o senhor Costa Azevedo à opinião atual do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que vigorou até agora, *a opinião do governo limenho em desvantagem própria*.

Para comprovar esta asserção, cita o que disse em artigos de *A Reforma*, nos quais declarou que sabia *quase oficialmente* que o Tratado

---

[*] Quando este artigo estava no prelo, resolveu-se suspender a sua publicação até aparecer outro que a Reforma prometia vir em acrescentamento àqueles; porém, tendo ela publicado alguns quase estranhos ao contexto deste, a que *A Nação* se propôs responder, vai agora a lume.

de 1851, entre o Brasil e o Peru, *acabava de ser alterado com ofensa aos direitos do Império, reconhecidos desde muito*.

Lembra ter dito *A Nação* em um dos seus artigos que os trabalhos executados em 1868 *evitaram* ser adjudicada ao Peru a ilha do Veado, visto que já não seria pequena a concessão da República recuar até o meio do rio a sua divisória, que ia passar pela Paxiúba, cortando até uma porção da margem esquerda desse rio.

Esta citação parece ter sido feita no intuito de mostrar que a linha de fronteira norte-sul pelo meio do rio, assinalada no plano levantado pela comissão de 1868, foi obtida por concessões do Peru; conceito errôneo, pois a República não foi ouvida nem teve parte nesse plano.

Para comprovar que semelhante linha divisória não foi obtida por concessões, aí está o outro plano levantado pela comissão mista em 1872, mostrando que a República recuou ainda mais com a correção que se fez da exata diretriz da linha reta de Tabatinga à foz do Apapóris.

Para os leitores de *A Reforma* saberem que nestes lugares não podem ser aplicadas ao Japurá as comezinhas regras dos rios, alegadas pelo senhor Costa Azevedo, vamos descrever a sua configuração.

No ponto em que a linha reta, tirada de Tabatinga à foz do Apapóris, vai atravessar a margem direita do Japurá, deixa este rio a direção leste-oeste, que trazia até ali, e segue na de sul a norte por bastante espaço até perto do rio Apapóris, onde torna a voltar para oeste, estando no princípio desta curva a foz do referido rio. Portanto, a linha de fronteira, em vez de atravessar o rio na sua largura, segue pelo prolongamento dele para o norte até encontrar a foz do Apapóris, que serve de diretriz para que se coloque o marco na margem do Japurá.

Consequentemente, as ilhas que ficassem a leste dessa linha deveriam ser adjudicadas ao Brasil; ao Peru, as que estivessem a oeste.

Foi isto o que praticou competentemente a comissão mista, em 1872; tendo sido esses atos aprovados pelos dois governos, é ocioso querer persuadir que a primeira comissão andou mais acertada do que as duas conjuntamente.

Sendo do Peru a margem direita do rio Japurá, do marco divisório para o norte, e do Brasil toda margem esquerda até o rio Apapóris, é evidente que as ilhas encontradas nesse espaço, do Japurá até defronte da foz do Apapóris, deverão ser adjudicadas entre os dois confrontantes, como se pratica em todos os rios que correm entre diferentes Estados.

O direito do Peru, de ter parte naquelas águas que banham o seu litoral, só poderá ser duvidoso para quem não entender a questão vertente, ou ser negado por imaginações mórbidas, a ponto de não distinguir a razão que todos os mais reconhecem. O Peru nunca pretendeu estender o seu domínio territorial à margem esquerda do rio Japurá.

Essa longa história referida no artigo de *A Reforma*, das discussões ocorridas entre os dois comissários, causadas pela discordância das instruções do coronel Carrasco com a letra do tratado, teve origem no fato de se ter escrito nelas o pronome *aquele* em vez do *este*. Dizia o artigo 9º das instruções dadas ao comissário Carrasco: "Por meio de repetidas observações astronômicas, vossa senhoria determinará o ponto em que o Apapóris deságua no Japurá e colocará, na margem direita daquele [*sic*]."

Sabedor o governo peruano das discussões havidas, por querer o seu comissário colocar o marco na margem direita do Apapóris, e tendo reconhecido o erro de escrita que os motivou, dispôs que o seu comissário entendesse que se lhe mandava colocar o marco na margem direita do Japurá, como manda o tratado, e não na direita do Apapóris.

É inoportuna, incompetente e eivada de inexatidões históricas a divagação que faz o senhor Costa Azevedo sobre tratados e limites do Império com as Repúblicas, a qual vai concitar desconfianças de que há no Brasil projetos de aquisições territoriais.

Foi o senhor Costa Azevedo burlado por quem lhe disse que tinha sido alterado o Tratado de 1851, pois ele continua em vigor e religiosamente observado por ambos os governos que o estipularam.

É de se lamentar que o senhor ex-comissário não refletisse sobre a transcendência que poderia ter a sua declaração, de que *sabia quase oficialmente* que acabava de alterar-se aquele tratado.

40) *A Nação*
Jornal político e comercial

Ano II, Número 136, sexta-feira, 11 de julho de 1873

As forças brasileiras no Paraguai

Difícil posição é a do gabinete diante das hostes desordenadas do liberalismo. Se numa questão grave o ministério caminha de perfeito

acordo com alguns chefes do partido adverso, conformando-se com o seu parecer e com o seu voto, surgem imediatamente das mesmas fileiras desse partido outros chefes graduados, que, quase sempre, mais em ódio aos seus colegas e correligionários do que aos ministros conservadores, combatem a resolução que se tomou ou o plano político que se seguiu.

Uma prova concludentíssima das rivalidades que existem entre os chefes liberais e da divergência profunda que os separa, sempre que se trata de qualquer assunto de política ou de administração, tivemo-la ainda há dias, ao resolver-se o conflito municipal, na sanha com que os senhores Zacarias, Silveira Lobo e Bezerra de Menezes atiraram-se ao parecer dos senhores Souza Franco e Nabuco de Araújo.

Outro fato veio agora tornar ainda uma vez patente, que nem mesmo em assuntos que se prendem à política externa existe nesse agregado de homens de todas as procedências e de todas as ideias, o acordo necessário, a uniformidade de pensamento que deve existir nos partidos fortes e bem constituídos.

Enquanto *A Reforma,* proclamando a política aconselhada pelos senadores liberais em relação à República do Paraguai, censura o governo, como ainda ontem o fez, por conservar nesse país uma pequena divisão do nosso exército, o senhor senador Paranaguá, ex-ministro da Guerra, e uma das sumidades do partido liberal, levanta-se no Senado e faz acres censuras ao gabinete por haver retirado ultimamente dois pequenos batalhões que se achavam em Humaitá.

Não há assunto, por mais grave, ou por mais insignificante que seja, em que se não revelem a falta de unidade de pensamento e a desarmonia dos oráculos do liberalismo.

Na questão que as últimas notícias do Paraguai vieram trazer de novo à tela da discussão, nem o ilustre ex-ministro da Guerra, nem *A Reforma*, órgão do partido a que sua excelência pertence, têm razão nas censuras encontradas que fizeram.

Os dois batalhões de infantaria, retirados da República vizinha voltaram ao país por necessidades urgentes do serviço interno, sem que por isso sofresse grande desfalque a divisão do exército imperial que ainda ocupa Assunção. O estado efetivo de cada um desses corpos, que precisavam ser prontamente reorganizados, mal chegava a 300 homens.

Ao contrário do que sustentou anteontem no Senado o senhor conselheiro Paranaguá, pensa *A Reforma* que cometemos um grave erro

em não evacuar completamente o Paraguai, desde que foi resolvida a questão de limites.

Semelhante censura, mais infundada ainda, demonstra a alta sabedoria dos publicistas liberais.

Não basta resolver em um tratado a questão de limites; é mister que estes sejam demarcados para que o ajuste concluído se torne uma realidade. Temos além disso outros ajustes importantes, cuja execução interessa altamente ao Brasil. E se a conservação ou a retirada das nossas forças estão reguladas pelos tratados feitos com o Paraguai e pelo último acordo com a República Argentina, como há de o governo imperial, que aliás tem por vezes declarado desejar mais do que ninguém a retirada dessas tropas, determinar que ela se realize já e já, sem desacautelar interesses importantes e essenciais, e sem faltar às estipulações dos ajustes a que nos referimos?

A política da imprevidência e do abandono pode ser sublime e muito patriótica, mas só os Metternichs do *A Reforma* a podem empreender e levar a efeito. Cuidado, porém, que lhes não suceda o mesmo que sucedeu ao infeliz coronel Carneiro de Campos, depois de haver pregado no parlamento, como ainda o fez há dias o senhor Martinho Campos, a necessidade de reduzir as forças militares do Brasil.

A pergunta feita por *A Reforma*, no final do artigo de ontem, está respondida pelos últimos ajustes em virtude dos quais os aliados devem prestar seu apoio moral e material ao governo do Paraguai, pela forma que julgarem conveniente, e quando o entendam necessário e oportuno.

As instruções, portanto, a que obedecem as nossas forças de ocupação são as que recebem do representante do Brasil, e que se derivam desses tratados.

Mas *A Reforma* não quer discutir... Deve ter para isto boas razões.

***

41) ***A Nação***
Jornal político e comercial

Ano II, número 211, quinta-feira, 9 de outubro de 1873

A nação

"A República" e as notícias do rio da Prata

Mais de um grave reparo são de suscitar as reflexões que, ontem e hoje, consagrou *A República* às relações do Império com o governo de Buenos Aires.

Dissera-se que o órgão republicano, em se tratando de interesses do Brasil, e toda vez que algum acontecimento de mais ou menos gravidade os põe em jogo ou de algum modo os perturba e ameaça, nenhum meio evita trazer-lhes comprometimento, e folga e banqueteia-se com o que se poderia dizer a desgraça da pátria, que outra coisa não é uma permanente atitude de arma ao ombro.

Perante o conflito alemão, pôs *A República* manifesto esforço em irritar os ânimos, explorando a indignação popular e chegando a pedir a guerra a altos brados. Nos negócios do rio da Prata a invariável política do órgão ultrademocrático tem sido avivar preconceitos dos nossos inquietos e suspeitosos vizinhos, alimentar vaníssimos terrores e fomentar uma injusta rivalidade que não tem entrado por pouco nas dificuldades de nossa política diplomática com os estados platinos, e é causa de verem-nos com desconfiança povos que devem ser nossos amigos e a cujos legítimos interesses nunca o Império pôs estorvo.

Dando corpo a infundados boatos, exagerando-os e abrindo-lhes circulação, *A República* desserve evidentemente o seu país para afagar intuitos e traças de uma política trêfega e inconsiderada.

Pode não ser este o secreto desígnio do órgão republicano. Provavelmente não é. Mas, ciente ou inscientemente,[*sic*] tendem os seus comentários a suscitar entre estranhos justas razões de desconfiança contra a política do Brasil e fazê-la suspeitosa.

Assim é que, do simples fato de ter sido recomendado na fala do trono com que foi aberta a segunda sessão da atual legislatura a oportunidade da construção de uma linha férrea no Rio Grande do Sul, em que se

conciliem os interesses do comércio com os da segurança e defesa das nossas fronteiras, concluiu sem maior indagação o órgão republicano que uma tal declaração pela voz direta do imperador implica um cartel de desafio que, não podendo ser lançado a um pequeno estado como a República Oriental do Uruguai com as suas 850.000 almas, e devendo ser aliás combinada com a constante ingerência da diplomacia brasileira nos negócios platinos, evidentemente se dirige à República Argentina.

Neste ato da política imperial viu *A República* nada menos que uma "fanfarronada" ao mesmo tempo em que "uma ameaça real e muito grave" que "coincide tristemente com os grandes preparativos belicosos do Brasil" e, entre eles, "a aquisição de um enorme navio encouraçado que será um dos mais poderosos do mundo", "com as complicações do Paraguai, a insurreição do caudilho López Jordán, a remessa de armas para Uruguaiana e as pouco amistosas relações do nosso ministro plenipotenciário, barão de Araguaia, com o general Bartolomeu Mitre".

E enquanto estes fatos traduzem ao ver do órgão ultrademocrático a intenção por parte do Império de lançar o país em "alguma horrorosa hecatombe" - "luta de astúcia a República Argentina, já se armando por sua vez, já promovendo a retirada das nossas forças do Paraguai, já auxiliando a colocação de um amigo à frente do governo desse Estado", e daí tira a gazeta que nos referimos, "a probabilidade de uma aliança contra o Império".

É raro ver reunidos tão estranhos conceitos!

Por nenhum ato como por nenhuma palavra manifestou o governo do Brasil a intenção ou o receio de uma guerra com a república vizinha. Sem comprometimento da dignidade nacional, e de legítimos interesses do país, que não poderia deixar sob a ameaça de arrogantes pretensões, o governo imperial mantém inalterável o mais firme desejo de ver coroados pelos triunfos da paz os seus incessantes esforços de evitar todo pretexto a desinteligências internacionais.

Nem as nossas relações com os estados platinos se afiguram em situação que deva inspirar justo motivo a receio de perturbação.

A suposta desinteligência entre o representante do Império e o general Mitre é inteiramente fantasiosa. Procedendo em amistoso acordo com o ministro brasileiro, o ilustre general Mitre obtivera do governo do Paraguai um tratado de limites que devia satisfazer as bem entendidas aspirações do governo e do povo argentino.

Por esse tratado, diz-se, cedeu o Paraguai ao nosso aliado imensos territórios em cuja posse sempre esteve; assim – todas as Missões situadas entre o Paraná e o Uruguai, todo o Chaco até a margem direita do Pilcomayo, que deságua em frente a Assunção, e a importantíssima ilha do Cerrito.

Que melhor despojo da vitória podia em boa razão pretender a República Argentina? Dominando ao norte a navegação do rio Paraguai e alto Paraná pela ocupação da ilha do Cerrito, como ao sul domina a navegação do Paraná e Uruguai, pela ocupação de Martín García, os argentinos teriam assim obtido de uma guerra, sustentada quase que exclusivamente pelo Brasil, vantajosos resultados que lhe permitiriam legítima influência na política do Prata.

Acredita-se, entretanto, que este acordo não mereceu aprovação aos senhores Sarmiento e Tejedor, que pretenderiam a imediata entrega de todo o vasto território do Chaco desde o Pilcomayo até Mato Grosso, inadvertindo [*sic*] que se trata nada menos que de um território desde longo tempo cobiçado e disputado pela Bolívia.

Não é, portanto, entre o senhor barão de Araguaia e o ilustre general Mitre que se suscitou desinteligência, mas entre este e o seu governo.

Neste pé em que se acha a questão o que se quereria ou se quererá que façamos? Quer *A República* que o Brasil intervenha para obrigar o Paraguai, por meio das armas, a entregar aos argentinos o terreno questionado? Cumpre-nos tomar para nós a cumplicidade de uma tão estranha exigência?

É seguramente esta a política que nada aconselha ao Império.

Que o governo de Buenos Aires arranque ao presidente Jovellanos e ao congresso paraguaio estas ou quejandas concessões; que o nosso generoso aliado se engrandeça à custa do infeliz Paraguai, do Estado Oriental, da Bolívia ou do Chile; que o faça por seus próprios esforços, e por sua própria conta, não tem que ver com isto o Império. Mas que tente converter-nos em instrumentos de sua ambiciosa política, e levar a efeito as suas conquistas territoriais com o apoio, e o prestígio e a intervenção do Brasil; não pode a isto prestar-se um governo patriótico que tem por primeiro de seus deveres manterem ilesa a dignidade de uma grande nação.

Se qualquer rompimento, tão improvável quanto triste, viesse impor-nos a dolorosa necessidade de fazer vingar pelas armas o que não

pudesse obter a discussão calma e refletida, não seria senão com a mais viva repugnância que poríamos ainda em contribuição esses recursos militares de que nenhum Estado pode prescindir no interesse de sua defesa.

E nem se poderá dizer do Brasil que provocará ensanguentado desfecho. Contra este estranho juízo protestaria a história, e protestariam os fatos com igual energia. A guerra que movemos a Rosas e Oribe, a que mantivemos em seis anos contra Aguirre e López, mostram pela sua origem e pelo seus resultados, que tampouco tem sido o Império a provocar a solução das armas como a aproveitar despojos da vitória.

A política do Império tem sido invariavelmente desambiciosa de conquistas como de indébita influência nos negócios de Prata. É de outro lado da fronteira sul que se alinha a conhecida política que sonha com reconstrução do antigo vice-reino do rio da Prata; tal foi a sabida preocupação de Rosas e é ainda hoje a de quase todos os estadistas argentinos.

Como quer que seja, uma é a verdade. Se o governo de Buenos Aires vê com maus olhos a política do Brasil, e tenta alianças que o habilitem a mover-nos guerra em momento oportuno, não é porque possa atribuir-nos a insensata ambição de conquista ou de indébita ingerência nos seus negócios mas só e somente porque não nos temos prestado, e não nos havemos prestar a intervir para auxiliá-la na sua política de absorção.

Impressiona-se *A República* com o que chama "os nossos preparativos bélicos," e entre eles a construção de "um enorme e poderoso vaso de guerra", não advertindo que, se de algum fato pode resultar desconfiança ao governo argentino, é seguramente de tais impensados exageros de uma certa parte da imprensa brasileira. O que se tem feito em matéria de armamentos, data de muito tempo; não é um fato novo o da encomenda de um encouraçado, e de transportes, e o de fuzis e munições.

Nem o fato é de causar estranheza. Também a República Argentina recebe frequentes remessas de armas, encomenda encouraçados, engaja em Londres fabricantes de torpedos, e trata agora segundo se diz, de levantar um exército de 50.000 homens, sem que estes fatos nos despertem inquietação. Arma-se, naturalmente, para vencer López Jordán, para sufocar as revoluções da Rioja e de Mendoza, para domar os selvagens da Patagônia, e talvez para liquidar as suas questões de limites com o Chile, a Bolívia e o Paraguai. O foco revolucionário organizado

em Corrientes, donde partem as invasões contra o Paraguai, não tem conseguido destruir o governo legal desse desgraçado país. Caballero tem sido sempre batido pelos patriotas paraguaios.

Talvez a República Argentina queira pacificar o Paraguai e obrigá-lo pelas armas a fazer maiores concessões que as do acordo celebrado pelo general Mitre.

Tudo isso pode explicar os preparativos bélicos do nosso aliado.

Desde, porém, que as nossas relações internacionais não dão motivo a apreensões de guerra, não poderíamos e não podemos ver com desconfiança os armamentos da vizinha república.

Se houvessem eles, entretanto, de um dia voltar-se contra nós, a previdência do governo não nos tranquilizaria menos que o provado valor e disciplina dos nossos soldados e a excelência dos nossos meios de guerra.

Houve inépcia em autorizar a construção de uma linha férrea no Rio Grande do Sul, ou em declará-la estratégica?

Inepta seria a censura que daí tirasse argumento.

A construção da viação estratégica no sul era necessidade de há muito reconhecida e proclamada por dolorosa experiência. A invasão da nossa província do Rio Grande em 1827 e 1828 pelos argentinos, e em 1865 pelos paraguaios, era de pôr-nos de sobreaviso. O que é bem entendida providência, não pode ser visto como cartel de desafio.

Também em Mato Grosso procede-se a estudos para uma linha férrea, e deste fato ninguém colherá em boa razão que há aí um eminente interesse militar a ser empreendido.

Longe de inspirar-se em vãos terrores, de excitar infantil desconfiança a quem quer que seja, o que cumpre ao governo é prosseguir ativamente em dispor elementos de defesa de que carece este vasto Império. Assim como melhoramos as nossas fortificações do Rio de Janeiro, e cuidamos em estradas estratégicas no Rio Grande, no Paraná e em Mato Grosso, convém não esquecer que a importante ilha de Santa Catarina, exposta aos insultos de qualquer potência marítima, não deve continuar no estado em que a acharam os espanhóis dirigidos por Ceballos em 1777. É assunto este que está a pedir a atenção do governo; e o indicamos à sua sabedoria e patriotismo.

Tampouco censurável é que se tenha na fala do trono indicado a oportunidade da construção da questionada linha férrea, como que se

tenha dito que ela é estratégica ao mesmo tempo em que comercial.

Pois, tão imbecis julga *A República* os estadistas platinos que precisassem da autenticidade de uma semelhante declaração? Demanda-se uma grande previsão para entrever o fim estratégico de um traçado? É em segredo que um Estado pode construir centenas de quilômetros de viação férrea?

Tranquilize-se *A República*.

As nossas relações com a República Argentina não encerram seguramente o perigo de próximo ou remoto conflito. Nenhum fato autoriza as vãs suspeitas que uns certos interessados não cessam de fomentar, escrevendo para os jornais do Prata notícias tão falsas e aterradoras como a da compra de vários encouraçados pelo governo do Brasil, de formidáveis armamentos e munições de guerra, da organização de um exército de 40.000 homens no Rio Grande do Sul, e a de achar-se nomeado presidente e comandante das armas dessa província o ilustre marechal duque de Caxias.

Atento pelos legítimos interesses de uma política honrada, desambiciosa e sinceramente empenhada em manter e estreitar cordiais relações internacionais, o governo do Brasil não descura os meios de assegurar ao país as condições de uma paz durável e paz honrosa.

Não estamos à véspera de uma grande campanha: - esteja disto certa *A República*. Esta não é pela menos a intenção, que preside os atos tais como a construção da via férrea do Rio Grande do Sul.

Há, sim, vitórias cuja doirada perspectiva deslumbra o governo e o trás de frequente preocupado: mas são as vitórias da paz, essas que realiza o caminho de ferro, a navegação, o telégrafo, a indústria, o comércio, a arte, a ciência e, dominando a tudo, o culto sincero da liberdade pacífica, industriosa, inteligente e honrada que não se confunde com os desgarros brutais da licença.

***

42) A Nação
Jornal político e comercial

Ano II, número 212, sexta-feira, 10 de outubro de 1873

A paz ou a guerra?

Sob esta inquietadora epígrafe, tem-se no *A República* algumas linhas que, por mais de uma razão, não poderiam passar-nos despercebidas. Precedem elas, e fazem-lhe honroso cortejo, a um artigo em que o senhor Aristides Lobo, entre conceitos muito injustos, muito incabidos [*sic*] e inteiramente estranhos às circunstâncias do Brasil tenta assinalar à imprensa ultrademocrática o invariável programa a que deve meter ombros perante a exagerada situação das relações diplomáticas do Império com a República Argentina.

Pleitear a causa da paz, e pleiteá-la com ardor: - tal é a palavra de ordem que o senhor Aristides Lobo transmite, resoluto e tomado de convicção que pode não ser insincera, a essa mesma imprensa que, anunciando ainda ontem ao país a organização de um exército argentino de 50.000 homens, e vendo nossa extraordinária medida a perfeita justificação de outras que pudessem tomar de igual natureza e em igual proporção, indicara ao governo a urgente necessidade de seguir para a via férrea do Rio Grande do Sul o exemplo dos americanos construindo por dia milha e meia da gigante linha do Pacífico, e de par com esta outras providências que, como a nomeação do ilustre marquês do Herval para presidente comandante de armas na província limítrofe, e do barão de São Borja para o comando da praça de São Gabriel, e mais significativa que as precedentes a encomenda imediata de material e o levantamento de um empréstimo de 10 mil contos por conta de 40 mil decretados, manifestariam aos nossos vizinhos uma respeitável atitude de defesa que os poderia conter em ataques impensados a dignidade nacional e a honra do Império.

Bem diversa posição, ajuíza o senhor Aristides Lobo, é a que convém a amigos do povo. Praz-lhe mais o sono do Império que as suas inquietadoras vigílias. Ponha o imperador em ação os elementos da força de que dispõe; ganhe batalhas ou sofra revezes; são somente suas as glórias e ignomínias. Entre o influxo civilizador e a nobre emulação

que experimentaria na presença da florescente democracia argentina e os planos de mesquinha e ignóbil ambição que medita prender os povos modernos aos passos lentos das instituições monárquicas, não hesitaria o país a escolher.

É por este modo que o senhor Aristides Lobo advoga em seu nome a causa da paz e quereria, pretensão estranha! Que a advogasse a imprensa republicana como se, antes de tudo, não fora ela imprensa brasileira, e não devesse sentir os sentimentos da pátria, e fazer sua a honra do país!

Como se, em se tratando da dignidade da nação, dos seus foros de nação livre, independente e soberana, pudesse haver aí uma imprensa que, acima das questões de organização política, não colocasse os supremos interesses do Brasil!

Evidentemente, antepõe o senhor Aristides Lobo o que julga ser interesse do seu partido a reclamos imperiosos dos brios nacionais.

Por sedutora que seja a perspectiva da paz, há uma condição imprescindível sem a qual não seria a paz desejável. É que ela não seja a humilhação, o aviltamento, menosprezo da soberania nacional.

Essa não a quereríamos, nem a pode querer a imprensa republicana.

Essa não a quer por nenhum preço o chefe augusto do Estado, não a quer o seu governo, não a quer o país.

Seja embora indiferente ao apreensivo espírito do senhor Aristides Lobo que o imperador ganhe batalhas ou sofra reveses, não o pode ser a nenhum outro brasileiro. Glórias e ignomínias que de uma luta com estranhos pudessem advir ao imperador, tão suas seriam como do país. Elevada personificação de um grande Estado, e seu primeiro representante, o imperador não é só o grande cidadão e eminente brasileiro que faz suas todas as paixões nacionais; é antes de tudo a instituição, o princípio, a ideia.

Se ele ama a paz, tanto como a paz merece ser amada, se ele a quer como a quer o país, não a pode amar nem querer com quebra da honra nacional.

São estes os nossos e devem ser os votos de toda a imprensa.

Vem aí uma triste necessidade de pôr a arma ao ombro, e imperador, e governo, e país sentir-se-ão presos pela mais honrosa das solidariedades.

Nem se dirá que essa cruel necessidade, tão improvável como nós a julgamos, a tenha provocado o Brasil.

Aceitá-la-emos, sim, com a consciência de nossa força, confiantes em nossos recursos, fortes pelas armas como pela justiça de nossa

causa, mas resignados à triste exigência de uma solução que não preparamos, não aparelhamos, não concertamos. Como em 1851, como em 1865, teremos sido nós os provocados, não os provocadores. A política desambiciosa do Império não se terá eclipsado em seus generosos intuitos; ficar-lhe-á antes o direito de registrar o fato como novo atestado de sua imparcialíssima atitude nas complicações dos estados platinos.

Mas, não se exagere a situação. Reflita-se que a nossa imprensa tem atentos ouvidos no rio da Prata, e nada é mais inconveniente que perturbar com vãos terrores, assoalhando-os e encarecendo-os as gratas harmonias da paz.

A paz ou a guerra? Por patriótica que seja a preocupação que nesta pergunta se traduz, de nenhum modo a autoriza o estado das nossas relações com a República Argentina.

Tranquilize-se o país. É em plena paz que devemos sentir-nos; nenhum acontecimento, nenhuma presunção, nenhuma desinteligência, pode prenunciar ao mais previdente espírito futuras complicações com os nossos vizinhos.

Os armamentos de que sabidamente se premune a República Argentina não são indícios de guerra contra o Brasil. Provocam-nos provavelmente as frequentes rebeldias provinciais, as tão frequentes revoluções de Entre Rios, Rioja e Mendoza, os ajustes de limites com o Chile, a Bolívia e o Paraguai e outras necessidades de que não podemos ser os juízes.

Tampouco seria justo entrever na construção de linhas estratégicas como na encomenda de material de guerra, a intenção oculta ou ostensiva por parte do governo do Brasil de lançar-se na aventura de uma guerra que seria sem objeto.

Que motivo far-nos-ia desembainhar a espada ou à República Argentina?

Quanto a nós, amamos e queremos a paz em nome dos mais sagrados interesses da sociedade brasileira. Mas queremo-la como a que o imperador, como a quer o governo e a quer o país: - paz durável, paz honrada, paz digna de um grande povo que, a hora dos sacrifícios supremos, não indaga da cor política do governo que lhos pede.

Por menos que as circunstâncias nos devam inspirar desconfiança sobre os armamentos da República Argentina, e por mais que devamos

confiar na superioridade dos nossos provados recursos militares, cumpre não desaproveitar as lições do passado.

O governo do Brasil não é nem deve ser estranho aos avisos de bem entendida previsão.

Em 1825 a República Argentina armou-se em segredo. E... sabe-se o resto.

A nenhuma grande nação podem ser indiferentes os armamentos de Estados vizinhos.

De não provocar a guerra, de evitá-la tanto quanto o possa permitir a dignidade do país, não se segue que o governo deva expor-se aos azares da surpresa.

Não seria uma inépcia; seria um crime. De inépcia como de crime não pode ser suspeitado, e nisto confiamos, um governo esclarecido e governo patriótico.

Vamos nisto em acordo com *A República*. Se não julgamos pertinentes todas quantas providências ela aconselha, a um fundo de verdade em suas provisões que não é para desprezar.

Procure o governo cultivar as boas relações do Império com os estados platinos; guarde entre eles a serena imparcialidade e isenção que devem ser característicos de uma política desambiciosa de conquistas como de indébita influência; mas que os nossos vizinhos, ou o mais poderoso de entre eles não ouse subordinar-nos ao vil papel de instrumentos de uma política insidiosa e nutrida por injusta ambição.

O gabinete de 7 de março mostrar-se-á inalterável, na altura de sua grande missão.

Todas as condescendências, todas as generosidades, sim, mas que nenhuma delas envolva quebra da dignidade nacional.

Em volta deste generoso mas resoluto programa, o gabinete de 7 de março não nos encontrará somente a nós mas a toda a imprensa e a todo país.

***

43) A Nação
Jornal político e comercial

Ano II, número 214 segunda-feira, 13 de outubro de 1873

Paz ou guerra? II

Dissera-se, ao ler o último artigo do senhor Aristides Lobo, que, novo Henry Richard, eleva-se o ilustre propagandista acima da realidade amarga dos fatos, ou, de indústria, os esquece para extasiar-se ante a dourada perspectiva da paz universal.

E quem há que não ame a paz? Quem a não quer como a condição de todos os progressos e de todas as nobres conquistas do espírito humano?

Mas, de outro lado, que sincero brasileiro há aí que, em amor aos benefícios da paz, se resigne a vê-la repousada em transações humilhantes para os brios nacionais, resultando de monstruoso acordo de interesses em que ao país possa caber o triste papel de instrumento ignóbil de uma política estranha?

É sim uma tremenda questão a que nesta impaciente pergunta se encerra: paz ou guerra?

Compreendemos-lhe valor e alcance que não exageramos, mas também não disfarçamos.

Já o dissemos em artigo anterior: nenhum conflito diplomático existe entre o Império e a República Argentina; não há motivos para que receemos um rompimento entre os dois governos; mas se as apreensões e tristes vaticínios dos nossos republicanos se realizarem, se a guerra surgir, quem terá sido, neste caso, a comprometer a paz, e retardando o engrandecimento de dois povos que habitam o mesmo continente, e sentem-se ligados pela comunidade de grandes interesses? Quem terá sido a quebrantar cordiais relações tão esmeradamente cultivadas por nós no remanso da paz, e entre as suas harmonias, como ao estrondo do canhão nos campos do Paraguai? Quem terá sido a romper essa aliança, sagrada pelo sangue e coroada pela vitória?

O governo do imperador, responde imperturbável o senhor Aristides Lobo: é o governo do imperador que acaricia o secreto pensamento de, para fim ignoto, aniquilar uma república vizinha!

Crer-se-á no rio da Prata, onde isto vai ser lido, explorado e, provavelmente, comentado por mil modos, que o tenham escrito no

Brasil? Eles, os argentinos, que amam o seu país, que amam as suas tradições gloriosas, que não conhecem partidos em se tratando da pátria, o que vão julgar da política do Brasil perante a pasmosa afirmação do escritor brasileiro?

Em que fatos fundam, entretanto, o senhor Aristides Lobo tão temerária segurança? Que móvel o podia induzir a lançar à conta do governo do seu país, e do chefe supremo da nação, tão condenáveis intenções?

Está aí a história de todos os tempos a protestar pela isenção e lealdade do governo imperial. Um só fato não recolheu ainda ela que empreste o mais ligeiro fundamento a tais conceitos, evidentemente destinados a tentar fortuna no rio da Prata e a armar contra nós inquietas suscetibilidades.

Que fruto recolhemos nós da longa e sanguinolenta guerra do Paraguai? Que exigimos da República Oriental diante dos muros de Montevidéu em 1865? Que resultados colhemos da vitória de Caseros em 1852?

Sabe o bem o senhor Aristides Lobo. Vingada a honra nacional, os nossos soldados recolheram à pátria sem nada exigir dos vencidos e, coisa estranha para os republicanos do Brasil! As vitórias deste Império assinalaram sempre nas regiões do Prata alguma nova conquista da civilização e da liberdade.

Cabe aqui uma recordação em que não entram aliás preocupações de partido.

A intervenção de 1864, que trouxe-nos a guerra com a Banda Oriental e, depois de curto intervalo, a guerra com o governo do Paraguai, não pode correr nem corre à conta do partido conservador. Essa enérgica política que levou-nos ao recurso das represálias contra o governo de Aguirre, e das represálias à sanguinolenta luta do Paraguai, foi obra de um gabinete liberal a que o senhor Aristides Lobo prestou na Câmara dos Deputados o mais caloroso e esforçado apoio.

Era então o republicano de hoje, era com ele e seus amigos, partidários declarados e inquietos do recurso às armas, enquanto nós, conservadores, advogávamos convencidos, como advogamos ainda hoje, os interesses da paz, mas de uma paz bem entendida, paz sincera, paz duradoura, paz honrosa.

Tal política não a desmentimos por nenhum ato no governo. A prudência com que sempre se houveram os gabinetes saídos do partido

a que pertencemos, os louváveis esforços com que se tem consagrado a estreitar as boas relações que devemos e desejamos manter com os nossos vizinhos, estão na consciência do país.

Pesa-nos dizer, - mas antes de tudo somos brasileiros -, essa prudência e essa longanimidade, a que se referiu o distinto senhor doutor Tavares Bastos, analisando nas páginas do *Correio do Brazil* a célebre nota do ministro Tejedor, - têm por vezes ultrapassado justos limites, dando lugar a que os nossos arrogantes e provocadores vizinhos da margem direita do Prata confundam com a timidez e a fraqueza, sentimentos mui diversos.

A intervenção de 1851, embora reclamada pelas mais imperiosas exigências da honra e da segurança do Império, não veio a efetuar-se senão depois de sucessivas provocações e esgotados, durante anos, os meios e tentativas que, não podendo ser vistos como repugnantes à dignidade de um grande povo, podiam trazer em resultado as condições de uma paz honrada.

Ao mesmo tempo em que tentávamos evitar a guerra, não nos deixávamos desapercebidos dos meios de realizá-la. A solução pelas armas não nos encontrou desprevenidos como em 1864. Quando foi preciso operar tínhamos aliados, tínhamos na fronteira um poderoso exército e uma respeitável esquadra nas águas do Prata. Dentro em meses baquearam os heróis de Palermo e do Miguelete, e as tropas imperiais regressaram dos campos de combate entre as bênçãos de dois povos.

De modo bem diverso passaram-se as coisas em 1864, quando o senhor Aristides Lobo era monarquista e deputado ministerial; e bom é recordar que o republicano de 1873 foi dedicado governista desde 1863 até a dissolução de 1868.

Dir-se-ia que, no seio desse partido a que se deu por uma quase epigrama o nome de progressista respirava-se, desde as fanfarronadas da questão inglesa, uma atmosfera de guerra. O brilho das glórias militares seduzia. Frouxa, imprevidente e até criminosa se reputava nos círculos, na imprensa e na tribuna a política que os conservadores tinham seguido nas relações do Império com as repúblicas vizinhas.

Talvez veio daí adotar-se em relação à República Oriental, agitada pela guerra civil, o que se chamou política enérgica. E foi a essa política de intervenção e de ameaças que o senhor Aristides Lobo, o advogado da paz, prestou ininterrupto apoio.

E fez-se tudo isso inconsideradamente, é preciso dizer a verdade, - com infantil açodamento, quando não tínhamos um soldado na fronteira e tanto que, repelido o *ultimato* Saraiva em agosto de 1864, só em dezembro, isto é meses depois, pode penetrar no Estado vizinho um pequeno exército de 5.000 homens!

O previdente acordo de 20 de fevereiro, celebrado por um eminente cidadão, o nobre visconde do Rio Branco, esse grande ato de patriótica previsão e louvável generosidade que deu ao Império mais um aliado, poupando inútil derramamento de sangue e ao mesmo tempo consagrando a satisfação de todas as reclamações do *ultimato* de agosto, que nos haviam determinado a empunhar as armas, ah! Esse ato foi visto por deficiente, incompleto e ineficaz pela belicosa política de então que, a um acordo assentado nas bases da justiça, da honra e da dignidade, preferia o espetáculo de uma importante praça comercial tomada de assalto, com o sacrifício, talvez, de milhares de brasileiros!

Foram adiante os amigos do senhor Aristides Lobo. Excitados pela imprensa de Buenos Aires, e pelo hábil governo do general Bartolomeu Mitre, condenaram o Império (e como é triste recordá-lo!) a desbravar o caminho para tão cobiçada construção do vice-reino espanhol do rio da Prata.

O Paraguai, cuja independência fora reconhecida a esforços do Brasil, e lhe merecera sempre o apoio de seu prestígio e influência perante as ameaças do ditador argentino vencido em Caseros, o Paraguai de Solano López era incômodo e perigoso vizinho para a República Argentina. Para levar a efeito a tradicional política que tem em mira a anexação da Banda Oriental e do Paraguai, era-lhe o poder militar do último representante do governo de Francia a primeira dificuldade a vencer.

Foi o artifício desta política que nos impeliu a essa guerra de seis anos, de que ainda não somamos todos os enormes sacrifícios.

Que fizeram os correligionários do senhor Aristides Lobo para evitar um rompimento com o Paraguai?

Cruzaram os braços ou, menos que isto, julgaram azada a ocasião para ostentar os recursos militares do Império. Afigurou-se-lhes coisa bem simples, - talvez um passeio militar a Berlim -, levara até Assunção as armas triunfantes do Brasil.

A guerra do Paraguai, é tempo de dizê-lo ao país, poderia ter sido evitada, - deveria tê-lo sido. É já hoje uma revelação preciosa da história,

que os armamentos do Paraguai não se aprestavam a combater contra o Brasil, mas contra a ambiciosa república vizinha, a implacável ingimia [*sic*] do equilíbrio do Prata.

O homem que afagava o projeto de colocar em sua fronte uma coroa, não podia desejar, nem desejava lutar com a única monarquia da América.

Quando começaram as represálias contra o governo de Aguirre, e quando toda a imprensa argentina nos incitava a uma luta com o Paraguai, - aplaudindo a nossa intervenção na Banda Oriental, porque ela significava o triunfo de uma revolução preparada em Buenos Aires, como hoje são preparadas em Corrientes e na Vila Ocidental as revoluções paraguaias, - chegou Assunção o ministro oriental doutor Carreras.

Sabe-se hoje pelas revelações de seu secretário doutor Vazquez Sagastume que missão realizou esse plenipotenciário. Procurando obter a aliança de López, o ministro Carreras tentou persuadir ao ditador que os intuitos da política brasileira eram a conquista da Banda Oriental e de parte do território paraguaio, devendo caber equivalente despojo à República Argentina. Para levar por diante o seu desígnio, não duvidou Carreras exibir a falsa cópia de um tratado de aliança, que disse ser secreto, entre o governo imperial e o de Buenos Aires. Não teve outra origem a conhecida nota do ditador em que manifestou receios pela independência da República Oriental diante da atitude assumida pelo Império.

Que devia fazer um governo prudente ao receber essa nota, e quando se sabia que um chefe do partido *blanco* conspirava ativamente em Assunção contra o Brasil? Não era de bom conselho que procurasse tranquilizar o ditador, assegurando-lhe a isenção das vistas do Império que de nenhum modo se encaminhavam a aniquilar a independência de um estado vizinho? Não cumpria fazer certo que o único fim de nossa intervenção era exigir a possível reparação de atentados cometidos na Banda Oriental contra súditos brasileiros e garantias que os pusessem a abrigo de novas violências?

Mas não procederam assim os correligionários do senhor Aristides Lobo, e ao que diziam ser a política frouxa e tímida dos conservadores contrapuseram a enérgica política de que o país conhece os frutos.

Aos inimigos do Império que ativamente se esforçavam em Assunção por arrastar o Paraguai a uma guerra contra o Brasil, à imprensa argentina

que por sua parte nos acenava ao amor próprio, nada se opôs que lhes contaminasse o insidioso plano.

Quando o ditador, envolvido nas malhas da hábil política, nos atribuía o pensamento de atentar contra a independência do Estado Oriental, calava-se o nosso governo e respondia-lhe com verdadeiro desprezo, pois tanto vale o silêncio.

Em caso tão grave era, entretanto, o silêncio a quase confissão dos planos que nos imputavam implacáveis inimigos.

Daí, e das fantasias e esforços de Carreras, concluiu o ditador, e nem outra coisa era de concluir, que o dia imediato ao da conquista do Estado Oriental presenciaria o atentado contra a independência de sua pátria.

Não se demorou a guerra.

Ainda que a esse tempo em oposição, o país sabe que em torno da bandeira da pátria nos agrupamos todos nós conservadores, prestando sincero concurso ao irrefletido e imprevidente governo.

Nunca de nossas fileiras um grito de desânimo! Nunca uma palavra de dúvida sobre os nobres intuitos do governo! Nunca daí surgiu uma voz a aconselhar ao povo que visse com indiferença as vitórias ou os revezes das armas imperiais, as suas glórias ou as suas ignomínias!

Estava reservado ao ministerialista de 1863 a 1868, ao senhor Aristides Lobo, soltar pela primeira vez no Brasil tão estranho grito, ditando, como bem advertiu *A República*, a covardia aos seus concidadãos, e constituindo-se, não o advogado da paz, e de uma paz honrosa, mas sim o advogado dos interesses e da insensata ambição de um governo estrangeiro contra os interesses e a honra e a dignidade da terra em que nasceu!

Clama a altos brados o ilustre democrata contra a indébita ingerência do Brasil nos negócios do Prata, e apregoa-se defensor da paz e amigos das repúblicas vizinhas, sem se lembrar que o Paraguai também é uma república, e deve, por isso, inspirar-lhe hoje não só simpatia mas até compaixão.

Mas o que se infere, entretanto, dos seus artigos? Por que censura ele o governo imperial? Censura-o justamente porque este não se presta a coagir o desventurado Paraguai a entregar-se inteiramente à mercê da trêfega política argentina.

Quereria o senhor Aristides Lobo, que, na contenda travada entre duas potências limítrofes, deixasse o Brasil cair em uma das conchas da balança o peso da sua espada, impondo pela força ao Paraguai, uma

solução que isto julga inaceitável e a que tem resistido com louvável patriotismo?

O tratado da tríplice aliança não resolveu, como acreditam os zelosos defensores da República Argentina, a questão de limites; aí ficou apenas fixado o *máximo* das pretensões dos aliados. Por esta inteligência pronunciou-se em várias declarações o governo argentino e defendeu-a na tribuna do senado o ilustre negociador brasileiro. A redação da *República*, que mais de uma vez tem invocado os compromissos da aliança e as cláusulas do acordo de novembro deve conhecer as declarações, a que nos referimos, do governo argentino ao fazer ocupar por suas tropas a Vila Ocidental do Chaco.

Pelo órgão sem dúvida muito competente do seu ministro das Relações Exteriores, doutor Mariano Varela, o governo de Buenos Aires anunciou que não ocupava o território do Chaco pelo direito da vitória, reservando-se a faculdade de abrir discussão em tempo oportuno com o governo do Paraguai e assegurando que o território questionado pertenceria a quem melhores títulos exibisse para reclamar-lhe a posse.

Mas o senhor Aristides Lobo, em prova do seu amor pelos pobres republicanos invoca ostentosamente o direito e a justiça das pretensões do governo de Buenos Aires sem atender que antes de tudo cumpre-lhe provar que a política argentina inspira-se em tais sentimentos e não em mesquinhos cálculos de ambição, que é pela força do direito e não pelo direito da força que tenta meter-se na posse dos terrenos disputados.

É esta prometida discussão que acaba de verificar-se. E o Paraguai, não convencido mas cedendo à pressão das circunstâncias, o Paraguai abatido, fraco, extenuado por uma luta sem par na história da América meridional consente por prudentes esforços do Brasil, em entregar ao nosso aliado todo o Chaco até a margem esquerda do Pilcomayo, a importantíssima ilha do Cerrito e as Missões do Paraná.

Desses territórios que o Paraguai vencido cede hoje à república vencedora, nem de um palmo esteve nunca de posse o nosso aliado. Reclama-os porque pertenceram ao vice-reino espanhol do rio da Prata; mas por igual título poderia reclamar o Paraguai inteiro, que todo ele pertenceu ao antigo vice-reino!

Nem há quem o ignore. Desde a emancipação do Paraguai, repelidas as pretensões *portenhas* e vencido o exército de Belgrano, o Chaco, as Missões e a ilha do Cerrito fizeram parte integrante do território

paraguaio. Em toda extensão destes terrenos mantinha o governo de Assunção destacamento e guardas. Sua posse fora efetiva e constante.

São estes, entretanto, os territórios que o governo do Paraguai está disposto a ceder nos termos do último acordo *ad referendum* celebrado pelo general Bartolomeu Mitre. Em tão importantes concessões influíram, como é notório os bons ofícios, os esforços e conselhos do governo imperial no louvável intuito de poupar desinteligências entre as duas repúblicas vizinhas.

Sem o apoio moral e a influência deste Império, que o senhor Aristides Lobo se compraz em apresentar como inimigo da República Argentina, dando assim corpos aos injustificáveis preconceitos de que somos vítimas no rio da Prata; sem o apoio moral, os conselhos e a influência do Brasil provavelmente não teriam os paraguaios cedido uma só nesga do território reclamado pela República Argentina.

Cumprimos à risca, e com inteira lealdade, o pacto da aliança e o acordo de 90. A República Argentina solicitou o apoio moral do Brasil na solução da sua contenda sobre limites. Prestamo-lo com inteira boa fé. Resolveu mandar a Assunção, como plenipotenciário, o general Mitre, mas quis que ao lado deste estivesse um representante do Império. Mandamos ao Paraguai o nosso ministro em Buenos Aires, o ilustre barão de Araguaia.

O resultado desta negociação em que interviemos sim, mas a instâncias do governo argentino, foi o acordo, que, segundo se diz, e não sabemos com que fundamento, acaba de ser rejeitado pelo presidente Sarmiento.

Tal ajuste, vantajosíssimo à República Argentina, devera satisfazer sua ambição. Se no entanto são fundados os boatos que faz circular a imprensa platina, devemos crer que o governo do senhor Sarmiento não se satisfaz com a solução, e exige que o presidente Jovellanos desista desde já da margem direita do rio Paraguai, desde o Pilcomayo até a fronteira brasileira de Mato Grosso.

Esta nova concessão só pela força a poderão os argentinos arrancar ao Paraguai, e este é o plano que o senhor Aristides Lobo, hoje inimigo das guerras e das intervenções armadas, aconselharia ao governo do seu país!

Singular coerência! O senhor Aristides Lobo que desaprova toda intervenção aconselhada pelos interesses de seu país, a quereria em nome de inconfessável motivo e para sustentar e defender em todas as

suas exagerações a insensata e ambiciosa política de estranhos!

Tal é o papel que um brasileiro assinala à sua pátria: o constituir-se instrumento da política argentina, subscrevendo tudo quanto esta queira exigir em proveito próprio e em detrimento das repúblicas vizinhas!

Falso patriotismo o do senhor Aristides Lobo! Acima da dignidade da honra da sua pátria, coloca o que supõe ser o interesse do partido a que se filiou, e as conveniências e pretensões dos seus correligionários políticos de Buenos Aires.

Daí vem ao guerreiro de outros tempos cantar hoje a palinódia, e, sonhando com a iminência de um conflito internacional, repetir todos os lugares comuns e todas as falsidades que a respeito do governo do Brasil publica e repete até à saciedade a imprensa exaltada das duas margens do Prata.

É por tal arte que se há de estreitar a amizade entre dois povos que nenhuma razão impede de se olharem sem desconfiança e sem ódio? É despertando receios infundados, assolando rancores irracionais, fomentando rivalidades injustificáveis, propalando falsas notícias, que o senhor Aristides Lobo supõe prestar um assinalado serviço à causa da paz e da fraternidade dos povos?

O ilustre escritor faz grave justiça ao bom senso dos seus concidadãos em supor que trechos triviais sobre as excelências da paz, sobre a aliança estreita de todos os republicanos dos dois mundos, podem causar alguma impressão entre nós. Suas pampanadas republicanas, acredite o nosso contendor, não podem deixar de causar estranheza até mesmo aos seus correligionários de Buenos Aires, que tanta se esforçou por lisonjear.

Que tem que ver a forma de governo do nosso país com as questões externas? Quando atentamos nós contra a existência política das repúblicas que nos cercam?

Os inimigos do Império no rio da Prata, quando reproduzem as suas declamações de todos os dias, só podem argumentar, e assim mesmo fazendo-nos gravíssima injustiça, com alguns fatos do Primeiro Reinado quando, apenas emancipados do domínio português, obedecíamos ainda do impulso da velha política colonial.

Que tem os povos de embaraçar-se com as instituições alheias? Na América do Norte existe essa poderosa democracia de cujos progressos e glórias nos falam sempre os liberais do Brasil. Pois bem! As instituições desse país não o impedem de viver, como vive na mais estreita amizade

e aliança com o grande Império da Rússia.

Só nesta América do Sul é que alguns visionários democratas vão combatendo pela quixotesca ideia de formar uma Santa Aliança das repúblicas contra o "pérfido e ambicioso Império do Brasil". Política de Monroe, dizem, mas política que os sensatos compatriotas desse ilustre republicano condenaram sempre!

E que mal tem feito até hoje o *maquiavélico* governo do imperador às repúblicas limítrofes?

É ele quem procura querelas belicosas por amor de mais alguns palmos de terra? É ele quem ameaça a existência política dos estados vizinhos?

O nosso passado pode responder eloquentemente a essas interrogações.

Foi sempre o Brasil o defensor da independência da Banda Oriental e do Paraguai, ameaçada por vezes pelo governo de Buenos Aires. Foi essa a sábia política inaugurada pelo ilustre visconde de Uruguai, de saudosa memória, e invariavelmente seguida pelos gabinetes conservadores.

Se alimentássemos projetos sinistros contra as repúblicas do Prata, em nenhuma ocasião poderíamos mais facilmente levá-los por diante do que após a guerra do Paraguai. Qual foi a aquisição territorial que fizemos? Nenhuma! Resolvemos a nossa questão de limites, recebendo menos do que aquilo a que tínhamos incontestável direito, menos do que o primeiro López esteve em outros tempos disposto a ceder-nos, menos do que estava estatuído no tratado da tríplice aliança. Poderíamos por esse tratado reclamar a linha do Igureí, e, vencedores, contentamo-nos com a linha do Iguatemi.

A nossa questão de limites resolveu-se pacificamente, sem resistências, sem dificuldade de qualquer gênero.

Não sucede o mesmo com a grande e generosa República Argentina, que aliás, recolheu todo o proveito das nossas vitórias, fazendo apenas um insignificante sacrifício de sangue e de dinheiro, largamente compensado pela atividade comercial e pelo poderoso impulso que a guerra deu ao seu progresso.

Qual será a solução da sua contenda sobre limites se o acordo Mitre não a satisfazer?

É o que não nos é dado prever, mas o que nos parece é que o governo imperial não pode nem deve prestar-se ao humilhante papel que se lhe quer impor.

A República Argentina está aumentando o seu exército comprando

encouraçados e contratando fabricantes de torpedo. Ponham em campo todos esses elementos que acumula e deixe cair a máscara. Esmague o Paraguai, se o quer e se o pode fazer, mas consinta que vivamos tranquilos, em nossa casa e não queira transformar-nos em cúmplices dessa obra de iniquidade.

O governo imperial tem cumprido e cumprirá lealmente, os seus compromissos, e, nem sequer há motivo para recear que se reproduza questão tão luminosa e com tanta prudência quanto a dignidade debatida por parte do Brasil, do alcance que tem para os aliados entre si, as estipulações do tratado do 1º de maio de 1865 quanto a limites.

Toda essa celeuma que se levanta contra o governo não tem razão de ser e só pode explicar-se pelo desejo que alguns bons brasileiros têm de fazer coro com os gratuitos inimigos da sua pátria, assoalhando boatos aterradores e injustíssimos conceitos.

A desinteligência que existe sobre a questão dos limites argentinos com o Paraguai, já o dissemos há dias, não versa, como se pretende fazer acreditar, entre o representante do Brasil e o general Mitre, mas sim entre este e o governo do seu país. E não pode deixar de causar assombro ao ilustre general que haja entre nós quem se mostre mais argentino e mais zeloso defensor dos direitos e interesses da sua pátria do que ele próprio!

As notícias que nos chegam da República Argentina sobre grandes armamentos que faz encerrariam mais de um útil aviso se as lições do passado nos não devessem ter persuadido de que insidiosa política conspira em segredo à margem direita do Prata contra os interesses do Brasil.

Saiba o governo deste grande país cumprir o seu dever; previna-se, e assim poderá evitar a triste emergência de uma guerra.

Neste acordo, nós o acreditamos, o governo não encontrará resistência em nenhum de nossos partidos.

À hora do perigo somos todos, e antes de tudo, brasileiros.

O país compreenderá que prevenir a guerra não é provocá-la. Ele fará justiça às nobres e patrióticas intenções da política imperial.

O que desde já folgamos de registrar, é que o órgão republicano tenha sido o primeiro a protestar contra o programa que tentou impor-lhe o senhor Aristides Lobo.

Ainda bem! A luta dos partidos não chega até onde vai empenhada a honra de uma grande nação.

44) A Nação
Jornal político e comercial

Ano II, número 216, quarta-feira, 15 de outubro de 1873

A Reforma justificando-se

A coluna de honra do órgão liberal quebrou por fim o silêncio que até hoje guardara sobre as relações do Império com a República Argentina.

Cabia de direito, e de fato coube ao senhor Afonso Celso assinalar a atitude que tomaria o órgão democrático perante a triste e improvável eventualidade de uma guerra em que o Império pudesse sentir-se envolvido.

Não o fez, entretanto, o ilustre escritor nos termos expressos em que o espírito público tem o direito a exigir da imprensa que se manifeste de maneira a influir com o seu conselho nos conselhos do governo.

Da atitude, são palavras do senhor Afonso Celso, que assumiria a *Reforma* na emergência que Deus afaste de uma guerra estrangeira, não podíamos duvidar. Nos não era preciso pedir e obter arras de patriotismo a quem, em mais de uma conjuntura difícil, nos assegurara não inquirir dos nomes dos governantes ou de sua procedência para que, por comuns esforços, mantivéssemos ilesa a honra da nação.

Nem o silêncio de *A Reforma* pareceu-nos indicar outras vistas, e outros sentimentos e outra política.

O em que fizemos reparo, e está ainda por ser satisfeita a nossa justa impaciência, é que o órgão liberal se trancasse em sombria reserva perante a questão que durante dias ocupou ativamente a imprensa política.

O que desejáramos e desejamos saber, é o pensamento do ilustre órgão do partido liberal sobre a política que ao Império pode convir ante a dificuldade improvável mas possível da desaprovação do tratado celebrado *ad referendum* pelo general dom Bartolomeu Mitre.

Não há no estado tranquilo das nossas relações com a República Argentina assunto à meditação e ao exame?

Os armamentos da República, coincidindo com a sessão secreta do Congresso e tão secreta que debalde inquieta a curiosidade da imprensa platina e dá motivo a um sem número de conjecturas, não são acaso um acontecimento digno pelo menos de nota nas preocupações da política internacional?

Não é, portanto, sem objeto a discussão que não provocamos mas aceitamos.

Nem há dizer que por aí se dê razão a novos pretextos de desconfiança e prevenção contra o Brasil. É antes de bom aviso que, discutindo com calma e sem recriminações que as circunstâncias não justifiquem, provemos os nossos vizinhos que, se amamos a paz como a paz deve ser amada, se a nossa política se inspira antes de tudo no amor da justiça e no conselho dos grandes interesses da civilização e do progresso, não sacrificaríamos a nenhuma outra consideração que entendam com a honra nacional.

Definir a largos traços a nossa política, de maneira que a vejam de perto e informadamente ainda os espíritos menos afeitos ao exame destes assuntos, pode ser e deve de ser um verdadeiro passo para tranquilizar suscetibilidades que uma certa parte da imprensa argentina não cessa de fomentar e explorar.

A política desambiciosa e bem intencionada do Brasil tem tudo a ganhar em que os nossos vizinhos possam conhecer os móveis que a inspiram.

Se não está no interesse do gabinete Rio Branco agitar o espírito público de dois países, incutindo-lhe o receio de uma luta que não será menos prejudicial ao vencedor que ao vencido, não pode ser considerado um desserviço ao país trazê-lo informado do curso que levam os negócios externos e ao correr dos possíveis perigos que um dia podem salteá-lo.

Nos países representativos a publicidade é um elemento de triunfo para todas as nobres causas.

Pouco aliás nos preocupamos do que ao gabinete Rio Branco possa parecer da direção que leva a imprensa. O apoio que a esse gabinete prestamos não nos impede de tomar perante as circunstâncias a atitude que patrióticos reclamos hajam de exigir-nos.

Elevado intérprete do sentimento nacional, o gabinete Rio Branco não pode ter senão uma política; e é a que lhe aconselha a opinião.

Cumpre, pois, que antes de tudo diga-se ao país toda a verdade.

Ele quer sabê-la e deve sabê-la.

45) A Nação
Jornal político e comercial

Ano II, número 218, sexta-feira, 17 de outubro de 1873

Ao senhor Afonso Celso

Mereceram reparo ao principal redator de *A Reforma* algumas observações que expendêramos sobre a intervenção de 1864.

Não é à conta do Partido Conservador, tínhamos escrito, que a história atribuirá com as responsabilidades dessa intervenção as da sanguinolenta guerra que se seguiu. Hábil e previdente política, que melhor consultasse os legítimos interesses do país, pudera poupar-nos sem quebra da honra nacional, e imaculada a dignidade de um grande povo, os enormes sacrifícios ainda mal somados que nos custou a queda do ditador.

Nem nos limitamos a afirmá-lo. Pedindo aos fatos a sua inquestionável autoridade, procuramos que ficasse no mais claro relevo o patente erro de uma política mal avisada que, sem dar tempo à reflexão e ao discreto emprego dos meios diplomáticos, empenhara o país de um dia para outro na mais tremenda luta que já se pelejou na América Meridional.

Acudiu a responder-nos o ilustre deputado ministerial de 1864 e 1865 e ex-ministro do gabinete de 3 de agosto; mas como o fez?

Discutiu os fatos? Não. Justificou de qualquer modo essa belicosa intervenção que devia ser a causa ocasional de um sem número de sacrifícios? Não. Deixou em evidência que o gabinete Furtado despendesse o necessário de esforços por evitar com honra as calamidades da guerra com o ditador do Paraguai? Não.

Recriminações, com que a história não tem que ver, pareceram ao senhor Afonso Celso o expediente mais fácil para tirar de sobre seu partido a grave responsabilidade que é juste atribuir-lhe.

Essa intervenção de 1864, diz o senhor Afonso Celso, aconselhou-a um vosso correligionário, o deputado Evaristo da Veiga, em um notável discurso que o atual senhor ministro da Marinha aplaudiu e apoiou. Enquanto na tribuna da câmara temporária partia de um conservador o grito de guerra, assinalava-se nessa cruzada patriótica o mais importante órgão de jornalismo conservador desse tempo, o *Espectador da América do Sul.* Desse ministério de 31 de agosto, que acusais de deixar-se prender

nas malhas da astuta política do governo de Buenos Aires, confirmando por indesculpável silêncio as insidiosas traças do diplomata *blanco* junto ao governo de Assunção, fazia parte o honrado senhor visconde de Caravelas, o ministro dos Negócios Estrangeiros no gabinete de 7 de março.

Uma questão de nomes próprios ao fim de contas! Outro meio não acudiu ao senhor Afonso Celso de diminuir o valor e o alcance das nossas reflexões!

Não ajuíze o ilustre redator do órgão liberal, que vão ser-nos um embaraço os nomes próprios. Não pode ser parte o respeito que lhes tributamos para desviar o juízo severo e imparcial da história.

Fora do poder como então estava, não cabe ao Partido Conservador a responsabilidade de atos que não provocou, não aconselhou e não dirigiu.

Que importa que houvesse pertencido ao gabinete de 31 de agosto o venerável ministro dos Negócios Estrangeiros do gabinete de 7 de março? Além de que o voto do ilustre visconde de Caravelas, então ministro da Fazenda, não podia ter decisiva influência nos conselhos do governo, sabe de ciência certa o senhor conselheiro Afonso Celso que os acontecimentos políticos tinham determinado àquele distinto estadista uma atitude que não era a nossa.

De que um deputado conservador, o senhor Evaristo da Veiga, cedendo a impulsos de seu elevado espírito, houvesse aconselhado ao gabinete de 15 de janeiro a intervenção na Banda Oriental, certo não é de concluir que tal fosse o pensamento do Partido Conservador. Qual dos nossos chefes pronunciou-se por tal política?

Tampouco podia o senhor Evaristo da Veiga ser reputado o órgão do Partido Conservador na tribuna parlamentar como na imprensa o *Espectador da América do Sul*. Redigido pelo conselheiro José Maria do Amaral, o *Espectador* não se filiou nunca ao Partido Conservador de maneira a constituir-se o seu órgão na imprensa. Antes manteve invariavelmente uma atitude independente, e isenta a interesses partidários, exprimindo as ideias e as vistas do seu único e ilustrado redator que nunca foi nosso correligionário político.

A cada qual a sua parte de responsabilidade, que a indivíduos como a partidos não é decente evitar.

Estadistas que as circunstâncias chamaram a dirigir o país não são livres de render-se à impressão de um discurso, por mais notável que seja, para bater caminho diverso do que lhes é indicado pelos fatos e

pelos desígnios de sua própria política. Se são convencidos de erro, de apreciação menos conforme aos conselhos da opinião, um e único é o seu dever; e este lhes é traçado pelo pundonor político que não permite aos governos serem no poder o intérprete de alheio pensamento.

Em que hoje pese ao senhor conselheiro Afonso Celso, não é por isto menos certo que do Partido Liberal é toda a responsabilidade dessa política exterior inaugurada em 1864 que devia levar-nos até onde sabemos e por dolorosa experiência.

O que se pode chamar a propaganda guerreira desse tempo veio sabidamente da imprensa liberal; e o confirma o senhor Afonso Celso ao dizer-nos ainda hoje que a imprensa de então foi uníssona a pronunciar-se contra a política de contemplações.

E pois que veio ao caso falar em política de contemplações, é de nossa lealdade dizer tão claro o nosso pensamento que o saiba o país de uma vez por todas. Essa política de vãs condescendências, que acha sempre uma palavra de tolerância para as pretensões e exigências estrangeiras, temo-la combatido e combatemos com esforço como a primeira causa da atitude inquieta e por vezes provocadora dos nossos vizinhos.

A história não é a simples aglomeração de fatos e suas relações. Bem pouco valeria conhecê-la, se não devêssemos aproveitar-lhe as lições e avisos. Ora, lições e avisos da história de nossas relações com os Estados platinos nos indicam distintamente que, em nossa política externa, tem dominado um espírito de excessiva tolerância que de nenhum proveito tem sido ao Império.

Releia o senhor Afonso Celso com demorada atenção o artigo a que tentou responder, e convencer-se-á que não condenamos a intervenção de 1864. O que dissemos, e nisto insistimos, é que a responsabilidade dessa intervenção armada corre toda ela à conta desses mesmos homens que, acusando-nos há poucos anos de manter uma política frouxa e tímida, fingem hoje inquietar-se e tentam excitar injustos terrores ao atribuir-nos o deliberado intuito de provocar uma conflagração no rio da Prata. O que de passagem censuramos, e sem disto fazer grande cabedal, é que o gabinete de 15 de janeiro não duvidasse fazer apresentar o conhecido *ultimato* quando não tinha acumulados na fronteira os elementos indispensáveis para fazê-lo apoiar pelas armas.

Nem foi senão de uma leitura desatenta que o senhor conselheiro Afonso Celso concluiu por dizer-nos impressionados do espírito

sistemático de partido. Prova irrecusável que a interesses desta natureza sabemos antepor o que nos parece ser o reclamo da honra nacional, é que não hesitamos quebrar a nossa solidariedade com a prudência e longanimidade não poucas vezes levadas por governos conservadores além de justos e razoados limites.

Não é a intervenção que condenamos, mas a imprevidência de que deu primeiramente prova o gabinete de 15 de janeiro e depois dele, é nomeadamente, o de 31 de agosto.

A guerra do Paraguai, dissemos entretanto, pudera ter sido evitada, deveria tê-lo sido. Nada é mais ilógico do que induzir daí o senhor Afonso Celso que justificamos por aquele severo conceito a selvática agressão de López.

Cumpre não confundir juízos que são distintos.

Em censurar o governo de então por não ter sequer diligenciado contraminar as insidiosas manobras do doutor Carreras, um emissário *blanco*, junto ao ditador do Paraguai, não vai a justificação da atitude que assumiu Solano López.

Houve, é certo, por parte do tirano da infeliz república, tão digna de melhor sorte, criminosa precipitação, e tanto mais criminosa que, reconhecendo, bem que um pouco tarde, o artifício de Carreras e fazendo-lhe pagar com uma morte cruel, perseverou ainda assim no erro até levar a sua pátria a um verdadeiro abismo.

Que brasileiro há aí que não tenha condenado a insólita agressão que nos fez correr às armas? Quem poderá dizer do governo de então que não cumpriu o seu dever ao repelir a invasão inimiga?

Evidentemente, o senhor Afonso Celso tentou com uma certa habilidade desviar a dificuldade mas não a resolveu.

O que censuramos nós? A precipitação, a imprevidência, a sobranceria e desprezo com que então procedemos a respeito do Paraguai, nós que com relação à República Argentina, cujas intenções não nos é permitido deixar de entrever, temos mantido em todas as situações e sob todos os governos uma política nimiamente condescendente, generosa e tolerante.

Único país da América do Sul que, desde longo tempo, desde o governo de Francia, mantivera com o Brasil estreita aliança, não conhecia o Paraguai preconceitos e ódios que outros vizinhos alimentam a exploram para conhecidos fins de uma política sagaz, é certo, mas trêfega e ambiciosa.

O que se fez, entretanto, por conjurar a tempestade de que deu sinal o horizonte político? Que esforço se tentou pela paz e por destecer as tramas e manejos do enviado *blanco*?

Nenhum passo, nenhuma tentativa ao menos. A essa famosa nota de 30 de agosto não se deu uma qualquer resposta que, sem comprometimento da honra nacional, pudesse apartar vãs desconfianças que inimigos do Império tinham conseguido insinuar no ânimo de Solano López.

Não é o primeiro dever dos governos salvaguardar a paz? O que se fez neste elevado intuito?

Tão apartada das boas normas andou a mal avisada política que as armas do Império já se feriam com as armas do ditador antes que, por um manifesto ou qualquer outro documento diplomático, fizéssemos saber aos países estrangeiros quais reclamos da honra nacional nos tinha movido a invadir estranho território. Podíamos ter e tínhamos com efeito, fazendo-o, as mais retas e desinteressadas intenções; mas o mundo tinha o direito de ignorá-lo.

E, destarte, alienávamos esse apoio moral que é de tanto preço ao empreender uma guerra.

Só em janeiro de 1865 veio a lume um documento brasileiro que se encarregou de explicar e justificar o nosso procedimento. Essa circular-manifesto que, na frase do senhor conselheiro Zacarias de Vasconcelos, nos valera nada menos que um exército, não foi, aliás, obra do governo mas do enviado do Brasil no rio da Prata, o ilustre visconde do Rio Branco.

Desta imprevidência dera prova não menos equívoca o governo, cruzando os braços, despercebido ou indiferente, enquanto o enviado *blanco* tentava obter a aliança de López.

O que se fez, interrogamos uma vez ainda, diante das insídias e maquinações do emissário oriental?

O mesmo provavelmente que se fizera quando López, cedendo à pressão de Carreras, atribuíra ao Império o pensamento de aniquilar a independência da Banda Oriental.

Vê o senhor conselheiro Afonso Celso que, sem condenar a intervenção de 1864, temos boas razões para não aceitar a solidariedade dessa política de imprevidência que foi característica da última situação.

O tempo se encarregará ainda de mostrar todos os funestos erros dessa política que, mutilando o território paraguaio, serviu talvez sem o pretender a inconfessáveis interesses de ambiciosos vizinhos.

Deus queira, e são estes os nossos votos e os votos do país, que não tenhamos de reparar com os sacrifícios, que são o cortejo de todas as guerras, os erros de 1864 e 1865.

***

46) A Nação
Jornal político e comercial

Ano II, número 223, quinta-feira, 23 de outubro de 1873

Negócios do rio da Prata I

Terminaram os artigos do senhor conselheiro Afonso Celso, redator principal de *A Reforma,* sobre as questões brasileiro-platinas. Antes de rendermos a sua excelência a resposta final que tem direito a esperar de nós, releva pôr adiante e bem saliente este pensamento que dominou todos os nossos artigos: não somos partidários da guerra, não a provocamos, não a desejamos, esperamos mesmo que os erros de uns, as ambições de outros e a malevolência de muitos, não acarretem aos dois países tão grande calamidade, cuja causa e cujos fins não podemos descobrir.

A República Argentina não tem o menor motivo legítimo, não diremos para tornar-se hostil ao Império, mas para mostrar-se queixosa do governo imperial. A guerra do Paraguai correu a seu contento, e com imensa vantagem material e moral para a sua nacionalidade. Ficou desassombrada e para sempre do seu perigoso inimigo, o governo dos López. Conseguiu-o com muito menor sacrifício do que o Brasil, e, todavia, teve as honras do comando em chefe dos exércitos aliados, até que, retirado o general Mitre, e tornando-se muito sensível o contraste entre os elementos de força que o Império conservava em campo contra o inimigo comum e o muito reduzido exército argentino, de fato e como direito natural, que fora até ridículo contestar, passou o comando para o general brasileiro.

Tudo foi igual nessa aliança, menos os sacrifícios do Brasil e as vantagens do nosso aliado de Buenos Aires. Não recordamos com desgosto, mas somente para que a imprensa argentina não grite de vez em quando que a monarquia brasileira iludiu as repúblicas do Prata,

serviu-se delas como instrumento e agora lhes nega até o que é de seu direito perfeito. O Brasil deu esquadra, deu maior exército, que manteve até ao fim em pé respeitável, prestou subsídios, e não quis para si um palmo de terra que não houvesse reclamado antes da guerra, e de que o Paraguai tivesse, sequer, posse ilegítima. Os despojos do inimigo nós os cedemos ou emprestamos, sem juro e sem prazo, ao vencido, para ajudá-lo a reerguer-se do extremo abatimento a que o egoísmo e fereza de López o reduziram.

Para com os nossos aliados, além daquelas condições tão honrosas e só desiguais contra o Brasil, no decurso da guerra, antes e depois, fomos sempre atenciosos, prudentes e não poucas vezes tolerantes. A nada faltamos e nada pedíamos demais.

A desinteligência ocorrida na celebração dos ajustes definitivos não tem sua causa em má vontade ou ambição do Brasil. Achamo-nos em tudo de acordo com o governo argentino, menos quando ele, retrocedendo espantosamente de suas solenes declarações oficiais, de que os limites não deviam ser impostos pela força ao vencido, de que a vitória não era o título que os devia demarcar, mas o bom direito *ante bellum*, começou a querer que o seu título peremptório fosse precisamente o pacto da aliança, em que não fora parte o Paraguai, e no qual se estipulou expressamente que não havia conquista territorial.

Recusamos semelhante doutrina, e recusamo-la com tanto maior superioridade moral, quanto não o fazíamos porque o vencido inspirasse ainda receio aos aliados, mas por amor da justiça que deve ser a lei invariável de todas as relações internacionais, por nossa honra e pela dos aliados, que assim desmentiriam seus solenes protestos ante a Europa e a América.

Fomos por isso injuriados e ameaçados de que as ondas do Prata, tantas vezes sulcadas por nossas naves, e em duas épocas memoráveis em defesa da liberdade e da civilização, se levantassem para tragá-las e submergir todo este Império. Não só a imprensa apaixonada e sem responsabilidade real, mas o próprio governo argentino dirigiu-nos notas provocadoras, e se a tudo isso respondemos com dignidade e firmeza, também é certo que não saímos dos limites da prudência e da mais legítima defesa. O pampeiro passou, serenou o tempo, clareou a atmosfera, e tivemos a satisfação de ver entre nós, não como arauto de guerra, mas advogado da paz, o general Mitre, o presidente que celebrara a aliança de 1865, um dos diplomatas que elaboraram o tratado do 1º de

maio, o primeiro general em chefe dos exércitos aliados, e inegavelmente o estadista argentino mais versado em todas as questões da aliança.

O acordo de 19 de novembro, resultado da missão Mitre, deu-nos esplêndida justificação. Concordou-se que os tratados do Brasil não eram uma ofensa à República Argentina; que se harmonizavam com os da aliança; que deviam subsistir e ser respeitados; que era possível, lícito e conveniente que também à República Argentina, só ou conjuntamente com o Estado Oriental, fosse celebrar seus ajustes definitivos com o Paraguai; que a questão de limites da República Argentina não devera ser decidida entre os aliados, mas discutida entre as partes interessadas.

Não era isso o que repetimos, até à saciedade, que se devera ter feito desde que a negociação conjunta foi malograda pelas veleidades belicosas do senhor doutor Quintana?

Asseguramos então, como antes, o nosso concurso moral a bem das negociações dos nossos aliados: cumprimos cavalheiramente essa palavra, mandando um enviado extraordinário a Assunção para acompanhar e auxiliar a nova missão Mitre; e a história, por irrecusáveis documentos, pela voz dos insuspeitos paraguaios, dirá que desde o estabelecimento do governo provisório em Assunção o governo imperial procurou influir para que o Paraguai desistisse de suas pretensões extremas e chegasse a uma solução aceitável pela República Argentina.

Os esforços do general Mitre e os do Brasil não foram ineficazes. Bem que a seu pesar, o governo paraguaio cedeu o território de Missões, cedeu a ilha do Cerrito, cedeu o Chaco até ao Pilcomayo, o que importa levar o domínio argentino até em frente de Assunção. Isto pareceu bastante ao general Mitre; ao que dizem os jornais paraguaios; mas o seu governo hesita em aceitar, e, segundo consta, por causa da ocupação da Vila Ocidental, que considera um ponto de honra para os argentinos, sem considerar que, ao determinar essa ocupação, o mesmo governo argentino declarou que ela não resolvia a questão de limites, e que de bom grado se retiraria daí, caso os ajustes definitivos assim o decidissem!

É culpa do Brasil, se a questão do Chaco continua a embaraçar os ajustes definitivos do nosso aliado, conservando o Paraguai sob a ameaça constante de novas hostilidades, que cada vez mais o debilitam, e servindo de animação e fomento às empresas revolucionárias que tem sua base de operações em Corrientes, e do território argentino recebem gente, dinheiro e armas?

Voltaremos a discutir se o Brasil está obrigado a constituir-se soldado da República Argentina para forçar o Paraguai a ceder tudo quanto exigir o governo de Buenos Aires além do que for justo a juízo dos outros aliados, além do que a ilustração e extremo patriotismo do general Mitre julgou aceitável?

Se o governo argentino não honrar os raros talentos de seu plenipotenciário, sua superior competência nos assuntos em questão e seu altivo patriotismo; em uma palavra, se o governo argentino, querendo de boa fé, como devemos crer, procurar a essa questão um desenlace pacífico e honroso, não obstante desprezar o laudo do seu negociador, deverá submeter-se ao que foi estipulado no artigo 5º do acordo de 19 de novembro último, assinado nesta corte.

Não vemos, pois, causa para apreensões de guerra na tão protraída questão de limites do governo argentino com o Paraguai; seria preciso admitir um propósito tresloucado da parte do nosso aliado, para acreditar que ele se prepara para tão injusta, quanto desgraçada empresa, esquecendo o que deve a si, aos vizinhos e ao mundo civilizado.

Nem mesmo como meio de calar dissensões internas, podemos aceitar como verossímeis semelhantes intentos; mas, desde que as aparências contradizem os votos do bom senso e das razões de estado, uma vez que o nosso vizinho se arma e a sua imprensa não cessa de avisar-nos, cumpre que nos preparemos também, sem abrigar o mais remoto pensamento de uma agressão não provocada, cumpre que nos armemos para garantia da paz e para defesa em todo caso de nossa dignidade e segurança.

***

47) A Nação
Jornal político e comercial

Ano II, número 224, sexta-feira, 24 de outubro de 1873

Negócios do rio da Prata II

Demonstramos em nosso artigo de ontem que não há causa dada pelo Brasil para que se receie um rompimento entre nós e a República Argentina. Esses boatos derivam dos armamentos que têm encomendado o governo de Buenos Aires, dos especuladores que gostam da guerra, porque anima o comércio, ou são de indústria diplomática espalhados no intuito de intimidar-nos e levar o Brasil a reboque de uma política injusta, imprudente e funesta.

Seja como for, o governo do Brasil não teria justificação possível, se respondesse a tais demonstrações e a tantos avisos com o riso de uma confiança orgulhosa, ou com a impossibilidade de uma indiferença inerte; devemos propender sempre para a paz, trabalhar por mantê-la e consolidá-la, mas sem expor o país à decepção tão penosa como foi a de 1864 e 1865.

Vem aqui a pelo examinar se a última guerra podia ser prevista, e se o deixou de ser; se podia ser evitada, e quem deixou que sobreviesse tamanha calamidade, que custou rios de sangue e dinheiro, até reduzir ao estado de cadáver um povo vizinho, que tinha sido e devera ser nosso amigo. Tal será o objeto deste artigo, no qual daremos por saldadas nossas contas com o escritor de *A Reforma*, o senhor conselheiro Afonso Celso, que tão cavalheiramente tratou deste tema histórico.

O nosso contraditor sustenta que as intenções do governo dos López eram de há muito tempo um propósito bem assentado de guerra contra o Brasil, e, como é natural, lança à responsabilidade dos ministérios conservadores, que se sucederam de 1855 a 1862, o não ter-se armado Mato Grosso e a fronteira do Uruguai, para repelirem os invasores de 1864 e 1865, o não estar aprestado todo o Império para a tremenda campanha que se abriu no Estado Oriental e foi acabar, seis anos depois, nos desertos de Cerro Corá. Será exato este juízo, em qualquer dos seus dois assertos?

A sanha dos López (pai e filho) contra o Brasil, no conceito do redator de *A Reforma*, era a questão de limites; esta questão valia tudo para nós, e para eles. O primeiro erro do ilustrado senhor Afonso Celso está em dar àquela questão mais importância intrínseca e de oportunidade do que ela realmente tinha.

Nunca para o Brasil foi ela o principal embaraço em suas relações naturais e amigáveis com o Paraguai; em mais de um documento dissemos que a indecisão das fronteiras desertas não impedia a paz, nem a cultura dos interesses imediatos e positivos dos dois países; víamos até no adiamento de sua demarcação definitiva uma condição necessária para trazer pacificamente aquele desconfiado vizinho à razão, persuadindo-o de que não nutrimos contra ele projetos ambiciosos, nem precisaríamos para esse fim da ilha do Pão de Açúcar, nem do território despovoado que margeia o Apa.

A questão vital para o Brasil, que teria determinado um rompimento formal em 1855, como em 1858, era a do livre trânsito fluvial até Mato Grosso, e esta nossa exigência foi satisfeita até ao ponto de se abrir o rio Paraguai e o Paraná a todas as bandeiras mercantes, sem ônus de impostos nem de escalas forçadas. A única limitação foi quanto ao número dos navios de guerra, limitação autorizada pelo direito internacional, que tirava exemplo de mais de um tratado europeu, e que tínhamos por uma parte prescrito no rio Amazonas.

Dom Carlos Antonio López não era guerreiro; falava às vezes como Alexandre no seu *Semanario*, mas seu fito era a paz, e seu pesadelo uma agressão dos vizinhos" [*sic*] principalmente da República Argentina, cuja questão de limites era do maior alcance para o Paraguai, e cuja política nunca renunciara francamente à ideia de reconstrução do antigo vice-reinado espanhol, o que López conhecia mais a fundo do que nós. Do Brasil ele queixava-se, mas porque não se declarava aliado decidido do Paraguai.

López armava-se, é certo, todos o viam, mas não para a guerra ofensiva, que sempre evitara, e de que fizera triste ensaio quando mandou a Corrientes uma força auxiliar da revolução do general Paz contra Rosas. López armava-se, e até lhe foram do Brasil os primeiros canhões e os primeiros instrutores, por bons ofícios do nosso governo; mas o seu pesadelo não era o Império, cuja organização política e sorte ele invejava, mas a República Argentina, e por sua vez a Bolívia, que também lhe disputava o Chaco.

É tradição bem conhecida que, no leito de morte, Carlos López dizia ao ministro do Brasil em Assunção que "morria com espinha atravessada na garganta, porque não deixava estabelecida a aliança do Paraguai com o Império". Era nosso ministro o senhor Carvalho Borges.

Estes eram os sentimentos do sucessor de Francia ainda muito tempo depois da queda de Rosas, durante o segundo período que o senhor Afonso Celso assinalou como o de transição para planos intencional e deliberadamente hostis ao Brasil. Mais avisado andaria sua excelência, se observasse que havia grande diferença entre a índole e as vistas políticas do pai e do filho.

O primeiro armava-se para a defesa, temia-se do contato exterior, que a custo ia admitindo; respeitava a tradição de Francia a respeito do Brasil, que lhe servia por largos anos de intermediário, através desse território de Missões, que está hoje em poder dos argentinos, para o mundo civilizado. López filho era inexperiente, sem o bom senso nem a leitura de seu pai, fátuo e ambicioso; ampliava os elementos militares que achou organizados, com aspirações a fazer do Paraguai uma potência militar, tendo voto respeitado, senão preponderante, nas questões do Prata. E não admira que concebesse essa ambição, quando corre impresso que ainda em 1863 o general Mitre, presidente da República Argentina, em confidências muito lisonjeiras, lhe indicava que ele Solano López podia ser o rei Leopoldo desta parte da América.

O desgraçado marechal López queria ser imperador do Paraguai, e, pois, não podia votar inimizade figadal à única monarquia existente na América, à nação que sempre se mostrara amiga do Paraguai, à nação que a despeito de Rosas respeitara e defendera a independência do povo paraguaio. Levado pelo orgulho, pela ambição e pela ignorância dos homens e das coisas do rio da Prata e do Brasil, planejou assumir o papel de mediador necessário entre os seus vizinhos; pretendeu nomeada e influência que lhe servisse de títulos a proclamar-se novo Iturbide.

Com efeito, na primeira fase da questão oriental, quando o general Flores se arrojava de Buenos Aires, com alguns poucos companheiros para levantar o brandão da guerra civil no solo pátrio, o que dizia e que fez López? Reprovava o apoio que a revolução oriental tirava de território argentino, e inculcava se disposto a intervir a favor do governo legal, se o apoio externo se tornasse mais franco e eficaz. Até então nenhuma palavra, nada que indicasse intento hostil ao Brasil.

Infelizmente foi nessa crítica conjuntura que o ministério de 15 de janeiro teve de fazer uma justa e grave reclamação ao governo de Montevidéu, e entendeu que a devia ligar com fatos muito anteriores, e dar-lhe tal aparato bélico, que ambos se alucinaram, Solano López e Aguirre, este excitado pelos imprudentes chefes do partido *blanco* aquele pelos emissários Carreras e Sagastume.

Solano López, que até contava intervir com o Brasil em favor do Estado Oriental, que retraíra a sua ação por muito tempo, respondendo às instigações de Montevidéu - "que já tinha feito muito e que o Brasil mais interessado, conservava-se silencioso"; Solano López começou a acreditar na trama dos *blancos*, e para sondar as nossas intenções e satisfazer a sua ambição de grande potentado, ofereceu-se como mediador no conflito do Brasil.

Não rompera ainda conosco, note-se bem, queria apenas ombrear com o governo imperial, prestar-nos bons ofícios e salvar o governo legal de Aguirre.

O governo do Brasil lhe agradeceu o oferecimento, mas como quem o tinha em pouca conta; disse que não tinha ainda perdido a esperança de entender-se com o governo oriental, e esqueceu logo aquela iniciativa e a sua resposta. Caminhando o conflito para um desenlace desastroso, circulando que se aprestavam forças de invasão na província do Rio Grande do Sul, López caiu em cheio nas redes dos *blancos*: acreditou que o Brasil estava feito com Flores e o general Mitre, para derribarem do poder o aliado natural do Paraguai e irem depois haver-se com ele.

Ainda assim Solano López não foi tão temerário nem tão ambicioso que não se arreceasse de uma luta com o Brasil; não se precipitou logo, preparou-se e, entretanto, declarou-se disposto a tomar parte na contenda, se visse a República Oriental ameaçada em sua independência por forças estrangeiras. A sua linguagem foi arrogante, nos diz o jovem ex-ministro da Marinha do gabinete de 3 de agosto; e não era compatível com a dignidade do Brasil entrar em muitas explicações do seu procedimento com quem assim o ameaçava e requeria embargar o uso de um direito legítimo.

Aqui se revela toda a imprevidência que havíamos notado e que o ilustre defensor dos créditos liberais se propôs contestar. Não há como sair deste dilema: ou sabíeis que López estava de longa data preparado para a guerra, que tinha a sua disposição poderosos elementos de defesa e

ataque, e que só procurava um pretexto para romper; ou não acreditáveis no poder militar do Paraguai, e López era para vós um governicho tão fraco ou pouco mais forte do que o de Aguirre em Montevidéu.

No primeiro caso, a humanidade e os preciosos interesses da paz exigiam que, com prudência e sem quebra de nossa dignidade, não menosprezásseis a mal pensada e funesta provocação, que procurásseis desfazer as tramas de nossos inimigos que mostrásseis a ilusão que ia perder o Paraguai, por tantos títulos chamado a ser amigo do Brasil, e assim tentásseis dignamente evitar ao Império uma calamitosa guerra.

No segundo caso, se o Paraguai, a nossos olhos, um pequeno desafiando a um gigante, em que se ofendia a dignidade do Brasil, abrindo os olhos ao fraco para ver o abismo a que o impelia a paixão e o interesse do partido *blanco* no Estado Oriental?

Não precedestes com a prudente dignidade do forte, nem tivestes consciência dos perigos que corria o Brasil, e dos males consideráveis que iam cair sobre esta parte da América. Iniciastes a guerra contra o Estado Oriental sem bastantes meios de segura agressão, desprezastes o Paraguai e lhe entregastes inerme e descuidado o infeliz e hábil militar que, como se quisesses dar mais corpo às suspeitas de López, enviastes naqueles momentos para assumir a presidência e o comando das armas de Mato Grosso.

A imprensa argentina escarnecia, como vós, das ameaças de López, explorava o orgulho do marechal ditador, repetindo-lhe a miúdo que "saísse da crisálida". Assim como López cegou-se por fim, supondo que ia fazer um passeio militar, e que breve terminaria o conflito, voltando ele a Assunção por entre arcos de triunfo para ser aclamado príncipe soberano; assim vós pensastes que o partido liberal daria uma fácil lição de temeridade aos conservadores, e dessa sua imprudência colheria a perpetuidade do seu domínio.

Todos os cálculos falharam, porque nenhum deles assentava na verdade dos fatos e na imparcial e refletida apreciação dos interesses públicos.

Também as coisas não correram para a República Argentina como esperava o seu governo, que impeliu-nos e a Flores para diante, abstendo-se sempre do menor compromisso. Esperava ver touros de palanque, e como nos tinha negado (em pé de igualdade com López) o atravessar por Corrientes, ainda que só pisássemos o território ocupado pelos

paraguaios, contava que a chuva de ouro da guerra iria enriquecer o seu território, sem distrair-lhe braços nem sacrificar-lhe fortuna e vidas.

A República Argentina colheu da guerra grandes vantagens, fez alguns sacrifícios, para os quais não julga ainda compensação bastante a posse e domínio de todo o território de Missões e o do Chaco até ao Pilcomayo.

O partido conservador soube calar todas essas considerações, quando, comprometida na luta a dignidade e a segurança do Estado, não cabia a todos os brasileiros senão dizer: - *redire sit nefas.*[*] Agora têm a palavra os historiadores contemporâneos e é para esses, que devem fornecer os elementos à história imparcial, que escrevemos principalmente as presentes linhas.

Os ajustes que tínhamos celebrado com o Paraguai davam-nos tempo para prudentes e necessárias precauções. A instabilidade dos ministérios deixou correr esse tempo inutilmente; e quando o inteligente presidente Pena, escolhido adrede pelo gabinete conservador em 1861, dava conta da sua comissão de Mato Grosso, encontrava ouvidos surdos no ministério que inaugurou a situação progressista em 1863. Sem considerar o Paraguai nosso inimigo nato, os conservadores pensavam em precaver o Império contra as eventualidades que não tardaram a realizar-se do modo mais nefando. Esta é a verdade.

***

[*] Voltar atrás é um crime. (N.E.)

48) A Nação
Jornal político e comercial

Ano II, número 225, sábado, 25 de outubro de 1873

Negócios do rio da Prata III

No artigo publicado ontem escaparam os seguintes erros:

1ª coluna.

• No segundo §, 5ª linha: onde se lê – com a impossibilidade de uma indiferença inerte, - leia-se impassibilidade, etc.

2ª coluna.

• No 2º §, penúltima linha: onde se lê – por uma parte prescrito, - leia-se – por nossa parte prescrito;
• No 3º §, 4ª linha: onde se lê - uma agressão dos vizinhos" - leia-se – uma agressão dos vizinhos;
• No mesmo §, 9ª linha: onde se lê - vice-reinato, - leia-se – vice-reinado.

3ª coluna.

• Último parágrafo, 6ª linha: onde se lê – e que fez López? - leia-se – e o que fez López?

4ª coluna.

• No final do 1º §: onde se lê – pelos emissários Carreras e Sagastume, - leia-se pelo emissário Sagastume.
• No § 2º: onde se lê: começou acreditar, - leia-se – começou a acreditar.

5ª coluna.

• No 3º §: onde se lê – era um pequeno desafiando, - leia-se – era um pigmeu desafiando.

1ª coluna da p. 2

No § 1º, 2ª linha: onde se lê – fez alguns sacrifícios – leia-se – mas fez alguns sacrifícios.

No último §, substitua-se o ponto final que há depois de – necessárias precauções, - por – ponto e vírgula.

Há outros pequenos erros, sobretudo de pontuação, que terá suprido o leitor inteligente.

***

49) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 8, segunda-feira, 12 de janeiro de 1874

Ao senhor Francisco Cunha

O redator de *A República* a que o senhor Francisco Cunha alude em seu artigo de ontem, passa por ser o proprietário dessa folha, e, portanto, o principal responsável do que ela se escreve. É além disso o único e conhecido autor de várias invectivas que nos têm sido dirigidas, e, particularmente, das inqualificáveis injúrias publicadas no *A República* de 8 de janeiro do ano passado.

Daqui a preferência que *A Nação* lhe tem dado em certas ocasiões.

Sentimos que tal preferência tenha por vezes colocado em penosa situação o senhor Cunha, cavalheiro que nunca abusou da sua posição na imprensa para agredir-nos injusta e pessoalmente; mas nem por isso pode a *Nação* prometer-lhe a renúncia do exercício de um direito, que, quando muito, poderá considerar-se uma pequena retaliação.

Não são os redatores do *A Nação* que gostam dessas polêmicas pessoas e de convícios, em vez da discussão que a todos honra.

Silva Paranhos

Interesses da colonização

Uma certa parte da imprensa política aplaudiu conosco a inauguração do novo sistema, que cremos resolvido pelo governo imperial, de fundar à margem das nossas estradas de ferro núcleos de colonização em que os imigrantes recém-chegados encontrem terras desbravadas, delimitadas e de fácil acesso, cujos produtos possam demandar com segurança e rapidez de transporte os centros comerciais.

A aquisição da fazenda de Porto Real parece prender-se a esse sistema que, vigorosamente aplicado, deve de trazer ao país resultados de um valor inestimável.

Este único ato do senhor ministro da Agricultura seria de si só um documento de seu zelo pelos interesses da colonização, se o movimento, que se opera em nossas colônias, os trabalhos que nelas se prosseguem com desusada atividade, o número de colonos que nos últimos meses temos visto importados, não estivessem atestando que é uma fase verdadeiramente nova a que se abre a este serviço.

Não é sem um certo fundo de verdade que esta significativa palavra – corrente de emigração – fez sua entrada na linguagem de todos os países que sentem superabundância ou carência de braços.

Onde uma dessas correntes se estabelece, tão difícil é contê-la como difícil seria criá-la. Mas, diz um escritor, do mesmo modo que os rios são governáveis, obtendo-se desviar-lhes a direção que a natureza rara vez se obstina em impor-lhes, assim o segredo da colonização de um país está em desimpedir as dificuldades que se possam opor a essas caprichosas correntes humanas, e de certo modo cavar-lhes o leito.

Penetrado deste pensamento, o governo imperial não deve limitar os seus esforços a obter a introdução de imigrantes. O que antes de tudo deve chamar a sua atenção, é que os recém-chegados venham encontrar dispostas a reunidas as desejáveis condições de trabalho, evitando, com um cuidado todo particular, o desperdício de tempo no estabelecimento dos colonos.

O ensaio de Porto Real nos há de convencer quanto de preciosos recursos temos inutilmente despendido nesta grande obra da colonização. O núcleo colonial que vai surgir à margem da estrada D. Pedro II, pode e deve ter um grande alcance.

Quando este fato repercutir nas imprensas de velho continente, muitas resistências devem desaparecer, que atuam desde muito tempo no espírito europeu de um modo desfavorável à imigração para o Brasil.

Este problema da colonização tem um lado curioso. A corrente de emigração, se obedece a um certo número de leis, tem por vezes tendências fatais, dir-se-iam verdadeiros caprichos.

Temos um exemplo perto de nós. Os 20.000 italianos que anualmente demandam a República Argentina, não saberiam explicar razoavelmente o que para ali os atrai. Nem as condições econômicas, nem as de segurança, nem outras de igual natureza dão a razão deste fenômeno. Eles obedecem ao impulso de uma corrente; e eis aí tudo.

Sem tentar explicar o fato, não nos limitaremos a assinalá-lo. Reclamando para este ponto a atenção do governo, fazemo-lo tanto mais confiadamente quanto de boa fonte somos informados que 300 lombardos devem proximamente chegar ao nosso porto por conta do governo.

A emigração italiana poderia com muito proveito ser atraída para o Brasil. Inteligentes, industriosos e moralizados, os italianos têm uma propensão natural para emigrar, verdadeiros hábitos de emigração de que os portos de Gênova e Nápoles dão frequentes testemunhos.

A assimilação dos italianos com os brasileiros seria com certeza mais fácil que a dos alemães. Os que conhecem as nossas colônias alemãs, se se impressionam agradavelmente com os hábitos de ordem, de economia e trabalho que aí podem ser observados, devem ter verificado com um certo pesar que o trabalho da assimilação vai nelas um caminho muito lento.

Em compensação a imigração italiana do rio da Prata, oferece sob este aspecto, um caráter muito diverso.

Se não é esta uma razão para abandonar a colonização alemã, deve ser parte para que procuremos atrair essa corrente que vemos encaminhada do país clássico das artes para uma certa parte da América do Sul.

A facilidade com que o italiano emigra vem juntar-se a outras considerações para que essa imigração deva ser vista como utilíssima ao Brasil.

A Lombardia prima na agricultura. Os seus habitantes dão-se de preferência à cultura como a sua profissão predileta.

Gênova e Nápoles distinguem-se pelo gênio industrioso de suas populações e pelo seu pronunciado pendor para as artes.

Lombardos, como genoveses e napolitanos, insistimos neste ponto, emigram sem grande custo.

Por que não se tentaria a experiência?

O senhor ministro da Agricultura, que já fez contratar 300 lombardos, pensa naturalmente conosco que cumpre ensaiar em uma certa escala a imigração italiana. Procure sua excelência que os primeiros colonos desta procedência encontrem facilidades no primeiro estabelecimento, e não é impossível que um dia tenhamos da Itália uma imigração espontânea.

Neste louvável intuito pode sua excelência encontrar um verdadeiro auxiliar no ilustre cavalheiro que está à frente da legação italiana nesta corte. Amigo como é do Brasil, e fazendo justiça à excelência de suas instituições, e aos seus costumes, o honrado senhor barão Cavalchini pode exercer uma legítima influência sobre o ânimo de seus compatriotas de maneira a coadjuvar o empenho do governo.

***

50) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 11 quinta-feira, 15 de janeiro de 1874

O anúncio do senhor cônsul inglês

O senhor cônsul da Inglaterra fez ontem publicar no *Jornal do Comércio* o seguinte anúncio:

"Consulado Britânico – Rio, 14 de janeiro de 1874.

Chegaram a esta corte no dia 8 do corrente, 46 colonos ingleses, vindo de Assunguy, e anuncia-se que na próxima terça-feira outros 55 devem sair do asilo de imigrantes.

Acham-se estes indivíduos em estado de miséria, estando enfermos alguns dos que chegaram por último, e grande número de crianças tendo as pernas em deplorável estado de mordedura de insetos.

Hoje 14 do corrente, às 14h, terá lugar neste consulado uma reunião para a qual se pede encarecidamente o comparecimento dos residentes britânicos a fim de providenciar-se de maneira a evitar que estes

indivíduos morram de fome nas ruas do Rio de Janeiro. – G. Lennon Hunt, cônsul."

Como era natural, a imprensa da manhã comentou o acontecimento.

Jamais tão grave afronta, disse *A Reforma*, foi atirada à nossa caridade! Se algumas cartas individuais, partidas do Império, e escritas por imigrantes, têm eco profundo na Europa, imagine-se a força que não terá um documento oficial, lavrado por um cônsul.

Ontem, diz por sua vez *A República*, era o consulado alemão que se via atulhado de pobres desgraçados a quem se iludiu e maltratou despejando-os finalmente do asilo de imigrantes! Hoje é o consulado inglês que faz um apelo à caridade dos residentes britânicos para que seus compatriotas não morram à fome nas ruas do Rio de Janeiro!

Cabe-nos agora a palavra.

O anúncio do senhor cônsul inglês presta-se a duas ordens de considerações. Prende-se uma aos interesses da colonização e outra aos nossos costumes tão injustamente julgados.

A Reforma, vendo a questão sob este último aspecto, protestou com uma nobre energia contra a insinuação que encerram as últimas linhas do documento transcrito. Acompanhamo-la neste protesto. Nas ruas do Rio de Janeiro ninguém ainda morreu de fome; estamos nesta parte, preciso é que o senhor cônsul faça justiça à simplicidade dos nossos costumes, muito a perder de vista da grande capital da soberba Albion. Se nos faltam gigantescos hospitais, ostentosamente dotados, e numerosas casas de asilo, que mostrem ao estrangeiro todo um sistema todo um sistema de caridade severamente organizado e disciplinado, temos em compensação um gênio nimiamente hospitaleiro que até aqui nos poupou o espetáculo da morte pela fome.

Que o senhor cônsul reunisse os seus compatriotas para socorrer os recém-chegados de Assunguy, nada seria mais natural nem mais louvável. Dizer, porém, que a reunião anunciada tem por fim evitar que os 46 colonos de Assunguy morram de fome nas ruas do Rio de Janeiro, é de certo modo injuriar o caráter brasileiro.

Só há um fundamento para o terror que o senhor cônsul se revela possuído. O senhor Lennon Hunt está habituado a ver nas estatísticas mortuárias de alguns países esta hedionda rubrica – *morte pela fome* -; não é muito, pois, que tema vê-la transplantada para as estatísticas do Brasil.

Folgamos que o senhor cônsul não tenha feito baldado apelo aos seus compatriotas. Não conhecendo o resultado dessa reunião, tudo nos induz a crer que a filantropia dos súditos britânicos residentes nesta corte não será limitada a alguma subscrição vulgar, a alguma parca esmola que torne em ridículo o aparato da convocação.

Trata-se em todo caso de súditos ingleses que se acham reduzidos a estado de miséria, e, ou os reduzissem a este estado as más condições que no Brasil esperam os colonos, ou os próprios vícios e desamor ao trabalho, à caridade que tem aí em que fazer obra.

Mas, não tanto pelo senhor cônsul como por honra ao Brasil, e seu governo, cumpre ver um pouco de perto o outro lado da questão.

Os colonos ingleses recém-chegados de Assunguy, ali estabelecidos há cerca de um ano, receberam com excelentes prazos de terras todos os auxílios prometidos aos imigrantes. Muitos outros colonos de diferentes nacionalidades, talvez em número superior a 1.500, lavram com proveito as terras do Assunguy e ali vivem felizes e satisfeitos.

O agente oficial da colonização, há pouco chegado de Assunguy, confirma por testemunho ocular o que consta de documentos, relatórios e outras peças oficiais; e é que a colônia de Assunguy vai bom caminho de prosperidade e reúne todas as condições de uma vida pacífica, laboriosa e cômoda.

Um imigrante não é por via de regra um homem morigerado e aplicado ao trabalho; e nem todos os ingleses se distinguem por hábitos de ordem e economia,

Não acrescentaremos que os 46 imigrantes em questão deixaram mal nome na colônia, sendo vistos em geral como ociosos e alguns até turbulentos.

Um fato parece, entretanto, explicar a resolução desses tais colonos. Não há muitos dias que circulou em Assunguy um papel que se disse escrito pelo senhor ministro de sua majestade britânica, em que se anunciava de parte deste ilustre cavalheiro estar no porto do Rio de Janeiro um vapor destinado ao transporte gratuito dos colonos que desejassem repatriar-se. Este grosseiro ardil, que inspirou ao honrado senhor ministro inglês tanto mais justa indignação quanto se abusara de seu nome foi provavelmente a causa da ocasião que lamentamos.

Nem todos os imigrantes formam exata ideia dos recursos naturais no Brasil. Muitos há que, ao emigrar de sua pátria sonham encontrar riquezas espontâneas que bastaria colher à flor do solo; a estes não

seduzem a fertilidade da terra, a variedade dos nossos produtos, as oportunidades reais de nossa natureza. Eles quereriam mais, mesmo muito mais.

Em uma leva de imigrantes há de ordinário um certo número que não veem realizados os seus sonhos.

São provavelmente deste número que os 46 colonos que se acolhem à filantropia dos súditos ingleses residentes na corte.

Cumprindo lealmente as suas promessas a respeito dos colonos de qualquer procedência, o que o governo não pode fazer é tomar a si a obrigação de sustentá-los e repatriar, assim que o queiram.

A sinceridade com que o governo do Brasil promove e fomenta a colonização já é um fato fora de toda dúvida séria.

40.000 imigrantes vivendo felizes no Rio Grande do Sul, 20.000 em Santa Catarina, 6.000 no Espírito Santo, oferecem um vivo contraste com alguns ingleses e alguns polacos que insistem em repatriar-se.

O fato é digno de ser deplorado, e tanto mais quanto recentes publicações parecem descobrir uma propaganda empenhada em desviar do Brasil a imigração inglesa para atraí-la às colônias de sua majestade britânica.

Outras não foram as vistas a inspirar esse curioso panfleto de Jacaré-Assu e análogas publicações em uma das quais se chegou a escrever que imigrantes ingleses tinham sido obrigados a vender seus filhos.

O que nos tranquiliza até um certo ponto,é que o espírito público da Inglaterra não aferirá das intenções do governo do Brasil por informações de um padre Giebeler e outras de igual procedência. Os agentes do governo britânico nesta corte são aliás muito discretos, e muito inteligentes, para que liguem a tais informações um valor que não merecem.

No momento em que a alta administração do Brasil compra terras ubérrimas à margem da estrada de ferro, e consagra às colônias os mais solícitos desvelos, fazendo demarcar prazos, desbravar terrenos e rasgar estradas, não serão as queixas de um punhado de imigrantes que podem exercer influência nos centros de população europeia.

Agora mesmo está a ser publicado um consciencioso relatório do senhor conselheiro Azambuja, que o senhor cônsul inglês ganharia em ler.

Vários jornais que se começaram a publicar nesta corte em francês, inglês e alemão, não têm recusado justiça ao governo imperial.

É nestas fontes que os injustos censores do governo do Brasil,

e o senhor cônsul inglês não é seguramente deste número, deveriam inspirar-se.

Prossiga o diligente senhor ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no laborioso empenho a que o vemos consagrado, e fatos como o que hoje lamentamos não terão a influência de entorpecer o movimento colonizador.

***

51) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 13, sábado, 17 de janeiro de 1874

Colonos ingleses de Assunguy

Sabe-se que 46 imigrantes ingleses, abandonando os prazos de terras que, há cerca de um ano, lhes haviam sido distribuídos na colônia de Assunguy, manifestaram ao senhor cônsul de sua majestade britânica a intenção de repatriar-se.

Provavelmente antes de ter recolhido as necessárias informações sobre o modo pelo qual o governo imperial se tem desempenhado das promessas com que procura atrair a emigração, e sobre o caráter e hábitos desses indivíduos, o senhor Lennon Hunt entendeu oportuno convocar por anúncio os seus compatriotas residentes na corte, para o fim, declarado nesse documento oficial, de evitar que os 46 súditos ingleses recém-vindos de Assunguy morressem de fome nas ruas do Rio de Janeiro.

Devidamente consultados os interesses desses imigrantes, não duvidamos acreditar que melhor os acautelaria o senhor cônsul se, persuadindo os seus infelizes compatriotas a não abandonarem um país que tão hospitaleiramente os recebeu, fizesse sentir ao governo imperial as queixas, fundadas ou não, desses imigrantes que, certamente, não seriam desatendidas no que parecessem razoáveis.

Nem somente deviam influir sobre o ânimo do senhor cônsul as boas intenções, de que lhe não era lícito duvidar, do governo imperial e talvez o próprio interesse de seus compatriotas para quem não pode ser lisonjeira

perspectiva a repatriação para um país de que, há um ano, julgaram conveniente apartar-se em demanda de novas condições de existência.

Razões de outra ordem deviam ser parte para que o senhor Lennon Hunt, evitando uma odiosa e pouco verdadeira referência aos nossos costumes, procurasse numa ação combinada com o governo o remédio adaptado à situação de seus infelizes compatriotas.

O fato de haver-se espalhado há menos de um mês na colônia de Assunguy um falso edital com a assinatura do honrado senhor Buckley Matthew tanto menos devia ser indiferente ao senhor cônsul no momento de resolver-se a convocar os seus compatriotas, quanto o ilustre ministro de sua majestade britânica, protestando honradamente contra essa torpe falsificação, reclamou do governo imperial a punição de quem por ela se achasse em culpa. Desde que nesse edital apócrifo se afirmava, de parte de um elevado agente do governo inglês, estar no ancoradouro do Rio de Janeiro um vapor destinado ao transporte gratuito dos colonos ingleses que desejassem repatriar-se, e outros auxílios lhe eram assegurados, justo escrúpulo devia aconselhar o senhor cônsul a não praticar um ato que, a espíritos menos refletidos, pudesse denunciar alguma ligação deste com aquele acontecimento. Razão era esta tanto mais digna de não ser desprezada quanto o abandono da colônia pelos 46 imigrantes em questão foi manifestamente determinado pelo falso rumor espalhado em Assunguy onde, entretanto, um grande número de ingleses, aí estabelecidos ao mesmo tempo em que aqueles, vivem felizes e satisfeitos.

O aviso do senhor cônsul pode ainda ter outro alcance que, seguramente, não está em sua intenção. A coincidência deste fato com o da publicação de apaixonados panfletos e outros escritos, que se têm visto circular na imprensa europeia, e em que se procura desviar do Brasil a imigração inglesa para atraí-la às colônias britânicas, pode revelar uma certa cumplicidade nessa injustificável propaganda que não recua diante de nenhum meio para expor-nos aos olhos da Europa como um país em que colonos têm sido obrigados a vender os filhos, em que, como diz Jacaré-Assu, a casa do cidadão não é um asilo inviolável e o crime, segundo os *speechs of senator Pompeu*, é no maior número de casos acoroçoado pela autoridade.

Vivendo entre nós, e tendo provavelmente aprendido a fazer-nos a justiça que nos recusam alguns de seus compatriotas, o senhor Lennon Hunt não se prestará, nós o cremos, a servir a uma tal propaganda.

O ato do senhor cônsul é ainda por outro lado inconveniente. Não tendo instruções de seu governo para promover a repatriação de compatriotas que, com razão ou sem ela, desejam abandonar as nossas colônias, e não a podendo exigir do governo imperial que a isto não se sentiria obrigado por nenhuma razão, o senhor Lennon Hunt tenta firmar um precedente que pode ter desagradáveis consequências, dando azo a que súditos ingleses em iguais condições, isto é, colonos ociosos e pouco morigerados, se julguem no direito de exigir dos agentes de sua majestade britânica os meios de repatriação logo que a pretendam.

Há aliás nesta corte um representante de sua majestade britânica acreditado junto ao governo imperial. A iniciativa que tomou o senhor cônsul, provavelmente sem consulta do honrado senhor Buckley Matthew, envolve uma certa descortesia para com aquele primeiro agente do governo britânico.

O caráter oficial do aviso do senhor cônsul imprime a esse documento uma importância que lhe não atribuiríamos se o senhor Lennon Hunt se houvera limitado a invocar a filantropia de seus compatriotas em favor dos infelizes imigrantes. A colônia portuguesa do Rio de Janeiro mantém hospitais e numerosas associações humanitárias, sem que este naturalíssimo fato nos pareça ofensivo ao Brasil. Alemães, italianos, franceses e até ingleses mantém instituições de igual natureza, e ninguém ainda viu nelas alguma coisa desfavorável ao caráter brasileiro.

Mas o senhor Lennon Hunt não apelou somente para a filantropia de seus concidadãos; fê-lo em caráter oficial, datando o seu anúncio do consulado britânico, e desde então assumiu uma certa responsabilidade quer perante o governo do Brasil quer perante o ministro de sua majestade britânica a quem não devia antecipar-se.

Isto compreenderam bem os ilustres convidados, deputando de seu seio uma comissão, segundo nos declaram em anúncio hoje publicado no *Jornal do Commercio*, para consultar o honrado ministro de sua majestade britânica sobre os meios de prover as futuras necessidades de igual natureza.

Ainda sabemos pelo mesmo anúncio que, com o fim de proporcionar aos imigrantes em questão, a suas mulheres e filhos, passagem para a Inglaterra, ficam desde já abertas listas de subscrição em cada um dos bancos ingleses estabelecidos nesta cidade.

Este ato ou estes atos podem ser vistos sob dois aspectos.

Como rasgo filantrópico não há senão que aplaudi-lo, e os nossos votos mais ardentes juntam-se aos dos honrados autores do novo anúncio para que o resultado da subscrição corresponda ao aparato com que vai sendo promovida.

Trate-se embora de súditos ingleses que buscam na repatriação não o remédio a verdadeiros males mas um novo meio de tentar fortuna a que não fizeram direito pelos hábitos de ordem, economia e trabalho, a filantropia não é menos um louvável sentimento.

Se, porém, há neste ato a intenção de elevar um protesto contra o governo do Brasil, e o modo pelo qual se desempenha dos seus compromissos em fato de colonização, nada é mais injusto.

Sem recordar que aos imigrantes em questão se proporcionou terras bem situadas, e com elas todos os auxílios indispensáveis ao primeiro estabelecimento de colonos; sem recordar que muitos de seus companheiros estão em Assunguy assiduamente empregados em diversos misteres, e mostrando-se satisfeitos; sem recordar que esse punhado de imigrantes deixou na colônia, um fato este bem averiguado, a mais triste reputação; cumpre insistir num ponto de maneira a apartar todas as dúvidas.

O governo do Brasil não somente não se comprometeu por nenhum ato a fazer repatriar imigrantes, como nenhuma obrigação tem de fazê-lo.

Em um grande número de contratos, e provavelmente nos que assinaram os imigrantes em questão, está esta cláusula claramente definida.

É certo que o governo tem dispensado aos imigrantes de todas as procedências favores a que se não obrigou. Assim é que, permitindo aos imigrantes, e a alguns já estabelecidos, o fixar-se por uma livre escolha em qualquer das colônias do Império, facilitando-lhes transporte e ministrando-lhes habitação, alimento, vestuário e cuidados médicos durante os intervalos da remoção de um para outro estabelecimento colonial, o governo tem feito mais, talvez muito mais, do que devera.

Atento às queixas e reclamações dos colonos com um cuidado todo particular, o governo os tem como sob generosa tutela.

Aqui mesmo na corte do Império há uma hospedaria, que o senhor cônsul inglês não perderia em visitar, onde os imigrantes em trânsito são alojados e alimentados por conta do Estado até que tenham destino para a colônia que preferem.

Os recém-chegados de Assunguy aí encontrariam, e ainda podem encontrar, todas as necessárias acomodações e conforto indispensável à vida, se não se obstinassem em buscar na repatriação o que lhes parece ser remédio a males que eles próprios procuraram, abandonando o trabalho.

Num país em que 40.000 imigrantes vivem felizes no Rio Grande do Sul, 20.000 em Santa Catarina, não pode faltar trabalho na vasta extensão do Império para 46 ingleses a quem se deixa a liberdade de escolher qualquer de nossas colônias para aí fundar residência.

No dia em que estes 46 imigrantes anunciassem a sua intenção de transportar-se para algum ponto do Império em demanda de trabalho, não se sentiriam abandonados da solicitude do governo. Dar-lhes-ia o que a nenhum outro já se recusou; a saber, alojamento, roupa, alimentação, e cuidados médicos!

O que debalde se pretenderia, é que o governo dispensasse tais favores a um grupo mais ou menos numeroso de imigrantes que insistem pela repatriação.

Se a colônia de Assunguy para que foram mandados, há cerca de um ano, não lhes parece oferecer as desejáveis condições de trabalho, e de vida pacífica, regular e laboriosa, impossível é admitir que as não encontrem em alguma outra colônia do Império onde há antiguíssimas [*sic*], prósperas e produzindo os melhores resultados.

Esta mesma colônia de Assunguy, que o senhor cônsul Lennon Hunt seguramente não conhece, reúne tais condições.

Não se diga pois, nem se ajuíze entre estranhos que a filantropia dos súditos britânicos residentes na corte do Império teve necessidade de substituir-se aos desvelos até paternais que o governo imperial, distribuindo aos imigrantes morigerados e laboriosos, não poderia dispensar a um grupo de turbulentos e ociosos sem desviar de seu natural destino as verbas decretadas ao serviço da colonização.

A vagabundagem, sendo um crime pela legislação do Império, não poderia encontrar um certo modo de cumplicidade no governo do país.

Nós temos caridade oficial organizada, é certo; mas ela é submetida a regras, à disciplina, e não pode ser indistintamente aplicada a homens vigorosos que não têm pão porque recusam trabalho.

***

52) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 14, segunda-feira, 19 de janeiro de 1874

Colonização

Por melhores intenções que presidam ao serviço da colonização, é humanamente impossível evitar que, dentre milheiros de colonos de diferentes nacionalidades e classes, alguns não se encontrem que, ao cabo de uma longa ou curta experiência, desejem repatriação.

Nenhum fato é o mais explicável.

Um colono não é invariavelmente um homem laborioso, pacífico e resignado. Toda a solicitude de um governo bem intencionado não seria bastante para converter em indivíduos úteis os que atrai para o país a título de colonos. Se os há, e destes é o maior número, que se ligam à terra que se lhes distribui, e pedem ao trabalho e aos hábitos de economia as condições de bem-estar a que podem legitimamente aspirar, não são raros os que, desiludidos de encontrar por toda parte veias de ouro, e dotados de má índole ou pervertidos pelos vícios, dão o triste exemplo de tentar com a repatriação uma fortuna que lhes é avara.

Este naturalíssimo fenômeno não pode parecer estranho aos que procuram tirar de fatos de igual natureza algum possível argumento contra a imigração para o Brasil.

O que a estes restaria indagar, se nisto andassem de boa fé, é se o sistema adotado pelos governos para fixar os imigrantes corresponde ou não às promessas com que se os procura atrair.

Agrupar fatos isolados, que por nenhuma relação se prendem entre si e a nenhuma causa geral podem ser atribuídos, para deles concluir contra um sistema de colonização, é um grosseiro processo que não faria honra a espíritos práticos.

Em toda parte onde a colonização se opera em uma certa escala, fatos mais ou menos lamentáveis têm sido observados.

Há quem, aqui como na Europa, tente estabelecer uma injusta preferência sobre o Brasil em favor dos Estados platinos, como a região da América do Sul onde a imigração europeia encontra mais facilidades.

Estas facilidades a tal ponto tem sido exageradas que, não há ainda

muitos dias, o correspondente especial de Roma para o *Times* não duvidou escrever que, em grande parte devido à ascendência que sobre as raças inferiores da Espanha e da América Espanhola exerceram estes primeiros precursores da imigração italiana que se chamavam Garibaldi, Fauti, Cialdini e outras vítimas das perseguições políticas da primeira parte do século. Uruguai e Buenos Aires quase podem ser consideradas colônias da Itália. Nem só o comércio e a indústria dessa parte da América, acrescenta o correspondente, são italianos; até a política daqueles Estados foi monopolizada *in great measure* por antigos colonos italianos entre os quais os recém-chegados vão encontrar hábitos, ideias, interesses e aspirações idênticas.

Os que defendem esta preferência não tardarão a invocar como um novo argumento o número de imigrantes entrados em 1873 nos portos das duas repúblicas que, segundo *La Nación* de 6 do corrente, foi de 48.382 no de Buenos Aires e de 27.850 por via de Montevidéu.

Eis aí um país, a República Argentina, dir-se-á, que por tais resultados firma a sua superioridade em fato de colonização sobre o Brasil.

Não sendo o nosso fim explicar neste momento um tal fenômeno, contentamo-nos em recordar que, se as repúblicas do Prata têm conseguido atrair uma tal corrente de imigrantes, a história de sua colonização não é isenta das supostas máculas que se anda aí a explorar contra o Brasil.

Contra os 27.850 imigrantes entrados em 1873 no território da Confederação por via de Montevidéu, saíram no mesmo período 18.236, ficando apenas 9.614.

Os últimos jornais platinos que temos à vista clamam contra o rigor quarentenário exercido a respeito de imigrantes recém-chegados, a quem o governo tem recusado até a alimentação durante os dias em que são obrigados, por força maior, a ficarem privados de trabalho.

A este respeito, escreve o *Siglo* de 4 do corrente as seguintes dolorosas reflexões:

> É sabido que a grande maioria da imigração europeia que aporta às nossas plagas compõe-se de gente desprovida de fortuna e de recursos. A carência de meios de subsistência e o natural e legítimo desejo de melhorar de sorte pelo trabalho, são as causas que induzem os imigrantes a abandonar a terra em que descansam os ossos de seus pais e em que viram correr os dias risonhos de sua infância.

As cartas de seus parentes e amigos lhes dizem que há aqui uma terra onde a concorrência, relativamente reduzida de braços, obriga o capital a ser mais liberal no pagamento do salário.

Chegam aqui; e se no país de sua procedência grassava alguma enfermidade epidêmica, ou se durante a travessia tocam no Brasil, onde são tão frequentes, conduzem-nos ao lazareto e aí ficam sujeitos a observação por um certo número de dias.

Porém, durante esses dias, os quarentenários têm que pagar a importância de seu sustento e hospedagem; e a maior parte não os pode pagar.

Enquanto uns puderam com grande custo obter a importância de sua passagem, outros há a quem foi preciso adiantá-la e estes contam com o trabalho para resgatar esta dívida.

Entretanto, o provedor do lazareto não pode eximir-se a cobrar de todos os quarentenários o pagamento de sua hospedagem.

O que resulta da absoluta impossibilidade de pagar em que muitos se veem é uma lastimosa consequência; a saber, o embargo das miseráveis bagagens dos pobres quarentenários.

Causa profunda compaixão ver desembarcar esses infelizes, com seus vestidos sujos e maltratados, e sem poder substituí-los por se lhes ter embargado o baú em que trazem a pobre e escassa roupa.

Tais são os fatos que frequentemente presenciamos.

Porém já que desgraçadamente aparecem nestas regiões epidemias outrora desconhecidas, procuremos que o imigrante não encontre um acolhimento inospitaleiro e desconsolador que o faça pisar em desalento a terra em que contava melhorar de condição.

Não são razões de estrita justiça e de direito as que invocamos para pedir ao governo que indenize as despesas que fazem no lazareto os quarentenários que não têm meios de pagá-las, mas sim considerações de humanidade e de conveniência pública.

> Se o governo não pudesse acudir a estas despesas, não vacilaríamos em recomendar a execução do pensamento, que ouvimos ao diretor do *Telégrafo Marítimo*, e é o de uma subscrição promovida entre todos sem distinção de nacionalidades, com que se pudesse atender à despesa que indicamos.

Sem o propósito de comentar o lamentável fato que estas nobres palavras suscitou ao *Siglo*, não podemos eximir-nos a observar que as não leriam debalde os que tentam expor-nos aos olhos da Europa, como um país que não oferece à imigração todas as precisas vantagens e auxílios.

Ainda durante a última epidemia que afligiu o Rio de Janeiro, fundou o governo um excelente alojamento fora da cidade para receber os imigrantes em trânsito, conseguindo-se desta arte, com grande proveito, preservá-los do contato epidêmico.

Enquanto os imigrantes recém-chegados aos portos platinos veem-se reduzidos à situação que o *Siglo* descreve, os que chegam ao Brasil são recolhidos a aposentos cômodos, alimentados e vestidos à custa do Estado, ministrando-se-lhes transporte gratuito para a colônia em que desejam fixar-se, e onde vão encontrar terras demarcadas, instrumentos de trabalho e os meios de vida indispensáveis aos que os não têm.

Não vendo um perigo para o Brasil na imigração que corre para o Prata, ainda recordaremos que, sob o governo do senhor Sarmiento, o encarregado de negócios da Grã-Bretanha na República Argentina teve de manter com o governo de Buenos Aires uma desagradabilíssima discussão sobre interesses, que se diziam ofendidos, de imigrantes ingleses.

Estes, e um sem número de fatos que poderíamos invocar, provam exuberantemente que nada é mais iníquo do que essa propaganda que procura desacreditar a história da colonização brasileira.

O que se dá entre nós, dá-se em toda parte.

É averiguado, entretanto, que o governo do Brasil por nenhum outro se deixou ainda exceder na sinceridade do empenho com que procura atrair a imigração e nos favores que lhe concede.

Não há mesmo um país em que o colono recém-chegado se sinta rodeado de melhores condições de existência.

Pode causar uma certa impressão a subscrição que está aberta nos bancos ingleses para dar passagem a 46 colonos enviados de Assunguy.

Argumentar-se-á tanto mais com este fato quanto houve uma imprensa brasileira que não duvidou recordar, ao ser conhecido o edital do senhor Lennon Hunt, que, dias antes, um grande número de imigrantes alemães tinha sido vistos à porta do consulado desta nacionalidade no estado mais deplorável de miséria.

O que, porém, não se sabe ou finge-se ignorar é que, a estes como a aqueles imigrantes, a polacos como a ingleses, foram concedidos todos quantos favores são de conceder a tais hóspedes.

Os 46 recém-vindos de Assunguy abandonaram terras situadas em uma colônia próspera onde 1.550 imigrantes, franceses, ingleses, alemães, belgas, suíços e brasileiros, empregam-se na cultura da cana, do milho, feijão, araruta, fumo e café, fabricam aguardente, açúcar e farinha e, se o preferem, são chamados segundo sua aptidão ao serviço da abertura de estradas e ao exercício de artes.

A colônia de Assunguy, tendo 35 casas além de outras em construção adiantada, mantém dois hotéis, 2 padarias e 4 casas de negócio bem sortidas. Além da habitação destinada ao diretor, há na colônia 1 igreja, 1 espaçoso armazém recentemente construído, 1 grande galpão com 12 e outro com 4 salas, destinados ambos a dar agasalho aos imigrantes recém-chegados, 1 olaria, 1 farmácia, 1 enfermaria, 2 escolas públicas de língua nacional e 1 de língua alemã.

A despesa realizada com a colônia elevou-se de agosto a dezembro do último ano a 84:307$778.

Boa parte desta soma foi despendida na alimentação de colonos que, em geral, são mantidos por conta do Estado durante seis e mais meses, ou enquanto não podem viver pelo fruto de seu trabalho. Deste número eram em dezembro último 242 ingleses a quem se distribui dia por dia alimentação regular.

Dependendo em grande parte de estradas o futuro da colônia, tem sido este nos últimos tempos o objeto dos assíduos cuidados do diligente diretor. Um caminho de 16 quilômetros comunica já a colônia com a barra do rio Turvo de onde deve ramificar-se para Castro e Jaguariaíva, por excelentes terras ainda desertas; e tais facilidades devem resultar desta nova estrada que fazendeiros de Jaguariaíva oferecem-se a fazer a sua custa 44 quilômetros, de maneira a ligar no mais curto prazo essa importante localidade, que tem uma população de 12.000 almas, à estrada de rodagem já principiada.

Só o Assunguy, diz um relatório ainda ontem publicado no *Diário Oficial*, poderá fazer muitas colônias, que para isto em boas e bastantes terras; oxalá viessem bons colonos e trabalhadores; o clima é excelente.

Tal é, entretanto, a colônia de onde chegam pedindo a repatriação os 46 súditos ingleses que o senhor Lennon Hunt teme ver morrer de fome nas ruas do Rio de Janeiro, e em favor dos quais se abre em cada um banco uma lista de subscrição.

Não tardará, é bem de crer, que uma certa parte da imprensa europeia se aposse deste fato para o comentar a seu molde.

Não vimos, ainda há pouco, escrever-se na Inglaterra achar-se reduzida à escravidão a numerosa família de um certo George Bond, falecido de febre tifóide em Voturevava a 16 de maio de 1873?

E, todavia, averiguado que, falecido George Bond e deixando na orfandade vários filhos menores, o presidente de São Paulo deu imediatamente conhecimento do fato ao juiz de órfãos, e este, dando-lhes tutela nas pessoas de respeitáveis cidadãos, lhes entregou para os fins da educação.

Num sensato jornal que se publica em Londres, *the Brazil and River Plata Mail* de 23 de dezembro, fez-se justiça a esta caluniosa versão com que se tentou desonrar-nos aos olhos do mundo.

É uma igual justiça que temos direito a esperar, assim do senhor Lennon Hunt, como e principalmente do honrado senhor Buckley Matthew.

Cumpre, entretanto, que o ilustre senhor ministro da Agricultura procure fazer dissipar pelos meios da publicidade a má impressão que o fato da subscrição pode causar na Europa, enviando desde já aos nossos agentes uma exposição do acontecimento, e habilitando-os a fazê-la circular na imprensa.

Nós confiamos do zelo de sua excelência que os nossos créditos não sofram na Europa por um fato que não pode em boa razão ser invocado contra a colonização brasileira.

***

53) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 17 quarta-feira, 21 de janeiro de 1874

Imigração

"Temos uma liga consular contra o império; é um verdadeiro bloqueio moral que, pelo descrito e pela humilhação, fecha os portos do nosso país à *imigração estrangeira."*

Tais foram as primeiras palavras com que um dos órgãos da imprensa diária desta corte fez acompanhar a transcrição do seguinte anúncio que o senhor cônsul do império alemão publicou pelo *Jornal do Commercio:*

> Consulado do Império Alemão
>
> Convida-se encarecidamente os alemães estabelecidos no Rio de Janeiro a comparecerem no salão da "Germânia", segunda-feira 19 de janeiro, ao meio-dia, a fim de se deliberar e resolver sobre os meios de se proteger os imigrantes alemães que se acham no Rio de Janeiro sem teto e famintos.
>
> Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 1874 - Hermann Haupt, cônsul.

Não há, com efeito, uma grande diferença entre o anúncio do senhor Lennon Hunt; somente o do senhor Hermann Haupt não parece tomar-se do terror de ver os seus compatriotas *morrerem de fome nas ruas do Rio de Janeiro.*

Se não é, portanto, uma liga consular que se forma contra o Império, eis aí pelo menos acontecimentos que não podem ser vistos sem pesar. Exagerado como é o dizer-se que estes anúncios constituem um bloqueio moral com o alcance previsto pelo órgão ultrademocrático, é justo não lhes recusar uma certa influência, que pode ser até um certo ponto fatal aos interesses da colonização brasileira.

Vê se que, se não encaremos, também não disfarçamos a gravidade destes dois fatos.

Nem porque tais acontecimentos se nos afiguram explicáveis pela ordem natural das coisas, os lamentamos menos profundamente.

No momento em que o governo do país revela a mais ativa e sincera preocupação por este ramo do serviço, é verdadeiramente doloroso assistir a essas reuniões convocadas pelos consulados, às quais evidentemente preside um pensamento desfavorável ao nosso sistema de colonização.

Porém mais doloroso é ainda que um jornal que se publica no Brasil, ao mesmo tempo em que invectiva outro órgão da imprensa por ter entregado à circulação os avisos consulares, lhes tenha ajuntado reflexões como estas:

> Ao país causa-se um grande prejuízo; mas não supomos que se lhe inflija a mínima ofensa, pela razão muito simples de que o povo brasileiro não tem a obrigação de sustentar os colonos ou imigrantes engajados pelo governo, sob a fé de contratos solenes a que o mesmo governo falta com tanta desumanidade quanto inépcia.
>
> Enquanto vigorar no Brasil o regime monárquico não há mais esperança de imigração!
>
> Eis o que dizem eloquentemente os anúncios afrontosos dos senhores cônsules estrangeiros!
>
> O Brasil deve refletir sobre isto.
>
> O que esses anúncios denunciam é a incapacidade e a má fé do governo imperial.

O jornal, que estas impensadas linhas escreveu, tinha dias antes dirigido a um ministro desse mesmo regime, *sob o qual não há mais esperança de imigração*, palavras de ardente louvor pela ideia, iniciada sob este mesmo governo *incapaz e inepto*, de constituir núcleos coloniais à margem das nossas estradas de ferro!

Aonde vai a coerência desse órgão da imprensa!

Mas, o que é digno de ser notado! Desde o momento em que dois agentes de governos estrangeiros se mostram em uma atitude até certo ponto ofensiva ao Brasil e aos seus costumes, esse jornal deleita-se em escrever que *de muito tempo acreditam os brasileiros haver decidido empenho oficial em afastar toda e qualquer imigração que não seja a portuguesa.*

As colônias que vemos fundadas e mantidas pelo Estado à custa de incessantes sacrifícios; os contratos celebrados com prêmios mais

ou menos vantajosos; as dezenas de mil contos que este serviço nos têm custado; nada disto calou no espírito desse órgão de todas as más paixões, que entre estranhos se agitam contra o Brasil, para conter-lhe a pena ao escrever aquelas linhas.

É por amor da imigração portuguesa que tudo isto temos feito! É a portugueses que o Estado veste, alimenta e cura durante seis e mais meses, antes que possam viver do fruto do seu trabalho! É por amor dessa espontânea e utilíssima imigração portuguesa que derramamos na Europa livros, notícias, informações!

Mas, como se tanto não bastara, ainda o mesmo jornal brasileiro acrescentou:

Ah! Quão diferente é o espetáculo que nos oferecem, sob este ponto de vista, *as republiquetas* do sul!

Bem diferente espetáculo, é certo enquanto dois cônsules estrangeiros promovem no Brasil uma subscrição para mitigar a sorte de um grupo de compatriotas, que o governo brasileiro não pode considerar pensionistas do Estado; desfilam pelas ruas de Montevidéu, segundo o *Siglo*, numerosos imigrantes cobertos de andrajos a quem se fez penhorar no lazareto a escassa roupa para indenização das despesas que aí foram obrigados a fazer durante os dias de observação!

Aqui se promove uma subscrição para favorecer a imigrantes que recusam trabalho e obstinam-se em não escolher na vasta extensão de nosso território um ponto em que se fixem; ali é a imprensa que se coloca à frente de uma subscrição sem distinção de nacionalidades para poupar aos imigrantes um *acolhimento inospitaleiro.*

Enquanto os imigrantes recém-chegados ao Brasil são recolhidos a uma hospedaria, onde nada lhes falta do que é indispensável ao conforto da vida, e internados em nossas colônias são aí mantidas por conta do Estado até que possam viver de seu trabalho, recebendo terras, instrumentos de trabalho e o mais que é necessário ao primeiro estabelecimento, os imigrantes que chegam ao rio da Prata pagam com a sua bagagem, ou com as últimas moedas que lhes não consumiu a viagem, a impertinente observação a que são submetidos!

Ainda hoje refere a correspondência de Buenos Aires para o *Jornal do Commercio* que, cansada de representar contra os abusos e irregularidades dos lazaretos quarentenários, a comissão argentina de

imigração resolveu pedir demissão para todos os seus membros que, diz o correspondente, não podiam resignar-se *a ver assassinar imigrantes.*

Bem notável diferença, com efeito!

Mas a nossa intenção não é ajustar preferências. Houvéramos até por melhor aconselhado não responder a uma certa ordem de reflexões, a que a consciência publica tem-se habituado a fazer a justiça que elas merecem, se entre elas não sobressaísse uma que, versando sobre fatos, consagra a mais injustificável inexatidão.

Leu-se nesse jornal que o governo do Brasil falta à fé dos contratos solenes, e o faz com tanta desumanidade quanta inépcia.

Guardados os convenientes respeitos, que documentos oficiais exigem, não tem sido outro o pensamento a inspirar as várias reclamações dos senhores agentes consulares ao governo imperial.

Recusando fé a informações oficiais para atribuí-la com uma complacente ingenuidade a um grupo de imigrantes que, aqui mesmo na corte, deu prova de seu gênio turbulento, e maus hábitos, pelo espancamento de mulheres e pela provocação de um conflito dificilmente reprimido o senhor Hermann Haupt acaba de ver as suas injustas reclamações confirmadas por um órgão da imprensa publicado no Brasil.

Nós já recordaremos ao senhor cônsul interino do império alemão, e a esse *jornal brasileiro*, que os imigrantes em questão, não contentes de recusarem trabalhos que lhes foi oferecido por particulares, recusaram estabelecer-se na colônia do estado que escolhessem, sendo-lhes proporcionados os devidos auxílios.

Parte desses imigrantes vieram da colônia Moniz que acaba de ser visitada por um comissário do governo, o honrado senhor conselheiro Azambuja. O relatório que este ilustre funcionário está a publicar desmente por fatos a falsa narrativa que o senhor Haupt não duvidou acolher tão benevolamente.

A colônia Moniz é uma colônia particular. Ainda quando a empresa, que a tem a sua conta, não se desempenhasse com a devida pontualidade dos compromissos contraídos para com os imigrantes em questão, fato este contra que protestam as informações do senhor conselheiro Azambuja e a existência de cerca de 2.000 imigrantes nessa e outras colônias da empresa, muito é explícita é a 4ª cláusula das que acompanham o decreto nº 5117 de 19 de outubro de 1872 para que ao governo se tente imputar qualquer sorte de responsabilidade.

Os imigrantes da colônia Moniz tinham contraído na Europa, mediante contrato, a obrigação que decorre da seguinte cláusula:

Antes de embarcarem, os imigrantes assinarão perante o agente do consulado brasileiro, e na sua falta perante a autoridade local, declaração em duplicata de terem conhecimento das condições do contrato que celebrarem com os empresários para a sua importação no Império com cláusula expressa de não virem por conta do governo imperial, do qual, em tempo algum *e sob qualquer pretexto*, nada poderão reclamar além da proteção que as leis garantem aos estrangeiros laboriosos e morigenados.

É irrecusável que, perante a letra expressa do contrato por este modo autenticado perante o consulado brasileiro, o governo do Brasil não houvera faltado *à fé de um pacto solene,* entregando os imigrantes a sua própria sorte, tivessem ou não fundamento as suas reclamações.

O governo não lhes devia senão a proteção das leis, e essa lhes cumpria invocar nos termos de direito, se fosse o caso de implorá-la.

Mas, embora essas reclamações se houvessem mostrado de todo ponto improcedentes, e por nenhuma obrigação jurídica ou moral devesse prestar auxílio a esses imigrantes, não duvidou o governo fazê-los recolher à hospedaria da Saúde e oferecer-lhes estabelecimento em qualquer das colônias de Santa Catarina, ou na de Santa Maria da Soledade, do Rio Grande do Sul, província onde vive feliz e aplicada ao trabalho uma população alemã estimada em 40.000 almas.

A este oferecimento responderam os imigrantes com a mais formal recusa, anunciando a irrevogável intenção de repatriarem-se.

Todavia, mediante a intervenção do senhor Haupt, não duvidou o governo continuar a alimentá-los por mais alguns dias com a cláusula de entregá-los à própria sorte, se insistirem em não aceitar as propostas da administração.

Durante esse novo prazo, teve-se de lamentar um desagradável conflito na hospedaria, que começou por espancamentos de mulheres e crianças. O governo limitou-se, entretanto, como única medida de rigor, a expelir da hospedaria os conhecidos cabeças do motim.

Renovaram-se debalde oferecimentos por parte de pessoas respeitáveis do Paraná, da sociedade administradora da colônia dona Francisca, e de Sabino Tripoti, empresário da colônia "Alexandra" no Paraná, que vai caminhando de prosperidade, prestando-se o governo a contribuir com valiosos auxílios.

Estes oferecimentos encontraram a mesma invariável resposta de parte dos imigrantes entre os quais se dizia, sem reserva, ora que um navio de guerra alemão não tardaria a chegar para repatriar, ora que o senhor Haupt repreendera o cônsul alemão na Bahia por ter prestado uma informação favorável sobre as colônias da empresa Moniz.

Este estado de coisas não podendo continuar, o governo fez ainda uma tentativa, anunciando aos imigrantes a irrevogável deliberação de abandoná-los a sua sorte, se recusassem estabelecer-se entre 40.000 de seus compatriotas na província do Rio Grande do Sul.

Sabe-se o resultado. Podia o governo proceder de outro modo? Corria-lhe qualquer obrigação de fornecer meios de repatriação a esse punhado de imigrantes que insistem em recusar trabalho nas melhores condições em que o Estado o pode oferecer?

Pelo que diz respeito aos imigrantes da colônia Moniz, fica por este modo em evidência que não somente o governo imperial *não faltou à fé de contratos solenes,* como esgotou todos os meios de prudência que uma sã política poderia aconselhar-lhe.

Quantos aos imigrantes polacos, chegados em maio de 1873 à colônia de Santa Leopoldina, na província do Espírito Santo, aí receberam com os seus 900 companheiros os prometidos prazos coloniais. Houve é certo alguma demora no preparo desses prazos, por isso que a vinda dos referidos imigrantes não fora anunciada com a precisa antecedência pelo agente consular que os contratou na Europa. O governo, porém acudiu com prontas evidências, enviando logo um comissário, escolhido de entre os altos funcionários do ministério da Agricultura, o conselheiro Pinto Cerqueira, aumentando o número de agricultores que ali trabalhavam e fornecendo dinheiro.

Os imigrantes de outras procedências lá estão a cultivar as terras que lhes foram distribuídas, e não revelam a intenção de abandoná-las. Mas os polacos,

provocando incessantes conflitos com os imigrantes de outra origem, e tão graves que um deles fez-se precisa a intervenção enérgica do chefe de polícia, fizeram-se impossíveis na colônia, e o governo não duvidou aceder ao desejo que exprimiam de fixar nova residência em outro núcleo colonial, proporcionando-lhes para este fim transporte gratuito para esta corte, onde foram agasalhados na hospedaria, vestidos e alimentados, até que em Santa Maria da Soledade estivessem dispostas todas as condições para que fossem bem recebidos.

Preparados e demarcados os lotes coloniais necessários, foi-lhes anunciado um prazo dentro do qual deveriam partir para aquela, ou para outra colônia do Estado, sob a pena de cessar a hospedagem.

As circunstâncias que se seguiram são inteiramente análogas às que ficam referidas sobre os imigrantes da colônia Moniz.

Agora que o fato é conhecido em suas particularidades, o espírito público julgará se o governo rompeu pactos solenes, como aí escreveu, ou se revelou de qualquer modo a intenção de banir de nossas plagas esse punhado de estrangeiros.

***

54) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 16, quinta-feira, 22 de janeiro de 1874

Missão Penedo

Um telegrama expedido em 29 de dezembro de Roma para Paris anunciou ter sido bem sucedido o senhor barão de Penedo na missão especial junto ao santo padre, de que fora encarregado pelo governo do Brasil.

Não sendo até hoje conhecido qualquer ato pontifício, que a Santa Sé se reservaria naturalmente o direito de fazer chegar ao conhecimento do episcopado brasileiro ao mesmo tempo em que ao do governo do Brasil, inclinamo-nos a crer que aquela notícia, transmitida à última hora, não terá sido acompanhada de todos os necessários documentos que devem conter o resultado daquela missão.

Assegurou-nos, entretanto, um ilustre cavalheiro que o senhor barão de Penedo conseguira da Santa Sé uma solução honrosa e no estado atual das coisas satisfatória, tendo causado uma justa mágoa ao chefe da igreja católica que, mal interpretado o pensamento do breve *Quamquam Dolores*, pudessem alguns prelados brasileiros ter exercido injustificáveis severidades a respeito de institutos religiosos que tanto têm concorrido para o esplendor da fé e majestade do culto.

Perante as reservas que ponderosas circunstâncias naturalmente impõem ao governo imperial, começam a surgir conjecturas, mais ou menos fundadas algumas, e outras de todo ponto inaceitáveis, sobre o êxito dessa missão em que espíritos exaltados ainda insistem em ver uma tentativa inútil, uma trivialidade diplomática sem provável alcance para o desenlace da questão religiosa.

Quando a missão Penedo não pudesse ter nenhum outro resultado sobre as relações do poder civil com o poder eclesiástico, ela teria sido no estado dessas relações uma prudente e sábia medida de incontestável efeito moral e político. Desde que uma certa parte da imprensa do Brasil começou a distinguir católicos de católicos, e a suspeitar a política religiosa do governo de inspirar-se no pensamento de uma guerra ao catolicismo, cumpria que, aos protestos mais de uma vez afirmados na tribuna e na imprensa, juntasse o governo imperial uma prova inequívoca, soleníssima, de que, não recuando diante do emprego dos meios legais por manter e salvaguardar os direitos imprescritíveis da soberania nacional, não era e não podia ser a sua intenção colocar-se na vanguarda de algum movimento reator que, como última de suas aspirações, poderia chegar à fórmula que Cavour fez célebre: A Igreja livre no Estado livre.

Num país em que a lei fundamental consagra uma religião do Estado, e essa religião é a da grande maioria da nação; num país que, na unidade da fé, tem um penhor de integridade; não poderia um governo sinceramente devotado ao bem público, um governo da opinião, conspirar surdamente ou ostensivamente contra os interesses recíprocos de dois poderes que, do mútuo respeito e harmonia, só têm a ganhar em força e em legítima influência.

Se outro efeito não fora de atribuir-lhe, a missão Penedo seria de si só um valioso atestado de que não é o catolicismo que está em causa no Brasil. Não duvidando fazer-se representar por uma missão especial

junto à corte de Roma, o governo deixou no mais distinto relevo o pensamento que o tem guiado nessa luta em que, tão a seu pesar, se sentiu envolvido.

O que foi fazer em Roma, tem-se perguntado com impaciência, o senhor barão de Penedo? Com mais impaciência pergunta-se hoje: - Qual foi o êxito dessa missão especial?

Entre as conjecturas, que menos apartadas nos parecem da verdade, sobressai a que tira argumento da inflexibilidade dos princípios defendidos pela Santa Sé para ajuizar que o representante do Brasil não poderia pretender de Sua Santidade aquilo mesmo que uma série de pontífices, e Pio IX por mais de um ato, têm invariavelmente sustentado.

A missão Penedo não podia versar sobre exclusivos interesses da ordem espiritual; o seu objeto não foi certamente questionar de bulas, de decretos pontifícios, de letras apostólicas, do dogma, da doutrina, de tudo isto em que a igreja tem juízo irrevogavelmente definido.

Seria pretender o impossível.

O que o senhor barão de Penedo teve naturalmente por primeiro de seus fins, foi informar o santo padre dos verdadeiros termos da questão religiosa do Brasil, fazendo-o convencer da imprudência com que alguns prelados usaram e abusaram de faculdades cujo exercício é subordinado pela nossa legislação a um certo número de regras e preceitos.

Os que esperassem dos termos de um acordo com a Santa Sé uma nova doutrina sobre pontos, em que ela nunca transigiu nem poderia transigir, pretenderiam nada menos do que a mais formal contradição entre o santo padre doutrinando para a América e o santo padre doutrinando para o resto do mundo.

Esta esperança não entrou seguramente nos conselhos que determinaram a missão Penedo.

Nem o governo podia pedir ao chefe do catolicismo que viesse em apoio de nossa legislação fundamental e orgânica, ameaçada pela resistência do episcopado, instituindo-se por este modo o árbitro de direitos da soberania nacional.

Seria uma soberania julgando outra, um poder julgando outro poder. A dignidade nacional teria sofrido um profundo golpe no momento em que um possível acordo versasse sobre pontos regulados pela lei civil, e sobre os quais tão pouco a Igreja cederia de sua doutrina como o Estado de seus direitos. Estes estavam e estão a salvo de toda intervenção que

não for ditada pela vontade nacional, legitimamente manifestada e legitimamente exercida.

O que podia, pois, pretender a missão Penedo ou, antes, o que ela obteve?

Tanto quanto nos é dado saber, a missão Penedo obteve da Santa Sé a desaprovação das severidades a que se deixou levar uma parte do episcopado por um zelo mal entendido.

O Brasil viveu muito tempo apartado dos perigos e perturbações de lutas religiosas. Uma série ilustre de bispos, preclaríssimos alguns e todos fiéis à doutrina católica, viu desenvolver-se e florescer a fé sob esta mesma legislação com que o episcopado se sente hoje em dia oprimido, no meio destes mesmos costumes que são os de hoje e foram os de todos os tempos, na presença de todos estes elementos sociais em que somente agora se suspeita um imaginário perigo.

O que faziam os bispos de então, é provavelmente o que a Santa Sé manda aos bispos de hoje que façam.

Onde aqueles entreviam um perigo mediato ou imediato, combatiam-no com as armas naturais de persuasão religiosa; combatiam-no no púlpito, no confessionário, por todos esses meios próprios de um verdadeiro apostolado. Combatiam-no até na imprensa; mas numa imprensa altamente moralizada, evangelizadora, uma nobre imprensa, sábia, erudita, uma verdadeira imprensa religiosa que nunca desceu até o nível desses imoralíssimos e irritantes papéis que aí andam a explorar todas as ruins paixões, a lançar na sociedade toda sorte de germes de perturbação, a insultar a tudo e a todos em nome do episcopado, a dar o mais hediondo exemplo de uma imprensa desgarrada das normas da sabedoria, da razão e da justiça.

Eram bispos os de outrora. Mas nunca desobedeceram a ordens legais; nunca desconheceram recursos; nunca se travaram de luta com o poder civil. Se protestavam em seus mandamentos pastorais, ou em publicações de outra natureza, contra o que lhes parecia ser uma invasão da jurisdição espiritual, faziam-no com extrema moderação, paciente e resignados, como bispos que eram, e bispos piedosos que, na propagação da fé, punham todo o seu empenho.

Estes viveram sob o *placet*, como Roma sempre viveu com os países católicos que consagraram em sua legislação. Combatiam-no, mas respeitavam-no.

Estes não julgavam menos a maçonaria uma instituição fulminada por uma série de Pontífices. Mas não se conta de um só membro dessa associação que, sob o velho regime episcopal do Brasil, fosse declarado fora do grêmio da Igreja Católica.

Estes tinham iguais faculdades aos de hoje. Mas, antes de janeiro de 1873, não registram os anais eclesiásticos do Brasil uma só interdição lançada a uma irmandade ou a uma confraria, como não registram uma só resistência ao poder civil, um só ato de desobediência por parte de um bispo a esse poder do qual está dito: - *per me reges regnant.*[*]

A doutrina católica não mudou, entretanto, ou pelo menos não deve ter mudado.

É a esta antiga situação das relações da Igreja com o Estado que Pio IX terá querido voltar.

Provocar de parte da Santa Sé um ato de desaprovação à série de medidas violentas com que o episcopado brasileiro julgou dever ferir, no interesse da fé religiosa, a um grande número de institutos: era empenho digno de um governo católico.

Este fim cremos ter sido conseguido pelo senhor barão de Penedo.

***

55) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 19 segunda-feira, 26 de janeiro de 1874

Nova fase

É a epígrafe de uma série de artigos que *A Reforma* vai continuando, e que não podíamos deixar de tomar na consideração que merecem, assim pelo assunto como pelo lugar de honra que ocupam.

A missão Penedo afigura-se ao escritor uma tentativa inútil, incompleta e ineficaz.

Pensava-se, diz *A Reforma*, que alguma coisa séria ia o governo tentar junto ao santo padre; ajuizava-se que, católico e cidadão, ia o emissário

[*] Por mim, os reis reinam. (N.E.)

brasileiro protestar, em nome da religião e em nome dos direitos do Estado, contra os ataques veementes e calculados de Roma; impor em termos convenientes as justas condições de um *modus vivendi*; declarar, em suma, de uma formal, digna e conforme a direito, a suspensão das relações entre os dois poderes, se o invasor não se contivesse no plano inclinado de suas correrias e atentados.

Engano! O órgão íntimo do governo entende que a Igreja não pode ceder de sua doutrina, assim como não pode o Estado ceder de seus direitos.

O que foi, pois, fazer a Roma o plenipotenciário brasileiro?

Nós tínhamos dito:

"Tanto e quanto nos é dado saber, a missão Penedo obteve da Santa Sé a desaprovação das severidades a que se deixou levar uma parte do episcopado por um zelo mal entendido."

Mas é apenas, pergunta *A Reforma*, contra as severidades que um zelo mal entendido tenha aconselhado a uma parte do episcopado, que a grande maioria da nação, e com ela o governo, protesta e clama contra os bispos e contra o papa?

É por uma simples severidade que frei Vital está encarcerado e o seu altanado colega do Pará e tantos outros se sentem em véspera de sê-lo?

O governo, conclui *A Reforma*, arde no delírio de alguma febre, ou supõe que o Brasil não passa de um punhado de idiotas.

Por mais que toda discussão sobre o resultado da missão Penedo, e sua provável influência na questão religiosa, nos pareça antecipada enquanto o não conhecemos particularmente, é justo não deixar sem imediato reparo as reflexões de *A Reforma*.

É certo que a questão religiosa não reside inteira no fato da interdição de várias irmandades. Não o é menos que o senhor dom Vital não se acha encarcerado por que se deixasse levar ao emprego de bem ou mal aconselhadas severidades.

Mas podia a missão Penedo tentar resolver, pela súplica ou pela ameaça, a questão religiosa do Brasil em todas as suas faces?

A súplica seria nada menos que uma implícita retratação de doutrinas, sobre as quais o governo não é livre de transigir.

A ameaça seria uma frívola ostentação, uma verdadeira trivialidade, um expediente até ridículo.

Apartamos por impraticável, a primeira hipótese. O governo que ousasse pedir a intervenção de um poder estranho para assegurar o pacífico exercício de inalienáveis direitos da soberania, houvera traído a sua missão de executor de leis.

A ameaça seria, além de perturbadora da harmonia dos dois poderes, inteiramente ineficaz.

Toda ameaça envolve o protesto de um mal futuro. Que mal seria infringido a Santa para obrigá-la ao que se chamaria um *modus vivendi*!

A separação da Igreja do Estado? Mas ainda quando esta brusca solução não fosse uma grande calamidade social no estado de nossa civilização, e é uma frase do ilustre senhor conselheiro Nabuco de Araújo que repetimos, não cabia nas atribuições do governo nem nas de uma legislatura ordinária realizar a ameaça. Ora, uma ameaça não é coisa séria quando, quem a faz, não pode realizar o mal que a constitui.

Suspensão de relações diplomáticas com a corte de Roma não daria no fim de tudo outro imediato resultado senão a retirada dos plenipotenciários das duas cortes.

Roma, que não transigiu com a Alemanha, não transigiu com a Suíça, não transigiria com o Brasil em pontos sobre os quais ela nunca admitiu transação com nenhum poder humano.

Querer-se-ia que o Papa Infalível firmasse em algum possível documento um *modus vivendi* em que reconhecesse a ortodoxia do *placet,* do recurso à coroa, do casamento civil, e de iguais direitos da soberania temporal?

Um governo sensato podia pretendê-lo?

Houve alguém no Brasil que tais esperanças fundasse na missão Penedo?

Ninguém há que o creia.

Se tal fosse o fim da missão Penedo, ela não teria chegado senão a este resultado extremo e inevitável: - rompimento com a Santa Sé.

Mas avaliou bem *A Reforma* que o governo do país é governo de um país eminentemente católico? Não seria este um novo motivo, e gravíssimo, de toda ordem de perturbações para as consciências católicas?

E, por outro lado, o que tinha inovado a Santa Sé nas suas relações com o Brasil para que tivéssemos o direito de protestar contra o *modus vivendi*, que em todos os tempos foi a regra tácita dessas relações?

Desde que o santo padre não ordenou nem autorizou, por qualquer ato ou palavra, a resistência do episcopado ao cumprimento de ordens legais, não havia mesmo o direito de uma reclamação diplomática.

O breve de 29 de maio, e uma fugaz referência à América na encíclica de 21 de novembro, é tudo quanto a corte de Roma tem adiantado sobre a questão religiosa do Brasil. Mas, nem por esse breve nem por essa referência, se animou ou ativou a resistência ao poder civil.

Ir a Roma impor um *modus vivendi*, segundo é o pensamento da *Reforma*, seria mais que baldada tentativa; não haveria possível qualificação para semelhante ato do governo. Ele arriscaria com uma perigosa leviandade preciosas relações nunca estremecidas, e das quais o Brasil católico não pode recear-se.

No delírio de sua sintomática febre, *A Reforma* esquece que o santo padre é a cabeça visível dessa religião que a constituição política do Brasil adotou como religião do Estado.

O resultado da missão Penedo será dentro em pouco conhecido; e será então a ocasião oportuna de verificar se ela obteve ou não a solução que as circunstâncias aconselhavam e exigiam.

Far-se-á então plena justiça ao patriótico pensamento que inspirou o gabinete de 7 de março ao enviar a Roma o senhor barão de Penedo.

Que este pensamento era próprio de um governo sinceramente e profundamente católico, desde já o podemos assegurar.

***

56) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 19, segunda-feira, 26 de janeiro de 1874

Ao senhor J. P. Masson

Havendo eu perdido na noite de sábado uma joia a que ligava o mais subido apreço, tive hoje a satisfação de recebê-la das mãos do honrado senhor J. P. Masson, estabelecido com casa de relojoaria e câmbio à Rua Primeiro de Março nº 4 A.

Cumpro um dever dando a esse distinto cavalheiro um público testemunho do meu mais profundo reconhecimento.

J. M. da Silva Paranhos

57) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 21, quarta-feira, 28 de janeiro de 1874

Revista política

Lê-se hoje em um diário desta capital:

> "Algumas folhas de Montevidéu esperam o ataque de Assunção como o sinal de um rompimento entre o Brasil e a República Argentina, e anunciam estar próximo este ataque, pois os rebeldes iam obtendo grandes vantagens."

Não há motivo para acreditar em um rompimento entre o Império e a República Argentina por motivo da revolução paraguaia.

O governo argentino não ignora que as forças imperiais no Paraguai têm instruções para prestar todo apoio que esteja ao seu alcance ao governo legal dessa República, e o mesmo farão as tropas argentinas em Assunção, segundo declarou o coronel Frederico Mitre ao presidente Jovellanos.

Em nossa seção do *Eco dos Jornais* transcrevemos em período do *Nacional* de Buenos Aires, em que se dá a lamentável notícia da morte de 16 imigrantes, alguns dos quais sucumbiram à fome na ilha a que os mandou arrojar o governo de Santa Fé.

Causava horror, escreve o *Nacional*, ver estes infelizes com água pela cintura, vivendo entre o lodo da ilha, ao relento e sem provisões!

Há aí, entretanto, um jornal nimiamente brasileiro que, ao transcrever há dias o conhecido edital do consulado britânico, pôs condigno remate às suas acerbas reflexões com palavras como estas:

Ah! Quão diferente espetáculo nos oferecem sob esta relação *as republiquetas* sul-americanas!

Bem diferente espetáculo na verdade!

Nós temos também atravessado graves crises epidêmicas, temos sido visitados em várias épocas pelo cólera, pela febre, por todas estas cruéis variantes da morte. Mas não se conta que um governo do Brasil tenha atirado um punhado de imigrantes a uma ilha abandonada em que a fome complete a obra do lodo.

Quando, há um ano a esta parte, a febre amarela dizimava a população desta cidade, chegou ao nosso porto uma leva de imigrantes ou mais de uma. Mas o governo lhes tinha preparado serra acima uma hospedaria com todas as necessárias acomodações, com um serviço médico devidamente organizado, e tais foram as suas oportunas providências, que nenhum desses caros hóspedes sentiu o contato do mal.

***

58) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 22, quinta-feira, 29 de janeiro de 1874

Imigração

O conceituoso artigo que sobre este assunto escreveu hoje o decano da nossa imprensa nos suscita algumas reflexões que a estreiteza do tempo nos obriga a expor quase a correr.

Fazendo inteiramente nossas as palavras com que o *Diário do Rio* julgou oportuno protestar contra a ofensa, intencional ou não, que aos nossos costumes de povo civilizado foi dirigida pelos conhecidos anúncios dos senhores cônsules da Inglaterra e da Alemanha, julgamos suficientemente explicados os fatos que lhes deram origem para que nos detenhamos a comentá-los.

Evidentemente, não cabe ao governo nenhuma responsabilidade por esse lamentável acontecimento.

Os colonos em questão tinham recebido em prósperos estabelecimentos todos os favores e auxílios que são de conceder a imigrantes laboriosos.

Prazos de terras; instrumentos de trabalho; alimentação, alojamento e cuidados médicos; tudo lhes fora concedido com uma liberalidade que país nenhum excedeu para com imigrantes.

Os que se anuncia estarem neste momento na cidade de Paranaguá em número superior a 100, e esmolando aí a caridade pública, estão nas mesmas circunstâncias que os recém-chegados de Assunguy, que tão terna simpatia inspiraram ao senhor Lennon Hunt.

Assunguy é uma colônia de grande futuro, rica de elementos naturais, e em que centenas de imigrantes de várias nacionalidades vivem felizes, tranquilos e satisfeitos. A abreviada notícia que, não há ainda muitos dias, extratamos de documentos oficiais, e vimos de certo modo confirmada pelo *Deutsche Zeitung*, segundo informação de um súdito alemão ali residente, deixa em evidência o progresso de último realizado naquela colônia.

Que causa, pois, está afastando de Assunguy e de Santa Leopoldina colonos ingleses e alemães?

Estes fatos começam a suceder-se a intervalos muito curtos para que os devamos ter por fatos isolados.

Em uma destas colônias derramou-se, não há muito, a falsa notícia da próxima chegada de um paquete alemão para proporcionar os meios de repatriação aos imigrantes desta nacionalidade. Não se meteu muito tempo até que o senhor Hermann Haupt, seguindo o exemplo do senhor Lennon Hunt, buscasse reunir os seus compatriotas para o fim de oferecer aos recém-chegados de Santa Leopoldina meios de regressar à pátria.

Esta agitação, que nenhum fato recente ou remoto justifica, coincide com o pronunciado movimento da imprensa europeia contra a emigração, não especialmente contra a emigração para o Brasil, mas contra a emigração para qualquer parte do mundo.

A Alemanha, tendo criado para si a dolorosa necessidade de ter à mão formidáveis reservas, não precisa menos de homens para alguma guerra possível do que para os labores da paz. Ela tem entrado com boa parte de cotização nessa corrente de emigração para os Estados Unidos, que em 1873 se elevou a 400.000 homens, para que comece a ver neste fenômeno um problema inquietador.

A Itália fornece desde algum tempo 20 a 25.000 homens, por ano, às repúblicas do Prata; e isto já a preocupa. Ainda no mês de dezembro o *Times* fazia-se eco dos interesses da *Itália una* para estudar a razão desses carregamentos sucessivos de homens pelos portos de Gênova e Nápoles.

Os italianos, escreveu o *Times*, possuem, sem querer confessá-lo, uma monarquia sofrivelmente livre, mas sorri-lhes uma república de Garibaldi, república onde ninguém manda e ninguém obedece, onde o homem não é sujeito ao serviço militar, onde cada um está pronto a cortar a cabeça de seu semelhante, onde não há Papa-Rei, mas onde cada padre, monge ou jesuíta é rei.

Defendendo que deve haver comércio livre em homens como em qualquer outra mercadoria, o *Times* recorda o velho anexim *chi sta bene non si muova* para perguntar pela razão que o parece ter banido do espírito italiano.

É, porém, particularmente na Inglaterra que esta cruzada contra a emigração se acentua em relação ao Brasil.

Quando o Canadá pede braços à metrópole, ela não pode ver com indiferença que um país fertilíssimo como o nosso ensaie resolutamente a colonização inglesa.

Daí, fácil é entrevê-lo, a verdadeira propaganda posta em ação pela imprensa inglesa contra a emigração para o Brasil.

O *Novo Mundo* que, fazendo justiça ao Brasil e seu governo, revela-se infenso à colonização inglesa, dá conta nestas palavras da recente agitação da imprensa britânica contra a emigração para o Brasil:

> As folhas quotidianas de Londres, as folhas provenientes, os principais semanários incluindo o *Spectador* e até o *Athenaeum*, jornal exclusivo de literatura e belas-artes, todos lamentam a tristíssima sorte dos pobres ingleses embaçados pelas grandes promessas do governo do Brasil.

Um jornal de Londres, o *Christian World*, chegou a recomendar que a diatribe de Jacaré-Assu tivesse um lugar em cada biblioteca dos operários do país!

Ultimamente, um certo senhor Phipps, vigário de Warwickshire, insistiu com o conde Granville para exigir do governo brasileiro pagamento de danos *por todos os sofrimentos e perdas causados pela maquinação escandalosa para defraudar os trabalhadores agrícolas ingleses e suas famílias.*

"Pelo que se conhece de seus antecedentes", acrescentou em Londres um jornal de grande circulação e influência, segundo nos consta pelo *Novo Mundo*, "o Brasil não devera ter sido convidado para nomear um árbitro para Genebra".

Não levaremos adiante demonstração de tal natureza.

Vê-se que a imprensa inglesa não recua diante de nenhum meio ignóbil para apartar do Brasil a corrente de emigração que ele convida e procura atrair com tanto desvelo.

Prendem-se a esta propaganda os recentes fatos que todos deploramos, e aos quais ainda julgamos estranhos as legações britânica e alemã?

Se é lícito supô-lo, as circunstâncias nos levam a aconselhar ao governo imperial uma política bem diferente da que lhe aconselha o *Diário*.

Quando a Europa embaraça a emigração por todos os meios, e sem fazer questão do país a que ela se dirige, seria confiar muito do acaso esperar a imigração espontânea.

O que nos parece de todo ponto adaptado às circunstâncias, é combater essa propaganda por todos os meios de publicidade, fazer conhecido o Brasil tal como ele é, auxiliar com todo o empenho a imigração promovida pela iniciativa particular, desenvolver as nossas colônias, instituir núcleos coloniais, à margem das nossas estradas de ferro, prosseguir em uma palavra de um modo ativo e resoluto no sistema que acreditamos definitivamente iniciado sob a atual administração.

A medida enérgica que as circunstâncias estão reclamando, é que, peremptoriamente recusados os meios de repatriação a que o governo de nenhum modo se obrigou, seja reservada a hospedaria da Saúde a receber os imigrantes importados antes que se dirijam a seus destinos, recusando-se formalmente a entrada nesse estabelecimento aos que abandonarem as colônias.

A hospedaria da Saúde não é uma casa de caridade a que se recolham vagabundos e mendigos em busca de pão, que recusam, recusando o trabalho.

***

59) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 23, sexta-feira, 30 de janeiro de 1874

Missão Penedo

O Apóstolo procura desde já dispor o terreno em que deve assestar as suas baterias de combate perante o novo estado de coisas que, naturalmente, provirá da solução obtida da Santa Sé pela missão especial confiada ao nosso ministro em Londres.

No emprego deste meio diplomático, não quis *O Apóstolo* ver o claro indício, que é, de que o governo só a contragosto se sentiu na

dolorosa necessidade de apelar para os tribunais para submeter à sanção penal a criminosa resistência de uma parte do episcopado à execução de ordens legais. Não quis ver mais que esta louvável deliberação do governo imperial, cujo manifesto pensamento foi a um tempo apartar as dificuldades futuras e tranquilizar no presente as consciências católicas, decorria natural da política que nunca interrompera, qual era e é fazer guardar e cumprir o direito constituído, e com o qual a Igreja nunca se declarara incompatível no Brasil, não aceitando, e nem ao menos parecendo aceitar uma luta religiosa. Não quis ver que, na sincera declaração que fez ao parlamento, de não precisar de leis de exceção para fazer cumprir as leis gerais que garantem a soberania nacional, o governo deixou bem acentuada a intenção de não pretender lançar-se em uma luta, de que não seria e ainda não é fácil avaliar as consequências. Não quis ver finalmente que, ao governo de um país católico, não podia ir bem armar-se com medidas de ocasião, quando lhe estava o direito escrito oferecendo os meios necessários para defender e resguardar as prerrogativas da sociedade civil.

O que levou a Roma o senhor barão de Penedo não foi certamente implorar apoio moral do chefe da Igreja ao direito constitucional e orgânico do Brasil. Nada mesmo se pediu ao Vaticano. Nas atuais circunstâncias, todo pedido de intervenção importaria, como indispensável condição para obtê-la, uma trégua obrigada no emprego dos meios legais postos em ação contra membros do episcopado.

Desde que o governo não se comprometeu e não podia comprometer-se a sustar o procedimento judicial intentado contra os bispos; desde que por nenhum ato anunciou a intenção de modificar as suas decisões; nada é mais insustentável do que se dizer que a missão Penedo em si, e qualquer que fosse seu resultado, é valente prova de ter o governo imperial abandonado o terreno em que se colocara na denominada questão religiosa.

Qual foi ou qual tem sido a política do governo?

Nada inovando nas regras que regulam as relações da Igreja com o Estado, o governo julgou fazer quanto em sua competência cabia, e as circunstâncias exigiam, provocando a ação do poder judiciário.

Esta política é ainda hoje a que o nobre senhor ministro do Império anunciou ao parlamento desde a primeira ocasião em que foi provocado a explicar o pensamento do governo.

A nomeação de um plenipotenciário na constância do conflito não revela interrupção dessa política que, qualquer que seja a modificação produzida no estado das coisas pela decisão da Santa Sé, não será descontinuada ou abandonada.

Muito agradável deve ser ao governo imperial que, antes devido à paternal influência do santo padre do que ao emprego de justas severidades legais, reentre o episcopado em si e, reconsiderando, no que está feito, as suas deliberações, evite para o futuro a repetição de fatos de igual natureza.

Isto, entretanto, não quer dizer nem que o governo tenha mudado de opinião quanto à eficácia das leis para conter os excessos de jurisdição espiritual, nem que interrompa a política posta a caminho desde que se manifestou a questão religiosa.

Duas proposições decorrem, a juízo de *O Apóstolo*, da nomeação do plenipotenciário na constância do conflito. Formula-as assim o órgão episcopal:

> A primeira proposição é que não tem ele (o governo) em nossas leis meios de compelir os bispos a executar ordens que considerem ilegais por versarem sobre material espiritual.
>
> A segunda proposição é que em Roma existe uma autoridade (que os papéis do governo chamam de estrangeira), a qual é competente para conhecer os atos dos bispos, confirmá-los ou emendá-los."

Da primeira já dissemos quanto poderá bastar para deixar patente sua improcedência.

Acrescentaremos, entretanto, que, tanto quanto as legislações podem compelir o cidadão a executar ordens, as nossas leis podem compelir os bispos a cumpri-las.

O que o direito não tem certamente a virtude de fazer, é impedir cidadãos ou bispos de incorrer na sanção penal. Armasse-se o governo com a mais severa legislação de guerra ao catolicismo e, ainda assim, não poderia em um certo sentido compelir o episcopado a isto ou àquilo. Os mártires de todas as perseguições religiosas estão aí protestando contra a eficácia de legislação dos homens para compelir em matéria de crenças.

Mas, quando se fala em compelir os bispos a cumprir os desejos temporais, fala-se evidentemente uma linguagem jurídica; e por esta se entende compelido o cidadão a obedecer à lei, desde que a garante uma sanção penal.

Quando o governo afirmou em pleno parlamento, o que equivale a dizer em pleno país, ter nos direitos constituídos os meios de resolver o conflito, não quis dizer, e ninguém assim entendeu, que tinha meio de fechar a porta ao martírio a que algum bispo quisesse resignar, neste tempo em que os mártires disputam cômodos e conforto e em que, portanto, a coroa do martírio pode figurar na mais composta cabeça.

Isto não se conseguiria o próprio parlamento ainda que, imitando o da Alemanha, fabricasse leis para alguma possível guerra religiosa como a fábrica de Essen fabricou Krupps para a guerra à França.

Poder humano não vai até aí.

O parlamento italiano fez a famosa lei sobre as prerrogativas do soberano pontífice, conhecida pelo nome contemporizador de lei das garantias. Não a fez certamente debalde, pois que apenas uma das disposições, não podendo ser cumprida sem a cooperação do santo padre, deixou de sê-lo. Mas, no fim de tudo, Pio IX não é menos ou não se diz menos prisioneiro do Vaticano.

Nada é, portanto, mais verdade do que afirmar-se, como fez o governo, que há em nosso direito escrito os meios de compelir o episcopado à execução dos decretos da soberania civil. Afirmando-o, o governo não quis dizer que os bispos não pudessem oferecer-lhes resistência.

Seria pretender o que nenhum poder humano pretenderia.

A segunda posição do *O Apóstolo* não pode ser invocada contra o governo, que nunca a combateu nem a podia ter combatido, fincando um governo católico.

Que há em Roma uma autoridade competente para conhecer dos atos dos bispos, confirmá-los ou emendá-los, ninguém o pôs em dúvida. Quem o negasse, teria negado com a autoridade do chefe da Igreja o primado que compete ao bispo de Roma; não seria mesmo um católico romano, e a religião reconhecida pela constituição política do Império como a da grande maioria dos brasileiros é católica, apostólica, romana.

Não é à autoridade do bispo de Roma que, todos os dias, recorrem os brasileiros a impetrar, com permissão do governo dispensas de impedimentos e outros atos reservados ao bispo dos bispos?

O que o governo tem defendido, é que essa autoridade não pode ser exercida a respeito do Brasil senão pelo modo previsto na lei fundamental do país; é que essa autoridade não pode ser invocada contra o direito pátrio.

Tudo é que o bispo de Roma não coloque sua autoridade em colisão com interesses do Estado, e impedi-lo é o fim do *placet*. O que neste ponto tem o governo defendido, defenderam-no todos os governos do Brasil.

O ilustre senhor conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, que disse-nos não ser estranho ao artigo que temos aos olhos, foi chefe do governo, e, então como hoje, o cidadão brasileiro não foi livre de recorrer ao santo padre para impetração de graças espirituais sem permissão do poder executivo, como não se deu a execução à menos importante dispensa de um qualquer impedimento matrimonial, dos que a Roma competem julgar, sem o beneplácito do governo imperial.

O Sumo Pontífice não foi, portanto, menos estrangeiro então do que é hoje.

***

60) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 26, quarta-feira, 4 de fevereiro de 1874

O resultado da missão Penedo

I

Que não faltariam os mais acerbos comentários sobre o resultado dessa delicada missão, de que com tão raro fortúnio acaba de desempenhar-se o senhor barão do Penedo; e isto, qualquer que fosse a solução obtida da Santa Sé e quaisquer que fossem também os meios empregados por obtê-la; que esta solução haveria parecer deficiente, incompleta, inútil, e para um certo número de espíritos raquítica e até repugnante; que se desejaria mais, muito mais, do que se houvesse obtido; - nós o esperávamos, e esperava-o também o governo.

Os que tinham começado por dizer dessa missão que não passaria de uma trivialidade diplomática, sob pena de deixar comprometida em

algum possível acordo a dignidade nacional, prevendo em ar de triunfo que o plenipotenciário brasileiro retirar-se-ia do Vaticano, tendo beijado inutilmente o pé de Sua Santidade; os que não cessavam de invocar a inflexibilidade dos princípios da Santa Sé como formidável objeção em que se quebrariam impotentes os mais hábeis manejos do representante do governo brasileiro; não podiam julgar do resultado dessa missão senão pelo modo por que o vão fazendo.

Não tinham eles, com uma significativa antecipação, condenado por um traço de pena a missão Penedo como medida altamente impolítica, comprometedora e ineficaz? Que muito que é, falhada a sinistra previsão, tentem agora diminuir a importância do resultado obtido?

O país, que sabe elevar-se acima de apreciações que vêm denunciando a inconfessável origem, raciocinará por sua vez que, tanto quanto podia ser obtido do chefe da Igreja, tanto como era de exigir-lhe nas atuais circunstâncias, e tanto como o permitiam as leis do Império e as atribuições do poder executivo, a missão Penedo o obteve sem quebra da dignidade nacional e sem compromisso de qualquer natureza.

O fim único dessa missão está mais que definido nas instruções que a presidiram, e em que *A Reforma* conhece num tom curiosamente sentencioso uma certa dignidade e certos lampejos de boa inspiração.

A missão Penedo correspondeu ou não a essas instruções?

Tal é a questão única que *A Reforma* levanta.

Já o órgão liberal não se preocupa com a inoportunidade da missão a Roma, com a ineficácia deste manejo diplomático, com tudo isto que lhe fez ver na missão Penedo uma frívola tentativa, alguma coisa que cumpria não tomar ao sério.

Já *A Reforma* reconhece por um juízo *a posteriori* que podia não ser tempo perdido fazer conhecidos da Santa Sé o verdadeiro estado da questão religiosa no Brasil, as causas que lhe deram origem e as prováveis consequências a que poderia chegar.

Como a verdade tem seduções irresistíveis! Os que ainda ontem anunciavam como coisa inevitável o completo malogro dessa missão, julgam agora que ela poderia ter obtido do chefe da Igreja a modificação de princípios em que a Santa Sé nunca admitiu e nem poderia admitir transação!

Mas, vai além *A Reforma*. Ela já reconhece, e não é pouco sabê-lo de intransigentes adversários, que as instruções transmitidas ao

senhor barão de Penedo revelam uma certa dignidade e lampejos de boa inspiração.

O que impressiona neste momento o órgão liberal é, segundo as suas próprias palavras, a revelação quase infantil da incapacidade do negociador e a leviandade com que o governo anuncia ao país a boa nova.

Vejamos, antes de tudo, em que o governo foi leviano ao anunciar a boa nova.

A missão Penedo não houvera por fim, nos termos das instruções do nobre senhor ministro dos Estrangeiros, senão expor ao cardeal secretário e mui particularmente a sua santidade tudo quanto ocorrera no Brasil, apontar os males que podiam resultar de atos tão irregulares e ilegais, e procurar obter que o Papa deixasse de animar os bispos na sua desobediência e, ao contrário, lhes aconselhasse toda conformidade com os preceitos da constituição e das leis e com as regras que têm sido sempre atendidas desde os tempos mais remotos nas relações da Igreja com o Estado.

Evidentemente, não se tratava de discutir do *placet*, do recurso à coroa, de todos os outros direitos que a soberania temporal se reserva como meios de impedir possíveis excessos da jurisdição espiritual.

Em tais pontos não seria mesmo lícito ao governo invocar a autoridade e o apoio do chefe da Igreja. Governo, que o tentasse, teria dado um profundo golpe nas instituições.

Desde que alguns bispos se julgaram amparados na autoridade do chefe da igreja para injustificáveis excessos de jurisdição espiritual, era de todo ponto conveniente e oportuno provocar de parte da Santa Sé uma explícita desaprovação deste insólito proceder.

Ora, este resultado obteve o incontestavelmente a missão Penedo, obtendo que a Santa Sé estranhasse aos bispos o uso de severidades mal aconselhadas, e lhes ordenasse voltar ao antigo estado: *ad pristinum statum*.*

Que fato tinha provocado o conflito que todos lamentamos, ou que todos devemos lamentar?

A Igreja e o Estado viviam no Brasil no mais perfeito acordo, que nada ameaçava quebrantar. O que trouxe a perturbação atual, foi

* Ao estado original. (N.E.)

sabidamente a interdição lançada a uma irmandade e a muitas outras em atos sucessivos. Daí, como de uma causa mediata, irrompeu o conflito em que, muito a seu contragosto, sentiu-se o governo envolvido.

No meio disto, e quando os acontecimentos já levavam um curso adiantado, fez-se público o breve pontifício de 29 de maio que tão mal interpretado devia de ser por uma parte do episcopado.

Em tais circunstâncias o que cumpria ao governo?

Não podendo resignar-se a esperar da Santa Sé a solução do conflito, que as leis o habilitavam a resolver, o governo julgou oportuno fazer sentir ao chefe da Igreja o verdadeiro estado da questão, e obter dele que deixasse de animar os bispos na sua desobediência.

Ora, pelo que nos é dado saber da carta expedida ao senhor bispo de Olinda, o santo padre não somente lhe estranha as severidades de que usou, como lhe manda que reponha as coisas no seu primitivo estado.

Quer-se mais brilhante desenlace da dificuldade?

É evidente que se os bispos, prestando à palavra da Santa Sé a obediência que não lhe poderiam recusar, ficando bispos católicos, restituírem às irmandades interditas a plenitude do exercício de suas funções, desaparecerá a primeira causa do conflito e com ela a origem de futuras perturbações.

É certo, entretanto, que não cessa por isto o conflito, se este nome convém à ação do poder judicial contra o procedimento criminoso do episcopado.

Mas poderia o governo ter dispensado na lei? Dever-se-ia suster o procedimento intentado?

Então as leis não seriam leis. O poder judiciário não seria mais um poder independente. A ordem das jurisdições estaria invertida. Não viveríamos mais em uma sociedade organizada.

Os que censuram por deficiente o resultado da missão Penedo, começam por não compreender o pensamento que a inspirou.

Essa missão não tinha que ver com a questão religiosa senão na parte em que a Santa Sé poderia influir sobre ela sem ofensa à soberania nacional.

Não se foi pedir ao Papa que homologasse a constituição política do Brasil e as suas leis orgânicas, ou que as declarasse conformadas com os interesses do catolicismo e com os direitos da Igreja.

Nem do resultado dessa missão fez o governo depender o emprego dos meios legais para conter o episcopado nos limites de sua jurisdição.

Tanto assim é que, nas instruções comunicadas ao senhor barão do Penedo, o governo fez-lhe saber que a ordem para o processo do senhor bispo de Olinda não se faria demorar, e no *memorando* submetido à Santa Sé, pela nota de 29 de outubro, o plenipotenciário brasileiro fala dos meios que nas leis do Império tem o governo imperial para manter ilesos os direitos do Estado.

Vê-se bem claro que não foi uma transação o fim da missão Penedo.

Ela obteve, entretanto, que o santo padre interpusesse a sua autoridade moral no conflito travado entre o poder eclesiástico e o poder civil, evitando a reprodução de atos que poderiam ser a ocasião de futuras perturbações.

Não era este um resultado que o governo devesse anunciar com satisfação?

Quisesse *A Reforma* julgar da missão Penedo, e da solução que ela obteve, colocando-se no verdadeiro terreno de que o governo não poderia apartar-se sem exceder o círculo das atribuições que lhe são cometidas, e certamente não houvera escrito que o espírito recusa acreditar o que os olhos leem entre os documentos publicados.

Do modo pelo qual o plenipotenciário brasileiro se houve no desempenho da missão que o levou a Roma, ocupar-nos-emos no artigo imediato.

***

61) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 60, quarta-feira, 19 de março de 1874

As ocorrências do Paraguai

Fomentada ou não por estranhos, ponto este que não seria oportuno ventilar, o governo do Paraguai sentiu elevar-se uma revolução contra a autoridade constituída.

Ou porque escasseassem ao governo os meios de resistência, ou porque ministros ou agentes seus se encarregassem de traí-lo, o certo é que, batidas as forças do presidente Jovellanos, a revolução ficou vencedora no campo de combate.

Neste pé estavam as coisas quando, solicitada a intervenção do ministro brasileiro, entendeu este não dever opor-se à reconciliação dos partidos, prestando-lhes uma mediação que, sem nenhum comprometimento para o Brasil, indiretamente concorria para impor termo a uma luta que o governo da República sentia não poder prolongar.

Era bom ofício de amigo que, não podendo ser recusado sem expor o Brasil a justas desconfianças de parte dos chefes revolucionários como de parte do governo, tanto menos devia sê-lo quanto a primeira intenção, manifestada por aqueles e por esta aceita, era respeitar a autoridade legalmente constituída.

Três eram os alvitres que, nestas circunstâncias, se ofereciam ao diplomata brasileiro: - 1° apoiar por uma intervenção direta a autoridade de Jovellanos, substituindo-se ao governo da República e defendendo-o a seu contragosto; - 2° recusar toda mediação e deixar que a reconciliação do governo com a revolução se operasse por si mesma, se isto lhe fosse possível; - 3° não recusar a mediação e prestá-la nos termos em que o fez.

Não cremos que *A Reforma*, tendo defendido com raro esforço a política de não intervenção, se declare pelo primeiro daqueles alvitres. Quando o próprio chefe do Estado, dispersados os seus meios de resistência, julgara dever transigir com a revolução, seria de todo ponto injustificável que as baionetas brasileiras interviessem com um apoio material a sustentar uma autoridade deliberada a ceder. Desde esse momento não seria a questão entre forças do general Caballero e as do senhor presidente Jovellanos; sob a aparência de uma guerra civil estaria a guerra externa mais ou menos disfarçada. Não mais Jovellanos, porém o Brasil achar-se-ia em causa. Vencida a revolução, o que seria certissimamente a questão de um encontro das nossas armas com as de Caballero, tudo o mais quanto se seguisse seria a obra do Brasil, e só por sua conta correria.

Este alvitre era, portanto, muito digno de ser apartado.

Dois outros se ofereciam: - recusar a mediação ou prestá-la. A recusa, começando por ser um protesto contra os nossos amigáveis e desambiciosos sentimentos com relação ao Paraguai, trar-nos-ia a desconfiança do atual e futuro governo da República como um natural resultado.

O que teríamos nós a ganhar em apartar-nos dos usos universalmente admitidos para recusar bons ofícios a quem no-los pedia no interesse da pacificação de um país amigo?

Vejamo-lo.

Recusada a nossa mediação seria, ou não, ajustado o acordo entre o senhor Jovellanos e o general Caballero.

No primeiro caso, não podendo esse acordo em vista das circunstâncias ser mais favorável ao governo da República do que o foi o ajuste celebrado com a mediação do agente brasileiro, nada se houvera ganhado no tocante às condições, e a revolução triunfante ver-nos-ia com razão com uma certa desconfiança.

No segundo caso seríamos vistos como os responsáveis morais pela prolongação da luta, se ao senhor Jovellanos restassem energias para mantê-la, ou, derribado o governo legal, êxito natural da revolução, o que o houvesse de substituir teria todo fundamento para ver em nossa recusa uma cumplicidade com o governo decaído. Nesse dia nos teria evidentemente cabido uma parte de vencidos.

Vê se que a recusa de nossa mediação expunha a mais de um inconveniente, sendo o primeiro e dos mais graves deixar supor que às nossas forças está reservado em Assunção o papel de sustentar um partido, apear outro, e assim tomar parte nas evoluções da política interior do país. Daí a um protetorado, apenas sem o nome, não iria muita distância.

Não sendo esta a nossa intenção ao manter no Paraguai uma certa força, a demissão imediata de nosso ministro era ato inoportuno, impolítico e inconvenientíssimo.

No fim de contas destinar-nos-ia esse seria um ato a humilhante posição de vencidos perante uma revolução.

O efeito natural de uma tal demissão, não há mesmo quem o não entreveja. Em cada um ministro dado pela revolução a Jovellanos, surgiria um inimigo do Brasil. Ora, não é de boa política animar inimigos.

É sem nenhuma razão que *A Reforma* em duas hipóteses que figura, presente reservada ao Brasil ou a necessidade de manter com a sua garantia moral um estado de coisas infenso aos seus interesses e favorável aos de terceiros, ou de combater com grave dano das finanças a inimigos do atual governo do Paraguai.

A posição que os tratados nos destinam perante o novo governo de Assunção é a mesma que mantínhamos perante o governo decaído. São os mesmos os nossos direitos, os nossos interesses e a nossa responsabilidade.

Não se esqueça, entretanto, que pelo conhecido acordo ficou salvo o princípio da autoridade, estipulando-se no primeiro artigo o reconhecimento do poder legalmente constituído.

Cercando-se de ministros de todos os partidos o senhor Jovellanos fê-lo para assegurar a paz interna, impondo fim à guerra civil, e nisto consultando o que lhe pareceu ser o legítimo interesse do seu país.

O que tínhamos nós a ver com uma recomposição ministerial no Paraguai?

O que nos tinha sido pedido, foi que protegêssemos a capital da república, onde temos aliás os nossos quartéis, depósitos e hospitais, contra um assalto à mão armada. Isto fizemos nós e é bem de presumir que, se não fosse o apoio material que nós tínhamos comprometido a prestar ao governo para a defesa de Assunção, as forças do exército vencedor teriam aí penetrado.

Mas, além de que a nossa intervenção a mão armada não foi solicitada, ela não poderia ir além da defesa da capital; e esta se sabe que não foi atacada.

São argentinos os novos ministros? Vão eles entregar o Paraguai ao estrangeiro? Não o cremos, nem em boa razão o poderíamos presumir.

Se eles o tentassem, na autoridade legal do senhor Jovellanos encontrariam a resistência que os interesses do país pudessem aconselhar. Do fato de se haver obrigado a chamar um ministério de conciliação, não se pode concluir que o senhor Jovellanos deva julgar de qualquer sorte empenhada a sua palavra em manter um ministério conspirador contra os direitos da nação.

Cederá também o senhor Jovellanos ou pode-se recear que as circunstâncias lhe imponham uma dolorosa cumplicidade na obra antipatriótica do governo paraguaio?

Que o faça, uma vez que respeite o Brasil e os seus direitos. Nosso fim não é guerrear a República Argentina, ou combater as suas influências, mas sim zelar e defender as garantias da paz com o Paraguai.

O Brasil, que não armou nem fomentou essa revolução, não tem de que arrecear-se pela pacificação do Paraguai. Os principais motores dessas convulsões da infeliz República é que terão afinal de conhecer que proveito podem dar empresas de tal natureza.

Tendo por si a boa fé, a lealdade e o direito, o Brasil tem os meios de se fazer respeitar; e será respeitado em sua dignidade, como em seus legítimos interesses.

Fique, porém, muito claramente assinalado que são os nossos adversários que insinuam ao governo uma política de ativa intervenção em um Estado soberano e independente.

***

62)A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 62, sábado, 21 de março de 1874

O que queriam que fizéssemos?

Não pareceu bem ao *A Reforma* que, ao recordar os recentes acontecimentos da República do Paraguai, houvéssemos escrito que as nossas forças não estão em território estranho para levantar partidos, apeando outros, e fomentar e defender à mão armada grupos contra grupos.

Daqui concluiu o órgão liberal que andara bem avisado em denunciar no governo imperial o primeiro responsável da *política inqualificável* do nosso ministro em Assunção.

Sem recordar fatos mais remotos, tomaremos a questão do ponto em que a tomou *A Reforma,* isto é, da invasão armada do território da República por cidadãos paraguaios que, meses antes, tinham levado ao seu país à guerra civil.

Nessa ocasião, e em resposta ao senhor presidente Jovellanos, o ministro do Brasil afirmou por este modo ao governo da República as intenções do governo do Brasil:

> Legação do Brasil no Paraguai – Assunção, 8 de janeiro de 1874. – Senhor Ministro – Pela nota datada de ontem dignou-se vossa excelência comunicar-me, em nome do governo da República, que, infelizmente contra os poderes legais do Estado, acaba de realizar-se uma nova invasão armada a cuja frente se acham os mesmos cidadãos paraguaios, que há poucos meses trouxeram a guerra civil a esta República.
>
> Manifestando a vossa excelência, em resposta a sua precitada comunicação, o sincero e profundo sentimento que, como representante de um governo amigo,

experimento ao ver uma luta sanguinolenta quase a travar-se novamente entre paraguaios, e fazendo os mais ardentes votos para que, quanto antes, se restabeleça a tranquilidade e a confiança neste país, que tanto necessita de ambos estes bens inestimáveis como condição primeira e indispensável de sua reorganização política e social, cumpre-me ao mesmo tempo declarar a vossa excelência que as forças brasileiras aqui estacionadas cooperarão, em caso necessário, para garantir a ordem, as vidas e propriedades no distrito da capital, não permitindo que esta se converta em campo de batalha.

Esperando ter assim satisfeitos os desejos do governo da República manifestados no seu ofício dirigido a esta legação, aproveito a oportunidade para renovar a vossa excelência as seguranças da minha particular estima e mui distinta consideração – *Antonio José Duarte de Araújo Gondim* - A sua excelência o senhor dom José del Rosário Miranda, ministro das Relações Exteriores.

O comandante de nossas forças, por sua parte, o bravo barão de Jaguarão, dirigiu-se nos seguintes termos ao senhor presidente Jovellanos:

Comando da Divisão Brasileira no Paraguai – Quartel-general em Assunção, 8 de janeiro de 1874. – Ilustríssimo e excelentíssimo senhor – Em nota datada de ontem, dignou-se vossa excelência comunicar-me que uma rebelião armada, dirigida pelos mesmos paraguaios que se rebelaram contra os poderes constituídos, invadiu de novo o território da República e que o estando o governo de vossa excelência no firme propósito de defender aqueles poderes, e manter a ordem pública, pede, em caso de necessidade, o apoio moral e material das forças que se acham debaixo do comando.

Em resposta, tenho a honra de dizer ao senhor ministro que, no caso de acometerem os revoltosos esta capital, pode contar com o apoio pedido a fim de ser mantida a ordem e a segurança pública e garantida a vida e os bens dos habitantes. Deus guarde a vossa excelência (assinado) *barão de Jaguarão*, marechal de campo. Ilustríssimo e excelentíssimo senhor dom José del R. Miranda, ministro das R. E.

Como por estes documentos se vê, considerados rebeldes os revolucionários, as forças do Brasil cooperariam em caso de necessidade para garantir a ordem, a vida e as propriedades no distrito da capital.

Mas, batidas as forças de Jovellanos em uma refrega na campanha, o mesmo senhor Jovellanos, que solicitara o apoio das forças do Brasil para resguardar a capital contra um golpe de mão, pediu a intervenção do ministro brasileiro para um acordo com os revolucionários. Estes de sua parte aceitaram essa intervenção, e do mútuo acordo resultou o ajuste de 16 de fevereiro, firmado na legação do Brasil, sob a mediação e garantia moral do Império.

Não nos demoraremos em indagar dos motivos, aliás óbvios, que tal resolução inspiraram ao presidente da República. O único fim de poupar a um país extenuado a perda de sangue, e a um tesouro exaurido custosíssimos sacrifícios, teria entre esses motivos uma assinalada influência.

Era de ser recusada a nossa intervenção quando nos era pedida por um governo amigo, e dela talvez em boa parte dependia a pacificação do país?

Diz *A Reforma* que, de acordo com as instruções naturalmente recebidas do governo imperial, e de conformidade com o que havia prometido ao governo da República, devia o nosso ministro deixar em completa neutralidade que os acontecimentos fora de Assunção se cumprissem totalmente.

Mas isto foi, nem mais nem menos, o que fez o ministro brasileiro O acordo de 16 de fevereiro, celebrado na legação do Brasil, se pôs termo a esses acontecimentos, e foi influenciado pela vitória alcançada pela revolução, está longe de ser um ato de intervenção espontânea ou calculada para dar ou retirar influência a este ou aquele partido.

Ainda *A Reforma* observa que, ou Jovellanos nos traiu, ou perdeu a fé em nossos elementos de força, e de um modo ou de outro a nossa intervenção foi inoportuna.

Quando se reflete que o senhor Jovellanos não cedeu à proposição de paz senão depois de empenhar as suas forças contra as do inimigo, e se atende a que a primeira cláusula do acordo de 16 de fevereiro consagra o acatamento dos altos poderes do Estado, entrevê-se que não foi um intento ignóbil o que determinou o presidente da república ao ato para que solicitou a nossa intervenção.

Recusada que ela fosse, o que se daria? Avaliemos as circunstâncias pelo que elas valem.

Celebrar-se-ia ou não o acordo. No primeiro caso teríamos de assistir indiferentemente à celebração do ajuste que, sem a garantia moral de um

governo amigo, naturalmente importaria em um verdadeiro despojo dos vencidos no campo de batalha. No segundo caso correria toda a nossa conta, e só por ela, o sangue que viesse a ser derramado. Desde esse momento a guerra civil houvera perdido esse caráter para tomar, sob uma frívola aparência, o de guerra externa.

Falou *A Reforma* em quebra de nossa dignidade nesse acontecimento que ela chama miserando.

Não advertiremos no efeito que tais palavras vão prestar-se entre os nossos vizinhos do Prata. Esta cruel expressão, e tão cruel como injusta, nós a teremos dentro em pouco de torna-viagem acompanhada dos comentários à que a imprensa argentina nos tem habituado.

Onde está, entretanto, a quebra de nossa dignidade? Estávamos nós em causa entre Jovellanos e Caballero? Feria-se entre eles uma questão brasileira?

Esse acordo, celebrado sob a nossa garantia moral, firmando o reconhecimento dos poderes constituídos, salva o princípio de autoridade. Ora, tal era o fim com que prometêramos a Jovellanos o nosso apoio material.

Com os novos e com os antigos ministros do governo paraguaio, os nossos interesses são os mesmos, e é a mesma a nossa posição.

Se os novos ministros, como aliás não supomos, tentarem entregar o Paraguai de pés e mãos atadas à influência argentina, consigam-no ou não, temos pouco a ver com isto uma vez que os nossos direitos sejam respeitados.

Estes o serão em todo caso.

Concluímos repetindo ao órgão liberal: - A missão das nossas forças no Paraguai não é criar partidos ou fomentar divisões. No triunfo ou semi-triunfo da revolução, não fomos vencedores nem vencidos. Nem as nossas armas nem a nossa diplomacia estavam em causa.

***

63) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 83, sábado, 18 de abril de 1874

Revista Política

O *Diário do Rio* publicou hoje um artigo anônimo em que aparece o nome do jornal que redigimos desde certo tempo.

A insinuação que nesse artigo se contém é clara, e sendo os abaixo assinados, como se sabe, os redatores de *A Nação*, é fácil compreender a quem é dirigida a gratuita imputação que aí se lê. Atribui-se a nós (talvez porque somos amigos do senhor doutor Luiz Bandeira de Gouvêa e defendemos nas colunas desta folha as concessões ultimamente feitas pelo governo), atribui-se a algum de nós, ou a ambos nós [*sic*], participação na empresa desse cavalheiro.

Cumpre-nos, pois, protestar desde já contra tão infundada e injuriosa suspeita.

Nada absolutamente temos com a empresa do senhor Bandeira, e nunca recomendamos ao senhor ministro da Agricultura, nem aos seus colegas, essa ou outra qualquer pretensão do mesmo gênero.

Apenas uma vez conversamos com sua excelência sobre o assunto, e foi para pedir-lhe informações que nos habilitasse a responder a algumas perguntas feitas por *A Reforma* relativamente a um suposto conchavo entre o nobre ministro e a câmara municipal, entre as quais se deixava perceber os princípios que anteriormente sustentara quando se deu o conflito municipal do ano passado.

Não autorizamos, pois, por fato algum a suspeita do articulista em questão.

Em questões de uma certa natureza, ainda que se trate de artigo anônimo de uma vaga referência, é bom deixar os pontos nos ii.

J. M. da Silva Paranhos
F. L. de Gusmão Lobo

***

64) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 103, terça-feira, 12 de maio de 1874

Não há ainda

Não há ainda notícias oficiais sobre o combate ou encontro que tiveram as tropas brasileiras e as do governo do Paraguai com os rebeldes desse país, dirigidos pelos majores Molas e Ávalos.

Pouco podemos acrescentar às notícias que publicamos ontem e que não sabemos até que ponto são exatas.

Em outras folhas de Buenos Aires e de Montevidéu, que recebemos hoje, os fatos são narrados do seguinte modo:

Os rebeldes, dirigidos pelos majores Molas e Ávalos, reuniram-se em Paraguari, apoderaram-se de um trem do caminho de ferro e espalharam pelas vizinhanças da capital o susto e a desolação, roubando as casas de campo e assassinando os moradores que se recusavam a alistar-se em suas fileiras.

Não representavam um partido político: formavam apenas um bando de salteadores e soldados indisciplinados, dirigidos por dois chefes sem prestígio, cujos nomes aparecem pela primeira vez na cena política daquele país.

O presidente Jovellanos fez sair da capital uma força de 300 homens e 2 canhões *krupp* , ao mando do ministro da Guerra, general Serrano.

Essa tropa acampou sem as devidas precauções junto a Trinidad, a algumas léguas de Assunção, e foi surpreendida e desbaratada pelos facciosos na madrugada de 25 de abril.

Os dois canhões e quase todo o armamento caíram em poder de Molas. As tropas do governo tiveram apenas 2 oficiais e 3 soldados mortos, mas muitos ficaram prisioneiros.

Os rebeldes ameaçaram então a capital, roubaram cavalos e bois pertencentes à divisão brasileira, e saquearam muitas casas dos subúrbios.

Sua força chegaria a uns 500 homens.

O governo paraguaio pediu que as nossas tropas interviessem para salvar a capital e manter a ordem.

A imprensa de Buenos Aires mostrava-se irritada por ver que o próprio general Caballero identificava-se nesta questão com o presidente

Jovellanos e com seus colegas de ministério, invocando o apoio das armas brasileiras.

Saíram as nossas tropas e com elas um contingente paraguaio.

Segundo as notícias que publicamos ontem o senhor marechal de campo barão de Jaguarão pôs-se à frente das forças que saíram. Segundo uma folha argentina que vimos hoje, quem comandou as tropas em campanha foi o senhor brigadeiro Mesquita.

O general Serrano comandava o contingente paraguaio que acompanhava a divisão brasileira.

Os rebeldes puseram-se logo em retirada, sustentando um pequeno tiroteio de guerrilhas, e fizeram alto junto à Loma de Luque, onde formaram em batalha.

Diz uma folha argentina que correu muito sangue, mas todas as outras dizem que apenas a nossa cavalaria lançou-se à carga contra uma das alas dos facciosos, dispersaram-se estes, sendo ativamente perseguidos, e largando no campo todo o seu armamento e artilharia. Asseguram mais que nem os brasileiros nem os paraguaios de Serrano sofreram perdas.

A ordem fica restabelecida completamente.

O próximo paquete nos dirá a verdade sobre esses acontecimentos.

***

65) ***A Nação***
Jornal político e comercial

Ano III, número 106, sábado, 16 de maio de 1874

Os acontecimentos do Paraguai

Podemos hoje confirmar as notícias que nos trouxe nosso último paquete.

Os bandidos dirigidos por Molas, Ávalos, Aveiro e Goiburú, ameaçaram a cidade de Assunção e enviaram uma insolente intimação ao senhor marechal de campo barão de Jaguarão, para que dentro de dez minutos fizesse retirar da Praça de São Francisco as tropas brasileiras, que aí se achavam a pedido do governo paraguaio.

A resposta foi a ordem imediata de avançar. O brigadeiro Mesquita adiantou-se, indo com ele uma força paraguaia ao mando do general Serrano.

Apenas avançou o 2º regimento de cavalaria, espalhando-se em guerrilhas, puseram-se em precipitada retirada os rebeldes. Em Luque fez alto a coluna de Molas, composta de pouco mais de 400 homens, com 2 canhões *krupp*, e esperou as nossas forças e as de Serrano, mas, quando o 2º regimento brasileiro e a cavalaria paraguaia lançaram-se à carga, fugiram em confusão os inimigos, abandonando a artilharia, muito armamento e 1 bandeira, que foi tomada por um soldado nosso, e entregue depois ao presidente Jovellanos.

O encontro de Luque não foi um combate, foi uma dispersão para os rebeldes.

Não sofremos prejuízo algum.

Toda a população paraguaia, sem distinção de partidos, aplaudiu a atitude que tomamos nessa emergência.

Os bandidos que seguiam o cabecilha Molas não representavam um partido político, e mancharam-se às portas da capital com os mais horrorosos crimes.

O redator do jornal *La Patria*, Francisco Martinez, que se achava em Trinidad com o general Serrano, caiu em poder de Molas e foi barbaramente assassinado.

Pela seguinte carta escrita por um dos rebeldes pode-se fazer ideia dos projetos desta gente:

> Estamos decididos a atear fogo em toda a República, até que morra o último soldado dos nossos.
>
> Correremos o país com fachos incendiários, e não respeitaremos nem os quartéis, nem os hospitais brasileiros.
>
> Temos ordens dos chefes da revolução para não matar os prisioneiros, que e, se estes forem brasileiros, nos limitemos a castigá-los.
>
> Esta ordem já foi cumprida com um certo Daniel Loizaga, o qual, segundo dizem, está muito maltratado.

Igual sorte terão os estrangeiros que tomarem armas a favor dos invasores.

O secretário do coronel Serrano caiu prisioneiro e o esquartejamos no campo de batalha.

Redigia uma folha em Assunção, era espanhol, e se chamava Martinez.

A imprensa argentina mostrava-se irritada por ver que todos os paraguaios, sem excetuar os ministros Caballero, Escobar, e seus aderentes, haviam recorrido à intervenção do Brasil.

É que os próprios chefes da revolução que partiu de Corrientes, e cujo triunfo em Campo Grande foi tão aplaudido pelos argentinos, estão convencidos hoje de que o Brasil é um amigo sincero e desinteressado do Paraguai.

Não queremos desmembrar violentamente nem um só palmo do seu território, e nunca fomentamos a anarquia nesse desgraçado país.

Os que recorrem a tais meios arrependem-se sempre de os haver empregado.

Quantas esperanças depositavam os argentinos em Caballero e nos vencedores de Campo Grande! Hoje mostram-se despeitados porque reconhecem que esse chefe e seus partidários são antes de tudo paraguaios. E porque Caballero e seus amigos são patriotas, e não se prestam a ser instrumentos de um ambicioso vizinho, começa a imprensa de Buenos Aires a agredi-lo e a simpatizar com um bando de assassinos dirigidos por homens obscuros, repelidos por toda a população paraguaia, pelos dois grandes partidos do país, hoje representados no governo!

O *Nacional* de Buenos Aires esse chega até a dizer que foi o Brasil quem promoveu a revolta de Molas para depois ter o prazer de sufocá-la.

É confiar muito na ingenuidade dos seus leitores!

***

66) A Nação
Jornal político, comercial e literário

Ano III, número 110, quinta-feira, 21 de maio de 1874

Da República Argentina

Da República Argentina recebemos dois importantes documentos: a mensagem do presidente senhor Sarmiento, e o relatório do senhor Tejedor.

Em outro lugar desta folha, encontrarão os nossos leitores os trechos que mais nos interessam.

Os sentimentos pacíficos que o senhor Sarmiento manifesta em sua mensagem têm o cunho da sinceridade, sendo para lamentar que tais palavras não fossem proferidas antes.

O imenso material de guerra que sua excelência, levado das melhores intenções, tem acumulado, não pode entretanto receber outra aplicação da parte do seu sucessor?

O senhor Avellaneda, elevado ao poder pelos alsinistas, estará animado dos mesmos sentimentos pacíficos?

É o que o tempo se encarrega a demonstrar.

Quanto às negociações com o Paraguai, o relatório do senhor Tejedor manifesta o propósito de seguir uma política de acordo com os sentimentos do chefe do Estado, mas não expõe a questão de direito, pelo que respeita ao Brasil, em sua verdadeira luz.

O relatório do honrado visconde de Caravelas esclarece todos os pontos, e mostra que as conjecturas do senhor Tejedor podem ser voltadas contra o governo de Buenos Aires.

Há, porém, no relatório do ministro argentino uma declaração de imensa importância; o governo de Buenos Aires aceita o arbitramento como o propôs o Brasil.

Se assim é, porque tanta celeuma, e porque não trata o senhor Tejedor de realizar esse pensamento?

Talvez tema que o infeliz Paraguai se mostre altivo!...

***

67) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 115, quarta-feira, 27 de maio de 1874

O senhor visconde do Rio Branco

Começou hoje na câmara temporária a discussão do voto de graças.

Numerosa multidão enchia as galerias, antessalas e corredores. Não havia espaço para um ouvinte demais.

No recinto do salão os senhores presidente do Conselho, e ministros da Guerra, da Marinha e dos Estrangeiros, ocupavam os seus lugares. Os demais ministros ocupavam as suas cadeiras de deputados.

Rompeu o debate o senhor conselheiro Paulino de Souza. Visivelmente inquietado pela grande responsabilidade que sentia aos ombros, receoso de cavar abismos entre os seus próprios amigos, sua excelência consagrou a maior parte de seu longo discurso a defender a coerência de seu procedimento, como se de todos os lados, e até do seio de seus novos amigos, lhe surgissem interrogações fulminantes.

Nessa parte de seu discurso, que se pode dizer a parte histórica, sua excelência buscou debalde justificar a dissidência conservadora pelo motivo, confutadíssimo, de ausência da confiança pessoal nos atuais ministros.

O parlamento ouviu dos lábios do senhor conselheiro Paulino de Souza esta formal declaração: - Não são as ideias que nos separam; o nosso programa é comum. Por que nos não unimos? Porque entre nós e vós eleva-se uma objeção, uma objeção formidável, o decreto de 22 de maio de 1872!

É assim que o senhor conselheiro Paulino de Souza se encarregou, ele próprio, num desses momentos de expansão a que nenhum orador pode eximir-se, de confirmar do alto da tribuna, o que tantas vezes temos sustentado: - e é que a dissidência, que rasga os seios do partido conservador, tendo origem em um preito de ideias, perdeu daí em diante toda a razão de ser.

Venha aí qualquer outro ministério, acrescentou o orador, e não lhe recusaremos o apoio que devemos a um governo conservador.

Não se podia dizer mais claro que não é por uma questão de princípios que conservadores se elevam contra conservadores.

A dissidência tinha sido julgada pelo seu ilustre chefe.

Feita esta primeira revelação, o senhor conselheiro Paulino de Souza entendeu oportuno referir-se em rápida análise aos graves assuntos das relações exteriores, finanças e questão religiosa.

No tocante às relações internacionais do Império, sua excelência recordou que, enquanto em 1852 o nome do Brasil era respeitado entre os nossos vizinhos do Prata, em 1874 bem diversa se mostrava a situação.

Tanto dinheiro despendido, disse o orador, por arrasar as fortificações de Humaitá, tantas preciosas vidas por garantir a liberdade da comunicação fluvial com Mato Grosso, e, no fim de tudo, a República Argentina pode a seu bel-prazer fortificar Martín García e terá assim a chave do Paraná e Uruguai!

Na parte relativa às finanças o orador limitou-se a ponderar que de 1871 a 1874, tinha a despesa crescido, anunciando-se saldos enquanto o tesouro pede dinheiro a prêmio a juro de 6%, pagos adiantados.

A questão religiosa foi para sua excelência um verdadeiro leito de Procusto.

Sua excelência, combatendo com vigor o procedimento judicial intentado contra os bispos de Olinda e do Pará, declara-se todavia católico, apostólico, romano, nos termos da constituição política do Império.

O *placet* e o recurso à coroa, são para o orador instituições constitucionais a que se deve preito e homenagem.

O orador foi adiante: - De um período em que falou nos direitos de família, concluiu o auditório que sua excelência vai até a reclamar o casamento civil, como medida aconselhada pelas circunstâncias.

No momento em que o senhor Paulino de Souza afirmava a sua obediência aos preceitos da Igreja, e se declarava com ênfase católico, apostólico, romano, vivos apartes interrompiam o orador, pedindo-lhe que se definisse sem frívolos rodeios. Debalde o tentavam: sua excelência., censurando o procedimento judicial instaurado aos bispos, defendia ao mesmo tempo o recurso à coroa e o beneplácito.

O orador tinha debalde gesticulado com uma desusada vivacidade; debalde buscava pelo entono da voz anunciar com uma certa solenidade as suas convicções. Sua excelência tinha deixado a questão no mesmo pé, com todo o seu cortejo de dificuldades. Nem uma ideia nova. Nem ultramontanos, nem regalistas revelavam confiança no arauto da conciliação.

No meio desse profundo silêncio, que anuncia a presença de um grande orador na tribuna, ergueu-se o senhor visconde do Rio Branco.

Acompanhando a par e passo o orador que o precedera, o ilustre presidente do Conselho começou recordando as circunstâncias que determinaram a dissolução de 1872, demonstrando, por uma rápida apreciação, que outro não podia ser o desenlace constitucional da crise então manifestada.

Nesta parte de seu discurso, o orador, vivamente interrompido por significativas mostras de aplauso, deixou patente que não é em nome de ideias e princípios que as mantém uma dissidência no seio do partido conservador.

Deixemos, disse o orador, vãs recriminações que a ninguém aproveitam. Se temos cometido erros, apontai-os; dizei como poderíeis ter a fortuna de os ter evitado: anunciai-nos, e ao país. Essa política miraculosa que tudo reporia em seu lugar, tudo restauraria, no momento em que vos caíssem aos ombros estas fardas bordadas.

Entrando no assunto das relações exteriores, o festejado orador exprimiu-se com a reserva e delicadeza que a matéria demanda.

É certo, disse o senhor visconde do Rio Branco, que as nossas relações com as Repúblicas platinas não são hoje em dia as de 1852. Mas pode alguém suprimir uma guerra de cinco anos, e com ela todo o curso de acontecimentos que encheram esse período? Fomos nós que fizemos essa guerra, que celebramos o Tratado de 1º de maio, que demos causa e origem a desconfianças que o tempo e uma política desambiciosa de ilegítima influência conseguirão tranquilizar?

Fortificando Martín García, a República Argentina julga usar de um direito, como julga defender outro, reclamando toda a posse do Chaco até a Bahia Negra. No estado em que estas questões se acham, o orador reputaria altamente inconveniente instituir sobre tal assunto um largo debate.

Sem faltar à fé dos contratos, o governo imperial tem feito quanto deve por não deixar comprometidos os seus legítimos interesses.

Depois de outras ponderosas reflexões sobre este grave assunto, o orador interroga ao seu ilustre adversário se seria possível criar novos serviços, desenvolver outras, renovar o material do exército e armada, prolongar vias férreas, estender a navegação, fomentar a colonização, etc., sem aumento de despesa.

Se os saldos demonstrados no relatório, já presente ao parlamento, são ou não são reais, é questão que se deve apreciar detidamente, mediante o paciente exame de algarismos, e o orador não se recusará a contestar quantas objeções se suscitem aí contra as suas previsões.

Não aceita somente discussão; provoca-a.

A elevação do prêmio dos bilhetes do tesouro não atesta urgências do Estado.

É o meio de realizar, tão de pronto como convém e foi autorizado, uma operação indispensável à marcha regular do serviço.

Na questão religiosa o ilustre senhor visconde do Rio Branco revelou, em frase tão vigorosa como animada, as profundas convicções de que tem sido intérprete no governo.

Prezando-se de ser tão bom católico como os melhores, nutrindo a mais firme esperança de morrer no seio dessa religião em que foi educado, e não recusando à autoridade docente da Igreja a sua incontestável influência, o orador é ao mesmo tempo cidadão, chefe de um gabinete, e em um e em outro caráter deve a mais plena obediência aos preceitos da constituição política do Império.

As interdições lançadas a várias irmandades pelos bispos de Olinda e do Pará, constituindo verdadeiros e lamentáveis excessos de jurisdição espiritual, foram assim julgadas pelo Conselho de Estado, mediante o recurso pré-estabelecido pela lei.

Nada tendo inovado nas leis, o governo se tem limitado a cumpri-las, tão inteiramente como nelas se contém.

Certo como está o orador de que nenhum outro governo excederia o atual em prudência e em moderação, lamenta profundamente o conflito; tem a grata esperança de o ver terminado; mas saberá resguardar a soberania nacional contra impensados e irrefletidos ataques.

Nesta parte de seu notável discurso, talvez o mais importante, o grande orador excedeu-se a si mesmo.

Ao deixar a tribuna, o ilustre senhor visconde do Rio Branco foi vivamente aplaudido por deputados e espectadores. Inúmeros cidadãos, e muitos homens do povo entre eles, o vieram saudar.

Os dois discursos, de que temos dado um esboço tão rápido como incompleto, tinham enchido toda a sessão.

O dia de hoje foi de verdadeiro e incontestado triunfo para o gabinete de 7 de março.

68) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 224, quarta-feira, 07 de outubro de 1874

Os nossos armamentos

Aplaudimo-nos por ver que o *Diário do Rio* tirou-se de seu habitual silêncio para vir tomar posição nos debates da imprensa. De alguns dias a esta parte, coincidindo com os folhetins do senhor Pinheiro Chagas, nos tem dado o decano de nossa imprensa a íntima satisfação de anunciar sobre vários assuntos o seu pensamento que, até um certo tempo, baldado era interrogar.

Em boa hora o fez. Na luta pacífica das ideias, servida por essa cuidadosa moderação de linguagem de que o *Diário* possui o segredo, o espírito público tem tudo a ganhar, nada a perder. Ainda por outro lado presta o *Diário* um serviço, e é o de mostrar por atos que a oposição mais suspeitosa, a mais intransigente e irreconciliável, não precisa, para ir a seu fim, de uns quantos arremetimentos e energias de palavras suprem a muitos o vigor da dialética e a seguridade das convicções.

Não sabemos quais previsões do *Diário* tenham sido desdenhadas pelo governo, nem que esforços tenha feito o contemporâneo em defesa da paz contra a torrente das paixões em ebulição sob a impressão de supostas ameaças.

A paz, essa a queremos tão sinceramente como o *Diário*, e nem outro tem sido o invariável pensamento a inspirar a política externa do governo imperial. Paz honrada, subentende-se, digna de um grande povo que a todos os mais interesses antepõe a honra nacional.

Nos tratados, acordos, missões, em tudo está de tal modo patente o ardente desejo de cultivar e estreitar as boas relações de nação a nação,que não seria mesmo uma coisa séria atribuir ao governo do Brasil tendências belicosas. A convicção pública está neste ponto tão repousada que escusado é ainda mais tranquilizá-la.

É certo que, se não refizemos totalmente o material de nosso exército e armada, fez-se quanto era preciso, e convinha, para manter ao Brasil a sua antiga posição de superioridade militar na América do Sul.

Finda a guerra do Paraguai, o material do exército e armada ficou muito aquém do que pediam as estritas necessidades do serviço. Os mais

urgentes e indispensáveis reparos eram ainda assim custosos, e foi de mister ordená-los.

A experiência da guerra nos tinha aliás convencido de que a maior ou menor duração de uma campanha, e o seu êxito, mais dependem de boas armas que de muitos braços. Se é bom economizar dinheiro, muito melhor é economizar tempo e o sangue dos defensores da pátria.

O último tiro disparado em Aquidabã pondo termo à guerra militar, anunciava naturalmente a guerra diplomática. Por melhores e mais desambiciosas que fossem as intenções dos aliados, o novo estado de coisas nos impunha responsabilidades e apreensões por firmar em base sólida, direitos e interesses que tínhamos reivindicado a poder de sacrifícios.

Ainda não havíamos chegado ao termo das negociações quando, de improviso, viu-se a República Argentina, habilitada com o produto de um empréstimo, reparar às carreiras o seu material de guerra, fazendo assentar nos estaleiros as quilhas de dois monitores, importando grande porção de armamento Remington e baterias de diferentes tipos de artilharia, armando Martín García, experimentando torpedos, construindo o arsenal de Zárate, celebrando sessões secretas em seu congresso, e o mais e mais de que os jornais deram conta.

Pedimos e obtivemos explicações, mas ninguém acreditou no Brasil e no Prata que toda essa atividade militar se preocupasse dos índios da Patagônia, de questões de limites ou de algum possível López Jordán, para quem bastaria a bravura de qualquer Gainza.

Jornais do Prata estranharam ao senhor Sarmiento esse belicoso aparato, enquanto os do Brasil, quase à uma, intimaram o governo imperial a mostrar-se digno de sua elevada responsabilidade, não permitindo que a eventualidade de uma guerra nos surpreendesse desapercebidos. De passo observaremos que jornal houve no Brasil, órgão de um grupo radical, que, com sacrifício de naturais simpatias, em extensa série de bem lançados artigos ditou ao pacífico governo nada menos que um plano de campanha com todos os seus detalhes, desde a fortificação até o nome do general. Foi a *República*.

As correspondências de Buenos Aires e Montevidéu para o *Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco*, e outros órgãos de grande circulação, não faziam mistério de suas apreensões que o tom da imprensa platina confirmava.

No meio desta verdadeira ou falsa agitação, só o governo do Brasil parecia guardar imperturbável calma. Nas discussões do parlamento como em documentos oficiais, a sua linguagem era tranquilizadora. Não faltava mesmo quem visse nisto um requinte de circunspecção.

Todavia o governo procurava melhorar e refazer o material militar, e o fazia sem mistério, mas também sem estrépito.

Excederam estes armamentos à justa medida que as necessidades aconselhavam?

É uma questão esta de administração que depende de estudos e exames, em que nem nós nem o *Diário* podemos instituir-nos juízes. Os relatórios das repartições da guerra aí estão, e, revendo-os, pode o *Diário* dizer-nos onde se autorizou despesa excessiva ou se fez melhoramento dispensável.

Não basta com efeito falar vagamente em enormes créditos suplementares e extraordinários, ou mesmo somá-los. Esses créditos referem-se a vários exercícios, e nem todos se aplicaram a despesas extraordinárias com preparativos militares. Entre eles os há destinados ao serviço do prolongamento de estradas de ferro, a suprir verbas deficientes, etc., e não é justo lançar à conta de armamentos o que eles não motivaram de despesa.

À frente do *Diário* sabemos estar colocado um espírito investigador e analítico, e isto nos afiança que o decano de nossa imprensa desdenhará por sua vez as generalidades para apalpar a realidade dos fatos.

Aquilo de dizer o *Diário* que a revolução em campo na República Argentina romperá de todo o véu das ilusões, pondo a descoberto os recursos militares do Estado vizinho, não é argumento que prove contra a bem entendida previsão em que se aconselhou o governo imperial, não para armar-se contra vizinhos e aliados, com os quais nunca teve a intenção de interromper cordiais relações, mas para prevenir que possíveis conflitos, viessem de onde viessem, o surpreendessem desacautelado.

Este assunto impõe-nos reservas que o *Diário* parece ter esquecido ao dizer, em uma linguagem um tanto rude para as conveniências internacionais, que os elementos de guerra da República Argentina, não bastando para manter a ordem no interior, nos deixavam decisiva superioridade ao tempo das ameaças.

Sem entrar neste estudo comparativo dos recursos militares dos dois países, para o que nos faltam elementos e nos sobra discrição,

observaremos de passagem ao contemporâneo que a força militar de um país não se mede pelos caprichos e surpresas de uma guerra civil, mormente se ela se estende a uma grande porção de território e consegue dividir os elementos de agressão e defesa.

O governo do senhor Sarmiento pode ser fraco, até impotente, para dominar uma revolução de dom Bartolomeu Mitre, mas o povo argentino, em um possível conflito com o Brasil que todas as probabilidades trazem apartado, poderia fazer-nos pagar caro a inferioridade de nossos meios de guerra.

Se esta hipótese se houvesse realizado, e aos monitores argentinos, e aos seus canhões *krupp*, e a sua arma Remington, não pudéssemos opor meios superiores de guerra, não faltaria quem acusasse o governo por ter desaproveitado as lições amargas da última campanha. Governo que não prevê, dir-se-ia, não merece o nome de governo.

Nem sabemos de onde foi o *Diário* colher, por entre as confusas e contraditórias notícias que possuímos sobre a revolução de 24 de setembro, que os recursos militares do estado vizinho são estes ou aqueles.

Esta questão de armamentos do Brasil é aliás uma questão julgada por quem a podia julgar, isto é, o parlamento. Entre as censuras sobre este assunto dirigidas ao governo, e das quais ele se defendeu com as melhores razões, nenhuma versou sobre o valor dos armamentos e sua inoportunidade. O governo foi censurado por ter usado do meio de créditos extraordinários, mas não pelo destino que deu às verbas por este modo pedidas ao tesouro.

O senhor Silveira Martins, por parte da oposição liberal, disse expressamente na câmara que, nesta questão de armamentos, não tinha que censurar o governo por ter-se apercebido de meios de defesa para a eventualidade de uma guerra, mas sim pela forma por que o fizera, preferindo acudir-se ao recurso de meios extraordinários quando o parlamento não lhe recusaria ordinários.

A profunda e silenciosa vênia que o *Diário* dirige ao senhor Sarmiento, e ao seu gênio diplomático, é no fim de tudo uma pungente ironia lançada ao ilustre argentino, que tão desafortunadamente vê terminar-se o período de sua suprema magistratura, tendo recebido uma nação em caminho de toda sorte de prosperidade e entregando-a a seu problemático sucessor no estado em que felizmente a vemos.

O senhor Sarmiento compreenderá a fina mas pouco generosa ironia do redator do *Diário do Rio*.

***

69) A Nação
Jornal político e comercial

Ano III, número 262, quarta-feira, 25 de novembro de 1874

Seção Histórica

O Rio-Grandense de Porto Alegre começou a publicar uma tradução da excelente obra descrita em alemão pelo conselheiro áulico L. Schneider, sobre a guerra que sustentamos com o Estado Oriental, a princípio, e com o Paraguai, depois, de 1864 até 1870.

Os dois primeiros volumes da obra que tem por título – *Der Krieg der Triple Allianz gegen die Regierung der Republik Paraguay* -, terminam na queda de Humaitá, em 1868.

Os acontecimentos que se seguiram a esse, isto é, as brilhantes campanhas do duque de Caxias e do príncipe conde d'Eu, desde 1868 até 1870, devem proporcionar assunto para mais um ou dois volumes, atento o desenvolvimento dos primeiros já expostos à venda.

As cartas e plantas coloridas que acompanham a obra do senhor Schneider são de uma perfeição admirável.

Eis as palavras com que *O Rio-Grandense* faz preceder a sua tradução:

> *Seção Histórica* – Abrimos hoje esta nova seção em nossa folha, na qual publicaremos integralmente a tradução da história da nossa guerra contra o Paraguai, escrita pelo conselheiro áulico Luís Schneider.
>
> É um grande sacrifício de espaço e trabalho que faremos ao público, mas temos convicção que será compensado pela satisfação dos leitores, porque a obra é de última importância e de grande interesse, especialmente para essa província.
>
> É ela escrita com suma imparcialidade e faz plena justiça à política, à diplomacia e às armas brasileiras.

É uma brilhante justificação da conduta do Império em relação ao rio da Prata, de 1824 até hoje.

Acompanharemos a tradução com as notas que julgarmos necessárias, quer para melhor esclarecimento aos leitores, quer para a retificação de um ou outro engano em que haja incorrido o autor.

Cumpre aqui, embora nos julgue parciais, fazer justiça à conscienciosidade [*sic*] e a pertinácia da ciência alemã, que vai além do oceano estudar os destinos de outros povos e estudar-lhes a história, quando eles próprios descuram desse dever.

Não só devemos a um alemão a mais minuciosa história do Império (W. V. Eschwege), não só devemos a outro sábio dessa nacionalidade, o nosso venerando amigo doutor Wappaeus, a melhor e mais completa geografia e corografia do Brasil, se não também agora ao conselheiro Luís Schneider a única história da guerra do Paraguai. *

Vem a pelo dizer aos leitores quem é o Conselheiro Schneider.

Luís Schneider, hoje homem superior a 70 anos, é amigo íntimo e de infância não só do atual imperador Guilherme da Alemanha, mas também o foi do finado rei Frederico Guilherme IV (irmão mais velho de Guilherme I), junto ao qual exercia o cargo confidencial de leitor.

Homem de eminente talento, escritor elegante e historiador de mérito, facilitou-lhe a sua proeminente posição na corte prussiana relações íntimas com a maior parte dos príncipes e dos estadistas da Europa.

Era sobretudo o czar Nicolau da Rússia, que o honrava com particular estima, tanto que ainda hoje conserva o conselheiro Schneider, um lenço com que a augusta esposa do czar enxugou o suor da morte ao marido moribundo e de que depois fez presente, como recordação preciosa, ao amigo íntimo do finado.

Em posição tal, foi fácil ao conselheiro Schneider reunir dados, que não estão ao alcance de todos e ele os utilizou, quer em obras científicas, que em romances históricos, que publicou com o pseudônimo de *João Radcliff* e que fazem importantíssimas revelações sobre a diplomacia europeia nos últimos três decênios.

* Também foi um alemão, Wolff, o autor da primeira obra sobre a literatura brasileira. (N.E.)

Além do mais, é Luís Schneider um verdadeiro poliglota e um dos poucos alemães que são senhores absolutos do idioma português. Foi nessa qualidade que o conselheiro Schneider foi encarregado da tradução e redação das notícias sobre a guerra do Paraguai, na *Gazeta da Cruz*, em Berlim.

Esse trabalho o levou a confeccionar a obra que atualmente traduzimos. As razões que a isso o moveram, especifica-as ele no prefácio do livro da forma seguinte:

O estranho aparecimento de uma guerra, pelejada em grande escala, a primeira na América do Sul; a circunstância de haver sido ela sido a pedra de toque para o princípio monárquico do Brasil porque foi sustentada contra uma república e em aliança com outras repúblicas; a longa duração da guerra; as extraordinárias que tiveram que vencer os beligerantes; os elementos políticos que intervieram pró e contra a continuação da luta; os caracteres e individualidades que estavam em luta e finalmente a nova fase em que todo o continente sul-americano entrou em virtude dessa gigantesca guerra, me levaram a um estudo mais sério e detido do teatro da guerra, do pessoal e material das forças beligerantes e das influências diplomáticas que intervieram, de sorte que em vez de um efêmero trabalho, resolvi escrever uma obra séria.

É essa a origem do importante livro que traduzimos e que ganha ainda importância pelos magníficos mapas e planos que o acompanham.

Como é natural, começa a obra por um golpe de vista retrospectivo sobre a política do rio da Prata desde 1811.

É a parte que hoje começamos a publicar.

O tradutor dessa obra é o senhor Carlos von Koseritz, talentoso jornalista e principal redator do *Rio-Grandense*.

Reproduzindo em nossas colunas a tradução da obra do senhor Schneider, retificaremos em nota algumas proposições do texto.

Guerra da Tríplice Aliança
(Império do Brasil, República Argentina e
República Oriental do Uruguai)

contra

o Governo da República do Paraguai

por

L. Schneider
(Tradução do senhor C. Koseritz e anotações de ***)

Primeiro Volume

Capítulo I

As causas da Guerra do Paraguai

Quando, em outubro de 1864, em consequência da entrada de uma divisão de tropas brasileiras no território da Banda Oriental do Uruguai, com o fim de apoiar com pressão militar justas exigências de indenização, apareceu repentinamente a República do Paraguai com uma declaração de guerra contra o Brasil, não deixou de haver surpresa e admiração – não só na América do Sul, mas também na Europa -, por ver-se esse pequeno Estado, até então essencialmente pacífico, ocupado com seus negócios próprios, livre de dívidas, e de existência hermeticamente reclusa, deixar de mão a sua já tradicional política; mas ainda assim não se ligou extraordinária importância à ameaça, julgando-se que seria uma daquelas *fanfarronadas* que são frequentes na história das repúblicas sul-americanas. Tanto o Brasil, como a Confederação Argentina e o próprio governo *blanco* do Uruguai julgavam que os atos não seguiriam as palavras, e toda a imprensa política do Rio da

Prata tratou com a maior indiferença dessa declaração do presidente da república do Paraguai. Só vozes isoladas diziam que Francisco Solano López, depois que sucedera a seu pai, Carlos López na presidência do Paraguai, ocupava-se zelosamente com o aumento e o melhoramento do seu exército, com a fortificação de algumas praças, acumulação de material de guerra, aumento de sua marinha e fabricação de armas, o que tudo bem poderia ser efeito de um plano ou ao menos dar causa a que o Paraguai tentasse sair do isolamento em que até então fora conservado, para conseguir uma transformação no grupo de repúblicas platinas, cujo domínio talvez julgasse competir-lhe. Tais vozes, porém, não foram ouvidas. Aquilo que o presidente Solano López mais tarde quis fazer passar por uma declaração de guerra, para desculpar os atos de violência que praticou e que não admitiam mais outra solução senão a guerra, não passou na realidade da ameaça de não mais querer tolerar a continuação da intervenção brasileira no Estado Oriental, porque esta punha em risco o equilíbrio dos Estados sul-americanos. E essa ameaça foi tão vaga, tão inverossímil a sua manutenção séria por parte do Paraguai, que o próprio ministro residente do Brasil em Assunção, o senhor Viana de Lima[1], um dos mais experimentados diplomatas brasileiros, não lhe ligou maior importância, considerando-a simplesmente como *non avenue*, tanto mais quanto naquela época já parecia solvida a questão oriental pela sorte das armas, havendo esperança de próximo e satisfatório arranjo definitivo.

Em breve porém não ficou mais dúvida de que o pequeno Paraguai tratava seriamente de executar a sua ameaça, porque um ato de violência incrível contra um navio brasileiro e altos funcionários imperiais, assim como a invasão de uma província do Império transformou a guerra contra um partido da República do Uruguai em guerra exclusiva contra o ditador do Paraguai, que não só mostrou-se muito bem preparado, mas também provocou, por novas violências, contrárias ao direito internacional, a República Argentina. Desafiou assim todos os seus vizinhos. Foi este o princípio dessa longa e tenaz guerra que fez a Tríplice Aliança contra o Paraguai, até então injustamente considerado sem significação política.

Tratemos agora em primeiro lugar do prólogo - a intervenção brasileira na guerra civil da Banda Oriental do Uruguai.

[1] O senhor conselheiro César Sauvan Viana de Lima, barão de Jauru, e atualmente enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil em Berlim.

Sendo até 1811 uma província do vice-reinado espanhol do Rio da Prata, cuja enorme extensão compreendia quase toda a América do Sul, com única exceção do território brasileiro, começou o Estado do Uruguai sua vida autonômica, sendo frequentemente perturbado em seu desenvolvimento por Buenos Aires e pelo governo colonial do Brasil. Enquanto o Uruguai fez parte do vice-reinado de Buenos Aires, era esse belo e rico, mas pouco populoso país, tratado como enteado pelo governo de Buenos Aires, somente por ciúmes, porque sua capital, Montevidéu, possui melhor porto que Buenos Aires e está mais próximo à praia do mar, parecendo por isso destinado a ser empório comercial de todos os países do rio da Prata. Libertando-se Buenos Aires em 1811 do jugo da metrópole[2], julgavam os liberais, cabeças do movimento, que todas as províncias do antigo vice-reinado espanhol reconheceriam a hegemonia de Buenos Aires, contentando-se em ter um governo liberal, em vez de um autocrático, mas em breve reconheceram que essa suposição era falsa, tanto em relação ao Estado do Uruguai quanto ao do Paraguai. A cidade de Montevidéu, e com ela toda a província, com a única exceção do norte, onde a propriedade territorial se achava nas mãos de fazendeiros portugueses da Província brasileira do Rio Grande do Sul, compreendeu que nunca chegaria ao conveniente grau de desenvolvimento, enquanto dependesse das outras repúblicas do Prata e principalmente de Buenos Aires. É assim que ainda hoje o traço característico da política do Uruguai é o desejo de rivalizar com Buenos Aires e de não receber em caso algum ordens de sua rival. Quando em 1811[3] rebentou a revolução em Buenos Aires, era Artigas governador de Montevidéu[4], para cujo cargo fora nomeado pelo governo espanhol, que

[2] A revolução da independência ocorreu em 25 de maio de 1810, e não de 1811. Desde 1810, Buenos Aires ficou livre do jugo da metrópole. Os espanhóis ficaram reduzidos à praça de Montevidéu e ao território da Banda Oriental.

[3] Em 1810, como já ficou dito.

[4] O autor se equivoca. Governava Montevidéu o general espanhol Elio em luta com a Junta Governativa de Buenos Aires, criada pela revolução de 25 de maio. Os orientais, e com eles José Gervásio Artigas, reconheciam ainda a autoridade do governador espanhol. Artigas era nesse tempo capitão ao serviço da Espanha. Desaveio-se com o chefe do seu corpo e fugiu para Buenos Aires onde os revolucionários preparavam uma expedição contra os espanhóis da Banda Oriental, e outra contra o Paraguai, que não aderira à revolução de maio. Em sua ausência, o coronel Pedro Vieira, brasileiro estabelecido na Banda Oriental, apoderou-se de Mercedes, reconhecendo, assim como um comandante Benevides, a autoridade do governo de Buenos Aires. Deste modo, começou a revolução dos orientais contra a metrópole. Artigas obteve auxílios em Buenos Aires, foi elevado a coronel, e tomou a direção das forças revolucionárias. Depois, o general Rondeau, à frente das tropas argentinas, uniu-se ao caudilho oriental e sitiou em 1811 os espanhóis em Montevidéu. Elio pediu socorros ao governo do Rio de Janeiro, e dom João VI, então

se esforçava pela extinção do contrabando que, proveniente do Brasil, prejudicava os interesses de Buenos Aires, permitindo, porém, rápido progresso a Montevidéu. Artigas declarou-se em favor da independência e derrotou as tropas espanholas que vinham refrear o movimento, ao mesmo tempo, porém, estatuiu perante o governo revolucionário de Buenos Aires a absoluta independência de Montevidéu. Essa revolução foi tão inesperada para os novos ditadores em Buenos Aires, como a idêntica feita pelo Paraguai, e desde então nunca renunciou Buenos Aires – fossem quais fossem as suas várias relações com a Confederação Argentina – aos direitos que se arroga sobre a República do Uruguai, embora jamais pudesse apoiar sua exigência com a necessária força [5].

Essas dissidências internas foram aproveitadas pelo governo colonial (português) do Brasil para intervir nos negócios do rio da Prata [6]. Hoje chamado por diversas facções, repelido amanhã por outras,

príncipe-regente, receando que a insurreição dos domínios espanhóis se estendesse à fronteira do Brasil, e influído por sua mulher, a princesa espanhola, depois rainha, dona Carlota, ordenou ao governador e capitão-general do Rio Grande, dom Diogo de Sousa, que invadisse a Banda Oriental. Este general o fez em julho de 1811 e, deixando em Missões o coronel Chagas Santos, no Quaraí e em São Diogo os coronéis Tomás da Costa e Mena Barreto, penetrou na Banda Oriental à frente de 3.000 brasileiros (formavam duas divisões às ordens dos coronéis Marques de Sousa e Curado), apoderou-se de Santa Teresa e, ao chegar a Maldonaldo, soube que Elio concluíra um armistício com os independentes. As tropas argentinas retiraram-se para Buenos Aires, e Artigas, à frente dos orientais, colocou-se do outro lado do Uruguai. Este caudilho, porém, sem respeitar o armistício, rompeu as hostilidades, e dom Diogo de Sousa marchou contra ele, atravessando a campanha até Paissandu. Por toda parte foram vitoriosas as nossas tropas, em Paissandu, Mandisovi, Curuzu Cuatiá, Capilla Nueva (Mercedes), Arroio de la China, Arapeí, Daimán, Tapebi, Passo d'Alcorta, Yapeyu, Calera de Vellez, Averías (nas vizinhanças de Cerro Largo), Santo Tomé e Laureles. Em meio desses triunfos, foi dom Diogo de Sousa surpreendido pelo armistício celebrado em maio de 1812 pelo enviado Rademaker. O governo inglês conseguiu modificar a política de intervenção do governo do Rio de Janeiro. Retiraram-se nossas tropas para a fronteira: os independentes tornaram a passar o Uruguai, sitiaram de novo Montevidéu e em 1813 apoderaram-se da praça por meio de uma capitulação que o general Alvear, comandante do exército sitiador, violou. Foi durante esse sítio que Artigas rompeu definitivamente com o governo de Buenos Aires e, depois de uma guerra encarniçada, expulsou da Banda Oriental as forças argentinas, ficando senhor absoluto dessa província e das de Entre Rios e Corrientes, e estendendo sua influência até mesmo além do Paraná, sobre Santa Fé e Córdoba.

5 É certo. As tropas de Buenos Aires foram constantemente derrotadas por Artigas desde 1813 até 1815, e mesmo depois. O governo argentino tentou por vezes chegar a acordo com o caudilho oriental, mas este rompeu sempre as negociações. No Paraguai não foram mais felizes os argentinos.A expedição confiada a Belgrano foi, como se sabe, derrotada, de sorte que, logo após a independência, o vice-reinado do rio da Prata ficou dividido. O Paraguai separou-se, isolando-se completamente dos povos vizinhos sob a ditadura do doutor Gaspar Francia, e a Banda Oriental, Entre Rios e Corrientes formaram uma confederação independente dirigida pelo general José Artigas, que adotou o curioso título de "Chefe dos Orientais e Protetor dos Povos Livres".

6 ¨Governo Colonial (Português) do Brasil" - A expressão não é apropriada. A corte portuguesa achava-se no Rio de Janeiro quando se deu a intervenção armada de 1816. O governo colonial cessou no Brasil em 1808, com a chegada da família real. O principado do Brasil foi elevado à categoria de *Reino* por carta de lei de 16 de dezembro de 1815, tomando a monarquia portuguesa o título de *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.*

ocupou o general português Lecór em 19 de janeiro de 1817 a praça de Montevidéu [7], sem que conseguisse por termo às lutas internas na campanha, onde Artigas resistiu até 1820, ano em que foi batido por outro caudilho de nome Ramírez, refugiando-se no Paraguai, onde o ditador doutor Francia o recebeu com seus companheiros, todos gaúchos e flibusteiros, mas lhes fez curto processo, mandando fuzilar a maior parte deles e deixando morrer Artigas na maior miséria e totalmente esquecido[8]. Não obstante os enérgicos protestos da República Argentina, anexou o governo português em 1821 o território do Uruguai a sua

[7] Em 20 de janeiro de 1817, ocupou o General Lecór a praça de Montevidéu, à frente de 4.550 portugueses e de 921 brasileiros. O grosso das forças brasileiras (2.500 homens às ordens do general Curado e 600 às ordens do general Chagas) defendiam [*sic*] as fronteiras de Missões e do Quaraí. A intervenção de 1816 teve por fim ocupar a Banda Oriental e destruir o poder de Artigas, que se tornara um vizinho perigoso. Todos os bandidos do Rio Grande, das províncias argentinas e do Paraguai corriam a alistar-se sob as bandeiras desse caudilho turbulento, cujos soldados indisciplinados penetravam em nosso território e saqueavam as estâncias próximas à linha divisória, roubando gado, assassinando os habitantes inermes e protegendo a fuga de escravos, desertores e criminosos. Lecór só entrou em Montevidéu depois das vitórias alcançadas pelas tropas brasileiras em São Borja, Ibiraocaí, Carumbé, Arapeí e Catalán, que foi a batalha mais renhida, e na qual o marquês de Alegrete e Curado, à frente de 2.500 homens, derrotaram 8.400 artiguenhos dirigidos por Latorre (4 de janeiro de 1817). Nesses e em outros combates pelejados nas fronteiras do Quaraí e de Missões, que foram atacadas por 7.000 homens (orientais, entrerrianos, corrientinos e guaranis), às ordens dos coronéis José Antonio Berdun e André Artigas, as tropas brasileiras desbarataram, desde setembro de 1816 até janeiro de 1817, a flor das tropas artiguenhas, causando-lhes um prejuízo de mais de 2.500 mortos e 521 prisioneiros (sem contar os que o general Chagas fez nas missões de além-Uruguai), tomando-lhes 1 bandeira, 2 estandartes, 6 canhões, 1.600 espingardas, um número considerável de lanças, espadas, pistolas e cavalos. A perda sofrida pelos brasileiros foi de 207 mortos, 348 feridos e 3 prisioneiros. Ao exército de Lecór, que foi o que invadiu, opuseram-se pelas fronteiras de Santa Teresa e de Cerro Largo os coronéis Fructuoso Rivera com 2.000 homens, e Fernando Otorguez, com 1.500. Rivera foi completamente derrotado em India Muerta (19 de novembro de 1816) e Otorguez nem sequer ousou fazer frente à coluna que invadiu por Cerro Largo. Até sua entrada em Montevidéu (20 de janeiro de 1817), o exército de Lecór causou a esses dois chefes o prejuízo de 369 mortos, 140 prisioneiros, 1 canhão e muito armamento, tendo nós uns 270 homens fora de combate. Em Montevidéu, evacuada pelas tropas do governador Barreiro, encontramos 292 canhões e grande cópia de munições. A guerra prolongou-se até 1820, porque Artigas continuava a dominar a campanha e recebia pelo Uruguai recursos que lhe eram enviados por especuladores ingleses e norte-americanos. Em 1818, as forças de ocupação foram aumentadas; Curado penetrou pelo Quaraí até Paissandu com 2.600 brasileiros, Sebastião Pinto com 1.000 e tantos pela fronteira de Jaguarão e novos combates se travaram nesse ano e em 1819, tanto na Banda Oriental como em Entre Rios, Corrientes e no Rio Grande do Sul. Afinal, em 22 de janeiro de 1820, Artigas foi completamente derrotado na batalha de Taquarembó pelas tropas brasileiras dirigidas pelos generais conde de Figueira, José de Abreu e Corrêa da Câmara, sendo lançado em Entre Rios. A Banda Oriental ficou completamente pacificada. Em Entre Rios, o general Ramírez, criatura de Artigas, revoltou-se contra ele, e depois de três meses de luta, derrotou-o em Tunas, a 18 léguas (quase 120 km) de Mandisoví, obrigando-o a refugiar-se no Paraguai, onde foi preso pelo ditador Francia e, passados muitos anos, morreu.

[8] O general Artigas faleceu em Assunção em 23 de setembro de 1850. Nascera em 1764 na cidade de Montevidéu.

colônia do Brasil, dando-lhe o nome de Província Cisplatina[9]. Daquela época em diante domiciliaram-se ainda mais fazendeiros brasileiros no norte da Província Cisplatina, onde com seus capatazes, peões e agregados, formaram verdadeiros *clãs*, que por sua vez concebiam ideias de independência e autonomia.

Mas quando em 1822, o Brasil também fez sua independência da metrópole, conservou-se a guarnição portuguesa de Montevidéu fiel à coroa, e muito tempo levou, até o Brasil conseguir sujeitar Montevidéu, o que jamais teria tido lugar sem o auxílio dos fazendeiros do norte, porque os habitantes do sul da campanha eram absolutamente infensos à incorporação do seu território ao Brasil, tendo até invocado a proteção de Buenos Aires. O novo monarca do Brasil, dom Pedro I, compreendeu perfeitamente que não podia começar o seu reinado e a autonomia do jovem Império com a devolução de uma província anexada pelo governo colonial, e por isso tratou com toda a energia da conquista do Uruguai. Sendo ocupada a praça de Montevidéu em fins de 1823, baixou um decreto imperial incorporando a Província Cisplatina para sempre ao Império[10]. Buenos Aires teve que limitar-se a não reconhecer dom Pedro I como imperador, tornando esse reconhecimento dependente da eventual restituição da Cisplatina e principalmente de Montevidéu às Repúblicas do rio da Prata.

Dom Pedro I desprezou esse protesto, e com tanto mais facilidade

[9] Em 16 de julho de 1821 reuniu-se em Montevidéu um congresso de deputados que depois de discutir a conveniência de unirem-se os orientais a um Estado poderoso, ou se constituírem independentes, deliberaram, em 31 do mesmo mês, fazer parte da monarquia portuguesa, incorporando-se ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves debaixo da denominação de *Estado Cisplatino*.

[10] O autor não expõe com suficiente clareza esses fatos. Em 1822, proclamada a independência do Brasil separaram-se as tropas brasileiras das portuguesas. Lecór à frente do exército brasileiro sitiou Montevidéu, onde se achavam os portugueses comandados pelo general dom Álvaro de Macedo. Uma divisão naval, às ordens do vice-almirante Pedro Antonio Nunes, composta da corveta *Liberal*, 2 brigues e 2 escunas, partiu do Rio de Janeiro para bloquear o porto dessa cidade, e repeliu, em 23 de outubro de 1823, a esquadrilha portuguesa, composta de 2 corvetas, 1 brigue e 1 escuna. Por terra, houve pequenas escaramuças e um choque mais renhido no dia 17 de março nas Pontas de Toledo, em que os sitiados foram repelidos e perseguidos até a praça pelos imperiais. Durante essa luta militaram ao lado dos portugueses muitos orientais partidários da união com Buenos Aires Outros, adeptos da união com o Brasil, serviram às ordens de Lécor. Entre os primeiros figurava Manoel Oribe e entre os segundos, Fructuoso Rivera. Apertado por terra e por água pelas forças imperiais e sabendo que as tropas portuguesas já haviam evacuado os pontos que ocupavam no Brasil, o general dom Álvaro de Macedo resolveu entrar em convenção no dia 18 de novembro de 1823., embarcando suas tropas para Portugal. Lécor à frente do exército brasileiro fez sua entrada em Montevidéu no dia 14 de fevereiro de 1824. Dom Pedro I já tinha sido aclamado imperador pelos povos da campanha oriental e desde então ficou a Banda Oriental formando uma das 19 províncias do novo Império do Brasil sob a denominação de Província Cisplatina.

quanto o Uruguai começava a reconciliar-se com o domínio brasileiro. Em 7 de dezembro de 1824 dirigiu a municipalidade de Montevidéu uma felicitação ao imperador e dele recebeu seu retrato.

No interior, continuavam as simpatias pelo elemento espanhol[11], mas não chegavam à resistência armada, de sorte que o imperador podia dizer em 1824 a Buenos Aires: "O Uruguai acaba de declarar-se espontaneamente em favor da incorporação ao Brasil e portanto me é impossível tomar em consideração representações de outras potências"[12]

Essa linguagem firme e enérgica provocou grande indignação e agitação nas Repúblicas do Prata, e o presidente do Senado argentino, Gregorio de las Heras, qualificou em plena câmara a incorporação como "uma usurpação conseguida por artifícios fraudulentos e mal encoberta com algumas aparências de legalidade".

Entretanto ficou tudo nessa tirada parlamentar, porque o presidente da Confederação[13], Rivadavia, sabia muito bem que o imperador empenharia todas as forças do Império na conservação da Província Cisplatina. Basta, aliás, um golpe de vista ao mapa para compreender-se que todas as considerações geográficas, comerciais e econômicas tornariam absolutamente natural a conservação da Província Cisplatina como parte integrante do Brasil, se o elemento natural não ameaçasse tal arrojo com contínua resistência e conflitos.

O que é certo é que as palavras dos dois governos não foram seguidas de feitos.

Parece que ambos os contendores com razão temiam atear um incêndio geral que pudesse provocar uma intervenção qualquer de potências europeias. Parecia, pois, que a questão teria solução pacífica, tornando-se fato consumado a nova distribuição de território.

(continua)

---

11 Ou antes as aspirações de independência.

12 O governo de Buenos Aires enviou ao Rio de Janeiro o ministro Valentín Gómez para reclamar a restituição da Banda Oriental (1823). Em 6 de fevereiro de 1824, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Carvalho e Mello (visconde da Cachoeira), respondeu ao memorando de Valentín Gómez, declarando que o governo imperial estava decidido a manter a incorporação desse território.

13 Então não se conhecia ainda o título de Confederação Argentina. *Províncias Unidas do rio da Prata* era a denominação da atual República Argentina.

70) *A Vida Fluminense*
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 368, pp; 18 e 19, 16 de janeiro de 1875

A falta de telegramas – mais ou menos verídicos, mais ou menos assustadores e mais ou menos à feição das ideias representadas pelas folhas que os publicam – leva-nos a crer que as coisas do norte vão no bom caminho e que o gosto pela *quebra dos quilos* vai, felizmente, desaparecendo.

O Apóstolo não há de gostar lá muito desta falta de telegramas. A invasão de qualquer vila, o *auto de fé* de qualquer arquivo e outras *bernardas* com seus visos de *bernardice*... sabiam-lhe tão bem... iam tão de acordo com as suas ideias de paz e de mansidão evangélica!

Falta-lhe agora assunto para acusar o governo e atribuir a sedição à impiedade de 7 de março e aos impostos vexatórios, que... embora em circunstâncias anormais, nos foram postos ao cachaço por um dos mais conspícuos membros da *Católica!* (é bom não esquecer esta circunstância).

Entretanto – a prevalecer mesmo a questão dos impostos –, que partido tem o atual governo tirado dessa fonte inexaurível? Nenhum.

Conservou os que estavam, mostrando que nesse ponto é conservador às direitas, mas não lançou mão de outros, embora por aí haja muita coisa no caso de pagar imposto.

Fala-se de empréstimos, fala-se de criação de rendas, fala-se no modo de levar à prática melhoramentos de que o país carece em vista do acréscimo de sua população e do aumento de suas necessidades; apesar de tantos falatórios, nada se faz, nenhuma lei se promulga, nenhum imposto se decreta!

***

A Vida Fluminense, perante tal situação, não pode esquivar-se ao desejo de auxiliar o governo com as suas luzes (*luzes dela)* em tão melindroso assunto.

Aí vão, pois, algumas mal-alinhavadas considerações em forma de projeto que, esperamo-lo, sejam bem aceitas por governantes e governados.

Como se verá, são elas fruto de um aturadíssimo estudo não só do coração humano, mas também do coração dos potentados políticos, dos

poetas impolíticos e de muitas outras classes mais ou menos *politiqueiras*. Se bem que, profundo na forma e grandioso no fundo, o projeto é de tão simples intuição que se pode reduzir à expressão a seguir:

1) Imposto sobre cada promessa de *candidato* que não for cumprida pelo *deputado*.....$500
2) Imposto sobre cada mentira posta em circulação pelos órgãos da opinião pública.....$800
3) Imposto sobre cada verso de pé-coxo que se publicar $240
4) Imposto sobre erros de gramática cometidos pelos sapientíssimos escritores públicos – por erro.....$020
5) Imposto sobre cada plagiato que for dado à estampa.....$080
6) Imposto sobre cada *apoiado* de encomenda que for proferido na Câmara temporária ou no Senado.....$010

Destarte, se arrecadarão por ano alguns milhões, e os cofres públicos se acharão sempre prontos a fornecer meios para levar à realidade todas as necessidades e melhoramentos.

***

É justamente por causa das *necessidades e dos melhoramentos* que a Espanha acaba de eleger um rei... embora menino. Entretanto, chegou a notícia, falou-se dela em todas as lojas e sobrados, salas e gabinetes, cozinhas e alcovas e... nem só um foguete subiu ao ar, nem a música alemã saiu de casa, nem o senhor Clímaco assinou *adesões*, nem os monarquistas fizeram discursos, nem o povo comprou cebolas, nem as bandeiras saíram dos armários, nem o capitão Sobrinho ficou *fora de seu sério* como o senhor *Domingos*, nem os permanentes a pé ou a cavalo saíram do quartel, nem o senhor Hudson provou que *às oito já se havia retirado*, nem as *loterias* deram sinal de si!

Decididamente, se houve republicanos de *conta*, é força confessar que não há monarquistas de *peso*, nem entusiastas de *medida*... quando se trata do país onde a castanhola tem culto... e o leque domina.

***

Com a elevação do menino rei ao trono ibérico, sofre notável desconto o *septenato* de Mac-Mahon. Os franceses querem também um *menino* e, *meninos* como são na escolha de qualquer forma de governo, começam agora a achar que na *meninice reinante* repousa o futuro da França. Está a Europa na época dos meninos. Cá pela América... por ora, só predominam os *meninos*... *bonitos*.

***

Ao número dos quais não pertencem, por certo, os sócios carnavalescos, encarregados de tocar zabumba ao domingo, nos salões das respectivas sociedades... fazem uma bulha, os endiabrados!

Não seria mais razoável substituir aquele atroador instrumento... de martírio para os ouvidos, por outro qualquer menos retumbante e mais melodioso?

Anunciar a época dos folguedos e da loucura é justo – tanto mais que, dos 365 dias de cada ano, a folhinha só nos concede três para o pagode grosso –, mas proceder ao anúncio por forma menos barulhenta também nos parece coisa digna de consideração. Os ouvidos de 50 anos dificilmente suportam o que tão bem sabe aos de 25.

Enfim, com bulha ou sem ela, divirtam-se os rapazes, que deles é o tempo; apresentem-nos um carnaval folgazão e animado – embora provoquem as iras de *O Apóstolo* – e mostrem ao mundo que nesta terra do ananás, da banana, do queijo de Minas e da feijoada com pertences ainda há espírito fino e gosto apurado.

Assim seja para anual consolação das lojas de fazendas, dos empresários de bailes, das modistas e das *carruagens fluminenses*.

Nemo

71) ***A Vida Fluminense***
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, nº 369, p. 26, 23 de janeiro de 1875

"*Tolus est qui prestat fede parolas mias*[*]"

Não sei por que... mas acho que esta oração em latim *cá de casa*

[*] Tolo é quem acredita nas minhas palavras. (N. E.)

substitui vantajosamente as tais *orationes pro episcopis in captivitate et contra persecutores*[*], de que *O Apóstolo* lança mão para lamentar a sorte dos Atanásios engaiolados e pedir a *grelha* para os que têm a *pouca* vergonha de perseguir tão... obedientes cavalheiros.

***

Ainda bem que só às tais *orationes* compete agora a tarja negra que outrora *circunscrevia O Apóstolo*, quando hebdomadário e de menor formato. Se a tarja negra continuasse agora... que ele *a grandi* sem ser *espanhol*, o dinheiro dos fiéis seria pouco para fios... tipográficos.

Se, para esta economia da tarja negra, não prevaleceu a questão do *meio luto*, é fora de dúvida que houve então conselho do chefe dos bombeiros, homem de indisputável capacidade... quando se trata de *circunscrever*... em pequena escala.

***

Pela sua parte, o público vai também *circunscrevendo* os donativos para o santo padre.

De 1º a 13 do corrente, com destino a Roma, só entraram no cofre *apostólico romano* 35.500 réis!

"*Ah!* [bem o diz Calchas] *Es dieux s'en vont*[**]*!*"

É por isso que o *cônego da rua Nova* (belo título para um romance, não?) só fala em *prepotências*, *atentados* e *violências* à liberdade do cidadão, em *ataques* e *assaltos* à soberania da Igreja – e transcreve da *Boa Nova* de Pernambuco a notícia da morte do senhor Boldrini, atribuída por aquela *santíssima* folha *à vingança de Deus* sobre o homem que, representando o drama *Galileu*, tivera o arrojo de insultar a religião, maldizendo os padres e pondo bem em relevo a sua crassíssima ignorância!

Ah, cônego da minha alma!

Se amanhã, após lauta ceia de camarões, a tua monumental pança der um estouro... haverá nisso castigo de Deus? Ou prêmio de tuas virtudes chamando a sua presença à tua alminha gorda?

---

[*] Orações em favor dos bispos presos e contra os perseguidores. (N.E.)

[**] Os deuses se vão. (N.E.)

Um Deus vingativo... um Deus que mata para castigar... hoje, que a pena de morte se acha abolida em quase todo mundo!

***

Se um fogueteiro morre queimado pelos foguetes atirados em honra de um bispo (*lembras-te?*), é *mercê* de Deus. Se um ator morre de febre amarela, após a representação de um drama no qual se estigmatiza a ignorância do clero, é *vingança* de Deus! Que lógica, que religião e, sobretudo, que coerência de ideias!

***

Também... que coerência de ideias pode ter *O Apóstolo*, quando, para desmentir as suas negras apreensões, a Inglaterra nos empresta cinco milhões de libras esterlinas, sem que os fundos brasileiros sofram a menor alteração de valor no mercado inglês!

Ter-se-ia realizado o empréstimo se o governo brasileiro, pelas suas ideias de progresso, não gozasse na Europa do crédito necessário às operações pecuniárias? Esse crédito, donde vem? Da lei de 28 de setembro, primeiro; do modo por que o gabinete de 7 de março tem combatido o jesuitismo, depois. A Europa vê que o Brasil quer progredir, quer pôr-se ao lado das nações mais adiantadas do novo e do velho mundo e auxilia-o em tão louvável empenho.

Se nada se tivesse feito em favor dos escravos; se a *sotaina negra* estivesse de posse da tal *soberania* que é o seu ídolo querido – a apostar que a Europa nem um *cobre* nos emprestava! E que, em lugar de estradas de ferro, teríamos ainda os célebres *atoleiros e caldeirões d'illo tempore*[*]*!*

***

Passando das coisas sérias àquelas que deleitam os olhos, vou terminar a crônica anunciando ao leitor a próxima e última exposição dos quadros feitos ultimamente pelo pintor De Martino.

A *abordagem do encouraçado* Barroso (defronte do Tagi) *pelas canoas paraguaias*, *na noite de 9 e 10 de julho de* 1868, a p*assagem da esquadra imperial pelo Tonelero, em dezembro de 1831, o bombardeamento do*

[*] Daquele tempo! (N. E.)

Curuzu, a *corveta* Bertioga *aprisionando a corveta argentina* Gobernador Dorrego, *em 24 de agosto de 1828,* e *a baía de Montevidéu, tomada do forte São José* (o trabalho mais artístico da exposição): eis o título dos quadros que o público terá em breve ocasião de admirar.

Nemo

72) *A Vida Fluminense*
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 371, p. 74, 6 de fevereiro de 1875

O que por aí se dizia do péssimo estado da nossa primeira via férrea levou o conselheiro Costa Pereira a ir pessoalmente examiná-la em quase toda a sua extensão. Embora à frente da direção daquela estrada se ache hoje um homem hábil e exato cumpridor de seus deveres, a presença do ministro, nesses casos, é sempre útil, sempre necessária, sempre digna de louvor. Mais prontas resoluções são tomadas, mais depressa se remedeia o mal, quando o ministro, à vista dos fatos, autoriza o diretor a tomar as providências que a prática aconselha.

Se os antecessores do conselheiro Costa Pereira tivessem por vezes feito o que sua excelência acaba de fazer, talvez a nossa primeira via férrea não oferecesse hoje motivos para censuras e reclamações.

***

Respondendo a *O Apóstolo*, *A Nação* deu um melzinho aos beiços ao senhor dom Lacerda (Pedro). O tal melzinho, porém, desagradou a folha clerical.

"Por quê?", pergunto eu. Será preciso a qualquer bispo deixar *atanaziar-se* para estar nas boas graças do órgão da rua Nova? Será preciso que publique *in continenti* os *Breves* de Roma para não incorrer em censura?

***

E quem mais do que *O Apóstolo* incorre em censura, quando, intitulando-se *órgão da religião* (da religião que tanta humildade e

resignação aconselha), nos atira diariamente à face com *destampatório*, *mentira, ignorância, má-fé, especulação, ganância, lama das ruas e outras palavrinhas* ejusdem furfuris*?

***

A nova lei do recrutamento, atirada à publicidade pelo ministro da Guerra, é, como nos diz o *Jornal do Commercio,* mais um serviço que o país deve ao conselheiro Junqueira. Assim, as autoridades saibam cumpri-la, e as cenas repugnantes que por aí presenciávamos, sempre que era mister proceder a recrutamento, desaparecerão de vez.

Nemo

73) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 372, pp. 50 e 51, 13 de fevereiro de 1875

Dar conta minuciosa das ocorrências mais notáveis do carnaval, tal é o dever do cronista nesta semana da carne... e do peixe. Vamos e venhamos, é grande a estopada** porque, a não serem as folias de terça-feira, o que por aí houve no domingo... não foi lá essas coisas.

Gente não faltava pelas ruas: coretos, iluminações, bandeirolas com alusões espirituosas, havia-as a esmo nos principais quarteirões da cidade. A feição típica do carnaval, isto é, a máscara, nem era abundante nem oferecia ao deus Momo o contingente de espírito e a loucura a que ele tem direito.

Foi brilhante o passeio das sociedades, não há por que o negar; quase todas foram vitoriadas pelo povo na sua passagem. Tudo, porém, ficou nisso. Entusiasmo, vivacidade, loucura, foram, no domingo, palavras sem significação. Nos teatros, a coisa também não esquentou muito. No Lírico, muita bulha, muito empuxão, muito calor, muito *princês* disfarçado, muita luz, poucas pernadas... e pouquíssimo espírito.

---

* Do mesmo farelo. (N. E.)

** "Estopada" significa perda de tempo (Cf. VIOTTI, Manuel. Novo dicionário da gíria brasileira. São Paulo: Ind. Gráfica Bentivegna, 1956). (N. E.)

Se excetuarmos um maganão que fazia discursos em italiano lá da sua lavra, um *rapazio* que trazia em contínuo redemoinho de espírito... o salão da segunda ordem, e uma elegante máscara que, trajando vestido de veludo preto, *camargo* de rendas pretas, esmeraldas nos cabelos e luvas de pelica branca, foi o *ponto* onde se fixou a *admiração* de todos quantos a viram, tudo o mais valeu... pouco.

As sociedades fizeram, é verdade, o quanto era humanamente possível para alegrar a situação. Conseguiram-no até certo ponto, dominaram por vezes a sensaboria, mas em geral predominou o indiferentismo e, à 1h, a música teve de calar-se porque o número dos dançarinos ficara reduzido a... zero.

No Dom Pedro II, houve grande profusão de flores, de bandeiras e de espelhos; calor insuportável, costumes sem grande novidade, algumas pernadas e... espírito evaporado. Os foliões das sociedades entraram galhardamente ao som das respectivas bandas de música, animaram o baile até certa hora; no entanto, depois, extenuados pelo calor ou resolvidos a guardar para a terça-feira a melhor das espadas, retiraram-se a quartéis, sem darem à festa aquele caráter de loucura, tão reclamado pelo deus Momo.

Na terça-feira, felizmente, tudo mudou de face. As ruas estavam inundadas de povo, o prazer mostrava-se em todos os rostos e as *sociedades*, prontas a entrar na liça, aguardavam com impaciência o momento de expor à vista dos curiosos muita coisa bonita, rica e chistosa. Efetivamente, de boas ideias, destas que fazem andar aos tombos com riso sem ofender quem quer que seja, havia sofrível dose.

A *Passagem de Vênus,* apresentada pelos *Tenentes*; a *Lancha do Lazareto*, dos *Democráticos*; os *Jogadores Surpreendidos,* dos *Fenianos*; o *Espírito Engarrafado*, dos *Pingas*; a *Circunscrição dos Incêndios,* do *Novo X*; o *Astrólogo,* dos *Esponjas*; e o *Ajardinamento do Campo,* do *Velho X* agradaram geralmente e deram causa, alguns, à gargalhada estrepitosa.

Em número chique e elegante, distinguiram-se os *Tenentes*, os *Fenianos* e os *Democráticos,* procurando não lhes ficar atrás os dois *Clubs X*, os *Inimitáveis* (que traziam na cabeça o chapéu predileto de *O Apóstolo*), a *Internacional*, os *Estudantes*, os *Pingas* e o *Zé Pereira Ilustrado*. Outras sociedades ainda, cujo nome não me ocorre, abrilhantaram o passeio de terça-feira.

De noite, nos teatros, a festança foi luzidíssima. Era extraordinário o número de pessoas que enchia a sala do Pedro II e do Lírico.

Dançava-se a custo e, mesmo para passear, pouco espaço sobrava. Como era natural, houve sopapo, leques quebrados, desmaios, ataques de nervos e outros episódios mais ou menos sérios, mais ou menos burlescos.

Às 3h, o carnaval de 1875 estorcia-se nas ânsias da morte e, ao raiar da aurora de quarta-feira, expirava nos hotéis, entre os vapores do *champagne*, para ceder o campo... aos 40 dias do senhor bispo.

Nemo

74) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 373, p. 58, 20 de fevereiro de 1875

O Apóstolo, em um dos seus passados noticiários, diz-nos que o italiano *Petrucelli della Gattina*, autor de muitos *escritos injuriosos contra a Igreja*, foi atacado de uma paralisia.

É inútil acrescentar que a folha clerical atribui a moléstia ao castigo divino de que não podem fugir os que, longe de atacar a verdadeira religião do crucificado, atacam o poder *temporal* e a religião romana!

***

É velha mania de *O Apóstolo* encontrar em cada doença e em cada óbito uma *graça* ou um *castigo*. No entanto, se religiosamente a coisa é assim, a gota de que sofre Pio IX será *graça* ou *castigo*? Escreveria sua santidade coisas *injuriosas contra a Igreja?* Mandar-lhe-ia o governo brasileiro a moléstia de presente pelo telégrafo elétrico? Leria alguma vez em voz alta o *Galileu*? Atacaria foguetes à chegada de algum bispo?

***

E eu cá... que desde o Carnaval trago às costas a mais bela constipação deste mundo? *Graça* ou *castigo*? E o meu colega João Bernardes, que de há tempos a esta parte anda derreado e de espáduas à bolina? *Graça* ou *castigo?*

***

Verdadeira graça, na opinião geral, é o modo por que a imigração espontânea vai afluindo às nossas praias. Nada mais, nada menos que 540 imigrantes italianos, 1.080 braços destinados à fecundação deste solo abençoado, nos entraram a 18 pela porta adentro.

Graças ao modo por que foram acolhidos por sua excelência da Agricultura e graças também à diligência empregada pelo doutor Gusmão Lobo para que nada faltasse aos novos hóspedes, toda essa gente desembarcou risonha e satisfeita e, como lhe foram agradáveis as primeiras impressões, é de se esperar que, em breve, novos grupos de colonos italianos venham reforçar os que já por aí se acham estabelecidos no Império.

***

A Itália é, talvez, o país que maior número de imigrantes pode oferecer ao Brasil, se o conselheiro Costa Pereira, tão solícito em tudo quanto se refere à colonização, fizer o que por lá fazem as Repúblicas do Prata, isto é, cimentar a amizade entre os dois povos, pôr bem patentes, por meio da imprensa, as vantagens que o colono pode auferir entre nós, descrever as belezas naturais do Brasil, a prodigiosa fecundidade do seu torrão e outras muitas coisas necessárias para atrair a imigração.

***

As Repúblicas do Prata, além de várias publicações feitas quase semanalmente nos jornais italianos, têm na Itália um poderosíssimo auxiliar na pessoa do grande publicista Hector Varella. Em um jornal, de sua propriedade, escrito em várias línguas, é incansável esse homem nos louvores dispensados à uberdade do solo platense, à extraordinária amenidade do seu clima e às vantagens que as Repúblicas oferecem ao imigrante laborioso.

***

Entretanto, é força dizê-lo aqui, nem toda a colonização italiana serve para o Brasil. Os piemonteses, os lombardos, os florentinos e os venezianos são trabalhadores inteligentes e ótimos para fazer parte de

qualquer sociedade civilizada. Deus nos livre, porém, de tudo quanto ficou amesquinhado pelo *poder da sotaina preta* ou pela influência fatal dos *barretes vermelhos*... da Itália romana, enfim! O ócio, a gatunice, o roubo na estrada, o assassinato às escuras, eis as principais divisas dessa gente, que só poderá regenerar-se nas gerações vindouras, se o rei Vítor Manuel e o governo italiano não afrouxarem, na obra de regeneração, a inteligente empreendida desde que a Itália se tornou *una e libera*!

Tudo quanto aí fica dito são impressões de quem já viu de perto e por demorado tempo, as glórias e as misérias dessa grande nação, onde as belas-artes nas suas mais esplêndidas manifestações contam ainda legítimos representantes.

Aproveite-as, se quiser, o conselheiro Costa Pereira e, lançando mão da propaganda destinada a tornar bem conhecido o Brasil na Itália, verá quantos braços robustos e inteligentes virão pedir trabalho à terra de Santa Cruz.

Nemo

75) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 374, pp. 66 e 67, 27 de fevereiro de 1875

Se *O Apóstolo* lê os jornais milaneses, deve estar furioso! Nem é para menos. O homem que tanta coisa *feia* dissera da Igreja e a quem Deus castigara a língua... paralisando-lhe o corpo em um volver de olhos; o homem que só via, como vê ainda, no poder temporal e nas doutrinas *romanas*, um tropeço constante anteposto à liberdade, à consciência, ao progresso e à razão; o deputado *Petrucelli della Gattina*, enfim, acha-se quase curado da paralisia e deve apresentar-se no Parlamento italiano no correr do presente mês!

Não me daria hoje ao trabalho de transcrever e traduzir aqui o tópico da *Gazeta di Milano* de 12 de janeiro se não temesse que amanhã *O Apóstolo* viesse atirar-me ao rosto com certos adjetivos, pouco *religiosos* na verdade, mas muito em voga no dicionário daquela *asseada folha*.

Para não correr o risco de devolver-lhos todos inteirinhos, aí vai a transcrição e a tradução *literal*:

La salute dell'onorevole Petrucelli della Gattina va migliorando. I medici assicurano ch'egli ricupererá completamente l'uso delle bracia, e che in febbraio potrà presentarsi alla Camera.

A saúde do deputado Petrucelli della Gattina vai melhorando. Os médicos garantem que ele recobrará completamente o uso dos braços e que, em fevereiro, poderá apresentar-se na Câmara.

Está convencido *O Apóstolo*? Diga-nos agora que foi o diabo quem curou o deputado italiano, ao menos para que nesta história de moléstias, curas e passamentos haja sempre um editor responsável.

***

A carta escrita ao *Jornal do Commercio* pelo seu correspondente do rio da Prata começa a fazer sua bulha entre nós. Não faltam apreensões, *O Globo* já vê guerras no horizonte, e os especuladores começam a aproveitar o ensejo para lardear minhocas na cabeça dos incautos.

Não há motivo, quanto a mim, para semelhantes receios. Não são, por certo, amigos extremosos do Brasil os homens que hoje se acham à frente do governo argentino; no entanto, daí a dizer-se, como por aí se diz, que eles querem guerra a todo o transe, vai grande a distância.

À República Argentina não convém, por forma alguma, entrar hoje em novas guerras. O comércio daquele país não sofreu pouco com a questão Mitre-Avellaneda, e a colonização, que em tão vasta escala demandava o solo platense, teve sensível diminuição nos meses decorridos de novembro para cá. Lucrou com isso o Brasil, onde se refugiaram muitos colonos europeus, que, em outubro passado, esmolavam nas ruas de Buenos Aires, por falta absoluta de trabalho.

É, pois, de se esperar que a diplomacia ponha termo às questões entre o Brasil e a República Argentina e que o governo do imperador, embora resolvido a não deixar calcar aos pés a dignidade do Império, saiba conduzir-se nesta emergência com o tino e a prudência de que tão veementes provas tem dado nos quase quatro anos de sua inteligente administração.

***

Agora, uma resposta ao senhor Di Martinho Vinco, que, por intermédio das *Publicações a pedido* do *Jornal* de 24, teve a bondade de nos dirigir algumas linhas. Segundo o que disseram as folhas diárias, os colonos italianos chegados há dias são lombardos. Sendo mesmo do antigo reino das Duas Sicílias (dos Abruzzos, enfim), não quer isso dizer que seja má gente. Não há canto no mundo onde não se encontre gente honesta e trabalhadora.

Em relação, porém, à Itália, deve sua senhoria concordar em uma coisa, que o norte da Itália, se não mentem as crônicas nem as estatísticas, leva grande vantagem sobre o sul; não sou eu, são os próprios jornais de Turim, Milão e Roma que classificam de *Itália romana* (andarão também atrasados em geografia os jornais italianos?) todos os lugares onde as doutrinas clericais – abafando a instrução, o progresso e a liberdade, para alimentarem o ócio e a ignorância e, portanto, todos os crimes de que é capaz o ignorante e o ocioso – acharam mais eco.

Está o Sul da Itália, mais que o Norte, nesse caso? A julgar pelo que por lá vi, parece-me que sim.

Quando o governo do rei Vítor Manuel conseguir a extinção desses bandos de *briganti*[*], que infestam a baixa Itália; quando a instrução tiver trazido ao caminho do trabalho e da indústria os *pigroni*[**], de que há infelizmente uma certa abundância nas províncias do sul italiano, serei eu, como o serão todos, um dos que mais depressa louvará a regeneração dessas províncias.

Até lá, permita-me o senhor Di Martinho Vinco que eu continue a preferir, em relação ao Brasil, a colonização que pode fornecer-nos a alta Itália, a que nos pode vir dos pontos onde a *sotaina preta e os barretes vermelhos* ainda predominam – infelizmente –, o que não quer por certo dizer que os nove milhões de italianos residentes na baixa Itália sejam exclusivamente compostos de ladrões, assassinos, ociosos e gatunos.

***

A crônica vai terminar por coisas tristes! Nem sempre é descabida a lágrima na face habituada ao riso. Quando o sentimento a dessora, quando ela emana da alma, deve fazer-se o silêncio em torno.

---

[*] Ladrões. (N. E.)
[**] Preguiçosos. (N. E.)

Por isso abrimos aqui um parêntese, para juntar uma gota de pranto ao pranto que chora a pátria pela perda de um de seus mais portentosos filhos. Carece dizer que essa lágrima é derramada sobre a cova apenas fechada de Fagundes Varela?

Chorar-lhe a morte não envergonha: era um louco, mas era um poeta e, sobretudo, um poeta cristão. Quando um vulto como aquele apaga-se na tela da existência, abre-se um vácuo enorme, que só pode e que só deve ser de novo enchido pelas lágrimas da pátria, a quem cumpre desvanecer-se de legítimo orgulho por lhe haver sido o berço.

Corra, pois, o nosso pranto de mistura com o daqueles que sabem sentir e avaliar a perda que o país acaba de sofrer.

Nemo

76) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 375, pp. 42 e 43, 6 de março de 1875

A O Apóstolo

Transcrevemos em seguida as *preciosidades* com que a folha clerical nos mimoseou no seu número de domingo passado. Às reflexões de *O Apóstolo*, responderemos com a seriedade pedida pelo caso, procurando convencê-lo tão somente de que, se não somos jesuítas nem andamos de cócoras perante o *poder temporal*, não deixamos, por isso, de ser cristãos.

Eis a transcrição:

> *Vida Fluminense* – Este jornal trouxe ontem uma caricatura representando o senhor visconde de Santa Cruz com a coroa sobre a cabeça, simulando uma coroa de espinhos, e cravado na cruz, tendo dos lados e como guardas o ministro da Justiça e o de Portugal.
>
> Reprovando como temos reprovado essas imundas caricaturas, que penetram impunemente no seio das famílias e que são o alimento dos amigos de escândalos, jamais nos ofendemos com as que nos são dedicadas especialmente, além do mais, porque de certo modo concorremos para que alguns esfaimados tenham um meio

> de vida consoante à sua indústria; no entanto, tratando-se de ridicularizar a paixão e a morte do redentor do mundo em um papel em que se reproduzem figuras as mais indecentes, não podemos conter a nossa indignação, protestando contra essa liberdade absoluta que têm quaisquer ganhadores de ridicularizar o que há de mais santo no céu, inclusive a pessoa do próprio Jesus Cristo, com espanto geral dos homens honrados e imparciais.
>
> Faça a *Vida Fluminense* o seu negócio, corrompa os costumes, desenhe indecências, zombe de tudo e de todos, mas respeite ao menos o filho de Deus, o salvador do mundo. Não é muito o que lhe pedimos.

A opinião de *O Apóstolo* sobre a *imundície* de nossas caricaturas dói-nos pouco... ou, para melhor dizer, nada. Na questão entre o poder civil e a seita ultramontana, seguimos à risca os passos da imprensa ilustrada europeia. Desejávamos ver com que nariz ficaria *O Apóstolo* se lançasse os olhos sobre o que se publica na Alemanha, na Itália, na Inglaterra e até na própria Espanha (falamos da Espanha cristã, e não da *Espanha católica*) acerca de semelhante assunto. Ainda por lá, como por cá também, nenhuma família se queixou de que lhe pervertemos o sentimento religioso satirizando o jesuitismo.

Que *O Apóstolo* não se ofenda com os desenhos que lhe tocam pela porta, concorrendo assim para que *alguns esfaimados* (não é só sua santa reverendíssima que tem pança; cá por casa, também, há sofríveis barriguinhas que protestam contra o caridoso epíteto) *tenham um modo de vida consoante a sua indústria*, é justo.

Seria curioso que ele se ofendesse tendo na própria redação quem, *esfaimado* talvez, já buscou na imprensa ilustrada paulistana o tal alimento que nutre os *amigos de escândalos*, publicando ou permitindo que se publicasse um quadro no qual o Brasil, *crucificado* pelo ministério do senhor Zacarias, simbolizava a situação política daquele tempo.

Vamos, porém, ao mais interessante, ao que é mais sério e que por isso mesmo merece mais cabal resposta. Apresentar um personagem crucificado, *tendo dos lados dois guardas*, não é por forma alguma *ridicularizar* a paixão e morte do redentor do mundo. Antes de proferir semelhante blasfêmia, deveria *O Apóstolo* reparar na forma da cruz que se vê no desenho. É o lenho sacrossanto de que reza a história sagrada? Além disso, foi Cristo o único a quem se infligiu a pena da cruz? Não era

a crucificação o suplício daqueles tempos? Ao lado de Jesus Cristo não figuraram os dois ladrões, igualmente crucificados, de que reza a história?

Protesta, então, *O Apóstolo* contra essa *liberdade absoluta que têm quaisquer ganhadores* (devolvemos-lhe a frase toda inteirinha) *de ridicularizar o que há de mais santo no céu, com espanto geral dos homens honrados*, sem motivo, pois procura tão somente sofismar o desenho em questão, atribuindo-lhe heresias que ele não tem.

Para terminar: *faça* O Apóstolo *o seu negócio*, *corrompa* a civilização, *publique* sandices (a do fogueteiro morrendo por graça de Deus e a do senhor Boldrini morrendo por graça... do diabo, por exemplo), *zombe* à socapa da credulidade dos parvos, *mas respeite* ao menos o bom-senso e deixe em paz a religião como no-la pregou o filho de Deus, o salvador do mundo, porque essa, se a entende, finge não entendê-la. *Não é muito o que lhe pedimos*.

Nemo

77) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 376, p. 82, 13 de março de 1875

Mais algumas horas e o Parlamento brasileiro abrirá as suas portas à curiosidade pública. A sessão vai ser animada porque importantíssimos são os assuntos oferecidos ao debate. Avultam, dentre eles, a reforma eleitoral e a questão religiosa.

***

Sobre a primeira, tem *A Reforma* publicado uma série de artigos mostrando as vantagens da eleição direta. Não quero contrariar *A Reforma* nas suas justas aspirações. Permita-me, porém, a ilustre matrona da rua Sete de Setembro que eu, por ora, as ache temporãs. Está o país preparado para a realização da ideia que é o "Ai, Jesus" de *A Reforma*? Parece-me que não.

***

O gabinete presidido pelo senhor visconde do Rio Branco tem semeado largamente no sentido de, um dia, colher, como fruto, a eleição direta. A lei de 28 de setembro, o ato mais civilizador de que entre nós há notícia, e o desenvolvimento da instrução pública em razão dos incessantes esforços do senhor conselheiro João Alfredo são provas exuberantes disso.

***

No entanto, antes de tudo, é necessário deixar enraizar essas sementes, esperar que os frutos se apresentem, para então outorgar ao povo o direito de escolher diretamente os cidadãos que têm de representá-lo na Assembleia Legislativa. Votar desde já pela eleição direta, quando o país ainda não está completamente preparado para ela, seria erro gravíssimo, cujas consequências não é lícito prever. Esperemos mais algum tempo. Longe de perder, com a espera, muito lucrará a nação.

***

A questão religiosa, segundo ponto de que a Assembleia tem de ocupar-se, apresenta dificuldades sérias. O calculado fanatismo de alguns dos principais membros do nosso clero e a atitude hostil da Cúria Romana – a qual, inteiramente desmoralizada em quase toda a Europa, procura enraizar na América as doutrinas que por lá não têm mais eco – são escolhos nos quais a energia da Assembleia não deve naufragar, se ela, sobretudo, se lembrar de que o progresso é a alma dos países novos.

Não haja, pois, contemporizações. Corte-se o mal pela raiz. Lembre-se a Assembleia de que o mais figadal inimigo do progresso é... o jesuitismo.

***

Mudando de rumo, terminarei a crônica recomendando ao público o novo estabelecimento que, sob o título de Linda Brasileira, acaba de abrir, na rua do Ouvidor, 90. A julgar pelo que lá vi, a convite do senhor Georges, o problema do da falta de bom-gosto, aliado à mais completa modicidade de preços, acha-se resolvido.

Nemo

78) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 377, p.90, 20 de março de 1875

Às censuras da oposição responde o senhor ministro do Império com fatos de incontestável utilidade. Bem haja ele. Acusado por vezes de não cuidar da instrução pública, o conselheiro João Alfredo, que há mais de cinco anos dirige a pasta do Império com patriotismo não desmentido, esmaga a acusação inaugurando, a 14 do corrente, o *Asilo da Infância Desvalida*.

***

Desta vez, não foi só da instrução que ele cuidou. À essa nobre ideia – que desde a sua entrada para o poder ele acariciou sempre com desvelado carinho – aliou sua excelência outra ideia não menos nobre, não menos grata aos homens de coração – a da caridade.

***

A infância desvalida, graças à iniciativa do conselheiro João Alfredo, tem hoje um lugar de abrigo onde, a par de todas as precauções aconselhadas pela higiene, se encontra a instrução do espírito, que deseja desenvolver-se, e a educação dos braços, que mais aptidão mostram para as artes mecânicas.

Bem haja, pois, o senhor ministro do Império.

***

No mesmo dia em que se inaugurava o *Asilo da Infância Desvalida*, a Companhia de Navegação Paulista, representada pela sua digna direção, procedia à experiência do vapor *América*. Ao visitar aquele excelente navio – o primeiro da nossa navegação costeira em velocidade, elegância e comodidades –, não é possível deixar de dirigir um voto de louvor à digna diretoria e, outro a seu hábil gerente, o senhor Jayme Esnaty, a quem se deve, em parte, o próspero estado da *Navegação Paulista*.

***

Do elogio à censura não vai grande distância. Elogiei até aqui, censurarei agora. Ainda não conseguiu o senhor Plínio dos Correios tapar a boca dos queixosos moradores de Santa Teresa. O mau serviço das diligências continua e continuará enquanto o governo fechar os ouvidos ao clamor geral, e o senhor chefe de polícia fechar os olhos à acumulação de gente nas diligências, para as quais... não há lotação. Também o senhor Plínio já está acostumado a estes fechamentos de olhos e de ouvidos. É verdade que o provérbio diz: "Quem não tem ouvidos todo o mundo é seu"; o mundo lá de Santa Teresa é todo do senhor Plínio.

Nemo

79) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 378, pp. 98 e 99, 27 de março de 1875

O relatório do chefe de polícia da Paraíba sobre os acontecimentos do norte, publicado em *A Nação* de 23, veio abrir completamente os olhos a quem ainda teimava em conservá-los fechados. Aquele documento mostra a evidência de que o principal agente das façanhas *quebra-quiloenses* foi o jesuitismo! (*Este ponto de admiração vai aqui para os outros. Cá por mim, dispensava-o.*)

***

O pior é que do tal documento também se vê de quanta influência gozam ainda sobre o espírito do povo os sectários de Loyola (desde Calixto, da Campina Grande, até Ibiapina, de qualquer outra... campina).

***

Essa influência, embora limitada às classes menos instruídas, é prova cabal da inoportunidade da eleição direta em um país onde faltam elementos para a realização desse justo desiderato.

***

Converta-se em lei a eleição direta, tenha o povo o direito de eleger diretamente os seus representantes, e o jesuitismo erguerá a cabeça... e *O Apóstolo* rirá à socapa... e *A Católica*, hoje dissolvida – mais por causa das *contribuições congruentes* do que pelo pretendido *veto* do governo – se constituirá novamente... para ir mais tarde assentar barracas... no palácio da Assembleia Legislativa! (*Não dispenso estes três pontos de admiração – dois para os outros e um para mim.*)

***

Pio IX exultará; os cardeais dançarão um minueto requebrado; *O Apóstolo* rebentará de indigestão (tal será o prazer... e a mesa); o senhor Tarquínio provará que não é só em *Roma* que há *romanos;* o senhor Ferreira Viana terá ocasião de pôr na cabeça mais três coroas (duas de flores... e uma feita à navalha); as côngruas da padralhada serão elevadas ao duplo; o doutor Reyes, secretário particular do órgão *apostólico*, deitará sermões edificantes na praça pública; e frei Caetano de Mezinha aconselhará às moças a substituição da *chave* pelo cantochão e a dos óleos perfumados do senhor William Louis pela banha de porco *au naturel* (*manteca di porco*).

***

No entanto, o país imitará os caranguejos; a ignorância voltará; a lei de 28 de setembro, mantida pelo *direito* será *de fato* letra morta; a emigração mandará à tábua este solo, embora mais *abençoado* então do que hoje; a lavoura definhará; o progresso, acossado por sombras implacáveis, baterá a linda plumagem; e a civilização, corrida de vergonha, procurará em outras paragens o lugar de honra, que, à custa de tantos sacrifícios, conquistara nesta. Há de ser bem bonito, não acham?

***

Tão bonito quanto a ordem que obriga os artistas dramáticos a *jejuar* (e que *jejum!*) 11 dias a fio, ou o requerimento do reverendo Pinto de Campos, pedindo o encerramento da sessão legislativa na época em que o país mais carece das luzes de seus representantes.

Eu sei que o reverendo Pinto de Campos, é liberalão às direitas, embora se diga conservador; contudo, pedir e obter o *fechamento das portas* parlamentares em tempo de tanto trabalho pelo simples fato de estarmos na Semana Santa... cheira-me a ultramontanismo disfarçado... por me repugnar a ideia de passar aqui a sua excelência um diploma de... mandrião.

***

Alguns senhores deputados deram solene cavaco com o *fechamento*. Têm razão os de fora, especialmente, porque não têm por lá assembleias de dia... nem alcázares de noite.

***

Um conselho: como estamos quase na Páscoa, façam o que *O Apóstolo* está provavelmente fazendo à hora em que escrevo. Comam-lhe bem, bebam-lhe melhor, mas... convidem-me. Até mesmo porque sou talvez o primeiro a desejar-lhes as boas festas, não só a suas excelências, mas também a todos os assinantes que me honram com a sua confiança e não desdenham de lançar olhos sobre as crônicas de

Nemo

80) ***A Nação***
Jornal político e comercial

Ano IV, número 68, terça-feira, 6 de abril de 1875

Parte ineditorial
O Império e as Repúblicas do Prata

I

Chegou o momento solene em que devem tomar a palavra os homens que conhecem e habitam esta parte do continente sul-americano e que, por seus princípios realmente liberais, conservam igual consideração e respeito por todas as sociedades que constituem as nações brasileira, argentina e uruguaia.

As questões de hoje não são as mesmas questões de sempre. Há, na situação atual da existência de todas estas sociedades, alguma coisa de transcendental a resolver, de forma que assegure no porvir uma paz permanente e o progresso das sociedades, que só podem e devem aspirar às lutas da indústria – e aos combates da inteligência e do trabalho humano –, únicas guerras em que nem vencedor nem vencido jamais contam vítimas que lamentar.

Preparar o terreno, em sentido de recolher tão benéficos frutos, é uma tarefa bastante difícil na prática, visto que nem os governos, os quais, à sua vontade, dirigem os destinos dos povos, têm o valor cívico de sacrificar sua vaidade ao interesse comum da humanidade, e tampouco os povos são ilustrados suficientemente para que as sociedades compreendam bem o que lhes convém e possam organizar sua força coletiva nas condições de impor seu voto na direção da política internacional que se deve seguir entre os Estados limítrofes.

Essa impotência da coletividade social exige que ao menos a opinião pública ilustrada por seu órgão, a imprensa, venha influir para que o mal das guerras, quando estas são impossíveis de se evitar, não venham ao menos com o caráter de perpetuar mais e mais os ódios mesquinhos entre os povos de uma mesma origem e cujos exércitos, mais de uma vez, foram aliado para derribar a tiranos como Rosas e Solano López.

Se é inevitável uma guerra entre os dois grandes Estados, que estendem seus domínios até os confluentes do Prata, sofra-se mais esse terrível flagelo; porém, sirva por *última vez* o sangue que se derramar para dar a existência feliz a que aspiram quantos buscam, no honesto trabalho da indústria e do comércio, o engrandecimento moral e material destas regiões.

Já que hoje a imprensa do prata não goza das prerrogativas que, à custa de tantos sacrifícios, conquistaram os fundadores destes novos Estados, *tomamos a palavra em outro idioma e recorremos à imprensa desse Império livre, onde a expansão dos íntimos sentimentos da alma são para todos um direito individual e um dever*, quando se defende os grandes interesses da humanidade.

II

Já passaram os tempos em que a sorte dos povos estava exclusivamente confiada aos caprichos da diplomacia e à força bruta dos exércitos. Hoje,

a coletividade social – por seu órgão, a imprensa – discute a marcha da política que os governos devem seguir, nas desinteligências que costumam manifestar-se nas relações oficiais de um Estado com outros.

É pela solidariedade de interesses no bem-estar da humanidade, entre todos os povos que constituem a comunidade das nações civilizadas, que nos casos graves são chamados os publicistas a dar seu voto ou seus conselhos sobre os pontos que dão causa às ameaças de guerras.

O respeito que merece a opinião pública, o dizem eloquentemente os manifestos que se creem obrigados a dar, à luz da publicidade, todos os governos que se decidem a fazer uma declaração de guerra.

Os interesses dos povos, pela multiplicidade de suas relações industriais e comerciais, estão de tal forma unidos que seria afronta para todas as sociedades provocar a guerra sem antes justificar a causa que arrastou qualquer governo a recorrer a tão extremo recurso.

Antes que se aceda a essa gravíssima responsabilidade – ou a honra das nações se julgue comprometida por um fato qualquer – os homens, que se preocupam com os estudos que esclarecem os povos, devem tomar a palavra no sentido de evitar grandes males ou, pelo menos, impedir que os sacrifícios exigidos não fiquem improdutivos para o porvir.

III

Desde longo tempo que sinistros rumores fazem inquietar a existência de quantos têm seus capitais, seu crédito comercial e sua atividade empenhados no progresso moral e material destas jovens sociedades. Os rumores de uma guerra entre o Brasil e a República Argentina hoje, mais que nunca, se apresentam com caráter sério.

Não examinaremos de que parte está a razão para um rompimento; bastará que indiquemos as causas, que são de todos conhecidas. A questão de limites entre o Paraguai e a República Argentina tem servido de ponto de partida ou base das primeiras desinteligências entre os homens da *Casa Rosada* e o governo brasileiro. Sobre esta base, Sarmiento, para fins de sua imprudente política interna, procedeu com o gabinete de São Cristóvão pelo modo mais inconveniente. O senhor de Carapachay, só para contrariar as opiniões do general Mitre, criou novas e mais complicadas dificuldades nos arranjos com o Paraguai. Sua mania de guerreiro o levou a preparar-se para combater o partido que

lhe faz a oposição e, por sua vez, armar-se de maneira que o Império o considerasse como um rival poderoso.

Enfim, o armamento de Martín García e os anúncios de novos reforços para a esquadra argentina vêm dizer que o sucessor ou o *herdeiro* de Sarmiento deseja ensaiar o seu poder militar.

Os velhos ódios entre argentinos e brasileiros, que se diziam haver apagado nos campos de Caseros, voltaram a ser recordados para que o governo de Avellaneda se sustenha no poder, amparado pelo prestígio da chusma ignorante e dos especuladores políticos, a quem as guerras são o meio mais fácil de satisfazer suas cobiças de ouro.

Os estadistas brasileiros que têm seguido, passo a passo, as evoluções da República Argentina – antes que lhes suceda serem condenados como imprevidentes, como lhes sucedeu quando do rompimento com o Paraguai – também se têm preparado para a guerra, com todos os elementos de que pode dispor uma nação que possui os grandes recursos do crédito, os bem organizados arsenais e que conta com o apoio de um povo que se engrandeceu em largos anos de paz e que se educou para amar com extremo a sua pátria.

Não será necessário para os que habitam estas regiões sul-americanas fazer longas dissertações, em uma revista retrospectiva da situação geral de cada país, para formar uma quase segura ideia do desenlace da luta que se agita. Entretanto, alguma coisa diremos que sirva para justificar nossas conclusões.

IV

O governo do doutor Avellaneda, pelos elementos que lhe deram ascensão ao poder e que o sustentam, não está habilitado para incitar o patriotismo de seus concidadãos com o vigor de que se necessitaria para sustentar, ainda mesmo na defensiva, uma guerra contra o Império. Os mais prestigiosos chefes militares da República se encontram nos cárceres e expatriados.

A intransigente política, adotada por Sarmiento e depois seguida por Avellaneda, impossibilitou seus adversários políticos – que constituem uma parte poderosa em dinheiro e em influência na sociedade argentina –, sem a mais aviltante indignidade pessoal, de alistar-se nas filas cuja voz de mando seja a de homens que dominam a presente situação.

Então, quando fosse possível obter a cooperação dos perseguidos e a obediência de todos eles a um chamado às armas para a defesa da pátria, o povo de Buenos Aires iria sim; no entanto, um momento antes de

marchar contra o inimigo, destituiria os chefes designados oficialmente pelo governo para escolher aqueles de suas simpatias e confiança.

Em uma hipótese, pois, o governo de Avellaneda fracos elementos poderá reunir para fazer a guerra ao Brasil; na outra hipótese, correria o risco de ser forçado a deixar a outro cidadão sua suprema autoridade.

Avellaneda e Alsina demasiado têm demonstrado sua ambição de mando para que ninguém os suponha tão *sonsos* que façam por sua pátria o sacrifício de correr o risco de perder suas posições oficiais. Quanto aos estrangeiros, que constituem em Buenos Aires uma forte e importante força moral da povoação, o que se poderá deles esperar, quando muitos sofreram abusos da autoridade pública e quando a política de Sarmiento e Avellaneda têm arrastado aquele país a todas as calamidades que surgem de uma desesperadora crise econômica?

Nas províncias do interior e do litoral, quiçá fosse hoje em alguma delas tão difícil, senão mais que em Buenos Aires, reunir todos os seus elementos para a guerra que se intentasse. Duas das províncias da Confederação argentina (Entre Rios e Corrientes), se compreendessem que a guerra lhes pode assegurar, sem grande custo, sua completa autonomia de nação, não seria de estranhar que pelo próprio interesse até se fossem aliar aos exércitos invasores.

Pelos fatos que se patenteiam, tudo isso foi esquecido. Hoje, talvez, seja tarde para impedir as tristes consequências dos caprichos dos homens que a seu talante têm governado nos últimos anos aquele desgraçado país. Não será por certo aventurado dizer que ao governo de Avellaneda só restam dois caminhos: fazer a guerra ou humilhar-se perante as exigências que o Brasil julgar convenientes para assegurar a paz.

V

O gabinete de *San Cristóbal*, minuciosamente informado da situação das Repúblicas do Prata, protegido pelas vitórias alcançadas no Paraguai, dispondo de um exército forte e bem-municiado, de uma marinha nas condições de estabelecer bloqueios e de proteger os movimentos de seus exércitos de terra, tendo a seguridade de obter novos triunfos e, enfim (como já dissemos), tendo a opinião pública em seu favor, a qual a gritos declara que sustentar uma paz com as armas permanentemente na mão é mil vezes pior que a guerra, que diligências se deve supor que fará o

gabinete de *San Cristóbal* no sentido de evitar a guerra? Nenhumas.

Todos os interesses do Império estão em pôr-se de contas claras com seus vizinhos, de maneira a impor-lhes respeito. Habilitar-se para diminuir seus fabulosos gastos pelo orçamento das repartições de Guerra e de Marinha, aplicando o mais que possa de suas rendas aos progressos de suas nascentes indústrias.

Se temos em consideração o tino que preside aos atos do governo imperial, no caso que se declare a guerra, devemos esperar que ele aproveitará todos os elementos que inconscientemente seus inimigos lhe têm oferecido para fazer menos difícil a conclusão da luta e, uma vez mais, reunir suas conveniências de nação em benefício de alguns povos que aspirem a ter sua mais completa independência e a existência tranquila de governos regulares.

Na atualidade, especialmente, o Brasil não necessita fazer guerras de conquista. Seu imenso território chega para manter em feliz abundância 10 vezes mais povoações do que aquela com que conta na atualidade já ali residenciada. Demais, os estadistas brasileiros bem sabem que estender suas fronteiras, para admitir debaixo de sua jurisdição novos centros de povoação platense, seria chamar a si elementos de perturbação para lutas intestinas.

Se, como supomos, o Brasil só tem em vista assegurar uma paz duradoura quando aceita a guerra, buscando por isso dar-lhe todo o caráter de uma necessidade *apremiante* e, bem assim, *reconhecendo que não são os povos do Prata os responsáveis dos caprichos de pequenos círculos*, que se apoderaram das altas posições da governação pública e que sustentam seu poder pela força de uma chusma de mercenários; se é a *guerra civilizada* aquela que pode influir para sacudir o férreo jugo dos rosistas, que se creem com o privilégio de impor sua arbitrária vontade às povoações pacíficas, progressistas e livres que habitam as margens do Prata. Em tais casos, *se faça*, e sem mais demora, *a invasão dos exércitos brasileiros*!

Para as cruzadas do bem-estar da humanidade, os povos não guardam suas fronteiras; antes, correm, pressurosos, para engrossar as filas dos missioneiros da civilização. O fim da guerra deve ser explicado com a maior claridade pelos estadistas e *diplomáticos* brasileiros. Uma nação poderosa como o Brasil e educada no amor à humanidade só poderá contar com triunfos sempre que preste serviços à civilização dos povos.

(*continua*)

81) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano IV, número 69, quarta-feira , 7 de abril de 1875

Parte ineditorial
O Império e as Repúblicas do Prata

VI

Em consequência da posição geográfica da República Oriental e, mais que tudo, do seu inconstitucional governo e dos seus atentados contra a fortuna de quantos habitam esse desgraçado país, se faz forçoso que alguma coisa nos chegue da luta brasileiro-argentina.

Assim, pois, apresentar a largos traços uma breve resenha da atual situação social deste país será uma necessidade não só para esclarecer àqueles que se preocupam com os negócios políticos do rio da Prata, mas também para justificar as conclusões que nos permitiremos apresentar.

O atual governo da República Oriental, nascido de uma revolução militar e composto de ambiciosos vulgares, os quais a nada mais se preparam que a satisfazer vinganças pessoais e saciar sua cobiça; o atual governo oriental, que só impondo a força do terror tem a esperança de se sustentar no posto e de dirigir os negócios públicos, não poderá evitar ao país grandes perigos e desgraças se sua autoridade for a *única* que se faça ouvir no caso de um rompimento de hostilidades entre o Império e a República Argentina.

Um governo que, no curto prazo de dois meses, tem violado a Constituição em tudo o que ela estabeleceu para salvaguardar os direitos e os interesses dos que habitassem o território da República; que com o mais audaz descaro e cinismo projeta leis para despojar aos particulares de seus bens; que chama de *alarifes* e *estafadores* aos capitalistas que na melhor boa-fé invertem seus capitais em créditos do Estado e que, algumas vezes, em horas bem aflitivas para a nação, como foi a compra dos valores emitidos para fazer a paz de abril de 1872; um governo, enfim, que declara o Estado em bancarrota e que manda um dos seus membros insultar, do alto da tribuna parlamentar, todo o corpo diplomático porque este lhe enviara uma nota coletiva protestando contra os cínicos projetos

da Fazenda e que, com ele, pretende negar o pagamento dos capitais e dos interesses da dívida pública não pode ser um governo que represente a sociedade oriental ante as vistas de nenhuma nação civilizada.

Se a tudo isto se agregar que esta sociedade se compõe de mais de metade de estrangeiros e que estes formam a maioria do total das fortunas particulares, como se acaba de reconhecer pela averiguação feita sobre os possuidores dos títulos da dívida pública oriental, menos ainda poderá o atual governo ser o representante legítimo da dita nação. Quatro quintas partes dos credores por títulos de dívidas internas do Estado são estrangeiras residentes dentro e fora do país!

Os projetos, pois, do governo são um saqueio aos estrangeiros, que sempre se têm dedicado ao honesto trabalho do comércio e das indústrias, um trabalho que tem produzido uma imensa parte de tudo quanto se vê na República – construções majestosas, vias férreas, engrandecimento da navegação costeira e transatlântica, fortunas que no país existem –, tudo que constitui a riqueza que expressa o inventário geral da nação oriental. São também um saqueio das fortunas nacionais porque nenhum filho do país, digno de respeito e consideração, dá sua aprovação a tão inqualificável proceder de um governo imposto pela força dos mercenários.

Em tais condições, pois, o Brasil, que conta *residenciados* no Estado Oriental 40 mil de seus concidadãos, que tem interesses de valiosas fortunas que defender e que, bem assim, um grande interesse em seu forte comércio de permutas; o governo brasileiro deve, pois, meditar com reflexiva calma o proceder de sua política em relação a este país.

Os governos ilustrados e progressistas do Novo Mundo que, mesmo quando regidos pelo sistema de monarquia constitucional recebem um mandado pela suprema vontade do povo, para suster com todo o seu esplendor os santos princípios da liberdade, nem em suas relações internacionais podem esquecer-se de seus deveres para com a humanidade.

A nação que, à força de suas armadas de mar e terra pode reunir a força inquebrantável do respeito de outros povos, será sempre uma grande nação.

O povo oriental – ou, melhor dito, todas as classes sociais, sem distinção de nacionalidades, a que realmente se pode chamar "o povo" na política do rio da Prata – não aspira a consagrar todo o respeito pelas

demais nações e entregar-se aos gozos de uma paz assegurada para garantir o desenvolvimento de sua nascente indústria e a atividade de suas relações com as demais sociedades civilizadas do globo.

As continuadas lutas civis que têm ensanguentado o solo oriental e sua escassa povoação, e o fato de ser ali um *rendez-vous* de missioneiros do progresso não dão também a esta sociedade o direito de pretender tomar uma parte ativa nas lutas da política internacional.

Se, atualmente, na República Oriental houvesse à frente do mando da nação um governo que estivesse à altura de representar os interesses desta sociedade e de compreender as nobres aspirações dela, sua missão seria evitar tanto quanto possível a guerra que nos ameaça, empregando todos esforços de governo amigo e imparcial entre os das nações brasileira e argentina.

Infelizmente, com um governo como o que conta a República Oriental não é possível esperar que o atendessem os governos oriental[*sic*] e brasileiro, quando na pessoa de seus representantes ambos governos já foram desrespeitados e em um ato solene e público, como fosse a declaração feita pelo ministro de Relações Exteriores em sessão da câmara de representantes.

Dita a declaração e a questão pendente sobre o despojo de bens dos estrangeiros, o mais certo será que levem o governo a inferir as consequências de justas imposições estrangeiras.

VII (conclusão)

Conhecida a situação especial de cada um dos três países que dominam as margens do Prata e dos maiores dos seus rios confluentes, não é difícil dar uma opinião sobre a política mais conveniente que o governo imperial deve seguir para alcançar seus grandes interesses, suas amistosas relações com os povos do Prata e, diremos por último, uma política que mais aplauso receba do juízo imparcial de todas as nações, as quais têm o direito de decidir sobre todas as questões que perturbem as boas relações entre qualquer governo.

Se o Império – como o têm dito seus estadistas, como o tem repetido a imprensa brasileira, sem distinção de partidos – só ambiciona estabelecer uma duradoura paz no rio da Prata para que suas rendas, hoje investidas na manutenção de fortes exércitos e marinha, se destinem ao

progresso de suas indústrias e ao maior desenvolvimento de aceleradas vias de comunicação, não deve intentar uma guerra na qual se derrame o sangue inocente de povos que não desejam responsabilizar-se por atos arbitrários, os quais se adiantaram a condenar pelos meios de que cada um deles tem podido dispor, em vista da opressão dos seus déspotas.

Os homens pensadores e sinceros amigos da liberdade veem com tristeza que os últimos governos da República Argentina renegaram os sãos princípios que possibilitaram a que suas províncias constituíssem, pela forma produtiva, uma importante nação. Por uma parte, o governo nacional da Confederação tem milhares de vezes menosprezado os solenes pactos que deram autonomia e particular independência a cada uma das províncias que constituem a nação argentina. Por outra parte, está demonstrado que essa união produtiva das províncias tem servido quase exclusivamente para que os estadistas desse país decidam impor seus caprichos a todos os Estados limítrofes.

No Novo Mundo e ainda sobre as regiões da República, é intolerável que exista uma nação que pretenda impor-se como único árbitro dos destinos de todas as sociedades independentes simplesmente porque elas estão situadas junto aos limites de suas extensas fronteiras.

Para que a Confederação argentina fosse rica, feliz e respeitada, não necessitaria, por certo, mais que destinar suas rendas às melhorias públicas que constituem o progresso das indústrias. Pelo sistema governativo de provocar lutas civis e conflitos internacionais não poderá a nação argentina ser rica, nem feliz, nem respeitada. O armamento de Martín García, território usurpado pela força ao Estado Oriental e que, demais, serve de chave à navegação dos rios confluentes do Prata, é um proceder tão iníquo e tão ofensivo aos interesses do Brasil que não ficará sem reparação imediata.

Nem as crises econômicas que suporta aquele país têm servido de embaraço aos preparativos bélicos de mar e terra, nos quais o governo argentino inverteu os capitais pedidos ao crédito dos mercados estrangeiros para o determinado fim de *obras públicas*! Como se queixa com a fortuna, o crédito e a sorte dos povos!

As tendências já em demasia manifestadas pela República Argentina para sustentar com ameaça uma guerra contra o Brasil justificam que o Império busque uma solução ao presente estado de coisas. Qual será a solução ou, antes, o que decidirá o governo imperial? É a guerra como necessidade *apremiante*, à qual o Brasil aceita para, depois, estabelecer

uma paz permanente e, portanto, benéfica para todos os seus grandes interesses e, ainda, indiretamente para as mesmas sociedades platenses?

Em tal hipótese, a guerra deve ser contra o governo argentino, e não uma guerra de nacionais, que fazem perpetuar ódios sem proveito para ninguém e grave prejuízo para a ideia de fazer duradoura a paz.

Nessa guerra, bastará auxiliar em suas aspirações as províncias de Entre Rios e Corrientes, isto é, protegê-las em sua ambicionada e justa separação de se constituírem um novo Estado, livre e independente, para que os governos da nação argentina disponham de menos elementos para provocar conflitos internacionais.

As indústrias e o comércio argentino nada perdem com a declaração de independência dessas províncias. Mais bem ganharão com a asseguração da paz, até mesmo a interna, pois ao povo de ambas províncias se lhes nega, desde muito tempo eleger seus governantes como o entendem mais conveniente a seus interesses e conveniências. Ninguém ignora que os soldados e a influência do governo nacional têm a mais direta intervenção em todas as eleições provinciais.

A transformação em praça de guerra argentina da ilha de Martín García é uma questão que afeta aos interesses de todos os Estados ribeirinhos e os de todas as nações que sustentam relações mercantis com os povos que habitam estas regiões. A posição dos argentinos nessa ilha é um ato de prepotente conquista. Por todos os princípios e direitos, aquela ilha é propriedade da República Oriental. A fortificação de Martín García é, demais de tudo, um ato de *menosprecio* para com os solenes tratados que a mesma República Argentina aceitou.

Não seria possível suster a livre-navegação dos confluentes do Prata, desde que em poder de qualquer nação exista a ilha de Martín García fortificada? Este ponto é a chave da navegação dos rios interiores do Prata; é necessário, pois, que se constitua em território neutral para a livre-navegação dos rios.

Uma semelhante decisão só poderá sofrer a República Oriental, visto aquela ilha ser sua e estar imediata ao seu território. No dito território, a República Argentina só conta com a posse, que autoriza a violência. Para que o Estado Oriental nunca perdesse seus direitos de senhor do domínio, fez a entrega dessa ilha debaixo do competente protesto.

Se pois a guerra do Brasil visa constituir um novo Estado no Paraná, desarmar Martín García e fazer deste ponto um campo neutral, por mais

triste que sejam à humanidade as dolorosas consequências de uma guerra, há nesses fatos uma necessidade para assegurar a paz e o direito dos povos. As atuais relações do Brasil na República Oriental têm de considerar-se bastante vidrosas.

O governo oriental segue os seus atos revolucionários, despojando os seus mais pacíficos habitantes das propriedades em que inverteram seus capitais. Entre os despojados de seus bens se encontram cidadãos brasileiros. Ademais, a mesma nação brasileira é credora, e o pagamento já tem sido postergado muitas vezes.

As prendas hipotecadas ao Brasil em garantia da dívida oriental já foram destinadas a outras operações para conseguir recursos. No entanto, agora que à frente do mando está um governo que não respeita nenhum dos seus solenes fatos, que diz do alto da tribuna parlamentária que não respeita os direitos de seus credores e que declara a bancarrota do Estado – *com exceção* dos que têm um posto público e uma renda determinada sob a forma de honorários no orçamento –, chegou por certo o momento de o governo imperial impedir que o *despilfarro* da Fazenda Pública chegue ao extremo de não encontrar mais com que receber a importância de sua dívida.

A declaração de um membro do gabinete (ministro da Fazenda e interino de Relações Exteriores) perante o corpo legislativo de que este país estava em bancarrota dá ao Brasil o mais perfeito direito de negar seu assentimento aos ajustes feitos sobre o modo de subventar [*sic*] a dívida oriental. Todos esses ajustes tinham por base o crédito nacional, posto que os pagamentos se deveriam fazer em longos prazos.

Como o governo oriental não representa nada mais que o elemento revolucionário que se propôs levar ao abismo este desgraçado país, no dia em que o Brasil se decidir a pedir contas ao dito governo, terá ao seu lado a maioria desta sociedade, que oferecerá seus serviços, como eloquente protesto de que o povo oriental não se identifica com os atos de um governo que usurpou o supremo poder por meio da impopular revolução.

Assim como o povo de Paris, nos memoráveis dias de junho de 1871, correu, pressuroso, a saudar o exército que ali entrou para libertar aquela sociedade das atrocidades dos comunistas, também no Estado Oriental o povo correrá cheio de civismo para saudar o exército que o vier libertar da força brutal de uma ditadura, a qual até o crédito e a dignidade nacional propõe *arrastrar* às profundidades de um abismo.

A missão do Brasil no rio da Prata, se assim o quiserem os estadistas brasileiros, poderá ser uma verdadeira armada libertadora e um fato formoso para a história do Império.

Nemo

Montevidéu, 29 de março de 1875.

82) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 380, pp. 112 e 113, 10 de abril de 1875

Se o senhor Zacarias assistiu, no sábado d'além, à festa – a qual, por ocasião da visita de sua majestade o imperador, o *Brasil Industrial* deu na fábrica de tecidos de algodão, em Macacos – deve estar hoje com um nariz de palmo e meio!

Razão de sobra terá para isso quem, em pleno Senado, quase acusou o Banco Alemão de ter imobilizado capitais em um estabelecimento... reputado o primeiro do Império por quantos assistiram à festa e altamente elogiado por toda a imprensa da corte.

***

Nas limitadas dimensões de um jornal ilustrado não cabe, por certo, a descrição minuciosa de fábrica de tão vastas proporções. Não posso, contudo, furtar-me ao desejo de transcrever aqui o que *A Reforma* diz nos seus "Fatos Diversos" de 6 do corrente. Eis a transcrição:

> O trem especial da estrada de ferro Dom Pedro II, que conduzia numerosos convidados, chegou ao seu destino às 11h e foi recebido com entusiásticas demonstrações de júbilo por parte dos empregados da fábrica e de muitos espectadores agrupados junto ao edifício.
>
> Não entraremos em minuciosa descrição da festa e da fábrica porque já fomos precedidos nesse assunto por outros órgãos de publicidade.

Basta-nos dizer que o espetáculo a que assistimos foi dos mais grandiosos e eminentemente animador para todos os que esperam da iniciativa individual a grandeza e a prosperidade deste país.

O edifício, que se acha situado a distância inferior a 1 km da estação de Macacos, tem extensão de 500 pés sobre 54 de largura (cerca de 152,4m por 16,45m) . Conta 453 janelas e oito entradas. É de quatro andares. Contém, no andar térreo, a sala dos abridores e batedores, o salão para mistura dos algodões em rama e o salão de dobrar, marcar e empacotar, no qual também estão colocadas as máquinas de fazer cordéis, para uso da mesma fábrica, e a de fabricar liças para os teares. No mesmo pavimento, acham-se duas turbinas de força de 200 cavalos cada uma, que tocam todo o maquinismo superior da fábrica, e uma de força de 50 cavalos para o trabalho dos abridores e batedores.

No seguinte pavimento, estão montados os 400 teares, dos quais 300 em movimento, fabricando por dia 700 a 800 peças de pano, de 10 metros cada uma, e de 7 qualidades de algodões lisos de meia largura. No terceiro pavimento, acham-se as máquinas de cardar, em número de 60, e as respectivas máquinas intermediárias para a fiação. No quarto pavimento, estão 16 fiandeiras automáticas e 32 bancas de fiação, com o total de 20 mil fusos. No quinto pavimento, estão as urdideiras e as máquinas de enrolar e engomar os fios.

Além de duas torres menores, eleva-se outra no centro do edifício, de sete andares de altura, na qual funciona um elevador para transportar todo o material aos diversos pavimentos, assim como o combustível para a caldeira, que se acha colocada no sexto andar e que fornece o vapor para as duas engomadeiras.

Em cada asa do edifício existem aparelhos completos para extinção de incêndio, os quais funcionaram com admirável efeito, arremessando grandes jorros de água acima das cúpulas dos torreões.

O número dos operários da fábrica é, atualmente, de 230; são 28 meninas, 44 meninos, 32 mulheres e 126 homens. Sua majestade dignou-se a entregar três prêmios destinados pela diretoria a três crianças que se haviam distinguido no trabalho.

Depois de uma refeição suntuosa, retiraram-se os convidados, admirados pela magnificência da oficina e penhorados pela delicadeza dos diretores.

***

Depois de uma transcrição dessas, só me resta agradecer o atencioso convite dos dignos diretores (os senhores doutores Francisco de Assis Vieira Bueno, Zeferino de Oliveira e Silva e Joaquim Dias Custódio de Oliveira, os três homens a quem o *Brasil Industrial* tudo deve) e fazer votos para que os bancos, de qualquer espécie e natureza, jamais recusem seus haveres a estabelecimentos daquela ordem, além de esperar que o nariz do senhor Zacarias atinja o comprimento de... dois palmos.

***

O Apóstolo voltou... ao que era: folha hebdomadária como cá *A Vida*... nada mais, nada menos. Nem por isso lá devem estar muito contentes os que deram o seu cobre para a publicação *diária* do órgão da religião e da sociedade! Coitados! Que logro! E a gente de *O Mosquito* deu três mil e tanto... Pobre *Mosquito*!

***

Pela Assembleia não há novidade. Gasta-se muito tempo em discussões estéreis, há suetos demais e patriotismo de menos. No entanto, enfim, a reforma eleitoral vai passando e o triunfo do ministério é questão passada em julgado.

Nemo

83) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 381, p. 120, 17 de abril de 1875

Ao fundamentar, na sessão de 15, um requerimento em que pede a nomeação de uma comissão especial de seis membros que, reunida à da Fazenda, a auxilie no estudo de projetos sobre o crédito agrícola, o senhor conselheiro Cardoso de Menezes fez algumas considerações justíssimas sobre as causas principais que peiam a lavoura do país,

obrigando-a talvez a estacionar na hora em que mais necessário se torna o seu desenvolvimento.

***

A cinco causas principais atribui sua excelência a estagnação da lavoura: falta de conhecimentos profissionais, escassez de capitais, carência de braços, falta de estradas e taxa elevada nos direitos de exportação.

***

Entre os pequenos agricultores, é notória a primeira causa. A falta de meios e de instrução adequada leva-os, ainda hoje, a tratar do campo como há cem anos se tratava dele. Outro tanto, porém, não sucede nas grandes lavouras do país, onde há incontestável progresso e introdução imediata de quanta invenção boa a mecânica tem produzido nestes últimos tempos.

***

A escassez de capitais provém da falta de braços. Sem colheitas abundantes, o lavrador não pode auferir capitais que o animem a dar à sua lavoura o impulso de que ela seja suscetível em relação ao terreno.

A falta de estradas é também um empecilho, uma barreira levantada entre a lavoura e o comércio, seu principal e único agente. Não tem, porém, o governo atual olhado seriamente para essa importantíssima questão? Não vai ser aplicado à viação o produto do empréstimo contraído ultimamente em Londres? Não oferece, pois, o futuro sólidas garantias ao desaparecimento dessas dificuldades de transporte que tanto peiam hoje as justas aspirações dos lavradores?

***

Sobre a carência de braços, diz sua excelência o senhor conselheiro Cardoso de Menezes que a imigração espontânea não aflui ao país. É exata a proposição em relação aos tempos d'além; no entanto, hoje começamos a ter imigração espontânea, que maior vulto tomará logo que

nos centros europeus se souber da diferença entre o modo pouco afável pelo qual os colonos eram tratados outrora e a maneira pela qual o senhor ministro da Agricultura tem procedido para com eles ultimamente.

Fazer o que o senhor conselheiro Costa Pereira tem feito há tempos para esta parte é querer colonização, é promover a espontânea entrada de braços para a lavoura. Sobre este assunto, torno eu ainda a pedir ao senhor ministro toda a sua solicitude na questão da propaganda. Agentes de pouco valem; a descrição do país, a notícia de suas prodigiosas fertilidade e riquezas naturais espalhada pelos órgãos mais conceituados do jornalismo europeu são tudo.

***

A taxa elevada de direitos de exportação é de fácil remédio. Ao se equilibrar a renda pública, aumentando os direitos de importação de tudo quanto for objeto de luxo propriamente dito, dar-se-á livre saída aos produtos de nossa lavoura. A renda pública não sofrerá alteração, e a lavoura ficará livre desse ônus, que tanto a peia também.

Nemo

84)A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, 24 de abril de 1875

Artigo de fundo antiultramontano dedicado a O Apóstolo

Tenho aqui à mão um livrinho precioso que recebi de Itália há poucos dias. Tratam-se nele uns *documentos* sobre as proscrições de Fermo (antigos Estados pontifícios), comprovativos, até a evidência, do modo carinhoso e humanitário pelo qual a justiça era administrada nos tempos do *carinhoso e humanitário poder temporal*.

***

Embora se trate de coisas passadas em 1859, não é fora de tempo, talvez, a publicação dos tais documentos, na ocasião em que os senhores Cândido Mendes e Figueira de Melo, do Senado, erguem a sua voz eloquente em favor do catolicismo... de Pio IX, e o senhor Tarquínio, da Legislativa, pede ao governo que entregue a questão religiosa, sem reservas nem restrições, às mãos do chefe supremo da Igreja, cofre especial dos *tesouros de benevolência da Santa Sé*.

***

Não sou, por certo, contrário ao papado nem à religião. Quisera, entretanto, que o papa tivesse a resignação precisa para ser o chefe supremo da Igreja, sem suspirar ainda pelo poder temporal, nem pretender impor à força uma religião que, pela sublimidade de suas doutrinas, tem em si a força necessária para fazer adeptos.

***

Quisera, também, que a cúria romana, de acordo com os princípios da verdadeira religião, não olhasse tanto aos rancores e procurasse seguir mais à risca os preceitos da humanidade – perdão e benevolência tão aconselhados pelo divino mestre.

***

Vamos, porém, aos *documentos*, que, por fim de contas, é aquilo que mais poderá interessar o leitor antiultramontano. O livrinho que tenho à vista intitula-se *Relações e documentos das prisões e proscrições de Fermo*. Foi editado em Florença, posteriormente à publicação desses mesmos documentos no jornal *Il Risorgimento Italiano*.

***

Para os que seguiram de perto o movimento que libertou a Itália (deixando, porém, de pé o poder temporal), é sabido que à notícia de qualquer feito glorioso das armas italianas e francesas a cúria romana estremecia de medo e duplicava a vigilância, para evitar a sublevação dos Estados pontifícios.

Para obter tal fim, a *sotaina preta*, investida da autoridade e fortemente apoiada pelos cardeais, espalhava o terror por toda parte, encarcerando os que exultavam ao ler o triunfo dos exércitos aliados ou exilando, quase sem processo, os que lhe pareciam mais perigosos.

***

Entre os *evangélicos* perseguidores dos sectários de Vítor Manuel, distinguia-se o cardeal De Angelis, *amigo íntimo* de Pio IX e homem atualmente indigitado para suceder-lhe no trono pontifício. Ouçamos o que, de acordo com a cúria romana, este *santo varão* e a sua *santa* gente praticavam em Fermo, no dia em que alguns italianos desejavam... *tão somente*... festejar as vitórias de Magenta e Melegnano.

***

É o tal livrinho precioso quem fala agora:

Ocupada Perúgia, e certa de que Ancona, graças ao amigo Allegrini, não ousaria insurrecionar-se, a cúria romana e a sua polícia negra e vermelha das províncias resolveram inutilizar quem professasse opiniões liberais.

Com tal determinação no coração, no dia 23 de junho, o cardeal De Angelis levava processionalmente o Santo Sacramento pela cidade... e nessa mesma noite mandava prender 19 indivíduos, seis dos quais –marquês Trevisani, Camillo Silvestre, Pompeu Marini, Luís Vallorani, Pompeu Broglio e João Polimanti – foram remetidos para as prisões de Roma e postos à disposição da alta polícia.

Nos quatro dias de sua viagem de Fermo a Roma, não puderam os presos dormir nenhum momento, tais eram as dores que as *algemas* lhes ocasionavam, *algemas* que sequer lhes eram tiradas quando, por alguns momentos, se lhes dava licença para comer... pelas mãos dos *gendarmes* pontifícios.

Conduzidos ao *carceri nuove*, recolhidos a prisões (incomunicáveis!), as quais pela sua umidade eram um foco de moléstias, foram tratados como miseráveis assassinos.

> No dia 14 de julho, sem exame preventivo, acharam-se todos reunidos na grande sala das prisões, onde foram interrogados pelo juiz Rossi. Após tal interrogatório, ao qual nem uma só testemunha assistiu, o juiz deu a escolher aos presos ou a continuação do processo político ou o exílio imediato, o qual lhes era concedido por graça especial de Pio IX!
>
> Entre o processo e o exílio, os presos votaram pelo exílio; vendo-se obrigados a abandonar o lar doméstico, a família, os amigos e os parentes... só porque no peito lhes pulsava um coração pronto a entusiasmar-se perante as vitórias dos libertadores da Itália!

Eis o que eram a cúria romana e o Pio IX, em 1859. Eis o que era o cardeal De Angelis, homem de quem muito se fala em Roma para substituir o atual chefe da Igreja.

***

Compare-se agora isto com o procedimento do nosso governo para com os bispos que, em consequência de uma sentença legal, sofrem a pena de prisão, e, unindo toda a nossa voz ao órgão autorizado dos senhores Tarquínio, Figueira de Mello, João Mendes e Zacarias, digamos com a mão no peito: "Entreguemo-nos sem reservas nem restrições nas mãos do chefe supremo da Igreja, cofre especial dos tesouros de benevolência da Santa Sé!" Façamo-lo... e ficaremos... frescos!

Nemo

85) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 383, pp. 156 e 137, 1º de maio de 1875

O senhor Tejedor falou... e *O Globo* tremeu!

***

É por ter tremido que nos atirou às bochechas com um artigo doce, açucarado... repleto de frases obsequiosas e cordialíssimas... Um artigo, enfim, destes de meter um homem... no coração.

***

Que se trate bem o diplomata argentino, encarregado de uma missão séria, vá, é justo; no entanto, que nos ponhamos todos de cócoras diante dele, assim à laia de meninos de escola chamados a bolos, é ridículo.

***

Desenganemo-nos: se a guerra não nos convém, muito menos convém à República Argentina. Não sei se por lá a prosperidade é tal que é preciso pôr-lhe o freio da guerra para evitar uma nova idade de ouro.

***

Se *O Globo*, pois, tivesse pensado nisto – *ele*, que conhece o rio da Prata como eu conheço a rua do Ouvidor – e atendesse à diferença que há entre os diversos Estados da América Meridional, cuja supremacia compete toda, inteirinha, ao Brasil, não daria, por certo, às palavras do ilustre diplomata argentino a interpretação... que lhe aprouve dar.

***

Dizendo-nos que o senhor Tejedor e o seu governo "preferem a paz à guerra, mas que julgam preferível a guerra à paz armada, que lhe impõe tantos sacrifícios", *O Globo* parece dizer-nos: "Olhem lá! Tomem tento na coisa... Peçam perdão ao senhor Tejedor e ao seu governo... Tratem-nos a pão de ló com gemas de ovos... Aliás, temo-la travada... o canhão entra em cena... e a paz armada acaba por desarmar as nossas finanças".

***

Nem tanto! Cá por mim, detesto as fanfarronadas, mas estou longe de votar pelo... medo. Medo de quê? De quem?

***

Tenho a maior fé no tino diplomático dos senhores viscondes do Rio Branco e Caravelas, aos quais está confiada a delicadíssima missão de aplainar as dificuldades argentino-brasileiras.

Tenho, porém, um pedido a fazer a suas excelências: desembaracem a meada como bem lhes parecer... tendo, porém, os olhos bem abertos para a dignidade da nação e completamente fechados para o artigo de *O Globo*, no qual se atribuem ao senhor Tejedor certas *preferências* pouco de acordo com a situação de um diplomata ilustrado, cuja missão deve ser antes *conciliar*, e não *ameaçar.*

***

Se, porém, não houver meio de chegar a um acordo definitivo e imediato... lembro a suas excelências o expediente do senhor Tarquínio: "*Recorram (sem reserva nem restrição de cobre) aos tesouros de benevolência da Santa Sé.*"

***

Em resposta ao supracitado artigo de *O Globo*, publicou *A Nação* de terça-feira algumas linhas, nas quais a verdade transparece e as coisas se põem no seu lugar. Em *A Reforma* de domingo, sob título "O Rio da Prata", vem também um artigo, ao alcance de todas as inteligências, que, revelando a mão adestrada de seu autor, mostra o íntimo conhecimento que ele tem das *tricas particulares*, das quais mais ou menos derivam todas as guerras.

***

Chamo para esses trabalhos a atenção dos leitores e... mudo de rumo.

***

Por mais que a imprensa tente levar *O Apóstolo* para o bom caminho – o caminho da paz, da humildade, do amor para com todos –, a folha clerical nem a pau entra nele. *Escândalos*, *atentados*, *iniquidades*, eis os seus termos do peito.

No seu número de 28 de abril, fazendo um aranzel sobre *escândalos de que hão sido vítimas os luzeiros da Igreja*, nega ele a convicção do senhor visconde do Rio Branco de que o *ultramontanismo não pode prevalecer no Brasil.* Isso... dá vontade de rir.

***

Vem cá, meu caro *O Apóstolo*: se o ultramontanismo prevalecesse entre nós, deixarias tu de ser *diário* para passar às mesquinhas proporções de hebdomadário? Quem é mais ultramontano do que tu? Quem, mais do que tu, seria lido, procurado, disputado se o ultramontanismo prevalecesse?

***

Ceci tuera cela[*]. Já não há mais Atanásios. Em substituição daqueles, surgiram agora os Crisóstomos... É ainda a *O Apóstolo* que devemos isso! Que espécie de Crisóstomos são esses é o que ele não nos diz. Em todo o caso, o senhor *dito* da edilidade não há de andar lá muito satisfeito em ver o seu nome pelas gazetas, pois ele que é *Crisóstomo* sem, felizmente, nunca ter sido *Atanásio!*

***

Essa história de Atanásios e Crisóstomos levar-me-ia longe se... se eu não tivesse de pensar na minha *toilette* para as corridas de quinta-feira próxima. Digo, portanto, ao leitor (que lá for e desejar ver um cronista no *chic*) "olhe para mim".

Nemo

[*] Este matará aquele (N. E.)

86) ***A Vida Fluminense***
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 384, p. 144, 8 de maio de 1875

Não se correu na quinta-feira d'além. Houve muita bota de montar pelas ruas, muito carro puxado a quatro, muita mulher que se ergueu às 7h para ir à modista ver se o vestido lhe assentava, muito jogador disposto a colocar os seus haveres nas patas de um cavalo, muito menino bonito pronto para passar o dia entre os carros da ala esquerda da raia... mas a chuva correu com toda esta gente... para casa... e a respeito de *corridas* não me consta que houvesse outra. Maldita chuva!

***

Sei que é necessária ao café, ao feijão, às bananas, ao milho, aos pepinos e a tudo quanto nos dá a mãe terra; acho, porém, que se ela se mantivesse nas alturas sem cair desapiedadamente sobre as costelas da humanidade nos dias em que há corridas... faria coisa muito ao agrado de todos em geral... e deste seu criado em particular.

***

Mesmo porque, quando chove, fica-se de mau humor. A Assembleia faz pirraças ao ministério na questão da *reforma;* este, embora cônscio da sua força moral, encavaca com a coisa; a publicação de listas salvadoras confiando o poder a gregos e troianos aparece logo nos "A pedidos" do jornal; nos teatros, deixa de reinar aquela animação que o bom tempo inspira; nas ruas... lá vem um; nas praças... um tílburi isolado na retaguarda de um cavalo luzidio e de orelha baixa; e no campo... muita lama, muita poça... e a necessidade urgente de contemplar tudo isso através das vidraças. Oh, a chuva! A chuva!

***

Em dias de chuva, este vasto Rio de Janeiro – onde tanto bulício há, tanta animação, tanto movimento nas horas de sol resplandecente – assume as proporções de um Senado... nos dias em que não se discute a questão religiosa.

***

É pena que a tal questão esteja atualmente fora da moda. A ocasião era propícia aos senhores ultramontanos... porque se efetivamente o ministério, cansado de pirraças sem razão de ser, tiver de recolher-se à vida privada, não sei eu de gente que melhor possa substituí-lo no poder.

***

Cá por casa não temos "Publicações a pedido", mas, como no fim de contas somos bons rapazes e desejamos estar bem com todos... publicamos a seguir uma lista salvadora que *a pedido* nos foi remetida, para ser *a pedido* publicada. Há caçoada na coisa? Parece-me que não.

Se o país precisa de salvatério, se à frente de seus destinos é mister colocar varões santos, virtuosos, prestimosos e religiosos, os nomes a seguir estão no caso... de dar crédito às beatas, aos sacristães, aos frades, às freiras e às outras classes em que mais ou menos a saia predomina. Lá vai a lista:

Presidente do Conselho (sem pasta): o cônego da rua Nova.
Ministro do Império: doutor Reis.
Ministro da Fazenda: doutor Zacarias.
Ministro da Justiça: doutor Secioso.
Ministro da Guerra: doutor Figueira de Melo.
Ministro da Marinha: doutor Cândido Mendes.
Ministro de Estrangeiros: doutor João Mendes.
Ministro da Agricultura: doutor Tarquínio de Souza.

As sete pastas ficariam nas mãos de sete pessoas distintas e de um só Deus verdadeiro... o Papa.

***

Essa combinação ministerial, seja quem dela for o autor, agrada-me. Se consigo não trouxesse outras vantagens, traria a de tornarmos a ver *O Apóstolo* seis vezes por semana. Acham pouco?

***

Eu não. Antes isso do que vermos no ministério alguns dos ilustres membros da dissidência, cujas opiniões políticas não são carne nem peixe.

***

Depois, quem sabe se à hora em que escrevo... há tanto por aí quem deseje uma pasta. Cá por mim, não, porque sou eu e serei sempre.

Nemo

87) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 385, pp. 152 e 153, 15 de maio de 1875

Parece que desta vez o negócio é sério! Se não é sério... pelo menos as coisas... lá boas, boas, não estão.

***

Vejamos: suspendeu no dia 12 as suas operações o Banco Nacional; temos ainda de 8 a 10 casos diários de febre amarela; ainda não se sabe ao certo se teremos ou não guerra com os nossos vizinhos do Prata; a fome está a bater-nos à porta; e o senhor Ludgero mandou a polícia à tábua.

***

Quanta calamidade a um tempo! Quanta tempestade aglomerada sobre as nossas cabeças! Que presente contristador! Que futuro horrível! Safa!

***

Olhado pelo prisma do terror, tudo isso mete medo. No entanto, se, pondo de parte o pânico, encaramos a situação com a calma precisa e a coragem necessária... vê-se que nem sempre o diabo é tão feio como no-lo pintam.

***

Por exemplo: a suspensão de operações de um banco que confiou os seus capitais a empresas que nem sempre podem restituir-lhos de pé para a mão e em uma época em que há falta de meio circulante não é coisa para aterrar ninguém. Além disso, vê-se do requerimento feito ao Tribunal do Comércio que, mediante algum tempo de espera, fácil será ao banco solver seus compromissos para com os particulares. Terão, entretanto, os acionistas de pagar as favas? O futuro nos responderá.

***

Lá que ainda temos de 8 a 10 casos de febre amarela por dia – isso não padece dúvida. Pudera! Só aquele largo da Sé com os seus fígados, baços, corações e mais interiores bovinos é um foco de febres... destes de se lhes tirar o chapéu.

Nas ruas, também há ainda sua *aguinha* empoçada... seu regato pouco límpido e seu cachorrinho de papo para o ar... Mas quem faz caso disso, a não ser o pinta-monos* cá de casa?

Foge ele da cidade como o diabo, da cruz. Quando, por acaso, põe pé cá no escritório, pergunta logo ao empregado respectivo: *C'è ancora febbre***?

***

A guerra? Ora, a guerra... há de dar em paz podre, porque a diplomacia é uma grande coisa, quando o diplomata, sobretudo, dispõe dos recursos do senhor visconde do Rio Branco.

O senhor Tejedor há de ser razoável – bonitinho mesmo –, e um jantar esplêndido em qualquer sala d'estadão porá termo às nossas dissensões com a República Argentina, para nunca mais se ouvir falar delas.

***

Os que acham excessivo o preço atual dos gêneros alimentícios falam também de fome! Não dizem que ela já *se acha entre nós*, como qualquer figurão recém-chegado, mas creem na sua vinda futura como os sebastianistas criam no regresso de dom Sebastião. Esta história da fome

---

* "Pinta-monos" significa mau pintor. Cf. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

** Ainda há febre (amarela)? (N. E.)

parece-me peta, pois em mum país destes onde há tanta terra, tanto sol e tanta chuva... é lá possível haver fome?

***

O que há efetivamente é fome de novidades – tanto que, apenas aparece uma, é mais a mim e mais a mim.

O fechamento das *portas bancárias nacionais*, como novidade, tem dado panos para mangas. Chovem os "A pedidos", formigam os conselhos, não há por aí nem cão nem gato que não se julguem habilitados a esconjurar a crise, acusa-se tolamente o governo... É, enfim, um Deus nos acuda!

Cá por mim, acho que o governo entra nisso como Pilatos no Credo, a não ser que muitos articulistas queiram também atribuir-lhe a situação precária de quanto taberneiro por aí se lembra de suspender a venda dos seus líquidos.

***

Em todo o caso, eu, se fosse governo, estaria pelo que muitos querem. Papel não falta. Por que hesitar então?

Nemo

88) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 388, pp. 176 e 177, 5 de junho de 1875

Está nas suas três quintas[*] o senhor visconde do Rio Branco. Passou a Lei dos 25 mil contos; passou a Lei do Subsídio Extraordinário (estará, a respeito deste subsídio, o senhor visconde do Rio Branco nas suas três quintas?) e vai passando sem novidade em sua importante saúde... a Lei da Reforma Eleitoral.

***

[*] "Achar-se nas sete quintas" significa estar no auge do contentamento, do bem-estar. (Cf. VIOTTI, Manuel. Novo dicionário da gíria brasileira. São Paulo: Ind. Gráfica Bentivegna, 1956). (N. E.)

A Lei dos 25 mil contos era a única solução possível ao estado pouco satisfatório da praça; a Lei do Subsídio (com a qual, *si vera est fama*[*], o governo não está lá muito de acordo) era necessidade palpitante em um país onde o deputado e o senador recebem vencimentos; e o projeto da reforma eleitoral, que em breve será lei, era outra necessidade, cujos efeitos benéficos o futuro se encarregará de demonstrar.

***

Em vista disto e do modo por que vão sendo discutidas as leis anuais, a sessão extraordinária, que já lá vai, e a ordinária, que está correndo, não são por certo tão estéreis nem tão improfícuas quanto no-lo disse há dias um deputado da oposição.

***

Não sei ao certo se as conferências entre os enviados extraordinários da República Argentina e do Paraguai e os senhores Rio Branco e Caravelas foram ou são estéreis e improfícuas. Sobre este ponto reina, por ora, o segredo da abelha. Diz-se muita coisa, mas não se sabe nada de positivo e oficial.

***

Não se sabe nada? Perdão, sabe-se que o senhor Tejedor, a dar crédito a *A Reforma*, seguiu caminho do Prata sem dizer *água vai*[**]... a quem devia merecer-lhe certa consideração. Sei que o homem é republicano, sei. No entanto, o que eu não sei ao certo é se a República se opõe aos preceitos da boa educação. Se o amigo salvador ou mesmo o ribeirinho me informassem a tal respeito... dava-lhes quatro vinténs de pés de moleque.

***

Dou outros quatro vinténs, também de pés de moleque, a quem me provar que o senhor Luís Rafael Vieira Souto não se enganou quando

---

[*] Se é verdadeiro o que dizem. (N. E.)

[**] "Água vai" significa alerta, de aviso (Cf. VIOTTI, Manuel. Novo dicionário da gíria brasileira. São Paulo: Ind. Gráfica Bentivegna, 1956). (N. E.)

julgou deficiente a soma de oito mil contos para os melhoramentos de que a cidade carece. Com a breca! Oito mil contos de melhoramentos não é barro, especialmente neste tempo de crise!

***

Por causa da crise, se vão por aí dando fatos perante os quais um homem fica mesmo de boca aberta e de queixo caído. Por exemplo, vai o cobrador de *A Vida* apresentar o recibo dos cobres da dita ao assinante:

– Se vossa excelência quisesse ter a bondade de...

– O que é? O que temos?

– *A Vida*, minha muito amada e prezada ama, encarrega-me de...

– Dinheiro? Com uma crise destas? Volte quando a crise tiver passado!

– Mas o dia, pouco mais ou menos...

– Pode lá fixar-se o dia? Já lhe disse: apareça quando não houver crise!

O assinante fica com a *crise*, e o cobrador... sem a comissão da cobrança.

***

Outra:

– Amanhã, representam-se no alcázar os Bavards: canta a Rose Marie. Pagas-me um camarote?

– Um camarote nestas alturas, minha querida Carottine? Toma dois mil réis e vais para as cadeiras. Estamos em crise, filha, estamos em crise.

***

No botequim do Pedro II:

– Traga-me cerveja inglesa... não... prefiro a nacional. Estamos em crise.

***

Depois de uma ceia no *Provençaux:*

– Um passeio agora ao jardim, para aproveitar tão bela noite... Se aprovas a ideia, meu querido Lulu, mandas buscar um carro, sim?

– Um carro a estas horas! Onde ir buscá-lo? Olha (vendo o bonde), o bonde vai partir, aproveitemo-lo. Queres?

(Ela aceita, embora contrariada; no entanto, Lulu fica satisfeitíssimo porque... está em crise.)

***

– Preciso descontar o meu ordenado do mês vindouro.

– Desconto... por que não? Levo-lhe apenas 30%.

– Trinta? Trinta por cento?

– Meu amiguinho, não há dinheiro, o meio circulante anda por empenhos e a moeda está cara. Noutra ocasião lhe levaria 20, mas em tempos de crise é 30... para quem quiser.

***

A crise é, pois, geral e, embora o senhor Mendes (Cândido) apregoe o contrário, apostando que, se atualmente forem pedir esmola para o Papa sua excelência responda logo "*tenha paciência: estamos em crise*", o subsídio passou.

Nemo

89) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 389, p. 184, 12 de junho de 1875

Quem me dá aí uma dúzia de pastéis de Santa Clara para oferecer ao senhor presidente do Pará? Que homem! Santo Deus, que homem!

***

Palavra de honra: eu gosto de um homem assim, para quem a atividade é muito, a energia tudo, e as meias medidas... nada.

***

Também, a não ser assim, os *cabidos* iriam fazendo o que melhor lhes parecesse, e as leis passariam a ser... letra morta. Nem tanto.

***

O Apóstolo deu solene e apostólico cavaco pelo telegrama, no qual se trata não só *da formal intimação feita pelo presidente do Pará ao cabido da catedral para que nomeie com urgência um governador, mas também da nulidade das nomeações feitas pelo bispo recentemente condenado.*

***

Eu cá não penso como *O Apóstolo* nem dou aos ditames do Concílio de Trento a atenção que a folha clerical lhe dispensa, e é por isso que gosto deveras do ato enérgico do presidente do Pará, para quem torno ainda a pedir uma dúzia de pastéis de Santa Clara, ou de outra qualquer guloseima, que lhe adoce os amargores da boca que a padaria por lá lhe há de ter feito.

***

Por isso, bem fez o comendador Almeida Martins, que mandou à fava... os padres. Tantos amargores de boca lhe causaram eles... que por tal forma lhe mostraram que a liberdade do pensamento e a ilustração mal assentavam no homem disposto a dizer missa, a pregar e a confessar – o comendador, a ocultar os seus sentimentos, o seu pensar livre e a sua ilustração sob a capa de um jesuitismo sórdido, preferiu ser mestre de meninos e ensinar à mocidade que a verdadeira religião do crucificado não é, por certo, aquela que o jesuíta invoca quando precisa levar adiante os seus projetos de poder absoluto e de domínio exclusivo.

***

Felizmente, em 1875, esses projetos não poderão facilmente ser levados à prática. Temos ainda Cândidos, Joões, Tarquínios, Vianas, Zacarias, dons Josés, doutores Reises e outros... não há de duvidá-lo. No entanto, o número dos que não querem sujeitar a liberdade às leis tremendas e caducas de Loiola é-lhes superior, muito, muitíssimo superior.

***

Tão superior, que estou vendo daqui da janela o samburá em que o cônego da rua Nova costuma mandar ao Correio a remessa de *O Apóstolo*, destinada ao interior. Que pobreza franciscana! Outrora, isto é, no princípio do ano, quando a folha se julgava *diária* estava o samburá cheio, repleto, abarrotado; hoje, que a folha é hebdomadária, como nós de cá, há meia dúzia de pacotes lá no fundo da cesta... trazendo à memória o *apparent rari nantes*[*] de Virgílio. *Quelle degringolade!*

***

Antes que esta crônica *degringole* também... termino-a aqui.

Nemo

90) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 390, p. 192, 19 de junho de 1875

Dava de bom grado o meu corpo ao diabo e a minha alma a *O Apóstolo* se, parodiando o dito daquele impagável *Nhô Quim* do Alcazar, eu pudesse agora dizer ao leitor: "*A crônica fica... para a semana que vem*."

***

Preguiça? Lombeira? Nem eu sei. O que sei de positivo é que ando triste, sorumbático, com mais vontade de pregar um sermão de lágrimas do que *cronicar* por minha conta e risco com o leitor, que tem a condescendência... de ler as minhas crônicas.

***

[*] Aqui e ali são vistos nadar. (N. E.)

E o que mais me entristece neste momento é o que por aí se diz acerca do ouro depositado no banco Mauá, de Montevidéu: ouro de que, na esperança de receber novas remessas da casa matriz, no Rio de Janeiro, o gerente do banco se aproveitou para atenuar os efeitos da *crise montevideana*.

***

A oposição, sôfrega de incidentes em desabono de seus adversários – sem procurar a razão das coisas, sem descer à verdade dos fatos –, acusou logo o senhor visconde do Rio Branco como autor responsável de um ato a que ele fora completamente estranho.

***

É tudo assim nas acusações que têm por base a política. Fere-se sem razão para ferir, procura-se atirar sobre as costas de Pilatos a condenação do Cristo, faz-se de um argueiro um cavaleiro e imputa-se a um homem, sob cuja administração se tem promulgado leis importantíssimas, a influência direta sobre tudo quanto houve e há de mau no passado e no presente.

***

À mercê de Deus, esse homem, com a consciência tranquila, com a calma que não desampara a retidão e a justiça, explicou no Senado as causas anormais que, sem interferência sua, levaram o banco Mauá, de Montevidéu, a valer do ouro depositado e mostrou até a evidência que nada perderia o Tesouro dessas somas, visto que, pelas regras da *pior* contabilidade, um ativo de 12 milhões de patacões, por *pior* que ele seja, dá sempre para o pagamento integral de mil e tantos contos!

***

Note-se mais, que esse dinheiro estava ali depositado sem vencer juros; é o Tesouro credor privilegiado e, como tal, um dos primeiros que a lei manda embolsar sem perda de um ceitil!

***

Estavam já escritas as linhas que precedem este período, quando deparo no *Jornal do Commercio* de ontem com o artigo do senhor visconde de Mauá. Leiam com atenção esse documento os que, mesmo sem atender ao infortúnio de um homem a quem o país deve os seus primeiros melhoramentos materiais, o acusam sem razão, o condenam sem motivo. Creiam, sobretudo, que esse distinto brasileiro *legará a seus filhos*, como ele próprio o diz, *senão fortuna, um nome que imporá respeito até aos seus caluniadores.*

***

A concordância dos jornais argentinos sobre o êxito da *missão Tejedor* é admirável! Dão uns ao senhor Tejedor as honras de um plenipotenciário calmo, refletido, cortês e justo; outros acusam-no de ter faltado até aos mais comezinhos preceitos da etiqueta diplomática. De que lado estará a razão?

Em todo o caso, o que se depreende das *folhas*, em geral, e das *correspondências*, em particular, é que o povo argentino quer tudo, menos uma guerra intempestiva, no momento em que o país carece de todas as suas forças vitais para atenuar os erros do passado.

Nemo

91) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 391, p. 200 e 201, 26 de junho de 1875

Baldada de recursos para atacar de frente os atos da situação conservadora, a oposição lembrou-se de inventar o *poder pessoal*!

***

Morreram, pois, os ministérios, finaram-se as duas Câmaras, não há mais partidos – só existe o *poder pessoal!* –, isto é, a vontade de *um* dominando a vontade de todos!

***

No entanto, se a oposição, firme nas suas crenças, pensa assim, por que vai dando, a torto e a direito, nos atos do governo, em geral, e de cada ministro, em particular?

***

Por que ataca a maioria da Assembleia Legislativa e os membros do Senado que ergueram e erguem sua voz em defesa do senhor do Rio Branco e companhia? Se existe o poder pessoal, que valor tem a primeira, o que significam os segundos?

***

Vejamos, entretanto, o que faz o pretendido poder pessoal. Vê ele na Assembleia uma maioria, e não pequena, que apoiou o gabinete e que apoia a situação conservadora; deita os olhos sobre o Senado e vê outro tanto.

***

Se esses dois corpos legislativos representam a nação, o poder pessoal torna-se impotente perante a vontade nacional; ainda mais, deixa de existir. Nisto não há, nem pode haver, duas opiniões.

Se esses dois corpos legislativos, nos quais avultam os homens mais ilustrados e independentes do país, são apenas instrumentos da vontade de *um só*, onde irá, então, buscar-se gente a quem se confie a representação nacional?

***

Seria feliz a oposição se o pretendido poder pessoal, saltando por cima do *querer* da Assembleia e sem mesmo poder agarrar-se, até aqui, à *recusa do gabinete* na continuação do poder, demitisse este e dissolvesse aquela, criando uma situação nova, sem razão de ser, sem explicação plausível perante o país?

***

E a Constituição... esse pacto fundamental que rege o Império? Não se ergueria ela, terrível, ameaçadora, perante um ato que marcaria, então, o começo do poder pessoal, irrompendo pela vontade de um povo representado pelos seus eleitos?

***

Esteja, pois, tranquila a oposição: não há, como ainda não houve, poder pessoal. Transforme ela, em minoria, a maioria que apoia a situação presente, emudeça as vozes que, em defesa dela, se erguem no Senado, e a situação cairá, então, porque não encontrará, nem mesmo no pretendido *poder pessoal*, força capaz de ampará-la.

***

Estavam já escritas estas linhas quando os jornais publicaram a aquiescência da coroa à demissão do ministério Rio Branco. Sentindo a retirada desses estadistas, a quem o país tanto deve, e, especialmente, a do senhor visconde do Rio Branco, cujo nome, graças à Lei de 28 de setembro, a história registrará um dia nas suas páginas mais brilhantes, pergunto ainda: "Se existe o poder pessoal, por que se retirou o ministério? Não teria aquele a força necessária para sustentar este?"

Nemo

92) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 392, p. 208, 3 de julho de 1875

Comunicar ao leitor que o ministério presidido pelo senhor visconde do Rio Branco pediu e obteve a sua demissão no dia 23 do finado junho; assegurar que o novo gabinete presidido pelo senhor duque de Caxias, além de congraçar o Partido Conservador, foi por ele recebido com inequívocas provas de simpatia; dizer que a população da corte deposita bastante confiança na honestidade e no civismo dos atuais ministros da coroa; afirmar que o duque de Caxias é credor de respeito e de amor nacional pela

integridade de seu caráter, pelos serviços prestados ao país, pela honestidade apregoada mesmo pelos seus maiores antagonistas políticos; proclamar, finalmente, que, prescindindo de qualquer ideia de partido, ninguém pode, sem manifesta parcialidade ou conveniência de credo político, contestar que, retirando-se do poder o senhor visconde do Rio Branco, o cavalheiro por ele indigitado era talvez o único capaz de congraçar o Partido Conservador e de inspirar a confiança necessária ao homem que toma sobre si a espinhosa missão do governo. Proclamá-lo fora repetir o que já todos sabem, fora tornar-me amortecido eco do que por aí se diz.

***

Entretanto, nos arraiais da oposição, lavra o descontentamento. Crê-se pouco nas habilitações dos novos ministros e teme-se que eles não estejam à altura da situação.

Eu acharia bem cabidas as crenças e os temores se a oposição soubesse de antemão o que o ministério vai fazer. No entanto, cair-lhe em cima, antes de qualquer ato dos novos ministros, é, pelo menos, indesculpável leviandade.

Por Deus, custa tão pouco esperar!

***

Entretanto, tudo é assim na política. Os que estão de cima aguentem-se como puderem, pois os de baixo só pensam em fazê-los cair. E não é só por cá que isso acontece. No Velho Mundo, dá-se a mesma coisa.

***

Ainda está acesa, nas "Publicações a pedido" do jornal, a questão da *propriedade literária*, da qual tem tratado brilhantemente o advogado Fernandes Lima. De tudo quanto autores e réus têm dito sobre o caso, só infiro uma coisa, *que já é tempo de se legislar seriamente sobre tão importante assunto*.

Nemo

93) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 393, p.216, 10 de julho de 1875

Todos os olhos brasileiros estão nesse momento virados para o senhor de Cotegipe. Por quê? Porque, de todos os atuais ministros, é ele o que mais prática tem do negócio, que maior dose tem de conhecimentos administrativos e que maiores provas tem dado de ter nascido para a pasta. Se isso é pouco, não sei então o que é muito.

***

Embora tudo isso seja uma verdade reconhecida por amigos e adversários, continua a oposição a falar em trechos de um discurso de sua excelência, *pretendendo concluir daí que o ilustre estadista, tomando parte na organização do gabinete de 25 de junho, que não inscreveu, nem poderia ter inscrito, em seu programa, a eleição direta sem apartar-se do Partido Conservador, traiu as suas convicções, abandonando-as ou esquecendo-as.*

***

Sei que sua excelência pronunciou-se sempre pela eleição direta, sei que o atual gabinete não inscreveu no seu programa esse sistema de eleição, mas o que sei, também, é que o senhor de Cotegipe, pelo simples fato de ter aceito, após veementes instâncias, uma pasta de ministro, não trai as suas convicções nem as esquece ou as abandona.

***

Nesta questão de reforma eleitoral, só há um poder, uma força perante a qual todos têm de curvar-se: o país, representado pelos seus legítimos eleitos. Todos o sabemos, e o senhor Cotegipe não o ignora. Ele não defende, no poder, ideias irreconciliáveis com as que tem defendido em outras épocas.

Se a eleição indireta passar nas duas Casas do Parlamento, sua excelência terá de curvar-se à vontade da nação e, na qualidade de membro do atual gabinete, terá de cumprir a lei.

***

Isso não impede que as suas convicções deixem de ser as mesmas do passado e que, por tão singelo fato, ele desmereça a confiança da coroa e a do partido de que é um dos prestimosos chefes.

***

Temo-lo dito por vezes e repetimo-lo ainda aqui que todo o homem inteligente, que ama a liberdade, não pode deixar de votar pela eleição direta, embora reconheça que o tempo desse desiderato nacional ainda não chegou.

Dê-se tempo ao tempo, espere-se que a instrução espalhe entre nós seus benéficos frutos... e proclame-se então, só então, a eleição direta. Até lá, resultados negativos viriam provar que *nem por muito madrugar amanhece mais cedo.*

Nemo

94) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 394, pp. 224 e 225, 17 de julho de 1875

Viva a República, digo eu, e vivam os seus eternos apologistas! Solto esse grito de entusiasmo (*cri du cœur*) depois de ter lido com curiosidade e avidez a correspondência de Buenos Aires, inserta no *Jornal do Commercio* de 14.

Vejam, vejam que pedacinhos de ouro:

> A confiança abandonou esta terra.
>
> O governo, menos ainda que o comércio, não atina com os meios verdadeiros de salvar a nova posição, e a bancarrota mostra a cara horripilante por toda a parte.
>
> Já teve o governo de apelar para o Congresso, pedindo autorização para vender as suas 17 mil ações do Ferro-Carril Central Argentino.

Das explicações que nesta ocasião deu o ministro da Fazenda na Câmara resulta que pesa sobre o exercício atual um déficit de sete milhões de patacões pelo menos; que as rendas diminuíram consideravelmente; e que o crédito desapareceu para o governo, porque não há quem lhe empreste um único peso.

Corre o boato de que esta exposição por demais ingênua do senhor ministro produziu um desgosto entre ele e o senhor presidente da República, exigindo este último que o primeiro pedisse a sua demissão.

Se, com a medida proposta, com o produto das ações, conseguir-se cobrir o déficit, o que se fará depois, quando não há esperanças de ver melhorar a situação?

Imenso é o número de braços que se acham sem trabalho; as obras de edificação, que ainda nos anos próximos passados levantaram da noite para o dia bairros inteiros, estão paralisadas; os crimes multiplicam-se de uma maneira atroz, principalmente na campanha da província, a ponto de ter o governo de destacar o batalhão provincial para proteger os habitantes contra o roubo e o assassinato. Aqui mesmo na capital, nas ruas mais frequentadas, se cometem verdadeiros atos de assalto. Falta-nos agora o "curso forçado" para não termos nada a invejar a Montevidéu, onde já se diz "que é preciso matar para viver".

***

Mostra isso, até a evidência, quão próspero é o estado dos nossos vizinhos; estado que eu não creio (embora o veja escrito em letra redonda) atender, especialmente, às últimas caretas do senhor Tejedor.

***

Nem pode ser por outra forma. Se eles por lá não vivessem na opulência, *se todos os braços* não tivessem trabalho rendoso, se os cofres não gemessem sob o peso das *onças*, falariam em guerra... e se disporiam lá a engolir-nos como quem engole uma empadinha de camarão de casa do Castellões?

Qual! Ora, essa é boa.

***

Entretanto, se o correspondente do *Jornal* anda bem-informado, se é exato o que ele para cá nos manda em letra manuscrita... como se entende então o arreganho belicoso dos nossos vizinhos? Propõem-se eles a fazer guerra sem dinheiro? Querem escangalhar o mundo, com a barriga nos talões?

***

Há, sobretudo, na correspondência, um tópico que eu recomendo, especialmente à atenção do senhor Capote*, autor da denúncia apresentada na Legislativa contra o senhor visconde do Rio Branco.

Diz a correspondência:

> Pesa sobre o exercício atual um *déficit* de 7:000$000 de patacões pelo menos. As rendas diminuíram consideravelmente. *O crédito desapareceu para o governo porque não há quem lhe empreste um único peso*.

Hein? Eu, no caso do senhor Capote, abandonaria a denúncia contra Rio Branco e correria para Buenos Aires, para denunciar o ministro da Fazenda da República Argentina... E se para isso fosse mister fazer-me argentino... seria logo.

Que diabo! Mais vale um gosto do que quatro vinténs.

***

Esta denúncia do senhor Capote é curiosa, palavra de honra. Sua senhoria alega apenas que:

> O senhor visconde meteu mãos criminosas no Tesouro Nacional, para confiar, sem lei, sem garantia e com quebra de todos os precedentes, à casa Mauá e Cia. a soma de 7.500 contos e assim procedeu para encher as algibeiras de um amigo.

Ora, viva lá a denúncia e o seu teor!

***

* O cidadão João Antonio Capote denunciou o visconde do Rio Branco por haver, na qualidade de ministro da Fazenda, confiado à casa bancária Mauá e Cia. a soma de £ 756 mil. A Câmara dos Deputados nomeou uma comissão para examinar a denúncia. O relatório desta comissão, assinado pelos deputados Pinto Lima, T. de Alencar Araripe e Cunha Leitão, foi apresentado à mesa da Câmara em 14 de julho de 1875. O relatório considerava o ato "perfeitamente legal" e excluía a possibilidade de má-fé por parte do ministro. (N. E.)

Trago aqui uma hipótese para ver se chego a dar razão ao senhor Capote. Por exemplo, sou comerciante e preciso ter fundos a minha disposição em Inglaterra. Ora, como todas as transações de minha casa estão a cargo de um gerente, vai o dito gerente a um banco de sua escolha e compra as letras, que devem mais tarde ser convertidas nos fundos de que eu careço. Quer, porém, o diabo (*com licença de* O Apóstolo) que o banco se estenda ou peça moratória... Portanto, lá se vão os meus fundos a caminho do inferno, ou lá ficam empacados até que a moratória decida a sua morte ou ressurreição.

Quem é o culpado, o criminoso deste revés que eu sofro? O meu gerente, está claro. O pobre diabo tinha fé no banco que preferiu, estava habituado a fazer com ele muitíssimas transações... de longa data e nas quais o dito banco mostrara sempre uma pontualidade digna de inveja. No entanto... que tem lá isso? Eu perdi o meu cobre ou fiquei com ele empacado, mas o culpado do prejuízo foi lá o acaso ou a fatalidade? Qual! Foi o meu gerente; e eu vou logo dali, direitinho, denunciá-lo à polícia... e se não puder metê-lo no xilindró... não é por falta de vontade.

***

Se esta hipótese é aceitável, tem o senhor Capote milhares de milheiros de razão... E o senhor visconde do Rio Branco é tudo quanto ele diz e muitas coisas mais. Se, porém, a polícia se põe a rir da minha denúncia e me deixa a olhar para a lua... então...

***

Depois de tanta coisa triste, aí vai uma alegre. Está no Rio de Janeiro a senhora *Marietta Biancolini*, a prima-dona italiana que maior entusiasmo tem despertado nos teatros em que tem dado a honra de ver-lhe a boca aberta e de sentir-lhe as doçuras de uma voz excepcional, educada nos preceitos da escola severa.

Vem com ela o *barítono* Spalazzi, bem conhecido do nosso público, e o *tenor* Signoretti, de que falam com vantagem as folhas do sul.

É de esperar que a senhora Biancolini, cercada como se acha de bons artistas de canto, renuncie à ideia dos concertos para abraçar a

da exibição das óperas que tantos louros lhe granjearam em Roma no carnaval de 1874 e, ultimamente, nos teatros da República Argentina.

Nemo

95) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano IV, número 153, segunda-feira, 19 de julho de 1875

Parte ineditorial
A denúncia Capote

O cidadão João Antonio Capote, usando do direito que cabe a qualquer um, a respeito de ministros ou ex-ministros de Estado, denunciou à Câmara dos Deputados o honrado ex-ministro da Fazenda, com incurso no artigo 3º da lei de 15 de outubro de 1827, que declara responsáveis por abuso de poder os funcionários que *usam mal de sua autoridade nos atos não especificados na lei, que tenham produzido prejuízo* ou dano provado ao Estado ou a algum particular.

O fato articulado na denúncia, ao qual se pretende fazer aplicável aquela disposição de lei, é o de haver o ex-ministro comprado cambiais à casa Mauá, do Rio de Janeiro, sobre a de Londres, pela importância de £756 mil (ou 6,719:328$) ao câmbio de 27 d. por 1$, cambiais que não foram pagas.

Na discussão a tal respeito sustentada na Câmara, como na série de artigos do denunciante – os dois primeiros publicados no *Jornal do Commercio* e o terceiro, em *O Globo* de hoje –, tem sido censurada a comissão especial, que teve de interpor parecer sobre a mesma denúncia "por não haver procedido a diligências e recolhido informações" capazes de fundamentar um juízo seguro que deixasse o ilustre denunciado a salvo de toda a suspeita de não haver procedido no caso com o zelo pelos interesses públicos, de que tem dado provas em sua longa e honradíssima vida, tão cheia de serviços à pátria e tão distinta pelo desinteresse.

No meio de reflexões tendentes a justificar essa censura, têm sido aventuradas, na tribuna e na imprensa, afirmações de todo ponto exageradas e falsíssimos conceitos, que podem induzir em erro a opinião dos que se ocupam pouco com os negócios públicos, não os acompanhando atentamente.

Registraremos, antes de tudo, um fato no qual, por declaração muitas vezes repetida pelos oradores que têm impugnado o parecer, há um ponto que não está em questão: a probidade nunca suspeitada do honrado ex-ministro.

Desejariam, porém, os impugnadores do parecer que a ilustre comissão o houvesse retardado, solicitando informações, procedendo a diligências, instituindo em suma o exame do fato.

Nada é mais desarrazoado. A lei da responsabilidade dos ministros estabeleceu o processo para a denúncia, que é o seguinte: a primeira questão a ventilar é o de saber se a denúncia deve ser ou não admitida. Somente depois de admitida, corre a denúncia aos trâmites legais para, ouvido o denunciado, decretar-se se cabe ou não o decreto de acusação. Deliberada a acusação, é o processo remetido para o Senado, que se converte em tribunal de justiça.

Tratando-se de um fato explicado ao Parlamento e conhecido em suas particularidades, e tendo a Câmara depois de o conhecer votado medidas de confiança, quais foram a proposta de auxílio aos bancos e a resposta à fala do trono, quando o zelo e a honradez do denunciado tinham por esse modo merecido ao Parlamento irrecusáveis testemunhos? O que cumpria à ilustre comissão?

Provocar mais detido exame seria uma manifestação de desconfiança, que a Câmara saberia repelir como ofensiva a sua dignidade, uma vez que, tendo conhecimento do fato, continuou a prestar ao governo o mais dedicado apoio.

Produziu o denunciante provas ou documentos que fizessem abalar o juízo da Câmara? Invocou um fato novo? Alegou alguma poderosa circunstância de que a Câmara não tivesse conhecimento? Nada disso fez. Limitou-se a indicar um fato muito conhecido e muito discutido, a estabelecer uma suposta relação com a disposição legal e a escrever contra o ilustre cidadão, cuja honradez ninguém tinha ousado pôr em dúvida, algumas frases injuriosas.

Queria-se que sobre um semelhante documento se instituísse algum demorado exame? Não exigiam antes a justiça e o respeito em razão das virtudes do denunciado a imediata rejeição da denúncia? Pois quando a oposição não tinha julgado haver no fato um delito e, tanto assim, é que não fez dele objeto de denúncia, pode-se razoavelmente pretender que a comissão especial deveria proceder de outro modo?

Tem-se dito que houve sofreguidão da parte do ilustre relator em requerer a imediata discussão após a leitura do parecer. Esse parecer,

porém, sujeito às regras regimentais sobre atos idênticos, houvera sido imediatamente aprovado, caso ninguém pedisse sobre ele a palavra, e, se podia ser aprovado ou rejeitado sem discussão por força da disposição regimental, nada embargava que pudesse ser desde logo discutido.

O que se ganhou, aliás, com a urgência? Não continuou a discussão nos dias imediatos? Encerrou-a acaso a Câmara, como aliás o podia ter feito e, isso mesmo, lembrou o senhor Martinho Campos?

Falamos em proposições exageradas. Uma delas é a que versa sobre a soma das responsabilidades das casas Mauá para com o Tesouro, avaliada por uns em 16 mil contos; por outros, em 18 mil contos; e, por alguém em centenas de milheiros de contos!

A verdade é, porém, que foram de três ordens as operações celebradas pelo Tesouro com as casas Mauá, e o que está a descoberto é a quantia de 6.719:328$ por saques recambiados e cerca de mil contos por saldo do depósito em Montevidéu. Essas quantias, das quais aliás se espera o reembolso integral, não atingem a oito mil contos.

Lemos hoje que a Câmara já se manifestou a respeito do requerimento do senhor doutor Ferreira Viana, em que pedia informações sobre tais transações, rejeitando-o com assombro de todos!

É uma afirmação de todo o ponto contrária à verdade. O requerimento em questão não foi ainda votado, mas ficou adiado, para sê-lo em dia próprio, na forma do regimento, por haver pedido sobre ele a palavra o senhor conselheiro Duarte de Azevedo, que desejava responder às considerações com que seu autor o fundamentara. Diz-se mais, no artigo que temos à vista, que a casa Mauá não merecia confiança para entrega de somas tão avultadas...

O crédito de uma casa comercial da importância e do vulto da do senhor Mauá não se afere pelo juízo de um ou de outro, mas pela pontualidade e pelo valor de suas transações, e pela confiança que inspira dentro e fora do Império. A casa Mauá, tendo cumprido anteriores obrigações com toda a pontualidade, extensamente relacionada com importantes praças nacionais e estrangeiras, tendo sabidamente milheiros de depósitos, o que tudo prova a confiança do público, não a mereceu somente agora do governo, mas em várias épocas.

O fato de ter a firma Mauá negociado um saque de 50 mil libras sobre Londres, com a condição de só receber aqui a sua importância depois de pago naquela praça, ainda a ser verdadeiro, não tem a importância

que se lhe quer dar, nem prova diminuição de confiança. O contrato do câmbio não está sujeito a regras inalteráveis; as suas condições, porém, podem variar, e variam, incessantemente, segundo as conveniências e os interesses dos contratadores, sem que isso os exponha a juízos temerários.

O modo pelo qual saiu do Tesouro a importância das cambiais foi o sempre usado. A diretoria de Rendas não intervém, nem tem de intervir nessas transações, e à diretoria de Contabilidade só cabe informar ao ministro qual o estado da caixa de Londres, à vista das contas que desta recebe e das despesas requisitadas pelos diferentes ministérios.

Quanto às taxas das cambiais, constam de uma tabela apensa ao relatório do Ministério da Fazenda, no qual podem ser verificadas as de todos os saques tomados pelo Tesouro, desde março de 1874 até abril de 1875, e por aí se vê que foram sempre as mais vantajosas.

No que respeita às datas, elas constam de outra tabela e, por ela, verifica-se que nenhum saque foi tomado depois de contraído o empréstimo.

As remessas de fundos para Londres foram feitas segundo as necessidades do Tesouro naquela praça, e compreende-se que, por estar a ser negociado um empréstimo, não deveria o Tesouro confiar em futuros recursos; antes, conviria ao bom êxito dessa operação mostrar que sem ela poderia dispor do necessário.

As remessas dos saldos disponíveis da alfândega de Santos e das tesourarias da Fazenda não foram feitas em virtude de ordens do honrado ex-ministro, mas por uma prática muito anterior a sua administração. Faziam-se essas remessas por meio de letras tomadas a casas comerciais, não só para, por esse meio, evitar o risco e a despesa do transporte, mas também para evitar bruscas oscilações na circulação do meio circulante; o que a esse respeito fez o nobre ex-ministro foi proibir essa remessa por meio de letras, apenas manifestada a crise comercial no Rio de Janeiro.

Explicados como têm sido – e explicáveis como são –, esses fatos estão longe de desabonar a rigidez dos escrúpulos e o solícito zelo do ilustre ex-ministro. Continuaremos.

Nemo

96) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano IV, número 157, sexta-feira, 23 de julho de 1875

Parte ineditorial
A denúncia Capote II

Aprovou a Câmara dos senhores Deputados a conclusão do parecer da comissão especial, que, na forma do artigo 10 da lei de 15 de outubro de 1827, julgou não dever admitir a denúncia interposta pelo cidadão J. A. Capote contra o ilustre senhor visconde do Rio Branco.

A decisão da Câmara foi resolvida por unanimidade de votos. Tomaram parte nessa votação 78 deputados e, entre eles, os dois únicos membros da oposição que ocupavam no momento os seus lugares, os honrados senhores conselheiro Araújo Brusque e Silva Flores. A Câmara dos senhores Deputados proferiu uma decisão justa, nobre e conscienciosa, que tão honrosa é para ela própria quanto para o ilustre acusado.

Agora que se trata de uma questão vencida e que o ramo temporário do Poder Legislativo acaba de pronunciar-se de modo tão significativo, não se dirá que, apreciando os fatos e o direito, tentemos de qualquer modo desviar efeitos de uma acusação.

Há um juiz dos juízes, que se chama a opinião pública; é perante este que nos encarregamos, nós, de defender a causa julgada, auxiliando-nos com os elementos de convicção que os debates das duas Casas do Parlamento nos oferecem, para demonstrar que o procedimento do honrado ex-ministro escapa ainda mesmo à mais leve censura.

I

Isento de toda a suspeita no que toca à sua proverbial honradez, por seus próprios adversários proclamada artigo de fé, o ilustre ex-ministro foi denunciado por haver *mal-usado de sua autoridade*.

Utilizou o autor de um inquestionável direito, que a todo o cidadão compete, mas honrada e conscienciosamente procedeu a comissão especial, concluindo seu parecer pela não admissão da denúncia; e a

Câmara, votando-o. Este procedimento foi o mais justo e o mais digno, tanto de parte da nobre comissão quanto de parte da Câmara.

Se por *mal-usar de sua autoridade* houvesse o ex-ministro exposto o Tesouro a um prejuízo, maior ou menor; ou, se as explicações dadas ao Parlamento não fossem satisfatórias para o efeito de provarem a não existência de uma qualquer infração da lei, não deixaria a oposição de acudir-se ao recurso legal, ela própria interpondo a denúncia. Não era somente o seu direito, era o seu dever. Ela não o fez, entretanto.

A denúncia não trouxe ao conhecimento da Câmara um fato novo, não discutido, nem alguma nova circunstância. Convencida a comissão especial da improcedência da acusação, tendo a Câmara, após o conhecimento do fato, dado ao ex-ministro provas de grande confiança, ela não poderia, sem deixar pairar injuriosa suspeita sobre quem tão superior está a suspeitas, instituir um exame que teria por único resultado verificar a verdade das informações prestadas ao Parlamento pelo honrado ex-ministro.

A comissão fez o seu dever, rejeitando a denúncia. Ela não atropelou fórmulas nem desrespeitou o direito.

Conhecia o fato denunciado, tinha na devida conta a palavra honrada do ilustre ex-ministro e, pois, não poderia, sem grave injustiça e profunda ofensa a um nobre caráter, provocar exame sobre o valor de afirmações solenemente feitas às duas Casas do Parlamento.

Pendia, aliás, de decisão da Câmara um pedido de informações formulado pelo senhor doutor Ferreira Viana, e não havia razão para que, por simples denúncia de um cidadão (desrespeitosa em seus termos para com um estadista venerável, de muitos títulos), tentasse a comissão submeter à prova o que não poderia ser objeto de dúvida perante a sua consciência e a da Câmara. Em outras palavras, não se apartaram da verdade as explicações dadas pelo ilustre ex-ministro.

Ouvimos dizer, com insistência no correr da discussão, que essa prova não poderia ser senão em proveito para o denunciado, pois imporia silêncio a vagos rumores, de origem inconfessável, que elevam os algarismos a uma soma muito superior à das responsabilidades reais das casas Mauá para com o Tesouro, e que deixam no espírito público suspeitas de outra natureza, como a de presumir-se que foram tomados saques sobre Londres sem necessidade, que a taxa do câmbio não foi a mais vantajosa ao Estado, que a importância dos saques não saiu do

Tesouro pelos meios regulares etc. O exame, diz-se, não viria senão pôr em relevo o infundado destes rumores e tranquilizar os que por eles se tenham deixado impressionar.

Rumores! No entanto, quem há aí que não lhes conheça o valor? Quem pode razoavelmente pretender que a mais severa indagação dos fatos conseguiria impor-lhes silêncio? Como há quem exagere os fatos e os inverta, como há aí também um ou outro insensato que ousa recusar fé a explicações dadas com toda a solenidade por quem tinha o dever de dá-las e autoridade para fazê-lo, deveriam a ilustre comissão e a Câmara expor a uma prova sempre injuriosa a palavra honrada de um cidadão benemérito?

Para o efeito de corrigir boatos, o mais minucioso exame seria nulo. Quanto aos homens sensatos, aqueles que conhecem o mecanismo dos negócios públicos e sabem dar aos documentos oficiais o valor que eles merecem, estes não ignoram que o sistema da escrituração adotada no Tesouro Nacional não permitiria disfarçar a extensão das responsabilidades da firma Mauá nem que os futuros relatórios, devendo dar conta do estado do Tesouro e de suas operações, conterão a este respeito todos os desejáveis esclarecimentos.

II

Antes de tudo, cumpre retificar afirmações, as quais, aliás, não têm corrido sem impugnação. Têm sido avaliadas de 16 mil a 18 mil contos as responsabilidades das casas Mauá para com o Tesouro Nacional. O fato não é exato. Essas responsabilidades são de £756 mil por saques reenviados de Londres, ou 6,719:328$ ao câmbio de 27, e de cerca de mil contos, que a quase tanto monta o depósito confiado ao banco Mauá de Montevidéu para pagamento das forças brasileiras estacionadas no rio da Prata, no alto Uruguai e no Paraguai, o que não perfaz a soma de oito mil contos.

Por lamentável que o fato seja e avultada a soma desembolsada pelo Tesouro, não se trata, todavia, de prejuízo verificado. A última das parcelas, a de mil contos, seja considerada ou não como depósito, constituindo crédito de domínio, tem de ser em breve recolhida ao Tesouro, sendo – como é – de facílima liquidação a casa Mauá de Montevidéu, cujos credores já chegaram a acordo com o seu honrado devedor.

Ainda mesmo concedido que a liquidação dos demais estabelecimentos não permita o integral reembolso de seus credores e que nenhuma preferência seja reconhecida ao Tesouro Nacional na concorrência dos créditos, o prejuízo do Estado não poderá elevar-se a uma soma inquietadora.

É, todavia, opinião de juízes competentes e que conhecem com individuação o estado das casas Mauá, que o seu ativo, excedendo em muito o passivo, tem a necessária margem para responder pela depreciação, que é natural efeito de uma liquidação com prazo fixo.

Como quer que seja, nenhum fundamento têm as falsas versões que dão o Tesouro Nacional como ameaçado pelo prejuízo de milheiros de contos.

III

Há quem tenha querido ver transações menos regulares nas efetuadas pelo Tesouro com os estabelecimentos bancários dirigidos pelo senhor Mauá, pressentindo nelas o influxo da amizade a aconselhar imerecida confiança. Adversários do ilustre ex-ministro o têm repetido, de boa-fé uns, outros porque julgam, explorando o fato, deixar estremecida a reputação que, como rígido e zeloso funcionário, conquistou o eminente cidadão em longa vida de serviços, e ainda alguns porque, lisonjeando paixões vulgares, julgam armar à popularidade.

Referindo-se no Senado a essas transações e explicando-as, o nobre ex-ministro teve ocasião de dizer que só de condescendência o podiam acusar seus adversários. Por claro que fosse o sentido desta frase, não faltou quem nela julgasse deparar com uma declaração de ter sido a condescendência o móvel determinante do procedimento do primeiro-ministro.

Muito diferente fora, no entanto, o pensamento de sua excelência. Esse pensamento ficou bem patente nas palavras do honrado ex-ministro proferidas na Câmara dos Deputados: "*Não é a benevolência de meus adversários que solicito*, mas a justiça." Sua excelência poderia invocar esta, a mais rigorosa e inflexível, tanto que o seu procedimento escapa à censura.

Não foi a amizade, mas a confiança – sentimentos muito diferentes –, a justa confiança devida a um banqueiro acreditado, que levou o ex-ministro a proceder como procedeu. Foi essa confiança elevada a um grau que excedesse a bem-entendida previsão? As observações que reservamos para artigos posteriores respondem a esta interrogação.

Apreciados os fatos com a calma e a reflexão que as impressões do momento naturalmente perturbam, não haverá um só espírito sensato e imparcial que se recuse a reconhecer a regularidade das transações, que vão ocupar-nos.

97) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano IV, número 164, terça-feira, 3 de agosto de 1875

Parte ineditorial
O cidadão Capote

Apareceu hoje este ilustre cidadão na parte ineditorial de *O Globo* com o seu quarto "publicado". As linhas que escrevemos foram atribuídas pelo ex-João Antonio Pereira, do Ceará, há alguns anos João Antonio Capote, a *A Nação*, como se os dois distintos redatores desta folha tivessem alguma coisa com o que escrevemos!

O que os leitores de *A Nação* sabem é que na parte editorial desta folha publicou-se apenas a denúncia Capote*, sem comentários*, não escrevendo os seus redatores uma só linha a respeito. Quem, na parte *ineditorial* tratou do assunto, foi o autor das presentes linhas, que também o fez sem se ocupar com a pessoa do denunciante, a quem muito conhece, entretanto.

Alguns trechos inocentes que a seu respeito escrevemos foram suprimidos, não sabemos por que razão, pelos redatores desta folha.

O cidadão Capote, quem nesta questão apenas visou atrair mais alguma celebridade em torno do seu nome, diz que "os turiferários do senhor Rio Branco, em *A Nação* de 19, 23 e 25 de julho, *confessaram* a criminalidade do ex-ministro e *prometeram que os futuros relatórios* justificariam sua excelência".

Este cidadão Capote pode saber comprar e vender escravos, pode saber ajustar bem suas contas com o Banco do Brasil, pode saber disparar tiros de pólvora seca na rua, mas decididamente não entende o que lê...

O ilustre cidadão Capote cospe novas injúrias sobre a Câmara dos Deputados e provoca o ilustre senhor visconde do Rio Branco a processá-

lo como caluniador. A Câmara dos Deputados está muito superior às injúrias do cidadão Capote, e o distinto senhor ex-ministro da Fazenda tem mais em que cuidar.

O fato que fez objeto da denúncia do ilustre cidadão foi muito discutido no Senado, na Câmara dos Deputados e na imprensa, e todo o público já tem seu juízo formado.

O honrado senhor ex-ministro só fez com a casa Mauá operações para que estava *autorizado*, e fê-las do *mesmo modo que todos os seus antecessores*. Se alguns destes preferiram, para essas transações, outras casas, não era isso razão para que sua excelência não confiasse, como muitos outros, na casa Mauá. Não se poderia prever o sinistro, que foi ocasionado apenas pela perseguição movida em Montevidéu por um governo estrangeiro ao estabelecimento brasileiro, perseguição que coincidiu com a crise desta praça. Por isso deixou a casa Mauá de satisfazer os compromissos que havia contraído.

É escusado dizer que não reconhecemos, como declarou hoje o preclaro cidadão Capote, que houvesse no que fez o honrado ex-ministro a menor sombra de ilegalidade, irregularidade ou criminalidade. Também não é certo havermos dito que os *relatórios futuros* justificariam sua excelência, porque os fatos foram declarados pelo ex-ministro, e as informações necessárias foram prestadas da tribuna por esse eminente cidadão, cuja palavra não pode ser posta em dúvida, pois o Tesouro inteiro aí está para confirmá-las.

Os que dizem, para fazer efeito, que a responsabilidade da casa Mauá para com o Tesouro anda por mais de sete mil contos, não dizem o que sentem nem o que sabem; atiram essas proposições, levados apenas pela paixão política, para levantar dúvidas no espírito da população.

"Como isso é ridículo!", exclama o cidadão Capote, referindo-se aos nossos precedentes artigos. O cidadão Capote falando em "ridículo"! *Risum teneatis*[*]? Pois o cidadão Capote pode achar nada ridículo? Tome um espelho, ilustre cidadão, tome um espelho e veja se "capote" e "ridículo" não são a mesma coisa.

Nemo

98) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 397, pp. 248 e 249, 7 de agosto de 1875

Apareceu a Gazeta de Notícias.

***

Foi o maior acontecimento da semana porque a política, mercê de Deus, continuou a dormir; a praça continuou na *mesma*; *O Apóstolo* continuou a esperar *simpaticamente* pelos atos do novo governo e pela... soltura dos bispos.

***

A *Gazeta de Notícias* é um *jornal diário*, de pequeno formato, mas de grande futuro! Não é por ora o que há de ser mais tarde... mas também Roma não se fez em um dia. Esperemos, pois, e tenhamos confiança em Bob e nos seus profetas.

É pena, porém, que a *Gazeta* não admita política nas suas, por ora, quatro páginas. A política é o forte da nossa população e, na heroica cidade do Rio de Janeiro, não há quem não se ocupe um pouco com a deusa que tanto favorece uns e tanto maltrata outros.

***

Ao número dos maltratados por ela pertence atualmente a plêiade de *A Reforma*, plêiade ilustre, mas injusta, às vezes, nas suas apreciações.

***

No artigo de ontem, sob título "Favoritismo perigoso", transparece por demais a injustiça. A ilustre matrona da rua Sete de Setembro atribui à *coroa* a vida *de favor* do atual gabinete e da presente situação política.

***

Lancemos um olhar sobre o passado e vejamos até que ponto se pode asseverar isso sem ir de encontro à história imparcial do Segundo Reinado.

***

O poder acha-se nas mãos dos conservadores desde 1868, não há como negá-lo. Quem é que, porém, lho pôs nas mãos? A coroa? Não. Foram os liberais, os próprios liberais... que, pela voz autorizada de seu chefe, se negaram a nomear seu sucessor para o ministério, quem, despeitado pela simples nomeação de um senador, resignava o mando.

***

Quando um chefe se nega a designar o outro que deve sucedê-lo, declara ele não a sua fraqueza, mas a impotência de um *partido inteiro*! É o mesmo que dizer: "*Senhor, avenha-se cá como puder, porque nem eu nem a minha gente prestamos para nada.*"

***

Em vista de uma declaração destas, não poderia a coroa deixar de fazer o que fez, isto é, chamar os conservadores e esperar que o país sancionasse, como mais tarde sancionou, o seu ato.

***

O que autorizaria depois uma nova *reviravolta* na política, que há quase sete anos dirige a nação? Falta de maioria nas Câmaras? Nunca a houve. Falta de confiança na população? Onde o jornalismo que combate a situação presente, a não ser um ou outro órgão movido pela manivela do partido fora do poder?

***

Mais justiça e menos paixão, meus senhores. O seu *favoritismo perigoso* está nas mesmas condições do seu *poder pessoal*: não existe.

***

Chamando ao poder, como lhe indicara o senhor visconde do Rio Branco, o duque de Caxias, a coroa fez o que deveria ter feito, o que a Constituição lhe ordenava de fazer.

***

Tenha-se fé na honestidade e nas boas intenções do velho duque, na prática reconhecida do senhor de Cotegipe, no zelo, na boa vontade e na inteligência dos senhores Tomás Coelho, Pereira Franco, José Bento e Diogo Velho, os quais encetam a sua administração escudados na simpatia geral. Se eles, pelos seus atos, não dão motivo às iras dos adversários, não seja isso razão para que se recorra ao *favoritismo perigoso,* atribuindo-se à coroa sentimentos de parcialidade, que ela não tem agora, como jamais teve.

Nemo

99) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 407, pp. 328 e 329, 16 de outubro de 1875

O negócio é mais sério do que todos supunham. *O Apóstolo* dá as cartas e, de tal forma, que nem *o Conservatório* lhe resiste. É fácil adivinhar que, depois de tal preâmbulo, tem esta crônica por fim dedicar-se exclusivamente à magna *questão do dia*, a dos *lazaristas*, questão até ontem debatida pela grande imprensa, que entra hoje no domínio da imprensa ilustrada e que será amanhã mais um borrão vergonhoso colocado pela imprudência nas páginas históricas da nossa polícia.

***

Não entraremos aqui na análise dos motivos que levaram *O Conservatório* a reprovar um drama, bem-aceito em Portugal e, segundo nos parece, já representado, ou em via de representar-se, na Itália e na Alemanha.

Parece-nos, contudo, que, se *O Conservatório* aprovou os *Apóstolos do Mal*, o *Ganganelli* e o *Judeu Errante*, em razão alguma poderia ele apoiar-se para reprovar os *lazaristas*. Em qualquer desses dramas, a essência é a mesma, mesmíssimo é o fim. A forma, só a forma, é diversa.

Entre jesuítas e lazaristas, que venha o diabo à escolha. Tudo é sotaina, tudo é ambição (por ora concentrada) de mais tarde dar leis ao mundo, tudo é desejo de espalhar a ignorância entre o povo para fazer um monopólio de ciência, perante o qual esse mesmo povo terá um dia de curvar-se.

Bater, pois, essas instituições perniciosas, toleradas em alguns pontos do universo, banidas de outros, é o dever do homem que preza a liberdade do pensamento, e mal-avisados (ou mesmo entregues à estranha influência) andam os que tentam pôr peias à exibição de trabalhos que, à imitação dos *lazaristas*, abrem os olhos aos incautos e põem de sobreaviso os próprios beatos.

***

O Brasil é um país novo, que carece de imigração, para um dia se tornar grande, forte e poderoso. A imigração, graças a muitos dos atos do ministério de 7 de março, acode hoje aos nossos portos em lisonjeira escala, e acode voluntariamente, sem que seja preciso ir lá buscá-la, sem que se despenda um vintém no transporte de imigrantes.

Se, porém, baseados em fúteis puerilidades lhe tolhermos a liberdade do pensamento, ou lhe apresentarmos espetáculos repugnantes como o que se deu na quarta-feira às portas do teatro São Luiz, tudo quanto tem procurado este país hospitaleiro, na esperança de encontrar a liberdade nas suas mais sublimes manifestações, voltará pelo mesmo caminho e dissuadirá de cá porem os pés os que tencionavam trazer-nos o contingente do seu braço ou da sua inteligência.

***

A nossa polícia não sabe fazer coisa alguma sem derramar sangue. É uma tristíssima verdade! Não queremos inculpar o senhor chefe nem os seus delegados, mas é fato averiguado que nada ela reprime, a nada põe cobro sem emprego do sabre ou da baioneta.

Se o ministro oficia ao chefe recomendando a maior prudência, se este faz verbalmente outro tanto aos subordinados, a força esquece tudo e, apenas recebendo ordem para conter ou dispersar cidadãos inermes, vai acutilando sem dó nem consciência.

***

Os fatos de 13, tão asperamente censurados pelo *Jornal do Commercio*, pelo *O Globo*, pela *Gazeta de Notícias*, pela *A Reforma* e por quantos assistiram ao que se deu às portas do teatro São Luiz naquela noite, teriam deixado de existir se, refletindo um pouco sobre suas consequências, o senhor chefe se limitasse a ordenar que a Sociedade Regeneração mandasse afixar a todas as portas do teatro a suspensão do espetáculo; se sua excelência, dada e executada essa ordem, prescindisse do aparato bélico que cercava o teatro e suas imediações, provocando a curiosidade de quantos passavam; se sua excelência, não abandonando um momento, já que ali mandara a força, o seu posto de honra, tivesse impedido as cenas desordenadas que seus subalternos desempenharam em plena rua e em pleno despeito do senso comum.

***

À frente do governo acham-se homens de préstimo e de boas intenções. Apelamos para eles, apelamos especialmente para o senhor barão de Cotegipe, estadista prático e inteligente. Evitem eles que de um argueiro se faça um cavaleiro; que por causa de uma representação particular se dê azo a desordens que comprometam as instituições vigentes.

O Poder Executivo é tudo quando, ainda nas mais pequenas questões, é escudado pela opinião pública; é nada quando vai de encontro a essa legítima soberana do mundo, na frase expressiva de um orador italiano, cujo nome não nos ocorre agora.

Nemo

100)Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 408, pp. 340 e 341, 23 de outubro de 1875

O Apóstolo e o presidente do Conservatório

Sob título "Ainda o conflito lazarista", publica o órgão clerical de 20 do corrente um artigo no qual o conselheiro João Cardoso, elogiado pelo seu *veto* aos *lazaristas,* é censurado pelas suas ideias antiultramontanas.

Discutamos estas duas apreciações: o elogio e a censura.

Homem ilustrado, verdadeiramente amigo do seu país, ao qual tem prestado serviços dignos de menção, o conselheiro João Cardoso foi, relativamente ao *veto* dos *lazaristas*, um homem timorato.

As consequências previstas por sua excelência não tinham razão de ser em um país como o nosso, onde a índole pacífica de seus habitantes é por demais conhecida, onde as exaltações não existem e onde os acontecimentos da véspera são facilmente esquecidos no dia seguinte. Embora *O Apóstolo* leve até as nuvens o ato de sua excelência, isto é, a proibição do drama, não será nesse terreno que ele logrará chamar sobre a cabeça do presidente do Conservatório as bênçãos da população.

Representado o drama e satisfeita a curiosidade pública – que facilmente se satisfaria em duas ou três representações –, o drama teria assim passado sem observação especial e caído nos abismos do esquecimento.

O *veto*, as cenas de 13 e 14, e tudo quanto com ele e elas se relaciona, vieram de molde para promover a venda do drama impresso. Exposto em todas as lojas de livros e apregoado por todas as ruas, o folheto tem tido enorme extração. À exibição em cena poderiam assistir de dois a três mil espectadores; a leitura... essa será hoje feita por centenas de milhares de pessoas. A sensação que o drama poderia causar, se representado, passava em pouco tempo; a da leitura prolongar-se-á indefinidamente, pois a cada instante se pode repetir.

Querendo evitar o mal, se mal é, limitado, deu-lhe o Conservatório um desenvolvimento incalculável. Eis como pensamos acerca do *veto*. Voltando-nos agora para a declaração, desnecessária, das ideias antiultramontanas de sua excelência, em que pese a *O Apóstolo,* não podemos furtar-nos ao desejo de apertar cordialmente a mão do tradutor de Jocelyn. Nem de outra sorte poderia pensar o homem que lê, que estuda e que passa entre os livros as horas vagas do labor diário.

Não sabemos se, como diz *O Apóstolo, esse homem lucraria alguma coisa, em relação à doutrina católica, conhecendo o redator de* O Apóstolo*, de cujos sentimentos generosos e humanitários etc.* Se se trata do *catecismo*, é de se supor que sua excelência o aprendesse na escola de primeiras letras. E

a não ser isso, ou umas preleções do *Syllabus* romano, não sei em que outra matéria possa aproveitar a alguém o conhecimento do redator de *O Apóstolo*.

Nemo

101) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 410. pp. 356 e 357, 6 de novembro de 1875

Teatrices

Classificam os mestres de fenomenal a voz de *contralto*. Tal classificação é baseada na raridade de vozes desse gênero e na abundância dos *sopranos*, voz própria da mulher. O contralto, portanto – quando legítimo, quando puro –, é alvo da admiração pública e desperta nos auditórios não vulgar predileção nem menor entusiasmo.

O que se está dando agora no teatro do senhor Arnaud com a senhorita Vanda, a estreante destas últimas noites – esses aplausos ruidosos, a exigência do *bis* a todas as estrofes finais de qualquer romance, ou aos *couplets* de qualquer cançoneta –, justifica-se perfeitamente, se atendermos a que jamais ouvira o público na sala do Alcazar uma voz daquele gênero, tão volumosa, tão homogênea e tão simpática.

No entanto, não é só na voz que o mérito da senhorita Vanda consiste: alma, sentimento, dicção pura, arte no modo de tomar a respiração sem que a sílaba seja cortada e muita inteligência na diversidade de gêneros relativos aos trechos até hoje por ela cantados (são qualidades que, adornando-a em tão verdes anos, dificilmente se encontram reunidas mesmo nas cantoras provetas). É fácil cantar, é difícil cantar bem.

A aquisição, pois, do senhor Arnaud não podia ser melhor. O talento da senhorita Vanda, aproveitado no *travesti* da ópera-bufa, promete realce a certos papéis que até hoje haviam passado quase despercebidos. A sua linda voz e o seu porte garboso, elegante e, sobretudo, senhoril dão à parte concertante – conhecida sob o nome de *intermédios* – uma importância real e legítima.

Em relação à ópera-bufa, o futuro se encarregará de justificar as minhas

apreciações; em relação à parte concertante, é fácil apelar desde já para os aplausos que a estreante tem colhido sempre que se apresenta em cena.

***

Em benefício da senhorita Suzanne Castera, aquela senhora Suzanne que tem dois carros, quatro cavalos e não sei quantos milhões de admiradores, teremos na próxima segunda-feira, na cena do Alcazar, um espetáculo variadíssimo e cheio de atrativos; espetáculo que se recomenda por si e a que o público correrá em massa, porque a *casta Diva*, prometendo ficar quietinha, promete também coisas do arco da velha para essa noite.

Apressem-se, pois, para comprar ingresso os para os espetáculos a que desejarem assistir e para marcar lugar os que não desejarem ficar de pé.

***

Logo em seguida a esse benefício, nos dará o menino Dangremont, na sala do teatro Imperial, um concerto a que não poderá deixar de assistir essa parte do público mais propensa ao belo, na rigorosa acepção da palavra. Talento notável, um verdadeiro prodígio no instrumento a que se dedicou – a rabeca –, o menino Dangremont dá este concerto na esperança de obter os meios precisos para ir estudar na Europa o pouco que lhe falta para ser um artista *de elite*.

Animá-lo, pois, tem louvável aspiração. Concorrer para que no velho continente se faça uma ideia sobremodo lisonjeira dos talentos sul-americanos é dever de quantos prezam a arte, o progresso e a sua própria nacionalidade.

O menino Dangremont será coadjuvado pelo jovem pianista Mesquita, outra criança de não menor vocação nem menor talento para a arte, a qual tão distintos representantes conta já no Brasil.

Nemo

102) *A Nação*
Jornal político, comercial e literário

Ano IV, número 246, sábado, 13 de novembro de 1875

A nação

Colaborávamos ativamente para este jornal quando, em 6 de setembro de 1873, tendo o reverendo senhor padre João Manoel de Carvalho, nosso ilustre amigo, resolvido deixar a direção política que estava a seu cargo, fomos levados a tomar aos ombros essa tarefa.

A consciência diz-nos que, em meio da agitação política destes últimos anos, procuramos servir com esforço, dedicação e desinteresse a causa pública e a do nosso partido.

Não esperávamos desde muito, como por vezes temos anunciado, senão oportuno ensejo para passar a mãos mais hábeis a responsabilidade de que tão dificilmente nos desempenhamos.

Nosso desejo pode ser agora realizado. A partir de hoje só nos ligam a *A Nação* os votos ardentes que sinceramente fazemos por sua larga e próspera existência.

Ao deixar esta posição, que aceitamos e em que nos mantivemos por instâncias reiteradas de ilustres amigos, não nos resta senão agradecer-lhes a confiança e as mostras de simpatia com que nos honraram, e, ao Partido Conservador, representado nessa ativa imprensa das províncias que dia por dia nos deu o exemplo da mais nobre dedicação à causa comum, o constante apoio que se dignou dispensar-nos.

F. L. de Gusmão Lobo
J. M. da Silva Paranhos

103) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 411, pp. 364 e 365, 13 de novembro de 1875

Teatrices

Ora, pois, viva lá a senhora Suzana Castera. Não é mulher aquilo, é um diabrete. Qual o ministro plenipotenciário que a vence em diplomacia? Qual o espectador que não fica de queixo caído perante a exibição da *Chave?* Qual o rapaz que não sente cócegas nas palmas das mãos ao vê-la em cena? Qual o velho que deixa de saborear gostosa pitada após os requebros da senhorita X?

***

Todas estas interrogações têm fácil e afirmativa resposta para os que, na noite de 8, mesmo a troco de 10 mil réis (o que é salgadinho), conseguiram assistir ao benefício da *diva*.

***

Aquilo é que foi festa! ! ! ! ! ! (Ponho aqui estes pontos de admiração, para que o leitor fique em pasmaceira, enquanto sorvo uma pitada... Agora que o leitor já se admirou suficientemente e eu consolei as narinas, vulgo ventas, vamos à coisa.)

***

São 20h. Lugares na plateia e nas galerias do Alcazar – fogo viste linguiça*. Tudo está ocupado por mortais de ambos os sexos, ou por lenços de várias cores. Mestre Lefay, graças à quantidade de flores que o circundam e às joias que tem pela frente, assume as proporções de um florista, sem grandes desdéns pelo comércio da *bijuteria*. Reina o aperto, ferve a impaciência, e o subdelegado sonha com coisas tristes e prevê cenas aterradoras.

De repente, sobe o pano. Entra o capitão Fortunato sob as vestes da senhora Suzana (não é isto – troque o leitor os nomes e verá como tudo fica

* "Fogo viste linguiça" significa em um instante, em um átimo (Cf. VIOTTI, Manuel. Novo dicionário da gíria brasileira. São Paulo: Ind. Gráfica Bentivegna, 1956). (N. E.)

direitinho) e a ovação começa. Ele é chuva de ouro, ele é chuva de rosas, ele é chuva de flores em *buquês*, ele é passarinhos a esvoaçarem pelo espaço, ele é pombinhos a cair lá de cima ele é... ele é uma ovação estrondosa!

Como se está vendo, houve de tudo e para todos! Para todos, sim, senhor, porque até a senhora Clara, aquela rechonchuda senhora Clara, abichou dois pombinhos, que ela só promete guarnecer de ervilhas quando voltar para Paris.

***

Cantaram a senhorita Rose Marie e a senhorita Belia, cada uma das quais ofereceu à senhorita Suzana um colossal ramo de flores de penas e um lindo bracelete de valor. Representou-se o *Nhô Quim* para eternizar ainda mais as glórias da beneficiada e do senhor Martins, e a noite terminou, segundo consta, por esplêndida ceia, oferecida, ainda, pela senhorita Suzana aos artistas que a haviam coadjuvado. Depois de tudo isso só resta dizer que a senhorita Suzana *fait bien les choses*[*].

***

Justifica-se de noite para noite a ótima aquisição do tenor Desroches e de senhorita Vanda. Cantando ora a ária da *Juive*, a que imprime o cunho requerido pela música séria, ora o *Coupé de Lise*, uma cançoneta cheia de graça e malícia, o senhor Desroches tem sabido tornar-se o *enfant gaté*[**] do público. A senhorita Vanda é sempre ouvida e vista com prazer.

***

Na *Giroflé* estrearam mais dois artistas franceses: o senhor Fontenelle, barítono, e a senhorita Marie Tissé, que, embora disponha de limitada voz, diz bem, junta a tudo quanto faz na cena uma graça inimitável e possui uns olhos... Também apenas ela os prolonga pela plateia, dando-lhes a expressão inerente à frase que está recitando na cena, é para ver como os choques elétricos se sucedem!

***

[*] Faz bem as coisas. (N. E.)
[**] O menino mimado. (N. E.)

Os outros teatros vão em maré de sucesso:
As duas órfãs, no São Luiz – sucesso.
A Giralda e Giraldinha, na Phenix – sucesso.
O Chodruc Duclos, no São Pedro – sucesso.
O senhor conde de Castiglione, no Dom Pedro II – sucesso.
Quanto sucesso, santo Deus!

Nemo

104) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 413, pp. 376 e 377, 27 de novembro de 1875
Teatrices

Têm o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias,* em artigos especiais, chamado a atenção das autoridades competentes para a carestia dos gêneros de primeira necessidade.

Pondo, porém, ao soalheiro esta questão, nenhum desses conceituados órgãos da imprensa diária lembra alvitre a tomar-se para que a crise alimentícia desapareça e difícil se torne a sua presença no futuro.

***

Fazendo suas em grande parte as reflexões dos dois órgãos supracitados, acrescenta *O Globo:*

> É fato incontestável que a população da capital do Império acha-se hoje oprimida por uma verdadeira crise alimentícia, não porque faltem abastecimentos abundantes dos gêneros necessários à vida, mas por abuso de monopólio e por odiosa especulação à custa da miséria pública.
>
> Tais são, pelo menos, as causas a que o povo atribui às privações e aos sofrimentos que está suportando.
>
> O assunto é importante e por mais de uma vez temos nós também solicitado a atenção dos Poderes Públicos.

> Ignorando, porém, quais sejam os trâmites regulares por que tenha de passar este delicado negócio e por que canais competentes deva transitar a queixa da população, mal ousamos esperar que o sofrimento público tenha pronto remédio. Se a capital do Império tivesse Câmara Municipal ou se, tendo-a, tivesse esta a seu turno vereadores, representantes imediatos do povo, talvez que nos fosse fácil descobrir o canal e chegar à solução que remediasse o sofrimento da população.

***

Os trâmites pelos quais tem de passar este delicado negócio, e os canais pelos quais deve transitar a queixa da população, isto é, a autoridade competente para obviar o mal é, entre nós, o governo.

***

Não sei em que ano, nem me ocorre agora sob que ministério, se deu crise idêntica àquela que hoje ameaça flagelar-nos. O que sei de positivo é que o ministro competente, o do Império, chamou os negociantes de gado para a corte, mandou vir a sua presença os proprietários dos principais açougues da capital e, sem lhes pedir que baixassem o preço da carne, cuja carestia só seria justificada por indecoroso monopólio, preveniu-os de que o governo estava na firme resolução de abrir, por sua conta, o número de açougues preciso para fornecer por preço normal a quantidade de carne exigida pelo consumo da cidade.

***

Por tal sorte aproveitou a lição que, dois dias depois, a carne voltava a seu preço razoável sem que o governo se desse incômodo de abrir um só açougue.

***

Essa louvável medida, que os especuladores de então classificaram de arbítrio, sem lembrarem que não há arbítrios nas resoluções de qualquer governo pronto a atender às justas queixas de uma população inteira, se por um lado debela o mal, não impede, por outro, que ele torne a aparecer mais tarde.

***

Em algumas nações europeias, as questões que interessam de perto à alimentação do povo acham-se, de fato e de direito, sob a alçada das municipalidades. Estas, por uma espécie de arrematação anual, concedem aos que mais vantagens oferecem o direito de vender carne pelo preço a que se obrigaram no contrato. Não impede isso que muitos outros a vendam também. O que ninguém pode é alterar o preço estipulado para aquele ano.

***

Dá-se muitas vezes que os negociantes, por circunstâncias anormais, não podem cumprir o contrato. As municipalidades chamam então a si o negócio e, se a carestia provém de falta de gado no país, obtêm imediatamente do governo a isenção de direitos ou a livre-entrada para o gado estrangeiro de que se carecer.

***

Desta sorte, não há crise, e o povo vive sempre ao abrigo do monopólio escandaloso, feito por aqueles que, tendo em vista somente a sua fortuna particular, não duvidam aumentá-la, mesmo à custa da miséria pública.

Nemo

105) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 414, p.384, 4 de dezembro de 1875

Foi de festas a semana. O aniversário do chefe da nação, o batizado do príncipe do Grão-Pará e a abertura da exposição arrancaram a cidade da sua habitual indiferença e ofereceram assunto a longas e variadas palestras.

***

O aniversário do imperador é sempre motivo de júbilo e de orgulho para os brasileiros. Vendo no senhor dom Pedro II o penhor mais caro de

sua prosperidade, de sua paz interna, a nação regozija-se com todas as datas memoráveis da vida do seu soberano e cobre-se de galas.

Bem o merece ele: bem merece tais manifestações o monarca que, dispondo de vasta inteligência, profunda ilustração e arraigado patriotismo, tem sabido governar o país sem contrariedades, salvando as instituições sempre que as vê ameaçadas e concorrendo para que todos gozemos de uma liberdade que é inveja pela maior parte das nações do velho e novo mundo.

A *Vida Fluminense*, associando-se aos outros órgãos da imprensa, saúda a seu turno o imperador.

***

A não ser a chuva, que tirou a cerimônia do batizado de seu brilhantismo exterior, pode afoitamente dizer-se que poucas festas têm inspirado tanta curiosidade a nossa população. É que, além de tudo quanto de verdadeiramente novo havia na capela imperial, a cidade inteira desejava assistir ao batizado do príncipe, que é já garantia desse sistema de governo, que os homens bem-intencionados não podem deixar de aplaudir.

***

Na página central da folha de hoje, encontrarão os nossos assinantes um primoroso desenho (do senhor Luiz Borgomainerio), representando a cerimônia do batizado tal qual se deu.

O *croquis* desse trabalho foi feito na capela imperial durante a cerimônia. Garantimos por isso a sua rigorosíssima fidelidade e felicitamos o artista, que, afastando-se do desenho humorístico, sua especialidade, mostra hoje, no trabalho da página central, digna de qualquer *ilustração* europeia, outra face do seu brilhante talento.

***

Da exposição, a que atualmente concorre grande número de nacionais e estrangeiros, falaremos no próximo sábado.

***

Por entre estas festas, uma notícia triste veio encher de luto o coração dos brasileiros. Vítima de uma congestão cerebral, o visconde de Camaragibe (fidalgo cavaleiro da Casa Imperial, grande do Império, grã-cruz da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo e comendador da Real Ordem Portuguesa da Conceição de Vila Viçosa) deu a alma ao criador, deixando inconsoláveis seus amigos e o partido de que era um dos mais prestimosos chefes.

Como acertadamente no-lo diz *A Nação:* "A pátria o lembrará como um cidadão eminentemente útil; e o Partido Conservador, como uma de suas glórias tradicionais."

Nemo

106) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 416, pp. 400 e 401, 18 de dezembro de 1875

Copio do número 413 da *Vida Fluminense* os dois trechos seguintes, publicados na sua *Crônica* de 27 de novembro:

> 1º Não sei em que ano, nem me ocorre agora sob que ministério, se deu crise idêntica àquela que hoje ameaça flagelar-nos. O que sei de positivo é que o ministro competente, o do Império, chamou os negociantes de gado para a corte, mandou vir a sua presença os proprietários dos principais açougues da capital e, sem lhes pedir que baixassem o preço da carne, cuja carestia só seria justificada por indecoroso monopólio, preveniu-os de que o governo estava na firme resolução de abrir, por sua conta, o número de açougues preciso para fornecer por preço normal a quantidade de carne exigida pelo consumo da cidade.
>
> 2º Dá-se muitas vezes que os negociantes, por circunstâncias anormais, não podem cumprir o contrato. As municipalidades chamam então a si o negócio e, se a carestia provém de falta de gado no país, obtêm imediatamente do governo a isenção de direitos ou a livre-entrada para o gado estrangeiro de que se carecer.

Para os que leram a crônica da qual copio os dois tópicos anteriores, é inútil acrescentar que se trata da palpitante questão da atualidade, mais conhecida pelo nome de *crise alimentícia.*

***

Não sei se as reflexões que fiz então, se a crônica a que aludo foi ou não lida nas altas regiões do Estado. O que não sofre dúvida é que as medidas nela lembradas acham-se hoje em execução.

O governo imperial não só estabeleceu já alguns armazéns, onde a carne seca é retalhada a preços razoáveis, mas também até isentou de direitos a importação do gado vacum e lanígero que nos possa vir do rio da Prata.

***

Dando, por tal sorte, em terra com o monopólio – cujas consequências poderiam ser desastrosas nesta época em que a desconfiança faz escassear o dinheiro –, o governo e, especialmente o senhor barão de Cotegipe, deu provas de sua energia, de suas boas intenções e do muito que toma a peito as questões a que se acha preso o bem-estar do povo.

***

É justo que o negociante tire do seu comércio os proventos de que carece para fazer face aos seus empenhos; no entanto, sem razão plausível, servindo-se da sua influência ou do seu dinheiro, que monopolize gêneros de primeira necessidade para só os ceder ao povo a troco de avultados lucros, é ação a que todos os governos põem cobro – entrando logo em uma concorrência que esmaga por força o monopólio.

Que ele existe atualmente no mercado da carne seca, prova-o a facilidade com que algumas casas se apressaram em regular o preço da carne pelo que o governo estabeleceu para o seu armazém na rua Sete de Setembro.

Se esta medida já nos deu carne seca em boas condições de preço, é de se esperar que a livre-introdução de gado vacum e lanígero do rio da Prata nos dê em breve carne fresca em idênticas condições.

***

Em vista, pois, do que anteriormente foi dito e de que tudo quanto a imprensa justa e imparcial tem expendido sobre tal assunto, dirijo sinceras felicitações ao senhor barão de Cotegipe, ao senhor ministro do Império e a todos quantos concorrem para o bem-estar do povo nesta época em que, mais do que nunca, ele carece de quem olhe seriamente pelas suas necessidades.

Nemo

107) A Vida Fluminense
Crônica

Rio de Janeiro, ano VIII, número 417, pp. 408 e 409, 25 de dezembro de 1875

Está resolvida a questão da crise alimentícia. Às acertadas e prontas medidas do governo, de acordo com a Câmara Municipal e com o doutor chefe de polícia, deve a população da corte o não ter ido por diante um estado de coisas pouco satisfatório, especialmente para as classes menos abastadas.

A crise desapareceu, pois, assim como a pronta emissão dos 25 mil contos do ministério de 7 de março fizera desaparecer a que ameaçou levar à ruína uma grande parte dos nossos estabelecimentos de crédito.

Vê-se daqui que o gabinete de 25 de julho cura seriamente das necessidades do povo e faz tanto quanto lhe é possível para merecer a justa confiança que o país nele deposita.

***

Assim também o senhor barão de Schreiner depositasse mais alguma confiança nas nossas coisas e nos poupasse mais nos seus relatórios. Não vai nisto censura a sua excelência, em quem não é possível supor intenções hostis a um país que recebe a todos de braços abertos: vai apenas o desabafo de um ligeiro ressentimento a que não foi possível fugirmos ante a leitura dos debates que, na imprensa, o seu relatório ocasionou.

***

E vai de debates a época. Ainda agora, tratando do último concerto da sociedade de música clássica, *O Globo* achou tudo excelente, ao passo que a *Gazeta* falou em senões. Nascerá daí um debate? Por que não?

Por uma dessas contrariedades a que não é possível fugir, não assisti ao concerto em questão. Sei que foi numerosa a concorrência e que suas majestades deram, com a sua presença, a importância a que aquela festa tinha direito.

No entanto, se o concerto correu tão bem, como *O Globo* nos assevera, ou no meio dos *senões* apontados pela *Gazeta*, é isso questão sobre a qual não posso emitir voto. Não me cansarei, entretanto, de aplaudir a ideia desses concertos e de desejar do fundo da alma que ela se propague entre nós.

***

Já que falei em música, vem aqui a propósito dizer que o tenor Lelmi, chegado há dias do rio da Prata, propõe-se a dar-nos para o próximo inverno uma estação teatral digna da nossa civilização. Depende isso apenas de uma assinatura, que lhe forneça os meios de ir à Itália buscar a companhia e entender-se com o *maestro* Carlos Gomes sobre a exibição de suas recentes produções, das quais até hoje só conhecemos um ou outro trecho para canto e piano.

***

Na Academia das Belas Artes fez-se exposição dos trabalhos de seus alunos e a distribuição dos respectivos prêmios. Ao nosso amigo Rodolpho Bernardelli couberam as honras da exposição. Ganhou-as com o seu talento, manifestado em a sua nova estátua, *À Espreita,* que revela muito estudo e muita aplicação.

Sua majestade o imperador, visitando a academia, dirigiu felicitações ao novel artista. Imite-o o governo, proporcionando àquele talento já tão elevado os meios de ver bons exemplos e de dar largas à sua imaginação criadora.

Não são exagerados os elogios que faço e que fazem ao moço artista. Vão ver-lhe a nova estátua e considerem que Bernardelli, para dedicar-se ao cultivo daquela arte, dispõe apenas de poucas horas, sendo obrigado, para não pesar à proteção estranha, a exercer as funções de

violino em um teatro, cujas representações todas as noites e ensaios todas as manhãs consomem a maior parte de seu tempo.

***

Termina a minha missão hoje e *Nemo* morre com a *Vida Fluminense*. Antes, porém, de exalar o último suspiro, cumpre um dever sagrado neste tempo obrigado a festas – dá-as a todos os seus leitores.

Nemo

108) Jornal do Comercio

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1888. Seção Exterior

A abolição da escravidão no Brasil[*]

Desde 13 de maio não há mais escravos no Brasil. Abriu-se o Parlamento a 3 de maio e, logo a 8 do mesmo mês, foi para esse fim apresentada à Câmara dos Deputados uma proposta pelo novo gabinete, de que é chefe o conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. Dois dias depois, a proposta do governo foi aprovada pela referida Câmara, tendo apenas contra si nove votos, sendo de 125 a totalidade dos deputados. Passando a ser discutido no Senado, foi lido o projeto pela última vez e aprovado na sessão de domingo 13 de maio, sendo sancionado no mesmo dia pela princesa imperial regente, dona Isabel. Nesta última câmara, composta por 60 membros, apenas deixou de reunir seis votos à proposta que decretava a emancipação imediata e incondicional dos escravos.

O estadista que preparou os primeiros projetos para a emancipação dos escravos no Brasil foi o marquês de São Vicente, o qual, em 1866, apresentou ao imperador trabalhos que sua majestade, acolhendo com sumo favor, sujeitou ao exame do seu Conselho de Estado. No entanto, o Brasil estava então empenhado na guerra contra o ditador do Paraguai, López II, e os conselheiros de sua majestade foram de opinião que só depois do

[*] Texto originalmente publicado como editorial no jornal "Liverpool Daily Post", de 6 de junho de 1888.

restabelecimento da paz deveria a questão ser discutida no parlamento. A Guerra do Paraguai, tendo durado cinco anos, terminou em 1870, e, em maio do ano imediato, o visconde do Rio Branco, então primeiro-ministro, apresentou à Câmara dos Deputados o primeiro projeto para a emancipação gradual. A 28 de setembro, estava o mesmo projeto adotado por ambas as casas do Parlamento, após cinco meses de animadas discussões, nas quais o gabinete houve que lutar com ativa e numerosa oposição.

Pela Lei Rio Branco, foram declarados livres, a partir daquela data, todos os nascituros de ventre escravo, e vários impostos foram aplicados à libertação gradual dos escravos, cujo número era então maior de 1.700.000. Tendo sido suprimido 20 anos antes (1851), graças à energia do conselheiro Euzébio de Queirós, então ministro, o tráfico ou importação de escravos africanos, e ficando livres em 1871 todos os que nascessem de ventre escravo, condenada estava a escravidão a desaparecer do Brasil. Em 1880, formou-se um partido, que no Parlamento e na imprensa, começou a pedir que se apressasse o momento da emancipação total. Este partido só três representantes tinha, a princípio, no Senado (os conselheiros José Bonifácio de Andrada e Silva, Domingos José Nogueira Jaguaribe e Silveira da Mota) e na Câmara dos Deputados, Joaquim Nabuco e pequeno número de liberais e conservadores. Na imprensa, os senhores J. Nabuco, Patrocínio, Gusmão Lobo, Joaquim Serra, Ferreira de Menezes, Ferreira de Araújo e outros escritores começaram uma campanha abolicionista, que em pouco tempo granjeou para aquela grande causa quase todos os jornais e a opinião nacional.

Em 1884, um ministério liberal, presidido pelo conselheiro Manoel Pinto de Sousa Dantas, propôs várias providências para acelerar o movimento da abolição total, mas foi derrotado na Câmara dos Deputados por uma coligação de grande número de liberais e conservadores. Um ano depois, porém, foi votada uma lei que muito adiantou a questão, resultando a mesma lei de um projeto sustentado pelos conselheiros J. A. Saraiva, *líder* dos liberais, e barão de Cotegipe, *líder* dos conservadores.

Há alguns anos, grande número de fazendeiros começou a dar interesse nas colheitas aos seus escravos. O número de manumissões por ato espontâneo dos senhores de escravos subiu a algumas centenas de milhar desde 1871. As festas de família eram quase sempre celebradas com a libertação de escravos, e a causa da abolição foi conquistando o coração de todos os brasileiros. Alguns fazendeiros, como a viscondessa do Rio Novo, não só libertaram todos os seus escravos, mas também deixaram aos libertos, por testamento,

plena propriedade dos estabelecimentos rurais onde trabalhavam. No ano próximo passado, um dos mais influentes agricultores da província de São Paulo, doutor Martinho Prado, seu filho, o senador Antonio Prado, e toda a família Prado libertaram todos os seus escravos, e esse exemplo começou a ser rapidamente imitado por grande número de fazendeiros de São Paulo e da província do Rio de Janeiro. Duas províncias, Ceará e Amazonas, já haviam libertado todos os seus escravos.

O seguinte quadro mostra o número de escravos no Brasil dois anos depois da Lei Rio Branco no começo do ano próximo passado:

Províncias	Escravos	
	em 1873	em 1887
Amazonas	1.716	
Pará	31.537	10.535
Maranhão	74.598	33.446
Piauí	2.406	8.970
Ceará	31.975	108
Rio Grande do Norte	13.634	3.167
Paraíba	27.651	9.448
Pernambuco	106.236	41.122
Alagoas	36.124	15.269
Sergipe	35.187	16.875
Bahia	169.766	76.838
Espírito Santo	22.297	13.381
Rio de Janeiro (município neutro)	47.084	7.488
Rio de Janeiro (província)	303.807	162.421
São Paulo	174.622	107.329
Paraná	11.807	3.513
Santa Catarina	15.250	4.927
Rio Grande do Sul	99.401	8.442
Minas Gerais	340.444	191.852
Goiás	10.771	4.955
Mato Grosso	7.051	3.233
Total	1.584.974	723.419

Há meses o conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira entendeu, juntamente com a maioria da nação, ser chegado o momento de declarar extinta a escravidão. A proposta do governo passou nas duas Câmaras em cinco dias, sem oposição e no meio de geral entusiasmo. O atual gabinete pertence ao Partido Conservador, mas todos os partidos se uniram para ultimar esta grande reforma. Os 15 senadores e deputados que se separaram do governo votaram contra o projeto, não porque fossem defensores da escravidão, mas porque entendiam que as leis de 1871 e de 1885 e as libertações espontaneamente feitas pelos proprietários seriam suficientes para, dentro de muito curto prazo, extinguir de todo o cativeiro.

Desde 1871, tem empregado o governo imperial grandes esforços para introduzir trabalhadores europeus, e, presentemente, há alguns anos, milhares de italianos e portugueses trabalham nas plantações, tendo a experiência demonstrado aos fazendeiros que é mais produtivo o trabalho do homem livre. Quase todos os libertos têm permanecido na companhia dos seus antigos senhores.

Assim, em 17 anos (de 1871 a 1888), o Brasil pôde realizar tão grande transformação no regímen secular do seu trabalho agrícola sem perturbação nem desordens, sem diminuir a produção e a riqueza nacional, que desde 1871 tem sempre aumentado. Os fazendeiros brasileiros auxiliaram e facilitaram a ação do governo e do Parlamento.

A história não oferece exemplo de movimento de desinteresse e de generosidade nacional mais grandioso do que este. A decisão e a prudência, com que tão importante reforma foi levada ao cabo, fazem grande honra à nação brasileira, e serão a eterna glória do reinado do imperador dom Pedro II, sob cuja sábia direção se operou pacificamente a evolução emancipadora, que em outros países encontrou tantas dificuldades e tão apaixonadas resistências. A princesa imperial, dona Isabel, que estava na regência do Império quando foi votada a primeira lei, para a emancipação gradual (1871), teve também a glória de assinar, como regente em nome do imperador, o ato final desta reforma, que receberá os aplausos de todos os amigos da civilização, sobretudo aqui, na pátria de Wilberforce.

Das primeiras mensagens de felicitações recebidas pelo cabo submarino no Rio de Janeiro, após a votação da lei, figuram as do presidente Cleveland, dos Estados Unidos, à princesa regente, e do Senado e do Congresso norte-americano ao Senado e à Câmara dos Deputados do Brasil.

109) Jornal do Brasil

24 de junho de 1891

Limites das Guianas Francesa e Holandesa[*]

Os nossos leitores já sabem que a questão de limites entre as Guianas Francesa e Holandesa ficou resolvida por sentença arbitral de sua majestade o imperador da Rússia[**].

Um telegrama, de 29 de maio, do nosso correspondente em Paris, deu-nos[***] a suma dessa decisão, informando-nos que fora reconhecido o direito da Holanda a todo o território em litígio, compreendido entre os rios Tapanahoni e alto Maroni, chamado também Aouá ou Awa. É, portanto, com a Guiana Holandesa que o Brasil ficará confinando pela serra Tumucumaque, desde as cabeceiras do Tapanahoni até as do alto Maroni.

No dia 4 deste mês, o governo francês expediu ordens para a fiel execução da sentença do czar e para a imediata retirada dos postos militares ao ocidente do alto Maroni. A linha divisória será formada pelo Maroni propriamente dito e pelo alto Maroni ou Aouá, nome atribuído ao mesmo rio acima da confluência do Tapanahoni, que os franceses queriam considerar, desde algum tempo, como rio principal, contra a opinião de todos os melhores geógrafos estrangeiros. O Tapanahoni corre de sudoeste para nordeste e, nas antigas cartas francesas, por exemplo, na de de l'Isle[****] o curso do alto Maroni foi sempre representado com a direção de sudeste para nordeste ou noroeste.

A decisão do czar foi justa, e mais digno de aplauso se torna o seu ato, quando se atende a que o augusto árbitro soube pôr de lado todas as considerações de amizade e de política, para ser somente juiz imparcial, reconhecendo o direito do fraco contra o forte.

---

[*] Em seu livro *Limites do Brasil com as Guianas Francesa e Holandesa* (AZAMBUJA, Joaquim Maria Nascentes de. *Limites do Brasil com as Guianas Francesa e Holandesa*. Rio de Janeiro: Typographia do *Jornal do Commercio* de Rodrigues & Cia, 1892. pp. 130-133. v. II.), o autor reproduziu este artigo, como o 29º dos documentos reunidos sobre o assunto. No volume que pertenceu ao Barão do Rio Branco, há pequenas intervenções marginais autógrafas, aparentemente da autoria do próprio barão. A primeira delas, à esquerda do título: "Artigo de Rio Branco (editado a 24 jun. 1891)." Os dois textos apresentam ligeiras discrepâncias, cuja origem não nos é dado conhecer e que assinalamos. (N. E.)

[**] No livro, "de todas as Rússias". (N. E.)

[***] No livro, "dá-nos". (N. E.)

[****] No livro, "Delisle". (N. E.)

O artigo 1º da Convenção de 28 de agosto de 1817, a que se refere a sentença arbitral, que em outro* lugar publicamos, diz o seguinte:

> Sua majestade fidelíssima, animado do desejo de dar execução ao artigo 107 da ata final do Congresso de Viena, se obriga a entregar a sua majestade cristianíssima, dentro de três meses ou antes, se for possível, a Guiana Francesa até o rio Oiapoque, cuja embocadura está situada entre o 4º e 5º norte, e até 322 graus de longitude a leste da ilha de Ferro, pelo paralelo de 2º24' norte.

O meridiano de 322º ao oriente da ilha de Ferro corresponde a 58º30' de longitude ocidental do observatório de Paris. No entanto, semelhante convenção entre Portugal e a França não poderia obrigar de modo algum a Holanda.

É evidente que os plenipotenciários português e francês não tiveram a pretensão de fixar limites à Guiana Holandesa, nem tinham competência para tanto. Acresce que as armas brasileiras não ocuparam território entre Tapanahoni e alto Maroni, inteiramente deserto naquele tempo. O que os negociadores da convenção tiveram em vista foi estabelecer, em termos claros e precisos, as condições da devolução, admitindo os portugueses**, quanto à fronteira interior, o máximo das pretensões francesas para o meridiano ocidental e, como ponto de interseção desse meridiano, o paralelo de 2º24' norte que se atribuiu, naquele lugar, à serra de Tumucumaque. Essa cordilheira e o rio Oiapoque formavam, e formam, a linha divisória que Portugal sustentava e que o governo brasileiro tem defendido. Os negociadores portugueses apenas quiseram afirmar e ressalvar os direitos do reino do Brasil a essa linha, deixando à Holanda e à França o ajuste das suas questões sobre o território que se estende ao norte da fronteira brasileira. Teve, pois, muita razão o czar ao considerar inadmissível a alegação derivada do ajuste de 1817 entre Portugal e França.

No entanto, se aplaudimos como um ato de justiça o laudo de 25 de maio e os seus principais fundamentos, não podemos deixar de opor algumas retificações à consideração seguinte:

---

* No livro, "neste". (N. E.)

** No livro, "plenipotenciários". (N. E.)

> Que, além disso, essa convenção (a de 1817) não poderia servir de base para resolver* a questão em litígio, visto que Portugal, que tinha tomado posse, em virtude do Tratado de Utrecht de 1713, de uma parte da Guiana Francesa, não podia restituir à França, em 1815, senão o território que lhe fora cedido.

O augusto árbitro não estudou, nem tinha de estudar a questão de limites entre o Brasil e a França. Se houvesse examinado, lendo a obra monumental de Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapock et l'Amazone*, não teria escrito essas linhas.

Pela ata final do Congresso de Viena, em 1815, e pela convenção de 28 de agosto de 1817, Portugal não restituiu à França território que houvesse obtido por cessão de qualquer natureza; restituiu, sim, toda a Guiana Francesa, que as tropas brasileiras haviam conquistado em 1809, quando Portugal, como a Rússia**, estava em guerra com o império francês.

Vencido Napoleão, a Inglaterra conservou quase todas as novas aquisições coloniais com que enfraquecera a França; no entanto, o príncipe regente de Portugal e do Brasil abriu mão generosamente da única conquista que fizera. A França aceitou a restituição nas condições oferecidas e, logo depois, entrou a reclamar limite mais meridional que o Oiapoque, apesar de terem os seus plenipotenciários assinado a Convenção de 1817, cujo primeiro artigo transcrevemos anteriomente, e a ata final do Congresso de Viena, cujo artigo 107 reza assim:

> Sua alteza real o príncipe regente do Reino de Portugal e do Brasil, para manifestar de maneira incontestável a sua consideração particular para com sua majestade cristianíssima, se obriga a restituir à sua dita majestade a Guiana Francesa até o rio Oiapoque, cuja embocadura está situada entre o 4º e o 5º norte, limite que Portugal considerou sempre como o que fora fixado pelo Tratado de Utrecht.

Equivocou-se o augusto árbitro, supondo que o Tratado de Utrecht cedeu a Portugal uma parte da Guiana Francesa. Esse tratado, cuja redação coube inteiramente ao plenipotenciário português, reconheceu apenas o direito de Portugal ao território situado ao sul do rio Japoc ou Vicente Pinson, isto é, ao sul do Oiapoque, desistindo então a França das suas pretensões, que nenhum fundamento tinham.

---

* No livro, "ressalvar". (N. E.)

** No livro, "Prússia". Intervenção, à tinta, corta as duas primeiras letras e, na margem direita, "/R". (N. E.)

Todo o território que se estende ao norte do rio Amazonas pertencia à Espanha em razão do direito de descobrimento e de o meridiano de demarcação entre as possessões de Espanha e de Portugal, fixado pela Convenção de Tordesilhas, passar* um pouco ao ocidente da cidade de Belém do Pará. No** tempo da união das duas coroas, de Espanha e de Portugal, Felipe IV (III de Portugal), anexou ao Brasil a parte da Guiana que se estende ao sul do Oiapoque ou Vicente Pinson, criando, em 14 de junho de 1637, a capitania brasileira do cabo do Norte.

O governador do Maranhão, Bento Maciel Parente, donatário da nova capitania, tomou posse do seu território, fundando o forte do Desterro, na foz do Uacarapy. Quase ao mesmo tempo, a 16 de agosto de 1639, Pedro Teixeira, em virtude de instruções que tinha do governo de Madri, tomava posse da margem esquerda do Napo, em nome de Filipe IV, para servir de divisa entre os domínios de Castela e Portugal.

Eis aqui como o Brasil, por decisão do soberano de Espanha e Portugal, avançou os seus limites até o Oiapoque e o Napo. A França não possuía um palmo de terra na América do Sul. Em 1626, alguns negociantes de Rouen começaram clandestinamente as intrusões francesas no litoral espanhol,*** muito ao norte da foz do Oiapoque, ocupando Sinamary e, anos depois, Conamana e Caiena; no entanto, só em 1643 e em 1651 aparece a intervenção efetiva do governo francês em duas tentativas de colonização completamente malogradas.

Abandonada o país pelos franceses, foi Caiena ocupada tranquilamente**** pelos holandeses durante alguns anos, até serem expulsos, em 1664, pela expedição do comandante Le febvre de la Barre. No entanto, a posse dos franceses sofreu interrupções antes de tornar-se definitiva, pois, em 1667, Caiena caiu em poder da Inglaterra; em 1674, foi retomada pela França e, no mesmo ano, pela Holanda, voltando finalmente, em 1667, ao domínio francês.

O primeiro governador da Guiana Francesa, Le febvre de la Barre, em um livro que publicou por esse tempo (*Description de la France Equinoxiale*. Paris: 1666. in 4º), fixou***** com clareza os limites daquele território:

---

* No livro, "passa". (N. E.)

** No livro, intervenção marginal, em lápis azul, para correção de letra minúscula no início do período. (N. E.)

*** No livro, "holandês". (N. E.)

**** No livro, "pacificamente". (N. E.)

***** No livro, "não fixou". (N. E.)

A Guiana Francesa [diz ele], propriamente França Equatorial, cuja costa se estende por cerca de 80 léguas francesas (cerca de 336 km), começa no cabo Orange, ponto de terra baixa que entra pelo mar e que se nota por três pequenos morros sobre ele, e que estão além do *rio Oiapoque*, cuja foz está junto a esse cabo... Pode-se colocar no *rio Maroni* a frontera da Guiana Francesa.

Eis aqui, desde aquele tempo reconhecidos, por autoridade insuspeita, o Maroni e o Oiapoque como limites* entre o Brasil e a Guiana Francesa. Reconhecendo o Oiapoque como divisa entre o Brasil e a Guiana Francesa, o Tratado de Utrecht não estatuiu, portanto, cessão alguma de território francês em favor do Brasil**, com a possessão espanhola conquistada pela França, limite assinalado pelo próprio governador francês Lefebvre de la Barre. Estas são as retificações que mui respeitosamente julgamos dever fazer à sentença do augusto árbitro, soberano de um país cujo governo mostrou-se sempre amigo do Brasil desde os primeiros dias da nossa independência.

Notícias Diversas
A sentença do czar sobre os limites das Guianas

Damos, em seguida, o teor da decisão arbitral de sua majestade o imperador da Rússia, da qual nos ocupamos em nosso primeiro editorial:

Nós, Alexandre III, por graça de Deus, imperador de todas as Rússias.

O governo da República Francesa e o governo dos Países Baixos, tendo resolvido, nos termos de uma convenção celebrada entre os dois países no dia 29 de novembro de 1888, terminar amigavelmente a questão que existe em relação aos limites das suas respectivas colônias da Guiana Francesa e Suriname e confiar a um árbitro o cuidado de proceder a essa delimitação, dirigiram-se a nós pedindo que nos incumbíssemos dessa arbitragem.

Querendo corresponder à confiança que as duas potências litigantes assim nos testemunharam, e depois de receber dos seus governos a confirmação de que aceitariam a nossa decisão como juízo supremo e sem apelação e que a ela se

* No livro, "divisa". (N. E.)

** Embora o texto deste parágrafo apresente-se idêntico, tanto no Jornal do Brasil quanto no livro de Nascentes de Azambuja, há uma intervenção marginal autógrafa, à direita, no volume de propriedade do Barão: "Palavras saltadas." (N. E.)

submeteriam sem reserva alguma, aceitamos a missão de resolver como árbitro a questão que os separa, e julgamos justo pronunciar a sentença seguinte:

Considerando, por um lado, que a Convenção de 28 de agosto de 1817, que fixou a restituição da Guiana Francesa à França por Portugal, nunca foi reconhecida pelos Países Baixos. Que, além disso, essa convenção não poderia servir de base para resolver a questão em litígio, visto que Portugal, que tinha tomado posse, em virtude do Tratado de Utrecht de 1713, de uma parte da Guiana Francesa, não podia restituir à França em 1815 senão o território que lhe fora cedido; ora os limites desse território não se acham definidos em parte nenhuma do Tratado de Utrecht de 1713.

Considerando, por outro lado, que o governo holandês, como o demonstram fatos não contestados pelo governo francês, mantinha, no fim do século passado*, postos militares no Awa; que as autoridades da Guiana muitas vezes reconheceram os negros estabelecidos no território conquistado como dependendo mediata ou imediatamente do domínio holandês, e que essas autoridades não entravam em ligações com as tribos indígenas habitantes desse território senão por intermédio e em presença do representante das autoridades holandesas; que está admitido sem contestação pelos países interessados que o rio Maroni, a partir da sua nascente, deve servir de limite entre as respectivas colônias; que a comissão mista de 1861 colheu dados em favor do reconhecimento do Awa como o curso superior do Maroni.

Por esses motivos, nós declaramos que o Awa deve ser considerado como rio limítrofe, devendo servir de fronteira entre as duas possessões. Em virtude dessa decisão arbitral, o território contra a corrente da confluência dos rios Awa e Tapanahoni deve pertencer de ora em diante à Holanda, sem prejuízo todavia dos direitos adquiridos *bona fide*** pelos jurisdicionados franceses nos limites do território que tinha estado em litígio.

Passado em Gatchina, de 13 a 25 de maio de 1891.

Alexandre
Referendado:
*Giers****

* Século XVIII. (N. E.)
** De boa-fé. (N. E.)
*** Nicolau Karlovitch de Giers (1820-1895), ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia de 1882 a 1895. (N. E.)

110) Jornal do Brasil

22 de dezembro de 1891

Cartas de França

Paris, 5 de dezembro de 1891

Dom Pedro II

Os meus telegramas e os do correspondente especialmente encarregado do serviço telegráfico do *Jornal do Brasil* nesta capital já terão informado aos seus leitores e ao povo fluminense de todos os pormenores do infausto acontecimento desta noite.

O príncipe ilustre, que durante meio século esteve à frente do governo de um povo livre, foi a brilhante e a gloriosa personificação da pátria brasileira, acaba de descansar em terra estrangeira, nos modestos aposentos que ocupava em um hotel de terceira ordem. Foi à 00h29 desta madrugada que aquele grande coração deixou de pulsar.

Pela profunda dor que a triste notícia tem causado nesta grande capital, avalio bem a impressão que terá produzido a esta hora no povo do Brasil. Nada fazia prever, até a tarde de ontem, esse desfecho fatal. Só pelas 19h30, recrudescendo a febre, foi que os médicos, atento ao estado de fraqueza do augusto enfermo, começaram a perder a esperança. O boletim, assinado então pelos professores Charcot, Bouchard e Mota Maia, e afixado à entrada do hotel, dizia: "A febre aumenta. Estado muito grave."

Às 22h, toda a esperança estava perdida. O conde de Mota Maia declarou que o senhor dom Pedro II não poderia viver mais de 48 horas. Às 10h30, tendo recebido os últimos sacramentos, que lhe foram ministrados por monsenhor Le Rebours, vigário da Madalena, começou a agonia – se se pode dar esse nome a uma extinção gradual e tranquila da vida. O augusto enfermo como que dormitava, tendo a cabeça pendida para o lado esquerdo. O pulso foi desaparecendo, a respiração foi-se enfraquecendo e, afinal, espaçando cada vez mais, até que parou de todo.

O senhor dom Pedro II faleceu em um quarto do aposento nº 33 no hotel Bedford, cuja vista dava para a rua de l'Arcade. O aposento está no segundo andar e compõe-se desse quarto, de um salão, uma sala

de jantar e um gabinete de toucador. O conde de Aljezur e o conde e a condessa de Mota Maia, que formavam a comitiva de sua majestade, ocupavam cômodos no terceiro andar.

O quarto mortuário tem duas janelas para a rua e uma mobília extremamente simples. Ao lado da cama, sobre uma mesinha, viam-se um crucifixo de prata e alguns círios, e muitos livros e cadernos de notas.

Estavam presentes, de joelhos, sua alteza a princesa dona Isabel, sua alteza o senhor conde d'Eu que, apesar de um ataque de *influenza*, chegara nessa tarde de Versalhes, sua alteza o príncipe dom Pedro Augusto de Saxe e alguns criados particulares do senhor dom Pedro II e dos príncipes. A alguma distância estavam – uns de pé, outros ajoelhados – o conde de Alzejur e o conde e a condessa de Mota Maia, dedicados servidores dos dias da desgraça; o visconde de Cavalcanti, o conselheiro Silva Costa, o marechal visconde da Penha e a viscondessa da Penha; os barões de Penedo, de Muritiba e da Estrela; a baronesa de Muritiba, os barões de Albuquerque e de São Joaquim; o senhor Eduardo Prado, a senhora Silva Coutinho, os senhores Sebastião Guimarães, Alfredo Rocha e sua senhora; Pandiá Calógeras e sua senhora, doutor Seybold e Ferdinand Hex.

Suas altezas reais os duques de Nemours e de Aumale, o príncipe de Joinville, o duque de Chartres e os senhores conde de Nioac e o barão de Nioac tinham visto o senhor dom Pedro II à noite, mas retiraram-se pelas 10h. O senhor conde de Nioac estava doente com uma forte bronquite.

Apenas se verificou que o grande brasileiro tinha deixado de viver, a princesa d. Isabel ergueu-se em pranto e foi beijar a mão de seu augusto pai. "Meu querido pai! Pobre de meu pai!" foram as únicas palavras que proferiu. Os senhores conde d'Eu, dom Pedro Augusto e todas as pessoas presentes beijaram em seguida a mão do morto imperador, a princesa e os príncipes receberam as condolências dos poucos brasileiros e estrangeiros ali reunidos.

A princesa mostrou muita energia moral e muita dignidade na sua dor. Toda a noite conservou-se, ora sentada, ora de joelhos, ao lado do cadáver de seu pai.

Corri à estação telegráfica da Bolsa para transmitir ao *Jornal do Brasil* estas tristes notícias. Quando regressei, foi-me obsequiosamente mostrado o seguinte auto:

> Às 00h30 de 5 de dezembro de 1891, nesta cidade de Paris, em um dos aposentos do hotel Bedford, sito à rua de l'Arcade, número 17, teve lugar o infausto óbito

de sua majestade o imperador o senhor dom Pedro II, nascido na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1825, batizado com os nomes de dom Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, filho legítimo de sua majestade o imperador senhor dom Pedro I do Brasil e IV de Portugal, e de sua majestade a Imperatriz dona Leopoldina arquiduquesa da Áustria, casado com sua majestade a imperatriz a senhora dona Teresa Cristina Maria, princesa de Bourbon e das Duas Sicílias, já falecida; tendo sua majestade imperial recebido os sacramentos da Igreja e, para constar, lavrei este ato, eu, o conde de Aljezur, gentil homem da imperial câmara, que o fiz e assino com as pessoas presentes, em duplicata. *Isabel, Gastão de Orleans, dom Pedro Augusto, visconde de Cavalcanti, visconde da Penha, doutor José da Silva Costa, barão de Penedo, barão de Muritiba, barão de Estrela, barão de Albuquerque, barão de São Joaquim, Sebastião Pinto Bandeira Guimarães, Eduardo da Silva Prado, Alfredo Augusto da Rocha, Pandiá Calógeras, conde da Mota Maia,* médico assistente de sua majestade o imperador, *conde de Aljezur,* gentil-homem da Imperial Câmara.

A princesa telegrafou ao coronel Lassance, seu mordomo, recomendando-lhe que fizesse publicar nos jornais do Rio de Janeiro o seguinte:

Aprouve a Deus ferir-me com o golpe mais doloroso, chamando a si o meu muito amado e venerado pai. Junto do leito em que expirou, meu primeiro pensamento é de anunciar a minha desgraça aos meus compatriotas, certa de que eles se hão de associar à minha dor pela perda de quem, em sua longa existência, consagrou todos os seus desvelos à felicidade e grandeza da nossa pátria. Paris, 5 de dezembro de 1891. *Isabel*.

Logo depois, por ordem de sua alteza, começaram a ser expedidos telegramas, notificando o triste acontecimento aos membros da família imperial, aos parentes mais próximos. Às 8h, o coadjutor da igreja da Madalena rezou uma missa na câmara mortuária, estando presentes os mesmos príncipes, os duques de Nemours e de Chartres, quase todas as pessoas que assistiram aos últimos momentos do imperador e muitas famílias da colônia brasileira.

É deste teor a certidão de óbito passada pelos médicos assistentes:

Nos abaixo-assinados, professores na Faculdade de Medicina de Paris e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, certificaram que dom Pedro II de

> Alcântara morreu no Hotel Bedford, na rua de l'Arcade, está manhã de 5 de dezembro de 1891. *Charcot, Bouchard, Mota Maia*.

Com este documento, os senhores visconde de Cavalcanti e barões de Penedo, de Muritiba e de Estrela apresentaram-se ao oficial do estado civil, na prefeitura do 8º círculo ou distrito e fizeram a declaração de óbito.

O corpo vai ser embalsamado pelo doutor Poirier e, amanhã, ao meio-dia, será exposto.

O seu rosto conserva a expressão de bondade que tinha em vida. Dir-se-ia que esse velho venerável dorme.

Não está fixado o dia das exéquias. Informam-me, porém, que serão celebradas na igreja da Madalena e que o corpo será conduzido para a igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa, onde se acha o da imperatriz dona Teresa Cristina.

A notícia da morte do senhor dom Pedro II só pôde ser conhecida muito tarde, quase pela primeira hora da madrugada. Por isso, nem todos os jornais da manhã puderam dar extensos artigos. A nota dominante nos artigos que apareceram, escritos a correr e à última hora, é a da mais profunda simpatia por esse príncipe ilustre, patriota, liberal e desinteressado, tão querido e popular entre os nossos parisienses. Os jornais da tarde, que começam a aparecer, já dão artigos mais extensos, como o *Temps*.

Foi no dia 23 de novembro, ao sair da sessão do instituto, a que comparecera para votar no senhor Boissier, então eleito membro da Academia de Ciências, que o senhor dom Pedro II sentiu-se assaltado do mal que o levou ao túmulo. A tarde era bastante fria para um homem nascido debaixo do sol dos trópicos e que, aos 66 anos, já parecia um octogenário, tanto o haviam enfraquecido os desgostos e a moléstia. Apesar disso, o senhor dom Pedro II fez ainda um passeio de carro a St. Cloud. Ao anoitecer, recolhendo-se ao hotel, sentiu calafrios. Apareceu depois alguma febre, e ele teve de guardar o leito. Conversava, porém, prazenteiramente e dizia-se de todo bom, quando, no dia 3, a moléstia começou a tomar caráter assustador.

No dia 2 de dezembro, alguns jornais anunciaram que era esse seu aniversário natalício, e pode-se dizer que todos os amigos que o soberano exilado conta aqui no mundo das ciências, das letras e das

artes foram inscrever-se no livro de registro. O salão ficou literalmente cheio de flores. Três dias depois ele era cadáver.

Ferdinand Hex

111) Cartas de França*

Paris, 12 de dezembro de 1891

A morte e os funerais de dom Pedro II

Sumário: Ainda a morte de dom Pedro II – Termo de óbito na prefeitura do 8º distrito – A câmara ardente – Guarda dos despojos mortais – Telegramas e visitas de pêsames – Últimos retratos de dom Pedro II – Embalsamamento no dia 6 – Como foi vestido o corpo – Exposição pública nos dias 6, 7 e 8 – O caixão – A inscrição em latim – Tocante despedida – As flores: principais coroas – Trasladação do corpo para a igreja da Madalena na noite de 8 – Juízo da imprensa francesa sobre o morto – Algumas agressões – O governo francês resolve tributar honras imperiais a dom Pedro II – Nisso não houve ofensa alguma à República brasileira – Em que consistem essas honras – Precedente do ex-rei de Hanover – Os convites para as exéquias do dia 9 – Ornamentação da Madalena – As tropas que concorreram ao funeral – Suas bandeiras – O coche fúnebre – A assistência dentro da igreja: relação das principais pessoas presentes – Quase todo o Instituto de França – A cerimônia – Continência militar à saída – Personagens que seguiram nos cordões do esquife – Ordem do préstito – Caminho que seguia – Trezentas mil pessoas – Chegada à estação do caminho de ferro – Marcha das tropas em continência – A Academia de Ciências – Partida do comboio fúnebre para Lisboa – Pessoas que nele seguiram – O representante do imperador da Alemanha.

A minha última carta foi escrita na tarde de 5. Com ela, remeti cópia do auto do óbito lavrado pelo conde de Aljezur e assinado pelas pessoas presentes. No mesmo dia, foi feita a declaração na *Prefeitura* do 8º distrito (*arrondissement*) e, depois da verificação por dois médicos da

* Datado de 12 de dezembro de 1891, o artigo foi publicado no Jornal do Brasil em seis partes, de 8 a 20 de janeiro de 1892. (N. E.)

municipalidade, a *Prefeitura* lançou no livro de registro de óbitos este assentamento:

> Dom Pedro [à margem]. Ano de 1891, 5 de dezembro, às 17h. Assentamento de óbito de dom Pedro II de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, com 66 anos de idade, nascido na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, domiciliado na rua de l'Arcade, 17 (Hotel Bedford), e falecido a 5 do corente à 0h35; filho do imperador dom Pedro I do Brasil e IV de Portugal e da imperatriz dona Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, cônjuges falecidos; viúvo da imperatriz dona Tereza Cristina Maria, princesa de Bourbon e das Duas Sicílias. Redigido, após a verificação do falecimento, por nós, Paul Ernest Beurdeley, oficial do registro civil do 8º distrito de Paris, sobre a declaração de Diogo, visconde de Cavalcanti, camareiro da Casa Imperial do Brasil, ex-senador, ex-conselheiro de Estado, ex-ministro do Império do Brasil, grande oficial da Legião de Honra, com 58 anos de idade; e de José, barão da Estrela, camareiro da Casa Imperial do Brasil, cavaleiro da Legião de Honra, com 37 anos de idade, domiciliado na Place Vendôme, 14, em Paris, sem relação de parentesco, que assinaram conosco depois da leitura. (Assinados) visconde de Cavalcanti, Estrela, P. Beurdeley.

***

Às 8h, o padre Song, coadjutor da igreja paroquial da Madalena, disse uma missa rezada no oratório, o qual, desde o começo da moléstia do imperador tinha sido armado no quarto de dormir do imperador, agora transformado em câmara ardente. A empresa funerária dirigida pelo senhor Henri de Borniol encarregou-se de todas as disposições do funeral até a entrega do corpo em Lisboa.

Retirados todos os móveis dispensáveis, foram as paredes, o teto e o oratório cobertos de veludo preto franjado e salpicado de estrelas de prata. Sobre a cama, armou-se um rico dossel, cujos bambolins, assim como os dos panos das paredes, apresentavam palmetas, rosões, pernadas de folhagem, ondas e outros ornamentos de desenho grego e rematavam em canutilhos de prata. Nos ângulos do dossel, levantavam-se penachos negros.

A cama, sobre um estrado, convenientemente nivelada e revestida de panos iguais aos das paredes, ficou convertida em tarima, e sobre ela foi colocado o imperador morto, coberto com a bandeira que o Brasil

tinha durante o reinado. Quatro grandes candelabros, com pingentes de cristal, e numerosos tocheiros, sustentavam sessenta círios.

No alto do dossel e nos panos das paredes foram aplicados, no dia seguinte, escudos das Armas Imperiais, pintados e iluminados com as suas cores e metais. Na entrada principal do hotel Bedford, que dá para a rua de L'Arcade, suspendeu-se uma imensa armação de pano e crepe, repetindo os motivos de ornamentação da câmara ardente.

A condessa e o conde d'Eu, o príncipe dom Pedro Augusto e muitos dos seus amigos tinham tomado aposentos no hotel desde a noite de 4. A princesa velou toda a madrugada de 5 ao lado do cadáver de seu pai. Depois, até a noite de 8, foi ele guardado constantemente por dois padres e pelos seguintes brasileiros, que se revezavam nesse piedoso serviço: conde de Aljezur, conselheiro Silva Costa, conde e condessa de Mota Maia, barão e baronesa de Muritiba, barão e baronesa de Estrela, marechal visconde da Penha e viscondessa da Penha, barão de Albuquerque, José Paranaguá, Gofredo de Escragnolle Taunay, João de Souza Dantas, Cansansão de Sinimbu, Silva Teles, barão de São Joaquim, Sebastião Guimarães, Carlos Silveira Martins, viúva Silva Coutinho, dona Maria Júlia de Bulhões Ribeiro, senhora Andrade Pinto, Alfredo Rocha e sua senhora, barão de Maia Monteiro, Pandiá Calógeras e sua senhora, conde de Barral e Andrade Machado.

Começaram desde o dia 5 a chegar telegramas de pêsames e afluir os visitantes. Mais de 40 páginas de um grande livro de registro ficaram cheias de nomes nos dois primeiros dias. Esse livro é o mesmo em que estão assinados os últimos visitantes que a família imperial recebeu no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1889.

C'est par des pleines corbeilles que les telegrammes arrivent[*], dizia na tarde de 6 o *National*. Com efeito, eles chegavam aos centos e de todas as partes do mundo. Na manhã de 7, havia uns 500 a abrir e ler, e outros continuavam a ser apresentados. Entre eles, citarei os seguintes:

De Roma

Santo padre recebeu com vivo pesar a triste notícia comunicada por vossa alteza imperial. Ele dirige ardentes preces ao senhor pelo repouso eterno do augusto defunto e apresenta a vossa alteza e à família imperial as suas condolências. *Cardeal Rampolla*.

[*] É em cestas cheias que os telegramas chegam. (N. E.)

De Berlim

A imperatriz e eu, profundamente sentidos com a triste notícia, enviamos a vossa alteza imperial a expressão das nossas mais sinceras condolências pela perda dolorosa que acaba de sofrer. Pedimos a Deus que vos conceda as suas consolações nesta triste provação. *Guilherme*, *imperador rei*.

De Roma

A desgraça que leva o luto ao coração de vossa alteza imperial e de sua augusta família causa-nos, à Rainha e a mim, vivíssima e sincera aflição. O venerado pai de vossa alteza imperial era para nós e para a Itália um amigo sempre querido; suas altas qualidades faziam a admiração de todos os homens de inteligência e de coração que ele honrava com a sua benevolência. A dor de vossa alteza imperial é, pois, largamente partilhada aqui, e as condolências que ofereço são também a expressão dos sentimentos da nação italiana. *Humberto*.

De Viena

A nova dor que fere vossa alteza imperial afligiu-me profundamente, conhecendo toda a amargura que deixam no coração esses golpes irreparáveis. Conceda Deus a vossa alteza todas as consolações de que precisa nesta cruel provação. *Francisco José*.

De Windsor Castle

Foi com o mais vivo pesar que recebi a notícia da morte do vosso querido pai e rogo-vos que aceiteis a expressão da minha viva simpatia. *Victoria R. I*.

Todos os soberanos e príncipes das famílias reinantes telegrafaram em termos igualmente sentidos e afetuosos. O mesmo fizeram muitas das sumidades do mundo científico, literário e artístico, residentes no estrangeiro ou ausentes de Paris, como o grande historiador César Cantù, de Milão; Maxime du Camp, ora em Baden-Baden; e Guillaume, diretor da Academia de França, em Roma.

O cavalheiro que obsequiosamente se encarregou de dar-me cópia dos principais telegramas enviou-me tantos documentos, que seria impossível reproduzi-los sem encher colunas inteiras do jornal.

Dos milhares de visitantes, só direi que tudo quanto Paris conta de mais ilustre foi inscrever-se no livro de registro colocado na portaria do hotel, ou subiu aos aposentos imperiais para apresentar condolências à princesa dona Isabel. O presidente da República Francesa deputou para

esse fim o general Brugère e todos os oficiais da sua casa militar, vestidos de grande uniforme. No mesmo dia 5, inscreveram-se o senhor De Freycinet, presidente do Conselho e ministro da Guerra, acompanhado do general Brant e dos seus ajudantes de ordens, os outros membros do gabinete, muitos senadores, deputados, conselheiros de Estado, altos funcionários dos ministérios, generais de terra e mar, magistrados, o prefeito do departamento do Sena e o prefeito de Polícia, embaixadores, ministros plenipotenciários, membros do instituto, jornalistas e toda a colônia brasileira excetuadas 10 ou 12 pessoas, entre as quais o ministro, o cônsul e outros empregados públicos.

O nosso ilustre pintor Louis Bonnat, retido em casa em razão de um ataque de *influenza*, escreveu uma sentida carta de pêsames, lamentando não poder fazer o último retrato de dom Pedro de Alcântara, seu ilustre colega do instituto. Em lugar de Bonnat, apresentou-se a senhorita Nélie Jacquemart, que escarvou rapidamente um busto do imperador morto, admirável de semelhança. A senhorita Jacquemart, discípula de Cogniet, tem feito, entre outros retratos notáveis, os do presidente Thiers (1872), marechal Canrobert (1870), generais de Palikau e d'Aurelles de Paladine (1877, no museu de Luxemburgo), duque Decazes e barão de Montesquieu (1878). Há três semanas, outra artista de talento, a senhorita Louise Abbema, tinha terminado um retrato do ex-imperador para a princesa dona Isabel.

Li em vários jornais que um escultor moldou, no dia 5, o rosto de dom Pedro II. Não sei se a notícia é exata. No Instituto Pasteur, temos um excelente busto do ilustre brasileiro, trabalhado por Guillaume, em 1888. O *Monde Illustré* acaba de publicar uma gravura de Henry Dochy representando esse mármore. Nadar fez uma bela fotografia do morto e da câmara ardente.

(continua)

112) Cartas de França*

A morte e os funerais de dom Pedro II

Todas as manhãs, nos dias 6, 7 e 8, foram celebradas missas de réquiem junto ao cadáver, pelo padre David, membro correspondente do instituto. Na manhã de 6, o doutor Poirier, chefe dos trabalhos anatômicos na Escola de Medicina, procedeu ao embalsamamento, assistido pelos professores Charcot e Mota Maia. Então, vestido com grande uniforme de marechal e tendo sobre o peito as placas do Cruzeiro, da Rosa e da Legião de Honra, os colares da Rosa e da Torre e Espada e o fitão das seis ordens brasileiras, foi o corpo colocado de novo sobre a tarima, coberto em parte por duas bandeiras imperiais. Assim ficou em exposição nos dias 6 e 7, sendo o público admitido a visitar a câmara ardente das 16h às 18h30, no primeiro dia, e das 14h às 17h, no segundo.

O *Temps* descreveu assim as cenas da tarde de 6:

> Desde as 15h as vizinhanças do hotel estavam invadidas pela multidão. Ela estacionava, formando longas fileiras, sobre a calçada, dos dois lados da porta do hotel. Um serviço de ordem tinha sido estabelecido para assegurar a circulação dos visitantes. Apesar dessas medidas, a entrada não se efetuou sem pequenos incidentes, todos ocasionados pela grande afluência do público. Sem falar nas disputas a que deram lugar alguns empurrões inevitáveis em semelhante aglomeração de gente, muitas senhoras, apertadas, de preto e incomodadas pelo calor sufocante que reinava no vestíbulo, desmaiaram e tiveram de ser transportadas para a rua, sem sentidos.
>
> Às 16h30, começou a desfilar a procissão de visitantes. Depois de subirem a escada que conduz aos aposentos de dom Pedro, penetravam eles em um salão inteiramente despido de móveis e, colocando-se em linha, eram introduzidos por um mestre de cerimônias na câmara mortuária.
>
> Não foi sem profunda emoção que os visitantes contemplaram o espetáculo do imperador estendido sobre o leito de morte, tanto o cenário é grandioso e imponente. A tarima fica em frente de duas janelas que dão para a rua de l'Arcade, tendo a cabeceira apoiada na parede do fundo. É muito alta. Sobre alguns degraus

* Segunda parte, publicada no Jornal do Brasil em 11 de janeiro de 1892. (N. E.)

> e inteiramente alcatifada de veludo preto, sobre o qual se destacam motivos em bordados de prata. É dominada por um dossel do mesmo estofo com os ângulos ornados de penachos. No frontão foi colocado o escudo das Armas Imperiais. Em torno do catafalco, dispostos em três fileiras, ardem 50 tocheiros. É no meio dessa inundação de luz, contrastando com os panos pretos das paredes e do teto, que aparece a figura calma e serena do imperador, dormindo o seu último sono.
> O rosto parece de cera, tão extrema é a palidez; dir-se-ia uma estátua de mármore branco. Os traços não se alteraram com a operação do embalsamamento. O corpo, revestido do uniforme de general, ocupa no leito posição ligeiramente inclinada, e está coberto com duas bandeiras brasileiras, cujas vivas cores brilham no meio de todo esse aparato de luto. Sobre o peito de dom Pedro estão as insígnias de várias ordens. Na cama vê-se também a espada do soberano. Em torno do catafalco estão distribuídas numerosas e soberbas coroas, pela maior parte de flores naturais.

Às 18h do dia 7, terminada a visita pública, foi o corpo colocado em um caixão de carvalho, interiormente acolchoado de cetim branco e exteriormente forrado de veludo preto com lhamas e estrelas de prata. No fundo do caixão assentou-se uma camada de terra do Brasil. Informaram-me que dom Pedro II a fizera vir há tempos, dizendo que, se morresse no exílio, queria que o seu corpo descansasse assim sobre a terra brasileira, embora longe da pátria. Um jovem engenheiro ofereceu também um pequeno saco, contendo terra do Brasil.

Seriam 19h quando os brasileiros e alguns jornalistas que ali se achavam foram admitidos no salão.

Sobre o soalho, no meio da sala iluminada pelo clarão de várias tochas, via-se o caixão ainda aberto. Ao lado, de joelhos, a princesa dona Isabel, vestida de rigoroso luto, chorava em silêncio. A alguma distância, também ajoelhados, estavam o conde d'Eu e o príncipe do Grão-Pará.

Os brasileiros presentes (trinta e tantos) foram desfilando e, um a um, lançaram água benta sobre o cadáver e beijaram-lhe a mão. Eu fiz o mesmo. Hei de ter sempre presente na memória essa cena, uma das mais tristes e solenes a que tenho assistido.

Depois, se cobriu o caixão com uma tampa de vidro e foi colocado na câmara ardente, onde o corpo continuou exposto até a tarde de 8. No dia seguinte, à noite, foi aplicada a tampa de madeira, sobre a qual, em uma chapa de prata, estão gravadas as Armas Imperiais e, por baixo, a seguinte inscrição, composta pelo doutor Seybold e pelo barão de Penedo:

D. O. M.
Hic
Requiescit in pace
Æterna memoria pie colendus
Augustissimus Dominus
PETRUS SECUNDUS
Brasiliæ Imperator
Petri primi, imperii brasilienis fundatoris, et Leopoldinæ, filiæ Francisci Germaniæ, postea Austriæ imperatoris, filius.

Justitia, clementia, liberalitate, humanitate, populi sui pater, servorum ad libertatem prudentissimus conductor, litterarum artiumque luminis per vastissimum imperium propagator, animi magnitudine, ingenii acumine, memoriæ immortalitate, scientiæ varietate incomparabilis.

Natus ante diem IV nonus decembres [sic] A. D. MDCCCXXV in civitate Fluminensi regnor [sic] minor accessit A. d. MDCCCXXXI, maior A. D. MDCCCXL. Optime semper per regnum plus quam semisæculare de patria meritus rerum illius A. D. MDCCCLXXXLX conversionis turbini cessit; ut illustrissimum serenissimæ benignitatis, constantiæ, patientiæ, sapientiæ, exemplar, sincero amborum orbium planetu uctuque deploratus fortiter ac pie obiit Parisiis nonis decembribus A.Dd. MDCCCXCI.

Ditosa pátria que tal filho teve!
Mas antes pai; que enquanto o sol rodeia,
Este globo de Ceres e Netuno,
Sempre suspirará por tal aluno
(Lusíadas, C. VIII, 32.).

A tradução é, mais ou menos, esta:

Ao Deus muito bom e muito grande.
Aqui repousa em paz o augustíssimo dom Pedro II, imperador do Brasil, cuja memória será eterna e piedosamente honrada.
Filho de Pedro I, fundador do Império brasileiro, e de Leopoldina, filha de Francisco, imperador da Alemanha, depois da Áustria.
Foi pai de seu povo pela justiça, clemência, generosidade e humanidade; condutor

prudentíssimo dos escravos para a liberdade, propagador das letras e das artes através do seu vastíssimo Império; incomparável na grandeza da alma, agudeza de espírito, indefectibilidade da memória e variedade dos conhecimentos.

Nascido a 2 de dezembro do ano de 1825 do senhor, na cidade do Rio de Janeiro, subiu ao trono, sendo menor, em 1831, e chegou à maioridade em 1840. Sempre benemérito da pátria durante um reinado de mais de meio século, deixou o poder diante da tormenta revolucionária de 1889; e morreu com coragem e religião em Paris, no dia 5 de dezembro de 1891, chorado pelo pranto e luto sincero dos dois mundos, como muito ilustre modelo de sereníssima benignidade, constância, paciência e erudição.

O salão, a câmara mortuária e outras peças vizinhas estavam literalmente cheias de coroas de flores. Na noite de 8, tinham sido recebidas mais de 200. Não me foi possível obter uma relação completa e por isso indico somente as principais:

1. A meu querido pai. Sua filha extremosa e saudosíssima, Isabel.
2. Ao nosso querido pai. Seus filhos extremosos e saudosíssimos, Isabel e Gastão (grande coroa de rosas e violetas de Parma).
3. Ao nosso querido avô. Seus netos dom Pedro de Alcântara, dom Luiz e dom Antonio (filhos da senhora dona Isabel).
4. *A mon frère bien-aimé, Januaria.*
5. A nosso querido avô, seus netos dom Pedro Augusto, dom Augusto e dom Luiz (filhos do duque de Saxe).
6. A dom Pedro II, Victoria, R. I. (rainha Vitória, imperatriz das Índias).
7. *Hommage et regrets, prince Ferdinand de Bulgarie*.
8. Princesa Clementina de Saxe Coburg e Gotha.
9. Conde e condessa de Trapani (o conde é irmão da falecida imperatriz do Brasil, dona Thereza).

10-15. Conde de Paris, duque de Nemours, duque d'Aumale, príncipe e princesa de Joinville, duque de Chartres.

16. Infanta dona Antonia de Hohenzollern.
17. A Associação Comercial do Rio de Janeiro ao seu presidente honorário, dom Pedro II (grande e magnífica coroa formada com um ramo de café e outro de fumo, executados com admirável perfeição; fita preta; laço de crepe).

18. *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, A sua majestade o senhor dom Pedro II. Homenagem patriótica (coroa de orquídeas; fita preta).
19. "A sua majestade imperial senhor dom Pedro II, o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro (duas grandes palmas de ouro aplicadas sobre uma coroa de saudades; fita verde e amarela, laço de crepe).
20. A sua majestade o senhor dom Pedro II, imperador constitucional do Brasil, a redação do jornal *O Brasil*, do Rio de Janeiro (goivos e rosas; fita verde e amarela).
21. Grande coroa de louros em ferro forjado e colorido, na qual se enlaça uma larga fita de chamalote preto. Em uma das pontas lê-se esta inscrição: "A dom Pedro II, a quem o Brasil deve meio século de liberdade, de progresso e de glórias." Na outra: "Tempos felizes em que o pensamento, a palavra e a pena eram livres, em que o Brasil libertava povos oprimidos!"
22. Coroa de goivos e de rosas; fita verde e amarela com esta inscrição: "Ao grande imperador, por quem se bateram Caxias, Osório, Andrade Neves e tantos outros heróis, os Voluntários da Pátria.
23. Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.
24. Liceu de Artes e Ofícios, do Rio de Janeiro.
25. Ao seu protetor, ao seu venerado pai, os surdos-mudos do Brasil.
26. A Sociedade Brasileira de Beneficência do Rio de Janeiro, ao seu protetor dom Pedro II.
27. Sociedade das Obras Públicas do Rio de Janeiro, homenagem a sua majestade o imperador.
28. A sua majestade o senhor dom Pedro II, imperador do Brasil, homenagem de Eduardo Prado.
29. Jockey Club, do Rio de Janeiro (uma das maiores e mais ricas coroas).
30. *La Maison Krupp et les ouvriers d'Essen à s. m. l'Empereur d. Pedro II*.
31. Le Museum d'Histoire Naturelle (dois ramos de palmeira imperial do Brasil, fita roxa; quatro homens carregaram durante o trajeto da Madalena à estação estes ramos, homenagem dos professores do museu de Paris).
32. *La colonia chilena en Paris a Su Majestad el emperador Don Pedro II* (fita azul, branca e encarnada).

33. *À Sa Majesté l'Empereur d. Pedro II, les proscrits du Chili à Paris* (fita tricolor, como a precedente).
34. Ao sempre chorado imperador dom Pedro II, em nome dos baianos (coroa de rosas naturais; fita verde e amarela).
35. Os rio-grandenses ao rei liberal e patriota (rosas e violetas naturais; fita verde e amarela).
36. *L'Association des Dames Françaises, À S. M. l'Empereur d. Pedro, membre d'honneur*.
37. Societé Française d'Hygiène.
38. Congrès des Americanistes, Comité de Paris.
39. Institut Rudy.
40. Sociedade Brasileira de Beneficência de Paris.
41. Os *Felibres Lerins* (flores naturais).
42. Um negro brasileiro, em nome de sua raça (idem).
43. A dom Pedro II, um grupo de estudantes brasileiros em Paris. *Posteritati narratus et traditus, superstes erit*.
44. Estudantes brasileiros de Gand. Foi rei, foi rei, mas rei da liberdade (José Bonifácio).
45. Os empregados da casa bancária de Sebastião de Pinho.
46. Banco Mercantil dos Varejistas.
47. Ao grande brasileiro benemérito da pátria e da humanidade. *Ubique Patria Memor*[*]
48. Vasques Sagastume (ministro da República do Uruguai).
49. O prefeito da cidade de Cannes (flores naturais).
50. A cidade de Cannes (idem).
51. Conde de Alzejur.
52. Joaquim Nabuco.
53. Carlos de Laet.
54. Conde de Mota Maia e sua família.
55. Barão de Ladário.
56. Conde de Nova Friburgo.
57. Barão e baronesa de Muritiba.
58. Amor e Fidelidade, visconde da Penha e família.
59. Viscondessa da Fonseca Costa e baronesa de Suruí.
60. Conde de Nioac e família.

[*] Divisa do brasão de Armas do Barão do Rio Branco. (N. E.)

61. Almirante marquês de Tamandaré e família.
62. Conde e condessa de Carapebus.
63. Família Paranaguá.
64. Barão e baronesa de Estrela.
65. Viscondessa de Araguaia e família.
66. Visconde de Cavalcanti e família
67. Os filhos da condessa de Pedra Branca e Barral.
68. Stephen Liegeard.
69. Família Sinimbu.
70. Família Taunay.
71. José Paranaguá e senhora.
72. Visconde e viscondessa de Torres.
73. João de Souza Dantas e senhora.
74. Senhora Lima e Silva e seus filhos.
75. Baronesa de Teresópolis.
76. Viúva Silva Coutinho.
77. Família Santa Victoria.
78. A colônia portuguesa em Paris (uma das mais belas coroas; fita azul e branca).
79. Condessa Monteiro de Barros.
80. Sebastião Guimarães e família.
81. Condessa de Estrela.
82. Viscondessa de Ubá.
83. Baronesa de Inoã.
84. Alfredo Rocha e família.
85. Pandiá Calógeras e família.
86. Barão e baronesa de Loreto.
87. Senhora Porciúncula.
88. Barão e baronesa de Maia Monteiro.
89. Senhora Buys Guimarães.
90. Família Tourinho.
91. Família Raythe.
92. Senhora R. de Oliveira.
93. Conde de Leopoldina (enorme coroa).
94. Família Pedro Queiroz.
95. Doutor J. C. Mayrink e família.
96. Senhora Mayrink Rebelo.

97. Viscondessa Ferreira de Almeida.
98. F. Topin e família.
99. Senhora Labat.
100. General Hartung.
101. Léon Pie fils.
102. Conselheiro Rodolfo Dantas.
103. Conde de Grenand de Saint-Christophe.
104. Senhor e senhora Dybousky.
105. Senhorita Nicolas Rome.
106. Conde de Laugier-Villars.
107. Senhora Artur Napoleão.
108. Senhor e senhora Gustave Taizon.
109. Família Ferreira Lage.
110. Visconde de Schmidt (uma das mais ricas coroas).
111. Alexandre Wagner.
112. Dona Maria Julia Marques de Sá.
113. Dona Maria Antonia de Bulhões Ribeiro.
114. Senhora Andrade Pinto e filho.
115. Senhoritas Teixeira Leite.
116. Barão e baronesa de S. Joaquim.
117. Senhorita Lassimone.
118. Família P. Oneirez.
119. Pedro de Tovar.
120. Condessa Faucher de Careil.
121. Baronesa de Bussière.
122. Martin & Ludwig Rée.

Às 21h foi o féretro conduzido para a igreja da Madalena em um coche fúnebre de primeira classe, seguindo, entre alas de povo, pela rua de l'Arcade e bulevar Malesherbes. A senhora dona Isabel, o conde d'Eu, os três príncipes seus filhos, a princesa e o príncipe de Joinville, o príncipe dom Pedro Augusto de Saxe, os duques de Nemours e de Chartres e uns 300 brasileiros, entre os quais me mostraram os antigos conselheiros de Estado visconde de Cavalcanti, Silveira Martins, Silva Costa e Couto de Magalhães, o marechal visconde da Penha, os condes de Aljezur, Nioac, Nova Friburgo e Villeneuve, o conde e a condessa de Mota Maia, a viscondessa de Cavalcanti, os barões e baronesas de

Penedo, Muritiba e Estrela, o barão de Albuquerque e o doutor Eduardo Prado acompanharam a pé o féretro.

O coche parou diante da primeira porta do baseamento, do lado do bulevar Malesherbes, coberta por uma marquesinha que vai até a gradaria. Ali foi depositado o caixão em uma capela ardente, cujas luzes eram, em parte, visíveis da rua, por dois postigos. Às 3h, passando de novo por esse lugar, ainda encontrei um ajuntamento de mais de 500 pessoas.

Quatro padres velaram toda a noite junto do cadáver. No interior da igreja trabalhava-se ativamente para terminar a decoração.

(continua)
Ferdinand Hex

113) Cartas de França*

A morte e os funerais de dom Pedro II

Com a minha carta de 5 do corrente, mandei a tradução do editorial do *Temps* desse dia (os jornais da tarde aparecem sempre com a data do dia seguinte).

Sei que o correspondente encarregado do serviço telegráfico do *Jornal do Brasil* expediu logo extratos dos artigos das principais folhas políticas. O tom de todos os jornais, republicanos e monarquistas, foi do mais profundo respeito e simpatia pelo ilustre brasileiro que acaba de desaparecer e que tanta grandeza e dignidade mostrou no exílio.

O *Radical* e a *Bataille* foram, desde o primeiro dia, as únicas exceções. O *Radical* declarou que dom Pedro II nenhum serviço prestara ao Brasil e que a emancipação dos escravos, de que tanto se falava, fora devida aos senhores José do Patrocínio e Angelo Agostini. A *Bataille*, jornal comunista, cobriu de insultos o ex-imperador, chamando-o de charlatão, de tirano, dizendo que durante a vida só se preocupara com seus interesses pessoais e que, ultimamente, levava a gozar na Europa a gorda pensão que seus adversários lhe pagavam. Cumpre notar

* Terceira parte, publicada no Jornal do Brasil em 12 de janeiro de 1892. (N. E.)

que dom Pedro foi nesse artigo injuriado em mui boa companhia: na de Thiers, principal fundador da República em França, e na de Jules Simon, republicano de todos os tempos, sempre o mesmo liberal dos dias de oposição, falando a linguagem do bom senso, do patriotismo e da tolerância política.

O *Siècle* publicou, dias depois da morte de dom Pedro, um artigo hostil, mas não injurioso. Deve ser de estrangeiro, pois ressuma muito *comtismo*, coisa que nunca foi de moda entre nós e que hoje não passa de velharia, guardada por pequeno número de sectários.

No *Rappel* de 10 e de 11 apareceu também uma extensa carta do senhor José do Patrocínio, precedida de algumas linhas da redação em que se lê o seguinte trecho:

> Foi José do Patrocínio que proclamou a República no Rio de Janeiro, quando o partido militar não sabia como empregar a sua vitória. Foi ele, e só ele, quem criou, no meio de mil dificuldades e perigos, a corrente de opinião que produziu a emancipação da raça negra em seu país.

Segundo a carta do senhor Patrocínio, dom Pedro de Alcântara começou o seu reinado protegendo os contrabandistas negreiros e mostrou-se sempre contrário à emancipação dos escravos. O tráfico de africanos só cessou no Brasil porque a Inglaterra "fez bombardear vários portos brasileiros e meter a pique, em suas águas, navios negreiros". "A Sociedade Abolicionista Francesa foi inspiradora da lei brasileira de 1871", e a abolição total, decretada em 1888, resultou de um movimento da opinião pública, provocado pela imprensa e pela tribuna. O governo cedeu, forçado pelos acontecimentos. De toda a família imperial, só a princesa dona Isabel teve alguma parte naquele ato. Chamam dom Pedro II de filósofo, mas ele não passou de um Luís XI. Quanto à Guerra do Paraguai, o senhor Patrocínio diz que ela foi "a campanha do ódio pessoal de dom Pedro contra o ditador López, campanha terminada pelo assassinato deste último e pela destruição criminosa de um povo americano".

Não faltaram, como veem os leitores do *Jornal do Brasil*, ataques ao ilustre morto, e esses artigos foram escritos ou inspirados por dois ou três brasileiros. Toda a imprensa francesa, porém, com as únicas exceções que aponto, julgou de modo muito diferente o imperador dom Pedro II

e o Brasil. Víamos perfeitamente nós, os franceses, que dom Pedro não fora um xá da Pérsia ou um tiranete do tipo dos Guzmán Blanco e de outros ditadores da América espanhola, mas sim o primeiro magistrado de um povo livre, governando-se com instituições muito semelhantes às que temos hoje.

A Constituição da nossa República Francesa é a mesma que o Brasil tinha, com as únicas diferenças de que entre nós o chefe do governo é eletivo, os senadores são quase todos temporários, e as atribuições do Poder Moderador brasileiro, inspiração de Benjamin Constant, pertencem na França ao Poder Executivo. Dom Pedro II governou com os primeiros brasileiros do seu tempo, ouvindo seus conselheiros de Estado, e guiando-se pelas manifestações do Parlamento e da opinião pública. Nisso consiste principalmente a sua glória. Honrá-lo é honrar também a nação que o teve por chefe durante meio século e que, durante esse reinado, tanto se elevou no conceito do mundo civilizado, mostrando-se a mais livre, a mais próspera, a mais adiantada e a mais poderosa da América Latina, como disse há dias o *Economiste Français*.

Na Inglaterra, também não é a rainha Vitória quem dirige pessoalmente as batalhas no Parlamento nem quem ganha vitórias militares na Criméia, na Índia e na África. A glória do seu reinado é feita da glória dos seus grandes homens na política, nas armas, nas ciências e letras, no comércio e na indústria. O mesmo se pode dizer do nosso presidente Carnot, governando com o Parlamento e com ministros responsáveis.

Vejamos alguns trechos dos artigos que publicaram as nossas principais folhas políticas. Não apareceram nesses artigos exagerações que pudessem explicar as injustiças e injúrias anteriormente citadas.

Journal des Débats (republicano e conservador; diretor G. Patinot). Número de 5 de dezembro:

> Dom Pedro inaugurou uma era de prosperidade desconhecida antes dele. Exilado, infeliz, segundo dizem, pobre, recusara aceitar a pensão que lhe fora oferecida e veio encontrar em Cannes a hospitalidade que havia recebido entre nós em dias melhores. Não havia quem deixasse de testemunhar-lhe a mais profunda deferência. Voltara aos seus hábitos modestos e laboriosos [...]

La République Française (jornal fundado por Gambetta e dirigido por J. Reinach e Eugéne Spuller). Editorial de 6 de dezembro, assinado por Maurice Ordinaire:

> Foi com respeitosa simpatia que os parisienses, esses revolucionários de nascimento que tantas vezes fizeram tremer a Europa monárquica, receberam ontem a notícia da morte do velho imperador dom Pedro. Na Europa, na França, sobretudo, esta pátria intelectual dos latinos da América, o velho imperador tinha criado, pouco a pouco, uma sorte de popularidade nada comum aos monarcas. Passava por um imperador filósofo, uma sorte de Marco Aurélio americano, apaixonado pelas ciências e pelas coisas do espírito; para quem uma poltrona nas grandes academias do nosso velho mundo tinha mais encantos que o trono em sua rude e positiva pátria. A nobre figura do soberano, emoldurada na bela barba branca dos sábios da antiguidade, auxiliava a lenda. O imperador prolongava as suas visitas a Paris. Tinha vindo no postrídio da Comuna, quando os reis, mesmo os exilados, afastavam-se das ruínas fumegantes das Tulherias. Mostrava gosto acentuado pela companhia dos sábios e dos poetas e contava-se a miúdo que ele colocava publicamente a realeza intelectual de Victor Hugo ao nível da sua realeza temporal.
>
> Convém destruir a lenda? Não seria, parece-nos, nem o momento, nem o lugar; nem certamente seria de justiça tentá-lo. Não se recebe com a coroa – e dom Pedro de Alcântara a recebeu na idade em que o comum dos homens aprende a escrever – o diploma de doutor em ciências ou de adjunto de filosofia; e a vida das cortes deixa raras vezes aos soberanos o tempo preciso para conquistar tais pergaminhos. A ciência do imperador do Brasil era, talvez, um pouco mundana. Os sábios e os literatos que dom Pedro frequentava consideraram sempre, e com razão, que o soberano prestava à ciência uma homenagem gloriosa e tocante, e esta reflexão lhe bastava.
>
> Seu longo reinado não tinha sido sem glória! E há de ser contado, certamente, como um dos períodos mais pacíficos, mais prósperos e mais felizes da história brasileira [...]
>
> [...] Se o imperador dom Pedro pagou com a perda da coroa o seu gosto tão declarado pelas coisas do espírito, esta paixão generosa foi, depois do destronamento, a sua consolação e a sua alegria. Ele tinha muito desapego ao poder – para não sofrer

> muito com a sua perda – e, seguramente, não obedecia a um sentimento vulgar de ambição, quando há dias, enfraquecido e enfermo, oferecia-se de novo para pacificar a sua pátria, agora entregue às revoluções militares. Enfim, o exílio em Paris, no meio da atividade intelectual que o encantava, não era para ele um exílio. Sua morte foi suave como a sua vida tinha sido calma e serena.

La Petite Republique Française (republicano independente; redator chefe Jean Albiott). Editorial de 7 de dezembro, assinado por Gustave Hu: "A história do seu reinado está cheia de fatos que o honram. A emancipação dos escravos, por si só, constitui um título ao reconhecimento da humanidade [...]"

L'Événement (republicano; redator chefe senador Magnier). Editorial de 7 de dezembro, assinado "*Un bourgeois de Paris*", pseudônimo de Passerieu:

> [...] Imperador de um grande Estado, foi bom sem banalidade e amou a sua pátria com um afeto que a revolução de que foi vítima há dois anos não pôde diminuir... Sou dos que, com respeitosa simpatia, se descobrem à passagem do préstito que leva para longe de Paris esse hóspede – homem de coração e homem de espírito.

Le Gaulois (monarquista; redator chefe Arthur Meyer). Número de 6 de dezembro:

> [...] Esse imperador filósofo tinha um coração de patriota... Foi com profunda dor que ele recebeu a notícia de que o Rio Grande do Sul ia separar-se do Brasil. Homem de estudo, doce e bom, morreu estudando; na noite em que a morte o colheu, ainda mandou que lhe lessem algumas páginas [...]

La Paix (republicano; redator chefe Coffignon). Número de 7 de dezembro:

> No seu reinado, mostrou prudência, moderação, largueza de vistas. Combateu mesmo na América do Sul pela liberdade das repúblicas vizinhas [...] À sua iniciativa pessoal deveu-se a abolição da escravidão [...]

Le Soleil (monarquista). Editorial de 6 de dezembro, assinado pelo redator chefe Edouard Hervé, do instituto:

> Um grande homem de bem desapareceu deste mundo. Dom Pedro, segundo do nome, imperador constitucional do Brasil, derrubado do trono e expulso do seu país pela mais iníqua e mais tola das revoluções, morreu esta noite em Paris. Virtudes privadas a que os próprios adversários do monarca prestavam homenagem, faculdades políticas que foram poderosas outrora e que só se enfraqueceram há alguns anos – quando a moléstia a que acaba de sucumbir começava o seu trabalho de destruição – e um reinado de mais de 50 anos assinalado por esplêndidos serviços prestados ao Brasil não contiveram os ambiciosos sem escrúpulo que, por surpresa, se apoderaram do poder e precipitaram a sua pátria em uma crise que não se acaba. Do alto grau de prosperidade a que tinha chegado sob o governo de dom Pedro II, o Brasil desceu à humilhante e triste situação em que se acham a maior parte das repúblicas sul-americanas, suas vizinhas. A queda é profunda e o contraste terrível [...]

Le Figaro (independente). Artigo de 5 de dezembro, assinado por Gaston Calmette: "[...] As tristezas do exílio tornam esta majestade duplamente sagrada para nós... Sua vida inteira passou-se no estudo de reformas e no amor de sua pátria [...]"

Le Jour (republicano; redator chefe Charles Laurent). Editorial de 6 de dezembro, assinado com as iniciais de Paul Bluysen:

> O ex-imperador do Brasil, que ontem morreu no exílio entre nós, era quase, aos nossos olhos, um cidadão francês. Pela assiduidade em seguir as sessões dos nossos grandes grêmios literários e científicos, pelos testemunhos de favor que prodigalizava aos nossos cientistas e homens de letras, pela bonomia e simplicidade do trato, dom Pedro tinha conquistado real popularidade em França. Sua morte será lamentada mesmo nos mais profundos recantos das nossas províncias, como se ele tivesse sido um dos benfeitores da França. É um sentimento de admiração e de afeto que parecerá talvez exagerado, pois, conquanto assistisse às sessões do instituto e se interessasse pelas ciências físicas e naturais, dom Pedro não era um sábio e nunca pôde manifestar a sua simpatia pela França, senão de modo platônico. No entanto, o nosso povo ama essas figuras de soberanos que se aplicam mais às letras e às artes do que à reforma dos efetivos de guerra; demais, dom Pedro tinha sabido escolher o momento de uma de suas viagens à França com tanta generosidade, que isso só teria bastado para que se lhe desse o diploma de civismo francês: ele foi o primeiro soberano que em 1871 honrou visitar-nos depois de nossos revezes. A França nunca esqueceu isso. Do papel de dom Pedro em sua pátria, pouco temos a dizer que não

seja conhecido... Em resumo, mais que um soberano, foi um filósofo, bom e doce, que, como um burguês, deixa saudades sinceras.

La Liberté (liberal e conservador). Editorial de 6 de dezembro:

O imperador dom Pedro morreu ontem. Este príncipe era tão conhecido em França e, sobretudo, em Paris, que nada há a acrescentar ao que tem sido dito sobre sua vida. A imprensa o popularizou, desde muito tempo, e a sua bonomia, que não deixava de ter certo sabor de altivez, conquistou-lhe a amizade de Victor Hugo, justamente na época em que o grande poeta entregava-se a exagerações de opinião, que é desnecessário lembrar. Dom Pedro era um homem instruído, versado nos estudos filosóficos e iniciado nos teoremas científicos, mostrando uns laivos muito pronunciados de misticismo e quase de teosofismo... Deixou excelentes recordações em seu país, onde foi o mais benigno e o mais constitucional dos soberanos [...]

Le National (republicano e liberal; fundado por Thiers, redator chefe J. B. Gérin). Editorial de 6 de dezembro:

O imperador do Brasil morreu no exílio, depois de 50 anos de reinado. Os franceses não deixarão de tributar respeito à sua memória e saberemos, em suas exéquias, honrar o soberano que no trono se mostrou homem e filósofo. Não derrogamos lei alguma do republicanismo prestando homenagem a esse manes [...]

L'Echo de Paris (republicano; redator chefe Valentin Simon), artigo de Edouard Lepelletier:

[...] Dom Pedro era um imperador filósofo, um Marco Aurélio na Europa, um Trajano no Brasil... Um dia, assistindo a uma preleção de Pasteur, foi reconhecido, designado pelo sábio professor e, ao retirar-se, recebeu uma ovação dos estudantes. A revolução que o forçou a tornar à França deixou-o na aparência impassível e sereno. No entanto, os monarcas mais filósofos perdem um pouco da sua filosofia, quando a coroa lhes escapa. Desde a sua deposição, dom Pedro sofria; e a moléstia que o arrebata ainda na força dos anos tem certamente causa principal nos desgostos, nas desilusões, na amargura do exílio. Sua morte em nada modificará os destinos do Brasil. Os franceses acompanharam com sentimentos de simpatia esse imperador destronado que, para eles era, sobretudo, um hóspede amável e um acadêmico livre.

Le Petit Journal (republicano e liberal; diretor político Marinoni). Número de 5 de dezembro:

> [...] Se na esfera puramente política ele procurou seguir escrupulosamente a máxima "o rei reina e não governa", dom Pedro quis sempre estar na primeira linha, desde que se tratava de progresso e reformas sociais. Pode-se dizer que ele foi alma desse movimento, que tudo quanto se fez de generoso no Brasil nos 50 anos do seu governo foi inspirado por ele. Apesar de tantos serviços prestados ao Brasil, dom Pedro devia ser vítima da revolução. No dia 15 de novembro de 1889, rompeu uma rebelião militar no Rio de Janeiro e o soberano foi forçado a abdicar [...]

(continua)
Ferdinand Hex

114) Cartas de França*

A morte e os funerais de dom Pedro II

La France (republicano). Artigo de Henry Girard, na edição de 6 de dezembro:

> [...] Dom Pedro podia servir de exemplo a muitos republicanos. Abandonou uma coroa imperial mais facilmente do que outros deixam o poder. Reinou sobre um vasto império sem aumentar a sua fortuna pessoal. Tinha apenas cem mil francos de renda e recusou a pensão de 800 mil que lhe ofereceu o governo republicano... Para ele, a coroa não era uma honra, mas um encargo. Os republicanos franceses enviam a este morto a expressão dos seus pesares e da sua simpatia.

La Souveraineté Nationale (republicano). Editorial de 6 de dezembro, assinado pelo redator chefe, Paul Lenglé:

> [...] O seu espírito filosófico e o seu liberalismo deram-lhe uma moderação e uma largueza de ideias a que os seus próprios adversários por vezes prestaram homenagem e a que se deve atribuir a tranquilidade relativa de um reinado que durou 50 anos. Ele foi, na realidade, um presidente de República Parlamentar [...]

* Quarta parte, publicada no Jornal do Brasil em 13 de janeiro de 1892. (N. E.)

La Lanterne (republicano radical; redator chefe Eug. Mayer). Edição de 6 de dezembro (15 Frimario, ano 100):

> Dom Pedro era uma fisionomia muito parisiense para que seja necessário dar longos pormenores sobre a sua vida... Consolidou o governo constitucional no Brasil e marcou o seu reinado com um complexo de medidas que trouxeram a supressão da escravidão. Foi um soberano esclarecido e liberal tanto quanto pode sê-lo um soberano [...]

L'Intransigeant (radical; redator Henri de Rochefort): "Em suma, dom Pedro era um rei suportável (*passable*)."

Bastam essas citações para mostrar o sentimento geral da nossa imprensa.

No dia 5, o conde d'Ormesson, chefe do protocolo no Ministério dos Negócios Estrangeiros e introdutor dos embaixadores, tinha ido ao hotel Bedford apresentar à princesa dona Isabel as condolências do senhor Ribot, ministro dos Negócios Estrangeiros, e, por essa ocasião, declarou ao barão de Muritiba que o governo francês desejava tomar parte nos funerais, prestando a dom Pedro II honras imperiais.

A este respeito, lê-se no *Temps* do dia 7 (do dia 6, porque os jornais da tarde, em Paris, aparecem com a data do dia seguinte):

> O governo francês estando disposto a fazer honras imperiais a dom Pedro, o conde d'Ormesson declarou que estava encarregado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de pôr-se à disposição da condessa d'Eu, no caso em que a família do defunto aceitasse essa participação do governo nos funerais do imperador do Brasil. Antes de se retirar, o conde d'Ormesson manifestou o desejo de ver o imperador morto. Foi então introduzido na câmara mortuária.

Todas as folhas semioficiais, como o *Temps*, deram nesses termos a notícia e declararam que "o exército de Paris tomaria parte na cerimônia". Na tarde de 8, porém, o governador militar expediu contraordem à maior parte dos regimentos que deveriam comparecer e ficou assentado que se seguiria em tudo o cerimonial observado em 1878 por ocasião das exéquias do ex-rei de Hanover, Jorge V.

O *Temps*, o *National* e outros jornais declararam no dia 9 que as honras prestadas a dom Pedro II foram as que, segundo os estilos, são

prestadas, "não a um soberano morto no trono, mas aos membros das famílias soberanas estrangeiras, aos grandes dignitários da Legião de Honra e aos membros do instituto."

A primeira parte da declaração é exata; a segunda não. No funeral dos grãs-cruzes da Legião de Honra e dos membros do instituto, as honras militares são prestadas por uma divisão das três Armas, *mas somente diante da casa mortuária*. As tropas dispersam-se em seguida e não acompanham o enterro.

Ontem mesmo, houve um exemplo no funeral do célebre senhor Alphand, grã-cruz da Legião e membro do instituto. Quase todos os jornais da véspera publicaram esta declaração: "*Par dérogation aux usages, le ministre de la Guerre a decidé que les troupes iront jusqu'au cimetière*"*. No entanto, apesar da anunciada modificação do cerimonial, apenas um esquadrão de cavalaria e um destacamento do corpo de bombeiros acompanharam o carro fúnebre até a igreja e ao cemitério. Nisso consistiu toda a exceção feita em homenagem ao senhor Alphand, que tanto contribuiu para o aformoseamento de Paris.

Se dom Pedro II tivesse morrido no trono, ao seu funeral concorreriam *pessoalmente* o presidente da República e todos os ministros, as grandes corporações do Estado (Senado, Câmara dos Deputados, tribunais, Conselho de Estado etc.), o Conselho Municipal de Paris, todo o corpo de exército de Paris e de Versalhes, e estariam acesos os lampiões de gás diante das repartições públicas e nas ruas e praças por onde passasse o préstito.

No procedimento que agora teve o governo francês, não houve, seguramente, a menor ofensa à República brasileira, e suponho que de republicanismo e de cortesia internacional a França entende alguma coisa. O governo e o povo francês honraram dom Pedro II, um príncipe por muitos títulos ilustre, nosso amigo, e que durante meio século foi o primeiro e o mais alto representante da nação brasileira. Foram-lhe tributadas as mesmas honras imperiais ou reais que prestamos a outro venerando exilado, Jorge V, do Hanover, sem que a poderosa Alemanha se ofendesse com essas manifestações de respeito ao rei que ela destronara.

Ao funeral de Jorge V, no dia 18 de junho de 1878 (sete anos depois dos nossos revezes), compareceram os representantes do presidente da República e do ministério, o corpo diplomático e uma divisão comandada

* "Não obstante os usos, o ministro da Guerra decidiu que as tropas irão até o cemitério." (N.E.)

pelo general barão Aymard, composta de um batalhão de cada um dos 101, 102 e 103 Regimentos de Infantaria, de uma companhia de infantaria da Guarda Republicana, um esquadrão de cavalaria da mesma guarda, um do 13º de Dragões e uma bateria do 12º Regimento de Artilharia. (*Temps*, nº 6, 269, 19 jun. 1878).

Objetarão, talvez, que no carro fúnebre havia a coroa imperial e a antiga bandeira brasileira. A isso responderei que, se morrer aqui amanhã um príncipe da antiga família real francesa, terá no seu carro uma coroa real, sem que a França fique sendo menos república do que é. A bandeira e as armas que estiveram na igreja e no coche fúnebre foram repudiadas pelo novo regime no Brasil e, portanto, são hoje simples emblemas do passado, de caráter puramente histórico; são distintivos da família de dom Pedro. Nos nossos monumentos públicos, do tempo dos antigos reis e do Império, todo o mundo pode ver ainda hoje as armas e as coroas reais e imperiais. Também no enterro do ex-rei Jorge V houve coroas reais, escudos de Armas e a antiga bandeira do extinto reino.

Para terminar estas explicações, lembrarei que a nossa terceira República não é República de jacobinos. Tivemos uma primeira, em que o jacobinismo deu leis, e essa acabou na ditadura militar de Napoleão I. Tivemos uma segunda, república de ideólogos, de filósofos e de poetas. Dela resultou a longa ditadura de Napoleão III. A república que agora temos é muito diferente das duas primeiras: é a república de Thiers e de Gambetta. Esta é a que tem durado e há de ficar para sempre. Conhecemos nós, republicanos, perfeitamente a distância que, no respeito público e na opinião da gente sensata, deve separar os reis constitucionais, como Pedro II e Leopoldo da Bélgica, dos ditadores tiranetes da ordem dos Rosas e dos López.

(continua)

115) Cartas de França*

A morte e os funerais de dom Pedro II

Os convites para as exéquias de dom Pedro II tinham no alto as Armas Imperiais e eram deste teor:

> Quarta-feira, 9 de dezembro de 1891, as exéquias solenes de sua majestade o imperador do Brasil, dom Pedro II, serão celebradas, às 12h em ponto, na igreja de Santa Maria Madalena.
>
> O (A) senhor(a) está convidado(a) a assistir-lhes.
>
> O conde de Aljezur, camareiro da corte imperial.
>
> Este convite servirá como entrada.

Seguia-se a indicação da entrada. Havia cartas verdes, brancas e amarelas e cor-de-rosa, segundo a entrada e a colocação dos convidados. Todas as questões de etiqueta ficaram reguladas entre o barão de Muritiba e o conde d'Ormesson, que se encarregou de expedir uns 400 desses cartões, distribuindo-os pelo corpo diplomático e por personagens do mundo oficial francês.

É bom recordar aqui os termos dos convites feitos por ocasião do funeral do ex-rei de Hanover. Estavam redigidos assim:

> Exéquias de sua majestade Jorge V, pela graça de Deus, rei do Hanover, príncipe real da Grã-Bretanha e da Irlanda, duque de Cumberland, duque de Brunswick e de Lunenburgo etc., nascido em Berlim em 27 de maio de 1819, falecido em Paris em 12 de junho de 1878.
>
> Igreja da Redenção, rua Chauchat, terça-feira, 8 de junho de 1878. Partida da casa de velório, 7, rua de Presbourg, às 12h em ponto.

O dia 9 (quarta-feira) amanheceu encoberto e chuvoso, mas, apesar do mau tempo, desde as 8h, imenso povo ocupava as imediações da

* Quinta parte, publicada no Jornal do Brasil em 17 de janeiro de 1892 (N. E.)

igreja da Madalena, esperando o começo da cerimônia. As janelas dos cafés e dos restaurantes alugavam-se por preços fabulosos.

O chefe da Polícia Municipal, Gaillot, dirigiu o serviço de ordem na rua à frente de algumas centenas de guardiães da paz.

Todos os leitores do *Jornal do Brasil*, mesmo os que não visitaram Paris, conhecem, por certo, a igreja da Madalena, uma das mais grandiosas da nossa capital. A gravura e a fotografia popularizam bastante esse belo monumento. Exteriormente, é ela um verdadeiro templo grego, períptero. A colunata, coríntia, é dupla na frontaria principal e tem 15 metros de altura, assentando sobre um baseamento de sete metros acima do nível da praça. Neste peristilo, a que se chega por 28 degraus, está o grande portal de bronze modelado por Triquetti, e o célebre frontão, cujo tímpano, esculpido por Lemaitre, representa o Juízo Final. Do alto da escadaria, vê-se, através da rua Royale, que lhe é perpendicular, o obelisco da praça da Concórdia e, em maior distância, o pórtico da Câmara dos Deputados do outro lado do Sena. Interiormente, a igreja tem a forma basilical e, portanto, uma só nave. As muralhas laterais são divididas por colunas e arcadas, em três vãos (*travées*) simplesmente decorativas; depois, abre-se em hemiciclo o santuário. Os tetos são formados por três cúpulas e uma meia cúpula com claraboias, únicas aberturas por onde penetra a luz. No interior, a altura até as cúpulas é de mais de 30 metros.

Para as exéquias, o grande portal foi ornado com dois imensos reposteiros de luto: bordados de prata e apanhados por embraces. No centro da sanefa estavam as letras P. II, e no alto o escudo das Armas Imperiais.

O efeito da decoração interior do templo era verdadeiramente imponente. As muralhas e as colunas estavam revestidas de panos pretos com ornamentos prateados de desenho grego, como os da câmara ardente, já descrita. Numerosos escudos imperiais, coloridos, ornavam os panos da nave. No hemiciclo do santuário destacava-se, sobre fundo negro, o belo grupo de Marochetti, no altar-mor, em mármore branco. No centro da nave, cercados de numerosos e magníficos tocheiros e lampadários, cujas luzes se misturavam com as chamas verdes de uns 12 fogaréus, erguia-se o catafalco, de nove metros de altura, e sobre este o cenotáfio, sustentado por quatro cariátides de prata e apresentando em remate uma almofada com a coroa imperial. Todo o monumento

seria obra de 15 metros de altura e era dominado por um dossel, espécie de zimbório suspenso, preso por comprido e forte trançado de prata à claraboia da cúpula central.

Quatro imensos panos de veludo preto semeados de estrelas e orlados de arminho caíam desse dossel e, formando curva, iam pender como flâmulas antigas, de quatro barras de prata, ligadas pelas extremidades e por cordões, aos quatro saiméis das duas arquivoltas laterais. No cenotáfio e do lado da entrada principal do templo, estava aplicado, como uma colcha, contrastando com todo esse aparato de luto, um esplêndido estandarte verde-amarelo, de veludo, com franjas de ouro e escudo imperial bordado a fio de seda, prata e ouro, enriquecido de pedras de cores. Esse estandarte figurou na última Exposição Universal e, segundo me disseram, foi trabalhado em Pernambuco. Muitas coroas de flores ornavam o monumento e outras muitas estavam dispostas em dois imensos carros especiais, postados na praça da Madalena.

Às 11h, o vigário, monsenhor Le Rebours, acompanhado de todo o numeroso clero que ia tomar parte nas exéquias, transferiu o caixão da capela ardente em que estava, no baseamento, para o catafalco. Só os parentes mais próximos e alguns amigos assistiram a este ato.

As tropas, que foram chegando pouco antes da 11h, traziam laços de crepe nas bandeiras e tinham os tambores forrados de luto. Eram 6.500 homens, formando uma divisão, sob o comando do general Pallone* de Saint-Mars, que tinha às suas ordens os generais de brigada Madelon e de Saint-Julien. Compunham-na oito batalhões de infantaria de linha, tirados dos 31º, 36º, 39º, 76º, 115º, 117º, 124º e 130º regimentos, com os seus coronéis, bandeiras regimentais, bandas de música e de cornetas e baterias de tambores; quatro esquadrões (130 homens cada um) dos 3º e 6º Regimentos de Couraceiros, com seus estandartes e uma banda de música e de clarins; um esquadrão da Guarda Republicana e duas baterias dos 22º e 31º regimentos de artilharia a cavalo, precedidos de uma banda de clarins.

As bandeiras militares francesas trazem, desde 1880, cantonados em letras de ouro, os nomes dos quatros principais feitos de armas em que o regimento se ilustrou. O redator chefe da *Revue du Cercle Militaire*, nosso colaborador no *Jornal do Brasil*, teve a bondade de dar-me os

* Possivelmente, trata-se do general Poillüe de Saint-Mars. (N. E.)

nomes inscritos nas bandeiras dos regimentos de infantaria que estiveram representados no funeral de dom Pedro II. Transcrevo a relação:

31º de infantaria: Valmy, 1792; Biberah, 1798; Saint Domingue, 1806; Colla, 1843.
36º de infantaria: Jemappes, 1792; Zurich, 1794; Austerlitz, 1805; Iena, 1806.
39º de infantaria: Arcole, 1796; Ulm, 1805; Friedland, 1807; Sebastopol, 1851.
76º de infantaria: Ulm, 1805; Iena, 1806; Friedland, 1807; Solferino, 1859.
115º de infantaria: Saragoça, 1809; Lérida, 1810; Tarragona, 1811; Toulouse, 1813.
117º de infantaria: Tudela, 1808; Saragoça, 1809; Lérida, 1809; Saragoça, 1814.
124º de infantaria: Berezina, 1812; Lutzen, 1813; Bautzen, 1813.
130º de infantaria: Loano, 1795; Burgos, 1812; Montmirail, 1814; Arcis-sur-Aube, 1814.

As tropas arrumaram-se dos quatro lados da praça de Madalena, em volta da igreja e nas extremidades dos bulevares da Madalena e Malesherbes: a infantaria, em colunas de companhias; os couraceiros, em pelotões nos ângulos da igreja; a artilharia, do lado da rua Tronchet.

Do alto da escadaria, o espetáculo era verdadeiramente grandioso. Uma multidão imensa e compacta, contida por fileiras de pelotões e de soldados estendia-se pela praça, pelo começo dos dois bulevares, pelos dois lados da rua Royale e praça da Concórdia, até onde a vista podia alcançar. Todas as janelas e mansardas (as casas em Paris têm, de ordinário, sete andares) estavam apinhadas e, em muitas, viam-se bandeiras francesas e brasileiras enlaçadas de crepe.

Às 11h30, chegou o coche fúnebre e colocou-se dentro do adro. Essa carruagem, reservada ao enterro dos grandes dignitários do Estado, só tinha servido três vezes: nos funerais do cardeal Marlot, do duque de Morny e de Thiers. É um rico baldaquino sustentado por quatro anjos de prata, guarnecido de penachos nos ângulos e encimado por um zimbório poligonal, que remata em quatro pequenos gênios de prata cercando um canopo. Na parte superior deste, foi colocada sobre uma

almofada de veludo a coroa imperial e, dos lados, escudos de Armas. O coche era puxado por oito cavalos inteiramente revestidos de caparazões estrelados, com penachos nas extremidades e atendidos por oito moços de estrebaria. Tanto este coche quanto as outras carruagens de luto, em número de 20, atreladas de quatro ou dois cavalos, tinham nas mantas das almofadas dos cocheiros o escudo das Armas Imperiais.

Às 12h em ponto a princesa dona Isabel e o conde d'Eu e seus filhos chegaram acompanhados de alguns camaristas e damas da antiga corte imperial.

A nave, o coro e as tribunas regurgitavam de gente, tendo sido, entretanto, impossível enviar convites a todas as pessoas que se inscreveram no hotel, porque o não permitia a lotação da igreja, uma das maiores de Paris.

À esquerda do santuário, estava sua eminência o cardeal Richard, arcebispo de Paris. Em frente da mesa da comunhão estavam: à direita, a princesa dona Isabel e a princesa de Joinville; à esquerda, o general Brugère e os oficiais da Casa Militar da Presidência, representando o presidente da República Francesa (capitão de mar e guerra Jauréguiberry, tenentes-coronéis Chamdin e Dalstein, comandantes Pistor e Courtès); à direita da princesa dona Isabel estavam a baronesa de Muritiba, a condessa de Carapebus e as damas das rainhas e princesas presentes.

Nas três primeiras ordens de poltronas à direita do coro estavam: os príncipes conde d'Eu, dom Pedro de Alcântara, príncipe do Grão-Pará, dom Luís, dom Antonio, duque Augusto de Saxe (genro do imperador), dom Pedro Augusto de Saxe, conde de Áquila, dom Luís de Bourbon, dom Felipe de Bourbon, príncipe de Joinville, duque de Penthièore, duque de Chartres, conde de Bari, infante dom Antonio de Orleans, duque de Nemours e duque d'Aumale; suas majestades o duque de Castro (ex-rei Francisco II das Duas Sicílias) e o rei dom Francisco de Assis, de Espanha. Depois, o senhor Emygdio Navarro, ministro de Portugal, representando o rei dom Carlos I; o marquês de Beauvoir e o senador Bocher; representando o conde de Paris; o conde de Grenaud de Saint-Christophe e o barão de Ebach, representando o príncipe reinante da Bulgária; e o duque reinante de Saxe-Cobourg e Gotha.

Nas tribunas estavam suas altezas reais a duquesa de Chartres e a princesa Margarida de Orleans. Suas majestades a rainha dona Isabel II de Espanha e a duquesa de Castro (ex-rainha das Duas Sicílias), sua

alteza imperial e real a condessa de Trapani, suas altezas reais a infanta dona Eulália de Orleans e a princesa Blanche de Orleans e suas altezas sereníssimas o príncipe e princesa de Mônaco.

Nas primeiras cadeiras da esquerda do coro via-se o corpo diplomático, de grande uniforme, faltando apenas os embaixadores da Rússia (enfermo), da Alemanha (ausente) e o da Inglaterra (falecido há dias) e as legações do Brasil, da Venezuela e do México. Estavam presentes com todo pessoal das suas embaixadas e legações: o núncio monsenhor Ferrata; o embaixador de Espanha, duque de Mandas e a duquesa; o de Itália, general conde de Menabrea e a marquesa de Valdera, sua mulher; o da Áustria-Hungria, conde Hoyos e a condessa; o da Turquia, Essad Pachá; os ministros plenipotenciários e os encarregados de negócios dos Estados Unidos da América (Whitelaw Reid), da Inglaterra, da Rússia, da Alemanha, da Bélgica (barão Beyens), da Holanda, da Dinamarca, da Suécia, de Portugal, da Suíça, da Baviera, da Grécia, da Romênia, da Sérvia, de Mônaco, de São Marino, da Costa Rica, da Guatemala, da Nicarágua, de São Domingos, do Haiti, da Colômbia, do Peru, da Bolívia, do Chile, da República Argentina, do Uruguai, da China, do Japão, da Pérsia e da República sul-africana.

Desse mesmo lado ficavam o general Brault, representando o presidente do Conselho, ministro da Guerra; os senhores Bourgeois e Develle, ministros da Instrução Pública e da Agricultura; o conde d´Ormesson, representando o ministro dos Negócios Estrangeiros; o almirante Vignes, pelo ministro da Marinha; os representantes dos outros membros do gabinete; o general Rousseau, representante do grande chanceler da Legião de Honra; o representante do governador militar de Paris, o general Saussier; vários senadores e deputados; o prefeito do Sena; o de Polícia (Lozé); e muitos membros do instituto. Cerca de 60 desses acadêmicos trajavam o uniforme de palmas verdes. Entre os muitos presentes, citarei estes:

Da Academia Francesa: Leconte de Lisle, Edouard Hervé, François Coppée, Joseph Bertrand, Victorien Sardou, Ludovic Halévy, L. Pasteur, conde de Haussonville, Jules Clarétie, almirante Jurien de La Gravière, Gréard, Alexandre Dumas Filho, Camille Doucet, Gaston Boissier, Xavier Marmier, Ernest Legouvé, duque de Broglie.

Da Academia de Ciências: Daubrée, Berthelot, de Quatrefages, Faye, Charcot, almirante Mouchez, Hermite, Janssen, Tisserand, Gaudry,

Grandidier, Gringey, Bouchard, Henri Becquerel, Hamy, Alfred Cornu, Bouquet de la Grye.

Da Academia de Ciências Morais e Políticas: Paul Leroy-Beaulieu, Emile Levasseur, G. Himly, Ernest Glasson, Fréderic Passy, Lefébvre-Pontalis.

Da Academia de Inscrições e Belas-Letras: Jules Oppert, Wallon, Leon Gauthier, Boislisle, Foucartigo.

Da Academia de Belas-Artes: os pintores Gerôme, Bouguereau, Henner e E. Detaille; os escultores Barrias, Falguière e Mercié; os maestros Ambroise Thomas e Gounod e o barão A. de Rothschild.

Nunca foram vistos em um funeral tantos membros do instituto, disseram-me dois desses imortais. Mui poucos faltaram, e os que deixaram de comparecer, ou estavam longe de Paris, como Maxime du Camp e Guillaume, ou enfermos, como Jules Simon e Duchartre.

Entre os outros franceses e estrangeiros de distinção, mencionarei o duque de La-Rochefoucault-Doudeauville; os generais Hartung, De Rochebouet, Boissier, Desoy, Rousseau e Beziat; os vice-almirantes barão Duperré, Coupvent-des-Bois, Charles Duperré, Périgot e Grasset; os senhores Eugène Dufeuille, conde Albert de Mun, marquês de Bouillé, visconde de Chazelles, Guillaume Guizot, L. N. Bonaparte-Wyse, marquesa de Beauvoir, princesa Aurélia Zurlo, coronel conde de Plazanet, condes de Laupesbin e de Sesmaisons, Antonin Proust, senhora Charles Heine, senhora Octave Feuillet, visconde de Courcy, Sissen, marquês de Flers, conde de Talleyrand-Périgord; monsenhor Tissoc, barão Tristan Lambert, conde de Riancey e senhorita de Riancey, barão de Saint-Priest, conde de Sartiges, barão Gustavo de Rothschild, duquesa de Valencias, príncipe e princesa Constantino Radziwill, senhora Appert, Louise Abbema, E. Lockroy, senhora Daudet Filho (Jeanne Hugo), Aristarchi Bey, barão Hely d'Oissel, barão Larrey, Lon Noel, príncipe de Lucinge, Napoléon Ney, Camille Flammarion, duquesa Decazes viúva; conde de Mareuil, conde de Barral, duquesa de Hijar, príncipe de Wagram, marquês de Villasegura, deputado Louis Passy, barão e baronesa Edmond de Bussière, Bertolini, conde e condessa Auguste de Pourtalès, J. Cornely, conde de Béarn, doutor Guéneau de Moussy, marquês de Nadaillac, condessa de Nadaillac, barão e baronesa de Soubeyran, conde de Laugier Villars, duque e duquesa de Fezensac, duque de Valombrosa, Charles Buloz, barão Victor Taunay de Blowitz, barão Mesnard, comandante Georges de Marchand, Hugues

Le Roux, Max Leclerck, Campbell Clark, R. Crawford Bowes, marquês e marquesa de Persan, E. Pector, E. Bourdelet, C. Pra, Amédée Prince, conde de la Tour.

De brasileiros, foram-me dados estes nomes, com a prevenção de que não era possível organizar uma lista completa: conde de Aljezur, visconde e viscondessa de Cavalcanti, senhorita Cavalcanti, conselheiro Gaspar Silveira Martins, sua senhora e filha, conselheiro Couto de Magalhães, marechal visconde da Penha, viscondessa da Penha e dona Eugenia da Penha, conde e condessa de Carapebus, conde e condessa de Mota Maia, barão e baronesa de Penedo, barão e baronesa de Muritiba, conde e condessa de Nova Friburgo, conde de Villeneuve, conde de Nioac, visconde de Torres, senhora e senhorita Lima e Silva, barão e baronesa de Estrela, barão de Albuquerque, Eduardo Prado, F. Picot, João de Sousa Dantas e sua senhora, condessa Monteiro de Barros, Hermano Ramos, sua senhora e filhas, viscondessa de Araguaia, senhora De Barandiaran (da família Cavalcanti de Albuquerque), baronesa de Teresópolis, senhoritas Teixeira Leite, viúva Silva Coutinho, visconde e viscondessa de Santa Vitória e dona Alzira Amorin, Pádua Fleury, barão de Guamá e família, baronesa de Villa Bela, A. de Sequeira, senhora e filhos, Gofredo d' Escragnolle Taunay, A. C. da Silva Telles, sua senhora e cunhada, Carlos Silveira Martins, J. L. Cansansão de Sinimbu, Silva Coutinho, Sebastião Pinto Bandeira Guimarães e senhora, Paulo Prado, Alfredo Rocha e senhora, Fernando Cavalcanti de Albuquerque, Cândido Guimarães, Pandiá Calógeras e senhora, Carlos de Almeida, major Gama Costa (de grande uniforme – um brasileiro informou-me que este oficial servira em batalhão de voluntários durante a Guerra do Paraguai e fora há meses deportado do Pará por motivos políticos), Eduardo Ferreira Cardoso e senhora, Theotonio de Brito, senhora Pereira da Silva, barão e baronesa de São Joaquim, senhora Sizenando Nabuco, Argollo Ferrão (redator do *Brésil*), barão e baronesa de Maia Monteiro, doutor Marques de Sá, dona Maria Antonia de Bulhões Ribeiro, barão e baronesa de Itajubá, dona Maria Júlia Marques de Sá, senhora Andrade Pinto, senhora C. A. de Miranda Jordão, baronesa de Inohan, visconde de Benevente, baronesa de Guanabara, Eugenio Tourinho, visconde e viscondessa de Sabóia, Leopoldo de Lima e Silva, Pedro Chermont de Miranda, dona Isabel Porciúncula, A. Klingelhoefer e família, barão e baronesa de Nioac, Alberto Fialho, Domício da Gama, engenheiro Augusto Teixeira,

dona Laura Faro de Araújo, Alfredo de Amorim, engenheiro Antonio C. Saraiva, R. da Silva Paranhos, João da Conceição Rocha e senhora, João Luís Tavares Guerra e família, senhora Gonçalves da Cunha, senhora Braga Guimarães, Luís de Sousa Aranha, senhora Arthur Napoleão, Eduardo Valim, Francisco Álvares da Silva Campos, doutor Paula (mestre dos filhos da princesa dona Isabel), capitão-tenente Napoleão Level, Luciano Valeni, Franco de Sá, primeiro-tenente Francisco Topin e senhora, Diogo Campbell, doutor Silvio de Sá Valle, conde de Araguaia, Francisco Alves Leite, J. J. Gonçalves, José Vicente de Souza, Cesário Porto e José Joaquim Moreira e outros.

A colônia portuguesa de Paris esteve representada por muitos dos seus mais distintos membros, entre os quais indicaram-me os senhores Eça de Queirós, conde e condessa de Tovar, doutor Figueiredo Magalhães, visconde de Azevedo Ferreira, Camilo de Morais e Gaspar da Silva. Muitos estrangeiros de outras nacionalidades, que residiram no Brasil, como o senhor Alexandre Wagner, estiveram presentes.

Os repórteres que empreguei informaram-me também de que várias corporações e sociedades no Brasil telegrafaram, fazendo-se representar nos funerais, mas que alguns desses telegramas chegaram na véspera, quando não havia tempo para dar aviso e reunir os membros das comissões nomeadas. Sei que o visconde de Cavalcanti foi um dos representantes da Associação Comercial do Rio de Janeiro, que o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil nomeou uma comissão composta do barão de Penedo, conde de Mota Maia e Barão do Rio Branco, e que os advogados do Rio de Janeiro mandaram depositar uma coroa no túmulo do grande brasileiro que "foi garantia da liberdade civil na pátria e símbolo de grandeza moral no século". Sei mais que o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, fez-se representar pelos senhores Eduardo Prado e F. Picot, que a redação do *Brazil* teve representantes seus e que os do *Jornal do Brasil* foram os senhores João Dantas e Hugues Le Roux.

Apenas a princesa dona Isabel chegou e tomou assento, teve começo a cerimônia religiosa. Monsenhor Le Rebours, assistido de numeroso clero, celebrou então a missa cantada e, concluída esta, sua eminência o cardeal Richard, arcebispo de Paris, descendo do sólio deu as absolvições finais e a última bênção.

Os excelentes cantores e músicos da Madalena, dirigidos pelo mestre de capela Gabriel Fauré (a igreja da Madalena é famosa pela sua

música), tinham sido reforçados com artistas do teatro da Grande Ópera. Théodore Dubois, o conhecido compositor e professor de harmonia do Conservatório, manejou o grande órgão, fazendo ouvir duas marchas fúnebres. Os cantores e a orquestra executaram o *Kyrie* de Beethoven, o *Sanctus* do Théodore Dubois, o *Agnus Dei* de Cherubini e o *Libera me* de Gabriel Fauré.

(continua)

116) Cartas de França*

A morte e os funerais de dom Pedro II

Às 13h25 se concluíram estas solenes exéquias, cujo começo fora anunciado às 12h por uma salva dos célebres canhões, troféus da esplanada dos Inválidos.

O caixão, tirado do catafalco e precedido por seis mestres de cerimônia, com calções de seda, capas, floretes e chapéus armados, foi levado ao coche fúnebre. Apenas assomou no pórtico monumental da Madalena, ouviu-se um toque de clarim e logo as vozes de "*Portez armes!* e *Presentez armes!*"**. Os tambores e as cornetas fizeram ouvir a *marcha lenta* e, logo depois, uma das bandas de música executou a marcha fúnebre de Chopin. Enquanto as tropas apresentavam armas, as bandeiras, como era de rigor, conservaram-se abatidas.

Às 13h30 o préstito pôs-se em movimento. A chuva tinha de todo cessado, mas o céu continuava encoberto, e o sombrio e invernoso do dia aumentava a profunda tristeza desses funerais na terra do exílio.

Seguraram nos cordões do esquife, até a ponte da Concórdia, os ex-conselheiros de Estado visconde de Cavalcanti, Gaspar Silveira Martins, doutor José da Silva Costa e general Couto de Magalhães, os camaristas marechal visconde da Penha, conde de Nioac, conde de Carapebus, barão de Penedo, barão de Muritiba, conde de Nova Friburgo e barão de Estrela, conde de Mota Maia, dedicado médico e amigo do imperador, e conde Villeneuve.

---

* Sexta parte, publicada no Jornal do Brasil em 20 de janeiro de 1892.

** Ombro, armas! e apresentar armas! (N. E.)

Da ponte da Concórdia em diante, por decisão da princesa, os cordões foram confiados a todos os brasileiros que acompanhavam a pé o féretro, os quais se foram revezando até a estação do caminho de ferro de Orléans.

O préstito seguiu pela rua Royale, praça e ponte de Concórdia, bulevar Saint Germain, cais Saint Bernard, praça Walhubert e cais de Austerlitz, na seguinte ordem: um esquadrão da Guarda Republicana, precedido de batedores que traziam em punho os seus revólveres; uma companhia de Guardiães da Paz (antigamente *Sergents de ville*); um esquadrão do 3º Regimento de Couraceiros (coronel Poulot); uma companhia do 36º Regimento de Infantaria (coronel Pellieux) com a bandeira desse regimento; o general de brigada de Saint Jullien, com seu Estado-maior; um batalhão do 39º Regimento de Infantaria de Linha (coronel Bourelly); um batalhão do 76º de infantaria (coronel Delbos); um esquadrão do 3º Regimento de Couraceiros; o general de brigada Madelor, com o seu Estado-maior; um batalhão do 36º de infantaria, com as armas em funeral, marchando a um de fundo e formando assim duas compridas alas dentro das quais ficavam todas as carruagens de luto.

Dentro dessas alas de infantaria: um mestre de cerimônias, acompanhado dos seus auxiliares, todos de capa e calções; dois coches de luto, puxados por quatro cavalos, conduzindo o vigário da Madalena e outros sacerdotes; um mestre de cerimônias e auxiliares; dois grandes carros, que seguiam emparelhados e eram duas montanhas de flores, cada um deles puxados por seis cavalos caparazonados e conduzidos por outros tantos lacaios a pé; o *ordonnateur de la ville* (comissário superior da municipalidade, que preside aos grandes funerais) e o seu séquito; o coche fúnebre anteriormente descrito (o caixão ia coberto pela antiga bandeira do Brasil e, sobre ele, via-se apenas uma coroa de perpétuas, que o senhor Egerton, encarregado dos negócios da Inglaterra, depositara por ordem da rainha Vitória); três mestres de cerimônias seguidos de vários oficiais de capa, levando sobre coxins de veludo as condecorações do morto; a deputação do Instituto de França, uma outra dos professores do Museu de História Natural e um grupo de brasileiros que iam revezar-se na guarda dos cordões do esquife (alguns carregadores levavam dois imensos ramos de uma palmeira do Brasil aos quais estava presa larga fita roxa com as palavras *Le Muséum d'Histoire Naturelle*); dois coches

de luto puxados por quatro cavalos, conduzindo a princesa dona Isabel, o conde d'Eu, seus filhos e o príncipe dom Pedro Augusto; a carruagem do presidente da República Francesa com o general Brugère e três oficiais da Casa Militar do presidente; logo atrás, muitas pessoas a pé, homens e senhoras; uns 20 coches de luto, a dois cavalos, conduzindo príncipes parentes e cavalheiros e damas do séquito do imperador e dos príncipes; numerosas carruagens de ministros de Estado ou seus representantes do corpo diplomático e de muitos dos convidados; o general de divisão Poilloüe de Saint-Mars com o seu Estado-maior; um batalhão do 31º Regimento de Infantaria de Linha (coronel Ganot); quatro do 117º de linha (coronel Chaumont); outro de 115º de linha (coronel Godarde); um do 124º de linha (coronel Guasco); um do 13º de linha (coronel Goulon); duas baterias do 22º e do 31º Regimentos de Artilharia a cavalo; dois esquadrões do 6º Regimento de Couraceiros (coronel marquês Thibault de la Rochethulon); uma esquadra de Guardiães da Paz.

No grupo que seguia a pé logo atrás do coche fúnebre, atraíra todos os olhares um preto de cabelos inteiramente brancos, corretamente vestido de casaca e que caminhava isolado na frente da primeira linha. Disseram-me que reside em Paris e que em sua mocidade fora criado do imperador. Também chamavam muito a atenção o brilhante capacete do príncipe Orloff, adido militar russo, os uniformes de dois oficiais de cossacos e os alamares e as medalhas de companhia do major brasileiro Gama Costa, antigo voluntário do Paraguai. Eram esses os únicos oficiais estrangeiros que acompanhavam a pé. Os outros adidos militares, assim como os embaixadores, ministros e secretários, tinham tomado as suas carruagens. Os bordados verdes dos uniformes do instituto apareciam a cada passo no numeroso séquito.

Na rua Royale, alguns populares, reconhecendo o uniforme do príncipe Orloff e dos cossacos, soltaram o grito da moda, "*Vive la Russie!*"*. No entanto, foi esse o único incidente em todo o longo trajeto de quase seis quilômetros, sendo sumamente respeitosa e simpática a atitude dos 300 mil ou mais parisienses e estrangeiros que formaram alas e se descobriram à passagem do grande brasileiro.

O fotógrafo Paul Nadar tomou a vista da praça da Concórdia no momento em que o coche fúnebre passava, mas o local não foi bem escolhido, porque a objetiva apenas podia apanhar pequeno espaço. Melhor posição teria sido

* Viva a Rússia! (N. E.)

o peristilo da Câmara dos Deputados, de onde a vista domina a ponte e a praça da Concórdia e toda a rua Royale até a Madalena.

Em todo o percurso estavam as janelas e os largos passeios das ruas apinhados de povo. Todas as elevações eram aproveitadas. Via-se imensa gente nos terraços do jardim das Tulherias, nos bordos dos tanques da praça da Concórdia, nas muralhas dos cais, nos bancos de ferro e nas árvores do bulevar Saint-Germain, em escadas de mão aplicadas às paredes, nas almofadas dos carros de praça e nos tejadilhos dos ônibus. Em Paris não é permitido atravessar um préstito fúnebre, e este, com as tropas que o precediam e o seguiam, ocupava quase todo o comprimento do bulevar Saint-Germain, que tem mais de três quilômetros. Ficaram por isso retidos inúmeros veículos nos pontos de encontro das ruas transversais de mais trânsito, como as do Bac, Saints Pères, Bonaparte, Rennes, Tournon e bulevar Saint-Michel. O correspondente do *Daily Telegraph* disse com razão que a afluência do povo parecia tão grande como nos funerais de Victor Hugo.

A escadaria monumental da Câmara dos Deputados estava coberta de espectadores, pela maior parte deputados que haviam deixado a sala das sessões; foi impressivo e solene o aspecto desse anfiteatro de 500 ou 600 homens, cujos chapéus se abateram ao mesmo tempo. Pelas vizinhanças do bulevar Saint-Michel até a praça Maubert, era a mocidade das escolas que preponderava na multidão. Daí em diante, até o jardim das Plantas e a estação de Orléans, o público compunha-se principalmente de pequenos negociantes e operários.

O coche fúnebre deteve-se na esquina da rua Sauvage, junto à entrada do grande palco das *Messageries*, na estação de Orléans, e os membros da família, os representantes do presidente Carnot, dos ministros e do Instituto de França, os membros do corpo diplomático e muitos dos convidados, agruparam-se nesse lugar para esperar as últimas continências militares.

A princesa Isabel colocou-se na frente, tendo a seu lado o conde d'Eu e o príncipe dom Pedro de Alcântara, seu filho mais velho.

As tropas que haviam precedido o féretro já tinham tomado posição em frente ao bulevar de La Gare. As outras atravessaram a ponte de Austerlitz, seguiram o cais de La Rapée e voltaram à margem esquerda, pela ponte de Bercy, reunindo-se às da vanguarda.

Até então, tinham caminhado lentamente, como é de estilo nos funerais. Agora, desfilavam em marcha acelerada, quase a passo de

carga, com todo o garbo militar, ao som das músicas marciais e do rufar dos tambores, misturado aos toques das cornetas e dos clarins. Passaram primeiro os oito batalhões de Infantaria, depois a Artilharia e, por último, a Cavalaria da Guarda Republicana e os Couraceiros. Os generais e os coronéis dirigiam com as espadas a última saudação ao morto, as bandeiras abatiam-se ao passar e, cada vez que passava uma bandeira, todas as cabeças se descobriam.

O general Poilloüe de Saint-Mars tinha-se colocado a pequena distância do coche fúnebre, junto à muralha do cais. Quando, às 16h15, terminou a marcha em continência de todas as tropas que comandava, aproximou-se ele do féretro, com seu Estado-maior, fez com a espada o cumprimento militar ao morto, e foi fazê-lo à princesa, antes de ir de novo pôr-se à frente da divisão, que pouco adiante dispersou, mandando que cada corpo voltasse aos seus quartéis.

O coche fúnebre penetrou então no pátio das *Messageries*, onde um vagão estava armado em capela ardente. O caixão foi aí colocado e, depois das preces feitas por monsenhor Le Rebours e pelo padre Panis, as pessoas presentes apresentaram os seus respeitos à princesa e aos príncipes.

A princesa pediu ao general Brugère que dissesse ao presidente Carnot quanto ela ficava penhorada pelas demonstrações públicas de apreço a seu pai e pelas testemunhas de apreço que ela recebera do governo. Essas declarações foram repetidas no dia seguinte ao ministro dos Negócios Estrangeiros pelo barão de Penedo, que recebeu da princesa esse encargo, e o *Temps* e outras folhas ministeriais publicaram a seguinte notícia: "A condessa d'Eu fez apresentar ao governo francês a expressão dos seus agradecimentos pelo brilho de que ele cercou as exéquias do Imperador do Brasil."

Os representantes do presidente Carnot e dos ministros estiveram na estação até o último momento, assim como o ministro português, o conselheiro Emygdio Navarro. O senhor Daubrée, do instituto, tinha escrito um discurso, mas a princesa pediu-lhe que não lesse porque outras pessoas poderiam querer falar e ela não desejava manifestações. O discurso será lido na próxima sessão da Academia das Ciências.

Esqueci-me de dizer em seu lugar que, no dia 7, essa academia levantou a sessão em sinal de pesar, apesar de não costumar fazê-lo por ocasião da morte dos seus membros estrangeiros. O presidente Ducharte pronunciou então palavras muito sentidas.

Às 19h30, o trem especial que deveria conduzir a Lisboa o corpo de dom Pedro II estava alinhado no cais da saída. Compunha-se de vários vagões-leitos, de três salões, um vagão-capela, de dois furgões carregados de flores e de outros de bagagem. A essa hora, ainda chegavam coroas de flores.

O conde d'Eu agradeceu ao senhor Heurteau, diretor da companhia de Orléans, e aos membros do Conselho de Administração, as excelentes disposições que tinham tomado.

Achavam-se na estação, além da princesa de Joinville e do velho duque de Némours, uns 300 brasileiros e franceses.

Às 20h em ponto partiu o comboio, seguindo nele a princesa dona Isabel, o conde d'Eu, os príncipes dom Pedro de Alcântara, Grão-Pará e dom Pedro Augusto de Saxe, a baronesa de Muritiba, dona Eugenia da Fonseca (filha do marechal visconde da Penha), o visconde de Cavalcanti, o conselheiro Silva Costa, os condes de Aljezur e da Mota Maia, os barões de Muritiba e de Estrela, o secretário da legação portuguesa em Paris (conde de Azevedo e Silva) e os senhores doutor José Paranaguá, doutor João de Souza Dantas, doutor Gofredo de Escragnolle Taunay, doutor Paulo Prado, doutor Cansanção de Sinimbu, Sebastião Guimarães, Alfredo Rocha, barão de Nioac, Pandiá Calógeras, barão de Maia Monteiro, barão de São Joaquim, quatro padres e o diretor da empresa funerária Borniol, com o pessoal necessário. O príncipe Albrecht da Prússia, seguido de numeroso séquito, passou por Paris no dia 10 para ir representar seu irmão, o imperador da Alemanha, nos funerais em Lisboa.

Na manhã de 10, o trem imperial entrou no território espanhol; na de 11, chegou a Madri e, hoje, a Lisboa, sendo recolhido o corpo do grande imperador à igreja de São Vicente de Fora, em que descansam os restos dos seus antepassados e os da imperatriz dona Teresa Cristina.

Por toda a parte, segundo os telegramas, recebeu o ilustre brasileiro as mesmas honras oficiais e demonstrações públicas de respeito que lhe foram tributadas em França. Os nossos correspondentes especiais e o de Lisboa referiram por miúdo os incidentes da viagem e as exéquias finais.

Ferdinand Hex

117) Jornal do Commercio

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1903. Seção "Publicações a pedido".

O senhor ministro das Relações Exteriores[*]

Sumário: Capital Federal – Saúde e fraternidade – Vós – Recomendo-vos – Assinatura – Cidadão – Rocha Tarpeia.

Entre as publicações ineditoriais no *Jornal do Commercio* de 25 de dezembro, encontramos um artigo em que o ilustrado senhor Miguel Lemos, diretor do Apostolado Positivista no Brasil, censurou incidentemente o novo ministro das Relações Exteriores por haver restabelecido na correspondência oficial da sua repartição estilo e certos usos que haviam sido modificados em 1893 por um dos seus predecessores, o então ministro doutor João Felipe Pereira, positivista praticante. *A Tribuna*, dias antes, tinha feito também, de passagem, alguns reparos sobre o assunto, em uma das suas seções humorísticas.

Examinemos rapidamente essas censuras e outras críticas que têm chegado ao nosso conhecimento.

Estranharam o senhor Miguel Lemos e *A Tribuna* que os atos do Ministério das Relações Exteriores sejam agora datados do *Rio de Janeiro* e não da *capital federal*. A razão é óbvia.

Empregando-se o nome geográfico *Rio de Janeiro*, todo o mundo sabe que se trata da capital federal do Brasil; usando-se da perífrase *capital federal*, não se pode saber ao certo se o documento foi firmado no Rio de Janeiro, em Berna, em Berlim, em Washington, no México, em Caracas, em Buenos Aires, em Ottawa ou em Sydney. Em nenhuma outra federação ocorreu ainda a ninguém substituir o nome particular ou distintivo da cidade por um vago circunlóquio, e, felizmente, em nenhum dos estados da nossa União houve ainda quem se lembrasse de desprezar o nome próprio da cidade, sede do governo, para escrever *capital estadual*.

Uma fórmula que poderia conciliar tudo, mas que teria o grande inconveniente de ser sobremodo extensa e sair de regra geral, seria esta: "Na cidade do Rio de Janeiro, capital federal da República dos Estados Unidos do Brasil, aos... de janeiro de 1903."

[*] Artigo também publicado nos seguintes periódicos: Correio da Manhã, 13 jan. 1903; O Paiz, 12 jan. 1903; Gazeta de Notícia, 12 já. 1903 e A Tribuna, 12 jan. 1903.

O senhor Miguel Lemos, que tanto se arreceia do chamado sebastianismo, deveria atender a que o emprego de *capital federal* tem franco ressaibo monarquista, pois não é outra coisa mais do que uma transformação do antigo vezo português e brasileiro de dizer *corte*, para designar Lisboa e Rio de Janeiro.

No tempo do Império, o atual ministro das Relações Exteriores nunca deu à cidade do Rio de Janeiro o impróprio nome de *corte* e agora, procedendo coerentemente, quer apenas que os documentos expedidos pela sua repartição tragam o nome próprio da cidade em que são assinados e que se proceda aqui a semelhante respeito como procedem republicanos insuspeitos em todas as outras capitais federais e capitais de república.

Cumpre notar que o artigo do senhor Miguel Lemos em que aparece a censura é datado do *Rio de Janeiro* ("Rio de Janeiro, templo da humanidade, 22 de Bichat de 114") e que *A Tribuna* também apresenta, com muito acerto e diariamente, no alto de sua primeira página, o nome geográfico e privativo da sede do nosso governo, e não o inconveniente e extravagante substitutivo *capital federal*.

O senhor Miguel Lemos viveu muitos anos em Paris, no belo bairro latino, também de mui gratas recordações para o atual ministro das Relações Exteriores. Sabe, portanto, belamente que os republicanos daquela terra não datam seus ofícios e cartas de *Capitale de la République,* mas sim de *Paris*.

No tempo do Império, os viajantes que escreviam sobre o Rio de Janeiro mostravam-se admirados do costume local de dar à cidade o nome de *corte.* Agora, os modernos, como Carton de Wiard e outros, estranham também a denominação de *capital federal*. É verdade que há entre nós outras excentricidades do mesmo gênero, que não causam menos espanto aos estrangeiros, como a de se chamar "apólice" (*bond*) ao "tram-carro" – esquecendo o nome do inventor, senhor Tram – e "cartola" o que para os portugueses – e também para os brasileiros do tempo antigo – é "chapéu alto" ou "chapéu redondo". No caso, porém, dos nomes de cidade, a coisa pode ter até inconvenientes imprevistos. Não há muito tempo, um jovem patrício nosso, em Paris, querendo dirigir uma carta para o Rio de Janeiro, escreveu assim o endereço: "*Monsieur F. Capitale Fédérale*". A carta foi aberta pelo correio francês, para conhecer o nome do remetente, e devolvida a este, depois de fechada, com a nota "*adresse insuffisante*".

Restituamos à nossa cidade federal o nome que lhe pertence e único por que é conhecida no mundo inteiro. Chamemo-la como ela tem o direito de ser chamada: *Rio de Janeiro*. A federação e a República não poderão perigar por isso, nem o templo da humanidade sofrer dano de espécie alguma.

A circular de 7 de julho de 1893, do senhor doutor João Felipe Pereira, que tornava obrigatória a fórmula positivista "Saúde e fraternidade" foi revogada por outra de 4 de dezembro último, do atual ministro das Relações Exteriores.

Os motivos da revogação encontram-se no seguinte respeitoso ofício que o senhor Rio Branco, então ministro em missão extraordinária nos Estados Unidos da América, dirigiu ao seu ilustre superior:

> Missão especial do Brasil nos Estados Unidos da América.
> Nova York, 20 de setembro de 1893.
> 2ª Seção, nº 21 *bis*
>
> Senhor ministro,
>
> Tenho a honra de acusar o recebimento do despacho circular de 7 de julho em que vossa excelência recomenda que todos os ofícios sejam fechados com as palavras "Saúde e fraternidade".
>
> Entendendo que a circular se aplica aos serviços ordinários e não às missões especiais e temporárias como esta; deixo, por enquanto, até a decisão de vossa excelência, de recomendar aos secretários que ajuntem essa fórmula final aos ofícios daqui expedidos. Se a ordem é igualmente aplicável a missões especiais, ouso pedir a vossa excelência que, não havendo inconveniente, se digne de me dispensar do emprego de uma fórmula de saudação que na República Francesa, onde teve nascimento, só é empregada hoje pelos discípulos da religião de Augusto Comte, e que só poderei empregar com o protesto, que desde já faço, de que isso não importará da minha parte adesão de espécie alguma à doutrina política e religiosa desse filósofo.
>
> Se entre nós a antiga fórmula "Deus guarde a vossa excelência ou vossa senhoria" foi abolida em atenção a ideias filosóficas de alguns brasileiros, creio que as crenças religiosas de outros, sem dúvida muito mais numerosas, merecem também consideração. Isso justificaria a adoção das fórmulas de cortesia e respeito usadas

no estilo oficial da República Francesa, da Confederação suíça e dos Estados Unidos da América, fórmulas estas que satisfazem a todas as consciências.

Peço vênia para observar que mesmo no tempo em que a correspondência oficial de todas as outras repartições públicas no Brasil terminava com "Deus guarde a vossa excelência ou vossa senhoria" (que, entretanto, nunca foi obrigatório), o nosso antigo Ministério dos Negócios Estrangeiros, creio que desde pouco depois da Independência, usava como fórmula final ou de saudação as que estavam e estão em uso no estilo da chancelaria ou do diplomático de todos os povos cultos.

Com adoção da antiga fórmula revolucionária, não admitida em nenhuma outra república, os despachos ou documentos do nosso Ministério das Relações Exteriores, comunicados aos governos estrangeiros pelos nossos representantes diplomáticos, ficaram constituindo uma exceção estranhável, e asseguro a vossa excelência que, mesmo nas três repúblicas anteriormente citadas, a impressão daí resultante não nos será favorável, porque isso induzirá a crer que ainda estamos atravessando uma crise revolucionária.

Estou convencido de que vossa excelência prefere ao silêncio das reservas mentais a linguagem da franqueza e lealdade e assim não levará a mal as respeitosas observações que faço neste ofício, usando do direito de representação e guardando a decisão de vossa excelência, que receberei com o maior acatamento.

Tenho a honra de reiterar a vossa excelência os protestos da minha mais respeitosa consideração.

(Assinado) Rio Branco.
A sua excelência o senhor doutor João Felipe Pereira.
Ministro e secretário de Estado das Relações Exteriores.

Esse ofício não foi respondido, e o senhor Rio Branco continuou a regular-se pelo antigo formulário até que o seu particular amigo senhor doutor Olyntho Magalhães, em 1899, tornou extensivas às missões especiais as regras estabelecidas para a correspondência das legações e dos consulados. A ordem foi imediatamente cumprida pelos dois ministros que então tínhamos em missão especial no estrangeiro, os

senhores Nabuco e Rio Branco, mas deixou de ser observada em algumas de nossas legações, sem que o doutor Magalhães, ocupado com assuntos mais urgentes, tivesse tido oportunidade para recusar a excelência e os protestos de respeitosa consideração que lhes eram enviados ou para exigir o emprego da fórmula positivista "Saúde e fraternidade".

Agora, para uniformizar a correspondência oficial do Ministério das Relações Exteriores, foram restabelecidas as práticas anteriores a 1893, por meio das seguintes instruções:

1ª Seção
Circular
Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 4 de dezembro de 1902.

Senhor (ministro ou cônsul),

Sendo conveniente estabelecer na correspondência desta repartição e dos serviços que dela dependem as fórmulas de cortesia usadas no estilo de chancelaria de todos os povos cultos, e nomeadamente no de todas as outras Repúblicas, declaro revogada a circular de 7 de julho de 1893 e peço a vossa senhoria que de ora em diante remate os ofícios que dirigir a funcionários públicos brasileiros e a particulares dizendo que tem a honra de lhes oferecer ou de lhes reiterar, conforme o caso, os protestos mencionados no apontamento anexo a esta circular.

Quando forem dadas ou transmitidas ordens e instruções, não será necessário ordenar ou recomendar sempre a sua execução; bastará, na generalidade dos casos, pedir ao subordinado que as tenha presentes ou que as execute, devendo este entender que o pedido do seu superior hierárquico ou de qualquer autoridade competente é necessariamente uma ordem.

No fecho das notas e cartas oficiais às autoridades estrangeiras, as legações e consulados brasileiros deverão continuar a empregar as fórmulas da polidez usadas no estilo oficial do país em que estiverem.

Tenho a honra de reiterar a vossa senhoria os protestos da minha estima e consideração.

(Assinado) Rio Branco.

Como se acaba de ver, o que o senhor ministro das Relações Exteriores fez com a circular de 4 de dezembro último foi pôr de novo em vigor, na correspondência da sua repartição, as regras de cortesia oficial abolidas em 1893 e que são, resumidamente e com ligeiras variantes, as mesmas que se encontram em um folheto de 50 páginas em cuja capa e folha de rosto se lê o seguinte: "*République Française. Protocole du Ministère des Affaires Etrangères, 1900*." E da página 11 em diante: "*Protocole du Ministre*."

Os republicanos da Suíça, dos Estados Unidos da América e da França, sendo mais antigos, devem entender mais de república do que os do Brasil. O nosso Ministério das Relações Exteriores está seguindo agora, em matéria de estilo oficial, os exemplos que nos dão os republicanos dessas e *de todas as outras repúblicas*.

O senhor Rio Branco, portanto, não suprimiu fórmulas republicanas, nem obedeceu a pensamento algum político. O "*Salut et Fraternité*", usado na França na época da grande revolução, é desde muito *fórmula religiosa* e não *política*, de que apenas se servem na França e em outros países os pouco numerosos observantes da doutrina religiosa de Augusto Comte. Não nos parece que se possa com razão considerar "pequice política" o emprego de alguns poucos minutos em consertar a reforma de 1893. O que com certeza deve ser considerado "pequice política" e mesmo rematada *carolice* é o ato dos que então impuseram ao Ministério das Relações Exteriores uma fórmula da religião da humanidade. Na República do Equador, o ultramontano Garcia Moreno não foi tão longe, pois nunca se lembrou de decretar para fecho dos ofícios e notas o *Dominus Vobiscum*, que seria a fórmula equivalente e mais aceitável naquele país de carolas.

Os avisos e as comunicações das outras repartições são documentos do nosso serviço interno, correspondência trocada entre brasileiros e que, assim, se passa toda em família. Não sucede o mesmo aos despachos do Ministério das Relações Exteriores. Não raro são eles comunicados por tradução aos governos estrangeiros e isso basta para mostrar que em tais documentos nos não devemos afastar dos estilos observados na correspondência diplomática de todos os povos civilizados. O "*Salut e Fraternité*" e o "*Hail and Fraternity*", nas traduções francesa e inglesa do nosso protesto contra a decisão do tribunal arbitral anglo-venezuelano, causaram bastante surpresa aos velhos republicanos de Paris, de Berna e

de Washington e deram motivo a comentários pouco agradáveis sobre o nosso calourismo republicano.

No Brasil foi decretada a separação da Igreja e do Estado, e não houve lei alguma impondo às repartições e aos funcionários públicos manifestações de adesão à religião da humanidade.

Sabemos que o senhor Rio Branco admira profundamente os talentos, a ilustração, a constância de propagandistas e a pureza de vida dos dois dignos apóstolos do positivismo no Brasil. Tem por eles e por todas as religiões o maior respeito, mas não pode esquecer que no Brasil o Estado não tem religião.

O chamado tratamento de "*vós*" também não se pode dizer que seja rigorosamente republicano. Nas outras democracias é admitido, ou de rigor em certos casos, o tratamento de excelência. Nas de língua espanhola, há este e o de vossa senhoria: nunca o de *vós*. Mesmo no Brasil, o de excelência é de estilo corrente nas discussões das Câmaras Legislativas. O pronome da segunda pessoa do plural só é, em regra, empregado na língua portuguesa, na espanhola e na italiana quando se fala ou escreve a mais de uma pessoa. À índole dessas três línguas repugna o tratamento de *vós*, e pode se dizer que em Portugal ele só era e é empregado nas Cartas Régias e em outros documentos expedidos em nome do rei ou, excepcionalmente, quando se fala à majestade ou a alguma pessoa de maior eminência. Nos países de língua portuguesa, tratamo-nos todos por "senhor". Como, pois, pretender que o "vossa senhoria" ofenda o sentimento de igualdade?

É melhor evitar os erros de conjugação tão frequentes entre nós, depois que se introduziu o tratamento de *vós.* Veja-se, por exemplo, o seguinte curioso trecho de ofício há tempos publicado, escrito por um pretenso positivista que, em 1889, mereceu a honra de um retrato, com extensa dedicatória, do ilustre Benjamin Constant: "[...] Já *vês*, pois, que quem se enganou e errou *fostes vós* e não *este seu criado*, que chamei a atenção dos ilustres ministros [...]" Em ofícios e telegramas, em vez de *vós*, têm recebido funcionários brasileiros, às vezes, o pouco cerimonioso tratamento *tu.*

O segundo parágrafo da circular teve, por fim, como o primeiro, acabar com a secura e a dureza do estilo oficial observado desde 1893 e que de dia em dia se foram agravando. Abolidas todas as fórmulas de polidez ("Tive a honra de receber"; "Reitero a vós os protestos da minha

estima e consideração"; "Queira fazer isto"; etc.), a correspondência entre os funcionários do serviço exterior e a secretaria deixava a impressão de que o governo estava mal com os seus delegados e de que estes também não sabiam tratar com a devida deferência os seus superiores. As ordens eram dadas com o laconismo e a aspereza com que certos sargentos falam aos seus inferiores: "Recomendo-vos que encarregueis o primeiro-secretário dessa legação de escrever um relatório minucioso sobre a viticultura nesse país. Saúde e fraternidade." A fórmula final soava como um áspero "Passe bem!"

Não era assim que tratavam os seus subordinados os estadistas que deram renome ao nosso antigo Ministério dos Negócios Estrangeiros, entre os quais bastará citar os viscondes do Uruguai, de Abaeté, do Rio Branco, de Maranguape, de Sinimbu e de Caravelas, o marquês de Abrantes, o conselheiro Saraiva, o barão de Cotegipe e, depois da República, Quintino Bocaiúva e Carlos de Carvalho. Homens como Daniel Webster, Guizot, Gambetta, Metternich, Palmerston, Derby, Salisbury não desciam sua dignidade dizendo aos seus subordinados: "*O ofício que me fizestes a honra de dirigir* [...]", "*Peço-vos que comuniqueis isto* [...]", "*Recebei, senhor, os protestos da minha distinta consideração*" (fórmula francesa de cortesia nos despachos dirigidos aos simples chanceleres de consulados). Na Inglaterra, o chefe do *Foreign Office*, seja ele embora um Palmerston, termina deste modo os seus despachos oficiais, mesmo quando se dirige a um vice-cônsul: "*Tenho a honra de ser, senhor, vosso humilde e obediente servo* [...]"

Entre nós, entenderam alguns jovens ministros que não ficava bem a sua autoridade respeitar tais usos de chancelaria, posto que observados escrupulosamente por mestres em república, como são os suíços, os norte-americanos e os franceses.

Compreende-se facilmente que, na carreira diplomática e também na consular, o exercício da polidez deva ser de uso constante. Funcionários habituados à dureza de forma, ou à falta de forma, maltratados e inibidos de observar as mais comezinhas regras de cortesia nas relações com os seus superiores, acabariam por ficar uns grandes malcriados, até mesmo no trato com as autoridades estrangeiras.

A circular de 4 de dezembro procurou atender à necessidade de evitar esse inconveniente, restaurando práticas que não são só das monarquias, mas também de todas as demais repúblicas.

Outra crítica de que tivemos notícia é relativa à assinatura *Rio Branco*. Essa foi feita por um ex-ministro em conversa de *bonde*, ouvida pelos vizinhos. O jovem estadista via nesse modo de assinar uma demonstração de sebastianismo.

Responde-se mui facilmente à crítica e à suspeita. O nosso *Diário Oficial* acaba de publicar uma nota do Conselho Federal Suíço dirigida ao Ministério das Relações Exteriores desta República. Termina assim o documento:

> [...]
> *Queira aceitar, senhor ministro, os novos protestos da nossa alta consideração.*
> *Em nome do Conselho Federal Suíço,*
> *O presidente da Confederação,*
> *(Assinado) Zemp.*
> *O chanceler da Confederação,*
> *(Assinado) Ringier.*

Vejamos, ao acaso, outro documento, este da França:

> *O presidente da República francesa, por proposta do ministro dos Negócios Estrangeiros, decreta:*
> *[...]*
> *O ministro dos Negócios Estrangeiros fica encarregado da execução do presente decreto.*
> *Feito em Paris, aos 16 de novembro de 1900.*
> *(Assinado) E. Loubet*

Pelo presidente da República, o ministro dos Negócios Estrangeiros: "*(Assinado) Delcassé*."

Poderá o crítico pretender que os velhos republicanos suíços Zemp e Ringier, e que o radical francês Delcassé devam ficar suspeitos de fingido republicanismo porque assinam um só nome? Cumpre notar que não são esses os únicos republicanos que assinam em documentos oficiais um só nome. Pode dizer-se que tal é a regra geral na Confederação suíça e na República Francesa (Constans, Waldeck-Rousseau, além de muitos outros); se nos não falha a memória, o uso, sem ser tão geral, é frequente nos Estados Unidos da América.

Notemos também de passagem que nas repúblicas que nos podem servir de modelo em matéria de costumes democráticos e estilo oficial (Suíça, Estados Unidos da América e França), ninguém diz ou escreve "cidadão chefe de polícia", "cidadão ministro", "cidadão fulano ou beltrano". Nos Estados Unidos diz-se: "*Mr. President*" ou "*Mr. F.*", nunca "*citizen President*" ou "*citizen F*". Na Suíça também, embora todos sejam cidadãos, os funcionários e particulares são tratados por "senhor F.", e não por "cidadão F." Na República Francesa, só aos anarquistas, desordeiros e políticos desequilibrados se costuma dar em tom de mofa o tratamento de "*citoyen*" em vez do de "*Monsieur*". Diz-se correntemente "*la citoyenne Louise Michel*", mas nenhum homem que se respeite dirá ou escreverá "*le citoyen Waldeck-Rousseau*", "*le citoyen Méline*".

No Paraguai de Solano López, sim, quando ali reinava o cepo uruguaiano e outros instrumentos de tortura, além dos fuzilamentos e das degolações, é que se dizia sempre: "*El ciudadano coronel F.*", "*el ciudadano juiz de paz* " etc.

Depois de dizer que o senhor Rio Branco é o "aclamado chefe do intitulado partido da pátria", o senhor Miguel Lemos termina assim:

> [...] Seja como for, o que sinceramente desejamos é que essas reformas iniciais do atual ministro do Exterior muito contribuam para que o ilustrado brasileiro nos demonstre praticamente, na gestão *política* da sua pasta, que o capitólio das Missões e do Amapá está muito distante da rocha Tarpeia do Acre e de outros insondáveis despenhadeiros que demoram em torno da sua eminente posição no governo da República.

Não sabemos que há entre nós um "intitulado partido da pátria." Se existe, terá outro ou outros chefes. Afastado há 28 anos das nossas questões de política interna, o senhor Rio Branco tem mostrado que não procura nem deseja eminências políticas. Se, ultimamente, pela confiança do novo presidente da República, foi colocado em "posição eminente", outros galgaram essas alturas muito mais depressa e muito mais facilmente do que ele. É também sabido que só aceitou o posto que ocupa depois de longa resistência, porque, dados os seus hábitos de vida tranquila e retirada e os encargos de família que tem, a aceitação importava mui grande sacrifício, não só seu, mas também de terceiros que lhe são caros. Acabou, porém, por inclinar-se diante do insistente convite do presidente eleito, e inclinou-se lembrando-se somente do muito que devia e deve à nossa terra.

Pode o senhor Miguel Lemos estar muito certo de que o novo ministro das Relações Exteriores não partiu da Europa ignorando a existência dos despenhadeiros a que se refere. Veio para o Brasil mui ciente de que no posto de perigo que lhe foi designado tinha bastante a perder e nada a ganhar. Se, porém, tiver de cair de algum despenhadeiro, estamos convencidos de que há de fazer o possível por cair só sem arrastar em sua queda os interesses do Brasil. Seja como for, as fórmulas agora abolidas do nosso estilo de chancelaria não tiveram a virtude de impedir a horrorosa embrulhada do Acre, em que andamos metidos, nem a constituição dos rochedos com que é ameaçado o novo ministro.

118) O Paiz

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1903.

Alta prudência
O prudentíssimo Pando

Declarações do senhor Pinilla para facilitar as negociações

O que se passou ultimamente entre o senhor ministro do Exterior e o senhor ministro boliviano.

I

O senhor Rio Branco:

– Acabo de ser informado, com surpresa, que o general Pando está prestes a partir para o Acre, à frente de uma forte expedição.

O senhor Pinilla:

– Não é exato, não, senhor, o general deixar La Paz, partir para o Acre à frente de uma expedição... Isso lá seria possível? Ora essa! Nem o presidente da Bolívia poderia pensar em tal!

II

O senhor Rio Branco:

– Olhe que a informação que tive é segura. O general Pando parte mesmo.

O senhor Pinilla:

– Não. A verdade é essa: o general ia partir. Só agora há pouco tive um telegrama a respeito. No entanto, sua excelência resolveu suspender a viagem e autorizou-me a entrar em novas negociações com o Brasil. Sua excelência quer a paz, esta pronto a entrar em qualquer acordo.

III

O senhor Rio Branco:

– Então? Que história é essa? O homem partiu.

O senhor Pinilla:

– É verdade, partiu, mas isso não quer dizer nada. Ou por outra: isso foi uma medida de alta prudência, para facilitar as negociações.

***

O que se daria se o Barão do Rio Branco fosse algum Manoel de Souza e se deixasse fiar nas cantigas do senhor Pinilla:

I

O senhor Rio Branco:

– Como se explica isso? O senhor Pando está a fuzilar brasileiros, a arrancar-lhes propriedades, a invadir terras do Amazonas.

O senhor Pinilla:

– Ah, Sim, é verdade! No entanto, isso não significa nenhuma hostilidade ao Brasil. Longe de tal, é uma série de medidas de alta prudência que o general tem tomado. Graças a elas, diminui o número de reclamantes contra o domínio boliviano no Acre e diminuem, portanto, as causas de atritos entre as duas repúblicas irmãs.

II

O senhor Rio Branco:

– E agora? Que me diz o senhor? Os seus patrícios estão invadindo Mato Grosso.

O senhor Pinilla:

– Sim, sim. Está muito bem... Como uma das propostas do Brasil é uma permuta de terras, os bolivianos estão fazendo um ensaio! É uma medida de alta prudência, que vem facilitar as negociações.

III

O senhor Rio Branco:

Isso é demais, seu aquele! Acabaram-se os brasileiros do Acre...O general Pando matou-os todos com a sua tropa. E o senhor que me dizia que estivesse descansado! Vou agora providenciar energicamente...

O senhor Pinilla:

– Ora essa! Providenciar energicamente? Não há motivo para semelhante coisa... Não, senhor! Ora essa! Os brasileiros do Acre foram todos mortos, é verdade. No entanto, isso não foi mais que uma medida de alta prudência. O governo do Brasil estava preocupado com a sorte de seus patrícios residentes no Acre, não é exato? Pois bem, agora não há lá mais nenhum brasileiro, e o governo do Brasil, livre de tão grande preocupação, pode melhor entrar em um acordo com a Bolívia. A extinção dos brasileiros foi uma medida de alta prudência que vem facilitar as negociações.

J. Repórter.

119) O Paiz

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1903.

Aonde foi o senhor Pando?

Onde está o senhor Pando? Diversas informações.

O que diz o senhor Pinilla:

Afinal como é isso? O general Pando partiu para o Acre? Partiu, mas volta? Partiu com outro rumo, mas está para voltar? Para onde foi o general Pando? Onde está o general Pando?

Segundo uma informação, o general Pando tomou efetivamente o caminho do Acre, mas o fez com o intuito de impedir que o coronel

Montes prosseguisse na viagem que tão desastradamente empreendeu.

O presidente boliviano bem podia encarregar alguém de tal serviço. No entanto, quis em pessoa executá-lo. Parece que isso é costume seu. Ao que consta o homenzinho é terrível para acumular funções.

Segundo outra informação, na Bolívia não se pensa em guerra, mas sim em revolução. Vendo as coisas malparadas, o general tratou de ir buscar gente em certos pontos do país, para organizar a defesa do governo, em La Paz. Longe estava de imaginar aquele fervoroso amigo do Brasil que a sua ausência da capital boliviana tamanha indignação produzisse no Rio de Janeiro. Ora essa! Ele estava até a se esforçar para que as suas negociações com o Brasil continuassem cordialmente. Contudo, para isso, para que o seu governo assim procedesse, para que se conservassem as suas boas relações com o Brasil, a primeira coisa que deveria fazer era conservar-se a si mesmo.

Segundo outra informação, ainda, o general partira, de fato. Entretanto, não fora ao Acre, nem se afastara de La Paz para preparar elementos de resistência contra revolucionários. Fora a determinada localidade acabar com um barulho. O homem é presidente e, ao mesmo tempo, assim, uma espécie de delegado ou de capitão de polícia.

***

O senhor Pinilla, seriamente atrapalhado com a partida do seu presidente, procura oferecer ao Brasil uma explicação de tal fato. Dá-se sua excelência a um trabalho deveras penoso, para arranjar uma desculpa. Empenha-se sua excelência para que nos convençamos de que o senhor Pando saiu de La Paz, mas volta. A questão toda é essa, a da volta. Sua excelência entende que a volta é a melhor volta... a dar ao caso. Contudo, onde há de sua excelência dizer que o senhor Pando está? Para onde sua excelência há de dizer que o senhor Pando foi?

***

Estou a ver que o senhor ministro boliviano ainda dirige ao senhor Rio Branco a seguinte nota: "Levo ao conhecimento de vossa excelência que o senhor general Pando não partiu para o Acre. O general Pando foi fazer um serviço que por outra pessoa não poderia ser feito, e volta daqui a bocadinho."

J. Repórter.

120) Jornal do Commercio

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1903.

Caxias e Mitre

Informações e juízos do Barão do Rio Branco

Da obra de Schneider, *História da Guerra da Tríplice Aliança*, foram publicados, em 1876, nesta cidade do Rio de Janeiro, os dois primeiros volumes, vertidos para o português por Manuel Tomás Alves Nogueira e comentados pelo então jornalista e deputado Paranhos, depois Barão do Rio Branco. Do terceiro volume da tradução foram impressas, em Paris, mais de 800 páginas, em 1882. Ocupado com outros trabalhos, não pôde o Barão do Rio Branco terminar esse livro, que, assim, não é conhecido até hoje do público. Remeteu, porém, naquele tempo, 6 ou 10 exemplares a amigos seus, e de um desses exemplares pareceu-nos conveniente transcrever agora os seguintes trechos, que bastante luz trazem sobre a discussão ultimamente aberta em Buenos Aires.

I

Marcha de flanco, de Tuyuti a Tuyu Cuê

Na nota 35 ao capítulo XVI da citada obra de Schneider (pp. 18-25, v. 3), diz o Barão do Rio Branco:

> Os ilustres argentinos que anotaram a tradução espanhola da obra de Thompson (senhores Lewis e Estrada) pretendem que a marcha de flanco foi *ideia do general Mitre*, executada pelo duque de Caxias (p. 229 da edição de Buenos Aires). A semelhante respeito pedimos ao leitor que tenha presente o que dissemos em nota à página 75 do segundo volume e, sobretudo, na segunda nota à página 360 do *Apêndice* ao mesmo volume.

A marcha para Tuiu Cuê era advogada por muitos oficiais brasileiros desde junho de 1866. Ao duque de Caxias coube, incontestavelmente, a glória de preparar os elementos necessários e de levar a efeito esse movimento: supomos que o modesto e sensato general brasileiro nunca pretendeu a de *inventor* de uma ideia que já era de *quase todo o exército* quando ele assumiu o comando em 18 de novembro de 1866.

Em carta de 31 de julho de 1866, escrita ao visconde do Rio Branco, dizia o general Antonio da Silva Paranhos (então tenente-coronel): "Qualquer tentativa sobre a direita inimiga (Curupaiti) será sangue e muito sangue perdido [...]"

Em 26 de agosto acrescentava:

> Parece-me que será um erro atacar as trincheiras que nos ficam na frente, *quando pelo flanco esquerdo do inimigo temos caminho que nos conduzirá a Humaitá.* Se assim é, como informam alguns desertores paraguaios, não devemos comprometer o bom êxito de nossas operações em um ataque de êxito duvidoso [...]

Em 28 de agosto, anunciando as operações resolvidas em junta de guerra (ataque de Curuzu e Curupaiti e ataque às linhas da frente), escrevia ainda: "O plano pode ser magnífico, mas *eu inclino-me aos que pensam que, se todas as forças reunidas contornassem o flanco esquerdo do inimigo, teríamos caminho livre até Humaitá* com menos prejuízo de sangue e mais certeza no resultado [...]"

Essas três cartas fazem hoje parte (1882) da coleção de autógrafos e documentos do barão Homem de Melo, a quem as oferecemos em 1876. Elas mostram que, já em 1866, quando o general Mitre resolvia o ataque da *direita paraguaia*, a marcha do flanco *pela esquerda* tinha partidários no exército brasileiro.

Vejamos agora o que se passou desde a chegada do duque de Caxias ao teatro da guerra. Logo na segunda entrevista que teve com o presidente Mitre, vendo o novo general brasileiro que aquele não adiantava em falar-lhe as futuras operações, interpelou-o, perguntando-lhe que projetos tinha em mente e quando poderiam os aliados, no seu entender, reassumir a ofensiva. Como em outras ocasiões (ver os documentos que publicamos no primeiro volume, nota à página 264, e no segundo volume, à página 312 do *Apêndice*), o presidente Mitre não quis manifestar-se em primeiro lugar e, depois de algumas palavras amáveis e várias observações, declarou que estimaria saber quais as ideias de Caxias sobre o plano a adotar-se. Era mais natural que falasse primeiro quem ali estava desde 20 de maio e, portanto, mais senhor do terreno e da situação do que o recém-chegado general brasileiro. Todavia, deu-se o contrário, e o duque de Caxias expôs brevemente o seu parecer, mostrando-se contrário ao ataque de frente, das trincheiras de Curupaiti, Sauce e Rojas, à vista do insucesso das

primeiras tentativas, e opinando por uma operação de flanco, que tendesse a contornar a esquerda do acampamento inimigo, com o fim de interceptar as comunicações de Humaitá e suas linhas exteriores com o resto do país, forçar o inimigo a uma batalha ou levar nessa direção o principal ataque, pois, segundo as informações que tinha, a face oriental da posição inimiga parecia descuidada e vulnerável. As posições de Tuiuti e passo da Pátria ficariam convenientemente guarnecidas, fazendo o grosso das forças aliadas a marcha de flanco pela esquerda do inimigo e tentando a esquadra, primeiro, o forçamento da passagem de Curupaiti, e, depois, sendo possível, o das baterias de Humaitá, por ocasião do ataque do exército. Entendia, porém, como expusera ao imperador e a seus ministros, antes de partir do Rio de Janeiro, que o Exército Imperial não poderia assumir eficazmente a ofensiva sem boas cavalhadas e sem receber reforços que o elevassem a 40 mil combatentes. "Eis aí [acrescentou Caxias] o que me parece melhor e o que eu faria se me coubesse a direção dos exércitos aliados e das operações de guerra."

O presidente Mitre aplaudiu muito essas ideias, dizendo que eram também as suas; que estava de inteiro acordo; que esse plano era excelente e o único que podia ser posto em prática. No entanto, infelizmente, não dispunham os aliados das forças necessárias para tomar a ofensiva, e antes de fevereiro nada se poderia tentar porque os esteiros estavam mui crescidos.

Essas informações nos foram prestadas pelo general Fonseca Costa, barão da Penha (então chefe do Estado-maior do *Exército* Imperial), e constam também das Cartas *Confidencial*, de 27 de dezembro de 1866, e *Reservada*, de 11 de setembro de 1867, dirigidas pelo duque de Caxias ao ministro da Guerra visconde de Paranaguá. Desses dois documentos extrairemos somente os seguintes trechos:

> [...] Na segunda conferência que com ele (presidente Mitre) tive, provoquei-o a que me dissesse qual o plano que premeditava e quando supunha que poderíamos dar começo às operações. Sua excelência, com muito boas palavras, evitou responder e disse-me que desejava primeiro ouvir-me. Com toda a franqueza disse-lhe eu o que pensava... Sua excelência [...] ouvindo-me com toda a atenção, retorquiu que pensava exatamente como eu, mas que nem tínhamos já forças para principiar os nossos movimentos e nem os campos, em consequência das chuvas, nos podiam dar trânsito: que só para fins de fevereiro se poderia fazer alguma coisa (Carta Confidencial, de 27 de dezembro de 1805).

> [...] Logo depois da minha chegada no campo de Tuiuti, perguntei ao general Mitre quais as suas vistas, qual o plano que na qualidade de general em chefe dos exércitos aliados pretendia pôr em execução quando se tivesse de recomeçar as operações ativas. Sua excelência, porém, sem responder à pergunta, manifestou o desejo de ouvir-me sobre o assunto. Com a maior sinceridade lhe disse o que praticaria se tivesse de dirigir essas operações, indicando, à vista do que havia sido feito anteriormente, a marcha pela direita, procurando por meio dela o *flanco esquerdo do inimigo*, para por aí atacá-lo. O general Mitre, depois de ouvir-me, declarou que o meu plano era excelente, o único a pôr-se em prática e, finalmente, que era também o seu. (Carta Reservada, de 11 de setembro de 1867).

Os dois trechos anteriores são copiados do livro de registro da correspondência reservada do duque de Caxias. Os documentos originais devem estar no arquivo do visconde de Paranaguá, então ministro da Guerra.

Em 9 de fevereiro de 1867, o presidente Mitre, em consequência da revolução de Mendoza, deixou o teatro de guerra, levando mais de quatro mil homens do seu pequeno exército (diz Caxias em reservado de 17 de setembro de 1867). Dois meses antes, havia partido o general Paunero com mil e tantos homens. O general Gelly y Obes ficou comandando as tropas argentinas no Paraguai, reduzidas então a menos de quatro mil homens, o Caxias a [ilegível] o comando interino dos exércitos aliados.

Ao partir o presidente para Buenos Aires, Caxias foi dele despedir-se. Nessa entrevista, "depois de larga conversação sobre coisas alheias ao nosso fim principal aqui" [disse Caxias], entregou-lhe o general Mitre um esboço muito imperfeito das posições inimigas, traçado à vista de informações de alguns desertores, que pouca confiança podiam inspirar, e declarou não ter podido obter conhecimento mais completo do terreno ocupado pelo exército paraguaio. "Como obter informações seguras !" exclamou ele. "O Paraguai foi sempre uma nova China, penetrável e desconhecida." Quanto às [im]operações futuras, ofereceu mandar de Buenos Aires os mapas mais completos que pudesse encontrar e uma memória em que apresentaria por escrito as ideias trocadas, em diferentes ocasiões, entre ele e Caxias. "No caso de vossa excelência", acrescentou "[eu] faria um novo reconhecimento pela direita com toda a cavalaria". A isso respondeu o general brasileiro que reputava inconveniente semelhante operação, lembrando-lhe de que o reconhecimento feito em

setembro do ano anterior pelo general Flores não tivera outro resultado senão chamar para esse lado, então inteiramente aberto das posições inimigas, a atenção de López, e indicar-lhe que por aí poderia ser facilmente atacado.

> Continuando, lhe disse eu [são palavras da Carta *Confidencial* de 13 de fevereiro de 1867 de Caxias ao ministro da Guerra, Paranaguá] que me admirava essa opinião de sua excelência, quando ele sabia, e tinha comigo ajustado, logo que tivéssemos cavalos em número suficiente e forças de outras armas bastantes para fazermos em ataque decisivo que seria por ali a nossa marcha principal, para o quê, de acordo com ele, estava eu aparentando voltar as minhas vistas para a nossa esquerda, mandando bombardear quase diariamente, por esse lado, as fortificações do Curupaiti e fazer explorações pelo Chaco para bem capacitar o inimigo de o atacar pela nossa esquerda. Respondeu-me que, se eu persistia nessa ideia, não conviria, com efeito, o movimento que ele indicava, mas que me supunha [com] poucas forças para poder empreender manobra tão grande. Não insisti e nos separamos.

A carta de 17 de abril de 1867, de que falam os comentadores argentinos, escrita por Mitre a Caxias (ver no *Apêndice* a este volume o nº 9), não é prova de que o general Mitre tivesse a *prioridade da ideia e o privilégio exclusivo dela.*

Foi recebida a 29 de abril, em Tuiuti, e respondida no dia 30 a carta de que se trata. Esse documento é a memória oferecida por Mitre ao despedir-se, mas ainda antes de ser tal carta expedida de Buenos Aires, escrevera Caxias ao general Osório, em 4 de abril, uma [extensa] Carta Confidencial, da qual extrairemos os seguintes trechos (é publicada integralmente no Apêndice a este volume, nº 9):

> [...] *Tendo projetado fazer um movimento com o grosso do exército pelo nosso flanco direito*, deixando, contudo, ocupada a linha atual por forças capazes de resistir a qualquer ataque... *E sendo a minha marcha daqui em direção a Pedro Gonzalez, se antes não encontrar boa passagem em passo Canoa, Tio Domingo etc., creio que por esse ponto nos poderemos reunir e marchar pelo campo com direção a São Solano e Humaitá... A nossa esquadra há de ter ordem para subir o rio,* mesmo por cima de torpedos, ainda que perca dois ou três navios, e bloquear

essa fortificação pelo lado de cima... A marcha por Itapúa até Assunção não é exequível, pela falta de recursos de toda essa região nem a força de que vossa excelência dispõe hoje é para isso suficiente. (Assim pensava também, sobre a invasão por Itapúa, o ditador López. Ver a nota 14 a este capítulo.)

Em 6 de abril de 1857, escrevia Caxias ao seu amigo visconde do Rio Branco:

E a vossa excelência, que é homem de tino e segredo, direi qual o meu plano... Daí [Cerrito] marchará Osório com direção a Pedro Gonzalez, onde nos reuniremos, avançando eu daqui com vinte e tantos mil homens, mas deixando esta linha de Tuiuti ocupada por 10 mil a 12 mil [homens]. De Pedro Gonzalez seguirei na direção de São Solano, ou mais acima [...] (ver essa interessante carta no Apêndice nº 9).

Em 10 de abril dizia Caxias ao ministro da Guerra, Paranaguá:

Estou dando tempo a que o barão do Herval se aproxime de Itati ou do Cerrito *para me pôr em movimento contra o flanco esquerdo do inimigo* a fim de me colocar à retaguarda das suas fortes trincheiras, obrigando-o a dar-me batalha em campo raso. Para isso é preciso dividir o nosso exército em duas colunas, uma que deve fazer frente nestas posições do inimigo e *outra que contorne pela sua esquerda*... Ele [Herval], como já informei a vossa excelência, passou o Uruguai no dia 22 do passado e está marchando na direção que lhe indiquei para fazer junção comigo em *Pedro Gonzalez, pouco ou mais ou menos*; depois, voltarei *na direção de São Solano ou mais acima de Humaitá,* sem deixar ao inimigo senão a alternativa de atacar a força que eu aqui deixar ou ir no meu encontro. Se atacar a linha de Tuiuti, corre o risco de eu lhe tomar a retaguarda e metê-lo entre dois fogos. Se abandonar as suas linhas de Rojas e me for procurar, torna fácil às forças de Tuiuti tomarem-lhe essas linhas e marcharem na sua retaguarda enquanto ele me for encontrar. Se a esquadra puder romper os torpedos do rio Paraguai e subir para cima de Humaitá, sem demorar-se em arrasá-la (o que na minha opinião não poderá fazer), tornará para López impossível sustentar-se nesse ponto por ficar sem comunicações pelo rio com a sua capital, e então passará o Nhembucu ou mesmo o Tebiquarí, e aí formará a sua segunda linha de defesa, ou deporá as armas se formos felizes em todos esses movimentos, que tenho [ilegível] projeto, que são, no meu ver, os únicos que se poderão fazer e que foram aplaudidos pelos generais aliados, aos quais os comuniquei.

Esses documentos de 4, 8 e 10 de abril são anteriores à carta de 17 de abril, escrita de Buenos Aires pelo general Mitre, e só recebida, como dissemos, no dia 29. Acresce que o plano de campanha traçado nessa carta (ver no *Apêndice* o nº 9) ora muito complicado, continha indicações inaceitáveis e baseava-se no emprego de uma força de 53 mil homens (45 mil em torno das linhas de Humaitá e suas avançadas, e oito mil operando pela margem paraguaia do alto Paraná) força de que – o general Mitre sabia – não dispunha o exército aliado.

Segundo o general Mitre, as forças aliadas deveriam ser distribuídas deste modo:

> *Coluna* [*expedicionária*] (contra o flanco esquerdo do inimigo) 25 mil homens e 48 canhões; Tuiuti, 15 mil; passo da Pátria, mil; Curuzu, dois mil para a defesa da posição e outros dois mil para serem transportados nos encouraçados, que deveriam forçar no mesmo dia o passo de Curupaiti e o de Humaitá, tentando surpreender esta fortaleza (que nunca teve menos de quatro mil defensores) e, [se] fosse [im] possível o golpe de [mão] deveria aquela coluna desembarcar rio acima e fortificar-se à margem (ver o que diremos adiante sobre esta operação na nota 35). *Total de 45 mil homens*. Mais a coluna do dito *Paraná*, de oito mil *homens*, para invadir por Apipé, ou outro ponto entre Itapúa e o passo Yahapé. *Total* de 63 mil *homens*.

Caxias só dispunha, em fevereiro, de 32 mil homens; em abril e maio, de 28 mil, porque a epidemia abrira muitos claros em nossas fileiras; e, em julho, de 40 mil homens.

O plano concebido e iniciado pelo benemérito general brasileiro foi outro, muito diferente, extremamente simples, e, sem dúvida, mais acertado. Deixou no *Chaco*, com o coronel Gurjão, 1.088 homens, às ordens do almirante, para assegurar por aí as comunicações entre os encouraçados que deviam forçar o passo do Curupaiti e o navio de madeira; deixou em *Tuiuti* e *passo da Patria*, com Porto Alegre, 11 mil homens (10.300 brasileiros e 700 argentinos, que se supunha, segundo os seus mapas, serem mais de 1.400), e marchou para *Tuiu Cuê* com 28 mil homens e 69 canhões (21.500 brasileiros, seis argentinos e perto de 800 orientais). Empregou assim toda a força de que dispunha, elevada a 40 mil homens somente depois que muitos doentes tiveram alta dos hospitais, e após a incorporação do general *Osório* com o 3º Corpo do

Exército Imperial (13 e 19 de julho). Quanto à esquadra, estava assentado com o almirante que ela forçaria o passo de Curupaiti logo que o exército expedicionário atacasse o inimigo por Tuiu Cuê e São Solano e que de Humaitá apenas fossem destruídas as correntes e ocupassem as nossas tropas posição à margem do rio, acima dessa fortaleza, sem o que não poderiam os navios que subissem, ter víveres, munições e combustível.

Caxias assumiu, como vimos, o comando interino dos exércitos aliados no dia 3 de fevereiro de 1867, e desde [que] [concertou] [com] o almirante a realização desse plano de operações, esperando apenas a incorporação do 3º corpo brasileiro para compensar o desfalque dos 5.300 argentinos que então deixaram o teatro da guerra. A única modificação que fez no seu plano primitivo consistiu do abandono da ideia que teve em março, de um desembarque de ataque, ao norte de Curupaiti, ao mesmo tempo em que marchasse o grosso do exército pelo flanco esquerdo do inimigo (ver no *Apêndice* nº 42 a carta de 30 de março do comandante ao ministro da Marinha).

No dia 12 de fevereiro de 1867, tal era a força pronta do Exército Imperial ao sul do Paraguai (*Relatório do* [ilegível] *de Guerra de 1867*):

Corpos especiais	672
Artilharia	1.821
Cavalaria	6.736
Infantaria	21.947
Total	31.176

No entanto, desses 31 mil homens é preciso deduzir 2.500, que com o general Portinho ocupavam o Aguapeí nas missões correntinas, e os mais de mil destacados no Chaco, ou 3.500 homens. Ficavam, pois, 27.500 homens prontos em Curuzu e Tuiuti. Os argentinos eram, em fevereiro, pouco mais de 4.900, e os orientais perto de 660. Total do exército aliado, quando o general Mitre partiu para Buenos Aires, era de 32 mil homens.

Com semelhante força não poderia o duque de Caxias dar começo às operações, pois com razão entendia que a coluna expedicionária deveria compor-se pelo menos de 28 mil a 30 mil homens. Esperou, portanto a incorporação de Osório com os reforços que trazia, e apenas chegaram estes (13-19 julho) iniciou a marcha de flanco. Essa demora

tornou-se, além disso, indispensável pelos terríveis estragos que o cólera produziu em nossas fileiras desde fins de março (ver o que dissemos nas notas de 9 a 13 deste capítulo). Em 30 de março, pouco depois do aparecimento do cólera, o almirante escreveu ao ministro da Marinha: " Temos apenas 16 mil infantes e seis mil praças de cavalaria; destes, só quatro mil estão montados. O que falta para quarenta mil e tantos homens está nos hospitais."

Os documentos que anteriormente publicamos sobre o plano de operações preparado e iniciado pelo duque de Caxias, são concludentes. Entretanto, o general Mitre, na citada carta de 17 de abril de 1867, escreveu o seguinte: "Quando vossa excelência assumiu o comando do Exército Imperial, manifestei-lhe as minhas ideias sobre o assunto, *ideia que vossa excelência me fez a honra de aceitar*, adiando a sua execução para quando recebessem esforços que esperávamos então." Na sua extensa memória de 14 de setembro desse mesmo ano de 1867 (publicada no *Apêndice* a este volume com alguns comentários e retificações), disse ainda o general Mitre: "*O plano proposto pelo general em chefe, aceito pelos generais aliados e iniciado pelo senhor marquês de Caxias* com algumas modificações [...]"

O duque de Caxias não reclamou então contra estas e outras proposições das memórias militares do ilustre presidente da República Argentina; não quis proceder como o conde de Porto Alegre, que, desde Uruguaiana, sempre que se oferecia ocasião, ia reclamando, corrigindo e tornando bem claro os pontos que para o futuro poderiam ficar duvidosos, como vimos em vários documentos do *Apêndice* ao segundo volume desta obra. Não reclamou o duque de Caxias. Ele era não só general, mas também homem político de raro bom-senso e de reconhecida circunspecção. Estava no firme propósito de manter com o general Mitre relações de maior cortesia e deferência e, consultando apenas os grandes interesses de sua pátria, ia pondo de parte todas as questões de amor próprio ofendido, para evitar discussões desagradáveis que poderiam enfraquecer a aliança ou destruir a boa inteligência que deveria reinar entre os generais em chefe. Só o governo imperial manifestava, confidencialmente, os seus desgostos íntimos".

> Partindo para o teatro da guerra [dizia ele em Carta Reservada de 11 de setembro de 1867 ao ministro Paranaguá], acreditei que a lealdade com que vim disposto a

> cumprir as prescrições do tratado seria apreciada e correspondida por nossos aliados, não só pelas ofensas que também eles haviam recebido do inimigo comum, mas também pela franqueza e prontidão com que sempre satisfizemos as suas exigências, por mais impertinentes que tenham sido. Hoje reconheço que me enganei... Em todo o caso, fiquem vossa excelência e o governo imperial seguros de que a resignação com que tenho suportado as mais duras provações, na idade avançada em que me acho, só me abandonará quando não me reste a menor dúvida de que os meus brios e dignidade possam ser ofendidos não tendo eu meios de reagir.

Na carta de 17 de abril de 1867, escreveu o general Mitre: "[...] Portanto, a opinião indicada é rodear as posições do inimigo. Isso foi o que se concordou *antes do ataque de Curupaiti* e o que, *depois de malogrado aquele ataque*, combinou-se efetuar apenas reunidos os elementos necessários." E na memória de 14 de setembro repete ainda que, *antes e depois do ataque de Curupaiti*, ele propusera a marcha de flanco pela esquerda inimiga.

Não queremos por em dúvida a palavra do ilustre general argentino, mas pedimos licença para dizer que a sua proposta deve ter sido formulada muito de passagem e em termos tão vagos que não puderam compreender nem os nossos generais nem o ministro do Brasil, conselheiro F. Otaviano.

Em ofício de 8 de julho de 1865 (antes do ataque de Curupaiti), este nosso plenipotenciário expôs ao ministro da Guerra as ideias do general Mitre sobre as operações, ideias manifestadas na conferência do dia 1º desse mês. Não disse uma palavra sobre a operação pela esquerda do inimigo (ver esse documento à página 168 do *Apêndice* ao segundo volume).

Em Carta Confidencial de 20 de agosto de 1866 (Apêndice, p. 306, v. 2), o general Polidoro Jordão descreveu as operações combinadas na junta militar do dia 18, que, em resumo, deveriam ser estas: Os generais Porto Alegre, com 6.090 homens, e o almirante Tamandaré, com a esquadra, atacariam o *flanco direito* do inimigo em Curuzu e Curupaiti; sobre o *flanco esquerdo* seria lançada *uma forte coluna de cavalaria apoiada por infantaria e artilharia*, ao mando do general Flores (afinal só seguiu a cavalaria); o *centro* das linhas de Rojas seria atacado por uma ou duas colunas do exército aliado.

O movimento pelo *flanco esquerdo do inimigo* não era, pois, como no plano do Caxias, a operação principal: era movimento secundário, operação

auxiliar. O ataque importante era o do centro e o da direita inimiga, isto é, a linha de frente em Tuiuti (Sauce e Rojas), Curuzu e Curupaiti.

Em 28 de agosto, houve nova junta militar. O que passou nessa reunião, consta de dois ofícios confidenciais, um de Polidoro Jordão em data de 15 de setembro, e outro de Tamandaré, escrito em 30 de agosto. Estão publicados no *Apêndice* ao segundo volume, nas páginas 312 e 313. Segundo Polidoro Jordão, não houve alteração no plano adotado na anterior junta. Tamandaré fala em ataque de frente e às posições que o exército paraguaio ocupa presentemente (Rojas e Sauce); em ataque de retaguarda, pelas forças de Porto Alegre e pela esquadra "contra as fortificações de Curuzu, Curupaiti e Humaitá, e em um *reconhecimento de cavalaria pelo terreno do flanco esquerdo* do inimigo, devendo este ser também atacado por aí, caso fosse possível".

Em 5 de setembro, o conselheiro F. Otaviano conferenciou com os generais Mitre e Polidoro Jordão (ver no Apêndice ao segunfo volume, na página 316, a Carta Confidencial de 6 de setembro de 1866, do plenipotenciário brasileiro ao ministro da Guerra). As tropas do general Porto Alegre acabavam de tomar Curuzu. O que o general Mitre lembrava então era um sistema de operações parciais, devendo "começar por um movimento de cavalaria ao mando de Flores, com uma inação de alguns dias". Essa cavalaria deveria ir pelo flanco esquerdo do inimigo e atravessar o seu exército; feito isso, Mitre iria juntar-se a Porto Alegre e dar-se-ia um ataque de flanco e retaguarda, por Curupaiti. Pareceu-nos mais razoável acreditar que o conselheiro Otaviano não ouviu bem a proposta do general Mitre. Se ela foi formulada assim, era verdadeiramente extraordinária e demonstrava claramente que, nessa época, o general argentino (e os nossos não estavam mais adiantados) nem o mais remoto conhecimento tinha tanto da força numérica do inimigo quanto do terreno compreendido entre Humaitá, Curupaiti e as linhas de Sauce e Rojas. Como poderiam três mil homens de cavalaria contornar a esquerda paraguaia, passando por Tuiu Cuê, e romper o exército de López, para chegar a Curuzu? Entretanto, por mais que pareça incrível hoje que conhecemos a topografia desses lugares e o sistema de linhas fortificadas do inimigo, também o conde de Porto alegre, em 5 de setembro (*Apêndice*, p. 323, v. 2), queria que essa coluna de cavalaria penetrasse por Tuiu Cuê até Curuzu!

Enfim, no dia 8 de setembro, Mitre e os outros generais aliados resolveram que o ataque principal fosse por Curupaiti e que a *cavalaria*

aliada avançasse por "nossa direita e pela retaguarda do inimigo até onde for possível, às ordens do senhor general Flores, com o objetivo de cooperar com as ações do exército expedicionário pela parte do Paraguai [por Curupaiti]" (ver *Apêndice*, p. 324, v. 2). Isso antes do desastroso ataque de Curupaiti.

Vê o leitor que, segundo as comunicações do ministro Otaviano, dos generais Polidoro Jordão e Porto Alegre e do almirante Tamandaré, que acabamos de extratar e que foram integralmente publicadas no *Apêndice* ao segundo volume desta obra, consta que o general Mitre indicou várias operações, *mas nunca a marcha do grosso do exército para contornar a esquerda inimiga e levar por aí o ataque principal.* Fez-se justamente o contrário durante esse primeiro período da guerra: os ataques dos aliados foram sempre pela nossa esquerda, no Sauce, em 16 e 18 de julho; em Curuzu e Curupaiti, a 3 e 22 de setembro. Depois do revés de Curupaiti e antes da chegada de Caxias (18 de novembro de 1868), o presidente Mitre só poderia propor a marcha de flanco para Tuiu Cuê, isto é, pela esquerda inimiga, ao general Polidoro Jordão, que comandava o 1º corpo em Tuiuti. Porto Alegre estava em Curuzu, separado, por assim dizer, da ação do comando em chefe argentino. O general Polidoro Jordão, porém, afirmou-nos, em 1876, que nunca o presidente argentino lhe propôs semelhante coisa. Foi em consequência dessa declaração, e por ele autorizado, que, antes de conhecer outros documentos, escrevemos em nota à página 75 do segundo volume o seguinte:

> Poderia a marcha de flanco, tão brilhantemente executada em julho de 1868 pelo duque de Caxias, ter sido, como dizem os comentadores de Thompson, o *sonho constante* do distinto estadista e general argentino, mas o que podemos asseverar é que nem nas juntas de guerra celebradas desde a batalha de 24 de maio até o assalto de Curupaiti nem em particular propôs ele, uma vez sequer, aos generais brasileiros semelhante movimento.

Agora, à vista das declarações do general Mitre contidas na carta de 17 de abril e da memória de 14 de setembro de 1867, só podemos admitir que a sua proposta fosse feita em junho de 1865, talvez na junta de guerra de 25 desse mês. Deve, pois, constar de algum ofício (não nos foi dado descobri-lo) do general Osório ou do almirante

Tamandaré ou da ata dessa junta. Em todo o caso, ficou demonstrado que de 1º de julho de 1866 (ofício do conselheiro Otaviano, de 8 de julho, anteriormente citado) até 22 de setembro (assalto de Curupaiti), o general Mitre abandonou de todo qualquer pensamento que pudesse ter tido de marcha e de ataque pela esquerda inimiga, pois o que se fez então foi precisamente o contrário, isto é, atacar a direita inimiga e chamar sua atenção para a esquerda por meio de expedição de cavalaria confiada ao general Flores.

Depois do ataque de Curupaiti, temos, além da citada e terminante asseveração do general Polidoro Jordão, a Carta Confidencial por esse dirigida ao conde de Porto Alegre em 28 de outubro de 1866 (20 dias antes da chegada de Caxias), na qual se encontra o seguinte:

> *Mais de uma vez tenho conversado com o senhor general Mitre, diretor da guerra, segundo o Tratado de Aliança, sobre o plano que ora devemos adotar para o prosseguimento da campanha, e o mesmo senhor general me tem feito ver que devemos reunir mais alguns recursos e compulsar novamente as forças a nossa disposição para deliberarmos definitivamente a tal respeito*, o que me parece não se demorará muito. Aproveito a oportunidade para declarar a vossa excelência que nas expressões do supracitado Ofício Confidencial de vossa excelência, a que ora respondo, vejo um equívoco, quando diz que na nossa reunião de 25 de setembro se combinara um novo ataque a Curupaiti. Segundo minha memória, não se falou em tal novo ataque, e sim em um *plano a adotar-se, tendo em vista a conservação do ponto ocupado de Curuzu, sem mesmo ficar definitivamente deliberado qual fosse esse plano*, e sim convindo todos nós que fosse com maior brevidade o que se tivesse de resolver. [Esse documento está integralmente publicado no *Apêndice*, p. 370, v. 2.]

Assim, pois, ainda em 28 de outubro de 1866, dias antes da chegada de Caxias, o general Mitre não havia assentado com os outros generais um novo plano de operações. Se tinha em mente (como acreditamos que tinha) a operação tão simples de que se mostrou partidário o duque de Caxias, guardava em reserva o seu pensamento, e nada de novo propunha aos outros generais aliados.

Em outro lugar (*Thompson*, edição de Buenos Aires, p. 208),dizem os mesmo comentadores que, ao partir o general Mitre para Buenos Aires, em fevereiro de 1867, *lhe pedira o duque de Caxias um plano*

de operações. Já tivemos ocasião de reclamar, no segundo volume, contra esta inexata asserção, e agora podemos provar que foi o ilustre general argentino quem *ofereceu* mandar-lhe por escrito o seu parecer. Isso fica evidente com o seguinte trecho da carta que, em 6 de março de 1867, o presidente Mitre dirigiu, de Buenos Aires, ao duque de Caxias:

> Desde o Rosário havia eu pensado em escrever a vossa excelência, porém a urgência com que minha presença era reclamada nesta capital e a prontidão com que tive de realizar a minha jornada impediram-me de preencher aquele desejo. Hoje o faço, transmitindo ao seu conhecimento que me é indispensável reassumir o exercício do Poder Executivo da República, por ser assim, mais conveniente para a sua pacificação, ao mesmo tempo que para imprimir maior vigor à guerra em que estamos empenhados. Ocupo-me em reunir os planos e o mais que devo remeter a vossa excelência, segundo lhe ofereci, o que espero cumprir em breve [...] [Transcrito da obra de *Pinto de Campos*.]

No final da carta de 17 de abril, disse também Mitre: "Ao comunicar a vossa excelência as minhas ideias, *como lhe havia oferecido* [...]"

II

Sobre o forçamento das passagens de Curupaiti e Humaitá

Transcreveremos agora a crítica que, em 1882, o Barão do Rio Branco fez sobre as afirmações dos senhores Lewis e Estrada, comentadores de Thompson, e das do general Mitre no tocante à [ilegível] [ilegível] entre este, de um lado, e o marechal Caxias e o almirante Inhaúma, do outro, sobre a possibilidade do forçamento das passagens de Curupaiti e Humaitá pela esquadra brasileira. A primeira dessas operações foi realizada, como sabem os nossos leitores, no dia 15 de agosto de 1867; a segunda, na madrugada de 19 de fevereiro de 1868.

A análise ou crítica do Barão do Rio Branco encontra-se em sua nota nº 55 ao capítulo XVI do citado livro. Ei-la a seguir.

Os comentadores de Thompson, às páginas 229, 231 e 235 da edição de Buenos Aires, firmando-se nas declarações do general Mitre contidas na carta que em 1869 dirigiu ao atual chefe de divisão Artur

Silveira da Mota, a qual apareceu logo no *Nación Argentina* com o título de "Revelaciones Históricas" (ver no *Apêndice* a este volume os documentos publicados sob o título *As operações militares em 1867 e o forçamento da passagem de Curupaiti e Humaitá*), e fundando-se ainda em outras informações que seguramente foram ministradas pelo mesmo general, afirmam:

1º Que a passagem de Curupaiti era uma das *ideias* do plano de Mitre, formulado na carta de 17 de abril de 1867 dirigida a Caxias (carta e plano de que nos ocupávamos na nota nº 35 a este capítulo).
2º Que o almirante, em agosto, pôs em dúvida o êxito e utilidade da passagem de Curupaiti.
3º Que só forçou o passo quando Mitre lhe ordenou terminantemente que passasse.
4º Que oito dias depois da operação, isto é, em 23 de agosto, o almirante considerava-se perdido em sua nova posição, pedindo, por isso, autorização para regressar a Curuzu.

As três últimas asserções são textualmente reproduzidas na carta do general Mitre a Silveira da Mota. Embora no *Apêndice* (nº 42) tratemos do assunto, respondendo, com documentos, ao general Mitre, e publicando os que ele citou, devemos aqui, mui resumidamente, dizer alguma coisa sobre essas asserções.

Primeira asserção: "A passagem de Curupaiti era uma das ideias do plano de operações, formulado em 17 de abril de 1867 por Mitre." Com efeito, nosso plano (ver no *Apêndice* o nº 9) fala da passagem de Curupaiti e Humaitá, devendo, porém, a esquadra conduzir dois homens do exército, para os desembarcar em um ponto, não designado, acima da última dessas fortalezas. No entanto, se os dois mil homens, e muito mais, poderiam chegar ao mesmo ponto rio acima, evitando os perigos e os embaraços da via fluvial, perfeitamente defendida; se poderiam marchar por terra – pelo [Chaco] ou por Tuiu Cuê –, qual a conveniência de os fazer passar diante da artilharia de Curupaiti e Humaitá? E como transportá-los? Os encouraçados mal tinham cômodos para as guarnições; não eram transportes de guerra. Só poderiam seguir esses dois mil homens amontoados no convés e inteiramente expostos.

Seriam assim enfiados pelo fogo, quase à queima-roupa, de cento e tantos canhões e varridos e aniquilados todos à bala e metralha.

Semelhante ideia não poderia ser, e não foi, adotada pelo general brasileiro, que bem conhecia os nossos encouraçados. Eles puderam, em dezembro do ano seguinte (1868), transportar do Chaco à margem esquerda a maior parte do Exército Imperial, na campanha do Piquisiri e Lomas Valentinas, mas aí a operação não se efetuou debaixo do fogo inimigo, nem havia estacadas, cadeias e torpedos no rio. A passagem de Curupaiti e Humaitá era ideia de todo mundo, mas não poderia ser tratada assim.

Antes do plano de 17 de abril de 1867, mandando de Buenos Aires, e recebido por Caxias no dia 20, já o general brasileiro contava fazer forçar os dois passos pela esquadra imperial. Assim (como dissemos na nota nº 36), no dia 4 de abril de 1867, escrevia Osório: "A nossa esquadra há de ter ordem para subir o rio, mesmo por cima de torpedos, ainda que perca dois ou três navios, e bloquear essa fortificação (Humaitá) pelo lado de cima." Em 10 de abril, expondo o seu plano de operações, dizia o ministro da Guerra:

> Se a esquadra puder romper os torpedos do rio Paraguai e puder subir para cima de Humaitá, sem demorar-se em arrasá-la (o que na minha opinião não poderá fazer), tornará para López impossível sustentar-se nesse ponto, por ficar sem comunicações pelo rio com a sua capital.

Não vale a pena insistir sobre esta questão. Era velho o projeto da subida da esquadra quando o *exército avançasse*; não nasceu essa ideia com o plano de 17 de abril, o qual, aliás, não foi aceito pelo general brasileiro nem era praticável com os elementos de que dispúnhamos.

Segunda asserção: o almirante, em 7 de agosto, quando recebeu ordem para subir, fez observações em contrário e pôs em dúvida o êxito e utilidade da passagem de Curupaiti. Esta asserção é do general Mitre. Pela leitura da Carta Confidencial de 7 de agosto de 1866, do almirante a Caxias, ver-se-á que o general Mitre se enganou. "*O almirante não duvidou do êxito e da utilidade da passagem de Curupaiti; não desconhecia isso; duvidou, sim, do êxito da dupla passagem, em dia certo, de Curupaiti e Humaitá*." A ordem que ele recebeu de Caxias, em 5 de agosto, por indicação de Mitre, foi para forçar ao mesmo tempo Curupaiti e Humaitá. Foi contra isso que o almirante reclamou, porque não poderia admitir a ingerência do general Mitre nas operações

da esquadra e porque entendia que não deveria tentar a passagem de Humaitá sem que as correntes estivessem destruídas e sem que o exército ocupasse posição acima da fortaleza, posição onde a esquadra se pudesse abastecer de víveres, de munições e de combustível.

"Ir além de Humaitá", dizia o almirante,

> com os encouraçados já expostos em Curupaiti, isso era um dia que devo previamente precisar, é exigir o mais árduo dos trabalhos que dificilmente desempenharia qualquer poderosa esquadra moderna, máxime entregue, como fico, aos meus próprios recursos. E dado que, por fortuna das armas do Império, force os dois passos, segue-se daí que me fica livre a comunicação com Curuzu! Quinhentos homens em Humaitá e 200 em Curupaiti conservam as coisas como estão, e a esquadra brasileira passa de bloqueadora a bloqueada, se o exército não vence estes dois obstáculos. Pensar, excelentíssimo senhor marquês, que deve a esquadra deixar o seu papel de *auxiliar* nesta guerra toda *terrestre*, que deve tomar ela a iniciativa de operações de que não colhe o serviço do Império o mais pequeno proveito, se não satisfazer a um mal-entendido orgulho, é errar gravemente. (Além dessa Confidencial, vejam-se no *Apêndice* os trechos, que publicamos, das cartas de 8 e 9 de agosto, do almirante ao Ministério da Marinha)

Em 11 de agosto respondia o almirante a Caxias:

> A *passagem de Curupaiti pode e deve ser tentada*; uma vez compreendida, é indispensável levá-la ao fim. Voltar a esquadra a sua antiga posição, como voltou no outro malogrado ataque deste ponto, será uma desmoralização, uma vergonha... Vencido como espero será o passo de Curupaiti... (Ver no *Apêndice* este documento.)

Já vimos que antes da chegada do general Mitre (1º de agosto), o forçamento dos passos de Curupaiti e Humaitá era operação resolvida entre Caxias e o almirante, mas não para o mesmo dia e não sem prévio reconhecimento do Humaitá.

A esquadra deveria flanquear o passo de Curupaiti, quando o exército atacasse as posições inimigas, e depois o de Humaitá, quando destruídas as cadeias que fechavam o rio e ocupado pelo exército o sítio de Taií, ou outro da margem esquerda, que servisse de apoio aos encouraçados que subissem.

Só transcreveremos aqui os seguintes trechos de alguns documentos publicados no *Apêndice*, todos os anteriores à chegada de Mitre. Em *20 de junho de 1867, do almirante ao ministro da Marinha:*

> Vão enfim começar as operações. Confio completamente no êxito das combinações feitas. É possível que a 6 do futuro compita à esquadra o seu dia... Sairei eu próprio com todos ou a maior parte dos encouraçados... Conto passar Curupaiti em duas horas. Com alguma perda, embora. Humaitá é para mim um mito: pode ser muito, ou muito pouco. Veremos.

Em 27 de junho, instruções de Caxias à esquadra: "[...] Logo que esta [esquadra] esteja acima de Humaitá, tratar de abrir comunicação com o exército [...]" *Em 30 de junho, do almirante ao ministro da Marinha*: "Como conheço bem Curupaiti etc., irei na frente, porque é o Brasil o navio mais forte... Humaitá será explorado com a devida cautela [...]" *Em 21 de junho, o almirante em ordem do dia, disse:* "A vez da esquadra não tarda, depende ela dos movimentos do exército. No momento em que for dada a ordem de avançar conto convosco... deixaremos Curupaiti pela popa". *Em 22 de* julho, *instruções reservadas do almirante ao chefe do Estado-maior da esquadra*:

> Como vossa excelência sabe, vão começar as operações da esquadra no momento em que se conheça ter o 1º Corpo de Exército engajado combate com o inimigo... *Partirei com os 10 encouraçados, as duas chatas e o Lindóia* [...] *Se eu obtiver passar Curupaiti* [...] *Se eu passar Humaitá* [...]

Terceira asserção: "A passagem de Curupaiti efetuou-se por *ordem terminante* do general Mitre ("*la ordene terminante, bajo mi responsabilidad com fecha 12*")*. O almirante não recebeu tal ordem terminante, tendo declarado desde o princípio que, em vista do Tratado de Aliança, não reconhecia no general em chefe dos exércitos aliados competência para lhe dar ordens. O general Mitre, na citada carta a Silveira da Mota (*Revoluciones Históricas*), declarou que o almirante não lhe dirigiu protesto algum contra a sua ingerência nas operações da esquadra. O protesto foi lavrado no ofício de 7 de agosto, a Caxias, e na

* "Ordenei-a terminante, sob minha responsabilidade, com data de 12". (N.E.)

contramemória em que posteriormente o almirante refutou e respondeu a extensa memória de 14 de setembro, do presidente argentino. Estes dois documentos não foram apresentados por Caxias a Mitre porque o generalíssimo brasileiro, sempre prudente e conciliador, achou mais acertado impedir uma polêmica desagradável e irritante. Serão agora, pela primeira vez, publicados no *Apêndice* a este volume, sob o nº 42.

O almirante, repetimos, não recebeu a *ordem terminante de 12 de agosto,* que o general Mitre diz ter-lhe dirigido; recebeu, sim, o muito atencioso ofício de 12 de agosto, do duque de Caxias, e uma carta do mesmo duque, designando o dia 15 para a passagem de Curupaiti e declarando que, sendo possível, forçasse também o passo de Humaitá (estes dois documentos estão no *Apêndice*).

Quarta asserção:

> Oito dias depois da passagem de Curupaiti, isto é, a 23 de agosto, o almirante considerava-se perdido em sua nova posição, pedindo, por isso, autorização para regressar a Curuzu. Esse pedido, disse o general Mitre, era apoiado no parecer de todos os chefes e comandantes de navios.

No *Apêndice* (nº 42), destruímos completamente, com documentos, esta asserção. Os pareceres dos chefes e comandantes foram formulados de 30 de agosto a 3 de setembro em resposta aos quesitos do almirante, todos *relativos à passagem de Humaitá, e não à de Curupaiti ou à volta a Curuzu.*

O almirante nunca pediu autorização para regressar a sua antiga posição, e nenhum comandante da esquadra pensou em tal coisa. Foi o duque de Caxias que, espontaneamente, achando-se sem notícias exatas e receoso da situação dos encouraçados, que muito haviam sofrido na passagem de Curupaiti, escreveu ao almirante, em 17, 18 e 21 de agosto, dando-lhe *carta branca* para forçar o passo de Humaitá, limitar-se a bombardear esta fortaleza ou *ganhar o antigo encouraçado de Curuzu*, se fosse insustentável a nova posição. O almirante respondeu que não era nem necessário nem conveniente o regresso a Curuzu. Não temos cópia da sua resposta, mas publicamos no *Apêndice* alguns trechos das cartas de 20 de agosto, de 26 de setembro e de 3 de outubro por ele dirigidas ao ministro da Marinha, Afonso Celso, nas quais se refere à ordem condicional de regresso, que recebera.

Na carta de 20 de agosto, diz ele: "Quanto à primeira dessas operações (a volta ou a retirada), só a praticarei no último extremo [...]"

Na de 3 de outubro:

> [...] A carta em questão (a de 21 de agosto) era consequência do estado de ansiedade em que estava o senhor marquês de Caxias, a quem fizeram persuadir que a esquadra estava irremediavelmente perdida na posição que viera ultimamente ocupar. As comunicações, quer pelo Chaco, quer por Tuiuti, eram ainda difíceis; estava sua excelência sem resposta minha as suas comunicações, e pretendia que eu me salvasse a todo transe, voltando para Curuzu. Fiz-lhe conhecer que o enganavam; mostrei-lhe a inconveniência e a vergonha que nos resultariam de uma precipitada volta (fuga) e... aqui estou há 49 dias, com intenção de só daqui subir para baixo no momento em que a guerra termine. Assim Deus me ajude, bem certo de que presto aqui 10 vezes mais serviço do que em Curuzu.

Entretanto, por lamentável confusão e leitura pouco atenta dos documentos que citou, o general Mitre abalançou-se a escrever e a publicar que a posição acima de Curupaiti manteve-se *graças a ele*, "a despeito da opinião em contrário de todos os chefes da esquadra", salvando-se assim a honra das armas aliadas.

***

Nota nº 128, do Barão do Rio Branco, ao capítulo XX do citado livro:

O general Mitre, na carta que dirigiu em outubro de 1868 ao comandante (hoje chefe de divisão) Artur Silveira da Mota, logo publicada no *Nación*, de Buenos Aires, e no *Apêndice* à obra de Thompson, disse que depois do forçamento da passagem de Curupaiti pelos encouraçados, em 15 de agosto de 1867, *subiram e desceram até os navios de madeira*, sem experimentar dano algum por aquele passo que se havia declarado *humanamente impossível para os encouraçados.*

Nesse trecho há um primeiro engano, que consiste em atribuir-se ao almirante a proposição de ser humanamente impossível a passagem. Este ponto, de que tratamos na nota nº 55 ao capítulo XVI, ficará de todo esclarecido no *Apêndice* (nota nº 42), com a publicação da correspondência oficial sobre o assunto. Aqui observamos somente que os navios da esquadra imperial *nunca desceram o rio* passando pelas baterias de Curupaiti; passaram por ela, *subindo*, três vezes apenas. A

primeira, em 15 de agosto de 1867, forçando o passo 10 encouraçados; a segunda, na madrugada de 13 de fevereiro de 1868, três pequenos monitores encouraçados; a terceira, na madrugada de 3 de março, dois navios de madeira. As circunstâncias, porém, eram muito diversas.

Em 15 de agosto de 1867, o canal tinha grande número de torpedos estacados e navios a pique. A passagem efetuou-se sem perdermos navio algum porque eles tomaram o canal mais próximo à barranca, canal por onde não os esperava o inimigo. Curupaiti tinha então *39 canhões de grosso calibre.*

Em 13 de fevereiro de 1868, só havia 20 *canhões e, entre eles, poucos de calibre 69*. Além disso, os monitores passaram, *à noite, por caminho já conhecido dos práticos e eram navios de construção especial, oferecendo mui pequeno alvo ao inimigo.*

Em 3 de março seguinte, os dois navios de madeira passaram, também *à noite*, *inesperadamente*, e Curupaiti apenas tinha, desde os últimos dias de fevereiro, *seis peças de campanha.* (Ver o que dissemos nas notas nos 3 e 97 a este capítulo e o que diz Thompson à página 259 da edição de Buenos Aires).

A passagem de 13 de fevereiro e de 3 de março de 1868 não podem, portanto, ser equiparadas à operação realizada em 15 de agosto de 1867. Basta atender ao número de balas que receberam os navios na primeira passagem e às grandes avarias que então sofreram.

121) Correio da Manhã

7 de novembro de 1903

O Acre

Para tratar da questão do Acre, haverá hoje em Petrópolis nova conferência entre os senhores Barão do Rio Branco, Assis Brasil, Guachalla e Pinilla. Consta que os plenipotenciários das duas partes não chegaram ainda a acordo sobre algumas das cláusulas do tratado e que numerosos e muito extensos têm sido os telegramas em cifra trocados nestes últimos dias entre o ministro do Exterior e a legação do Brasil em La Paz, e entre a missão especial boliviana e o general Pando. Segundo se afirma, as negociações ficarão ultimadas aqui no decorrer da próxima semana. O senhor ministro das Relações Exteriores não desceu de

Petrópolis, onde continua a negociar com os senhores Guachala e Pinilla um acordo para a questão do Acre.

***

122) Jornal do Commercio

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1903. Seção "Publicações a pedido".

A questão do Acre e o tratado com a Bolívia I[*]

O *Commercio de S. Paulo*, nos editoriais "Cartas do Rio de Janeiro" e "Notas Fluminenses", tem tratado por vezes do acordo a que chegaram em Petrópolis os plenipotenciários do Brasil e da Bolívia. "Waterloo!", "No charco!" e "Fora do charco" são os títulos de três desses artigos, os dois últimos saídos da pena do infatigável propagandista da restauração senhor Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Examinemos rapidamente este último escrito, pois aos dois primeiros artigos já respondeu brilhantemente Eduardo Salamonde nas colunas de *O Paiz*.

As questões do Amapá e de Missões, diz o senhor Martim Francisco, "vinham do Império: poderiam ter erros, não tinham sujeiras". A do Acre, acrescenta, "vinha da República: era-lhe inevitável a indecência." Muito se ilude o monarquista ilustre. A questão do Acre tem incontestavelmente as suas raízes no Império. Foi no tempo da monarquia que se negociou o Tratado de 27 de março de 1867, atacado por *Kakistos*, pseudônimo de um dos nossos melhores diplomatas, o conselheiro José Maria do Amaral. Foi no tempo do Império que o governo brasileiro começou a dar ao artigo 2º a absurda interpretação de que resultou a linha oblíqua Javari-Beni, defendida depois pelos ministros da República durante as administrações Prudente de Moraes e Campos Sales.

Se isso era "sujeira", vinha de muito longe, e as censuras do senhor Martim Francisco deveriam ser dirigidas não aos que a defenderam por sentimento de solidariedade governamental, mas aos que a criaram. Pretende o emérito polemista que o Tratado de Petrópolis, em suas linhas gerais, estipula o seguinte:

---

[*] Artigo também publicado nos seguintes periódicos: Gazeta de Notícias, 18 dez. 1903; Jornal do Brasil, 18 dez. 1903; A Tribuna, 19 dez. 1903 e O Paiz, 18 dez. 1903.

1) A cessão do território nacional, embora em quantidade mínima.
2) O pagamento, pela segunda vez, e 8 ou 10 vezes mais caro, de território que alguns homens de mérito pensavam ser brasileiro.
3) Proteção eficaz e dispendiosa aos interesses comerciais da Bolívia por meio de estrada de ferro com responsabilidade e compromissos do erário nacional.

Comecemos pelo parágrafo *3)*. A construção da estrada de ferro do Madeira ao Mamoré, em território de Mato Grosso, de Santo Antonio até Guajará-Mirim, é obra que aproveita não só à Bolívia, mas também ao nosso estado de Mato Grosso. A construção dessa via de comunicação, ao mesmo tempo brasileira e internacional, foi aconselhada e reclamada pelos primeiros estadistas do Império, de Tavares Bastos ao marquês de São Vicente, o visconde do Rio Branco e o barão de Cotegipe, sem excetuar um conselheiro de Estado que se chamou Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Trata-se de execução de promessa feita à Bolívia no artigo 9º do Tratado de 27 de março de 1867, renovada solenemente no de 15 de março de 1882[14], negociado nesta cidade do Rio de Janeiro, pelo conselheiro Felipe Franco de Sá, com a aprovação de Martinho Campos, então presidente do Conselho. Basta transcrever aqui, para conhecimento dos novéis monarquistas, esquecidos ou pouco conhecedores de atos que fazem honra ao passado regime, o preâmbulo e o artigo 1º do Tratado de 1882, todo ele relativo à estrada de ferro do Madeira ao Mamoré:

> Sua majestade o imperador do Brasil e sua excelência o presidente da República da Bolívia, desejando completar, no *interesse comum*, a estipulação do artigo 9º do Tratado de 27 de março de 1867, resolveram fazê-lo por meio de um tratado especial, e para esse fim nomearam por seus plenipotenciários, a saber [...]
> Artigo 1º Sua majestade o imperador do Brasil, confirmando a promessa feita pelo artigo 9º do Tratado de 27 de março de 1867, obriga-se a conceder à Bolívia o uso de qualquer estrada de ferro que venha a construir por si, ou por empresa particular, desde a primeira cachoeira na margem direita do rio Mamoré até a de Santo Antônio, no rio Madeira, a fim de que a República possa aproveitar para o transporte de pessoas e mercadorias os meios que oferecer a navegação abaixo da dita cachoeira de Santo Antônio.

[14] Corrigida pelo próprio Barão do Rio Branco, na *Coleção de recortes de jornais* do Arquivo Histórico do Itamaraty, para 15 de maio de 1882.

Dessa estrada de ferro, que o terceiro Martim Francisco parece condenar, disse o conselheiro Andrade Figueira, em sessão de 20 de setembro de 1882, na Câmara dos Deputados, quando orava Passos de Miranda, um dos propugnadores do grande empreendimento: "É a mais importante estrada de ferro do Império. É a única estrada de ferro para que votarei garantia de juros."

Eis o que o colaborador do *Commercio de S. Paulo* supõe ser uma via férrea dispendiosa, destinada a proteger os interesses comerciais da Bolívia, sem atender a que ela vai servir também aos de Mato Grosso, e, salvando as cachoeiras do Madeira e do Mamoré, vai tornar esse Estado brasileiro independente da comunicação fluvial através das Repúblicas do Paraguai e da Argentina. Por tudo isso, dizia o imperador dom Pedro II, no preâmbulo do Tratado de 1882, que a estrada seria feita no *interesse comum* do Brasil e da Bolívia.

Cumpre notar ainda que ela será custeada principalmente pelo comércio da Bolívia; que todos os outros vizinhos, como é natural, se esforçam para atrair ao seu território o comércio de trânsito entre a Bolívia e o estrangeiro; que a República Argentina está prolongando por território boliviano uma via férrea sem pedir por isso favor algum ao governo desse país; e que, quando ficar terminada a seção do novo caminho de ferro compreendida entre o Santo Antonio e a foz do Beni e concluída também a que, com indenização que o Brasil vai pagar à Bolívia, o general Pando projeta iniciar entre La Paz e Yungas, ficará aberta uma via intercontinental pela qual se poderá atravessar de Belém do Pará a Antofagasta, no Chile, ou a Mollendo, no Peru, isto é, do Atlântico ao Pacífico em barcos a vapor ou em caminhos de ferro.

Vejamos agora os parágrafos *1)* e *2)*. "Cessão de território nacional" e "pagamento, pela segunda vez, de território considerado brasileiro por homens de mérito". É impróprio falar em *cessão de território nacional* quando o que há, pelo tratado, é uma *permuta de territórios*, permuta que, por ser sumamente desigual, explica a compensação em dinheiro com que o Brasil deve entrar.

Com efeito, nessa troca, o Brasil transfere à Bolívia apenas 3.164 km^2, ou 102 léguas das de 20 ao grau – pouco mais do dobro do Distrito Federal – e recebe 191 mil km^2 ou 6.190 léguas, isto é, extensão maior do que a de seis[15] estados da União tomados separadamente, maior do que as dos dois estados de Pernambuco e Alagoas reunidos, e quase

[15] Corrigido para "nove estados" pelo próprio Barão do Rio Branco, na Coleção de recortes de jornais do Arquivo Histórico do Itamaraty.

igual à que resultaria da soma das áreas dos quatro estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, do Sergipe e de Alagoas.

Dá o Brasil insignificantes nesgas de território: em Mato Grosso, inteiramente desabitadas e pela maior parte cobertas de água, pois de terra firme apenas se contam ali 78 km^2 ou duas léguas e meia; no Amazonas, um trecho inculto, só habitado por bolivianos, entre o Abunã e a margem esquerda do Madeira. Recebe uma região imensa, rica de produtos naturais, povoada e explorada por mais de 60 mil brasileiros, incluindo os do Acre, do Iaco, do alto Purus e de outros afluentes e subafluentes do Amazonas.

Por não haver equivalência nas áreas dos territórios permutados é que o Brasil paga a indenização de £ 2.000.000 à Bolívia, aplicável a caminhos de ferro e outros melhoramentos que favoreçam as relações de comércio entre os dois países, e que, provavelmente, em pouco tempo, tornarão dispensável qualquer desembolso para pagamento de juros aos acionistas da empresa do Madeira ao Mamoré.

O Brasil *não* "vai pagar à Bolívia, por preço mais avultado, o que já pagou ao sindicato norte-americano". O pagamento de £ 112.000 ao sindicato deve ser levado em conta na soma dos sacrifícios que fazemos para resolver definitivamente a chamada questão do Acre, mas não houve nessa operação compra de direitos ou de territórios. O que fez então o governo brasileiro foi eliminar um elemento perturbador e perigoso, que andava a suscitar-nos dificuldades na Europa e na América do Norte, tirar ao governo boliviano a esperança de apoio estrangeiro, simplificar a questão entre o Brasil e a Bolívia e facilitar um concerto amigável entre os dois países.

O fato de haverem sustentado alguns eminentes compatriotas nossos, a partir de 1900, que o Acre é brasileiro até o paralelo de 10º 20' sul não exclui nem a conveniência e nem a legitimidade da transação que se acaba de fazer. Oficialmente, segundo vários protocolos, notas diplomáticas e declarações do governo brasileiro durante 35 anos, isto é, de 1867 até 14 de novembro de 1902, o território ao sul da linha oblíqua Javari-Beni era incontestavelmente boliviano. Só a partir de janeiro deste ano o novo ministro das Relações Exteriores, senhor Barão do Rio Branco, rompendo com o passado, deu oficialmente à última parte do artigo 2º do Tratado de 1867 a inteligência que começaram a dar-lhe em 1900 os distintos publicistas, oradores e engenheiros a que se refere o

senhor Martim Francisco. Ora, sabe sua excelência muito bem que não raro, em causas cíveis e comerciais, dois litigantes transigem, com o fim de evitar as delongas e as incertezas do processo, e não é, portanto, para estranhar que agora demos dinheiro por um território em litígio, com o fim de resolver de pronto a questão a nosso favor. Há mais ainda.

No caso presente, não é só o território, considerado brasileiro desde 1900 pelos senhores Rui Barbosa, Serzedelo Corrêa, Frontin e outros, que fica reconhecido como brasileiro pela Bolívia, mas também uma extensa zona ao sul do paralelo de 10º 20', zona que para eles era, com razão, tida como incontestavelmente boliviana, em virtude do Tratado de 1867, na qual se compreende a maior parte do Acre, habitada por brasileiros.

Adquirimos, pois, por transação muito legítima, o território só ultimamente declarado em litígio entre a linha oblíqua chamada Cunha Gomes e o paralelo de 10º 20' sul, e adquirimos por compra, não menos legítima, a zona ao sul desse paralelo. Se nessa combinação não entrássemos também com a transferência de alguns insignificantes pedaços de terra, se pretendêssemos que deve ser amaldiçoado o que cede uma polegada de território nacional, mesmo em troca de região considerável e rica, como seria possível convencer a Bolívia de que nos deveria abandonar mais da oitava parte do que considerava seu patrimônio nacional?

Suponhamos que a Inglaterra (como, em 1890, cedeu a ilha de Heligoland à Alemanha em troco de certas concessões importantes na África Oriental) nos oferecesse 10 ou 20 léguas quadradas de bons campos nos confins da sua Guiana em troco da ilha da Trindade, longínqua, estéril e até agora inaproveitável para nós. Seria ou não essa troca um bom negócio para o Brasil? Qualquer homem de simples bom-senso responderia pela afirmativa. Os patriotas de nova espécie que pretendem levantar a opinião contra o tratado com a Bolívia, esses repeliriam, indignados, a troca.

Afirmou mais uma vez o senhor Martim Francisco que o Império nunca cedeu territórios. Já mostramos que no caso presente não se trata de *cessão*, mas de *permuta* ou, se quiserem, de mútua cessão de territórios, e que a troca – tendo-se em vista a importância das áreas, a qualidade das terras e a circunstância de serem elas ou não habitadas – é sumamente desigual, sendo toda em vantagem do Brasil.

Essa permuta é autorizada pelo artigo 5º do Tratado de 1867, que diz assim:

> Se, para o fim de fixar, em um ou outro ponto, limites que sejam mais naturais e convenientes a uma ou outra nação parecer vantajosa a *troca de territórios*, poderá esta ter lugar, abrindo-se para isso novas negociações e fazendo-se, não obstante isto, a demarcação como se tal troca não houvesse de efetuar-se.
>
> Compreende-se nesta estipulação o caso da *troca de territórios para dar-se logradouro a algum povoado* ou a algum estabelecimento público que fique prejudicado pela demasiada proximidade da linha divisória.

A Constituição do Império, como já lembrou *O Paiz*, permitia a troca e a cessão de territórios mediante a aprovação da Assembleia Geral Legislativa. O Império concluiu dois tratados de troca de território: o de 4 de setembro de 1857, com o Uruguai, e o de 11 de fevereiro de 1874, com o Peru. O primeiro foi negociado pelo ilustre estadista Paulino de Souza, visconde do Uruguai; o segundo, quando era ministro dos Negócios Estrangeiros, o não menos ilustre Carneiro de Campos, visconde de Caravelas.

O Império ofereceu ceder à França, em 1856, o território, então despovoado, entre os rios Calçoene e Oiapoque, procurando assim transigir para pôr termo a um velho litígio em que o direito do Brasil era perfeito, incontestável, como ficou demonstrado no processo arbitral de Berna.

Durante o Império, foram feitas generosas concessões aos nossos vizinhos nos tratados de limites com o Peru (1851), o Uruguai (1853), a Venezuela (1859), a Bolívia (1867) e o Paraguai (1872). Durante os 60 anos do regime passado, o território nacional não teve aumento algum; pelo contrário, em todos os ajustes citados, renunciamos a terras a que, pela aplicação do princípio do *uti possidetis*, tínhamos direito, e sofremos até, pelo Tratado de 27 de agosto de 1828, a desagregação da província Cisplatina, depois República Oriental do Uruguai, isto é, a perda de 187 mil km^2, extensão territorial – seja dito de passagem – quase equivalente à que, pelo Tratado de Petrópolis, vamos agora incluir dentro dos limites do Brasil.

Não recordamos estes fatos com a intenção de desaprovar ou censurar o que praticou o Império. Desejamos tão somente que o *Commercio de S. Paulo* e o senhor Martim Francisco meditem sobre esses antecedentes históricos e expliquem por que era lícito e louvável, naquele tempo, permutar, ceder

território ou mesmo consentir na separação de uma província inteira, com representação no Parlamento brasileiro, e é condenável agora alargar os domínios da pátria brasileira, receber um território imenso e fertilíssimo, onde vivem e trabalham 60 mil compatriotas nossos, e conseguir isso sem um tiro, sem uma gota de sangue derramado, somente pela persuasão, dando nós em retorno à outra parte algumas léguas de terra despovoada e de alagadiços, uma soma em dinheiro aplicável a melhoramentos que indiretamente nos serão vantajosos, favores comerciais que nenhum povo culto recusa a outro seu vizinho, e o uso de um caminho de ferro já prometido, sem compensação alguma no tempo do Império, e que, mais do que à Bolívia, há de beneficiar os estados brasileiros de Mato Grosso, do Amazonas e do Pará.

123) *Jornal do Commercio*

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1903. Seção "Publicações a pedido"

A questão do Acre e o tratado com a Bolívia II[*]

Ontem, examinando certas críticas e censuras do *Commercio de S. Paulo*, ocupamo-nos com as principais cláusulas do Tratado de Petrópolis, já conhecido do público, em suas linhas gerais, tanto no Brasil quanto na Bolívia.

Hoje, desejamos mostrar que não é propriamente o sentimento de patriotismo ofendido, mas sim o de paixão partidária e o desejo de perturbar a paz pública que inspiram as hostilidades abertas em setembro contra o governo atual e mui particularmente contra o senhor ministro das Relações Exteriores.

O plano assentado e seguido pelo Barão do Rio Branco para resolver a chamada questão do Acre, tão mal-parada quando ele assumiu a direção do seu cargo, ficou perfeitamente conhecido de toda a nossa imprensa desde janeiro último, só encontrando, durante meses, manifestações de simpatia e até louvores e aplausos dos mesmos que hoje procuram levantar contra esse compatriota a cólera popular.

Tudo corria tranquilamente quando, em setembro, aprouve a certos agitadores de profissão explorar contra o governo algumas das cláusulas do tratado que se negociava.

---

[*] Artigo também publicado nos seguintes periódicos: Gazeta de Notícias, 18 dez. 1903; Jornal do Brasil, 18 dez. 1903; A Tribuna, 19 dez. 1903 e O Paiz, 18 dez. 1903.

Em outros países, onde em todos os círculos da política e da imprensa se tem melhor compreensão de patriotismo e dos interesses da causa pública, as questões com o estrangeiro são consideradas sempre questões nacionais. Por isso, na França, ministros como os senhores Hanotaux e Delcassé têm podido permanecer em gabinetes sucessivos, de diferentes matizes políticos. Entre nós, não se dá o mesmo nos dias de hoje, que infelizmente ainda são de anarquia mental. São precisamente as grandes questões externas que alguns ambiciosos de mando, ao mesmo tempo agitados e agitadores incuráveis, exploram com mais engenho para intrigas de politicagem, no propósito de transviar a opinião e urdir conspirações e golpes de Estado. Ainda há jornalistas, alguns de puro e sincero patriotismo, que se deixam levar pelo canto dessas sereias das discórdias civis!

Vejamos se as bases do tratado ultimamente concluído e se os atos praticados para que pudéssemos chegar a esse resultado eram ou não conhecidos de longa data. Examinemos se, antes de iniciada há pouco a guerra dos boatos e intrigas, havia indignações e revoltas contra a permuta de territórios, a compra do Acre, a eliminação do sindicato anglo-americano e a ocupação militar de parte da região que só em janeiro último ficou em litígio.

***

Em 26 de janeiro, dizia o *Jornal do Commercio* em um bem-lançado artigo da sua redação: "O governo atual teve ensejo de propor a *compra do território*. Apesar dos títulos do Brasil para pleiteá-lo, a questão tinha chegado a tal pé que valia a pena não perder tempo a reduzi-la o mais possível a uma solução prática." A proposta foi recusada:

> *Recusada a ideia de venda*, o governo brasileiro buscou outro alvitre: propôs *a troca de território* e ofereceu grandes compensações no sentido de favorecer por meio de uma estrada de ferro o tráfego comercial pelo Madeira, entendendo-se, nesse sentido, se assim fosse necessário, com o *Bolivian Syndicate*. Não é possível espírito mais conciliador. Se é na distância do Acre e na quase impossibilidade de o governar e explorar que se procura fundar o ato do arrendamento, *nada mais natural do que oferecer à Bolívia outro território mais propício a sua influência e ao seu mando*, sobretudo com a vantagem de uma saída fácil dos seus produtos pelo Amazonas, que é o mais curto caminho do seu contato com o velho mundo [...]

Em 28 de janeiro, todos os jornais desta capital publicaram um telegrama circular do senhor Barão do Rio Branco, dirigido às legações brasileiras, e nele se lia o seguinte:

> Propusemos comprar o território do Acre, atravessado pelo paralelo de 10º 20' sul, para nos entendermos depois com o Bolivian Syndicate. Depois propusemos uma troca de territórios. O governo boliviano a nada tem querido atender. O presidente Pando vai marchar com o fim de submeter os brasileiros do Acre. Em consequência disso, o nosso presidente resolveu concentrar tropas nos estados do Mato Grosso e Amazonas [...]

Os trechos que acabamos de transcrever, do *Jornal do Commercio* e da circular de Rio Branco, não ficaram ignorados do ativo redator chefe de *A Notícia*, pois no seu número de 30 de janeiro último encontramos um editorial que começa assim:

> No telegrama circular que o ilustre Barão do Rio Branco dirigiu às legações do Brasil, narrando as recentes ocorrências com a Bolívia, *vê-se que o Brasil propôs preliminarmente a compra do território do Acre* e, em seguida, *uma troca de territórios*, a nada acedendo o governo da Bolívia. Reatadas as negociações, sempre com o espírito conciliatório de que temos dado tantas provas, constou que o governo brasileiro oferecia-se a *construir uma estrada de ferro* que facilitasse à Bolívia o seu movimento comercial pelo *Madeira* [...]

Em 26 de março, dizia assim *A Notícia*:

> [...] Não se chegando a um acordo direto, o Brasil e a Bolívia recorrerão à arbitragem. Como se sabe, têm sido três as bases de um acordo direto, bases que naturalmente voltarão a ser objeto das negociações: *indenização pecuniária; construção de estrada* que facilite à Bolívia uma saída para o Amazonas e para o oceano; *permuta de territórios*. Tudo quanto se possa dizer a esse respeito é antecipado, parecendo apenas que a Bolívia repele *in limine* a indenização pecuniária... Quanto à terceira base, *a permuta de território*, qualquer juízo ou previsão seria impertinente na intercorrência da questão diplomática que vai prosseguir durante o *modus vivendi* [...]

Assim, já em 30 de janeiro, *A Notícia* sabia perfeitamente o que desejava ou o que pretendia o senhor Barão do Rio Branco: a compra

do Acre ou uma troca de territórios; a construção da via férrea do Madeira. Mesmo assim, *A Notícia*, de janeiro até outubro, não disse uma palavra contra a permuta de territórios. Em 4 de abril, aconselhava a compra do Acre; em 13 de novembro, esquecida do que escrevera em 30 de janeiro e em 26 de março, dizia: "O senhor Barão do Rio Branco, para cuja lealdade não precisamos apelar, repelia *in limine* e com todo o vigor do seu esclarecido patriotismo qualquer proposta de permuta de territórios."

Avivada assim a memória de *A Notícia*, verá ela que o senhor Barão do Rio Branco não só não repelia propostas de troca de território, que ninguém lhe fazia, mas também foi quem propôs a combinação de troca desigual e compensação em dinheiro. O governo da Bolívia, até fins de julho, não queria saber de indenização pecuniária: só admitia a permuta rigorosa de territórios ou, o que achava preferível, o arbitramento para a interpretação do artigo 2º do Tratado de 1867.

Vem de molde lembrar também que, quando o ilustre redator chefe de *A Notícia* e da *Gazeta* defendia o governo passado, não se revoltava contra a ideia de troca de territórios nem via na Constituição da República empecilho algum para a permuta projetada. A *Platéa*, de São Paulo, deu então resumida conta das negociações em curso entre os senhores Olinto de Magalhães e Salinas Vega. Os jornais desta capital transcreveram as revelações da *Platéa*. Não podia, portanto, o ativo redator chefe de *A Notícia*, de mais a mais confidente íntimo do governo de então, ignorar o que era aqui divulgado, em diferentes ocasiões, por várias folhas, entre as quais o *Jornal do Commercio*, *A Imprensa* e o *Correio da Manhã*.

***

Tratava-se, naquele tempo, de operação modesta. O pequeno trecho do rio Acre (45 milhas, cerca de 83,3 km) e o território que ele atravessa, entre a linha oblíqua Javari-Beni e o paralelo de 10º 20' sul, seriam transferidos para o Brasil em troco de território de igual superfície, pertencente ao estado do Amazonas, e de um porto no Paraguai, devendo o Brasil entregar à Bolívia, durante 15 anos, a renda do Acre ou aplicá-la à construção do caminho de ferro do Madeira.

Dizemos que a operação era modesta porque a maior parte do rio Acre (250 milhas ou 463 km), a mais produtiva e mais povoada de

brasileiros, continuaria a pertencer à Bolívia; no entanto, o trecho de território incontestavelmente nacional que passaria à Bolívia não era de uns três mil km^2, como agora, mas sim de 50 mil km^2 ou mais.

A negociação ia por diante quando, pela intervenção de uma esquadrilha que o governo federal mandou ao Acre, se fez a pacificação em proveito da Bolívia. Então, como referiu no *Jornal do Commercio* o escritor ministerial que se assinava "Um diplomata", o senhor Salinas Vega suspendeu a negociação, rejeitando, em nome do seu governo, as propostas e combinações de permuta de territórios que andavam sendo estudadas.

O *Correio da Manhã* naquele tempo era pela troca de territórios que hoje condena:

> Se a chancelaria brasileira [dizia na parte editorial dessa folha o ilustre Vitorino Pereira, na edição de 24 de junho de 1902] esteve prestes a resolver o assunto com a contraproposta do senhor Salinas Vega em condições aceitáveis, por que deixou escapar a ocasião favorável e firmou ou manteve o protocolo de outubro de 1900? Se essa proposta existe, e documentada, por que não sustentá-la ou revivê-la? Se disso não há prova, por que deixou o ministro de se assegurar na posse do documento tão necessário e importante?

A solução que Vitorino Pereira e o *Correio da Manhã* achavam boa e que aconselhavam em junho do ano passado ficou sendo agora uma "vergonha", uma "infâmia", somente porque o Brasil adquire território quatro vezes maior do que pedia então o governo brasileiro e transfere à Bolívia três mil km^2 em vez de 50 mil km^2.

O *Correio da Manhã* também publicou, em 28 de janeiro deste ano, o telegrama circular a que anteriormente nos referimos, sem reprovar a ideia de compra e de troca de territórios, antes aplaudindo tudo quanto fazia o Barão do Rio Branco e mostrando-se coerente com o que dizia no tempo de Manoel Vitorino.

Gil Vidal, em 8 de fevereiro, dava um artigo com o título "Vitória diplomática" e, no dia 9, relembrando as conquistas que o Brasil alcançara nos dois arbitramentos de Washington e Berna, dizia:

> Vitória igual nos espera na contenda com a Bolívia *se porventura não pudermos resolvê-la por concessões recíprocas* e tivermos de entregá-la a arbitramento.

> Ainda desta vez a estrela do Barão do Rio Branco foi propícia ao Brasil. Parece que os céus tomaram sob o seu patrocínio esse nome a que está ligada a nossa maior obra de caridade e humanidade – a redenção dos cativos [...]

Entendia, portanto, o *Correio da Manhã*, em 9 de fevereiro, que devíamos procurar resolver a contenda com a Bolívia por meio de *concessões recíprocas*, compreendendo-se, sem dúvida, nesta expressão, a permuta de territórios, já aconselhada em 24 de junho do ano passado no mesmo *Correio da Manhã*, ou a compra do Acre, proposta pelo atual governo com o intento de reduzir à expressão mais simples a nossa contribuição em território.

***

No precedente artigo já explicamos que o Brasil não comprou, em fevereiro, direitos ao *Bolivian Syndicate*, direitos que lhe não reconhecia e que, mesmo quando fossem válidos, não podiam, por disposição clara e terminante do contrato, ser transferidos sem o consentimento do Congresso boliviano. O que o governo brasileiro então obteve foi a renúncia pura e simples da concessão havida pelo sindicato, para assim eliminar um elemento perturbador das negociações.

Em 11 de novembro, *A Notícia*, ainda que de passagem, envolveu nas suas censuras essa operação, dizendo que o governo comprara por cem mil libras "o direito ilíquido de um sindicato". É interessante aproximar desse juízo desfavorável o que *A Notícia* tinha dito anteriormente, em 26 de fevereiro e em 13 de março, respectivamente:

> [...] Referimo-nos ao que nos diz o nosso correspondente especial de Petrópolis, comunicando-nos *a grata e importantíssima notícia* de já estar terminada a negociação entabulada entre o governo brasileiro e o sindicato anglo-americano... *Está removido um grande* embaraço a que era preciso *atender* [...]

> [...] Nos telegramas de hoje, fez-se questão, sobretudo, das negociações em virtude das quais o Brasil obteve a desistência do sindicato. A Bolívia reputa caduca a concessão, por um lado; e, por outro, recusa-nos o direito de ter entabulado essas negociações. *De que a ação do governo nesse sentido foi útil* são provas, por exclusão, os protestos, aliás tardios, que ela desperta; quanto ao direito que nos é

recusado agora, poder-se-ia dizer que essa desistência é, pelo menos, *um elemento de facilidade* para a ocupação militar que o Brasil resolveu fazer [...]

***

Relativamente à intervenção militar, que, em janeiro e fevereiro, o governo e a nação inteira julgaram necessária para proteger os brasileiros do Acre, e que é hoje condenada pelo *Correio da Manhã*, reproduziremos os seguintes trechos.

De Gil Vidal, artigo de fundo no *Correio da Manhã* de 25 de janeiro último:

Já não é permitido confiar na eficácia dos meios diplomáticos para chamar à razão a Bolívia. Esta quer dominar o Acre pela força, levando de vencida a resistência que lhe têm oposto os brasileiros ali residentes. *Nós não podemos consentir na imolação dos nossos compatriotas* à ganância dos bolivianos, tanto mais quanto o território é pelo menos litigioso... Temos que repelir a força pela força. Na situação a que chegaram as coisas *nada mais nos resta fazer senão o apelo às armas*. Seria indecoroso recuar [...]

Do senhor Rocha Pombo (quem, depois, se tornou pombinha de paz, amigo da Bolívia e mais boliviano do que o general Pando e os senhores Guachalla e Pinilla), artigo no *Correio da Manhã* de 31 de janeiro:

[...] O general Pando... à frente de legiões, abala para o Acre, onde não mais pode tolerar que haja brasileiros que protestem, como já protestaram contra a usurpação de um território que é tão nosso, pelo menos como dos bolivianos. Que virá essa expedição fazer ali onde há *20 mil brasileiros que sofrem nos seus direitos e nos seus interesses?* A que excessos está exposta toda *essa inditosa gente*, *abandonada naqueles sertões à inclemência e ao furor de inimigos* cuja única lei pode-se imaginar qual será lá no desolamento das florestas?

Veja-se agora como são diferentes os tempos! *Em 1864, bastou que compatriotas nossos estivessem sendo vítimas de vexações no Estado Oriental, para que um corpo do nosso exército imediatamente transpusesse a fronteira* e fosse reclamar pelas armas aquilo que se nos negava pela razão e pelo direito. Tratava-se então de brasileiros domiciliados em outro país... *Hoje, há irmãos nossos oprimidos, tratados*

> *a bala e a faca em terras que habitaram sempre,* muito certos de que estavam em sua pátria e sob a proteção das leis da República... E que fizemos nós até hoje?

Do mesmo pacífico senhor Rocha Pombo, no *Correio da Manhã* de 4 de fevereiro:

> [...] Se os bolivianos se apoderarem do Acre, *além da ação enérgica que nos cumpre exercer ali*, uma represália imediata se impõe: *a invasão da Bolívia por Mato Grosso*. Entre as nações a lei inelutável é esta, por mais que nos pese e constranja aos nossos sentimentos cristãos: dente por dente [...]

Deixou apenas de acrescentar "olho por olho".

***

Assim, o *Correio da Manhã* desejou, em janeiro e em fevereiro, "ação enérgica" e imediata no Acre, para a defesa dos "nossos irmãos oprimidos", e a invasão da Bolívia por Mato Grosso. Agora, censura o governo porque mandou tropas para o Acre com o fim de impedir que fossem esmagados "os nossos irmãos oprimidos", que continuassem eles a ser "tratados a bala e a faca" e que pudessem ser exterminados por forças estrangeiras, quando – como declarou, em documento público, o Barão do Rio Branco –, se queríamos adquirir aquela região, não era pelo valor da terra em si, mas para que passassem a viver sob a proteção da bandeira e das leis de sua pátria os brasileiros que a povoavam. Se o *Correio da Manhã* entende que tropas brasileiras não devem ser mandadas, em caso de necessidade, para regiões insalubres, por que aconselhou isso há meses? Pois não é fazer injustiça aos nossos soldados de hoje supor que neles o espírito de sacrifício é menor que nos da Bolívia e nos nossos veteranos do Paraguai, que souberam afrontar o impaludismo e o cólera-morbo?

***

Ocupação militar, *compra e permuta de territórios*, *concessões recíprocas*, tudo isso foi aconselhado ou aprovado durante meses pelos mesmos que hoje fazem disso outros tantos crimes do governo e se

levantam indignados contra o tratado. Admiráveis conselheiros do povo e mestres de patriotismo!

Kent

124) Jornal do Commercio

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1903. Seção "Publicações a pedido".

A questão do Acre e o tratado com a Bolívia III[*]

Reservamos para hoje outro trecho do *Correio da Manhã*, trecho duplamente interessante, embora para o nosso propósito apenas consideremos, agora, um só dos seus dois aspectos.

Em 28 de junho de 1902, dizia essa folha, pela pena brilhante de Manoel Vitorino Pereira:

> Referindo-se à revolução do Acre, afirmam as confidências do ministro (das Relações Exteriores) a um diplomata, *que ela terminou quando menos nos convinha*, porque, conquanto o governo federal fosse inteiramente alheio a essa revolução, a resolução que por conta própria tomaram os oficiais da flotilha era inteiramente inoportuna, por isso que *só em virtude da revolução consentiu o governo da Bolívia na permuta de territórios*, *já aceita pelo seu ministro*.
>
> [...] Parece incrível que, como dizem as mesmas confissões, os oficiais da flotilha, que só havia sido enviada pelo governo ao Acre para o fim de proteger o livre-trânsito dos vapores mercantes brasileiros, tomassem a si a atribuição de pacificar o Acre, sem que para isso recebessem ordens ou instruções. Dado, porém, que assim fosse, o que aliás o governo não procurou apurar, responsabilizando os que excederam a sua missão, *nada impedia que as negociações continuassem no terreno em que estavam colocadas*, tanto mais quanto os revolucionários entregaram o território ao governo brasileiro, representado pela sua força armada, e fizeram lavrar dessa entrega uma ata, na qual confiavam aos seus pacificadores a restituição desse pedaço do solo pátrio, que eles haviam civilizado com a sua iniciativa e o seu trabalho, e que haviam defendido com o seu esforço e com o seu sangue [...]

[*] Artigo também publicado nos seguintes periódicos: Jornal do Brasil, 22 dez. 1903; O Paiz, 22 dez. 1903; e A Tribuna, 22 dez. 1903.

Fica assim perfeitamente estabelecido, pelas citações feitas no nosso anterior artigo e pelo trecho acima transcrito:

1) Que em 1902 o *Correio da Manhã* entendia ser a melhor solução para as dificuldades do Acre uma *permuta de territórios* entre o Brasil e a Bolívia.
2) Que em janeiro e em fevereiro deste ano, o *Correio da Manhã* soube oficialmente e publicou – como todos os outros jornais desta cidade – que o senhor Barão do Rio Branco havia proposto à Bolívia a *compra* dos territórios, em litígio ou não, povoados por brasileiros, e ainda combinação de *permuta de territórios*, *indenização pecuniária* e execução de velha promessa relativa à projetada via férrea do Madeira ao Mamoré, continuando a dar a esse ministro, durante meses, apoio e aprovação que, sabemos, muito o penhoraram.

Depois de o haver por tal modo animado com os seus favores, entrou repentinamente o *Correio da Manhã* a qualificar de vergonha e de infâmia a *compra* pelo Brasil de uma região em que só há brasileiros, e de crime de lesa-pátria a *permuta desigual de territórios*, tão desigual (como mostravam as medidas de superfície publicadas em primeira mão no próprio *Correio*), que dela resulta para o nosso país um enorme acréscimo territorial, transformado, não obstante, nas colunas dessa folha em "cessão de território nacional".

Somente o senhor Rocha Pombo, desde os primeiros meses do ano, levava a martelar nas colunas do *Correio da Manhã* pelo arbitramento, como a melhor das soluções, e estafava os seus leitores com estirados artigos no intuito de provar à Sociedade Geográfica de La Paz que o limite estipulado em 27 de março de 1867 é o paralelo 10º 20' sul.

Esses artigos devem ter pesado muito no espírito do ilustre redator chefe e proprietário do *Correio da Manhã*, pois desde novembro entrou a preconizar, como solução da contenda, o arbitramento após um novo reconhecimento da nascente principal do Javari.

***

Quantos anos durariam essas duas campanhas, a da quarta exploração da nascente do Javari e a do processo arbitral até a assinatura do laudo?

Pelo menos uns cinco ou seis. Quantas complicações e quantos perigos poderão surgir durante tão largo período com os levantes dos povoadores brasileiros dessas regiões, os conflitos entre eles e os bolivianos do Orton e Madre de Dios e as intrusões peruanas?

Demais, que certeza poderíamos ter de que sairia vencedora, perante qualquer juiz imparcial, uma interpretação que o governo brasileiro só começou a dar em princípios deste ano, cabendo à Bolívia o fácil papel de defender, contra essa recente interpretação, a outra que o mesmo governo brasileiro havia mantido invariavelmente durante 35 anos e afirmado em numerosos documentos oficiais?

A defesa eficaz de uma causa em arbitramento internacional não é empresa fácil como parece a alguns. É preciso que a causa seja boa e que o advogado saiba defender. Uma coisa é escrever artigos às pressas, em cima da perna, para gente que leva a mandriar e não conhece e nem estuda as questões que lê; outra, muito diferente, é produzir argumentos e provas que um juiz examina, esmiúça e aprofunda, por si mesmo e por auxiliares competentes.

Se, por exemplo, o senhor Rocha Pombo repetisse em juízo arbitral que o Tratado de 1777 estabelece uma linha de fronteira pela divisória das duas águas entre os rios Verde e Paragaú (*Correio da Manhã* de 4 de fevereiro de 1903), os jurisconsultos e geógrafos, conselheiros do árbitro, iriam logo examinar aquele tratado e achariam, mediante simples leitura do artigo 10º, que nele não há menção alguma desses dois afluentes da margem esquerda ou ocidental do Guaporé e que ambos, portanto, à anticlinal citada, ficavam em terras da coroa da Espanha, por ser o álveo do Guaporé, a leste, a fronteira determinada no mesmo artigo. O árbitro, então, tomaria boa nota de que o senhor Rocha Pombo – o futuro fundador da Universidade de Curitiba – ou tinha querido deitar-lhe poeira nos olhos, como não raro faz nos seus leitores cariocas, ou escrevia às vezes sem suficiente preparo. *Quandoque bonus dormitat columbus*[*].

Admitamos que, no arbitramento para a interpretação do artigo 2º do Tratado de 1867, o Brasil levasse a melhor. Estariam por isso removidas as dificuldades que queríamos resolver? De nenhum modo. Ao sul do paralelo de 10º 20' – máxima pretensão dos que andavam a quebrar

[*] O bom pombo às vezes cochila. (N. E.)

lanças pelos "nossos irmãos oprimidos" e a atacar o governo transato – é que corre a maior parte do rio Acre, com os seus afluentes Xapuri, igarapé Bahia e outros. É precisamente nessa parte incontestavelmente boliviana que se contam em maior número os brasileiros e as propriedades chamadas "barracões". Desses estabelecimentos, que são outros tantos centros de população nacional, citaremos apenas Volta de Mazagão, Guarani, Paraíso, Capatará, Antunes, São João do Itu, Itu de Cima, Remanso, São Luiz, Boa União, Castilha, Floresta, Providência, Vila Nova, Natal, Perseverança, Santa Luzia, São Francisco de Iracema, Iracema do Meio, Boa Fé, São Joaquim de Iracema, Independência, Paumarizinho, Carão, Fonte Nova, Paumari, Extrema do Paumari, Apurimã, Soledade, Irapurinã, Aquidabã, Novo Apurinã, Sapateiro, Equador, São Francisco, Irapuá, Recreio, Xapuri, Guedes, Bosque, Flor do Ouro, Floresta, Sibéria, Oliveira, Santa Fé, Santa Vitória, Nazaré, Porvir, Belmonte e Bahia, para não alongar esta nomenclatura geográfica essencialmente brasileira.

Iríamos ao arbitramento abandonando todos os proprietários brasileiros e seus empregados residentes na zona ao sul do paralelo 10º 20', sacrificando milhares dos "nossos irmãos oprimidos", que ali continuariam a ser "tratados a bala e a faca", como dizia o *Correio da Manhã*. Durante o processo arbitral, ouviríamos o grito de angústia desses nossos compatriotas; logo depois, os seus gritos de revolta e de guerra – contra o jugo estrangeiro. Então, os mestres de patriotismo que agora dizem ser uma inépcia a grande aquisição territorial que o Brasil vai fazer, clamariam contra o recurso ao arbitramento e contra o abandono dos "nossos irmãos oprimidos". Diriam, dessa vez com razão, que, pelo arbitramento, nada conseguíramos resolver e que todas as dificuldades continuavam de pé. Procurariam agitar a massa popular contra o governo e contra a Bolívia. Pediriam a "ação imediata e enérgica" no Acre boliviano ao sul do paralelo de 10° 20' e a "invasão da Bolívia por Mato Grosso". O conspícuo Gil Vidal, homem que não comete "inépcias" nem faz "dislates", em vez de ficar sossegado, sairia com suas inventivas de ontem e bradaria, como em 25 de janeiro último: "Nós não podemos consentir na imolação dos nossos compatriotas à ganância dos bolivianos... Nada mais nos resta fazer senão o apelo às armas [...]"

O Tratado de Petrópolis, se for aprovado, evitará a contingência de novos destemperos, agitações e protestos do Acre. O tratado põe

termo à trapalhada em que andávamos metidos desde 1899 e resolve honrosamente a questão, atendendo às mútuas conveniências do Brasil e da Bolívia. O arbitramento não a resolveria, havendo vários fatores para perturbar a sua marcha regular, ou daria apenas, na mais favorável das hipóteses, uma solução demorada e deficiente.

***

O Acre, até pouco tempo, era, para os acusadores do governo transato, a região mais maravilhosamente rica da América do Sul, um território cobiçado pelos americanos do norte e pelas grandes potências comerciais da Europa. Era preciso a todo o custo que o Acre fosse incorporado ao Brasil, da linha geodésica Javari-Beni à latitude austral de 11º.

O senhor Lauro Sodré, em 2 de maio do mesmo ano, exclamava no Clube Militar, sendo as suas palavras cobertas de palmas entusiásticas: "A questão do Acre não é uma questão amazonense, é uma questão brasileira!" E acrescentava: "O Acre, que há tanto tempo desafia o interesse das nações que vivem da guerra, que é objeto de cogitações das nações conquistadoras, é exclusivamente criação dos brasileiros. Aquele solo *fertilíssimo* foram cidadãos brasileiros que o trabalharam [...]"

Manoel Vitorino Pereira, no *Correio da Manhã* de 10 de outubro, escrevia:

> Se me não seria lícito negar aos diplomatas e governo bolivianos louvores e elogios pelo empenho que revelam em conservar para sua pátria *a posse do fecundo e rico território*, não podem eles estranhar que aos ministros e presidente do meu país eu censure a inabilidade e imprevidência com que têm concorrido para a sua perda [...]

Gil Vidal, melindrado em seu amor pátrio, dizia em 14 de setembro do mesmo ano de 1902 que o Acre estava "inteiramente perdido" para nós e que "só pela guerra o poderíamos reconquistar".

Sem que fosse necessário recorrer às empresas bélicas, que a sagacidade política de Gil Vidal andou prevendo, pode agora, em breves dias, ficar incorporado à União brasileira, não o Acre mínimo, com que ele e o senhor Rocha Pombo sonhavam, mas o Acre imensamente maior, operando-se tal

anexação mui pacificamente, *per amicabilem transactionem*[*], como diria Justiniano, ou por "concessões recíprocas", como Gil Vidal desejava em 9 de fevereiro último. O Tratado de Petrópolis assegurará esse resultado, que para ficar de todo obtido só depende agora do voto dos dois Congressos Legislativos reunidos em La Paz e no Rio de Janeiro.

No entanto... mudam os tempos e transformam-se os escritores do *Correio da Manhã*. Aquelas florestas do Acre, por eles tão apetecidas e choradas quando em poder do estrangeiro, assunto ou pretexto para tantos assomos de patriotismo, hoje, que podem ficar sendo definitivamente nossas, já não prestam para nada, segundo os mesmos escritores.

[...] Poderíamos observar [escreveu o senhor Rocha Pombo no *Correio da Manhã* de 5 do corrente mês] que, em qualquer caso, não faríamos mais senão *comprar muito caro terras inóspitas*, quando é certo que *possuímos terras de sobra*... Basta que o tratado seja repelido por qualquer dos dois Congressos e estaremos aí com o problema cada vez mais insolúvel. Mais insolúvel não seria de espantar tanto: o que faz gelar a alma nacional é o risco de ver sem solução o problema e sem mudar *a conjuntura amargurante a que fomos levados, tendo de ficar com o Acre como um báratro aberto, a tragar vidas e vidas... sem se saber bem por quê nem para quê* [...]

O senhor Rocha Pombo, que queria intervenção militar no Acre para libertar "os nossos irmãos oprimidos", que aconselhava a tomada dessa "fertilíssima região" à viva força e a invasão da Bolívia por Mato Grosso, agora tem o desembaraço de lamentar que fiquemos com o Acre, de dizer que "fomos levados" ao que chama uma "conjuntura amargurante" e de acrescentar que não sabe bem "por quê nem para quê" ficaremos com o Acre. Não sabe *por quê* nem *para quê*? Pois releia os seus escritos de quase um ano atrás e neles achará a resposta e a explicação.

***

E, depois, que polemista de truz! Com que habilidade defende as causas que abraça! Em 5 de dezembro, no trecho anteriormente transcrito, mostra-se

[*] Por transação amigável. (N. E.)

aterrado com as consequências da rejeição do tratado por qualquer dos dois Congressos. Em outro tópico do mesmo artigo diz: "Imaginemos, porém, que o nosso Congresso, afinal convencido de que se trata não de cessão, mas de troca de territórios, aprove o tratado: *e se o Congresso boliviano não estiver pelos autos? Esta hipótese é talvez a mais grave de todas* [...]"

O senhor Rocha Pombo acha que o caso é muito grave e não pode "prever as consequências do perigo". Entretanto, no dia 10 – cinco dias depois – deseja a rejeição do tratado pela Bolívia, provoca o caso gravíssimo, prenhe de perigos e estimula nestes termos o povo boliviano a levantar-se contra o ajustado:

> Mas esquecendo por um instante a nossa desgraça: é possível que o povo boliviano – se é que ainda há povo, como acreditamos, no alto Peru das eras passadas – deixe, passivo e inconsciente, que se consuma *este negócio escandaloso*, este assombro de irrisão, no qual, se o nosso papel é de *uma barbaridade atrocíssima* e de um descomunal desdém pela pátria, *a parte da Bolívia é a ofensa mais pungente ao seu pudor de nação?* Estará de todo morto na alma daquele povo o sentimento nacional, e de modo tão desesperador, que nem mais se deva esperar dele um simples *movimento de repulsa* a um atentado de semelhante natureza?

Pode dar-se melhor documento da desorientação de um espírito? Que brasileiro é este que se não contenta de pretender dar lição de moral e de patriotismo aos negociadores brasileiro e boliviano do Tratado de Petrópolis e chega até a querer ser mais boliviano do que os próprios bolivianos? E ousa falar em "barbaridade atrocíssima" e em "descomunal desdém pela pátria brasileira" o homem que assim desdenha os que ontem chamava de "nossos irmãos oprimidos" e que hoje prefere ver, de novo, tratados pelo estrangeiro "a bala e a faca"!

Kent

125) Jornal do Commercio

Rio de Janeiro, 23 de dezembro. 1903. Seção "Publicações a pedido"

A questão do Acre e o tratado com a Bolívia IV [*]

Já vimos que, em 1902, pela pena tão competente do nosso sempre lembrado Manoel Vitorino Pereira, o *Correio da Manhã* insinuou iterativamente a conveniência de resolvermos as complicações do Acre por meio de uma permuta de territórios, permuta pura e simples, que acarreta, portanto, a transferência para a Bolívia de uma área de território, incontestavelmente brasileiro, igual àquela sobre a qual queríamos haver o domínio eminente. Vimos também que, nos primeiros meses deste ano, o *Correio da Manhã* acolheu sem nenhum comentário desfavorável, antes com mui manifesta simpatia, a notícia de estar o atual ministro das Relações Exteriores negociando, ou procurando negociar, não só sobre a indicada base de permuta de territórios, mas também, principalmente, sobre a de uma indenização pecuniária à Bolívia em razão da falta de equivalência nas áreas a permutar. Vejamos agora, nos seguintes extratos, como o mesmíssimo jornal se pronuncia hoje sobre as bases que aconselhava ou que lhe não repugnavam antes, e até que ponto eleva o diapasão das suas habituais contumélias.

1) O tratado "é a vergonha de dois povos. *Não é um ato diplomático, e sim uma vergonhosa transação de compra e venda* em grosso[**]" (5 de dezembro).
2) "O tratado do Acre será a mancha negra da nossa história" (9 de dezembro).
3) "*O que se fez agora não é um tratado, não é um contrato; é, antes, uma escritura de negócio* [...]" (artigo de Rocha Pombo de 10 de dezembro).
4) "*Alcançamos, a peso de ouro, 10 vezes mais do que o Império* – dizem os próprios bolivianos – *alcançara em 1867* do general Melgarejo, cuja memória, aliás, é hoje tão detestada por aqueles mesmos de quem se espera a aprovação do *ímpio, sacrílego tratado* [...]" (artigo de Rocha Pombo de 10 de dezembro).

---

[*] Artigo também publicado nos seguintes periódicos: O Paiz, 24 dez. 1903; Jornal do Brasil, 24 dez. 1903 e A Tribuna, 24 dez, 1903. (N.E.)

[**] Por atacado. (N. E.)

5) "*Para dourar a pílula, damos à impiedade uns ares de acordo legítimo, de lícita conciliação de interesses... como se se tratasse de troca de territórios. Compramos as terras*; os vastos latifúndios de que a caudilhagem vizinha se apropriara na zona que nos é vendida [...]" (artigo de Rocha Pombo de 10 de dezembro).
6) "O tratado seria para a Bolívia *um opróbrio* e, para nós, além de opróbrio, seria um desastre talvez incalculável [...]" (10 de dezembro).
7) "É *uma obra descomunalmente abusiva e comprometedora das nossas tradições* [...]" (10 de dezembro).
8) "*É um crime contra nós próprios desagregando o nosso território*... Pois nós que nunca cedemos a ninguém (e sob pretexto algum, por mais ponderoso que se imagine) *um palmo sequer de terra pátria*, vamos agora disfarçar *um negócio oprobrioso* entregando à Bolívia pedaços de solo sagrado!" (10 de dezembro).
9) "Porque enfrentamos com povo fraco e pobre nos erigimos em fortes para liquidar questões a golpes de força e a peso de dinheiro [...]" (10 de dezembro).
10) "Dislate de uma chancelaria desmoralizada [...]" (artigo de Gil Vidal, *scilicet*[*], Leão Velloso, de 19 de dezembro).
11) "Obra inepta, requintada pelo desprezo das severidades do melindre nacional" (mesmo senhor Leão Velloso, no artigo supracitado).
12) Ato de "um governo réprobo" (mesmíssimo senhor Leão Velloso, em artigo de novembro).

Ponhamos de lado os palavrões e doestos contidos nos tópicos que acabamos de transcrever, bem como os impatrióticos incitamentos com que neles se procura resolver a Bolívia a recusar-nos uma verdadeira vastidão de terras feracíssimas, trabalhadas por milhares de brasileiros. Consideremos somente os pontos que nos interessa esclarecer.

***

No trecho de número 8, o senhor Rocha Pombo insiste em que "nunca cedemos a ninguém *um palmo sequer* de terra pátria". Reportamo-nos ao

[*] Isto é. (N.E.)

que ficou dito no nosso primeiro artigo. Aí terá visto o mal-informado autor do *Compêndio da História da América* que, pela Convenção de 27 de agosto de 1828, renunciamos a uma província inteira, de 187 mil km^2, e que nas de 4 de setembro de 1837 e de 11 de fevereiro de 1874 estipulamos permutas de território com o Uruguai e com o Peru. Hoje, acrescentaremos outro tratado nosso, o concluído em Montevidéu aos 15 de maio de 1852 por Carneiro Leão (depois marquês de Paraná) e Florentino Castellanos, no qual renunciamos, em favor do Uruguai, à meia légua de terra na foz do Cebollatí e à outra meia légua de terra na do Taquari. Não é muito, mas sempre é mais do que o palmo de terra de que fala o senhor Rocha Pombo.

Nos trechos de números 1, 3 e 5 supratranscritos, diz-se que o Tratado de Petrópolis "não é um ato diplomático", "não é um tratado", "não é um acordo legítimo nem uma lícita conciliação de interesses", mas "uma vergonhosa transação de compra e venda em grosso", uma "escritura de negócio", "a vergonha de dois povos". Mui pouco versados em direito internacional e em história política e diplomática são os que escreveram tais coisas.

Não necessitamos de recorrer a jurisconsultos estrangeiros para mostrar que é muito regular e legítima, em direito, a aquisição derivativa que o Brasil vai fazer, e muito usual, nas relações internacionais, a transação a que chegaram os dois governos, do Brasil e da Bolívia. Temos prata de casa.

Abramos o tomo 1 dos *Princípios de Direito Internacional do conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira* (Rio, 1902):

> § 92 *Constituem títulos legítimos de aquisição de território* os tratados e as convenções que pertencem à classe daqueles pelos quais se transferem direitos e que se podem reduzir aos seguintes: cessão gratuita, *compra e venda, permuta, transação,* partilha, demarcação de limites [...]
>
> A *compra e venda*, como modo de cessão de territórios entre as nações, tem sido usada ainda em tempos recentes [...]
>
> §194 Muitas vezes um Estado, ou sob a pressão das circunstâncias em que se acha, ou *por interesses e conveniências de ordem política, administrativa ou econômica, é levado a ceder a outro uma parcela de território, uma certa região,* ilhas ou possessões remotas.

> A cessão importa a transferência ao cessionário, por parte do cedente, de todos os direitos de soberania sobre o território alienado, com ônus e obrigações que o gravam, salvo as reservas expressas.
>
> São cláusulas usuais e peculiares desta espécie de tratados [...]
>
> *A cessão de território* pode ser gratuita, mas *de ordinário ela se realiza a título oneroso*, por via de *permuta, de compra e venda*, de dação *in solutum*[*] e ainda como compensação de prejuízos e danos sofridos.

Os nossos leitores decidirão entre a recente opinião do *Correio da Manhã*, de um lado, e a autoridade de Lafayette Rodrigues Pereira e de uma centena de outros mestres ou expositores do direito internacional que poderiam ser citados, de outro.

No que diz respeito à alegada imoralidade da compra e venda de territórios entre nações, podemos apelar não só para a autoridade dos homens do direito, mas também para a de um ilustre patrício nosso, o senhor Miguel Lemos. Pelo *Jornal do Commercio* de 25 de janeiro disse ele:

> [...] Fomos dos que reprovaram a absurda e arriscada concessão da região acriana feita pelo governo da Bolívia a um sindicato estrangeiro, e bem assim *deploramos que essa República não tivesse aceitado a proposta da compra da mesma região, que o Brasil lhe fez recentemente, segundo dizem* [...]

***

Passemos aos precedentes de tratados de cessão, de permuta e de compra e venda de territórios. Celebrados por potências europeias, há muitíssimos. Basta mencionar os que concluíram, em 24 de março de 1860, o Piemonte e a França, e, em 12 de fevereiro de 1899, a Espanha e a Alemanha.

Por este último, o Império alemão comprou os arquipélagos das Carolinas, de Palau e Marianas, exceto a ilha de Guam, já cedida aos Estados Unidos, recebendo a Espanha por essas ilhas (cuja superfície é de apenas 2.076 km^2), DEM16.593.373 ou £829.918 e 13 *xelins*. Se

[*] Dação em pagamento. (N. E.)

a transferência de territórios pudesse ser cotada pela sua extensão, o nosso desembolso, a julgar pela operação que fez a Alemanha em 1899, deveria ser agora de mais £76.355.000, em vez de £2.000.000.

O outro tratado é mais interessante. As suas linhas gerais ficaram combinadas e assentadas desde julho de 1859, na célebre Conferência de Plombières, entre o grande Cavour e Napoleão III, embora o tratado só fosse assinado oito meses depois. Por ele, e com assentimento das Câmaras piemontesas, o rei *Galantuomo* cedeu a Sabóia, berço da sua dinastia, e a Nice, pátria de Garibaldi, ao imperador dos franceses. Prevaleceu em Turim a razão de Estado. Cavour entendeu dever abandonar à França esses 15.190 km^2 de terra encantadoramente bela para conseguir a anexação ao Piemonte do reino lombardo-veneziano e poder prosseguir na grande obra da unificação da Itália.

Na história da América, há vários exemplos de tratados de cessão, de permuta e de compra e venda de territórios. Já citamos os concluídos pelo Brasil. Vejamos os celebrados pela República dos Estados Unidos, a qual, principalmente por compra, conseguiu adquirir a maior parte do território que hoje possui.

1) *Na presidência de Thomas Jefferson*: Tratado de Paris, de 30 de abril de 1803, com a República Francesa, negociado por James Monroe e Robert Livingston.

Nesse instrumento ficou estipulada a venda aos Estados Unidos, pelo governo de Napoleão Bonaparte, da Louisiana, cuja população branca era toda de origem e língua francesa. Custou essa aquisição territorial ao comprador 16 milhões de dólares, ou 80 milhões de francos, ou £3.200.000. A renda federal em 1803 era apenas de US$11.604.000. Portanto, se o sacrifício que agora vamos fazer em dinheiro fosse proporcionado ao que então fizeram os americanos do norte, em vez de 40 mil contos, teríamos que despender 422 mil.

2) *Na presidência de James Monroe*: Tratado de 22 de fevereiro de 1819, negociado pelo seu secretário de Estado John Quincy Adams, sexto presidente dos Estados Unidos.

Da fixação de fronteiras estipulada nesse tratado resultou a cessão feita à Espanha da parte ocidental da Louisiana, comprada pelos Estados

Unidos em 1803, e a aquisição, por esta República, das duas Flóridas, a oriental e a ocidental, comprometendo-se o governo americano a pagar reclamações no valor de US$6.500.000, ou £1.300.000.

3) *Na presidência de John Tyler* ("em cujo período nada ocorreu de notável", segundo o senhor Rocha Pombo, não sendo, portanto, fato notável para este escritor a anexação do Texas): tratado de limites com a Grã-Bretanha, no qual foram admitidas "as equivalências e compensações que pareceram justas e razoáveis", diz o preâmbulo ("[...] *such equivalents and compensations as are deemed just and reasonable* [...]"). Foram negociadores o célebre Daniel Webster, então secretário de Estado, e o lorde Ashburton.

Em virtude desse tratado, passou para o Canadá um território de 14.806 km^2, o qual estava em litígio entre os estados do Maine e de Massachussetts, no ângulo nordeste dos Estados Unidos, ganhando estes um pequeno trato na fronteira do Estado de Nova York.

4) *Na presidência de James Polk*: tratado com a Grã-Bretanha, concluído em Washington aos 17 de julho de 1846, negociado por James Buchanan, então secretário de Estado, 15º presidente.

Esse tratado dividiu entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha o imenso território do Oregon, que estava em litígio.

5) *Na mesma presidência de James Polk*: Tratado de Paz, Amizade e Limites assinado em Guadalupe-Hidalgo, no dia 2 de fevereiro de 1848. O negociador americano foi Nicholas P. Trist.

Os exércitos dos Estados Unidos, depois de várias vitórias, ocupavam a Cidade do México e grande parte do país. Esquadras americanas bloqueavam os portos dessa nação. O governo americano, *jure victoriae*[*], poderia ter anexado à União os vastos territórios da Califórnia e do Novo México, que lhe convinham. Preferiu comprá-los, custando-lhe a aquisição o seguinte:

[*] Por direito de conquista (N. E.)

	Dólares	Libras
Transferência de domínio (artigo 12)	15.000.000	3.000.000
Pagamento que tomou a si de reclamações estrangeiras contra o México (artigo 13), sem que levemos aqui em conta os juros	1.700.000	340.000
Pagamento que prometeu fazer aos americanos que tinham reclamações contra o México (artigo 15)	8.250.000	650.000
	24.950.000	3.990.000
Adicionando as despesas de guerra	63.000.000	12.600.000
Total	87.950.000	16.590.000

6) *Na presidência de Franklin Pierce*: tratado concluído na Cidade do México em 30 de dezembro de 1853, sendo negociador americano James Godsden.

Objeto único do tratado: compra pelos Estados Unidos e venda pelo México do Vale de Mesilla e do território ao sul do rio Gila (Arizona Meridional). O preço pago foi de £2.000.000.

Notemos de passagem, em primeiro lugar, que a superfície do território então adquirido pelos Estados Unidos era de 117.840 km², muito menor portanto do que a dos que vão entrar agora para o nosso patrimônio; em segundo lugar que, salvo o pequeno vale de Mesilla, tudo o mais formava o chamado deserto de Gila, só percorrido por alguns índios selvagens e cuja população, 17 anos depois, em 1870, orçava apenas por 9.600 habitantes, ao passo que os territórios que nos vão advir contêm uma população de 60 mil brasileiros laboriosos.

7) *Na presidência de Andrew Johnson*: Convenção de Washington, de 30 de março de 1867, com a Rússia, sendo negociador americano o secretário de Estado H. Seward.

Compra do Alaska e das ilhas adjacentes por US$7.200.000 ou £1.440.000.

8) *Na presidência de William Mckinley*: Tratado de Paz com a Espanha, de 10 de dezembro de 1898, negociado em Paris.

No artigo 3º se encontra a estipulação relativa à cessão das ilhas Filipinas aos Estados Unidos, mediante indenização de 20 milhões de dólares ou de quatro milhões de libras esterlinas; no artigo 4º, a cláusula relativa a favores comerciais concedidos à Espanha; no 7º, a obrigação que assumem os Estados Unidos de julgar e liquidar as reclamações dos seus nacionais contra a Espanha. Sem levar em conta gastos que esta última cláusula acarretou, os Estados Unidos despenderam:

	Dólares	Libras
Compra das Filipinas	20.000.000	4.000.000
Despesas de guerra	195.000.000	39.000.000
Total	215.000.000	43.000.000

Deve-se acrescentar que também a ilha de Porto Rico foi então cedida aos Estados Unidos pela Espanha, por imposição do vencedor.

***

Temos, portanto, que os Estados Unidos concluíram cinco tratados de compra e venda de territórios com a França, com o México, com a Rússia e com Espanha (nºs 1, 5, 6, 7 e 8 supracitados); um tratado de que resultou permuta desigual de territórios, completada por uma soma de dinheiro (nº 2, com a Espanha); outro tratado de limites de que resultou também permuta de territórios (nº 3, com a Grã-Bretanha); um tratado de divisão de vastíssimo território em litígio, sobre o qual o governo americano havia sempre afirmado ter direito incontestável (nº 4, com a Grã-Bretanha).

***

Depois do exposto e em vista das autoridades e dos exemplos citados, o leitor certamente convirá conosco que os escritores do *Correio da Manhã* são um tanto imodestos quando, a propósito do Tratado

de Petrópolis, vituperam os negociadores brasileiros e bolivianos e pensam poder dar lições de direito internacional, de direito diplomático, de patriotismo, de moralidade e honra a homens como os presidentes Rodrigues Alves e general Pando e os plenipotenciários do Brasil e da Bolívia, senhores barão do Rio Branco, Assis Brasil, Guachalla e Pinilla.

Os dois presidentes e os quatro plenipotenciários têm em seu favor as provas já feitas em sua não curta vida pública, assim como os exemplos de Thomas Jefferson, James Monroe, Napoleão Bonaparte, John Quincy Adams, Daniel Webster, James Buchanan, Franklin Pierce, conde de Cavour, H. Seward e muitos outros.

Kent

126) Jornal do Commercio

Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1904. Seção "Publicações a pedido".

O Tratado de Petrópolis

Como ainda nestes últimos dias alguns jornalistas têm contestado ao governo federal e ao Congresso o direito de negociar e de aprovar tratados da natureza do de Petrópolis, parece-nos conveniente reproduzir o notável artigo que, sob o título de "Soberania e Acre", publicou na parte editorial do *Jornal do Commercio*, a 20 de novembro último, o eminente jurisconsulto doutor *J. Isidoro Martins Junior*, catedrático na nossa Faculdade de Direito do Recife. Nesse artigo, sustenta ele a mesma doutrina que defendeu no *Congresso Jurídico Americano*, em 1900, no qual ficou vencedora, por quase unanimidade de votos, entre os quais os dos senadores Gomes de Castro e Coelho de Campos, dos deputados Luiz Domingues, Henrique Salles, João Vieira, Sá Freire, João Luiz Alves e Paranhos Montenegro, dos ex-senadores Ubaldino do Amaral, Coelho Rodrigues, Gonçalves Chaves e Amaro Cavalcanti, dos ex-deputados Xavier da Silveira e Pinto da Rocha e dos professores de Direito Carlos Gusmão, Bandeira de Melo, Lima Drummond, Inglês de Souza e Souza Bandeira.

Outras ocupações nos impedem neste momento de tomar em consideração as objeções que a esse e a outros respeitos têm sido

formuladas nos últimos dias. Aos que se espantam com o fato de que o governo de um Estado federal e o Congresso dos Representantes de uma nação assim constituída, sem consulta prévia aos cantões ou aos estados particulares, formadores da União, disponham de pequenas nesgas de território nacional, bastará afirmar por hoje que o governo e o Congresso em um Estado federal têm o poder de ceder não só trechos de território nas fronteiras, mas também um estado inteiro, em caso extremo, como medida de salvação pública ou de interesse da toda a nação, como ensinam jurisconsultos dos Estados Unidos da América.

Mesmo na Suíça, a competência do governo federal e da Assembleia Federal é reconhecida para celebrar tratados de retificação de limites. Assim aconteceu no caso da negociação do tratado com a França relativo à fronteira entre o Mont Dolent e o lago Leman, caso em que o Conselho Federal recusou a solicitada intervenção do cantão do Valais, respondendo que as fronteiras com o estrangeiro eram fronteiras da Suíça, e não dos cantões. As duas câmaras chamadas de Conselho dos Estados e Conselho Nacional, que formam a Assembleia Federal suíça, sancionaram tal doutrina, apesar dos protestos dos representantes do Valais.

Vai em seguida o magistral estudo do doutor Martins Junior[16].

Kent

127) O Paiz

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1904

O acordo provisório a que acaba de chegar o governo brasileiro com o do Peru serviu de pretexto a novos ataques de Gil Vidal, no *Correio da Manhã*, de ontem, contra o senhor ministro das Relações Exteriores. Pretende Gil Vidal que esse acordo fosse a solução que ele indicava no seu editorial de 9 de maio último e que o senhor Barão do Rio Branco não queria admitir então.

[16] Estudo intitulado "Soberania e Acre", publicado no *Jornal do Commercio* de 20 de novembro de 1903.

> Passaram-se dois meses e alguns dias [escreve o infatigável censor da nossa chancelaria] e, afinal, aparece, promovido pelo senhor Rio Branco e por ele firmado um acordo consignado, nas suas linhas gerais, a solução que então preconizávamos; e, ainda antes das forças peruanas desocuparem o território que invadiram, a despeito do que, em contrário, solenemente protestou na sua mensagem o presidente da República, entramos em negociações que deram em resultado os dois protocolos agora combinados.

O senhor presidente da República, seja dito de passagem, não declarou na sua mensagem que o Brasil se recusava a negociar algum acordo provisório, honroso para as duas partes, antes de evacuados pelas forças peruanas os territórios que invadiram. O que disse foi isto:

> Depois do tratado de 17 de novembro último, pôde o Peru negociar separadamente e resolver com menos dificuldade as suas questões de limites com o Brasil e com a Bolívia. Os direitos que ele pretende ter ficaram ressalvados, e não nos recusamos de modo algum a tomar conhecimento das suas alegações. *Não entraremos, porém, nessa negociação antes de retirados os destacamentos militares que o governo do Peru mandou para o alto Juruá e para o alto Purus. Não podemos tolerar que durante o litígio* [*levantado*], cujos fundamentos nos são de todo desconhecidos, *venham autoridades peruanas governar populações brasileiras que viviam tranquilamente nessas paragens*.

Essa declaração do senhor presidente da República foi respeitada no acordo agora concluído. Houve discussão entre a nossa chancelaria e a legação do Peru para um acordo provisório ou *modus vivendi* no Juruá e no Purus, mas não sobre a questão de limites, que deveria, e vai, ser examinada proximamente depois de ter desistido o Peru de governar, durante o litígio, populações brasileiras.

Em 8 de maio, a legação do Peru propunha ao nosso governo a neutralização de todo o território que nos reclama, isto é, do que se estende ao sul do paralelo ao Equador, traçado da nascente do Javari ao Madeira, linha essa do caduco Tratado de 1777 entre Portugal e Espanha.

As autoridades e as forças brasileiras e peruanas que se achassem nesse vastíssimo território, em que se contam centenas de cidades, vilas e povoados brasileiros, deveriam ser retiradas para dar lugar a uma administração mista.

O senhor Barão do Rio Branco declarou imediatamente que tal proposta era inaceitável, e, como meio de conciliação, propôs que fossem neutralizados apenas dois trechos de território: um na bacia do alto Juruá, desde as cabeceiras desse rio até a confluência do Breu; outro, na bacia do alto Purus, desde o paralelo de 11º até a confluência do *Manuel Urbano*, no Purus.

O que *Correio da Manhã* aconselhou no dia 9 foi coisa muito diversa: foi precisamente o que o Peru propunha no dia 8, isto é, a neutralização de todo o território em litígio.

Eis o que escreveu então Gil Vidal:

> Mostrando, porém, o Peru disposições sinceras para uma solução honrosa, que o livre e a nós da calamidade da guerra, não haveria razão para deixar de ser adotado um *modus vivendi* durante as negociações. Neste *modus vivendi* se poderia regular a *situação dos territórios contestados*, sua administração e policiamento, de sorte que não se melindrassem os países litigantes, e peruanos e brasileiros vivessem seguros e tranquilos naquelas regiões.

Como se vê, Gil Vidal não aplicava o seu *modus vivendi* somente aos dois pequenos trechos do alto Juruá e do alto Purus, onde não há estabelecimentos de brasileiros, mas a todos "os territórios contestados".

Só em meados de junho, segundo nos consta, o Peru concordou na proposta de 8 de maio do senhor Rio Branco, com uma ligeira modificação, e assim pode ser agora assinado o protocolo censurado.

É simples coincidência, mas Gil Vidal esteve de acordo com a legação peruana quando esta propunha a discussão conjunta das três questões de limites por plenipotenciários do Brasil, do Peru e da Bolívia. Esteve de acordo com ela na proposta de arbitramento sem discussão e ainda agora censura o senhor Rio Branco por não ter aceitado essas propostas. Ademais, combinou perfeitamente com a mesma legação, quando ela, em 8 de maio, propôs a neutralização geral dos territórios contestados.

128) O Paiz

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1905

Censuras Platinas[*]

O nosso ilustre colega do *Jornal do Brasil* deu-nos em sua edição de anteontem largos extratos de um artigo de *La Prensa*, de Buenos Aires, assinaladamente desagradável para o Brasil. Temos agora à vista o texto desse artigo, que pedimos pelo telégrafo ao nosso correspondente em Buenos Aires, e não nos devemos furtar a emitir as considerações que ele nos sugere. Obsedada por uma sorte de ideia fixa*, La Prensa* começa esse artigo, intitulado "*El Brasil en el continente*", repetindo observações que já fizera sobre a projetada reorganização naval do Brasil. Afirma aos jornais fluminenses que a imprensa de Buenos Aires não se alarma com o armamento naval que o Brasil prepara, apenas aconselha o governo argentino que imite o bom exemplo que dá o Brasil para a defesa de seus interesses.

Desse assunto já tratou *O Paiz* com muita largueza. Seria, porém, conveniente repetir alguma coisa do que já disse. Até 1893, e desde a sua Independência, o Brasil foi sempre a primeira potência naval da América do Sul; no entanto, nem mesmo no tempo em que a esquadra Argentina se compunha apenas dos vapores *Guardia Nacional* e *Pavón*, a Armada brasileira foi uma ameaça ou um perigo para a República argentina. Mesmo naquele tempo, compreendendo melhor do que certos políticos argentinos os verdadeiros interesses desta parte do continente, procurávamos e queríamos a amizade e a aliança argentina. Pode-se dizer com segurança que sem a nossa vitória naval de Riachuelo (atribuída pela *La Prensa*, em 11 de junho último, ao prático Bernardino) a esquadra e os exércitos de Solano López teriam facilmente chegado até Buenos Aires. Nestes últimos 15 anos, causas sobejamente conhecidas determinaram o enfraquecimento do Exército e da Marinha de Guerra do Brasil. A revolta de uma parte da esquadra em 1893 fez a nossa Marinha decair do primeiro para o terceiro plano. Enquanto isso acontecia, a Argentina criou rapidamente uma poderosa esquadra.

Não lhe pedimos contas por isso e não nos assustamos com tão grande aumento do seu poder naval. Agora, tratamos apenas de reconquistar em

[*] Artigo também publicado no seguinte periódico: Jornal do Commercio, 19 jan. 1905. (N.E.)

parte a posição perdida e devíamos esperar que a imprensa argentina imitasse a calma e a segurança que mostramos quando o seu país se armava. Temos um litoral imenso e um vasto sistema de comunicações fluviais a defender e a proteger. Não podemos prescindir de esquadra, e se a República Argentina entender que a sua não deve ser inferior à nossa, não nos queixaremos ou gritaremos por isso.

Na previsão de futuros perigos, é conveniente que as três maiores Repúblicas da América do Sul – o Brasil, a Argentina e o Chile – se ponham em bom pé de defesa. Mais importante, porém, é que, pelas obras de paz, dentro de meio século, elas sejam três grandes e poderosas nações, prósperas e ricas. O general Roca, estadista de vistas largas, compreendia isso, quando pôs um paradeiro aos armamentos argentinos e, rompendo com a política de desconfianças e ódios, procurou unir em um grande pensamento de concórdia a Argentina, o Brasil e o Chile. Em 1903, no desenvolvimento lógico das ideias que defendia, esforçou-se ele para que o Brasil igualasse imediatamente as suas forças navais às da Argentina e do Chile, adquirindo os navios que as duas repúblicas tinham em construção nos estaleiros da Europa.

La Prensa vê no nosso projeto de lenta reconstituição naval e na criação da embaixada brasileira em Washington a pretensão de firmar a nossa hegemonia no continente. Atribuiu-nos aquilo que ela deseja para o seu país e que nunca pretendemos. Não andamos procurando influir na vida interna ou na política dos povos vizinhos. O Brasil não exporta revoluções para os outros países do continente, não só porque entende que essa exportação é perigosa, pois alimenta na própria casa o espírito revolucionário, mas também porque os continuados pronunciamentos e guerras civis desacreditam esta parte do mundo e fazem falar, na Europa e nos Estados Unidos, das "turbulentas Repúblicas da América do Sul." *La Prensa* é jornal que andou sempre a assanhar ódios contra o Brasil e contra o Chile, contrariando assim a política de congraçamento a que se consagrou o general Roca.

Tomou sempre partido dos adversários do Chile e do Brasil. Por isso, volta a falar na nossa questão finda com a Bolívia, sobre que escreveu tantos despropósitos, e sobre a nossa questão com o Peru, de que também tem tratado sem nenhum conhecimento de causa, aceitando tudo quanto lhe impinge qualquer jovem peruano, que, para se dar por erudito, remonta ao Tratado de Tordesilhas.

A questão com a Bolívia terminou, ficando essa República satisfeita com as grandes e valiosas compensações que lhe demos para salvar os

nossos nacionais da dominação estrangeira e para livrá-la dos estéreis sacrifícios que andava a fazer no Acre. A questão com o Peru é natural que acabe também pacífica e honrosamente. O Peru é um país que tem questões com todos os seus vizinhos e que até aqui não as tem podido resolver, tão extraordinárias e exageradas são as suas pretensões. Com o Brasil, assinou um tratado definitivo de limites em 1851, depois de reconhecer a nulidade do Tratado Preliminar, ou Provisório, de 1777, e, expressamente, que era o *uti possidetis* que devia regular a determinação da fronteira dos dois países. Estipulando então o limite do Javari, admitiu *ipso facto* que nada possuía a leste desse rio, nas bacias do Juruá e do Purus. Apesar disso, é baseado unicamente no caduco Tratado de 1777 que o Peru nos reclama 440 mil km^2 de território em que desde longa data estão estabelecidos mais de cem mil brasileiros, mas que trabalham, há apenas alguns anos, uns dois mil caucheiros peruanos de passagem. Porque nos não apressamos a ceder às exigências peruanas, *La Prensa* lança sobre nós os raios de sua condenação!

O que, porém, estomagou seriamente *La Prensa* foi a recente criação de uma embaixada brasileira em Washington. Viu nisso uma ofensa às outras Repúblicas da América Latina. Algumas delas, diz, hão talvez fazer sentir o seu desagrado por essa situação de "inferioridade representativa em Washington".

Não se pode imaginar desabafo mais insensato. Entenda-se *La Prensa* a esse respeito com o presidente Roosevelt e com os Estados Unidos da América, que resolveram estabelecer uma embaixada americana no Rio de Janeiro, como já tinham uma no México.

Que queria *La Prensa* que fizéssemos? Que lhe pedíssemos licença para poder corresponder à fineza da nossa grande irmã do norte, elevando também a categoria do nosso representante em Washington? Julgou-se a República Argentina alguma vez ofendida pelo fato de ter o México um embaixador em Washington? Acredita *La Prensa* que em Montevidéu, por exemplo, onde a República Argentina tem um enviado extraordinário e ministro plenipotenciário, e a Grã-Bretanha um simples ministro residente, esta grande potência fica valendo menos do que a República Argentina? Em Paris, Londres, Berlim, Viena e Roma, onde a República Argentina mantém enviados extraordinários e mesmo em São Petersburgo, onde apenas tem um encarregado de negócios, há vários embaixadores, sem que daí *La Prensa* tire motivo de ofensa e sem que

ninguém entenda que a República Argentina seja nação menos soberana ou importante do que as outras.

Para a graduação dos representantes diplomáticos militam apenas razões de ordem política e comercial, ou de ordem orçamentária. Uma nação não fica sendo menos ou mais importante porque se faz representar por ministro residente ou por um embaixador.

Quanto à hegemonia ou preeminência na América do Sul, não a queremos disputar com a República argentina.

No Pacífico, ela pertence inquestionavelmente aos nossos amigos do Chile, cuja esquadra nunca se há de reunir à outra para combater o Brasil, como imaginou há dias certo jornal de Buenos Aires. Na parte do Atlântico, teremos sempre prazer em dividir com a República Argentina, se assim se pode dizer, a parte de hegemonia que nos cabe. No entanto, não é às novas embaixadas que a deveremos. Já em 1894 Elisée Réclus escrevia na sua monumental geografia:

> Na América Latina, o primeiro lugar pertence incontestavelmente ao Brasil, inferior somente a três grandes países do mundo – a Rússia, a China e os Estados Unidos –, rivalizando em extensão com a potência do Canadá. Pela superficie, quase iguala o conjunto dos países hispanos-americanos do continente meridional e não lhes é inferior quanto ao número de habitantes. Mesmo tendo-se em conta as populações do méxico, da América Central e das Antilhas espanholas e francesas, o Brasil representa um terço de toda a população latinizada do Novo Mundo [...]

Não sabemos se a atitude de *La Prensa* corresponde a alguma corrente de opinião no seu país; no entanto, seja como for, é preciso reconhecer de modo categórico que essa atitude é positivamente impertinente.

Não agimos senão estritamente dentro das nossas faculdades de nação soberana, e qualquer que seja a preeminência que *La Prensa* reivindique para a República Argentina, forçoso lhe será reconhecer que ela ainda não chegue ao extremo de nos ditar a lei dentro de nossa casa.

129) O Paiz

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1906

Brasil, Bolívia e Peru[17*]

Há confusão e erro manifesto nas linhas com que o *Jornal do Brasil* procedeu ontem à publicação de uma carta de Manaus. Recorda o mal-informado comentador que há meses o mesmo correspondente já havia assinalado um erro no traçado estabelecido pelo Tratado de Petrópolis, erro que acarreta grande perda de território em benefício da Bolívia, e acrescenta que a carta confirma aquele erro dado da determinação da linha Cunha Gomes, isto é, na locação da oblíqua traçada da nascente do Javari à confluência do Beni, por comissários brasileiros e bolivianos, em execução do tratado concluído em La Paz aos 27 de março de 1867.

Em primeiro lugar o erro precedentemente apontado nada tinha a ver com a linha oblíqua ao Equador, vulgarmente chamada Cunha Gomes, mas sim com a do paralelo de 10º 20' sul, do Abunã ao Rapirrã, muito ao sul daquela oblíqua, e com a que, pelo Tratado de Petrópolis, deve acompanhar o Rapirrã. Este rio, segundo se diz, é afluente do Abunã, e não do Iquiri. Dado que assim seja, o erro em nada prejudicará o Brasil, pois o Tratado de Petrópolis também determina que a fronteira siga o curso do Rapirrã até a sua nascente.

Portanto, se os mapas de que se serviram os negociadores estavam errados, nada mais fácil do que corrigir o engano, evitando que haja prejuízo para um e outro país, prejuízo que, aliás, seria de somenos importância.

Bastará que se observe o tratado, seguindo do Abunã para o oeste, como ele determina, o paralelo de 10º 20' sul; não podendo essa linha alcançar o Rapirrã, que ela termine no ponto em que encontre o meridiano da confluência deste rio e que continue por esse meridiano na direção do sul e, depois, pelo álveo do rio, desde a sua confluência até a origem principal.

---

[17] Texto atribuído ao Barão do Rio Branco (GANNS, Cláudio. Bibliografia sobre Rio Branco. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1946, p. 18).

[*] Artigo também publicado nos seguintes periódicos: Jornal do Commercio, 6 jan. 1906 e Jornal do Brasil, 7 jan. 1906. (N.E.)

O engano que o correspondente de Manaus diz ter sido agora descoberto pelos comissários do Brasil e do Peru, senhores Euclides da Cunha e Buenaño, incumbidos da exploração do alto Purus, não implica de modo algum com a próxima demarcação de limites brasileiro-boliviana ou com o Tratado de Petrópolis de 1903; tampouco, com o acordo provisório de *modus vivendi* firmado pelo Brasil e pelo Peru em 1904.

Afirma o correspondente que os citados comissários do Brasil e do Peru acabam de verificar que a linha oblíqua do Tratado de 1867 não corta o Purus em Barcelona, mas 9' ou nove milhas ao sul, isto é, que os cálculos feitos por Cunha Gomes e Thaumaturgo de Azevedo estavam errados; termina dizendo, com a sua já provada ignorância desses assuntos, que "o Brasil mais uma vez foi embrulhado, comprando à Bolívia território incontestavelmente amazonense".

Quem, entretanto, refletir durante dois minutos, lendo a desconcertada carta de Manaus, compreenderá imediatamente que o que compramos à Bolívia pelo Tratado de Petrópolis não foi a insignificante e estreita nesga de terra compreendida entre a oblíqua Cunha Gomes e a nova oblíqua que se teria de traçar, nesga de terra cuja largura norte-sul, em Barcelona, seria apenas de nove milhas ou três léguas.

O que compramos, e assim recuperamos, foi imenso território que cedêramos à Bolívia em 1867, que se estende da oblíqua Javari-Beni às nascentes do Purus e do Juruá, abrangendo uma superfície de 200 mil km^2 [18].

Admitamos que as coordenadas dos dois pontos de interseção no Purus, determinadas pelo coronel Thaumaturgo de Azevedo e pelo general Pando, quando fizeram a demarcação, estejam erradas. Admitamos que a linha oblíqua Javari-Beni, que, pelo Tratado de 1867, formava a fronteira entre o Brasil e a Bolívia devesse passar mais ao sul. O Tratado de Petrópolis não sofreria com isso modificação de espécie alguma. O tratado não fez menção dessa linha oblíqua, nem tinha de fazer, porque os limites que estabeleceu ficam muito ao sul dessa demarcação.

A dúvida levantada não interessa, portanto, à nossa demarcação de limites com a Bolívia e não tem também importância alguma do ponto de vista das nossas questões pendentes com o Peru. Primeiramente, porque a pretensão peruana vai muito ao norte da tal linha oblíqua, até o paralelo que corre da nascente do Javari à margem esquerda do Madeira (linha de Santo

[18] A versão publicada no Jornal do Commercio refere-se a 209 mil km^2.

Ildefonso); depois, porque os territórios provisoriamente neutralizados pelo Brasil e pelo Peru demoram muito para o sul da mesma oblíqua.

A questão só interessa hoje à União e ao estado do Amazonas, pois, se houve erro na demarcação Thaumaturgo-Pando, o Amazonas ganhará uma pequena nesga de terra no território federal do Acre.

Todos sabem que a tão discutida linha oblíqua, hoje divisa entre o estado do Amazonas e o território federal do Acre, tem por pontos extremos a nascente do Javari e a confluência do Beni.

Os comissários na demarcação de limites entre o Brasil e o Peru, Tefé (von Hoonholtz) e Black, acharam, em 1874, para a nascente do Javari as seguintes coordenadas (latitude sul, longitude oeste de Greenwich): latitude 7° 1' 17'', 5; longitude 74° 8' 27'', 7. Cunha Gomes, em 1899, achou: latitude 7° 11' 48'', 1; longitude 73° 47' 44'', 5. Luiz Cruls, em 1901, achou: latitude 7° 6' 55'', 3; longitude 73° 47' 30'', 6.

Tirada do ponto Tefé-Black, a oblíqua passava mais ao sul do que a resultante do reconhecimento Cruls, adotado oficialmente.

Não é exato que o senhor Euclides da Cunha tenha vindo ao Rio de Janeiro expor ao senhor Barão do Rio Branco "a grave descoberta". Esse distinto engenheiro aqui chegou anteontem por ter a comissão mista brasileiro-peruana de reconhecimento do alto Purus terminado os seus trabalhos.

130) A Notícia

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1906.

O caso da *Panther*[*]

Escreve-nos pessoa bem-informada:

Um brilhante escritor[19], restituído há poucos dias às lides do jornalismo, censurou ontem o governo por ter feito sair apressadamente para o sul, no dia 9 de dezembro, uma divisão naval com o intento de intimar o comandante da *Panther* a entregar o alemão Steinhauf, que aquele prendera em território brasileiro, e por haver negado depois

[*] Artigo também publicado nos seguintes periódicos: Gazeta de Notícias, 11 jan. 1906; Jornal do Commercio, 11 jan. 1906; O Paiz, 11 jan. 1906 e Jornal do Brasil, 11 jan. 1906. (N.E.)

[19] Na margem, anotação de próprio punho do Barão: "Resposta a A Tribuna, ao Salamonde R.B."

semelhante intento, respondendo, a um pedido de explicação do governo alemão, que a divisão naval partira para fazer evoluções, anunciadas havia muito tempo.

Que a partida da divisão naval de evoluções já estava anunciada antes de conhecidas aqui as ocorrências de Itajaí, é perfeitamente exato; que essa partida foi apressada em consequência de tais fatos, também o é. Um governo previdente, sempre que tem de tratar de assunto em que esteja empenhada a dignidade nacional, deve preparar-se para a pior hipótese, embora dificilmente admissível.

Deve, porém, proceder sem indelicadeza ou fanfarronada. Se o ilustre escritor, admitindo a possibilidade, embora remota ou pouco provável de uma agressão, se armar de um revólver e for pedir explicações à pessoa com quem mantenha excelentes relações, não há de começar por lhe dizer que está armado para repelir qualquer afronta.

Quando a Alemanha ou outros países da Europa reforçam guarnições de fronteira e mobilizam corpos de exército, a imprensa europeia limita-se a consignar o fato comentando-o como entende, mas não faz o espalhafato que alguns repórteres e correspondentes de folhas estaduais e estrangeiras, vivendo nesta nossa atmosfera de agitações quase constantes, costumam fazer aqui, mesmo nos casos em que movemos dois canhões e algumas centenas de soldados. A indelicadeza e fanfarronada no caso de 9 de dezembro não foi do governo, foi de certos repórteres e correspondentes nacionais e estrangeiros, residentes nesta cidade, e que tão grande barulho levantaram com a mobilização de alguns navios de guerra, escrevendo e telegrafando que eles iriam dar caça à *Panther* ou bloqueá-la no Rio Grande.

Os que querem aproveitar o ensejo para intrigar o Barão do Rio Branco com a nossa Marinha, dizem que ele a expôs ao ridículo porque os navios saíram apressadamente e nada puderam fazer contra a *Panther*. A intriga, ainda desta vez, não há de ter o efeito desejado. Os nossos oficiais de mar e terra sabem que desde a mocidade o barão do Rio Branco foi um amigo desinteressado da Armada Nacional e do Exército brasileiro, pregoeiro das suas glórias, defensor dos seus brios perante o estrangeiro e que não pode de modo algum ser confundido com os falsos amigos que exploram o elemento militar para fins exclusivamente políticos. Se é permitido comparar pequenas mobilizações, como foi esta, com a colossal mobilização não de navios, mas de esquadras, que a Inglaterra fez quando se deu o incidente diplomático de Fachoda, lembraremos esse fato, que assombrou o mundo. E não precisamos lembrar que os oficiais da marinha inglesa não se

queixaram de ter essas esquadras voltado para os seus portos militares sem ter trocado tiros com a armada francesa.

Diz o escritor:

A retratação da nossa chancelaria à primeira referência que sobre esse delicado assunto fez o senhor von Treutler importa flagrantemente um desastre diplomático. A *União*, no dia 6, entre dois artigos sobre o cardeal brasileiro, já havia, com a mansidão e a generosidade de certos clericais, publicado outro texto, no qual atribuía ao Barão do Rio Branco vergonhosas e pusilânimes satisfações dadas à Alemanha e ao senhor von Treutler pela saída dos nossos navios para o Sul.

O correspondente de *A Notícia* em Petrópolis já desmentiu ontem essa invenção.

O governo alemão não pediu explicação alguma ao do Brasil. Os inventores de humilhações e covardias brasileiros não percebem que com tais invenções não ferem só o ministro e o governo, mas também espalham também pelo mundo – porque há aqui correspondentes de jornais estrangeiros – notícias que podem ser espalhadas pelos nossos rivais e inimigos com o fim de desacreditar este país. Verdade é que tão leviano procedimento vem de longe. Em 1904, certos noveleiros da rua do Ouvidor espalharam que as nossas tropas tinham sido derrotadas no alto Purus e no alto Juruá pelos peruanos, indicando até os nomes dos oficiais mortos e feridos; tais mentiras, logo telegrafadas, ficaram passando por verdades em toda América e Europa.

Em terras inventam-se vitórias e glórias. Aqui, na quadra que atravessamos, há patriotas, nacionais ou estrangeiros, que inventam derrotas e humilhações para o Brasil.

Se, porém, o governo alemão não pediu explicações, estamos informados de que o senhor von Treutler as pediu amigavelmente por sua conta própria ao senhor Barão do Rio Branco, na manhã de 9 de dezembro, em Petrópolis, dizendo que a notícia da partida dos navios produziria má impressão na Alemanha e que tornaria impossível as negociações. Pedia, por isso, que fosse sustada a ordem de partida.

Informa-me pessoa fidedigna que o Barão do Rio Branco, muito amigavelmente, respondeu que tínhamos o direito de mover para onde quiséssemos, sobretudo em águas brasileiras, os nossos navios; que, como ministro, lhe declarava que

os navios saíam para fazer evoluções, como estava antes assentado, mas que como amigo particular – já que o interrogava, esquecido de que os vizinhos da Alemanha nunca lhe pediram explicações quando ela preventivamente reforçava os seus corpos de exército e guarnições de fronteira – lhe diria que a decisão tomada pelo governo seria mantida; que o Brasil, pela sua inferioridade militar, não estava no caso de intimidar a Alemanha; que ele, barão, era muito sincero amigo da Alemanha e dos alemães, reconhecido às bondades do imperador e dos membros do seu atual governo, mas que era brasileiro e que tinha o dever de colocar acima de tudo, de todas as considerações pessoais e dos seus interesses particulares, a dignidade e a honra do Brasil.

Como particular amigo, a ele, von Treutler, e não ao ministro da Alemanha, diria que, se Steinhauf estivesse a bordo, deveria ser restituído ao Brasil, e estava convencido de que o seria à vista do pedido mui cortês e amigavelmente feito pelo Brasil; no entanto, se, por qualquer motivo, isso fosse recusado, seria dada ordem aos nossos navios para que capturassem a *Panther* e tirassem de bordo esse preso. A Alemanha poderia mandar 100, 200 navios contra o Brasil, mas teríamos feito o nosso dever.

Eis aí a declaração *pusilanimemente ridícula*, como escreveu um *patriota*, que o barão do Rio Branco, muito polidamente e em particular, fez na manhã de 9 de dezembro ao senhor von Treutler. Depois, o reteve para almoçar.

Também já foi censurado por isso, por homens que não conhecem as atenções de que foi cercado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, o ministro da Rússia, barão de Roser, mesmo depois de receber os seus passaportes e começadas as hostilidades, sendo então acompanhado até a bordo por aquele ministro.

Houve quem lembrasse que o imperador dom Pedro II não quis receber o ministro inglês Christie depois dos tristes incidentes de dezembro de 1862 e de janeiro de 1863.

Atenda-se, porém, que dom Pedro II era o chefe de Estado e que o Barão do Rio Branco ocupa a posição que então ocupava o marquês de Abrantes, o qual não deixou de receber, sempre que foi necessário, aquele ministro com quem tinha o dever de negociar e a quem não podia deixar de tratar com toda a correção, pois o governo de um país culto não pode proceder como procedem os Botocudo nas suas relações com os enviados das tribos vizinhas. Atenda-se mais que não há comparação possível entre as correrias de alguns oficiais e marinheiros

em Itajaí e as ofensas que a nossa dignidade de nação foram feitas por aquele ministro britânico, insolentíssimo nas suas notas. O ministro von Treutler não tem responsabilidade alguma pelos fatos de Itajaí, os quais não autorizou e de que só teve notícia pelos telegramas dos jornais.

Tinha direito a ser tratado com a consideração e estima com que são tratados em qualquer país civilizado os diplomatas estrangeiros, sobretudo os que, como ele, se mostram sempre amigos do país em que residem.

131) A Notícia

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1906

O caso da *Panther*[*]

Temos a seguinte nota: algumas das considerações, reservas e críticas na vária do *Jornal do Commercio* de hoje sobre o caso da *Panther* baseiam-se em erros de fatos, que terão sido desde logo notados por quantos hajam lido atentamente os documentos publicados a que se refere o próprio e amável censor do senhor ministro das Relações Exteriores.

Lê-se na vária:

> É curioso que com essa mesma data de 1º de dezembro tenha aparecido um cartão postal de Steinhauf, dirigido do Desterro ao dono do hotel de Itajaí, falando na quantia precisa de que era devedor e *pedindo-lhe a remessa da mala para o consulado alemão de Buenos Aires*.

O próprio *Jornal do Commercio* de 14 de dezembro, em telegrama de Florianópolis, publicou a tradução em português do cartão, escrito em alemão por Steinhauf, e aí se vê que ele não pediu a remessa da mala, mas sim que esta fosse *guardada* no hotel. O mesmo se vê no memorando anexo à nota brasileira de 31 de dezembro, publicado no *Jornal do Commercio* de 10 do corrente. Diz a vária:

[*] Publicado também nos seguintes periódicos: Jornal do Commercio, 12 jan. 1906; O Paiz, 12 jan. 1906 e Gazeta de Notícias, 12 jan. 1906. (N.E.)

> O dono do hotel e Zimmermann disseram em seus depoimentos, *confirmados por outras pessoas*, que sofreram a mais clamorosa violência da gente de bordo, que os obrigou a abrir as casas, gente essa no meio da qual uma *testemunha respeitável*, homem maior de 60 anos, de origem alemã, veterano da guerra de 1870, informa ter reconhecido o próprio comandante a quem por mais de uma vez tinha visto em terra.

Não sabemos se todos os veteranos da guerra de 1870 e todos os sexagenários devem ser considerados homens respeitáveis. O que sabemos é que somente o veterano Antonio Maluch (*unus testis nullus testis*[*], ensina o direito processual dos tempos antigos e modernos) declarou, no terceiro inquérito, ter visto o conde Saurma no Hotel do Commercio, porém às *21h mais ou menos*, e não pelas 2h, quando se deram as violências atribuídas aos oficiais e marinheiros da *Panther*.

Os outros depoentes só ouviram essa história ao velho Maluch. O proprietário do hotel declarou que não conhecia o comandante e que era *um oficial alto* o que dava as ordens quando a gente da *Panther* foi buscar Steinhauf às 2h, mais ou menos.

Ora, o conde Saurma *é um homem bastante baixo*, como podemos afirmar por tê-lo visto aqui no Rio de Janeiro muitas vezes, e, demais, ninguém poderia admitir que um oficial superior da Armada alemã, ou da nossa Armada, comandante de um navio de guerra, se empregasse em procurar pessoalmente um desertor, podendo encarregar da diligência subordinados seus.

Sobre a entrada no Hotel do Commercio por meio de ameaças, às 2h, só há o depoimento do proprietário, Gabriel Heil, no segundo inquérito feito pelo prefeito de polícia. Os outros depoentes, alguns somente, ouviram isso a Heil, mas nada puderam dizer de ciência própria. No primeiro inquérito, Heil se tinha limitado a dizer que os oficiais exigiram a entrega de Steinhauf, para lhes ir mostrar onde estava o desertor Hasmann, e que às observações feitas por ele, proprietário, responderam "*que tivesse paciência*, que queriam levá-lo". No depoimento que posteriormente fez no consulado da Alemanha, esse mesmo Heil não falou em ameaças; declarou que abriu a porta do hotel, pensando que quem batia era um hóspede seu, por quem ainda esperava.

---

[*] Uma testemunha, nenhuma testemunha. (N. E.)

A vária refere-se à *ofensa sem precedente* de que falou o senhor ministro das Relações Exteriores, a qual, segundo ele mesmo, "não podia ser efetuada sem ciência ou ordem do comandante".

Os documentos publicados mostram que o senhor Barão do Rio Branco se exprimiu assim no telegrama de 9 de dezembro à legação do Brasil em Berlim e na nota de 15 do mesmo mês ao ministro da Alemanha, quando só tinha por base do seu juízo os telegramas recebidos de Florianópolis, dando resumos incompletos dos inquéritos, e os telegramas que ao *Jornal do Commercio* mandava o seu jovem correspondente daquela cidade. Ao redigir aqueles dois documentos, o senhor Barão do Rio Branco estava persuadido de que tinha havido uma *diligência militar, um desembarque de força armada* e a prisão de um estrangeiro, Steinhauf, levado para bordo. Depois, recebeu, em 17 e em 20 de dezembro, os nossos inquéritos, e neles não achou prova alguma de que tivesse havido desembarque de força armada nem de que Steinhauf tivesse sido levado para bordo. Modificou, portanto, a opinião que formara à vista das primeiras e exageradas notícias. Se tivesse havido um desembarque de força armada para efetuar uma prisão em terra, a ofensa à nossa soberania não teria precedente, e o desembarque não poderia efetuar-se "sem ciência ou ordem do comandante".

No entanto, o que se passou não foi o que precipitadamente lhe andaram dizendo e ao público. O que se passou foi isto: o comandante encarregou oficiais à paisana, e inferiores, e marinheiros fardados, que tinham permissão para ir à terra, de procurar descobrir o paradeiro de um suposto desertor, a fim de que o agente consular tratasse de obter a sua prisão e entrega. Recomendou a esses licenciados a maior prudência e discrição nas indagações que fizessem, para não ofender as suscetibilidades dos naturais da terra. Os licenciados desembarcaram na tarde de 26, e não no silêncio da noite, como se disse.

Pelas 16h ou 17h, um sargento da guarnição avistou Hasmann, em companhia de Steinhauf. Chamou Hasmann, dizendo-lhe que não fizesse asneiras e que voltasse para bordo. Hasmann fugiu, metendo-se no mato, e o sargento alcançou Steinhauf e o agrediu, dando-lhe umas bordoadas. É a isso que alguns depoentes, nos nossos inquéritos, chamam de "surra", dada pelos marinheiros alemães e supondo, pelo que ouviram, que o caso se tivesse passado à noite. Durante a noite, os oficiais e marinheiros da *Panther* estiveram duas vezes no Hotel do Commercio. A primeira,

às 21h; a segunda, às 2h ou pouco antes, porque não está provado que os informantes tivessem relógio e pudessem precisar bem a hora.

Houve a bordo, por ordem do almirantado, um inquérito, com deposições feitas debaixo de juramento. Se os excessos em terra tivessem sido praticados por ordem do comandante, não se compreende que ele tivesse a imprudência de perjurar e trair os seus subordinados, tampouco que estes deixassem de afirmar que haviam cumprido ordens.

Bem inteirado do que se passava, o senhor Barão do Rio Branco reduziu as coisas às suas justas proporções e, na nota de 31 de dezembro, disse o seguinte (que é muito diferente do que havia dito no telegrama do dia 9, em que se apoiou o autor da vária para o criticar e, sem dúvida, involuntariamente, expô-lo à animadversão dos nossos compatriotas):

> *À vista dos documentos examinados, não podemos manter que houve em Itajaí um desembarque militar de homens em armas*; podemos, porém, afirmar que houve operações de polícia, executadas durante a noite por oficiais, inferiores e marinheiros de um navio de guerra estrangeiro, com menoscabo da soberania nacional.

A questão, portanto, tinha mudado muito de figura. Alguns dos oficiais e inferiores que estavam com licença em terra, desde a tarde de 26, provavelmente beberam cerveja demais na casa de dona Anna Asseburg, onde estiveram, e teriam praticado excessos ofensivos da soberania territorial, apenas se tivessem sido autorizados pelo comandante e pelo governo alemão. O comandante declarou que não autorizara tais coisas e que apenas os encarregara de fazer, com a maior prudência, indagações sobre o paradeiro do suposto desertor, a fim de ser reclamada a sua prisão e entrega.

Como poderia o senhor ministro das Relações Exteriores pedir a demissão do comandante, inocente dos excessos praticados?

A geração brasileira de 1865, que sabia pelejar no Uruguai e no Paraguai em defesa da honra nacional, contentou-se com a satisfação que a Inglaterra nos deu naquele ano pela ofensa feita à nossa dignidade, à nossa soberania territorial em janeiro de 1863. Depois *de dois anos* de negociações em Londres, dirigidas pelo mediador português conde de Lavradio, de 29 de junho de 1863 a 26 de julho de 1865 (dois anos durante os quais foi discutida a fórmula da satisfação, sendo rejeitadas a primeira e segunda que propúnhamos), recebeu o Brasil, com geral contentamento, a que lhe deu a Inglaterra: "Sua majestade a rainha

exprime o *pesar* com que tem considerado as circunstâncias que acompanharam a suspensão das relações amigáveis entre os dois países e nega toda a intenção de ofender a dignidade do Império do Brasil."

A geração briosa e patriótica daquele tempo achou que isso era uma satisfação aceitável, apesar de se ter o governo britânico recusado a censurar o ministro Christie, que nos dirigiu notas insolentíssimas, e o almirante Warren, que, por ordem do ministro, apresou diante da barra do Rio de Janeiro navios mercantes nossos e os guardou em nossas águas territoriais, na enseada de Palmas.

Agora, obtivemos da Alemanha, por fato de muito menor importância, uma satisfação completa, satisfação como o governo imperial nunca deu igual a governo algum, segundo declaração textual do barão de Richthofen ao nosso ministro em Berlim, no mesmo dia 7 do corrente, em que, à noite, caiu fulminado de apoplexia, e há aqui quem se mostre descontente e diga que o Barão do Rio Branco não soube defender a dignidade nacional.

Quanto à entrega de Steinhauf, ela foi reclamada com toda a decisão enquanto a *Panther* esteve nas nossas águas. O comandante afirmou ao seu governo que o reclamado não estava e nunca tinha estado a bordo. Por isso não nos foi entregue.

"*Si le commandant déclare que les personnes réclamées ne sont pas à son bord, cette declaration devra suffire*[*]", diz Pradier-Fodéré. Da afirmação do comandante ao almirantado alemão e ao imperador da Alemanha não é lícito duvidar.

Não se pode com justiça aproximar essa afirmação solene das notícias que lhe mandou, por ouvir dizer, sobre a chegada de Steinhauf em uma pequena embarcação de vela, no dia 30 de novembro, e sobre a sua partida para Buenos Aires, no dia 1º de dezembro.

Podemos assegurar que o governo alemão está muito empenhado na descoberta de Steinhauf, e que nesse sentido foram passadas instruções aos seus consulados em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Uruguai e na Argentina.

[*] "Se o comandante declara que as pessoas reclamadas não estão a bordo, essa declaração deve bastar." (N. E.)

132) A Notícia

Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1906.

A satisfação diplomática[*]

Temos a seguinte nota: todos sabem que *Le Temps*, de Paris, é, como quase todos os jornais franceses, uma folha sistematicamente antigermânica. Vejamos como ela se pronuncia, em seu número de 21 de dezembro, sobre o projeto de satisfação ao Brasil, publicado na *Norddeutsche Allgemeine Zeitung* e oferecido ao governo brasileiro no dia 18 daquele mês:

"O incidente germano-brasileiro"

A oficiosa *Gazeta da Alemanha do Norte* anuncia que o governo alemão encarregou o seu ministro no Rio de Janeiro, barão de Treutler, de dar a seguinte resposta às reclamações do governo brasileiro sobre o incidente de Itajaí:

1º Steinhauf não está nem nunca esteve a bordo da canhoneira *Panther*.

2º O comandante da *Panther* tinha encarregado oficiais e praças licenciados em terra de se informarem do lugar em que se achava um marinheiro suspeito de deserção. Como do inquérito que fizemos resulta de que os marinheiros alemães ultrapassaram os limites das instruções que haviam recebido, o *governo imperial exprime ao governo brasileiro o seu pesar (ses regrets) pelo que se passou*.

"O incidente, portanto, pode ser tido por encerrado" ("*L'incident peut donc être considéré comme clos*"), conclui *Le Temps*. Esse jornal havia publicado, como a imprensa europeia em geral, quase todas as mentiras e exagerações que correspondentes levianos ou mal-intencionados andaram pondo em circulação por aqui. Aquela simples declaração, tão diferente da que nos foi feita em 2 de janeiro, *Le Temps* achava satisfação aceitável e bastante para pôr termo ao incidente.

Entretanto, no dia 22, sob o mesmo título, "O incidente germano-brasileiro", dizia *Le Temps*:

---

[*] Artigo também publicado nos seguintes periódicos: Jornal do Commercio, 13 jan. 1906; O Paiz, 13 jan. 1906 e Gazeta de Notícias, 13 jan. 1906. (N.E)

Segundo o correspondente do *New York Herald* no Rio de Janeiro, o barão do Rio Branco, ministro dos Negócios Estrangeiros, teria achado insuficientes as explicações do ministro da Alemanha sobre o incidente da canhoneira alemã *Panther*. O ministro da Alemanha apresentará ao governo brasileiro uma nova proposta, fundada no desejo que tem o governo de Berlim de manter as suas boas relações com o Brasil. Acrescenta o *Herald* que, se um acordo direto não for possível, os dois governos nomearão uma comissão mista para fazer um inquérito.

O Brasil recebeu não a *expressão de pesar* que *Le Temps* julgava suficiente para encerrar o incidente, mas:

1) A declaração formal e por escrito, feita por ordem do governo imperial, em 17 de dezembro, enquanto a *Panther* estava em águas brasileiras, de que Steinhauf não poderia ser entregue ao capitão do porto do Rio Grande porque não estava e nunca havia estado a bordo da canhoneira, o que importa no reconhecimento da obrigação de o restituir se estivesse a bordo.
2) A declaração muito amigável e completa de 2 de janeiro, declaração cujos termos foram assentados em Berlim entre o secretário de Estado, barão de Richthofen, e o chanceler do Império, príncipe de Bülow, submetidos ao Imperador e aprovados por ele, em que é dito:

   a) que o comandante Saurma dera a oficiais e inferiores licenciados da *Panther* a simples incumbência de procurar discretamente em terra um marinheiro retardatário, suspeito de deserção, conformando-se com o uso universalmente seguido nas marinhas de guerra de todos os países;
   b) que estava longe da intenção de todos os envolvidos no caso ofender com tal procedimento a soberania territorial do Brasil;
   c) que o governo imperial tem em grande apreço à perfeita manutenção das boas relações com o Brasil;
   d) que por todos os modos deseja fortalecer os laços de amizade existentes;
   e) que, tendo os inquéritos alemães provado que as pessoas licenciadas ultrapassaram os limites do encargo recebido, o governo imperial assegura que os responsáveis serão submetidos à justiça militar;

f) que o governo imperial exprime o seu vivo pesar (*ses vifs regrets*, e não simplesmente *ses regrets,* como seria bastante para o *Le Temps*) ao governo brasileiro pelo que se passou.

De 10 de dezembro de 1905, data da nossa reclamação em Berlim, a 17 do mesmo mês, dia em que ficou resolvida satisfatoriamente, segundo os mestres de direito internacional, a questão relativa à entrega de Steinhauf, contam-se sete dias. Daquela primeira data a 18 de dezembro, em que o governo imperial resolveu dar-nos inteira satisfação pelos fatos ocorridos em terra, decorreram *oito dias*; em 2 de janeiro, dia em que a satisfação foi formalmente dada, completaram-se *23 dias*.

Houve quem aqui achasse que o senhor Barão do Rio Branco não deveria ter assinalado a *presteza* que houve, nem ter admitido que houvesse *retidão* nas decisões tomadas, tão pronta e cordialmente!

Tivemos a devida e mui cordial satisfação ao cabo de 23 dias apenas. Quando tivemos de dar satisfação ao Paraguai, em 1901, pela ofensa à sua soberania territorial, feita pelo comandante da canhoneira *Carioca*, que apresou uma lancha com bandeira paraguaia e retirou as peças essenciais da máquina de um vapor em águas daquela República, apesar dos protestos da autoridade local, levamos 50 dias para responder à justa e bem-fundada reclamação do ministro paraguaio, porque naturalmente precisávamos basear a nossa decisão *nos nossos próprios inquéritos e indagações*.

Muito antes do incidente de Itajaí, deu-se outro bastante grave em Missoune, na fronteira franco-alemã do Cameroun e do Congo. Um sargento e vários milicianos franceses foram, não presos, mas mortos, sem prévia intimação, por um destacamento de tropas coloniais alemãs sob o comando de um capitão. Esse incidente ainda não está resolvido, e a imprensa dos dois países tem tido o bom-senso ordinário de não andar procurando agitar as massas, porque compreende que não é assim que se encaminham questões de dignidade nacional e porque sabe que é necessário tempo para proceder, de uma e outra parte, a inquéritos que esclareçam bem os fatos e restabeleçam as responsabilidades.

Em 1887, ocorreu outro incidente desagradável em Vexaincourt, com a Alemanha, sendo morto um caçador francês e ferido gravemente outro. O senhor Flourens, ministro dos Negócios Estrangeiros, telegrafou logo ao senhor Raindre, encarregado da embaixada de França em Berlim,

incumbindo-o, *não de exigir energicamente*, como fariam ministros *rastaqueras*, mas de "convidar (*inviter*) o governo alemão *a verificar os fatos, e, quando a sua exatidão fosse reconhecida*, a dar à França, conforme os princípios de direito, as reparações devidas pela violação do território e os prejuízos causados aos seus nacionais".

O secretário de Estado, conde Herbert de Bismarck, respondeu que, *se verificasse a exatidão dos fatos apontados*, o governo imperial não poderia deixar de lamentar profundamente o incidente e de dar todas as reparações que razoavelmente fossem pedidas. Terminado o inquérito alemão, o governo imperial manifestou (como agora no Brasil) o seu vivo pesar (*ses vifs regrets*) pelo ocorrido e pagou uma indenização à viúva da vítima.

A nobre nação francesa achou que o incidente ficara honrosamente encerrado com essa expressão de pesar, sem ter recebido protestos de cordial amizade, como os que, pronta e espontaneamente, nos foram feitos de Berlim, nem a promessa de que o soldado que matou e feriu franceses em território francês fosse submetido à justiça militar, e sem ter pedido que fosse ele castigado.

Aqui, certos patriotas de esquina – e até alguns estrangeiros – quereriam que o senhor barão do Rio Branco pedisse o castigo do comandante da *Panther*, inocente dos excessos praticados em terra por alguns oficiais e marinheiros, que ultrapassaram as suas instruções, e só culpado do pecado venial de haver mandado fazer o que todos os comandantes de navios de guerra mandam fazer em casos tais, e que pode ser feito com a única condição de que a autoridade local não fique sabendo oficialmente do que se fez. Já um *comunicado*, em *A Notícia* de ontem, recordou que a satisfação recebida por nós da Inglaterra, em 1865, depois das notas insolentíssimas do seu ministro Christie e do apresamento de navios mercantes brasileiros pelo almirante Warren diante da barra do Rio de Janeiro, só foi concedida ao cabo de dois anos de negociações em Londres, e, versando sobre fatos de muito maior gravidade, praticados por um enviado extraordinário e por um almirante, foi muito menos completa e cordial do que a que nos deu a Alemanha pelas tropelias desautorizadas de quatro tenentes à paisana e 12 sargentos e cabos da *Panther*.

Dizem certos críticos, sempre fáceis em achar incompleto e ruim o que os outros fazem com meditação e trabalho e, excelente o que eles muitas vezes

produzem precipitadamente, sem inteiro conhecimento dos fatos ou dos atos que pretendem julgar de cadeira, que a submissão dos culpados à justiça militar é reparação ilusória, porque necessariamente serão inocentados.

Não sabemos, nem precisamos saber se isto se dará. O que sabemos é que as nações mais briosas contentam-se com a promessa de julgamento dos culpados pela justiça militar.

O comandante Collins, do *Wachussetts*, que no porto de Salvador capturou, em 1863, o corsário *Georgia*, foi absolvido em Conselho de Guerra, e o Brasil daquele tempo se não queixou disto. O comandante Estanislau Przewodowski, da nossa flotilha do Uruguai, o qual, em 1873, por sua conta própria, bombardeou a povoação argentina de Alvear, e o comandante Mariano de Azevedo da *Carioca*, o qual, em 1901, apresou, no porto paraguaio de Olympo, uma lancha, levando-a para Corumbá, foram ambos absolvidos pela nossa justiça militar, e a Argentina e o Paraguai nos não pediram contas por isso, porque o governo de um país não pode impor decisões a juízes, militares ou não.

A satisfação dada pelo governo e pela nação que ele representa é o que regula, e não a decisão dos juízes locais. A satisfação deve ser graduada conforme a gravidade da ofensa.

Diz Bonfils, no seu *Direito Internacional Público*:

> Um representante oficial do Estado, no estrangeiro, como um agente diplomático *ou um oficial da marinha*, falta ao respeito devido a um Estado estrangeiro, viola os seus direitos, causa um dano. O Estado assume, sem que possa haver dúvida, a responsabilidade dos atos de tais agentes. *A reparação variará segundo a gravidade dos fatos e a extensão do prejuízo causado. Uma simples desaprovação bastará algumas vezes.* Outras vezes, uma indenização pecuniária, *desculpas diplomáticas (des excuses diplomatiques), acompanhadas ou não da demissão do agente,* serão necessárias [...]

O governo brasileiro não poderia esperar ou pedir, sobre o caso de Itajaí, bem-esclarecido como ficou por fim, e despido das exagerações dos primeiros dias, mais do que franca, leal e nobremente, com a maior cordialidade, lhe foi concedido pelo governo alemão. O incidente terminou muito melhor do que supunha o *Le Temps* de Paris.

O comandante *da Panther*

Têm dito alguns compatriotas que o conde Saurma, comandante da *Panther*, *não* se importou com a polícia de Itajaí e resolveu ofender a soberania brasileira, mandando que os seus oficiais e marinheiros fossem praticar atos de polícia em terra.

O seguinte telegrama, por ele dirigido ao nosso compatriota Carlos Renaux, superintendente municipal em Brusque, mostra que estava convencido de que o agente consular alemão, Max Putler, tinha solicitado e obtido o apoio da polícia local:

> De Itajaí, 399, 14 palavras, 26 de novembro 1905, 14h.
> Ao senhor Renaux – Brusque.
> Rogo-lhe apoiar a prisão do marinheiro Hasemann. A polícia está informada. Conde Saurma.

Eis o texto original alemão do telegrama, que acabamos de traduzir: "*Bitte unterstulzung des festnahme des Matrosen Hasemann. Polizei benachrichtig. Graf Saurma*."

Como seria possível pedir a demissão desse comandante e responsabilizá-lo pelo "*encervejamento*" de quatro tenentes e 12 sargentos e cabos nas hospedarias de Itajaí?

133) A Notícia

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 1906.

A solução diplomática no caso da Panther[*]

Temos a seguinte nota: a primeira opinião, aqui formada, sobre os acontecimentos de Itajaí, baseou-se nas notícias bastante exageradas, cheias de confusões e enganos, telegrafadas depois de leituras rápidas e desatentas de um jovem correspondente de Florianópolis, cujo critério deve ser mais ou menos igual ao do correspondente argentino, que há dias nos quis impingir a notícia de que um ex-diplomata russo – anônimo, já se

[*] Publicado nos seguintes periódicos: O Paiz, 14 jan. 1906; Gazeta de Notícia, 14 jan. 1906 e Jornal do Commercio, 14 jan. 1906. (N.E.)

sabe – vira no Estado-maior alemão certo mapa do Brasil meridional, onde estavam marcados os distritos conquistáveis pela Alemanha, como se nas salas do Estado-maior em Berlim tivessem entrado diplomatas, repórteres ou quaisquer pessoas estranhas ao serviço, e os documentos reservados andassem ali rolando pelas mesas! Na Europa, também foram as notícias do jovem correspondente as que produziram a primeira impressão.

Diz o *Journal des Débats* de 16 de dezembro:

> Brasil – O *Jornal do Commercio* publica o resumo do inquérito oficial sobre o incidente de Santa Catarina. *Os depoimentos das testemunhas*, tanto alemãs quanto brasileiras, *confirmam os fatos já conhecidos*. Um alemão naturalizado brasileiro, antigo combatente de 1870, refere que reconheceu o comandante da canhoneira *Panther* entre os oficiais que acompanhavam os marinheiros quando estes se apoderaram de Fritz Steinhauf [...]

Esse veterano de 1870, em cujo testemunho, único e isolado, se apoiou a vária de 11 do corrente, é Antonio Maluch, que pelo nome não se perca – *respeitável sexagenário* –, segundo o amável crítico, mas *maníaco*, como declara o depoente Leocádio Baptista de Medeiros, mais competente para o qualificar, porque o conhece pessoalmente.

Já mostramos que a acusação feita ao comandante, com o menos que frágil fundamento de um testemunho nulo em direito, não poderia autorizar o senhor ministro das Relações Exteriores a pedir ao governo alemão que punisse administrativamente o conde Saurma, o qual solenemente declarara em relatório oficial não ter autorizado os atos de força praticados em terra pelos oficiais e inferiores licenciados.

Também já ficou provado que o comandante deu prova de respeito à soberania territorial pedindo ao agente consular que obtivesse o apoio da polícia brasileira para a apreensão do retardatário Hasmann, ainda não declarado desertor. Às 14h de 26, o conde Saurma telegrafava de Itajaí ao nosso compatriota Carlos Renaux, em Brusque, dizendo: "A polícia está prevenida." O requerimento à polícia deveria ter sido feito pelo agente consular; se este não o fez, a culpa não foi do comandante.

Ficou igualmente demonstrado que o veterano maníaco disse ter visto o comandante no Hotel do Commercio *às 21h*, e *não às 2h*, quando dali foi retirado Steinhauf, por uns seis inferiores que obedeciam a um oficial, cujos sinais característicos, dados pelo proprietário Heil, não correspondem de modo algum aos do conde Saurma.

O *Journal de Débats* foi induzido em erro, quando do Rio de Janeiro lhe telegrafaram que *todos os depoimentos*, nos inquéritos de Itajaí, *confirmavam* os fatos aqui publicados e espalhados pelo mundo. O autor da vária do dia 11 também foi induzido em erro, acreditando em tudo quanto lhe telegrafaram de Florianópolis e sem estudo dos inquéritos, que só na tarde desse dia foram aqui publicados. O *Jornal*, porém, muito antes do dia 11, teve notícias mais exatas, que lhe foram dadas por um velho amigo da casa, amigo que a frequenta desde 1851, que para ela tem trabalhado muito e que, apesar disso, mereceu menos confiança nestas circunstâncias que reclamavam a maior ponderação do que novos colaboradores, nem sempre capazes de avaliar bem os perigos a que pode expor um país a falta de calma quando se examinam assuntos em que anda envolvida a dignidade nacional.

Temos considerado, nos dois precedentes artigos, quanto aos[20] pontos em que tocou a vária. Não podemos deixar de acentuar hoje que não foi o ministro da Alemanha, senhor von Treutler, quem fez as declarações que ela resumiu, quem disse que os envolvidos no caso não tinham a intenção de ofender a soberania brasileira, que os responsáveis pelos excessos em terra seriam entregues à justiça militar (*les responsables seront traduits devant la justice militaire*, tal foi a fórmula afinal proposta e aceita em Berlim). Não foi o ministro quem nos disse que o seu governo tem em grande apreço a perfeita manutenção das boas relações com o Brasil, quem afirmou que o governo imperial deseja por todos os modos fortalecer os laços de amizade existentes entre os dois países e quem nos exprimiu, em nome do seu governo, profundo pesar pelo que se tinha passado. Não foi o ministro, senhor von Treutler, quem nos disse tudo isso: foi o governo imperial, isto é, foi o próprio imperador da Alemanha quem mandou dizer tudo isso ao Brasil e ao seu governo em uma declaração escrita em Berlim e que aquele ministro não fez senão transcrever e transmitir-nos em nota, como de estilo.

O senhor Barão do Rio Branco não pediu mais ao governo alemão porque em sua consciência de brasileiro entendia que não poderia pedir mais, ele que estudou os documentos e que sabe guardar a calma precisa em todas as ocasiões, por mais difíceis e desagradáveis que sejam.

[20] Anotação manuscrita à tinta pelo Barão do Rio Branco, substituindo o trecho impresso “quanto aos” por “quase todos os”.

O governo preveniu-se sem estrépito para tudo, para as mais graves hipóteses. O pessoal da legação brasileira em Berlim, desde o dia 12 de dezembro, ficou pronto para deixar a Alemanha dentro de 24 horas, se fosse necessário. Aqui, desde o dia 8, foram tomadas reservadamente as disposições preventivas necessárias para que Steinhauf fosse tirado de bordo da *Panther*, se lá estivesse e se a sua entrega fosse recusada.

No entanto, diante da atitude cordialmente amigável do governo alemão, que desde o primeiro momento afirmou os seus sentimentos de nunca desmentida amizade ao Brasil e que, sendo forte e poderoso, mostrava uma vez mais que não regateia satisfações aos menos fortes, não havia lugar para as estraladas que desejavam os nacionais e os estrangeiros que neste país querem semear ódios contra nações amigas nem para os que se deixam levar pelas impressões desses agitadores.

O *Jornal do Commercio*, quando o seu ilustre diretor e proprietário aqui estava, em 9 de fevereiro de 1895, disse o seguinte do atual ministro das Relações Exteriores, pela pena de um brilhante brasileiro que também o conhece desde os tempos de estudante:

> O Barão do Rio Branco, pode-se dizer, era até ontem muito mais conhecido em nosso país pelo reflexo do nome paterno do que pelo que ele mesmo já tinha feito [...]
>
> [...] Desde muito moço o que lhe interessava era a história do nosso país, as suas coisas militares antigas, *o seu prestígio exterior*, *as glórias da nossa bandeira* [...]
>
> Estão aí os traços característicos do segundo Rio Branco: *genuíno patriotismo*, culto amoroso ao pai, organização conservadora, entusiasmo militar, afastamento da política interna, *paixão da glória do país* [...]
>
> Há, talvez, nesse homem, talhado para os primeiros lugares e de uma coragem pessoal indiscutível, o defeito da timidez, desde que se trata de um interesse seu [...]

Foi desse homem sempre zeloso defensor da dignidade da terra em que nasceu, do seu "prestígio no exterior", que um escritor amigo falou com reservas e insinuações bem significativas, em dias como os que acabamos de atravessar, nos quais a opinião pública andava transviada por notícias falsas ou exageradas!

Felizmente, a borrasca que outros preparavam e para a qual os telegramas de Florianópolis e a vária forneceram elementos está passada. O país conhece hoje em toda a sua luz o incidente de Itajaí.

134) A Notícia

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1906.

A solução diplomática do caso da Panther[*]

Temos a seguinte nota: foi-nos mostrada uma interessante "Carta do Rio", no *Estado de S. Paulo*, de 13 do corrente, escrita pelo seu ativo e talentoso correspondente "Fígaro", também combatente na imprensa da nossa boa capital. Por essa carta ficamos conhecendo qual o procedimento que alguns censores fluminenses desejariam que tivesse tido, no caso da *Panther*, o senhor ministro das Relações Exteriores. Diz textualmente "Fígaro":

> Saímos disto envergonhados, não pela pequenez da satisfação que a Alemanha nos deu, mas pela confissão de que nós fomos mentirosos. Nós! As autoridades de Santa Catarina, é claro.
>
> Nada disso se daria se houvéssemos procedido de outra forma. Perdoe-me a *lição* o mestre diplomata senhor Paranhos do Rio Branco. Se o sapateiro sobe além dos sapatos é porque Homero também cochila às vezes...
>
> Se sua excelência dissesse ao senhor Treutler que o governo do Brasil, dada a ofensa que foi grave, não podia entrar em estudo do caso e queria singelamente satisfações, visto que não podia discutir, pôr em dúvida e desmentir as informações das suas autoridades; se sua excelência tivesse mandado sair de Berlim o senhor Costa Mota e entregar ao senhor Treutler os passaportes; se, em uma palavra, o Brasil tivesse cortado relações com a Alemanha, tudo estaria a estas horas linda e brilhantemente resolvido, as explicações viriam plenas e satisfatórias, e a gente estaria confiando na palavra das autoridades de Santa Catarina.
> Assim, quem mentiu foi o Brasil.

[*] Artigo também publicado nos seguintes periódicos: Jornal do Commercio, 17 jan. 1906; O Paiz, 17 jan. 1906. (N.E.)

"Fígaro", como Homero, estava de certo caindo de sono (*jam dormitante lucerna*[*]), quando escreveu e mandou para a velha acadêmica Paulicéia aquela extraordinária lição de direito diplomático. Ou melhor, estava gracejando.

Onde e quando se viu um governo pedir satisfação a outro, declarar que a reclama antes do estudo do caso e que somente as informações das suas autoridades (que ele próprio não quer examinar) devem ser tidas em consideração? Não percebe "Fígaro" que a outra parte também ficaria com o direito de exigir que somente os seus documentos e informações devessem ser tidos em conta?

Onde e quando se viu um governo formular reclamações, dizendo que as formula sem base segura e rompendo relações diplomáticas antes que o outro possa examinar o caso e dizer se quer ou não atender à reclamação?

Não, mil vezes não! Essa linha de proceder, que alguns raros diplomatas da rua do Ouvidor desejariam ver adotada pelo senhor Rio Branco, estamos certos de que ele não a seguiria nem mesmo se tão ferozes patriotas lhe quisessem impor sob a ameaça de imediato fuzilamento.

O Brasil tem a indeclinável obrigação de proceder sempre de acordo com as suas honrosas tradições, com as práticas das demais nações cultas e com os princípios do direito internacional.

Já citamos o procedimento da França em 1887, em um caso muito mais grave do que este nosso de Itajaí: o ministro dos Negócios Estrangeiros da República Francesa telegrafou à embaixada em Berlim, incumbindo-a de "convidar o governo alemão a verificar os fatos, e quando a sua exatidão fosse reconhecida [pelos inquéritos e indagações das autoridades alemãs] a dar, conforme os princípios do Direito, as reparações devidas à França, pela violação do seu território" ("[...] *d'inviter le Gouvernement Allemand à controler les faits et lorsque leur exactitude aurait été reconnue, à donner, conformément aux principes du droit les réparations dues à la France pour la violation du territoire et les torts causé à ses nationaux*.").

Invertamos as posições. Suponhamos que um governo estrangeiro nos apresentasse uma reclamação do mesmo gênero, baseada em resumos telegráficos e nos dissesse: não preciso examinar e estudar os documentos a que se referem os telegramas das vossas autoridades. Tudo

[*] Já dormindo sobre a lâmpada. (N. E.)

quanto está nesses resumos é necessariamente exato e não merecem crédito algum as informações do comandante e oficiais do vosso navio de guerra. Queremos satisfação imediata e a demissão do comandante brasileiro. Se o Brasil não estiver pelo que exigimos, romperemos imediatamente relações diplomáticas.

Perguntamos a "Fígaro", que sempre conhecemos tão razoável, se ele se animaria a aconselhar o governo brasileiro a demitir o seu comandante e dar satisfações a tão desaforado governo estrangeiro? Decerto que não. O que o governo do Brasil teria de fazer nesse caso seria não esperar que o atrevido rompesse relações, mas cortar imediatamente relações com esse governo de insensatos, capaz de nos dirigir tão grande afronta.

Em todo caso [diz Lafayette Pereira e dizem todos os mestres do direito internacional], o Estado que recebe a ofensa não pode exigir do ofensor um gênero de satisfação que seja para este uma desonra ou humilhação, porque nisso iria ofensa à sua dignidade e honra, tão respeitáveis como as do Estado ofendido.

E ensina mais:

> A satisfação consiste em explicações, escusas, *amende honorable*, protestos, declarações solenes em atos públicos de deferência, saudação da bandeira nacional, visitas oficiais, na repreensão e punição dos funcionários ou autores da ofensa. *Tudo isso depende da natureza da ofensa e dos usos*.

Diz "Fígaro" que, como se passaram as coisas, confessamos que "as autoridades de Santa Catarina foram mentirosas", e acrescenta: "quem mentiu foi o Brasil."

O Brasil é representado perante o estrangeiro pelo governo federal e não por um juiz de direito de comarca ou pelos governos particulares dos diferentes Estados da União.

Está claro que ninguém poderia atribuir "mentiras" ou mesmo erros propositais ao juiz de direito de Itajaí e ao governo do estado de Santa Catarina. É fora de dúvida, porém, que, pela leitura rápida dos inquéritos, o juiz, referindo-se a eles, mandou ao governador, e este transmitiu ao ministério das Relações Exteriores, algumas informações que não têm base nos depoimentos. É certo também que o governador, ao receber os inquéritos que imediatamente expediu pelo

primeiro vapor, fiou-se nos extratos que lhe fez algum auxiliar menos cuidadoso.

Os telegramas expedidos de Santa Catarina ao Ministério das Relações Exteriores, entre coisas exatas, extraídas dos inquéritos, diziam as seguintes, que a leitura atenta desses papéis deixa de confirmar:

1) Primeiro, que uma força armada desembarcou da *Panther*, às 2h de 27 de novembro; depois, que não fora só um destacamento, mas dois destacamentos que desembarcaram.
2) Que os oficiais e marinheiros bateram em várias casas e cercaram, "entre elas as de Gabriel Heil e Jacob Zimmermann".
3) Que prenderam durante a noite e levaram para bordo o desertor Hasmann.
4) Que ficara averiguado no terceiro inquérito que o próprio comandante estava entre os oficiais e marinheiros que desembarcaram.

Mesmo sem levar em conta os inquéritos alemães, vê-se pela leitura dos nossos:

1) Que, já na tarde de 26, os oficiais e marinheiros alemães estavam em terra, procurando o retardatário Hasmann, o qual não podia ainda ser chamado desertor, e que nos inquéritos brasileiros não há um só depoente que fale em desembarque de força à noite e diga que esses homens estavam armados.
2) Que os oficiais e marinheiros só bateram em duas casas, a de Gabriel Heil (Hotel do Commercio) e a de Jacob Zimmermann, e que só cercaram esta última.
3) Que nenhum depoente declara ter sido Hasmann preso à noite e levado para bordo, cumprindo notar que o comissário de polícia, em ofício, diz ter sabido que esse indivíduo voltou voluntariamente para bordo no dia 27, pouco antes da partida da *Panther*.
4) Que, no terceiro inquérito, só um velho maníaco, Antonio Maluch, disse ter visto o comandante da canhoneira no Hotel do Commercio, mas às 21h de 26, e não depois da meia-noite, quando oficiais e marinheiros da *Panther* voltaram a esse hotel, para fazer

sair Steinhauf, e foram depois à casa de Jacob Zimmermann; e, mais, que os sinais do oficial que dirigia os que foram ao Hotel do Commercio, constantes do mesmo terceiro inquérito, bastam para mostrar que não era ele o comandante da canhoneira.

5) Que nenhum depoente disse ter visto Fritz Steinhauf ser levado para bordo.
6) Que, no primeiro inquérito, o quarto depoente, Arthur Bargmann, declarou que "Kormann dissera que na segunda-feira (27 de novembro, quando os oficiais e inferiores que estiveram em terra já haviam voltado para bordo) vira Steinhauf nas proximidades da casa dos atiradores", e que, depondo depois o citado Alois Kormann, o promotor público não achou necessário fazer-lhe pergunta alguma.
7) Que, no segundo inquérito, a sexta testemunha, Guilherme Groschang, declarou ter encontrado, no caminho de Itajaí para Tijucas, um indivíduo cujos sinais pareciam concordar com os de Steinhauf, o qual lhe dissera estar em viagem para Florianópolis; que o deixara dormindo em uma venda no lugar denominado Tapera; e que, ao regressar, ele, Groschang, de Tijucas, no dia 28, para tomar uma barcaça em Porto Belo, aí lhe contou Carlos Abrahão que na noite anterior tinha dormido em sua casa um alemão "que lhe dissera ter havido barulho em Itajaí", mas que, "como estava cansado de carregar malas nas costas, tinha deixado a sua no hotel de Gabriel Heil". Acrescentou Groschang que os sinais dados por Abrahão eram os do alemão que deixara dormindo em Tapera.

Outras informações de origem brasileira, recebidas de Itajaí pelo Ministério das Relações Exteriores, vieram confirmar o exagero e a inexatidão das primeiras notícias. Assim, Hasmann, que estas diziam ter sido preso e levado para bordo durante a noite, foi visto chegar de carro a Itajaí com o brasileiro nato João Gaersner e seguir com este para a canhoneira *Panther*, quando ela já suspendia o ferro. Gaersner recebeu mesmo a gratificação de 20$ que o comandante prometera a quem conseguisse que Hasmann voltasse para bordo, seguro de que apenas sofreria a pena de oito dias de prisão simples.

Também teve o Ministério das Relações Exteriores, no telegrama que o conde Saurma passou às 14h de 26 de novembro ao nosso compatriota

Carlos Renaux, superintendente municipal em Brusque ("A polícia está prevenida"), prova brasileira incontestável de que o comandante acatava a soberania territorial.

Com todos esses elementos, tirados dos inquéritos e de outras fontes brasileiras, oficiais e particulares, o senhor Barão do Rio Branco não poderia manter tudo quanto havia firmado na declaração inicial de 9 de dezembro. Confiando nas primeiras informações oficiais que recebera de Santa Catarina e que lhe foram dadas como suma dos nossos inquéritos, ele telegrafou ao ministro do Brasil no dia 9:

> Diante da ofensa sem precedente feita a nossa soberania, estou certo de que o governo imperial não se demorará em dar-nos, espontaneamente, as demonstrações de amizade que dele esperamos e que devem ser acompanhadas da ordem para a entrega de Steinhof (assim era ortografado o nome nos telegramas do governo de Santa Catarina) e da reprovação solene desse atentado. Trata-se de uma *diligência militar* em país estrangeiro e que não podia ser efetuada sem ciência ou ordem do comandante [...]

Efetivamente, se tivesse havido um desembarque de destacamentos armados, às 02h, ou mesmo de dia, e a prisão de um homem em Itajaí por essa força estrangeira – sendo ele levado ou não para bordo –, a ofensa à soberania nacional seria sem precedente na história do Brasil, e o desembarque não teria podido operar-se sem ordem e ciência do comandante.

No entanto, foi muito diferente o que se deu, e o senhor ministro das Relações Exteriores não só expediu telegrama à legação brasileira em Berlim, dando pressa em corrigir as inexatidões da primeira exposição, mas também apresentou outra, rigorosamente exata, e a anexou à sua nota de 31 de dezembro, em que se exprimiu assim:

> À vista dos documentos examinados, *não podemos manter que houve um desembarque militar de homens em armas*; podemos, porém, afirmar que houve operações de polícia, executadas durante a noite, por oficiais, inferiores e marinheiros de um navio de guerra estrangeiro, com menoscabo da soberania nacional [...]

Esses atos de polícia não foram praticados por ordem do comandante da *Panther*, como ele declarou solenemente ao chefe do Estado-maior da Armada Imperial, e ficou demonstrado em inquérito feito a bordo, debaixo de juramento. Não era possível, portanto, que o Brasil pedisse a punição

administrativa desse comandante pelo que não fez, ou pelo que não mandou fazer. Os oficiais e inferiores que estavam licenciados em terra e que praticaram excessos no Hotel do Commercio e na casa Zimmermann vão ser submetidos à justiça militar. Desaprovados eles pelo comandante e pelo governo da Alemanha, desapareceu qualquer ofensa a nossa soberania.

Quanto a Steinhauf, a declaração feita ao chefe do Estado-maior da Armada pelo comandante da *Panther*, de que não estava e nunca havia estado a bordo, era suficiente, segundo os juristas internacionais, para que não pudéssemos insistir na reclamação da sua entrega. Se um governo estrangeiro ousasse pôr em dúvida afirmação semelhante feita por um comandante de navio de guerra brasileiro ao chefe do Estado-maior da nossa Armada, consideraríamos com toda a razão que haveria nisso injúria à honra da Marinha e da nação brasileira.

"Fígaro" mostra-se muito incomodado por não ter aparecido até agora o famoso Fritz Steinhauf (ortografia do nome nos inquéritos e no cartão postal de 1º de dezembro). Sabe, porém, se a polícia de Santa Catarina e de outros lugares o têm seriamente procurado?

Em Itajaí, o comissário de polícia só tinha às suas ordens dois soldados, para a guarda da polícia. Em 26 de novembro, havia apenas 8 ou 10 dias que ali chegara Steinhauf. Pouca gente o conhecia. Não há dele retrato algum. Sabe-se, apenas, pelo segundo inquérito, que não tinha dinheiro para pagar o hotel e retirar a sua mala, nem mesmo "para comprar uma caixa de fósforos". Quem pode saber se Steinhauf tem motivos para se ocultar e mudar de nome?

O comandante ouviu dizer que ele esteve em Florianópolis, que ali chegara em navio de vela, que depois partira para Buenos Aires. Também o governador do estado ouviu dizer isso e mandou a notícia ao Ministério das Relações Exteriores. O nome de Steinhauf não foi encontrado entre os dos passageiros dos navios entrados e saídos. Nem poderia ser encontrado.

Ele não tinha dinheiro para comprar uma passagem. Poderia, porém, ter chegado a Florianópolis em alguma falua, como a barcaça que no dia 28 de novembro partiu de Porto Belo conduzindo Groschang para Itajaí. Não consta que as faluas e as pequenas embarcações figurem nas listas de entradas e saídas de navios. Também não é exato, como parece pensar "Fígaro", que um pescador, ou amigo de pescador, que saia deste porto para Ponta Negra ou Sepetiba, pague imposto de passagem em qualquer repartição, nem que as tenhamos em cada praia ou enseada do estado de Santa Catarina.

Que Steinhauf tenha seguido como criado, foguista, varredor ou o que quer que seja, "trabalhando a bordo pela passagem", para Buenos Aires, Rio Grande ou qualquer outro porto; que esteja na ilha de Santa Catarina ou na terra firme, pouco nos importa. O que não podemos duvidar, diante da declaração do governo da Alemanha, é de que ele não nos foi entregue, porque não estava e nunca esteve a bordo da *Panther*.

135) Circular*

19 de setembro de 1908, AHI 317/02/02
Índice: "Artigos do senhor Zeballos".

2ª seção / nº 26 / Circular
À legação brasileira
Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1908.

Senhor,...

O senhor doutor Estanislau S. Zeballos, depois que deixou o cargo de ministro das Relações Exteriores da República Argentina, continuou publicamente, com a sua assinatura, os ataques que já teria dirigido, quando ministro, ao governo brasileiro nos jornais *La Prensa*, *El Sarmiento* e *La Razón*, de Buenos Aires.

Remeto a V...., nos dois anexos** ao presente despacho, algumas retificações às muitas inverdades que ele tem posto em circulação. As primeiras retificações apareceram aqui no jornal *A Notícia*, da tarde de 7 do corrente, e foram transcritas na *Gazeta de Notícias* da manhã seguinte (anexo nº 1); as segundas, no *Diário Oficial* de hoje, 19 (anexo nº 2).

Tenho a honra de reiterar a V.... os protestos da minha...

Rio Branco

* Circular manuscrita pelo Barão do Rio Branco. Na margem inferior da circular, carimbo de nota do arquivo geral, datado de 28 de setembro de 1931: "Foi acrescentado o índice, C.H.M." (N. E.)

** O Arquivo Histórico do Itamaraty contém rascunho, da própria mão de Rio Branco, com a íntegra desta entrevista. Por artifício, o ministro atribuiu a redação a um jornalista. (AHI 206/02/03). (N. E.)

[*Anexo 1*][*]

Transcrito da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1908.

Declarações do senhor barão do Rio Branco.

O ex-ministro das Relações Exteriores da República Argentina, senhor Estanislau S. Zeballos, continua na sua campanha de animosidade contra o Brasil. É certo que essa campanha não conseguiu, nem talvez conseguirá nunca, impressionar a opinião sensata do país amigo. No entanto, as afirmações do senhor Zeballos vão em tamanho crescendo de ousadia, que é razoável esfriar-lhe um tanto o entusiasmo, restaurando a verdade dos fatos.

Ainda ontem, os telegramas de Buenos Aires continham o resumo de um artigo do senhor Zeballos. A esse respeito, são muito importantes as declarações feitas pelo senhor Barão do Rio Branco a um redator de *A Notícia*. São as seguintes:

> O senhor Rio Branco disse que só depois de conhecer o texto da correspondência, publicada em *La Nación*, e o dos artigos do doutor Zeballos poderia, talvez, dizer mais alguma coisa. Seria precipitação falar pormenorisadamente agora, fiando-se apenas em resumos telegráficos.
>
> Não teve *entrevista* alguma para ser publicada. Conversou com um redator de *La Nación* de passagem no Rio, em viagem para a Europa. Respondeu a algumas perguntas, mas não pode saber se as suas respostas foram transmitidas com rigorosa exatidão. Não é fácil resumir com inteira fidelidade o que se ouve em uma palestra de 20 minutos.
>
> O que pode afirmar desde já é que, no tocante à missão do doutor Zeballos a Washington, só disse coisas que deveriam ser agradáveis ao então advogado da causa argentina. O interesse dele, barão, estava em exaltar o seu ilustre contendor, não em deprimi-lo. E sempre compreendeu assim o seu interesse. Repetiu, nessa ocasião, o que sempre tem dito, isto é, que nenhum outro advogado poderia ganhar a causa argentina, tão numerosos e decisivos em favor do Brasil eram os documentos que ele, barão, levou para Washington e os que posteriormente recebeu dos arquivos de Lisboa, Madri, Simancas e Alcalá de Henares. Lembrou que o doutor Carlos Aldáo,

[*] Anexo impresso. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. (N. E.)

ex-secretário da missão especial argentina, disse com a sua firma, em um dos jornais de Buenos Aires, logo depois da sentença do presidente Cleveland, em fevereiro de 1895, que, tendo estudado os documentos a que se referiam os comissários espanhóis na discussão com os portugueses, verificara ser a causa argentina insustentável e que qualquer árbitro imparcial, como o presidente Cleveland, só poderia decidir a questão a favor do Brasil. O senhor Barão do Rio Branco disse, ainda, ao redator de *La Nación*, que o doutor Zeballos fizera tudo quanto podia em defesa de uma causa má e muito mais do que, em sua opinião, deveria ter feito.

À outra pergunta, respondeu que o desejo sincero do governo brasileiro é prosseguir em uma política de perfeita cordialidade com a Argentina, como sabem muitos estadistas e homens políticos nessa República, mas que tal política foi contrariada pelo doutor Zeballos, o qual, como era sabido e se está vendo melhor agora, nutre grandes e injustas prevenções contra o Brasil e, quando ministro, dirigia ou animava, em vários jornais portenhos, uma odienta campanha de agressões a este país, sempre firme e leal amigo da nação argentina, desde a aliança de 1851.

Os sentimentos dele, Barão do Rio Branco, para com o grande país vizinho são conhecidos de muitos argentinos e têm sido por ele afirmados em várias ocasiões.

O doutor Vicente Quesada, na sua recente obra, na página 436 do tomo 2, transcreveu uma carta que, em 3 de setembro de 1905, ele, Rio Branco, dirigira ao ministro argentino, doutor Gorostiaga. Nessa carta escreveu o senhor Rio Branco: "A minha mocidade passou-se no tempo da efetiva aliança entre o Brasil e a República Argentina. Sou filho de um homem que foi sempre sincero amigo da nação argentina, dando muitas provas disso na sua carreira política. Desejaria que de mim se pudesse também dizer que durante a minha passagem pelo governo fiz o que pude para dissipar velhos erros e estreitar relações de boa harmonia entre os dois povos. Estou cada vez mais convencido de que uma cordial inteligência entre a Argentina, o Brasil e o Chile seria de grande proveito para cada uma das três nações e teria influência benéfica dentro e fora das suas fronteiras. São esses, igualmente, os sentimentos do nosso atual presidente, como foram os dos seus predecessores e os dos estadistas do segundo reinado [...]"

O caso dos bons ofícios pedidos confidencialmente ao Brasil pelo Paraguai e pela Bolívia para a solução amigável do litígio que essas duas Repúblicas têm pendente sobre as suas fronteiras no Chaco é mais uma prova do empenho com que o governo brasileiro procura seguir a política indicada naquela carta.

A Bolívia fez esse pedido em nota de 17 de novembro de 1903, firmada em Petrópolis pelos seus plenipotenciários Fernando Guachalla e Claudio Pinilla.

O senhor Soler, quando encarregado interinamente da pasta das Relações Exteriores do Paraguai, em 1906, falou ao representante do Brasil em Assunção, senhor Cochrane de Alencar, pedindo-lhe confidencialmente que o senhor Rio Branco se ocupasse de obter a transferência da negociação para o Rio de Janeiro, com o fim de ser aqui continuada pelos ministros das Relações Exteriores da Bolívia e do Paraguai, sob as vistas amistosas do governo brasileiro.

O senhor Rio Branco respondeu ao senhor Alencar que não acreditava que pudesse vir então a esta capital o ministro Claudio Pinilla e que, para haver certeza de uma solução satisfatória, parecia-lhe melhor constituir-se uma comissão arbitral composta de delegados do Brasil, da Argentina e do Chile, perante a qual os plenipotenciários do Paraguai e da Bolívia expusessem a questão, dando-se à comissão poderes para adotar uma das linhas da pretensão máxima de cada litigante ou alguma linha intermédia.

Estavam as coisas neste pé, quando o senhor Zeballos entrou para o governo e o seu trabalho consistiu em afastar o Brasil e o Chile, chamando somente para o governo argentino a intervenção amigável no arranjo da questão. *La Prensa*, em janeiro ou fevereiro de 1907, referiu isto como uma grande vitória diplomática do novo ministro, publicando, entretanto, um dado inexato, isto é, dizendo que o senhor Rio Branco pretendera ser o presidente desse tribunal arbitral.

A verdade, porém, é que, nos primeiros dias de novembro de 1906, o ministro da Bolívia no Brasil disse ao senhor Rio Branco que, da correspondência recebida até então em La Paz, não constava que houvesse desacordo inconciliável entre os plenipotenciários boliviano e paraguaio e que, se se tivesse produzido esse desacordo, o seu governo provavelmente concordaria no expediente sugerido e pediria que um dos árbitros fosse o senhor Rio Branco; ao que este respondeu, logo, que não poderia aceitar o encargo, porque não dispunha de tempo para estudar a questão, mas que o Brasil nomearia, como decerto a Argentina e o Chile, um homem competente para se ocupar exclusivamente da matéria.

Acrescentou que a missão de árbitro internacional é sumamente delicada. Quase sempre uma das partes interessadas fica descontente com a decisão e, às vezes, ficam queixosas as duas.

> Não é encargo que desejasse para o seu país, tratando-se de questão que interessava a vizinhos. Para que a decisão não pudesse ser suspeitada de parcialidade, propunha a intervenção de dois outros governos, igualmente amigos do Paraguai e da Bolívia.
>
> Sobre o tratado de comércio com a Argentina, fará publicar amanhã ou depois, no *Diário Oficial*, o pensamento do governo brasileiro, manifestado em 30 de maio último, por escrito, à legação argentina e já manifestado, verbalmente, ao senhor Gorostiaga, desde 1906. O senhor Assis Brasil não poderia ter dito o que o senhor Zeballos lhe atribui. A lealdade desse diplomata não pode ser suspeitada. Em matéria de tratados de comércio, o Ministério das Relações Exteriores não pode proceder senão de pleno acordo com o da Fazenda, e o que os ministros de Estado no Brasil dizem ou fazem é o que fica resolvido com o presidente da República.

São essas as declarações feitas a um dos nossos colegas de *A Notícia* e que, com muito prazer, reproduzimos.

Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908

[*Anexo 2*][*]
Transcrito do *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1908.

Ministério das Relações Exteriores.

O senhor doutor Estanislau S. Zeballos, depois que deixou o cargo de ministro das Relações Exteriores da República Argentina, tem publicado em Buenos Aires alguns artigos nos quais, com muita prevenção e injustiça, se ocupa do governo e da política internacional do Brasil.

Seria tarefa demasiadamente longa e desagradável a de retificar os numerosos enganos e erros de fato que se leem nesses artigos É indispensável, porém, reclamar contra duas das inexatidões publicadas este mês.

Escreveu o senhor doutor Zeballos o seguinte em uma revista:

> As suas legações (as do Brasil) em Buenos Aires, em Montevidéu, em Assunção, na Bolívia, em Santiago do Chile, em Lima, em Washington e, provavelmente, na Europa, divulgaram, obedecendo a ordens diretas do Rio de Janeiro, a versão

[*] Anexo impresso. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. (N. E.)

de que a República Argentina prossegue em uma política *vaidosa* de conquista dos países fracos, cuja independência o Brasil protege e há de assegurar logo que haja recebido os seus formidáveis armamentos. Existem em Buenos Aires as provas escritas dessa propaganda inamistosa e sem fundamento. Do Pacífico, chegaram, à porfia, essas provas. O chanceler do Brasil, com efeito, ordenava, em 1908, a um dos seus agentes o seguinte: "Divulgue as pretensões imperialistas da República Argentina, fazendo saber nos altos círculos políticos que ela, em sua vaidade, sonha com o domínio da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai e também do nosso Rio Grande."

Demonstre que o Brasil, em homenagem à justiça, ampara os fracos em defesa dos interesses internacionais, procedimento humanitário com que a chancelaria de Washington se mostra conforme.

Tudo quanto afirmou o senhor doutor Zeballos nas linhas transcritas só pode ter por base a informação de algum homem da mais requintada má-fé. O atual ministro das Relações Exteriores do Brasil nunca dirigiu aos representantes desta República no estrangeiro (nem em despacho oficial, pelo telégrafo ou pelo correio, nem em carta particular ou confidencial) instruções que tenham sequer a mais remota semelhança com as que lhe foram atribuídas. A ordem que o senhor doutor Zeballos apresenta entre aspas e que lhe disseram ter sido dirigida em 1908 a um dos agentes brasileiros no Pacífico é um documento absolutamente falso, no fundo e na forma.

No mesmo artigo do ex-ministro, lê-se: "O jornal *A Imprensa*, do Rio de Janeiro, publicou, em maio de 1908, uma série de artigos revistos e corrigidos no palácio Itamaraty. Intitula-se esse iracundo estudo político: 'O problema argentino e a guerra'."

A asseveração de que esses artigos foram inspirados pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, ou lidos no Itamaraty antes de impressos e publicados, é outra invenção caluniosa, a que o ex-ministro não devera dar crédito e, menos ainda, dar curso pela imprensa com a autoridade que lhe advém do alto cargo que acaba de exercer.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1908.

136) Jornal do Commercio

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1908. Seção "Gazetilha".

Brasil e Argentina

Há um esforço na República Argentina para que a campanha, que há muito tempo se faz contra o Brasil, se transforme em agitação. Para isso, um homem político se arroga o papel de representativo de uma velha sobrevivência, como é o preconceito dos ódios castelhanos e portugueses transportados para a América do Sul, e espalha o pânico da pátria em perigo. Não sabemos até que ponto as suas palavras são acreditadas pela maioria dos seus compatriotas, mas os seus adeptos, por diminutos que sejam, formam ainda assim a minoria que se move irrequieta por entre a massa da população argentina, criando sobretudo uma situação interna que é tempo de acabar.

Um povo é como uma criança, não pode permanecer sob a impressão de um espantalho. O desvario sobrevém fatalmente.

Em toda esta comédia, que um pouco mais de loucura pode mudar para tragédia, é singular a disposição dos espíritos brasileiros, calmos, indiferentes, quase risonhos, ante tanta fúria belicosa. Aqui não há atmosfera de guerra. Há uma grande limpidez nos sentimentos, reina um ideal de paz e alegria no povo despertado de um longo e tenebroso pessimismo; e, mesmo dos instintos profundos da raça, não sobem emanações doentias que se transformam em movimentos de impulsão agressiva. Se de improviso nos viesse uma guerra, certamente que a nossa repulsa seria enérgica e tanto mais firme porque não estamos atordoados pela paixão do ódio; seria, nessa guerra, a defesa a fria resistência ao agressor. No estado de cultura a que chegamos, a nossa atividade guerreira se limita conscientemente a esse imorredouro instinto de repulsa. Jamais seremos nós os agressores. No entanto, os pregoeiros argentinos, que sabem disso, enganam os ânimos crédulos de seu país, fundando a fantasia de um perigo brasileiro no fato de estarmos reorganizando a esquadra e transformando o exército.

A República Argentina executou há muito tempo as reformas necessárias do seu serviço de defesa nacional, e isso nos foi indiferente. Com a mesma tranquilidade veremos o aumento de sua marinha e de seus armamentos.

Não há ideal mais alevantado que liberte uma nação das contingências de sua própria existência. Um Estado deve ser o que foi o Estado romano, um egoísmo organizado, egoísmo que seja um conjunto de forças morais e materiais, disciplinadas, capazes de preparar o máximo de progresso a que deve aspirar uma sociedade política. No meio de nações armadas, o problema da organização militar é uma expressão desse egoísmo fundamental, e um fato que interessa notavelmente à ordem interna brasileira. Somos geograficamente um país em que a Marinha tem o principal papel na defesa do território. O nosso primeiro cuidado, portanto, deve ser o de possuirmos uma esquadra moderna, que pelo menos em qualidade possa competir com as mais adiantadas e na qual o gênio marítimo da população encontre o mais perfeito ambiente para a plena satisfação de seus persistentes instintos. A nossa esquadra organizada, sossegadamente, livremente, sem a menor preocupação de equivalência para a defesa de nossas costas, serve para a proteção de nossos portos. Não preparamos uma esquadra de agressão contra os povos do Prata, digamos com todo o desassombro; se, um dia, pelas circunstâncias da política internacional, tivermos de prestar à nação argentina mais uma vez os serviços de aliados, a que nos habituamos, passaríamos pelo constrangimento de não poderem os nossos melhores navios operar no Prata, em defesa da magnífica Buenos Aires. No entanto, o problema naval argentino, com os seus imensos encouraçados inservíveis para o estuário do Prata e para a proteção dos seus portos comerciais, traduz o espírito de agressão com que foi concebido. Se essas intenções vingarem, só nos cabe assinalar o lamentável antagonismo do pensamento político dos dois povos vizinhos.

A reorganização do exército, inspirada ainda pelo sentimento de defesa, veio também resolver um problema íntimo da nossa cultura nacional. Tínhamos praticado em excesso as qualidades do nosso temperamento e tínhamos chegado ao defeito dessas qualidades. À tolerância substituíramos a relaxação; à liberdade dos instintos, a indisciplina; à intelectualidade, o diletantismo e o ceticismo; ao desinteresse nobre, o desdém e a apatia. Era tempo de vir o remédio, e uma reação de energia de um povo, apenas desfalecido, explodiu em todo o organismo da nação. A necessidade de uma educação militar das novas gerações apareceu como uma medida de disciplina e seleção, fruto de psicologia interna, e não cálculo suspicaz de política do exterior.

Não é com esse exército em elaboração e com aquela remota marinha que podemos estar em uma atmosfera de guerra. A organização desses

elementos de defesa e estabilidade nos devem afastar para sempre do perigo desmoralizador da América do Sul, que é o caudilhismo. Com um exército disciplinado e inteligente, que seja a seleção das forças intelectuais e morais do país, pode-se dizer afastado aquele perigo. É por isso que o espetáculo dessa agitação argentina nos espanta, porque o seu exército é hoje o expoente da própria civilização nacional, e esta é muito adiantada para não suportar mais a praga dos caudilhos militares e civis. No entanto, esse alvoroço belicoso e esse despertar de velhos ódios castelhanos contra portugueses só se explicam como uma sobrevivência do caudilhismo hispano-americano, para o qual pelejar era viver. A reminiscência desses sentimentos, transplantados para a América do Sul e que encheram de esterilidade a vida colonial desta região, é estranha em um país formado de imigrantes alheios àqueles ódios. Que têm os milhões de italianos, alemães e homens do norte europeu no seu labor pacífico nestas terras prometidas do mundo com os velhos preconceitos de bisonhos espanhóis e lusitanos de outros longínquos tempos?

Se o caudilhismo está extinto e a guerra não obedece mais ao impulso racial, seria antes uma guerra de povos modernos, uma guerra política e voluntária, que levaria a República Argentina a provocá-la? A miragem da supremacia? Nada mais frágil entre os povos fracos. Os países deste continente não têm uma organização bastante forte, uma estabilidade de instituições que possa lhes manter as posições, adquiridas, ainda, às custas do esforço de uma guerra. A existência internacional de muitas das nações sul-americanas é precária. Estão inermes e desarticuladas diante de grandes unidades nacionais, a cujo embate não resistirão e terão de soçobrar se, no dia do encontro fatal, não estiverem amparadas por um sistema de defesa, que são as amizades e as alianças com algumas dessas mesmas unidades tremendas e devastadoras.

Nós vivemos fora da realidade da política internacional de hoje, em plena ilusão a que o passado nos habituou. Longo tempo a América do Sul esteve entregue a si mesma, fez e desfez nacionalidade, ergueu e matou a liberdade, armou e extinguiu despotismo, estabeleceu preponderâncias e supremacias, perfeitamente independente em matéria internacional. Foi por essa época que o Brasil, chamado pelos partidos políticos em luta, interveio no Prata; entrou naquelas terras para dirimir, pelas armas e pela diplomacia, desavenças sanguinárias no período difícil da gestação dos Estados; foi agente de paz e de liberdade, e à sombra da aliança com o

Brasil realizou Mitre o seu grande feito político, que é a unidade nacional da República argentina. Quando se acabou a sua missão histórica no Prata, o Brasil deixou ali nações organizadas, e o nosso território não foi aumentado pela fácil incorporação de províncias desgovernadas. Estávamos expurgados para sempre do tenebroso espírito de conquista.

Há muito a nossa intervenção no Prata está terminada. O Brasil nada mais tem que fazer na vida interna das nações vizinhas. Está certo de que a liberdade e a independência internacional não sofrerão ali um desequilíbrio violento. O seu interesse político está em outra parte. É para um ciclo maior que ele é atraído. Desinteressando-se das rivalidades estéreis dos países sul-americanos, entretendo com esses Estados uma cordial simpatia, o Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população.

Deve ser esse também o impulso da política argentina. Emancipar-se da "sul-américa" no que esta expressão traduz de desairoso. Para isso, extinga a nação platina os últimos fumos do caudilhismo, não sonhe com supremacias instantâneas nesta débil América do Sul, desamparada agora do dogma político de Canning, do princípio da intangibilidade dos pequenos povos, que a própria Inglaterra sepultou nos campos de batalha do Transvaal. Lembrem-se os agitadores de que uma vez a guerra entre dois povos sul-americanos esteve nas mãos dessa mesma Inglaterra, que lhes ditou a paz. Tal é a dolorosa contingência dos povos fracos... Por maior que seja a irritação do amor próprio deles, louvemos essa restrição benéfica, porque uma guerra seria a maior calamidade que se desencadearia neste continente. Fosse qual fosse o vencedor, a difícil e custosa vitória não teria frutos, a existência dos Estados sul-americanos estaria envenenada pelo sentimento da vendeta, e a desforra passaria a ser para eles o novo princípio político.

É por isso que o bom-senso brasileiro repugna a guerra. Nada separa o Brasil da Argentina, ligados abstratamente por um destino comum de civilização e cultura, do qual são os maiores representantes na América Latina. As nossas questões só podem ser resolvidas pela regra constitucional do nosso país, que consignamos no Tratado de Arbitramento elaborado aqui na boa-fé da amizade. Cultivemos tranquilamente as nossas relações de vizinhança, troquemos com toda a liberdade, sem pactos forçados, os produtos do nosso trabalho e da nossa inteligência. O campo de irradiação

para as nossas energias jovens não pode ser a guerra à civilização; antes, deve ser aquela conquista do deserto, prevista e iniciada profeticamente pelos melhores estadistas argentinos. A assombrosa fertilidade dos nossos territórios nos dá uma grave responsabilidade histórica. São eles o refúgio de milhões de homens que os fecundam e os transformam. Acima dos preconceitos de infundadas rivalidades de sul-americanos, paira sobre essas terras, que se chamam Brasil e Argentina, um imenso interesse humano. Este solo não pode ser devastado pela guerra. Pelo seu destino, ele é sagrado e intangível.

137) *Jornal do Commercio*

Terça feira, 13 de junho de 1909

As relações exteriores do Brasil durante a presidência Afonso Pena.

Dom Pedro II, que tanto amava o Brasil, mais do que a si mesmo e à sua dinastia, era, entretanto, causa involuntária de um lamentável equívoco, altamente prejudicial ao bom conceito da civilização brasileira, à justa avaliação dos progressos morais do nosso povo que, para a Europa, vivia à sombra da reputação universal do nosso segundo imperador.

Acreditava-se, no estrangeiro, que a nossa Constituição liberal, os nossos códigos, as nossas outras leis, a nossa administração – modelada à feição ocidental –, os institutos de ensino, as academias científicas e literárias e a liberdade de imprensa eram pura e simplesmente dádivas de um soberano esclarecido, magnânimo até a imprudência, a um povo de uma certa inteligência nativa, sentimental e indolente, vivendo quase exclusivamente de indústrias extrativas e de culturas tropicais em latifúndios agrícolas. Pensava-se que esse povo nada fizera para a conquista das liberdades de que gozava, contentando-se com uma cópia superficial de costumes políticos e sociais do velho mundo, que não condiziam intimamente com o verdadeiro estado social do país, do qual o imperante era um aclimatador exótico e paciente.

Muitos escritores europeus formularam esse pensamento com a maior clareza. Depois de proclamada a República no Brasil, um sociólogo

francês, o senhor Gustavo Le Bon, em uma desdenhosa passagem de um dos seus livros, em quatro linhas, repetia esse modo de pensar, julgando-nos perdidos, desde que, com a queda da monarquia, ficamos entregues a nós mesmos, a nossa incapacidade para nos governamos como um povo livre.

Não havia duas opiniões na Europa e nos Estados Unidos a nosso respeito. O Brasil civilizado era uma criação individual do sábio monarca, denominado em uma das grandes frases de Hugo, neto de Marco Aurélio. Fora ele que formara, peça por peça, o conjunto do povo adiantado que apresentávamos ao mundo culto.

Não se tinha noção de que éramos uma nacionalidade em evolução, um povo que registrava, na sua história, se bem muito curta em comparação com a das antigas nações do velho continente, lutas sangrentas pela liberdade, pela república, pela descentralização administrativa; lutas pacíficas no jornalismo, na tribuna popular e no Parlamento pela abolição da escravidão, pelo casamento civil, pela separação da Igreja do Estado, pela federação, pelo sufrágio universal, por tantas outras causas em que, paralelamente com a Europa, afirmava-se a cultura brasileira, se não com o mesmo brilho e intensidade, pelo menos com a mesma sinceridade e firmeza e a mesma confiança no avanço natural das doutrinas liberais, no emprego das forças da inteligência, no valor desses instrumentos de ação e de vitória nas sociedades instruídas e policiadas, à pena e à palavra.

Conhecemos muitas obras estrangeiras sobre o Brasil, publicadas durante o segundo Reinado. Não nos lembramos de nenhuma em que se fizesse inteira justiça ao povo brasileiro.

Depois da República, por alguns anos, o Brasil, graças às agitações políticas violentas que tomavam uma antipática inclinação para as rivalidades e ambições estritamente pessoais, as quais lançavam mão das reações armadas francamente declaradas ou manhosamente dissimuladas, sentiu sobre si a desconfiança das correntes imigratórias, a hesitante cordialidade dos governos estrangeiros, o crédito curto dos banqueiros lançadores de empréstimos, a preocupação dos credores, que percebiam que se receava abertamente que nos tivéssemos atirado a uma retrogradação irreprimível, a uma decadência irreparável de processos de lutas políticas, outrora reguladas pela rotação dos partidos no governo, a um progressivo abaixamento de moralidade administrativa, em razão

da ausência de fiscalização da opinião, a um nivelamento humilhante com certos países, cujo convívio é uma mortificação para as nações que representam o máximo de civilização contemporânea.

Pouco a pouco, com a estabilização do Poder Federal, com o abandono das tendências revolucionárias, com a possibilidade para os governos, diante da pacificação dos espíritos, de enfrentarem graves problemas econômicos, de urgente solução, no interior foram renascendo o espírito de energia, a confiança do país em si mesmo, acentuando-se o consenso de todos para uma vida política sã, digna e fecunda.

Preocupa-nos devidamente a opinião que se pode fazer de nós; em quatro anos inesquecíveis de pesados sacrifícios, consolidamos o nosso crédito, respeitamos estritamente os novos compromissos que assumira a nossa palavra sempre honrada, preparamos firmemente a reconstituição do nosso bom renome no exterior.

O progresso material, entibiado pelas rivalidades pessoais, sem ideias, volta a florescer em uma multiplicação de iniciativas governamentais e individuais, com a atenuação dessas paixões estéreis, que tanto tornavam ridícula, antigamente, a América do Sul.

O Brasil progride. O Brasil levanta-se como que com uma vitalidade nova. Tem outros horizontes, desafoga-se em um novo ar e em uma nova luz, pelo esforço de todos os seus filhos. Sistematiza os seus empreendimentos, decide melhorar para o comércio interestadual e internacional os seus portos desaparelhados para a atividade marítima moderna. Faz o traçado e inicia a construção de importantes estradas férreas. Procura amparar na sua ruína a Marinha Mercante. Começa a transformar a sua capital, abrindo do local inicial da linha do cais de comércio uma esplendida avenida, que corta o "centro" do Rio de Janeiro, indo até um dos cantos mais pitorescos do litoral desta cidade, melhoramento ao qual se seguiram outras medidas de modernização da cidade, que fora precedido por São Paulo nesse movimento.

Reenceta-se o serviço de imigração com o critério de fazer pouco e bem, preferindo-se selecionar a imigração, dando-se preferência a agricultores que se poderiam estes fixar ao nosso solo, dando-se a estes as melhores garantias de êxito no país, com o fornecimento de terras a baixo preço, construção de estradas vicinais, escrúpulo na delimitação dos lotes e proteção aos primeiros passos dos que vieram para aqui colaborar conosco na fundação de uma grande pátria.

Acelera-se a penetração do interior pelas estradas de ferro, batendo-se o ano passado o recorde do aumento quilométrico na nossa viação férrea.

O Brasil, em uma paz laboriosa, inspira confiança espontânea: olham-nos como um povo que compreende bem os seus deveres de nacionalidade nova, dispondo de um rico território, quase inexplorado, e que se decide a aproveitá-lo com as suas melhores energias. Pode, então, o Brasil desenvolver dignamente com o maior brilho as suas relações exteriores.

Na presidência de Rodrigues Alves, principalmente. Na presidência de Afonso Pena, pode-se dizer que conseguimos, com um grande tato, caracterizar, perante o mundo civilizado, de cuja harmonia não podemos prescindir, em que pese ao chauvinismo insensato, a nossa situação de povo definitivamente acomodado à vida democrática e todo entregue à atividade que enriquece a nação e a eleva aos seus próprios olhos, fazendo-a respeitada.

Inúmeras têm sido as ocasiões em que o Brasil, nos últimos tempos, fez sobressair em grande destaque a cultura a que atingiu, cultura que deixou de ser atribuída, como outrora, aos artifícios e à munificência do chefe do Estado e que ficou sendo, pela habilidade de nossa diplomacia, o justo título de orgulho de todo um povo.

Restringindo o campo do nosso exame à presidência Afonso Pena, verificamos o quanto fizemos nesse sentido. A criação da embaixada brasileira, em Washington, realizada simultaneamente com a criação da embaixada norte-americana, no Rio de Janeiro, deu-nos, pela posição que assumia o nosso representante nos Estados Unidos, melhores oportunidades para, ao mesmo tempo em que desenvolvíamos as nossas inalteráveis boas relações com os Estados Unidos, procurarmos tornar mais intensa essa fraternidade americana, que é agora, para todos os povos da América, um princípio cordial da política de cada um.

O Brasil é atualmente um dos países melhor representados em Washington. A nossa amizade tem sido estreitada por um mais íntimo conhecimento mútuo dos dois países. As duas nações puderam encaminhar, de acordo com as outras nações irmãs do continente, a realização, no Rio de Janeiro, da 3ª Conferência Pan-Americana, que teve resultados importantes e incontestáveis.

Muito cobiçada e disputada, coube-nos a honra de ser a capital do Brasil a cidade escolhida para a sede da conferência, cujos trabalhos

foram presididos pelo senhor Joaquim Nabuco, nosso embaixador em Washington, sendo a inauguração feita pelo ministro das Relações Exteriores, o senhor Rio Branco, que proferiu naquele ato um curto e sóbrio discurso, uma síntese dos nossos sentimentos americanos e um testemunho do muito que confessamos dever à cultura e ao trabalho europeus, que todos os dias contribuem para a nossa prosperidade e nosso aperfeiçoamento técnico e artístico.

Desejando conhecer o Brasil, o secretário de Estado senhor Elihu Root, um dos homens políticos em mais justa evidência nos Estados Unidos, serviu-se da abertura da conferência para vir até o nosso país, de onde, aproveitando o ensejo que se lhe oferecia, partiu a visitar outros países sul-americanos, voltando à sua nação pelo Pacífico.

Sentiu-se feliz o Brasil por dar ao eminente estadista norte-americano, ilustre colaborador da presidência Roosevelt, uma ocasião de empreender essa viagem, primeira realizada na América do Sul por um alto membro do governo dos Estados Unidos, e que foi tanto útil à combinação de visitas entre os principais países do sul do continente, no assentamento de uma orientação de ambições pacíficas e de emulações progressistas, para a qual tem o Brasil concorrido com a melhor boa vontade, seguindo as tradições da sua diplomacia defensiva e conciliadora.

O senhor Elihu Root, que foi um dos organizadores da conferência, apreciou conosco no Rio de Janeiro a utilidade dos trabalhos dessa grande assembleia americana. Por deliberação da Conferência, foi, entre outros assuntos, resolvida a reorganização da Secretaria Internacional das Repúblicas Americanas, instituição que tem prestado os melhores serviços, centralizando informações preciosas sobre a vida agrícola, industrial, comercial e política do continente.

A conferência americana realizada no Rio de Janeiro despertou grande atenção sobre o nosso país; teve, além dessas vantagens, a honra de hospedar homens dos mais eminentes da América, que aqui estiveram em contato, proveitoso para nós, com homens de letras, juristas, médicos e outros cientistas brasileiros, sendo essa conferência, portanto, do maior alcance político e intelectual para todos os que compreendem a conveniência da solidariedade continental.

Em 1907, a nossa Marinha fez-se representar, honrando a bandeira brasileira, na revista naval internacional de *Hampton Roads*, pelo

couraçado *Riachuelo*, pelo cruzador *Barroso* e pelo cruzador-torpedeiro *Tamoio*. A nossa divisão foi recebida entusiasticamente nos Estados Unidos. Por meio de navios da nossa esquadra, a bandeira do Brasil teve ultimamente generoso e simpático acolhimento em outros países, como Alemanha, Uruguai, Chile, Peru etc.

Vieram ao Brasil, durante a presidência de Afonso Pena, infelizmente interrompida por uma morte inesperada, duas missões estrangeiras, recebidas afetuosamente nesta cidade, uma missão paraguaia e outra uruguaia.

A visita da grande esquadra norte-americana sob o comando do contra-almirante Evans, com destino ao Pacífico, produziu no Rio de Janeiro uma espontânea manifestação da população brasileira pela amizade com os Estados Unidos.

A demarcação das fronteiras, trabalho de proporções gigantescas, continuou a ser levada por diante, indo o Brasil com a inevitável demora adquirindo a noção exata do seu território, essencial para a vida de uma nacionalidade. Foram assinados diversos tratados de arbitramento.

Na 2ª Conferência da Paz pôde o Brasil, *líder* das nações que resistiram à negação premeditada da integralidade da sua soberania, afirmar de uma maneira positiva e solene a sua doutrina de paz internacional, baseada nos mais puros sentimentos e escrúpulos de justiça.

Atos importantes referentes às relações internacionais do Brasil poderíamos assinalar como honrosos para o governo do presidente Afonso Pena, mas é tão considerável a modificação da situação internacional do Brasil nos últimos anos, que é inútil descer a detalhes (por mais notáveis que eles sejam).

Que o Brasil, pela sua ação diplomática, é hoje considerado de modo muito diferente do que era julgado ainda há poucos anos, não é mistério para ninguém. Não há brasileiro, no sertão mais longíquo que seja, que o não saiba e que não se sinta orgulhoso pelo melhor conceito que adquiriu a sua pátria. A nossa diretriz diplomática tem sido a da paz e a da defesa dos nossos interesses econômicos, a propósito do que nos lembraremos como habilmente foi desviado o golpe que se preparava no Congresso dos Estados Unidos contra a nossa importação de café.

A Comissão de Propaganda e Expansão Econômica fez o Brasil comercialmente mais conhecido do que nunca na Europa. Amostras dos nossos produtos agrícolas, das nossas madeiras, dos nossos minerais e

das nossas outras das nossas riquezas exportáveis foram, e estão sendo, sistematicamente distribuídas e anunciadas em todos os mercados consumidores europeus.

O Brasil, erguendo-se do desânimo proveniente das antigas guerras civis, geradas pelas desordenadas ambições pessoais, elevou-se muito, tornando comunicativa a confiança que começou a ter em si mesmo, na manutenção da sua paz interna e no desenvolvimento do seu progresso.

Pela sua diplomacia tem tido ultimamente um amplo contato com as nações civilizadas, perante as quais é hoje uma nação ordeira, em que há opinião pública ativa e progresso material, sobretudo esse desenvolvimento de cultura política a que o embaixador do Brasil em Haia pôde aludir com desassombro e orgulho, dirigindo-se ao representante da Rússia na Conferência da Paz.

138) *O Paiz*

17 de dezembro de 1909.

O Brasil nos conflitos americanos[*]

Com pequeno intervalo, por duas vezes nesses últimos tempos, os espíritos sinceramente devotados a um esclarecido pan-americanismo puderam temer pelo descrédito deste, senão pelo seu completo fracasso. Primeiro, quando a Bolívia, em julho, incandesceu na repulsa do laudo Alcorta, e o continente esteve às portas de uma conflagração; depois, quando entre os Estados Unidos e o Chile um mal-entendido deixou entrever as possibilidades desastrosas de um estremecimento sem razões que o justificassem.

Em ambos os momentos, entretanto, conseguiu prevalecer a boa razão e, dos dias sombrios de apreensões, que de desalentos não foram, os fundamentos mesmo de uma política americana saíram avigorados, instrumento que se revela de uma orientação no sentido do bem-estar continental, por mútuas concessões, enquanto não é possível (se é que ele se avizinha) o advento da justiça sem entraves, a serviço do direito sem subalternizações.

---

[*] Artigo também publicado no seguinte periódico: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 23 dez. 1909. Seção a pedido. (N.E.)

Pois que dois povos, exaltados no amor próprio ou atingidos em um fundo de interesse – por alto e patriótico que este se apresente –, encontram fórmula de ceder reciprocamente e transigir, é verdade, então, que se concretiza uma certa soma de princípios e de relações suficientes para criarem aquilo a que, parafraseando um estadista europeu, se chamaria com justeza "o patriotismo do Novo Mundo".

***

No caso do laudo Alcorta, já na Europa e na América os cultores do direito internacional se preocupavam de saber se vingaria, sem ação reflexa do continente, a tese boliviana de que, no seu entender, a um arbitramento livremente aceito, como juízo definitivo e inapelável, pode corresponder a repulsa do interessado, por não haver sido declarado justiça aquilo que como tal ele esperava.

Com dias mais desoladores nos ameaçava o sistema político que nos leva na América a querer, de quando em vez ainda, *jouer la petite Europe*[*], desunindo os nossos interesses, e, por uma urdidura de suspeitas e intrigas, aumentando a nossa fraqueza continental, em vez de de corrigi-la por uma ação leal sempre coordenada.

O arbitramento de 1902, entre o Peru e a Bolívia, visou evitar entre eles até uma guerra. No entanto, a decisão do árbitro esteve a pique de gerar outra mais séria que aquela que se procurou impedir.

Reclamado o cumprimento do laudo pelo Peru, a Bolívia resistiria mesmo pelas armas. Ao Chile não poderia ser indiferente esse movimento, pelas soluções que dele poderiam provir para a velha questão de Tacna, no Pacífico, da mesma forma que a Argentina não poderia também se sentir desobrigada de auxiliar o velho amigo e aliado em campo, para prestigiar o seu laudo.

Isolar-se-ia o Brasil para explorar o incidente, subalternizando-se nele, em jogo, como estava a preponderância, ou intervinha ao lado do Chile, amigo de todos os tempos, liquidando também pelas armas a questão irritantemente aberta pelo Peru a partir de 1898, nos territórios do alto Purus e do alto Juruá?

Devemos felicitar-nos porque, com a boa vontade e com a transigência esclarecida de todos, o incidente se não produziu. A Bolívia,

[*] Brincar de pequena Europa. (N. E.)

apesar de anunciado o repúdio da sentença, a qual pedira, acedeu em recebê-la. Entre ela e o Peru, contudo, firmava-se, ao mesmo tempo, um protocolo que restituía ao Peru terras que o árbitro lhe dera com manifesto sacrifício das posses bolivianas e de elementares princípios de justiça e equidade.

O amor próprio do árbitro argentino era satisfeito por seu lado com o haver assim imposto a decisão que, a seguir à aceitação, as partes corrigiam, reparando-lhe as demasias.

***

No incidente Alsop, que surgiu inesperadamente em novembro, exigindo os Estados Unidos, para evitar-se uma interrupção de relações, o pagamento de uma indenização por eles julgada devida a cidadãos norte-americanos, e, no seu entender, já reconhecida pelo Chile, seria inútil procurar dissimular a penosa impressão causada pelos sucessos.

A respeitabilidade da gloriosa nação, à qual, pelos Andes, nos unem sentimentos de mais nítida expressão e sinceridade, que as alianças circunscritas só a textos formais, mantinha-se íntegra na serenidade de uma grandeza que se não perturba.

De que assim seria não podia duvidar ninguém. No entanto, o ressabio de uma injustiça afrontosa não o desvanece só a consciência da própria sobranceria. E, a serem exatos, nos termos primeiramente conhecidos, os fatos relativos à questão Alsop, com um gesto que ninguém saberia como explicar ao menos, os Estados Unidos haveriam despedaçado os liames ainda débeis da obra política que 20 anos de cordura, de paciência e de tato estão apenas a se consolidar.

Tudo, felizmente, se aclarou. Da larga documentação publicada, verifica-se que, como diz o próprio governo dos Estados Unidos, "este notou com sentimentos de satisfação o modo de ver do ministro das Relações Exteriores do Chile, de que parecia que os dois governos, não se haviam compreendido inteiramente um ao outro nas negociações". E porque um amigo comum se interpôs sem vacilações nem receios de falar imparcialmente em momentos difíceis como esses, chegou-se à solução satisfatória conhecida.

Como o pediam desde o começo os Estados Unidos, a questão é levada para que um terceiro decida, não como simples conselheiro, mas

como juiz de sentença irretratável, com a mais ampla liberdade de ação, examinando, tal qual por seu turno desde o princípio pretendia o Chile, todas as alegações que o caso comporte, mesmo "a de ser devida alguma soma", apesar de já antes haver sido isso admitido entre os governos.

De sorte que a notificação era afastada, sem ser pelo vexame inútil de um pagamento afrontoso sob o protesto, e, reconsiderado o seu propósito, que até certo ponto explicaria a recusa, no momento da assinatura, de dois protocolos assentes como bastantes pela aceitação de indicações sobre as quais houvera divergência, o governo dos Estados Unidos reafirmava a ânimo superior clarividente a que, com segurança, a amiga intervenção fez apelo, no modo de entender e aplicar a política pan-americana.

Se é motivo de real satisfação, que assim se haja esta manifestado, nos dois incidentes que em menos de cinco meses tanto preocuparam a opinião no continente, não é menor a que deles deve resultar para o Brasil.

***

Apontado, por adversários irredutíveis nos seus desacertos e obcecados pelo despeito dos insucessos, como instigador de perturbações, ao mesmo tempo que suspeitado de incoerente ou vário nas suas amizades, os sucessos de julho e de novembro vieram mais uma vez dar relevo, sem motivos de dúvida, à inteireza da política brasileira, surda a invectivas e a intrigas, e segura em uma inflexível diretriz de concórdia eficaz e leal amizade entre todas as nações sul-americanas.

O laudo Figueroa Alcorta, no arbitramento entre a Bolívia e o Peru, evidentemente criava para o Brasil, como situação menos embaraçosa, o fortalecer das pretensões desarrazoadas do Peru, pelo menos até o meridiano 69º oeste de Greenwich, por ele fixado como a fronteira oriental do Peru desde 1540.

No caso de aceitar a Bolívia integralmente essa decisão na discussão com o Brasil, o Peru se apresentaria como dono, por títulos pela primeira vez juridicamente reconhecidos em pleito internacional, dos terrenos que estendem para leste, entre a cabeceira do Javari e aquele meridiano, o que quer dizer todo o município amazonense de São Felipe, mais de metade da Prefeitura Federal do Purus e toda a Prefeitura Federal do Juruá.

Ao governo peruano seria impossível, sob a influência da opinião sempre facilmente excitável, ceder assim em pretensões sobre terrenos de que o Brasil não abrirá mão em tempo algum, e a aquisição feita pelo Tratado de Petrópolis estaria forçosamente atingida, gerando uma situação internacional desagradável.

Recusasse a Bolívia o laudo, arrastando o Peru a exigir-lhe o cumprimento até pelas armas, mesmo que se não chegasse a tomá-las, durante as negociações, impossível seria contar com a neutralidade ou a indiferença do Chile. Nessa situação, ou o Brasil, seguindo a sua política tradicional, não abandonaria aquele e com irritar o Peru mais dificultaria uma solução amistosa nas terras do Juruá e do Purus, se maiores complicações externas se não apresentassem, ou, para explorar em seu proveito o incidente, o mesmo Brasil abandonaria o Chile e a Bolívia, e, dessa maneira, a política brasilófoba [*sic*] do Prata haveria conseguido aquilo por que há tempos inutilmente se esforça: a separação entre os dois velhos amigos do Atlântico e do Pacífico, separação para a qual ninguém no Brasil encontraria compensação no melhor dos nossos arranjos com o Peru.

Tudo isso sem falar na repercussão que poderia haver na política interna do Brasil, na qual, acesa a campanha presidencial e aclamado o Barão do Rio Branco candidato formidável – apesar da sua recusa terminante –, não seria sem eco reavivar a oposição ao Tratado de Petrópolis, que, vingando o laudo Alcorta e irredutível o Peru, ficaria praticamente reduzido a um relativamente pequeno trecho de terras, que nem ao menos incluiria todo o Acre, havendo ainda o Brasil cedido, em troca dele, o triângulo do Abunã e as pequenas porções de terra nas lagoas de Mato Grosso.

Era impossível não acariciar essas possibilidades todas, tanto mais que o arbitramento que o ex-ministro Zeballos pretendeu impor ao Paraguai e à Bolívia permitiria compensar esta, com prejuízo daquele, na região disputada do Chaco, das liberalidades em favor do Peru nas terras do Madre de Dios e do Acre.

Chegou-se a tal ponto, que se deixaram de lado rudimentares princípios de jurisprudência internacional e equidade política em favor de povos irmãos pelo sangue, pela linguagem, pela afinidade de tradições e de cultura e até de documentos oficiais produzidos por aquele referido ex-ministro, expoente loquaz de toda uma política errada de

maquinações e inventos, levando o limite da Bolívia, na conformidade de suas posses, até mais de dois terços da região agora impavidamente atribuída, na totalidade, ao Peru.

Não comentemos nós. É um argentino mesmo, o senhor Manoel Ugarte, que em artigo para o *Courrier Européen*, de Paris, escrevia ultimamente: "*A Argentina, desejosa de enfrentar o Chile* [e, como ficou demonstrado, o Brasil]*, sempre apoiou o Peru, e o laudo arbitral... pode parecer uma confirmação dessa política.*"

As publicações feitas em Santiago e em La Paz, senão também em Buenos Aires, demonstram, a começar do rompimento entre a Bolívia e a República Argentina, a correção com que o Chile e o Brasil procuraram encarar sempre esses assuntos.

Se tivéssemos sido ouvidos, dizia o Brasil, não teríamos certamente aconselhado a Bolívia a desacatar o laudo. No estado de exacerbação, porém, a que atingiu ali o espírito nacional, não poderíamos também aconselhá-la a voltar atrás *ex-abrupto*, aceitando integralmente a decisão, depois de havê-la solenemente repelido e fundamentado essa atitude.

O simples desenrolar dos acontecimentos deixa evidente como foi que agimos, no interesse único da paz e da harmonia entre todos, no sentido de, além do seu prestígio, pela sua excepcional posição de amigo do Brasil, de aproximado leal da Bolívia pela comunidade de interesses morais e materiais, depois das negociações de 1904 e de requestado pela Argentina, obter o Chile que a própria Argentina, nação forte e em que ficaria bem esse nobre movimento, aconselhasse o Peru, indo-lhe ao encontro das suscetibilidades, em ordem a evitar, na recusa pura e simples de qualquer acordo honroso com a Bolívia, a preponderância de conselhos exaltados.

É sabido como terminou o incidente, que ameaçava de fracasso completo a próxima Conferência Pan-Americana de Buenos Aires.

De tal ordem a correção e a franqueza do procedimento do Brasil, quase como posto em causa no incidente, que dele saímos, sem a preocupação de figurar como conselheiros ou patronos de acordos, com a amizade com o Chile avigorada pelo trabalho desinteressado em comum para o êxito da sua nobre missão, a Bolívia reafirmada na nossa lealdade, e sem que a nação argentina pudesse ter de nós a mais pequena queixa. E, em relação ao Peru, que, podendo esperar exigências a lhe agravarem a posição, encontrava em nós boa vontade, capaz de,

sem abandono de um só dos nossos princípios e direitos, lhe facilitar concessões, por outro lado, a retidão do nosso proceder foi tal, que, criada para nos separar ainda mais, a situação findava deixando-nos fiéis as nossas amizades, aproximados como nunca estivemos.

Na sua "*Revista de Derecho, Historia y Letras"*, fantasiando, como sempre, sobre assuntos, escrevia ultimamente o ex-ministro Zeballos, o infatigável, mas insensato inimigo da nossa política: "Os agentes do Brasil dobraram de atividade no Chile, necessário como era o concurso deste, a quem seria grato destruir outra vez o Peru." Impelida materialmente "a Bolívia contra o Peru, e vencido este, o Itamaraty haveria desmoralizado definitivamente o laudo argentino e adquirido a maior parte dos territórios peruanos da pendência".

O Itamaraty, que é o Brasil consubstanciado em Rio Branco, certo que não poderá deixar de sorrir. Se, afinal, tudo isso se verificou – e não o dizemos –, nem teria sido o Brasil que exautorou o laudo Figueroa Alcorta, aceitando-o protocolarmente, para repudiá-lo em ato contínuo, nem foi necessária guerra, muito menos por nós urdida, para afastar as pretensões peruanas do absurdo a que conseguiram levá-las maus conselhos de amigos sem sinceridade.

***

No caso Alsop, dada a discrição da chancelaria brasileira, que não trabalha somente para a galeria, a espíritos impacientes pode parecer um momento em que duvidamos de nós, quedando-nos, sem orientação ou especulando transviados, quando os nossos amigos do Chile viam abrir-se uma situação de todo ponto deplorável.

Todo mundo sabe a natureza das nossas relações com os Estados Unidos. Não nos amofina a preocupação de nos julgarmos equiparados em força e em responsabilidades – como para alguns de nós mesmos pareceria condição primeira da aproximação, que é ponto cardeal de nossa política externa – nem, para cultivar e aumentar esses sentimentos de estreita ligação, abdicamos, nas mãos da grande nação, do direito de pensar e de proceder com a lealdade, que é a força essencial da nossa amizade.

Não ocultamos nem procuramos apoucar a natureza das concessões que a bem recíproco estatuímos. Não nos custa, assim, debater, como ainda há pouco tempo a respeito do café, a inteira extensão do nosso

interesse, que na ordem político-econômica tem de ser harmônico e como tem sido com os interesses americanos.

Por isso mesmo que, como em Haia, depois de haver instado por que, para maior atestação e brilho da política pan-americana, não abandonassem os Estados Unidos o seu papel de *líder* de todo um continente de povos que a fraqueza relativa não desclassifica, houvemos de divergir e fizemo-lo sem estremecimentos, graças à lealdade sempre inconteste da nossa atitude.

É com íntimo e sincero regozijo de ver confirmada a justiça, que da parte da quase totalidade do nosso povo nunca lhes faltou, que os vemos seguir a política do seu destino manifesto no mar das Antilhas, libertando Cuba e presidindo e facilitando a sua reconstrução, pacientando na Venezuela, na Colômbia e na América Central, em bem da ordem e do futuro de nações, ainda infelizmente irrequieta, e refazendo, no Extremo Oriente, um povo que, como em um périplo da civilização à sombra do pavilhão estrelado, há de vir a ser, nas Filipinas, no desenvolvimento capaz da liberdade e da independência, o orgulho da política avisada, poderosa e incontrastável dos seus libertadores.

Não entendemos, porém, de amizade incondicional, especialmente para com os fortes. Assim, pois, na desagradável injunção criada pelo caso Alsop, sem examinar os fundamentos jurídicos da pendência, o que seria, pelo menos, indelicado, só encarando o desastre político da possibilidade de uma interrupção de relações, tratamos de dizer aos nossos amigos do norte a verdade toda do sentimento continental em prol dos seus mesmos interesses e da sua própria política. Assim, conhecida na noite de 20 a notícia do ultimato, sem vacilações o fazíamos desde de 21 de novembro, por intermédio da nossa embaixada em Washington e da embaixada americana no Brasil, quando ainda outros governos, que como nós deveriam ter o mesmo interesse em uma bem-entendida e, sobretudo, bem-praticada solidariedade americana, à comunicação chilena respondiam, vacilantes e indiferentes, esperando evasivamente, "que tudo se arranjasse pelo modo melhor".

É verdade que, por seu turno, interveio o governo argentino. No entanto, se é fato – como se sabe – que o seu ministro em Washington somente a 26 de novembro pela primeira vez falou sobre o assunto ao secretário de Estado (a esse tempo já o governo dos Estados Unidos, em data de 24, conforme as exposições oficiais publicadas, havia telegrafado para Santiago o protocolo

de acordo, que a 25 foi apresentado ao Chile, que o aceitou), o que não admite dúvida é que, apesar de se dar quando já tudo estava findado, a intervenção argentina é uma atestação expressiva dos sentimentos para com o Chile. Deles não podemos senão rejubilar-nos.

Por isso, talvez, antes de nos irritar, somente nos penaliza a vesânia com que a imprensa amarela do Prata, iludida por informações que diz oficiais, desvirtuando o assunto, vai ao ponto extremo da fantasia ou do desplante.

Neste não se procura ao menos representar a ação argentina como resolvedora de tudo, tendo ao seu lado o Brasil, simples auxiliar de conveniências diplomáticas. Não seria isso impossível. A fórmula é totalmente outra. o Brasil nada fez porque, quando o seu embaixador em Washington conferenciou, a 23 de novembro, com o secretário de Estado, já tudo estava acabado, graças à mediação argentina, que, entretanto, somente a 26 se verificou. O Brasil, ainda mais, nada podia fazer, porquanto afirmam os seus inimigos do Prata, em condições de prová-lo, que os Estados Unidos repeliram a sua mediação.

Não nos atribuindo filáucias impertinentes, nem vaidades indelicadas, bastará ao Brasil considerar como poderão figurar aos olhos do governo dos Estados Unidos e do do Chile, em confronto simples de datas, essas opiniões e o espírito da política que as anima.

Das publicações de Santiago e de Washington resulta que, nas vésperas do ultimato, o nome do Brasil fora lembrado, mas os Estados Unidos não podiam aceitá-lo, ele outro qualquer, diz o Secretário Knox, como amigável componedor, simples conselho, que tal não comportava mais a questão, quando a decisão obrigatória de um arbitramento em dois protocolos, sucessivamente assentes e refugados, havia sido postergada.

Mais relevância terá assim a atitude do Brasil, que depois de ter recebido a 20 de novembro a comunicação chilena das ocorrências, soube certamente dessa circunstância. Sem embargo e sem ressentimentos a que espíritos apoucados se não poderiam forrar, falou claramente, pelo órgão eminente do embaixador Nabuco, à poderosa nação amiga, com tanto mais nobreza quanto, conhecendo os sentimentos daquela e certo de que o assunto seria felizmente encaminhado, que toda a hipótese de figurar em uma mediação puramente formal estava precisamente afastada, restando somente a satisfação da leal desobrigação de um dever de amizade de frente a obstinações inexplicáveis.

Mediar nos termos em que se encontrava a questão fora deixar de pé a intimação inopinada para afastá-la, ainda que em homenagem a princípios e a conveniências de ordem superior, porque aqueles e estas foram manifestados por terceiro, a quem se prestava essa consideração.

Mais sincero seria, como foi, apagar-se o gesto amigo para que aparecesse o ato exclusivo dos Estados Unidos mesmo na constância do ultimato e como volição espontânea sua, tendo por nenhuma a exigência formulada por voltar a indicar como solução aquele mesmo acordo que duas vezes já aceitara, nos termos em que se o propunha, mas que um mal-entendido houvera impedido de concluir.

E se, para chegar a tanto, nada mais foi preciso do que fazer apelo oportuno aos Estados Unidos, em nome da solidariedade americana, da qual eles são o mais alto representante, e da amizade que todos prezamos com honra, a satisfação do Brasil deve ser tanto mais justa quanto o lado das apreensões pelo destino da política de harmonia continental, nem lhe faltou o desgosto de sentir em prova a sua própria sinceridade na velha amizade para com o Chile.

Não dura, entretanto, a obra da perversidade e da insídia. Há poucos dias, recebendo para jantar o senhor Dawson, que representava no Chile os Estados Unidos, e saudando o embaixador americano, senhor Irving Dudley, e o ministro chileno, senhor Francisco Herboso, dizia o senhor Barão do Rio Branco:

> Tinha prazer em declarar que para a feliz solução a que chegaram os dois países muito concorreram o ânimo conciliador dos seus respectivos governos e a intervenção amistosa do embaixador americano no Brasil e do embaixador brasileiro em Washington no dia 23 de novembro, data em que o secretário de Estado Knox recebeu telegrama do embaixador Dudley e a visita do embaixador Nabuco, ficando desde esse dia, pode-se dizer, resolvido amigavelmente o incidente.

A essas palavras responderam o embaixador Dudley e o ministro Herboso, "agradecendo-as e atribuindo à rápida e oportuna intervenção do Barão do Rio Branco, no dia 21, a pronta solução do incidente". Ninguém melhor do que eles, falando em nome dos Estados Unidos e do Chile, poderia dizê-lo para pôr termo a explorações ridículas, senão inconcebíveis.

A contemplar esses sucessos, que em intervalo de poucos meses tão agitados trouxeram o espírito do continente e ameaçaram de fracasso toda uma política ainda não suficientemente experimentada, mas que sai deles como retemperada; a contemplá-los e a verificarem todos a posição do Brasil, é impossível deixar de, com justo desvanecimento, voltar os olhos para o homem que – expressão a mais autorizada da nação, a qual ele representa como ninguém – nos vai conduzindo, como um predestinado, a singrar por entre esses sirtes e escolhos para os quais, em demanda do mar alto, nos arrasta a força imanente das coisas, na derrota dos nossos destinos.

Sob o império da sua atração irresistível, império que é confiança e é enlevo, como que nos sentimos grandes tais quais até hoje o não havíamos percebido. E se, pelas qualidades fundamentais da nossa raça, que as suas lições e o seu exemplo ainda apuram, nem pregoamos triunfos – sempre impertinentes ou efêmeros – nem blasonamos sucessos, não é menos exato que do conjunto do seu trabalho e da superior serenidade da sua ação, que não se dirige contra ninguém e só se [ilegível] em bem do nome do Brasil, a impressão que nos colhe é de que, pela sua mão, abandonamos definitivamente o apagamento a que nos deixáramos reduzir e sentimos começar a ser, nas combinações da vida internacional, alguém com quem é preciso contar.

Possa esse estímulo permitir que não se enfraqueça a ideia das nossas responsabilidades. Como forma de concretizar o nosso reconhecimento para com o Barão do Rio Branco, saibamos ter juízo; não vão as desuniões, a incúria e o descuido nos permitir que ao primeiro contratempo – e eles hão de vir – periguem um dia a integridade, a elevação e a grandeza da sua obra.

Ernesto Maurício

139) As críticas ao tratado sobre lagoa Mirim e rio Jaguarão[21]

Passado o calor do debate político, amortecidos os entusiasmos do aplauso e o azedume das censuras, não virá sem propósito um exame calmo e imparcial do resultado das negociações que se concretizaram no Tratado de 30 de outubro de 1909, modificando a linha e o regime da fronteira entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai.

Não é uma defesa de partes, nem um voto de juiz; é o simples estudo de quem quer saber, sem precipitações nem ruído, por que aplaudir ou o que condenar.

Da reduzida, ainda que valorosa oposição a esse tratado, manda a justiça destacar, como o principal ataque, os discursos do senhor deputado Antunes Maciel na Câmara Federal.

Não os deixou sua excelência, especialmente o primeiro, restritos aos anais do Congresso – em boa vontade um desalentador olvido. Profusamente espalhado, em tiragem especial, transpôs em forma duradoura o âmbito da assembleia política, juiz da negociação, e pretendeu corporificar, no documento para a história em que se transformou, a repulsa nacional ao ato condenado.

Saindo fora das normas puramente combativas de um patriotismo sentimental, a crítica do representante rio-grandense procurou sistematizar, com a autoridade de uma sinceridade respeitável, quanto à ordem constitucional, falhas no atender aos altos interesses políticos da nação, olvido e desrespeito aos princípios clássicos do direito internacional, desvantagens e demasia nos compromissos assumidos.

Não será impossível demonstrar, evitando qualquer preocupação, com um exame das opiniões de sua excelência mesmo, que a verdade parece toda outra, sagrada pelo sentir quase unânime do Brasil no aplauso ao ato que, por si só, sem similar na história diplomática, poderia já exprimir a capacidade de um povo para, às craseadas sugestões de um espírito predestinado, tomar em mãos uma política de lealdade e de justiça nas relações internacionais e traduzi-la em fatos, sem vacilações nem recuos.

Resumida em seus pontos essenciais, a crítica ao Tratado de 30 de outubro de 1909, ficaria a seguinte: como cessão gratuita de pequenos

[21] Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1911.

trechos de território, é contrário aos princípios do direito internacional moderno e à Constituição da República. Quando assim não fosse, representaria um desmembramento inútil, porque é sem motivo bastante; se motivo suficiente houvesse, haveria ônus desarrazoados e perigosos para o Brasil, cedente por simples generosidade e ainda obrigado a restringir sua ação na fronteira da foz do São Miguel às cabeceiras do Jaguarão.

***

Do direito internacional, se disse, na quase unanimidade dos seus mestres, senão mesmo na sua totalidade, pregando a indissolubilidade e a indivisibilidade do território do Estado moderno, que se proíbem as cessões de território, especialmente com o caráter de gratuitas. Como apoio do asserto foram citadas lições de Lomonaco, Piedelièvre e Despagnet.

Estudando a evolução do direito e, especialmente, a transformação das sociedades políticas, e, com o desenvolvimento dos governos democráticos e representativos, a restrição dos poderes majestáticos, esses autores, como outros muitos, ensinam em suma que, suprimida a noção de que o território é como uma propriedade pessoal do príncipe, não se podem mais admitir hoje os modos de cessão antigamente usados. Por eles, o soberano tinha o direito de vender, doar, trocar, testar qualquer parte do território nacional como de propriedade sua.

Seria, entretanto, lamentável confusão concluir, a partir da impossibilidade de se admitirem hoje "os *modos* de cessão antigamente usados" (são palavras textuais dos autores citados), a proibição de cessões de qualquer natureza na ordem internacional quanto a territórios.

Em vez do que diz a unanimidade dos escritores de direito internacional, ao recusar a faculdade ilimitada de alienação de território, excetuado o caso da violência, afirma o direito a cessão desse mesmo território toda vez que o reclamem interesses superiores do Estado e que o ato seja praticado com salvaguardas da soberania à sua própria exercitação.

Lomonaco, invocado como apoio da opinião contrária às cessões territoriais, escreve que:

> Sob o império da civilização moderna, não se pode admitir, a favor dos príncipes, aquela faculdade desenfreada de ceder por doação ou testamento os seus Estados ou uma parte deles, como se admitia nos tempos passados. No entanto, o expositor de direito internacional desconhecer que ainda hoje – por motivos que o Direito das Gentes considera legítimos – é válida, em certos casos, e eficaz a cessão de uma parte do território do Estado (Lomonaco, Direito Internacional, pp. 113 e 114).

Em outro trecho:

> Reconhecendo, embora, que a soberania nacional é inalienável e indivisível, deve-se ainda hoje admitir a possibilidade de cessão de uma parte do território [...] [A diferença é que] a cessão somente se deve admitir em casos excepcionais, por considerações políticas e de acordo com as formas que o direito público externo reconhece como válidas, limitações estas que se não encontravam no passado (Lomonaco, Direito Internacional, p. 242)

Despagnet, também invocado para a prova de que o direito público moderno não admite cessões territoriais, escreve, pelo contrário, que:

> As cessões contratuais de território podem também ser amigáveis, provocadas pelo desejo de satisfazer um interesse político, abandonando-se, por exemplo, territórios que dão mais incômodo que proveito, cuja conservação possa trazer complicações, ou com o fito de ganhar apoio e amizade de uma potência que se tem necessidade de não desgostar (*Droit Int. Public*,1889, nos 298 e 394).

A terceira autoridade chamada a depor contra as cessões de território no direito internacional moderno, Piedelièvre, ensina, como todos, a indissolubilidade do território nacional (*Droit Int. Public*, 1894, p. 373, v. 1), para afirmar imediatamente que esse princípio comporta exceções rigorosamente limitadas e de aplicação submetida a regras precisas nas leis constitucionais. Afirma, entretanto, expressamente o direito de alienar parte do território nacional, subordinada essa alienação ao voto de toda a nação ou à expressa aprovação do Poder Legislativo.

Assim, a quase unanimidade dos autores, indicada como contrária às cessões territoriais perante o direito moderno, reduz-se à unanimidade dos três únicos citados nominalmente em favor dessas mesmas cessões que se reprovam.

Uma tal demonstração, feita com as próprias autoridades cuja opinião não foi sinceramente fornecida, aos adversários do Tratado de 30 de outubro dispensaria outras citações se não valesse, para maior esclarecimento, reproduzir o que dizem outros autores, chefes de escola, sumidades que abrangem com o seu ensino o mais vasto campo nas relações de ordem internacional.

No direito americano, se não se quiser a lição de Lafayette, admitindo que um Estado pode, conforme as circunstâncias e por interesses ou conveniências de ordem política, administrativa ou econômica, ceder a outro uma parcela de território e, de acordo com o parágrafo 194 dos seus *Princípios de Direito Internacional*, regulando a forma por que tal cessão se deve efetuar, poderia ser invocado J. Basset Moore. O seu *Digest of International Law*, nos parágrafos 82 e 737, dos volumes 1 e 5, determina a forma por que se verificam os efeitos das cessões de território e defende a independência do Poder Federal do consentimento dos Estados interessados nos casos de tais cessões. Não é menor na especialidade – antes, da sua cátedra de comentador da Constituição, maior é a autoridade de Story. Pois este momento é o apoio do princípio codificado por Bassett Moore, admitindo tais cessões e sustentando diante delas a preeminência e a liberdade da União no dispor do território.

Menos expressivo não é Bluntschli ao afirmar, no parágrafo 285 (*Dir. Int. Cod.*, 1895), que em uma forma reconhecida pelo direito público o Estado pode ceder uma parte do seu território, desde que esse ato seja politicamente útil. Outro não é o pensamento de Ernesto Nys ao sustentar a legitimidade das doações, a troca ou a venda de parte do território, somente pedindo para esse ato a aplicação dos princípios gerais que regem a cessão e a aquisição: livre-consentimento manifestado pelos órgãos que o direito público de cada uma das partes estabelece (*Dir. Int.*, p. 14, v. 2).

Fastidioso seria amontoar mais depoimentos. Pelo valor dos nomes citados, a conclusão é absolutamente o contrário da que se tentou demonstrar com a quase unanimidade de autores contra as cessões territoriais. A unanimidade é por tais cessões, desde que haja nisso uma utilidade não só de ordem política, mas também de ordem administrativa ou econômica, e que o ato seja válido perante as leis constitucionais.

***

Afirmou-se, porém, contra o Tratado de 30 de outubro que, ainda mesmo lhe sendo favorável a doutrina internacional, não o conteste a Constituição de 24 de fevereiro, dentro de cujos preceitos não se concede ao Brasil o poder de dispor de suas terras.

A um ferrenho adversário desse tratado, como o senhor Andrade Figueira, poderiam ser tomadas as palavras com que, aberta a discussão do acordo internacional no Congresso, em artigo de oposição, ele fulminava "como escusadas as discussões bizantinas sobre a constitucionalidade do ato". No entanto, o detalhe da crítica deixará em relevo a inanidade da arguição de inconstitucional.

Da união "perpétua e indissolúvel", que a Constituição diz formarem as antigas províncias, se quer concluir que nenhum poder é capaz de modificar o *status* territorial que a revolução triunfante de 1889 encontrou. O engano parece manifesto. Todas e quaisquer modificações na linha geral das fronteiras do Brasil, feitas pelos meios próprios e baseadas em utilidade nacional, não atingem de nenhum modo a indissolubilidade da Federação. Os pequenos trechos de território, com que se retifiquem quaisquer inconvenientes na linha limítrofe, não atentam de forma alguma contra a constância e a perpetuidade dos laços que o regime federativo criou entre os estados – aumentados ou modificados na sua estrutura material, segundo as conveniências excepcionais de ordem nacional, mas sempre indissoluvelmente ligados.

No caso do Uruguai, disse o senhor deputado Antunes Maciel que o poder privativo do Congresso de estabelecer "definitivamente" os limites do território nacional não lhe dá o direito de aprovar qualquer modificação nesses limites, sob nenhum pretexto. "O que se faz agora [exclamava o representante do Rio Grande do Sul] é estabelecer limites com país estrangeiro? Não é. Esses limites estão estabelecidos há mais de meio século e não há dúvidas sobre eles."

Do conjunto das palavras de sua excelência, o que se conclui é que, em uma teoria constitucional de pura estagnação, os limites, uma vez traçados, cessam toda a atividade nacional, toda a evolução a respeito deles. Ao dizer que o Congresso Nacional estatui "definitivamente"sobre os limites do território nacional, a Constituição haveria querido estabelecer não que aos representantes diretos do sufrágio para a função legislativa deve caber, em definitivo, a autoridade final no exame dos

acordos dessa natureza o voto sobre limites, mas somente que, proferido esse voto, a fronteira estaria fixada "definitivamente" para todo o sempre.

Cairíamos em plena imutabilidade. Reviveria Metternich, proclamando contra a obra de unificação italiana, que a base da política deve ser o repouso, tanto quanto a ideia fundamental desse mesmo repouso, a segurança imutável da posse.

Não poderia haver mais flagrante anacronismo para a época, cuja questão da própria eficácia das fronteiras autoriza um debate sempre em aberto, no qual não faltam sociólogos, como De Greef, para levar o problema de fronteira a confundir-se com o das relações sociais em todos os graus, evolutivo e progressista, vivaz e relativo com a tendência manifesta ao ideal das linhas fronteiriças de separação, abrindo espaço a formas contratuais, regulando e limitando a atividade internacional dos grupos e dos seus membros, como nas associações de ordem privada entre elas.

Impossível de suprimir a tendência das fronteiras a se modificarem sob a pressão de necessidades políticas, geográficas, econômicas, nada mais exato que a lição do professor Moulin, de Dijon, sustentando (especialmente quando se trata de direitos territoriais, cujo exercício seria um entrave ao desenvolvimento sociológico da região) a conveniência de, ao lado da perenidade em princípio, admitir a revisão oportuna e equitativa dos tratados de delimitações territoriais, atendendo a situações novas, que o direito deve reconhecer e consagrar.

Estabelecer constitucionalmente a impossibilidade de solver situações dessas seria aberrar na conservação da ordem social. A faculdade de realizá-lo é pleno exercitamento da soberania, atributo essencial desta, como é também delimitar, nas contingências do tempo e do espaço, o campo material da atividade nacional.

Para exercitação desses atributos, a Constituição da República somente duas limitações expressamente traçou à soberania: a de não legislar abolindo a forma republicana federativa e a de não suprimir a igualdade dos Estados na sua representação no Senado.

As próprias citações do Código Penal e da Lei de Responsabilidade Presidencial não socorrem à opinião contrária à faculdade de, no regime das nossas leis, ceder-se, nos casos em que os altos interesses do país assim o indiquem, qualquer trecho de território anteriormente assunto de tratado de limites. No Código Penal se encontra, afirma no seu

discurso o senhor deputado Antunes Maciel, entre os crimes contra a Independência, a integridade e a dignidade da pátria, o que é definido no artigo 87: "Tentar diretamente e por fatos sujeitar o território da República, ou parte dele, ao domínio estrangeiro, quebrantar ou enfraquecer a sua integridade, penas etc. [...]"

Simplesmente, essas palavras – cuja citação, como reprodução fiel do artigo 87, deveriam parar em "integridade", com o sinal de dois pontos – são a síntese da forma criminal que os quatro parágrafos do mesmo artigo 87 descriminam claramente. Em outras palavras, esses parágrafos especificam que comete o crime do referido artigo 87 aquele que, de acordo com o parágrafo 1º, entregar ao *inimigo* externo qualquer parte do território ou coisa da nação; de acordo com o parágrafo 2º, auxiliar materialmente a nação *inimiga* em operações; de acordo com o parágrafo 3º, revelar ao *inimigo* segredos concernentes à segurança da pátria; ou, de acordo com o parágrafo 4º, receber, asilar e proteger espiões do *inimigo*.

Tudo se enquadra, assim, em um estado de guerra, no qual unicamente tem aplicação o artigo 87 do Código Penal, como se vê sem nenhuma relação com tratados de limites e cessões territoriais, que uma definição melhor daqueles ou qualquer outro interesse relevante do país aconselhe.

Nem com outra interpretação pode ser entendido o disposto quase similar, senão perfeitamente idêntico, da Lei de Responsabilidade Presidencial: –Tentar diretamente e por fatos submeter a União ou algum dos estados que dela fazem parte ao domínio estrangeiro ou separar da União qualquer estado ou porção do território nacional– A simples leitura desse preceito legal mostra que ele não pode ter cabimento para proibir transações sobre limites com cessões territoriais. Na primeira parte regula, como o Código Penal, para um estado de guerra; na segunda, – separar da União qualquer estado ou porção do território nacional –, parece evidente que, tratando a primeira em termos gerais e completos do estrangeiro, legisla para a ordem interna do país, segundo a qual o presidente não pode isolar qualquer trecho do território, estado ou parte dele, para dar-lhe regime de fora da União e da estrutura que a Constituição lhe prescreveu.

A sanção punitiva das cessões em negociação de limites não existe como se patenteia. E se se chamar à argumentação o artigo da Lei de Responsabilidade Presidencial, estabelecendo a penalidade para os

negociadores de tratados que comprometam os interesses nacionais, essa disposição é bastante para, *a contrario sensu*, permitir todos aqueles convênios, não expressamente proibidos, e que não atentem contra tais interesses. Ora, disposição nenhuma legal existe proibindo expressamente as cessões nos casos extraordinários em que elas sejam aconselhadas; parece evidente, portanto, que somente quando, "contrárias aos interesses nacionais", e por esse motivo especial, não como simples cessões, elas não são perfeitamente legais.

Seria erro pretender que, por não serem expressamente autorizadas as cessões de território, para melhor regularização de limites e com o caráter excepcional que elas devem ter, são absolutamente proibidas. O contrário é que parece ser verdadeiro. Desde que não estão terminantemente vedadas, são, como exercitação, atributo de soberanos, implicitamente reconhecidas e aceitas. Não se legisla para permitir faculdades essenciais e elementares à natureza e à exercitação dos direitos de um poder; declara-se, sim, aquilo que nessa exercitação lhe é vedado.

Tanto é isso a verdade, nessa ordem de relações, que nenhuma Constituição se conhece proibindo as cessões territoriais que representem vantagens para o país nem nos casos com as garantias especiais que elas se devem verificar.

Ao contrário, na França, a Constituição de 1848 proibiu terminantemente ao Chefe do Estado (artigo 51) a cessão de território em tratados internacionais. No entanto, em 1875, a Lei Constitucional de 16 de julho, organizando os poderes públicos, revogou essa proibição, declarando somente (artigo 8º) que nenhuma cessão será legal senão quando feita por uma lei.

Como elemento de interpretação parece bastante claro. Nem se tornaria indispensável, desse modo, invocar a teoria de Buttler (*Treatymaking power of United States*), de acordo com a qual, primando a conservação da paz e sendo dever essencial dos governos evitar desastres e comoções de guerras injustas, em tais conjunturas, mesmo nos países que a não permitissem, seria justificada a cessão.

O Brasil deu, não há muito, exemplo digno de atenção nas suas questões com a Bolívia. Para findar as questões no Acre e tranquilizar o espírito do país diante do qual as suas forças não eram inferiores, cedeu o triângulo do Abunã e pequenos trechos nas lagoas e baixadas do oeste de Mato Grosso.

Por seu turno o Peru – seguindo o exemplo que, em 1903, atravessando-se no caso acriano, procurou dificultar quando pôde, ouvindo amigas assistenciais –, uma vez declarado senhor dos terrenos com que o presenteou o laudo do presidente Alcorta, depois de aceito esse laudo e, em consequência, incorporadas essas regiões a sua soberania, cedeu parte delas para melhorar a sua linha de limites e evitar com a Bolívia um encontro que ao vencedor não seria menos danoso que ao vencido, quem quer que ele fosse.

Se do território cedido depois do laudo argentino se pode dizer que a incorporação era puramente nominal à soberania peruana, a cessão no Abunã e em Mato Grosso foi de territórios em tratado de quase meio século reconhecidos na posse imemorial do Brasil, que neles exercitou sempre plena soberania, exemplo com que a política do Barão do Rio Branco reverteu toda a velha tradição clássica das cessões sempre sob violência. Foi o país mais forte que, por alta noção dos seus interesses e das suas responsabilidades, cedeu do que lhe pertencia, como compensação aos sentimentos patrióticos do vizinho, nas contingências em que a Bolívia se encontrava.

Admitir a teoria de que, uma vez fixados os limites e estabelecidas as fronteiras legalmente, não se pode ceder trecho algum dentro delas sem atentar criminosamente contra a integridade nacional, seria em casos tais subalternizar a paz e os interesse superiores dos povos a formalísticas vazias de expressão razoável na vida internacional.

Jurista que o sustente, no terreno doutrinário, estará faltando à obra da consciência jurídica universal, transformando as constituições, de instrumentos de perfectibilidade que devem ser, em tropeço e estorvo às aspirações inelutáveis de paz e aproximação entre os povos, na relatividade da sua evolução e dos seus destinos.

Tão expressa aquela quanto, no próprio direito de ceder sem peias, é dos estilos dizer findado com o absolutismo das velhas monarquias, ainda na Inglaterra, na opinião Esmein, considera-se tradicionalmente a cessão de território como prerrogativa especial da coroa, que pode fazê-la por ato seu exclusivo. Assim é que, ao ceder em 1890 a ilha de Heligoland à Alemanha, não só não se contestou esse direito de ceder, que a lei não estatui expressamente, mas também uma viva discussão se travou; Gladstone, interessado nela, contra a cláusula do tratado que, inovando na tradição, submeteu o acordo ao voto do Parlamento.

Heligoland, como um admirável ponto estratégico, guarda a foz do Elba, dominando assim a saída de Hamburgo e, ao mesmo tempo, uma das entradas do canal de Kiel. A rivalidade entre os dois poderosos impérios não impediu a cessão, a qual o patriotismo não quis empecer; antes, procurou que ela se fizesse com a responsabilidade da nação, sufragando o ato da Rainha.

De todo o anteriormente exposto, o que se pode concluir, assim, é que quer na doutrina, quer na prática das nações, a questão das concessões territoriais, que a Constituição e as leis do Brasil não proíbem, se enquadra toda nas singelas linhas de Calvo: todo o Estado soberano tem, em princípio, do mesmo modo que o de adquirir, direito incontestável de alienar qualquer trecho de território em circunstâncias extraordinárias e observadas as formalidades das leis constitucionais.

Foi o que se fez a propósito da lagoa Mirim e do rio Jaguarão.

***

Asseverou, entretanto, a oposição ao Tratado de 30 de outubro que, ainda quando legítimo em princípio e em doutrina constitucional, para ele – cessão de território que é, em vez de simples outorga de franquias e permissões – não havia motivo bastante, especialmente com as restrições que estabelece.

As chamadas servidões negativas criticadas são, no artigo 2º, a condição "aceita pela República Oriental do Uruguai", de somente as bandeiras brasileira e uruguaia, salvo acordo posterior, usarem da navegação e fazerem comércio na lagoa Mirim e no rio Jaguarão, e a de nenhuma das nações fortificar as margens da lagoa e do rio ou as ilhas aí existentes.

A simples enumeração dessas restrições, que o tratado claramente expressou, "aceitas pelo Uruguai", indica o seu verdadeiro significado: não se impunha ao Brasil um dano ou uma diminuição; obtinha, da outra parte, a aquiescência a medidas avisadas em um regime de águas que aqui, como em todo o mundo, não recebeu ainda a definitiva consagração.

Quanto às fortificações, admira que para o caso não fossem invocadas, como para os outros, as lições do direito internacional moderno e a prática dos povos cultos. Esta e aquelas diriam, com o lago de Constança, para somente falar dos mais importantes, que outro não

é o regime ao qual não nos poderíamos furtar, ao tratar com o Uruguai na situação de direito que a evolução do próprio sentimento nacional, inspirado pela política Rio Branco, indicava.

Mesmo considerando o assunto do ponto de vista prático e sem embargo da situação de abandono em que deixamos toda essa fronteira, na qual não nos precavemos enquanto pudemos, e deveríamos fazê-lo sem obstáculos, tivéssemos fortificações e permaneceriam.

Se as não levantamos, ainda no estado de espírito que tantos anos enturvou a política dos dois países, é que eram dispensáveis. Melhorando aquele, e não são sintomas sem significação os que se têm patenteado, não precisaremos delas com mais intensidade.

Admita-se, entretanto, que o espírito mau das lutas, a versatilidade dos homens que passam a conturbar o resultado de todo o paciente trabalho que a inspiração de uma política superior está conseguindo e as velhas veleidades e pretensões ressurjam, instigadas e amparadas. A sabedoria desse trato, criticada, em tal hipótese, ficará ainda mais patente quando a restrição "aceita pelo Uruguai", não o deixando armar-se por si ou com o auxílio de outros, for o obstáculo ao levantamento de tropeços materiais e dificuldades que, no regime da mais plena confiança, o espírito previsor do patriotismo soube em todo caso impedir.

Não é menos sem fundamento a crítica ao estatuído de que "salvo acordo posterior, somente embarcações brasileiras e uruguaias poderão navegar e fazer o comércio nas águas do rio Jaguarão e da lagoa Mirim". Considera-se essa cláusula um privilégio ao Uruguai, em detrimento a um princípio geral, e um entrave à ação do Brasil, a respeito de outros povos amigos.

Ao contrário, representa a aceitação, pela República Oriental, dos princípios que o Brasil tem sempre sustentado na matéria e de que aquele mesmo país discorda na sua legislação. De fato, desde 1853, essa República declarou livres a todas as bandeiras as suas águas. Adquirida com a fronteira terrestre na lagoa Mirim e no rio Jaguarão a mediania nesses cursos navegáveis, não seria sem fundamento que as nações interessadas reclamassem do Uruguai o uso deles para o seu comércio e navegação.

Nem se pode dizer que, nas condições que têm, essas águas sejam daquela que pertençam exclusivamente aos ribeirinhos. Em princípio, dada a sua comunidade e garantida pela República Oriental do Uruguai a liberdade de uso de todas as suas águas navegáveis, uma vez concedidos

pelo Brasil o livre-trânsito pelo São Gonçalo e a comunicação pela barra do rio Grande com o oceano Atlântico, aquele não poderia tirar às águas da sua fronteira (lição de Lafayette com apoio em Hautefeuille, Gardner, Travers Twiss, Pradier-Foderé etc.) o caráter de livres a todos os povos amigos, os quais, ainda sem a cláusula de nação favorecida, poderiam reclamá-lo.

Nas condições em que é feito o acordo sobre o condomínio das águas, essa reclamação não pode ter fundamento. Em 1853, quando declarou livres os seus cursos navegáveis, o Uruguai não possuía nem a lagoa Mirim nem o rio Jaguarão. Se a aquisição de metade das águas é feita sob condições de não serem, por ora, utilizadas senão pelos seus ribeirinhos, não faltamos aos princípios da nossa tradição, não faltamos à equidade, senão mesmo à justiça, para com o país amigo e vizinho e, evitando incidentes e reclamações por enquanto, não faltaremos no momento oportuno à diretriz liberal, mas cautelosa, porque séria, da nossa política.

O Brasil resistiu ao movimento conjunto de todos os vizinhos, instigados e amparados pelos poderosos interesses externos conhecidos, no sentido de o forçarem à abertura imediata e imprudente de todos os seus rios ao livre-comércio e à navegação do mundo. Outra coisa não foram as leis com que fizeram essas declarações (a Argentina e a Colômbia, em 1852; o Uruguai, a Bolívia e o Equador, em 1853; o Peru em 1853 e em 1858).

Quando o aconselharam as conveniências do país, pelo decreto de dezembro de 1866, o Brasil franqueou parcialmente as suas águas em toda a extensão praticável e de eficaz utilização sem danos. Resistindo a todos os vizinhos, aos quais não reconheceu nunca a comunidade e o livre uso das águas, sem que o primeiro tivesse com eles fronteiras conhecidas e fixas, na evolução do seu sentimento jurídico e do seu desenvolvimento econômico prepara, sem dúvida, o regime de ampla liberdade para quando pudermos sistematizá-lo com uma concorrência sem subalternizações e sem perigos de absorção.

Se não vem longe esse momento, ainda o não tivemos por oportuno; assim, uma política avisada não poderia deixar de tratar da forma por que o fizemos sobre as águas contíguas com o Uruguai.

O que parece um privilégio para este é, ao contrário, uma salutar providência na antinomia dos regimes existentes, no período de evolução

em que nos encontramos, coordenando ao mesmo tempo os anelos pela justiça às condições especiais dos nossos problemas internacionais. Não ficamos tolhidos de proceder como nos aconselhar o interesse nacional quando for tempo; evitamos, entretanto, parecendo restringir-nos, discussões e incidentes pelo menos desagradáveis.

Melhor fundamento não tem a crítica contra a terceira restrição condenada no Tratado de 30 de outubro: a de não podermos ter nas águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão senão três pequenas embarcações de guerra. Ainda quanto a isso, se quiséssemos invocar exclusivamente a prática dos povos cultos, poderíamos lembrar somente o lago de Constança, em relação ao qual a Áustria, a Suíça, o Grão-Ducado de Baden, a Baviera e o Wurtemberg tratam, em assuntos de polícia e defesa, no mesmo pé de igualdade, e os Grandes Lagos, entre o Canadá e os Estados Unidos, onde a limitação dos navios de defesa vai ao ponto de somente admitir um para cada país limítrofe, e aquele mesmo de cem toneladas.

As condições em que tratamos com o Uruguai, em igualdade de direitos, na representação da sua personalidade jurídica, princípio que nos fez em Haia assumir a atitude que ali tivemos, bastariam para justificar a medida. Há melhor, entretanto. O artigo do tratado diz expressamente que "salvo circunstâncias extraordinárias", de que darão prévio aviso uma à outra, "as duas altas partes se obrigam a não manter nas águas da lagoa Mirim e de seus afluentes senão três pequenas embarcações armadas em guerra".

É claro, assim, que não somente no espírito, na própria letra do tratado, se uma lamentável oportunidade se apresentar, os direitos do Brasil estão salvaguardados, pois que, não por negociação ou acordo, mas por mero aviso prévio de que vai fazê-lo, todas as providências podem ser por ele tomadas.

Não seria possível, como se parece inferir das críticas visando a um sentimentalismo patriótico, que quiséssemos somente nós ter embarcações de guerra nas águas em que, apesar da situação que nem sempre foi inteiramente amistosa, não as tivemos nos últimos 40 anos. Tratando em 1909 com o Uruguai, não poderíamos querer para nós aquilo que, em 1813, no Gulistão, e em 1828, no Tourkmantschai, tratava a Rússia com a Pérsia: o direito de somente aquela ter navios de guerra no mar Cáspio, onde a mediana de águas, e a jurisdição, e a liberdade de comércio eram mantidas.

Encarando praticamente o assunto, se um acaso desastroso pudesse levar o Uruguai a uma situação agressiva, na circunstância extraordinária que isso seria – circunstância de que somos nós o juiz –, na letra do tratado, uma vez que dominamos a barra no Oceano e o sangradouro da lagoa, poderíamos impedir, com intervenção material nossa, que se armassem na margem adversária embarcações cujo transporte houvesse sido possível por terra, e em nada sofreríamos.

Foi com o simples uso desse direito preventivo de conservação e defesa que facilitamos, em 1903, o acordo com a Bolívia e, em 1904, contivemos as impertinências da política em que então se embalava o Peru.

Evidencia-se, assim, que nem foram ônus, nem ônus desarrazoados, aqueles que assumiu o Brasil nas chamadas servidões negativas do Tratado de 30 de outubro e que, no entender da crítica, o fariam desmerecer ainda que motivo houvesse para a concessão territorial feita.

***

Amplamente justificado na estrutura dos seus dispositivos combatidos, o Tratado de 30 de outubro de 1909 não o é menos nos seus motivos. Razão tiveram aqueles que, como o senhor deputado Maciel, repeliram nessa negociação a forma de uma restituição de direitos que a política do Brasil Império houvesse usurpado pela força. Guardando, em 1851, a posse que nossa era, sem interrupção, desde 1801 na lagoa Mirim e no rio Jaguarão, e que as circunstâncias do momento aconselhavam a conservar, nem nos mantínhamos na extensão toda do território e dos direitos que por atos solenes a República Oriental do Uruguai já nos havia reconhecido, nem nos constituíamos caso único de exclusivos soberanos por tratado regular, precedido de posse sem vício, de todo um lençol de águas fronteiras.

Não éramos caso excepcional naquela época. Ainda o não seríamos hoje, quando, segundo a exposição de motivos do Barão do Rio Branco sobre o tratado, em parte do Labauer-Wasser, entre a Prússia e a Saxônia; no rio Foron, no Eau Noire, no Morges, em parte do Doubs, no Barberine e no Ronconnière entre a Suíça e a França; no lago Jipe, entre as possessões da Inglaterra e da Alemanha na África; no lago Niassa, entre as possessões da Inglaterra, da Alemanha e de Portugal; nos lagos Chiuta e Sirwa, entre as possessões da Inglaterra e de Portugal; nos rios

Dehawa e Volta, entre o protetorado e Togo (Alemanha) e a Costa do Ouro (Inglaterra); no rio Orange entre o Cabo e a colônia da África Sudoeste Alemã, existe ainda o regime de águas todas de um rio ou lago contíguo pertencendo a um só dos países limítrofes.

O reconhecimento desse direito e a sua manutenção, entretanto, não implicavam a perpetuidade de um regime que, como todos os fenômenos da ordem social, havia de sofrer o influxo das tendências e da evolução do meio em que se tinha de expandir.

Se as razões particulares nos aconselhavam em 1851 o procedimento que tivemos, reservando para nós toda a água da lagoa Mirim e do rio Jaguarão em uma fronteira agitada, onde mal se haviam desvanecido ecos de dificuldades recentes, não é menos certo que, desaparecidas tais razões, ou desvanecidos os motivos delas, pelo desenvolvimento do sentimento internacional, a modificação de tal estado legal não fosse uma restituição.

Valeria, se assim fosse, por um triunfo uruguaio de frente a sonegações nossas, apoucando a sua expressão, 58 anos passados sobre as circunstâncias políticas de ordem muito diversa que poderiam ter aconselhado o regime a que entendemos pôr termo.

Não deve ser menor, por isso, a satisfação comum, não sendo também necessário filiar esse ato, como no país vizinho algumas vezes se escreveu e se disse, a promessas formais do Brasil pela modificação da situação de fronteira que em 1851 livremente nos reconheceu o Uruguai.

Todas as declarações do governo brasileiro indicavam sempre que, transformadas as condições que nos aconselhavam esse regime, modificações poderiam nela ser adotadas por ato do Brasil. "O Tratado de 12 de outubro de 1851 [diz assim muito bem o senhor Clóvis Beviláqua], não se apresentava ao espírito dos estadistas brasileiros do tempo como um ato definitivo, na parte em que afastava o Uruguai do acesso às águas da lagoa Mirim e do rio Jaguarão".

Evoluindo o sentimento jurídico, de par com o sentimento político, desvanecidos nesses velhos preconceitos, era natural que chegássemos ao estado em que, sob a inspiração de um prestígio feito de confiança e de veneração, se realizasse uma velha aspiração do nosso próprio sentimento de justiça.

Vivos os estadistas de 1851, disse-o o Barão do Rio Branco, eles mesmos seriam os primeiros a promover as modificações que o Tratado

de 30 de outubro concretizou. E de tal forma interferiram nisso o reflexo do querer nacional, a consciência jurídica e a sinceridade da convicção popular que, ao realizar o ato discutido, podíamos exceder à própria aspiração vizinha: em lugar de concessão convencional de gozo de parte de direito nosso, normalização das relações de fronteira, para que a esse gozo seja chamado o país amigo por direito sob a égide dos princípios.

Não seria admissível que continuássemos a ter com o mesmo país, a República Oriental, dois regimes de águas fronteiras. Nas fronteiras oeste e noroeste, águas em comum e livre-navegação e comércio em todo o rio Uruguai e seus afluentes; nas fronteiras opostas, norte e nordeste, águas exclusivamente na propriedade do Brasil e delas expressamente afastada a República do Uruguai.

Menos admissível seria, para espíritos medianamente liberais, a continuação do regime que em 1858 foi negociado, como exceção generosa, entre os dois países. Diante de reclamações do Uruguai, providenciamos para que, por ocasião de cheias no Jaguarão, as lanchas fiscais do Império não invadissem o território da República, acompanhando com a inundação o espraiamento da nossa soberania. E, como concessão especial e ainda mediante reclamação, admitimos que "aos habitantes da vila oriental de Artigas se concedesse permissão de que suas canoas ou botes pudessem navegar no rio, a fim de irem à cidade brasileira de Jaguarão em busca de socorros médicos ou espirituais".

Estranha revivescência medieval na trama livre da civilização americana, essa "permissão", ainda sobre ela, ao ser publicada em 1900, dizia o Código das Relações Exteriores: "A concessão feita nesses termos pelo governo brasileiro continua a ser a única tolerada, enquanto o mesmo governo outra coisa não resolver."

No entanto, de que um tal regime deveria prestes findar é uma prova a própria ideia de 1888, recordada pelo senhor deputado Maciel, propondo-se nas Câmaras a concessão da livre-navegação ao Uruguai, concessão a que agora estariam também prontos a dar seus votos os adversários do Tratado de 30 de outubro, contando que continuassem do Brasil todas as águas, e permanecesse a mesma fronteira que as devia delimitar.

Nesse voto, há a mais completa justificação daquele tratado pelos poucos que combateram ainda nesse ponto de vista. Já desde os romanos, com Justiniano, no livro II das *Institutas*, se ensinava que o direito de navegar implica todos os direitos conexos e acessórios à navegação,

sejam o de encostar, amarrar, carregar e descarregar, fazer, enfim, todas as práticas necessárias ao uso eficaz desse direito. Nada inovou a respeito dele, e não o faria senão para dar-lhe as maiores possibilidades, a evolução jurídica.

Conceder o direito de navegação ao Uruguai, na lagoa Mirim e no rio Jaguarão, mantendo a fronteira de 1851, seria faltar àquele princípio ou desvirtuá-lo. Essa fronteira deveria correr pela margem ocidental da lagoa e pela meridional do rio "até a altura das maiores águas".

Sem mesmo levar em conta essa instabilidade de fronteira, influenciada pelo maior ou menor impulso dos ciclos lunares, no terreno prático da navegação teríamos a impossibilidade da sua exercitação completa para todas as operações que aquela e que o comércio demandam. Não podem existir este com aquela sem portos apropriados, sem docas, sem estaleiros, e nada disso se poderia ter normal e direito na lagoa Mirim e no rio Jaguarão, desde que a soberania brasileira fosse até onde, periódica e caprichosamente, a conduzisse a preamar, e a soberania uruguaia não soubesse jamais ao certo até onde poderia chegar o seu direito.

Quaisquer construções, quaisquer tentativas de aproveitamento desses direitos de navegar e de comerciar, a mais simples ponte levantada em fronteira dessa natureza, aí estariam como causas permanentes de dúvidas e discussões, senão de incidentes e conflitos.

As fronteiras não são obra de separação e divergência, devem ser penhor de segurança e de paz. Na evolução que comporta o assunto, diz De Greef, já citado, que elas se devem ir, e vão, tornando antes que linhas de separação e disputa "pontos de contato e sutura entre os Estados".

Se essa era a situação, e os próprios adversários do tratado lhe aconselhavam a mudança, o motivo desse convênio, indo ao encontro de todas as aspirações e fazendo política útil e larga, não pode ser mais relevante. O nosso próprio interesse deveria falar ao lado do interesse geral e doutrinária da civilização e do direito. Nem como prevenção contra estados de guerra e revolta a fronteira nos valeu como a tivemos; nem como amparo e defesa de frente aos abusos contra o comércio legítimo podemos utilizá-la.

Se da situação de desconfiança e prevenções se resistia o desenvolvimento das relações de toda ordem no Uruguai, que encontrava cerrada a nossa

fronteira, não se ressentiam menos o nosso próprio comércio, as nossas indústrias, que, como represália, não podiam encontrar na fronteira extravagante o regime de expansão e de liberdade que lhes convêm.

Nessas condições, graças ao tratado que as contingências do tempo nos impuseram, há mais de meio século, criávamos uma extensa faixa de terras e um vasto lençol de água, nos quais, como em pleno 1750 em toda a fronteira, praticamente vedávamos com um recuo secular, tal qual o artigo 19 do tratado daquele ano, o comércio entre as duas nações.

***

Eram todas essas coisas, erradas e anacrônicas, que deviam findar. A opinião, amoldada a velhos preconceitos, que o avigoramento da cultura jurídica de grandes espíritos ainda não conseguira modificar, durante largos anos, o impediu. No entanto, o longo e paciente trabalho da história e da justiça força os povos a viverem em comunhão de laços e interesses, não no isolamento.

Se ainda em 1896 o senhor Carlos de Carvalho, o cintilante espírito de homem de Estado e do direito, cuja perda não será nunca entre nós assaz lamentada, encontrava a diretriz da opinião contrária às solicitações da política liberal, 14 anos depois, a influência de Rio Branco permitia ao Brasil a realização do ato que somente o prestígio deste, sempre ao serviço da justiça e da paz, arrancaria entre aplausos à consciência quase unânime do país.

Se não bastasse como fundamento e motivo para esse ato a vinculação, que aquele deve fortalecer mais, nos sentimentos entre o Brasil e o Uruguai, menor não seria o da regularização da situação da nossa política frente ao regime do direito fluvial na América.

Estamos em vésperas do início do auspicioso trabalho da codificação dos princípios gerais que regulem as relações entre os países da América e, entre eles, prestigiado por voto de delegado nosso desde a 1ª Conferência Pan-Americana em Washington, se encontra o da livre-navegação aos ribeirinhos em todas as águas fronteiras, geograficamente comuns ou contíguas.

Suprimimos por ato nosso a exceção em que nos achávamos nesse ponto de vista e assim concorremos – graças à política do Barão do Rio Branco, a qual, fechando toda a fronteira, nos facilitou e permitiu esse procedimento – para a objetivação e o avigoramento dos princípios e das

relações do direito no continente. Neste, somente duas questões restam hoje a respeito de posse em comum e da jurisdição e do uso de águas.

Quanto à jurisdição, fora apenas adiada, não resolvida, por protocolo de janeiro deste ano e pela qual ultimamente pretendeu a República Argentina desconhecer a jurisdição da República Oriental do Uruguai na extensão de águas que este último reclama no estuário do Prata.

Quanto ao livre uso, a Venezuela nega à Colômbia a utilização do Orenoco superior e do Zulia, rios comuns aos dois países, para as comunicações livres com o oceano e o mundo.

A política liberal e desinteressada do Brasil, abrindo mão de direito perfeito seu, em nome da justiça e da confraternidade, não há de ficar, esperemo-lo, sem consagração mais ampla que o simples e exclusivo desvanecimento do nosso patriotismo.

Petrópolis, 18 de maio de 1910,
Ernesto Maurício

140) Correio da Noite

Rio de Janeiro, 24 novembro de 1910

Confiar desconfiando

Sobre a presente rebelião da nossa maruja de guerra disse o patriarca da República, general Quintino Bocaiúva, do alto da sua curul, no Senado, com o tom solene, que lhe é habitual, e a autoridade do seu caráter e da sua experiência, que, naquela manifestação anárquica, não existe nenhum pensamento político e que nenhum homem de responsabilidade pode tê-la inspirado ou favorecido.

Sua excelência deve ter para isso razões que não conhecemos; no entanto, devemos respeitar. Desde, porém, que as ignoramos, sua excelência nos deverá perdoar a liberdade inócua de fazer uma resenha dos fatos antecedentes e concomitantes daquela inqualificável manifestação, senão de hostilidade política, ao menos de indisciplina militar.

Entre os motivos com que se pretende explicá-la, figura, sobre todos, a existência do castigo corporal na Armada, o qual, segundo *A Imprensa*,

tinha sido atenuado pelo ex-ministro da Marinha, e que ela pretende ter-se agravado, nestes escassos sete dias de governo do seu sucessor. Daí se deixa entrever que o movimento da maruja foi uma manifestação de saudade pelo que saiu e de desespero contra o que entrou.

Também ignoramos se algum fato justifica a pretendida agravação, em tão curto período, posto que nos não pareça verossímil. No entanto, com o devido respeito ao ausente, não cremos que ele mereça tantas saudades dos revoltosos, porque atenuou um castigo, há muito abolido, de modo positivo, por um decreto, largamente divulgado e aplaudido, e que o governo provisório tentou, mais tarde, restabelecer, por outro ato, que nunca foi publicado no *Diário Oficial*, que nunca chegou a ser decreto e que, portanto, nunca pôde revogar a lei que aboliu aquela pena. A referência vaga ao nº 13 do quadro do artigo 5º do Decreto nº 509, de 21 de junho de 1890, ao suposto Decreto nº 328, de 12 de abril do mesmo ano (que brilha pela ausência nas coleções da nossa legislação), também não poderia revalidar o que nunca valeu.

Por consequência, para que o ex-ministro da Marinha merecesse a saudade da maruja, revoltada pelo castigo corporal, era preciso que ele tivesse cumprido a lei, proibindo a sua aplicação, porque, mais ou menos chibatadas, tudo é chibatada, e a questão não era nem é da quantidade, mas da qualidade da pena.

Foi isto, se bem lembramos, o que disse mais de uma vez o deputado José Carlos de Carvalho, que sempre cortejou, em tudo, a classe a que pertenceu, nas suas longas e repetidas objurgatórias contra o almirante Alexandrino de Alencar.

Tanta consciência tem disso o operoso deputado que, na sua recente e oficiosa intervenção, perante os revoltosos, teve o cuidado de não lhes oferecer chibatadas, em doses, mesmo inferiores, ao máximo da posologia alexandrina.

Essa história, pois, de saudades póstumas, se não é, parece um conto do vigário. Entretanto, concedamos que não o fosse. Bastará ela para explicar a explosão daquela saudade feroz, no próprio dia em que partiu o ex–ministro, com a comissão, tão pingue quanto satírica, a ele confiada por um sucessor de quem fora inimigo até a véspera daquela nomeação? Não parece. Se saudades houve, como causa de feroz explosão, é preciso procurá-las em outros corações. Contudo, onde estariam eles? Volvamos os olhos ao passado, que é o pai do presente e

avô do futuro. Enquanto o marechal Hermes esteve na Europa, depois de eleito presidente da República, alguns dos seus amigos dedicados, para aliviá-lo dos cuidados do governo, formaram aqui o seu ministério, um ministério conservador das caras velhas, que deveria dar ao novo período presidencial o caráter de mera continuação do anterior; uma coisa assim como *la suite au prochain numéro* dos folhetins dos jornais.

Uma das três, ou quatro, figuras obrigadas dos ministros passados, era o da Marinha, sobretudo depois que o malogro da empreitada Sá Peixoto fez dificultar sua volta ao Senado, como embaixador do Amazonas. Sucedeu, porém, que o marechal, ignorando o cuidado dos seus amigos, que lhe preparavam aqui um governo do *padre João sem cuidados*, e lembrando-se talvez do conselho do Evangelho sobre o perigo "de meter vinho novo em odre velho", também pensou lá na organização do seu ministério, convidou para ele algumas pessoas da sua confiança e trouxe da Europa a sua lista, com um só dos anteriores. Este era, naturalmente, o chanceler do Exterior, que é, como um Pombal, através de dois dons José, e sem perspectiva de alguma Maria II.

Isso, porém, parece que não satisfez nem ao próprio Pombal e, muito menos, poderia satisfazer aos substituídos e aos seus padrinhos. Daí as dificuldades da gestação do ministério atual, e a guerra surda que começou, desde o primeiro dia, contra o seu organizador, apesar da complacência, quase evangélica, do marechal Hermes.

Seus amigos, os mais dedicados ostensivamente, ressentiram-se da pouca eficácia do seu zelo, porque são insaciáveis; no entanto, fazendo boa cara ao mau jogo, têm procurado por todos os meios e modos vencê-lo, à força de manifestações as mais variadas, desde os banquetes até os presentes, uns alusivos, outros simbólicos, e aos discursos perenes de elogios, e ocos de significação literal, de modo que a saúde do marechal está correndo riscos de indigestão, de surdez e de contusões, por excesso de abraços.

Para atenuar esses riscos, alguns há que lhe procuram minorar o trabalho, dividindo com ele até o de deliberar em Conselho de Ministros, sobre os assuntos mais reservados. Alguns desses amigos têm outros que tais, procurando agir e falar por eles, até sitiá-los dentro do próprio lar.

O deputado José Carlos é um dedicado incondicional a alguns amigos do primeiro grau, e como é de natural obsequioso e ativo, quando soube das exigências dos revoltosos, lembrou-se da defesa, que

antecipadamente lhes tinha feito, e supôs-se, por isso, o mais insuspeito e o mais autorizado intermediário, para tratar com eles.

Os fatos parecem ter confirmado, ao menos por enquanto, a sua presunção, e não seremos nós que lhe levaremos a mal o seu oferecimento espontâneo, pois o seu caráter é naturalmente impulsivo, até na dedicação. Só nos falta ver agora os resultados práticos e a sua duração, para lhe darmos os nossos parabéns, sem por isso acreditar que tenham faltado aos revoltosos sugestores hábeis e malévolos.

Conscientemente ou não, aquele deputado foi um desses sugestores, com os seus discursos, que lhe serviram de passaporte à intervenção entre os revoltosos e o governo, a qual não foi a primeira, nem será talvez a última.

Pedisse o governo o Estado de Sítio, fizesse um inquérito sério, longe da reportagem, que tudo estraga com sua fome de *furos* e sem ciência dos "sobreministros" – que podem mais do que os "infraministros" –, e talvez se encontrasse o rastilho de uma conspiração muito mais vasta, perigosa e antipatriótica do que a dos marinheiros revoltados. É mesmo possível que nela se encontrassem muitos hermistas insuspeitos e nenhum civilista suspeitado. Os marinheiros não se meteriam nisso sem recursos pecuniários, que não tinham, nem poderiam ter, sem lhes serem fornecidos de fora.

Como, pois, atreve-se a afirmar que não há política na revolta, o nosso patriarca, que já viu conspiradores no seio do próprio Senado? Como se explica também esse furo do *diabo a quatro*, que anunciou de véspera a segunda edição do bombardeio de Manaus?

Deus livre sua excelência e mais o chefe do governo dos seus inimigos e, sobretudo, dos seus amigos zelosos, a começar daquele que distribuía as cadeiras no Congresso, como *cadeaux d'anniversaire*, e que agora se distribui, *comme pourboire à des garçons sages*.

Voltamos hoje àquela triste situação, em que o marechal Floriano era obrigado a "*confiar desconfiando sempre*".

Nemo

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)